



GÊNEROS, FEMINISMOS, PODERES E POLÍTICAS PÚBLICAS: INVESTIGAÇÕES CONTEMPORÂNEAS



ORGANIZADORXS

Alfrancio Ferreira Dias

Elza Ferreira Santos

Maria Helena Santana Cruz

Editora Realize

Conselho Editorial

Abigail Fregni Lins
Ana Ivenicki
Cristiane Maria Nepomuceno
Eduardo Gomes Onofre
Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro Moita
Juarez Nogueira Lins
Katemari Diogo da Rosa
Laércia Maria Bertulino de Medeiros
Luis Paulo Cruz Borges
Margareth Maria de Melo
Mônica Pereira dos Santos
Morgana Lígia de Farias Freire
Ofelia Maria de Barros
Patrícia Cristina de Aragão Araújo
Roberto Kennedy Gomes Franco
Samara Wanderley Xavier Barbosa
Sandra Cordeiro de Melo
Sandra Maciel de Almeida
Tânia Serra Azul Machado Bezerra
Tatiana Bezerra Fagundes
Thiago Luiz Alves dos Santos
Valdecy Margarida da Silva
Walcéa Barreto Alves
Wojciech Andrzej Kulesza



Editora Realize

Rua Antenor Navarro, 151 - Prata, Campina Grande-PB,

CEP 58400-520 | Fone: (83) 3322-3222

www.editorarealize.com.br | E-mail: contato@portalrealize.com.br

Alfrancio Ferreira Dias
Elza Ferreira Santos
Maria Helena Santana Cruz
(Organizadorxs)

GÊNEROS, FEMINISMOS, PODERES E POLÍTICAS PÚBLICAS: INVESTIGAÇÕES CONTEMPORÂNEAS



Campina Grande-PB
2016

Conselho Editorial

Alda Britto da Motta (UFBA)	Margarete Edul Prado de Souza Lopes (UFAC)
Alfrancio Ferreira Dias (UFS)	Maria do Rosário de Fátima de Andrade Leitão (UFRPE)
Anderson Ferrari (UFJF)	Maria Helena Santana Cruz (UFS)
Ana Cláudia Lemos Pacheco (UNEB)	Maria Eulina Pessoa de Carvalho (UFPB)
Benedito Medrado Dantas (UFPE)	Saete Maria Silva (UFBA)
Celecina de Maria Veras Sales (UFCE)	Soraya Maria Bernardino Barreto Januário (UFPE)
Elvira Simões Barretto (UFAL)	Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes (UFBA)
Elza Ferreira Santos (IFS)	
Glória de Lourdes Freire Rabay (UFPB)	
Iraíldes Caldas Torres (UFAM)	
Jorge Lyra (UFPE)	
Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda (UFPE)	

Design da Capa: Luiz Felipe de Oliveira Ramos

Projeto Gráfico | Editoração: Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes

Revisão: O conteúdo e a forma dos artigos publicados neste e-book são de inteira responsabilidade de seus/suas autores/as.

G326 Gêneros, feminismo, poderes e políticas públicas: investigações Contemporâneas. – 19º REDOR: Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de estudos e pesquisas sobre mulher e relações de gênero [Livro eletrônico]./Alfrancio Ferreira Dias, Elza Ferreira Santos, Maria Helena Santana Cruz (organizadores). - Campina Grande: Realize Eventos Científicos e Editora, 2016.
35000kb. 4246 p.; il.

Modo de acesso: World Wide Web <<http://editorarealize.com.br/revistas.php>>

ISBN Ebook: 978-85-61702-41-0

1. Gêneros. 2. Políticas públicas. 3. Feminismo. 4. Mulher. 5. Direitos. 6. Cultura e artes. 7. Inclusão. I. Dias, Alfrancio Ferreira. II. Santos, Elza Ferreira. III. Cruz, Maria Helena Santana. IV. Título.

21. ed. CDD 305.3

AGRADECIMENTOS

Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC); Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPEX/IFS), os Campi Aracaju e Lagarto do IFS; Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (POSGRAP/UFS) e Extensão (PROEX/UFS); Serviços Gráficos de Sergipe (SEGRASE); Secretaria de Estado da Educação de Sergipe (SEED); Secretaria de Estado da Cultura de Sergipe (SECULT); Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED); Programa de Pós-Graduação Profissional em Letras (PROFLETRAS); Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos-Administrativos em Educação da UFS (SINTUFS); Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM); Associação dos Docentes da UFS (ADUFS); Teatro Atheneu; Curso FIQ; Laboratório Multiusuário de Informática e Documentação (LAMID); Realize Eventos.

SUMÁRIO



SUMÁRIO

PARA PENSAR A TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO	53
GT01 - GÊNERO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO	63
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMINISTA E INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE GÊNERO EM UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR	64
Adenilda Bertoldo Alves de Moraes	
CORPO E DEFICIÊNCIA VISUAL: VOZES E PERCEPÇÕES DE ADOLESCENTES CEGAS	79
Adenize Queiroz de Farias	
DIVERSIDADE SEXUAL X EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL, DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO CONTRA OS LGTBTS NO ESPAÇO ESCOLAR	95
Adriana Lohanna dos Santos	
INCLUSÃO SOCIAL: A CONVIVÊNCIA DE UM HOMOSSEXUAL NO AMBIENTE ESCOLAR	108
Adriana Varelo de Oliveira;	
FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL EM RELAÇÃO AO ABORTO: PERCEPÇÃO DA EQUIPE ENFERMAGEM	123
Adrielle Souza de Jesus	
OS DESAFIOS DA MULHER NO MUNDO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO	133
Alcione Taveira Ribeiro	
MULHERES E ENSINO: UMA RELAÇÃO NATURALIZADA E RATIFICADA NUMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO TÉCNICO E TECNOLÓGICO	143
Amilde Martins de Fonseca	

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO BRASIL.....	156
Ana Carla Menezes de Oliveira	
RESSIGNIFICAÇÕES DAS APRENDIZAGENS DE GÊNERO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES/AS EM GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA.....	170
Ana Cristina Batista de Souza Rosa	
GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO	184
Andréa Pacheco de Mesquita;	
BIOLOGIA E FORMAÇÃO DOCENTE: UM CASO DE FEMINILIZAÇÃO E ANDROCENTRISMO	199
Ângela Maria Freire de Lima e Souza	
EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA: NOVAS CONCEPÇÕES NA GESTÃO DE PESSOAS E NA CULTURA ORGANIZACIONAL DE UM INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO	212
Bárbara Tereza Brandão Guerreiro Barbosa;	
OS SENTIDOS DA AUTORREFLEXÃO PARA OS MOVIMENTOS FEMINISTAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	222
Camila de Melo Santana;	
O CONSERVADORISMO NA EDUCAÇÃO: POR QUE NÃO FALAR SOBRE GÊNERO?	232
Camila dos Passos Roseno	
A ESCOLA NO CENÁRIO DA COEDUCAÇÃO: GÊNERO, DIVERSIDADE E CLASSE SOCIAL EM PERSPECTIVA	245
Cleane Lacerda do Nascimento;	
MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE GÊNERO, CURRÍCULO E ESCOLA RELIGIOSA.....	258
Cristiano José de Oliveira	

**DA VIRGEM MARIA AO IDEÁRIO DE MULHER: DISCURSOS
RELIGIOSOS DO EDUCANDÁRIO NOSSA SENHORA DA PIEDADE.....269**

Cristiano José de Oliveira

**IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NA EDUCAÇÃO: ANÁLISE
DA SITUAÇÃO LABORAL DE SERVIDORES E SERVIDORAS DO IFAL.....283**

Danielly Spósito Pessoa de Melo

DIREITOS HUMANOS E MULHERES295

Fabiana Moura Paulino

**A CONSTRUÇÃO DE UM PLANO PARA A PROMOÇÃO DA
IGUALDADE DE GÊNERO NA UFAC310**

Fabiana Nogueira Chaves

**ASPECTO FORMATIVO E EDUCACIONAL DAS MULHERES
EMPREENDEDORAS AMAPAENSES: UMA PROPOSTA PARA
AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....326**

Fátima Lucia Carrera Guedes Dantas

**CONSTRUÇÕES DE GÊNERO NA ESCOLA: ANÁLISE DAS PRÁTICAS
CONFLITUOSAS NA ESCOLA MUNICIPAL MANOEL FRANCISCO
MARTINIANO/ARARUNA/PB340**

Gilsomir Cabral de Santiago

GÊNERO, SERTÃO E OBRAS LITERÁRIAS NO PIBID INTERDISCIPLINAR354

Janaina Guimarães da Fonseca e Silva

NÍSIA FLORESTA E A EDUCAÇÃO FEMININA NO SÉCULO XIX.....365

Jéssica Luana Fernandes

**GÊNERO E DIVERSIDADE NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DO/A
PROFESSOR/A374**

Josenilda Rodrigues de Lima

GÊNERO EM ARQUITETURA E URBANISMO: BREVE ESTADO DA ARTE E EXPERIÊNCIAS RECENTES DO NÚCLEO DE ESTUDOS EM ESPAÇO E GÊNERO (NEG/UFPE)387

Lívia Morais Nóbrega

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SOB A ÓTICA DE GÊNERO: TRAJETÓRIA DAS ALUNAS DO IF - CAMPUS TERESINA CENTRAL 404

Luciana Farias de Araújo Andrade

GÊNEROS E SEXUALIDADES: REFLEXÕES SOBRE ELEMENTOS CONJUNTURAIS DA APROVAÇÃO DO PNE E PEE - BA418

Maise Caroline Zucco

EDUCAÇÃO SUPERIOR SOB A ÓTICA DA EQUIDADE E TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO428

Maria Carolina Lins Mendonça

CURRÍCULO E POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E DEFICIÊNCIA439

Maria da Anunciação Conceição Silva

A IMPORTÂNCIA DO PIBID NA FORMAÇÃO DOCENTE451

Maria Imaculada Silva de Almeida

O PARFOR COMO UM ESPAÇO CARREGADO DE SENTIDOS E SIGNIFICADOS PARA MULHERES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFT/ ARRAIAS - TO 464

Maria Santana Ferreira dos Santos Milhomem

RELAÇÕES DE GÊNERO DOS DOCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE478

Mariana Dórea Figueiredo Pinto

TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS DE FUNDADORAS/ES DE NÚCLEOS E GRUPOS DE ESTUDOS DE GÊNERO ARTICULADOS À REDOR491

Mayanne Júlia Tomaz Freitas

GÊNERO E MULHERES NAS UNIVERSIDADES: HÁ POLÍTICA DE REDISTRIBUIÇÃO NA EDUCAÇÃO?	506
Regis Glauciane Santos de Souza	
UMA LEITURA DE GÊNERO SOBRE METODOLOGIAS INOVADORAS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO EM SAÚDE	517
Roxane de Alencar Irineu	
A TRAJETÓRIA DA PROFESSORA EUDÉSIA VIEIRA: EDUCAÇÃO, MEDICINA E EMANCIPAÇÃO DA MULHER COMO ROMPIMENTO DOS EXTREMOS (1894 – 1981)	530
Shirley Targino Silva;	
EU NÃO SOU O SEU REVERSO. PROSTITUIÇÃO E REPRESENTAÇÕES FEMININAS EM JUAZEIRO BAHIA ENTRE 1960-1980	540
Simone Ramos da Silva Souza	
GÊNERO E SEXUALIDADE ENTRE A FORMAÇÃO DOCENTE E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS	553
Sirlene Mota Pinheiro da Silva	
GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: DA NECESSIDADE DE SUPERAR OS PRECONCEITOS	571
Solange S. Santana	
CONHECIMENTO, CURRÍCULO: CIDADANIA E GÊNERO	582
Tatiana Modesto Pimentel	
“AQUELA FOTO EM QUE ESTOU DE DOUTORA”: MEMÓRIAS DE MULHERES SOBRE INFÂNCIA E ESCOLARIZAÇÃO NO MARANHÃO NAS DÉCADAS DE 1950/1960	597
Tatiane da Silva Sales	
A PRÁTICA DOCENTE COMO ATRIBUTO FEMININO: UMA QUESTÃO DE GÊNERO	611
Valdir Eneias de Melo	

**EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE COMO PRÁTICA DE EMPODERAMENTO
FEMININO 624**

Vanessa Nascimento Machado

**GÊNERO EM SALA DE AULA: PERCEPÇÕES DE ADOLESCENTES A
RESPEITO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E DOS TEMAS
POLÊMICOS ABORDADOS NAS AULAS DE SOCIOLOGIA DO
ENSINO MÉDIO EM UMA ESCOLA PRIVADA EM JOÃO PESSOA..... 633**

W Barbosa dos Santos

**A EDUCAÇÃO FÍSICA E AS RELAÇÕES DE GÊNERO: ANÁLISE DA
PERCEPÇÃO DOS/AS PROFESSORES/AS SOBRE AS MANIFESTAÇÕES
DE GÊNERO EM SUAS AULAS 648**

Wilson Ouriques de Macedo Neto

GT02 - GÊNERO E GERAÇÃO..... 660

APONTAMENTOS SOBRE O CUIDADO NO MASCULINO663

Alda Britto da Motta

**JUVENTUDE: UMA CATEGORIA FRONTEIRIÇA NO SISTEMA SEXUAL
E DE GÊNERO.....677**

Ana Urpia

**MÍDIA, CORPO VELHO E AS ESTRATÉGIAS DE POSITIVAÇÃO DO
TERMO “TERCEIRA IDADE”690**

Cassio Luiz Aragão Matos

**MUDANÇAS FAMILIARES E COEDUCAÇÃO INTERGERACIONAL:
O APRENDIZADO DA SEXUALIDADE ENTRE 3 GERAÇÕES DE MULHERES703**

Christiane Vieira Lopes

**MULHERES EM TEMPO DE INCERTEZA: UMA ANÁLISE PRELIMINAR
DE CONQUISTAS AMEAÇADAS 712**

Eulália Lima Azevedo

**OS DELES E OS DELAS NO ESPAÇO/TEMPO DE BRINCAR: PERCEPÇÕES
DE ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE SERGIPE725**

Evanilson Tavares de França

**SOBRE O ENVELHECER NA *BATALHA*: NARRATIVAS E TRAJETÓRIAS
DE MULHERES POBRES NO EXERCÍCIO DA PROSTITUIÇÃO.....738**

Fernanda Priscila Alves da Silva

MULHERES IDOSAS E O ENVELHECIMENTO ATIVO755

Isolda Belo

**“CAMINHOS PERCORRIDOS” POR MARIA THETIS NUNES:
PIONEIRA CATEDRÁTICA DO ATHENEU SERGIPENSE.....764**

João Paulo Gama Oliveira

VIOLÊNCIA E CUIDADO: QUANDO AS IDOSAS PRECISAM DE PROTEÇÃO ESPECIAL- CONSIDERAÇÕES SOBRE A CIDADE DE SALVADOR.....779

Josimara Delgado

GÊNERO E PODER: LEITURAS DE ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA SERGIPANA.....792

Kelly Araújo Valença Oliveira

CARTOGRAFIA DOS (POSSÍVEIS) CAMPOS DE DISPUTAS NO CENÁRIO DAS ADOÇÕES DE CRIANÇAS POR CASAIS HOMOAFETIVOS..... 804

Luciano Bairros da Silva

O ENVELHECIMENTO DA CATEGORIA DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS 819

Luísa Vilharquide Firmino

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: ENTRELACES DE GÊNERO E GERAÇÃO ... 833

Márcia Santana Tavares

MULHERES NORDESTINAS: SOCIEDADE DE PARTIDA E DESLOCAMENTO NA TRANSVERSALIDADE DAS QUESTÕES E GERAÇÕES.....845

Raimunda Gomes da Silva

UMA DAMA ENTRE OS CAVALEIROS: GÊNERO, ENVELHECIMENTO E VIUVEZ 855

Silmária Souza Brandão

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VELHICES INSTITUCIONALIZADAS: COMPARAÇÃO DE VIVÊNCIAS869

Vanessa Cunha Boaventura

GT03 - GÊNERO, SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS..... 885

NECESSIDADES DE SAÚDE PARA A MULHER LÉSBICA, INVISIBILIDADE E DIREITOS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA..... 886

Ana Carolina Cristovão Silva

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: RELAÇÕES DE PODER IMPULSIONADAS PELO GÊNERO E PELA CLASSE..... 895

Bárbara Régia Oliveira de Araújo

A AFRONTA AOS DIREITOS HUMANOS FRENTE À VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE 906

Brena Geovanna Araújo Rodrigues

GÊNERO, SAÚDE MENTAL E INCLUSÃO: VIVÊNCIAS EM HOSPITAL PSIQUIÁTRICO..... 917

Claudia Regina de Oliveira Vaz Torres

FEMINISMO E GÊNERO: CONTRIBUIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS DOS ESTUDOS BRASILEIROS 942

Dejeane de Oliveira Silva

(DES) CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NA PERSPECTIVA DA ENFERMAGEM 956

Elionara Teixeira Boa Sorte

GÊNERO E CUIDADO: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COM MULHERES CUIDADORAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 966

Francisco Leal de Andrade

PERCEPÇÕES DA EQUIPE DE ENFERMAGEM SOBRE ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER NO PÓS-ABORTO..... 976

Gabriela Cardoso Moreira Marques

CLIMATÉRIO/MENOPAUSA: TEMA DE INTERESSE PARA A ENFERMAGEM..... 990

Ingrid Bonfim Silva

AUTONOMIA REPRODUTIVA E ABORTO: INTERSECÇÃO DE GÊNERO, CLASSE E RAÇA..... 1003

Jamile Fonseca

EXPERIÊNCIAS E ESTRATÉGIAS ADOTADAS POR MULHERES NA BUSCA PELO CUIDADO DENTRO DAS UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA . 1009

Jéssica Suellen Barbosa Mendes Ramos

GÊNERO E SAÚDE: CONFIGURAÇÃO DO PERFIL DA MEDICINA NO BRASIL E EM PORTUGAL..... 1024

Josefa Lusitânia de J. Borges

ABORTO ESPONTÂNEO E ABORTO “ESCONDIDO: CONSIDERAÇÕES SEGUNDO ENFERMEIROS/AS DAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA..... 1038

Josilene Barbosa do Nascimento

PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE O PARTO: EXPECTATIVAS E EXPERIÊNCIAS DE HOMENS ATENDIDOS PELO SERVIÇO DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE..... 1051

Juliana Keila Silva

PERFIL DA VIOLÊNCIA PERPETRADA A MULHERES CONVIVENDO COM HIV/ AIDS..... 1060

Karla Mychelle Cezario de Lima

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MATERNIDADE: QUESTÕES PARA O CUIDADO DE ENFERMAGEM 1072

Márcia Fernandes Silva

UMA ANÁLISE DO TRATAMENTO DADO À QUESTÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENÇÃO AO PARTO NO BRASIL..... 1082

Marina Maria Teixeira da Silva

CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DE PROGRAMAS E POLÍTICAS PARA MULHERES SOB PERSPECTIVA DE DIREITOS REPRODUTIVOS: ESTUDO REFLEXIVO	1095
Millani Souza de Almeida	
PERCEPÇÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM EM RELAÇÃO À PRÁTICA DO ABORTO.....	1107
Millani Souza de Almeida	
FAMÍLIA E CONTRACEPÇÃO NOS ITINERÁRIOS DE MULHERES JOVENS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	1118
Nathália Diórgenes Ferreira Lima	
ACOLHIMENTO À MULHER NO TRABALHO DE PARTO, PARTO E NASCIMENTO HUMANIZADO: PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE ENFERMAGEM.....	1130
Neilde Lima Ribeiro	
ABORTO: ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA CONTROVÉRSIA ENTRE GRUPOS SOCIAIS FEMINISTAS E PRÓ-VIDAS	1143
Priscilla Braga Beltrame	
MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO CONTEXTO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE DE MACEIÓ.....	1155
Rachel Alves Silva	
PROGRAMAS NACIONAIS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO CONTEXTO DA SAÚDE: UMA ANÁLISE DOS SENTIDOS PRODUZIDOS	1163
Rafael Lima Fernandes	
ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS DO CUIDADO NA SAÚDE MENTAL: O EXEMPLO DE MULHERES CUIDADORAS DE PESSOAS COM TRANSTORNO MENTAL, ATENDIDAS POR UM CAPS DA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE.....	1175
Rayanne Monique do Nascimento	

GT04 - GÊNERO E VIOLÊNCIA..... 1189

**PORNOGRAFIA DE VINGANÇA: UMA ANÁLISE SOBRE A VIOLÊNCIA
DE GÊNERO, ATRAVÉS DAS MÍDIAS SOCIAIS 1190**

Acácia Gardênia Santos Lelis

**RELAÇÕES DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA:
O PAPEL DO DOCENTE FRENTE ÀS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA
E PRECONCEITO..... 1201**

Adriele Pacifico Antero

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SAÚDE: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA,
CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA 1214**

Alba Valéria de Sousa Batista

**A HISTÓRIA DAS MULHERES E AS FONTES ORAIS: CONTRIBUIÇÕES
PARA O ESTUDO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL..... 1227**

Amanda Alves da Silva

**VIOLÊNCIA CONJUGAL: UM DOS FATORES DA ACIDENTALIDADE
DA TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DE MULHERES 1241**

Ana Carolina Cerveira Tavares

**O ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER
E OS ESPAÇOS RELIGIOSOS 1256**

Bárbara Gomes Fernandes de Aguiar

**A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA CONTEMPORANEIDADE:
UM ESTUDO SOBRE A SITUAÇÃO DAS BOLSISTAS DO PROGRAMA
BOLSA EDUCAÇÃO EM MANAUS-AMAZONAS 1264**

Célia Maria Nascimento de Oliveira

POLÍTICAS PÚBLICAS NA CIDADE DE MANAUS..... 1278

Célia Maria Nascimento de Oliveira

**VIOLÊNCIA LETAL EM JOVENS DO SEXO MASCULINO: GÊNERO E
VULNERABILIDADES EM DEBATE 1292**

Diogo Conceição

**E QUANDO AS MULHERES ESTÃO EM CONFLITO COM A LEI? AS
ADOLESCENTES E O CONTEXTO DA VIOLÊNCIA..... 1302**

Elida Damasceno Braga

**PATRIARCADO E A PRODUÇÃO DA SUBJETIVIDADE FEMININA:
CRIAÇÃO DO CIÚME..... 1315**

Eulânia Medeiro Souza Lima

**PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO COLEGIADO TERRITORIAL
DO SERTÃO PRODUTIVO 1326**

Viana Bebé

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE SOBRE AS REFLEXÕES
APRESENTADAS NO 12º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES
SOCIAIS 1337**

Flávia Augusta Santos de Melo Lopes

GÊNERO E LINGUAGEM RELIGIOSA NA TRADUÇÃO DA BÍBLIA 1351

Helivete Ribeiro Pinto Bezerra

**MULHERES QUE ROMPERAM O CICLO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
E RECONSTRUÍRAM SUAS VIDAS, EM TERESINA-PI..... 1364**

Ianara Silva Evangelista

**O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS
E ADOLESCENTES: DESAFIOS DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL UMA
ANÁLISE À LUZ DA CATEGORIA GÊNERO. 1377**

Inácia Batista de Brito

**JORNADA DE LUTA EM DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES:
UMA ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO E COMBATE A VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER..... 1379**

Itanamara Guedes Cavalcante

**A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES:
CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA 1391**

Jahyra Kelly de Oliveira Sousa

**SOBRE MENINAS KALUNGA, ESTUPROS E PONTES OU COM
QUANTAS MENINAS NEGRAS SE CONSTRÓI UMA PONTE?..... 1406**

Joelma Rodrigues da Silva

**DESIGUALDADE DE GÊNERO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR
CONTRA A MULHER..... 1417**

Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha.

**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: O NECESSÁRIO MAPEAMENTO DA
REDE DE ENFRENTAMENTO EM SERGIPE..... 1436**

Juliana Vital Rosendo

**PROGRAMAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
CONTRA AS MULHERES NO CONTEXTO DA ATENÇÃO BÁSICA EM
SAÚDE NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ/AL..... 1447**

Kellyane Pereira Santos

**ESTUPRO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: A REALIDADE VELADA
DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL 1457**

Keth Raianny Braz Prestes

**POLÍTICA PÚBLICA PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E PERFIL DE USUÁRIAS DE UMA
CASA ABRIGO EM MACAPÁ..... 1469**

Laércio Gomes Rodrigues

**TOLERÂNCIA À SUBMISSÃO SOCIAL FEMININA COMO ÓBICE À
EFETIVA APLICAÇÃO DA LEI 11.340/2006 1485**

Lânia Mirelle Santos Barboza

**VIOLÊNCIA E VITIMIZAÇÃO NOS ESTEREÓTIPOS DE CLASSIFICAÇÃO
DA MULHER VÍTIMA DE CRIME DE ESTUPRO REPRODUZIDOS POR
JUÍZES: UM ESTUDO SOBRE SENTENÇAS ALAGOANAS..... 1498**

Lívy Ramos Sales Mendes de Barros

**VIOLÊNCIAS PRATICADAS POR FILHOS/AS CONTRA SUAS MÃES:
UM TEMA PARA A DISCUSSÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
S MULHERES 1515**

Luciana Cristina Teixeira de Souza

**MÃES E FILHOS ENTRE LAÇOS DE SENTIMENTOS E INTRIGAS:
DESCORTINANDO A VIOLÊNCIA CONJUGAL NA VIDA DOS FILHOS..... 1531**

Marcela Castro Barbosa

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO
MEIO RURAL: NOTAS SOBRE AS RELAÇÕES PATRIARCAIS DE
GÊNERO NO INTERIOR DA BAHIA..... 1554**

Maria Asenate Conceição Franco

**GÊNERO, ANDROCENTRISMO E PATRIARCADO: RAÍZES DA
VIOLÊNCIA LETAL QUE AFETA OS JOVENS DO SEXO MASCULINO. 1567**

Maria Eduarda Ramos da Silva

APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA EM PERNAMBUCO..... 1578

Autora: Marília Gomes do Nascimento

Orientadora: Lady Selma Ferreira Albernaz

**AMOR E CÁRCERE: UM ESTUDO SOBRE RELAÇÕES NO CONTEXTO
DA COLÔNIA PENAL FEMININA DO RECIFE/BOM PASTOR 1590**

Nathielly Darcy Ribeiro Araújo

**CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
NA CIDADE DE MANAUS – AM. 1602**

Hellen Barbosa Amaral

**AS VICISSITUDES DA VIOLÊNCIA SEXUAL AFETIVO CONJUGAL:
OBSERVAÇÕES EMPREENDIDAS NA DELEGACIA DA MULHER EM
CAMPINA GRANDE – PB..... 1617**

Níobe Neves Henriques

VIOLÊNCIA ANTI-HOMOSSEXUAIS NO BRASIL E EUA – UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE HOMICÍDIOS.....	1631
Oswaldo Fernandez	
O PADRÃO HETERONORMATIVO E A AUTOAGRESSÃO REGULATÓRIA A PARTIR DA RESISTÊNCIA DO “ÉTHOS COLETIVO”	1633
Ramon Ferreira Santana	
DA NATURALIZAÇÃO À BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER.....	1648
Rosângela Gomes Figueiredo	
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: UMA ANÁLISE DA REDE DE ATENDIMENTO À MULHER NO ESTADO DE SERGIPE	1658
Rute Oliveira Passos	
A PROTEÇÃO SOCIAL E A REDE DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	1672
Silvia Catarina Dourado Vasconcelos	
GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO CONTEXTO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE DE MACEIÓ/AL: TECENDO SENTIDOS E QUESTÕES	1685
Telma Low Silva Junqueira	
O PAPEL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM ARACAJU/SE	1698
Vanessa Barreto Vasconcelos Garcez Santana	
AS VESTES HUMANIZADAS DA DOMINAÇÃO: PARTICIPAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO NA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA	1712
Wanessa Oliveira Silva	
O MAPA DA VIOLÊNCIA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO.....	1725
Wasley Peixoto Marques (Autor)	

**A INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PRÁTICA DO
CUIDADO COM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO
MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR-PI..... 1737**

Welber Silva Araújo

**“EU NÃO SOU CORNO, EU NÃO SOU BESTA!”: ESTUDO DE CASO DE
FEMINICÍDIO EM SERGIPE 1748**

Wilton Pedro Almeida Santos

GT05 - GÊNERO, IDENTIDADE E CULTURA.....1767

**MOVIMENTOS FEMINISTAS NA CIDADE DE RECIFE-PE: NOVOS
SUJEITOS SOCIAIS E PRÁTICAS POLÍTICAS NA ATUALIDADE 1768**

Ana Cecília Nascimento Cuentro;

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA EM TERESINA:
O FEMINISMO COMO RESPOSTA À REPRESENTAÇÃO DA MULHER-MÃE..... 1779**

Carolina Alves Leite

**A IDENTIDADE FEMININA “MÃE-CUIDADORA” E AS ESTRATÉGIAS
DE CUIDADO: AS VULNERABILIDADES SOCIAIS QUE ENVOLVEM
CASOS DE CÁRCERE PRIVADO NA SAÚDE MENTAL..... 1792**

Diaponira Vitória da Silva Santos

**CONSTRUÇÕES DE GÊNERO NOS ANOS 1950: ENTRE O
CONFORMISMO E A SUBVERSIVIDADE..... 1800**

MARTINS-SUAREZ

**SER HOMEM E SER MULHER: PROBLEMATIZANDO AS QUESTÕES
DAS DESIGUALDADES ENTRE OS SEXOS COM E PARA ESTUDANTES
DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA ESTADUAL THEONILIO GAMA –
MACEIÓ/AL..... 1814**

Helisabety Barros Mendes da Fonseca

**MULHERES NEGRAS, MEMÓRIAS E MUSEUS DE SALVADOR:
SILENCIAMENTO NA CULTURA OU ESQUECIMENTO DA IDENTIDADE? 1823**

Joana Angélica Flores Silva

**O DESIGN DE BRINQUEDOS PARA MENINAS E A CONSTRUÇÃO DE
CONCEPÇÕES DE GÊNERO E RAÇA..... 1831**

Laila Raiana Santana Borges

SER MULHER, SER HOMEM: IDENTIDADES E VIOLÊNCIAS..... 1843

Maria Aparecida Souza Couto

O PODER DISCURSIVO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO 1857

Roxane de Alencar Irineu

IDENTIDADE GAY NO DISCURSO RELIGIOSO DO PASTOR PENTECOSTAL SILAS MALAFAIA..... 1865

Tiago Vieira Fernandes de Paiva

MÚSICAS FAZEM APOLOGIA À PORNOGRAFIA DA VINGANÇA: UM DESSERVIÇO À LUTA DA IGUALDADE DE GÊNERO 1890

Vivianne Albuquerque Pereira Cavalcante

GT06 - GÊNERO, LITERATURA E LINGUÍSTICA 1905

O VERBO E A CARNE: APRECIÇÃO DA LINGUAGEM E A REPRESENTAÇÃO DO CORPO NO POEMA “BRANCA DE NEVE”, DE ADÉLIA PRADO 1906

Adriana Minervina da Silva

O USO DO FUTURO DO PRETÉRITO COMO ESTRATÉGIA DE POLIDEZ: EFEITOS DA VARIÁVEL SOCIAL SEXO/GÊNERO 1916

Andréia Silva Araujo

O CONCEITO DA TRAIÇÃO FEMININA COMO TABU EM SALÕES DE BELEZA 1932

Bruno Felipe Marques Pinheiro

A BELA E A ADORMECIDA DE NEIL GAIMAN; O ACORDAR DE UM CONTO DE FADAS PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE 1943

Carlos André Araújo Menezes

BUFÓLICAS, DE HILDA HILST: POR UMA ESTÉTICA DO AVESSO 1953

Clovis Carvalho Britto

DISCURSO E MÍDIAS EDUCACIONAIS: A ANÁLISE DA DIVERSIDADE SEXUAL NOS MATERIAIS INSTRUCIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA 1968

Deyvid Braga Ferreira

ANÁLISE DISCURSIVA DO CONCEITO DE “INFORMAÇÃO” NOS MATERIAIS INSTRUCIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA, E SUAS REPERCUSSÕES NA COMUNIDADE LGBTT 1982

Deyvid Braga Ferreira

PRELIMINARES, TABUS E PRECONCEITOS: ASPECTOS SOCIOLINGUÍSTICOS, SEXUALIDADE E GÊNERO 1996

José Robério Oliveira de Moraes

SUINDARA: RESGATE DE MEMÓRIAS FEMININAS EM CRÔNICAS DE LEILA JALUL. 2003

Margarete Edul Prado de Souza Lopes

GÊNERO E REPRESENTAÇÃO NA LITERATURA: COZINHEIRAS E PATROAS EM EÇA DE QUEIRÓS 2017

José Roberto de Andrade

LEITURA NO BALDE COM GIBIS DA MÔNICA, DE MAURICIO DE SOUZA: FEMINISMO NO UNIVERSO INFANTIL..... 2032

Maria Cilene Gonçalves Gaspar

RAINHA GINGA: UMA NARRATIVA DA RESISTÊNCIA FEMININA..... 2040

Maria do Desterro da Silva Oliveira

O FUNCIONÁRIO PÚBLICO E O ESCRITOR: UMA REFLEXÃO SOBRE ANTIFEMINISMO EM LIMA BARRETO 2053

Maria Sandra da Gama

A PERSONAGEM NEGRA EM MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA, DE ANA MARIA MACHADO 2066

Marilene Pereira Salazar;

O CORPO DA PALAVRA NA TEIA POÉTICA: SOBRE TRÊS MULHERES POETAS, MARGENS E FILOSOFIA 2079

Renata Pimentel

GÊNERO, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: REPRESENTAÇÕES DA PERSONAGEM-PROFESSORA EM OBRAS FICCIONAIS DE ERICO VERISSIMO 2091

Roselusia Teresa de Moraes Oliveira

LITERATURA E PRÁTICAS DE LEITURA: LEITOR@S DE ERICO VERISSIMO EM REDES DE INTERATIVIDADE..... 2105

Roselusia Teresa de Moraes Oliveira

DO SILÊNCIO DA MULHER NAS HISTÓRIAS: UMA LEITURA DE INCÊNDIOS DE WAJDI MOUAWAD..... 2116

Sherry Morgana Justino de Almeida

IMAGENS DO FEMININO NA OBRA UM COPO DE CÓLERA..... 2132

Taiane Emanuele Santos Mota

GT07 - GÊNERO, RELAÇÕES DE TRABALHO E MEIO AMBIENTE....2140

**MULHERES EM BUSCA DE SEUS DIREITOS: UMA ANÁLISE DAS
PESCADORAS DE GOVERNADOR CELSO RAMOS 2141**

Adriana Eidt

**RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO DOCENTE NO ENSINO
FUNDAMENTAL..... 2150**

Anabela Maurício de Santana

**A QUESTÃO DE GÊNERO E O TRÂNSITO NA FORMAÇÃO DOS
INSTRUTORES DE DIREÇÃO VEÍCULAR NO BRASIL. EM BUSCA
DA CIDADANIA EM FAVOR DO MEIO AMBIENTE..... 2164**

Carla Rezende Gomes

**A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DAS MULHERES PESCADORAS DE
CAMARÃO EM UMA COMUNIDADE NO BAIXO AMAZONAS..... 2178**

Christiane Pereira Rodrigues

**O MODO DE “SER PESCADORA”: DESVENDANDO O COTIDIANO
DAS MULHERES DA PESCA EM INDIAROBA, SERGIPE, BRASIL..... 2190**

Eline Almeida Santos

MULHER E TRABALHO: O PERFIL DA MULHER EMPREENDEDORA..... 2203

Fernanda Gama Serafim

**MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS RECO(R/N)TADAS NO CONTEXTO DA
QUEBRA DE COCO BABAÇU: FAMÍLIA, GÊNERO, RAÇA E TRABALHO..... 2216**

Hairam Machado

**A REABILITAÇÃO DAS MULHERES NA FORMAÇÃO DO PENSAMENTO
SOCIAL DA AMAZONIA..... 2230**

Iraildes Caldas Torres

**ENFRETAMENTO DE ENFERMEIRAS NO CUIDADO A MULHERES
ENVOLVIDAS COM DROGAS 2241**

Lara Barreto Caldas

**TENDÊNCIAS E DESAFIOS DE GESTORES E PROFISSIONAIS NO
TRABALHO COM A REDEDE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE
PESSOAS COM FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL2254**

Lucivania Oliveira Lisboa

**O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO DA PERCEPÇÃO DE RISCO PARA
PROFISSIONAIS DE SEXO.....2267**

Luiz Augusto Santos Costa

**O “JEITINHO FEMININO”: A CHAVE PARA O SUCESSO DO
COMÉRCIO DE PORTA EM PORTA.....2281**

Maria da Conceição Silva Felix

AS PESCADORAS DO RIO TEJO E A CULTURA AVIEIRA EM PORTUGAL.....2295

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão

**O TRABALHO NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO À CALAMIDADE PÚBLICA
E EMERGÊNCIAS EM MANAUS: DESAFIOS NA INTERLOCUÇÃO COM A
POLÍTICA DE HABITAÇÃO.2311**

Mirella Cristina Xavier Gomes da Silva Lauschner

**AS POLÍTICAS DE MICROCRÉDITO NA REGIÃO METROPOLITANA
DE RECIFE: A PARTICIPAÇÃO E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES
NO PROGRAMA CREDIAMIGO2322**

Mirella de Lucena Mota

**MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: REFLEXÕES À LUZ DO
DEBATE SOBRE MULHERES E CIÊNCIA2336**

Patrícia Fernandes Lazzaron Novais Almeida Freitas

**SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADES VIVENCIADAS POR ENFERMEIRAS
NA PRÁTICA DE CUIDADOS A MULHERES ENVOLVIDAS COM DROGAS
EM CONTEXTO DE MATERNIDADE.....2346**

Patrícia Keirelly de Oliveira Araújo

**PARA ALÉM DAS NARRATIVAS BIOGRÁFICAS DAS MULHERES DOCENTES
DA UFS E DA UP: UM ESTUDO INTERCULTURAL DE GÊNERO2360**

Suzana Mary de Andrade Nunes

A MULHER NA CONSTRUÇÃO CIVIL2373

Sylvia Oliveira Chagas

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL ...2386

Tânia Lúcia Farias Dias

**DIFERENCIAIS DE GÊNERO NO II LEVANTAMENTO NACIONAL DE
ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS2400**

Thalyta Rayanna Fontes Rocha Santos

**SERIA O REVANCHE DAS “BRUXAS”? DIVISÃO DE TRABALHO NA
SAÚDE E ASSISTÊNCIA À MULHER NO PARTO 2417**

Wanessa Oliveira Silva

GT08 - FEMINISMO, POLÍTICA E PODER2430

**MEMÓRIAS DO MOVIMENTO DE LÉSBICAS BRASILEIRO: AS
CONSTRUÇÕES SILENCIADAS. A HISTÓRIA QUE NÃO PUBLICIZARAM. 2431**

Ana Carla da S. Lemos

**FALAS DE GÊNERO DA PARTICIPAÇÃO POLITICA DE MULHERES
NO CARIRI CEARENSE2446**

Antonia Eudivania de Oliveira Silva

**A POLÍTICA DE COTAS E A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES
NO PODER LEGISLATIVO BRASILEIRO (2002-2014)..... 2456**

Bárbara Maria Farias Mota

**O FEMINISMO NA PERSPECTIVA DA GLOBALIZAÇÃO
CONTRA-HEGEMÔNICA: QUANDO A DIFERENÇA NOS
INFERIORIZA E A IGUALDADE NOS DESCARACTERIZA2466**

Carolina Alves Leite

**MULHER E PODER: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO FEMININA
NA POLÍTICA BAIANA ATRAVÉS DA TRAJETÓRIA DE LÍDICE DA MATA..... 2480**

Cíntia Pina Dantas Silva

**DESIGUALDADES DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO FEMININO
NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA2489**

Fernanda Vieira Nascimento

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE HOMENS E MULHERES NA PERCEPÇÃO
DE MULHERES JOVENS2501**

Franciele da Silva Santos

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E LUTA FEMINISTA: DIÁLOGOS
E DIVERGÊNCIAS..... 2518**

Gabriela Monteiro Araújo

APRENDIZADO E TREINAMENTO DAS MULHERES PARA A POLÍTICA2532

Glória Rabay

**DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS, EM ESPECIAL
DE MULHERES.....2544**

Jucilane Santana dos Santos

O NEIM E OS ESTUDOS DE GÊNERO: PENSAMENTO E MOVIMENTO2557

Márcia dos Santos Macêdo

**PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA: DA LUTA IDENTITÁRIA
PARA A UNIVERSALIDADE CONCRETA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE
GÊNERO E TRANSFORMAÇÃO DAS ESTRUTURAS MACHISTAS E
PATRIARCAIS DA SOCIEDADE CAPITALISTA2567**

Maurício Gentil Monteiro

**A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES AMAZONENSES NO
PARLAMENTO BRASILEIRO2578**

Michelle Rabelo de Souza

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: DESAFIOS À VISIBILIDADE
E À AUTONOMIA2590**

Nelmires Ferreira da Silva

**POLÍTICA PÚBLICA DE AUTONOMIA ECONÔMICA E
EMPODERAMENTO FEMININO: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS
DA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA CHAPÉU DE PALHA
MULHER - PE.....2603**

Raquel Oliveira Lindoso

**DEPUTADAS BAIANAS ELEITAS EM 2014: AFINIDADES,
POTENCIALIDADES E DESAFIOS.....2616**

Sonia Jay Wright

**MULHERES EVANGÉLICAS: FÉ E POLÍTICA RESIGNIFICANDO O
FEMINISMO2628**

Vanessa Maria Gomes Barboza

GT09 - GÊNERO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS2639

**GÊNERO, “RAÇA” E TRAJETÓRIAS AFETIVO-SEXUAIS ENTRE MULHERES
NEGRAS LIDERANÇAS DE CLASSES POPULARES, EM SALVADOR, BAHIA.....2640**

Ana Claudia Lemos Pacheco

SUBORDINAÇÃO INTERSECCIONAL – SER MULHER TRANS E NEGRA.....2655

Camila Pina Brito

**AS DIMENSÕES PESSOAIS DO SER PROFESSORA FACE AO CURSO EM
EDUCAÇÃO E CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS DO ODEERE – JEQUIÉ/BA....2668**

Cláudia Moreira Costa

**EXPERIÊNCIAS DE DISCRIMINAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA, CLASSE E
GERAÇÃO (IDADE) ENTRE LIDERANÇAS NEGRAS FEMININAS NO
BAIRRO DE SÃO CRISTÓVÃO, EM SALVADOR, BAHIA.....2681**

Daniela Rosa Ribeiro

**O FEMINISMO NEGRO RESIGNIFICANDO A TEORIA E A PRÁTICA
FEMINISTA: SUBALTERNIDADE É O QUE TEM PRA NÓS?2690**

Deise Sousa dos Santos

**SOLTANDO O CRESPO – O CABELO COMO UMA FERRAMENTA
PARA O EMPODERAMENTO DE MULHERES NEGRAS2701**

Gabriely Nascimento Varela

**REFLEXÕES SOBRE A DIVERSIDADE RACIAL E ETNIA NO
CURRÍCULO ESCOLAR.....2714**

Jeane Gonçalves da Cunha;

**ENSINO SUPERIOR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS:
UMA ANÁLISE A PARTIR DO REFERENCIAL DE FEMINISTAS NEGRAS2727**

Kelly da Silva

**ACESSO DE MULHERES AO CUIDADO PRÉ-NATAL: UMA ANÁLISE
POR RAÇA/COR2740**

Márcia Fernandes Silva

O EMPODERAMENTO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E RAÇA S NAS LICENCIATURAS.....	2752
Maria da Anunciação Conceição Silva	
MULHER NEGRA NO BRASIL - FALSA DEMOCRACIA RACIAL E TRABALHO DESPROTEGIDO.....	2762
Nelmires Ferreira da Silva	
PRÉ-ADOLESCENTES NEGRAS: ESTÉTICA, AUTOESTIMA E SOFRIMENTO PSÍQUICO.	2775
Noelly Gabriela Catarina Dias Araújo Pereira Ferreira Santos de Medeiros Damasceno	
AS NEGRAS NO MOVIMENTO NEGRO: ANÁLISE DE GÊNERO SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO GRUPO “COISA DE NÊGO” EM TERESINA (PI).....	2784
Ravena Pereira Leite	
A DANÇA E A MÚSICA COMO CONSTITUTIVOS SUBJETIVOS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO RACIAL DE MULHERES NEGRAS.	2799
Rosa Maria Marques	
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, A MUHER NEGRA E OS PROGRAMAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA.....	2812
Silvana Silva do Nascimento	
FEMINISMO NEGRO E CABELO: MULHERES NEGRAS E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL.....	2825
Stella Maris Carneiro de Arruda	
CONCEPÇÕES DE CORPO E ESTÉTICA ENTRE MULHERES NEGRAS LIDERANÇAS DO BAIRRO DE SÃO CRISTÓVÃO, EM SALVADOR, BAHIA.....	2837
Ticiania Dorea Ribeiro Santos	
A MULHER JOVEM NEGRA E O ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA URBANA.....	2846

Valdenice José Raimundo

**A MULHER NEGRA NO MERCADO TRABALHISTA:
UMA INTERSECCIONALIDADE DE RAÇA E GÊNERO2856**

Wézya Mylena dos Santos Ferreira

GT10 - GÊNERO E SEXUALIDADE2868

**A TRAVESTI NO IMAGINÁRIO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS:
UMA ANÁLISE A PARTIR DO DESENHO-ESTÓRIA COM TEMA.....2869**

Carlos Alberto Porcino

**A CODEPENDÊNCIA EMOCIONAL E OS IMPACTOS NA SAÚDE DA MULHER
2885**

Daliane Fontenele de Souza

**REFLEXÕES SOBRE CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADES NO PROJETO
POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA.....2899**

Danilo Araujo de Oliveira

ENFERMEIRAS E TRAVESTIS: UM ESTUDO EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ...2915

Ester Mascarenhas Oliveira

**PERCEPÇÕES DE MENINOS E MENINAS DO ENSINO MÉDIO SOBRE
APROXIMAÇÕES E TENSÕES ENTRE SEXUALIDADE E AS PRÁTICAS
ESCOLARES2925**

Evanilson Tavares de França

**MOÇA AINDA OU MULHER DA VIDA? NOTAS ETNOGRÁFICAS E
DIALÓGICAS.....2937**

Fernanda Priscila Alves da Silva

CORPO, DOR E PRAZER NAS RELAÇÕES DE GÊNERO2953

Jeanne Chaves de Abreu

CORPO, SEXUALIDADE E SAÚDE MENTAL: DIÁLOGOS POSSÍVEIS.....2963

Luciene Figueiredo

**MASCULINIDADES NEGRAS E ESTEREÓTIPOS DO RACISMO E
SEXISMO EM DEBATE2978**

Mônica Prates Conrado

**PORNOGRAFIA: VIOLÊNCIA E PADRONIZAÇÃO OU EMPODERAMENTO
E PRAZER FEMININO?.....2989**

Samira Ramalho Ribeiro de Souza

**AS REPRESENTAÇÕES DE LICENCIANDOS/AS SOBRE A INCLUSÃO
DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, CAMPUS ITABAIANA (SE)3004**

Tayslaine da Silva Tavares

**EDUCAÇÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE INFANTIL: UMA VISÃO
ALÉM DOS MUROS ESCOLARES3018**

Wézya Mylena dos Santos Ferreira

GT11 - GÊNERO, HOMENS E MASCULINIDADES3029

**SAUDOSA AMÉLIA - A CRISE DA MASCULINIDADE FRENTE ÀS
“MULHERES MODERNAS”3030**

Ingrit Machado Jeampietri de Paiva

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E GRUPOS DE HOMENS
AUTORES DE VIOLÊNCIA3044**

Jacqueline Mary Soares de Oliveira

**“ESTOU CUMPRINDO O MEU PAPEL”: SIGNIFICADOS DO
“SER HOMEM” E “SER MACHO” ENTRE HOMENS PROCESSADOS
PELA LEI MARIA DA PENHA.3071**

Lorena Sales de Almeida¹

**PERSPECTIVAS MASCULINAS DE ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
O QUE PENSAM OS HOMENS QUE CURSAM PEDAGOGIA?3082**

Lucas Romário

**SEXUALIDADES DISSIDENTES, *INTERNET* E TEORIA *QUEER*:
A CONTRIBUIÇÃO DOS AMBIENTES ON-LINE PARA O
DESENVOLVIMENTO DE SEXUALIDADES *QUEER*3093**

Rafael dos Santos Morato

**INTERAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS DE JOVENS HOMENS EM
CONTEXTOS DE POBREZA3102**

Welber Silva Araújo

GT12 - GÊNERO E DIREITO.....3116

**USTIÇA, MEMÓRIA E GÊNERO: UMA ANÁLISE FÍLMICA DE
“A DAMA DOURADA” (WOMAN IN GOLD)..... 3117**

Alexnaldo Teixeira Rodrigues

**PALAVRAS NO PAPEL NÃO MUDAM A REALIDADE: UMA ANÁLISE
SOBRE ACESSO À JUSTIÇA E MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA
NO CONTEXTO SOTEROPOLITANO 3129**

Anderson Eduardo Carvalho de Oliveira

**“INSULTOS E AGRESSÕES”: MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E A
HIERARQUIA DE GÊNERO 3143**

Ângela Carla de Farias

TRAJETÓRIA DA MULHER NO DIREITO BRASILEIRO 3157

Anna Christina Freire Barbosa

**A EFICÁCIA DOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS NA JUSTIÇA
INTERNACIONAL: AMPLIAÇÃO E O PROCESSO DE
INTERNACIONALIZAÇÃO DAS QUESTÕES FEMININAS..... 3170**

Davi Reis de Jesus

**A QUESTÃO DE GÊNERO NA DEFINIÇÃO DA GUARDA DOS FILHOS
E A MUDANÇA DE PARADIGMAS ATRAVÉS DA LEI DA GUARDA
COMPARTILHADA..... 3182**

Fernanda Caroline Alves de Mattos

**ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO GRANDE
DO NORTE NA DEFESA DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA E FAMILAR..... 3195**

Gabrielle Cristiane Monte Bezerra

**A INSERÇÃO DA MULHER NO SISTEMA CARCERÁRIO
E OS DIREITOS HUMANOS: UMA PROBLEMÁTICA JURÍDICO-SOCIAL 3209**

João Luciano Marques dos Santos Mota

**PODER JUDICIÁRIO E LEI MARIA DA PENHA: O ENFRENTAMENTO
À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER..... 3221**

Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha

**A PRISÃO ALÉM DO CÁRCERE: OS DIREITOS DA MULHER RECLUSA
GESTANTE OU COM FILHO RECÉM-NASCIDO NO SISTEMA PRISIONAL
BRASILEIRO 3233**

Juliane Rodrigues

**MECANISMOS DE PRODUÇÃO DA NOÇÃO DE FAMÍLIA: GÊNERO E
SEXUALIDADE NA JURISPRUDÊNCIA NORDESTINA 3247**

Larissa de Moura Cavalcante

O DISQUE 100 E A VIOLÊNCIA LGBT..... 3259

Lenon Silva Boaventura

**OS SENTIDOS DAS DECISÕES JUDICIAIS EM CASOS DE ESTUPRO CONTRA
MULHERES E A MANUTENÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO 3269**

Lívy Ramos Sales Mendes de Barros

**FRENTE DAS MULHERES DOS MOVIMENTOS DO CARIRI E A
CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA: NOVAS ALTERNATIVAS DE
ENSINO JURÍDICO BRASILEIRO 3281**

Maria Clara Arraes Peixoto Rocha

GÊNERO, UMA CATEGORIA ANALÍTICA PARA OS DIREITOS HUMANOS..... 3294

Mariana Torreão Brito Arcoverde

DIREITOS HUMANOS PARA AS MULHERES: O QUE SÃO?..... 3305

Noélia Castro de Sampaio

A MULHER ENCARCERADA NA BUSCA DA DIGNIDADE..... 3315

Rafaella Bastos Silva Fernando

**FEMINISMO JURÍDICO LATINO AMERICANO: A RELEVANTE
CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA DE ALDA FACIO 3327**

Salete Maria da Silva

**VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS
DA GESTANTE ENCARCERADA3340**

Stephanie de Santa Izabel Montargil Ribeiro Oliveira

**A OPACIDADE DO PODER JUDICIÁRIO E DESAFIOS PARA O
MONITORAMENTO DA LEI MARIA DA PENHA.....3351**

Tatyane Guimarães Oliveira

**LIMITES E CONTRADIÇÕES DA INCLUSÃO DE MULHERES COM
DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO3365**

Valéria Alves Melo Silva

**PROSTITUIÇÃO, MODELOS LEGAIS E TRABALHO SEXUAL NO
DEBATE FEMINISTA BRASILEIRO3373**

Wagner dos Reis Marques Araújo

GT13 - GÊNERO E COMUNICAÇÃO.....3386

**CINEMA E FEMINISMO: REPRESENTAÇÃO E PERSPECTIVA HISTÓRICA
EM AS SUFRAGISTAS DE SARAH GAVRON.....3387**

Aline Lisboa da Silva

**“BELA, RECATADA E DO LAR”: A REPRODUÇÃO DOS PAPÉIS DE
GÊNERO NAS PÁGINAS DA REVISTA VEJA3400**

Ana Maria da Conceição VELOSO

O PARADOXO DAS PIN-UPS: PRISÃO OU LIBERDADE? 3413

Ana Paula Oliveira Barros

UM CHOP PRA DISTRAIR: DISCURSO PUBLICITÁRIO E GÊNERO.....3429

Anselmo Lima de Oliveira

**QUEM É ESSA MULHER? PERCEPÇÕES DA VIOLÊNCIA
DE GÊNERO NA MÍDIA SERGIPANA.....3440**

Bárbara Nascimento de Oliveira

**A PLURALIDADE DE GÊNEROS NA PUBLICIDADE: O COMERCIAL
“BE TRUE TO YOUR PLEASURE”3455**

Heloísa Costa Idalido da Silva

**AUTORREPRESENTAÇÃO DE CINEASTAS NEGRAS NO CINEMA
NACIONAL CONTEMPORÂNEO3469**

Luciana Oliveira Vieira

A PUBLICIDADE É O ESPELHO DA SOCIEDADE?.....3481

Luciene Assunção da Silva

MULHER E MÍDIA E A PRIMAVERA FEMINISTA3495

Melina Costa Lima FRAGA

**A OBJETIFICAÇÃO DA MULHER NAS CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS:
VIOLÊNCIA VELADA NOS ANÚNCIOS BRASILEIROS DE CERVEJA.....3509**

Olga Kahena David Lima

**BELA, RECATADA E 'DO LAR': UMA ANÁLISE DO DISCURSO DA
MATÉRIA QUE PAUTOU O DEBATE DE GÊNERO NAS REDES SOCIAIS 3520**

Renata Barreto Malta

**MASCULINIDADE E FÉ: ESTRATÉGIAS DE CONSUMO
NA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS..... 3534**

Soraya Maria Bernardino Barreto Januário

**RELACIONAMENTOS ABUSIVOS NA COMUNIDADE "L":
UMA ANÁLISE SOCIAL DO FILME AZUL É A COR MAIS QUENTE 3552**

Tânia Dias

**"OH MY GOD! LOOK AT HER BUTT!" RAÇA E HOMOAFETIVIDADE
FEMININA EM ANACONDA, DE NICKI MINAJ 3559**

Victória Junqueira Ayres Lucena;

GT14 - GÊNERO, CULTURA POPULAR E ARTES3570

**MULHER NO PALCO: RITOS POÉTICOS TEATRAIS DE INICIAÇÃO
AO FEMININO SAGRADO 3571**

Adriana Gabriela Santos Teixeira

AS QUESTÕES DE GÊNERO NA BRINCADEIRA DO PEGA-PEGA..... 3585

Alana Simões Bezerra ()

**FUNK DA SOLUÇÃO: EXERCÍCIO DE SONORIDADE FEMINISTA E
SORORIDADE MUSICAL..... 3594**

Alexandra Martins Costa

**O CORAL EDGARD MORAES E O PROTAGONISMO FEMININO NO
FREVO-DE-BLOCO..... 3609**

Alice Alves

GÊNERO E PATRIMÔNIO INTERCONECTANDO PERFORMANCES..... 3620

Ana Paula dos Anjos Fiuza

**ESCRITAS DE SI E POLÍTICAS DE AGÊNCIA: ARTIVISMO POÉTICOS
DE MULHERES NEGRAS 3633**

Anni de Novais Carneiro

**ELE PEGOU A MINHA IRMÃ E...: CLEMILDA E OS LIMITES DO
CORPO E DA PALAVRA NO CAMPO MUSICAL BRASILEIRO 3642**

Clovis Carvalho Britto

**NARRATIVA EM DEVIR: CINEMA FEMINISTA, POLÍTICA DO
DISSENSO E DIFERENÇA EM “QUE HORAS ELA VOLTA?” 3655**

Fernanda Capibaribe Leite

O FEMININO NO CANCIONEIRO DE DOLORES DURAN 3677

Gilvan da Costa Santana

**A EXPERIÊNCIA ESTÉTICA EM SÍNCOPE: UM ROTEIRO DE ESCUTA
NO FEMININO 3693**

Helen Campos Barbosa

A COR DA DECORAÇÃO: SALVADOR (1970-2016)..... 3710

Izabel Tavares-Gomes

**COMPONDO TRILHAS PARA A CONSTRUÇÃO DE EPISTEMOLOGIAS
FEMINISTAS EM MÚSICA NO BRASIL..... 3720**

Laila Rosa

**RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A IMPORTÂNCIA DO CONCURSO
DA DEUSA DO ÉBANO PARA A IDENTIDADE E A ESTÉTICA NEGRA
EM DANÇA. 3732**

Nadir Nóbrega Oliveira

**GT15 - RELAÇÕES DE GÊNERO NAS CIÊNCIAS EXATAS,
ENGENHARIAS E COMPUTAÇÃO.....3745**

**ASSIMETRIA DE GÊNERO NA ACADEMIA: UMA ABORDAGEM DA
INTER-RELAÇÃO ENTRE A CARREIRA PROFISSIONAL E A VIDA
DOMÉSTICA DE DOCENTES E PESQUISADORES DE ENSINO SUPERIOR..... 3746**

Fernanda Chiozzini Martins-Suarez

**OFICINAS DE PROGRAMAÇÃO PARA ALUNAS DO ENSINO MÉDIO:
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA..... 3760**

Isabela Nascimento Cavaco

**ESCOLHAS PROFISSIONAIS: COMO PENSAM OS ALUNOS E ALUNAS
DO ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA..... 3774**

Josilene A. Moreira

**DIFERENÇAS DE GÊNERO NA AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA DE
PROGRAMAÇÃO DOS CURSOS DE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO:
UM ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA 3786**

Josilene A. Moreira

HÁ ESPAÇO PARA SALTO ALTO E BATOM NAS CIÊNCIAS DURAS?..... 3797

Lucimeiry Batista da Silva

**TRAJETÓRIA DE UMA DOCENTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM
“UM LUGAR PRA MACHO”..... 3813**

Lucimeiry Batista da Silva

**RELAÇÕES DE GÊNERO NA COMUNIDADE CIENTÍFICA BRASILEIRA:
ANÁLISE DO ESPAÇO OCUPADO POR MULHERES NA SOCIEDADE
BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC) E PLATAFORMA
LATTES..... 3829**

Maria do Carmo F. Soares

**SER MULHER NA CIÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE A QUESTÃO DE
GÊNERO NAS CIÊNCIAS DA NATUREZA E NA MATEMÁTICA..... 3840**

Renata Rosenthal

**SENTIDOS E SIGNIFICADOS DE GÊNERO ATRIBUÍDOS POR
DOCENTES DA DISCIPLINA DE FÍSICA DO ENSINO MÉDIO DO IFPB3850**

Valquiria Gila de Amorim

**SOBRE MULHERES NORDESTINAS NAS “CIÊNCIAS EXATAS”:
UM OLHAR SITUADO EM PERNAMBUCO3863**

Vívian Matias dos Santos

GT 16 - GÊNERO E RURALIDADES3877

TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE MULHERES AGRICULTORAS.....3878

Ana Elizabeth Souza Silveira de Siqueira

**“MARIAS” DO RURAL ALAGOANO: A [IN] VISIBILIDADE DO
TRABALHO EM FACE DA OPRESSÃO PATRIARCAL3891**

Jaqueline da Silva Lima

O CAMPESINATO SEGUNDO OS PERIÓDICOS FEMINISTAS BRASILEIROS ...3905

Julia Gabriela Santos Bertoldo Nascimento

SER MULHER E PROFESSORA EM ESCOLAS NO CAMPO 3914

Tatyanne Gomes Marques;

**O DESAFIO DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS NO
DESENVOLVIMENTO POLITICO E SOCIAL NO PROJETO DE
ASSENTAMENTO AGUA BRANCA3927**

Viviane de Oliveira Rocha

GT17 - GÊNERO, RAÇA E RELIGIOSIDADES.....3939

NAS ONDAS DO RÁDIO: A EXPERIÊNCIA DO MEB EM GARANHUNS3940
Andréa Bandeira

**O DIREITO AO CULTO RELIGIOSO E GÊNERO: PRETA VELHA COMO
LUGAR DE MEMÓRIA AFRO-RELIGIOSA3955**
Francineide Marques da Conceição Santos

**CAMINHOS DO SAGRADO: MULTICULTURALISMO E DIVERSIDADE
RELIGIOSA NO ESPAÇO ESCOLAR3969**
Juliana Cintia Lima e Silva

**REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DAS MEMÓRIAS
DE UM AGENTE DE PASTORAL.....3990**
Leandro Neri Brito;

**REPRESENTAÇÕES SAGRADAS DO FEMININO: UMA SERVA NA CASA
GRANDE E UMA DEUSA NA SENZALA..... 4003**
Micaele Oliveira Eugênio Costa

GT18 - DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUAL: PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO, APARATOS CULTURAIS E POSSIBILIDADES DE CONSTITUIÇÃO DE SI E DOS OUTROS4019

O GRUPO DE PESQUISA *PÓS-COLONIALIDADE, FEMINISMOS E EPISTEMOLOGIAS ANTI-HEGEMÔNICAS/ FEMPOS* - UNILAB.....4020

Caterina Alessandra Rea

REPRESENTAÇÕES DE LICENCIANDOS/AS DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE SOBRE CORPO, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL4031

Helma de Melo Cardoso

DESAFIOS EM SER PROFESSOR GAY E PROFESSORA LÉSBICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: MOTIVAÇÕES E MANIFESTAÇÕES DO MAL - ESTAR DOCENTE.....4044

Laís Machado de Souza

***“MEXEU COMIGO! E AÍ TU VAI FAZER O QUÊ? TU ENQUANTO PROFESSORA?”: OS NOVOS OLHARES SOBRE CORPOS, GÊNEROS E SEXUALIDADES*4058**

Mac Cleide de Jesus Braga Amaral

MULHER E MOBILIDADE URBANA: PROCESSOS METODOLÓGICOS E DESAFIOS DE PESQUISA NA INTERPRETAÇÃO DO DISCURSO DAS MULHERES DO COQUE4072

Amanda Martínez Elvir

***“MINHA MÃE ME CRIOU E ME EDUCOU, MAS O MEU PAI ME ENSINOU A VIVER”*: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO.....4086**

Anderson Ferrari

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ENFERMEIRA(O)S DA REDE BÁSICA SOBRE A TRANSEXUALIDADE4097

Polliana Santos Ribeiro

A PRODUÇÃO DO CUIDADO NA SAÚDE MENTAL E PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO: “INVISIBILIDADES” E DESAFIOS.4109

Rafaela Cordeiro Freire

A REPERCUSSÃO SOCIAL E JURÍDICA DA TRANSEXUALIDADE..... 4121

Raissa Monteiro Costa

**DISCUSSÃO SOBRE LESBIANIDADE EM THE CHILDREN HOUR'S -
PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA DE 1961 4132**

Rita de Cássia Santos Côrtes

**GÊNERO E SEXUALIDADE PARA ALÉM DA AÇÃO: QUANDO ELAS/ELES
[ALUNOS/AS] AVALIAM..... 4145**

Roniel Santos Figueiredo

**OS “INADAPTADOS”. QUEM TEM ACESSO AO DIREITO E À VIDA
SOCIAL FORA DA SEXUALIDADE HETERONORMATIVA?..... 4160**

Sabrina Guerra Guimarães

**“SE PARA A GENTE JÁ É DESAFIADOR, IMAGINE PARA O PROFESSOR QUE
NÃO TEM ESSA FORMAÇÃO DENTRO DA BIOLOGIA”: OS DISCURSOS
DE UMA PROFESSORA ACERCA DO ENSINO DA SEXUALIDADE..... 4171**

Suzane Nascimento Cabral

**“NOSSA, VOCÊ TEM UM PÊNIS GRANDE, VOCÊ ME DEIXA DOIDO.
EU PARECIA UM BONECO INFLÁVEL NA MÃO DELE” – OS DISCURSOS
QUE PRODUZEM O CORPO DO HOMOSSEXUAL NEGRO 4184**

Vitor Tadeu Nascimento Santos;

GT19 - PROGRAMAS MULHERES MIL.....4199

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE
AS RELAÇÕES DE PODER4200**

Annaya Assunção Pereira Ribeiro

**EMPODERAMENTO DE EGRESSAS DO PROGRAMA MULHERES MIL
NO IFBAIANO – CAMPUS URUÇUCA.....4210**

Jordania Medeiros Coutinho

**MULHERES MIL, INCLUSÃO, PROFICIONALIZAÇÃO E IFS:
UMA AÇÃO PONTUAL DE RESGATE A CIDADANIA, POUCO
CONHECIDA NO CAMPUS ARACAJU.....4222**

Magna Cecilia Sobral Silva

**ELAS CHEGARAM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA
MULHERES MIL NO IFMA CAMPUS CODÓ4233**

Maria Alda Pinto Soares

PARA PENSAR A TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO

A Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero – REDOR – foi criada em setembro de 1992, em reunião promovida pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBA –, com o objetivo de congregar, articular e desenvolver estudos sobre mulheres e relações de gênero no Norte e Nordeste brasileiros. Define sua atuação em três grandes linhas de trabalho que são os Estudos e Pesquisas, a Capacitação e Publicações. Assim, apresenta como principais objetivos: incentivar a formação de novos grupos, núcleos e programas de estudos sobre as questões da mulher e relações de gênero nas instituições de educação superior; impulsionar a produção teórico-metodológica nas questões de gênero; fomentar o desenvolvimento de pesquisas conjuntas interinstitucionais, intra e inter-regionais; implementar o intercâmbio de informações e conhecimentos; divulgar a produção científico-acadêmica regional; promover a capacitação de pessoal docente e técnico envolvido nos núcleos e grupos de estudo e realizar seminários e encontros visando a divulgação, intercâmbio de informações e aprofundamento das questões teórico-metodológicas entre os núcleos e grupos da rede e os demais do país.

No Nordeste, em 1983, encontravam-se apenas dois núcleos pioneiros: o Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher – NEIM/UFBA/Salvador – e o Família, Gênero e Sexualidade – FAGES/UFPE/Recife –. Antes da criação da REDOR, em 1992, havia apenas sete núcleos ou grupos no Nordeste e nenhum no Norte. No decorrer de pouco mais de duas décadas, os núcleos ou grupos vinculados à REDOR, já eram 29 na região Nordeste e 6 na região Norte, pesquisando gênero em 24 IES, conforme o quadro 1. Foi possível identificar, parcialmente, o número de 251 pesquisadoras/es vinculadas/os a 29 núcleos ou grupos do Nordeste, a partir das informações contidas no site do 18º Encontro da REDOR realizado na UFRPE.

Atualmente a REDOR agrupa 35 núcleos e grupos de pesquisa vinculados às IES das duas regiões, conjugando esforços no sentido de minimizar as discrepâncias regionais ainda hoje existentes em relação ao Sudeste-Sul do país, inclusive no que se refere aos avanços nos estudos sobre a problemática de gênero e da condição feminina em nossa sociedade.

O crescente número de pesquisadoras e pesquisadores e, conseqüentemente, de trabalhos sobre mulheres e relações de gênero no mundo acadêmico

de um modo geral e nas Regiões Norte e Nordeste em especial, atesta a importância e interesse da temática, destacando-se a criação de Cursos de Graduação (Bacharelado em Gênero e Diversidade, NEIM/UFBA) e Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA – Mestrado e Doutorado).

A manutenção da REDOR e dos núcleos de pesquisa tem sido um desafio para os/as pesquisadores/as, assim como a inserção da temática nos cursos de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado, e a formação de novos/as pesquisadores/as nas IES das regiões Norte e Nordeste. Os encontros periódicos (que eram anuais e passaram a ser bianuais) são vitais para a inserção de novos/as pesquisadores/as e para a visibilidade das pesquisas desenvolvidas sobre gênero.

Desde a criação da REDOR, em 1992, até hoje já ocorreram 19 encontros da rede em diferentes IES, conforme a proposta de rotatividade entre os núcleos das duas regiões: 1º Encontro da REDOR, NEIM/UFPA, Salvador/BA, 1992; 2º Encontro da REDOR, Recife/PE, 1993; 3º Encontro da REDOR, NEPAM/UFRN, Natal/RN, 1994; 4º Encontro da REDOR, UFPB, João Pessoa/PB, 1995; 5º Encontro da REDOR, GEPEM/UFPA, Belém/PA, 1996; 6º Encontro da REDOR, NTMC/UFAL, Maceió/AL, 1997; 7º Encontro da REDOR, NIEPEM/UFMA, São Luís/MA, 1998; 8º Encontro da REDOR, NEGIF/UFCE, Fortaleza/CE, 1999; 9º Encontro da REDOR, NEPEM/UFPI, Teresina/PI, 2000; 10º Encontro da REDOR, NEIM/UFBA, Salvador, BA, 2001; 11º Encontro da REDOR, NEPING/UFSE, Aracaju/SE, 2002; 12º Encontro da REDOR, NEIM/UFBA, Salvador/BA, 2005; 13º Encontro da REDOR, Recife/PE, 2006; 14º Encontro da REDOR, NEGIF/UFC, Fortaleza/CE, 2007; 15º Encontro da REDOR, NIEPEM/UFMA, São Luís, MA, 2009; 16º Encontro da REDOR, NEIREGAM/UFAM, Manaus/AM, 2010; 17º Encontro da REDOR, NIPAM/UFPB, João Pessoa/PB, 2012; 18º Encontro da REDOR, NPAMC/UFRPE, Recife/PE, 2014 e o 19º Encontro da REDOR, NEPING/UFS, São Cristóvão/SE, 2016.

O 19º Encontro da REDOR foi organizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero (NEPING) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), que aceitou o desafio de dar continuidade aos encontros, ampliando a abrangência do evento e transformando-o num evento de caráter internacional. A realização do evento, a socialização dos resultados dos trabalhos apresentados e publicados neste livro não teriam sido possíveis sem o apoio financeiro oriundo de projeto aprovado através do EDITAL CAPES/FAPITEC/SE N° 09/2013, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM), do apoio financeiro e logístico

da UFS, dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGED) e em Letras (PROFLETRAS), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) por meio da Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão e dos Campi de Aracaju e Lagarto, dos Serviços Gráficos de Sergipe (SEGRASE) e da Associação dos Docentes da UFS (ADUFS).

Participaram contribuindo para a qualidade e sucesso do 19º Encontro, pesquisadores e pesquisadoras de renome de várias universidades do Brasil e do exterior, trazendo novos olhares nos aspectos teórico/epistemológico/metodológico sobre as temáticas abordadas. Foram objetivos do evento: Discutir a transversalização de gênero na produção do conhecimento e nas políticas públicas, reconhecendo que a perspectiva de gênero e a categoria analítica gênero atravessam todos os campos de prática e de conhecimento, representando um caminho profícuo para a promoção da equidade de gênero e a efetivação dos direitos das mulheres e das pessoas LGBTQI; Fortalecer os núcleos de estudo de gênero, sobre mulheres e feminismo nas regiões Norte e Nordeste; Promover um espaço de socialização entre pesquisadoras e pesquisadores e demais interessadas/os nos Estudos sobre as Mulheres, Feministas, Gênero em suas diversas interseções; Estimular o fomento, a divulgação e o intercâmbio de informações, pesquisas e ações dos núcleos e grupos de pesquisa na comunidade científica; Incentivar a formação de novos Núcleos de Estudos Feministas, que abordem questões de gênero, corpo, diversidade sexual, relações Étnicas geração, classe social etc.; Fortalecer os processos de capacitação de professoras/es, estudantes, gestoras/es públicas/os, viabilizando a inclusão da transversalidade de gênero em suas ações futuras; Estimular a produção do conhecimento implementando estudos e pesquisas sobre a mulher e relações de gênero em Sergipe; Implementar o intercâmbio de informações e conhecimentos sobre a temática, articulando as questões do desenvolvimento humano à condição feminina, relações de gênero e cidadania.

As análises sobre as políticas públicas e programas governamentais a partir da perspectiva de gênero, em geral buscam verificar em que medida iniciativas do Estado tem contribuído, ainda que de forma embrionária, para modificar esse padrão de desigualdade de gênero que continua profundamente arraigado na sociedade brasileira. A inserção da reflexão sobre a transversalidade de gênero na produção do conhecimento e nas políticas públicas contribuiu para dimensionar a sua natureza e significado, ressaltar impasses e perspectivas a perpassar a adoção desse tipo de enfoque no Brasil, realçando a natureza e o significado de ações institucionais voltadas para garantir os direitos humanos das mulheres, a igualdade social e a equidade de gênero. Para além da eficácia

de políticas públicas voltadas para a redução das assimetrias de gênero, para uma mudança no perfil da institucionalização vigente, há que se reconhecer a influência de outros fatores estruturais na reprodução e ampliação dessas assimetrias: as mudanças sócio-demográficas que interferem no perfil do emprego; as mudanças do papel do Estado no mundo globalizado; os desafios colocados pela diversidade racial/étnica; as alterações que vêm ocorrendo na estrutura da família com os múltiplos arranjos familiares e, ainda, as mudanças no tradicional padrão da divisão sexual do trabalho e nos padrões da sexualidade, entre outros. As assimetrias de poder nas relações de gênero constituem um dos eixos estruturantes dos padrões de desigualdade social e têm suas raízes históricas na incorporação das dimensões materiais e simbólicas da divisão sexual do trabalho. Nesse ponto são questionados os processos de governabilidade e de reforma do Estado desencadeados, que deveriam redefinir funções estatais, reparar deficiências históricas e responder a exigências sociais, econômicas, políticas e culturais impostas pelo cenário de globalização.

Nesta linha de reflexão foram conduzidas as discussões nos diferentes Grupos de Trabalho (GTs). No 19º Encontro da REDOR houve 18 GTs. Todos eles de forma crítica promoveram reflexões que envolveram o pensamento dos movimentos feministas, os conceitos de gênero e de transversalidade em torno das políticas públicas, destacando problemas que afetam profundamente a sociedade brasileira, especialmente, as mulheres e as pessoas LGBTQI. Para tanto, campos com o da Educação, Saúde, Arte, Cultura, Trabalho, Ciência, Direito, Violência, Linguística, Política, Relações Étnico-raciais, Masculinidades, Comunicação entre outros foram valorizados nas propostas dos trabalhos organizados nos GTs.

Os textos do GT1 – Gênero, Educação e Inclusão, coordenado pelas professoras Maria do Rosário de Fátima de Andrade Leitão (UFRPE), Lígia Luis de Freitas (UFPB) e Marion Teodósio de Quadros (UFPE), incentivam a articulação entre teorias e conceitos atuais dos estudos feministas sobre as relações de gênero no campo da educação, especialmente as abordagens que dialoguem com sexualidades, geração, classe, raça, etnia, divisão sexual do trabalho e evasão. Os textos são de estudos provenientes das ciências humanas e áreas afins, em articulação com abordagens feministas que considerem socialização, diferenças, identidades, multiculturalismo, inter-culturalidade, redes de poder e suas implicações nas práticas educativas e para conquista da cidadania. Análises e relatos de experiências centrados nessas temáticas e que reflitam sobre as desigualdades de gênero no contexto da escola e em espaços educativos informais. Incentiva o diálogo com direitos humanos, movimentos sociais organizados e

políticas educacionais que reflitam sobre como essas questões estão presentes em discriminações e preconceitos relacionados a pessoas/populações que vivenciam alguma forma de exclusão, bem como experiências exitosas de inclusão.

Os textos do GT2 – Gênero e Geração, coordenado pelas professoras Alda Britto da Motta (UFBA), Márcia Santana Tavares (UFBA) e Isolda Belo da Fonte (FUNDAJ), propõem reflexões sobre as mudanças no curso da vida e as novas formas de gestão social do envelhecimento; relações de gênero e intergeracionais versus juvenilização das idades e arranjos plurais de gênero. Assim, os textos colaboram para o resgate das memórias, trajetórias de vida e percepções elaboradas pelos sujeitos inseridos nos processos de mudanças sociais.

Os textos do GT3 – Gênero, Saúde e Direitos Reprodutivos, coordenado pelo professor Jorge Lyra (UFPE) e pelas professoras Jeane Félix (UFPB) e Lorena Lima de Moraes (UFRPE) visam promover diálogos, debates, trocas e divulgações de trabalhos que articulem questões de gênero, saúde e direitos reprodutivos. Objetivam, assim, construir um espaço para a apresentação e discussão de pesquisas, relatos de experiências e intervenções pedagógicas desenvolvidas na articulação entre estes campos no intuito de conhecer, tensionar e problematizar alguns dos desafios e das potencialidades de pesquisar e trabalhar de modo articulado com tais questões.

Os textos do GT4 – Gênero e Violência, coordenado pelas professoras Elvira Simões Barretto (UFAL), Inez Sampaio Néry (UFPI) e Maria Aparecida Souza Couto (FAMA) objetivam construir espaço de diálogo sobre Gênero e Violência, aliando a produção acadêmica e as ações dos movimentos feministas na produção de conhecimentos e experiências no enfrentamento da violência contra mulheres. Nesta perspectiva, os textos debatem estudos, pesquisas e práticas com foco nos avanços e desafios, no tocante a: a) Violência contra as mulheres no contexto atual; b) Direitos Humanos das mulheres; c) Políticas públicas; d) Implantação, funcionamento e articulação dos serviços da rede especializada; d) Atendimento qualificado às mulheres em situação de violência; e) Implementação da Lei nº. 11.340, Lei Maria da Penha; f) Produção de indicadores e sistemas de informação sobre a violência doméstica e familiar; g) Intervenções das Organizações Não Governamentais. Os textos, de modo geral, avançam nas reflexões teórico-metodológicas sobre gênero e violência propondo a interlocução com produções subsidiadas na perspectiva da interseccionalidade, visando compreender como os marcadores de raça, classe, sexualidade, geração, deficiência, regionalidade se entrelaçam, potencializando desigualdades no contexto da violência.

Os textos do GT5 – Gênero, Identidade e Cultura, coordenado pelas professoras Mariomar Martins Teixeira de Almeida (FUNDAJ) e Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes (UFBA) buscam articular gênero, identidade e cultura na contemporaneidade, contemplando a construção da identidade de gênero e as diferentes modalidades de ação da cultura androcêntrica na sociedade patriarcal e no capitalismo tardio. Assim, buscam refletir sobre como se configuram as identidades sexuais e as identidades de gênero nas concepções e simbolizações dessa relação nas mútuas e contraditórias culturas, e a representação de gênero na produção cultural.

No GT6 – Gênero, Literatura e Linguística, coordenado pelas professoras Margarete Edul Prado de Souza Lopes (UFAC) e Renata Pimentel (UFRPE), os textos fazem articulações entre os Estudos de Gênero e suas interfaces com a Literatura (como linguagem artística em suas especificidades e nos diversos ramos dos estudos literários: os estudos culturais, a ginocrítica, a crítica feminista, a crítica biográfica, entre outros) e com a Linguística (abordagens relativas à linguagem nos diversos ramos dos estudos linguísticos: análise do discurso, sociolinguística, linguística histórica e história da língua, entre outros).

Os textos do GT7 – Gênero, Relações de trabalho e Meio Ambiente, coordenado pelas professoras Iraildes Caldas Torres (UFAM) e Maria Helena Santana Cruz (UFS) visam contribuir no debate sobre os desafios atuais dos feminismos abordando questões teórico-metodológicas com o foco em Gênero, Trabalho e Meio Ambiente. Os textos são fruto de pesquisas de campo e de novas produções teóricas contemplando aspectos conflitivos relativos às zonas urbanas e rurais, perpassando dimensões do trabalho, sobre temas como: socio-ambientalismo; desenvolvimento sustentável; geração de renda; pobreza; pesca artesanal; reforma agrária; agricultura familiar; formação, poder; inclusão/exclusão social e Políticas Públicas visando o desenvolvimento de relações sociais solidárias. [Helena, ver se é isso mesmo]

Os textos do GT8 – Feminismo, Política e Poder, coordenado pela professora Glória de Lourdes Freire Rabay (UFPB) são frutos de pesquisas e ações de extensão que visam dar visibilidade a uma problemática que envolve a participação política das mulheres nas diferentes instâncias de poder, ao tempo que estabelece relação com os movimentos feministas. A preocupação de tornar as questões de gênero como questões feministas e políticas tem sido um dos horizontes das pesquisadoras feministas integradas à REDOR. Esta preocupação é parte de um pensar inquieto, inconformado com uma realidade que se quer ver transformada. Neste GT busca-se articular esse debate de forma interdisciplinar.

Os textos do GT9 – Gênero e Relações Étnico-raciais, coordenado pelas professoras Ana Cláudia Lemos Pacheco (UNEB), Paula Manuella Silva de Santana (UFRPE) e Valdenice José Raimundo (UNICAP) criam um espaço de discussões, reflexões e de troca de experiências entre pesquisadores/as vinculados/as a diferentes saberes acerca das relações étnico-raciais no campo dos estudos de gênero. O arco de possibilidades das temáticas e abordagens desdobra-se desde os estudos sobre identidades, territórios, direitos humanos, violência, geração, movimentos sociais, feminismos, masculinidades, corpo, saúde, história da África e da diáspora africana e Educação.

No GT10 – Gênero e Sexualidade, coordenado pelo professor Benedito Medrado Dantas (UFPE) e pelas professoras Celecina de Maria Veras Sales (UFCE) e Claudiene Santos (UFS), os textos destacam experiências de estudos e pesquisas sobre sexualidade, a partir de diferentes matrizes disciplinares, interdisciplinares ou transdisciplinares, privilegiando o relato sobre estratégias e modos de fazer pesquisa, explorando especialmente dificuldades, atalhos e alternativas na condução do “trabalho de campo” e/ou definição de objeto de investigação. Deste modo, os textos pretendem abrir um espaço de troca de experiências e conhecimentos, favorecendo uma aproximação entre o fazer acadêmico e a atuação em defesa dos direitos humanos.

Os textos do GT11 – Gênero, Homens e Masculinidades coordenado pelo professor Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda (UFPE) ampliam os espaços de discussões e reflexões sobre as questões de corpo, gênero e masculinidades e seus desdobramentos nas ações, comportamentos, ideias, afetos, sexualidades e instituições sociais, em produções que adotam focos distintos e incorporam processos e práticas sociais como constitutivos na construção e ou desconstrução de categorias hegemônicas sobre sexo, gênero e sexualidade a partir da/s:

- a) organização social das masculinidades;
- b) compreensão do modo como os homens entendem e expressam “identidades de gênero”;
- c) das masculinidades nas políticas públicas;
- d) das masculinidades como expressões da dimensão relacional de gênero;
- e) das masculinidades e sexualidades, e
- f) das masculinidades e as questões de saúde.

Neste sentido, pretende-se dar visibilidade a esta diversidade de produções, a partir de leituras de gênero e/ou feministas, na interface entre a produção acadêmica e a militância política, buscando aliar debates em campos de saber das Ciências Humanas, Sociais, da saúde, da Arte e Comunicação.

No GT12 – Gênero e Direito, coordenado pelas professoras Salete Maria Silva (UFBA) e Míriam Coutinho de Faria Alves (UFS), os textos compartilham pesquisas, projetos e demais produções de ordem teórico-metodológica

voltadas para o enfrentamento da desigualdade de gênero no âmbito jurídico, seja na docência, na produção científica ou na práxis profissional. Os textos versam sobre três eixos fundamentais: a) pesquisas sobre as relações entre gênero e direito, com ênfase na Constituição, nos direitos humanos e na cidadania; b) pesquisas sobre instituições, agentes e práticas judiciais, abrangendo o Judiciário, o Ministério Público e outras profissões jurídicas, assim como a formação dos juristas e o pensamento jurídico de um modo geral; c) pesquisas sobre gênero, percepção dos direitos e mobilização social.

Os textos do GT13 – Gênero e Comunicação, coordenado pelas professoras Ana Maria da Conceição Veloso (UFPE) e Soraya Maria Bernardino Barreto Januário (UFPE) analisam os fenômenos comunicacionais atrelados aos estudos de gênero, feminismos, masculinidades e estudos queer. Pretendem compreender como a comunicação vem contribuindo para essencializar, naturalizar e evidenciar diferenças entre homens e mulheres; reforçar estigmas e estereótipos, como o sexismo; e para o debate de iniciativas que buscam reverter esse quadro opressor, a partir de um ângulo feminista, relacionadas às representações discursivas e imagéticas sobre o gênero e a mídia.

No GT14 – Gênero, Cultura Popular e Artes, coordenado pelas professoras Elza Ferreira Santos (IFS), Fernanda Capibaribe Leite (UFPE) e Laila Andresa Cavalcante Rosa (UFBA), os textos articulam gênero, arte e cultura popular, numa perspectiva feminista. Abordam linguagens artísticas (cinema, fotografia, artes plásticas, teatro, música, dança etc.) e/ou expressões culturais (festas, eventos, rituais, artesanato, festivais contemporâneos e/ou tradicionais etc.) com enfoque nos estudos de gênero e suas representações atravessadas pelas reivindicações feministas. Considerando as representações das artes e dinâmicas da cultura, tradicional ou contemporânea, enquanto um campo de criatividade, de expressão das liberdades e autonomia, os textos também abordam as tensões, negociações, permanências e discontinuidades tangenciando gênero e feminismos enquanto produtores de sensibilidades e de políticas para as mulheres.

Os textos do GT15 – Relações de gênero nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação, coordenado pelas professoras Josilene Aires Moreira (UFPB), Maria Eulina Pessoa de Carvalho (UFPB) e Maria do Carmo Figueiredo Soares (UFRPE) discutem, de modo geral, que o conhecimento e a organização acadêmica são gendrados, de forma que algumas áreas são masculinas, ou seja, têm baixíssima participação de mulheres entre estudantes e docentes, como é o caso das ciências exatas, engenharias e computação. Neste sentido, os textos são relatos de pesquisas, experiências e reflexões, fundamentados em dados empíricos e na literatura feminista, focando as descobertas e avanços propiciados pela

Chamada Pública MCTI/CNPq/SPM-PR/Petrobras nº 18/2013 Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação.

Os textos do GT17 – Gênero, Raça e Religiosidades, coordenado pelas professoras Andrea Bandeira (UPE), Lilian Conceição da Silva Pessoa de Lira (UFRPE) e Ilcéia Alves Soares (FAFIRE) propõe um debate transdisciplinar no campo das Ciências Humanas, especialmente da Educação, da Teologia, das Ciências da Religião, da História e das Ciências Sociais, que se dedica à análise teórica de experiências pedagógicas que tenham aporte de gênero, raça e religiosidades, priorizando experiências de ações educativas a partir de tradições de matrizes africanas, no contexto dos diálogos fronteiriços estabelecidos tanto internamente (entre estas tradições) como externamente (com outras matrizes religiosas).

No GT18: Diversidade de gênero e sexual: produção de conhecimento, aparatos culturais e possibilidades de constituição de si e dos outros, coordenado pelos professores Alfrancio Ferreira Dias (UFS), Anderson Ferrari (UFJF) e Marcos Lopes de Souza (UESB), os textos reúnem estudos, pesquisas e relatos de experiências que apresentam e problematizam as questões envolvendo o campo das relações de gênero e das sexualidades trazendo também à tona os desafios a serem enfrentados diante do recrudescimento advindo de setores conservadores, ortodoxos e fundamentalistas de nossa cultura. Discussões que vêm sendo produzidas de forma interdisciplinar e interinstitucional. Os textos debatem sobre os processos de regulação e de normatização dos sexos, gêneros e das sexualidades que geram processos de rejeição e violência às/aos consideradas/os desviantes, sobretudo, à comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais, além de evidenciar e dialogar sobre as possibilidades de desestabilização, escape e transgressão às perspectivas essencialistas, naturalizantes e normativas. Aparatos que dizem coisas sobre si e sobre o contexto em que são fabricados, que transmitem significados repletos de sentidos, enunciados e discursos produzindo aquilo que é tomado como “verdade”.

Os textos GT 19 – Programa Mulheres Mil, coordenado pelas professoras Ana Paula Leite Nascimento (IFS) e Sandra Cristina Santos Alves (IFPB) discutem experiências com o recorte de inclusão e gênero, desenvolvidas no Programa Mulheres Mil, realizado pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dentro do conjunto de propostas de ações do programa Brasil Sem Miséria. Assim, os textos promovem debates sobre os conhecimentos construídos no Programa Mulheres Mil e buscam fortalecer espaços de diálogos e trocas de experiências.

Portanto, em 2016, o 19º Encontro da REDOR deixou-nos a convicção de que estamos contribuindo (no caminho certo, o caminho da) para a produção acadêmica voltada à promoção da equidade entre os gêneros e da justiça social. Uma produção acadêmica que prioriza discussões contemporâneas abrangendo a diversidade de saberes científicos, que se compromete com a riqueza e o rigor dos pressupostos epistemológicos e metodológicos, principalmente, os que envolvem os estudos feministas e de gênero. Deixou-nos também a convicção de que ainda há muito a ser produzido, publicado e propagado nas Instituições de Ensino Superior, nos Grupos de Estudo, nos congressos etc. Assim, desejamos que a leitura desses trabalhos (sirva a todas e a todos de) motive a todas/as para futuras pesquisas, para o surgimento de novos núcleos e grupos de estudos bem como para o fortalecimento e crescimento dos já existentes que aqui nos presenteiam com seus frutos textos.

Alfrancio Ferreira Dias (UFS)
Elza Ferreira Santos (IFS)
Maria Helena Santana Cruz (UFS)

GÊNERO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO



19^o

REDOR

ENCONTRO INTERNACIONAL DA
REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE
DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE MULHER E
RELAÇÕES DE GÊNERO

GT 01

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMINISTA E INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE GÊNERO EM UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Adenilda Bertoldo Alves de Morais
Universidade Federal da Paraíba
adenilda12@hotmail.com

Maria Eulina Pessoa de Carvalho
Universidade Federal da Paraíba
mepcarv@gmail.com

Glória Rabay
Universidade Federal da Paraíba
gloria.rabay@gmail.com

Resumo: O movimento feminista gerou os estudos feministas e de gênero empreendidos por mulheres acadêmicas, nas universidades do mundo ocidental a partir da década de 1970. Este estudo apresenta resultados de uma pesquisa de mestrado, que objetivou analisar, através das histórias de vida de três acadêmicas, a articulação entre “o pessoal” e “o institucional” em suas narrativas, destacando suas contribuições para a institucionalização dos estudos de gênero. A metodologia privilegiada foi a narrativa autobiográfica sendo a entrevista narrativa o principal recurso para a coleta de dados. A análise evidencia que a identidade feminista perpassa tanto a vida pessoal quanto profissional das docentes sendo a mola propulsora para que insiram a discussão da temática na universidade pesquisada. Embora elas tenham conquistado reconhecimento da comunidade acadêmica e da sociedade, a temática ainda permanece no gueto da UFMA, embora institucionalizada nos grupos de pesquisa.

Palavras – chave: Institucionalização, feminismo acadêmico, narrativa, identidade feminista, gênero.

Palavras iniciais

Este artigo apresenta o resultado de uma pesquisa de mestrado cujo objetivo foi analisar através de entrevistas narrativas como três docentes feministas da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, com perfis peculiares e distintos articulam a militância política feminista e o desenvolvimento da carreira acadêmica contribuindo para a institucionalização dos estudos de gênero na universidade em que atuam.

As categorias instituição (CASTORIADIS, 1982) e identidade feminista (CASTELLS, 1999) foram o fio condutor desta análise, a qual evidenciou como os estudos de gênero desenvolvem-se na instituição pesquisada a partir da atuação acadêmica dos sujeitos. O texto passeia do movimento feminista à inserção dos estudos feministas nas instituições de educação superior (IES). Traz os conceitos de institucionalização, caracterizado como uma rede simbólica, para abordar o surgimento dos primeiros núcleos e grupos de estudos de gênero; e de gênero, para evidenciar a construção da identidade feminina, posteriormente, a identidade feminista, definida como uma identidade coletiva. Justifica a abordagem metodológica privilegiada, descreve o campo e os sujeitos participantes da pesquisa, a técnica e instrumento utilizado para a coleta de dados. Utilizou-se a narrativa (auto)biográfica via entrevistas. As falas das professoras enfocam a construção de suas identidades feministas e a articulação com sua atuação acadêmica para inserir os estudos de gênero na UFMA. Os resultados apontam que, apesar das dificuldades, as docentes conseguiram institucionalizar a temática de gênero na UFMA limitadamente, sendo os grupos de pesquisa fundados e coordenados por elas os indicadores da institucionalização. Ainda assim, a temática permanece à margem na instituição pesquisada.

A relevância da temática abordada deve-se à ausência de produções científicas no Brasil na área de educação sobre o tema conforme busca no banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPEs de 2011 a 2015. Daí a importância de pesquisas que dêem visibilidade às contribuições das acadêmicas feministas que discutem os estudos de gênero nas universidades, desconstruindo a cultura androcêntrica vigente. A dissertação de mestrado se inseriu em um projeto de pesquisa mais amplo financiado pelo CNPq¹

1 Chamada MCT/CNPq/SPM-PR/MDA N° 32/2012, Projeto “Trajetórias e contribuições dos Núcleos de Estudos da Mulher e Relações de Gênero integrantes da Rede Feminista Norte e Nordeste de

Do movimento feminista aos estudos feministas nas universidades

O movimento feminista, enquanto campo teórico e político, é amplamente reconhecido e considerado por alguns cientistas sociais fora do campo dos estudos feministas, como Manuel Castells (1999), como o movimento social organizado mais importante da segunda metade do século XX. Este movimento questiona as desigualdades e relações de poder de um sexo, masculino, em detrimento de outro, feminino, baseadas nas diferenças biológicas e culturais. Desse modo, o fim das construções culturais e políticas androcêntricas irá culminar na igualdade legal, social e cultural das mulheres.

Os estudos feministas no mundo e, especificamente, no Brasil deixaram um legado inegável para as sociedades e nelas este legado cresceu e se multiplicou. Questões antes não discutidas como direitos sexuais e reprodutivos, formas desiguais de acesso ao emprego e renda, participação política foram refletidas a partir desse movimento (MATOS, 2006). No campo do conhecimento, a teorização feminista questionou os critérios de validação do conhecimento científico baseados em práticas androcêntricas de objetividade, neutralidade, racionalidade e na dicotomia sujeito-objeto, tomadas como padrão universal; denunciou que as práticas e as instituições científicas são gendradas; e propôs “uma epistemologia que reconhece o lugar da emoção, subjetividade e corpo no conhecimento, concebido como práxis, conscientização e empoderamento individual e coletivo” (CARVALHO e MONTANÉ, 2012). Nesse contexto, ganham destaque as experiências das mulheres e suas contribuições culturais em geral e especificamente para o desenvolvimento dos estudos feministas e de gênero nas IES.

É válido destacar que, desde o início das lutas feministas no contexto do movimento social, a “teoria” e a “práxis” têm estado estreitamente vinculadas, uma contribuindo para o avanço da outra, como apontam as narrativas de vida dos sujeitos desta pesquisa.

Núcleos de estudos de gênero no Brasil: primeiros passos

Segundo Blay (2006), o feminismo trouxe reflexões e problematizações e evidenciou que a academia pouco conhecia sobre a mulher. Assim, surgiram novas

pesquisas com o objetivo de “desvendar mais uma realidade, de desmanchar mitos, preconceitos, pressuposições” (p.45). Novas temáticas surgiram culminando em uma grande rede de investigações, possibilitando o surgimento dos núcleos e grupos de pesquisa, no intuito de superar as barreiras para a inserção da temática de gênero nas universidades. Embora existisse literatura, a temática não alcançara o “status” de temas como classe, trabalho industrial, escravatura. A autora argumenta que devido à falta de reconhecimento sobre a sua legitimidade foi necessária a estratégia de criação dos núcleos, que surtiu efeito, mesmo que timidamente, com a inclusão do tema em disciplinas optativas.

Os primeiros núcleos de estudos de gênero surgem na década de 1980 e são criados grupos de trabalho (GT) em diversas associações científicas nas áreas das Ciências Humanas e Sociais. Contudo, os estudos feministas permaneciam concentrados na região Sudeste. No Norte e Nordeste foram impulsionados com a criação da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero-REDOR, em 1992. Esses núcleos interdisciplinares desconstruem o saber androcêntrico vigente nas universidades e possibilitam inserir a perspectiva de gênero em todas as áreas do conhecimento. Suas contribuições tanto formais quanto informais, quando destacam a importância social da perspectiva de gênero e a inserem no cotidiano acadêmico, além de realizarem intervenção social e institucional com o compromisso de alcançar a equidade de gênero (CARVALHO, 2015). É válido enfatizar que algumas conquistas desses núcleos e grupos resultam de uma extensa luta travada na academia para o reconhecimento e legitimidade do tema em questão.

Aportes teóricos e metodológicos.

O conceito de instituição é definido por Castoriadis (1982, p. 159) como “uma rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam em proporções e em relações variáveis um componente funcional e um componente imaginário”. Para ele, tudo ao nosso redor está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico e as instituições exercem um papel fundamental na sociedade, sem as quais seria inimaginável existir.

O autor afirma que as instituições se constituem no simbólico, sendo possível existirem apenas no simbólico e que cada instituição organiza sua rede simbólica. Assim, cada instituição constitui suas normas, valores, moral, representações, mitos, ideologias. Essa constituição, que ele define como simbolismo institucional, não é neutra; ademais, “a sociedade constitui sempre sua ordem simbólica num sentido diferente do que o indivíduo pode fazer. No entanto,

essa constituição não é 'livre', já que a ordem simbólica apoia-se no que já existe, e para tal, atribui significado (CASTORIADIS, 1982, p.147). Os sistemas simbólicos socialmente sancionados como, por exemplo, uma religião, um sistema de direito, um poder instituído, ligam símbolos (significantes) a significados. Portanto, as relações sociais são sempre instituídas porque existe uma rede simbólica, “não porque tenham uma vestimenta jurídica, mas porque foram estabelecidas como maneiras de fazer universais, simbolizadas e sancionadas” (CASTORIADIS, 1982, p. 151). Discordando do marxismo, o qual define instituição como pertencente à superestrutura e determinada pela infraestrutura, o autor diz que, se assim fosse, veríamos as instituições apenas como “formas”, sem relações simbólicas no seu interior. Ou seja, primeiro se institui no imaginário, para posteriormente se estruturar. Nesse raciocínio, as docentes têm seus grupos de estudos de gênero instituídos antes de serem instalados fisicamente e formalizados na academia, graças à mudança cultural mais ampla operada pelo feminismo. Visto que os estudos de gênero trazem consigo sua rede simbólica, a saber, o interesse de pôr um fim às diversas formas de opressão às quais as mulheres são subjugadas, rompem na academia com o simbolismo institucional, que não é neutro e agrega valores universais, estabelecidos, androcêntricos.

Identidade de gênero e identidade feminista

A teoria feminista estabeleceu o conceito de gênero como construção social baseada na diferença sexual, a partir do sexo biológico. Gênero, enquanto categoria de análise permite investigar, analisar e desconstruir essa diferença focando na equidade, quer seja na vida pública e privada, quer seja nas áreas do conhecimento científico. Questiona-se então o gendramento das identidades (identidade masculina e feminina), o gendramento das práticas sociais (trabalho de homem e de mulher) e o gendramento do conhecimento (ciência dura e mole). Diante disso, as feministas não só encontraram “inicialmente uma voz teórica própria, mas também aliados/as acadêmicos/as e políticos/as. É dentro desse espaço que nós devemos articular gênero como uma categoria analítica” (SCOTT, 1995, p.85).

A identidade aqui privilegiada será a identidade coletiva. Pois apesar do movimento feminista ser diversificado, as mulheres buscam objetivos comuns, como direitos de decidir sobre seu próprio corpo, uma reconstrução de sua imagem reduzida a objeto sexual, a quebra da dicotomia feminino X masculino, igual valorização das qualidades femininas em relação às masculinas. Segundo Castells (1999), “existe, portanto, uma essência comum subjacente à diversidade

do feminismo: o esforço histórico, individual ou coletivo, formal ou informal, no sentido de redefinir o gênero feminino em oposição direta ao patriarcalismo” (p.211). Dessa forma, entre as identidades diversas que constituem o movimento está o objetivo comum de contestar as formas de discriminação ali-cerçado numa teorização própria. As diversas identidades que fazem parte do movimento feminista, são autoconstruídas, ou seja, não são a expressão de uma essência, “mas uma afirmação de poder em que as mulheres se mobilizam com o intuito de mudar de como são para o que desejam ser. O feminismo busca redefinir a identidade da mulher determinada pela visão masculina e cultuada pela família patriarcal” (p.215)

Narrativa (auto) biográfica

A escolha da metodologia deve-se ao fato de que a narrativa (auto)biográfica fornece material rico para a pesquisa, pois “conduz a profusão de temas relacionados a processos identitários; questões de gênero; inserção/inclusão/exclusão social (...) modos de aprender; formas de ser...” (PASSEGI, 2010, p. 121) e permite ao/à pesquisador/a perceber a singularidade do sujeito adquirida socialmente, pois é o social que fornece os meios para a construção dessa singularidade. É através da narrativa que os sujeitos recordam o que aconteceu, sequenciam suas experiências e, encontrando explicações, jogam com os acontecimentos que constroem a vida individual e social. Assim, se reconstruem como sujeitos. Portanto, as três professoras contaram suas experiências como militantes feministas, suas trajetórias profissionais e barreiras enfrentadas para introduzir e discutir na academia as questões de gênero. “Pode-se dizer então que as entrevistas autobiográficas se constituem em um momento em que as entrevistadas relembram e reelaboram o vivido, exercitam suas vozes e reapropriam-se das suas histórias, por vezes transformando-as” (RABAY, CARVALHO e SILVA, 2013, p. 65).

A entrevista narrativa é uma técnica classificada como um método de pesquisa qualitativa e é considerada uma forma de entrevista não estruturada com características específicas. Objetiva encorajar e estimular um entrevistado a contar algum acontecimento que considere importante de sua vida e do contexto social (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2007). As entrevistas foram realizadas em agosto de 2014 através de gravador e vídeo câmera, estimuladas por um roteiro que pontuava vida pessoal, profissional e militância. Foram transcritas e analisadas de acordo com os objetivos da pesquisa e então enviadas via e-mail para que as professoras fizessem alterações, acréscimos ou eliminação

de informações, segundo seu próprio julgamento. As entrevistadas assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e não requereram anonimato.

Campo e sujeitos de pesquisa

O campo onde os sujeitos da pesquisa se inserem é uma IES na região Nordeste do Brasil. As docentes entrevistadas caracterizam-se por sua militância política e envolvimento nas questões feministas.

Mary Ferreira é natural de São Luís-MA. Tinha 57 anos, dois filhos, casada. É militante feminista desde o movimento estudantil. Nascida de família humilde esforçou-se muito para estudar e formou-se em Biblioteconomia. Em sua trajetória, coordenou bibliotecas e foi Secretária de Cultura de município do interior. Confessa que não é fácil conciliar sua dedicação à militância feminista com outras atividades da academia, daí que não tinha ingressado na pós-graduação e não possuía grupo de pesquisa cadastrado no CNPq. Atualmente está vinculada ao programa de pós-graduação em Políticas Públicas da UFMA. Já recebeu diversos títulos e prêmios pelos trabalhos realizados na academia e na sociedade em prol das mulheres. Criou e representa o Grupo de Estudos e Pesquisas, Mulher, Cidadania e Relações de Gênero-NIEPEM associado à REDOR, que já sediou e organizou dois encontros da rede na UFMA: o 7º Encontro, em 1998, e o 15º Encontro, em 2009 (FERREIRA, 2012).

A professora Lourdes Leitão, 56 anos, é natural de São Luís-MA, casada, três filhos, formada em Serviço Social, atualmente está aposentada como professora associada. Foi a primeira Secretária da Secretaria de Estado da Mulher do Maranhão de janeiro/2007 a abril/2009. Já recebeu diversos títulos e prêmios pelo trabalho desenvolvido enquanto esteve à frente da Secretaria da Mulher e na UFMA.

Diomar das Graças Motta, 72 anos, é natural de São Luís-MA, solteira e tem uma filha. Pedagoga, é aposentada como professora associada da UFMA. De família pobre, afrodescendente, recebeu pelo destaque de sua trajetória o prêmio de Ordem Nacional do Mérito da presidenta Dilma Rousseff em 2011. É uma das poucas docentes negras de sucesso na academia. As professoras Diomar Motta e Lourdes Leitão, apesar de estarem aposentadas, continuam coordenando seus grupos e orientando na Pós-Graduação.

Construção das identidades feministas das acadêmicas

A análise das entrevistas narrativas evidencia que a construção das identidades feministas das acadêmicas se dá desde cedo, a partir de questionamentos e inquietações acerca do patriarcalismo, os quais foram aprimorados com a aquisição do conhecimento teórico dos estudos feministas e de gênero e incentivados por outras feministas que faziam parte do seu meio, especialmente nos casos de Lourdes Leitão e Mary Ferreira. A professora Diomar declara:

Eu sempre fui curiosa (...) O meu interesse pelos estudos feministas nasce, em parte, através dos escritos em A 'Arte de ser mulher' de Carmem da Silva, na revista Claudia. O primeiro curso que eu fiz, ainda era aluna do curso Normal. Sempre me preocupava com a mulher que buscava sua independência, tinha personalidade própria e lutava pelo seu espaço.

A professora Lourdes comenta que não aceitava a herança patriarcal:

Porque eu nunca obedeci e aceitei essas regras de que homem pode fazer e mulher não pode. Nas relações familiares, é até lógico que meu pai, de outra geração, pensasse assim: o homem é o provedor, a mulher, se ela tem um provedor, então ela não precisa trabalhar, não precisa estudar ter um diploma. E eu não aceitei isso.

Assim que foi nomeada para trabalhar na UFMA, a professora Lourdes participou de uma pesquisa nacional sobre violência contra a mulher, com o incentivo de "Ieda Cutrim Batista, uma feminista histórica que ajudou a fundar a REDOR e que era no curso de Serviço Social a voz que clamava no deserto". Dessa pesquisa, Lourdes resolve fazer sua dissertação de mestrado, "aproveitando os dados da pesquisa. "

A professora Mary diz que sempre foi uma pessoa:

muito livre... e o feminismo me ajudou a acentuar mais ainda essa liberdade, o feminismo, de certa maneira, me deu uma liberdade de expressar, de falar... a minha relação com a minha família também foi influenciada pelo feminismo.

O feminismo fez Mary perceber as formas de desigualdade no movimento do qual participava, o sindical:

A relação desigual que tinha nesse movimento era algo que me incomodava desde as primeiras reuniões que participei. Concomitantemente comecei a atuar no movimento feminista e daí percebia claramente que existia uma relação de desigualdade. O feminismo despertou esse sentimento de inquietação e acho que eu fiz disso um princípio que é muito forte, me fez durante toda a minha vida colocar isso como um ponto chave em toda minha história de vida: familiar, afetiva, acadêmica e na sala de aula.

O aprofundamento das questões feministas para Mary se deu através de mulheres que há muito tempo discutiam essas questões no Maranhão e na REDOR :

Eu vivi a militância junto com muitas professoras que ajudaram a construir o feminismo no Maranhão. Nessa época eu era apenas uma aluna, uma espécie de discípula dessas professoras que contribuíram para o processo de construção política e feminista na cidade. A REDOR, ela é um estimulador da minha produção. E nesse processo tive uma contribuição inestimável na minha elaboração acadêmica, da professora Luzia Álvares, da Universidade Federal do Pará. Ela foi a primeira pessoa que eu procurei e que se mostrou disponível para ler os meus primeiros artigos e foi ela que de certa maneira me incentivou, me estimulou e me deu asas para poder construir. A academia apura a prática da militância, amplia teu olhar para você poder qualificar melhor a militância.

Evolução da institucionalização dos estudos de gênero na universidade

A análise das entrevistas narrativas das docentes demonstra que a evolução da institucionalização dos estudos de gênero na universidade em que atuam se dá através da inclusão de disciplinas optativas, em seguida através da criação de grupos de pesquisa originados pelas mesmas, em parceria com colegas.

Ao regressar do doutorado, a professora Diomar percebeu que não existia a discussão dos estudos feministas e de gênero no PPGE e no curso de Pedagogia da UFMA. Na reforma curricular do curso, ela conseguiu, através de muita luta, incluir uma disciplina optativa sobre mulher e educação:

Eu consegui colocar 'Educação e mulher'. Mas isso foi um barulho tão grande dentro do Departamento: gente que nunca tinha feito nada resolveu opinar: 'pra quê isso?' Sem uma leitura sequer sobre a questão. Daí começamos a orientar, começamos a estimular alunas e alunos. A disciplina sempre teve uma procura muito grande por parte das alunas de Pedagogia. Mas na hora que eu me aposentei a disciplina deixou de ser oferecida. Porque sendo optativa, tinha que ter dez pessoas, no mínimo, e o povo não procurava mais.

A temática passou a ser discutida com a implantação do GEMGe, Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero que a professora coordena atualmente:

Começa timidamente, apenas eu e duas alunas. Convidei todas as professoras, mas só dois meses depois é que entram a Iran de Maria Leitão Nunes e a Kílza Fernanda Moreira de Viveiros, as únicas professoras que durante um bom tempo participaram do grupo. O objetivo é dar visibilidade à mulher realçando o seu protagonismo nas sociedades em múltiplas instâncias ontem e hoje, sobretudo e principalmente nos espaços de educação informal e formal.

Lourdes Leitão insere a discussão por interesse individual desde a graduação, em disciplinas que ministrava através de oficinas e posteriormente no grupo de pesquisa:

Eu sempre fazia uma oficina para as pessoas se identificarem. Quem são essas mulheres que estão fazendo o curso, quem é aquela turma. Em pesquisa apareciam pessoas querendo discutir questão de gênero e a gente discutia, já pensando no TCC. Mas a gente encontra também aquelas que dizem: 'Eu quero estudar sobre a mulher, mas eu não quero estudar sobre feminismo. Não quero estudar sobre gênero.

A professora e demais colegas que participavam de um grupo de pesquisa no Departamento de Serviço Social, perceberam que não se discutiam as questões de gênero. A partir de uma pesquisa sobre expectativas e experiências de geração de trabalho e renda de mulheres, a professora Lourdes e demais colegas perceberam:

que precisávamos criar um grupo que discutisse isso mais especificamente. Aí eu já tinha voltado do doutorado, eu já podia coordenar o grupo, uma colega que já tinha se aposentado era da UEMA, também era doutora, aí nós criamos o nosso grupo sobre mulheres, feminismo, relações de gênero e étnico-raciais - GERAMUS. Depois de um tempo, nós incluímos geração também.

Relembra as dificuldades enfrentadas para incluir a disciplina relações de gênero no seu curso:

Sempre foi uma luta para que o Departamento de Serviço Social incluísse como disciplina obrigatória relações de gênero. O que conseguimos num primeiro momento foi que ela fosse ministrada em quatro semestres para ver qual era a aceitação. Manteve-se na revisão curricular como optativa. Só uma vez ela foi ministrada num curso de férias, como disciplina de férias, que eu ministrei. Nós começamos a revisão curricular para ela se tornar disciplina obrigatória. Só que foi um processo meio longo de discutir, de fechar esse currículo e aí na retomada nós conseguimos. Agora a disciplina vai ser obrigatória. Foi uma luta do nosso grupo.

Mary não conseguiu formar um grupo de pesquisa cadastrado no CNPq. Apesar disso, ela insere a discussão da temática nas disciplinas que ministra na graduação. No entanto, confessa que tem dificuldades em discutir as questões de gênero em seu curso. Mesmo assim, insiste. Do seu esforço, tem alguns resultados que extrapolam o seu curso:

A Biblioteconomia é uma profissão feminina, mesmo assim se tem uma visão extremamente patriarcal nas questões de gênero. Tem sido um desafio...Mas algumas alunas que começam a estudar gênero na Biblioteconomia e também a discutir política, mercado, representação social 'Ah, isso é para professora Mary'. O NIEPEM

acaba sendo uma referência mesmo ele não sendo institucionalizado. Alunas de outros Departamentos, no Centro de Ciências Humanas - CCH elas acabam vindo atrás da gente para orientar, para ver os resumos delas.

Resultados e discussões

Pelo exposto, evidencia-se que a construção da identidade de cada docente se dá de forma similar, tanto no âmbito pessoal, suscitada pelas inquietações com a herança patriarcal, quanto profissional, incentivada por pessoas que abraçam o feminismo. Assim, seus objetivos se cruzam, e as lutas pelas causas feministas são fortalecidas em conjunto, em prol de um objetivo comum, se configurando na identidade feminista (CASTELL, 1999). A inclusão e discussão da temática de gênero e feminismo na UFMA se dá em dois momentos: no primeiro, em disciplinas optativas, no caso das professoras Diomar e Lourdes; no segundo momento, através de grupos de pesquisa vinculados a programas de Pós-Graduação e cadastrados no CNPq. É através dessa estratégia que as docentes conseguem institucionalizar os estudos de gênero nos cursos dos quais fazem parte, mas não na universidade como um todo pois não existe um núcleo que agregue os diversos grupos. Os estudos feministas e de gênero não são facilmente sancionados pela sociedade patriarcal e pela cultura androcêntrica existente na universidade, já que apresentam objetivos, significados e valores contrários ao da instituição socialmente sancionada: a universidade que já traz consigo todo um aparato simbólico onde se encontram condutas de segregação e conhecimentos considerados universais. Concordando com Castoriadis (1982), as instituições se constituem no imaginário, para posteriormente se projetarem nas estruturas. Por fim, as evidências de que a temática seja institucionalizada em parte, na UFMA, são os grupos coordenados pelas docentes, a procura das alunas por disciplinas optativas e orientações de TCCs. Enfatiza-se que, se as docentes não tivessem a identidade feminista, não se teria avançado na discussão de gênero na UFMA. Essa identidade perpassa tanto a vida pessoal como profissional, ou seja, ambas se articulam e instituem, ainda que de forma limitada, os estudos de gênero na universidade pesquisada.

Conclusões

São inegáveis as contribuições que o movimento feminista trouxe para a humanidade quando problematizou questões antes desconsideradas como os

direitos das mulheres à educação, ao voto, de decidir sobre o próprio corpo, ao divórcio, à participação no mercado de trabalho, e a crítica das experiências e conhecimentos masculinos considerados universais. Este novo pensamento crítico adentrou as universidades através dos grupos de estudos feministas e de gênero que aí se estabeleceram, liderados por mulheres feministas que aliam teoria e prática e fazem do feminismo um compromisso político para que as contribuições e os saberes das mulheres tenham lugar na academia, transformando a cultura androcêntrica vigente.

A construção das identidades feministas das docentes se dá a partir do questionamento do patriarcalismo. Assim, das inquietações pessoais sobre o patriarcado, aos estudos de gênero, incentivados inicialmente por outras feministas, e possibilitados pela própria inserção acadêmica, seus percursos e objetivos se cruzam, fortalecendo sua identidade feminista (CASTELL, 1999). É através de suas práticas articuladas com suas identidades feministas que institucionalizam apesar das barreiras, ainda que de forma limitada, os estudos de gênero na IES em que atuam, sendo indicadores dessa institucionalização os grupos de pesquisa que coordenam e a inserção de disciplina optativa e obrigatória no currículo.

Todavia, a instância superior ainda não vê a temática institucionalizada de acordo com o conceito de instituição (CASTORIADIS, 1982), como uma rede sancionada pela sociedade. Constata-se isso nos entraves postos à inclusão das disciplinas nos cursos. Apesar das docentes terem reconhecimento no campo social, organizarem seus grupos, desenvolverem pesquisas, os obstáculos ao reconhecimento dos estudos de gênero sejam reconhecidos ainda existem, permanecendo no gueto na instituição pesquisada. A institucionalização só se dará efetivamente quando os valores feministas forem reconhecidos e disseminados, além do esforço dessas pioneiras. Esperamos que este estudo sirva de estímulo para outras pesquisas, que ampliem a discussão acerca da institucionalização dos estudos de gênero nas IES e visibilizem as narrativas (auto)biográficas de mulheres docentes feministas de diferentes gerações.

Referências

BLAY, Eva Alterman. Núcleos de estudos da mulher x academia. **Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa**. Disponível em: www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/br000014.pdf. Acesso em: 19/10/2014.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Trajetórias e contribuições dos Núcleos de Estudos da Mulher e Relações de Gênero integrantes da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero-REDOR: do pessoal ao institucional.** Projeto de pesquisa. João Pessoa/PB, 2012.

CARVALHO, Maria Eulina P. de MONTANE, Alejandra. Políticas de equidade de gênero na educação superior na Espanha e no Brasil: avanços e limites. **Labrys**, v.22, julho/dezembro de 2012. Disponível: <http://www.labrys.net.br/labrys22/education/maria%20eulina.htm>. Acesso em: 30/01/2015.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; FREITAS, Mayanne Júlia Tomaz; SILVA, Karina Ingredy Leite da. **Origens e desafios dos núcleos de estudos de gênero na educação superior no norte e nordeste do Brasil.** 37ª Reunião da Anped, Florianópolis, Santa Catarina. Disponível em: 37reuniao.anped.org.br/wpcontent/uploads/.../Trabalho-GT23-3761.pdf

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade.** Tradução de Guy Reynaude, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FERREIRA, Maria Mary. **Conhecimento Feminista e Relações de Gênero no Norte e Nordeste Brasileiro.** São Luís: Redor; NIEPEM, 2012.

JOVCHELOVITCHI Sandra; BAUER Martin V. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa**

qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 90-113

MATOS, Marlise. A institucionalização do feminismo no Brasil. Os núcleos de estudos de relações de gênero e o feminismo como produtores de conhecimento: A experiência da REDEFEM. **Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa.** Disponível em: www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/br000014.pdf Acesso em: 20/10/2014.

Morais, Adenilda Bertoldo Alves de; **Institucionalização dos estudos de gênero na UFMA: Uma análise da identidade feminista a partir da narrativa de vida.** 138 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2016.

PASSEGI, Maria da Conceição; SILVA, Vivian Batista da. Narrar é humano! Autobiografar é um processo civilizatório. In: PASSEGI, Maria da Conceição; SILVA, Vivian Batista da. (Org.). **Invenções de vida, compreensão de itinerários e alternativas de formação.** Editora Cultura Acadêmica, 2010. p. 103-128.

RABAY, Glória; CARVALHO, Maria Eulina P. de; SILVA, Lucimeiry Batista da. Feministas e Acadêmicas: O papel da REDOR no fortalecimento dos Estudos feministas e de gênero na educação superior do Norte e Nordeste do Brasil In: MONTANÉ, Alejandra; CARVALHO, Maria Eulina P. de (Org.). **Mujeres y Educación Superior.** Editora UFPB, 2013. p. 163-188.

SCOTT, Joan. Gênero: **Uma categoria útil de análise histórica.** Revista Educação & Realidade, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, p. 71-99, julho/dezembro, 1995.

CORPO E DEFICIÊNCIA VISUAL: VOZES E PERCEPÇÕES DE ADOLESCENTES CEGAS

Autor (1) Adenize Queiroz de Farias
Universidade Federal da Paraíba,
adenize.queiroz@gmail.com;

Co-autor (1) Alessandra Miranda Mendes Soares,
Universidade Federal da Paraíba,
adenize.queiroz@gmail.com

Co-autor (2) Aluska Peres Araújo,
Instituto Federal do Sertão de Pernambuco,
aluskaperes@hotmail.com;

Orientadora (1) Maria Eulina Pessoa de Carvalho,
Universidade Federal da Paraíba,
mepcarv@terra.com.br

Resumo: Este artigo tem como foco o entrelaçamento entre corpo, adolescência e deficiência visual, tendo em vista a emergência do interesse da temática em diversas áreas do conhecimento. Contudo grande parte dos estudos que tratam da articulação entre corpo e deficiência limita seu olhar a aspectos ligados à saúde, à sexualidade, ao movimento e aos cuidados pessoais e desconsidera as lacunas ocasionadas pela ausência da visão, em uma sociedade visuocêntrica, ou seja, que privilegia o que é aparente. Diante de tal perspectiva, o estudo tem como objetivo identificar a percepção de adolescentes cegas em relação ao seu corpo, bem como os impactos gerados pelas mudanças ocorridas nessa etapa de sua vida. Para tanto, utilizamos a metodologia de abordagem qualitativa, a partir da qual, por meio de entrevista semiestruturada, procuramos responder às seguintes perguntas: como adolescentes cegas se reconhecem a partir de seu corpo? Quais impactos são gerados em adolescentes cegas em consequência das mudanças ocorridas

nessa fase? Os achados expressam o estranhamento revelado pelas adolescentes quando interpeladas para se expressarem em relação ao seu corpo. Observamos ainda, que as participantes não demonstram clareza quanto à formulação de um conceito de corpo e apresentam certa fragilidade em relação ao autoconhecimento, porquanto a imagem que fazem do próprio corpo parece ser uma construção que advém dos olhares de outros. Esperamos que o presente estudo possa contribuir para autoimagem e identidade corporal a partir de diferentes percepções que possam ir além dos olhares estereotipados presentes na sociedade.

Palavras-chave: Corpo, gênero, adolescência, deficiência visual, inclusão.

Conversando sobre o corpo: considerações introdutórias e conceitos

Nesta seção, apresentamos os pressupostos que embasam este estudo, desde as considerações acerca da abordagem temática, alinhavados às perspectivas do corpo, autoimagem e identidade corporal para adolescentes cegas.

“Pensar o corpo como algo produzido na e pela cultura é, simultaneamente, um desafio e uma necessidade” (GOLLNER, 2003). É partindo dessa reflexão de um conceito produzido culturalmente que buscamos conversar sobre corpo, visando entender as tramas em que o tema é percebido, tendo em vista que estudos sobre a temática perpassam por diversas áreas do conhecimento. Contudo, se considerarmos que grande parte das produções que tratam da articulação entre corpo e deficiência ainda se apresentam minimizadas em eixos problematizadores ligados à saúde, à sexualidade, ao movimento e aos cuidados pessoais, constataremos a necessidade de ampliar o debate em torno desta discussão.

Nos dias atuais, são recorrentes as discussões sobre o corpo partindo-se de uma visão fragmentada do ser humano, que é reduzido a um corpo técnico e passivo, além da exaltação da perfeição e da beleza, que centra o corpo na estética, com práticas superficiais que não abordam questões sociais, culturais, políticas e psicológicas que circunscrevem essa temática (PEREIRA, ALMEIDA, 2005).

Nessa ótica, tanto as concepções de corpo quanto as de deficiência se configuram como problematizações que sofrem influência de diversas áreas do conhecimento, como a Antropologia, a Sociologia, a História e a Psicologia. Em geral, independente de qual seja a deficiência, torna-se indispensável redimensionar tais discussões, visto que, para esse grupo, o autoconhecimento sobre o corpo

é imperativo para a construção de sua imagem como sujeito e, tomando como base as reflexões de Gollner (2003, p. 29 - 39), a construção de sua identidade

(...) falar de corpo é falar de identidade; uma construção histórico-cultural, indo além do caráter biológico para se pensar, falar e sentir corpo (...) o corpo é o local primeiro da identidade, o lócus a partir do qual cada um diz do seu íntimo, da sua personalidade, das suas virtudes e defeitos.

Nesse eixo discursivo, tomamos como base de fundamentação as perspectivas dos Estudos Culturais (ECs), que, pautadas em sua pluralidade, reconfiguram o olhar para as problemáticas apresentadas, discussões e práticas, e abordagens discursivas no que se refere ao corpo e às pessoas com deficiência que, neste estudo, são as adolescentes cegas. “Historicamente, essas pessoas foram rotuladas, classificadas e vistas na perspectiva do corpo deficiente, mutilado e discutido numa abordagem médica, visando ao cuidado, à reparação e à adequação aos modelos sociais”. (SILVA, 2006)

Como sabemos, ao longo da história, as pessoas com deficiência vêm sendo perseguidas, banidas do convívio social e rotuladas devido aos seus corpos. Nesse sentido, ao centrarmos o presente estudo nas percepções de adolescentes cegas, observamos a importância de uma concepção de corpo redimensionada, pois, articulando as mudanças que fazem parte dessa fase de transformações com a questão da deficiência, constatamos a fragilidade no que tange à identificação, ao reconhecimento e à compreensão do próprio corpo.

De acordo com Pereira e Almeida (2005), Michel Foucault nos apresenta, em sua obra ‘O nascimento da Clínica’, o surgimento de um conceito de corpo doente, articulando-o nas diferentes instâncias sociais: família, hospital e escola, alicerçado pelo **‘poder’** (grifo nosso) como um mecanismo de doutrinação, regularização e controle do corpo. Isso, ao longo da história, desencadeou um processo de individualização do ser humano, o que nos parece ainda ser recorrente nos discursos sobre a temática.

Discutindo sobre o corpo, no contexto da modernidade, e por que não dizer da complexidade, Ahlert (2011) apresenta reflexões que retratam um corpo visto e vivido na perspectiva da fragmentação: no capitalismo, um corpo operário, taylorizado; no âmbito pós-industrial, representações multifacetadas: corpo – estética, corpo – mídia, corpo – transformado, corpo – produto etc. Já para Freire (2006), “(...) o corpo é o que faço (...) o corpo move-se, age (...) aponta, anuncia, protesta, se curva, se ergue, desenha e refaz o mundo” (p. 92).

O autor ressalta a importância do resgate das questões de corpo nas práticas pedagógicas em ações interdisciplinares.

Como se pode perceber, os olhares multifacetados em relação ao corpo se apresentam de forma complexa, discursão que se potencializa quando articulada a adolescência, uma fase intercambiada de múltiplas transformações, o que se acentua ainda mais quando associado ao eixo da deficiência, como se observa na seção seguinte.

Adolescência e deficiência: uma relação em construção

Quando tratamos do conceito de identidade, sentimos a necessidade de compreendê-la como uma construção aberta, plural, que se consolida na relação entre o indivíduo, a sociedade e a cultura. A busca da identidade se intensifica na adolescência, um despertar do desenvolvimento humano que se processa entre a infância e a vida adulta. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a adolescência ocorre entre 10 e 20 anos de idade e caracteriza-se pelo período de diversas transformações hormonais, corporais e de comportamento.

Os primeiros sinais surgem no corpo em mutação para (re)construir a nova identidade, afirmar relações internas e criar relações externas com o mundo. O estranhamento com o corpo gera sentimentos contraditórios tanto de isolamento quanto de rebeldia, afinal, o corpo cresce e assusta e surgem imagens diferenciadas que estruturam um conjunto de sensações que cada indivíduo enfrenta de forma tranquila ou feroz (MARIA, 2006). Esses processos de mudança se referem tanto às características físicas quanto às simbólicas, constituídas pelo conjunto de desejos, emoções e imaginário individual e coletivo, que absorvemos através das experiências de modificações corporais.

Descobrir-se a partir do olhar do outro gera, constantemente, conflitos sobre a própria identidade, que precisa de tempo e de espaço para ser construída e desconstruída. O fato de o corpo estar em constante desenvolvimento causa insegurança e medos que devem ser compreendidos, processos que não se diferenciam quando se trata de pessoas com deficiência, razão pela qual é essencial, no contato com a subjetividade, rever sentimentos, sedimentar suas vivências.

Como indivíduo relacional, à medida que incorpora concepções, valores e sentimentos oriundos do ambiente social, o/a adolescente reforça a própria identidade e passa a ser muito do que falam sobre ele/a. Isso não é diferente com as adolescentes cegas, por isso é indispensável garantir sua voz, suscitando oportunidades de diálogo que possibilitem o conhecimento do próprio corpo,

para que possam reconhecer os traços da identidade que constroem de si próprias. Segundo o sociólogo David Lê Breton

a relação social estabelecida com o homem que tem uma “deficiência” é um profícuo analisador da maneira pela qual um grupo social vive a relação com o corpo e com a ‘diferença. Ora, uma forte ambivalência caracteriza as relações entre as sociedades ocidentais e o homem que tem uma deficiência; ambivalência que vive no dia-a-dia, já que o discurso social afirma que ele é um homem normal, membro da comunidade, cuja dignidade e valor pessoal não são enfraquecidos por causa de sua forma física, ou suas disposições sensoriais, mas ao mesmo tempo ele é objetivamente marginalizado, mantido mais ou menos fora do mundo do trabalho, assistido pela seguridade social, mantido afastado da vida coletiva por causa das dificuldades de locomoção e de infraestruturas urbanas frequentemente mal-adaptadas (LÊ BRETON, 2007, p.73).

Reconhecer as ambivalências dos olhares de compaixão, reprovação e negação sobre a pessoa com deficiência é um passo para romper com as diversas formas de invisibilidade que insistem em se reproduzir nas relações deste grupo com a sociedade. Tal processo incide sobre a constituição identitária das pessoas com deficiência, que de acordo com Baumam (2005, p.44) trata-se de “identidades de que eles próprios se ressentem, mas não têm permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam”. Nesse contexto, compreendemos que os estigmas surgem em relação às diferenças que terminam atribuindo e impondo significados às identidades. Por exemplo, observamos que as pessoas com deficiência visual assumem identidades sobre o corpo especialmente impostas pela sociedade vidente.

Este estudo contribui para desvelar estigmas e crenças muitas vezes impostos e cristalizados socialmente, em particular, nas discussões a respeito das pessoas com deficiência. Tais contribuições ressignificam os conceitos atribuídos a esse grupo social, quanto à sua percepção como sujeito e à formação da própria imagem, quando nos reportamos às discussões sobre o corpo, sobretudo no que tange às pessoas cegas, diante dos paradigmas impostos pela sociedade visuocêntrica.

Relação corpo, adolescência e deficiência: impactos do modelo médico

Conforme dito na seção anterior, as inúmeras mudanças vivenciadas no corpo de adolescentes modificam a maneira destes se relacionarem consigo mesmas e com o outro, fato que se potencializa quando se trata de adolescentes com deficiência visual, especialmente porque para estes a tendência é se perceber a si mesmo e seu corpo a partir da voz e do olhar do/a outro/a.

Nesse sentido, “as questões conceituais sobre a deficiência parecem muito mais ambíguas quando entendemos as concepções e as diferentes ações sociais que vêm à tona quando lidamos com pessoas diagnosticadas, formal ou informalmente, como deficientes” (MAIA, 2006, p.14), gerando impactos que afetam a relação deste grupo com a sociedade por anos a fio de suas vidas, o que decorre força de concepções preconceituosas, nem sempre evidentes, advindas do modelo médico.

Para os/as adolescentes com deficiência as mudanças anatômicas, além do desejo de ter contato físico com o outro, são perceptíveis, de igual maneira, nessa etapa de suas vidas. Entretanto, uma série de situações são vivenciadas no universo familiar, na escola e em diversos espaços sociais, cujos os impactos resultam no silenciamento da voz e até dos sentimentos dessas pessoas.

O contato tácito que preside o encontro do homem que tem uma deficiência e do homem “válido” se sustenta pelo fato do fingir que a alteração orgânica ou sensorial não cria nenhuma diferença, nenhum obstáculo, mesmo que a interação possa ser incomodada por esse fato que comumente adquire uma dimensão considerável (LE BRETON: 2007 p. 74).

Essa relação mascarada que por vezes incomoda e, ao mesmo tempo nega as pessoas com deficiência maiores oportunidades de participação, ocorre por força de concepções equivocadas que, tanto no imaginário popular quanto em determinadas áreas do conhecimento científico, caracterizam a visão incapacitante a qual tem sido culturalmente disseminada sobre a deficiência.

Quando falamos de uma pessoa com deficiência, a imagem que a caracteriza é, em geral, a ideia de falta: Falta de membros, falta de inteligência, falta de visão, falta de audição ou, ainda, várias faltas

associadas, que pela sociedade são consideradas como faltas graves ou uma imensa lacuna. (MAIA, 2006, p. 16)

Tal concepção se fundamenta no modelo médico patológico da deficiência, o qual se perpetuou ao longo dos últimos séculos, e cujos resquícios se traduzem em atitudes, de um lado, superprotetoras e, de outro, discriminatórias adotadas na relação cotidiana com as pessoas com deficiência. Compreender esses processos são indispensáveis para romper com as barreiras atitudinais, comunicacionais, arquitetônicas e pedagógicas. Glat (2009, p. 31) assevera que,

embora o modelo médico continue até hoje prevalecendo nos meios institucionais e governamentais, a importância das condições sociais no desenvolvimento e manutenção da deficiência, já vem sendo, de longa data denunciada.

As discussões atuais convergem para a ruptura com o modelo médico, em detrimento da adoção do modelo social, que estabelece que a deficiência se desloca dos aspectos anatômicos para as barreiras que negam a essas pessoas o direito de participarem em plenitude da vida em sociedade.

Trata-se de um embate desencadeado atualmente pelas próprias pessoas com deficiência, que, embora tardiamente, passam a integrar os movimentos sociais, mobilizando-se em vista da garantia de seus direitos, visando minimizar os efeitos do modelo médico que como vimos são determinantes para a condição assujeitamento.

As lutas dos movimentos sociais de pessoas com deficiência guardam um ponto em comum como os movimentos feministas e de lésbicas, gay, bissexuais, travestis, transgênicos e intersexuais (LGBTTI), que é o de questionar o construto do corpo como um dado natural que antecede a construção dos sujeitos (MELO e NUERBERG, 2012, P. 640).

Assim, por compreendermos que, para a mulher com deficiência, são bem maiores os desafios em vista de sua plena e efetiva participação na sociedade, focamos nossa investigação nas vozes, nas percepções e nos sentimentos de meninas cegas expressas sobre o corpo, conforme detalhado no percurso metodológico a seguir.

Percurso metodológico

O objetivo deste artigo é de identificar a percepção de adolescentes cegas em relação ao seu corpo e os impactos gerados pelas mudanças ocorridas nessa etapa de sua vida. Nesse sentido, este estudo de caráter exploratório pretende responder às seguintes perguntas de pesquisa: como adolescentes cegas se reconhecem a partir de seu corpo? Quais impactos são gerados em adolescentes cegas em consequência das mudanças ocorridas nessa fase? Para esta investigação, adotamos a metodologia qualitativa, porque contribui para dar significados aos acontecimentos na história dos/as participantes (MARTINS; BICUDO, 1989), nesse caso, as adolescentes com deficiência visual.

População/Campo

Participaram desta pesquisa adolescentes que cumpriram os seguintes pré-requisitos: ter entre 12 e 17 anos, ser do sexo feminino e ser pessoa com deficiência visual. Considerou-se 12 anos a idade de início da adolescência feminina, tendo-se como referência a idade média da menarca. Para tanto, a instituição que autorizou a realização da investigação era constituída de 15 mulheres cegas, no entanto apenas sete adolescentes, atenderam aos critérios da pesquisa e autorizaram sua participação por meio de termo de consentimento livre e esclarecido. Estas eram estudantes da rede pública recebiam atendimento educacional especializado no Instituto dos Cegos, situado em um estado da Região Nordeste.

Instrumento /Coleta de Dados

O instrumento utilizado para a pesquisa foi a entrevista semiestruturada, cujo roteiro abordava questões como: conhecimento e percepção do corpo, autoimagem, cuidado com o corpo, relação com a família, escola e sociedade. Segundo Glat (2009, p. 22), “toda entrevista individual traz à luz direta ou indiretamente, uma quantidade de valores, definições e atitudes do grupo ao qual o indivíduo pertence”.

Depois de visitar o Instituto dos Cegos, confirmamos a viabilidade de contactar as participantes, que foram informadas sobre o objetivo da pesquisa e, depois de concordar em participar, autorizando sua adesão à pesquisa. Num primeiro momento, realizaram-se as entrevistas, que duraram, em média, sessenta 60 minutos, gravadas com o consentimento das adolescentes, cujos dados foram posteriormente transcritos e organizados em categorias apresentadas a seguir.

Tabela 1 – Perfil da população participante

Nº	Nome fictício	Idade	Escolaridade	Mora com pais ou familiares
1	Ana*- A1	13 anos	7º Ano E. F.	Mãe, padrasto e irmãos
2	Amanda* - A2	17 anos	1º Ano E. M.	Mãe e irmãs
3	Alice*- A3	16 anos	7º Ano E. F.	Tia
4	Aline* -A4	13 anos	6º Ano E. F.	Avós
5	Andressa*- A5	14 anos	8º Ano E. F.	Mãe, padrasto e irmãos
6	Alana*- A6	14 anos	7º Ano E. F.	Mãe, pai e irmãos
7	Ângela*- A7	14 anos	7º Ano E. F.	Mãe, pai e irmão

* Para manter o anonimato das participantes, elas foram identificadas na pesquisa por meio de nomes fictícios iniciados pela letra A (A - adolescentes).

Resultados e Discussão

A falta de conhecimento, somada às raras oportunidades de diálogo, seja em casa seja na escola ou em espaços diversos, confirma o estranhamento acerca da percepção do próprio corpo demonstrado por adolescentes cegas quando indagadas quanto às mudanças percebidas em seu corpo nessa fase. Isso também se deve ao fato de estarem privadas dos estímulos visuais, canal através do qual a mídia e a escola disseminam informações relevantes ao conhecimento de si e do outro, como se pode constatar nas vozes das adolescentes que ao serem questionadas sobre as mudanças percebidas no seu corpo na adolescência expressam

No começo eu achei estranho, não entendi muito bem, mas depois recebi muitas informações e fui melhorando (Ana-A1, 09/07/2015). Eu percebi que várias mudanças ocorreram no meu corpo, começou a aparecer coisas que eu achava estranho. Mas depois conversaram comigo, esclareceram-me tudo (Aline-A4, 09/07/2015).

O estranhamento percebido pelas adolescentes cegas é recorrente na vida das não cegas, porém para as primeiras este estranhamento é acentuado devido a visão ser um canal que oferece informações globais para o desenvolvimento do indivíduo. No entanto, percebe-se na fala das jovens que os esclarecimentos sobre as mudanças no corpo só são dados após o sentimento de estranhamento. É desafiador o fato de que famílias, escolas e diversos espaços sociais oferecem informações que se limitam à saúde, aos cuidados e à higiene corporal, o que fragiliza a compreensão da adolescente sobre si mesma

e sobre seu corpo. A fala seguinte sobre as mudanças percebidas confirma essa assertiva:

No começo, quando começou a mudar, eu achei estranho, pensei que era uma doença e eu tinha que ir ao médico. Eu dizia: Mãe me leva ao médico. Eu ficava nervosa. Antes eu tinha medo por causa das mudanças no meu corpo como aumento dos seios e pelos. (Amanda-A2, 09/07/2015).

O isolamento e pensamentos de que as mudanças no corpo era uma doença evidencia como as informações são disseminadas de forma equivocada, sendo indispensável esclarecimentos não apenas por parte da família. Afinal o afastamento e discriminação são experiências que afetam drasticamente a convivência de adolescentes com deficiência, cujo ciclo de relacionamento, não raras vezes, restringe-se ao ambiente familiar, que, em alguns casos, torna-se hostil e preconceituoso.

Em geral, pessoas cujas características físicas denunciam sua deficiência tendem a ser mais discriminadas do que outras cuja deficiência é menos visível. Esses indivíduos são frequentemente afastados ou neutralizados (GLAT, 2009, p. 57).

Essa experiência parece ser explicitada na voz de Ana, quando ao ser indagada sobre qual a percepção de familiares sobre seu corpo afirma:

Assim, por ser cega, algumas pessoas da família do meu pai não aceitavam. Achavam o meu olho estranho ou feio, é como se não compreendessem a minha deficiência (Ana-A1, 09/07/2015)

A voz de Ana explicita como o desconhecimento e a negação da deficiência por parte de membros da família constitui experiência nociva às entrevistadas no que diz respeito a percepção de si mesmas e de sua corporeidade. Essa experiência é reforçada no estudo intitulado “A sociedade em busca de tolerância” (Revista Nova Escola, Abril/ 2006, p.4), o qual traz uma pesquisa cujos dados revelam que

apenas 25% dos familiares de crianças com deficiência dizem tê-la aceito quando receberam a notícia. Os números mostram ainda que 62% das crianças com deficiência já sofreram algum tipo de

discriminação em diferentes situações, inclusive na escola. No entanto, apenas 38,7% dos responsáveis tomaram providências.

Essa perversa concepção traz sérias implicações para a vida de adolescentes com deficiência, conforme ilustrado nesta fala de Andressa ao ser questionada sobre as relações do corpo e o preconceito

*[...] sim, na escola, às vezes. Tem gente que não quer falar com a gente, não quer se aproximar da gente porque eles têm preconceito. Tem gente que até já disse: ‘ixi’ eu não quero se aproximar daquelas meninas porque elas são **deficientes (grifo da entrevistada)**, eu já vi até gente falando isso na escola (...) na sala de aula também, eles não falam com a gente, as meninas também (...) assim, que as vezes, uma professora, algum um professor pede para ajudar a gente sabe? para levar, a gente pro intervalo, na hora do lanche assim (...) eles falam: ‘eu não vou ajudar elas não, porque elas não merecem não, que elas são deficientes sei o quê(...)mas eu não fico triste com isso não! (...) eles não ajudam não. Quem ajuda? É as professoras que ajudam a gente. Esse ano é assim (...) no ano passado era diferente, no ano passado era outra turma, elas ajudavam mais, agora esse ano (...) os professores conversam, conversam, mas não dá jeito não (expressão de tristeza) [...] (Andressa-A5, 09/07/2015).*

Percebe-se na voz de Andressa tristeza porque muitos alunos/as não se aproximam e nem ajudam porque elas têm um tipo de deficiência e, relacionam a isso a questão de merecimento. Infelizmente, nos dias atuais existem pessoas com esse tipo de preconceito que é crime, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Nº 13.146, de 06 de julho de 2015) em seu Artigo 88 prevê reclusão de um a três anos e multa para quem “praticar, induzir ou iniciar discriminação de pessoas em razão de sua deficiência” (BRASIL, 2015, p. 10), sendo imprescindível a implementação de medidas para o enfrentamento desse tipo de comportamento excludente.

Outra evidencia são as concepções equivocadas a respeito da sexualidade de pessoas, sobretudo de mulheres com deficiência, é um reforçador a mais de discriminação. “Quantos pais e professores se preocupam com a ideia de ter que lidar e canalizar essa sexualidade? Quantos pretendem que ela não existe e então se surpreendem quando ela não desaparece” (GLAT, 2009, p. 118). Semelhante ao ocorrido com um considerável número de adolescentes,

os depoimentos coletados revelam o receio demonstrado por pais e mães de meninas cegas, quando se trata de conversas sobre as mudanças surgidas nessa fase e sua sexualidade

Na verdade, aqui no instituto a gente conversa com os amigos. Com minha mãe eu não converso muito, porque ela não gosta de conversar sobre sexualidade e às vezes ela não tem tempo (Ana-A1, 09/07/2015).

Ainda quando indagada sobre os cuidados que deveria tomar com o seu corpo, ela responde: *Eu não sabia e minha mãe não tinha paciência de ensinar, ela dizia que eu não aprendia (Ana, 09/07/2015).* Outro achado relevante diz respeito ao cerceamento do direito de ir e vir das pessoas com deficiência. Diante de questionamento sobre lugares que frequentam e atividades de lazer que praticam, as depoentes afirmam:

Às vezes vou à casa da minha tia, ah! De vez em quando vou à igreja também. É muito difícil alguém me levar entendeu? (Ana-A1, 09/07/2015).

Eu sou de casa para a escola sempre, e às vezes para a igreja. As vezes saio um pouquinho para uma lanchonete, uma sorveteria, mas volto logo para casa (Alice-A3, 09/07/2015).

A literatura que trata dessa questão chama à atenção para os incalculáveis prejuízos à vida dessas mulheres, já que são continuamente privadas da convivência nos espaços sociais mais amplos. “(...) elas somente saem sob tutela familiar e institucional. Conseqüentemente, as possibilidades de prazer e crescimento socioculturais ficam bastante restritas, cristalizando cada vez mais uma limitação existencial” (GLAT, 2009, p.153). Outra prática recorrente no cotidiano das pessoas, em particular, das adolescentes com deficiência reside no fato de que são os outros que falam, pensam, enfim, tomam as principais decisões a respeito de sua vida, retirando delas a liberdade de autoconhecimento do corpo, de pensar e de agir por si próprias. Nos pareceu importante questionar a s adolescentes sobre como estas agem no cuidado cotidiano do seu corpo. Diante da pergunta Ana diz

Às vezes eu peço ajuda à minha mãe. Eu não gosto de cortar o cabelo, mas minha mãe fica insistindo em cortar (Ana-A1, 09/07/2015).

As vozes explicitam, ainda, o quanto a opinião e o olhar do outro é determinante, não apenas no que diz respeito à tomada de decisões sobre o próprio corpo, mas também aos sentimentos e à autoestima das adolescentes.

Minha mãe e as pessoas mais próximas sempre falam: Tem que comer pouco, tá gorda. Às vezes eu fico calada, as vezes eu fico triste. Eu já tentei regime, baixa, mas depois volta. Preciso emagrecer uns 5 quilos. Eu queria ficar magrinha a ponto de tirar a barriga (Amanda-A2, 09/07/2015).

Eu me preocupo muito com o que os outros pensam de mim, porque tem gente que fala que a menina só é bonita se for magra (risos). Eu procuro não comer muito para não engordar. Quando uma pessoa chega para mim e diz: Teu corpo é bonito, eu fico feliz e continuo fazendo o que faço para manter meu corpo (Aline-A4, 09/07/2015).

[...] tem gente que já falou que o meu olho é feio por causa do glaucoma, ai eu gosto sempre de usar óculos para ninguém ver meu olho (...) também por causa da claridade (risos). [...]” (Andressa-A5, 09/07/2015).

As falas acima iluminam o quanto o discurso do outro exerce influência nas ações, nos sentimentos e arranjos corporais de adolescentes com ou sem deficiência. Nessa perspectiva, Silva e Soares (2003, p. 85) referem que “(...) jovens estão sendo erotizados precocemente, por modelos de beleza, sucesso e glamour veiculados na mídia”, cujos discursos e/ou imagens ecoam como verdades absolutas e, por conseguinte, como modelos culturais a serem seguidos por esse rupo social.

Contrapondo as experiências negativas elencadas acima, identificamos, em algumas vozes das participantes (A6 e A7), aspectos que desmistificam a imagem da deficiência apenas como tragédia ou, tão somente, sofrimento.

Para mim, não é problema a deficiência. Eu só me dedico a querer mostrar mais para a sociedade que somos capazes, que merecemos um lugar na sociedade” (Alana-A6, 09/07/2015).

A cor dos olhos não importa o que importa sou eu...eu sou muito feliz com meu corpo! (Ângela-A7, 09/07/2015).

Torna-se evidente a autoestima dessas jovens que diante de um corpo “deficiente” sentem-se ou veem-se capazes. Portanto, não concebem a deficiência como condição de insegurança.

Além das mudanças psicobiológicas vivenciadas na adolescência, deve-se ter claro que os conflitos familiares, os apelos da mídia e os modismos culturais, entre outros, incidem diretamente na constituição da identidade feminina, independentemente de se tratar ou não de uma adolescente com deficiência.

Conclusões

Ao destacarmos as percepções das adolescentes cegas buscamos identificar como a questão de gênero perpassa nos processos de mudança do corpo de forma velada, que necessitam ser reveladas a partir de pesquisas que entrelacem corpo, gênero e deficiência. A partir da análise aqui empreendida, evidenciam-se as seguintes considerações.

A projeção da corporeidade a partir do olhar, da voz e dos apelos do/a outro/a emergiu como um dado relevante sobre a percepção que as adolescentes cegas constroem e pensam sobre si próprias. Por isso é indispensável a formação de grupos e rede de apoio a esse público em especial, de forma a ajudá-las a reconfigurar suas identidades a partir do autoconhecimento. Um passo inicial é compreender os desejos e as aspirações das adolescentes com deficiência e reconhecê-las como sujeitos de direito e autoras da própria história.

Justifica-se mais uma vez a necessidade de garantir acesso as informações diversas que ofereçam maior clareza na percepção de si mesmas e de seu corpo.

A realização de pesquisas, assim como a implementação de programas educativos e de apoio a esse grupo pode ser uma saída viável para enfrentamento desse desafio.

Diante do exposto a pergunta que se coloca neste estudo é: como contemplar as necessidades formativas tão diversas sobre o corpo e a deficiência,

especialmente na adolescência, a fim de que se busquem alternativas equânimes para cada subgrupo com ou sem deficiência?

Referências

AHLERT, A., **Corporeidade e educação:** o corpo e os novos paradigmas da complexidade. Ver. Iberoamericana de educação. N. 56/1, p. 01-13, 2011;

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade:** entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência:** Estatuto da Pessoa com Deficiência - LBI - Lei 13.146/15. Brasília, 2015.

FREIRE, P. **A educação da cidade.** 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade.** A vontade de saber. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997. v.1. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque.

GLAT, Rosana. **Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental.** 2ª ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

GOFFMAN, E. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOELLNER, S. V. **A produção cultural do corpo.** In *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.* Petrópolis: Vozes, 2003. 191 p.

LÊ BRETON, David. **A sociologia do corpo.** 2. ed. tradução de Sônia M.S. Fuhrmann. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LOURO, Guarcira. **O corpo educado.** *Pedagogias da sexualidade.* Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p.37-82.

LOURO, Guacira Lopes. NECKEL, Jane Felipe e GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.p. 82.

MARIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Sexualidade e deficiências**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.p. 13-32.

MELO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. **Gênero e deficiência: interseções e perspectivas**. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000300003>. Acesso em 04 maio 2015.

PEREIRA, O., P., ALMEIDA, T., M., C., de. **A formação médica segundo uma pedagogia de resistência**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 9, n. 16, p. 69-79, set. 2004/fev. 2005

SADALA, Glória. O sexo e o mal-estar na adolescência. In: ALBERTI, Sônia. **A sexualidade na aurora do século XXI**. Rio de Janeiro: Cia. De Freud: CAPES, 2008.

SILVA, T. **Inclusão e exclusão de deficientes na sociedade**. 2006. Disponível em <<http://recanto.das.letras.br>>. Acesso em 15 de junho de 2015.

DIVERSIDADE SEXUAL X EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL, DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO CONTRA OS LGBTs NO ESPAÇO ESCOLAR

Adriana Lohanna dos Santos

Orientador: Dr. Alfrâncio Ferreira Dias
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal de Sergipe

A escola é um espaço de formação do indivíduo, que tem como papel fundamental, capacitar os estudantes para a vida em sociedade tornando-os cidadãos críticos e conscientes do seu papel como ser social, visando também instruir no educando valores como respeito, dignidade e a aceitação do outro na suas diferenças, no entanto diferente do esperado, na escola a (des)construção dos significados de gênero, orientação sexual e diversidade sexual tende a reproduzir os preconceitos e a discriminação contra os LGBTT e outros grupos hoje discriminados nela, sendo esta, uma questão que deve ser encarada e tratada como realidade. O artigo traz um recorte histórico sobre a construção social do gênero e as matrizes do preconceito, em seguida se discute as políticas públicas e sociais de direitos humanos constituídas para a população LGBT e em especial suas repercussões na educação colocando por fim em questão as diversas formas de coerção e preconceitos vividos pelos “Diferentes” na escola, perpassando o modo como a instituição trata a questão e a necessidade de se avançar na perspectiva de construir uma escola realmente democrática e que promova a inclusão e permanência de todos e todas onde sem distinção, onde os estereótipos e os “Preconceitos” possam ser discutidos e assim formar verdadeiros cidadãos que respeitem o outro da forma como ele se apresenta em sociedade.

Palavras chaves: educação, preconceitos, homo/lesbo/bi/transfobia, políticas públicas, discriminação.

Introdução

Vivemos em uma sociedade dita “Globalizada”, onde a era da informação deveria contribuir com a diminuição da ignorância do ser humano com relação a si próprio e a diversidade que o cerca, tendo assim como espaço principal de formação e reprodução de conhecimento a escola.

Diferente do que se espera a Educação brasileira, em os seus níveis ainda retransmite em seus discursos e nas práticas pedagógicas, valores morais e de classe que desqualificam as pessoas que tem orientação sexual divergente da heterossexualidade, sendo escolas lócus da disseminação do preconceito contra os diferentes, intercambiado numa sociedade que converte diferenças em direitos (GUIMARÃES,1995).

Este processo constitutivo do paradigma educacional brasileiro norteia relações pedagógicas que filtram, traduzem, e renovam violências ainda agenciadas pelo Estado, físicas e simbólicas (Bourdieu, 1992) contra os afrodescendentes, indígenas, mulheres, e os não heterossexuais, acentuadamente contra as pessoas travestis e transexuais.

O objeto central de preocupação deste é a homofobia, o ódio aos homossexuais e a todos que têm orientação sexual não heterossexual na educação ou, se preferirmos, o preconceito que os fere, ridiculariza, humilha, e desqualifica humanamente. Isto se dá porque a brancura normativa da sociedade brasileira (Norvell, 2002) encontra na heteronormatividade a garantia da sua reprodução.

A exclusão caracteriza há séculos tal sistema de ensino, tendendo-se a culpar a colonização cuja base é a família patriarcal formada pelo casal heterossexual sob o poder do homem “branco”, e que segue retransmitida eficazmente nas escolas, até o os dias de hoje. Com efeito, no momento em que, numa reviravolta histórica, a nação se propõe a legislar e garantir acesso a uma educação isenta de discriminações, vistos nos debates da Última Conferência Nacional de Educação no ano de 2010, na atualidade com a tramitação do Estatuto da Diversidade, e principalmente em vésperas a realização da II Conferência Nacional LGBT, coloca-se em xeque mais uma vez a necessidade de uma educação baseada nos direitos humanos e no respeito ao próximo.

A antiguidade alicerçou a pedagogia na pederastia, recobrando-a de excelência pedagógica, honras militares, e divindades protetoras específicas, pois os antigos gregos sabiam, ou intuíam que: “as homossexualidades estiveram presentes no mundo de forma tão distintas quanto a própria organização cultural e moral na história das sociedades” (Prado e Machado, 2008). As ciências

modernas passaram a condená-la, na medicina moderna, do séc.XIX, o pederasta será nomeado homossexual e classificado como doente mental e o direito moderno torna a homossexualidade crime crapuloso e fraude contra a procriação.

Essas dinâmicas históricas e culturais incidem, entrecruzando-se, nas formas de conceber a Educação, da gestão das escolas aos conteúdos curriculares e às relações ensino-aprendizagem, impondo comportamentos socialmente admitidos ou condenados nas instituições de ensino, em todos os níveis. É contundente ressaltar que a diversidade sexual e os temas relacionados a sexualidade humana não são discutidos ou evidenciados nos currículos das escolas, reforçando assim a reprodução do sexismo e da heteronormatividade no espaço escolar, evidenciado a invisibilidade e marginalização dos alunos Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais na Escola.

Recortes históricos

A discussão sobre sexualidade e gênero o que dá abertura para o debate sobre a homossexualidade decorre, dos estudos contemporâneos sobre as mulheres ou estudos feministas, cujo marco inaugural é a obra de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo* (1949), a partir dos anos 60, se começa a desconstruir o pressuposto, dado como inquestionável, de que a heterossexualidade é a única expressão normal da sexualidade humana, posto que farto material etnográfico comprovava a inexistência de “*identidades masculinas ou femininas fixas, imutáveis e transculturais*” (Stolcke, 1991).

Em contrapartida nos EUA, florescem os *gays and lesbian studies*, unindo as lutas pela igualdade entre “negros” e “brancos”, homens e mulheres, hétero e homossexuais, revolução dos valores instaurada pelos movimentos de contracultura, tendo o movimento hippie, que também questionava o preconceito contra pobres e demais grupos discriminados, influído sobre o movimento feminista contemporâneo (Costa, 2009). Logo, se na década de 80, algumas feministas recusam o conceito gênero por incluir orientações não heterossexuais, com o argumento de que se feria a noção de família, triunfa a adoção do conceito, inspirada nos EUA onde os direitos individuais não são submetidos aos familiares.

Por conseguinte, apesar dos estudos sobre homossexualidade no Brasil terem início nas religiões de matriz africana, únicas abertas aos homossexuais (Prandi, 1988), o feminismo dará visibilidade à homossexualidade e a revaloriza positivamente, como um pólo oposto à dominação masculina indissociável do

casal heterossexual e nas últimas décadas, lutas e conquistas deram maior visibilidade internacional e nacional ao movimento LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) e obtendo maior suporte para pesquisas se constata que os homossexuais são a minoria mais odiada do Brasil contemporâneo (Mott, 2005).

No fim da década de 1990, organismos e movimentos internacionais contrários à misoginia, ao racismo e à homofobia conduziram, com apoio interno de movimentos sociais, o governo Fernando Henrique Cardoso a lançar o programa Brasil Gênero e Raça, que avançará ainda mais na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No ano seguinte, *“o governo federal lançou, em conjunto com a sociedade civil, o programa “Brasil sem Homofobia” (Junqueira, 2009, p.15), integrando Ministérios e Secretarias de políticas públicas para mulheres, de promoção da igualdade racial e dos direitos humanos, enfeixados no combate ao ódio contra os homossexuais, mulheres e afrodescendentes. Pela primeira vez, grupos inferiorizados ou invisíveis nos livros didáticos e salas de aulas, como “negros”, índios, mulheres, pobres, LGBT’s e deficientes físicos e mentais, têm espaço no sistema nacional de educação a se construir, faltando saber, se os atores sociais, especialmente nas escolas e universidades, são capazes de efetivar a igualdade possível num país que ainda legitima todas as hierarquias e desigualdades.*

O movimento LGBT, surgiu a partir do tumulto ocorrido no dia 28 de junho de 1969, no bar Stonewall, na cidade de Nova York, decorrentes de conflitos entre seus frequentadores gays, lésbicas, travestis e transexuais e a polícia, por dias, ficando conhecido como o movimento inicial em defesa dos direitos humanos LGBT em todo o mundo.

No final da década de 70, especificamente em 1978, o movimento surge no Brasil, onde foi fundado no Rio de Janeiro, o primeiro jornal gay: *“O lampião da Esquina”* e em São Paulo fora criado o *“Grupo Somos”*, primeira entidade de defesa dos homossexuais. Em 1990, setenta e duas cidades e três estados incluíram nas Leis Orgânicas Municipais a proibição de discriminar por orientação sexual (MOTT, 2003 apud MENEZES,2009).

Em 1995 nasceu a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, sendo que em 2001 foi fundada a Articulação nacional de Travestis – ANTRA, desde 2004 o programa Brasil sem homofobia, do Governo Federal, articulado como o movimento social LGBT, promove e executa diversas ações na educação (TORRES, 2010 p. 40). Em 2008 é realizada a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais,

que propôs diversas ações na área da educação, o que cogitou no lançamento pelo Governo Federal no ano seguinte, do Plano Nacional de Políticas e Direitos Humanos de LGBT, que prevê quinze ações a serem executadas pelo ministério da Educação.

Em 2010 é executado e planejado pela ABGLT e parcerias com o apoio do Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD), o projeto Escola Sem Homofobia, que realizou em todo o país seis capacitações com cerca de mais de 200 profissionais de educação, produziu um kit que seria distribuído nas escolas para capacitar outros profissionais da educação, outrora, depois de várias discussões do movimento LGBT com a SECAD, ficou acordado depois da aprovação do KIT Escola Sem Homofobia, seria feita a distribuição de seis mil kits em todo o país. Ainda no ano de 2010 o movimento LGBT, se organiza e presentes na Conferência Nacional de Educação aprovam propostas que orientam o país a desenvolver uma educação inclusiva, não sexista e não homo/lesbo/transfóbica.

Outrossim, pode-se avaliar como avanço mais importante hoje, porque efetivo, a decisão unanime do Supremo Tribunal Federal em 5 de maio de 2011, onde os dez juízes aprovaram o reconhecimento da União Estável Homossexual, reconhecendo-a como entidade familiar com direitos iguais aos dos casais heterossexuais, como também a realização da II Conferência Nacional de Políticas Públicas para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais que acontecerá em Brasília de 15 a 18 de dezembro do corrente ano.

Diversidade sexual e preconceito contra LGBT'S na escola

Contemporaneamente a escola tem priorizado em seus espaços de discussões e debates, temas evidenciados na sociedade sob a ótica da transversalidade, no entanto quando a discussão da diversidade sexual e da sexualidade humana esta se apresenta tímida e silenciosa, o que prova ser o tema um tabu no ambiente escolar. Entre os alunos, a homossexualidade e a diversidade sexual, aparece muitas vezes como algo que deve suscitar ironia, violência, agravo moral, e ser excluído do ambiente escolar (JUNQUEIRA, 2009). Contudo, talvez a escola não trate da questão abertamente, visando minimizar as tensões, pelo fato de considerar a orientação sexual um dado biológico, natural.

Percebe-se então que por trás desta visão, oculta-se o preconceito e a discriminação que sofre o estudante LGBT no estabelecimento de ensino, vindo não só de alunos, mais também o corpo docente pode tomar atitudes

preconceituosas. Trazendo à tona a necessidade do apoio de intelectuais orgânicos, LGBT's ou não à luta contra a intolerância da qual a homo/lesbo/transfobia é a base, se traduz nas palavras de Louro:

Desprezar alguém por ser gay ou por ser lésbica é, para mim, intolerável. No entanto, na nossa sociedade, essa parece ser uma atitude comum, corriqueira, talvez mesmo “compreensível”. Conviver com um sistema de leis, de normas e de preceitos jurídicos, religiosos, morais ou educacionais que discriminam sujeitos porque suas práticas amorosas e sexuais não são heterossexuais é, para mim, intolerável. Mas esse quadro parece representar, em linhas mais ou menos gerais, a sociedade brasileira. Por isso, sinto-me autorizada a afirmar que a sexualidade ou as tensões em torno da sexualidade constituem-se numa questão que vale a pena colocar em primeiro plano. (Louro, 2007, p.39).

Portanto se a sociedade se mostra intolerante com as diferenças sejam elas sexuais, de gênero, sociais, a discriminação e o preconceito contra o LGBT tornam-se comum no país, pessoas que divergem da heterossexualidade passam por processos de segregação e discriminação, duas das expressões da homofobia. Na escola não será diferente, pois a mesma como espaço de sociabilização e de reprodução de valores sociais também será espaço de discriminação e segregação dos diferentes, pois, crianças jovens e adultos da comunidade escolar, poderão se expressar como gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (TORRES, 2010).

Sendo assim, diante dessa violência promovida pelo heterossexismo no campo escolar, é preciso assegurar que esses estudantes não sejam submetidos à humilhação, à violência ou algo similar, pois,

Profissionais da educação, no entanto, ainda não contam com suficiente diretrizes e instrumentos adequados para enfrentar os desafios relacionados aos direitos sexuais e à diversidade sexual. É comum que tais profissionais declarem não saber como agir quando um estudante é agredido por parecer ou afirmar ser homossexual, bissexual ou transgênero. O que dizer a ele ou a uma turma hostil? O assunto deve ser levado a pais e mães? E, quando sim de que modo? Como se comportar quando uma criança declara, em

sua redação, seu afeto por um/a colega do mesmo sexo? A troca de gestos de carinho entre estudantes de mesmo sexo ou alterações de modo de se vestir, falar, gesticular deve receber algum tipo de atenção particular? É legítimo o pedido de uma pessoa para não ser chamada pelo seu nome do registro civil, mas por um nome social de outro gênero? (JUNQUEIRA, 2009, p.34)

De certa forma, o processo de segregação e discriminação contra as pessoas LGBT's na escola, se dá pelo fato de que o sistema educacional brasileiro não se propõe a discutir a sexualidade humana e a diversidade sexual e de gênero presente em nossa sociedade, pois as sexualidades têm sido tratadas com base em crenças morais, provenientes de discursos religiosos (TORRES, 2010), preconizando assim o despreparo dos profissionais de educação em lidar com situações iguais as citadas acima.

Na escola, o trabalho necessário para problematizar e subverter a homofobia, como também outras concepções preconceituosas e práticas discriminatórias, requer trabalho pedagógico, posturas e arranjos institucionais, capazes de abalarem estruturas e mecanismos de (re)produção das desigualdades e das relações de forças, garantindo assim o acesso a cada espaço da escola e tratamento adequado por parte de toda a comunidade escolar a esses estudantes, adotando medidas que venham a contrapor essa moral heterossexistas instituída.

Se traços dessa moral, que produziu no país uma exclusão social e educacional quase sem similar no mundo, não é estranho que o país seja campeão em assassinatos de homossexuais. Pesquisas, incluso as publicadas pela SECAD/MEC/UNESCO, oferecem dados assustadores sobre ódio aos gays, lésbicas, tranvestis, transexuais, e violências físicas – estupros, apedrejamentos e mortes- e simbólicas –agressões verbais e gestuais- nas famílias como também nas escolas (Oliveira, 2005; Munanga, 2005; Junqueira, 2009), onde :

“Neste ambiente (e não só aqui), os processos de constituição de sujeitos e de produção de identidades sexuais alimentam a homofobia e a misoginia, especialmente entre os meninos e os rapazes. Para eles, o “outro” passa a ser principalmente as mulheres e os gays e, para *merecerem* suas identidades *masculinas* e *heterossexuais*, deverão dar mostras contínuas de terem exorcizado de si mesmos a feminilidade e a homossexualidade (...) À disposição deles estará

um inesgotável arsenal “inofensivo” de piadas e brincadeiras (racistas, misóginas e homofóbicas). (Junqueira, 2009, p.19).

Tudo isso explica, em parte, significativa parcela do baixo rendimento escolar e a evasão de quase 50% dos jovens, hoje, inclusive em Sergipe (SEED, 2009). Para além da pobreza que leva a trabalhar mais cedo, há as enormes dificuldades encontradas por homossexuais e outros grupos nas escolas, *“ainda maiores se pessoas homoeróticas e/ou com identidade de gênero fora do padrão convencional pertencerem ainda a outros setores também discriminados e vulneráveis (pobres, menos letrados, mulheres, negros, indígenas, soropositivos, possuidores de uma assim dita deficiência física ou mental, etc.)”* (Junqueira, 2009, p.25).

Todo preconceito produz sofrimentos, injustiças e mesmo que o país elimine a produção didática que inferioriza ou torna invisível enorme parcela da população, está claro que não se pode crer no mito que atribui à escola um papel transformador e redentor, de uma “raça/etnia”, gênero, classe ou grupo social. Diretores, coordenadores, professores e estudantes de escolas e faculdades mal mascaram preconceitos contra pobres, “negros”, mulheres, mães solteiras, gays, lésbicas, travestis, transexuais, idosos e deficientes, enquanto aparentam cumprir o requerido pelo Conselho Nacional de Educação. Estas observações, o MEC e ao UNESCO atestam: para 60% dos professores brasileiros é inaceitável a pessoa ter relações homossexuais; 50% não sabem abordar homossexualidade nas aulas e a considera doença; 60% dos pais não desejam que os filhos tenham colegas gays e bater nestes foi apontado como exemplo menos grave de violência nas escolas. (Pátio – Revista pedagógica – mai/jul 09).

Esta realidade viola princípios do Sistema Nacional de Educação em construção, da Rede de Educação em Direitos Humanos, os direitos de cidadania e à personalidade. Viola direitos irrenunciáveis após décadas de lutas com perdas pessoais e políticas para militantes feministas, negros e LGBTT. Repensar a educação pedagógica com base no respeito ao outro e à inviolabilidade da vida, não é tarefa nada simples na sociedade em que profundas desigualdades se sustentam em critérios classificatórios discriminatórios raciais, de gênero, de orientação sexual, classe, estado civil, faixa etária, peso, altura e limites estéticos.

Para Martins (2003): “...um casal gay não vai ser tratado como um casal hétero nas escolas”. O pretexto é que a docência não foi preparada para lidar com a diversidade sexual e a população tende a fortalecer a homofobia intercambiada entre a família, a sociedade, e o meio escolar. Em países heterossexistas

como o nosso, isto é, que suprimem os direitos dos homossexuais, a homofobia é um sentimento tido como normal. Só no Brasil ela é responsável direta pelo assassinato de 2.403 gays, lésbicas e travestis nos últimos 20 anos. Sendo 120 das mortes ocorridas no estado do Paraná¹. Noutros Estados a situação não parece melhor quanto à violência na escola, conduzindo à evasão. Uma transexual gaúcha de 28 anos, Luciana, sobre suas memórias escolares recorda:

“Da escola, eu lembro das torturas. (...) nos olhares e nos risos que iam desde a servente e a merendeira, passando pelos professores e a diretora, até os colegas de sala e de recreio. Mas o pior mesmo era um guri da minha idade que me perseguia o tempo todo que me falava grosserias (...) Quando eu via aquele guri, eu entrava em pânico e pensava “meu Deus, lá vem aquele Hitler de novo?” Enquanto ficava nas ameaças eu aguentava, mas o pior foi quando ao sair da escola eu levei uma chuva de pedradas que me machucaram muito e tive que fazer vários curativos. Mesmo assim eu aguntei muito até terminar a oitava série. Depois disso, nunca mais quis saber da escola. (Peres, 2009, p.252).

Conclusão

Apesar de ser um tópico do Parâmetro Curricular Nacional - PCN, documento do Ministério da Educação que determina quais pontos devem ser abordados no ensino médio, a diversidade sexual costuma ficar fora dos currículos, face ao desinteresse da comunidade escolar na problemática. Mantêm-se, em boa medida, práticas consideradas hoje criminosas, que o Brasil tenta abolir das salas de aulas. Em todo o mundo, se tenta adotar o direito à diversidade, para que não se fale “direitos das minorias” para referir à maioria excluída da educação ou marginalizada nas instituições de ensino de maneira explícita ou, velada, seja estudante ou professor. De acordo com a legislação, não é mais aceitável perseguição, nas instituições de ensino, contra mulheres, afrodescendentes, ameríndios, gays, lésbicas, travestis e transexuais, idosos e deficientes.

Tampouco se devem aceitar docentes elitistas, racistas e homofóbicos que, sem preparo e história, em espaços que, legitimamente, seriam dos que mais se dedicaram a tais temas. Evidentemente, lutas de indivíduos, e movimentos

1 FONTE GGB – Grupo Gay da Bahia

sociais organizados para banir, dos espaços educacionais e profissionais a intolerância racial, religiosa, e de sexo-gênero abre caminhos rumo à igualdade de direitos, mas só será possível avançar na direção de uma sociedade menos violenta e desigual se os gestores da educação, diretores, funcionários, coordenadores, docentes e discentes efetivarem no espaço escolar uma política de respeito a diversidade e aos direitos humanos, em diálogo com as famílias, e essa atuação for cobrada pelos legisladores, porque está em jogo a conquista da cidadania plena, imprescindível para pôr freio à exclusão socioeconômica, educacional, preservando laços familiares e reduzindo a violência generalizada da qual todos somos potenciais ou reais vítimas.

A questão social aqui apresentada trata-se da discriminação presente em nossa sociedade, que vitima os desiguais e os coloca à margem das relações sociais, a homofobia, a lesbofobia, a transfobia e outras formas de discriminação presentes em nossa sociedade se reproduzem na escola, quiçá se possa esperar algumas transformações num país internacionalmente conhecido como um dos mais racistas do mundo, dos mais violentos contra crianças e mulheres, homossexuais, idosos e pobres em geral, além de situar-se entre os de pior qualidade de ensino, criminalizando, não somente no discurso legal, mas efetivamente, a violação dos direitos fundamentais e a violência contra vulneráveis. Mas os estudos até então realizados não autorizam grandes expectativas ou ilusões, de modo que nos parece citar, para demonstrá-lo, as memórias de Martins, um professor:

“Lembro-me, no início de meu magistério, em duas escolas públicas estaduais, em Fortaleza, no Ceará, onde lecionei Língua Portuguesa, casos de reprovação ou mesmo de atitudes agressivas ou condutas hostis de professoras com relação a alunas lésbicas, sob o argumento de que, enquanto tivessem explicitamente a opção homossexual, não seriam aprovadas na disciplina.” (2001).

Vivemos um momento de transformação social, que inclui, principalmente, uma mudança na erótica. Por outro lado, vemos que grande parte da sociedade não entende e principalmente não acompanha todo esse processo de transformação, atraso que resulta no pensamento irracional sobre a problemática da diversidade sexual, como também na execução de atitudes que demonstrem o preconceito e a discriminação contra a classe LGBT.

Apesar do estado como já citado neste, tenha avançado na defesa dos direitos humanos das minorias e na efetivação de políticas públicas voltadas para a população LGBT, é certo comentar que a escola tem uma parcela muito grande de culpa nesse processo, pois como citado neste estudo a mesma ainda não acordou no sentido de entender que a diversidade sexual deve ser discutida no âmbito escolar, coisa que raramente se vê. Diferentemente do que se espera da coordenação pedagógica da escola, a mesma apresenta muitas vezes uma postura tradicional, embasada em conceitos arcaicos, e muitas vezes heterossexistas. É preciso que a escola, como instituição formadora de opiniões e de cidadãos, comece a difundir no seio de todo o processo de ensino-aprendizagem o respeito pela diversidade seja ela cultural, étnica, religiosa e principalmente sexual. Encarar a orientação sexual como questão para ser discutida em bases racionais, intelectuais, sociais, no interior de disciplinas como ética, antropologia, sociologia, história, filosofia e como disciplina específica. É preciso ensinar a respeitar o outro como é, em suas diferenças e potenciais, homo e heterossexualidade são diferenças que precisam ser reconhecidas.

Referências

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Revolução Industrial e Capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Difel, 1992.

CÔRREA, Lisete Bertotto. *A Exclusão Branda do Homossexual no Ambiente Escolar*. 2003. 153 pg., Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate a violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

GRUPO GAY DA BAHIA. *Homofobia na Escol.*, Salvador-BA, 2003. Disponível em: <http://www.ggb.org.br/>. Acesso em 21 de out.2006.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1 – A Vontade de Saber*. 13ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1988.

_____. *História da Sexualidade 2 – O Uso dos Prazeres*. 8a ed., Rio de Janeiro, Graal, 1984.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. “O recente anti-racismo brasileiro”. In. *Povo Negro*. Revista USP, São Paulo (28): 84-95. Dezembro 95/Fevereiro 96.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um Dicionário Marxista. A Política Sexual de uma Palavra”. In. *Cadernos Pagu*. Bessa, Karla Adriana Martins. (Coord.), Campinas, Unicamp, 2004, pp.. 201-246, n.22

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Escola e Homofobia”. *Pátio Revista Pedagógica*. RS, Artmed, mai/jul 2009, PP. 28-31.

_____. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In. JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia na escola*. Brasília, MEC/SECAD, 2009, PP.13-52.

MARTINS, Ferdinando. MIX BRASIL. *Homossexualidade na Escola*. Disponível em: [http:// www.mixbrasil.uol.com.br/](http://www.mixbrasil.uol.com.br/). Acesso em 14 de out.2006.

MOTT, Luiz. A história do historiador. In. FIGUEREDO, Luciano. (Ed.). *Revista de História do Museu Nacional*. Ano I. N. 6. p. 62. Rio de Janeiro, dez; 2005

NORVELL, John. “A Brancura Desconfortável das Camadas Médias Brasileiras”. In. OLIVEIRA, Iolanda. “Prefácio”. In. OLIVEIRA, Iolanda. (Org.) *Relações Raciais e Educação*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

PERES, Wiliam Siqueira. “Cenas de Exclusões Anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira”. In. JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia na escola*. Brasília, MEC/ SECAD, 2009, PP.236-264.

PRADO, Marco Aurélio Maximo e MACHADO, Frederico Viana. *Preconceitos contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo, Cortez, 2009.

PRESIDÊNCIA da República: Secretária Especial de Direitos Humanos – SEDH. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Brasília – SEDH, 2009.

REZENDE, Cláudia Barcellos (Orgs.) *Raça como retórica – a construção da diferença*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, PP.409-440.

RIOS, Roger Raupp. “Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e no Contexto dos Estudos sobre Preconceito e Discriminação”. In. In. JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia na escola*. Brasília, MEC/SECAD, 2009, PP.53-83.

Secretaria de Estado da Educação de Sergipe. Aracaju. Março de 2010.

STOLCKE, Verena. “Sexo está para Gênero assim como Raça para Etnicidade?”. In. *Estudos Afro-asiáticos*, 1991, pp101-119.

_____. A “natureza” da nacionalidade. In. MAGGIE, Yvonne e VILLALTA, Luiz Carlos. O diabo na livraria dos inconfidentes. In. NOVAES, Adauto. *Tempo e História*. São Paulo, Cia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura, 1992, PP.367-398.

TORRES, Marco Antônio. A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

INCLUSÃO SOCIAL: A CONVIVÊNCIA DE UM HOMOSSEXUAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Autora; Adriana Varelo de Oliveira;

Co-autora: Jeane Gonçalves da Cunha;

Orientadora: Lúcia Temoteo
Universidade Federal da Paraíba -
gde.ufpb@gmail.com

Resumo: O presente trabalho teve como objetivo identificar através das práticas educacionais, as desigualdades sociais entre os gêneros, fazendo uma relação dos valores impostos pela sociedade e promover um diálogo de convivência com a diversidade sexual na promoção da igualdade entre os gêneros na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Tiradentes, no Assentamento Tiradentes no município de Marí - Paraíba. Uma discussão que surgiu a partir das observações realizadas na turma do nono ano do ensino fundamental da escola supracitada. A partir desse estudo, foi possibilitado a identificação das influências que a sociedade impõe perante as escolhas sobre a orientação sexual do indivíduo, uma vez que, a maneira de pensar e se portar diante/e na sociedade, muitas vezes é determinada pelo sistema normatizador que nos é imposto e pode ser encontrado em nosso cotidiano. A pesquisa teve um caráter qualitativo, que se fez através de uma entrevista realizada com o aluno homossexual, a sua progenitora e seus colegas de turma, como fonte de obtenção das informações necessárias para a construção do conhecimento e o desenvolvimento do trabalho, traçando um diálogo entre os elementos das entrevistas e as fontes teóricas de estudo. Portanto, podemos aferir que, a inclusão de um sujeito homossexual se inicia primeiro no seio familiar, para que depois se dê em meio a sociedade e por consequência aconteça sua aceitação no convívio social.

Palavra-Chave: Inclusão, Preconceito, Socialização, Família, Respeito

Introdução

Todo projeto científico tem na sua origem um problema ou uma ideia a ser investigada no contexto social, partindo desse preceito surgiu à ideia de investigar/estudar a inclusão de um jovem homossexual no ambiente escolar, uma vez que o mesmo passa por constrangimentos preconceituosos nesse ambiente, espaço esse que deveria ser livre de preconceitos, mas deixa transparecer através das diversas restrições/incompreensões do corpo discente uma característica homofóbica diante da diversidade e orientação sexual.

A Orientação Sexual na escola não pretende substituir o papel da família, mas complementá-lo. E para que alcancem seus objetivos, necessita de planejamento e intervenção dos/as educadores/as, através de ações pedagógicas, sem invadir a intimidade nem interferir no comportamento do aluno.

Através do desenvolvimento da sexualidade a família é em primeiro lugar o elemento formador da criança, onde os pais são os responsáveis de educar sexualmente de forma informal seus filhos, transmitindo saberes culturais e crenças. Atualmente o termo mais aceito é o de “orientação sexual”, utilizado na área de educação derivado do conceito pedagógico de orientação educacional que busca esclarecer questões relacionadas ao tema, livres de preconceitos e tabus.

Assim percebemos a necessidade da orientação sexual ser trabalhada nas escolas, por desempenhar um papel de formação do indivíduo, e por ser um ambiente diariamente frequentado por crianças e jovens em um longo período de vida. Diante disso, abordar as questões do homossexualismo é de suma importância no contexto escolar no qual circula curiosidades e anseios ligados à sexualidade.

A discussão teórica teve como fontes principais os autores: FERNANDES (2004); LOURO (2000 - 2007); PEREIRA (2011); JUNQUEIRA (2007); DINIS (2008 - 2011); ESTATUTO DA DIVERSIDADE SEXUAL (2011); SECAD (2009); PEREIRA (2011); STREY (2007), na abrangência dos conteúdos para discussão e aprimoramento do debate entre os dados colhidos.

A técnica trabalhada teve como fonte as entrevistas, que abordaram questões relacionadas ao gênero, uma vez que essa palavra é desconhecida para alguns aos quais farão parte das entrevistas. As entrevistas ocorreram de forma escrita, mas aconteceu algumas perguntas de esclarecimentos de forma oral, aos que participaram da pesquisa sintam-se a vontade para responder as entrevistas.

Após as coletas dos dados, foi feita uma análise das informações de todas as entrevistas, para interpretação e organização dos dados adquiridos no processo de construção do trabalho.

Abordagem teórica-metodológica: Devemos pensar e refletir como as várias formas de preconceito se encontram enraizadas e se reproduzem em meio a sociedade que a insinuação das linguagens existente no nosso cotidiano, evidenciar uma perspectiva sobre o que pensamos e sobre o que realmente vivenciamos rotineiramente com relação ao gênero e é a nossa linguagem que nos denuncia preconceituosamente. Como nos lembra Dinis, 2008:

A linguagem é também um fator de exclusão e de expressão de preconceitos, principalmente nas línguas latinas, nas quais a conformidade com as regras tradicionais e pretensamente neutras da linguagem nos obriga a utilizar termos masculinos como signos genéricos referentes a mulheres e homens. (DINIS, 2008, p. 40)

A neutralização do preconceito tende a existir entre colegas, tanto dentro como fora da sala de aula, o que podemos denominar de “normalidade” que é imposta pela sociedade e é vista no convívio escolar e social como um tabu a ser quebrado, mas torna-se difícil devido a criação que lhes é passada socialmente pelos familiares, o que faz a violência transparecer no convívio escolar.

Todavia, o convívio familiar dar direito ao sujeito de fazer parte de uma organização familiar, que por sua vez têm o pleno poder de escolher e reproduzir os valores que queiram agregar ao seu contexto e assim apropriar-se da liberdade de tais valores, podendo ou não aceitar a orientação de seus membros em relação a identidade de gênero.

A violência sexual na escola só existe por causa da má interpretação das escolhas de cada sujeito, e para que possamos minimizar essa questão se faz necessário que trabalhemos no ambiente escolar o preconceito aos LGBT's (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais), que aos poucos iremos quebrando com uma hierarquia de anos sobre a diversidade sexual.

O processo de reconhecimento da identidade de gênero, amplia a questão do ponto de vista educacional, quando refere-se ao estabelecimento de ensino como um espaço de discussão para esclarecimentos das desigualdades entre os gêneros, que prever uma conceituação que presa pela qualidade da socialização no ambiente escolar como um elemento norteador da ação educacional nesse campo.

Assim:

A qualidade social, conceito originário do Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira, implica educação com padrões de excelência e adequação aos interesses da maioria da população, tendo como valores fundamentais a solidariedade, a justiça, a honestidade, o conhecimento, a autonomia, a liberdade e a ampliação da cidadania. (BOLLMANN apud FERNANDES et al., 2004:247).

Nota-se um elemento que vincula-se a um pressuposto que podemos vivenciar com a decorrência do desenvolvimento individual de cada sujeito. Com isso, o estabelecimento escolar, passa a ter um papel social, ao trazer para si, a responsabilidade de incluir e aceitar as diferenças entre os gêneros, tornar-se progenitora da valorização das igualdades sociais e culturais, voltar-se a um ambiente resguardado, sem demonstrar ou aceitar a intolerância homofóbica, tornar-se um local de desenvolvimento e integração social.

Deveríamos encontrar no ambiente escolar princípios norteadores, tais quais, localizamos no anteprojeto do Estatuto da Diversidade Sexual (2011), em especial, no que tange seu Art. 4º, que prevê os princípios fundamentais para a interpretação e aplicação do mesmo, tais como:

- I – dignidade da pessoa humana;
- II – igualdade e respeito à diferença;
- III – direito à livre orientação sexual;
- IV – reconhecimento da personalidade de acordo com a identidade de gênero;
- V – direito à convivência comunitária e familiar;
- VI – liberdade de constituição de família e de vínculos parentais;
- VII – respeito à intimidade, à privacidade e à autodeterminação;
- VIII – direito fundamental à felicidade.

Podemos afirmar diante destes princípios que, se os mesmos fossem aplicados ao âmbito escolar, tal qual se prever em meio a sociedade e, sendo a escola uma de suas principais bases estruturais, estaríamos certamente caminhando para o que aqui esperamos como objetivo a ser alcançado, ou seja, a igualdade social entre os gêneros.

Podemos averiguar que a existência da violência na escola está intimamente relacionada a conjuntura familiar e às relações de gênero e poder. Na

faixa etária atendida pela escola de ensino fundamental, podemos analisar que os meninos e rapazes são a maioria dos agentes de violência, ou seja, aqueles que manifestam o poder nesse estabelecimento de ensino. Assim, podemos aferir que seria, pois a reverberação de aspectos socioculturais existentes em meio a sociedade, tais como a identidade masculina e o comportamento esperado de um ser de gênero masculino.

É a partir de análises como essa, que Nelson Fernandes Dinis, afirma a necessidade de:

Questionar os limites e os preconceitos no uso da linguagem constitui também um exercício de resistência a processos de discriminação e exclusão e devem ser encorajados no espaço da educação. Um conceito é sempre uma tentativa de simplificar por meio de uma palavra, criada em um determinado contexto histórico-cultural, uma complexidade de experiências, no caso da sexualidade, uma complexidade de experiências com nossos corpos, com nossos prazeres e com outras pessoas. (DINIS, 2008, p. 41)

No entanto, o ato de questionar determinados conceitos nem sempre implica em desfazer-se completamente dos mesmos, nem ao menos negar a sua utilidade e a sua necessidade em determinados contextos específicos no convívio social, pois sem os questionamentos seria impossível o desenvolvimento de quaisquer pesquisas na área de Ciências Humanas.

O grande desafio para os estudiosos não é apenas assumir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram e, então, que é impossível lidar com elas apoiadas em esquemas binários; mas admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e – o que é ainda mais complicado – que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira. (LOURO, 2002, p. 237)

A forma como nos apresentamos diante das diversidades, mostra-nos que se faz necessário, que aprendemos como lhe dar socialmente com a mesma. Temos que considerar que aprender é um processo que inclui vários aspectos determinantes e que pode nos orientar a diversos objetivos. Atualmente nos parece urgente a definição de uma aprendizagem que aprofunde as raízes do conhecimento sobre a identidade sexual, condição básica para o processo vital

da convivência do ser humano na sua plenitude, uma vez que, somos produto da evolução, e por esse motivo somos capazes de compreendermos as razões pelas quais leva cada um à sua definição em gênero.

Abordagem Metodologia

No início do ano letivo tive a oportunidade de lecionar na segunda fase do ensino fundamental com a disciplina de história de 6º ao 9º ano; foi uma experiência inesquecível, pois antes só tinha lecionado na primeira fase.

Um mês após o início do ano letivo, o aluno declarado homossexual, que o chamarei pelo nome fictício de Bob, chegou para estudar na turma do 9º ano, calçou um grande alvoroço, ao perceber que o novo aluno era homossexual, foi nesse momento que percebi que eles/as ficavam cochichando um com os outros, perguntava-me qual era o motivo das conversas paralelas, até que um dia um respondeu que era sobre Bob, era uma novidade na turma, pois nenhum deles/as haviam estudado com um garoto homossexual assumido.

Com sua chegada na escola, percebemos que a mesma não atende as necessidades educacionais relacionadas a questão do homossexualismo, um debate que deveria ser constantemente entre os alunos/as, professores/as e a gestão escolar, através de projetos de ação pedagógica, sem invadir a intimidade nem interferir no comportamento do aluno, para o combate ao preconceito existente nesse ambiente, ela não substitui o papel da família, mas o complementa. Para que alcancemos os nossos objetivos, é necessário de um planejamento e uma intervenção entre os/as educadores/as.

Por alguns dias na escola, Bob sofreu com ofensas, tais como: chacotas, palavras ofensivas, entre outras. Os/as colegas de turma e os demais alunos/as desse estabelecimento, até ele começar a participar das atividades escolares, fazendo amizades com as garotas e alguns garotos de sua turma, e assim, passou a sentir parte da turma, mas não fez com que a situação social encontrada no ambiente escolar acabasse.

Para fazer esta pesquisa usei dois procedimentos metodológicos: a observação e a entrevista. A observação foi feita na sala de aula do 9º ano, na escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental “Tiradentes”, no período de Março- quando estávamos preparando-se para estudar a disciplina de metodologia do trabalho científico, iniciei a ver qual seria o meu trabalho para a conclusão da especialização- a Agosto do corrente ano.

As entrevistas ocorreram de maneira individual, na própria sala de aula, com o apoio do professor da disciplina de português, li para eles o resumo do meu projeto de pesquisa, expliquei sobre a importância dessa entrevista para a conclusão da especialização e pedi a colaboração de todos/as nesse processo da pesquisa, mas apesar de tudo não foi aceito por alguns garotos, enquanto as garotas aceitaram participar, aceitei as decisões e dei início a entrega das entrevistas a serem respondidas aos demais que contribuíram assiduamente para pesquisa. Participaram da entrevista 4 meninas e 3 meninos, além de Bob.

Foi realizada também a entrevista com sua mãe, esta foi realizada no seu ambiente de trabalho, pois não teve como ser realizada na sua residência. A entrevista foi de forma oral, gravada com o aparelho celular, porque a mesma tem dificuldade de escrita e fiz as seguintes perguntas: Como foi descobrir ter um filho homossexual? Você sofreu preconceito de outras pessoas por causa de seu filho? E a família aceitou a escolha dele ou ainda sofrem com essa decisão?

Na entrevista ficou evidente que ela aceitou a escolha do seu filho, ao falar dele seus olhos brilhavam de alegria, o seu amor é enorme por ele, e a família também o apoia sem nenhum tipo de discriminação. É algo que não encontramos com frequência no nosso cotidiano, o que vemos é uma sociedade que julga sem preocupasse com as consequências que pode causar.

Os/as alunos/as que participaram das entrevistas, eram amigos/as de Bob, as garotas assumem a sua amizade por ele, mas os garotos ainda têm receio à sua aproximação e não têm uma amizade próxima, entendem, mas não aceitam a sua orientação sexual.

Resultados e Discussões

Inicialmente, no dia dezenove de junho do corrente ano, estive na escola em que leciono com um novo intuito, de observar mais precisamente o ambiente no qual o meu objeto de estudo está inserido e estabelecer uma comunicação mais precisa entre ele e os demais que fazem parte do seu convívio social.

O mais interessante é que nesse dia no qual escolhi para fazer a observação, estava acontecendo um evento escolar no qual estavam presentes todos que fazem parte da comunidade escolar, além da comunidade local, onde a escola está inserida, que por sua vez é uma área de assentamento já formado pelo MST no ano de 2009: o Assentamento Tiradentes.

No momento, estava acontecendo o ensaio da quadrilha junina da escola e todos estavam presentes para prestigiar esse evento, pois em seguida ela iria

apresentar-se em uma outra escola, também uma área de assentamento, conhecida por todos como (cafundó)-Assentamento Zumbi dos Palmares- localizada nas proximidades do Assentamento Tiradentes.

Foi alvo de minhas observações os alunos da escola e dentre eles um menino que se assumia como homossexual. Fiquei observando atentamente como a comunidade escolar e a comunidade local comportava-se com relação ao menino homossexual, uma vez que na quadrilha ele era o par de uma garota e por isso era o parceiro masculino.

Tive a oportunidade de observar que alguns colegas falavam com tom de zombaria: - “virou homem?“, - “estais com a parceira errada!“, “sai daí!“ e assim sucessivamente. Porém, nada disso impediu que ele continuasse a dançar, enquanto os demais presentes nada faziam para amenizar os constrangimentos aos quais ele estava passando, apenas olhavam uns para os outros e balançavam a cabeça. O que levou a entender que os mesmos, na sua ausência de conhecimento, ou talvez pelo seu (pre)conceito, não aceitavam a orientação sexual do mesmo, sendo assim, fica visível que devido ao não entendimento da condição a qual Bob se encontra, eles/as também não se manifestam contrários/as às manifestações que naquele momento acontecia em torno de Bob.

Dando continuidade, conversei com pessoas da comunidade sobre o aluno, para saber o motivo das piadas sobre o mesmo, que estava apresentando-se tão bem na quadrilha da escola, a indignação foi imediata, por perceber que ainda o preconceito é predominante entre aquelas pessoas que fazem parte do convívio social de Bob, pessoas que não respeitam as escolhas dos outros.

As conversas ocorreram de maneira informal, sobre o tema diversidade sexual, buscando estabelecer uma relação de entendimento entre as ações de cada um naquele exato momento; fiquei a imaginar como tudo aquilo poderia ser um ato de exagero perante a situação presenciada; chequei a questionar o porquê eles ficavam conversando entre si, sobre a presença de um homossexual na quadrilha e chegaram a me responder que era uma falta de vergonha a sua presença na quadrilha, eu achei um absurdo a resposta, foquei então em Bob e procurei aproximar o máximo possível da realidade, apropriando-se dos elementos fundamentais para a análise das informações.

Num segundo momento da pesquisa, feita em sala de aula, fiz algumas perguntas aos/as alunos/as, que ao todo eram sete. A seguir estão as respostas às questões feitas. A primeira pergunta feita: Você conhece alguém que é homossexual? Os 7 alunos que aceitaram participar da pesquisa afirmaram conhecer algum homossexual, além de Bob. Em resposta a segunda questão

todos afirmaram ter amigos homossexuais, mas amizade mesmo, apenas com Bob, por fazer parte do convívio escolar.

Na terceira questão. Você aceita a orientação homossexual das outras pessoas? 03 não responderam, preferiram ficar sem expor a sua opinião; 04 responderam e justificaram, afirmavam que ninguém deve julgar as pessoas por suas escolhas, cada um deve ser feliz como é, e apenas Deus tem o direito de punir as pessoas e mais ninguém.

Na quarta questão, ao serem perguntados se sofrem preconceito por ter amigos homossexual, apenas um deles disse que sim. Na questão seguinte foi perguntado se existe algum projeto sobre homossexualidade na escola, todos negaram existir.

Você já presenciou algum tipo de violência homofóbica contra uma pessoa homossexual na escola, foi a sexta questão. Dois afirmaram já ter presenciado este tipo de violência. Por último, na sétima questão, foi perguntado se existe diferença entre uma pessoa homossexual e uma pessoa heterossexual. Todos afirmaram que não existe diferença.

Todo processo da entrevista houve um diálogo entre os entrevistados e o entrevistador, para se fazer entender as perguntas e algumas falas desse diálogo aparece mais adiante.

Enquanto, ao mesmo tempo Bob também respondia a sua entrevista que era diferente das dos colegas. Em relação a sua genitora foi realizada de forma verbal, ela preferiu que eu gravasse sua fala, pois ela tinha dificuldade de escrita, foi muito proveitoso, pois eu pude perceber em suas falas o quanto ela ama o seu filho independentemente de sua orientação sexual.

Referente a Bob, é um garoto muito espontâneo, que se descobriu enquanto homossexual, devido aos fatores do cotidiano, que com o tempo foram liberando o mesmo de condições normatizadoras impostas pela sociedade. Vale ressaltar que não houve nenhum evento que aqui possa a vim a ser entendido como um divisor de águas, o próprio Bob afirmar isso, pois antes de sua descoberta o mesmo era considerado e se considerava como heterossexual, namorava firmemente com uma garota. Como ele revela:

Eu descobri quando eu estava pensando em um garoto que era muito amigo meu, eu andava com ele para todos os cantos que ele ia, ele ia lá em casa mim pegar pra ir com ele, quando nós saía do jogo de bola, eu cheirava a blusa dele porque o cheiro dele era tão gostoso, eu não parava de pensar nele, teve uma hora que não

aguentava mas eu fui até ele e contei tudo pra ele o que eu estava sentido por ele, nossa eu pensei que ele ia me desprezar, mas não ligou ele só falou que não tinha raiva de pessoas que era gay ele me abraçou e até hoje nós somos amigos.(Bob, 2015)

Ele foi aceito sem preconceito pelo garoto que o mesmo admirava, foi o primeiro passo para a revelação de sua orientação sexual. Mas fora esse amigo, sofreu preconceito de outras pessoas que faziam parte do seu convívio social, os primeiros meses foram difíceis, principalmente no ambiente escolar, pois havia um garoto que sempre falava, mas de repente começou a xingá-lo, falar coisas desagradáveis por toda a escola, que tinha nojo dele, por ser homossexual, e esse fato se alarmou tomando uma proporção maior, chegando afirmar que o mesmo era portador do vírus da AIDS, passaram-se alguns dias e o mesmo continuou então Bob tomou uma decisão: procurou o pai do aluno que estava xingando-o e falou tudo o que estava acontecendo. Uma decisão que deveria ter partido do estabelecimento escolar, na sua perspectiva:

(...) espaço escolar, resta ao/à educador/a apenas a interpretação da necessidade ou não da inclusão do tema a partir da leitura dos objetivos, já que pode interpretá-los apenas como a necessidade de questionar as representações sociais acerca do masculino e do feminino, sem mencionar outras práticas sexuais que sejam divergentes da norma heterossexual. (Dinis,2008, p. 480)

A essa altura, alguns de seus familiares já estavam sabendo da sua preferência sexual, a exemplo de sua avó e sua irmã, uma vez que a sua progenitora morava no Rio de Janeiro, e não tinha a desconfiança que seu filho era homossexual. Assim ele fala da reação de sua família ao revelar a sua orientação sexual:

É assim, minha avó e minha irmã mais velha, já estavam desconfiadas que eu gostava era do mesmo sexo que nasci, nesse tempo minha mãe estava morando no Rio de Janeiro, por isso que ela não via meu jeito de se comportar em casa, quase um ano depois, quem descobriu foi minha irmã mais nova, ai ela falou pra minha mãe, ela veio conversar comigo, e falou que não era isso que ela queria que eu fosse, falava e chorava, só que ela falou pra mim: já

que é isso que você quer, só não fique com um e com outro, por que isso é feio etc.(Bob, 2015).

Quando conversamos com sua mãe sobre esse depoimento que ele havia feito, pudemos constatar de fato que era verdadeira, foi possível perceber em sua fala, no seu olhar o quanto ela ama seu filho, é um amor sincero e além de tudo corajoso. Ela ainda afirma que:

No começo fiquei um pouco confusa, levei um choque, ele tinha uma namorada e de repente ele aparece com um namorado, no início ele teve medo de me falar, porque ele pensava que eu iria colocar ele na rua, espancar, como muito fazem por ai, mas nada disso aconteceu, ele é meu filho eu o amo independentemente de sua escolha sexual, só quero que ele respeite os outros, seja diferente dos outros ,mas não é difícil conviver com ele, por que ele escolheu o lado dele, a sua felicidade, mas outras pessoas ficavam criticando, como é que eu aceitava isso, foi muito difícil, logo no início, teve algum que sempre criticava, eu reagia com calma, mas eu respondia: ele é meu filho e eu o amo de qualquer maneira, conversei com ele, ele falou que era o que ele queria da sua vida e eu aceitei, é a vida dele, ele é um garoto calmo, carinhoso com todos, aceitamos e vivemos muito feliz.(mãe de Bob, 2015)

Podemos assim perceber, nas palavras de sua mãe, que não importa sua orientação sexual, mais sim a sua felicidade.

Caberia a escola incentivar aos seus discentes e docentes a prática da boa convivência, e isso não presenciamos com frequência nesses estabelecimentos, como afirma Louro:

É importante notar no entanto que, embora presente em todos os dispositivos da escolarização, a preocupação com a sexualidade geralmente não é apresentada de forma aberta. Indignados/as sobre a questão, é possível que dirigentes ou professores/as façam afirmações do tipo: “em nossa escola nós não precisamos nos preocupar com isso, nós não temos nenhum problema nessa área”, “ou então, nós acreditamos que cabe à família tratar desses assuntos.” De algum modo, parece que se deixarem de tratar desses “problemas”

a sexualidade ficará fora da escola. É indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz... (LOURO, 1997, p. 80-81)

Com a afirmação dos alunos pesquisados ficou claro que a escola não trabalha com projetos voltados para a diversidade e a orientação sexual de seus clientes. Na entrevista a aluna “A” Desabafa: Sou amiga de uma pessoa homoafetiva e sofro preconceito, muitas vezes as pessoas falam você está andando com esse “viado”?

Essa é uma realidade absurda que está presente em vários ambientes e que fica difícil de combater sem a orientação adequada, e que muitas vezes passa despercebida pelas pessoas. A aluna “A” ainda reforça:

Sou contra a homofobia, porque cada um é livre para escolher a sua sexualidade; E que a diferença entre um homossexual e um heterossexual está apenas nas genitálias, todos tem direitos iguais, um homossexual pode entra por exemplo, em todos os lugares que um heterossexual. (Aluna A, 2015)

Uma visão que precisaria acontecer no âmbito escolar e que deveria acontecer também no meio social. Ainda relacionada a essa questão a aluna “B” também reforça o depoimento da aluna “A”.

Sou contra a homofobia, porque não gosto de julgar ninguém, cada um tem seu jeito de ser; Não há diferença entre um homossexual e um heterossexual, ambos são seres humanos, como nós e isso se inclui no meio social e escolar, todos nós somos iguais, mas cada um tem sua escolha e isso não interfere nos direitos, por que os direitos são para todos. (Aluna B, 2015)

Tais observações levaram-me a ter um novo olhar sobre a realidade daquele estabelecimento ao que se referente ao preconceito no ambiente escolar, um espaço que deveria ser exemplo de compreensão e respeito pelo próximo, deixa a desejar quando nos referimos a igualdade entre os gêneros, tirando o direito de ir e vir dos sujeitos que fazem parte de sua composição, uma ruptura que fere o Estatuto da Diversidade Sexual, como está exposto no artigo 1º:

Art. 1º - O presente Estatuto da Diversidade Sexual visa a promover a inclusão de todos, combater a discriminação e a intolerância por orientação sexual ou identidade de gênero e criminalizar a homofobia, de modo a garantir a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos individuais, coletivos e difusos.

Diante das diversidades, é um reconhecimento que dar direito aos LGBT'S, uma igualdade que presa a comunhão entre as relações estabelecidas socialmente, na garantia de um bem estar presente nas igualdades das diferenças, que, são incorporadas por todos, de forma a serem administradas no decorrer de sua convivência no contexto social.

Cabe a cada um de nós o direito de gerir e respeitar as escolhas de cada indivíduo na sociedade, ninguém tem o direito de efetivar um julgamento mediante as razões das escolhas dos sujeitos socialmente, dentro ou fora do seio familiar ou até mesmo no contexto social. É impossível vivermos em comunidade, convivendo com a exclusão de um membro devido a sua orientação sexual.

Considerações Finais

É possível concluirmos que a socialização de um indivíduo homossexual, se inicia principalmente no seio familiar, uma luta constante que se trava contra o preconceito, mais que não só basta conversar, mas convencer da melhor forma que tudo pode ser debatido e refletido sobre os direitos das escolas sexuais de cada indivíduo. Assim o sendo, tomamos o exemplo de Bob para analisar casos posteriores, visto que, como o mesmo obteve um respaldo dentro de sua família como um todo, vemos que ele encontrou e encontra forças para lutar contra os preconceitos que sofre diariamente, tendo aqui o ambiente escolar em foco.

Assim, uma escola que trabalha tendo um enfoque na orientação sexual do sujeito, está valorizando a formação do mesmo, isso quer dizer, que a compreensão da escola ultrapassa as barreiras do preconceito e prepara a sociedade para uma nova realidade. A escola deve refletir como deve agir diante da diversidade, tem que perceber que, se constitui enquanto um espaço que transforma e socializa os indivíduos que estão inseridos na sociedade.

A relação estabelecida entre a escola e a família deixa transparecer como esta relação transforma as práticas educativas, estando estas ligadas as suas lutas, e as suas conquistas na mudança da sociedade. A escola de maneira

particular, é um espaço que propaga a pluralidade das culturas, das identidades e também das condutas pertinentes as diferenças entre os indivíduos.

Dessa forma, reitero minha afirmação sobre a importância da aceitação dos homossexuais, ou dos LGBTs, no seio familiar, bem como, a necessidade e importância da escola em participar ativamente por meio de seus mecanismos vigentes na promulgação de ações que ajudem ou sanem os problemas encontrados em meio ao seu campo de atuação.

Referências

BRANDT, Maria Elisa Almeida; CHAMUSCA, Adelaide; HENRIQUES, Ricardo; JUNQUEIRA, Rogério Diniz (organizadores). **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Cadernos SEDEC 4/ MEC, Brasília- DF, Maio de 2007.

DINIS, Nilson Fernandes. **Educação relações de gênero e sexualidade**. Educ.Soc., Campinas, V.29,n.103,p 477-492,maio/agosto.2008

_____. **Homofobia e educação**: quando a omissão também é signo de violência. Editora UFPR .Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 39-50, jan./abr. 2011.

Estatuto da Diversidade Sexual,2011< www.direitohomoafetivo.com.br> Acesso em: 15 de setembro de 2015

FERNANDES, Angela Maria Dias; ROZENOWICZ, Adriana ; FERREIRA, Joseane Pessanha. **Avaliação Qualitativa e a Construção de Indicadores Sociais**: caminhos de uma pesquisa/intervenção em um projeto educacional. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 9, n. 2, p. 243-253, Maio /Agosto. 2004

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: Formação de Professoras/es em Gênero, orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de Conteúdo. Versão 2009. -Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-34.

_____, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

PEREIRA, Graziela Raupp; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco. **Direito Fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola; desafios à construção de um ambiente de aprendizagem livre plural e democrático**. Educ. rev. no.39 Curitiba Jan./Apr. 2011.

STREY, Marlene Neves, NETO, João Alves da Silva, HORTA, Rogério Lessa (orgs). **Família e Gênero**. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL EM RELAÇÃO AO ABORTO: PERCEPÇÃO DA EQUIPE ENFERMAGEM

Adrielle Souza de Jesus

Enfermeira. Universidade do Estado da Bahia- Guanambi

diiu20@hotmail.com

Millani Souza de Almeida

Mestranda. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia

mila.misoual@gmail.com

Elionara Teixeira Boa Sorte

Doutoranda. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia

naratbsorte@gmail.com

Pablo Luís Santos Couto

Mestre. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia

pabloluizsc@hotmail.com

Larissa Silva de Abreu Rodrigues

Doutoranda. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia

Universidade do Estado da Bahia- Guanambi

larissagbi@hotmail.com

Resumo: O processo de formação e capacitação das (os) profissionais que assistem às mulheres em situação de aborto ou pós-aborto pode influenciar a conduta profissional e, conseqüentemente, o acesso dessas a uma atenção humanizada. Objetivou-se analisar a percepção de profissionais de enfermagem sobre sua capacitação/formação acadêmica e profissional em relação ao aborto. Trata-se de um recorte de uma pesquisa matriz intitulada “Percepção de profissionais de enfermagem sobre aborto e assistência à mulher no pós-aborto” com abordagem qualitativa e de caráter descritivo. Os dados foram analisados pela análise de conteúdo descrita por Bardin. A leitura e análise

das entrevistas transcritas gerou uma categoria relacionada às percepção de profissionais de enfermagem sobre sua capacitação/formação acadêmica e profissional em relação ao aborto. As (os) entrevistadas (os) alegaram não considerar sua formação como satisfatória e referiram que houve poucos momentos de discussão sobre o temática do aborto durante seu processo de formação. A indiferença e discriminação das mulheres no pós-aborto podem está relacionadas à formação profissional, em cujas bases curriculares predominam as abordagens biológicas em detrimento da avaliação integral, incluindo seus elementos psíquico, social e espiritual, o que ocasiona limitações durante a assistência. O estudo demonstra que aspectos relacionados ao conhecimento e atuação dos (as) profissionais de saúde frente as situação de aborto e pós-aborto são de extrema relevância porque suas atitudes afetam diretamente a disponibilidade ea qualidadedos cuidados de saúde.

Palavras Chave: Aborto, direitos reprodutivos, humanização da assistência, saúde da mulher, enfermagem.

Introdução

O processo de formação e capacitação dos (as) profissionais que assistem às mulheres em situação de aborto ou pós-aborto pode influenciar a conduta profissional e, conseqüentemente, o acesso dessas a uma atenção humanizada. Desse modo, o contínuo processo de formação profissional deve incorporar as discussões sobre o aborto e o direito da mulher à assistência integral, respeitosa e humanizada.

Embora seja um tema amplamente discutido, o aborto induzido traz consigo uma série de estigmas e provoca diversas interpretações e representações, sendo um tema tabu, cochichado pelos corredores ou debatido sob múltiplos olhares ainda permeados de preconceitos dentro da sociedade, nas famílias, nas escolas e entre os profissionais de saúde (MORTARI; MARTINI; VARGAS, 2012).

O termo “aborto” carrega em si uma conotação pejorativa, associada à interrupção voluntária, embora a Organização Mundial de Saúde (OMS) esclareça que o aborto consiste na expulsão do concepto com peso inferior a 500g, idade gestacional de 20-22 semanas, classificado como precoce, quando ocorre antes da 13ª semana, e tardio entre a 13ª e a 22ª semanas de gestação (DOMINGOS; MERIGHI, 2010). Nesse sentido, a expulsão pode acontecer espontaneamente, conhecida como natural, ou interrompida/induzida por motivo externo (SOUZA; DINIZ, 2011).

Consta na legislação brasileira que o aborto provocado é uma prática ilegal, salvo em situações de risco para a vida da gestante, em gestação oriunda de estupro ou violência sexual, e nestes casos, com a aprovação da mulher ou se a mesma estiver incapacitada, do seu representante legal; e em casos de feto anencéfalos (BARBOSA, MOREIRA e CORREIA, 2014)

Identificada como um grave problema de saúde pública, a interrupção voluntária da gravidez para as mulheres pobres se dá em condições inseguras, imposta pela vulnerabilidade econômica e pelos riscos da clandestinidade (ALMEIDA et al, 2015). Nesse sentido, a discriminação e agravos à saúde atribuída às mulheres pelas questões relacionadas ao aborto, como cultura, religião, aspectos socioeconômicos e questões legais vêm contribuindo na precariedade da assistência e para o crescimento da mortalidade e morbidade (BRASIL, 2001).

A literatura evidencia que muitas usuárias do serviço público, ao buscar atendimento no período pós-aborto recebem assistência restrita à sua condição clínica e vivenciam inúmeras formas de discriminação, considerando a

assistência desumana e discriminatória (BISPO e SOUZA, 2007). Sobre essa discussão, Gesteira, Diniz e Oliveira (2008), destacam estudo realizado com profissionais da equipe de enfermagem de uma maternidade pública em Salvador na Bahia, no qual a existência de violência institucional para com as mulheres no pós-aborto está expressa pela discriminação através de palavras, modos condenatórios e preconceituosos, descaso e adiamento da assistência.

Apesar de o aborto ser uma questão inerente à vida reprodutiva da mulher, inclusa nas políticas públicas de saúde, nos programas de atenção à saúde da mulher e proposta para compor as discussões durante a formação acadêmica de profissionais de saúde, a limitada assistência à mulher durante a vivência desse evento reflete, dentre outros aspectos, o distanciamento dos profissionais da temática, fortemente definido por questões morais, sociais e religiosas (BENUTE et al., 2012). Considerando que assuntos como sexualidade, direitos reprodutivos, sistema político, sistema econômico, ideologias, crenças e cultura são pouco debatidos com estudantes da área de saúde, a literatura destaca a necessidade de ampliação dessa discussão durante a formação dos (as) profissionais, a fim de aproximá-los da realidade e capacitá-los para atuar nela (GOÉS; LEMOS, 2010).

A assistência desumanizada e dotada de atitudes discriminatórias precisa ser combatida à luz das políticas públicas, repercutindo no processo de formação dos profissionais que irão assistir às mulheres por ocasião do aborto, a fim de gerar mudanças na assistência das mulheres, resgatando sua cidadania. Esse estudo emerge a partir da seguinte questão: Quais as percepções de profissionais de enfermagem sobre sua capacitação/formação acadêmica e profissional em relação ao aborto.

A escolha de investigar, em específico, as (os) profissionais de enfermagem se deu pela característica dessa categoria de profissionais da saúde, que oferece assistência contínua, e, portanto, permanecem por mais tempo ao lado das usuárias que demandam cuidado que não se restrinja à técnica, mas necessitam de acolhimento e apoio. Diante do exposto, a pesquisa tem como objetivo analisar a percepção de profissionais de enfermagem sobre sua capacitação/formação acadêmica e profissional em relação ao aborto.

Metodologia: Trata-se de um recorte de uma pesquisa maior intitulada “Percepção de profissionais de enfermagem sobre aborto e assistência à mulher no pós-aborto” com abordagem qualitativa e de caráter descritivo. A opção metodológica da abordagem qualitativa justifica-se por configurar-se como uma maneira apropriada na busca do entendimento da natureza de determinado

fenômeno social (RICHARDSON, 2011). Na investigação descritiva, a (o) pesquisador (a) descreve apenas o objeto da pesquisa e busca descobrir a natureza de um fenômeno, características, causas, relações e conexões (BARROS; LEHFELD, 2008).

O cenário da pesquisa foi um Hospital de médio porte do município do interior da Bahia. Trata-se de um hospital com maternidade, de referência também para outros municípios circunvizinhos e que atende mulheres em situação de pós-aborto.

Participaram do estudo onze profissionais que compõe a equipe de enfermagem que aceitaram participar da pesquisa de forma voluntária. Como critério de elegibilidade utilizou-se: ter prestado cuidados/ assistência a mulheres no pós-aborto, induzido e/ ou espontâneo. O quantitativo de participantes foi definido pela constatação de repetição, padronização e saturação dos dados. A amostragem por saturação é comumente utilizada em pesquisas de cunho qualitativo nas diversas áreas do campo da saúde e outros, sendo utilizada para delimitar ou fechar a quantidade final de uma amostra em estudo, cessando a captação de novos componentes (FONTANELLA, RICAS E TURATO, 2008).

Destas (es) profissionais, 10 eram do sexo feminino e 1 do sexo masculino, 3 possuíam formação em Bacharelado em Enfermagem e 8 em Técnico de Enfermagem, sendo que dos enfermeiros apenas uma possuía pós graduação e na área de obstetrícia. A faixa etária variou de 27 a 52 anos, 4 se declararam brancos, 6 pardos e 1 negro, quanto à religião 7 são católicos (as), 3 protestantes e 1 espírita, 6 são casados (as) 3 estão em uma união estável e 2 solteiros (as). O tempo de atuação destes profissionais variou de 4 a 28 anos, 9 possuem filhos e 2 não.

A técnica de coleta de dados se deu através de entrevista qualitativa. A entrevista qualitativa é flexível e aberta e almeja obter respostas acerca de um tema ou problema a ser investigado e deve ser realizada através de diálogo espontâneo e ao mesmo tempo profundo, aberto e cuidadoso, evitando-se perguntas muito diretas ou tendenciosas (LAKATOS; MARCONI, 2011). A entrevista foi norteada por um roteiro contendo dados de identificação das (os) participantes e questões referentes ao objeto da pesquisa. O anonimato das (os) participantes da pesquisa foi garantido a partir da utilização da categoria profissional (enfermeira (o) ou técnica de enfermagem), seguida de letras ou números para identificação das falas transcritas.

A coleta de dados ocorreu somente após a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), CAAE n.

4887513.2.0000.0057, protocolo nº 532.532, que se deu no período de março a maio de 2014. Primeiramente, as pesquisadoras se apresentaram e fizeram a exposição do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), segundo a Resolução 466/2012, contendo esclarecimentos acerca dos objetivos da pesquisa, justificativa, desconfortos e riscos oferecidos, confidencialidade do estudo, benefícios, danos advindos da pesquisa e garantia de esclarecimento (BRASIL, 2012).

Os dados foram analisados pela análise de conteúdo descrita por Bardin. A análise de conteúdo consiste em um conjunto de ferramentas de ordem metodológica que se aplicam a diferentes discursos e conteúdos (BARDIN, 2011). A análise de conteúdo possui como recurso principal a mensagem da comunicação, que pode ser verbal, gestual, silenciosa, figurativa ou documental, que agrega um sentido que deve ser decodificado levando-se em conta as situações textuais, sob uma ótica crítica e dinâmica da comunicação através de artifícios cognitivos, afetivos, valorativos e ideológicos (FRANCO, 2005). Neste estudo, discutiremos a Categoria 1 que abrange Percepção de profissionais de enfermagem sobre sua capacitação/formação acadêmica- profissional em relação ao aborto.

Resultados e discussões: A leitura e análise das entrevistas transcritas gerou uma categoria relacionada às percepções de profissionais de enfermagem sobre sua capacitação/formação acadêmica e profissional em relação ao aborto. As (os) entrevistadas (os) alegaram não considerar sua formação como satisfatória e referiram que houve poucos momentos de discussão sobre o tema, conforme as falas abaixo:

(Enfermeira A) “[...] a gente não viu muito sobre aborto, eu não vi muito sobre isso, a gente vê é... o que pode acontecer, mais assim, aquele acolhimento, o sentimento, isso não, na faculdade eu não cheguei a ver não, e não vi muito conceito sobre aborto não.”

(Técnica 7) “No curso não discutimos isso, depois que formei que adquiri experiência. Não, de certa forma não foi discutido.”

(Técnica 8) “Não tive muitos momentos relacionados ao aborto, poucas discussões em sala de aula.”

As falas evidenciam notória e preocupante lacuna da abordagem sobre aborto na formação acadêmica e profissional das enfermeiras e técnicas de enfermagem. Tal constatação, ainda é mais preocupante, se considerarmos que

no âmbito dos serviços, as (os) participantes também referem inexistência de ações de educação permanente sobre aborto. Desse modo, evidencia-se que tais carências obstaculizam a atuação profissional humanizada à mulher. A literatura aponta que mesmo em situações onde o aborto se encaixa dentro dos termos legais, profissionais de saúde, em sua maioria, mostram-se despreparados para lidar com os aspectos que circundam o abortamento, bem como os aspectos relacionados à violência sexual e doméstica e às relações de gênero, isso porque não há, na formação profissional, preparo e abordagem para lidar com esses temas, que ganham cada vez mais relevância no campo da saúde pública (FARIAS e CAVALCANTE, 2012).

Góes e Lemos (2010) reiteram essa discussão ao pesquisar acadêmicos de enfermagem de uma Universidade pública do Rio de Janeiro, onde constatou tímida discussão envolvendo a temática do abortamento durante todo o curso de graduação, fato evidenciado pelos estudantes ao expressarem a necessidade de uma discussão mais ampla, que ultrapassasse os aspectos éticos, legais e biomédicos do aborto. Nesse sentido, há contradição entre o que se espera da atuação profissional dentro do serviço na atenção à mulher em situação de abortamento e o que é oferecido para esta/este durante o período da sua formação.

Ainda sobre esse aspecto Marconsin e colaboradores (2013) destacam que é esperado que o processo de ensino/aprendizado no decorrer dos cursos de graduação em saúde foque no contexto dos direitos humanos sexuais e reprodutivos a fim de contribuir na capacitação para das (os) futuras (os) profissionais na atuação junto às mulheres em situação de aborto, inseguro ou não.

A indiferença e discriminação das mulheres no pós-aborto podem estar relacionadas à formação profissional, em cujas bases curriculares predominam as abordagens biológicas em detrimento da avaliação integral, incluindo seus elementos psíquico, social e espiritual, o que ocasiona limitações durante a assistência (MOTTA, 2005). Em concordância, Góes e Lemos (2010) destacam que durante a graduação, geralmente, o aborto é estudado somente no que tange as questões jurídicas, relativas às leis ou no próprio exercício profissional, e em aspectos biológicos, porém, existem outras vertentes em torno deste tema, como as demandas de gênero e sexualidade, saúde e direitos reprodutivos, preconceitos, mitos, sistema econômico e político, valores culturais, éticos e morais da mulher, dos profissionais e do próprio lugar da mulher na sociedade.

Sobre a busca por novos conhecimentos a respeito do aborto e seus desdobramentos dentro da assistência à mulher, as (os) profissionais descrevem a busca pela capacitação como necessária para atuar nesse contexto:

(Enfermeira C) “Só nos períodos acadêmicos de graduação e pós-graduação [...] Não foi adequado. A formação acadêmica contribuiu no auxílio às pesquisas e necessidade de estar em constante aprendizado. O conhecimento que tenho foi complementado com pesquisas extra-acadêmicas.”

A ausência de discussão ou abordagem incipiente sobre a temática do aborto durante a graduação está associada ao desconhecimento dos (as) profissionais de saúde que atuam nesse contexto. Farias e Cavalcante (2012) apontam em seu estudo que alguns das (os) profissionais investigados só tiveram acesso ao tema do aborto legal após sua inserção profissional, e que ao identificar a insuficiência no preparo ou domínio da temática do aborto para o exercício profissional a maioria das (os) entrevistadas buscou participar de cursos e capacitações, tendo em vista a necessidade de qualificação para prestar a assistência adequada.

Considerações finais

O estudo demonstra que aspectos relacionados ao conhecimento e atuação dos (as) profissionais de saúde frente as situação de aborto e pós-aborto são de extrema relevância porque suas atitudes afetam diretamente a disponibilidade ea qualidade dos cuidados de saúde.

Evidencia-se que o foco da formação de profissionais de saúde se centra na visão técnico-curativa e biológica do processo saúde/doença, o que resulta no despreparo dos profissionais para lidar com dimensões sociais, culturais e subjetivas que circundam a questão do aborto no Brasil.

É possível também reconhecer, que muitas vezes, a aproximação da (o) profissional de saúde com a temática do abortamento se dá apenas no exercício profissional, por uma demanda específica do serviço.

Desse modo, destaca-se a necessidade de novos estudos que foquem na formação/qualificação profissional para atuarem nesse âmbito, a fim de estimular a qualificação e humanização da assistência para as mulheres que experienciam o aborto.

Referências

ALMEIDA, Millani Souza; COELHO, Edméia de Almeida Cardoso; SOBRAL, Priscylla Helena Alencar Falcão; CASTRO, Luana Stela de Araújo. Perfil sociodemográfico e reprodutivo de mulheres com história de aborto. **Revista baiana de enfermagem**, vol. 29, n. 4, p. 296-306, 2015.

BARBOSA, Milka Alvez Correia; MOREIRA, Vinícius Farias; CORREIA, Suzanne Érica Nóbrega. O direito à interrupção da gravidez de fetos anencéfalos: vozes e lógicas discursivas presentes na ADPF 54. *Política e Sociedade*. vol.13, n. 27, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira Barros; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia**. 3. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

BENUTE, Gláucia Rosana Guerra *et al.* Influência da percepção dos profissionais quanto ao aborto provocado na atenção à saúde da mulher. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.** vol.34, n.2, pp. 69-73, 2012.

BISPO, Clísy Dias Bertino; SOUZA, Vera Lúcia Costa. Violência institucional sofrida por mulheres internadas em processo de abortamento. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 21, n. 1, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Parto, Aborto e Puerpério: assistência humanizada à mulher**. Brasília, 2001.

DOMINGOS, Selisvane Ribeiro da Fonseca; MERIGHI, Miriam Aparecida Barbosa. O aborto como causa de mortalidade materna: um pensar para o cuidado de enfermagem. **Esc. Anna Nery**. vol. 14, n.1, pp. 177-181, 2010.

FARIAS, Rejane Santos; CAVALCANTI, Ludmila Fontenele. Atuação diante das situações de aborto legal na perspectiva dos profissionais de saúde do Hospital Municipal Fernando Magalhães. **Ciênc. saúde coletiva**. vol.17, n.7, pp. 1755-1763, 2012.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cad. Saúde Pública**. vol.24, n.1, pp. 17-27, 2008.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 2 ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

GESTEIRA, Solange Maria dos Anjos; DINIZ, Normélia Maria Freire; OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. Assistência à mulher em processo de abortamento provocado: discurso de profissionais de enfermagem. **Acta paul. enferm.**vol.21, n.3, pp. 449-453, 2008.

GÓES, Fernanda Garcia; LEMOS, Adriana. O que pensa e o que diz o acadêmico de enfermagem sobre o aborto provocado. *Rev. de Pesq.: cuidado é fundamental*. Vol.2,n.2, pp.913-921, 2010 abr/jun.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARCONSIN, Mariana Nogueira; MARCAL, Mariane; XAVIER, Jéssica; SILVA, Leila Rangel da; LEMOS, Adriana. O tema aborto na graduação em enfermagem e medicina. **Sal. &Transf. Soc.**, Florianópolis, v.4, n.3, p. 58-64, 2013.

MORTARI, Carmen Luiza Hoffmann; MARTINI, Jussara Gue; VARGAS, Myriam Aldana. Representações de enfermeiras sobre o cuidado com mulheres em situação de aborto inseguro. **Rev. esc. enferm. USP**. vol.46, n.4, pp. 914-921, 2012.

MOTTA, Ilse Sodré da. A relação interpessoal entre profissionais de saúde e a mulher em abortamento incompleto: "o olhar da mulher". **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.** vol.5, n.2, pp. 219- 228, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SOUZA, Zannety Conceição Silva do Nascimento; DINIZ, Normélia Maria Freire. Aborto provocado: o discurso das mulheres sobre suas relações familiares. **Texto contexto - enferm.**vol.20, n.4, pp. 742-750, 2011.

OS DESAFIOS DA MULHER NO MUNDO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO

Autor: Alcione Taveira Ribeiro
aalcc_df@yahoo.com.br

Co-autor: Neuza de Farias Araújo Orientador

Neuza de Farias Araújo
Universidade de Brasília

Resumo: Este artigo traça um esboço das lutas das mulheres , abordando seus sofrimentos, e conquista nas áreas da educação e do trabalho no decorrer da história. Mostra um pouco da discriminação por elas sofridas e as grandes mudanças ocorridas, retratando os saltos das mulheres rumo ao sucesso, oportunizando conquistas sociais, políticas, econômicas e mesmo conquistas pessoais.

Educação e a Mulher

A história da humanidade mostra que a mulher, até o século XVII, recebeu uma educação voltada para a formação moral e valorização dos bons costumes da sociedade. A orientação voltada a ela, tinha como principal objetivo a formação para governar a casa, educar os filhos e cuidar do marido. As mulheres tinham “a imagem da mãe-esposa-dona-de-casa como a principal e mais importante função que correspondia àquilo que era pregado pela Igreja. De acordo com a feminista Saffioti “A situação tradicional de inferioridade em que se colocaram os costumes e as leis, a ausência de vida social e mundana e a falta quase absoluta de instrução (pois raramente aprendiam a ler e escrever) davam-lhes essa timidez e reserva habituais, que as faziam corar ao serem surpreendidas por estranhos ou as deixavam desconcertadas diante de hóspedes e forasteiros”. (2013, pg 268)

Em consonância a Freire (2010,p.69), de que as mulheres e os homens “somos os únicos seres que social e historicamente, nos tornamos capazes de aprender”, que a complexidade das estruturas sociais crescentes ao longo dos séculos, levou a sociedade a criar instituições para dar continuidade à produção de conhecimentos construídos e repassá-los as novas gerações. Sob essa orientação, surgiu a escola como um espaço para se aprender a conviver, conhecer, propiciar troca de informação, estimular a imaginação, a interação com o outro, para raciocinar e não apenas passar informação como uma máquina.

A partir do século XVIII, aparecem as escolas de tempo integral como uma instituição capaz de educar as mulheres, porém essa instrução era restrita a poucas e a educação era diferenciada para as mesmas, não havendo, contudo, mudanças significativas para as educandas, já que a sua função era instruir as meninas nos princípios da religião. Aprendiam a ler, escrever, às primeiras quatro operações e para concluir a educação, aprendiam coser e bordar. “Embora o ensino da leitura e da escrita fosse ministrado ao lado da música, do canto, do órgão e dos trabalhos domésticos, os recolhimentos brasileiros constituíam conventos de primeiro grau.”Saffioti,(ano 2013, p. 270).

Ao construir o conhecimento, a escola contribui para a construção da cidadania pautada pela solidariedade, ética, transparência e contemplando reflexões sobre a autonomia. Ela funciona como uma forte vertente para o desenvolvimento de uma sociedade, podendo trazer autonomia intelectual, conhecimento e memória histórica.

Ao entendermos que as relações de gênero são construídas socialmente, percebemos que estas relações acontecem de forma diferente de uma sociedade para outra e em tempos diferentes na mesma sociedade e se estas são construídas historicamente, poderão também ser modificadas. A educação é uma das principais vias para as transformações contra a discriminação, entre elas a de gênero, pois não podemos deixar de constatar que é também através da escola que estas diferenças podem ser diminuídas. s mulheres e os

Conforme Saffioti (1994), a sociedade não se divide entre mulheres submissas e homens dominadores. Mas pelo contrário, existem homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras e até mesmo os homens. Para ela, o patriarcado “ é um sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem, mas não constitui o único princípio estruturador da sociedade brasileira.” (1987, p.16). Não há uma visão única do poder. Pesquisadores mostram esta visão, pois compreendem que as mulheres, apesar de sujeitar a dominação, usam de estratégias para invalidar essa relação de dominação.

Trabalho Domestico

No bojo das reflexões aqui desenvolvida , o sistema familiar tradicional, na sociedade paternalista, era pautada por uma clara e rígida divisão de trabalho com papéis sociais e culturalmente estabelecidos; onde o pai era o único provedor e o responsável por desbravar o mundo e a mãe como a única responsável pelas tarefas domésticas e pelas necessidades da prole. O homem se voltava para o mundo dos negócios, das realizações profissionais, se envolvia com o trabalho remunerado; enquanto à mulher era reservado o espaço de dentro, do âmbito doméstico, onde se dedicava aos afazeres domésticos, incluindo a administração da casa e os cuidados com os filhos. De acordo com Araújo “O trabalho informal, a saber todas as atividades do lar, tais como cuidar dos filhos e dos idosos, preparar os alimentos, lavar, passar, arrumar a casa, não é tido em consideração, permanecendo na gratuidade e invisibilidade”(2010, p.18).

Dando sequência a esse raciocínio, o trabalho informal aqui se trata de todo o trabalho doméstico realizado pelas mulheres organizando a limpeza e manutenção do lar, zelando pela educação, alimentação, vestuário , dos filhos e a proteção para os idosos no sentido da higiene pessoal, alimentação saudável e remédios caseiros. Conforme a mesma autora “Ora, este trabalho, chave mestra da reprodução humana das sociedades, é o lugar da exploração das mulheres, seja qual for a classe social a que elas pertençam na sua sociedade.

Para eliminar esta determinação, para abolir o papel de doméstica, propõe-se a estratégia do salário doméstico.” (2010,p. 51).

Todavia, essa divisão do trabalho vem sendo constantemente criticada principalmente pelas lutas e discussões dos movimentos feministas, e assim diversas mudanças nas legislações têm promovido transformações no cenário do mercado de trabalho e da organização doméstica, visando estabelecer equidade tanto no espaço público como no privado.

Pensar contrariamente às verdades construídas sobre os papéis sexuais remete-nos a refletir sobre o abandono, sendo essa uma possibilidade que se apresenta como uma revolução no campo do comportamento humano. Nesta perspectiva a construção social e cultural dos papéis masculino e feminino, é apreendida através do processo de socialização, que condicionam diferentemente homens e mulheres para cumprirem funções sociais específicas e diversas, que são interiorizadas como se fossem naturais, oriundas da condição biológica. Segundo Bruschini (2006), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sob a rubrica afazeres domésticos” realizado por donas de casas sempre foi considerado inatividade econômica igualando-o à condição de estudantes, aposentados, inválidos e aqueles que vivem de renda. O trabalho doméstico, assim, nas estatísticas oficiais permanece na invisibilidade, apesar da reformulação ocorrida no começo da década de 90 (Bruschini,2006).

Pesquisadores apontam que com as Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945) é que começaram as mudanças para a conquista pela mulher de um espaço no mercado de trabalho. Quando os homens iam para as frentes de batalhas, as mulheres assumiam os negócios da família, ocupando cada vez mais espaço no mercado de trabalho. Ao fim do conflito, muitos homens chefes de família haviam falecido, e, muitos ficaram mutilados e impossibilitados de voltar a trabalhar. “As mulheres sentiram-se na obrigação de deixarem a casa e os filhos para levar adiante os projetos e o trabalho que eram realizados pelos seus maridos” (2004).

Considerando os princípios defendidos, para manter financeiramente o lar , saíram de casa em busca de conquistar o espaço significativo com atividades financeira e começaram a alcançar melhores ocupações no mundo . Ao contrário do que se espera, mesmo com estas conquistas, não deixaram o papel das atividades do lar impostas a ela , tais como cuidar do esposo impedido de trabalhar pelas condições de saúde, educar os filhos, e familiares idosos.

O trabalho era importante não apenas como complemento da renda familiar, mas também, por suas consequências sociais, tais como: independência

financeira, transformações nas expectativas de realização pessoal e profissional. Nessa medida pode-se observar que, “sendo elas proprietárias de fatores de produção contribuem com seu trabalho para o consumo da família, enquanto grupo social, consumidor a procura de bens e serviços, e, conseqüentemente, contribuem economicamente para a sociedade. Araújo (2010 p.18).

Considerando o sistema capitalista, do século XIX, várias mudanças ocorreram na vida das mulheres, a começar pela alfabetização, ampliando assim, seus horizontes passando a participar mais da cultura, e também, na produção e na organização do trabalho feminino, onde estas, deixam de pertencer apenas à esfera privada do lar tornando-se visível nas primeiras décadas do século XX a presença do gênero feminino em distintos segmentos do mercado de trabalho, tendo como as primeiras profissões de professoras e enfermeiras e no ramo têxtil, sendo esta a maioria da mão de obra. Por meio da tecnologia e o grande crescimento dos equipamentos industriais, a abundante mão de obra feminina foi transferida para as fábricas. Desta maneira começam as brigas entre homens e mulheres pois os mesmos acusavam as mulheres de estarem tomando seus lugares .

“Deve-se lembrar que acontecia em paralelo uma revolução tecnológica que produzia máquinas que poupavam mão de obra, e exigia a formação de mercados para uma produção crescente.” (Araújo,2010, p.53) Contribuição econômica das mulheres para a família e a social.

Vale ainda destacar que neste período, algumas leis foram implementadas em benefícios dos operários e que também ajudou as mulheres.

Nesse cenário a Constituição de 1932, estabeleceu que não haveria distinção de sexo quanto à remuneração; que seria proibido para mulheres grávidas trabalhar durante o período de quatro semanas antes e depois do parto e que elas não poderiam ser demitidas do serviço pelo fato de estarem grávidas. Isso permite destacar que mesmo com essas garantias , além da maternidade e da organização do lar, a mulher passa a preocupar-se com a carreira profissional buscando, se aperfeiçoar através dos estudos, se qualificando a fim de garantir sua ascensão no mercado de trabalho. Trata-se assim, não apenas de considerar as conquistas, pois mesmo com elas, algumas explorações e injustiças perduraram ao longo de muito tempo, citamos aqui, as diferenças salariais acentuadas entre homens e mulheres, as mulheres ocupam menos cargos de poder, e continuam sendo vistas como as principais responsáveis por cuidar do lar.

Bertha Lutz, no período de 1936 / 1937 propos várias medidas em relação as mulheres quando representou o Distrito Federal . Antes de pertencer ao

Corpo Legislativo Federal, ela havia colaborado com a União dos Empregados no Comércio em 1922, a fim de obter a redução das empregadas para 8 horas diárias, pois esta categoria ocupacional trabalhava, até então 13 horas por dia.”(Saffioti , 2013, p. 366/367)

Dando sequencia a esse raciocínio , é importante destacar que essa grande líder pelos direitos políticos das mulheres , Bertha Lutz se empenhou pela aprovação da legislação que outorgou o direito das mulheres de votar e serem votadas, e elaborou o projeto de lei criando o Estatuto da Mulher.

“O Estatuto da Mulher, implicava a revogação do decreto 21.417, pois que lhe alterava os termos em benefício da mulher. A licença especial na época do parto é elevada para três meses, recebendo a mulher vencimentos integrais em alguns casos e de terços de seu salário em outras circunstâncias, o mesmo ocorrendo com relação ao aborto preventivo ou acidental”. (Saffioti, 2013, p.367 / 368).

Neste contexto, percebemos que as mulheres saíram da esfera doméstica e passaram ocupar diferentes tarefas na sociedade moderna, porém, estas conquistas sociais têm sido alcançadas e assimiladas de diferentes maneiras pelas mulheres, variando de acordo com o grau de escolaridade, com a classe social, e a possibilidade de superar as desigualdades de oportunidades entre mulheres e homens que ainda existem na atual sociedade, nas mais diferentes esferas sociais, e na família.

“Ganha sentido a afirmação de Simone de Beauvoir de que “é no plano econômico e não no plano sexual que a mulher sofre a opressão.”(A Mulher na Sociedade de Classes, p. 478 – Heleieth Saffioti)

É preciso por outro lado, entender que a entrada da mulher no âmbito do trabalho traz impacto na organização e na estrutura do funcionamento familiar, já que as mesmas passaram a compartilhar de responsabilidades pela manutenção financeira deste.

Ao longo da história percebemos que a maternidade é inerente à mulher, a sua realização, mesmo em meio a sacrifícios e renúncias, ao amor materno. De uma certa forma, a maternidade permite a valorização da mulher como figura materna, porém impossibilitada de autonomia.

Diante disso, na atual sociedade, as mulheres vem aprendendo a trabalhar com esses problemas como as dificuldades em acompanhar o crescimento dos filhos , a falta de tempo para a família , que são vistas pela mulher como insucesso. Neste sentido, as mulheres tem tentado conciliar as dificuldades encontradas na dupla, tripla jornada de trabalho fora e dentro de casa dividindo suas tarefas com instituições como escolas, creches ou mesmo com o pai, procurando colocá-lo participante da educação dos filhos e da casa.

Neste contexto, o grande desafio que se impõe à mulher, ao optar pelo trabalho fora de casa, transpondo barreiras culturais é o de discernir as funções profissionais, familiares, e afetivas , buscando a construção de um mundo melhor, de uma sociedade justa, e equilibrada.

É destacado por Diniz (1999) que trabalhar fora do lar pode auxiliar para aumentar o senso de confiança da mulher, e a autoestima desta, contribuindo de maneira satisfatória para um melhor desempenho de suas funções realizadas em casa.

Diante do acima exposto, percebemos na atualidade, transformações ocorrendo na maioria das famílias brasileiras, onde ambos (pai e mãe), compartilham as tarefas referentes à família, especialmente o cuidado com os filhos , adequando-se à nova realidade, porém ainda é percebido hoje que as mães estão mais envolvidas com as tarefas da administração doméstica e familiar do que os pais.

Assim, a figura do pai que antes era temida devido sua autoridade e distanciamento dos filhos, também se modificou na modernidade, tornando-se mais afetivo, dialogando e participando da educação dos filhos.

Percebemos então uma maior aproximação dos pais com os filhos, onde não mais existe o medo, mais uma maior afetividade, mais diálogo e envolvimento de ambos, estreitando suas relações.

Atualmente, um dos fatos que contribuem para que a mulher permaneça no mercado de trabalho é o de que a mesma tem adiado ou deixado de lado o sonho do casamento e da maternidade dando prioridade ao trabalho fora do lar, organizando suas carreiras para depois realizarem o sonho do casamento e da procriação.

No que diz respeito ao contexto acima, Figueira (1987) define de “família igualitária” esta configuração familiar . Neste sentido mulheres e homens exercem funções remuneradas no mercado de trabalho e passam a dividir dentro de casa as tarefas da criação dos filhos e dos afazeres domésticos . Ainda que a maior parcela de responsabilidade sobre a casa e os filhos recaia sobre a

mulher, este é o início de uma tentativa de ambos conciliarem e se responsabilizarem da vida e do trabalho fora de casa e da ocupação doméstica.

Nesse cenário, cabe esclarecer que a mulher acaba retardando a maternidade na busca de primeiro se organizar financeiramente assumindo novas funções no trabalho, se estabilizando, conquistando novos espaços para poderem proporcionar aos filhos melhores condições de vida.

A contemporaneidade também trouxe a possibilidade de dizer não à maternidade. De acordo com o censo do IBGE algumas mulheres que têm no currículo o diploma de curso superior, um pouco mais de um quinto desejou não ser mãe. E aquelas que gostariam de ser e não podiam devido a infertilidade, a tecnologia da reprodução assistida contornou o problema.

Desta maneira, essas mudanças mostram uma grande revolução onde a protagonista tem sido a mulher. Um exemplo disso é o aumento do divórcio por iniciativa das mulheres tem crescido devido à diferentes posturas desta em relação ao casamento. Devido a independência financeira e a realização profissional, elas não precisam mais se sujeitar a um relacionamento insatisfatório, como também podem refazer suas uniões, através de uma nova organização familiar.

Essas novas configurações familiares estão presentes tanto na sociedade como também nas comunidades religiosas, que sacralizam o papel da mulher subalterna aos homens e influenciavam desde a casa até a sexualidade, onde também, as famílias estão se desfazendo e refazendo.

Diante destas grandes mudanças na contemporaneidade, a família continua sendo o lugar que conhecemos nossos valores, onde resolvemos os conflitos, aprendemos a olhar o mundo, as primeiras normas sociais, lugar onde acontecem as negociações, seus direitos, seus deveres, seus limites, enfim, a família ainda é um lugar importante do respeito mútuo, base de tudo para a formação do ser humano.

Diante disso, o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal deve ser buscado visando à obtenção de uma qualidade de vida, sendo as mulheres e os homens co-responsáveis pela casa e pela educação dos filhos (OIT, 2009).

Considerações finais

Existem ainda muitas diferenças de oportunidades de trabalho entre homens e mulheres, mas também ocorreram avanços nessa discussão e na vida da mulher. Os movimentos feministas ainda não alcançaram todos seus

objetivos, mas a discussão a respeito do assunto está mais madura do que em seu início. Ainda passaremos por muitas mudanças, o importante é que a autoridade da mulher na família como mãe e como esposa não deve nem podem ser desmerecidos ou depreciados pela importância profissional.

Caminhamos para conquistar uma sociedade igualitária onde os problemas de gênero, assim como as questões raciais e religiosas são temas que devem ser discutidos para que a sociedade passe a conhecer e perceber a necessidade de mudanças.

Percebemos que através da educação, as mulheres tomaram consciência de si mesmas, de suas potencialidades e assim passaram a enfrentar os desafios das desigualdades e contradições presentes na sociedade que vivemos.

Como cita Paulo Freire, “ ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. (2010, p.47).

Neste sentido, somos seres em processo de aprendizagem, é preciso estar sempre buscando aprender , já que a educação é um processo permanente. Faz-se necessário transmitir as futuras gerações os conhecimentos adquiridos para que ele possa desempenhar funções nos contextos sociais, econômicos, culturais e políticos de uma sociedade.

“Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem “tratar” sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência ou tecnologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem idéias de formação, sem politizar não é possível.” (Freire, 2010,p. 58).

Referências bibliográficas

ARAÚJO , Neuza F., Contribuição Econômica das Mulheres para a Família e a Sociedade – Ensaio sobre gênero e economia numa perspectiva comparativa - Editora Otimismo - 2010

ARAÚJO, Maria F. Família igualitária ou democrática? As transformações atuais da família no Brasil. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Dissertação (Mestrado), 1993.

ARAÚJO, Luís, C. G. As mulheres no controle do mundo – elas têm influência em todas as esferas, da política à educação. Forbes Brasil, São Paulo, set. 2004.

BERTHOLINI, L. B. A. Relações entre o trabalho da mulher e a dinâmica familiar. Anais do I Congresso de Psicologia Clínica. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2001.

DINIZ, Gláucia. Mulher, Trabalho e saúde mental. In: CODO, Wanderley (Org.). O trabalho enlouquece: Um encontro entre a clínica e o trabalho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 105-134.

FIGUEIRA, S. A. Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

FREIRE Paulo, Pedagogia da Autonomia - Saberes necessários sobre a prática educativa, 2010.

SPM, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho e Família: Rumo a novas formas de conciliação com co-responsabilidade social.** Brasília: OIT, 2009.

SAFIOTI Heleieth, A Mulher na Sociedade de Classes – Mito e Realidade, 2013 3ª edição DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta Brasileira Augusta: Pioneira do Feminismo UARTE, Constância Lima. Nísia Floresta Brasileira Augusta: Pioneira do Feminismo Brasileiro. Séc. XIX, 1997.

Brasileiro. Séc. XIX, 1997. 6 DUARTE, Constncia Lima. Feminismo no Brasil: Pequena história.

MULHERES E ENSINO: UMA RELAÇÃO NATURALIZADA E RATIFICADA NUMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO TÉCNICO E TECNOLÓGICO

Amilde Martins de Fonseca
Universidade Federal da Bahia – UFBA
amilde.fonseca@ifrn.edu.br

Orientadora: Ângela Maria Freire de Lima e Souza
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Resumo: Refletir sobre questões silenciadas ou naturalizadas, recuperando informações e questionando modelos estabelecidos, constitui uma forma de trabalho libertador, característica fundamental da pesquisa feminista. O objetivo desse trabalho é analisar a naturalização da inserção das mulheres no magistério no Brasil, no contexto de numa instituição de ensino técnico e tecnológico, campo empírico da minha pesquisa de doutoramento. Evidencio como esse processo perverso atuou/atua na construção de uma teia de significados, cuja consequência principal é perpetuar a conexão entre o que historicamente se convencionou como trabalho das mulheres no lar e as representações que se constroem da atuação dessas nas salas de aula. Dados da pesquisa permitem constatar que não obstante a feminização do magistério, a gestão da instituição, assim como o ensino nas disciplinas técnicas ainda permanecem sob a responsabilidade dos homens. Este fato corrobora a segmentação horizontal do trabalho na qual as mulheres se concentram em espaços específicos e hierarquizados, no caso as disciplinas das humanas, o que ratifica a hierarquização das ciências/saberes, fenômeno este intrinsecamente relacionado ao gênero. É também evidente a segmentação vertical, vez que poucas mulheres ocupam altos cargos, o que propicia a submissão feminina alimentando as relações patriarcais de gênero.

Palavras Chave: Mulheres, Gendramento, Feminização do Magistério, Pesquisa Feminista.

Introdução

O magistério é uma profissão feminilizada e feminizada¹. Existem mais mulheres do que homens exercendo a docência e as representações sociais acerca da mesma, a vinculam ao universo feminino. Ou seja, confere-se a essa profissão uma fisionomia feminina. Isso, porque convencionou-se relacionar a escola como extensão do espaço familiar ao mesmo tempo em que se atrelou o exercício da profissão docente a características que supostamente pertencem às mulheres, como zelo, dedicação e cuidado, dentre outras.

O objetivo desse trabalho é analisar a naturalização da inserção das mulheres no magistério no Brasil, no contexto de numa instituição de ensino técnico e tecnológico, campo empírico da minha pesquisa de doutoramento. Sendo a instituição em foco, um espaço de ciência e tecnologia, ainda suporta ranços da ciência moderna, na qual constatamos os usos e abusos das retóricas de gênero que buscam justificar a superioridade do macho, relacionando o homem à ciência e a mulher à natureza e apresentando o conhecimento científico como neutro, objetivo e racional, características ditas inerentes ao homem e pouco observáveis ou inexistentes nas mulheres.

Esse fenômeno, por si só, justifica a necessidade de discussão do processo de naturalização das mulheres no ensino, principalmente nas disciplinas da área das humanas, enquanto sutilmente se nega a essas, as condições objetivas de adentrarem na pesquisa e/ou ascenderem na carreira, assumindo funções de mando na instituição.

Os delineamentos metodológicos aplicados foram pesquisa bibliográfica complementada por consultas aos dados do INEP/MEC e ao Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP da instituição *locus* da pesquisa.

Descrevo e evidencio características do processo de gendramento desenvolvido pelas instituições, com destaque para a família e a escola; traço um breve resumo histórico da entrada das mulheres na docência, apresento alguns dados atuais acerca do quantitativo de mulheres e homens no magistério, e por

1 Segundo Yannoulas (2011, p. 37) a feminização das profissões apresenta dois significados diferentes, um relativo ao aspecto quantitativo, a feminilização, que refere-se ao aumento de mulheres (pessoas do sexo feminino) na composição da mão de obra de uma determinada ocupação ou profissão e outro ao aspecto qualitativo, que refere-se às transformações num determinado tipo de ocupação ou profissão, vinculadas às práticas sociais e simbólicas, predominantes na época ou na cultura especificamente analisadas, e que rebatem numa mudança no significado da profissão ou ocupação.

fim, trago dados da instituição foco do estudo, que revelam a correlação entre as áreas da ciência, o gênero e a hierarquização que esse processo forja.

Sobre o gendramento das profissões

O exercício de uma profissão nem sempre se dá por livre escolha do sujeito. O contexto sócio histórico e cultural, a classe social a que pertence o indivíduo e as representações construídas em torno da mesma, influenciam na definição. Apesar de todas as mudanças ocorridas na sociedade, as profissões ligadas a afetividade ainda são relacionadas às mulheres e aquelas nas quais o uso do raciocínio lógico ou saber técnico científico é mais explorado, aos homens. Não pretendo negar que a escolha profissional possa se dar por predileção, o que argumento é que as relações sociais de gênero, tais como ocorrem, interferem e induzem as escolhas desde a mais tenra idade.

O processo de gendramento é iniciado antes mesmo do nascimento. Cria-se imaginariamente um mundo para o novo ser e nele estão contidas todas as expectativas. Meninas e meninos são socializados de maneiras distintas. Sejam irmãos, convivendo em uma mesma família, seguindo os preceitos dos adultos, sejam discentes, sob as diretrizes de um mesmo projeto pedagógico institucional.

A maneira como os pais elogiam a meiguice da menina e justificam a insensibilidade do menino, ou quando em sala de aula sentadas/os lado a lado, lendo livros idênticos, realizando as mesmas tarefas, a/o docente justifica a atividade sem capricho do menino e por outro lado não admite imperfeição na mesma atividade quando realizada pela menina, são atitudes que inscrevem os signos da cultura nos corpos e nas subjetividades.

Os adultos interagem com as crianças moldados pelas regras sociais que internalizaram na sua própria formação. Desse modo, as maneiras aparentemente invisíveis de lidar com um e outro sexo, conforme os ditames propostos pela sociedade, terminam disponibilizando vivências corporais diferenciadas, regulando o comportamento e imprimindo um modo de ser em conformidade com as características biológicas.

Essas distinções estabelecem os significados de gênero, reiterando o pensamento de Saffioti (2009) de que o gênero, socialmente construído, se assenta no sexo, situado no campo biológico, na esfera orgânica. Ou seja, não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida.

Raramente se questiona o caráter do processo de gendramento da sociedade e as expectativas com relação a cada um dos sexos permanecem no decorrer da vida das pessoas. Da mesma forma como tradicionalmente se espera que os meninos participem de jogos nos quais sua força física seja treinada, não chorem ao se machucarem e resolvam seus próprios problemas sem pedir ajuda; cobra-se das meninas que escolham brincadeiras mais leves, que se portem de forma delicada, realizem as atividades escolares com capricho e até que ajudem na organização dos ambientes.

Essas são formas veladas das quais as instituições em geral e mais especificamente as educacionais se utilizam para talhar o comportamento discente, ensinando às crianças, adolescentes e jovens da forma mais casual possível a portarem-se em conformidade com as regras estabelecidas pela sociedade. Pois de certo modo, uma das funções do trabalho pedagógico no sistema capitalista é o disciplinamento dos sujeitos para a vida social e produtiva.

Essa marcha, que perpassa todo o processo de aprendizagem escolar, reflete na escolha da profissão, porque o disciplinamento tem como função ajustar os sujeitos intelectual, cultural, ética e politicamente, com o objetivo de desenvolver uma concepção de mundo consensual, evitando que os conflitos existentes aflorem.

Implícito a esse processo caminham lado a lado as sanções para os desvios e o reforço de habilidades consideradas específicas para cada sexo, o que sustenta a construção de expectativas de desempenho intelectual relacionado.

Nessa amálgama delineiam-se os padrões de comportamentos considerados mais apropriados para homens e mulheres e fabricam-se as preferências. Assim, sendo, ao contrário do que se faz crer, as inclinações profissionais não são naturais, inatas, pessoais ou aleatórias, mas construídas histórica, social e culturalmente, de acordo com os esquemas inculcados nos indivíduos pela família, escola e demais instituições nas quais estão insertos.

Considerando que relações patriarcais de gênero reforçam a desigualdade existente entre homens e mulheres, delineiam o que é desejável para cada sexo e especificam também profissões correlacionando-as com as características que as mesmas relações forjam, as mulheres não afluíram ao mundo do trabalho fora da esfera privada com a anuência de toda a sociedade. É mister lembrar que, no Brasil as mulheres das classes inferiores destacadamente as negras, sempre trabalharam fora de casa, no mercado informal.

No entanto, para as mulheres das classes mais abastadas, ultrapassar o umbral da esfera doméstica a partir da apropriação de conhecimentos que

transcendessem o lócus da vida no lar e dividir com os homens, até então ‘donos do poder’, as atividades do mundo público, foi uma conquista histórica.

A possibilidade de acesso ao mundo formal do trabalho materializou-se inicialmente através da admissão das mulheres na carreira docente. Não pretendo aqui fazer um histórico detalhado desse trânsito, mas situar alguns eventos que sem dúvida, reverberam ainda na contemporaneidade e contribuir para a discussão, com fatos da Instituição em que realizo a pesquisa.

Um pouco da história

No Brasil, no período colonial o exercício do magistério era função exclusivamente masculina. O ensino era exercido por religiosos, ou por outros homens, especialmente contratados como tutores, para os filhos das classes dominantes.

A independência alterou levemente essa realidade. A Lei de 15 de outubro de 1827, em seu artigo 11, estabeleceu a criação de escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas. Esse fato não significou que todas as meninas tiveram então acesso à escola. Além do número de estabelecimentos ser inferior à demanda, as escolas não se destinavam a todas, mas às filhas de famílias abastadas.

A docência feminina tem origem a partir da necessidade de professoras para lecionar nas classes de meninas, pois só se admitia docentes do mesmo sexo das/os discentes. A educação, nesse contexto, baseava-se na assimilação de modelos ideais e exigia-se que quem ensinasse servisse de referência também no comportamento.

A própria lei supracitada, no seu artigo 12, exigia que as mestras fossem de ‘reconhecida honestidade’. Assim, as possibilidades de vagas para o magistério feminino também não incluíam todas as mulheres. Eram as mulheres da elite, brancas e instruídas que estavam, segundo a mentalidade da época, aptas a contribuir com a formação dos futuros cidadãos. Essas deveriam disseminar comportamento moralizante preparando as crianças para a vida em sociedade.

Como se admitiam diferenças naturais entre os sexos, e concebia-se que só às mulheres cabia a função de socializar as crianças; considerando que o ensino primário era entendido como extensão da formação recebida em casa, assentir que a educação das crianças estaria melhor a cargo das mulheres facilitou a aceitação das mesmas como professoras.

Mais tarde, a coeducação também desempenhou importante papel no fortalecimento da permanência das mulheres no magistério. Significou mais oportunidades, uma vez que não ficariam limitadas a lecionar apenas nas salas

de meninas e só se podia confiar as classes mistas às mulheres. Vale salientar que a coeducação não era bem vista pelas elites brasileiras, como também não o era pelas de outros países católicos, e só era aceita por questões econômicas.

O exercício da docência nesse contexto, constituiu-se uma oportunidade, possivelmente a única, das mulheres entrarem no mundo do trabalho institucionalizado, pois a 'nobreza do magistério' sobrepunha-se à conotação negativa do trabalho feminino remunerado.

Yannoulas (2013) ressalta a importância que a feminização do magistério exerceu na história das mulheres latino-americanas, lembrando que embora outras profissões tenham também se feminizado, a presença das mulheres no magistério não apenas foi tolerada, mas promovida explicitamente pelas autoridades públicas.

Outra questão positiva foi que o exercício do magistério assegurou a instrução feminina além do primário (Saffioti, 1969). Entretanto, o objetivo da educação das mulheres não era a formação intelectual, pois as mesmas eram consideradas inferiores orgânica e intelectualmente, mas com possibilidade de superioridade moral, desde que disciplinadas. Assim, a educação significava uma tentativa de disciplinar a conduta das mesmas. Catani (1997, p. 28) lembra que

[...] a ênfase do ensino feminino era nas boas maneiras, nas técnicas, na aceitação da vigilância, na aparência, na formação moralista. Coisa adequada quando o ensino fundamental se destinava às classes populares, pois o que estava em jogo não era difundir as perigosas luzes do saber, mas disciplinar as condutas e refrear a curiosidade.

Do que se pode depreender que a entrada na escola representava uma possibilidade a mais de institucionalmente se controlar as mulheres. Implícita na liberdade de poder estudar, estava o cerceamento da própria liberdade de aprender.

Reforçando a ideia do disciplinamento e do controle Bruschini e Amado (1988, p.6) afirmam:

De uma forma velada, o controle da sexualidade feminina justificaria, daí por diante, que mulheres trabalhassem com crianças, num ambiente não exposto aos perigos do mundo e protegido do contato com estranhos – especialmente os do sexo oposto.

É possível inferir que os dois polos estiveram interligados: controlar a curiosidade científica e a sexualidade. Como se pode constatar, a entrada das mulheres no magistério não foi suficiente para o rompimento das discriminações sofridas com base nas relações de gênero. Elas eram/são por demais arraigadas na sociedade e discriminações do sexo feminino permearam e ainda permeiam o trabalho das mulheres também na docência.

Basta lembrar que subjacente à permissão da entrada das mulheres no magistério camuflava-se um sórdido objetivo político: investir menos na remuneração de docentes. As classes dominantes desejavam a modernização, essa requeria trabalhadores especializados, o que gerava a necessidade de boa formação. Foram as pressões por educação que fizeram expandir o número de docentes e possibilitaram maior entrada das mulheres na profissão. As mulheres aceitavam salários menores, sob o argumento de uma suposta vocação para o ensino.

Historicamente, o conceito de vocação foi aceito expresso pelos próprios educadores e educadoras, que argumentavam que, como a escolha da carreira devia ser adequada à natureza feminina, atividades requerendo sentimento, dedicação, minúcia e paciência deveriam ser preferidas. Ligado à ideia de que as pessoas tem aptidões e tendências inatas para certas ocupações, o conceito de vocação foi um dos mecanismos mais eficientes para induzir as mulheres a escolher as profissões menos valorizadas (BRUSCHINI, 1988, p.7).

Como se pode perceber, o fato de nascer mulher não justifica a aptidão para a docência. Essa foi construída social e historicamente. Catani, (1997, 28-29) revela como se utilizava a retórica para induzir a suposta propensão nas mulheres, através da exaltação de características que hipoteticamente as diferenciariam.

Para que a escolarização se democratizasse era preciso que o professor custasse pouco: o homem, que procura ter reconhecido o investimento na formação, tem consciência de seu preço e se vê com direito à autonomia — procura espaços ainda não desvalorizados pelo feminino. Por outro lado, não se podia exortar as professoras a serem ignorantes, mas se podia dizer que o saber

não era tudo nem o principal. Exaltar qualidades como abnegação, dedicação, altruísmo e espírito de sacrifício e pagar pouco: não foi por coincidência que este discurso foi dirigido às mulheres (CATANI, 1997, 28-29).

Fazer acreditar que tais características eram inatas, que por natureza pertenciam às mulheres e por isso justificariam um salário menor, ou ainda associar o exercício da docência ao sacerdócio relacionando-o a uma característica especificamente feminina, são exemplos de mecanismos de legitimação de lugares determinados para as mulheres que as ligue a uma missão que lhes pertence em função do seu sexo.

Em virtude da relação estabelecida entre essa suposta vocação feminina para cuidar de crianças e o que se esperava da instrução primária, o exercício do magistério foi progressivamente se feminizando. Marília Carvalho (1999), numa análise lúcida ressalta que quanto mais se idealiza o trabalho docente com crianças, considerando-o não intelectual, mas calcado nas dimensões relacional e afetiva, mais as imagens da escola primária e seu trabalho docente se aproximam das características tidas como femininas, imaginário que contribui para a permanência e não para a transformação desse espaço.

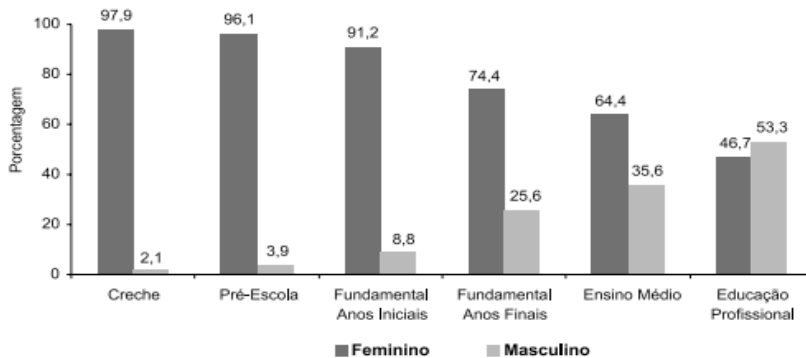
Não obstante a feminização do magistério, a gestão das escolas e dos órgãos de fiscalização dessas, permanecia, quando da entrada das mulheres no magistério, e ainda permanece sob a responsabilidade dos homens. Fato que corrobora a segmentação horizontal do trabalho, na qual as mulheres se concentram em tipos específicos de trabalho, no caso o magistério, e a segmentação vertical, na qual poucas mulheres ocupam altos cargos, fato que faz perdurar a submissão feminina e alimenta as relações patriarcais de gênero.

Num processo de retroalimentação, essa dupla segmentação engendra o que Lima (2013) denomina labirinto de cristal, metáfora relativa às adversidades enfrentadas pelas mulheres nos ambientes de trabalho e às mínimas possibilidades existentes de ganharem posições de destaque nas instituições.

Comprovando com dados

Espaços que não conferem poder, como a docência na educação básica, normalmente não fascinam os homens. É o que demonstra o gráfico que se segue:

Gráfico nº 1 - Professores das Etapas da Educação Básica segundo o Sexo – Brasil – 2007



Fonte: MEC/Inep/Deed

Um percentual de 97,9% de docentes mulheres nas creches, de 96,1% na educação infantil e de 91,2% nas séries iniciais do ensino fundamental é suficiente para se constatar que quanto menos visibilidade proporciona o nível de ensino, ou a representação desse nível pode ser relacionado à socialização das crianças, menor a presença de homens nas salas de aula.

Observa-se ainda que, a cada etapa do ensino regular expande-se a participação dos homens, que de 8,8% nas séries iniciais, chega a 25,6% nas séries finais. Talvez porque o exercício da docência nas séries iniciais da educação básica ainda carregue o ranço do cuidado e esse seja relacionado com uma atividade especificamente feminina. Ou simplesmente porque a educação infantil e o ensino fundamental ficam a cargo dos municípios e os salários são menores.

É possível depreender que a presença masculina é proporcional à importância social dada ao nível de ensino. O ensino médio já congrega maior quantidade de homens em sala de aula e quando se analisa a educação profissional, a quantidade de homens ultrapassa a de mulheres em 6,6%.

Seguindo essa mesma tendência, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN também apresenta um quantitativo de docentes homens que supera em quase o dobro o número de mulheres. Dos 1.484 docentes lotados na Instituição, 989 (novecentos e oitenta e nove) são homens e apenas 495 (quatrocentos e noventa e cinco) são mulheres.

É pertinente ainda atentar para o arranjo das disciplinas. Sendo essa uma instituição cujo foco é Ciência e Tecnologia, a disciplina que a/o docente ministra pode ou não lhe conferir status, dependendo do núcleo ou área em que esteja contida.

Nos cursos técnicos de nível médio integrados, as disciplinas propedêuticas compõem o núcleo estruturante. Nesse, com exceção do trio Matemática, Física e Química, as demais não gozam do mesmo mérito das que compõem o núcleo tecnológico. Embora no Projeto Político Pedagógico conste de forma explícita que a gestão não deve privilegiar uma concepção arcaica de tecnologia que dissocie as engenharias das ciências teóricas e das humanidades, pois esse fato criaria uma separação entre as áreas, esse fenômeno pode sim ser percebido quando se convive no meio. A hierarquização das ciências/saberes embora velada, revela-se nas entrelinhas dos discursos e materializa-se em atitudes. Essas são constatações da vivência de acompanhamento do processo ensino aprendizagem como pedagogia da Instituição.

As licenciaturas estão organizadas em quatro núcleos: o Fundamental, composto por Língua Portuguesa, Leitura e Produção de Textos Acadêmicos; o Didático Pedagógico, no qual estão as disciplinas de Psicologia da Educação, Didática, Organização e Gestão da Educação Brasileira, Mídias Educacionais, Educação Inclusiva e LIBRAS; o Epistemológico, em que constam Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação, Fundamentos Sociopolíticos e Econômicos da Educação, Epistemologia da Ciência, Metodologia do Trabalho Científico e Metodologias do Ensino, conforme o curso e o Específico, “que compreende os conhecimentos científicos que fundamentam a formação do professor da educação básica em uma determinada área do saber sistematizado historicamente” (Projetos Pedagógicos de Cursos, 2012).

Corroborando o que venho afirmando, que existe hierarquização das ciências/saberes e uma relação intrínseca entre essa hierarquização e o gênero, as mulheres são maioria nos núcleos fundamental, didático pedagógico e epistemológico, enquanto os homens assumem o núcleo específico, das licenciaturas em Biologia, Matemática, Física e Química, conforme se pode constatar na tabela seguinte, elaborada a partir de uma consulta ao Sistema Unificado de Administração Pública SUAP/IFRN.

Como se pode observar o quantitativo de homens nas disciplinas do núcleo tecnológico ou específico é cinco vezes maior que o de mulheres, enquanto nas disciplinas dos núcleos didático pedagógico e epistemológico a situação se inverte e de 31 docentes que compõem os núcleos didático pedagógico e epistemológico 93% são mulheres.

Tabela 01: Distribuição das disciplinas por núcleos.

DISCIPLINAS	SEXO DO/A DOCENTE		TOTAL POR DISCIPLINA
	M	F	
NÚCLEO ESPECÍFICO			
<i>Biologia</i>	28	21	49
<i>Matemática</i>	84	10	94
<i>Física</i>	64	03	67
<i>Química</i>	50	11	61
<i>Total do núcleo</i>	226	45	
NÚCLEOS DIDÁTICO PEDAGÓGICO E EPISTEMOLÓGICO			
<i>Didática</i>	01	19	20
<i>Política e Gestão Educacional</i>	01	10	11
<i>Total dos núcleos</i>	02	29	

Fonte: Elaboração própria

No que se refere à gestão, o reitor é homem e, na reitoria, dos nove cargos apenas quatro são ocupados por mulheres. O que à primeira vista pode parecer equânime, esvai-se quando observa-se as pró reitorias e constata-se a discrepância entre as funções e o sexo das/os ocupantes. Na pró reitoria de ensino, há apenas uma mulher. Essa, ocupa a função de direção pedagógica, espaço tradicionalmente associado às mulheres.

A única pró reitoria ocupada por uma mulher é a de extensão, que na Instituição não se dissocia do aspecto do cuidado, ou seja, é uma área considerada menos estratégica. Nessa perspectiva, “mais apropriada” para as mulheres. E ainda assim, os demais componentes da pró reitoria são homens.

A pró reitoria de pesquisa e inovação, área de grande prestígio, é ocupada por um homem e homens são também todos os assessores do pró reitor. Situação análoga ocorre na pro reitoria de planejamento e desenvolvimento institucional.

Na pro reitoria de administração existem 13 funções de chefia. Dessas, apenas duas são ocupadas por mulheres e novamente nas áreas relacionadas ao cuidado: gestão de atividades estudantis e administração de pessoal.

Resumindo: das 40 funções sistêmicas pelas quais circula o poder formal, apenas 8 são ocupadas por mulheres. E, para completar o quadro, dos 21

2 Aqui são nomeadas as disciplinas de ingresso na Instituição. Conforme o semestre letivo em curso, as/os docentes assumem as demais disciplinas em cujo núcleo a sua está contida.

diretores gerais dos campi que compõem o Instituto apenas três são mulheres. Essa é apenas uma forma da constatação de que embora as barreiras formais já tenham sido ultrapassadas, existem outros obstáculos que permeiam a o itinerário das mulheres na instituição campo da minha pesquisa.

Considerações Finais

É importante perceber que muitas das situações referidas e analisadas neste artigo são comuns em outras instituições de ciência e tecnologia. Em nosso país, com relação à pesquisa existe um predomínio das mulheres na área das ciências humanas, uma distribuição mais ou menos equitativa nas ciências biológicas e da saúde e uma enorme discrepância nas ciências exatas e nas engenharias, nas quais o predomínio é notadamente dos homens. E, no que se refere ao ensino, o panorama não se diferencia.

No IFRN, as mulheres constituem minoria nas disciplinas das áreas de maior prestígio interno, e maioria nas áreas humanas e pedagógicas e ainda ocupam pouquíssimos cargos de decisão, o que conseqüentemente dificulta a possibilidade das mesmas de alcançarem níveis autônomos de decisão. Esses fatos revelam o sexo oculto das relações que se estabelecem na Instituição, retratam traços de inclusão excludente e reforçam a naturalização do espaço das mulheres: na sala de aula, porém atuando em disciplinas consideradas adequadas ao seu sexo.

O problema não é simplesmente de quantidade. A questão central é de hierarquização das ciências/saberes, de lugar simbólico ocupado pelas mulheres, o que de certa forma, barra sua autonomia. Reconhecer que esses obstáculos existem, trazê-los à tona em discussão, e avançar no enfrentamento da questão e na construção de estratégias de superação do que está posto, faz parte do compromisso da pesquisa feminista: atuar como cientista honrando o compromisso com a causa o [...] que compreendido amplamente significa eliminar a opressão e dominação sobre as mulheres (FARGANIS, 1997).

Assim, as análises aqui apresentadas e direcionadas ao IFRN, concorrem para discussões mais vastas sobre a inserção das mulheres em outros espaços profissionais e podem ainda contribuir para a promoção da igualdade de gênero.

Referências

BRASIL, Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html> Acesso em 02/09/2015.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, MEC - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007. – Brasília : Inep, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/estudoprofessor.pdf>> [Acesso em 10 de agosto de 2015.](#)

BRUSCHINI, C.; AMADO, T. Estudos sobre mulher e educação. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 64, p. 4-13, fev., 1988.

CARVALHO, Marília Pinto de. No coração da sala de aula. **Gênero e trabalho docente nas séries iniciais**. São Paulo – SP: Xamã, 1999.

CATANI, D. et al. História, Memória e Autobiografia da Pesquisa Educacional e na Formação. In: CATANI, D. et al. (org.) *Docência, memória e gênero: estudos sobre formação*. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

FARGANIS, Sondra. O feminismo e a reconstrução da ciência social. In: JAGUAR, AlisonM. BORDO, SusanR. **Gênero, corpo e conhecimento**. (org) Brita Lemos de.Freitas (Tradução.). Rio de Janeiro: Record/Rosas dos Tempos, 1997 p. 224-240.

LIMA, Betina Stefanello. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(3): 883-903, setembro-dezembro/2013

SAFFIOTI, Heleieth. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **Série Estudos e Ensaios – Ciências Sociais/FLACSO Brasil**. Junho 2009

YANNOULAS, Silvia Cristina (Coord.) Sobre o que nós mulheres fazemos - **Trabalhadoras** – Análise da Feminização das Profissões e Ocupações – Brasília: Editorial Abaré, 2013.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO BRASIL

Ana Carla Menezes de Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia-Campus São Cristóvão.

prof.carla.menezes@gmail.com

Resumo

O referido artigo tem como objetivo compreender o processo de feminização do magistério no Brasil através da história de educação e da formação dos professores, buscando entender os papéis desempenhados pela educação formal no transcorrer de sua história, como também os valores que sempre estiveram presente e que explicam em grande parte a feminização da profissão docente nesse país, possibilitando assim a compreensão dos problemas que enfrentam até hoje nesse campo. Para isso serão apresentados através dos dados coletados em livros, textos, entrevistas, documentos ,leis, decretos e outras fontes bibliográficas utilizada, o papel da atividade docente no período colonial, a independência e seu reflexo na educação feminina, o magistério e sua influência na primeira república e suas reformas .

Palavras-chave: História da Educação. Educação feminina. Feminização.

Introdução

Com a modernidade o rompimento com a estrutura medieval aconteceu em todos os âmbitos da sociedade: o homem passou a fixar-se na vida urbana e mudanças de âmbito geográfico, econômico e social provocaram novas conjunturas e imposições para a sociedade. Observa-se que nesse andamento, como influência do humanismo renascentista, o homem voltou-se para a busca do prazer, partindo do seguinte pensamento: posso servir a Deus, mas também gozar a vida. Crescia uma preocupação com o cultivo das artes, da estética e da razão.

A modernidade voltava-se para o conhecimento científico, procurando reorganizar a escola, como também, racionalizar o ensino, criando métodos e preocupando-se com o currículo escolar. O Brasil, filho da modernidade, vivenciou esta realidade de forma tardia e lenta, somente a partir da queda da monarquia (1889). A Primeira República (CARVALHO, 1999; COSTA, 1985) marcaria um novo momento histórico, político e social que se desencadeou no contexto da sociedade brasileira. Dentro destas perspectivas, observamos que as primeiras décadas que se seguiram, iniciando o século XX, registraram um estilo de vida diferente, que exigia mudança e novas características em todos os âmbitos da sociedade, e, conseqüentemente também no campo educacional, pois, “a prática educativa voltou-se para um sujeito humano novo [...] impôs novos protagonistas (a criança, a mulher, o deficiente), renovou as instituições formativas (desde a família até a escola, a fábrica etc.” (CAMBI, 1999, p. 512).

Diante destas novas mudanças e preocupações, ligadas aos sujeitos até então marginalizados dentro do corpo social (a criança, a mulher e o deficiente), a sociedade passou a observar a mulher, mesmo que com preconceitos, como alguém unido aos afazeres domésticos e com a criação de filhos e que necessitava de instrução para tal atividade, pois era ela a pessoa mais próxima e responsável pela educação do filho (homem). Ver a mulher, neste período, e estudar a sua formação lança-nos numa época de transição, possibilidades e conquistas, que puseram no centro da consciência educativa e da reflexão pedagógica o problema do gênero. Colocaram em dúvida o modelo tradicional de formação caracterizado como “sexista” (vinculado apenas ao modelo masculino, visto como superior e universal, mas na realidade marcado pelos preconceitos do machismo: do domínio à violência, ao racionalismo abstrato e formal, à repressão/sublimação dos instintos), portanto como ocultador/negador do “segundo sexo” [...] (CAMBI, 1999, p. 638).

A Primeira República foi palco dessa realidade que desafiava o conflito entre o novo e o velho, entre o rural e o urbano, entre o poder e a democracia e, conseqüentemente, da definição de papéis para a mulher. Com objetivo de compreender a relação do público e privado na educação brasileira, principalmente em relação ao contexto do primeiro período republicano, trataremos dos desafios e conquistas oriundas da formação feminina neste período, marcado pelo desencadeamento de uma nova estrutura de sociedade e governo. Assim, verificamos se a profissionalização feminina no magistério primário e o seu desencadeamento ao tornar-se estritamente feminino considerou a articulação existente neste contexto no que diz respeito à relação entre o público e o privado, pois as escolas normais confessionais católicas foram instituições presentes nesta formação e atenderam a demanda de professoras para as escolas públicas primárias, como principais instituições de ensino para a educação da mulher.

O Contexto Republicano

A República foi proclamada no dia 15 de novembro de 1889 em a participação popular, mas como um ato que correspondia aos anseios e interesses da elite brasileira, pois o povo, que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistira a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar (CARVALHO, 1990). Assim, qualificada como um evento “inesperado, rápido, incruento”. Dentro desse cenário, aparecia a figura feminina respondendo às aspirações da visão como símbolo positivista, pois o uso da alegoria feminina se baseava em um sistema de interpretação do mundo do qual a república era apenas parte, embora importante. Na escala dos valores positivistas, em primeiro lugar vinha a humanidade, seguida pela pátria e pela família. A república era a forma ideal de organização da pátria. A mulher representava idealmente a humanidade [...] A mulher era quem melhor representava esse sentimento, daí ser ela o símbolo ideal para a humanidade [...] Comte chegou ao ponto de especificar o tipo feminino que deveria representar a humanidade: uma mulher de trinta anos, sustentando um filho nos braços (CARVALHO, 1989, p.81).

Com o intuito de combater o analfabetismo e capacitar pessoas para o trabalho industrializado, voltaram-se os olhos para a propagação da educação popular e profissional. Foram os primeiros movimentos voltados para a educação no Brasil. Por conseguinte, a preocupação pela formação da mulher tomou

rumos diferentes nos últimos anos da Primeira República. A mulher, considerada professora natural de seus filhos, deveria estar preparada para educar e preparar o novo homem.

A Imagem da Mulher Republicana

Por razões históricas específicas, a República foi simbolizada por uma figura feminina, como já citamos anteriormente. No entanto, o símbolo desse novo regime nada representava quanto aos direitos destinados à mulher. E tal simbologia poderia ser “considerada apenas um meio para compensar a sua exclusão no seio político, advertindo que a política não era coisa de mulher”.

De fato, não só a política não era coisa de mulher, como a própria educação não era para a mulher. Percebe-se que nesta época, ela não tinha lugar no mundo político e nem tão pouco fora de casa (CARVALHO, 1990, pp. 92-93). É justamente dentro deste espaço tão singular, o lar, que se pode entender a função destinada à mulher nesse período. No entanto, para percebermos melhor a visão que a República tinha sobre a mulher, voltaremos aos primórdios do colonialismo brasileiro.

Desde a época colonial, no Brasil, o imaginário da mulher foi desenvolvido sobre o colonialismo da sociedade portuguesa, e esta ligava-se aos ideais católicos (AZEVEDO, 1971). Assim, a “ex-colônia, ainda sob valores monárquicos, estabeleceu um padrão de mulher frágil e abnegada” (ALMEIDA, 1998, p. 114). Características indispensáveis para uma moça de família, que futuramente necessitava do casamento, a mulher deveria ser sempre dócil, gentil, submissa, e uma boa mãe. Toda a sua vida era voltada para a oportunidade do casamento como realização pessoal. Portanto, sua educação estava relacionada às prendas domésticas e a única possibilidade da mulher estudar restringia-se aos conventos femininos da Igreja Católica.

Esse estereótipo criado sobre a mulher (mãe-esposa-dona-de-casa) permaneceu até a Primeira República, sem muita alteração. A casa ainda era o seu espaço privilegiado, sendo qualificada pela “categoria de rainha do lar graças aos positivistas e higienistas dedicando-se integralmente à família e aos cuidados domésticos” (ALMEIDA, 1998, p. 114-115).

A preocupação com o casamento tornou-se muito importante para a mulher, pois, além de proporcionar uma realização pessoal, como já citamos, garantia o meio de sobrevivência e de atuação na sociedade. Permanecer solteira no primeiro período republicano significava motivo de vergonha e escárnio. Assim,

o destino da mulher solteira era permanecer na casa dos pais, cuidar deles na velhice ou dos próprios sobrinhos. Algumas, no entanto, “freqüentemente, refugiavam-se na religião e se tornavam a carola, observada com pena pela comunidade” (ALMEIDA, 1998, p.178).

Percebemos que nesse período, toda a educação informal dada à mulher, tinha o propósito de convencê-la do seu dever de participar da sociedade como alguém submissa ao pai, ou ao marido, obedecendo-os e respeitando-os. Como também, conformá-la à imagem idealizada pelo ideário dominante. Ela mesma seria incapaz de ter o domínio ou direção de sua própria vida.

Deste modo, a Igreja ensinava que a mulher deveria aceitar a natureza dada por Deus (a imagem de pureza, submissão e o exercício das atividades naturais como, cuidar da casa, do marido e dos filhos, bordar, costurar...) e, se a mulher se voltasse contra esta natureza, ela seria considerada rebelde em relação aos princípios “celestiais”, portanto exposta como contestadora de tais ensinamentos doutrinários.

Percebemos, desta maneira, qualidades peculiares entre Igreja e os positivistas: ambos vêem a mulher de uma forma preconceituosa, inferior ao homem em direitos e conhecimentos. Em razão disso, as mulheres iniciaram um período no qual passaram a denunciar os princípios opressores dessas duas concepções (Católica e Positivista).

Percebe-se ainda uma disputa entre Igreja e República, onde esse conflito ganhou expressão na imagem da mulher. Se por um lado ela era representada como a mulher que acolhe o novo regime ou como o próprio símbolo da república, como fizeram os revolucionários franceses, por outro, a Igreja identifica a mulher com a virgem Maria, aquela que deveria ser submissa ao lar, pura e voltada exclusivamente à criação de filhos, restrita da vida pública. Então, a Igreja adota Maria como arma anti-republicana. Houve um esforço deliberado dos bispos para incentivar o culto mariano, sobretudo por meio de Nossa Senhora Aparecida. A partir do início do século, começaram as romarias oficiais. Em 8 de setembro de 1904, Nossa Senhora Aparecida foi coroada rainha do Brasil [...] Não havia como ocultar a competição entre a Igreja e o novo regime pela representação da nação (CARVALHO, 1990, p. 93-94).

A Igreja formulou imagens que obrigaram a mulher continuar enclausurada no espaço doméstico, favorecendo a desigualdade entre os sexos. A pessoa feminina “faz, portanto, a figura de elemento obstrutor do desenvolvimento social, quando na verdade é a sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher” (SAFFIOTI, 1976, p 33). O discurso higienista também

se voltou para a valorização do papel da mulher, representada pela figura da “guardiã do lar”, permanecendo a visão de que “a mulher em si não é nada, de que deve esquecer deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido”(RAGO, 1985, p.65). Portanto, a Primeira República é palco destas inquietações estabelecendo o vínculo entre higiene e educação. Somente com as mudanças no período de transição entre o século XIX e XX, melhores condições foram consentidas às mulheres. Com o crescimento urbano, as novas exigências cobraram posturas diferentes diante das suas velhas funções, pois as ruas e praças das cidades necessitavam da presença feminina e por meio do crescimento do capitalismo, modelos europeus eram importados para a República, despertando novos pensamentos e imagens do ser mulher.

Pensar a formação da mulher: um cenário de desafios e obstáculos.

A educação feminina era incipiente na sociedade brasileira. Durante anos, esse foi um fato ignorado que resultou na exclusão da mulher na educação. Compreendemos essa realidade quando voltamos ao período imperial, onde a Constituição prescrevia o ensino primário gratuito para todo o cidadão, e determinava uma escolarização diferenciada para as mulheres, como podemos observar: desde o decreto de 15 de Outubro de 1827, o governo imperial havia estabelecido um currículo não profissionalizante para a educação feminina, voltado para a formação de donas-de-casa, compostas das seguintes disciplinas: leitura, escrita, doutrina católica e prendas domésticas. Porém, se o Estado instituiu um currículo para a educação feminina, e outro mais completo para a educação masculina, não possibilitou, ao mesmo tempo, as condições práticas para a execução desses currículos, ou seja, não criou as escolas (MANOEL, 1996, p. 23).

Além de tudo isso, o ensino era precário e as escolas não tinham instalações apropriadas. A responsabilidade do ensino era conferida às províncias, que fizeram pouco caso dessa responsabilidade, ou devido aos gastos elevados para manter uma escola pública, ou pela própria defesa do ensino privado.

Nesse conjunto de conflitos a formação feminina ficou prejudicada, pois, as meninas cresciam analfabetas, sem uma mínima instrução, vivendo em casa, sendo preparadas tão somente para o casamento. Desta forma, essa visão só contribuía para a desvalorização da instrução feminina.

Ao mesmo tempo, em que a mulher era preparada para ser uma dona de casa, esposa e mãe, perpetuava a diferenciação econômica. As filhas das famílias nobres poderiam ter uma educação muito mais ampla, mesmo que voltada para o lar, considerando que já garantiam através da herança dos pais o meio de sobrevivência. Quanto às mulheres das camadas inferiores, necessitavam elas de um casamento, como meio para garantir a sobrevivência. Caso não encontrasse um esposo, teriam que trabalhar para garantir o seu sustento.

Nas primeiras décadas da República pouca coisa mudou quanto à educação da mulher e certas características foram perpetuadas, como seu baixo nível da educação, defendidos em nome das necessidades morais e sociais de preservação da família. Uma visão católica conservadora afirmando as diferenças entre o homem e a mulher, perpetuou essa imagem com o intuito de manter a supremacia masculina sobre o gênero feminino: O desuso do cérebro a que a sociedade condenara a mulher, negando-se a instruí-la, seria o responsável pela menor evolução verificada das capacidades mentais femininas. Ora, se a desigualdade de capacidades intelectuais entre os sexos se devia a fatores de caráter histórico, a mulher não estava condenada a persistir na ignorância e, portanto, na inferioridade mental e social. A solução encontrava-se na educação feminina, capaz de permitir uma recuperação do atraso a que esteve sujeita [...] (SAFFIOTI, 1976, p 206).

Finalmente, no decorrer da Primeira República, a mulher passou a ser vista como meio possível para o progresso, e como a grande responsável em desenvolver a mais nobre tarefa de sua existência: formar o homem. Visão esta que vinha da crescente necessidade de ordenação do País. Juntamente com essa idéia cresceu o setor urbano e as influências do escolanovismo que desenvolveram novas possibilidades. Destarte, a “educação feminina é pensada como uma necessidade para se estabelecer a justiça social [...] visando atingir um estágio superior de organização social” (SAFFIOTI, 1976. p 206).

O entusiasmo pela educação que influenciou os anos 1920 atribuiu extrema importância à educação, realçando através dela a valorização do homem. Esse pensamento levanta questões como a analfabetismo, que se constituía na grande problemática para a nação: expansão do ensino primário gratuito. Deste modo, assim como a mulher se enquadrava dentro da realidade analfabeta do país, a preocupação com a sua instrução passou a ser um dos problemas levantados pela educação. A necessidade da formação feminina abriu novas possibilidades à instrução feminina. Com a modernização, e, conseqüentemente com as mudanças sociais geradas por esses novos tempos, a sociedade percebeu que

a mulher não podia permanecer na mesma situação. Mas, com a laicidade do ensino e a co-educação (mesmo que essa fosse temida

pelas famílias oligárquicas), cresceu o número de mulheres que tinham acesso à instrução.

No entanto, para os setores subalternos da sociedade, a educação se resumia às prendas do lar e aprendizagem das primeiras letras. Chegar ao curso superior era praticamente impossível para as mulheres desses estratos sociais. Contudo, a Igreja Católica tendo a educação diferenciada dos sexos como princípio, tornou-se aliada dos interesses das oligarquias, permanecendo na direção de boa parte do ensino destinado às mulheres, por meio dos seus colégios religiosos, que foram responsáveis pela educação das filhas da elite. Com a Constituição Republicana ocorre a separação entre Igreja e Estado, estabelecendo a laicidade desse, todavia a Igreja Católica não foi afastada do ensino e procurou, ao contrário, compensar a menor influência na vida civil criando colégios destinados à educação, onde a educação confessional certamente permaneceu. Isso, entretanto, não provocou grandes mudanças, pois a dualidade do ensino no Brasil não foi solucionada pelo governo. Os dominantes ainda tinham grande acesso às escolas, inclusive à universidade, enquanto o pobre permanecia sem essa possibilidade.

Nesse contexto, a Igreja prevalecia, pois os seus colégios religiosos eram responsáveis pela educação das filhas da elite e, por serem pagos, não permitiam acesso à educação às camadas desfavorecidas da sociedade. Deste modo, nas primeiras décadas

do século XX, a educação feminina nessas escolas ou internatos religiosos visava preservar a moral e a instrução da mulher para o lar, “procurando guardá-la dos desvios que pudessem denegrir a imagem da mulher perfeita (instruída para o lar, e para o esposo)” (MANOEL, 1996. p. 86). Essa postura favorecia a hegemonia da Igreja, em razão do insignificante número de escolas normais públicas no país. No entanto, essas instituições não fugiram do padrão já então colocado sobre a mulher, visto que a educação feminina era uma formação para o lar, estabelecendo uma relação mecânica entre diploma e casamento. Essa era a proposta das filhas da elite quando ingressavam em tais instituições privadas. Observa-se que, durante esse período, o objetivo inicial com a criação dessas escolas era preparar culturalmente as filhas dos fazendeiros. Essas escolas estavam alheias ao mundo do trabalho pelo fato da modernidade não interessar à elite brasileira. Segundo Nosella, a Semana da Arte Moderna e acontecimentos importantes no período republicano, não

foram debatidos na antiga Escola Normal de São Carlos, pois tais acontecimentos indicavam mudanças e apontavam para os desafios da modernidade, reafirmando, deste modo, a junção entre o modelo educativo conservador católico e os próprios objetivos da elite, pois “todas as congregações católicas que se instalaram no Brasil, do século XIX em diante, empregaram o método jesuítico em sua prática docente [...] essa atitude não era fortuita, mas parte da estratégia católica em sua luta contra a modernidade” (NOSELLA. & BUFFA, 1996, p.56). Esse conjunto de relatos e acontecimentos marcou o início da formação feminina: “Até a década de 30, a Escola Normal gerida pelo Estado ou por instituições religiosas, mesmo com todas as limitações que continha, desempenhou papel relevante na formação profissional e na elevação da cultura da mulher brasileira” (NOVAES, 1995, p. 22).

A imagem da professora primária

A Escola Normal era importante espaço no momento histórico Republicano. As primeiras escolas normais para a formação de professores foram criadas entre 1835 a 1880, sendo oferecidas inicialmente aos homens. No decorrer da Primeira República, elas desenvolveram importantes papéis na formação e profissionalização feminina. No entanto, “dada a insuficiência quantitativa das escolas normais, o encaminhamento das moças aos cursos secundários dos colégios religiosos privados constituía sério obstáculo à profissionalização feminina” (SAFFIOTI, 1996, p. 215), pois, propósitos diferentes eram perpassavam as instituições laicas e religiosas quanto à formação da mulher, visto que, enquanto as primeiras responsabilizavam-se pela formação da classe popular, as instituições religiosas privadas preocupavam-se com a formação da elite. Obviamente, um dos fatores que possibilitou a profissionalização da mulher, no magistério, foi a necessidade da classe menos favorecida em procurar a instituição escolar (o magistério primário) como meio de sobrevivência. As filhas da elite, em sua maioria, preocupavam-se apenas com o conhecimento cultural estabelecendo a estreita relação diploma e casamento, ao utilizarem os estudos visando um bom casamento. Somente depois da Revolução de 1930, com a crise econômica, as filhas da elite procuraram o magistério como profissão, devido aos problemas financeiros de suas famílias.

A entrada da mulher para a Escola Normal também está estritamente ligada à demanda do curso primário, devido ao esforço pela democratização da cultura e pela reocupação com o alto índice de analfabetismo da população. A

feminização do magistério primário no Brasil aconteceu somente no século XX, enquanto na Europa o século XIX já era palco deste processo. Todavia, esta realidade tornou-se possível devido laicização do ensino com a entrada das meninas para a escola. Percebemos, então, que as escolas primárias foram criadas com o intuito de sanar os problemas educacionais, criando possibilidades para o crescimento da necessidade de formação de professores nessas escolas normais, fazendo emergir as perspectivas das mulheres atuarem no setor educacional. Desta maneira, as professoras formadas nestas instituições confessionais, iriam exercer sua função docente nas escolas primárias públicas. Pois, “as congregações, desde meados do século XIX e, sobretudo, até a década de 1930, dedicavam-se, de maneira geral, ao ensino primário e à formação de professoras” (LOPES & GALVÃO, 2001, p.71). De certa forma, esta realidade reforçava a presença importante de instituições privadas, principalmente católicas, responsáveis pela formação de professoras para o setor público, não deixando de transmitir a influência religiosa: “há um etos religioso fundante na formação dessas primeiras professoras” (LOPES & GALVÃO, 2001, p.73). Pois, estas congregações especificavam em seus colégios uma educação de conduta estética, ética, religiosa e formação para o lar, que salientavam em seu ensino ministrado às alunas, as virtudes da função natural da mulher: ser mãe-professora. Esta feminização do magistério primário aconteceu pelo fato da docência ser considerada uma continuidade do lar. Salientemos, que diante do imaginário da mulher na sociedade brasileira, a sua profissionalização não iria acontecer de uma hora para outra.

Evidentemente, deveria estar ligada ao estereótipo criado pela própria sociedade (boa mãe, abnegada, delicada, pura). No entanto, embora reforçasse o imaginário feminino, essa visão colocou a mulher na profissionalização, entretanto, o maior motivo de as mulheres terem buscado o magistério estava no fato de realmente precisarem trabalhar! Quando o caso não era o da sobrevivência, e estes deviam ser raros, procuravam na profissão uma realização social que a posição invisível ou subalterna no mundo doméstico lhes vedava, submetidas que estavam à sombra masculina todo poderosa que ali também exercia seu poder (ALMEIDA, 1998, p. 71).

A expansão da figura feminina no magistério aconteceu com o propósito da mulher buscar a sua valorização social. Percebe-se que a demanda de mulheres no magistério primário passou a ser superior ao número de homens, visto que em São Paulo no período republicano, a maioria feminina no magistério era um fato, o que se pode verificar na leitura do Anuário de Ensino (ALMEIDA, 1998, p. 122).

As mulheres atendiam às condições profissionais exigidas para o magistério primário, que até então era direcionado para homens. O magistério, comparado à maternidade, tinha na figura da sua representação a mulher, pois, era responsável pela educação dos filhos, sendo pessoa mais apropriada para ensinar, ao agir com brandura, amor e compreensão com os seus alunos. Ao contrário dos homens, seres ásperos, rudes, poderiam, eles, tirar o gosto pela escola por parte das crianças. É importante ressaltarmos que a nova concepção de família, o sentimento de infância, tornaram-se uma preocupação dos intelectuais e enfatizaram e introduziram a mulher na educação como importante fator na formação desse “novo homem” moderno.

Sendo o magistério uma continuação do lar, visto como ocupação essencialmente feminina, desenvolveu-se como espaço para tornar aceita a profissionalização da mulher. A professora era considerada a segunda mãe dos alunos, criando possibilidades para a mulher exercer a sua função paralela aos afazeres domésticos, considerando que, trabalhando com crianças, ela não iria intervir ou atrapalhar as questões importantes da sociedade, que nesse caso, destinavam-se ao gênero masculino. O imaginário criado sobre a mulher também foi para dentro das escolas, percebem-se as discriminações sofridas pelas mulheres, dentro do espaço escolar, pois o cargo de chefia, sempre destinado aos homens, era ocupado por inspetores que nem sempre respeitavam a figura feminina e ainda existia o problema quanto ao local de trabalho, onde as professoras “sempre dóceis e dedicadas, eram enviadas aos piores lugares, às escolas mais distantes, onde eram maltratadas pelos “colonos ignorantes” e detestadas pelos pais dos alunos que não os queriam na escola por necessitar do seu trabalho na lavoura” (ALMEIDA, 1998, p. 140).

Nesse caso, o magistério primário foi uma profissão exercida em sua maioria por pessoas das classes subalternas. Outros defendem que a desvalorização do magistério deu-se pelo fato da feminização do mesmo, argumento este que pode ser refutado, pois quando exercido pelos homens era tido apenas como uma complementação da renda familiar, pois os professores tinham outras profissões e exerciam o magistério em horas vagas. Por último, há a questão levantada referente à “opressão exercida sobre as mulheres fez com que o trabalho por elas desempenhado fosse considerado também inferior”.

Considerações finais

Estudar a mulher permitiu-nos voltar ao passado e desmistificar imagens construídas sobre a formação feminina. Como também entender sua realidade no cotidiano da Primeira República, realidade esta, onde a mulher, “enclausurada na casa grande e nos sobrados, sufocada na sua personalidade, consagrava-se aos misteres da casa e ao cuidado dos filhos”(MANOEL, 1996, p. 22). Sempre presente na história da sociedade, desde as casas mais humildes até os casarões, ainda que na maioria das vezes ocultada pela voz do homem, a figura feminina foi objeto das imagens impostas sobre ela por uma cultura amalgamada pela doutrina católica e pelos positivistas. Como a Primeira República marcou um período de transição entre o novo e o velho na sociedade brasileira e provocando mudanças na esfera educacional, a mulher participou dessas mudanças, ainda que enclausurada pelas paredes dos ideários católicos e oligárquicos da sociedade republicana. Observamos dentro desse cenário que a história do magistério primário feminino brasileiro é, principalmente, uma “história de mulheres, de uma força invisível que lutou consciente e espontaneamente em defesa de suas crenças e de sua vontade” (ALMEIDA, 1998, p. 77). Acreditamos que, com tais mudanças, o desenvolvimento do espaço conquistado pelas mulheres possibilitou o seu próprio reconhecimento como ser político e social. O país necessitava experimentar o novo, e a modernidade exigia dele um olhar sobre o qual estava esquecida a educação feminina.

Ao verificarmos a trajetória da mulher na sociedade brasileira, constatamos a sua presença na formação primária como primeira conquista do seu reconhecimento social e profissional. E, ao mesmo tempo, entendemos as origens da feminização do ensino primário no Brasil, como também, compreendemos que foram nas instituições confessionais privadas que a professora primária recebeu sua formação, possibilitando, desta maneira, uma articulação entre o privado e o público.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, J. S. (1998). **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: EdUNESP.

AZEVEDO, F. (1971). **A cultura Brasileira**. 5ed São Paulo: Melhoramentos.

BERMAN, M. (1986). **Tudo o que é sólido se desmancha no ar**: a aventura da **modernidade**. Trad. Carlos F. Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Cia das Letras.

CAMBI, F. (1999) **História da Pedagogia**. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP.

CARVALHO, J. M. (1990). A formação das almas: o imaginário da República do **Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (1989). **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3ed São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (1999). **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: UFMG.

COSTA, E. V. (1985). Da Monarquia a República: momentos. 3ed. São Paulo: Brasiliense.

FARIA FILHO, L. M. (2000). **Dos Pardieiros aos Palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF.

INÁCIO FILHO, G. (2002). **(Escolas para mulheres no Triângulo Mineiro (1880-1960)**. In: ARAÚJO, J. C. S. & GATTI JÚNIOR, D. Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EdUFU, p. 39-64. (Coleção Memória da Educação).

_____ (2003). **A monografia nos cursos de graduação**. 3ed Uberlândia: EdUFU.

LOPES, E. M. T. & GALVÃO, A. M. O. (2001). História da Educação. Rio de Janeiro: DP&A.

MANOEL, I. A. Igreja e Educação Feminina (1859-1910). Uma face do **conservadorismo**. São Paulo: EdUNESP, 1996.

NAGLE, J. (1974). **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo, EPU, Ed. Da Universidade de São Paulo.

NOSELLA, P. & BUFFA, E. (1996). **Schola Mater: a antiga Escola Normal de São Carlos**. São Carlos: EdUFSCar.

NOVAES, M. E. (1995). **Professora Primária: mestra ou tia?** 6ed São Paulo: Cortez.

RAGO, M. (1985). **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. 3ed Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SAFFIOTI, H. I. B. (1976). **A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes.

SOUZA, R. S. (1998). **Templos de Civilização: A implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910)**. São Paulo: EDUNESP, 1998.

RESSIGNIFICAÇÕES DAS APRENDIZAGENS DE GÊNERO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES/AS EM GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

Ana Cristina Batista de Souza Rosa
anacrisrosa_rosa@hotmail.com

Francisca Jocineide da Costa e Silva;
jocineideufpb@gmail.com

Lígia Luís de Freitas
Universidade Federal da Paraíba
ligialfreitas@gmail.com

Resumo: Este texto tem por objetivo apresentar uma análise das ressignificações das aprendizagens de gênero de cursistas do curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola após a conclusão da disciplina/módulo Gênero. Para composição dos dados escolheu-se uma atividade do curso em que se perguntou: Com relação às aprendizagens de gênero, o que mudou, ou tem mudado, a partir da participação neste curso? Obteve-se um total de 206 registros escritos no qual se utilizou a técnica de Bardin (2011) para as análises. Os resultados indicaram que a maioria dos/as cursistas apontou modificações em sua prática docente. Um segundo grupo destacou que o estudo do tema gênero contribuiu de alguma forma em sua vida pessoal ou profissional, mas não exemplificou como. Um terceiro grupo apresentou-se em processo de ressignificação por não aceitar algumas discussões referentes às questões de gênero, e por fim um quarto grupo de cursistas destacou que o curso proporcionou o empoderamento pessoal e profissional.

Palavras-chave: Aprendizagens de gênero, Formação docente, Empoderamento, Gênero e diversidade na escola.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma análise das ressignificações das aprendizagens de gênero de educadores/as que participaram do curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (GDE), oferecido pelo Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulheres e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) na modalidade virtual, ocorrido entre os anos de 2014 e 2015.

No decorrer deste estudo, pretende-se demonstrar como o curso GDE pôde proporcionar reflexões e mudanças críticas nas concepções de gênero de educadores/as e como essas mudanças, de acordo com as/os participantes, se refletiram na vida pessoal e profissional.

Pesquisas sobre a formação continuada de docentes por meio do GDE, em alguns estados brasileiros, revelam que o curso contribui para a promoção de reflexões que auxiliam na compreensão das questões de gênero, sexualidade, orientação sexual e raça/etnia na escola (SILVA, 2013; KALSING, 2013; MAFALDO, BARBOSA, 2010).

Minella e Cabral (2009), ao analisarem a avaliação do GDE por tutores/as e cursistas que participaram do curso no Estado de Santa Catarina, identificaram que 91% dos/as professores/as cursistas que responderam ao questionário consideravam possível a aplicação dos conhecimentos adquiridos no curso em situação pedagógica em sala de aula. Rohden (2009) ao fazer uma análise do curso piloto que aconteceu no período de maio a setembro de 2006 em seis estados brasileiros afirma que o curso cumpriu seu objetivo, ou seja, sensibilizou os/as professores/as para o tema em questão.

Esses dados nos mostram que o contato com a temática de gênero contribui para gerar mudanças nas práticas pedagógicas de docentes que por falta de conhecimento e reflexão acerca do tema, acabam reproduzindo e reforçando desigualdades de gênero no contexto escolar.

O corpus analítico utilizado aqui emergiu das atividades de cursistas realizadas na sétima semana da disciplina Gênero, período em que se propôs uma reflexão sobre o que havia mudado em suas concepções e percepções depois que estudaram a temática de gênero. Dessa forma, os dados que passaram pela análise de conteúdo de Bardin (2011) são experiências e reflexões pessoais dos/as cursistas do GDE.

A importância deste estudo se dá pela necessidade de analisarmos os impactos de formações de professores/as em gênero e diversidade, bem como,

pela incipiência de estudos sobre o curso GDE que dêem visibilidade ao seu na prática pedagógica (SILVA; CARVALHO, 2015).

Gênero e Diversidade na Escola

A inserção da temática de gênero na educação está prevista no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015. Entretanto, já desde 2005, a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM/PR) propôs o curso Gênero e Diversidade na Escola, para a formação continuada de educadores/as.

Seu projeto piloto foi desenvolvido pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ) em parceria com o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o British Council. O objetivo do curso tem sido discutir questões relativas a gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais, promovendo reflexões acerca destes temas (CARRARA, *et al*, 2011).

No Estado da Paraíba, o último curso de formação docente continuada *lato sensu* para professores/as em Gênero e Diversidade na Escola foi iniciado em junho de 2014 e concluído em dezembro de 2015. Sua grade curricular contou com sete módulos: Diversidade, Elaboração de Projeto Pedagógico, Relações Étnico-Raciais, Gênero, Sexualidade e Orientação Sexual, e Metodologia de Projetos de Pesquisa, distribuídos em 360 horas-aulas, num período de 18 meses, cada módulo ocupando 8 semanas sucessivamente.

O GDE foi oferecido pelo NIPAM, através da UFPB Virtual, para mais de 300 cursistas de seis municípios do Estado da Paraíba: João Pessoa, Cabedelo, Pitimbu, Areia, Alagoa Grande e Araruna. (GDE/NIPAM, 2014). O curso contou com um número de 342 matrículas e de 146 concluintes.

Portanto, o estudo da temática de gênero por educadores/as numa sociedade marcada por relações desiguais entre homens e mulheres é pertinente, principalmente porque muitas vezes, a escola colabora com a produção/reprodução dessas relações sociais desiguais, ao educar meninos e meninas de formas distintas.

Procedimentos e resultados

Durante o módulo gênero, os/as cursistas tiveram a oportunidade de refletirem sobre o tema a partir de diferentes enfoques, a cada semana. Na primeira semana foram trabalhadas suas aprendizagens de gênero ao longo da vida. Na

segunda semana foi introduzido o conceito de gênero por meio da leitura de alguns/mas teóricos/as e reflexões sobre as desigualdades de gênero presentes na sociedade. Na terceira semana realizou-se um estudo sobre o movimento feminista através da leitura de textos e vídeos sobre o tema.

Na quarta semana os/as cursistas se debruçaram sobre a questão de gênero na adolescência. Na atividade da quinta semana discutiu-se um tema polêmico em nosso contexto social, o aborto. Durante a sexta semana, as atividades focaram no estudo da violência de gênero.

Na sétima semana estimulou-se o grupo a identificar as mudanças com relação às aprendizagens de gênero que foram sendo sedimentadas ao longo das semanas anteriores, bem como a perceber de que forma essas mudanças se refletiam nas suas vidas e, principalmente, nas suas práticas pedagógicas. Na oitava e última semana propôs-se colocar em evidência, mulheres que fizeram história, ora transgredindo e ensinando a transgredir os padrões sociais de masculinidades e feminidades, ora lutando pelos direitos de todo/as.

Neste trabalho priorizamos a atividade solicitada na semana 7, na qual os/as cursistas tinham que responder a seguinte questão: Com relação às aprendizagens de gênero, o que mudou, ou tem mudado, a partir da participação neste curso? Registrou-se 206 arquivos com as respostas, sendo 163 de mulheres e 43 homens. Os/as docentes foram identificados aqui como P (significando professor/a) uma sequência numérica e as letras M (masculino) e F (feminino), exemplo: P001F.

Realizou-se o backup de todos os textos enviados e utilizou-se a análise de conteúdo no tratamento dos dados que consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2011, p. 48).

A partir de várias leituras, os registros foram classificados em quatro categorias:

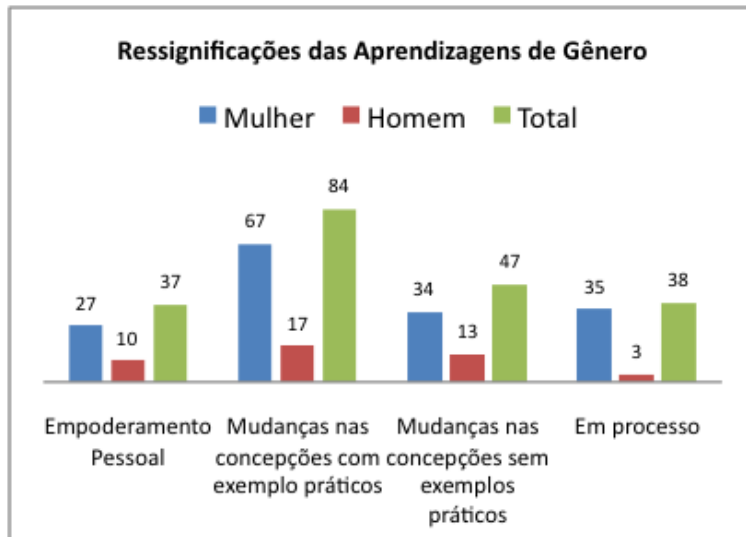
Categoria 1 - Empoderamento pessoal – todos os registros que apontaram assimilação do conceito de gênero e enfatizaram mudanças no âmbito pessoal e profissional duradouro, não necessariamente apresentando exemplos práticos;

Categoria 2 - Mudanças nas concepções e práticas – os registros em que os/as cursistas demonstraram assimilação do conceito de gênero e exemplificaram as mudanças em suas práticas, seja no local de trabalho ou em outros contextos;

Categoria 3 - Mudança nas concepções sem exemplo prático – os registros em que destacaram as aprendizagens do conceito de gênero e sua importância para a mudança na prática, mas não exemplificaram as transformações;

Categoria 4 - Em processo – reproduzem o conceito de gênero, mas não colocam em prática e nem concordam com algumas ideias que perpassam o gênero.

O gráfico a seguir detalha os registros em número de cada categoria:



Fonte: Construção das autoras

Sendo a maioria do público feminino, seus registros foram superiores. Entre homens e mulheres percebemos que os maiores registros referiram-se a categoria 2 - mudanças práticas. Na categoria 4 - Em processo, a diferença de registros entre homens e mulheres foi superior as demais categorias. Chamou nossa atenção uma quantidade considerável de homens afirmando seu Empoderamento pessoal, o que leva-nos a concluir que eles podem juntar-se às lutas em favor da equidade de gênero majoritariamente ocupadas pelo público feminino.

Ressignificação das aprendizagens de gênero: o que mudou?

Reiteramos que a análise das mudanças e permanências nas aprendizagens de gênero toma como suporte as reflexões e autoavaliações dos/as cursistas sobre si mesmos/as e sobre suas vivências pessoais e profissionais.

A proposta do GDE é contribuir para a igualdade de direitos e valorização das diferenças entre as pessoas, sem distinção de sexo, raça, orientação sexual, cultura, religião ou condição social. Tal proposta deve contribuir para que os/as cursistas estejam qualificados para colaborar com a eliminação de todas as formas de exclusão, colaborando com a promoção da inclusão social de todas as pessoas e, conseqüentemente, contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura inclusiva. Candau *et al* (2013, p. 36) afirmam essa diretriz do curso quando ressaltam que “é necessário o desenvolvimento de processos formativos que permitam mudanças de mentalidades, valores, comportamentos e atitudes dos diferentes sujeitos que deles participam”.

Para que haja mudanças nas escolas é imprescindível que os/as professores/as se identifiquem dentro desse processo de formação, para assim assumir o papel de agente sociocultural e político que, segundo Candau *et al*,

...tem uma missão pedagógica dupla: por um lado, deverá analisar a maneira como a produção cultural se organiza no âmbito das relações assimétricas de poder na escola (por exemplo, textos didáticos, currículos, programas, políticas e práticas educacionais etc.); por outro, é necessário que desenvolva estratégias que contribuam para a formação da cidadania e que estimulem a participação nos movimentos sociais voltados para a transformação da realidade em espaços de construção democrática com justiça social (CANDAU *et al*, 2013, p. 51).

A partir de uma formação que os/as faça conhecer o processo histórico e cultural que permitiu a exclusão de determinadas pessoas, grupos sociais e culturas, priorizando outras, é que os/as professores/as serão capazes de identificar práticas de exclusão e se posicionarem criticamente diante das mesmas.

Em 37 registros (27 de mulheres e 10 homens) percebeu-se mais do que aprendizagens e mudanças nas concepções e práticas pedagógicas, identificou-se empoderamento pessoal adquirido com a passagem pelo curso:

A disciplina sobre Gênero me deu base, confiança e coragem para que eu pudesse de fato me fazer notória como alguém lésbica, casada, responsável e profissional, com o objetivo de ensinar e educar através do respeito mútuo, relação professora/aluno/a. Tive a ousadia de colocar nas minhas redes sociais como whatsapp e instagram, entre outras, fotos minhas e de minha esposa no perfil onde está a maioria dos professores da escola da qual faço parte. Não mais me “escondo”, nunca fui de expor minha vida pessoal, porém nesse contexto de quebra de paradigma, percebi a necessidade para que pudesse dar início talvez a alguma transformação dentro do meu ambiente de trabalho. E tudo isso só foi possível porque a cada momento em que ia aprendendo sobre gênero, mais me dava vontade de poder fazer parte dessa transformação (P156F).

Este curso mudou completamente a minha vida, pois sou casada com um homem machista, que acha que pode tudo e mulher de “casa” tem de aceitar as normas masculinas, e pronto. Hoje penso diferente, conheci meus direitos, vejo o mundo diferente sem muito preconceito, o qual me fez cativa de uma vida sem direitos. Com minha mudança de pensamento vou poder ensinar as pessoas a mudarem o modo de pensar e viver (P065F).

Empoderar-se é ponto de partida para mudanças concretas na própria vida. Conhecer-se e aceitar-se é fator primordial para transformações a longo prazo.

Para um total de 84 cursistas (67 mulheres e 17 homens) as aprendizagens de gênero trouxeram mudanças em suas concepções, bem como, tem promovido transformações em suas práticas pedagógicas, fazendo emergir uma postura ativa na construção da igualdade de gênero entre meninos e meninas, através de brinquedos e brincadeiras, com o uso da linguagem, na promoção da discussão da temática com outros/as profissionais no ambiente de trabalho, por meio de palestras sobre o tema ou sua inserção em planejamentos:

Através dos estudos de gênero eu cresci como ser humano, mudaram meus conceitos e modos de ver e conviver com as diferenças, tenho usado meus conhecimentos para fazer a diferença. Tenho trabalhado alguns conceitos de inclusão sem distinção de gênero, buscando sempre a equidade e a igualdade sem discriminação e sem preconceito, tentando fazer com que as pessoas também se

conscientizem que precisamos ensinar aos noss@s filh@s, alun@s e educadores em geral que as diferenças existem para ser respeitadas, que somos todos iguais, somos todos seres humanos (P062F). Como professor, sei que venho sendo visto pela maioria como um cara legal, aberto, que sempre busca valorizar e respeitar aquele (a) aluno (a) que pinta o cabelo, que curte determinado tipo de música, que gosta ou não de esportes, que segue ou não uma religião, que gosta de mim ou não. Dedico todo esse resultado que venho tendo em minha relação com a sala de aula, com a contribuição que o GDE vem concedendo, me transformando cada vez mais em um homem sem preconceito sobre gênero, etnia e outros fatores (P086M).

Esses relatos confirmam a importância da discussão de gênero na formação docente, principalmente, porque nos permitem perceber que as mudanças no campo pessoal acabam influenciando na construção de práticas profissionais que buscam a valorização das igualdades de gênero.

Sobre a categoria *Mudanças sem exemplos práticos*, registrou-se 47 respostas (34 mulheres e 13 homens), afirmando que os conhecimentos adquiridos na disciplina Gênero provocaram mudanças na forma de pensar o conceito de gênero, nas relações sociais entre homens e mulheres e na questão da sexualidade, contribuindo para uma constante reflexão sobre a própria prática pedagógica, porém não apontando uma intervenção nesta:

Lembro-me que brincava com meus amigos, dizendo que abriria uma escola para homossexuais aprenderem a se comportar em público. A única finalidade dessa escola era fazer os homens não se comportarem como mulheres e/ou as mulheres não se comportarem como os homens. Hoje consigo compreender que esses grupos foram todos muito oprimidos e que meu papel é formar pessoas que entendam que nós todos devemos ter as mesmas oportunidades, independente de escolhas, condições, características (P080M). As aprendizagens obtidas neste curso me proporcionaram um forte embasamento teórico, assim como muita prática, visto que não tinha muito conhecimento, e desta maneira saber lidar com situações que até então as considerava de certa forma como normais e hoje as vejo com outros olhos, podendo ajudar alunos e alunas

a saberem se aceitar como são, visto que essa tem sido uma forte dificuldade nas nossas escolas, pois a atitude de muitos professores e professoras acaba por se tornar preconceituosa, e mesmo que involuntárias acabam por fortalecer os preconceitos e discriminações (P102F).

Essas últimas falas indicam a aprendizagem do conceito e a necessidade de mudança, mas não apontam de fato para um empoderamento que gere mudança na prática, muito menos percepção das transformações que o trabalho pode trazer.

Na categoria *Em processo* computou-se 38 cursistas (35 mulheres e 3 homens) que relataram que aprenderam e modificaram muitas concepções preconceituosas e discriminatórias, mas ainda se encontram em processo de mudança:

...procuro aconselhar, a incentivar em sala de aula o respeito, a aceitação, a interação com todos os alunos (as), já conversei e ajudei alunos (as) e suas famílias, mas quando eu pensei em por acaso ter um filho (a) e ele (a) escolhesse ser diferente do “padrão” em que eu fui criada, eu fiquei preocupada. Então acredito que tenho muito o que mudar na minha vida pessoal e familiar... (P164F)

Com relação a minha prática docente estou na medida do possível tentando mudar alguns conceitos que ainda estão muito preso a minha formação, e aprendendo a lidar melhor com situações que são ditas como “não normais” em relação aos padrões estabelecidos (P201F).

Na fala de (P164F) fica perceptível que é mais fácil aceitar o outro quando esse outro não sou eu, ou está distante de mim. A dificuldade em lidar com a diferença ou, como P201F disse, com os/as “não normais” faz parte do próprio processo de compreensão da diferença, como algo anormal, que deve ser evitado. Louro (2013, p. 48) afirma que “é possível avançar de uma perspectiva de ‘contemplação, reconhecimento ou aceitação das diferenças’ para outra, que permite examinar as formas através das quais as diferenças são produzidas e nomeadas”. Ou seja, essas cursistas ainda podem entender como os processos de exclusão social são histórica e culturalmente construídos em torno dos diferentes sujeitos, desnaturalizando os padrões de normalidade estabelecidos.

Nos seus registros, os/as cursistas mostraram que as aprendizagens de gênero exerceram forte influência e repercussão em suas vidas. Ressignificar essas aprendizagens é um desafio constante, pois consiste na desconstrução de práticas, *habitus* (BOURDIEU, 2007) construídos e sedimentados ao longo de suas vidas.

Contudo, os relatos revelam que o curso e, em especial, a disciplina Gênero contribuiu para mudanças significativas tanto no plano pessoal, quanto na atuação profissional dos/as participantes. Nesse sentido, pode-se dizer que o processo de formação contribuiu para desmistificar verdades absolutas, possibilitando aos/às cursistas uma ressignificação de si mesmos/as e de suas subjetividades, enquanto sujeitos de direito, mesmo para aqueles/as nos quais essas mudanças se encontram em processo.

Considerações finais

Esta pesquisa analisou as ressignificações das aprendizagens de gênero de 206 cursistas do curso de Especialização em GDE, após as intervenções pedagógicas do módulo Gênero.

Por meio das atividades dos/as cursistas, foi possível analisar os impactos que uma formação docente continuada pode provocar na reconfiguração da identidade do/a professor/a e na mudança da prática pedagógica na direção da inclusão e da equidade. Ao estudarem e refletirem sobre temáticas relacionadas às questões de gênero, os/as cursistas puderam estabelecer uma visão crítica sobre o processo de construção social e histórica de masculinidades e feminidades, de maneira a desconstruir crenças e valores fundamentados em preconceitos e estereótipos transmitidos historicamente como verdades absolutas.

Na categoria *Empoderamento*, os relatos descreviam a transformação pessoal e profissional no que concerne ao trato consigo e com os demais, principalmente a afirmativa de valorização pessoal. Outros relatos mostraram um amadurecimento das concepções de gênero, igualdade e, sobretudo, respeito, o que pode proporcionar engajamento na luta pela equidade em todos os espaços sociais. Enfatizaram sobre como aprenderam a reproduzir as construções gendradas, a fim de garantirem sua pertença em seus grupos; outras/as afirmaram ter atravessado as fronteiras “mas sem argumento qualificado”, e agora sentem-se seguros/as para sua expressão.

Evitar e desconstruir a linguagem sexista, promover a co-educação por meio de grupos de trabalho, dinâmicas e brincadeiras pedagógicas; problematizar situações de preconceito e discriminação de gênero, sexualidade e raça são algumas das ações que podem contribuir para diminuir as desigualdades de gênero, orientação sexual e raça/etnia em nossa sociedade. Algumas dessas práticas foram identificadas nas falas dos/as cursistas na categoria *Mudanças práticas*, na qual houve relatos de intervenções pontuais e/ou sistemáticas e planejadas diante de situações de preconceito e discriminação; discussão do tema nos planejamentos; e a promoção de atividades entre discentes sem estereótipos de gênero.

A categoria *Mudanças sem exemplos práticos* se caracterizou pelos/as docentes afirmarem a importância da aprendizagem de gênero para as transformações sociais no que concerne à igualdade, porém não apresentaram alterações concretas em suas práticas, ou afirmaram querer trabalhar em um futuro indeterminado em seus atuais locais de trabalho, também sem sugestão de como este trabalho se daria. Enfatizaram ainda que as discussões proporcionaram um olhar crítico sobre os preconceitos e estereótipos, além do reconhecimento e respeito da/pela diversidade, destacando que o curso deu condições teóricas e práticas para futuras mudanças.

Na última categoria, *Em processo*, observou-se que os/as cursistas afirmaram a importância de estudar gênero, e que aprenderam a ser tolerantes em algumas situações, por exemplo, acerca da orientação sexual, mas em outras, a exemplo do aborto, ainda não conseguiram modificar suas concepções. Também houveram registros que apenas fizeram uma explanação e/ou revisão dos conteúdos estudados no módulo reproduzindo o conceito de gênero, sem apontar ressignificações. A maioria justificou seu posicionamento pelas aprendizagens que recebeu ao longo da vida, embasadas principalmente numa visão cristã.

O acompanhamento das atividades realizadas pelos/as docentes no decorrer do curso revelou que a maioria teve uma educação dicotômica, ou seja, fundamentada dentro de padrões de masculinidades e feminilidades, o que levou muitos/as a reproduzirem tal modelo, visto como natural, na sua vida pessoal e na prática profissional. Também foi possível observar que alguns/mas cursistas apesar de não concordarem e não se identificarem com os papéis sociais estabelecidos para homens e mulheres sofreram diante da pressão social para se encaixarem em um estereótipo de gênero.

A negação das diferenças em nossa sociedade faz com que muitas pessoas não assumam suas identidades. Ao contrário disso, elas se escondem para se protegerem da exclusão presente em vários contextos sociais, onde o/a diferente é tratado/a como anormal, inferior, irregular e inaceitável. Noutra direção, a disciplina Gênero contribuiu para que alguns/mas docentes assumissem suas identidades e desenvolvessem uma autoestima positiva que, de acordo com Freire, é:

Assumir-se como pessoa com individualidade, como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se muitas vezes como objeto. Assumir-se não significa excluir os outros. É o reconhecimento da alteridade do não eu, do outro, que nos permite assumir com radicalidade nosso próprio eu (FREIRE, 2007, p. 41).

Quantos/as docentes escondem sua orientação sexual, por temerem ser motivo de chacotas e exclusão dentro do ambiente de trabalho? O que falta para que essas/as profissionais se assumam e atuem como agentes políticos?

Considera-se por fim que o curso GDE realizado no Estado da Paraíba provocou transformações nas concepções dos/as cursistas, que perceberam a necessidade de mudança nos seus discursos e nas suas práticas, por isso ressaltaram sua importância para a promoção da inclusão, para o respeito à diversidade na escola e, principalmente, para o combate às diversas formas de desigualdades, sobretudo entre homens e mulheres.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 5.ed. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand. Rio de Janeiro, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

CANDAU, Vera Maria, PAULO, Iliana, ANDRADE, Marcelo, LUCINDA, Maria da Consolação, SACAVINO, Susana, AMORIM Viviane. **Educação em direitos humanos e formação de professore (as)**. São Paulo: Cortez, 2013

CARRARA, Sergio, BARRETO, Andreia; ARAUJO, Leila, DACACH Solange, PEREIRA, Maria Elisabete; LEITE, Vanessa (Orgs.). **Gênero e Diversidade na Escola: Trajetórias e repercussões de uma política pública inovadora.** Rio de Janeiro: CEPESC, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GDE/NIPAM. **Relatório parcial do GDE.** João Pessoa: Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero, Universidade Federal da Paraíba, 2014.

KALSING, V. S. S. **Gênero e Diversidade na escola: impactos e mudanças na prática docente.** Fazendo Gênero 10: 2013. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384953181_ARQUIVO_VeraSimoneSchaeferKalsing.pdf. Acesso em: 03/04/2015.

LOURO. Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes, FELIPE, Jane, GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** 9.ed. Petrópolis, Vozes, 2013

MAFALDO, N. M. M.; SILVA, E. M. L. da; BARBOSA, L. C. **Quem sou eu mulher educadora?** Análise de memoriais das cursistas do GDE na Paraíba. Fazendo gênero 9: 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=224&impressao>. Acesso em: 03/04/2015.

MINELLA, Luzinete Simões. CABRAL, Carla Giovana. **Entre olhares e lugares: uma avaliação da formação em gênero e diversidade na escola por tutor@s e cursistas.** In: _____ (Orgs.) Práticas pedagógicas e emancipação: gênero e diversidade na escola. Florianópolis: Ed Mulheres, 2009. págs. 17-38.

ROHDEN, Fabíola. Gênero, sexualidade e raça/etnia: desafios transversais na formação do professor. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39. N. 136. P. 157-174. Jan/abr, 2009.

SILVA, Daiane Lins da, CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mapeando produções científicas sobre uma política de formação de professores (as): gênero e diversidade na escola – GDE.** In: VII Colóquio Internacional de Políticas e Práticas

Curriculares. Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares, 2015. UFPB.
(Arquivo pessoal)

SILVA, S. M. P. da. **Gênero e Sexualidade na Formação Docente Continuada e nos espaços escolares**: uma análise do Curso GDE na UFMA. *Fazendo Gênero* 10: 2013. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386769269_ARQUIVO_SirleneSilva.pdf> Acesso em: 03/04/2015.

GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO

Andréa Pacheco de Mesquita;
Universidade Federal de Alagoas – UFAL;
dandreapacheco@yahoo.com.br;

Maria Olivia da Silva Monteiro
Universidade Federal de Alagoas – UFAL;
olivia-m@bol.com.br

Resumo: O presente texto traz alguns elementos para a discussão da simbiose capitalismo-patriarcado e como são estruturadas as relações de gênero na sociedade capitalista debatendo as consequências para a/o Assistente Social. Dentro desta questão, faz-se necessário aprofundar as questões teóricas, bem como entender o serviço social enquanto uma profissão situada dentro da divisão sexual e social do trabalho. A/o profissional não só trabalha com as questões de gênero expressa nas desigualdades entre homens e mulheres usuárias dos serviços, mas também com as próprias contradições do seu cotidiano de ser mulher, assistente social, trabalhadora e socialmente situada numa relação de subalternidade.

Palavras-chave: Gênero, Patriarcado, Serviço Social, Projeto Ético-Político.

1. Introduzindo o debate

O presente artigo visa realizar uma discussão acerca da importância das questões de gênero no interior da profissão, uma vez que, o nosso Projeto Ético-Político coloca como horizonte a emancipação humana. É impossível pensar a emancipação humana deixando de fora mais da metade da humanidade – as mulheres que historicamente foram negligenciadas de seus direitos sociais, políticos, econômicos e culturais. A lógica androcêntrica da sociedade teve e ainda tem como modelo “um homem universal”, branco, rico, jovem e heterossexual. Colocando de fora do acesso à cidadania todos aqueles que não se encaixem neste modelo, entre eles as mulheres.

É a partir de uma cidadania limitada e que reduz as mulheres a sua condição de mãe e esposa que a história tem deixado de fora as mulheres. É neste processo que as mulheres carregam as marcas de uma “herança da natureza”, o qual impõe às mulheres “deveres biológicos” no âmbito da reprodução para que estas sigam o ciclo esperado para o sexo feminino. É sob estas características “tidas como naturais” que se produz e reproduz o “ser homem” e o “ser mulher” como construções históricas que tem de um lado, uma materialidade (produção econômica) – a divisão sexual do trabalho e de outro uma base cultural (produção ideológica) – relações sociais que se constroem a partir do sexo, definindo o que são “coisas de meninos” e o que são “coisas de meninas”. É nesta construção social que são produzidas e reproduzidas as subjetividades femininas como “um ser que nasceu para os outros” que carrega em si a fragilidade, a intuição, a abnegação, a docilidade, a sensibilidade, o cuidado e por isso tem uma “vocação” para as profissões ditas femininas, porque exigem estas características. E o serviço social surge exigindo este perfil de “uma mãe social” – a cuidadora do povo, preocupada com os pobres, doentes, idosos, crianças.

A pesar de essa ser a imagem do serviço social desde o seu surgimento: uma profissão feminina, o serviço social esteve sempre associado à imagem de sua ligação com as doutrinas religiosas (moralidade da questão social) e sua ligação com a classe burguesa e deixou de lado a sua constituição como uma profissão de e para mulheres. Resgatar o significado do serviço social enquanto uma profissão de e para mulheres é fundamental para que possamos entender as subalternidades da profissão e romper a cegueira de gênero ainda tão presente no cotidiano das assistentes sociais tanto em suas vidas subjetivas, quanto em suas dinâmicas profissionais inscritas na divisão social, técnica e sexual do trabalho.

Neste sentido, pretendo levantar algumas discussões necessárias para que possamos romper esta cegueira de gênero e caminhar na direção do projeto ético-político que define em seus princípios a igualdade, a liberdade, e equidade. O que requer a necessidade de uma aproximação com os movimentos feministas com o objetivo de construir alianças estratégicas na superação das desigualdades de gênero. Ao longo da história estes princípios foram válidos para os homens, contudo as mulheres sempre estiveram de fora, o que levou a um amplo movimento de lutas feministas e de mulheres buscando garantir os direitos humanos das mulheres, ou seja, a igualdade entre os sexos.

2. Surgimento e consolidação do Serviço Social como uma profissão de mulheres e para mulheres

A separação entre o público e o privado foi se materializando a partir das diretrizes definidas pela perspectiva liberal, e que teve contornos bem definidos nas estruturas sociais. Ao longo da história, a mulher foi confinada nos espaços privados, domésticos em que cabia a ela exclusivamente o papel de mãe, esposa e dona de casa e aos homens o papel de provedor, “chefe de família” – que faz deles detentores quase que exclusivos dos espaços públicos (de trabalho e poder). De forma, bastante incipiente as mulheres são chamadas a realizar alguns trabalhos que significam a extensão dos serviços realizados no âmbito doméstico: neste sentido, o cuidado, que deixa de ser exclusivo com os familiares e passa a ser realizado com os doentes, os necessitados, os carentes, os pobres. É sob o reforço de características instituídas como femininas (docilidade, sensibilidade, abnegação, maternidade) que se estrutura o serviço social como uma “profissão feminina” para realizar o “cuidado” com as pessoas necessitadas de nossa sociedade.

A nossa profissão emerge pela necessidade do Estado de implementar políticas sociais para atender de forma imediata e superficial os interesses das classes subalternas como forma de amenizar os conflitos de classe e consequentemente atender a necessidade do capital em controlar a pauperização crescente da força de trabalho. Assim, o serviço social tem sua origem como um ser tricéfalo, ou seja, que tem três cabeças o qual sustentam a sua criação: a igreja, o Estado e a burguesia.

Nesse momento, o Serviço Social ainda é um projeto embrionário de intervenção profissional. Apresenta-se como estratégia de qualificação do laicato da igreja católica que, no contexto do desenvolvimento urbano, vinha ampliando

sua ação caritativa aos mais necessitados, para o desenvolvimento de uma prática ideológica junto aos trabalhadores urbanos e suas famílias. Procura-se, com isso, atender ao imperativo da justiça e da caridade.

É dentro desta perspectiva que o Serviço Social irá se consolidar como uma profissão que tem uma “imagem do feminino”, carregado de fortes traços confessionais e configurando-se no âmbito da “vocação” e missão de “servir ao próximo” numa adequação às funções historicamente atribuídas a mulher.

O Assistente Social deveria assim, ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitada pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotada de tantas outras qualidades inatas [...]: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer, etc. (IAMAMOTO & CARVALHO, 1982, p.221)

Estas características apontam a docilidade, meiguice, compaixão, servidão, convencimento e acolhimento como forma de envolver a classe trabalhadora para controlar os conflitos sociais. Uma profissão diretamente ligada à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, aos pobres de uma maneira geral. A Igreja católica trata a questão social como um problema moral, de desunião entre as classes sociais antagônicas (burguesia e proletariado). Sendo assim, os profissionais relacionam os desajustes sociais como problemas familiares, falta de amor ao próximo e a Deus como é colocado nas Encíclicas *Papais Rerum Novarum*¹ e *Quadragesimo Anno*². Desta forma, o capital se apropria da construção social da mulher para atenuar os conflitos sociais:

As intervenções junto à classe trabalhadora eram realizadas pelas mulheres, que, de acordo com as idealizações correntes, tinham

1 Encíclica divulgada por Leão XIII em 15 de maio de 1891.

2 Encíclica divulgada por Pio XI em 15 de maio de 1931.

a ‘vocação natural’ para as tarefas educativas e caridosas [...]. A mulher   feita para compreender e ajudar. Dotada de grande paciência, ocupa-se eficazmente de seres fracos, das crianças, dos doentes. A sensibilidade torna-a amável e compassiva. (KHIEL apud VELOSO, 2001, p.81)

Essa “feminiza o” do Serviço Social articula-se diretamente com o seu conservadorismo: reforçando e sendo reforçado por ele no intuito de atender aos interesses da classe dominante.

Neste sentido a “questão de gênero” – desigualdade entre homens e mulheres apropriadas pelo capitalismo, além de ser uma das expressões da questão social   também utilizada por ele para enfrentar a questão social através da preserva o da ordem moral e social.

A rela o serviço social e o sexo feminino está diretamente relacionado aos interesses do capital em fundar uma profissão que atenuasse os conflitos sociais, intervindo diretamente na família como forma de disseminar a ideologia capitalista, ou seja, colocar na classe trabalhadora, como diz Martinelli, “o modo burguês de pensar”. Assim esta profissional entraria no mercado de trabalho desempenhando suas fun es tradicionais de mãe e dona de casa. Reforçando um papel historicamente atribuído a mulher como responsável pelo espaço privado, doméstico.

O traço feminino da profissão tem uma clara manifesta o das desigualdades de gênero ao passo que reforça a lógica de que cabe às mulheres desempenhar atividades ligadas   ajuda (assistencialismo) e a educa o da sociedade se revela a idealiza o de uma “voca o natural” da mulher para essas tarefas como forma de manuten o da ordem moral e social como foi defendido na tese apresentada no Congresso do Centro Dom Vital pelo CEAS:

Não somente   justificável a aço feminina social como ainda   indispensável [...] não tem a mulher, na sociedade a missão de educar? Imaginem a restaura o da família sem a coopera o da mulher: a remodela o da mentalidade, de hábitos e de costumes que irão depois influenciar na economia e nas leis do país, tem de ser, toda ela, trabalho de mulher, em qualquer classe da sociedade. (IAMAMOTO & CARVALHO, 1982, p. 172)

Esse caráter doutrinário e ideológico da profissão não são reforça a desigualdade de gênero, mas demonstra a adesão clara ao projeto societário capitalista

assumindo a função de “socializar o modo capitalista de pensar” junto à classe trabalhadora (Martinelli, 2001, p.104).

Como analisa Iamamoto & Carvalho (1982), essa perspectiva de reprodução do controle social e legitimação da estrutura social é a marca da ação profissional das pioneiras do serviço social que pautadas na doutrina social da igreja substitui a análise da realidade e a prática social para enfrentar a questão social por uma apreensão moral dos fenômenos sociais. O que contribui através do discurso da neutralidade, da caridade e da espiritualidade a lógica da utilidade social de servir ao próximo e de fazer o bem obscurecendo a adesão ao projeto da classe dominante.

Percebemos que esta “mística romântica de vocação de servir” (IAMAMOTO & CARVALHO, op cit., p.230) é a base de constituição da questão de gênero que cai como uma luva – no processo de institucionalização do serviço social - aos interesses do grande capital em atenuar os conflitos sociais e preservar os papéis sociais historicamente atribuídos ao sexo feminino e masculino.

Neste sentido, o serviço social foi se constituindo como um espaço profissional feminino, uma vez que ele produz e é produzido pelas desigualdades de gênero reforçando o seu “papel social” a partir de uma prática profissional que é extensão de suas funções domésticas. O que se demandava como “vocação” – fragilidade, abnegação, intuição, docilidade, sensibilidade, cuidado como imagem do feminino nada mais é do que a reprodução de uma subjetividade feminina pautada na lógica de um ser que nasceu para servir aos outros. Esta “vocação” das mulheres está relacionada não as demandas inatas, biológicas e naturais, mas sim os ensinamentos que as mulheres aprenderam ao longo da vida. Há uma construção identitária do ser mulher, condicionada historicamente e socialmente. Como diz Saffioti, “a representação é a subjetivação da objetividade que, na condição de mola propulsora da ação, volta para o mundo da objetividade” (2000, p.74). Ou seja, a materialidade da vida não se separa do seu significado, assim, as “escolhas” profissionais que são realizadas por indivíduos historicamente determinados estão ligadas às construções sociais feitas a partir das relações de gênero.

É neste sentido, que se torna fundamental entender a separação do público versus privado, e analisar o patriarcado como uma categoria fundamental para compreender as relações sociais advindas da sociedade capitalista. Por que é em meio às contradições de um capitalismo que se moderniza e um conservadorismo que se atualiza, reproduzindo velhas formas de dominação de classe, de gênero e de raça/etnia. O que caminha na contramão do nosso projeto ético político.

A nossa tarefa se constitui em dois momentos entrelaçados: resgatar a dívida teórica que o serviço social tem com as discussões sobre mulher, gênero e patriarcado e buscar elucidar as direções para o trabalho com recorte de gênero, que a luz do Projeto Ético Político possa contribuir de forma efetiva para transformar as relações de dominação e opressão que estão presentes no cotidiano profissional e pessoal.

3. As desigualdades de Gênero e o Projeto Ético-Político: encontros e desencontros

O Serviço Social enquanto uma profissão interventiva trabalha com questões imediatas e questões mediatas. Sendo assim, ao passo que ele recebe as demandas imediatas que necessitam de respostas urgentes faz-se necessário o profissional pensar a sua prática para além do imediato, ou seja, transformar as demandas encontradas no cotidiano em projetos de intervenção que ultrapasse aquela realidade posta. Como bem coloca Yasbeck, “No decurso de sua trajetória, o Serviço Social [...] vai construindo referência que expressam sua identidade profissional, derivadas do modo de inserção objetiva da profissão nas relações sociais e de seu modo de pensar e efetivar o exercício profissional” (1999, p.94).

A (o) Assistente Social vai intervir no cotidiano das populações subalternas. Uma prática profissional heterogênea, imediata e superficial. É heterogênea porque é uma prática que vai responder aos fatos, acontecimentos e as mais diferenciadas demandas da classe subalternizada. É imediata por que age em cima de questões urgentes, ou seja, tem que dar respostas aos problemas que acontecem no cotidiano da população. É superficial porque diante de tantas demandas (heterogênea e imediata) acaba por não ir à raiz dos problemas, mais sim buscar soluções urgentes e muitas vezes paliativas para resolver os problemas sociais.

Contudo, é sabido que uma prática profissional não pode ficar restrita as questões imediatas. É necessário transformar essas demandas sociais em demandas profissionais, ou seja, suspender o cotidiano através do processo de reflexão e conhecimento aprofundado das questões para que então possamos desenvolver uma prática profissional comprometida com os (as) usuários (as).

É nesta perspectiva que se estrutura o projeto ético-político que tem como horizonte uma prática profissional articulada a um projeto societário não capitalista. A semente da construção coletiva deste Projeto está no processo de

renovação profissional do Serviço Social, o qual assume a crítica ao caráter conservador da prática profissional no Brasil.

É na década de 1960 que a denúncia do conservadorismo no Serviço Social começava a emergir. Contudo, é na passagem dos anos 1970 e 1980 que esta problematização assume patamares diferenciados, na medida em que coincide com a crise da ditadura militar brasileira – exercida desde abril de 1964.

A primeira metade dos anos de 1970 assistiu a irrupção, na superfície da vida social brasileira, de demandas democráticas e populares largamente reprimidas, as lutas pela democratização do país adquirem visibilidade política, que se gestou o solo histórico, o terreno vivo, e tornou possível uma abrangente, profunda e plural renovação do Serviço Social.

O grande marco histórico do novo período que se abre para o Serviço Social foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS em 1979, conhecido como o “Congresso da Virada”, pelo seu caráter contestador e representativo da vontade política de transformação da profissão e de interferência nos destinos da sociedade brasileira.

Esse Congresso, a princípio, em sua organização nada sugeria de inovador e crítico quanto aos desafios da conjuntura do país, muito embora o seu tema geral fosse: “Serviço Social e Política Social” não propunha nenhuma crítica a realidade social, política, econômica ou cultural do país. Ao contrário, reforçava o poder ditatorial dos militares. O exemplo concreto é a presença na comissão de honra do CBAS, o Presidente da República General João Batista Figueiredo, vários ministros e o Governador de São Paulo Paulo Maluf, todos eles personagens da autocracia burguesa instaurada no Brasil. Porém, a histórica reação do plenário expressou um novo momento e uma nova proposta que as entidades da categoria preconizaram [...] [foram exigidos] várias e significativas mudanças na condução e dinâmica dos trabalhos do CBAS, a partir da discussão do equívoco e autoritarismo da comissão organizadora com ampla e vibrante adesão dos Assistentes Sociais participantes [...]. Este evento foi de grande importância pelo ato simbólico que destituiu a Comissão de Honra do Congresso, que na verdade, segundo as participantes só desonrava pelo fato de contar com a presença de autoridades do regime militar.

Se no terreno da luta política, a “virada” de 1979 foi decisiva, o acúmulo das reflexões e processos investigativos sobre a formação profissional, impulsionadas pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social - ABESS (hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS) culminaram na aprovação do currículo de 1982. Esta aprovação firmou teoricamente

as exigências do novo perfil profissional da (o) Assistente Social. Houve a partir de então, um intenso crescimento acadêmico no Serviço Social, com grande investimento na qualificação dos cursos de graduação, na ampliação da pós-graduação, da pesquisa e da produção científica e editorial.

Desta forma, foram estes os principais componentes que, a partir da quebra do quase monopólio do conservadorismo na profissão, conjugaram para propiciar a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social no Brasil.

O Código de 1993 coroa o processo de construção do Projeto Ético-Político, uma vez que ele é resultado de um amplo processo de discussão timidamente iniciado na década de 1960. Para sintetizar o Projeto Ético-Político podemos afirmar nas palavras de lamamoto, que “trata-se [...] de um projeto profissional indissociável da democracia, da equidade, da liberdade, da defesa do trabalho, dos direitos sociais e humanos, contestando discriminações de todas as ordens” (1999, p.12).

Este Código tem como Princípios Fundamentais:

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; **Defesa intransigente dos direitos humanos** e recusa do arbítrio e do autoritarismo; **Ampliação e consolidação da cidadania**, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; **Defesa do aprofundamento da democracia**, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; **Posicionamento em favor da equidade e justiça social**, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; **Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito** incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; **Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária**, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero; **Exercício profissional sem ser discriminado**, nem discriminar por questões de inserção de **classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física**. (Código de Ética Profissional, 1993)

Ao apontar a não discriminação por gênero, opção sexual o Código de Ética coloca os pilares para uma ação profissional que não caia no reducionismo econômico e compreenda que as relações de gênero são também fundantes do ser social. Portanto, pensar a efetivação desses princípios só é possível com a igualdade de gênero. E a luta por essa igualdade requer o entendimento de que a desigualdade entre homens e mulheres é fruto de uma construção social baseada na sociedade patriarcal. Foi uma naturalização história e social que transformou as diferenças biológicas/ físicas em diferenças sociais (restrição de direitos para as mulheres e ampliação de direitos para os homens).

Ao passo que se entende, que essa lógica da desigualdade de gênero é histórica e social é preciso desnaturalizá-la. Ou seja, é necessário desconstruir valores e concepções que historicamente mulheres e homens aprendem e apreendem no processo de sociabilidade nas diversas instituições sociais como família, escola, igreja, mídia, partidos políticos etc. É necessário denunciar e deslegitimar o consentimento social das desigualdades entre mulheres e homens. Vale ressaltar que esse “consentimento” é efetivado pelos indivíduos, mas é elaborado e reelaborado cotidianamente pela sociedade ao determinar os papéis sociais de homens e mulheres e fortalecer a lógica da supremacia masculina e da submissão feminina.

Sendo assim, ao passo que o projeto ético político sinaliza a igualdade entre as classes sociais se faz necessário e urgente também a defesa intransigente da igualdade de gênero, para não cairmos num reducionismo econômico e acharmos que a mudança no modo de produção automaticamente irá propiciar a mudança no modo de reprodução social. A luta pela emancipação humana deve ser permeada pela luta pela emancipação das mulheres, dos negros (as), dos índios (as). Enfim a construção de uma nova sociedade deve começar também com a construção de sujeitos transformando os valores, os conceitos e os pré-conceitos ditos hegemônicos que se baseiam no sujeito universal: o homem, branco, rico e heterossexual.

Contudo, é importante ressaltar o quanto ainda carregamos, uma “herança” de um fazer profissional moralizador, positivista, fenomenológico traços fundadores de nossa profissão. É por isso, que cabe a/o Assistente Social a tarefa política e teórica de entender as particularidades de gênero para fundamentar a sua intervenção na realidade pautada no Código de Ética, do Projeto Ético Político e da Lei de Regulamentação da Profissão.

Considerações Finais

O Serviço Social apresenta três marcas fundamentais que acompanham desde a sua trajetória até os dias atuais: sua relação com as doutrinas religiosas (aqui no Brasil com a religião católica), a sua relação com a classe burguesa e a sua constituição enquanto uma profissão de mulher e para mulheres³. Neste sentido, é fundamental essa compreensão para que possamos construir uma profissão orquestrada com o nosso Projeto Ético-Político, rompendo com as barreiras do patriarcado, do capitalismo, do racismo e da heteronormatividade.

Ainda são poucos os estudos de gênero em nossa profissão o que acaba reproduzindo um saber androcêntrico e pouco contribuindo para a problematização da imagem do serviço social como uma profissão de mulheres e para mulheres. Desvelar o significado destes marcadores é fundamental para entender as relações sociais entre os sexos e a divisão sexual do trabalho as quais estamos imersos cotidianamente. Assim, é inegável a contribuição da problematização da categoria gênero para as/os assistentes sociais em seu fazer cotidiano. Para Cisne, “as relações de gênero compõem uma das mediações constitutivas do ser social e da realidade. Sem o seu entendimento não se compreende as relações sociais em uma perspectiva de totalidade”, ou seja, sem compreender as relações e hierarquias de gênero “as respostas para as demandas sociais à profissão ficariam prejudicadas, já que desvelar a realidade é um desafio primário para a profissão intervir qualitativamente” (2015, 144)

Pensar uma prática profissional na perspectiva da igualdade de gênero é, dar materialidade ao Projeto Ético Político do Serviço Social e esse é um desafio que se coloca em nossa travessia profissional recheada de equívocos e possibilidades. O primeiro equívoco é a incorporação imediata da concepção de espaço contraditório: a ideia de que pelo simples fato de estar atuando num determinado espaço ele é contraditório em si. O espaço pode ser contraditório ou não a depender da direção de nossas ações. Ele pode reforçar a lógica dominante ou pode se contrapor com ações que visem a perspectiva da classe trabalhadora, que caminhe na perspectiva de ampliação de direitos

3 Aspecto pouco analisado ao longo da história da nossa profissão. Se no final da década de 1980 a Elisabeth Souza-Lobo precisou afirmar que a classe operária tem dois sexos para que fosse possível compreender que as relações de sexo também são fundantes das relações sociais, ainda hoje ano 2016, quase 80 anos de serviço social no Brasil, precisamos afirmar que o Assistente Social tem gênero, é mulher e ao afirmar isso precisamos também analisar o significado deste marcador social em nossa profissão.

dentro desta sociabilidade capitalista e que tenha como horizonte a emancipação humana, o que pressupõe a emancipação feminina. Ou seja, não é fato ser mulher que automaticamente nos coloca ao lado da luta das mulheres, mas a nossa percepção enquanto “sujeito” político do feminismo que para além da condição de classe possa ver o/a usuário/a em sua totalidade compreendendo que ele tem sexo e que este sexo também impõe relações de poder, dominação e exploração.

Outro equivoco é a velha concepção positivista de método. Em que proclama que “Na prática a teoria é outra” e desta forma, não estabelece as mediações entre o que é ensinado nas teorias e o que é vivenciado no cotidiano profissional. E assume uma perspectiva ainda remanescente do tomismo e neotomismo do ver – jogar e agir, seguindo a máxima de que se der certo vai repetindo, sem uma suspensão do cotidiano, sem uma reflexão crítica da realidade. E acabam caindo num metodologismo, numa busca compulsiva do como fazer, de achar “receitas”, respostas prontas e acabadas para encaixar as demandas da realidade.

Este equívoco acontece porque a/o Assistente Social não se vê como uma/ um intelectual e assume uma postura que separa a dimensão técnica da intelectual. Toda ação profissional requer uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para que possa apreender criticamente o processo histórico como totalidade, como bem analisa Iamamoto (1992, p.179),

[...] são fundamentais ao indicar que “a questão teórico-metodológica diz respeito ao modo de ler, de interpretar, de explicar essa sociedade e os fenômenos particulares que a constituem”. Isso não se concretiza a partir de uma “opção político-moral, mas supõe uma formação que exige competência teórica”.

A/o assistente social ao trabalhar com as políticas sociais no cotidiano profissional assume um caráter de resiliência, de aderir a tudo que é necessário – o “profissional borracha”, que dá conta de todas as demandas sem uma reflexão crítica: o fazer por fazer, o pragmatismo! E cai na limitação de ter o direito como horizonte. Contudo, os direitos sociais, políticos, econômicos, culturais devem ser meios estratégicos para a sobrevivência das classes subalternas na sociedade atual e também o caminho para o fortalecimento da luta pela emancipação humana, que deve ser o horizonte. Essa luta pra assegurar e ampliar direitos se dá nos marcos da sociedade burguesa, mas não se pode perder de vista que o objetivo central é a luta para exterminar esse modelo societário.

Neste sentido, é necessário uma/um assistente social que ao incorporar o Projeto Ético Político possa:

- Contribuir para as mudanças de concepção - na profissão e na sociedade - com relação ao que é necessário para o enfrentamento da questão social e fundamentalmente das desigualdades de gênero; - Compreender que as desigualdades entre as classes, os gêneros e as raças/etnias devem ser enfrentadas com teoria e para isso é importante leituras, capacitações e debates a cerca do patriarcado, das relações de gênero;
- Enfrentar as opressões e dominações de gênero com as legislações que asseguram os direitos das mulheres, com propostas concretas de políticas públicas para as mulheres contribuindo para a mudança de suas condições de vida e de trabalho e não somente com acolhimento e humanização do atendimento tão presente no discurso conservador e neoconservador; - Enfrentar o patriarcado é atuar sobre estruturas perversas e contraditórias que modelam a sociedade burguesa e não sobre indivíduos isolados, comportamentos, consequências, ideias e representações sociais para não cair numa perspectiva reatualizada da culpabilização dos indivíduos; - Contribuir para a transformação dos espaços institucionais e dos espaços de trabalho em espaços públicos onde as usuárias possam participar do controle social (gestão, serviços, etc.) e da ampliação dos seus direitos. Incentivar a criação dos conselhos de defesas dos direitos das mulheres e de espaços de atendimento as mulheres em condições de vulnerabilidade; - Criar e dinamizar espaços coletivos de discussões acerca dos direitos das mulheres e democratizar as informações e conhecimentos necessários a uma análise crítica de como o patriarcado está presente na vida das mulheres e homens. Espaços que, a partir de uma prática reflexiva e crítica, contribuam para a transformação de informações em conhecimento e consequentemente em fundamentação para a luta em defesa da igualdade de gênero; - Romper com uma visão endógena do serviço social e compreender os determinantes sociais, econômicos, políticos e culturais que foram protagonistas da constituição de uma profissão historicamente feminina. É fundamental a assistente social se perceber como mulher e trabalhadora

e conseqüentemente compreender a lógica capitalista e patriarcal que incide sobre as usuárias e sobre ela mesma; - Implementar políticas sociais que possam ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar possibilidades e realizar os recortes de gênero e de raça/etnia; - Evitar posturas fatalistas que aprisionam as mulheres nas grades da institucionalidade ou do tradicionalismo, bem como não cair numa visão messiânica do fazer profissional. Ter como horizonte o projeto feminista de igualdade entre os sexos é um dever ético e não uma opção que se situa no terreno da moral. Não reduzir o Código de Ética a uma norma ou uma disciplina;

O que proponho acima não são modelos e sim direções a partir da teoria crítica de se pensar uma ação profissional que tenha como objetivo o enfrentamento não só das desigualdades de classe, mas também das desigualdades de gênero. Para tanto, é imprescindível que a/o Assistente Social seja versado no instrumental teórico, metodológico, ético, político, técnico e operativo, capaz de fundamentar as ações profissionais nos espaços de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa, ação direta, estimulando a participação das/os usuárias/os na formulação, gestão e avaliação de programas e serviços sociais de qualidade e que perpassem pela emancipação das mulheres e visando à emancipação humana. Para isso é imprescindível romper o “complexo de Alice no país das maravilhas” a qual passa o tempo todo se perguntando pra onde deve ir e que caminho deve seguir. A direção é o Projeto Ético Político, contudo, as ações irão ser definidas a partir do movimento do próprio real.

Neste sentido, é urgente conhecer, estudar e analisar as demais dimensões da questão social, entre elas o gênero, raça/etnia e sexualidade. Primeiro porque estas dimensões interferem diretamente na qualidade do trabalho profissional e segundo porque é o caminho para buscar respostas para as diversas problemáticas que inquietam e desafiam as/os profissionais. Como diz Beauvoir, “toda opressão gera um estado de guerra”, é nesta direção que precisamos entender nosso fazer profissional como um constante estado de guerra pela emancipação humana e esta guerra se faz contra o patriarcado, o capitalismo, o machismo, o sexismo, o racismo e a heteronormatividade compulsória.

Referências

CFESS. CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL. 1993.

CISNE, Mirla. *Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

IAMAMOTO, M. & CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1982.

MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 2001.

SAFFIOTI, Helieth I. B. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? *Crítica Marxista*. São Paulo: n. 11, Out. de 2000.

SIMIONATO, Ivete. Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social. *Temporalis*. Brasília: ABEPSS, Graflin. Jul – Dez, 2004.

VELOSO, R. No Caminho de uma reflexão sobre Serviço Social e Gênero. *In: Revista Praia Vermelha*. Estudo de Política e Teoria Social. V. 2, N 4. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes Subalternas e Assistência Social*. 2. ed. – São Paulo: Cortez, 1999.

BIOLOGIA E FORMAÇÃO DOCENTE: UM CASO DE FEMINILIZAÇÃO E ANDROCENTRISMO¹

Ângela Maria Freire de Lima e Souza

Resumo

O artigo discute a marcante presença feminina em cursos de Biologia numa perspectiva de gênero. Começa por fazer a distinção entre feminilização e feminização, apontando que a presença feminina em Biologia pode ser definida como um caso de feminilização, dado o sentido quantitativo do termo, em detrimento do aspecto qualitativo associado ao processo de feminização. Destaca ainda, a partir da análise dos Projetos Políticos Pedagógicos de dois cursos da cidade de Salvador - Bahia, a formação de biólogos e biólogas através de cursos com inspiração epistemológica positivista e modelos de currículo tecnicista e conteudista, em que reflexões sobre questões metodológicas e éticas na pesquisa estão ausentes, assim como aspectos relacionados ao corpo, à sexualidade e ao gênero jamais são discutidos, com vistas a uma atuação docente consciente e respeitosa frente à diversidade sexual e de gênero. Conclui chamando a atenção para a “cegueira de gênero”, que contribui para a disseminação de estereótipos que hierarquizam as diferenças entre homens e mulheres e reforçam a violência simbólica contra as mulheres.

1 Parte deste artigo foi originalmente apresentada no II Simpósio Gênero e Diálogos Interdisciplinares: políticas e legislações para Mulheres na América Latina (11 a 13 de novembro de 2013, UnB - DF).

As reflexões que apresento neste texto se construíram a partir de uma longa carreira de magistério em um Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, ou seja, de formação de docentes de Biologia e, posteriormente, por conta de minha filiação aos Estudos Feministas e de Gênero, no Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBA. Motivada por este engajamento e percebendo a forte presença feminina no curso em que atuava como professora de Biologia Celular e Molecular, uma importante consideração é necessária e urgente: trata-se de uma distinção entre feminização e feminilização (Yannoulas, 2011, p.271): embora estes termos sejam muitas vezes utilizados indistintamente, devem ser objeto de distinção do ponto de vista científico, dada a importância que tem certas considerações de natureza quantitativa e/ou qualitativa, do ponto de vista teórico, a respeito da presença feminina nos diferentes campos da atividade humana. Para a autora, é necessária uma distinção de significados diferentes do fenômeno, que ela dispõe da seguinte maneira:

Significado quantitativo (que para efeitos de distinção denominaremos feminilização): refere-se ao aumento do peso relativo do sexo feminino na composição da mão de obra em um determinado tipo de ocupação;

Significado qualitativo (que denominaremos de feminização propriamente dita): refere-se às transformações em um determinado tipo de ocupação, vinculadas à imagem simbólica do feminino predominante na época ou na cultura especificamente analisadas. Essa imagem pode implicar uma mudança no significado da profissão. (YANNOULAS, 2011, p. 283)

No caso da Biologia, as mulheres são maioria: os dados do CNPq de 2012, já mostravam, por exemplo, que na área das Ciências Biológicas, as mulheres já representavam 61 % das bolsas de pesquisa distribuídas no país.² No Conselho Regional de Biologia, 5ª, Região, que abrange todos os Estados do Nordeste, entre os 9.037 inscritos, 5.766 são mulheres, representando 63,80 do total. Na Bahia, as mulheres já representam 66,75% do total de profissionais registrados no Conselho.³ Os dados encontrados são consistentes, revelando uma relevante vantagem numérica das mulheres no campo. O que vale investigar é se esta

2 Fonte: CNPq/AEI

3 Fonte: CRBIO secção Bahia, 17/10/2013

vantagem numérica se reflete em alterações nas relações de poder, em aspectos epistemológicos ou ainda em discussões sobre pesquisa de temas de interesse das mulheres e que tenham repercussão efetiva em suas vidas.

Quando concluí o estudo que resultou na minha tese de doutorado⁴, me deparei com uma realidade intrigante: entre as mulheres, numerosas no campo do conhecimento, aquelas que se consideravam bem sucedidas na carreira científica “mimetizavam” o comportamento de seus colegas homens, de modo que se àquela época eu tivesse conhecimento dos termos acima referidos, eu teria afirmado que houve, pelo menos no contexto da minha investigação, um processo de feminilização da profissão de biólogo, mas dificilmente se poderia reconhecer uma feminização, a partir do que se observava naquele contexto. No que se refere ao magistério de Biologia, a percepção não é diferente (LIMA E SOUZA, 2008; 2011)

Transcorridos mais de dez anos desde a conclusão daquele estudo, continuo interessada na presença feminina nesta profissão que, a despeito de um certo desconhecimento da sociedade em geral sobre seus modos de produção do conhecimento e mesmo dos seus produtos, se afirma como uma das mais importantes áreas de atuação científica no mundo contemporâneo, dado o impacto cada vez mais potente de suas descobertas e novas tecnologias sobre a vida das populações humanas ou não. É nesta perspectiva que amplio o meu olhar sobre as mulheres biólogas, não apenas as pesquisadoras, mas as docentes e outras que atuam em diferentes contextos profissionais.

A profissão de biólogo, que foi regulamentada a 03 de setembro de 1979, data em que foi sancionada a Lei n.º 6.684, pelo então Presidente da República João Baptista Figueiredo; na mesma oportunidade se criou o Conselho Federal de Biologia - CFBio - e os Conselhos Regionais de Biologia – CRBios, caracterizados como autarquia federal, com personalidade jurídica de direito público. As atividades profissionais do Biólogo são regulamentadas pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983 e pela Resolução CFBio nº 10, de 05 de julho de 2003, e incluem:

1. Formulação, elaboração, supervisão, coordenação e orientação de estudos, projetos ou pesquisas científicas básicas e aplicadas, nos vários setores da Biologia ou a ela ligados.

4 LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima e. **As armas de Marte no espelho de Vênus** – a marca do gênero em Ciências Biológicas. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador.

2. Execução de análises laboratoriais para fins de diagnóstico, perícia, fiscalização, docência, estudos e projetos de pesquisa.
3. Prestação de consultorias e assessorias técnicas, dentro de sua área de atuação/especialidade.
4. Emissão de laudos e pareceres técnicos, dentro de sua área de atuação/especialidade.
5. Realização de perícias e fiscalização, de acordo com o currículo efetivamente realizado.
6. Atuação como responsável técnico, dentro de suas respectivas áreas de atuação.
7. Atuação no ensino formal (níveis fundamental, médio e superior) e informal (educação ambiental).
8. Ocupação de cargos técnico-administrativos em empresas, fundações, sociedades e associações de classe, entidades autárquicas, privadas ou do Poder Público, no âmbito de sua especialidade;

Entre as oito atribuições definidas oficialmente pelo órgão regulador da profissão, elencadas acima, destaco a primeira e a sétima, que se referem especificamente à pesquisa e ao ensino da biologia, respectivamente. Tal destaque se justifica pela constatação na prática que a esmagadora maioria de biólogas e biólogos se ocupam do ensino e, quando nas instituições de Ensino Superior ou em algumas outras raras instituições, da pesquisa científica, em suas diferentes e variadíssimas possibilidades, dada a complexidade do seu objeto de estudo, a vida.

Algumas poucas considerações acerca da formação dos profissionais da Biologia se fazem necessárias, porque aí residem as matrizes que configurarão as posturas profissionais e fundamentalmente, o modo de perceber não apenas o mundo vivo em sua concepção puramente biológica, mas também as inserções desse modo de pensar no meio social, nas relações interpessoais e especialmente profissionais, se pensarmos especificamente na docência.

A formação

A formação de biólogos e biólogas começa de fato durante o curso de graduação. Homens e mulheres são treinados em tarefas cotidianas que lhes permitam o acesso ao mundo da Biologia que, como uma Ciência, se configura como um espaço de poder, especialmente ocupado por homens; também

mergulham de modo sistematizado no estudo da Biologia ou de um conjunto de conhecimentos correlatos, que aparecem na forma de teorias, leis, fórmulas e dogmas, bem como procedimentos e rituais próprios daquele conjunto de saberes. Pode-se dizer, então, que a compreensão dos comportamentos assimilados pelos indivíduos que se pretendem biólogos exige a análise crítica do processo de sua formação, o que pode significar a análise do currículo, entendido como processo, marcadamente ideológico, definido em relações de poder, uma vez que selecionar temas a partir do critério de “relevância”, isto é, o que é imprescindível e o que seria descartável, é uma operação de poder (SILVA, 2001).

O quadro que se segue apresenta um dado interessante⁵; Considerando apenas o Estado da Bahia, existem 67 cursos de formação de biólogos⁶.

Instituição	Licenciatura	Bacharelado	Totais
UFBA	05	05	10
UNIVERSO	01	-	01
UEFS	01	01	02
UESB	08	06	14
FAMEC	01	-	01
UNIJORGE	01	01	02
FTC/SSA	-	01	01
AGES	01	-	01
FAS	01	-	01
FARRP	01	-	01
UESC	01	01	02
UNEB	27	-	27
UCSAL	01	01	02
UFRB	01	01	02
TOTAIS	50	17	67

Uma primeira abordagem do quadro já aponta dados muito relevantes: do total de 67 cursos, 50 são licenciaturas e apenas seis das IES elencadas oferecem a habilitação de bacharelado, que somam 17 cursos no nosso Estado. Um estudo aprofundado sobre a inspiração epistemológica e o modelo de currículo de cada um desses cursos, extremamente desejável do ponto de vista dos Estudos de Gênero no campo da Educação, exigiria a análise do Projeto Político

5 Fonte: <http://emec.mec.gov.br/emec/nova#avancada>

6 <http://emec.mec.gov.br/emec/nova#avancada>

Pedagógico de cada um em particular, o que se configura como um trabalho bastante difícil, considerando as dificuldades inerentes ao processo, como, por exemplo, a definição clara das categorias de análise a serem utilizadas; soma-se a esta dificuldade o próprio acesso aos documentos, nem sempre disponibilizados pelas instituições.

Até o momento, acessamos alguns poucos PPPs, sendo que elegemos, para este artigo, uma breve análise do documento que norteia um curso de Ciências Biológicas de uma Universidade Pública – a UFBA - e de um outro, referente a uma instituição de ensino superior privada.

O Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal da Bahia foi criado no início da década de 70 em substituição ao Curso de História Natural por ocasião da Reforma Universitária (Lei 5540/68). A princípio, a proposta era criar um curso de Licenciatura para formar professores de Biologia para o ensino médio, nos moldes como vinha fazendo o curso de História Natural, incorporando os novos conhecimentos no campo da Biologia que, àquela altura, já se configurava como “a ciência do futuro”, uma vez que as conquistas na área da Genética, a partir das descobertas nas décadas de 50 e 60, despertavam enorme interesse no ambiente acadêmico e na sociedade. A nova denominação do curso seguiu a tendência em nível nacional, que privilegiava a abrangência da Biologia em seus diversos ramos; a matriz curricular contemplava as matérias definidas pelo Conselho Federal de Educação como matérias de Currículo Mínimo, Complementares Obrigatórias, Complementares Optativas e Eletivas, distribuindo-se em disciplinas específicas de Biologia e aquelas da área de Educação, com vistas à formação de professores.

Configurado desse modo, o curso passou toda a década de 70 até meados dos anos 80 do século XX formando professores de Biologia, em sua esmagadora maioria, mulheres.

Desde sua criação, o curso passou por dois momentos de reestruturação: o primeiro teve como objeto a reforma da Licenciatura, aprovada pela Câmara de Graduação da Universidade Federal da Bahia, em 06/09/1983. No texto do projeto (UFBA, 1983, p.5), apresentou-se como justificativa para a alteração do currículo:

Tendo em vista a regulamentação da profissão de Biólogo (Lei 6684/79) tornou-se urgente a reformulação do currículo de Licenciatura, visando atender às reais aspirações dos que desejam se dedicar à nobre tarefa de ensinar ou pesquisar na área da Biologia

[...] O currículo de Ciências Biológicas deve ser o mais sólido e abrangente possível de modo a formar profissionais especializados, que irão naturalmente competir em condições de superioridade, com profissionais de outras áreas, no restrito mercado de trabalho [...] Tem por finalidade torná-lo adequado à realidade atual do ensino, permitindo ao licenciado não só desempenhar atividades docentes como também exercer as atividades profissionais permitidas pela lei.

O texto revela as implicações políticas e sociais da reforma curricular. O currículo aparece como instrumento de luta pelo mercado de trabalho, àquela altura ameaçado por outros profissionais de saúde que também se dedicavam ao ensino da Biologia, como médicos, farmacêuticos, odontólogos e outros. A “solidez” e a “abrangência” significava, na prática, a ênfase em conteúdos específicos e cada vez mais detalhados, o que faria e faz a diferença entre os biólogos e outros profissionais. O modelo tecnicista se impôs então, como forma de preparar pessoas treinadas para o exercício de uma profissão, capaz de exibirem domínio de conteúdos e habilidades específicas, muitas vezes em detrimento de uma formação humanista, que daria conta de fundamentos filosóficos e epistemológicos, essenciais ao trabalho docente. A nobreza do exercício do magistério aparece no texto do projeto de reforma curricular associada à Biologia, revelando a aura da pretensa superioridade própria das Ciências Naturais sobre outras áreas de conhecimento. A matriz curricular e as ementas das disciplinas exibiam a “dureza” da Ciência, a fragmentação do conhecimento em disciplinas estanques, configurando-se assim a inserção da proposta do novo currículo no “paradigma da simplicidade” (MORIN, 2000). Analisando o texto numa perspectiva de gênero, é notável a noção de competição, de hierarquia e mesmo de dominação tão característica do pensamento androcêntrico. A este respeito, afirma Silva (2001, p. 94):

O currículo oficial valoriza a separação entre sujeito e conhecimento, o domínio e o controle, a racionalidade e a lógica, a ciência e a técnica, o individualismo e a competição. Todas essas características refletem as experiências e os interesses masculinos, desvalorizando em troca as estreitas conexões entre quem conhece e o que é conhecido, a importância das ligações pessoais, a intuição e o pensamento divergente, as artes e a estética, o comunitarismo

e a cooperação – características que estão todas ligadas às experiências e aos interesses das mulheres.

Apesar de eminentemente feminino, visto se tratar de um curso de Licenciatura, a descrição dos profissionais parece retratar os homens.

Do ponto de vista teórico-filosófico, a reforma da Licenciatura se configurou como uma mera atualização do currículo aos novos conhecimentos recém-conquistados dentro das Ciências Biológicas; algumas disciplinas foram desmembradas em duas, como é o caso de Genética e Evolução, que originou as disciplinas Genética I e Genética II. As disciplinas específicas da área de Educação sofreram algumas modificações, que não repercutiram significativamente na formação do biólogo licenciado.

Uma questão que continua se impondo desde essas reformas é que, ao tempo em que forma novos biólogos bem treinados e conscientes da importância do seu trabalho para a sociedade, os cursos não tem enfatizado discussões sobre a Ciência como produto da cultura e a ela atrelado em termos de seus produtos e suas pretensas verdades. Neste sentido, os avanços da teoria feminista no campo da epistemologia, tão evidenciados em outros centros acadêmicos do mundo, não se constituem em temas de análise contemplados nas abordagens curriculares do Curso em estudo. Em consequência, é de se esperar, no âmbito do curso, a reprodução assimetrias de gênero comuns à sociedade contemporânea.

Do ponto de vista teórico, os princípios básicos norteadores das propostas curriculares se baseiam em aspectos como: ensino / aprendizagem, avaliação, metodologia, planejamento, eficácia e eficiência, etc, que se enquadram em teorias tradicionais do currículo, em oposição às teorias críticas e pós-críticas. Por outro lado, as teorias críticas operam com categorias mencionadas anteriormente tais como: ideologia, reprodução cultural e social, poder, classe social, capitalismo, relações sociais de produção, conscientização, emancipação e liberação, currículo oculto e resistência, e as teorias pós-críticas, com as categorias identidade, alteridade, diferença, subjetividade, significação e discurso, saber-poder, representação, cultura, gênero, raça, etnia, sexualidade, multiculturalismo. (SILVA, 2001).

Neste sentido, embora tenham muito claras, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Ciências Biológicas, certas orientações mais voltadas para uma maior flexibilização curricular ao mesmo tempo em que se sugere uma abertura para outras formas de ver o mundo, os projetos pedagógicos dos

cursos continuam se caracterizando dentro do modelo tecnicista, na medida em que enfatizam o conhecimento técnico para a formação do profissional capacitado a atuar no mundo do trabalho, exibindo habilidades especializadas, em detrimento de outras habilidades, competências e atitudes humanistas, voltadas para a formação integral do indivíduo. Perde-se assim de vista a importância do currículo na construção das identidades. Como afirma Goodson (1995, p. 10):

Diferentes currículos produzem diferentes pessoas, mas naturalmente essas diferenças não são meras diferenças individuais, mas diferenças sociais, ligadas à classe, à raça, ao gênero [...] Nessa perspectiva, o currículo deve ser visto não apenas como a *expressão* ou a *representação* ou o *reflexo* de interesses sociais determinados, mas também como produzindo identidades e subjetividades sociais determinadas. O currículo não apenas *representa*, ele *faz*. É preciso reconhecer que a inclusão ou a exclusão no currículo tem conexões com a inclusão ou exclusão social.

Este pensamento está em consonância com os princípios teóricos feministas que enfatizam a importância da escola na afirmação de aspectos essenciais da subjetividade humana, em especial, a consciência de sua identidade de gênero. A ideia da importância do currículo como agente construtor de identidades, reforça a utilização do gênero como categoria de análise de currículos, especialmente daqueles que pretendem formar profissionais que deveriam, conscientemente, minimizar as assimetrias geradas pela sociedade que tendem a dificultar a expressão das múltiplas potencialidades da pessoa humana.

A partir do primeiro semestre de 2011, para atender às recomendações das respectivas Diretrizes Curriculares nacionais, a Licenciatura e o Bacharelado de Ciências Biológicas da UFBA sofreram adaptações que não alteraram, na nossa perspectiva, a inspiração epistemológica do curso original nem mudaram significativamente o seu modelo de currículo, como se pode ver nas citações abaixo, disponíveis no site da instituição:

A habilitação **Licenciatura em Ciências Biológicas**, destinada à formação de professores de Biologia para o Ensino Médio, está pautada em um currículo que prevê o domínio de conteúdos específicos nas diversas áreas do campo da Biologia e em Educação, de modo a permitir o exercício competente do magistério. A formação

de cidadãos conscientes e comprometidos com a vida é uma exigência da sociedade frente à inquestionável relevância de questões relativas às Ciências Biológicas.⁷

O Bacharel é habilitado para atuar em atividades técnicas e científicas, atendendo as competências legais, em diversos setores ligados à área das Ciências Biológicas. Em se tratando do **Bacharelado de Zoologia – Organismos Aquáticos**, a capacitação permite atuar nos vários setores ligados à Produção Aquática, nas áreas estuarinas, marinhas e dulciaquícolas. A integralização curricular prevê o cumprimento de 3.556 horas e 144 créditos. A modalidade **Ecologia - Recursos Ambientais** habilita o Bacharel em Ciências Biológicas para atuar em diversos campos ligados à Ecologia, incluindo a Ecologia Teórica, Ecologia dos Ecossistemas e a Ecologia Aplicada, envolvendo as questões de Gestão Ambiental. São requeridas 3.556 horas e 144 créditos para o atendimento da grade curricular.⁸

Embora não seja objetivo deste artigo uma discussão aprofundada do PPP de nenhuma das instituições, é interessante destacar um trecho do documento em pauta, referente a uma instituição de ensino superior privado, que oferece apenas a modalidade de Bacharelado no curso de Ciências Biológicas e que define como objetivo geral do curso:

A formação de biólogos com domínio técnico-científico e capacidade crítica para atuar eticamente nas áreas inerentes às Ciências Biológicas em atendimento às demandas da sociedade, com vistas a desenvolver a ciência e a tecnologia (PPP 2010, p. 7)

O objetivo descrito parece mais flexível e escapar um pouco do modelo curricular tecnicista, mas o discurso utilizado, baseado em expressões como “domínio técnico-científico” e atendimento a demandas da sociedade” revela características do modelo citado, numa perspectiva conteudista e utilitarista do processo de formação profissional. Em outro trecho do documento, pode-se

7 Disponível em <https://twiki.ufba.br/twiki/bin/view/Biologia/GradLicenciatura>, acessado em maio de 2014

8 Disponível em <https://twiki.ufba.br/twiki/bin/view/Biologia/GradBacharelado>, acessado em maio de 2014

perceber a mesma orientação, embora o discurso apareça com uma roupagem mais humanista e holística:

O profissional formado pelo curso de Ciências Biológicas [...] deverá ser capaz de compreender a estrutura e a dinâmica dos seres vivos, suas inter-relações e interações com o meio, desenvolvendo as suas atividades nas diversas áreas atuais e potenciais de atuação dos biólogos, de acordo com a legislação em vigor, com criatividade, cooperação, contextualização e capacidade crítica, com vista a atender as necessidades sociais, políticas, econômicas, ambientais e humanísticas, compreendendo a necessidade da continuidade do seu processo de formação e informação. (PPP, 2010, p. 11)

O que se vê, na prática, está ainda distante desta recomendação. Estudos recentes realizados no contexto do ensino de Biologia no Ensino Médio apontam aspectos interessantes no que diz respeito a “atender as necessidades sociais, políticas, econômicas, ambientais e humanísticas”; por exemplo, o estudo de Pinho (2014) revela a leitura e a adoção acrítica, por parte dos professores e professoras, de livros didáticos de Biologia, repletos de mensagens sexistas e assimetrias de gênero, bem como de silenciamento sobre a contribuição de mulheres cientistas para o avanço da Biologia. Andrade (2011) revela o determinismo biológico no discurso e práticas curriculares de docentes de Biologia, cujos desdobramentos sociais são muito significativos, especialmente por servir para justificar posições racistas e sexistas. Em um estudo sobre um curso de Ciências Biológicas no Nordeste brasileiro, SIQUEIRA (2015) revela um currículo que não utiliza categorias como gênero, raça/etnia, geração, entre outras, não contribuindo deste modo para a formação de profissionais comprometidos socialmente. Aponta ainda que A cegueira de gênero contribui para a disseminação de estereótipos que hierarquizam as diferenças entre homens e mulheres e reforçam a violência simbólica contra as mulheres.

É também extremamente preocupante a ausência de discussões sobre aspectos éticos e implicações sociais sobre a produção de conhecimento em Biologia nos cursos de formação de pesquisadores na área, conforme temos percebido ao longo dos anos. Faz-se necessária, portanto, uma reflexão consistente sobre a importância do uso de certas categorias sociais para se construir Projetos Políticos Pedagógicos de cursos de formação docente, assim como

reforçar o estímulo para a inserção de disciplinas que abordem a História e a Filosofia da Ciência, com lentes de gênero.

Referências

ANDRADE, Francisco Leal de. Determinismo biológico e questões de gênero no contexto do Ensino de Biologia: representações e práticas de docentes do Ensino Médio. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Ensino Filosofia e História das Ciências) - Universidade Federal da Bahia. 2011.

APPLE, Michael. **Ideologia e currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. São Paulo: Hucitec, 1995.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: Teoria e História**. Trad. Attilio Brunetta. Petrópolis: Vozes, 1995.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomás Tadeu da Silva e Guacira Lopes Lobo. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HUBBARD, Ruth. Algumas idéias sobre a masculinidade das Ciências Naturais. In: GERGEN, Mary. (ed), **O Pensamento Feminista e a Estrutura do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: Brasília: Edunb, 1993, p. 21-36

LIMA E SOUZA, Â. M. F. . Currículo e Gênero: uma articulação urgente. In: Ana Alice Alcântara Costa; Alexinaldo Teixeira Rodrigues; Elizete da Silva Passos. (Org.). Gênero e Diversidades na gestão educacional - Coleção Bahianas. Salvador: UFBA-NEIM, 2011, v. 13, p. 75-83.

LIMA E SOUZA, Â. M. F. . Sobre Gênero e Ciência: tensões, avanços, desafios. In: Ângela Maria Freire de Lima e Souza; Alinne de Lima Bonetti. (Org.). **Gênero, Mulheres e Feminismos - Coleção Bahianas**. 1ed.Salvador: Edufba, 2011, v. 14, p. 9-21.

LIMA E SOUZA, Â. M. F. ; LIMA, T.L. . Práticas educativas “atravessadas” pelo gênero: percepções de docentes. In: Robinson Moreira Tenório; José Albertino

Carvalho Lordêlo. (Org.). **Formação pela pesquisa: desafios pedagógicos, epistemológicos e políticos**. Salvador: EDUFBA, 2008, v. , p. 255-274.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil. 2001.

PINHO, Maria José. Gênero em Biologia no Ensino Médio: uma análise de livros didáticos e discurso docente. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal da Bahia. 2009

SILVA, Tomás Tadeu da. **Documentos de Identidade**. Uma introdução às teorias de currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SIQUEIRA, Monise de Jesus. **Gênero, educação científica e currículo: a importância de elementos simbólicos**. Apresentação no VI Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade. Rio de Janeiro, 2015.

YANNOULAS, Silvia Cristina. FEMINIZAÇÃO OU FEMINILIZAÇÃO? apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.271-292, jul./dez. 2011.

EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA: NOVAS CONCEPÇÕES NA GESTÃO DE PESSOAS E NA CULTURA ORGANIZACIONAL DE UM INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

Bárbara Tereza Brandão Guerreiro Barbosa;

Layane Victoria Ananias da Silva;

Aryane Vitoria Poderoso Dantas;

Mariane Cristine Silva Bastos.

*Instituto Federal de Alagoas - Campus Penedo –
barbaragbarbosa@gmail.com*

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a experiência de adesão por parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL) ao Programa Pró-equidade de Gênero e Raça, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Assim como, objetiva discutir as contribuições que este Programa pode ofertar à instituição. O mesmo possui 10 anos de existência e busca difundir novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional para o alcance da igualdade racial e entre mulheres e homens no âmbito laboral. Para formalização da adesão voluntária foi necessária a criação de um Comitê Gestor de Gênero e Raça no IFAL, a elaboração do perfil do corpo funcional e a construção de um Plano de Ação a ser executado em dois anos. Estes, além de se constituírem como passos para a adesão ao Programa, são vistos como resultados positivos e conquistas à organização. Considera-se que a igualdade entre mulheres e homens configura-se como pilar fundamental da gestão organizacional e do êxito institucional, uma vez que as discriminações prejudicam o rendimento de mulheres e homens no local de trabalho, na família e o clima organizacional da instituição. Assim como, acredita-se que as práticas que visam a equidade de gênero e raça são um compromisso com a responsabilidade e justiça social, possuindo potencial transformador.

Palavras-chave: equidade de gênero, igualdade racial, mulheres no âmbito laboral.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar a experiência de adesão por parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL) ao Programa Pró-equidade de Gênero e Raça, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Assim como, objetiva discutir as contribuições que este Programa pode ofertar à instituição.

O IFAL foi criado por meio da Lei nº 11.892/2008, que estabeleceu a implantação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Em Alagoas, o Instituto Federal é uma instituição de educação profissional e superior, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia do Ministério da Educação (Setec/MEC) e que detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar equiparada às universidades federais. Consiste num complexo de educação que engloba pesquisa, extensão e ensino desde a formação básica à pós-graduação, proporcionando, deste modo, uma formação integral ao cidadão, por intermédio dos cursos de formação inicial, técnicos, superiores de tecnologia, bacharelado, de licenciatura e pós-graduação lato sensu e stricto sensu (IFAL, 2014).

A instituição possui aproximadamente 1585 servidoras/es e atende a mais de 10 mil estudantes, de modo a contribuir para a formação profissional e inserção de jovens e adultos/os no mundo do trabalho. Atualmente, encontra-se em todas as microrregiões do Estado de Alagoas distribuindo-se em 15 Campi com atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No IFAL/Campus Penedo é desenvolvido, desde agosto de 2015, o Projeto de Iniciação Científica “Igualdade de oportunidades entre os sexos no âmbito laboral na Reitoria do IFAL: limites, possibilidades e desafios”. A pesquisa se propõe a analisar como se constrói, no âmbito laboral, a igualdade de oportunidades entre as/os servidoras/es da Reitoria do IFAL. A escolha da Reitoria deve-se ao fato desta concentrar mais funções de gestão e ser espaço central para o Instituto.

No âmbito do Projeto de Pesquisa foram realizados: 1) levantamento bibliográfico sobre gênero e políticas de igualdade de oportunidades no âmbito laboral; 2) identificação de documentos políticos de domínio público que fazem referência ao processo de enfrentamento das desigualdades de gênero no âmbito laboral; e 3) construído um diagnóstico da situação laboral das servidoras e servidores da Reitoria do IFAL.

O Projeto de Pesquisa também teve como desdobramentos: 1) realização de ações/intervenções no IFAL/Campus Penedo (atividades em alusão ao Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças, ações em alusão ao Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência Contra a Mulher, dentre outras); e 2) proposta à instituição para adesão ao Programa Pró-equidade de Gênero e Raça, da SPM. Este último desdobramento é o foco deste trabalho.

O Programa Pró-equidade de Gênero e Raça possui 10 anos de existência e busca difundir novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional para o alcance da igualdade racial e entre mulheres e homens no mundo do trabalho. É voltado a organizações de médio e grande porte, públicas e privadas, com personalidade jurídica própria e a adesão ao Programa é voluntária (BRASIL, 2015).

Os objetivos do Programa são: 1) contribuir para a eliminação de todas as formas de discriminação de gênero e raça no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego; 2) conscientizar e incentivar empregadoras e empregadores em relação às práticas de gestão de pessoas e de cultura organizacional que promovam a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens dentro das organizações; 3) reconhecer publicamente o compromisso das organizações com a igualdade racial e entre mulheres e homens no mundo do trabalho; e 4) disponibilizar e divulgar um banco de práticas de igualdade de gênero e raça no âmbito da gestão de pessoas e da cultura organizacional no mundo do trabalho (BRASIL, 2015).

O Programa tem papel relevante para a compreensão de dirigentes, empregadoras e empregadores acerca da necessidade de enfrentamento dos entraves à participação de mais mulheres no mercado formal do trabalho, aspecto fundamental para a garantia de seus direitos. Neste sentido, volta-se à promoção de organizações comprometidas com a justiça social (BRASIL, 2015).

Dentre os valores que o IFAL possui encontram-se a ética, a gestão democrática, o compromisso social e institucional. Compreende-se que tais valores baseiam a busca pela equidade de gênero e raça nas ações institucionais e na gestão de pessoas, por meio de boas práticas no âmbito laboral e responsabilidade social.

Metodologia

Inicialmente as profissionais e estudantes que participam do Projeto de Iniciação Científica “Igualdade de oportunidades entre os sexos no âmbito

laboral na Reitoria do IFAL: limites, possibilidades e desafios”, do IFAL/Campus Penedo realizaram articulação com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI) com o objetivo de apresentar o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, as contribuições que o mesmo pode oferecer à instituição e avaliar a possibilidade de adesão.

Posterior à efetiva articulação com a PRPI, a proposta de adesão ao Programa foi apresentada ao Colégio de Dirigentes do IFAL. O mesmo caracteriza-se como o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria. Possui caráter consultivo e é integrado pelo Reitor, como presidente, pelos Pró-Reitores e pelos Diretores-Gerais de todos os Campi (IFAL, 2015). O Colégio de Dirigentes optou pela adesão institucional ao Programa, considerando que a execução de ações voltadas à minimização das desigualdades de gênero e raça tem um potencial transformador das relações de trabalho.

Para desenvolver o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça no IFAL, a instituição criou um Comitê Gestor de Gênero e Raça. O mesmo formalizou a adesão por meio de envio de uma ficha de interesse à SPM, uma Ficha Perfil da Instituição e um Plano de Ação. Estes documentos foram construídos juntamente com as/os estudantes participantes do Projeto de Iniciação Científica mencionado.

O Comitê é constituído de trabalhadoras e trabalhadores de distintas funções, cargos e das áreas do IFAL, havendo representação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI), Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) e da Assistência Estudantil. O mesmo também tem como objetivo monitorar o Programa e articular as ações, com o intuito de executar e gerenciar o Plano de Ação. Assim como, desenvolver uma atuação constante, criando mecanismos e instrumentos que visem a busca por igualdade entre mulheres e homens e de raça e que esta seja inserida na rotina da administração e da força de trabalho.

Neste contexto, o Comitê se propõe a 1) fomentar o contato com o tema da discriminação e desigualdade de gênero e raça e seus efeitos no indivíduo, na organização e na sociedade; 2) divulgar dados das pesquisas oficiais e da Ficha Perfil do IFAL, objetivando estimular o processo de reflexão acerca das desigualdades no âmbito laboral e fortalecer as justificativas para a execução das ações de promoção de igualdade de gênero e raça; e 3) atuar sob a perspectiva da intersetorialidade, incorporando a promoção da igualdade de gênero e raça no ambiente de trabalho como uma preocupação coletiva.

A Ficha Perfil e o Plano de Ação do IFAL foram elaborados conforme modelos da SPM.

Ficha Perfil

A Ficha Perfil da instituição foi elaborada para a formalização da adesão voluntária ao Programa. A mesma é o mecanismo que possibilita um diagnóstico do IFAL a partir do levantamento de variadas informações a respeito de seu corpo funcional. São consideradas a classificação e a identificação de gênero e raça, empregando os mesmos critérios adotados pelo IBGE. No quesito cor é respeitado o critério da autodeclaração.

Foram consideradas sete dimensões:

1. Corpo Funcional

Os dados do corpo funcional do IFAL foram construídos com base no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) e devidamente estruturados em campos com especificação por sexo, raça, faixa etária, escolaridade e estado civil.

2. Recrutamento e Seleção

O ingresso no IFAL se dá por meio de concurso público. Para preenchimento desde campo considerou-se as distinções de gênero e raça.

3. Ascensão Funcional e Plano de Cargos e Carreira, Salário e Remuneração

Esta dimensão baseou-se na Lei Nº. 11.091, de 12 de janeiro de 2005 e na Lei Nº. 12.772, de 28 de dezembro de 2012, as quais dispõem, respectivamente, sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação e sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico Federal.

4. Capacitação e Treinamento

Os dados foram construídos a partir do Plano Anual de Capacitação para o IFAL.

5. Políticas de Benefícios

Baseou-se no Decreto nº. 977, de 10 de setembro de 1993 e na Lei Nº. 11.770, de 09 de setembro de 2008

6. Mecanismos de combate às práticas de discriminação

Esta dimensão fundamentou-se nos registros de denúncias da Ouvidoria do IFAL.

7. Propaganda institucional interna e externa

Foram utilizados registros da Assessoria de Comunicação (ASCOM) do IFAL.

A elaboração deste mecanismo, como forma de diagnóstico da situação laboral do IFAL, é fundamental para a gestão de pessoas e política organizacional. A partir dos dados adquiridos com o preenchimento da Ficha Perfil foi possível elaborar o Plano de Ação baseando-se na realidade do corpo funcional da instituição. Os dados sistematizados permitiram analisar o estabelecimento de relações de remuneração, escolaridade, cargos de liderança, gênero, raça e etnia. Isso implica em perceber onde há a relação de desigualdade ou igualdade, assim como, refletir sobre os grandes desafios a serem enfrentados para a promoção da equidade de gênero e raça nas relações de trabalho.

Plano de Ação

O Plano de Ação foi construído a partir da Ficha Perfil e objetiva explicitar como será o desenvolvimento das ações. Deve ser executado em dois anos e tem potencial transformador das relações de gênero e raça de modo transversal dentro do IFAL.

O Plano de Ação irá conduzir a aplicação do Programa na instituição e divide-se em dois eixos: 1) Gestão de Pessoas e 2) Cultura Organizacional. Para cada eixo há dimensões específicas, e em todas elas é respeitada a questão de gênero e raça. As dimensões correspondem às seções da Ficha Perfil, visto que todo processo de elaboração das ações foi fundamentado no diagnóstico do corpo funcional.

As dimensões do eixo de Gestão de Pessoas são: 1) Recrutamento e Seleção; 2) Capacitação e Treinamento; 3) Ascensão Funcional e Plano de Cargos e Carreira, Salário e Remuneração; 4) Políticas de Benefícios; 5) Programas de Saúde e Segurança. E as dimensões do eixo de Cultura Organizacional são: 1) Mecanismos de combate às práticas de desigualdade, às discriminações de gênero e raça, e à ocorrência de assédio moral e sexual; 2) Prática de capacitação na rede de relacionamentos da organização; e 3) Propaganda institucional interna e externa.

Cada dimensão, de ambos os eixos, corresponde a uma ação deliberada pelo Comitê Gestor. Além dessas, o Plano de Ação da instituição contém mais duas ações complementares, designadas de “Ações Inovadoras”. Dessa forma, obedecendo as diretrizes do Guia Operacional do Programa, o Plano de Ação constitui-se, estrategicamente, de 10 ações, todas elaboradas respeitando as expectativas e necessidades específicas do IFAL. O planejamento foi realizado de modo a satisfazer o objetivo de propor providências para as questões apontadas ao analisar a Ficha Perfil se apropriando de um caráter permanente e contínuo.

As ações contemplam distintas áreas da instituição, visando um público alvo diversificado, englobando servidoras e servidores de diferentes cargos e funções, contemplando diversos setores e alcançando os 15 Campi do IFAL.

Uma das expectativas acerca da execução do Plano de Ação na instituição é a adesão de práticas igualitárias de raça e entre homens e mulheres, sistematicamente, na gestão. Essa pretensão é indispensável na transformação da cultura organizacional e da gestão de pessoas, visto que uma perspectiva igualitária de gênero e raça irá refletir em melhorias nas relações de trabalho. E se há um aperfeiçoamento nas relações de trabalho, conseqüentemente, haverá uma maior produtividade na instituição.

Para execução do Plano de Ação definiram-se estratégias de monitoramento e avaliação. Para cada ação foram determinadas metas e indicadores, a partir destes será realizado o monitoramento e avaliação. Os indicadores são mecanismos importantes de controle, verificação e medição de eficiência e eficácia de processos e situações. Podem ser utilizados como instrumentos de análise de estratégia, avaliação de resultados, de mensuração dos impactos que as ações desenvolvidas tem ao longo do tempo.

Ao fim de dois anos, se a instituição alcançar o mínimo de 70% de execução das ações pactuadas e, qualitativamente, obter um desempenho satisfatório ou muito satisfatório, recebe a concessão do Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça da SPM. O Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça representa o reconhecimento

do trabalho feito pelas organizações no desenvolvimento cotidiano de novas concepções de gestão de pessoas e cultura organizacional para alcançarem a igualdade de gênero e raça no mundo do trabalho. O Selo é uma certificação que atesta que a organização promove a igualdade de gênero e raça no seu ambiente institucional (BRASIL, 2015).

Resultados e Discussão

O IFAL ao aderir o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça almeja identificar, compreender e fazer a gestão de processos que promovam a igualdade de direitos entre mulheres e homens que constituem sua força de trabalho.

A criação do Comitê de Gênero e Raça do IFAL, a construção da Ficha Perfil e do Plano de Ação foram passos dados para a adesão ao Programa, mas também são considerados como resultados garantidos pela mesma. Estes são vistos como conquistas para a Instituição, podendo subsidiar e promover avanços para relações de trabalho igualitárias. Por meio do Perfil constatou-se que o IFAL possui aproximadamente 1585 profissionais, sendo 959 homens e 626 mulheres. Observou-se também que 445 homens se autodeclararam brancos, 47 negros ou pretos e 03 indígenas. Em relação às mulheres, 305 se autodeclararam brancas, 26 negras ou pretas e 03 indígenas. Nota-se que o número de trabalhadoras e trabalhadores que se autodeclararam brancas/os é superior às/aos negras/os ou pretas/os e indígenas. Em relação ao grau de escolaridade, o número de homens que declararam ter pós-graduação é superior ao de mulheres. Assim como, o número de homens que se autodeclararam brancos e que afirmam ter pós-graduação é maior comparado aos que se autodeclararam pretos, negros ou indígenas e que possuem pós-graduação. Essa mesma constatação foi feita em relação às mulheres.

Myers (2003) afirma que apesar de constituir quase metade da população brasileira, os afro-brasileiros são sub-representados nas empresas, em particular nos cargos considerados de maiores níveis hierárquicos dentro das organizações.

Outro dado relevante refere-se às funções gratificadas e cargos de direção. No momento da elaboração da Ficha Perfil existiam 241 homens exercendo funções gratificadas ou cargos de direção (123 brancos, 08 negros ou pretos e 01 indígena). O número de mulheres que exercem estas funções ou direções é de 162 (74 brancas, 08 negras ou pretas e 01 indígena). Observa-se que os homens ocupam mais funções e cargos de direção do que as mulheres, assim como, há desigualdade em relação à raça e etnia nos dois sexos.

Diante destas questões, é de extrema importância a execução de um Programa do caráter do Pró-equidade no IFAL. Acredita-se que, por meio deste, será possível o fomento de discussões em relação à desigualdade de gênero e raça e o desenvolvimento de ações que promovam a equidade no âmbito laboral. Esta iniciativa também contribui para a possibilidade de construção de uma sociedade mais justa, baseando-se no compromisso ético e político.

O Plano de Ação tem como objetivo geral “fomentar discussões e promover práticas que possibilitem a equidade de gênero no ambiente laboral, permitindo mudanças na concepção de gestão de pessoas, na cultura organizacional, nas condições e relações de trabalho”. Foram definidas como ações: 1) adotar linguagem inclusiva em editais de concurso público para servidoras/es realizados pelo IFAL; 2) realizar curso com gestoras/es do IFAL nas áreas de gênero e raça; 3) levantar perfil das/os servidoras/es que ocupam FUC (Função Comissionada de Coordenação de Curso), Função Gratificada (FG) ou Cargo de Direção (CD); 4) mapear o perfil das/os servidoras/es que utilizam os distintos benefícios concedidos pelo IFAL; 5) levantar as justificativas de ausências no trabalho e licenças médicas das/os servidoras/es; 6) Criar comissão de gênero e raça do IFAL; 7) Sensibilizar as equipes de Gestão de Pessoas das empresas que prestam serviços terceirizados, quanto ao programa Pró-Equidade de Gênero e Raça; 8) Criar link do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça no portal do IFAL; 9) Fomentar o debate sobre a ampliação do número de dias da licença paternidade para os servidores do IFAL; e 10) Criar eixo de equidade na consulta de capacitação realizada com servidoras/es.

Para cada ação foram criados indicadores e metas, os quais permitem a análise comparativa de desempenho e resultados, assim como, possibilitam monitorar a ação proposta e seus impactos.

O ingresso da instituição no Programa visa o desenvolvimento de uma política que valoriza a diversidade e combate as desigualdades. As políticas de diversidade possibilitam a promoção de iniciativas que reconheçam a diferença entre pessoas ou grupos como um valor positivo, desenvolvendo mecanismos de integração social, em benefício da produtividade da empresa e da democratização das oportunidades de acesso e tratamento no âmbito laboral (ALEXIM, 1999).

Conclusões

A garantia da autonomia econômica e social das mulheres é fator estruturante para a transformação das condições de vida e das desigualdades vividas

pelas mulheres. O trabalho, como foco de incidência de políticas públicas, possibilita a inclusão social, a autonomia e o desenvolvimento (BRASIL, 2015).

Acredita-se que o estabelecimento de novas relações de trabalho e de gestão de pessoas podem eliminar formas de discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego. O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça oferece para as organizações a possibilidade de obter reconhecimento público, por meio do Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça, pela adoção de práticas de igualdade (BRASIL, 2015).

Considera-se que a igualdade entre mulheres e homens configura-se como pilar fundamental da gestão organizacional e do êxito institucional, uma vez que as discriminações prejudicam o rendimento de mulheres e homens no local de trabalho, na família e o clima organizacional da instituição.

O Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça representa o reconhecimento do trabalho realizado pelas instituições no desenvolvimento de novas concepções de gestão de pessoas e cultura organizacional almejando o alcance da igualdade de gênero e raça no ambiente laboral. O Selo é uma certificação que atesta que a organização promove a igualdade de gênero e raça (BRASIL, 2015).

As práticas que visam a equidade de gênero e raça são um compromisso com a responsabilidade e justiça social.

Referências Bibliográficas

ALEXIM, J. **A diversidade no âmbito da educação profissional e do mercado de trabalho**. Revista Internacional do Trabalho. Ed. Projeto OIT/TEM. Brasília, 1999.

BRASIL. Secretária Especial de Políticas para as Mulheres. Guia Operacional da 6ª Edição do Programa Pró-equidade de Gênero e Raça. Brasília, DF: 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS.
Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências.

MYERS, A. **O Valor da Diversidade Racial nas Empresas**. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, no 3, 2003, pp. 483-515.

OS SENTIDOS DA AUTORREFLEXÃO PARA OS MOVIMENTOS FEMINISTAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

Camila de Melo Santana;

Orientadora: Denise Maria Botelho

Programa de Pós Graduação em Educação, Culturas e Identidades – Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Esta pesquisa em andamento investiga a metodologia da autorreflexão nos movimentos feministas da região metropolitana do Recife. A autorreflexão é um método de pedagogia feminista que surge em meados da década de 1960 nos Estados Unidos e na Europa, rapidamente se espalhando por outros países e sendo fundamental para a constituição do feminismo no Brasil e no mundo. O método consiste no compartilhamento, em grupos de mulheres, de reflexões elaboradas a partir das experiências de vida das participantes, visando a conscientização sobre processos de dominação e opressão, de forma a compreender criticamente a situação das mulheres e auxiliar no seu processo de auto-organização. Assim, esta pesquisa busca investigar: quais sentidos os movimentos feministas na região metropolitana de Recife conferem à autorreflexão no seu processo educativo; analisar as contribuições do método para a transformação da vida das mulheres, para a constituição da identidade e do sujeito político feminista, para a auto-organização das mulheres e fortalecimento do movimento feminista; e identificar como se organizou e como se organiza o método da autorreflexão.

Palavras-chave: autorreflexão, identidade, pedagogia feminista, conscientização, auto-organização.

Introdução

A partir da década de 1960, durante a chamada Segunda Onda do feminismo, este movimento começou a desenvolver metodologias educativas enquanto uma nova forma de ação que poderia levar à transformação social, num contexto de ampliação dos temas de debate político em torno da opressão feminina, como o campo da cultura, das relações sociais, políticas e econômicas, na questão do corpo e da sexualidade (GOUVEIA; PORTELLA, 1999). Nesta época, tiveram origem os grupos de reflexão ou autoconsciência nos Estados Unidos e na Europa, que rapidamente se espalharam por outros países, sendo fundamentais para a constituição da teoria e da prática feminista no Brasil e no mundo (SILVA, 2010).

Entretanto, nas décadas seguintes, o método da autorreflexão foi deixando de ser praticado, havendo no presente algumas instituições e grupos que o estão retomando e atualizando no contexto e dinâmicas do feminismo de hoje (SILVA, 2010). Esta atualização provavelmente está se dando tanto na forma quanto no conteúdo, que tem procurado abordar não apenas a experiência comum das mulheres, mas também as diferenças e desigualdades, trazendo à tona questões raciais, de orientação sexual, de classe entre outras.

O método da autorreflexão consiste no compartilhamento, em grupos de mulheres, de reflexões elaboradas a partir das experiências de vida das participantes, seguindo princípios como o respeito mútuo e o não julgamento, e visando a conscientização sobre processos de dominação e opressão. Os encontros de autorreflexão devem acontecer periodicamente, e em cada um é discutido um tema, o qual deve ser trabalhado em “primeira pessoa”, ou seja, é necessário que as participantes reflitam sobre como experienciam tais questões em suas vidas.

Assim, a autorreflexão difere de outras metodologias participativas nas quais as pessoas expressam o que pensam sobre determinados assuntos, uma vez que exige que se vá mais além do racional, que se rompa com o distanciamento entre o sujeito e a questão a ser refletida, para que o próprio sujeito, na sua relação com a questão, seja o foco mesmo da reflexão. Para Lima, a conscientização das mulheres deve nos levar “às fontes originais de nossa opressão, tanto históricas quanto pessoais” (LIMA, 1988, p.43)

A metodologia implica ainda na problematização teórico-política que tende a ampliação da percepção das mulheres sobre suas experiências e a criação de novas interpretações de mundo, “de forma que, além de partilhar e perceber experiências comuns, consigam compreender criticamente a situação [das mulheres] e criar alternativas” (SILVA, 2010, p.15).

Esta pesquisa pretende fazer um resgate da história de grupos de reflexão feminista em Recife e Região Metropolitana, assim como uma análise da prática desse método em décadas passadas e na atualidade, com o propósito de investigar quais são os sentidos da autorreflexão para a constituição dos movimentos feministas na RMR. Desta forma, é necessário refletir sobre quais os sentidos e o valores de trabalhar com a autorreflexão na experiência dos grupos.

A escolha pelo Movimento Feminista de Recife e Região Metropolitana se deve ao fato de este movimento ter relevância regional e nacional (BONETTI, 2007), além de ser o campo em que estou inserida. Atualmente o Movimento Feminista em Recife congrega organizações bastante consolidadas: Fórum de Mulheres de Pernambuco (que faz parte da Articulação de Mulheres Brasileiras), Marcha Mundial de Mulheres, grupos populares, instituições, ONGs e novos sujeitos como diversos coletivos de jovens feministas. Segundo Bonetti (2007), há uma centralidade do movimento feminista de Recife para o feminismo da região.

Poucos são os estudos que abordam a questão dos grupos de autorreflexão feminista. Em geral, tais grupos são citados em pesquisas sobre o movimento feminista e sua práxis, porém não há estudos aprofundados especificamente sobre o tema. Sendo assim, a pesquisa contribui para o movimento feminista local e em geral, reunindo referências que no momento estão fragmentadas e trazendo uma análise aprofundada sobre os sentidos dessa metodologia. Contribui também para outros movimentos que se interessem no método da autorreflexão, para as políticas de educação e para os de estudos e pesquisas em educação, movimentos sociais, feminismo e gênero.

Sendo assim, temos como objetivo central investigar quais sentidos os movimentos feministas na região metropolitana de Recife conferem à metodologia da autorreflexão no seu processo educativo. Objetivamos também analisar quais as contribuições da metodologia da autorreflexão para a transformação da vida das mulheres e para a constituição da identidade e do sujeito político feminista; examinar a importância dessa metodologia para a auto-organização das mulheres e para o fortalecimento do movimento feminista; e identificar como se organizou o método da autorreflexão ou autoconsciência em Recife e Região Metropolitana a partir da década de 70 e como se organiza atualmente.

Metodologia

A metodologia desta pesquisa se coloca no campo das pesquisas qualitativas que buscam uma epistemologia mais democrática, alcançada através da relação entre sujeito-sujeito e não entre sujeito-objeto (LAGE, 2009). Para Lage

(2009), a pesquisa qualitativa leva ao encontro de subjetividades, logo tem um potencial dialógico de construção coletiva do conhecimento com os sujeitos da pesquisa.

Brandão (1984) afirma que, ao contrário do que prega boa parte da metodologia científica tradicional, o conhecimento de algum tema em profundidade se realiza por meio do envolvimento e também do comprometimento entre pesquisador/a e aquilo que é pesquisado. Assim, as lutas sociais se configuram como “um espaço de aprendizagem acadêmico-político” que exige um esforço metodológico para “romper com a subalternização que as metodologias tradicionais impuseram a muitas experiências sociais de luta e a seus processos educativos” (LAGE, 2009, p.4).

A epistemologia feminista compartilha desses princípios, porém traz à tona a crítica à suposta neutralidade da ciência, que justifica sistemas androcêntricos. De maneira oposta aos modelos científicos hegemônicos, a epistemologia feminista defende que não há como extrairmos os nossos valores de nossas produções, ao invés disso devemos utilizá-los de forma autoconsciente e evidenciar a nossa relação com o objeto de estudo. A epistemologia feminista afirma: 1) novos recursos empíricos que construam os problemas de pesquisa a partir das experiências de vida das mulheres e 2) novos objetos de investigação que expliquem os fenômenos sociais de interesse e importância para a vida das mulheres (HARDING, 1988).

Para Santos (2006) todo conhecimento é também autoconhecimento, ideia que Lage endossa: “somos nós o próprio espelho das nossas experiências de campo, e ao estudá-las somos, simultaneamente, estudadas por elas e ao analisá-las também somos analisadas por elas” (LAGE, 2009, p.19).

Com o intuito de aprofundar o conhecimento nos temas envolvidos na pesquisa será realizada revisão bibliográfica sobre educação, movimentos sociais, identidade, educação popular, feminismo, pedagogia feminista, método de autorreflexão, metodologias qualitativas, epistemologia feminista entre outros temas que possam ser importantes para compreensão do campo e dos objetivos a serem alcançados.

A partir dessas perspectivas e tendo a metodologia da autorreflexão no movimento feminista da região metropolitana do Recife como objeto deste estudo, iniciarei as investigações com uma pesquisa exploratória para identificar quais grupos utilizam/utilizavam tal metodologia, e desses grupos, identificar pessoas-chave do processo.

É importante ressaltar que os grupos/movimentos serão consultados quanto à permissão e interesses na realização da pesquisa. Havendo permissão e interesse por parte dos grupos/movimentos na pesquisa, realizarei entrevistas em profundidade com as pessoas-chave identificadas, bem como observação participante nos grupos que utilizam o método da autorreflexão na atualidade. Para Lage (2009), a observação participante possibilita entrar em contato com a realidade, com os universos simbólicos e formas de organização dos grupos sociais. Com essa metodologia, pretendo encontrar as ideias centrais do método da autorreflexão, e analisar, à luz das problematizações levantadas, a sua relevância para a constituição da identidade das mulheres, do sujeito feminista e para a constituição de movimentos feministas na região metropolitana do Recife.

Discussão

As experiências educativas dos movimentos sociais estão inseridas no campo de estudos que analisa a educação não formal, a qual diz respeito a processos de aprendizagens e produção do conhecimento que não se resumem à educação escolar, constituindo-se em formações políticas e até na participação propriamente dita na organização do movimento e de suas ações (GOHN, 2011). Neste sentido, a educação popular é uma das principais fontes para as ações educativas dos movimentos sociais.

A educação popular, enquanto um trabalho político através da educação (BRANDÃO, 1984), fundamenta-se nas ideias de Paulo Freire e nas experiências dos movimentos sociais do Brasil e América Latina (SILVA, 2010). Esta perspectiva critica a lógica tradicional de uma educação para o povo, afirmando por sua vez, uma educação que o povo cria, pois no processo de luta por transformação social, o povo precisa elaborar o seu próprio saber (BRANDÃO, 1984). É princípio da educação popular portanto, o compromisso com o fortalecimento e a ampliação dos movimentos populares, tendo em vista que estes possam se apropriar da produção autônoma do saber (BRANDÃO, 1984).

A pedagogia feminista apoia-se em concepções da educação popular como a dialogicidade e a “perspectiva de formação de sujeitos autônomos, críticos e criativos, que se mobilizem pela transformação social” (SILVA, 1996, p.41). No entanto, esta pedagogia recria a educação popular, colocando no centro a questão da desigualdade de gênero e privilegiando a reflexão sobre “as micro dimensões sociais sem perder de vista a sua relação com a dimensão macrosocial” (GOUVEIA; PORTELLA, 1999, p.6).

Desta forma, tudo o que diz respeito à esfera privada - o campo dos afetos, da sexualidade, da família – “é pensado como um lugar onde as relações de poder estão presentes e devem ser tratadas politicamente” (GOUVEIA; PORTELLA, 1999, p.10). O método da autorreflexão, objeto de investigação desta pesquisa, busca identificar o caráter político da cotidianidade, rompendo com a dicotomia entre o público e o privado, explicitando que o pessoal é político¹. Compreendendo o feminismo como pensamento crítico e ação política (ÁVILA, 2005) e também como movimento cultural, sua pedagogia “está comprometida com a transformação das relações de gênero e dos sistemas de dominação” (GOUVEIA; PORTELLA, 1999, p.12).

Em relação ao conceito de gênero, é importante levarmos em conta que este foi criado no marco dos pressupostos feministas, porém existem inúmeras tensões entre o seu desenvolvimento na academia e o pensamento feminista mais voltado para a ação política (PISCITELLI, 2004). De modo geral, pode-se dizer que gênero é um conceito relacional e uma ferramenta tanto analítica quanto política, a qual deve levar em conta o contexto social e histórico do que é considerado masculino e feminino (LOURO, 1997). Para Louro, há que se entender o gênero como algo que constitui as identidades dos sujeitos, as quais são entendidas como “plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias” (LOURO, 1997. p. 24).

Assim, os pertencimentos de classe, raça, etnia, orientação sexual, gênero são dimensões constituintes, porém instáveis, da identidade do sujeito, e que podem levá-lo a direções conflitantes. Louro (1997) traz as contribuições do pós-estruturalismo para a desconstrução da oposição entre um polo dominante e outro dominado, afirmando que o poder se exerce em várias direções, e que os grupos dominados são capazes de fazer das instâncias de opressão lugares de resistência e exercício do poder. Da mesma forma, desconstrói a noção de

1 Essa máxima do feminismo tem origem no título de um texto escrito em 1969 pela feminista estadunidense Carol Hanisch em resposta a declarações de que os grupos dos quais ela participava – grupos de reflexão ou autoconsciência – eram terapias pessoais. Hanisch afirma que “uma das primeiras coisas que descobrimos nesses grupos é que problemas pessoais são problemas políticos. Não há soluções pessoais desta vez. Só há ação coletiva para uma solução coletiva. Eu fui, e continuo indo a essas reuniões porque adquiri uma compreensão política que toda a minha leitura, todas as minhas ‘discussões políticas’, toda a minha ‘ação política’ [...] nunca me deram.” Disponível em <https://resistenciaradfem.wordpress.com/tag/carol-hanisch/>. Acesso em 27.10.2015

uma oposição binária entre masculino e feminino, quando afirma que diferentes maneiras de feminilidade e masculinidade se constituem socialmente.

Freire (2011) utiliza a ideia de “saber de experiência feito” para pensar sobre o conhecimento adquirido com a experiência de vida, noção esta que possui eco na obra de bell hooks, quando discorre sobre a teoria que nasce do concreto, dos “esforços para entender as experiências de vida cotidiana” (HOOKS, 2013, p.97). Para esta pensadora feminista e negra, a teoria como prática libertadora é uma via para “olhar o mundo de outra forma [...], como meio de desafiar o status quo” (HOOKS, 2013, p.83). Apesar de bell hooks focar em sua experiência educativa como professora universitária, suas reflexões são amplas e profundas o bastante para serem aplicadas às experiências de educação dos movimentos sociais, possuindo, inclusive, uma estreita relação com os princípios do método da autorreflexão feminista. A teorização de hooks é um lugar de refúgio, de cura, no qual temos a possibilidade de entender o que nos acontece, “explicar a mágoa e fazê-la ir embora” ao “imaginar futuros possíveis” (HOOKS, 2013, p.85).

Para hooks, a educação é um trabalho coletivo, de forma que todos os participantes do momento pedagógico devem ser ativos. Defende uma pedagogia que dá ênfase ao bem-estar, ao reconhecimento de todos os sujeitos como seres humanos integrais, à união entre mente, corpo e espírito – uma pedagogia que valoriza a expressão dos educandos e estimula a construção de uma consciência crítica para a prática da liberdade (HOOKS, 2013).

Conclusões

Esta pesquisa está ainda em seu início, tendo em vista que estamos no primeiro semestre letivo do mestrado em Educação, Culturas e Identidades. Para a nossa investigação é importante a articulação entre os princípios da educação popular e de teorias feministas, trazendo as contribuições produzidas no campo da pedagogia feminista. A autorreflexão, enquanto uma ação educativa do movimento feminista, coloca em questão o caráter político da cotidianidade e a construção de um saber autônomo, além de trabalhar a identidade individual e coletiva, com vistas ao seu fortalecimento político. Nossa ideia central é de que a ação educativa ou formação política feminista é um elemento fundamental para a auto-organização de mulheres e para a constituição do sujeito feminista. A instituição das mulheres como sujeito é o centro da ação do feminismo e sua grande conquista (ÁVILA, 2001).

O projeto feminista, como um projeto originado na tradição da modernidade, está marcado por um tensão entre particular e universal (PISCITELLI, 2004). Sendo assim, o “suposto universalismo da condição de mulher” (CAMURÇA, 2007, p.4) vem sendo questionado pelos movimentos de mulheres negras, lésbicas, latinas, transexuais. A opressão e exploração das mulheres se dá nas relações sociais (CAMURÇA, 2007), sendo assim varia de acordo com a classe, a raça, a etnia, a orientação sexual. Piscitelli (2004) afirma que uma nova formulação da categoria *mulher* considera a historicidade, não possuindo um sentido definido, mas sendo elaborada em contextos específicos, o que recusa as tendências essencialistas e homogeneizantes. Para Camurça (2007), ao mesmo tempo que o feminismo se afasta de essencialismos em relação à mulher e nega uma identidade homogênea, este movimento está comprometido com a afirmação das mulheres como uma identidade política, sendo sua pedagogia o próprio processo de construção do sujeito político feminista.

Referências

- ÁVILA, Betânia. *Feminismo, cidadania e transformação social*. In: ÁVILA, Betânia (org.). *Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade*. Recife: SOS Corpo, 2001.
- ÁVILA, Betânia. *Feminismo e sujeito político*. In: FERREIRA, Verônica; SILVA, Carmen; ÁVILA, Betânia. *Mulher e Trabalho* (orgs). Recife: SOS Corpo, 2005.
- BONETTI, Alinne de Lima. *Não basta ser mulher, tem de ter coragem: Uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife- PE*. 2007. 258 f. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – UNICAMP, Campinas, 2007.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Participar-pesquisar*. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Repensando a Pesquisa Participante*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- CAMURÇA, Silvia. *‘Nós mulheres’ e nossa experiência em comum*. Caderno de Crítica Feminista, ano I, n. 0. Recife: SOS Corpo, dez. 2007. p. 13.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais na contemporaneidade*. In: Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago, 2011.

GOUVEIA, Taciana; PORTELLA, Ana Paula. *Ideias e dinâmicas para trabalhar com gênero*. Recife: SOS Corpo, 1999.

HANISH, Carol. *O pessoal é político*. Disponível em <https://resistenciaraadfem.wordpress.com/tag/carol-hanisch/> Acesso em 27.10.2015.

HARDING, Sandra. *Existe un método feminista?* PDF de Harding, Sandra. *Feminismo e Metodologia*. Bauru, SP: EDUSC. 1988.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LAGE, Allene. *Orientações epistemológicas para pesquisa qualitativa em educação e movimentos sociais*. In: Educação e Movimentos Sociais: caminhos para uma pedagogia da luta. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

LIMA, Maria José. *Linha da vida ou grupo de autoconsciência: uma reflexão sobre a ótica feminista*. In: RÉGIA, M., CAMURÇA, S., OLIVEIRA, E. Et ALL. *Como Trabalhar com Mulheres*, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

PISCITELLI, Adriana. *Reflexões em torno do gênero e feminismo*. In: Claudia de Lima Costa e Simone Pereira Schmidt (orgs.), *Poéticas e Políticas Feministas*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004, pp. 43-66.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 4a edição. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Carmen S. M. *Contribuições a uma análise da política de formação do Partido dos trabalhadores*. 1996. 140 f. Dissertação (mestrado em História e Filosofia da Educação) – PUC, São Paulo, 1996.

SILVA, Carmen. *Os sentidos da ação educativa no feminismo*. In: SILVA, Carmen (org.). *Experiências em Pedagogia Feminista*. Recife: SOS Corpo, 2010.

O CONSERVADORISMO NA EDUCAÇÃO: POR QUE NÃO FALAR SOBRE GÊNERO?

Camila dos Passos Roseno

Universidade de Pernambuco – campus Petrolina – Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares – PPGFPPI – milaroseno@gmail.com

Resumo: A aprovação do Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 – foi aprovada após uma intensa disputa liderada pelos setores religiosos e fundamentalistas da assembleia legislativa do país, para a não-inserção das questões de gênero no currículo escolar. Mas porque não discutir essa problemática? Dessa forma, este artigo tem como objetivo problematizar a legislação pertinente às questões de gênero, assim como apontar as possibilidades e garantias de tratar destes assuntos no ensino fundamental II. Nossa preocupação se estende também a formação de professores para trabalharem as questões de gênero, posto que a maioria dos cursos de licenciatura do país não preparam seus estudantes para abordar a temática. Conservadorismo; Gênero; Educação; Formação Continuada.

Introdução

Segundo Perrenoud, “ensinar, no fundo, é ensinar-se; uma sociedade que não ensina é uma sociedade que não se ama, que não se estima[...]”(2005, p. 24). Este trecho encontra-se no livro “Escola e Cidadania”, nesta obra o autor trata sobre as expectativas existentes em torno da função social que a escola ocupa em nossa sociedade. Trata também sobre a impossibilidade de se proferir valores morais distintos diante da sociedade que vivemos, à exemplo da solidariedade, em um mundo cada vez mais individualista. Desta forma, o autor defende que a escola é uma instituição indissociável da sociedade, e por isso, ela não apenas reproduz os discursos e as práticas sociais dominantes, mas também busca normatizar os/as sujeitos/as “desviantes”.

A sociologia da Educação desenvolvida por Bourdieu (1998) já apontava para a diferenciação dos/as alunos/as quanto às origens sócio-econômicas e desacreditava o postulado da meritocracia no desenvolvimento escolar. Afirmando que as condições sociais propiciavam maior ou menor êxito dos/as alunos/as, ou seja, eles/as são basilamente diferentes e a escola tendia a corroborar com essa desigualdade. Bourdieu se mostra extremamente pessimista quanto ao papel transformador da instituição. Contudo, seria apenas essa a função da escola? Normatizar os/as sujeitos/as? Ela também não teria que preparar os/as sujeitos/as para as mudanças necessárias na sociedade?

Entendemos que essas desigualdades existem, mas também que é papel da escola desenvolver práticas diferenciadas e inclusivas que permitam a diminuição das diferenças em seu seio. A expansão da escolarização, nos anos 90 e no início do novo milênio, trouxe também esperanças quanto ao caráter emancipatório da educação. Uma nova escola precisa ser pensada para a inclusão desses/as novos/as estudantes. O caráter conservador da educação, até então vigente, não contempla esse público diverso, que agora acessa a escola, contribuindo para a manutenção de privilégios historicamente construídos. Acreditamos que devemos sim problematizar os conhecimentos considerados relevantes, pensando a escola também como espaço para expressão de demandas políticas e de construção de alternativas práticas as relações desiguais, vividas também, no ambiente escolar.

Por isso, vamos enxergar a escola como uma arena cultural, o que significa entendê-la como um espaço em que entram em confronto – e em diálogo – diferentes sujeitos e diferentes modos de

significação do mundo, o que inclui modos diversos de criar sentido para a sexualidade, para o gênero, para si mesmo e para o outro. Significações atravessadas pelas intencionalidades de diferentes sujeitos. (BORTOLINI, 2011, p. 31).

Através das contribuições destes teóricos, podemos questionar: “O que a escola tem medo de ensinar?”, “Quais são os conhecimentos considerados nocivos?”, “Quem julga os conteúdos ministrados em sala como próprios ou impróprios?”. São essas questões que nos fazem construir este artigo, com o intuito de compreender como o debate em torno das questões de gênero tem sido uma importante pauta em disputa na educação, seja para inviabilizar a sua inserção nos currículos e práticas escolares, ou para defender a sua real necessidade. Assim como compreender a contribuição da interdisciplinaridade para seu tratamento em sala, a partir dos Temas Transversais.

Desenvolvimento

Entendemos aqui como Gênero a construção social e histórica dos comportamentos e papéis sociais definidos a partir da constituição anatômico dos/as sujeitos/as. A categoria gênero se distingue da dimensão biológica, ela é produto das relações sociais e culturais, e que milenarmente produz desigualdades entre homens e mulheres. Segundo Guacira Louro:

“[...]A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. **Família, escola, igreja, instituições legais e médicas** mantêm se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo.” (grifo nosso, 2008, p. 18).

O espaço escolar se define como ambiente extremamente importante nessas construções, que se constituem nas mais diferentes formas. Segundo a pesquisadora em Gênero e Educação, Jane Felipe, existe uma forte “vigilância em torno da sexualidade infantil”, sobretudo, em relação aos meninos, vigiando os comportamentos “suspeitos”, que “porventura não sejam condizentes com as

expectativas de gênero instituídas”(2007, p. 79), a exemplo das brincadeiras que são “exclusivamente” de meninas ou de meninos. A afetividade é outro exemplo, pois, enquanto as meninas se abraçam, andam de mãos dadas, para eles, isso não é “permitido”. Ao contrário delas, as brincadeiras que envolvem força e luta, são aceitas e colaboram para a naturalização da agressividade masculina.

A renúncia aos desejos é expressa na separação que se faz para educação para meninos e para meninas, enquanto os meninos são, a todo momento, avisados que não devem comportar-se como meninas: Seja Homem!, as meninas, por outro lado, aprendem a “preservarem-se”, como também aprendem que são objetos passados de pai para marido, e que em alguns momentos são homens, no estranho sentido que se dá ao termo humanidade. (LESSA, 1999, p. 77).

A educação escolar tem papel preponderante na desconstrução de preconceitos e discriminações, tem por obrigação legal, moral e ética somar esforços no combate às desigualdades. Entretanto, os dados são alarmantes no número de vítimas de violência contra a mulher, de crimes homofóbicos e de transfobia.

O primeiro mapa da violência contra a mulher, que consta o número de homicídios de mulheres por situação de violência doméstica no Brasil, foi divulgado no ano de 2015. O presente estudo apresenta que somente no ano de 2013, 4.762 mulheres vieram a óbito, o que representa 13 mulheres mortas por dia no país (WAISELFSZ, 2015).

Este cenário de violência vem sendo denunciado principalmente pelos movimentos feministas, mas o Estado em passos mais lentos também contribui para a problematização das opressões vivenciadas pelas mulheres. A Lei do Feminicídio - 13.104/2015 – que inclui o homicídio de mulheres como crime hediondo pelo fato do “menosprezo ou discriminação à condição de mulher” (BRASIL, 2015) foi um importante avanço diante da luta pelo fim da violência contra a mulher.

Contudo, a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres(SPM), criada em 2003 com o principal objetivo de promover a igualdade entre homens e mulheres, passou durante o ano de 2015 pelo afunilamento ministerial. A fusão das secretarias de Políticas Públicas para as Mulheres(SPM), de Políticas de Promoção da Igualdade Racial(Seppir), e de Direitos Humanos(SPH) que resultou na criação do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos

gerou acima de tudo a redução das verbas destinadas aos programas sociais desenvolvidos no país.

Essa fusão representa um grande desafio na formulação das políticas públicas e na manutenção dos programas que estão em andamento no país. Uma das ações desenvolvidas pela SPM em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) é o Curso Gênero e Diversidade Sexual na Escola, que se configura como um curso de extensão ou especialização universitária que objetiva discutir questões relativas às temáticas de gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais (BRASIL, 2014).

Este curso é um dos importantes passos para a inserção de gênero no currículo escolar. Segundo Solange Martins em seu artigo: “Afetar e sensibilizar na educação: uma proposta transdisciplinar”, as professoras e professores querem transformar a realidade, querem que o conhecimento apreendido possa influenciar a forma como vivem, porém, “a forma como os professores valorizam e articulam os campos dos saberes depende de seus processos formativos” (2011, p. 165).

Diante da polêmica sobre a possível “ideologia de gênero”, termo cunhado pela bancada legislativa evangélica e católica para se referir ao debate sobre gênero e diversidade sexual na educação, as metas que previam o combate à “discriminação racial, de orientação sexual ou à identidade de gênero”, assim como, censos sobre situação educacional de travestis e transgêneros e incentivo a programas de formação sobre gênero, diversidade e orientação sexual foram vetadas do Plano Nacional de Educação, assim como na maioria dos Planos Municipais (BRITO; REIS; 2015).

Paradoxalmente, o texto final do Plano Nacional de Educação 2015/2025- Lei nº 13.005/2014 – consta no art. 2º, inciso III e X, as seguintes diretrizes: A “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” e a “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos [...]” (BRASIL, 2014, p. 01). Porém, sem constar uma meta específica para superação das desigualdades já citadas anteriormente.

Segundo Edgar Morin, apenas o conhecimento científico não tem condições de tratar sozinho os problemas filosóficos e éticos e que a “educação deve-se dedicar, à identificação da origem de erros, ilusões e cegueiras” (2000, p. 21).

Para compreendermos o que se entende como “Ideologia de Gênero”, pesquisamos em sites religiosos e documentos episcopais a argumentação da frente religiosa. No site da comunidade católica “Canção Nova”, consta o trecho que faz alusão ao reconhecido trecho da obra “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir, quando a mesma afirma que: “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, segundo a matéria:

Se ninguém nasce, mas se “faz” homem e mulher ao longo da vida, alguém poderia passar de um lado sexual para o outro a qualquer momento. “Seria uma esfera total do relativismo, da mudança de caráter, bem como daquele caráter absoluto de Deus Criador. Se eliminássemos a possibilidade de que Deus nos faz homem e mulher, diríamos que Deus é completamente ambivalente, que cria e recria de modo diferente”. (NOVA, 2014, p. 01)

Apesar de constar na Constituição Brasileira no que se refere aos Direitos Garantias Fundamentais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 2015), assim como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9.394/96), o Congresso Nacional é pressionado e delibera a partir da força das frentes religiosas ali presentes.

Segundo Ruth Catarina Souza, diante das diversas demandas imersas nas realidades escolares, é quase impossível um isolamento das questões sociais emergidas dentro e fora da escola (2006). Por isso, debater as diversidades e a igualdade de gênero na educação é prevenir os diversos tipos de violência, é combater as discriminações e a estigmatização, é promover o respeito e a permanência de suas crianças, adolescentes e jovens na escola, é revelar o que já está presente, mas que se oculta no discurso religioso e nas práticas sociais dominantes.

Práticas sociais que refletem nas práticas pedagógicas e buscam universalizar os/as sujeitos/as, construindo um modelo uniforme de aluno que deve ser educado, a partir de conhecimentos úteis a vida cotidiana. “As práticas escolares e pedagógicas em nossa sociedade têm operado a partir de uma identidade que é norma, que é aceita e legitimada, a feminilidade e a masculinidade branca, heterossexual e de classe médio judaico-cristã” (FURLAN; FURLAN, 2011, p. 311). Essas práticas invisibilizam as diferenças entre os/as diversos/as sujeitos/as, sejam elas de gênero, raciais ou econômicas. Os conhecimentos fragmentados

nas diversas disciplinas não permitem aos discentes conectá-los com a realidade vivida, deixando de lado as questões sociais que influenciam diretamente em seu bom rendimento e futuro profissional.

Desta forma, os currículos escolares das escolas públicas devem estar orientados para tratar de assuntos que promovam além do conhecimento técnico-científico, questões referentes à cidadania. Entretanto, o engessamento disciplinar do currículo e a quantidade de conteúdos a serem ministrados durante o ano, escamoteiam as questões sociais. Intencionalmente, as disciplinas não dialogam entre si, resultado da especificação do conhecimento atribuído à racionalidade científica da modernidade.

Uma educação focada apenas nas listas de conteúdos, em resultados e metas que só mapeiam os conhecimentos específicos e que pretere algumas disciplinas, não proporciona a construção de conhecimentos, nem prepara os alunos para o enfrentamento das questões cotidianas, tanto no ambiente escolar, quanto fora dele (YOUNG, 2007). A mercantilização da educação e a justificativa da formação dos/as alunos/as para o mundo do trabalho, deixa de lado uma série de questões que são fundamentais para uma educação que busque dirimir violências e desigualdades.

Em contraponto, temos a interdisciplinaridade como uma nova racionalidade que busca superar a fragmentação do saber, promovendo um diálogo constante entre as disciplinas e preocupada com a real necessidade de conhecimentos apreendidos na escola. Segundo o artigo “O papel da interdisciplinaridade e a formação do professor: aspectos histórico filosóficos”, a interdisciplinaridade deve ser concebida como um diálogo entre os saberes especializados “tendo como pressuposto comum a conquista da emancipação” (AZEVEDO; ANDRADE, 2011, p. 209).

A percepção acerca das limitações impostas ao processo de construção do conhecimento pelo ensino compartimentalizado, tem gerado diversos estudos que colocam em xeque o modelo cartesiano de conhecimento, como explica Edgar Morin: “A inteligência parcelada, compartimentada, mecanicista, disjuntiva e reducionista rompe o complexo do mundo em fragmentos disjuntos, fraciona os problemas, separa o que está unido, torna unidimensional o multidimensional” (2000, p. 43). A relação/resposta que a universidade dá aos problemas que afligem a sociedade e a realidade da educação básica nos países está diretamente relacionada a essa fragmentação dos saberes. Faz-se necessário, primeiramente, compreender como se deu a formação dessa estrutura de produção do conhecimento fragmentada.

A organização disciplinar foi instituída no século XIX, notadamente com a formação das universidades modernas; desenvolveu-se, depois, no século XX, com o impulso dado à pesquisa científica; isto significa que as disciplinas têm uma história: nascimento, institucionalização, evolução, esgotamento, etc; essa história está inscrita na da Universidade, que, por sua vez, está inscrita na história da sociedade; (MORIN, 2002, p. 105)

O Ministério da Educação tenta responder a essa preocupação com o conhecimento compartimentalizado na educação básica nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, por meio dos Temas Transversais. Estes respondem as demandas sociais urgentes e comuns a todo o país.

A finalidade última dos Temas Transversais se expressa neste critério: que os alunos possam desenvolver a capacidade de posicionar-se diante das questões que interferem na vida coletiva, superar a indiferença, intervir de forma responsável. Assim, os temas eleitos, em seu conjunto, devem possibilitar uma visão ampla e consistente da realidade brasileira e sua inserção no mundo, além de desenvolver um trabalho educativo que possibilite uma participação social dos alunos. (BRASIL,1997, p. 26)

Na busca dessa emancipação e diante do nosso cenário legislativo educacional é que trazemos aqui os PCNs, buscando legitimar a inserção de gênero no currículo escolar, assim como, assegurar a interdisciplinaridade como estratégia de promoção de um novo aprendizado.

Os PCNs, documento elaborado como proposta para construir referências curriculares comuns, define seis Temas Transversais (Ética, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Saúde, e Trabalho e Consumo) que não se configuram como novas disciplinas, mas temas que podem ser trabalhados por todas, atravessando as formas do saber.

Os PCNs são também instrumentos de operacionalização para os Temas Transversais à medida que o currículo é um artefato cultural e social. Ou seja, comporta conteúdos tradicionais que encorpam o eixo longitudinal do sistema educacional e temas identificados com o cotidiano concreto e contínuo dos alunos na escola. Na escola, o conhecimento se hospeda no currículo e é nele e por ele que o indivíduo cria sua identidade escolar e desenvolve a solidariedade cidadã. (CARNEIRO, grifo nosso, 2015, p. 246)

Todos os temas possuem enorme relevância, estão interligados pelas problemáticas sociais por eles suscitados. Alguns se inter cruzam de forma mais evidente, à exemplo da Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, assim como a Ética e o Trabalho e Consumo. E todos têm como premissa comum a construção do exercício da cidadania, da construção da igualdade entre os povos e entre os gêneros, e da responsabilidade mútua pelos nossos bens naturais.

Queremos aqui destacar o tema referente à Orientação Sexual, que “engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e plural” (BRASIL, 1998, p. 287). O tema é dividido em blocos: Corpo Matriz da Sexualidade; Relações de Gênero; e Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids.

No que concerne ao nosso principal objeto de estudo, as relações de gênero, o documento apresenta as diversas possibilidades que cada disciplina possui para tratar o assunto em sala e solicita à atenção das educadoras e dos educadores à comportamentos tidos como naturais, à exemplo da já referida agressividade masculina.

Há ainda outro fato que merece muita atenção por parte dos/as educadores/as: a violência associada ao gênero.

Essa forma de violência deve ser alvo de atenção, pois constitui-se em atentado contra a dignidade e até a integridade física das mulheres. O fato de os meninos geralmente possuírem maior força física que as meninas não deve possibilitar que ocorrem situações de coerção, agressão ou abuso sexuais. (BRASIL, 1998, p. 325)

O combate a essas e outras desigualdades são claramente apontadas no documento, pois aponta a necessidade de “combater as relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação”. (BRASIL, 1998, p.322)

E finaliza ao tratar sobre a homossexualidade e as conotações a ela atribuída, à exemplo, da inferiorização, e de como os comportamentos tidos como dominantes não devem servir sempre como referência, pois: “há tantas maneiras de ser homem ou mulher quantas são as pessoas”(BRASIL, 1998, p. 325).

Entendemos, portanto, que as questões de gênero precisam ser trabalhadas no ambiente escolar. Contudo, devemos apontar, também, a necessidade de uma melhor formação deste professor. Por mais que essas questões estejam

presentes desde 1998 nos Parâmetros Curriculares Nacionais, os cursos de licenciatura, em sua maioria, não têm abordado as temáticas ligadas ao conceito de gênero. Os professores e as professoras, por vezes mais que o corpo discente, resistem à introdução desses temas nas escolas, por não saberem como proceder, ou por divergências religiosas e políticas, que diretamente influenciam a opção por calar sobre o tema.

É importante considerar que a formação de professores não abarca alguns temas que deveriam ser trabalhados na educação. Exemplo desses temas é a construção das identidades de gênero e identidades sexuais. A formação de professores e relação à prática pedagógica que busque educar pelo respeito à diversidade ainda é incipiente. (FURLAN; FURLAN, 2011, p.307).

Os cursos de licenciatura devem preparar esses professores e essas professoras, ao trabalhar as repercussões práticas de seus silenciamentos, pois isso consequentemente contribui para uma maior evasão escolar, violências e desigualdades. Cabe aos/às educadores/as, tanto nas escolas, quanto nas universidades, pautarem essas questões, pois só na relação entre a introdução dessas temáticas no ambiente escolar e uma melhor formação docente poderemos ter a diminuição das imensas violências que se apresentam no Brasil em função das desigualdades de gênero.

Conclusão

Desta forma, os projetos políticos pedagógicos das escolas precisam ser estruturados obedecendo não apenas as legislações presentes da educação, mas os temas que são suscitados em nossa sociedade, articulando os saberes, promovendo a equidade, buscando a permanência daqueles/as que são marginalizados/as. A escola precisa ser plural, nela deve-se emergir o respeito.

Lembrando, por fim, que nem todo mal encontra-se na escola ou no Congresso. Os nossos cursos de licenciatura precisam também passar por uma reformulação do seu currículo, articulando os conhecimentos científicos com os práticos, as questões teóricas com as questões sociais, fazendo assim que surjam uma nova classe de docentes que tenham com primazia o zelo pelo respeito à diversidade humana e sexual. Assim, como a rede pública de educação deve oferecer cursos de formação continuada na respectiva área, estabelecendo um compromisso social com as gerações futuras.

Referências bibliográficas:

AZEVEDO, Maria Antonia Ramos, ANDRADE, Maria de Fátima R. de. **O papel da interdisciplinaridade e a formação do professor: aspectos histórico-filosóficos.** Educação Unisinos, [s.l.], v. 15, n. 3, p.206-213, dez., 2011.

BORDIEU, Pierre. **Escritos de Educação.** Petrópolis: Vozes, 1998

BORTOLINI, Alexandre. **Diversidade sexual e de gênero na escola.** Revista Espaço Acadêmico, nº123, ano XI-Dossiê: Homofobia, sexualidade e direito, agosto, pp. 27-37, 2011.

BRASIL, Constituição da República Federativa do. Constituição. Atualizada até a Emenda Constitucional nº 88, de 7 de maio de 2015. Disponível em: < https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/Constituicoes_declaracao.pdf>. Acesso em 4 fev 2016.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-1300525-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>. Acesso em 12 dez 2015.

_____. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. **Prevê o feminicídio como circunstância qualificadora de homicídio e inclui o feminicídio no rol dos crimes hediondos.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm>. Acesso em 16 dez 2015.

_____. **Políticas para as Mulheres.** Programas e ações. 2014. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/educacao-cultura-e-ciencia/programas-acoas>>. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/educacao-cultura-e-ciencia/programas-acoas>>. Acesso em 18 dez 2015.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: ética.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: orientação sexual.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRITO, Patrícia; REIS, Lucas. **Por pressão, planos de educação de 8 Estados excluem “ideologia de gênero”**. Folha de S. Paulo. 25.06.2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1647528-por-pressao-planos-de-educacao-de-8estados-excluem-ideologia-de-genero.shtml>>. Acesso em 14 dez 2015.

FELIPE, Jane. **Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação**: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas. Pro-Posições, v. 18, n. 2 (53) – maio/ago., p. 77-87, 2007.

FURLAN, Cássia Cristina; FURLAN, Dalci Aparecida Bueno. **Gênero e sexualidade na formação de professores/as**: a necessidade de reflexões sobre a prática pedagógica. Plures, Humanidades. Ribeirão Preto, V.12 nº2, p. 306-326, jul-dez. 2011.

LESSA, Patrícia. **7 notas sobre o imaginário infantil**. Cadernos de apoio ao ensino. Nº7, Maringá: EDUEM, p.73-90, dez. 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade**: pedagogias contemporâneas. Pro-Posições. v. 19, n. 2(56) – mai/ago., p. 17-23, 2008.

MAGALHÃES, Solange Martins Oliveira. **Afetar e sensibilizar na educação**: uma proposta transdisciplinar. Linhas críticas, Brasília DF , v. 17, n. 32, p. 163-181, jan./abr. 2011.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez. 2000.

NOVA, Canção. **Ideologia de Gênero**: saiba mais e conheça os riscos para a sociedade. Mar 2014. Disponível em: <<http://noticias.cancaonova.com/ideologia-de-genero-saiba-mais-e-conheca-riscospara-a-sociedade/>>. Acesso em 16 dez 2015.

PERRENOUD, Philippe. **Escola e Cidadania**: o papel da escola na formação para a democracia. (trad. Fátima Murad). Porto Alegre: Artmed, 2005.

SANTOS, Elis Regina Ferreira dos; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima. **Relações de gênero na perspectiva dos/as professores/as do ensino fundamental**. In: MACHADO, José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva, SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima. Gênero e práticas culturais: Desafios Históricos e Saberes Interdisciplinares. Campina grande: EDUEPB, 2010.

SOUZA, Ruth Catarina. **A complexidade, a escola e o aprender-ensinar**. In: MONTEIRO, Filomenea M.de A. Educação como espaço da cultura. VII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste. ANPEd. EdUFMT, p. 145-161, 2006.

WAISELFISZ, Julio J. **Mapa da violência 2015**. Homicídio de mulheres no Brasil. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos. 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em 15 dez 2015.

YOUNG, Michael. **Para quem servem as escolas?** Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007.

A ESCOLA NO CENÁRIO DA COEDUCAÇÃO: GÊNERO, DIVERSIDADE E CLASSE SOCIAL EM PERSPECTIVA

Cleane Lacerda do Nascimento;

Maria Joaquina do Nascimento Rocha;

Suzy Sathiê Santos;

Elvira Simões Barretto

Universidade Federal de Alagoas
gpgenerodiversidade@gmail.com

Resumo: O texto apresenta uma reflexão acerca da escola como locus privilegiado para formar sujeitos comprometidos com a vida em sociedade. Demonstra-se que a coeducação ou a educação em valores na perspectiva crítica de gênero, diversidade e classe social é um recurso importante para a formação de sujeitos com o referido compromisso. A problemática que rege a reflexão gira em torno da violência e suas mais diversas expressões: doméstica contra a mulher e a criança, juvenil- diante da morte de jovens negros, homens empobrecidos-, a homofobia, a intolerância religiosa, entre outras. Na reflexão proposta acredita-se na possibilidade de um encontro de elementos que colaborem para o como fazer profissional na perspectiva da coeducação ao promover discussões acerca das raízes das expressões de violência presentes na sociedade contemporânea, no sentido de vislumbrar ações coeducativas que contribuam para a superação dessas raízes culturais como uma condição importante para formação de sujeitos éticos.

Palavras-chave: Coeducação, Gênero, Diversidade e Classe Social

Introdução

E por falar em escola, como não pensar nas crianças e nos jovens? Vamos lá.

Os meninos... Fast food, fast cars, fast life: desde que nascem as crianças ricas são mais treinadas para o consumo e para a superficialidade, e seguem pela infância comprovando que as máquinas são mais dignas de confiança que as pessoas. Quando chegue a sua iniciação, aos meninos lhes serão oferecidos potentes carros, com tração nas quatro rodas. Antes disso, durante os anos de espera, eles se lançam a toda velocidade às autopistas cibernéticas e confirmam sua identidade devorando imagens e mercadorias, fazendo zapping e fazendo shopping. Os cibermeninos navegam pelo ciberespaço com a mesma desenvoltura com que os meninos abandonados perambulam pelas ruas das cidades. Muito antes dos meninos ricos deixarem de ser meninos e busquem a droga que os tirem da solidão e mascarem o medo. Os meninos pobres estão cheirando gasolina ou cola. Enquanto os ricos brincam de guerra com balas de raio laser, a munição de verdade ameaça as crianças de rua. Na América Latina, crianças e adolescentes representam quase metade da população total. A Metade dessa metade vive na miséria. Sobreviventes: na América Latina morrem cem crianças a cada hora, por fome ou doença curável, mas morrem mais e mais crianças pobres nas ruas e campos desta região que fabricam pobres e proíbe a pobreza. Crianças são na sua maioria pobres; e pobres são, na sua maioria, as crianças. E entre todos os reféns do sistema, eles são os que pior passam. A sociedade os excluem, os vigiam, os punem e, por vezes, os matam: quase nunca os escutam e nunca os compreende. (GALEANO,1998, p.12)

As meninas...

A prostituição é o destino precoce de muitas meninas e, em menor medida, de poucas crianças do mundo. Surpreendentemente, estima-se que há pelo menos cem mil crianças prostitutas nos Estados Unidos, de acordo com o relatório UNICEF 1997. Mas, são

em bordéis e nas ruas da América do Sul onde trabalha a grande maioria das crianças vítimas de comércio sexual. Esta multibilionária indústria, vasta rede de traficantes, intermediários, agentes turísticos e cafetões operam com escandalosa impunidade. Na América Latina, não há nada de novo: existe a prostituição infantil desde a primeira “Casa de Tolerância” que foi inaugurada em 1536, em Porto Rico. Hoje, meio milhão de meninas brasileiras trabalham vendendo o corpo, para o benefício dos adultos que as exploram: tantas como na Tailândia, não tantas como na Índia. Em algumas praias do Caribe, a próspera indústria do turismo sexual oferece meninas virgens a quem possa pagar por elas. A cada ano aumenta o número de meninas jogado no mercado de consumo: de acordo com estimativas de organizações internacionais, pelo menos um milhão de meninas se incorporam, a cada ano, à oferta global de corpos. (GALEANO,1998, p.12)

Consideramos Galeano (1998) um arquiteto de argumentações que expõe realidades irrefutáveis como visto anteriormente. Deparamo-nos com uma síntese do contexto em que está inserida grande parte de crianças e jovens no nosso país. O cenário desenhado pelo autor nos inspira reconhecer a importante contribuição que a escola pode assumir nesse contexto transversalizado por classe, gênero e questões étnico-raciais. Aliás, não apenas importante, mas também estratégica, na medida em que a escola se constitui em um lócus potencialmente favorável de expressão de complexas formas pelas quais as identidades sociais dos sujeitos, em particular crianças e jovens, são construídas, articuladas, experienciadas, transgredidas e rearticuladas. A escola é, portanto, um lócus privilegiado para a coeducação das pessoas que lá estão.

Educação para além do mercado e do consumo

O processo civilizatório vem sendo marcado pela violência e isso não pode e nem deve ser ignorado. Todavia, há de se reconhecer que a humanidade, inserida nesse processo complexo e contraditório, nunca passou por mudanças tão fortes e rápidas como as que estamos assistindo no presente momento histórico, principalmente do ponto de vista de circulação de bens simbólicos em escala global, até porque não se perde de vista a lógica excludente e injusta no estágio contemporâneo do capitalismo globalizado. (MARTIN BARBERO, 2002)

Se, por um lado, há mudanças profundas na sociedade ocidental do ponto de vista de referentes culturais, por outro lado, se constata um quadro de violência e injustiça social bastante intenso na mesma escala. Pode-se deduzir, então, que as mudanças dos “bens simbólicos”¹ em escala global não atingiram alguns aspectos da sociabilidade dos sujeitos sociais no que concerne à cultura do respeito aos direitos humanos que implica nos referenciais que afligem a defesa da justiça social, de equidade de gênero, da superação de qualquer expressão de preconceito e discriminação por orientação sexual, raça-etnia e religião.

Mais do que nunca é preciso proporcionar a criação de espaços dialógicos dentro das escolas que favoreçam o reconhecimento da diversidade como valor positivo, a promoção da justiça social e o enfrentamento dos preconceitos e de todas as formas de discriminação, a fim de promover os espaços de ação profissional, em especial as Instituições de Educação Básica, como lugares de qualidade educacional, humana e social.

Nesse sentido, convidamos à uma aproximação ao tema da coeducação como um importante recurso para a construção um ser cidadão/cidadã em que a ética produza sentido no seu agir cotidiano em vista a superação da banalização da violência, da injustiça social, de todas as formas de preconceito e discriminação. Uma sociedade para além do “Fast food, fast cars, fast life”.

A coeducação em pauta²

Podemos dizer que a coeducação é um processo de intervenção através do qual se potencializa a capacidade de desenvolvimento de meninos e meninas a partir do reconhecimento da realidade das diferenças dos sexos tendo em vista o desenvolvimento pessoal e construção social comum e em condições iguais.

Coeducar não é justapor em uma mesma classe pessoas de ambos os sexos, nem tampouco é unificar, eliminando as diferenças mediante a apresentação de um modelo único. Não é uniformizar as mentes de meninos e meninas, mas, pelo contrário, é ensinar a respeitar o diferente e desfrutar da riqueza que oferece a diversidade (MORENO,1993).

1 Ver MARTÍN BARBERO (2002).

2 A discussão nessa parte do texto baseia-se no Dicionário ONLINE de COEDUCACIÓN: Educando en Igualdad. Visitar: http://www.educandoenigualdad.com/antiguaweb/IMG/pdf/DiccionarioONLINE_DE_COEDUCACION- pdf.pdf. Consultado em 30/09/15.

Nessa linha de pensamento, se entende por coeducação o processo educativo que promove a capacidade de desenvolvimento integral das pessoas independentemente do sexo a que pertencem e, por isso, entendemos escola coeducativa aquela em que são corrigidos e todos os tipos de desigualdades ou mecanismos discriminatórios por razão do sexo, da raça-etnia, da origem de e na qual os alunos e as alunas podem desenvolver livremente sua personalidade em uma atmosfera de igualdade real e sem quaisquer condições ou limitações em função do seu sexo. (LUCINI, 1998)

Coeducação pressupõe e exige situações de igualdade real de oportunidades educacionais, profissionais e, em geral, social, de modo que ninguém - em razão do sexo, raça, classe - parta de uma situação de uma desvantagem ou tenha que superar dificuldades específicas para alcançar os mesmos objetivos. Mas não podemos limitar a coeducação a uma mera equalização das condições de partida. A coeducação parte da aceitação de seu próprio sexo, de sua sexualidade e da aceitação social de sua identidade, de modo que cada pessoa possa construir sua identidade social a partir um autoconceito positivo e saudável. Trata, também, de propiciar a comunicação entre as pessoas de ambos os sexos, com base no respeito mútuo, no conhecimento do direito, a aceitação da coexistência, num diálogo criativo e superar o preconceito sexista como categorias hegemônicas e autoexcludentes. Marina Subirats (1988, p 64), afirma:

Assim, a coeducação visa o desaparecimento dos mecanismos discriminatórios, não só na estrutura formal da escola, mas também na cultura e na prática educativa. O termo coeducação não pode simplesmente designar um tipo de educação as meninas foram incluídas no modelo masculino, como inicialmente sugerido. Não pode se não tem a coeducação, enquanto não haja fusão dos padrões culturais que antes eram considerados específicos de cada um dos gêneros.

Coeducação é uma tarefa global de ensino, uma vez que envolve uma apreciação e avaliação sobre o que nós ensinamos, como ensinamos e por que ensinamos. Não se trata de criar áreas novas, mas ter os princípios da coeducação presentes em todas as áreas. Educar para a crítica, a convivência, o compromisso, a criatividade e a justiça.

Veremos a seguir, os desafios para uma coeducação em uma sociedade herdeira da cultura patriarcal e de uma ideologia androcêntrica na qual as expressões da violência reinam cotidianamente como se fossem algo irreversível.

Cultura da violência e suas expressões no contexto patriarcal e androcêntrico: desafios para uma escola coeducativa

Embora não se possa ignorar que o processo civilizatório tenha tido sempre marcas da violência, ao trazer o foco sobre tal problemática na sociedade contemporânea moderna capitalista, observa-se que este contexto social é transversalizado por uma *cultura da violência*, relacionada de forma recíproca e interdependente com a *ordem patriarcal de gênero*³ e *androcêntrica*⁴.

Entre nós, nesse momento, o termo *cultura* deve ser entendido segundo concebido por Abbagnano (1998, p. 228), como um “conjunto dos modos de vida criados, adquiridos e transmitidos de uma geração para outra, entre os membros de uma determinada sociedade”.

Concordamos com Chauí (1984), Quanto ao termo *violência*, que associa as seguintes ideias: 1) tudo o que age, usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; 5) conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror.

De forma breve e resumida, a *cultura da violência* pode ser entendida como *modos de vida criados, adquiridos e transmitidos de uma geração para outra que tem como base a desnaturação, a coação, a tortura, a brutalidade, a violação, a transgressão à justiça e ao direito, a sevícia, o abuso físico ou psíquico, a opressão e a intimidação através do uso do medo e do terror.*

3 Do ponto de vista da ordem patriarcal de gênero, Saffioti esclarece que, neste ordenamento, o feminino está relacionado à docilidade, sensibilidade, comportamentos apaziguadores, tendência à inferioridade em relação ao masculino, entre outros aspectos, e o masculino relacionado à força, à virilidade, a comportamentos agressivos.

4 O termo androcentrismo vem do grego “*andros*” homem e define o conceito que atribui ao homem a condição de centralidade e de modelo ideal do humano. A partir disso se generaliza toda a sociedade - homens e mulheres -, ocultando outras realidades como a das mulheres ou das pessoas de cor negra. As mulheres são tratadas dentro dessa visão mais como objetos do que como sujeitos, pois, se entende que o homem é a referência, e a mulher “o outro”. O androcentrismo, que generaliza o pensamento masculino, branco, burguês e heterossexual, como parâmetro, impregnou as relações de poder, a produção cultural e o pensamento científico (MORENO, 1985).

Em outras palavras, as raízes da cultura da violência em sociedades ocidentais, originárias da cultura judaico-cristã e patriarcal⁵ como a brasileira, se retroalimentam e se fortalecem em valores que se sustentam na lógica burguesa moderna⁶ balizada por um modelo referencial de organização sócio-ideológica e político-econômica, a do homem (*gênero*), branco (*raça/etnia*), burguês (*classe social*) e heterossexual. Assim sendo, seguindo o pensamento de Toledo (2007), percebemos que as manifestações de violência são particularizadas e mediatizadas pelas condições materiais e culturais de vida e sociabilidade.

Está claro que se vivemos em uma sociedade marcada pelos mais distintos tipos de violência que se manifestam a partir de uma lógica complexa e sócio-historicamente construída. Nosso coletivo social vive discrepâncias de toda ordem, principalmente quando se considera como naturais e/ou consubstanciais à existência humana, ou históricas, a violência, as desigualdades, as injustiças sociais, que nada mais são que consequências das ações humanas e, portanto, modificáveis também pela mesma.

O androcentrismo no ocidente – fundado pela lógica aristotélica – alerta que na sociedade contemporânea permanece uma *contradição primeira*⁷ que leva a identificar como *o humano* a vontade de domínio expansivo – vocação da morte fraticida –, própria do arquétipo viril, com suas valorações positivas de valentia e honra, entre outras. Este nada mais é que um sistema de valores desumano, dissemina a crença de que a guerra é consubstancial à existência humana, que a expansão territorial é inevitável, é desejável e é a expressão de progresso pessoal e coletivo. Dissemina-se, também, que a hierarquia e os conflitos inter-humanos gerados por este sistema ideológico é algo natural e transcendental. Em outras palavras:

5 Heilborn (1991) postula a existência de um eixo organizador das sociedades herdeiras da cultura judaico-cristã, que é o complexo simbólico honra-vergonha, que subsidia o senso comum com a ideia de prestígio e extremo poder masculinos, cujo exercício está na centralidade da moral e controle femininos.

6 Esta já traz na sua lógica uma violência intrínseca – a exploração entre seres humanos, para extração da mais-valia –, hoje tornada mais complexa devido ao estágio financeiro globalizado do capital, à expansão mundial da cultura do consumo, e ao reconhecimento do sujeito (o ser) a partir do ter bens simbolicamente valorizados na economia das aparências. Vide: Bauman (2005), Gentili (2002) e Slater (2002).

7 Ver em: MORENO, Amparo Sarda. *Arquetipo viril, protagonista de la historia*. Barcelona: La Sal, Edicions de les dones, 1986.

[...] excluímos valorizar como significativo tudo aquilo que, no obstante, vivemos e nos permite sobreviver cotidianamente, palpitar com o palpitar humano, à margem de qualquer fantasma de superioridade: caos que ameaça o cosmos viril, natureza indômita que vem resistindo na civilização produtivista, carne descontrolada que provoca o atemorizado espírito, Eros produtor e reproduzidor de vida frente à fantasmagórica *vocação de morte fraticida*, enfim, animalidade humana frente à virtude. (MORENO 1988, p.232)

Nas condições de ordenamento da sociedade moderna ocidental não poderia ser diferente. A modernidade   marcada pelo encontro da felicidade de uma razão que tranquilizou uma sociedade em desordem.   nessa ordem social que delinea-se uma racionalidade que distingue, que separa e que propões a garantia de previsibilidade e segurança para seus cidadãos e cidad as. A razão moderna vem para garantir segurança e ordem: um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar. Adquire-se o atributo de uma certeza assegurada pelos c culos, pelas metodologias científicas na produ o do conhecimento, além de desenvolver linguagens apropriadas para explicar, justificar e legitimar a ordem estabelecida. Com a modernidade, chegam as disciplinas, as especializa es das profissões. (MARTIN-BARBERO,2015)

Hoje, o que está acontecendo? Ao nosso ver, além da herança da ideologia androc trica e da cultura patriarcal, a contemporânea sociedade moderna passa por desestabiliza es de toda natureza. Martin-Barbero (2015) alerta que tudo o que vemos cotidianamente pode gerar incertezas e isso   uma oposi o terrível   razão moderna ocidental. O mundo ocidental chega ao ápice de complexidade que, nos dias atuais, o saber, o conhecer não tem a ver com os "saberes separados", fragmentados tão caros   ciência cartesiana, na medida em que esses saberes estão desordenando a possibilidade de conhecer o real, a racionalidade cartesiana já não oferece recursos válidos para a compreensão da realidade contemporânea e para um agir profissional que responda às demandas sociais

Esse   um ponto crucial, para os desafios que estamos nos deparando como profissionais da área social e educadores/as. Os/as jovens habitam um mundo novo e um mundo novo habita os/as jovens, "a razão linear e infantil da modernidade já não tem vez" (BARBERO,2015). Podemos considerar que estamos, atualmente, imersos em um caos que, entre outros aspectos, deve-se

às ameaças à razão moderna⁸ guardiã da segurança, da ordem, do progresso, por exemplo.

Para o/a pesquisador/a, a situação atual traz à memória os tempos pré-modernos que instigou o santo ofício a dar marcha à inquisição que puniu e baniu conhecimentos e saber ditos satânicos, marginais, não autorizadas, cuja propriedade estava nas mãos das “Bruxas”. Assim, afirma Barbero (2015), o novo tempo do saber e do conhecimento que temos hoje, tem a ver com dívidas do passado.

A sociedade, em particular no âmbito da educação, vive em tempos de tensão. Seguindo as premissas de Barbero (2015), nos perguntamos: Até que ponto meninos e meninas, crianças e jovens estão no lugar não autorizado? Onde habita a autoria do caos no cotidiano da vida em sociedade, neles/nelas (crianças e jovens) ou nos/nas autorizados (famílias, religiosos/as, educadores/as, profissionais, políticos, cientistas)?

Precisamos evidenciar a presença de novas linguagens nas interfaces do mundo digital, ensinando novos modos de estar juntos/as através das novas tecnologias. Concordamos que é um bom recurso recorrer à figura mais criativa da linguagem – a metáfora – na reinvenção dos sentidos do ser e do fazer cotidiano, do ensinar, do aprender. Apostar em uma linguagem que faz intercâmbio, que desestabiliza, que negocia e inventa a significação no ensinar-aprender. Barbero (2015) convida a rompermos com o monoteísmo da razão moderna, abrindo saberes de um a outros, explorando a explosão narrativa das crianças e jovens.⁹

É impossível prosseguir em ações educativas, ou ações afins, que privilegiem o saber racional - o cumprimento de tarefas, a demonstração de aprendizagem de conteúdos que muitas vezes não produz sentido para a vida dos/as alunos/as-, e perde de vista a dimensão do sentir. Não perder e amadurecer a capacidade de sentir constitui-se a matriz da criatividade humana e é nessa matriz que se encontra um meio promissor para a formação de cidadãos e cidadãs éticos e éticas.

Valorizar a formação estética, da expressividade e da criatividade como chave na constituição de sujeitos para a vida, pois sem considerar a formação da subjetividade é impossível formar pessoas éticas. Uma boa ilustração dessa assertiva está na reflexão de Barbero (2015), quando afirma que para

8 Não se perde de vista a relação recíproca da crise da razão moderna com a cíclicas crises da ordem econômica capitalista e na saturação de uma cultura de mercado e consumo.

9 Visite: <http://www.ebc.com.br/educacao/2015/06/assista-ao-6o-encontro-brasileiro-de-educomunicacao>

desenvolver a teoria da relatividade Einstein precisou igual ou maior imaginação que Beethoven para compor a nona sinfonia.

A formação da subjetividade que se refere Barbero (2015) tem direta relação com a formação de sujeitos que desautorizam a reprodução da cultura da violência, através da ruptura de desigualdades de gênero e do respeito à diversidade étnico-racial, cultural, religiosa, sexual. O lócus privilegiado para a formação desses sujeitos, inclusive nós profissionais na ressignificação da nossa subjetividade, é o espaço profissional, em especial a escola.

À guisa de reflexão final

As premissas até aqui explicitadas indicam que uma formação na perspectiva da coeducação não pode deixar de vislumbrar uma cidadania aberta aos riscos, à negociação, à improvisação. Atualizar, portanto o conceito de cidadania aprisionado à lógica cartesiana. Enfim, há indícios de que é esse um dos caminhos para lidar com a diversidade de demandas com as quais nos deparamos cotidianamente.

Podemos ser coeducadores/as? Podemos. É possível promover uma educação em valores que possa produzir o sentido de ser e fazer em sociedade como cidadãos e cidadãs éticos e éticas.

Pedimos permissão para afirmar que, sim, podemos como profissionais da educação e afins, promover a cultura dos direitos para a diversidade, no âmbito das relações étnico-raciais, de gênero e da sexualidade, além de termos recursos que viabilizem o uso de novas linguagens para abrir canais de comunicação com crianças e jovens com as quais trabalhamos. Vamos escutar suas linguagens, suas demandas tantas vezes silenciadas diante dos nossos temores e tremores em mundo de tantas inseguranças.

Só mais uma reflexão que nos pareceu interessante, já que até o momento a ética foi recorrente nas discussões anteriores. Chega Maturama (2002, p.72) e nos lembra que falamos de direitos humanos, da educação em direitos humanos mas vale a pena acrescentar dois aspectos: “o direito de equivocarse e o direito de mudar de opinião”. Desistir nunca!

Referências

ABRAMOVAY, M. et al. **Direitos Humanos de crianças e Adolescentes no Brasil:** Gangues, Gênero e Juventudes. Direitos Humanos, Brasília, set. 2010.

BARBIERI, Terezita. **Sobre a categoria Gênero**: uma introdução teórico-metodológica. Recife: SOS Corpo, 1993.

BARRETTO, Elvira Simões. **Identidades de Gênero en la series de televisión**: una reflexión en torno a la Cultura de la Violencia. Barcelona-Espanha, 2008. 398p. Tese doutoral do Programa de Doctorat “Periodisme i Ciències de la Comunicació”.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 24.

_____. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 18

BOUDON, Raymond. **Dicionário de Sociologia**. Lisboa: editora Dom Quixote, 1990.

BRASIL. **IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2010.

BOURDIEU, P. A. **Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política nacional de assistência social. Brasília, 2004.

BUTLER, Judith. **El Género en disputa**. Buenos Aires: Paidós, 2001.

CANDAUI, V.M. **Direitos humanos, violência e cotidiano escolar**. Disponível em: www.dhnet.org.br/educar/.../072_congresso_vera_candau.pdf. Acesso em 15 fev. 2012.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global**. Tradução por Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 07-17.

GALTUNG, Joham. **Sobre la Paz**. Barcelona: Fontamara, 1985.

HEILBORN, Maria Luzia. **Família em processos contemporâneos**: inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola, 1995

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HUBERMAN, Leo. **A História da riqueza do Homem**. São Paulo: Zahar, 1981.

KEHL, Maria. **A pátria órfã**. São Paulo: Olho d'Água, 2008.

LECHNER, Nobert. Cultura juvenil y desarrollo humano: Jovenes. **Revista de Estudios sobre Juventud**, México, Vol. 08, No. 20, Ene.-Jun. 2004, p. 12-26.

LINS, R. N. **A cama na varanda**. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: BestSeller, 2007.

MATURANA, Humberto. **Amar e Brincar**: fundamentos esquecidos do humano – do patriarcado à democracia. São Paulo: Palas Athena, 2004.

_____. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Tradução: José Fernando Campos Fortes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002

LUCINI, Fernando; ANAYA, Madrid, 1998. **Temas transversales y Educación en valores**.

MARTÍN BARBERO, Jesús. Jóvenes, comunicación e identidad: Pensar Iberoamerica. **Revista de Comunicación y Cultura**. n. 0, fev. 2002. Disponível em: <http://www.oei.es/pensariberoamerica>. Acesso em 06/02/2011.

_____. **Dos meios as mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Trad. Ronald Polito e Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

_____. **Desafios culturais da comunicação à educação: Inovações no Campo da Comunicação colocam desafios para a Educação que não devem ser menos-prezados quando se pretende a construção da cidadania**. Revista Comunicação & Educação, São Paulo, 181: 5 1 a 6 1, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/view/4108/3860>. Acesso em: 05.08.2015.

MEAD, Margaret. **Cultura y compromiso**. Buenos Aires: Granica, 1971.

MORENO, Amparo Sardá. **Arquetipo viril, protagonista de la historia**. Barcelona: La Sal, Edicions de les dones, 1986.

_____. **La otra “política” de Aristóteles.** Barcelona: Icaria. 1998

MORENO, Montserrat. **Cómo enseñar a ser niñas:** el sexismo en la escuela. Icaria, Barcelona, 1993.

PÀMPOLS, Carles F. **De jóvenes, bandas y tribus.** 2 ed. Barcelona: Ariel, 1999.

SAFFIOTI, H.I.B. **A transgressão do tabu do incesto.** Relatório apresentado ao CNPQ. São Paulo, 1992.

SAFFIOTI, H.I.B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Perseo, 2004.

SCOTT, J. Joan. Gênero: Uma Categoria útil para a análise. **Educação e Realidade.** Porto Alegre: UFRGS, 1990.

SERRES, M. *Hominescências. O começo de uma outra humanidade?* Tradução: Edgard de Assis Carvalho, Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

VASCONCELOS, R. PIMENTEL, E. **Violência e Criminalidade em Mosaico.** Maceió: Edufal, 2009.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2011:** Os Jovens do Brasil. São Paulo, Instituto Sangari, 2012.

_____. **Mapa da Violência 2012:** Os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo, Instituto Sangari, 2012.

MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE GÊNERO, CURRÍCULO E ESCOLA RELIGIOSA

Cristiano José de Oliveira
cristianj_35@hotmail.com

Lívia de Rezende Cardoso.
Universidade Federal de Sergipe

Resumo: Levando em consideração a importância de se compreender a inserção de novas demandas culturais no currículo escolar, faz-se necessário identificar e conhecer os caminhos pelos quais percorreram e percorrem os estudos de currículo nas pesquisas brasileiras. A proposta deste artigo é fazer um mapeamento dos trabalhos sobre currículo com o objetivo de identificar e analisar como se dão suas teorizações e as discussões sobre gênero e sexualidade. Dessa forma, podemos perceber a educação sob uma nova perspectiva, com uma visão mais ampla para além dos objetivos apenas de transmissão de conteúdo, bem como compreender que o currículo é cheio de intenções e significados, que compreende relações de poder e de espaço, envolvendo aquilo que somos e em que nos tornamos. Dessa forma, realizamos um mapeamento sobre trabalhos, dissertações, teses, artigos científicos, nos sites da Capes, Scielo Brasil e Gt's da ANPED. Em tais buscas, focamos nas seguintes temáticas curriculares: sexualidade, gênero e corpo em escola religiosa. Nas análises das produções científicas no Brasil, há muitos estudos sobre a exclusão das mulheres. Porém, poucos estudos educacionais com o tema diversidade sexual. Essa ausência na Educação, provavelmente, tem como causa a predominância de proposições essencialistas e excludentes nos conceitos utilizados para pensar identidades sexuais e de gênero.
Palavras-chave: Relações de Gênero; Sexualidade; Escola Religiosa.

Introdução

Quando pensamos em escola, de início, nos vem à ideia de alunos, estrutura física, recreio, merenda, corpo docente, corpo diretivo, avaliações, trabalhos, diário de classe e tantos outros componentes que fazem o universo escolar. Todavia, tudo isso que elencamos faz parte do currículo escolar que se estrutura em discursos e conceitos quando entendido pela vertente pós-estruturalista, em que predomina uma análise social e cultural ampliando de certa forma o conceito de currículo (SILVA 2014). Dessa forma, qual o papel do currículo em meio ao universo escolar? Que significado lhe são atribuídos? Sendo assim, pensar o currículo como algo mais abrangente, diversificado, plural é o que de fato pretendendo nessa seção. O papel do currículo frente ao universo educacional é algo inquestionável do ponto de vista da construção do sujeito e suas representações sociais. Sendo assim, são de suma importância à abordagem das discussões curriculares não somente como algo isolado, que beire o inalcançável. Levo em consideração que a construção do sujeito-aluno resulta nas discussões sociais de maneira mais abrangente, tal qual a maneira como lidar com o diferente, o comportamento frente às questões de equidade de gênero, dos direitos atribuídos a todos sem distinção de cor, raça, nacionalidade, orientação sexual, política e segmento religioso.

Percebe-se que nas primeiras teorizações sobre o currículo, o exercício do mesmo partia de um papel puramente burocrático e mecânico, com questões relacionadas a procedimentos, técnicas, métodos e avaliações, comparando a escola a uma empresa. De certa forma, a mesma mantinha-se sobre um pensar do homem-trabalho. Assim, quando olhamos para as nossas escolas percebemos no âmbito das análises que as mesmas possuem essa visão no que tange ao currículo e que, em suas práticas, não conseguem perceber o seu papel social e político. Dessa forma, o que as teorias críticas e pós-críticas sugerem é que se repense este papel, que se diz neutro no currículo tradicional, e se questione a pura transmissão de conhecimentos elaborados por um determinado grupo. As teorias críticas, por sua vez, discordaram e atacaram as perspectivas sobre o currículo tradicional.

A partir dessas ideias, o currículo passou a ser um espaço de poder, um meio pelo qual é reproduzida e mantida uma ideologia dominante, podendo também ser um espaço de construção, de libertação e de autonomia. Após o estudo das teorias críticas e pós críticas de currículo, pudemos conhecer, de forma mais complexa, a sua essência, as relações de poder que o envolve,

o cunho político, econômico, religioso, cultural e racial que está por trás da construção de um currículo. Existem questões que permeiam o currículo e que devem ser analisadas com muita atenção, pois determinam nossa prática, fazendo com que reproduzamos os interesses das classes dominantes. Por conta desse olhar mais atento ao que o currículo é capaz de fazer, e que me debruço sobre as abordagens de gênero e sexualidade na prática docente em escola religiosa, cujos discursos e interesses norteiam o currículo. Tal currículo propaga discursos acerca daquilo que se propõe, sendo que o mesmo norteia práticas que fazem com que o sujeito-aluno reproduza os interesses de quem os domina.

Para conhecer a produção acadêmica brasileira acerca das temáticas de currículo, gênero e escola religiosa, construí um mapeamento das pesquisas existentes no Banco de Teses da CAPES, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no SCIELO Brasil e na Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Educação (ANPED)..

Mapeando Teses e Dissertações

Em consulta ao Banco de Teses do Portal CAPES, utilizando as ferramentas de busca “gênero, corpo, sexualidade, currículo e escola religiosa”, nenhum registro foi encontrado. Quando na combinação “gênero e currículo”, encontrei 22 registros. Porém, nenhum versava sobre a relação de práticas pedagógicas, tal qual a abordagem das discussões de gênero, corpo e sexualidade em escolas religiosas.

Dessa forma, por perceber a ausência de pesquisas com essas discussões, busquei a BDTD, em que na combinação de palavras “gênero, sexualidade, currículo e escola religiosa” encontrei somente um trabalho que traz em seu aporte teórico os estudos culturais, sendo assim cita: Foucault, Larrosa, Hall, Louro, Scott, Meyer, Conelly e Clandinin. Tal tese, intitulada, “Sexualidade: narrativas autobiográficas de educadores” restringem-se apenas à discussão de sexualidade, mas não em escola religiosa. Seu objetivo foi analisar autobiografias de profissionais da educação, assim como dar visibilidade e problematizar os modos de aprender sobre si e sobre o outro no cotidiano das relações na família, escola e em alguns outros espaços de sociabilidade, em relação à sexualidade.

Utilizando a combinação de “gênero, currículo e escola religiosa”, encontrei 03 pesquisas sendo que a primeira não tem relação alguma com as discussões de gênero, nem sexualidade. A segunda está intitulada “Manifestações de preconceitos nos espaços socioeducativos das escolas comunitárias urbanas: um

estudo do sul da Bahia”. Esse trabalho analisou a percepção e a adoção de práticas interculturais e político-administrativo, pedagógico-educacionais. Aborda gênero, idade, étnicos, crenças religiosas, classe social e formação dos sujeitos ativos, comunicativos e reflexivos, um indivíduo-sujeito capaz de conviver como diferente. Conceitua gênero de acordo com Stray (1998). Usa Foucault, Louro, Hall, Silveira como aporte teórico, porém, a pesquisa não alcança a perspectiva da que me proponho a fazer.

A terceira pesquisa encontrada está intitulada “Por uma história das práticas de formação docente: um estudo comparado entre duas escolas normais de Ribeirão Preto – SP (1944-1964)”. Ela aborda a formação religiosa docente, mas não como objeto investigativo. Discute gênero, mas na perspectiva de masculino e feminino de maneira binária, utiliza referenciais como Chartier, Hunt, sobre história cultural, Vinão Frago e Dominique Julia a respeito de cultura escolar, Louro e Scott para discutir gênero.

Dada à escassa produção de teses e dissertações que discutem as temáticas de gênero, corpo e sexualidade em escola religiosa, evidenciada por meio da pesquisa ao Banco de Teses do Portal da CAPES e BDTD, considere que seria relevante a multiplicação de trabalhos que abordassem essas temáticas, principalmente pelo que autores dessas pesquisas, anteriormente citadas, apontaram: presença de sexismo e androcentrismo nas escolas, bem como, o despreparo de docentes para lidar com a temática de gênero, corpo e sexualidade cuja temática encontra-se cada vez mais em pauta na contemporaneidade.

Produção em artigos

Em pesquisa realizada no site SCIELO Brasil, não encontrei artigos com as palavras de busca “gênero, corpo e sexualidade, currículo e escola religiosa”. Ao realizar a pesquisa com as palavras de busca “gênero, sexualidade e currículo”, tive acesso a cinco artigos que se referem às temáticas de gênero. Desses cinco, percebi que o primeiro trata de uma resenha de Gonzalez (2005) sobre as discussões de currículo, gênero e sexualidade de Louro (2000), em que o autor descreve sobre a perspectiva e o olhar de Louro acerca da concepção das discussões de gênero. No segundo artigo, Diniz e Assinalli-Luz (2007) discutem sobre a não exclusividade da Biologia para tratar da sexualidade, mas deveria ser trabalhada em todas as disciplinas do currículo por visão cultural. No terceiro artigo, Viana (2012) traz resultados de levantamento da produção acadêmica sobre a introdução do gênero e da sexualidade nas políticas públicas

de educação no Brasil entre 1990 e 2009. Por meio da análise desse material, identificaram-se dois movimentos analíticos: o uso do conceito de gênero, sob a influência de Joan Scott e, nas produções mais recentes, a crítica ao que Butler denomina “matriz heterossexual”. No quarto artigo, Diniz e Cavalcanti (2008) discutem algumas concepções sobre o tema homossexualidade e gênero produzidas por estudantes de um curso de pedagogia da Universidade Federal do Paraná. A análise quantitativa dos dados observados aponta inicialmente para uma melhor aceitação das diferenças sexuais e de gênero. No quinto artigo, Sabat (2001) aborda sobre a publicidade sendo um dos artefatos que estão inseridos em um conjunto de instâncias e, como tal, funciona como mecanismo de representação, ao mesmo tempo em que opera como constituidora de identidades. Segundo a autora muito mais do que seduzir o/a consumidor/a ou induzi-lo/a à obter determinado produto, a publicidade comporta um tipo de pedagogia e de currículo culturais.

Em pesquisa no Grupo de Trabalho Gênero, Sexualidade e Educação e no grupo de Currículo, encontrei 17 trabalhos sobre pesquisas com a temática de gênero, porém apenas 8(oito) encontram-se numa perspectiva de Gênero, Sexualidade e Currículo. O trabalho de Klein (2012) analisa uma política pública voltada para a promoção de uma “Primeira Infância Melhor” (PIM), do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, discutindo como ela, ao atuar como uma instância pedagógica se propõe a educar e regular mulheres e homens como sujeitos de gênero. O referencial teórico-metodológico que orienta as análises ancora-se nos Estudos de Gênero e Culturais, em aproximação com a perspectiva pós-estruturalista, principalmente da análise do discurso, de inspiração foucaultiana. O material empírico desta investigação foi constituído através de um trabalho de campo de caráter etnográfico, por meio do cruzamento de informações de diferentes fontes: documentos oficiais referentes ao PIM; atividades que integram o PIM, conforme registradas em diário de campo e entrevistas com técnicos/as e mulheres-visitadoras. Utilizou-se de Dagmar Meyer (2009) em que sinaliza o uso do conceito de gênero funciona como uma ferramenta analítica cujo propósito é o de examinar os múltiplos processos (sociais, culturais e linguísticos) que diferenciam homens e mulheres, além de assumir que “o corpo funciona como território de inscrição de identidades de gênero”.

No trabalho de Andrade (2012), as relações entre juventude e escolarização é o tema mais amplo da pesquisa. Apoiado nos campos dos Estudos de Gênero e Culturais, volta-se para os múltiplos processos de ex/inclusão que levam um contingente expressivo de jovens a serem excluídos do ensino regular formal e

a retornarem para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). O material empírico é constituído por entrevistas narrativas com 19 estudantes da EJA. Nelas, os/as próprios jovens narram e, com isso, significam os seus processos de exclusão e re-inclusão escolar. Problematiza, a relação entre escolarização, gênero e vulnerabilidade social, em um contexto em que a escolarização é posicionada com via de acesso para diminuição dos impactos dos componentes da vulnerabilidade sobre os indivíduos. Analisa como as situações de vulnerabilidade são vividas de modos diferenciados por eles e elas e, grande parte das vezes, ser mulher intensifica estas experiências; como a escola se configura para os/as jovens entrevistados/as como redutora dos componentes da vulnerabilidade.

O trabalho de Siqueira e Silva (2012), através de pressupostos foucaultianos, buscou reconhecer a ocorrência de investimentos de saber/poder em ações pedagógicas envolvendo livros paradidáticos que abordam temas relacionados à sexualidade, gênero e saúde reprodutiva, detendo-se principalmente nas noções de dispositivo da sexualidade e biopolítica. Com esses pressupostos, tiveram em vista identificar as mediações introduzidas por este suporte de leitura na discussão da sexualidade e das relações de gênero no espaço escolar. Essa investigação permitiu, segundo as autoras perceber a supremacia e emergência de temáticas da atualidade nas ações envolvendo o livro paradidático e a identificação desse artefato cultural como um antídoto à inadequação e descompasso dos suportes didáticos disponíveis para fazer emergir discussões que na maior parte das vezes são excluídas da pauta escolar.

O trabalho de Ribeiro (2012) apresenta uma cartografia sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual na Educação Física. Essa cartografia é composta pela análise da narrativa de professoras de educação física do Paraná, assim como também das Diretrizes Curriculares da Educação Básica – Educação Física – DCEB/EF (2008) e da formação continuada para professoras/es da rede estadual de ensino do Paraná, em especial o curso Gênero e Diversidade na escola – GDE, etapa 2009-2010. As análises que compuseram esse texto foram realizadas a partir da perspectiva dos estudos pós-estruturalistas e de gênero. O objetivo deste texto foi mostrar a presença, as ausências e as diferentes maneiras das temáticas de gênero, sexualidade e diversidade sexual nas narrativas escolares da Educação Física.

O trabalho de Villas Bôas, Sousa e Lombardi (2012) refletiu acerca das possibilidades do uso da teoria das representações sociais e da categoria relações sociais de sexo no estudo do trabalho docente haja vista que sua compreensão passa também por incorporar, na perspectiva de análise, as dimensões

socialmente construídas sobre determinados modelos de masculino e feminino. Discute-se como as dimensões sobre masculinos e femininos foram sendo historicamente construídas e como diferentes processos contribuíram para a feminização dessa profissão. As análises empreendidas, embora parciais, indicam a existência de uma representação da docência consoante ao modelo de feminino e feminilidade convencional que prevalece na sociedade brasileira.

O artigo de Castro (2012) discute sobre a UFRJ em que ofereceu, em 2010, um curso de extensão intitulado Diversidade Sexual na Escola, que envolveu mais de 350 profissionais de educação. Fazia parte da metodologia do curso incentivar os/as cursistas a realizarem atividades pedagógicas, nos seus contextos escolares, que trabalhassem a questão da diversidade sexual e de gênero. Essas atividades deveriam ser registradas em diários, que se tornaram nosso principal material de pesquisa. Trabalhou com os registros que tratavam das atividades pedagógicas em si, tendo a análise de conteúdo como metodologia, analisando quais os caminhos didático-pedagógicos encontrados/construídos por educadores/as no desenvolvimento destas atividades, seus limites e oportunidades. A pesquisa não pretendeu produzir uma prescrição, mas levantar apontamentos a partir das experiências, procurando uma interlocução com a literatura acadêmica. De acordo com o autor, a pesquisa evidencia que, se não há caminho certo, o que ainda há é um longo caminho a ser percorrido, não apenas na desconstrução das violências e desigualdades, mas na construção de uma pedagogia que tenha o reconhecimento da diferença, a promoção da reflexão crítica e a superação das desigualdades como meio e objetivo.

A pesquisa de Silva (2012) visou cartografar, a partir da interlocução com autores como Deleuze, Guattari e Foucault, a localização daquilo que professoras e professores em salas de aulas no trabalho com a disciplina Ciências, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, apontam como “problemas” no diálogo com as crianças sobre corpo e sexualidade. Problematizou o lugar da realização da aula como possível dispositivo maquínico, assinalando para a possibilidade de que, no encontro entre professores e alunos, criam-se corpos e sexualidades; experimentam-se lugares de gêneros e lugares generificados. A pesquisa vincula-se à matriz de pensamento que toma as explicações científicas como “histórias que atuam na constituição de um objeto de conhecimento científico”, pois busca pelos modos como se “entretecem nestas explicações outras histórias”. Foram realizados grupos focais e aplicados questionários a professoras/as que atuam na rede pública municipal de ensino de Uberlândia-MG. Como problemas, foram apontados o estranhamento com a vida que pulsa e lateja nos

corpos e nas vivências das crianças, a relação com a família e com as experiências de desejo e prazer das crianças.

O trabalho de Ribeiro (2012) buscou problematizar as falas de educadoras que atuam na Educação Infantil concebendo-as como enunciados. Esse é um conceito cunhado por Michel Foucault que gera perguntas tais como: o que pode ser dito? Quem está autorizado/a a dizer? Penetra então num labirinto de enunciados que são geradores de tantas perguntas: por que gênero e sexualidade são questões? Quais os governos exercidos por múltiplas forças, por autoridades que se consideram capazes de vigiar, julgar, marcar a sexualidade e o gênero? Por que ainda hoje as expressões da sexualidade das crianças causam tanta agitação? Qual o contexto em que as crianças, em algumas instituições de Educação Infantil, expressam sua sexualidade? Qual a concepção de sexualidade e como essa temática integra ou não os currículos de formação de educadores e educadoras? Que discursos legais, científicos, médicos, morais, religiosos, educacionais, jurídicos engalfinham-se na Educação Infantil? Todas essas perguntas constituem um emaranhado de caminhos – um labirinto – e desafiam a capacidade para pensar as multiplicidades e as interconexões desses discursos que podem ser produzidas no cotidiano da Educação Infantil.

Analisando o contexto das pesquisas realizadas, percebi que no Portal da BDTD, as teses e dissertações estão localizados nas seguintes regiões do País: 25% Nordeste, 25% Centro-oeste, 25% Sul e 25% Sudeste. Ainda no campo dos trabalhos realizados, percebi que 75% esta relacionado a teses e 25% a dissertações, todas defendidas em Universidades Federais. Quanto ao Scielo Brasil, verifiquei que 60% dos artigos científicos está situada na região Sudeste do País e 40% na região Sul. Assim, a região Norte não apresentou trabalhos nessa temática. Quanto a produção em artigos, apenas a região Sul e Sudeste têm publicado em revistas da base do Scielo. Daí, podemos questionar quanto ao incentivo às pesquisas e suas divulgações acerca das temáticas de gênero e sexualidade no currículo escolar nessas outras regiões.

Quanto ao Portal da ANPED, em pesquisa ao GT de gênero, sexualidade e educação, dos 17 trabalhos observados, 47,06% estabelece uma relação em discussão de currículo, todavia 52,94% não apresentam currículo como discussão nos trabalhos apresentados. Dessa forma, percebe-se, que nos artigos encontrados no SCIELO Brasil e no site da ANPED em ambos os GT's pesquisados, existe uma demanda de pesquisa pequena sobre gênero, sexualidade e currículo que não dão conta de discutir de maneira mais ampla o papel social da escola junto às discussões pertinente a contemporaneidade, tais como igualdade de gênero, pluralidade, posição do sujeito frente às relações de poder.

Ainda assim, as questões religiosas tais como doutrina, instruções, necessitam ser revista frente à formação de estudantes em escola religiosa. Dessa forma, o que foi notado nas afirmações e discussões dos trabalhos me levou a concluir sobre a relevância de se pesquisar como se inserem as abordagens de gênero, corpo e sexualidade em uma escola religiosa no Nordeste Brasileiro. Afinal, pensar como essa produção de sentidos e significados se dá em um meio cultural em que vários discursos estão sendo discutidos para desnaturalizar concepções fixas e que as influências dos discursos criam alunos e alunas com um pensar preconceituoso ou diferenciado diante da sociedade sobre igualdade de gênero.

Considerações Finais

Pesquisar as relações de gênero, corpo e sexualidade em um currículo de escola religiosa se justifica, também, pela carência de estudos sobre a prática pedagógica dos docentes em escola religiosa. Não encontrei no Banco de Teses do Portal da CAPES, no SCIELO Brasil e nos trabalhos do GT Gênero, Sexualidade e Educação e do GT de Currículo da ANPED, referências a pesquisas que enfoquem a produção de diferenças relacionadas a essas temáticas em escolas religiosas. Portanto, considero importante e válida a realização desta pesquisa em meio ao cenário de novas propostas educacionais que foram criadas no âmbito das políticas públicas para a educação brasileira na última década e a ausência de pesquisas que investiguem como essas temáticas emergentes estão sendo trabalhadas no chão das escolas, nos mais diversificados contextos, como é a escola com caráter religioso.

Nesse sentido, os silêncios também podem produzir práticas e decisões, tanto quanto as falas e instruções. As poucas discussões e produções acadêmicas sobre o tema de escolas religiosas, corpo e gênero têm trazido questionamentos e evidenciado essa prática no campo da Educação no que tange a normatividade daquilo que de fato é tido como discriminatório e preconceituoso. Sendo assim, espera-se que possam ser feitas novas pesquisas que relatem como são as práticas pedagógicas no campo da Educação em Escolas religiosas, onde são formados conceitos que marcam corpos e constroem as personalidades, como se objetiva nesta dissertação.

Referências

ALMEIDA, João Ferreira de. Tradução. **A Bíblia Sagrada** (revista e atualizada no Brasil) 2ed. São Paulo. Sociedade Bíblica Brasileira. 1993.

ANDRADE, Sandra dos Santos. **Escolarização, gênero e vulnerabilidade social:** uma abordagem cultural de narrativas juvenis. FE/UFRGR. ANPED-2012

CASTRO, Alexandre Silva Bortolini de. **Sexualidade, gênero e diversidade:** currículo e prática pedagógica. PUC-Rio de Janeiro e UFRJ. ANPED-2012.

DINIZ, Nilson. ASINELLI-LUZ, Arais Educação Sexual na Perspectiva Histórico-cultural. **Educação** Ver.[online]. 2007, n.30, pp.77-87.

DINIZ, Nilson Fernandes and CAVALCANTI, Roberta Ferreira. Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação em pedagogia. **Pro-posições** [online]. 2008, vol.19. n.2, pp.99-109.

GONZALEZ, Rodrigo. Currículo, Gênero e Sexualidade. **Cad. Pesquisa.** [online] 2005, vol. 35, n. 125, pp. 238-238.

KLEIN, Carin. Mulheres-visitadoras, mulheres-voluntárias, mulheres-da comunidade: o conhecimento como estratégia de diferenciação de sujeitos no PIM. UFRGS. **ANPED-** 2012.

LORETO, Melo Irmã. **Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Bom Conselho:** história carisma, missão. Recife: a congregação, 2003. 414p.:il.

MENEZES, Magali Mendes de. Da academia da razão à academia do corpo. In: TIBURI, Márcia, et al. **As mulheres e a filosofia.** São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2002, p. 13-22.

RIBEIRO, Cláudia Maria. No labirinto da educação infantil as falas de educadoras sobre gênero e sexualidade. UFLA. **ANPED-**2012.

RIBEIRO, Gabriela Chicuta. Gênero, sexualidade e diversidade sexual na educação física escolar. Uma cartografia das práticas discursivas em escolas paranaenses. UFPR. **ANPED-**2012.

SABAT, Ruth. Pedagogia Cultural, Gênero e sexualidade. **Rev. Estud. Fem.**[online]. 2001, vol. n.1, pp. 04-21.

SILVA, Andréa Costa de. SIQUEIRA, Vera Helena Ferraz de. Sexualidade e gênero: discursos docentes mediados pelo livro paradidático. NUTES/UFRJ. **ANPED**-2012.

SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz. Corpo e sexualidade no ensino de ciências: experiências de sala de aula. UFU.ANPED- 2012. VIANNA, Cláudia. Gênero, Sexualidade e Políticas Públicas de Educação: Um Diálogo com a Produção acadêmica.

Proposições [online]. 2012, vol.23, n.2, pp.127-143.

VILLAS BÔAS, Lúcia Pintor Santiago. SOUZA, Clarilza Prado de. LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho docente na ótica de estudantes brasileiros (as):das representações sociais às relações sociais de sexo. FCC e PUC-SP. **ANPED**-2012

VIANNA, Cláudia. Gênero, Sexualidade e Políticas Públicas de Educação: Um Diálogo com a Produção acadêmica. **Proposições** [online]. 2012, vol.23, n.2, pp.127-143.

DA VIRGEM MARIA AO IDEÁRIO DE MULHER: DISCURSOS RELIGIOSOS DO EDUCANDÁRIO NOSSA SENHORA DA PIEDADE

Cristiano José de Oliveira
cristianj_35@hotmail.com

Lívia de Rezende Cardoso
Universidade Federal de Sergipe

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar os discursos que permeiam a fundação do Colégio Nossa Senhora da Piedade e a atuação de suas Professoras/Freiras. Essa escola religiosa foi fundada em meados do século XX e tem como fundamento uma ordem religiosa, o que valida a circulação de discursos religiosos em seu currículo escolar. Para a realização desta pesquisa, fazemos uso da História oral através de relatos das Irmãs Zélia e Irmã Lurdinha da ordem vocacional Franciscanas de Nossa Senhora do Bom Conselho. Além disso, utilizamos o jornal O Estudante de circulação na referida escola dos anos de 1966 e 1967, que ainda se encontra na instituição como único arquivo de circulação da época. Ao analisarmos os dados, ficou evidente a imagem da Virgem Maria como um ideário a ser seguido pelas jovens meninas que recebiam uma educação para casarem e serem boas esposas. As matérias que eram publicadas no jornal da escola traziam situações vivenciadas pelas estudantes em seu cotidiano e como elas deveriam agir. As questões sobre a sexualidade das jovens, segundo as falas das freiras entrevistadas, eram discutidas de modo discreto para não afrontar a educação exigida pelos pais e pela religiosidade. Discursos religiosos também estiveram presentes quando o assunto na escola foi a homossexualidade de seus professores ou de mães de alunos. Apesar de se tratar de uma escola religiosa, este artigo traz situações que são vivenciadas ainda hoje em escolas comuns.
Palavras-chave: Relações de Gênero; Sexualidade; Escola Religiosa.

Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar os discursos que permeiam a fundação do Colégio Nossa Senhora da Piedade e a atuação de suas Professoras/Freiras. Essa escola religiosa foi fundada em meados do século XX e tem como fundamento uma ordem religiosa católica, o que valida a circulação de discursos religiosos em seu currículo escolar.

Para realizar a pesquisa que fundamenta este artigo, utilizamos o jornal “O Estudante” de circulação da referida escola dos anos de 1966 e 1967 em que se encontra na respectiva instituição como único arquivo de circulação da época. Utilizamos, ainda, as falas de ex-professoras freiras. Dessa forma, a maneira a qual nos propomos a apresentar as discussões e como as mesmas foram alcançadas encontra-se no panorama de História Oral, tal qual afirma Ferreira (1998, p. 10);

[...] é aquela que privilegia o estudo das representações e atribui um papel central as relações entre memória e história, [...]. Nesta vertente a subjetividade e as deformações do depoimento oral não são vistas como elementos negativos para o uso da história oral. Consequentemente, a elaboração dos roteiros e a realização das entrevistas não estão essencialmente voltadas para a checagem das informações e a apresentação de elementos que possam se constituir em contraprova, de maneira a confirmar ou contestar os depoimentos obtidos. As distorções da memória podem se revelar mais um recurso do que um problema, já que a veracidade dos depoimentos não é a preocupação central.

Sendo assim, elegemos a memória para que na tentativa de saber como e quais elementos se constituíam na construção de uma discussão de gênero e sexualidade, através das lembranças, nas falas, bem como nos discursos entendido como discutível na época e documentos que comprovam como se davam as discussões.

O discurso religioso fundante

Em 1947, as Freiras Franciscanas chegaram à cidade de Lagarto, Sergipe, através da Irmandade da congregação Nossa Senhora do Bom Conselho, ordem religiosa que, no século XVI, ganha “vigor religioso”. Pernambuco deparava-se com a miséria em grande parte dos lugarejos e, por isso, Frei Caetano de Messina iniciou a atividade missionária, com base em um Ideal religioso, como a construção e fundação do primeiro colégio. Uma verdadeira solenidade em que marcava a história da referida congregação:

Até que em 20 de abril, o colégio estava pronto, capaz de receber as alunas. Para que a inauguração acontecesse num dia memorável, foi marcado para 24 de abril, quarto Domingo, depois da Páscoa. Eram três horas da tarde do dia 24 de abril. O povo começava a encher o largo da matriz. Dois coretos altos foram preparados. Chegando o momento previsto, 5 horas da tarde, 22 jovens saíram de suas casas. Dezoito eram educandas com seus uniformes escolares, quatro cobertas com seus mantos. Estas seriam as primeiras pedras vivas para a construção da grande obra a ser iniciada. O missionário aproveitando a festa do dia clamou com toda energia que à imitação da Virgem Maria, aquelas quatro jovens fugiram do mundo e dezoito outras jovens, como anjos as acompanhavam no novo colégio. (LORETO, 2003, p.180).

Percebe-se na fala do Frei uma representação do que seriam essas alunas. Tinha-se a ideia de que as mesmas tivessem uma referência da Virgem Maria. No catolicismo, isso se evidencia como regra da mulher que se submete a algo tal qual alteridade, altruísmo, em que a submissão estivesse sob um olhar de resiliência. Dessa maneira, esse discurso se confirma nos escritos de Corbin et al (2008, p.68-69):

Aos olhos da igreja, a virgindade é ao mesmo tempo, um estado, definido pela integridade da carne, quer dizer, pela “abstinência de todo ato venéreo consumado”, e uma virtude que é “perfeita abstinência de toda ação voluntária ou de todo prazer oposto à castidade, como resolução de permanecer sempre em abstinência” Esta virtude não consiste em uma disposição do corpo, mas sim

da alma [...]. A virgindade, assim entendida, prepara aquelas que tiveram sabido preservá-la para receber uma coroa de gloria no outro mundo.

Assim, de maneira velada, o discurso da mulher “imagem” da Virgem Maria deixa evidenciado ao que pode ou não pode quanto às representações do que é ser mulher. Ainda atrelado a esse contexto, percebe-se que mesmo que quisessem casar-se, isso referindo ao papel social da mulher, o que a ela está assinalada a ser é a ideia de exclusividade tal qual propriedade, dona de um senhor. Assim cita Foucault (1984, p.185):

Por um lado as mulheres, enquanto esposas, são de fato circunscritas por seu status jurídico e social; toda a sua atividade sexual deve se situar no interior da relação conjugal e seu marido deve ser o parceiro exclusivo. Elas se encontram sob o seu poder; é a ele que devem dar filhos que serão herdeiros e cidadãos.

Percebe-se de fato que quando o Franciscano Messina, em seu discurso, aborda a Virgem Maria como exemplo, dando sentidos e significados àquelas jovens alunas iniciantes, ele não está falando a priori sobre sexo, nem tão pouco casamento, tendo em vista que as Freiras, segundo os dogmas da igreja, não se dão em casamento. Porém, o discurso de serva do senhor, da Virgem Maria que recebeu o chamado, que atendeu ao pedido do filho Jesus, da mulher que só serviu está impregnado de proibições, bem como de ordem, de poder, de exclusividades, o que de fato se assemelha a ideia patriarcal.

Assim também se deu o ideal de construção da Irmandade Franciscana em Lagarto-SE. Uma história que passou a ser prática frequente em todas as instituições de ensino relacionado à referida congregação religiosa. Foi em 1947, na cidade de Lagarto situado na região centro-sul do Estado de Sergipe, que a igreja é contemplada com a primeira escola religiosa na cidade, denominada de Educandário Nossa Senhora da Piedade “que recebeu o nome em homenagem à padroeira da cidade em que se situou ” (MALAFAIA et. al, 2008, p.4). O referido educandário está situado na Rua Major Mizaél Mendonça, antiga Rua de Estância, sob orientação católica que tinha como objetivo instruir a juventude lagartense nos moldes da fé cristã. Traz consigo valores que internalizaram as práticas educacionais até então discutida.

Sendo assim, o Educandário Nossa Senhora da Piedade foi o primeiro colégio de fato no município de Lagarto que, até então, contava apenas com grupos escolares e núcleos de professores que alfabetizavam em suas próprias casas, cujo ofício se davam às mulheres nesse período. Dessa forma, percebemos uma discussão de gênero no que tange a educação no direcionamento de quem ficaria a responsabilidade de educar. As mulheres eram restritas aos aspectos referentes ao cuidado, bem como a orientar quanto ao ensino. Nesse sentido, Louro (2000, p.40) afirma:

O gênero não é uma simples categoria analítica; ele é como os intelectuais feministas têm crescentemente argumentado, uma relação de poder. Assim, padrões de sexualidade feminina é inescapavelmente, um produto do poder dos homens para definir o que é necessário e desejável- um poder historicamente enraizado.

A educação brasileira, como cita Freitas (2003), no que diz respeito ao sexo feminino, durante o período colonial, ficou restrita aos conventos, bem como os raros casos de aulas ministradas nas residências por professores particulares. Desta forma, percebe-se que ainda no final do século XIX havia resquícios dessas “práticas pedagógicas” em que o Educandário também vivenciou. Sendo assim, percebe-se quando no discurso da fundação da instituição em Pernambuco berço dessa Irmandade, o fundador Messina conclama as primeiras alunas a serem imitação a Virgem Maria.

O Educandário logo se destacou no município de Lagarto, tendo em vista que se constatava uma carência no âmbito educacional, levando em consideração que só existia o grupo escolar Silvio Romero, que não era escola religiosa, e algumas escolinhas nas próprias casas. O Educandário crescia aos poucos tal como em seu histórico apresentado desde a sua fundação em Pernambuco. Por conta disso, o espaço físico em Lagarto começou sem muitas salas, utilizando o grupo escolar Silvio Romero mencionado anteriormente. Desta feita, a ocupação da referida escola dava-se para uso em algumas práticas de atividades escolares, tendo ampliado o espaço aos poucos, conforme ia crescendo. Na sua inserção, conseguiu através de suas práticas pedagógicas transparência do Ideário Franciscano advindo da congregação do Bom conselho.

Produzindo gêneros e sexualidade

Esse ideário foi perceptível também a partir das histórias de vida expressas nos depoimentos que tomei de ex-professoras Freiras. A primeira delas, e que é tida como referência principal chama-se Maria das Mercês Val Passos Viana, cujo nome de Irmandade usa é Maria Zélia. Ela chegou a Lagarto em 1972, já era Freira e seus registros de origem são de Pernambuco. Foi professora de história, matemática, português. Assim, ela afirma que meninos e meninas já estudavam na escola o que diferenciava da origem do colégio que inicialmente era só mulher. Do mesmo modo, também tinham professores tanto homens quanto mulheres no corpo docente, como afirmam a respectiva Freira. No tocante às discussões de gênero e sexualidade, a mesma disse que algumas perguntas existiam na época. A entrevistada refere-se ao termo época em razão de hoje não fazer mais parte do quadro de professoras da escola por motivo de saúde. Ao resgatar suas memórias, continua a salientar que as perguntas de casamento e sexo não eram feitas em sala de aula e sim reservado em um dado momento, mas não na aula, embora as meninas sentiam-se curiosa, mas preferiam reservarem-se. Dentro do seu relato, percebe-se uma fala bastante curiosa vivenciada na época em que lecionava:

Tivemos um episódio que muito chamou atenção na época. (risos) Um determinado professor, hoje acredito não mais vivo, acho que já faleceu. Diziam que o mesmo era homossexual, algo que ele nunca nos contou, até porque ele ministrava a aula dele e isso nos bastava. Porém, alguns alunos meninos vieram a elogiar as aulas desse professor a seus pais, quando os mesmos tiveram conhecimento que se tratava de um homossexual (risos) foi aquele alarde. Alguns pais pediram que tirassem o professor porque ele iria mexer ou influenciar os alunos a serem homossexual (risos), mas a madre da época fez o seguinte, não tirou o professor, o deixou ensinando só às meninas e os meninos ficaram com uma professora. Até que eu sempre olhava o recreio como esse professor (risos) se divertia com as alunas (risos). Era um professor animado. Todo mundo gostava. [...]. (Irmã Zélia, 2015)

A fala da professora Freira nos faz refletir sobre o fato que a escola, deve ser também um espaço de cidadania e de respeito. Porém, modo vidente, a mesma e que de certa forma a mesma reproduz discursos que engendram valores dicotômicos. Assim, a reação apresentada pelos pais em razão da orientação sexual do professor tornou-se um desafio para escola e para o professor, contribuindo na construção social de um olhar preconceituoso. Afinal, o fato do professor ser homossexual colocou em xeque a sua credibilidade como educador e formador de sujeitos, o que não aconteceu com outros docentes tidos como heterossexual. Foi a sua sexualidade que definiu a sua competência.

Dentro do contexto da homossexualidade como sempre foi visto de uma forma de sexualidade transgressiva e que de certa forma os casos de acusações de pedofilia na igreja católica cria um discurso ganhando de certa forma visibilidade como passou a ocupar lugar de destaque nos debates políticos, jurídicos e científicos. As denúncias, os casos e as discussões em torno do abuso sexual infantil na igreja católica são, certamente, objetos de estudos. Por sua vez, existe um discurso muito forte em relacionar o homossexual e a pedofilia criando uma subjetividade no âmbito social de preconceito acerca da referida temática. O sexo sempre foi atributo de regulação, negado e por muitas vezes levado ao silêncio. Dessa forma, para Foucault o sexo das crianças vai aparecer como inexistente no primeiro momento no século XVII, tal qual afirma:

[...] as crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venha a manifesta-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado. Isso seria próprio de repressão [...] (1988, p.10).

Entender as discussões de gênero, corpo e sexualidade, na contemporaneidade, não significa interpretar os desejos às imaginações. É certamente elucidar as questões referentes às práticas discursivas que articulam diferentes saberes e poderes criando subjetividade no sujeito. Por sua vez, Foucault esclarece que:

[...] de toda uma série de discursos sobre espécies e subespécies de homossexualidade, inversão, pederastia e “hermafroditismo psíquico” permitiu, certamente, um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região de “perversidade”, mas, também,

possibilidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar sua legitimidade ou sua “naturalidade” e muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico[...]. (1988, p. 96).

A escola educa corpos e produz uma sexualidade tida como “normal”. A heteronormatividade tem se propagado em um discurso de ser “natural” e, sem dúvida alguma, a religião aplica esse mesmo discurso referindo-se ao que determina e propaga o cristianismo. Em se tratando, em particular da escola religiosa em questão, sua doutrina baseia-se nas sagradas escrituras/Bíblia. Como ressaltam textos do livro de Gêneses, na história da criação, que “Deus criou o homem à sua imagem, criou-o à imagem de Deus, criou o homem e a mulher” (Gênesis 1, 27). Impregnando o seu currículo com o discurso religioso sobre os corpos, os gêneros e as sexualidades. Assim, existe um apego no discurso religioso no que tange o livro de Gênesis mais precisamente na criação, que corrobora com todos os argumentos utilizados como prática na esfera da subjetividade de muitos cristãos: o homem foi feito para mulher, o casal deve procriar daí um discurso para não conceber duas pessoas do mesmo sexo ter relação sexual, Deus criou o macho e fêmea.

Sendo assim, é difícil agregar novos discursos, apropriar-se de um universo sem preconceito e discriminações frente à demanda de subjetividades existentes e que formam novos discursos enraizados na concepção do que é ser homem e ser mulher de acordo com o pensar cristão. Nesse contexto, sem dúvida, a sexualidade humana manifesta-se através de padrões culturais historicamente construídos e determinados, sendo que a sociedade se incumba de reforçá-los e de exercer as privações sexuais experienciadas por diversas culturas (FOUCAULT, 1984). Desse modo, ver-se a interrelação entre a construção de educandários, escolas e creches, com seus currículos sexistas, preconceituosos e religiosos, e as sociedades que os alimentam e reforçam.

Portanto, a partir da inserção do educandário Nossa Senhora da Piedade, percebeu-se a ligação entre a referida instituição e a sociedade lagartense da época, expressa no entusiasmo da população frente ao surgimento do colégio “das Freiras”, como foi carinhosamente chamado. Este fato estava sempre ligado à própria tradição do catolicismo. Apesar de ser uma escola particular, o Educandário desde quando se instalou no município havia necessidade de vários suprimentos que iam para além das mensalidades pagas pelos pais dos

alunos. Dessa forma, foi preciso formar uma comissão que era responsável em ajudar as Freiras Franciscanas. Como o próprio ideário Franciscano de ser, a comunidade participava da história e construção da instituição.

Todavia, percebe-se que além da dificuldade de manter ou, até mesmo, seguir a construção dessa escola tão idealizada pela congregação, as discussões pedagógicas tais quais as práticas diárias submetiam as professoras/freiras a vivenciarem um universo diferente do que se costumava no cotidiano da Irmandade no que diz respeito a vivências e práticas pessoais. Os alunos estavam inteirados com o corpo, a ideia e pensamento sobre sexo, sexualidade, masturbação, casamento, namoro, o que de fato levava as professoras/freiras a atualizarem o discurso religioso do educandário. Isso pode ser percebido na fala da Irmã Lurdinha em seus registros consta Maria de Lurdes Martins da Silva que chegou ao colégio, não mais Educandário, para ser uma evangelizadora. Ela era professora de religião e atendia aos pais de alunos. Ela diz que não tinha material didático pedagógico para religião, assim como acontecia com português, matemática, história e tantas outras sendo que foi na confecção desse material que a mesma tentou atender os anseios e questionamentos acerca das discussões da época, como sexo, namoro, casamento. Na própria aula de religião, deparava-se com algumas curiosidades, algo fora da discussão, mas que precisava que responder:

Se masturbar é pecado? Pode se masturbar ou não? (risos). Imagine em uma aula de religião o aluno sair com uma dessa. Daí, fui explicar todo pensamento acerca da masturbação. Percebia que os meninos ficavam mais à vontade em relação às meninas quanto à discussão. (Irmã Lurdinha, 2015).

O modo como se construíram as diferenças de oportunidade, tal qual a relação da mulher semelhante à Virgem Maria, bem como o peso religioso que se dá à ideia do certo e errado, faz com que as mulheres fiquem mais reservadas, escondidas, insignificantes, tal qual a ideia do patriarcalismo frente às discussões de gênero. Vemos que nos registros históricos que até mesmo à sífilis era tida como troféu caso o homem adquirisse, o que era legitimada pelos pais da elite da época, no que tange à virilidade masculina. Tal qual cita Buriti (2011, p. 35): “a sífilis, na família tradicional, era mostrada como troféu ou uma tatuagem viril”. Desta forma, percebe-se que ao homem tudo era concebível

em detrimento da mulher, o que de fato faz com que essas representações permissivas ou não faça os meninos ficarem mais à vontade, como relata a freira no que diz respeito ao ato de masturbar ou discutir sobre.

Todavia, não existe registo nas Sagradas Escrituras/Bíblia que venha fazer valer ao homem tais privilégios em detrimento da mulher no que tange a relação sexual antes do casamento. Em algumas passagens bíblicas, como o livro de I Coríntios, apresenta-se isso de maneira bem pontuada proibindo de tal forma a ponto de apresentar um discurso sobre casamento. Nesse sentido, fica claro quanto à importância do casamento para que haja a relação sexual, segundo o apóstolo Paulo. Não existe nenhuma menção positiva na Bíblia do sexo praticado antes do casamento e nem qualquer orientação ou incentivo a respeito da prática de sexo antes do casamento. Pelo contrário, essa atitude é enquadrada como pecado, tal qual, apresenta-se em II Coríntios 12:21, Gálatas 5:19, Colossenses 3:5, quando aborda sobre impureza, prostituição, fornicação e lascívia.

Dessa forma, o discurso engendrado socialmente que ao homem é lhedado o direito, ou que, é permitido o ato sexual antes do matrimônio, como assim foi construído, não configura o que diz as Sagradas Escrituras/Bíblia e que não é permitido apoia-se em nenhum discurso religioso.

Os episódios seguiam a cada fala colocada pela Irma Lurdinha:

Certo dia, tivemos que solucionar um problema acerca de pais que se separaram cuja filha estuda aqui e que a mãe da aluna estava se relacionado com outra mulher. [...]. Temos professores homossexuais e que sempre somos questionados pelos pais porque isso aqui é uma escola religiosa não pega bem, uma escola religiosa estar com professor desse jeito, disse um pai certo dia (Irmã Lurdinha, 2015).

A ideia de tradicional e os papéis de representatividade do sujeito permeiam ainda hoje como fator inerente ao preconceito de discursos que formam sujeitos e criam olhares discriminatórios. Percebe-se que, em seus lares, os pais concebem representações estereotipadas e de maneira gritante quanto apresentam o que é permissível, certo, errado, o que pode e não pode aos moldes de um discurso patriarcalista. Podemos dizer também, e Buriti (2011) deixa claro, que os estereótipos e preconceitos de gênero eram internalizados, que a mulher

tinha de ser a boa administradora do lar, que caía sobre ela a responsabilidade da saúde e que crianças e jovens se subjetivavam através do que seria o papel de menina e de menino, reproduzindo desigualdades de gênero.

A educação da boa moça

O século XIX foi um fixador do que seriam masculinidades e paternidades, feminilidade e maternidade, padrão social que feria princípios do que fosse diferente, atribuindo conceitos de normalidade e anormalidade.

O próprio jornal de circulação da época traz os estereótipos atribuídos ao comportamento feminino e que as mesmas tivessem “classe”:

Uma jovem deve ser sempre recatada, pois o sentimento da dignidade não deve nunca ser abandonado pela mulher. Deve saber gracejar, porém dentro dos limites da conveniência. Mantenha sempre sua dignidade na moda: não lhe seja escrava. Tenhamos personalidade. [...] Não seja você a primeira a desvalorizar-se. Não invente querer deixar de ser feminina nas modas, nas atitudes, nos gestos. Tenha classe garota (O Estudante, 1996, p. 2a).

Percebe-se no informe do jornal de circulação da instituição discursos construindo o que de fato era ser mulher, o que estava reservado à vida das garotas da escola. Está velado um discurso extremamente impregnado de práticas que se construiu e se constrói até a contemporaneidade. Ainda no mesmo jornal, uma reflexão versa sobre o título “Aquilo que o dinheiro não pode comprar”. Em seguida, a narrativa aborda o que a mulher deve representar socialmente:

E a mulher muito mais que o homem tem necessidade de satisfazer seu coração em razão de sua própria natureza, de sua feminilidade de sua predestinação à maternidade. Somente ser uma mulher simples, abnegada, se poderá fazer com que o homem compreenda que seria a companheira ideal para ele [...] (O Estudante, 1966, p.4a).

Essa construção da mulher abnegada é que traça os espaços de atuação da mesma no que tange ao público e privado e que ainda sobre a esfera pública fica restrita a ordem de submeter aos cuidados que se tornam extensão de sua casa quando a mesma vem a ser professora, tal qual Freitas (2003, p.155) afirma: “o trabalho de educar e cuidar de crianças pequenas, destinado socialmente às mulheres”. Desta forma, percebe-se um olhar sexista existente em 1966 na citação do jornal de circulação na escola naquela época. O Estudante, até mesmo para a contemporaneidade, vem trazer à baila a referida discussão do que é ser homem ou mulher, bem como os papéis atribuídos.

Considerações Finais

Ao analisarmos os dados, ficou evidente a imagem da Virgem Maria como um ideário a ser seguido pelas jovens meninas que recebiam uma educação para casarem e serem boas esposas. As matérias que eram publicadas no jornal da escola traziam situações vivenciadas pelas estudantes em seu cotidiano e como elas deveriam agir. As questões sobre a sexualidade das jovens, segundo as falas das freiras entrevistadas, eram discutidas de modo discreto para não afrontar a educação exigida pelos pais e pela religiosidade. Discursos religiosos também estiveram presentes quando o assunto na escola foi a homossexualidade de seus professores ou de mães de alunos.

Apesar de se tratar de uma escola religiosa, este artigo traz situações que são vivenciadas ainda hoje em escolas comuns e que precisam ser discutidas nos diferentes níveis de educação. O Educandário sem dúvida teve sua importância social para a cidade de Lagarto, mas as discussões pertinentes às temáticas de gênero e sexualidade foram pautadas pelo discurso religioso. O grande desafio da contemporaneidade, mais precisamente para os/as educadores/as, é não fabricar preconceitos usando discursos de moralidade ou de normatividade sexual e de gênero. É preciso estranhar o olhar para não tornar o diferente estranho, tal assim como fazemos com as diferenças.

Referências

BURITI, Iranilson. **Leituras do sensível**: escritos femininos e sensibilidades medicas no segundo império-campina grande: EDUFPG, 2011. 84p.

CORBIN, A, COURTINE, J.J, VIGARELLO, G. **História do corpo**: da revolução a grande guerra/tradução de Joao batista kreuch, Jaime clasen; revisão da tradução Ephraim Ferreira Alves. 2ed. -Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A vontade de Saber. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A Guilhon Albuquerque. 13 edição. Rio de Janeiro. Edições Graal. 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II**: O uso dos prazeres; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque; Rio de janeiro, edições Graal, 1984.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Vestido de azul e branco**: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950). São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED. Coleção Educação é História, 3. 2003.

LOURO, Guacira Lopes (org). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte; Autentica 2000.

MALAFAIA, A. K. P. GOMES, E.V. P. SILVA, M. L. M. **O evangelho que instrui e liberta**: sob a direção das irmãs franciscanas de nossa senhora do Bom conselho, no Colégio Nossa Senhora da Piedade (1947-1969). 2008.

SERGIPE. **O Estudante**. nº 1 - órgão do colégio Nossa Senhora da Piedade, abril de 1966.

SERGIPE. **O Estudante**. nº 2 - órgão do colégio Nossa Senhora da Piedade, maio de 1966.

SERGIPE. **O Estudante**. nº 6 - órgão do colégio Nossa Senhora da Piedade, setembro de 1966.

SERGIPE. **O Estudante**. nº 7- órgão do colégio Nossa Senhora da Piedade, outubro de 1966.

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DA SITUAÇÃO LABORAL DE SERVIDORES E SERVIDORAS DO IFAL

Danielly Spósito Pessoa de Melo
daniellyifal@gmail.com

Alane Ananias da Silva

Larissa Campos Nascimento

Larissa Cristina Santos Antunes

Paula Geovana Gomes da Silva
Instituto Federal de Alagoas

Resumo: Este trabalho se propõe a apresentar reflexões que estão sendo construídas acerca das relações de gênero no âmbito do IFAL. Ou seja, reflete sobre a construção, no âmbito laboral, da igualdade de oportunidades entre servidores e servidoras lotados/as na Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL). Trata-se de uma pesquisa qualitativa que tem como marco teórico-metodológico a perspectiva feminista de gênero e as produções de sentido, que nos possibilita analisar os sentidos construídos para os conceitos – de gênero e de políticas de igualdade de oportunidades no âmbito laboral – nos documentos e referências levantadas, assim como refletir criticamente acerca da situação laboral dos servidores e servidoras da Reitoria do IFAL. O desenho metodológico abarca: a) levantamento bibliográfico sobre gênero e igualdade de oportunidades no âmbito laboral; b) identificação de documentos políticos de domínio público; e, c) construir diagnóstico da situação laboral de servidores e servidoras da Reitoria IFAL. O interesse pelo seu desenvolvimento se dá em razão de compreender que, embora nossa sociedade tenha avançado em matéria de políticas públicas

na área de gênero, ainda é visível que ela não oferece as mesmas oportunidades para homens e mulheres em vários âmbitos, dentre eles os espaços educacionais.

Palavras chave: políticas de igualdade, gênero, educação, mulheres no âmbito laboral.

Introdução

Simone de Beauvoir (1949), afirmou em sua obra “O segundo sexo”, que não se nasce mulher, se torna mulher. A assertiva planteada por Beauvoir manifesta uma realidade de toda humanidade, independente de período histórico, cultura, religiosidade etc. Desde a perspectiva da teoria feminista afirma-se que por mais que a ciência, a tecnologia e a sociedade tenham avançado, as bases materiais e simbólicas permanecem assentadas em princípios excludentes que não apenas refletem a categoria gênero, se não que também ajuízam marcadores como raça/etnia, religiosidade e classe social (YOUNG, 2000; SAFFIOTI, 2001; SAFFIOTI, 2003; SCOTT, 2003). Portanto, é legítimo afirmar que a sociedade reproduz – incessantemente – em seus pilares, relações assimétricas entre homens e mulheres, que incidem nos vários âmbitos.

Em primeiro lugar é importante considerar que ainda que as mulheres tenham aportado amplamente no desenvolvimento da sociedade, seu protagonismo foi invisibilizado e colocado a margem dos grandes acontecimentos da história, e é com base em um “discurso hipertrofiado” que se produz uma compreensão hegemônica de que os homens são ponto de referência e são as suas contribuições que explicam a evolução da humanidade.

Essa fronteira androcêntrica perdurou por séculos, porém as vozes que foram silenciadas, as mulheres importantes que não foram reconhecidas em nossa história etc., começaram a ter ressonância e visibilidade através do feminismo.

O movimento feminista constituiu-se como um avanço político, teórico e social que inicialmente potencializou o questionamento dos papéis tradicionais “que constituem” homens e mulheres, e, posteriormente, visibilizou o protagonismo das mulheres e suas contribuições frente a uma cultura e ciência predominantemente androcêntrica.

Para o feminismo as instituições sociais não estão apartadas da estrutura patriarcal de poder. Ademais, as instituições sociais não estão alheias ao processo de “contaminação” promovido pelas estruturas patriarcais. O movimento de transformação se dá dentro das estruturas patriarcais de poder pois nada se dá ou dará fora delas (SAFFIOTTI, 2003).

Sendo assim, é apropriado que reflitamos acerca do convite que Foucault nos faz ao sugerir que possamos submergir nos processos mais remotos e compreender como caímos em nossas armadilhas históricas (DREYFUS; RABINOW, 1995).

Nesse processo, o protagonismo do movimento feminista tem sido importante para evidenciar e apontar alternativas políticas para a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. No entanto, vale salientar que embora a igualdade de oportunidades no âmbito laboral seja um princípio jurídico reconhecido internacionalmente, ainda há grande resistência em materializar políticas públicas que garantam tais ações afirmativas.

Sendo assim, compreendemos a igualdade de oportunidades no âmbito laboral como ações afirmativas que objetivam construir um conjunto de políticas públicas com vistas a “corrigir” os efeitos da discriminação reproduzida e legitimada no passado e concretizar o “ideal” da igualdade de acesso e oportunidades (BARBOSA, 2001).

Em terceiro lugar, é necessário considerar que as mudanças recentes no contexto de políticas de igualdade promoveram importantes transformações, porém, em se tratando de políticas públicas de igualdade de oportunidades, muitas pesquisas têm evidenciado que ainda há muito por superar. Dentre a longa lista, citamos alguns aspectos que se tornam importante destacar: a) as condições de acesso, presença e permanência das mulheres no trabalho são diferenciadas, tendo em vista a persistência de princípios de que é mais “rentável” contratar uma força masculina ao contrário da feminina (a licença maternidade e os cuidados com a família são levantados no momento de análise de currículos etc.); b) a diferença salarial é tema “polêmico”, pois retrata a realidade brasileira onde as mulheres, mesmo com alta taxa de escolarização, recebem cerca de 30% a menos que os homens (BID, 2009); c) a sexualização das ocupações (do cuidado e da produção) que está relacionada com as diferenças salariais entre as profissões e o reconhecimento social (BRUSCHINI, 1995); d) os diferentes índices entre mulheres e homens quando se trata de desemprego e precariedade no trabalho é um fenômeno mundial e preocupante por tratar-se também de questões vinculadas com a saúde (DIEESE, 2014); e) a conciliação da vida laboral que ainda é compreendida como questão do “mundo feminino” (LOW, 2013); f) a dupla e tripla jornada de trabalho que atinge fortemente as mulheres; g) a escassa presença das mulheres nos espaços de decisão, de direção, na política etc. (BRASIL, 2013).

Por último, compreendendo gênero como um recurso intelectual e analítico importante capaz de combater os discursos deterministas, e, também como elemento constitutivo das relações sociais e das formas primárias de estabelecer relações de poder (SCOTT, 2003) faz-se necessário institucionalizar políticas de promoção da igualdade de oportunidades.

Frente a essa perspectiva, sabemos que cada vez mais pesquisadoras e pesquisadores do feminismo e da área de gênero têm identificado a necessidade das instituições públicas e privadas oferecerem espaços de diálogos e políticas institucionais na área de conciliação laboral e igualdade de oportunidades entre as/os profissionais.

A iniciativa de fazer análises de gênero, refletir, propor, construir e implementar instrumentos e metodologias é uma característica importante em uma instituição pública. Ou seja, aderir a um princípio de igualdade, delegar pessoas para formular, implementar e avaliar políticas e promover sensibilizações desfocadas da realidade não é suficiente para enfrentar as desigualdades.

Produzir diagnósticos, conhecimentos específicos e transversalizar o princípio da igualdade e os temas de gênero a partir de distintas experiências históricas e institucionais, e, evidentemente ter a competência e capacidade de implementar essas mudanças é primordial.

Trata-se, sobretudo, de compreender e promover relações de poder horizontais, transformar a realidade, mudar concepções e estruturas (concretas e simbólicas) complexas e arraigadas com o objetivo de refletir sobre a cultura institucional e seus procedimentos, formas de organização do trabalho, da vida privada e da vida pública, que possibilitem – minimamente – iniciar processos de romper com a desvalorização, subordinação e secundarização da mulher no mundo do trabalho e na sociedade.

Nesse sentido, a pesquisa se propõe a problematizar e analisar como se constrói, no âmbito laboral, a igualdade de oportunidades entre os/as servidores/as da Reitoria do IFAL, considerando que a promoção de políticas de igualdade se dá também ao enfrentar as dificuldades adicionais advindas da “condição” de gênero.

Metodologia

Considerando a pesquisa uma atividade intrínseca do fazer científico, “que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo” (MINAYO, 2010, p. 16). Pretende-se, através dessa pesquisa, apresentar contribuições para a organização de base do IFAL, assim como possibilitar um espaço de formação em áreas e temas relacionados ao campo da política pública na interface com a educação, administração pública e as questões de gênero.

Para isso opta-se por desenvolver uma pesquisa qualitativa que envolve algumas estratégias metodológicas que se complementam no sentido de responder ao seu objetivo. A opção pelo método qualitativo está “associada aos objetivos da investigação, passando a alinhar-se a uma postura epistemológica específica” (SPINK 1999, p. 49), com vistas a contribuir com/na construção de um conhecimento que busca questionar e superar a noção tradicional de dualidade: objeto x sujeito, qualitativo x quantitativo, individuo x sociedade, realismo x idealismo etc.

Nesse sentido, a perspectiva feminista de gênero e as práticas discursivas e produções de sentido oferece ferramentas teórico-metodológicas que possibilitam pensar e relacionar a ciência como uma construção social. Assim, “concebemos a pesquisa científica como uma prática reflexiva e crítica, mas também uma prática social” (SPINK, 1999, p. 43).

Dito isso, a referida pesquisa está diante a possibilidade de construção de uma ciência que não é, naturalmente, neutra, objetiva, universal. Tendo em vista que as pessoas que protagonizam a investigação atuam e compartilham valores, crenças, discursos etc. permite afirmar que o fazer ciência deve considerar as relações de poder que permeiam o processo de construção do conhecimento, questionar a noção de verdade absoluta e fazer uma crítica à própria ciência (SPINK, 1999; LOW, 2013).

O desenho metodológico está fundado nos seguintes eixos: a) levantamento bibliográfico; b) identificação de documentos de domínio público e c) diagnóstico da situação laboral de servidores e servidoras da Reitoria/IFAL.

Acerca do levantamento bibliográfico sobre gênero e políticas de igualdade de oportunidades no âmbito laboral buscou-se identificar o que há de conhecimento produzido e publicado sobre o tema de estudo e como esse material ajuda a (re)pensar e construir questões e possibilidades de respostas (MARCONI; LAKATOS, 2003). A partir do uso dos descritores “gênero”, “mulheres no âmbito laboral”, “igualdade de oportunidades”, considerou-se as publicações referentes ao período de 2013 – 2015, em dois sites de importante relevância acadêmica/política no país, o Portal da CAPES e a Biblioteca do Scielo.

No processo de identificação de documentos políticos de domínio público entende-se que os documentos são importantes dispositivos de análise de políticas públicas e constituem um conjunto diverso de dados que poderá agregar relatórios de governo, programas, planos, textos de jornais etc. (ARAÚJO JUNIOR, 2000). Para isso realizou-se pesquisa documental na perspectiva de

reunir os principais documentos que fazem referência ao processo de enfrentamento das desigualdades de gênero no âmbito laboral.

Para construir o diagnóstico da situação laboral de servidores e servidoras da Reitoria/IFAL identificou-se, inicialmente, os âmbitos específicos da atuação de diferentes sujeitos e por isso está construído a partir de duas ações distintas e complementares. A primeira delas refere-se a identificação de ações promotoras da igualdade de oportunidades por setores estratégicos da Reitoria, onde será levantar informações sobre cultura organizacional, estrutura e gestão organizativa, relações laborais, comunicação e imagem corporativa, formação continuada, plano de carreiras etc. Nesse processo espera-se identificar a existência, ou ausência, de iniciativas institucionais que sugere promoção de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no âmbito laboral.

A segunda ação está baseada na importância de conhecer a realidade, ou seja, trata-se de levantar o perfil dos servidores e das servidoras da Reitoria/IFAL. Para isso contou-se com apoio da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) e demais setores a ela vinculada que permitiu traçar um perfil, inicial, dos servidores e servidoras que estão lotados/as e/ou cedidos/as à Reitoria. As informações foram produzidas a partir do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) baseando-se nos seguintes elementos: sexo, idade, tempo de exercício, órgão de origem/lotação, regime jurídico, profissão, jornada de trabalho, formação profissional, tipo de funções e/ou direções assumidas, licenças concedidas (mandato eletivo e/ou sindical), salário, conciliação da vida laboral, familiar e pessoal, motivações para licenças e/ou ausências etc.

Espera-se que através de tais informações possamos identificar elementos que, quiçá, possam favorecer e/ou desafiar a igualdade de oportunidades entre servidores e servidoras da Reitoria/IFAL.

Discussão

Ainda que a pesquisa esteja em processo de análise dos dados e finalização, a partir da pesquisa bibliográfica, foi possível visualizar e analisar o que foi produzido academicamente acerca do tema.

Inicialmente observa-se a existência de escassas publicações no que se relaciona com mulheres no âmbito laboral ou políticas de igualdade. Identificou-se 202 artigos, e, após filtragem apenas 08 (oito) artigos no idioma português, verdadeiramente, pautam tais questões.

O debate sobre mulheres no âmbito laboral ou políticas de igualdade surge como demanda de movimentos sociais e feminista, orientando-se para o desenvolvimento de políticas de equidade e a importância em dar visibilidade aos marcos normativos no âmbito nacional e internacional.

No que se refere ao tema de gênero identificou-se 14.845 artigos. Com um número significativo de material a ser trabalhado optou-se por seguir adiante com a análise documental, e, posteriormente retornar para finalizar a análise dos artigos que verdadeiramente trata do tema.

No entanto, um rápido olhar analítico observa-se que, em alguns casos, autores e autoras realizam recortes específicos e complementares que contribuem para um olhar mais complexo da realidade das mulheres e permitem pluralizar, como por exemplo: geração, raça/etnia, classe, orientação sexual e outras especificidades.

Atualmente a equipe de pesquisa está em processo de análise dos dados que podem dar visibilidade a realidade dos/as servidores/as da Reitoria/IFAL. Portanto, torna-se possível pontuar algumas observações iniciais.

No âmbito da Reitoria/IFAL observa-se que o número de homens e mulheres é equivalente, são 154 servidores (52%) e 144 servidoras (48%).

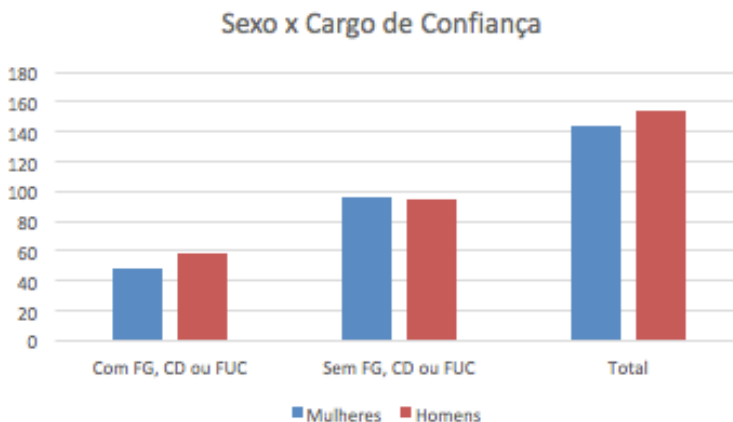


Gráfico 1: Situação de servidores e servidoras relacionada com FG, CD ou FUC (cargos de confiança)

Embora visualize-se que 48% do quadro funcional da Reitoria/IFAL esteja ocupado por mulheres, as mulheres somam 45% das pessoas que ocupam

cargos de confiança e dentre elas apenas 41% estão atualmente ocupando as melhores remunerações.

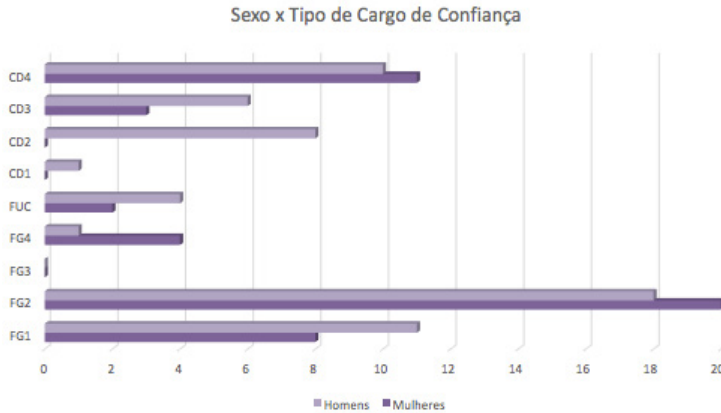


Gráfico 2: Situação de servidores e servidoras relacionada com Tipo de FG e CD(cargos de confiança)

Segundo pesquisas as mulheres recebem aproximadamente 30% menos que os homens para desempenhar as mesmas funções. Embora no serviço público servidoras e servidores possuam as mesmas oportunidades, visualizou-se que entre as pessoas que ocupam cargos de confiança (FG, FUC ou CD) há diferenças salariais. Dos 59 homens que ocupam cargos de confiança, 25% deles possuem renda acima de R\$ 13.000,00. Enquanto isso, das 48 mulheres, apenas 15% delas possuem tal renda.

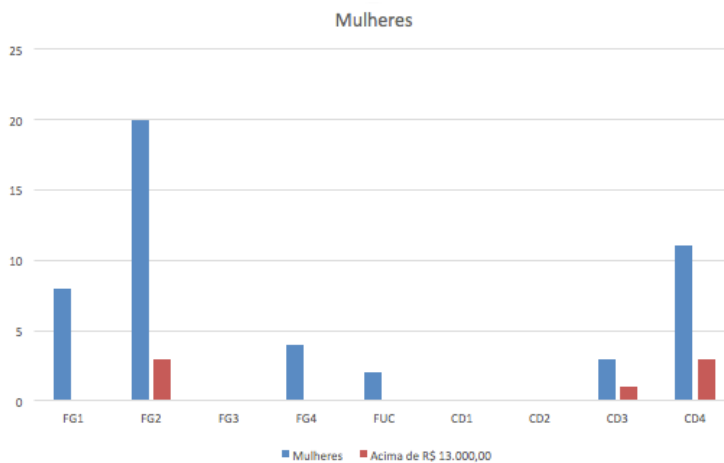


Gráfico 4: Servidoras com renda acima de R\$ 13.000,00

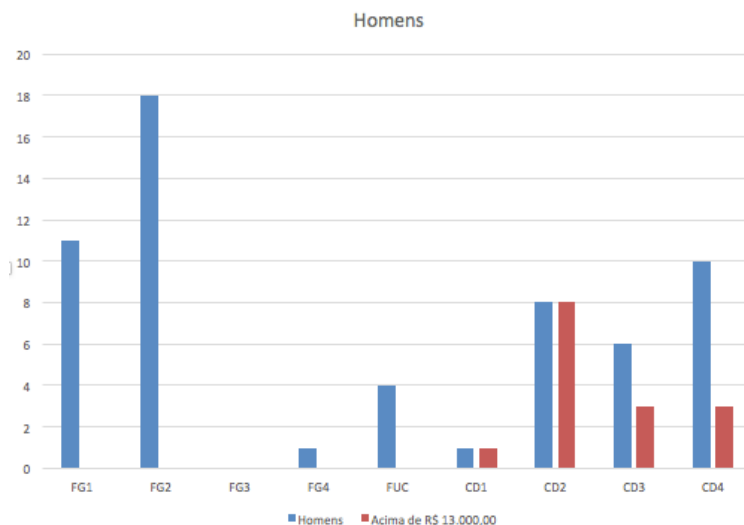


Gráfico 5: Servidores com renda acima de R\$ 13.000,00

Tratando-se de um projeto que envolve análises complexas, a participação e disponibilidade da instituição etc. os dados produzidos inicialmente contribuem como um disparador que fomenta a necessidade de novas caminhadas e buscas. No momento, a equipe, encontra-se analisando cuidadosamente os dados.

Quiçá, a construção dessa pesquisa possibilite apontar caminhos para fortalecimento e aperfeiçoamento de práticas de promoção da igualdade de oportunidades entre servidores e servidoras, assim como possa constituir-se como iniciativa inovadora no trato de políticas de igualdades de oportunidades entre homens e mulheres no serviço público, em especial, nos Institutos Federais do país.

Conclusões

Para que a igualdade formal seja convertida em igualdade real é fundamental o desenvolvimento de políticas públicas amplas e setorializadas, que desenvolvam recursos políticos/jurídicos e medidas que auxiliem no incremento da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nos espaços educacionais.

Sendo assim, estima-se que a proposta de pesquisa repercuta positivamente na estrutura organizacional da instituição – de forma interna inicialmente, e, no

externo, ou seja, com o alunado, posteriormente – pois possibilita o início de diálogos sobre as possibilidades da conciliação da vida familiar e laboral dos servidores e servidoras da instituição.

Referências

ARAÚJO JUNIOR, José. **Health sector reform in Brazil, 1995-1998: an health policy analysis of a developing health system.** 2000. 189 f. Tese (Doutorado em Estudos de Saúde) – University of Leeds, Leeds, 2000.

BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). **New century, old disparities: gender and ethnic wage gaps in Latin Americ.** Nova York: BID, 2009.

BRASIL. **Boletim Estatístico de Pessoal.** Ministério do Planejamento, Brasília, v. 18, no 202, fevereiro 2013.

BRUSCHINI, Cristina. Desigualdades de gênero no Mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher nos anos oitenta. In: FERNANDES, R. (org.) **O trabalho no Brasil no limiar do século XXI.** São Paulo: LTr., 1995.

DELGADO, Juan; GUTIERREZ, Juan. **Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales.** Madrid: Síntesis, 2007.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica.** Rio de Janeiro: Forense, 1995.

GOMES, Joaquim. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social.** Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

LOW, Telma. **Hacia la superación de las desigualdades de género entre las y los adolescentes: proceso de toma de conciencia.** 2013. 325 f. Tese (Doutorado em Estudos de Gênero) – Universidad de Valencia, Espanha, 2013.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MINAYO, Maria (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

NASCIMENTO, Vanda; TAVANTI, Roberth; PEREIRA, Camila. O uso de mapas dialógicos como recurso analítico em pesquisas científicas. In: SPINK, Mary Jane; BRIGAGÃO, Jacqueline; NASCIMENTO, Vanda; CORDEIRO, Mariana (Orgs.). **A produção de sentido na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelsteins de Pesquisas Sociais, 2014, p. 247- 272.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Índice de Desenvolvimento Humano**. Nova York: PNUD, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 16, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, out.-dic. 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência estrutural e de gênero: mulher gosta de apanhar? In: SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas**. Brasília: SPM, 2003. p. 27-38.

SCOTT, Joan. El género: Una categoría útil para el análisis histórico. In: LAMAS, Marta (comp.). **El género: la construcción cultural de la diferencia sexual**. México: Programa de Estudios de Género, 2003. p. 265-302.

SPINK, Mary Jane. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Editora Cortez, 1999.

SPÓSITO, Danielly. **Violencia contra las mujeres y políticas públicas: evaluación de la política de asistencia a las mujeres en situación de violencia de la ciudad de Recife/Pernambuco/Brasil (2005-2009)**. 2013. 312 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Estudos de Gênero) - Institut Universitari d'Estudis de la Dona – Valencia, 2013.

YOUNG, Iris. **La justicia y la política de la diferencia**. Valencia: Colección Feminismos, 2000.

DIREITOS HUMANOS E MULHERES

Autora (Fabiana Moura Paulino);

Co-autora (Maria Betânia do Nascimento Santiago)

Universidade Federal de Pernambuco -

Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos

ppgdh@ufpe.br

Resumo: Este artigo compõe uma pesquisa de mestrado que tem como objetivo refletir sobre ações formativas realizadas com mulheres através de grupos de autoconsciência, a fim de compreender como elas podem conter elementos para incorporar ao histórico e polêmico debate sobre universalismo e relativismo, que se apresenta como enigma no como pensar os direitos em sua amplitude (civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais) e, ao mesmo tempo, garantir observância à singularidade e pluralidade humana, sem o intento de busca de sínteses. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que está ancorada na abordagem da fenomenologia hermenêutica como caminho para compreender as categorias centrais que oferecem o lastro necessário para análise da experiência em estudo nas fases seguintes desta, cujos resultados já se apresentam mesmo no percurso analítico que está sendo feito e que integrará o conjunto de análises a serem acessados através de entrevistas. Considerando a fase de apropriação das categorias centrais do estudo desse trabalho, nos propomos a apresentar uma caracterização preliminar do referencial teórico que dá suporte à investigação. O estudo assume as contribuições de Hannah Arendt referentes ao conceito de *diálogo* e *pluralidade*; de Françoise Collin no que se refere ao movimento feminista e suas estratégias de articulação, que envolve a problemática da singularidades e pluralidade das mulheres; e do autor Zygmunt Bauman, em suas reflexões sobre cenário mundial contemporâneo de lutas fragmentárias por direitos ao reconhecimento à diferença.

Palavras chaves: Direitos Humanos, Singularidade, Pluralidade, Mulheres, Feminismo.

Introdução:

Os paradoxos que os direitos humanos representam bem como os debates sobre sua legitimidade e os relatos sobre seu processo histórico já compõem uma discussão que pode ser localizada em textos diversos, em fontes facilmente acessíveis em vários meios (digitais, impressos, documentário, cinema dentre tantos). São múltiplos os sentidos e os interesses que circundam os discursos em torno dos direitos humanos.

Como forma de direcionar as reflexões sobre os direitos humanos para o público de nossa pesquisa, aqui esta categoria será compreendida em torno de sentidos que possam ter para mulheres que se organizam de diversas formas (grupos, redes, articulações, coletivos, associações, etc.) em torno de múltiplos temas. Desse modo, tem-se adiante um texto que busca romper com o aspecto disciplinar em termos de campo teórico, ou seja, não se ancora num campo específico – político, histórico, social, antropológico, cultural, filosófico, nem jurídico. Sendo esta também a forma como consideramos os direitos humanos: com a amplitude necessária a compreensão humana, ou seja, para além de disciplinas.

Nesse sentido nossa pesquisa elege como objetivo refletir sobre como ações formativas realizadas com mulheres através de grupos de autoconsciência podem contribuir com os debates que contrapõem universalismo e relativismo (e outras tantas dicotomias), que se apresenta como enigma nas lutas por direitos em sua amplitude (civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais) e, ao mesmo tempo, garantir observância à singularidade e pluralidade humana.

Assim, apresentaremos aqui resultados preliminares de nossa pesquisa bibliográfica; algumas hipóteses com base em nossa experiência no campo da educação formal e não formal e; reflexões a partir de acontecimentos contemporâneos do campo político brasileiro que se sintonizam com nossa forma de compreender os direitos humanos.

A Abordagem da Fenomenologia Hermenêutica

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que está ancorada na abordagem da fenomenologia hermenêutica. Segundo Rohden, a hermenêutica se apresenta enquanto ferramenta dialógica, com exigências e condições próprias de uma metodologia. A partir do pensamento de Gadamer, o mesmo autor pontua que o sujeito tem um papel ativo na produção do conhecimento e que nunca

estamos partindo do zero – estando aí a crítica ao modelo científico moderno de produção de conhecimento. O diálogo hermenêutico possibilita uma interpretação do mundo que não tem autoria e, por ser participativa, conduz a uma solidariedade moral e social. Pressupõe um exercício para compreender o diferente para além da lógica cartesiana, mas sim dos sentidos. (ROHDEN, 2005).

Diante disso, a fase atual da pesquisa consiste na busca por compreender as categorias centrais do estudo a partir de leituras, escritas e sistematização de obras, artigos, entrevistas, revistas, tendo como foco duas autoras: Hannah Arendt e Françoise Collin; e de um autor: Zygmunt Bauman.

A partir das escrituras de Hannah Arendt buscamos aproximação com as categorias *diálogo* e *pluralidade*; a partir dos textos de Françoise Collin, que também tem Arendt como referência, temos buscado subsídios sobre singularidade e pluralidade relacionadas ao contexto específico das mulheres e do feminismo.

Em relação às contribuições de Zygmunt Bauman, temos recorrido às suas reflexões sobre os conflitos contemporâneos em torno da disputa por direitos ao reconhecimento à diferença, impulsionada pela perspectiva culturalista.

Em fases seguintes da pesquisa estima-se a análise de conteúdo de entrevistas a serem realizadas com educadoras vinculadas ao movimento feminista que desenvolvem processos formativos com mulheres a partir de uma ação conhecida como grupo de autoconsciência, especificamente, a linha da vida. A intenção é analisar o conteúdo das falas para compreender os significados e sentidos produzidos pela experiência. Destaque-se que por se tratar de etapa ainda ser iniciada, não será considerada na escritura deste trabalho, anunciamos no intuito de tornar mais clara a fase atual em torno das categorias citadas.

Direitos Humanos e Pluralidade

Num primeiro momento, compreende-se que pensar sobre os direitos humanos implica pensar sobre nossa própria humanidade, ou seja, sobre o 'eu'. E, ao pensar – referenciando Arendt (2016), se estabelece diálogo que se formula a partir de atos e palavras, de 'vozes' plurais. De outro modo, pensar sobre direitos humanos seria pensar na pluralidade, que tem a ação enquanto condição humana. Aqui acolhemos o 'pensar' como uma ação dialógica plural - perspectiva socrática adotada por Arendt (2016). Ação conjunta - em sentido contrário à abstração, ao isolamento.

Como aponta HUNT (2009), em relação aos direitos humanos,

[...] as mentes individuais [...] têm sido [...] negligenciadas nos trabalhos recentes das ciências humanas e sociais. A atenção tem se voltado para o contexto social e cultural, e não para o modo como as mentes individuais compreendem e remodelam esse contexto (HUNT, 2009, p. 32).

Arendt (2016) cunhou a expressão ‘Vita Activa’ como expressão de três atividades humanas fundamentais: trabalho, obra e ação. Enquanto o trabalho, que tem a vida como condição humana, e a obra (“artificial”), que tem a mundanidade como condição humana podem se realizar de modo individual; a ação, por sua vez, seria a única das três atividades que se realiza ‘entre’, em relação com outras pessoas e, corresponde à condição humana da pluralidade. Esta última seria, conforme a autora,

[...] não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda vida política [...] A pluralidade é a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá. (ARENDR, 2016, pp. 9-10).

Assim, em nossa compreensão, pensar em direitos humanos é elaborar diálogo plural, é ação. E ação, na perspectiva arendtiana aqui assumida, é aparição política. A partir disso, compreende-se que pensar e produzir conhecimento no campo dos direitos humanos sugere realizar uma ação e revelar-se politicamente. Nesse sentido, compreender os direitos humanos e o percurso da produção de conhecimento sobre os mesmos, solicita análise de seus contextos políticos.

Da mesma forma, relacionar os direitos humanos às mulheres e aos seus interesses específicos, suscitam algumas questões no sentido de compreender: Como os direitos humanos se relacionam com os pensamentos das mulheres e de suas *Vita activa*? O que são e como surgiram os ‘direitos humanos das mulheres’? O que hoje representam os direitos humanos para alguns movimentos de mulheres? São estas questões que produzem as inquietações que motiva nosso interesse frente ao tema. Pontuando não termos pretensão de respondê-las neste texto.

As mulheres e os direitos humanos

Importa recordar as análises de Mary Wollstonecraft, primeira filósofa que se contrapôs a naturalização das diferenças entre homens e mulheres com base

na diferença de sexo, ainda na segunda metade do século XVIII, sendo precursora das reflexões acerca dos direitos das mulheres. Em torno da Revolução Francesa e da Declaração dos Direitos do Homem, a filósofa inglesa, em sua obra *'Vindicación de los Derechos de la Mujer'* (1792) argumenta sobre os limites do pensamento iluminista de sua época para pensar os direitos das mulheres. Tendo como referência a própria vida e sua condição enquanto mulher, Wollstonecraft produziu reflexões inéditas nas quais, muito mais que os aspectos legais, revelavam preocupações em transformar as formas de agir e pensar das próprias mulheres. A autora defendia que, tendo acesso às condições necessárias que favorecesse independência econômica e de pensamento, as próprias mulheres decidiriam quanto aos seus direitos. (MIRANDA, 2010).

Mesmo distante temporalmente, as reflexões da autora parecem apropriadas para analisar na atualidade aspectos dos direitos humanos – tal como se apresentam em sua institucionalidade e formalidade legal, sob a ótica dos conhecimentos produzidos por movimentos de mulheres que se afirmaram *'pós-Wollstonecraft'*.

Os novos arranjos sociais surgidos com o advento da industrialização e potencialização do neoliberalismo enquanto modelo de funcionamento do mundo abriram na história da humanidade páginas que anunciaram mudanças bruscas no contexto da participação política e das relações sociais. Tendo como um dos fatores de grande peso para isso, o deslocamento das mulheres para a esfera pública. Entretanto, deve-se ponderar que a presença de mulheres nesse espaço não implicou em grandes mudanças no cenário das desigualdades, uma vez que sua inserção se deu massivamente nos novos postos de trabalho reservados para elas e não nos espaços políticos que incidem em mudanças estruturais das relações sociais desiguais, a exemplo de espaços formais da vida política ou gestão pública. Até hoje as mudanças produzidas ecoam impactando a vida da maioria das mulheres.

Segundo a Base de Dados do Estado de Pernambuco – BDE, por exemplo, a partir do censo/2010, há registros sobre “Desenvolvimento e Renda” que apontam em 2000, na RMR um percentual de mulheres responsáveis pelos domicílios de 33,25%, enquanto em 2010 subiu para 46,30%¹, o que indica que cada vez nós mulheres assumimos e acumulamos mais funções e papéis no campo da produção e reprodução da vida social, o que se traduz como aumento de sobrecarga de trabalho especialmente para mulheres pobres.

1 Disponível em: <http://www.bde.pe.gov.br/ArquivosPerfilMunicipal/RECIFE.pdf>.

De acordo com dados de órgãos oficiais (IBGE, DIEESE e outros) as mulheres pobres, especialmente as negras, ocupam os piores lugares sociais no que se refere à educação, saúde, moradia, saneamento básico, emprego e renda e outros. Ou seja, são elas que mais sofrem com as violações de direitos humanos (civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais) e, conseqüentemente, convivem com os piores problemas de moradia, residindo nas piores localidades da RMR – Região Metropolitana do Recife – para citar o contexto no qual estamos inseridas.

A título de ilustração do que anunciamos, apresentamos a seguir dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Censo/2010, sobre a alfabetização de mulheres na RMR, onde se revela a disparidade no que se refere à alfabetização de mulheres negras.

Tabela 1: População residente alfabetizada (%) – Mulheres RMR (por cor ou raça).

MUNICÍPIO	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Camaragibe	62.490	22.457	4.874	821	34.242	96
%		36%	8%	1%	55%	0%
J. Guararapes	283.914	107.804	20.352	3.550	151.483	725
%		38%	7%	1%	53%	0%
Olinda	174.771	66.779	15.070	2.433	90.000	489
%		38%	9%	1%	51%	0%
Paulista	137.909	54.146	12.361	2.260	68.735	407
%		39%	9%	2%	50%	0%
Recife	713.515	310.727	53.709	7.778	339.462	1.839
%		44%	8%	1%	48%	0%
S. L. da Mata	41.168	14.206	3.230	446	23.227	59
%		35%	8%	1%	56%	0%

Fonte: IBGE/ Censo 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/uf.php?coduf=26&search=pernambuco>

Na classificação utilizada pelo IBGE, as “pretas” representavam 8% enquanto as “brancas” 44% dentre as mulheres alfabetizadas, na cidade do Recife. A mesma disparidade pode ser observada na tabela acima em outros municípios da RMR.

De acordo com Silva (2010), as relações desiguais entre pessoas de sexos diferentes tem sido elemento de análise para mais diversas situações na área de educação, revelando desigualdades entre as pessoas que se expressam em vários âmbitos, desde o livro didático às relações de trabalho e dinâmicas em salas de aula.

Ao longo de nossa pesquisa apresentamos algumas informações constantes da base de dados oficiais, por acreditar que pensar em direitos humanos e na formação de mulheres requer nos apropriarmos da realidade deste público, possível de ser evidenciada nesses registros.

Mulheres, direitos e política

A participação restrita das mulheres na vida pública às atividades de produção e reprodução, como mencionamos de outro modo em parágrafos anteriores, ratifica-se, pelo seu contrário, onde as mulheres são sub-representadas em espaços de poder. O Brasil, por exemplo, está entre os países que tem a menor participação das mulheres no parlamento, apesar da Lei eleitoral 9100/1995 que, após reformulada em 2011, tornou obrigatória a proporção mínima de 30% de participação das mulheres no poder legislativo, segundo informações do Portal Brasil, sobre cidadania e justiça.²

De acordo com a Resolução de 2011, sobre a participação política das mulheres da Assembleia Geral da ONU

mulheres em todas as partes do mundo continuam a ser marginalizadas na esfera política, muitas vezes como resultado de leis discriminatórias, práticas, atitudes e estereótipos de gênero, baixos níveis de educação, falta de acesso à saúde e também pelo efeito desproporcional da pobreza nas mulheres.”³

Quando presentes em espaços formais de participação política, afirmando representação de interesses de coletivos de mulheres, alguns discursos e demandas são contraditórios e revelam/ denunciam vínculos epistemológicos tradicionais que não traduzem os interesses, e conhecimentos produzidos pelo conjunto plural de movimentos sociais de mulheres que se articulam em nível internacional, regional e local para incidir politicamente sobre as desigualdades vividas pela maioria das que permanecem historicamente em situação de pobreza extrema.

2 Informação disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/mulheres-na-politica>). Acesso em: 04/05/ 2016.

3 Informação disponível em <http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/lideranca-e-participacao/>. Acesso em: 04/ Mai/ 2016.

A afirmativa do parágrafo anterior pode se fundamentar em eventos públicos, a exemplo da emblemática e histórica sessão realizada no dia 17 de abril de 2016, na Câmara dos Deputados⁴ – registrada por órgãos oficiais e pela imprensa internacional, na qual podem ser conferidos e analisados discursos de deputadas federais em votação especial para avaliação da possibilidade de admissão de processo de impeachment da então primeira Presidenta da República Brasileira, Dilma Rousseff. No evento se evidencia a indiferença e desrespeito aos direitos humanos, da Declaração Universal do Direitos Humanos, de convenções e acordos internacionais.

Sobre os discursos e demandas políticas formais legitimadas pelos coletivos, organizações e movimentos sociais de mulheres a quem representam, e que podem ser conferidos também no evento acima, não conseguem ecoar para incidir favoravelmente de modo a promover mudanças do contexto de desigualdades (materiais e simbólicas) vivenciado pela maioria de mulheres e expresso através de violações aos seus direitos fundamentais como falta de acesso a serviços básicos essenciais como moradia, saúde, educação, trabalho, alimentação, enfim, à vida com dignidade.

Sobre singularidades e direitos

Retomando as preocupações de Mary Wollstonecraft, referenciadas acima, parece atual a necessidade de busca por sentidos dos direitos humanos se colocados em relação com interesses de coletivos de mulheres que têm uma atuação histórica, política e filosófica importante na produção de conhecimento sobre si mesma. Atuação responsável por mudanças efetivas que aconteceram na história da humanidade no que se refere aos direitos deste público.

Nesse sentido, as contribuições de HUNT (2009), sobre a necessidade de considerar as mentes individuais (e coletivas) para pensar os direitos humanos, parece sintonizar-se com as estratégias políticas de organização das mulheres, realizadas via ações formativas através de grupos de autoconsciência, especificamente a *Linha da Vida*⁵, objeto da nossa pesquisa que se encontra em andamento, que articulam formação, ação política e produção de conhecimento sobre as condições de vida das mulheres ao nível individual e coletivo.

4 <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario>

5 A prática com *Grupos de Autoconsciência ou Linha da Vida* é um método biográfico, que tem sido utilizado para estudo da subjetividade por distintas áreas como: educação, historiografia, antropologia, sociologia, dentre outras.

Se considerada a crise de autoridade e de representação contemporânea vivenciada em vários estados ao nível global, representada conflitos e guerras civis que têm promovido o deslocamento de incontáveis quantitativos de refugiados pelo mundo, por exemplo, parece oportuno analisar ações formativas em suas perspectivas política.

Em relação às mulheres, acrescentem-se ainda as consequências ‘platônicas’ da divisão da sociedade em classes, presente em sua dicotomia da divisão da sociedade entre o público e privado junto com a definição de papéis e lugares sociais para homens, mulheres, escravos e que a realidade revela. Isso reforça a necessidade de estudos hermenêuticos que possibilitem, como propõe ARENDT, a ruptura com o que não mais nos serve em termos de tradição para análise da sociedade e, ao mesmo tempo, a adoção de contribuições dos sentidos da filosofia socrática, especialmente no que inspira à ética e à política dialógica e plural como exigência à convivência humana e como resistência para que não se (re) instale no mundo, o que é assustador por parecer já se anunciar em forma da atuação de grupos de interesse movidos pela irreflexão em nível global: os regimes totalitários – temidos e já anunciados por Hannah Arendt.

Também, compreende-se, junto com a autora, que o “mal é banal” – não tem raízes (ARENDT), porém diante da pulverização dos grupos políticos que se restringem e fragmentam nas lutas por reconhecimento – arrefecidos pelo culturalismo radical, há que se temer que a profundidade do bem não esteja com suas raízes devidamente articuladas ao ponto de evitar que o mal produza profundas dores, que marque outras páginas na história da humanidade.

Frente a nossa perspectiva política em relação aos direitos humanos, torna-se impróprio abordar o tema sem relacionar ao que ora testemunhamos no Brasil que parece uma cisão no percurso de lutas políticas estabelecidas por bandeiras diversas numa perspectiva democrática. O contexto tem impulsionado as pautas de movimentos sociais, articulações, organizações, coletivos, comunidades enfim, as entidades representantes de lutas políticas historicamente responsáveis pelas mudanças sociais eticamente comprometidas com a dignidade e liberdade humana, a se debruçarem na busca da articulação de discursos de modo a revisitar o sentido de suas existências, o que sustenta suas causas, na busca da construção do que aqui estamos nominando de *‘dialogos de humanidades’*⁶.

6 *‘Dialogos de Humanidades’*: expressão que se refere a nossa compreensão sobre diálogos e integra a dissertação do todo desta pesquisa.

Mais que luta por direitos em seu sentido meramente formal, cristalizados em linguagens que já não correspondem aos códigos de linguagens expressas em forma de demandas e manifestações de ruas, de redes sociais, de artes em diversos estados de diferentes continentes por um número expressivo de pessoas e bandeiras, o momento presente caracterizado por intolerâncias e conflitos humanos que transcendem fronteiras aponta para necessidade de posturas políticas ancoradas em princípios dialógicos. Diálogos que acolham e que se disponham à tradução de códigos para os quais possivelmente não temos dicionários ou manuais disponíveis. Códigos vinculados a habilidades humanas que comunidades tradicionais utilizavam com naturalidade, mas que, por força da ‘ordem mundial’ neoliberal que determinou a ‘produção’ dos seres que hoje somos, perdemos (ou esquecemos). Códigos que solicitam o contato com valores como solidariedade, respeito, amizade, afetividade, dignidade, liberdade, ética que já não fazem parte dos currículos formais das escolas públicas (ao menos do Brasil) – o que se compreende que deveria ser uma exigência aos estados que integram a ONU, ao menos os que se dispõem aos acordos consonantes ao direito humano à educação, que sugere uma compreensão integral da educação para além do tempo de permanência de estudantes na escola.

Ainda no sentido dos valores acima mencionados e de características e habilidades humanas que são perversamente classificadas entre ‘masculinas e femininas’, seria inoportuno aqui adentrar superficialmente em questões simbólicas que ‘sexualizam’ valores e subjetividades que integram, na perspectiva feminista, estratégias de divisão de papéis entre homens e mulheres e que fundamentam a perversa divisão sexual do trabalho, implicando em sobrecarga de trabalho para mulheres e fere direitos humanos ao trabalho em sua formalidade,.

Não caberia no texto a enumeração de violações a direitos humanos como constam das declarações, convenções, acordos internacionais de proteção a homens e mulheres, mas que afetam de modo negativo e diferenciado mulheres, em função das construções simbólicas que se materializam em relações desiguais e que representam opressão para as mulheres.

Enfaticamente, vale reforçar que os grandes números de pessoas – chamadas minorias, que são mais afetadas com as condições sub-humanas de vida têm representação de sexo, cor de pele, classe, de acordo com contextos locais a que pertencem. Em nosso caso brasileiro, são mulheres, negras e pobres que têm maiores dificuldades para acesso às condições mínimas que possibilitem seu livre viver e pensar. Como pode-se conferir em breve análise de dados e pesquisas de organismos nacionais e internacionais.

Caminhando para finalizar este momento de explicitação quanto a nossa compreensão dos direitos humanos em relação às mulheres, ratificamos que consideramos os direitos humanos como sendo um processo histórico que se afirma em função de lutas políticas de movimentos sociais diversos. E, sua efetivação, possível mediante articulação entre políticas culturais de reconhecimento e políticas de distribuição de bens e serviços.

Nessa linha, acolhemos as reflexões de Bauman (2003), ao criticar a visão culturalista dos direitos humanos e defender a universalização da cidadania. Sendo a viabilização desta apenas via a compreensão de uma humanidade comum:

A universalidade da cidadania é a condição preliminar de qualquer “política de reconhecimento” significativa [...] a universalidade da humanidade é o horizonte pelo qual qualquer política de reconhecimento precisa orientar-se para ser significativa. (BAUMAN, 2003, p.126).

O autor também aponta para a importância dos movimentos sociais e suas lutas políticas para a busca da universalidade da humanidade como uma via para fazer frente às desigualdades comuns que as pessoas vivenciam para além das fronteiras. Em sua concepção,

A universalidade da humanidade não se opõe ao pluralismo das formas de vida humana; mas o teste de uma verdadeira humanidade universal é sua capacidade de dar espaço ao pluralismo e permitir que o pluralismo sirva à causa da humanidade – que viabilize e encoraje “a discussão contínua sobre as condições compartilhadas do bem”. (BAUMAN, 2003, p. 126)

Ressalte-se que não se pretende subvalorizar a importância das políticas de reconhecimento, mas também problematizar a ausência de políticas de redistribuição que aumenta o fosso da desigualdade. Assim, análises de cunho político e econômico não podem ser ofuscadas pelas acirradas discussões por reconhecimento, mas devem trazer maior lucidez para discutir o tema cidadania, e todos que dão a ele concretude (direitos, políticas públicas, seguridade social, participação política), para além das fronteiras.

O olhar singular e específico para as relações sociais de sexo⁷ está aqui sendo posto no sentido da importância de se conferir visibilidade às desigualdades históricas às quais as mulheres são submetidas, sem o intento de reforçar princípios basilares da não-discriminação (LINDGREN, 2005) fundamentados na perspectiva do texto de 1948 da Declaração de Direitos Humanos. Mas concordamos com o mesmo autor quando aponta que

[...] a Declaração dos Direitos Humanos precisa [...] ser fortalecida, como o foi nas grandes conferências [...] de Viena (sobre direitos humanos), Cairo (sobre população), Copenhague (sobre desenvolvimento), Beijing (sobre a mulher) e Istambul (sobre assentamentos humanos), naquilo que ela procura ser: um mínimo denominador comum para um universo cultural variado[...] um critério de progresso para as contingências desiguais [...] (LINDGREN, 2005, p. 41)

Considerações Finais

Ratificando a importância da organização política para a conquista de direitos, finalizamos com outras reflexões de Zygmunt Bauman que acentua a importância do direito desde que em observância ao diálogo entre movimentos sociais e outros agentes que integram as lutas políticas como via para enfretamento às desigualdades:

Uma teoria dos direitos bem compreendida requer uma política de reconhecimento que proteja a integridade do indivíduo nos contextos da vida em que sua identidade se forma [...] Tudo o que é preciso é a realização consistente do sistema de direitos. Isso seria pouco provável, é certo, sem movimentos sociais e lutas políticas...

Consideramos que há um desafiante percurso a ser feito para emergência de ações educativas que possibilitem a formação de pessoas capazes de pensar politicamente, propor e exigir para além dos paradigmas cristalizados, de sistemas e referenciais tradicionais engessados, a exemplo do sistema jurídico, que

7 Sobre relações sociais de sexo, ver obra *O Patriarcado Desvendado* – Teorias de três Feministas Materialistas – Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu. FERREIRA, V. Et all.

solicita reformas radicais, capazes de acolher uma efetiva reflexão sobre justiça social e revisão (material e simbólica) de seu sentido.

O processo de realizar os direitos faz parte, na verdade, de contextos que requerem tais discursos como componentes importantes da política – discussão sobre uma concepção compartilhada do bem e de uma forma de vida reconhecida como autêntica. (HABERMAS apud BAUMAN, 2003, p. 125-126).

Diante dos discursos que compõem os múltiplos movimentos sociais, consideramos apropriadas as contribuições específicas sobre movimentos feministas elaboradas por Collin (2013), ao analisar as estratégias internas e históricas desses movimentos para articular singularidades e pluralidades. E, também, importante diante da complexidade posta para os direitos humanos face ao dilema universalismo X relativismo.

El movimiento feminista pretende el acceso de las mujeres – em general – a um mundo que las ha marginado secularmente. Sin embargo, al mismo tiempo, tiene como objetivo transcender esta generalidade a favor de la afirmación de las singularidades. Aquí reside, precisamente, toda su ambigüedad y su riesgo: el paso por lo común para permitir la afirmación de cada uno, de cada una. (COLLIN (2013, p. 91).

A abertura para lidar com o inacabado, com inconcluso, com a ausência de fórmulas definidas de ação é o que caracteriza a flexibilidade, a condição de movimento, que se expressa como um princípio a ser considerado para que se cuide do não engessamento no qual incorre muitos movimentos que se fixam em paradigmas e referências cristalizados e estanques que não dialogam com contextos locais conectando-os com os condicionantes de um mundo em articulação, seja de aspectos positivos quanto negativos. E nesse sentido, Collin pontua:

Este “trabajo” toma formas diversas dependiendo de las épocas, los médios, las generaciones, las culturas y evidentemente los individuos. Su unidade em la pluralidad es dialogística. [...] um “movimiento”. Cada uma debe encontrar em el su lugar original [...]

la articulación indispensable entre la exigencia singular y la relación com lo común, como entre la asunción de lo que es y el objetivo de lo que será. Vamos realizando [...] este común que no es “Uno”. [...] que no se identifica com la historia, siempre retrospectiva. Este es sin duda el sentido de la “herencia sin testamento” de la que habla Hannah Arendt y a la que apela. (COLLIN (2013, p. 91).

Em se considerando as contribuições da autora, importa analisar as possíveis contribuições que o feminismo enquanto movimento social e enquanto teoria tem para compartilhar com outros movimentos que se disponham a estabelecer o diálogo conflitual (COLLIN, 2008) necessário à vida política plural inerente à condição humana e caro à Democracia.

Referências

ARENDRT, Hannah. **A Condição Humana**. Editora Forense: São Paulo, 12ª Edição, 2016

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade, a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

COLLIN, F. Práxis da Diferença: notas sobre o trágico do Sujeito. In: **Cadernos de Crítica Feminista, Estudos Feministas**, Recife, Ano II, no. 1, dez., 2008, pp. 4-28.

_____. Textualidade da liberação: Liberdade do texto. In: **Cadernos de Crítica Feminista, Estudos Feministas**, Recife, Ano IV, no. 3, dez., 2010, pp. 68-79.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª ed. Porto Alegre: Artemed, 2010.

_____. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3ª Ed. Porto Alegre: Penso, 2014

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/uf.php?coduf=26&search=pernambuco>> Acesso em: 18.set.2013.

LINDGREN, J. A. A. **Os Direitos Humanos na Pós Modernidade**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

MIRANDA, Anadir dos Reis. Mary Wollstonecraft e a reflexão sobre os limites do pensamento iluminista a respeito dos direitos das mulheres. In: **Revista Vernáculo**, n. 26, 2o sem./2010

ROHDEN, Luiz. Hermenêutica filosófica enquanto diálogo, linguagem e ontologia. In **Hermenêutica filosófica. Entre a linguagem da experiência da linguagem**. Editora UNISINOS: São Leopoldo RS, 2005.

SILVA, C. S. Os sentidos da ação educativa no feminismo. In _____ (org.) **Experiências em Pedagogia Feminista**. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2010, pp. 09-27.

A CONSTRUÇÃO DE UM PLANO PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NA UFAC

Autora: Fabiana Nogueira Chaves
fabiananchaves@gmail.com

Co-autor: Maurício Pimentel Homem de Bittencourt
Universidade Federal do Acre

Resumo: O artigo discute o papel da universidade pública na promoção de uma educação transformadora que vise à efetiva igualdade de direitos entre homens e mulheres. Para isso, analisa-se o processo de criação do *Plano Integrado em Ensino, Pesquisa e Extensão para a Promoção da Igualdade de Gênero na Universidade Federal do Acre*. O projeto embasou-se em leis e diretrizes do Ministério da Educação e foi construído coletivamente, por meio de demandas trazidas pela comunidade acadêmica, sociedade civil organizada e por instituições governamentais. Apresenta-se a concepção e implantação do plano a fim de que a experiência da Ufac possa orientar iniciativas semelhantes em outras universidades.

Palavras-Chave: igualdade de gênero, mulheres, universidade, Universidade Federal do Acre.

Introdução

Qual o papel da universidade pública na construção de uma sociedade não violenta com as mulheres? Como a universidade pode contribuir para a formação de uma sociedade mais igualitária? Esses e outros questionamentos direcionaram a formulação do *Plano Integrado em Ensino, Pesquisa e Extensão para a Promoção da Igualdade de Gênero na Universidade Federal do Acre* (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, 2015-b). O plano foi construído por mulheres e homens em um coletivo composto por diversos segmentos da sociedade do Estado do Acre, que, segundo o *Mapa da Violência 2015* (WAISELFISZ, 2015, p. 14), é o quinto estado do Brasil onde mais se matam mulheres.

No Brasil, 13 mulheres são assassinadas por dia. O país tem uma taxa de 4,8 homicídios para cada 100 mil mulheres, a quinta maior do mundo (WAISELFISZ, 2015, p. 27). Esses dados mostram que a realidade é alarmante, mas, como mudá-la? Acredita-se que a educação para a igualdade é a melhor maneira de construir uma sociedade mais justa. Assim, pensou-se um plano que visasse o comprometimento da Universidade Federal do Acre (Ufac) com o tema e que pudesse inspirar outras universidades.

O plano consiste na sistematização de propostas objetivas a serem aplicadas nos três pilares da universidade: ensino, pesquisa e extensão, e tem como objetivo contribuir para a formação de uma consciência crítica acerca das relações de gênero, raça e diversidade, sedimentando bases para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. Pretende-se a formação de cidadãos críticos e atuantes, comprometidos com o respeito aos Direitos Humanos, capazes de estruturar uma sociedade mais igualitária.

Buscou-se embasamento em leis e diretrizes do Ministério da Educação (MEC), visando suprir demandas sociais e concretizar valores expostos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Ufac, como o respeito incondicional aos Direitos Humanos e à pluralidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, 2015-a, p. 19).

Após sua conclusão, o plano para a igualdade de gênero foi enviado à Reitoria e às pró-reitorias referentes a cada eixo da universidade: Pró-reitoria de Graduação (ensino), Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (pesquisa) e Pró-reitoria de Extensão e Cultura (extensão), enfatizando a transversalidade do tema.

Educar para transformar

Segundo Freire (1996), deve-se assumir que a educação é ideológica. Eximir-se de um posicionamento crítico sobre a situação dos grupos violados pela lógica hegemônica é ir ao encontro dos interesses hegemônicos. O atual sistema de educação não tem comprometimento com a mudança; encerra-se na análise de uma realidade sólida e imutável, que ratifica a lógica do mercado e da exclusão: burguesa, cientificista, tecnicista e falocêntrica.

É necessária uma mudança da postura das universidades públicas para com a sociedade no que diz respeito ao investimento em educação para a igualdade. É necessário adotar a educação popular feminista como prática constante, considerando-a uma parte importante na discussão dos direitos humanos. Assim, com a implementação de uma política voltada à promoção da igualdade de gênero, tanto dentro das salas de aula como fora delas, a universidade passa a incluir em seu plano de desenvolvimento institucional uma proposta de mudança para além dos discursos. (CHAVES, 2014, p. 7)

Para Freire (1996), ensinar exige a convicção de que a transformação é possível, direcionamento que se busca na mudança da condição das mulheres.

A educação, que começa no seio da família e continua ao longo da vida na escola, nos diferentes ambientes sociais e nos meios de comunicação, continua reforçando papéis e padrões culturais machistas, criando estereótipos: para o homem a autoridade, o poder de decisão, a produção de bens, o mundo exterior; para a mulher a obrigação de obedecer, a reprodução da vida em todos os seus aspectos, o mundo interior, as quatro paredes. Essa injusta e desigual relação entre homens e mulheres – as denominadas relações sociais de gênero – gera uma grande violência estrutural cotidiana, muitas vezes invisível, considerada natural, mas que chega aos maus-tratos, à agressão, a violação e até a morte. (CANNABRAVA, 2012, p. 199)

A educação para a mudança, portanto, é contra-hegemônica e necessita ser feminista, no sentido em que busca a liberdade dos seres humanos, a igualdade de direitos entre os gêneros e o respeito à vida.

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da *História*, mas seu sujeito, igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, *constato* não para me *adaptar*, mas para *mudar*. (FREIRE, 1996, p. 77)

A universidade pública possui as mais valiosas ferramentas para a transformação da sociedade por meio da educação: a pesquisa contribui para a análise da realidade e de possibilidades de intervenção; o ensino para a conscientização da necessidade dos processos de mudança; enquanto a extensão é um retorno à sociedade por meio da integração comunitária e dos programas de educação popular. “Enquanto os grandes debates, os seminários revolucionários permanecem dentro da escola, cada vez mais isolada dos problemas reais e longe das decisões políticas, não existirá uma educação libertadora.” (FREIRE, 1994, p. 5).

É preciso romper as barreiras que afastam a universidade das populações de seu entorno, do intercâmbio de saberes com as populações tradicionais e a impedem de ouvir as vozes dos oprimidos. A experiência da Ufac vem ilustrar a importância da inclusão dos Direitos Humanos nas políticas de gestão, das parcerias com governos, movimento organizado de mulheres e, sobretudo, a importância da produção concreta de ferramentas que levem à transformação.

Diretrizes para formulação do plano

A proposta de uma formação profissional voltada para o indivíduo e suas relações faz parte de todas as diretrizes curriculares dos cursos de graduação em vigor no país. A intenção é formar um profissional cujas atuações política, econômica, social e cultural respeitem as diversidades e contribuam para relações sociais equânimes. Na Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, do Ministério da Educação, que estabelece *Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*, consta a necessidade de comprometimento das instituições de ensino superior com a temática:

Art. 6º A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação. (BRASIL, 2012, p.2)

Esse pensamento encontra eco também nas Diretrizes Gerais de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), bem como no próprio PDI da Universidade Federal do Acre. Assim, visa-se assegurar que, no desenho da Ufac,

(...) a excelência acadêmica e a pertinência científica estejam associadas à responsabilidade social da instituição universitária, atenta às carências da sociedade brasileira, à superação das desigualdades regionais e aos desafios do desenvolvimento local, regional e nacional. (BRASIL, 2007, p.4).

Tem-se, portanto, como desafio, construir uma universidade socialmente comprometida, academicamente competente e pedagogicamente inovadora, superando os velhos recortes disciplinares com programas cada vez mais interdisciplinares. O papel social e político da universidade não é apenas vincular educação ao mundo do trabalho, mas também possibilitar condições reais para a construção e manutenção de cidadanias. Criar as bases para uma sociedade democrática é construir mecanismos que implodam estereótipos de gênero, raça, etnia, orientação sexual etc.

A criação de disciplinas, de projetos de extensão e de pesquisa voltados à igualdade visa contribuir para um processo formativo focado no ser humano, trabalhando os Direitos Humanos como um processo transversal e permanente, conforme sugerem as *Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*:

Art. 3º A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das

diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação; VI - transversalidade, vivência e globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2012, p. 1)

Nesse contexto, construir uma educação não discriminatória tem sido um dos desafios enfrentados pela Ufac, o que passa tanto pela verificação e reestruturação de conteúdos (currículo), pela produção e aplicação dos conhecimentos, quanto pela análise da prática docente, pela forma como vem ocorrendo o processo de ensino e aprendizagem e a relação entre docentes e discentes. É necessário rever, de forma crítica, como os profissionais são formados, oferecendo-lhes, ao mesmo tempo, espaços para discussão e construção de ferramentas teórico-metodológicas não discriminatórias que permitam uma atuação para e numa sociedade democrática.

(...) ao se promover a transformação da educação nacional, rumo a uma educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-lesbofóbica e não-homofóbica, está se formando e transformando pessoas, criando uma sociedade mais justa, em que os direitos humanos de todas e todos sejam de fato respeitados. (BRASIL, 2008, p. 3)

Em sintonia com essa proposta, elencam-se questões presentes também nas discussões do *I e II Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciência*, fórum de debates formado por universidades federais do Brasil. Esses encontros foram promovidos pelo Ministério da Educação, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Ministério de Ciência e Tecnologia, Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Docente (CAPES), entre outras instituições responsáveis pela formulação das políticas científicas e tecnológicas do país.

A partir desses encontros foram encaminhadas recomendações às instituições públicas de pesquisa e ensino superior, as quais se tornaram referências para a orientação das políticas de equidade no sistema de ensino superior público. Destacamos aqui as recomendações resultantes do *Grupo de Trabalho Políticas de Formação em Gênero*, pois são as que terão maior impacto nas graduações (bacharelados, cursos superiores tecnológicos e licenciaturas) através da introdução de componentes curriculares específicos como gênero, raça/etnia e diversidade sexual:

- Formulação de Diretrizes Curriculares para o ensino fundamental, médio e superior:
 - a. Oferta regular de disciplinas nos currículos de graduação (bacharelado e preferencialmente as licenciaturas)
 - b. Cursos e programas regulares e educação continuada na modalidade presencial e a distância
 - c. Estimular a criação, fortalecer e apoiar a manutenção de unidades de ensino, pesquisa e extensão, bem como grupos e núcleos, na área de gênero, mulheres e feminismos
- Linhas de pesquisas e interdisciplinaridade:
 - a. Inserir o recorte de gênero, raça/etnia e orientação afetivo-sexual nos editais das diferentes áreas
 - b. Fomentar o intercâmbio de docentes e pesquisadoras/es para oferta de disciplinas, cursos e discussão de experiências em todo país
- Construção de um pacto interinstitucional pró-equidade de Gênero, Raça/etnia e Orientação Afetivo-Sexual nas universidades, gerando, dentre outras ações:
 - a. Um selo de equidade que subsidie apoios do MEC/ INEP, CAPES, CNPq/MCT;
 - b. Criação do observatório para diagnóstico e monitoramento das ações nas universidades e institutos de pesquisa;
 - c. Construção de banco de dados com o perfil das instituições.
- Difusão das atividades dos núcleos e grupos de pesquisa, das unidades de ensino relacionadas às questões de gênero, raça/etnia e sexualidade. (BRASIL, 2009, p. 7)

A própria Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, no seu Título III — Da Assistência à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, Capítulo I — Das Medidas Integradas de Prevenção, sinaliza para a necessidade de inclusão de disciplinas específicas, em todos os níveis de ensino, que discutam as questões de gênero e suas interseccionalidades. Visa-se:

VIII — a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia; IX – O destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de

raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher. (BRASIL, 2006, p. 10)

Outro ponto importante a ser ressaltado é a necessidade do recorte racial quando se fala em igualdade de gênero, pois para as mulheres negras a situação de vulnerabilidade social é ainda maior, sendo elas a maioria das vítimas de violência doméstica e feminicídio no Brasil e a minoria nas universidades (WAISELFSZ, 2015, p. 29). O Estatuto da Igualdade Racial confere às instituições de ensino, incluindo as de ensino superior, a missão de contribuir para a erradicação do preconceito.

Art. 23. O Ministério da Educação fica autorizado a incentivar as instituições de ensino superior públicas e privadas a: I – apoiar grupos, núcleos e centros de pesquisa, nos diversos programas de pós-graduação, que desenvolvam temáticas de interesse da população afrobrasileira; II – incorporar nas matrizes curriculares dos cursos de formação de professores temas que incluam valores respeitantes à pluralidade étnica e cultural da sociedade brasileira; III – desenvolver programas de extensão universitária destinados a aproximar jovens afro-brasileiros de tecnologias avançadas, assegurado o princípio da proporcionalidade de gênero entre os beneficiários (...). (BRASIL, 2008, p. 6)

Em julho de 2015, o Conselho Nacional de Educação lançou uma resolução que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Essas diretrizes afetam diretamente a estruturação das grades curriculares das licenciaturas e seus conteúdos nas universidades, pois buscam a consolidação de uma educação realmente inclusiva e a formação de professores mais comprometidos com o respeito, valorização das diversidades e promoção dos Direitos Humanos. De acordo com essas novas diretrizes,

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de

políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos. (BRASIL, 2015, p. 11)

Destarte, em atenção às recomendações contidas nas resoluções e documentos supracitados, propôs-se a implantação de um *Plano Integrado em Ensino, Pesquisa e Extensão para a Promoção da Igualdade de Gênero na Ufac*, com o interesse de unir os esforços em torno de um objetivo: a melhoria da situação das mulheres na sociedade acriana.

Metodologia

O processo de concepção do plano foi liderado por membros de três grupos de pesquisa: Amajor – Meio Ambiente, Direitos Humanos e Jornalismo na Amazônia (Ufac/CNPq), coordenado pelo Prof. Dr. Maurício Pimentel Homem de Bittencourt (co-autor), linha de pesquisa Comunicação e Direitos Humanos da Mulher, coordenada pela Ms. Fabiana Nogueira Chaves (autora); Núcleo de Estudos de Gênero e Raça da Amazônia (Nega), coordenado pela Profa. Dra. Margareth Edul Prado Lopes; Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade, coordenado pelo Prof. Dr. Jacó Cesar Pícoli.

Diversos professores, pesquisadores, militantes do movimento de mulheres, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e órgão públicos estaduais, como a Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres e Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, participaram das reuniões para levantamento de propostas. Assim, ocorreram nove reuniões até o fechamento da versão final do plano: a primeira em maio de 2015, entre os grupos de pesquisa, e as seguintes já contando com a presença dos demais colaboradores. Devido à dificuldade de reunir todos os participantes, muitas decisões foram tomadas por meio de reuniões on-line e o texto foi fechado em novembro de 2015. O plano foi enviado à Reitoria da Ufac em dezembro do mesmo ano para apreciação.

As principais propostas do plano

Abaixo, listam-se as principais propostas, divididas por eixos.

Ensino:

- Criação de disciplinas com conteúdos específicos para a promoção da igualdade de gênero nos cursos de licenciatura e, posteriormente, bacharelados da Ufac. Propôs-se, inicialmente, a implantação da disciplina *Relações de gênero, raça e diversidade social*¹ nas grades curriculares das licenciaturas em caráter obrigatório, pois são cursos de formação de professores, formadores de opinião. Essa proposta é consoante com as diretrizes da Resolução n. 2 de Julho de 2015, acima citada. Em um prazo maior, tal disciplina será estendida aos bacharelados, após a universidade ter-se adaptado para incluí-la nas licenciaturas.
- Reativação da especialização *Latu Sensu em Gênero e Diversidade* no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da Ufac. O curso foi iniciado em 2007 por iniciativa do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NEPGS) e encerrou as atividades antes de formar a primeira turma.
- Estruturação de um mestrado especial ou interdisciplinar em gênero: por meio da consolidação do curso de especialização supracitado, objetivam-se parcerias no sentido de ofertar também um mestrado em gênero na Ufac. O mestrado seria, inicialmente, coordenado pela Prof. Dra. Margareth Edul Prado Lopes. A professora é referência regional em gênero e possui formação específica na área, com diversos livros publicados sobre o tema.

Presume-se que o mestrado, a criação de disciplinas específicas na graduação e a reativação da especialização incentivem também a pesquisa em gênero.

Pesquisa:

- Ampliar os seminários e simpósios em gênero para agregar pesquisadores. O aumento do número de espaços de discussão e oficinas facilita a promoção de pesquisas para fomentar o ensino e a extensão.
- Realizar levantamento de pesquisas em gênero e igualdade na Ufac para articular grupos de pesquisa e ensinar a criação de uma revista

1 A ementa desta disciplina foi elaborada com base em leis e diretrizes supracitadas, levando em consideração o modelo de ementas seguido pela Ufac. O processo foi acompanhado por professores da área de Educação.

eletrônica com publicações na área. Os produtos das pesquisas regionais são de extrema importância para viabilizar projetos e programas que supram demandas sociais específicas. A parceria com o poder público e a sociedade civil organizada torna-se indispensável, tanto para a coleta de informações quanto para o apontamento de resultados. A assinatura formal de termos de cooperação institucional ajuda a promover a desburocratização e facilita ações conjuntas.

Extensão:

- O plano inclui a ampliação do trabalho já realizado pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Proex), com oficinas e palestras de combate à violência contra a mulher:
- Ministrar palestras e oficinas pelo fim das violências contra a mulher para diversos tipos de público: dentro da universidade (servidores e estudantes) e fora dela, por meio de parcerias com escolas públicas e privadas, empresas e movimentos sociais.
- Levar as oficinas pelo fim da violência contra a mulher para todos os 22 municípios do Acre, inclusive comunidades indígenas. Pretende-se inserir tais atividades no Programa de Extensão *Ufac na Comunidade*, que entrou em vigor no início de 2016.
- Oferta de curso de extensão universitária sobre igualdade de gênero e direitos humanos das mulheres nos campi Rio Branco e Floresta (Cruzeiro do Sul). A formalização das atividades em um programa de extensão permitirá a certificação dos participantes.
- Criação da Coordenadoria de Direitos Humanos na Proex: uma coordenadoria específica estimulará o comprometimento constante da administração superior da Ufac com o tema.
- Inserção da Proex como membro permanente no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM). Como participante do conselho, a universidade conhecerá as demandas sociais do Acre, podendo melhor servir a comunidade.

Resultados

Após ser apresentado pelos grupos de pesquisa à Reitoria, o projeto foi encaminhado às pró-reitorias referentes a cada eixo do plano para avaliação e implantação:

Ensino:

As propostas referentes ao ensino de graduação foram encaminhadas à Pró-reitoria de Graduação (Prograd) da Ufac. A Prograd apresentou a proposta da disciplina *Relações de gênero, raça e diversidade social* para ser avaliada por um conselho formado por todos os coordenadores de cursos de licenciatura da Ufac, mais cinco professores de cada um desses cursos; diretores de centros que possuem cursos de licenciatura, Diretoria de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino e demais unidades que participam do processo de formação de professores. As reuniões ocorreram nos dois campi: Rio Branco e Cruzeiro do Sul.

Por meio de votação, a proposta de inclusão de uma nova disciplina foi indeferida, mas o conselho avaliou que os conteúdos presentes na proposta deveriam integrar as oito disciplinas voltadas à formação pedagógica existentes nos cursos de licenciatura. As ementas dessas oito disciplinas deveriam ser reavaliadas para atender as demandas apontadas no plano.

Porém, o parecer final desse conselho não é definitivo, e ainda será avaliado por uma comissão do Centro de Educação, Letras e Artes, responsável por elaborar todas as disciplinas pedagógicas das licenciaturas, para análise de sua viabilidade. Essa comissão poderá acatar a decisão tirada em reunião ou votar pela necessidade de implantação de uma nova disciplina, conforme proposto no plano. Acredita-se que este resultado saia até o final do mês de maio/2016.

Mesmo assim, tem-se por certo que, por meio da inclusão de uma nova disciplina ou pela mudança na ementa de disciplinas pedagógicas existentes, os conteúdos relacionados a gênero, igualdade e diversidade social serão incluídos na formação dos estudantes dos cursos de licenciatura da Ufac.

Segundo a pró-reitora de Graduação, profa. Dra. Aline Nicolli, este é um primeiro passo necessário. “Não tem como esses conteúdos não serem incluídos, mesmo porque é uma diretriz nacional e a Ufac vai seguir. Agora estamos aguardando uma resposta da área de Educação para que eles avaliem a melhor maneira de implantar esses conteúdos, ou por meio de novas disciplinas ou por

reestruturação de disciplinas já existentes. Esperamos que as grades curriculares já estejam adequadas para o próximo semestre”.²

Pesquisa e Pós-Graduação:

As propostas relativas à pós-graduação e pesquisa foram enviadas a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. O pró-reitor, prof. Dr. Josimar Batista, afirmou que todas as propostas elencadas no plano serão analisadas por sua equipe, que decidirá a melhor maneira de implementação. Segundo ele, a pró-reitoria, que já apoia pesquisas relacionadas ao tema, visa ampliar sua ação. Ele afirmou ainda que o levantamento de todas as pesquisas desenvolvidas na área de gênero e igualdade na Ufac já está sendo realizado.

Quanto à reativação do curso de pós-graduação em gênero e posterior elaboração de um mestrado na área, o pró-reitor afirmou depender do envio da proposta do centro, no caso, o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH). Havendo a proposição do centro, a pró-reitoria declarou seu apoio em todos os âmbitos para que o curso seja reativado. “É interesse da Ufac ofertar mais cursos de pós-graduação e entendemos que este curso, em específico, é muito útil a sociedade. Vamos apoiar para que seja reativado”.³

Extensão:

A Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Ufac já trabalha com palestras educativas relacionadas à igualdade de gênero e fim da violência contra a mulher desde o ano de 2014, por meio de um projeto de extensão coordenado diretamente pelo pró-reitor, prof. Dr. Enock da Silva Pessoa. A ministrante das palestras é a autora deste artigo. Segundo Pessoa, todas as propostas elencadas no plano foram acatadas e estão em fase de implantação pela pró-reitoria. “Aqui já fazemos este trabalho há algum tempo, entendemos que seja uma prestação de serviço à sociedade, altamente importante. Vamos ampliar e melhorar nosso trabalho de extensão, buscando a interiorização e ampliação no número de parceiros. Com a curricularização da extensão, 10% da carga horária de todos os cursos terão de ser trabalhados na forma de projetos de extensão, daí vamos

2 Entrevista concedida a Fabiana Nogueira Chaves em 29 de março de 2015.

3 Entrevista concedida a Fabiana Nogueira Chaves em 30 de março de 2015.

poder incluir o tema em todos os cursos da Ufac, buscando a formação para a igualdade”, afirmou o pró-reitor.⁴

Conclusão

Pode-se concluir que o *Plano Integrado em Ensino, Pesquisa e Extensão para a Promoção da Igualdade de Gênero na Ufac* conseguiu vitórias importantes, porém, cabe ao coletivo que o elaborou acompanhar sua implantação e cobrar que as propostas sejam efetivadas. É preciso acompanhar, por exemplo, o processo de inclusão de conteúdos e não dá-lo por encerrado após sua implantação nas licenciaturas. Esta será apenas uma etapa; as etapas posteriores, de inclusão de disciplinas e/ou conteúdos nos bacharelados, devem ser supervisionadas.

É necessário também realizar um lançamento público do plano, difundir e divulgar seus conteúdos para que as propostas possam se adequar constantemente a novas possibilidades e necessidades da sociedade civil e comunidade acadêmica. Igualmente, torna-se imprescindível fortalecer a formação continuada de docentes do magistério superior no que diz respeito à educação para a mudança. Para isso, novas formas de buscar a inserção desses conteúdos nas graduações da Ufac são discutidas pelo coletivo proponente do plano.

Considerando a academia um espaço hegemônico, falocêntrico e machista, cabe ao movimento de mulheres apropriar-se do espaço público da universidade, dando visibilidade às temáticas feministas e exigindo um comprometimento real da administração superior e dos professores, bem como denunciando abusos e desrespeitos à mulher em qualquer âmbito.

Ressalta-se que a criação de um plano de educação para igualdade de gênero dentro da universidade só foi possível a partir da união do movimento de mulheres e de grupos de pesquisa ligados a esta temática, salientando a importância do protagonismo feminino no que diz respeito à transformação da sociedade.

Se a universidade, de acordo com as diversas diretrizes e leis supracitadas, possui o dever de buscar a melhoria da sociedade por meio de uma educação que vise à equidade, cabe ao movimento feminista exigir que essas propostas saiam do papel e integrem uma série de medidas reais contra a discriminação da mulher. Ninguém melhor do que as mulheres organizadas para apontar suas

4 Entrevista concedida a Fabiana Nogueira Chaves em 28 de março de 2015.

necessidades à universidade e cobrar uma atuação voltada para a sociedade e não somente para o mercado.

A universidade possui uma importante missão no que diz respeito à mudança do atual quadro de violência contra a mulher no Acre por meio da educação, e essa mudança só será possível a partir da pressão social do movimento de mulheres.

Referências

BRASIL. Conselho de Educação Superior. Resolução CES nº 1 de 27 de janeiro de 1999. Disponível em: [<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0199.pdf>].

_____. Conselho Nacional de Educação - Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: 2012. Disponível em: [[http://www.proaeci.ufes.br/sites/proaeci.ufes.br/files/field/anexo/rcp001_12%20\(1\).pdf](http://www.proaeci.ufes.br/sites/proaeci.ufes.br/files/field/anexo/rcp001_12%20(1).pdf)]

_____. Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006. (Maria da Penha). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm]

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução no2 de Julho de 2015. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192]

_____. Presidência da República. Decreto nº 5.622, de 19 de Dezembro de 2005. Disponível em: [<http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/decreto5622.pdf>]

_____. Secretaria de Ensino Superior – Ministério da Educação. Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI: Diretrizes Gerais. Brasília: 2007. Disponível em: [<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/apresentacaoreuni.pdf>]

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. II Plano Nacional de Políticas para Mulheres. Brasília: 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf]

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Recomendações aprovadas no II Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciência, 2010. Disponível em: [<http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/publicacoes/publicacoes/encontro-genero.pdf>]

CANNABRAVA. B. **Paz na Educação Popular Feminista**. In: VIEIRA.V, CHARF.C (orgs). Mulheres e homens trabalhando pela paz e contra a violência doméstica. São Paulo: Associação Mulheres pela Paz, 2012. Pag 199 – 202.

CHAVES. F.N. **Educação popular feminista para a transformação social: a experiência da Ufac**. In: 18º REDOR, 2014, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Anais do 18º REDOR. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/index/pages/view/ae>>.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 12. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários a Prática Educativa**. 36. Ed. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2015-2019**. Pró-Reitoria de Planejamento (coord.). Rio Branco: Universidade Federal do Acre, 2015-a.

_____. **Plano Integrado em Ensino, Pesquisa e Extensão para a Promoção da Igualdade de Gênero na Universidade Federal do Acre**. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Rio Branco: Universidade Federal do Acre, 2015-b.

WAISELFISZ, J.J. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. 1 Ed. Brasília: FLACSO, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>

ASPECTO FORMATIVO E EDUCACIONAL DAS MULHERES EMPREENDEDORAS AMAPAENSES: UMA PROPOSTA PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS¹

Fátima Lucia Carrera Guedes Dantas
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
faguedan@uol.com.br

Resumo: O acesso da mulher ao mundo do trabalho teve seu marco histórico na Revolução Industrial, mas somente na contemporaneidade se revela proeminente dado o avanço da sociedade capitalista industrializada moderna. A estruturação de uma nova conformação social em sociedade, no Brasil ocorre a partir de 70 e é nele que a mulher se emancipa e adentra no mercado de trabalho, segue pelos anos 80 e, estabelece-se definitivamente nas décadas posteriores. Tal inserção foi condicionada pela conjuntura econômica nacional onde a deteriorização dos salários dos trabalhadores era uma realidade. No Estado do Amapá, pelo menos em nível bibliográfico-acadêmico, o registro desta ocorrência é mais recente. A luz de uma pesquisa acadêmica sobre mulheres empreendedoras do Amapá, macapaenses e mazaganenses, selecionou-se para estudo o aspecto da formação educacional para empreender, destas mulheres, e os desafios a enfrentar. Assim, elaborou-se uma proposição inicial para servir de sugestão ao debate de construção de uma política pública que as contemple, especialmente em seu aspecto de formação.

Palavras-chave: Gênero; Empreendedorismo feminino; Formação educacional.

1 Este artigo foi produzido a partir de uma pesquisa feita na Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, envolvendo três alunas do Curso de Secretariado Executivo que, sob nossa orientação, se propuseram a pesquisar sobre o caráter empreendedor das atividades das mulheres amapaenses, particularmente, dos municípios de Macapá e Mazagão.

I Introdução

O tema deste artigo pretende colocar em pauta um aspecto do tema *empreendedorismo feminino*, no contexto do Estado do Amapá, o educacional e formativo das empreendedoras amapaenses. O referido aspecto foi selecionado dentro de uma pesquisa acadêmica que observou, particularmente, nos municípios de Macapá e Mazagão, mulheres empreendedoras que acreditaram em seus sonhos de empreender um negócio, seguiram e conquistaram um espaço no mercado de trabalho, além de desempenharem o papel de mães e donas de casa; entretanto, sob limites – que são de caráter educacional e de formação (ausência).

Essa categoria de trabalhadoras, da mulher empreendedora, demanda de amparo e suporte às suas atividades para continuarem em seus propósitos. Neste contexto é que surge a urgência de políticas públicas. Mas, produção bibliográfica local sobre o tema ainda é escassa e, dessa forma, não há parâmetros de conhecimento na realidade local que sirva de ancoradouro para nortear a tomada de decisões em políticas públicas neste sentido.

O tema é de importância e expressa significado singular no mundo do trabalho e no imaginário da mulher contemporânea, considerando que cuidar de negócios e, concomitantemente, cuidar da existência cotidiana em toda a sua complexidade, na atualidade, é uma das muitas funções executadas por mulheres - que, hoje, contrariam um passado histórico que a relegou à subordinação de várias ordens. Mesmo assim e, pela própria subordinação de papéis sociais, à mulher foram podadas as diversas oportunidades e, dentre elas a que nos interessa e temos como objetivo tratar, aqui: o aspecto formativo e educacional.

A linha que este trabalho segue situa-se na convicção de que mulheres empreendedoras percebem e tratam, numa outra perspectiva, a realidade, construindo assim estratégias de condução dessa realidade (individual e coletivamente) e, gerindo meios e recursos para realizar suas atividades e/ou de fazer sua gestão?! Tal atitude não tem dimensão extraterrena como os padrões construídos e estabelecidos, socialmente, nos fazem crer. Como diz Mower, 1950 apud Friedan (1971, p. 270): “Esta capacidade para ‘transcender os limites imediatos do tempo’, agir e reagir e encarar as próprias experiências em dimensões tanto do passado como do futuro é a característica singular da existência humana.”

Por esse motivo não desvinculamos esta conquista e resistência feminina, em qualquer hipótese, do marco histórico que se deu a partir da Revolução

Industrial e, somente na contemporaneidade de nossos dias assume um caráter marcante. Ou seja, as mudanças no universo feminino ocorreram em um espaço e tempo, historicamente determinados, onde todas as relações com seus símbolos, linguagens, crenças e representações adquirem significado e peso próprios. Também é preciso compreender que, para que chegássemos ao estado de coisas atuais sobre a mulher em sociedade, foram necessários os movimentos de liberação da mulher, surgidos na década de sessenta, com suas ativistas como Betty Friedan² – trazendo a reflexão sobre a atuação da mulher na sociedade e defendendo o papel do trabalho criador–; e de pesquisadoras como a inglesa Joan Scott³ e Gayle Rubin⁴ – com suas formulações e explicações do conceito de gênero. Daí a fundamentação teórica deste artigo considerar importante para compreender a mulher empreendedora a partir do debate conceitual sobre mulher e gênero e as transformações históricas, econômicas e sociais no Brasil – período em que percebemos ter engendrado na mulher a atitude motivacional de empreender, influenciando e permitindo assim sua inserção no mundo do trabalho, no mundo empreendedor. As considerações sobre gênero e teorias feministas vêm no sentido de nos aclarar a compreensão do tema, pois nos revelam “todas aquelas estruturas e mecanismos ideológicos que reproduzem a discriminação ou exclusão das mulheres dos diferentes âmbitos da sociedade.” (BEDÍA, 2014, p. 9) e, não seria diferente com o aspecto de sua formação e educação.

Neste trabalho traçaremos um perfil mais geral das mulheres empreendedoras observada na pesquisa, dos municípios de Macapá/AP⁵ e de Mazagão/

2 Friedan viveu entre 1921-2006, ativista feminista estadunidense que, por volta e 1963, aborda o papel da mulher na indústria e na função de dona de casa.

3 “Joan Scott é professora da Escola de Ciências Sociais do Instituto de altos Estudos de Princeton, Nova Jersey. É especialista na história do movimento operário no século XIX e do feminismo na França. É uma das mais importantes teóricas sobre o uso da categoria gênero em história” (SCOTT, 1989)

4 “Antropóloga feminista que escreveu sobre uma vasta gama de assuntos, entre os quais teoria antropológica, sexo sadomasoquista e literatura lésbica moderna” (RUBIN, 2003).

5 “Macapá é um município brasileiro, capital do estado do Amapá. Localizada no sudeste do estado. Segundo pesquisas feitas pelo IBGE em 2009, a cidade conta com uma população de 366 484 habitantes em uma área de 6 563 km², resultando em uma densidade demográfica de 52,4 hab./km². É a quinta cidade mais populosa do norte do Brasil, atrás apenas de Manaus, Belém, Ananindeua e Porto Velho” (GUIA DO TURISMO).

AP⁶ e, paralelamente, no aspecto formativo e educacional, nos ateremos em levantar questões sugestivas neste campo do saber para instigar o debate e, como forma de motivar a investigação.

II Mercado de trabalho (reestruturação das atividades econômicas) X reestruturação familiar (mudança das relações hierárquicas na família)

Consideramos que o momento histórico no qual se engendrou a atitude de empreender da mulher brasileira se encontra nos idos dos anos 70. Tanto por necessidade econômica advinda da deterioração dos salários de trabalhadores, quanto por motivações de caráter mais pessoal a mulher adentrou o mercado de trabalho – fato que impôs uma considerável mudança tanto na família quanto em sociedade. Para Bruschini, 1994 apud Souza e Rodrigues (2011, p. 36) a conjuntura econômica levou-as “a buscar fora do lar de uma complementação para a renda familiar; outro fator foi a conquista de sua independência financeira, a necessidade de consumos pessoais”. Os reflexos da mudança prosseguem nos anos 80 e se estabelecem nas décadas 1991 a 2010 quando ocorre a intensificação da entrada da mulher no mercado de trabalho no Brasil e, isso muda a configuração familiar ajudado, ainda pelo aumento do desemprego (MONTALI, 2014, 2003). Esses são alguns dos fatores que favoreceram o aparecimento de pequenos negócios. Porém, duas observações devem ser pontuadas: primeira, o aparecimento de pequenos negócios é marcado, em primeira instância, pela necessidade e até compulsória sobrevivência e, somente em última instância, pela cultura empreendedora e/ou factual oportunidade de empreender. A segunda observação coloca-se aqui como questionamento: a mulher foi levada ao mundo do trabalho com alguma prévia formação para tal? Dentre ambas, esta segunda tem importância prioritária no trabalho. Entretanto, não dispensa o conhecimento de causa sobre o polêmico *negócio por necessidade*.

6 “Mazagão está localizado ao sul do Estado do Amapá (Meso Região Sul); distante da capital, Macapá, a 41 km. Possui três distritos: Mazagão, Carvão e Mazagão Velho. (SOUZA, 1995 apud IBGE, 2013)”. Sobre Mazagão ver: SOUZA, Manoel Dorandins Costa de. **A Evolução Política, Demográfica e Sócio-Econômica do Amapá**. Coordenação do Curso de História. Universidade Federal do Amapá. Macapá/AP, 1995. 101 p.

2.1 A mulher empreendedora macapaenses e mazaganenses⁷, características de seu empreender.

O resultado apresentado neste primeiro ponto é sobre a atitude do empreender feminino, tais como as características da gestão feminina nos negócios que é marcada pela humanização do ambiente; o equilíbrio entre profissão e satisfação pessoal; a sobrecarga e fadiga física, emocional e social; as influências exercidas no comportamento empreendedor.

Sobre a gestão humanizada nos negócios, as mulheres de maneira geral destacam-se por atitudes como a habilidade em acomodar situações; sensibilidade para a necessidade dos outros; preocupações comunitárias e, outros tipos dessa natureza. Se os homens foram os heróis da era industrial, as mulheres têm um interessante papel na era dos serviços, a qual necessita de habilidades de relacionamento com clientes e com comunidades – peculiaridades há muito incitadas socialmente e desenvolvidas na conduta feminina. Alguns autores alegam que as experiências bem sucedidas de mulheres nos negócios estão intrinsecamente ligadas a sua forma de liderar e ao teor emocional envolvido. Daniel Goleman, 1995 apud Des Dearlove et al. (2002, p. 15) analisando o processo de gestão, se aprofunda nas emoções e, abrindo um debate sobre a inteligência emocional, afirma que “É um risco ignorarmos as competências emocionais.”

Comparando dois exemplos, entre regiões diferentes, observemos o relato de Souza e Trindade (2009, p. 10) sobre empreendedoras, sendo as primeiras, do ramo turístico de Florianópolis/SC: “a participação de mulheres dirigindo empresas humaniza a relação de negócios. Contudo, a gestão do empreendimento deve ser feita com responsabilidade econômica, legal, ética, filantrópica”. E, para as segundas, de Mazagão, os estudos de Souza e Rodrigues (2011, p. 40) relatam: “observamos durante a pesquisa de campo que a rotina dessas trabalhadoras é de certa maneira um momento de lazer, pois proporcionam [sic] intercâmbio social, e este por sua vez acaba por quebrar sua rotina diária”. Nos dois casos vimos que, respectivamente, do sul ao norte do País, as mulheres empreendedoras têm como meta atingir um equilíbrio entre a vida profissional e a pessoal; ou seja, optam por uma alternativa que expressa à valorização combinada de ambos, utilizando diferentes estratégias para lidar com as demandas

7 “Quem nasce em Mazagão é mazaganense (gentílico)” (SOUZA, 1995 apud IBGE, 2013). O termo ‘mazaganense’ é o mais usual.

do negócio e da família. Esse é um aspecto de similaridade que, em si mesmo, já diferencia a gestão de um negócio em mão feminina.

No que diz respeito à sobrecarga e fadiga física, emocional e social, de modo geral, as mulheres, mesmo com forte tendência a perceber seus negócios como difíceis, os vêem muito mais como um desafio do que como um fardo. Essa percepção vem contrariando crenças muito difundidas, pois a vivência no mundo dos negócios para elas tende a ser sem culpa, em harmonia com o lar, vantajosa para a família, não se constituindo, portanto, como oposição, apesar das manifestações de cansaço físico que dizem sentir. A frase a seguir foi ouvida numa conversa informal, com uma das mulheres observadas, que falava sobre separar ‘o profissional’ do ‘pessoal’: “tenho que separar direitinho o que é de casa e o que é do meu negócio pra soma não dá errada... aí no final é só felicidade”. (Empreendedora de Macapá, 2011). Isso traduz parte desse significado de responsabilidade, de labuta, mas também de satisfação experimentada. Para corroborar com essa idéia sobre os dois lados de um mesmo fator – benefícios pessoais, familiares e profissionais *versus* fadiga no processo de empreender –, em pesquisa com as mulheres empreendedoras mazaganenses, Souza e Rodrigues (2011, p. 48) apontam para a seguinte situação:

Destacam-se entre elas a independência financeira, a melhora de sua autoestima – a mulher sentiu-se mais útil e valorizada pelo seu círculo social –, a satisfação profissional e as novas amizades que conquistou. Porém, **algumas mulheres relatam que se sentem cansadas, sem tempo para cuidar de si mesmo, pois além do trabalho ainda tem as atividades domésticas para realizar quando chegam em casa.** (grifo nosso)

O fato de ser mulher, mãe e empreendedora exige esforço redobrado para dar conta do acúmulo de funções. (GOMES, SANTANA e SILVA, 2005, p. 50 apud SOUZA e RODRIGUES, 2011). As mulheres macapaenses e mazaganenses, do meio rural ao urbano, tal como as demais brasileiras que estão à frente de negócios, precisam enfrentar em seu dia-a-dia, além da carga de trabalho inerente a atividade profissional, também a carga social - que é a pressão da cultura perpetuada por décadas sobre a expectativa do papel da mulher: de mãe e esposa. Segundo Maués 1993 apud Souza e Rodrigues (2011, p. 37):

A mulher sempre aparece como uma figura marcada por sua especificidade biológica, como uma categoria limite e, por isso mesmo, sujeita a critérios diferentes de apreciação e julgamento daqueles usados para o homem. Ela é então classificada como perigosa, sujeita a poluição, marcada por tabus.

Observa-se um misto de sentimentos que vai desde a realização e satisfação pessoal e profissional, emocional e material – aqui traduzido como os benefícios –, até o outro extremo constituído de carga e pressão não somente física (inerente as atividades), mas também emocional. Nesse caso, as cargas e pressões são delegadas a partir de fatores que decorrem de condicionamentos sociais, ou seja, no discurso hegemônico, a atividade doméstica e *feminina* não pode deixar de ser feita– e essa atitude de delegação impositiva à mulher foi naturalizada e ‘naturalmente’ aceita até bem recente.

Quanto à tipicidade do ambiente ou localidade das atividades, as mulheres de Macapá desenvolvem atividades típicas da área urbana (serviços, comércio, vendas). E as mulheres de Mazagão desenvolvem atividades com multi-tipicidade, ou seja, de tipicidade rural (roça); peri-urbana (cuidam de criação de animais domésticos e produzem artesanato: produção de cestaria, bordado, pequenos objetos oleiro-cerâmico e outros); e urbana (são funcionárias públicas do estado ou município: merendeiras/serventes, vigilantes, secretárias, professora) e, por vezes, algumas delas desenvolvem até os três tipos, concomitantemente.

Quanto à influência motivacional na atitude de empreender das mulheres macapaenses e mazaganenses, esta assume caráter distinto entre ambos os grupos. Além do fator das imposições e demandas acionadas por conjuntura econômica e motivações pessoais, que são comuns a ambas, a influência motivacional para essas mulheres macapaenses viria, portanto, do próprio ambiente urbano (que é o da capital do Estado) onde vivem, com todos os seus apelos midiáticos e aparatos estruturais e organizacionais; a facilidade de acesso a formação, aprendizagem e qualificação promovidas por instituições especializadas (ao ‘Sistema S’⁸, sobremaneira); as parcerias de escolas com essas instituições, faculdades, universidades e outros. Os estímulos nesses ambientes urbanizados, no caso, Macapá, costumam estar ao alcance das mãos em tempo real,

8 “Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica” Fazem parte do ‘Sistema S’: SENAI; SESC; SESI; SENAC; SENAR; SESCOOP; SEST. (SENADO FEDERAL).

on-line, assim como toda a estrutura necessária, praticamente, pronta a serem usadas. Ao contrário das zonas onde a influência rural subsiste - como é o caso de Mazagão. Esse é um diferencial que marca o perfil entre as mulheres empreendedoras amapaenses e as empreendedoras mazaganenses. Entretanto, diferenças a parte, concebemos que, neste caso, o fator motriz da atitude de empreender independe do local onde se encontram e da atividade que desenvolvem. Há um aspecto comum entre ambas: a força motriz está ligada ao desejo de se auto-reconhecer capacitada, competente, produtiva e percebemos ainda com o fator 'autoestima' satisfeito. Todos esses são aspectos necessários, essenciais e indispensáveis a serem considerados, conjuntamente, se queremos adentrar no específico universo feminino em sua dimensão empreendedora.

Ainda se tratando de motivações para empreender, o fator 'visão' é importante e se soma aos fatores da influência cultural, geográfico e territorial, ambiental, familiar, midiático e outros; além dos apelos pessoais os quais cada mulher se fez e se faz empreendedora. Segundo os estudos sobre o empreendedorismo, há que se considerar que existem famílias, cidades, regiões, países e comunidades com maior probabilidade para empreender que outras, dependendo das influências recebidas. Dolabela, 1999b, p. 30 apud Dantas (2003, p. 99) faz suas considerações a esse respeito e alega a importância do empreendedorismo no desenvolvimento, especialmente, local, assim como pondera sobre a 'visão' requerida para tal, "cuja raízes estão sobretudo [sic] em valores culturais, na forma de ver o mundo. O empreendedor cria e aloca valores para indivíduos e para a sociedade, ou seja, é fator de inovação tecnológica e crescimento econômico".

O Amapá enquanto estado permeado de resquícios da cultura de antigo Território Federal, possui originalmente um feitiço social de empregabilidade voltada para o serviço público (funcionalismo), em que a idéia predominante é a do 'ganho certo' pelo assalariamento e 'estabilidade funcional que somente o serviço público pode proporcionar' – idéias popularmente aceitas até nossos dias, porém ofensivas ao que apregoa os estudos sobre o comportamento empreendedor. Ou seja, por influência do ambiente externo e formação socio-cultural, o Amapá não pode ser considerado empreendedor. Porém, a realidade das mulheres observadas, em especial a mazaganense, nos mostrou um inconformismo com o tal 'ganho certo' e 'estabilidade', uma vez que muitas dessas mulheres desenvolvem até duas atividades extras, além das atividades inerentes a função de servidoras públicas, quando é o caso. Há, além dessa influência do ambiente externo, que se considerar a percepção aguçada de pessoas que

conseguem fazer prognósticos acertados. Essas são os ‘visionários’, tidos como pessoas proativas e disso resulta que elas acabam definindo os seus próprios rumos, porém “independente do ambiente externo. Enquanto os reativos são conduzidos pelos sentimentos, circunstâncias, condições e ambiente, os proativos e visionários são guiados por seus valores, cuidadosamente pensados, selecionados e interiorizados” (CUNHA e PFEIFER, 1997, p. 17-18). Então, entre as duas alegações retratadas acima, onde se situariam as amapaenses? Uma coisa é certa: a motivação principal de empreender entre as mulheres amapaenses, não difere do restante do País, pois tem como principal motivação a *necessidade financeira* e não o quesito *oportunidade visionária* como se esperaria que fosse (idealizada num ‘tipo ideal’ weberiano), tal como vem demonstrando as estatísticas das instituições responsáveis por essas aferições e monitoramento – instituições com interesse, propositalmente, voltado em modificar esse quadro e são também responsáveis, na sua grande maioria, pela formação nessa área de conhecimento, a exemplo do ‘Sistema S’.

Numa visão macro, os principais desafios experimentados e relatados pelas mulheres na gestão de seus negócios estão, além das barreiras relacionadas à questão de gênero-herança cultural sexista – que sustenta que o lugar da mulher é em casa cuidando das tarefas domésticas e criação dos filhos–, nas dificuldades inerentes ao próprio negócio nos quais estão expostos os empreendimentos micro e de pequeno porte. Essas dificuldades retardam ou inviabilizam o seu desenvolvimento.

2.2 O desafio da formação educacional para continuarem empreendendo

Deu-se ênfase particular aos aspectos que dizem respeito à formação e educação destas mulheres empreendedoras; os desafios (por elas mencionados) a serem vencidos; e, assentado nisto, algumas reflexões para se pensar uma base de suporte, por parte do Estado, a essas mulheres. A escolaridade das mulheres empreendedoras, hoje, em Macapá e Mazagão, se encontra entre o nível de Ensino Fundamental e de Ensino Médio (sem contar com algum caso de analfabetismo e, de ‘apenas alfabetizada’) e, as iniciativas de formação empreendedora ainda são de pouca abrangência, em Mazagão, especialmente. Esse fator é limitante à atividade empreendedora e “restringe o potencial de crescimento das empresas brasileiras, pois os produtos e serviços oferecidos ao mercado são em sua maioria de baixo valor agregado” (GEM 2014, p. 16). O

nível de formação e escolaridade, assim como de outros conhecimentos específicos ao próprio negócio é um aspecto de particular atenção na pesquisa – já que empreender demanda conhecimento de análise de negócios, do mercado e de si próprio para enxergar oportunidades (DANTAS, 2003, p. 99-100), além de poder se constituir um processo passível de vivência em ensino-aprendizagem e, neste, se tornar um processo de cooperação e entre ajuda. Valladares e Filho (2003, p. 87)

Trata-se de um processo social pelo qual as idéias criadas por um indivíduo ou por um grupo ficam acessíveis a todas as pessoas que trabalham juntas e, assim, aprendem com base na experiência coletiva. Os autores consideram que aprender significa ganhar experiência, ganhar competência e evitar a repetição de enganos, problemas e erros que desperdiçam os recursos da empresa.

Advogamos que tudo isto é possível através de inúmeros motivadores que poderiam ser pensados e desenvolvidos, caso o empreendedorismo permeasse e fosse prioridade transversal nas políticas públicas, especial e inicialmente nas áreas diretamente ligadas a formação. Um exemplo, se ele fizesse parte de um aprendizado diário e continuado dentro do sistema de ensino, não como disciplina específica, mas, sobretudo como atitude a ser desenvolvida antes mesmo de se tornar disciplina formativa. Seria uma espécie de orientação para a mudança de atitude, de comportamento, de forma de raciocinar e agir diante de um estado de coisas. Isto diz respeito a ações formativas de empreendedores e com aprendizagem organizacional. Para ilustramos, uma idéia do que é possível promover com relação aos comportamentos, atitudes e ações de aprendizagem no meio empreendedor, vem de Valladares e Filho (2003, p. 87):

A compreensão do conceito de aprendizagem organizacional está baseada em um quadro de mudanças centrado em novos valores e formas de entender as pessoas e as organizações (MITROFF, 1994; PINCHOT, 1994). Contudo, algumas concepções destacam-se na literatura especializada, especialmente aquelas relacionadas a alterações de comportamento dos indivíduos ou grupos, como chave para o processo de aprendizagem...

Portanto, aqui está uma das proposições de um processo que se bem conduzido, minimiza gastos e aperfeiçoa recursos materiais e humanos, ecológicos e ambientais.

Pelo lado das mulheres empreendedoras macapaenses e mazaganenses ainda há muito a fazer e desafios a enfrentar, segundo elas próprias, são eles: estudar (com significado que vai desde ‘ser alfabetizada’, passando por terminar o Ensino Fundamental ou Médio e, chegando à aspiração de cursar um Ensino Superior); aprender a planejar e realizar o planejamento de seus negócios; capacitarem-se gerencialmente; aprender a estudar o mercado; preparar-se para enfrentar o cenário econômico; conhecer e promover a inovação e a tecnologia como estratégias de competitividade (afirmativa, segundo elas, muito ouvida nos cursos os quais participam). Porém, um questionamento que perdura é quanto ao nível qualitativo do empreendedorismo feminino amapaense, tendo em vista a escolaridade e a formação para a condução e gestão dos negócios empreendidos por mulheres no Amapá.

Considerações finais

Estudos apontam para a ausência da dimensão educacional no perfil dos empreendedores brasileiros – e isso, vimos, é fato na realidade amapaense. Apesar disso, a estrutura tradicional de ensino que prevalece no Brasil ainda enfatiza o direcionamento dos alunos para a obtenção de empregos no setor público ou privado e negligencia o empreendedorismo enquanto alternativa de carreira (GEM 2014, p.16). Não se esgotando o debate ainda permanece questões que se constituem incitamento a futuras investigações acadêmico-científicas: a) Como pensar a mudança cultural para que se tenha o desenvolvimento da atitude de empreender do tipo ‘por oportunidade’, com ‘conhecimento do negócio’, de forma que se garanta um empreendedorismo ‘qualificado?’; b) Como desenvolver, nessas mulheres, novos imaginários que possibilitem atitudes empreendedoras capazes de vir a gerar, cada vez mais, valor social para si e para o ambiente em que atuam – considerando que ‘valor social’ é uma característica da gestão feminina nos negócios e tangido por ideais mais coletivos?; c) Qual o nível qualitativo do empreendedorismo feminino amapaense necessário de ser alcançado para promover o desenvolvimento local sustentável?

Para reverter essa realidade somente com um Estado também empenhado e comprometido com políticas públicas pensadas a partir dessa nova concepção, uma espécie de Estado empreendedor. É desejável o esforço da sociedade civil

organizada por uma rede multi-institucional, de iniciativa privada e pública, de iniciativa associativa e cooperativa de forma a reivindicar as demandas do setor. Mas, é necessário, sobretudo, um esforço de se iniciar como uma nova base educacional desde a infância – não apenas com a orientação formativa para empreender, mas antes, para perceber a mulher e suas aspirações manifestas em iniciativas, por vezes, de cunho pessoal-familiar, por outras encontradas nas atividades profissionais por ela empreendidas e, por tantas outras vezes, dos dois modos, concomitantemente. A partir daí é possível vislumbrar a construção de uma cultura na qual vigore um empreendedorismo feminino do tipo ‘por oportunidade’. A mulher, amapaense seja pela necessidade ou pelo sonho de realização profissional, está presente no mercado de trabalho na condição de empreendedora, de forma que aumenta o grau de importância que o fenômeno adquire e que deve ser tratado e debatido especialmente dentro do meio acadêmico. As universidades são as instituições legitimadas a produzir novos conhecimentos e fazê-los retornar a sua sociedade, seja subsidiando a tomada de decisão do setor público, seja disponibilizando conhecimento e fundamentando projetos de desenvolvimento de maneira a somar esforços com os demais agentes sociais.

Referências Bibliográficas

BEDÍA, Rosa Cobo. Aproximações à teoria crítica feminista. In: **Boletim do Programa de Formação do Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres – CLADEM**. Tradução: Valéria Pandjarian, Ed. MaríaEdit Oviedo, N° 1 – Ano 1 – Junho 2014.

CUNHA, Cristiano J. C. de Almeida; PFEIFER, Suzana Suzi. O empreendedor. In: **Iniciando seu próprio negócio**. 2ª ed. – Florianópolis: IEA, 1997.

DANTAS, Fátima Lucia Carrera Guedes. **Empreendedorismo ou subsistência na floresta?: o caso do Iratapuru/COMARU no Amapá**. Brasília: CDS-UnB, 2003. 172 f. Dissertação de Mestrado (Política, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB, Brasília, 2003.

DES DEARLOVE et al. *Mestres da gestão – 42 gurus do management em directo*. In: DES DEARLOVE, Stuart Crainer; RODRIGUES Jorge Nascimento; BROWN Tom. *Coleção Desafios*. Portugal: Centro Atlântico. PT, 2002. (Título original: Business

Minds). Disponível em: <<http://www.centroatl.pt/titulos /desafios/imagens/e-book-mestresdagestao-excerto.pdf>> Acesso em: 13 jan. 2016.

FRIEDAN, Betty. *A Mística Feminina*. Tradução de ÁUREA B. WEISSEBERG. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1971. (Título original americano: *The Feminine Mystique*). Disponível em: <<http://brasil.indymedia.org/media/2007 /02/374147. pdf>> Acesso em: 15 jan. 2016.

GEM - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Empreendedorismo no Brasil - Relatório Executivo 2014 (Preliminar). **Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Fundação Getulio Vargas (FGV-EAESP)**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/gem%202014_relat%C3%B3rio%20executivo.pdf> Acesso em: 29 jan. 2016.

GUIA DO TURISMO, Brasil. Disponível em: <<http://www.guiadoturista.net/amapa/macapa.html>> Acesso em: 22 mar. 2016 e <<http://www.cidade-brasil.com.br/municipio-mazagao.html>> Acesso em: 23 mar. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE/BRASIL. CIDADES@.2013 (baseado em Fonte: SOUZA, Manoel Dorandins Costa de. **A Evolução Política, Demográfica e Sócio-Econômica do Amapá**. Coordenação do Curso de História. Universidade Federal do Amapá. Macapá/AP/AP, 1995. 101 p. Trabalho de Conclusão de Curso). Disponível em: <www1.ibge.gov.br> Acesso em: 18 jan. 2016.

MONTALI, Lilia. Relação família-trabalho: reestruturação produtiva e desemprego. In: REVISTA SCIELO BRASIL, vol.17, N°. 2, Apr./June 2003. São Paulo: Perspec. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392003000200013&script=sci_arttext> Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. Mudanças na família, no mercado de trabalho e nos arranjos familiares. In: REVISTA ANÁLISE. Convênio 788202/2013 com a SPMPR. Brasil: Fundação Friedrich Ebert Stiftung (FES), 2014. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/11199-20150626.pdf>> Acesso em: 23 mar. 2016.

RUBIN, Gayle S. *Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade*. **Cadernos Pagu** (21) 2003.

SENADO FEDERAL. Agência Senado. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>> Acesso em: 24 abr. 2016).

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Título original: Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf> Acesso em: 19 jan. 2016.

SOUZA, Daize K. de Almeida; RODRIGUES, Stephanie de M. **Mulher e renda: um estudo sobre a atuação da mulher no mercado de trabalho no Distrito de Mazagão/Ap Velho**. TCC de Graduação em Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá/Ap, 2011.

SOUZA, Maria José Barbosa de; TRINDADE, Fernanda de Magalhães. Empreendedorismo Feminino: Um Estudo de Caso com Mulheres Proprietárias de Empresas Turísticas de Florianópolis / SC. In: **VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, 10 e 11 de setembro de 2009 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP.

VALADARES, Angelise; FILHO, José Garcia Leal. Gestão contemporânea de negócios: dimensões para análise das práticas gerenciais à luz da aprendizagem e da participação organizacionais. In: *Revista FAE*, Curitiba, v.6, n.2, p.85-95, maio/dez. 2003. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v6_n2/07_Angelise.pdf> Acesso em: 13 jan. 2016.

CONSTRUÇÕES DE GÊNERO NA ESCOLA: ANÁLISE DAS PRÁTICAS CONFLITUOSAS NA ESCOLA MUNICIPAL MANOEL FRANCISCO MARTINIANO/ARARUNA/PB

Gilsomir Cabral de Santiago¹

Sandra Silvestre do Nascimento Silva²

Universidade Federal da Paraíba

Gde.ufpb@gmail.com

Resumo: A família, a escola e a igreja contribuem no cotidiano de maneira bastante eficaz na manutenção das normas heteronormativas. Todas essas instituições possuem uma parcela de responsabilidade, seja pelas práticas e ações que legitimam as diferenças, seja por meio da linguagem, dos gestos ou, até mesmo, das brincadeiras, reforçando as diferenças. O sexismo ocorre por falta de informação e pelo reforço de uma cultura heteronormativa, que considera como única forma de relacionamento a relação existente entre um homem e uma mulher. Nesse contexto, o presente artigo tem por objetivo refletir, as relações de gênero, bem como os padrões de comportamento dos/as alunos/as da Escola Municipal Manoel Francisco Martiniano, situada no Município Araruna/PB, que são construídos no ambiente escolar por intermédio das brincadeiras, das falas e dos conteúdos sexistas e discriminatórios na prática pedagógica. Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo. As análises tiveram como palco de observação tanto a sala de aula como as demais dependências da escola. Utilizou-se de entrevistas semiestruturadas das que trataram das temáticas em discussão (sexismo, discriminação, preconceito). Foram feitas análises dos dados qualitativos, apoiados nas teorias de Antoni Zabala (1998), Guacira Louro (1997), entre outros autores. A pesquisa mostrou que as práticas pedagógicas em sala de aula e no próprio ambiente escolar, reproduzem as normas heteronormativas conduzindo e construindo os modelos padronizados de comportamento.

Palavras-chave: Heteronormatividade. Gênero. Sexualidade. Docência. Sexismo.

1 Especialista em Gênero e Diversidade pela Universidade Federal da Paraíba e graduado em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia.

2 Professora Formadora – Mestra em Educação pela Universidade Federal da Paraíba.

1 Introdução

Vivemos em um momento no qual temos visto muitas discussões referentes aos direitos à igualdade e ao respeito a todas as pessoas, independentemente de condição física, social, étnica, credo e orientação sexual, dentre outros aspectos componentes da vida. Para contribuirmos com essas discussões, pretendemos, com este estudo, analisar as questões de sexualidade e, em especial, o sexismo em uma Escola Municipal do Município de Araruna-PB.

Sexualidade, identidades de gênero e as identidades sexuais são questões que precisam ser problematizadas nas escolas, uma vez que o silenciamento dessas situações envolvendo a diversidade sexual é uma forma de contribuir para o aumento do sexismo e da homofobia. Construção de gênero também se percebe através das falas, das ideias, das discussões, das brincadeiras. Criando um mundo onde as crianças são separadas para fazer parte de um lugar seu de pertencimento. Importante lembrar que ninguém nasce preconceituoso. Na verdade, torna-se, aprende-se a ser excludente a partir do meio social em que se está inserido.

Nesse raciocínio, portanto, é papel da escola assegurar a igualdade de condições para o acesso e permanência no espaço escolar, sem que haja qualquer tipo de discriminação, tal como preconiza a Constituição Federal em seu artigo 3º, inciso IV (CONSTITUIÇÃO..., 1988). Conviver com o diferente traz benefícios e permite o crescimento de uma sociedade igualitária e consciente de sua diversidade.

O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Nessa perspectiva, enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino” como construção social.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), para o ambiente escolar, as discussões sobre as relações de gênero, possibilitam combater as relações das assimetrias entre meninos e meninas, combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação.

A aproximação com a temática surgiu com as experiências vivenciadas na EMEF Manoel Francisco Martiniano. As reflexões partem do pressuposto de que o ambiente escolar é o local onde se estabelecem normas e regras sociais, que são idealizadas como formas corretas e muitas vezes rígidas a serem seguidas

e mantidas por todos, assim como as demais instituições sociais que legitimam e mantêm papéis sociais nesse processo de naturalização/normatização das diferenças do masculino e do feminino, estabelecendo, dessa forma, um aprendizado/imposição comportamental sexista.

Diante disso, fica clara a relevância social desta pesquisa, já que discutir acerca dessa temática pode ser considerado um passo importante na desconstrução de comportamentos preconceituosos e de práticas de desrespeito aos direitos humanos.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, elegemos como objetivo geral refletir as relações de gênero, bem como os padrões de comportamento dos/as alunos/as da Escola Municipal Francisco Manoel Martiniano, localizada no Município de Araruna/PB, tendo como foco o sexismo e os correspondentes padrões comportamentais envolvendo alunos/as e professores/as. Em relação aos objetivos específicos, pretendeu-se: a) identificar os aspectos geradores do preconceito no ambiente escolar; b) identificar a relação existente entre os espaços destinados aos meninos e às meninas e os padrões de comportamento que são construídos na escola por meio das brincadeiras por eles e elas executadas; c) discutir a postura do/a professor/a em relação às questões relacionadas ao gênero.

2 Abordagem teórica e metodológica

A escola, ainda hoje, continua reproduzindo o sistema de exclusão e discriminação, valorizando ou desenvolvendo os alunos e as alunas de uma forma incompleta. Zabala afirma que

O papel atribuído ao ensino tem priorizado as capacidades cognitivas, mas nem todas, e sim aquelas que se tem considerado mais relevantes e que, como sabemos, correspondem à aprendizagem das disciplinas ou matérias tradicionais. (ZABALA, 1998, p. 28).

Assim, é necessário despertar nos alunos e nas alunas outras habilidades. O/A professor/a não pode se ater ou se preocupar em passar só os “conteúdos”. É imprescindível e inadiável valorizar outras capacidades e habilidades.

Ao entendermos a instituição escolar como uma instância envolvida na produção de identidades sexuais e de gênero, bem como com a validação de determinados modos de viver as masculinidades, as feminilidades e a

sexualidade, criando estereótipos sexuais considerados como próprios para meninos e meninas, a escola, realmente, influencia no processo de construção de uma identidade de gênero. Nesse passo, a escola continua determinando, socialmente, o padrão de normalidade, impondo aos/às alunos/as comportarem-se de acordo com a anatomia de seus corpos.

A noção de gênero está relacionada ao processo de desconstrução da oposição binária entre os sexos; é entendida, nesse contexto, como uma relação construída socialmente e culturalmente, envolvendo atitudes, comportamentos e interesses atribuídos a cada gênero.

Como aponta Louro (1995), “O masculino e o feminino são construídos através de práticas sociais masculinizantes ou feminizantes, [sic.] em consonância com as concepções de cada sociedade. Integra essa concepção a ideia de que homens e mulheres constroem-se num processo de relação”.

A identidade de gênero está relacionada à maneira como uma pessoa se identifica, se apresenta ou se autodetermina socialmente, ou seja, independente do sexo biológico, ou ainda pode ser uma mescla, uma mistura de ambos. Sendo assim, a identidade de gênero é um fenômeno social, e não biológico: “O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos” (BRASIL, 1997) “Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculino ou feminino e assim constroem suas identidades de gênero”. (LOURO, 2003, p. 26).

Nesse viés, a sexualidade se constitui num assunto amplo presente na sociedade em geral e no cotidiano escolar, está na escola porque ela faz parte dos sujeitos. Ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se “despir” (LOURO, 2003). Dessa maneira, entende-se que discutir a sexualidade na escola não é uma escolha neutra. É, sim, fundamentada numa postura pedagógica que compreende uma determinada visão de mundo, transmitindo padrões de sociabilidade, regras e valores morais e éticos. A escola que queremos precisa ser construída com novas formas de se pensar, com ideias renovadas. A construção de gênero se percebe por meio das falas, das ideias, das discussões, das brincadeiras, criando um mundo onde as crianças são separadas para fazer parte de um lugar seu de pertencimento.

A escola delimita espaços, servindo-se de símbolos e códigos, os quais afirmam o que cada um pode (ou não pode) fazer. Ela separa e institui, informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. (LOURO, 2003).

As discussões sobre as relações de gênero, no ambiente escolar, devem estar embasadas no objetivo de buscar combater as relações das assimetrias entre meninos e meninas. Nesse sentido, concordamos com os (BRASIL, 1997, p. 99) no entendimento de que “A discussão sobre relações de gênero tem como objetivo combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação.”.

Para essa pesquisa adotamos uma abordagem qualitativa, do tipo descritiva, para a qual recorreremos à pesquisa bibliográfica e o estudo de campo. Para Minayo (1995, p.21-22), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Utilizamos como instrumentos de coleta de dados a observação e a entrevista semiestruturada.

Para Gil (2006), na observação o pesquisador permanece alheio à comunidade ou processo ao qual está pesquisando, tendo um papel de espectador do objeto observado. Nessa direção, a observação foi feita com alunos dos 6º, 7º, 8º e 9º anos do ensino fundamental II da Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Francisco Martiniano, localizada na zona rural no Município de Araruna/PB. Envolveu, assim, quatro turmas do horário da tarde, sendo quatro aulas por turma.

Foram observados/as 84 alunos e alunas do ensino fundamental, entre 13 e 18 anos de idade, sem restrições de fatores socioeconômicos. Esses/as jovens cursam do 6º ao 9º ano do ensino fundamental II, assim distribuídos: 6º ano com 28 alunos, sendo 19 meninos e 9 meninas; 7º ano com 20 alunos, sendo 11 meninos e 9 meninas; 8º ano com 19 alunos, sendo 9 meninos e 10 meninas; 9º ano com 17 alunos, sendo 8 meninos e 9 meninas. A amostra totalizou 47 alunos e 37 alunas, sendo 55,95% de meninos e 44,05% de meninas.

A entrevista semiestruturada foi realizada com cinco professores/as. Atento aos princípios éticos, não foram citados os nomes dos/as professores/as entrevistados/as, identificando-os/as apenas com letras maiúsculas do alfabeto: A, B, C, D, E.

3 Resultados e discussões

Com relação às identidades de gênero, no contexto pesquisado, o que se pode observar por parte dos/as professores/as é que existe uma naturalização dos papéis do homem e da mulher no chão da escola. O que se percebeu nas falas dos/as professores/as foi uma assimetria nas quais se transmite valores e modelos, legitimados pelas instituições sociais, construindo e mantendo papéis sociais.

No ambiente escolar a visão sexista se materializa com as filas separando os meninos das meninas, numa tentativa para se manter e se preservar a ordem e a disciplina. Para Junqueira (2009, p. 14), [...] “o campo da educação se constituiu historicamente como um espaço disciplinador e normalizador é um passo decisivo para se caminhar rumo à desestabilização de suas lógicas e compromissos”.

O que ficou claro nas nossas observações foi a constatação de que os/as professores/as tratam os alunos e as alunas de forma distinta, demonstrando mais preocupação e atenção com os alunos, reforçando as desigualdades de gênero. Percebeu-se, ainda, que o namoro não é permitido na escola; que as alunas são tidas como mais assanhadas, mais atiradas que os alunos.

As falas dos professores e das professoras apontam para as dificuldades que encontram para trabalhar o tema, tendo em vista os valores trazidos pelos/as alunos/as e por sua própria formação profissional, familiar e religiosa.

Quando perguntamos aos/às professores/as se eles se sentem preparados para trabalhar com temas transversais sobre sexualidade, obtivemos os seguintes resultados apresentados no Quadro 01:

Quadro 01 - Fala dos Professores sobre temas transversais como sexualidade

Professor	Conteúdo da Fala
Professor “A”	“[...] Na verdade, eu teria de ler bem mais antes de me arvorar a trabalhar com essa temática. Respondendo objetivamente à indagação, eu, atualmente, não me encontro capacitado de trabalhar com o tema educação sexual.
Professor “B”	“[...] Não, dada a complexidade do tema e a falta de conhecimento científico sobre ele. Acredito que para que a escola passe a trabalhar o tema, os educadores devem ser capacitados para tal”.
Professor “C”	Não. É uma área muito extensa e complexa, envolvendo conceitos/preconceitos com base religiosa, não me sentiria hoje capaz de trabalhar esse tema”.
Professor “D”	“[...] Não totalmente, mas com informações adquiridas através dos meios de comunicação e diálogos com a sociedade que me rodeia, dá sim para se trabalhar o tema de forma positiva”.
Professor “E”	Não necessariamente. Embora muitos professores busquem alinhar seu comportamento em respeito à diversidade, existem situações com as quais eles podem não se sentir familiarizados, acabando por agir de forma inadequada.

Fonte: Dados da Pesquisa.

O que ficou nitidamente exposto nas falas dos/as professores/as entrevistados/as foi que todos/as afirmaram não se sentirem preparados/as para lidar com a temática, mas que consideravam importante e relevante para os/as alunos/as o manuseio do tema no ambiente escolar. Evidenciou-se, nessa ocasião, um grande receio de se abordar assuntos referentes à sexualidade humana.

Avila tece o seguinte comentário acerca do trabalho docente abordando a temática em questão:

Segundo diretrizes governamentais, a atuação educacional profissional na área da sexualidade pauta-se em conhecimentos científicos, em práticas didático-pedagógicas e, principalmente, na reflexão ética acerca da vivência da sexualidade, como plural e como parte dos Direitos de Humanos. Contudo, o sistema público e seus professores/as, a despeito dos esforços despendidos na capacitação docente, não se mostram preparados para tal. (AVILA, 2010, p.vii).

O que não se coaduna com a realidade pesquisada, pois a maneira como os professores e as professoras lidam com as relações de gênero no ambiente escolar legitimam e normatizam os espaços binários, que, por fim, aprisionam as identidades de gênero. Portanto, dessa forma a sociedade recrimina tudo que não se encaixa dentro destes moldes.

Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir. (LOURO, 2003, p. 61).

Quando a indagação relacionou-se **sobre as falas ou práticas sexistas disseminadas pelos agentes da educação no ambiente escolar**, obtivemos os seguintes resultados apresentados no Quadro 02, as respostas dos/as professores/as:

Quadro 02 - Fala ou práticas sexistas disseminadas pelos agentes da educação no ambiente escolar

Professor	Conteúdo da Fala
Professor "A"	"[...] Não! Procuo – isto sim! – imprimir uma fala onde a igualdade em seus múltiplos aspectos e facetas generalize-se, inclusive com ênfase à igualdade de direitos diante do aspecto gênero".
Professor "B"	"[...] Não acho que reproduzo conceitos ou falas sexistas. Entretanto, é possível sim por cultura, falta de conhecimento, ou até mesmo por opiniões preconceituosas que professores façam este tipo de comentário em sala de aula".
Professor "C"	"[...] Tento não reproduzir o tempo todo, mas sei que pela própria cultura acabamos não conseguindo deixar de reproduzir".
Professor "D"	"[...] Não, acredito que todos somos seres humanos com direitos e deveres iguais, independente do gênero ou orientação sexual".
Professor "E"	"[...] Não. A cultura de nossa sociedade ainda guarda traços de sexismo, que deve ser permanentemente combatido".

Fonte: Dados da Pesquisa.

O que se observou na reflexão das falas e discursos dos professores/as foi que a linguagem sexista é muito presente no cotidiano das escolas. Muito embora assim se apresente, ele – sexismo – não é notado por esses atores justamente por fazer parte desse dia a dia. Nessa prática, o gênero masculino é utilizado como fórmula única para se referir a meninos e a meninas de maneira genérica, contribuindo na reprodução do preconceito e na construção das hierarquias entre alunos e alunas, colaborando, dessarte, de modo inconsciente, na construção das suas identidades e, conseqüentemente, invisibilizando as mulheres. Aliás,

[...] os/as professores/as ainda não estão preparados/as para lidar com questões tão polêmicas e assumir em seu cotidiano profissional uma postura ética sem que antes tenham condições de equacionar as tensões entre seus jeitos próprios de lidar com a educação sexual e as diversas expectativas/avaliações que recaem sobre suas práticas docentes, em especial, as da própria pessoa que desempenha a profissão. (AVILA; TONELI; ANDALÓ, 2011, p. 291).

Diante desse contexto, é sabido que o sexismo ocorre por falta de informação e pelo reforço de uma cultura heteronormativa, que considera como única forma de relacionamento a relação existente entre um homem e uma mulher. A importância de se tratar o assunto no âmbito da sala de aula requer uma proposta de mudança de postura, haja vista a relevância do tema, primeiro em âmbito de cidadania e depois relativo à sexualidade.

Quando às perguntas, o questionário intencionava saber acerca da **identidade de gênero**, alcançando-se as seguintes respostas apresentadas no Quadro 03:

Quadro 03 - Fala sobre identidade de gênero

Professor	Conteúdo da Fala
Professor "A"	[...] Os temas homossexualidade e/ou sexismo são deveras difíceis de ser abordados/trabalhados em sala de aula exatamente porque o preconceito é uma mazela arraigada em cada um de nós. Esse atavismo faz com que os comportamentos reproduzam-se geração após geração de modo idêntico. Dessa feita, cabe a cada um, individualmente, perceber seu comportamento equivocado e reformar-se internamente, a fim de que essas – e outras – modalidades preconceituosas sejam banidas de vez da sociedade. E a escola tem um papel fundamental nesse processo!
Professor "B"	[...] Em primeiro lugar, trato os meus alunos de maneira igual. Em segundo, não sei a orientação sexual deles a não ser que revelem o que geralmente não é normal em uma aula. E quando revelam, não dou importância ao fato, pois não há interesse de minha parte sobre a intimidade dos meus alunos. Fico sim impressionada com a capacidade de assimilação dos assuntos, a inteligência, estes temas me interessam, como professora.
Professor "C"	[...] Primeiro porque qualquer tipo de orientação sexual que se dê a um aluno, terá naturalmente uma resposta dos pais, em como está sendo feito essa orientação. Segundo porque teria que ser um profissional mais específico pra tratar do tema.
Professor "D"	[...] Meu comportamento com alunos homossexuais é o mais natural possível, não vejo absolutamente nada de errado perante Deus ou aos homens da terra o fato de alguém ser homossexual ou heterossexual.
Professor "E"	[...] Procuro tratá-los com naturalidade. A sua expressão sexual não deve ser objeto de exaltação nem de repreensão. Deles se devem cobrar os mesmo limites que se cobram de qualquer outro aluno ou aluna, como comprometimento intelectual com a aula e bom convívio com os demais alunos.

Fonte: Dados da Pesquisa.

No discurso, os/as educadores/as afirmaram não fazer distinção de tratamento pela orientação sexual dos/as alunos/as. Todavia, as próprias expressões por eles/as utilizadas já demonstram a diferenciação naturalizada e, daí, “normalizada”, a exemplo dos seguintes excertos: “procuro tratar com naturalidade”; “é preciso profissionais competentes para orientá-los”; “cobro os mesmos limites que se cobram de qualquer outro aluno”. Tais trechos exteriorizam a sugestibilidade diferenciadora e implícita nas falas.

A construção de gênero é percebida através das falas, dos discursos, das ideias, das brincadeiras dentro do ambiente escolar, criando um mundo onde os indivíduos são separados para fazer parte de um lugar seu de pertencimento.

Quando essas barreiras são quebradas, as sanções morais são logo postas em ação para voltar ao “normal” a naturalização/normatização. E, dessa forma, a escola produz e reproduz as normas heteronormativas, conduzindo os alunos e alunas através das brincadeiras, dos esportes, das falas, das discussões, dos modos e das exteriorizações sexistas, com o objetivo de padronizar e disciplinar o comportamento dos indivíduos.

Assim sendo, quando se classificam as pessoas em masculino e feminino, criam-se fronteiras e limites territoriais, reforçando assim a ideia do binarismo, uma divisão da sociedade em dois sexos opostos, enaltecendo por esse viés a existência de relações de poder.

A escola, pois, influencia na construção de gênero e na naturalização/normatização das diferenças do masculino e feminino, tornando-os capazes de reproduzir as relações sociais. Tanto é que

[...] a escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e pluralidade funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. (BENTO, 2008, p. 129).

Tais ideias são produzidas e reproduzidas em todas as instituições sociais, com o seguinte agravamento: é na escola que esse padrão permanece por meio das falas e atitudes dos professores e professoras, incluindo e privilegiando alguns e denegrindo e estigmatizando outros no momento em que essas “regras” religiosas são desrespeitadas e transgredidas.

Nesse caminho, as sanções morais são logo percebidas por todos do grupo:

As escolas são instituições reprodutoras da heteronormatividade [...] e os/as professores/as, como os outros membros da sociedade, convivem com e reproduzem alguns preconceitos normativos moralistas em seus movimentos cotidianos, inclusive no ambiente profissional. (AVILA; TONELI; ANDALÓ, 2011).

Diferente do que foi falado nas entrevistas, quando se partiu para as observações, constatamos que por parte dos/as professores/as existe uma naturalização dos papéis do homem e da mulher na sociedade contemporânea.

O que se notou nas falas dos/as professores/as foi uma assimetria nas quais se transmitem regras, valores e modelos, legitimadas pelas instituições sociais, construindo e mantendo papéis sociais. Esses padrões normativos então enraizados, cristalizados em nossa sociedade.

O que pude observar em sala de aula é que de uma forma geral, os meninos e as meninas ocupam espaços distintos, organizam-se aleatoriamente, mas com uma divisão bem delimitada. Em todas as salas observadas, as meninas sentam próximo ao professor e os meninos ficam no fundo e nas laterais das salas de aula; as meninas conversam entre si e os meninos são mais inquietos, mais indisciplinados, brincam, conversam, falam mais alto; outros meninos, mais tranquilos e quietos, também se assentam próximos aos seus pares.

Pude observar, também, a existência de dois alunos – um do 6º e outro do 7º ano – que transitam “livremente” entre os grupos de meninas e meninos. São mais calmos e apresentam excelentes notas em todas as disciplinas. Porém, quando ocorre algum conflito entre os grupos esses meninos são taxados de “viadinho”, de “gay”, de “mulherzinha” e de “boiola”.

Essas expressões na forma de jargões e/ou linguagens rudes revelam um pensamento preconceituoso e discriminatório, determinado pelos padrões da heteronormatividade. Nesse norte, a escola continua promovendo e permitindo atitudes de preconceito e discriminação decorrentes de posturas sexistas.

No 6º e 7º anos os meninos são mais agressivos tanto na forma de se comunicar como nas brincadeiras: empurram, batem, gritam, usam palavras para agredir, tais como, “misera”, “rapariga”, “quenga” etc. Desse grupo de 48 alunos, só 8 meninas são agressivas, indisciplinadas, xingam da mesma forma que os meninos; as demais são disciplinadas, organizadas, apresentando comportamento mais amistoso.

Já as turmas do 8º e 9º anos são compostas de alunos/as mais disciplinados/as, formando um grupo mais harmônico. São também mais atenciosos/as. Os

conflitos existem, mas em outro nível. Contudo, a divisão em sala de aula se repete: as meninas sentam-se na frente e os meninos nos fundos e nas laterais. Eles falam de futebol constantemente e no intervalo vão para o campo jogar bola. Elas, por sua vez, falam das festas, da roupa que irão usar durante a época junina, de namorados e casamento.

De uma forma geral, em todas as turmas os professores chamam muito mais a atenção dos meninos com relação à indisciplina. Observou-se, ainda, que eles são os mais atendidos quando questionam alguma coisa com relação ao assunto ora ministrado. E uma grande maioria das alunas prestam mais atenção ao professor, enquanto os meninos se dispersam e saem constantemente com a desculpa de ir ao banheiro ou beber água.

De acordo com os dados levantados, foi possível observar que no ambiente escolar – e principalmente nas salas de aula – existe uma semelhança comum, qual seja, os alunos e as alunas são separados/as pelos/as professores/as como objetivo de manter, segundo esse modelo, a manutenção organizacional de antigos valores. Os/as professores/as, portanto, promovem no ambiente escolar a manutenção das relações de gênero socialmente construídas.

4 Considerações Finais

A escola que queremos precisa ser construída com novas formas de se pensar, com ideias renovadas, incentivando e promovendo a reflexão crítica nos alunos e nas alunas que dela participam.

Com isso, ela favorecerá os/às alunos/as a pensarem e a tomarem suas próprias decisões, abordando e discutindo os diversos pontos de vistas, preconceitos, tabus, valores e crenças existentes em nossa sociedade atual.

Trata-se, na verdade, de objetivos de uma educação comprometida com a formação integral dos/as alunos/as. No entanto, para se alcançar esses objetivos é consabido que é necessário redefinir as relações professor/ra e alunos/as, bem como o debate sobre o papel da escola na promoção da equidade entre os gêneros.

Portanto, refletiu-se sobre como os/as professores/as contribuem, por intermédio das práticas sexistas, na reprodução de preconceitos e na construção das hierarquias entre meninos e meninas.

E, desse modo, contribuindo na construção social, muitas vezes de maneira inconsciente na construção de suas identidades de gênero.

Formar o cidadão significa dar condições ao/à aluno/a de reconhecer-se como um sujeito que tem uma história, que tem um conhecimento prévio do mundo e que é capaz de construir o seu próprio conhecimento.

Significa, ainda, compreender a sociedade em que vive, a sua história e o espaço por ela produzido como resultados da vida dos homens. Isso tem de ser feito de modo que o/a aluno/a se sinta parte integrante daquilo que ele/a está estudando. É importante que aquilo que ora ele/a estuda é a sua realidade concreta, vivida cotidianamente, e não coisas distantes e abstratas.

A linguagem do/a aluno/a, assim como a das pessoas em geral, está impregnada de significados, de saberes, de emoção, de afetos e, por que não dizer, também de preconceitos. Alguns desses preconceitos são explícitos; outros, implícitos. E todos precisam de ser desvelados por meio de acurada reflexão.

Ouvir o aluno/a permite conhecer as representações sociais construídas sobre o mundo. Contudo, precisamos ensiná-lo/la a questionar e buscar soluções, ajudando-o/a a elevar-se a outros patamares de abstração a fim de superar o senso comum.

É preciso que a questão passe a ser entendida e tratada a partir da cultura e efetivação dos direitos humanos, procurando, assim, esclarecer alunos e alunas, professores e professoras acerca da superação do preconceito, possibilitando o reconhecimento da sexualidade como algo inerente à vida do ser humano, sem levar em conta qualquer outro parâmetro discriminador.

Em suma, acreditamos na educação como parte importante na formação do cidadão integral, que conheça seu papel social e político na sociedade, capaz de atuar com criticidade pelo seu lugar no mundo e de respeitar e ser respeitado. Enfim, capaz de viver em um mundo com mais respeito aos direitos humanos.

Referências

ANDRÉ, M. E. D. A. Texto, contexto e significado: algumas questões na análise de dados qualitativos. **Cadernos de Pesquisa**, [S.l.], [S.v.], n.45, p.66-71, 1983.

AVILA, André Heloy. **Professores(as), suas significações e posturas no contexto da educação sexual**: das (im)possibilidades do trabalho com a diversidade sexual. Florianópolis, SC: 2010. Originalmente apresentado como tese de doutorado em psicologia, Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

AVILA, André Heloy; TONELI, Maria Juracy Filgueiras; ANDALÓ, Carmen Silvia de Arruda. Professores/as diante da sexualidade-gênero no cotidiano escolar. **Psicologia em Estudo**, Maringá, n. 2, abr.-jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722011000200012&script=sci_arttext#n01>. Acesso em: 2 jul. 2015.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo; Brasiliense, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 10.2v.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In:

_____ (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Disponível em:<<http://pt.scribd.com/doc/29147542/Homofobia-Nas-Escolas>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n.2, jul/dez, 1995.

_____. Pedagogia da sexualidade. In: LOURO, G. L.(Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

ZABALA, Antoni. **A Prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

GÊNERO, SERTÃO E OBRAS LITERÁRIAS NO PIBID INTERDISCIPLINAR

Janaina Guimarães da Fonseca e Silva

Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina

guimaraes.janaina@gmail.com

Resumo: Essa comunicação oral busca apresentar a experiência de práticas interdisciplinares de ensino, envolvendo as desigualdades de gênero, desenvolvidas pelas alunas e alunos dos cursos de Licenciatura em História e Biologia da Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina. O campo de análise dessas práticas será o PIBID-Programa de Iniciação a Docência da CAPES. Em nosso campus o PIBID se desenvolve na perspectiva interdisciplinar, em torno de uma temática, o sertão e as imagens sobre ele construídas pelas obras literárias. Aqui apresentaremos o resultado de nossa proposta que teve como objetivo trabalhar os conceitos de sertão e sertanejo por meio das relações de gênero. Focando a realidade das/os alunas/os e seu papel enquanto agentes históricos, estimulando-as/os a desenvolverem um olhar crítico sobre os estereótipos e preconceitos que envolvem a figura do sertanejo. A introdução das discussões de gênero no projeto em curso proporcionou ricas experiências nas Escolas de Aplicação e Otacílio Nunes, na cidade de Petrolina, onde é desenvolvido sob a supervisão da Coordenadora de História. Pretendemos com este artigo analisar essas experiências e a recepção por parte das/os licenciadas/os, tutores e estudantes do Ensino Médio à abordagem das relações de gênero em sala de aula.

Palavras-chave: PIBID, Interdisciplinaridade, gênero.

Introdução

A equipe do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) interdisciplinar da Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina, no Sertão pernambucano, assumiu a tarefa de questionar a construção imagética do sertão nordestino nas escolas da cidade. O PIBID-UPE iniciado em março de 2014, adota uma metodologia interdisciplinar. A equipe, composta por alunos e professores de diversas áreas, tem levantado vários debates nas escolas nas quais os projetos de intervenção vêm sendo realizados.

A capacidade de pensar e agir interdisciplinarmente, pauta fundamental da educação brasileira, tem nesse programa um de seus principais instrumentos de efetivação, e com o projeto em desenvolvimento na UPE intitulado “A relação sociedade e natureza no Sertão por meio das obras literárias”, a universidade busca religar-se as pesquisas voltadas às práticas pedagógicas.

Esse artigo busca analisar a experiência de práticas interdisciplinares de ensino desenvolvidas pelos alunos dos cursos de Licenciatura da Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina.

Proposta metodológica

A proposta do Sertão como tema transversal para nosso projeto interdisciplinar teve como objetivo trabalhar a realidade das alunas e alunos e seu papel enquanto agentes históricos, estimulando o desenvolvimento de um olhar crítico sobre os estereótipos e preconceitos que envolvem o conceito de sertão e a figura do sertanejo.

A introdução das discussões de gênero nesse projeto é parte de uma iniciativa da coordenação de História frente ao índice de violência contra a mulher na região e a necessidade de um debate sobre as relações de gênero no ambiente escolar. Por que se costuma atribuir ao sertanejo à braveza, fúria e grande preocupação com a honra?

O sertanejo problematizado nas obras literárias é o mesmo sertanejo dos dias atuais? E a mulher sertaneja, sobre a qual pouco se fala? Como essas imagens foram cristalizadas no imaginário nacional? Como desconstruí-las? E como as obras literárias podem ser abordadas para compreender a construção dessas imagens? Essas são algumas das questões basilares do projeto em curso que envolve alunas e alunos bolsistas dos cursos de licenciatura em História e biologia da Universidade de Pernambuco.

Divididos em duas escolas, a Escola de Aplicação Vande de Souza e a Escola Otacílio Nunes, ambas em Petrolina, as 10 alunas e 8 alunos do PIBID interdisciplinar, sob nossa coordenação, formam pequenos grupos e elaboraram um projeto de intervenção, cujo objetivo principal foi despertar os alunos do Ensino Médio para as desigualdades de gênero e produzir um recurso didático a ser utilizado na própria escola.

Cada grupo desenvolveu um projeto com tema específico, relacionado aos descritores das séries onde fizeram intervenções. Assim que no primeiro ano do Ensino Médio da escola de Aplicação tivemos o projeto “Gênero, sertão e mitologia”, e no primeiro ano da Escola Otacílio Nunes “Gênero e sexualidade na obra Vozes do Mato”. Os temas dos segundos anos foram, na Escola de Aplicação, “As representações das mulheres no ensino de História por meio das obras literárias”. E na Escola Otacílio Nunes “Gênero e memória: Mulheres no Vale do São Francisco” e “Ser tão mulher e os papéis de identidade na construção histórica das obras literárias”.

As reuniões para elaboração dos projetos de cada grupo ocorreram em Janeiro de 2016 e foram precedidas por um minicurso intitulado “Por que não falar de gênero?”, cujos objetivos eram discutir os empecilhos à abordagem das relações de gênero na educação e a importância dessas discussões para a construção de uma escola plural, em consonância com as demandas atuais da sociedade. Após o minicurso as alunas e alunos formaram grupos menores de 3 ou 4 pessoas e elaboraram pequenos projetos a serem realizados nos três primeiros meses letivos de 2016. Vale ressaltar que maioria dos bolsistas já vinha no projeto desde 2015, tendo, portanto, conhecimento do funcionamento do programa.

As/os pibidianas/os tiveram, ao longo do desenvolvimento das atividades, reuniões semanais de atualização teórica e de orientação. As atividades foram acompanhadas também pelos professores tutores das duas escolas, dois homens de 30 e 40 anos, que nunca tinham trabalhado com a temática de gênero, nem com o tema transversal Orientação Sexual. Eles também participaram do minicurso e das discussões sobre o conceito de gênero e sertão.

As atividades dos projetos foram variadas, apresentação de documentários; pesquisa sobre o papel das mulheres em outras culturas; relatos de casos contemporâneos e concretos comparados às obras literárias; leitura teatralizada de trechos da obra Vozes do Mato, entre outras. Após três meses de desenvolvimento das atividades em sala as/os pibidianas/os responderam a um questionário

sobre a experiência, a receptividade de alunas/os e tutores. Também filmamos vídeos registrando as impressões acerca dos impactos das atividades.

Gênero, interdisciplinaridade e educação escolar

Para o desenvolvimento destas atividades foi fundamental o estudo do conceito de gênero, feito coletivamente. O gênero, enquanto conceito acadêmico, tem uma existência bastante recente na história do pensamento. Sendo resultado das reflexões que, surgidas no seio do movimento feminista, colocaram em perspectiva as diferenças e as relações entre o masculino e o feminino.

Concorrem para a formulação do conceito de gênero, não só os caracteres anatômicos distintivos entre os sexos, mas também um conjunto de representações sociais relativas, consubstanciadas em conceitos e símbolos que, dentre outros propósitos, pretendem delimitar o campo de atuação e os papéis sociais pertinentes ao masculino e ao feminino.

Tais representações e símbolos não só circunscrevem os sexos a campos de atuação, mais ou menos bem delimitados, como lhes confere certa aura de fixidez, de “naturalidade”, de imobilidade histórica no desempenho de papéis sociais, que são, em nossa compreensão, constructos sociais e culturais, em vez de algo dado pela natureza.

Entendemos que pensar sobre o pertencimento às categorias “masculino” ou “feminino” é, antes de mais nada, colocar o problema das múltiplas identidades que permeiam os sujeitos e do modo como estes aderem ou pertencem àquelas. Stuart Hall (2006) chama a atenção para o fato de que a própria ideia de pertença, núcleo do conceito de identidade, fora subvertida pela modernidade. A ideia de sujeito moderno, autocentrado em uma identidade perene, dotado de razão e vontade, fora fragmentada e desconstruída pelos movimentos instituidores do que se convencionou chamar de pós-modernidade.

O aumento das desigualdades e as inúmeras violências praticadas em nome da ciência e de ideais universalizados colocaram em cheque a constituição não só dos postulados científicos, mas também dos próprios sujeitos (SANTOS, 2000). Que passam, agora, a serem observados enquanto detentores de múltiplas identidades constitutivas, sempre em transformação, entre as quais a identidade de gênero.

O sujeito contemporâneo é dotado não de uma, mas de várias identidades, como se o indivíduo fosse o “ponto de encontro” de identidades - muitas vezes

contraditórias entre si - que se entrecruzam e correspondem a situações diversas de inserção no meio social e cultural.

Os estudos de Foucault (2000) foram bastante precisos em indicar a genealogia dos mecanismos de dominação (particularmente no cenário de emergência da modernidade), situando no foco do problema os saberes e discursos que sustentavam tais mecanismos e tornavam os corpos “dóceis”, disciplinados e regulados. No tocante às divisões de gênero e às assimetrias entre corpos, foi precisamente o que o feminismo politizou, apontando a construção de discursos sexistas que submetiam a subjetividade feminina ao olhar masculino e, assim, perpetuavam a dominação.

Definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação, que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída, é sempre afirmada como uma diferença de natureza radical, irreductível, universal. O essencial não é então, opor termo a termo, uma definição histórica e uma definição biológica da oposição masculino/feminino, mas sobretudo identificar, para cada configuração histórica, os mecanismos que enunciam e representam como “natural”, portanto biológica, a divisão social, e portanto histórica, dos papéis e das funções (CHARTIER, 1995, p. 42).

Como os papéis de gênero e as relações entre eles são profundamente marcadas por desigualdades e pela dominação (ou seja, as relações de gênero são necessariamente relações de poder, poder esse que é distribuído desigualmente entre homem e mulher), fica patente que uma forma de mascarar tal dominação é fazer uma leitura a-histórica da separação entre masculino e feminino, negando-se que a subordinação deste por aquele é resultado de uma construção histórico-cultural.

Então, partimos da concepção que a educação é a única forma de reconstruir essas relações historicamente determinadas, detendo-nos na educação escolar. Nesse sentido, a escola precisa ser repensada. Como bem pontuado pela estudiosa das relações de gênero na escola, Katia Pupo:

Nessa ótica, a escola pode, através do desvelamento dos sistemas de pensamento e atitudes sexistas presentes na sociedade (e na própria escola), tomar para si a tarefa de resistir e promover

a transformação dessas concepções e comportamentos sociais. Por outro lado ao não explicitar as desigualdades de gênero a escola corre o risco de acomodar-se e continuar reproduzindo os dicotômicos modelos tradicionais na relação entre os sexos. Se a opção for esta, estará impedindo a percepção e construção de novas maneiras de estabelecer a relação entre mulheres e homens (PUPO, 2007, p. 64).

O estudo das práticas interdisciplinares de ensino, desenvolvidas no PIBID, está em consonância com os questionamentos sobre a validade da produção de conhecimento compartimentalizado, que têm crescido nos últimos anos no Brasil e no mundo. A percepção acerca das limitações impostas pelo atual modelo de construção do conhecimento tem gerado diversos estudos que o colocam em xeque, como explica Edgar Morin: “A inteligência parcelada, compartimentada, mecanicista, disjuntiva e reducionista rompe o complexo do mundo em fragmentos disjuntos, fraciona os problemas, separa o que está unido, torna unidimensional o multidimensional” (2000, p. 43).

A relação/resposta que a educação dá aos problemas que afligem a sociedade e a realidade do Ensino Médio nos país está diretamente relacionada a essa fragmentação dos saberes. Como explicar a dificuldade de alunas e alunos em escreverem uma redação do ENEM-Exame Nacional do Ensino Médio, 2015, que propunha como tema “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”? A compartimentalização não permite uma visão ampla das desigualdades de gênero, nem uma abordagem que dialogue com as necessidades cotidianas das mulheres e homens a quem a educação pública deve servir. Lembramos, contudo, que essa abordagem compartimentalizada está presente nas diversas esferas de produção de conhecimento, incluindo o Ensino Médio, refletindo na péssima qualidade das redações do ano de 2015.

A prática interdisciplinar na etapa final da educação básica só pode ocorrer a contento se os professores em formação nos cursos de licenciatura tiverem acesso às discussões que pautam essa perspectiva de ensino. É fundamental que atentemos, também, para as relações de poder que perpassam a construção dos conhecimentos nas universidades e a forma como tais conhecimentos são ministrados pelos professores. O diálogo horizontal entre os docentes dos diferentes cursos de licenciatura é um dos desafios do ensino interdisciplinar. Devemos, portanto, nos preocupar com a forma como o ensino da universidade possibilita a interdisciplinaridade, para que possamos ter professoras

e professores capazes de discutir as violências e desigualdades presentes em nossa sociedade.

O lugar de relações profissionais de ensino no qual surgem conhecimentos vitais sobre os processos do exercício da docência com crianças e jovens, é o lugar em que a criatividade docente emerge, é o momento onde não apenas nos defrontamos com uma reprodução estéril, mas com soluções criativas e novas compreensões sobre a relação didática. (GATTI, 2012, p.18)

O PIBID, enquanto programa de inserção dos licenciandos no universo da docência, permite as/os bolsistas terem os primeiros contatos com as dificuldades encontradas no cotidiano de professoras e professores do Ensino Médio para a efetivação de práticas interdisciplinares, em nosso caso mais especificamente, das questões de gênero. Se as dificuldades cotidianas já são muitas para implementar as propostas tradicionais de ensino, são ainda maiores quando a proposta parte de uma perspectiva interdisciplinar. Entre as dificuldades destacamos o tempo corrido de cada disciplina, com os horários das aulas milimetricamente organizados, para permitir o maior número de aulas num dia. Também o pouco tempo para planejamento das atividades e a baixa remuneração. Tudo isso se adensa quando é proposto um projeto ou atividade interdisciplinar. Como conciliar horários, interesses e perspectivas de ensino entre um grupo diverso de professores, cuja formação foi essencialmente disciplinar?

O conjunto de bolsistas, professoras/os e tutores do PIBID interdisciplinar propôs alternativas para essas dificuldades na montagem dos grupos, cuja principal prerrogativa para a delimitação era a conveniência de horários.

O contato anterior com as obras literárias que versam sobre o sertão, como *O Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna, *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Mello Neto, *Os Sertões* de Euclides da Cunha, e *Vozes do Mato*, de Esmeraldo Lopes, foi fundamental para a compreensão de como a literatura cristalizou a imagem do sertanejo.

O nordestino é macho. Não há lugar nesta figura para qualquer atributo feminino. Nesta região até as mulheres são macho, sim senhor! [...] O nordestino é produzido como uma figura de atributos masculinos. Mesmo em seus defeitos é com o universo de imagens, símbolos e códigos que definem a masculinidade em

nossa sociedade, que ele se relaciona. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003, p. 18).

O conceito de Sertão, do qual se origina esse sertanejo, foi construído historicamente por caracteres negativos. No período colonial, essa palavra foi utilizada pelos colonizadores para designar terras distantes, desconhecidas, sem lei, sem rei, incivilizadas e habitadas por povos bárbaros (AMADO, 1995, p. 147). No Brasil imperial, e ainda na República, sertão era utilizado para denominar as terras, ainda não civilizadas, atrasadas e não desbravadas do interior do país. Essa concepção negativa de sertão foi estendida a uma região inteira, o Nordeste.

Região que passou a corresponder no imaginário da República a esse sertão, cuja marca maior eram as características negativas. Desde então, essa região passou a ser vista como espaço homogêneo, estático, atrasado. O lugar da tradição, marcado principalmente pela importância de sua cultura popular, como, por exemplo, as danças típicas como o xaxado, o forró, o baião, o maracatu.

Construiu-se a ideia de que seus habitantes partilhavam de uma unidade cultural, de pensamento, de costumes, de gostos e, sobretudo, de um sofrimento comum, imposto pela natureza, a seca.

Os sertanejos, a partir dessa concepção são definidos como uma gente sofrida, religiosa, miserável, castigada pela seca, que vive da agricultura no meio rural. Esse Nordeste é apresentado como espaço estático, imutável que não progrediu socioeconômico, nem politicamente, como outras regiões do país (ALBUQUERQUE JR., 2001).

A reafirmação dos estereótipos que instituíram essa região como lugar do atraso são propagados, na maioria das vezes, pela mídia. Falamos de estereótipos, pois a busca por identidade para a região homogeneizou a diversidade ali existente, pontuando como características do Nordeste alguns aspectos em detrimento de outros, o que impossibilita a compreensão da diversidade cultural, climática e socioeconômica da região.

Quando assistimos à TV, por exemplo, o Nordeste que nos é apresentado é sempre o mesmo, quando não é aquele do messianismo, do cangaço, do coronelismo, da seca, da fome é aquele do povo de fé inabalável, do homem forte, da tradição, da cultura popular, do forró, do xaxado, do baião.

Esses discursos que estereotiparam negativamente os sertões, inclusive o sertão nordestino, de acordo com Antônio Carlos Moraes (2009), sempre estiveram imbuídos de interesses, quer sejam econômicos, políticos ou sociais.

De acordo com Albuquerque Júnior (2001), muitos discursos que construíram a imagem do Nordeste saíram de dentro da própria região e sempre estiveram acompanhados de projetos por parte daqueles que OS propagavam.

A literatura regionalista, assim como outras formas discursivas, a música, a poesia, o teatro, a pintura foram em grande parte responsáveis por instituir a imagem negativa dos sertões brasileiros, marcando no imaginário dos indivíduos vários estereótipos acerca dessa região. Assim como outros discursos, os do campo literário também contribuíram para reafirmar os estereótipos acerca do sertão e não foram, nem são inocentes e/ou destituídos de interesses por parte de seus autores. Por esta compreensão utilizamos as obras e personagens com os alunos do Ensino Médio, indagando sobre as narrativas e a correspondência ou não com a realidade atual do sertão nordestino.

Tendo em vista que, como afirma Chartier (1990), nenhum discurso é neutro, seja ele histórico ou literário, e que as representações estão sempre relacionadas a interesses específicos, quer seja econômicos, políticos ou sociais, podemos afirmar que a literatura regional produziu representações fundamentais para a compreensão da imagem do sertanejo.

Como subverter um discurso que está arraigado na concepção das/os estudantes? Como compreender as falas que caracterizam o sertanejo como um homem de honra? Os grupos do PIBID então partiram das características desse sertanejo, apontadas pelas alunas e alunos para puxar questões como violência contra a mulher, machismo e desigualdade de gênero no ambiente escolar.

Não só o homem sertanejo foi posto em questão. Também pontuamos a mulher que aparece nessas obras, a exemplo da “mulher perdida”, que aparece na obra Vozes do Mato. Assim são apontadas as meninas que perdem a honra (entenda-se a virgindade), antes do casamento. O que se espera da mulher também foi apontado pelas/os pibidianas/os. Levantando interessantes discussões com as/os alunas/os.

Considerações finais

Pela análise dos questionários e no acompanhamento das atividades realizadas nas turmas do primeiro e segundo ano do Ensino Médio das Escolas de Aplicação e Otacílio Nunes podemos concluir que a dificuldade de discutir as relações de gênero parte, muitas vezes, das/os docentes. Uma das pibidianas relatou a resistência do professor regente às discussões. As/os estudantes se sentem instigadas/os pela discussão de gênero e se colocam muito

espontaneamente sobre o que se espera deles, enquanto meninos/homens e delas, meninas/mulheres.

Podemos observar, também, que alunas do ensino médio de ambas as escolas se colocaram, bem mais do que os alunos, durante as discussões. Relatando casos de desigualdades vivenciados tanto dentro da escola, quanto fora. Apontando como são cobradas, ao se relacionarem com os meninos, apontadas como “fáceis” ou “difíceis”.

Falaram também sobre o quanto são proibidas de sair tarde de casa, ou sair sozinhas, enquanto os meninos têm mais liberdade. Meninos e meninas discutiram o peso dos papéis e como são cobrados, elas para não serem masculinizadas, eles para não serem afeminados. Questão que em uma turma levou a discussão da homossexualidade e a emergência do preconceito por parte de alguns alunos e alunas.

Ao longo das atividades ficou claro que o debate sobre as relações de gênero é compreendido por alunas e alunos como importante na escola, mas fora o PIBID nenhuma das turmas tinha tido contato com essas discussões no ambiente escolar.

Quanto as/os pibidianas/os, declararam que discutir as relações de gênero foi de fundamental importância para sua formação. Pois em nenhuma disciplina obrigatória, tanto no curso de História, quanto de Biologia, as desigualdades de gênero presentes no ambiente escolar são discutidas. A pouca preparação dos docentes, para lidarem como essas relações no ambiente escolar, refletem também a deficiência da Universidade em proporcionar uma formação adequada. O PIBID enquanto programa de inovação tem aí, também, um papel fundamental ao ajudar docentes e discentes a construírem alternativas a essas dificuldades da formação.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **A invenção do Falo**: Uma história do Gênero masculino (Nordeste 1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CHARTIER, Roger. *Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica)*.

Cadernos Pagu (4) – fazendo história das mulheres, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995, pp.40-42

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

FURLAN, Cássia Cristina; FURLAN, Dalci Aparecida Bueno. *Gênero e sexualidade na formação de professores/as: a necessidade de reflexões sobre a prática pedagógica*.

Plures, Humanidades. Ribeirão Preto, V.12 nº2, p. 306-326, jul-dez. 2011.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. **Opara**: Formação histórica e social do Submédio São Francisco. Petrolina: Gráfica Francisca, 1997.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista: Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez. 2000.

NEVES, Zanoni. **Rio São Francisco**: história, navegação e cultura. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2009.

PUPO, Katia Regina. **Violência Moral no Interior da escola: Um estudo exploratório das representações do fenômeno sobre a perspectiva de gênero**. Dissertação (Mestrado em educação), São Paulo, USP, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre: **Revista Educação e Realidade**, 16(2): 5-22, 1990.

NÍSIA FLORESTA E A EDUCAÇÃO FEMININA NO SÉCULO XIX

Jéssica Luana Fernandes
ges.sicaluana@hotmail.com

Shirley Targino Silva
Universidade Federal da Paraíba
shirleyzinhatargino@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar a trajetória de vida da escritora e educadora norte-rio-grandense Nísia Floresta, pensando nas contribuições no que diz respeito à educação e emancipação feminina. Tivemos o intuito de trazer à luz a história de mulheres que contribuíram para pensar a educação em nosso país, pensando no contexto de inserção de Nísia, o século XIX. Portanto, neste estudo, apresentamos Nísia, como uma figura relevante no contexto educacional do Brasil no século XIX. Nísia, foi educadora, escritora e diretora de um importante colégio feminino no Rio de Janeiro, destacando-se por sua militância em favor das mulheres, escravos e índios, como nos mostra o seu poema “A lagrima de um Caeté”. Deste modo, apresentamos neste estudo pequenos traços biográficos de Nísia Floresta, sua vida e algumas de suas importantes publicações. Tivemos como aporte a perspectiva teórico-metodológica da Nova História Cultural, o que permitiu lançar nosso olhar para a história das mulheres. Desta feita, a construção deste artigo está embasada nos estudos realizados pela pesquisadora Constância Lima Duarte. Por conseguinte, falando de conclusão, num sentido parcial, podemos dizer que Nísia Floresta ao defender o seu ideário de educação feminina em sua obra, Opúsculo Humanitário, pensando no contexto histórico, trouxe uma discussão avançada para época, uma vez que se enxergava a mulher apenas como filha, esposa e mãe, ao defender e clamar por uma educação feminina, como também de forma geral. A sua obra é uma denúncia do quadro educacional do Brasil na época.

Palavras-chave: Educação feminina, Mulher, Nísia Floresta.

Renovação historiográfica e a história das mulheres.

A primeira história que gostaria de contar é a história das mulheres. Hoje em dia ela soa evidente. Uma história “sem as mulheres” parece impossível. Entretanto, isso não existia. (PERROT, 2007, p.13)

Iniciamos este texto com a epígrafe a acima, que trata-se de um trecho do livro *Minha História das Mulheres* da historiadora francesa Michelle Perrot, pois, gostaríamos de evidenciar que a história das mulheres por muito tempo esteve silenciada no campo historiográfico. De acordo com Perrot (2007), as mulheres estiveram confinadas ao silêncio, “As mulheres ficaram muito tempo fora desse relato [...] Confinadas no silêncio de um mar abissal”, (2007, 16). Entretanto, vale salientar, que, não só, as mulheres estiveram nos grupos dos marginalizados da história, há também, os negros, índios, homossexuais, e entre outros. Portanto, hoje, esta história é evidente, pois, a renovação historiográfica permite um olhar para a trajetória de homens e mulheres comuns e suas representações.

Isto posto, apresentamos neste artigo uma breve explicação sobre a educadora, escritora e poetisa Norte-rio-grandense Nísia Floresta Augusta Brasileira. Objetivamos apresentar a tese defendida pela educadora acerca da educação feminina, que está escrita em algumas de suas importantes obras¹.

Portanto, este trabalho está inserido no campo da Nova História Cultural, com a finalidade de dar visibilidade a história feita não somente pelos grandes nomes. Desta feita, temos o intuito de destacar a militância de Nísia Floresta em favor da educação feminina no Brasil do século XIX.

Podemos dizer que, hoje, a história das mulheres é campo sólido nas pesquisas acadêmicas, mas, que para estar consolidado foi e é necessário uma luta constante. Neste sentido, podemos destacar a Nova História Cultural junto à renovação historiográfica e o alargamento de objetos, “[...] vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las²”. (BURKE, 1997, p. 126). Esta renovação permitiu enxergar a mulher como sujeito da história, nesta direção, Rachel Soihet (1998, p. 77), diz que

1 Usamos como base para este texto os livros Nísia Floresta e Nísia Floresta: uma mulher à frente do seu tempo, ambos escritos pela pesquisadora Constância Lima Duarte.

2 Sobre os novos objetos, destacam-se Pierre Nora e Jacques Le Goff em *Faire de l’histoire*, de 1974, obra que traz uma coleção de três volumes intitulados de “Novos problemas”, “Novas abordagens” e “Novos objetos”.

“Some-se a esse processo a segunda vaga do feminismo [...]”. Portanto, a inclusão da mulher neste cenário acompanha as campanhas do feminismo.

Destarte, este trabalho encontra-se dividido em duas partes, que são elas; história da educação: Nísia Floresta, vida e obra. Aqui, apresentamos de forma breve quem foi a educadora e escritora Nísia Floresta, e o seu contexto de inserção na história da educação brasileira. Em, a educação feminina defendida por Nísia Floresta, apresentamos o ideário de educação feminina por Nísia em uma de suas importantes obras, *Opúsculo Humanitário*. E, por fim trazemos as nossas considerações finais.

História da educação: Nísia Floresta, vida e obra.

Optamos por desenvolver este artigo com Nísia Floresta, por se tratar de uma mulher educadora que já no século XIX militava em favor da educação feminina no nosso país. Sendo considerada por muitos a percussora do feminismo no Brasil, Nísia não lutou apenas em favor dos direitos das mulheres, ela também escreveu muito em suas obras pelos direitos dos índios e escravos.

Nísia Floresta é um pseudônimo para Dionísia Gonçalves Pinto, nascida em Papari Rio Grande do Norte, em 1810. Nísia chegou a residir em Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e também na Europa, no Velho Mundo viajou por diversos países, como Portugal, Inglaterra, Alemanha, Grécia e Itália, porém fixou-se na França até a sua morte em 1885, em Rouen. No ano de 1954, o governo do Rio Grande Norte consegue trazer para o país e sua cidade natal que atualmente leva o seu nome, os seus restos mortais. Vale salientar, que não pretendo escrever detalhadamente a biografia de Nísia, e sim apresentar o seu pensamento, sua obra, que transita por diversas temáticas, feministas, indianistas, abolicionistas e nacionalistas. O pseudônimo Nísia Floresta Augusta Brasileira revela um pouco de sua personalidade, Nísia refere-se ao diminutivo de seu nome, Floresta é uma referência a comunidade rural onde nasceu, Augusta trata-se de uma homenagem ao seu companheiro Manuel Augusto de Faria Rocha, com quem chegou a ter três filhos, e por fim Brasileira, mais uma afirmação às suas posturas nacionalistas.

Em um período em que grande parte das mulheres viviam sob os moldes de uma sociedade patriarcal, Nísia já publicava seus textos na imprensa a defesa das mulheres, e chegou a dirigir um colégio para moças no Rio de Janeiro. Segundo Duarte (2010, p. 12), “Nísia deve ter sido uma das primeiras mulheres no Brasil a romper os limites do espaço privado e a publicar textos em jornais

da chamada grande imprensa.” Na imprensa pernambucana, precisamente no Jornal de Pernambuco, Nísia escreveu na coluna “Espelho das Brasileiras”, onde publicou artigos acerca da condição feminina.

Autora de importantes obras que tratavam da emancipação da mulher por meio da educação, Nísia reivindicava e denunciava a situação das mulheres, índios e escravos. As importantes publicações que exprimem a síntese de seu pensamento, são as obras, *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* e *Opúsculo Humanitário*. O Livro “*Direitos das mulheres e injustiça dos homens*”, foi publicado originalmente em 1832, algumas pessoas chegaram a afirmar que tratava-se de uma tradução livre do “*A Vindication of the rights of woman*”³, da inglesa Mary Wollstonecraft. Em seu livro, Nísia fala acerca da injustiça sofrida pelas mulheres, e do direito à educação e ao trabalho, ela tece críticas ao pensamento dos homens, de que as mulheres são próprias à criação e aos cuidados dos filhos, ela exige que todas sejam consideradas inteligentes e merecedoras de respeito pela sociedade. Numa época em que a função social da mulher se restringia a maternidade e ao casamento, Nísia clama por direitos iguais à homens e mulheres. É questionado no livro a superioridade masculina, vejamos em trecho do seu livro, apresentado por Duarte (2010, p. 90):

Nenhuma diferença existe entre a alma de um tolo e de um homem de espírito, ou de um ignorante e de um sábio, ou a de um menino de quatro anos e um homem de quarenta. Ora, como esta diferença não é maior entre as almas dos homens e a das mulheres, não se pode dizer que o corpo constitui alguma diferença real nas almas. Toda sua diferença, pois, vem da educação, do exercício e da impressão dos objetos externos, que nos cercam nas diversas circunstâncias da vida.

Conforme Duarte (2010, p. 12), “Nísia relaciona os preconceitos mais divulgados contra o sexo feminino, identifica suas origens na dominação portuguesa, e ainda desmitifica a ideia dominante da superioridade masculina”. No livro, ainda se questiona porque considerar as ciências inúteis às mulheres. Por qual razão elas não podem ocupar cargos públicos, e postos de comandos, tais como: general, militar, administrando a justiça, ou mesmo ensinando nas Universidades, exercendo a medicina e entre outros cargos. Em suma, o texto

3 Uma Reivindicação pelos Direitos da Mulher, publicado no ano de 1792.

apresentado nesta obra, tratava de uma reivindicação no que se refere à igualdade de gênero, e a participação social da mulher, o texto evidencia a injustiça sofrida pelas mulheres.

Enquanto educadora, Nísia, foi dona e professora do Colégio Augusto⁴, fundado no ano de 1838, localizado no Rio de Janeiro. Tratava-se de um colégio voltado para a educação feminina, marcado por avanços pedagógicos, pois tinha uma prática pedagógica que era reservada ao ensino dos homens. A inclusão de disciplinas, como latim, francês, italiano, inglês, estudo de geografia, história e entre outros. Desta forma, segundo Duarte (2010), houveram muitas críticas ao trabalho desenvolvido no colégio Augusto, pois, consideravam desnecessário o ensinar para as mulheres algo que não fosse relacionado ao universo doméstico e feminino. “A valorização da “educação da agulha” em detrimento da instrução era um fato tão aceito como sendo o mais correto, que não faltou quem criticasse o colégio de Nísia Floresta por incluir disciplinas consideradas supérfluas para a formação das meninas”, (DUARTE, 2010, p. 17). Sob este entendimento, Argumentavam que, não era necessário oferecer à mulher um tipo de educação que era igualmente oferecida aos homens, pois homens e mulheres exerciam papéis sociais distintos. Entretanto, não tratava-se a apenas de críticas tecidas ao seu Colégio, Nísia, também chegou a ser alvo de comentários caluniosos à sua vida pessoal.

Esta escola, segundo depoimento de todos os que sobre ela escreveram, trouxe avanços consideráveis para a educação de seu tempo. E, entre as inovações aí reconhecidas, costumam ser lembradas o ensino do latim, do francês, do italiano e do inglês, bem como respectivas gramáticas e literaturas; o estudo da geografia e da história do país; a prática da educação física; e a limitação do número de alunas por turma como forma de garantir a qualidade do ensino. (DUARTE, 2010, p. 17).

Portanto, o modelo de educação vigente no Colégio Augusto, pode ser considerado inovador, pois tratava-se de uma prática pedagógica equivalente aos colégios masculinos pertencentes à corte.

Para que se compreenda melhor o pioneirismo de Nísia enquanto educadora, se faz necessário que conheçamos o contexto histórico do Brasil colônia,

4 O nome do colégio é uma homenagem ao companheiro Manuel Augusto de Faria Rocha.

em que havia pouquíssimas escolas, e as que ali existiam eram insuficientes para a demanda da população. Vale salientar que, o Colégio Augusto funcionou por dezessete anos, mesmo sem estar sob a direção de Nísia que partiu para a Europa e não mais voltou a residir no país, esteve somente por breves passagens.

A educação feminina defendida por Nísia Floresta

Em toda a sua obra, Nísia, clama por uma educação no Brasil, entretanto, é em *Opúsculo Humanitário*⁵, de 1853, que encontramos a tese de Nísia Floresta sobre a educação das mulheres, mas também fala da educação de uma forma geral. Para Duarte (2010, p. 31, grifos da autora) “Enquanto do *Direito das Mulheres* a autora rejeitava a ideia de uma revolução radical nos costumes, no *Opúsculo Humanitário* será diferente, e ela expressa o desejo de uma completa transformação no sistema educacional”. Inicialmente, Nísia traz comentários de várias partes do mundo, da condição feminina nestas localidades, para logo após falar da mulher no Brasil. Ela fala da mulher europeia, sua utilidade para sociedade, sua posição como membro dela, em contraste a mulher brasileira que vivia um atraso, questionando assim o lugar ocupado pela mulher.

Copiemos antes de tudo a educação que naqueles países se dá à mocidade. Imitemos principalmente os ingleses no respeito à religião e à lei, os alemães no hábito de pensar e no empenho de elevarem-se acima de todos os povos pelo estudo e pela reflexão, os franceses em seu espírito inventor, e em suas generosas inspirações civilizadoras: a todos, no gosto pelo trabalho e no desejo sempre progressivo de engrandecerem-se por seu engenho e atividade. (FLORESTA, 1989, p. 109).

Ainda assim, Floresta diz que há muito à se aperfeiçoar nestas nações, em relação à educação. Nísia faz uma denúncia à condição da mulher na sociedade brasileira, que não tinha uma educação que propiciasse o desenvolvimento de seu intelecto, as poucas que recebiam educação, estava voltado unicamente para o universo doméstico e a maternidade. Era praticamente o

5 O livro reúne uma série de artigos que já haviam sido publicados anteriormente em jornais. O título do livro faz uma referência aos Opúsculos de Auguste Comte, filósofo francês que também influenciou o pensamento de Nísia Floresta.

mesmo pensamento do Brasil Colônia, onde “[...] a educação feminina ficou geralmente restrita aos cuidados com a casa, marido e os filhos ... tanto as mulheres brancas, ricas ou empobrecidas, como as negras escravas e as indígenas não tinham acesso à arte de ler e escrever”. (RIBEIRO, 2011, p. 79).

Para Nísia, muitos dos atrasos eram uma herança da colonização portuguesa, e clama por uma educação melhor, chama aos brasileiros para entrarem nesta luta e reverter o quadro educacional do país, para ela o futuro da sociedade está na educação. Em Opúsculo, encontramos o desejo de Nísia de que o Brasil seja mais progressista, e levanta a bandeira da educação feminina. Mais uma vez, ela expressa o seu amor pela pátria, no entanto chama atenção para o atraso cultural, o quadro educacional e o desinteresse dos governantes para com esta situação. “Chega inclusive a afirmar que não poderá haver no Brasil uma boa educação da mocidade enquanto “o sistema de nossa educação, quer doméstica, quer pública não for radicalmente reformado”.

Desta forma, ela passa a descrever com números oficiais o quadro educacional brasileiro daquela época. Por fim, em seu livro ela apresenta o seu ideário de educação feminina, e é aí que se percebe as influências desta educadora.

Conforme Duarte (2010), de um lado estava o pensamento liberal progressista e de outro o conservadorismo do catolicismo. Ainda há que lembrar a sua aproximação com a filosofia de positivista de Auguste Comte, Nísia acabou limitando o universo feminino, quando diz que o ideal de educação das meninas é aquele oferecido no lar, com a orientação materna.

Uma mãe bem educada e suficientemente instruída para dirigir a educação de sua filha obterá sempre maiores vantagens, aplicando-se com terna solicitude a inspirar-lhe como emoção o sentimento da própria dignidade, que qualquer diretora não conseguiria obter de suas educandas. (FLORESTA, 1989, p. 91).

No entanto, Segundo Duarte (2010), esta adesão a filosofia positivista foi um tanto superficial. “Um passeio no Jardim de Luxemburgo” é o único que contém referências explícitas à doutrina positivista, por valorizar a função social da mulher, e expressões elogiosas ao filósofo Auguste Comte, justamente por tê-la concebido” (DUARTE, 2006, p. 31). Não podemos afirmar, que se tratava mesmo de uma limitação, uma vez que, se considerarmos o contexto de escrita de seu texto, em um Brasil que vivia sob os moldes de uma sociedade patriarcal, e muito subordinado à Portugal, poucos mulheres eram letradas, e não

havia educação suficiente para a população, era mesmo muito insipiente, então, clamar por uma educação feminina, pode sim, ser considerado um avanço significativo. Entretanto, vale salientar que, Nísia, não falou apenas da mulher de classe alta, suas inquietações também eram atribuídas à todas as brasileiras, as escravas, as indígenas, trabalhadoras e desfavorecidas economicamente.

É, portanto, em favor de todas as mulheres brasileiras que escrevemos, é a sua geral prosperidade o alvo de nossos anelos, quando os elementos dessa prosperidade se acham ainda tão confusamente marulhados no labirinto de inveterados costumes e arriscadas inovações (FLORESTA, 1989, p. 130).

Desta forma, mesmo sob esta “delimitação” da educação feminina, pode-se dizer que Nísia muito contribuiu para o avanço da educação feminina, ela fez parte de um grupo pequeno de mulheres letradas no século XIX, que militou em favor da emancipação feminina por meio da educação.

Sua tese está registrada em suas obras, publicadas em quatro idiomas, português, francês, italiano e inglês. Expressa-se o seu desejo de mudança, reverter o quadro educacional do país, o seu pensamento acerca da condição feminina, negros e índios do Brasil. Foram escritos sob as mais variadas formas, livros, ensaios, coluna de jornais, poemas, além de exprimir seu pensamento por meio do seu método pedagógico enquanto educadora.

Considerações finais

Este artigo foi escrito com intuito de apresentar a trajetória de militância da educadora e escritora norte-rio-grandense Nísia Floresta, em favor de uma educação para as mulheres, pois, acreditamos que a referida educadora possui relevância para pensarmos a história das mulheres nos espaços públicos no Brasil, uma vez, que ela é apontada por alguns pesquisadores como a pioneira do feminismo no país. Assim, como também, é de grande relevância pensarmos a sua inserção na história da educação do Brasil, enquanto educadora.

Desta feita, ressaltamos que escrever sobre a trajetória de Nísia Floresta, é uma forma de sair do silêncio, que por muito, nós, como mulheres estivemos imersas, como nos apontou Michelle Perrot. É, ainda, reconhecer que toda e qualquer trajetória do indivíduo possui história.

Percebemos que Nísia, foi, sim, uma mulher à frente do seu tempo, se consideramos o seu contexto histórico. E, mesmo quando o seu ideário de educação feminina pareceu ser limitado, por ele estar ancorado no espaço doméstico junto à figura da materna, Nísia, muito contribuiu para pensar a educação feminina numa época em que poucas mulheres eram letradas, ela conseguiu seu espaço como educadora e escritora. Sua obra, *Opúsculo Humanitário*, pode ser considerada como uma denúncia do quadro educacional na época, e clamor pela educação emancipação feminina. Portanto, pensar na militância de Nísia, é pensar no seu legado pela emancipação feminina e pela história da educação brasileira.

Referências

BURKE, Peter. *A escola dos Annales 1929 – 1989: a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta*. Recife: Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

_____. *Nísia Floresta: uma mulher à frente de seu tempo*. Brasília: Mercado Cultural, 2006.

FLORESTA, Nísia. *Opúsculo Humanitário*. São Paulo: Cortez, 1989. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=26728. Acesso em 04 de Jun. de 2015 às 10:25.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres educadas na colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira. FILHO, Luciano Mendes de Faria. VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte, Autêntica, 2011. p. 79-94.

SOIHET, Rachel. *História das mulheres e história de gênero um depoimento*. Cadernos pagu, 1998, p. 77-87. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51201>. Acesso em 20 de out de 2015 às 13:20.

GÊNERO E DIVERSIDADE NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DO/A PROFESSOR/A

Josenilda Rodrigues de Lima
josylima20@hotmail.com

Elvira Simões Barretto
Universidade Federal de Alagoas
elvirasbarretto@gmail.com

Resumo: O artigo é resultado de uma pesquisa sobre os componentes curriculares da formação acadêmica do/a professor/a. A pesquisa procurou descobrir se as questões de gênero compõem os eixos de formação docente na Universidade Federal de Alagoas, tendo em vista que os docentes também contribuem para a perpetuação dos preconceitos e discriminações no ambiente escolar. No processo de investigação, foi analisada também a atuação do currículo oculto no ambiente escolar, bem como os fundamentos que sustentam a sociedade patriarcal, na qual se desenvolveram as relações de gênero e as desigualdades sociais.

Palavras-chave: Gênero, formação profissional, prática docente.

Introdução

No ano de 2015 ocorreu a aprovação dos Planos municipais e estaduais de Educação 2015-2025. Seria, então, uma ótima oportunidade para se institucionalizar um discurso que conseguisse erradicar o problema da violência contra mulheres, inserindo a discussão sobre gênero nos referidos Planos. Entretanto, durante o processo de aprovação desses planos, percebeu-se, em todos os estados e municípios, uma forte pressão para que fossem retirados dos textos quaisquer termos que se referissem à discussão de gênero no âmbito escolar.

A pressão foi feita por bancadas religiosas nas câmaras e assembleias legislativas, com respaldo das igrejas católicas e evangélicas e outros conservadores por entenderem gênero como uma “ideologia” que tenta deturpar os conceitos de homem e mulher, destruindo o modelo tradicional de família (BRITTO; REIS, 2015). Entretanto, esse modelo de família defendido por eles nem sempre existiu, ele vem da junção do patriarcado com o capitalismo e privilegia os seres do sexo masculino. É a partir desse modelo que surgem as diversas formas de violência, pois os homens incorporam a ideia de que as mulheres são suas propriedades e, por isso devem dominá-las em tudo, provocando, inclusive a morte delas.

A discussão sobre gênero é uma importante ferramenta no combate à violência contra mulheres e contra todo tipo de preconceito e discriminação. Contudo, diante do cenário de resistência a essa discussão, questiona-se qual o posicionamento da escola e do professor, pois a atuação do/a docente em sala de aula e em todo o ambiente escolar é fundamental para desconstruir preconceitos e discriminações.

Essas discussões têm sido realizadas em cursos de aperfeiçoamento e/ou especializações com professores/as, como é o caso da Especialização Gênero e Diversidade na Escola, ofertado pela Universidade Federal de Alagoas. Esse curso é um projeto desenvolvido pelo Núcleo Temático Mulher e Cidadania, contando com

[...] a parceria da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, com o Ministério de Educação, com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, com a Secretaria de Educação a Distância, com a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial e com o Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CERQUEIRA, 2015. p. 195).

No entanto, o contato com professores durante os encontros das aulas presenciais dessa especialização, assim como os textos lidos e discutidos durante o curso, possibilitou o questionamento sobre os conteúdos abordados na formação acadêmica do/a professor/a ainda durante a graduação. A troca de experiência nos grupos, durante as aulas presenciais, evidenciou que o corpo docente também contribui significativamente para a perpetuação do preconceito e da discriminação no ambiente escolar. Diante disso, questionou-se se a discussão sobre gênero e diversidade compõe o eixo da formação pedagógica do/a professor/a, tendo em vista a necessidade dessa discussão durante o processo educativo.

Com base nesses questionamentos, foi desenvolvida uma análise dos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), do Campus A. C. Simões. Procurou-se identificar se há disciplinas que abordem questões de gênero e diversidade étnico-racial no processo de formação dos graduandos em licenciatura desta Universidade. Foram analisados 25 projetos pedagógicos, sendo 7 de cursos da modalidade à distância. Para a análise dos dados colhidos, utilizou-se de autores/as como Lima (2015); Lessa (2012); Teixeira e Magnabosco (2010); Carrara (2009); Arroyo (2013); entre outros.

Gênero e os fundamentos da sociedade patriarcal

O termo gênero tem relação direta com o surgimento dos movimentos feministas e de mulheres que, no final do século XIX e início do XX, insatisfeitas com as desigualdades existentes na sociedade entre homens e mulheres (como diferenças salariais, violência doméstica, trabalho doméstico não-remunerado, entre outras.), passaram a questionar as determinações consideradas “naturais” da conduta feminina e masculina nas relações sociais. Contudo, o termo só passou a ser utilizado pelas ciências sociais e pelos movimentos em meados do século XX, após a publicação, em 1949, da obra “O Segundo Sexo”, da filósofa francesa Simone de Beauvoir. É dessa obra que vem a frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Com esta frase, a filósofa mostrou que as relações sociais são construídas pela sociedade e, portanto, não são naturais.

Desde os brinquedos e as brincadeiras na infância até a escolha profissional na fase adulta, os seres humanos são ensinados a se comportar de acordo com os estereótipos destinados a cada sexo. Enquanto os meninos ganham brinquedos que lembram o espaço público, como carros, bolas e ferramentas de

construção, as meninas ganham brinquedos que lembram o espaço doméstico e o cuidado com o outro, como bonecas, fogões e panelinhas. As pessoas são moldadas desde a infância para desempenharem os papéis de gênero na sociedade, gerando opressões para ambos os sexos, entretanto tende a predominar uma educação para que os homens sejam dominadores e as mulheres subalternas a eles. Isso influencia decisivamente nas ocupações laborais, pois os homens historicamente têm ocupado profissões das áreas das exatas e as mulheres nas áreas das humanas, já que, para elas, essas áreas lembram os papéis que costumam desempenhar no ambiente doméstico, cuidando de todos/as.

A maneira de ser homem ou ser mulher, portanto, é um aprendizado socio-cultural e varia de acordo com cada cultura. Gênero, então, é uma construção social que, ao longo dos séculos, tem privilegiado os seres do sexo masculino. Na realidade, Teixeira e Magnabosco (2010, p. 25), baseadas em Joan Scott, afirmam que gênero é a “primeira forma de dar sentido às relações de poder”.

O poder ou as relações de poder são uma correlação de forças desequilibradas, heterogêneas, instáveis e tensas, que vão se estabelecendo a partir de diversos pontos e em meio a relações desiguais (FOUCAULT apud TEIXEIRA; MAGNABOSCO, 2010, p. 25).

Isso é exatamente o que tem se estabelecido entre homens e mulheres na sociedade ao longo dos séculos. Existe uma hierarquia de poder onde os homens dominam e tudo relacionado ao sexo masculino possui aspecto positivo, enquanto que as mulheres e tudo relacionado ao sexo feminino possuem aspecto inferior, negativo. Essas relações de poder baseadas no gênero nasceram com a ideologia patriarcal, a qual colocou em lados opostos homens e mulheres. Lessa (2012) discorre sobre os fundamentos dessas relações ao explicar que elas se estabeleceram a partir do desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, do surgimento da propriedade privada. Vamos então refletir um pouco sobre esses fundamentos.

Ao sair do Modo de Produção primitivo, cuja sociedade era comunal e a sobrevivência humana dependia do trabalho de coleta e da cooperação de todos, os seres humanos passaram a dominar as leis da natureza, descobrindo a pecuária e a agricultura. A partir disso, “pela primeira vez os indivíduos que trabalham produzem mais do que necessitam para sobreviver” (LESSA, 2012, p. 21). O excedente de produção se acumula e a sociedade, antes comunal, agora se divide em classes sociais, com uns acumulando mais que outros, pois

uma classe passa a explorar o trabalho alheio para acumular ainda mais. Essa riqueza produzida, não é mais dividida entre todos, mas torna-se propriedade privada daqueles que desenvolvem o trabalho intelectual para explorar o trabalho manual da classe trabalhadora, a qual é responsável pela produção material.

Nas sociedades comunais, os indivíduos do sexo masculino ficavam responsáveis pelas atividades mais perigosas, tendo em vista que as mulheres eram importantes para a reprodução da espécie, por isso suas vidas eram poupadas, ocupando-se de atividades menos perigosas, ligadas à reprodução biológica, como alimentação e cuidados com os outros (LESSA, 2012). Entretanto, essas atividades realizadas pelas mulheres não produzem riqueza material, nem tampouco propriedade privada, por isso, a riqueza acumulada com a exploração do homem pelo homem será dos indivíduos do sexo masculino, pois são eles quem irá desenvolver atividades geradoras de lucro. Para que essa riqueza não fosse dividida com outros, a mulher e os filhos também passaram a compor a propriedade privada do indivíduo detentor da riqueza, a qual seria repassada apenas aos seus herdeiros legítimos.

Desta forma, com a propriedade privada surge também a constituição familiar tal como a conhecemos hoje. A família deixa de ser comunal, pois “se desloca do coletivo e se constitui em núcleo privado: essa nova forma de organização de família é a família monogâmica ou família nuclear” (LESSA, 2012, p. 26). Nessa nova configuração, o trabalho feminino torna-se desvalorizado, sendo utilizado para servir ao homem, considerado agora o senhor do lar, responsável por prover os meios de subsistência da família. Nas palavras de Engels: “o trabalho doméstico das mulheres perdia agora sua importância, comparado ao trabalho produtivo do homem; este trabalho passou a ser tudo; aquele, uma insignificante contribuição” (ENGELS apud LESSA, 2012, p. 28). Portanto, “a família, tal como hoje a conhecemos, não surge como resultado do amor entre os indivíduos. Surge como a propriedade patriarcal de tudo o que é doméstico” (LESSA, 2012, p. 31).

A divisão do trabalho baseada no sexo retirou a mulher da vida coletiva e a isolou no interior do lar para cuidar dos filhos e do marido (LESSA, 2012, p. 33), enquanto os homens podiam pensar e decidir sobre os destinos da humanidade. Como em qualquer relação de dominação-subordinação, esse processo foi violento, pois a mulher tornou-se propriedade masculina (inicialmente do pai e depois do marido, na vida adulta), tendo sua vida, sexualidade e fecundidade controlada para garantir que os herdeiros do patriarca fossem legítimos. Contudo, apesar de essas relações serem mais confortáveis para os indivíduos

do sexo masculino, Lessa (2012, p. 32) ressalta que eles também são vítimas das alienações desse processo, pois a sexualidade deles passou a ser “dissociada de qualquer relação afetiva”, agindo quase como animais, sendo-lhes proibidas todas e quaisquer expressões de sentimentos como ternura, carinho e sensibilidade.

Tendo posto isso, torna-se necessário discorrer um pouco sobre como essas relações são apresentadas no ambiente escolar, quais as consequências sociais na vida de homens e mulheres e qual o posicionamento da escola e do/a professor/a no enfrentamento dessa realidade.

Gênero nas escolas: a formação e a prática profissional docente em questão

As relações de poder são apresentadas como se fossem naturais, sendo transmitidas em todas as instituições sociais, como a família, a escola e outras. A sociedade reproduz a ideologia patriarcal com os estereótipos androcêntricos, intensificando as desigualdades de gênero e, de forma muito sutil, através de jogos, brinquedos, brincadeiras, gestos, palavras e práticas rotineiras, vai-se moldando a subjetividade do indivíduo de acordo com os padrões estabelecidos para cada sexo, ensinando-se o que é ser homem e o que é ser mulher. Na escola, esses padrões se apresentam na forma de currículo oculto, o qual, segundo Carrara (2009, p. 27), é apreendido por meninos e meninas ainda antes de chegarem à fase escolar, através da família e de outros grupos da sociedade. A linguagem e o discurso são ferramentas importantíssimas desse processo, pois “institui e demarca os lugares dos gêneros não apenas pela ocultação do feminino [o dito no não-dito], mas também pelas objetivações diferenciadas que são atribuídas aos sujeitos” (CARRARA, 2009, p. 48). Desta forma,

O currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes (SILVA apud LIMA, 2015, p. 20).

Constitui-se em exemplo desse currículo oculto a divisão de tarefas em sala de aula baseada no sexo dos/as alunos/as: enquanto as meninas são responsáveis pela limpeza da sala, os meninos carregam objetos pesados. Os meninos, considerados naturalmente agressivos e rebeldes, são estimulados a extrapolar

seus limites, podendo inclusive errar e desenvolver atividades coletivas no espaço público, enquanto às meninas não é permitido o erro, devendo limitar-se a espaços privados e às atividades vinculadas ao cuidado com os outros (LIMA, 2015, p. 25).

Carrara (2009, p. 27) ressalta a necessidade de educadores e educadoras identificarem o currículo oculto para que a escola não seja reprodutora e não contribua com o aumento das discriminações e preconceitos existentes na sociedade contra mulheres e contra todos aqueles que não seguem o padrão heteronormativo. Apesar de a escola ser influenciada pela sociedade, ela se constitui como o lugar estratégico para a construção de conhecimentos críticos, podendo reproduzir ou transformar as desigualdades sociais. Contudo, Lima (2015, p. 21) afirma que o currículo oculto é “atuante sobretudo pela prática e postura de docentes para com alunos e alunas”, pois com sua forma estereotipada de ver o mundo, os/as professores/as reproduzem as discriminações e os preconceitos, inclusive quando se recusam a condenar comportamentos negativos dos meninos, permitindo que continuem a repeti-los.

Diante dessa constatação, “lutar contra os preconceitos de alunas e alunos torna-se difícil se a/o professora/or tem atitudes discriminatórias” (TEIXEIRA; MAGNABOSCO, 2010, p. 54). Não há como se discutir gênero e diversidade na escola com os/as alunos/as se o corpo docente se recusa a aceitar essa discussão. Percebe-se, então a necessidade de desenvolver essa reflexão durante o processo de formação acadêmica de professores e professoras. Não basta proporcionar essa reflexão com docentes apenas em um curso de especialização e/ou aperfeiçoamento. Ela deve estar presente na formação do/a professor/a antes de ele/ela começar a atuar. A/o docente precisa chegar à sala de aula com a consciência de que essa discussão é necessária para se construir um mundo sem desigualdades. Ao perceber essa necessidade, investigou-se a grade curricular de formação de professores/as na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), do Campus A. C. Simões, para identificar se as questões de gênero e/ou diversidade compõem sua formação. Como resultado da investigação foram obtidos os dados esquematizados no quadro 1.

Quadro 1 – Disciplinas que retratam gênero e/ou diversidade na matriz curricular dos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Nº	CURSO DE LICENCIATURA	ANO DO PROJETO PEDAGÓGICO	DISCIPLINA QUE RETRATEM GÊNERO E/OU DIVERSIDADE
01	Biologia	2005	1 – Profissão docente (obrigatória)
02	Ciências Sociais	2013	1 – Profissão docente (obrigatória); 2 – História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (obrigatória); 3 – Antropologia e Culturas Populares (eletiva); 4 – Estudos de Gênero e Sexualidade (eletiva); 5 – Etnologia Indígena (eletiva);
03	Dança	2006	1 – Profissão docente (obrigatória)
04	Educação Física	2006	1 – Profissão docente (obrigatória); 2 – Cultura e Educação Indígena (eletiva).
05	Filosofia	2006	1 – Profissão Docente (obrigatória)
06	Física	----	1 – Profissão docente (obrigatória)
07	Física EAD	2012	1 – Profissão docente (obrigatória) 2 – História afro-brasileira e Africana na Educação Brasileira (Obrigatória)
08	Geografia	2011	1 – Profissão docente (obrigatória); 2 – Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (obrigatória).
09	Geografia EAD	2010	1 – Profissão docente (obrigatória).
10	História	2015	1 – Profissão docente (obrigatória) 2 – História da África (obrigatória) 3 – História Indígena (obrigatória) 4 – Tópicos especiais em Cultura afro-brasileira (eletiva) 4 – Tópicos especiais em história da África (eletiva) 5 – Tópicos especiais em história do Brasil 1 (eletiva)
11	Letras Português	2007	1 – Profissão docente (obrigatória)
12	Letras Português EAD	2012	1 – Profissão docente (obrigatória) 2 – História e cultura afro-brasileira e indígena (obrigatória)
13	Letras Inglês	2007	1 – Profissão docente (obrigatória)
14	Letras Inglês EAD	2012	1 – Profissão docente (obrigatória) 2 – História e cultura afro-brasileira e indígena (obrigatória)
15	Letras Espanhol	2007	1 – Profissão docente (obrigatória)
16	Letras Espanhol EAD	2012	1 – Profissão Docente (obrigatória) 2 – História e cultura afro-brasileira e indígena (obrigatória)
17	Letras Francês	2007	1 – Profissão docente (obrigatória)
18	Letras LIBRAS	2014	1 – Profissão docente (obrigatória) 2 – História e cultura afro-brasileira e indígena (obrigatória)
19	Matemática	2006	1 – Profissão docente (obrigatória)
20	Matemática EAD	2012	1 – Profissão docente (obrigatória) 2 – História afro-brasileira e africana na educação brasileira (obrigatória)
21	Música	2006	1 – Profissão docente (obrigatória)
22	Pedagogia	2006	1 – Profissão docente (obrigatória); 2 – Fundamentos antropológicos da educação (obrigatória) 3 – Educação especial (obrigatória) 4 – Educação e Gênero (eletiva) 5 – Educação e diversidade étnico-racial (eletiva)
23	Pedagogia EAD	2006	1 – Profissão docente (obrigatória); 2 – Fundamentos antropológicos da educação (obrigatória) 3 – Educação especial (obrigatória) 4 – Educação e Gênero (eletiva) 5 – Educação e diversidade étnico-racial (eletiva)
24	Química	2007	1 – Profissão docente (obrigatória)
25	Teatro	2006	1 – Profissão docente (obrigatória) 2 – Antropologia da arte (obrigatória)

Foram analisadas as ementas, assim como as matrizes curriculares de todos os cursos de licenciatura, tanto presenciais quanto na modalidade à distância, da Universidade Federal de Alagoas, do Campus A. C. Simões. Identificou-se que, no eixo de formação pedagógica, as questões de gênero são abordadas, de forma muito superficial, na disciplina “Profissão Docente”, conforme mostra abaixo o texto da ementa dessa disciplina.

Ementa: A constituição histórica do trabalho docente. A natureza do trabalho docente. Trabalho docente e *relações de gênero*. A autonomia do trabalho docente. A proletarização do trabalho docente. Papel do Estado e a profissão docente. A formação e a ação política do docente no Brasil. A escola como “locus” do trabalho docente. Profissão docente e legislação (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2015, p. 86, grifo nosso).

Os únicos cursos que possuem disciplinas que abordam, exclusivamente, a discussão sobre gênero, são os cursos de Pedagogia e Ciências Sociais. No curso de Pedagogia a temática gênero é discutida na disciplina “Educação e Gênero” e no curso de Ciências Sociais a discussão acontece na disciplina “Estudos de Gênero e Sexualidade”. Entretanto, essas disciplinas citadas são eletivas, deixando a critério do/a aluno/a escolher cursá-la ou escolher outra, já que ela não compõe a grade curricular obrigatória. Desta forma, o/a aluno/a de licenciatura poderá sair da graduação sem ter estudado sobre gênero.

Observou-se também que, no aspecto diversidade, existem disciplinas que abordam questões étnico-raciais como a disciplina “História e cultura afro-brasileira e indígena”, a qual faz parte da grade curricular obrigatória, compondo o eixo de formação pedagógica. Essa temática passou a ser abordada após a promulgação da Lei nº 10.639/2003, a qual foi alterada pela Lei nº 11.645/2008, que incluiu também a história e a cultura indígena no currículo escolar. Essa lei só estabelece o que estava previsto no artigo 242, § 1º da Constituição Federal, o qual diz que “o ensino da história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro”. Essa previsão na Carta Magna e a promulgação da citada Lei são resultados das intensas lutas dos movimentos sociais, principalmente do movimento negro, que reivindicavam políticas públicas para romper com o histórico de preconceitos e discriminações. Portanto, esse conhecimento sobre a diversidade étnico-racial presente no currículo escolar surgiu a partir da experiência dos movimentos, confirmando as considerações de Arroyo (2013, p. 151) ao destacar que,

na medida em que os coletivos segregados em nossa história como sujeitos irracionais, inferiores se afirmam presentes em lutas por direitos, pela igualdade e equidade em todos os espaços sociais, os territórios do conhecimento serão pressionados para deixar de ignorá-los e passar a reconhecê-los como sujeitos de experiências e de conhecimentos.

A categoria gênero também surgiu da experiência dos movimentos sociais, particularmente do movimento feminista e de mulheres que lutavam por reconhecimento de direitos e tratamento igual, e tem pressionado os territórios de conhecimento para reconhecê-la como conhecimento legítimo. Entretanto, ao analisar a grade curricular da formação do/a professor/a na UFAL, percebe-se que essa categoria não está presente na formação docente, pois é muito mais fácil discutir sobre relações étnico-raciais que discutir sobre relações de gênero.

Tomando como base Arroyo (2013), compreende-se que o currículo escolar é um território em constante disputa, servindo para “proteger conhecimentos definidos como comuns, únicos, legítimos e não permitir a entrada de outros conhecimentos considerados ilegítimos” (ARROYO, 2013, p. 17). A aprovação dos planos de educação em 2015 evidenciou essa disputa, com os grupos conservadores tornando a categoria gênero como algo a ser energeticamente combatido por toda a sociedade, sendo considerada como um conhecimento ilegítimo. Isso não seria diferente em relação à formação acadêmica do/a professor/a, por isso só se abordam conhecimentos considerados legítimos.

Conhecimento é poder e, conforme mencionado anteriormente, as relações de gênero expressam uma das formas de exercício de poder, em sintonia com a lógica da ordem capitalista moderna, regida pelo princípio da exploração que, para se manter, cultiva a reprodução de relações de dominação entre sujeitos sociais. Por isso, a sociedade conservadora/tradicional tenta com todos os meios manter as estruturas que sustentam esse sistema e suas relações desiguais de poder. Isso justifica o fato de tanto embate para se discutir a categoria gênero, pois ela desmistifica as relações desiguais, mostrando que foram construídas socialmente, não sendo naturais. Discutir gênero significa quebrar com as estruturas que ainda mantém essas relações sociais.

Voltando aos conceitos de Lessa (2012, p. 34) sobre a família monogâmica, vale destacar a ênfase do autor ao afirmar que “desde muito cedo vamos sendo adestrados para o papel feminino e o papel masculino, para o papel de membros da classe dominante ou dos trabalhadores”. Os seres humanos aprendem

ainda na infância, quais são os lugares ocupados por cada membro da sociedade de acordo com a classe social a qual pertence. As crianças de famílias da classe dominante, por exemplo, apreendem qual é a situação social delas em relação à situação social dos empregados da casa, entendendo que existem aqueles que dominam e aqueles que são dominados, aqueles que servem e aqueles que são servidos.

Portanto, a “família monogâmica é imprescindível à sociedade de classes” (LESSA, 2012, p. 35), pois ela é responsável pela estrutura de sociedade baseada na divisão de classes sociais, onde uns dominam e outros são dominados. Deve ser por isso que é muito mais fácil discutir relações étnico-raciais de que discutir relações de gênero, pois permitir essa discussão significa problematizar as bases que sustentam a divisão da sociedade em classes sociais, em dominantes e dominados. Significa mostrar as desigualdades decorrentes dessa estrutura de sociedade, o que prejudicará a situação confortável da classe dominante, possibilitando a discussão sobre outro tipo de sociabilidade que privilegie a igualdade entre os seres humanos.

Conclusão

A escola é o “nicho de relações de poder” (ARAÚJO; SANTOS, 2013, p. 208). Ela não apenas transmite conhecimentos, mas também pode construí-los e, nesse processo de construção, pode desconstruir as bases que fundamentam essas relações de poder. Ela é “um dos lugares estratégicos para a intervenção social baseada no objetivo de superação das desigualdades” (CARRARA, 2009, p. 190). Desconstruir o currículo oculto, portanto, deve ser uma luta contínua e significa dá visibilidade aos sujeitos que foram historicamente ocultados na sociedade e, principalmente no currículo escolar, como os negros, indígenas, homossexuais, mulheres, entre outros. É por isso que o currículo escolar é um “território em disputa”.

A luta se torna ainda maior porque os/as próprios/as docentes contribuem para que a discriminação e o preconceito continuem presentes na sociedade, principalmente no ambiente escolar. Ter uma especialização que aborde essa temática já é um grande passo, mas não é suficiente, pois não são todos que querem discutir sobre isso, por ser um terreno arenoso. Contudo, as violências e sofrimentos decorrentes da sociabilidade baseada no patriarcalismo são evidentes e continuarão existindo e a forma de erradicar é discutir com clareza sobre os fundamentos da sociedade, através da abordagem sobre gênero. Desta

forma, a abordagem deve está presente no currículo de formação acadêmica do/a professor/a, deve fazer parte do conteúdo obrigatório no eixo pedagógico.

Faz-se necessário discutir esses assuntos com toda a sociedade, inclusive com professores/as, alunos/as e seus responsáveis, para mostrar que as relações de gênero não são naturais e que o rompimento com as relações desiguais presentes na sociedade será possível quando todos entenderem que foram construídas historicamente e, portanto podem ser modificadas, podem ser construídas relações baseadas na igualdade de gênero entre homens e mulheres.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Currículo, território em disputa**. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRITTO, Patrícia; REIS, Lucas. **Por pressão, planos de educação de 8 Estados excluem 'ideologia de gênero'**. São Paulo: Folha, 25 jun. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1647528-por-pressao-planos-de-educacao-de-8-estados-excluem-ideologia-de-genero.shtml>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

CARRARA, Sérgio et. al. (orgs). **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais: Caderno de atividades. Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, 2009.

CERQUEIRA, Edvânia Lima de. Experiência de discutir os gêneros textuais no curso aperfeiçoamento gênero e diversidade na escola II na condição de tutora. In: BARRETTO, Elvira Simões; OLIVEIRA, Maria Aparecida Batista de. (Orgs). **Gênero e diversidade na escola**: descortinando opressões. Maceió: Edufal, 2015. p. 195-202.

LESSA, Sérgio. **Abaixo à família monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LIMA, Nádya Regina Loureiro de Barros. Gênero na escola: linguagem, currículo oculto e seus efeitos no cotidiano escolar. In: BARRETTO, Elvira Simões; OLIVEIRA, Maria Aparecida Batista de. (Orgs). **Gênero e diversidade na escola**: descortinando opressões. Maceió: Edufal, 2015. p. 15-30.

TEIXEIRA, Cíntia Maria; MAGNABOSCO, Maria Madalena. **Gênero e diversidade:** formação de educadores/as. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOF, 2010. (Série Cadernos da Diversidade).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. **Projeto pedagógico do curso história – licenciatura.** Maceió, 2015. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campus-maceio>> Acesso em: 14 jan. 2016.

GÊNERO EM ARQUITETURA E URBANISMO: BREVE ESTADO DA ARTE E EXPERIÊNCIAS RECENTES DO NÚCLEO DE ESTUDOS EM ESPAÇO E GÊNERO (NEG/UFPE)

Lívia Morais Nóbrega¹
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
livia.nobrega@ufpe.br

Resumo: No âmbito internacional, questões de gênero vem sendo introduzidas nos campos da arquitetura e urbanismo há algumas décadas (HAYDEN, 1982; COLOMINA, 1992; BETSKY, 1997; RENDELL, J; PENNER, B; BORDEN, I, 1999). No Brasil, este tema também vem sendo discutido e pesquisado desde a mesma época, porém em outros campos disciplinares, como nas ciências sociais, econômicas, políticas, antropologia, história e, em especial, no que ficou conhecido como geografia feminista (MASSEY, 1994). A maior parte destes estudos teve como enfoque inicial as teorias feministas, com ênfase na relação entre mulher e espaço doméstico (HAYDEN, 1982; COLOMINA, 1992). Posteriormente, este campo é ampliado, em parte por influência da teoria *queer* (BUTLER, 1990, 1993; PRECIADO, 2002), para uma perspectiva mais ampla de gênero e dos temas que este envolve. No campo da arquitetura e urbanismo especificamente, estas iniciativas ainda são limitadas, visto que boa parte das publicações é em outros idiomas e de difícil acesso, e as raras edições que possuem traduções são compêndios de textos (NESBITT, 2006; RUBINO, GRINOVER, 2009; MONTANER, MUXI, 2014). Diante deste panorama, o propósito deste artigo é: fazer um breve estado da arte da literatura existente sobre gênero no campo da arquitetura e urbanismo; discorrer sobre as experiências recentes promovidas pelo Núcleo de Estudos em Espaço e Gênero (NEG), um coletivo composto por discentes e docentes de graduação e pós-graduação da área de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal

¹ *Docente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Coordenadora do coletivo Núcleo de Estudos em Espaço e Gênero (NEG), Coordenadora do Laboratório da Imagem em Arquitetura e Urbanismo (LIAU/UFPE)*

de Pernambuco (UFPE), como forma de apresentar os principais trabalhos sobre o tema desenvolvidos e em desenvolvimento na instituição; e, por fim, com base nos pontos anteriores, identificar e discutir desafios e potencialidades no ensino e pesquisa de gênero no campo da Arquitetura e Urbanismo.

Palavras-chave: Arquitetura, ensino, gênero, pesquisa, urbanismo.

Introdução: breve estado da arte sobre gênero na arquitetura e urbanismo

No campo da arquitetura e urbanismo questões de gênero vem sendo introduzidas à disciplina, pelo menos, desde os anos 1960. Neste sentido, toma-se a paradigmática publicação da escritora e ativista urbana norte-americana Jane Jacobs, *Death and Life of Great American Cities*, em português *Morte e Vida das Grandes Cidades* (1961), como marco inicial deste processo.

No livro, a autora, faz uma série de críticas aos princípios que norteavam o urbanismo moderno e o processo de renovação dos centros urbanos na altura ao analisar o sucesso e o fracasso de certas cidades dos Estados Unidos. Apesar de não advogar explicitamente em favor de uma teoria de gênero para a arquitetura e urbanismo, a autora chama a atenção para a importância do fator diversidade, sobretudo de pessoas, como componente essencial para um processo participativo e inclusivo de construção e desenvolvimento das cidades.

Na parte 2 de seu livro, *Condições para a diversidade urbana*, a autora ressalta quatro condições indispensáveis para gerar diversidade em ruas e distritos, sendo elas: (1) variedade de usos e funções em um bairro; (2) quadras curtas, permeáveis e caminháveis, com esquinas frequentes; (3) edifícios de diferentes idades, tamanhos e estados de conservação, para permitir rentabilidade econômica variada; (4) alta densidade de pessoas com propósitos distintos.

Estes quatro fatores, segundo Jacobs, são obrigatórios para criar combinações de usos economicamente eficazes, cidades morfologicamente adaptadas para pedestres e, conseqüentemente, fomentar a diversidade de pessoas que utilizam estes espaços e promover cidades mais justas e igualitárias.

Nos dias atuais, o arquiteto e urbanista dinamarquês Jan Gehl, em seu livro *Cidades para Pessoas* (2013) retoma várias das ideias propostas por Jacobs ao enfatizar a importância de se voltar a arquitetura e o planejamento urbano para as necessidades humanas, sejam elas funcionais, estéticas, sensitivas e psicológicas, e afirma que “para ser um bom arquiteto você tem que ter amor pelas pessoas, porque a arquitetura é uma arte aplicada e lida com a moldura da vida das pessoas” (GEHL, 2013, p. 229).

Neste intervalo de tempo, que vai de Jacobs à Gehl, segunda metade do século XX, pode-se destacar alguns autores que buscaram compreender e incluir a visão social no campo da arquitetura e urbanismo a partir de uma perspectiva de gênero e sexualidade. Inicialmente, boa parte destas publicações se debruçaram sobre a questão da mulher, influenciadas pelas já consolidadas

teorias feministas. Neste sentido, tem-se estudos que tratam do entendimento da relação existente entre mulheres e a esfera doméstica e entre homens e esfera pública.

Destaca-se o livro *Grand Domestic Revolution: History of Feminist Designs for American Homes, Neighborhoods and Cities* (HAYDEN, 1982), que apresenta um grupo de feministas norte-americanas que lutaram contra o isolamento das mulheres no lar e o confinamento à vida doméstica por entenderem que esta prática é uma das bases para sua condição desigualdade na sociedade.

Estas mulheres lutaram pela divisão igualitária do trabalho doméstico e dos cuidados com as crianças, o que para Hayden significava uma revolução no lar americano e conseqüentemente, nos bairros e nas cidades, a partir das novas necessidades habitacionais e de oferta de serviços comunitários. Hayden reexamina os argumentos colocados pelas mulheres e como estes poderiam transformar ambiental e economicamente os bairros americanos e identifica uma série de contradições econômicas e espaciais das formas ultrapassadas de habitação e da oferta inadequada de serviços comunitários que alimentam as mulheres e suas famílias.

Também sobre mulheres e arquitetura, o livro *Women and the Making of the Modern House: A Social and Architectural History* (1998), de Alice T. Friedman, reconta a história de seis casas icônicas do movimento moderno a partir do entendimento de suas proprietárias, todas mulheres com constituições familiares, posturas e pensamentos atípicos para a época, e mostra a relação, por vezes conflituosa, destas com seus arquitetos e a interferência destes fatores no projeto das residências. Sobre isso, Friedman afirma que: “a experiência arquitetônica não é simplesmente física e estética mas também cultural, e é através do corpo culturalmente construído que a mente e o espírito de um indivíduo são alcançados. É por esta razão que o gênero importa para a concepção arquitetônica, e é por isso que casas construídas para mulheres que desafiaram as convenções nos ensinam importantes lições sobre o poder da arquitetura” (FRIEDMAN, 1998).²

O livro fornece um novo olhar e traz informações inéditas sobre obras já bastante conhecidas do movimento moderno. Além disso, pode-se destacar também como mensagem da publicação a necessidade de se rever e história da arquitetura incluindo outras personagens até então invisibilizadas, dentre

2 Tradução livre da autora.

proprietárias, arquitetas, artistas e outras colaboradoras, como forma de gerar novos conhecimentos.³

Outros estudos, ainda sobre a questão da mulher, extrapolam a temática de gênero e adentram pelo universo da sexualidade. *Sexuality & Space* (1992), de Beatriz Colomina, insere análises a partir do viés da sexualidade em outras preocupações interdisciplinares já existentes, como, por exemplo, a questão de Adolf Loos e o “indivíduo metropolitano” e Semper e a história da arte do século XIX. O livro aproxima a teoria da arquitetura dos estudos feministas ao trazer teóricas invisibilizadas no discurso e na prática arquitetônica e ao fomentar uma troca interdisciplinar onde teorias da arquitetura são relidas nos termos da sexualidade e vice versa.

Mais recentemente tem-se um processo de ampliação do conceito de gênero, para além da ênfase na mulher, como um campo de entendimento da arquitetura e urbanismo. Neste sentido, o compêndio de textos intitulado *Gender Space Architecture: An interdisciplinary introduction* (RENDELL, J; PENNER, B; BORDEN, I, 1999) promove uma introdução abrangente e um enquadramento nítido da questão. O livro divide-se em três partes, onde cada uma dela traz um conjunto de textos acerca dos temas: (1) Gênero; (2) Gênero e Espaço; (3) Gênero, espaço e arquitetura. Os ensaios vão desde textos teóricos e multidisciplinares até considerações diretas sobre a relação entre gênero e projetos e teorias arquitetônicas, criando terreno para futuras investigações.

A primeira parte introduz a questão de gênero a partir de ensaios de autores de áreas distintas que são referência sobre o tema, como Virginia Woolf, Simone de Beauvoir e Judith Butler. A segunda parte faz o link entre gênero e espaço, destacando espaços de trabalho, espaços públicos e espaços comerciais. E a terceira parte conclui o argumento principal do livro ao integrar gênero, espaço e arquitetura, com ensaios de Denise Scott Brown, sobre o sexismo no *star system* da arquitetura, Beatriz Colomina e a já citada Alice Friedman.

A ampliação do campo de estudos a partir ampliação do conceito de gênero se dá com mais ênfase a partir dos anos 1990, como ecos da teoria *queer* (BUTLER, 1990, 1993; PRECIADO, 2002), que tem origem em meados da década de 1980 nos Estados Unidos e que, em linhas gerais, afirma que a orientação sexual e a identidade sexual e de gênero dos indivíduos são construções

3 Mais sobre este assunto, em: LIMA, A. Revendo a História da Arquitetura: Uma Perspectiva Feminista.<<http://www2.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/133AnaGabrielaGodinhoLima.pdf>>. Acesso em: 1 de maio de 2016.

sociais, não existindo papéis sexuais essenciais ou biologicamente inscritos na natureza humana.

O livro *Queers in Space: Communities, Public Places, Sites of Resistance* (INGRAM, BOUTHILLETTE, RETTER, 1997) explora as interações entre a identidade, experiência e ativismos *queer* e uma série de espaços coletivos e públicos, desde o México aos Estados Unidos, como bares, igrejas, parques, praças, vizinhanças e cidades, e questiona o papel social na construção de identidades, o significado de espaços comuns para populações marginalizadas e a importância de espaços públicos para a visibilidade social. De temática semelhante, *Queer Space* (BETSKY, 1997) analisa como a população gay tem criado uma arquitetura completamente nova, a partir da ocupação de vizinhanças abandonadas, da redefinição de espaços urbanos e criando interiores libertadores longe dos ambientes hostis das cidades modernas.

Em *Making the Invisible Visible* (SANDERCOCK, 1998), atores, práticas e agendas até então pouco ou nada conhecidos e estudados pelo viés do planejamento urbano e da preservação são reunidos numa série de ensaios que estabelecem uma base para um novo paradigma de planejamento alternativo para as cidades multiculturais. *Queer Sites* (HIGGS, 1999) conta a história da evolução dos espaços gays nas maiores cidades do mundo, como Londres, Amsterdam, Rio de Janeiro, Paris, São Francisco, Lisboa e Moscou, através de análises interdisciplinares, concentrando-se na importância dos espaços de encontro e buscando compreender o grau de coletividade social sentido por estes indivíduos nestes espaços.

No Brasil, este tema também vem sendo discutido já há algumas décadas, em outros campos disciplinares, como na geografia e nas ciências sociais, econômicas, políticas, antropológicas e históricas. Neste sentido, pode-se destacar a revista *Cadernos Pagu*, lançada em 1993, com edição semestral e interdisciplinar, criada pelos integrantes do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, com o objetivo de ampliar a visibilidade do tema, difundir e estimular a produção de conhecimento na área. Embora arquitetura e urbanismo não sejam áreas de interesse da revista, o periódico tem contribuído para a “ampliação e consolidação do campo de estudos de gênero no Brasil, através da veiculação de resultados de pesquisas inéditas e de textos ainda não traduzidos no país”.⁴

4 Por Núcleo de Estudos de Gênero Pagu. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/en/cadernos-pagu>>. Acesso em 1 de maio de 2016.

Nos anos 2000 são editados os primeiros livros em português que tratam do assunto no campo da arquitetura. O compêndio de textos de Kate Nesbitt, *Theorizing a New Agenda for Architecture* (1996) traduzido para português em 2006, teve grande impacto nos estudos de teoria da arquitetura no Brasil de um modo geral. O livro, estruturado em 14 capítulos que tentam dar conta dos principais escritos da arquitetura sobre temas variados, que vão desde o início da segunda metade do século XX até os anos 90, traz um capítulo intitulado “Feminismo, gênero e o problema do corpo”.

O capítulo é composto por três ensaios, de Bernard Tschumi, Diana Agrest e Peter Eisenman. Em “O prazer da arquitetura”, de Tschumi (1977), ressalta a preocupação com a exclusão do corpo e de sua experiência dos discursos sobre a lógica da forma. O texto explora as ideias de transgressão, limite, desejo, sedução e excesso das regras da arquitetura ao discorrer em favor da necessidade da inutilidade e relacionar a experimentação do espaço com o deleite sexual para uma arquitetura do prazer.

Já o texto “À margem da arquitetura: corpo, lógica e sexo”, de Diana Agrest (1988), ressalta a repressão do corpo da mulher na tradição arquitetônica ocidental, visto que os modelos apropriados de onde derivam as medidas (pé e cúbito, por exemplo) das teorias e tratados de arquitetura são todas de corpos masculinos, como em Vitruvius e Alberti. Já ao corpo feminino foi destinado o papel de locus da reprodução e da criatividade. Com isso, Agrest busca reabilitar o papel do corpo feminino na arquitetura, apoiando-se em outras disciplinas e autores, como Freud, Kristeva, Barthes e Derrida.

Apesar de não discutir propriamente questões de gênero, o livro *Lina por Escrito: Textos Escolhidos de Lina Bo Bardi* (2009), de Silvana Rubino e Marina Grinover, não pode deixar de ser citado como uma publicação de referência, visto que é uma das poucas dentre as brasileiras que trata especificamente do pensamento e trabalho de uma arquiteta. O livro reúne 35 textos da arquiteta italiana naturalizada brasileira Lina Bo Bardi, expoente máximo dentre as profissionais mulheres na arquitetura moderna brasileira, que atuou no Brasil sobretudo entre os anos 50 e 90. Através dos textos, o livro busca passar a ideia de que “ser arquiteta era, finalmente, tudo isso: o que ela falou, escreveu, desenhou, projetou, imaginou, realizou. [...] A realização plena dos preceitos das vanguardas europeias, só que nos trópicos e no feminino” (RUBINO, 2009, p. 38).

Por fim, outra publicação que também não trata especificamente de questões de gênero, mas sim do espaço da arquitetura na política e da responsabilidade dos arquitetos para com a sociedade, o livro *Arquitetura e Política: Ensaio para*

Mundos Alternativos, de Josep Maria Montaner e Zaida Muxí (2014), apresenta alguns ensaios estruturados cinco capítulos (Histórias, Mundos, Metrôpoles, Vulnerabilidades e Alternativas), traçando um percurso histórico do papel social dos arquitetos e urbanistas até os dias atuais.

Dentre outros temas sociais como vida comunitária, participação popular e sustentabilidade, o livro toca em questões de igualdade de gênero, ressaltando vulnerabilidades e elucidando alternativas. Ainda em sua introdução, ressalta a diversidade, assim como Jacobs, como “premissa nova em um mundo de múltiplas culturas, origens, etnias, crenças e escolhas, algo que é sinônimo de complexidade e que se enfrenta com conceitos canônicos como unidade e identidade. Partimos de uma diversidade básica entre homens e mulheres, que deve ser evidenciada sem, contudo, significar desigualdade nem submissão, e tampouco que um englobe o outro” (MONTANER, MUXI, 2014, p. 18).

No capítulo Histórias, o subcapítulo “A ação política a partir da arquitetura” destaca as principais contribuições no campo da política realizadas por arquitetos e arquitetas, dentre elas a austríaca Margarete Schüte-Luhotzky (1897-2000), que integrou a equipe de Adolf Loos, e o trabalho da brasileira Carmen Portinho, esposa do arquiteto Affonso Reidy, e responsável dentre outras coisas pela construção de extensos conjuntos habitacionais (Gávea e Pedregulho e cuja visão de cidade foi capaz de introduzir novos conceitos de habitação social no Brasil (HAMAD, LIMA, 2016).

Já em Alternativas, destaca-se o subcapítulo “A cidade próxima: o urbanismo sem gênero”, que traz os textos “Nomear a cidade no feminino” e “Breve resenha das colaborações de mulheres ao pensamento urbano”. Num destes textos, a passagem a seguir sintetiza a abordagem proposta pelo livro: “o desafio consiste em construir um espaço sem gênero nem ordem patriarcal; portanto, um espaço sem hierarquias, horizontal, um espaço que evidencie as diferenças, e não as desigualdades, um espaço de todos e de todas em igualdade de valoração de olhares, saberes e experiências” (MONTANER, MUXI, 2011, p. 156).

Experiências recentes do Núcleo de Estudos em Espaço e Gênero (NEG)

Este breve panorama sobre algumas das principais publicações de gênero na arquitetura e urbanismo foi identificado a partir da necessidade de orientação dos primeiros trabalhos de conclusão no curso de graduação em arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco.

Com enfoques e objetos distintos, e também inclusas neste cenário pesquisas de pós-graduação, os trabalhos partilham algumas dificuldades em comum para o seu desenvolvimento: a ausência de abordagem do tema no ensino da graduação e da pós-graduação e uma resistência da academia em lidar com a temática; a escassa literatura em português sobre o assunto e o difícil acesso à bibliografia existente, mesmo aquelas em outros idiomas; e o fato de serem os primeiros trabalhos sobre o tema na instituição.

Diante deste cenário, os alunos de graduação começaram a se reunir informalmente para compartilhar conhecimentos, debater ideias e trocar referências encontradas sobre o tema. Somaram-se a este grupo docentes e discentes de graduação e pós-graduação que também estão envolvidos com a temática. Formou-se um corpo teórico significativo e consistente, formado por estudantes de graduação e pós-graduação (mestrado), sob a minha coordenação, que passou a se reunir quinzenalmente, ao abrigo das instalações do Laboratório da Imagem em Arquitetura e Urbanismo (LIAU/UFPE), para debater os textos encontrados, os avanços das pesquisas e pensar em eventos e ações para discutir e difundir o tema.

É então criado o NEG, Núcleo de Estudos em Espaço e Gênero, um coletivo que hoje conta com a colaboração de outros alunos de graduação, professores e pesquisadores além dos já referidos, que trabalham com o tema, os quais foram identificados e envolvidos sobretudo a partir da realização de dois eventos promovidos pelo NEG: Espacializando Gênero: I Seminário de Pesquisa do NEG, realizado em dezembro de 2015, e Mulheres e Arquitetura Moderna: II Seminário de Pesquisa do NEG, que aconteceu em março de 2016, ambos nas instalações da UFPE.

Estes dois eventos funcionaram como base para: mapear os trabalhos desenvolvidos e em desenvolvimento na área; conectar um corpo de discentes e docentes que estão investigando e/ou tem interesse no tema e promover a troca de conhecimentos sobre o assunto; identificar alguns desafios e potencialidades no ensino e pesquisa de gênero na arquitetura e urbanismo.

A seguir, estão descritas as principais atividades até então realizadas pelo NEG como forma de discorrer sobre como estas atividades permitiram mapear o que se tem produzido sobre a temática de gênero na arquitetura e urbanismo, em especial no curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo e no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, da Universidade Federal de Pernambuco.

2.1 Espacializando Gênero: I Seminário de Pesquisa do NEG

Em dezembro de 2015, ao fim de um semestre de atividades do NEG, foi realizado o evento “Espacializando Gênero: I Seminário de Pesquisa do Núcleo de Estudos em Espaço e Gênero (NEG)”, que aconteceu no Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O evento teve como objetivo principal identificar trabalhos sobre o assunto na instituição, mapear o estado atual das discussões na área e traçar perspectivas para estudos futuros, a partir da apresentação de pesquisas em campos disciplinares e estágios distintos. O seminário foi dividido em duas sessões temáticas: (1) Mulheres e Espaço Público; (2) Diversidade e Espacialidade, e uma mesa redonda com ativistas e docentes.

Na abertura do evento apresentei um breve resumo das principais publicações descritas anteriormente neste artigo. A primeira sessão temática foi coordenada pela mestre em desenvolvimento urbano Lúcia Siqueira, que apresentou os resultados de sua dissertação de mestrado intitulada “Por onde andam as mulheres: percursos e medos que limitam a experiência de mulheres no centro do Recife” (SIQUEIRA, 2015). A pesquisa parte da hipótese de que a experiência do medo das mulheres no espaço público é influenciada pela relação entre aspectos espaciais e sociais do ambiente. Para compreender esta relação, a pesquisa, além de montar arcabouço teórico nacional e internacional sobre o tema, realiza uma investigação empírica sobre os percursos de homens e mulheres pelo centro do Recife.

Na mesma sessão, as estudantes Amanda Martinez Elvir e Odara Valença, apresentaram o andamento de suas pesquisas de mestrado e de graduação respectivamente. A pesquisa de Amanda Martinez Elvir, orientada pela professora Edvânia Torres e intitulada “Construção Social da Segregação: Mobilidade urbana e Gênero na comunidade do Coque”, estuda a estrutura da mobilidade urbana da comunidade do Coque, em Recife, e parte da hipótese de que esta se caracteriza pela segregação urbana e pelas violências de classe social, de gênero e raça/etnia referentes aos sistemas de mobilidade oferecidos à comunidade, com ênfase nas suas mulheres. (ELVIR, 2013)

Já o trabalho de graduação de Odara Valença, desenvolvido sob minha orientação e intitulado “As mulheres e o Espaço Urbano: O olhar da comerciante informal para o centro da cidade do Recife”, parte das seguintes perguntas: Podemos falar de espaços sexistas? O espaço se mostra diferente para homens e mulheres? Quais são essas desigualdades e as consequências destas para mulheres? Para respondê-las, o trabalho interpreta espaços ocupados por vendedoras

informais do centro do Recife, escolhidas pelo contato intenso destas com a cidade, por uma questão de classe e pela sua situação de vulnerabilidade, de modo a entender como estas desigualdades de gênero conformam as nossas cidades.

A sessão temática 2, Diversidade e Espacialidade, foi coordenada pela docente do departamento de Serviço Social e doutora Fátima Lucena, que proferiu a conferência intitulada “A complexidade da questão de gênero na contemporaneidade: uma abordagem sobre os chamados 14 sexos” (LUCENA, GOUVEIA, 2015).

Também na sessão 2 os graduandos Arthur Liberato e Felipe Gonçalves apresentaram o andamento de seus trabalhos. “Paisagem LGBT: Onde o espírito do lugar permite a liberdade/diversidade sexual e de gênero no Recife”, de Arthur Liberato Pereira, orientado pela professora Ana Rita Sá Carneiro, busca entender os espaços ocupados pela população LGBT à luz das teorias do espírito do lugar, partindo da premissa de que determinados aspectos destes espaços favorecem a liberdade e diversidade sexual e de gênero no Recife. O trabalho “Invisibilidade Queer”, do aluno Felipe Gonçalves, orientado pelo professor Luiz Amorim, de temática semelhante, e procura descobrir os atributos espaciais que facilitam a ocupação de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis através de análises morfológicas e da sintaxe espacial.

A mesa redonda tratou da necessidade de se discutir o tema na arquitetura e urbanismo bem como de fazer a ponte com outras disciplinas, sendo composta por: membros de movimentos sociais, como o Coletivo Feminista Diadorim e o grupo de ciclistas BiciQueer; a Diretoria LGBT, representada pela diretora Luciana Vieira, bem como de docentes do curso de arquitetura e urbanismo, serviço social, psicologia e artes cênicas da UFPE.

2.2 Mulheres e Arquitetura Moderna: II Seminário de Pesquisa do NEG

O seminário “Mulheres e Arquitetura Moderna” foi realizado em março de 2015 no âmbito das atividades promovidas pelo NEG pelo Dia Internacional da Mulher e das atividades que antecederam a realização do 11º Seminário DOCOMOMO Brasil.⁵

5 O Seminário DOCOMOMO Brasil deste ano, do qual fiz parte da comissão organizadora, ocorreu de 17 a 22 de abril de 2016, na Cidade do Recife, e teve como tema “O Campo Ampliado do

O principal objetivo do evento foi discutir as colaborações de mulheres na arquitetura moderna a partir da exposição de trabalhos concluídos ou em desenvolvimento sobre o tema. Na primeira sessão apresentei a comunicação “Mulheres, arquitetura e Movimento Moderno”, com dados mundiais sobre a persistência das desigualdades de gênero na profissão da arquitetura nos dias atuais⁶, em especial em relação à quantidade de profissionais no mercado e as diferenças salariais, e que também continha uma resenha do livro *Women and the Making of the Modern House*, já citado anteriormente, como forma de compreender como estas desigualdades são percebidas desde o período moderno.

A seguir foi apresentado o “Inventário Janete Costa”, por Gisele Carvalho, uma das integrantes da equipe responsável pelo projeto. O inventário reuniu plantas, fotos, maquetes, revistas, slides, documentos e vídeos da arquiteta Janete Costa (1932-2008), um dos maiores nomes de mulheres na arquitetura brasileira e o mais conhecido do Nordeste, “que contribuiu decisivamente nos campos da arquitetura de interiores, design , (MOREIRA, GÁTI, CARVALHO, OLIVEIRA, 2015).

Na segunda sessão temática foram apresentados produtos de de pós-graduação. O trabalho “Quem casa quer casa: questões de gênero nas casas de Lina e Janete”, da doutoranda em Desenvolvimento Urbano Andréa Gáti, e que deriva de sua dissertação de mestrado e de sua atual pesquisa de doutorado (2014, 2016), questiona a trajetória profissional das duas maiores expoentes da arquitetura brasileira, em especial no que diz respeito as parcerias que estabeleceram com seus maridos-sócios, se inserindo no campo dos trabalhos que recontam a história da arquitetura e questionam o protagonismo masculino ao longo desta.

A seguir, o trabalho “A expressão do pensamento moderno de Lina Bo Bardi através da escrita”, da mestranda em design Maria Izabel Cabral (2016), que se debruça sobre textos publicados entre 1940 e 1946 nas revistas *Domus* e *Grazia* em revistas italianas para compreender o que compunha e como a arquiteta expressava seu pensamento moderno. Ambos os trabalhos foram publicados nos Anais do 11º Seminário DOCOMOMO Brasil.

Movimento Moderno”, o que incluiu a publicação de dois trabalhos que trataram sobre questões de gênero e arquitetura moderna, citados nas referências deste artigo.

- 6 Tais como: Censo do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CAU/BR em 2012; Censo do Architects’ Council of Europe de 2014; Relatório NCARB by the numbers, do Nacional Council of Architectural Registration Boards, de 2014; todos estes referenciados no fim deste artigo.

As principais impressões extraídas do evento foram as de que boa parte das desigualdades identificadas desde o período moderno persistem, tanto na prática profissional quanto nos campos da história e teoria da arquitetura, onde são ainda em bem menor número as arquitetas estudadas nestas áreas.

Desafios e potencialidades no ensino e pesquisa de gênero em Arquitetura e Urbanismo

Com base na revisão de algumas das principais publicações sobre o assunto nos campos da arquitetura e urbanismo existente, feita na primeira parte deste artigo, e nas experiências recentes promovidas pelo coletivo Núcleo de Estudos em Espaço e Gênero (NEG), que permitiu identificar e discorrer sobre os principais trabalhos desenvolvidos e em desenvolvimento na área na UFPE, pode-se elencar a seguir alguns desafios e potencialidades no que diz respeito ao estudo e pesquisa do tema.

Quanto aos desafios, tem-se o fato de que estas pesquisas sobre este tema na arquitetura e urbanismo, sobretudo no Brasil, ainda são recentes, o que faz também com que este seja pouco abordado nas escolas de arquitetura do Brasil, tanto nas pós-graduação como, e principalmente, na graduação.

Como mostrado anteriormente, a maior parte da produção sobre gênero e sexualidade na arquitetura e urbanismo é de origem estrangeira e, além da barreira do idioma, há também a questão do acesso, físico e financeiro, a estas publicações. Outro desafio, que é também uma potencialidade, é o fato de que, no Brasil, esta é a primeira geração de profissionais, docentes e pesquisadores debruçados sobre o estudo do tema na arquitetura e urbanismo. Ao passo em que isso gera uma certa resistência à abordagem do tema no ensino e pesquisa, a perspectiva é de que nos próximos anos, com a consolidação do debate e o surgimento de mais publicações, o assunto seja incorporado à pauta do ensino e pesquisa em arquitetura e urbanismo. Outro desafio, sobretudo no que diz respeito ao ensino e orientação de trabalhos de graduação sobre o tema, é a necessidade de encontrar e concentrar as referências, discussões e temas de trabalho essencialmente no campo da arquitetura e urbanismo.

Um outro aspecto que cabe ressaltar é o fato de que as discussões ainda estão muito centradas no tema da mulher, o que desperta para a necessidade de ampliar este debate tanto no que diz respeito às questões de gênero, englobando a população LGBTQTT, como de contemplar suas interseccionalidades, como raça e classe.

A amostra composta pela literatura revisada e pelos trabalhos apresentados também permite identificar alguns eixos, existentes e possíveis, de estudo de gênero e áreas afins na arquitetura e urbanismo: estudos de teoria e história da arquitetura, sobretudo no sentido de recontar esta história incluindo novos atores (FRIEDMAN, 1998); estudos no campo da morfologia da arquitetura, em especial aqueles que relacionam espaço e sociedade (HILLIER, HANSON, 1984); estudos no campo da paisagem, que busquem compreender os diversos atores que contribuem para o seu processo de formação e como estes se apropriam da mesma (BETSKY, 1997).

No campo das potencialidades, tem-se, evidentemente, o amplo terreno para construção e ampliação de conhecimento na área. Estes estudos também fomentam e possibilitam a promoção de debates urgentes sobre, por exemplo, igualdade e diversidade no âmbito acadêmico.

Por fim, cabe ressaltar a pertinência e necessidade se pensar o gênero na arquitetura e urbanismo, por exemplo, a partir da ótica das mulheres, de modo a desenvolver uma arquitetura e urbanismo para todos, entendendo as diferenças para diminuir as desigualdades, a partir, por exemplo, de um planejamento urbano que “leve em conta necessidades de transporte e segurança para mulheres [...] tornando a cidade mais segura e acessível para todos os grupos de pessoas.” (FREITAS, 2016).

Referências

AMERICAN INSTITUTE OF ARCHITECTS, SAN FRANCISCO CHAPTER/AIA SF. *Equity by design: Knowledge, discussion, action! 2014 Equity in Architecture Survey Report and Key outcomes*. <https://issuu.com/rsheng2/docs/equityinarch2014_finalreport>. Acesso em 1 de maio de 2016.

ARCHITECTS COUNCIL OF EUROPE/ACE. *The Architectural Profession in Europe 2014: A Sector Study*. <http://www.ace-cae.eu/fileadmin/New_Upload/7_Publications/Sector_Study/2014/EN/2014_EN_FULLL.pdf> Acesso em 1 de maio de 2016.

BELL, D.; VALENTINE G. *Mapping Desire: Geographies of Sexualities*. New York: Routledge, 1995.

BETSKY, A. *Queer Space. Architecture and Same Sex Desire*. New York: William Morrow, 1997.

BUTLER, J. *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of Sex*. 1993.

BUTLER, J. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. 1990.

CABRAL, M. I. R. *A expressão do pensamento moderno de Lina Bo Bardi: Uma análise de escritos da arquiteta para revistas italianas entre 1940 e 1946*. In: 11º Seminário DOCOMOMO Brasil. Anais do 11º Seminário DOCOMOMO Brasil. Recife: DOCOMOMO_BR, 2016. 12P.

COLOMINA, B. *Sexuality & Space*. New York: Princeton Architectural Press, 1992.

COLOSSO, P. Arquitetura e Política de Josep Maria Montaner e Zaida Muxí. Resenhas Online, São Paulo, ano 14, n. 158.02, *Vitruvius*, fev. 2015. <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/14.158/5428>>. Acesso em 1 de maio de 2016.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL, CAU/BR. *Censo do CAU/BR 2012*. <<http://www.caubr.gov.br/censo/resource/site/pdf/nacional/Censo-CAU-Brasil.pdf>> Acesso em 1 de maio de 2016.

ELVIR, M. A. Construção Social da Segregação. *Revista Continente*, Recife, ano 13, set. 2013 <. <http://www.revistacontinente.com.br/secoes/artes-visuais/956-a-conte-nente/revista/artigo/11639-construcao-social-da-segregacao.html>>. Acesso em 1 de maio de 2016.

FREITAS, A. *Por que cidades feitas para mulheres são mais igualitárias?* Disponível em: < <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/05/06/Por-que-cidades-feitas-para-mulheres-s%C3%A3o-mais-igualit%C3%A1rias>>. Acesso em 6 de maio de 2016.

FRIEDMAN, A. *Women and the Making of the Modern House: A Social and Architectural History*. New York: Harry N. Abrams, Inc., 1998.

GATI, A. *Lina e Janete: Questões de gênero na arquitetura moderna*. In: 11º Seminário DOCOMOMO Brasil. Anais do 11º Seminário DOCOMOMO Brasil. Recife: DOCOMOMO_BR, 2016. 10P.

GATI, A. *Arte e Artesanato na Arquitetura de Interiores Moderna de Janete Costa*. Recife, 2014. Dissertação (Desenvolvimento Urbano) – UFPE.

GEHL, J. *Cidades para Pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HAMAD, T; LIMA, A. *A visão de cidade em Carmen Portinho*. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/029.pdf>>. Acesso em: 1 de maio de 2016.

HAYDEN, D. *The Grand Domestic Revolution: History of Feminist Designs for American Homes, Neighborhoods and Cities*. Cambridge: The MIT Press, 1982.

HIGGS, D. *Queer Sites: Gay urban stories since 1600*. New York: Routledge, 1999. '

HILLIER, B.; HANSON, J. *The Social Logic of Space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

INGRAM, G. B.; BOUTHILLETTE, A. M.; RETTER, Y. *Queers in Space: Communities, Public Places, Sites of Resistance*. Seattle: Baypress, 1997.

JACOBS, J. *The Death and Life of Great American Cities*. London: Pimlico, 1961.

KENNEY, M. *Remember, Stonewall was a Riot: Understanding Gay and Lesbian Experience in the City*. Berkeley: University of California Press, 1998.

LUCENA, M. F.; GOUVEIA, M. A. Tráfico de pessoas e violências: algumas considerações sobre vulnerabilidade social, gênero e migração não documentada do Brasil para a Europa na contemporaneidade. In: AMARO, S. (Org.). *Dicionário Crítico de Serviço Social*. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2015. p. 244-266.

MASSEY, D. *Space, Place and Gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MONTANER, J.; MUXÍ, Z. *Arquitetura e Política*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MOREIRA, F.; GÁTI, A.; CARVALHO, G.; OLIVEIRA, V. O desafio da conservação dos acervos particulares de arquitetos modernos: o caso do inventário Janete Costa. *Revista CPC*, USP, São Paulo, n. 20, 2015. <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/103264>>. Acesso em 1 de maio de 2016.

NATIONAL COUNCIL OF ARCHITECTURAL REGISTRATION BOARDS NCARB. *NCARB by the Numbers*. 2014. <http://www.ncarb.org/About-NCARB/~media/Files/PDF/%20Special-Paper/NCARB_by_the_Numbers_2014.pdf>. Acesso em 1 de maio de 2016.

NESBITT, K. *Theorizing a New Agenda for Architecture*. New York: Princeton Architectural Press, 1996.

PRECIADO, B. *Manifiesto Contra-sexual*. Madrid: Editorial Opera Prima, 2002.

RENDELL, J.; PENNER, B.; BORDEN, I. *Gender Space Architecture: An interdisciplinary introduction*. London: Routledge, 1999.

RUBINO, S.; GRINOVER, M. (Orgs.). *Lina por Escrito: Textos escolhidos de Lina Bo Bardi*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

SANDERCOCK, L. *Making the Invisible Visible: A Multicultural Planning History*. Berkeley: University of California Press, 1998.

SIQUEIRA, L. *Por onde andam as mulheres: percursos e medos que limitam a experiência de mulheres no centro do Recife*. 2015. 161 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Desenvolvimento Urbano, 2015.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SOB A ÓTICA DE GÊNERO: TRAJETÓRIA DAS ALUNAS DO IF - CAMPUS TERESINA CENTRAL

Luciana Farias de Araújo Andrade
*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Campus Teresina Central*
lulusinhaandrade@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho se insere nos estudos de gênero e educação profissional. Resulta de uma pesquisa realizada com alunas e professores do Instituto Federal – Campus Teresina Central – e teve como objetivo analisar a formação técnica das alunas do Instituto Federal – Campus Teresina Central, inseridas no curso de eletrônica, eletrotécnica e mecânica, considerados cursos marcados pela tradição masculina, a fim de verificar se essa instituição contribui para a equidade de gênero requisitada no novo modelo de educação profissional e tecnológica. Um estudo de caráter qualitativo com o propósito de apreensão dos significados dos discursos sobre a formação técnica das alunas, cuja coleta de informações se deu por meio de observação sistemática, análise documental e entrevistas semiestruturadas, aplicadas com discentes e docentes dos referidos cursos técnicos, compreendendo o recorte temporal de 2009 a 2014. A fundamentação teórica básica norteia-se em uma perspectiva de gênero como categoria analítica (SCOTT, 1990), como elemento constitutivo das relações sociais que perpassam as relações de poder (BOURDIEU, 1999; FOUCAULT, 1992), na interface com educação (LOURO, 1997, 1999; CARVALHO, 2003, 2010; VIANNA, 1998, 2010) e na esfera do trabalho (BRUSCHINI, 2008; HIRATA, 2003).

Palavras-chave: Gênero, mulheres, educação, trabalho.

Introdução

Discutir gênero é de fundamental importância para que se possa compreender como se constitui a formação das mulheres em cursos técnicos na área da indústria, uma vez que esses ainda são considerados redutos tradicionalmente masculinos, cuja participação feminina, ainda é menor, indicativos fortes da sua associação com os processos de construção das relações sociais entre os sexos, estudados a partir da categoria gênero, que fornecerá subsídios para se compreender tanto a produção de mudanças como as desigualdades de gênero no contexto escolar (BOURDIEU, 1999; SCOTT, 1990).

Este estudo é parte da dissertação: *(Des)Iguais na diferença: a formação técnica das alunas do Instituto Federal – Campus Teresina Central*, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Piauí. A pesquisa teve como objetivo analisar a formação técnica das alunas do IF – Campus Teresina Central, inseridas nos cursos de eletrônica, eletrotécnica e mecânica, considerados cursos marcados pela tradição masculina, a fim de verificar se essa instituição contribui para a equidade de gênero requisitada no novo modelo de educação profissional e tecnológica.

Os resultados revelam que há diferenças, no processo de formação das alunas quando comparadas aos alunos, que resultam em discriminações e, portanto desigualdades de gênero (alunas não são estimuladas a realizar atividades práticas, afirmam a existência da fragilidade como sendo da natureza feminina)

Entretanto, se percebe que as práticas discriminatórias manifestadas no espaço investigado, são decorrentes de introjeções de valores e práticas tradicionais adquiridas no processo de socialização junto às principais instituições sociais básicas, inclusive a própria escola. Todavia em meio à produção dessas desigualdades de gênero, há também as práticas de resistências e empoderamento das mulheres inseridas nos cursos investigados nessa instituição escolar.

Caminhos Metodológicos da Pesquisa

O presente estudo corrobora com a crítica feminista à ciência moderna, entendendo que o conhecimento científico é socialmente construído e que o/a cientista/pesquisador/a não é onisciente e neutro/a, mas sim um sujeito motivado por determinantes históricos e sociais, buscando aliar conhecimento científico com as práticas sociais e entendendo a sua validade de forma mais localizada e relativizada (MENDES, 2005; SCHIENBINGER, 2001).

Considerando a intrínseca relação entre pesquisadora e objeto de pesquisa da qual não se pode negar o caráter de humanidade, mas afirmar a presença de objetivação com os devidos cuidados metodológicos, é que exponho meu caminho como pesquisadora para situar a escolha, delimitação e proximidade com o objeto pesquisado (BOURDIEU et al, 2004; GOLDEMBERG, 2004).

No ano de 2010, ao iniciar minhas atividades docentes no Campus - Teresina Central ministrava aulas de sociologia para os cursos de Mecânica, Eletrônica, Eletrotécnica e Informática do 1º ao 4º ano do Ensino Técnico Integrado ao Médio, com turmas na média composta por quarenta e cinco discentes. Logo passei a observar a configuração de determinados cursos com um número superior de rapazes (Mecânica, Eletrônica, Eletrotécnica), porém o que chamou mais atenção foi à presença de moças nos respectivos cursos.

Outra situação observada, e que me trouxe incômodo, foi a exposição de avisos nos murais da escola, nos quais eram publicadas, e ainda são, ofertas de vagas para estágio em diferentes áreas. Entretanto, na área de Mecânica, Eletrônica e Eletrotécnica sempre aparece, às vezes de forma explícita ou oculta, o critério de seleção, direcionando-a ao “sexo masculino”. Ali já identifiquei uma forma de discriminação sexista, impressão coerente com a minha trajetória de militância em movimentos sociais feministas e a minha própria atuação como educadora, buscando pautar minha prática pedagógica e de vida na construção de uma educação para a liberdade, respeito às diferenças e autonomia dos sujeitos por meio da promoção de um conhecimento crítico. Surgiram, então, vários questionamentos sobre quem estava sendo alvo dessas discriminações, ou seja, as alunas desses cursos.

O que elas pensam sobre isso? Será que percebem tal condição de discriminação? Será a escola definidora de tais critérios? E os professores/as, como atuam na sua prática pedagógica nesses cursos tradicionalmente considerados masculinos mediante a participação feminina?

Diante dessas inquietações, desenvolvi algumas estratégias pedagógicas para chegar até essas alunas e perceber o que elas pensavam sobre a situação. Na turma de mecânica conversamos sobre as expectativas para o semestre que se iniciava e fiz uma referência à importância da participação de mulheres em cursos como Mecânica. A reação foi imediata, logo chamaram a atenção para o fato de os estágios serem ofertados somente para os rapazes. Essa mesma abordagem foi utilizada nas turmas de Eletrônica e Eletrotécnica e a manifestação se repetiu. Ressalte-se que a reação de contestação não se deu por parte de todas as alunas, algumas permaneceram em silêncio, mas esse também pode ser revelador (FOUCAULT, 1992).

A partir daí comecei a olhar para a situação de forma mais apurada, nesse momento, o meu objeto de estudo estava se delineando. Adentrei, então, pelos estudos bibliográficos sobre a origem e histórico da Instituição, uma escola com mais de cem anos de existência e o primeiro campus da rede Federal no Piauí (antiga Escola de Aprendizes e Artífices, 1909). Meu olhar se direcionou para a condição dessas jovens, como alunas, inseridas em cursos tradicionalmente masculinos para dar vez e voz a essas meninas.

Realizei algumas atividades em sala de aula, como roda de conversa sobre gênero, conversas informais nos corredores da escola, no horário dos intervalos e percebi que essa situação merecia um aprofundamento maior diante dos incômodos sentidos por elas.

Ao longo das observações realizadas, fui captando alguns dados na instituição em relação à forma de ingresso nos cursos do Campus Teresina Central, e verifiquei que esse se dá através de um processo, *a priori*, equânime, em que os/as candidatos/as realizam um teste seletivo por meio de um exame escrito, e, quando aprovadas/os, tornam-se alunas/os da instituição. Parecia de início, tratar-se de um processo com oportunidades iguais de ingresso a homens e mulheres, e, provavelmente, de práticas de gestão escolar e de docência socialmente justas, supondo ainda, que seus/as profissionais fossem capacitados/as para trabalhar as questões de gênero, em sala de aula e fora dela, desenvolvendo uma educação não sexista.

No entanto, como explicar os discursos de algumas alunas ao dizerem: “estou no Curso de Mecânica, mas as vagas para estágio são somente para homens”; ou “estou no Curso de Mecânica e as pessoas acham estranho” ou ainda, “já fui concorrer a uma vaga de estágio em Eletrotécnica, mas quando me apresentei na empresa disseram que a vaga era só para homens, e eu disse que não tinha visto esse requisito no mural da escola”; ou mesmo o relato de outra aluna, ao afirmar o seu impedimento de manusear o motor de um carro em uma aula prática do curso de Mecânica. Se existe igualdade no ingresso, não parecia haver nas aulas práticas e na oferta dos estágios para as moças, se comparadas aos rapazes.

Comecei a perceber que a escola, com aquelas práticas, tendia a reforçar a distinção de papéis de gênero ao orientar, social e individualmente, seus/suas discentes para estágios em empresas divulgando nos murais de suas dependências internas oferta de vagas diretamente para alunos do sexo masculino. Mesmo que esse critério de seleção não seja de responsabilidade da escola, mas das empresas que oferecem o estágio, de certa forma, a instituição acaba

corroborando uma prática discriminatória de gênero, transformando-se em barreiras que podem comprometer a permanência e o sucesso dessas alunas no curso, visto que a formação escolar está sob seus auspícios.

Diante da problemática posta e com a intenção de apreender os significados dos discursos proferidos pelas alunas e professores sobre essa formação técnica, a fim de averiguar se estava referendada na equidade de gênero adotamos nesse estudo uma abordagem qualitativa. A pesquisa utilizou à observação da dinâmica escolar no tocante a relação docente e discente no cotidiano da instituição, os eventos realizados, os murais e seus informativos, as conversas informais entre os/as alunos/as e entre esses/as e os/as professores/as. A observação teve, ainda, a importância de verificar *in loco*, como as questões de gênero se encontrava presentes e/ou ausentes, e de que forma e sentidos eram verbalizadas, gesticuladas e escritas naquele contexto escolar, servindo como complemento das informações adquiridas através das entrevistas (ALVES-MAZZOTTI & GEWANDSNAJDER, 2004). As entrevistas foram realizadas através de um roteiro semi-estruturado e foram gravadas com o consentimento das/os entrevistadas/os que também autorizaram a pesquisa por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TECLE. Também como compromisso ético do uso das informações obtidas e da privacidade de identidade das/os entrevistadas/os. As informações relativas às observações e entrevistas foram todas registradas sistematicamente em Diário de Campo.

As discentes escolhidas para pesquisa foram as que ingressaram no ano de 2011 e que estavam cursando o 4º ano, etapa final da formação escolar, assim como podiam concorrer aos estágios em áreas referentes à sua formação técnica profissional. O universo de pesquisa contemplou 29 sujeitos: 6 professores das disciplinas técnicas, sendo 2 por curso investigado, e vinte e três alunas do 4º ano: 5 do Curso de Mecânica, 7 de Eletrônica, 11 de Eletrotécnica.

O tratamento analítico dos dados se deu através da *análise de discurso*. A análise discursiva possibilita interrogar e confrontar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção que podem ser verbais e não verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para a interpretação (SPINK, 2000).

Desvelando os sentidos dos discursos na formação profissional das alunas

Desvelar a tessitura das relações de gênero se assemelha a montagem de um jogo de quebra-cabeça, feito de gestos, palavras escritas, ditas e não ditas.

Um complexo de sentidos e significados, permeados por relações de poder, que marcam as diferenças sociais entre os sexos através das (des)construções sociais que se processam em torno da formação técnica das alunas do Campus Teresina Central.

Participação Feminina em Cursos Técnicos: os descompassos dos discursos

O sentido atribuído pelas alunas sobre a participação delas em cursos historicamente masculinos remete há algo que consideram muito importante, um desafio que rompe preconceitos e quebra barreiras, ao longo do tempo. Analisam essa participação como um direito que deve ser igual para homens e mulheres, visto que estas têm a mesma capacidade que aqueles.

Ao modo de Bourdieu (1999), elas reconhecem que a pequena participação feminina, nessas áreas, é resultado de uma imposição de regras sociais sobre o que mulheres não devem e não podem fazer. Nos discursos, abaixo, fica também explícita a afirmação da existência de desigualdades de gênero como imposição de uma sociedade machista, na qual só aos homens é dada a possibilidade de atuação e capacidade em determinadas áreas e cursos, às mulheres não, comungando assim com os estudos que afirmam a baixa inserção das mulheres nas áreas técnicas e tecnológicas no mercado de trabalho (HIRATA & KERGOAT, 2003; HIRATA, 2002; MENDES, 2005).

[...] a sociedade impõe muita regra que é só os homens que vão ficar nessa área, eu acredito que a sociedade tem que olhar por outro ângulo e ver que a mulher também tem capacidade, a mesma capacidade dos homens para estarem nos cursos técnicos (Cora/ Curso Eletrotécnica - 022).

Acho assim algo interessante, porque todas as mulheres têm direito igual aos homens e têm que parar com essa ideia machista que só homem pode, só ele pode fazer. (Nísia/Curso Eletrônica - 004).

Os professores das disciplinas técnicas quando indagados sobre o que achavam da participação das mulheres em cursos técnicos, os discursos foram divergentes das alunas. Foi consenso afirmarem que as jovens que procuram por esses cursos não conhecem o curso que escolheu e não demonstram interesse pela formação técnica.

A gente vê algumas mulheres, mas a procura é muito pequena pelo curso de Mecânica. Eu acho que...é... a própria família que acha o seguinte... que o lugar de mulher não é estudando num curso de Mecânica, ela deve procurar um curso mais leve, uma coisa, assim, mais adequada para mulher (Fernando/Professor de Mecânica - 005).

O discurso demonstra que os professores não percebem como indicativo de mudança a participação de meninas em cursos com tradição masculina, como mecânica, a ênfase dada à participação de mulheres é na dimensão quantitativa. Chamou a atenção a fala de um professor em relação à presença das mulheres nos cursos técnicos como algo figurativo, simbólico, ao dizer: “as mulheres alegam um meio onde só tenha homens” e “o aprendizado se torna mais lúdico com a presença das mulheres nesse ambiente” (Carlos/professor de mecânica - 004).

Essa afirmação do docente remete ao que Bourdieu (1999) afirma, ao relacionar a masculinidade com nobreza e a dificuldade de a mulher impor-se, recorrendo às armas dos fracos (exibição e sedução). A utilização do termo “lúdico”, pelo professor, atesta que a aprendizagem se torna mais animada, divertida, com a participação das mulheres que são animadoras em ambientes considerados *duros*, porque são técnicos e sérios, porque masculinos; ou seja, aos homens, coisas sérias, duras e racionais; às mulheres brincadeiras, leveza e emoção.

O relato de outro professor tende a justificar a reduzida presença das mulheres em cursos técnicos, à sua falta de afinidade com os conteúdos da matemática, a exemplo do uso de cálculo.

[...] parte da eletrotécnica quando você vai mesmo para o trabalho, vai ver o trabalho a fundo[...] as mulheres podem não se identificar, além da questão da afinidade com a Matemática (risos) que tem muito cálculo, e muitas meninas não se identificam com as exatas elas têm mais dificuldade (Baltazar/Professor Eletrotécnica- 007).

O domínio de determinadas áreas do conhecimento, saberes e práticas, sobretudo, aquelas denominadas de *ciências duras*, geralmente, está associada aos homens, o que tem a ver com a construção de uma masculinidade tradicional, em que homens não demonstram fragilidades. Evidenciando que ciência e escola são também reprodutoras das desigualdades de gênero, fazendo com que determinadas habilidades, compreensões e assimilações estejam

vinculadas a um sexo em detrimento do outro (BOURDIEU, 1999; LOURO, 1997; SCHIENBINGER, 2001).

No entanto as escolhas realizadas pelas alunas em adentrar cursos com predominância masculina revelam novas práticas e novos valores que rompem com determinados estigmas sociais, mas só a presença feminina nesses espaços não é suficiente para promover a equidade nas relações sociais entre os sexos, valorizando de forma equilibrada as habilidades e qualidades consideradas masculinas e femininas.

Capacidades Iguais: as armadilhas dos discursos

A percepção das alunas e professores quanto a aprendizagem teórica e prática em relação aos alunos nos revela que no primeiro momento as alunas disseram não haver distinção, mas, ao explicarem suas respostas as alunas apontaram as 'atividades práticas' como sendo mais difíceis de serem realizadas:

Não, não tem (silêncio), assim, tem a questão de os meninos se identificarem mais com aquela parte bruta, aquela parte de fazer, mexer com gerador, já as mulheres são mais organizadas e aí têm elaboração e organização de planilhas, têm alguns relatórios que você sempre tem que andar fazendo e bem organizado. Eu acho que a mulher se encaixa mais nisso, têm desenhos, também a questão de gráficos porque o homem não vai se importar muito se passou um milímetro, sempre tem que ter uma minuciosidade e a mulher se apega mais nos detalhes (Ana/Curso Eletrotécnica- 019).

Ainda que de início neguem as distinções/discriminações no decorrer dos relatos acabavam demonstrando a existência de divisões nas atividades práticas por gênero, ao dizer que os alunos dominavam o manuseio frequente dos equipamentos e máquinas por terem conhecimento prévio e força física. Enquanto as atividades práticas de desenho gráfico, elaboração de projeto elétrico, planilhas e relatórios ficavam ao encargo das alunas que se destacavam pela organização e minuciosidade.

Ambos acabam corroborando a manutenção dessa divisão sexual do trabalho. No exercício do cotidiano, através dos processos de socialização, a técnica é direcionada para o menino; por exemplo, concertar carro e pequenas

máquinas, enquanto para meninas o aprendizado é sempre caracterizado por relações de serviços e cuidados (HIRATA, 2003; BOURDIEU, 1999).

Essas distinções de atividades para mulheres e homens não são percebidas pela alunas como discriminação. Quando indagadas sobre situações de discriminação por parte dos professores a maioria das alunas afirmam nunca ter sofrido discriminação, mas alguns discursos chamam atenção ao dizer que os professores agem de uma forma que elas se sentem incapacitadas para realizar atividades que requisitam força física:

Eu já me senti, assim, não acho que discriminada porque é uma palavra muito forte, mas de certa forma eles agem e falam de uma maneira que é como se eu me sentisse incapacitada em relação a eles, entendeu? Como se eu não tivesse a capacidade para fazer a mesma atividade que eles estão fazendo, então, eu já me senti assim... Isso tanto por parte dos professores como dos alunos. Eu acho que isso não é algo legal (Nísia/Curso Eletrônica - 004).

O fato de a maioria afirmar não ter sofrido nenhum tipo de discriminação não assegura que isso não tenha ocorrido, elas podem não ter percebido/reconhecido ou mesmo resistido ao ato discriminatório e preconceituoso, provavelmente, porque se manifestou na sua forma simbólica (BOURDIEU, 1999).

É possível interpretar a negação da discriminação como uma estratégia de negação de uma posição de subordinação, sujeição ou obediência, cientes de que, no espaço de luta pela aquisição do saber, elas detêm certa parcela de poder, mesmo que os padrões institucionais sejam masculinos (FISCHER, 2007; FOUCAULT, 1992; SCOTT, 1990).

Essa negação, enquanto contra discurso, visa superar os constrangimentos que se lhes impõem, mas também um modo de (re)inventar formas de convivência e de resistência à masculinidade hegemônica que impera na área que estudam, usando estratégias inteligentes de embate silencioso:

Teve um trabalho que foi muito interessante sobre SPDA, que é a questão dos pára-raios, e meu grupo era composto só por mulheres, eu e mais três meninas; a gente foi no último andar aqui do prédio do instituto federal e foi uma experiência muito interessante que a gente nunca esqueceu, ficou bem gravado e a gente ficou pensando; nós somos mulheres e somos capazes de fazer isso, de

vir até aqui, pode parecer algo tão simples, mas pra nós foi uma vitória, um desafio. Foi muito interessante, tiramos foto, colocamos no slide e mostramos nosso trabalho. [Teve alguma dúvida por parte do professor ou dos alunos que vocês realizaram esse trabalho?] Talvez sim, a questão do desafio de SPDA aquela questão de ir... nas alturas, ter que subir no prédio e tudo mais. [Como vocês se sentiram?] Que nós somos capazes (silêncio), com certeza foi muito bom (Quitéria/Curso Eletrotécnica - 016).

A atitude de fotografar o momento de realização das atividades práticas, para provar aos colegas e professores que são capazes, demonstra o exercício de poder como estratégia de enfrentamento diante das desconfianças e dúvidas das quais são alvos frequentes durante o processo formação educativo. A negação do preconceito, por elas, é uma afirmação de resistência e enfrentamento à presença/existência (FOUCAULT, 1992).

Para se compreender os mecanismos de dominação que, gerada em instâncias objetivas, se reproduz através da subjetivação, se faz necessário dialogar com Bourdieu (1999). Os sentidos atribuídos às características femininas e masculinas e reproduzidas no mundo do trabalho, como se fossem naturais e não adquiridas e apreendidas através de um processo de nominação, inculcação e incorporação, têm sua explicação por meio de um *habitus* de gênero resultante de um trabalho pedagógico que ocorre através de estratégias de diferenciação de meninos/homens e meninas/mulheres, implícitas e explícitas, nas práticas e discursos de vários agentes e instituições sociais (BOURDIEU, 1999; CARVALHO, 2010; SCOTT, 1990).

No entanto a distinção das atividades práticas entre meninos e meninas não é compartilhado e consentido sem resistência por todas as alunas A escola é um espaço de micropoderes e como tal as relações não são tão consensuais, os conflitos e exercício de poder se produzem em meio a relações desiguais, há também os contra discursos ali presentes (FOUCAULT, 1992; LOURO, 1999).

Eu já senti, assim, uma certa dificuldade, por exemplo, tipo assim, equipamentos, entendeu? De certa forma é mais difícil, mas a gente também tem capacidade de fazer, basta querer. Eu fiz todas as atividades sem problemas (Nísia/Curso Eletrônica - 004).

Através desses contra discursos, algumas alunas apontam novos caminhos e estratégias para o enfrentamento dessas dificuldades. As ferramentas tecnológicas são apontadas como alternativas que vão contribuir para a superação das desvantagens físicas entre homens e mulheres.

A coisa mais difícil pra mulher seria no caso o peso, essas coisas, que a mulher tem menos força que o homem, só que hoje em dia as coisas estão bem mais fáceis, mais práticas, então existem alguns tipos de ferramentas e tecnologias de auxílio que podem ajudar a mulher na realização dessas atividades que necessitam do uso da força física (Leila/Curso Mecânica- 011).

Essa divisão na realização das atividades dos cursos, na qual as mulheres se concentram na *elaboração, planejamento e não na execução técnica do trabalho prático*, poderá acarretar em déficits de conhecimento tanto para as mulheres quanto para os homens, e podem se reverter em barreiras para o ingresso no mercado de trabalho; pois, ao término da formação da/o profissional, essas habilidades tanto de planejamento, elaboração, montagem, manutenção, que são funções de execução, devem ser dominadas pelas alunas e alunos para o competente exercício da profissão, de acordo com o perfil de cada curso.

*Experiências no mercado de trabalho: estágios só para homens”,
“mas essas barreiras não me fazem desistir...”*

Assim como a escola, o mercado de trabalho é um espaço de empoderamento feminino, apesar das desigualdades de gênero ali existentes. Em busca da inserção nesses espaços, geradores de autonomia e independência, algumas alunas foram procurar o estágio, mesmo diante das dificuldades e adversidades presentes no contexto escolar. As atitudes dessas alunas são aqui entendidas como estratégias de resistências e, portanto, de exercício de poder que, segundo Foucault (1992), está em toda parte e podem ser produzidas por todos os sujeitos. Mesmo diante da exclusão e discriminação explícitas nos critérios de seleção ousaram em concorrer aos estágios:

Eu procurei estágio desde o ano passado, eu já fui acho que em três empresas e eles falaram que iam retornar, mas não retornaram, até aqui mesmo no mural quando eles colocam anúncio, eles pedem

a preferência masculina, só que agora eu consegui um estágio em uma concessionária de automóveis. O dono da empresa queria que fosse mulher na oficina, ele disse que queria uma inovação e realmente ele me ligou. Na empresa eu fico na oficina, mas só que eu não exerço a função de técnica de Mecânica, eu tô sempre ali com o chefe da oficina, fico mais na inspeção das peças. Os critérios que são colocados me incomodam, mas essas barreiras não me fazem desistir, eu busquei o estágio até conseguir. (Leila /Curso Mecânica - 011).

Constata-se, pois, que a divisão sexual das atividades práticas desenvolvidas na escola se estende para uma divisão sexual do trabalho nas empresas, onde o domínio do saber técnico e tecnológico é uma ferramenta de poder, fazendo com que a incompetência ou mesmo impotência técnica das mulheres seja mantida (BOURDIEU, 1999; HIRATA, 2003).

O critério de seleção, por sexo, definido pela empresa que oferta os estágios, demonstra que o mercado de trabalho mantém valores que discriminam a capacidade produtiva das mulheres para realizar determinadas atividades técnicas. Uma aluna que conseguiu estagiar em duas empresas externou sua indignação pela forma de tratamento endereçado às mulheres em um local de trabalho tradicionalmente masculino:

[...] no meu trabalho eu não posso usar um anel, eu não posso andar de cabelo solto, nem botar batom, nem nada, e nem andar de roupa justa... assim que eu entrei na empresa o RH do departamento pessoal que tinha como chefe uma mulher me falou: não use batom e nem venha com roupas curtas, nem roupas muito justas porque vai trabalhar com homens. Então eu pensei no caso, a gente não pode ser mulher porque a gente trabalha em um espaço que só tem pessoas do sexo masculino (Bertha/Curso Eletrônica - 013).

O fato de ter mulheres nesses espaços com predominância masculina cria uma tensão em relação ao comportamento dos homens. Neles as mulheres aparecem como vetores do perigo e ameaça constante, devendo, portanto, estar atentas e vigilantes em relação às expressões e manifestações de sua sexualidade. Desse modo, serão bem-vindas se forem ou estiverem “invisíveis”, a fim de não se diferenciarem e chamarem a atenção dos rapazes pelos atributos sedutores que parecem carregar pelo simples fato de serem mulheres.

Esses relatos apresentam a força dos discursos produzidos pela educação e mercado de trabalho, desvelando o efeito que causam na trajetória das alunas, no sentido de desencorajá-las e excluí-las do estudo técnico profissional e do mercado de trabalho em áreas simbolicamente ligadas ao masculino.

Considerações Finais

Constata-se que os discursos apresentados confirmam que a escola e os professores, através de suas práticas de ensino, têm contribuído para a (re) produção das desigualdades de gênero, presentes na divisão sexual do trabalho, quando distinguem as atividades que devem ser atribuídas e realizadas por mulheres e por homens, associando as jovens a trabalhos administrativos (planejamento, elaboração, supervisão) e os jovens à execução de trabalhos complexos (instalação e manutenção de equipamentos e máquinas), reforçando as distinções de gênero já existentes que, por consequência, se transformam em desigualdades de gênero também no mercado de trabalho, evidenciando uma correlação de forças que mediam as relações sociais entre os sexos e produzem exercício de poder nos espaços escolares e de trabalho.

Ressalte-se que o predomínio masculino de estarem inseridos nas áreas/cursos técnicos e terem as melhores oportunidades de experiências de trabalho (estágios) resultam das formas como a divisão sexual do trabalho tem se engendrado ao longo da história da sociedade.

As modificações ocorridas na esfera do trabalho e nos papéis sociais que homens e mulheres desempenham na contemporaneidade permitem que as mulheres, cada vez mais, ocupem espaços antes reservados aos homens, como nas áreas técnicas (Curso de Mecânica, Eletrônica e Eletrotécnica).

Mas não se pode esquecer que esse acesso crescente, ainda, não lhes garante condições iguais no processo de formação escolar e nem na inserção e atuação junto ao mercado profissional. Tal condição é uma barreira que exclui e impõe limites às mulheres, reforçando estereótipos e preconceitos de gênero.

Referências Bibliográficas

ALVES-MAZZOTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. Revisão bibliografia. In: **O método nas ciências sociais naturais e sociais**. Pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomson, Learning, 2004.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBERODON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude.

Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução: Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRUSCHIN, Cristina. HIRATA, Helena (Org.). **Mercado de trabalho e gênero:** comparações internacionais. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Pereira, Maria Zuleide da C. (Org.). **Gênero e educação:** múltiplas faces. João Pessoa: Universitária / UFPB, 2003.

FOULCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1992.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. RJ: Record, 2004.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Tecnologia, formação profissional e relações de gênero no trabalho. In: **Revista Educação & Tecnologia. Periódico científico dos Programas de Pós-Graduação em Tecnologia dos CEFETs- PR/MG/RJ**, p. 144-156, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres nas salas de aula. In: PRIORI, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Mulher e realidade:** mulher e educação. Porto Alegre: Vozes, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990.

SPINK, Mary J. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano:** aproximações teóricas e metodológicas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GÊNEROS E SEXUALIDADES: REFLEXÕES SOBRE ELEMENTOS CONJUNTURAIS DA APROVAÇÃO DO PNE E PEE - BA

Maise Caroline Zucco
Universidade Federal da Bahia
maisecz@gmail.com

Resumo: O presente texto tem como proposta estabelecer uma reflexão crítica sobre elementos da conjuntura social e política diretamente ligada à aprovação do Plano Nacional de Educação (2014-2024) e Plano Estadual de Educação do Estado da Bahia (2016 – 2026). Para tanto tem como elementos de análise discursiva documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais e Leis de Diretrizes e Bases, que norteiam elementos da prática docentes anteriores à própria aprovação do PNE; mas também os Projetos de Lei e Ementas aprovadas nessa conjuntura e que sinalizam um pouco da discussão política estabelecida sobre as questões de gênero e sexualidades.

Introdução

O presente texto tem como proposta estabelecer uma reflexão crítica sobre elementos da conjuntura social e política diretamente ligada à aprovação do Plano Nacional de Educação (2014-2024) e Plano Estadual de Educação do Estado da Bahia (2016 – 2026). Para tanto tem como elementos de análise documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais e Leis de Diretrizes e Bases, que norteiam elementos da prática docentes anteriores à própria aprovação do PNE; mas também os Projetos de Lei e Ementas aprovadas nessa conjuntura e que sinalizam um pouco da discussão política estabelecida sobre as questões de gênero e sexualidades.

Essa proposta é um resultado do projeto “Gêneros, questões étnico-raciais e sexualidades: experiências e apropriações a partir da formação continuada de professoras/es”, que se propõe a investigar como as temáticas da diversidade – que compreendem questões étnico-raciais, religiosidades e discussões em torno dos conceitos de gênero e sexualidades – estão integrando a prática docente de profissionais da Rede Pública de Salvador.

Seguindo uma das definições possíveis dentro do campo dos estudos de gênero, as identidades não são fixas, homogêneas ou definitivas, mas construções passíveis de transformações, e por sua vez, instáveis. É através das relações sociais que nos diferenciamos e no espaço escolar essas identidades e diferenças também dialogam em meio a relações de poder. Distintas religiosidades, sexualidades, etnias, são valoradas a ponto de estabelecerem desigualdades na escola e o papel pedagógico da educação é a abordagem desse encontro com o “diferente”, com o “outro”¹, na perspectiva de promoção da cidadania.

A preocupação com esses diferentes se tornou, nos últimos anos, algo caracterizado e enfatizado pela mídia como uma pauta do cenário político oficial. Não qualquer diferente, mas pessoas não brancas, não cis, não heterossexuais, não normativas de forma geral. Ao mesmo tempo em que esse tema parece ter assumido uma dada visibilidade midiática na contemporaneidade, não é possível afirmar que estes não tenham sido alvos dos discursos conservadores anteriores à conjuntura atual. Entretanto, relativos direitos conquistados por esses grupos ligados a movimentos sociais têm sido revistos diante de uma

1 SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença*. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2009.

onda conservadora”² que se fortaleceu através de acordos políticos. Assim, é possível diagnosticar que o conservadorismo, que assegurou e está assegurando elementos defendidos por discursos religiosos, hoje ganha uma maior representatividade e passa a ser assegurado diante de articulações políticas; com cerceamento dos tópicos defendidos pelos estudos de gênero e sexualidades diante da educação nacional e as políticas públicas adotadas pelo Estado.

Educação para a diversidade – O que o currículo prescrito nos diz?

A diversidade, enquanto tema educacional atravessa os sujeitos escolares em aspectos identitários que passam pelo gênero, pelas questões étnico-raciais, sexualidades, deficiências, religiosidades, territorialidades (rural, urbano, colonial), etc.; e as preocupações por esses recortes estão presentes em documentos que orientam e regulam a prática docente. Desde a década de 1990 esses temas vêm ganhando cada vez mais o interesse, bem como o apoio financeiro, dos organismos governamentais. A partir de um longo processo que teve início em 1948 – levando treze anos para serem aprovadas – as Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no Brasil, com sua última versão datada do ano de 1996, na primeira década do século XXI deu enfoque às identidades indígenas e afrodescendentes³. Em meio a um contexto ligado ao regime democrático foi estabelecido um processo que visibilizou e promoveu o atendimento das demandas ligadas aos movimentos sociais, e mesmo do próprio debate acadêmico, inserindo determinados sujeitos nas temáticas do currículo prescrito⁴. Essa trajetória de incorporação perpassou pela aprovação da Lei no. 9.394 (1996) e da Lei no. 10.639 (2003), de 2008, bem como pela obrigatoriedade do ensino

2 A Onda Conservadora, ou Nova Onda Conservadora, tem sido um termo veiculado pela mídia caracterizando o acesso das pautas religiosas junto a instâncias do Estado. Diante dessa discussão, é importante ponderar que não se trata de algo novo, pois os movimentos feministas, lesbianos, gays e trans tiveram que disputar historicamente suas pautas com argumentos religiosos, com a direita no período Ditatorial no Brasil e mesmo dentro da esquerda que buscava a redemocratização, como observado em pesquisas como as desenvolvidas por Joana Maria Pedro, Cristina Scheibe Wolff e James Green.

3 ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil*. São Paulo: Moderna, 2006. p. 324-326.

4 SILVA, Marcos Antônio; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n. 60, 2010. p. 13-33.

da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial a partir da Lei no. 11.645 de 10 de março de 2008⁵.

Ainda em relação ao movimento de incentivo às temáticas ligadas às questões étnico-raciais, de gênero e sexualidades como elementos curriculares é possível destacar as deliberações traçadas pelos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)⁶, documento de 1997 que possui caráter de orientação para prática docente. Nos exemplares referentes aos temas transversais, o material discute a Pluralidade Cultural levantando questionamentos sobre atitudes e situações que fomentam todo o tipo de discriminação e injustiça social. Nesse suporte pedagógico, ainda no espaço destinado às temáticas transversais, o Ministério da Educação e do Desporto trata da Orientação Sexual, que discute elementos do debate sobre sexualidades, mas também relativos às questões de gênero pertinentes à área da educação. Dessa forma, são traçados objetivos tais quais: a compreensão do prazer como um direito e uma dimensão da sexualidade humana; o reconhecimento e respeito das diferentes formas de atração sexual e seu direito a expressão; a identificação e expressão dos sentimentos e desejos respeitando os sentimentos e desejos do outro; o reconhecimento como construções culturais das características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino posicionando-se contra discriminações; entre outros.

“Através de documentos como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (v. 2) a sexualidade, e o exercício da sexualidade, mesmo no na Educação Infantil, são considerados temas ligados à cidadania dos sujeitos. O esclarecimento dessa ordem direcionado às crianças em nível infantil, que costumeiramente levam a uma interpretação equivocada de um incentivo à prática sexual, possibilita a identificação de atos de violência por parte das próprias crianças que passam a problematizar abordagens coercitivas, como as pedófilas.⁷”

No que diz respeito aos financiamentos, a SECADI (A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) foi responsável

5 *Leis de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 20 de abril de 2014.

6 Parâmetros Curriculares Nacionais. *Ministério da Educação*, 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12640%3Aparametros-curriculares-nacionais1o-a-4o-series&catid=195%3Aseb-educacao-basica&Itemid=859 Acesso em: 20 de abril de 2014.

7 Proposta de reestruturação do Plano Estadual de Educação do estado de Santa Catarina apresentado pelo Instituto de Estudos de Gênero, Comissão do qual participei.

pela promoção de cursos de formação continuada especificamente ligados aos temas relativos à diversidade. Entre eles está o GDE (Gênero e Diversidade na Escola), Política de Igualdade Racial no Ambiente Escolar, Cultura e História dos Povos Indígenas, Educação de Jovens e Adultas na Diversidade e Inclusão Social, Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva de Educação Inclusiva, entre uma série de outras formações, sejam em nível de aperfeiçoamento ou de especialização.

Em suma, podemos identificar na trajetória nacional brasileira, relativamente recente, uma preocupação com a diversidade nos espaços escolares que faz parte da documentação que é adotada pelo Estado como referencial educacional e que é destacada como formação continuada docente relevante, a ponto de ser financiada por esta instância. Por esse espectro, podemos dizer que no Brasil até certo ponto haviam políticas públicas educacionais que primavam pela diversidade no espaço escolar, ou ainda que promovem a discussão em torno do conceito de gênero e sexualidades.

É possível destacar ainda que essa discussão encontra-se alinhada com a Constituição. Essa defende a promoção do bem estar de todas as pessoas, sem qualquer forma de discriminação (art. 3º, IV, da CRFB), a dignidade da “pessoa humana” (fundamento da República – art. 1º, III, da CRFB), o princípio de igualdade (art. 5º, caput, da CRFB), a proteção da família por parte do Estado (art. 226, caput), considerando que o planejamento familiar é livre (art. 226, §7º).

Contudo, a própria conjuntura nos apresenta um cenário de cerceamento de direitos, mas não de quaisquer direitos. Não nos atentamos aqui para todos os Projetos de Lei, entre eles que discutem o trabalho terceirizado, a cobrança de tarifas na pós-graduação em instituições de ensino superiores públicas, que têm um ônus social para sujeitos com gênero, raça, sexualidades e classes bem definidas. Entretanto, a proposta é trazer um pouco da conjuntura de discussão política que atravessou, e ainda travessa, a aprovação dos Planos pelo Brasil (estaduais e municipais).

Gêneros e sexualidades: discussões que pesam diante da fé

As tramitações de uma série de Projetos de Lei e Ementas Constitucionais tem indicado a redução de direitos de determinados grupos sociais. No aspecto das questões étnico-raciais a redução da maioria penal, através da PEC 171/93, incide principalmente sobre a população jovem, masculina, negra, de classe baixa que, ao serem encaminhadas para um sistema penitenciário

que não gera a reabilitação dos sujeitos, condena uma parcela da população à exclusão.

Contudo, se aliarmos esse contexto político à problematização dos Planos de Educação, é possível identificar alvos muito diretos de crítica e cerceamento de direitos: o gênero e as sexualidades. As pautas feministas que versam sobre a autonomia do corpo, a defesa dos direitos de casais homoafetivos, a propagação de perspectivas não normatizantes de condutas femininas e masculinas, entre inúmeros outros tópicos são combatidos a partir de argumentos que não se alinham a uma perspectiva laica de Estado.

No âmbito nacional, após algumas consultas populares realizadas através do site da Câmara, pesquisas essas que rejeitaram a definição de família centrada em uma compreensão heteronormativa, foi a provada em 2015 a PEC 6583/2013. A Proposta de Ementa Constitucional considera que família é o “Núcleo formado pela união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável”, perspectiva essa que versa sobre a exclusão das uniões homoafetivas e que entra em conflito com a Constituição Federal, documento pautado na a autonomia da organização familiar.

Entre os Projetos de Lei em tramitação que ganharam destaque da mídia, assim como trouxeram jovens mulheres às ruas no evento nomeado a Primavera Feminista, está a PL 5069, proposta pelo Deputado do PMDB do Rio de Janeiro, Eduardo Cunha. Essa PL tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem auxiliar ou orientar a gestante à prática de aborto, condenando profissionais de saúde que forneçam informações sobre práticas abortivas, e condenando as mulheres que realizam a prática duplamente: seja pela criminalmente pelo ato, como pela barreira de um acesso a informações seguras prezem por sua saúde.

No que diz respeito ao setor Educacional a PL 867/2015, destaca em seu artigo terceiro, que “São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes”. O Projeto, que circula na mídia e nos espaços políticos como “Escola sem Partido”, na atualidade já possui uma lista de grupos de pesquisa denunciados, inclusive de instituições públicas de ensino, que estariam ligadas às perspectivas políticas de esquerda ou dentro do campo dos estudos de gênero e sexualidades. Nesse sentido, é importante destacar que há, por parte do Projeto, uma crença em uma suposta neutralidade e que, considerando a pluralidade religiosa que compõe as salas de aula,

as especificidades de cada crença não poderiam ser abordadas, uma vez que poderia gerar a própria oposição de crenças.

Considerando especificidades referentes ao estado da Bahia, a Emenda no. 1/2015 estabeleceu uma proposta de reestruturação do texto original do Plano Estadual de Educação, documento que inicialmente versava sobre a diversidade de gênero e sexualidades, seja com referente da formação docente ou como elemento pedagógico a ser considerado na Educação Básica. A mesma propunha que a escola não poderia cercear o pátrio poder e que seriam prerrogativas familiares a abordagem de temas como gênero e sexualidades, e sua aprovação no documento educacional geraria uma “apologia a homossexualidade. Diante desse encaminhamento a Defensoria Pública apresentou uma nota técnica questionando a inconstitucionalidade da Ementa, que propunha também aspectos ligados ao criacionismo.

Como resultado das discussões políticas em torno dos Planos de Educação, no Plano Nacional foi excluída qualquer referência às discussões de gênero e sexualidades e no Plano Estadual da Bahia, após acordo entre deputadas e deputados favoráveis à permanência do debate, foi revista a redação original que assegurava a discussão desses temas diante de um texto que reconhece a diversidade, se propõe a combater a discriminação e a intolerância, mas não nomeia efetivamente o debate.

Qual diversidade importa nos Planos de Educação

Diante dessa conjuntura e considerando as discussões que pautaram a retirada de itens entre as metas do Plano Nacional de Educação, e geraram um texto conciliador no Plano Estadual da Bahia, é importante frisar que não são quaisquer diversidades que importam/pesam⁸. O problema está no rompimento de padrões normatizantes de feminino e masculino, na não aceitação no sexo biológico como determinante último de identificação dos sujeitos. Está também nas “sexualidades desviantes” que defendem a formação de outras organizações familiares e não asseguram a procriação humana em seus moldes bíblicos.

O discurso religioso que condena a defesa dessa perspectiva dentro do espaço escolar estabelece uma mescla entre o que seria gênero e sexualidade.

8 BUTLER, Judith, *Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*, Buenos Aires, Paidós, 2002.

Essas fronteiras são borradas em defesa de padrões normatizantes, ou seja, situados em uma lógica binária de compreensão do feminino e masculino.

Por outro lado, podemos observar outros movimentos como os estabelecidos por algumas cartilhas religiosas, divulgadas amplamente da internet e em igrejas em combate à “ideologia de gênero”. Esse material toma como base algumas premissas da própria discussão do campo, como a concepção de socialmente construído, ou ainda relação com a teoria *queer*, que versa sobre a instabilidade das identidades dentro dos binarismos, defendendo a não identificação no que seriam os sujeitos abjetos.

Se por um lado temos a defesa de perspectivas religiosas, por outro observamos os movimentos ligados à reformulação curricular e à formação de professoras e professores que, amparados por iniciativas governamentais e impulsionados por interesses dos movimentos sociais, ampliaram os debates sobre a diversidade de forma direcionada às escolas.

A conjuntura atual apresenta uma série de dilemas a serem administrados: se por um lado somos regidas/os por uma compreensão de família heteronormativa a Constituição reconhece a autonomia da estruturação familiar; se ao mesmo tempo temos um PNE que não discute gênero, os Parâmetros Curriculares reconhecer essa identidade, bem como o Plano Estadual não faz menção ao termo, mas combate à discriminação e intolerância.

Contudo, nem as leis, as reformulações dos materiais didáticos como as adequações propostas pelo PNLD – Plano Nacional do Livro Didático –, ou ainda a disponibilização de cursos pode regular de forma efetiva a prática das/dos educadoras/es e assegurar que esses temas sejam efetivamente trabalhados em sala de aula.

Considerações finais

Dentro desses embates, é importante identificar que o feminino e o masculino normativos também fazem parte das identidades de gênero defendida por esse campo de estudos, assim como toda a gama de identificação que está entre essa concepção binária. Há um exercício de inclusão do sujeito defendido pelo discurso religioso dentro da perspectiva de gênero que não é recíproco. As várias possibilidades de identificação quanto às sexualidades e os gêneros não são abarcadas pela perspectiva religiosa que se propõem a essa discussão, o que diretamente gera como produto educacional a exclusão.

Documentos produzidos pelo Fórum Nacional de Educação e Conferência Nacional de Educação, no que tange às metas do PNE, e mesmo a última versão do PEE-BA (não aprovada) versam sobre os temas de gênero e sexualidades, tratando-se de instâncias de discussão qualificadas dentro do campo educacional. Nesse sentido, é importante reconhecermos que os vetos, exclusões e reestruturações ocorridos nos Planos foram deliberados não a partir de um grupo dedicado aos estudos das necessidades educacionais, mas à Câmara e ao Senado, ancorados no que seriam crenças pessoais ou de grupos religiosos específicos.

Considerando que estamos tratando de políticas públicas, a constatação acima narrada nos remete ao debate de Chantal Mouffe. Não podemos chegar ao que seria um consenso, considerando as perspectivas divergentes, mas determinados posicionamentos retiram o direito de outros sujeitos. Nesse sentido, autora apresenta o que seria o campo do político, que traça inimigos e estabelece a defesa de ideais que asseguram posicionamentos particulares. Em contrapartida defende o que seria a política, que reconhece adversários dentro de um pluralismo democrático, mas que nesse exercício de deliberações preza por posicionamentos em que o direito do outro não é cerceado.

Políticas públicas, em uma concepção que mescla diferentes autoras e autores, são compreendidas enquanto sistemas que passam pela formulação, aplicação, avaliação considerando elementos políticos, midiáticos que as influenciam. Podem ser definidas enquanto ações que promovam transformações sociais, assim como a própria omissão diante de determinados temas pode ser considerada também uma política pública.

O que temos como produtos dessas relações de poder o cerceamento de discussões não pautadas na fundamentação de um Estado laico, situadas em uma conjuntura em que os arranjos políticos estão possibilitando a ascensão de pautas religiosas em detrimento de discussões qualificadas, próprias de um campo de conhecimento como a Educação.

Referências Bibliográficas

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil*. São Paulo: Moderna, 2006.

Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.al.ba.gov.br/>
Acesso em 05 de maio de 2016.

BUTLER, Judith, *Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*, Buenos Aires, Paidós, 2002.

Leis de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 20 de abril de 2016.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2003.

Ministério da Educação. Disponível em: <http://mec.gov.br/> Acesso em 15 de abril de 2016.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. *Política e Sociedade*. n. 3, outubro de 2003, p. 11-26

Parâmetros Curriculares Nacionais. *Ministério da Educação*, 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12640%3Aparametros-curriculares-nacionais1o-a-4o-series&catid=195%3Aseb-educacao-basica&Itemid=859 Acesso em: 24 de abril de 2016.

SILVA, Marcos Antônio; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n. 60, 2010. p. 13-33.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2009.

EDUCAÇÃO SUPERIOR SOB A ÓTICA DA EQUIDADE E TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO

Maria Carolina Lins Mendonça¹

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão²

Eliane Maria Araújo da Silva³.

Universidade Federal Rural de Pernambuco,
carolinalins96@gmail.com

Resumo: O presente artigo foi elaborado a partir dos resultados das análises e coleta de dados realizadas para a pesquisa do PIBIC/ Programa de Bolsa Institucional de Iniciação Científica da UFRPE/CNPq, em andamento, vinculado ao Núcleo de Pesquisa-Ação Mulher e Ciência (NPAMC). A pesquisa visa recuperar a trajetória das docentes em suas carreiras acadêmicas e profissionais na Universidade Federal Rural de Pernambuco, a partir de documentos, entrevistas e narrativas sobre o lugar das mulheres no desenvolvimento científico e tecnológico, sua inclusão nas políticas públicas e nos espaços de poder. O estudo comporta a adoção da abordagem qualitativa e o enfoque teórico de gênero, para a compreensão do seu objeto. A coleta e análise dos dados foram desenvolvidas por meio de eixos transversais: estudos de gênero e políticas de igualdade de oportunidades, mulheres na ciência e na universidade, gênero na educação superior. A proposta consiste em dialogar e interagir com a complexidade que envolve o conceito de transversalidade de gênero nas políticas públicas, especialmente de desenvolvimento científico e tecnológico. Destacam-se fortemente no discurso das docentes a construção

-
- 1 Graduada em Ciências Sociais, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Email: carolinalins96@gmail.com
 - 2 Doutora, docente Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Coordenadora da Pesquisa Mulher e Ciência. Email: mrfaleitao@gmail.com
 - 3 Mestranda em Extensão Rural e Desenvolvimento Local/POSMEEX na Universidade Federal Rural de Pernambuco. Email: elianearaujo80@yahoo.com.br

social do conceito de gênero e sua inferência direta na história de vida profissional destas mulheres. Os resultados desse trabalho objetiva em contribuir para a produção de conhecimento sobre o tema da equidade, relacionando o conceito de transversalidade de gênero, com os dados da pesquisa no que se refere a: composição do núcleo familiar, trajetória profissional dos familiares, uso do tempo, trajetória acadêmica e profissional da docente.

Palavras-chave: Equidade, Transversalidade de gênero, Educação superior.

Introdução

O NÚCLEO DE PESQUISA MULHER E CIÊNCIA (NPAMC) foi formalizado em 2013 a partir da consolidação das pesquisas fundamentadas no conceito de transversalidade de gênero nas políticas públicas, realizadas no Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade – GPDESO, CNPq/UFRPE⁴.

A formalização do NPAMC realizou-se concomitantemente com a aprovação do projeto de pesquisa executado em 2013 e 2014 com recursos federais oriundos da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), a partir de Edital, cujo objeto consiste em realizar estudos, eventos e elaboração de publicações sobre o tema “Mulher e Ciência” nos espaços de poder e decisão.

Neste sentido, unindo a experiência nos estudos da transversalidade de gênero nas políticas públicas do GPDESO e o projeto “Mulher e Ciência”, o NPAMC, atua com o objetivo de identificar as mulheres a partir de sua inserção nas salas de aula, nos postos de trabalho, ou em outros espaços de poder e de decisão, especialmente na UFRPE.

Algumas metas do Projeto Mulher e Ciência consistem em mapear e registrar memórias de mulheres que atuam em carreiras universitárias e debater em seminários os temas da pesquisa.

Como decorrência dessas metas, o NPAMC assumiu, junto a outras três instituições, a realização do 18º Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR). Rede da qual o GPDESO é membro a partir de suas linhas de pesquisa: Gênero e diversidade; Pesca e Políticas.

No recorte metodológico deste artigo, o objetivo geral consiste em analisar, a partir do diálogo entre os conceitos de transversalidade de gênero nas

4 www.gpdeso.com

políticas públicas, nas relações de poder e no trabalho, se a inserção das mulheres docentes da área de ciências sociais na UFRPE tem contribuído na ruptura de paradigmas relacionados a divisão sexual do trabalho e se colaboram no processo de construção de participação igualitária, plural e multirracial das mulheres, nesta instituição.

Os objetivos específicos do presente estudo são, portanto, além de realizar um mapeamento das mulheres docentes nos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais, atuantes na Pós-Graduação na UFRPE, resgatar suas trajetórias; verificar, a partir das entrevistas, de que modo as relações de gênero contribuem na estrutura e na percepção da produção do conhecimento científico; e identificar a inserção feminina na Universidade Federal Rural de Pernambuco sob a perspectiva da equidade, transversalidade de gênero e empoderamento das mulheres.

Metodologia

Os conceitos *gênero* e *transversalidade de gênero* são fundamentais nesta pesquisa, porque estão incluídos em nosso objetivo de pesquisa. Scott (1995) argumenta que o conceito de gênero foi criado para opor-se a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter fundamentalmente social:

[...] um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1995, p.14.)

Nesse sentido, compreendemos que o conceito de gênero trouxe à luz as desigualdades sociais e culturais geradas a partir das relações de poder. Dessa forma, o conceito nos fornece suporte para a compreensão das configurações regionais, local de nossa pesquisa, onde o patriarcalismo ainda está fortemente presente.

Bandeira (2005) afirma que:

Por transversalidade de gênero nas políticas públicas entende-se a ideia de elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das

assimetrias de gênero, nas e entre as distintas esferas do governo.
(BANDEIRA, 2005, p. 6)

O nosso percurso metodológico consiste na adoção da abordagem qualitativa e o enfoque teórico de gênero, para a compreensão do objeto de pesquisa. Para o estudo qualitativo foi elaborada uma entrevista semiestruturada na qual envolve dois tipos de conhecimentos complementares para o “mundo do conhecimento”. O conhecimento episódico que compreende o conhecimento que está ligado a circunstâncias concretas (tempo, espaço, pessoas, acontecimentos, situações), e o conhecimento semântico que é mais abstrato e generalizado e descontextualizado de situações e acontecimentos específicos (FLICK, 2002, p. 116).

O roteiro da entrevista semiestruturada organizou-se em blocos temáticos, congregando perguntas afins num mesmo bloco e numa sequência, de acordo com a finalidade das informações que pretendíamos coletar. A entrevista semiestruturada combina perguntas abertas e fechadas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada.

No instrumento de pesquisa indagou-se sobre a trajetória profissional dos familiares da entrevistada, sua trajetória profissional, memória intelectual, a utilização do tempo com as atividades profissionais e o trabalho doméstico, o uso do tempo livre, assim como foi estimulado a realização de comentários sobre algum tema que não foi contemplado na entrevista.

A entrevista como técnica de pesquisa possibilita informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e trata da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia (MINAYO 2009, p. 64-65). A análise e interpretação dos dados coletados, as mediações que vinculam o singular ao universal, o delineamento da relação do fenômeno em foco com a totalidade e a história possibilitarão a identificação das particularidades deste estudo.

O texto inclui entrevistas com sete docentes mulheres da área de Ciências Sociais da UFRPE. Para suporte as entrevistas e introdução ao tema, foram realizados levantamentos bibliográficos e reuniões periódicas do grupo de estudo, que continuarão até o final da pesquisa. Essas ações possibilitaram nos debruçarmos sobre publicações que dialogam com os conceitos de transversalidade de gênero, políticas públicas na área acadêmica, relações de poder, uso do tempo e metodologia participativa.

A sistematização dos dados acontece de acordo com os temas tratados no roteiro da entrevista, por meio do qual está sendo realizado um mapeamento com o intuito de apreender as estruturas de relevância e as ideias centrais que as docentes, sujeitos da pesquisa, tentam transmitir em suas narrativas.

A análise dos dados se dá também através de recursos iconográficos, como gráficos, tabelas e fotos que permitem a visualização e interpretação mais clara dos dados obtidos na literatura e estudos existentes, bem como auxiliam a delimitar mais precisamente os resultados do estudo.

Resultados e discussões

A partir das entrevistas realizadas, coletamos os dados que fundamentam nossa compreensão nos seguintes aspectos: o cotidiano das relações de trabalho, das atividades e dificuldades enfrentadas por estas mulheres numa perspectiva fundamentada na sociologia do trabalho e com recorte de gênero.

No início da pesquisa realizamos um quadro do quantitativo de docentes mulheres e homens para compreender a divisão sexual do trabalho na UFRPE. O Departamento de Ciências Sociais – DECISO apresenta 42% de mulheres em seu quadro de docentes. A Diretora é uma mulher e a Coordenação do Curso foi gerida por mulheres em quase toda sua trajetória, desde os anos de 1991 a 2016, apenas duas gestões não foram assumidas por mulheres.

QUADRO 1 - QUANTITATIVOS DE DOCENTES - DEPARTAMENTOS DA SEDE UFRPE.

DEPARTAMENTO	FEM	MASC	TOTAL	% Mulheres
Administração	14	13	27	52%
Agronomia	9	27	36	25%
Biologia	38	19	57	66%
Ciência. Florestal	18	5	23	78%
Ciências. Domésticas	20	1	21	95%
Ciências. Moleculares	3	11	14	21%
Ciências Sociais	11	15	26	42%
Educação	42	18	60	70%
Educ. Física	4	6	10	40%
Estatística e informática	11	13	24	46%
Física	1	17	18	5,5%
História	13	5	18	72%
DLCH/Economia	7	11	18	39%
DLCH/Letras	17	9	26	65%
Matemática	12	15	27	44%
Medicina veterinária	22	18	40	55%
Morfologia e fisiologia animal	12	17	29	41%
Pesca e aquicultura	3	15	18	17%
Química	12	8	20	60%
Tecnologia rural	17	36	53	32%
Totais	286	279	565	

Fonte: Site UFRPE – Acessado em: 21.08.2014

De acordo com o quadro 1, observamos que a realidade de ocupação desigual das mulheres segundo as áreas de trabalho, na UFRPE, corrobora com o diagnóstico realizado pelo SNIG/ Sistema Nacional de Informações de Gênero.

O SNIG faz parte do Programa de Estatísticas de Gênero no IBGE, o qual publicou, no ano passado, o livro “Estatísticas de Gênero – Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010”. Os dados do IBGE informam que as áreas gerais de formação nas quais as mulheres estão em maior proporção são: “Educação” com (83,0%) e “Humanidades e Artes” (74,2%).

Nas áreas de “Ciências Sociais, Negócios e Direito”, a proporção de mulheres se torna equivalente a dos homens.

QUADRO 2 – DOCENTES ENTREVISTADAS

DOCENTES	ÁREA	IDADE	FILHOS	GRADUAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
Docente 1	Ciências Sociais	64	Não	Ciências Sociais	Antropologia	Antropologia
Docente 2	Ciências Sociais	51	1	Ciências Sociais	Antropologia	Antropologia
Docente 3	Ciências Sociais	61	Não	Biblioteconomia	Antropologia	Antropologia
Docente 4	Ciências Sociais	47	2	Ciências Sociais	Antropologia	Antropologia
Docente 5	Ciências Sociais	34	1	Ciências Sociais	Sociologia	Sociologia
Docente 6	Ciências Sociais	42	Não	Psicologia	Filosofia	Filosofia
Docente 7	Ciências Sociais	67	3	Ciências Sociais	Sociologia	Sociologia

Fonte: NPAMC/ Quadro elaborado com dados da pesquisa

A partir da análise dos dados da pesquisa, até o momento destacamos no discurso das docentes a construção social do conceito de gênero e sua inferência direta na história de vida profissional das mulheres. Um conceito importante, no que se refere ao uso do tempo⁵. No tocante às atividades domésticas e a criação dos filhos, elas foram unânimes em responder que a responsabilidade do trabalho doméstico, devido a naturalização dos papéis sociais, ainda recai toda sobre as mulheres.

Alguns relatos são contundentes:

1. “[...] em casa eu tenho uma pessoa que me ajuda, mas, por exemplo, agora ela tá de férias, então isso significa que eu tenho que fazer todo o trabalho de casa, cozinhar, arrumar a casa, tá com ele (filho) e dar conta do trabalho também.” (Docente 5)
2. “[...] os homens costumam dispendir muito menos tempo (do que as mulheres) com os cuidados infantis, então há sempre uma concentração maior em atividades no trabalho, diferente das mulheres que precisam aprender a equilibrar a vida profissional e a vida pessoal.” (Docente 4)
3. “Eu sinto que os homens não têm essa preocupação, essa neurose nem com a arrumação de casa nem com a arrumação a si mesmo. Eles não pensam que causa um mal estar à mulher

5 O tempo para reprodução econômica envolve aquele destinado ao trabalho remunerado e o gasto com deslocamento para sua realização. O tempo para reprodução familiar e social incorpora, basicamente, as atividades de organização domiciliar, de lazer e de sono. (Dedecca, 2004).

ficar fazendo o dia inteiro faxina e ainda vir a universidade horrível, com cabelo despenteado, com as unhas para pintar, isso não faz parte do universo deles. Então eles não entendem essa problemática, e eles sempre tem alguém, na maioria das vezes uma mulher que vai lá e faz uma faxina pra eles. Então eu não conheço nenhum dos amigos homens, principalmente os solteiros, que diga que cuida da casa, que fazem sua própria faxina. Isso é inexistente.” (Docente 6)

4. *“Quando estou me dedicando a casa tenho que largar absolutamente a atividade profissional. Quando estou me dedicando a atividade profissional, como estou agora, completamente imersa, tenho que largar a casa. As duas coisas para mim não são compatíveis, e elas me enlouquecem. Eu não me sinto bem. Eu me sinto absolutamente escrava do sistema doméstico. Não tem outra palavra.” (Docente 6)*

As entrevistadas expressaram em suas narrativas a existência de diferenças, polaridades e assimetrias de gênero, presentes em atividades que definem o que é masculino e o que é feminino. A partir do relato das sete docentes, pudemos observar que todas elas admitiram que há sobrecarga no cotidiano das mulheres, pois além das atividades profissionais, elas são responsáveis pelo gerenciamento dos afazeres domésticos e pelo cuidado dos filhos.

Vários fatores se combinam para manter o caráter gendrado do trabalho: “a responsabilidade das mulheres pelo cuidado das crianças e das tarefas domésticas; a segregação vertical e horizontal de gênero da força de trabalho; as definições diferenciais de habilidades femininas e masculinas; a falta de reconhecimento das habilidades adquiridas fora do local de trabalho; a falta de reconhecimento das responsabilidades assumidas fora do local de trabalho; o baixo status do trabalho em tempo parcial; o reconhecimento positivo da racionalidade burocrática masculina; e a desvalorização das habilidades interpessoais tradicionalmente femininas. (BRABO, 2009, p. 25)

Sobre o uso diferenciado do tempo entre homens e mulheres, Dedecca afirma que:

Enquanto se observa que parte preponderante das mulheres realiza trabalho em afazeres domésticos, menos da metade dos homens destina seu tempo para essa forma de atividade. Sem dúvida, essa diferenciação já sugere uma menor responsabilidade do homem na organização familiar, cabendo relativamente mais às mulheres este tipo de ônus social. (DEDECCA, 2004, p. 43)

A literatura sobre o tema e os relatos das docentes nos conduz a outros questionamentos: Qual o valor social do trabalho doméstico? Quais os problemas que as mulheres enfrentam para administrar a atividade profissional com as atividades de Ensino/Pesquisa e Extensão e as atividades domésticas ainda predominantemente ao encargo das mulheres? Quais ações devem ser implementadas para conseguir a equidade nas relações de gênero, raça/etnia?

As visões naturalizadas sobre os comportamentos feminino e masculino promovem desigualdades e fomentam relações de poder, que prejudicam e atingem principalmente as mulheres. Segundo Auad,

Quando começamos a considerar as relações de gênero como socialmente construídas, percebemos que uma série de características consideradas “naturalmente” femininas ou masculinas corresponde às relações de poder. Essas relações vão ganhando a feição de “naturais” de tanto serem praticadas, contadas, repetidas e recontadas. Tais características são, na verdade, construídas, ao longo dos anos e dos séculos, segundo o modo como as relações entre o feminino e o masculino foram se engendrando socialmente. (AUAD, 2006, p. 19)

Os comportamentos e as práticas antes tidos como naturalmente femininos ou masculinos, justificados por explicações fundamentadas em diferenças biológicas, são trazidos para o debate público pelo movimento e pela teoria crítica feminista, que questiona, em diversos níveis sociais, tais como na esfera governamental e acadêmica, por exemplo, questões relacionadas às discriminações e desigualdades, denunciadas a partir da ótica da categoria analítica *gênero*.

Considerações finais

Os relatos obtidos nas entrevistas apontam que a categoria gênero possibilita expor que muitas diferenças entre homens e mulheres são socialmente construídas, mas estão tão naturalizadas e cristalizadas nas práticas e nos discursos da sociedade, que dificultam desvendar as relações de poder e desigualdades, socialmente construídas e historicamente reproduzidas pelos indivíduos.

É notório, nos relatos das docentes, a referência, ainda que indireta, à divisão sexual do trabalho, que diz respeito à histórica destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva (o provedor e a cuidadora do lar).

A inserção das mulheres no mercado de trabalho possibilitou o acirramento deste debate sobre entre esses dois mundos: público e privado. Neste processo de transição, ainda expressa a naturalização na responsabilização das mulheres com o doméstico o que resulta em duplo trabalho, ou seja, com o trabalho produtivo mercantil e com o trabalho doméstico, dos cuidados.

O estudo, em andamento, permitirá, ainda, a elaboração de outros textos, nos quais dialogarão com o conceito de transversalidade de gênero e com os dados da pesquisa, no que se refere à composição do núcleo familiar; trajetória profissional dos familiares; uso do tempo; trajetória acadêmica e profissional das docentes.

Referências bibliográficas

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. São Paulo: Contexto, 2006.

BRABO, T.S.A.M. 2009. **Gênero, educação e política: múltiplos olhares**. São Paulo, Icone/FAPESP.

COSTA, Maria da Conceição. Ainda Somos Poucas: Exclusão e Invisibilidade na Ciência. In **Cadernos Pagu** (27), julho-dezembro de 2006.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Mapeando Diferenças de Gênero no Ensino Superior da Universidade Federal de Sergipe**. Aracaju, Editora UFS, 2012.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Tempo, Trabalho e Gênero. In **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. Costa, Eleonora Menicucci de Oliveira, Maria Ednalva Bezerra de Lima, Vera Soares [Org.]. São Paulo: CUT Brasil, 2004, p. 21-52

FLICK, Uwe. Entrevista episódica. In: BAUER, Martin W & GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 2 ed. São Paulo: ARTMED, 2002.

HIRATA, Helena. Novas configurações da divisão Sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**. v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: **Uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS/CORPO, 1989.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres/ Presidência da República. Disponível em www.presidencia.gov.br/spmulheres.

CURRÍCULO E: POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E DEFICIÊNCIA

Maria da Anunciação Conceição Silva
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
marconcição@uneb.br

Resumo:

Este artigo configura-se a partir da compreensão do currículo como elemento de diálogo e intersecção a importância do currículo desenvolvido em duas escolas públicas municipais de educação inclusiva do ensino fundamental de Salvador–Bahia. Cujo objetivo era desenvolver atividades pedagógicas integradas de inclusão com diferentes atores da escola, (gestores, professores e os educandos com e sem deficiência) interseccionando questões de deficiência, gênero e raça. Este desejo nasceu a partir da compreensão de que incluir requer quebrar conceitos e preconceitos de todos e com todos. A metodologia baseou-se em oficinas mediados por estudo dirigido, debates, ações, intervenções e participações em espaços públicos, com os docentes e gestores duas vezes por semana, com duração de quatro horas, no mesmo turno das aulas, em igual período, com os educandos eram desenvolvido os conteúdos curriculares interseccionando as questões de gênero, raça e deficiência com metodologia de arte-educação. As atividades foram desenvolvidas durante o período correspondentes há dois bimestres escolares.

Palavras – Chaves: Gênero, Currículo e Deficiência

Utilizando o currículo na mediação das categorias gênero e raça

É recorrente a aplicação do substantivo inclusão de forma genérica, como ato ou efeito de incluir, com conotações na matemática e nas ciências naturais, como técnica microscópica. Na política educacional, está associado a juízo do direito de todos à participação social. Em alguns momentos contraditórios, pois, vivenciamos uma educação que fomenta a exclusão, ainda que, nos seus discursos legais advogue pela inclusão.

A história da educação brasileira foi originalmente monocultural, o discurso de uma educação para todos é recente, e sua prática ainda embrionária com severas imperfeições marcada por ações centradas muito mais nos discursos que em práticas efetivamente transformadoras. Arroyo (1997:13) assevera que da indústria da exclusão educacional, é comum tanto na rede particular quanto da rede pública de ensino, ambas intrinsecamente geradas e mantidas para reforçar a estrutura social desigual e excludente que temos. “A cultura da exclusão está materializada na organização e na estrutura do sistema escolar. Ele está estruturado para excluir”.

A inclusão de pessoas com deficiência, na educação formal, tem sido objeto de estudo em diferentes esferas e de mudanças na política educacional brasileira. A década de 80 e início dos anos de 1990 podem ser considerados marcos referencial para o início das mudanças acerca dos direitos legais das pessoas com deficiência. Durante este período, representantes da sociedade civil e dos movimentos das pessoas com deficiência, organizaram-se em torno da garantia dos direitos conquistados, reivindicando seu cumprimento com vista a fortalecer as garantias de igualdade nas condições de acesso e permanência na educação formal. Entretanto, as pessoas com deficiência permanecem ausentes dos materiais didáticos e das práticas pedagógicas das escolas.

Embora o Estado brasileiro disponha, de um conjunto significativo de Leis, decretos e acordos nacionais e internacionais que garantem o acesso e a permanência exitosa das pessoas com deficiência nas diferentes modalidades de ensino da rede pública. Ademais, as convenções e tratados internacionais, dos quais o Brasil é signatário, reafirma à igualdade de direito e a proibição de discriminação em virtude de raça, religião, sexo e deficiência. A efetivação desses direitos permite, para além das políticas e organização do ensino, a integração entre a educação regular e a especial e a exclusão das diferentes formas ou modalidade de segregação nos serviços de ensino comum ao sistema de educação especial.

Nas últimas décadas, o combate às desigualdades, tem se fortalecido na tentativa de burlar as normas da incoerência e sinalizar que as semelhanças, assim como as diferenças, podem ser consideradas como pontos comuns entre os sujeitos. Anunciar no currículo escolar a existência de diferenças é o passo inicial para a inclusão. Neste sentido os parâmetros curriculares sinalizam que: “A fim de propiciar ao aluno melhores condições de aprendizagem, essas alterações devem ser implementadas levando em conta as necessidades do aluno.” E favorecer à aprendizagem quer seja por meio de modificações ou utilização de recursos metodológicos específicos, materiais e técnicas de aprendizagem que possibilitem o desenvolvimento do currículo regular.

Quem vê a educação como processo construtor de humanização que articula valores, princípios e crenças compreende que o silenciamento desses fatores no currículo, como estratégias de negação a diversidade e fortalecimento das desigualdades. É sem dúvida, uma teia complexa onde o tecido social dilata-se com as constantes aproximações e distanciamentos com semelhanças e diferenças, avanços e recuos, na tentativa de enfraquecer, excluir e impossibilitar mudanças estruturantes no contexto da escola, a exemplo da acessibilidade física (rampas, elevadores e barras) e pedagógica (livros em braile, interprete de libras em turmas inclusivas, impressoras de braile, (...)) que possibilite as pessoas com deficiência serem e estarem de fato presente na escola. Um movimento que impõe aos educandos e educadores, de forma coercitiva, situações de silenciamento das ações, isolamento e solidão que geram sentimentos de impotência, inferioridade e culpa.

Daí a relevância do currículo escolar que interseccione as questões de deficiência, gênero e raça ser fundamental para que os sujeitos da aprendizagem e a comunidade escolar construam e reconheçam o acesso e a permanência de todos na educação. Mello adverte que a escola sozinha é insuficiente para promover uma mudança na realidade social existente ou para o saneamento dos problemas da aprendizagem que têm as mais diversas raízes. Implica reconhecer que este movimento em prol do respeito e valorização a diversidade potencialize discussões, se fortaleça e inove procedimentos didático-pedagógicos. Na escola, o currículo apresenta-se, portanto, como um dos caminhos para compreender a trama complexa que envolve a tríade exercício dos direitos, diversidade e educação, constituindo-se meio para o enfrentamento dos problemas que afetam a vida de todos os sujeitos vinculados à escola. Ciente que:

A diversidade na educação é ambivalência, porque há desafios a satisfazer. Realidade com a qual devemos contar e problema para o

qual há respostas contrapostas. É uma chamada a respeitar a condição da realidade humana e da cultura, forma parte de um programa defendido pela perspectiva democrática, é uma pretensão das políticas de inclusão social e se opõe ao domínio das totalidades únicas dos pensamentos modernos e se manifesta no campo educacional. (Sacristán, 2001:87).

Neste cenário fixar-se a valorização do currículo oculto, de forma interdisciplinar como elo de interlocução entre as diferentes áreas do conhecimento para adentrar na escola temas relevantes como gênero, raça e deficiência. Neste caso, o uso de metodologias interdisciplinar amplia habilidades e competências que beneficiam a articulação do pensamento, crítico e reflexivo. Permite que os docentes e os sujeitos da aprendizagem percebam e modifiquem teias invisíveis, frente ao processo de comunicação global que exclui alguns grupos em detrimento de outros.

Na educação, cujos currículos e os processos educativos estão “empapados” (Freire, 2003) os sujeitos-chaves, vivenciam uma política educacional universalista, em detrimento de questões específicas e significativas à sua realidade. A inclusão escolar não consiste apenas em matricular o aluno em uma escola regular, é preciso que a escola assuma as implicações políticas e pedagógicas acerca da funcionalidade da inclusão, pois, somente assim, as pessoas com deficiência serão reconhecidas e respeitadas no processo de inclusão escolar. O currículo inclusivo é aquele em que todos e todas se identificam, são partes integrantes e representativas, que de uma forma ou de outra dá e recebe contribuições, para o processo educativo. À medida que o currículo não potencializa, valoriza e enfoca práticas docentes verdadeiramente inclusivas, está forjando uma realidade. Afinal, as crianças sabem que existem negros e brancos, homens e mulheres, de igual modo sabem que há pessoas cadeirantes, surdas, e com tantas outras deficiências físicas, mentais e/ou sensoriais.

Trazer para cena do cotidiano escolar imagens e práticas de pessoas com deficiência é parte indissociável do processo de inclusão. Pois, a inclusão como prevê a legislação atual se dá em todos os níveis e em todos os processos pedagógicos, sem nenhuma forma de sobreposição de intelectual, de gênero, classe ou raça. Embora saibamos que ao interseccionar algumas das dimensões acima a questão da deficiência, essas contribuem para excluir ainda mais. O discurso da inclusão para de fato ser materializar é necessário potencializar a existência da pessoas com deficiência ciente que como qualquer outro sujeito estes tem

suas limitações físicas, mentais e/ou sensoriais. A relevância do currículo inclusivo está em estabelecer e fortalecer a existência das pessoas com deficiência legitimando-as na ótica da normalidade e do respeito entre todos e todas.

Nas últimas décadas, novos paradigmas sociais impõem à necessidade urgente da educação de meninos e meninas, homens e mulheres notadamente, negros e negras, romper com a linearidade de pensamento em relação às práticas e posturas pedagógicas excludentes. É necessário apropriar-se de um “O conceito de gênero que pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são ‘trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico’” Lauro (1998:23). É fundamental que a escola desenvolva um conceito de gênero que respeite as diferenças e que não enquadre homens e mulheres dentro de um padrão ortodoxo cristão que nega as diferenças e fortalece as desigualdades de gênero. Nodatamente, das mulheres, pois a pseudo unidade entre os sexos, contribui para a exclusão tornando a escola como um espaço de fixação marcas e ideias hegemônicas. Autores da psicologia da educação como Palacios (2005) defendem que a socialização da criança ocorre por meio de três processos: mentais, afetivos e os processos e condutas de socialização. Para o autor, o processo de socialização implica aprender a evitar as condutas consideradas socialmente indesejáveis e a aquisição de determinadas habilidades sociais. A criança, de acordo com essa concepção, aprende o que julga correto em seu meio e o que considera incorreto.

Cabe lembrar que Gênero é uma construção social e cultural, responsável por definir diferenças entre homens e mulheres com e sem deficiência. Esses valores são modificados de uma geração para outra com bases em interesses, crenças e valores de determinados grupos ou classes social. Logo podemos afirmar que a escola tem papel *sine qua non* no processo de construção e desconstrução de conceitos. As relações de gênero sofrem influências da família, da escola e da sociedade é uma construção realizada e reforçada, ao longo da vida principalmente, nos espaços sociais, como a igreja, a família e a escola. Louro (1998:81), afirma que “[a] sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se ‘despir’”.

Com efeito, os valores sociais, morais e as regras sociais variam de acordo com o tempo, o espaço, os interesses, o nível de conhecimento e a liberdade de questionamento dessa sociedade. As relações e as desigualdades entre os gêneros e as escolhas sexuais homo e hetro afetivas, presentes na escola em alguns

momentos são reforçadas por meio das práticas pedagógicas e dos currículos escolares na forma como essas questões são discutida, analisadas e debatidas. Em nossa sociedade, gênero refere-se aos papéis sociais diferenciados para mulheres e homens.

Para Piaget, os indivíduos desenvolvem sistemas conceituais que lhes permitem compreender e transformar a si e ao ambiente. Processos que ocorrem a partir das suas interações com o meio aonde as crianças vão desenvolvendo suas próprias crenças. A escola, nesse sentido, é, juntamente com a família, a instituição social que maiores repercussões têm na formação moral e social das crianças. Influi em todos os aspectos relativos aos processos de socialização e individualização das crianças, a exemplo do desenvolvimento das relações afetivas, da identidade sexual, as habilidades de participar das relações sociais, destreza nas competências comunicativas, relacionais e condutas sociais.

As relações de Gênero decorrem de um processo de representação não em oposição, mas em complementaridade e articulação com outras categorias, culturais, sociais, políticos, religiosos. Neste sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), trás para o centro da discussão o papel da educação no processo construção de uma educação ante-sexista. Relações recorrentes na sociedade e no ambiente escolar. Uma vez, que a escola historicamente reflete, constrói e reproduz comportamentos, práticas e ações conservadoras e sexistas presentes na sociedade. Com isto, vem assumindo posturas de exclusão, intolerância, preconceito e discriminação.

Cabe ao interseccionar questões de raça gênero as pessoas com deficiência sofrem no processo de exclusões de forma mais perversa e serva. Logo, a escola ao desenvolver um trabalho de inclusão escolar faz-se necessário trazer a cena ações que contribuam para transgredir e promover mudanças que contribuam para a redução das desigualdades, acerca das relações entre os sujeitos no processo de escolarização nos diferentes níveis de ensino.

É necessário pensar a cultura escolar como instrumento de simbólico para mediar falas, diálogos, provocações e reflexões associando os conteúdos pedagógicos à realidade social. O uso de letras de música, filmes, trechos de novelas, construção de oficinas sobre gênero e deficiência são metodologias que exigem os (as) educadores (as) estejam atentos (as) aos educandos (as) como sujeito ativo onde as diferenças sejam respeitadas a partir da vivência e da singularidade de cada um (menino e menina, homens e mulheres com ou sem deficiência). Essa construção de identidade é complexa, com inconsistências, conflitos, contradições e arranjos mediados por fatores biopsico - sociocultural.

Em que o sujeito desenvolve uma compreensão de si e da sua identidade racial enraizado de múltiplas relações socioculturais.

As estratégias metodológicas por si só, não são suficientes para solucionar as desigualdades raciais. Contudo, ao conjugarmos nas metodologias de ensino e o resgate identitário no processo educativo, constrói-se um terreno fértil para desenvolver trabalhos que valorizem e respeite a diversidade. Propondo através das metodologias, rituais e práticas pedagógicas, a abertura para o diálogo crítico do sentido de entender o espaço da escola como espaço de representações das culturas.

É neste cenário que o currículo escolar ganha centralidade, é através dele, que se constitui a identidade da escola dos sujeitos envolvidos com o processo educativo. Há de se pensar o currículo em sentido amplo, na perspectiva de Barros, o currículo escolar abrange todas as experiências escolares. São todas as experiências dos alunos, que são aceitas pela escola como responsabilidade própria. São todas as atividades através das quais o aluno aprende.

entrelinhas sem referências bibliográficas, tabelas, gráficos ou destaques de qualquer natureza. Adicionar entre três e cinco palavras-chave que devem ser escritas na linha seguinte, separadas entre si por vírgula e finalizadas por ponto. Deixar 1 linha em branco. Inserir “Quebra de seção contínua”.

O Artigo deverá conter Introdução (justificativa implícita e objetivos), Metodologia, Resultados e Discussão (podendo inserir tabelas, gráficos ou figuras), Conclusões e Referências Bibliográficas (As citações das referências no texto devem seguir as normas de ABNT).

Em sentido restrito currículo escolar é o conjunto de matérias a serem ministradas em determinado curso ou grau de ensino. Neste sentido, o currículo abrange dois outros conceitos importantes: o de plano de estudos e o de programa de ensino. Plano de estudos é a lista de matérias que devem ser ensinadas em cada grau ou ano escolares, com indicação do tempo de cada uma, expressa geralmente em horas e semanas. Programa de ensino é a “relação dos conteúdos correspondentes a cada matéria do plano de estudos, em geral, e em cada ano ou grau, com indicação dos objetivos, dos rendimentos desejados e das atividades sugeridas ao professor para melhor desenvolvimento do programa.”.

Pensar o currículo como plano de estudo e programa de ensino é assumir um retrocesso pedagógico e alimentar uma educação conteudista que gestou ao longo de décadas a exclusão educacional brasileira. Adverte-nos César Coll, que “as atividades educativas escolares correspondem à ideia de que existem

certos aspectos do crescimento pessoal, considerados importantes no âmbito da cultura do grupo, que não poderão ser realizados satisfatoriamente ou que não ocorrerão de forma alguma, a menos que seja fornecida uma ajuda específica, que sejam exercidas atividades de ensino especialmente pensadas para esse fim. São atividades que correspondem a uma finalidade e são executadas de acordo com um plano de ação determinado, isto é, estão a serviço de um projeto educacional. A primeira função do currículo é a de explicitar o projeto - as intenções e o plano de ação - que preside as atividades educativas escolares. Enquanto projeto, o currículo é um guia para os encarregados de seu desenvolvimento,

Lopes (1995) lembra que a escola, enquanto instituição de educação sistemática e intencional foi desde sua criação um espaço planejado para imprimir um padrão social dominante. Esta dominação é produzida através de diferentes formas e/ou estratégias. Pensar a escola, de acordo com esse ponto de vista, é refletir sobre os seus atores e o tecido social que os constitui, suas diferenças, valores e crenças. Pierre Bordieu (1973:127) assevera que “toda ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica enquanto uma posição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural.” As relações de poder no espaço escolar coexistem para delimitar territórios, formas de segregações explícitas, veladas, sutis e até dissimuladas, vindo à contramão da visão otimista da escola enquanto um espaço social, democrático e emancipado.”

No campo da Sociologia da Educação, a literatura aponta para a necessidade de se estudar a socialização na escola. Vincent, (2001) assumem que há um modo escolar de socialização. As experiências vivenciadas durante os anos de escola, que produzem o conhecimento social da criança, afetam seus modos de compreensão, sua pertença, as características e impressões em relação aos outros e ao mundo. Instaura-se neste bojo possibilidades para que o currículo possa desconstruir conceitos, preconceitos, processos de submissão, discriminação, passividade dentre outros valores.

A criança, de acordo com Corsaro, (2005), por ser sujeito de uma cultura geracional “possui formas de pensar, de dizer e de fazer diferentes das dos sujeitos adultos”. Isto não significa negar a influência da cultura adulta junto às crianças. Com efeito, depois da família, a escola é, para a maioria das crianças, o espaço onde aprendem a falar e escrever corretamente, a expressar atitudes e questionamentos, o principal espaço convencionado de acesso aos conhecimentos universais e sistematizados.

A escola sem dúvidas é o lugar das diferenças! Que vai lhes proporcionar condições para desenvolverem-se e tornarem-se cidadãos e cidadãs, indivíduos com identidade social e cultural. Isto requer possibilidades de compreender, entender, para ser possível expressar, (re) significar e conviver no mundo e com as diferenças. Daí a importância do currículo ser a totalidade das experiências de aprendizagem planejadas e patrocinadas pela escola de forma contextualizada.

Nos últimos anos, com a implementação da Lei 10.639 e de alguma políticas afirmativas, a escola avançou na discussão de temas sobre a população negra. Porém ainda temos muito que avançar. E para iniciar o processo de sensibilização com vistas a eliminar toda fonte de preconceito e de discriminação, caracterizando-se por toda a ordem de violência física, psicológica e simbólica. É fundamental que educando e educadores tenham em mente que o preconceito racial se sustenta na ideologia do racismo e tende a não considerar fatos e evidências que contestem suas afirmações, sobretudo se no contexto onde elas acontecem inexistem opiniões divergentes, que possibilitem a reavaliação destas posições.

O preconceito racial induz a discriminação racial que se manifesta através de atitudes, a qualidade da ação com relação ao outro: gestos, olhares, formas de tratamento, expressões, brincadeiras podem adquirir um conteúdo discriminatório. Por conta disto o preconceito racial pode ser reproduzido socialmente, portanto passível de ser “ensinado” no cotidiano das nossas relações. Se não sofrer qualquer crítica será massificada, eternizando-se em modelo de pensamento.

Com efeito, ninguém assume tranquilamente que seja preconceituoso! Algumas pessoas citam usualmente, expressões produzidas com sentimento racista, sem a consciência disto, sobre o argumento que estamos acostumados (as) a ouvi-las. Fato que nos inibiu ao longo da vida contestar tais formas de pensamento, daí ele acomodar-se em uma “zona de conforto”, de naturalidade. Fatos as crianças, que estão em processo de aprendizagem.

Ao imprimir as desigualdades de gênero, raça e deficiência são demarcados lugar, atitudes e papéis a serem assumidos por homens e mulheres na sociedade é desta forma, que a escola excludente hegemônica tenta construir nossas identidades. Conceber um currículo que promova escola, o respeito às diferenças é advogar por uma sociedade participativa em que todos e todas tem voz, vez e direitos. Ponta pé inicial para reduzir as desigualdades presente na sociedade que são cotidianamente reproduzidas e fortalecidas pela escola, através das suas praticas pedagógicas, materiais didáticos e das relações que esta estabelece socialmente. É impossível pensar a quebra desses paradigmas sem romper com linearidade de pensamento e de superação das desigualdades.

Escola: elo de interlocução das diferenças

Os enigmas e provocações a cerca da diversidade gênero, raça e deficiência no campo educacional tem sido objeto de estudiosos da temática. Melo (2004:123-124), destaca que, na modernidade, a diversidade foi abordada de duas formas: “buscando assimilar tudo que é diferente ao considerado padrão, ou “segregando” as categorias consideradas como fora da “normalidade” dominante.” As questões de gênero, raça e deficiência sempre foram apresentadas no currículo a partir do padrão dominante que segrega, exclui e conseqüentemente, as colocam, quando não as ignoram, em condição de subalternidade, fora da “normalidade” socialmente posta.

A educação e o currículo refletem campos de tensões, interesses ideológicos, políticos e valores emblemáticos que alimentaram a exclusão educacional brasileira. Como ato político, não há postura neutra por nenhuma das partes envolvidas no processo educativo, por isso, é fundamental respeitar as diferenças reforçar as identidades tornando a escola um espaço de configuração e construção das identidades. Onde currículo deve manifestar-se como interlocutor do direito a diversidade, sinalizador da interlocução pode desconstruir preconceitos e acumular reflexões e conhecimentos sobre enigmas e desafios fundamentais a construção, transformação e o exercício de práticas pedagógicas modificadoras do contexto da escolar.

Neste sentido, Freire (2001), ao sinalizar a importância da imersão dos educandos (as) em seu contexto social como caminho possível para a aprendizagem significativa faz, dentre outras coisas, referencia a valorização da diversidade. Uma vez que, o objetivo desta imersão é provocar a construção do pensamento crítico e reflexivo, em que o sujeito-aluno se apropria de significados reais e concretos sobre sua atuação enquanto sujeito do processo educativo. Elemento imprescindível, pois, no contexto escolar a escassez de acesso aos direitos fundamentais impõe renúncias, silencia vozes e fortalece a concentração de bens simbólicos em determinado grupos.

Conclusão

Com efeito, a inclusão de forma crítica e valorativa das questões de gênero, raça e deficiência no currículo quer seja por meio de adaptações ou ajustamentos nos conteúdos utilizando metodologias interdisciplinares de arte-educação, com vistas a aprendizagem significativa, requer uma quebra de paradigma.

Requer, provocar novas compreensões sobre a escola. “ver a Educação, a Pedagogia e o Currículo como campos de luta e conflito simbólico, como arenas contestadas na busca da imposição de significados e da hegemonia cultural” Silva (1993:122). Sem dúvidas, uma proposta para revolucionar corações e mentes, voltadas para a mudança, e não apenas instrução, meramente gestora ou transmissora de conhecimentos. Um artifício educativo a ser compartilhado por aqueles que acreditam na diferença como direito humano, que reconhecem a escola pública eminentemente marcada pelas diferenças e pela exclusão.

Para modificar o contexto de exclusão e negação das diferenças presente na educação, é fundamental apropriarem-se do conceito de currículo como atividade sistêmica e dinâmica que envolve os diferentes sujeitos do processo educativo. Neste sentido é forçoso pensar no diálogo entre currículo e gestão escolar, como propõe Souza 2011, compreendendo que “A gestão educacional passa pela democratização da escola sob dois aspectos: a) interno – que contempla os processos administrativos, a participação da comunidade escolar nos projetos pedagógicos; b) externo – ligado à função social da escola, na forma como produz, divulga e socializa o conhecimento.”.

Desta forma, o entendimento sobre o fazer pedagógico, incorpora o ideário de práticas educativas emancipadoras, sistêmica e dinâmica. Onde o discurso da democracia racial, cede espaço para o exercício dos direitos, potencializa as possibilidades e competências dos estudantes negros (as), que passam a se perceberem como sujeitos da aprendizagem com cultura, identidade e valores presentes no contexto da escola. Desta forma, além de atender o que preconiza a Lei 10,639, permitirá aos discentes e docente, dirimir imprecisões históricas e assimilar a função do currículo como parte indissociável do contexto da escola. Todavia, é necessário atentar como assevera Lino, (2003) “Mas se a ênfase na discussão da cultura no campo educacional se restringir ao simples elogio às diferenças ou ficar reduzida aos estudos do campo do currículo e da cultura escolar, corremos o risco de não explorar toda a riqueza que tal inflexão pode nos trazer”. As adaptações nos conteúdos e práticas pedagógicos devem resgatar de forma crítica a identidade e a pertença no cotidiano da escola sem gerar estranhamento ou vulgarização. Pois, sabemos que o estranhamento causado pela diferença, no fundo, revela formas sutis e veladas de preconceitos que vem ao longo dos anos fortalecendo as desigualdades e a exclusão desse seguimento populacional.

Referencias

ALENCAR, Chico. Educação no Brasil: um breve olhar sobre nosso lugar. In: **Educar na esperança em tempos de desencanto**. Chico Alencar; Pablo Gentili (org).

Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Juventude apenas uma palavra. In.: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Menos Zero, 1983.

DICK Hilário. **Gritos Silenciados, mas Evidentes**: Jovens construindo juventude na história. Dissertação de Doutorado em Educação, USP, 2000. São Paulo: Loyola, 2002

FERNANDES, Rubens Cezar; PIQUET, Antonio Carlos. O que é o Terceiro Setor?. In.: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). **3º setor**: desenvolvimento social sustentado. São Paulo: Gife. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. Múltiplas Identidades das ONGs. In.: ONGs e Universidade: desafios para uma cooperação na América Latina. São Paulo. **Cadernos ABONG**. Petrópolis, 2002.

GROPPO, Luiz Antônio. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000. (Coleção Enfoques Sociológicos).

GOMES, **Nilma Lino**. **Cultura negra e educação**. Revista Brasileira de. **Educação** n. 23, 2003.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tadeu Tomas da Silva; Guacimara Lopes Louro. 5. ed. Rio de Janeiro: DP& A, 2002.

LANDIM, Líliah. Múltiplas Identidades das ONGs. In: ONGs e Universidade desafios para uma cooperação na América Latina. São Paulo. **Cadernos ABONG**. Petrópolis, 2002.

MELLO. Guiomar Namó de. **Educação escolar brasileira**: O que trouxemos do Século XX? Porto Alegre: Artmed, 2004.

A IMPORTÂNCIA DO PIBID NA FORMAÇÃO DOCENTE

Maria Imaculada Silva de Almeida
maria.i.s.almeida@hotmail.com

Maria Clara Arraes Peixoto Rocha
Universidade Regional do Cariri – URCA
mariaclararochaa@outlook.com

Historicamente, as práticas educacionais no Brasil, de diversos modos, legitimaram a opressão que as mulheres sofrem. A educação brasileira foi moldada num conjunto de ideologias que certifica a opressão e exploração. E a escola se compôs de ferramentas para validar práticas e discursos de opressão. O machismo não surgiu na estrutura capitalista, porém esse sistema utiliza da opressão para explorar as trabalhadoras. Nesse sentido, a emancipação da mulher só se dará num outro sistema político-econômico-social. Este trabalho apresenta como perspectiva a discussão acerca da educação como instrumento capaz de contribuir na transformação da sociedade. Trata-se de visualizar a escola como espaço de debate e combate a opressão e exploração, a começar do conteúdo histórico no ensino médio. A ideia deste artigo surgiu da experiência no terceiro ano do ensino médio, na Escola José Alves de Figueiredo, sediada na cidade de Crato – Ceará, durante a realização de atividades do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, Subprojeto História. Discutimos a temática Família e seu papel no período de Getúlio Vargas, trazendo essa discussão para o campo atual, e compreendendo as atribuições dadas às mulheres. O estudo analisou o planejamento e o desenvolvimento da aula na qual se discutiu a temática. A metodologia de base qualitativa se caracteriza como um relato de caso, fazendo um estudo descritivo-analítico. Resulta do estudo, como mínimo, a presunção de que a experiência revela que o ensino pode se constituir como um meio para trabalhar temáticas que trazem outras maneiras de compreensão de mundo.

Palavras-chave: Família, Mulher, Ensino de História.

Introdução

Historicamente no Brasil, há desigualdades entre os gêneros, marginalizando o que se encontra como feminino, firmando relações desiguais. Homens e mulheres são diferentes biologicamente, não justificando nenhum tratamento desigual ou forma de opressão.

A opressão que subjuga as mulheres vem muito antes do sistema capitalista, se desenvolveu no surgimento da propriedade privada. O acúmulo da propriedade em diversas sociedades se dará em épocas diferentes, mas se molda a partir da dominação masculina sobre a acumulação de riqueza e a instituição da família monogâmica, tornando as mulheres propriedades dos homens e retirando-as dos espaços da sociedade que outrora participara agudamente.

Se antes se tinha as atividades domésticas como trabalho e garantia a autonomia dessas mulheres, nesse novo modelo de sociedade dividida em classes, torna essa prática como legitimadora da opressão do feminino. Passando a enxergar as atividades femininas como insignificantes frente ao trabalho masculino que se dava num contexto diretamente social, como a atividade da pesca, comércio e agricultura.

O sistema capitalista irá se apropriar dessa opressão tomando-a para seu uso de forma que a partir desta sujeitará as trabalhadoras, intensificando a exploração ainda mais. Essa estrutura integra a produção feminina fora do lar, somando-se ao trabalho doméstico, ainda dever da mulher e não sendo remunerada para essa forma de atividade, sobrecarregando-a. Além disso, o próprio sistema do capital tem justificado os salários menores para as mulheres, mesmo esta realizando as mesmas atividades que as dos homens.

Para a mulher em grande parte da história do Brasil foi negado seu direito de frequentar a educação sistematizada, mas quando houve oportunidade do acesso ao ensino, esse tinha caráter de separação por gênero, dispondo para as mulheres apenas a aprender os afazeres do lar. Negando outras formas de aprendizagens, em que os homens tinham contato.

Foi em 19 de Abril de 1879, que as primeiras mulheres adentraram no ensino superior, no Brasil. E mesmo assim, o contexto social da época desaprovava a decisão das moças que optavam por ter acesso a qualquer âmbito que não fosse o doméstico. A pressão sofrida pelas mulheres que desejavam um estilo de vida considerado incomum para o século XIX, explica-se, na associação interpretada pela maioria acerca da excelência masculina diante do gênero feminino.

Esse obstáculo imposto para mulheres refletiu na repercussão do mercado de trabalho, e em 1880, quando se formaram as primeiras mulheres do curso de Direito, estas encontraram resistências para exercer funções jurídicas. Em 1887, a primeira a receber o grau de médica, no Brasil, foi Rita Lobato Velho Lopes e também foi muitas vezes ridicularizada por querer exercer a profissão. Na realidade, a mulher começa, tardiamente, a frequentar as faculdades e os cargos de chefia, que ainda era prevalecido por homens.

No Brasil, a escola foi se moldando enquanto espaço para legitimar a opressão que sofrem as mulheres, porquanto o grupo que pensou essa forma de educação utilizou desta instituição para propagar seu poder. Tornando o espaço escolar um ambiente que propague ideias que oprimem. No entanto, foi possível perceber que a escola pode se firmar enquanto ambiente para desnaturalizar as relações. Neste sentido, compreendemos que o ensino de história pode integrar a discussão a partir de uma perspectiva de mudanças.

A ideia de desenvolver este trabalho surgiu a partir de uma experiência em sala de aula, em que se discutiram os lugares e os papéis destinados à mulher. Nessa leitura, se levou em consideração toda a estrutura social, política e econômica capitalista que enlaça o machismo e a roupagem peculiar que esta estrutura confere a esta opressão.

Essa pesquisa propôs-se a ver a escola como mecanismo de se trabalhar a opressão de gênero, como também apontar que o sistema vigente é incapaz de libertar as mulheres. Colocando a importância de se pensar outro modelo de relações sociais, econômicas e políticas.

Esse trabalho teve como perspectiva a discussão acerca da educação como instrumento de refletividade e de contribuição na transformação da sociedade, mais especificamente o debate sobre Família e Mulher. Ademais, enxergando a escola como espaço de debate e combate a opressão e exploração, com base no trâmite do ensino de História no ensino médio. Esse artigo partiu da experiência no terceiro ano do ensino médio, na Escola José Alves de Figueiredo, sediada no município de Crato – Ceará, durante a realização das atividades do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, Subprojeto História da Universidade Regional do Cariri – URCA. No transcorrer da prática pedagógica, discutimos a temática Família e Mulher no “período varguista” e o lugar dessas controvérsias no âmbito da sociedade atual.

Metodologia

A metodologia de base qualitativa é o amparo técnico-teórico que abaliza este relato de caso, compreendendo, sob este ponto de vista, o que definimos como um estudo descritivo-analítico.

Tomando como referência a *óptica* marxista de compreensão de mundo, este trabalho se desenvolve a luz dessa perspectiva. Trata-se de leituras acerca da desnaturalização do lugar da mulher e, mesmo, do sistema capitalista como algo inato ao ser humano, a começar da recuperação e análise da aula ministrada na Escola José Alves de Figueiredo sobre “Era Vargas”, em que se discutiu sobre a família, naquele período histórico, permitindo, de certo modo, a desconstituição dos papéis que se espera de cada sexo.

Nesse sentido, a pesquisa se constituiu com suporte no confronto da bibliografia, fundamentada na teoria marxista, com o conteúdo da análise da aula sobre a “Era Vargas”, no terceiro ano do ensino médio, da Escola José Alves de Figueiredo. Sendo o PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) o facilitador deste contato com a sala de aula.

Discussão e resultados

A concepção sobre igualdade na efetivação dos direitos humanos das mulheres brasileiras é marcada por um percurso de luta contra qualquer forma de dominação. As dificuldades que estas encontram para exercer os atos da vida civil na sociedade são sinalizadas por hierarquias em que a mulher situa-se numa categoria inferior.

Analisando o Brasil, na época colonial, e mais especificamente na transição para época pós-colonial, percebe-se que a chegada da Família Real de Portugal, em 1808, desempenhou o papel de um marco para que os investimentos e interesses políticos e econômicos se canalizassem para o país.

No entanto, somente em 1827 foram criadas as primeiras faculdades do Brasil: surgiam os cursos de Direito, nas cidades de Olinda e São Paulo. A divisão estabelecida para quem poderia frequentar essas instituições era baseada num sistema discriminatório explícito e opressor.

Para a cultura patriarcal da época, excluir as mulheres do ensino e restringir seu estudo nas escolas a conteúdos simplórios relacionados ao âmbito doméstico, constata a dominação masculina perante o ser feminino. A naturalização dessa situação era constantemente reproduzida no meio docente, político,

econômico e social. As decisões de cunho jurídico eram uma responsabilidade eminentemente dos homens da alta sociedade, logo, as questões relacionadas às mulheres, aos negros e aos explorados pelo sistema econômico, demonstravam-se ignoradas.

A cultura é concebida como modos, formas e processos de atuação dos homens na história. Ela se constrói na história, está constantemente se modificando, mas, ao mesmo tempo, é continuamente influenciada por valores que se sedimentam em tradições e são transmitidos de geração a geração. A educação de um povo consiste no processo de absorção, reelaboração e transformação da cultura existente, gerando a cultura política de uma nação. (GOHN, 2011, p. 173-174)

Essa realidade educacional na época colonial brasileira era apenas das mulheres brancas, pois as mulheres negras eram consideradas objetos, não tinham direito algum. Enquanto a mulher de classe social financeiramente confortável falava em entrar no curso de nível superior, as mulheres negras lutavam para poder ter direitos básicos na sociedade, como o do acesso à instrução, a frequentar certos tipos de lugares, já que os negros não podiam frequentar os mesmo espaços que os brancos.

No Brasil, o processo histórico de diversas mulheres se deu de maneira marcadamente distinta, pois é demarcado por uma situação não apenas de violência de gênero, mas de raça, classe e sexualidade. Enquanto as burguesas brancas lutavam para ter espaço no mercado de trabalho, as mulheres negras já carregavam o peso do trabalho exploratório, em que, na esfera social, foram quase que inapelavelmente marginalizadas. Sendo assim, essas mulheres sofrem agudamente, pois, em grande maioria, se encontram na classe trabalhadora, sendo exploradas, e ainda paira no imaginário dos brasileiros a ideia do colonizador, se não hiperssexualizando-as, tencionando, quando menos, domesticá-las.

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instruída no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada

que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. (CARNEIRO, 2011, p. 1)

O Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG), que faz parte do Programa de Estatística de Gênero no IBGE, divulgou o estudo: “Estatísticas de Gênero – Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010”, e releva que a desigualdade se acentua quando se compara a raça. Apenas 11,2% das mulheres negras usufruem do ensino superior completo, enquanto esse percentual entre as mulheres brancas é da ordem de 26%.

O feminismo ocultou por muito tempo as especificidades das mulheres, homogeneizando as lutas; porém, dificultou que fossem desveladas todas as opressões em suas diversas faces. As mulheres transexuais, travestis, lésbicas, bissexuais, pansexuais, e outras mais, sofrem de diversas violências, e são importantes que sejam levantadas todas as pautas a fim de construir o movimento.

Segundo o Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Gênero (NIEM) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em todos os espaços da sociedade, foram necessários avanços significativos nas formas de luta por parte das mulheres. E a relevância desses enfrentamentos se consolida com algumas conquistas importantes, inclusive mediante alguns eventos e datas marcantes, malgrado os seus limites, o que desvenda – de modo desafiador e notável – a atuação dos movimentos de mulheres.

Um fato importante e de repercussão nacional, com relação aos direitos da mulher, se deu em 1932, quando o governo de Getúlio Vargas, por meio do novo Código Eleitoral, se sentiu – forçado pelas circunstâncias – a promulgar o decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro, conferindo o direito de voto às mulheres. Até então, a presença feminina na política institucional era praticamente inválida. Em 1933, em consequência do escrutínio para a Assembleia Constituinte, a eleição de 214 deputados, sendo a paulista Carlota Pereira de Queiroz a única mulher eleita.

José Luiz dos Santos em “*O que é cultura?*” (2006) esclarece que “A cultura é um aspecto de nossa realidade e sua transformação, ao mesmo tempo a expressa e a modifica”, indicando que avanços, nesse terreno de gênero, de fato, aconteçam, demandam intensas pressões contra o Estado por parte dos movimentos sociais feministas.

No que diz respeito às transformações – com relação aos direitos fundamentais das mulheres no Brasil – é de bom tom se recordar o quanto demoraram para que os investimentos fossem iniciados. Por exemplo: a lei que cria mecanismos de defesa para punir, erradicar e prevenir as violências sofridas pelas mesmas só surgiu no ano de 2006, a lei 11.340, mais conhecida por “Lei Maria da Penha”, que mereceu inclusive intervenção internacional por intermédio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no Relatório N° 54/1.

A este propósito, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), afirma numa pesquisa, intitulada “Estatísticas de Gênero – Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010”, que, em comparação com o ano de 2000, houve um aumento na escolaridade das mulheres com relação à dos homens. O estudo revela que, no ensino médio, a frequência feminina era superior 9,8% em relação à masculina. A taxa feminina foi de 52,2%, e a masculina de 42,4%.

Contudo, esses números não representam a realidade social, em regra, associada a todo um séquito de preconceitos, violências físicas, psicológicas e econômicas que as mulheres sofrem. E esse fato está enraizado na estrutura inicial da história colonial brasileira, quando as mulheres estavam em situação de desigualdade com relação aos homens não somente no tocante ao mercado de trabalho, mas, paralela e analogamente, na educação, no ambiente doméstico, nas relações socioculturais e na política.

No século XXI essa desigualdade ainda é presente, e apesar do número de mulheres serem ligeiramente maiores nas diversas modalidades de ensino, elas sofrem vários tipos de comportamentos machistas dentro da escola, do meio acadêmico e no exercício profissional.

Ainda que enxergue os diversos avanços quanto à efetivação dos direitos das mulheres, a libertação da mulher está diretamente ligada à superação da sociedade de classes. Porquanto o sistema vigente intensifica ainda mais a opressão, utilizando do aparelho opressor de gênero para explorar as mulheres. Do exposto depreende-se que as trabalhadoras não são apenas oprimidas, mas também exploradas.

Podemos dizer então, em resumo, que a exploração e a opressão são categorias distintas. A primeira é econômica e dá lugar a existência das classes. A segunda é cultural e social; dá lugar a uma situação de discriminação, abarca indivíduos de distintas classes

sociais e pode ter efeitos econômicos de maior ou menor peso. (CARRASCO; PETIT, 2012, p. 88)

É importante que as trabalhadoras façam unidade de ação com as burguesas quando se luta por garantia de direitos e por mais direitos; porém, quando se situa no âmbito classista, esse laço é desfeito.

O único ponto de unidade entre uma mulher burguesa e uma operária, uma reacionária ou reformista e uma revolucionária, é sua opressão como mulher. Daí que exista a possibilidade de alguma luta comum entre todas, por algumas dessas demandas democráticas comuns, por sua igualdade e seus direitos. Mas sua unidade como mulheres nascerá com essa atividade e morrerá com ela. As mulheres das distintas classes não podem unir-se, por exemplo, na luta por um programa de reivindicações (um convênio ou um contrato trabalhista) favorável às mulheres trabalhadoras. (CARRASCO; PETIT, 2012, p. 91)

Considerando os fatores que convergiram para a exploração e opressão das mulheres, a escola pode se caracterizar como transformadora de pensamentos e práticas. Nesse sentido, o ensino de História se mostra como instrumento para desnaturalizar as relações do capital com as distintas variantes de violência de gênero, raça, classe e sexualidade. Então, a educação pode se direcionar a mudanças.

Apenas a mais ampla das concepções de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompam a lógica mistificadora do capital. (MÉSZÁROS, 2005, p. 48)

A importância de levantar a questão de gênero nas escolas é fundamental para punir, prevenir e erradicar o machismo desde a infância, porque é inadmissível que a conjuntura educacional brasileira permaneça sendo negligente no que concerne à realidade das mulheres. As mulheres são a maioria nas escolas e nas universidades e são discriminadas tanto nesses espaços como no mercado de trabalho. Segundo a mesma pesquisa do IBGE – “Estatísticas de Gênero – Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010”, quanto maior o

nível de escolaridade da mulher, maior é o incremento da diferença de renda. Trabalhadoras com o curso superior completo ganham em média 60% da renda dos homens que estão em posição análoga. A igualdade só irá existir de fato e de direito quando a segurança física e emocional da mulher for garantida por todos em sociedade.

Essa trágica recorrência histórica permitiu que, durante nossa atividade, pudéssemos ter uma maior compreensão do ensino de história, na perspectiva inovadora, a partir da experiência de ensino, na Escola de Ensino Fundamental e Médio José Alves de Figueiredo, localizada no município de Crato, no sul do Ceará.

O PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) Subprojeto História da Universidade Regional do Cariri – URCA trabalha na perspectiva de ver na escola uma instituição para deslegitimar toda forma de opressão e exploração. Esse programa é um projeto que pensa a formação para o magistério, fomentando a docência, a instituição de apoio financeiro é a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior). Sua atividade é de incentivo à educação público-gratuita como forma de contribuição ao sistema educacional brasileiro.

Durante o ano, na Escola, realizamos atividades como oficinas, minicursos, debates, aulas expositivas, etc.. Em um desses momentos, foi possível enxergar no aparelho escolar um ambiente que comporte colocar para os estudantes as contradições existentes nas relações sociais. Foi assim que, trabalhando o “período Vargasista” (1930 – 1945) com os estudantes do terceiro ano do ensino médio, percebemos que o ensino de história poderia contribuir na direção à mudança de visão de mundo, da história e dos acontecimentos sociais, políticos, econômicos e culturais, e que isso dependeria do modo, da metodologia e do conteúdo a ser estudado em sala de aula.

Assim, durante a aula, refletimos sobre o governo de Getúlio Vargas e quais lugares na sociedade a mulher ocupava nesse período. Foram apontadas dúvidas, amadurecendo a temática e, discutimos – à luz do contexto histórico do período – o papel da família e da mulher, bem como a violência de gênero. Esta aula se apoiou nesse suporte histórico pensando as mudanças e permanências desse período e, evidentemente, considerando o tempo atual.

Foi possível observar que os estudantes tinham maturidade quanto à questão, e o seu senso crítico se ativava na medida em que a temática estava sendo mais debatida. Alguns estudantes se posicionaram coerentemente quanto à compreensão da desnaturalização dos papéis femininos e masculinos, e mesmo os que apontaram concepções machistas, de certo modo, se mostraram abertos à discussão.

A atividade foi realizada da seguinte maneira: estudo do período varguista analisando o papel da mulher na época, e apontando as contradições. Contando com a participação dos alunos, a aula foi acompanhada do emprego de diversos procedimentos metodológicos, dentre os quais o uso de slides, exposição sobre o período e debate. Num primeiro momento, se discutiu sobre o “período varguista”, trabalhando a família, levantando aspectos pertinentes aos costumes e às práticas sociais, com o intuito de aumentar a lente para compreensão da época. O slide serviu como suporte para nortear quanto aos pontos que seriam trabalhados para que houvesse o uso adequado do tempo da aula, e, assim, o prazo existente fosse aproveitado de forma satisfatória. Durante a exposição sobre o período, o debate estava permanentemente aberto; então, os estudantes utilizaram de maneira proveitosa o tempo e o conteúdo das discussões. Ademais, levantaram-se dúvidas e os alunos externaram o que pensavam a respeito do tema, abrindo-se para compreender o que estava sendo trabalhado.

É compreensível que essa aula não fez com que os estudantes mudassem seus discursos e práticas machistas, mas foi de grande importância para introduzir o debate. E pode-se também mostrar que a educação escolar pode se abrir para essa discussão.

Com base nessa experiência, é perceptível que os conteúdos que se discutem na sala de aula podem ser meios de projetar outro modelo de sociedade, trabalhando sempre coletivamente, enxergando o ensino histórico como ferramenta para mudanças, em que se permite ver as relações sociais como construídas no decorrer do tempo e não como a resultante de algum apriorismo natural.

O resultado desta experiência ajudou a solidificar a compreensão do ensino de História como ferramenta para desnaturalizar a ideia de desigualdade de gênero. Ao mesmo tempo, desta pesquisa dimana, fundamentalmente, a ideia de que a mulher só será libertada do regime de opressão a que se encontra submetida, na hipótese de superação do sistema capitalista, conduzindo a outro sistema socioeconômico que acabe com todas as formas de opressão e exploração.

Conclusão

Percebemos que o ensino pode se apoiar em instrumentos e reflexões que conduzam à desnaturalização dos lugares sociais como da família, das mulheres, apontando perspectivas de mudanças. Foi feita uma análise marxista, pensando

a libertação da mulher num outro sistema social-político-econômico, tomando como referência inicial o contexto sócio-político-econômico-educacional de um período da história do Brasil.

Vimos que a escola pode funcionar como ambiente que dá abertura para que sejam levantadas questões pertinentes que sinalizem para outro modelo de sociedade, confrontando o modelo de sistema vigente.

Esse trabalho se propôs a fazer uma análise sobre a aula ministrada no terceiro do ano do ensino médio da Escola José Alves de Figueiredo, em que discutimos o período varguista, podendo apontar possibilidades de mudanças, e, nessa perspectiva, analisando as permanências e mudanças da época para os dias atuais.

Concluimos que o ensino de história pode se constituir como ferramenta que desnatura toda forma de opressão e exploração, porquanto se estuda as relações modificadas no decorrer do tempo. Desse modo, pressente-se nessa área de conhecimento certa abertura para situar e expor a possibilidade de mudanças.

Foi possível discutir a questão do ensino numa perspectiva de possibilidade de pensar outro mundo. A partir da temática de gênero, discutiu sobre o papel da mulher visando sua libertação com suporte noutra sistema social-político-econômico.

Assim foi possível verificar, à luz da experiência possibilitada pelo PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), no terceiro ano do ensino médio, na Escola de Ensino Fundamental e Médio José Alves de Figueiredo, localizada no município de Crato, que o ensino de história tem possibilidade de provocar debates, tomadas de consciência e mudança de atitudes, agregando a problemática da diversidade de gênero e a oposição a toda modalidade de violência.

Por fim, este artigo visualizou no ensino de história, desde que alicerçado cientificamente e trabalhando com base nos conteúdos discutidos em sala de aula, a possibilidade pedagógica de pensar a libertação da mulher no que tange as diversas esferas sociais.

Referências Bibliográficas

BOVE, Luiz Antonio. **Uma Visão Histórica do Ensino Jurídico no Brasil**. Disponível em: < <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/RFD/article/viewFile/508/506>>p.116-117. Volume 3, nº 3 (2006).

BRASIL, Lei nº 11 de agosto de 1827. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-11-08-1827.htm>. Acesso em: 22 mar. 2016

BRASIL, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 28 mar. 2016

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.** In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 49-58.

CARRASCO, C.; PETIT, M.. **Mulheres trabalhadoras e marxismo: Um debate sobre a opressão.** 1º ed. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Surdemann, 2012.

CUNHA, L. A. **Ensino superior e universidade no Brasil.** In: TEIXEIRA, E. M. et al. 500 anos de educação no Brasil. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado.** 3º ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

GOHN, M. G. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania pelos brasileiros.** São Paulo: Loyola, 1995.

[MÉSZÁROS](#), István. **A educação para além do capital.** 2º Ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

NÚCLEO INDISCIPLINAR DE ESTUDOS SOBRE A MULHER E GÊNERO/NIEM. Direitos conquistados na História. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nucleomulher/mov_feminista.php> Acesso em 24 mar. 2016.

PENÃ, Milcíades. **O que é marxismo?** 1ºed. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Surdemann, 2014.

REED, Evelyn. **Sexo contra sexo ou classe contra classe.** 1ºed. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

Secretária de Políticas para as Mulheres, **Educação, Cultura e Ciência**. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/educacao-cultura-e-ciencia>> Acesso em: 24 mar. 2016

SABADDEL, Ana Lucia. **Manual de Sociologia Jurídica**. 6. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. 272p.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Comissão Intramericana de Direitos Humanos. **Relatório N° 54/01**. Washington, 2001. 16p. Disponível em:< http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/299_Relat%20n.pdf> Acesso em: 03 set. 2015

O PARFOR COMO UM ESPAÇO CARREGADO DE SENTIDOS E SIGNIFICADOS PARA MULHERES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFT/ ARRAIAS - TO

Profa. Maria Santana Ferreira dos Santos Milhomem
Doutoranda em Educação pela UNB, professora adjunta da UFT/Arraias TO

Resumo:

Este artigo busca compreender os sentidos e significados construídos pelas professoras/acadêmicas do curso de Pedagogia do Plano Nacional de Formação dos Professores do Magistério da Educação Básica - PARFOR – oferecido pela Universidade Federal do Tocantins – UFT/Arraias – TO. O referencial teórico desta investigação está baseado em diferentes autores como Louro (1989), Nóvoa (1995), Tardif (2002), que vem abordando a formação docente em seus estudos. A metodologia aplicada é a abordagem qualitativa, e os instrumentos utilizados para a coleta de dados foi a aplicação de um questionário que com questões fechadas acerca de alguns dados pessoais questões abertas sobre os motivos, os significados da formação inicial. Os sujeitos foram 29 professoras/acadêmicas do curso de Pedagogia PARFOR. Após a leitura do material de coleta, foram organizadas algumas categorias de análise o que contribuiu para aprofundar nas análises, apontando para novas perspectivas de pesquisas nesse campo.

Palavras-chave: formação docente, significado, parfor, gênero

Introdução

As grandes modificações que tem ocorrido no mundo do trabalho trazem novos desafios à educação. O capitalismo vive um novo padrão de acumulação decorrente da globalização da economia e da reestruturação produtiva, isso por sua vez, determina novas formas de relação entre estado e sociedade, redefinindo conceitos, intensificando relações, gerando conflitos e interesses políticos. Nessa perspectiva, autores como Anderson (2003) e Santos (2005), nos esclarece que as reformas educacionais formuladas nos marcos dos processos de globalização neoliberal apontam a necessidade de investimento na formação docente se tornando este um tema recorrente.

A sociedade atual, pelos diferentes contornos evidenciados, tem sido caracterizada de também diferentes modos e, dependendo da ênfase que se quer dar, é a sociedade capitalista, a sociedade do consumo, a sociedade da informação, a sociedade da informatização, a sociedade tecnológica, a sociedade global, etc.

Nessa ótica, nos últimos tempos ocorreram vários investimentos em políticas públicas que focalizam a formação de professores. Entre esses investimentos está o Plano Nacional de Formação de Professores que é uma política do resultado de uma ação conjunta entre o Ministério da Educação - MEC, Instituições Públicas de Educação Superior – IPES e das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios. A partir de 2007, com a adesão do Plano de Metas Todos pela Educação, se estabeleceu no país um regime de colaboração da União com os estados e municípios, visando assegurar a formação exigida, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, para todos os professores que atuam na educação básica que não possuem a formação.

Dessa forma, surgiu o curso de Pedagogia para Professores da Rede Pública - PARFOR da Universidade Federal do Tocantins- UFT, tendo suas atividades iniciadas em 2010, com uma turma. A proposta foi de um curso de Pedagogia específico para a primeira licenciatura, com 80 vagas, com oferta única, tendo como parte do processo de seleção a pré-inscrição na Plataforma Freire. O curso apresenta características específicas que o diferencia de um curso regular, visto que reconhece que estas professoras/acadêmicas, nunca se afastaram de sua formação, considerando as contribuições de Tardif (2002), o qual defende o espaço de atuação profissional como um lugar e um tempo de construção de conhecimentos que contribuem na formação profissional, no entanto, as professoras neste momento voltam para o local que legitima, no entanto, as professoras neste momento voltam para o local que legitima o saber.

Nessa perspectiva, por se configurar em um curso que atende a formação de profissionais em exercício, o mesmo tem o intuito de colocar a docência como foco em todas as suas temáticas de estudo. Por isso, apresenta certa singularidade, pois não se caracteriza apenas como uma formação inicial, mas também continuada, pretendendo durante quatro anos, promover situações em que as professoras/acadêmicas possam situar-se no contexto educativo no tempo e no espaço presente, diante de questões relevantes da educação, estabelecendo articulações com a prática docente, além de refletir sobre suas experiências, (re) construindo saberes e conhecimentos sobre cotidiano escolar.

Assim, como forma de não interromper o trabalho dos professores nas escolas, definiu-se que os cursos seriam realizados na modalidade semipresencial e aconteceriam nos períodos das férias escolares, ou seja, nos meses de janeiro e parte de fevereiro e em julho, sendo 80% das atividades realizadas presencialmente e 20% das atividades acadêmicas, desenvolvidas a distância. Quanto ao currículo e à organização didática dos cursos, por estarem vinculados aos cursos regulares, utilizam os mesmos projetos pedagógicos adotados pelas graduações presenciais da UFT.

Metodologia da pesquisa

O ensaio apresentado neste artigo tem como objetivo identificar as principais características das professoras em serviço que são atendidas pelo Curso de Pedagogia– PARFOR – procurando analisar pela perspectiva das docentes os impactos deste espaço formativo na constituição das suas identidades profissionais e pessoais. A investigação se deteve nos depoimentos das professoras/acadêmicas do PARFOR, acerca dos investimentos na formação de professores e quais os efeitos destas, bem como o quanto esse retorno à academia pode contribuir para uma maior compreensão da prática pedagógica.

Diante disso, ao longo do primeiro semestre de 2013, foi realizado pela Coordenação Pedagógica do curso uma auto – avaliação. Nela continha os motivos que levaram os/as acadêmic@s a fazerem o curso de pedagogia nesta modalidade e quais os aspectos positivos e negativos do curso.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizada uma metodologia qualitativa que trabalha com um universo de significados, crenças, valores e atitudes. Ressalta que essa metodologia, “[...] envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes” (BOGDAN e BIKLEN, 1982 *apud* ANDRÉ, 1986, p. 13).

Enfim, o passo seguinte foi o da análise dos dados obtidos. Para tal recorri à análise de conteúdo, na qual foi realizada a categorização das respostas mais recorrentes, organizando as principais ideias e problematizando as informações com teóricos que irão fundamentar a pesquisa. As mesmas serão apresentadas em forma de fragmentos ao longo do texto, sendo identificadas com a letra P de professor.

Resultados e discussões

Um espaço de formação carregado de sentidos e significados

Discutir e problematizar as características sociais, culturais e históricas que envolvem os professores constitui-se num campo de pesquisa instigante e desafiador, principalmente no que se refere aos processos formativos. Nóvoa (1995) nos esclarece sobre o conceito de formação, alertando que este não é apenas uma atividade de aprendizagem situada em tempos e espaços limitados e precisos, mas também como uma construção de si próprio. Já, Wadas e Souza (2000, p.315) ampliam essa ideia, dizendo que:

Ninguém se forma no vazio. Formar-se supõe troca, experiência, interações sociais, aprendizagens, um sem-fim de relações. Ter acesso ao modo como cada pessoa se forma 'e ter em conta a singularidade da sua história e sobretudo o modo como age, reage e interage em seus contextos.

Em decorrência disso, pode-se dizer que a profissão docente possui uma peculiaridade que a difere das outras profissões, isto é, trabalhar com a formação de pessoas. Diante disso, compreendo que a formação do professor acontece ao longo da vida atrelada a processos históricos e culturais diferenciados e que precisam ser ressignificados constantemente.

É válido considerar, assim como Nóvoa (2007, p. 16), que, “a identidade não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto. A identidade é um lugar de lutas e conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão”. Assim, a formação do professor, tanto quanto da sua identidade profissional são um contínuo indissociável de construção e de reconstrução, um movimento complexo de ser e de vir a ser. E é por isso que Nóvoa (2007, p. 16) diz ser mais adequado, ao invés de falar em identidade

docente, falar em “processo identitário, realçando a mescla dinâmica que caracteriza a maneira dinâmica como cada um se sente e se diz professor”.

Tais reflexões nos suscitam questionamentos: qual é a função do professor nessa sociedade do conhecimento marcada também por incertezas e que vem imprimindo a necessidade de constantes mudanças? Nesse contexto, o que é ensinar e aprender a ser professor? Em que bases deveriam alicerçar ensino e aprendizagem na formação inicial do professor polivalente no curso de Pedagogia?

Essas questões são aqui colocadas porque, quando se olha, com mais criticidade, para o cenário educacional, o que se vê, em grande parte, ainda é uma escola do século XIX, com professores do século XX que intencionalmente buscam educar os alunos, em especial as crianças, do século XXI. De fato, muitas das práticas hoje desenvolvidas na sala de aula são uma herança, um reflexo do que o professor vivenciou enquanto aluno na educação básica. Tem-se, na maioria das vezes, repetido gestos que ecoam do passado, marcados na memória do professor e por vezes perpetuados, até mesmo ou, inclusive, nas práticas dos professores formadores de outros professores. E nessas bases, a educação escolar é veemente criticada, por diferentes segmentos da sociedade e nos mais diversos aspectos. Desconsidera-se a trajetória histórica da constituição dessa instituição, marcada por interesses econômicos e políticos, como destacado por Freitas (2011).

Para Arroyo (2000, p. 20),

a categoria de profissionais da educação percebe que é atacada de vários lados: do lado das gestões tecnocráticas, “modernizantes”, que consideram a educação centrada no seu ofício qualificado como um lastro de tempos pré-industriais e jogaram a escola para uma comunidade difusa, amorfa. Mas também o ataque vem do lado das gestões progressistas, que abrem tanto a responsabilidade social e do trato da educação escolar que, se não dispensam, ao menos descaracterizam a centralidade da ação qualificada dos profissionais.

Ora, “educar incorpora as marcas de um ofício e de uma arte, aprendida no diálogo de gerações. O magistério incorpora perícia e saberes aprendidos pela espécie humana em sua formação” (ARROYO, 2000, p. 18).

No entanto, o trabalho do professor tem sido constantemente criticado, exaustivamente ampliado e tão pouco valorizado. Cada vez mais, novos saberes passam a ser exigidos dos professores. Evidentemente, não podemos desconsiderar saberes necessários à prática docente, tal como defende Freire (1996). Para ele, dentre os muitos saberes necessários à prática educativa, é preciso ter a consciência do inacabamento e sabendo-se inacabado colocar-se como um aprendiz. Nesse sentido, vale considerar que a formação inicial, por si só, não dá e não dará conta de formar o professor para a complexidade da prática pedagógica. Assim, a formação continuada, ou a formação contínua como tem sido defendida na literatura da área, deve ser uma constante na vida profissional do professor. Ele precisa ter direito a essa formação, não se restringindo a uma busca pessoal, mas precisa estar incorporada na jornada de trabalho do professor.

Para tanto, iniciarei compartilhando algumas especificidades marcantes das professoras/acadêmicas do PARFOR da UFT/Arraias -TO, visto que possuem diferentes idades, etnias, gostos, formação e tempos de atuação no magistério, além de possuir uma diversidade cultural, pois são integrantes de distintos grupos sociais. Essas características configuram um grupo heterogêneo que apresenta particularidades que mudam conforme as trajetórias históricas de cada professora.

O curso é composto por um grupo de 26 mulheres, com idade entre 24 e 50 anos, representando diferentes gerações. Das docentes pesquisadas, 19 são solteiras, porém moram com filhos e marido, 07 responderam que são casadas civilmente. O número de filhos ficou entre 0 a 5 filhos. A grande maioria das docentes trabalha e mora na zona rural e são provedoras do lar.

Importa ressaltar, que a questão do gênero é uma característica muito comum entre os profissionais da educação, principalmente quando nos referimos aos primeiros anos da Educação Básica. Essa feminização do magistério não está “apenas no fato de esta profissão abrigar um número de mulheres (principalmente nas séries iniciais), mas muito mais num certo fazer feminino que aí se configura (PEREIRA, 1994, p.115)”. Esse fazer feminino não é algo natural, mas sim, uma construção social dos modos de ser e fazer, que se constituiu historicamente no processo de diferenciação entre homens e mulheres.

Como Coordenadora do Curso, estou sempre dialogando com as professoras/acadêmicas do PARFOR, e é possível perceber a grande dificuldade de negociação entre os diferentes papéis assumidos pelas mulheres ao longo da história. Essas observações ocorreram principalmente nos momentos que

antecediam o início das aulas, quando essas professoras conversavam e relatavam como havia sido o dia, explicitando o quanto elas se desdobram para conciliar e desempenhar o papel de ser mulher, esposa, mãe e profissional. A esse respeito, Louro (1989) afirma que na ligação da mulher com a educação, existem outras questões envolvidas que vão além de um gênero específico e que esse tema só pode ser entendido se for examinado em conjunto as transformações sociais, políticas e econômicas do nosso País.

A partir das análises dos relatos escritos pelas professoras/acadêmicas do PARFOR/UFT/ARRAIAS percebe-se o quanto esse espaço de formação é recheado de sentidos e significados. Após analisar inúmeras vezes os relatos das participantes foram observados questões relacionadas à formação, a experiência, a teoria e a prática, como pontos recorrentes em grande parte das respostas obtidas.

Para iniciar o diálogo com as acadêmicas sobre o curso, foi questionado sobre o que mobilizou essas professoras a fazer pedagogia pelo PARFOR. A expressão formação apareceu de forma expressiva nos relatos. Palavras como sonho, meta, qualificação, entre outras, surgiram ligadas a um imaginário de representações, sentidos e significados.

Por falta de qualificação e busca novas oportunidades (P11).

Como estava em sala de aula, e não tinha formação superior, foi onde surgiu essa oportunidade e abracei a causa (P8).

Adquirir mais conhecimentos na busca de base teórica e melhorar a prática (P9).

Porque o curso de pedagogia irá contribuir trazendo novos conhecimentos que possam ser colocados em prática como educadora (P25).

Na escolha do curso de Pedagogia há também o aspecto da continuidade da formação básica ou ampliação da titulação do professor que se torna cada vez mais necessária a partir da Lei n. 9.394/96.

A precisão de ter um curso superior para continuar a atuar em sala de aula (P1);

Destacamos que, antes dessa LDB, muitos professores dos anos iniciais ingressavam no curso de Pedagogia visando ampliar a sua própria formação,

a possibilidade de atuar também na coordenação pedagógica ou na gestão da escola e não como uma obrigatoriedade para a regência de classe. Nossa experiência como docentes do curso de Pedagogia, nos possibilita atestar o quanto o perfil desse curso mudou; antes havia um número significativo de professores já atuantes nas turmas de Pedagogia, o que possibilitava boas reflexões sobre as questões da prática. Atualmente, passados 16 anos dessa LDB, a maioria dos professores que só tinha o Magistério já possui a graduação. Assim, grande parte dos alunos nas turmas atuais não tem experiência alguma na docência.

Mediante esses depoimentos, percebe-se o que significa para grande parte desse grupo estar na Universidade. É interessante observar as imagens que as professoras têm de sua profissão, atrelado a um imaginário social, como mostra os relatos abaixo:

Em primeiro lugar eu trabalho no município como educadora em educação infantil, e eu não tinha o curso de pedagogia e para trabalhar na educação infantil é necessário o curso (P26).

O curso de pedagogia melhorou minha forma de pensar e lidar com crianças, mudou consideravelmente na execução da minha profissão.(P 12)

Essa ideia de docência qualificada está atrelada a um imaginário social que perpassa uma rede de sentidos, isto é, fatos, práticas, conhecimentos, desejos, crenças e valores, nos quais os professores constroem imagens e significados sociais sobre sua própria profissão e que afirmam a necessidade do Ensino Superior como condicionante para uma atuação mais eficiente e comprometida. Esse processo identitário ocorre em múltiplos espaços e tempos, diferenciando a maneira como cada um se vê e se sente professor, mas podemos inferir também as comparações com outros grupos profissionais que por terem habilitação superior são mais valorizados.

Outro ponto a destacar no grupo pesquisado é a experiência, a prática que todas têm de sala de aula.

O curso apesar de nós já termos experiência de sala de aula, nós propiciou um aprendizado melhor e a uma lapidação do nosso estado em busca de nos tornarmos melhores enquanto seres humanos (P2).

Tive mais esclarecimento na hora de atuar na prática. (P25)

Conhecimento novo, uma aprendizagem mais qualificada, mais segurança para minha vida profissional.(P13)
Melhorou a minha forma de ensinar, hoje eu tenho mais confiança no que faço, pois os meus conhecimentos aumentaram (P14)

Para muitas, o curso com essa metodologia presencial – no período de férias e semipresencial, contribui para muitas não desistirem, como mostra o relato:

O curso oferece condições aos professores que estão em sala de aula e que não disponibiliza de tempo para frequentar o curso na modalidade regular (P24).

No entanto, essas mulheres enfrentam várias dificuldades em estarem no curso:

A distância da família, dificuldades financeiras e moradia, aluguel (P1)

As aulas nos sábados, os trabalhos à distância e a falta de auxílio (P2)

Cansaço, ausência da família entre outros (P3)

Condições financeiras para alimentação, transporte e material para estudo (P9).

A dificuldade maior é que a distância é muito grande, que gastamos muito ao ficar no curso, apesar de ser gratificante para nós e ganharmos conhecimentos com o curso. Eu amo este curso e agradeço a Deus por estar aqui e conhecer pessoas maravilhosas (P12).

Uma das principais dificuldades é o acesso a tecnologia e quando estou exercendo a profissão o tempo é corrido, não tenho muito tempo para aprofundamento nas pesquisas (P4)

Ainda outro ponto a destacar é a metodologia do curso. Foi bastante criticada pelas professoras participantes da pesquisa.

A presencial é meio cansativa, muito conteúdo em pouco tempo e a semipresencial as mesmas dificuldades só que por causa do nosso trabalho (P1)

A metodologia do curso presencial é ótima, mas o semipresencial é muito corrido e também muito trabalho (P2)

A metodologia presencial esta razoável, a semipresencial esta deixando a desejar. No curso Parfor presencial há um exagero de atividades e no semipresencial também. (P 13)

Analisando essas falas e todo o material da pesquisa, percebe-se que as dificuldades relatadas pelas professoras/acadêmicas são de ordem econômica, física e emocional. Não foi observado nos relatos dificuldades de ordem pedagógicas, ou seja, o que mais tem preocupado essas mulheres é o estar longe da família e a falta de recursos financeiros para permanecerem no curso. Portanto, foi possível perceber que as dificuldades apontadas têm um caráter prático e giram em torno da reorganização do cotidiano, adaptando-o às novas exigências.

Este modo de pensar soa como ecos de um passado, herança histórica e cultural de uma sociedade marcadamente dominada pelos homens e que acreditava na inferioridade da mulher para aprender e para desempenhar tarefas que não estivessem ligadas às prendas domésticas e à sua vocação de ser mãe (por isso sua inserção no mercado de trabalho era bem restrita)

Quando questionadas sobre quais transformações e sentimentos ocorridos em sua vida pessoal a partir do curso, os relatos mostram que as acadêmicas se preocupam tanto com a profissão quanto ao conhecimento e relacionamento com o grupo.

No início como não tinha amizade com os colegas era péssimo, hoje converso com todos sou muito amiga(P18)

Reflexão em todos os sentidos (P19)

Melhorou a minha forma de ensinar, hoje eu tenho mais confiança no que faço, pois os meus conhecimentos aumentaram (P20)

Hoje eu sou uma pessoa completamente diferente, tenho outra visão, outras metodologias, enfim estou fazendo um trabalho melhor com meus alunos e em minha vida pessoal (P21).

Diante de tudo isso, é possível evidenciar o PARFOR como um espaço de formação e, interação, carregado de sentidos e significados compartilhados na troca de experiência entre as acadêmicas/ professoras, sendo esse um fator importante de socialização profissional e afirmação de valores próprios da

profissão. Durante anos essas professoras vêm orientando o seu fazer docente a partir de “múltiplas fontes que se cruzam, se sobrepõem e até se contradizem nas atitudes tomadas diante das confusões e complexidades que estão presentes no cotidiano escolar” (MONTEIRO, 2006, p.36 -37) Sendo assim, sentimentos de ressentimento e desvalorização se misturam com expressões como qualificação e oportunidade, o que me permite inferir que a prática docente é uma teia de contradições e complexidades.

As representações de gênero e profissional das entrevistadas

A realização de um curso superior constitui –se em uma marcante experiência na vida das pessoas, independente dos motivos que nortearam as suas escolhas. No caso de pedagogia, curso reconhecido como predominantemente feminino, a escolha se vincula de tal forma que passam a se constituir em uma unidade forjada desde as primeiras experiências vividas no curso. Desta forma, experiências associadas às expectativas sociais em relação às mulheres, definidas histórica e culturalmente, se refletem na sua prática profissional, tornando, muitas vezes, impossível a separação das duas identidades: de gênero e de profissional de pedagogia, como mostra os depoimentos abaixo.

Melhorou muito na compreensão do desenvolvimento da criança, como lidar com as relações em sala de aula, o desenvolvimento da aprendizagem e também com meus filhos em casa. (P21).

Passando conhecimento para nossa vida cotidiana através de professores eficientes e capacitados onde aprendemos ser professores também capacitados, menos leigos no ambiente de trabalho. (P18).

Os depoimentos permitem depreender a existência de uma convergência de identidades que não se fragmentam e, mais do que isto, se fundem, dado que permanecem únicas- mulher e educadora- um todo integrado. Também reforçam a análise da associação entre as funções exercidas pela educadora como extensão do seu trabalho no lar, tradicionalmente definido como ‘coisa de mulher’ e permitem um retorno a Mead(1967, p,24-25), por exemplo, que afirma: “ (...) na divisão do trabalho (...) homens e mulheres são socialmente diferenciados e cada sexo, como sexo, é forçado a conformar-se ao papel que lhe é atribuído.” Entretanto, ressalta-se que, longe de significar uma biologização da divisão do trabalho entre homens e mulheres, pode se entender a ideia

expressa por essa autora como uma constatação de que a divisão de trabalho entre os sexos é uma construção social que sempre utilizou as diferenças biológicas entre os sexos é uma construção social que sempre utilizou as diferenças biológicas entre os dois sexos para justificá-la.

Tecendo algumas considerações

O estudo aqui realizado pretendeu colaborar com as discussões acerca dos investimentos na formação de professores, buscando compreender os pressupostos que envolvem a formação e a atuação dos/das profissionais da educação. Dessa forma, esse trabalho é fruto das minhas inquietações sobre os vários investimentos em políticas públicas que focalizam a formação de professores. Entre esses investimentos especialmente o Plano Nacional de Formação de Professores – PARFOR. Além disso, compreender os sentidos e significados empregados pelas professoras/acadêmicas ao seu cotidiano e a sua formação.

A partir das análises dos relatos escritos, pude perceber que o PARFOR é um espaço de formação recheado de sentidos e significados. Para esse grupo de professoras/acadêmicas investigadas, a formação está atrelada a um imaginário de representações, nos quais as mesmas vêm construindo imagens e significados sociais sobre sua própria profissão. Em alguns relatos, os sentimentos são expressos pelas palavras: sonho, qualificação e oportunidade. Pode-se atribuir a gênese desses sentidos a processos históricos e culturais que acontece ao longo da vida, diferenciando a maneira como cada um se vê e se sente professor.

Outro sentido recorrente que as professoras/acadêmicas do PARFOR discorrem é acerca da experiência, conforme Larrosa “é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca, e ao passar-nos de alguma forma nos transforma (2002, p. 21)”. Diante disso, é interessante perceber o quanto consideram esse espaço importante a socialização profissional e a afirmação de valores próprios da profissão, visto que compartilham suas angústias, seus dilemas e suas vivências. Muitos sentimentos emergem em relação à teoria e prática, essa é uma questão que envolve uma problemática maior, diferente do que é questionado no curso de Pedagogia Licenciatura, as professoras/acadêmicas do PARFOR esperam ter e ver a suas práticas contempladas nas discussões do curso. É claro que não se pode negar que em toda a ação esta ancorada em uma teoria, mas para esse grupo não ser considerada as suas experiências significa desconsiderar todo o tempo que atuam profissionalmente na docência. Vale lembrar, que esse não é um sentimento compartilhado por todas do grupo, visto que algumas

consideram esse espaço de formação importante, no qual vem propiciando a mobilização dos conhecimentos oriundos da teoria e os incorporando em suas práticas docentes. Essa é uma discussão que merece um maior investimento de pesquisa, visto que implica em pensar na necessidade de adentrar outras perspectivas teóricas para redefinir novas intervenções pedagógicas.

Sendo assim, quero reafirmar a importância de pesquisar sentidos e significados a profissão docente, visto que possui uma peculiaridade que a difere das outras profissões, isto é, trabalhar com a formação de pessoas. Desse modo, é preciso compreender que cada professor percorre caminhos próprios os quais constituem suas identidades de forma muito singular, trazendo consigo valores, saberes e vivências que ultrapassam os conhecimentos da academia e que marcam suas formas de ser e de estar profissionalmente.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs). **Pós Neoliberalismo: As políticas sociais e o estado democrático**. 6ª ed. Paz e Teoria, 2003 (9-23)

ANDRE, Marli E.D.A. Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso. LUDKE, Menga; ANDRE, Marli E.D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986 (p.11-24).

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LARROSA, Jorge Bondía. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**. Nº 19. Jan/Fev/Mar/Abr, 2002 (p. 20-28).

LOURO, Guacira Lopes. Magistério de 1º Grau: um trabalho de mulher. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 14, jul/dez, 1989 (p.31-39).

MEAD, Margareth. **Macho e fêmea: um estudo do sexo num mundo em transformação**. Petrópolis: Vozes, 1967.

MONTEIRO, Hilda Maria. Eu não sabia o que agora sei... tornando públicas as minhas histórias secretas. LIMA, Emília Freitas de (org). **Sobrevivências: o início da docência**. Brasília: Líber Livro Editora, 2006 (p.27-37).

NÓVOA, Antonio. Os professores e as histórias da sua vida. In: Nóvoa, A (Org). **Vidas de professores**. Lisboa: Porto Editora, 1995 (p.11-30).

_____. Os professores e a história da sua vida. In: NÓVOA, A. (Org.) **Vidas de professores**. Porto. Porto Editora, 2007, p. 11-31.

PEREIRA, Luisa Ribeiro. O fazer feminino do magistério (tateando um objeto de pesquisa). In: Projeto História. **Mulher e Educação**. São Paulo, n. 11, nov. 1994.

TARDIF, M. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002 (p.56-109).

WADAS, Jaqueline; SOUZA, Sônia Regina Kinalski. Relembrar é refazer-se: significações do ser professora na Educação Infantil. OLIVEIRA, Valeska Fortes (org.). **Imagens de professor: significações do trabalho docente**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000 (p.301-328).

RELAÇÕES DE GÊNERO DOS DOCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Autora: Mariana Dórea Figueiredo Pinto
Universidade Federal de Sergipe – UFS
maridpinto@gmail.com

Co-autora: Maria Helena Santana Cruz
Universidade Federal de Sergipe – UFS
helenacruz@uol.com.br

Resumo: O estudo tem a finalidade de verificar a existência de desigualdade de gênero nas opiniões emitidas por docentes mulheres e pelos homens do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Sergipe (UFS). O método do Estudo de Caso foi considerado adequado ao tipo de análise qualitativa e quantitativa objetivando capturar o esquema de referência e a definição da situação dos(as) participantes em estudo e identificar fatores particulares ao caso e que possam levar a compreensão do fenômeno. O acesso aos(as) 14 docentes homens e mulheres do curso de Ciências Contábeis, ocorreu através de entrevistas semiestruturadas, no período de 1 de agosto de 2015 a 8 de novembro de 2015. Os resultados indicaram que há formas sutis de discriminação e segregação dificuldade na ascensão profissional, entre outros, das mulheres no curso de Ciências Contábeis, exigindo delas esforço adicional para terem o mesmo reconhecimento que os homens. Evidencia-se que a subordinação feminina e a divisão sexual do trabalho parecem ser duas faces da mesma moeda. Particularmente as docentes estão conscientes de que, a inserção e progressão de mulheres no mercado de trabalho, é mais complexa comparativamente aos docentes. Isto porque, ainda hoje, elas enfrentam grandes obstáculos, mesmo com qualificação mais elevada em relação ao profissional masculino com a mesma formação.

Palavras chaves: Gênero, Educação, Trabalho, Contabilidade.

1 Introdução

Nesses últimos anos, foi verificado um aumento progressivo da participação das mulheres no mercado de trabalho da Contabilidade. Segundo dados apontados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC¹, 2015), a taxa de participação delas passou de 37% em 2008, para 42,13% em 2015. Ainda que isso signifique um avanço importante da inserção feminina no mundo do trabalho, é necessário analisar as dificuldades para entrar nesse mercado e nele permanecer.

Este estudo sob a abordagem de gênero objetiva trazer à luz, as percepções de docentes no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Sergipe (UFS/SE), onde as mulheres são a minoria em uma área tradicionalmente caracterizada pela presença masculina. A entrada de mulheres em certas profissões, antes consideradas “masculinas”, consolida como uma construção social e não como um fenômeno natural. O enfoque de gênero possibilita compreender as imagens construídas socialmente, caracterizadas por mitos, preconceitos, estereótipos, elementos que estruturam a divisão sexual e a organização do processo de trabalho, causando na maior parte, as oportunidades e a forma de inserção de homens e mulheres no mundo do trabalho.

Ao considerar os índices educacionais, a escolaridade média da população de 25 anos ou mais aumentou de 6,4 para 7,7 anos de estudo, segundo IBGE (2014). Entre os 20% de brasileiros dessa faixa etária com renda salarial menor, a melhora no indicador educacional foi mais significativa: esse segmento ampliou de 3,7 para 5,4 o número de anos de estudo. A proporção de pessoas com 25 a 34 anos com ensino superior praticamente dobrou nesse intervalo de nove anos, de 2004 a 2013, passando de 8,1% para 15,2%. No mesmo período, ampliou também o acesso à faculdade dos estratos mais baixos de renda. Ainda que o nível de escolaridade seja maior e favorável à mulher, não garante a elas igualdade de gênero no mercado de trabalho, apesar da diferença entre o salário feminino e o masculino ter diminuído. Em 2013, para cada R\$ 100,00 que um homem ganhava, as mulheres recebiam R\$ 77,10. Em 2014, esse valor subiu para R\$ 81,40, com um aumento de 5,3%, segundo dados do Dieese. Mesmo que exista uma maior participação feminina no universo da ciência e na

1 Conselho Federal de Contabilidade. Vice-Presidência de Registro - Coordenadoria de Registro Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade agrupados por Gênero. Disponível em: <http://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=0>. Acesso em: 8 de novembro de 2015.

produção do conhecimento, o Informativo do INEP (2013) mostra a segregação de gênero em diversas áreas. Os cursos de graduação mais procurados pelo sexo masculino são relativos a áreas das exatas, tais como engenharia, tecnologia, indústria e computação. Nestas áreas, a concentração de homens chega a 79,9%, ou seja, entre os que estão na Ciência da Computação, apenas 20,1% são mulheres. O mundo do trabalho tem provocado a intensificação de novos arranjos familiares, de novas reivindicações sociais e culturais, da constituição de novas relações entre homens e mulheres, ainda que estas questões se manifestem, de imediato, apenas de forma disfarçada.

2 Reflexões sobre Gênero, Patriarcado e Qualificação

Os principais motivos que levam a mulher ao mercado de trabalho estão, cada vez mais, voltados à necessidade de exercer a vida pública, a fim de obter uma autonomia financeira e de ajudar na renda familiar. As estatísticas informam que as mulheres estão se inserindo muito mais no mercado de trabalho, indo além do típico universo doméstico e familiar, onde, de fato, a casa e a família não são mais seus interesses e afazeres exclusivos. Elas estão presentes e atuantes no ambiente coletivo, no “mundo exterior”, no mercado de trabalho, na comunidade – tudo isso agora lhes pertence. Na verdade, elas saíram de seus “casulos”, já que estes se tornaram insuficientes para seus projetos de vida. As mulheres querem e estão conquistando independência e autonomia, estão determinando o seu próprio caminho e seu lugar no mundo. Ou seja, o “exterior” não é mais um mundo à parte. Além da maternidade e do casamento, a mulher tem priorizado outras, a exemplo da segurança financeira e o reconhecimento profissional, tentando consolidar uma carreira profissional ao papel reprodutivo.

Neste sentido, procura-se desenvolver a análise dos diferentes lugares de poder que mulheres e homens ocupam no mundo do trabalho e que devem ser identificados, para compreender como o trabalho repercute de forma diferenciada na construção das identidades, de acordo com o sexo. Identidade e diferença não são condições essenciais aos gêneros ou às culturas, não sendo possível reduzi-las a algo fixo, estável, único, definitivo, homogêneo. Elas só podem percebidas como construção, efeito, processo de produção e ato performativo. O campo dos estudos de gênero tem a finalidade de buscar teorias interdisciplinares do questionar a “construção das diferenças e da igualdade, da universalidade e da particularidade” (SOUZA, 2007), ao inserir nas novas

dimensões de tempo e espaço modernos, ao discutir as noções estabelecidas, ao possibilitar que novas categorias de análise aflorem ou recebam outra ênfase como, por exemplo, a família e o trabalho.

Para Joan Scott (1995) a categoria gênero surge para ir de encontro ao determinismo biológico existente nas relações entre homem e mulher. Para a autora, gênero define-se por ser um elemento constitutivo de relações fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, sendo o gênero na verdade um primeiro modo de dar significados às relações de poder. Percebe-se que tal categoria representa o conjunto de identidades, papéis e estereótipos construídos ao longo da história. Sendo assim, gênero é aqui considerado como um fenômeno histórico e social, ou seja, construído pela própria sociedade e em ampla articulação com o desenvolvimento e reprodução da sociedade, que expressa “modos de ser”, ou seja, expressa o padrão de organização de determinada sociedade. Propaga a forma como cada cultura aborda as diferenças sociais entre os sexos, configurando imagens e identidades masculina e feminina.

Segundo Scott a categoria de gênero:

[...] repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições articuladas entre si: a) o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos; b) o gênero é uma forma básica de representar as relações de poder (SCOTT, 1995, p.42).

Para Scott (1995, p. 4) o gênero “é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”. O caráter da diferença atribuído às mulheres se situa especialmente no campo representacional e, por conseguinte, a divisão sexual do trabalho é um processo que não se limita a indicar o lugar de homens e mulheres nas estruturas ocupacionais, perfis de qualificação e tipos de postos de trabalho. A qualificação, por exemplo, é uma construção social fortemente sexuada e o sistema de sexo/gênero é uma dimensão fundamental do processo de construção de categorias que estruturam a definição de postos de trabalho e de perfis de qualificação e de competências a eles associados.

Segundo Butler (2012, p. 12), “o conceito de gênero exige um conjunto interdisciplinar e pós-disciplinar de discursos, com vistas a resistir à domesticação acadêmica dos estudos sobre o gênero ou dos discursos sobre as mulheres, e de radicalizar a noção crítica feminina”. Sendo assim, Louro (1997) e Butler (2012) aproximam-se dos conceitos foucaultianos ao definir o gênero, não apenas como uma construção social, mas, sobretudo, como um discurso, e

discursos que formulam “verdades”, sempre baseados numa relação de poder, sendo desta forma que o conceito de gênero é produzido. Nesse sentido, o corpo, o gênero e também a sexualidade são construções históricas, culturais e sociais, não sendo apenas uma questão pessoal, mas “social e política” (LOURO, 2000, p. 10).

Nesta perspectiva segundo Cruz (2005), é na análise das qualificações sociais ou tácitas são percebidas como habilidades adquiridas pelas mulheres, nas esferas da reprodução combinadas aos saberes formais/explicitos são, posteriormente, apropriadas pela sociedade capitalista, possibilitando a intensificação da produtividade e da criação de excedente. A discussão da questão feminina, frequentemente naturalizada, em especial no que se refere ao trabalho, passa pela compreensão das construções sociais que configuram as diferenças de gênero, as construções sociais das qualificações, das capacidades inscritas nos corpos, vistos como aptos para algumas tarefas, inaptos para outras. “[...] Tal como a esfera doméstica e familiar da reprodução, as qualificações e o saber/fazer que lhe é inerente, é uma construção, o que se estende à identificação entre os lugares e saberes femininos e masculinos como natureza e cultura, corpo e razão.” (CRUZ, 2005, p.103)

A abordagem das qualificações sociais femininas permite que o pesquisador conheça os processos coletivos de construção de qualificações e qualidades de gênero, permite questionar ideologias, ressaltar os aspectos culturais e os processos de socialização que fortalecem o sistema patriarcal e estruturam as identidades diferenciadas, de acordo com os gêneros. Parece ser possível afirmar que a qualificação – aqui claramente entendida como relação social, exerce uma função especialmente importante na formação e transformação cultural, atendendo aos interesses do capital, pois é o mercado de trabalho capitalista quem define as tendências e os requisitos dessa qualificação. A qualificação passa, então, por transformações que vão desde a formação educacional, complementando-se pelo próprio trabalho e nas diversas instâncias culturais da sociedade, impregnadas pela ideologia do capital. Os processos de mudança cultural são muito lentos.

3 Breve histórico sobre a Contabilidade e o curso de Ciências Contábeis em Sergipe

Examinando a trajetória da Contabilidade, observa-se que, de fato, ela tende a refletir as características do ambiente socioeconômico em que está inserida. Com o advento da Revolução Industrial, o conhecimento contábil sofreu um

grande impulso, na medida em que as organizações passaram a requerer informações mais sofisticadas para apoiar seus sistemas gerenciais. A expansão da demanda começou a exigir aporte de capital externo e, conseqüentemente, a geração de relatórios contábeis voltados para novos agentes interessados em conhecer a situação financeira das empresas. A partir de então, a Contabilidade passou a contribuir de forma mais incisiva para a democratização das informações econômicas, fornecendo dados para subsidiar decisões de instituições financeiras, acionistas, fornecedores, governo, etc.

No Brasil, a evolução da Contabilidade também está relacionada ao desenvolvimento socioeconômico, tendo como marco inicial um Alvará expedido por D. João VI, em 1808, através do qual determinou-se que as contas da “Fazenda Real” fossem escrituradas de acordo com o método das partidas dobradas. Há quem considere, porém, que o primeiro referencial histórico é a organização da Contabilidade Pública realizada por volta de 1830. Com o início do desenvolvimento industrial e a chegada de investimentos estrangeiros, a Contabilidade começou a se modernizar, sobretudo em função da influência de Contadores oriundos da Inglaterra e dos Estados Unidos, que foram contratados pelas multinacionais para elaborar relatórios contábeis de acordo com as regras adotadas nas respectivas matrizes.

Tais aspectos favorecem a compreensão do atual estágio de evolução do conhecimento contábil e conexões de vetores socioeconômicos, políticos e culturais. Vários são os fatores que, conjuntamente e em interação, contribuíram para a construção desta nova realidade do trabalho. Entre eles a globalização econômica e a disseminação das inovações tecnológicas e organizacionais; as transformações no papel dos estados; a disseminação do individualismo como valor nas sociedades contemporâneas; e o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho.

Apenas em 1871, com o início das aulas no colégio Atheneu Sergipense, e após o regulamento de 24 de outubro de 1870, do Presidente Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior, é que a educação teve uma reforma que causou transformações significativas para o ensino de Contabilidade no estado.

O Presidente Cândido da Cunha Leitão, por ato de 10 de junho de 1871, criou cursos noturnos que funcionaram anexos ao Atheneu e que “compreendiam o ensino de gramática nacional, língua francesa, comércio e escrituração mercantil, desenho linear e primeiras letras” (NUNES, 1984, p.118). Essa reforma se coloca justamente após a vigência do Código Civil brasileiro de 1850, que previa a obrigatoriedade da manutenção da escrituração contábil, o que deu

um impulso para o ensino de Contabilidade em Sergipe. Faz mais de 50 (cinquenta anos) que o Curso de Ciências Contábeis foi instituído, em 1956, sob a diretriz da antiga Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe. Em 1968, houve a incorporação da Faculdade de Ciências Econômicas com a instituição da Universidade Federal de Sergipe, agregando o quadro funcional e de professores, através da Portaria nº 117, de 16 de dezembro de 1968, assinada pelo Magnífico Reitor, Dr. João Cardoso Nascimento Júnior. Fato que revigorou o funcionamento do Curso de Ciências Contábeis, cujo primeiro vestibular veio a ocorrer no ano de 1971. A partir daí seu funcionamento passou a ser regular e ininterrupto.

O Departamento de Ciências Contábeis passou a ter personalidade própria, a partir de 9 de janeiro de 1990, através a Resolução nº 01/90/CONSU, pela qual o Conselho Universitário autorizou a formação de Departamentos para o funcionamento dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis. O Curso Superior de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Sergipe foi estruturado com o objetivo de oferecer aprendizado na área da Contabilidade com o objetivo de formar bacharel em Ciências Contábeis para atuar nas áreas de auditoria, perícia contábil, assessoria contábil, consultoria empresarial e pública. De acordo com a Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro 2004, do Conselho Nacional de Educação, da Câmara de Educação Superior, que institui às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, quanto às competências e habilidades, os bacharéis em Ciências Contabilistas deverão ser capazes de:

- utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem próprias das Ciências Contábeis e Atuariais;
- demonstrar uma visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;

exercer suas funções com expressivo domínio das funções contábeis e atuariais que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento da sua responsabilidade, quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas da sua gestão perante a sociedade.

gerar, também, informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania; desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial; e,

exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais (CES/CNE 10/2004).

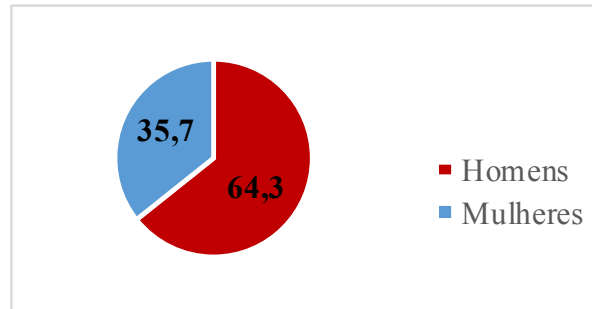
A estrutura do currículo do curso de Ciências Contábeis é gerenciada dentro de fundamentos e pressupostos de uma educação de qualidade, com o propósito de formar um profissional ético e que atenda às necessidades do mercado de trabalho e um cidadão comprometido com a sociedade em que vive.

4 Metodologia e alguns resultados

Metodologicamente, realizou-se um estudo exploratório de natureza qualitativa com a utilização de entrevistas semiestruturadas em profundidade, com 14 docentes do curso de Ciências Contábeis da UFS/São Cristóvão, no período de 1 de agosto de 2015 a 8 de novembro de 2015. A coleta de dados foi realizada com a distribuição de questionários enviados por e-mail a todos(as) docentes do departamento do curso de Contabilidade da UFS/São Cristóvão. Todos os(as) docentes são bacharéis em Ciências Contábeis, registrados (as) junto ao CRC, com mais de 10 anos de profissão. O curso, atualmente, conta com um corpo docente de 14 docentes (sendo 05 mulheres e 09 homens), 02 técnicos administrativos (sendo do sexo masculino), e uma bolsista. Atualmente, temos 577 alunos, sendo 42% de mulheres e 58% de homens. Anualmente entram 100 alunos. É importante registrar que o curso de Contábeis da UFS vem obtendo conceito “B” nas avaliações da qualidade do processo de formação (INEP, 2008).

O universo da pesquisa é composto por 14 professores do departamento de Ciências Contábeis, sendo 5 docentes do sexo feminino e 9 do sexo masculino, conforme Gráfico 1. Os(as) entrevistados(as) possuem faixa etária entre 29 a 63 anos. Os(as) entrevistados(as) não tiveram seus nomes identificados, com a finalidade de garantir o anonimato.

Figura 1 - Quantidade de Homens e Mulheres no DCC (%)



Fonte: pesquisa de campo (2015)

O número predominante de homens, no curso, deve-se ao fato da reprodução ideológica de valores e estereótipos sobre papéis e profissões adequadas a homens e mulheres na sociedade. Por mais que as mulheres tenham entrado de vez no mercado de trabalho e estejam muito bem, na escala hierárquica dos postos decisivos a predominância ainda é dos homens. Ademais, conquistar espaço não é sinônimo de ter igualdade: as mulheres ainda fazem dupla jornada, ganham menos que os homens quando exercem a mesma função e, sobretudo, ainda são preteridas na hora da promoção aos cargos de maior poder e prestígio.

Em relação à titulação, 72% possuem especialização e 28% possuem mestrado. Todas as docentes mulheres possuem mestrado. Corroborando com essa pesquisa, a fala de Freitas (2007, p. 20), nos ajuda a entender esse quadro. Segundo a autora, nos últimos anos, verificou-se um aumento da escolaridade das trabalhadoras, sendo que a população feminina chegou a superar o grau de instrução da masculina. Quanto ao tempo de trabalho, 03 entrevistadas exercem as atividades de docência com um período inferior a dez anos na USA. Outras 02 entrevistadas distribuem-se uniformemente, entre 10 e 30 anos de dedicação às atividades de docência. Ressalta-se que 60% das entrevistadas estão em regime de dedicação exclusiva e 40% estão em regime de 40h, podendo (e tem)

outro tipo de atividade econômica. Em relação aos entrevistados 67% estão em regime de 40 horas e possuem outra atividade econômica. Em relação ao estado civil, 80% são casadas, e as outras 20% são solteiras, gráfico 2.

Quanto à quantidade de filhos, 60% das mulheres não têm filhos. Com isso, percebe-se que apesar de serem casadas não têm interesse em ter filhos, pois algumas justificaram que os filhos atrapalhariam o seu crescimento profissional. Elas acreditam que o fato de exercerem diversas funções (mãe e profissional) gera uma concorrência desigual no mercado de trabalho. Uma entrevistada (E3) argumentou que “seria um fardo”! Já a situação dos homens é totalmente oposta. Entre os entrevistados 55,5% são casados, mas 80% têm filhos, gráfico 3. São provedores de suas famílias e têm filhos, mas são suas mulheres que tomam conta dos filhos. Os resultados revelam que, entre as várias mudanças que permeiam o universo feminino, além das alterações de ordem econômica, social e cultural, houve, ainda, queda nas taxas de fecundidade. Ao serem questionados(as) sobre avanços da mulher no mercado de trabalho, todos(as) os(as) entrevistados(as) não visualizam, atualmente, nenhum tipo de dificuldade para as mulheres no acesso ao mercado de trabalho.

Nunca senti uma desigualdade de gênero no curso. Na minha turma se formaram 50% homens e 50% mulheres e pelo que tenho acompanhado todas mulheres (que foram minhas alunas) estão no mercado de trabalho da contabilidade. Agora na minha época de estudante não tinha nem 15% de alunas!(E11)

Um docente entrevistado (E11) informou que na época de estudante somente existiu 20% de mulheres em sala, isso a vinte anos atrás. Hoje esse percentual aumentou para 35%. As representações construídas ainda revelam resquícios de uma sociedade patriarcal. Essa estrutura tem ressurgido com o desenvolvimento do capitalismo. [...] “o patriarcado é definido como um sistema sexual de poder no qual os homens possuem poder e privilégio econômico e controle sobre o corpo das mulheres através de diversas manifestações” (CRUZ, 2005, p. 39).

As docentes indicam dificuldades apenas em conciliar o tempo entre família, emprego e cuidados pessoais. As novas atribuições ocasionaram uma sobrecarga física e psíquica para elas, em decorrência da sua inserção no mercado de trabalho. Elas assumem múltiplos papéis com consequências na organização do trabalho reprodutivo e produtivo com “triplas” jornadas de

trabalho. “Acredito que nós mulheres temos nossos interesses. Desta maneira, participamos conforme nossos interesses, em relação à família e trabalho.” Hoje em dia, o mercado de trabalho está restrito e é comum mulheres assumirem a chefia familiar e as despesas da casa quando seus companheiros perdem seus empregos. A inserção das mulheres ao área da contabilidade sempre foi dificultada, seja pelo preconceito que a área impõe às mulheres, seja por elas próprias que, às vezes, se colocam como inferiores aos homens para o desenvolvimento de determinada função. Elas não foram imaginadas como integrantes da história de criação que envolve a Contabilidade. Sempre foi uma área vista tradicionalmente dominada por homens.

Os resultados indicam que há formas sutis de discriminação e segregação das mulheres na área, exigindo delas esforço adicional para terem o mesmo reconhecimento que os homens. Desde o surgimento do curso em 1991, somente em 2013 que o cargo de chefia do departamento do curso pesquisado foi ocupado por uma mulher, tendo sido, anteriormente, ocupado por 5 docentes do sexo masculino. No entanto, a docente não conseguiu terminar o seu mandato. Isso porque conseguiu passar no doutorado e ficou sem condições de conciliar o tempo entre ser mãe, esposa, profissional e estudante. Essa jornada de estudante “requer o máximo de dedicação e paciência”, como disse a entrevistada E1. Independentemente da faixa etária, os homens sempre estão em maioria em relação às mulheres na estrutura hierárquica, onde se nota melhor as marcas da discriminação sexual do trabalho sob o impacto de uma barreira de poder. Cruz (2005) afirma que se privilegiam os homens mais presentes nas ocupações de maior prestígio social, nos quais se encontram em cargos de comando, enquanto observa-se a exclusão de mulheres nos setores profissionais e de carreiras que comportam elevado poder técnico decisório, produção do saber, gestão da economia e poder político.

Em relação à questão salarial, não há diferenças no curso analisado. No entanto, os homens pesquisados recebem salários maiores por possuírem outras rendas. Dado da Luiza Carvalho, diretora da ONU *Mujeres*, as mulheres ainda recebem salários inferiores aos dos homens, pelo menos 30% a menos que os homens. A opinião dos(as) entrevistados(as), ao serem questionados(as) sobre se há desigualdade de gênero no departamento do curso de Ciências Contábeis foi unânime a resposta “nunca presenciei”. No entanto, algumas mulheres (20%) afirmam que em sala de aula notam diferenças. Uma das entrevistadas informou que precisa se destacar por sua competência, organização e empenho, buscando constantemente novos conhecimentos. Observa-se em geral,

a tendência a naturalização das desigualdades e discriminações de gênero no trabalho no mesmo departamento da UFS. Contudo, elas existem e precisam ser conhecidas como forma de quebrar barreiras naturalizadas pela herança patriarcal, as quais dificultam ou mesmo impedem a concretização dos seus direitos. Mesmo em número reduzido, a entrada de mulheres na contabilidade provocou modificações nas relações sociais dentro das instituições. Refletir o ponto de vista das mulheres é essencial em estudos como este, de maneira que as diversas situações de desigualdade, ainda impostas pelo sexo, sejam desvendadas. Comprovações como essas precisam ser reveladas, a fim de que seja conhecida, em cada área específica, a forma como a divisão sexual do trabalho se apresenta e provoque soluções para a mudança dessas questões de gênero.

5 Apreciações Finais

A maior participação das mulheres na atividade econômica e o consequente crescimento da importância relativa dos rendimentos femininos têm estimulado estudos que evidenciam a posição desfavorável das mulheres no mercado de trabalho, seja pela segregação aos postos de trabalho de pior qualidade, seja pela discriminação salarial sofrida por elas, o que afetaria negativamente o bem-estar tanto das próprias mulheres quanto o de suas famílias (LAVINAS, 1997). Percebe-se que as diferenças entre homens e mulheres são históricas, mas que há um despertar da mulher quando ela tem oportunidades, especialmente aquelas que têm acesso à educação formal. A luta contra os estereótipos e os processos discriminatórios, assim como a defesa da igualdade de oportunidades e o respeito às diferenças não é um caminho simples, uma vez que os mesmos argumentos desenvolvidos para defender relações mais justas, dependendo da conjuntura e do jogo político em que se inserem, podem ser resignificadas para validar processos de sujeição e exclusão. Concluímos que ainda há um longo caminho a ser percorrido, que necessariamente, primeiro passa pela tentativa de harmonização dos diversos direitos no âmbito dos países, seguindo para as comunidades deles, chegando a um conjunto mínimo de direitos humanos que possa ser aceito por todos os Estados do globo.

Referências

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**; Trad. Renato Aguiar. – 4º ed. – Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2012.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Trabalho, Gênero, Cidadania**: Tradição e Modernidade. São Cristóvão: Edição UFS, Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005. 390 p.:il.

LAVINAS, L. **Emprego Feminino: o que há de novo e o que se repete?** In Dados, vol. 40, nº 1, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Currículo, gênero e sexualidade. Portugal. Porto Editora, 2000.

NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. Sergipe: Editora Paz e Terra, v. 13, 1984. (Coleção Educação e Comunicação)

SCOTT, Joan. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre V. 16. No2, julho/dezembro. 1995.

SOUZA, Silmere Alves de. Atitude investigativa: procedimentos qualificador da formação e atuação do Assistente Social numa perspectiva crítico-dialética. São Cristóvão, 2007. [online] http://bdttd.ufs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=58. Acesso em 30 de abril 2015.

TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS DE FUNDADORAS/ ES DE NÚCLEOS E GRUPOS DE ESTUDOS DE GÊNERO ARTICULADOS À REDOR

Mayanne Júlia Tomaz Freitas
mayannetomaz51@gmail.com

Maria Eulina Pessoa de Carvalho
Universidade Federal da Paraíba
mepcarv@terra.com.br

Resumo: Com base em pesquisa bibliográfica, documental e biográfica, este artigo apresenta breves recortes da história da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero – REDOR e de algumas de suas criadoras e participantes, visando contribuir para registrar a memória desta importante rede. Foram realizadas entrevistas com três acadêmicas e um acadêmico feministas, fundadores e atuais dirigentes de quatro núcleos/grupos de estudos de gênero articulados à rede, sobre suas trajetórias e perspectivas sobre seus núcleos/grupos e a REDOR. Os resultados indicam como os estudos de gênero estão presentes em suas trajetórias acadêmicas, desde a formação, assim como a relevância da rede para os núcleos/grupos, pois propicia sua articulação e crescimento no contexto da luta pela equidade de gênero a partir das universidades nessas regiões.

Palavras-Chave: REDOR, Núcleos e Grupos de Estudos de Gênero, Acadêmicas/os Feministas, Gênero e Educação Superior.

Introdução

Esse artigo resulta de pesquisa bibliográfica, documental e biográfica, que realizou um levantamento histórico dos Núcleos e Grupos de Estudos de Gênero das Instituições de Educação Superior (IES) do Norte e Nordeste do país, filiados à Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), e entrevistou suas/seus fundadoras/es e atuais dirigentes¹. Um impulsionador da pesquisa foi a articulação do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre a Mulher e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM/UFPB), do qual fazemos parte, com a REDOR.

A justificativa para essa investigação foi a escassez de estudos sobre a REDOR, como apontam Sardenberg (2005), Esmeraldo (2010), Ferreira (2012), e Rabay, Carvalho e Silva (2013). Estas últimas autoras afirmam que conhecer a trajetória desta importante rede de núcleos de estudos de gênero de IES e de pesquisadoras feministas, além de ter valor histórico e científico, amplia a visualização da relevância social dos estudos de gênero e possibilita a consolidação e expansão da rede. Segundo CARVALHO (2013, p. 6),

esses núcleos e grupos têm um papel formador (de mudança cultural) que extrapola o contributo de suas diversas ações e projetos no desenvolvimento das funções acadêmicas do ensino, pesquisa e extensão. Seu impacto é tanto formal quanto informal. Tomando como exemplo o NIPAM, os diversos núcleos desenvolvem projetos educativos e de intervenção social em parceria com Organizações Não Governamentais (ONGs), escolas e associações locais.

Como lembra Blay (2006), foi através do movimento social feminista que se evidenciou na ciência acadêmica a ausência de conhecimento sobre as questões específicas da mulher. O feminismo denunciou o desconhecimento da ciência androcêntrica sobre o corpo, a saúde e a sexualidade femininas, sobre a violência, estupro e incesto ocultos no lar, entre outras questões sociais que requerem um olhar multi/inter/transdisciplinar.

A partir da década de 1960, inicialmente em universidades Norte-Americanas e Europeias, foram surgindo os estudos da mulher, posteriormente denominados estudos feministas e de gênero. Assim, segundo Blay (2006, p.63) “a criação dos núcleos de estudos de gênero foi uma estratégia feminista para superar os entraves que as universidades faziam à entrada do tema mulher na

academia". A partir dessa estratégia bem sucedida, construíram-se novos conceitos e as temáticas da mulher e relações de gênero foram incluídas entre as disciplinas optativas, sobretudo nas áreas de ciências sociais e humanas.

A década de 1975 a 1985 foi declarada pela ONU "Década da Mulher" e repercutiu nos movimentos de mulheres e feministas e nas universidades brasileiras. No início de 1990, surgiram duas redes articuladas em universidades: a Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas (RedeFem) e a Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR). Essas redes resultaram da articulação de diversos núcleos e grupos de estudos sobre a temática das mulheres e relações de gênero, criados nas IES durante a década de 1980.

Contudo, a inclusão dos estudos feministas e de gênero na educação superior ainda é muito tardia entre nós, quando se considera que há apenas um programa de pós-graduação sobre gênero e feminismo, reconhecido e aprovado pela CAPES em 2005. Trata-se do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que oferece o primeiro mestrado do país e o primeiro doutorado da América Latina nessa temática. Este programa foi fundado pelo núcleo pioneiro nos estudos da mulher no país, também fundador da REDOR: o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulher (NEIM/UFBA). Ademais, a questão de gênero ainda não se transversalizou nos currículos da formação superior, mesmo naqueles cursos de predomínio feminino, como Enfermagem, Serviço Social, Pedagogia e Biblioteconomia (CARVALHO e RABAY, 2013).

A REDOR tem um papel importante na luta pela equidade de gênero nas regiões Norte e Nordeste e no Brasil. MATOS (2006) destaca que 72,8% das mulheres com escolaridade superior não são feministas, com base em pesquisa nacional da Fundação Perseu Abramo, intitulada "A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado", realizada em 2001. Assim, sabendo-se que a mudança cultural é lenta, faz-se necessário que esses núcleos e grupos de estudos de gênero intervenham na academia e na sociedade mais ampla para reverter esse quadro.

Metodologia

Na primeira etapa da pesquisa foram realizados levantamento e análise documental da trajetória e contribuições de cada núcleo ou grupo de estudos de gênero das regiões Norte e Nordeste, filiado à Redor, destacando-se:

histórico e características da inserção institucional; caracterização das/os integrantes, inclusive por área de conhecimento; linhas e projetos de pesquisa; ações de extensão e formação; intervenções na política institucional; parcerias e intervenções sociais. Na segunda etapa, visando aprofundar a história do núcleo/grupo e perspectivas futuras, a partir de depoimentos das/os fundadoras/es e atuais dirigentes, foi construído um protocolo de entrevista (submetido ao Comitê de Ética, com Carta de anuência para os núcleos/grupos de estudos da IES e Termo de Consentimento Livre Esclarecimento para a/o entrevistada/o). Utilizou-se a internet como mecanismo de comunicação para a coleta das informações, Algumas entrevistas foram realizadas face à face e complementadas por internet; outras por internet.

A entrevista se baseou no modelo de Kelchtermans (1994), que propõe um ciclo de aprofundamento sucessivo na realização da entrevista biográfica, que pode assumir focos de interesse distintos: trajetória, identidade profissional, vivência atual do exercício profissional. De acordo com CARVALHO (2015), os/as entrevistados/as são induzidos/as a reconstruir, de modo cumulativo, suas biografias profissionais, organizando retrospectivamente suas experiências e desenhando o horizonte e expectativas futuras. Entre uma entrevista e outra há um momento de interanálise, de preparação dos temas que necessitam ser abordados ou aprofundados.

Este artigo apresenta uma breve análise de quatro entrevistas. Levando-se em consideração o grande número de núcleos/grupos, e as diferenças quanto a institucionalização na IES e vínculo com a REDOR, esse recorte se baseou em critérios como: representatividade regional e acadêmica no âmbito das IES e da REDOR – por exemplo, ter efetiva institucionalização na IES, ter realizado encontro da rede. As/O selecionadas/o foram três docentes do Nordeste (dentre fundadoras e dirigentes de 17 núcleos e 12 grupos levantados) e uma docente do Norte (dentre fundadoras e dirigentes de 4 núcleos e 2 grupos levantados):

- Grupo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” sobre a Mulher e Relações de Gênero (GEPEM): localizado na Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém; uma de suas fundadoras encontrava-se na fundação da REDOR; comparece com assiduidade às reuniões da REDOR; apresenta maior institucionalização em relação aos demais da região Norte.
- Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Mulher e Relações de Gênero (NEPIMG): localizado na Universidade Federal de

Sergipe (UFS), Aracaju; esteve presente na criação da Redor; sediou a 11ª reunião da REDOR e sediará a 19ª.

- Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família (NEGIF): situado na Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza; sediou a 8ª e a 14ª reuniões da REDOR; tem tido participação integral nas reuniões da rede.
- Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (GEMA): localizado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife; formado por homens feministas, tem tido participação integral nas reuniões da rede.

Os sujeitos selecionados são: Luzia Miranda Álvares, fundadora do GEPEM/UFGA, em 1994; Maria Helena Santana Cruz, fundadora do NEPIMG/UFS, em 1992; Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, fundadora do NEGIF/UFCE, em 1998; e Jorge Lyra, fundador do GEMA/UFPE, em 1998. A entrevista buscou explicitar a trajetória pessoal e acadêmica de cada entrevistado/a e perceber como ambas se entrelaçam com os estudos de gênero.

Delineamos duas fases, inicialmente, sendo possível agregar outras ao ciclo de entrevistas. Na primeira fase foram feitas perguntas sobre como se tornou feminista, quando começou a estudar e pesquisar gênero, como chegou até a REDOR, e como se envolveu no projeto de criação do núcleo ou grupo em sua IES. Na segunda fase, as perguntas perpassaram pelos fatores que contribuíram para a criação do núcleo, facilidades e dificuldades, uma avaliação da trajetória do núcleo, áreas de contribuição do núcleo e planos futuros sobre o processo de institucionalização e sustentação do núcleo. A terceira fase se concentrou em esclarecimentos de respostas. Foram cerca de cinco e-mails por entrevistado/a, desde a coleta de assinaturas dos termos de anuência e consentimento, até o preenchimento satisfatório do protocolo.

Na breve análise a seguir, entremeamos aspectos das biografias das entrevistadas e do entrevistado com aspectos das trajetórias dos núcleos ou grupos de estudos de gênero. Após um breve histórico sobre o/as fundador/as e seus respectivos núcleos/grupos, destacamos três perguntas da entrevista: Como/quando começou a refletir academicamente sobre a questão da mulher e/ou de gênero? Você se considera feminista, como se tornou? Como vê o futuro do núcleo/grupo e da REDOR?

Luzia Álvares e o GEPEM/UFPA

Maria Luzia Miranda Álvares nasceu em 1940 no município de Abaetetuba-PA. Estudou em internato de freiras em Belém e casou-se aos 19 anos, assim que saiu do colegial, e foi viver com a família extensa e patriarcal do marido. Depois de ter 4 filhas, em 1972 ingressou no curso superior de Ciências Sociais na UFPA. Na universidade foi influenciada pela sua professora de Sociologia, que tocava nas questões feministas e de relações de trabalho, possibilitando sua reflexão sobre as relações de gênero envolvendo as mulheres e o sistema de produção capitalista. Graduiu-se em 1977 e foi indicada para a docência, por ter se destacado como aluna, numa época em que não havia concurso público. Em 1990 obteve o grau de Mestra em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, com dissertação intitulada *Saias, Laços & Ligas: construindo imagens e lutas*. Um estudo sobre as formas de participação das mulheres paraenses. O doutorado em Ciências Políticas obteve no ano de 2004 pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) com tese denominada *Mulheres na competição eleitoral: Seleção de candidaturas e padrão de carreira política no Brasil*.

O Grupo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” sobre a Mulher e Relações de Gênero – GEPEM/UFPA foi fundado por Luzia em 1994 e encontra-se vinculado ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA. Tem uma equipe de 34 pesquisadoras e bolsistas. Suas linhas de pesquisa são Mulher e participação política; Mulher, relações de trabalho, meio ambiente e desenvolvimento; Gênero, identidade e cultura; Gênero, arte/literatura e educação; Gênero, saúde e violência. O GEPEM tem um blog (<http://gepemacontece.blogspot.com.es/>), página no Facebook (<https://www.facebook.com/GEPEM-Grupo-de-Estudos-e-Pesquisas-Eneida-de-Moraes-463839223657122/>) e o Jornal Iaras (<http://www.jornaliaras.ufpa.br/>). Em 2012 também iniciou uma revista denominada Gênero na Amazônia (<http://www.generonaamazonia.ufpa.br/>).

Maria Helena Cruz e o NEPIMG/UFS

Maria Helena Santana Cruz nasceu em 1942 no município de Arauá-SE, no contexto de uma família na qual a dominação masculina era encarnada na figura autoritária paterna. Seus pais dedicavam-se às atividades do comércio de tecidos e sua mãe também administrava a casa e a educação dos filhos, ficando demarcada a separação do espaço privado feminino. Maria Helena estudou

em um colégio particular religioso feminino, em regime de internato, até 1961, quando concluiu o Curso de Formação de Professores Primários. Trabalhou no setor bancário, tendo assinado contrato que determinava que, ao casar, deixaria o emprego. Quando ingressou, em 1969, no curso de Serviço Social da UFS, Maria Helena já tinha um filho e uma filha. Depois teve outra filha. Em 1976, através de concurso público, tornou-se Professora Auxiliar de Ensino, na disciplina Pesquisa Social no Departamento de Serviço Social da UFS. Em 1979 obteve o mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com dissertação intitulada *Punições na escola: um estudo exploratório*. Obteve o doutorado em 1999 pelo mesmo programa com tese denominada *Modernização do trabalho e tradição: estudos de caso sobre relações sociais de gênero em indústrias*. Em 2009 realizou Pós-Doutorado em Sociologia da Educação na UFS. Ganhou o título de Professora Emérita da Universidade Federal de Sergipe em 2015.

O Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Mulher e Relações de Gênero – NEPIMG/UFS surgiu em setembro de 1992, inicialmente como “Projeto de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Mulher e Relações de Gênero”, através de Maria Helena e suas colegas Amy Adelina C. de Farias Alves, Ana Maria Vasconcelos Gonçalves e Beatriz Gois Dantas, entre outras pesquisadoras. O NEPIMG/UFS está vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFS. Suas/seus pesquisadoras/es estão inseridas/os nas áreas de Serviço Social e Educação. Tem uma equipe de 10 docentes, além de estudantes de mestrado e bolsistas PIBIC, e tem desenvolvido projetos financiados pela Capes, CNPq, FAPITEC/SE e FAPESSE. Sediou o 11º Encontro da REDOR em 2002 e sediará o 19º Encontro, que ocorrerá em junho de 2016.

Gema Esmeraldo e o NEGIF/UFC

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo nasceu em 1952 no município de Pacoti-CE. Vem de uma família de cinco homens e quatro mulheres, de configuração patriarcal, onde as mulheres se dedicavam às atividades domésticas e os homens sentavam com o pai para conversar e assistir TV. Como não passou no primeiro vestibular para Psicologia, na segunda tentativa Gema optou por Economia Doméstica, que concluiu no ano de 1976 na Universidade Federal do Ceará (UFC) em Fortaleza. Em 1991, depois do nascimento de sua única filha, passou a integrar o quadro de docentes da UFC como auxiliar de ensino. Em 1997, concluiu o Mestrado em Educação na Universidade Federal da Paraíba (UFPB),

em João Pessoa, com dissertação intitulada *O feminino na sombra. Relações de poder na CUT*, orientada pela Profa. Lourdes Maria Bandeira. Durante o mestrado cursou componentes curriculares no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais para se aprofundar em Sociologia e Antropologia, visando dialogar com os estudos teóricos sobre gênero, movimentos de mulheres e feministas, e o sujeito social mulher. Em 2004, concluiu o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, desenvolvendo tese sobre *O MST sob o signo de uma economia subjetiva. O Assentamento José Lourenço*.

O Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família – NEGIF/ UFC, fundado em 1998 por Gema e suas colegas Celecina de Maria Veras Sales e Célia Gurgel do Amaral, encontra-se vinculado ao Centro de Ciências Agrárias da UFC. Conta com equipe de 24 componentes e tem cerca de 18 projetos realizados e em andamento. Suas fundadoras situam-se nas áreas de Serviço Social, Sociologia, Economia Doméstica e Educação.

Jorge Lyra e o GEMA/UFPE

Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca nasceu em 1968 na capital de São Paulo, filho de mãe baiana e pai alagoano. A família mudou-se para Recife-PE em 1976, por transferência do seu pai, que viu a possibilidade de ficar mais próximo de seu estado de origem. Jorge se graduou em 1993 em Psicologia Social e Psicologia Clínica (Psicoterapia Infantil de base analítica freudo-lacianiana). Obteve seu mestrado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), em 1997, com dissertação intitulada *Paternidade adolescente: uma proposta de intervenção*. Em 2008 tornou-se doutor em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) com tese denominada *Homens, feminismo e direitos reprodutivos no Brasil: uma análise de gênero no campo das políticas públicas (2003-2006)*. É pioneiro nos estudos de gênero e masculinidade no Brasil.

Cadastrado no CNPq, em 1998, o Núcleo de Pesquisa em Gênero e Masculinidades – GEMA/UFPE foi idealizado por Jorge e Benedito Medrado, junto com outros pesquisadores/as vinculados à UFPE e ativistas no campo do feminismo e direitos humanos, como um espaço de diálogos sistemáticos de profissionais que integravam o Instituto PAPAI, organização não-governamental que trabalha com homens e masculinidades, combatendo o machismo e promovendo a participação dos homens na vida reprodutiva e no cuidado das crianças (<http://institutopapai.blogspot.com.es/>). Sua criação foi inspirada

no Grupo de Estudos sobre Masculinidade e Paternidade (Gesmap) da ECOS/SP. Tem diversos projetos de formação, pesquisa e extensão em andamento e conta com uma equipe de pesquisadores/as, doutorandos/as, mestrandos/as e graduandos/as. Suas linhas de pesquisa são: Processos psicossociais, poder e práticas coletivas; Produção de sentidos em saúde; Homens, masculinidades e contextos sociais; Estudos e políticas feministas.

Iniciação nos estudos de gênero

Sem desconhecer que as docentes desde cedo perceberam criticamente a família patriarcal, é no contexto da formação superior, sobretudo da pós-graduação, e da carreira acadêmica que se envolvem com os estudos da mulher e de gênero.

Luzia Álvares já era sensível à questão da mulher em meio à vivência da tradição familiar, às posturas da sogra e tias de seu marido com relação ao cuidado da casa e à criação de suas filhas. Quando ingressou no curso de Ciências Sociais conheceu uma professora que trabalhava com movimentos sociais e mulheres e então começou a acompanhar, pois gostava da temática.

O interesse de Maria Helena Cruz teve início com sua inserção na carreira acadêmica na UFS:

No meio acadêmico encontrei colegas pesquisadoras/es que estavam articulados ou eram alimentadas/os pelos movimentos organizados de mulheres que se expressavam no país, lutando não só contra a dominação da mulher mas, em virtude do contexto político econômico, lutando pela anistia, contra a alta do custo de vida, por creches etc., e que já desenvolviam pesquisas sobre as questões da mulher, refletiam sobre as relações homem/mulher na sociedade brasileira, acompanhando um movimento de caráter internacional, que tomou impulso a partir da década de 1970, no Brasil e também em Sergipe.

Assim, Maria Helena passou a refletir sobre suas próprias vivências e trajetória, percebendo as diferenças de experiências entre mulheres e homens. Nessa época, já desenvolvia de forma isolada e, posteriormente, com o grupo algumas questões conceituais sobre os movimentos sociais e, em particular, sobre o feminismo.

Quando entrou para o quadro de docentes da UFC e passou a integrar o movimento sindical docente (ADUFC), Gema Esmeraldo percebeu que um pequeno contingente feminino militava no movimento docente. Assim, junto com as colegas, buscou um maior engajamento nas lutas pelos direitos das mulheres e dos/as trabalhadores/as, sempre somando a militância sindical e feminista às leituras e análises sobre “questões da mulher”.

Jorge Lyra, durante a juventude, participou ativamente de campanhas políticas partidárias de esquerda e de movimentos culturais, bem como em atividades ligadas ao campo profissional. Nesses contextos, refletia sobre as relações entre homens e mulheres, familiares e sociais. Quando trabalhava como palhaço e recreador, atuando como educador infantil, muitas vezes se defrontava com questionamentos sobre por que as atividades de cuidado são consideradas atribuições das mulheres. Logo teve a oportunidade de aprofundar sua visão na pós-graduação:

...fomos apresentados aos debates de gênero e ao Feminismo, tanto pela nossa orientadora, Fúlvia Rosemberg, especialista na temática de gênero e educação e as interfaces com raça e idade, como nas discussões com outros pesquisadores que estavam realizando mestrado e doutorado no núcleo de pesquisa coordenado por ela.

Assim, como se pode constatar acima, as/o docentes já abordam questões de gênero em suas dissertações e teses.

Identidade feminista

Nesse contexto, surge a questão da identidade feminista. Nossas entrevistadas e nosso entrevistado consideram-se feministas? E como se tornaram?

Luzia Álvares se considera uma pesquisadora sobre as questões da mulher e gênero e faz questão de ser tratada assim, pois afirma já ter sofrido muito preconceito por parte de colegas da universidade. Por se afirmar feminista já ouviu dizerem: “Ah! Luzia é uma louca!”

Maria Helena Cruz diz que não se vê de outra forma já que a questão feminina e a literatura sobre feminismo se tornaram objeto de seus estudos. Reflete que o feminismo possibilitou a ela ressignificar sua identidade:

O feminismo se tornou uma palavra que fala não só a você, mas que fala de sua existência ou mesmo que lhe acordou para sua existência; me libertou de um peso, abriu meus olhos para a pessoa que eu tentava construir baseada em conceitos que a sociedade patriarcal me ditava e a pessoa que eu realmente desejava ser.

O feminismo entra em cena desde cedo na vida de Gema Esmeraldo, quando começa a questionar a criação dela e de seus irmãos e irmãs, no contexto da divisão do trabalho produtivo e reprodutivo na sua família de origem. Mas foi a partir de sua articulação com outras mulheres na CUT, da inquietação com o baixo número de mulheres que participavam do movimento sindical e, em seguida, dos estudos no mestrado que se descobriu feminista. Assim, os estudos feministas vieram a se prolongar por toda a sua vida acadêmica.

O feminismo, como crítica cultural e projeto de mudança cultural, fala a todos, não só às mulheres, e chama também os homens a se engajarem nesse projeto. Portanto, Jorge Lyra se considera feminista:

Sim, sou um homem feminista, pois entendo o feminismo como um projeto de sociedade, como uma proposta de relações sociais entre as pessoas. Neste sentido, não considero que o feminismo seja algo apenas das mulheres, mesmo que reconheça, e faço questão disso, de reconhecer que a autoria das reflexões críticas que fazemos com e sobre os homens e as masculinidades foi em função das proposições de transformação da condição feminina realizadas pelo movimento de mulheres e pelo movimento feminista. Ou seja, as discussões e propostas de ação que fazemos não tiveram origem em ações feitas pelos homens, com exceção do debate sobre sexualidade proposto pelos homens homossexuais, nós não temos exemplos de articulação de homens tentando transformar sua condição de existência, transformar a nossa cultura machista, patriarcal e conservadora. Por isto que faço questão de reconhecer e de me nomear que sou sim feminista e quando digo isso também não estou negando o processo e a legitimidade do sujeito político do feminismo que são as mulheres, mas considero que sim, é possível pensarmos em conjunto, homens e mulheres, o que significa ser feminista e de fazer proposições feministas.

Conclusão: presente e futuro dos núcleos/grupos de estudos de gênero e da REDOR

A REDOR foi criada em 12 de setembro de 1992 por iniciativa do NEIM/UFBA, que realizou o I Encontro Regional de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero do Norte/Nordeste. No mesmo ano nasceu o Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Mulher e Relações de Gênero – NEPIMG/UFS e dois anos depois o Grupo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” sobre a Mulher e Relações de Gênero – GEPEM/UFPA. O Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família – NEGIF/UFC e o Núcleo de Pesquisa em Gênero e Masculinidades – GEMA/UFPE foram fundados na mesma década, em 1998.

As docentes e o docente entrevistados enfatizam a importância da rede. Luzia Álvares lembra que “muitos núcleos/grupos passaram a existir depois da REDOR”, ou seja, a REDOR conferiu aos núcleos/grupos impulso para sua criação e legitimidade dentro de suas universidades. Gema Esmeraldo ressalta que a proposta de rede é estratégica, pois assim os núcleos se apoiam entre si, e os que estão mais fortes e consolidados servem de estímulo e suporte para os que estão mais frágeis ou acabam de ser fundados.

Cada núcleo enfrenta o desafio de se consolidar, crescer e incluir novas gerações de estudiosas/s feministas. Maria Helena Cruz considera que o NEPIMG tem se desenvolvido e possui uma boa estrutura dentro da UFS, além de congregar pesquisadoras/es produtivas/os, inclusive das novas gerações, estimuladas/os pela crescente produção científica sobre as questões de gênero. Nesse sentido, pondera:

Apesar do longo caminho já percorrido, a pesquisa sobre mulher e relações de gênero ainda enfrenta desafios e impasses, que felizmente são contrabalançados pelo vigor do interesse e da disposição para enfrentá-los. Vejo o futuro da REDOR como promissor e considero que os impactos positivos de sua existência devem ser fortalecidos e ampliados.

Jorge Lyra dá sugestões concretas de como a rede pode fortalecer os núcleos, contribuir para a criação novos núcleos e mesmo para melhorar as condições do trabalho acadêmico em suas instituições:

Acredito que a REDOR como articulação em Rede deveria pensar em novas possibilidades de renovação, de recriar os princípios e motivos que nos unem, pois uma boa parte das professoras e também de professores das Universidades (sejam públicas, sejam privadas) já conseguiram conquistar seus títulos de mestrado e de doutorado, então a meu ver devíamos nos reunir para pensar as nossas práticas cotidianas de ensino-pesquisa e extensão na graduação e na pós-graduação para ver em que medida podemos nos fortalecer internamente para garantir as conquistas e ampliar as possibilidades. Uma ação mais solidária, coletiva e compartilhada para fazer uma crítica a essa lógica produtivista e competitiva em que vivemos, ou seja, colocar em perspectiva os princípios feministas de “fazer ciência” e de produzir conhecimento, e que pode tocar coisas bem simples desde a troca de ementas de disciplinas ao como (o passo a passo) um ou outro núcleo de pesquisa conseguiu se consolidar em sua universidade, por exemplo.

Ao mesmo tempo, como indica Luzia Álvares, “a REDOR passa a ter uma dimensão muito maior quando se percebe que ela existe para diversas institucionalidades no Brasil; isso de fato demonstra sua importância para o reconhecimento das/es pesquisadoras/es do Norte e Nordeste”.

A REDOR não apenas articula os diversos núcleos/grupos, mas impulsiona e dá visibilidade aos estudos de gênero nas regiões Norte e Nordeste. O último encontro da rede, o 18^o, ocorrido em novembro de 2014 na Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife/PE, demonstrou o seu crescimento, unificando esforços para os avanços na igualdade de gênero em todos os âmbitos sociais.

Notas

- ¹ Projeto PIBIC, recorte de projeto financiado pela Chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/ MDA N°32/2012 CNPq, cujo objetivo é viabilizar as contribuições das mulheres ao conhecimento acadêmico e o trabalho sobre gênero que vem sendo desenvolvido na educação superior nas regiões Norte e Nordeste, através do mapeamento e análise das trajetórias e contribuições dos Núcleos e Grupos de Estudos da Mulher e Relações de Gênero das diversas IES, integrantes da REDOR, destacando suas contribuições científicas (CARVALHO, 2012, 2013).

Referências

BLAY, E. A. Núcleos de estudos da Mulher X Academia. In: Brasil/SPM. **Pensando gênero e ciência**. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas, 2005/2006.

CARVALHO, M. E. P. **Trajatórias e contribuições dos Núcleos de Estudos da Mulher e Relações de Gênero integrantes da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero – REDOR: do pessoal ao institucional**. Relatório de Pesquisa. Processo CNPq: 404888/2012-7. NIPAM, Universidade Federal da Paraíba, 2015.

_____. **Trajatórias e contribuições dos Núcleos de Estudos da Mulher e Relações de Gênero integrantes da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero – REDOR: do pessoal ao institucional**. Projeto PIBIC 2013/2014, CNPq/PRPG/ Universidade Federal da Paraíba, 2013.

_____. **Trajatórias e contribuições dos Núcleos de Estudos da Mulher e Relações de Gênero integrantes da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero – REDOR: do pessoal ao institucional**. Projeto aprovado pela Chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA N° 32/2012 - Categoria 1. Processo: 404888/2012-7. NIPAM, Universidade Federal da Paraíba, 2012.

CARVALHO, M. E. P.; RABAY, G. **Gênero e educação superior: apontamentos sobre o tema**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

ESMERALDO, G. G. S. L. A formação em estudos de gênero, mulheres e feminismo: impasses, dificuldades e avanços. In: SPM. **Pensando gênero e ciências**. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas – 2009. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Presidência da República, 2010, p. 91-101. Disponível em: <<http://www.SPM.gov.br/publicacoes/2010/spm-nucleos-web.pdf>. > Acesso em: 20 Fev. 2012.

FERREIRA, M. M. Introdução: A REDOR e os estudos de gênero no Norte e Nordeste. In: FERREIRA, Maria Mary (Org). **Conhecimento Feminista e Relações de Gênero no Norte e Nordeste Brasileiro**. São Luís. REDOR; NIEPEM, 2012. p.11-15.

KELCHTERMANS, G. **Biographical methods in the study of teachers' professional development.** In: Ingrid CALGREN, Gunner HANDAL & Sveinung VAAGE (Eds.), *Teacher thinking in action in varied contexts: research on teachers' thinking and practice.* London: Falmer Press, 1994, p.93-108.

MATOS, M. A institucionalização do feminismo no Brasil. Os núcleos de estudos de relações de gênero e o feminismo como produtores de conhecimento: A experiência da REDEFEM. In: Brasil/SPM. **Pensando gênero e ciência.** Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas, 2005/2006.

RABAY, G.; CARVALHO, M. E. P.; SILVA, L. B. Feministas e Acadêmicas: o papel da REDOR no fortalecimento dos Estudos feministas e de gênero na educação superior no Norte e Nordeste do Brasil. In: MONTANÉ, Alejandra; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de (Org.). **Mujeres y Educación Superior.** Editora da UFPB, 2013. p.163-188.

SARDENBERG, C. M. B. **Para re-tecer a Rede: reflexões sobre a trajetória da REDOR.** In: 1º Seminário Internacional "Enfoques Feministas e o Século XXI: feminismo e universidade na América Latina". Salvador, Bahia: NEIM/UFBA, 2005.

GÊNERO E MULHERES NAS UNIVERSIDADES: HÁ POLÍTICA DE REDISTRIBUIÇÃO NA EDUCAÇÃO?

Regis Glauciane Santos de Souza
Secretaria Municipal da Educação de Salvador-BA – SMED
regisglaucianesouza@gmail.com

Resumo: Este trabalho apresenta parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado sobre gênero e mulheres nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES) desenvolvida no PPG-NEIM/UFBA. Com recorte da abordagem das políticas de redistribuição norteado pelas formulações de Nancy Fraser (2007, 2008), a ênfase será dada às discussões a partir de dados quantitativos, seguidos de análises qualitativas, baseado no estudo de cunho bibliográfico e documental, mediante os procedimentos do estudo de caso, que se realizou na Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 2014, abrangendo um período de vinte e quatro anos (1990-2014), com um olhar para a configuração da educação brasileira na perspectiva de gênero – acesso e progresso discentes nas universidades, com indicadores sociais da educação e recorte de sexo, partindo do geral para o particular (Brasil, Região Nordeste e Bahia/UFBA). Os resultados da pesquisa apontam, de maneira geral, que as mulheres continuam em desvantagem na educação, apesar de constituírem maioria entre o corpo discente e docentes nas IFES e, portanto, as desigualdades de gênero não estão superadas no espaço universitário. Foi possível perceber, também, que ainda há divisão hierárquica entre as áreas do conhecimento. No tocante às questões de ‘redistribuição’, especificamente, ficou evidente que o espaço universitário ainda é sexuado e fixa obstáculos de gênero em seu território. Palavras-chave: Gênero; Mulheres; Educação Formal; IFES; Espaços de poder

Introdução

Neste trabalho, em que me proponho discutir relações de gênero e mulheres nas universidades, fundamentado nas perspectivas de gênero e educação, nas relações sociais entre mulheres e homens, baseio-me, em especial, no primeiro conceito proposto Nancy Fraser (2007a) – “redistribuição”, incorporado à educação pelas contribuições de Elizabeth G. Caviedes, Patrícia P. Fernández e Alejandra V. Barrientos (2006), Nina Madsen (2008) e Fúlvia Rosemberg e Nina Madsen (2011), que se alinham ao recorte “tridimensional” das dimensões para os estudos de gênero e educação formal: redistribuição, reconhecimento e representação. Parto do pressuposto de que existem desigualdades estruturadas e construídas historicamente, estando as mulheres em desvantagem. No campo da educação, isto é marcante.

A meu ver, atualmente, o “nó” está centrado no progresso, pois o acesso “está marcado”, mas quando se trata de elevação nas carreiras estudantis e docentes, da valorização curricular no campo da educação, ainda não percebo uma política que Nancy Fraser (2007a) chama de “redistributiva”, isto é, de justiça democrática, de divisão de recursos e bens. A discussão do acesso é importante, especialmente quando se trabalha com indicadores sociais, marcos de democracia na educação. Todavia, o progresso, questão fundamental no presente, é estudado a partir das promessas de crescimento democrático, das políticas de expansão no campo das relações de gênero e educação. Evidentemente, os dados estatísticos dão grandes contribuições neste aspecto.

Justificativa

A proposta de Fúlvia Rosemberg e Nina Madsen, em sintonia com os aportes de Fraser, é que as análises das justças distributivas/redistributivas sejam focadas em indicadores de acesso e progresso da educação como, por exemplo, média de anos de estudos.

No tocante a essas informações, espero contribuir para as discussões referentes à democratização do acesso e progresso na Educação Superior no Brasil, na Região Nordeste e no Estado da Bahia, sobretudo no que se refere aos aspectos de gênero na política educacional brasileira. Ainda de acordo com os apontamentos do FNE (BRASIL, 2013a), a Educação Superior tem sua história fortemente marcada pela diversificação e diferenciação institucional, mas é nas Universidades que existe o maior contingente de matrículas na graduação, marcando, assim, o acesso. Neste sentido, me proponho a estudar as Universidades

Públicas Federais com o intuito de verificar a participação das mulheres nestes espaços e, de forma especial, na UFBA.

A oferta de vagas nos cursos superiores das IFES, no período 1991-2005, observa-se, na Tabela 1 - que apresenta dados do país, das regiões e da Unidade da Federação (UF)/Estado da Bahia -, um aumento gradativo, em termos global e regionais, enquanto que, no Estado da Bahia, especificamente, não se percebe este crescimento, de acordo com a frequência dos anos, apontando resultados contrários ao que se esperaria em termos de desenvolvimento satisfatório para acompanhar a perspectiva macro.

Nesta leitura, ao compararmos os anos de 1993, 1994 e 1997 em relação aos anos anteriores, vê-se que houve decréscimo na educação superior no Estado, sobretudo se compararmos os resultados em termos de equivalência dos mesmos anos na Região Nordeste e no país, o que possibilita dizer que o Estado da Bahia, no período analisado, não acompanhou o crescimento nacional, no que diz respeito à oferta de vagas nas IFES.

Tabela 1 – Número de vagas anuais oferecidas nos cursos de graduação presenciais - dados totais – Brasil, Região Nordeste e Bahia, 1991–2005

ANO	BRASIL	REGIÃO NORDESTE	UF: BAHIA
1991	516.663	64.498	12.725
1992	534.847	65.647	13.325
1993	548.678	66.010	13.242
1994	574.135	67.992	13.201
1995	610.355	73.652	14.589
1996	634.236	76.055	15.585
1997	699.198	81.819	15.469
1998	803.919	93.731	18.980
1999	969.159	121.999	27.818
2000	1.216.287	141.565	35.229
2001	1.408.492	176.512	40.550
2002	1.773.087	240.333	64.578
2003	2.002.733	277.540	80.619
2004	2.320.421	321.929	96.109
2005	2.435.987	334.897	105.651

Fonte: MEC/Inep/Deaes (2007, p. 56 apud RISTOFF ET AL., 2007)

A chegada dos anos 2000, apresenta novos resultados, saltos quantitativos nas ofertas de vagas, nas três perspectivas – Brasil, Região Nordeste e Estado da Bahia –, salvo o ano de 2002, no que pese a Região Nordeste. Embora fazendo parte desta região em que houve decréscimo no ano especificado, a Bahia demonstrou crescimentos significativos, sobretudo em relação à década anterior. Acredito que este cenário tenha relação com a afirmação feita por Martins (2000) de que a década de 1990 ainda sofreu resquícios do arrefecimento e estagnação dos anos 1980. Os dados das IFES no contexto baiano, colhidos pelo levantamento favorecido por Dilvo Ristoff (2007), embora não de forma generalizada, comprovaram as observações feitas por Martins (2000) bem como as interpretações desse estudo.

Ademais, a nova década (2000), conforme observam Rosemberg e Madsen (2011), é marcada por grandes mobilizações para o acesso à educação superior - que será comentada mais detalhadamente a seguir -, por importantes projetos de expansão para ofertas de vagas onde se pode incluir, e talvez seja uma das mais significativas iniciativas no âmbito governamental, as Políticas de Expansão e Reestruturação das Universidades Públicas Federais, notadamente, a partir do ano de 2005, atendendo aos projetos do Governo Federal para a educação superior no país, esboçados pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a exemplo do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que será destacado nas abordagens do capítulo a seguir.

No que tange às inscrições nos cursos de graduação presenciais, os dados da Tabela 2 indicam que, no período compreendido entre 1990 e 2005, em nível nacional, também ocorreram decréscimos, nos anos de 1992, 1996 e 2003 e, no que se refere à Região Nordeste, nos anos de 1992, 1996 e 2005, assim como no Estado da Bahia. Ao fazer o recorte por sexo, observa-se que, em termos gerais, houve uma maior participação feminina nas inscrições nos cursos de graduação no Brasil, desde os anos de 1998 até 2005, representando, neste último ano, 55,5%, enquanto 44,5% dos inscritos foram do sexo masculino. Na Região Nordeste, houve decréscimo nas inscrições tanto do sexo feminino quanto do masculino, no ano de 2005.

Tabela 2 – Candidatos(as) inscritos(as) anualmente nos cursos de graduação presenciais, com recorte de sexo (número e percentual) – Brasil, Região Nordeste e Bahia, 1991–2005

ANO	BRASIL					REGIÃO NORDESTE					UF: BAHIA				
	TOTAL	FEM	%	MASC	%	TOTAL	FEM	%	MASC	%	TOTAL	FEM	%	MASC	%
1990	-	-	-	-	-	304.151	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1991	1.985.825					328.403					77.107				
1992	1.836.859					279.283					67.907				
1993	2.029.523					320.028					79.699				
1994	2.237.023					358.507					87.412				
1995	2.653.853					457.077					120.394				
1996	2.548.077					429.567					112.952				
1997	2.715.776					421.109					110.951				
1998	2.895.176	1.647.187	56,9	1.247.989	43,1	481.198	305.331	63,5	175.867	36,5	124.238	87.545	70,5	36.693	29,5
1999	3.435.168	1.939.144	56,4	1.496.024	43,6	624.396	366.956	58,8	257.440	41,2	175.304	1065.72	60,2	69.732	39,8
2000	4.039.910	2.295.057	56,8	1.744.853	43,2	705.464	416.499	59,0	2888.965	41,0	213.621	128.755	60,3	84.866	39,7
2001	4.260.261	2.394.596	56,2	1.865.665	43,8	759.885	444.637	58,5	315.248	41,5	224.541	133.427	59,4	91.114	40,6
2002	4.984.409	2.779.004	55,8	2.205.405	44,2	918.525	535.913	58,3	382.612	41,7	269.092	162.743	60,5	106.349	39,5
2003	4.900.023	2.716.164	55,4	2.183.859	44,6	963.601	555.817	57,7	407.784	42,3	290.150	176.314	60,8	113.836	39,2
2004	5.053.992	2.808.404	55,6	2.245.588	44,4	999.751	571.653	57,2	428.098	42,8	297.375	177.342	59,6	120.033	40,4
2005	5.060.956	2.806.913	55,5	2.254.043	44,5	985.478	562.526	57,1	422.952	42,9	294.328	176.417	59,9	117.911	40,1

Fonte: MEC/Inep/Deaes (2007, p. 57 apud RISTOFF ET AL., 2007)

Contudo, observando as possíveis disparidades, 57,1% das inscrições foram femininas e 42,9%, masculinas. Assim, embora os dados da Região Nordeste tenham mostrado algumas quedas no crescimento das inscrições femininas em relação aos anos seguintes, no que diz respeito a gênero/sexo, houve crescimento favorável. Com efeito, seguindo o recorte de sexo, as mulheres apresentaram um número maior nas inscrições, ocorrendo o mesmo no Estado da Bahia onde os percentuais foram ainda mais significativos para o sexo feminino, alcançando, em 2005, 59,9% das inscrições enquanto para o sexo masculino, alcançou 40,1%.

Somando-se a estas constatações, ao analisarem o índice de crescimento das matrículas no Ensino Superior, em conformidade com Godinho e col. (2006), Rosemberg e Madsen destacam, também, que, entre os anos 1996 e 2003, há um aumento das matrículas em todas as regiões e um maior referencial em prol das mulheres nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país (2011, p. 420-421).

Com relação à Tabela 3, que apresenta dados sobre o ingresso nos cursos de graduação presenciais, seguindo ainda o mesmo período (1991-2005), em termos globais, o ano de 1992, mais uma vez, é marcado pela queda nos índices da educação superior no país, desde a oferta de vagas, o número de inscrições até o ingresso, ocorrendo queda também, no ano de 2002, em relação ao ingresso.

No que tange ao recorte de sexo, houve evolução no ingresso feminino entre 1995 e 2005, acontecendo o mesmo em relação ao sexo masculino, que oscilou, com baixa porcentagem, entre os anos de 1996 até 2003. Comparado por sexo, verifica-se que o feminino marcou maior ingresso, chegando, em 2005, a 55,0%, enquanto o masculino foi de 45,0%, em termos gerais.

Observando a Região Nordeste, as mulheres também evoluíram, apresentando baixo ingresso apenas no ano de 1996, correspondendo a 54,8% do total de 65.773 do alunado ingressante. Nesta região, o sexo masculino também evoluiu, partindo, de 1995, com 30.078 e chegando, em 2005, com 99.993. No Estado da Bahia, houve crescimento não linear, pois o sexo feminino apresentou queda, nos anos de 1996 e 2003, e o masculino, em 1996. Já, comparando-se um sexo ao outro, percebe-se que o feminino apresentou, nas três esferas – Brasil, Região Nordeste e Estado da Bahia -, maior participação, respectivamente: 55,0%; 56,2%; 57,9%, para o feminino; enquanto que o masculino foi de: 45,0%; 43,8%; 42,1%.

Cabe ressaltar mais um detalhe: além do sexo feminino representar maior porcentagem e crescimento gradual, o masculino, em termos numéricos, apresentou evolução na participação, mesmo com algumas oscilações, porém, em relação à porcentagem participativa, aconteceu o inverso do feminino: um decréscimo na sequência Brasil, Região Nordeste e Bahia, conforme podemos conferir na Tabela 3, no ano de 2005.

Tabela 6 – Concluintes dos cursos de graduação presenciais por ano, com recorte de sexo (número e percentual) – Brasil, Região Nordeste e Bahia, 1991-2005

ANO	BRASIL					REGIÃO: NORDESTE					UF: BAHIA				
	TOTAL	FEM	%	MASC	%	TOTAL	FEM	%	MASC	%	TOTAL	FEM	%	MASC	%
1991	236.410	141.678	59,9	94.732	40,1	31.517	19.746	62,7	11.771	37,3	5.764	3.643	63,2	2.121	36,8
1992	234.288	140.455	59,9	93.833	40,1	30.155	18.466	61,2	11.689	38,8	5.082	3.112	61,2	1.970	38,8
1993	240.269	144.342	60,1	95.927	39,9	30.930	19.144	61,9	11.786	38,1	6.038	3.838	63,6	2.200	36,4
1994	245.887	150.339	61,1	95.548	38,9	32.442	20.603	63,5	11.839	36,5	6.581	4.343	66,0	2.238	34,0
1995	254.401	155.241	61,0	99.160	39,0	34.940	22.100	63,3	12.840	36,7	7.065	4.587	64,9	2.478	35,1
1996	260.224	158.749	61,0	101.475	39,0	34.845	22.167	63,6	12.678	36,4	7.253	4.863	67,0	2.390	33,0
1997	274.384	168.512	61,4	105.872	38,6	38.196	24.167	63,3	14.029	36,7	8.588	5.626	65,5	2.962	34,5
1998	300.761	184.350	61,3	116.411	38,7	39.392	24.573	62,4	14.819	37,6	8.920	5.820	65,2	3.100	34,8
1999	324.734	198.416	61,1	126.318	38,9	42.916	26.833	62,5	16.083	37,5	8.967	5.593	62,4	3.374	37,6
2000	352.305	217.437	61,7	134.868	38,3	46.860	30.076	64,2	16.784	35,8	11.036	7.470	67,7	3.566	32,3
2001	395.988	246.997	62,4	148.991	37,6	54.771	34.727	63,4	20.044	36,6	12.076	7.982	66,1	4.094	33,9
2002	466.260	293.309	62,9	172.951	37,1	68.824	45.611	66,3	23.213	33,7	14.162	9.227	65,2	4.935	34,8
2003	528.223	329.311	62,3	198.912	37,7	76.518	50.251	65,7	26.267	34,3	13.613	8.324	61,1	5.289	38,9
2004	226.617	391.995	62,6	234.622	34,4	89.670	58.517	65,3	31.153	34,7	17.223	10.446	60,7	6.777	39,3
2005	717.858	446.724	62,2	271.134	37,8	102.596	64.891	63,2	37.705	36,8	26.451	17.060	64,5	9.391	35,5

Fontes: MEC/Inep/Deaes (2007, p. 56 apud RISTOFF ET AL, 2007)

Nesse sentido, o período em destaque, nas três esferas administrativas, seguiu o descompasso entre ingresso e conclusão. Todavia, não podemos desconsiderar o crescimento entre 1991 e 2005, olhando “ano a ano”, tanto no ingresso quanto nas conclusões no Brasil, na Região Nordeste e no Estado da Bahia, já que, aumentando a oferta de cursos e vagas nas instituições houve, conseqüentemente, uma maior porcentagem de concluintes.

No que tange ao recorte de sexo, tanto a participação feminina quanto a masculina oscilou bastante em termos percentuais, seguindo-se os anos de 1991 até 2005. Observando a relação entre um sexo e outro, o feminino apresentou maior porcentagem nas conclusões dos cursos de graduação, seguindo a mesma ótica – Brasil, Região Nordeste e Estado da Bahia –, de modo que, a partir dos dados apresentados, pode-se dizer que o sexo feminino não só apresentou

uma maior elevação nas matrículas/ingresso como também nas conclusões de cursos de graduação presenciais, conforme dados das Tabelas 6 e 7.

Tabela 7 – Evolução da população estudantil dos cursos de graduação, segundo o sexo - Brasil, 1996 – 2000

ANO	SEXO		TOTAL
	FEMININO	MASCULINO	
1996	520.867	440.459	961.326
2000	1.514.165	1.180.079	2.694.244

Fontes: Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe IESALC; Unesco – Caracas – A educação Superior no Brasil. Porto Alegre – Brasil, nov. 2002, p. 158

Ao analisar um novo século, o século XXI, os dados de 2003-2009, que constam na Tabela 8, indicam, em linhas gerais, que as mulheres representam a maioria da população estudantil. No entanto, uma análise mais detalhada mostra outra realidade: as mulheres são maioria nas áreas consideradas “tipicamente femininas”, de menor prestígio econômico e social.

De acordo com Blay (2002), o espaço universitário é sexuado, é um campo onde as barreiras de gênero se impõem considerando que os cursos universitários frequentados na entrada do terceiro milênio são ainda correspondentes à divisão sexual do trabalho nas atividades domésticas, ampliando-se nas áreas do cuidar, do ensinar e de manutenção da família, o que explica a maior concentração de mulheres, entre 2003-2009, nas áreas das Ciências Sociais, Negócio e Direito, Educação, Humanidades e Artes, Saúde e Bem-Estar e Serviços. Visualizando este contexto, em concordância com Susan Besse (1999), ressalta, ainda, que as atividades domésticas devem ser compatibilizadas, para a mulher e só para ela, quando da escolha de profissões mesmo que universitárias. Somando a estes aportes, Rosemberg e Madsen (2011) adotam o conceito de “heterocronia” para explicar e compreender as desigualdades de gênero nos diversos campos, assim como interpretar dados estatísticos distorcidos.

Razões como essas justificam as análises detalhadas que se deve fazer frente aos dados tratados, e não só em termos gerais, para averiguar o acesso de vagas nas universidades por mulheres e homens, colocando, porém, o hiato de gênero em evidência, buscando saber, de maneira mais específica, quem acessa determinadas áreas do conhecimento e profissionalização ofertadas pelas universidades, segundo a rede de ensino da qual faz parte (se privada ou pública). E, no terceiro aspecto, atentar, também, para uma leitura heterocrônica

das políticas educacionais, com atenção às desigualdades entre os grupos que acessam, descartando paridades e sincronias, isto é, uma suposta “posição no mesmo nível” entre mulheres e homens (uma vez que nunca existiu) e mesmo entre as mulheres ou entre os homens, o que chamo de leitura intragênero, ou seja, no mesmo gênero (ROSEMBERG; MADSEN, 2011).

Por se tratar de uma instituição pública federal, esta realidade destoa da leitura feita em nível nacional onde, embora as mulheres representem maioria na educação superior, a maior concentração se dá na rede privada, nas universidades particulares, enquanto os homens se concentram em maior proporção nas redes públicas federais. Neste sentido, houve uma reversão entre o global e o específico, uma vez que as mulheres são maioria na UFBA. Destaco, ainda, que, observações com relação às áreas de conhecimento neste aspecto se tornam importantes para que se faça uma leitura de gênero, ou melhor, um monitoramento das hierarquias de gênero a partir das políticas de acesso e progresso pela análise do “hiato de gênero”, conforme indicam Rosenberg e Madsen (2011).

Destarte, as informações apresentadas a partir dos dados nos possibilitam fazer uma leitura da realidade social. Neste sentido, a cultura patriarcal tem grande influência, pois permeia todas as dimensões da sociedade (OLIVEIRA, 2008). Em vista disto, tomo como referência as reflexões e depoimentos de bell hooks, uma intelectual negra, feminista americana que alerta que nós, enquanto mulheres, temos a obrigação de nos projetar na revolução (LINDSEY apud HOOKS, 1995, p. 464). Hooks adverte que o enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres segue um padrão estabelecido na escravidão, de modo que, como escravas, o trabalho compulsório obscurece todos os outros aspectos da existência das mulheres - e o de gênero é um deles. Ela recomenda que se busque a valorização intelectual entre as mulheres, por considerá-la necessária na luta pela libertação e fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas, que poderão “passar de objeto a sujeito, descolonizando e libertando suas mentes”, pois não dá mais para construir história sem mulheres, sobretudo no campo intelectual (HOOK, 1995, p. 466).

Conclusão

Por conseguinte, a discussão sobre relações de gênero e acesso à educação possibilitou visualizar o crescimento das mulheres nas universidades como também problematizar as desigualdades nestes espaços, expressas pelas relações

de gênero ainda existentes. Segundo Lúcia Avelar (2001), uma sociedade não será democrática na medida em que as oportunidades dos indivíduos estejam condicionadas por sua inserção nesta ou naquela categoria social, sejam quais forem os critérios com base nos quais tais categorias se constituam (raça, classe, etnia, religião, gênero). Para esta autora, a sociedade assim caracterizada será fatalmente hierárquica e as oportunidades diferenciais por categorias expressarão, ao cabo, o desequilíbrio nas relações de poder entre elas e a subordinação de umas às outras.

Com efeito, é preciso problematizar a trajetória das mulheres na educação, buscando maior equidade de gênero, mais igualdade social e mudanças na história social. É preciso discutir os fatos, já que os homens continuam a dominar os espaços e áreas de conhecimento ao passo que as mulheres, por mais que se qualifiquem, continuam à mercê das decisões masculinas (visto que elas, em sua maioria, não chegam à linha de frente). Margareth Rago acrescenta que as conquistas arduamente ganhas ao longo das últimas décadas pelos feminismos são continuamente ameaçadas por pressões machistas as mais conservadoras.

Assim, as Instituições de Educação Superiores precisam refletir sobre sua própria estrutura. Buscar compreender como uma cultura feminina se constrói no interior de um sistema de relações desiguais, como ela mascara as falhas, reativa os conflitos, baliza tempos e espaço como, enfim, pensa suas particularidades e suas relações com a sociedade global, segundo Rachel Soihet e Rosana Soares (2000).

Referências Bibliográficas

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, UNESP, 2001.

BLAY, Eva Altherman. Gênero na Universidade. **Educação em Revista**, Marília, UNESP, Universidade de Marília, n. 3, p. 73-78, 2002.

BRASIL. Fórum Nacional de Educação. **Educação brasileira**: alguns indicadores e desafios. Brasília, mar. 2013a. Disponível em: <http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/educacao_brasileira_indicadores_e_desafios.pdf>. Acesso em: fev. 2014.

CAVIEDES, Elizabeth Guerrero; FERNÁNDEZ, Patricia Provoste; BARRIENTOS, Alejandra Valdés. Acesso a la educación y socialización de género en un contexto

de reformas educativas. In: _____, et al. (Org.). **Equidad de género e reformas educativas**. Santiago de Chile: Hexagrama; FLACSON-IESCO, 2006. p. 99-150.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 465-477, 1995.

MADSEN, Nina. **A construção da agenda de gênero no sistema educacional brasileiro (1997-2007)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, UnB, Brasília, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5127/1/2008_NinaMadsen.pdf>. Acesso em: jul. 2013.

ROSEMBERG, Fúlvia; MADSEN, Nina. Educação formal, mulheres e gênero no Brasil contemporâneo. In: PITANGUY, J.; BARSTED, L. (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil, 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

UMA LEITURA DE GÊNERO SOBRE METODOLOGIAS INOVADORAS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO EM SAÚDE

Roxane de Alencar Irineu
roxaneirineu@gmail.com

Maria Helena Santana Cruz
Universidade Federal de Sergipe
helenacruz@uol.com.br

Resumo: As mudanças constantes sociais e no mundo do trabalho e, especialmente no trabalho em saúde, trouxeram a necessidade de um novo profissional apto a responder às demandas de saúde da população. A partir desse novo contexto, as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2001 passaram a orientar para o uso de metodologias ativas na formação em saúde com o objetivo de romper com as antigas metodologias tradicionais que outrora se basearam no ensino médico. Com base na revisão da literatura, a pretensão neste texto reflexivo é oferecer informações sobre o processo de formação em saúde mediado pela metodologia ativa, contemplando uma leitura crítica sobre fatores mediadores de gênero. Novas demandas de qualificação são postas atualmente no ensino superior visando preparar para o mercado de trabalho um profissional de saúde dotado de um novo olhar frente ao processo saúde-doença, um olhar de respeito à diversidade e sensível às diferenças de gênero. As políticas de gênero são colocadas atualmente como uma pauta transversal em todas as políticas de inclusão social, de valorização e reconhecimento de sujeitos excluídos socialmente e das identidades diferentes. É urgente também estar atento as interligações do sujeito com os distintos aspectos da vida em sociedade. Iniciou-se, neste contexto, a implementação de metodologias de ensino-aprendizagem diferenciadas nos mais variados espaços de formação.

Palavras-Chave: Educação, Gênero, Metodologia ativa, Saúde.

Introdução

As vertiginosas transformações das sociedades contemporâneas têm colocado em questão, de modo cada vez mais incisivo, os aspectos relativos à formação profissional. Este debate ganha contornos próprios no trabalho em saúde, na medida em que a indissociabilidade entre teoria e prática, o desenvolvimento de uma visão integral do homem e a ampliação da concepção de cuidado, tornam-se prementes para o adequado desempenho laboral. Nesse momento de globalização e reestruturação produtiva, aumenta a necessidade de dar um passo na apreensão da realidade vivida pelos(as) docentes do ensino superior e futuros profissionais da saúde não só em seu ambiente interno de trabalho, como também em seu cotidiano, nos locais de convívio e moradia, ampliando o leque de interrogações.

Este texto reflexivo com base na revisão da literatura, aborda aspectos da formação superior, em conexão com as principais transformações metodológicas no processo de formação dos profissionais de saúde, com ênfase na apreciação das metodologias ativas de ensino aprendizagem, além das demandas por melhorias dos serviços no âmbito da educação, tendo em vista as políticas públicas de saúde. A pretensão é oferecer informações relativas aos questionamentos: Como caracterizar a formação em saúde no contexto contemporâneo no nordeste, levando em consideração o paradigma proposto pelas DCN, a excelência no ensino e as questões relativas às demandas sociais? De que forma o processo de formação em saúde mediado pela metodologia ativa contempla uma leitura crítica sobre fatores mediadores de gênero? Como estabelecer convergência entre metodologia ativa e gênero? Essas questões nortearam este estudo por duas razões: a primeira diz respeito ao fato de as políticas de gênero serem colocadas hoje como uma necessidade de transversalidade, isto é, de estarem em foco em todos os setores da sociedade, inclusive e, porque não dizer especialmente, no setor saúde. A segunda razão situa-se na “ideologia” das metodologias ativas, que acima de tudo vislumbra formar um profissional apto a refletir criticamente sobre os distintos fatos da vida, bem como preparado a valorizar a subjetividade humana.

O trabalho realizado em nossa sociedade e em especial, na saúde – entendida como expressão de condições sociais, culturais e históricas das coletividades em que o trabalho desempenha papel crucial –, é determinado por um complexo entrelaçamento de relações de poder, sociais e econômicas. Assim, partindo da inquietação que conduziu à realização deste estudo, foi

colocada a seguinte hipótese: “Existem diferenças significativas entre os sexos na formação e no trabalho em saúde, dimensionadas por competências genéricas, competências empáticas, competências de comunicação, competências de contato do inventário de competências relacionais de ajuda”. É possível identificar dissemelhanças no que diz respeito à saúde de cada pessoa nos diversos momentos do respectivo ciclo vital, quando, se procede a comparações entre indivíduos, ou quando se colocam em equação populações diferentes ou grupos de indivíduos que ocupam posições assimétricas nas hierarquias sociais. Há um determinante das desigualdades em saúde que é, em parte substantiva, socialmente gerado, mantido e agravado – e por isso merecedor de respostas adequadas numa sociedade que se considera verdadeiramente democrática, as diferenças em saúde verificadas entre homens e mulheres em particular as que não dependem, no todo ou na parte, das diferenças orgânicas entre sexos. Neste sentido, a noção de *equidade de gênero* reconhece que as *diferenças* entre os sexos são transformadas, na prática social, em *desigualdades de gênero* (CRUZ, 2015).

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN (CNE/CES 583/2001), que orientam para a elaboração dos currículos das instituições de ensino superior, estimulam o abandono das concepções antigas e herméticas das grades (prisões) curriculares, de atuarem, muitas vezes, como meros instrumentos de transmissão de conhecimento e informações. Elas apontam, isto sim, para a necessidade de novas metodologias de ensino, mais ativas, reflexivas, com vistas à formação de um profissional crítico, autônomo e com maior capacidade para resolver os problemas de saúde reais. Para os cursos de graduação em saúde, as DCN apontam as características do profissional a ser formado – generalista, humanista, crítico e reflexivo, capaz de trabalhar em equipe –, para que as escolas adaptem seus projetos político-pedagógicos para formar profissionais com competência para atender às necessidades de saúde na dinâmica do contexto, inserindo nos currículos conteúdos essenciais relacionados ao processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade, integrados à realidade epidemiológica e profissional, proporcionando a integralidade das ações do cuidar. (BRASIL, 2001). Devem contemplar, portanto, a compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, nos níveis do indivíduo e do coletivo (LAMPERT et al, 2009) a fim de atenderem as demandas do SUS.

Existe o pressuposto de que a exigência de *flexibilidade comportamental* nos novos conceitos de produção que configuram o novo paradigma produtivo, em substituição ao modelo taylorista-fordista (HIRATA, 1994), está

freqüentemente relacionada com a maior flexibilidade das mulheres nos processos interativos. Isso se fundamenta na noção de que elas levam para o trabalho, qualificações sociais/competências/habilidades/atributos adquiridos nas esferas da reprodução que, combinados aos seus saberes formais, compõem a desejada flexibilidade do trabalhador. Atualmente, preconiza-se que as qualidades informais apresentadas pelas mulheres poderão ser revalorizadas enquanto credenciais femininas no mundo do trabalho, o que ensejaria maiores oportunidades para elas e maior valorização de suas qualificações e habilidades, das chamadas *qualificação tácita* (socialmente construída, resultante de processos artificiais de delimitação e classificação de campos), no contexto das mudanças tecnológicas e organizacionais. Uma característica fundamental do trabalho em saúde no setor de serviços, potencializada nas atividades e habilidades que o ato de cuidar envolve, é a interação entre trabalhador e o indivíduo para quem se produz o serviço. Dependendo dos atores que compõem essa relação, de quem é a pessoa objeto do trabalho de cuidar, será estabelecida determinado tipo de interação. Trata-se de relações desiguais perpassadas por assimetrias socialmente estabelecidas de gênero, idade, classe social, raça e etnia, que se recobrem parcialmente, que implicam um exercício de poder e exigem qualificações específicas.

O reconhecimento da importância de um relacionamento interpessoal adequado leva às instituições de ensino a uma ação intencional no âmbito do desenvolvimento de competências relacionais, particularmente no campo da saúde, tendo o professor/orientador pedagógico um papel importante enquanto agente, competindo-lhe assumir a responsabilidade de contribuir para que o aluno atinja o seu pleno desenvolvimento. A evolução da valorização do aspecto relacional dos cuidados em saúde é recente nos textos legislativos e nos programas de formação inicial em saúde. As DCN vêm ainda na intenção de contribuir para minimizar a *divisão técnica do trabalho em saúde* que diz respeito a características da 'divisão técnica ou divisão parcelar do trabalho' presente na forma de organização e produção do cuidado prestado por diversos grupos profissionais a seres humanos com carências de saúde. Refere-se à forma de organização *do trabalho coletivo* em saúde na qual se identifica a fragmentação do processo de cuidar, a separação entre concepção e execução; a padronização de tarefas distribuídas entre os diversos agentes, de modo que ao cuidador cabe o cumprimento da tarefa, afastando-o do entendimento e controle do processo; a hierarquização de atividades com atribuição de diferentes valores à remuneração da força de trabalho. (DONNANGELO, 1975).

Conforme Hirata e Guimarães (2012), a atenção ao outro, solicitude, todas essas palavras ou expressões são traduções aproximadas do termo inglês *care* (termo dificilmente traduzível porque é polissêmico), significando cuidar do outro, preocupar-se, estar atento às suas necessidades, todos estes diferentes significados, relacionados tanto à atitude quanto à ação.

Não é à toa que a prática de cuidar está histórica e culturalmente conectada ao feminino (cuidado domiciliar das crianças, dos deficientes, dos doentes e das pessoas idosas), pois, ao longo dos anos, essa atividade esteve atrelada à trajetória desenvolvida pela mulher nas sociedades ocidentais modernas. Vemos nesta concepção uma expressão da divisão social e sexual do trabalho, na qual a sociedade delimita com bastante precisão os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem. Pierre Bourdieu (1999) destaca que o mundo social produz nos sujeitos um modo de ser e de estar no mundo, e este é diferenciado para homens e mulheres. Ou seja, a sociedade acaba por imprimir na mulher um conjunto de valores que lhe confere uma performance específica. Entretanto, vários movimentos reflexivos de crítica a esse modelo societal de divisão do trabalho, sobretudo com a contribuição do movimento feminista e sua produção de conhecimentos, têm contribuído de forma decisiva para modificá-lo.

Historicamente as escolas médicas têm reforçado a visão tradicional de mulher. Estudos diversos mostram as discriminações tanto com as pacientes quanto com as estudantes. Também não se encontram estudos acabados sobre a questão do gênero no currículo médico, na América Latina e outros países do mundo. O assunto é tão importante que deveria ser incorporado aos currículos de ensino superior, iniciando pelo curso médico. Apesar dos avanços científicos e tecnológicos, as investigações sobre as diferenças de gênero na sociedade indicam que existe uma grande desigualdade em detrimento das mulheres, apesar de estas exibirem um maior índice de educação superior. E, no contexto dos determinantes sociais há que valorizar devidamente o gênero, enquanto elemento normativo da vida de homens e mulheres ao longo de todo o ciclo vital. A abordagem das diferenças em saúde não se confina, apenas, ao conhecimento das características identificadas nos indivíduos de um sexo e do outro. Dizem respeito, igualmente, às políticas de saúde, às formas de prestação e aos prestadores de cuidados, mas também às práticas educativas nos vários contextos de socialização, em particular na escola e na universidade.

Enquanto instâncias formadoras, de saberes e de boas práticas, as instituições formadoras têm um protagonismo relevante neste domínio, dado o mandato pedagógico

de que está investida. A concepção hegemônica de assistência à saúde ainda mostra-se centrada no médico e no hospital. Historicamente organizavam-se os currículos privilegiando-se a aquisição de bagagem cognitiva, psicomotora e, em menor extensão, afetiva. A necessidade de mudança no processo de formação dos profissionais de Saúde decorre da inadequação do aparelho formador em responder às novas demandas de qualificação profissional, especialmente a partir da efetivação do Sistema Único de Saúde (SUS), repleto de novas formas de atuação e serviço e tendo ainda como um dos seus princípios doutrinários a Participação Social. Neste ponto, observa-se convergência entre os princípios das metodologias ativas e as políticas de gênero, colocando-se ênfase na importância da formação de um profissional de saúde sensível às diferenças de gênero, a valorização da equidade, às demandas de saúde reais da população em todos os seus aspectos biológicos e sociais, conforme preconiza a proposta pedagógica das metodologias ativas. A reforma que se propõe para um novo plano de ensino visa dar maior relevância ao tema gênero, assim como permitir a investigação das desigualdades de gênero frente às enfermidades que os acometem, e avaliar em quanto isto influencia a sua qualidade de vida.

Metodologias ativas

A formulação de novas propostas para a formação dos profissionais da área da saúde, na perspectiva crítica e interprofissional, ou seja, a formação crítico-reflexiva e colaborativa, na direção da constituição de sujeitos para a transformação social, coloca, como uma das demandas para que se reorganizem as práticas de saúde, um sistema ancorado nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. No processo de trabalho em saúde, os profissionais deste campo compartilham um mesmo objeto – o ser humano com necessidades do âmbito da saúde. Estes, no seu processo de viver, podem, por vezes, necessitar de intervenção de profissionais de saúde e, neste processo, se expressam, de modo complementar, as dimensões biológica, psicológica, social, cultural, ética e política. Sabe-se que o modelo de ensino tradicional, pautado na transmissão, parece reduzir as possibilidades de o discente construir ativamente seu conhecimento e o torna dependente do docente na aquisição de saberes (CEZAR, *et al.*, 2010). Com enfrentamento ao modelo tradicional imposto e aceito ao longo do tempo, tem-se apostado em métodos de ensino aprendizagem ativos e colaborativos, centrados no processo e nos alunos, e os métodos de ensino construtivistas atendem a esse propósito. Dentre as opções

de metodologias ativas de ensino, citamos a Problemática e a Aprendizagem Baseada em Problemas – ABP.

As metodologias ativas estão alicerçadas em princípios orientadores: a) Princípio da aprendizagem do aluno/adulto independente; b) Autonomia do aluno, na *invocação* da problematização como estratégia de ensino-aprendizagem (MITRE, 2008), algo explícito no modelo de ensino contemplado no chamado Método Paulo Freire, voltado para o compromisso com a Educação continuada, favorável a aprendizagem contextualizada em tempo real/otimizada de forma profissional e independente; c) Contexto profissional em tempo real de “aprendizagem” contextualizada, para treinar no ensino a atividade de comunicação no trabalho; d) Capacidade de trabalhar em grupo/em equipe interprofissional /desenvolver nos cursos um trabalho apreciativo sobre o que acontece, isto permite formar melhor os profissionais. Objetiva-se alcançar e motivar o discente, pois, diante do problema, ele se detém, examina, reflete, relaciona a sua história e passa a ressignificar suas descobertas, na chamada educação libertadora, a qual valoriza o diálogo e desmistifica a realidade. O processo de educar, devido a múltiplos fatores (como a rapidez na produção de conhecimento, a provisoriedade das verdades construídas no saber científico e, principalmente, a facilidade de acesso à vasta gama de informação) deixou de ser baseado na mera transmissão de conhecimentos. O aluno traz um conjunto de informações/experiências pessoais e profissionais que precisam ser aproveitadas no processo de ensino com a metodologia ativa. Ao perceber que a nova aprendizagem é um instrumento necessário e significativo para ampliar suas possibilidades e caminhos, o aluno poderá exercitar a liberdade e a autonomia na realização de escolhas e na tomada de decisões. O ensinar exige respeito à autonomia e à dignidade de cada sujeito, especialmente no âmbito de uma abordagem progressiva, alicerce para uma educação que leva em consideração o indivíduo como um ser que constrói a sua própria história (MILTRE, 2008).

Por sua vez, na Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), modelo adotado em diversas escolas médicas e outros cursos de saúde, o estudante é provocado pela situação/problema ou cenário e inicia suas buscas e investigações a partir do problema. Os cursos de graduação são estruturados preferencialmente em turmas pequenas, com um (1) tutor e um número reduzido de alunos. As aulas convencionais, com grandes turmas são substituídas por sessões tutoriais nas quais o conhecimento, habilidades e competências são aprendidas por meio de situações-problemas, em ciclos de duração variáveis, habitualmente de uma semana, desenvolvidos com situações reais, situações construídas “simuladas”

e através de laboratórios de práticas. Nesses modelos de currículos o conteúdo das disciplinas básicas é distribuído durante todo o curso, sendo aprendido de forma integrada durante o desenvolvimento das competências. Acredita-se que a metodologia utilizada, a multiplicidade de cenários de aprendizado e a utilização de situações diretamente ligadas à realidade em que se insere, aproximará a escola da comunidade e permitirá uma melhor compreensão dos aspectos sociais por parte do profissional formado nesta realidade.

A obra de Jonh Dewey (1859-1952), filósofo norte-americano que foi certamente um dos pensadores e educadores que mais influenciou a história da educação, considerado um dos precursores da reconstrução da escola (Escola Nova), fundamenta a discussão sobre a metodologia ativa. Dentre as ideias centrais do método de Dewey pode-se citar: aluno no centro do processo pedagógico; professor como mobilizador; educação centrada na capacidade do raciocínio e espírito crítico do aluno; educação deve servir para resolver situações da vida. Para Dewey (1998) a educação deve ter um fim social: um programa de estudos, que tenha em vista as responsabilidades sociais da educação, deve apresentar situações cujos problemas sejam relevantes para a vida em sociedade e, em que se utilizem as observações e conhecimentos para desenvolver a compreensão e o interesse social.

Sabe-se que a área da saúde passou longos anos tratando a doença e as pessoas de forma técnica e fragmentada, pautada numa lógica cartesiana que separava o corpo, a mente e a alma. As diferenças sociais, injustiças étnicas, de classe e de gênero, não apareciam como pauta das questões de saúde. Os profissionais, gestores e também a população se omitiram desta discussão que hoje surge, ainda que sob a resistência de muitos, como um importante “marcador social” e determinante de saúde. Lourdes Bandeira (2005, p.5) revela que muitas das instituições e órgãos públicos brasileiros se encontram não apenas “assentados em padrões tradicionais de gestão e planejamento”, como também constituídos por agentes que ainda não se convenceram da relevância da perspectiva de gênero.

Políticas de gênero

Se gênero é uma das dimensões organizadoras das relações sociais que produz desigualdades, então as políticas, particularmente as políticas de saúde e educação, construídas no âmbito do ensino superior, devem reconhecer a existência dessas desigualdades e respondê-las, com vistas à promoção da

equidade de gênero. O aumento da participação das mulheres em processos decisórios revestidos de significado possibilita refletir e conformar políticas para corrigir desigualdades históricas, promover a equidade de gênero, romper com um universo restrito do não reconhecimento da alteridade, do outro, da diferença, para caminhar em direção da emancipação e do pertencimento. No que diz respeito à *transversalidade de gênero* nas políticas públicas existe a necessidade de articular esta categoria analítica a outras como raça/etnia, classe social e geração. As políticas de gênero são colocadas atualmente como uma pauta transversal em todas as políticas de inclusão social, de valorização e reconhecimento de sujeitos excluídos socialmente e das identidades diferentes, por ser o gênero entendido como um elemento normativo da vida de homens e mulheres ao longo de todo o ciclo vital. Podemos dizer que a *transversalidade* das hierarquias de gênero organiza toda e qualquer arena e nível da vida social, sendo intersectada por outras relações de poder e estratificação, incluindo classe, raça/etnia, sexualidade, nacionalidade e idade/geração (CRUZ, 2015). As políticas preventivas não podem dispensar uma leitura crítica sobre os fatores mediadores e os determinantes dos resultados encontrados – da qual uma leitura de gênero não pode, por isso, estar ausente. As iniciativas desenvolvidas em geral, incluem mulheres como parte do público beneficiário, seja como foco específico da ação governamental, seja como um segmento atendido por programas mais abrangentes, com uma atenção específica ou diferenciada. É preciso deixar claro, porém, que “gênero” e “mulher” não são sinônimos; logo, não é apenas no seu componente de atenção à saúde da mulher que a política de saúde pública deve incorporar a dimensão de gênero. Essas políticas precisam ser ampliadas, outrossim, para todos os sujeitos que ao longo da história foram desprivilegiados em função do gênero, como gays, travestis, transexuais e tantos outros. Nessa perspectiva, o profissional de saúde a ser formado precisa compreender essa realidade, inclusive para saber como proceder ao se deparar com toda essa diversidade de identidades de gêneros e de demandas de saúde distintas. Por isso, entende-se que a introdução da *metodologia ativa* sinaliza a perspectiva de refletir acerca da temática de gênero na saúde, na reestruturação produtiva, referenciando-se em um conceito ampliado de trabalho e saúde como resultante de relações sociais.

Neste trabalho, as ações associadas à formação e a saúde, tomam os conceitos de relações de gênero e de divisão sexual do trabalho entre outros como referência. Quando estamos falando da dimensão de gênero como parte das políticas de saúde estamos nos atendo não a diferenças nas condições de saúde

resultantes exclusivamente da diferença biológica entre homens e mulheres. A introdução da dimensão de gênero no campo da saúde traz como produto a crítica sistemática à naturalização biologizante da diferença sexual. A evidência científica sobre as *dissemelhanças* de gênero em saúde pode e deve merecer abordagens/ interpretações dos dados, o desenho de políticas preventivas que não dispensam uma leitura crítica sobre os fatores mediadores e determinantes dos resultados encontrados – da qual uma leitura de gênero não pode, por isso, estar ausente.

As abordagens pós-estruturalistas têm problematizado o entendimento de gênero como uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado/biológico e se ocupam em desconstruir a oposição binária sexo/gênero, na qual o primeiro par é assumido como um dado biológico/natural que representa a anatomia e fisiologia do corpo, enquanto que o gênero representa as construções sociais a partir de uma matriz biológica. Autoras como Judith Butler (2008, p 25) têm se ocupado em problematizar a distinção entre sexo e gênero, afirmando que “[...] o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza.”

Assumindo essa abordagem teórica, o sexo deixa de ser pensado como o significante sobre o qual se constrói o significado. O próprio sexo é questionado em sua materialidade ‘neutra’. Portanto, a distinção sexo/gênero perde o sentido dicotômico, pois tanto sexo quanto gênero são categorias construídas sócio-historicamente. Butler (2003) reconsidera o status da “mulher” como sujeito do feminismo, concebe que a teoria feminista promoveu o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representar as mulheres completamente a fim de promover sua visibilidade política à época. Para a autora, essa concepção não contempla mais a atual compreensão do ser mulher, visto que este é um conceito não mais estável ou permanente e, por conseguinte, a relação entre teoria feminista e política passa a ser questionada. Nessa mesma linha de compreensão Tiburi (2016) afirma que Butler considera o feminismo como uma luta pelos direitos das mulheres, é uma teoria engajada na defesa de um sujeito oprimido que tem como foco de preocupação o corpo sexuado considerado “abjeto”, isto é, àquela existência corporal daqueles que não se encaixam na estrutura binária “homem-mulher”. Portanto, a sua teoria feminista defende não só as mulheres, mas todos aqueles que não se enquadram nos discursos que invocam a natureza fixa do corpo.

Em outras palavras, nada é em si mesmo, tudo só existe em um processo de diferenciação. Assim, a identidade não é algo, mas é efeito que se manifesta em um regime de diferenças, num jogo de referências.

Considerações finais

O enfoque humanístico/holístico do processo de saúde-enfermidade para a atenção, cura, prevenção e reabilitação das pessoas afetadas em seu contexto sócio-cultural, torna necessária a utilização do enfoque de gênero como método de análise para a compreensão da complexidade das enfermidades e suas causas, além de oferecer soluções de qualidade. A abordagem de gênero emerge como eixo transversal do ensino por aportar não somente conhecimentos gerais e valores morais, mas também por ser essencial para que se garanta a qualidade da prática profissional. Da mesma forma, oferece amplas possibilidades de enriquecimento da reflexão teórica em saúde coletiva, podendo se somar a outros esforços intelectuais e políticos para a compreensão da saúde e de seus determinantes na luta contra as desigualdades e pela justiça social.

A metodologia ativa na formação superior constitui um recurso que favorece a discussão de temáticas de gênero na saúde por suas características ligadas a reflexão, autonomia do sujeito, vinculação com os fatos sociais reais dentro e fora do ambiente acadêmico; sinaliza a perspectiva de refletir acerca da temática de gênero referenciando-se em um conceito ampliado de trabalho e saúde como resultante de relações sociais. Se a metodologia ativa aproxima a escola da comunidade; permite uma melhor compreensão dos aspectos sociais; forma o aluno para desenvolver raciocínio e o espírito crítico e se ela, diante de tudo isso, ainda compreende que a educação deve servir para resolver situações da vida, supõe-se que ela considere como parte integrante da saúde da população às questões relativas às diferenças sociais, as injustiças étnicas, de classe e de gênero. Portanto, a área da saúde é um campo privilegiado para a população apropriar-se do conhecimento sobre diversos direitos sociais, porque, necessariamente, a questão saúde se desdobra em outras necessidades, tendo interface direta com outras políticas, sobre as quais os usuários podem tomar conhecimento.

Estima-se que a incorporação e sedimentação da dimensão de gênero nas políticas públicas, nos planos federais, de fato, resultam em melhores condições de saúde para as cidadãs e cidadãos brasileiros. A efetiva implementação das políticas dependerá da atuação de um amplo conjunto de atores, que envolverá a academia, gestores, profissionais de saúde, sociedade civil organizada. Mas não se deve deixar de mencionar que isso apenas será possível se os sujeitos envolvidos (docentes e gestão) estiverem conectados e sensíveis a essa leitura crítica da sociedade, pois do contrário facilmente inviabilizariam

o desenvolvimento dessa pauta, da mesma forma que o fizeram os deputados federais com a “famigerada ideologia de gênero” nas escolas.

Referências bibliográficas

BANDEIRA, Lourdes. Brasil: fortalecimento da Secretaria Especial de Política para as Mulheres avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas. CEPAL, Brasília, jan. 2005. Disponível em: <http://200.130.7.5/spmu/docs/integra_publ_lourdes_bandeira.pdf>. Acesso em: 4 set. 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação. Parecer CNE/CES 1.210/2001. Brasília: MEC, 2001.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CEZAR, P.H. N.; GUIMARÃES, F. T.; GOMES, A. P.; RÔÇAS, G.; SIQUEIRA-BATISTA, R. Transição paradigmática na educação médica: um olhar construtivista dirigido à Aprendizagem Baseada em Problemas. **Revista Brasileira de Educação Médica**. v. 34, p. 298-303, 2010.

CRUZ, Maria Helena Santana. Perspectivas e Desafios da Transversalidade das Políticas Públicas de Gênero. In: Maria Helena S. Cruz; Josiane S. Santos; Maria da Conceição A. Vasconcelos; Nailsa M. de Souza Araújo. (Org.). **Reconfiguração do estado e suas expressões na política social brasileira**. 1ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

_____. Dimensões do feminismo em Sergipe. In: **Cadernos Feministas de Economia & Política**. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, n. 3, 2006, p.141-164.

DEWEY, John. **Democracia y Educación: una introducción a La Filosofía de La Educación**. Madri: Morata, 1998.

DONNANGELO, M. C. F. **Medicina e Sociedade**. São Paulo: Pioneira, 1975.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araújo (Org.). **Cuidado e cuidadoras: As várias faces do trabalho do care.** São Paulo: Atlas, 2012.

HIRATA, Helena S. **Da polarização das qualificações ao modelo da competência.** In: FERRETI, Celso (orgs.). *Novas tecnologias, trabalho e educação.* Petrópolis, Vozes, 1994.

LAMPERT, J. B. et al. Projeto de Avaliação de Tendências de Mudanças no Curso de Graduação nas Escolas Médicas Brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Médica.** Vol.5, p. 5-18, 2009.

LOURO, G. L. Uma sequência de atos. **Revista Cult.** Nº6, ano 19, São Paulo, 2016.

MACHADO, Maria Helena, MOYSÉS, Neuza e OLIVEIRA, Eliane. **Trabalhadores de saúde em números: Volume 2.** Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2006.

MILTRE, S. M. et al., Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. **Ciência & Saúde Coletiva.** vol. 13, p. 2133-2144, 2008.

SAFIOTTI, Helleith. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Revista Educação e realidade.** Porto Alegre, v. 16. n. 2, jul./dez. 1990, p. 5-22.

TIBURI, M. Judith Butler: feminismo como provocação. **Revista Cult.** Nº6, ano 19, São Paulo, 2016.

A TRAJETÓRIA DA PROFESSORA EUDÉSIA VIEIRA: EDUCAÇÃO, MEDICINA E EMANCIPAÇÃO DA MULHER COMO ROMPIMENTO DOS EXTREMOS (1894 – 1981)

Shirley Targino Silva;
Universidade Federal da Paraíba,
shirleyzinhatargino@hotmail.com;

Jéssica Luana Fernandes
ges.sicaluana@hotmail.com

Resumo: O presente estudo se insere na temática da História das Mulheres da Sociedade Brasileira. O objetivo deste trabalho é analisar a trajetória de vida da professora Eudésia Vieira com ênfase no âmbito da historigrafia da educação Paraibana, focando nas suas contribuições sociais e educacionais. A finalidade desta pesquisa é levantar fontes que nos façam rememorar a história de mulheres e educadoras que viveram na Paraíba durante o século XX. Como figura singular neste estudo, Eudésia Vieira, paraibana que teve participação ativa em vários âmbitos da sociedade de sua época. Ela foi professora, médica e escritora, destacando-se como representação feminina para mudanças das primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, a pesquisa se revela por meio do método biográfico, que busca compreender uma época através da história de um personagem, incluindo suas vivências, participações e contribuições na história da sociedade. O presente estudo tem como aporte a perspectiva teórico-metodológica da Nova História Cultural, a qual abre um espaço para as considerações das contribuições históricas de sujeitos outrora excluídos pela historiografia, como a mulher. Este artigo construiu-se com o auxílio de livros, documentos e dissertações que evidenciam a sociedade na qual viveu a biografada como partícipe da história, escrevendo contribuições à educação brasileira. Uma parcial conclusão nos mostra que a professora Eudésia Vieira mesmo não se reconhecendo como sufragista por causa de seus preceitos religiosos, mostrou-se combativa no processo de luta pela emancipação feminina e contribuiu para a inserção de mulheres em espaços uma vez renegados a elas, a exemplo da Imprensa.

Palavras-chave: Educação, Mulher, Biografia, Eudésia Vieira.

Contribuições da história cultural à história da educação.

“(…) a história dos homens está aí, onipresente. Ela ocupa todo o espaço e há muito tempo. As mulheres sempre foram concebidas, representadas como parte do todo, como particulares e negadas, na maior parte do tempo” (PERROT apud SILVA, 2007, p. 92).

Na condição de mulheres e historiadoras da educação foi que nasceu o interesse em desenvolver um estudo que trouxesse à baila a grandeza de uma trajetória de vida. De acordo com a epígrafe escrita por Michelle Perrot em entrevista à *Label France* de número 37 em 1999 é que afirmamos a importância de trazer à tona a história de vida de sujeitos que foram excluídos da historiografia, como é o caso da mulher. Essa perspectiva histórica no campo da cultura nos remete à história vista por outro ângulo, uma história feita por homens e mulheres comuns acerca de suas representações sociais.

Nessa perspectiva, O objetivo deste trabalho é analisar a trajetória de vida da professora Eudésia Vieira com ênfase no âmbito da historiografia da educação Paraibana, focando nas suas contribuições sociais e educacionais. A finalidade desta pesquisa é levantar fontes que nos façam lembrar a história de mulheres e educadoras que viveram Paraíba durante o século XX. É nesse contexto que este trabalho está inserido, embasado na Nova História Cultural, com intuito de apresentar uma história, não somente feita pelos grandes heróis, mas também por homens e mulheres “comuns”. Portanto, este artigo tem por objetivo lembrar a trajetória da professora paraibana, Eudésia Vieira. Para tanto, o artigo se encontra dividido em três partes, a saber: nessa primeira parte intitulada, Contribuições Da História Cultural À História Da Educação. Na segunda parte, Viver é Lembrar: trajetória de vida da professora Eudésia Vieira, buscamos lembrar a sua trajetória de vida, e analisar suas práticas educativas e sociais. Por último, teremos as considerações finais que pretendem apresentar as compreensões, ações, e contribuições da trajetória vivida pela biografada para o campo da história e historiografia paraibana.

Foi a partir do movimento histórico realizado pela terceira geração do *Annales*, mais conhecido como Nova História Cultural, que a história das mulheres foi incorporada aos estudos relacionados a pesquisa histórica. Segundo Pinheiro (2011):

Fortalecem-se, portanto, os estudos relativos à história da educação, observando as questões da mulher ou de gênero (normalistas, intelectuais e professoras), da criança, da infância e do trabalho por eles realizados no passado e no presente, os estudos étnicos (negro e índios na escola formal) [...]. É como se a constatação acerca daqueles que foram dominados, vencidos e silenciados pela história tradicional tivesse se exaurido, sendo, portanto, necessário identificar mais amiúde quem eram e quais são estes excluídos, silenciados... e pequenos. Ocorreu, de certa forma, a preocupação com a história vista de baixo (PINHEIRO, 2011, p. 258).

Em comum acordo com autor é notório que no campo da história da educação, esta vem contribuir de modo a não se interessar apenas pelos grandes movimentos educacionais ou grandes pensadores, mas volta seu olhar para novos objetos de pesquisas e novas maneiras de abordá-los. Desde o seu surgimento, a Nova História Cultural deslocou sua atenção para a história dos homens comuns, preocupando-se com suas práticas culturais, suas experiências da mudança social.

“A história cultural tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1988, p. 16-17). Podemos dizer que esse movimento se estabelece em uma configuração sobre pensar a historiografia acerca da cultura popular, sem excluir as expressões de cultura das elites. No campo da história da educação, este vem contribuir de modo a não se interessar apenas pelos movimentos educacionais ou grandes pensadores, mas voltando os olhares para novos objetos de pesquisas e novos olhares na maneira de abordá-los. A nova história cultural, desde o seu surgimento, deslocou sua atenção para a história dos homens e mulheres comuns, preocupando-se com suas práticas culturais, suas experiências da mudança social (SANTOS, 2009, p. 25).

Dessa forma, pode-se afirmar a importância dos estudos biográficos para a História da Educação, pois revelam contribuições históricas perseverantes, lembrando histórias que durante um longo período foram esquecidas pela historiografia brasileira. Sendo assim, “ao narrar sua própria história, a pessoa procura dar sentido às suas experiências e, nesse percurso, constrói outra representação de si: reinventa-se.” (PASSEGGI, 2011, p. 147). Contar a história de alguém é atribuir realidades a uma trajetória de vida e passa pelo processo da

subjetividade, aprimoramento das fontes e acontecimentos sobre este alguém. Não é tarefa fácil, além, disso, o pesquisador precisa ter um senso crítico apurado e estar atento as pistas, memórias, fatos históricos e elementos teóricos que complementarão seu estudo biográfico.

Com a consolidação da Nova História Cultural surge a relevância em estudar outras histórias e documentos outrora excluídos pela historiografia. Assim, o documento sendo escrito ou não se torna instrumento de uso do pesquisador historiador e um registro historiográfico. De acordo com Peter Burke 2010:

[...] os historiadores anteriores dos Annales haviam sido criticados pelas feministas por deixarem a mulher de fora da história, ou exatamente, por terem perdido a oportunidade de incorporá-la à história de maneira mais integral, já que haviam obviamente mencionados as mulheres de tempo em tempo [...] (BURKE,2010, p. 90)

Em consonância com Burke, é digno de nota relatar que as mulheres esperaram mais de um século para verem seus direitos reconhecidos, tais como: direito à educação e muito mais tempo para ter o direito ao voto. Apenas no século XX se descobre que as mulheres possuem uma história e, algum tempo depois, que podem lutar pelos seus direitos através de movimentos e reivindicações.

Os escritores, observadores e cronistas, de épocas que antecederam o século XX, em sua grande maioria eram homens, a escrita era reduzida ou ditada de estereótipos, diziam pouco sobre as mulheres reais.

O mesmo ocorre com as crônicas medievais e as vidas de santos: fala-se mais de santos do que de santas. Além disso, os santos agem, evangelizam, viajam. As mulheres preservam sua virgindade e rezam. Ou alcançam a glória do martírio, que é uma honra suntuosa. (PERROT, 2013, P.18).

Depois do silêncio rompido é que o itinerário das mulheres tem início em um movimento de luta coletiva em todo o mundo. Porém, devido ao acesso da escrita chegar tardiamente à vida das mulheres, é que as faz deixar poucos vestígios diretos, escritos e materiais, sobre suas produções historiográficas.

De acordo com Chartier 1994:

O objeto da história, portanto, não são, ou não são mais as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias e os indivíduos [...] o olhar se desviou das regras impostas para as suas aplicações inventivas, das condutas forçadas para as ações permitidas pelos recursos próprios de cada um: seu poder econômico, seu acesso a informação. (CHARTIER, 1994, p.98).

Foi através dessas transformações que ocorreu a retomada da biografia, inerente a isso o surgimento e crescimento da história das mulheres. Com isto, A Nova História Cultural, também conhecida como a terceira geração dos Annales, muda o clima intelectual das academias e a maneira de escrever história.

O nascimento da história das mulheres acontece primeiramente na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos da América nos anos de 1960, logo depois, na França surge nos anos de 1970. Foi nessa década, que aconteceu uma renovação na crise dos sistemas (Marxismo e Estruturalismo), a história passa a se aliar com a antropologia e redescobrem a família e começam a pensar nas medidas de todas as dimensões familiares. Essa trajetória, nos leva ao funcionamento de um novo processo de historiografia, pelo viés da família, novos personagens surgem na história: a mulher, a criança, o jovem, as idades da vida e outros. De acordo com Avelar 2007, p 47: “ A preocupação da historiografia francesa com o biográfico cresceu por volta da década de 60, repercutindo entre os historiadores do mundo todo”.

As leituras realizadas nos revelam autores como Machado, Nunes e Silva (2012) os quais destacam que:

Contar as histórias das educadoras é insistir no rompimento de um silêncio histórico que perdurou tempo demais. As fontes oral, escrita e iconográfica produzidas por Maria José Mamede Galvão possibilitaram o falar de si e das experiências vivenciadas ao longo de sua trajetória como mulher, escritora e educadora [...] (MACHADO, NUNES, SILVA 2012, p. 08).

Por fim, os rumos que as leituras realizadas tomaram, nos levaram à trajetória individual dessa educadora que, através da imprensa, pôde militar e divulgar suas ideias de forma a despertar nas mulheres um sentimento de valorização e suas conquistas políticas.

Viver é remomorar: trajetória de vida da Professora Eudésia Vieira

Eudésia Vieira nasceu em 1894 na cidade de Livramento na Paraíba e tornou-se professora em 1911. No ano de 1922, seu primeiro livro foi publicado, era um livro didático chamado Pontos de História do Brasil. Em 1934 formou-se em medicina, logo após, passou a atuar nas áreas de ginecologia e obstetrícia. Eudésia Vieira se destacou como professora, escritora, médica e historiadora, já que produziu dois livros¹ para a historiografia paraibana.

Seu envolvimento com a religiosidade marcou seu caráter conservador. Casou-se no ano de 1917 com José Taciano da Fonseca Jardim, foi mãe de cinco filhos e mesmo assim persistiu na meta de estudar medicina no estado de Pernambuco.

De acordo com Sales e Silva (2008):

Eudésia foi a única na turma a receber o grau de doutora e a primeira paraibana a conquistar o título pela Faculdade de Medicina de Recife, ali recebeu o diploma de doutora em ciências médicas e cirúrgicas, por ter sido a única que defendeu tese de doutorado (Síndrome de Schickalé) dentre os cinquenta e dois diplomados naquele ano de 1934. (SALES; SILVA, 2008, p. 22).

Pode-se perceber que a professora não se intimidava diante das dificuldades atribuídas ao sexo feminino naquela época. Foi uma mulher do seu tempo que viveu em espaços antes transitados apenas por homens. Segundo Sales e Silva (2008 p. 22-23): “foi a mulher que mais publicou artigos em jornais e revistas da paraíba no começo do século XX, incluindo o jornal Novenar da festa das Neves como colaboradora além do jornal Gazeta do Recife”. Podemos ainda acrescentar o jornal A União e a Revista Era Nova², fontes bastante procuradas pelos historiadores da Paraíba.

1 Classificou-se como historiadora por sua preocupação com o livro didático das escolas primárias e publicou esses livros como Oficiais do Estado da Paraíba: Pontos de Histórias do Brasil indicado ao público infantil e Terra dos Tabajaras ligado ao processo de colonização da Paraíba.

2 “A Era Nova foi uma revista quinzenal, a qual teve circulação em todo o estado da Parahyba do Norte e com correspondentes em todos os municípios do estado. Uma característica marcante da Era Nova eram as suas ilustrações, incomuns naquela época, pois as revistas, em sua grande maioria, continham apenas textos. O grupo fundador da revista foi formado por Severino Lucena, Sinésio

Eudésia Vieira foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e ocupou a cadeira de número quarto como fundadora do instituto. Em 1943, Eudésia Vieira passou por situação de temor muito grande, o navio Afonso Pena, o qual ela estava a bordo tombou quando fazia o trajeto de Recife ao Rio de Janeiro. Naquele tempo, o mundo estava em plena segunda Guerra Mundial e no Brasil existiam muitos navios alemães que mantinham vigilância no litoral. Sendo assim, o navio italiano Regio Sommergebibile Barbarigo afundou o Afonso Pena que conduzia a professora e outras dezenas de pessoas. De forma dramática a professora conseguiu se salvar, sendo resgatada por um grupo que estava em uma balsa, passando dois dias em alto mar. Esses naufragos foram resgatados por um navio da marinha norte-americana.

Eudésia faleceu no dia 16 de julho de 1981 e nos deixou a produção do seu legado educacional e presença em âmbitos diversas esferas do conhecimento.

Várias transformações marcaram a década de 1920 e isso gerou uma grande transformação social, pois com a migração dos povos rurais para as grandes cidades foi organizado um novo modelo de sociedade. Essa nova forma organizacional possibilitou a inserção da mulher no mercado de trabalho, para suprir uma mão de obra barata. Neste período algumas mulheres ingressaram em jurisdições que ainda lhes eram estranhas, como: A Imprensa. Na Paraíba tinha-se um número considerável de mulheres permeando esses espaços e a professora Eudésia Vieira se destacava por estar nesse meio. Para Abrantes (2010) “Eudésia Vieira, possivelmente guiada pelo seu olhar de “historiographa”, constrói uma narrativa onde estabelece marcos para a origem e evolução das mulheres”. Diante de tal citação faz-se necessário mostrar um trecho de seu artigo na revista Era Nova intitulado por A mulher.

Jehovah pensou um instante e do reino mais fecundo e promissor que formara, do reino mineral, tirou o homem – à sua imagem, dotado de raciocínio lucido, de beleza acentuada e ainda lhe concedendo o dom inestimável da palavra, que constituía, por assim dizer, seu maior apanágio. (VIEIRA, 1922)

É notório o seu apego religioso e através de sua doutrina cristã tenta explicar a origem da mulher como uma criação divina. No entanto, em outro momento

Guimarães Sobrinho, Epitácio Vidal, Viera D’ Alencar, Lima Junior e outros homens pertencentes à alta sociedade da época” (TARGINO; ALVES, 2014, p.64).

de seu texto a professora tece críticas ao comportamento masculino e nos faz observar o seu lado do feminismo emancipatório da década de 1920.

O homem esqueceu que a mulher fora destinada a ser sua companheira, tornou-a sua escrava. Elle podia commeter muitas faltas, a menor levianidade por ella praticada merecia o castigo de Tantaló. A mulher permaneceu submissa. Mal remunerada nos seus esforços, mal compreendida nas suas aspirações, mal satisfeita nos seus affectos, foi perdendo aquella docilidade e timidez de character – sua divisa em outros tempos, e cansada de sofrer foi procurando se libertar do domínio do homem a quem ambicionava não como senhor mas como amigo e companheiro, na posição primitiva que o bom Deus os collocara. (Idem)

De acordo com a autora é do sofrimento feminino que saem as lutas feministas, uma ruptura no comportamento de muitas mulheres que eram reprimidas e exploradas tanto pelos familiares quanto pela sociedade patriarcal. Mesmo com seu lado conservador e religioso a flor da pele, Eudésia Vieira nos transmite o simbolismo da resistência. É, pois, a conduta machista que fez e faz as mulheres se rebelarem contra papéis subalternos que lhes eram impostos. Segundo Silva (2007) “Nesse itinerário, podemos confirmar o que disse Perrot (1988), que no teatro da memória, as mulheres são sombras tênues e a narrativa histórica tradicional reservou-lhes pouco espaço, o que reforça o debate permanente sobre a história das mulheres um imperativo categórico”.

De acordo com a autora é do sofrimento feminino que saem as lutas feministas, uma ruptura no comportamento de muitas mulheres que eram reprimidas e exploradas tanto pelos familiares quanto pela sociedade patriarcal. Mesmo como seu lado conservador e religioso a flor da pele, Eudésia Vieira nos transmite o simbolismo da resistência. É, pois, a conduta machista que fez e faz as mulheres se rebelarem contra papéis subalternos que lhes eram impostos. Segundo Silva (2007) “Nesse itinerário, podemos confirmar o que disse Perrot (1988), que no teatro da memória, as mulheres são sombras tênues e a narrativa histórica tradicional reservou-lhes pouco espaço, o que reforça o debate permanente sobre a história das mulheres um imperativo categórico”.

Considerações finais

Este artigo se constituiu na tarefa de rememorar a trajetória de vida da professora Eudésia Vieira e, ao mesmo tempo, uma rememoração ao processo historiográfico da educação paraibana nas primeiras décadas do século XX, haja vista que a professora supracitada teve relevância para expansão da história das mulheres e contribuiu para campo social e educacional paraibano.

Ressalta-se que Eudésia Vieira, como mulher, professora, médica e historiadora, viveu um período histórico conturbado referente a visão de ser mulher para a modernidade que assolava o mundo naquela época, desse modo “escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas” (PERROT, 2013. p. 16). Enfim, se debruçar sobre uma pesquisa histórica não é uma tarefa fácil, visto que não dispomos de todo o aparato de informações a respeito de uma época, porém com as conclusões deste estudo pode-se perceber que uma história individual nos leva a recolher pistas que compõem muitos significados de uma era.

Ao lermos alguns dos escritos de Eudésia Vieira aos quais foram estudados neste trabalho, percebe-se a insatisfação explícita da professora supracitada com o trato dado as mulheres de seu tempo. Isto nos mostra uma linha de contribuição histórica inerente aos estudos consolidados que temos hoje. Houve grandes avanços no processo histórico de lutas femininas, porém algumas histórias de mulheres perecem no esquecimento. Foi, principalmente, por esse motivo de esquecimento relacionado à figura das mulheres que revolvemos formular este estudo, o qual busca rememorar a história da mulher como sujeito do processo social, político e educacional em nosso estado.

Referências

ABRANTES, Alômia. **Escritas e inscritos: mulheres na imprensa dos anos 1920**. In: ABRANTES, Alômia; NETO, Martinho Guedes dos Santos (orgs). **Outras Histórias: Cultura e Poder na Paraíba (1889 - 1930)**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2010.

ALVES, Aline Manoela; TARGINO S., Shirley. **Vestígios de Educação Nos Escritos De Analice Caldas De Barros (1891 – 1945)**. João Pessoa: UFPB, 2014.

AVELAR, Alexandre de Sá. A retomada da biografia histórica. **Oralidades - Revista de História Oral**. n.2, jul/dez/2007, pp. 45-60. Disponível em: <<http://diversitas.fflch>.

usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/Oralidades%202.pdf>. Acesso em: 05 maio de 2016.

BURKE, Peter. **A ESCOLA DOS ANNALES (1929-1989):** a revolução francesa da historiografia Tradução Nilo Odalia. 2 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel, 1988.

CHARTIER, Roger. **A História Hoje:** dúvidas, desafios e propostas. Estudos históricos. Rio de Janeiro. Volume 7, n. 13. 1994.

MACHADO, Charliton José dos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; SILVA, Fabiana Sena da. **Maria José Mamede Galvão:** tessituras de memórias. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

PASSEGGI, Maria da Conceição. A experiência em formação. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 147-156, maio/ago. 2011. Disponível em: < <http://revista-seletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/8697>>. Acesso em: 5 de maio de 2016.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **As novas abordagens no campo da história da educação brasileira.** XAVIER, Libânea. TAMBARA. Elomar. PINHEIRO. Antonio Carlos (org). **História da Educação no Brasil:** matrizes interpretativas, abordagens e fontes predominantes na primeira década do século XXI. Vitória: EDUFES, 2011, v. 5.

SALES, Ana Maria C; SILVA, Evanice dos Santos. **Eudésia Vieira:** rompendo o silêncio. João Pessoa: Editora Univesitária/UFPB, 2008.

SANTOS, Tatiana de Medeiros. **Magistério Em Declínio:** histórias e memórias de ex-alunas do magistério do colégio nossa senhora das neves (1970). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2009.

SILVA, Favianni. **A Eva do século XX:** Analice Caldas e outras educadoras (1891/1945). João Pessoa, PB: [s.n.], 2007.

EU NÃO SOU O SEU REVERSO. PROSTITUIÇÃO E REPRESENTAÇÕES FEMININAS EM JUAZEIRO BAHIA ENTRE 1960-1980

Simone Ramos da Silva Souza
Universidade de Pernambuco Campus Petrolina,
simone.ramos2011@hotmail.com

Resumo: O presente artigo busca analisar a prostituição na cidade de Juazeiro, na Bahia, entre os anos de 1960 e 1980, cartografando espaços e trilhando os caminhos percorridos pelas mulheres que vivenciaram o cotidiano das casas de prostituição na cidade. Mulheres essas, em sua maioria, migrantes em função da construção da barragem de sobradinho, que deixaram muitas sem casa, ou atraídas à cidade em busca da propagada prosperidade gerada pela agricultura irrigada. Para tanto utilizamos entrevistas, depoimentos escritos e os jornais da região, que registravam o dia a dia da cidade, incluindo os conflitos, festas e desalojamentos nas regiões chamadas de “baixo meretrício”. Com o auxílio do conceito de gênero, analisaremos as vivências das prostitutas da cidade de Juazeiro, as críticas ao seu comportamento sexual e a medicalização do seu corpo. Buscamos refletir também acerca das representações construídas historicamente sobre as prostitutas contrapondo-as às representações da boa esposa, do lar e recatada expostas nesses mesmos jornais.

Palavras-chave: Prostituição, Juazeiro, Representação.

Introdução

A nova história cultural possibilitou, a partir da década de 1980, uma ampliação de temáticas que não se encaixavam na então chamada história oficial, essa nova abordagem deu voz e visibilidade a personagens antes negligenciadas e silenciadas. Com auxílio do conceito de gênero refletimos sobre a sexualidade feminina e suas subjetividades, principalmente, das prostitutas.

Dentro dessa perspectiva o presente artigo analisa as representações historicamente construídas de mulheres em situação de prostituição, sendo esta, categoricamente a antítese da mulher “honesta” um perigo para a sociedade, para os casamentos e para as mocinhas em formação. Estereótipo que perdura até os dias atuais. Concordamos com as palavras de Rago quando diz que o: “[...] conceito é saturado de conotações extremamente moralistas e associado às imagens da sujeira, do esgoto, da podridão, em suma, daquilo que constitui uma dimensão rejeitável da sociedade.” (RAGO, 2008, p. 26).

A normatização comportamental do corpo feminino é motivo de constantes debates no meio acadêmico, a sexualidade feminina então se tornou objeto de estudos científicos, explicada por visões masculinizadas que silenciam suas experiências e denotam preconceitos antigos, neutralizando a sua sexualidade.

A sexualidade feminina era condicionada ao instinto maternal, como equivalente feminino ao instinto sexual do homem. Representava-se a mulher grávida como símbolo da maternidade, e simultaneamente da virilidade do marido, apregoava-se a virgindade como elemento de pureza de sangue, perpetuação do nome e da propriedade familiar, garantia da saúde da prole e de manter distante o perigo venéreo.” (MATOS, 2003, p. 117).

Esse recato feminino vai se estender até o fim da escravatura no século XIX. A mulher ideal é aquela que tinha uma postura séria, modesta que não usava decotes e tão pouco acessórios extravagantes. Esses pequenos detalhes que se tornavam ao mesmo tempo tão significativos, as diferenciariam das prostitutas, figuras indecorosas, desvalidas que se deleitavam em relações pecaminosas, esse cuidado com o corpo estava relacionada com sua moral.

No período pós-segunda guerra mundial a palavra chave é modernização, ou seja, introdução de novos costumes, a industrialização invade os lares e modifica o comportamento das pessoas, quebrando relações de poder e

modificando de uma vez por todas seu cotidiano. O consumismo desordenado toma conta principalmente das cidades, a moda reduz o tamanho das saias e ajusta mais os vestidos, desenhando a silhueta da mulher. Que cada dia mais ganha lugar no espaço público antes resguardado somente para homens, elas se fazem mais presentes nas ruas, por esse motivo, novas regras de comportamento são ditadas para que estas não venham ser confundidas com as *mulheres alegres*.

No momento de elaborar o pré-projeto de monografia, me propus a fazer revisão bibliográfica sobre mulheres que trabalhavam na navegação do rio São Francisco, porém, as atividades por elas desenvolvidas não correspondiam ao que eu buscava, insistindo na temática, parti para a leitura de crônicas regionais, notando um ponto incomum em todas elas, o local de entretenimento dos marinhos, que eram os prostíbulos da cidade. Por isso, fazendo uso de entrevistas com antigos trabalhadores da hidrovia do São Francisco, pesquisa em arquivos de secretarias públicas, depoimentos escritos e em periódicos do Vale do São Francisco, foi possível cartografar os locais de concentração de prostíbulos, as relações dessas mulheres com a população juazeirense, cuidados com o corpo e maternidade.

A modernidade reordenando costumes

A agricultura irrigada fez de Juazeiro mais uma vez o centro das atenções daqueles que desejavam uma vida mais digna, pois garantia uma série de serviços essenciais ainda que precários, mas que davam uma qualidade de vida que muitas cidades não podiam oferecer. Pessoas vinham de todos os lugares em busca de trabalho e para conseguir dinheiro para manter a si e aos muitos filhos que tinham faziam qualquer trabalho por mais pesado que fosse. Porém a agricultura andava a passos lentos e não tinha capacidade de abarcar todos que procuravam emprego, a cidade não possuía espaços dignos para acolher todos e sérios problemas de segurança e salubridade se acumulavam, pois a estrutura física não era das melhores.

O que veio agravar-se ainda mais com a construção da Barragem de Sobradinho, iniciada em 1973 e concluída em 1977, que aumentava ainda mais o contingente populacional de todas as cidades vizinhas, desconfigurando o comportamento e a organização daquela gente, aumentando o número de mendigos, ladrões e prostitutas figuras relacionadas ao não trabalho, entretanto os desocupados como assim eram tratados foram o reflexo da falta de emprego

ou da alienação que a modernização trouxe, fez as pessoas descrentes de sua capacidade de imersão social, da desilusão que seu esforço trazia, dividia essa parte da sociedade em descrente de um lado e do outro, sonhadores que iam para além do que sua realidade podia oferecer. “A saída, então, encontrada por muitos membros dessa população, estava na criminalidade em suas diferentes modalidades: plantio de maconha, tráfico de drogas, assaltos, roubos de todos os tipos, pistolagem, prostituição, corrupção, etc.” (LOPES, 1997, p. 175).

Os anos de 1950 a 1980, sem dúvida foram anos que Juazeiro passou por mais modificações, tanto na estrutura física da cidade quanto na mentalidade e comportamento das pessoas, mudanças que trazem diferentes espaços de sociabilidade para o cais da cidade, local que antes já era muito frequentado, porém para fins comerciais, agora, com a presença de bares e restaurantes. Modificaram-se os segmentos; essa metamorfose que sofrera a orla da cidade foi motivo de muitas lamentações principalmente para os trabalhadores da navegação, acostumados com a rotina na beira do rio, o fim da navegação de grandes embarcações no São Francisco foi marcado com a conclusão da obra da barragem de Sobradinho, porém este não foi o seu único motivo, pois, a concorrência com as rodovias e a linha férrea dava desvantagem aos barqueiros, a nova utilidade que se dava à orla estava mais ligada ao lazer.

A nova lógica dos transportes, com a introdução das rodovias e a consequente expansão destas; o reordenamento da orla da cidade, dando então espaço para o tráfego de carros em detrimento do fluxo de embarque e desembarque neste mesmo local; a questão dos motores e a disputas em torno das inovações tecnológicas; por fim, as transformações no canal de navegabilidade em função da construção da barragem e hidrelétrica de Sobradinho. Todos estes aspectos acabaram competindo na diminuição das atividades fluviais, no tocante às viagens longas, subindo e descendo o rio, rumo à Minas Gerais. (MAGALHÃES, p. 130).

A nova configuração da urbe juazeirense, não elimina a estreita relação com o rio, o fato da barragem de Sobradinho impedir que as grandes embarcações continuassem a fazer seu curso de viagem rio à cima, não significou que a população deixasse de fazer uso da hidrovia nos dias atuais, às barquinhas, assim chamadas ainda fazem transporte de pessoas e liga Juazeiro a Petrolina diariamente.

Cidade, sexualidade feminina.

A cidade é um exemplo físico de que na história há continuidades e descontinuidades, por estar em constante transformação, que só é possível com a mudança das mentalidades, mas, que por sua vez não consegue eliminar todos os vestígios de um passado longínquo ou não, esses vestígios se mesclam com o que se considera moderno, não há uma delimitação espacial e cada espaço da urbe tem sempre um local que relembre um fato ou pessoas. Esse pode ser fisicamente representado ou não, pode estar na memória das pessoas, e com auxílio da história oral os historiadores conseguem captar essas lembranças e transformar em novas temáticas que ampliam ainda mais os campos de análises do espaço urbano.

Os cabarés que se concentravam em locais específicos como a Rua da Pimenta, Rua Nova Esperança e Nova Brasília entre outras, foram por muito tempo um meio de distração para os marujos, não eram apenas lugares para satisfação sexual, servia também de ponto de encontro entre amigos, os *moços de convés* buscavam em “bregas”, denominação local de meretrícios, a fuga do tédio que sentiam ao esperar cargas ou até mesmo que a embarcação se encha de passageiros. Sair do barco era permitido desde que cumprissem as suas tarefas e não demorassem, uns, iam ao comércio fazer compras, outros iam “raparigar”, ou seja, iam para os cabarés.

O “pinga pus” como era chamada a Nova Brasília, rua localizada no centro da cidade de Juazeiro Bahia, local em que se concentrava o baixo meretrício da cidade, era assim chamado pela relação que se tinha de prostituição e sífilis, também relacionado às péssimas condições salubres em que trabalhavam as prostitutas. Esse conjunto de casebres incomodava as pessoas que residiam nas proximidades, evitavam olhar para as casas ou até mesmo passar em frente a uma, e as mulheres então não podiam nem passar nos arredores, temendo ser confundida como prostituta.

Segundo Maria Izilda Matos pode-se dizer que, anteriormente a cidade era um elemento de delimitação espacial do objeto de estudo do historiador, era como o “palco da história”, não se constituía em si como objeto, questão e/ou problema. (MATOS, 2002, p. 33). Estudos que só serão possíveis a partir da observação do cotidiano, que abre um campo de possibilidades de muitas problematizações, e a cidade passam de *delimitação espacial*, para campo de observação, onde se podem perceber diferentes grupos sociais misturados em um mesmo espaço de sociabilidade. Fazendo dela um novo campo de

análise onde os sujeitos históricos que antes serviam apenas de figurantes agora têm suas experiências analisadas e ajudam a escrever e desarticular verdades construídas historicamente, dando outra versão e auxiliando na expansão dos estudos sobre o cotidiano e as/os silenciadas/os de uma história globalizante e excludente.

No livro *História da Sexualidade: A vontade de saber* Michel Foucault versa sobre a pedagogia disciplinadora efetivada nas fábricas, seguindo modelos burgueses de família ideal, domesticando o operariado para além do ambiente fabril. Desse modo idealizando a *família nuclear*, passando para a mulher a responsabilidade da manutenção do lar, agora, será a mãe higiênica, zeladora da ordem do lar e principalmente da saúde das crianças que no discurso masculinizado é o futuro da nação, quem vai lhes substituir nas fábricas.

O controle da sexualidade se dará com mais intensidade no período da crescente industrialização, porém, somente no século XX, haverá uma intensificação dessas ordenações sexuais, limitando-a ao privado, eliminando o prazer e atribuindo-lhe a função de procriação. E todas as manifestações que não estejam enquadradas nesta ordenação, são empurradas para um local distinto, onde todos os tipos de pulsões são liberados, a essa liberdade paga-se um preço; a prostituição torna-se palco de *sexualidades ilegítimas*.

Com a crescente urbanização atrelada ao acelerado desenvolvimento das fábricas, novas normas de comportamento são ditadas e esses novos modelos polarizam o mundo feminino. De um lado, mulheres proletárias, que devem manter uma representação de boa esposa e dona de casa, onde os discursos masculinizados inoculam um sentimento de culpa nessas mulheres que precisam trabalhar e deixar seus filhos em casa e se sentem culpadas de não dar a devida atenção aos seus maridos. Isso por que a sua presença nas fábricas tornasse-a ainda mais requisitadas, e sua presença é cada vez mais frequente no público, principalmente no *mundo do trabalho*. Do outro lado encontram-se as mulheres burguesas, educadas para casar, desde a sua infância lhes é encucado um comportamento fútil, e que sua preocupação devem se resumir a cuidados com o corpo, aparência física e estética da casa. Elas não precisam trabalhar quem tinha obrigação de lhes sustentar é o seu marido. Nem todas sem conformavam nessa zona de conforto, e as que não estavam satisfeita brigavam por mais espaço.

A modernização característica do século XX, não traz a libertação dos desejos, pois com a implantação do capitalismo se dita uma nova maneira de contê-los, limitando-os ainda ao espaço privado, sendo este o casamento. A

comercialização da pílula anticoncepcional nos anos 60 significou um avanço, para que as mulheres controlassem seu próprio corpo, cabendo-lhe escolher o momento em que desejava engravidar. Reduziu também a morte causada por abortos mal sucedidos, mesmo tendo o poder de decidir quando engravidar não significou sua total liberdade de expressar suas opções sexuais. Há sempre uma tentativa de ordenar a sexualidade, o saber médico é responsável por essa normatização das relações sexuais. A partir do momento em que se criam normas de vivência urbana, essa preocupação aparece no Brasil Império com a criação da universidade de medicina na cidade do Rio de Janeiro, ao qual passará por um processo de higienização do espaço urbano, o alvo foram os cortiços, a orla, questões de saneamento básico e a prostituição, esta foi a maior de suas prioridades, o estudo sobre a prostituição era bastante criticado pela Igreja, pois não se via necessidade de estudar atos pecaminosos, diante desse obstáculo os médicos substituíram o enfoque de seus estudos pelo alastramento das moléstias venéreas.

No livro *meretrizes e Doutores, Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840/1890)* Magali Engel versa sobre a questão do corpo da mulher, da prostituição e da utilização do saber médico para organização e higienização do espaço urbano, tornando-se um livro de referência para estudos sobre prostituição no Brasil, a prostituição no século XIX era encarada por médicos e policiais como um “mal necessário”, portanto deveriam criar mecanismos para *um rigoroso controle médico*, porém esta visão fatalista sobre a prostituição trazia outra questão: Se a ideia era combater a prostituição legalizando a comercialização do sexo, poderia multiplicar a procura por estabelecimentos não inspecionados consequentemente aumentaria a contaminação sífilítica também.

De muitas tentativas de cura a criação de asilos para regenerar prostitutas foi pensada por médicos anti-regulamentarista, local onde seriam reabilitadas dentro de preceitos cristãos e de mulheres mães de família.

O saber médico se restitui como ferramenta básica na organização urbana e no controle de doenças e utilizava a mulher como peça fundamental para adentrar nos lares e assim realizar a profilaxia da cidade, sabendo que, se o estado não podia fazer isso diretamente porque estaria invadindo a individualidade da população. “o médico penetrava o espaço familiar e, através do estabelecimento da confiança e de um contato mais íntimo com a mulher iria tentando modificar, aos poucos, o perfil das relações familiares”. (ENGEL, 2004, p. 44) Fazendo isto, mesmo que de maneira lenta o controle de epidemias tornava-se eficaz, porém, este saber embasado na observação clínica do cotidiano

das cidades ultrapassava o íntimo do núcleo familiar e apontava dentre muitas coisas que deveriam ser combatidas, um inimigo poderoso e sedutor capaz de infectar o chefe da família e os “inocentes” ao qual se enquadram os filhos e a esposa, este inimigo, nada mais é do que a prostituta, figura que representava a desordem urbana e que precisava ser tratada ou até mesmo eliminada. A prostituta era apontada como foco principal na contaminação sífilítica das cidades e depois com o avanço da industrialização outras DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis) cuja contaminação também lhes serão atribuídas. Toda essa relação com as doenças está vinculada ao fato de praticarem a sexualidade denominada perversa, ou seja, fora dos padrões “saudáveis” que o casamento impõe e pelo fato de manter relações com muitos parceiros fazendo dessas mulheres alvo de preconceitos e estigmas.

Escrever que a prostituição é uma prática milenar acabaria generalizando e resumindo esse universo de ambiguidades. Longe de querer fazer comparativos do que é ser prostituta e o que é ser uma mulher “honesta,” conceito atribuído às mulheres recatadas e que praticam o sexo considerado saudável, ou seja, no âmbito matrimonial e tão pouco escrever sobre seu trajeto pela história, procuraremos elencar a construção social, cultural e imaginária que envolve a figura da prostituta, recorrendo a músicas, jornais e a história oral, para tentar compreender a formação da identidade da prostituta em Juazeiro da Bahia.

A venda do prazer não está apenas relacionada ao não trabalho. O adultério e muitas outras atividades que se distanciava do âmbito doméstico também podem ser associadas à prostituição, na cidade de Juazeiro no período da ufania agrícola muita moças saíam de suas regiões para trabalhar nas fazendas, em busca da tão sonhada ascensão social, por mais que não se prostituam, pela ausência da figura masculina, já são mal vistas e identificadas como prostitutas.

No imaginário popular o prazer é exclusivo da prostituta que é insaciável, sendo assim o cabaré torna-se um lugar de liberação de pulsões sexuais renegadas no casamento. Esse sim um ambiente recatado onde o sexo serve apenas para fins reprodutivos. Trata-se de uma construção imagética que desqualifica a prostituta e a define como o inverso de mulher casadoura, assim: “A concepção de prostituta é, deste modo, construída fundamentalmente através da oposição ao papel de esposa/mãe.” (ENGEL. 2004 p. 83) até a maternidade lhes é negado, pois a sua conduta retrata a sua incapacidade de educar uma criança, que conseqüentemente tornaria um peso para ela.

Maternidade

A construção da sexualidade feminina acontece diferentemente da masculina, seu corpo e suas subjetividades são medicalizados, a ponto de serem representadas a partir do seu útero, ou seja, se é capaz de gerar filhos saudáveis é uma mulher de verdade. Inicialmente quando a Igreja Católica ditava as normas de comportamento sexual dos casais e principalmente o feminino, seu corpo era descrito como templo sagrado onde à vida se renovava; no fim século XVIII quando o saber médico passa a controlar o corpo e dita novas maneiras de organização social, reverte essa sacralização do corpo feminino, lança-o para o privado instituindo o casamento como único local onde a *sexualidade é sadia*.

As medidas higienistas transformam as mulheres em um ponto chave para a organização urbana fazendo delas mães higiênicas, responsáveis pela educação e saúde da sua família e da sociedade como um todo. Assim, apontavam a prostituta como seu inverso descrevia seus hábitos sexuais como pervertidos, e atrelavam a incapacidade de gerar filhos à frequência de relações sexuais que mantinham.

A esterilidade á elas é atribuídas na construção imaginária popular, porém esta é reafirmada pelos médicos que: “Contudo, trilhando os caminhos do *saber*, o médico acaba por concluir que as prostitutas são “menos fecundas” e que “o fruto da concepção que recebem em seu ventre não chega a seu termo de desenvolvimento”. (ENGEL, 2004, p. 79). Ou seja, elas não praticam com muita frequência o aborto, a incapacidade de gerar filhos está na sua vida sexual “anormal”, que debilitava o seu organismo a ponto do aborto ser espontâneo; essa descrição é feita por homens embasados na sua concepção do que é a fisiologia do corpo feminino e descrevem a sua incapacidade de gerar e até mesmo de educar um filho, justificando a partir da sua vida sexual.

O ato de abortar ao qual recorrem muitas mulheres é um meio de contracepção muito utilizado indiferentemente de classe social, porém, as mulheres de baixa escolaridade e pobres são quem mais recorrem a este meio de controle de natalidade. A interrupção de uma gravidez é uma decisão muito dolorosa, a partir do momento em que se toma conhecimento da gestação, as mulheres por vezes preocupam-se mais com os estigmas, que conseqüentemente virão, ao assumir que fizeram um aborto proposital do que com as *morbidades*, esterilidade ou até mesmo a morte, no caso de um procedimento mal sucedido.

O aborto pesa principalmente na moral dessa mulher, não importa se é casada ou não, se tem filhos, quantos, ou não tem. Interromper uma gravidez é considerado um ato de perversidade e que irá carregar pelo resto de seus dias, não importa quais são as condições socioeconômicas, ou mesmo os motivos que a levarem a pensar em aborto.

A construção da sexualidade feminina está intrinsicamente ligada à maternidade, naturalizando a predestinação biológica, a tal ponto de não permitir que se tenha autonomia sobre sua capacidade de procriação.

O abandono de crianças também acontecia, e esse mecanismo não era utilizado apenas por prostitutas, mas, por mulheres casadas que mantinham relações extraconjugais, muitas dessas crianças que eram abandonadas eram frutos de uma traição, ou de uma moça que havia se “perdido” maneira popular de dizer que a mulher teve sua primeira relação sexual e não era casada e acabou engravidando. Diversos mecanismos eram usados para esconder as mudanças corporais que a gravidez ocasionava que iam do uso de cintas para apertar a barriga ou roupas bem folgadas e até mesmo isolamento da mulher enquanto estava grávida, quando a criança nascia esta, era deixada em orfanatos.

A prática do abandono de crianças por prostitutas era comum na Santa Casa de Misericórdia. Esta era uma unidade hospitalar filantrópica, fundada por Doutor José Inácio da Silva em 1885, com auxílio de doações em Juazeiro Bahia, com o compromisso de ajudar aos que mais necessitava. Essa irmandade acolhia, pessoas pobres, indigentes e desvalidos, onde se encaixam as prostitutas, no caso dos indigentes que faleciam na unidade, esta ainda se comprometia em fazer seu funeral e o enterrava no cemitério público, este compromisso que a Irmandade tinha com os enfermos está descrito no título I, artigo, 1º, inciso b), do livro de compromisso a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, decidida em assembleia em 27 de abril de 1937 e publicada em 1940.

As prostitutas davam seus filhos não para salvar uma honra que acreditavam não existir, pois estavam calejadas da condição dos preconceitos que enfrentavam. Às vezes por se considerarem incapazes moralmente de cuidar de uma criança e dar a ela uma vida digna, resultado de uma forte pressão da sociedade no que se refere à moral dessas mulheres.

Conclusão

Ao final desse trabalho, que teve como objetivo analisar a prostituição em Juazeiro da Bahia, concluímos que a segunda metade do século XX, foi o

período que marcou a cidade e modificou as relações sociais definitivamente. Enfatizamos que a construção da barragem de Sobradinho e a introdução da agricultura irrigada na região trouxeram consigo uma série de mudanças para além dos aspectos econômicos. O aumento populacional, migrantes advindos de diferentes regiões do nordeste, trazendo consigo as suas práticas culturais garantiram, assim, um reordenamento nas vivências cidade da cidade.

Para compreender a prostituição, nos foi imprescindível cartografar a cidade de Juazeiro. Para assim analisar as relações de gênero, as representações sobre o que se compreende como se mulher e homem, um prisma de representações que criam delimitações objetivava vida dos sujeitos. Modelos reforçados e justificados pelo saber médico, onde discursos científicos são proferidos; naturalizando as diferenças e “determinando os papéis sexuais” (MATOS, 2003, p.125). Esta naturalização apaga a sexualidade feminina, impõe uma condição de subordinação ao desejo masculino. O corpo da mulher é silenciado, não se fala de sua sexualidade. E comportamentos que não se enquadram nos padrões são rechaçados, entre eles a prostituição.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. *A invenção do Falo: Uma história do Gênero masculino (Nordeste 1920/1940)*. Maceió: Edições Catavento, 2003.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840/1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FERREIRA, Sílvia Lúcia. *As políticas públicas e a saúde da mulher no Brasil*. IN: FERREIRA, Mary; ÁLVARES, M. L. M.; SANTOS, Eunice Ferreira dos (Org.) *Os poderes e os saberes das mulheres: A construção do gênero*. São Luís/ MA: EDUFM, 2001.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2015. Versão francesa: *Histoire de la sexualité 1: La volante de savoir*.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. Opara: *Formação histórica e social do Submédio São Francisco*. Petrolina: Gráfica Francisca, 1997.

MAGALHÃES, P. M. C. A. *Olhares da cidade: Sentidos e representações nas memórias das navegações em Juazeiro/BA, décadas de 1940-1970*. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA: [s.n], 2014.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: Historia cidade e trabalho*. São Paulo: Editora EDUSC, 2002.

NEVES, Zanoni. *Rio São Francisco: história, navegação e cultura*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2009.

PEDRO, Joana Maria. *As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio- século XX*. IN: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (Org.) *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: Utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. Margareth. *Os prazeres da noite: Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

Arquivos consultados

SEDUB (Secretaria de Desenvolvimento Urbano) Juazeiro Bahia.

Acervos consultados

Acervo Maria de Franca Pires, da Universidade da Bahia, Juazeiro/BA.

Jornais

Jornal de Juazeiro/BA 24/25 de novembro de 1988

RIVALE, Juazeiro/BA, 01 a 02 de março 1975, 10 a 11 de maio de 1975, 01 a 02 de novembro.

Últimas notícias vip, Juazeiro/BA, 26 a 31 de janeiro 1977, 22 a 30 de maio 1977, ano II, 24 a 29 de dezembro de 1977.

Revistas

Fatos do vale, Fev. mar 1988 nº14.

GÊNERO E SEXUALIDADE ENTRE A FORMAÇÃO DOCENTE E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS

Sirlene Mota Pinheiro da Silva
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
sirlene@ufma.br

Resumo: Este estudo objetiva analisar o lugar que ocupam as questões de gênero e da sexualidade na trajetória profissional e nas práticas escolares de docentes egressos/as do Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) ofertado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) no biênio 2009-2010. Como procedimento metodológico utiliza a História Oral Temática conforme sugerida pelos/as historiadores/as no Núcleo de História Oral (NEHO) da Universidade de São Paulo (USP), entrevistando-se quatro professoras e dois professores que narraram suas experiências vividas e relacionadas a um assunto específico e previamente estabelecido: gênero e sexualidade em suas trajetórias de vida, com ênfase na formação e nas práticas educativas. As análises das narrativas são embasadas em conceitos e estudos desenvolvidos por Pierre Bourdieu, Guacira Louro, Jimena Furlani, dentre outros/as. Problematiza algumas das representações e práticas educativas desenvolvidas pelos sujeitos da pesquisa, destacando-se indícios de construção dos gêneros e da educação sexual nos processos educativos vividos.

Palavras chave: Gênero, Sexualidade, Formação docente, Práticas Educativas.

Palavras iniciais

Inúmeros são os desafios quando se trata dos processos de formação docente em geral e, mais especificamente, quando se trata da formação continuada que precisa articular-se com problemas e desafios que professores/as enfrentam em sua sala de aula. Relativamente à formação de professores/as, Catani (2005) nos alerta sobre a necessidade de tomada de consciência das próprias experiências nos processos de formação, da mesma forma, sabe-se que durante os anos de vida anteriores à graduação a pessoa vai construindo suas representações¹, seus significados do que seja a escola, o ensino e o papel do/a professor/a e o do/a aluno/a nesses processos.

Em se tratando das relações de gênero, questões da sexualidade, diversidade de gênero e sexual, estão presentes nos espaços escolares como inerentes à condição humana. Relações e diversidade que, muitas vezes, são silenciadas ou ausentes do currículo escolar e das práticas educativas adotadas nas escolas.

Conforme aponta Louro (2001), tais questões não podem mais ser vistas como questões que se resolvem “entre quatro paredes”. Isso porque “o que acontece entre quatro paredes tem a ver com o que está a acontecer lá fora e está ligado ao que está lá fora” (LOURO, 2001, p. 44-45). No entanto, em se tratando da sexualidade, são evidentes as “dificuldades de educadores e educadoras, mães e pais, em associar a sexualidade ao prazer e à vida”.

No que tange à escola, essas questões têm trazido dificuldades, problemas e desafios aos professores e professoras no seu cotidiano escolar. Insistentemente busca-se homo-geneizar comportamentos pelo apelo a pedagogia reforçadora de normas e desigualdades.

Dentre as questões norteadoras desta pesquisa, destacam-se: onde se enquadram os conhecimentos relacionados às questões de gênero e da sexualidade nos cursos de formação docente? De que forma essas temáticas vem sendo trabalhadas nas práticas educativas de professores/as, e mais especificamente, nas práticas de profes-sores/as que concluíram o Curso Gênero e Diversidade

1 Neste estudo optou-se por utilizar a noção de representação, desenvolvida por Chartier (2000), sendo entendida como um instrumento de conhecimento imediato que faz ver um objeto ausente, através de sua mudança por uma “imagem” capaz de reconstituir em memória e de figurá-lo tal como ele é. Para o autor, esta noção “permite compreender a relação dinâmica que articula a internalização pelos indivíduos das divisões do mundo social e a transformação destas pelas lutas simbólicas que têm por instrumento e risco as representações e as classificações dos outros ou de si mesmo” (p. 8).

na Escola (GDE)? Para além da problemática da formação inicial nos cursos de licenciatura, tem-se uma situação posta: vencer os desafios sobre essas questões no universo educacional em todos os níveis de ensino.

Isto posto, o presente artigo, fruto e recorte da tese de doutorado concluída em 2015 na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), analisa concepções e práticas construídas pelos/as professores/as colaboradoras/as² da pesquisa sobre gênero e sexualidade no contexto escolar, durante sua formação docente e nas ações educativas desenvolvidas.

Ao percorrermos os caminhos de reflexão acerca das questões da sexualidade nas trajetórias de professores/as egressos do Curso GDE, percebemos que tais questões não devem ser encaradas como meras mediadoras do processo de ensino e aprendizagem, mas, sim, como práticas atravessadas por mecanismos que constituem posições do sujeito, normatividades, diferenças e desigualdades.

Os procedimentos metodológicos e a escolha dos sujeitos da pesquisa

Ao reconhecermos, conforme defendem Meihy e Holanda (2011), *que as incertezas garantem às narrativas decorrentes da memória, um corpo original e diverso dos documentos convencionais úteis à História. E após momentos de reflexão, dentre os gêneros da história oral (História Oral de Vida, História Oral Temática e Tradição Oral), compreendemos que poderia trabalhar com a segunda.*

Essa percepção e conseqüente escolha se deu por constatar que a história oral temática adota o discurso do sujeito como centro de interesse do sujeito e devido ao fato de os/as professores/as colaboradores/as narrarem suas vidas e suas experiências a partir de um assunto específico e previamente estabelecido: a construção e a vivência das relações de **gênero e sexualidade** em suas trajetórias vividas, com ênfase em suas formações e práticas educativas desenvolvidas.

Contudo, vale ressaltar que ao sugerir tal perspectiva não desconhecemos que é preciso, como indica Bourdieu (2005) evitar a *Ilusão biográfica*. Embora se saiba que a realidade é descontínua e composta por elementos imprevistos, sem razão ou conexão, ainda é muito comum o pensamento de que “a

2 Utilizamos o termo **colaborador/a** por reconhecer, como Meihy (2011) que as pessoas entrevistadas não são meros informantes, elas/es são colaboradoras/es na pesquisa.

vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva [...]” (p.184). Tal pensamento parte de uma lógica cartesiana, que considera a vida como uma evolução contínua e linear na qual acontecimentos coerentes e sequenciais se encadeiam.

Ao explicitar o “como fazer” no desen-volvimento do projeto de história oral, Meihy e Holanda (2011) sugerem que devem ser definidos, a comunidade de destino, a colônia e a rede. A primeira trata-se da instância que determina o comportamento dos agentes que registrarão suas memórias, ou seja, que concederão entrevistas durante a pesquisa; colônia pode ser definida pela parcela de pessoas de uma mesma comunidade de destino, constituindo-se na primeira divisão do grupo. Como esta divisão é muito ampla, é realizada subdivisão, denominada rede.

O Curso GDE ofertado pela UFMA constitui a comunidade de destino; os/as cursistas que concluíram o curso em 2009 ou 2010 formam a colônia. E a rede foi integrada por 29 cursistas que elaboraram projetos didáticos ao final do curso sobre as temáticas gênero e/ou sexualidade. A divisão e subdivisão da colônia, ocorreram através dos seguintes procedimentos: inicialmente efetuou-se um levantamento entre os/as egressos/as do curso ofertado pela UFMA; realizou-se leitura do Relatório final e análise dos memoriais e dos projetos de intervenção apresentados ao final do curso como forma de pré-selecionar aqueles/as que demonstravam maior interesse pelas temáticas sexualidade e/ou gênero.

Após a pré-seleção, foram coletadas informações dos/as cursistas egressos/as em suas fichas de matrícula como: nomes, endereços, telefones e e-mails. Em seguida, foi feito contato e o convite para participarem neste estudo, concedendo entrevistas. Depois de várias tentativas, algumas exitosas, outras não, foram realizadas entrevistas com seis egressos/as, entre os meses de junho de 2012 e fevereiro de 2013. Dentre estes/as, quatro haviam sido cursistas do Polo de Imperatriz (Jónata, Elias, Fátima e Jéssica) e duas do Polo de Porto Franco (Vera e Telma), municípios do sul do Maranhão. No intuito de preservar suas identidades foram escolhidos pseudônimos, conforme sugerido por uma delas ou escolhidos por mim, sendo estes nomes recorrentes na região. Cumpre ressaltar que um dos sujeitos colaboradores fez questão que fosse utilizado seu próprio nome.

No decorrer das entrevistas foram privilegiadas a formação docente e as práticas escolares no que refere ao tratamento das questões de gênero e da sexualidade como foco primordial dos relatos.

Gênero e Sexualidade na formação docente: um percurso possível

Por entender, conforme aponta Louro (1997), que a instituição escolar exercia e ainda exerce uma ação distintiva, inicio a reflexão deste estudo enfatizando que a formação docente deve concorrer para uma educação cuja prática pedagógica esteja atrelada ao respeito às diferenças e à diversidade, e à diversidade de gênero e sexual. Assim, faz-se necessário a reflexão sobre o papel desta instituição na formação docente e sobre sua contribuição na difusão desses saberes.

Durante o curso de Pedagogia, Jéssica e Jónata relatam que não tiveram oportunidade de estudar gênero e sexualidade. Viram de forma muito superficial, nos estudos do desenvolvimento humano, as fases psicosssexuais da criança nas teorias de Sigmund Freud. No entanto, ambos comentam que reconhecem tais questões como importantes e que devem ser trabalhadas nos cursos de formação docente.

Segundo Jónata, na universidade, “[...] o próprio professor não tem conhecimento sobre tais assuntos e muitos ainda velam essas questões”. A academia, e especificamente os cursos de formação docente, como o de Pedagogia, ainda demonstra ausência de conhecimento sobre a sexualidade e o gênero. Com isso, muitos deles não discutem as questões e nem mesmo aceitam incluí-las em seus currículos.

Vale ressaltar que os cursos de formação docente que deveriam ser um lugar de construção do saber, produzem, muitas vezes, o seu ocultamento, evidenciando também, negligência em relação ao tema da diversidade de gênero e sexual. Um trecho da narrativa de Elias pode ser elucidativo a propósito. Durante o curso de Ciências Biológicas houve um Seminário sobre a homossexualidade cujo objetivo era perceber como e porque as pessoas se tornam homossexuais. Neste Seminário, foram realizadas dramatizações sobre a questão e a partir do que foi apresentado, Elias comenta:

[...] vimos cenas que as crianças, os meninos, devem se prender mais a imagem do pai do que a da mãe, pois elas precisam ter um referencial para poder concretizar o seu lado masculino. Eu acredito

nisso! Cerca de noventa por cento dos meninos que conheci, viraram.... por não terem o referencial pela frente. Lembro ainda que na minha época de exército, lá no quartel, os militares eram agressivos. Assim, dependendo do meio que vive, o sujeito pode vir a ser agressivo ou meio afeminado. [...]. O afeminado que eu falo é pelo seu jeito de se comportar... Eu tenho muitos alunos com jeito afeminado... e, quando pergunto com quem você mora, eles dizem: ‘vovó, titia...’. Então eu acho que isso influencia... Porque muitos não têm a figura do pai e isso conta muito, especialmente naquela fase que ele está desenvolvendo sua sexualidade.

Para compreender as representações construídas por Elias, vale recorrer a Guacira Louro (1997), quando menciona que as identidades não são fixas, nem se instalam de forma automática nos indivíduos, mas vão se construindo ao longo da vida. São constantemente desestabilizadas e desfeitas pelas complexidades da experiência vivida, pela cultura, pelo conhecimento escolar e pelas múltiplas e variáveis histórias de marcadores sociais como gênero, raça, nacionalidade, geração, aparência física e estilo de vida. As identidades de gênero podem ser caracterizadas pela instabilidade, sendo, portanto, passíveis de transformações.

Da mesma forma que não existe uma relação direta e única entre anatomia e gênero, também não existe entre gênero, identidade sexual e orientação sexual (PARKER, 2003). Por isso, fala-se em identidade de gênero para se fazer referência à maneira como uma pessoa se sente e se apresenta para si e para a sociedade como masculino ou feminino, ou mesmo uma mescla de ambos, independente tanto do sexo biológico quanto da orientação sexual. Por exemplo, uma pessoa pode ter uma identidade de gênero – masculina, feminina, ambas ou nenhuma –, ter características anatômicas do sexo oposto ao seu e, ainda assim, ser heterossexual, homossexual, bissexual ou mesmo ser assexual.

O fato de Elias acreditar e defender que a construção da identidade de gênero se dá devido às referências masculinas ou femininas que a criança vivencia desde a infância, remete a ideia de uma rígida divisão entre os comportamentos considerados adequados aos sexos e ao reforço heterossexual (imposto como a norma e o modelo a ser seguido), bem como a homossexualidade ou bissexualidade como uma negação que confirma a norma manifesta em diferentes instituições sociais, dentre elas a escola.

A professora Fátima traz outra representação sobre o tratamento das questões de gênero e sexualidade nos cursos de licenciatura. Ressalta ser importante trabalhar os temas discutindo, instigando os alunos e alunas a pensarem e refletirem sobre essas questões, uma vez que fazem parte de suas vidas.

Em Pernambuco, estudei em uma escola privada, na Academia de Comércio, que hoje não existe mais. Era uma escola de nível superior e a sexualidade era um assunto meio batido nas aulas que tínhamos. Isso era a década de setenta. Parecia que o mundo já estava mais aberto... Já se falava... e se tinha uma compreensão diferenciada de sexualidade [...]. Entretanto, não havia nenhum evento sobre gênero, sexualidade, alguma questão da mulher, nada disso [...]. Eu penso também, que deveria ser trabalhada, no curso de letras a questão da **linguagem sexista**, porque se utiliza até hoje, utilizam muito mais o masculino e ainda defendem o masculino, na gramática (Professora Fátima – grifos meus).

Deste excerto percebe-se traços e iniciativas de preocupação e trabalho com questões da sexualidade em cursos de nível superior, na década de setenta do século passado, momento em que o mundo parecia estar “mais aberto”. Sabe-se que as décadas de 1960 e 1970 representaram um período de transformação nos costumes, uma “revolução sexual” e impuseram a chamada liberação que significou a busca de realização no plano pessoal e a consciência de que “problemas sexuais” não teriam lugar no mundo entendido como “normal”.

Fátima almeja que as temáticas gênero e sexualidade sejam incluídas nos currículos de formação docente e no curso de Letras, sua área de atuação, e que aí seja tratada a questão da linguagem sexista. O combate aos preconceitos inscritos na língua e perpetuados por meio da língua tem avançado no Brasil, no entanto, cresce paradoxalmente, o preconceito contra a língua. Um exemplo disso são as atitudes que se voltam contra o uso da “linguagem não sexista”, integrante das preocupações com a linguagem politicamente correta.

A utilização de linguagem sexista foi percebida, por exemplo, nas narrativas de Jéssica e Telma, quando utilizam apenas o masculino, mesmo quando descrevem algo sobre si mesmas. E o professor Jónata, embora defenda que sejam desenvolvidos trabalhos acerca das questões de gênero na escola, utiliza apenas termos no masculino. Seguem-se alguns exemplos:

[...] se não der para fazer bem feito eu não vou ficar tranquila... insisto até conseguir... sou muito inquieta em tudo o que faço ... Então, lá na universidade também fui do mesmo jeito. Então, não havia conflitos. Eu não era esse tipo de **aluno** que teve muito conflito com o professor... (Professora Jéssica – grifo meu).

[...] se **o professor** fosse mais bem preparado no curso dele, ele teria mais embasamento, mais firmeza, mais segurança para tratar... porque não é fácil...a gente sabe que não é fácil...é difícil... Eu acho que nós **professores** ainda temos um longo caminho a percorrer, ainda tem muito o que ser feito... (Professora Telma – grifos meus). É preciso que **o professor** aprenda a trabalhar de forma a conceber o masculino e o feminino num processo relacional de igualdade. **Os alunos**, de forma indireta, clamam por isso. Seja menina ou menino, seja hetero, ou não, eles clamam por isso. (Professor Jónata – grifos meus)

Dentre os variados espaços e instâncias em que prevalecem as distinções e desigualdades, a linguagem é um dos campos mais eficaz e persistente. A influência de uma estrutura androcêntrica em nossa sociedade possibilita, a constituição de uma linguagem sexista. Conforme Louro (1997) a concordância com as regras de linguagem habituais pode impedir que observemos, por exemplo, a ambiguidade da expressão homem — que serve para assinalar tanto o indivíduo do sexo masculino quanto toda a espécie humana. Sabe-se que em variadas situações, a palavra homem supõe todas as pessoas agrupando homens e mulheres. Contudo, “a linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares, ela os institui, ela não apenas veicula, mas produz e pretende fixar diferenças” (LOURO,1997, p. 65).

Bourdieu (1996) observa os efeitos da dominação simbólica “em cuja ordem se reproduz a estrutura fundamental do sistema de oposições dominantes em matéria de linguagem” (p. 19). Para ele a oposição entre o masculino e o feminino é um dos princípios a partir dos quais se produzem as oposições mais peculiares de um “povo”. Além dessa representação do mundo social reter a essência da visão dominante através da oposição entre “a virilidade e a docilidade, a força e a fraqueza, os verdadeiros homens, ‘os machos’, os ‘valentões’ e os outros” (p. 20). Neste caso, os outros seriam as mulheres ou os homens afeminados, cujo destino seria a submissão e o desprezo. A partir de regras definidas pela gramática, não se questiona o uso que fazemos de expressões

consagradas historicamente e se supõe que a linguagem é apenas um meio de comunicação.

Contudo, a força do processo civilizatório e a “imposição” democrática através de uma nova cultura organizacional tende a transformar as relações a partir da própria linguagem. Assim, uma das formas de se opor a uma linguagem “padrão”, seria “voltar ao modelo de toda produção linguística e redescobrir o princípio da extrema diversidade dos linguajares que resulta da diversidade de combinações possíveis entre as diferentes classes de habitus linguísticos e de mercados” (BOURDIEU, 1996, p.21). Transgredir as “normas” linguísticas oficiais, no caso o uso do masculino para designar a pessoa humana, seja ela homem ou mulher, seria então dirigido tanto contra os/as dominados/as quanto contra os/as dominantes. Em suas discussões, estudiosas/os feministas sugerem alternativas de tratamento da linguagem não sexistas.

A linguagem sexista chegou a ser tratada nos mais diferentes níveis de governo e no âmbito das Nações Unidas. A UNESCO, por exemplo, examinou a necessidade de se eliminar dos registros escritos e dos discursos orais “todas as formas discriminatórias de linguagem” em relação à mulher e publicou em 1996 uma série de Diretrizes para uma Linguagem Não-sexista. No entanto, se em determinadas sociedades esses esforços vêm sendo acolhidos e incorporados, em outras são ainda depreciados ou ridicularizados.

A consideração das relações entre todos esses aspectos reforça ainda a importância e a necessidade dos estudos de gênero e sexualidade na formação inicial e continuada de professores/as.

Possibilidades nas Práticas Escolares

A prática escolar, e mais especificamente uma prática que desenvolva uma educação para a vivência da sexualidade deve ser apreendida como reflexiva, não podendo ser entendida sem uma análise que leve em conta “as lutas, os avanços e recuos” dos grupos que se mobilizaram e se mobilizam para fazer acontecer ações educativas inclusivas das temáticas referidas.

A seguir são introduzidos e analisados os relatos que tratam das práticas escolares desenvolvidas pelos/as colaboradores/as. Dentre essas práticas, referimo-nos a iniciativas de trabalho com questões da **sexualidade** com crianças da **educação infantil**, desenvolvidas pelo professor Jónata e suas dificuldades no tratamento de aspectos relacionados ao **corpo das meninas**. Igualmente analisamos a alternativa da educação sexual voltada para a saúde e prevenção da

gravidez precoce desenvolvida por Jéssica e o trabalho desenvolvido por Fátima no estudo sobre as **mulheres na literatura**, na qual se incentivou o desenvolvimento da criticidade acerca do sofrimento das mulheres nos romances. A reflexão sobre a **mulher na História** e sobre a mulher muçulmana, desenvolvida pela professora Telma e o trabalho realizado por Vera na disciplina Ética e Cidadania são também objetos de exame.

Em sua prática escolar, quando deixou a educação infantil e assumiu uma turma da quarta-série do ensino fundamental, Jónata vivenciou uma experiência com sexualidade em sua prática escolar e o fato o preocupou. Comenta que uma menina o procurou e falou que estava menstruando e não soube o que fazer. Então, pensou: “Comigo logo! O que eu vou fazer?”. Contou o episódio a uma colega de trabalho e combinaram que ela iria dar uma aula sobre o assunto para as meninas. Para isso, a turma foi dividida: os meninos ficariam com Jónata e as meninas com a professora.

Ela falou para as meninas sobre menstruação, cuidados... E, eu fiquei com os meninos, porque não tinha nenhuma condição de falar com as meninas sobre esses assuntos. Me sentia sem forças, tinha vergonha, não sabia o que fazer... Os meninos só perguntavam sobre eles, queriam saber sobre como surgem os pelos, o que fazer quando o pênis ficava..., assim... [calou]. São mais situações de curiosidade sobre eles mesmo.

Jónata não se sentia à vontade, ficou envergonhado na situação e durante a entrevista admitiu não ter conhecimento suficiente para responder à inquietação de sua aluna. Também demonstrou receio em falar de ereção e excitação, silenciando. Sobre a separação da turma, cabe recorrer a Daniela Auad (2006) e a sua discussão sobre a relação entre igualdade e desigualdade entre meninas e meninos, homens e mulheres, no espaço escolar. A autora chama a atenção para a função privilegiada que à escola possui no que diz respeito à aprendizagem de papéis sociais e sexuais. Para ela “o aprendizado da separação” pode discriminar meninos e meninas de forma a justificar desigualdades ou ao contrário, promover transformações no sentido da igualdade a partir do respeito às diferenças.

Não é possível saber se a atitude de Jónata, ao separar a turma, contribuiu para justificar mitos, tabus e desigualdades ou se contribuiu no sentido de demonstrar a importância do respeito e do cuidado com o próprio corpo e do

respeito às diferenças no corpo do outro. Tanto Jónata, quanto sua colega da escola tentavam desenvolver a abordagem da educação sexual biológica higienista, apontada por Furlani (2011), com ênfase na biologia essencialista, baseada no determinismo biológico. Nesta abordagem, as diferenças entre homens e mulheres são decorrentes dos atributos corporais, o que contribui para diferentes preconceitos e discriminações, dentre elas o machismo, o sexismo, a homofobia, a misoginia, além de implicar em um currículo limitado e reducionista.

A separação da aula sobre os corpos masculinos e femininos, impediu que meninos e meninas pudessem conhecer e discutir juntos as mudanças em seus corpos durante a puberdade. E, assim, informar-se sobre às ideias vigentes na sociedade acerca das diferenças entre os sexos e também sobre as maneiras pelas quais são socialmente determinados os comportamentos de homens e mulheres, meninos e meninas, de acordo com as diferenças (biológicas).

Jéssica iniciou seu trabalho na educação, assumindo uma turma de alfabetização, no ano seguinte solicitou que fosse para a primeira série e logo em seguida, foi remanejada para a coordenação. Na turma de alfabetização Jéssica lembra que não desenvolveu atividades sobre gênero e sexualidade, pois “naquela turma ainda não tinha esse despertar”. Quando assumiu a coordenação pedagógica, iniciou o curso SPE e logo em seguida, o curso GDE. Sobre o papel da escola acerca da educação sexual e das relações de gênero, Jéssica ressalta que essa é uma questão que perpassa também à família e à religião da pessoa. Para Jéssica:

O que cabe à escola mesmo é orientar sobre a segurança, a prevenção, a saúde, o cuidado... Não, a reorientação e a decisão da pessoa. Não vai ser a escola que vai dizer, ela precisa orientar para que conheçam as possibilidades e tratar dos riscos, da questão da segurança...mas ela precisa estar atenta para orientar, para combater o racismo, o preconceito, a discriminação. Eu acho que o papel da escola é mais nesse sentido, de ajudar a formar o cidadão que compreenda e respeite as diferenças [...].

Em seu comentário, não ficou claro o que quis dizer quando referiu-se à decisão ou escolha da pessoa, mas é possível inferir tratar-se da orientação sexual do/a discente. Jéssica enfatiza o papel da escola no combate aos preconceitos e discriminações e na formação cidadã quanto ao respeito para com as diferenças e na orientação acerca da prevenção, saúde e cuidado com o

corpo. Nestes casos refere-se ao trabalho que vem desenvolvendo nas escolas de Imperatriz, o projeto “Saúde e Prevenção nas Escolas”, reforçando que um dos objetivos do projeto é combater “a perda de adolescentes por conta da gravidez”. Esta perda alude ao aumento dos índices de evasão nas escolas pelas meninas que engravidam.

Jéssica salienta e defende ainda a importância da “inocência infantil” e da “pureza da criança”. Ela expõe que sua família é cristã e a sua concepção sobre educação sexual fez-se a partir de princípios bíblicos, o que marca fortemente o significado de educação sexual e de sexualidade. Tais questões também são apontadas por Furlani (2005) quando comenta que no Brasil há uma forte atuação tanto das igrejas evangélicas como de algumas vertentes que apelam para o fundamentalismo católico. As discussões em torno da sexualidade são um ponto comum entre as diversas religiões, sempre no intuito de estabelecer regras e controle, com maior intensidade em sua ação sobre os jovens, mas não unicamente.

Jéssica compreende sexualidade apenas como relação sexual, sendo este um ato “impuro”, o que aumenta e cerca o assunto com tabus, preconceitos e impede uma conversa franca e desprovida de entraves entre pais e filhos, entre crianças e adolescentes e as pessoas adultas. Além disso, ao demonstrar uma opinião com certos silenciamentos, reforça a ideia de que apenas algumas pessoas são autorizadas a falar da sexualidade, demonstrando ser esta uma abordagem que deve ser permeada por um discurso normatizante, entendido por ela, como “princípios bíblicos”. Sobre a questão Bourdieu (2007) argumenta que os leigos também são produtores de práticas e discursos religiosos que, por vezes, são apropriados e transfigurados pela religião estabelecida sendo trazidos de volta para os leigos de forma já não mais reconhecível, ao menos aprioristicamente.

Fátima demonstra reconhecer a importância de se tratar do tema na escola e relembra que o fazia em suas práticas escolares nas aulas de Literatura, na Escola Estado da Guanabara. Trabalhava aspectos relacionados à mulher e sua condição na sociedade. Dentre os clássicos, ela escolhia por exemplo.

Camilo Castelo Branco, um clássico do Romantismo... Com a obra “Amor de Perdição” foi trabalhada a representação da mulher na sociedade. Era uma mulher que ele amava e em um dado momento ela vai embora. Para se chegar até ela, saber quem era aquela mulher e quem era aquele homem... A cultura emitia, ou não,

certo comportamento, mas, por quê? O que a sociedade impõe em relação a isso? O despertar para trabalhar a questão de gênero na literatura, veio na verdade... bem, eu já fazia algumas leituras, não tinha um aprofundamento... na verdade o meu olhar era para literatura, não especificamente para gênero, mas sempre tive minhas dúvidas em relação à forma como as mulheres sofrem nas obras literárias. Então, resolvi trabalhar a questão. Também fizemos um cordel para falar só sobre as mulheres (Professora Fátima).

Ainda que de forma sutil, Fátima preocupava-se com o sofrimento das mulheres nas obras literárias, dentre elas a poesia, o romance e outras expressões que exibem personagens, características, valores e ideologias inscritos em contextos sociais e históricos diferenciados. A exposição de análises dessas situações parece ter sido essencial para torná-las visíveis. A vitimização feminina e a concepção de um homem dominante versus a mulher dominada, como se fosse a única fórmula possível, podem ser contestadas. Fátima tentava, durante suas aulas, “tornar visível” aquela que foi ocultada durante séculos. Ela expõe sua dúvida sobre as maneiras pelas quais as mulheres são apresentadas como as sofredoras e como aquelas que se submetem aos caprichos dos homens, questionando e buscando diferentes modos de problematizar essas ideias e práticas em suas aulas.

No que tange às práticas escolares concretizadas por Telma, ela diz que costuma trabalhar a mulher na história. No ano anterior, por exemplo, solicitou que seus alunos e alunas pesquisassem sobre a condição da mulher no período medieval e acerca da mulher mulçumana, sugerindo que deviam analisar...

[...] quando ela casava, quando ela deixava de... até os deuses que a família dela cultuava, os que ela deixava de cultuar após o casamento. [...]. O hoje, como é que está a situação da mulher... Também fizemos um trabalho sobre a mulher mulçumana, pois sabemos que ela é muito...coitada eu digo assim...e eu procuro sempre trazer...” (Professora Telma).

Telma não conclui a frase ao referir-se à atividade desenvolvida sobre a mulher na Idade Média. Talvez quisesse dizer: “quando a mulher deixava de ser virgem”. Mas, o silêncio falou mais alto.

Enquanto Fátima questiona o fato de a mulher ser percebida nos romances como uma sofredora, Telma, nas aulas de História, problematiza a situação da mulher muçulmana, entendida por ela, como uma coitada. Na cultura ocidental, a mulher muçulmana ocupa uma posição de inferioridade em sua sociedade. O harém e o véu são dois símbolos que distinguem essas mulheres e sugerem sua subordinação ao homem. A subordinação é demonstrada e justificada pela lei, costumes e tradição. Há ainda uma prática consolidada na Lei islâmica³ que acontece em países de maioria muçulmana, considerada abominável e severamente criticada no mundo inteiro, por ser contrária aos Direitos Humanos: a mutilação da genitália da mulher. Uma das razões defendidas pela Lei para que a mulher seja circuncisada é para “diminuir a sua luxúria” e “dosar os seus desejos sexuais”.

Assim, é possível inferir que Telma refere-se à mulher muçulmana como uma coitada devido à sua subordinação ao homem, bem como por causa da exigência da mutilação defendida pela Lei. Tomando como base os relatos de Fátima e de Telma é possível perceber traços da abordagem da educação sexual dos Direitos Humanos apontada por Furlani (2011).

A Educação Sexual baseada nos princípios dos direitos humanos explícita, problematiza e desconstrói a ideia de identidade excluída e de acordo com o Programa Nacional de Direitos Humanos II, aprovado em 2002. Reconhece e apoia Programas de prevenção a qualquer tipo de violência contra “grupos em situação mais vulnerável”, como a criança e adolescente, as pessoas idosas, negras, homossexuais, dentre outras.

Através da literatura, Fátima problematiza, explícita e tenta desconstruir representações negativas socialmente impostas às mulheres, ressaltando ainda a importância de se ouvir os/as jovens e a necessidade da escola ter um projeto para trabalhar o tema como parte do currículo. Telma relaciona a mulher do passado com a da atualidade, refletindo sobre as mudanças de padrões sociais. Para as duas professoras, as atividades que desenvolvem em suas aulas poderiam ajudar na formação crítica de seus alunos e alunas, tendo em vista que, provavelmente, dentro de suas casas, eles e elas não tenham nenhuma orientação a esse respeito.

3 Lei Islâmica traduzida por Calatrava Bانشaria, do livro Sharia Law For The Non- Muslim, livro escrito por Bill Warner e editado por CENTER FOR THE STUDY OF POLITICAL ISLAM, com permissão do autor. Disponível em: <http://infielatento.blogspot.com/2011/06/lei-islamica-sharia-para-os-nao.html>. Acesso em: 13-05-2015.

Relativamente ao tratamento dessas temáticas nas práticas escolares de Vera, ela afirma não ter dificuldades. Diz que procura sempre se informar, pesquisar, ver entrevistas de pessoas, principalmente as que tratam da sexualidade. Comenta que procura criar atividades a partir das próprias experiências das/os discentes, trazendo o cotidiano delas/es para a sala de aula.

Na interação em sala de aula, o diálogo, o ouvir o outro, o compartilhar a opinião, o compreender os sentimentos e a busca de uma disposição acolhedora frente a si e aos alunos e alunas, bem como as práticas que incentivem a escuta e o acolhimento da opinião/sentimento do outro são exemplos que enriquecem o fazer cotidiano na escola. Organiza os “conteúdos de forma que eles entendam... que gostem! Eu trabalho estas questões mais na disciplina Ética, na Geografia, somente em alguns momentos, com algumas coisas... pois a geografia não nos dá espaço” (Professora Vera).

Embora Vera afirme não ter dificuldades para tratar questões da sexualidade com seus alunos e alunas, inclusive por trabalhá-las na disciplina Ética e Cidadania, não percebe as possibilidades de trabalhar as questões estudadas no GDE na Geografia, o que contradiz o próprio curso e os PCN’s (BRASIL, 2000). Assim como Vera ainda não compreende ser possível realizar atividades que tratem questões de gênero e sexualidade na Geografia, tais discussões ainda não ganharam a importância necessária nas pesquisas brasileiras. O que há são pequenas publicações em anais de eventos que privilegiam tal temática e um reduzido número de geógrafos com linhas ou projetos de pesquisa que objetivam compreender os temas no domínio particular da disciplina e em regiões determinadas. O etnocentrismo tem prevalecido nestas compreensões, e em larga medida, não tem sido desafiado por geógrafos.

Foi possível constatar que principalmente Jónata, Fátima, Telma e Vera almejam que tais temáticas sejam incluídas nos currículos de formação docente, bem como no currículo das escolas de Educação Básica e contam com esta possibilidade. De acordo com Louro (2001, p.56-57):

As práticas escolares e os currículos não são meros transmissores de representações sociais que estão a circular nalgum lugar, “lá fora”; são instâncias que carregam e produzem representações. O silenciamento em torno das “novas” identidades sexuais e de gênero constitui-se numa forma de representá-las, na medida em que marginalizam e as deslegitimam. O silêncio e o segredo significam uma tomada de posição ao lado de quem já detém a autoridade e a

legitimidade. Quando se está numa guerra, a omissão sempre favorece o dominante.

As práticas escolares e os currículos não são meros transmissores de representações sociais que estão a circular nalgum lugar, “lá fora”; são instâncias que carregam e produzem representações. O silenciamento em torno das “novas” identidades sexuais e de gênero constitui-se numa forma de representá-las, na medida em que marginalizam e as deslegitimam. O silêncio e o segredo significam uma tomada de posição ao lado de quem já detém a autoridade e a legitimidade. Quando se está numa guerra, a omissão sempre favorece o dominante.

Palavras finais

A realização da pesquisa teve entre seus objetivos a explicitação das contribuições possíveis para a educação de professores/as, numa iniciativa de formação continuada na qual dimensões relativas ao gênero e à sexualidade nas trajetórias percorridas e nas práticas escolares desenvolvidas pelos professores e professoras colaboradores/as da pesquisa, ocupam um lugar central.

A tentativa de compreender as configurações atuais das questões de gênero e sexualidade em uma sociedade e a mobilização de referentes teóricos para o entendimento das implicações pessoais e da repercussão das questões sobre as histórias de vida puderam assinalar fatos significativos que deveriam ser levados em conta, tanto na proposição de políticas educacionais, quanto na arquitetura dos projetos de formação docente e, sem dúvida, nos processos de construção das práticas pedagógicas pelos/as profissionais, no cotidiano escolar. Jónata, Elias, Fátima, Jéssica, Vera e Telma fornecem com a colaboração dada ao estudo aqui finalizado, testemunhos imprescindíveis a nossa reflexão.

As narrativas assinalam que vivemos uma transição no mundo acerca das relações sociais de gênero e sobre as questões da sexualidade. Entrecruzam-se permanências com rupturas, por vezes singelas, veladas ou mesmo anunciadas. Destacamos ainda o fato de que o curso GDE, pôde ser visto por alguns/mas dos/as colaboradores/as como uma possibilidade para que docentes se apropriem de conhecimentos que possam contribuir na mudança de atitudes e posicionamentos sobre as temáticas estudadas.

Referências

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos**: relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Você disse “popular”?**. Trad. Denice Barbara Catani. Revista Brasileira de Educação. n. 1. jan.-abr. 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs). **Usos e abusos da história oral**. 7 ed. Rio de Janeiro: fundação Getúlio Vargas, 2005. pp. 183-192.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10 ed. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural e orientação sexual. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CATANI, Denice Barbara. A didática, as autobiografias ou as histórias de vida escolar e a educação de professores. In: CASTRO, Amelia Domingues *et. al* (orgs.). **Ensinar a ensinar**. São Paulo: Pioneira Thompson, 2005, pp. 62-71.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula**: Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FURLANI, Jimena. **O bicho vai pegar!** Um olhar pós estruturalista à educação sexual a partir de livros paradidáticos infantis. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Educação. Porto Alegre: PPPG Edu/UFRGS, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto, Portugal: Porto Editora, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA Fabíola. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2011.

PARKER, Richard G.. Cultura, economia política e construção social da sexualidade.
In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade.
Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: DA NECESSIDADE DE SUPERAR OS PRECONCEITOS

Solange S. Santana

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

professorasolange@hotmail.com

Resumo: O processo de construção dos sujeitos ocorre por meio de tecnologias de gênero de diferentes instituições sociais que visam a regular comportamentos. As instituições de ensino, seus discursos e práticas, ao se organizarem com base nos princípios da heteronormatividade, reiteram um currículo sexista, preconceituoso e discriminatório no que tange às questões de gênero e de diversidade sexual. Em razão de a escola ainda se utilizar de estratégias regulatórias em que meninas e meninos são submetidas/os às pedagogias da masculinidade e da feminilidade, não se criam espaços para que sujeitos que rasuram, transgridam ou questionam o sistema binário de gênero possam atuar com legitimidade. Pelo contrário, o que se vê constantemente são estratégias para reiterar a heterossexualidade como inquestionável e compulsória. Logo, tornam-se imprescindíveis muitas lutas e mudanças de mentalidades para que uma perspectiva de gênero não normativa seja incorporada à educação brasileira. Logo, por meio desse trabalho, busca-se, antes de tudo, contribuir com um movimento maior de respeito aos direitos humanos e à diversidade sexual e de gênero nas instituições de ensino. Para tanto, pretende-se refletir sobre a relação entre educação, gênero e sexualidades que, hoje, se pauta mais na imposição de modelos de identidade rígidos e menos no respeito à diversidade e à prática do diálogo. Problematizar o heterossexismo institucional e a demanda presumida da heterossexualidade é, com certeza, uma das formas de reverter a perseguição a expressões identitárias não normativas, reconhecer as diferenças e superar os preconceitos que permeiam as instituições de ensino.

Palavras-chaves: gênero, sexualidade, educação, identidade, diferença.

Introdução

“A diferença pode ser construída negativamente – por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como ‘outros’ ou forasteiros. Por outro lado, ela pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora [...]”.

(WOODWARD, 2013, p. 50-51).

Guacira Lopes Louro enfatiza que “em nossa sociedade, devido à hegemonia branca, masculina, heterossexual e cristã, têm sido nomeados e nomeadas como diferentes aqueles e aquelas que não compartilham desses atributos” (LOURO, 1997, p. 49-50). Nesse sentido, é preciso considerar que, ainda que a atribuição da diferença seja sempre historicamente contingente, em pleno século XXI, instituições de ensino e outras esferas sociais ainda a produzem por meio de oposições binárias. Com isso, negam às/aos negros/as, mulheres, gays, lésbicas, transexuais e travestis, sob perspectivas distintas, a chance de reivindicar uma posição singular de sujeito para si e o respeito necessário à sua sobrevivência.

Se levarmos em consideração que a maior parte das instituições sociais ainda forma os sujeitos para reiterar modelos de comportamento viáveis, veremos que somos educados/as desde a infância, particularmente por práticas educacionais, a construir os nossos corpos, nossos gestos, nossos gêneros e nossas sexualidades de forma coerente com modelos preestabelecidos.

Com isso, reiteram-se práticas regulatórias rígidas e infinitas que não flexibilizam na compreensão da sexualidade, tal como é defendida por Michel Foucault: como “invenção social”, constituída a partir de múltiplos discursos sobre o sexo, que visam a regular, normatizar, instaurar saberes e produzir “verdades” (FOUCAULT, 1988). Não é à toa, portanto, que formas de controle repressoras como a religião e a ciência instalaram-se na cultura ocidental buscando determinar maneiras de conceber e de vivenciar o desejo e as atividades sexuais. Desse modo, cerceados pela matriz cultural heteronormativa, vemos que a vontade de controle das sexualidades encontra seu ponto fulcral na ordem compulsória do sexo/gênero/desejo (BUTLER, 2013). Assim, considera-se aceitável dentro dessa lógica apenas os gêneros “inteligíveis”, ou seja, aqueles que mantêm essa coerência compulsória.

As experiências identitárias de gênero, contudo, não são a-históricas, uma vez que “[...] o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma *repetição estilizada de atos*. O efeito de gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero” (BUTLER, 2013, p. 200, grifo da autora). Esta ilusão, como sabemos, vem sendo reiterada devido ao regime da heteronormatividade, definida por Richard Miskolci como “a ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Ela se impõe por meio de violências simbólicas e físicas dirigidas principalmente a quem rompe normas de gênero” (MISKOLCI, 2013, p. 46-47). No âmbito das instituições de ensino, é possível notar que grande parte dos discursos sobre gênero, de algum modo, inclui ou engloba as questões de sexualidade, reiterando, muitas vezes de forma mecânica, uma conexão casual e redutiva entre esses dois elementos constitutivos dos sujeitos. Logo, os sujeitos são educados de modo a pensar e a vivenciar as questões de gênero a partir de “uma matriz heterossexual” (BUTLER, 2013). Sempre pautada no binarismo de gênero, entretanto, nossa sociedade não impede que os sujeitos transgridam as normas e cruzem as fronteiras preestabelecidas. De um lado, tal agência promove, muitas vezes, a rasura crítica das noções de corpo, gênero e desejo; de outro, dá margens a sentimentos hostis e a atos de intolerância.

Por isso, a recorrência de ações preconceituosas, ainda hoje, nos ambientes educacionais nos leva à necessidade de problematizar as formas pelas quais as instituições de ensino, seus discursos, práticas e agentes buscam regular comportamentos, ao organizarem seus currículos com base nos princípios da heteronormatividade.

Sabe-se que pelo viés desse regime de visibilidade dos sujeitos, a escola não reconhece a diversidade, tampouco busca desconstruir valores que levam, muitas vezes, à abordagem sexista, preconceituosa e discriminatória de gênero e da diversidade sexual. Por consequência, tornam-se imprescindíveis muitas lutas e mudanças de mentalidades para que uma perspectiva não normativa seja incorporada à educação brasileira. Logo, por meio desse trabalho, busca-se, antes de tudo, contribuir com um movimento maior de democratização de respeito aos direitos humanos e à diversidade sexual e de gênero nas instituições de ensino.

Para tanto, pretende-se refletir sobre a relação entre educação, gênero e sexualidades, que está pautada mais na imposição de modelos identitários rígidos e menos no respeito à diversidade e à prática do diálogo. Problematizar o heterossexismo institucional e a demanda presumida da heterossexualidade é, com certeza, uma das formas de reverter a perseguição a outras expressões identitárias não normativas, reconhecer as diferenças e superar os preconceitos que permeiam os discursos e práticas educacionais.

Gênero, sexualidades e educação: uma relação ainda atravessada por tensões

É fato que, nos ambientes escolares, as categorias gênero e sexualidade são vistas como aspectos que determinam as experiências identitárias dos sujeitos. Contudo, as formulações mais críticas dos Estudos Feministas e dos Estudos Culturais, além de nossas experiências cotidianas, nos possibilitam compreender que “as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem ser cruzar ou ser antagônicos” (HALL, 2013, p. 108). Nesse sentido, o que importa considerar é que — tanto na dinâmica de gênero como na dinâmica das sexualidades — as identidades são sempre construídas; elas não são dadas ou acabadas num determinado momento — seja o nascimento, a adolescência, seja a maturidade — que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja estabelecida, ainda que nos façam acreditar constantemente nisso.

Na verdade, “em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo” (LOURO, 1997, p. 28). Por isso, o sentido de pertencimento a diferentes grupos (étnicos, sexuais, de classe, de gênero etc.) pode levar os sujeitos a assumirem diferentes posições, constituídas, muitas vezes, por meio do processo de diferenciação e de exclusões.

No caso do Brasil, sabe-se que nosso país vem conquistando importantes resultados na ampliação do acesso e no exercício dos direitos, por parte de seus cidadãos. No entanto, ainda existem imensos desafios a vencer, dentre eles, a promoção do respeito e da valorização da diversidade nos espaços educacionais (BARRETO; ARAÚJO; PEREIRA, 2009).

Ainda que as discriminações de gênero, étnico-racial e sexual sejam produzidas e reproduzidas em todos os espaços da vida social brasileira, a escola, reiteradamente, continua a produzir diferenças e desigualdades. Nesse sentido, Guacira Lopes Louro chama a atenção para o fato de, “desde seus inícios, a instituição escolar se incumbir de produzir as diferenças entre os sujeitos. A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas” (LOURO, 1997, p. 57). Não obstante adotar novas formas de discriminar e discretos mecanismos de opressão, as instituições de ensino insistem em distinguir corpos, comportamentos, desejos e sujeitos.

Isso se deve ao fato de que quase todas as escolas se estruturam sob a ideologia da heteronormatividade, modelo que, como já dissemos, regula as experiências dos sujeitos, ao prescrever a heterossexualidade como inquestionável e natural (BUTLER, 2013; MISKOLCI, 2013).

Se “em geral, a posição socialmente aceita e pedagogicamente recomendada é de respeito e tolerância para com a diversidade e a diferença” (SILVA, 2013, p. 73); por outro lado, é notório que a formação dos profissionais, que atuam nos âmbitos educacionais, não lhes permite, ainda, questionar as relações de poder que subjuguem os/as discentes nem os processos de diferenciação que produzem a identidade e a diferença (SILVA, 2013). Além disso, muitos profissionais, em razão da má formação e da incapacidade de romper com práticas discriminatórias, atuam como agentes fomentadores da desigualdade, seja pela reiteração da heteronormatividade seja pela incompreensão e desrespeito à diversidade.

Nessa perspectiva, poder-se-ia até se pensar que muitos agentes da educação não estejam cômicos do currículo oculto que orienta suas práticas. Contudo, não se pode dizer que agem de forma neutra, quando preferem “um processo educativo heterossexista, comprometido com a imposição da heterossexualidade compulsória” (MISKOLCI, 2013, p. 35). A dificuldade maior, talvez, esteja no investimento na revisão, mais de seus valores pessoais do que acadêmicos. Exemplifico, questionando: como um sujeito homofóbico, que atua como docente, irá respeitar alunos gays? Por que nas aulas de educação física ainda se fala em esportes de meninos e atividades de meninas? Não obstante questões de gênero e de sexualidade permearem nossas vidas diárias, infelizmente, ainda nos deparamos com diversos casos de assédios e práticas discriminatórias nas instituições de ensino; lugares que deveriam prezar pela igualdade de direitos e

respeito. Essa recorrência nos revela, é fato, que a intervenção na constituição dos sujeitos vem de uma ampla rede de tecnologias de gênero que se iniciam no seio familiar; é reforçada e defendida no contexto comunitário e tem na escola a estrutura responsável pela manutenção dos valores que devem ordenar a vida dos sujeitos para a heterossexualidade.

Além disso, os princípios da heteronormatividade podem ser vistos também nos livros didáticos e paradidáticos, nos quais as representações dos sujeitos são pautadas no sistema binário e na heterossexualidade compulsória. Nesses materiais, ainda têm especial atenção os papéis de gênero predefinidos e “[...] a representação da família típica constituída de um pai e uma mãe e, usualmente, dois filhos, um menino e uma menina” (LOURO, 1997, p. 70). Por consequência, a representação de experiências identitárias distantes do padrão da heterossexualidade e a diversidade de arranjos familiares, tão comuns na atualidade, são excluídas das discussões em sala de aula.

Essas estratégias, como bem aponta Louro, “fomentam uma valorização da heteronormatividade nas relações e tornam o universo infanto-juvenil afeito a tais determinações” (LOURO, 2000, p. 48). Logo, ao acompanhar a vida prática dos/das discentes, é possível notar que os sujeitos e os comportamentos que não se “enquadram” dentro da lógica binária ou são invisibilizados ou são tratados como “anormais”.

Por conseguinte, padrões que reforçam as diferenças são naturalizados para promover a reprodução de comportamentos discriminatórios que segregam e dificultam o empoderamento de grupos que não se aproximam dos ideais normativos. Distantes da inclusão e do respeito à diversidade, as estratégias de pedagogos, psicólogos e docentes, de forma geral, visam a convencer o/a discriminado/a de que ele/ela será tratado como “igual”, se se adaptar às regras. Por esse viés, fica claro que o/a discente só será aceito/a em sua plenitude se eliminar suas singularidades (CASTRO, 2005).

Essa concepção de educação também justifica, por exemplo, o encaminhamento de discentes aos psicólogos, como se fossem “doentes”. Por consequência, seus corpos e suas performances de gênero serão colocados numa posição patológica e estigmatizada (CÉSAR, 2009). Em razão de a instituição escolar se tornar um ambiente de medo, humilhação e coerção, onde as/os jovens submergem à rigidez do sistema binário, não é à toa que, em última instância, meninos e meninas que sofrem discriminação abandonem a escola.

Dito de outro modo, a diferença, uma das primeiras lições que aprendemos no ambiente familiar, tem sua continuidade no processo de ensino-aprendizagem

desde a infância. Na verdade, a partir de um currículo homogeneizador, “a escola busca garantir que suas crianças e adolescentes se tornem homens e mulheres ‘verdadeiros’, ou seja, em conformidade com as formas hegemônicas de masculinidade e de feminilidade” (LOURO, 2000, p. 49). Não há dúvidas de que o que está sendo proposto, objetiva e explicitamente, pela instituição escolar, é normalizar os sujeitos, ou seja, “eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas”. Ainda, de acordo com Tomaz Tadeu da Silva, “Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa” (SILVA, 2013, 83). Não é ao acaso que, ao se afastar dos moldes da sociedade em que a escola se inscreve, a presença de discentes gays e lésbicas dentro da escola torna-se um incômodo tanto para aqueles que defendem a heterossexualidade como norma, quanto para aqueles que são transformados em foras da lei.

De certo, ainda que a instituição escolar seja constituída por diferentes sujeitos que vivem experiências de gênero de forma diversas, “para esta instituição que nasceu disciplinar e normatizadora, a diferença, ou tudo aquilo que está fora da norma, em especial, a norma sexual, mostra ser insuportável por transbordar os limites do conhecido” (CÉSAR, 2009, p. 48).

Considerações finais

Ainda que estejamos vivenciando lutas pela igualdade de gênero, étnico-racial e também pelo respeito à diversidade sexual, o predomínio de atitudes e convenções discriminatórias ainda é uma realidade tão persistente quanto naturalizada em todos os âmbitos sociais.

No entanto, como bem salienta Silva, “[...] em um mundo heterogêneo, o encontro com o outro, com o estranho, com o diferente é inevitável” (2013, p. 96). Por isso, o questionamento de nossos valores pessoais e de princípios educacionais pode ser uma das estratégias para superar os preconceitos. Ao por em xeque nossas “verdades”, talvez possamos ver, com mais clareza, que a discriminação contra gays, lésbicas, travestis e transexuais em instituições de ensino deve-se à falta de respeito pelas diferenças, e por consequência, à intolerância.

Se começarmos a seguir outra rota, questionando a heterossexualidade como natural e biológica; se admitimos que todas as formas de sexualidade são construídas; que todas são legítimas, mas também frágeis, talvez possamos

compreender melhor o fato de que diferentes sujeitos, homens e mulheres, vivam de vários modos seus desejos e suas sexualidades.

Nesse sentido, a escola também precisa promover espaços de reflexão que possibilitem aos/às discentes compreenderem “[...] as implicações éticas e políticas de diferentes posições sobre gênero e sexualidade e construir sua própria opinião nesse debate” (CARRARA, 2006, p. 2). Além disso, se levarmos em consideração que educação não é doutrinação, poderemos problematizar, por exemplo, currículos, normas, linguagens, materiais didáticos e processos de avaliação como *locus* das diferenças de gênero e de sexualidades.

Como docentes, precisamos questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem. Atrevidamente é preciso, também, problematizar as teorias que orientam nosso trabalho para ver se não estamos reiterando normas excludentes e preconceituosas. Nessa perspectiva, temos de estar atentas/os à nossa linguagem, procurando perceber o sexismo, a homofobia, a lesbofobia e outras formas de discriminações que ela frequentemente carrega e institui.

Como nos recordam Freire, Santos e Haddad, “não bastarão leis, se não houver a transformação de mentalidades e práticas; daí o papel estruturante que adquirem as ações que promovam a discussão desses temas, motivem a reflexão individual e coletiva e contribuam para a superação e eliminação de qualquer tratamento preconceituoso” (FREIRE, SANTOS, HADDAD, 2009, p. 9). Para tanto, é urgente a inclusão, no currículo escolar, de rodas de debates, projetos e oficinas sobre diversidade de gênero e orientação sexual, como formas de superar preconceitos. Isso possibilitará a muitos sujeitos não só desconstruírem a polaridade rígida dos gêneros, mas também problematizar a heterossexualidade compulsória e os lugares destinados aos/às discentes que não a reiteram.

Sem dúvidas, uma das consequências mais significativas da desconstrução do sistema rígido de gênero reside na possibilidade de compreensão e de inclusão de diferentes formas de masculinidade e feminilidade na pauta escolar. Importa lembrar que a concepção dos gêneros, produzida a partir de uma lógica dicotômica, implica ignorar ou negar todos os sujeitos que não se “enquadram” no sistema binário. Romper a dicotomia poderá abalar o enraizado caráter heterossexual que estaria, na visão de muitos sujeitos, presente nas relações de gênero.

Se levarmos em consideração que “a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução” (DE LAURETIS, 1994, p. 209); e aceitarmos que sua construção é histórica e se faz incessantemente, poderemos compreender

que nem as relações entre homens e mulheres nem os discursos e as representações dessas relações são permanentes. As identidades de gênero estão continuamente se transformando, porque nada nem ninguém, de fato, pode nos impedir de ser metamorfose, de ser nômades. Nesse sentido, discentes, docentes e toda a comunidade acadêmica poderão reconhecer que, ao invés de um par, somos vários e diferentes, de fato.

Por outro lado, é preciso considerar também que os sujeitos, em seu cotidiano, estão rompendo positivamente com normas violentas e injustas que os aprisionavam em uma única maneira de existência. Isso nos mostra que aqueles/aquelas que compõem as minorias estão se habilitando e se mobilizando para fazer dos espaços e das instâncias de opressão, lugares de resistência e de exercício de poder.

É possível notar que, diferente do corpo docente, os/as discentes vêm criando uma rede de proteção pautada na cumplicidade, no respeito e na luta pela superação da discriminação de gênero e sexual. Ainda que nos deparemos com atos preconceituosos por parte de alguns/algumas discentes, vê-se que muitos/as estão mais abertos/as à diversidade, buscando informações e rodas de debates sobre gênero e sexualidade para, assim, superar os preconceitos.

Por fim, eis as sábias palavras de Kathryn Woodward que figura como epígrafe desse trabalho: “a diferença pode ser construída negativamente – por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como ‘outros’ ou forasteiros. Por outro lado, ela pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora [...]” (WOODWARD, 2013, p. 50-51). Não custa nada levar em consideração também que, não obstante a fabricação dos sujeitos ser contínua, esse processo se configura mais como o resultado de uma invenção cultural, social e histórica, e menos enquanto uma essência.

Impossível não concordar também com Guacira Lopes Louro quando ela nos diz o seguinte: “a tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como ‘natural’” (LOURO, 1997, p. 63), principalmente, no âmbito das questões de gênero e sexualidades. Isso não se torna possível, é fato, por meio de leis e decretos que regulam a educação no Brasil.

São as práticas cotidianas, a linguagem e gestos, quando bem analisadas e problematizadas, que nos levarão a desconfiar de todas as normas que nos são repassadas como “verdades” por meio das tecnologias de gênero, desde nosso nascimento.

Talvez, assim, possamos perceber todas as oportunidades que perdemos devido aos nossos preconceitos, entre elas, a de celebrar as diferenças.

Referências Bibliográficas

BARRETO, Andreia; ARAÚJO, Leila; PEREIRA, Maria Elisabete (Orgs.). *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARRARA, Sergio. *Educação, diferença, diversidade e desigualdade*. Porto Velho (RO), 11 maio 2006. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/pdf/scarrara.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2016.

CASTRO, Mary Garcia. Gênero e raça: desafios à escola. In: SANTANA, M. O. (Org.). *Lei 10.639/03: educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação fundamental*. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 2005.

CESAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”. *Educar*, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000300004>. Acesso em: 10 jan. 2016.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 13 ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREIRE, Nilcéa; SANTOS, Edson; HADDAD, Fernando. Construindo uma política de educação em gênero e diversidade. In: BARRETO, Andreia; ARAÚJO, Leila; PEREIRA, Maria Elisabete (Orgs.). *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 103-133.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. *Currículo, gênero e sexualidade*. Porto: Porto Editora, 2000.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 73-102.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 7-72.

CONHECIMENTO, CURRÍCULO: CIDADANIA E GÊNERO

Tatiana Modesto Pimentel
tatianamodesto@gmail.com

Orientadora Neuza de Farias Araújo
Universidade de Brasília UNB

Resumo: Este ensaio pretende apreender as relações entre o conhecimento e o currículo dialógico baseado nas reflexões de Paulo Freire, em uma perspectiva de educação para formação cidadã pelo meio do eixo estruturantes: Cidadania e Gênero do currículo. Para isso, pretende-se apresentar a experiência de um currículo norteador participativo, realizado no Distrito Federal pela Secretaria de Estado e Educação. Este instrumento coletivo que norteia a construção do conhecimento dentro e fora da escola, foi construído e elaborado com a participação, reflexão dos gestores, professores, sindicato, estudantes e comunidade escolar. Essa vivência pode possibilitar a contribuições a práticas pedagógica da educação do Distrito Federal.

Palavras chave: Educação, currículo, cidadania, gênero.

A humanidade, na fase pré-histórica, fazia uso de registos primitivos que hoje denominamos de pintura rupestre, sinais que apontavam o cotidiano de um grupo ou comunidade. Vale ainda destacar que essas imagens representam a cultura, a educação, o lazer, enfim elementos elaborados com objetivo de organizar e solucionar problemas do dia a dia dos grupos. Neste sentido, as pinturas rupestres podem ser definidas como conhecimentos difundidos para a humanidade e seus descendentes.

Trata-se, assim, não apenas de considerar o saber, como conhecimento sistematizado, visto que em uma sociedade onde não havia escolas a aquisição de conhecimento, em grande período da humanidade, era passado de pai para filhos.

Com o desenvolvimento das sociedades, as famílias poderosas e ricas não poderiam mais administrar o saber de seus herdeiros, nesse momento surgiu a profissão do pedagogo, a pessoa responsável pela elaboração e formação intelectual da família.

Na medida em que as escolas foram surgindo, o conhecimento formal passou a ser elaborado e também registrado.

Mas o que será conhecimento?

O dicionário de filosofia cita que o conhecimento “se refere ao que existe ou ao que está presente em certa existência” (Abbagnano, 2007 p.17). Nesta abordagem o conhecimento nasce com o sujeito, no momento que o sujeito passa a existir o conhecimento também se faz presente.

Sob outra orientação, Platão afirma “o conhecimento das coisas naturais que estas, não tendo nenhuma estabilidade e solidez, não podem dar origem a um conhecimento estável e sólido, mas só a um conhecimento provável” (Abbagnano, 2007 p. 18).

Evidencia-se nesse depoimento, que se tratando de conhecimento em ciências naturais não há firmeza e garantia, ou seja, o saber passa ser uma possibilidade, não uma verdade absoluta. Assim, interpreta-se que o conhecimento para ser elaborado, construído passa por uma visão subjetiva, na qual o sujeito que o organiza mostrará sua ótica, baseada em suas experiências.

Outro ponto a se destacar, sobre o conhecimento é a visão de Locke que “identificou a experiência interna, ou reflexão, uma das fontes do conhecimento e entendeu-a como apercepção das operações que o nosso espírito realiza em torno das ideias que recebe do exterior” (Abbagnano, 2007 p. 41).

Entende-se sobre a ideia apontada, que o conhecimento segundo Locke se mostra como uma vivência que interage entre o interno e externo. Uma

elaboração, reflexão sobre o pensamento interno e externo que o sujeito realiza em si.

Outra abordagem de conhecimento é destacado pela sociologia,

(...) nos ocupamos menos com o conteúdo programático e a descrição de seu resultado do que com a sua natureza, isto é, principalmente com a própria noção dos *determinantes sociais* do conhecimento e a maneira como essa *determinação* é interpretada. Tomaremos por base principalmente, nessa discussão, o debate epistemológico (...) ele permite, acreditarmos, esclarecer a questão essencial dos *determinantes* do conhecimento (Boudon e Bourricaud, 2001 p. 90).

Nesse contexto, o conhecimento parte das experiências sociais do sujeito, se expande em um sentido mais amplo, almeja colocar sob sua jurisdição os *determinates* das crenças, das ideologias, em especial o conhecimento científico.

O conhecimento é o saber que a humanidade vai construindo por meio da ação e interação entre os indivíduos e o mundo em que vivem.

Nesse sentido, o acúmulo de conhecimento com o desenvolvimento humano, se fez necessário com a sistematização do saber. Essa caminhada no sentido de organizar o conhecimento em um espaço e período e dar significado para a elaboração de um instrumento que mediasse o conhecimento, adveio com construção do currículo.

O currículo é importante instrumento escolar, em razão da essência dos seus eixos norteadores para produção de conhecimento e explicação da realidade, entendido como campo político pedagógico do espaço escolar.

As reflexões que o educador Paulo Freire destaca em sua obra vem de encontro com a importância de um currículo participativo e dialógico.

Nessa medida, pode se afirmar que dialógico a luz desse autor:

O homem dialógico, que é crítico, sabe que, se o poder de fazer, de criar, de transformar, é um poder dos homens, sabe também que podem eles, em situação concreta, alienados, ter este poder prejudicado. Esta possibilidade, porém, em lugar de matar no homem dialógico sua fé (...) Está convencido de que este poder de fazer e transformar, mesmo que negado em situações concretas, tende a renascer" (Freire, 2014 p. 112-13).

Nessa linha argumentativa, pode se afirmar que dialógia é um processo de formação do homem e da mulher na perspectiva de poder fazer, criar e transformar a realidade por meio do diálogo.

“O diálogo, como encontro dos homens para uma tarefa comum de saber e agir, se rompe, se seus polos” (Freire, 2014 p. 111). Esse polo, nesse ponto, no sentido do poder opressor, essa mão invisível que impede os homens e mulheres de construir seu conhecimento, criar, transformar e agir em benefício de uma sociedade mais justa e igualitária.

Sendo assim, pode-se relacionar o processo de poder fazer, criar, agir e transformar as situações concreta como o currículo.

Dessa forma, o que se propõe é o currículo dialógico, na perspectiva do processo de recriar, ou melhor, reelaborar um currículo que transforma e age em situações concretas de conhecimentos para o empoderamento social, tanto dos homens como das mulheres.

Neste sentido, pode-se perceber a importância que Freire cultiva à questão do conhecimento, saber e aprendizagem como processo dialógico, desta maneira para efetivar esse processo o currículo dialógico passa ser fundamental na construção de uma educação para todos.

Considerando os princípios aqui defendidos, a construção do currículo participativo não poderia ser uma doação dos prováveis donos exclusivos do conhecimento sistematizados elaborado/escolar, mas também um instrumento didático da ação dialógica de todos os atores homens e mulheres que fazem parte das escolas que têm o direito de refletir, de eleger, de escolher, de opinar e de ajudar a construir o currículo participativo. Enfim as ideias apontadas desvelam que o conhecimento e o currículo não pertencem exclusivamente aos dirigentes das escolas, aos professores, mas ao contrário do que se mostra, devem pertencer aos homens e mulheres que são os sujeitos em formação e indivíduos responsáveis por produzirem o saber, pois estes devem ser chamados a construí-lo e a problematizá-lo.

Cabe esclarecer que o currículo dialógico, como um encontro de práticas pedagógicas e conhecimentos não pode simplesmente, ser aplicado ou consumido (Freire, 2014).

É preciso entender que a construção democrática do currículo, a partir da própria ideia Freiriana de democracia, compreende a participação do povo no poder, é o conhecimento conquistado por todos. Abolindo a separação entre os que sabem e os que não tem conhecimento, tal como existe a separação ente as elites e o povo, são apenas consequência da trajetória histórica do Brasil,

que podem e devem ser transformadas (Freire, 2009). Essa construção deve ser participativa e envolver todos os sujeitos do processo educativo, apresentando como registro pertinente a uma pedagogia dialógica e crítico-reflexiva.

Efetivamente é nesse processo que uma das propostas de Freire ganha corpo, visto que a necessidade de promover o currículo coletivo/participativo é realizada pelos protagonistas da educação escolar: professores, servidores da educação, estudantes, gestores, e comunidade circular a escola e pelo compromisso social, político e cultural.

Com objetivo de ilustrar esse ponto, o caso vivenciado na educação no Distrito Federal pode explicar a realização do processo dialógico no currículo.

Nesse cenário, o Distrito Federal apresenta uma abordagem singular na elaboração e construção do currículo participativo/coletivo, que aqui se refere ao currículo dialógico.

O currículo, na perspectiva da dialogia de Paulo Freire, elaborado no DF foi nomeado Currículo em Movimento, contou com a participação dos professores, comunidade escolar (pessoas que moram em volta da escola), estudantes, gestores da rede pública da Secretaria de Educação do DF e o sindicato dos professores e orientadores educacionais.

Essa experiência se realizou durante o ano de 2011 em todas as unidades escolares por meio de plenárias. As plenárias foram realizadas em 14 Regiões Administrativas (RA). Como relata o próprio documento:

A utilização dos espaços tempos das coordenações pedagógicas coletivas para estudo e discussão com subsídios de textos; os debates com especialistas; a indicação de delegados para participação nas plenárias regionais; a realização de sete plenárias regionais no segundo semestre de 2011, com delegados (GDF, 2013 p.07/08).

É necessário apontar, que as plenárias foram organizadas pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) em três momentos distintos. Primeiramente, no espaço da escola, em momentos de muita reflexão nas coordenações coletivas, em seguida setorialmente por grupos de escolas de uma ou duas comunidades, e finalmente em plenárias nas Regiões Administrativas do DF.

“No segundo semestre de 2012, foram constituídos grupos de trabalho para analisar e sistematizar as contribuições dos profissionais da educação feitas no ano anterior e materializadas neste Documento” (GDF, 2013 p. 08).

Vale esclarecer um ponto importante em relação às plenárias, é o que diz respeito, aos dados recolhidos, esse material foi analisado mediante comissões eleitas nas próprias plenárias com representantes de todos os sujeitos protagonistas, participantes do processo de elaboração do currículo dialógico.

Dessa forma, o que se propôs foi um sistema de reflexão e elaboração coletiva, que resultou no Currículo em Movimento, currículo participativo que pode:

(...) a discutir a função social da escola e o aligeiramento dos saberes; a romper com a concepção conservadora de ciência e currículo e de fragmentação do conhecimento; a reinventar-nos, compreendendo que a educação é construção coletiva (GDF, 2013 p. 08).

Para entender melhor como o currículo dialógico pode conseguir sucesso progressivo nessa caminhada, demanda se apropriar essencialmente, do poder fazer na construção curricular, capaz de criar e transformar práticas pedagógicas que não são relacionadas com a realidade e os cotidianos de todos os que estão inseridos e interagem no processo de educação com seus diferentes trabalhos ligados aos saberes da experiência com os sujeitos protagonistas da atividade educativa, principalmente da maior parte do povo que utiliza a educação das escolas e cursos públicos.

Sob essa orientação, o Distrito Federal iniciou uma jornada de trabalho para democratizar o currículo:

...para discutir o currículo apresentado no final do ano de 2010, em versão experimental, e propor uma nova estruturação teórica e metodológica desse importante instrumento entendido como campo político-pedagógico construído nas relações entre os sujeitos, conhecimento e realidade. Nesse processo dinâmico e dialético, novos saberes são concretizados a partir de saberes produzidos pelas ciências, sendo educandos e educadores protagonistas na elaboração, desenvolvimento e avaliação dos processos de ensinar, aprender e avaliar na educação básica, tendo o Currículo como referência (GDF, 2013 p.07).

Para dar melhor visibilidade ao que foi descrito, a construção democrática do currículo no cotidiano das camadas populares, onde seus membros são partícipes, é representado em seus discursos, suas necessidades, suas expressões artísticas, seus desejos, e sonhos, junto com todo o conhecimento sistemático, isto é, o conhecimento científico produzido pela escola de um currículo que evidência, o pertencer, a todos que realizam a construção desse processo.

Assim, o sentimento de pertencimento passa a fazer parte de cada sujeito, promovendo um terreno fértil na aquisição e construção do conhecimento significativo crescente dos processos educativos.

Nessa medida, o campo adequado para o desenvolvimento da educação ocasiona combater a educação bancária, (explicada por Paulo Freire) que favorece o fracasso escolar, a repetência, a evasão escolar, como também alavancar a massificação acelerada da escola incrementando a desqualificação da educação pública.

Parece importante, perceber que o currículo se torna crítico e reflexivo quanto mais pertencer aos principais protagonistas da educação sistemática, ou seja, do conhecimento produzido pela escola ou sociedade que a envolva.

Nessa linha de pensamento, em relação ao conhecimento, a construção do currículo participativo ou dialógico e sua aplicação coletiva pode vir articular a relação individual e de coletividade de um sentimento mais amplo de pertencimento em relação ao processo educativo ou na escola.

As entidades governamentais voltadas a educação exercem o papel de centralizar e gerenciar as políticas públicas a serem implementadas, porém deveriam assegurar a organizar a construção do currículo dialógico.

De acordo com o exemplo aqui ilustrado, o currículo participativo da educação Distrito Federal, vale destacar dois pontos essenciais, a implementação e avaliação.

A implementação deixa registrado para as escolas as suas especificidades da comunidade escolar, no Currículo em Movimento

Dessa forma o documento Currículo em Movimento Versão para Validação se propõe:

A concretização deste Currículo se dará a partir do projeto político-pedagógico das escolas, como expressão de sua intencionalidade, e deve ser construído de forma participativa, envolvendo todos os sujeitos que fazem a educação acontecer nas escolas públicas do DF. Um projeto que nasça de uma profunda reflexão sobre

as finalidades da escola e da explicitação de seu papel social (GDF,2013 p.08).

A implementação referida nesse documento apresenta o fato do currículo se concretizar como construção do projeto político pedagógico das escolas e essa produção realizada com gestores eleitos pela sua comunidade escolar.

O segundo ponto a ser colocado, se refere a avaliação, o currículo norteador não tem como pretensão apresentar um caminho definido, mas sim a flexibilidade necessária para as mudanças a cada processo avaliado.

A escuta será ampliada na implementação deste Currículo, quando, nos espaços de formação diversos na Rede, como coordenações pedagógicas, cursos oferecidos pela Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação, fóruns permanentes de discussão curricular. Entre outros, teremos oportunidade de acompanhar e avaliar o currículo na ação, quando ele ganha vida e significado nas/pelas práticas pedagógicas dos protagonistas do processo educativo, professores e estudantes, mediados pelos conhecimentos (GDF, 2013 p.09).

Cabe esclarecer, por último, que a partir de 2012, o currículo vem sendo parte importante da prática pedagógica da escola e da comunidade, pois esse documento norteador da “prática pedagógica para além da sala de aula, ampliando-a a toda unidade escolar e sua comunidade, como exercício de planejamento coletivo e de ação concretizadora da proposta pedagógica” (GDF, 2013 p.11).

Evidencia-se nesse depoimento que o currículo dialógico por ser uma interação constante com a realidade, por meio da comunidade escolar que contribuiu para sua elaboração, tem um papel fundamental para as práticas pedagógicas.

Outro ponto a se destacado aqui, é o dialogo da prática pedagógica com o conhecimento e temas que a sociedade solicita para serem formalmente estudados, ou seja, conteúdo sistematizado dentro do currículo, que aqui no currículo do Distrito Federal, o Projeto Político Pedagógico Carlos Mota, apresenta-se contemplado e nomeado como eixos estruturantes.

Entretanto como a proposta desse ensaio vem de encontro a uma pesquisa sobre cidadania e Gênero deve-se ater de forma mais profunda, nos dois eixos estruturante do Currículo em Movimento.

Trata-se assim de uma contextualização no que se refere a cidadania. Uma vez que o sujeito inserido em uma sociedade contemporânea onde o sistema econômico, pode encaminhar o indivíduo para o consumismo.

Como aponta Gadotti, “existe uma concepção consumista da cidadania (direitos e deveres do consumidor)” (Gadotti, 2010 p. 68).

Nesse cenário, apresenta-se um sujeito de direitos no que se refere ao consumo, porém o que está em pauta é a possibilidade do sujeito viver em sociedade de forma igualitária com seus semelhantes.

A cidadania pode ser apresentada como conquistas e luta pelos de direitos de diferentes naturezas. Pode-se destacar em um primeiro momento, a conquista dos direitos civis; depois, os políticos e, por último, os sociais.

Nessa linha de pensamento, a luta pela conquista dos direitos civis, a cidadania teve como base a igualdade em uma abordagem jurídica como também é registrada na constituição “todos são iguais diante da lei”.

Diante desse aspecto a sociedade brasileira apresenta dificuldade em garantir os princípios básicos de igualdade, o que se nota são que os conflitos de interesse, solucionados a partir de mecanismo arbitrários jurídicos, por meio de uma da livre interpretação das leis, que protegem e asseguram os direitos e deveres de quem as elaboraram, a elite que não perde o poder e utiliza a legalidade jurídica que legisla em causa própria (Silva e Machado, 1998).

Não se pode perder de vista, que houve uma pequena conquista de direitos para o homem e a mulher, com as garantias conquistadas do direito legal, o cidadão de direito, o sujeito organizado socialmente busca uma nova luta pela igualdade de oportunidades, pela conquista dos direitos políticos, pois um sistema econômico baseado no capital, mesmo com a garantia do trabalho remunerado, jornada de trabalho, descanso remunerado, salário-família, e outros, não se fez real a igualdade tão esperada por homens e mulheres da classe trabalhadora.

Nesse contexto a partir da organização dos sindicatos, e a sociedade civil foram rumo à luta pelo direito político.

Os direitos políticos afetam diretamente a liberdade do sujeito, no estado natural, está inteiramente livre e coloca limites a sua própria liberdade a fim de garantir sua propriedade

O Estado deve garantir liberdade de propriedade, política, segurança a sociedade e especialmente, dos sujeitos detentores das atividades econômicas.

Dessa forma o que se propõe, após a conquista dos direitos civis e políticos, posteriormente ao término das guerras mundiais, são os direitos sociais.

Considerando que os direitos sociais, são habitação, saúde, educação, lazer e cultura, assim a cidadania não se limita em direito civil e político, mas se amplia com os direitos sociais agregando ao sujeito essa infinidade de elementos, que passaram a ser paulatinamente incluído ao conceito de cidadania.

Cidadania a luz de Miguel Arroyo relata que é “a formação do povo como sujeito político” (Buffa, 2010 p.83). O sujeito responsável pela ação consciente enquanto cidadão.

Conforme aponta Gadotti:

Cidadania política: direito a participar em uma comunidade política; cidadania social: compreende a justiça como exigência ética da sociedade de bem viver; cidadania econômica: participação e gestão e nos lucros das empresas transformação dos lucros com equidade; cidadania civil: afirmação dos valores cívicos como liberdade, igualdade respeito ativo, solidariedade, diálogo; cidadania intelectual: afirmação da intelectualidade como projeto ético frente ao etnocentrismo (Gadotti, 2010 p.69).

Essa reflexão, apresenta uma abordagem de cidadania plena, uma visão ampliada que se aproxima melhor da formação de um sujeito que consegue exercer de forma integral os direitos inerentes à sua condição de indivíduo ativo e participativo, já que não é restrita a um indivíduo ou grupo, o exercício da cidadania não se da mesma forma, valorizando suas especificidades, para não ignorar sua condição de fenômeno histórico, uma vez que os direitos e deveres dos seres sociais não se congelam no tempo e espaço. A cidadania plena pode a ser um ponto de relação de constante mobilização dos sujeitos sociais.

Entretanto para trata da formação para cidadania do sujeito de forma plena, os eixos estruturante do Projeto Político Pedagógico Carlos Mota apontam que:

O cidadão pleno é aquele que consegue exercer de forma integral os direitos inerentes a sua condição. Como a condição de sujeito não é restrita a um indivíduo ou grupo, o exercício da cidadania não pode prescindir da dimensão do direito coletivo a ser assegurado

pelo Estado. Da mesma forma, não se pode ignorar sua condição de fenômeno histórico, uma vez que os direitos e deveres dos seres sociais não se congelam no tempo e espaço. A cidadania plena passa a ser um ponto de referência para a permanente mobilização dos sujeitos sociais (GDF, 2013 p.26).

Cabe esclarecer que o estudante vai construindo a cidadania e aprendendo a ser cidadão no processo de construção. Pois, o sujeito é agente de sua constituição como sujeito histórico que pertence e modifica o ambiente em que vive (Buffa, 2010 p. 84).

Outro ponto importante desse ensaio, vem no encontro de dois polos: o currículo participativo que tem como marca os desejos de conhecimento da comunidade escolar e as questões da mulher em sociedade que envolve essa comunidade.

Esses polos se interagem de forma complexa e em algum momento até antagonicos. O currículo dialógico tem como proposta principal o diálogo com a os participantes de sua construção que também são atores de uma sociedade que demanda o debate das questões gênero ou seja, o movimento feminista.

O movimento feminista, baseado no combate a opressão, defesa da igualdade entre mulheres e homens, uma luta da mulher pelo seus direitos. Destaca-se em uma nova visão para construção de uma abordagem onde a mulher e o homem como cidadãos, não mais, pela questão sexual, etária e econômica.

Outro ponta a ser destacado, são “as mulheres da situação subordinação, opressão e pobreza que sofrem, devido aos efeitos do sistema econômico baseado no lucro, racismo e exclusão,” (Araujo, 2010 p.48) Estas mulheres estão na comunidade escolar, inserida como parte da sociedade que a luta pelo um processo de igualdade sexual, necessitam da educação para promover as mudanças para diminuir a opressão e preconceitos.

Nessa perspectiva, o currículo elaborado em 2012, as questões que envolvem gênero aparecem como um dos temas presentes na vida social.

Desse modo, se faz oportuno o conceito de gênero para compreender as questões que o abrangem. Assim, no entendimento de Saffioti “o gênero é a construção social do masculino e do feminino (Saffioti, 2004 p.45).

Isto posto, o conceito de gênero revela que o ser homem ou mulher está diretamente ligado ao papel social que o sujeito é determinado a assumir, tais

como as heranças culturais, comportamentos humanos e suas ações individuais e coletivas.

Parece, portanto, oportuno reproduzir aqui outra definição na mesma linha de argumentação de que:

O gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres (Scott, artigo p.7)

Vale destacar, que essas compreensões do gênero não explicam todas as desigualdades existentes entre homens e mulheres. Uma vez que, as heranças do machismo estão presentes na vida cotidiana da sociedade atual, tal característica pode ser explicada pelo patriarcado.

O patriarcado “como o próprio nome indica, é o regime da dominação -exploração das mulheres pelos homens” (Saffioti, 2004 p. 44).

Compreende-se, assim nessa linha de pensamento, sustentar a forma de emancipação feminina, ou seja, uma luta pela igualdade de oportunidade e respeito as diferenças entre os sujeitos sejam ela mulheres ou homens.

A partir dessas reflexões, trabalhar gênero como eixo estruturante no currículo da educação fundamental deve ser compreendido com um viés social, fundamental para uma educação não sexista.

Além disso, o currículo participativo, assim como Saffioti e Scott, descrevem o gênero como uma construção social e cultural, e não como distinções de ordem biológica, ou seja, o ser humano está imerso em uma cultura que o identifica. Seja homem ou mulher.

O currículo dialógico tem como proposta principal o diálogo com os participantes de sua construção que também são atores de uma sociedade que demanda o debate das questões sobre gênero e também do movimento feminista.

É oportuno lembrar que o movimento feminista, trata-se do combate à opressão, defesa da igualdade, a luta do sujeito pela sua emancipação. Aponta uma nova visão para construção de uma abordagem ampla e igualitária, onde os sujeitos, meninos e meninas aprendem que ambos têm os mesmos valores em uma sociedade democrática.

A democracia social com seus desafios atuais e os movimentos feministas se voltam basicamente para desenvolver uma política cultural e de afirmação de diferenças a partir de exigência de justiça e igualdade social e de alargamento da democracia. (Araujo, 2010 p. 69 e 70).

Outro ponto a ser destacado, são as mulheres oprimidas, subordinadas a situação econômica, bem como o racismo e a exclusão (Araujo, 2010). Essas mulheres estão na comunidade escolar, inseridas na parte da sociedade que luta por um processo de igualdade sexual, e necessitam da educação para promover as mudanças e diminuir a opressão e preconceitos.

Nessa perspectiva, o currículo elaborado em 2012, trata da educação não sexista valorizando o ser humano independente da escolha sexual, classe ou raça.

(...) se as relações entre homens e mulheres são um fenômeno de ordem cultural, podem ser transformadas, sendo fundamental o papel da educação nesse sentido. Por meio da educação, podem ser construídos valores, compreensões e regras de comportamento em relação ao conceito de gênero e do que venha a ser mulher ou homem em uma sociedade. O conceito de gênero também permite pensar nas diferenças sem transformá-las em desigualdades, ou seja, sem que as diferenças sejam ponto de partida para a discriminação (GDF, 2012 p. 45).

Nesse particular, a complexidade que o currículo aborda a questão dos “homossexuais masculinos e femininos não apenas explicitam práticas preconceituosas e discriminatórias – misoginia, sexíssimo, homofobia, lesbofobia, transfobia – (GDF, 2013 p. 45), como também promove oportunidades para debates de respeito e solidariedade.

Conforme cita o currículo “a superação das discriminações implica a elaboração de políticas públicas específicas e articuladas” (GDF, 2013 p.45/ 46)

Além disso, diante da implementação da Lei do Feminicídio, em março de 2015, que amplia consideravelmente o debate da violência contra a mulher no Brasil, sendo a inclusão desta temática imprescindível no currículo.

Os debates sobre as relações de gênero no currículo ajudam na formação dos estudantes e também da comunidade escolar, tornando-os mais conscientes dos problemas sociais e mais sensíveis na busca de novos caminhos contra o sexíssimo e discriminações em geral.

Considerações finais

Finalmente podemos observa que o conhecimento pode ser um divisor de águas na vida do sujeito, e se esse saber estiver acessível e for significativo, isto é, promover a resolução das questões do cotidiano. Cabe esclarecer que esses aspectos do dia a dia tem sua complexidade. Para tanto, foram apontados aqui a elaboração e construção de currículo dialógico em uma perspectiva do diálogo. Pois, é por meio do processo de participação que percebe o quanto é necessário contemplar os saberes elencados pela comunidade, visto que os eixos estruturando como cidadania e gênero passa a ter sentido na prática pedagógica coletiva, na promoção da democracia, o debate a respeito das questões de gênero.

Nesse contexto, o pensamento teórico de Paulo Freire dialoga e contribui na construção de um sujeito cidadão que por um processo de empoderamento socio-histórico, respeitado em sua especificidade das questões de gênero mediado pelo conhecimento pode estabelecer formas de diálogo edebate construtiva para uma sociedade justa e igualitária.

Referencial bibliografico

Ababagnano, Nicola. Dicionário de filosofia: tradução da 1ª edição por Alfredo Bossi 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Araujo, Neuza de Farias. Contribuições Economicas das Mulheres para a Família e a Sociedade: Ensaio sobre gênero e economia numa perspectiva comparativa. Otimismo. Brasília, 2010.

Boudon Raymond e Bourricaud François, Dicionário Crítico da Sociologia, Ártica. São Paulo, 2001.

Buffa, Ester. Educação e Cidadania: Quem educa o cidadão? Ester Buffa, Miguel Arroyo, São Paulo, Cortez, 2010

Butler, Judith. “El género em llamas: cuestiones de apropiación y subversión”. In: Cuerpos que se importan. Sobre los límites materiales y discursivos del « sexo ». Judith BUTLER. Buenos Aires, Paidós, 2012.

Butler, Judith. « Acerca del término ‘queer’ ». In: Cuerpos que se importan Sobre los límites materiales y discursivos del « sexo ». BUTLER, Judith. Buenos Aires, Paidós, 2012.

Freire, Paulo. Educação como prática da liberdade. Terra e Paz. São Paulo, 2009.

Freire, Paulo. Pedagogia do Oprimido, 58º ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro/São Paulo, 2014.

Federal, Secretaria de Estado do Governo do Distrito. Currículo em Movimento da Educação Básico – Brasília, 2012.

Federal, Secretaria de Estado do Governo Distrito. Versão para Validação. Brasília, 2013.

Gadotti, Moacir. Escola Cidadã. São Paulo, Cortez 2010

Grosz, Elisabeth. Corpos Reconfigurados. PDF. 2000.

Silva, Carmem Silva Bissollida. Machado, Lurdes Marcelino. Nova LDB: Trajetória para a cidadania? São Paulo, Arte e Ciência, 1998.

“AQUELA FOTO EM QUE ESTOU DE DOUTORA”: MEMÓRIAS DE MULHERES SOBRE INFÂNCIA E ESCOLARIZAÇÃO NO MARANHÃO NAS DÉCADAS DE 1950/1960.

Tatiane da Silva Sales
Universidade Federal do Maranhão
tatiane.ufma@gmail.com

Orientador: (Cristina Donza Cancela)

Resumo: Destacamos como principal fonte documental deste trabalho memórias de mulheres maranhenses que tiveram a sua escolarização associadas à abandonar o lar de nascimento e se aventuraram pelo desconhecido, desafiando até mesmo aquilo que era considerado ‘bom costume’ em suas famílias, as mulheres entrevistadas para este trabalho viveram a experiência da mudança e luta pela escolarização entre as décadas de 1950 a 1960 e para preservar suas identidades serão identificadas por nomes fictícios. O objetivo principal das entrevistas é identificar nas histórias de vida as dificuldades para conseguir dar continuidade à escolarização formal, buscando as relações de poder existentes no universo acadêmico e também em toda a trajetória de vida, tendo como pano de fundo principal as experiências voltadas com a educação e instrução formal. Este trabalho implica também em observar como os discursos destas mulheres foram organizados e produzidos, por elas e por outras pessoas ao seu redor, atentando para como elas lançam a fala sobre si mesmas para uma pesquisadora até então desconhecida, pois esta formulação discursiva também nos informa sobre suas vivências. Para tanto utilizaremos como suporte metodológico a história de vida, entendendo que se trata de um método qualitativo de pesquisa em uma relação mais aprofundada com pequena quantidade de pessoas. Por meio da entrevista se persegue dupla estratégia, o autoconhecimento ligado ao saber ser e o conhecimento amplo ligado ao saber e o ato de contar-se é fruto de olhar para si e identificar momentos de mudanças, transições e permanências.

Partindo do pressuposto de que o historiador é como um produtor de memórias destaca-se a importância das personagens que abrem seu espaço, suas lembranças e suas memórias para o ver e ouvir detalhado de outrem. No momento de uma entrevista têm-se duas pessoas, que em geral não se conhecem, fazendo um ritual de conhecimento mútuo, um que abre sua casa (ou outro espaço de sua intimidade), sua voz, sua memória e sua vida para alguém com objetivos específicos, essa relação entrevistador x entrevistado contempla um processo de múltiplas trocas, olhares e risos, é a história sendo feita, falada e ouvida. Assim, a história oral, através de narrativas produzidas e estimuladas, compartilha mais do que histórias factuais, mas também a intimidade e o registro de depoimento sobre essa história vivida.

A memória é um importante recurso para a História, pois evoca situações e vivências que de outra forma muito provavelmente não seriam ouvidas e lidas. Porém, esta situação de o/a entrevistado/a se desnuda frente àquele/a que o/a entrevista na verdade se formula numa relação complexa e dialética entre aquilo que é questionado e o desejo de lembrar e/ou falar a outrem. A memória é motivada e modificada por diversas formas e ao longo da vida.

História, tempo e memória são processos interligados. Todavia, o tempo da memória ultrapassa o tempo de vida individual e encontra-se com o tempo da História, visto que se nutre, por exemplo, de lembranças de família, músicas, filmes, tradições, histórias escutadas e registradas. A memória ativa é um recurso importante para a transmissão de experiência consolidadas ao longo de diferentes temporalidades.¹

As entrevistas entrelaçam símbolos e mitos como informação, em algumas das entrevistas realizadas é possível identificar desde a satisfação de estar participando de uma entrevista/projeto com a abertura de muitas informações, tantas que a pessoa recita largamente inúmeras situações de sua vida sem esperar que perguntas sejam feitas, assim como também é possível identificar quem tenha menor interação, com participação mais tímida e resumida, em que detalhes são omitidos e muitas vezes as respostas são generalizadas.

1 DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte, Autêntica, 2010, p. 17.

Na busca de compreender melhor algumas trajetórias de mulheres e homens pelo ensino superior no Maranhão, especificamente nos três primeiros cursos a serem implantados em São Luís, lancei mão da história oral percebendo sua contribuição na busca de referências nas experiências e processos vividos pelas entrevistadas dentro da problemática da formação acadêmica e profissionalização, destacando aspectos da infância, família, casamento e relações sociais diversas das entrevistadas. Apesar dos objetivos das entrevistas estarem claros o ato de entrevistar levanta questões muito sutis de observação, de saber ouvir e ler as circunstâncias em que fala o/a entrevistado/a e há uma relação de mútua interferência, porém não acontece exatamente um diálogo tendo em vista o poder que o/a entrevistador/a exerce sobre quem é entrevistado/a, é como destaca o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira:

No ato de ouvir o 'informante', o etnólogo exerce um poder extraordinário sobre o mesmo, ainda que pretenda posicionar-se como observador o mais neutro possível [...] Esse poder, subjacente às relações humanas –que autores como Foucault jamais se cansaram de denunciar –, já na relação pesquisador/informante desempenhará uma função profundamente empobrecedora.²

Assim, as múltiplas relações que podem permear o campo de um entrevista acabam culminando em mais uma relação de força que é o ato de escrever, como desta Roberto Oliveira, dentro de um gabinete após a vivência da experiência do contato com o outro e das influências do meio acadêmico o momento da escrita é marcado pelas interações que o/a pesquisador/a realiza com seus pares, mais uma vez o/a autor/a tem uma autonomia sobre a conversão dos dados observados e discursos veiculados de sua experiência com a pesquisa.

O objetivo principal das entrevistas é identificar nas histórias de vida as dificuldades para conseguir dar continuidade à escolarização formal, buscando as relações de poder existentes no universo acadêmico e também em toda a trajetória de vida, tendo como pano de fundo principal as experiências voltadas com a educação e instrução formal. Este trabalho implica também em observar como os discursos destas mulheres foram organizados e produzidos, por elas e por outras pessoas ao seu redor, atentando para como elas lançam a fala sobre si mesmas para uma pesquisadora até então desconhecida, pois esta formulação

2 OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo, editora Unesp, 2006.

discursiva também nos informa sobre suas vivências. O pano de fundo principal são as experiências voltadas com a educação e instrução formal, todavia também interessam as diversas relações sociais que tais mulheres nutriram ao longo de suas vidas e que culminaram em relações sexistas, violentas e desafiadoras. Este trabalho implica também em observar como os discursos destas mulheres foram organizados e produzidos, por elas e por outras pessoas ao seu redor, atentando para como elas lançam a fala sobre si mesmas para uma pesquisadora até então desconhecida, pois esta formulação discursiva também nos informa sobre suas vivências.

Para tanto utilizaremos como suporte metodológico a história de vida, entendendo que se trata de um método qualitativo de pesquisa em uma relação mais aprofundada com pequena quantidade de pessoas. Por meio da entrevista se persegue dupla estratégia, o autoconhecimento ligado ao saber ser e o conhecimento amplo ligado ao saber, pois a vida individual e social é uma construção em organização permanente, e o ato de contar-se é fruto de olhar para si e identificar momentos de mudanças, transições e permanências.

Para Piedade Lalandá, a metodologia de análise qualitativa possui três características:

É *narrativo*, na medida em que o entrevistador solicita que o entrevistado «lhe conte como foi...», utilizando para tal uma baliza temporal, um fio condutor que confere coerência ao discurso narrativo. É *autobiográfico*, uma vez que essa narrativa se centra numa vida concreta, a do entrevistado, que fala na primeira pessoa e se torna o sujeito da história que é contada. É *interpessoal*, porque o entrevistador tem, também ele, um projecto, o de investigar um determinado objecto, devendo procurar fazer convergir o discurso do narrador para os seus objetivos.³

Por seu carácter interpessoal as narrativas de história de vida também refletem na construção dinâmica do narrador com os processos sociais estruturais, sobretudo ao incluir investimento emocional do narrador, uma vez que “a experiência subjectiva nunca é exclusivamente individual: ela traduz também uma

3 LALANDA, Piedade. Sobre a Metodologia Qualitativa na Pesquisa Sociológica. In: **Análise Social**, vol. XXXIII, 1998, p. 879.

experiência comum, chamemos-lhe social ou colectiva.⁴ Durante uma entrevista a pessoa que narra lança mão de uma verdade subjetiva produzida no contexto social e também particular, é onde o/a ator/atriz organiza e atribui sentido à sua experiência.

Em suma, perseguir uma trajetória significa acompanhar o desenrolar histórico de grupos sociais concretos em um espaço social definido por esses mesmos grupos em suas batalhas pela definição dos limites e da legitimidade dentro do campo em que se inserem. Seguramente a origem social é um holofote poderoso na elucidação dessas trajetórias, pois o habitus primário, devido ao ambiente familiar, é uma primeira e profunda impressão social sobre o indivíduo, que sofrerá outras sedimentações ao longo da vida.⁵

Os eventos biográficos não seguem uma linearidade que ligue e dê sentido a todos os acontecimentos narrados por uma pessoa, não se relacionam em um todo coerente e coeso. Esta construção é realizada a posteriori pelo indivíduo ou pelo pesquisador no momento em que produz um relato oral, uma narrativa, sendo que para atenuar os efeitos da violência simbólica possível na relação entre entrevistador-entrevistado, deve-se, manter uma relação de escuta ativa com o entrevistado.

A metodologia de utilizar-se das trajetórias de vida contempla a riqueza de informações e relações que muito provavelmente não poderiam ser obtidas como em outras formas de pesquisa. Nos permite sair exclusivamente dos números e da trajetória de formação das instituições acadêmicas e adentrar na experiência das mulheres que frequentaram esses cursos e instituições. Suas escolhas, receios, perspectivas e vivências.

Também não é bem uma novidade no campo da História, tendo em vista que ao longo de diversos séculos da escrita histórica pesquisadores fizeram usos de experiências pessoais para dialogar com as sociais, a maior diferença está justamente na forma de fazer tais usos, pois historiadores até fins do século XIX enfatizavam grandes personalidades, seus feitos e vidas vistos por um grau de

4 BRANDÃO, Ana Maria. Entre a vida vivida e a vida contada: a história de vida como material primário de investigação sociológica. In: **Revista Configurações**, nº 3, 2007, p. 04.

5 MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. In: *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, nº 17, jan.jun/2007, p. 257.

quase perfeição, desenvolveram papel importante para a construção da ideia de nação, pois immortalizaram heróis e reis/rainhas.

Após uma repaginação, em fins do século XX, as personagens são vistas dentro das contradições de seus discursos, abrindo espaço sobretudo para pessoas tidas como comuns em suas experiências.

A reabilitação da biografia histórica integrou as aquisições da história social e cultural, oferecendo aos diferentes atores históricos uma importância diferenciada, distinta, individual. Mas não se tratava mais de fazer, simplesmente, a história dos grandes nomes, em formato hagiográfico – quase uma vida de santo –, sem problemas, nem máculas. Mas de examinar os atores (ou o ator) célebres ou não, como testemunhas, como reflexos, como reveladores de uma época. A biografia não era mais a de um indivíduo isolado, mas, a história de uma época vista através de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos. Ele ou eles não eram mais apresentados como heróis, na encruzilhada de fatos, mas como uma espécie de receptáculo de correntes de pensamento e de movimentos que a narrativa de suas vidas torna mais palpáveis, deixando mais tangível a significação histórica geral de uma vida individual.⁶

Neste sentido a biografia representativa encaminha para compreender o indivíduo aquilo que tem de singular, mas por sintetizar várias vidas, enfim, por servir de passagens para marcos mais amplos o que leva historiadores/as a perceber que uma história de vida não caberia mais numa escrita numa perspectiva fixa, unitária e coerente, “Os indivíduos não podem mais ser enquadrados em esquemas conceituais definidos e em marcos teóricos pré-estabelecidos. Os vários aspectos de uma vida não são suscetíveis a uma narração linear, não se esgotam numa única representação, na ideia de uma identidade.”⁷

Para Bourdieu a contradição da biografia está justamente em supor na escrita que a vida é um todo coerente e orientado, quando o enredo de uma vida não é uma trajetória retilínea, e a isso ele atribui o termo ‘ilusão biográfica’. A própria fala do entrevistado remonta um discurso coeso ao buscar uma ideia

6 DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. In: **Revista Topoi**, vol. 10, nº 19, jul. – dez. 2009, p. 09.

7 AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da história: possibilidades, limites e tensões. In: **Revista Dimensões**, vol. 24, 2010, p. 162.

de projeto de vida original quando, por exemplo, usa expressões como ‘desde sempre’, ‘desde então’, ‘desde pequeno’ que para Bourdieu são evocados tanto por quem narra quanto por quem interroga.⁸

O primeiro contato com as entrevistadas se deu por meio de indicações de pessoas conhecidas que tiveram acesso ao tema que seria discutido e que conheciam mulheres dentro do perfil da pesquisa, das quatro entrevistadas aqui destacadas apenas uma pessoa foi indicação de um funcionário da Universidade Federal do Maranhão que respondeu a um apelo pessoal para auxílio na pesquisa. Ao contatá-las não houve empecilhos ou negações para realização das entrevistas, mas cada uma abriu seu espaço e sua memória de forma muito específica.

A primeira entrevistada foi Rubenice Amaral, em maio de 2014, após dois contatos iniciais presenciais e outras informações veiculadas via e-mail, conseguimos conversar, apesar da muita simpatia e suposta compreensão da importância de seu relato para a pesquisa Rubenice não se mostrou muito aberta ao papel de interlocutora. Dessa forma, alguns pontos do nosso contato para a pesquisa chamam a atenção: primeiro ela solicitou uma leitura prévia das questões a serem feitas, isso já demonstrou cuidado tanto com o que seria perguntado, como com as possíveis formulações de respostas; quando questionada sobre o melhor local para fazer a entrevista a mesma escolheu seu ambiente de trabalho, fechando possibilidades para uma relação mais pessoal, sendo que a segunda conversa com ela também ocorreu em seu trabalho, em um breve horário de intervalo, nas dependências do prédio de Odontologia da Universidade Federal do Maranhão, onde ainda é docente. Uma mulher de fala bem organizada e compassada, muito observadora dos meus atos e da forma com as perguntas eram conduzidas, voz firme e palavras detalhadamente escolhidas, usou muito sua referência cristã para responder as questões e ficou muito intrigada quando questionada sobre matrimônio, achou a pergunta muito íntima e se recusou a respondê-la. Nosso contato inicial foi muito simpático, mas mantendo certa distância, prontamente aceitou a entrevista mas quis ler as perguntas antes de nos encontrarmos, o que resultou, acredito eu em possíveis formulações das respostas ou alguma forma de reflexão do que responderia, isso por si só já dá uma conotação diferenciada para a entrevista realizada com ela.

8 BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. FGV Editora, 1996.

A segunda entrevistada foi Suely Cantanhede, nosso contato se deu a partir de uma amiga que sabendo da pesquisa e objetivos da mesma lembrou que seu pai e que a mãe de outra amiga tinham cursado Farmácia em fins da década de 60. Suely aceitou a entrevista com prontidão e após o contato inicial fui recebida em sua casa de forma muito cortês, mas ainda tímida, essa timidez foi demonstrada durante toda a conversa com expressões e voz muito baixa, nosso primeiro encontro se deu em junho de 2014.

Na sequência a outra entrevistada foi Geusa Felipa, também do curso de Farmácia, que cursou no início da década de 1970 e foi indicada por um dos entrevistados, que inclusive intermediou o contato inicial explicando aspectos gerais da pesquisa após ele mesmo ter sido entrevistado. Geusa cedeu sua entrevista em setembro de 2014 abrindo as portas de sua residência e me recebendo num local de grande intimidade na casa, a sala de jantar, essa informação simbólica casou bem com o tipo de entrevista cedida por ela, muito intimista e muito falante, foi a única das quatro entrevistadas aqui analisadas que eu quase não precisei fazer perguntas pois ela acabou desenvolvendo uma fala muito extensa e detalhista, mas que acabaram por contemplar algumas das questões previamente preparadas, a maioria das outras perguntas que surgiram foram em cima da narrativa destrinchada por ela. Mulher de fala bem meiga, tão meiga que chega a falhar em momentos de maior emoção, sua entrevista foi marcada por leves batidas que dava na mesa toda vez que se referia a alguma memória que me parecia emocioná-la. Apresentou também um álbum contendo diversas fotos de sua experiência na universidade, congressos, viagens, participação em projetos e também da formatura.

E a quarta entrevistada foi Maria das Dores Pinheiro, minha entrevistada mais velha e um grande desafio pois ela tem uma forma muito sutil de conduzir o assunto que deseja lembrar ou esquecer, conduzindo os assuntos de suas respostas para pontos muitas vezes distante daquilo que foi perguntado. Tem necessidade constante de que a pergunta seja repetida pois faz variações nos assuntos e esquece o que lhe foi questionado. Nosso contato inicial se deu por intermédio de uma pessoa conhecida em comum, assim que soube da possibilidade da entrevista ela prontamente aceitou, realizando-a em julho de 2015. Quando se refere à infância e alguns temas mesmo da vida estudantil ela acaba sendo meio superficial e busca palavras chave para qualificar estas experiências. Seu estilo de narrativa foi mais conciso e na tentativa de que contasse mais de sua memória muitas perguntas foram feitas para além das pertencentes ao questionário previamente levado. Também fui recebida em sua casa, mais

precisamente na sala, quando me recebeu demonstrou que teve preocupação com a entrevista separando uma série de materiais de sua vida acadêmica e profissional para me apresentar, inclusive uma imagem que pareceu lhe dar muito orgulho, seu único registro fotográfico com a beca de colação de grau, ou “foto vestida de doutora” como ela se referiu. Durante quase toda a entrevista fomos acompanhada por sua neta adolescente que ouvia a tudo com picos entre curiosidade e desatenção, tirando por duas vezes a atenção de Maria das Dores e nos fazendo voltar ao ponto inicial da pergunta.

Quando questionadas sobre sua infância as quatro entrevistadas seguiram um caminho de narrativa muito próximo ao tentar mostrar com veemência uma imagética tranquila de suas experiências familiares com lembranças gerais destacando a sensação de prazer, paz e segurança que sentiam em suas localidades de origem. As quatro se deslocaram de cidades do interior do estado para a capital, mas descrevem que por lá é que viveram seus melhores tempos. Essa imagem tão positiva, e até mesmo caricata da infância e família, pode estar associada à busca de uma identidade, da noção de pertencimento à pessoas ou mesmo ao local, afinal a saída da terra natal para estudar, como todas fizeram, promoveu uma ruptura com a experiência inicial de família, escola, socialização, e etc. e talvez a distância desse passado e da cidade de vivência faça com que pareça algo mais moldado por uma imagem estanque de benevolências e positivities associadas.

Sobre as imagens despertadas a partir da vivência com a terra natal e todo despertar que ela proporciona, destaca-se Gaston Bachelard ao observar o humano em sua tendência pelas ideias e pelas imagens, onde existe um caráter criativo. Na obra “A água e os sonhos” Bachelard destaca que o indivíduo é a soma de suas impressões singulares mais do que as impressões gerais e que o familiar proporciona símbolos raros e peculiares, cita sua própria relação com sua terra natal, ao lembrar de todas as sensações que um pequeno vale e água corrente são capazes de lhe proporcionar.

Mas a terra natal é menos uma extensão que uma matéria; é um granito ou uma terra, um vento ou uma seca, uma água ou uma luz. É nela que materializamos os nossos devaneios; é por ela que nosso sonho adquire sua exata substância [...]. Sonhando perto do rio, consagrei minha imaginação à água, à água verde e clara, à água que enverdece os prados. Não posso sentar perto de um riacho sem cair num devaneio profundo, sem rever a minha ventura... Não

é preciso que seja o riacho da nossa casa, a água da nossa casa. A água anônima sabe todos os segredos. A mesma lembrança sai de todas as fontes.⁹

Dessa forma ele destaca o poder que a experiência do passado tem em constantes sensações quando evocadas, no caso citado por ele, pela água. As entrevistadas também despontam com toda uma formação de imagens da realidade ou mesmo imagens que ultrapassem a realidade que vivenciaram em suas infâncias.

Para Geusa a sua infância é lembrada por uma casa cheia de irmãos/as e sobrinhos/as (pois quando nasceu, sua irmã mais velha já tinha 18 anos e se aventurava em um casamento) e também cercada pelas dificuldades financeiras de manter a todos com o mínimo necessário.

Os discursos em torno da infância são em geral romantizados, como fez Rubenice ao destacar um relato muito bem arrumado de uma típica vida de interior, com sítio, árvores frutíferas e frondosas e um rio, maximizando a importância desses elementos na sua experiência. Acerca dos aspectos gerais da infância a entrevista de Maria das Dores teve marca a generalização das respostas, quando questionada sobre sua infância ela resume com palavras como “maravilhosa”, “boa”, “foi aquela coisa boa” e acabou por não aprofundar, aspectos peculiares de sua vivência, também usa a compreensão social dos estereótipos de ser criada por avó e usa isso para definir a infância sem ter que dar maiores explicações, como se bastasse para que entendesse que categoria de criança ela foi e que tipo de infância teve.

Ainda ligadas às memórias de suas vivências iniciais as entrevistadas destacaram a figura paterna como peça fundamental na escolarização, porém com suas especificações, para Geusa a importância de seu pai estava na busca pela profissionalização e sensibilidade de que os estudos não poderiam ser parados, buscando arranjos para que os filhos estudassem mesmo que séries repetidas só para afastar o temor da vadiagem. Mas foi a mãe que se responsabilizou pelo ensino das primeiras letras a todos/as os/ filhos/as afim de prepara-los/as para com sete anos entrarem na escola regular já sabendo ler e escrever, o que era uma prática muito comum.

9 BACHELARD, Gaston. A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo, Martins Fontes, 1997, p. 09.

[...] aí veio uma lembrança que era uma tristeza quando eu via terminar o primário e sem perspectiva de ir pra frente, mas o que que nós vamos fazer? Ai o meu pai conversava muito: “ - Olha eu gostaria muito que vocês avançassem porque eu acredito que a única coisa que fica pra um filho é o que a gente pode passar pra vocês em valores de famílias e também a escola no ensino, na aprendizagem e a gente tá vendo que em Penalva [sua cidade natal] não tem continuação, mas eu vou falar com a sua professora que você tá muito jovem, com 11 anos”. (Geusa, São Luís, setembro de 2014)

Para Suely o papel do pai foi muito mais ativo no sentido de realizar intensamente o trabalho de alfabetizador de todos os filhos:

“Meu pai, ele que alfabetizou a gente, mesmo batendo, puxando a orelha, castigando, mas ele que fazia, porque ele chegava da oficina, embora tarde às vezes ele chegava nove, dez horas aí ele pegava todo mundo com a cartilha de ABC velha, levava todo mundo pra mesa, ele que alfabetizou todo mundo, quer dizer a tabuada e alfabetização foi meu pai, esse daí foi quem iniciou todo processo educativo da gente”. (Suely, São Luís, junho de 2014)

O pai se tornou um exemplo e influenciou de tal modo o irmão mais velho que este retomou os passos do pai e fez algo parecido, ensinando questões e matérias e voltadas para o exame vestibular e que não eram contempladas nas escolas públicas que estudavam.

Para Maria das Dores a importância do pai já se configurava na recepção e moradia que este tinha na capital, possibilitando o estudo da jovem e autorizando que a mesma estudasse em uma escola mista, contrariando o desejo da mãe. Ela tem recordações de momentos de estudos dos dois juntos e de influência pela gosto da matemática e palavras cruzadas. Define como um homem muito inteligente que sempre a incentivou a estudar.

As mães das entrevistadas quase todas eram donas de casa, apenas a mãe de Rubenice era professora leiga, com formação apenas de ensino primário, tendo estudado depois que a família veio da cidade de Morros para São Luís e após todos os 17 filhos estarem adultos e com formação encaminhada ela prestou vestibular para biblioteconomia, sendo aprovada, conseguiu concluir e

ainda obtendo posteriormente aprovação em concurso público para exercício da profissão.

Suas principais influências nos primeiros passos do estudo foram masculinas, sobretudo porque estes homens tinham vivências diversas ao circularem pelos espaços públicos e profissões que também possibilitavam isso, diferentemente das mães, tias e avós que ainda eram referências domésticas. O irmão de Suely, que tanto a influenciou para a entrada na Universidade, era engenheiro e antes disso já tinha um cargo de administrativo no âmbito federal, já vivia no meio acadêmico; o pai de Maria das Dores era marítimo, teve experiência em diversos lugares do mundo, falava outras línguas, conhecia muitas realidades e vivia numa dinâmica entre os locais que passava e sua casa; o pai de Rubenice era carpinteiro e usou a facilidade de uma profissão autônoma para se mudar de cidade no momento em que a escolaridade de seus filhos exigiu e o pai de Geusa era Oficial de Justiça, e possibilitou duas de suas filhas atuassem no meio profissional do Direito, onde a mais velha se tornou escritã e Geusa vivenciou o trabalho num cartório, a seu pedido e com apenas onze anos.

Outro entrave na vida acadêmica das entrevistadas se dava por conta dos espaços da nascimento, todas nasceram em cidades distantes da capital e enfrentaram os desafios de sair da casa ainda muito jovens para prosseguir ir além do primário. Esses desafios eram de várias ordens: financeiros, de logística, de ausência de alguém na capital para receber quem iria estudar e etc., para se deslocarem em busca de oportunidade de estudo era preciso, primeiramente, não estar sozinhas, essas moças precisavam de companhia na empreitada.

Para Geusa a cidade natal só oferecia até o primário e nenhuma outra possibilidade de estudar existia em cidades próximas, depois de repetir um ano as séries finais do primário e trabalhar por quatro anos num cartório, apenas para não ficar desocupada, ela foi amparada por uma jovem professora habitante da cidade vizinha, Viana/MA, onde o ginásio seria inaugurado, chegando lá somente pôde ficar com a professora por um ano pois esta se casou, engravidou e no processo veio a óbito. Mais uma vez a problemática da continuidade aos estudos se avolumou, a solução encontrada veio na credulidade da família para a maturidade da mesma, já com 16 anos, que passou a morar em um pensionato a fim de cursar todo ginásio e início da Escola Normal, até que seus irmãos e sobrinhos memores também chegassem em idade escolar para o ginásio, quando saiu do pensionato para morar com estes irmãos e sobrinhos em uma casa que a família adquiriu na cidade de Viana.

Ainda sobre as dificuldades para dar sequência aos estudos, Maria das Dores lembra como, na década de 1950, o acesso das cidades do continente para a capital eram precários, primeiro por conta de ausência completa de estradas de rodagens adequadas e de veículos seguros para a viagem. Ela recorda com muita veemência como caminhões eram desconfortáveis, a viagem demorada e exigia um planejamento bem anterior para que as moças não viajassem em pau de arara, mas na boleia do caminhão, quando as possibilidades por terra eram mais precárias, ela relata as viagens por rio, que eram perigosas.

a dificuldade foi muito grande pra continuar os estudos aqui, por que naquela época não tinha estrada de rodagem, você pra vim tinha que falar primeiro com o dono do caminhão pra ele deixar uma vaga na buléia(sic), pra você poder vir ou então você vinha de lancha que vinha pelo rio Mearim passando por Arari, Vitória pra chegar aqui em São Luís, era muito difícil só muita boa vontade, só bom querer mesmo, porque era difícil. Muito difícil você vir. Quando você viajava de caminhão, tinha lugar que você tinha que descer do carro porque o caminhão tinha que passar sozinho, viu? Aí foi quando a estrada melhorou, eu já não tava mais nessa época de vir pra cá, já tava aqui mesmo em São Luís, mas foi muito difícil vir pra cá. (Maria das Dores, São Luís, junho de 2015)

Já Rubenice lembra que ao completar seis anos seus pais decidem mudar de cidade de Morros/MA para buscar novas oportunidades educacionais aos filhos, até então ela era a caçula de cinco filhos e a saída se deu por conta da necessidade de atender aos estudos dos mais velhos. E Suely destaca os graves problemas financeiros para manutenção de todos os filhos e por isso nunca tiveram qualquer acesso às instituições privadas.

As entrevistadas tem uma visão sobre suas vidas que as faz se enxergarem como mulheres batalhadoras e que exerceram dedicação extrema à educação, viam na educação a possibilidade de melhorar suas vidas. Se apontam como melhores alunas da turma, como as que conseguiam as notas mais altas desde o primário até o ensino superior e como mulheres admiradas por enfrentarem as dificuldades para estudar.

Das quatro entrevistas realizadas foi possível observar que nos discursos destas mulheres havia sempre a necessidade de se colocar numa posição de destaque em todas as ações que desempenharam, tanto na vivência estudantil,

acadêmica, profissional e mesmo no que tange suas qualidades pessoais. Notamos nestas formas de contar a própria história de vida que essas mulheres precisam evidenciar suas qualidades pessoais, profissionais e intelectuais como estratégia de afirmação de suas capacidades, levantando seu moral diante de uma sociedade que as colocou em observação por diversas vezes. Citam, com orgulho, o que conquistaram por via própria, de terem se tornado acadêmicas e exercido suas profissões e de terem conquistado bens. Formulam um discurso em que são protagonistas da própria história e conquistas por meio da educação.

Referências

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da história: possibilidades, limites e tensões. In: **Revista Dimensões**, vol. 24, 2010.

BACHELARD, Gaston. A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. FGV Editora, 1996.

BRANDÃO, Ana Maria. Entre a vida vivida e a vida contada: a história de vida como material primário de investigação sociológica. In: **Revista Configurações**, nº 3, 2007.

DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. In: **Revista Topoi**, vol. 10, nº 19, jul. – dez. 2009.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte, Autêntica, 2010.

LALANDA, Piedade. Sobre a Metodologia Qualitativa na Pesquisa Sociológica. In: **Análise Social**, vol. XXXIII, 1998.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. In: *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, nº 17, jan./jun/2007.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo, editora Unesp, 2006.

A PRÁTICA DOCENTE COMO ATRIBUTO FEMININO: UMA QUESTÃO DE GÊNERO

Valdir Eneias de Melo¹

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

melovaldir21@hotmail.com.

Resumo: O presente trabalho possibilita uma reflexão pedagógica de como a mulher saiu, aos poucos, de uma educação voltada para o cuidado do lar, e como foi timidamente inserida no processo de educação formal, que antes era atributo exclusivamente ao masculino, tanto como discente ou docente. Desde a colonização a mulher foi excluída do processo de educação formal sendo educadas apenas para serem boas mães, para a realização dos afazeres domésticos, ou seja, treinadas para serem boas esposas, obedientes ao marido, a igreja e ao estado, e cuidadora da boa moral dos/das filhos/as e exemplo de respeito para a sociedade. Esses fatores que excluíram a mulher da educação formal também serviram como álibi, para a inserção destas no processo educacional como professoras, visto que as mulheres professoras foram associadas à necessidade de cuidar das crianças, assim como cuidavam dos/das filhos/as. Essa associação ajudou a tornar a mulher presença majoritária e necessária na educação infantil e nas séries iniciais na atualidade. No período em que a mulher consegue espaço como professora, o professor começa, aos poucos, a ser desvinculado ou mesmo discriminado como docente na educação infantil e nas séries iniciais, por ser visto como “pouco amoroso” e por ter a mulher à condição de cuidar afetivamente das crianças. Desta forma, fica explícita a questão de gênero, que associa o homem quase a uma “selvageria” e a sexualidade desregrada e a mulher a uma afetividade natural e a sexualidade que as torna incapazes de “descuidar” das crianças educadas, fatos que podemos contestar.

Palavras-chave: Prática docente, gênero, educação.

1 Psicólogo, Professor, Especialista em Gênero e Diversidade na Escola pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, mestrando em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP. meloaldir21@hotmail.com.

Introdução

O presente trabalho teve como objetivo realizar um estudo a respeito da educação da mulher e como o exercício do magistério se tornou uma profissão feminina, geralmente associada à questão da maternidade e a sensibilidade. Analisamos, também, os preconceitos enfrentados pelos homens ao exercerem a profissão de professor na educação infantil e nas séries iniciais.

Através de uma pesquisa bibliográfica e tomando como norte autoras como Louro (2008) e Ribeiro (2000) analisamos o surgimento das primeiras escolas no Brasil que emergiram sobre o domínio de ordens religiosas e nos territórios dos senhores de engenhos, sendo exclusivas para meninos da elite. Cabe ressaltar que mesmo pertencendo à elite as meninas brancas eram excluídas do âmbito escolar, no entanto, começaram aos poucos, a se transformarem em professoras ocupando lugares antes exclusivos aos homens. Por fim, analisamos como o homem na atualidade, sofre discriminações ao exercer a profissão de docente, bem como as dificuldades enfrentadas por eles.

Apontamentos históricos sobre a educação feminina no Brasil

A história da educação feminina no Brasil se confunde com a própria história da colonização brasileira, em uma sociedade de caráter escravocrata e predominantemente rural, na qual os coronéis controlavam as tramas políticas de sua área de influência, todos/as não tinham vez nem voz e as mulheres, como grande parcela da população, não tinham direitos a condições dignas de vida, como o direito a educação.

Como mencionamos, a única forma de educação reservada à mulher era aquela regrada pela família e pela igreja. Destacamos, mais uma vez, que a educação jesuíta tinha como intenção a formação da elite branca e masculina. A educação destinada à mulher era, basicamente, voltada a fazer trabalhos manuais, e suas leituras eram de livros religiosos (LOURO, 2008).

Louro (2008) no texto “Mulheres na sala de aula” que se constituiu como um dos capítulos do livro “História das Mulheres no Brasil”, organizado por Mary Del Priore, ressalta que:

As habilidades com a agulha, os bordados, as rendas, as habilidades culinárias, bem como as habilidades de mando dos criados e serviçais, também faziam parte da educação das moças, acrescidas de

elementos que pudessem torná-las não apenas uma companheira mais agradável ao marido, mas também uma mulher capaz de bem representa-lo socialmente. (...) Sua circulação em espaços públicos só deveria ser em situações especiais, notadamente ligadas às atividades da Igreja que, com suas missas, novenas e procissões, representavam uma das poucas formas de lazer para essas jovens (LOURO, 2008, p. 446).

A educação para as mulheres era dirigida exclusivamente para os afazeres domésticos, onde se ditava o comportamento “perfeito” para uma dama exemplar voltada para os cuidados com a casa, e com os/as filhos/as. Assim sendo, as mulheres não precisavam do conhecimento da leitura e da escrita, bastava saber cozer, bordar e ter bons modos para orientar como a casa e família deveriam se comportar. Assim,

A educação era voltada em ensinar essas jovens a serem boas mães e boas esposas, a leitura só seria necessária para ler livrinhos da missa, receitas, e para fazer anotações sobre a casa, dessa forma não havia porque mobilizar a cabeça da mulher com informações e conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisava ser em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar, a educadora das gerações futuras (LOURO, 2008, p. 446).

Neste período, segundo Ribeiro (2000), a mulher era considerada um ser inferior. “O sexo feminino fazia parte do imbecilitus sexus, ou sexo imbecil. Uma característica a qual pertenciam mulheres, crianças e doentes mentais” (RIBEIRO, 2000, p.79). A autora diz ainda, que era muito comum a utilização de um versinho, tanto pelos portugueses como pelos brasileiros, que dizia: “mulher que sabe muito é mulher atrapalhada, para ser mãe de família, saiba pouco ou saiba nada” (RIBEIRO, 2000, p.79). Existia também, um abecedário moral que continha em cada letra o padrão de comportamento feminino socialmente desejado, que fora difundido na época, dedicado às mulheres que pretendiam aprender a ler, por exemplo: “a letra A significativa que a mulher deveria ser amiga de sua casa, H humilde a seu marido, M mansa, Q quieta, R regrada, S sizada, entre outros” (RIBEIRO, 2000, p. 79-80). Portanto, era essa

a mentalidade expressa nesse período em relação à instrução feminina. De acordo com Rosado (2010), o ensino da leitura e da escrita para as mulheres teve início nas casas de recolhimentos, (casa de reclusão para mulheres que, poderiam mais tarde, transformar em conventos, mas não eram estabelecidas canonicamente. Tratava-se de casas religiosas organizada como convento, mas sem obrigatoriedade do voto). Como mostra Ribeiro (2000), na segunda metade do século XVII, o ensino da leitura e da escrita, normalmente eram ministrados ao lado da música, do órgão e dos trabalhos domésticos. Não havia assim, um sistema formal de educação feminina, foi somente nos conventos que as mulheres passaram a ser educadas.

Durante o período monárquico, a educação diferenciava-se quanto ao papel social entre os gêneros. Nesse sentido,

A educação durante a monarquia estava ligada ao desempenho dos papéis sociais. Enquanto a educação masculina era direcionada para o exercício da cidadania e das funções públicas, a educação feminina estava voltada para as funções familiares e para a maternidade. A sociedade era pensada a partir da célula familiar, e a vida social funcionava como uma ampliação da vida doméstica. No quadro das relações sociais patriarcais, aos homens cabia formar e dirigir os núcleos familiares através da procriação, sustentação e proteção; o lugar do homem era o de administrador dos espaços privados e públicos, do micro ao macro espaço sócio-político-econômico. Às mulheres cabia o papel de reprodutoras da linhagem das famílias e zeladoras do lar; o lugar da mulher era o de esposa e mãe no âmbito doméstico e familiar, e, de forma complementar, de dama da sociedade (ANDRADE, 1999, p. 140).

Os legisladores determinaram em 1827, que se estabelecessem “escolas de primeiras letras”, as chamadas “pedagogias”, em todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos do império. Apesar das imposições legais, as escolas continuavam poucas, pois não era de muito interesse da população saber ler em uma sociedade em que a importância era dada ao trabalho braçal. Segundo Louro (2008), sempre havia escolas, certamente em maiores números para meninos; escolas fundadas por congregações de ordem religiosas femininas ou masculinas; escolas mantidas por leigos - professores para meninos e professoras para meninas.

Mesmo havendo uma lei de instrução pública a concepção de educação feminina continuava relacionando o aprendizado da mulher ao seu papel de esposa e mãe de família. Porém, temos que reconhecer que foi um avanço para a educação feminina, pois oficializava o ensino das primeiras letras para a mulher. Mas a justificativa de educar as mulheres vinha muito clara no texto da lei:

As mulheres carecem tanto mais de instrução, porquanto são elas que dão a primeira educação aos seus filhos. São elas que fazem os homens bons e maus; são as origens das grandes desordens, como dos grandes bens; os homens moldam a sua conduta aos sentimentos delas (DEL PRIORI, 1997, p. 447).

Louro (2008), no livro "Historia das mulheres no Brasil" de Mary Del Priore, no capítulo intitulado "mulheres na sala de aula", afirma que:

Para as filhas de grupos sociais privilegiados, o ensino da leitura, da escrita e das noções básicas de matemática era geralmente complementada pelo aprendizado do piano e do francês, que na maior parte dos casos eram ministrado em sua casa por professoras particulares, ou em escola religiosas (LOURO, 2008, p. 446).

Mas mesmo havendo um ensino voltado à matemática e línguas, continua existindo um ensino voltado às prendas domésticas, como podemos observar no trecho que segue:

As habilidades com as agulhas, os bordados as rendas, as habilidades culinárias, bem como as habilidades de mando nos criados e serviçais, também faziam parte da educação das moças; acrescida de elementos que pudessem torná-las não apenas companhia agradável para o marido, mas também, pode-lo representá-lo socialmente (LOURO, 2008, p. 446).

Em meados do século XIX, Nísia Floresta denuncia as condições de submissão em que vivia as mulheres no Brasil. Ressaltava que:

Enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando o brando – emancipação da mulher-, nossa débil voz se levanta na capital do império de Santa Cruz clamando: Educai as mulheres! Povos do Brasil, que vos dizeis civilizados! Governo, que vos dizeis liberal! Onde esta a doação mais importante dessa civilização, deste liberalismo? (FLORESTA, 1989, p.96).

Inserção da figura feminina na prática docente

A prática docente foi iniciada pelos homens que se ocupavam das aulas régias e as mulheres eram necessárias somente para ensinar as classes de meninas nas escolas normais. Posteriormente, de forma surpreendente, as escolas estavam formando mais mulheres do que homens, e é neste momento que a profissão docente se configura, ou seja, o magistério transforma-se em trabalho de mulher.

O desaparecimento dos homens das salas de aulas deu origem a feminização do magistério. Nesse processo alguns/mas pensadores/as começaram a considerar uma semelhança “natural” da mulher com o ensino, sendo adequado confia-la a educação escolar das crianças, e logo uma má e irrefletida representação foi designada a mulher. Como ressalta Louro (2008) se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, a extensão da maternidade, e ainda acrescenta que - o argumento parecia perfeito: a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la. Para tanto seria importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e doação. A ele procuraria aquelas que tivessem “vocação”.

Fato curioso, a este respeito, nos informa Hilsdorf (1998) sobre a contratação da primeira professora da província de São Paulo, Benedita da Trindade e Lado de Cristo. Passou no concurso estipulado pela legislação vigente, foi verificado se vivia com “honestidade e bom comportamento público”, recebeu a provisão régia para assumir em 29 de abril de 1828, e, para espanto de todos/as, não ensinava prendas domésticas às meninas em suas aulas. Foi interpelada pelas autoridades, mas continuou até aposentar-se sem preparar as meninas para os afazeres domésticos.

O processo de inserção da mulher na profissão docente ocorre basicamente por ter sido uma profissão que primeiro abriu espaço para as mulheres sem que fossem reprovadas pela sociedade e, também, pela profissão ser associada com

a maternidade “as mulheres foram de curta forma impelidas para ele em função do argumento construído e reafirmado dentro da lógica do patriarcado, em sua versão moderna, de associação da tarefa educativa com a maternidade” (COSTA, 1995, p. 160). Considerava-se que se a mulher pode e deve cuidar bem de seus/as filhos/as, também poderá educar outros “filhos/as” para a Nação. A sala de aula seria uma extensão do compromisso da mulher com a sociedade.

No entanto, a prática docente feminina teve apoio através das Reformas Pombalinas, que permitiram a abertura das escolas regias para o público feminino, entretanto, apresentaram regras que afirmavam que as professoras só poderiam ministrar aulas a meninas e professores a meninos e nunca meninos e meninas estariam juntos/as em sala de aula. Essa reforma não significou a aceitação da mulher na prática docente, mas houve sucesso nesta tentativa, pois, além da escola pública, há indícios igualmente de ensinamentos particulares em que ministravam em suas casas os mais diversos cursos destinados à clientela feminina, de todo o tipo como: costura, bordados, flores, rendas, bolos, enfeites etc... (SILVA, 1974).

O aumento da procura, por escolas, pelas meninas, fez surgir às escolas mistas. A solução para suprir a carência de professores homens foi contratar mulheres para a docência. Porém, essas mulheres tinham que ter “bom comportamento” aprovado pelo padre e permitido pela família. Assim,

Buscava-se cercar de salvaguardas a sexualidade dos meninos e das professoras. E para isso se lançaria mão de múltiplos recursos e dispositivos. De muitos e variados modos - através de proibições, de arranjos arquitetônicos, da distribuição dos sujeitos, dos símbolos, das normas- tratava-se do sexo no espaço da escola. Os responsáveis e autoridade mantinham-se “num estado de alerta perpetuo” (FOUCAULT, 1988, p.30).

Essas escolas mistas possibilitaram que meninos sentassem perto de meninas. Segundo Berger (1984) foi à fundação de escolas protestantes, especialmente metodistas e presbiterianas, que quebrou o monopólio religioso do catolicismo. Tais escolas pela primeira vez na história do Brasil reuniram sob o mesmo teto alunos/as de ambos os sexos. Começaram a ocorrer, também, aulas ministradas por professores e professoras.

Homem e prática docente: realidade possível

O trabalho docente vem sendo exercido no Brasil predominantemente por mulheres e essa característica se apresenta mais acentuada quando nos referimos à docência dedicada à pequena infância (BRUSCHINI; AMADO, 1988), e não há como negar que os homens ao exercerem a prática docente em turmas formadas por crianças geram “estranheza”. A presença deles, em espaço de educação e cuidado de crianças pequenas é visto como algo fora do lugar, e se possível, deve ser evitada. Assim fica claro que a questão de gênero é predominante na profissão docente. Pelo senso comum, a docência no âmbito da educação infantil, é uma profissão inapropriada para homens. Ainda são poucos os estudos sobre os impactos da presença de homens na educação infantil. No entanto, autores/as como Carvalho (1999); Cardoso (2004); Sayão (2005); Silva (2006) apontam a existência de estranhamentos quanto à presença de docentes do sexo masculino nessa etapa da educação. Como bem destaca Sayão (2005) são evidentes os preconceitos e estigmas originários de ideias que veem a profissão como eminentemente feminina porque lida diretamente com os cuidados corporais de meninos e meninas. Os cuidados com o corpo foram atributos designado às mulheres. A proximidade entre um homem lidando com o corpo de meninos e/ou meninas de pouca idade provoca conflitos, dúvidas, questionamentos, estigmas e preconceitos.

Rabelo (2013, p. 909), reforça que: “o professor homem torna-se um corpo estranho nas séries iniciais do ensino fundamental”, o que não se apresenta de forma distinta na educação infantil, pois “a chegada de um homem num espaço dominado por mulheres e supostamente feminino produz uma sensação de deslocamento, desconfiança e incômodo” (SAYÃO, 2005, p. 66). O masculino nesse contexto, ao exercer uma profissão considerada feminina, personifica o conflito da expectativa social, além de indicar as “exceções aos padrões de gênero ou tentativas de reafirmação de sua masculinidade” (RABELO, 2013, p. 911).

Percebe-se que há pouca procura, de homens, pelos cursos ligados a educação infantil, como, por exemplo, pedagogia, essa falta de alunos nesses cursos, geram poucos profissionais masculinos nas escolas de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. Os poucos que existem, geralmente estão em disciplinas como matemática, informática química e física, e não estão em séries iniciais. Nesse sentido, Ferreira (2008) evidencia que:

Quantos colegas de sexo masculino você tem dando aulas em séries do ensino fundamental? Essa pergunta foi colocada numa matéria na Revista Nova Escola em junho de 2005 (edição 183-jun/2005) Com o título: O papel positivo do homem na educação das crianças. A matéria chamava atenção para a importância do homem no desenvolvimento das crianças na escola. “A resposta para essa pergunta geralmente é” um ou dois, que ensinam educação física ou língua estrangeira” (FERREIRA, 2008, p.14).

Ao refletirmos a respeito da docência na educação infantil e nas séries iniciais, vários dos aspectos apontados por Saporoli (1998), como os baixos salários, as condições inadequadas de emprego e o baixo status da profissão, se estendem tanto a homens quanto a mulheres, considerando em uma perspectiva de equidade (de direitos) de gênero nas profissões. No entanto, alguns aspectos referem-se especificamente à questão da masculinidade, tais como os “mitos” a respeito desse conceito, a predominância de mulheres na profissão e as preocupações que partem do ponto de vista de que o homem seria um potencial abusador.

De acordo com Campos (1991, p. 55), a sensualidade “impregna a interação adulto-criança pequena, provinda tanto do contato corpo-a-corpo quanto da importância que assumem indicadores sensoriais: odores, temperaturas, sons etc.”. No entanto, a presença de tal desejo é mais aceita na interação mulher-criança que no homem-criança. Campos (1991) considera que é como se a maternidade efetiva ou potencial de qualquer mulher impedisse, ou bloqueasse, a erotização de suas interações com a criança. As imagens de inocência e pureza ligadas à maternidade não parecem extensivas à paternidade. Quando homens se dedicam ao trabalho educativo com crianças pequenas passam a ser suspeitos tanto sobre sua identidade masculina, quanto sobre sua moralidade. Outro fator que é desfavorável ao professor e abordado por Rabelo (2013, p. 916) o qual refere que os professores são assinalados pelo preconceito, quando demonstram “características femininas e são considerados homossexuais (logo, maus exemplos que não podem dar aulas para crianças)” e quando se questiona sua capacidade, por apresentarem “características masculinas (que não são boas para o ofício)” (RABELO, 2013, p.916).

Outro aspecto relacionado à docência masculina é a observação de que, na maior parte da literatura da área da educação e do material didático-pedagógico,

é predominante a utilização do termo “professora”, ao invés de termo que contemplasse ambos os gêneros (professor/a). Campos (1994, p. 33), em produção dedicada à temática do educar/cuidar, justifica a nomenclatura apresentada: “as professoras - pois são quase todas mulheres”. Este é apenas um dos inúmeros exemplos nos quais a utilização apresenta-se como tendenciosa e não abrange os diferentes atores sociais (RABELO, 2013).

Discriminação sofrida pelo homem no exercício da prática docente

Independentemente de questão de gênero, o professor sofre muitas discriminações, sejam elas pelos baixos salários, ou pelas leis que pouco o defende. Tudo isso gera uma desvalorização profissional frente à sociedade. O “ser homem professor nas series iniciais” sofre com a questão de gênero, pois se é fortão não serve para cuidar de criança e se têm características ditas femininas, ele não é adequado à docência do ensino na educação infantil e nas séries iniciais, e ambos podem ser associados à pedofilia. Essas posturas e práticas preconceituosas são resultados de uma cultura de valores que faz uma relação distorcida entre gênero e sexo biológico definindo conceitos estereotipados a partir das diferenças sexuais.

Outra questão que deve ser abordada é quanto ao salário, quando sempre se ouve a pergunta: Um ofício que paga tão pouco é para chefe de família? Tudo isso perpassa por uma representação social, em que chefes de família devem ganhar o suficiente para sustentar sua família, e isso seria inatingível com o salário de/as professores/as. Também se imagina que o salário do homem deve ser superior ao da mulher, e no Brasil, paga-se tão pouco, aos/as professores/as. Nessas problemáticas apresenta-se a questão de gênero, já que mulher também sustenta casa e família.

Pincinato (2004) descreve que entre as décadas de 1950 e 1980, os homens no magistério paulista enfrentaram dificuldades porque a ocupação recebeu significados femininos, por não ser valorizado socialmente, oferecer remuneração baixa e haver o preconceito de que quem nela ingressa não teve competência para desempenhar outras atividades de maior prestígio. O autor afirma, ainda, que tais representações se confrontam, deste modo, com o conjunto de atitudes geralmente atribuídas aos homens, como ser poderoso, corajoso e obter sucesso e reconhecimento.

Considerações finais

Podemos observar que o caminho que a mulher percorreu no processo pedagógico foi cheio de preconceitos e limitações, no entanto, a mulher conseguiu seu lugar no espaço através de sua resistência e luta. Percebemos, também, a reviravolta histórica pelo qual passou os figurantes na educação no Brasil que antes era “profissão de homem” e hoje é considerada “profissão de mulher”, mesmo que erradamente exista essa concepção. O que nos ficou claro é que a prática pedagógica não é uma questão de gênero e sim uma questão de amor e dedicação em uma relação que deve ser bem estabelecida entre os discentes e docentes, em qualquer etapa do aprendizado. Finalizamos esse trabalho com a certeza de que as questões de gênero são debatidas constantemente na educação e nos movimentos sociais, porém, há necessidade de mais estudos a respeito do tema. No entanto, acreditamos que nossa pesquisa alcançou o objetivo proposto e abriu reflexões para novas discussões.

Referências

ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz. **Colégio Pedro II** – um lugar de memória. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 64, p.04-13, 1988.

CAMPOS, Maria M.; GROSBAUM, Marta; PAHIM, Regina; ROSEMBERG, Fúlvia. Profissionais de creche. **Cadernos CEDES**, n. 9, p. 39-66, 1991.

CARDOSO, Frederico Assis. **A identidade de professores homens na docência com crianças: homens fora do lugar?** 2004. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

CARVALHO, Marília Pinto de. Vozes masculinas numa profissão feminina. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 6, n.2, 1999.

COSTA, Marisa Cristina Vorraber. **Trabalho docente e profissionalismo.** – Porto alegre: Sulina, 1995.

DEL PRIORI, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FERREIRA, Jose Luiz. **Homens ensinando crianças:** continuidades e descontinuidades das relações de gêneros na Escola Rural. Joao Pessoa: UFPB, 2008.

FLORESTA, Nísia. **Direitos das Mulheres e injustiça dos Homens.** São Paulo: Cortez, 1989.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula.** In: DEL PRIORE, Mary. (org). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. Mestra Benedita ensina primeiras letras em São Paulo (1828-58). In: **Leitura e Escrita em Portugal e no Brasil, 1500-1970.** II vol. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1998.p. 521-528.

PINCINATO, Daiane Antunes Vieira. História do magistério: experiências masculinas na carreira administrativa no Estado de São Paulo (1950-1980). In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 27, 2004, Caxambu. **Anais eletrônicos.** Rio de Janeiro: AnPED, 2004.

RABELO, Amanda Oliveira. Professores discriminados: um estudo sobre os docentes do sexo masculino nas séries do ensino fundamental. **Educação e Pesquisa.** São Paulo, v. 39, n. 4, p. 907-925, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/73044>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres Educadas na Colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive(Orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil.** 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000, p. 79-94.

SAYÃO, Déborah. **Relações de gênero e trabalho docente infantil: um estudo de professores em creche**. 2005. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Transmissão, conservação e fusão cultural** no Rio de Janeiro (1808-1821). **Revista de História (USP)**, vol. XLVII, n. 97, p.154-159, jan./ mar. 1974.

EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE COMO PRÁTICA DE EMPODERAMENTO FEMININO

Vanessa Nascimento Machado
Universidade do Estado da Bahia/
machado.vanessa@yahoo.com.br

Resumo: Trata-se de uma pesquisa-ação que tem por finalidade realizar grupos de oficinas educativas voltadas para a educação sexual de mulheres do município de Alagoinhas-BA, que frequentam consultório de enfermagem em sexualidade humana e aceitem em participar das mesmas. Acredita-se que as oficinas permitirão identificar os saberes e práticas das mulheres em relação as suas sexualidades, além de contribuir para que adquiram conhecimento. Para Além disso, é de extrema relevância que façam durante as oficinas uma reflexão crítica sobre educação sexual, abrindo espaço para discutir sobre a sexualidade feminina, melhorando sua autoestima como mulher e sua vivência sexual com seu companheiro/a, concretizando a educação sexual como uma etapa importante para o empoderamento e emancipação feminina. A educação sexual passa a se constituir um elemento significativo de mudança e progresso, uma tentativa de pôr ao alcance das pessoas condições para que possam usufruir e conviver com a própria sexualidade e com a de seus semelhantes, numa forma consciente, moderada e respeitosa. A realização de um trabalho, voltado para essa linha de pensamento, pode proporcionar as mulheres discernimento no que tange a questão da promoção da saúde e conhecimento sobre seus valores e suas crenças.

Palavras chaves: Educação, gênero, sexualidade, empoderamento.

Introdução

Este trabalho é parte dos estudos de Mestrado em Crítica Cultural – UNEB, Campus II, Alagoinhas BA. Tem por finalidade, desenvolver práticas educativas com mulheres que frequentam um consultório de enfermagem em sexualidade humana no referido município e aceitarem em participar das mesmas.

A contemporaneidade é marcada pela presença da mulher na política, no mercado de trabalho, com independência financeira, fazendo uso de dispositivos, com novos modelos de família, com divisão de tarefas domiciliares entre homens e mulheres; além de demonstrarem preocupação com a temática sexualidade, se organizam, discutem e provocam mudanças em sua prática, Santos (2008).

Sendo assim, é nesta realidade que se encontram as mulheres de hoje, seja ela uma “dona de casa”, ou uma profissional atuante no mercado de trabalho. Acredita-se que as mulheres que compõem a população de Alagoinhas BA que frequentam o referido espaço de sexualidade humana, compactuam com esta realidade da área, econômica, política e social, estando engajadas em práticas consideradas dos tempos atuais como o uso de internet, por exemplo, facilitando a comunicação e o conhecimento.

Indaga-me sobre o campo sexual. Houve avanço como nas demais áreas? As mulheres tem liberdade para expressar e exercer sua sexualidade? Estão preparadas para vivenciá-la de forma plena e prazerosa? Elas discutem o assunto? Em que ambiente é discutido?

É a partir deste contexto que este trabalho será desenvolvido tendo como problemática central: As práticas educativas voltadas para a educação sexual de mulheres contribuem para o processo de empoderamento e emancipação feminina?

Como objetivos temos:

- Analisar se a prática educativa, voltada para a educação sexual, pode contribuir para o processo de empoderamento e de emancipação feminina;
- Compreender o conhecimento que as mulheres têm sobre sexualidade e como foi adquirido,
- Conhecer de que forma essas mulheres vivenciam sua sexualidade com liberdade de expressão e escolha, e como se relacionam com a busca do prazer.

O interesse pelos estudos na área de sexualidades surgiu ainda enquanto acadêmica de enfermagem, onde se adquiriu os primeiros conhecimentos em educação sexual em projeto de pesquisa; mais tarde como enfermeira do Programa Saúde da Família e como Orientadora Sexual atendendo em consultório.

As distorções e dificuldades sentidas ao tratar assuntos pertinentes à área sexual podem estar ligados à enorme carga afetiva que a sexualidade tem para as pessoas, à falta de conhecimentos, ou até mesmo as atitudes negativas que acompanham tradicionalmente o tema.

Percebe-se que muitas mulheres educadas em um ambiente de repressão no que diz respeito às manifestações sexuais, preferem não tocar no assunto. Isto concretiza-se a partir das relações estabelecidas em nosso meio, consequência de uma cultura burguesa, capitalista e patriarcal que apesar dos avanços do tempo e da tecnologia, continuam fortemente sendo reproduzidas, além de demonstrar as relações de poder.

Acredita-se que este trabalho será de muita importância para profissionais de diversas áreas, pois irá contribuir na aquisição de novos conhecimentos na área da educação sexual feminina. Somar-se ao conhecimento produzido no que se refere ao empoderamento feminino e abrirá espaços para novos trabalhos na temática. Contribuirá principalmente para as mulheres que estarão adquirindo conhecimento e fazendo durante as oficinas uma reflexão crítica sobre educação sexual, abrindo espaço para discutir sobre a sexualidade feminina, melhorando sua auto-estima como mulher e sua vivência sexual com seu companheiro/a, concretizando a educação sexual como uma etapa importante para o empoderamento da mulher.

Metodologia

O trabalho se desenvolverá através da pesquisa-ação do tipo participativa que em uma perspectiva crítica, favorece a autonomia dos educandos e pode servir de base para um processo de auto formação de diferentes categorias profissionais, inclusive da área de saúde. THIOLENT (2006)

A pesquisa-ação por ser concebida e realizada em estreita associação com uma ação no qual o pesquisador e os participantes representativos da situação estarão envolvidos de modo cooperativo e participativo, o que certamente recai em uma abordagem qualitativa. Para tal, se utilizará como sujeito e cenário respectivamente, mulheres do Município de Alagoinhas-BA que frequentam o

consultório de enfermagem em sexualidade humana e aceitarem participar do estudo. De acordo com Thiollent (2006), a pesquisa-ação participativa deve ser considerada um campo da tecnologia educacional. A pesquisa-ação como método tem sido aplicada à educação, especialmente, na educação de jovens e adultos. Com a pesquisa-ação estaremos firmando o compromisso social e ideológico entre os quais se destaca o compromisso do tipo “reformador” e “participativo”. Pretendendo-se aumentar assim os conhecimentos do pesquisador e o nível de consciência do grupo considerado. Para Thiollent (2006) “Muitos partidários restringem a concepção e o uso da pesquisa-ação a uma orientação de ação emancipatória e a grupos sociais que pertencem às classes populares ou dominantes. Nesse caso, a pesquisa-ação é vista como forma de engajamento sócio-político a serviço da causa das classes populares”.

A pesquisa se desenvolverá em duas etapas assim denominadas:

- Trabalho de Campo (fase exploratória, de pesquisa e de ação). Realização de grupos operativos de “oficinas de educação sexual” tendo como atores mulheres do município de Alagoinhas que frequentam o consultório de sexualidade humana e aceitarem participar. As oficinas devem ocorrer de forma contínua e sistematizada, oportunizando a observação participante e aplicação de questionários/entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas que serão aplicadas nos momentos: Inicial, para identificação dos atores envolvidos, identificar o nível sócio cultural e econômico, conhecer o nível de interesse dos mesmos e o nível de consciência sobre o assunto. Intermediário, possibilitando examinar, discutir e tomar decisões acerca do processo de investigação. Conclusivo, permitindo realizar uma avaliação e conclusão do processo de investigação.
- Sistematização dos resultados e discussão (fase de avaliação). Esta etapa visa sistematizar as informações e publicizar os resultados da pesquisa para possibilitar uma reflexão do trabalho desenvolvido no grupo de mulheres e, ainda, um retorno imediato junto às mulheres participantes das oficinas de educação sexual. O projeto tem como objetivo principal analisar se a prática educativa, voltada para a educação sexual, pode contribuir para o processo de empoderamento e de emancipação feminina; compreender o conhecimento que as mulheres têm sobre sexualidade e como foi adquirido; e conhecer de que forma essas mulheres vivenciam sua sexualidade com liberdade de expressão e escolha, e como se relacionam com a busca do prazer.

Desenvolvimento

As práticas educativas são momentos de aprendizagens que reproduzem ou descontroem estereótipos de gênero. Nessa perspectiva toda educação deve ter como objetivo a formação do indivíduo, necessitando ser conscientizadora e libertadora, geradora de equilíbrio pessoal e propiciadora do real desenvolvimento em todas as suas potencialidades. A educação sexual passa a se constituir um elemento significativo de mudança e progresso; uma tentativa de pôr ao alcance das pessoas condições para que possam usufruir e conviver com a própria sexualidade e com a de seus semelhantes, numa forma consciente, moderada e respeitosa. Carvalho e Gastaldo (2008) em estudos buscando destacar a categoria de Promoção da Saúde, preconizam a utilização da noção de empoderamento produzindo sujeitos reflexivos, autônomos e socialmente solidários, buscando inserir novas práticas de educação em saúde.

Na visão de Fucs (1993, p.200)

“a educação sexual poderia ser definida como a parte da educação geral que transmite os conhecimentos e as mensagens necessárias para que o indivíduo possa adquirir atitudes, expressar seus sentimentos e firmar os valores que o permitem aceitar e vivenciar a sexualidade própria e dos outros, num contexto livre e responsável. E se transmite conhecimentos e se passa mensagens não apenas com informações mas também e principalmente com exemplos e atitudes adequadas no dia-a-dia, mesmo porque educar é formar e não apenas informar, muito embora informar corretamente, ao lado de um posicionamento adequado e de atitudes equilibradas, seja indispensável a uma formação sadia”.

Pensando assim, uma mulher que tenha consciência de tais questões e consiga transpor para o dia-a-dia no convívio pessoal, atitudes reflexivas, maduras, conscientes, livre de julgamentos, mitos e tabus, trará para si e para os outros maior afetividade, equilíbrio, responsabilidade, coerência entre o que se pensa e o que se faz a respeito de si e dos/as outros/as.

Jesus, (1998, p.48) relata que, “cada vez mais se aceita a ideia de que a sexualidade humana tem muito a ver com as possibilidades de felicidade pessoal e social, constituindo-se num elemento chave para a saúde e para a qualidade de vida”.

Para Ribeiro (1990, p.37) “informar também é importante, corrigir as informações distorcidas é essencial, porém, nunca como um fim em si mesmo”. Assim, se situarmos as questões sexuais dentro de um quadro sócio-econômico e cultural que implica em relações de poder, sem estimularmos a equidade entre as pessoas, homens e mulheres; a emancipação da mulher e, principalmente, sem possibilitarmos a livre manifestação de diferentes pontos de vista na questão de valores, não estaremos de forma alguma fazendo educação sexual.

A promoção em saúde é uma área que ganhou muito destaque nos últimos anos com a ênfase da atuação da saúde na atenção primária. Como prática da atenção primária encontra-se como carro chefe, a educação em saúde.

Considerações

Espera-se com este trabalho, Que os grupos possam se tornar lugar de reflexão sobre a sexualidade feminina na contemporaneidade, fazendo com que as mulheres possam enxergar suas subjetividades, potencializando-as. Reconhecer a importância da prática educativa para o conhecimento sobre sexualidade humana. Reconhecer que o conhecimento sobre sexualidade humana leva ao empoderamento e emancipação feminina através da transformação.

A constituição prevê igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações. De nada adiantará a modernidade dos tempos, das tecnologias, da liberdade de expressão se o passado de subordinação da mulher ao homem prevalecer sobre a evolução e o progresso. O processo democrático passa primordialmente pelas relações familiares, pelas relações de gênero. Vimos que a mulher chegou às camadas sociais, econômica e política, mas com todos estes fatores a mulher ainda não atingiu sua emancipação no campo da sexualidade. Para Michel (1996, p.132) “a mulher de hoje, mesmo vivendo uma geração de grande emancipação, ainda não consegue resolver essas questões de bloqueios sexuais”. Assim, para que a mulher viva bem, de modo autêntico, precisa integrar sua vida afetiva, sexual e profissional.

Frente a esses elementos de análise, pressupomos que é imprescindível procurarmos desconstruir essa realidade; ver a educação sexual como um processo integrado a socialização onde a cultura sexual é transmitida com o objetivo de integrá-las no contexto cultural de seu grupo de forma natural, instrumentalizando-as para as mudanças segundo seus próprios modos de pensar, sentir e agir (Cavalcanti, 1993). Para que, a partir daí, se construa uma relação onde haja igualdade e, de fato, homens e mulheres exerçam verdadeiramente uma

vida saudável, vivenciando sua sexualidade de modo natural e sem preconceito contribuindo para uma nova cultura, cultura essa onde mulheres e homens se respeitam como seres humanos, de direitos, tendo o diálogo e a problematização como estratégia.

Referências

AGAMBEN, G. O que é contemporâneo? E outros ensaios. Trad. Vinícius NicastroHonesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARBIER, René. A pesquisa-ação. Trad. Lucie Didio. Brasília: Líber Livros Editora, 2004.

BARROSO, C. Metas de Desenvolvimento do Milênio, Educação e Igualdade de Gênero. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, p. 573-582, set./dez. 2004.

BRANDÃO, Carlos R. (Org.). Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

CARVALHO, S. R.; GASTALDO, D. Promoção à saúde e empoderamento: uma reflexão a partir das perspectivas crítico-social pós-estruturalista. Ciência & Saúde Coletiva, 13(Sup 2):2029-2040, 2008

CAVALCANTI, R. da C. Educação sexual no Brasil e na América Latina. Revista Brasileira de Sexualidade Humana. São Paulo, v. 4, n. 2, p. 164-173, 1993.

CORTEZ, M.B.; SOUZA, L. de. Mulheres (in)Subordinadas: o Empoderamento Feminino e suas Repercussões nas Ocorrências de Violência Conjugal. Psicologia: Teoria e Pesquisa 2008, Vol. 24 n. 2, pp. 171-180.

COSTA, A. A. Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres. Disponível em <http://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>. Acesso em 08/08/14.

COSTA, H. I.; ANDROSIO, V. de O. **As transformações do papel da mulher na contemporaneidade.** Disponível em: <http://www.pergamum.univale.br/pergamum/tcc/Astransformacoesdopapeldamulhernacontemporaneidade.pdf>. Acessado em: 27 de setembro de 2015.

FAGUNDES, T.C.P.C. **Sexualidade, Gênero e Poder – educação numa perspectiva emancipatória.** Revista Espaço Acadêmico – nº154 março/2014

FONTENELE-MOURÃO, Tânia M. **Mulheres no topo de carreira: Flexibilidade e persistência.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2006. 92p

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**, tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 2º ed. São Paulo, Paz e Terra, 2015.

_____. **A arqueologia do saber.** Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FUCS, G. B. **Porque o sexo é bom? Orientação sexual para todas as idades.** 3 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

HALL, Stuart. **Estudos Culturais e seu legado teórico. In: HALL, Stuart. Da diáspora: Identidade e Mediações Culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003, p. 199-218.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir a educação como pratica da liberdade.** São Paulo: Martins Fontes, 2013.

JESUS, M. C. P de. **A educação sexual na vida cotidiana de pais e adolescentes: uma abordagem compreensiva da ação social.** São Paulo, 1998. Dissertação (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo.

LOURO, Guacira L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. **Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOPES, Luiz P. de M. (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

MICHEL, A.; PEREIRA, C. **Traídas pelo desejo**. In: Isto é, v.12, n 141, p. 132.1996.

MORIN, E.; CIURANA, E.R.; MOTTA, R.D. Educar na Era Planetária: O Pensamento Complexo Como Método de Aprendizagem no Erro e na Incerteza Humana. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2009.

OLIVEIRA, E. R. B. de. **Sexualidade, maternidade e gênero: experiências de socialização de mulheres jovens de estratos populares**. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

RIBEIRO, P. R. **Educação sexual além da informação**. São Paulo: EPU, 1990.

SANTOS, A. C. de S. **Relações de gênero e empoderamento de mulheres: a experiência da associação de produção “Mulheres Perseverantes”**. Teresina, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo : Cortez : Autores Associados, 1986.

_____ (org.) **Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche**. São Carlos: Ed UFSCar, 2006.

_____ **Pesquisa-ação nas organizações**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

WAGNER, Adriana; PREDEBON, Juliana; MOSMANN, Clarisse; VERZA, Fabiana. **Compartilhar Tarefas? Papéis e Funções de Pai e Mãe na Família Contemporânea**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Mai-Ago 2005, Vol. 21 n. 2, pp. 181-186.
Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&t&pid=S0102-37722005000200008&lang=pt. Acessado em: 27 de setembro de 2015.

GÊNERO EM SALA DE AULA: PERCEPÇÕES DE ADOLESCENTES A RESPEITO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E DOS TEMAS POLÊMICOS ABORDADOS NAS AULAS DE SOCIOLOGIA DO ENSINO MÉDIO EM UMA ESCOLA PRIVADA EM JOÃO PESSOA

W Barbosa dos Santos
wilkabarbosa@hotmail.com

Wilson Ouriques de Macedo Neto
Universidade Federal da Paraíba
profwilsonmacedo@gmail.com

Resumo: O artigo se propõe a realizar uma análise a respeito das percepções que os adolescentes do Ensino Médio têm em relação ao gênero, sexualidade e temas polêmicos, como a gravidez na adolescência. O objetivo do estudo é demonstrar a influência que a Instituição escolar desempenha sob os comportamentos e pensamentos dos jovens a partir dos discursos trazidos pelos próprios adolescentes nas aulas de Sociologia. Metodologicamente, fez-se necessário a realização de uma pesquisa de cunho qualitativo numa escola privada, localizada no bairro de Mangabeira em João Pessoa, escolhendo como amostra os/as alunos/as do 1º ano do Ensino Médio. A técnica de pesquisa utilizada foi da observação participante e grupo focal nas aulas de Sociologia, aproveitando que determinadas temáticas faziam parte da proposta do ano letivo da disciplina. Teoricamente, o artigo conta com algumas contribuições, como: Scott (1995), Louro (2000), Foucault (2007), dentre outros/as estudiosos/as que refletem a respeito das categorias de gênero, a gravidez na adolescência, a sexualidade e a educação sexual. Os resultados da pesquisa apontaram que a Instituição escolar junto com a família confere grande impacto nas relações sociais dos/as adolescentes, sobretudo, ao que diz respeito seu “papel” social de gênero. Contudo, não podemos constatar ainda uma influência construtiva, alertando para a necessidade das escolas se comprometerem na inclusão da educação sexual em dado contexto social. A

partir disso, também ficou notório a relevância da Sociologia nas escolas, já que se trata de uma ciência capaz de desconstruir, a partir dos debates, comportamentos e pensamentos enraizados nas relações sociais de gênero.

Palavras-chave: Gênero; Educação Sexual; Adolescência; Escola.

Introdução

A escola é uma Instituição social significativa na formação dos indivíduos. Ao contribuir para a socialização dos sujeitos, podemos considerá-la também um espaço reprodutor das relações desiguais de gênero estabelecidas na sociedade, mesmo que seu maior objetivo seja a promoção das relações igualitárias através de discussões de temas polêmicos, como: a gravidez, o aborto, a contracepção, etc. Conforme afirma Bourdieu (2002), a escola é considerada uma Instituição transformadora das relações sociais, como também é analisada como um espaço reprodutor das desigualdades sociais e sexuais.

Refletindo a respeito da escola como um espaço de transformação, Saviani (1999) em sua obra “Escola e Democracia” argumenta que a escola tem como função promover o homem, isto é, possibilitar sua saída da marginalidade. Levando em consideração que vivemos numa sociedade capitalista responsável pela reprodução das desigualdades, o autor ainda aborda a escola como o espaço legítimo de formação dos sujeitos em indivíduos livres, democráticos e críticos. Contudo, torna-se imprescindível trabalhar a formação docente e a formação dos alunos/as no período da adolescência, principalmente no que tange as questões de gênero e temas polêmicos.

Dessa maneira, o presente artigo propõe evidenciar as percepções dos/as adolescentes do 1º ano do Ensino Médio de uma escola privada em torno das relações sociais de gênero, sexualidade e temas polêmicos, especificamente, a gravidez na adolescência e a influência da escola em determinadas percepções. Destarte, a perspectiva do estudo não está em observar e analisar a visão dos/as professores ou o funcionamento da escola frente às problemáticas sociais, mas dar voz aos adolescentes – analisando os seus discursos e observando como está sendo desenvolvida a educação sexual no campo pesquisado.

Diante disso, faz parte da problemática do estudo indagar: o que os/as alunos/as compreendem a respeito de gênero? Até que ponto os/as alunos/as traz suas vivências para sala de aula? Como ocorre as relações entre meninos e meninas? Como a educação sexual é percebida pelos/as discentes? O intuito é demonstrar como há uma defasagem em torno de dada discussão na escola.

A escolha por determinada temática se efetuou durante as aulas de Sociologia ministradas para o 1º ano do Ensino Médio no Colégio Brasil3. Durante as aulas de gênero e a convivência com os demais funcionários/as e professores/as, evidenciou-se a curiosidade dos/as alunos/as sobre as questões de gênero e sexualidade, em particular quando abordadas nas aulas de

Sociologia, tornando-se fundamental determinada atividade letiva, resultando em participações ativas dos/as estudantes nas dinâmicas e discussões.

Durantes os dias letivos de aulas e observações dos espaços na escola, ficou notório que os/as alunos/as acabavam reproduzindo o controle dos corpos praticados pelos demais funcionários, por exemplo: roupa, comportamento, discurso, etc. Segundo Foucault (2013), o controle do corpo praticado em algumas Instituição, como a escola, busca tornar os indivíduos dóceis, ou seja, obedientes. Nessa escola, o controle estava relacionado com qualquer assunto, mas fazia-se mais forte quanto a percepção de gênero e sexualidade, vendo dadas categorias como problemáticas. Diante desse contexto, Foucault (2013) argumentaria que o espaço escolar possui uma relação de poder, a qual irá determinar como os/as adolescentes devem se comportar.

O estudo teve como sujeito de pesquisa, 20 adolescentes do 1º ano do Ensino Médio de uma escola privada no município de João Pessoa, e foi realizado no contexto das aulas de Sociologia com intuito de obter resultados mais legítimos, não sendo conveniente ampliar para todas as séries as discussões de gênero no ambiente escolar. A pesquisa possibilitou os pesquisadores uma interlocução com/as os/as adolescentes, sendo possível dialogar com o campo de pesquisa diretamente. Fez parte do roteiro de observação contribuiu para a identificação de temas de interesse perceber quais assuntos eram trazidos pelos/as alunos/as; diferenças desses interesses entre meninos e meninas e o que era reproduzido na sala de aula como reflexo.

De modo geral, o artigo apresentará a abordagem teórica, na qual trará discussões não só em torno das categorias de gênero, como da gravidez na adolescência e outras problemáticas encontradas no campo. A reflexão se dará com base em alguns estudos, como os de: Scott (1995) e Louro (2000). Com relação aos resultados, iremos perceber quais as concepções que esses/as adolescentes têm acerca das questões de gênero e sobre os temas polêmicos.

Metodologia

Geralmente, quando nos enveredamos para o estudo das experiências dos/as adolescentes nas relações sociais, independente do espaço, acabamos nos deparando com alguns temas polêmicos. Isso acontece porque a adolescência é uma geração marcada por um período de transição, resultando num processo de descobertas sociais e sexuais.

A sexualidade pode ser uma discussão básica na adolescência que não pode ser adiada. A mesma tem sua importância porque abarca diferentes assuntos que serão necessários nessa fase da vida, contribuindo para o amadurecimento para as seguintes relações sociais e sexuais. Contudo, a mesma é vista como tabu no campo de algumas famílias e escolas, esquecendo que o esclarecimento de temas vistos como polêmicos, como a gravidez na adolescência, poderá resultar na diminuição dos problemas sociais nessa fase da vida. (JUNIOR, 2011)

Não obstante, é fundamental saber que a adolescência nem sempre foi tão relevante na vida social. O termo surgiu no início do século XX, abrindo espaço para um novo grupo social que ainda não era reconhecido. Antigamente, os indivíduos que se encontravam na transição entre criança – adulto, não tinha tanta relevância nas relações sociais. Mas, com o crescimento do urbanismo e da industrialização a situação muda. (NASCIMENTO, 2004)

Com a visibilidade da adolescência conquistada na sociedade moderna, far-se-á relevante a discussão da teoria de gênero nas escolas e em outros espaços sociais, pois a mesma colaborará para a desconstrução do conhecimento acomodado a respeito das relações entre meninos e meninas. O gênero é um conceito que se torna importante com as conquistas feministas, no qual Scott (2009) argumentará que está categoria pode ser utilizada para ordenar nossos pensamentos, contribuindo para que entendamos que há uma relação entre natureza e cultura na construção das identidades dos indivíduos.

No pensamento de Louro (1997), o conceito de gênero “serve como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política”. (p.21). Assim como Scott (2009), Louro (1997) também argumenta que, embora o gênero não negue a biologia, dá prevalência a construção social, fazendo-nos compreender como as características sexuais podem ser compreendidas.

Para Pupo (2007), a escola reflete o que está exposto na sociedade. Com isso, a educação desenvolvida em muitas escolas, apesar das propostas de mudanças, ainda é androcêntrica. A estrutura sexista da educação colabora para que assuntos fundamentais para o desenvolvimento mental e corporal dos/as adolescentes sejam esquecidos ou escondidos, contribuindo que a escola seja um espaço que reproduz cada vez mais preconceitos e privilégios.

As Instituições escolares devem reconhecer sua forte influência social nos comportamentos dos/as adolescentes, haja visto, que as ações dos/as alunos/as muitas vezes são reflexos da educação familiar, mas sobretudo da escola como um espaço em que permanecem parte do seu tempo.

Nos estudos de Moreno (2003), entendemos que a escola pode nos ensinar a questionar, a pensar e assim interpretar o mundo com base nos nossos entendimentos. Desse modo, o ambiente escolar tem importante atuação na vida dos/as alunos/as.

É com base nesse universo “educativo” que os/as adolescentes constroem sua autoimagem, interiorizando tabus ao invés de esclarecimentos. O resultado advindo de determinada realidade é o direcionamento para ações impulsivas e sem informação, que colaborando para gravidez inesperada, o aborto, etc.

Para que haja uma mudança social e para que a adolescência, far-se-á relevante a educação sexual nas escolas. No pensamento de Cavalcanti (1993), a educação sexual é um modo eficaz e legítimo dos/as adolescentes obterem informações sobre a sexualidade e suas consequências. Por sua vez, Vasconcelos (1971) argumenta que a Educação Sexual nos daria não só a oportunidade de obter informações dos aspectos fisiológicos da sexualidade, como também a oportunidade de obter informações sobre os aspectos culturais e seus significados sociais.

De acordo com Teixeira (2011), a ideia da sexualidade enquanto fenômeno cultural fica mais legítima. O mesmo argumenta que a sexualidade é cultural porque está exposta num conjunto de regras, ações e relações sociais capazes de abarcar o individual e o coletivo de modo particular. Sobre isso, Vieira (2015) complementa:

A sexualidade é deste modo entendida como um atributo de todo o ser humano, inclusivamente, das pessoas portadoras de deficiência intelectual ou com qualquer outra deficiência. A sexualidade fundamenta-se nos aspetos biopsicossociais de cada indivíduo, na medida em que incluem o potencial biológico, o processo de socialização e a capacidade psicoemocional. (p.20)

Contudo, na sociedade brasileira, por exemplo, a sexualidade ainda é considerada um assunto tabu, como estabelecimento de normas proibitivas e/ou libertadoras no que tange as várias formas de vivência sexual, contribuindo para que os problemas em torno da mesma tornem-se cada vez mais frequentes. Segundo López e Fuertes (1999), a sexualidade pode ser compreendida como uma “fonte motivadora do comportamento sexual humano.”(p.42).

Segundo Vieira (2015), a sexualidade na adolescência é de importante discussão porque estamos falando de um período marcado por descobertas, nas quais para Cunha (2010), construirá a sexualidade adulta.

No que diz respeito à “gravidez indesejada, as doenças sexualmente transmissíveis, a violência sexual, a pedofilia, a prostituição, a pornografia” (VIEIRA, 2015, p. 19), ainda se encontram como grandes problemas da sociedade quando confrontada com a sexualidade, principalmente quando a relacionamos aos jovens adolescentes.

Ressalta-se que as mudanças sociais em torno da sexualidade possibilitaram uma maior liberação das relações sexuais, contudo, essa liberação não veio acompanhada do conhecimento sobre as formas de evitar a concepção, acarretando muitas vezes em gravidez não planejada e não desejada, o que se torna ainda mais completo na faixa etária da adolescência. Desse modo, uma das causas da problemática da gravidez da adolescência, se relaciona diretamente com a ausência de informações sobre os métodos contraceptivos.

A gravidez na adolescência está diretamente relacionada com as relações de gênero estabelecidas pela sociedade, na qual, a concepção e a contracepção são consideradas responsabilidade das mulheres. Isso se evidencia na quantidade de métodos contraceptivos produzidos para as mulheres. Cabe às mulheres as iniciativas de utilizarem um determinado método contraceptivo, de iniciar a vida sexual, de engravidarem ou de interromperem a gravidez, desse modo, a culpa sempre recai sobre as mulheres.

Além da falta de informação sobre o assunto, principalmente quando se diz respeito as meninas, o medo, a vergonha, a timidez em assumir a vivência da sexualidade nessa faixa etária, muitas vezes inibem as adolescentes na busca de orientação nos serviços de saúde, dificultando a adoção de algum método contraceptivo, pelo receio da opinião social sobre o assunto:

Estar usando algum método poderia significar o planejamento de um intercurso sexual, o que não corresponde ao imaginário da mulher ingênua e inexperiente. (CABRAL, 2003, p. 287).

Dessa maneira, como discutirá Nascimento et al. (2004), faz-se relevante uma educação sexual, não apenas no contexto escolar. Para os estudiosos, a educação sexual seria:

O processo de promoção do aprendizado sexual no contexto de programas que considerem as dimensões biológicas, emocionais, socioculturais, intelectuais e espirituais que integram a totalidade do ser humano. (p.84)

Embora algumas pessoas direcionem a educação sexual como responsabilidade da família, a mesma deveria ser discutida como qualquer outro assunto, haja vista que se faz inerente nas atitudes dos indivíduos desde seu nascimento. A necessidade em pôr a educação sexual em prática cresce cada vez mais, principalmente quando nos deparamos com adolescentes encurralados nas “consequências” da sexualidade.

Mattos (2008) acredita que a educação teria como missão transmitir conhecimentos em torno da diversidade cultural e sexual, desenvolvendo um diálogo, uma reflexão capaz de reconstruir e desconstruir saberes acerca dos seus corpos e dos corpos dos outros, modificando com isso, convicções e princípios engessados na sociedade. Nota-se que a sexualidade e todos os aspectos que a compõe é a maior dificuldade do processo educacional, pois isso implicaria em desacomodar pensamentos antes não questionados.

Em minha experiência como docente de Sociologia, pude observar o *déficit* na educação sexual no âmbito escolar e a necessidade de incorporar os conteúdos de gênero e temas polêmicos nas discussões em sala de aula. Nesse sentido, foi realizada pesquisa junto a 20 os/as alunos/as do 1º ano do ensino médio do Colégio de Ensino Brasileiro – CEB, sendo escolhida essa turma porque foi a que mais se mostrou interessada em discutir determinadas temáticas, além de ser composta por adolescentes que estão vivendo suas primeiras experiências sexuais.

Para tanto, fez-se opção pela pesquisa qualitativa que segundo Minayo (2008) “trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (p.21), ou seja, busca compreender a realidade social. A técnica utilizada para tecer a análise dos dados foi a observação participante, por possibilitar maior aproximação dos pesquisadores com a realidade estudada, já que estaria em contato direto com os sujeitos pesquisados.

De uma maneira geral, os conceitos de gênero, educação sexual, sexualidade foram úteis para analisar o modo como os adolescentes enxergam as relações desenvolvidas no âmbito da escola, contribuindo nas temáticas que deveriam ser abordadas na pesquisa.

Resultados e Discussões

No período de dois meses, a pesquisa GÊNERO EM SALA DE AULA: percepções de adolescentes a respeito das relações sociais de gênero e dos temas polêmicos, foi realizada com alunos/as do 1º ano do Ensino Médio nas aulas de Sociologia apresentando alguns resultados bastante significativos para o estudo.

O Colégio Brasil, instituição em que foi realizada a pesquisa, é uma escola ensino infantil, fundamental 1, fundamental 2 e médio, localizada no bairro Mangabeira 8, na cidade de João Pessoa. Ressalta-se que a maioria dos/as alunos/as os/as são moradores do bairro em que funciona a escola, e por conseguinte se inserem no mesmo contexto social desde da infância, criando um vínculo ou não com o colégio.

Esse ambiente é um espaço, como todas as escolas, que os/as alunos/as desenvolvem suas identidades, sendo possível perceber não só no espaço exterior das salas de aulas como também nas aulas. Levando em consideração que a sala de aula é um ambiente capaz de reaproximar aluno/a do/a professor/a. A pesquisa desenvolveu a discussão de gênero com intuito de saber o que os/as adolescentes pensam e o que mesmos/as acham que a escola contribui ou não em seu comportamento.

Segundo Pupo (2007), as características sexuais femininas e masculinas acabam sendo construídas e representadas na sociedade, algumas vezes de modo direto e indireto. As mesmas estão relacionadas com: roupa, comportamento, discurso, etc. Desse modo, é habitual que determinados aspectos também cheguem na escola, já que é um espaço de reprodução sociocultural vivenciado pelos sujeitos.

Para realizar a pesquisa, foi importante analisar o livro didático trabalhado em sala de aula, com intuito de encontrar a temática que iria ser trabalhada em um dos bimestres. O objetivo era juntar um assunto que faria parte do currículo com as informações sociais que são necessárias em diferentes fases da vida. Desse modo, foi possível dialogar sobre as questões de gênero, durante as aulas de Sociologia do 1º ano do ensino médio, corroborando para análise do estudo.

No primeiro encontro em que houve a apresentação da discussão, os/as adolescentes se mostraram desconfiados/as e envergonhados/as, não entendendo até que ponto alguns termos e debates eram para ser considerados engraçados ou não. Determinada atitude ocorreu pelo gênero trazer questões que são “zoadas” no dia-a-dia por esses/as mesmos/as estudantes.

Diante desse estranhamento, foi possível encontrar diferentes opiniões na sala do 1º ano do ensino médio, alguns falando o que realmente pensavam e outros/as dizendo o que, provavelmente, a professora queria ouvir – já que acreditavam que deviam concordar com a professora para ganhar nota:

Falar em relação de gênero é muito complexo, pois meus pais dizem que existe o certo e o errado e você está dizendo que ser diferente também faz parte.

Gente, vamos ouvir a professora, acredito que essa discussão seja bacana, já que quase não falamos disso na escola com alguém que entenda.

O Parâmetro Curricular Nacional – PCN (2014), quando se debruça a respeito da Educação Sexual, discorre que a escola tem um papel importante e que é complementar ao da família. O documento relata que cabe à escola tratar da Educação Sexual a partir de diferentes pontos de vistas, discutindo valores e crenças presentes no âmbito social. Contudo, não é toda escola que dá essa importância, transferindo para a família determinada responsabilidade.

Praticando essa função escolar de estimular a reflexão, foi discutida em sala de aula as relações entre homens e mulheres na sociedade e dentro da escola, os/as alunos/as se mostraram irritados ou conformados. A irritação partiu de algumas meninas e meninos: as meninas por não terem pensado nisso antes e se veem fazendo parte do ciclo machista na sociedade, os meninos por não acreditarem nisso e acharem que não precisam saber do assunto.

Ah, professora! Essa situação de desigualdade sempre me chateou, mas não sabia que podia considerar estranho, porque lá em casa não tem discussão. É como se fosse algo já certo que eu nasci para ser dona de casa e meu irmão para trabalhar fora (Participante 1).

Já com relação aos conformados, constatamos que a maioria foram meninos e sempre com o mesmo discurso:

É isso mesmo (risos), as relações são assim, uns nascem para mandar e outros para obedecerem. (Participante 3)

A fala desse aluno expressa a reprodução do machismo em todos os setores da sociedade, principalmente família e escola. Alguns adolescentes acreditam

que é natural do ser humano que o homem domine e que as mulheres sejam submissas. Na escola, por exemplo, geralmente são as meninas que sofrem a represália quando não se comporta de modo masculinizado, como: modo de sentar, temas de conversas, modo de namorar, etc. escutando críticas de funcionários e alunos, do tipo: “essa menina não tem jeito, tem pena dos pais”.

A influência mais forte se dá pela família, contudo, também foi possível perceber que a escola e sua estrutura contribui bastante para a desigualdade dos sexos e para a reprodução dos preconceitos pelos/as adolescentes. Isso acontece porque mesmo a escola não sendo religiosa, segue rigorosamente a conduta de controle dos corpos (FOUCAULT, 2013) e dos discursos. Isto é, os/as alunos/as não devem discutir temáticas relacionadas à sexualidade no interior da escola. Determinado papel da escola fortalece a conduta que a educação sexual deve ser dada pela família, sendo uma forma do colégio não se responsabilizar por alguma consequência.

Para Scott et al. (2009) é provável que dada omissão aconteça, pois a Instituição Escolar nada mais é que um espaço organizado de acordo com a lógica social, ou seja, se estamos inseridos numa sociedade androcêntrica, não podemos querer que a escola se distancie dessa lógica já que é composta por indivíduos que também vivem na sociedade patriarcal.

Com relação ao campo estudado, os funcionários e alguns professores/as fogem de discussões acerca do gênero e da sexualidade, é visível que os/as estudantes têm dentro de si vontade de discutir determinadas questões, embora de forma pornográfica. No entanto, o modo como os mesmos decidem trazer a discussão é resultado da proibição, levando-os a não tratar a sexualidade e a desigualdade de gênero como questões sérias.

Com isso, foi comum adolescentes nas aulas de Sociologia com o conteúdo de gênero terem muitas dúvidas, algumas pertinentes, mas outras não. Por exemplo:

Professora, você viu o que aconteceu com a menina do Olivina? Pegaram ela transando com um colega da escola e hoje estão tratando ela super mal, enquanto isso, os meninos estão enchendo a bola do boy. O que você nos diz sobre isso?

Como vimos, a temática acerca da sexualidade ainda é considerada um tabu, sobretudo com adolescentes do sexo feminino. Contudo, os comportamentos das meninas são de quem querem absorver mais conhecimento sobre

o que ainda é estranho. Infelizmente, pela falta de informação dos/as próprios/as docentes, determinados debates não ocorrem baseado no discurso que “isso é obrigação da família”, como discorreu um dos funcionários, complementando seu pensamento com “ não quero ser responsável de estimular nada”.

Ao procurar saber que assunto os/as alunos/as discutiam, observamos que dentre muitas temáticas, a que mais predominava era a sexualidade. Entretanto, meninos e meninas não conversavam num mesmo grupo, reproduzindo a ideia de o que a sociedade espera diferente comportamento para ambos os sexos.

Mesmo que a sexualidade não fosse discutida diretamente dentro da escola, é um conceito que estava presente o tempo todo no interior da mesma, seja nos discursos dos funcionários/as como dos/as estudantes. Sabendo que falar de relações entre homens e mulheres nos remetem também a sexualidade, foi possível ouvir falar em gravidez na adolescência e em homossexualidade.

Ao nos enveredar pela gravidez na adolescência, percebemos que para esses/as adolescentes é vista como uma perda de tempo, haja vista compromete o futuro nos estudos ou num possível trabalho. Segundo uma das estudantes, apenas uma aluna da escola acabou engravidando:

Ela não contou para ninguém, segurou essa barra sozinha. Saiu do colégio e só vim descobrir um dia desse. Imagina? Foi uma burrice, porque uma menina nova, vai atrasar a vida toda. Se bem que tem a mãe dela que vai ajudar. (Participante 4)

Na discussão a respeito da gravidez na adolescência, não foi levantado pelos/as adolescentes a ideia de aborto. Todos/as pensaram a gravidez como uma situação que se devia seguir, mas sempre tendo a ideia que a jovem que seria mãe assumiria o papel de irmã da filha, já que a avó assumia a responsabilidade.

Numa perspectiva geral, os/as estudantes continuam vendo no sexo um ato sem muitas consequências, haja vista acabam encontrando quem assume suas responsabilidades, sendo geralmente suas mães.

Já com relação a homossexualidade, podemos dizer que para a maioria dos/as adolescentes é visto como um desvio de comportamento:

Fala sério, quem decide ser gay com tanta mulher no mundo? Só pode ser doente. (Participante 1)

Ser homossexual é genético e acredito que pode passar sim! (Participante 5)

Quando as discussões acabaram entrando na homossexualidade, ficou notório que era uma discussão mais difícil de lidar do que a gravidez na adolescência. Os/as mesmos/as alunos/as que assumiram não ter muita informação sobre sexualidade, acreditavam que tinham sobre a homossexualidade. Contudo, dadas informações se tratavam de preconceito.

De modo geral, como também argumentou Scott (2009), os argumentos levantados pelos/as adolescentes nada mais são que um conjunto de “operações lógicas, que orientam nossas práticas sociais, atuam nas nossas vidas de maneira interligada e inconsciente”(p. 85), isso significa dizer que nossas ações, independente da geração, são orientadas pelo contexto social que vivemos.

Conclusão

À título de considerações finais podemos perceber que o artigo não tratou de todos os temas polêmicos na adolescência, mas os mais citados na escola em que ocorreu o desenvolvimento da pesquisa.

Numa perspectiva geral, chegamos a conclusão que os/as adolescentes acreditam que seus comportamentos não sofrem influências do meio social, no entanto, tornou-se claro que a família e a escola têm um importante papel em seus comportamentos e pensamentos.

Os diálogos discutidos em sala de aula demonstraram que ainda há uma ausência muito significativa de informações na vida dos/as estudantes, fazendo -os crescerem sem questionarem ou estranharem as relações sociais e sexuais.

Quando estimulados a refletir acerca do gênero, da sexualidade, da gravidez e da homossexualidade, cada estudante expressou uma opinião muitas vezes de modo agressivo ou incomodado, na qual presumo que é resultado da repressão que os/as mesmos sofrem no interior da escola.

A partir da pesquisa ficou claro que a ausência de informação não inibe a discussão entre os/as adolescentes, pelo contrário, é comum encontra-los/as dialogando sobre tais assuntos, de modo descontraído, não levando a sério termos capazes de mudar suas vidas.

Portanto, podemos argumentar que a escola pesquisada ainda não dá uma importância para a Educação Sexual, ou seja, não se preocupando em desenvolver palestras sobre os temas polêmicos e gênero.

Assim, de acordo com esse estudo, chega-se a conclusão que a escola tem uma posição significativa acerca da ação dos/as alunos/as, podendo transformá-los em sujeitos reflexivos ou não. Nesse caso, os/as adolescentes se mostraram

perdidos, sendo estimulados/as a desconstruir um conhecimento com base no preconceito. As aulas de sociologia que abordaram a questão de gênero e temas polêmicos contribuíram com a elevação do conhecimento dos/a alinos/as, porém o que está sendo interiorizado na escola é uma educação ainda sexista.

Referências

ANTUNES, C. **Diário de um educador**: Temas e questões atuais. São Paulo, Papirus, 2007.

ARAÚJO, M. Diferença e igualdade nas relações de gênero: Revisando o debate. In: **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, 2005.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Orientação Sexual. In: Secretária de Educação Básica, Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf> Acessado em: 24/08/15

CABRAL, C. Contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro. In: **Caderno de Saúde Pública**, 2003.

CAVALCANTI, R. Educação sexual no Brasil e na América Latina. In: **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, 1993.

CERQUEIRA-SANTOS, E. PALUDO, S. SCHIRÒ, E. KOLLER, S. Gravidez na Adolescência: Análise contextual de risco e proteção. In: **Psicologia em Estudo**, Maringá, 2010.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. **Vigiar e Punir**: Nascimento da prisão. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

JUNIOR, J. Sexualidade e Educação: Um diálogo necessário. In: **Revista Lugares de Educação**, 2011.

LÓPEZ, F. FUERTES, A. **Para Compreender a Sexualidade**. Lisboa, APF, 1999.

LOURO, G. (Org.). **O corpo educado: Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte, 2000.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MATTOS, A. FERREIRA, A. JABUR, S. O papel do educador na construção de uma sexualidade emancipadora no Colégio Estadual Gabriel de Lara em Matinhos – PR. In: **VIII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, 2008.

MINAYO, C. (Org.) **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MORENO, M. **Como ensinar a ser menina: O sexismo na escola**. São Paulo: Moderna, 1999.

NASCIMENTO, N. et al. Sexualidade na Adolescência. In: **Uniciências**, 2004.

NUNES, I. Gênero e escola não sexista: O olhar dos docentes – alunos do parfor no Maranhão. In: **Portal de Conferências do Laboratório de Tecnologias Intelectuais – LTI**, 2015.

PUPO, K. **Violência moral no interior da escola: Um estudo exploratório das representações do fenômeno sob a perspectiva de gênero**. Dissertação de Mestrado, São Paulo, 2007.

VIEIRA, R. **Sexualidade na Adolescência: Implementação de um Programa de Orientação para Alunos com Déficit Intelectual**. Dissertação: Universidade Fernando Pessoa, 2015.

VITIELLO, N. A educação sexual necessária. In: **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, 1995.

A EDUCAÇÃO FÍSICA E AS RELAÇÕES DE GÊNERO: ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS/AS PROFESSORES/AS SOBRE AS MANIFESTAÇÕES DE GÊNERO EM SUAS AULAS

Wilson Ouriques de Macedo Neto
profwilsonmacedo@gmail.com

Wilka Barbosa dos Santos
Universidade Federal da Paraíba
wilkabarbosa@hotmail.com,

Resumo: O artigo demonstra a necessidade de desenvolver questionamentos acerca dos papéis dos/as professores/as de Educação Física na escola em torno das relações de gênero em suas aulas. O objetivo maior é analisar como a formação acadêmica e as experiências pessoais acabam desempenhando uma influência significativa em suas práticas pedagógicas. Portanto, para a elaboração deste trabalho foi importante a realização de uma pesquisa de cunho qualitativo em uma Instituição escolar da rede estadual de ensino, situada em João Pessoa. A amostra selecionada para a coleta de dados foi de quatro professores de Educação Física, os quais desempenham suas atividades com os jovens do ensino médio. Com relação a metodologia, foi realizada técnica de observações indiretas e conversas informais para conseguir contato com determinados profissionais, os quais demonstram tempo limitado entre uma aula e outra. Além disso, o trabalho também traz contribuições teóricas de autores, como: Louro (2000), Goellner (2001) e outros estudiosos que se interessam pela relação de gênero na Educação Física. Numa perspectiva geral, podemos argumentar que ficou notório com os resultados que a formação acadêmica dos educadores físicos não privilegia a temática de gênero e, ademais, é transferido para os/as alunos/as experiências pessoal dos docentes, fugindo da perspectiva da Educação Sexual. Desse modo, o processo educativo no que diz respeito ao gênero e a Educação Física Escolar tem sido apenas a simples transmissão de significados socialmente construídos, não contribuindo para que os/as alunos/as de ensino médio percebam a pluralidade das relações sociais de gênero a partir de atividades corporais.

Palavras-chave: Gênero; Formação Acadêmica; Intervenção Pedagógica.

Introdução

As questões relacionadas ao gênero estão presentes em todas as estruturas e relações sociais, permeando desde o ambiente familiar até a esfera profissional. Na Educação, principalmente na Educação Física, as discussões sobre gênero também surgem quando pensamos em formação acadêmica e intervenção pedagógica, isso porque, talvez em nenhuma outra área os processos de construção de gênero tornem-se tão evidentes. (LOURO, 2001).

Diante disto, nos questionamos sobre a ótica do/a educador/a frente às manifestações de gênero, as quais ocorrem nas aulas de Educação Física, indagando como sua formação profissional e suas experiências pessoais influenciam o seu trabalho diante desta problemática no contexto escolar.

Alguns estudos relacionados ao gênero se preocupam com o papel da educação física como um instrumento de formação da identidade de gênero dos indivíduos, tais como: Goellner (2001) e Louro (2001). Durante muito tempo a Educação Física foi utilizada para reforçar comportamentos e atitudes que seriam condizentes com cada gênero, por exemplo, competências esportivas para o sexo masculino (futebol) e habilidades expressivo-rítmicas para o sexo feminino (Dança). (JESUS E DEVIDE, 2006).

Neste sentido, pensamentos sobre o que vinha sendo a Educação Física passaram a ser discutidos no que diz respeito à categoria gênero. As reflexões buscavam compreender como suas intervenções pedagógicas reforçavam discursos sexistas e machistas através da prática esportiva e atividades corporais no espaço escolar.

De modo geral, o artigo apresentará abordagens teóricas, nas quais serão discutidos aspectos relevantes sobre intervenção pedagógica e gênero nas aulas de Educação Física, chamando a atenção para a como a formação acadêmica e experiências pessoais influenciam nas práticas docentes. Com relação aos resultados, iremos perceber que paradigmas socialmente construídos ainda perduram nas aulas de Educação Física, resultando num espaço que reforça discursos misóginos, sexistas e machistas.

Metodologia

Na sociedade vivenciamos um contexto que ainda é demarcado pelos valores de exclusão, sobretudo quando nos referimos a uma questão de gênero. Em busca de explicações para dadas implicações, as relações sociais acabam sendo estabelecidas nas diferenciações sociais e sexuais.

Como aponta Campos (2008), são problemáticas que estão presentes na sociedade e acaba atingindo diferentes espaços sociais, como a escola. O espaço social em que a Instituição escolar se encontra, por exemplo, é visto por muitos indivíduos como um lugar de reflexão e desconstrução dos preconceitos, no entanto, deparamo-nos como um contexto responsável pela reprodução das desigualdades.

No pensamento de Pupo (2007), a escola é reflexo da sociedade. Isto significa que a mesma reproduz os pontos positivos e negativos que estão expostos nas relações sociais, não podendo exigir uma posição totalmente diferenciada desse contexto. Pensando dessa forma, explica-se o motivo pelo qual a escola ainda é tomada pela desigualdade de gênero, pois da mesma forma que a sociedade segue um pensamento androcêntrico, a escola também, resultando numa estrutura ainda sexista da educação.

Por gênero, no pensamento de Louro (1996), entende-se que é uma categoria construída socialmente. Numa mesma perspectiva Scott (1995) argumentará que o gênero é uma categoria que nos ajudará a decodificar e compreender as relações sociais estabelecidas na sociedade. Embora não discuta o conceito de gênero, Bourdieu (2002) chama atenção para as diferenças sociais, que para o autor é advinda da construção do corpo social, que de modo preciso delimita o sexo masculino como dominante.

De modo direto, Nogueira e Rodrigues (2008, p. 01) discorre:

Portanto, por gênero, entende-se a construção histórico-social dos sexos que por se tratar de uma construção as relações entre os homens e mulheres, sendo que os conceitos de masculino e feminino são diversos e estão em constante transformação na medida em que nos revelam situações conflituosas entre os sexos, bem como servem para representar a realidade social e mostram a possibilidade de intervir nesta.

Ao trazer essa discussão para o âmbito das aulas de Educação Física, podemos perceber que a separação de sexo é um ponto comum, respaldado por paradigmas históricos e que persistem atualmente, sendo poucos os momentos em que o/a educador/a realiza uma interação mista, não só pelo seu despreparo profissional, mas também pela sua falta de interesse em discutir tais temáticas. Determinadas práticas são vistas como uma maneira de auxiliar na construção dos sujeitos masculinos e femininos. (CAMPOS, 2008).

Com base no coletivo de autores (1998), esse contexto sexista em que a Educação Física ainda se encaixa, contribui para a reprodução de corpos moldados e discriminados. Ao refletirmos nas aulas mistas, podemos perceber uma tentativa de desconstruir dados paradigmas, já que comportamentos não estão sendo impostos.

Segundo Brasil (1997, p.3):

No que tange a questão de gênero, as aulas mistas de educação física podem dar oportunidade para que meninos e meninas convivam, observem-se, descubram e possam aprender a ser tolerantes, a não discriminar e a compreender as diferenças, de forma a não reproduzir estereotipadamente relações sociais autoritárias.

As diferenciações sexuais e de gênero acabam ficando mais nítidas nas aulas de Educação Física por se tratar de uma disciplina motora. Geralmente, os espaços das aulas práticas são compostos mais por meninos, já que se identificam mais com os esportes e atividades. Nesse momento cabe ao docente trazer a questão de gênero para suas aulas e desenvolver uma inclusão de toda a turma. (OLIVEIRA E BARCELOS, 2011).

Numa mesma perspectiva, Altman (1998) reflete que o esporte ainda é percebido como masculino, tornando-se um momento em que há uma afirmação de tal identidade de gênero.

Contudo, seria interessante a inclusão do sexo feminino nesse universo como um meio de desconstruir os papéis sexuais impostos. Segundo Rangel-Betti (1995), esse processo de esclarecimento, de informar os jovens sobre as relações de gênero se torna difícil de ser praticada nas aulas de Educação Física. Isso acontece porque o professor assume um papel de treinador e o/a aluno/a de atleta, resultando numa relação ainda mais mecanizada.

Para Daolio (1996), determinada dinâmica contribui para que os professores percebam seus alunos/as de modo biológico, ou seja, como um conjunto de músculos que precisam apenas jogar, não levantando as questões sociais em torno dos jogos.

Betti e Zuliani (2002), por sua vez, chamam a atenção para o fato de que a educação física precisa de uma atualização, para não ficar engessada nas questões antigas. Na sociedade moderna, a escola é composta por outros interesses e nesse processo, as disciplinas ganham novos papéis. A Educação Física no Ensino Médio, por exemplo, tem como principais problemáticas o gênero,

a sexualidade, etc. sendo importante que os professores pensem a educação sexual por meio dos esportes.

Para Cavalcanti (1993), a educação sexual é caracterizada como uma maneira legítima de informar os/as jovens sobre as problemáticas que lhe acompanham, como: gênero e sexualidade. Seguindo o mesmo pensamento, Vasconcelos (1971) argumenta que a Educação Sexual desenvolvida nas escolas não procura desenvolver um conhecimento apenas biológico, mas também social. Desse modo, a educação sexual é uma maneira de minimizar as problemáticas encontradas nas escolas, como uma maneira de informar os/as alunos/as e capacitar os/as docentes.

Diante disso, percebemos que o papel do/a educador/a é de suma importância para superar o atual quadro excludente, só poderemos caminhar para uma educação mais democrática se estivermos preparados para entender o contexto diversificado. No entanto, como falar sobre gênero se este assunto é suprimido no nosso currículo acadêmico, se é um tabu em nossas famílias? Cada um de nós tem uma maneira bem singular de vivenciar o que é o gênero, transmitimos inconscientemente o que consideramos certo ou errado para o comportamento de cada sexo.

Metodologicamente, o trabalho foi realizado numa escola situada em João Pessoa, a qual denominarei ficticiamente de Escola de Base. É uma escola que frequentada por alunos/as de diferentes contextos sociais, não tendo um perfil homogêneo. Para a coleta de dados foi importante selecionar quatro professores da Educação Física, os quais realizavam suas aulas nos turnos da manhã para o ensino médio. Cada professor desenvolvia uma atividade, como: handebol, vôlei, futsal e basquete.

A pesquisa tem como característica ser de cunho qualitativo, no qual utilizei a técnica de observação indireta e conversas informais com os docentes. A observação indireta demonstra, assim como as conversas informais, que o tempo da escola não nos permitiu realizar uma pesquisa mais aprofundada, pois com a demanda de aulas, os professores não tinham muito tempo de se dedicar a pesquisa. Assim, a coleta de dados ocorreu nos intervalos entre as aulas e nas próprias aulas, momento esse de legitimar o que estava sendo dito pelos/as docentes.

Resultados e Discussões

Para analisarmos os dados foi necessário observarmos a estruturação e o ordenamento das aulas ministradas de Educação Física, tomando como centro das observações as atividades escolhidas, junto com sua apresentação e sua execução. Nesse sentido, pudemos constatar que não existe uma preocupação dos docentes em planejar a aula que possibilite a discussão de gênero, haja vista tem como único propósito as atividades físicas esportivas. Desse modo, os professores se apegam basicamente a aprimorar o gesto esportivo, utilizando-se de métodos que priorizam a repetição.

Corroborando com esse pensamento, o PCN (2000, p.34) chama atenção para o fato de existir uma Educação Física fundamentada no esporte, argumentando que a disciplina possui “códigos e sentidos da Instituição esportiva”. Além disso, esse documento discute que determinados códigos podem ser resumidos da seguinte forma: “princípios de rendimento atlético, comparação de rendimento, competição, regulamentação rígida, sucesso no esporte como sinônimo de vitória, etc”.

Determinada percepção contribui para que a relação entre aluno/a e professor/a seja vista como uma relação mais mecanizada, no qual o/a docente ver no/a aluno/a um atleta e este, por sua vez, ver no/a professor/a um/a treinador/a. Com relação aos professores analisados na Escola de Base, podemos dizer que essa relação fica notória, resultando num imaginário de docente que treina para o esporte, mas não, necessariamente, treina para viver em sociedade.

A respeito da intervenção pedagógica, podemos analisar que não havia uma grande divergência nas escolhas das atividades desenvolvidas. Um dos aspectos importantes que podemos ressaltar é que, cada professor já tinha sido atleta da modalidade esportiva que ministrava, o que resulta em conhecimentos transmitidos a partir de suas vivências como atletas, contribuindo para comentários: *na minha época os/as alunos/as eram mais dedicados ao esporte, não vinham na Educação Física uma oportunidade de ficar em casa.*

Com relação à Educação Física na escola estudada, ficou claro que as modalidades são oferecidas separadamente. Determinada dinâmica contribui para a separação de grupos, sobretudo, entre sexos; ou seja, as modalidades ditas masculinas, como: futsal, eram mais procuradas por meninos e as modalidades ditas femininas, como: vôlei, eram mais procuradas por meninas. Esse modelo de oferta, apesar de parecer democrático – já que cada adolescente

pode escolher o esporte que mais tem afinidade – acaba por restringir as possibilidades de ambos sexos ocuparem os mesmos espaços, reproduzindo os discursos machistas e estereótipos que reafirmam a desigualdade de gênero.

Como discute Corsino e Auad (2012), é possível ver nas aulas de Educação Física uma hierarquização dos sexos, resultando numa relação de poder entre meninos e meninas. Determinado contexto pode ser analisado em diferentes momentos da aula, como: escolha da modalidade, escolha do time, etc.

Além disso, podemos destacar também a tendência pouco participativa dos professores, no que diz respeito a organização da turma para a realização das atividades, notamos que o professor pouco interfere na formação de grupos nas atividades, ou seja, os grupos tendem a ser bem heterogêneos, ora formados exclusivamente por meninos, ora formado exclusivamente por meninas, este momento seria extremamente oportuno para uma discussão sobre gênero, porém não existiu nenhuma iniciativa dos professores neste sentido.

Esse contexto nos leva a perceber que, apesar de no discurso, ambos os sexos participarem da mesma aula, no sentido de que está aula seria uma aula mista, perdura uma separação explícita, reforçada pela negligência do educador e respaldada pelo desconforto dos/as alunos/as em realizar as mesmas atividades que o sexo oposto.

De acordo com Jesus e Devide (2006), as aulas de Educação Física que questionam a participação de homens e mulheres em determinados desportos e que abordam a construção social das diferenças de gênero, tendem desconstruir o pensamento que feminino e masculino não se misturam. Na escola, nesse caso, nas aulas de Educação Física, para que essa desconstrução ocorra de modo legítimo, far-se-á relevante uma intervenção pedagógica do docente. É importante destacar que a separação dos sexos nas aulas práticas de Educação Física é, antes de tudo, imposta pelos/as alunos/as. Isso nos faz refletir como a imposição dos papéis de gênero já foi internalizada pelos adolescentes, sendo complementada com as práticas pedagógicas dos professores, que por sua vez, não se demonstram preparados para dada discussão.

Com relação a este ponto de vista, Abreu (1992) argumenta que no primeiro momento os meninos tendem a não aceitar a participação das meninas em algumas atividades, já que são vistas como exclusivamente deles, mas essa rejeição some após perceberem que as meninas demonstram habilidades na execução desta tarefa e quando o docente insiste na prática mista da atividade física.

Trazendo o foco para a percepção do professor no campo pesquisado, podemos perceber diante da execução das atividades, dois aspectos muito importantes no que diz respeito a sua percepção das relações de gênero que ocorrem nas aulas de Educação Física. O primeiro aspecto é como suas experiências pessoais influenciam na sua visão sobre a temática e o segundo é a sua bagagem acadêmica, que deveria, teoricamente, subsidiar sua prática pedagógica.

Neste sentido, é notório o *déficit* na formação acadêmica, principalmente no que diz respeito a gênero. Isso ocorre por inúmeros motivos, mas podemos destacar a ausência da discussão sobre o gênero nas disciplinas dos cursos de graduação em Educação Física. Como aponta Devie et al (2011), mesmo existindo uma crescente produção acadêmica sobre o gênero na Educação Física, sobretudo no que diz respeito a sua contribuição para construção das identidades de gênero, os discursos e as práticas ainda contribuem para a reprodução de paradigmas excludentes.

No que tange a influência das experiências pessoais, concordamos com Avila et al (2011), o qual destaca que a maneira de cada indivíduo vivenciar a sexualidade, baseada nos papéis que são socialmente construídos para homens e mulheres, e opiniões pessoais sobre o que seria certo ou errado, afetam diretamente a mediação e a intervenção pedagógica quanto ao gênero. Essa dialética entre o que se é vivido e o que se é aprendido, entre o simbólico e o ideológico é a base do processo de transmissão de conhecimento, sendo de suma importância a reflexão constante sobre este processo, visto que tudo que se é transmitido está imbuindo de valores, ideais e concepções.

Além disto, podemos destacar o distanciamento entre o que se é proposto legalmente e o que acontece de fato nas aulas, como por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1997, p. 25) que prevêem que o gênero pode ser questionado nas aulas mistas da Educação Física, já que este seria o momento de meninos e meninas “conviverem, observarem-se, descobrir-se”, aprendendo a não discriminar as diferenças.

Porém, o que percebemos é que as escolas são instituições reprodutoras dos valores dominantes da sociedade, ou seja, tendem a ser heteronormativas, por sua vez os/as professores/as por serem parte desta mesma sociedade tendem a reproduzir esses valores, presos nessa relação dialógica entre o que se é pretendido e que é de fato. O mesmo acontece na escola pesquisada, onde percebemos dada reprodução de valores.

Com isso, devemos reconhecer que a escola tem uma forte influência social nos comportamentos dos estudantes, ainda que determinadas internalização de valores sejam reflexos da família e do meio social que decidem pertencer. A escola de uma maneira geral, ainda que reproduza a desigualdade social, também é considerada como um espaço que oferece oportunidades de discutir e compartilhar saberes, apesar da educação sexual ainda ficar de lado.

Desse modo, podemos considerar – com base nas observações e conversas realizadas – que as ausências de discussões sobre gênero nas atividades ocorrem pelos docentes não encontrarem o *link*, isto é, acreditam que a prática do esporte é desconexa com as questões sociais e sexuais. Essa realidade contribui para que a Educação Física – nesse caso, ministrada para o ensino médio – ocupe um espaço meramente destinado ao “lazer”, visto que o ponto imediato deste ciclo educacional é a preparação para processos seletivos, minimizando e menosprezando o papel educativo da Educação Física.

Assim, fica claro para que existe uma cultura escolar que favorece para a redução da disciplina à prática do desporto. Essa cultura, conseqüentemente, é incorporada pelos educadores, o que é preocupante. Portanto, faz-se ausente não só a discussão de gênero, mas também o diálogo sobre a própria prática esportiva.

Conclusão

A título de considerações finais podemos argumentar que, embora a sociedade esteja passando por um momento de conscientização frente a diversidade social, ainda podemos contar com a ausência de informações acerca de alguns assuntos considerados polêmicos, sobretudo a respeito do gênero, já que é uma categoria social que permeia diferentes discussões em torno do ser homem e ser mulher.

Quando pensamos o gênero na escola, percebemos que ainda é uma categoria considerada invisível nos discursos de alguns docentes, como os de Educação Física, trazendo uma justificativa de que não se adéqua às suas aulas. Com essa visão, pode-se concluir que a ausência de capacitação dos/as professores/as faz-nos não enxergar novas problemáticas que podem estar presentes em suas aulas.

Portanto, no que diz respeito a atualização de saberes dos docentes a respeito do gênero, podemos discutir que seria relevante a implementação legítima da temática de gênero na estrutura curricular de todas as disciplinas, tendo em

vista oportunizar o debate e a desconstrução de estereótipos e papéis sociais impostos. Portanto, determinada iniciativa visando a desconstrução dos papéis sociais de homens e mulheres, deve ser levado não só para os/as alunos/as como para os/as professores/as.

Além disso, pudemos evidenciar o claro *déficit* na formação acadêmica dos professores de Educação Física envolvidos na pesquisa, fato que se deve tanto pela falta de discussão do tema nos cursos de graduação de Educação Física, quanto pela simples falta de interesse dos professores pela temática, valorizando aspectos meramente esportivos em detrimento de discussões inerentes ao tema.

Esse modelo de formação contribui para que os docentes pesquisados nem sempre vejam a problemática de gênero em suas aulas ou, quando percebem, não sabem como direcionar as atividades para a reflexão das desigualdades sexuais. Esse contexto favorece, mais uma vez, para a reprodução de rótulos e estereótipos a respeito dos papéis de gênero no esporte.

Constatamos também, que a transmissão de valores e experiências pessoais com relação ao gênero são apresentadas nos discursos dos professores de modo defasado, deixando clara a perpetuação de conceitos, práticas e ideologias dominantes, fazendo com que o processo educativo caminhe em sentido contrário ao de uma educação realmente democrática e emancipatória.

Por fim, o estudo conclui que se faz necessário uma reformulação nas estruturas de formação dos professores de Educação Física, tendo em vista que pouca coisa, ou quase nada se é ensinado com relação a gênero, além disso, se torna necessária a reflexão diária do que é ensinado, do que é transmitido e o que se almeja com esse conhecimento, demonstrando como ele vai intervir na realidade do alunado, sendo esta uma obrigação básica de cada educador/a.

Referências

ALTMANN, H. **Rompendo fronteiras de gênero:** Marias [e] homens na educação física. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

AVILA, A. TONELI, M. ANDALÓ, C. Professores/as diante da sexualidade-gênero no cotidiano escolar. In: **Psicologia em Estudo**, Maringá, 2011.

BETTI, Mauro; ZULIANI, Luiz R. Educação física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. In: **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, 2002.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio: Educação Física**. Brasília: MEC/SEF, 2000.

CAMPOS, A. (ORG.) Questão de gênero nas aulas de Educação Física. In: **Refeld**, Minas Gerais, 2008.

CAVALCANTI, R. Educação sexual no Brasil e na América Latina. In: **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, 1993.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1998.

CORSINO, L. AUAD, D. **O professor diante das relações de gênero na Educação Física Escolar**. São Paulo: Cortez, 2012.

DAOLIO, J. Educação física escolar: em busca da pluralidade. In: **Revista Paulista de Educação Física**. São Paulo, 1996.

GOELLNER, S. V. Gênero, Educação Física e Esportes. In.: Votre, S. (org.). **Imagário e Representações Sociais em Educação Física, Esporte e Lazer**, 2001. p. 215-227.

JESUS, M. DEVIDE, F. Educação física escolar, co-educação e gênero: mapeando representações de discentes. In: **movimento**, Porto Alegre, v.12, n. 03, p. 123-140, setembro/dezembro de 2006.

LOURO, G.L. **Uma leitura da história da educação sob a perspectiva de gênero**. Teoria e Educação, Porto Alegre, 1992

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

NOGUEIRA, M. RODRIGUES, A. Meninos, meninas ou todo mundo junto? A questão do gênero nas aulas de educação física nas escolas de região sudeste da rede pública municipal de teresina. In: **ANAIS do III Encontro de Educação Física e Áreas Afins**, 2008.

OLIVEIRA, S. BARCELOS, S. **Educação Física e gênero**: práticas docentes e suas implicações nas escolas de Araxá. In: Revista Digital, Minas Gerais, 2011.

PUPO, K. **Violência moral no interior da escola**: Um estudo exploratório das representações do fenômeno sob a perspectiva de gênero. Dissertação de Mestrado, São Paulo, 2007.

SCOTT, J. J. **Gênero**: uma categoria útil de Analisar Histórica. Educação e Realidade, v.20, n.2, p. 71-79, jul/dez. 1995

VITIELLO, N. A educação sexual necessária. In: **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, 1995.

GÊNERO E GERAÇÃO



GT 02

SUMÁRIO

APONTAMENTOS SOBRE O CUIDADO NO MASCULINO 625

Alda Britto da Motta 625

JUVENTUDE: UMA CATEGORIA FRONTEIRIÇA NO SISTEMA SEXUAL E DE GÊNERO 639

Ana Urpia 639

MÍDIA, CORPO VELHO E AS ESTRATÉGIAS DE POSITIVAÇÃO DO TERMO “TERCEIRA IDADE” 652

C. L. A. M 652

MUDANÇAS FAMILIARES E COEDUCAÇÃO INTERGERACIONAL: O APRENDIZADO DA SEXUALIDADE ENTRE 3 GERAÇÕES DE MULHERES 665

Christiane Vieira Lopes 665

MULHERES EM TEMPO DE INCERTEZA: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DE CONQUISTAS AMEAÇADAS 674

Eulália Lima Azevedo 674

OS DELES E OS DELAS NO ESPAÇO/TEMPO DE BRINCAR: PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE SERGIPE 687

Evanilson Tavares de França 687

SOBRE O ENVELHECER NA BATALHA: NARRATIVAS E TRAJETÓRIAS DE MULHERES POBRES NO EXERCÍCIO DA PROSTITUIÇÃO 700

Fernanda Priscila Alves da Silva 700

MULHERES IDOSAS E O ENVELHECIMENTO ATIVO 717

Isolda Belo 717

“CAMINHOS PERCORRIDOS” POR MARIA THETIS NUNES: PIONEIRA CATEDRÁTICA DO ATHENEU SERGIPENSE 726

João Paulo Gama Oliveira 726

VIOLÊNCIA E CUIDADO: QUANDO AS IDOSAS PRECISAM DE PROTEÇÃO ESPECIAL- CONSIDERAÇÕES SOBRE A CIDADE DE SALVADOR 741

Josimara Delgado 741

GÊNERO E PODER: LEITURAS DE ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA SERGIPANA 754

Kelly Araújo Valença Oliveira 754

CARTOGRAFIA DOS (POSSÍVEIS) CAMPOS DE DISPUTAS NO CENÁRIO DAS ADOÇÕES DE CRIANÇAS POR CASAS HOMOAFETIVOS 766

Luciano Bairros da Silva 766

O ENVELHECIMENTO DA CATEGORIA DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS 781

Luísa Vilharquide Firmino 781

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: ENTRELACES DE GÊNERO E GERAÇÃO 795

Márcia Santana Tavares 795

MULHERES NORDESTINAS: SOCIEDADE DE PARTIDA E DESLOCAMENTO NA TRANSVERSALIDADE DAS QUESTÕES E GERAÇÕES 807

Raimunda Gomes da Silva 807

UMA DAMA ENTRE OS CAVALEIROS: GÊNERO, ENVELHECIMENTO E VIUVEZ 817

Silmária Souza Brandão 817

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VELHICES INSTITUCIONALIZADAS: COMPARAÇÃO DE VIVÊNCIAS 831

VCB (1) 831

APONTAMENTOS SOBRE O CUIDADO NO MASCULINO

Alda Britto da Motta
Universidade Federal da Bahia
aldamotta01@hotmail.com

Resumo

Crianças, velhos e doentes sempre precisaram ser cuidados - os modos e as condições em que isto é feito têm variado historicamente. Entretanto, aquele que cuida sempre foi do sexo feminino. A existência de alguém para cuidar de outrem tem sido base do próprio contrato social, sendo o fundamento da reprodução social um contrato de gênero, assumido pelas mulheres. Nesta sociedade, capitalista e longeva, com a extensão do tempo de vida cada vez maior, ultrapassando os cem anos, tem crescido a demanda por cuidadores e aumentada a diversidade de sua origem social. Enquanto anteriormente as necessidades de cuidado eram supridas pelas mulheres da família, com a intensificação da participação destas no mercado de trabalho e sobretudo o crescimento do número dos muitos idosos, chega-se à profissionalização do cuidado. São cursos, treinamentos, especializações - um mundo de trabalho instituído e em expansão. E como qualquer nicho de trabalho que se expande torna-se crescentemente masculino. O gênero do cuidado está se diversificando. Os homens estão sendo também cuidadores, como profissão. Ao mesmo tempo, estão atuando cada vez mais como cuidadores informais nas suas próprias famílias- o que tem sido propiciado inclusive, pela longevidade da situação de casados. Organizam-se apontamentos sobre isso visando um estímulo à pesquisa

Palavras chaves: Cuidado, Gênero, Homens, Mulheres, Idade.

Introdução

Crianças, velhos e doentes sempre precisaram ser cuidados – o tempo, os modos e as condições em que isto é feito é que têm variado historicamente.

Independentemente dessas variações e da geração a ser cuidada, entretanto, aquele que cuida tem-se mantido com um perfil constante – é alguém do sexo/gênero feminino. O fato é que a existência de alguém para cuidar de outrem é base do próprio contrato social – o que também pode ser enunciado assim: o fundamento da reprodução social é um contrato de gênero, assumido pelas mulheres. Tem sido longamente assim.

Na sociedade atual, capitalista e longeva, com a extensão do tempo de vida cada vez maior, ultrapassando, mais e mais, os cem anos, tem crescido também a necessidade de um número apreciável de cuidadores, assim como tem-se estendido a diversidade de sua origem social. Enquanto em períodos ainda poucos recuados no tempo as necessidades de cuidado eram supridas pelas mulheres da família, com a intensificação de participação destas no mercado de trabalho e o próprio crescimento do número dos muito idosos, e dos seus anos de vida, vai-se chegando a uma profissionalização cada vez maior do cuidado. Agrega-se essa profissionalização a uma atenção familiar mais diversificada, {incluindo aí os homens} à caridade e à filantropia, como contexto de atuação.

Agora são cursos, treinamentos, especializações – um mundo de trabalho instituído e em expansão, que começa a ser, em certas áreas, objeto de atenção e estudo da academia.

Como sempre ocorreu na História, qualquer nicho de trabalho que se expande torna-se crescentemente masculino. (Évelyne Sullerot, 1970). É o que começa a ocorrer. E neste momento específico de crise econômica e reestruturação produtiva, é uma oportunidade nova de emprego que se abre para os homens. O assalariamento aí instalado, o gênero do cuidado vai-se redirecionar, diversificar. Os homens estão começando a ser também cuidadores em maior escala, no âmbito familiar, mas também como profissão.

Mais uma rodada da História, que se amplia segundo uma série de alternativas e campos de atuação. Há novas necessidades sociais, alimentadas por também novos contingentes de força de trabalho feminina, até migrantes internacionais. (DEBERT, Guita Grin, 2014) Assalariadas informais, migrantes frequentemente ilegais, dublês de empregadas domésticas, cuidando de velhos dependentes em países europeus. Nisto replicando as migrações internas do

passado, tão comuns no Brasil; modalidade internacional recém iniciada no país, principalmente em São Paulo, porém em pleno uso nos países ricos da Europa.

Concomitantemente, mantem-se um outro novo segmento cuidador, em outras bases e com outros personagens, plenamente familiares: são as idosas “jovens” - nada raro também algumas menos “jovens” – aposentadas ou não, que cuidam dos muito velhos, a chamada geração pivô. Ampliando supinamente o sentido de cuidado, estendendo-o também aos jovens, seus filhos e netos. (Britto da Motta,2012)

Ainda em outra base de gênero, despontaram também os homens idosos que, em uma família com menos filhos e organizada em bases menos formais, cuidam de suas equivalentes geracionais, as esposas ou companheiras, quando estas se tornam doentes crônicas ou dependentes.

Em bases ampliadas com a reestruturação produtiva, ainda outro cuidar é alargado, com outros sentidos: o demandado pelos jovens. O dos filhos adultos e dos netos, ainda mantidos ou retornados à casa dos pais ou avós. E não apenas tangidos pelo desemprego ou precariedade do emprego, mas também pela instabilidade dos laços afetivos/sexuais, expressos pelos descasamentos ou recasamentos. (Ou até os “boas vidas” que têm trabalho, são solteiros, e não veem por que sair de casa e dos cuidados maternos cotidianos: a chamada “geração canguru”).

Em resumo, conforme a remuneração ou a gratuidade pode mudar o gênero do cuidado. A idade, também.

Reflexões prévias a uma possível pesquisa

Há relativamente poucas pesquisas e trabalhos sobre o cuidado, no Brasil, no campo das Ciências Sociais. Até há pouco tempo, os textos disponíveis vinham da Gerontologia, do Serviço Social e da Enfermagem, nestes concentrando-se no cuidado de dependentes em domicílio, ou sobre uma visão ética, desejadamente “desprendida”, dos profissionais de enfermagem. Textos apresentados, ao mesmo tempo, em desenvolvimento teórico e prescrição humanista.

Só nos anos mais recentes iniciaram-se pesquisas e discussões teóricas sobre o cuidado como forma de trabalho e possível profissionalização, no que o estudo comparativo conduzido por Helena Hirata, em curso em três países, constitui uma ponderável contribuição, já com apresentação de resultados em livro (Guimarães; Hirata, 2012), dossiês temáticos (2014 e 2016) e colóquios internacionais no Brasil e na França. Também se conta com o livro de Ana Amélia Camarano, que participou dos referidos encontros internacionais e analisa o

cuidado nas ILPIS (2011), com promissores desdobramentos demográficos/estatísticos e o sensível trabalho de Analía Soría (2011), também direcionado às ILPIS, apresentado inicialmente no Congresso da SBS de 2011, visando aprofundamento teórico da categoria cuidado. Resta a necessidade complementar de desenvolverem-se pesquisas específicas sobre o cuidado no interior das famílias e seus significados teóricos em termos de relações de gênero e entre as gerações.

Não tenho uma pesquisa específica sobre o cuidado, com realização de trabalho de campo sistemático, porém, venho constituindo uma base informativa razoável por vários caminhos. Cheguei a essa categoria transversalmente, tanto em questões para desenvolvimento teórico, como em observação empírica eventual, analisando relações de gênero e entre as gerações na família multigeracional na minha pesquisa longitudinal sobre centenários e a geração pivô, ou intermediária entre pais idosos e filhos e/ou netos sob sua dependência ou apoio constante.⁽¹⁾ Observando, inclusive, o crescimento e constância da presença dessa geração pivô na família e, ao mesmo tempo, a escassez de estudos e pesquisas específicas sobre a temática. Subsidiariamente, ⁽²⁾ algo que não costumamos lembrar, as bancas de exame – participando da análise de várias teses e dissertações que se direcionaram ou que confluíram para a temática do cuidado, a maioria na área de saúde. E não por último, ⁽³⁾ dada a importância que a questão do cuidado vem adquirindo nas discussões e prescrições sobre o aumento crescente da longevidade e, portanto, do número de velhos a serem cuidados; além do grande número de gerações coexistindo na sociedade atual - e ao mesmo tempo de consequências da reestruturação produtiva nas relações de família, exigindo uma intensidade maior de ações de solidariedade. Mais recentemente, deparando-me com casos repetidos de velhos cuidando de outros velhos. E não apenas as clássicas cuidadoras, mulheres, mas também cuidadores, homens.

Daí uma ideia de sistematizar observações e apontamentos, reflexão inicial para um possível futuro projeto de pesquisa sobre o cuidado, com ênfase teórica nas relações de gênero segundo as gerações e - pela sua raridade - foco especial nos homens que cuidam.

A discussão teórica indicada:

- 1) A grande questão social de gênero: Há um contrato de gênero na base do grande contrato social, que não se restringe àquele percebido como um contrato entre as gerações. Contrato de gênero que é historicamente

assumido pelas mulheres, justificado e internalizado como disposição natural delas.

- 2) Com o crescente aumento da longevidade, e não apenas do número de velhos, mas também dos anos de velhice e, conseqüentemente, do tempo de dependência, correspondendo à constituição de novos padrões de família, com menos filhos, menor estabilidade matrimonial e, não por último, a participação ampliada das mulheres, as antigas cuidadoras, no mercado de trabalho, necessidade ampliada de cuidadores está se constituindo.
- 3) A constatação de algo muito recente, o aumento do número de homens assumindo o trabalho do cuidado, sobretudo em termos de profissionalização – o que não significa simplesmente, e mais uma vez na História, a realização da velha tendência social de os homens desbancarem as mulheres e assumirem os postos ocupacionais mais privilegiados ou afluentes no mundo do trabalho (conforme a importante análise de Evelyne Sullerot, 1970), mas ao mesmo tempo fazerem isto no caminho da perda, motivados pelo crescimento do desemprego ou pela retração das oportunidades de emprego formal.
- 4) O aumento de algo também mais recente: a longevidade da situação de casal (ou de casados), propiciando, mais ou menos obrigatoriamente, o cuidado de mulheres com problemas graves ou crônicos de saúde, por homens, seus maridos ou companheiros.
- 5) Mas, o cuidado masculino pode ser diferente do feminino, alguns trabalhos sugerem. Podem replicar a velha divisão sexual do trabalho ou ser algo mais inovador. Importante verificar.
- 6) Não esquecer, nessa discussão, as razões subjetivas: os homens vêm dulcificando suas maneiras de agir – já podem chorar ou mostrar ternura sem perder a sua “masculinidade” e até assumirem, na divisão do trabalho atual, tarefas “femininas”. Embora, ao mesmo tempo, nisso permaneçam justificados por atributos “masculinos”, como serem dotados de maior força física e, portanto, estando mais aptos a exercerem tarefas “pesadas”, como tem sido desde sempre arguido na organização do trabalho na indústria, mas também na enfermagem hospitalar, como os mais adequados para amparar ou soerguer os pacientes.

Discernem-se, aí, duas esferas básicas do cuidado: aquela impulsionada pelo crescimento da longevidade, o remunerado e que vai se profissionalizando:

e a “de sempre”, exercida no âmbito privado das famílias, “patrimônio” das mulheres, espécie de “segunda natureza” delas. Filhas e empregadas domésticas. Agora contando também com homens.

É o que também se começou a descortinar na minha pesquisa atual sobre centenários e a “geração sanduíche” ou pivô. (2) recentemente atingindo mais em cheio a questão (ou padrão em desenvolvimento) do idoso cuidando de outro idoso.

Quando os homens cuidam

Apesar do aumento perceptível, e já registrado em alguns estudos sobre homens cuidadores(por exemplo Melo, 2009 e Oliveira et al., 2012) de homens cuidadores, inclusive no âmbito familiar, ainda são escassos os trabalhos a esse respeito; ou que mesmo tangenciem a temática, como o de Hirata (2012).

Melo (2009), em uma dessas raras pesquisas, já registra 31% de cuidadores homens em Portugal, que se responsabilizavam pela maioria dos cuidados prestados à cônjuge. (Embora também registre, em contraposição, que apesar das mulheres estarem desempenhando papel “ativo e relevante” no mercado de trabalho, continuam a ser responsabilizadas pela maior parte do trabalho familiar).

Em outro contexto, o do trabalho profissional, ou formal, Hirata (2012, p.161), pesquisando cuidadores que trabalhavam em instituições japonesas, surpreende-se com os 35% de homens que encontrou, principalmente comparando-os com os 10% registrados na França e menos de 10% no Brasil. Entretanto, estando tanto Portugal quanto Japão vivenciando período de crise (logo viria o Brasil...), e considerando-se o fato da mudança de padrão organizativo na família atual, com menor número de alternativas de cuidadores familiares tradicionais, e, sobretudo, diante das bem mais escassas possibilidades de emprego atuais, a mudança teria que dar-se também nesse setor...

Assim é que Hirata, depois de reportar como no Japão, país de alto contingente de população idosa, e diante da crise econômica, o próprio Estado está estimulando a formação e recrutamento de ex-trabalhadores desempregados para o trabalho de cuidado, comenta: “ Há um paradoxo evidente neste investimento feito pelos homens em tarefas consideradas tradicionalmente femininas. ” Mas termina por verificar que “ ... entre o não emprego ou o desemprego e o trabalho no setor do ‘ care’, a escolha por parte dos homens é clara”.

Como tive oportunidade anterior de comentar (Britto da Motta, 2012a, p. 20),

O trabalho do cuidado, como ocupação em crescimento e, talvez, profissionalizante, vai repor em cena a questão do contrato social de gênero. Realmente, a existência dessa atividade prestativa, via de regra de sentido intergeracional, abrangendo tarefas materiais informadas por considerações de ordem emocional e cada vez mais demandada, está se desenvolvendo no sentido de se constituir em campo profissional, o que pode significar – remetendo à trajetória clássica da divisão sexual do trabalho – maior afluência de homens para onde há melhores oportunidades, em contraste com o fluxo histórico de presença maciça de mulheres na realização do cuidado.

Importante, entretanto, lembrar o referido fluxo de mão de obra migrante feminina, internacional, de países do terceiro mundo para os países ricos.

Melo (2009) pesquisou os homens cuidadores familiares, faceta a menos conhecida do trabalho (não remunerado) do cuidado. Foram 13 entrevistados, cônjuges de mulheres com diagnóstico clínico de demência, eles com idades entre 59 e 81 anos e elas entre 60 e 82 ANOS.

Importante registrar algumas das características básicas desse trabalho gratuito, que em parte correspondem aos resultados da minha pesquisa em duas entrevistas recentes realizadas com homens cuidadores.

Dos casais estudados por Melo, somente quatro partilhavam o domicílio com os filhos; os nove restantes viviam sozinhos. Somente dois cuidadores recebiam apoio de familiares. Dos 13 cuidadores, 11 prestavam cuidado permanentes e somente dois cuidavam entre dezenove e oito da manhã durante a semana e todo o tempo durante o fim de semana.

A maioria (11 deles) se encarregava dos cuidados básicos tais como a higiene pessoal, e nove, também a elaboração das refeições, mas todos “se responsabilizavam pela gestão das consultas médicas e administração de medicação”, assim como das compras necessárias para o dia a dia.

Interessante, e possível contribuição para o sucesso do cuidado, a maioria dos cuidadores tinha experiência prévia de gerir e realizar atividades domésticas, seja pela vida profissional (anterior), ou por opção na organização da vida familiar.

Adicionalmente, “ evidenciou-se a dedicação aos cuidados como um modo de reconhecimento ou tributo à companheira”, pelo percurso de vida que haviam tido, à companheira que ela fora. Uma espécie de reciprocidade,

“ a certeza de que o outro faria o mesmo, é uma das razões apontadas para o envolvimento emocional, bem como para a prestação de cuidados, como se verifica em estudos femininos, mas surgiu o elemento interessante de “ retribuição” por um passado que suas mulheres lhes permitiram viver, dando relevo ao fato que a qualidade das experiências e memórias da vida conjugal são elemento fundamental para o homem decidir cuidar da sua mulher”. (Melo, 2009, p.327)

Melo assinala que a maioria dos estudos registra diferenças entre prestação de cuidados realizados pelos homens, e aquele realizado pelas mulheres, mantendo-se uma divisão do trabalho à maneira “clássica”, com os homens executando “ grande parte das tarefas instrumentais” e muito menos tarefas de cuidado pessoal. Porém comenta que não foi este o encontrado na sua pesquisa. Ao contrário, observou a atuação dos cuidadores em um conjunto amplo de atividades que tanto asseguram a gestão doméstica, como a vida familiar.

Estes resultados, aliás, correspondem em grande parte aos das duas entrevistas que iniciam a secção “ Idosos que cuidam de idosos” da minha pesquisa, em sua fase atual, que citarei adiante.

Já Oliveira et al. (2012) buscam apresentar a vivência e a prática de cuidadores familiares de doentes crônicos dependentes em domicílio, visando contribuir com os profissionais de saúde da família (ESF), em Maringá, Paraná, no direcionamento do atendimento aos dois focos da pesquisa. Acompanharam 12 cuidadores de ambos os sexos com idades entre 27 e 72 anos, a maioria (sete) com mais de 60 anos. Também sete eram mulheres.

Em breve discussão de diferenciais de gênero nesse mister, comentam como a prestação de cuidado tem continuado uma função social atribuída às mulheres, e que os homens só se tornam o cuidador principal se não houver uma mulher próxima e disponível para isso. Ao mesmo tempo comentam que nos últimos anos verificou-se um aumento de homem cuidadores, informando um índice encontrado de 36%.

Expõem algumas características interessantes no exercício desse referido cuidado, que também correspondem aos achados nas entrevistas da minha pesquisa.

Como Melo (2009) {e também os meus dois entrevistados}, Oliveira et al. (2012,p. 433) observaram que os homens relataram assumir o cuidado das esposas “ pela cumplicidade desenvolvida ao longo do convívio conjugal”, mas também “ pela compreensão da que esse era seu dever para com a esposa”.

Eu cuido porque eu assumi, quando eu fui lá na igreja eu assumi, então eu vou fazer enquanto eu for vivo, seja o que for. (C. F.9)

Oliveira et al. Registram um fato interessante, embora não surpreendente, diante da conhecida e ainda prevalente imagem da mulher como cuidadora “natural”, e, portanto, já dotada de aptidões e conhecimento para isso.

Percebeu-se que quando o cuidador principal era homem, este contava com a ajuda oferecida pelos (as) filhos (as), noras e netos; já em situações em que a mulher exerce o papel de cuidadora principal, notou-se que esse apoio era menor ou inexistente. (p. 133)

Ainda assim, foram registrados casos de dedicação dos homens a ponto de descuido com a própria saúde: (p. 131)

O meu remédio eu me esqueço, mas agora o dela, não me esqueço, o dela eu dou tudo na hora certinha... (C. F. 3)

A minha mulher toma bastante remédio, porque ela é bastante doente. Ela tem pressão alta, problema de coluna, todos aqueles problemas. Eu tenho muito problema também, tenho problema de desgaste do joelho e problema na coluna também... (C. F. 8)

Situação semelhante encontrei na minha pesquisa com Sr. Eliseu – aliás, história radical e que se encerrou prematuramente, com a morte do cuidador.

Na busca de informação local sobre homens cuidadores domésticos, localizei inicialmente dois casos, que foram objetos de entrevista.

O contato foi iniciado em um hospital público da cidade de Salvador, onde ambos acompanhavam as respectivas esposas. Estabelecido o contato, as entrevistas foram realizadas em suas residências. São casas muito pobres, primando pelo desarranjo, em bairros populares. Eliseu tem 71 anos, é pardo, tem 2º grau completo, é evangélico, em união estável há cinco anos. A casa é da

esposa, Célia, que recebe pensão por morte do primeiro marido. Ele tem o BPC. Declara –se o chefe da família.

Estabeleceram uma relação de evidente solidariedade e reciprocidade de atenção. Ambos já estiveram hospitalizados, cada um por sua vez, mas ela é realmente a receptora de cuidado, porque além de precariedade da saúde, é cega.

Assumem o cotidiano como podem. Mesmo sem enxergar, ela cozinha; volta e meia se queima. Ele realiza as outras tarefas da casa e de cuidado dela. Relata:

Eu acordo cedo, por volta das 6 horas. Aí vou fazer o café, passo pano na casa, lavo os pratos, acabo de comer e limpo tudo e deixo lavadinho e vejo as coisas que tenho que fazer. A comida eu não sei fazer, quem faz é ela e eu ajudo ela. Às vezes como no Prato do povo, principalmente quando vou para o oftalmologista. Às vezes eu e ela come lá quando estamos na rua para ir para o médico. A tarde costumo dormir, sentado na cadeira. Esse remédio tem me dado muito sono. E a noite assisto RR Soares, daí vou dormir. Vou para a igreja dia de terça feira, mas esses dias não pude ir, porque fui para o hospital. Eu gosto de ir para a igreja porque me sinto bem. Eu vou para a igreja para me confortar das dificuldades da vida. Pedir a Deus perdão pelos meus pecados. Você viver com uma pessoa que não enxerga e não anda direito e não pode fazer nada, é uma das dificuldades. Não pode sair, não pode ir para lugar nenhum. Se eu estivesse no lugar dela eu não aguentaria, eu acho que estaria morto ou só viveria chorando, ...

Continua:

Ela necessita de cuidados específicos, como eu tenho que dar os remédios de manhã cedo, colocar o colírio, dar injeção, lavar os pratos, porque se ela lavar ela quebra tudo, apagar a luz porque ela deixa acesa, a comida na mesa que eu tenho que colocar, colocar no prato dela porque as vezes eu me queimo. Tem um pessoal que mora aqui perto que ela criou, elas agora nem aqui vem, nem se quer vem procurar saber se tem algo para fazer e moram aqui pertinho.

Ele reflete sobre o que é cuidar:

Cuidar é você ter muita calma, ter carinho com aquela pessoa, não ter violência com ela, ter todo cuidado com ela, lavar as roupas dela, limpar a pessoa. Eu dava banho nela, eu trato ela com todo o mimo e dedicação, isso que é cuidar.

Célia rememora situação anterior:

Eu fiquei numa situação usando fraldas, quando eu fiquei nessa situação ele pegava todos esses panos ,lavava (ficou emocionada e ele também se emocionou), eu vomitava e ele me limpava. (...). Na época eu não via nada, e hoje pelo menos eu enxergo vultos. O que eu peço a Deus é que dê saúde a ele, porque ele que cuidou de mim.

O casal realmente aparenta carinho, entendimento e, como foi encontrado nos referidos Melo (2009) e Oliveira et al. (2012), também em relação às mulheres cuidadoras, em circunstâncias assim frequentemente o cuidador dá prioridade às tarefas do cuidado, (em comparação com seus próprios interesses).

Cuidando dela, dando remédio, botando remédio nas vistas, às vezes deixo de tomar o meu café para dar logo o dela, primeiro eu cuido dela para depois cuidar de mim.

Há também desistência do lazer:

Às vezes quero ir numa praia, mas não posso, ou ir ao cinema, ou viajar, ou ler, mas não posso porque tenho que cuidar dela.

Revela ter também um problema de saúde: “ Cansaço, falta de ar ... Eu tomo medicamento”.

Morreu dois meses depois da entrevista.

O segundo cuidador entrevistado, Isidório, é bem diferente de Eliseu. Alto, corpulento, exageradamente falante, não exala maior sinceridade, como ele. Negro, 63 anos, evangélico.

Têm muitos anos de casados – “quase 32”, informa ele. Ela tem filhos de um casamento anterior, adultos, vivendo em suas próprias casas, que prestam auxílios ocasionais em tarefas, e, eventualmente, em dinheiro.

Relata um antigo companheirismo do casal, a mulher ajudando-o em tarefas de evangelização – que ele não realiza mais, porque precisa de tempo para cuidar dela- e ele ajudando-a em tarefas domésticas.

Hoje é diferente:

As atividades que aparece, eu faço tudo. Aqui eu não deixo ela fazer nada, é de roupa a calçados, é de café a pão na mesa, não deixo ela ir para o fogão, eu faço a comida. Às vezes ela esquece o fogo aceso quando vai para a cozinha. Às vezes eu deixo ela fazer alguma coisa, mas é só quando eu to perto dela. Eu não deixo ela fazer nada, porque eu não confio. Eu tenho maiores cuidados com ela. Tudo aqui quem faz sou eu. Arrumo a cama quando ela levanta. Todo aparato de uma doméstica, eu faço.

Provisoriamente, eu ainda não estou precisando dar banho nela, ainda não escovo os dentes dela, não preciso fazer limpeza nela. Eu só faço cuidar da perna dela, dar o alimento, dar o remédio, caso ela peça alguma coisa que ela esteja na cama, eu levo. Em outras partes ela ainda faz, como lavar as roupas dela. Eu me sinto bem e a vontade em cuidar dela. (...). Aprendi que eu e ela está descendo, pois estamos velhos, mas estamos juntos.

A esposa tem 73 anos e deve ter tido uma condição social melhor que a dele, nos primeiros anos de vida em comum. A casa em que vivem é de propriedade dela. E ao responder sobre a própria escolaridade, ele revela: “ Eu nunca estudei. Às vezes leio e escrevo porque ela me ensinou e fui engatinhando na Bíblia. Eu não estudei em escola nenhuma. Estudei o 2º grau aqui com ela, aqui em casa. ” Declara adiante: Nós dois somos o chefe da família”. (Entretanto, ele se apresenta em tons muito mais de chefe do que o tranquilo sr. Eliseu).

Em uma entrevista que conseguiu alongar, expôs repetidamente aspectos restritivos do cuidar que também então presentes em outras pesquisas, anteriormente citadas, de Melo (2009) e Oliveira et al, (2012) de dificuldade ou impossibilidade de ter tarefas laborativas fora de casa; assim como oportunidades de lazer. Traça, também, em alguns momentos, uma espécie de trajetória de homem “fruto selvagem”, que, no passado, considerava a mulher como um

vaso qualquer, um instrumento de uso”, e “ a leitura bíblica fez enxergar uma nova forma de tratar a mulher. ”

Em seu longo discurso, fica sugerida uma espécie de atividade compensatória do passado posta no cuidado, ou que até estrutura a intenção/ação de cuidar. O que tem sido também entrevistado em outros estudos sobre o tema.

Conclusões

Dentro da grande amplitude atual de formas de cuidado encontrados, todos intensamente informados pelas relações e condições de gênero, avultam como novas e demandam mais pesquisas, aquelas que se beneficiam de rotas internacionais, e são empreendidas por mulheres assalariadas; e em contexto doméstico familiar, não apenas profissional, o aumento bem perceptível de homens como cuidadores de pessoas (geralmente esposas) da sua família.

Detive-me sobre esse aspecto mais raro- de casos e de pesquisas- sobre os homens como cuidadores familiares, como primeiras observações para uma possível futura pesquisa. Foi observada a real existência desse cuidado masculino, mas em uma base bastante precária, neste país de pouco atuantes políticas públicas. Sofrem em geral restrições financeiras e de orientação sobre o cuidar e, individualmente a cada cuidador, alguns tipos de sacrifício, como desgaste físico, prejuízo de autocuidado e restrição à vida social e ao lazer, quando não às próprias oportunidades de trabalho.

Referências:

BRITTO DA MOTTA, Alda. A geração pivô, intermediária na família. Anais do XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré ALAS Brasil. Setembro 2012, UFPI, Teresina, Piauí. <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT10-08.pdf>

BRITTO DA MOTTA, Alda. Apresentação do Dossiê: O final da vida no século XXI. Revista Mediações. Londrina, V. 17 N. 2, P. 9-25, Jul./Dez. 2012. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/14339/11948>

CAMARANO, Ana Amélia. Cuidados de longa duração para a população idosa. Ipea, 2011.

DEBERT, Guita.G. Arenas de conflito em torno do cuidado. *Tempo Social*. Vol.26, nº1, São Paulo, 2014, pp. 35-45.

HIRATA, Helena. O trabalho de cuidado aos idosos no Japão e alguns aspectos de comparação internacional. *Revista Mediações*. Londrina, V. 17 N. 2, P. 157-165, Jul./Dez. 2012. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/14027/11838>

_____; GUIMARÃES, Nadya Araújo (Org.) *Cuidado e Cuidadoras: As várias faces do trabalho do care*. Editora Atlas. São Paulo, 2012. 236 p.

MELO, Graça. A experiência vivida de homens (cônjuges) que cuidam de mulheres com demência. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*. V. 12. Nº13. Rio de Janeiro. Set/dez.2009.

OLIVEIRA, W.T. ANTUNES, F. INOUE, L. REIS, L.M. ARAÚJO, C.R.M.A. MARCON, S.S. Vivência do cuidador familiar na prática do cuidado domiciliar ao doente crônico dependente. *Rev.bras. Geriatr. Gerontol*. 2009; 12(3):319-330

SORÍA BATISTA, Analia; ARAÚJO, Anna Bárbara. Intimidade e Mercado: o cuidado de idosos em instituições de longa permanência. *Revista Sociedade e Estado*, UNB, v. 26, 2001, p. 175-195.

SULLEROT, Evelyne. *A mulher no trabalho- História e sociologia*. Editora Expressão / Cultura, 1970

JUVENTUDE: UMA CATEGORIA FRONTEIRIÇA NO SISTEMA SEXUAL E DE GÊNERO

Ana Urpia

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

anaurpia@gmail.com

Resumo

Utilizando-se da metáfora da fronteira enquanto dispositivo de controle social que, ao mesmo tempo em que aproxima, também diferencia e separa, este artigo pretende mostrar que em contextos sociais orientados pelo binarismo de gênero e pelo imperativo heterossexual, a juventude desenha-se como espaço-tempo de vida fronteiro, sob forte regulação social. Neste espaço-tempo de vida social, tantas vezes marcado por experiências de ambigüidade e descontinuidade, o sujeito jovem é, muito freqüentemente, chamado a definir-se quanto à sua “escolha de objeto amoroso”, e a “assumir”, sob acusação ou suspeita, uma posição identitária dentro do sistema sexual e de gênero. Palavras-chave: identidade, alteridade, gênero, juventude e sexualidade

Introdução

“Yo no sé si este amor es pecado que tiene castigo”

Pecado – Caetano Veloso

Para autoras feministas como Judith Butler (2003/2007), muito do que se afirma, em nossa cultura, sobre as identidades sexual e de gênero, tem relação com o fato de tomarmos os gêneros como binários e decorrentes do sexo “biológico”, e a heterossexualidade como compulsória. Estabelecendo um diálogo crítico com autores ligados ao campo dos saberes psicológicos, como Freud, Judith Butler (2003) posiciona-se na contramão da teoria edipiana, sugerindo, dentre outras coisas, que o tabu da homossexualidade, em nossa cultura, é anterior ao tabu do incesto, e que ambos são generativos da identidade, visto que atuam como as proibições que produzem a identidade sexual e de gênero nas grades culturalmente inteligíveis de uma heterossexualidade idealizada e compulsória (BUTLER, 2003). Ela argumenta, que, considerando a existência de um conjunto de disposições bissexuais primárias da libido, hipótese defendida pelo próprio Freud, não haveria razão para negar o amor sexual original do filho pelo pai, mas o autor implicitamente o faz quando formula a sua teoria. Não fosse assim, o que impediria o menino de tomar como objeto de seu amor, o próprio pai? Para Butler (2003), o fato de o menino geralmente escolher o heterossexual não resultaria do medo da castração pelo pai, tal como formulado na psicanálise de Freud, mas do medo de castração, ou seja, do medo de “feminização” associado à homossexualidade masculina em culturas heterossexuais.

Em Freud (2011a), o gênero [ou a identidade de gênero] de um sujeito, assim como sua sexualidade [ou sua identidade sexual] é desenhada tendo como via de regra o outro, esse outro pode ser tomado como modelo, objeto, auxiliador e adversário. A identificação com o outro desempenharia, assim, um papel fundamental na pré-história do complexo de Édipo, onde o menino, invariavelmente, tomaria o pai como seu modelo e, paralelamente, a mãe como seu objeto de amor, ainda que tendo como base disposições bissexuais. É somente no processo, que se perde de vista o destino da identificação com o pai e pode ocorrer que o complexo de Édipo sofra uma inversão, isto é, que o pai, numa postura feminina, seja tomado como objeto. (FREUD, 2011a).

Para Freud, a gênese da homossexualidade masculina estaria associada ao evento da puberdade, quando o jovem, após um período de “latência”, em que fica adormecida a sua intensa relação de amor com a mãe – tomada como

objeto –, precisa trocá-la por outro objeto possível [já que a mãe é um objeto de amor proibido em nossa cultura – tabu do incesto]. Nesse momento, algo inesperado e repentino pode suceder: o menino, em vez de abandonar sua mãe, identifica-se com ela, transforma-se nela, obviamente arriscando ameaçar o sistema classificatório sexual e de gênero em cuja matriz está a heterossexualidade como compulsória.

A construção das identidades sexual e de gênero das meninas percorreria, segundo Freud (2011b), um caminho um pouco diferente. O complexo de Édipo seria, nesse caso, uma formação secundária, antecedido pelo complexo de castração. Freud (2011b, p.212) explica que a menina não entende sua falta de pênis como uma característica sexual, e tende a explicá-la através da hipótese de que possuía um membro do mesmo tamanho e depois o perdeu com a castração. Se a menina não terminar presa à ideia de ter um pênis, identificando-se, assim, com o (complexo) masculino, passará da inveja do pênis ao desejo de ter um bebê, entrando no complexo de Édipo, quando “escolhe” o pai como seu objeto de amor (proibido).

Segundo o autor (2011b, p.41), o desenlace da situação edípica numa identificação com pai ou com a mãe, que culmina no período da adolescência, dependeria, em ambos os sexos, da relativa força das disposições sexuais. Questão que foi bastante explorada e questionada por Judith Butler (2003), em Problemas de Gênero.

A juventude desenha-se, pois, como um espaço-tempo de vida fronteiroço, suscetível a mudanças, e sob forte regulação social. Neste espaço-tempo de vida social muitas vezes marcado por ambiguidades, o sujeito é chamado a definir-se quanto à sua escolha de objeto, “assumindo” uma posição identitária dentro do sistema sexual e de gênero. Para a sociedade, o jovem encontrar-se-ia num estado intersticial, entre a condição (as)sexuada infantil e a condição sexuada adulta, motivo pelo qual seria necessário trabalhar pela manutenção da “lei do sexo” (BUTLER, 2003), não raro exigindo do/a jovem provas de sua aceitabilidade como sujeito possível. Como nota Butler (2007), as normas regulatórias do ‘sexo’, transmitidas de geração a geração, trabalham de forma performativa [produzindo os corpos que nomeia] para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual. Mas a autora adverte, a materialização nunca é completa, porque os corpos [de todas as idades, mas em particular os jovens] não se conformam completamente, desafiando as normas. As instabilidades abertas por este processo marcam um domínio no qual a força da lei regulatória pode voltar-se contra ela mesma, colocando em questão sua força hegemônica.

Posicionado nesta condição de fronteira, não é incomum, em nossa cultura, que se aceite uma certa experimentação da parte do/a jovem, desde que este/a, ao final, termine por conformar-se às normas regulatórias de gênero e sexualidade. Assim, no que diz respeito à sexualidade, compreende-se, por exemplo, que o/a jovem estabeleça relações de intimidade lúdica com pares do mesmo sexo, mas se esta ludicidade ensaiar cruzar a fronteira entre a homosociabilidade e a homossexualidade, poderá ser fortemente coibida. No que diz respeito ao gênero, uma menina pode até vestir-se e “comportar-se como os meninos”, desde que isso não se alongue para além da adolescência e converta-se em indicador de identificação com estes.

Neste artigo, com base em uma experiência chicazo¹ e em diálogo, sobretudo, com teóricos da psicologia social de tradição interacionista, e com teóricas do campo dos estudos de gênero e queer como Judith Butler, pretendo apontar para: i) a impossibilidade de falar de identidade sem referência à alteridade ou, se preferirmos, “outridade”, ii) a prática de acusação/aceitação pública a que está sujeito o indivíduo em idade jovem, por ser visto, em nossa cultura, como possível ameaçador do sistema de classificação sexual e de gênero, iii) para a idade adulta e o envelhecimento como tempos de vida propícios para redefinições de identidade em conformidade com desejos às vezes impossíveis de serem pronunciados, outrora, na juventude.

Na fronteira eu-outro: a produção das identidades sexual e de gênero

Se há um ponto em que autores/as de diversos campos disciplinares parecem concordar, não obstante todas as controvérsias em torno do debate acerca da identidade (sexual e de gênero), é quanto ao entendimento de que o Eu é tecido na relação com o Outro. Compreende-se que não há possibilidade de um Eu, sem a existência de um Outro. A alteridade ou outridade é vista, pois, como a condição de emergência e de existência da identidade, já que nenhum indivíduo humano pode “vir-a-ser o que é” a não ser por intermédio dos outros sociais dos quais é, inescapavelmente, dependente. Interacionistas como George Mead (1962), afirmam, assim, que o desenvolvimento no nível

1 Chicazo são crianças e pré-púberes do “sexo feminino” cuja performance de gênero contraria o que se espera das meninas, apresentando um comportamento ambíguo ou mais próximo ao que se observa no “universo masculino”.

humano passa, necessariamente, pela mediação do outro generalizado, que corresponde ao conjunto de outros pelo qual a identidade de cada pessoa é produzida e mantida. Partindo desse pressuposto, teóricos ligados ao dialogismo na psicologia, com base no pressuposto básico de um *self* estendido, argumentam que o outro não está fora do *self*, antes, é parte intrínseca deste (HERMANS; HERMANS-KONOPKA, 2010). Conclui-se, assim, que é na fronteira Eu/Alter que as identidades são constituídas, tese defendida pela psicanálise tão bem quanto pelos teóricos do interacionismo simbólico e do dialogismo em psicologia.

Para Freud (2011a), que não se debruçou intencionalmente sobre o fenômeno da identidade, mas nos forneceu inúmeros recursos teóricos para pensá-lo, o Outro é via de regra na constituição da vida psíquica, e pode ser tomado como modelo, objeto, auxiliador e adversário, motivo pelo qual a psicologia individual é, conforme sublinha ele (2011a), desde o início, psicologia social. Em consonância com as ideias freudianas, Erikson (1998, p.63), referindo claramente à questão da identidade, afirma que “[...] ninguém pode “saber” “quem é” antes de encontrar e testar parceiros [...]”. Para este autor, a formação da identidade surge do repúdio seletivo (exclusão) e da assimilação de identificações da infância e da absorção (inclusão) e reelaboração destas numa nova configuração, a qual, por seu turno, depende do processo pelo qual uma sociedade (muitas vezes através de seus múltiplos grupos sociais) identifica o indivíduo jovem, reconhecendo-o como alguém que tinha de tornar-se o que “é” e que, sendo o que “é”, é aceito pela sociedade que neste se vê reconhecida (ERIKSON, 1976). Pode acontecer também, como sinaliza Erikson (1976, 1998), que esta mesma sociedade venha a sentir-se profunda e vingativamente rejeitada pelo indivíduo jovem, caso este não pareça se importar em ser aceitável, ou seja, caso não tome os modelos humanos aceitáveis de sua cultura como guias para sua performance.

Aproximando-nos um pouco mais de uma psicologia focada nas interações sociais e no tecido simbólico que as orienta, é em autores como Erving Goffman (2013) e Anselm Strauss (1999), ambos herdeiros da tradição interacionista de Chicago, que encontramos indicações para melhor compreender o papel do Outro na configuração do Eu.

Para Goffman (2013), que se utiliza da metáfora do teatro como recurso analítico para compreender as interações sociais, o Eu é uma resultante, um “efeito dramático” e não a causa das cenas interativas, tal qual o define também Judith Butler (2003), referindo-se à identidade de gênero. O Eu é um produto

de arranjos, de relações sociais. Uma cena competentemente representada conduz a plateia a atribuir um Eu, uma identidade ao personagem representado, mas esta atribuição – este “eu” – é somente um produto de uma cena que se verificou e não uma “causa” dela. (GOFFMAN, 2013). O interesse primordial é saber se este “eu”, que surge difusamente na cena apresentada, será acreditado ou desacreditado. De acordo com o autor (2013), numa interação social há uma equipe de pessoas cuja atividade no “palco” constrói a cena da qual emerge o “eu” do personagem representado, e há outra equipe, a plateia, de cuja tarefa interpretativa este eu depende para emergir como efeito. Todos esses arranjos, que incluem não somente os/as atores/atrizes em copresença, mas também outros invisíveis, porém presentes na trajetória biográfica do indivíduo, compõem o contexto gerador deste “eu”, que, por sua vez, traz em si mesmo as marcas dessa sua gênese.

Semelhantemente, Judith Butler (2003), referindo-se à identidade de gênero considera que são os atos, gestos e desejos dos sujeitos que produzem o efeito de um núcleo, de uma substância interna a que chamamos identidade. Esses atos, gestos e atuações cênicas são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. (BUTLER, 2003). Para a autora, o gênero, enquanto estilo corporal é um “ato” performativo, no sentido de uma construção dramática e contingente responsável por produzir a ilusão de uma identidade substancial, equivocadamente, tomada como causa dos “atos”. Os gêneros distintos e polarizados são, por sua vez, parte de um projeto político que “humaniza” uma parcela dos indivíduos na cultura contemporânea, ao tempo em que pune aqueles que não desempenham “corretamente” o seu gênero. Butler (2003) considera que o gênero não deve ser compreendido como uma identidade estável ou *locus* de ação do qual decorrem vários atos, em vez disso, propõe pensá-lo como uma identidade tenuemente constituída no tempo, e produzida num espaço externo [constituído por relações de poder com os outros sociais] por meio da repetição estilizada de certos atos. Essa formulação, como a própria autora argumenta oportunamente, afasta a concepção do gênero do modelo substancial da identidade, deslocando-a para um outro, que requer conceber gênero como uma “temporalidade social constituída” (BUTLER, 2003, p.200).

Fazendo-nos lembrar de Goffman (2013), Butler (2003, p.200) afirma que a aparência de substância é construída, uma realização performativa em que a “platéia mundana”, incluindo os próprios atores e atrizes sociais, passam a

acreditar. Em Butler como em Goffman, conclui-se: é a *performance* cotidianamente encenada que define o “Eu” de um determinado ator/atriz social, e não o contrário. A identidade que resulta como efeito, é uma produção forçada que emerge e tem sustentação no contexto relacional.

Para Strauss (1999, p.29), “o conceito de identidade é tão esquivo quanto o é o senso que toda pessoa tem de sua própria identidade pessoal,” de qualquer sorte, ela é, tal como em Goffman (2013), efeito das cenas interativas. Ele sublinha que estamos a todo tempo avaliando os nossos atos conforme os nossos próprios julgamentos e em conformidade com os julgamentos que imaginamos que estariam fazendo ou fariam os outros sociais com os quais compartilhamos as cenas dramáticas de nossa vida cotidiana. Em sua concepção,

[...] a identidade está associada às avaliações decisivas feitas de nós mesmos – por nós mesmos ou pelos outros. Toda pessoa se apresenta aos outros e a si mesma, e se vê nos espelhos dos julgamentos que eles fazem dela. As máscaras que ela exhibe então e depois ao mundo e a seus habitantes são moldadas de acordo com o que ela consegue antecipar desses julgamentos.” (STRAUSS, 1999, p.29).

Em Butler (2003, 2007), talvez pudéssemos atribuir esta necessidade de moldarmo-nos àquilo que antecipamos dos julgamentos dos outros sociais, às normas sociais reguladoras, que produzem aquilo que nomeiam. A autora sublinha, porém, que se é verdade que as regras culturalmente compartilhadas em torno do binarismo de gênero e da heterossexualidade compulsória restringem as *performances* sexual e de gênero, também permitem a afirmação de campos alternativos de inteligibilidade. Segundo Butler (2003, p.209), “[...] é somente no interior das práticas [sociais] de significação repetitiva que se torna possível a subversão da identidade.” Para ela,

“a ordem do *ser* de um dado gênero produz fracassos necessários, uma variedade de configurações incoerentes que, em sua multiplicidade, excedem e desafiam a ordem pela qual foram geradas.” (BUTLER, 2003, p.209).

Ademais, é importante sublinhar que a concepção de Butler (2003) acerca da identidade de gênero, passa, necessariamente, pela idéia de uma heterossexualidade, tomada como compulsória. Esta concepção fica bastante clara

quando a autora questiona: “Qual a lei interditora que gera a estilização corporal do gênero, a representação fantasiada e fantasiosa do corpo?”, a seguir afirmando que o tabu do incesto e o tabu anterior contra a homossexualidade são momentos generativos da identidade de gênero. Uma produção forçada que leva a efeito uma falsa estabilização do gênero enquanto identidades estáveis e substanciais, no interesse da construção e regulação heterossexuais da sexualidade no domínio reprodutor. A construção dessa coerência ocultaria, segundo a autora, as discontinuidades do gênero presentes nos contextos heterossexuais, bissexuais, gays e lésbicos, nos quais o gênero não decorre, necessariamente, do sexo, e nem o desejo do gênero, como notaremos na experiência que apresentarei a seguir.

Juventude: uma categoria fronteira no sistema sexual e de gênero

Para Guimarães (2004), os/as jovens encontram-se, do ponto de vista social, num estado intersticial, entre a condição “assexuada” infantil e a condição sexuada adulta, e, a qualquer tempo, são requisitados/as a definir-se dentro do sistema classificatório sexual e de gênero. A ausência de uma *performance* que demonstre estreita “coerência” entre sexo/gênero/desejo ou a apresentação de um posicionamento ambíguo, fronteira, costuma causar incômodos à sociedade, que logo se incumbe de exigir do/a jovem um posicionamento a fim de reconhecê-lo no interior da matriz heterossexual ou posicioná-lo/a na “zona de inabitabilidade” (BUTLER, 2007, p.155). Como tenta mostrar Butler (2007), o imperativo heterossexual possibilita certas identificações sexuadas e impede ou nega outras identificações, as quais são consideradas abjetas. Os sujeitos abjetos, aqueles que divergem dessa matriz excludente, estão posicionados nas zonas inóspitas, inabitáveis da vida social. Esta zona de inabitabilidade constitui-se, segundo a autora, o local de temida identificação, o limite definidor do domínio do sujeito.

A experiência de Antônia, uma mulher adulta hoje, porém jovem por volta dos anos 1970 pode nos ajudar a entender o que acabo de dizer. A trajetória de Antônia me fez lembrar não apenas da história de Halberstam (2008), como também suas considerações acerca das *chicazos*. A *chicazo*, segundo Halberstam (2008), tende a associar-se a um desejo “natural” por essa maior liberdade, mobilidade e independência de que tem desfrutado os homens há gerações. A conduta da *chicazo* pode, inclusive, ser encorajada, até o ponto

em que permaneça vinculada comodamente a uma identidade feminina (de menina). É castigada, porém, quando se converte em indicador de uma forte identificação com os rapazes (como recusar-se a vestir roupa de menina), e também quando ameaça a prolongar-se para além da infância, na adolescência. A adolescência *chicazo* supõe um problema, e costuma ser objeto de severos esforços de reorientação, a não ser que a jovem consiga manter-se numa posição que inviabilize a compreensão da direção de seu desejo. Poderíamos dizer que a *chicazo* é tolerada enquanto é pré-púbere, mas quando chega a puberdade, todo o esforço de adequação cai sobre a menina.

Contudo, sublinha a autora, a adequação de gênero é uma pressão que se exerce sobre todas as meninas, não somente sobre *chicazos*. Para as meninas, a adolescência é uma lição de moderação. Embora Antônia não tenha referido muita coisa acerca de sua infância e adolescência, sua aparência e maneira – tom de voz, modo de se vestir e de se comportar – (GOFFMAN, 2013), e alguns pontos de seu relato, me conduziram a pensar que ela viveu uma experiência *chicazo*. Vejamos o que ela nos fala.

Ah, você pegou alguém bem estranha para entrevistar. Porque como era muito tímida, eu ía da escola para casa. Tanto que a minha irmã mais nova, minha mãe diz que deu um trabalho a ela! Ela sempre dizia pra minha irmã: sua irmã que não me deu trabalho nenhum. [...] Hoje, eu digo, uma pessoa igual a mim, logo vão meter num psicólogo, mas minha mãe achava até bom, porque não dava trabalho. Às vezes, as amigas de minha mãe é que falavam: essa menina não vai dar para nada.

Mais adiante, referindo-se aos seus primeiros relacionamentos, já na vida adulta, acrescenta:

eu digo que no início eu era tão crua, que eu não sabia nem arrumar uma casa, porque na verdade eu nunca tive uma experiência de ajudar a minha mãe, eu ajudava meu pai na venda.

A *performance* corporal e o relato de Antônia sobre as impressões que suscitavam seu comportamento na infância e puberdade parecem indicar, no mínimo, para uma indefinição de gênero, ou melhor, uma *performance* de gênero ambígua (HALBERSTAM, 2008), o que a tornava ilegível para a sua

comunidade. Ilegibilidade que se expressa em frases como esta: “essa menina não vai dar para nada”. Comentário que, a meu ver, pode ter relação tanto com o fato de que o corpo de Antônia – ao apresentar uma *performance* masculinizada – parecia “[...] escapar às duras normas que prescrevem como cada sexo deve corresponder a um gênero respectivo [...]” (PELÚCIO, 2009, p. 233), quanto com o fato de que não manifestava, em consonância com o esperado para o “seu gênero”, nenhum tipo de interesse ou desejo por jovens rapazes. Considerando que estávamos nos anos 1960/1970, quando modelos tradicionais de gênero e sexualidade entravam em choque com modelos modernos, poderíamos afirmar que a *performance* de Antônia, circunscrita como estava à realidade de uma cidade conservadora do interior da Bahia, ameaçava o sistema sexual e de gênero vigente, ainda que este estivesse em franca transformação.

Como observa Guimarães (2004), nos contextos urbanos tradicionais de acentuada configuração machista, como aquele no qual Antônia havia crescido, alcançando a puberdade, o jovem rapaz era chamado a dar provas de sua masculinidade por meio da consecução da primeira relação sexual, a jovem moça, por sua vez, provaria sua feminilidade através do recato com que guardasse seu corpo até o casamento. Para jovens como Antônia, porém, o casamento significava aprisionar-se para a vida inteira ao lado de um homem na condição de “cama e mesa”, o que não a agradava nem um pouco, mantendo-a, para a estranheza de sua comunidade, no “mundo masculino”. Essa postura masculinizada, porém, coloca sempre à sua espreita, um fenômeno bem conhecido entre os/as jovens da geração 1960/1970, e ainda hoje, entre os/as jovens da geração contemporânea: o “fenômeno de acusação/aceitação pública” (GUIMARÃES, 2004, p.50). Este fenômeno, que em geral ocorre no período da puberdade/adolescência, quando o/a jovem ensaia sua entrada na vida adulta, corresponde ao momento em que a sociedade reclama do sujeito um posicionamento, acusando-o/a, publicamente, caso suspeite que este/esta se encontre do outro lado da fronteira que separa os ditos “normais” dos considerados “abjetos”.

Assim, é somente quando ganha distância de sua comunidade de origem e envolve-se no clima libertário que caracteriza a modernidade da capital nos anos 1960/1970, que Antônia encontra espaço para reclamar para si mesma esta forma ideal de atenção, muitas vezes chamada de amor, outras vezes de amizade (SINGLY, 2003), superando o estigma colocado sobre sua identidade sexual.

Antônia agora podia amar, mais ainda, podia amar uma mulher, uma escolha de parceria amorosa, de certa forma, revolucionária, mesmo para as mulheres

mais escolarizadas de sua geração. Afinal, como observa Del Priori (2006), mesmo nos anos “libertários” de 1960/1970, a homossexualidade e qualquer expressão sua, ao contrário do feminismo, que era tratado quase como uma curiosidade pelas revistas da época, era, invariavelmente, rotulada de “desvio” e de “doença”.

A dinâmica da fronteira eu-outro: identidade e mudança

Como nota Strauss (1999), o Eu não é mais imune do que qualquer outro objeto ao exame e reexame em função do olhar do outro. De acordo com o autor, a auto-avaliação conduz a decisões que garantem a sobrevivência social: evitar atos, fazer correções, assumir novas atitudes, evitar outras, quem sabe colocando-se “dentro do armário”, ou, fora dele. Nesse movimento de auto-avaliação constante, não raro, é para além da juventude – na vida adulta ou no envelhecimento –, que o sujeito consegue experimentar alternativas que estão em consonância com seus desejos, porém, em desacordo com imperativo heterossexual.

Nesse ponto, vale a pena retomar as considerações de Sedgwich (2007) sobre a metáfora do “armário”. Segundo ela, o “armário” ou o “segredo aberto” marcou e ainda marca a experiência gay/lésbica. Mesmo no nível individual, e até mesmo entre pessoas assumidamente gays, encontramos pouquíssimas que não se posicionem no armário diante de alguém próximo ou distante, e, especialmente, em situações novas, onde não tem condições de prever o resultado da enunciação de sua orientação sexual. Embora a autora ressalte que o armário não é uma realidade apenas para gays e lésbicas, frisa que é na vida destes últimos que ele assume uma presença formadora.

A experiência de Antônia aponta para esta presença formadora, seja nos primeiros tempos de sua trajetória, quando era constrangida por uma sociedade abertamente preconceituosa, seja nos tempos de universidade, em que um clima libertário permite a vivência de um amor “proibido”, mas sob a implícita exigência de discrição.

A história de Antônia é reveladora dessa capacidade que temos, nós humanos, de interpretar as mensagens culturalmente compartilhadas, moldando a nossa identidade conforme as demandas dos contextos. Embora a identidade não seja uma simples resultante do ambiente em que ganha corpo, é possível afirmar que este tem grande importância no modo como esta se desenhará. Como afirma Strauss (1999), as máscaras que exibimos são, frequentemente,

moldadas de acordo com o que conseguimos antecipar do julgamento que os outros fazem de nós mesmos, e, talvez por isso mesmo, o/a jovem, nos anos 1960/1970 receasse, como ainda receia hoje, nomear-se ou apresentar-se como homossexual.

Referências

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2007, pp.151-172.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. (Sujeito e história).

DEL PRIORI, Mary. *História do amor no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

ERIKSON, Erik H. *Identidade, juventude e crise*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. *O ciclo de vida completo*. Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FREUD, Sigmund. *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)*. Tradução Paulo César Souza – São Paulo: Companhia das Letras, 2011a. (Obras Psicológicas Completas, v. 15).

_____. *O eu e o id, “autobiografia” e outros textos. (1923-1925)*. Tradução Paulo César Souza – São Paulo: Companhia das Letras, 2011b. (Obras Psicológicas Completas, v. 16).

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, Vozes, 2013. (Sociologia).

GUIMARÃES, Carmem Dora. *O homossexual visto por entendidos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HALBERSTAM, Judith. Uma introdução a la masculinidade feminina: masculinidade sin hombres. In: HALBERSTAM, Judith. *Masculinidade feminina*. Tradução de Javier Sáez. Barcelona, E. Egales, 2008, pp.23-66.

HERMANS, Hubert. J. M.; HERMANS-KONOPKA, Agnieszka. *Dialogical self theory: positioning and counter-positioning in a globalizing society*. Cambridge: Cambridge University, 2010.

MEAD, George H. *Mind, self, and society: from the standpoint of a social behaviorist*. London: University of Chicago, 1962. (Works of George Herbert Mead, v. 1).

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. Pinheiros: Annablume, 2009.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A Epistemologia do Armário. *Cadernos Pagu* (28), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2007, pp. 19-54.

SINGLY, François de. *Uns com os outros: quando o individualismo cria laços*. Tradução de Magda Bigotte Figueiredo. Lisboa: Instituto Piaget, 2003. (Epistemologia e sociedade).

STRAUSS, Anselm L. *Espelhos e Máscaras : a busca da identidade*. Tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo : Edusp, 1999.

MÍDIA, CORPO VELHO E AS ESTRATÉGIAS DE POSITIVAÇÃO DO TERMO “TERCEIRA IDADE”

Cassio Luiz Aragão Matos
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
cassioaragaofisio@gmail.com

Resumo

Este artigo aborda aspectos concernentes às transformações socioculturais que a velhice vem sofrendo nas modernas sociedades ocidentais. Para tanto, faz uma breve retrospectiva, a partir de estudos que centralizam suas análises do fenômeno tomando como ponto de partida a ambiência midiática. O artigo elege como foco a mudança social e discursiva representada pela presença e amplitude semântica da expressão “Terceira Idade” contrapondo-se à compreensão cristalizada no tecido social de uma velhice decrépita, isolada e incapaz. Aspectos decorrentes do aumento da média de vida inserem parcelas significativas da população com 60 anos ou mais no mercado de consumo e, crescentemente, chamam a atenção dos homens de marketing para a necessidade de se dirigir a estes públicos potenciais. Por fim, discute aspectos do culto ao corpo como uma das dimensões da cultura de consumo e reforçadas pela mídia para construir e legitimar novas representações culturais da pessoa velha.

Palavras-Chave: Envelhecimento, Terceira Idade, Consumo, Mídia, Corpo.

Introdução

O objetivo deste artigo é discutir que a “Terceira Idade” é uma expressão advinda da cultura de consumo e que, simbolicamente, torna possível a construção de identidades socioculturais para a pessoa idosa, nas dimensões da cultura. Discute ainda aspectos do corpo como uma das dimensões da cultura contemporâneas construídas através da cultura de consumo para legitimar a identidade cultural do idoso. A metodologia de trabalho utilizada para este artigo foi à pesquisa bibliográfica. O resultado da análise realizada proporcionou uma melhor compreensão acerca dos processos de visibilidade da “Terceira Idade”, como um grupo que é atualmente expressivo, no Brasil. A conclusão é que o termo “Terceira Idade” sugere também mudanças de práticas, hábitos e comportamentos de consumo, e que a identidade cultural da “Terceira Idade” é representada como aquela que está sendo levada a buscar novos estilos de vida e formas de consumo para viver a eterna juventude na construção de um corpo juvenilizado para a velhice.

Discussão

Uma abordagem sobre o envelhecimento inclui, necessariamente, a análise dos aspectos socioculturais, políticos e econômicos relativos a valores, preconceitos e sistemas simbólicos que permeiam a história das sociedades. Entende-se que o envelhecimento é um processo vital e que os padrões de vida que podem promover um envelhecimento com saúde são formados no princípio da vida. Porém, vale salientar que fatores socioculturais definem o olhar que a sociedade tem sobre os idosos e o tipo de relação que ela estabelece com esse segmento populacional. A velhice é, não raro, entendida como momento de perdas, decrepitude, inutilidade. Discorrendo a respeito das sociedades e as imagens construídas pela mídia em relação aos velhos, Beauvoir (1990, apud Palacios, 2007, p. 2):

Na década de setenta, Simone de Beauvoir (1990) publicou *A velhice*, uma obra de caráter filosófico e sócio-anropológico, antecipando preocupações e mudanças de atitude relacionadas com a chamada “Terceira Idade”, que viriam a ocorrer a partir das décadas de 80 e 90. A autora (1990), além de caracterizar a velhice como uma instituição social, e não simplesmente como uma condição

biológica, analisando-a através da história e situando-a em diversas sociedades e culturas, trata de gerontologia, medicina, sociologia, psicologia e economia, combatendo a postura até então dominante que caracteriza a velhice como uma espécie de segredo vergonhoso, sobre o qual é indecente falar.

Motta (2006) pontua que a velhice é um fenômeno biossocial que não existe singularmente e nem de modo tão evidente quanto se costuma enunciar. Isto é, não existe a velhice, existem velhices; o que também significa dizer que não existe velho, existem velhos; velhos e velhas e uma pluralidade de imagens socialmente construídas e referidas a um determinado tempo do ciclo de vida. A autora (2006) afirma que “é, portanto, a heterogeneidade que caracteriza o envelhecimento, como todo fenômeno social” (MOTTA, 2006, p. 78).

Já o termo “Terceira Idade” surgiu na França a partir de 1962, em virtude da introdução de uma política de integração social da velhice visando à transformação da imagem das pessoas maduras (PEIXOTO, 1998). Até então, o tratamento à velhice era pautado pela exclusão social, tendo o asilo como seu principal símbolo. “Terceira Idade” é uma expressão que, recentemente e com muita rapidez, popularizou-se no vocabulário brasileiro no início da década de 90 (PEIXOTO, 1998). Seu uso corrente entre os pesquisadores interessados no estudo da velhice não é explicado pela referência a uma idade cronológica precisa, mas por ser essa uma forma de tratamento das pessoas com mais idade.

Tal categoria não adquiriu ainda uma conotação depreciativa. Palacios (2007, p. 91) afirma: “o numeral ordinal Terceira nos remete a uma compreensão de sucessibilidade, ou seja, à existência de fases anteriores: a primeira e a segunda idades” e conclui que, “a nomenclatura “Terceira Idade” faz desaparecer a alusão direta a vocábulos tão semanticamente marcados, como velhice, senilidade e envelhecimento” (PALACIOS, 2007, p. 91).

A invenção da “Terceira Idade” é compreendida como fruto dos processos atuais de socialização da gestão da velhice. Durante muito tempo foi considerada como própria da esfera privada e familiar, uma questão de previdência individual ou de associações filantrópicas, ela se transformou numa questão pública (DEBERT, 2004).¹ A “Terceira Idade” está entre o final da vida adulta e a

1 **Debert (2004)**, aponta em suas pesquisas que os programas da Terceira Idade e o movimento dos aposentados indicam uma preocupação recente com a melhoria da qualidade de vida na sociedade brasileira, e muda não apenas a sensibilidade investida na velhice, mas tende a transformar o envelhecimento em uma experiência radicalmente distinta para homens e mulheres.

velhice, essa expressão não é apenas uma classificação etária e não existe desde sempre, mas foi criada para designar uma forma, um modo de envelhecer.

Fogaça (2011) mostra, também, que espaços estão sendo criados e ocupados rapidamente pela população da “Terceira Idade” para que novas experiências de envelhecimento possam ser vividas coletivamente. Exemplos disto é a criação de instituições, como Universidades da “Terceira Idade”, grupos da “Terceira Idade”, *spas*, grupos de dança de salão, viagens turísticas, grupos recreativos, academias de educação física, de pilates e de hidroginástica, lojas de roupas e de cosméticos, espaços de saúde e beleza, programas e revistas especializados na mídia voltados para este segmento com a finalidade de atender a esse público específico. A realidade demográfica do Brasil, a exemplo do que ocorre mundialmente, leva à criação de um grupo denominado “Terceira Idade”, caracterizado por uma velhice ativa e direcionada principalmente para a prática de atividades de lazer e de autodesenvolvimento (PALACIOS, 2007).

A imagem de uma velhice ativa e gratificante surge nos programas de “Terceira Idade”, veiculados na mídia. Da mesma forma, crescentemente consultados pelos meios de comunicação, os gerontólogos² são chamados a indicar formas de prevenção da velhice, e é, sobretudo na condição de *experts* no combate ao envelhecimento que estes profissionais ganham reconhecimento e notoriedade. As novas imagens do envelhecimento são, sem dúvida, expressões de um contexto marcado por mudanças sociais, políticas e culturais, que redefinem esses indivíduos na cultura contemporânea. A boa aparência, o bom relacionamento sexual e afetivo, a busca pela qualidade de vida, a performance corporal, deixam de depender de qualidades fixas que as pessoas podem possuir ou não, e se transformam em algo que deve ser conquistado a partir de um esforço pessoal.

Desse modo, na cultura contemporânea, os idosos, principalmente aqueles oriundos de estratos sociais mais abastados da sociedade brasileira, passam a ter um certo protagonismo entre os públicos consumidores, contribuindo, assim, para a consolidação de novos mercados de consumo. De uma maneira geral, parece não haver lugar para a velhice, que tende a ser vista como consequência do descuido pessoal, da falta de envolvimento em atividades motivadoras, da adoção de formas de consumo e de estilos de vida inadequados.

As novas imagens do envelhecimento são ativas na revisão de estereótipos através dos quais as etapas mais avançadas da vida são representadas. As

2 Qualquer profissional de saúde especializado no tratamento aos idosos.

imagens oferecem um quadro positivo do envelhecimento, que passa a ser concebido como uma experiência heterogênea na qual a doença física e o declínio mental, considerados fenômenos normais nesse estágio da vida, são redefinidos como condições que afetam as pessoas de qualquer idade. Elas possibilitam ainda, a abertura de espaços para que novas experiências possam ser vividas coletivamente. Nestes espaços, é possível buscar a auto-expressão e explorar identidades de um modo que era exclusivo da juventude (DEBERT, 2004).

Featherstone (1995) afirma que os idosos, nas sociedades contemporâneas, buscam cada vez mais estados identificados com a juventude, praticando esportes, alguns radicais, vestindo-se despojadamente, frequentando salões de dança. Vivemos uma transformação no ciclo da vida, em que parece haver um movimento pendular onde, ao mesmo tempo em que as barreiras entre juventude e velhice estão se borrando e ser jovem coloca-se como um imperativo para os mais velhos. Fato que está ligado à cultura de consumo³, que apresenta a “Terceira Idade” como uma fase da vida na qual traços da juventude, como rigor e atratividade físicos, podem e devem ser mantidos (FEATHERSTONE, 1995). No cenário atual, o processo de envelhecimento passa a ser tratado como um problema de quem não é ativo e não está envolvido em programas de rejuvenescimento e de socialização. Em decorrência desta interpretação, a própria pessoa idosa é responsabilizada por seu isolamento, pelas consequências danosas de alguma doença que a acomete. Debert (2004) aponta que para refletir sobre tais questões é importante entender o processo de reprivatização da velhice. A autora (2004) assinala que:

O processo de reprivatização da velhice é o resultado de uma interlocução intensa entre gerontólogos com a mídia e com os espaços sociais criados em torno do envelhecimento. Essa interlocução obriga o discurso gerontológico a se colocar em dia com o que se faz de mais avançando em relação à velhice nos setores de ponta, em nível internacional, e a responder, ao mesmo tempo, a um conjunto de novas demandas sociais. (DEBERT, 2004, p. 230).

3 Ver, especialmente (Featherstone, 1995).. O autor explica que a expressão Cultura de Consumo vem sendo bastante utilizada na literatura sociológica, no sentido de indicar que os princípios de estruturação do mundo das mercadorias são centrais para a compreensão das sociedades contemporâneas, envolvendo tanto a dimensão cultural da economia, isto é, o uso das mercadorias como signo, comunicadores, quanto a dimensão propriamente econômica e utilitária.

Os idosos da cultura de consumo, considerados saudáveis e bem sucedidos, tendem a aderir aos estilos de vida e à multiplicidade de técnicas de manutenção corporal vinculados pela mídia. Ainda conforme Castro (2007), os indivíduos das sociedades contemporâneas, na busca de construir suas identidades, estabelecem distinções sociais através de injunções, que terminam por moldar uma variedade de estilos de vida. A “Terceira Idade” concorre para o estabelecimento de novas necessidades e aspirações para parcelas numericamente significativas de indivíduos com 60 anos ou mais, todas elas ligadas a uma imagem positiva. Neste processo, diversos fatores afluem para associar o termo “Terceira Idade” ao lazer, a novos estilos de vida, à concretização de planos que ficaram para trás por circunstâncias da vida e à aderência a produtos e técnicas que colaboram para a negação do envelhecimento do corpo.

A Juvenilização do Corpo na Mídia

A celebração da juventude manifesta-se de muitas e variadas maneiras nas sociedades contemporâneas. Nelas, ideais e tecnologias para manter-se jovem proliferam e são incessantemente divulgados e legitimados. Couto e Meyer (2011, p. 54) afirmam que: “É preciso ser jovem e, quando se deixa de sê-lo, é preciso investir no próprio rejuvenescimento, abolindo qualquer sinal na pele que traduza marcas do tempo, revitalizando o corpo e a mente, adotando uma vida ativa e performática”.

Paradoxalmente, quanto mais ser jovem se converte em meta existencial, mais a concepção de velhice comprometida com percepções negativas, sombrias, passa a ser vista como inadmissível intolerável. Na cultura contemporânea, ter o corpo velho é tudo aquilo que deve ser evitado e afastado dos corpos mostrados como espetáculo (DEBORD, 1997).

Para os defensores e construtores de corpos sempre jovens, os corpos velhos são ameaças constantes e o envelhecimento deve ser vencido, diariamente, por meio de múltiplas técnicas disponíveis para juvenilizar e revitalizar o corpo. O corpo contemporâneo é o corpo apresentador de si mesmo, aparentemente a serviço de uma cultura que se pauta pelo efêmero e pelo imediato, caracterizado como porta-voz de forma e não de conteúdos. Trata-se do corpo reconstruído por cirurgias plásticas, implantes de substâncias químicas que

buscam incessantemente apagar da pele as marcas biológicas do tempo e, ao mesmo tempo, inscrever de forma física os sinais da corpolatria (CODO; SENNE, 1995)⁴.

Este corpo é, em si, o próprio espetáculo (FONTES, 2007). O fenômeno do culto ao corpo parte de um estágio em que o corpo era demonizado (PRIORE, 2011), escondido, fonte de vergonha e pecado e culmina com o corpo das academias e sua explosão de músculos, atingindo seu grau máximo de ilustração com a emergência e a multiplicidade das estratégias de *body-building*, as cirurgias plásticas, os implantes e a profusão de técnicas médicas, químicas, cosméticas e de vestuário (FONTES, 2007). Castro (2004) define o culto ao corpo como:

Culto ao corpo está sendo entendido aqui como um tipo de relação dos indivíduos com seus corpos que tem como preocupação básica o seu modelamento, a fim de aproximá-lo o máximo possível do padrão de beleza estabelecido. De modo geral o culto ao corpo envolve não só a prática de atividade física, mas também as dietas, as cirurgias plásticas, o uso de produtos de cosméticos, enfim, tudo que responda à preocupação de se ter um corpo bonito e/ou saudável (CASTRO, 2007, p.17).

A mídia reforça a ideia de que é possível viver, e viver muito bem, na “Terceira Idade”, desde que se tenha uma vigilância contínua para afastar, controlar e administrar os pequenos sinais da velhice. Pode-se dizer que, nos dias atuais, ao invés de envelhecimento, vive-se o processo técnico de rejuvenescimento constante. É preciso viver desperto, atento, ser capaz de vigiar cada detalhe do corpo, recorrer às técnicas cirúrgicas, terapias, medicamentos, exercícios e cosméticos capazes de prolongar cada vez mais o estado de juventude (COUTO; MEYER, 2011).

Couto e Meyer (2011) afirmam que todos estes procedimentos que fazem parte de um repertório técnico e cultural cada vez mais familiar são exemplos de meios pelos quais é possível cuidar de si – do corpo. Para alguns sujeitos, então, todo sacrifício é válido para tornar o corpo livre do envelhecimento.

4 Para os autores, os cuidados com o corpo adquirem uma conotação que beira o religioso e articulam-se com a alienação e o narcisismo.

Podemos reafirmar que na cultura contemporânea não existe lugar para a velhice. Paradoxalmente, talvez a crescente valorização do idoso na cultura de consumo esteja no fato de que ele se tornou um grupo que se dedica plenamente ao presente. Reconstrói seu corpo rejuvenescido, conserva a boa forma, a saúde, a sexualidade, fazendo parecer que o envelhecimento só é aceito na cultura contemporânea na medida em que ele mesmo é negado e renegado. O envelhecimento, que é festejado, parece ser aquele que prima pelo apagamento das marcas do tempo, que persegue os ideais de rejuvenescimento. Já não se trata de parar no tempo, e, sim, de fazer o corpo e a condição física movimentarem-se em direção contrária, para trás.

Atualmente, é por meio da adoção de novas práticas e hábitos de consumo que parcelas significativas de pessoas com 60 anos ou mais dotadas de poder aquisitivo adequado para tal, podem aproveitar intensamente a vida. Estes idosos pertencentes a estratos sociais mais abastados da sociedade brasileira contam com a mídia como principal arsenal de estímulo e de legitimação para tais comportamentos.

No bojo da sociedade contemporânea, que tem no consumo um de seus pilares de sobrevivência (BAUMAN, 2008), o corpo assume um caráter de mercadoria, por meio de uma universalização de padrões, principalmente quando esta mercantilização atrela-se à incessante busca pelo corpo jovem e belo.

Por certo, neste contexto, a mídia tem um papel fundamental na construção de um imaginário no que diz respeito ao culto ao corpo e ao processo de construção de representações da pessoa idosa. Pesquisas realizadas nas décadas de 70 e 80 (DEBERT, 2004) apontam para, basicamente, dois tipos de problemas ligados à representação dos idosos na mídia, quais sejam: ênfase em características negativas e baixa representatividade dos mesmos. A mídia optava por atores jovens e bonitos, representantes de uma sociedade cuja cultura é adepta ao culto da jovialidade, trabalhando com sonhos e idealizações. A partir dos anos 90, houve um aumento gradativo da participação do idoso na mídia. É possível encontrar personagens em um grande número de narrativas e na publicidade existe uma demanda de atores da “Terceira Idade” para representar papéis. Este fato decorre do aumento da média de vida da população, principalmente nos países ocidentais e, conseqüentemente, à participação dos grupos idosos, identificados como pertencentes à “Terceira Idade”, na esfera do consumo. (DEBERT, 2004).

A tendência de encarar os idosos como consumidores potenciais é mantida atualmente, pois eles continuam a ser conclamados à aquisição de diversos

tipos de produtos. A partir da década de 90, os idosos começaram a ser representados de maneira mais positiva. Palacios (2008, p. 11) define como: “tímidas estratégias de posituação da velhice” especialmente empregadas pelo discurso da publicidade. A autora (2008) adverte que, nos fragmentos do discurso publicitário observados, a velhice, “Terceira Idade”, melhor idade ou maturidade parecem ser representadas como um processo social homogêneo.

A mudança na imagem do idoso na mídia pode estar relacionada também com o esforço da geração *baby boomers*, que, na atualidade, desempenha papel central na produção cultural. Os indivíduos dessa geração já completaram ou estão prestes a completar 60 anos, pois nasceram entre os anos 1946 a 1964. Foram protagonistas da chamada Contracultura (Revolução de costumes e valores, com o auge nos finais da década de 1960) e, em decorrência, vivenciam um certo inconformismo em relação à ordem estabelecida. A redefinição de padrões de envelhecimento é explicada como parte deste processo, gerando desdobramentos nos modos como esta geração encara seu próprio envelhecimento. Obviamente, de modo distinto e até em contraposição aos padrões vigentes na geração anterior. A esses elementos culturais somam-se os avanços das ciências médicas, que propiciam longevidade e melhor qualidade de vida.

Outro fator que contribuiu para a mudança é o reconhecimento do idoso como potencial consumidor. Se, anteriormente, as empresas em seus anúncios tratavam o velho com indiferença, a partir do momento em que ele foi considerado um consumidor ativo, com poder aquisitivo, passou então a ter importância para o mercado, e, portanto, para a cultura de consumo. De acordo com Lipovetsky (2007), vivemos agora a era do “vovô-boom”, o autor (2007) explica que:

Foi a época em que os aposentados estavam esgotados, com poucos anos por viver, em que os avós se contentavam em cuidar dos netos. Criados na sociedade de consumo, os seniores viajam, partem para o outro extremo do mundo, visitam cidades e museus, fazem cursos de informática, praticam esportes, querem parecer “mais jovens”. A bulimia consumista já não é interrompida pela idade: a geração do vovô-boom mostra-se ávida de evasões distrativas, de maior bem-estar, de qualidade de vida associada ao consumo de produtos dietéticos, aos prazeres do turismo, aos cuidados cosméticos (LIPOVETSKY, 2007, p. 121).

Atualmente, expressões da cultura de consumo também podem ser observadas nos processos de representação do idoso construídos pela mídia, por meio de imagens que retratam jovialidade, dinamismo e atratividade, diferentemente dos anos 70 e 80, quando o idoso aparecia sob a marca de debilidade, senilidade, acomodamento e isolamento social. Nesse sentido, as novas imagens do idoso na mídia, estimuladas pelo consumo, representam o caminho da “Terceira Idade”, comprometido com a idéia de felicidade plena.

As já citadas novas interpretações da velhice significam também a compreensão de que os idosos, na atualidade, praticam exercícios, fazem cirurgias plásticas, utilizam cosméticos, fazem dietas, reforçando os cuidados com o corpo e com a valorização da aparência física. Ou seja, estas novas interpretações da velhice encontram-se em conformidade com expoentes do que se conhece como sendo a ideologia do culto ao corpo, uma das hastes culturais mais expressivas de conformação das sociedades ocidentais contemporâneas.

Conclusões

Esperamos que o percurso empreendido pelo presente artigo, por meio da revisão de um pontual recorte da literatura acerca das temáticas expostas, possa contribuir para uma compreensão mais aprofundada sobre processos de visibilidade midiática da “Terceira Idade”, como um grupo, demográfica e cultural e crescentemente expressiva, na sociedade brasileira.

Constatamos que o termo “Terceira Idade” empregado pelo discurso publicitário sugere e ao mesmo tempo legitima mudanças de práticas, hábitos e comportamentos de consumo. No atual contexto mercadológico, as novas concepções de velhice parecem determinadas à ação de apagamento de antigas interpretações, comprometidas com representações de decrepitude, isolamento e acometimento de doenças, estados estes que concorrem para afastar a pessoa idosa do convívio social. Ideologicamente, só é velho quem quer, pois, a juventude é mostrada como um bem que pode ser conquistado por qualquer faixa etária, desde que sejam adotados estilos de vida modernos e formas adequadas de consumo.

O culto ao corpo no Brasil chegou para ocupar um espaço significativo na sociedade de consumo, recorrendo à valorização e à promessa da eterna juventude, tornando-se um eficiente catalisador de hábitos, tendências, práticas e comportamentos de consumo. Neste processo, a mídia legitima a lógica de valorização da juventude. Atualmente, considera-se e difunde-se a ideia de que

os cuidados pessoais na “Terceira Idade” dignificam a vida. A “Terceira Idade” da cultura de consumo é representada como aquela que está sendo levada a buscar novos estilos de vida e formas de consumo para viver a eterna juventude.

É mister destacar que, ao nos aprofundarmos neste universo temático, percebemos que os discursos de legitimidade de novas interpretações da velhice representam parcelas envelhecidas da população brasileira originárias de estratos sociais mais favorecidos, econômica, quanto cultural e politicamente. Entretanto, é importante destacar que estes discursos podem circular entre parcelas numericamente extensas de pessoas com 60 anos ou mais que vivem no Brasil, em condições de pobreza. Um reflexo da situação de desigualdade social em que vivem muitos idosos no Brasil, pode ser percebido nas políticas públicas de saúde voltadas para idosos que fazem uso assistido de medicamentos distribuídos gratuitamente pelo estado, por não terem condições financeiras para adquiri-los.

Os discursos legitimados pela mídia e pelos especialistas parecem operar no sentido de fazer os idosos adotarem práticas e mudanças de consumo para negar a velhice. Os processos legitimadores dos novos paradigmas indicam que é necessário moldar continuamente o corpo e submeter-se à lógica do espetáculo e do consumo, culminando com a negação do envelhecimento do corpo, por parte da pessoa idosa. A juvenilização torna-se, portanto, uma crença das mais vigorosas da nossa época: a de que os nossos corpos, se quisermos, e se pudermos investir neles, não mais envelhecem.

Referências

BARBOSA, Lúvia. **Sociedade de Consumo**. Rio de Janeiro, Zahar, 2004.

BAUMAN, Zigmunt. **Vida de consumo**. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2008.

BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRITTO DA MOTTA, Alda. **Visão Antropológica do Envelhecimento**. IN: Lígia; FREITAS, E.V. et al (org). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2006, p. 78 – 82.

CASTRO, Ana Lúcia. **Culto ao Corpo: Identidades e Estilos de Vida**. VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra/Portugal, 2004.

CASTRO, Ana Lúcia. **Culto ao Corpo e Sociedade: Mídia, Estilos de Vida e Cultura de Consumo**. 2 edição, São Paulo: Annablume: Fapesb, 2007.

COUTO, Edvaldo Souza. **Uma Estética para Corpos Mutantes**. In: COUTO, Edvaldo Souza; COUTO, Edvaldo e MEYER, Dagmar Estermann. **Viver Para Ser Velho? Cuidado de Si, Envelhecimento e Juvenilização**. R. Faced, Salvador, n.19, p. 21 – 32, jan/jun. 2011.

DEBERT, G. G. **A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento**. São Paulo: Edusp/Fapesb, 2004.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-Modernidade**. Tradução Julio Assis Simões. São Paulo: Studio Nobel, 1995 1992. p. 18 – 33.

FOGAÇA, Maria Cristina Costa Braga Hortelli. **Reflexões sobre o envelhecimento: Faculdade Aberta para a Terceira Idade “Costa Braga”**. São Paulo: LTR, 2011.

FONTES, Malu. **Os Percursos do Corpo na Cultura Contemporânea**. In: COUTO, Edvaldo Souza, GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

GOLDEMBERG, Mirian. **Corpo, Envelhecimento e Felicidade na Cultura Brasileira: Body Aging ans Hapiness in Brazilian Culture**. Ed. 18, vol 9. N 2, 2011.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MOTTA, Alda Britto da. Visão Antropológica do Envelhecimento. IN: FREITAS, Lígia (Org). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2006. P. 78 – 82.

PALACIOS, Annamaria da Rocha Jatobá. **Fragmentos do discurso publicitário para idosos no Brasil: estratégias de posituação da velhice, novos velhos ou novos mercados de consumo? (2008)**. Trabalho originalmente apresentado ao GT Publicidade

e Propaganda, do IX Congresso Brasileiro de Ciência de Comunicação na Região Nordeste. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/palacios-annamaria-fragmentos-do-discurso-publicitario.pdf> Acesso em 17 maio 2015.

PALACIOS, Annamaria da Rocha Jatobá. **Velhice palavra quase proibida: terceira idade, expressão quase hegemônica.** In: COUTO, Edvaldo Souza; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs). *Corpos Mutantes: Ensaio sobre novas (D)eficiências corporais.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PEIXOTO, C. **Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios. Velho, Velhote, Idoso, Terceira Idade.** In: BARROS, M. M. L de (Org). *Velhice ou Terceira Idade?* Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 69 – 84.

PRIORE, Mary Del. **Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil.** São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

MUDANÇAS FAMILIARES E COEDUCAÇÃO INTERGERACIONAL: O APRENDIZADO DA SEXUALIDADE ENTRE 3 GERAÇÕES DE MULHERES

Christiane Vieira Lopes
christianelrc@ig.com.br

Adriana Maria de Figueiredo
adrianamfigueiredo@medicina.ufop.br

Rosa Maria da Exaltação Coutrim
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP
rosacoutrim@ichs.ufop.br

Resumo

Nos últimos anos o perfil da família nas sociedades modernas vem se modificando em ritmo acelerado, apresentando novos modelos de organização, diversificando e transformando o cenário das relações familiares no campo social, afetivo e sexual intergeracional. Representando o alicerce na construção e formação do sujeito social, a família vem se construindo culturalmente, constituindo-se em grupos, legitimados em suas singularidades e estruturados através das relações de consanguinidade, descendência e afinidade. O aprendizado para a sexualidade é intermediado pelas diferentes instituições que colaboram no processo de socialização. Práticas e disposições familiares contribuem para este aprendizado da sexualidade, colocando diferentes gerações em interação. A pesquisa ora apresentada tem como objetivo principal investigar o processo coeducativo para o aprendizado da sexualidade entre 3 gerações de mulheres de uma mesma família em um distrito de alta vulnerabilidade social do município de Ouro Preto/MG. Para isso, tem-se como meta também traçar um perfil das famílias, cujas mães possuem filha(s) adolescente(s) e mães que coabitam o domicílio ou microáreas do território adstrito. A metodologia adotada é quali-quantitativa e implica na aplicação de questionários e na realização de entrevistas com as mulheres da

2ª geração. Os resultados preliminares revelam que a população pesquisada tem baixos rendimentos e pouca escolaridade. Demonstram também que as gerações mais novas têm tido maior acesso às informações, que na família há o aumento do diálogo sobre sexualidade entre as mulheres da 2ª e 3ª geração, bem como maior cooperação intergeracional.

Palavras-chave: Relações intergeracionais, Educação para a sexualidade, Coeducação intergeracional.

Introdução

Nos últimos anos, o perfil da família nas sociedades modernas vem sendo alterado em ritmo acelerado, apresentando novos modelos de organização, diversificando e transformando o cenário das relações familiares no campo social, afetivo e sexual intergeracional. Tais transformações, além de marcarem a contemporaneidade, têm colocado em questão a hegemonia do modelo de família nuclear, constituída pelas figuras do pai, mãe e filho.

Representando o alicerce na construção e formação do sujeito social, a família vem se construindo culturalmente, constituindo-se em grupos, legitimados em suas singularidades e estruturados através das relações de consanguinidades, descendência e afinidades.

Indicadores sociais e demográficos, apontam, no processo de constituição familiar, uma significativa redução na taxa de fecundidade e um expressivo aumento da expectativa de vida da população idosa (Camarano, 2014). O crescimento percentual de famílias que optaram por não ter filhos, a inserção maciça da mulher no campo profissional e o seu novo papel social estão fortemente associados a essas mudanças.

Até a metade do século XX, o casamento era considerado a principal instituição de promoção de união na sociedade ocidental. Uma instituição regida por normas, leis e costumes rígidos, visando à reprodução biológica, material e simbólica do grupo, regulando as trocas privadas e definindo as obrigações recíprocas entre os cônjuges, seus estatutos, seus papéis e suas relações. Pouco espaço era dado às preferências pessoais (Roussel, 1989 apud Costa 2009, p. 362). Hoje, existe uma diversidade que norteia a família existente nas diversas culturas, independente do formato a qual está alicerçada.

Ao analisar a família no período contemporâneo, situando-a em um domínio menos institucional e mais individual, Singly (2007) observa um sistema de valores que aprova a autonomia de seus membros e a recusa em seguirem costumes e papéis sociais nucleares oriundos de gerações anteriores.

Nesta mesma direção, Ruiz Correa (2000) define a família como um grupo dotado de características singulares e plurais, reunindo elementos de continuidade e contiguidade que incluem laços de aliança, filiação e fraternidade. E na intercessão desses elementos encontramos uma herança intergeracional, que reflete diretamente na relação familiar, afetando os laços que vão se formando no convívio entre as pessoas envolvidas.

Assim, a família está em constante movimento orientado por valores morais e intencionais de conhecimentos entre as diferentes gerações que, muitas vezes, exigem mudanças nos papéis rigidamente estabelecidos das pessoas que integram esse ambiente. Tais mudanças trazem consigo situações de conflito e de aprendizado individual e do grupo familiar. Tais mudanças de valores ocorrem, inclusive, no campo da sexualidade.

Atualmente, a sexualidade tem sido objeto de estudo para diversas áreas da Ciências Sociais e temas como identidade sexual, gênero, valores, família, doenças sexualmente transmissíveis, e outras normatividades, vão se construindo à medida que a sociedade avança na modernidade.

Michel Bozon (2014) atribui à sexualidade não apenas um processo biológico de desejos e vontades, mas uma construção social no contexto cultural, capaz de coordenar as atividades física e mental do indivíduo, apresentando papel importante na legitimação da ordem entre os sexos e entre as gerações. Muitas vezes, a sexualidade, é ignorada no ambiente familiar, pois se defronta com contrastes e diferenças entre as gerações. As questões que envolvem esse tema estão pautadas em decisões que vão se fazendo ao longo dos anos, colocando em jogo os valores sociais e os recursos materiais familiares existentes.

O termo sexualidade surgiu no século XIX, significando mais do que apenas um remanejamento de vocabulário. O uso desta palavra é estabelecido em relação a outros fenômenos, como o desenvolvimento de campos de conhecimento diversos, a instauração de um conjunto de regras e de normas apoiadas em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas, médicas e sociais. Mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, desejos, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos (FOUCAULT, 1998, p. 9).

Cada vez mais o tema da sexualidade tem ocupado lugar de destaque nas Ciências Sociais, em suas diferentes formas de expressão. Em todas as suas caracterizações, são agregados valores, estigmas e preconceitos, que inseridos numa estrutura social e cultural engendrada em um sistema de poder, contribuem para a legitimação desse significado. E, num constante movimento de transformação e codificação, a sexualidade vai se construindo e se perpetuando por gerações.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a sexualidade é vivida e expressa por meios de pensamentos, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos (Brasil, 2010). Em todas as

sociedades, as expressões da sexualidade são alvo de normas morais, religiosas ou científicas, que vão sendo apreendidas pelas pessoas desde a infância. Em nossa sociedade, por exemplo, a sexualidade foi histórica e culturalmente limitada em suas possibilidades de vivência, devido a mitos, preconceitos e relações desiguais de poder entre homens e mulheres (CASTRO; ABRAMOVAY E SILVA, 2004).

Na cultura contemporânea, a sexualidade não é atribuída a uma ação natural, mas construída sob as influências sociais e culturais que, conforme as convenções da sociedade vigente, seu significado é alterado. De acordo com Araújo (2000), trata-se de uma construção social que engloba o conjunto dos efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos e nas relações sociais. Nesse sentido, ao falar da sexualidade enquanto construção histórica e social, podemos inferir que nada é natural.

O aprendizado para a sexualidade é intermediado pelas diferentes instituições que colaboram no processo de socialização. Práticas e disposições familiares (BOURDIEU, 1982) contribuem para este aprendizado, colocando diferentes gerações em interação. Nesse sentido, a família deve ser percebida como um processo integrante da vida e das trajetórias individuais e não simplesmente como o somatório de comportamentos, anseios e demandas individuais.

Esse artigo está inserido numa discussão sobre as relações familiares e busca conhecer como se dá o processo de transmissão intergeracional do aprendizado da sexualidade, entre mulheres de uma mesma família.

Trata-se de uma pesquisa de mestrado que se encontra em andamento e que tem como *objetivo principal* investigar o processo coeducativo para o aprendizado da sexualidade entre 3 gerações de mulheres de uma mesma família. Para que a principal meta seja alcançada foram traçados os seguintes *objetivos específicos*: Traçar um perfil das famílias, cujas mulheres, possuem filha(s) adolescente(s) e mãe que coabita o domicílio ou microáreas do território adstrito; investigar as implicações das relações intergeracionais na educação para a sexualidade e pesquisar a existência de uma coeducação intergeracional no contexto familiar.

O campo de pesquisa é um distrito, considerado de alta vulnerabilidade social no município de Ouro Preto/MG. Nesse território, muitas famílias são marcadas pela pobreza e precariedade social e econômica, e nem sempre são reconhecidas em sua luta na busca de melhores condições de oportunidades. Ao contrário, o que percebemos é uma fragilidade social que norteia todo o terreno de constituição familiar.

Nesse sentido, nossa preocupação está no movimento dessas ações orientadas por valores morais e intencionais de conhecimentos entre as diferentes gerações que, muitas vezes, exigem mudanças nos papéis rigidamente estabelecidos das pessoas que integram esse ambiente.

A relevância em investigar mulheres de uma mesma família e de três gerações diferentes decorre da importância desta categoria social e de considerá-la como núcleo articulador familiar das práticas que norteiam o processo de reprodução social afetivo e sexual. No espaço familiar são absorvidos os valores éticos e humanitários, aprofundam-se os laços de solidariedade, constroem-se as marcas entre as gerações e são observados valores culturais. A mulher, representada pela figura materna, em sua maior parte é a referência pela qual os outros familiares elaboram e determinam suas relações sociais.

Assim, ao focalizarmos a mulher e a família como referências e unidades de análise, buscamos resgatar a noção de que no espaço da convivência familiar, são construídos e estruturados os mundos simbólicos de cada indivíduo, e são estabelecidos os padrões de relacionamentos legitimados na sociedade.

Até o momento não foram encontrados estudos na literatura brasileira nas áreas da Sociologia da Educação e das Ciências Sociais que se debruçaram sobre os relacionamentos intergeracionais de mulheres tendo como enfoque três gerações de uma mesma família, ou seja, das mães com suas próprias mães e com suas filhas. Portanto, essa pesquisa traz uma relevante contribuição para os estudos da Educação e da Família ao investigar como se configura aprendizado da sexualidade dessas mulheres de camadas populares em uma mesma família.

Metodologia

A pesquisa adotou uma combinação de métodos quantitativos e qualitativos, visando a análise dos dados pela triangulação das fontes (Minayo et al, 2010). Em sua primeira etapa, utilizamos como técnica de coleta de dados um questionário com as mulheres selecionadas mediante consulta cadastral da Unidade Básica de Saúde, do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) e-SUS (AB) (Estratégia da Atenção Básica). Foram selecionadas para a pesquisa, mulheres cujas mães residem no distrito e que tenham filhas adolescentes que coabitem a mesma moradia, configurando assim pertencimento à segunda de três gerações de mulheres. Isto significa que apenas a geração do meio responderá ao questionário e às entrevistas.

Dados preliminares indicam que há aproximadamente 75 mulheres com essas características na área coberta pela pesquisa. Assim, por se tratar de uma

de investigação que contempla todo o universo de mulheres com as características de interesse da pesquisa, não foi necessário um plano amostral. Estão sendo utilizadas para a análise dos questionários, estatística descritivas com o fim de descrever o universo pesquisado e construir o perfil dessa população.

Até o momento, foram aplicados parte dos questionários e os dados trazidos nesse artigo são parciais.

A análise parcial de dados do questionário já se permite construir um panorama da população investigada, com a descrição das principais características das mulheres, de suas famílias e do processo coeducativo intergeracional vivenciado por elas, tendencialmente.

A partir desse quadro descritivo, na segunda etapa da pesquisa, será utilizada a abordagem qualitativa, com a realização de entrevistas. As mulheres ouvidas nas entrevistas serão definidas a partir do universo informacional apresentado na primeira fase da pesquisa. A análise dos depoimentos seguirá a metodologia exposta por Gomes *et al* (2005) e contemplará as etapas de análise interna e validação do material coletado; organização, classificação e elaboração das estruturas de análise.

Ao final, realizar-se-à a triangulação das fontes para a análise das informações nas duas fases anteriores, com uma confrontação dos achados expressos nos dados, com a busca de interpretação ampliada do objeto de estudo e da unidade entre aspectos teóricos e empíricos, como proposta neste tipo de metodologia por Minayo (2010).

Resultados

Conforme mencionado anteriormente, os resultados da pesquisa ainda são preliminares. Porém, os questionários aplicados e analisados apontam para uma situação de precariedade entre as mulheres pesquisadas.

Todas as respondentes são de baixa renda. O salário familiar varia de um a três salários mínimos e todas contam com a presença de parceiros/maridos que são os pais de suas filhas adolescentes. O nível de instrução também é baixo. Poucas respondentes fizeram o ensino médio ou técnico. A grande maioria estudou até o fundamental e os principais motivos para o abandono dos estudos foi o cuidado com os filhos ou a gravidez precoce.

Os primeiros resultados também apontam uma mudança nos padrões e valores familiares no que diz respeito ao diálogo sobre a sexualidade. Embora ainda não tenhamos dados conclusivos, a maioria das entrevistadas até o

momento relatam que não conversaram com suas mães sobre sexualidade, porém, mantêm um diálogo sobre sexo e namoro com suas filhas adolescentes.

Assim, o aprendizado para a sexualidade dessas mulheres se deu principalmente na escola ou com amigas, com exceção de um caso em que a mãe mantinha um diálogo com a filha.

Todas iniciaram a vida sexual na adolescência: entre 15 e 16 anos. Um ano depois de terem iniciado a vida sexual, a maioria das entrevistadas estava grávida ou já tinha tido o primeiro filho (apenas duas mulheres entrevistadas, engravidaram depois dos 20 anos). A maioria morava na casa dos pais.

Tais resultados ainda estão longe de ser conclusivos, contudo, é possível observar, a partir dos dados preliminares, que a situação de vulnerabilidade social dessas famílias é um dado muito relevante na pesquisa. Com baixa escolaridade e salários, as mulheres entrevistadas engravidaram muito cedo e enfrentam barreiras que dificultaram os estudos e, conseqüentemente, a melhor inserção no mercado de trabalho. Contudo, conforme apontado na literatura utilizada nesse artigo, observa-se que há uma mudança de conduta com relação às filhas.

Diferentemente de suas mães, as mulheres participantes da pesquisa procuram conversar com suas filhas sobre a sexualidade e proporcionar às mesmas o aprendizado que não tiveram na adolescência.

Se tal mudança de conduta tem, de fato, impacto na vida das adolescentes, somente a conclusão da pesquisa e de outras investigações com este propósito poderão revelar.

Referências

ARAUJO, M. F. (2011). *Paradoxos da família contemporânea*. Psicologia & Sociedade, 23(2), 436-437.

BOURDIEU, Pierre. (1982). *Gostos e classe e estilos de vida*. In: ORTIZ, Renato (org.) Sociologia. São Paulo, Ática.

BOZON, M. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV; 2004.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Saúde sexual e saúde reprodutiva*. Cadernos de Atenção Básica n 26. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

CAMARANO, Ana Amélia. Novo Regime Demográfico Uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro. IPEA, 2014.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadeth da. *Juventudes e sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. 426p

COSTA, LF. Notas sobre formas contemporâneas de vida familiar e seus impactos na educação dos filhos. In: NASCIMENTO, AD., and HETKOWSKI, TM., orgs. *Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas*. Salvador: EDUFBA, 2009, pp356-371.

FOUCAULT, Michel. *Poder-corpo*. In: *Microfísica do poder*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010.

RUIZ CORREA, O. B. *O Legado Familiar: a tecelagem grupal da transmissão psíquica*. Rio de Janeiro, 2000.

SINGLY, François de. *Sociologia da Família Contemporânea*. Tradução Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 208p.

MULHERES EM TEMPO DE INCERTEZA: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DE CONQUISTAS AMEAÇADAS

Eulália Lima Azevedo

Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher-NEIM/UFBA

eulaliaazevedo@uol.com.br

A incerteza do momento atual nos impõe a análise dos avanços conquistados por aquelas e aqueles que lutaram contra as discriminações que sofrem e em função destas vivem uma situação de pobreza, de precariedade e de humilhação em variadas circunstâncias. O que vai se observando é a pretensão de redução, ou até mesmo de exclusão de direitos, muitos garantidos em leis, inclusive na Constituição de 1988. As mulheres, especialmente as mulheres idosas são as mais afetadas, notadamente as mulheres que envelhecem, como de resto acontece toda vez que os gestores públicos estão às voltas com uma crise econômica e apresentam medidas para superá-la. Proponho, neste trabalho, uma análise preliminar dessas medidas propostas pelas forças de oposição ao governo atual, contidas no documento “uma ponte para o futuro”, apresentado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, como programa do eventual governo que assumirá o comando do país, caso consigam impedir a presidenta Dilma Rousseff.

Palavras Chave: Seguridade social, mulheres, políticas públicas.

Introdução

Estamos vivendo recentemente, no Brasil, um contexto de nova crise econômica, reflexo da crise do crescimento econômico mundial e cujo enfrentamento se posterga a cada dia em decorrência da emergência da crise política que se acirra com a vitória da presidenta Dilma Rousseff nas últimas eleições de 2014. Nesse cenário, as propostas que sugerem as forças de oposição ao governo da presidenta para a superação da crise trazem no seu cerne a supressão dos gastos com as políticas sociais, notadamente aquelas que atendem demandas de segmentos específicos como mulheres, negros(as) idosos(as) e jovens.

A ordem é não investir recursos na elaboração e implementação de políticas públicas que possam promover a melhoria das condições de vida dos grupos de pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social, provocada pela discriminação que sofrem em razão da classe social, do gênero, da raça, da idade, da orientação sexual, dentre outros. Não é outro o anseio contido no dito programa de governo apresentado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) “uma ponte para o futuro”, capitaneado pelo ex-presidente do Congresso, Eduardo Cunha, e pelo vice-presidente da República, Michel Temer.

Forças conservadoras, de orientação ideológica à direita, à extrema direita e até fascistas, na sede de assumir o comando do país, sem que tenham conseguido votos suficientes, nas últimas eleições, para eleger seu representante, urde com outras forças políticas um profundo golpe na Democracia brasileira. O golpe vai se configurando a partir da aprovação, no dia 17/04/2016 pela Câmara dos Deputados, da admissibilidade do pedido de impeachment da presidenta eleita com mais de 54 milhões de votos e sem nenhum indício de que tenha cometido crime de responsabilidade, como reza a Constituição de 1988, vigente no país.

A sociedade brasileira está assistindo o processo de impedimento de uma mulher honesta, honrada, moralmente íntegra, corajosa, que carrega no seu currículo uma história de luta pelo resgate da institucionalidade democrática, pelo qual sofreu a brutalidade das torturas da ditadura militar, na condição de presa política. Continua lutando ao lado dos democratas desse país, na firmeza que lhe é peculiar para que nunca mais se pinte os horrores daquele tempo no curso de vida de nossa gente e nesse cenário vem enfrentando todas as manifestações do sexismo e da misoginia.

O mais grave disso tudo é a condução desse processo por pessoas que estão sob a investigação no Supremo Tribunal Federal (STF) com base em robustas e indiscutíveis provas de uma conduta que fere profundamente os padrões da ética e da moralidade, bem como a possibilidade da substituição da presidenta por uma pessoa que tem seu nome envolvido, por várias fontes, em operações ilícitas e sobre quem pesa a mesma acusação feita a ela. É em nome do combate à corrupção que as forças conservadoras usam as ações da Polícia Federal, do Judiciário e do Ministério Público para, através da grande mídia, comprometida com elas, formar a opinião da população contra o governo. O retrocesso no que diz respeito às políticas públicas de atendimento ao contingente vulnerável da população brasileira, apresentado em vários pontos desse programa de governo, merece a atenção de todas e todos que reivindicam a garantia de seus direitos negados. Com base nessa premissa busco, a seguir, analisar o impacto dessas propostas de governo na vida das mulheres, com especial destaque para tais impactos, quando as mulheres perdem suas forças para o trabalho e buscam seus direitos no acesso às políticas de proteção social pública, previdência e assistência, as mulheres velhas.

Neste momento da análise, parto de uma pesquisa bibliográfica para apresentar os resultados preliminares do provável próximo passo em relação às políticas públicas de proteção social em nosso país, anunciado no documento “uma ponte para o futuro” que tento interpretar. Utilizo os dados estatísticos trazidos pelas pesquisas do IBGE, sobretudo aqueles sobre a situação de empregabilidade e renda das mulheres, considerando que o acesso à política pública brasileira de proteção social, com destaque para a previdência social pública, que em sendo contributiva, está diretamente relacionado à qualidade da inserção no mundo do trabalho. Trago ainda da literatura autoras que trabalham com a temática do envelhecimento, assim como da forma da previdência. Busco dados na Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia (SPM/BA) sobre a situação de políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, entendendo que romper o ciclo desse tipo de violência passa pela autonomia econômica de quem a sofre. Um dos fatores que impede as mulheres de romper o ciclo da violência doméstica e familiar a que estão submetidas é a insegurança econômica que um trabalho digno lhes daria.

De novo? Outra reforma da previdência?

O programa “uma ponte para o futuro”, não disfarça os pressupostos do Estado mínimo neoliberal contidos na sua proposta de governo, quando

apresenta o ajuste fiscal, como eixo fundamental para a superação da crise econômica permanente, mediante redução de recursos para políticas públicas, com destaque para aquelas de proteção social como a previdência e a assistência social. O desequilíbrio fiscal e o endividamento do Estado, como tendência crescente, são apontados como os principais obstáculos ao crescimento econômico, provocado pela retração do investimento privado em função da incerteza na evolução da economia.

A promoção do equilíbrio duradouro das contas públicas é defendida como a primeira medida para solucionar a crise de crescimento do país. Para tanto, não importa quão duras sejam para a população, propõe medidas emergenciais, bem como reformas estruturais para a efetivação desse equilíbrio fiscal permanente. Os programas sociais para melhor distribuição de renda, criados e ampliados pelos governos Lula e Dilma a partir de 2001, são acusados como “distorções acumuladas!” cometimento de excessos que minaram “as bases para um funcionamento virtuoso do Estado”. Até mesmo as garantias de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades sociais contidas na Constituição de 1988, resultado das demandas dos movimentos sociais organizados em torno de suas especificidades, estão na mira dessa proposta de governo ao defender: “... Para enfrentá-lo (problema fiscal) teremos que mudar leis e até mesmo normas constitucionais, sem o que a crise fiscal voltará sempre, e cada vez mais intratável...” (BRASÍLIA, 2015p. 5)

Afirma o documento que as despesas públicas cresceram significativamente acima do PIB a partir da Constituição de 1988, visto que Esta atribuiu ao Estado novos encargos obrigatórios, indexou renda e benefícios de vários segmentos sociais, provocando crescimento automático das despesas e consequente descontrole do déficit fiscal do Estado. Com base nesses argumentos advogam profundas reformas constitucionais para que torne possível a continuidade das reformas da previdência social pública, bem como de toda a legislação que assegura políticas públicas sociais que objetivam enfrentar as desigualdades de classe social, de gênero, de raça/etnia, de orientação sexual, mas, sobretudo aquelas que buscam promover uma condição de vida menos sofrida para a população idosa, como é o caso das políticas da assistência social e da previdência social pública, já referida.

A proposta de eliminar da Constituição a garantia dos direitos previdenciários contida no documento “uma ponte para o futuro” desenha para as(os) velhas(os) que vivem dos benefícios sociais no Brasil um futuro de maior incerteza, insegurança e medo :

A outra questão da mesma ordem provém da previdência social. Diferentemente de quase todos os demais países do mundo, nós tornamos norma constitucional a maioria das regras de acesso e gozo dos benefícios, tornando muito difícil a sua adaptação às mudanças demográficas. Nós deixamos de fazer as reformas necessárias decorrentes do envelhecimento da população nos anos 1990 e 2000, ao contrário de muitos países, e hoje pagamos o preço de uma grave crise fiscal

Mais adiante continua no mesmo tom...

Para isso é necessário em primeiro lugar acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação. [...] Outro elemento para o novo orçamento tem que ser o fim de todas as indexações, seja para salários, benefícios previdenciários e tudo o mais. A cada ano o Congresso, na votação do orçamento, decidirá, em conjunto com o Executivo, os reajustes que serão concedidos. A indexação dos gastos públicos agrava o ajuste em caso de alta da inflação. (BRASILIA, 2015.p.8)

Um dos alvos prioritários é eliminar a vinculação do menor benefício previdenciário e assistencial ao valor do salário mínimo. Isto significa a possibilidade de redução desses benefícios a um valor menor do que o menor salário do país. Trata-se de uma perspectiva sombria para a população velha do país, visto que sua maioria vive do benefício equivalente a um salário mínimo. Se a renda de um salário mínimo mensal já deixa muitas famílias de idosos, especialmente idosos em grandes dificuldades, como irão sobreviver com a redução dessa renda?

Em relação às reformas da previdência social pública que já tive oportunidade de discutir em trabalhos anteriores (AZEVEDO, 2005a; 2010), a justificativa na primeira etapa da reforma proposta pelo governo Fernando Henrique Cardoso a partir do início de 1995, está sustentada no diagnóstico de uma crise contábil e demográfica, isto é, num problema técnico fundamentado na análise do impacto do crescimento da população de idosos/as sobre a razão entre contribuintes e beneficiários. Esta mesma justificativa foi utilizada pelo governo Luis Inácio Lula da Silva em 2002 e do mesmo modo defende agora o documento “uma ponte para o futuro”. A previdência social pública constitui o

alvo privilegiado das políticas que se pautam pela lógica neoliberal de minimização do Estado e significa responsabilizar a família e até o próprio indivíduo pelos problemas decorrentes do envelhecimento, desobrigando o Estado do seu dever de atender a velhice, mediante políticas públicas de proteção social adequadas a essa população.

O enfoque da discussão sobre a política previdenciária está invertido. Segundo Azevedo (2005a, p 41),

...discutir previdência significa discutir seguridade social, que não pode ser tratada como resultado de cálculos matemáticos, restritos a números, quantitativos, proporções entre contribuintes diretos e benefícios. Trata-se de compreendê-la como um direito universal do cidadão/ã e como tal, independe de qualquer condicionante, como de resto muitos outros direitos inscritos nas políticas públicas, como educação, saúde, assistência, segurança, saneamento básico, etc. Não cabe, portanto, falar em déficit, por se tratar de direito. Não é uma atividade programada para auferir lucros.

A sociedade brasileira conquistou no texto constitucional de 1988 a incorporação do conceito de seguridade social como um conjunto integrado de ações voltadas à garantia da política de proteção social como dever do Estado e como direito do(a) cidadão(ã). Ao associar o direito à previdência social, à saúde e à assistência social sob a rubrica de seguridade, os(as) trabalhadores(as), aposentados(as) e pensionistas buscaram garantir um modelo de proteção social mais eficiente, capaz de inserir as especificidades de cada um desses campos no espírito de uma proteção social universal, distributiva, democrática e não-estigmatizante. Desse modo, a narrativa do déficit na previdência é falsa, considerando que um dos princípios básicos da seguridade social, o financiamento integrado do sistema, não tem sido viabilizado.

Não há déficit na previdência se suas despesas e receitas forem computadas como receitas e despesas do sistema de seguridade social, saúde, assistência e previdência, como define a Constituição de 88. Pelo contrário, o saldo tem sido positivo. Os dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) informam que a seguridade social teve um superavit de R\$ 76,2 bilhões em 2013 (ANFIP, 2014).

Os argumentos que fundamentaram as reformas anteriores da previdência social pública, igualmente a proposta atual prevista no programa de governo

do PMDB contrariam os pressupostos de seguridade social incorporados na Constituição brasileira, com vistas a uma proteção social universal baseada nos direitos de cidadania, uniformização dos benefícios, financiamento proveniente dos orçamentos da União, Estados e Municípios, das contribuições sociais (empregadores - folha de salários, faturamento e lucro - e os empregados/as) e das receitas de concursos de prognósticos, gestão pública e unificação institucional.

Os(as) trabalhadores(as) brasileiros(as) lutaram e lutaram muito, destacadamente os(as) velhos aposentados(as),¹ para que esses direitos fossem garantidos na Constituição. A expectativa agora é que esses(as) brasileiros (as) que lutaram tanto não se conformarão com as reformas constitucionais propostas em “uma ponte para o futuro” que pretendem subtrair os direitos conquistados. Provavelmente, não irão permitir que se aprofunde a lógica de uma proteção social que não se vincula às necessidades, mas às contribuições. Irão continuar defendendo políticas sociais financiadas, não pelo trabalho, mas pela taxação do capital na perspectiva da seguridade social. Não deverão, muito menos, aceitar reduzir direitos por parte de um governo ilegítimo que não foi eleito, democraticamente, pelo voto direto da população numa eleição convocada legalmente para isto.

Mulher velha e um tempo incerto por vir

O reconhecimento das formas diferenciadas de viver e envelhecer de homens e mulheres vem, cada vez mais, tornando-se objeto de atenção nos estudos e discussões sobre a velhice da população (BRTTO DA MOTTA, 2000; 2003; AZEVEDO, 2005a; 2005b; 2006; 2007; 2010; GOLDANE, 1999; 2004; DEBERT, 1994; 1999) articulado aos diferenciais de gênero, de classe social, de raça/etnia, e outras dimensões identitárias. No que tange às reformas propostas no programa de governo em discussão, neste trabalho, nunca é demais evidenciar a maior desvantagem das mulheres, sobretudo, as mulheres idosas em se tratando de redução do valor dos benefícios previdenciários e assistenciais. As mulheres serão, as mais afetadas porque, por um lado, elas são a maioria da população velha que, por vários fatores, recebem benefícios de apenas um salário mínimo, com o qual, em função da maior longevidade, se tornam, em especial, o suporte econômico financeiro de filhos e filhas desempregados(as),

1 Ver sobre este tema em Azevedo, 2005.

que não conseguem mais arcar com as responsabilidades junto aos seus dependentes, crianças em maioria.

Um maior número de mulheres, comparado aos homens, chega à velhice, fazendo jus a apenas um salário mínimo como valor de aposentadoria ou como valor do Benefício de Prestação Continuada (BPC), um benefício do sistema único da assistência (SUAS). Tal situação ocorre porque: a) um maior contingente de mulheres nunca ganhou mais do que o menor salário do país; b) são trabalhadoras rurais, categoria que só recebe um salário mínimo de aposentadoria ; c) grande número de mulheres só pode comprovar 15 anos de contribuição à previdência social pública²; d) sempre trabalharam na informalidade e nunca contribuíram para o sistema previdenciário. As dificuldades para alcançarem salários maiores são devidas aos constrangimentos de gênero vividos no cotidiano feminino: entrada no mercado de trabalho em situação de desigualdade com salários, ainda hoje, menores que os dos homens, para as mesmas funções; ocupam em maior número os postos de trabalho precários e menos valorizados; intermitência no mercado de trabalho devido às interrupções por dedicação ao trabalho reprodutivo; constituem a maioria das ocupações informais e dos índices de desemprego (IBGE, 2015).

Em épocas de ajustes, sobretudo econômicos, como no momento que vivemos agora, o desemprego e a precarização do trabalho atingem a todos os trabalhadores, mas, sobretudo, as mulheres cujos índices são significativamente maiores do que os dos homens como vem demonstrando várias pesquisas. Em 2014 foram contabilizados quatro milhões de mulheres de 16 anos ou mais de idade na condição de desempregadas, representando 8,7% do total da população desocupada, contra 5,2% dos homens. (IBGE, 2015)

A situação de desemprego e precariedade da ocupação das mulheres, especialmente no que tange ao trabalho doméstico e informal, vai refletir na desvantagem das delas quando envelhecem e não podem prescindir da proteção social pública, como o sistema de seguridade social. Tal desvantagem ocorre em função da não mensuração de grande parte do trabalho executado pelas mulheres nas estatísticas nacionais, tanto em termos quantitativos quanto em relação à sua valorização e reconhecimento social. Um contingente de 88% das mulheres ocupa-se com o trabalho doméstico não reconhecido (dupla e tripla jornada) e gasta 21,2 horas semanais com essa modalidade de trabalho,

2 As mulheres urbanas que comprovarem 15 anos de contribuição, a partir dos 60 anos têm o direito a se aposentarem com um benefício no valor de um salário mínimo.

contrastando com os homens que somam 46% dos que se ocupam com o trabalho doméstico e gastam 10 horas com o mesmo, menos da metade das horas que gastam as mulheres. Com relação à desigualdade dos rendimentos, as mulheres na informalidade recebem 65% do rendimento dos homens, diferença sensivelmente maior do que quando a modalidade do trabalho é formal, ficando esta em 77% , segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2015). Observa-se, a partir desses dados, que a contribuição das mulheres no desenvolvimento torna-se, assim, extremamente subestimado e que a feminização da pobreza persiste e continua relacionada a esses fatores apresentados neste trabalho, sendo agravada pelo impacto das políticas de Estado mínimo como demonstram, inclusive, as declarações mundiais a respeito da situação de precariedade na qual vivem as mulheres³.

A precariedade das mulheres no campo do trabalho tem a sua parcela de contribuição na dificuldade de ruptura do ciclo de violência a qual muitas estão submetidas. A falta de condições materiais que um trabalho digno lhes confere para o sustento dos(as) filhos(as) e de si próprias, ainda é um fator limitante nesses casos. No âmbito das políticas públicas, aquelas destinadas ao enfrentamento à violência contra as mulheres merece especial destaque, levando em conta o quanto a brutalidade das ações violentas é desastrosa para a autoestima das mulheres, ferindo, no mais fundo do seu ser, os atributos da sua humanidade, incapacitando-as para a vida.

O enfrentamento à violência contra as mulheres requer a ação conjunta de diversos setores envolvidos com a questão (saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, dentre outros), para a promoção de ações que possam desconstruir as desigualdades e combater as discriminações de gênero, garantindo o empoderamento das mulheres e a desconstrução dos padrões classistas, sexistas, racistas, homofóbicos e de discriminação geracional ainda muito presentes na sociedade brasileira.

Vários organismos destinados a implementar as políticas para as mulheres foram criados em todo o país sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), criada em 2003 com o status de Ministério. Foi no curso dessa conquista que o movimento feminista e de mulheres da Bahia também conquistou a Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia (SPM/BA) criada pela Lei nº 12.212/04.05.2011

3 Como exemplo pode-se citar a Conferência de Beijing. Declaração Final. Nações Unidas, 1995.

Como medida para assegurar uma vida sem violência para as mulheres, conquistamos, ainda, além da Lei Nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha, o Pacto Nacional pelo Enfretamento à Violência Contra as Mulheres. Trata-se de um Acordo Federativo entre o governo federal e os governos estaduais e municipais, além do Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública do Estado, lançado em 2007, mas revisado em 2011 com o propósito de enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres a partir de uma visão integral deste fenômeno. (SPM-BA, 2016)

O Estado da Bahia, signatário do Pacto desde 2008, conta com 78 municípios que aderiram ao Pacto Estadual pelo Enfretamento à Violência Contra as Mulheres, no empenho para reduzir a vergonhosa taxa de 5,8 % de feminicídio para 100 mil mulheres no Estado (WAISELFISZ, 2015), sob a coordenação da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia (SPM/BA). Nesse mesmo esforço buscou ampliar e fortalecer a rede de serviços para mulheres em situação de violência, cumprindo, assim, a definição do eixo II do referido Pacto Nacional. Entre 2015 e 2016 o governo do Estado da Bahia, através da SPM/BA, completará a inauguração de mais nove Centros de Referência de Atendimento a Mulheres em Situação de Violência (CRAMs) e passará a dispor de 29 desses Centros em funcionamento e mais 04 Núcleos de Atendimento a Mulheres em Situação de Violência (NAMs), distribuídos pelos 27 Territórios de Identidade do Estado (SPM/BA, 2016).

Merece ressaltar que estas políticas aqui referidas e muitas outras voltadas para a redução das desigualdades de classe, raça, geração, orientação sexual, todas elas em interseção com gênero, só foram possíveis a partir de 2001 com a inauguração no país de outro projeto político que não se informa na cartilha neoliberal de apologia ao estado mínimo. Esse projeto político eleito pelo voto direto da população brasileira iniciou sua execução no governo Lula – Luis Inácio Lula da Silva, foi mais uma vez aprovado nas urnas para continuar sua execução no governo Dilma - Dilma Rousseff. Agora, de forma esdrúxula, está sofrendo uma derrota, não nas urnas através de uma eleição direta, mas sob um mecanismo indireto, sem nenhum respaldo legal, ferindo todos os princípios da democracia e da Constituição de 1988. Está sendo derrotado mediante um golpe parlamentar. E por quê? E para que? Porque as políticas que servem para a maioria da população empobrecida, não servem à elite. É preciso adotar outro projeto para que a elite se veja nele, para que a elite sinta-se segura com a fidelidade do governo que vai executar o seu projeto político. Hoje o projeto político da elite brasileira está amarrado ao ideário do neoliberalismo que foi derrotado nas urnas por quatro eleições seguidas.

Considerando as preocupações preliminares aqui expostas no que concerne aos tempos difíceis que se anunciam, vou concluir, dizendo que está ameaçada a continuidade do menor valor dos benefícios da proteção social correspondente ao salário mínimo, atingindo a maioria da população idosa que sobrevive com os recursos da aposentadoria, pensões e BPC, visto que esta maioria só recebe um salário mínimo, como valor de benefício; está ameaçada a continuidade da ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência; a continuidade do esforço para apoiar os municípios signatários do Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, tendo em vista o cumprimento dos cinco eixos definidos no Pacto Nacional; a continuidade da ampliação dos organismos para implementar as políticas públicas para as mulheres; a continuidade dos próprios organismos de políticas para as mulheres já existentes; a continuidade da ampliação dos recursos para financiar a saúde e a educação; a continuidade de muitas outras políticas que atendem os interesses da população velha, negra, LGBTT, de mulheres está ameaçada .

O movimento feminista e de mulheres, lado a lado com os demais movimentos sociais, estão desafiados a enfrentar a tensão entre os avanços conquistados e o impacto, em suas condições de vida, da redução ou até supressão dos recursos para sustentação e ampliação dos programas sociais, políticas públicas de distribuição de renda e de promoção da igualdade de gênero e de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, bem como das políticas de saúde e educação. Essas políticas tornam-se o alvo das medidas para superar a atual crise econômica que estamos vivendo, propostas recentemente por aqueles que pretendem substituir a presidenta Dilma, no caso da confirmação do impeachment. Basta ler “uma ponte para o futuro”

Referências bibliográficas:

ANFIP - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Seguridade social teve superavit em 2013, diz estudo de associação Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/trabalho-e-previdencia/475560-seguridade-social-teve-superavit-em-2013,-> acesso em 03/08/15

AZEVEDO, Eulália Lima. **Aposentados em movimento:** tensões e convergências com o movimento sindical. 2005.190f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)

☒ Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005a.

_____. A mulher e seus fazeres no movimento dos aposentados In: BRITTO DA MOTTA, Alda; GOMES, Márcia Q.C.; AZEVEDO, Eulália Lima (Orgs.). **Reparando a falta:** dinâmica de gênero em perspectiva geracional, Salvador: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2005b. p. 153-171.

_____. Mulheres idosas beneficiárias da Seguridade Social: que limites? In: WOLF, Cristina Scheibe et al. (Orgs.). **Anais...** Seminário Internacional Fazendo Gênero 7. Gênero e Preconceitos. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006. 1 CD.

_____. As mulheres fazem a diferença. Fazem também a indiferença? In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE, 13º., 2007, Maceió. **Anais...** Maceió, 2007. 1 CD.

_____. **Um palco de múltiplas vozes:** a nova invenção dos/as idosos/as em luta pela cidadania. Tese de doutorado, Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, 2010.

BRASLIA, 2015: “Uma Ponte Para o Futuro. Disponível em http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/release-temer_a4-28.10.15-online.pdf, Acessado em 28/04/16.

BRITTO DA MOTTA, Alda. “Chegando pra idade”. In: BARROS, Myriam Morais Lins de (Org.). **Velhice ou terceira idades?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 223-235.

_____. **Espaços domésticos e gerações:** disputas veladas e renúncias ambíguas. Trabalho apresentado no XI CISO. Aracaju, SE: UFSE, 2003.

DEBERT, Guita Grin. Gênero & envelhecimento. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, n. 1, p.33 -51, 1994.

_____. **A reinvenção da velhice:** socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. Universidade de São Paulo: São Paulo Press, Fapesp, 1999.

GOLDANI, Ana Maria. Mulheres e envelhecimento: desafios para os novos contratos intergeracionais e de gêneros In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Muito além dos 60: Os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p. 75-114.

_____. Relações intergeracionais e reconstrução do estado de bem-estar: por que se deve repensar essa relação para o Brasil? In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 211-250.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2014.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2015.

SPM-BA. Uma vida sem violência é direito de todas as mulheres. Coordenação do Eixo de Enfrentamento à Violência. SPM-BA. Salvador, 2016.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015**: Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em www.mapadaviolencia.org.br. Acessado em 15/10/2015

OS DELES E OS DELAS NO ESPAÇO/TEMPO DE BRINCAR: PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE SERGIPE

Evanilson Tavares de França
evanilson@gmail.com

Kelly Araújo Valença Oliveira
araujo_kelly71@yahoo.com.br

Dilma de Jesus Goes
dilmagoes@hotmail.com

Ana Lúcia Lima da Rocha Muricy Souza
Secretaria de Estado da Educação/Sergipe (SEED/SE)
analucia.muricy@gmail.com

Maria Batista Lima
Universidade Federal de Sergipe (UFS/SE)
balima.ufs@gmail.com

Resumo

O entendimento de que brinquedos e brincadeiras atuam como mecanismos de aprendizagem, de socialização, de inserção no universo cultural e como elemento essencial nos processos de construção identitária parece ser ponto pacífico entre aqueles que se debruçam sobre o tema. Transitando por esta compreensão, o artigo que por ora subscrevemos traz como objetivo desenvolver reflexões sobre as percepções de estudantes de uma escola pública estadual (de Sergipe) no tocante a brinquedos e brincadeiras e suas implicações de gênero. Para a detecção de tais percepções, no território da pesquisa descritiva, recorreremos a aplicação de questionários, o que nos permitiu coletar informações de um número significativo de sujeitos em um intervalo relativamente curto. As análises dos dados nos demonstram que: 1) ainda que

os respondentes, no concernente à faixa etária, circulem entre os 15 e 18 anos, a classificação de brinquedos e brincadeiras para meninos e para meninas ainda se faz presente no imaginário dos jovens; 2) meninos e meninas aproximam-se significativamente quanto ao entendimento da necessidade de separação entre brinquedos e brincadeiras para eles e brinquedos e brincadeiras para elas, o que, parece-nos, resulta de um processo educativo (formal e informal) presente no seio da sociedade; entretanto, há um quantitativo considerável daqueles/as que não mais advogam a separação. Nossa esperança é que a pesquisa aqui registrada possa contribuir para a desconstrução da ideia que os brinquedos definem a orientação sexual e cooperar com o entendimento de que brinquedos e brincadeiras são construções culturais e como tais suas concepções podem ser reelaboradas.

Palavras-chave: brinquedos e brincadeiras, percepção de estudantes, gênero.

Palavras Iniciais

A compreensão de que tanto brinquedos quanto brincadeiras atuam como dispositivos fundamentais para a formação dos sujeitos parece encontrar convergência entre educadores e educadoras e outros/as pesquisadores/as que têm a temática como objeto de pesquisa. Vistos como instrumentos de socialização, de transmissão e reconstrução da cultura (as crianças, muitas vezes, ressignificam os brinquedos e as brincadeiras – e reelaboram regras) e também como estratégias de construção identitária, brinquedos e brincadeiras são advogados por profissionais da pedagogia, da psicologia, da sociologia e até mesmo da arquitetura.

Nesse ínterim, é imperativo sublinhar que entendemos por brinquedo “o material que dá suporte à brincadeira; e esta, o lúdico em ação, ou seja, o uso das regras do jogo, que provêm do mundo social” (KISHIMOTO, ONO, 2008, p. 210).

Dada a relevância desses elementos, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010) defendem que os brinquedos e as brincadeiras componham a proposta pedagógica das escolas que ofertam esse nível da Educação Básica. E mais: os brinquedos e as brincadeiras devem preservar e assegurar a acessibilidade e respeitar as características ambientais e socioculturais da comunidade. É que, de acordo com o documento em epígrafe, dada a sua importância, os brinquedos e as brincadeiras devem converter-se em procedimento de acompanhamento dos/as infantes.

Nessa direção, França (2013, p. 170) lembra que “Brincadeiras e jogos – e muitos jogos são também brinquedos e brincadeiras – representam estratégias e/ou recursos pedagógicos extraordinários para a aprendizagem”.

De acordo com Bichara (1999, p. 58), “[...] ao brincar a criança reproduz, mesmo que indiretamente, as relações vivenciadas no seu universo social”. Levando-se em consideração que o social e o cultural se entrelaçam e definem a identidade do lugar, brincando as crianças (e os/as jovens – e até mesmo os/as adultos/as) vão se constituindo, definindo e assumindo seus papéis (que são diversos) no cenário social; vão se tornando sujeitos – fazendo-se e refazendo-se, mas também reconstruindo as normas e as regras do jogo, e ao fazerem isso vão também (em pequena ou larga escala – dependendo do ponto de vista e das possibilidades) reelaborando-se e reelaborando as regras de convivência – as regras sociais.

O sujeito faz cultura enquanto a cultura o faz. E nessa relação dialética e dialógica, meninos e meninas, recorrendo às experiências que lhes foram possibilitadas pelo contexto (social e cultural – e também ambiental) significam e ressignificam as aprendizagens, semantizam e ressemantizam as relações, o *established*. E esse, parece-nos, representa um momento singular para a atuação do adulto. Nesse espaço/tempo é possível reforçar as segregações – que rotulam, produzem afastamentos e marginalizações – ou rediscutir (consigo e com o outro) as regras de convivência e de conduta: Por que há separação de brinquedos e brincadeiras para meninos e para meninas? O que aconteceria se os meninos brincassem com os brinquedos indicados para meninas e as meninas, com aqueles que se destinam aos meninos?

Pontes e Magalhães (2003, p. 117) lembram que “o elo entre cultura e criança é claramente percebido nos jogos e brincadeiras tradicionais e populares, especialmente aquelas desenvolvidas em rua”. Torna-se explícita, por essa via, a importância que tem o brinquedo (e as brincadeiras) nos processos de introjeção de conceitos, comportamentos e valores. Enquanto brinca, a criança não apenas se apropria dos saberes legitimados por sua comunidade, ela também corporifica atitudes, formas de ver e de se posicionar diante do semelhante e do diferente – e da diferença. Mesmo porque “a cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender é preciso conhecer o lugar social de quem olha” (BOFF, 1997, p. 09).

Não obstante, a mesma criança que internaliza os modos de fazer, de agir e até de ser é capaz de reelaborar procedimentos e atitudes, sendo, consequentemente, coautora de uma modalidade nova de brincar, de se portar diante da novidade (e da similitude), de interagir com o outro, de reagir perante as provocações oriundas do meio (ambiente, social e cultural), de rever conteúdos e procedimentos – intervindo diretamente na arquitetura cultural e social – obviamente, considerando os limites e possibilidades que lhes são próprios.

É diante dessa percepção que efetuamos a pesquisa que ora apresentamos. Arrastados pelo objetivo de desenvolver reflexões sobre as percepções de estudantes de uma escola pública estadual (de Sergipe), no tocante a brinquedos e brincadeiras e suas implicações de gênero, trazemos para o debate público a visão de estudantes de ensino médio (meninas e meninos) de uma escola pública localizada na capital sergipana (Aracaju). Os olhares se inovaram ou o velho se apresenta com uma nova roupagem? Aguardemos os posicionamentos dos/as respondentes.

Estratégia Metodológica

A incursão investigativa efetuou-se em uma escola pública localizada na capital sergipana, como já mencionado em linhas anteriores. A opção por aquela unidade de ensino encontra guarida na proposta pedagógica da escola, que se assenta na reflexão/discussão de temáticas conflitantes e que são imensamente caras, em nosso entendimento, à construção de uma escola pública de qualidade social.

À vista disso, a instituição educativa, desde 2009, tem levado para o interior do seu espaço pedagógico (e dele irradia-se), a partir da construção e implementação de projetos interdisciplinares (exemplo: “O Mundo da Leitura é a Leitura de Todo Mundo”, “Alma Africana”, “Grupo *ParlaCÊNICO* de Teatro”, “Seminários de Cidadania Ativa”) temáticas como: “Currículo: um espaço/tempo polissêmico e polifônico”, “Sexo e sexualidade: tabus, cuidados, vivências”, dentre outros.

Por outro lado, a unidade de ensino em foco, por via dos espetáculos de teatro estrelados por seus/suas educandos/as, vem provocando a comunidade estudantil a refletir sobre o seu entorno e a questionar a realidade que a envolve. Nesses últimos sete anos, o Grupo *ParlaCÊNICO* de Teatro, através do projeto “A escola pública vai ao teatro”, já levou aos espaços culturais do estado (e da Bahia) mais de 18.000 pessoas para assistirem às suas produções.

Tais propriedades, que diferenciam e destacam (em nosso olhar) o estabelecimento de ensino, estimularam-nos a ouvir o seu corpo discente – aqui representado por estudantes do Ensino Médio, matriculados/as no 2º e 3º anos.

Adotamos, dentro da pesquisa descritiva, o questionário como instrumento de pesquisa, visto que, de acordo com Gil (2008), este instrumental possibilita obter informações relevantes de diversos sujeitos em um tempo relativamente curto; também porque “não expõe os pesquisados a influências das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistador” (GIL, 2008, p. 122).

O questionário compôs-se de 30 questões, sendo 26 fechadas e apenas 04 abertas. As perguntas abrangiam desde a autodeclaração étnico-racial até a aspectos pedagógicos da escola e a relação deles com a Educação Sexual.

Por conta das limitações próprias desse tipo de produção textual – e também pela temática escolhida –, exploraremos apenas duas questões, a saber: 1) Em que gênero você se insere? 2) Indique com M o brinquedo (ou a brincadeira) mais adequada para meninas e com H, o brinquedo (ou a brincadeira) mais adequado para meninos (se você defende que meninos e meninas podem fazer

uso, igualmente, de todos os brinquedos – ou brincadeiras – apontados abaixo, marque o último par de parênteses: “tanto faz”).

A questão 1 apresentava apenas três opções (masculino – M, feminino – F, outro). A segunda interrogação trazia um número maior de escolhas: bola, boneca, carrinho, *videogame*, pega-pega¹, casinha, esconde-esconde², roda³, e tanto faz (esta última deveria ser indicada por aqueles/as que não estabelecem diferenças entre brinquedos e brincadeiras para meninos e para meninas).

Foram “ouvidos” 56 jovens, sendo 20 meninos (35,71% do total) e 36 meninas (correspondendo a 64,29% da totalidade). Os questionários foram aplicados por professores/as componentes do corpo docente da própria escola – e que possuíam, de acordo com informações da equipe pedagógica, um bom vínculo afetivo com os/as educandos/as. Mesmo que não houvesse obrigatoriedade para o preenchimento do instrumental, não houve sequer uma recusa e todos/as os/as respondentes precisaram apenas de um módulo/aula (50 minutos) para cumprimento integral da tarefa.

Análise dos Resultados

O posicionamento das estudantes (da escola em foco) em relação à existência de brinquedos e brincadeiras específicos para meninos e outros que devem destinar-se exclusivamente às meninas encontra-se fotografado na tabela seguinte.

-
- 1 Uma criança é eleita para, na corrida, “pegar” os colegas. Os/as alcançados/as saem provisoriamente da brincadeira enquanto os/as demais fogem do/a “pegador/a”. A brincadeira termina quando todos/as são pegos/as.
 - 2 Uma criança é escolhida como caçadora. Enquanto o/a caçador/a conta (de 01 até 50, não há uma contagem fixa) voltado/a para uma parede ou árvore, os/as demais se escondem. Terminada a contagem, o/a caçador/a sai em busca dos/as que estão escondidos/as. A brincadeira termina quando todos são encontrados. O/a primeiro/a a ser descoberto passa a caçar, na continuação da brincadeira.
 - 3 As crianças reunidas (duas ou mais), mobilizadas por uma cantiga específica e de mãos entrelaçadas, circulam até o final do cântico.

Tabela 01: Brinquedos/Brincadeiras X Gênero (percepção das meninas)

Brinquedos/ Brincadeiras	Meninos	Meninas
Bola	80%	10%
Boneca	0%	70%
Carrinho	70%	0%
Casinha	0%	50%
Esconde-esconde	30%	20%
Pega-pega	30%	40%
Roda	20%	60%
Videogame	70%	10%

FONTE: questionários.

Uma análise primeira – e talvez apressada da tabela acima – causa-nos certa desolação: ainda que estejamos no século XXI, ainda que o grupo de informantes esteja composto em sua integralidade por estudantes cuja faixa etária transita entre os 15 e 18 anos, ainda que os movimentos sociais (feministas, LGBT) exijam – justamente – tratamentos iguais (melhor seria: equânimes) para a diversidade componente da população brasileira (e mundial), ainda que se reivindique a construção de uma sociedade na qual os sujeitos definem seus caminhos e modos de caminhar, a separatividade entre brinquedos e brincadeiras próprias para meninos e próprias para meninas é ainda uma realidade.

Convém trazer à baila, contudo, que os percentuais constantes na Tabela 01 referem-se a 27,78% da totalidade das respondentes; para as demais, 72,22%, a separação de brinquedos e brincadeiras para meninos e para meninas não tem sentido.

Ainda assim, perceber que para 70% das mulheres (respondentes) o *videogame* deve destinar-se aos meninos e outros 70% consideram que brincar de bonecas é atividade específica para as meninas nos causa certa preocupação. Mesmo porque se por um lado o *videogame* alinha-se ao avanço da tecnologia (cujo domínio se faz necessário em tempos em que as novas tecnologias da informação e da comunicação estabelecem o ritmo do mundo empresarial e financeiro), por outro, as bonecas, que segundo as informantes devem destinar-se às meninas, resumem – assim nos parece – um arcabouço ideológico que coloca a mulher como a responsável prioritária (ou exclusiva) pela educação dos/as filhos/as e pelos cuidados domésticos:

No nascimento, o quarto das meninas é rosa, com bonecas, e o dos meninos é azul, com carros em miniatura. As meninas costumam brincar de “casinha” e representam o papel da mãe; os meninos, de “motorista”, que dirige o carro. É o contexto em que a criança vive, especialmente o meio familiar, que dirige inicialmente tais escolhas (KISHIMOTO, ONO, 2008, p. 210).

Como se percebe, os papéis desempenhados pelas mulheres nas práticas cotidianas definem as atividades lúdicas das crianças e estas, por sua vez, vão assegurar a continuidade daquelas.

A tabela seguinte retrata a posição dos meninos em relação à mesma questão – “Indique com M o brinquedo (ou a brincadeira) mais adequada para meninas e com H, o brinquedo (ou a brincadeira) mais adequado para meninos (se você defende que meninos e meninas podem fazer uso, igualmente, de todos os brinquedos – ou brincadeiras – apontados abaixo, marque o último par de parênteses)”.

Tabela 02: Brinquedos/Brincadeiras X Gênero (percepção dos meninos)

Brinquedos/ Brincadeiras	Meninos	Meninas
Bola	70%	20%
Boneca	10%	70%
Carrinho	70%	0%
Casinha	30%	70%
Esconde-esconde	50%	20%
Pega-pega	50%	20%
Roda	40%	40%
Videogame	50%	20%

FONTE: questionários.

Para 50% dos estudantes (respondentes), meninas e meninos podem fazer uso dos mesmos brinquedos e das mesmas brincadeiras, indistintamente. A outra metade, entretanto, considera que há brinquedos que devem ser utilizados apenas por meninos e aqueles que se destinam exclusivamente às meninas (como demonstra a Tabela 02).

Em algumas situações, o entendimento de meninos e meninas, quanto à correspondência brinque/brincadeira-gênero, é bastante similar, é o caso, por

exemplo, da boneca: para 70% das meninas, boneca é brinquedo de garota (o mesmo percentual fotografa o posicionamento dos meninos). Dado idêntico se repete quando eles e elas classificam o carrinho: para 70% de meninas e de meninos, o brinquedo supracitado é de uso exclusivo dos garotos.

No concernente à brincadeira de casinha, de acordo com as educandas (50% delas), essa atividade lúdica deve limitar-se às meninas: nenhuma estudante considera que os garotos devem participar da brincadeira. Para os educandos, meninos também podem brincar de casinha (30% assim se posicionaram); porém, a maioria (70%) avalia que se trata de atividade estritamente feminina.

Esconde-esconde e pega-pega, brincadeiras que requerem mais esforço físico, são, para eles (50% em ambos os casos), brincadeiras apropriadas aos meninos. Elas, as respondentes, não adotam o mesmo olhar: em relação ao esconde-esconde, 30% definem como brincadeira de menino e 20% concluem tratar-se de atividade feminina. Já o pega-pega, para 30% das meninas, é brincadeira de menina e 40% afirmam que somente os meninos podem lançar mão dessa atividade.

O *videogame*, para meninas (70%) e meninos (50%) é brinquedo para garotos. Os jogos eletrônicos parecem ocupar, no imaginário de homens e mulheres, um lugar preferencialmente masculino. As meninas até podem lançar mão deles, mas nem tanto: 10% das respondentes e 20% dos informantes. Mesmo porque, assim deduzimos, cabe às meninas dominar as tarefas domésticas. E isto fica bastante explícito quando observamos a miniaturização de objetos residenciais (talheres, mobiliário, etc.) compondo o acervo lúdico das meninas.

Para as meninas existe uma vastíssima gama de objetos miniaturizados que imitam os utensílios caseiros, como serviços de cozinha e toilette, bolsas de enfermeira com termômetro, faixas, esparadrapo e seringas, dependências como banheiros, cozinhas completas com eletrodomésticos, salas, quartos, quartinhos para bebês, jogos para coser e bordar, ferros de passar, serviços de chá, eletrodomésticos, carrinhos, banheirinhas e uma série infinita de bonecas com o respectivo enxoval (BELOTTI, *apud* FINCO, 2003, p. 97).

Aos meninos, ainda segundo Belotti (*apud* FINCO, 2003), reservam-se os brinquedos (e as brincadeiras) que revelam um poder mais amplo, capaz de ultrapassar os muros residenciais: meios de transporte terrestre, navais e aéreos

de todas as dimensões e de todos os tipos: navios de guerra, porta-aviões, mísseis nucleares, naves espaciais.

Os papéis vão, então, sendo estabelecidos. Os brinquedos e as brincadeiras de meninas e meninos conformam e disciplinam corpos e mentes. O que se inicia ainda no interior do bercinho – quando as meninas são cercadas pela cor rosa e por bonecas, e os meninos, tonalizados de azul e circundados por bolas, carrinhos e aviões – ultrapassa as fronteiras, a ponto de convencer, sem muita dificuldade, às meninas que o lugar delas tem extensão extraordinariamente menor do que o espaço destinado a eles e de reforçar junto aos meninos que as grandes tarefas e demandas sociais cabem a eles; que eles são os provedores da casa (e também do município, do estado, da nação), enquanto a elas cabem os quefazeres que, segundo a comunidade imediata e ampla, requerem menor competência técnica e/ou intelectual.

Palavras Finais

Iniciamos a construção deste texto objetivando desenvolver reflexões sobre as percepções de estudantes de uma escola pública estadual (de Sergipe) no tocante a brinquedos e brincadeiras e suas implicações de gênero. Trabalhamos com estudantes matriculados/as no Ensino Médio, no 2º e 3º anos. Foram aplicados 56 questionários e 36 meninas e 20 meninos responderam às nossas indagações.

A unidade de ensino localiza-se em Aracaju (capital sergipana), mas a grande maioria dos/as estudantes origina-se da, assim denominada, Grande Aracaju: composta pela capital e os municípios circunvizinhos: São Cristóvão, Barra dos Coqueiros e Nossa Senhora do Socorro.

À guisa de Paulo Freire (2000), defendemos que as pesquisas precisam compor as ações próprias de educadores e educadoras. E partindo da própria prática – e ampliando-se – as investigações contribuem de modo significativo não tão somente para a construção de diagnósticos (da sala de aula, da escola, do município, do estado etc.), mas também para avaliação das práticas sociais, estando aí inseridas, obviamente, os fazeres educativos.

Quanto às percepções de gênero, pensamos que as reflexões/discussões, sustentadas em incursões investigativas e/ou nas experiências vivenciadas por cada um/a, requerem atuações imediatas e constantes, e por várias razões, dentre elas é possível destacar as diversas formas de violência e exploração às quais as mulheres são vitimadas diuturnamente – e há, entre essas mesmas mulheres

(fruto também da educação formal e informal), quem justifique tais comportamentos. E justificam porque ao longo de suas vidas aprenderam que há espaços para homens e espaços para mulheres; aprenderam que há tarefas capazes de extrapolar a capacidade feminina; aprenderam que há ciências inacessíveis às mulheres. E se homens e mulheres acessaram essa modalidade de aprendizagem, eles e elas podem (em verdade, devem) aprender outras coisas, mesmo porque, como nos ensina Arroyo (2006, p. 07),

[...] a história educacional da humanidade acontece colada à história social e cultural, [...] a educação das pessoas se dá na dinâmica histórica do desenvolvimento civilizatório e [...] a educação escolar tende a retomar e reproduzir a experiência humanizadora de nosso momento histórico.

Isto posto, numa sociedade que historicamente hierarquiza os gêneros, e cunha um mundo regido por homens, a escola não pode isentar-se do debate, da reflexão. Meninas e meninos precisam compreender-se como sujeitos históricos e culturais. Precisam entender que a arquitetura das sociedades não é natural e nem (muito menos) neutra. Precisam compreender que os modos de ser, de se relacionar, de interpretar e até mesmo de pensar têm sua origem no sociocultural e que a ele retorna para confirmá-lo e reafirmá-lo – ou para transformá-lo. E esta parece ser a grande descoberta: é possível transformar o mundo; é possível reestruturá-lo a partir de ações dos indivíduos e das relações que eles estabelecem com o outro; é possível dar novas cores ao mundo, novos sabores, novos cheiros e sons; é possível (e necessário!) assumir o papel de sujeito no cenário social – é possível e preciso “desobjetificar-se” (no sentido de rejeitar qualquer possibilidade de assunção do papel de objeto).

Quando jovens dividem os brinquedos e as brincadeiras segundo o gênero, como fizeram os/as respondentes dos questionários que aplicamos, eles/elas estão informando que acreditam em um mundo para homens e outro para mulheres; que o mundo dos homens terá determinado alcance e o das mulheres, certas delimitações. E eles/elas dizem mais. Informam-nos que a sociedade adota tais separações e as concebem como um valor. Informam ainda que, caso nenhuma ação trafegue na contramão, os filhos e as filhas desses jovens receberão a mesma aprendizagem e poderão repetir os mesmos comportamentos, as mesmas atitudes.

É óbvio que essa relação não é tão direta assim – não há naturalidade nisso. Ainda assim, caso não ocorra movimentos que provoquem ações/reflexões capazes de questionar o *status quo*, a possibilidade de reversão se prolonga ou ranços machistas podem ganhar fôlego e obstar ainda mais a horizontalização das relações de gênero.

Por fim, gostaríamos de acrescentar que a presente pesquisa representa apenas uma fresta através da qual se visualiza um tanto do que se precisa ver. Nossa pretensão é que outros caminhos e outros modos de caminhar contribuam para a ampliação dessa abertura: viabilizando novos olhares, novas leituras.

Referências

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre:** imagens e auto-imagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BICHARA, Ilka Dias. Brincadeira e cultura: o faz-de-conta das crianças Xocó e do Mocambo (Porto da Folha/SE). **Temas psicol.** [online]. vol.7, n.1, 1999.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha:** uma metáfora da condição humana. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.** Brasília: MEC, SEB, 2010.

FINCO, D. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. **Pro-Posições.** Campinas: Unicamp, v.14, n.3 (42) set/dez. 2003.

FRANÇA, Evanilson Tavares de. **Escola e cotidiano:** um estudo das percepções matemáticas da comunidade quilombola Mussuca em Sergipe. São Cristóvão: UFS, 2013. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008.

KISHIMOTO, Tizuco Morchida; ONO, Andréia Tiemi. Brinquedo, gênero e educação na brinquedoteca. **Pro-Posições**. Campinas: Unicamp, v. 19, n. 3(57) – set./dez. 2008

PONTES, Fernando Augusto Ramos; MAGALHÃES, Celina Maria Colino. Criação e manutenção de brinquedos: reflexões acerca do desenvolvimento de parcerias. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2003, 16(1), pp. 117-124.

SOBRE O ENVELHECER NA BATALHA: NARRATIVAS E TRAJETÓRIAS DE MULHERES POBRES NO EXERCÍCIO DA PROSTITUIÇÃO

Fernanda Priscila Alves da Silva
Universidade do Estado da Bahia
feracatejo@yahoo.com.br

Introdução

A presente comunicação faz parte da pesquisa referente à dissertação, em andamento, na qual se discute sobre as trajetórias, saberes e transformações vivenciadas pelas mulheres que exercem a prostituição de baixa renda, no Centro Histórico de Salvador, Bahia. Neste artigo, o que se pretende é fazer um recorte e estabelecer um diálogo sobre o processo de envelhecer na *batalha*¹, a partir do relato de duas entrevistadas: Ivone e Rosângela, 52 e 62 anos, respectivamente.

As entrevistadas são mulheres que exercem (ou exerceram) a prostituição de baixa renda majoritariamente situadas em Salvador/ BA. Importante considerar que diversos são os pontos de prostituição, assim como são diversas suas formas e modos de organização, demonstrando, portanto, que prostituição é uma prática social complexa e heterogênea.

Nesta pesquisa a concentração foi dada a região do Centro Histórico, principalmente a Praça da Sé e Barroquinha. Foram realizadas visitas aos bares da Ladeira da Montanha e Conceição, além dos bares do Comércio (estes localizados na Cidade Baixa). Entretanto, vale ressaltar que a Ladeira da Montanha

1 Batalha, nesta pesquisa, é entendida como a prática social da prostituição que envolve para além da realização do programa (relações sexuais e fantasias), as relações e interações no espaço – lugar da prostituição, relações que envolvem entre as mulheres entre si, entre os clientes, com os transeuntes e demais atores do cenário. Trata-se de um termo elaborado e reconhecido pelas mulheres como altamente significativo.

e Conceição já vinha sofrendo um processo de decadência² há alguns anos e com as chuvas no período de maio e julho de 2015 alguns casarões acabaram por desabar totalmente. Por volta dos meses de novembro de 2015 e início de 2016 alguns retomaram as atividades.

Ivone e Rosângela apontam a partir de suas narrativas e trajetórias de vida alguns elementos de transformação tanto no que tange ao espaço geográfico onde se concentra a prostituição no Centro Histórico, quanto em relação às transformações ocorridas em seus corpos a partir da prática e vivência da prostituição. As marcas, sentidos e significados apontados por estas duas mulheres remetem a lugares e modos como elas concebem e vivenciam o processo de envelhecimento, que nestes casos, além de trazer as expressões relacionadas ao gênero, trazem também expressões relacionadas à prática que desenvolvem em boa parte de suas vidas.

Metodologia

O artigo reflete resultados parciais da pesquisa que vem sendo realizada no Mestrado em Educação e Contemporaneidade - UNEB, Campus I. O trabalho consiste em estudo sobre as sociabilidades construídas por mulheres pobres que exercem a prostituição de rua em Salvador, Bahia. O grupo pesquisado é composto por mulheres de baixa renda, em exercício de prostituição de rua, acima dos 18 anos, sendo neste estudo analisado um grupo de 10 mulheres, a faixa etária e 30 a 65 anos, que foram entrevistadas. Além deste grupo foram contatadas mulheres que estão no exercício da prostituição em bares, ruas, cines privês por meio da observação participante.

O referencial teórico deste trabalho está ancorado no campo de estudos autobiográficos em educação³, além dos princípios metodológicos e epistemológicos da etnografia. As narrativas de trajetórias de vida considerará uma perspectiva feminista possibilitando assim um diálogo a partir da categoria gênero. Compartilhando do pensamento de Rago (1998, p.92) de que o a categoria de gênero “não vem substituir nenhuma outra, mas atende a necessidade de ampliação de nosso vocabulário para darmos conta da multiplicidade de dimensões constitutivas das práticas sociais e individuais”, entendo que nesta

2 Com esta expressão queremos expressar que a Ladeira da Montanha enquanto espaço de prostituição está em processo deterioração, ganhando na atualidade outras formas e a inserção de outros atores sociais. Os casarões encontram-se em processo de desabamento e demolição.

3 DOMINICE (1982); JOSSO (1986); PINEUAU (1983; 1985); NÓVOA (1988).

pesquisa ela tem sua importância na medida em nos possibilita dialogar com as formas como as mulheres se constroem enquanto mulheres e interagem com outros atores deste contexto.

Resultados e discussão

A pesquisa realizada considerou um grupo de 10 mulheres que foram entrevistadas em suas residências, nos locais de *batalha*, na Praça, estabelecimentos comerciais, conforme a preferência de cada mulher. A inserção em campo foi pautada por uma observação participante, aliadas a estratégias próprias do fazer etnográfico e da construção dos sentidos e significados a partir das narrativas e trajetórias de vida.

As pesquisas etnográficas se caracterizam, portanto pelo envolvimento do pesquisador com o cenário e grupo social pesquisado. Exige-se desse modo, uma observação e interpretação holística dos dados. Estes dados coletados podem ser em forma de narrativas ou história de vida, como será neste trabalho.

Por narrativa de história de vida, pretende-se a utilização de histórias de vida considerando as narrativas de si, as experiências vividas e interpretações individuais de experiências sociais. Desde o ponto de vista epistemológico e metodológico, as teorias que inspiram o conceito de histórias de vida são apresentadas desde dois aspectos fundamentais: primeiro, pela narrativa que o sujeito faz de si mesmo, e segundo, pela dimensão de “projeto constitutivo da história de vida” (Delory-Momberger, 2006, p.361).

Enquanto atividade formadora, a narrativa de si e das experiências vividas ao longo da vida caracterizam-se como processo de formação e de conhecimento, porque se ancora nos recursos de experiências engendrados nas marcas acumuladas das experiências construídas e de mudanças identitárias vividas pelos sujeitos em processo de formação e desenvolvimento (SOUZA, 2006, p. 136).

A história de vida é também uma ferramenta da historicidade. O sujeito é produzido por sua história ao mesmo tempo em que a produz. Através do relato o indivíduo reconstrói essa história e lhe confere novas significações. O indivíduo através de sua

subjetividade, da singularidade psíquica, retraduz sua história à sua maneira, interage e se coloca rompendo com uma suposta passividade que o pudesse imobilizar. Na medida em que identifica as determinações dessa história, entende a maneira pela que ela o condiciona. Compreende o presente e num processo de “reescritura” pode tornar-se o sujeito de sua própria história e modifica o seu sentido (OLIVEIRA, 2008, p.37).

Segundo Delory-Momberger (2011, p. 51), o objeto da pesquisa biográfica se localiza em “explorar os processos de construção do sujeito no seio do espaço social; mostrar como os indivíduos dão uma forma às suas experiências, como dão significado às situações e aos eventos de sua existência, como agem e se constroem nos seus contextos histórico, social, cultural e político”. E para isso, a pesquisa biográfica se ocupa dos estudos das operações e processos segundo os quais as pessoas integram, estruturam, organizam e interpretam os espaços-tempos de seus contextos histórico e social.

Nesta pesquisa temos apostado no registro das trajetórias das mulheres como possibilidade de contribuir no campo de estudos sobre sociabilidades na prática da prostituição e nestes casos específicos, sobre a vivência do envelhecimento em situações de invisibilidade social.

Autores como Motta (2005), Cabral (2005), Debert (1988) tem tratado da temática do envelhecimento, geração e gênero e tem contribuído no sentido de demonstrar que a ideia de passagem do tempo remete à uma representação da pessoa velha. Cabral (2005) reconhece que:

Os dilemas da velhice também se antecipam para as mulheres, seja pelo impacto das imposições biológicas que interrompem as funções reprodutivas na menopausa, seja pelos estereótipos tradicionais sobre a condição das mulheres aos primeiros sinais do envelhecimento (CABRAL, 2005,p. 56)

Em um estudo realizado por Pinho (2010), a partir de narrativas de mulheres que exerceram o baixo meretrício do Farol do Mucuripe, em Fortaleza, o processo de envelhecimento é percebido por mulheres com mais de cinquenta anos com valor auto estigmatizante. Para a autora,

A construção da identidade das informantes dialoga com a estigmatização social imposta pelo fato de serem prostitutas ou ex prostitutas . Os contextos identitários, entretanto, incluem outros aspectos. A vivência da prostituição incide amplamente sobre a imagem de suas experiências. O papel de prostitutas é apenas um entre a multiplicidade de papéis cotidianamente desempenhados pelas personagens da pesquisa, seja como mulheres, esposas, namoradas, mães, filhas, avós ou trabalhadoras do mercado formal e informal (PINHO, 2010, p. 14).

Nesta pesquisa, Ivone e Rosângela nos mostram como alguns aspectos de suas vidas estavam intrinsecamente relacionados à prática da prostituição. O modo como foram, ao longo de suas trajetórias, se constituindo enquanto mulheres, as fugas de ambiente doméstico violento, a busca por melhores condições de vida, a maternidade, as relações amorosas, as conquistas no âmbito de direitos e cidadania foram elementos que foram ao longo de suas trajetórias agregando significados e sentido aos que elas consideram ser mulher e na atualidade ser mulher em processo de envelhecimento.

Ivone, de 52 anos, natural de Sergipe, 4^a- série fundamental, 01 filho, 02 abortos iniciou a prática na prostituição com mais ou menos 17 anos. Segundo sua narrativa, sua infância foi feliz junto de sua mãe e irmãos. O pai sempre foi violento e segundo Ivone era matador, figura a qual ela nunca teve uma relação próxima. No interior, as condições eram precárias, a mãe trabalhava na roça e costurava. Como alternativa à fome, Ivone conta que se envolveu com um namorado padeiro, a fim de ter o que comer. Desta relação, vem a primeira gravidez, com 13 anos. A mãe encaminha o casamento, que não dura muito tempo. O retorno à casa da mãe é acompanhado de um discurso no qual Ivone era colocada como mulher rapariga. É neste momento que ela sai de casa, mudando-se para Salvador, onde tem como primeiro emprego o trabalho doméstico. Sentindo-se explorada neste espaço, foge a procura de outra oportunidade. Por meio de uma amizade conhece a Ladeira da Montanha, onde inicialmente, se torna uma espécie de garçomete e posteriormente inicia o trabalho na prostituição.

A recordação deste momento de sua trajetória é narrada por Ivone como algo glamoroso, acompanhada de muitas descobertas no contexto dos cabarés, como eram denominados naquela época (por volta da década de 1980) os espaços de *batalha* e prostituição. O cuidado e/ ou o não cuidado com o corpo

é algo que marca a fala de Ivone. Esta preocupação a acompanha durante sua trajetória, tanto no sentido de cuidado na prática da prostituição quanto em sua relação com o processo de envelhecimento:

Ivone: A gente descia. A gente não se cuidava. Tinha uma bacia e tinha um caneco grande dentro da bacia e a gente ficava de cocas e era só lavar thucothuco (demonstra)... Lavava, ai vestia a roupa, passava o perfume, passava o batom, se arrumava e subia pro salão. Ai já arrumava outro programa e já descia e fazia a mesma coisa. Tinha as bacia e nada de camisinha. Nessa época não tinha camisinha... a gente ficava... Chega o esperma escorria. Às vezes a gente botava papel higiênico pra não ficar escorrendo. Ai a noite ficava transando demais e a xereca ficava folgada. Muito esperma... Ai os homem dizia mesmo assim: é, mas não quero mais você não porque fui transar com você, ô humilhação, porque eu fui transar com você e tá folgada demais. Eu digo: folgada tá é você. Eu não sou frouxa não. É você que tem a pica fina (ri)... A rola do homem... é você que tem a pica fina que é a rola. Ai ele dizia: é deixa pra lá... eu fazia tanto programa, era tanto homem que os quarto não dava e as mulher tinha que transar no corredor. Às vezes transava duas num quarto. Três num quarto. Ate no chão. E a gente transava com todo tipo de homem que chegava. Não tinha escolha.

Ivone fala de clientes, dos donos dos estabelecimentos, das relações de amizades construídas com outras mulheres e clientes. Neste movimento, narra o processo de deterioração do qual foi percebendo ocorrer em boates da Ladeira da Montanha. Em seu relato, as mulheres foram envelhecendo neste lugar que com o tempo foi ganhando outros contornos.

Ivone: Ai depois elas foram discordando tudo, que o movimento ficou fraco. Ai elas foi brigando com a gente porque tinha cliente que pagava mais, quando tinha muito cliente tava tudo numa boa, ai fiquei durante mais ou menos assim, dentro do brega mesmo, chega eu ficava cansada, até de dia ia me procurar, eu dormindo, só porque eu entrei na vida novinha, como todas também. Entra com 13, 14 e a dona do brega escondia elas porque era de menor, pra não fechar a casa. Tinha essa. Tinha uma casa que tinha um

socovão lá na Ladeira da Montanha que as meninas nova ficava lá. Quando a polícia vinha pra fazer batida, a dona do brega colocava elas no carro, saía com elas não sei pra onde e levava pra não fechar a boate... Ai passei seis meses ganhando dinheiro direto. Ai quando todos os homem me conheceram ai não quiseram mais me procurar.

Fernanda: Isso é uma coisa que acontece com todas...

Ivone: Quando é novinha os homem chama mais. Ai eu fiquei na Montanha com 18 anos e sai tem 05 anos. Quantos anos eu fiquei na Montanha? A minha vida inteira. Agora eu tenho 52 anos. Não. Ainda vai fazer 05 anos. e depois a gente ficou chamando os homem. A gente tava passando até fome. Ai quando eu fui ficando velha. Ai os homem que eu chamava: psiu, vem cá faça favor... vamos fazer um programa, ai eles diziam mesmo assim, não vou não que você já tá velha, não tem uma mulher mais novinha ai pra mim não. Eu ficava com uma raiva danada e eu dizia: não tem não. Ai começava a xingar as mãe deles. Os ônibus quando subia a Ladeira da Montanha, as mulheres casada, aquelas mulheres de bairro, ficava tudo olhando pra gente. Ai eu ficava na porta em pé porque eu não conhecia ninguém, ficava lá e não tava nem ai. Tinha uns que jogava pedra na gente, teve um homem que jogou uma barra de ferro nas costas de uma mulher que quase o ferro entrou. Era mijo, era tudo o povo não queria, jogava na gente.

As transformações ocorridas geograficamente são sentidas por Ivone e relacionadas com as transformações percebidas em seu próprio corpo, estando neste caso muito relacionadas ao número excessivo de programas realizados durante o exercício da prostituição.

Apresento também neste artigo alguns dados de Rosângela. Ela natural de Alagoas, 1^a- série fundamental, 01 filho, exerceu a prostituição desde seus 25 anos. Conforme anotações realizadas no Diário de Campo compartilhamos nossas impressões.

Rosângela é uma mulher que vive só atualmente, apenas na companhia de seus dois cachorros, que são, segundo ela, seus filhos, suas companhias do dia a dia. Narrar sua história a faz ficar emocionada em vários momentos. Vai e volta, misturando temas e assuntos, o que na verdade não a faz se perder do que relata e como quer relatar. Rosângela é uma mulher forte e intensa. A

primeira vez que a vi no Projeto Força Feminina⁴ foi acompanhada de uma briga com outra mulher que também batalhava na Praça. Elas se desentendiam por estarem se relacionando com o mesmo homem. Seus relatos eram sempre marcados por estas histórias de brigas e desentendimentos com outras mulheres, clientes e companheiros. Quando a conheci vivia com um homem que, segundo ela, a espancava. Atualmente, a decisão de ter se separado e superado esta situação é uma conquista. Em sua casa, fruto de luta e participação junto ao Movimento de População de Rua para conseguir a casa pelo Programa “Minha Casa, Minha Vida” é uma vitória diante de tantas idas e vindas de sua vida. Ainda menina, vencida pelo cansaço na roça, deixou os estudos. Saiu de casa, onde sofria violência e ganhou o mundo. Posteriormente reencontra a família quando, já na *batalha*, tinha a possibilidade de “ajudar” com o dinheiro que ganhava *batalhando*. Nunca quis que a família soubesse o que fazia, apesar de atualmente seu filho saber de sua história e de sua vida na Praça da Sé. Em distintos momentos de sua participação no Projeto Força Feminina expressava a vergonha que tinha em ser reconhecida como mulher da *batalha*. Participava ativamente das atividades e enfrentou dificuldades até o momento em que conseguiu verbalizar publicamente, em Seminários e encontros promovidos pelo Projeto. Este reconhecimento terá marcado por dizer e não dizer. Ao mesmo tempo em que afirmava em um momento, evitava tocar no assunto em outro momento. Rosângela é uma mulher de muitas crenças e convicções, sua relação com o candomblé é muito forte e isto a faz recordar os tempos de infância e sua relação com a avó, mulher que a criou quando com nove anos de idade perdera a mãe. Ainda que verbalize situações de sofrimento, em muitos momentos, sorri, dá gargalhadas e recorda com alegria do que viveu com marinhos, nos cabarés e com aquelas mulheres bonitas que conheceu no tempo em que as casas eram glamorosas em Salvador. Nestes momentos, seu olhar brilha e ela demonstra a vergonha ou receio de que descubram o que ela faz. Nestes momentos, se recorda de amizades que construiu neste ambiente e de como estas amizades verdadeiras a ensinaram a viver. Seu contar e recontar são permeados de silêncios, lágrimas escondidas e uma força que atravessa os desencontros possibilitando assim o encontro com a vida, ainda que com suas ambiguidades e complexidades (Diário de Campo, 12 de julho de 2015).

4 Projeto Força Feminina é um projeto social (pertencente à Pastoral da Mulher) e compõe a Rede Oblata de Pastoral do Instituto das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor. Em Salvador, o Projeto Força Feminina atua há mais de 15 anos com mulheres inseridas em contexto de prostituição. Mais informações podem ser obtidas através do site: www.oblatas.org.br.

Para Rosângela a atualidade marca seu afastamento da *batalha*. Na medida em que relata ao mesmo tempo em que se emociona pelo vivido e se alegra pelo fato de ter garantido seu espaço, sua moradia. Reaproximou-se de seu filho, de quem esteve distante por um tempo e mantém seu ritmo de vida e organização, inserindo-se em atividades do condomínio e participando de outros espaços, para além do espaço da prostituição. Rosângela oscila entre momentos de aceitação e negação de sua história, afasta-se e se reaproxima quando em determinados momentos volta à Praça da Sé para visitar as colegas. Aos poucos vai se dando conta das dificuldades de locomoção e diminuição da energia, entretanto, cuida sozinha de seu apartamento, seus cachorros e de suas coisas. Quando estive em sua casa, mais de uma vez para conversar e para realizar a entrevista o que se percebe é um espaço bem cuidado, cheio de detalhes, com fotos de tempos na rua, com familiares, principalmente o filho e a neta, forros de mesa e sofás confeccionados por ela mesma. Em uma das visitas, enquanto narrava, me mostrava lençóis que havia lavado, moveis novos que havia chegado, panelas com comida que ela deixa pronta. Enfim, este é seu espaço, onde atualmente a maior parte do tempo Rosângela se reorganiza e se refaz.

Memórias e Esquecimentos “da vida”

“Eu não tenho boas lembranças da minha infância não. Tanto que eu não gosto de comentar...”

Memórias, lembranças, recordações e porque não esquecimentos da vida... Estes foram sem dúvida pontos de encontro e desencontro no momento das entrevistas. Um dado importante neste percurso foi a percepção de que para algumas mulheres o momento da entrevista foi um espaço/tempo de recordar e fazer memórias marcadamente importantes. A confiança e neste caso, o fato de conhecer as mulheres e ter um vínculo estabelecido foi de fato algo fundamental. Estas mulheres falaram e se permitiram de fato tocar em temas e questões que lhes são significativas, pois compõem o seu existir. Em outras situações, o momento das entrevistas em si foi um espaço/tempo desafiante e falar/tocar em determinadas nuances de suas trajetórias era de fato difícil. Entretanto, estas mesmas mulheres em outros momentos (nos tempos em que permaneciam na praça, por exemplo), retomavam os assuntos e temas compartilhados nas entrevistas, aprofundando e rememorando.

Bosi (1987) em *Memória e sociedade: lembranças de velhos* fruto de sua tese de Doutorado busca fazer o que ela denomina de “colher memórias de velhos” escutando as lembranças de moradores da cidade de São Paulo, com idade superior a setenta anos. O registro feito pela autora buscou mostrar a memória pessoal e conseqüentemente, a partir desta, a memória social, familiar e grupal. A obra mostra alguns aspectos importantes no que tange ao conceito de memória, desse modo, no primeiro momento Bosi (1987) procura entender a função da memória na velhice a partir das entrevistas e análises de resultados. A importância desta obra na presente discussão se volta para o conceito de memória do qual Bosi vai aprofundando e que nos permitirá dialogar com as memórias e esquecimento apresentados pelas mulheres.

Para Bosi (1987), a memória tem uma função decisiva no processo psicológico, isto porque ela permite a relação do corpo presente com o passado, ou seja, por meio da memória, não apenas se volta ao passado, mas este retorno se mistura às percepções imediatas. A autora fala em duas memórias: a *memória-hábito* e *imagem-lembrança*. A memória-hábito trata-se de um exercício que ao ser retomado até a fixação se transforma em hábito. Ela permite que alguns movimentos sejam aprendidos e se tornem “automáticos”, por exemplo, escrever, dirigir, comer, digitar. Para Bosi (1987), esta memória-hábito “faz parte de nosso adestramento cultural” (p.11). Por outro lado, a *imagem-lembrança*, “traz à tona um momento único, singular, não repetido, irreversível, da vida. Dai também o caráter não mecânico, mas evocativo, do seu aparecimento por via da memória” (p.11). Por outro lado,

Há, portanto uma memória coletiva produzida no interior de uma classe, mas com o poder de difusão, que se alimenta de imagens, sentimento, ideias e valores que dão identidades àquela classe. A memória oral também tem seus preconceitos, sua inautenticidade [...] Esquecimento, omissões, os trechos desfiados de narrativa são exemplos significativos de como se deu a incidência do fato histórico no cotidiano das pessoas, os traços que deixou na sensibilidade popular da época (BOSI, 2003, p.18).

A memória parte do tempo presente, voltando-se ao passado, é uma apropriação de algo que sabemos, mas não nos pertence mais, e assim às narrativas, a oralidade permitem recontar, em um processo de ressignificação daquilo que foi vivido e experienciado.

Se a substância memorativa se densa em algumas passagens, noutras se esgarça com grave prejuízo para a formação da identidade. É grave também nesse processo o ofuscamento perceptivo, ou melhor, dizendo, subjetivo, uma vez que afeta o sujeito da percepção. As coisas aparecem com menos nitidez dada a rapidez e descontinuidade das relações vividas; efeito da alienação, a grande embotadora da cognição, da simples observação do mundo do conhecimento do outro (BOSI, 2003, p. 24).

A memória tem liberdade para escolher acontecimentos no espaço e no tempo, mas isto não significa que elas estão arbitrariamente ordenadas e relacionadas. A memória projeta para o futuro, pois na medida em que o/a narrador/a rememora não apenas simboliza e significa o fato narrado, mas intui um devir, algo de si próprio de ressurgir no tempo:

É mais que um reviver imagens do passado. Pode haver no narrador oral um minuto em que ele intui a temporalidade. Seu caminho familiar entre os infinitos caminhos possíveis é uma trilha de formiga: o tempo vivido pela biografia é aquele pouco captado pela memória narrativa. Mas a pessoa reflete sobre o tempo que lhe aparece como luz atrás de um pano esgarçado (BOSI, 2003, p.45).

A memória é, portanto, um trabalho sobre o tempo vivido, experiências construídas, caminhos feitos, marcado pela cultura do indivíduo. O ser humano não caminha de forma homogênea, mas a partir de realidades distintas. Cada grupo social o vive, significa e ressignifica a seu modo.

Nesta pesquisa temos utilizado dos estudos autobiográficos em educação como recurso metodológico e neste sentido as autobiografias são concebidas como possibilidade de descrição da vida em memória, ou seja, a narrativa enquanto expressão da memória imprime alteridade e reciprocidade.

A memória é entendida como interpretação do vivido, que pela atribuição de sentido torna-se lembrança, sofre nova interpretação ao ser narrada. Interpretação que justifica/explica o tempo presente, a ação e o desejo que é potencialidade para um futuro imaginado. A narrativa, dessa forma, passa a ser percebida como uma interpretação da interpretação. E é nesse jogo de interpretações que

as modulações são possíveis e que há espaço para o ficcional (CUNHA, 2012, p. 100).

Na perspectiva de Cunha (2012), o exercício de desvelamento que caracteriza a pesquisa autobiográfica se fundamenta na memória. É a memória que assinala a singularidade de cada pessoa, direcionando as possibilidades de ser e fazer. O processo de contar a própria história possibilita aliar o passado e o presente, apontando não somente justificativas sobre o que somos, mas abrindo possibilidades de ser.

Em relação às mulheres entrevistadas, na pesquisa como um todo, e não apenas das duas mulheres aqui apresentadas, a memória da infância foi motivo de saudosismo e certa nostalgia, para outras, porém, parecia não haver motivos para recordar. Em relação, à inserção na prática da prostituição, algumas o vivenciaram com glamour e é interessante sublinhar que nestes casos foram as situações em que as mulheres hoje têm mais de cinquenta anos, por outro lado, as demais mulheres não trouxeram a inserção na prática da prostituição como um acontecimento glamoroso.

Fazendo um levantamento de alguns dados referentes ao ano em que as mulheres nasceram e o ano (aproximadamente) em que iniciaram na prostituição podemos dialogar com algumas memórias e recordações importantes no que tange a temporalidade. No quadro a seguir compartilho estas informações:

Identificação	Ano nascimento	Inserção na prostituição
Ivone	1963	1980
Daniela	1971	1995
Rosângela	1953	1970
Cristiane	1977	1992
Viviane	1966	1980
Linda	1975	2000
Bianca	1971	1988
Luana	1981	1996
Luci	1966	1988
Carla	1978	2000

Quadro elaborado pela autora

Importante observar estes dados, em relação com as narrativas das mulheres, pois expressam o modo como cada uma significa e significou sua inserção

na prostituição, o momento histórico em que viviam, os acontecimentos familiares, sociais, culturais; além de relacioná-lo com momento em que narram e lembram destes fatos. Dentre as mulheres entrevistadas, cinco delas nasceram da década de 1970 e tiveram sua inserção na prostituição na década de 1990, ou final da década de 1980. As outras duas mulheres nascidas neste período tiveram sua inserção na prostituição por volta do ano 2000 ou final da década de 1990. Importante sublinhar que três destas mulheres, antes de iniciarem na prática da prostituição foram casadas e entraram na batalha após o término do casamento, como foi o caso das duas últimas que iniciaram a prática por volta do ano 2000. Em ambos os casos houve situações de violência doméstica por parte dos companheiros. As outras duas mulheres contaram que iniciaram na prática da prostituição antes de completarem os 18 anos.

Visualizando o quadro identificamos três mulheres nascidas na década de 1960 sendo que todas três se inseriram na prostituição na década de 1980. Nesta situação, duas destas mulheres iniciaram a prática da prostituição após a fuga do ambiente familiar violento ou em busca de melhores condições de vida. Ainda, visualizando o quadro, temos uma mulher nascida na década de 1950 e com início na prostituição na década de 1970; e uma mulher nascida na década de 1980 e início na prostituição em 1990. As mulheres que iniciaram na prostituição nas décadas de 1970 e 1980 trouxeram mais relatos relacionados à bares glamorosos, como já pudemos identificar. Por outro lado, as mulheres que trouxeram os relatos relacionados às décadas de 1990 e 2000 trouxeram mais relatos relacionados à vivência na rua e às situações de violências e inconsistências neste contexto.

Os relatos assim como a visualização destes dados nos mostram e nos remetem a um dado fundamental nesta pesquisa: a experiência a partir da memória e/ou esquecimento trazido pelas mulheres. Por experiência, compartilho do pensamento de Kofes e Piscitelli (1997) que entendem que a experiência como aquilo que não se expressa apenas em sentimentos e ações, mas também em reflexões sobre ações e sentimentos. Este dado esteve muito presente nas narrativas das mulheres, pois à medida que faziam memória de suas trajetórias refletiam sobre as mesmas, estabelecendo elos e pontos de interseção e interpretação sobre as mudanças, continuidades, descontinuidades, rupturas ocorridas em suas trajetórias. Desse modo,

A memória, se considerada como lembrança e esquecimento ancorados no presente, seria, para os mais cientificistas, uma fonte inviável para a reconstituição do passado. Mas, se deixamos de

lado as preocupações positivistas dos trabalhos de historia oral interessados em desvendar “verdadeiramente” aconteceu no passado, é possível perceber a riqueza oferecida pelas memórias (KOFES e PISCITELLI, 1997, p. 346).

Construindo o que podemos denominar de universo de significados e estabelecendo correlações entre as mulheres trouxeram no tempo/espaço das entrevistas com o tempo/espaço/percepção de minha inserção em campo alguns elementos surgem como uma grande colcha permeada de fios, ora mais finos, ora mais grossos, ora com cores intensas e nítidas, ora com cores opacas, de modo que muitos ditos também deixaram transparecer não ditos, elementos que pouco pude captar, ou que me escaparam. Alguns esquecimentos, no processo de rememorar, fazem parte também de escolhas daquilo que significa e faz sentido.

Nas memórias, as lembranças pessoais são reconstruídas a partir de um presente que é social uma vez que, para o autor, a lembrança pessoal esta situada na encruzilhada de redes de solidariedade múltiplas com as quais os indivíduos estão comprometidos. Mas se essas reconstruções falam de um presente que estabelece limites para as lembranças e as que as molda continuamente dando a elas novas formas, as lembranças também falam do passado [...] seria possível levar em conta o “vaivém” entre o presente e passado e a singularização do social presente nas trajetórias de uma procura de reconstrução do passado ou aquela de partir de uma noção de individuo para em seguida ter que situá-la socialmente (KOFES e PISCITELLI, 1997, p. 347).

Aquilo que não foi dito ou não captado, ou ainda os elementos presentes neste universo intenso e complexo de significados que é a realidade da prostituição e, portanto, não puderam ser nomeados não diminui a riqueza da pesquisa, antes mostra que estamos falando de processos, de narrativas que são construídas, ditas e não ditas, de trajetórias e caminhos percorridos no qual se forma uma rede imensa de relações e interações. Neste sentido, o que tem importando de fato nesta pesquisa, é de certo modo, desvendar, perceber, captar de que forma as próprias mulheres significam e constroem saberes a partir deste universo.

A memória não é um objeto para ser provado ou demonstrado, não precisa de validação a partir de signos estabilizados e “neutrais”. A vida prática se tece na memória, como símbolo auto significante. As maneiras como elas lembram e narram suas vidas é uma forma radical de “agenciamento” (OLIVAR, 2010, p. 54).

A partir do leque de memórias trazidas e compartilhadas algumas expressões no processo de narrar e rememorar foram fios, que a princípio pareciam soltos, mas que no percurso da pesquisa foram se entrelaçando.

Considerações finais

A temática do envelhecimento a partir da experiência e narrativa de mulheres que exercem ou exerceram a prática da prostituição no Centro Histórico de Salvador aponta como o processo de construção de identidade, gênero e envelhecimento tem se consolidado em suas trajetórias.

Contar e recontar suas trajetórias, reconhecer os desafios encontrados, os silêncios, pausas e interrupções, as escolhas feitas neste percurso marcam os modos como cada mulher interpreta sua própria história, recria possibilidades, estabelece relações e constroem a si mesmas enquanto mulheres.

Os conceitos de memória e esquecimentos surgiram a partir dos relatos e narrativas trazidos pelas mulheres, apontando o lugar da experiência, da memória e dos significados da prostituição e da velhice em suas vidas.

Referências bibliográficas

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. 2ª-ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CABRAL, Benedita Edina Lima. **Mulher e Velhice**. In: MOTTA, Alda Britto da; AZEVEDO, Eulália Lima; GOMES, Márcia Queiroz de Carvalho (Orgs.). Reparando a falta: Dinâmica de Gênero em perspectiva geracional. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – MEIM. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2005.

DELORY-MOMBERGER, C. **Fundamentos Epistemológicos da Pesquisa Biográfica em Educação**. Educação em Revista: Belo Horizonte, 2011, v.21 (01), p. 333-346.

DELORY-MOMBERGER, C. **Les Histoires de vie.** De l'invention de soi au projet de formation. Paris: Anthonpor, 2000.

DELORY-MOMBERGER, C. **Formação e socialização:** os ateliês biográficos de projeto. Educação e pesquisa. São Paulo, maio/ago. 2006, v.32, n2, p. 359-371.

DELORY-MOMBERGER, C. **A pesquisa biográfica:** projeto epistemológico e perspectivas metodológicas. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; PASSEGI, Maria da Conceição (Orgs). Pesquisa (Auto) Biográfica Temas transversais: Dimensões epistemológicas e metodológicas da pesquisa (auto) biográfica, Tomo I. Natal: EDUFRN; Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2012, p. 71-93.

KOFES, Suely. **Experiências sociais, interpretações individuais:** histórias de vida, suas possibilidades e limites. Cadernos Pagu, n.3, p. 117-141, 1994.

KOFES, Suely; PISCITELLI, Adriana. **Memórias de “histórias femininas, memórias e experiências”.** Cadernos Pagu (8/9), 1997, p. 343-354.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Guerras, trânsitos e apropriações:** políticas da prostituição feminina a partir das experiências de quatro mulheres militantes em Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado Antropologia Social, Porto Alegre, 2010.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Devir puta:** políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

OLIVEIRA, Mônica Queiroz de. **Prostituição e trabalho no baixo meretrício de Belo Horizonte – o trabalho da vida nada fácil.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

PASINI, Elisiane. **“Corpos em evidência”, pontos em ruas, mundos em pontos:** a prostituição na região da Rua Augusta em São Paulo. Dissertação de Mestrado Antropologia. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2000.

PINHO, E.B.M. **Trabalho sexual e envelhecimento: trajetórias** de vida de prostitutas idosas. XI Congresso Brasileiro Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, 07 a 10 de agosto, 2011.

PINHO, E.B.M. **Entre estigmas e resistências: trajetórias de vida de prostitutas idosas.** II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte, 13 a 15 de setembro de 2010, Belém do Pará (PA).

RAGO, Margareth. **Descobrimo historicamente o gênero.** Cadernos Pagu (11) 1998, p.89-98.

SOUZA, Elizeu C. **Pesquisa narrativa e escrita auto (biográfica):** interfaces metodológicas e formativas. In: SOUZA, E.C; ABRAHÃO, M.H.M.B. (Ogs). **Tempo, narrativas e ficções: a invenção de si.** Porto Alegre: EDIPURS, 2006, p. 135-147.

PISCITELLI, Adriana. **Trânsitos:** brasileiras nos mercados do sexo transacionais do sexo. Coleção Sexualidade, gênero e sociedade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

MULHERES IDOSAS E O ENVELHECIMENTO ATIVO

Isolda Belo

Fundação Joaquim Nabuco,
ibelodafonte@gmail.com

Aline de Oliveira Bomfim

Universidade Federal Rural de Pernambuco
alineob@yahoo.com.br

Resumo

As reflexões aqui apresentadas resultam do projeto *Mulher Idosa em Pernambuco: empoderamento e seus entraves*, desenvolvido pela Fundação Joaquim Nabuco, com a aplicação de 4.500 questionários a mulheres com mais de sessenta anos. O objetivo deste artigo foi analisar a relação entre o conceito de Envelhecimento Ativo (EA) e o comportamento das idosas entrevistadas relativo a sua atuação no âmbito doméstico ou público. Como resultado, pode-se concluir que as mulheres idosas pesquisadas, embora reajam aos estereótipos e modelos a elas predeterminados -seja pelos padrões marcadamente patriarcais da sociedade brasileira, seja pela imagem tradicional de velhice-, ainda reproduzem situações e valores, que reforçam a sua integral responsabilidade pelos cuidados da casa e da família, em detrimento de suas necessidades individuais, tanto em relação à saúde como também em torno da destinação dos recursos econômicos. Dessa forma, vivenciam também uma ambiguidade em relação às exigências de participação no espaço público contidas nas novas identidades sociais preconizadas pelo EA.

Palavras-chave: envelhecimento ativo, mulheres idosas, gênero.

Introdução

Com base nos dados coletados na Pesquisa Mulher Idosa em Pernambuco: empoderamento e seus entraves¹, refletimos sobre as dificuldades de inclusão da atual geração de mulheres idosas nas diretrizes da Organização das Nações Unidas (ONU, 2002) contidas na proposta do conceito de **envelhecimento ativo** (EA). Pretende-se contribuir, não apenas para o debate presente nos estudos sobre o envelhecimento, mas também reforçar os indicativos de que os novos desafios e modelos impostos à velhice podem ser reivindicados e reconstruídos principalmente no que se refere às mulheres.

Partimos da ideia de que os processos de mudança provocam e indicam a produção e condução de novas identidades sociais, permitindo diferentes configurações ao comportamento exigido a este coletivo pelas diversas forças sociais e políticas. Com isso, também queremos alertar sobre a necessidade de ampliar as políticas públicas destinadas à pessoa idosa, em especial, para a atual geração de mulheres com mais de sessenta anos que, devido à trajetória seguida e às desigualdades de gênero acumuladas ao longo da vida, veem suas chances diminuídas de reconfigurar suas realidades locais de forma a poder envelhecer na perspectiva proposta pelo EA. As questões básicas que nortearam este estudo foram: As identidades sociais produzidas pela e para a mulher idosa são afetadas diante dos novos desafios/modelos postos à velhice pelo conceito de EA? Em relação às prioridades estabelecidas pela atual geração de mulheres idosas, como fica a sua atuação no âmbito público, já que é esta a orientação contida nas atuais diretrizes da ONU para o envelhecimento?

Metodologia

Este artigo se baseia na análise dos dados coletados na pesquisa *Mulher Idosa em Pernambuco: empoderamento e seus entraves*, que foi realizada no estado de Pernambuco e concluída no ano de 2015. Foram acrescentadas as reflexões circunscritas ao subprojeto a ela vinculado *Agora são elas: as novas identidades da mulher idosa*². A pesquisa matriz aplicou 4.500 questionários

1 Pesquisa realizada pela Fundação Joaquim Nabuco em parceria com a Secretaria da Mulher do estado de Pernambuco.

2 Projeto do PIBIC desenvolvido por Aline Bomfim na Fundação Joaquim Nabuco, sob a orientação de Isolda Belo.

a mulheres com mais de sessenta anos, escolhidas aleatoriamente, em um universo definido por amostra da população idosa de Pernambuco, distribuída pelas diferentes regiões do Estado. Foram selecionadas as seguintes variáveis para análise aqui apresentada: renda, ocupação do tempo, estado civil, tomada de decisão sobre sua renda, tipo de mídia a que tem acesso, violência e as concepções sobre o significado de *ser velha* e *ser mulher*. Esta seleção se fez em face do objetivo de compreender a prioridade existente no comportamento dessas mulheres relativo à sua atuação no âmbito público ou privado. Este eixo de análise tem por base a diretriz contida no conceito de EA, que estabelece a priorização do protagonismo da pessoa idosa estimulando sua participação efetiva nas diversas estruturas sociais.

Resultados e Discussões

Inicialmente apresentamos o perfil econômico das mulheres entrevistadas para a pesquisa que, intencionalmente, buscou atingir as mulheres que demandam políticas públicas, ou seja, aquelas de menor poder aquisitivo: 90,2% delas declararam receber até 2 salários mínimos. Desse total, quase metade (41,4%) recebe apenas um salário mínimo. A maioria delas (76,7%) exerceram atividades remuneradas no decorrer da vida, não sendo, portanto, mulheres que tiveram a sua atuação circunscrita à vida doméstica.

Para a análise quanto à autonomia econômica realizamos o cruzamento de duas informações: estado civil e identificação da pessoa responsável pela tomada de decisão sobre o uso da renda. As mulheres que decidem sobre sua renda são aquelas que não vivem atualmente com algum companheiro ou marido. Em relação às casadas, não existe autonomia para o gasto de seus recursos financeiros. Segundo os dados pesquisados, 69,2% das idosas entrevistadas gastam todo seu rendimento em custos do domicílio; apenas 0,1% afirma gastar quase nada ou ter o salário integral poupado. Temos, ainda, que 21,7% dessas mulheres ainda exercem atividade que gera renda em trabalhos desempenhados no comércio 7,3%; em atividade agrícola, 7,7%; emprego em casas de família, 3,1%, e na indústria têxtil, 2%. Das mulheres que estão inativas (78,3% das entrevistadas), 39,7 delas recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) do Governo federal .

Em relação às formas de uso do tempo e participação em atividades no âmbito público, pode-se constatar que a grande maioria delas (63,5%), tem como atividade social principal a visita a pessoas da família. Em seguida, temos

21,6% que frequentam grupos que denominam *da terceira idade* dedicando-se ao lazer, constituído de passeios ou pequenas festas organizadas por estas entidades, fundamentalmente frequentadas por pessoas idosas e, em sua quase totalidade, por mulheres. Apenas uma minoria dedica seu tempo a ações que podem ser consideradas de engajamento ou compromisso com as estruturas mais politizadas da sociedade, tais como ONGs (2,9%), Sindicatos (2,4%) e Associações (4,5%), lembrando, ainda, que a maior parte dessas entidades também oferece o lazer como ocupação para os participantes. Em estudo paralelo, igualmente desenvolvido no âmbito da pesquisa matriz e tomando como referência os movimentos organizados em defesa da pessoa idosa, constatamos:

“que a participação das mulheres é majoritária nas principais entidades de defesa do coletivo idoso. No entanto, esta participação não se dá em cargos de direção. Não há sequer um levantamento das demandas específicas da mulher idosa nas reivindicações ou propostas feitas pelas entidades. Estas se restringem às demandas de saúde e afetivas, consideradas por meio unicamente das queixas relativas à solidão. Para tanto, se submetem a atividades propostas por uma liderança (exercida por um homem), que se limita a ações recreativas” (NIGRO, 2014, p. 33)³.

Nessa perspectiva e, tendo por base os dados até aqui apresentados, observa-se que a relação com a família ainda é o grande eixo das atividades sociais dessas mulheres, seguindo o padrão de comportamento em que foram socializadas: sua participação não se amplia além do cuidado com a família e da dedicação aos serviços considerados secundários na hierarquia dos valores dominantes. A participação em entidades que estimulem a sua atuação política, tal como a vinculação a associações, sindicatos, e outras, é ainda muito escassa

Ao lado dessas atividades também está a dedicação à vida religiosa, tradicionalmente associada ao comportamento feminino: 70% delas são católicas; 24, 2% são evangélicas e 2,4%, espíritas. Não foram identificadas mulheres sem religião. Independente de sua opção de fé, é alto o percentual (89%) das que frequentam regularmente suas igrejas: 37,5% vão semanalmente; 6,0% mais de uma vez por semana; 22,4% , de uma a três vezes por mês; 23,6% menos de uma vez por mês.

3 Relatório do subprojeto de Pesquisa do PIBIC/FUNDAJ de Ícaro Nigro: Mulher Idosa em Pernambuco: um coletivo em ação. IN: Relatório da Pesquisa Mulher Idosa em Pernambuco. FUNDAJ. Mat. Impresso. 180p. .

Observa-se, portanto, que as atividades principais desenvolvidas pelas mulheres no âmbito público estão vinculadas à prática religiosa ou a dedicação a atividades familiares. Tais constatações se alinham com a ideia de que o comportamento da mulher idosa ainda encontra-se fortemente influenciado por essas estruturas, que tendem a reforçar o caráter doméstico de seu comportamento.

Para as entrevistadas que responderam à questão relativa à violência percebemos que os números apontam para um alto índice de violência doméstica. Identificam como principais agressores os filhos ou netos (16,8%) e parentes mais afastados (1,6%). Os cuidadores foram mencionados em apenas 0,6%, registrando que elas não consideraram como cuidadores as pessoas da família. Nesses casos, seguindo a tendência observada nos estudos sobre violência, não houve registro oficial dessas ocorrências, argumentando não quererem expor os seus familiares, ainda que tenham sido agredidas por eles.

Perguntadas pela forma de busca e acesso a informações, não houve menção a amigos ou grupos de apoio, mas fundamentalmente, está presente a TV (90,1%) e o rádio (81,8%).

Por fim, em relação à pergunta sobre qual o significado de *Ser Idosa*, a opinião da grande maioria das entrevistadas (76,1%), identifica esta fase da vida a elementos negativos: doença, tristeza, medo da morte, fim da vida, solidão. Apenas 23,5% delas percebem fatores positivos, tais como, ser a melhor fase da vida, seja por terem já criado os filhos ou por terem adquirido experiência. Enquanto que na opinião sobre o que significa *Ser Mulher*, elas apontam elementos que requerem uma grande responsabilidade por parte delas, ou seja, ser forte, *trabalhadeira*, ter responsabilidade com a família, ser compreensiva, carinhosa e inteligente. Na mesma perspectiva, obedecer e *sofrer muito* aparecem em grande parte das respostas.

Para refletir sobre estes dados nos baseamos na questão do envelhecimento populacional e nas concepções de Stuart Hall (2006) e Castells (1999) sobre a construção da identidade nas sociedades pós-modernas.

O envelhecimento populacional vem despertando internacionalmente a preocupação dos gestores públicos diante de seus aspectos duradouros e irreversíveis. Nesse contexto, é consensual a identificação do processo de feminização da velhice (CAMARANO, 2006), que corresponde a maior proporção de mulheres idosas em relação aos homens dentro do coletivo, estimulando a mudança dos paradigmas relativos à velhice, historicamente associada à exclusão social, dependência e doença. A ideia atualmente dominante, proposta pelos organismos internacionais, é a de promover o *envelhecimento ativo*, que

se propõe a estimular o protagonismo da pessoa idosa por meio de sua participação nas diversas estruturas sociais. Este conceito foi definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como orientação às principais políticas destinadas à população idosa. O *Plano Internacional para o Envelhecimento* (Madri, 2002) traz as diretrizes que vêm sendo seguidas nos diversos países do mundo e, também, no Brasil. Esse novo plano de ação cria o conceito de **envelhecimento ativo**, considerado o processo pelo qual se otimizam as oportunidades de bem estar físico, social e mental durante toda a vida, com o objetivo de ampliar a expectativa de vida saudável, a produtividade e a qualidade de vida na velhice (ONU, 2002). Este conceito, também se refere ao ato de uma implicação contínua em atividades socialmente produtivas e de trabalho gratificante. Nesse sentido, incorpora-se de maneira substancial a noção da pessoa idosa como uma pessoa de direitos e deveres na sociedade, devendo contribuir para a dinâmica da economia.

No entanto, pergunta-se: a atual geração das mulheres idosas, principalmente aquelas que demandam políticas públicas, encontram as condições estruturantes para assumirem este protagonismo?

Stuart Hall (2006) e Castells (1999) afirmam que a sociedade contemporânea vem sofrendo grandes transformações sociais, culturais, políticas e econômicas decorrentes principalmente do processo de globalização, provocando fragmentações nas antigas referências de suporte às identidades - como trabalho, família, religião.

Essas fragmentações sugerem mudanças, devido às novas realidades em que se apresentam, produzindo novas configurações sociais que transformam as identidades. Para o autor, há três concepções de sujeito que se formaram ao longo da história: *Sujeito do Iluminismo*; *Sujeito sociológico*; *Sujeito pós-moderno* (STUART HALL, 2006)

Em nossa análise, nos detemos apenas na ideia do *Sujeito pós-moderno*, considerando a pessoa que não possui identidade fixa ou permanente estando sempre em transformação, constituída de experiências advindas dos diversos sistemas culturais que nos rodeiam. Outra característica desta pessoa pós-moderna é a de possuir e absorver mais de uma identidade a partir das configurações sócio históricas. A identidade social é abrangente e se constrói nas diferenças e escolhas presentes nas relações sociais num processo de internalização e incorporação. A pessoa pós-moderna carece de afirmações e determinações tanto religiosas quanto científicas porque as duas já não satisfazem mais. Para ela, nada é fixo, tudo é mutável, moldável, fluido, contínuo,

assim como a identidade, por isso, estará em eterno conflito e disputas de status e papéis para autoafirmação.

Nessa perspectiva, Castells (1999), considera a identidade como um processo de construção de significados baseado na cultura ou num conjunto de propriedades culturais, que se relacionam entre si. As configurações que permeiam a organização da conjuntura social produzem novos significados e novas identidades, tais como: *Identidade legitimadora*: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais [...] *Identidade de resistência*: criada pelos atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e de sobrevivência [...] *Identidade de projeto*: quando os atores sociais constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social [...] (Castells, 1999, p.24).

Para Castells (1999), a identidade é algo fluido, mutante, que é transformada por meio das várias experiências acumuladas ao longo da vida e de condições sócio históricas impostas no meio em que vivemos, tanto influências por vias locais quanto globais. São as influências locais e globais, portanto, que produzem novas demandas e organizam formas de cognições da pessoa – objetiva e subjetivamente – servindo de marco para a construção e/ou reconstrução das identidades pelo reconhecimento e diferença.

Nesse sentido, é que necessitamos identificar quais as lutas, incorporações e fragmentações identitárias, que a atual geração das mulheres idosas está enfrentando, face ao conflito entre a sua vivência local e sua socialização histórica em uma sociedade patriarcal, frente à realidade global que as pressionam para que atuem no espaço público, referendado pela nova percepção da velhice como uma fase obrigatória de participação social.

No contexto de reconstrução dessas identidades, a mulher com mais de sessenta anos, vê reforçada sua vivência em um tempo de referências ambíguas, contraditórias, que exigem a fluidez na construção de sua identidade. Exige-se, portanto, fluidez a uma geração vinda de um contexto de formação de valores “sólidos”, fundamentados em dois alicerces: sociedade patriarcal, que exclui a mulher do espaço privado, e da velhice, concebida como afastamento das atividades públicas.

A entrada da mulher no mercado de trabalho provocou uma mudança significativa nas configurações familiares, pois estas mulheres passam a ser a principal ou a única fonte de renda da família. O crescimento econômico

informacional global, assim como mudanças tecnológicas nos processos de reprodução e as lutas da mulher por meio dos movimentos feministas, observadas a partir dos anos 60, dão ainda mais força a essas transformações sociais (CASTELLS,1999). As mulheres idosas, que vivenciam estes processos na atualidade, são também atingidas por tais mudanças, influenciando suas referências estruturais identitárias, baseadas essencialmente no patriarcalismo. No entanto, o EA, vem sendo unicamente exercido como uma orientação para que as pessoas idosas se adequem a este novo modelo, sem que sejam oferecidas as condições necessárias para tanto. Como foram observados nos dados obtidas pela pesquisa, pode-se constatar que prevalecem uma ambiguidade no comportamento dessas mulheres que, ao mesmo tempo em que buscam superar as concepções tradicionais sobre o envelhecimento, não encontram uma rede de apoio que lhes permita superar os comportamentos tradicionalmente internalizados por elas ao longo de sua socialização.

Conclusões

As reflexões aqui apresentadas apontam para a necessidade de estudos diretamente focados na relação entre as atuais exigências contidas nas diretrizes da ONU, - adotadas pelo Brasil -, em relação ao envelhecimento e a atual geração de mulheres idosas.

Consideramos que as novas identidades da mulher idosa são arranjadas pela reconstrução de antigas referências identitárias, concomitantemente influenciadas pelas transformações de caráter externo - locais e globais. Por um lado, foram socializadas fortemente pela ideia da priorização do espaço doméstico como ambiente de sua atuação e continuam na velhice a seguirem esta orientação. Isso é devidamente observável pelas opções apontadas nas respostas das mulheres entrevistadas em relação ao gasto de seus rendimentos e pelas atividades principais por elas desempenhadas.

Tem em vista o *envelhecimento ativo* preocupa na realidade social das mulheres idosas, tanto os discursos externos, como aqueles internos (subjetivos), relativos à compreensão da mulher idosa sobre si mesma, que produz uma dupla demanda de atuação. De um lado, é exigido um comportamento associado à fragilidade e a domesticidade; de outro, é requerida a sua participação ativa na manutenção de sua vida e de sua família.

Os discursos externos e internos estão cercados e banhados nas produções e reproduções institucionais. As exigências do discurso global, muitas vezes,

não condizem com a realidade específica (local), contradição que provoca e induz ao reforço de um comportamento que sobrecarrega ainda mais a mulher idosa.

A fragilidade física e afetiva e a permanência da atuação no âmbito doméstico, por exemplo, apontadas não só pelo envelhecimento, mas também pela própria concepção sócio-histórica da mulher em sociedade, traduz esta luta: ainda que não queiram ser consideradas frágeis, e ainda que extrapolem o espaço de seu domicílio como campo de atuação, reproduzem para si, padrões que inibem representações ativas e livres a respeito do ser mulher e do ser idosa.

Referências

CAMARANO, A. A. Envelhecimento da população brasileira: Uma contribuição demográfica. In: FREITAS, E. V. et al. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2006. p. 88-105.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. 2ª Ed. São Paulo, SP. Paz e Terra, 1999.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro, RJ. DP&A. 2006.

_____. **Identidade e diferença a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes. 2009.

ONU **Estratégia Internacional de Ação sobre o Envelhecimento**, 2002. “Disponível em”: < www.madrid2002-envejecimiento.org. > “Acesso em”: maio/2016.

“CAMINHOS PERCORRIDOS” POR MARIA THETIS NUNES: PIONEIRA CATEDRÁTICA DO ATHENEU SERGIPENSE

João Paulo Gama Oliveira
Faculdade Maurício de Nassau/SEED
jpg_oliveira@yahoo.com.br

Resumo

Maria Thetis Nunes, nasceu na cidade sergipana de Itabaiana no ano de 1923 dedicou boa parte da sua vida ao magistério secundário e superior, bem como as pesquisas e escritos acerca de diferentes facetas da História de Sergipe. Thetis, foi aluna do Atheneu Sergipense e depois retornou como professora da renomada instituição de ensino secundário, constituindo-se como a primeira mulher a ingressar naquela Congregação como catedrática. Dessa forma, os caminhos percorridos pela jovem Thetis até a realização do concurso são investigados no presente trabalho, no qual tomamos como fontes as suas publicações em jornais e sua participação em associações estudantis ainda como discente dos cursos ginásial e secundário, como também entrevistas da intelectual sergipana. A pesquisa aponta como a cátedra ocupada pioneiramente por Maria Thetis Nunes, foi conquistada paulatinamente, mesmo antes do certame que enfrentou com bravura e com uma bagagem de estudos tanto dentro da sala de aula em Sergipe e na Faculdade de Filosofia da Bahia, como também pelo aprendizado nos movimentos estudantis que fez parte, entre outras “redes” de sociabilidade. A mulher, forte e dedicada, contou com o apoio da família e de alguns professores ao longo da sua caminhada estudantil até a cátedra, mas, sobretudo, com uma forte determinação que a fez transpor barreiras que pareciam intransponíveis.

Palavras-chave: História da Educação, Intelectual, Itinerários, Maria Thetis Nunes.

Introdução e Metodologia

Maria Thetis Nunes (1923-2009)¹ constitui-se como uma intelectual brasileira nascida no seio de família humilde na cidade sergipana de Itabaiana, a jovem deixou o interior para prosseguir os estudos na cidade de Aracaju. Na capital, estudou no Atheneu Sergipense o ensino secundário entre os anos de 1935 e 1941 deixando essa “Casa de Educação Literária” para ingressar na primeira turma da graduação em Geografia História na Faculdade de Filosofia da Bahia.

Ainda como aluna do ensino superior ingressou como catedrática de Geografia Geral no Atheneu Sergipense, dali em diante assumiu diferentes postos de direção, publicou dezenas de artigos na imprensa local, participou de diferentes congressos com apresentação de trabalhos científicos e, sobretudo, ensinou e escreveu acerca de diferentes facetas da História de Sergipe e do Brasil. Thetis Nunes possui a mais vasta obra sobre o passado sergipano inclusive com uma síntese da História da Educação sergipana da colônia a república, além de um variado número de escritos sobre intelectuais, entre outras temáticas abordadas pela pesquisadora.

Diante da vastidão que envolve sua vida, o presente trabalho busca analisar os “caminhos percorridos” por Thetis Nunes até a conquista de uma cátedra no Atheneu Sergipense. Para atingir tal fim utilizo como fontes as suas publicações em jornais e sua participação em associações estudantis ainda como discente dos cursos ginásial e secundário, além de uma entrevista com a própria Thetis efetuada no ano de 2007 e depoimentos concedido por ela a outros pesquisadores.

Resultados e discussão

Thetis Nunes orgulhava-se do seu pioneirismo e fazia questão de mencioná-lo sempre que tinha oportunidade. Em entrevista concedida ao autor em 2007, a citada professora discorreu sobre sua trajetória com o nascimento na cidade de Itabaiana/SE, no ano de 1923. Filha de José Joaquim Nunes e Maria Anita Barreto, tendo perdido seu pai muito cedo, sua mãe assumiu a responsabilidade

1 A presente discussão deriva da Tese intitulada “Caminhos cruzados: itinerários de pioneiros professores do ensino superior em Sergipe (1915-1954)”, para saber mais sobre o assunto ler Oliveira (2015).

de cuidar tanto de Thetis, como de seus dois irmãos: Fernando Barreto Nunes e Emília Nunes. Seu pai faleceu logo depois de aventurar-se na busca da borracha na Amazônia na década de 1920.

Conforme estudos de Santos (1999), Thetis residia em uma casa situada na rua do Cisco, atualmente, 13 de Maio, na cidade de Itabaiana. Sua mãe, que só tinha o curso primário, lia constantemente os jornais enviados por seus tios da Bahia e do Rio de Janeiro. Sobre Anita Nunes, Thetis recorda dos ensinamentos por meio dos provérbios, da dedicação à família, das orientações seguras que dava aos seus filhos e do seu interesse pela leitura, bem como da sua facilidade de manipular os números.

Conforme Oliveira (1997), foi durante sua infância, mais precisamente aos 10 anos, que Thetis Nunes teve os primeiros contatos com a literatura, por meio de romances como o “Guarany” e “Amor e Perdição”, como também de revistas como “Tico-Tico” e das novelas escritas em fascículos como “A Filha do Diretor do Circo” e “Flávia, a Princesa Desventurada”. Também com essa idade, Thetis viveu a grande seca de 1933, que atingiu o nordeste brasileiro, marcas que ficaram guardadas em suas memórias:

Lembrando minha infância, evidencio fatos que marcaram a minha personalidade: a solidariedade existente entre as pessoas, a ausência de distinção social visível nas festas das casas, mesmo nas menos pobres, sem convites e preconceitos, onde todos dançavam...o drama da seca dos começos da década de 1930, olhando, espantada, os retirantes chegando à cidade, famintos e sedentos, e as longas filas de vasilhas em busca da água do único poço artesiano existente na cidade e os açudes quase secos ..., ou as pessoas chegando, espavoridas, fugindo de Lampião e outros cangaceiros (NUNES, 2005, p. 233).

O cotidiano da sua cidade berço, narrado no aniversário de oitenta anos, aparece repleto de marcas do presente na descrição daquele passado vivido em outrora. As memórias de Thetis Nunes já octogenária apresentam uma cidade com “ausência de distinção social” e seus círculos de convívio que envolviam festas em casas de grupos sociais distintos. Olhando por outro ângulo, veem-se também os reflexos da seca e do movimento do Cangaço que perpassou o nordeste brasileiro nas primeiras décadas do século XX, deixando suas marcas na cidade comercial de Itabaiana.

Alguns anos depois, a criança Thetis Nunes mudou-se para Aracaju, juntamente com a sua família. No trajeto entre o interior e a capital, a Serra de Itabaiana, antes visualizada a partir das árvores do seu quintal, foi, então, vista de perto. Durante a viagem, nunca antes realizada, pensava no exame de admissão que iria prestar naquela desconhecida cidade. Chegando à capital: “Ao descer da marinete na rua da Frente, tive, talvez, a visão mais impressionante da minha vida: o estuário do Rio Sergipe com a quantidade de água que oferecia e que eu nunca vira tanto...” (NUNES, 2005, p. 234).

A menina do agreste sergipano chegava à Aracaju. A seca vivida contrastava com as águas do Rio Sergipe, as várias casas da Rua da Aurora se diferenciavam da sua vivência na Rua do Cisco e arredores. A marinete que trazia os itabaianenses para Aracaju seguiu seu rumo de volta para Itabaiana e Thetis Nunes fincou suas raízes na cidade de Inácio Barbosa. O Rio Sergipe marcou sua primeira visão de Aracaju.

Sua professora primária chamava-se Izabel Esteves de Freitas, renomada docente da cidade natal de Thetis. No discurso de posse na Academia Sergipana de Letras, Thetis Nunes faz referência a sua primeira professora e aos tempos de estudante na sua cidade natal:

No magistério encontrei, a plena realização do meu ideal de vida. Professora eu sou desde os bancos ginásianos; mesmo acidentalmente ocupando outros cargos, nunca me afastei da sala de aula. Vocação despertada na infância numa singela escola pública isolada, pelo exemplo de uma professora admirável, a quem presto a minha homenagem: Izabel Esteves de Freitas. Ela acreditou na menina irrequieta e encantada pelos livros, e me estimulou a abrir caminhos além do horizonte, que me parecia intransponível, marcado pela serra de Itabaiana e suas ramifica es e a seguir sempre em frente, sem esmorecimento para que os sonhos se tornassem vida (NUNES, 1990, p. 90, grifos meus).

As memórias de Thetis Nunes acerca do início da vida estudantil estão interligadas   sua atua o como professora; neste momento, que pode ser considerado um dos mais marcantes na vida de um intelectual sergipano no século XX: a posse na ASL, a itabaianense apresenta fragmentos dos seus itinerários perpassados por recorda es distantes e nomes que contribuir m para sua conforma o na carreira, ou mesmo que necessita citar para creditar uma origem

do seu “despertar intelectual”. Izabel Esteves estava nas memórias de Thetis no rol das pessoas que a incentivou a “abrir caminhos além dos horizontes” apresentados naquele momento. Contudo, não foram só os incentivos daquela professora, como também um conjunto de fatores familiares, sociais e econômicos que fizeram com que Thetis Nunes transpusesse a serra de Itabaiana para que “os sonhos se tornassem vida”.

Como estudante do Atheneu Sergipense em Aracaju, Thetis Nunes, envolveu-se na política estudantil daquele estabelecimento de ensino. Rodrigues (2015) pontua que as alunas Neusa Nascimento e Maria Thetis Nunes participaram como sócias e oradoras do Grêmio Literário Clodomir Silva, como perceptível no seu discurso na Inauguração do Centro Estudantil, em 1938:

Platão afirmava: ‘um dia, uma hora, um momento de heroísmo vale mais que um século de prudência vulgar ou de virtude trivial’. E foi com os olhos dirigidos para estas palavras do imortal filósofo grego que ousei-me dirigir a tão ilustre auditório a fim de desempenhar a missão que me confiaram: representar nesta solenidade a mocidade feminina de minha terra. Aceitei esta missão com entusiasmo porque via o apoio de minhas colegas esta idéia dos jovens estudantes demonstrando que já não é a mulher antiga, enclausurada nas alcovas sombrias, completamente alheia às letras, á civilização e sim a mulher instruída que dia a dia vai revelando sua inteligência, sua inclinação, as artes, a literatura (NUNES, 1938, s/p).

Esse fragmento inicial do discurso de Thetis Nunes, na condição de aluna do quarto ano do curso fundamental do Atheneu Sergipense, aponta elementos do pensamento da jovem estudante defensora dos direitos das mulheres e representante das estudantes daquela instituição de ensino no ato de inauguração do Centro Estudantil. Tal discurso é seguido por referências à Júlia Lopes de Almeida, Victor Hugo, Aristóteles e Sócrates. Além disso, expressa seu pensamento através de frases como: “A educação de um povo é um dos urgentes e maiores problemas”; e na conclusão do parágrafo final afirma: “O progresso é um Tiradentes dando seu sangue em prol da liberdade da Terra de Santa Cruz”.

Um discurso como o citado, proferido em um auditório repleto de estudantes e entre eles algumas mulheres, possivelmente, contribuiu para que o nome de Thetis Nunes ganhasse relevo no meio estudantil, sendo não mais a menina de Itabaiana que chegou à cidade grande, mas, também, construindo “redes”

por meio de laços de afetividade e ideológicos, dialogando com os escritos de Sirinelli (2003).

Faz-se necessário ressaltar ainda que o discurso proferido pela aluna Thetis Nunes é datado de 1938, um ano após o chamado Golpe do Estado Novo de Getúlio Vargas, ou seja, a liberdade nos diferentes cantos do país era vigiada, mas no Atheneu Sergipense, a itabaiense continuou a estudar e, em 1939, concluiu o seu curso fundamental.

Em suas próprias palavras, Thetis Nunes assim descreve o período de estudante daquela “Casa de Educação Literária”, sob a direção de Joaquim Vieira Sobral:

Lá chegando criança, cursaria os cinco anos ginasiais e os dois complementares, dentro do esquema da Reforma Francisco Campos. [...] Grande parte dessa vivência ocorreu sob a direção de Joaquim Sobral, que se iniciou quando eu ainda cursava a primeira série ginasial. [...] Foi ele um precursor da assistência ao estudante pobre, numa época que o jovem desprovido de recursos não contava com qualquer ajuda dos poderes públicos para estudar (NUNES, 1980, p. 2).

O que se pode entender por “estudante pobre”? Talvez os grandes elogios que Thetis Nunes efetuou ao professor de Desenho esteja atrelado ao apoio fornecido a ela, e outros sergipanos que, não possuidores de vasto capital econômico, como muitos dos seus colegas de classe, sentaram nos bancos do velho Atheneu e dali seguiram para diferentes profissões de comando. Possivelmente, Thetis Nunes precisou do apoio de Joaquim Sobral na fase de adaptação à escola, ou mesmo para poder se integrar ao ambiente novo que surgia na vida da interiorana no universo de muitos professores e exigências próprias do secundário da época.

Assim, Thetis Nunes e mais outros poucos concludentes do curso continuaram os preparativos para o ingresso no ensino superior nos chamados cursos complementares. No Atheneu Sergipense, Thetis Nunes foi aluna daqueles que depois foram seus colegas de profissão: Abdias Bezerra, Felte Bezerra, Gentil Tavares, José Augusto da Rocha Lima, José Rollemberg Leite, Gonçalo Rollemberg Leite, Mario Vilas Boas, Arthur Fortes entre outros. Este último marcou profundamente sua formação como professora e historiadora.

No Atheneu Sergipense, Maria Thetis Nunes estudou durante sete anos, concluiu o ginásio, em 1939; e o curso pré-jurídico, em 1941. Em entrevista a Jucá Melo (2006), Thetis Nunes credita sua formação a vários docentes, entre eles, alguns professores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, como: Álvaro Vieira Pinto, Guerreiro Ramos, Inácio Rangel, Celso Furtado e Nelson Werneck Sodré, e outros do Atheneu Sergipense.

[...] tive professores maravilhosos, como Arthur Fortes, Gonçalo Rollemberg Leite, que foi o meu professor de Literatura por dois anos e que abriu o meu caminho para conhecer a literatura do Brasil e principalmente de Sergipe. Manoel Bomfim, eu só conheci graças a Gonçalo e depois me foi útil quando no ISEB tive que desenvolver um trabalho com conotações nacionalistas; como sou ligada a Sergipe e queria fazer um trabalho relativo a Sergipe aí me lembrei de Manoel Bomfim, que o professor Gonçalo tanto falava e fui estudar este Manoel Bomfim (NUNES, 2006, *apud* MELO, 2006, p. 55).

Gonçalo Rollemberg, seu professor de Literatura do curso pré-jurídico, reitera o papel do docente na formação dos alunos. No caso de Thetis, a pesquisa sobre Manoel Bomfim remete a uma lembrança das aulas de Literatura com Gonçalo. Do Atheneu Sergipense, seguiu para a Faculdade de Filosofia da Bahia (FFB) para ser aluna da primeira turma do curso de Geografia e História (1943-1945).

Antes disso, logo após concluir o curso pré-jurídico e o ensino secundário, no ano de 1941, Thetis Nunes foi convidada para lecionar no Atheneu Sergipense, pelo então diretor e seu ex-professor, Felte Bezerra, para ministrar aulas de História Geral e do Brasil como professora interina ao longo do ano de 1942. Thetis aceitou o convite e lecionou por um ano; em 1943, seguiu para o curso superior em Salvador. Ainda na condição de acadêmica da FFB, Thetis buscou um lugar na Congregação do Atheneu Sergipense ao se candidatar ao concurso cujo Edital de número 8 foi publicado no dia 20 de julho de 1944 no *Diário Oficial da União*.

O referido edital abria vagas para professor de: História Geral, Geografia Geral e Ciências Naturais. A instrução normativa estava baseada no Decreto Lei 4.244 de abril de 1942, tais normas eram semelhantes ao concurso ao qual Felte Bezerra se submeteu seis anos antes. Maria Thetis Nunes, ainda estudante do

segundo ano do curso superior na cidade de Salvador, enviou ofício ao Diretor da Faculdade de Filosofia da Bahia:

Para fins de concurso à cadeira de História Geral do Colégio Estadual de Sergipe, a infra firmada aluna da 2ª série curso de Geografia e História, vem requerer a V. Excia. os seguintes atestados:

Do exame vestibular à 1ª série do curso de Geografia e História realizado no ano de 1943, discriminando as notas e classificação obtida;

Da aprovação da 1ª série no ano de 1943 com as respectivas notas e classificação;

Identicamente da 2ª série feita no ano de 1944.

N. termos

P. Deferimento

Bahia, 6 de dezembro de 1944

Maria Thetis Nunes

(OFÍCIO DE MARIA THETIS NUNES A FFB, Pasta da discente Maria Thetis Nunes, Arquivo da FFCH/UFBA).

O pleito foi atendido e Thetis Nunes efetuou sua inscrição para concorrer à cátedra de História Geral em 13 de Janeiro de 1945. Conforme o Termo de Abertura de Inscrição para Concurso (1913-1948), localizado no CEMAS, a itabaianense apresentou os seguintes documentos: certidão de idade, atestado de saúde, cinquenta exemplares da tese “A Civilização Árabe sua influência na Civilização Ocidental”, certificado da primeira e segunda série do pré-jurídico.

Além da documentação relativa à sua vida de acadêmica, contando: certificado de atestado de frequência ao curso sobre o Método Histórico Crítico; documentação referente à obtenção do primeiro lugar no concurso de monografia da FFB, sendo esse um trabalho apresentado na cadeira de Antropologia daquela Faculdade; como também uma aula lida no curso de História Moderna da FFB e, ainda, atestado de desempenho de cargo no Centro de Estudos da FFB. Das suas vinculações com outros órgãos na cidade de Salvador, além da FFB, lista-se um diploma do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Depreendo que a jovem Thetis Nunes juntou documentos não exigidos no edital, mas demonstrou por meio deles sua dedicação à graduação; aos cursos complementares e ao movimento estudantil. Tal documentação mostra como o “engajamento” e a atenção aos estudos de Thetis Nunes na Bahia se fizeram

presentes no seu ingresso na docência, não só os conhecimentos angariados dentro e fora da sala de aula, bem como as distinções, serviram na disputa pelo concurso na parte da prova de títulos – o que reforça a importância do debruçar-se nos caminhos percorridos pelos intelectuais até o momento que alcançam determinados postos.

Na lista que trata da documentação entregue pela graduanda em Geografia e História, localiza-se ainda “[...] atestado de ter lecionado na Cadeira de História Geral e do Brasil no Colégio Estadual de Sergipe (cópia do contrato)” e, por fim, recortes de jornais de uma conferência realizada na Capitania dos Portos em Sergipe (LIVRO TERMO DE ABERTURA DE INSCRIÇÃO PARA CONCURSO (1913-1948) – CEMAS). O atestado de professora contratada do Atheneu Sergipense, antes de 1945, reforça os escritos de Thetis Nunes sobre Felte Bezerra como aquele que a convidou para lecionar naquela escola.

O concurso contou com dois inscritos, Thetis Nunes e o bacharel Manuel Ribeiro. Nascimento (2003), ao analisar tal concurso, vislumbra uma disputa entre os partidos do PSD e da UDN, sendo Manuel Ribeiro um prestigiado político pessedebista e Thetis, diante da sua vida acadêmica na Bahia, contava com a simpatia dos udenistas.

Na tentativa de entender melhor os pormenores que permeou o concurso, busquei a imprensa da época. No jornal *Correio de Aracaju* de 25 de julho de 1945, localizei a manchete: “Homenagem a memória de três grandes sergipanos: professores Artur Fortes e Abdias Bezerra e Almirante Amintas Jorge”, a matéria divide-se ao tratar das homenagens realizadas no IHGSE e no Atheneu Sergipense. Nesse último, o jornal faz uma síntese da reunião que ali ocorreu, ao tratar da fala do diretor Joaquim Vieira Sobral, da presença do representante interventor do Estado, o discurso do professor Manoel Franco Freire, que provocou as palmas dos presentes, bem como uma poesia feita por Avany Torres intitulada “Versos a um poeta que morreu”. Além desses, descreveu a fala de Maria Thetis Nunes:

Oração vibrante e oportuna foi a da acadêmica de Filosofia Srta. Maria Tetis, que falou sobre os pseudo concursos, aos quais os protegidos do Poder se submetem por desfaçatês, sabendo de antemão, que eles, - bem ou mal sucedidos nos exames – é que são nomeados e não os seus concorrentes que não tem pistolões na ditadura (JORNAL CORREIO DE ARACAJU, 25 de julho de 1945, p. 4).

O fragmento do citado jornal, que já traduz uma leitura do seu editor acerca da fala de Thetis Nunes, expõe uma jovem graduada que circulava no meio intelectual de Sergipe e proferia discursos, assim como foi sublinhado, tanto na sua época de estudante do Atheneu Sergipense como na Bahia, além de tratar de “pseudo concursos” na própria Congregação do Atheneu Sergipense a qual almejava conseguir um lugar. Os “pistolões” podem ser visualizados como os vínculos políticos que o seu concorrente possuía a ponto de ser nomeado para o cargo que ambos pleiteavam.

Diante da circulação que os jornais impressos possuíam no meio intelectual sergipano e mesmo a representatividade da Congregação do Atheneu Sergipense, pode-se induzir que tal discurso não ficou restrito àquela reunião. Assim, alguns meses depois da publicação, mais precisamente em 10 de outubro de 1945, foi publicado no *Diário Oficial do Estado de Sergipe* um decreto nomeando o bacharel Manuel Ribeiro para exercer o cargo de catedrático de História Geral, no Atheneu Sergipense, padrão O, com base no processo nº 9 209/45 passando a fazer parte do quadro permanente do Estado. Contudo, já no dia 25 de outubro do mesmo ano, o Interventor do Estado, naquele momento, Francisco Leite Neto, em substituição a Marcos Ferreira, nomeou Maria Thetis Nunes como professora substituta do catedrático de História Geral, enquanto durasse o impedimento para com o titular efetivo (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 28 de outubro de 1945).

Em 12 de março de 1946, consta um ofício no Livro de Recortes de Jornais do Atheneu Sergipense que informa:

[...] em face de telegrama do Sr. Ministro da Educação, de 7 de março do ano fluente, que não contraria a indicação por parte deste Colégio, da professora Maria Thétis Nunes para reger, em caráter efetivo, a cadeira de Geografia Geral, reafirmar o júbilo com que se receberia a concretização dêsse ato pelo Governo de Vossa Excelência (LIVRO DE RECORTES DE JORNAIS DO ATHENEU SERGIPENSE-CEMAS).

Tal notícia é confirmada na consulta ao *Diário Oficial do Estado de Sergipe* de 17 março de 1946, no qual consta um decreto com a nomeação de Thetis Nunes para professora catedrática com base no processo nº 2 030/46. A partir de então, Manuel Riberio assumiu História Geral e Thetis Nunes Geografia Geral no Atheneu Sergipense.

A existência de um processo fundamentando a nomeação de Thetis Nunes com um número diferente do que nomeou Manuel Riberio – 9 209/45, atrelada ao que havia sido publicado na imprensa sobre os concursos com a fala daquela jovem graduanda, somados a outros elementos aqui apontados, mostram como o ingresso de Thetis Nunes, no Atheneu Sergipense, esteve permeado por uma série de querelas e embates políticos e intelectuais.

No seu discurso de posse transcrito na íntegra no jornal *Correio de Aracaju*, entre vários elementos da sua trajetória até aquele momento, ela destacou a figura de Arthur Fortes sendo que sua posse ocorreu justamente no dia do aniversário do mestre de História e sublinhou “Grande foi a sua influência na minha formação intelectual” (NUNES, 1946, p. 2). Thetis Nunes afirmou ainda: “Detenho-me um pouco nos caminhos percorridos e, olhando para trás, vejo com alegria que jamais me afastei da meta traçada [...]” (NUNES, 1946, p. 2, grifos meus). Ciente do jogo de memória que envolveu tal fala, o discurso prosseguiu em uma narrativa cronológica com alguns acontecimentos marcantes da vida de Thetis que apontam sujeitos e espaços relevantes nos seus itinerários. Logo depois a catedrática trata da sua conquista como um símbolo da vitória feminina:

Ascendo a uma cátedra do Colégio Estadual de Sergipe, a minha vitória é a vitória do elemento feminino sergipano. As condições sócio-econômicas presentes lançaram a mulher no mesmo terreno das competições dos homens. E hoje, as vemos ocupando os mais diversos cargos, fazendo ruir os preconceitos seculares da sua inferioridade cultural. Para melhor compreender a situação da mulher na sociedade contemporânea, é preciso considerá-la não isoladamente, mas em flutuações da evolução social. É na história da divisão do trabalho que se acentou com a Revolução Industrial, que encontramos as causas e os efeitos da sua atual situação. Não nos encontramos mais na época em que a mulher, para ocupar um lugar de relevo em qualquer setor do pensamento, tinha que, cedendo às pressões do meio, se tornar uma caricatura masculina. [...] Nos nossos dias, pode a mulher distinguir-se nas artes, nas letras, ou nas ciências, sem perder o seu caráter essencialmente feminino. Comprovam as nossas afirmativas as biografias de mulheres famosas como Elisabeth Browning Mary Mitchell, Madame Curie e diversas outras. Todas elas compreenderam a grande afirmativa

de Nietzsche, o louco genial: “a vida consiste em transformar constantemente em luz e flamas tudo o que somos ou que se nos depara” (NUNES, 1946, p. 2).

Tal discurso proporciona diversas interpretações a serem trabalhadas por aqueles que se aventurarem a entender diferentes facetas de Maria Thetis Nunes. Por ora cabe apontar as leituras efetuadas pela sergipana, bem como as mulheres que a inspiravam. Sua posse mais do que alçar a um posto cobiçado da intelectualidade sergipana, era também uma vitória do elemento feminino. Sua erudição e uma sintética exposição da história das lutas das mulheres também são expostas nesse fragmento do discurso proferido pela jovem Thetis no ato da sua posse.

Maria Thetis Nunes que cursava o ensino superior na Bahia no momento de realização do concurso, tinha fama de “subversiva”, como afirmou em entrevista realizada no ano de 2007. Tal “fama” advinha de sua participação nos movimentos estudantis e do envolvimento com nomes de esquerda do meio acadêmico na Bahia. Mesmo adjetivada de tal forma e enfrentando o desafio de integrar um dos ápices da intelectualidade sergipana, em um concurso com intensa conotação política, Thetis Nunes, de “subversiva” na Bahia, chegou à cátedra de Geografia Geral no Atheneu Sergipense.

Conclusões

Na presente pesquisa, mostro como a vivência na escola “passou para dentro” dessa intelectual brasileira. “Professores-paradigma” são creditados como influenciadores dos caminhos percorridos pela jovem estudante secundarista. Memórias construídas tempos depois quando se propôs a pensar a vida de uma longa distância, mas que possuíam um embasamento na história vivida nas salas de aula e outros espaços de práticas educativas.

Tais práticas escolares dos seus professores, somadas ao universo cultural no qual Thetis Nunes esteve imersa, contando com contribuições do ambiente familiar, com as amigas dentro e fora da sala de aula, a participação em centros acadêmicos, publicações em jornais, as viagens e as mudanças para estudar, constituem-se como elementos que reiteram o significado da “instituição escolar na nossa vida social”, assim como reafirmam a importância dos estudos dos itinerários formativos para a compreensão do intelectual, bem como da História da Educação brasileira na primeira metade do século XX.

Assim, a pesquisa concluiu que a aponta como a cátedra ocupada pioneiramente por Maria Thetis Nunes, foi conquistada paulatinamente, mesmo antes do certame que enfrentou com bravura e com uma bagagem de estudos tanto dentro da sala de aula em Sergipe e na Faculdade de Filosofia da Bahia, como também pelo aprendizado nos movimentos estudantis que fez parte, entre outras “redes” de sociabilidade. A mulher, forte e dedicada, contou com o apoio da família e de alguns professores ao longo da sua caminhada estudantil até a cátedra, mas, sobretudo, com uma forte determinação que a fez transpor barreiras que pareciam intransponíveis.

Referências

CEMAS, Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. Certificados de Exames de Admissão (1934-1946). Ref. 428FASS06. Cx. 107.

CEMAS, Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. Livro com o quadro de funcionários docentes, disciplinas e séries (1926-1953). 480FASS09.

CEMAS, Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1916-1939). Ref. 496FASS01.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: *Teoria & Educação*. Porto Alegre/RS. nº. 2, 1990, p. 177-229.

DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rosa Fátima de. “O todo poderoso império do meio”: transformações do ensino secundário entre a Reforma Francisco Campos e a primeira LDBEN (à guisa de apresentação). IN: DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rosa Fátima de (Organizadores). *Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961)*. Uberlândia: EDUFU, 2014. p. 11-30.

MELO, Jucá Adriano Silva. *Leituras de Maria Thetis Nunes*. Monografia (Conclusão de Curso em História). Graduação em Licenciatura em História da Universidade Tiradentes (Unit). Aracaju/SE, 2006; 55p.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. PSD X UDN na Congregação do Atheneu: o concurso de Maria Thétis Nunes. In: *Jornal Cinform*, Aracaju/SE, v. 1081, p. 4 - 4, 29 dez. 2003.

NUNES, Maria Thetis. *Discurso de Inauguração do Centro Estudantil de Sergipe*. 21 de agosto de 1938. Aracaju/SE. Acervo particular da autora doado ao IHGSE (FMT. S5. CX 520. Doc. 001).

NUNES, Maria Thetis. O prof. Artur Fortes soube viver o seu momento. In: *Correio de Aracaju*. Aracaju/SE. 28 de julho de 1945.

NUNES, Maria Thetis. Discurso de Posse na Congregação do Atheneu Sergipense. In: *Jornal Correio de Aracaju*. Aracaju/SE. 30 de julho de 1946.

NUNES, Maria Thetis. Dom Mario: o Professor. In: *A Cruzada*. Aracaju/SE. 16 de Março de 1968. p. 2. Hemeroteca do IHGSE.

NUNES, Maria Thetis. Viena, onde a História e a Arte se confundem. In: *Gazeta de Sergipe*. Aracaju/SE. 14 de setembro de 1977. p. 3. Hemeroteca do IHGSE.

NUNES, Maria Thetis. Joaquim Sobral, o Pioneiro da Assistência ao Estudante Pobre. In: *Gazeta de Sergipe*. Aracaju/SE. 10 de outubro de 1980. p. 3. Hemeroteca do IHGSE.

NUNES, Maria Thetis. Discurso de Posse na Academia Sergipana de Letras na cadeira nº 39. In: *Revista da Academia Sergipana de Letras*. Aracaju, nº 30. 1990. p. 81-94

NUNES, Maria Thetis. Discurso de Maria Thetis Nunes em agradecimento a comemoração do seu 80º aniversário. In: *Revista da Academia Sergipana de Letras*. Aracaju. nº 35. 2005. p. 233-239.

NUNES, Maria Thetis. Professora da FCFS. Entrevista concedida ao autor em 15 de agosto de 2007. Aracaju/SE.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. *Caminhos Cruzados: itinerários de pioneiros professores do ensino superior em Sergipe (1915-1954)*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE, 2015; 315 p.

OLIVEIRA, Norberto de. *Maria Thétis Nunes: uma contribuição à historiografia sergipana*. Monografia (Graduação em História). Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão/SE, 1997; 44 p.

RODRIGUES, Simone Paixão. *Com a palavra, os alunos: associativismo discente no Grêmio Literário Clodomir Silva (1934-1956)*. 2015. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE, 2015; 337 p.

SANTOS, Maria Nely. *Professora Thétis: uma vida*. Aracaju: Gráfica Pontual, 1999.

SIRINELLI, Jean-François. Le hasard ou lanecessité: une histoire em chantier: L’histoire des intellectuels. *Vingtième Siècle: Revued’Histoire*. Vol. 9, nº 1.jan./maio 1986. p. 97-108.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.

VIOLÊNCIA E CUIDADO: QUANDO AS IDOSAS PRECISAM DE PROTEÇÃO ESPECIAL- CONSIDERAÇÕES SOBRE A CIDADE DE SALVADOR

Josimara Delgado
josimaradelgado@gmail.com

Gabriela Pereira Souza
gabysouza22@hotmail.com

Jéssica Batista Santos
Universidade Federal da Bahia
jessicabatista.jbs@gmail.com

Resumo

O texto proposto pretende discutir questões relativas à proteção social aos idosos (as) com base em alguns dados coletados na cidade de Salvador, acerca da rede de proteção à violência contra o idoso e da pesquisa com um grupo de cuidadoras de idosos. Tais dados foram coletados no interior de duas experiências de pesquisa. Para a realização da pesquisa com as cuidadoras, foram feitas entrevistas com três mulheres frequentadoras de um serviço público de atendimento a idosos e cuidadores na cidade de Salvador. Evidenciou-se, nesse trabalho que o Estado continua prestando cuidados de modo desproporcional aos que vem sendo prestados pela família. Em relação à questão da violência, percebemos a falta de informações precisas nas instituições e/ou a falta de um certo padrão no registro das informações institucionais, sobretudo no tocante à questão do gênero.

Palavras-chave: envelhecimento, gênero, políticas públicas, cuidado, violência.

Para começar o debate: envelhecimento e proteção social

Os idosos formam um grupo social que tem tido grande dificuldade para ver suas necessidades sociais contempladas pelas políticas sociais de forma satisfatória, ou seja, como direitos e, pois, como demandas coletivas que devem ser respondidas pelo poder público. No Brasil, apesar dos avanços, nas últimas décadas, no sentido da efetivação dos direitos sociais dos idosos, a proteção social pública prestada a esse grupo social é ainda limitada, sobretudo no tocante às demandas de cuidado e de proteção contra a violência, situações em que a família não pode ser nomeada como única instância de proteção – ainda que essa tenha sido uma tendência no interior das políticas voltadas para os idosos no Brasil – ou em que é ela mesma, a família, a fonte da desproteção ou da violação dos direitos. O texto proposto pretende discutir essas questões com base em alguns dados coletados na cidade de Salvador, acerca da rede de proteção à violência contra o idoso e da pesquisa com um grupo de cuidadoras de idosos.

Tais dados foram coletados no interior de duas experiências de pesquisa que se encadearam a partir de 2011: *A proteção social ao idoso nas políticas de Seguridade Social em Salvador*, *Proteção Social à Pessoa Idosa nas Políticas de Seguridade Social em Salvador: reflexões sobre gênero, geração e direitos*. Nesses trabalhos, a pretensão não tem sido aquela de realizar avaliações sobre os serviços prestados, mas sim análises sobre tais serviços, com base em dados concretos, bem como em referencial analítico específico sobre o envelhecimento e a proteção social, forjado sobretudo em dois eixos. Em primeiro lugar, na compreensão de que a discussão sobre proteção social envolve a questão econômica da disputa em torno de recursos sociais, mas também a questão de como, nessas disputas, são construídas identidades individuais e coletivas, bem como imagens sociais acerca dos sujeitos sociais envolvidos. Vale dizer, imagens que não são inócuas nesse jogo de redistribuição de recursos, mas, ao contrário, reforçam esse ou aquele projeto social. Em segundo lugar, as políticas de proteção social voltadas para grupos etários específicos, como os idosos, são determinações públicas que alocam recursos e criam ações sociais para idosos, crianças e adolescentes, mas, ao mesmo tempo, definem direitos e deveres mútuos entre esses grupos etários, criando determinados acordos sociais que incidem na vida privada e nos papéis familiares marcados por construções sociais de gênero e geração.

2. A pesquisa: algumas referências e discussão dos dados

2.1. Caminhos teóricos e metodológicos da investigação

É no interior desse universo de preocupações que nossa atenção se voltou, mais recentemente, para conhecer a proteção social existente em Salvador, envolvendo questões relativas ao cuidado de longa duração e à violência.

Acerca da questão do cuidado, encontramos um único serviço público de atendimento a idosos e cuidadores na cidade de Salvador. Trata-se de um Centro de Referência que atende, ambulatorialmente, os idosos encaminhados através da Rede Básica de Saúde (Unidade Básica de Saúde ou Equipe de Saúde da Família), com Formulário de Referência. Nessa instituição, o idoso conta, caso seja necessário, com Ambulatório de Apoio de Fisioterapia, Nutrição, Odontologia, Neurologia, Ortopedia, Psiquiatria e o Núcleo de Atenção Gerontológica - NAG, que visa prestar atenção integral interdisciplinar ao idoso que necessite de uma maior complexidade no cuidado, através de estratégias diferenciadas de apoio, com uma equipe formada por Assistente Social, Enfermeiro, Psicólogo e Terapeuta Ocupacional. O Centro oferece ainda o serviço de Educação para o Cuidado, dirigido às famílias, cuidadores e pacientes, com o objetivo de repassar conhecimentos específicos, esclarecer dúvidas e beneficiar o trato e a convivência com o paciente assistido. Ao conhecermos esse serviço, tendo a oportunidade de frequentar algumas reuniões, tomamos conhecimento da realidade desses cuidadores, na verdade cuidadoras: o grupo é formado por mulheres, majoritariamente familiares, geralmente esposas e filhas dos idosos. Notou-se, em alguns encontros, a presença de duas cuidadoras informais e nunca a presença masculina. Com base nas observações feitas no grupo de apoio e na literatura que debate o tema, percebe-se que há uma feminilização e uma privatização em relação aos cuidados de longa duração. Conforme Guimarães, Hirata e Sugita (2012) as pesquisas revelam que as esposas, filhas, avós e noras são as principais cuidadoras.

A partir dessa experiência no grupo, conseguimos três informantes. Elas responderam a um questionário sobre seu perfil sócio-econômico e concederam uma longa entrevista, feita a partir de um roteiro semi-estruturado.

Em relação à questão da violência, nosso objetivo era, primeiramente, conhecer a rede de proteção ao idoso existente em Salvador e, num segundo momento, entrevistar mulheres idosas que vivenciam situações de violência. Cabe dizer que conseguimos desenvolver apenas a primeira parte do trabalho,

ainda assim, enfrentando uma série de dificuldades relativas à falta de informações precisas nas instituições e/ou à falta de um certo padrão no registro das informações institucionais. Iniciamos nosso percurso por uma pesquisa de caráter exploratório em busca de conhecer os serviços de proteção e defesa dos direitos do idoso existentes em Salvador. As instituições visitadas foram: a Delegacia do Idoso, a Coordenação de Apoio À Pessoa Idosa da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, o Ministério Público e o Centro de Referência Loreta Valadares. O contato com esses serviços se deu através de entrevista semiestruturada realizada com profissionais representantes de cada instituição. Após essa fase, a pesquisa seguiu para o levantamento dos dados institucionais acerca da realidade e violência contra a pessoa idosa em Salvador, além de permitir aproximação sobre o funcionamento da rede de proteção social ao idoso.

O que se verá a seguir é, então, a apresentação e discussão de parte dos dados obtidos a partir dessas duas experiências de pesquisa.

2.2 A realidade das cuidadoras a partir de sua própria voz: família, cuidado e proteção social

Para a realização da pesquisa com as cuidadoras, foram realizadas entrevistas com três mulheres que aqui identificamos pelos nomes fictícios: Mara, Jandira e Carla.

Mara, 79 anos, dona de casa, declarou-se de cor amarela, estudou até a 5^o série do ensino fundamental, é casada e, há três anos, cuida do esposo ³/₄ um idoso de 85 anos, aposentado, que está em situação de dependência após ser acometido pela doença de Alzheimer. Mara reside em um núcleo considerado extenso e intergeracional, pois convive com uma filha, o genro, uma neta, um bisneto e o idoso de quem cuida. Apesar de a família ser extensa, cada um tem a sua rotina ³/₄ os mais novos estudam ou trabalham fora ³/₄ e a responsabilidade das tarefas do cuidado acaba recaindo sobre Mara que é bastante idosa.

Jandira, 57 anos, declara-se de cor parda, possui o ensino superior completo, é aposentada, recebe cerca de três salários mínimos. Jandira é solteira, não possui filhos e tem três irmãos. Mora com sua mãe, uma idosa de 85 anos, dependente de cuidados, após ser acometida pela doença de Alzheimer, há cerca de 4 anos. A mãe também é aposentada e recebe um salário mínimo.

Carla, 62 anos, declarou-se de cor negra, possui ensino superior completo, é aposentada, possui uma renda de cerca de dez salários mínimos. Carla é

separada e não possui filhos. Cuida de sua mãe há sete anos, uma idosa de 97 anos, que tem Alzheimer e está em situação de dependência. Sua mãe é aposentada e recebe um salário mínimo. Carla tem uma irmã, entretanto, ela não conta com a ajuda da família para cuidar.

As cuidadoras entrevistadas apresentam um aspecto semelhante em sua condição familiar que é o fato de residirem com o idoso de quem cuidam. Por isso, as cuidadoras relataram uma rotina intensa. Essa sobrecarga é também derivada da ausência de ajuda de outros familiares com as tarefas do cuidado. Especialmente, porque duas das cuidadoras entrevistadas possuem um núcleo familiar com poucos membros. Como é o caso de Carla que só tem uma irmã a qual não compartilha com ela a execução de tais tarefas.

“É porque também eu tomo para mim, e tem gente que gosta não é? Ela fica na dela lá, eu tomo e a pessoa se acha que eu tomei, paciência”. (Carla, 62 anos)

Contudo, a existência de uma família com muitos membros não implica necessariamente em que as tarefas relativas ao cuidado do dependente sejam compartilhadas. É o que ocorre com Jandira. Ela tem três irmãos, no entanto, nenhum quis assumir com ela a função de cuidar de sua mãe. Pensam que é atribuição dela, uma vez que não se casou e nem teve filhos.

Normalmente na organização familiar, existe uma cobrança para que a mulher exerça o papel principal e os demais membros ficam apenas com atividades secundárias ou, em muitos casos, com nenhuma responsabilidade no cuidado aos dependentes. Como podemos observar a partir da fala da cuidadora.

“É, não tinha opção, tinha que ser eu mesma, (...) porque eu moro com ela, não tenho filhos, nem tenho marido, então tem que ser eu mesma não é? (...) Eles fugiram, até hoje eles não encararam. (...) Só tem eu de mulher entendeu? Nem é dividir, pelo menos para levar ela para passear pelo menos o dia, não precisa nem dormir, passar o dia para poder eu sair”. (Jandira, 57 anos)

Ficou evidente, nesses relatos, que a escolha acerca da pessoa que vai cuidar refere-se mais a uma questão de gênero do que prioritariamente a uma disponibilidade. No caso da cuidadora Jandira ela teve que parar de trabalhar, pois era a única mulher dentre os filhos da idosa.

“Me aposentei mais rápido por causa dela, vai fazer um ano que eu me aposentei (...) queria trabalhar mais (...) eu não estava mais indo trabalhar, quando eu ia trabalhar acontecia alguma coisa as pessoas me ligavam (...)

Esse fato caracteriza-se como a feminilização do cuidado, fenômeno que expressa a naturalização das funções ditas femininas. A mulher evidencia-se como a cuidadora, é a ela que cultural e socialmente é atribuído esse papel. Primeiro, cuida dos filhos, depois do marido, e posteriormente dos velhos (SANTOS, 2008).

É o caso de Mara, 79 anos, que mesmo tendo uma família extensa, morando no mesmo domicílio, relata que é a principal responsável pelos cuidados ao seu esposo. Mesmo sendo idosa, recebe uma carga maior com os cuidados ao marido.

Os custos para ofertar uma velhice dependente, mas confortável e digna, são, sem dúvida, muito altos. Nos três casos, uma grande parte da renda das famílias é destinada ao pagamento de planos de saúde, pois, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), as famílias encontram dificuldades para terem acesso a um atendimento especializado com psicólogos, neurologistas e fisioterapeutas, por exemplo.

O recebimento de algum benefício ou de alguma assistência serve para auxiliar a família no cuidado e é importante para cobrir certos custos, embora, muitas vezes, não sejam suficientes. É o caso do recebimento de fraldas geriátricas, medicamentos e etc. As cuidadoras relataram ser um processo de muita espera e peregrinação para conseguir receber as fraldas e, muitas vezes, faltam medicamentos de uso contínuo.

“Me deram um papel, preenchi um relatório, (...) fui no comércio, no INSS, (...) me cadastrei, levei o cartão do SUS dela, me cadastrei com o relatório da médica (...). Só que leva seis meses para dar. (...) Não é suficiente. Agora mesmo ela fez xixi aqui. Porque eu compro absorvente, além de fralda, absorvente grande. Aquele geriátrico. É o que gasta mais é esse absorvente, porque eu não deixo ela com fralda o dia todo, porque esquenta muito, ela já dorme a noite toda não é?”. (Jandira, 57 anos)

Cuidar de alguém dependente exige que a família tenha apoio das políticas sociais. Além de serem atendidas em instituições públicas, devem ser orientadas sobre os processos de cuidar, ou seja, precisam de suporte social e de atenção para exercer o cuidado. Neste sentido, a inserção dos cuidadores em

atividades, grupos de orientação e programas de apoio, pode ajudar a minimizar adoecimentos, sentimento de culpa e impotência que são frequentes em familiares que cuidam de idosos dependentes.

Apontar a família como única prestadora de assistência exime o Estado de suas responsabilidades para com os idosos. Ademais, a família pode também violar direitos, agir de forma violenta, por meio de maus-tratos, retenção dos bens materiais e financeiros e até a própria negligência em relação ao idoso. Quase sempre, quem comete a violência contra o idoso é alguém próximo do seu convívio (SILVA E LACERDA, 2007).

Muitas vezes, os cuidados e os esforços físicos e emocionais exigidos desgastam a relação afetiva existente entre o cuidador e a família, tendo como consequências o comprometimento na vida social do cuidador, afastamento dos amigos e da participação em qualquer atividade de lazer. As cuidadoras relataram que só saem de casa esporadicamente em um evento, como um casamento.

Em suma, observou-se, a partir das falas das cuidadoras, que a rotina delas é ocupada com alguma tarefa relacionada ao cuidado com o dependente. Sofrem com o estresse, cansaço físico e mental, o que pode levá-las a um adoecimento, principalmente porque também são idosas e não contam com o apoio da família para a divisão de tarefas do cuidado.

2.3 A rede de proteção social ao idoso em situação de violência em Salvador.

Na pesquisa exploratória nas diversas instituições, bem como na busca dos dados produzidos por essas, procuramos obter algumas informações específicas: dados sobre o gênero e a classe social dos idosos, o perfil do agressor, o perfil de quem acompanha o idoso no momento da denúncia, dentre outras. Vejamos os dados obtidos.

A Delegacia Especial de Atendimento ao Idoso de Salvador é a única da Bahia e foi criada em 2006 para prestar atendimento ao idoso, sobretudo no que se refere aos casos classificados como criminosos. Os crimes mais comuns cometidos contra os idosos são: abandono, discriminação, extorsão, estelionato, lesão corporal, maus tratos e roubo. Conforme relatado, as denúncias raramente são realizadas pelos próprios idosos.

Quanto ao perfil dos idosos e o perfil dos agressores, a Delegacia afirmou que não há dados estatísticos que tornem possível estabelecer com clareza os

contornos dessa realidade. Apesar disso, o relato dos profissionais, do escrivão e da delegada, apontam que as mulheres são as mais agredidas entre o público idoso. Do mesmo modo, ou seja, com base na observação, os profissionais apontaram, sobre o perfil do agressor, a predominância dos cuidadores dos idosos, familiares ou não.

O Ministério Público do Estado da Bahia e, mais especificamente, o Grupo de atuação em defesa dos direitos do idoso e da pessoa com deficiência- GEIDDEF é uma instituição voltada para a garantia dos direitos e, no caso específico da temática do idoso, lida diretamente com as questões que envolvem a violência sofrida por essa população. Os casos que chegam ao Ministério Público são, em geral, encaminhados para a rede de atenção, de acordo com a demanda específica. Conforme relato da Assistente Social que nos atendeu no GEIDDEF, as maiores vítimas de violência são as mulheres idosas, apesar de não haver registros que contabilizem estes dados.

O Centro de Referência Loreta Valadares teve início em 2005, quando a Lei Maria da Penha já estava prestes a ser promulgada (2006). O serviço oferecido pelo Loreta Valadares é a atenção psicossocial e jurídica (divórcios, pensão alimentícia, guarda dos filhos) às mulheres vítimas de violência doméstica e estas demandas podem chegar tanto de forma espontânea, quanto por encaminhamento de outras instituições. Além das dificuldades diversas durante o processo da pesquisa, algumas instituições possuíam poucos registros sobre os atendimentos realizados, o que dificultou a análise dos eixos propostos para a pesquisa, vale lembrar, o perfil de gênero e classe dos idosos, o perfil dos agressores, a indicação de quem acompanha o idoso no momento da denúncia.

Contudo, tais dados, assim como os que já foram analisados, nos permitem traçar algumas análises importantes sobre a realidade da violência contra o idoso a partir da particularidade local. Vamos, pois, à descrição e análise dos dados.

A Delegacia do Idoso dispõe de dados relacionados às infrações penais registradas nas ocorrências. Os dados obtidos referem-se ao período entre os meses de janeiro e junho do ano de 2013 e 2014 e consideram as seguintes infrações penais: abandono de incapaz, abuso de confiança, ameaça, apropriação indébita, calúnia, cárcere privado, constrangimento, contravenção, dano, difamação, esbulho possessório sem dano, “estatuto do idoso”, estelionato, estupro, falsidade ideológica, furto qualificado, furto simples, homicídio, injúria, invasão domiciliar (violação), lesão corporal, maus tratos, perturbação da tranquilidade, roubo qualificado, roubo simples e vias de fato. Por “estatuto

do idoso” compreende-se aquelas denúncias que se enquadram no âmbito da infração dos direitos garantidos especificamente no Estatuto do Idoso.

No ano de 2013, entre janeiro e junho, o total de ocorrências delituosas foi de 868, sendo o maior número de ocorrências atribuídas ao “estatuto do idoso” (263 ocorrências), seguido de ameaça (185 ocorrências), estelionato (91 ocorrências), lesão corporal (60 ocorrências), injúria (57 ocorrências), outras ocorrências delituosas (48) e maus tratos (28 ocorrências). As infrações penais referentes a cárcere privado, esbulho possessório sem dano, homicídio, invasão domiciliar (violação) e “vias de fato” não tiveram registros de ocorrência no ano de 2013. Em 2014, durante o mesmo período, o total de ocorrências policiais registradas foi de 863, um pouco menos que o total do ano de 2013 (5 casos a menos). A ocorrência que obteve maior registro permaneceu a classificada como “estatuto do idoso”, com 262 ocorrências, seguida por 227 ocorrências referentes a ameaça, 89 ocorrências registradas como lesão corporal e como estelionato, 34 referentes a outras ocorrências delituosas, 29 ocorrências referentes a furto simples, 28 ocorrências de maus tratos e 22 relacionadas a injúria e difamação.

Sobre os dados obtidos no Loreta Valadares, tivemos acesso ao relatório anual do ano de 2014. No tocante ao perfil das mulheres acolhidas pela instituição, o número de idosas ainda é muito pequeno, comparado-se com outras faixas etárias. Em um total de 324 mulheres atendidas, apenas 21 delas tinha idade igual ou maior que 60 anos. Apesar do relatório apresentar também a questão de raça, de classe e o grau de escolaridade, não é possível fazer o recorte, dentro deste universo geral, ainda que essa realidade possa refletir sobre os dados específicos dessa população. De forma geral, a população atendida nessa instituição é, em sua maioria, negra (120) ou parda (154), possui grau de escolaridade situado no ensino médio (129) ou fundamental (107). Sobre a condição financeira da mulher atendida, 152 delas vivem de recurso próprio. A respeito do tipo de violência sofrida, 287 casos estão relacionados a violência psicológica, 252 são de violência moral e 199 referem-se a violência física.

Quanto aos dados obtidos pelo Ministério Público nas três promotorias existentes, verifica-se que o Sistema integrado de informações do Ministério Público - SIMP não informa questões mais específicas sobre o público atendido. Os dados referiram-se a processos/procedimentos pendentes, relativos ao período de 01/01/2013 a 25/11/2014. Os tipos de documentos registrados variaram entre representação/peça informativa, processo administrativo, procedimento/representação, processo ministerial e procedimento criminal. Quanto ao assunto do documento, foram contabilizados 30 diferentes tipos, alguns com

temática semelhante, porém nomeados de forma diferente. Dentre os assuntos mais recorrentes, estão: maus-tratos (80), abandono material/intelectual (49), informação processual/orientação (39), conflito familiar (38), interdição/curatela (18), situação de risco (18) e apropriação indébita (12). Os assuntos referentes a transporte/irregularidade, moradia, abandono de incapaz, discriminação por motivo de idade, poder público/omissão, erro de profissional de saúde, acessibilidade e tratamento médico hospitalar foram alguns assuntos que, dentre o período em questão, obtiveram apenas 1 registro.

Uma das dificuldades apresentadas durante o estudo é que a articulação com a rede é uma problemática relatada pela maioria das instituições visitadas. Essa situação implica no retorno a ser dado aos usuários, afinal, para que haja um retorno é necessário que um encaminhamento seja realizado e, com a situação de fragilidade da rede, muitas respostas demoram a ser emitidas ou não são feitas da forma ideal. Outra dificuldade refere-se a não padronização dos dados obtidos em cada instituição, o que dificulta estabelecer um perfil comparativo, tendo em vista que os elementos abordados em uma instituição, não necessariamente, também serão abordados por outra, ainda que o enfoque do atendimento seja muito semelhante.

Algumas das dificuldades referentes ao acesso a dados de violência contra o idoso estão ligadas, tanto ao fato de muitos casos de violência acontecerem no âmbito privado, ficando restritos àquela realidade, quanto à dificuldade de se notificar os casos de violência que são verificados em unidades de saúde e serviços de segurança, por exemplo. Isso dificulta a elaboração de medidas de combate à violência contra a pessoa idosa, já que os dados, apesar de permitirem conhecer um pouco da realidade, ainda representam apenas uma parcela do que realmente acontece (MINAYO, 2005).

3. Para encerrar: redes públicas de proteção e cuidado

O processo de cuidar em família não é uma tarefa nova, porém, ela tem se reconfigurado ao longo dos anos. Nesse contexto social e político, brevemente discutido na parte inicial do trabalho, o cuidado com os dependentes, ao mesmo tempo que adquire visibilidade, tende a ser reprivatizado pelos discursos e práticas institucionais. E isso é especialmente problemático num contexto em que, como a literatura nesta área mostra, a composição familiar adquire novos formatos com o aumento dos divórcios, resultando em uniões mistas, famílias monoparentais, também a diminuição da quantidade de filhos.

Evidenciou-se, nesse trabalho, a partir dos relatos das cuidadoras entrevistadas, que o Estado continua prestando cuidados de modo desproporcional aos que vem sendo prestados pela família. E as mulheres são, em grande parte, responsabilizadas por prestar todo tipo de assistência ao idoso, mais do que qualquer outro membro da família. Como demonstramos, as cuidadoras podem ser filhas, esposas, noras. O que as leva a cuidar não é apenas o grau de parentesco ou a proximidade, mas o fato de portarem, em sua vida concreta, as relações assimétricas de gênero presentes em nossa sociedade.

Nesse sentido, o trabalho permitiu, dentro desse universo de problematizações, especificar algumas questões. Refiro-me ao fato das cuidadoras, além de mulheres, serem também velhas ou estarem adentrando a casa dos 60 anos. Nesse caso, os relatos que recolhemos, apontando a privação de lazer, a exposição a situações de estresse, a falta de acesso a medicamentos, não seriam violações de direitos dessas idosas?

Outra questão específica diz respeito ao fato de que, pelos relatos, fica clara a importância da aposentadoria das idosas cuidadoras e dos idosos dependentes nos gastos com o cuidado. É o recurso da aposentadoria que garante remédios, fraldas e, no caso de uma delas, com a renda maior, a contratação de uma ajudante em alguns momentos. Embora sejam assalariadas, essas não são famílias de baixa renda e, desse modo, conseguem oferecer, minimamente, condições dignas aos idosos dependentes. Contudo, pode-se questionar a usurpação do direito dessas idosas, de usufruto de suas aposentadorias para seu próprio benefício, o que fere a própria lógica da aposentadoria que é garantir o descanso remunerado. No caso de dona Mara, que não é aposentada, pois não se dedicou a atividades remuneradas, mas é dona de casa há muitos anos, a situação é mais complexa e impõe à idosa a tarefa de administrar os recursos da aposentadoria do marido, respeitando um critério por ela estabelecido: “o dinheiro é dele, a prioridade é ele”.

Vê-se, pois, que, se as famílias que prestam cuidados prolongados não contam com redes de suporte formais e programas de apoio na atividade de cuidar, além dos agravos individuais para a saúde da cuidadora, reproduzem-se injustiças sociais que, mais uma vez, penalizam as mulheres aposentadas e as donas de casa mais velhas, muitas das quais não conseguiram se aposentar.

Nesse sentido, pode-se ainda questionar acerca de como essa realidade se apresenta no interior de famílias de baixa renda, chamando a atenção para a dimensão da classe social que, no Brasil contemporâneo, implica na consideração de situações de extrema pobreza.

No tocante à questão da violência contra a pessoa idosa, essas palavras finais também apontam para a questão das políticas públicas e da defasagem existente entre os serviços prestados e a dinâmica social.

O próprio percurso da pesquisa com a rede de proteção foi adquirindo a lógica mesma dessa rede. Ou seja, fomos perseguindo as informações, de instituição a instituição e, obtendo, em cada uma delas, informações que se sobrepunham, mas não se completavam ou se fortaleciam na constituição de um quadro sólido de dados acerca da violência contra as mulheres idosas em Salvador. Assim como é característico dessa forma de violência, ser silenciada e circunscrita ao espaço privado, conforme mostramos, também as informações sobre ela não são facilmente produzidas e acessadas. Em parte, pela dificuldade da própria denúncia, quer a partir dos serviços, quer a denúncia feita pela família ou pelo idoso, em parte pela ausência de sistemas informacionais precisos e pensados para a identificação de questões relevantes no campo dos estudos sociais sobre o envelhecimento e a violência. Demonstramos, por exemplo, a inexistência de dados sobre cor, sexo e classe.

Além disso, a violência física é forma mais perceptível, mas as idosas sofrem outros tipos de violência menos evidentes, como a apropriação indevida de seus bens e a violência psicológica. Elas aparecem nos registros das instituições, mas ainda de forma menos significativa, o que não necessariamente significa que realmente ocorram em menor escala.

Outra questão que marcou o percurso da pesquisa foi a percepção da baixa resolutividade das ações disponíveis às idosas que sofrem violência, especialmente em suas expressões mais opacas e que são fruto de relações intergeracionais conflituosas e/ou envolvem bens materiais. Nesse sentido, percebemos também que os serviços não possuem um trabalho de acompanhamento dos casos, o que, em situações em que o encaminhamento da questão se dá pelo estabelecimento de acordos entre os familiares, não há como saber se efetivamente, tal acordo está sendo cumprido.

Assim, terminamos o artigo, reforçando a urgência da formação de redes de proteção aos idosos e idosas as quais sejam capazes de expressar, em sua dinâmica e serviços, as tramas sociais mais concretas por onde se (re) criam as desigualdades em nossa sociedade, tramas marcadas por relações interseccionadas de gênero, classe, geração e etnia. Essa é uma dimensão importante no debate sobre políticas sociais, pois permite aproximação mais efetiva em relação à realidade das mulheres idosas, de sua situação complexa e diversa, que combina novos papéis e estruturas arcaicas e reprodutoras de desigualdades.

4. Referências

GUIMARÃES, N. A; HIRATA, Helena. S; SUGITA, K. Cuidado e cuidadoras: o trabalho do *care* no Brasil, França e Japão. In: GUIMARÃES, N. A; HIRATA. **Cuidado e cuidadoras**: as várias faces do trabalho do *care*. São Paulo: Atlas, 2012, p. 79 – 99.

MINAYO, M. C. **Violência contra idosos**: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria. Secretaria Especial de Direitos Humanos. 2º edição, Brasil, 2005.

SANTOS, S. M. A. **Idosos, família e cultura: um estudo sobre a construção do papel do cuidador**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003, 3º edição, p. 15 -204.

SANTOS, T. S. Gênero e políticas sociais: novos condicionamentos sobre a estrutura familiar. **SER Social**, Brasília, v. 10, n.22, p.97-128, jan./jun. 2008.

SILVA, E. O; LACERDA, A. M. G. M. Violência e maus-tratos contra a pessoa idosa. **Fragments de Cultura**, Goiânia, v. 17, n. 3/4, p. 239-255, mar./abr. 2007.

GÊNERO E PODER: LEITURAS DE ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA SERGIPANA

Kelly Araújo Valença Oliveira
araujo_kelly71@yahoo.com.br

Evanilson Tavares de França
evanilsont@gmail.com

Ana Lúcia Lima da Rocha Muricy Souza
analucia.muricy@gmail.com

Rinaldo Santos Lima
Secretaria de Estado da Educação/Sergipe (SEED/SE)
rinaldors12@outlook.com

Maria Batista Lima
Universidade Federal de Sergipe (UFS/SE)
balima.ufs@gmail.com

Resumo

Se há algo a que, assim nos parece, torna-se imensamente difícil estabelecer um posicionamento contrário, construir uma contestação substantiva – ainda que não neguemos definitivamente a possibilidade de tal arquitetura – é em relação à constatação de que homens e mulheres são responsáveis pela costura do tecido social e cultural, assegurando, dessa forma, as condições de existência humana. Ainda assim, eles e elas são dispostos em degraus diferentes, com ela ocupando os níveis inferiores nos mais variados setores da sociedade, notadamente aqueles em que a valorização social tem mais tonalidade. É a partir deste entendimento que confeccionamos o presente trabalho, o qual, apoiando-se no olhar de estudantes de uma escola pública sergipana, objetiva desenvolver reflexões/discussões sobre os posicionamentos de jovens, matriculados/as no Ensino Médio, no que concerne à relação

de gênero e aos modos como o poder, neste contexto, é inserindo e movimentado. A incursão investigativa, do tipo descritiva, sustentou-se na aplicação de questionários. A escolha por esse procedimento de investigação encontra repouso na facilidade por ele assegurada, no que se refere ao alcance de um número significativo de informantes em um tempo relativamente curto. Esperamos que as reflexões aqui desenvolvidas possam contribuir com a ressignificação dos olhares, a reflexão das práticas escolares (que representam práticas sociais), a construção de um currículo assentado na confecção de relações horizontalizadas entre os gêneros e com o desmantelamento de atitudes excludentes.

Palavras-chave: gênero, relações de gênero, percepções de estudantes.

Primeiras palavras

A produção da existência humana (no sentido material e simbólico) é tarefa inerente a ambos os gêneros, independentemente do tempo histórico e/ou do espaço geográfico em que homens e mulheres se façam presentes. E isso vai se efetuando quase que “naturalmente”. Mesmo que não haja intencionalidade, ou ainda que a vontade não tonifique os movimentos, eles e elas, em harmonia ou envoltos em contradição, vão costurando os objetos materiais que facilitam o cotidiano e que são capazes de melhorar a qualidade de vida, prolongando-a. Carloto assegura que

A produção social da existência, em todas as sociedades conhecidas, implica por sua vez, na intervenção conjunta dos dois gêneros, o masculino e o feminino. Cada um dos gêneros representa uma particular contribuição na produção e reprodução da existência. (CARLOTO, 2001, p. 201).

Apesar da assertiva de Carloto, é interessante refletir não apenas sobre a participação dos gêneros na fabricação da existência humana, considerando o material e o simbólico, faz-se necessário também pensar nos modos como as diferentes participações se efetivam (e em sua relevância) e nas formas como são analisadas pelos diferentes sujeitos, homens e mulheres. Porque as representações construídas, tanto no concernente às formas de participação (e a relevância a elas atribuídas) quanto em relação às análises confeccionadas desvelam as maneiras como os gêneros são concebidos e a classificação (esse é realmente o termo, mesmo diante da dureza por ele revelada) a eles atribuída.

Quando nos referimos a representações, estamos recorrendo às construções de Moscovici para quem

[...] a representação social é um corpus organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam a realidade física e social inteligível, se inserem num grupo ou numa relação cotidiana de trocas, liberam o poder da sua imaginação. (MOSCOVICI, *apud* ARRUDA, 2002, p. 142).

As representações, enquanto formas de conhecimentos socialmente elaborados e concretamente experimentados, interferem na construção da realidade de determinado contexto social e, por consequência, na arquitetura de identidades, de conceitos e, obviamente de preconceitos.

E quando as realidades são construídas (e reconstruídas), as experiências dos sujeitos participam de todos os processos e de modos diferentes. Passado e presente dialogam e como resultado tem-se um cenário e personagens que por ele transitam – e enquanto o fazem reorganizam os objetos cênicos ressignificando-os e ressignificando a si mesmos.

É também aí, num cenário tecido por homens e mulheres, a partir das experiências pregressas e atuais, que eles e elas vão tecendo o espaço (e o que nele se institui e/ou é instituído). É também nesse cenário que se elaboram as regras de conduta, as maneiras adequadas de comportamento (e por isso mesmo as formas de transgressão). Nascem – e não de parto natural – os conceitos, as definições, os sentidos e os significados. Vêm à luz por via do contexto sociocultural e a ele retornam para ressignificá-lo.

O conceito de gênero é mais um filho nascido e posto nesse cenário. Ainda que guarde relação embrionária com a concepção de sexo (de cunho fortemente biológico), nas ciências sociais, segundo Soihet e Pedro (2007, p. 288), gênero “significa a distinção entre atributos culturais e a dimensão biológica dos seres humanos”. Por conseguinte, entendendo que o social e o cultural conversam entre si e se interpenetram, as concepções de gênero são frutos da contextura sociocultural e, por essa razão, é permeável – em mão dupla – aos reveses próprios da aculturação e das consequências que lhe são peculiares.

Louro (1994, p. 35) sublinha que

[...] quando falamos em gênero estamos nos referindo a uma construção social e histórica de sujeitos femininos e masculinos, então é imprescindível entender que há diferentes concepções de gênero numa mesma sociedade [...].

Portanto, ainda que se considere um mesmo agrupamento social, as semantizações relativas a gênero podem variar, segundo os grupos étnicos, as gerações, as classes sociais, as denominações religiosas e outros.

Se são diversas as concepções que os grupos constroem sobre gênero, o mesmo se evidencia quando a categoria de análise são as relações entre eles, as relações de gênero. Como ocorre com as demais modalidades de relação (étnico-raciais, geracionais, entre os sexos, entre as classes), as relações de gênero também se concretizam sustentadas e envoltas por percepções capazes de produzir aproximações e afastamentos – e até mesmo segregações. Claro, são relações constituídas a partir de práticas sociais que se estruturam e se corporificam pelos modos como os sujeitos percebem o *outro*, se percebem, são percebidos e percebem as relações

com esse *outro* – e tudo isso gestado na contextura sociocultural. E como toda boa relação social, as relações de gênero estão também abarcadas pela questão do poder. Mesmo porque, como ratifica Gallo (2005), o poder é necessariamente relacional: germina e frutifica nos processos estabelecidos entre o *eu* e o *outro*: as relações de gênero compreendem “as relações de poder que se estabelecem socialmente entre homens e mulheres” (AGUIAR, 1997, p. 19).

É a partir desses entendimentos que buscamos verificar como os/as estudantes de uma escola pública sergipana percebem as relações de gênero na escola (e na família) e se percebem nessas relações.

Metodologia da Pesquisa

A incursão investigativa efetuou-se em uma escola pública localizada na capital sergipana, como já mencionado em linhas anteriores. A opção por aquela unidade de ensino encontra guarida na proposta pedagógica da escola, que se assenta na reflexão/discussão de temáticas conflitantes e que são imensamente caras, em nosso entendimento, à construção de uma escola pública de qualidade social.

À vista disso, a instituição educativa, desde 2009, tem levado para o interior do seu espaço pedagógico (e dele irradia-se), a partir da construção e implementação de projetos interdisciplinares (exemplo: “O Mundo da Leitura é a Leitura de Todo Mundo”, “Alma Africana”, “Grupo *ParlaCÊNICO* de Teatro”, “Seminários de Cidadania Ativa”) temáticas como: “Currículo: um espaço/tempo polissêmico e polifônico”, “Sexo e sexualidade: tabus, cuidados, vivências”, dentre outros.

Por outro lado, a unidade de ensino em foco, por via dos espetáculos de teatro estrelados por seus/suas educandos/as, vem provocando a comunidade estudantil a refletir sobre o seu entorno e a questionar a realidade que a envolve. Nesses últimos sete anos, o Grupo *ParlaCÊNICO* de Teatro, através do projeto “A escola pública vai ao teatro”, já levou aos espaços culturais do estado (e da Bahia) mais de 18.000 pessoas para assistirem às suas produções.

Tais propriedades, que diferenciam e destacam (em nosso olhar) o estabelecimento de ensino, estimularam-nos a ouvir o seu corpo discente – aqui representado por estudantes do Ensino Médio, matriculados/as no 2º e 3º anos.

Como instrumento de pesquisa, adotamos o questionário, visto que, de acordo com Gil (2008), este instrumental possibilita obter informações relevantes de diversos sujeitos em um tempo relativamente curto; também porque “não expõe os pesquisados a influências das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistador” (GIL, 2008, p. 122).

O questionário compôs-se de 30 questões, sendo 26 fechadas e apenas 04 abertas. As perguntas abrangiam desde a autodeclaração étnico-racial até a aspectos pedagógicos da escola e a relação deles com a Educação Sexual.

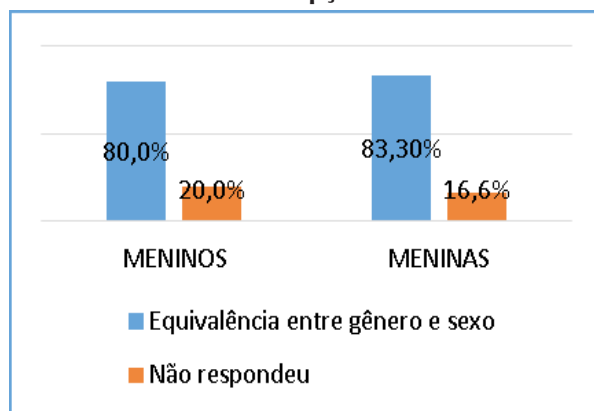
As análises aqui desenvolvidas, entretanto, serão construídas, entretanto, a partir das seguintes questões: 1) O que você entende por gênero? 2) Como você percebe as relações de gênero em escola? 3) Há discussões sobre as relações de gênero em sua escola? 4) Em sua opinião, os estudantes respeitam mais os professores, as professoras ou você não percebe diferença?

Os dados da Pesquisa e suas Análises

Como nos lembra Brasil (1997, p. 321), “o conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos”. Por outro lado, “o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se as noções de ‘masculino’ e ‘feminino’ como construção social” (*idem, ibidem*). É evidente a relação íntima estabelecida entre gênero e sexo; contudo, representam categorias diferentes e atrelam-se a dimensões construtivas diversas, ainda que os diálogos entre tais dimensões sejam inevitáveis. Queremos dizer que, enquanto o conceito de sexo sustenta-se, prioritariamente, nos aspectos biológicos o de gênero apoia-se com prioridade nas instâncias social e cultural.

Por via disso, buscamos compreender como estudantes do Ensino Médio, de uma escola que implementa um currículo articulado, compreende o conceito de gênero. Então, perguntamos: O que você entende por gênero?

Gráfico 01: Percepções de Gênero



Fonte: Questionário

Para meninos e meninas (maioria absoluta), sexo e gênero representam categorias equivalentes. Ou seja, eles e elas não conseguem estabelecer distinção entre esses dois elementos. Explicação para isso, talvez, encontre guarida em questão posterior do mesmo instrumental. Senão, vejamos. Perguntamos aos/às educandos/as: Há discussões sobre relações de gênero em sua escola? Assim se comportaram os/as respondentes:

Tabela 01: Discussões sobre gênero na escola

CATEGORIAS	MENINOS	MENINAS
Sim	35,0%	27,7%
Não	20,0%	16,6%
Mais ou menos	40,0%	50,0%
Não respondeu	5,0%	5,5%

Fonte: Questionários

Como se observa, 60% dos garotos consideram que a escola não promove discussões sobre gênero (ou o fazem minimamente) e 66,6% das garotas esboçam o mesmo entendimento. Como então explicar o posicionamento de 35,0% dos meninos e 27,7% das meninas que afirmam ter obtido conhecimentos sobre gênero na escola onde estudam? Pensamos que, assim como a Tabela 01 elucida informações presentes no Gráfico 01, o inverso também se sucede. Ou seja, é provável que quando eles e elas (35,0% e 27,7%, respectivamente) optaram pelo “sim”, a interpretação plausível, assim nos parece, é: a escola trabalha questões vinculadas a sexo (que para mim equivale a gênero).

Convém negritar que, de acordo com os temas transversais, apresentados pelo Ministério da Educação (MEC), as questões de gênero podem ser colocadas em praticamente todos os conteúdos e disciplinas constitutivas do currículo escolar:

Estar atento a isso, explicitando sempre que necessário, é uma forma de ajudar os jovens a construir relações de gênero com equidade [sic], respeito pelas diferenças, somando e complementando o que os homens e as mulheres têm de melhor, compreendendo o outro e aprendendo com isso a ser pessoas mais abertas e equilibradas. (BRASIL, 1997, p. 323).

Esse entendimento, contudo, limitando-nos exclusivamente à educação formal, precisa pautar as práticas curriculares de todos/as aqueles/as que têm a docência como exercício profissional, em todos níveis e modalidades de ensino. O/a professor/a que atuará na Educação Básica deve passar por um processo de formação, inicial e continuada, articulado com as contínuas demandas sociais e, principalmente, com a construção de uma sociedade equânime. A prática pedagógica é necessariamente uma prática social – o que confere a ela os amores e dissabores constitutivos das sociedades. Porém, como ação intencional que é, o fazer pedagógico precisa refletir sobre os elementos que lhe constituem (e que pretende constituir) e buscar ressignificar os sentidos e significados sempre que estiver em jogo o bem-estar dos sujeitos, indistintamente.

Perguntamos aos/às estudantes: Como você percebe as relações de gênero em sua escola? A tabela abaixo (Tabela 02) fotografa os posicionamentos deles e delas.

Tabela 02: Relação de gênero na escola

CATEGORIAS	ELES	ELAS
Homens e mulheres são tratados igualmente	90,0%	80,5%
Homens têm mais direitos do que as mulheres	0,0%	16,6%
Mulheres têm mais direito do que os homens	0,0%	2,7%
Não respondeu	10,0%	0,0%

Fonte: Questionário

Ainda que meninos e meninas concordem que as relações entre os gêneros se realizam de modo equânime, há uma queixa das moças que exige um olhar mais sensível (apurado) para as situações que envolvem homens e mulheres no cotidiano da escola – principalmente quando se observa que os rapazes emudeceram nesse momento. De acordo com 16,6% delas, os garotos recebem tratamento diferenciado (leia-se: os meninos têm mais direitos do que as meninas) no espaço tempo escolar.

É imprescindível pensar, a partir do currículo explícito e também do currículo oculto, como se dão essas relações entre meninos e meninas, mulheres e homens, no espaço escolar. Mesmo porque, e este é um alerta que faz Aguiar (1997), os modos como eles e elas se relacionam nos micros espaços interferem nos papéis sociais exercidos nos espaços macros – a recíproca também se assenta na verdade.

Reconhecemos as dificuldades encontradas por professores e professoras no que tange à quebra de traços culturais (fortalecidos) oriundos de uma sociedade sustentada no patriarcado e no coronelismo. Costa (1998) enfatiza que

[...] o modelo de família nuclear é o monogâmico, heterossexual e patriarcal, constituído basicamente da figura paterna, materna e dos filhos, no qual cada um desses possui suas funções e cumpre seu papel. (COSTA, 1998, p. 221).

Ficando a mulher, normalmente, com as tarefas domésticas, enquanto aos homens cabe a administração de municípios, estados e nações. É dentro dessa contextura (social e cultural) que educadores e educadoras iniciam a sua formação humana; é no interior desse contexto que as instituições de ensino são erguidas e conformadas. Transformar essa realidade não é fácil, mas é preciso – e urgente.

Outro questionamento direcionado aos/às educandos/as foi o seguinte: Em sua opinião, os estudantes respeitam mais os professores, as professoras ou você não percebe diferença?

Tabela 03: Relação de respeito entre estudante e professor/a

CATEGORIAS	MENINOS	MENINAS
Professores	25,0%	30,5%
Professoras	10,0%	2,7%
Não percebe diferença	65,0%	61,1%
Não respondeu	0,0%	5,5%

Fonte: Questionário

Parece-nos, assim como ocorreu com a tabela trabalhada anteriormente, a centralização masculina nas relações sociais continua sendo uma tônica. O que é assustador, mas que explica (por exemplo), limitando-nos ao Brasil, porque no Congresso Nacional, nas assembleias legislativas dos estados e nas câmaras municipais permanece a predominância de homens nos cargos eletivos.

Meninos e meninas admitem (25,0% e 30,5%, nessa ordem) que os/as seus/ suas colegas respeitam mais os professores do que as professoras – embora 65,0% deles e 61,1% delas informem não perceber diferença. O que se esconde nas entranhas dessa diferenciação concernente ao respeito? Talvez, espelhe as

relações familiares – presentes tanto na postura dos/as educadores como na configuração dos/as alunos/as. Mas, apesar de concordarmos com a relevância da força dessas relações, cremos que ela sozinha não explica o escalonamento do respeito.

No seio da sociedade, os comandos das instituições de poder encontram-se normalmente em mãos masculinas: Supremo Tribunal Federal, Câmara Federal, Senado Federal – e isso se repete pelos estados e municípios. Apesar do executivo brasileiro encontrar-se sob o comando de uma mulher, este fato reflete uma exceção absoluta.

Além das instituições públicas onde o macro poder encontra espaço/tempo privilegiado, as empresas privadas, em sua maioria, também são administradas por braços “fortes” de homens.

Essas reflexões precisam ser desenvolvidas pelas escolas, bem como a contextualização histórica delas. A sociedade que assim se encontra já se apresentou de modo diferente e outras diferentes desta podem (e devem) ser esculpidas.

Palavras derradeiras (por enquanto)

Partimos do princípio, à guisa de Paulo Freire (2000), que a ação pedagógica se constitui embrionariamente de compromissos imprescindíveis assumidos com a pesquisa. É através e a partir dela que educadores e educadoras encontram fundamentos para revisitar o seu fazer pedagógico e os modos como vai ressignificando sua prática ao longo de sua experiência histórica. É também pela pesquisa que diálogos sincrônicos e diacrônicos são travados com aqueles e aquelas que contribuíram para reestruturação da sociedade ou que, inversamente, produziram ideologias capazes de reforçar o *status quo*. De todo modo, o encontro com olhares diversos possibilita a estruturação de posicionamentos mais substantivos.

A pesquisa aqui desenhada – ainda que em recorte – gestou-se nessa e dessa compreensão. Buscamos, a partir do diálogo com o outro, entender como a escola trabalha as questões de gênero e como os sujeitos, homens e mulheres, percebem e se percebem nessas relações.

Cremos que não ser apressado informar que, mesmo se detectando algumas mudanças significativas (e significantes), os ranços estruturantes de uma sociedade machista insistem em ficar – o que exige da escola (que deve empenhar-se na construção de uma escola pública de qualidade social) uma revisão de suas práticas e a construção de um currículo capaz de contribuir com a elaboração de outros pensares, dizeres e fazeres.

Obviamente, aqui não se esgotam as reflexões – até porque elas precisam ser contínuas –, mas pode se converter numa provocação (no sentido freireano) capaz de levar os sujeitos a elaborarem novos questionamentos, novos caminhos e novas formas de caminhar. Vamos lá?

Referências

AGUIAR, Neuma. **Gênero e ciências humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

ARRUDA, Angela. Teorias das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**. N. 117, p. 127-147, novembro/2002.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARLOTO, Cássia Maria. O conceito de gênero e sua importância para análise das relações sociais. **Serv. Soc. Rev.** Londrina, v. 3, n. 2, p. 119-245, jan./jun. 2001.

COSTA, Selma Frossard. O processo de reinserção social do dependente químico após completar o ciclo de tratamento em uma comunidade terapêutica. **Serv. Soc. Rev.** Londrina, v. 3, n. 2, p. 119-245, jan./jun. 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GALLO, Sílvio. Sob o signo da diferença: em torno de uma educação para a singularidade. In: SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. **Cultura, poder e educação**: um debate sobre estudos culturais em educação. Canoas: ULBRA, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero. **Proj. História**, São Paulo, (11), nov. 1994.

SOIHER, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma. **Gênero e ciências humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

CARTOGRAFIA DOS (POSSÍVEIS) CAMPOS DE DISPUTAS NO CENÁRIO DAS ADOÇÕES DE CRIANÇAS POR CASAIS HOMOAFETIVOS

Luciano Bairros da Silva

Josimeire Sales da Silva

Jardíael Herculano da Silva;

Renata Guerda de Araújo Santos

Bárbara Lessa Fon

Centro Universitário Cesmac

e-mail: lucianopsico@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho objetiva responder a inquietações de estudantes de graduação em psicologia, sobre a presente dificuldade de adoção de crianças por casais homoafetivos. Neste artigo, apresenta-se o percurso realizado pelos autores para aproximação com o plano teórico e com a processualidade do campo-tema da pesquisa. Para visibilizar os (possíveis) campos de disputa no cenário das adoções por casais homoafetivos, utilizou-se do método cartográfico e das práticas discursivas e produção de sentidos. Os procedimentos basearam-se na livre aproximação com: produções científicas como artigos, livros, eventos acadêmicos; produções jornalísticas sobre o tema em circulação na mídia e nas redes sociais; participação de discussões com militantes do movimento LGBT do Estado de Alagoas e em atividades promovidas pelos mesmos. Os resultados e a discussão desenvolvem três eixos: a instituição família; a heteronormatividade; e a adoção. Considera-se que na contemporaneidade os casais homoafetivos estão produzindo maior legitimidade social e constituindo família(s) a partir de ampla gama de variações parentais.

Palavras-chave: Casamento Homoafetivo; Heteronormatividade; Adoção.

Introdução

O presente trabalho surgiu das inquietações de dois alunos de graduação de um curso de psicologia. Ao curso do 7º semestre acadêmico, iniciaram algumas conversas sobre a temática de adoções, os procedimentos necessários para adotar uma criança, o elevado número de crianças em abrigos no contexto atual, efeitos psicossociais, etc. No entanto, surgiu neles também um incômodo que fez questionar porque é tão difícil para casais homoafetivos, compostos por duas pessoas do mesmo sexo, realizarem adoção de crianças? Essa problematização gerou uma pesquisa de iniciação científica, intitulada “Os discursos presentes em produções científicas que tratam de adoção por casais homoafetivos”.¹ Justifica-se sua realização por tratar-se de temática contemporânea, ainda pouco problematizada e tangenciada pela maioria dos currículos acadêmicos (ARAÚJO, OLIVEIRA, CASTANHA, 2007). Com objetivo de responder à pergunta incitada pelos alunos, este artigo apresenta o percurso realizado pelos autores para aproximação com o plano teórico e com a processualidade do tema em pesquisa, o campo-tema (P.SPINK, 2003). A intencionalidade foi cartografar o que possa estar em disputa no cenário das adoções por casais homoafetivos.

Método

Os métodos tradicionais de pesquisa ocidentais e europeus movem-se, de modo representativo, ao modelo macrossocial do qual encontra-se investido, fazendo perpetuar um fazer-acadêmico-científico centrado na masculinidade -patriarcal, na manutenção das disparidades individuais e no totalitarismo das verdades tecno-científicas (LAJO, 2005; SANTOS, 1988). Porém também é possível visualizar movimentos que fazem “transitar as ciências humanas e as ciências sociais de paradigmas cientificistas para paradigmas ético-estéticos” (GUATTARI, 1992, p.21) e, com isso, somam-se esforços críticos à cristalização que envolve o método científico em pesquisa, propondo interpretações outras que o sugerem como o *caminho*, a *rota*, o *percurso* do fazer da pesquisa (LAJO,

1 Financiada pelo Programa Semente de Iniciação Científica (PSIC), edição 2015-2016, do Centro Universitário CESMAC e desenvolvida pelo grupo de Práticas Integradas de Pesquisa em Atenção à Saúde (PIPAS), pertencente à mesma instituição de ensino, contando com a parceria do Grupo de Pesquisa em Psicologia Discursiva, do PPG em Psicologia, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

2005; SANTOS, 1988; M.SPINK, 2013). Esta pesquisa alinha-se à perspectiva psicossociológica que compreende a produção do conhecimento científico como uma prática social e coletiva e sustenta-se no referencial metodológico das Práticas Discursivas e Produção de Sentidos (M.SPINK, 2013). O método utilizado neste trabalho é a cartografia, definida como forma de acompanhar processos e produções subjetivas (POZZANA, KASTRUP, 2014), “útil para descrever processos mais que estados de coisas” (PASSOS, EIRADO, 2014, p.109). O Objetivo da cartografia é “desenhar a rede de forças ao qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente” (POZZANA, KASTRUP, 2014, p.57). Entende-se que o trabalho do cartógrafo “se faz pelo engajamento daquele que conhece no mundo a ser conhecido” (ALVAREZ, PASSOS, 2014, p.131). Sendo assim, os procedimentos desta pesquisa basearam-se na livre aproximação com: produções científicas como artigos, livros, eventos acadêmicos; produções jornalísticas sobre o tema em circulação na mídia e nas redes sociais; participação de discussões com militantes do movimento LGBT do Estado de Alagoas e em atividades promovidas pelos mesmos. Essa circulação pelas diversas discursividades – acadêmica, jornalística e dos movimentos sociais – busca qualificar a implicação do cartógrafo (investigador) com o que venha a cartografar (produzir), promovendo ao investigador e seu tema de investigação compartilharem o mesmo território existencial, os mesmos sentidos e modos de expressão.

Resultados e Discussão

Atualmente a instituição família sofre diversas mudanças em âmbito social e cultural. Isso não significa dizer que ela encontre-se fragilizada ou extinguindo-se. Ela tem sido cada vez mais pautada nos discursos sociais, políticos e acadêmicos, buscando diversificar suas configurações e, assim, perpetuando-se em muitos e novos formatos (ROUDINESCO, 2003). No contexto brasileiro, historicamente todas as camadas sociais dedicaram muito valor à instituição família: a classe alta, por entender que ela garantiria a manutenção do patrimônio cultural e de bens em sua linhagem; a classe média, por identificar nela um projeto moderno de sociabilidade – a família nuclear; e a classe popular por encontrar referências de vínculo social e extensão de redes de ajuda mútua (DUARTE, 1994).

Para Fonseca (2005), a instituição família organizou-se de dois modos. Por um lado, famílias apoiadas no modelo nuclear preocuparam-se em estabelecer

laços de amizade entre os parentes, o que fez eliminar do convívio aqueles parentes considerados problemáticos e, conseqüentemente, o maior investimento – afetivo, financeiro e cultural – naqueles que sobressaíam socialmente. E, de outro lado, famílias em situação de precariedade socioeconômica estabeleceram redes horizontais de relação com todos os parentes e extensivo a outros sujeitos não-parentes, com o fim de oferecer e receber apoio.

Tendo em vista estes movimentos, o conceito de família adquiriu no momento atual uma concepção abrangente e complexa. Amazonas e Braga (2006) afirmam que é incorreto denominarmos família um conjunto de incessantes transições culturais, econômicas, políticas e sociais que ocorreram e continuarão ocorrendo nos laços parentais, sendo mais preciso definir estes movimentos como *famílias*. O que devemos também considerar é que mesmo com “todas essas transformações acontecidas no interior da família, podemos dizer que ela ainda se mantém idealizada e desejada por todos” (Ibid., p.179).

Porém, a concepção de família baseada na configuração tradicional de pai, mãe e filho(s), heterossexual e com grande relevância à relação orgânica na sua composição é ainda prevalente nos discursos sociais e acadêmicos. As mudanças que se constata nas novas configurações familiares sugerem uma ampliação do conceito família, que vai além do modelo hierarquizado (ARAÚJO, OLIVEIRA, CASTANHA, 2007), ganhando outros valores, outros papéis sociais e funções e estabelecendo novos sentidos acerca da sua configuração. Com maior frequência se observa a formação de configurações familiares baseados no relacionamento, na conjugalidade, na parentalidade e na afetividade (Ibid.). Famílias são aglomerados de afetividade que proporcionam, aos seus membros, crescerem em convívio, produzindo vínculo entre si e fortalecendo as relações que compõem essa estrutura e que permite a troca afetiva independente da sexualidade.

Famílias, afetividade e direitos sociais

Uma das configurações familiares que se apresenta na atualidade é a família homoparental ou homoafetiva, composta por duas pessoas do mesmo sexo, que optam por serem pais ou mães – seja isso por meio da adoção, por inseminação e/ou, como a prática nomeada, por ‘barriga de aluguel’. Conforme Derrida e Roudinesco (2004, p.48), o termo homoparentalidade surgiu “em 1997 para designar uma situação em que pelo menos um dos pais se assume como homossexual”. Costa e Nardi (2015, p.138) diferem deste, o termo homoafetividade

criado pela jurista Maria Berenice Dias, que afirmava não ser “possível falar em homossexualidade sem falar em afeto [...], as uniões de pessoas do mesmo sexo nada mais são do que vínculos de afetividade”. Nestes casos, uma justificativa utilizada para oficializar a união entre dois homens ou duas mulheres são os laços afetivos, os quais dão sentido à conjugalidade do casal. Por este sentido, supõe-se que se os sujeitos se amam, estes devem ficar juntos.

Porém existem riscos em justificarmos ou garantirmos o direito à conjugalidade homoafetiva, apenas pelo critério da amorosidade. Costa e Nardi (2015) problematizam que tipo de direitos à família homoparental efetivamente é garantido, quando centramos a análise nos elementos subjetivos e de personalidade, considerando motivo menor os direitos fundamentais de livre exercício de sua sexualidade, previsto constitucionalmente. Ressalta-se que o uso dos prazeres eróticos e sexuais, de maneira consensual, entre sujeitos que podem responder sobre seus atos é livre e garantida pelos Direitos Humanos (FILHO, 2011).

Altoé (2003), de forma semelhante, afirma que as práticas da justiça, muitas vezes, encontram-se em conflito, tendo de escolher entre o discurso do direito, fundamentado em regras, normatizações e condutas, e os discursos *psis* – psicanálise, psicologia e psiquiatria –, que defendem as individualidades, liberdades e desejos de foro íntimo. A dificuldade está localizada na produção das práticas da justiça que integrem estas duas discursividades, aproximando os direitos à igualdade e à diversidade, produzindo um caminho para a proposição de Santos (2003) quando diz que “devemos lutar pela igualdade sempre que a diferença nos inferioriza, mas devemos lutar pela diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza”.

Sendo as famílias homoafetivas uma presença no contexto brasileiro, devemos considerar também que estes casais desejam ou sonham, assim como os demais, realizarem-se tendo filho(s). Como salienta Chaves (2009, p.210) “o fato de ser homo ou heterossexual não torna um indivíduo mais ou menos capacitado para exercer o papel de pai e mãe”. O que deve estar em análise no momento de uma adoção é, de uma lado, a existência da “vontade da realização de um projeto parental, e do outro se busca o bem estar das crianças, que têm a possibilidade de se verem amados e de crescerem em um ambiente familiar” (Ibid.). *A priori*, a orientação da homossexualidade não caracteriza melhor ou pior condição para o exercício das funções paterna ou materna. Por fim, toda decisão de justiça, nos casos de adoção, deve ter por finalidade atender ao

melhor interesse da criança, em outras palavras, “o interesse do adotando deve vir sempre em primeiro lugar” (Ibid., p.210).

No Brasil, a primeira decisão de adoção por casal homoafetivo foi realizada no Estado do Rio Grande do Sul tendo, na ocasião, o juiz subsidiado sua decisão no argumento que importa nestas situações a qualidade e o vínculo afetivo que podem ser propiciados ao adotante e não a orientação sexual do casal (Ibid.). Em 2013, no Estado de Alagoas, ocorreu a segunda decisão de mesmo caráter, quando um menino foi adotado por um casal homoafetivo (CNJ, 2015).

Apesar de alguns avanços nas decisões jurídicas sobre esta questão, um estudo apontou que alunos dos cursos de Psicologia e de Direito, em grande parte não corroboram com estas práticas (ARAÚJO, OLIVEIRA, CASTANHA, 2007). O argumento contrário da maioria dos alunos de Psicologia à adoção por casais homoafetivos, sustentava-se na crença que estas crianças vivenciarão influência na orientação sexual, preconceito(s) e ausência de referencial materno ou paterno, o que poderia desenvolver distúrbios psicológicos. Os alunos de Direito, por sua vez, afirmaram que isto poderia originar problemas morais. Os autores apontam a necessidade emergente de fomento à discussão da temática com a sociedade, estudantes e profissionais da área para promoção do bem-estar de adotantes e adotados (Ibid.).

Desnaturalização e heteronormatividade

Interessa também por em análise a instituição família a partir de outros componentes: os indivíduos, seus corpos e suas funções. Em relação às definições à palavra *corpus*, encontram-se referências às partes materiais, visíveis, biológicas, de natureza autodefinida e independente de valores culturais. A partir do imperativo dos discursos biomédicos e bioclínicos os *corpus* são tomados para descrição das sexualidades, assumindo uma naturalização binária, inscrita na diferença das genitálias que, com efeito, é extensiva a outras partes do sujeito. Como exemplo: para os estudos da anatomia há uma finalidade do corpo masculino à valentia e do feminino à maternagem; para o cristianismo há uma alma masculina para homens e outra feminina para as mulheres; e socialmente há modos de existir homem e modos de existir mulher. A partir da hegemonia da biologia molecular, a dicotomia sexual ganha novos instrumentos para sua diferenciação, sendo agora utilizados para isso o código genético e a dosagem hormonal (MÉLLO, 2012).

Criados os corpos inertemente sexuados, ou seja, corpos tatuados pela natureza que nos ditam como devemos habitá-los, sendo a tatuagem principal a que se encontra nas genitálias, temos consequências importantes: se existem diferenças e o corpo feminino é perfeito à maternagem (portanto ao privado) e o masculino é perfeito à guerra (portanto ao público), os corpos só devem se unir também de modo perfeitamente normal: um homem com uma mulher. A heterossexualidade é o modelo de normalidade (MÉLLO, 2012, p.199)

Destaca-se que será a partir do final do século XIX, que os países ocidentais irão patologizar as práticas sexuais entre sujeitos do mesmo gênero, abrindo-se o campo judiciário à intervenção do saber *psi* para diagnosticar e tratar a doença do homossexualismo (FILHO, 2011, BUTLER, 2009). Os profissionais *psis* assumem um discurso sobre a verdade do sexo, tanto enunciando a patologia da homossexualidade, como garantindo devolver a normalidade heterossexual àqueles acometidos pela doença. Assentado a isso, criou-se: a caricatura de homossexuais instintivamente perversos e promíscuos; a ideia da homossexualidade congênita ou como degenerescência; a homossexualidade como atraso do desenvolvimento psicosssexual; além de possíveis terapêuticas como choque elétrico para provocar aversão ao comportamento homossexual; terapias de reversão, todo mais um conjunto de discursividades científicas que pudessem reafirmar a heteronormatividade (Ibid.).

Impõe-se a heterossexualidade normativa ou heteronormatividade, que é emanada para todos os campos do social, como estratégia de governabilidade da vida e de administração e gestão dos corpos, ou seja, “como tecnologia biopolítica, destinada a produzir corpos *straight*” (PRECIADO, 2011, p.12) e identidades *prêt-a-porter* (ROLNIK, 2001).

A heteronormatividade e seus efeitos no cotidiano serão objetos de problematização e questionamento pelo movimento feminista, que propõe o conceito de gênero como instrumento para desnaturalizar as diferenças entre homens e mulheres. Com isso, denominou-se perspectiva relacional de gênero o entendimento que “gênero constitui-se como modelo cultural construído a partir de relações historicamente construídas” (MÉLLO, 2012, p.200). E o modo como cada gênero planifica a historicidade em seu corpo, tem sido nomeada de performance (BUTLER, 2003; 2014). No campo *psi* estes movimentos performáticos foram interpretados como identitários, efeitos de uma produção de subjetiva.

Tanto para a performance de gênero, como para as produções identitárias *psis*, a heterossexualidade cede passagem a outros modos de uso da sexualidade, mas com seus respectivos registros: a homo, a lesbo, a bi, a transexualidade, etc.

Apesar das problematizações sociais promovidas pela teoria relacional de gênero, o sexo biológico manteve seu *status* na definição de gênero ou mesmo identitária, ou seja, o corpo permaneceu inerte a esta discussão (MÉLLO, 2012).

O juízo de Deus, o sistema do juízo de Deus, o sistema teológico, é precisamente a operação Daquele que faz um organismo, uma organização de órgãos que se chama organismo (...). O organismo já é isto, o juízo de Deus, do qual os médicos se aproveitam e tiram seu poder (DELEUZE, GUATTARI, 1996, p.15, grifo dos autores)

com a perpetuação de uma sexualidade orgânica, naturalizada, inata, pré-organizada e pré-funcional.

Isso levou também ao acirramento de procedimentos que destrincharam o corpo, repartido-o em órgãos (boca, pênis, vagina, ânus, etc.) e mapeado precisamente seus usos para o prazer, a satisfação e a procriação ou não procriação. Esse corpo agora diagnosticado (MÉLLO, 2012), serve melhor à regulação de um império sexual (PRECIADO, 2011), que fará proliferar toda espécie de tecnologias para o corpo sexual: cirurgias, hormônios, próteses, silicones, fármacos, exercícios, etc. Temos então uma sexopolítica que fará investimentos na capitalização sexual do corpo (Ibid.).

Nesse sentido, percebe-se certa estratificação dos corpos (DELEUZE, GUATTARI, 1996) produzida pelos modelos de representação universalista da subjetividade internalizada, individualizante e repetitiva, perdendo sua potência emancipadora de sujeitos e coletivos, revertidos em simples dispositivos de colonização capitalística.

O próprio inconsciente freudiano evoluiu ao longo de sua história, perdeu a riqueza efervescente e o inquietante ateísmo de suas origens e se recentrou na análise do eu, na adaptação à sociedade ou na conformidade a uma ordem significativa, em sua versão estruturalista (GUATTARI, 1992, p.21)

Concorre a estes uma redefinição da subjetividade, entendida como máquina produtiva, constituída por componentes heterogêneos, de natureza

plural e polifônica, permitindo a materialização de novas modalidades e possibilidades diversificadas de subjetivação. Uma subjetividade maquínica, virtualmente carregada de todos os possíveis, capaz de acoplar-se a qualquer componente – individual, coletivo e institucional – e produtora permanente de desejos. Subjetividade enquanto produto e produtora de desejos (Ibid.).

Nesta afirmação do desejo como lugar de produção e dispersão de intensidades, Deleuze e Guattari (1996) propõem o conceito de corpo sem órgãos (CsO), contrário a normatização funcional dos órgãos, que tratamos por organismo. O CsO põe-se como inimigo das limitações de uso e sentidos do organismo.

Desfazer o organismo nunca foi matar-se, mas abrir o corpo a conexões que supõem todo um agenciamento, circuitos, conjunções, superposições e limiares, passagens e distribuições de intensidade, territórios e desterritorializações medidas à maneira de um agri-mentor (Ibid., p.24).

O CsO nos convida a desarticular ou a criar *n* articulações com o que parece cristalizado; a dessubjetivar, como um convite ao nomadismo de movimentos e às experimentações; a nos desidentificarmos, como ação para desfazer limites e fronteiras biopolíticas.

As minorias sexuais apropriam-se e põe em análise os dispositivos sexopolíticos de controle dos corpos e das vidas, fazendo diferir as estratégias de biopoder sobre o corpo e as potências de vida destes mesmos corpos. O corpo normal passa por um processo de desterritorialização, afirmar-se sua indeterminação e o seu uso como dispositivo de intervenção nas estratégias sexopolíticas. Do mesmo modo que ocorreu com o(s) gênero(s), o corpo foi desnaturalizado, entendido então como produto e produtor. O corpo como agente sexopolítico, como espaço de criação e aglutinação apresenta sua potência: as minorias sexuais, reservadas aos guetos, se justapõem em multidões e o “monstro sexual que tem por nome multidão torna-se *queer*” (PRECIADO, 2011, p.14, grifo da autora).

Sobre a multidão *queer* e seu processo de desidentificação é possível dizer que:

Ela se faz na apropriação das disciplinas de saber/poder sobre os sexos, na rearticulação e no desvio das tecnologias sexopolíticas

específicas de produção dos corpos “normais” e “desviantes”. Por oposição às políticas “feministas” ou “homossexuais”, a política da multidão *queer* não repousa sobre uma identidade natural (homem/mulher) nem sobre uma definição pelas práticas (heterossexual/homossexual), mas sobre uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como “normais” ou “anormais”: são os *drag kings*, as *gouines garous*, as mulheres de barba, os transbichas sem paus, os deficientes-ciborgues... O que está em jogo é como resistir ou como desviar das formas de subjetivação sexopolíticas (PRECIADO, 2011, p.16, grifos da autora).

As multidões *queer* seguem o caminho da desontologização do sujeito da sexopolítica, afirmando não existir a “diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida” (PRECIADO, 2011, p.18).

Adoção por casais homoafetivos

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) prevê que toda criança ou adolescente deva ser criado e educado no seio de sua família, mesmo que substituta, o que caracteriza família adotiva. Estão postos algumas critérios para que uma pessoa ou família seja adotante, como idade igual ou maior a 21 anos; haver o mínimo de 16 anos de diferença entre adotante e adotado; e sendo este último maior de 12 anos, ele expressar concordância com o ato da adoção. O estado civil do adotante é irrelevante como critério nestas situações, não estando também previsto o impedimento em lei à adoção de crianças por qualquer que seja a configuração familiar (ROSA et al., 2016).

No entanto, casais homoafetivos encontram dificuldades para adotar crianças, sendo tais atos justificados pelos possíveis prejuízos psicossociais que a mesma estaria exposta. Nesse sentido, um dos argumentos utilizados, vinculados aos aspectos do desenvolvimento psicológico, é a ausência de uma das referências, ou paterna, ou materna, nestas configurações familiares. Associado à perspectiva heteronormativa, estes discursos sugerem que estas crianças vivenciariam dificuldades na constituição de sua identidade; experimentaríamos crises de identidade; teriam dificuldades de diferenciar o masculino do feminino por não ter essa referência intrafamiliar; e, ainda, sofreriam influências para se tornarem homossexuais (COSTA et al., 2010; AMAZONAS, VERÍSSIMO,

LOURENÇO, 2013; CECÍLIO, SCORSOLINI-COMIN, SANTOS, 2013). Em relação aos discursos vinculados aos aspectos do desenvolvimento e das relações sociais, sugerem que as crianças adotadas por casais homoafetivos tendem a sofrer discriminação, passando por situações e dificuldades de interação social, preconceito na escola, nas instituições, entre outros (COSTA et al., 2010; CERQUEIRA-SANTOS, BOURNE, 2016).

Não havendo uma disposição social que legitime a adoção de crianças por casais homoafetivos e sendo a monoparentalidade uma prática comum no Brasil atual, muitos casais homoafetivos optam pelo registro de adoção com guarda única, situação jurídica onde apenas um dos cônjuges assume de forma legal a filiação e guarda da criança (CECÍLIO, SCORSOLINI-COMIN, SANTOS, 2013). Presente o conflito entre uma legislação não proibitiva em relação a adoção por casais homoafetivos e a hegemonia da visão imperativa e heteronormativa das relações familiares, houve a recente regulamentação no âmbito da justiça, do registro de nascimento e da emissão da certidão de nascimento dos filhos havidos por reprodução assistida e que, por meio comprovado, permite aos casais homoafetivos o registro de nascimento da criança onde conste os respectivos nomes dos pais ou das mães (CNJ, 2016).

Com relação a produção de investigações acadêmicas que abordem os aspectos desenvolvimentais de crianças nas configurações familiares em questão, encontra-se ainda pouca produção internacional e a escassez da produção brasileira (CERQUEIRA-SANTOS, BOURNE, 2016; ROSA et al., 2016). No entanto, contrariando as discursividades que defendem os prejuízos do desenvolvimento psicossocial de crianças adotadas por casais homoafetivos, os estudos comparativos entre crianças de famílias heteroafetivas e crianças de famílias homoafetivas, consideram não haver diferenças significativas no comportamento sexual e de gênero (CERQUEIRA-SANTOS, BOURNE, 2016). Apesar do tema ser objeto de estudos na área do Direito, Serviço Social e Psicologia, até atual momento, estes trabalhos não apresentaram repercussão na legitimação e inclusão social desse modo de parentalidade (CECÍLIO, SCORSOLINI-COMIN, SANTOS, 2013).

Conclusões

Considera-se a respeito da temática da adoção de crianças por casais homoafetivos, que apesar da inexistência de legislações proibitivas ou estudos científicos que subsidiem prejuízos ao desenvolvimento psicossocial destas

crianças, os avanços na garantia de direitos têm caminhado a passos lentos, principalmente no que tange os direitos de família, conceito, configurações familiares e promoção da cidadania das pessoas homoafetivas. No entanto, assim como a multiplicidade e diversidade de modos de configurações familiares presentes na contemporaneidade, os casais homoafetivos estão produzindo maior legitimidade social, constituindo-se família(s) a partir de ampla gama de variações parentais.

Referências

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In.: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). **Pistas no método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2014, p.131-149.

AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; BRAGA, Maria da Graça Reis. Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 177-191, dez, 2006.

AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; VERISSIMO, Hugo Vasconcelos; LOURENCO, Gilclécia Oliveira. A adoção de crianças por gays. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 631-641, 2013.

ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes de; OLIVEIRA, Josevânia da Silva Cruz de; CASTANHA, Alessandra Ramos. Adoção de crianças por casais homoafetivos: um estudo comparativo entre universitários de Direito e de Psicologia. **Psicologia & Sociedade**, v.19, n.2, p.95-102, ago, 2007.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual?. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 21, p. 219-260, 2003.

BUTLER, Judith. Desdiagnosticando o gênero. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 95-126, 2009.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 42, p. 249-274, jun. 2014.

CECILIO, Mariana Silva; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. Produção científica sobre adoção por casais homossexuais no contexto brasileiro. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 18, n. 3, p. 507-516, set. 2013.

CERQUEIRA-SANTOS, Elder; BOURNE, Justin. Estereotipia de Gênero nas Brincadeiras de Faz de Conta de Crianças Adotadas por Casais Homoparentais. **Psico-USF**, Itatiba, v. 21, n. 1, p. 125-133, abr. 2016.

CHAVES, Marianna. Adoção homoafetiva: panorama brasileiro e luso-hispânico. In.: SOUZA, Coelho de; CANDIDO, Ivone Maria (Orgs.). **Parentalidade** – análise psico-jurídica. Curitiba: Juruá, 2009. p.209-228.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Alagoas é o 2º a realizar uma adoção homoafetiva legalmente**. Brasília, 2015. Disponível em: <cnj.jus.br>. Acesso em: 19 jun 2015.

_____. **Provimento nº 52**, de 14 de março de 2016. Dispõe sobre o registro de nascimento e emissão de respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida.

COSTA, Angelo Brandeli; NARDI, Henrique Caetano. O casamento “homoafetivo” e a política da sexualidade: implicações do afeto como justificativa das uniões de pessoas do mesmo sexo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.23, n.1, p.137-150, 2015.

COSTA, Pedro Alexandre, CALDEIRA, Sara, FERNADES, Inês, RITA, Cláudia, PEREIRA, Henrique, LEAL, Isabel. Atitudes da população portuguesa em relação à homoparentalidade. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 26, n. 4, p. 790-798, dez. 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 3. Tradução Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

DERRIDA, J.; ROUDINESCO, E. **De que amanhã... diálogo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

DUARTE, L. F. D. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: RIBEIRO, I. (Org.). **Família e sociedade brasileira**: desafios nos processos contemporâneos. Rio de Janeiro: Fundação João XXIII, 1994. p. 23-41.

FILHO, Fernando Silva Teixeira. Apontamentos para uma Psicologia contra-homofóbica. In.: Conselho Federal de Psicologia. **Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos**. Brasília: CFP, 2011, p. 48-66.

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde & Sociedade**, v.14, n.2, p.50-59, ago, 2005.

GATTARI, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. São Paulo: Ed.34, 1992.

LAJO, Javier. **Qhapaq Ñan**: la ruta inka de sabiduría. Lima: Amaro Runa Ediciones, 2005.

MELLO, Ricardo Pimentel. Corpos, heteronormatividade e performances híbridas. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v.24, n.1, p. 197-207, abr. 2012.

PASSOS, Eduardo; EIRADO, André do. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In.: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). **Pistas no método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2014, p.109-130.

POZZANA, Laura; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In.: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). **Pistas no método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2014, p.52-75.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 19, n.1, p.11-20, abr. 2011.

ROLNIK, Suely. Despachos no museu: sabe-se lá o que vai acontecer... **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v.15, n.3, p. 03-09, jul. 2001.

ROSA, Jéssica Moraes; MELO, Anna Karynne; BORIS, Georges Daniel Janja Bloc e SANTOS, Manoel Antônio dos. A Construção dos Papéis Parentais em Casais

Homoafetivos Adotantes. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 36, n. 1, p. 210-223, Mar. 2016.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso sobre as Ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 1988.

SANTOS, Boaventura de S. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez Ed., 2013.

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre , v. 15, n. 2, p. 18-42, dez. 2003.

O ENVELHECIMENTO DA CATEGORIA DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

Luísa Vilharquide Firmino
luvilharquide@gmail.com

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alda Britto da Motta.

*Universidade Federal da Bahia (UFBA), Programa de Pós-graduação em Es-
tudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM)*
aldamotta01@homail.com

Resumo:

A categoria das trabalhadoras domésticas passa por uma recente transformação em sua composição geracional, já que na última década a média de idade das profissionais subiu significativamente. O presente artigo objetiva estudar este deslocamento geracional, tendo em vista a redução do trabalho infantil e da extrema pobreza e a maior escolarização de mulheres negras jovens no Brasil. Por fim, destaca a fragilidade das frágeis garantias trabalhistas e previdenciárias oferecidas às trabalhadoras maduras e idosas devido, sobretudo, à alta taxa de informalidade da categoria.

Palavras-chave: Trabalho doméstico, Geração, Envelhecimento, Mulheres negras.

Introdução

A natureza das atividades em regra desenvolvidas pelas trabalhadoras domésticas se relaciona intimamente com o trabalho reprodutivo historicamente atribuído às mulheres como o correspondente cultural ao seu papel de gênero. Esta relação se reflete na atual situação de que 94,8% do trabalho doméstico remunerado no Brasil é realizado por mulheres (IBGE, 2012, p.6), bem como no fato desta ocupação ser o destino de cerca de 17% das mulheres que trabalham no país (DIEESE, 2011, p.1).

O recente passado escravista brasileiro, época em que as atividades domésticas eram realizadas por pessoas negras escravizadas, também impacta a composição da categoria das trabalhadoras domésticas. Na contemporaneidade, a categoria segue majoritariamente composta por mulheres negras, que representam 61,6% das trabalhadoras (PINHEIRO et al., 2011, p.36). Além disso, entre as trabalhadoras domésticas as mulheres negras são as que mais trabalham informalmente, o que as sujeita a outras violações de direitos trabalhistas e previdenciários. Assim, prevalecem o racismo e a divisão racial do trabalho, que limitam o acesso das pessoas negras a funções de maior remuneração, prestígio social e garantia de direitos.

A vulnerabilidade social das trabalhadoras domésticas e a precariedade de direitos trabalhistas da categoria se influenciam reciprocamente. As pessoas que vivem em maior desvantagem diante das opressões sistêmicas são continuamente direcionadas para o trabalho doméstico remunerado, ao passo que as trabalhadoras domésticas recebem baixas remunerações e eram a única categoria que não gozava plenamente dos direitos garantidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) aos trabalhadores urbanos e rurais até a aprovação da Emenda Constitucional nº 72, de 2013 (BRASIL, 2013, online).

O trabalho doméstico está distribuído socialmente de acordo com as relações de poder e é um dos trabalhos atribuídos à população em maior vulnerabilidade social. Nesse sentido, a conjuntura em que a maior parte do trabalho doméstico remunerado é exercida por mulheres negras e pobres manifesta que as relações de emprego doméstico são marcadas pelas desigualdades de gênero, raça e classe.

A análise deste fenômeno demanda reflexões sobre a dinâmica existente entre diferentes sistemas de dominação, para o que utilizarei o referencial teórico-metodológico da interseccionalidade. Esta escolha se dá vez que este método de articulação teórica dos sistemas de opressão foi pensado por

feministas negras para tratar da realidade de mulheres negras, visando problematizar e desconstruir práticas de discriminação.

Kimberlé Crenshaw propôs que ao colocar em foco experiências vividas por mulheres negras, estas devem ser analisadas não como resultado da adição do racismo e do sexismo, mas da intersecção entre estes e outros sistemas que colocam a mulher negra em posição subalterna (CRENSHAW, 1989).

Conforme examina Sirma Bilge, “O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais” (BILGE, 2009, p.70 apud HIRATA, 2014, p.62). Nesta perspectiva, as hierarquias sociais são criadas pelas interações entre múltiplos sistemas de dominação, que impactam conjunta e simultaneamente a vida em sociedade. Alda Britto da Motta destaca a categoria geração como uma das dimensões básicas da vida social e de suas análises, articulando-se dinamicamente com as categorias gênero, raça e classe (BRITTO DA MOTTA, 2004, p.1). Este artigo corrobora com este entendimento e busca demonstrar que o trabalho doméstico também se encontra desigualmente dividido entre gerações.

O estudo da categoria geração leva à percepção das idades da vida como construções sociais e culturais, que variam espacial e temporalmente, de acordo com cada cultura (MÜLLER, 2009, p.112).

Ainda, é fundamental considerar que as diferentes gerações se constroem conjuntamente, muitas vezes implicando em conflitos e reestruturações sociais, a saber:

Essas dimensões realizam-se no cotidiano e na História e podem ser também definidas como categorias relacionais ou da experiência. Expressam diferenças, oposições, conflitos e/ou alianças e hierarquias provisórias. Provisórias, porque na dialética da vida os lugares sociais se alternam, as situações sociais desestruturam-se e reconstroem-se em outros moldes. Do ponto de vista de cada indivíduo ou grupo, isto significa a múltipla pertinência de classe, de sexo/gênero, de idade/geração e de raça/etnia, com a formação de subjetividades ou de identidades correspondentes (BRITTO DA MOTTA, 2004, p.1).

Assim, geração é uma categoria consideravelmente mutável, seja pela variedade de contextos sociais figurados por indivíduos de um mesmo grupo

geracional, própria experiência geracional em trânsito de cada indivíduo ou transformações históricas e sociais que constituem novas condições de existência para as gerações.

Diversos estudos vêm apontando um envelhecimento da categoria das trabalhadoras domésticas no Brasil nas últimas décadas. Entre 1999 e 2009 houve substancial crescimento da proporção de trabalhadoras domésticas com mais de 30 anos, que, de 56,5% das trabalhadoras domésticas em 1999, passaram a representar 72,7% destas em 2009 (PINHEIRO et al., 2011, p.36).

Esta estatística encontra amparo na pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), que identificou que em 2004 27,2% das trabalhadoras domésticas estava na faixa etária de 30 a 39 anos de idade, o que representava a maior parcela da categoria, enquanto em 2011 a maior parcela era composta por mulheres de 40 a 49 anos, que somavam 28,5% do total de trabalhadoras. Outro destaque dado pela pesquisa é o aumento da proporção de trabalhadoras domésticas com 50 anos ou mais, que passou de 13,7%, em 2004, para 21,9%, em 2011. Tal envelhecimento da categoria reflete também, a redução do número de jovens realizando o emprego doméstico remuneradamente, fração que reduziu de 6,1% para 3,9% para meninas entre 10 e 17 anos e de 16,8% para 9,3%, para as jovens entre 18 e 24 anos, entre os anos de 2004 e 2011 (DIEESE, 2013, p.7).

A Pesquisa Mensal do Emprego realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 também obteve resultados semelhantes, destacando a diminuição da concentração de trabalhadoras domésticas de 25 a 34 anos e o crescimento nos grupos de 35 a 44 anos e de 45 a 54 anos, entre 2003 e 2009. A pesquisa ainda comparou a composição etária da categoria das trabalhadoras domésticas com a da população ocupada, demonstrando que enquanto 31,6% da população ocupada tinha 45 anos ou mais em 2009, entre as trabalhadoras domésticas este percentual foi de 40,3% (IBGE, 2010, p.7), demonstrando que o envelhecimento da categoria está além do processo de envelhecimento geral da sociedade brasileira.

A análise geracional demanda o estudo conectado ao contexto social e histórico que lhe confere sentido (MANNHEIM, [s.d.], p.163). Deste modo, para estudar estas mudanças na composição geracional da categoria das trabalhadoras domésticas, é necessário considerar as transformações ocorridas nas últimas décadas nas condições de vida de mulheres trabalhadoras de diferentes idades no Brasil.

Meninas trabalhadoras domésticas

Apesar de a Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente disporem categoricamente acerca da proibição de qualquer tipo de trabalho aos menores de 14 anos muitos são os relatos de trabalhadoras domésticas que começaram a trabalhar ainda crianças, geralmente entre 9 e 12 anos¹.

Como trabalhadoras informais e em regra morando nas casas de seus empregadores, as meninas não possuem jornada de trabalho definida, passam o dia todo à disposição para a execução de serviços e não têm tempo livre para estudar ou brincar.

Sobre o tratamento dado às meninas trabalhadoras domésticas, Angela Figueiredo dispõe que “As necessidades relativas às diferentes fases do desenvolvimento são suprimidas, há uma exigência para uma maturidade precoce na medida em que o corpo se torne mais forte para suportar melhor a exploração, a responsabilidade e o trabalho.” (FIGUEIREDO, 2011, p.101).

Com a imposição do trabalho doméstico, muitas meninas são expostas à exploração de sua força de trabalho e a um cotidiano de trabalho que envolve longas jornadas, esforços físicos intensos, exposição a situações de risco de abuso físico, psicológico e sexual e risco de acidentes de trabalho com fogo e objetos cortantes, situação que viola os direitos da criança e do adolescente.

Desde o ano de 1996, o Governo Federal executa o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), que desenvolve ações para retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática de trabalho precoce, exceto os maiores de 14 anos em condição de aprendiz. Entre as políticas do Peti, estão os programas de transferência de renda que exigem a frequência escolar da criança, como o Bolsa Família, a inserção das crianças, adolescentes e suas famílias em serviços socioassistenciais e a realização de campanhas informativas contra o trabalho infantil (MDS, online).

As iniciativas do programa, somadas às melhorias nas condições socioeconômicas das famílias no Brasil e ao declínio da extrema pobreza, geraram impacto na redução do trabalho infantil no país. Em 1992, 13,3% das crianças de 5 a 14 anos estavam trabalhando, enquanto, no ano de 2008, este percentual chegou a 5,1%. (BARROS; MENDONÇA, 2010, p.11)

1 Alguns relatos podem ser encontrados na obra “Tensões e experiências: Um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador”, publicada pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (MORI et al., 2011).

Ocorre que, mesmo diante da redução do trabalho infantil, atualmente o trabalho doméstico não deixou de ser uma das principais alternativas de trabalho para as meninas pobres, bem como as condições de trabalho a elas oferecidas não sofreram grandes transformações.

O relatório “Por ser menina no Brasil” denuncia que apesar das ações promovidas pelo Peti, 13,7% das meninas de 6 a 14 anos no Brasil trabalham ou já tiveram experiência de trabalho, sendo que 2,3% afirmaram que procuram trabalho e 10,6% preferiram não responder. Entre as meninas que trabalham a maior parcela, 37,4%, realiza o trabalho doméstico remunerado (PLAN INTERNATIONAL BRASIL, 2015, p.13). É importante destacar que a pesquisa foi feita quase em sua totalidade com meninas que frequentam a escola e que, considerando que grande parte das meninas trabalhadoras domésticas é impedida de estudar², provavelmente há ainda mais meninas trabalhando com trabalho doméstico do que a pesquisa aponta.

Mesmo diante da diminuição percentual da participação das meninas no trabalho doméstico remunerado, como o contingente da categoria é muito expressivo, ainda há muitas meninas ocupadas no trabalho doméstico. É alarmante que o trabalho doméstico ainda seja um destino comum para as meninas pobres, já que – além dos prejuízos ao pleno desenvolvimento infantil e o descumprimento dos direitos da criança e do adolescente – as meninas são necessariamente trabalhadoras informais, figurando relações de trabalho de intensa exploração e precariedade e sujeitas à completa vulnerabilidade de qualquer proteção jurídica ao trabalho realizado.

Escolarização de mulheres jovens e novas perspectivas de emprego

O envelhecimento da categoria das trabalhadoras domésticas também se relaciona com a redução percentual das mulheres jovens no trabalho doméstico. A transformação dos interesses profissionais das jovens trabalhadoras é parte da mudança do próprio significado da juventude para as mulheres pobres.

2 A infância, como a juventude, é uma fase da vida recorrentemente demarcada pela instituição da escola. As meninas trabalhadoras domésticas que são impedidas de estudar acabam por ter negado, mais uma vez, o direito à infância e ao pleno desenvolvimento infantil. Para as meninas pobres viver uma infância protegida raramente é uma opção, já que a divisão socialmente criada entre infância e adultez costuma ser esfumada pela responsabilidade de realizar as atividades domésticas, remuneradamente ou não.

A noção de juventude foi elaborada de acordo com a experiência de jovens burgueses, constituindo uma busca de outros grupos sociais ascender à condição de “viver a juventude” e se aproximar deste paradigma. Atualmente, verifica-se a existência de múltiplas juventudes, considerando que diferentes grupos sociais vivenciam a juventude por meio de situações e significações diferentes (ABRAMO, 2008, p.43-44).

O acesso à educação formal é uma das mais importantes variáveis que influenciam a vivência das juventudes, quadro que sofreu expressivas transformações nos últimos anos. Entre 1988 e 2008 a média de escolaridade da população brasileira cresceu de 4,5 para 7,4 anos, sendo que o crescimento foi mais acentuado entre as mulheres. O crescimento da escolarização das mulheres foi tão expressivo que a disparidade da escolarização entre os gêneros chegou a se inverter ao final do período analisado, de modo que as mulheres contam com uma média de anos de escolaridade maior do que a dos homens (BARRETO, 2013, p.7-8).

Ainda que persistam as disparidades entre a escolarização de jovens brasileiros de acordo com suas classes sociais e raças, é notório o crescimento do percentual de jovens negros que concluíram o Ensino Médio e que tiveram acesso ao Ensino Superior entre os anos de 1995 e 2009. Enquanto em 1995 apenas 8% dos jovens não brancos de 18 a 24 anos havia concluído o Ensino Médio sem inserção no Ensino Superior e 2% tiveram acesso ao Ensino Superior, em 2009 os índices passaram para 31% e 11% respectivamente (ANDRADE, 2012, online).

No que diz respeito à classe social, os níveis de ensino dos jovens seguem variando de acordo com a renda familiar. O número de jovens pobres que concluem o Ensino Médio e que acessam o Ensino Superior ainda é muito pequeno, embora o crescimento da escolarização dos jovens das faixas mais pobres da sociedade seja percentualmente muito maior do que dos jovens ricos (ANDRADE, 2012, online).

Portanto, a ampliação do acesso ao Ensino Fundamental e o maior índice de conclusão do Ensino Médio e de acesso ao Ensino Superior por pessoas negras e pobres, especialmente mulheres, participa da construção de um novo significado da juventude para esta parcela da população. Se até recentemente as mulheres jovens pobres não eram vistas socialmente nem por si mesmas como jovens (BRITTO DA MOTTA, 2013, p.6), o aumento da escolarização modifica suas percepções e inaugura outras possibilidades de existência. As jovens mulheres negras, cada vez mais escolarizadas, encontram novos tipos

de inserção no mercado de trabalho e o trabalho doméstico remunerado deixa, progressivamente, de ser sua única opção.

Muitas trabalhadoras domésticas desejam que suas histórias não se repitam e lutam para que, apesar das condições desfavoráveis, suas filhas estudem e possam ter outras profissões, seja por melhores remunerações e mais direitos ou pelas experiências negativas que tiveram no decorrer do exercício do trabalho doméstico.

Nesse sentido, Miriam Nobre aponta que as mulheres têm investido em escolarização e problematiza:

[...] Se houver dinamismo na economia com o crescimento de postos de trabalho na indústria e escritórios, se houver ampla reforma agrária, as mulheres estarão enfrentando os constrangimentos pessoais, culturais e sociais para construir suas trajetórias profissionais. Se há escolha, há pouca chance do emprego doméstico se manter como uma instituição de tão grande alcance. (NOBRE, 2004, p.68-69)

Assim, as mudanças descritas se relacionam com o crescimento da indústria e do setor de serviços no Brasil, que absorveram significativamente em outras ocupações a população feminina que ocuparia os postos de trabalho doméstico, oferecendo mais garantias trabalhistas e melhores condições de emprego.

Mulheres maduras e mulheres idosas no emprego doméstico

Conforme mencionado, o processo de envelhecimento da categoria das trabalhadoras domésticas supera o envelhecimento da população ocupada. Um dos pontos que influenciam a atual expressiva maioria de mulheres com mais de 30 anos ocupadas no emprego doméstico e o aumento da parcela de mulheres maduras e idosas na profissão é o aumento da continuidade da relação de emprego.

Entre os anos de 1999 e 2009, o tempo médio de permanência das trabalhadoras no emprego subiu 10,4 semanas para as mulheres que não moram no emprego e 34,9 semanas para aquelas que moram, de modo que em 2009 o tempo médio de permanência era de 57 semanas para as que não moram no emprego e 91 semanas para as que moram (PINHEIRO et al., 2011, p.64).

Merece destaque que entre as trabalhadoras idosas, é maior a parcela que mora no emprego do que a que não mora³.

A estabilidade e a garantia de emprego oferecidas pela manutenção do vínculo empregatício acabam por manter a trabalhadora doméstica nesta função, mesmo diante da precariedade de direitos e garantias. Isso significa que mais mulheres estão envelhecendo enquanto ocupadas no emprego doméstico.

A maior parte das trabalhadoras que mantém relações de emprego longas acaba não dispondo de tempo, condições financeiras ou motivação para continuar os estudos ou realizar cursos profissionalizantes, permanecendo no emprego doméstico por falta de possibilidade de alocação em outras funções.

Como na contemporaneidade a escolarização ocorre nos primeiros anos da vida – durante a infância e a juventude – poucas vezes as pessoas já adultas, maduras ou idosas conseguem se reinserir no ambiente escolar. Nestes termos, é possível verificar que aquelas que hoje são mulheres trabalhadoras domésticas maduras ou idosas cresceram em um momento histórico do país em que concluir mesmo os níveis de ensino mais básicos era um desafio para as classes pobres, principalmente para as mulheres.

Ou seja, as mulheres trabalhadoras domésticas maduras ou idosas, em regra, são mulheres que possuíam menor acesso à educação formal e que foram impulsionadas ainda jovens para o mundo do trabalho devido à pobreza de seus núcleos familiares, quadro que é agravado no caso das mulheres negras (DIEESE, 2013, p.7).

É possível afirmar, diante destas circunstâncias, que “O emprego doméstico tem, assim, ocupado posição central nas possibilidades de incorporação das mulheres ao mercado de trabalho, particularmente das negras, pobres e sem escolaridade ou qualificação profissional” (PINHEIRO et al., 2011, p.36).

Nas fases da vida posteriores à adultez as mulheres acumulam as consequências das desigualdades a que foram expostas, isto é: “Nesta fase, as mulheres vivem as desvantagens acumuladas ao longo de uma vida de discriminação e desigualdades estruturais.” (BELO, 2013, online).

Diante da melhora das condições de estudo para a juventude, em destaque para a juventude negra, as mulheres não escolarizadas restam em desvantagem

3 Maior percentual das trabalhadoras domésticas que moram no emprego são trabalhadoras formais, portanto acessam mais garantias trabalhistas, porém a coabitação com o empregador frequentemente implica na flexibilização da jornada de trabalho e de outros direitos.

para o mercado de trabalho: a defasagem educacional das mulheres mais velhas contribui para alocação destas nos postos de trabalho subalternos.

Desta maneira, ocorre uma redistribuição do trabalho doméstico remunerado entre as gerações e as trabalhadoras mais velhas aceitam condições de trabalho precárias perante a necessidade de garantir a própria subsistência e de seus familiares.

Os altos índices de informalidade da relação de emprego doméstico⁴ reverberam na desproteção previdenciária das trabalhadoras domésticas, em especial durante a velhice. Ou seja, muitas das trabalhadoras mais velhas arcam com as implicações da informalidade da relação de emprego por não poderem aposentar – seja por idade, tempo de serviço ou invalidez – e seguem trabalhando.

Há também a questão da desproteção legal do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para as trabalhadoras domésticas, que foi sanada apenas com a Lei Complementar nº 150, de 2015 (BRASIL, 2015, online), e fez com que muitas mulheres trabalhadoras domésticas não formassem este fundo ao longo dos anos trabalhados para utilizar em caso de doenças graves, desemprego sem justa causa, na aquisição de casa própria ou para seu conforto durante a aposentadoria.

No Brasil, os direitos das pessoas idosas são precários, a despeito da conquista da instituição do Estatuto do Idoso em 2003. Em um contexto de baixa aplicabilidade dos direitos à saúde, habitação, cultura e lazer, esporte, educação, entre outros, torna-se ainda mais preocupante que as mulheres trabalhadoras domésticas cheguem à velhice sem receber aposentadoria.

Conclusão

Nas últimas décadas ocorreram grandes transformações na escolarização formal da população pobre e negra no Brasil. Este processo foi estimulado por mudanças nas políticas governamentais, como a intensificação dos programas de transferência de renda, maiores investimentos na educação de base e a criação do Programa Universidade para Todos (Prouni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que aumentaram o acesso da população pobre ao Ensino Superior.

4 Apenas 28% das trabalhadoras domésticas negras e 31,7% das brancas trabalhavam formalmente no Brasil no ano de 2009 (PINHEIRO et al., 2011, p.44).

Também é importante destacar que o movimento negro brasileiro não deixou de pontuar a necessidade de cotas raciais nas instituições de Ensino Superior, que passaram a ser implantadas em diversas universidades públicas brasileiras.

O aumento da escolarização da população pobre e negra no Brasil impactou as relações de trabalho em diversos aspectos, mas principalmente ampliando o acesso a melhores posições no mercado de trabalho e reduzindo o trabalho infantil.

No que diz respeito ao trabalho doméstico remunerado, é possível verificar que há uma menor quantidade de mulheres trabalhadoras domésticas jovens e adultas, vez que há outras possibilidades de emprego e de existência para mulheres negras.

Infelizmente estas transformações não estão alcançando todas as mulheres negras pobres. Analisando a dimensão geracional é notório que as mulheres negras e pobres maduras ou idosas ainda não possuem oportunidades muito diversas no mercado de trabalho.

Envelhecer no trabalho doméstico ainda representa vulnerabilidade para as mulheres trabalhadoras domésticas mais velhas, mesmo com os direitos conquistados com a Emenda Constitucional nº 72, de 2013 (BRASIL, 2013, online). A alta informalidade e histórico de desproteção jurídica da relação de emprego doméstico não só impacta suas condições de vida ao longo de suas existências, mas também faz com que quando estejam idosas estas mulheres se encontrem em uma situação de maior precariedade do que se tivessem tido acesso a outros empregos, formais e de maiores remunerações.

Referencias Bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: _____. Branco, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 37-72.

ANDRADE, Cibele Yahn de. **Acesso ao ensino superior no Brasil**: equidade e desigualdade social. Campinas: Ensino Superior Unicamp, 2012.

BARRETO, Paula Cristina da Silva. **Relatório Situação da População Afrodescendente – Brasil**. Salvador: Programa A Cor da Bahia, 2013.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. **Trabalho infantil no Brasil: Rumo à erradicação**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2010.

BELO, Isolda. **Velhice e mulher: vulnerabilidades e conquistas**. Revista Feminismos. vol.1, n.3, 2013. p. 1-20.

BRASIL. **Lei Complementar nº 150, de 01 de junho de 2015**. Dispõe Sobre O Contrato de Trabalho Doméstico; Altera As Leis no 8.212, de 24 de Julho de 1991, no 8.213, de 24 de Julho de 1991, e no 11.196, de 21 de Novembro de 2005; Revoga O Inciso I do Art. 3o da Lei no 8.009, de 29 de Março de 1990, O Art. 36 da Lei no 8.213, de 24 de Julho de 1991, A Lei no 5.859, de 11 de Dezembro de 1972, e O Inciso VII do Art. 12 da Lei no 9.250, de 26 de Dezembro 1995; e Dá Outras Providências. Brasília, DF, 2015.

_____. **Emenda Constitucional nº 72, de 02 de abril de 2013**. Altera A Redação do Parágrafo único do Art. 7º da Constituição Federal Para Estabelecer A Igualdade de Direitos Trabalhistas Entre Os Trabalhadores Domésticos e Os Demais Trabalhadores Urbanos e Rurais. Brasília, DF, 2013.

BRITTO DA MOTTA, Alda. As idades da Mulher. **Revista Feminismos**, v. 1, p. 10, 2013.

_____. Teoria de Gerações na perspectiva de gênero. In: Maria Helena Santana Cruz; Amy Adelina Alves. (Org.). **Feminismo, Desenvolvimento e Direitos Humanos**. 1 ed. Aracaju: 2004, v. 1, p. 1-20.

CRENSHAW, Kimberlé. *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics*. In: University of Chicago Legal Forum, III, 1989, Chicago. **Feminism in the Law: Theory, Practice and Criticism**. Chicago: University Of Chicago, 1989.

DIEESE. **As características do trabalho doméstico remunerado nos mercados de trabalho metropolitanos**. São Paulo: 2011.

_____. **O emprego doméstico no Brasil**. [São Paulo, 2013](#).

[IBGE. Pesquisa Mensal do Emprego \(PME\): Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas. Brasília: 2012.](#)

[. Pesquisa Mensal do Emprego \(PME\): Algumas das principais características dos trabalhadores domésticos vis a vis a população ocupada. Brasília: 2010.](#)

[FIGUEIREDO, Angela. Condições e contradições do trabalho doméstico em Salvador. In: MORI, Natália et al. \(Org.\). **Tensões e experiências: Um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador.** Brasília: Centro Feminista de Estudos e Assessoria \(CFEMEA\), 2011. p. 89-132.](#)

[HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social, Revista de Sociologia da Usp.** São Paulo: v. 26, n. 1, p.17-33, jan/jun. 2014.](#)

[MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In: _____. **Sociologia do Conhecimento.** Porto, Portugal: Res Editora, \[s.d.\]. p.115-176.](#)

[MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME \(MDS\). **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil \(Peti\).** Disponível em: <\[www.mds.gov.br/assistenciasocial/peti\]\(http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/peti\)>. Acesso em: 15 jan. 2015.](#)

MORI, Natalia; BERNARDINO-COSTA, Joaze; FLEISCHER, Soraya. Introdução. In: MORI, Natália et al. (Org.). **Tensões e experiências: Um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador.** Brasília: [Centro Feminista de Estudos e Assessoria \(CFEMEA\)](#), 2011. p. 15-29.

MÜLLER, Elaine. Repensando a problemática da transição à adultez. Contribuição para uma Antropologia das Idades. Política e Trabalho. **Revista de Ciências Sociais.** n, 31, Setembro de 2009. p.107-125.

NOBRE, Miriam. Trabalho doméstico e emprego doméstico. In: COSTA, Ana Alice (Org.) et al. Reconfiguração das relações de gênero no trabalho. São Paulo: Piacere In Arte, 2004. p.61-70. Edição eletrônica: Cláudia Moretto. Disponível em: <http://www.fes.gdm.cl/uploads/documentos/sindicatos_y_relaciones_laborales/reconfiguracao_das_relacoes_de_genero_no_mundo_do_trabalho_2004.pdf#page=61>. Acesso em: 02 fev. 2015.

PINHEIRO, Luana; FONTOURA, Natália; PEDROSA, Cláudia. Situação atual das trabalhadoras domésticas no país. In: MORI, Natália et al. (Org.). **Tensões e experiências**: Um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador. Brasília: [Centro Feminista de Estudos e Assessoria \(CFEMEA\)](#), 2011. p. 33-69.

PLAN INTERNATIONAL BRASIL. **Por ser menina no Brasil**: Crescendo entre Direitos e Violências. São Paulo: Plan International, 2015

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: ENTRELACES DE GÊNERO E GERAÇÃO

Márcia Santana Tavares
Universidade Federal da Bahia
marciatavares1@gmail.com

Resumo:

A violência perpetrada contra as mulheres não escolhe idade e classe social, nem se restringe apenas à esfera doméstica, “entre quatro paredes”, na trama das relações familiares, ela se entende ao espaço público, embora suas manifestações muitas vezes permaneçam invisibilizadas ou secundarizadas, uma vez que se materializam de forma diferenciada. O fato é que, como tentaremos refletir neste artigo, as mulheres sofrem vários tipos de violência ao longo da vida, quando crianças, adultas e, finalmente, idosas, em virtude da sua condição de gênero e faixa etária, mas também do lugar em que transitam, estabelecem relações e demandam serviços, ou seja, no espaço privado, na casa e na convivência com familiares e, no espaço público, na rua e em instituições das quais são usuárias de serviços. Neste sentido, este artigo se propõe a refletir sobre as modalidades de violência recorrentes nas várias etapas de vida das mulheres, a partir de uma perspectiva de gênero e geração.

Palavras chaves: Violência; Mulheres; Gênero; Geração.

I. Introdução

A violência contra as mulheres consiste não só em uma violação dos direitos humanos como um problema de saúde pública que tem adquirido proporções endêmicas e, comprometido o desenvolvimento socioeconômico do país, a despeito do investimento do governo federal em políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, por meio da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SPM, que desde sua criação alinhou-se à luta pela implementação e aplicação da Lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha e, desde 2007, quando assumiu a coordenação do Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres, procurou, em conjunto com outras secretarias e ministérios, com os governos estaduais e municipais, imprimir novas estratégias de prevenção, combate e repressão às diferentes modalidades de violência que atingem as mulheres brasileiras.

Debert e Oliveira (2007) ressaltam que a violência doméstica e familiar tem ocupado um espaço cada vez maior na mídia impressa e eletrônica brasileira, em que reportagens, documentários e notícias denunciam os abusos cometidos por maridos e companheiros contra as mulheres, por pais contra seus filhos crianças e adolescentes e por filhos contra seus pais idosos.

De acordo com as autoras, a imagem da família como espaço de harmonia e proteção contra um mundo sem coração, à medida em que vêm à tona relações de opressão em que o abuso físico e emocional contra mulheres, crianças, jovens e idosos ganham visibilidade pública e passam a compor as estatísticas sobre a violência nos centros urbanos, fazendo com que medidas de políticas públicas e legislações sejam criadas.

Para Azevedo (1993), a família é uma instituição erigida sob duas desigualdades: gênero e geração. A primeira delas, mediante a dominação masculina sobre a mulher e, a segunda, a desigualdade de geração, em que os mais velhos exercem autoridade sobre os mais jovens. Assim, a violência consiste na conversão de uma desigualdade em um exercício de opressão, superioridade, que tem no ambiente familiar o espaço ideal para sua manifestação. Ocorre que, durante muito tempo, a cisão entre público e privado isentou o Estado de intervir no que acontecia entre quatro paredes, isto é, a solução de quaisquer problemas no âmbito doméstico dizia respeito apenas aos membros do grupo familiar.

Azevedo (1993) acrescenta que especialistas têm apontado o ambiente familiar como uma instituição propícia às expressões de todas as formas de violência, uma vez que o espaço doméstico reside em locus de dominação histórica do homem sobre a mulher e dos mais velhos sobre os mais novos.

As diferenças naturais entre homens e mulheres, entre adultos e crianças são transformadas em desigualdades e, estabelecidas como padrões culturais, que justificam, muitas vezes, comportamentos de violência. A autora esclarece que:

Daí os vários tipos de violência doméstica: a) em termos da direção exercida, essa sempre contra os mais fracos na hierarquia do poder familiar (mulher/criança-adolescente/filho); b) sempre qualificada em termos de natureza (sexual/física/psicológica). (AZEVEDO, 1993, p. 127)

Todavia, as situações de violência a que são submetidas as mulheres ao longo de suas vidas apresentam variações, de acordo com as diferenças sociais, culturais e econômicas resultantes do seu pertencimento a determinada raça/etnia, geração e procedência regional e/ou social (PASINATO, 2010). Neste artigo, portanto, pretendo analisar como a intersecção entre gênero e outros marcadores sociais como idade/geração, raça/etnia e classe social contribuem para sustentar e invisibilizar a violência contra as mulheres.

2. Caminhos metodológicos

Para a construção deste texto utilizei a pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico. Lima e Miotto (2007), ao apontarem a diferença entre pesquisa bibliográfica e revisão bibliográfica, esclarecem que, ao tratar da pesquisa bibliográfica, enfatizam que ela é desenvolvida com a finalidade de fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que auxiliem a análise futura dos dados coletados. Neste sentido, o caminho metodológico escolhido permitiu-me realizar um estudo teórico a partir de documentos escritos, mais precisamente, relatórios de pesquisa, processos administrativos e prontuários de instituições, de modo a compor o perfil de mulheres, crianças e idosas atendidas nos serviços da rede de proteção de Salvador, ao mesmo tempo em que dialogo com estudos desenvolvidos por mim e outras autoras sobre a violência contra mulheres em Salvador, cujo resultado apresento nas próximas linhas.

3. A violência contra as mulheres: da infância à velhice.

A família, a despeito da importância que lhe é atribuída como espaço de transmissão dos princípios basilares de respeito à pessoa humana, configura-se

como um espaço de hierarquia e subordinação caracterizada pelo processo de dominação que o homem exerce sobre a mulher e dos adultos sobre as crianças e adolescentes (RIBEIRO, FERRIANI & REIS, 2004).

No tocante às crianças e adolescentes, a violência doméstica ganhou visibilidade e passou a ser objeto de discussão no Brasil, no meio científico e político, a partir dos anos 1980, em especial a violência sexual, que passa a ser considerada como um problema de saúde pública, que exige ações governamentais de prevenção, assistência e garantia de direito as vítimas (BRITO et al, 2005).

A violência sexual infantojuvenil consiste em uma modalidade de violência que envolve poder, coação e/ou sedução. Em suma, esse tipo de violência reúne duas desigualdades básicas: gênero e geração. (ARAÚJO, 2002).

Faleiros (1997) pondera que a construção social de valores como o machismo, patriarcalismo, submissão de gênero e sujeição das crianças aos adultos permanece fortemente arraigada em nossa sociedade, potencializando o abuso sexual. Habigzang e colaboradoras (2006, p. 16) definem o abuso sexual como

[...] todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, cujo agressor esteja em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou adolescente. Tem por finalidade estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter estimulação sexual.

A violência sexual infantojuvenil consiste em uma modalidade de violência que envolve poder, coação e/ou sedução. Em suma, esse tipo de violência reúne duas desigualdades básicas: gênero e geração. (ARAÚJO, 2002). Faleiros (1997) pondera que a construção social de valores como o machismo, patriarcalismo, submissão de gênero e sujeição das crianças aos adultos permanece fortemente arraigada em nossa sociedade, potencializando o abuso sexual, em que há uma maior proporção de vítimas do sexo feminino, uma vez que as mulheres ainda são tidas como objeto sexual, a despeito das conquistas feministas (MARTINS; JORGE, 2010).

Com efeito, ao estudarmos 70 processos do Ministério Público, no período de janeiro de 2013 até janeiro de 2014, constam na 9ª Promotoria da Infância e Juventude de Salvador/BA setenta casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Neste universo, 78,57% das vítimas são crianças do sexo feminino, sendo 55 abusos cometidos com meninas e 15 com crianças e adolescentes do sexo masculino (LACERDA, 2015). Cabe ressaltar que a violência

sexual contra meninos pode ser subnotificada, em virtude de questões culturais, valores machistas, mas também não podemos descartar que, conforme enfatiza Langdon (1993, p. 155), entre o dito e o não dito,

[...] a narrativa que não pode ser contada carrega um peso igual ou maior que aquela contada. No caso da sociedade de classe média, as proibições de narrativas sobre abuso sexual de jovens ou meninas carregam mensagens que marcam as Vítimas para o resto de suas vidas, mas não permitem uma elaboração no sentido de entender quem é realmente o culpado.

A análise dos 70 processos da 9ª Promotoria da Infância e Juventude de Salvador/BA demonstra que o vínculo familiar permanece fortemente associado aos casos de violência sexual. Dentre os acusados, foram identificados 17 são pais, 13 padrastos, 6 primos, 4 irmãos, 3 avós e 6 tios, ou seja, 70% dos agressores são membros do grupo familiar, o que facilita o acesso às vítimas masculino (LACERDA, 2015).

Todavia, Saffioti (1997) esclarece que a denúncia de abuso contra crianças do sexo masculino é rara, pois mesmo quando um menino é usado sexualmente por um adulto, no imaginário social ele é igualado a uma mulher, o que culmina na ocultação e/ou negação do abuso.

A diferença de idade e a ligação afetiva existente entre o agressor e a vítima reiteram a desigualdade existente nessa relação, pois a criança ou o adolescente são considerados não como sujeitos, mas objetos de desejo do adulto. Neste sentido, Saffioti (1997, p. 171) argumenta que a preferência por crianças aponta para o abuso sexual consiste em afirmação de poder, principalmente se levarmos em conta a predominância de casos de abusos cometidos por pais e padrastos. Daí porque refuta a ideia do abuso como decorrente de uma pulsão incontrolável e defende a tese de afirmação do poder do macho (LACERDA, 2015).

Com relação à violência perpetrada contra mulheres adultas, ao desenvolver uma pesquisa documental, retrospectiva, de duzentos processos administrativos instaurados desde o 4º trimestre de 2009 até o 2º semestre de 2013, de mulheres em situação de violência que recorreram ao Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher (GEDEM) do Ministério Público da Bahia, em busca de proteção e, o respectivo levantamento de cada processo na Vara Especializada, com a finalidade de conferir as informações obtidas, eu pude construir um perfil

das mulheres em situação de violência na capital, que apresento nas próximas linhas (TAVARES, 2015).

Com relação à faixa etária das mulheres agredidas, embora em 95 do total de 200 processos estudados não constasse sua idade, ou seja, em 47,5 % dos processos a idade da vítima não foi preenchida, nos demais processos os percentuais mais elevados se concentravam na faixa etária de 33 a 37 anos, com 13,0%, seguidos por 9,5 %, na faixa etária de 27 a 32 anos e, 8,5%, na faixa etária de 38 a 43 anos. Já os percentuais menos representativos correspondiam à faixa etária de 44 a 49 anos e acima de 55 anos, ambos com percentuais equivalentes a 5,5%, seguidos de 5%, referentes à faixa etária de 21 a 26 anos e, em menor grau, os índices relativos à faixa etária de 50 a 55 anos, com 3% e à faixa etária de 15 a 20 anos, com 2%.

Os dados apurados demonstram que a violência doméstica e familiar contra as mulheres persiste enquanto se mantiver a sua relação de convivência com o agressor (AQUINO, 2006), ao mesmo tempo em que revelam sinais da violência contra a mulher idosa que, assim como o abuso sexual contra crianças e adolescentes, é subnotificada, devido à culpa, vergonha ou receio da vítima de sofrer represália, mais agressões e até internação em asilos, uma vez que a agressão geralmente é cometida por membros por familiares (SILVA & FRANÇA, 2013).

Os dados revelam também que a violência sofrida pelas mulheres apresenta modalidades e gradações distintas conforme sua faixa etária. Por exemplo, a violência patrimonial e econômica é predominante apenas entre as mulheres com idade de 50 a 55 anos, que também são alvo de violência física/patrimonial/econômica, além de enfrentarem três tipos e/ou mais de violência. Já acima de 55 anos, as mulheres sofrem violência física, psicológica/emocional, física/psicológica/emocional, cárcere privado, além de três tipos e/ou mais de violência, que também atingem mulheres na faixa etária de 33 a 37 anos. Por outro lado, **se** há maior incidência de violência psicológica/emocional na faixa etária de 38 a 43 anos, a violência física/psicológica/emocional se concentra entre mulheres de 27 a 32 anos, enquanto mulheres com idade entre 15 a 37 anos são submetidas a cárcere privado, tal qual as mulheres acima de 55 anos, conforme já mencionado. Finalmente, o homicídio é recorrente entre mulheres mais jovens, com idade de 15 a 26 anos e de 33 a 37 anos.

A Bahia figura no ranking de violência como o 12º Estado mais violento para as mulheres, apresentando, em 2013, uma taxa média de 5,8 feminicídios por 100 mil mulheres, índice superior tanto em relação à região nordeste, cujo

patamar estimado representou 5,6 para o mesmo ano, quanto relativo à média nacional, correspondente a 4,8 óbitos. Dentre as capitais do país, Salvador figura como a 10ª mais violenta: são 7,9 feminicídios em cada 100 mil mulheres (WAISELSZ, 2015).

O feminicídio é definido como o assassinato de uma mulher impelido pela condição de ser mulher. Quase sempre cometido por homens contra as mulheres, é motivado por ódio, desprezo ou pelo sentimento de perda da propriedade sobre elas. No Brasil, a circunstância que mais preocupa representantes do Estado comprometidos em coibir a violência de gênero é a do feminicídio íntimo, aquele cometido em contexto de violência doméstica, em que há ou houve relação íntima ou de afeto entre o assassino e a vítima. São mortes que, na maioria das vezes, poderiam ser evitadas com a ruptura do ciclo de violência através de mecanismos previstos na Lei Maria da Penha (INFORMATIVO, 2013).

No tocante ao grau de instrução das mulheres, no estudo dos processos administrativos já mencionados, embora não conste tal informação em 127 dos 200 processos estudados, ou seja, 63, 5%, podemos inferir que a violência contra as mulheres não só atinge diferentes faixas etárias como diversos graus de instrução, embora haja maior incidência no nível médio, com 31 mulheres, cujo percentual corresponde a 15,5%, seguido por 27 mulheres com ensino fundamental completo, que equivalem a 13,5%. Identificou-se 15 mulheres com grau de instrução superior, cujo percentual, 7,5%, indica mudanças no perfil de mulheres que denunciam as agressões sofridas.

Cabe ressaltar, entretanto, que outros estudos desenvolvidos com mulheres após sua saída de Delegacias Especializadas de Salvador apresentam um perfil diversificado com relação à escolaridade, ora predominam mulheres com segundo grau completo e incompleto (SILVA, LACERDA & TAVARES, 2012), ora os índices mais elevados correspondem a mulheres com nível médio (SOARES, 2011). Então, a violência doméstica e familiar atinge qualquer mulher, independente do seu grau de instrução.

Quanto às características étnico-raciais das mulheres, o relatório elaborado para o GEDEM identifica que, embora em 131 dos 200 processos estudados esta variável tenha sido omitida, o que corresponde a um percentual de 65,5%. Nos demais processos predomina a cor parda, com um percentual equivalente a 25% (50 mulheres), seguido por 5% de mulheres classificadas como pretas (10 mulheres) e, 4% classificadas como brancas (8 mulheres).

Novamente, os dados coincidem com outros estudos realizados sobre a violência contra as mulheres a exemplo da versão mais atualizada do Mapa

da Violência (2015), que revela o crescimento da violência contra as mulheres negras, ao mesmo tempo em que esta violência diminui para as mulheres brancas. De acordo com Waiselfisz (2015), o não reconhecimento das especificidades da violência contra as mulheres e, principalmente contra as mulheres negras, contribui para que a discriminação de gênero e o racismo produzam danos irreversíveis na vida das mulheres negras, pois, de acordo com o autor, de 13 mulheres assassinadas em 2013, 7 eram mulheres negras.

No que se refere às atividades laborais exercidas pelas mulheres, o relatório também omite essa informação em 116 dos 200 processos investigados, cujo percentual equivale a 58%. Nos demais processos, o índice mais representativo é o de donas de casa, isto é, 20 mulheres que não exercem atividade remunerada (10%) e, empregadas domésticas, totalizando 16 mulheres (8%), embora 14 mulheres desempenhem atividades variadas, tais como costureira, diarista, auxiliar de serviços gerais, professora, médica secretária etc.

A pesquisadora do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Carelli (Claves/ENSP/Fiocruz) Edinilsa Ramos, durante o painel Enfrentamento da Violência Intrafamiliar, realizado no 10º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva (Abrascão 2012), ressaltou que os casos de violência contra a pessoa idosa estão diretamente relacionados à família e, envolvem desde maus-tratos físicos e psicológicos, abuso financeiro ou material, abuso sexual, negligência, abandono, além do autoabandono e da autonegligência.

A pesquisadora enfatizou ainda que a violência intrafamiliar ocorre nas interações entre pai, mãe, filhos e parentes, devendo ser desnaturalizada, pois aproximadamente 90% dos casos de violência acontecem no espaço doméstico e, 2/3 dos agressores são cônjuges e filhos, cujo comportamento violento é potencializado pelo uso de drogas, que aumenta em três vezes a incidência de violência (VARGAS, 2012).

De fato, a coabitação de gerações tem afetado os níveis de hierarquia e poder no núcleo familiar, as pessoas mais jovens (filhos/as e netos/as) passam a exercer poder e controlar as mais idosas, principalmente com relação às questões financeiras, quando o idoso/a possui salário ou algum tipo de remuneração previdenciária. Deste modo, o poder das pessoas mais velhas é anulado, pouco a pouco deixam de ser ouvidas, o que as torna susceptíveis à violência doméstica e intrafamiliar, à discriminação, desrespeito e maus tratos (AZEVEDO; TAVARES, 2014).

Assim, as violências resultantes de idade/geração sofridas pelas mulheres idosas, continuam ausentes na agenda das ações políticas em defesa da dignidade das mulheres.

Ao que tudo indica, as mulheres na velhice se igualam aos homens em relação ao sexo e à condição social de gênero, ou seja, as assimetrias de poder e desigualdades de gênero que acompanham suas trajetórias e experiências de vida se tornam invisíveis, na medida em que, agora idosas, parecem perder a condição de ser mulher (AZEVEDO; TAVARES, 2014, p. 13).

4. Últimas considerações

A discussão aqui apresentada traz algumas inquietações surgidas a partir da minha incursão nos estudos sobre violência contra as mulheres e, particularmente, compartilhar algumas inquietações quanto aos prestados pela rede de proteção às mulheres que se encontram em situação de violência.

Mais precisamente, procurei demonstrar que a violência doméstica e familiar acompanha a trajetória de vida das mulheres desde a infância à vida adulta até a velhice.

A violência de gênero, quando imbricada com a violência geracional, doméstica e intrafamiliar, mostra um quadro deveras preocupante, a imagem idílica da família como refúgio contra um mundo desumano e cruel é demolida diante da vulnerabilidade e desproteção a que se encontram sujeitas crianças/meninas, mulheres adultas e idosas em situação de violência, cujos agressores são pessoas do seu círculo de parentesco e convivência.

Afinal, conforme enfatiza Britto da Motta (2001), numa perspectiva de idade/geração, ser criança, jovem, adulto ou velho é uma “situação” que pode ser vivenciada de forma semelhante ou diferenciada, de acordo com o gênero e a classe social a que pertencem os indivíduos de cada grupo etário.

Neste sentido, entendo que tanto os estudos sobre o tema como políticas, programas e ações voltadas para o enfrentamento da violência contra as mulheres não podem prescindir de um olhar mais atento sobre a intersecção entre gênero e geração.

Por outro lado, se gênero e idade/geração atuam como dimensões fundantes de análise da vida social, uma vez que exprimem relações básicas, por onde se entrecruzam subjetividades, identidades e se projetam trajetórias, estas não se dissociam de outros marcadores sociais, a exemplo do pertencimento a determinado grupo étnico e classe social que tanto podem oferecer às mulheres outras alternativas para romperem com situações de violência como podem contribuir para intensificar os graus de violência a que se encontram expostas,

tanto na esfera doméstico-familiar como no âmbito institucional, na medida em que as políticas de enfrentamento à violência ainda não conseguem responder de forma efetiva e satisfatória às suas demandas, assegurando às mulheres desde a infância à velhice o direito a uma vida sem violência.

Referências:

AQUINO, Sílvia de. “Análise de Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs) em funcionamento no Estado da Bahia, em uma perspectiva de gênero e feminista”. Aquino S. de. – Salvador, 2006.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. **Psicol. estud.** [online]. 2002, vol.7, n.2, p. 3-11.

AZEVEDO, Maria Amélia. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: problemas teóricos de pesquisa no Brasil. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 3, p. 127-135, dez. 1993. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1993000300016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 08 maio 2016.

AZEVEDO, Eulália Lima; TAVARES, Márcia Santana. As DEAMs desconhecem sexo e gênero na velhice: reflexões sobre mais uma modalidade de violência contra as mulheres. **Anais do 18º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero – REDOR**. Recife: UFRPE, 2014.

BRITO, Ana Maria M.; ZANETTA, Dirce Maria T.; MENDONÇA, Rita de Cássia V.; BARISON, Sueli Z. P.; ANDRADE, Valdete A. G.; Violência doméstica contra crianças e adolescentes: estudo de um programa de intervenção. **Ciência & Saúde Coletiva**, 10(1), p. 143-149, 2005.

BRITTO DA MOTTA, Alda; A dimensão de gênero na análise do envelhecimento. In: FERREIRA, Mary; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos (orgs.). **Os saberes e os poderes das mulheres: a construção do gênero**. São Luís: EDUFMA/Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Mulher, Cidadania e Relações de Gênero; Salvador: REDOR, 2001, p. 193-213.

DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Amanda Marques de. A polícia e as formas de feminização da violência contra o idoso. **São Paulo em Perspectiva**, v. 21, n. 2, p. 15-28, jul./dez. 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. Trabalho apresentado na Oficina de indicadores da violência Intrafamiliar e da Exploração Sexual de crianças e adolescentes, promovida pelo CECRIA, em Brasília de 01 a 02/12/97.

HABIGZANG, Luísa F.; AZEVEDO, Gabriela Azen; KOLLER, Sílvia Helena and MACHADO, Paula Xavier. Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Psicol. Reflex. Crit.** [online]. 2006, vol.19, n.3, p. 379-386.

INFORMATIVO Compromisso e Atitude Lei Maria da Penha. Instituto Patrícia Galvão. – n. 3, outubro 2013.

LACERDA, Simone Oliveira de. **Violência sexual contra crianças e adolescentes:** uma leitura de gênero dos processos da 9ª Promotoria da Infância e Juventude de Salvador/Bahia, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Instituto de Psicologia. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

LANGDON, E. Jean. “O dito e o não-dito”: reflexão sobre narrativas que famílias de classe média não contam. **Estudos Feministas**. – n. 1, 1993, p. 155-158.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. In: **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

MARTINS, Christine Baccarat de Godoy; JORGE, Maria Helena Prado de Mello. Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. **Texto contexto** - enferm. [online]. 2010, vol.19, n.2, p. 246-255.

PASINATO, Wânia. Acesso à justiça para mulheres em situação de violência. Um estudo de caso sobre a Delegacia da Mulher e a rede de enfrentamento a violência de Belo Horizonte. **Anais** do 34º Encontro Anual da ANPOCS, 2010.

RIBEIRO, Márcia Aparecida; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho; REIS, Jair Naves dos. Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. **Cad. Saúde Pública** [online]. 2004, vol.20, n.2, p. 456-464.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. No fio da navalha: violência contra criança e adolescente no Brasil atual. In: MADEIRA, Felícia (org.). **Quem mandou nascer mulher?** Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Record/Rosa dos Tempos; 1997, p. 135-211.

SILVA, Ermildes Lima da; LACERDA, Simone Oliveira de. Denunciei, e agora? Fragmentos de conversas com mulheres em situação de violência. **Anais** do XIII Encontro de Pesquisadores em Serviço Social. Juiz de Fora: MG, 2012.

SILVA, Edson Alexandre da; FRANÇA, Lucia Helena de Freitas Pinho. Violência e Maus-tratos contra as pessoas idosas. **Sinais Sociais**. – nº 22, v. 8 –. Rio de Janeiro: SESC, 2013.

SOARES, Jenefer Estrela. Relatório Final do Programa Institucional de Bolsistas de Iniciação Científica 2010-2011. Salvador: UFBA, 2011.

VARGAS, Tatiane. Mulheres idosas são as principais vítimas de violência. **Informe ENSP**. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/31463>. Acesso em: 04 de maio de 2016.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: Flacso Brasil, 2015.

MULHERES NORDESTINAS: SOCIEDADE DE PARTIDA E DESLOCAMENTO NA TRANSVERSALIDADE DAS QUESTÕES E GERAÇÕES

Raimunda Gomes da Silva
Universidade Estadual de Roraima
silvaraimunda@uol.com.br

Este artigo faz parte de uma pesquisa maior sobre a experiência migratória de mulheres nordestinas relacionada a temática de estudo da minha tese intitulada **Deslocamentos, sonhos, desafios e identidades: experiência de mulheres nordestinas em Boa Vista/Roraima (1985-2000)**¹. Nesse artigo foca as informações básicas acerca das 16 mulheres entrevistadas a partir de ficha técnica² de cada uma, como local de origem, a identificação pessoal e o processo de deslocamento do local de origem/referência até a cidade de Boa Vista, no sentido de captar em suas narrativas os gêneros de mulheres, as questões de mudanças que anunciam no lugar de origem/referência e o lugar de acolhimento.

Tem como principal abordagem teórica a categoria de análise histórica Joan Scott entendendo gênero como uma categoria construída nas relações sociais, baseada na diferenças entre os sexos.³ Trata-se, portanto, de uma categoria relacional entre homens e mulheres, o que significa que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir por meio de um estudo que os considere totalmente separados. Além de ser uma forma primeira de significar as relações

1 SILVA, Raimunda Gomes da Silva. **Deslocamentos, sonhos, desafios e identidades: experiência de mulheres nordestinas em Boa Vista/Roraima (1985-2000)**. Tese (Doutorado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2016.

2 Dados elaborado pela autora a partir da ficha técnica das mulheres entrevistadas. Boa Vista, 2013 e 2014.

3 SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria de análise histórica**. 3ª. ed. Recife: SOS CORPO, 1996, p.11.

de poder, gênero também é um termo dinâmico que faz variar os perfis masculinos e femininos, tanto no tempo como no espaço.⁴

Nessa perspectiva, estudar gênero não se limita apenas à análise das identidades, mas também das instituições, da política, da família, da economia, considerando ainda suas interlocuções com classe, etnia, raça, geração, assim como o valor simbólico do gênero. Portanto, tais questões estão presentes em todos os espaços que constituem representações de gênero, “como um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diferentes formas de interação”,⁵ que, por conseguinte, são relações de poder.

Considera-se relevante a ênfase na migração enquanto processo dinâmico construído nas relações tanto da sociedade de origem como da sociedade de destino. Entretanto as questões de gênero e etnia, categorias que podem trazer outros aspectos subjetivos de quem migra e de quem convida a migrar, tanto no que diz respeito ao lugar de origem do(a) migrante como ao lugar de recepção, nem sempre são levadas em consideração. Uma vez que “as mulheres frequentemente são fundamentais e centrais nessas redes, pois tanto nas redes que articulam a própria migração quanto naquelas que reúnem grupos familiares, elas são os ‘nós’ que conectam as pessoas”.⁶

Desse modo, a perspectiva de deslocamento enquanto processo dinâmico, neste artigo, articula-se com a categoria de análise histórica de gênero. Assim, busca-se dar historicidade aos sentidos dos deslocamentos, identificando e problematizando as relações de poder, as diversidades de gênero de mulheres, bem como de gerações, temporalidades e espaços. Abordagem mais sintonizada com o processo de deslocamento que se caracteriza no final do século XX, que contribui de forma mais favorável para a análise dos deslocamentos de mulheres sozinhas ou das mulheres como protagonistas deles.⁷ Nesse olhar, Sayad

4 Idem.

5 SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria de análise histórica**. 3ª. ed. Recife: SOS CORPO, 1996, p.13.

6 Brettell, DeBerjeois, 1992, p.47. Apud: ASSIS, Gláucia de Oliveira. **De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares dos novos migrantes brasileiros**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011, p.61.

7 Dentro dessa perspectiva de deslocamento de mulheres enquanto sujeitos do processo migratório, tomam-se como principais referências pesquisas de deslocamentos internacionais como as de Assis (2011) e de Bassanezi (2012). Essas autoras auxiliam nas reflexões relacionadas às mudanças sofridas pelas mulheres tanto no Brasil como nos países de acolhimento, além de incluírem questões de gênero, etnia, classe e subjetividades dos deslocamentos. ASSIS, Gláucia de Oliveira. **De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares dos novos migrantes brasileiros**. Florianópolis: Ed. Mulheres,

contribui de forma plural, visto que “a migração é compreendida enquanto um fator social completo, sendo necessário analisá-la em seus vários aspectos (políticos, econômicos, sociais e culturais), considerando-a em sua dupla dimensão de fato coletivo e trajetória individual”.⁸

Quanto as fontes exploradas nesse artigo, são dados fornecidos pelas próprias mulheres, a partir da ficha técnica de cada uma, em que constam informações como nome completo, local de nascimento, grau de instrução, estado civil, quando e por que se deslocou para Roraima. São levadas em conta ainda informações censitárias sobre o lugar de origem/referência dessas depoentes, geração, semelhanças e diferenças entre si, no sentido de pontuar algumas características e construir um perfil das migrantes em estudo.

A cidade de Boa Vista⁹ é a única capital brasileira que se situa no hemisfério norte. Está localizada na posição noroeste do estado, em uma área de campos naturais – chamados regionalmente de lavrados. Até o início da década de 1940, pertencia ao Estado do Amazonas. Em 1943, com a implantação do

2011. BASSANEZI, Maria Sílvia. Mulheres que vêm, mulheres que vão. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

8 SAYAD, 1998. Apud: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, p. 484.

9 De acordo com Barros, “o município de Boa Vista, inicialmente, em 1890, chamado ‘Boa Vista do Rio Branco’, fazia parte da Província do Amazonas, que durou até 1943 com a implantação do Território Federal de Rio Branco. O censo demográfico de 1920 mostrava uma população de 7.424 habitantes vivendo em Roraima. Em 1887 a população era de 1.000 habitantes para esta parte do Brasil. Cerca de 30 anos depois do ‘boom’ da borracha na Amazônia, a população teria aumentado em aproximadamente 6.000 habitantes, que se achavam, em quase sua totalidade, no bolsão da pecuária em torno de Boa Vista, onde se cristalizou uma sociedade pastoril com roças de subsistência e recursos de pesca e caça. Dessas fazendas e dos imigrantes nordestinos emergiu uma cultura material baseada no couro, não tão intensa quanto no semiárido do Nordeste do Brasil – sertão –, provavelmente, pelo menos quanto ao vestuário de couro para cavaleiro e cavalo [...]. Em 1938, seu nome foi reduzido para Boa Vista, e foram anexados dois municípios: Caracará e Murupu. Entre os anos de 1939 e 1943, amplia-se para mais dois distritos: Guitaná e Serra da Lua. Nestas regiões a maioria da população era indígena e a migração que se dirigiu para Boa Vista era, em sua maioria, amazonense e cearense. A pequena sede era formada por grupos sociais ligados ao comércio localizado à Rua Jaime Brasil, onde também viviam famílias de fazendeiros, funcionários públicos e garimpeiros, que passaram a residir em Boa Vista após a exploração de diamante, no final da década de 1930.” BARROS, Nilson Cortez Crocia. **Roraima: paisagens e tempo na Amazônia Setentrional**. Recife: Ed. Universitária, 1995, p.53.

Território Federal do Rio Branco¹⁰, foi emancipada e tornou-se a capital do Território.

Apesar de Roraima não fugir da política excludente e predatória, sua ocupação foi mais tardia, em relação a outros espaços da Amazônia. Até a segunda metade da década de 90, a circulação de pessoas e mercadorias permaneceu descontínua em decorrência da precária infraestrutura energética e viária, que inviabilizava tanto as atividades já existentes como o surgimento de novas.¹¹ As estradas não eram asfaltadas, a energia não era confiável, visto ser produzida à base de termelétrica e depender de óleo diesel.¹²

Com um comércio dependente de Manaus, essa situação interferia no cotidiano da população, uma vez que a alimentação, vestuário, materiais de primeira necessidade eram comprados, muitas vezes, pelos comerciantes e pecuaristas locais de seis em seis meses, no momento em que o Rio Branco estava cheio. O Rio Branco foi a única via de transporte para o abastecimento da região por longos anos, condição que se manteve até a inauguração da BR-174, em 1977.

Entretanto, a fronteira dos países vizinhos Venezuela e República Cooperativa da Guiana era outra opção, pois

[...] era mais fácil o intercâmbio comercial até mesmo pela distância ser menor do que Manaus, além dos gêneros de primeiras necessidades e outros davam para suprir a carência da população desprovida de abastecimentos.¹³

Porém, nos discursos que fomentavam a migração para a região, a ideia de “vazio demográfico”, de “terras sem homens” foi também difundida antes, durante e depois pelos governos militares.¹⁴ A implantação do Território Federal

10 Em 1962, devido ao fato de ser o mesmo da capital do Acre, o nome do Território Federal do Rio Branco foi alterado para Território Federal de Roraima, passando posteriormente a Estado de Roraima, com a Constituição de 1988.

11 BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro, 1991.

12 SANTOS, Raimundo Nonato Gomes dos. **Roraima: a construção de identidades políticas. Indígenas e não-indígenas no final do século XX**. Dissertação (Mestrado em História Social), UFRJ/ IFCS/ PPGHIS, Rio de Janeiro, 2003, p.71.

13 DIAS, Dalva Honorato de Souza. **BR-174: o caminho do desenvolvimento**. Boa Vista, 2003, p.39.

14 A partir de 1943, por meio da política de implantação de Território na Amazônia, Rio Branco, hoje Roraima, passou a promover a ocupação, principalmente por nordestinos, de forma mais efetiva por

do Rio Branco promoveu o desenvolvimento de projetos de colonização, assim como acelerou o processo de estruturação da cidade de Boa Vista, enquanto capital do Território, ao estabelecer planos de assentamentos e formação de um quadro de funcionários públicos.

Posteriormente, a transformação do Território em Estado promoveu a implantação de novos órgãos públicos federais na cidade, a exemplo da Universidade Federal de Roraima. Órgãos que, por sua vez, passaram a exigir uma mão de obra mais qualificada, atraindo outros perfis de migrantes e abrindo espaço para a realização de mulheres enquanto protagonistas de seus sonhos.

2 Perfis das mulheres migrantes

2.1 - Mulheres Cearenses

As mulheres cearenses revelam semelhança quanto ao estado civil: todas migraram solteiras. Com relação à qualificação, apenas uma não tinha formação superior, nem inserção no mercado de trabalho.

Verifica-se que o deslocamento migratório das cearenses se deu do interior para a capital e os fluxos migratórios incluíram um período na capital cearense – exceto no caso de Regina, que fez uma migração por etapas. Maria Goretti Lima nasceu em Aracoiaba, Ana Lúcia é natural de Palmácea, zona rural do município; ambas migraram para Fortaleza ainda crianças. O deslocamento para a capital cearense tinha como principal motivação garantir uma melhor educação ou preparação para fazer a universidade. Outro ponto comum é o deslocamento para Roraima nos anos 1990.

Essas mulheres fazem parte de redes migratórias, junto a amigos(as)/colegas da universidade em que estudavam e familiares. São professoras recém-formadas, com exceção de Lúcia Taveira, que já fazia mestrado em Química. Das seis mulheres, três já atuavam na área de educação. Outra diferença refere-se à idade: observam-se jovens de 22 a 24 anos; de 25 a 29 anos; uma de 36; e uma de 44.

2.2 - Mulheres Paraibanas

As quatro mulheres paraibanas entrevistadas apresentam mais semelhanças do que diferenças. Todas são professoras. Apenas Lenira Costa ainda cursava Serviço Social, mas tinha Magistério, e esse foi um dos fatores que contribuíram para o seu deslocamento. Eram jovens com idade entre 20 e 23 anos e solteiras. Quanto às redes migratórias, incluem redes familiares, de amigos e de colegas universitários(as). No conjunto das paraibanas foi incluída a potiguar Lena, natural de Natal-RN, mas sua referência era Campina Grande¹⁵. Ela migrou com os dois filhos, de cujo pai era desquitada, estava na segunda relação conjugal e foi protagonista do próprio deslocamento e do de sua família.

Com relação às gerações migratórias, observa-se que esses deslocamentos ocorreram num momento em que Roraima demandava a inserção de professores no magistério da Educação Básica e no Ensino Superior, entre 1985 e 1990. E, a partir de 1990, ampliaram-se as possibilidades da categoria de migrantes em estudo, com a estruturação da Universidade Federal de Roraima e, no decorrer da década, as primeiras etapas da implantação do estado de Roraima.

As paraibanas se colocaram principalmente na Educação Básica, entretanto, ressalta-se que tanto as paraibanas como as cearenses atuaram nas duas modalidades de ensino a exemplo da Professora Gioconda Santos e Souza Martínez, migrante paraibana e Professora da UFRR que conquistou tanto o espaço como vice-Reitora (2004 – 2012 e de Reitora de março de 2012 a março de 2016).

A influência de migrantes nordestinos(as) é visível desde a implantação da universidade Federal de Roraima: “Dos 76 (setenta e seis) docentes relacionados, 52 (cinquenta e dois) eram do Nordeste, Desse total, eram 21 (vinte e uma) mulheres e 31 (trinta e um) homens, ou seja, 40,79% dos nordestinos eram professoras e 59,21% eram professores.”¹⁶ Pode-se observar a participação de maioria de docentes migrantes nordestinos(as) em Roraima inserido na implantação da Primeira universidade do estado de Roraima e um deslocamento das representações da migração nordestina, vista como migrante desprovido(a) tanto em formação quanto economicamente. Contribuição que não se restringe ao ensino superior, mas também à educação básica, além de outros setores.

15 Cidade onde Lena viveu da sua infância até o momento do deslocamento para Boa Vista.

16 SILVA, Raimunda Gomes. Deslocamentos, sonhos, desafios e identidades: experiência de mulheres nordestinas em Boa Vista/Roraima (1985-2000). Tese (Doutorado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2016.

Quanto à idade das migrantes dos quatro estados, observa-se o predomínio das faixas etárias de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos, se destacando entre as paraibanas o deslocamento de mulheres mais jovens.

2.3 - Mulheres Maranhenses

As duas maranhenses se aproximam apenas no tipo de rede migratória, pois ambas migraram por meio de rede familiar. Nos outros aspectos, são distintas: local de origem, estado civil e geração. A primeira pertence à cidade de Caxias, solteira, chegou com 28 anos e tinha formação em Magistério. A segunda é de Vitorino Freire, casada, tinha 19 anos e ainda não havia concluído o Ensino Médio.

2.4 - Mulheres Pernambucanas

As duas pernambucanas apresentam mais semelhanças do que diferenças. Ambas tinham formação superior, eram solteiras, pertencem à mesma geração e se deslocaram por meio de redes migratórias de colegas de universidade. Eram diferentes em alguns pontos: a primeira, a professora Déborah, já estava cursando mestrado e se deslocou após aprovação no concurso para magistério superior do departamento de Letras da Universidade Federal de Roraima¹⁷; a segunda, a professora Raimunda dos Anjos, reforça que se deslocou por conta da questão profissional, se inserindo na Educação Básica de escola pública e particular, e depois optando pelo trabalho na escola pública. Também eram diferentes na origem: a primeira é da cidade do Recife e a segunda, de São José do Egito.

3. A Análise dos Perfis

O conjunto de mulheres entrevistadas reúne algumas semelhanças que delineiam um perfil predominante: profissionais qualificadas, professoras, solteiras, de origem urbana e inseridas em redes migratórias oriundas de espaços universitários, o que foi identificado a partir dos relatos de mulheres cearenses, paraibanas e pernambucanas.

17 O concurso foi realizado na Universidade Federal de Pernambuco, devido ao fato de ela ser candidata única.

Quanto às diferenças, as cearenses entrevistadas, com exceção de duas, se deslocaram com o objetivo de acessar o Ensino Superior. Na época, a Universidade Federal de Roraima estava em processo de estruturação e era a primeira instituição de Ensino Superior do estado. Nessa primeira fase, a contribuição de profissionais nordestinas, especialmente cearenses, era visível: com a aproximação entre professores das instituições do Norte e Nordeste por meio de assessoria; com espaços de divulgação, por exemplo, na Universidade Federal do Ceará; cursos de pós-graduação nos quais professores que já trabalhavam na UFRR iam estudar – não só na UFC, mas também na UFPE; com os espaços de convivência frequentados por colegas de curso ou em que os próprios professores dessas instituições incentivavam os recém-formados a se inscreverem em concursos para as novas universidades do Norte do país. A própria UFRR financiava deslocamentos de professores para outras regiões, como o Sudeste, para convidar outros profissionais para trabalhar em Roraima.

Os perfis das mulheres pesquisadas acusam gêneros de mulheres que de forma indireta ou indiretamente já usufruíam de uma educação mais flexível principalmente no que diz respeito o acesso à educação, a qualificação profissional. Também se observa diferentes perfis de gêneros femininos tanto em relação ao local de origem como campo, cidade pequenas, médias e capitais como Fortaleza e Recife, constituindo assim diferentes gêneros de mulheres que acusam processo de mudanças nas relações de gênero não nos espaços urbanos, mas também nas áreas rurais.

Entretanto, são mudanças que configuram gêneros mais independentes que com disposição para buscar outras oportunidades em outros lugares e conquistar seus próprios espaços, uma vez que se deslocam com recursos humanos com qualificação profissional, sendo os estudos a inserção no mercado de trabalho um dos principais instrumentos de autonomia. Não são feministas radicais e nem submissas, são mulheres comuns protagonistas de suas próprias histórias.

Relacionando as questões de gênero e gerações, se observa nas três gerações o desejo de liberdade, de conquistar o próprio espaço, principalmente nas gerações da década de 1960. Considerada como um tempo de “modelos flexíveis de mulheres”, de mudanças, como o maior acesso da mulher à qualificação, ao emprego remunerado, a métodos mais eficientes de controle da natalidade. Tempo de utopias, da segunda onda do feminismo nos Estados Unidos e na Europa e de influência das ideias de Simone Beauvoir, com a

expressão “Não se nasce mulher, torna-se”.¹⁸ Mas também foi a década da implantação da Ditadura Militar no Brasil e na América Latina, momento em que as utopias desse período foram bloqueadas. Foi em meio a essas fronteiras que cresceram as mulheres dessa geração. Entre utopias e ditaduras, jovens desta pesquisa, nascidas na década de 1970, apresentam características menos rígidas aos modelos normativos de ser mulher, principalmente no que diz respeito as relações afetivas.

Considerações Finais

Portanto, pode-se observar que a conquista de oportunidades, autonomia e liberdade são questões consideradas como metas para a maioria das mulheres em estudo. O investimento nisso se inicia no Nordeste, principalmente por meio dos estudos, pois são mulheres que se deslocam como recursos humanos com qualificação profissional, característica que lhes possibilita mais oportunidade de inserção e as diferencia daquelas que chegam desprovidas de quase tudo – tanto de recursos materiais como de formação.

Assim como Bassanezi¹⁹ identifica mudanças nos deslocamentos internacionais, Lisboa observa característica semelhante “na migração interna (nacional) e externa (internacional) [de mulheres] como sujeitos autônomos, em busca de melhores condições de vida para si e para seus filhos”.²⁰ D’Ávila Neto e Nazareth também problematizam os deslocamentos de mulheres nordestinas, que não ocorrem só no sentido profissional, mas ainda no que diz respeito a questões subjetivas: a maior valorização, mais oportunidades e reconhecimento.²¹ Também se percebe outro olhar para as mulheres nordestinas, retratadas com papéis ativos no processo migratório, e não como coadjuvantes, como meras acompanhantes e em projetos de reunificação de famílias, mas como protagonistas do próprio deslocamento. Contudo, não se deve apressadamente

18 PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p.513-514.

19 BASSANEZI, Maria Sílvia. Mulheres que vêm, mulheres que vão. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

20 LISBOA, Tereza K. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 15, nº. 3, set.-dez./2007, p.808.

21 D’AVILA NETO, Maria Inácia; NAZARETH, Juliana. Redes sociais na experiência migratória de mulheres nordestinas. **Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO: Psicologia social e política da existência: fronteiras e conflitos**. Maceió, 30/10 a 02/11/2009.

subestimar as mulheres identificadas como coadjuvantes, pois cada uma aglutina a história de um tempo, bem como as especificidades construídas em torno do ser mulher, das relações de poder, dos silêncios e das táticas.

UMA DAMA ENTRE OS CAVALEIROS: GÊNERO, ENVELHECIMENTO E VIUVEZ

Silmária Souza Brandão
silmariasbrandao@gmail.com

Lina Maria Brandão de Aras
*Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres,
Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia-
laras@ufba.br*

Resumo

O estudo objetiva discutir a trajetória de Maria Eunice Pereira e Pina, viúva, fundadora do Museu das Cavalhadas, poetisa, empreendedora e que mesmo com a saúde prejudicada, reconstruiu sua trajetória em busca da realização de seus desejos na cidade de Pirenópolis (GO). Através dos estudos de gênero, viuvez e envelhecimento é possível trazer às páginas da história trajetórias que ilustram a presença feminina em diversos espaços sociais. A reconstituição se deu com a História Oral, literatura específica sobre a região e seus festejos, bem como utilizou-se dos conceitos referidos para análise da trajetória da personagem estudada. Por fim, restou patente que as mulheres envelhecidas ocuparam lugares e desempenharam seus papéis, constituindo-se como atrizes de suas histórias.

Palavras-chave: Gênero. Geração. Viuvez. Envelhecimento.

Todos os anos em Pirenópolis, cidade situada em Goiás, a 160 km de Brasília, 40 dias após a quaresma ocorrem os festejos do Divino. Estes marcam a religiosidade local, vinculada a fé cristã, quando são realizadas as cavalcadas, cujo ponto alto é a representação da luta medieval entre mouros e cristãos, numa alusão à invasão árabe na Península Ibérica.

Tratar das Cavalcadas implica, necessariamente, em falar do Museu das Cavalcadas. Definido como museu casa, lugar para contar as origens e trajetórias destes festejos ao longo dos anos e articular tal acervo com a figura fundadora do Museu, Maria Eunice Pereira e Pina, cuja biografia se confunde com a história de Pirenópolis. A trajetória dessa personagem chamou a atenção exatamente pela existência do Museu das Cavalcadas, que apesar de pequeno, tem um rico acervo, composto de fotos, cartazes e indumentárias utilizadas na representação dos festejos, merecendo destaque a sala de objetos pessoais da sua fundadora Sra Maria Eunice, bem como a discreta, generosa e acolhedora D. Célia Pina, filha de D. Eunice, responsável pela manutenção do museu e guia durante a permanência dos visitantes no museu.

Justifica-se a importância desse estudo em razão da singularidade do traçado de vida dessa mulher que, sem concluir o curso ginásial, galgou seu espaço, atuando em diversas áreas da vida social, contribuindo para divulgar a sua cidade natal e das Cavalcadas, além de demonstrar espírito empreendedor e determinação, além de elaborar os versos sobre seu cotidiano.

Faz-se necessário incluir no campo da pesquisa as mulheres mais velhas, assim como as viúvas, que pouco interesse despertam no mundo acadêmico, impondo-se o recorte de gênero e geração, com foco na velhice e suas nuances. As mulheres consideradas idosas ou mais velhas vêm exercendo seus espaços de poder, na família e no seu entorno, fato já referido como se vê adiante:

A História Social oportunizou a incorporação de novos personagens antes considerados invisíveis e desimportantes. Neste grupo, por longo tempo, estiveram as mulheres. Entre as que restaram segregadas e menos visualizadas, estão as viúvas. Quem poderia se interessar por elas se nenhuma contribuição aparente trouxe à História? Elas estão deslocadas da História, dos estudos sobre mulheres e das relações de gênero. (BRANDÃO, 2013, p.15).

O fio condutor desse estudo é a análise de aspectos cotidianos da vida da personagem, observando os jogos de poder que se inscrevem em sua trajetória, permeada por relações de gênero patriarcais, cuja figura central seria o falecido

marido, bem como os mecanismos de exercício de poder que se forjaram ao longo do tempo, em especial a partir da viuvez.

O contato inicial com D. Célia Pina, filha de D. Eunice, se deu de forma protocolar na visita ao museu, figura solicita, mas bastante reservada, tomou com surpresa o interesse pela fundadora do Museu. Os dados fornecidos tiveram origem numa conversa informal com a mesma, diversas vezes interrompida pela chegada de visitantes ao museu. Do mesmo modo, o livro de poesias escritas por D. Maria Eunice denominado “Devaneios de uma Pirenopolina”, serviu de fonte, pois aí se encontra o estilo literário de sua autora, sempre enaltecendo sua terra natal.

O livro Carapinas dos Pirineus de Adriano César Curado (2014), contempla diversas biografias de filhos de Pirenópolis, entre eles, a poetisa Maria Eunice. Outra fonte foi um exemplar do jornal Nova Era, cujo cargo de diretora foi exercida por nossa personagem, durante o tempo em que circulou aquele periódico. Por fim, o Dossiê sobre a Festa do Divino Espírito Santo, nos proporcionou detalhes da festa, de sua organização e da importância da personagem em estudo para a comunidade local.

O estudo objetiva investigar a atuação de uma mulher multifacetada numa cidade pequena no cerrado brasileiro. Nascida em 1930 em Pirenópolis, Maria Eunice já contava com 75 anos quando faleceu vítima de problemas cardíacos. Na sua trajetória exerceu diferentes papéis mãe, avó, comerciante, poetisa ou primeira-dama.

A família Pina pertenceu a elite local, fato que nossa personagem soube tirar proveito, para transitar nos círculos sociais, mesmo em ambientes considerados preponderantemente masculinos, o que era convencional para uma mulher naquela sociedade, posto que fora criada para ser esposa e mãe, guiada pelo esposo a dirigir seus passos enquanto durou a união, interrompida pela morte do marido.

D, Maria Eunice apresentava, desde jovem, um quadro de epilepsia severa, sofrendo de constantes e graves crises. Aos 16 anos, casou-se com Sebastião de Pina Sobrinho, com quem teve seis filhos, não obstante o quadro neurológico já referido, o que obrigava-a a estar sempre acompanhada em casa ou em suas atividades fora do lar. De acordo com o relato de sua filha, Célia Fátima de Pina, até o falecimento de seu pai, Sebastião de Pina Sobrinho (1973), sua mãe era uma dona de casa, administrava a casa e os filhos, assessorada por, pelo menos, uma criada e cercada pela atenção do marido, preocupado com sua vitalidade e bem-estar.

O quadro delineado na narrativa remonta a uma família onde há o domínio do chefe de família sobre os demais membros, em especial a esposa, D. Eunice, soberana nos recônditos do lar, nas limitações que lhe eram postas por sua saúde frágil ou pelas normas sociais, a serem seguidas por uma mulher casada e mãe de família, numa cidade pacata, como aquela onde nascera.

Pela narrativa de D. Célia, o casal vivia em harmonia, tendo o seu pai se dedicado a vida à esposa e a família, demonstrando grande preocupação com a saúde da mulher, fato que o levava a empreender anualmente uma viagem a São Paulo, para realizar exames que atestassem a boa saúde da consorte, vítima de complicações cardíacas e constantes ataques epiléticos, que a todos apavorava.

Ainda como descrito pela depoente, a sua mãe em face do constante risco de ter uma crise convulsiva jamais ficava sozinha e mesmo para tomar banho mantinha sempre a porta do banheiro aberta, incumbindo as filhas ou a empregada ficar por perto para acudi-la em caso de necessidade. Também, a sua doença neurológica, impediu-a de aprender a andar de bicicleta, e, privou-a de dirigir automóveis, embora andasse a cavalo.

D. Eunice cursara o primário num colégio de freiras carmelitas, denominado Nossa Senhora do Carmo em Pirenópolis, restando impedida de cursar o ginásio e mesmo de cursar magistério como era o seu desejo, pelo fato de já se encontrar noiva e, posteriormente, casada, o que lhe impedia de acordo com a escola de conviver com moças jovens ou adolescentes, ainda solteiras. Frustrada por não concluir sua formação, procurou estudar inglês, tomando aulas na Fazenda Vaga Fogo, com um casal de amigos.

A família vivia na casa onde hoje funciona o museu, mantida pelo Sr. Sebastião Pina, proprietário de uma loja situada na mesma rua onde residia. Interessa-nos nesta trajetória, o momento em que D. Eunice ficou viúva, cercada de filhos para cuidar, tendo como única fonte de manutenção, uma pequena pensão deixada pelo seu marido, mas insuficiente para fazer frente as necessidades da família. Neste ponto, apesar de próspera, a família sofreu um abalo financeiro por razões que não foram possíveis apurar, em razão do silêncio e da recusa da depoente, que demonstrou-se pouco à vontade para tocar no assunto, pedindo que tal assunto fosse deixado de lado na presente abordagem.

Desta forma, D. Eunice se ressentiu da ausência do companheiro, constatando que lhe sobrava muito tempo livre no seu estado de viuvez, numa cidade pacata e com poucas perspectivas de crescimento, uma vez que o turismo

ainda não figurava como principal atividade econômica da região, atrativo incentivado pela Prefeitura tempos depois.

D. Eunice partiu em busca de artesãos locais, com o objetivo de convencê-los a produzir peças e fornecê-las para o que seria a primeira loja do tipo naquela cidade. Assim, em 07 de abril de 1975, dois anos depois de viúva, D. Eunice se lançou no ramo do comércio de artesanato, numa loja situada aproximadamente duas ruas após sua residência e ponto estratégico para o comércio, nas proximidades da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário.

A viúva, entretanto, detinha habilidades no ramo de artesanato, pois produzia as flores de papel que eram entregues ao final da cavalhada aos participantes, num sinal de gentileza e de selamento da paz, entre os contendores da disputa. Essas mesmas flores, levaram-na a participar de uma exposição em Brasília, realizada no Centro de Artesanato, durante quinze dias, conforme relatado por D. Célia Pina. O intercâmbio proporcionado pelo artesanato favoreceu a aquisição de novos conhecimentos em Brasília, mantendo-a interessada sobre o que acontecia ao seu redor. Com o fomento da atividade turística, a Festa do Divino ganhou maior destaque, em especial a Cavalhada, que contava com a participação de um dos filhos de D. Eunice, Luiz Armando Pompeu de Pina, que encarnava o papel de “Rei dos Mouros”. Daí nossa personagem passou a dispor de grande material relativo à festa, o que levou-a a inicialmente guardar as roupas e demais objetos utilizados por seus filhos, surgindo a ideia de fundar o Museu das Cavalhadas, sonho concretizado em 1976, oportunidade em que o acervo passou a receber doações de outros cavaleiros e participantes da festa.

De início o museu ocupava um pequeno espaço da casa, mas, em razão do aumento da coleção existente, o espaço da casa foi reduzido, para que duas de suas salas acondicionassem o material arrecadado. Dirigindo o trabalho do museu, D. Eunice conheceu pessoas das mais variadas partes do mundo, passando a corresponder-se com diferentes pessoas dentro e fora do Brasil. A sociabilidade de D. Eunice, não era exercida apenas através das missivas que recebia e enviava. Era uma mulher que gostava de receber pessoas em sua casa, sendo informado por sua filha, que a mesma acomodava em sua residência alunos de universidades e integrantes do Projeto Rondon, confirmando a sua vocação de estar sempre arrodada de gente.

Embora não seja possível apurar com exatidão o início das suas atividades literárias, a poesia de D. Eunice tem estreita relação com a cidade de Pirenópolis, decantada em seus versos, com a família, a quem dedicou diversos poemas, destacando seus filh(o) as e netas como tema, poesias reunidas no seu

livro denominado “Devaneios de uma Pirenopolina” (1993). Sua poética levou-a aproximação com outros poetas da cidade e mesmo de outros estados. A sua capacidade de articular-se com as gerações mais novas, está demonstrada nos poemas que dedicou aos seus filhos(as) e netas, buscando sempre um atributo carinhoso para cada um deles. Até mesmo sua falecida sogra foi objeto de sua poesia, para retratar a tristeza e admiração pela figura que considerava uma segunda mãe. Entretanto, não há referência nominal a perda do marido. Em alguns poemas há referência à tristeza, mas não à viuvez que durou 35 anos. Como o estado de viuvez pode ser vivenciado de maneiras diferentes para homens e mulheres, embora haja o mesmo fato fundador que é a morte do cônjuge, devendo-se ainda observar a situação de classe e gênero, considero que nossa protagonista buscou no trabalho e na poesia uma forma de conviver com a falta do marido e de ocupar o tempo que então lhe sobrava¹.

Em um de seus poemas, denominado “Saudade 1”, há referência a perda de alguém do sexo masculino, o que inferimos seja o seu marido, onde a poetisa afirma que chorou longos dias e noites, meses e anos, até resolver de novo ser feliz, acolhendo um conselho que lhe fora dado, na forma de pergunta, porquê sofrer por um passado que não volta mais? Apesar da sua resolução de encarar o sofrimento como aprendizado, ela afirma não ter esquecido a pessoa a quem perdeu, mas buscou sentido, nas coisas que a rodeavam. E assim, acreditamos, nossa personagem se reinventou para passar a vida de viúva, devendo-se observar que em sua trajetória que, D. Eunice viveu mais tempo viúva que no estado civil de casada, não havendo menção em sua biografia da existência de um novo relacionamento.

No seu livro há poesias de diversos poetas dedicados a d. Eunice, inclusive um de autoria da escritora Cora Coralina, com quem também se correspondia. Em sua casa eram realizadas reuniões literárias, que deram origem a Academia de Letras e Música de Pirenópolis, num trabalho conjunto com o também literato Arnaldo Set.

A efervescência das suas ideias e ápice do seu dinamismo resultaram em mais um empreendimento de fôlego em parceria com o jornalista José Reis, com a criação de um jornal, “Nova Era”, que circulou por cerca de dez anos

1 Ver: FALCÃO, Tânia Maria Lago. *Dor sofrimento, dor encantamento: retratos de vidas-ser viúva em camadas médias pernambucanas*. Recife: UFPE, 2003. (Dissertação de Mestrado) e MOTTA, Alda Britto da. *Viúvas Alegres: uma nova/ velha geração*. In *Feminismo, Ciência e Antropologia*. Costa, Ana Alice Alcântara e Sardenberg, Cecília Maria Bacellar (org). Salvador: REDOR/NEIM, 2002, p.263-276.

naquela cidade, sendo impresso em Brasília, e vendido ao custo em fevereiro de 1990, de Cr\$ 5,00, constando D. Maria Eunice como diretora do periódico. O jornal trazia poesias, receitas, entrevistas com personalidades locais, cobertura da vida social, como casamentos e aniversários, as atividades dos clubes da cidade, além de notícias esportivas. A manutenção da publicação era garantida pelos anunciantes, em sua maioria estabelecimentos comerciais, além dos serviços de um médico homeopata.

Confirmando a sua vocação para trato com pessoas, D. Eunice exerceu o cargo de primeira-dama da cidade no segundo mandato de seu filho na Prefeitura da cidade, Luiz Armando Pompeu de Pina, durante os anos de 1997 a 2000. De acordo com D. Célia Pina, sua mãe exerceu a assistência social, visitando escolas para distribuição de material escolar, uniformes e cestas básicas nos povoados.

No exercício do cargo de primeira-dama promovia ações de saúde, através de encontros e palestras ministradas por médicos e enfermeiras, dando atenção às gestantes e mães, naquele município. Além das doações de agasalhos, fazendo da Secretaria de Assistência Social, um ambiente acolhedor, buscava valorizar os colaboradores, promovendo as comemorações de aniversários e festas da época, tudo devidamente registrado por fotos ou filmagens.

Observe-se que entre as viúvas a presença da família é sempre uma questão recorrente, notadamente pela “fragilidade” que apresenta uma mulher, de *per si*, considerada incapaz, infelicitada pela perda do marido, aturdida com questões prementes que envolvem filhos, manutenção da casa, o segmento das atividades negociais do falecido, restando quase sempre presente, o controle dos varões ligados à família, como pais, cunhados e, até mesmo, filhos mais velhos, numa trama em que submissão e resistência se alternam cotidianamente.

Nos versos da poetisa, se revela o seu lado mais pujante, o de mãe. Em sua poesia por diversas vezes dedicadas aos filhos, expõe a maternidade como um dos temas centrais de sua existência. Em uma de suas poesias intitulada “Ser mãe”, enaltece o amor materno, mas critica as mães “de hoje em dia” por não cuidarem pessoalmente das crianças.

Em pelo menos seis poesias dedicadas aos filhos e netos, D. Eunice trata do seu lado maternal, afirmando que para ela suas filhas nunca deixarão de ser crianças. Aos filhos dedica uma admiração especial, vinculando-os às Cavalhadas, demonstrando seu orgulho em face dos mesmos integrem de forma viril o grupo de homens que davam vida à festa, considerada um dos mais belos espetáculos já vistos.

Sua relação mais amorosa por certo era com seus netos. Ela lhes dirige palavras doces e carinhosas, mas é com as netas que seu sentimento extrapola em elogios, descritos a partir das características físicas e pessoais de cada um, transparecendo o arrebatamento e o júbilo que lhe proporciona ser a matriarca da numerosa prole.

Pelo relato de D. Célia, e pelas recordações da infância constantes dos versos, D. Eunice teve uma infância feliz de menina do interior, sem preocupações com o futuro. Por certo, o casamento com um homem de uma família da elite lhe garantiu maior projeção social, posto que em diversos setores daquela comunidade, a família Pina se fazia representar, participando da vida política e social de Pirenópolis. Assim, não é difícil imaginar o que a perda do provedor pode ter significado na vida daquela mulher, cujo sustento passara a ser tirado apenas da pouca pensão deixada pelo marido, impedida por algum revés da sorte de ter acesso quicá em razão de manobra deliberada de terceiros de ter seu quinhão no momento da perda do marido. Para algumas mulheres a morte do marido pode representar além do prejuízo financeiro, perda do status e, mesmo, a morte social. No caso de D. Eunice, ao que parece essa lógica se inverteu, pois em sua biografia, não há referências ao nome do marido a vincular sua existência e atuação, seu nome é que aparece em destaque em tudo que fez, como se a vida inteira tivesse sido solteira.

Na tentativa de angariar recursos para manutenção da família, D. Eunice buscou na sua formação de mulher preparada para o lar, nas atividades artesanais o caminho para adentrar na atividade comercial, rompendo com o ramo em que trabalhava o marido, que seria de eletrodomésticos, talvez pela premência da aplicação de maior capital para dar início ao referido negócio. D. Eunice integrou uma geração de mulheres que teve poucas oportunidades de emprego formal, fato agravado pela sua baixa escolaridade. Essa condição confirma a necessidade de recomeçar após o advento da viuvez, oportunidade de reinserir-se no grupo social e de utilizar a autonomia agora conquistada, para agir sozinha e da maneira que julgasse mais acertada. De acordo com MOTTA (1997), as mulheres da terceira idade vêm passando por um momento de liberação, vivenciada pela “liberdade de gênero” decorrente das ideias feministas e mudanças sociais em que essas mulheres experimentam alegrias, projetos e uma liberdade que se constitui numa novidade em seus percursos de vida.

Embora na sua fala, D. Célia não fizesse referência a existência de desarmonia entre seus pais, o cuidado devotado à esposa, como restou enfatizado, nos leva a pensar numa submissão de D. Eunice ao marido que, na qualidade

de chefe de família e provedor, abarcava o poder de decisão e o comando da família, provavelmente não deixando espaço para atuação da esposa. Chamou-nos a atenção neste relato que depois da morte do marido, D. Eunice, deixou de ter as constantes convulsões causadas pela epilepsia, livrando-se da doença que a tornava dependente e, de certa forma, sob constante vigilância de todos que a rodeavam.

Ainda de acordo com a nossa depoente, alguns anos depois de ter dado início a atividade artesanal em sua loja, D. Eunice, sofreu um golpe em sua atividade comercial. A prefeitura de Pirenópolis, dando impulso à indústria do turismo, passou a cooptar os artesãos das localidades próximas, oferecendo-lhes valores maiores dos que os já praticado com D. Eunice que, não suportando a concorrência estatal, encerrou suas atividades comerciais.

A Viúva Pina, entretanto, tinha inúmeras outros afazeres para cuidar, em especial, na vida social, na convivência com os filhos e netos, na correspondência mantida com outros poetas e assuntos relacionados ao museu, nas visitas que recebia por conta do museu, o jornal, a Academia de Letras, a assistência social em seu município, enfim, manter-se ocupada por certo, foi uma estratégia para continuar viva e atuante, apesar da prolongada viuvez, visivelmente desfrutando da autonomia advinda do fato de não estar mais casada e nem representada pela figura do esposo.

Nesta senda, nossa personagem transitava nos mais diversos ambientes, realizando reuniões com homens de variados segmentos, trocando correspondência com múltiplos poetas, posto que para dar andamento a seus projetos, essa interação se fazia necessária. Mesmo a festa do Divino e a Cavallhada são eventos majoritariamente masculinos, restando à mulher atividades consideradas femininas, como confecção de adereços e adornos para as crianças nas procissões, das flores entregues no final da cavallhada e da comida nos dias que antecedem a batalha propriamente dita.

D. Maria Eunice, por certo, que burlou a ordem estabelecida, inicialmente por conta da sua paixão pelas Cavallhadas, mas por seu protagonismo, em participar dos festejos, auxiliando os filhos na organização da festa, já que seu filho Luiz Armando Pompeu de Pina, por longo tempo foi “Rei dos Mouros” naquela festividade e, posteriormente prefeito, sendo usado os quintais das casas para ornamentar cavalos e produzir outros adornos, seja por incentivar a criação

da cavalhadinha-mirim², em que as crianças, utilizavam cavalos de pau para participar da representação e alguns dos seus netos participavam da referida festa, bem como, pela iniciativa da criação do museu, no espaço em que lhe foi possível, reunir o acervo que serve como referência da festa na cidade.

Na primeira festa literária de Pirenópolis, “FLIPIRI” a poetisa foi homenageada em reconhecimento ao seu trabalho, bem como pela fundação da APLAM, Academia de Pirenopolina de Letras. Seu nome foi emprestado a uma escola infantil, diante de sua iniciativa de promover a educação infantil, visando atender um desejo seu, pelo fato de gostar de crianças e, em especial, de lecionar, tendo fundado a Escola Pequeno Príncipe, onde atuava como diretora, provavelmente dando vazão também a seu desejo frustrado de ser professora.

A sua capacidade de lidar com novas tecnologias, está demonstrada na sala de objetos pessoais, anexa ao museu, onde se avista a máquina de escrever de D. Eunice, havendo referência no relato de D. Célia, que havia uma máquina para o uso de seu pai e outra exclusiva para sua mãe. O gosto pela fotografia é indicado pelos inúmeros retratos, uma das quais, com o então Presidente Juscelino Kubitschek, em visita a Pirenópolis. Por fim, a sua preocupação em filmar os eventos e comemorações, demonstra a sua preocupação em documentar os fatos, utilizando os aparatos então disponíveis.

Os artifícios adotados por D. Eunice, de utilização de bens e serviços desconhecidos, bem mais que uma estratégia de sobrevivência no seu meio, demonstra a busca pela inserção no mundo de novidades que lhe surgiam, revelando a sua flexibilidade no trato com pessoas e coisas. Na poesia que dedicou aos seus filhos Eduardo, João Luiz e Luiz Armando, denominada “A nossa Juventude” a poetisa revela seu ponto de vista sobre as novas gerações, suas posturas e linguagem utilizadas, referindo admirar a nova geração e adorar um papo com eles, bem como as gírias e expressões por eles utilizadas: “Paz e Amor!”, “E isso ai bicho!”, “Tudo legal! Um barato!”

A percepção individual de nossa personagem em face da passagem do tempo e a sua condição geracional em relação a filhos e netos, é relevante como eixo da análise que ora proponho, haja vista que a velhice e a infância

2 De acordo com o Dossiê do IPHAN, a Cavalhadinha-mirim passou a integrar a festa em 1989, data que coincide com o primeiro mandato de Luiz Armando Pompeu de Pina, filho de D. Eunice Pina. O objetivo maior desse seguimento da festa é a transmissão das tradições locais, sendo relevante a preparação de novos cavaleiros. Ainda de acordo com o relato de D. Célia e informações do dossiê o responsável pela Cavalhadinha- mirim seria Sr. João Luiz Pompeu de Pina, um dos filhos de d. Eunice.

foram um dos temas da sua poesia revelando a sua preocupação com a idade e o tempo vivido. Como categoria de análise as relações sexo/gênero, idade/geração, nos remetem as relações sociais de poder, sendo a idade importante fator de organização social que legitima ou não indivíduo a agir de determinadas maneiras.

De acordo com Swain (2008, p.261-263) a velhice é um dos grandes tabus da cultura ocidental, categoria abstrata cuja materialização tem estreita relação com o biopoder, um não-lugar, um conjunto de representações sociais que atrelam a velhice a corpos desfeitos e mentes errantes, que fazem da juventude um ideal a ser perseguido.

D. Eunice colocou na sua poesia a ideia de que o tempo da idade avançada, ou do “homem velho” como assim expressou, é um tempo de “reviver a esperança, alimentar sonhos, manter a alma de criança”, e assim o fez, quando projetou uma sede nova para o museu, em formato de castelo medieval, buscando em muitas portas patrocínio para concretizar seu desejo, conforme referido por D. Célia, até mesmo a uma emissora de TV nacional o citado projeto foi apresentado, sem no entanto, lograr êxito em seus planos.

Na poesia denominada “Saudade II”, a poetisa faz referência ao tempo que passou, ao falar da saudade do que já viveu e da mocidade, saudade até do sofrimento que já teve. Destaca a inquietação pelo que estava vivendo e pelo que ainda viveria, ressaltando que “viver é inquietar-se”. Afirmando que embora saibamos a vida como fugaz, não desejamos morrer, numa clara alusão ao seu sentimento pessoal em relação à vida e a morte, convicta de que mesmo com as mazelas sofridas, o melhor ainda era viver.

D. Eunice, pode expressar na sua poesia, os seus sentimentos e deu vazão a partir do advento da viuvez ao exercício da autonomia pessoal, direcionada para múltiplas atividades, revelando um dinamismo incomum, aflorado já perto dos quarenta anos, momento em que exerceu os espaços de poder que a sua atuação lhe proporcionara. Por certo ela escapou de cumprir aquilo que era socialmente esperado de uma mulher viúva na pequena cidade onde nasceu, passando a gerir sua vida e a escrever pessoalmente a sua história. De acordo com MOTTA (1999, p.209):

Auto-afirmar-se no cotidiano é a primeira forma de diferenciação da velhice segundo os gêneros e as classes sociais. As mulheres, voltadas desde o início à domesticidade e ao cotidiano, e alguns dos mais pobres, que não têm quem os proteja ou os substitua em

tarefas e na provisão da família, têm permanecidos mais ativos. E reconhecem-se assim.

Depreende-se que o casamento estável e feliz de D, Eunice, como referido por sua filha, lhe proporcionou a convivência com a ordem patriarcal, na medida em que esteve a sombra de um homem que não lhe autorizava trabalhar, por exemplo, posto que não era do agrado do marido que permanecesse no seu estabelecimento, embora o mesmo fosse quase em frente a casa onde residiam, numa “proteção” que lhe impunha a submissão ao marido, que sob o pálio do cuidado podia exercer o seu poder e autoridade sobre a esposa e a família.

De acordo com Motta (1998, p.71) é na família que os afetos são mais verdadeiros e significativos, “(...) também porque essas relações são carregadas de ambiguidade, nas suas contradições entre afetividade e poder/dominação, ou entre afetos polares, que podem não ser claros até para os que os vivenciam.” O que D. Célia classificou como proteção e cuidado, era percebido pela viúva Pina da mesma forma?

O traçado de vida de D. Eunice a partir do advento da viuvez combina com o caminho de alguém que por longo tempo oprimido, achou na solidude a oportunidade para realizar desejos pessoais e demandas reprimidas. Alguém que rompeu com a viuvez e renasceu para encontrar seu eu, se permitiu devaneios e realizar sonhos. Observe-se que para uma mulher nascida na década de 30 do século XX, estar viúva com mais de quarenta anos poderia resultar numa acomodação, que acarretaria o fim de qualquer projeto pessoal.

Embora o termo velhice, derive de uma construção social, D. Eunice ao perder o marido já não estava na “primavera da vida”, passando a chefiar a prole, desempenhando talvez uma liderança jamais vivenciada até então, numa família que restou numerosa, convivendo gerações diferentes, conflitos diversificados, momento importante para sua afirmação enquanto, mãe, mulher, avó, na ocupação dos espaços de poder que a nova situação lhe oportunizara.

O que se esperava dela era a inatividade no campo profissional e pessoal, posto que como a grande maioria de mulheres de sua geração não fora educada para trabalhar e ser produtiva do ponto de vista laboral, no máximo para exercer a função de professora infantil, no papel clássico de segunda mãe de crianças pequenas. Seu protagonismo tardio, colocou um ponto final na sua situação de “desimportância social”.

A variação de comportamento no modo de vivenciar a viuvez é sinalizada por Motta (2002, p.272), destacando que entre as mais jovens (setenta e poucos anos), estas revelaram a experiência de saborear no seu cotidiano um inusitado sentimento de liberdade que propiciou a possibilidade de divertimento, passeio, festas, novas amizades e mesmo namoro.

Nas muitas atividades que desempenhou, restou demonstrada a inquietação de uma mulher de projetos e disposta a realizá-los, fugindo da inércia e acomodação que um casamento tranquilo, à primeira vista, lhe proporcionou. Seu trabalho, reconhecido entre seus pares, se perpetuou na sua paixão pelas cavalhadas, pela sua cidade natal, no museu e academia que fundou e nos seus versos. Deixou sem realização, entretanto, a construção de uma sede para o Museu das Cavalhadas.

Referências

A Festa do Divino Espírito Santo. Disponível em <http://www.pirenopolis.tur.br/cultura/folclore/festa-do-divino>. Consulta em 10/03/2016.

BRANDÃO, Silmária Souza. *Linhas quebradas: viuvez, gênero e geração em Salvador (1850-1920)*. Salvador: UFBA, 2010. (Tese de Doutorado).

CURADO, Adriano César. *Os Carapinas dos Pirineus*. Anápolis, Kelps, 2014.

DOSSIÊ FESTA DO DIVINO ESPÍTIRO SANTO, PIRENÓPOLIS GÓAIS. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_festa_%20do_divino_pirenopolis.pdf.

JORNAL NOVA ERA, ano II, nº3. Pirenópolis, Janeiro/fevereiro 1990.

MOTTA, Alda Britto da. *Reinventando Fases: a família do idoso*. Salvador: Cadernos CRH, nº. 29, P-69-87, 1998.

..... Viúvas Alegres: uma nova/ velha geração. In *Feminismo, Ciência e Antropologia*. Costa, Ana Alice Alcântara et all (org). Salvador: REDOR/ NEIM, 2002, p.263-276.

_____. "Terceira idade": gênero, classe Social e moda teórica. In: COSTA, Ana Alice et all. (org). *Ritos Mitos e Fatos*. Salvador: NEIM/UFBA, 1997.

_____. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. *Cadernos Pagu* (13) 1999: pp. 191-221.

PINA, Maria Eunice Pereira e. *Devaneios de uma Pirenopolina*. Goiânia, Kelps, 1993.

SWAIN, Tania Navarro. Velha? Eu? Auto-retrato de uma feminista. In: *Figuras de Foucault*. Margareth Rago et all (orgs). Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VELHICES INSTITUCIONALIZADAS: COMPARAÇÃO DE VIVÊNCIAS

Vanessa Cunha Boaventura
Faculdade Anísio Teixeira (FAT)
vcboaventuraa@hotmail.com

Resumo

Neste estudo utilizo o termo representação social como categoria de análise, o qual auxiliará na compreensão das concepções construídas pelas velhas e velhos sobre seu processo de envelhecimento/velhice, a partir de suas vivências, seja no asilo – Associação feirense de Assistência Social (AFAS), de Feira de Santana – BA; ou no programa de Universidade Aberta à Terceira Idade da Universidade Estadual de Feira de Santana (UATI/UEFS). Compreendo a velhice como uma categoria socialmente produzida; portanto, nela estão imbuídos os valores e a cultura de determinada sociedade. Este estudo é parte de minha dissertação de mestrado - no que se refere à metodologia, realizei uma pesquisa de campo de cunho foi qualitativo no ano de 2014. O presente trabalho pode trazer contribuições no estudo do envelhecimento, na medida em que aborda as vivências da velhice a partir de dois grupos sociais distintos: as velhas e velhos que residem num asilo e as/os que participam das atividades do programa de Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI) da Universidade Estadual de Feira de Santana – Bahia; visando identificar, dentre outros fatores, se o fato da/o velha/o residir num asilo ou ter um “envelhecimento ativo”, por participar de atividades na Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI) contribui ou não para uma representação social mais positiva ou negativa.

Palavras-chave: Velhices, Gênero, Representações Sociais.

Introdução

O tema envelhecimento continua sendo uma das preocupações da humanidade desde o início da civilização, porém, o século XX marcou os grandes avanços da ciência sobre o envelhecimento, quando se pode observar um aumento do somatório de conhecimentos nesse campo de estudo (PAPALÉO NETTO, 2006).

Outro elemento a ser analisado no estudo do envelhecimento é que apesar das “melhorias”¹ na difusão das imagens, dos conceitos hegemonicamente difundidos e dos novos espaços conquistados pela pessoa idosa², “continua o investimento – através dos elementos biológicos – para a normatização de uma velhice plenamente uniformizada” (BELO, 2011, p. 106). Mas é válido considerar que as pesquisas mais recentes começam a identificar as diferenças entre os segmentos de idosos (BRITTO DA MOTTA, 2013³).

Compreendo a velhice como uma categoria socialmente produzida, que ganham significados particulares em contextos históricos, sociais e culturais diferentes (DEBERT, 2007). Assim, parto do pressuposto de que não há uma única velhice, homogênea, uniformizada, mas velhices, múltiplas, heterogêneas. Velhices de mulheres e homens, que se diferenciam, sobretudo, por sua condição de gênero, geração, classe e raça.

Neste estudo o termo representação social é utilizado como categoria de análise social, o qual auxiliará a compreender melhor as concepções construídas pelas mulheres e homens velhos sobre seu processo de envelhecimento e velhice, através da inter-relação entre os atores sociais e o contexto no qual estão inseridas/os e o significado que esta adquire na vida dos indivíduos.

As representações da velhice, as formas como esta fase da vida é referenciada, continuam construindo modelos de comportamento para as pessoas velhas. Modelos estruturados principalmente a partir da homogeneização e biologização da velhice, que, em sua maioria, não consideram as “diferenças internas deste coletivo em torno de gênero, classe social, raça, estado de saúde,

1 Considerando que na mídia e em outros estudos apenas se propagava a imagem negativa do envelhecimento; na qual o avanço da idade era associado apenas à decadência física e ausência de papéis sociais.

2 Tendo em vista que a velhice pode ser uma fase favorável para a realização de projetos que foram anteriormente abandonados, logo pode ser uma fase para se buscar o prazer/satisfação pessoal.

3 Registro da aula do dia 24/10/13, na disciplina Ciências Sociais e Envelhecimento, ofertada pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais.

situação familiar e outros elementos fundamentais para entender as velhices” (BELO; SANTOS, 2000, *apud* BELO, 2011, p. 106).

O presente trabalho pode trazer contribuições ao estudo do envelhecimento, na medida em que aborda as vivências da velhice a partir de dois grupos sociais distintos: as velhas e velhos que residem num asilo e as/os que participam das atividades do programa de Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI) da Universidade Estadual de Feira de Santana – Bahia; visando identificar, dentre outros fatores, se o fato da/o velha/o residir num asilo ou ter um “envelhecimento ativo”, por participar de atividades na Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI) contribui ou não para uma representação social mais positiva ou negativa. Sendo assim, o problema que norteia minha pesquisa é: quais as representações sociais que mulheres e homens velhos têm acerca da própria velhice? Com isso, pretendo desvelar as principais expectativas, experiências, ganhos, além dos estereótipos e/ou preconceitos, medos e perdas no que se refere ao processo de envelhecimento.

Metodologia

Para realização da minha pesquisa defini dois campos: o primeiro, um asilo, no qual busco desvelar a velhice a partir da vivência/experiência de velhas e velhos asilados, que muitas vezes não têm laços familiares, seja pela ausência de parentes, rompimento dos laços ou os têm com pouca frequência e construíram, ou não, novos laços com os outros moradores do asilo, com os funcionários, amigos, dentre outros (GOMES, 2008).

O segundo campo é o Programa de Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI), promovido pela Universidade Estadual de Feira de Santana – BA, que realiza ações interativas, educativas e qualificadas que privilegiam a pessoa idosa no seu processo de envelhecer com dignidade. Dessa forma, os sujeitos da pesquisa vivenciam a velhice de forma diferente; sendo assim, será possível perceber as diferenças e/ou semelhanças nas representações da velhice.

A pesquisa é de cunho qualitativo, uma vez que busco/tento compreender os significados que os idosos dão à sua vida, à sua velhice. Na pesquisa qualitativa a/o pesquisadora/or vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes.

No que tange às técnicas e instrumentos de coleta de dados, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a partir da literatura existente que versa sobre a temática.

A observação direta que é de suma importância no campo, tendo em vista que permite que o pesquisador chegue mais perto da perspectiva dos sujeitos, na qual pode verificar, dentre outras questões, como se dão as relações das/os pesquisadas/os na instituição (AFAS/UATI), junto a outras/os velhas/os, com profissionais, e/ou familiares, bem como outros laços afetivos construídos.

Como instrumento de pesquisa principal, utilizou-se a entrevista, que, de acordo com Minayo (2005), é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo; é uma conversa a dois, que objetiva construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa.

No que se refere ao tipo, foi utilizada a entrevista semi-estruturada, tendo em vista oferecer maior liberdade aos sujeitos pesquisados de se expressarem livremente. Gostaria de ponderar que o fato de não poder gravar as entrevistas dos idosos residentes no asilo dificultou um pouco, porque se perde maior tempo durante a entrevista, haja vista que tenho que escrevê-la, e ainda fiquei tensa, com receio de perder algumas informações. Eu, particularmente, prefiro que as entrevistas sejam gravadas.

Durante a pesquisa de campo e realização da coleta de dados, bem como em todos os momentos anteriores ao trabalho de campo registrei todos os acontecimentos referentes à pesquisa (como solicitação da autorização, por exemplo) em um diário de campo, no qual relato as informações/acontecimentos, as conversas.

Para a análise dos dados, utilizou-se análise de conteúdo, que se constitui em um conjunto de técnicas utilizadas na análise de dados qualitativos, que possibilitou a criação de categorias para a discussão dos resultados.

É importante destacar que para a identificação das/dos velhas/os pesquisadas/os utilizo o seguinte esquema: a) para as/os idosas/os da UATI/UEFS são utilizadas as letras do alfabeto (de A à J) seguidas da palavra UATI; b) para as/os idosas/os da AFAS, os números (de 01 a 17) seguidos da palavra AFAS; posteriormente vem sexo, estado civil e idade.

Resultados e discussão

O processo de institucionalização dos asilos no Brasil começou no final do século XIX e início do século XX (GROISMAN, 1999; PONTES, 2009; GOMES, 2008, BERNARDO, 2010), com a criação dos asilos de velhos, quando esse segmento começou a ganhar visibilidade e diferenciar-se dos loucos e mendigos.

A partir dessa “demarcação espacial da velhice” (PONTES, 2009), “contidos pelos muros do asilo, aqueles que lá ingressavam tornavam-se homogêneos (por sua velhice) e ganhavam visibilidade social simplesmente como ‘os velhos’ de um asilo para a velhice desamparada” (GROISMAN, 1999, p.54).

Os asilos podem ser considerados como uma instituição que se constituía em um mundo à parte, e ingressar nela significava romper laços com família e sociedade; haja vista que com o asilamento, há a transferência das funções tradicionalmente assumidas pela família, para instituições e pessoas especializadas; que podem levar ao isolamento das pessoas mais velhas na sociedade contemporânea e à perda de poder e influência destas nas famílias (BERNARDO, 2010).

A Associação Feirense de Assistência Social (AFAS) é um asilo localizado na região norte de Feira de Santana, numa área urbana, próximo a Universidade Estadual da Cidade. Criada em 03 de março de 1963, a partir da iniciativa da Igreja Evangélica Unida de Feira de Santana, na qual o pastor Élvio Indoso firmou sociedade com outros pastores e membros políticos da cidade, visando adquirir sócios com quota estipuladas para o sustento da mesma, assim formou-se a Associação Feirense de Assistência aos Mendigos.

Em todas as minhas idas à AFAS verifiquei que as/os idosas/os seguem a rotina da instituição, no entanto, não se determina onde e como devem ficar; não são obrigadas/os a participar dos cultos ou missas, por exemplo, bem como a participar das comemorações. Há aquelas/eles que preferem não sair dos quartos, algumas/uns são acamados e não gostam de ir para a varanda ou sentar para assistir televisão na ala feminina ou na sala de refeições, por exemplo, não gostam de interagir com as/os outras/os. As/os idosas/os somente saem do asilo acompanhadas de algum/a funcionário/a ou familiares; bem como não têm acesso ao dinheiro da aposentadoria, haja vista que fica na instituição o cartão para pagar as despesas de sua moradia. Essa que é uma das características de instituições totais⁴, segundo Goffman (1961).

Em 2014 viviam no asilo quarenta e três idosos internos, sendo vinte e seis mulheres e dezessete homens⁵. Para a pesquisa seriam entrevistadas/os

4 Modelo de uma instituição total, esta que apresenta quatro características fundamentais, são elas: (...) todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade (...); cada fase da vida diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas (...); as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários (...) e toda a sequência de atividades é imposta de cima por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários (...) (GOFFMAN, 1961 *apud* DEBERT, 2007, p.106-107).

5 Dados coletados em abril de 2014.

inicialmente 10 idosas/os; de acordo com uma lista inicial feita pela enfermeira, de acordo com a capacidade mental e vontade de ceder a entrevista; ou seja, ela me sugeriu nomes daquelas/es que são mais “abertos” para conversa, no entanto, fiquei a vontade para conversar com todas/os.

Ao todo entrevistei dezessete idosas/os; sendo dez mulheres e sete homens; mas quatro dessas entrevistas foram descartadas: três porque não responderam ao objetivo da pesquisa e a quarta entrevista foi descartada porque a pessoa não tinha a idade mínima de 60 anos⁶.

Quanto ao perfil das/os entrevistadas/os foram entrevistadas dez mulheres, com idade entre 60 e 89 anos; destas: seis são solteiras, duas são viúvas e duas separadas e sete homens, com idade de 53 anos (que foi excluído da pesquisa), os demais têm entre 62 -98 anos, sendo quatro solteiros e três casados.

Das mulheres, quatro idosas são aposentadas, seja porque contribuíram para a previdência, a partir de trabalhos como doméstica (quatro delas domésticas e uma cozinheira), ou ainda professora (que nunca trabalhou); bem como recebem o Benefício de Prestação Continuada (quatro recebem o BPC)⁷, aquelas que nunca trabalharam ou trabalharam enquanto domésticas e não contribuíram para a previdência) e duas são aposentadas por doença (uma esquizofrênica e uma pela cegueira).

Quanto aos homens, os sete são aposentados, destes apenas um refere-se ser pelo BPC, porém acredito, a partir dos relatos, que pelo menos mais quatro recebam o benefício, já que afirmaram que não contribuíram ou ainda que nunca trabalharam de carteira assinada e ainda um entrevistado que afirmou sempre ter trabalhado na roça, portanto pode ter a aposentadoria rural. Dentre as profissões destes destaca-se: carpinteiro, montador de bolsas, comerciante, trabalhador rural e mecânico.

A partir desse dado pode-se verificar que o do asilamento também passa sob o ângulo da classe social; sobretudo se fizermos a associação classe social x solteirice ou ainda classe social x viuvez sem filhos; bem como houve a incidência de dois casos de homens casados, porém residentes no asilo⁸.

6 Como já tinha começado a entrevista, não ia parar no meio do caminho. Afinal, ele foi muito receptivo e ficou feliz em ter alguém para ouvi-lo.

7 Acredito que esse número seja maior – principalmente daquelas domésticas que estão como aposentadas, haja vista que nem sempre as domésticas trabalhavam de carteira assinada para ter seus direitos reconhecidos; no entanto, no prontuário está assim e as próprias idosas não sabem identificar qual tipo de aposentadoria recebe.

8 Como mencionado no item: FATORES QUE LEVARAM AO ASILAMENTO.

Vale destacar ainda que o asilo ainda é “lugar de doidos”, como no princípio da fundação dos primeiros asilos. Há filhos que “jogam” os pais lá pelo fato de apresentarem problemas de saúde, bem como problemas mentais (depressão, esquizofrenia, demência, etc.). Na AFAS, há algumas pessoas com problemas mentais. É importante abordar que não há diferenciação maior no cuidado destas, a não ser medicamentoso (específico) ou quando é necessário dar alimentação na boca, banhos ou outros cuidados que a doença exija.

Antes de abordar a criação das Universidades Abertas à Terceira Idade (UATI) é importante demarcar a expressão “Terceira Idade”, que se deu na França a partir de 1962, que começou a ser utilizada com a entrada do idoso no mercado consumidor, devido à expansão do sistema de aposentadoria; a outra condição pauta-se nas reelaborações recentes sobre o corpo e a saúde.

A Universidade Aberta da Terceira Idade teve origem em 1972, em Toulouse, na França. Correspondia a um curso de extensão universitária, bem como de atualização cultural, numa perspectiva de educação continuada, que estava voltado para um segmento específico da população (as/os idosas/os) (GOMES; LOURES; ALENCAR, 2005).

Gomes, Loures e Alencar (2005), abordam que o modelo precursor para a Universidade Aberta para a Terceira Idade existia desde os anos 60, através da oferta de “atividades culturais e de incentivo à sociabilidade, tendo como objetivos ocupar o tempo livre dos aposentados e favorecer as relações sociais entre eles.” (p.123).

A Universidade Aberta à Terceira Idade - UATI, da Universidade Estadual de Feira de Santana foi criada em 04 de agosto de 1992, vinculada à Pró-Reitoria de Extensão. As ações desenvolvidas são interativas, educativas e qualificadas – professores com formação para prestar o serviço -, voltadas à pessoa idosa em seu processo de envelhecer. No que se refere ao critério utilizado para participar do programa, é necessário ter 50 anos ou mais e fazer a matrícula na secretaria do programa no período que é, antecipadamente, divulgado no blog ou site da UEFS, bem como nos próprios cursos.

Em 2014, o programa tinha oitocentas e dez pessoas matriculadas. Do total, 37,5% (304 pessoas) possuem idade entre 70 e 79 anos; e 36% (298 pessoas) têm idade entre 60-69 anos. Para realização da pesquisa escolhi acompanhar a oficina de dança de salão, haja vista que é uma das oficinas mais procuradas para matrícula, bem como que há um número significativo de participantes, setenta pessoas, aproximadamente. Desse total, sessenta e três são mulheres, logo sete são homens, sendo que apenas dois ou três são assíduos. Na oficina

de dança de salão é possível verifica a heterogeneidade das/os idosas/os no que se refere ao gênero, classe, cor/raça, geração/idade.

Entrevistei, ao todo, dez idosas/os, sendo seis mulheres e quatro homens; as idades das/os entrevistadas/os variam de 68 a 85 anos; do total, cinco são casadas/os (duas mulheres e três homens)⁹; três viúvas/os (duas mulheres e um homem); e duas separadas. Quanto à raça/cor tem-se: seis pardo/a/morenos/as; duas pretas/escuras, uma morena clara e uma branca. As rendas variam de um salário mínimo a oito salários, sendo que é perceptível verificar a questão de “classe” no modo de se vestirem¹⁰, dos acessórios, etc; bem como na escolaridade. No que se refere à escolaridade: três têm o segundo grau completo (magistério/profissional); três, primeiro grau incompleto; dois, primeiro grau completo; um é semi analfabeto; e um não estudou.

Há muita diferença na forma em que as/os idosas/os da AFAS e da UATI definem uma pessoa idosa. As/os entrevistadas/os da AFAS citaram que veem uma pessoa idosa com respeito, “tanto para o masculino como para o feminino”, como a entrevistada 01/AFAS aborda, e a entrevistada 03/AFAS acrescenta que, além do respeito, é uma pessoa digna de “carinho e compreensão”. No item “carinho”, apenas uma entrevistada – a J/UATI concorda que as/os idosas/os necessitam de carinho e companhia:

“Com muito respeito. O respeito é outro. Porque a vida de velho, idoso, tem que ter respeito, tanto para o masculino como para o feminino. É um cidadão de bem, direito, merece muito respeito, não deve ser xingado, humilhado. Aqui tem muita discussão por causa disso [do respeito].” (Entrevistada 01/AFAS, F, solteira, 72 anos).

“É uma pessoa digna de carinho, compreensão, respeito, muito respeito. Mesmo que não saiba falar é bom a gente ouvir.” (Entrevistada 03/AFAS, F, separada, 68 anos).

“A pessoa idosa é uma pessoa carente de companhia, não é? Uma pessoa carente de companhia... eu não tenho necessidade financeira, mas tenho necessidade de carinho, eu quero carinho.” (Entrevistada J/UATI, F, viúva, 67 anos).

9 Sendo que o entrevistado H é casado com a entrevistada I.

10 Apesar de ter a blusa da dança, as bijuterias ou brincos e correntes de ouro, relógios e outros acessórios; as bolsas, celulares, sandálias, etc.

Outro fator recorrente foi a associação de uma pessoa idosa à idade, ou ter “maior idade”, como algumas autoras denominam: a quarta idade (os velhos mais velhos):

“Eu considero uma pessoa de sessenta anos para cima, é o começo do fim, porque está mais perto da morte. Temos quatro fases: nascer, viver, envelhecer e morrer. Tem que colocar as mãos pro céu quem tem mais de setenta anos.” (Entrevistado 06/AFAS, M, solteiro, 62 anos).

“[risos] A idade que eu tenho é porque Deus quis que eu vivesse e vou viver mais um pouco. Então, a pessoa idosa é que tem mais idade, quem já viveu muito, muito mesmo, igual a mim, com 83 anos, já vivi muito!” (Entrevistada 17/AFAS, F, solteira, 83 anos).

Não poderia ser diferente a associação à dependência, à inatividade, haja vista que a maioria que reside na AFAS depende de cuidados e foi residir na instituição justamente por isso:

“Acho que uma pessoa idosa tá ali, não faz mais nada, né? Tem umas que ficam abestalhada, dá loucura de doido, umas ficam doente. As daqui, que nem eu, não trabalham, se tivesse sortura para trabalhar, bem que a gente trabalhava.” (Entrevistada 05/AFAS, F, solteira, 75 anos).

“É uma pessoa, um velho carente, dependente dos outros. Depende para tomar banho, se arrumar, dessas coisas.” (Entrevistado 07/AFAS, M, solteiro, 80 anos).

Na AFAS teve quem associou uma pessoa idosa a uma criança, que necessita de cuidados:

“É uma criança. O idoso é criança. A pessoa nasceu e se criou, é jovem, depois trabalha, é adulto; e quando fica velho é criança; tem que tratar e zelar como uma criança. Como minha mãe, na idade dela, ela tem oitenta e poucos anos, ela precisa de cuidado, mas ainda faz tudo.” (Entrevistada 04/AFAS, F, viúva, 68 anos).

Pelo fato de terem uma “velhice ativa”, promovida não somente por suas condições de classe, mas do próprio lugar onde vivem e convivem, nenhuma/um idosa/o da UATI apontou esses aspectos destacados pelas/os idosas/os da AFAS. Foram abordados fatores como a melhoria da vida, pela liberdade que se tem hoje, o fato de aproveitarem mais, como a entrevistada A/UATI e o entrevistado D/UATI citam:

“Hoje em dia as pessoas idosa é beleza, porque a gente temos liberdade que a gente não tinha e agora tem. A gente curte, a gente brinca, a gente faz tudo, conversa. A velhice hoje em dia tá melhor que a modernagem! (...) porque o estrago é na juventude, que as vezes nem chega na velhice.” 1 (Entrevistada A/UATI, F, separada, 80 anos).

“Bem, uma pessoa idosa sempre considero uma pessoa alegre na vida, a gente passou tantas coisas na vida, que a gente chega numa certa idade possível que a gente aproveite, uns se acham ruim outros se acham bem. Eu mesmo me acho muito bem.” (Entrevistado D/UATI, casado, 85 anos).

Nesse sentido, concorda com o que foi apontado por Britto da Motta (1999) quando “enaltecem a juventude como um tempo bom para aproveitar a vida” e ainda que “os jovens de hoje estão tendo muito mais oportunidades que os do seu tempo, mas – é quase unânime, isto – às vezes não aproveitam porque ‘exageram’ com a bebida e droga, rebeldia e desobediência” (p.107).

Ainda nesse tópico, a entrevistada C/UATI relatou o fato de algumas/uns idosas/os, tanto homens quanto mulheres, adotarem atitudes de “jovens”:

“Olha a pessoa idosa eu vejo (...), bem, depende da pessoa, porque aquele idoso que não aceita que é velho. **Porque eu sempre falo que eu quero envelhecer com qualidade e não ser uma velha ridícula. Aí aquele velho que não aceita, eu vejo assim, não aceita a idade, principalmente a mulher, que quer dar uma de garotinha, usar roupa que não é, que não combina com ela, eu fico com pena, porque não é feliz. Porque nem é jovem, nem é velho... as pessoas de fora veem como velho e ela se vê como jovem, aí é difícil porque o jovem não vai aceitá-la e os velhos também não**

vão aceitar, ai fica uma pessoa perdida (...) (Entrevistada C/UATI, F, casada, 68 anos).

Esse fato associa-se ao conceito de envelhecimento ativo, que Belo (2011) destaca que “(...) vem se transformando em uma apologia à juventude: Juventude na velhice. A responsabilidade pelo processo de envelhecimento passa a ser da própria pessoa, transformando a velhice numa fase obrigatoriamente saudável e produtiva.” (BELO, 2011, p. 117). Esses valores e atitudes são perceptíveis nas próprias oficinas oferecidas pela UATI.

Perguntou-se as/aos entrevistadas/os se acreditam que há diferenças entre as velhices de homens e mulheres. Nesse tópico houve um equilíbrio no número de respostas, entre as/os idosas/os da AFAS e as/os da UATI, e a maioria, surpreendentemente, opinou pela pouca diferença de vivências entre os dois sexos.

Os que afirmaram que não há diferença, abordaram que “somos todos iguais” ou ainda que “a velhice chega para todos”, que enfrentam as mesmas limitações e dificuldades durante o processo de envelhecimento; ou seja, uniformizam as vivências, não percebem as diferenças de gênero. Neste ponto, não houve diferença de opinião entre homens e mulheres.

“Eu acho que é tudo a mesma coisa, o que um depende, o outro depende. Quando a pessoa é normal, é tudo igual. Tudo chega para os dois, inclusive a doença.” (Entrevistado 07/AFAS, M, solteiro, 80 anos).

“Não sei, sabe por que? Eu acho é que somos todos iguais. A velhice chega para os homens e as mulheres. Os homens e as mulheres ficam, se sentem desconfortáveis do mesmo jeito. A velhice é triste minha filha... olhe aqui quantas velhinhas e velhinhos tem e não recebem uma visita, se sentem tristes.” (Entrevistada 17/AFAS, F, solteira, 83 anos).

Quanto as/aos que perceberam essas diferenças, destacaram que o homem não aceita a velhice, quer ser jovem, principalmente no que se refere à sexualidade. Neste ponto, somente duas mulheres:

“Existe. Não digo muito porque os masculino, referência da minha família morreram tudo. A velhice da mulher é mais calada que a dos homens. Os homens são mais perigosos, querem ser jovens a qualquer custo. Tem um que a mulher colocou aqui porque qualquer

mulher que passava ele queria pegar, danado.” (Entrevistada 01/AFAS, F, solteira, 72 anos).

“Do homem tem porque em um certo motivo o homem só conta virtude em novo, em velho ele já é velho; e a mulher todo tempo é mulher (...), porque a mulher, por mais que ela sofre, ela é mais resistente do que o homem. (...) E o homem não pari, podia ser melhor, mas não é, é engano deles. Eles não tem a potência de uma mulher, a resistência de uma mulher. Parece que é Deus mesmo! Que sabe que mulher é muito sofredora (...)”(Entrevistada A/UATI, F, separada, 80 anos).

Ainda houve aquela que apontou criticamente que o homem é mais respeitado que a mulher:

“Ah, existe, tem toda diferença. O homem é mais respeitado em todos os sentidos. A mulher não, é tratada como babaca, acham que a gente não entende. A gente entende, mas tem horas que é melhor ficar calada.” (Entrevistada 03/AFAS, F, separada, 68 anos).

Além desse aspecto, a entrevistada C/UATI cita que a “mulher aceita mais a velhice”, até pelo sofrimento e privação de liberdade que teve na juventude:

“Existe. A mulher é mais fácil aceitar a velhice, o homem dificilmente ele aceita porque, e principalmente, do lado sexual. Que nós mulheres somos mulheres pro resto da vida, você pode ter 100 anos, 200 anos, a mulher é a mesma mulher.... o sexo na mulher, bem, em mim e nas outras mulheres, que hoje tem reposição hormonal, tem tudo... e no homem já é diferente, meu marido tem 75 anos, quando chega a 40 anos ele já começa a declinar, que você sabe que a menopausa do homem começa dos 40 aos 60 e da mulher é rapidinho, é assim e vai logo embora; e eles não aceitam, eles não aceitam isso, eles não aceitam ser velho, você vê que todo velho corre atrás de garotinha. (...) E o homem é muito dengoso, nós mulheres aceitamos mais o peso, as coisas, a gente já sabe: uma dor, uma coisa, um médico, a gente corre logo, entendeu? (...) nós mulheres não, estamos sempre nos cuidando, é por isso que a velhice da mulher é mais saudável e

o homem é diferente, tanto do lado sexual, quanto de médico, tem medo (...) isso é educação, infelizmente a mulher é educada diferente do homem.” (Entrevistada C/UATI, F, casada, 68 anos).

Debert (2004) expõe que alguns autores discutiram a velhice da mulher como mais difícil pela “dupla vulnerabilidade” há uma discriminação: como mulher e como idosa (p.104). Enquanto para outros, “a velhice feminina seria mais suave que a masculina, na medida em que a mulher não experimenta uma ruptura em relação ao trabalho tão violenta como a dos homens na aposentadoria” (DEBERT, 2004, p. 140). Além disso, a mulher teria sido “habituada a mudanças drásticas em seu organismo e capacidade física por causa da procriação, da gravidez, da lactância e da menstruação, tem mecanismos que lhe permitem enfrentar melhor do que os homens as transformações que ocorrem com a velhice.” (KEITH, 1990 *apud* DEBERT, 2004, p. 141).

Enfim, Britto da Motta (2011a, p.15), enfatiza os diferenciais de gênero construídos nas trajetórias de vida, dos homens e das mulheres: “(...) tão diversas, quase paralelas, raras vezes confluentes, somente quando velhos têm encontrado destinos e situações mais assemelhados – aproximados pelo preconceito e pelo cerceamento social (...)”, no entanto, jamais idênticas, são marcadas sobretudo pela condição de gênero.

Conclusões

Pesquisar sobre as representações sociais da velhice, através do conhecimento de trajetórias individuais e coletivas das/os idosas/os pesquisadas/os de uma instituição asilar e uma Universidade Aberta à Terceira Idade, a partir da análise de gênero e, não menos importante, de geração, classe, raça, espaço/território são importantes, tendo em vista que ainda hoje há uma universalização das experiências das/os mesmos.

As representações feitas pelas/os idosas/os da AFAS e da UATI demonstram que a palavra velha/o ainda carrega mais aspectos negativos – relacionando-se a dependência, algo sem valor, sem utilidade, descartável – do que aspectos positivos e, por isso, é mais difícil reconhecer-se como tal. Foi unânime a preferência pela denominação idosa/o. Das/os pesquisadas/os, quem não se reconhece como velha/o afirmam que “velha/o é a/o outra/o”, principalmente as/s idosas/os que não têm problemas de saúde – complicações/agravantes – que as/os levem a depender de alguém. Essa questão é maior acentuada quando as/

os idosas/os participam das atividades da UATI, consideram ainda que aquela/e que não participa que não é ativa/o, é, portanto, velha/o.

Pelas entrevistas podemos perceber que a experiência asilada mostrou-se mais negativa, tendo em vista que a vivência é mais complexa e sofrida. São muitas pessoas – oriundas de um lar próprio ou sem lar (moradores de rua) – com costumes diferentes, marcas de gênero, geração, classe, raça – residindo no mesmo lugar. Poucos têm aproximação com seus familiares.

Para as idosas/os da UATI, a experiência em participar das atividades possibilita a resignificação do envelhecimento, a partir de vivências afetivas com, outras/os idosas/os – apesar de reconhecerem que são colegas, amigas/os, não – de conversar, se distrair, viajar. Foi possível verificar que as oficinas promovidas, especialmente a de dança de salão – torna-se uma maneira de produzir estereótipos mais positivos em relação à velhice – ou a negação dessa – ao próprio corpo e à mente. A Universidade Aberta à Terceira Idade cria a “cultura da Terceira Idade” (GUERRERO, 1993, *apud* DEBERT, 2004, p.159), que é, afinal, “um conjunto de valores e práticas voltado para a demonstração de que é possível ser jovem em qualquer idade.”

Quanto à representação da velhice, pode-se separar em dois grupos: 1) velhice dependente – fase de dependência, da “chatice do velho”, da falta de paciência dos outros e falta de liberdade (citadas principalmente, mas não somente, pelas/os idosas/os da AFAS); e 2) velhice ativa – na qual as pessoas podem e continuam fazendo tudo, fase prazerosa; de realização pessoal – de ter liberdade, especialmente as mulheres da UATI.

Disparidades maiores foram vistas nas representações das diferenças entre a velhice das mulheres e dos homens – foi onde a questão de gênero ficou mais acentuada. As respostas das/os entrevistadas/os não se distanciaram muito. Uma parte pequena – mais das/os idosas/os da AFAS – relatou que não há diferenças, que todos são iguais – homogeneização da velhice – como se nessa fase da vida as diferenças fossem dissolvidas. Três entrevistadas (duas da UATI) elucidaram que a maior diferença é que os homens querem ser jovens, especialmente no que tange ao aspecto sexualidade (potência sexual); e a educação diferenciada de homens e mulheres quando crianças; os homens considerando-se “inteiros” com relação ao mundo do trabalho. É quando o gênero se sobrepõe às categorias geração, raça e classe social.

Por fim, a heterogeneidade da caracterização da velhice comprova que a velhice não deve ser caracterizada como uma fase única, homogênea, “igual para todas/os”. No estudo esta heterogeneidade se mostrou face à diversidade

das/os idosas/os entrevistadas/os, que são marcados por suas condições de gênero, classe social, geração, bem como por suas vivências: asilada – longe da família, relacionando-se e convivendo diariamente com pessoas que até então eram estranhas; ou participando do programa de Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI/UEFS), em seu seio familiar, interagindo com outras/os idosas/os que, mesmo com idades ou classes sociais diferentes, tem uma velhice, especialmente, ativa!

Referências

BELO, Isolda. **Do corpo à alma: o disciplinamento da velhice**. In: Etapas da vida: jovens e idosos na contemporaneidade. Marcia Longhi, Maria da Conceição Lafayette de Almeida [organizadoras]. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. 173p. Família e Gênero, n. 15. p. 105-122

BERNARDO, Kátia Jane Chaves. **Envelhecer em Salvador: uma página da história (1850- 1900)**. Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2010

BRITTO DA MOTTA, Alda. **As Velhas também**. In: Ex Aequo, n.23, 2011a, p. 13-21. Disponível em: http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0874-55602011000100003&script=sci_arttext

_____. **“As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento”**. In: Cadernos Pagu (13), Unicamp, Campinas, n.13, p. 191 – 221. 1999. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/n13a07.pdf>

DEBERT, Guita Grin. **A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade**. In: LINS DE BARROS, Myriam (org.). *Velhice ou Terceira Idade?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007, p. 49-67.

_____. **A Reinvenção da Velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2004.

GOMES, Marcia Queiroz de Carvalho. **Proteção social à velhice e o circuito de solidariedades intergeracionais.** Salvador, 2008.289 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

GOMES, Lucy; LOURES, Marta Carvalho; ALENCAR, Josélia. **Universidades Abertas da Terceira Idade.** In: História da Educação, ASPHE/FAE/UFPEL, Pelotas, n. 17, p. 119-135, abr. 2005. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29204/pdf>

GROISMAN, Daniel. **Asilos de velhos: passado e presente.** In: Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, Porto Alegre, v.2, p.67-87, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8. ed. São Paulo: Hucitec/ Rio de Janeiro: Abrasco, 2005.

PAPALÉO NETTO, Matheus. **O estudo da velhice: histórico, definição do campo e termos básicos.** In: Tratado de Geriatria e Gerontologia. Elizabete Viana de Freitas [et. al.] (org.) 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006, p.2-12.

PONTES, Paula Lopes. **Vivendo no lar: um estudo sobre os motivos de ingresso dos idosos residentes na instituição Franciscano.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2009.

GÊNERO, SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS



GT 03

NECESSIDADES DE SAÚDE PARA A MULHER LÉSBICA, INVISIBILIDADE E DIREITOS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Ana Carolina Cristovão Silva
anacarollinna28@hotmail.com

Julianne Maíra dos Santos Farias
juliannemsf@gmail.com

Josueida de Carvalho Souza.
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
josueidacarvalho@yahoo.com.br

Resumo

Viver em uma sociedade no qual traz em sua cultura uma normatividade heterossexual, faz com que muitas pessoas, incluindo mulheres, sofram diariamente preconceito, seja por sua identidade de gênero não se adequar ao seu sexo biológico-como nas lésbicas trans- ou por sua identidade sexual ser contrária aos padrões heteronormativos. É direito de todo cidadão ter acesso à saúde de forma integral, recebendo o mesmo tratamento independentemente de identidade de gênero, religião, raça ou orientação sexual. Os padrões sociais podem sofrer influência no âmbito da assistência à saúde, gerando um preconceito que por vezes torna-se uma barreira ativa na busca aos serviços de saúde. Conhecer os direitos da mulher lésbica fazendo um contraponto com a sua atual aplicação, juntamente com a atuação dos profissionais da saúde diante este público se faz necessário para destacar os pontos nos quais precisam ser modificados e melhorados, a fim de que a mulher lésbica tenha uma atenção igualitária no âmbito da saúde da mulher. O conhecimento destes direitos se faz necessário para que seja possível compreender as necessidades intrínsecas das lésbicas e desenvolver um cuidado de enfermagem benéfico e satisfatório.

Palavras-chave: Homossexualidade, saúde, políticas públicas, enfermagem.

Introdução

A homossexualidade feminina é vista de maneira erótica e preconceituosa por grande parte da sociedade, onde o machismo institucional que rotula as mulheres a ter determinado comportamento e orientação sexual serve de subsídio para esse tipo de comportamento. Não sendo diferente, o atendimento de saúde a essas mulheres é por muitas vezes feito para mulheres heterossexuais, não respeitando a pluralidade feminina, especialmente no que diz respeito à sua orientação sexual. (GOMES,2008) (MARQUES; OLIVEIRA; NOGUEIRA,2013) (FACCHINI; BARBOSA,2008)

Na atualidade, a atração sexual e afetiva

por pessoas do mesmo sexo é, por muitos, vista como uma opção ao passo que a heterossexualidade é algo natural ou esperado tanto para homens quanto mulheres. Desconstruir esse pensamento é ir de encontro à heteronormatividade consolidada ao longo dos séculos, rompendo o estigma do que seria o certo ou errado na expressão da sexualidade do sujeito. (ALMEIDA; HEILBORN,2008) (DOS SANTOS *et al.*,2015)

O preconceito e a discriminação são utilizados como instrumento de ódio a várias minorias que compõem nossa sociedade, como os negros e negras, homossexuais e mulheres que sofreram e sofrem barbáries todos os dias pelo simples fato de existirem. (MOTT,2000) (SANTOS *et al.*,2015)

Entretanto, dentre essas minorias, os LGBTTs(Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros) possuem um agravante no que diz respeito aos outros. Enquanto negros e mulheres na grande maioria dos casos recebem apoio dos seus familiares, os LGBTTs são discriminados dentro dos seus lares, não encontrando um acolimento e força para lidar com a violência sofrida fora dele. É importante perceber que os LGBTTs também são, muitas vezes, negros e negras ou mulheres, sofrendo então opressão não só por sua orientação sexual mas também por sua cor e gênero. (GOMES,2008) (MARQUES; OLIVEIRA; NOGUEIRA,2013)

Nossa sociedade lança mão de várias estratégias para ocultar e silenciar os LGBTTs, sobretudo as mulheres lésbicas. Quando aparecem em novelas, são retratados muitas vezes de forma estereotipada, como a lésbica masculinizada, isso quando não são sequer mostrados claramente como tal, deixando nas entrelinhas para que o público tire suas próprias conclusões. E é deste modo que os LGBTTs vivem, onde locais para sua socialização são separados dos locais para os heterossexuais, sendo o silêncio perpetuado e sacramentado. (GOMES,2008) (BUSS; PELLEGRINI,2007)

No que diz respeito à saúde da população LGBTTs, especialmente para as mulheres lésbicas, é notória a falta de conhecimento para as necessidades de saúde específicas para esse público, sendo fundamental que se saiba quais são as demandas dessas mulheres para que sejam formuladas políticas de saúde que atendam às suas necessidades. Dentro desse contexto, os diversos estudos realizados com essa população mostram que elas não costumam fazer com frequência o preventivo ginecológico (Papanicolau) bem como para prevenção do câncer de mama, o que só deixa claro que elas só procuram atendimento de saúde quando sentem algum sintoma forte, e além disso os profissionais de saúde solicitam com menos frequência esses exames para essa população. (FACCHINI,2008) (BARBOSA; FACCHINI,2009) (MORAES; ESTEVES,2011)

Diante do exposto, fica claro que grande parte de mulheres ficam de fora dos serviços de saúde. A tal situação vem sido implicitado que ela acontece em virtude de abordagem onde se pré-determina que aquela mulher seja heterossexual, além de falta de manejo por parte dos profissionais de saúde diante dessa situação, onde estes projetam suas crenças e valores pessoais no atendimento prestado àquelas. (MOSCHETA; DOS SANTOS,2010)

Por isso, é importante que se conheça quais são as especificidades de saúde da mulher lésbica, bem como as práticas dos profissionais de saúde para com essa população, não permitindo que a homofobia faça com que essas mulheres deixem de cuidar de si, e também para que haja a implementação efetiva das políticas públicas de saúde elaboradas para atender às necessidades dessas mulheres, garantindo que os princípios da integralidade e universalidade do SUS (Sistema Único de Saúde) também valham para essa população. (BRASIL,2012) (GOMES,2008)

Metodologia

Para o estudo, foi realizada uma revisão bibliográfica. Este tipo de metodologia é definida como a busca de conhecimento científico já produzido relacionado ao tema, possibilitando uma escolha das produções vigentes seguida da análise do conhecimento existente até o momento. Contribuindo deste modo, para a associação das práticas clínicas e dos saberes, oportunizando o reconhecimento de falhas em determinados pontos e propiciando ações que possam contribuir positivamente na melhoria do cuidado.

A revisão foi constituída pelas seguintes etapas: escolha do tema e da questão norteadora, definição dos objetivos, escolha dos critérios de inclusão

e exclusão, busca, interpretação e discussão dos artigos. O estudo teve como questão norteadora da pesquisa: “Quais as demandas de saúde para as mulheres lésbicas?” E como objetivos: “Identificar as principais demandas das mulheres lésbicas e conhecer as práticas dos profissionais e sua influência na saúde da mulher lésbica.”

A busca pelos dados foi realizada nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Base de Dados em Enfermagem (BDENF) e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE).

Para a realização da pesquisa nas bases de dados LILACS, SciELO e BDENF foram utilizados os descritores “homossexualidade feminina, saúde, políticas públicas e enfermagem”. Para a pesquisa na MEDLINE os descritores foram traduzidos para inglês e utilizados “female homosexuality, health, public policies, nursing”.

No estudo foram incluídos artigos nacionais e internacionais e dissertações. Como critério de inclusão adotado, foram utilizados artigos e dissertações publicados a partir do ano de 2006 até o ano de 2016 e artigos que abordassem a saúde LGBTTT com enfoque na saúde da mulher lésbica. Foram excluídos os artigos que retratassem a mulher lésbica apenas em seu contexto social.

Resultados e Discussões

Em um estudo realizado com mulheres que fazem sexo com mulheres do Estado de São Paulo, ficou explicitada a relação entre busca para atendimento de saúde- especialmente a ginecológica- e a experiência da heterossexualidade (sexo com homens, mesmo que por curiosidade). Além disso, ficou explicitada que lésbicas que são tidas como mais “masculinas” procuram menos os serviços de saúde para a realização dos exames preventivos de câncer de colo de útero, existindo também uma parcela que nunca o fez, onde esses achados também estão presentes em outros estudos realizados no Brasil. (FACHINNI; BARBOSA,2009) (MORAES; ESTEVES,2011) (SOUSA *et al.*,2014) (CARDOSO; FERRO,2012).

Neste mesmo estudo, foi verificado que muitas mulheres lésbicas não procuravam os serviços de saúde por acharem que não havia “necessidade”, pensando que não corriam risco por se relacionarem sexualmente apenas com mulheres, onde fizeram uma forte associação entre ISTs(Infecções Sexualmente Transmissíveis) e homens. Isso fez com que a busca nos serviços de saúde para

o rastreamento de ISTs seja muito menor do que a procura por ginecologista. (FACHINNI; BARBOSA,2009)

A percepção de que as práticas sexuais heterossexuais trazem um menor risco do que as homossexuais também foi relatados pelas mulheres participantes de um estudo na cidade do Rio de Janeiro, onde 72% das mulheres acreditam que sexo oral em homens possui um alto risco de transmissibilidade de ISTs, ao passo que a penetração com homens foi apontada com um risco de 90% por essas mulheres. O fator que influencia este risco ser mais elevado em heterossexuais é porque nesses casais existe um número maior de traições, onde muitas vezes o homem acaba por se relacionar com outras mulheres fora do seu relacionamento consensual. É importante perceber que essas mulheres tem consciência que há o risco de transmissão de ISTs, porém o consideram remoto, onde não referem utilizar métodos de proteção no ato sexual, por acharem que podem atrapalhar o prazer durante a relação. (MORAES; ESTEVES,2011)

Essas mulheres relatam pouca utilização ou nenhuma de métodos preventivos durante a relação sexual, sendo considerado por elas como cuidado preventivo, o ato de cheirar as partes íntimas da parceira durante a relação sexual, bem como a verificação de secreção vaginal de características anormais. Sendo a consulta ginecológica um momento de extrema exposição íntima, foi referido pelas mulheres desse estudo que a decisão de relatar ou não ao ginecologista suas práticas eróticas era um ponto que incomodava muito as mulheres, visto que elas tinham receio de como seriam tratadas. Dentro as que procuravam atendimento médico, as que relatavam sua orientação sexual, não notaram que as orientações dadas pelos profissionais atendiam às suas necessidades, isso quando eles agiam como se não tivessem ouvido nada, ignorando a particularidade daquela mulher. (MORAES; ESTEVES,2011)

A sensação de indiferença por parte dos profissionais frente à revelação da orientação também foi percebida pelas mulheres que se reconheciam com práticas homoeróticas da cidade de Recife participantes de uma pesquisa qualitativa, onde elas relatam que não tinham informações adicionais após falarem de sua sexualidade, sendo percebido por elas muitas vezes um desconforto e constrangimento por parte dos profissionais. (DOS SANTOS,2008) Essa situação é facilmente percebida na fala de uma delas:

“Eu falei. Ela não disse nada, nem fez...nem foi...não disse nada... foi indiferente pra ela (...) A impressão é que ela se sentiu constrangida. Ela não foi agressiva, ou preconceituosa, mas ao mesmo tempo,

não disse nada. A conversa deu uma travada e se encerrou a consulta. Eu já tinha dito o “problema”, o objetivo e depois que eu falei essa coisa das relações homo, ela não disse mais nada. Então, às vezes me pergunto: revelar pra que se não há nenhum tipo de orientação?” (Mercedes)

De acordo com Barbosa e Koiana (2006, p.1.511-1514), além do maior risco de tipos graves de câncer de colo de útero e de mama nessas mulheres, outro motivo de adoecimento dessa população é o uso abusivo de álcool, drogas lícitas e ilícitas e um grande sofrimento psíquico. Um documento elaborado pela Rede Feminista (2006, p.21) traz que essas mulheres possuem um nível de ansiedade enorme em virtude do medo de serem rejeitadas e sofrerem opressão por sua orientação sexual, levando-as ao uso abusivo de drogas, sendo verificado um alto índice também de doenças crônicas nessa população. Este mesmo documento revela os principais motivos que levam à uma menor procura dos serviços de saúde, que são:

“ a existência de discriminação, o despreparo dos profissionais para lidar com essa população, a dificuldade dessas mulheres se assumirem como homo ou bissexuais, e por fim, a negação do risco quanto à doenças sexualmente transmissíveis”(2006, p.21).

Mesmo que o cuidado com a saúde também parta de ações individuais que englobam a ida regular aos serviços de saúde bem como adoção de estilo de vida saudável para prevenção de agravos, não se pode esquecer que saúde é um direito de todos e um dever do Estado, onde este deve nos fornecer políticas de saúde adequadas e que atendam à todas as especificidades (MORAES; ESTEVES,2011). Embora estejam ocorrendo avanços a passos lentos, o *modus operandi* em vigência é uma condição de silenciamento da elaboração de políticas públicas e da promoção de saúde para as mulheres lésbicas, bem como o reforço da ideia da heterossexualidade como algo inato a todas as mulheres. (DOS SANTOS,2008) (SOUSA *et al.*,2014)

A articulação intersetorial realizada pelos profissionais, mostra sua significância no seu processo de formação político - social, estimulando o domínio concreto dos direitos dessa mulher e buscando entender o seu papel diante a sociedade em que vive. O combate ao preconceito, seja dentro do serviço de saúde ou na sociedade, são lutas que gerarão como consequência uma melhor

qualidade ao atendimento desta mulher e também uma melhor qualidade de vida. Assim compreende-se que o profissional de saúde deve realizar seu trabalho de forma neutra, livre de preconceitos sócioconstruídos e ideias descriminalizantes, buscando sempre olhar essas mulheres de forma holística e humanitária, realizando assim seu papel de forma respeitosa e ética. (BRASIL,2006)

O cuidado à saúde é composto por múltiplas facetas que promovem o bem estar ou desencadeiam o processo de adoecimento. Depende não só do indivíduo, mas também do profissional e sua equipe e dos recursos oferecidos pelo serviço. Para um bom funcionamento e uma resposta positiva, é necessário que todas as faces de articulação estejam sincronizadas e sempre atuantes. A falha em uma das etapas pode gerar consequências inestimáveis, tanto para o indivíduo quanto para o serviço como por exemplo: o afastamento da mulher e o não comparecimento para realização de exames de rotina. (CARDOSO; FERRO, 2012)

Conclusão

A diversidade é uma palavra que está sempre presente no cotidiano do profissional de saúde e também na sociedade, sendo função deste atender à sua demanda de forma igualitária, com um olhar específico e humanizado para cada indivíduo. Porém, quando este olhar é voltado para a população LGTBTTs e principalmente a mulher lésbica, deixa-se a desejar, não atendendo as demandas dessas mulheres ou então heteronormalizando-as. Por vivermos em uma sociedade heterossexista, a homossexualidade é vista como algo promíscuo e inadequado aos padrões sociais, sendo necessário que o profissional de saúde tenha um olhar diferenciado dos padrões, para que possa realizar a assistência de forma adequada e atendendo às necessidades da mulher lésbica. A falta de conhecimento destes profissionais sobre o público, sobretudo referentes às suas peculiaridades se constitui num fator que influencia na continuidade e efetividade do atendimento às mulheres homossexuais.

Inseridos nesse tipo de cultura que traz como compulsória a heterossexualidade, os profissionais tendem a ter seus valores e estilos de vidas vinculados à esta, portanto como uma forma de medida ativa para modificar essa realidade, é imprescindível que sejam realizadas capacitações contínuas, objetivando fornecer conhecimentos acerca da população específica, bem como sobre as políticas públicas de saúde existentes para esse público, contribuindo sobremaneira para a redução da homofobia. Sensibilizar

o profissional desde o início da sua vida acadêmica, inserindo essa especificidade dentro das disciplinas de saúde da mulher na graduação em enfermagem, para ouvir esta população é de extrema importância, pois é buscando conhecer e oferecendo oportunidades para estas mulheres chegarem ao serviço, que as demandas serão entendidas e conhecidas por àqueles, refletindo desse modo na qualidade da sua assistência.

Agradecimentos

Queremos agradecer à professora Josueida de Carvalho Souza, docente da Universidade Federal de Pernambuco, que recebeu de braços abertos a nossa proposta de artigo com a temática da mulher lésbica. Fomos ouvidas e acolhidas por ela sem preconceito, fornecendo para nós a força e o embasamento teórico necessários para a construção do mesmo, agradecemos a sua orientação e dedicação na construção do nosso trabalho.

Referências

ARAÚJO, M.A.L. et al. **Relação Usuária-Profissional de Saúde: Experiência de ma Mulher Homossexual em uma Unidade de Saúde de Referência de Fortaleza.** Esc Anna Nery R Enferm. Brasil, 2006.

ASSIS, M.M.A. et al. **Promoção do Cuidado no Programa de Saúde da Família: Olhares Analisadores em Diferentes Cenários.** Salvador. EDUFBA, 2010. Acessado em 24 de abr. Disponível em < <http://books.scielo.org/>>

BARBOSA, R.M; FACCHINI, R. **Acesso a cuidados relativos à saúde sexual entre mulheres que fazem sexo com mulheres em São Paulo, Brasil.** Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, Brasil. 2009.

BARBOSA, R.M; KOYAMA, M.A.H. **Mulheres que fazem sexo com mulheres: algumas estimativas para o Brasil.** Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, Brasil. 2006

BRASIL. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília – DF. 2012.

BRASIL. Rede Feminista de Saúde. **Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas:** promoção da equidade da integralidade. Belo Horizonte. 2006

CARDOSO, M.R; FERRO, L.F. **Saúde e População LGBT:** Demandas e Especificidades em Questão. Fisiologia: Ciência e Profissão. Universidade Federal do Paraná. Paraná, Brasil. 2012.

FACCHINI , Regina. **Mulheres, (homos)sexualidade e diferenças:** uma reflexão sobre políticas públicas segmentadas. Programa de Doutorado em Ciências Sociais. Unicamp. Bahia, Brasil. 2008

FILHO, F.C.M; MADRID, D.M. **Conceituando Homossexualidade.** Brasil, 2009.

GOMES, Daniel Berquó. **Homofobia:** a Regulação dos Espaços por Meio da Discriminação Contra Homossexuais. Dissertação apresentada à Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço Social. Brasília, 2008.

MARQUES, A.M.M; OLIVEIRA, J.M; NOGUEIRA, C. **A população lésbica em estudos da saúde:** contributos para uma reflexão crítica. Ciência e Saúde Coletiva. 2013.

MOSCHETA, M.S; SANTOS, M.A. **Inclusão e o desafio de criar formas de investigação colaborativas – um relato de experiência.** Sal. &Transf. Soc. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Brasil. 2010.

SENA, A.R.S. et al. **Implicações bioéticas no atendimento de saúde ao público LGBTT.** Rev. Bioét. Bahia, Brasil. 2015

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: RELAÇÕES DE PODER IMPULSIONADAS PELO GÊNERO E PELA CLASSE

Bárbara Régia Oliveira de Araújo
Centro Universitário CESMAC
brboliveiraa@gmail.com;

Karla Mychelle Cezario de Lima
Universidade Federal de Alagoas
karlacezario89@gmail.com

Yara Lima da Costa
Centro Universitário UNIT
yaralima.c@gmail.com;

Wanessa Oliveira Silva
Faculdade Raimundo Marinho
wanessa.os@hotmail.com

Luciana de Amorim Barros
Universidade Federal de Alagoas
lukota_amorim@hotmail.com

Resumo: Este artigo foi extraído da monografia *A violência obstétrica nos serviços de atenção à saúde reprodutiva no Brasil* e trata de relações de poder impulsionadas pelo gênero e pela classe enquanto fatores determinantes para o infligir Violência Obstétrica nos serviços de saúde brasileiros. Este estudo é uma revisão integrativa de 11 artigos agrupados por meio das bases de dados Bireme e Pubmed no ano de 2014, que tomou como base os conceitos sob os quais vigoram, na Venezuela, a *Ley orgánica sobre el derecho de las mujeres a una vida libre de violencia* e, na Argentina, a *Ley de proteccion integral a las mujeres*. Através dos resultados foi possível identificar a ocorrência de práticas tipificada nas legislações argentina e venezuelana enquanto Violência

Obstétrica. Estas práticas geralmente são identificadas generalizadamente como Violência Institucional, Violência Simbólica ou Violência de Gênero, e, para além da medicalização e patologização dos processos reprodutivos, compreendem a apropriação do corpo, baseada nas relações de poder impulsionadas pelo gênero e pela classe. Os resultados apontam que a relação profissional-paciente nos contextos levantados dão sustentação a mecanismos de submissão e opressão assumidos por mulheres no contexto hospitalar, refletindo-se na clara ausência de direitos e vulnerabilidade ao vivenciar o processo parturitivo.

Descritores: Gênero, Violência; Saúde da Mulher; Gestação; Parto.

Introdução

A violência contra a mulher manifesta-se de vários modos, desde a agressão verbal e outras formas de abuso emocional até a violência física, sexual e econômica. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), as mulheres que sofrem violências são afetadas por uma série de problemas de saúde que vão interferir diretamente na sua capacidade de exercer protagonismo na vida pública, prejudicando famílias, comunidades e gerações, além de reforçar outros tipos de violências sociais (KI-MOON, 2008; VENTURI; RECAMÁN; OLIVEIRA, 2004).

O objeto deste estudo é a violência obstétrica nos serviços de atenção à saúde reprodutiva no Brasil. Para a identificação desta modalidade de violência ainda não reconhecida legalmente neste país, levaram-se em consideração os conceitos de violência obstétrica sob os quais vigoram, na Venezuela, a *Ley orgánica sobre el derecho de las mujeres a una vida libre de violencia* (VENEZUELA, 2005) e, na Argentina, a *Ley de protección integral a las mujeres* (ARGENTINA, 2009) (nº 26.485 de 2007), precedida pela *Ley do parto humanizado* (ARGENTINA, 2004) (nº25.929 de 2004).

De acordo com a legislação citada, a violência obstétrica (VO) pode ser definida enquanto a apropriação do corpo e processos reprodutivos das mulheres por profissionais de saúde, expressada mediante tratamento desumanizado, em abuso de medicalização e “patologização” dos processos naturais, trazendo consigo a perda de autonomia e capacidade de decidir livremente sobre seus corpos e sexualidade, impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres (VENEZUELA, 2005; ARGENTINA, 2009).

Tendo em vista a institucionalização do parto na realidade brasileira, a mulher também está exposta à violência no sistema de saúde por meio de relações indiretas com servidores técnico-administrativos e gestores destes serviços (PARTO DO PRINCÍPIO, 2012). Dada essa relação, é comum enxergar a violência durante a assistência à saúde como unicamente institucional. De acordo com Martinez (2008), existe uma naturalização e invisibilidade do que vem a ser a Violência Institucional. Este tipo de violência é cometida principalmente contra os grupos mais vulneráveis como crianças, adolescentes, mulheres e idosos.

Sendo assim, pode-se dizer que Violência Institucional é aquela exercida por ação ou omissão de quaisquer serviços, incluindo desde a dimensão mais ampla da falta dos mesmos até a má qualidade destes. Abrange ainda abusos cometidos em virtude das relações de poder desiguais entre usuários e profissionais dentro das instituições (BRASIL, 2002).

No serviço de atendimento à saúde da mulher, por exemplo, este tipo de violência pode se manifestar de várias formas: “peregrinação por diversos serviços até receber atendimento; falta de escuta, tempo, privacidade para os usuários; frieza, rispidez, falta de atenção, negligência; maus-tratos dos profissionais para com os usuários, motivados por discriminação, abrangendo as questões de raça, idade, opção orientação sexual, gênero, deficiência física, doença mental; desqualificação do saber prático, da experiência de vida, diante do saber científico; violência física; banalização das necessidades e direitos dos usuários; (...) violação dos direitos reprodutivos”, dentre outros (MARTINEZ, 2008, p.02).

Esta correlação, violência e instituições de saúde, determina uma linha tênue entre o que vem a ser entendido enquanto violência obstétrica e o conceito de violência institucional. Sendo assim, acredita-se que por vezes as atitudes violentas que acometem a relação assistente-assistido não se torna explícita, vêm contribuindo para a invisibilidade da responsabilidade profissional sobre os seus atos, tendendo velar a falta de respeito à autonomia da mulher no processo de gestar e parir.

A partir do exposto, tomou-se como pergunta de pesquisa: “Quais práticas e atitudes presentes nos estudos que tratam da assistência à saúde da mulher no ciclo gravídico-puerperal no Brasil, podem ser caracterizados enquanto Violência Obstétrica?”. Para responder a este questionamento, tem-se como objetivo identificar a ocorrência da Violência Obstétrica em serviços de atenção à saúde reprodutiva da mulher.

Este estudo justifica-se pela carência de órgãos ou instituições que definam e mantenham a vigilância contra a ocorrência de Violência Obstétrica nos serviços de saúde no Brasil, sendo assim, levanta conceitos e descreve a ocorrência da mesma, expondo elementos para prevenção desta modalidade de violência.

Metodologia

A pesquisa tomou como base metodológica os passos explicitados no organograma dos Componentes da Revisão Integrativa, conforme Mendes, Silveira e Galvão (2008).

Para garantir o rigor metodológico da revisão utilizou-se para a busca de artigos, descritores controlados reconhecidos pelo DeSC (Bireme) e MeSH (MEDLINE/PubMed). Selecionando-os mediante critérios de inclusão - artigos publicados entre 1994 e 2014 e que traziam dados acerca da violência exercida por profissionais de saúde durante a assistência à mulher no ciclo gravídico-puerperal no Brasil – excluindo-se os artigos que falavam sobre violência

obstétrica em outras partes do mundo, repetições de títulos e enfoque dado a outras violências contra a mulher. Ao término da seleção inicial os estudos foram submetidos à análise crítica e posterior categorização de seu conteúdo.

As bases de dados online consultadas foram a Bireme e a PubMed; sendo selecionadas as seguintes palavras-chave para compor a estratégia de busca, junto aos operadores booleanos: Violência; Saúde da Mulher; Gravidez; Gestaçã;o; Parto; Estupro; Violência Sexual; Violência Doméstica. Sendo assim, definiram-se duas estratégias de busca a ser utilizadas nas bases: *tw:((tw:(violência AND saúde da mulher)) AND (tw:(gravidez OR gestaçã;o OR parto)) NOT (tw:(delitos OR estupro OR violência sexual OR violência doméstica)))*, para Bireme e *((violence AND (women's health))) AND (pregnancy AND (parturition OR Birth))) NOT (sex offenses OR rape OR sexual violence OR domestic violence)*, para PubMed.

Resultados

A partir da definição da estratégia de busca descrita, dos 78 artigos publicados entre 1994 e 2014 nas duas bases de dados, 67 foram excluídos após a leitura do resumo ou título, ou após a leitura na íntegra. Apenas 11 artigos corresponderam aos critérios de inclusão, e foram dispostos para análise do cenário, fenômenos e contextos estudados, forma de violência e principais resultados

Todos os estudos utilizaram metodologia qualitativa, sendo a escolha do método pertinente para o alcance dos resultados propostos, uma vez que na pesquisa qualitativa não se busca entender o fenômeno em si, e sim seu significado individual ou coletivo para a vida das pessoas (TURATO, 2010).

Essa preocupação com a interpretação de fenômenos de acordo com a significação que as pessoas trazem é reafirmada pelos referenciais teóricos utilizados, como a Teoria das Representações Sociais. A técnica mais frequente para a coleta de dados a entrevista semiestruturada, por vezes somada à observação participante.

A partir da leitura integral dos artigos, emergiram duas categorias temáticas abordadas por estes: Relações de poder e a violência impulsionada pelo gênero e pela classe; A relação profissional-paciente: desumanização, medicalização e patologização do processo reprodutivo, sendo a primeira fundamental para o entendimento da cadeia de eventos que reforçam a última. Neste artigo, vamos nos ater à primeira categoria.

Discussão

Nesta categoria apresenta-se e discute-se como as relações de poder e as questões relacionadas ao gênero e à classe, são determinantes para se infligir violências contra a mulher, em particular a Violência Obstétrica. Entender o que são e como ocorrem estas violências requer inicialmente a compreensão do que vêm a ser as relações entre os gêneros.

O gênero corresponde à designação das relações sociais entre os sexos rejeitando a ideia de natureza dominadora que explicaria a subordinação da mulher ao homem; trata das “construções sociais”, da criação social das ideias de definição dos papéis categorizados aos homens e os próprios às mulheres, conformando-se como uma categoria imposta a um corpo sexuado (SCOTT, 1995).

Partindo desse pressuposto, define-se violência de gênero como uma categoria de violência que “visa à preservação da organização social de gênero fundada na hierarquia e desigualdade de lugares sociais sexuais que subalternizam o gênero feminino” (SAFFIOTI, 1996). A violência de gênero é praticada geralmente por aquele que possui maior parcela de poder numa relação e resulta da dita superioridade masculina transmitida pela cultura sexista de nossa sociedade, que apregoa estereótipos de força, virilidade e potência (PRORI, 2003).

É nesse sentido que se torna inegável que a reprodução do machismo, das violências e opressões atreladas ao gênero não é deflagrada apenas pelos homens. Verificou-se nos achados que, apesar de muitos profissionais serem do sexo feminino (TEIXEIRA; PEREIRA, 2006), em momento algum são percebidas atitudes solidárias ou empáticas, pelo contrário, mulheres, em especial integrantes da equipe de enfermagem mantêm um comportamento autoritário e até mesmo rude com algumas parturientes. De acordo com Hogan (2007), isto ocorre porque em algum momento, mesmo que igualmente mulheres, estão em classes diferentes e, sendo o sexismo enquanto uma experiência diferenciada por classe admite-se que a opressão das mulheres nestes achados é também uma questão de classe.

Se o que mantém uma sociedade de classes é a exploração de uma classe por outra minoritária, dificilmente veremos o fim das relações desiguais de poder entre mulheres e homens sem plena igualdade econômica. Isso ocorre pelo fato de que mulheres são mais vulneráveis economicamente na sociedade capitalista (HOGAN, 2007), o seu papel biológico implica em direitos trabalhistas mais amplos (licenças remuneradas, direito à creches) e em última instância

a faz responsável por qualquer criança que traga ao mundo, criando necessidades e direitos sociais específicos.

O estudo de Bispo e Souza (2007) coloca em xeque outros aspectos da violência impulsionada pela opressão de gênero, é o domínio da sexualidade, do corpo, impulsionado pelo patriarcado ao analisar o discurso de mulheres internadas em processo de abortamento. Acreditando serem os donos do processo reprodutivo da mulher, os profissionais de saúde, além do tratamento desumanizado, expõem seus preconceitos à mulher que decidiu pelo seu corpo, bem como desconsideração pelas queixas, desrespeito ao processo de luto das mulheres que desejavam a gestação.

Aqui convém lembrar que o patriarcado - cujo Saffioti (2009), baseada em Hatmann, afirma ser como um pacto masculino para garantir a opressão de mulheres, as relações hierárquicas entre os homens e assim como a solidariedade entre eles existente, com vistas a capacitar a categoria constituída por homens a estabelecer e a manter o controle sobre as mulheres - serve a interesses de classes dominantes e que o sexismo não é apenas preconceito, mas o poder de agir de acordo com ele. No sexismo, o portador do preconceito está investido de poder, habilitado pela sociedade a discriminar categorias sociais, marginalizando-as (SAFFIOTI, 2009).

De acordo com os relatos das mulheres, profissionais afirmam que “eles é que sabem o que vão fazer” ou “eles é quem decidem o que vão fazer”, utilizando-se de uma noção de que o corpo da mulher é inferior, apressando-se na “resolução” dos problemas de um “corpo patológico”, como é visto o corpo grávido nos contextos estudados. Segundo os próprios autores, o preço deste alívio é a submissão a rituais desumanizados, agressivos e dolorosos. Pode-se assim afirmar que a mulher não tem autonomia para decidir sobre seu corpo e sua saúde, submetendo-se ao poder dos profissionais de saúde (BISPO; SOUZA, 2007). Este fato remete-nos ao fato de que o corpo é ao mesmo tempo objeto e alvo do poder (FOUCAULT, 1998).

Enquanto alvo do poder, dez (TEIXEIRA; PEREIRA, 2006; BISPO; SOUZA, 2007; CARON; SILVA, 2002; FIGUEIRÊDO; TYRRELL; CARVALHO, 2004; PEREIRA, 2004; BICCHIERI; SILVA, 2006; MELO, 2007; MIRANDA; BORTOLON, 2008; WOLFF; WALDOW, 2008; AGUIAR; D’OLIVEIRA, 2011) dos onze estudos apresentam relatos onde as mulheres e seus corpos foram vistos como objetos meramente reprodutivos, sendo a subjetividade desconsiderada em detrimento de um tratamento impessoal e generalizado. O estudo realizado por Caron e Silva (2002), por exemplo, relata situações onde parturientes queixosas

são abordadas por profissionais que lhes afirmam que elas “precisam” dos mesmos para parir e que não devem gritar ou se agitar, caso contrário eles irão embora. Esta situação corriqueira reflete as situações onde profissionais agem praticamente ditando ordens às parturientes, não lhes orientando em relação ao seu estado, tampouco aos procedimentos que serão realizados.

A realidade do desconhecimento acerca das condutas tomadas também é referida (CARON; SILVA, 2002; PEREIRA, 2004; BISPO; SOUZA, 2007; WOLFF; WALDOW, 2008; AGUIAR; D’OLIVEIRA, 2011). O relato trazido por Pereira (2004) resume a falta de comunicação e objetificação do corpo: “[...] a gente quer conversar, saber direito as coisas, o que a gente tem mas mesmo perguntando, eles não respondem, estão sempre com muita pressa [...] dos médicos é difícil saber qualquer coisa deles, **parece que a doença não é no nosso corpo, mas que é só deles, só eles podem saber, a gente não** (grifo nosso).”.

A falta de comunicação e a discriminação acabam por reforçar o imaginário de que cabe ao médico a decisão pelo corpo, sendo a passividade reforçada a partir da coerção. À medida que estudos (BISPO; SOUZA, 2007; MIRANDA; BORTOLON, 2008; WOLFF; WALDOW, 2008; AGUIAR; D’OLIVEIRA, 2011) nos trazem depoimentos como o contido no de Wolff e Waldow (2008) - “Embora eu não quisesse, mas ele estava falando que era melhor para mim, eu tive que aceitar é claro, **não vou discutir com um profissional que sabe mais do que eu** (grifo nosso)” - nota-se o quanto as relações de poder geram sentimentos de fraqueza, subordinação e impotência perante a determinação de uma conduta médica, mesmo que a mulher não esteja segura desta conduta.

Ao aceitar o papel que lhes é imposto, as mulheres se veem expostas a uma prática de opressão insidiosa, velada, pois as práticas do indivíduo que a executa pode ser vista como inocentes.

Conclusões

Foi possível identificar no contexto dos serviços brasileiros de atenção à saúde da mulher analisados a ocorrência de práticas tipificada nas legislações argentina e venezuelana enquanto Violência Obstétrica.

As práticas analisadas perpassam a reprodução de papéis de gênero no contexto da assistência à saúde, sendo determinantes ainda a divisão social de classes, fruto do sistema econômico vigente. Dados os pressupostos, reforçam-se as relações de poder durante a relação assistente-assistido, tendo em vista a clara reprodução de tomada do protagonismo da mulher na parturição.

Por fim, acredita-se ainda que a falta de conhecimento sobre o processo fisiológico do parto dá sustentação a mecanismos de submissão e opressão assumidos por mulheres no contexto hospitalar. Este fato reflete-se na não reivindicação direitos e vulnerabilidade no vivenciar do processo parturitivo.

Referências

AGUIAR, J. M.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L. Violência institucional em maternidades públicas sob a ótica das usuárias. **Interface Commun Heal Educ.** 2011;15(36):79–91.

ARGENTINA. **Ley 26.485:** proteccion integral a las mujeres. 2009.

ARGENTINA. **Ley No 25.929:** Ley do parto humanizado. 2004.

BICCHIERI, T.; SILVA, L. R. A percepção dos acadêmicos de enfermagem sobre o cuidado à mulher no trabalho de parto e nascimento: uma abordagem qualitativa. **Esc Anna Nery.** 2006;10(2):258–65.

BISPO, C. D. B; SOUZA, V. L. C. Violência institucional sofrida por mulheres internadas em processo de abortamento. **Rev baiana enferm.** 2007;21(1):19–30.

CARON, F. A. O.; SILVA, A. I. Parturiente e equipe obstétrica: a difícil arte da comunicação. **Rev. Latino-Am. Enfermagem,** Ribeirão Preto , v. 10, n. 4, p. 485-492, July 2002;10(4):485–92.

FIGUEIRÊDO, N. M. A.; TYRRELL, M. A. R.; CARVALHO, V.; LEITE, J. L. Indicadores de cuidados para o corpo que pro-cria: ações de enfermagem no pré-trans e pós-parto - uma contribuição para a prática de enfermagem obstétrica. **Rev Lat Am Enfermagem.** 2004;12(6):905–12.

GRIBOSKI, R. A.; GUILHEM, D. Mulheres e profissionais de saúde: o imaginário cultural na humanização ao parto e nascimento. **Texto Context - Enferm.** 2006;15(1):107–14.

HOGAN, D. **Feminism, class and anarchism.** Dublin: Revolutionary Anarchafeminist Group; 2207.

KI-MOON, B. **Violência contra as mulheres: a situação.** In Portal da Organização das Nações Unidas; 2008. Available from: <http://www.onu.org.br/unase>

MARTINEZ, S. D. T. **Violência Institucional:** Violação dos Direitos Humanos da Mulher. II Fórum de Violência contra a mulher. In Presidente Prudente; 2008.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. D. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Context - Enferm.** 2008;17(4):758–64.

MIRANDA, D. B.; BORTOLON; F. C. S; MATÃO, M. E. L.; CAMPOS, P. H. F. Parto normal e cesária: representações de mulheres que vivenciaram as duas experiências. **Rev Eletrônica Enferm.** 2008;10:337–46.

PARTO DO PRINCÍPIO . **Dossiê da Violência Obstétrica:** “Parirás com dor.” Argentina; 2012.

PEREIRA, W. R. Poder, violência e dominação simbólicas nos serviços públicos de saúde. **Texto Context - Enferm.** 2004;13(3):391–400.

PRIORI. C. **Retrato falado da violência de gênero: queixas e denúncias na Delegacia da Mulher de Maringá** (1987-1996). Universidade Estadual de Maringá; 2003.

SAFFIOTI, H. I. B. Violência de gênero no Brasil: conceitos **Versus dados.** In São Paulo: 48ª Reunião Anual da SBPC; 1996. p. 531–3.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre: **Educação & Realidade;** 1995. 71-100 p.

TEIXEIRA, N. Z. F; PEREIRA, W. R. Parto hospitalar: experiências de mulheres da periferia de Cuibá-MT. **Rev Bras Enferm.** 2006;59(6):740–4.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área de saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Rev Saude Publica.** 2005;39(3):507–14.

VENEZUELA. **Ley orgánica sobre el derecho de las mujeres a una vida libre de Violencia.** 2005.

VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA S. **A Mulher Brasileira nos espaços público e privado**. Abramo FP, editor. São Paulo; 2004.

WOLFF, L. R.; WALDOW, V. R. Violência consentida: mulheres em trabalho de parto e parto. **Rev Saúde e Soc.** 2008;17(3):138–51.

A AFRONTA AOS DIREITOS HUMANOS FRENTE À VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Brena Geovanna Araújo Rodrigues
brenageovannaaraujo@gmail.com

Ana Carolina Araújo Arcieri
carol_arcieri@hotmail.com

Gabriela Mesquita Costa Vasconcelos
gabi.mesquita02@hotmail.com

Rafaella Bastos Silva Fernando
rafaellab.fernando@gmail.com

Acácia Gardênia Santos Lelis
aglelis@infonet.com.br

Resumo:

O presente estudo tem por escopo elucidar a configuração da violência obstétrica tão presente no Sistema Único de Saúde Brasileiro (SUS), tendo em vista o número expressivo de mulheres que, atualmente, sofrem com tratamento e serviços desumanizados em hospitais, maternidades e postos de atendimento. Estas práticas violam expressamente o princípio da Dignidade da Pessoa Humana, desrespeitam o direito de escolha da mulher, a autonomia do seu corpo e a sua liberdade individual. Ademais, há explícita transgressão ao direito à saúde, assegurado pela Constituição Federal como um direito social. O trabalho teve seu desenvolvimento a partir da coleta de dados, leitura de dossiê e cartilhas, entre outras fontes acerca da temática. Este artigo visa apresentar o cenário inconcebível de perpetuação da violência obstétrica no SUS, de modo que, possa influir em mudanças significativas quanto ao olhar conferido à situação em questão, e em medidas preventivas e repressivas.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Saúde da Mulher, Violência obstétrica.

Introdução

A saúde é um direito humano reconhecido internacionalmente pela Organização Mundial da Saúde e também consagrado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de modo que é legítimo e assegurado o direito de todos os brasileiros, desde o nascimento – durante a gestação – a serviços de saúde gratuitos. A partir desta premissa foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), cujo funcionamento é regulamentado pela Lei Orgânica da Saúde nº 8.080, em 19 de setembro de 1990.

Infelizmente, a garantia constitucional supracitada não é posta em prática, pelo menos no que tange ao atendimento às gestantes no Sistema Único de Saúde. Na grande maioria dos casos, essas mulheres sofrem com a chamada Violência Obstétrica.

Esta violência está presente no dia-a-dia dos hospitais, maternidades, postos de saúde que, por vezes, é camuflada pelos atos rotineiros dos funcionários, que agridem, de alguma maneira, as mulheres em um momento tão único e valioso, que é o período da gravidez, parto, pós-parto e abortamento.

A partir dessa realidade tão desumana no Sistema Único de Saúde (SUS) e em redes privadas de atendimento, foi elaborado, em 2012, o importante Dossiê da Violência Obstétrica, “Parirás com dor”, para a CPMI da Violência Contra as Mulheres, de autoria da Parto do Princípio – Mulheres em Rede pela Maternidade Ativa, um conjunto de mulheres que utilizam o sistema de saúde brasileiro e lutam para que haja a autonomia das mulheres. Este documento visa denunciar e conscientizar a todos os envolvidos no sistema de saúde das liberdades da mulher durante a gravidez, o parto e o período puerperal afim de evitar lembranças traumáticas de um evento tão marcante.

Antes mesmo disso, em 2003, o Ministério da Saúde criou a Política Nacional de Humanização (PNH), o HumanizaSus, uma política de saúde que age em conjunto com às demais, com o objetivo de intervir na qualificação da atenção e funcionamento do SUS. A criação desta medida deve-se a indispensabilidade de progresso e melhoras no Sistema Único de Saúde, com foco nas relações e nos processos de atenção aos usuários, assim como no trabalho dos profissionais e gestores da área e nos serviços de saúde ofertados. Para que a humanização seja efetivada, aqueles que integram o sistema de saúde devem buscar garantir que todos tenham acesso às ofertas de saúde e que o cuidado seja de forma integral e digna. Desde a sua implantação, a Política Nacional de

Humanização não tem surtido o efeito desejado e, por isso, houve a elaboração do Dossiê da Violência Obstétrica.

Questiona-se o porquê de tais atos, quais as motivações. É algo que, aparentemente, não possui razões para existir, mas persiste na sociedade. A concepção cultural de que a mulher tem a função de enfrentar firme o parto, pois é algo próprio da sua natureza, é um entendimento motivador a prática de atos de violência no ambiente do SUS.

De fato, a violência obstétrica pode ser vista como uma questão cultural, baseada no desrespeito às liberdades individuais das mulheres, nas suas escolhas, na sua liberdade sexual, na autonomia do seu corpo, algo que foi consubstanciado pelo patriarcalismo, pela participação da mulher na história. Contudo, esta prática precisa e deve ser combatida visto que, não há como omitir-se perante tamanha violação da dignidade da pessoa humana.

Diante do cenário caótico do SUS é mister atentar para a realidade vivenciada por tantas mulheres que dependem exclusivamente do poder estatal para o acesso a uma saúde de qualidade. Dessa maneira, os intentos do presente estudo consistem em versar sobre a violência obstétrica ao tratá-la como um tema que não pode ser negligenciado ou silenciado pela sociedade. Pelo contrário, dever ser discutido, de forma ampla, de modo a combater e a rechaçar a prática dessas condutas.

Metodologia

O artigo desenvolveu-se pelo método dialético, por meio de pesquisas documentais, coleta de dados e análise de artigos científicos. O presente estudo teve como instrumento norteador o Dossiê “Parirás com Dor” elaborado pela Rede Parto do Princípio para a CPMI da Violência Contra as Mulheres, cujo conteúdo é pertinente à temática pesquisada, visto que retrata, de forma clara e intrínseca, a caracterização da violência obstétrica, a legislação congruente e o estado psíquico das vítimas.

Resultados e Discussão

“Na hora de fazer, você gostou, né? ” “Não chora não, porque ano que vem você tá aqui de novo. ” Segundo o Dossiê “Parirás com Dor”, essas são algumas das inúmeras e reiteradas frases ofensivas relatadas por mulheres que as vivenciaram em um dos momentos – supostamente – mais felizes de suas vidas: o nascimento dos filhos. Além de frases humilhantes, as mulheres ainda

relatam comentários discriminatórios, ameaças, agressões físicas e diversos outros tratamentos degradantes.

Segundo pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o SESC¹, uma em cada quatro mulheres no Brasil sofre violência durante a gestação ou parto. A violência obstétrica é definida pelo Projeto de Lei nº 7633/2014² como “a apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres pelos profissionais de saúde” que, por meio de tratamento desumanizado concedido às pacientes e outros meios diversos, “causam a perda da autonomia e capacidade da gestante de decidir livremente sobre seu corpo e sexualidade.”

O Sistema Único de Saúde, criado no Brasil através da Constituição Federal de 1988, é permeado de grandes falhas, dentre elas a ausência de profissionais capacitados para suprir a grande demanda de pacientes, além da falta de infraestrutura dos hospitais públicos. Somado a essa realidade, os poucos profissionais da saúde que atuam no Sus, em sua maioria, não se empenham para assegurar o cumprimento dos direitos e garantias das gestantes, previstos na Carta Magna Brasileira.

Diante da carência de hospitais para o atendimento de toda a população ou ainda, de vagas nos que existem, as gestantes realizam uma verdadeira peregrinação afim de encontrar um hospital em que possam realizar seu parto, jornada que, muitas das vezes, causa a mortalidade materna. Esta realidade é descrita no Dossiê “Parirás com Dor”, em que relatos descrevem o uso de placas de “Não há vagas”, fixadas nas portas dos hospitais. Com essa atitude, os profissionais descumprem o direito da gestante de ser atendida prontamente e o dever do médico de procurar uma vaga para a paciente, em caso de urgência ou emergência e, se não for o caso, encaminhá-la para um centro de saúde apto e com capacidade de atendimento.

Ainda que insuficientes as vagas em hospitais públicos, a cartilha do Senado Federal aponta o desinteresse dos médicos na realização do procedimento em local alternativo. É direito da gestante escolher o local de realização do parto, porém os profissionais de saúde se opõem usualmente ao parto domiciliar, colocando inúmeros obstáculos para que a prática ocorra nos hospitais. Em relato trazido pela cartilha, uma mulher narra a necessidade de ser encaminhada ao

1 Violência obstétrica. **Os números da Violência Obstétrica**. Disponível em: <<https://aviolenciaobstetrica.wordpress.com/dados-estatisticos-violencia-obstetrica/>> Acesso em 20/04/2016.

2 Artigo 13, do Projeto de Lei de número 7633/2014 do deputado Jean Wyllys com tramitação no Congresso Nacional.

hospital, após complicações em seu parto domiciliar e, a humilhação ao escutar de um dos atendentes que seria mantida na UTI até arrepender-se da prática de seu parto em casa.

De acordo com o Dossiê, o cenário obstétrico brasileiro no Sistema Único de Saúde já é tão marcado pelo descaso e por tratamentos desumanos e degradantes que as parturientes não conseguem se ver como vítimas de violência obstétrica. As gestantes escutam tantos relatos de maus tratos durante o parto que acreditam que o desconforto sofrido é normal e que, caso tenha um atendimento adequado pelos médicos de plantão, foram sorteadas com um tratamento não rotineiro. Ainda de acordo com o Dossiê, as mulheres sentem-se merecedoras do tratamento hostil recebido na assistência à gestação e ao parto como espécie de uma punição por sua sexualidade e gestação.³

Além dos maus-tratos físicos sofridos durante o parto, as gestantes são submetidas à violência psicológica dentro dos hospitais públicos. A cartilha do Senado afirma que agressões verbais são comuns, principalmente nos partos normais. Há ainda relatos de ameaças cotidianas nos hospitais, a exemplo da frase intimidadora dita por uma enfermeira às pacientes, constantemente: “se você não parar de gritar eu vou te furar todinha”.

O preconceito é também muito presente nos hospitais e, por isso, um dos pontos expostos na cartilha. Ele apresenta-se através de condutas discriminatórias por parte dos atendentes, que atribuem toda a dificuldade do procedimento a condição financeira e social das mulheres. Ademais, a homofobia na rede pública é constante e permeada de denúncias de tratamento diferenciado às mulheres com relacionamentos homo afetivos.

Em conformidade com a Constituição Federal, em seu artigo 196, “a saúde é direito de todos e dever do Estado”. Entretanto, por conta do cenário obstétrico brasileiro apresentado acima, essa garantia não é amplamente efetivada. Apesar da campanha do Ministério da Saúde de incentivo ao parto normal e da recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) de uma taxa de até 15% de cesáreas, no Sistema Único de Saúde percebe-se que o número de cesáreas tem aumentado assustadoramente e, ainda segundo a OMS, em 2015, chegou a 55,6% dos casos.⁴

3 Violência obstétrica. “Dossiê **“Parirás com Dor”**, 2012, p. 131. Disponível em: < <https://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20367.pdf>>. Acesso em 24/04/2016.

4 Política de incentivo ao parto normal esbarra em resistência de médicos. Disponível em:< http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/11/politica/1436566427_473955.html>. Acesso em 25/04/2016.

Essa “epidemia” de cesáreas atribui ao país a posição de um dos campeões mundiais nesse tipo de cirurgia e decorre de uma série de fatores, entre eles o desejo da mulher em retirar logo a criança, de não sentir dores durante parto, ou ainda por maior lucratividade do médico ou por sua conveniência, podendo agendar previamente o procedimento como lhe convém.

Na maioria dos casos, esse procedimento ocorre antes do início do trabalho de parto ou do desenvolvimento completo da criança e, por ser realizada sem necessidade clínica, essas cirurgias trazem consequências tanto para a mãe quanto para o bebê. Os elevados índices de prematuridade estão, na maior parte dos casos, ligados ao induzimento e realização de cesáreas antes do momento certo. Além disso, a cesárea, quando desnecessária, pode aumentar as complicações como o aparecimento de problemas respiratórios na criança e ainda, estar associado à morbidade e mortalidade maternas e neonatais.

Diante disso, aos profissionais da área caberiam a obrigação de esclarecer e informar às pacientes dos riscos da cirurgia cesárea e de outros procedimentos realizados, e não as coagir ou influenciar para a realização de uma cirurgia desnecessária, com tantas consequências e com o mais importante bem jurídico tutelado em jogo: a vida da mãe e do bebê.

Ademais, segundo o CEBRAP⁵, em 2006, 94% das mulheres foram submetidas a cirurgia de episiotomia, procedimento em que é cortada parte da vagina da parturiente para “facilitar a saída da criança”. Esta cirurgia ocorre sem o consentimento da gestante que não é informada de sua necessidade, além de causar-lhe grandes dores e complicações, e a longo prazo, uma série de consequências negativas.

Ainda segundo o Dossiê, o procedimento supracitado é considerado um “integrante” do pacote de parto normal no Brasil e, por isso, não se tem dados oficiais referentes a sua ocorrência no Sistema Único de Saúde.

A episiotomia fere claramente os direitos humanos da mulher, já que não lhe é dada a possibilidade de expressar sua vontade contrária ao procedimento. E ainda, em alguns casos mais graves, esta pode ser configurada como lesão corporal por parte do profissional de saúde, apesar de denúncias não serem frequentes frente a condutas consideradas rotineiras.

Da mesma forma, a cartilha do Senado Federal pontua o aceleração do parto, manobra comumente realizada durante o exame de toque, consistente

5 Violência Obstétrica. **“Dossiê Parirás com Dor”, 2012.** Disponível em: < <https://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20367.pdf>>. Acesso em 24/04/2016.

em um procedimento doloroso e desnecessário, que compromete o andamento do parto e que podem ocasionar uma série de complicações tanto para a mãe quanto para o bebê.

Outros procedimentos podem ser executados no parto normal, a exemplo da manobra de Kristeller e fórceps que, caso não atinjam o resultado pretendido – retirar o bebê da barriga da mãe – ou surjam complicações, será recorrida à cesárea pelos profissionais. A cartilha ainda afirma que, na maioria dos casos, o aceite por parte das mulheres nunca é um requisito visto que, os profissionais de saúde se aproveitam da vulnerabilidade da parturiente e não lhes oferecem nenhum tipo de informação a respeito do procedimento. Nesses casos, os direitos inerentes ao corpo da gestante raramente são respeitados, assim como o direito à saúde da criança é igualmente comprometido.

De acordo o Dossiê “Parirás com dor”, a mulher que sofre um aborto, seja ele induzido ou espontâneo, via de regra, não encontra tratamento humanizado no Sistema Único de Saúde. Os profissionais da área realizam um verdadeiro interrogatório às gestantes acerca do aborto e, em alguns casos, deixam-nas esperando sem qualquer informação, ou ainda, sem medicação que possa reduzir as dores sentidas.

Ainda segundo a cartilha, a norma técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento do Ministério da Saúde afirma que não cabe aos profissionais de saúde a realização de qualquer juízo de valor a respeito da conduta praticada pela parturiente. Além disso, defende um tratamento humanizado e compreensivo, infelizmente, não condizente com a realidade brasileira.

Consoante o Dossiê elaborado pela Rede Parto do Princípio para a CPMI da Violência Contra as Mulheres, a Organização Mundial de Saúde (OMS), vem recomendando, desde 1985, que a mulher tenha um acompanhante durante o parto. Além disso, a Lei nº 11.108/2005, popularmente conhecida como Lei do Acompanhante, assegura expressamente este direito ao garantir a toda parturiente um acompanhamento, de sua escolha, durante o parto.

Ademais, tal medida é considerada essencial a parturiente pois, ao lado de uma pessoa que lhe transmita confiança durante o procedimento, o parto terá melhor desenvolvimento. Segundo a cartilha norteadora, entre os inúmeros benefícios, estão a diminuição do tempo de trabalho de parto, a redução da necessidade de anestesia e outros medicamentos, além de menor incidência de depressão puerperal.

Entretanto, o cenário apresentado acima não condiz com o ocorrido no Sistema Único de Saúde. O direito à acompanhamento é, constantemente,

desrespeitado com as justificativas de que o médico não permite a entrada de uma terceira pessoa na sala de cirurgia, que o hospital não oferece infraestrutura suficiente e que é um luxo apenas dos hospitais particulares. A lei, por sua vez, institui o direito da parturiente, mas não estabelece meios de punir àqueles que impedem ou violam tal garantia, dando ensejo assim, a ocorrência de violência obstétrica.

Apesar da exposição ao longo do artigo da realidade hedionda e tão presente na vida de tantas mulheres, os debates acerca da temática são ainda escassos e o país encontra-se omissivo. No Brasil, a violência obstétrica não é conduta tipificada como crime até o presente momento.

A Argentina e Venezuela são exemplos de países que reconhecem a violência obstétrica como uma infração penal. De acordo com a Cartilha da Defensoria Pública do Estado de São Paulo⁶, a definição dada pelas leis venezuelanas e argentinas sobre a tipificação afirmam a existência da violência obstétrica, caracterizada pela apropriação do corpo e processos reprodutivos das mulheres pelos profissionais de saúde, através de tratamento desumanizado, do uso abusivo de medicamentos, entre outros, que gera a perda da autonomia e capacidade de decidir livremente sobre seus corpos e sexualidade.

Estes países demonstram o quanto o Brasil precisa evoluir no aspecto dos Direitos Humanos das mulheres e tornam-se um referencial a ser seguido.

A perspectiva de mudanças necessárias e urgentes no cenário de violência obstétrica no Sistema Único de Saúde (SUS) surge em 2014, com o Projeto de Lei 7633/14, do deputado Jean Wyllys, que, entre outras medidas, dispõe acerca da humanização do parto e do combate à violência obstétrica. Apesar de ainda estar em tramitação no Congresso Nacional, tal projeto de lei já é vislumbrado como a possibilidade de melhoria no tratamento e serviços ofertados pelo SUS às mulheres em situação gravídica.

Conclusão

A partir do cenário exposto é notório que a violência obstétrica apresenta-se como um problema de saúde pública. Esta espécie de violência é, inclusive, uma expressa violação à Constituição Federal, que prevê a saúde como um

6 DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Violência obstétrica você sabe o que é?** 2013. Disponível em <<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/41/violencia%20obstetrica.pdf>> Acesso em 25/04/2016.

direito social, destinado a todos, restando ao Estado o dever de promovê-la. Apesar desta previsão legal, essa garantia é desrespeitada diante das condutas, tratamentos e procedimentos desumanos e degradantes ofertados pelos hospitais e realizados por profissionais da área que violam o direito de escolha da mulher, a autonomia do seu corpo e a sua liberdade individual.

Diante desta realidade preocupante é inadmissível que o Estado se mantenha omisso quanto à ausência de tipificação da violência obstétrica no Código Penal ou ainda, no que cerne a carência de informações acerca da problemática difundidas pela sociedade. Além disso, as mulheres em situação de violência obstétrica não devem encarar as condutas dos profissionais de saúde como cotidianas, mas sim, de caráter inaceitável, visto que partem daqueles que possuem a missão de zelar pela promoção da saúde pública de forma justa e igualitária. Estas mulheres lesadas devem procurar a Ouvidoria do Sistema de Saúde Local, recorrer ao Poder Judiciário, seja na esfera penal ou na esfera cível. Assim, também, como a sociedade não pode fechar os olhos para essa grande questão tão recorrente em nosso Sistema Único de Saúde (SUS) já conhecido pelo tratamento desumano e degradante concedido aos seus pacientes. Desta forma, faz-se necessária e fundamental a humanização e sensibilização nas condutas, tratamentos e procedimentos obstétricos realizados.

Ademais, percebe-se no projeto de Lei 7633/14 um grande avanço na caminhada rumo ao combate desse tipo de violência. Somado a isso faz-se necessária a criação de mecanismos que propiciem a efetivação do que é divulgado nas campanhas governamentais de humanização e o que está previsto na Constituição Federal, disponibilizando assim, um sistema de saúde que respeite e promova a dignidade das parturientes.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 20 abr. 2016.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Violência obstétrica você sabe o que é?**. 2013. Disponível em <<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/41/violencia%20obstetrica.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

BEDINELLI, Talita. Política de incentivo ao parto normal esbarra em resistência de médicos. **EL PAÍS**. 15 jul. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/11/politica/1436566427_473955.html>. Acesso em: 25 abr. 2016.

MULHERES em Rede pela Maternidade Ativa. **Parto do princípio**. 2015. Disponível em: <<http://www.partodoprincipio.com.br/#!sobre/cjg9>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Humanização. **Pense sus**. Disponível em: <<http://pensesus.fiocruz.br/humanizacao>>. [Acesso em: 25 abr. 2016.](#)

BRASIL. Projeto de Lei de número 7633/2014. **Congresso Nacional**. 27 de maio de 2014. Dispõe sobre a humanização da assistência à mulher e ao neonato durante o ciclo gravídico-puerperal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1257785&filena-me=PL+7633/2014>. Acesso em: 24 abr. 2016.

STUPPIELLO, Bruna. **Hora do parto**: o que é considerado violência obstétrica. Disponível em: <<http://mdemulher.abril.com.br/saude/bebe/hora-do-parto-o-que-e-e-consid>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

BELLI, Mainá; CRUZ, Pierre; LEÃO, Vanessa. Os números da Violência Obstétrica. **Violência obstétrica**. Disponível em: <<https://aviolenciaobstetrica.wordpress.com/dados-estatisticos-violencia-obstetrica/>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

REDE Parto do Princípio para a CPMI da Violência Contra as Mulheres. Violência Obstétrica. **“Dossiê Parirás com Dor”**. 2012. Disponível em: <<https://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20367.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

GÊNERO, SAÚDE MENTAL E INCLUSÃO: VIVÊNCIAS EM HOSPITAL PSIQUIÁTRICO

Claudia Regina de Oliveira Vaz Torres
Universidade do Estado da Bahia-UNEB e Universidade Salvador-UNIFACS
vaztorres@gmail.com

Alexnaldo Teixeira Rodrigues
Fundação Visconde de Cairu - FVC/ Núcleo de Estudos Interdisciplinares
Sobre a Mulher – NEIM/UFBA; Universidade Federal da Bahia – UFBA
alexnaldotr@yahoo.com.br

Resumo: Este estudo tem por objetivo analisar a relação entre saúde mental e gênero, descrevendo as implicações que esta interlocução reflete no adoecimento psíquico de homens e mulheres. O estudo destaca, ainda, a Reforma Psiquiátrica e as possibilidades de atendimento a partir do recorte de gênero. Apesar dos avanços proporcionados pela reforma psiquiátrica em direção à inclusão de pessoas com transtorno mental na sociedade, em geral, continuam a perpetuar uma perspectiva essencialista, desconsiderando a questão de gênero como uma construção social, um sistema de significados que se constrói e se organiza nas interações, bem como governa o acesso integral ao sistema de cuidados formais em saúde mental. O trabalho de natureza qualitativa, com ênfase na pesquisa bibliográfica e na atuação em hospital psiquiátrico, evidenciou que as experiências do cuidado são vivenciadas de modo distinto por mulheres e homens em razão das desigualdades nas relações sociais de gênero. Enquanto as mulheres submetem-se mais facilmente ao tratamento prescrito, embora não tenham um sentimento de doença, os homens não aceitam com facilidade a medicação prescrita, abandonando o tratamento. Ademais, o estudo aponta para necessidade de focalizar a questão da saúde mental desde o ponto de vista da violência estrutural e das dimensões sociais de gênero. Desconsiderar esse aspecto é dar ao diagnóstico um caráter científico e pretensamente neutro, construindo um perfil psiquiátrico, para muitas questões existenciais e sociais, nas quais as relações de gênero se mostram fundamentais.

Palavras-chave: Gênero; Saúde Mental; Inclusão.

Introdução

Neste estudo sobre gênero, saúde mental e inclusão buscamos elementos sociais, filosóficos e psicológicos para analisar como as mulheres e homens acometidos por transtornos mentais severos lidam com o adoecimento psíquico. O estudo destaca, ainda a Reforma Psiquiátrica e as possibilidades de atendimento a partir do recorte de gênero, bem como evidencia que as experiências do cuidado são vivenciadas de modo distinto por mulheres e homens em razão das desigualdades nas relações sociais de gênero.

Esta análise teve como referência os estudos de Amarante (2003, 2007), Vasconcelos (2008) para abordar o campo da saúde mental e a legislação atual sobre a atenção a saúde mental.. A temática de Gênero foi analisada com base Scott (1991), Borges e Costa (2011), Pegaroro e Caldana (2008), entre outros/as.

Este estudo está organizado em três partes distintas. A primeira parte consiste na introdução ao tema proposto; na segunda, realizamos um breve histórico sobre o hospital psiquiátrico, como modelo de internamento, até chegarmos a legislação atual que redireciona para um novo modelo de atendimento, bem como estabelece a inclusão de pessoas com transtorno mental na sociedade. Na terceira, discutimos mais especificamente sobre as particularidades do tratamento e inclusão social de mulheres e homens com transtorno mental.

O Hospital psiquiátrico sob um olhar de gênero

O cotidiano de trabalho em hospital psiquiátrico provocou a interrogação e análise sobre o modo como mulheres e homens com transtornos mentais vivenciam o internamento, o tratamento e as experiências de cuidado. As interpretações construídas por cada um/a estão relacionadas a assimetria nas relações de gênero.

Neste estudo o conceito de gênero é utilizado para designar “[...] a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e as mulheres”, ou melhor, é “[...] uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. ” (SCOTT, 1991, p.2). É, portanto, “[...] um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”; e “[...] é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1991, p.21). Igualmente, constitui-se com um instrumental analítico das relações sociais, e coadunado com uma abordagem da psicologia social, ou à perspectiva construcionista social, “[...] permitem

um posicionamento e o pensar em novas possibilidades para transformar uma disciplina ‘reguladora e autoritária’ para uma nova forma de acção local e contextualizada, nunca androcêntrica e universal” (NOGUEIRA, 2001 p.1).

Borges e Costa (2011), atentando de modo particular para o campo da saúde mental sob a ótica de gênero, afirmam que

A categoria gênero tem contribuído para efetuar análises que levam em conta diferenças de suscetibilidades entre homens e mulheres em se expor a riscos de saúde específicos. Ao se intersectar com outros marcadores sociais como classe, raça/etnia, geração, orientação sexual etc., tais arranjos determinarão a posição social ocupada, o que incidirá inexoravelmente na forma da pessoa perceber o mundo, de se perceber, de se relacionar, de reconhecer as alteridades, o que incidirá de maneira decisiva na questão do sofrimento psíquico. (BORGES; COSTA, 2011, p.57-58)

Há uma legislação específica para as pessoas que não atendem aos critérios de normalidade - distanciam-se das características de personalidade e valores preconizados como ideais pela sociedade -, apresentam sintomas das doenças mentais e evidenciam dificuldades para gerir a sua própria vida de acordo com o universo de direitos e deveres que regem as relações sociais.

Um dos principais instrumentos de proteção e defesa dos Direitos Humanos das pessoas com transtornos mentais é a Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Ainda, na esteira da discussão sobre os direitos humanos das pessoas com transtorno mental que estão em conflito com a lei, há a Resolução nº 05, de 04 de maio de 2004, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), a qual estabelece as diretrizes para a adequação das medidas de segurança às disposições da Lei nº 10.216/2001.

Os transtornos mentais abrangem largo espectro nosológico, que envolvem doenças com causas definidas como os transtornos orgânicos-cerebrais, transtornos por uso de substâncias psicoativas e outros sem uma causa fisiopatológica específica que evidenciam comprometimento afetivo, da motricidade e da cognição. Há, ainda, transtornos específicos da personalidade que se caracterizam por perturbações dos sentimentos e dos impulsos. Na área forense, ocorre a pesquisa dos indicadores e determinantes psicopatológicos,

neurológicos, cognitivos e educacionais das pessoas envolvidas em conduta delituosa. Neste sentido, os transtornos mentais são avaliados em razão de que se considera a capacidade de entendimento individual em relação aos fatos processuais (VASCONCELOS, 2008).

O hospital psiquiátrico, de acordo com a legislação atual, tem sofrido profundas mudanças e fechamento dos serviços. A mudança nos conceitos e práticas em saúde mental evidencia que não se trata mais a doença, mas a existência do sujeito que sofre na sua vivência, na sua relação com a sociedade. Desse modo, é preciso desvelar o tecido social que molda valores e normas para entender a experiência do sofrimento psíquico e compreender como mulheres e homens interpretam a sua realidade.

O hospital como instituição terapêutica é uma invenção que data do final do século XVIII. Anteriormente, os hospitais eram instituições com objetivos cristãos ou filantrópicos, sociais, econômicos e políticos. A medicalização do hospital - tornando-o uma instituição médica específica com propósito de conhecer, classificar, tratar e curar doenças -, ocorreu a partir de uma tecnologia política, que Foucault denominou de disciplina. Ainda no século XVIII ocorreu a redefinição do estatuto social do doente, apontando que o indivíduo não deveria apenas ser tratado pela caridade religiosa, mas pelas políticas de saúde. Deste modo, o saber produzido no hospital através das estratégias disciplinares permitia ao médico agrupar as doenças para observar o seu curso, a evolução e indicar tratamento (AMARANTE, 2003).

O nascimento da psiquiatria ocorre simultaneamente à transformação do hospital em uma instituição de natureza médica, ao nascimento da clínica e da anatomia patológica.

As instituições psiquiátricas sofreram essas transformações a partir de um conjunto de estratégias desenvolvidas por Pinel, denominada de tecnologia pineliana. As estratégias pinelianas consistiam no isolamento do mundo exterior, a organização do espaço asilar e na constituição de uma relação terapêutica baseada na autoridade. Vasconcelos (2008) considera que o que mais chamou atenção da historiografia da psiquiatria na prática alienista foi o tratamento moral dos confinados em ambiente asilar, como uma substituição ao meio familiar patogênico, mediante uma pedagogia da ordem marcada pelo exercício da autoridade do médico, impondo a submissão as regras e vigilância. Era preciso atuar nos focos causadores da doença mental e afastar o doente do convívio social, dada a pretensão da época de organizar a sociedade.

O isolamento da pessoa com doença mental permitiu a constituição do conhecimento científico à medida que afastada das interferências externas o

médico tinha melhores condições de observar, descrever, comparar e classificar os tipos de alienação mental. Assim, o isolamento dos diversos tipos de loucura possibilitou a elaboração do conceito de alienação mental e que, posteriormente foi substituído pelo conceito de doença mental.

O isolamento da pessoa com doença mental nos hospitais também possibilitou, a partir do estudo e classificação das diversas formas de loucura, a reorganização e reorientação do hospital como um lugar de tratamento. “Ao conjunto de estratégias voltadas para reeducação da mente alienada, nas quais a própria organização do regime hospitalar teria um importante papel, foi dado o nome de tratamento moral ” (AMARANTE, 2003, p.17). O tratamento moral consistia em reeducar a mente alienada, convocando-a a consciência da sua realidade, mas para isso era necessário prender e isolar para curar.

Com a promulgação da lei francesa em 1838, primeira lei de assistência aos alienados de toda história, vários hospitais foram criados nos mais diferentes países (AMARANTE, 2007) com objetivo de controle e disciplina através de dispositivos de punição e repressão. Neste contexto, interessava a doença para produzir conhecimento e o saber do médico, não importava a pessoa com a sua história e experiências. A pessoa com doença mental deveria ser recolhida em local protegido, um hospital/asilo para receber tratamento, alimentação e ser curada. O tratamento moral funcionou durante muito tempo até que no século XIX, diante de multidões de pacientes abarrotados nos hospitais sem condições dignas de vida, esse modelo tornou-se obsoleto e foi necessário propor mudanças no tratamento das pessoas com doença mental.

Há de se ressaltar que o poder manicomial se vincula a outras formas de poder, a exemplo do poder patriarcal (LIMA, 2016). Em um estudo realizado por Juliana Vacaro, a respeito de prontuários de mulheres internadas no Hospital Nacional de Alienados e no Sanatório Pinel, a autora revela que muitos diagnósticos de loucura feminina se pautavam, de modo frágil, em discursos familiares ou em comportamentos que eram considerados como desviantes dos estereótipos de gênero.

Neste sentido, as mulheres eram encaminhadas ao hospício pelos pais, irmãos e maridos em virtude do “gênio independente”, “ de ter uma inclinação amorosa contrária à vontade da família”, “escrever livros”, “trabalhar muito”, “ ser preguiçosa”, “cantar o dia todo”, “desobedecer ao pai ou patrão” “reclamar do salário”, “ter inclinações políticas ou ideológicas subversivas”; coisas que *per si* não eram atestados de loucura, mas entendidas como um comportamento individual desviante à ordem social e às normatizações de gênero, ao invés de

reflexos das mudanças socioculturais, sobretudo na moralidade da época (LIMA 2016). A respeito deste aspecto, declara Vacaro

Para mulheres, os limites eram muito mais rígidos, e elas tinham que se encaixar no que era ser mulher, mãe e esposa. [...] Nem todas as mulheres que viveram na primeira metade do século XX escolheram viver a vida nas formas prescritas. Na população feminina do Sanatório Pinel, podemos encontrar inúmeras histórias de mulheres que buscaram certa autonomia frente às pressões que a sociedade lhes impunha, mas também mulheres que, mesmo desempenhando uma função a elas delegada, sofreram crises relacionadas a esses papéis. Essas manifestações, aos olhos das “instituições reguladoras”, foram vistas como sinais de demência e desequilíbrio mental. (VACARO, 2011, pp. 10-11 apud LIMA, 2016, p.4)

As iniciativas de reformas psiquiátricas, posteriores a Segunda Guerra Mundial, trouxeram novos modos de conceituar o hospital psiquiátrico, assim como diferentes práticas e abordagens que enfatizavam a relação grupal e tinham como objetivo produzir melhoras nos resultados terapêuticos dos/as pacientes.

A Comunidade Terapêutica e a Psicoterapia Institucional constituíram experiências de reforma psiquiátrica dentro do hospital psiquiátrico no período posterior a Segunda Guerra Mundial, em razão das vivências de privação de liberdade e desrespeito aos direitos humanos sofridos pelos/as pacientes internados/as.

Segundo Amarante (2003, p. 30) a proposta da Comunidade terapêutica pretendia utilizar as situações vivenciadas no cotidiano do hospital como uma forma de exercitar as experiências de vida fora do hospital.

A Comunidade Terapêutica tinha como princípio a ideia de que todos/as que estavam no hospital, pacientes e técnicos/as faziam parte de uma mesma comunidade com fins terapêuticos e que deveriam lutar contra as formas instituídas de violência e padrões hierarquizados de relações interpessoais dentro do hospital. A Comunidade Terapêutica era caracterizada pela adoção de medidas administrativas e técnicas que enfatizavam aspectos democráticos, participativos e coletivos dentro do hospital e pretendiam resgatar a força de trabalho de homens e mulheres (AMARANTE, 2003;2007).

A Psicoterapia institucional tinha fundamentação na abordagem de Simon e na psicanálise que considerava que o hospital, médicos e técnicos tinham características doentes e deveriam ser tratados. Outras críticas foram feitas, tais como o poder do médico, a verticalidade das relações e a permanência da pessoa doente no hospital, porém esta experiência ficou restrita aos limites do hospital psiquiátrico.

As duas propostas embora tivessem o hospital como local de tratamento foram importantes para a desconstrução da lógica manicomial, pois o envolvimento de pacientes e médicos no tratamento terapêutico, a participação em assembleias, reuniões de equipe, clubes de pacientes e outros recursos terapêuticos criados por ambas foram importantes para a construção do conceito de atenção psicossocial.

A Inclusão social através da Reforma psiquiátrica

A Antipsiquiatria e a Reforma Psiquiátrica Italiana foram movimentos sociais, políticos e institucionais ocorridos nas décadas de 60 a 70 que questionaram o conceito de doença mental, os saberes e práticas psiquiátricas na instituição hospitalar e tinham como proposta o investimento em formas integrais de cuidado humano, associados aos dispositivos de atenção social e em saúde.

A Antipsiquiatria teve início na Inglaterra no final dos anos 50. Os psiquiatras Ronald Laing e David Cooper implantaram experiências de comunidade terapêutica e psicoterapia institucional nos hospitais, entretanto perceberam que o discurso dos loucos evidenciava o sofrimento construído nas relações familiares e sociais e que o tratamento no hospital não seria capaz de operar mudanças.

Amarante (2005; 2007) esclarece que o termo aponta uma antítese a teoria psiquiátrica, compreendendo que a loucura ocorre nas relações estabelecidas entre o sujeito e a sua realidade e não apenas no corpo doente. A crítica da Antipsiquiatria diz respeito ao marco teórico e conceitual da psiquiatria que é o mesmo modelo das ciências naturais, sem levar em consideração as subjetividades e os seus modos particulares de vivenciar o ambiente social.

Para a Antipsiquiatria o saber psiquiátrico no hospital reproduziria as mesmas estruturas opressoras e patogênicas da organização social, manifestadas na família e, em consequência destas críticas às estruturas social e familiar, a Antipsiquiatria ficou associada aos movimentos contestatórios e antiinstitucionais europeus na década de 60 (AMARANTE, 2007).

Basaglia, esclarece Vasconcelos (2008), tinha aproximação com a fenomenologia existencial e com o marxismo, e utilizou os princípios dos movimentos da comunidade terapêutica e da psicoterapia institucional na sua prática no hospital em Gorizia.

A concepção desenvolvida por Basaglia ampliou a compreensão e a crítica das raízes da instituição psiquiátrica, evidenciando que não são apenas os hospitais psiquiátricos e os usuários que necessitam de um processo de desinstitucionalização, mas também o conjunto de leis, políticas, relações sociais e representações culturais. Vasconcelos (2008) acrescenta que a concepção desenvolvida por Basaglia questionou o mandato social que a sociedade atribuía à medicina e psiquiatria para segregar e isolar a loucura.

Este movimento liderou o processo de reforma psiquiátrica na Itália, fechando, no final da década de 70 do século passado, todas as instituições manicomiais e criando serviços substitutivos próximos ao local de moradia dos usuários: os centros de atenção psicossocial.

Basaglia não aceitava o tratamento dispensado aos internos e buscou resgatar a dignidade através de trabalhos coletivos e com a participação da comunidade. A ênfase no projeto de invenção da saúde, de produção de vida, de sentido, de sociabilidade e de formas de convivência dispersa e não mais na cura, conforme expresso no texto de Franco Rotelli, evidencia a concepção de atenção psicossocial e a crítica ao saber psiquiátrico (ROTELLI, 2011).

Deste modo, para o movimento na compreensão da loucura era preciso conhecer as relações familiares dos internos, pois a loucura era entendida como fato social, político, uma reação a um desequilíbrio no contexto das relações familiares, não sendo vista como um estado patológico. A loucura não era vista como um objeto curável, já que não era entendida como uma doença que devesse ser eliminada.

Rotelli, de acordo com Amarante (2007, p. 58), considerou que a psiquiatria separou a doença da “existência global, complexa e concreta dos sujeitos e do corpo social”. No entorno dessa separação foi construído um conjunto de saber e práticas que se referiam a doença. Desmontar esse conjunto para restabelecer uma relação com os sujeitos em sofrimento implica em participação de todos/as os/as envolvidos/as e reorganização do modelo assistencial e social.

Estes movimentos expõem que o saber e a prática psiquiátrica na instituição hospitalar não dão conta de todas as necessidades da experiência da loucura. Basaglia (1924, p. 161) teorizou sobre o hospital psiquiátrico como lugar de institucionalização e alienação induzida, bem como compreendeu o “duplo

da doença mental”, como tudo o que se sobrepõe à doença propriamente dita, como resultado do processo de institucionalização. Para Basaglia (1924) havia um ponto de união entre a loucura e o meio social e que por isso era preciso compreender as singularidades, as especificidades e as construções de cada caso, um a um.

A loucura e o tratamento de mulheres e homens: a atenção em saúde mental

A atenção em saúde mental contempla ações nos diversos equipamentos ou dispositivos terapêuticos/sociais que consideram prioritariamente a pessoa que sofre, não é a doença. Esses dispositivos de base territorial compõem a Rede de Atenção integral em Saúde Mental que trabalha sob a lógica da territorialidade.

A atenção em saúde mental deverá ser realizada na lógica de apoio matricial com responsabilização compartilhada. A equipe de saúde mental de apoio a atenção básica incorporará ações de supervisão, atendimento em conjunto, atendimento específico e capacitação. A responsabilização compartilhada tem por objetivo aumentar a capacidade resolutiva da equipe, a interdisciplinaridade, a ampliação das dimensões da clínica e diminuição dos encaminhamentos.

As ações em saúde mental deverão ser desenvolvidas articuladas com a rede de serviço da região, envolvendo ações intersetoriais com educação, trabalho, lazer. As ações deverão obedecer ao modelo de redes de cuidado de base territorial e buscar o estabelecimento de vínculos e o acolhimento, de acordo com a fundamentação dos princípios do SUS e da Reforma Psiquiátrica (noção de território, intersetorialidade, reabilitação psicossocial, desinstitucionalização, construção da autonomia de usuários e familiares, etc.). Espaços de escuta, acolhimento e avaliação dos transtornos mentais deverão ser constantes, bem como os encaminhamentos, quando necessário, para outros serviços da comunidade.

Na experiência de trabalho com mulheres e homens acometidos por transtornos mentais severos percebe-se que ambos lidam com o adoecimento psíquico, com o internamento em hospital psiquiátrico, com o tratamento e com as possibilidades de retorno a vida social de modo diferente. Enquanto as mulheres submetem-se mais facilmente ao tratamento prescrito, embora não tenham um sentimento de doença, os homens não aceitam com facilidade a medicação prescrita. Desse modo, abandonam o tratamento em razão

das seduções da vida fora do hospital, como o álcool, outras drogas e o sexo (TORRES, 2010; TORRES, FAGUNDES, 2012).

A ausência do trabalho que exerciam na vida livre também é um fator que angustia muito mais os homens que as mulheres. O afastamento das atividades laborativas para aqueles que tinham vínculos empregatícios ou trabalhavam como lavradores em propriedades da própria família é evidenciado nos atendimentos dos homens como um sofrimento a mais. Compreendido como um importante instrumento de relação com o social, a perda do trabalho é sentida como uma perda da identidade (TORRES, 2004; 2010; TORRES, FAGUNDES, 2012).

O distanciamento da família durante o internamento é vivenciado por mulheres e homens e relatado durante as entrevistas com um pedido de ajuda para a manutenção desse contato. Os atendimentos aos familiares indicam que há uma sobrecarga das mães e esposas/companheiras no cuidado e convivência com a pessoa em sofrimento psíquico. O internamento no hospital para muitos familiares é compreendido como um momento possível de reorganização da própria vida. As equipes de saúde precisam abrir espaços para essa escuta, acolher os familiares e criar estratégias para a manutenção dos vínculos, inserção e co-responsabilização no cuidado em saúde mental. Quando não há esse trabalho, torna-se mais difícil e demorado o processo de retorno a vida social. A desinstitucionalização de uma pessoa com transtorno mental tem início no período do internamento. É preciso não perder de vista o retorno da pessoa a convivência social.

“Do ponto de vista epidemiológico, as mulheres apresentam índices mais elevados de depressão, distímia, desordens afetivas e distúrbios de ansiedade generalizada, além de ataques de pânico, fobias e desordens alimentares” (PEGARORO; CALDANA, 2008, p.87). Entretanto, a atenção dispensada a elas nos serviços da saúde, ainda hoje, não ocorre de forma integral, tendo como predomínio ações de cunho biologizantes em que a perspectiva de gênero não é contemplada. Assim,

Se tratamos da oposição entre masculino e feminino como sendo mais problemático do que conhecida, como alguma coisa que é definida e constantemente construída num contexto concreto, temos então que perguntar não só o que está em jogo nas proclamações ou nos debates que invocam o gênero para justificar ou explicar suas posições, mas também como percepções implícitas de gênero são invocadas ou reativadas (SCOT, 1991, p.21).

O *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres* (2013-2015), a partir da linha de ação 3.10, propõe que a atenção à saúde mental das mulheres, deve levar em consideração as especificidades raciais, étnicas, de origem, de classe social, de idade, de orientação sexual, de identidade de gênero, de deficiência, as mulheres em situação de prisão ou em situação de violência, incluindo mulheres do campo, da floresta, de quilombos e de comunidades tradicionais. Essas questões têm que se focadas desde o ponto de vista da violência estrutural e das dimensões sociais de gênero. Desconsiderar esse aspecto é, como se quer demonstrar, dar ao diagnóstico um caráter científico e pretensamente neutro, construindo um perfil psiquiátrico, para muitas questões existenciais e sociais, nas quais as relações de gênero se mostram fundamentais.

Na unidade citada, os casos são compartilhados com a equipe de saúde local (corresponsabilidade) que envolve as discussões sobre o quadro clínico, intervenções conjuntas com a família e comunidades, etc. Na maioria das vezes, quando o interno não desfez os laços com a família, a continuidade da manutenção do afeto, responsabilização e cuidado são comprometidas. A genitora é quem permanece acompanhando os filhos internados e, também as esposas/companheiras que tinham fora do hospital. Pagaroro e Caldana (2008, p.87) afirmar que “[...] além das mães, outras mulheres como avós, irmãs e esposas respondem pelo cuidado informal de um familiar em sofrimento psíquico, em sua maioria indivíduos do sexo masculino, jovens e solteiros [...]”. Quanto às mulheres que necessitam de cuidado formal em saúde mental, se não há conflitos com as genitoras, é com elas que contam durante o período do internamento. Os companheiros/esposos raramente visitam e prestam o apoio afetivo necessário.

Convém ressaltar que as mulheres que, prestam cuidados informais em saúde mental, vivem, em geral, plenamente voltadas para atender ao compromisso interno de promover o bem-estar daqueles/as de quem cuida, assim como têm o “objeto” do cuidado como centro de suas vidas e estão numa grande fusão com ele. Arelado a esse aspecto, embora haja queixas dessas mulheres a respeito de sobrecarga de tarefas do cuidar, elas demonstram a dificuldade de dividir cuidados com outrem, apenas repartindo com outras pessoas atividades periféricas como marcar consulta ou buscar em ambulatórios. (PEGARORO; CALDANA, 2008, p.87). Além de apresentarem problemas físicos de saúde, existe o indicio de depressão e uso de ansiolíticos nas cuidadoras; o que agrava esse quadro pela condição financeira desfavorável de boa parte dessas famílias. (PEGARORO; CALDANA, 2008, p.87).

Nesse sentido, a equipe de saúde precisa discutir as questões subjetivas e os eixos da prática clínica para desenvolver estratégias para acolher e atender não apenas o/a usuário/a que está em processo de desinstitucionalização do hospital, mas também a família - sobretudo as mulheres que prestam a estes/as o cuidado informal, e que têm a necessidade de elas próprias receberem cuidados (PEGARORO; CALDANA, 2008). Estudos sobre o assunto apontam que o usuário “[...] está sendo entregue à família sem o devido conhecimento das reais necessidades e condições da família, especialmente das cuidadoras em termos materiais, psicossociais, de saúde e qualidade de vida, aspectos estes profundamente interligados” (GONÇALVES, 1999, p.165 apud PEGARORO; CALDANA, 2008, p.87). É mister aos/às profissionais de saúde mental adentrar no universo onde vivem as famílias, apropriando-se de seu saber/fazer, para ajudá-la no cuidado daqueles que estão em sofrimento psíquico.

É a abertura para escutar a família que possibilita descobrir qual sua necessidade de cuidado, bem como a percepção, por parte das equipes, de que o sofrimento não se localiza apenas no usuário. A aproximação do universo familiar permite intervenções nesse contexto e possibilita, por parte dos profissionais, a busca pela compreensão do papel que o usuário desempenha nesse grupo. As intervenções nas famílias podem auxiliar o grupo a gerir seu cotidiano, o que implicaria em diminuição do peso ou da responsabilidade, cooperação entre os membros, bem como permitiriam a aceitação, por parte da família, da loucura depositada em um de seus componentes (PEGARORO; CALDANA, 2008).

Deprendemos que o atendimento integral a pessoa com transtorno mental e seus familiares permite que se amplie a percepção do problema e da assistência na perspectiva de gênero. É necessária a desconstrução durante a formação dos profissionais de saúde de valores sociais hegemônicos que naturalizam as desigualdades e apagam as necessidades das mulheres quanto ao cuidado e a proteção. A omissão de um cuidado efetivo reafirma e reforça as estereótipias estabelecidas socialmente.

A questão da saúde mental desde o ponto de vista da violência estrutural e das dimensões sociais de gênero precisa ser problematizado. Desconsiderar esse aspecto é dar ao diagnóstico um caráter científico e pretensamente neutro, construindo um perfil psiquiátrico, para muitas questões existenciais e sociais, nas quais as relações de gênero se mostram fundamentais.

Os serviços e as equipes de saúde mental apesar dos avanços proporcionados pela reforma psiquiátrica em direção à inclusão de pessoas com transtorno mental na sociedade, em geral, continuam a perpetuar uma perspectiva essencialista, desconsiderando a questão de gênero como uma construção social, um sistema de significados que se constrói e se organiza nas interações, bem como governa o acesso integral ao sistema de cuidados formais em saúde mental.

Referências

AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: ed. Fiocruz, 2007.

AMARANTE, Paulo. **Saúde mental, políticas e instituições**: programa de educação a distância. FIOTEC/FIOCRUZ, EAD/FIOCRUZ, 2003.

AMARANTE, Paulo. **O Homem e a Serpente**: *outras histórias para a loucura e a psiquiatria*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 1996. Disponível em: http://www.ifb.org.br/franco_basaglia.htm Acesso em 05 de maio de 2016.

BASAGLIA, Franco. Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica. Rio de Janeiro, Garamond, 2005. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=V7-adciWTPsC&pg=PA61&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=4#v=onepage&q&f=false. Acesso em 06 de maio de 2016.

BORGES, Lenise Santana; COSTA, Kemle Semerene. Gênero e saúde mental: uma experiência em educação e saúde. **Estudos**, Goiânia, v, 38, n.01/03, p.49-70, jan./marc. 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/SPM_PNPM_2013.pdf Acesso em 05 mai. 2016

DEL PRIORE, Mary. Viagem pelo imaginário do interior feminino. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo , v. 19, n. 37, p. 179-194, Sept. 1999 . Available from <<http://www.scielo>

br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100009-&lng=en&nrm-iso>. access on 04 May 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881999000100009>.

LIMA, Daniela. Aproximações entre o movimento feminista e o antimanicomial. [Blog] Boi Tempo, 12 jan. 2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/01/12/aproximacoes-entre-movimento-feminista-e-antimanicomial/>>

NOGUEIRA, Conceição. **Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: Feminismo e perspectivas críticas na psicologia social**. Associação Brasileira de Psicologia Social, 2001. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4117/1/feminismo%20e%20discurso%20do%20g%C3%A9nero%20na%20psicologia%20social.pdf>>

PEGORARO, Renata Fabiana; CALDANA, Regina Helena Lima. Mulheres, loucura e cuidado: a condição da mulher na provisão e demanda por cuidados em saúde mental. **Saude soc.**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 82-94, June 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000200009&lng=en&nrm=iso>. access on 04 May 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902008000200009>.

ROTELLI, Franco. A instituição inventada. Disponível em: http://www.oriundi.net/files/istituz_invent_po.pdf Acesso em 05 mai de 2016.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**; Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1991.

TORRES, Cláudia Regina de Oliveira Vaz. Desconstruindo a identidade de "criminoso/a": O significado das ações educativas no sistema penitenciário. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2004.

_____. Por um céu inteiro: Crianças, educação e sistema prisional. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2010.

TORRES, Cláudia Vaz; FAGUNDES, Tereza Cristina. Sexualidade de mulheres e de homens em privação de liberdade. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*. SBRASH. 2012;23(1):49-58.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Abordagens Psicossociais**, v.1 história, teoria e prática no campo. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO CONTEXTO DA SAÚDE

Débora Lima de Mendonça
deboralima.psicoufal@gmail.com

Telma Low Silva Junqueira

Maria Eduarda Silveira Souza Ferro

Rachel Alves Silva

Julia Soares de Souza;
Universidade Federal de Alagoas

Resumo: O presente trabalho se situa no Ano I de uma pesquisa de iniciação científica intitulada “Gênero e violência contra as mulheres no contexto da atenção básica em saúde de Maceió/AL”. Nele serão discutidos os resultados parciais do eixo específico “Gênero e violência contra as mulheres no contexto da saúde”, cujo objetivo central é identificar e analisar os sentidos produzidos nos documentos encontrados por meio do levantamento bibliográfico que se inserem no contexto da pesquisa, ou seja, que tem como tema central a questão da violência contra as mulheres no âmbito da saúde. A metodologia se baseia no referencial das Práticas discursivas e produções de sentidos na interface com a perspectiva feminista de gênero, onde foram construídos mapas dialógicos com enfoque na visibilização dos repertórios linguísticos utilizados nas produções científicas pesquisadas para falar de gênero, feminismo e saúde. Através da discussão por meio das 17 (dezessete) produções encontradas, os resultados possibilitaram repensar as relações de poder, desigualdades e hierarquias que fomentam a violência contra as mulheres.

Introdução

Este artigo apresenta o recorte de uma pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), intitulada “Gênero e violência contra as mulheres no contexto da Atenção Básica em Saúde de Maceió/AL” do Instituto de Psicologia, na Universidade Federal de Alagoas. Apresentará os resultados parciais de um dos planos de trabalho da pesquisa, que visa analisar os sentidos produzidos para gênero e violência contra as mulheres (VCM) nas produções científicas na interface da saúde.

A violência contra as mulheres (VCM) vem sendo pautada pelo movimento e teoria feminista como um grave fenômeno social, também considerado uma questão de saúde pública, se apresentando de diversas formas e afetando mulheres de diferentes culturas, gerações, raças e etnias, sendo sinalizada principalmente pelos índices de ocorrência alarmantes e pelas consequências diversas que são geradas na vida e saúde das mulheres e das pessoas em seu convívio, especialmente filhas e filhos. Considerando o contexto histórico, social, político e econômico, é possível constatar que a violência contra as mulheres têm sido tolerada, mitigada e naturalizada no cotidiano das interações em diversas sociedades. (MOURA et al., 2009; SILVA, 2014)

Neste sentido, teóricas feministas vêm pautando a relevância de problematizarmos o conceito de gênero visando pensar e analisar acerca das questões que envolvem as desigualdades de poder entre homens e mulheres, entre mulheres e mulheres e homens e homens, com destaque para a VCM. É nesse contexto que o feminismo vem se construindo enquanto teoria crítica e política e um movimento social que traz contribuições relevantes para a garantia dos direitos das mulheres. Dentre as tantas conquistas feministas, pontuamos a transformação das relações de gênero ao instituir as mulheres como sujeito político de transformação social. Sujeito esse que protagoniza a ruptura com o que se intitulava “condição feminina”, possibilitando às mulheres novas funções, lugares e posicionamentos não reduzidos à situação de vítimas e a “identidade feminina” imposta pela sociedade heteronormativa e patriarcal.

Examinar gênero concretamente, contextualmente, e de considerá-lo um fenômeno histórico, produzido, reproduzido e transformado em diferentes situações ao longo do tempo. Esta é, ao mesmo tempo, uma postura familiar para o historiador e uma maneira profundamente nova de pensar sobre a história. Pois questiona a

confiabilidade de termos que foram tomados como auto-evidentes, historicizando-os. A história não é mais a respeito do que aconteceu a homens e mulheres e como eles reagiram a isso, mas sim a respeito de como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, como categorias de identidade foram construídos. (SCOTT, 1994a, p. 19)

Segundo Moura et al. (2009), a negação frente aos conflitos existentes nas relações de gênero através de violências é uma temática não pertencente ao domínio privado, por sua vez, essas violências têm que ser rejeitadas e denunciadas. De acordo com o Mapa da Violência 2015 – Homicídio de Mulheres no Brasil – (WASELFSZ, 2015), o Estado de Alagoas e a cidade de Maceió lideram o ranking dos 14 estados e capitais que mais matam mulheres no Brasil. Alagoas é considerado o 4º Estado que mais mata mulheres e Maceió a 2ª capital que mais feminicídio comete.

Saffioti (2001) caracteriza a violência de gênero como sendo fruto da sociedade patriarcal, em que os homens são privilegiados, inclusive, determinam a conduta das categorias sociais podendo, dessa forma, punir aquilo que se lhes apresenta como desvio e recebendo legitimação ou, pelo menos, tolerância da sociedade para isto. Por sua vez, fazendo uma análise das construções dessas relações de poder e questionando as categorias totalitárias, compreende-se gênero “como elemento constitutivo de relações sociais construídas a partir das diferenças percebidas entre os sexos, o gênero é o que dá significado às relações de poder” (SCOTT, 1995b, p. 21). Assim, agrega-se tanto construção de saber, quanto relação de poder a partir dessa definição e instrumentalização de gênero. Pode-se refletir sobre as relações de poder desigual e sobre esses constructos produzidos nas relações sociais e que influenciam no modo como entendemos as diferenças biológicas entre os sexos, que são significadas, em um contexto patriarcal, como desigualdades. Por conseguinte, o gênero vem sendo pensado como categoria histórica (substantiva) e também como categoria analítica (adjetiva). Através dessa realidade, faz-se necessária a reflexão da problemática da violência a partir de diversas perspectivas, principalmente, na área da saúde, pois, segundo Schreiber (2001) o atendimento as mulheres que sofreram violência não é apropriado e é preciso que haja uma qualificação neste atendimento, de forma que se tenha um

Acolhimento específico, com canais próprios de comunicação nos serviços de saúde e uma escuta também muito diferenciada, em

razão das dificuldades da mulher que vive a violência para relatar o acontecimento e dos profissionais para ouvir e elaborar uma proposta assistencial compatível com o enfrentamento direto do problema. (p.105)

A atenção básica através de ações e programas busca estratégias de promoção e prevenção à saúde, o que permite desconstruir e desvincular a perspectiva biológica. Oliveira et. al. (2012) afirma que o principal enfoque da atenção básica é pautado na prevenção, combate e enfrentamento da VCM, pelo fato de ter total influência no processo saúde/doença das mulheres.

O Ministério da Saúde por meio da norma técnica “Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes” (BRASIL, 2012) enfatiza a importância da integração entre os programas, ações e serviços de atuação voltados para as mulheres que sofreram violência, já que essa integração permite acesso e acolhimento facilitado para as mesmas. Assim, os estudos sobre a interface entre VCM, saúde e sobre os sentidos produzidos nas produções científicas pesquisadas que perpassam também os estudos de gênero, mostram-se importantes no sentido de produzirem reflexões acerca do acolhimento, assistência e do papel dos serviços de saúde no enfrentamento a esse tipo de violência.

Metodologia

A pesquisa iniciou-se pelo levantamento bibliográfico utilizando as bases de dados: Portal da CAPES, Scielo e Biblioteca Virtual em Saúde. Consideraram-se as publicações referentes ao período de 2006 (ano de publicação da Lei Nº 11.340 de 07 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha) a 2014, cujos descritores utilizados foram: “gênero e saúde”, “feminismos e saúde”, “mulheres e saúde”.

Essas bases eletrônicas concentram periódicos científicos, representativos dos diversos campos do conhecimento, com produções brasileiras e estrangeiras. Assim, a primeira etapa do levantamento consistiu na identificação das produções que continham todos os itens (título, assunto e resumo). Foram localizadas inicialmente, seguindo a ordem dos descritores “gênero e saúde”; “feminismos e saúde”; “mulheres e saúde”, no Portal da CAPES (2.140; 206; 3.217), na Scielo (3.045; 18; 2.189) e na BVS (3.208; 20; 4.450). Para tal, foram feitos os primeiros filtros, sendo selecionados aqueles cujo idioma estava em português e que tinham sido publicados entre os anos de 2006 a 2014, resultando num total de 2.626 no Portal da CAPES (1.366; 15; 1.245), 2.096 na Scielo (983; 13; 1.100) e 2.052 na BVS (658; 42; 1.352).

Entre os artigos, teses e dissertações de língua local e estrangeira encontrados, a partir do título e dos resumos, como critério, foram desconsiderados os documentos que abordavam a realidade de outros países, os que estavam duplicados nos bancos de dados pesquisados, sem tradução para a língua portuguesa, e os que se distanciavam do objeto de estudo, ou seja, os conhecimentos produzidos e publicados apresentavam conceitos distantes do conceito de gênero discutido por Scott, que está norteando esta pesquisa. Não foram feitas restrições quanto ao tipo de abordagem da produção, havendo a inclusão das que eram de natureza empírica, teórico e/ou documental.

Após leitura e identificação das produções que se inseriam no contexto da pesquisa, isto é, que tinham como tema central a questão da violência contra as mulheres no âmbito da saúde, considerando a perspectiva feminista de gênero como base para suas produções, chegamos, respectivamente, ao total de 40 no Portal da CAPES, 58 produções da base de dados Scielo e 49 na Biblioteca Virtual em Saúde.

O levantamento bibliográfico possibilitou repensar, construir reflexões e possibilidades de respostas sobre as temáticas e, a partir desses documentos, foi construído um mapa inicial que visou organizar cada produção de acordo com o ano de sua publicação, área de conhecimento, estado/região pesquisado, instituição realizadora da pesquisa, estado/região em que ocorreu a publicação. No mapa também foram sistematizados os conceitos de gênero, feminismos, mulheres e saúde identificados (ou não) em cada uma dessas produções. Por sua vez, o último filtro nos levou a utilizar apenas as produções que se inseriam na Região Nordeste do Brasil, região que nos situamos enquanto pesquisadoras e esta também reconhecida pelo alto índice de VCM, resultando em 17 (dezesete) documentos.

O referencial teórico-metodológico utilizado nessa pesquisa é a perspectiva feminista de gênero e as Práticas Discursivas e Produções de Sentido, que possibilitam analisar os sentidos construídos para os conceitos de gênero e de violência contra as mulheres nos documentos e referências levantadas. O estudo das Práticas discursivas e produções de sentido considera a linguagem como prática que provoca efeitos, assim, possibilita um enfoque dos acontecimentos na interface entre os usos da linguagem e as condições de sua produção.

A produção de sentido é tomada, portanto, como um fenômeno sociolinguístico – uma vez que o uso da linguagem sustenta as práticas sociais geradoras de sentido – e busca entender tanto as práticas

discursivas que atravessam o cotidiano (narrativas, argumentações e conversas, por exemplo), como os repertórios utilizados nessas produções discursivas. (SPINK, 2013, p.22-23)

Com os documentos devidamente selecionados, foi iniciada a etapa de análise. Esta etapa consistiu na construção de mapas dialógicos, que permitiu uma melhor visualização dos documentos e dos repertórios utilizados para falar de gênero e violência contra as mulheres. O primeiro mapa era constituído pela transcrição sequencial do documento, onde foram encontrados temas para cada período durante o decorrer do texto. Após essa etapa, isolamos os trechos que traziam categorias pertinentes à nossa pesquisa (que se relacionavam a gênero e a VCM), para que a partir da visualização do texto por categorias, pudéssemos identificar quais os repertórios utilizados nos diferentes documentos.

Resultados e discussão

Embora a pesquisa ainda esteja em processo de finalização, a partir do levantamento bibliográfico, da organização das produções e da elaboração dos mapas pudemos visualizar e analisar de forma geral como o enfrentamento da VCM e as categorias “mulher” e “gênero” têm sido pensadas e relacionadas com outros marcadores sociais. Sobre o conceito de gênero utilizado em nossa pesquisa, em 13 (treze) produções encontramos discussões acerca dessa temática. Nestas, gênero foi apresentado como uma construção histórica das relações sociais entre os sexos, trazendo a diferenciação do sexo biológico para o sexo social, este, sendo produto das relações sociais entre mulheres e homens e o que constitui essas relações. O termo gênero é descrito como um indicador à rejeição ao determinismo biológico e à naturalização da opressão feminina.

Há ainda, uma perspectiva tradicional sobre o entendimento de gênero como papéis e atributos naturais/essenciais de cada sexo, os quais tendem a ser hierarquizados, complementares e antagônicos quando pensam o feminino como oposto ao masculino, por exemplo. Contudo, a perspectiva feminista de gênero vem justamente questionar essa naturalidade e pautar que gênero é uma construção social atribuída às diferenças sexuais, ao mesmo tempo, que vem apontar para as desigualdades de poder que permeiam essas construções.

04 (quatro) produções traziam discussões sobre o feminismo, sobre a importante contribuição histórica para o movimento de mulheres, da análise das desigualdades de gênero com vista à garantia de direitos dessas mulheres

e o fim das violências sofridas. Na produção de Damasco (2012), é feita uma discussão sobre as interrelações entre raça, saúde reprodutiva no processo de formação do feminismo negro e gênero, enfatizando que nascido das relações entre as militantes negras e os movimentos feministas, o feminismo negro foi influenciado pelo movimento negro. Este era pautado em reivindicações para criação de medidas eficazes contra a discriminação racial praticada naquela época. Goes (2013) discute sobre o racismo institucional e sobre o impacto no acesso aos serviços, consequente do tratamento desigual por conta da raça/cor/etnia ou religião das pessoas. Segundo a autora, historicamente o Brasil é um país maculado pela discriminação racial institucionalizada e a realidade das mulheres negras é constituída por experiências de diferentes tipos de discriminação de raça e gênero que

quando se interseccionam, comprometem a sua inserção na sociedade como um sujeito de direito, principalmente no que tange à saúde, onde as desigualdades impostas pelo racismo e sexismo diferenciam as mulheres no acesso aos serviços de saúde assim como no processo de adoecimento. (GOES, 2013, p. 572-573)

A inclusão da população negra em modelos de políticas públicas que objetivem o acesso democrático aos bens e serviços impacta nas relações de poder e auxilia no desfazimento do acesso hegemônico de algumas etnias. Para Goes (2013), se a mulher brasileira está em condição de desigualdade em relação ao gênero masculino, em pior situação está à mulher brasileira negra que convive com discriminações não só de gênero, mas também de etnia. Estas configurações afetam a saúde da mulher negra e produz desdobramentos na sua vida íntima, familiar e social.

É necessário também considerar o posicionamento social e como sujeito da mulher, à medida que há outras necessidades em saúde que vão muito além da associação da mulher com a maternidade. Medrado (2008) afirma que o

destino biológico da mulher à maternidade tem sido construído por meio de símbolos, de prescrições religiosas, jurídicas, educacionais, das organizações sociais e das identidades subjetivas. (p. 823)

Na tese de doutorado de Lyra-da-Fonseca (2008), ele aborda essa questão da centralidade da reprodução direcionada à mulher, a manipulação referente

ao seu corpo e à identidade subjetiva por homens e mulheres, de suas identidades de gênero. O teórico cita Scott (1995) para inferir que

os homens e as mulheres reais não cumprem sempre, nem cumprem literalmente, os termos das prescrições de suas sociedades ou de nossas categorias analíticas (SCOTT, 1995b, p. 88).

Em relação à saúde, as produções traziam a pauta das mulheres negras como principais vítimas das desigualdades nos serviços de saúde pública. Sendo elas as mais suscetíveis à precariedade da produção de informações e as que têm uma dificuldade maior no atendimento e cuidado. Lyra-da-Fonseca (2008) cita Aquino (2006) para enfatizar que ainda há um déficit quanto à inserção da abordagem de gênero e saúde no campo da Saúde Coletiva, pois, há dilemas teóricos que constituem obstáculos quanto ao uso de gênero como categoria analítica.

Desta forma, o enfrentamento da violência contra as mulheres nos serviços de saúde torna-se notoriamente precário, visto que, requer a inclusão da perspectiva de gênero nas políticas e nas práticas profissionais, que quando abordada, geralmente, não é trabalhada pelos/pelas profissionais da saúde no sentido de reduzir a vulnerabilidade das mulheres.

Conclusão

De acordo com as informações que foram apresentadas e discutidas neste artigo, sendo um reflexo do processo de análise que ainda está sendo construído pela pesquisa, mostra-se a necessidade de mais estudos e discussões dentro da literatura responsável pela abordagem e pesquisa da saúde, assim como reflexões que permitam compreender e analisar os sentidos que são produzidos sobre a VCM e seus enfrentamentos como uma problemática do âmbito da saúde.

Por meio dos resultados que foram apresentados, também se torna necessário um olhar mais crítico quanto à relação saúde e violência contra as mulheres, à medida que, a saúde se posiciona de maneira opressora e opera de forma a manter as desigualdades de gênero. Entretanto, nota-se que sua finalidade seria a de incentivar o processo de empoderamento que permitiria contribuir com a autonomia das mulheres. É imprescindível que haja uma inclusão da perspectiva feminista de gênero neste âmbito. Portanto, foi possível repensar e

problematizar as funções e posicionamentos socialmente impostos às mulheres, pautados em ideais patriarcais que refletem diretamente na VCM, limitando e criando barreiras no que diz respeito ao enfrentamento, prevenção e acolhimento a essas mulheres.

Referências

BRASIL. Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_agravo_violencia_sexual_mulheres_3ed.pdf> Acesso em: 20 Abr. 2016.

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 133-151, Apr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Abr. 2016.

GOES, Emanuelle Freitas; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do. Mulheres negras e brancas e os níveis de acesso aos serviços preventivos de saúde: uma análise sobre as desigualdades. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 571-579, 2013.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042013000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Abr. 2016.

LYRA-DA-FONSECA, Jorge Luiz Cardoso. *Homens, feminismo e direitos reprodutivos no Brasil: uma análise de gênero no campo das políticas públicas (2003-2006)*. 2008. 262 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2008.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 809-840, Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Abr. 2016.

MOURA, Leides Barroso Azevedo et al . Violências contra mulheres por parceiro íntimo em área urbana economicamente vulnerável, Brasília, DF. *Rev. Saúde Pública*,

São Paulo, v. 43, n. 6, p.944-953, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102009000600005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Abr. 2016.

OLIVEIRA, Pedro Renan; PEQUENO, Mayrá Lobato; RIBEIRO, Flávia. Psicologia e a estratégia saúde da família: o apoio como ferramenta de reformulação das práticas de cuidado em saúde. In: BARBOSA, Rubenilda Maria (Org.) *Pesquisas e intervenções psicossociais*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012, p. 71 – 94.

SAFFIOTI, Heleite. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos PAGU*, Campinas, v. 16, p. 115-136, 2001. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>.> Acesso em: 20 Abr. 2016.

SCOTT, Joan. Preface a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, Campinas/SP, n. 3, 1994a. Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51007 > Acesso em 20 Abr. 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995b.

SCHRAIBER, Lilia. Violência contra as mulheres e políticas de saúde no Brasil: o que podem fazer os serviços de saúde? *Revista USP*. São Paulo, n. 51, p. 104-113, set./nov. 2001.

SILVA, Anne Caroline Luz Grüdtner da; COELHO, Elza Berger Salema; NJAINE, Kathie. Violência conjugal: as controvérsias no relato dos parceiros íntimos em inquéritos policiais. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1255-1262, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000401255&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Abr. 2016.

SPINK, Mary Jane. *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://maryjanepink.blogspot.com.br/2013/11/versao-virtual-do-livro-praticas.html>> Acesso em: 20 Abr. 2016.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015*. Homicídios de Mulheres no Brasil. Brasília: OPAS/OMS, SPM, FLACSO, 2015.

FEMINISMO E GÊNERO: CONTRIBUIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS DOS ESTUDOS BRASILEIROS

Dejeane de Oliveira Silva
Universidade Estadual de Santa Cruz
dejeanebarros@yahoo.com.br

Edméia de Almeida Cardoso Coelho

Fernanda Matheus Estrela

Raiane Moreira Coutinho da Cruz

Mirian Santos Paiva
Universidade Federal da Bahia (UFBA). Escola de Enfermagem.

Resumo: Considerando as lutas feministas e as questões de gênero como possibilidade de fomentar novas reflexões e aprofundamento teórico sobre a temática, o estudo objetivou identificar as contribuições epistemológicas dos estudos brasileiros sobre feminismo e gênero. Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, com características descritivas. Foram definidas como fontes de busca as bases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Literatura em Ciências da Saúde* (LILACS) e *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), utilizando-se como descritores/termos de busca: feminismo, epistemologia e gênero. O recorte temporal para a realização do estudo tomou como ponto de partida o ano de 2005, a fim de analisar as produções científicas publicadas nos últimos 10 anos. Visando manter o rigor do método científico, foram selecionados somente os artigos que apresentavam as contribuições epistemológicas dos estudos brasileiros sobre feminismo e gênero e, assim, chegou-se ao *corpus* de análise deste estudo constituído pelo conjunto de 08 artigos. Os estudos apontam para a importância do feminismo e da temática gênero para consolidação de lutas e mudanças de práticas relacionadas à mulher, bem como promove novas reflexões referentes ao objeto de estudo.
Palavras-chave: Feminismo, Epistemologia, Gênero.

Introdução

A epistemologia feminista estuda as maneiras em que o gênero influencia nas concepções do conhecimento científico. Além disso, argumenta a distinção entre o sexo e o gênero, partindo de uma concepção de que o sexo compreende as diferenças biológicas entre homens e mulheres e o gênero, como um conceito criado para opor-se ao determinismo biológico das relações entre os sexos, concebendo-lhe um caráter fundamentalmente social (SCOTT, 1995).

Nesse contexto, o conceito de gênero é um instrumento de análise do impacto das ideologias que permite dar conta da

construção de gênero como fonte de poder e hierarquia que repercute mais negativamente sobre a mulher (BAIRROS, 1995). Cabe-nos ainda destacar que as epistemologias feministas envolvem tanto análises dos problemas epistemológicos da perspectiva feminista, quanto uma teoria do conhecimento ou da ciência feminista. Segundo Cabral (2006), suas abordagens perpassam pelo empirismo ingênuo, o enfoque psicodinâmico, a teoria feminista do ponto de vista, o empirismo feminista contextual e as epistemologias pós-modernas.

O empirismo ingênuo é descrito como uma epistemologia que ver as tendências sexistas e androcêntricas na ciência como fruto do mau emprego do método científico clássico, cuja aplicação direta levaria a boa ciência. Já o enfoque psicodinâmico tem por objetivo explorar as consequências da ciência ter sido construída majoritariamente por homens a partir de estudos sobre as diferenças entre moralidade e raciocínio de homens e mulheres. Mencionamos ainda, a Teoria do Ponto de Vista, que coloca a experiência da opressão sexista como resultado da posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social se interseccionam em diferentes pontos, enquanto o feminismo pós-moderno concebe a ciência como “narrar histórias”, uma negociação de interesses, não de busca de verdade (CABRAL, 2006).

Assim, Sardenberg (2007) destaca o lugar do sujeito feminino na ciência e na tecnologia como uma possibilidade de pesquisa para as mulheres e não simplesmente sobre as mulheres. O feminismo enquanto teoria e prática, tem se constituído como um movimento fundamental na luta e conquista de novos espaços, formação de grupos e redes e para o desenvolvimento de um novo modo de pensar o ser mulher.

Esse estudo justifica-se por subsidiar o entendimento das lutas feministas, fomentando novas reflexões acerca das pesquisas para as mulheres e não apenas sobre as mulheres, além de suscitar novas produções, maior interesse político e visibilidade sobre o tema. Assim, questiona-se: Quais são as contribuições

epistemológicas dos estudos brasileiros sobre feminismo e gênero? Para responder a essa inquietação, delineamos como objetivo: identificar as contribuições epistemológicas dos estudos brasileiros sobre feminismo e gênero.

A partir dessa percepção e reflexão em torno da epistemologia feminista e das respostas à questão de pesquisa delimitada, poderão ser geradas formas de pensar e agir, com ações políticas que possam produzir novos olhares para a atual sociedade, no que se refere a posturas e condutas racista, sexista e androcêntrica.

Metodologia

Foi realizada uma revisão sistemática da literatura, com características descritivas, que, de acordo com Berwanger et al. (2007), constitui-se em um modo de sintetizar informações disponíveis em dado momento, referente a uma temática ou problema específico, sem perder de vista a objetividade e clareza por meio do método científico. A revisão sistemática possui enquanto princípios gerais, a exaustão na busca das pesquisas analisadas, a seleção justificada dos estudos por critérios de inclusão e exclusão explícitos e a avaliação da qualidade metodológica.

Foram utilizadas como fontes de busca, as bases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Literatura em Ciências da Saúde* (LILACS) e *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), consultadas a partir da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Os descritores/termos de busca foram: feminismo, epistemologia e gênero e suas combinações na língua portuguesa com inter-relação do operador booleano and.

O recorte temporal para a realização do estudo tomou como ponto de partida o ano de 2005 e analisou as produções científicas publicadas nos últimos 10 anos, considerando documentos publicados no período de 2005 a 2014. A coleta foi realizada durante o mês de junho de 2015.

Os materiais científicos foram organizados em uma tabela no *Microsoft Office Word 2010* com os seguintes indicadores: bases de dados, títulos, resumos, critérios de inclusão/exclusão, autores e ano de publicação. Para a **primeira etapa de seleção**, foi feita a leitura dos 17 títulos a fim de identificar a relação dos mesmos com os objetivos da pesquisa, sendo utilizados os seguintes critérios de inclusão: estudos que possuíssem associação dos descritores selecionados em seu título, resumo ou corpo do texto; disponíveis na íntegra e no idioma português, publicados no Brasil, no período de 2005 a 2014.

Assim, foram excluídos: as duplicidades; os estudos em espanhol, inglês e outros idiomas; um artigo que tratava de homenagem a uma pesquisadora feminista; pesquisas que abordavam o fenômeno da violência contra a mulher a partir da perspectiva de gênero, bem como um relato de experiência na implantação de grupo de pesquisa na área de saúde da mulher.

Adotados os critérios supracitados, 11 artigos constituíram o material para a **segunda etapa da seleção**. Nesta etapa, foi realizada a leitura dos resumos a fim de filtrar os estudos cujos objetivos se aproximassem daqueles propostos por esta pesquisa. Seguiu-se, então, para a **terceira etapa de seleção**, constituída por 10 artigos, que foram lidos na íntegra. Nesta etapa, foi utilizado um instrumento com questões orientadoras que buscaram identificar nos artigos as contribuições epistemológicas dos estudos brasileiros sobre feminismo e gênero. Visando manter o rigor do método científico, foram selecionados os artigos que apresentavam tais contribuições e, assim, chegou-se ao *corpus* de análise deste estudo constituído pelo conjunto de 08 artigos.

Sabendo-se que esta revisão sistemática utilizou dados secundários e não incluiu a participação direta de seres humanos, dispensou-se a apreciação pelo Comitê de Ética. Entretanto, a pesquisa considerou as questões éticas que envolvem as produções técnico-científicas, descritas no Art. 91 do Código de Ética de Enfermagem cujo conteúdo destaca o princípio da fidedignidade das informações e respeito aos direitos autorais (COFEN, 2000).

Resultados e Discussão

Relacionado ao cenário, os estudos foram desenvolvidos em âmbito nacional, em universidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, havendo uma diversidade de estudos entre as capitais. Enfatiza-se que existe uma relação desses achados com o fato dessas Universidades terem um maior número de docentes com título de Mestre e Doutor, além de muitas universidades possuírem programas de pós-graduação de qualidade com altos índices de publicação (AQUINO et al., 2011).

O estudo revela que entre os anos 2005 e 2014 foram publicados apenas oito artigos originais. Chama atenção que embora o recorte anual limite tenha considerado o ano de 2005, a primeira publicação data de 2006. Três estudos foram publicados em 2008, um em 2009 e três em 2011. Estudo realizado em 2006 mostrou o crescimento acentuado nas produções científicas, sendo localizadas 98 dissertações, 42 teses e 665 artigos sobre gênero e saúde (AQUINO

et al., 2006). No entanto, nos anos atuais houve uma queda dessas produções sinalizando a necessidade de novos estudos sobre a temática.

Quanto ao periódico, quatro artigos foram publicados na Revista Estudos Feministas, atualmente classificada em Qualis A2; um na Educação em Revista, com Qualis B1; outro na Revista Brasileira de Ciências Sociais com Qualis A2; outro na revista de Psicologia e Sociedade com Qualis A2 e um na Revista Motriz de Educação Física, com Qualis B1. Considerando as oito produções científicas, classificadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), seis tem Qualis A2 e duas enquadram-se no B1. Segundo o processo de avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação, podemos inferir que embora reduzida, a produção científica sobre a temática vem sendo divulgada em periódicos de circulação nacional e internacional considerados mais qualificados CAPES, visto que o Qualis B1 representa um bom estrato, atrás apenas do A1 e A2.

O Qualis representa a estratificação da qualidade dos veículos de produção intelectual. Esses estratos são definidos pela CAPES, cujo trabalho é realizado em parceria com o Ministério da Educação, incentivando a divulgação da produção científica, aprimorando a formação de recursos humanos e viabilizando a extensão, além de favorecer a consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), sendo a principal agência governamental de acompanhamento e coordenação das atividades de pós-graduação do Brasil (SANTOS; LEMOS, 2011).

Os artigos selecionados foram publicados em que apontam a importância do feminismo e da temática gênero para consolidação de lutas e mudanças de práticas relacionadas à mulher. Assim, após a análise de todo o material, elencamos as seguintes categorias: *Contribuições epistemológicas no âmbito da saúde dos estudos brasileiros sobre feminismo e gênero (categoria 1)*; *Contribuições epistemológicas dos estudos brasileiros sobre feminismo e gênero para o empoderamento de mulheres (categoria 2)*.

Categoria 1 Contribuições epistemológicas no âmbito da saúde dos estudos brasileiros sobre feminismo e gênero

O feminismo se constituiu em um dos maiores movimentos sociais já vistos no século XX, sendo um campo de estudo cada vez mais investigado, sobretudo, por representar um saber que permite o diálogo entre as diversas esferas de inserção e vivência das mulheres, de modo a permitir novos olhares sobre o conhecimento produzido (OLIVEIRA, 2008). Muitos estudos investigados chamam a atenção para essa afirmativa e esclarecem que o conhecimento é

dinâmico e se relaciona diretamente com um sujeito em conflito e que tem relação contínua com a dúvida e com a inconstância (OLIVEIRA, 2008).

Sardenberg (2007) destaca que o objetivo maior do projeto feminista é deixar claro que as mulheres têm capacidade e autoridade do saber e é preciso produzir conhecimentos que venham a responder a interesses para a sua emancipação. Neste sentido, os artigos destacam que o processo de invisibilidade das mulheres no mundo das ciências se prolongou por muitos anos, sendo esse segmento excluído das produções devido ao próprio sistema do patriarcado. Porém, a crítica feminista, que luta pela igualdade de gênero, vem se fortalecendo e fazendo duras críticas, sobretudo quanto ao fato de que a ciência não é neutra, permitindo a participação massiva apenas dos homens (OLIVEIRA, 2008; SARDENBERG, 2007).

Apesar do processo de invisibilidade pelo qual passou e, por vezes, passam as mulheres, observam-se avanços nesse contexto. No que tange a investigações relacionadas às mulheres, as pesquisas têm se constituído cada vez mais como um vasto campo de investigação para as diversas áreas de conhecimento. Concernente aos estudos feministas e de gênero, estes têm representado importante fonte de contribuição para essas áreas, sobretudo, a área da saúde. As pesquisas com orientação feminista e de gênero vem fomentar a possibilidade do diálogo da saúde com essas temáticas, maior emancipação política, com reflexões para práticas inovadoras e democráticas para o cuidado em saúde, principalmente para as mulheres (COSTA, 2011; OLIVEIRA, 2008).

Quando as pesquisas relacionadas à mulher dialogam com temáticas como o feminismo e o gênero, que são temas transversais e relevantes, torna-se possível a existência de uma abordagem interdisciplinar. Para isso, é necessário romper com paradigmas dominantes que conceberam a sociedade em seu contexto racista, sexista e marcada por inúmeras e permanentes desigualdades entre homens e mulheres (BAIROS, 1995; OLIVEIRA, 2008).

Os estudos motivam uma percepção mais profunda quanto às contribuições que o diálogo com o feminismo e com o gênero vem engendrando em temas como a violência contra a mulher e a situação do aborto no país. Não é possível conceber os resultados da violência sofrida por mulheres, seja por parceiros(as), profissionais de saúde, apenas como um ato isolado e com conseqüências físicas de curto prazo. É preciso vê-las como um fenômeno que produz efeitos emocionais, físicos, sociais, profissionais e existenciais, e diversas vezes permanentes (OLIVEIRA, 2008).

As pesquisas que se orientam no feminismo vêm alertando para o fato de que as mulheres devem ter o controle sobre o seu corpo e a sua sexualidade

de modo que as possibilite romper com as relações hegemônicas de poder dominantes (serviços, companheiros(as), gestores, profissionais) sobre o dominado (a mulher) (OLIVEIRA, 2008). A dominação é um processo que tem uma conformação dialética e é preciso superá-lo. Há estudo que evidencia que a exclusão social e o domínio sobre grandes riquezas também contribuem para as diferenças entre mulheres, e o feminismo precisa está atento para a dominação de mulheres sobre mulheres (GIFFIN, 2006).

Outra importante contribuição da temática feminismo e gênero para a saúde se refere a questões relacionadas com o domínio do próprio corpo, da sexualidade e da orientação sexual. Quando discutimos sexo, há uma tentativa de se exercer o controle sobre os corpos das pessoas, com diversas cobranças que resultam em proibições e punições. Assim, ditam-se regras de exercício da sexualidade com normas bem estabelecidas de monogamia, relações heterossexuais e dever reprodutivo. Busca-se com essas diretrizes fomentar práticas sexuais seguras nomeadamente chamadas de ideal de sexualidade. Essas condutas imprimem na mulher a negação dos direitos sobre o seu próprio corpo, sendo necessárias maiores discussões, sobretudo quanto à categoria gênero e não só o tema sexo puramente biologicista (ALTMAN, 2001; CÉSAR, 2009).

As orientações feministas buscam romper com um sistema que estabelece quais os papéis sociais que homens e mulheres devem exercer na sociedade, considerando que cada indivíduo tem sua própria biografia, com desejos e ações concretas e valores distintos. Ademais, as diferentes relações sociais perpassam por diferenças de gênero, raça, cor, devendo ser considerada a subjetividade e necessidade de cada pessoa, ainda que em uma relação hierárquica de poder (CÉSAR, 2009; CABRAL 2006; OLIVEIRA, 2008).

Os movimentos feministas tiveram e têm importante papel no que se refere a chamada “cegueira de gênero” nas ciências sociais, convocando a todas(os) pesquisadoras(es) para um debate mais próximo da emancipação da mulher em seu contexto individual, social, político e ideológico, reconhecendo-a não apenas como uma cidadã no/do mundo mas alguém com capacidade e conhecimento necessários para transformá-lo (HAMLIN, 2008). Autoras como Saffioti (2002) chamam a atenção para o fato de que é preciso estar alerta às contribuições trazidas pela discussão sobre gênero ao escopo das pesquisas e produções científicas. O sistema binário, tão hegemônico e que por muitos anos tem impedido a igualdade na sociedade, não deve ser repaginado e fortalecido com um sistema que garanta poder a um grupo em detrimento de outro, a saber: mulheres e homens, respectivamente (HAMLIN, 2008).

Scott (1995) chama a atenção para a discussão de gênero enquanto categoria analítica na saúde uma vez que essa discussão permitiu conceber as mais variadas perspectivas que se relacionam com o processo saúde-doença. Do ponto de vista do pensamento feminista e de gênero enquanto categoria de análise, muitas pesquisadoras mantêm a negação de que a ciência é neutra. Importante entender que as práticas em saúde devem garantir o encontro entre o cuidar e as perspectivas de classe, geração, cor, raça, gênero, orientação sexual, de forma a fortalecer e proporcionar um cuidado individualizado e integral (FERREIRA; NASCIMENTO; PAIVA; TEIXEIRA, 2012).

Para cuidar de forma individualizada é imprescindível que mulheres e homens sejam vistos para além dos aspectos biológicos. Não é possível cuidar, se o entendimento que se tem sobre condutas de homens e mulheres são sustentadas por uma visão binária, baseada em estereótipos ditados por normas hegemônicas que distinguem o que é legítimo e o que é ilegítimo. O feminismo e gênero vêm contribuir para o entendimento de que não deve haver condutas pré-determinadas para homens e mulheres e é preciso repensar normas e atitudes, sobretudo no que se refere às representações sexuais sobre o feminino e o masculino para que assim, possamos alcançar conquistas mais reais quando o tema for igualdade entre mulheres e homens (ALÓS, 2011; BRASIL, 1998).

Assim, é preciso que novas reflexões e estudos sejam feitos para que haja um encurtamento entre o que se quer e o que se tem para mulheres e homens na sociedade atual. É essencial pensar o feminismo e o gênero como temas transversais e capazes de fomentar novas discussões quanto à saúde, com possibilidade de suscitar propostas de ações interdisciplinares para gerar novos aprendizados e mudanças de práticas no cuidado, e nas pesquisas para e com as mulheres.

Categoria 2 Contribuições epistemológicas dos estudos brasileiros sobre feminismo e gênero para o empoderamento de mulheres

Segundo Romano e Antunes (2002) o termo empoderamento passa a ser utilizado nos anos de 1970 com o fortalecimento dos movimentos sociais, dentre esses os movimentos feministas. Nos artigos analisados foi possível observar que segundo Gohn (2004) o empoderamento não possui uma característica universal. Para a autora, refere-se a mobilizações capazes de gerar em um grupo ou em uma comunidade a capacidade de desenvolver estratégias que promovam o crescimento, autonomia e progresso sucessivo em suas vidas, tanto no

que se refere a bens materiais, quanto ao desenvolvimento de uma visão crítica da realidade social.

Os grupos sociais, em suas lutas, discussões e reflexões, encorajam o debate sobre novas práticas sociais para promover a visibilidade de questões, sobretudo relacionadas ao empoderamento de mulheres. Empoderamento aqui é entendido como o poder que um grupo possui de escrever a sua própria história sendo protagonista e autônomo em suas lutas e decisões. (SANTOS; LEMOS, 2011; GOHN, 2004; ROMANO; ANTUNES, 2002).

Os artigos abordam a importância dos movimentos sociais no processo de empoderamento de mulheres. Uma das contribuições do feminismo e gênero nessa perspectiva de tornar grupos empoderados é que esse processo proporciona mudanças estruturais que podem desarticular os processos de dominação das mulheres, das suas idéias, de seus corpos podendo gerar autonomia e poder de decisão. As conquistas dos movimentos feministas e das discussões acerca da temática gênero vêm proporcionar maior politização das mulheres e da sociedade com vistas a garantir direitos e conquistas individuais e coletivas, com resgate de uma perspectiva plural e multidimensional (MATOS, 2008; ROMANO; ANTUNES, 2002).

Ademais outra contribuição que as abordagens teóricas do feminismo e de gênero engendram é de chamar a atenção das(os) pesquisadoras(es), das mulheres e das feministas, quanto a necessidade de uma visão mais crítica e reflexiva quanto aos aspectos que envolvem a opressão, subordinação e subalternização de mulheres. É imprescindível o fortalecimento de ações emancipatórias e a ressignificação das relações de gênero e poder no cotidiano das lutas e relações entre homens e mulheres. (ALÓS, 2011; SANTOS; LEMOS, 2011; MATOS, 2008).

Cabe destacar que os artigos ressaltam a importância histórica da construção da mulher oprimida em que o homem possuía poder sobre ela. Ao destacar o empoderamento de mulheres, o feminismo e o gênero ressaltam a possibilidade de discussões/reflexões de temas fundamentais: a presença de uma mulher com potência suficiente para discutir politicamente a sua inserção e participação na tomada de decisão; a luta por uma sociedade com maior justiça social; as posições de gênero; as formas como são feitas a divisão social e sexual do trabalho; as relações de poder estabelecidas entre mulheres e homens e a mobilização política das mulheres (SANTOS; LEMOS, 2011).

Outro aspecto levantado por alguns artigos analisados é do empoderamento de mulheres no que tange a possibilidade de fazer ciência e colaborar com a produção do conhecimento científico. Por muito tempo a mulher foi excluída desse processo, especialmente por questões relacionadas a religião

e a algumas organizações científicas. Mais uma vez os movimentos feministas no século XX tiveram participação efetiva no redirecionamento de como se conceber o conhecimento (MATOS, 2008). Assim, buscou-se romper com a dominação do androcentrismo e lutar por debates científicos mais democráticos voltados para as questões relacionadas a gênero e as mulheres (HAMLIN, 2008; MATOS, 2008; SANTOS; LEMOS, 2011).

Devide et al. (2011) esclarecem que as mulheres também se mantiveram excluídas de algumas profissões consideradas por muitos, como masculinas, como é o caso da Educação Física, reforçando mais uma vez as relações de poder, o determinismo biológico e exclusão da discussão de gênero no âmbito das relações. Os movimentos feministas vêm fortalecer reflexões sobre a temática e lutar pela participação igualitária da mulher na esfera pública. Na Educação Física brasileira a temática gênero passou a ser incorporado nas discussões na década de 80 e ainda hoje persistem alguns equívocos em sua utilização, principalmente quando o termo é utilizado como sinônimo de sexo.

Diante disso, nota-se que os movimentos feministas e outros movimentos sociais tiveram importante papel nas lutas para o empoderamento de mulheres. É importante que haja outras discussões sobre a temática gênero e feminismo para que situações como opressão, subordinação, e ausência das mulheres no cenário político sejam desestimuladas e enfrentadas. É preciso maior participação da mulher na produção de pesquisas bem como na tomada de decisão frente a questões relacionadas ao processo de emancipação política, social e pessoal com conquistas não só individuais, mas coletivas.

Conclusões

Relacionado ao cenário, todos os estudos foram desenvolvidos em âmbito nacional, em grandes e importantes universidades das capitais brasileiras. Entre os anos 2005 e 2014 foram publicados apenas oito artigos originais, o que revela um número bastante reduzido nos dez anos pesquisados, correspondendo a menos de um artigo por ano. Os artigos foram publicados em periódicos de circulação nacional e internacional, o que contribui para a difusão de conhecimentos sobre a temática.

É indispensável refletir que o feminismo e o gênero são temas transversais, de suma importância para a sociedade e capazes de gerar diversas discussões no campo da saúde. Ao se aprofundar em tais temáticas é possível promover mudanças nas práticas do cuidado em saúde principalmente no que tange a

mulheres. É importante considerar que o movimento de mulheres aliado aos diversos movimentos sociais, sobretudo no que se refere a gênero e feminismo, tem importante papel na luta para a consolidação da autonomia e do empoderamento dos mais variados grupos. No entanto, faz-se necessária maior participação das mulheres e da sociedade nas discussões de forma a vislumbrar conquistas não apenas individuais, mas também de caráter coletivo, principalmente nas questões relacionadas a emancipação política e social da mulher no cenário nacional.

Ainda é muita escassa a produção acadêmica no que diz respeito as contribuições epistemológicas dos estudos brasileiros sobre feminismo e gênero. São grandes os desafios políticos, epistemológicos e metodológicos para consolidação dos avanços alcançados. A grande diversidade de questões abordadas torna qualquer revisão de caráter panorâmico parcial e insuficiente. É preciso produzir sínteses dessa literatura em cada uma de suas vertentes para precisar melhor lacunas e caminhos de investigação.

Um grande desafio diz respeito à transversalidade do gênero e à necessidade de articular esta categoria analítica a outras como raça/etnia, classe social e geração. Existe uma possibilidade de maior enriquecimento da reflexão teórica, podendo ser somado a esforços intelectuais e políticos para a compreensão da saúde e de seus determinantes na luta contra as desigualdades e pela justiça social.

Referências

AQUINO, Estela M L. Gênero e saúde: perfil e tendências da produção científica no Brasil. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, n. SPE, p. 121-132, Aug. 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102006000400017&lng=en&nrm=iso>. access on 29 June 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102006000400017>.

AQUINO, Priscila de Souza et al. Análise da produção científica sobre enfermagem obstétrica na base de dados Scielo. *Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste-Rev Rene*, v. 12, n. 1, 2011.

ALÓS, Anselmo Peres. Gênero, epistemologia e performatividade: estratégias pedagógicas de subversão. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(2): 336, maio-agosto/2011.

ALTMAN, Helena. "Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais".
Revista de Estudos Feministas, a. 9, 2. Semestre 2001.

BAIRROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. Rev Estudos Feministas. [v. 3, n. 2](#).
1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462>

BERWANGER, Otávio et al . Como avaliar criticamente revisões sistemáticas e metanálises?. Rev. bras. ter. intensiva, São Paulo , v. 19, n. 4, p. 475-480, Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_a-rttext&pid=S0103507X2007000400012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 Jun. 2015.

BRASIL. "Orientação sexual". In: _____. Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 1998. p. 287-338.

CABRAL, Carla Giovana. Investigando o caráter situado do conhecimento: reflexões sobre epistemologias feministas e educação científica e tecnológica. Rev Tecnologia e Sociedade. v. 3, p. 23-41, 2006.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia". Educar, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009. Editora UFPR.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. **Resolução COFEN-240/2000 - Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.enfmed.kit.net/enf/etica.htm>>. Acesso em: 17jun. 2015.

COSTA, Lúcia Helena Rodrigues. Estendendo o fio de Ariadne: sexualidade feminina e a interseção com o cuidado nos discursos de enfermeiras. **Salvador/BA: Tese de Doutorado**, Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia - UFBA, 2011

DEVIDE, Fabiano Pries et al. Estudos de gênero na Educação Física Brasileira. Motriz, Rio Claro, v.17, n.1, p.93-103, jan./mar. 2011

FERREIRA Sílvia Lúcia; NASCIMENTO Enilda Rosendo do; PAIVA Mirian Santos; TEIXEIRA Simone Andrade. Reflexões teórico-metodológicas sobre os usos do conceito de gênero nas áreas de saúde e de enfermagem. In: O pensamento feminista e

os estudos de gênero experiências na Escola de Enfermagem da UFBA. Silvia Lúcia Ferreira, Enilda Rosendo do Nascimento e Mirian Santos Paiva (Org.). 2012

GIFFIN, Karen Mary. Produção do conhecimento em um mundo problemático: contribuições de um feminismo dialético e relacional. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(3): 635-653, setembro-dezembro/2006

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade* v.13, n.2, p.20-31, maio-ago 2004

HAMLIN Cynthia Lins. Ontologia e Gênero: Realismo crítico e o método das explicações contrastivas. *RBCS* Vol. 23 n.o 67 junho/2008

MATOS Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um *campo novo* para as ciências. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto/2008

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. O feminismo desconstruindo e reconstruindo o conhecimento. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(1): 288, janeiro-abril/2008

ROMANO, Jorge O. Romano; ANTUNES, Marta. Introdução ao debate sobre empoderamento e direitos no combate à pobreza. In: *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Org. Jorge O. Romano e Marta Antunes. Rio de Janeiro : ActionAid Brasil 116p. Dez. 2002

SANTOS, Daniele Vasco; LEMOS, Flávia Cristina Silveira. Uma analítica da produção da mulher empoderada. *Psicologia & Sociedade*; 23 (2): 407-414, 2011

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? **labrys, études féministes/ estudos feministas janvier /juin 2007 - janvier / junho 2007.**

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1995. SILVA, Alcione Leite; CORREIA, Patrícia. Categoria de gênero na enfermagem. *Rev. Bras. Enferm.*, v. 5

SAFFIOTI, H.I.B. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

(DES) CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NA PERSPECTIVA DA ENFERMAGEM

Elionara Teixeira Boa Sorte

Doutoranda. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia.

naratbsorte@gmail.com

Adriele Souza de Jesus

Enfermeira. Universidade do Estado da Bahia- Guanambi

diiu20@hotmail.com

Millani Souza de Almeida

Mestranda. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia3.

mila.misoual@gmail.com

Jamile Guerra Fonseca

Doutoranda. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia4.

jamgfonseca@gmail.com

Larissa Silva Abreu Rodrigues⁵

Doutoranda. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia

larissagbi@hotmail.com

Resumo: Esta pesquisa objetiva analisar percepções da equipe de enfermagem sobre a (des) criminalização do aborto. Trata-se de estudo qualitativo, realizada com onze profissionais da equipe de enfermagem de um hospital do interior da Bahia. Os dados foram coletados, no período de março a maio de 2014, mediante entrevista qualitativa e apreciados pela análise de conteúdo descrita por Bardin. Da análise, emergiram duas categorias: Percepção da equipe de enfermagem em relação à descriminalização do aborto que demonstra o posicionamento contra das (os) participantes do estudo e a discordância da possibilidade de melhorias na assistência, advindas da descriminalização do aborto e Aspectos religiosos e (des) criminalização do aborto

evidenciando influência das religiões e da cultura para a criminalização do aborto. Sinaliza-se a necessidade de se atentar para a necessidade da enfermagem e, quiçá, toda a equipe multiprofissional de saúde, refletir sobre as implicações de valores pessoais na assistência prestada às mulheres em situação de aborto ou pós-aborto. Visto que estas implicações podem influenciar indiretamente na qualidade da assistência prestada às estas mulheres.

Palavras chave: Aborto, saúde da mulher, enfermagem.

Introdução

Ainda no século XXI, o aborto configura-se um problema de saúde pública. No Brasil, o aborto é proibido mediante o código penal de 1940, sendo permitido somente em casos de anencefalia, risco de vida para mulher e violência sexual. Entretanto, movimentos liderados, em sua maioria por feministas, aguçam pela descriminalização do aborto em quaisquer condições que haja opção da mulher (ALECRIM; SILVA; ARAÚJO, 2014).

Nos casos de aborto oriundos de violência sexual, por influência de lutas e debates do movimento feminista, o Ministério da Saúde aprovou diretrizes que ressaltam o valor da palavra da mulher para legitimação do seu direito ao aborto no âmbito dos serviços de saúde, após ser vítima de violência sexual. Desse modo, nesses casos, boletins de ocorrência e exames de corpo delito são dispensados para comprovação do relato da mulher. Entretanto, na prática, a acessibilidade das usuárias aos serviços de saúde para realização do aborto nas condições previstas em lei ainda é bastante dificultosa.

Há um costume de aceitação das leis, por conta do comodismo, imaturidade, política ou até por dogmas religiosos, no entanto, esta aceitação não significa a realização efetiva dessas ações, como é o caso da criminalização do aborto, em que existe certa aceitação do ato como “criminoso”, porém, grande parte das mulheres já recorreu a esta prática ou possui conhecimento acerca dos métodos e lugares para sua realização (MACHADO, 2012).

Desse modo, a criminalização do aborto não garante que ele não ocorra, mas gera um grande quantitativo de realizações em mulheres pobres, em condições inseguras, que implicam em riscos de repercussões negativas para a saúde das mulheres e, muitas vezes, risco de morte. Enquanto um grande número de mulheres pobres coloca em risco sua saúde, mulheres mais abastadas o realizam em consultórios médicos e clínicas privadas em condições seguras (GÓES; LEMOS, 2010).

O cuidado de enfermagem às mulheres em situação de abortamento é fundamental para uma recuperação satisfatória das mesmas, entretanto, muitas vezes esse cuidado é permeado por questões morais e culturais. Estudo que buscou analisar o discurso de profissionais de enfermagem de uma maternidade pública de Salvador-Bahia com relação à assistência prestada às mulheres em processo de abortamento provocado demonstra que o aborto é visto como crime perante a lei dos homens e como pecado perante a lei de Deus, o que leva a uma assistência prestada de maneira discriminatória (GESTEIRA; DINIZ; OLIVEIRA, 2008).

Benute e colaboradores (2012) buscaram identificar o conhecimento e a percepção de profissionais da saúde em relação à legislação brasileira sobre o aborto provocado e, em relação aos (às) profissionais de enfermagem, 97,5% desconheciam a legislação vigente, além disso, também foram constatadas atitude de discriminação e julgamento das mulheres que provocaram aborto.

Diante do exposto e considerando fundamental a atuação de enfermeiras para o efetivo cuidado à saúde da mulher em situação de aborto ou pós-aborto, essa pesquisa objetiva analisar percepções da equipe de enfermagem sobre a (des) criminalização do aborto.

Metodologia: Estudo do tipo qualitativo que investiga aspectos da subjetividade humana. O cenário da pesquisa foi um Hospital de médio porte de um município do interior da Bahia. Trata-se de um hospital com maternidade, de referência também para outros municípios circunvizinhos e que atende mulheres em situação de pós-aborto.

Foram entrevistados (as) onze profissionais que compõe a equipe de enfermagem e que aceitaram participar da pesquisa de forma voluntária. Como critério de elegibilidade utilizou-se: ter prestado cuidados/ assistência a mulheres no pós-aborto induzido e/ ou espontâneo. Para a definição do quantitativo de participantes considerou-se o critério de repetição das informações.

Participaram do estudo 10 profissionais do sexo feminino e 1 do sexo masculino, 3 possuíam formação em Bacharelado em Enfermagem e 8 em Técnico de Enfermagem, sendo que dos enfermeiros (as) apenas uma possuía pós-graduação e na área de obstetrícia. A faixa etária variou de 27 a 52 anos, 4 se declararam brancos (as), 6 pardos (as) e 1 negro (a), quanto à religião 7 são católicos (as), 3 protestantes e 1 espírita, 6 são casados (as), 3 estão em uma união estável e 2 solteiros (as). O tempo de atuação destes (as) profissionais variou de 4 a 28 anos, 9 possuem filhos e 2 não.

A técnica de coleta de dados se deu através de entrevista qualitativa. A coleta de dados ocorreu somente após a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), CAAE n. 4887513.2.0000.0057, protocolo nº 532.532, que se deu no período de março a maio de 2014. Os dados foram analisados pela análise de conteúdo descrita por Bardin (BARDIN, 2011) e são apresentados em duas categorias: Percepção da equipe de enfermagem em relação à descriminalização do aborto e Aspectos religiosos e (des) criminalização do aborto.

Resultados e discussão:

PERCEPÇÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM EM RELAÇÃO À (DES) CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO.

No que diz respeito à legalização do aborto e possíveis melhorias para a assistência a mulheres nesta situação com a legalização, os (as) entrevistados (as) se posicionaram contra e discordam da possibilidade de melhorias na assistência advindas da descriminalização do aborto.

A ideia do aborto como crime contra a vida e indignação frente às mulheres que “não se previnem” e realizam o aborto são preponderantes para justificar a não descriminalização do aborto, como evidenciados nas falas a seguir:

(Técnica 1) “Eu acho que não, eu ainda acho que tem que ser ilegal. Eu acho que não deve ser legalizado não. Eu não concordo sabe, e assim, tem tantos métodos de se evitar né, a não ser eu concordo com aquele aborto por estupro, aí eu sou a favor, má formação”.

(Técnica 7) “Sou contra o aborto, não acho certo, sou contra, se tem meios de evitar evita, aí as mulher vai ficar querendo abortar, é uma agressão pra criança e pro corpo da mulher também. Não sou a favor de legalizar, porque o meio de melhorar a assistência é evitar ela fazer o aborto, orientar a prevenir”.

(Técnica 2) “Eu não acho que tem que legalizar, eu sou contra, como é que vai provocar um aborto, tirar uma vida de um ser humano, tem que preparar antes né, pra ver se você quer ou não quer ter uma gravidez, depois que tá feito, eu acho que é um crime você fazer isso, né, mas aí quando a gente recebe o paciente que tá com esse, **esse tipo de procedimento, a gente leva pelo lado profissional, entendeu, a gente tá ali como profissional entendeu, mas assim se for pra mim dar uma opinião se eu sou contra ou a favor lógico que eu sou contra**” (Grifo nosso).

Nota-se através da fala da Técnica 2, quando diz: “... esse tipo de procedimento a gente leva pelo lado profissional, entendeu, a gente tá ali como profissional entendeu, mas assim se for pra mim dar uma opinião se eu sou contra ou a favor lógico que eu sou contra...”, o cuidado em não deixar sua opinião interferir na atenção à essas mulheres, porém, em estudo realizado por Bispo e Souza (2007) com mulheres em situação de pós-aborto em hospital público

na cidade de Feira de Santana-BA, segundo o relato de algumas das entrevistadas, durante a noite o atendimento era inadequado e até mesmo ausente, e embora gritassem muito, havia ausência do profissional, o que demonstra violência decorrente da negligência aos sinais e sintomas de complicação no pós-abortamento, colocando em risco a vida das mulheres.

Diniz (2007) refere que quando se discute sobre o aborto, existe um confronto entre duas ideias, a de que o aborto configura uma grave transgressão moral e a do aborto como exercício da autonomia reprodutiva das mulheres, sendo que pesquisas em saúde no Brasil reafirmam a ideia de que a criminalização acarreta em implicações na saúde das mulheres, não extingue a prática e contribui com a desigualdade social.

Bursztyn, Tura e Correa (2009) corroboram que a ilegalidade do aborto não é o suficiente para impedir a prática e confere um risco evitável para a saúde de mulheres jovens, sendo que por outro lado sua descriminalização promove o acesso a procedimentos seguros e ao contrário do que pensa, o senso comum não incita o aumento da prática.

Mortari, Martini e Vargas (2012) reforçam que durante a abordagem profissional o aborto levanta aspectos morais, religiosos e éticos, levando a uma assistência permeada pela ideia de crime, sem levar em conta os direitos reprodutivos e as questões da problemática da clandestinidade e do social.

(Enfermeira A) “Ó, é uma questão muito polêmica, eu acho que deve ter situações que sim e situações que não, como já tem, mas assim eu acho que legalizar vai ficar muito fácil, então todo mundo vai ter relação sem camisinha, despreparado, porque sabe que depois vai poder tirar esse feto em qualquer lugar, entendeu, vai crescer, eu acredito que vai aumentar o número de profissionais que vão, é, abrir lugares, é, que de certa forma vai estar legalizado para este fim e aí vai estimular mais ainda as pessoas, eu acredito que vá até aumentar o número de doenças sexualmente transmissíveis e eu acredito que não deva acontecer, acredito que não vai ser legal não”.

Ao contrário do que refere a entrevistada Enfermeira A, Silva e Lemos (2012) afirmam que a ilegalidade do aborto propicia a elevação do número de clínicas clandestinas, sendo que as mesmas não possuem nenhuma forma de controle ou fiscalização sanitária, levando a todo tipo de abuso às mulheres, que vai da ausência de profissionais qualificados até as condições sanitárias precárias, fazendo com que se houver algum dano à saúde da mulher, não se tenha como verificar a responsabilidade, o que, por outro lado, corrobora com a fala Técnica 4:

(Técnica 4) “Para mim não interfere em nada, porque quando querem abortar, com legislação ou sem elas fazem”.

Segundo Carvalho e Paes (2014), o aborto clandestino não ocorre como uma prática isolada, rara ou desconhecida, em vista dos grandes índices existentes da mesma no país e as estimativas de mortalidade materna em decorrência disto, ainda assim configura-se como crime no Brasil, fazendo com que as pessoas que realizam o aborto sejam estigmatizadas.

Bursztyn, Tura e Correa (2009) referem ainda que a restrição legislativa ao aborto não dá à mulher a oportunidade de submeter-se a um procedimento dentro dos padrões, em ambiente seguro e quando se encontra em situação de gravidez indesejada termina por recorrer à práticas não recomendáveis, realizadas por pessoas sem habilidade necessária ou em ambientes inapropriados.

Faundes et al. (2007) também afirmam que o nível de segurança sanitária em que são realizados os abortos estão estritamente relacionados à situação legal do país e o status financeiro da mulher que aborta, sendo assim, a enorme maioria dos abortos inseguros ocorrem em países onde as leis acerca do aborto são muito restritivas, assim como no Brasil e entre aquelas que não possuem condições financeiras para pagar uma clínica, mesmo que clandestina, mas aparelhada.

Aspectos religiosos e (des) criminalização do aborto

Os (as) entrevistados (as) mencionaram influência da religiosidade e da cultura para a criminalização do aborto e uma das técnicas referiram, especificadamente, as lideranças políticas como entraves para criminalização:

(Enfermeira C) “As lideranças políticas estão geralmente alienadas à bíblia e interpretam as escrituras como algo invariável, sem nem ao menos analisar as situações de cada caso de aborto”.

Diniz (2013) refere que a laicidade é importante para as políticas de saúde, e que significa mais do que a neutralidade religiosa nas decisões governamentais, e sim a condição que propicia a estruturação de um Estado plural e democrático. A autora acrescenta que a religião deve ser matéria de ética privada e que as políticas públicas de saúde não podem ser baseadas nas místicas religiosas.

As falas da Técnica 4 e da Técnica 7 transparecem o posicionamento da igreja e o temor a Deus.

(Técnica 4) “A igreja católica condena o aborto, quando comentemos um aborto estamos assassinando, é crime”.

(Técnica 7) “A partir do momento que você tem uma religião que você teme a Deus você sabe o que é certo o que é errado, sabe o castigo de Deus”.

Os conflitos religiosos, sociais, familiares e sexuais atrapalham diversas vezes o posicionamento dos profissionais de saúde em vista da prestação de um atendimento justo e humano às mulheres no pós-aborto (COLAS, AQUINO E MATTAR, 2007).

Considerações finais

Conclui-se que a percepção de profissionais de enfermagem sobre o aborto é fortemente marcada por aspectos e valores religiosos o que influencia no seu posicionamento político a favor ou contra a descriminalização do abortamento.

As (os) profissionais de saúde não consideram, em suas falas, fatores que podem justificar a descriminalização, a exemplo das altas estatísticas que comprovam a alta mortalidade materna por aborto no Brasil, o que demonstra também certo desconhecimento dos indicadores de saúde e correlação dos mesmos com o processo saúde-doença.

Sinaliza-se a necessidade de se atentar para a necessidade da enfermagem bem como toda a equipe multiprofissional de saúde, refletir sobre as implicações de valores pessoais na assistência prestada a mulheres em situação de aborto ou pós-aborto, uma vez, que tais valores podem influenciar diretamente na qualidade da assistência prestada a estas mulheres.

Além disso, destaca-se a importância de debates sobre esta temática na academia, para que acadêmicos (as) em enfermagem possam refletir sobre os cuidados que devem ser prestados às mulheres em situação de abortamento.

Referências

ALECRIM, Gisele Machado; SILVA, Eduardo Pordeus; ARAÚJO, Jailton Macena. Autonomia da mulher sobre o seu corpo e a intervenção estatal. Gênero e Direito, nº02, seção 05. UFPB, 2014

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENUTE, Gláucia Rosana Guerra *et al.* Influência da percepção dos profissionais quanto ao aborto provocado na atenção à saúde da mulher. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.** vol.34, n.2, pp. 69-73, 2012.

BISPO, Clísyá Dias Bertino; SOUZA, Vera Lúcia Costa. Violência institucional sofrida por mulheres internadas em processo de abortamento. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 21, n. 1, 2007.

BURSZTYN, Ivani; TURA, Luiz Fernando Rangel; CORREA, Jéssica da Silva. Acesso ao aborto seguro: um fator para a promoção da equidade em saúde. **Physis.** vol.19, n.2, pp. 475-487, 2009.

CARVALHO, Simone Mendes; PAES, Graciele Oroski. Integralidade do cuidado em enfermagem para a mulher que vivenciou o aborto inseguro. **Esc. Anna Nery** 2014, vol.18, n.1, pp. 130-135.

COLAS, Osmar; AQUINO, Nicole Moraes Rego; MATTAR, Rosiane. Ainda sobre o abortamento legal no Brasil e o conhecimento dos profissionais de saúde. **Rev Bras Ginecol Obstet.** v. 29, n.9, pp:443-5, 2007.

DINIZ, Debora. Aborto e saúde pública no Brasil. **Cad. Saúde Pública.** vol. 23, n.9, pp. 1992-1993, 2007.

DINIZ, Débora. Estado laico, objeção de consciência e políticas de saúde. **Cad. Saúde Pública.** vol.29, n.9, pp. 1704-1706, 2013.

FAUNDES, Anibal *et al.* Variações no conhecimento e nas opiniões dos ginecologistas e obstetras brasileiros sobre o aborto legal, entre 2003 e 2005. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.** vol.29, n.4, pp. 192-199, 2007.

GESTEIRA, Solange Maria dos Anjos; DINIZ, Normélia Maria Freire; OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. Assistência à mulher em processo de abortamento provocado: discurso de profissionais de enfermagem. **Acta paul. enferm.** vol.21, n.3, pp. 449-453, 2008.

GÓES, Fernanda Garcia; LEMOS, Adriana. O que pensa e o que diz o acadêmico de enfermagem sobre o aborto provocado. **Rev. de Pesq.: cuidado é fundamental**. v.2, n.2, pp:913-921, 2010 abr/jun.

MACHADO, Teresa Robichez de Carvalho. As consequências jurídicas e sociais da manutenção da criminalização do aborto. **Ciênc. saúde coletiva**. vol. 17, n.7, pp. 1683-1685, 2012.

MORTARI, Carmen Luiza Hoffmann; MARTINI, Jussara Gue; VARGAS, Myriam Aldana. Representações de enfermeiras sobre o cuidado com mulheres em situação de aborto inseguro. **Rev. esc. enferm. USP**. vol.46, n.4, pp. 914-921, 2012.

SILVA, Natália Maria Portilho da; LEMOS, Adriana. O jovem homem universitário frente ao aborto: uma contribuição para a enfermagem. **R. pesq.: cuid. fundam.** jan./mar. v.5, n.1, pp3302-10, 2012.

GÊNERO E CUIDADO: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COM MULHERES CUIDADORAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Francisco Leal de Andrade¹
Universidade Federal de Sergipe.
franciscolealandrade@gmail.com

Resumo: Argumentos feministas que tomam como base os princípios de bem estar, qualidade de vida e da interdependência se aproximam cada vez mais à discussão sobre “cuidado”, revelando um contraponto à sobrevalorização da independência e das habilidades para a produção. Ao considerar o contexto familiar, caracterizado pela presença da pessoa com deficiência, revela-se um cenário composto por mulheres submetidas ao poder patriarcal opressor, numa dinâmica familiar marcada por sobrecarga física e psicossocial por conta de um processo de responsabilização e culpabilização que se volta ao gênero feminino. O projeto de extensão “O Empoderamento na Atenção Integral à Saúde da Mulher Cuidadora da Pessoa com Deficiência no Município de Lagarto-SE”, que será aqui apresentado, toma como eixo central o empoderamento social. Apresenta como objetivo principal a realização de ações direcionadas para a atenção integral à saúde, assistência e suporte às mulheres cuidadoras da pessoa com deficiência, residentes no município de Lagarto-SE. Para a realização das ações de extensão, tomamos a Epistemologia Feminista Perspectivista como referencial teórico-metodológico, em articulação com a proposta de Prática Educativa Freiriana e a Teoria das Representações Sociais, contamos com a colaboração da Rede de Saúde do Município de Lagarto, além da intensa e fundamental participação das estudantes do curso de Terapia Ocupacional da UFS. Deste modo, foi possível observar o desenvolvimento de um processo de empoderamento social e promoção de saúde, com importante envolvimento das participantes nas ações educativas realizadas, o que favoreceu a prevenção de possíveis comprometimentos da saúde integral por estresse físico e mental.

Palavras-Chave: Feminismo, Cuidado, Pessoa com Deficiência.

1 Doutorando em estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pelo PPGNEIM da Universidade Federal da Bahia, Professor Assistente do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Sergipe.

Introdução:

A crítica feminista vem apontando, categoricamente, a demanda de abordagens multicategoriais em investigações e ações envolvendo as relações de gênero. Neste sentido, considera-se a necessidade de transversalização das categorias de gênero, geração, classe, raça/etnia, orientação sexual, região e religião na análise de fenômenos sociais e culturais. Alia-se a esta proposta, estudos recentes que abordam a transversalidade de gênero e deficiência. No Brasil, a interface do feminismo com os Estudos sobre Deficiência tem sido feita de modo intenso e com amplo destaque nacional pela Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero –, em parceria com o grupo de pesquisa Ética, Saúde e Desigualdade da Universidade de Brasília (UnB). Destaca-se nesse cenário, a antropóloga Débora Diniz, pioneira na difusão do modelo social da deficiência no Brasil e da interface dessa questão com as teorias feministas. Neste sentido, considerando o debate feminista no campo da interseção entre gênero e deficiência, a discussão sobre o cuidado vem ganhando força na argumentação feminista em estudos sobre deficiência.

A discussão feminista sobre a importância do cuidado, na interface gênero/deficiência, se contrapõe às ideias da primeira geração de teóricos do modelo social da deficiência que, baseados no materialismo histórico, apontam para a busca da independência a partir de uma ética produtivista focada na inclusão do deficiente no universo do trabalho (DINIZ, 2007). Considerando que a sobrevalorização da independência e das habilidades para a produção poderia ser ideais perversos para inúmeros deficientes com lesões graves e limitantes, incapazes de alcançá-las, teóricas feministas apontam que para esse grupo de deficientes, a saída são princípios de bem-estar não assentados em uma ética individualista ou da produção, mas no princípio da interdependência das pessoas (DINIZ, 2007).

O ponto central debatido pela abordagem feminista consiste na ideia de que ninguém é totalmente autônomo (TRONTO, 2007), o cuidado humano é uma atitude ética em que serem humanos reconhecem direitos e necessidades uns dos outros numa busca de bem estar próprio e social (WALDOW, 2001), não é apenas uma questão familiar, mas, sobretudo, uma questão social e política na qual a sobrevivência e desenvolvimento humano está vinculada a uma rede de interdependência com outras pessoas, que constituem vínculos morais (SCULLY, 2005).

O princípio ético do cuidado como fundante da vida coletiva e a interdependência como condição humana, aspectos apontados por teóricas feministas para defender a importância do cuidar, não devem ser confundidos com a ética caritativa ou a substituição da independência pelo cuidado, a proposta feminista do cuidado como um dos princípios éticos ordenadores para a vida coletiva é especialmente adequada para relações assimétricas extremas, como é o caso da atenção aos deficientes graves.

Os relatos das práticas de profissionais da saúde envolvidos com o contexto da deficiência são confirmados por estudos que indicam que as mulheres são as representantes das famílias, principais figuras que exercem o papel do cuidado e da luta pela garantia de direitos de pessoas deficientes, além da busca por tratamento e ajuda externa para enfrentamento das dificuldades comuns dentro desta dinâmica familiar, o que configura uma situação de constante responsabilização e cobranças voltadas para estas mulheres. (GUIMARÃES, 2008; PIMENTA; RODRIGUES; GREGUOL, 2010; HIRATUKA, 2009).

O sofrimento marcado pela culpa, cobranças e preconceito não é a única sobrecarga encarada por estas mulheres cuidadoras. A estes aspectos psicossociais devem ser acrescidos a sobrecarga gerada pelo acúmulo de tarefas vivenciados por estas cuidadoras, aspecto identificado como fator de estresse e diminuição na busca por suporte social. Observa-se também que, em função dos cuidados e do tratamento da criança, estas mães acabam deixando de desempenhar outros papéis sociais, como o de esposa, amiga, estudante, profissional, mãe, e mulher (HIRATUKA, 2009).

Considerando a realidade de sobrecarga, vale destacar que estudos apontam uma relação direta das variáveis do cuidado e da sobrecarga na qualidade de vida dos cuidadores, que geram riscos de comprometimentos da saúde (física e mental) da cuidadora. Estudo realizado por Pimenta; Rodrigues; e Greguol (2010) revela que as cuidadoras obtiveram a menor média em todos os domínios da qualidade de vida avaliados quando comparada aos cuidadores. A sobrecarga destas mulheres apresenta relação direta com a naturalização dos papéis de gênero socialmente definidos (FLAX, 1991; SAFFIOTI, 1992; BUTLER, 2010; NICHOLSON, 2000). Neste sentido, há um afastamento do gênero masculino deste cenário e a responsabilização voltada ao gênero feminino. Tal fato gera efeitos preocupantes, como os revelados por estudos de Guimarães (2008) ao apontar que a ausência ou inexistência da figura como cuidadora do/a deficiente na família, gera, em muitos casos, a responsabilidade do Estado em cuidar. Neste sentido, Tronto (2007) aponta para a necessidade da desconstrução da

naturalização do cuidado como uma tarefa feminina e implementação de políticas públicas que abranjam as cuidadoras de deficientes.

Os dados aqui discutidos foram utilizados para justificar o desenvolvimento do Projeto de Extensão “O Empoderamento na Atenção Integral à Saúde da Mulher Cuidadora da Pessoa com Deficiência no Município de Lagarto-SE”. As ações de extensão desenvolvidas foram realizadas no ano de 2014, obteve financiamento interno PIBIX edital de 2014, possibilitando a contribuição uma aluna bolsista, além da participação de outras 5 estudantes do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Sergipe. Vale destacar que tivemos como objetivo geral, o desenvolvimento de ações voltadas para a atenção integral à saúde, assistência e suporte às mulheres cuidadoras da pessoa com deficiência. Tais ações estiveram vinculadas com a rede de cuidados à pessoa com deficiência através da comunidade e da parceria com a Secretaria Municipal de Saúde. Utilizamos da perspectiva de gênero para uma abordagem adequada às demandas específicas destas mulheres e seu empoderamento social. Entre os objetivos específicos devemos destacar:

- Inserir o aluno da graduação na prática interdisciplinar na comunidade com atuação voltada para a atenção à cuidadora da pessoa com deficiência;
- Identificar representações sociais estereotipadas sobre a o cuidado de pessoas com deficiência e as relações de gênero;
- Identificar sobrecarga de tarefas, estresse, alteração da rotina, trabalho e lazer com comprometimento da qualidade de vida de mulheres cuidadoras de pessoas com deficiência;
- Identificar fatores de risco e/ou comprometimentos da saúde (física e mental) da mulher cuidadora e realizar encaminhamentos necessários aos serviços de saúde especializados;
- Estimular a participação da família, especialmente pais e demais integrantes do gênero masculino, no cuidado integral à pessoa com deficiência;
- Desenvolver ações de *Prática Educativa* voltadas para a desconstrução de estereótipos associados naturalização do cuidado feminino e para o empoderamento social das mulheres cuidadoras da pessoa com deficiência;
- Desenvolver ações de atenção, assistência e suporte voltadas para promoção da saúde integral e prevenção comprometimentos da saúde (física e mental) das mulheres cuidadoras da pessoa com deficiência;

- Identificar o impacto das medidas de atenção através das ações de educação e saúde nas cuidadoras de deficientes assistidas.

Deste modo, vale destacar que, ao inserir as alunas do curso de Terapia Ocupacional na prática interdisciplinar na comunidade com atuação voltada para a atenção à mulher cuidadora da pessoa com deficiência, elas tiveram a oportunidade de problematizar acerca desta realidade. Além disso, elas foram envolvidas desde a etapa do planejamento até a execução das ações, envolvendo-se no processo de revisão bibliográfica, identificação da realidade local, inserção no trabalho de campo, bem como nas etapas referentes ao levantamento, participação nos eventos de pesquisa e extensão da UFS, análise e publicação dos dados em relatórios, produção e divulgação do conhecimento produzido.

A execução deste projeto, também, favoreceu a consolidação do processo ensino-serviço-comunidade na formação do curso de graduação em terapia ocupacional, trazendo uma oportunidade de aproximação com a temática de gênero neste contexto específico do campo da saúde, e, em diálogo com conhecimento gerado através da articulação com a comunidade, escolas e Unidades Básicas de Saúde.

Metodologia:

Para o alcance dos objetivos descritos as Epistemologias Feministas são tomadas como referencial teórico-metodológico, sendo adotada nesta proposta a *Epistemologia Feminista Perspectivista* (Standpoint Epistemology) proposta por Sandra Harding (1991, 1996, 2001, 2007) e Nancy Hartsock (1983), em articulação com a proposta de *Prática Educativa* sob a perspectiva de Paulo Freire (1987, 1996).

A técnica de Grupo Focal (GF) foi utilizada para; a identificação das representações sociais sobre a o cuidado da pessoa com deficiência e as relações de gênero; a identificação da sobrecarga de tarefas, estresse, alteração da rotina, trabalho e lazer com comprometimento da qualidade de vida de mulheres cuidadoras de deficientes; e a identificação de fatores de risco e/ou comprometimentos da saúde (física e mental) da cuidadora e realizar encaminhamentos necessários aos serviços de saúde especializados. Para a análise das representações obtidas no GF foram utilizados elementos da análise crítica do discurso, propostos por Orlandi (2010), em articulação com a *Teoria das Representações Sociais* (TRS).

As ações de *Prática Educativa* voltadas para a desconstrução de estereótipos associados à naturalização do cuidado feminino e para o empoderamento social das mulheres cuidadoras da pessoa com deficiência foram realizadas a partir da construção de grupos numa articulação metodológica entre a técnica do Grupo Operativo (PICHÓN-RIVIÈRE, 1988) e o *Método Paulo Freire*, além do uso de oficinas temáticas que foram desenvolvidas pelas estudantes participantes.

As estratégias metodológicas para as ações de atenção, assistência e suporte voltadas para promoção da saúde integral e prevenção de comprometimentos da saúde (física e mental) das mulheres cuidadoras da pessoa com deficiência, foram desenvolvidas de acordo com o diagnóstico situacional revelado através da análise crítica das representações obtidas durante o GF. Todas as estratégias metodológicas para o alcance dos objetivos foram desenvolvidas a partir da integração entre os participantes do projeto (professores, alunos e técnicos da rede de educação e saúde do município de Lagarto-SE). Com o desenvolvimento das estratégias descritas foi possível conhecer o perfil das mulheres cuidadoras da pessoa com deficiência, e identificar possíveis riscos associados ao comprometimento da qualidade de vida destas cuidadoras. As ações desenvolvidas possibilitaram um potencial para a desconstrução de estereótipos associados à naturalização do cuidado feminino, além de favorecer o empoderamento social e promoção de saúde destas mulheres.

Resultados e Discussão:

O desenvolvimento desta ação de extensão contou com a disponibilidade de diferentes espaços da rede básica de saúde de Lagarto, e profissionais de diferentes áreas da saúde. Entre as cuidadoras, obtivemos a participação de 54 mulheres.

Este Projeto de Extensão possibilitou a construção de conhecimento sobre alguns aspectos do perfil das participantes cuidadoras, entre eles: a identificação de estereótipos de gênero e concepções sexistas nas representações sobre o cuidado da pessoa com deficiência presentes nos discursos; a identificação de comprometimentos da qualidade de vida de vida das mulheres participantes; a identificação de fatores de risco e/ou comprometimentos da saúde (física e mental) das cuidadoras, como sinais de depressão e outros transtornos mentais, além de possíveis doenças do sistema musculoesquelético. Tal identificação possibilitou a realização de orientações e encaminhamentos, quando necessários, aos serviços de saúde especializados.

Considerando o processo de aprendizado, as alunas de graduação participantes do projeto tiveram a oportunidade de inserção na prática interdisciplinar na comunidade com atuação voltada para a atenção à cuidadora da pessoa com deficiência e articulação direta com profissionais da área de saúde que compõem a rede do município de Lagarto.

A partir deste projeto, também foi possível identificar o processo de motivação para a participação e mobilização política ativa das participantes cuidadoras. Deste modo, foi possível observar o desenvolvimento de um processo de empoderamento social e promoção de saúde, com importante envolvimento das participantes nas ações educativas realizadas em conjunto com a rede de saúde do município.

Ao final deste projeto, identificamos importantes processos de reflexão que apontaram para o início da desconstrução dos estereótipos associados à naturalização do cuidado feminino, e mudanças de postura em relação posição de obrigatoriedade e culpabilização frente aos papéis impostos ao cotidiano destas mulheres diante da presença de uma pessoa com deficiência.

Conclusões:

A ação de extensão esteve voltada, entre outras coisas, para a identificação de comprometimento de qualidade de vida por sobrecarga de tarefas e estresse de cuidadoras de pessoas com deficiência por conta de alterações no desempenho ocupacional e rotina da realização das atividades de lazer, trabalho, educação, autocuidado. Tal identificação possibilitou o direcionamento e desenvolvimento das ações realizadas, voltadas para o empoderamento social das mulheres cuidadoras da pessoa com deficiência, e prevenção de possíveis comprometimentos da saúde integral por estresse físico e mental.

A relação entre a proposta pedagógica do curso e a proposta do projeto de extensão se evidencia na medida em que temáticas fundamentais para a formação do Terapeuta Ocupacional previstas no PPP do curso são intensamente trabalhadas nas ações de extensão, como: desempenho ocupacional, rotina, qualidade de vida, atividade humana.

Referências:

ALVES-MAZZOTTI, Alda J. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. **Revista Múltiplas Leituras**, São Paulo, v.1, n.1, p.18-43, jan./jun. 2008.

ANDERSON, Elizabeth. Feminist Epistemology: An Interpretation and a Defense. **Hypatia: A Journal of Feminist Philosophy**, Seattle, v. 10, n. 3, p. 50-84, 1995. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1527-2001.1995.tb00737.x/pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2011.

ASCHIDAMINI, Ione M.; SAUPE, Rosita. Grupo focal – Estratégia metodológica qualitativa: Um ensaio teórico. **SER: Sistema Eletrônico de Revistas**, v. 9, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/cogitare/article/view/1700/1408>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p.217-250.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, Bernadete A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Liber Editora, 2005. 10 v.

GUIMARÃES, Raquel. Deficiência e cuidado: por quê abordar gênero nessa relação? **Ser Social**, Brasília, v.10, n.22, p.213-238, jan./jun. 2008.

HARDING, Sandra. **Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1991.

_____. **Ciencia y Feminismo**. Tradução de Palo Manzano. Madrid: Morata, 1996.

_____. Existe un método feminista?. In: BARTRA, Eli (Comp.). **Debates en torno a una metodología feminista**. 2. ed. México, D.F: Universidad Autonoma Metropolitana, 2002. p. 9-34.

_____. Gênero, democracia e filosofia da ciência. **RECIIS**: Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.163-168, jan./jun. 2007.

HARTSOCK, Nancy. The Feminist Standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism. In: HARDING, Sandra; HINTIKKA, Merrill (eds.). **Discovering Reality: Feminist Perspectives on Epistemology, Methaphysics, Methodology, and Philosophy of Science**. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1983. p.283-310. Disponível em: <http://www.tu.ac.th/org/grad/master/pdf/paper/fulltext_The_Feminist__standpoint_Developing_the_Ground_for_a_specifically_feminist_historica__materialism_Nancy_Hartsock%5B1%5D.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2013.

HIRATUKA, Erika. **Demandas de Mães de Crianças com Paralisia Cerebral em Diferentes Fases do Desenvolvimento Infantil**. 2009. 298 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial)–Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

JODELET, Denise. O Movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.24, n.3, p.679-712, set./dez. 2009.

KRUEGER, Richard A. **Focus Groups: A Pratical Guide for Applied Research**. Newbury Park: Sage Publications, 1988.

MELLO, Anahi G.; NUERNBERG, Adriano H. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.20, n.03, p.635-655, 2012.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Tradução de Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p.9-41, jan/jun. 2000.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 9. ed. Campinas: Pontes Editores, 2010.

PIMENTA, Ricardo A.; RODRIGUES, Luiz Alberto; GREGUOL, Márcia. Avaliação da Qualidade de Vida e Sobrecarga de Cuidadores de Pessoas com Deficiência. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, João Pessoa, v.14, n.3, p.69-76, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. rearticulando gênero e classe Social. In: COSTA Albertina O.; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p.183-215.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Chistine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1991.

SCULLY, Jackie. Corporificação da deficiência e uma ética do cuidar. In: DINIZ, Débora (Org.). **Admirável nova genética**: Bioética e sociedade. Brasília: UnB, Letras Livres, 2005.

TRONTO, Joan. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre moralidade a partir disso?. In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan (Org.). **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p.186-203.

TRONTO, Joan. Assistência democrática e democracias assistenciais. **Sociedade & Estado**, Brasília, v.22, n.2, p.285-308, mai./ago. 2007.

WALDOW, Vera Regina. **Cuidado humano**: o resgate necessário. 3. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

PERCEPÇÕES DA EQUIPE DE ENFERMAGEM SOBRE ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER NO PÓS-ABORTO

Gabriela Cardoso Moreira Marques
Mestre. Universidade do Estado da Bahia- Guanambi
gmarques@uneb.br

Adrielle Souza De Jesus
Enfermeira. Universidade do Estado da Bahia- Guanambi
diiu20@hotmail.com

Millani Souza De Almeida
Mestranda. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia
mila.misoual@gmail.com

Elionara Teixeira Boa Sorte
Doutoranda. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia
naratbsorte@gmail.com

Larissa Silva De Abreu Rodrigues
*Doutoranda. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Uni-
versidade do Estado da Bahia-Guanambi*
larissagbi@hotmail.com

Resumo: A saúde pública no Brasil sofreu várias mudanças em razão das conquistas dos movimentos sociais e feministas acerca dos direitos das mulheres à atenção integral. Estudo qualitativo, descritivo que tem como objetivo apreender percepções da equipe de enfermagem sobre a atenção à saúde da mulher no pós-aborto. Os dados foram coletados no período de março a maio 2014, por meio de entrevistas semiestruturadas com profissionais da equipe de enfermagem. Na análise dos discursos emergiram duas categorias: Percepções sobre assistência de enfermagem à mulher no pós-aborto e Percepções sobre assistência à mulher no pós-aborto e a violência institucional. Observa-se que

apesar dos discursos acerca da humanização falas de profissionais evidenciam a restrição do direito da mulher no pós-aborto a uma assistência integral livre de preconceitos e pré-julgamentos, especialmente, em caso de aborto provocado.

Palavras-chave: enfermagem, aborto, saúde da mulher.

Introdução

No transcorrer do século XX, principalmente durante a transição democrática, ocorreram várias mudanças dentro da saúde pública no Brasil, entre elas sobressaem-se as conquistas dos movimentos sociais e feministas acerca dos direitos das mulheres à atenção integral e ao planejamento reprodutivo, conforme afirmam Strefling e colaboradores (2013).

Apesar da criação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) no ano de 1983, e da sua configuração lado a lado com o SUS, ainda existem desafios para uma assistência à mulher de forma integral. Embora o acesso ao serviço de saúde qualificado seja direito de todas as mulheres, nem sempre isso está efetivado na prática, especialmente no contexto do aborto, onde assistência ineficiente acontece, dentre outras razões, pela falta de equipamentos e profissionais preparados para esse manejo. Dessa maneira, o acesso por vezes é negado às mulheres, que peregrinam de instituição em instituição buscando atendimento, o que se configura como uma forma de violência, uma vez que o adiamento da assistência coloca em risco a vida da mulher, conforme referem Bispo e Souza (2007).

O princípio da integralidade está acoplado ao conceito ampliado que se tem de saúde, contido na Constituição Federal e especificado na Lei 8.080/90, sendo um dos pilares do Sistema Único de Saúde (SUS), junto à universalidade e equidade. A abordagem integral configura-se como uma importante referência para as políticas de saúde, especialmente, para as políticas voltadas para a mulher, que destacam as questões de gênero, nas formas particulares do ser e sentir de homens e mulheres em divergentes períodos da vida (SOUTO, 2008).

No que tange a atenção à saúde das mulheres, a integralidade envolve a consolidação de ações que assegurem a acessibilidade das mulheres a práticas de saúde resolutivas, fundamentadas nas necessidades específicas do ciclo vital feminino, no entanto, investigações científicas com profissionais de saúde atuantes na área de saúde da mulher têm identificado entraves no estabelecimento da integralidade da assistência, principalmente por conta da restrição das ações de equipes interdisciplinares ao cunho biológico ao lidarem com as demandas relacionadas à saúde sexual e reprodutiva, deixando de lado outras adversidades vivenciadas (COELHO et al 2009).

Mulheres em circunstâncias de abortamento procuram nos serviços de saúde acolhimento para as suas necessidades, muitas delas apresentam situação clínica grave, com sangramento vaginal profuso, dores intensas, febre e outros

sin-tomas decorrentes das complicações do aborto; no entanto, mesmo em risco de vida, podem ter suas aflições intensificadas diante dos descasos frente às queixas e da assistência permeada de julgamentos (DOMINGOS; MERIGUI, 2010).

O Ministério da Saúde destaca a importância de uma atenção adequada e sem preconceitos para as mulheres em situação de abortamento, ressaltando que em sua maioria elas adiam a procura pelo cuidado principalmente pelo medo e a vergonha, além do desconhecimento sobre os riscos das complicações pós-aborto. Ressalta ainda que, é preciso superar a discriminação e a desumanização no atendimento às mulheres que vivenciam o aborto e enfrentam a rejeição para internação, longa espera para atendimento, bem como o retardamento na resposta às suas demandas das mulheres, o que ainda é a realidade de diversos serviços públicos no País (BRASIL, 2011).

Desde os anos 90 a Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASCO) e o Ministério da Saúde vêm desenvolvendo diversas ações com vistas a garantir o direito à interrupção da gravidez, nos parâmetros da lei brasileira, como a criação da “Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes” e a Norma Técnica sobre a “Atenção Humanizada ao Abortamento”; no entanto, apesar dos esforços ainda são os raros hospitais que ofertam este serviço (DE ZORDO, 2012).

Diante do exposto, questionam-se quais as percepções da equipe de enfermagem sobre a atenção à saúde mulher no pós-aborto? Sendo assim, essa pesquisa objetiva apreender percepções da equipe de enfermagem sobre a atenção à saúde da mulher no pós-aborto.

Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo. A unidade escolhida como cenário para o estudo foi um hospital público de médio porte em um município do interior da Bahia. Este hospital oferece à população unidade de apoio diagnóstico e terapia, serviço de emergência, berçário de risco, assistência em clínicas pediátrica, médica, obstétrica e cirúrgica. Além disso, a unidade é referência no atendimento aos casos de gestação de alto risco na região.

A pesquisa foi realizada no período de março a maio de 2014. Foram entrevistados (as) profissionais que compõe a equipe de enfermagem que aceitaram participar da pesquisa de forma voluntária. Como critério de inclusão

utilizou-se: ter prestado cuidados/assistência a mulheres no pós-aborto, induzido e/ou espontâneo. Desse modo, participaram da pesquisa onze profissionais quantidade em que houve saturação dos dados.

Destas (es) profissionais, 10 eram do sexo feminino e 1 do sexo masculino, 3 possuíam formação em Bacharelado em Enfermagem e 8 em Técnico de Enfermagem, sendo que dos enfermeiros apenas uma possuía pós graduação e na área de obstetrícia. A faixa etária variou de 27 a 52 anos, 4 se declararam brancos, 6 pardos e 1 negro, quanto à religião 7 são católicos (as), 3 protestantes e 1 espírita, 6 são casados (as) 3 estão em uma união estável e 2 solteiros (as). O tempo de atuação destes profissionais variou de 4 a 28 anos, 9 possuem filhos e 2 não.

A técnica de coleta de dados se deu através de entrevista semiestruturada. Para a análise dos dados foi utilizada técnica de análise do conteúdo, que segundo Bardin (2011), é baseada em intervenções da divisão do escrito em unidades, para assim encontrar diferentes núcleos de significados que estabelecem o entendimento, após isso realiza o reagrupamento em classes ou categorias.

Destaca-se que a pesquisa foi realizada após a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), CAAE n. 4887513.2.0000.0057, protocolo nº 532.532 e que os aspectos éticos da Resolução 466/2012 foram obedecidos em todas as fases deste estudo.

Resultados e discussões

Após a leitura e análise das entrevistas transcritas foi possível agrupar as respostas em duas categorias foram elas: Percepções sobre assistência de enfermagem à mulher no pós-aborto e Percepções sobre assistência à mulher no pós-aborto e a violência institucional.

Percepções sobre assistência à mulher no pós-aborto

No que tange a suas rotinas de trabalho na assistência à mulher no pós-aborto, os (as) profissionais evidenciaram a necessidade de identificar complicações e a necessidade de prestar cuidados relacionados à administração de medicamentos. Somente algumas entrevistadas fizeram referência às situações psicológicas das mulheres em pós-aborto e à necessidade de cuidados de enfermagem nesse âmbito, no entanto, algumas situações parecem restringir a necessidade de um cuidado humanizado às mulheres.

Em relação, a necessidade de cuidados relacionados aos procedimentos e técnicas, os seguintes relatos ilustram:

(Técnica 3) “A assistência que prestamos aqui na unidade é administrar medicação, encaminhar ao banho, naquilo que elas necessitarem.”

(Técnica 4) “Observar sangramento vaginal, dados vitais, é isso.”

Os achados ratificam a necessidade de sensibilização por parte de profissionais de saúde que assistem as mulheres no pós-aborto, para que percebam além de suas necessidades físicas e atentem também para as dúvidas, sentimentos e estado psicológico vivenciados por elas neste momento de possível fragilidade.

Em estudo realizado por Mariutti, Almeida e Panobianco (2007) com mulheres hospitalizadas, foi percebido através das falas das participantes que o cuidado de enfermagem realizado na maior parte era “o básico”, o que direciona para o conformismo com as necessidades físicas e execução de procedimentos técnicos, foi descrito pelas mulheres como normal e relacionados ao corpo físico, como evidenciado no estudo através dos discursos dos profissionais. Os mesmos ainda inferem que existe a necessidade de transformação no que se refere à assistência de enfermagem, retirando o foco na atenção e fazendo-os pensar sobre suas ações, como o cuidado precisa ir para além da resolução dos agravos físicos, incorporando a questão social, psicológica e espiritual.

Segundo Motta (2005), as relações interpessoais dentro do ambiente hospitalar são de certo modo superficiais, o foco da atenção é voltada para o agravo de saúde da pessoa e não da pessoa como indivíduo, existem profissionais que são competentes nos procedimentos técnicos, porém possuem dificuldade para interagir com os pacientes, especialmente se estes estão com problemas de saúde que são estigmatizados.

Merces e colaboradores (2014) referem que é necessário aperfeiçoar a assistência à mulheres em situação de pós-aborto, não somente no que diz respeito a aspectos tecnicistas, mas também no acolhimento, fazendo-o de forma humanizada, e levando-se em conta que a humanização tem importante papel para um atendimento qualificado é fundamental que exista uma abordagem eficaz da equipe de enfermagem, proporcionando bem estar físico e emocional às pacientes.

De acordo com o Ministério da Saúde, muitas das mulheres que recorrem aos serviços de saúde em situação de abortamento demonstram além das necessidades físicas, emocionais e sociais a dificuldade de distinguir sinais e sintomas de prováveis complicações, o que junto ao medo, a vergonha e a dificuldade de acessibilidade à assistência pode levar a mulher a postergar a procura pelo atendimento e por informações que as guie na escolha mais apropriada ao seu contexto e momento de vida (BRASIL, 2011).

Os (as) profissionais da área de saúde precisam se fundamentar em uma assistência integral e humanizada, que não restrinja a mulher apenas no que diz respeito à reprodução e sim que levem em consideração seus aspectos psicológicos e emocionais, e acima de tudo que tenha a percepção das mulheres como sujeitos de sua própria história (GÓES; LEMOS 2010).

Strefling et al. (2013) reafirmam que a importância da enfermagem durante a implementação de uma assistência integral, realizando aconselhamento reprodutivo, e visando a mudança da atual realidade evidencia-se a necessidade de que os profissionais de enfermagem reflitam acerca de suas atitudes e compromissos.

A Técnica 5 foi a única que levantou a questão do acompanhamento psicológico e a possibilidade de uma depressão pós-aborto, o que é relevante para mulheres nesta situação, uma vez que as mesmas podem encontrar-se abaladas, desamparadas, abatidas, tristes pela perda ou se sentindo culpada pelo ato cometido, sendo necessário o acompanhamento destas mulheres não apenas nos aspectos físicos, mas também nos psicológicos e emocionais:

(Técnica 5) “Às vezes são pacientes conscientes do que é um aborto ou não, orienta, comunica a psicóloga porque pode ter uma depressão pós-aborto, devido ao tipo de aborto provocado.”

Mariutti e Furegato (2010) referem que as mulheres podem sofrer a Síndrome Pós- aborto, passando pelo “luto incluso”, uma dor que por vezes é negada mesmo em caso de uma morte real, por conta dessa negação é como se o luto não pudesse acontecer, mas ainda assim a dor da perda está presente e muitas destas mulheres têm “flashbacks” do aborto e até mesmo pesadelos com o bebê ou sofrimento no aniversário da sua morte. As mesmas ainda inferem que os fatores de risco para ocorrência de depressão após o abortamento inclui baixa condição socioeconômica e afetiva, uso de álcool e drogas, prostituição, local de moradia, ausência de apoio social e familiar e violência doméstica.

Estudo realizado por Carvalho e Paes (2014) com mulheres atendidas em Unidades de Saúde da Família do município de Cabo Frio- RJ demonstrou que foi perceptível através das entrevistas que no que diz respeito aos sentimentos vivenciados na ocasião do aborto, algumas alegaram sentimentos de tristeza, arrependimento, desespero e “consciência pesada” pelo fato de terem tirado uma vida, acontecimento este que é julgado e criminalizado pela sociedade, outras referiram ter sentido alívio, indiferença e tranquilidade, já que o objetivo havia sido alcançado e estavam “livres” de uma gestação indesejada.

Segundo Gesteira, Barbosa e Endo (2006), após o aborto, as mulheres que apresentam complicações decorrentes da prática busca os serviços de saúde, é necessário então que as (os) profissionais de saúde, especialmente os (as) enfermeiros (as) estejam sensibilizados (as) com estas mulheres e com sua situação, não esquecendo que além do atendimento técnico elas necessitam de amparo emocional.

Em estudo realizado com profissionais de duas unidades e emergência do município de Ribeirão Preto- SP por Espírito-Santo e Vieira (2007), foi constatado que (as) os profissionais compreendem que somente as mulheres que experimentaram o aborto espontâneo sofrem com esta situação, alguns deles dão a entender que no caso do aborto provocado, se a mulher não deseja a criança ela provoca o aborto, desse modo, o sofrimento é negado e não reconhecido.

Motta (2005) afirma que uma conduta ética pode ser notada no respeito, nas palavras, na forma de falar e nas atitudes com o outro, e que é necessário que os profissionais de saúde vejam estas mulheres como um grupo especial e que os parâmetros de assistência a elas sejam sem censura, recriminação ou descortesia, proporcionando assim uma postura mais humanizada e menos estigmatizada, sendo assim a relação terapêutica e boa comunicação no contato interpessoal são conceitos relevantes para os profissionais de saúde na assistência.

Percepções sobre assistência à mulher no pós-aborto e a violência institucional

Comportamentos violentos como a utilização de jargões pejorativos, ameaças e censuras contra as clientes durante a assistência em maternidades e negligência ao lidar com a dor são pactuadas e consideradas normais entre alguns profissionais de saúde, tais atitudes são tecidas por relações de gênero que sistematicamente e historicamente entravam a comunicação e a ação

livres, embargam a sexualidade e desrespeitam os direitos da cliente (AGUIAR, D'OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2013).

Apesar de pesquisas realizadas, em diversos lugares do Brasil, evidenciarem ampla existência de violência institucional por meio de negligência e comentários maldosos em relação às mulheres no pós-aborto, apenas dois/duas dos (as) onze entrevistados (as) referiram já ter presenciado algum tipo de violência na instituição e somente quatro souberam conceituar, de forma bastante sucinta, violência institucional. Desse modo, considera-se que não saber referir o significado de violência institucional pode acarretar também em dificuldades em observar a ocorrência deste tipo de violência. Assim, as entrevistadas refeririam a violência institucional:

(Enfermeira 2) “Eu entendo pelos maus tratos morais que a equipe obstétrica causa à paciente.”

(Técnica 4) “Quando uma mulher é estuprada.”

(Técnica 5) “Isso varia de conduta pra conduta, de profissionais a pacientes.”

(Técnica 6) “Ignorância da plantonista no momento frágil da mulher.”

Quando questionados acerca da existência de violência contra as mulheres em situação de pós-aborto atendidas na instituição em que trabalham e de como se dá esta violência entrevistados (as) afirmaram que não existe, e aquelas que alegaram haver relataram de forma superficial.

(Enfermeira 3) “Várias vezes, como muitos outros assuntos em que profissionais de um setor vão comentar em outros.”

(Técnica 5) “Violência há às vezes verbal, mal esclarecida, a mulher pode se sentir culpada por agressões verbais.”

(Técnica 6) “Sim, discriminações em alguns casos.”

Os depoimentos que afirmaram a existência de violência contra a mulher no pós-aborto sugerem que esta ocorre como se fosse uma prática normal na unidade, contrariando o princípio de uma assistência digna e humanizada.

As Técnicas 7 e 8 relataram que, às vezes, existe uma postergação no atendimento e que o processo de abortamento não configura um agravo de saúde classificado como urgência, conforme relatos a seguir:

(Técnica 7) “Não, aqui graças a Deus não, só se for assim, uma muito escandalosa, aí comentam, não existe negligência em atender, todas são atendidas, é porque tem umas que querem ser atendidas na hora, e não pode ser assim, a não ser que tenha a questão da urgência e emergência, o que tem que ser tratado assim na hora.”

(Técnica 8) “Não, tem assim, às vezes os médicos demoram de chegar pra atender elas, pra fazer a curetagem, ou o próprio colo do útero delas demoram pra dilatar, mas negligência não.”

Porém, de acordo Motta (2005), o processo de abortamento coloca a vida da mulher em risco, deixando-a exposta a sofrer intercorrências na sua saúde e abrangendo o seu estado biopsicosócio-espiritual, quando buscam o serviço de saúde para receber atendimento a mulher além de precisar de tratamento de urgência está vulnerável as reações dos profissionais que as assistem e que participam do contexto social, onde permeiam atitudes negativas relacionadas ao aborto.

Bispo e Souza (2007) referem que é notório que na relação entre os profissionais de saúde e as usuárias do serviço que existe uma relação de poder, onde o corpo da mulher é visto como um objeto do trabalho, é esperado da mulher ato de submissão, obediência, passividade, silêncio e aceitação desta autoridade profissional como o que detém o direito de controlar e prescrever os horários, as expressões, a mobilidade, dentre outros comportamentos.

Os mesmos afirmam que é justamente com essa atitude de dominação sobre o corpo da mulher que emerge a violência, como se houvesse uma relação hierárquica em que o profissional se coloca na posição de detentor do saber, utilizando-se disso para decidir o que é direito ou não da mulher e até mesmo puni-la ou agredi-la.

Em estudo realizado por Espírito-Santo e Vieira (2007), com profissionais de duas unidades e emergência do município de Ribeirão Preto- SP, foi constatado que quando a mulher em situação de abortamento é atendida levanta a suspeita deles quanto a ter induzido o aborto. Esta própria curiosidade ou inferência sobre qual o tipo de aborto configura-se como um tipo de violência contra a mulher.

Destaca-se a fala da Enfermeira 3 que levantou uma questão não mencionada por nenhum das (os) outras (os) profissionais, que é a não adequação do alojamento de mulheres para mulheres em situação de pós-aborto, considerando,

que ficam juntas com puérperas e recém-nascidos. Entretanto, no final de sua fala, ela deixa implícito que somente as mulheres que sofreram aborto espontâneo precisam deste atendimento humanizado:

(Enfermeira 3) “Considero que os hospitais deveriam estabelecer rotinas humanizadas para o atendimento a estas mulheres, desde o acolhimento para a realização de procedimentos até o período de internação. Na prática, vejo os profissionais prestando cuidados mecanizados e até de forma preconceituosa diante do aborto, e mesmo sem respeitar o estado emocional da paciente, a acomoda em enfermarias de alojamento conjunto com recém-nascidos que choram e amamentam. **Importante lembrar que nem todas as gestantes provocam aborto.**” (Grifo nosso).

Diante do exposto, é possível inferir que apesar dos discursos acerca da humanização e da importância da orientação, o cuidado humanizado às mulheres no pós-aborto quando existe se reserva a mulher em pós-aborto espontâneo.

Motta (2005) traz que na prática da enfermagem obstétrica no atendimento ou admissão às gestantes existem algumas barreiras na relação entre as clientes e a equipe de saúde, e que pode ser constatado durante a assistência, por parte de alguns profissionais, discriminação por perceberem indícios de que as mulheres tenham provocado o aborto, o que leva estas mulheres a silenciarem, não falando muito acerca do que lhes aconteceu, e quando falam justificam comumente que foi decorrente de acidentes, quedas.

Soares (2003) infere que os valores e posicionamentos contrários ao aborto por parte da equipe de saúde são iminentes quando relativos às mulheres em situação de abortamento incompleto, fazendo com que o atendimento seja marcado pelo desrespeito às usuárias, sendo corriqueiros os relatos de realização de curetagem sem anestesia, negligências, maus-tratos, falta de orientação e assistência permeada por preconceito.

Além de toda a desigualdade que existe, ainda é comum que os (as) profissionais da área da saúde utilizem seus próprios critérios de moral durante a assistência e adotam ações punitivas com as mulheres que realizaram aborto, sendo estas alvo de preconceito por parte destes profissionais, recebendo atendimento de forma agressiva, ocasionando sentimentos diversos, como medo, insegurança, angústia, culpa e humilhação onde existe um desrespeito ao direito a assistência humanizada e de qualidade e em troca recebe atendimento

punitivo e discriminatório, tendo assim seus direitos reprodutivos violados, como refere Góes e Lemos (2010).

O aborto provocado muitas vezes é visto somente como uma problemática médica, deixando-se as questões psicológicas e sociais envolvidas neste processo em segundo plano, coloca-se esta prática como uma decisão egoísta da parte das mulheres, que provoca a sociedade a qual os códigos legais e morais buscam fazer com que ela mantenha a gravidez de qualquer maneira (BORSARI et al., 2012).

Conclusões: Os resultados do estudo apontam para a importância de sensibilização da equipe de enfermagem em relação ao cuidado às mulheres no pós-aborto para além da realização de procedimentos técnicos, mas que incorpore o manejo de demandas psicossociais.

Além disso, sinaliza a necessidade de profundas transformações no cotidiano dos serviços de atenção à mulher, especificadamente, no pós-aborto. Para tanto, é imperativa discussão contínua com enfoque nos direitos das mulheres, desnaturalizando a Violência Institucional no ambiente acadêmico e nos serviços de saúde.

Referências

AGUIAR, Janaina Marques de; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; SCHRAIBER, Lilia Blima. Violência institucional, autoridade médica e poder nas maternidades sob a ótica dos profissionais de saúde. **Cad. Saúde Pública**. vol. 29, n.11, pp. 2287-2296, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, p. 229.

BISPO, Clísyá Dias Bertino; SOUZA, Vera Lúcia Costa. Violência institucional sofrida por mulheres internadas em processo de abortamento. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 21, n. 1, 2007.

BORSARI, Cristina Mendes Gigliotti et al. O aborto inseguro é um problema de saúde pública. **FEMINA**, Março/Abril, vol. 40 n.2, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção humanizada ao abortamento**: norma

técnica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área Técnica de Saúde da Mulher. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2011.

60 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Caderno nº 4).

CARVALHO, Simone Mendes; PAES, Graciele Oroski. Integralidade do cuidado em enfermagem para a mulher que vivenciou o aborto inseguro. **Esc. Anna Nery** 2014, vol.18, n.1, pp. 130-135.

COELHO, Edméia de Almeida Cardoso et al. Integralidade do cuidado à saúde da mulher: limites da prática profissional. **Esc. Anna Nery**.vol.13, n.1, pp. 154-160, 2009.

DE ZORDO, Silvia. Representações e experiências sobre aborto legal e ilegal dos ginecologistas-obstetras trabalhando em dois hospitais maternidade de Salvador da Bahia. **Ciênc. saúde coletiva**. vol.17, n.7, pp. 1745-1754, 2012.

DOMINGOS, Selisvane Ribeiro da Fonseca; MERIGHI, Miriam Aparecida Barbosa. O aborto como causa de mortalidade materna: um pensar para o cuidado de enfermagem. **Esc. Anna Nery**. vol.14, n.1, pp. 177-181, 2010.

ESPÍRITO-SANTO, Patrícia Franco do; VIEIRA, Elisabeth Meloni. Percepções sobre o aborto: um estudo com profissionais de saúde. **Ver. Enferm. UFPE**. vol 1,n.2, pp:213-19, 2007 out./dez.

GESTEIRA, Solange Maria dos Anjos; BARBOSA, Vera Lúcia; ENDO, Paulo César. O luto no processo de aborto provocado. **Acta paul. enferm**.vol.19, n.4, pp. 462-467, 2006.

GÓES, Fernanda Garcia; LEMOS, Adriana. O que pensa e o que diz o acadêmico de enfermagem sobre o aborto provocado. **Rev. de Pesq.: cuidado é fundamental**. vol. n.2, pp:913-921, 2010 abr/jun.

MARIUTTI, Mariana Gondim; ALMEIDA, Ana Maria de; PANOBIANCO, Marislei Sanches. O cuidado de enfermagem de acordo com as mulheres em situação de abortamento. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. vol.15, n.1, pp. 20-26, 2007.

MARIUTTI, Mariana Gondim; FUREGATO, Antonia Regina Ferreira. Fatores protetores e de risco para depressão da mulher após o aborto. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 63, n. 2, p. 183-189, Apr. 2010.

MERCES, Magno Conceição das et al. Percepção da enfermagem no cuidar às mulheres em processo de abortamento em hospital de referência no interior da Bahia. **Rev. Enf. Bras.** vol. 13, n. 1, pp. 11-17, 2014.

MORTARI, Carmen Luiza Hoffmann; MARTINI, Jussara Gue; VARGAS, Myriam Aldana. Representações de enfermeiras sobre o cuidado com mulheres em situação de aborto inseguro. **Rev. esc. enferm. USP.** vol.46, n.4, pp. 914-921, 2012.

MOTTA, Ilse Sodré da. A relação interpessoal entre profissionais de saúde e a mulher em abortamento incompleto: “o olhar da mulher”. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.** vol.5, n.2, pp. 219- 228, 2005.

SOARES, Gilberta Santos. Profissionais de saúde frente ao aborto legal no Brasil: desafios, conflitos e significados. **Cad. Saúde Pública.** vol.19, suppl.2, pp. S399-S406, 2003.

SOUTO, Kátia Maria Barreto. A Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher: uma análise de integralidade e gênero. **SER Social.** vol. 10, n. 22, p. 161-182, 2008.

STREFLING, Ivanete da Silva Santiago et al. Cuidado integral e aconselhamento reprodutivo a mulher que abortou: percepções da enfermagem. **Esc. Anna Nery.** vol.17, n.4, pp. 698-704, 2013.

CLIMATÉRIO/MENOPAUSA: TEMA DE INTERESSE PARA A ENFERMAGEM

Ingrid Bonfim Silva
ingridbonfimsilva@hotmail.com

Elian Cristina Felipe Matias
elian-cristina@hotmail.com

Mariza Silva Almeida
marizasalmeida@gmail.com

Resumo: O objetivo deste estudo foi analisar a produção científica de enfermeiras (os) sobre Climatério e Menopausa nos últimos cinco anos. Trata-se de pesquisa bibliográfica de caráter exploratório com abordagem qualitativa. Mediante roteiro para coleta de material empírico, foram encontradas 13 produções, cuja análise possibilitou a emergência de três categorias: o corpo medicalizado; o suporte de Enfermagem frente ao rito de passagem e educar para a saúde: uma via de mão dupla. Na medicalização do corpo feminino mediante o uso da TRH, notou-se a disseminação, ao longo dos anos, da ideia de menopausa como “doença” e a TRH como o melhor “remédio”. Quanto ao suporte de Enfermagem frente ao rito de passagem, identifica-se contínua valorização dos aspectos biológicos, incluindo os sinais e sintomas físicos. Embora seja ressaltada a importância do respeito às queixas das mulheres, as condutas descritas até então afirmam a escassez de informações sobre o assunto e o despreparo profissional, por parte das (os) enfermeiras (os), para promoverem o acolhimento e escuta qualificada, o que dificulta a humanização do cuidado. No campo da educação em saúde, uma grande quantidade de trabalhos abordou a relevância desta área para transformar a realidade e para oferecer mais liberdade e autonomia às mulheres. Destacou-se a importância da prática educativa desde a graduação, por reconhecer que essa possibilita uma constante transformação de saberes e o desenvolvimento de autonomia e responsabilidade pelos (as) envolvidos (as), profissionais e mulheres que vivenciam o climatério e a menopausa.

Palavras-chave: Menopausa, climatério, Enfermagem.

Introdução

Embora a literatura destaque os chamados fogachos (sintomas vasomotores), descritos por algumas mulheres como uma sensação de calor intenso, formigamento nos pés e mãos, sudorese profusa, palpitações, vertigem, ansiedade e insônia, muitas mulheres passam por esse período da vida sem referir qualquer sintoma ou queixa, o que contribui para que estas raramente procurem o serviço de saúde. (BRASIL, 2008).

O Manual de Atenção à Mulher no Climatério/ Menopausa, desenvolvido pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2008), afirma que, apesar da medicalização do corpo das mulheres ser uma prática bastante frequente durante o climatério, essa deve ser vista como uma opção terapêutica a ser realizada apenas quando existirem indicações específicas para tal, visto que, as mulheres no climatério não sofrem de uma doença, mas sim de uma carência hormonal.

Apesar da literatura enfatizar que cerca de 75% a 80% das mulheres apresentam sintomas durante o climatério e menopausa e que destas, 40% têm sintomas graves (LOPES, 2006), existem outras que não referem sintomatologia alguma. Apesar dessa assertiva, existem mulheres que somatizam à menopausa algumas queixas em razão de questões sociais e de gênero. Resulta, então, que o período do climatério vem a coincidir com o período de adaptação em relação às mudanças na vida da mulher, que expressa tanto as alterações biológicas, quanto as sociais, as quais, geralmente deixam a mulher mais vulnerável e susceptível a problemas nas suas relações interpessoais. (GONÇALVES, 2005).

Acreditamos que esse estudo tem grande relevância para a saúde da mulher na medida em que a apreensão dessas informações contribuirá para nortear novas ações e intervenções que possibilitem a melhoria da qualidade de vida dessas mulheres, oferecendo subsídios para a Enfermagem e indicativo para novas pesquisas, as quais contribuirão para qualificar o cuidado.

Tendo como objeto a produção científica do campo da Enfermagem, passamos a nos questionar: O que as (os) enfermeiras (os) tem produzido sobre Climatério e Menopausa nos últimos cinco anos?

Para responder a esse questionamento, esse estudo tem o objetivo de analisar a produção científica de enfermeiras (os) sobre Climatério e Menopausa nos últimos cinco anos.

Resgatando os estudos sobre climatério e menopausa

A primeira referência médica sobre climatério, denominada de guia para as mulheres, chega através da literatura inglesa, por volta de 1727, de autor anônimo que chamava a atenção para as alterações referidas pela maioria das mulheres entre os 40 a 50 anos de idade. No final do século XVIII, começaram a ser publicadas teses acerca do climatério, coincidindo com a participação das mulheres na medicina e conseqüentemente maior procura por consultas médicas, deixando de ser limitadas apenas aos homens. Nesse período, os (as) médicos (as), por sua vez, descobriam que sabiam muito pouco a respeito de suas pacientes e a cada dia, eram informados (as) sobre os desconfortos e as alterações após o cessamento da menstruação (MARTINS, 1999).

Progressivamente, após 1920, o modelo biomédico passou a definir a menopausa como escassez da produção do estrogênio e numa doença de escassez hormonal tendo como fundamento as numerosas publicações especializadas ou leigas (VIGETA, BRETÃS, 2004). Trench (2004), considera que foi somente a partir do século XX que a vivência da menopausa, como fenômeno passa a ser socializado, compartilhado e a ter visibilidade.

Segundo Trench e Santos (2005), a Terapia de Reposição Hormonal (TRH) surgiu na segunda metade do século XX, onde, sob a ótica intervencionista, o término da ovulação era visto como morte prematura da mulher. Nessa época, a TRH era apoiada pelo médico Robert Wilson, que publicou em 1966 o livro “Eternamente Feminino”, no qual a menopausa era uma doença terrível sendo os hormônios algo tão natural, quanto o uso de insulina por diabéticos.

No cenário internacional, o ano de 1976 marcou a realização do I Congresso Internacional de Menopausa, definindo-se climatério como período de envelhecimento da mulher, entre as fases reprodutiva e não reprodutiva, culminando na menopausa como a data final das menstruações inserida no climatério (PORTINHO, 1994).

No Brasil, o primeiro Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) lançado em 1984, inaugurou uma perspectiva diferenciada. O PAISM ao enfatizar os aspectos da saúde reprodutiva, com propostas de ações dirigidas à atenção integral da população feminina e suas necessidades prioritárias. Dentre as prioridades contemplava uma abordagem geracional em todas as fases da vida da mulher (BRASIL, 1984). Apesar dessa iniciativa e das lacunas existentes, constatou-se da necessidade de elaboração de uma política de saúde

que contemplasse a atenção a segmentos da população feminina ainda invisibilizados e a problemas emergentes que afetavam a saúde da mulher (BRASIL, 2004).

Para preencher essas lacunas, foi criada em 2004 a Política Nacional de Atenção à Saúde da Mulher (PNAISM), que além das questões da saúde da mulher, inclui a discussão de gênero com ênfase no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, o combate à violência doméstica e sexual, a prevenção e o tratamento de mulheres portadoras de HIV/Aids e de portadoras de doenças crônicas não transmissíveis (BRASIL, 2004).

Somente muitos anos após, em 2008 foi lançado pelo Ministério da Saúde o Manual de Atenção à Mulher no Climatério, abordando os princípios fundamentais da atenção em saúde de forma integral e humanizada, considerando as diversidades e especificidades das mulheres brasileiras, como também as possíveis repercussões clínicas resultantes das transformações hormonais que acompanham essa etapa do ciclo biológico. (BRASIL, 2008).

Reflexo do gênero na vida das mulheres

As mudanças hormonais fisiológicas da menopausa, somadas a sintomatologia física e psíquica e a desvalorização estética do corpo, têm sido interpretadas como perda da feminilidade, sinalizando o envelhecimento inevitável e a finitude da vida. Vale destacar, que muitos dos desconfortos que as mulheres sentem nessa fase se devem não às mudanças biológicas, mas ao seu processo da socialização, caracterizando a influência de gênero (ESPANHA, 2006).

Segundo Ramos (2003), a menopausa se constitui como um rito de passagem feminino, assim como a menarca (primeira menstruação), porém, enquanto o rito de passagem da fase não-reprodutiva para a fase reprodutiva é valorizado e celebrado, devido a capacidade biológica de conceber e gerar a vida, a menopausa, é socialmente silenciada, por ser um sinal de que a vida está se caminhando para a sua metade.

Para Gonçalves (2012), no processo de envelhecimento, a questão de gênero intervém nas relações sociais e culturais, de modo distinto na cronologia feminina e na masculina. A autora afirma que, durante o climatério a mulher passa por uma fase cheia de alterações e mudanças e culpa as alterações hormonais por tudo que a aflige, mesmo vivenciando momento da vida de muita tensão. Esse período não se restringe apenas a um acontecimento biológico,

pois agrega componentes culturais, educacionais, ideológicos, históricos e sociais, os quais devem ser considerados como determinantes na construção da identidade da mulher, ao incorporar elementos histórico-culturais, entre outros (LOPES; MORAIS, 2006).

Metodologia

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica de caráter exploratório com abordagem qualitativa. Com o intuito de responder ao questionamento da pesquisa optamos por estudos publicados nos periódicos e demais produções de Enfermagem, como teses, dissertações e artigos na íntegra, indexados nas bases de dados., no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2014.

Para operacionalização e tratamento dos dados coletados, utilizamos a Análise de Conteúdo, modalidade temática norteada por Bardin (2011).

A análise se deu após leitura exaustiva do material selecionado, estabelecemos as unidades de significados, seguida das pré-categorias estabelecimento das categorias finais.

No levantamento bibliográfico, identificamos 631 trabalhos. Após a utilização dos critérios de inclusão e exclusão, foi selecionado um total de 13 artigos e uma tese.

Da análise da produção científica de enfermagem selecionada, emergiram três categorias a saber: O corpo medicalizado; o suporte de Enfermagem frente ao rito de passagem; educar para a saúde: uma via de mão dupla.

O corpo medicalizado

A terapia de reposição hormonal na menopausa (TRH) tem sido objeto de muita discussão e especulação desde a década de 1960 (PARDINI, 2013). Nos anos seguintes, foi criticada a natureza e a magnitude dos efeitos negativos relacionados ao uso de estrógenos sem associação com progestinas (WANNMACHER; REINEHR, 1998).

É importante destacar que nem todas as mulheres passam por esse período da mesma forma. Necessário se faz, que os(as) profissionais estejam atentos (as), que qualquer procedimento terapêutico desnecessário, além de infringir os princípios éticos, pode desencadear futuras implicações à saúde (BRASIL, 2008).

Um dos textos analisados destaca que,

o climatério afeta todas as mulheres psicologicamente de modo diferente repercutindo nos seus sentimentos e na qualidade de vida. [...] Mesmo com todas as mudanças, a maioria das mulheres aceita a fase do climatério como um processo natural, dispensando, desta forma a medicalização (SOUZA *et al*, 2014).

Apesar dos benefícios da TRH é fundamental que os (as) profissionais levem em conta não só os aspectos biológicos, mas a mulher no seu contexto social, cultural e familiar.

Muitas vezes a falta de informações adequadas por parte dos (as) profissionais, pode contribuir para o uso indiscriminado de TRH, com danos para a saúde da mulher e na disseminação da ideia de menopausa como “doença” e a terapia como o “tratamento”. O próximo texto, destaca a necessidade de se investir mais em pesquisas para entender melhor os efeitos da reposição hormonal; os riscos e benefícios, no sentido de traçar melhores estratégias de cuidado e capacitação profissional, já que

(...) pela complexidade do tema, ainda há muito a se investigar quando se trata de saúde da mulher climatérica, visto que a terapia de reposição hormonal há muitas controvérsias, necessitando de um estudo mais aprofundado em um grupo maior com adesão a esse tratamento (PASKLAN *et al*, 2014).

O suporte de enfermagem frente ao rito de passagem

A Política Nacional de Humanização (PNH), criada em 2003 ao por em prática os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), destaca o termo humanizar como a oferta de um atendimento de qualidade, articulando os avanços tecnológicos com o acolhimento e com a melhoria dos ambientes de cuidado e das condições de trabalho dos profissionais (BRASIL, 2004).

Beck e colaboradores (2009) acreditam que a enfermagem possui um papel importante na implantação da humanização nos serviços de saúde, não só na assistência direta as (aos) usuárias (os), como também na educação com os membros da equipe ou na gestão dos serviços de saúde, favorecendo a criação de vínculos.

Para garantir uma assistência humanizada durante o período do climatério e menopausa é necessário que as (os) enfermeiras (os), adquiram conhecimento

técnico-científico e busquem qualificar o cuidado, valorizando a escuta sensível e as particularidades de cada mulher. O texto a seguir afirma que,

(...) poucos profissionais de saúde assumem que não é dada a devida importância à assistência à mulher climatérica, enquanto a maioria mascara essa deficiência reconhecendo essa necessidade, porém não pratica a assistência que julga importante. [...] Talvez seja necessário “desconstruir” o conceito de climatério [...] e “reconstruí-lo” como sinônimo de um processo complexo de vivências, no qual a mulher passa por transformações que abrangem aspectos fisiológicos, mas também psíquicos, sociais e culturais, bem como seus valores (BELTRAMINI *et al*, 2010).

Outro fator importante, que deve ser levado em conta na hora de planejar estratégias de cuidado humanizado, são as formas alternativas de promoção de saúde para as mulheres, como a prática de exercícios físicos, associados com hábitos de vida saudáveis e alimentação balanceada.

É através do acolhimento, que os serviços de saúde podem ser reorganizados de modo a mudar o foco da doença para o(a) doente, garantia ao acesso universal aos serviços de saúde; promover a humanização na assistência; estimular a capacitação profissional. Conseqüentemente, o acolhimento favorece o estabelecimento de vínculos de confiança e credibilidade entre o trabalhador e usuário (SILVA; ALVES, 2008) e possibilita ao (a) profissional, enxergar a mulher como um todo, já que,

[...] parece haver pouco espaço para a escuta de queixas/demandas das mulheres nessa faixa etária e, conseqüentemente, desenvolvimento de ações específicas (GARCIA, GONÇALVES, BRIGAGÃO, 2013).

[...]quando se procura atendimento nos serviços de saúde, [...] busca-se resolução de queixas, redução de dúvidas e dissipação de ansiedade.[...] A consulta de enfermagem em ginecologia não se configura somente na exposição da genitália, está ligada à exposição de uma vida, de medos, de comportamentos sociais, de enfrentamentos que são codificados nas queixas de mulheres (DIOGENE, LINARDI, TEIXEIRA, 2010).

Apesar de todo o avanço científico, a maioria das mulheres vive a menopausa, com poucas informações. A beleza vinculada à juventude e à fertilidade continuam intensamente valorizadas, interferindo na identidade da mulher, afetando negativamente a construção da sua autoestima.

Nesse sentido, a (o) enfermeira (o) deve ampliar o conhecimento para além do fisiológico, mas relativo a gênero que possibilite o atendimento de modo integral e acolhedor. Deve considerar esses aspectos e valorizar iniciativas que incluam a troca de experiências, acesso às informações, além de uma assistência holística, que estimule a autovalorização e autoestima, fundamentais ao bem-estar e à longevidade com saúde e dignidade (BERNI; LUZ; KOHLRAUSCH, 2007).

Educar para saúde: uma via de mão dupla

A educação em saúde é em sua essência uma educação para a liberdade, ao reforçar a consciência do indivíduo sobre si e sobre a sua realidade, mediante o estabelecimento do diálogo entre os saberes científicos e os saberes populares (ACEVEDO, 2009). O objetivo é portanto, transformar saberes existentes. Nesse sentido, a(o) enfermeira(o), deve valorizar e considerar que, é através de processos educativos que se estabelece uma boa relação entre as mulheres, e criando um ambiente propício para o desenvolvimento de boas práticas de saúde. Vale destacar que,

[...] esperamos que os profissionais de saúde [...], próximos da mulher no climatério, tenham consciência e visão totalizadora no continuum de Educação em Saúde, respeitando e valorizando a vida do ser humano, tendo em vista os preceitos éticos atribuídos à formação do indivíduo (VIDAL *et al*, 2012)

[...] Sabe-se que os processos educativos em saúde influenciam o estilo de vida, melhoram a relação profissional-indivíduo e os ambientes social e físico (DIOGENE, LINARDI, TEIXEIRA, 2010).

Fase da vida importante, na qual as mulheres se encontram em plena produção laboral, cultural, social e outros aspectos, que por vezes se associam à sinais e sintomas do ponto de vista psicobiológico e de gênero. O resultado deste estudo mostra que, inexistem em nossa sociedade programas de saúde específicos para as mulheres que vivenciam o climatério e menopausa, o que

dificulta ainda mais, as ações de educação em saúde direcionadas para essas mulheres já que, a (...) inexistência de ações de promoção de saúde específicas para mulheres na faixa etária dos 45 aos 60 anos, [...] (faz com que) estas sejam atendidas somente quando procuram o serviço espontaneamente (GARCIA, GONÇALVES, BRIGAGÃO, 2013).

(...) as mulheres desconhecem a educação[...] pela enfermagem. [...]. A oferta restrita de profissionais de saúde atuando de forma integral e individualizada (é) constatado pela falta de informações dessas pacientes (SOUZA *et al*, 2011).

Acreditamos ser importante que a educação em saúde para as mulheres sobre climatério/menopausa, que seja valorizado e praticado desassociado ao incentivo às pesquisas e estudos nessa área. As (os) enfermeiras (os) precisam traçar as estratégias de cuidado humanizado que permitam às mulheres verem e sentirem esse período como parte do ciclo natural da vida, livre de preconceitos, mitos e tabus os quais, só contribuem para reduzir a autoestima e a qualidade de vida em relação com “o(a) outro(a) ” e com si própria.

Considerações finais

O climatério abrange um amplo período de vida das mulheres, o que corresponde ao ápice da vida feminina, permeado por mudanças fisiológicas, psicológicas, sociais e de gênero, o que caracteriza uma fase complexa com singularidades e particularidades.

Os trabalhos publicados ressaltam a importância de valorização e respeito às queixas das mulheres e indica a necessidade da (o) enfermeira (o) traçar ações preventivas, que promovam o autoconhecimento e ajude a mulher e seus familiares a desmistificarem atitudes, comportamentos e crenças construídas pela sociedade, possibilitando um maior incentivo a valorização da autoestima; autonomia e autodeterminação.

São muitos trabalhos que abordam a importância e relevância da educação em saúde e das práticas educativas para a transformar a realidade e libertar as mulheres das amarras, dos mitos e preconceitos. Os estudos constataam a vivência do climatério, para muitas mulheres como um processo, desconfortável, cheio de dificuldades e “tabus”, reforçado pela lacuna em relação ao acolhimento e ao cuidado humanizado à mulher nesse etapa da vida.

Fica claro que as dificuldades e preconceitos presentes estão diretamente relacionadas às relações de gênero construídas ao longo de anos e fortemente enraizadas, que acabam se configurando como obstáculo, presente nas subjetividades humanas.

Esperamos que esse estudo desperte os(as) gestores(as) para a necessidade de implementação do programa de Atenção à saúde da Mulher no Climatério/Menopausa, e que sirva de estímulo aos(às) profissionais de Enfermagem para continuarem as pesquisas sobre esse tema, incluindo a reflexão sobre a definição e caracterização dessa etapa da vida assim como, da influência do gênero, não somente como uma forma de prestar uma assistência qualificada e singular, mas. Deverá servir de ferramentas às mulheres para entenderem como vem se dando todas essas construções científicas e culturais as quais, muitas vezes limitam as mulheres a viverem plenamente sua vida, com alegria e confiança.

Referências

ACEVEDO, M.B. et al. El diálogo de saberes como posición humana frente al otro: referente ontológico y pedagógico en la educación para la salud. *Invest Educ Enferm*, Medellín, v. 27, n. 1, p.104-111, 2009.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. Snowball (Bola de Neve): Uma Técnica Metodológica para Pesquisa em Educação Ambiental Comunitária. In: X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2011, Paraná. Anais publicados... Paraná: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2011.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

DIEZ, C.A.P.; BELTRAMINI, A.C.S.; CAMARGO, I.C.; PRETO, V.A. Atuação do Enfermeiro Diante da Importância da Assistência de Enfermagem à Saúde da Mulher no Climatério. *REME. Revista Mineira de Enfermagem*, v.14, p.166 - 174, 2010.

BERNI, N.I.O.; LUZ, M.H.; KOHLRAUSCH, S.C. Conhecimento, percepções e assistência à saúde da mulher no climatério. *Rev bras Enferm*, Brasília, v. 60, n. 3, 2007.

BECK, C.L.C. et al. Humanização da assistência de enfermagem: percepção de enfermeiros nos serviços de saúde de um município. **Rev Gaúcha Enferm**, Porto Alegre, v.30, n.1, p.54-61, mar. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Assistência integral à saúde da mulher: bases da ação programática. Brasília: Ministério da Saúde, 1984.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Manual de Atenção à mulher no Climatério/Menopausa. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização [PNH]. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

DIÓGENES, M.A.R.; LINARD, A.G.; TEIXEIRA, C.A.B. Comunicação, acolhimento e educação em saúde na consulta de enfermagem em ginecologia. Rev Rene, v.11, n.4, p.38-46, 2010.

ESPAÑA. Ministerio de Sanidad y Consumo. Observatorio de Salud de la Mujer. Informe – Salud y Género: Las edades centrales de la vida. – Madrid: Ministerio de Sanidad y Consumo, 2006.

GARCIA, K.G.; GONÇALVES, R.; BRIGAGÃO, J.I.M. Ações de atenção primária às mulheres de 45 a 60 anos de idade. Rev Eletr Enf, Goiânia, v.15, n.3, p.713-721, 2013.

GONÇALVES, S. Climatério: percepção das mulheres nessa fase da vida. 2012. 36 f. Dissertação (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

GONÇALVES, R. **Vivenciando o climatério:** o corpo em seu percurso existencial à luz da fenomenologia. 2005. 244 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LOPES, M.H.B.M. *Enfermagem na saúde da mulher*. Goiânia: AB, 2006.

LOPES, M.E.L.; MORAIS, M.A.C. *Identidade da mulher em fase de climatério: aspectos histórico-culturais e educacionais*. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO; 2006, Goiânia. **Anais..** Goiânia: UCG, 2006.

MARTINS, A. **Menopausa sem mistérios: as mais recentes descobertas**. Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 1999

PASKLAN, A. N.; SARDINHA, A. H. L.; NASCIMENTO, J. S.; GOMES, B. *O perfil de mulheres hipertensas no climatério atendidas no programa hiperdia*. *Rev Pesq.: Cuid Fundam*, v.6, n.1, p.249-260, 2014.

PARDINI, D. *Terapia de reposição hormonal na menopausa*. **Arq Bras Endocrinol Metab**, São Paulo, v.58, n.2, p.172-181, 2013.

PORTINHO, A. **Correlação de fatores sócio-demográficos e sintomas**. 1994. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ginecologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1994.

SILVA, L.G.; ALVES, M.S. *O acolhimento com ferramenta de práticas inclusivas de saúde*. **Rev APS**, v.11, n.1, p.74-84, jan./mar. 2008.

SOUZA, J.L.; ZVEITER, M.; ALMEIDA, V.L.M.D.; MENEZES, H.F.D.; MARA, G.; ALVES, R. *Educação em saúde como ferramenta à mulher no climatério: subsídios para o cuidado de enfermagem*. *Rev Pesq.: Cuid Fundam*, v.4, n.1, pp.2616–2622, 2014.

TRENCH, B. *A saúde da mulher: reflexões sobre o envelhecer*. In: LITVOC, J.; BRITO, F.C. (Org.). **Envelhecimento: prevenção e promoção da saúde**. São Paulo: Atheneu, 2004. p. 220-226.

TRENCH, B.; SANTOS, C.G. **Menopausa ou Menopausas?** São Paulo: Saúde e Sociedade, 2005.

VIGETA, S. M.; BRETÃS, A. C. P. A experiência da perimenopausa e pós-menopausa com mulheres que fazem uso ou não de terapia de reposição hormonal. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p.1682-1689, nov/dez. 2004.

WANNMACHER, L; REINEHR, R. L. Reposição hormonal na menopausa: questão ainda polêmica. Boletim Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos, [S.l.], n. 30, p. 5-8, 1998.

AUTONOMIA REPRODUTIVA E ABORTO: INTERSECÇÃO DE GÊNERO, CLASSE E RAÇA

Jamile Fonseca

A temática que envolve os direitos sexuais e reprodutivos DSDR, é bastante discutido por feministas que se engendram nestes estudos e que enfatizam temáticas como aborto, violência contra mulher, lesbianismo, prostituição, adoção de crianças por casais homossexuais e gira em torno de conceitos relacionais de vida que tem por categorias de análise questões de gênero, raça e classe, orientação sexual e geração (TEIXEIRA; 2010).

As discussões sobre aborto no Brasil se iniciaram nos anos 80 com os ideais propostos pelo movimento feminista que desde então, passou a apresentar propostas de descriminalização do ato, embasadas pela defesa da autonomia das mulheres sobre seu próprio corpo, enfatizando questões como liberdade, privacidade e intimidade indicando ainda constantemente revisão pertinente ao código penal (CARVALHO; CARVALHO, 2012)

A temática do aborto envolve questões sócio-política-culturais e ainda trata de correlacionar questões direcionadas a liberdade sexual e reprodutiva da mulher com os conceitos de vida do nascituro bem como seus direitos e sua proteção, percebendo-se um conflito entre estes pontos; o direito da mulher sobre o seu próprio corpo e o direito do nascituro. O abortamento, portanto, é discutido dentro da temática dos direitos sexuais e reprodutivos, sempre em alvo de discussões permeadas por revisões da legislação brasileira e contraposto por grupos em massa de religiosos dentre outros defensores de uma moral imposta historicamente pela sociedade (CARVALHO; CARVALHO, 2012).

No Brasil, bem como em outros países muito se discute com a temática do abortamento, e ainda acontecem lutas a favor que o mesmo seja instituído como direito individual da mulher, uma vez que pertence ao seu próprio corpo o qual o Estado não pode interferir. Estes movimentos são liderados em maioria por feministas que aguçam pela descriminalização do aborto em quaisquer condições inclusive por opção da mulher (ALECRIM; SILVA; ARAÚJO, 2014).

De acordo com Werneck (2009), é necessária a compreensão de que as mulheres são diferentes entre si e vivem em contextos diversos, bem como são

vistas pela sociedade de modos distintos, possuem condições básicas distintas, e recebem atenção do Estado diversificadamente. A mulher, portanto deve ser vista com sujeito de sua própria vida e história, capaz de decidir sobre questões relacionadas a seu corpo, sua reprodução e sexualidade a partir do contexto em que vive, de modo que não seja somente meio de formulação de políticas públicas (ALECRIM; SILVA; ARAÚJO, 2014).

Neste intuito, o movimento feminista visa à transformação das relações de gênero atrelada a luta por justiça social, igualdade, liberdade em busca de assegurar os seus direitos, requerendo desse modo da sociedade civil organizada uma reformulação de estruturas materiais e também simbólicas (ÁVILA;2001).

Por gênero, entende-se o constructo de relações sociais baseadas para além das relações estabelecidas entre os sexos, composto de diversos contextos passíveis de discussão, variando de acordo aspectos temporais, sociais e culturais (SCOTT; 1995).

Os entraves políticos que envolvem a inserção de sujeitos na esfera pública, nos planos de Estados bem como em tantos outros se configuram em um espaço social aonde reinam as desigualdades de gênero, raça e classe e desse modo, apresenta aspectos de opressão e abuso de poder contradizendo a ordem democrática do país. Neste contexto, o feminismo é base fundamental de organização da sociedade civil na medida em que busca a inserção das mulheres na esfera política, que lutam por diferentes objetivos (ÁVILA; 2001).

Se percebermos a política como uma atividade do feminismo, há de se convir que a luta também é de cada mulher, de forma particular, dentro ou fora do movimento em busca da sua individualidade como pessoa; desse modo há de se compreender também que as questões de gênero aí envolvidas fazem partes das conjecturas de poder, abrangendo o poder político e suas relações, sendo necessária a reconstituição da idéia de política e participação da mulher na mesma para que tal possa se inserir de fato neste conjunto (CAMURÇA;2001).

Deste modo, entende-se que as transformações sociais estão relacionadas aos simbolismos e materiais que podem restringir ou não, a liberdade sexual e reprodutiva da mulher. Este campo que deve se mostrar afetivo em relações igualitárias e de cidadania e constitui em instância da vida social, se fazendo repleta de valores e questões éticas designadas à convivência no cotidiano (ÁVILA; 2001).

As desigualdades de gênero bem como as sociais estão fortemente atreladas a questões como o abortamento inseguro, que são visualizadas nas dificuldades de acesso às políticas de saúde, dentre outros fatores e seus obstáculos como

contracepção, graus de escolaridade, legislação do país sobre sexualidade e reprodução (WERNECK; 2009).

A frase chave do feminismo “nosso corpo nos pertence” traz a ressignificação do corpo da mulher, outrora subjugado com questões de gênero que a prediz como ser reprodutor, objeto de uso do sexo masculino e também de outros setores, à despeito do Estado, Igreja, dentre outros (PORTELLA; 2001).

A música Sociedade Alternativa, cantada desde os anos 70 pelo compositor Raul Seixas reflete bem um pouco das lutas contra a ditadura militar da época, bem como de outros movimentos sociais e com a frase “faze o que queres, há de ser tudo da lei”, reivindica aspectos de autonomia das pessoas sobre suas ações desde aquele período.

Na perspectiva do abortamento, este é quarta causa de morte materna no Brasil, e a sua realização clandestina é uma prática comum, que não ficou restrita apesar da legislação criminalizar o procedimento. Sabe-se ainda que as mulheres que mais abortam em nosso país são as de baixa renda e, portanto se vêem em duas opções; seguir com uma gravidez indesejada ou correr riscos no mercado clandestino do abortamento (CARVALHO; CARVALHO, 2012).

Com relação às classes sociais e dialogando com aspectos dos direitos humanos, sabe-se que os direitos sexuais e reprodutivos, não podem ser garantidos em classes sociais pobres, uma vez que esta população já sobrevive na ausência de uma gama de direitos que poderiam lhes assegurar a tal dignidade, e em muitas ocasiões realizam escolhas e decisões com base em seus contextos de vida, que porventura se fossem diferentes poderiam não ser realizadas (ALECRIM; SILVA; ARAÚJO, 2014).

Para Ávila (2001), as desigualdades sociais são permeadas por uma sucessão de outras desigualdades em outras esferas à exemplo da economia e política, e para que haja igualdade entre as mulheres, faz-se necessário que haja uma reflexão sobre as desigualdades entre estas em seus cotidianos.

Desse modo, as relações sociais, que envolvem os direitos sexuais e reprodutivos, e que visam por tanto garantir a autonomia reprodutiva da mulher, perpassam as condições básicas e são fortemente influenciados pelos contextos reais de cada sujeito.

Algumas pesquisas ainda, que relatam o perfil da mulher que aborta no Brasil, deixam sugestivo que estas em sua maioria são negras e tais se encontram em situação de maior vulnerabilidade ao procedimento clandestino e inseguro, e até mesmo em sua chegada na unidade de saúde para finalizar o atendimento, aonde são desmerecidas pelos profissionais, sendo, portanto o aspecto racismo

um obstáculo também para a atenção oferecida a mulheres negras, expondo-as significativamente a situações de risco e morte (WERNECK; 2009).

De acordo com Werneck (2009) a Brasil ainda vivencia um racismo patriarcal, com ênfase na condenação moral da mulher, em especial, da mulher negra que tem seu corpo e sexualidade negativizados.

Assim, o modo como as mulheres brancas vivenciam e enfrentam variadas situações é díspare dos enfrentamentos das mulheres negras, confirmando, portanto uma desigualdade de gênero imbricada em aspectos de raça e classe (ÁVILA; 2001).

Em suma, as questões de gênero, raça e classe são aspectos de potencial influência quando se discute autonomia reprodutiva e aborto, uma vez que põem em questão fatores históricos sociais e culturais denotando a realidade vivenciada pelas mulheres. São os atributos de gênero e a subordinação dos corpos, a raça e classe como pontos de merecimento ou não da garantia dos direitos humanos, dentre outros. Cabe, portanto intensificar discussões sobre autonomia reprodutiva da mulher e aspectos dos direitos humanos em busca da sua individualidade e exercício real da dignidade humana.

Referências

ÁVILA, Maria Betânia. **Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade**. SOS CORPO- Gênero e Cidadania. Recife, 2001.

ABBAGNAMO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bossi; revisão da tradução e tradução de novostextos Martins Fontes. São Paulo: 2000

BRASIL. Observatório de gênero. **Principais documentos internacionais para a promoção dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero**. 2015. Disponível em :< <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/internacional/documentos-internacionais>>. Acesso em 25 set, 2015.

BARSTED, Leila Linhares; HERMANN, Jacqueline. **As mulheres e os direitos humanos**. Rio de Janeiro: CEPIA - Cidadania, Estudo, pesquisa, Informação e Ação, 2001.

CHADE, JAMIL. ESTADÃO. **ONU critica legislação brasileira e cobra país por mortes em abortos de risco**. Estado de São Paulo: 2012. Disponível em: <http://politica>.

estadao.com.br/noticias/geral,onu-critica-legislacao-brasileira-e-cobra-pais-por-mortes-em-abortos-de-risco,837316> Acesso em 25 set 2015)

GALLI, Maria Beatriz; VIANA, Ana Paula de Andrade Lima. **O impacto da ilegalidade do aborto na saúde das mulheres e nos serviços de saúde em cinco estados brasileiros: subsídios para o debate político.** Fazendo Gênero. Diásporas, diversidades, deslocamentos:2010.

CARVALHO, Joana de Moraes Souza Machado; CARVALHO, Valéria de Sousa. Direitos Humanos e Autonomia da Vontade da Mulher: A liberdade sexual e reprodutiva e a problemática do aborto. **Revista Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa – a. 3, n. 6, p.82 - 110 jul/dez., 2012.

DALSOTTO, Lucas Mateus; CAMATI, Odair. Dignidade Humana em Kant. *Theoria: Revista Eletrônica de Filosofia.* Faculdade Católica de Pouso Alegre. Vol V, n14,2013.

MIRIAM, Ventura. **Direitos reprodutivos no Brasil.** Cabana Brasileira do Livro – UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas. 2ª edição, 2004.

MORA; José Ferrater. **Dicionário de Filosofia.** Edições Loyola. São Paulo:2000.

MISKOLCI, Richard. Diversidade ou diferença? Ensaio. **Revista CULT.** 205, ano 18. Setembro:2015.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Marcia Gardência Monteiro de. **Um toque de clássicos.** MARX./DURKHEIM/WEBER. Editora UGMG. Belo Horizonte:2009.

SCUCATO, Rosângela. **As significações sobre autonomia e cuidado de si vivenciadas pelo enfermeiro no cotidiano de ações e interações.** – Curitiba, 2004.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Resenha: JUDITH-BUTLER, condições de vida e horizonte do representável. *Revista CULT.* 205, ANO 18. Setembro:2015.

PASCAL, George. *Compreender Kant.* 5ª Edição, Editora Vozes:2009,

TEIXEIRA, Simone Andrade. **Matrizes e Matizes das Estratégias de Inserção dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos Engendrados por Feministas Acadêmicas Brasileiras**. Tese de Doutorado [Pós- Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia]. Salvador: UFBA, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

TORRES, Adriana de Freitas. Bioética: **O princípio da autonomia e o termo de consentimento livre e esclarecido**. Jornal do CRM-PB, nº72. 2007. Disponível em: < http://www.crpm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=21917:bioetica-o-principio-da-autonomia-e-o-termo-de-consentimento-livre-e-esclarecido&catid=46:artigos&Itemid=483>. Acesso em 11 set/2015.

WERNECK, Jurema. **O aborto (ainda) é uma luta feminista? Desafios pelo direito ao aborto no Brasil e na América Latina**. Ilha de Santa Catarina, vol 1; 2009. In:

TORNQUIST, Carmen Susana et al. 2009. **Leituras de Resistência. Corpo, violência e poder**. Ilha de Santa Catarina, vol 1; 2009.

EXPERIÊNCIAS E ESTRATÉGIAS ADOTADAS POR MULHERES NA BUSCA PELO CUIDADO DENTRO DAS UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Jéssica Suellen Barbosa Mendes Ramos

jsuellen7@gmail.com

Michelle Araújo Moreira

michellepedro@uol.com.br

Layane Tércia Santos

layane.tercia@gmail.com

Carla Daiane Costa Dutra

cdcdutra@uesc.br

Luciana dos Alves Santos

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

lulu.alvs@gmail.com

Resumo

Objetivos: Conhecer a concepção de mulheres sobre demandas/necessidades por cuidado à saúde; Compreender a experiência relatada pelas mulheres na perspectiva de gênero e da integralidade e Analisar as estratégias adotadas por mulheres na busca pelo cuidado à saúde nas Unidades de Saúde da Família do município de Ilhéus-Bahia. O estudo foi desenvolvido em uma área circunscrita às Unidades de Saúde da Família (USF) na cidade de Ilhéus-BA-Brasil. **Materiais e Método:** Trata-se de estudo do tipo exploratório com abordagem qualitativa tendo a integralidade e gênero como categoria analítica. Os sujeitos da pesquisa foram mulheres em idade reprodutiva acompanhadas nas USF do município acima referido. O material empírico foi produzido por meio de entrevista semiestruturada e analisado por meio da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin. **Resultados:** As concepções de cuidado pelas mulheres ainda estão pautadas na centralização do

modelo biomédico, mostrando uma distorção quanto às necessidades de cuidado, às resolutividades de suas demandas e à fragmentação dos cuidados à saúde decorrente da divisão social e técnica do trabalho. Além disso, evidencia-se que o gênero constitui um condicionante na qualidade da assistência, e que a concepção do corpo apenas no biológico torna o cuidado desconfortável, quando realizado por qualquer público, especialmente o masculino.

Conclusões: Percebe-se que a busca pelo cuidado é centrada na patologia, reforçando o modelo biologicista e mostrando a falta de concepção acerca da integralidade e do gênero na saúde dessas mulheres.

Palavras-chave: Demandas de Serviços de Saúde, Saúde da Mulher, Estratégia Saúde da Família, Pesquisa Interdisciplinar.

Introdução

O cuidado envolve ações que resultam na satisfação das necessidades humanas, contemplando os princípios de promoção, prevenção e recuperação da saúde. Para tanto, deve-se considerar as particularidades, crenças e valores do sujeito a ser cuidado, ampliando as estratégias para os aspectos biológicos, afetivos, relacionais e sociais (MAIA et al., 2003).

Nesse contexto, faz-se necessário estabelecer uma relação entre cuidado e integralidade na atenção à saúde, pois a integralidade abrange a percepção do ser humano na sua individualidade, nas relações sociais e em suas particularidades, e a articulação entre as ações promocionais, preventivas e assistenciais disponíveis e acessíveis na rede de serviços (SOUTO et al., 2008).

Nota-se que, a demanda por atenção à saúde é essa necessidade de cuidado da(o) usuária(o). Sendo assim, a resolutividade e o acolhimento devem permear as ações dos profissionais de saúde com base nos princípios estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (PORTA, 2008).

Evidencia-se que, no público feminino, as estratégias de saúde restringem-se ao pré-natal, planejamento familiar, coleta de citologia oncológica, Hipertensão e consulta com prescrição de medicamento e/ou guia de exames.

Contudo, as necessidades das mulheres reforçam a importância da humanização do cuidado e que as estratégias sejam montadas de acordo com o perfil epidemiológico, com os indicadores e as demandas sociais. Para tanto, tem-se a humanização como um processo em constante modificação e que sofre interferências do contexto em que ocorre, só sendo promovida e submetida pelo próprio homem (SIMÕES et al., 2007). Dessa forma, o Ministério da Saúde, em 1994, implantou a Estratégia de Saúde da Família (ESF) com o objetivo de reformular a atenção básica, colocando a(o) usuária(o) como centro do acolhimento e das intervenções. Assim, a ESF busca a ampliação da resolutividade para as demandas das(os) usuárias(os) (CABRAL et al., 2012).

Dessa maneira, diante da problemática apresentada, surgiram alguns questionamentos: Quais são as reais demandas de saúde das mulheres acompanhadas na Estratégia de Saúde da Família pela busca do cuidado? Qual a percepção que essas mulheres têm do cuidado e das demandas de saúde? Qual a experiência das mulheres na busca pelo cuidado?.

Para responder tais questões, foram estabelecidos como objetivos: Conhecer a concepção de mulheres acompanhadas na Estratégia de Saúde da Família do município de Ilhéus-Bahia sobre demandas/necessidades por cuidado à saúde,

Compreender a experiência relatada pelas mulheres na perspectiva teórica de gênero e da integralidade do cuidado e Analisar as estratégias adotadas por mulheres na busca pelo cuidado à saúde nas Unidades de Saúde da Família do município de Ilhéus-Bahia;

A pesquisa justifica-se pelo fato de existir uma lacuna que ainda não foi preenchida quando se trata da concepção das mulheres sobre demandas e necessidades por cuidado à saúde. Além disso, há poucas publicações no enfoque das demandas de cuidado à saúde da mulher acompanhada na Estratégia da Saúde da Família.

A relevância da pesquisa está em possibilitar aos profissionais da saúde de diferentes especialidades, a reflexão acerca das demandas reais de saúde das mulheres na ESF e a necessidade de um olhar integral. Além disso, a pesquisa proporcionará às mulheres o entendimento quanto às suas reais necessidades de saúde, favorecendo e influenciando na concepção de cuidado e nas ações a serem desenvolvidas para atendê-las.

Material e Métodos

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e multicêntrica, desenvolvida por três universidades, a saber: Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), situadas no Estado da Bahia-Brasil. A pesquisa qualitativa tem por objetivo conseguir resultados, através de análise realizada com um determinado grupo de pessoas. Com a pesquisa exploratória tem-se o foco de produzir conhecimento sobre um tema ou cenário pouco abordado. Por multicêntrica, entende-se a pesquisa norteadá por protocolo único em diversos centros de pesquisa, onde será conduzida pelo pesquisador responsável de cada centro (DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008).

O cenário do estudo foi o município de Ilhéus que se encontra localizado no Sul do Estado da Bahia, no Brasil. Este município tem uma população de aproximadamente 327.047 habitantes e possui 25 Unidades de Saúde da Família – USF, sendo 20 USF na zona urbana e 05 USF na zona rural.

As participantes do estudo foram 12 mulheres que procuraram o serviço de saúde oferecido pela USF, tendo sido utilizados como critérios de inclusão: ser acompanhada nas USF do município de Ilhéus-Bahia, ter idade igual ou superior a 18 anos, ter frequentado a USF pelo menos uma vez com demanda

específica para atenção à saúde das mulheres. Foram excluídas aquelas que não se enquadraram nos critérios acima descritos.

As questões éticas foram atendidas em todas as fases da pesquisa de acordo com as determinações da Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, no que tange ao respeito à autonomia, a não maledicência, a justiça, a veracidade e a fidelidade (BRASIL, 2012). Ressalta-se que, após aprovação da pesquisa sob número de parecer 1.477.741, as pesquisadoras aproximaram-se das participantes, explicando-lhes os objetivos do estudo e solicitando-lhes a assinatura voluntária do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, momento em que foram nomeadas por uma numeração precedida pela letra M, a fim de garantir o anonimato.

A coleta dos dados foi realizada nos meses de março e abril de 2016, através de um roteiro de entrevista semiestruturada, conduzido por meio de questões abertas, com as participantes selecionadas na própria USF. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas.

O material empírico foi analisado, utilizando-se a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin e permanecerá sob a posse das pesquisadoras por cinco anos. A análise de conteúdo temática promoveu a interpretação dos discursos com descoberta de conteúdos disfarçados e envoltos nas falas, através de etapas como: constituição do *corpus*, leitura flutuante, codificação e categorização (BARDIN, 2009).

Resultados e discussão

1 Concepção de cuidado relatado por mulheres

Na história, o cuidar sempre esteve presente em todas as dimensões do ser humano, mesmo antes das definições de profissões, quando ainda era caracterizado por práticas empíricas (ROCHA et al., 2008).

As formas do cuidado, seja profissional ou não, permanecem ligadas aos aspectos culturais, econômicos, sociais, de gênero e de geração (NASCIMENTO et al., 2006). Durante muitos anos, o conceito de cuidado ainda se restringia à doença, direcionada para o ser enfermo, característica influenciada pelo modelo vigente e mais importante, o modelo curativista e utilizado antes da reforma sanitária no país, no qual o foco da assistência estava relacionado à doença e sua cura, período em que a mulher não apresentava sequer participação social (BRASIL, 2011). Para tanto, compreendemos o cuidado como um processo da

vida em que nos deixamos envolver por atos de zelo e preocupação em favor de pessoas sob a nossa responsabilidade (SILVEIRA; LEITÃO, 2003)

No que tange à saúde da mulher, a necessidade de cuidado passou a ser visualizado efetivamente a partir da década de 80 por meio do movimento feminista e através de um processo de redemocratização do país. Com isso, criou-se o PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher) para garantia da assistência integral, que antes se resumia ao contexto reprodutivo. A criação do programa serviu para ampliar a visão de gestores e profissionais quanto à importância da saúde da mulher, além da tentativa de diminuição de uma visão fragmentada existente. Posteriormente, embasado nos princípios do SUS, o Ministério da Saúde lançou uma nova política a PNAISM (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher) implantado nas unidades de ESF (Estratégia de Saúde da Família), com garantia dos direitos sexuais, reprodutivos, o que demanda um novo olhar para o cuidado (BRASIL, 2011).

Apesar do surgimento de uma visão holística para as mulheres e suas necessidades relacionadas ao cuidado, ainda percebe-se modelos de assistência e cuidados pautados prioritariamente na visão biologicista. Tal visão fragmenta o cuidado e as ações prestadas às usuárias, as quais estão situadas em contextos de vulnerabilidade, ocasionados pela existência de uma configuração social influenciada pelas características machistas. O referencial de cuidado se restringe ao enfoque reprodutivo e a existência de uma doença conforme descrição a seguir:

[...] tem que vim ao médico, tem que fazer preventivo para evitar doença [...] **M2**

[...] é bom levar o preventivo para a mulher saber se tem algum problema ou doença, sempre é bom se cuidar e ser cuidada [...] **M3**

Evidencia-se que por causa da centralização na doença, as mulheres não reconhecem o desafio da ESF, que é pautado na superação da fragmentação dos cuidados à saúde decorrente da divisão social e técnica do trabalho em saúde (SANTOS et al., 2008). Assim, as mulheres acabam fortalecendo um modelo extremamente hospitalocêntrico, curativista e biológico.

Além disso, existe uma limitação da concepção de cuidado, e também uma distorção das necessidades. As mulheres deixam de se enxergar e passam apenas a vislumbrar o cuidado com os filhos devido à responsabilidade que assumem após o parto. Para estas, o cuidado de si mesma fica relegado a segundo plano em decorrência do filho. A figura feminina é praticamente anulada no processo de cuidar.

[...] tem que vir ao médico e pediatra principalmente, porque a área que eu mais sofro é na parte da pediatria, pois não estou achando em lugar nenhum. Só no particular [...] **M8**

Mesmo com a existência das unidades da Estratégia de Saúde da Família, que configuram a prevenção de doenças e atribuem condições de bem-estar para as usuárias junto aos serviços da saúde, fatores como a falta de entendimento quanto as suas reais necessidades e supervalorização do ato médico de diagnóstico e prescrição, limitam a concepção de saúde e cuidado dessas mulheres às demandas emergenciais de acordo com relatos abaixo:

[...] só assim, aquela dor vai passar, tem que fazer de tudo, só não pode ficar doente [...] **M1**

[...] acho que a gente deve ser cuidada quando precisa, quando está doente e precisa de uma ajuda, precisa de alguém que olhe a gente [...] **M6**

O que garante atos de cuidar eficazes é uma linha de cuidado entre os profissionais de saúde de acordo com suas formas terapêuticas, podendo ser caracterizado por trabalho morto ou trabalho vivo (MERHY, 2006). O cuidado traz consigo o acolhimento e a criação de vínculo e confiança entre os profissionais e as mulheres, além da oportunidade de ações como educação e saúde e empoderamento desse grupo. Porém, percebe-se a inexistência de conhecimento por parte das mulheres quanto à utilização dos serviços e suas utilidades de acordo com suas demandas mediante recorte a seguir:

[...] ultimamente só estou procurando para guia, outras clinicas só aceitam com guia. Exames, tenho feito muito raio x [...] tem que ter a guia do posto. Ultimamente eu só estou procurando para guia. Hoje mesmo, eu vim pegando uma guia [...] **M9**

A busca pelo serviço apenas para ser referenciada, vai de encontro com a fundamentação dos serviços da atenção básica, principalmente da Estratégia de Saúde da Família, que é a promoção da qualidade de vida, através de práticas de saúde, além da fragilidade do serviço pelos profissionais para garantia da promoção e prevenção à saúde (COELHO et al., 2009).

2. Experiência de mulheres na perspectiva de gênero e integralidade

O conceito de integralidade visa o entendimento da pessoa sobre si mesma, considerando suas necessidades e centra-se na promoção e prevenção da saúde (MEDEIROS; GUARESCHI, 2009). Tal conceito surgiu na linha de cuidado à saúde da mulher, a partir da década de 80 com a criação do PAISM (Programa de atenção integral a saúde da mulher). O Programa foi implantado para que houvesse a ruptura da concepção limitada quanto à saúde da mulher e suas demandas, totalmente restritas ao ciclo reprodutivo e a assistência curativista (SOUTO et al., 2008). A criação do programa contribuiu para o avanço das discussões quanto às especificidades da figura feminina, a identificação dos seus perfis, e ampliou a assistência de saúde para as mulheres.

Apesar da existência do programa que considerava teoricamente a mulher em todo seu ciclo de vida, existiam lacunas que limitavam essa atenção, momento em que este público era colocado como passivo às novas condições de adoecimento, o que demonstrava que o cuidado e a abordagem ao corpo feminino até então executado limitava-se à dimensão biológica. As demandas femininas não eram percebidas para além dos aspectos fisiológicos.

No ano de 2004 foi lançado o PNAISM (Política Nacional de Atenção integral à saúde da Mulher), já abordando questões de direitos sexuais e reprodutivos, trazendo novamente a integralidade e agora discutindo as questões de gênero e seus entraves na oferta de cuidado as mulheres (SOUTO et al., 2008). Gênero compreendido como processo social de construção das feminilidades e masculinidades, momento em que o sexo social é percebido como elemento constitutivo das relações, nas quais as diferenças genéticas do sexo natural não são preponderantes (FERNANDES; NARCHI, 2007). A inserção das discussões referentes às desigualdades de gênero contribuiu para o entendimento das limitações e necessidades especiais e suas peculiaridades da saúde da mulher, principalmente para os profissionais de saúde e gestores, quanto à intensificação de medidas para diminuir essas diferenças e a importância da mudança nas formas de cuidar e visualizar as mulheres nos serviços como a Estratégia de Saúde da Família.

Entraves

O olhar para o cuidado as mulheres na perspectiva de gênero, traz consigo a necessidade do entendimento das múltiplas demandas femininas, separando-se da perspectiva de sexo natural apenas e das polaridades feminino *versus*

masculino. Os papéis atribuídos as mulheres na sociedade, associados às suas condições de vida e saúde oportunizam retrabalhar com as demandas econômicas, sociais, culturais, geracionais, sexuais e comportamentais. Contudo, a prática de cuidado, principalmente quando executada pelos homens, restringem-se a sua sexualidade ou exposição do seu corpo em particular vulva e mama, focando-se mais uma vez na biologia do corpo.

[...] o médico me trata muito bem, mas tenho um pouco de vergonha mesmo com minha idade, não é fácil deixar outro homem ver meu corpo [...] **M1**

[...] como já fui uma vez no ginecologista posso contar essa. No início tive vergonha, medo, era uma pessoa nova que ia olhar meu corpo, mesmo que ele mandasse ficar relaxada que ele era profissional, foi difícil, pois ele é homem [...] **M4**

Portanto é de fundamental importância que não só as usuárias devem se empoderar de conhecimentos referentes ao seu próprio corpo, das suas demandas de cuidado e da sua autonomia sobre suas escolhas, mas também os profissionais apresentem nos momentos de contato com elas, ações que as valorizem e respeitem suas impressões. Os profissionais dos serviços necessitam também do domínio sobre a política, gênero e corpo para que possam interferir nas práticas de cuidado e na garantia da atenção integral. Corpo entendido como uma dimensão bio-política, ou seja, não apenas o que está por baixo da pele, mas sim, o que somos e o que queremos (CAVALCANTI, 2005).

A partir do conceito de integralidade, a saúde passou a ser vista de outra forma e com outras áreas do saber, deixando para trás a visão biológica e a hegemonia médica (MEDEIROS; GUARESCHI, 2009).

Além da dificuldade na qualidade da assistência talvez por desconhecimento da política, percebe-se também o entrave referente à falta de profissionais no serviço como médicas para configuração do propósito da assistência com caráter integral. A composição completa de uma equipe de saúde principalmente na estratégia de saúde da família possibilita o atendimento de todas as necessidades e práticas para promoção da saúde e prevenção de doenças além do acompanhamento. Com tais inexistências as mulheres sentem a necessidade da procura em outros locais, ou sem referência para continuidade no serviço.

[...] tinha uma médica cubana aqui, mas ela foi embora [...] **M3**

[...] aqui é mais a enfermeira porque tá sem médica tinha uma médica aqui ela era até cubana, tratava a gente bem, mas teve um problema e foi embora [...] **M4**

Tais problemáticas como falta de profissionais, além do número menor de consultas de acordo com a demanda, interfere de forma importantíssima na prestação de serviços e vinculação dessas mulheres nos serviços de sua referência, como as ESF mesmo oferecendo aquela assistência. A procura por atendimento torna-se sempre um processo doloroso, constrangedor e sofrido.

[...] vou a outro local quando aqui está muito cheio, mas geralmente é para procurar as mesmas coisas que aqui tem [...] **M1**

Nota-se que não há suporte necessário para atendimento das demandas de saúde dessa população, considerando as inúmeras especificidades que configuraram um atendimento ideal devido suas condições de vulnerabilidade.

Facilidades

O atendimento as necessidades de saúde das mulheres tornam-se prazerosos e confortáveis quando são atendidas por outras mulheres, influenciado pelo excesso de pudor e repúdio social para exposição do corpo. O fato de serem atendidas por pessoas do mesmo sexo se tornam mais fáceis por julgarem maior pertencimento e se sentirem mais confortáveis.

[...] também a enfermeira, faço preventivo com ela, fico a vontade com la, afinal é do mesmo sexo, fica mais fácil [...] **M2**

[...] tinha uma médica cubana aqui, mas ela foi embora [...] **M3**

Portanto, percebe-se que o gênero é condicionante na assistência ao cuidado.

3 Estratégias adotadas por mulheres dentro das unidades de saúde da família

Tendo a integralidade como princípio do SUS, o Estado deveria ofertar serviços de saúde organizados e de qualidade para atender o conjunto de suas

necessidades de forma integrada, prevendo ações de promoção, prevenção de doenças, bem como cura e reabilitação, através de ações articuladas entre os diversos setores e distintos níveis de atenção (ZAPPONI, 2012).

Atualmente, a PNAISM prevê a inclusão do princípio da integralidade e vislumbra a dimensão de gênero nas práticas dos profissionais de saúde, porém, a realidade posta difere da idealizada.

Estudos realizados no Brasil afirmam que a integralidade da atenção está longe de ser alcançado e inexistente no cotidiano de trabalho das unidades básicas de saúde (ZAPPONI, 2012; COELHO et al., 2009). Situação similar também foi encontrada e percebe-se que a organização do serviço ou oferta ineficiente faz com que a mulher não procure o serviço conforme discurso a seguir:

[...] procuro outro local quando aqui vai demorar de solicitar e tenho que fazer o exame o mais rápido possível. Aqui demora as coisas, você tem que agendar com um tempo de diferença, ou às vezes não tem o que preciso [...] **M6**

Em contrapartida, as unidades básicas de saúde, que deveriam ser preferencialmente a “porta de entrada” do sistema de saúde público, não ofertando a contento os serviços necessários, as usuárias acabam buscando atendimento através de serviços da rede privada de acordo com falas abaixo:

[...] quando tenho um problema e aqui não tem como resolver, vou logo para o hospital ou pago em outra clínica.[...] **M2**

[...] é por que se a pessoa vai à outra clínica é mais rápido, aqui às vezes demora em solicitar exames. Estava com um problema nos ossos e fui descobrir com um simples exame particular. Eu vou para outro lugar para tentar solucionar o problema [...] **M2**

Por sua vez, quando não dispõem de recursos para procurar serviços da rede privada (na sua grande maioria) e não conseguem o acesso nos serviços de atenção primária, reconhecem o serviço hospitalar como porta de entrada mediante depoimentos a seguir:

[...] quando não tem jeito procuro o hospital, pois só assim sou atendida [...] **M3**

[...] só vou para outro local quando já é mais grave, quando tiver uma doença mais avançada já vou para um lugar mais longe, um hospital[...] **M4**

Percebe-se que, a rede de serviços não está organizada, não oferta quantidade suficiente de exames e serviços, fazendo com que a usuária busque serviços de maior densidade tecnológica para resolver problemas que poderiam ser conduzidos pelos serviços de atenção primária.

O atendimento de forma integral deve estar disposto em um “sistema de saúde centrado na usuária”, que procurando direcionar o olhar à ideia da totalidade, contrário à fragmentação do cuidado, prevendo a eficácia das ações e nos modelos de gestão propostos (FONTOURA; MAYER, 2006). Os achados apontam para reflexão de como os serviços podem ser organizados de modo a dar respostas eficazes, resolutivas e ágeis, tendo como enfoque a integralidade da atenção e a política de atenção integral à saúde da mulher.

Encontrar mecanismos de organização dos fluxos de serviços, dispor de quantidades suficientes de procedimentos e exames pode ser algumas das alternativas, mas não o suficiente quando se trata da reorganização de serviços voltados para a saúde da mulher.

Dever-se-á estabelecer mecanismos para uma escuta ativa, com reconhecimento de problemas, direcionados para a abordagem de gênero, colocando a mulher como sujeito do processo para efetiva reorganização de práticas voltadas à integralidade do cuidado.

Conclusão

Pode-se afirmar, a partir desta pesquisa que, a busca pelo cuidado por mulheres à saúde na Estratégia de Saúde da Família está voltada exclusivamente para cura, ou seja, as demandas reais das mulheres voltam-se para serviços de recuperação para uma doença, e não para a promoção e prevenção da saúde, demonstrando a limitação da concepção de cuidado ao aspecto biológico.

Percebe-se que, houve um aumento na quantidade de serviços oferecidos às mulheres nas Unidades de Saúde da Família (USF), porém ainda é insuficiente às reais demandas apresentadas. Observa-se uma visão biologicista embora o foco na prevenção e promoção à saúde dentro dos serviços de saúde tenha crescido.

Nota-se ainda a influência da concepção de gênero e o conhecimento do próprio corpo no atendimento às mulheres, tornando a assistência desconfortável quando é realizada por um médico do sexo masculino e quando há uma exposição extrema do corpo dessa mulher, resultando em uma experiência negativa. Além disso, a falta de profissionais no serviço faz com que não haja uma integralidade na assistência, a fim de atender as necessidades das mulheres, além de acompanhar e enfatizar a importância da promoção e prevenção da saúde.

Desta maneira, faz-se necessário que os profissionais dos serviços tenham total conhecimento sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e gênero para que possam interferir nas práticas de cuidado. Cada destacar ainda que, as demandas de saúde das mulheres são mutáveis no tempo e nos espaços. Cada vez mais os serviços precisam estruturar-se para atender as mulheres para além da perspectiva biológica, pois suas necessidades são complexas e múltiplas.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**: Princípios e Diretrizes. 1. ed. Brasília (DF): MS, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 04 nov. 2015.

CABRAL, DMC et al. Estudo do acolhimento de uma unidade básica de saúde na cidade de São Paulo. **Rev APS**, v. 15, n. 3, 2012, p. 238-44. Disponível em: <http://aps.ufjf.emnuvens.com.br/aps/article/viewFile/1553/652>. Acesso em: 26 out. 2015.

CAVALCANTI, DRM. O surgimento do conceito “corpo”: implicações da modernidade e do individualismo. **Rev Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 9, 2005, p. 53-60.

COELHO, EAC et al. Integralidade do cuidado à saúde da mulher: limites da prática profissional. **Rev Esc Anna Nery Enferm**, v. 13, n. 1, 2009, p. 154-60.

DALFOVO, MS; LANA, RA; SILVEIRA, A. Métodos Quantitativos e Qualitativos: Um Resgate Teórico. **Rev Interdisciplinar Científica Aplicada**, v. 2, n. 4, 2008, p. 1- 13. Disponível em: http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodos_quantitativos_e_qualitativos_um_resgate_teorico.pdf. Acesso em: 04 nov. 2015.

FERNANDES, RAQ; NARCHI, NZ. **Enfermagem e saúde da mulher**. São Paulo: Manole, 2007.

FONTOURA, RT; MAYER, CN. Uma breve reflexão sobre a integralidade. **Rev Bras Enfermagem**, v. 59, n. 4, 2006, p. 532-7.

MAIA, AR et al. Princípios do Cuidar. In: **O Processo de Cuidar, Ensinar e Aprender o Fenômeno das Drogas: A redução das demandas**. Módulo 4. Curso de Especialização no Fenômeno das Drogas. Florianópolis (SC): UFSC; 2003.

MERHY, EE. **Ato de cuidar: alma dos serviços de saúde**. Campinas (SP): Unicamp; 2006. Disponível em: http://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/ato_cuidar.pdf. Acesso em: 20 out. 2015.

MEDEIROS, PF; GUARESCHI, NMF. Políticas Públicas de saúde da mulher: a integralidade em questão. **Estudos Feministas**, v. 17, n. 1, 2009, p. 31-48.

NASCIMENTO, KC et al. Conceitos de cuidado sob a perspectiva de mestrandas de enfermagem. **Rev Gaúcha Enferm**, v. 27, n. 3, 2006, p. 386-97.

PORTA, M. **A dictionary of epidemiology**. 5. ed. New York: Oxford University Press; 2008.

ROCHA, PK et al. Cuidado e tecnologia: aproximações através do Modelo do Cuidado. **Rev Bras Enferm**, v. 61, n. 1, 2008, p. 113-6.

SANTOS, C et al. Novo (?) modelo assistencial de saúde. **Rev Pol Públ**, v. 12, n. 1, 2008, p. 73-81.

SILVEIRA, IP; LEITÃO, GCM. O cuidado de enfermagem no partear: marcos conceituais. **Rev Gaúcha Enferm**, v. 24, n. 3, 2003, p. 279.

SIMÕES, ALA. Humanização na saúde: enfoque na atenção primária. **Texto contexto enferm**, v.16, n.3, 2007.

SOUTO, KMB. A Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher: uma análise de integralidade e gênero. **Ser Social**, 10, n. 22, 2008, p. 161-82.

ZAPPONI, ALB. **O enfermeiro na atenção primária a saúde da mulher-integralidade da assistência?** [DISSERTAÇÃO]- Mestrado em Enfermagem. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GÊNERO E SAÚDE: CONFIGURAÇÃO DO PERFIL DA MEDICINA NO BRASIL E EM PORTUGAL

Josefa Lusitânia de J. Borges
lusitaniaborges@hotmail.com

Maria Helena Santana Cruz
Universidade Federal de Sergipe
helenacruz@uol.com.br

RESUMO: No setor saúde, em muitos países, a ocupação da força de trabalho feminino ultrapassa 75%, o que torna as mulheres indispensáveis à prestação dos serviços de saúde. A medicina reflete os valores e estereótipos da sociedade, decorrendo os vieses de gênero nos serviços de saúde da estratificação social relativamente ao gênero. A partir do gênero, pode-se perceber a organização concreta e simbólica da vida social e as conexões de poder nas relações entre os sexos; o seu estudo é um meio de decodificar e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. O objetivo desta investigação consistiu em avaliar a configuração de gênero e influencia sobre a organização do trabalho de médicos@s, comparando as peculiaridades das respectivas trajetórias no Brasil e em Portugal. A abordagem dialética mostrou-se coerente por meio do estudo de multicasos, para desvendar as representações sociais de dezoito entrevistados atuantes na ESF de Aracaju/SE e das Unidades de Saúde Familiar (USF) da Zona Norte de Portugal (Porto e Vila Nova de Gaia) e na região Centro de Portugal (Coimbra). Outras fontes de informação não menos importantes (documentos, estatísticas da Demografia Médica no Brasil (2013) e em Portugal – o relatório final do Estudo de Evolução Prospectiva de Médicos no Sistema Nacional de Saúde (2013), constituíram a base de análise referente a produção do conhecimento sobre o objeto. Os dados revelam diferenças de gênero e, especificamente do modo como o fenômeno global da feminização da medicina vem incidindo na particularidade do contexto brasileiro e português.

Palavras-chave: Gênero, Saúde, Medicina

Introdução

O objetivo desta investigação consiste em avaliar a configuração de gênero e influencia sobre a organização do trabalho de médicos@s, comparando as peculiaridades das respectivas trajetórias no Brasil e em Portugal. A profissão médica foi escolhida porque, sendo desde a sua origem ocupada primordialmente por homens, atualmente se constitui em exemplo marcante de presença feminina, embora ainda persistam desigualdades entre os sexos. Outro fator determinante na escolha da Medicina como objeto de estudo é que ela apresenta taxas elevadas de feminização, ou seja, verifica-se uma crescente expansão da mão-de-obra feminina em redutos tradicionalmente ocupados por homens.

No setor saúde, em muitos países, a ocupação da força de trabalho feminino ultrapassa 75%, o que torna as mulheres indispensáveis à prestação dos serviços de saúde. Em muitos países, ainda há uma concentração de mulheres em ocupações de saúde de menor qualificação, e apenas uma minoria em ocupações de qualificação mais elevada. Em 1997, no contingente dos médicos com menos de 30 anos de idade, as mulheres correspondem a aproximadamente 50% da força de trabalho (MACHADO, 1997). Maria Helena Machado (1997) ao analisar a situação profissional no campo da Medicina no Brasil nos anos 1940, indica que as mulheres somavam apenas 1% do contingente, o que indica que o processo de feminização têm apresentado uma taxa de crescimento vertiginosa: quase 35% dos profissionais no país atualmente são mulheres e a tendência, de ainda maior expansão. É necessário avaliar se a inserção das mulheres na profissão tem configuração nas relações de gênero no ambiente de trabalho, buscando evidenciar se existem discriminações de sexo em relação à mulher, e em que medida este fator poderia estar afetando negativamente sua carreira profissional. De acordo com o número de matrículas por sexo em cursos universitários, é de ainda maior expansão. É necessário avaliar se a inserção das mulheres na profissão tem configuração nas relações de gênero no ambiente de trabalho, buscando evidenciar se existem discriminações de sexo em relação à mulher, e em que medida este fator poderia estar afetando negativamente sua carreira profissional.

A medicina reflete os valores e estereótipos da sociedade, decorrendo os vieses de gênero nos serviços de saúde da estratificação social relativamente ao gênero. A partir do gênero, pode-se perceber a organização concreta e simbólica da vida social e as conexões de poder nas relações entre os sexos; o seu estudo é um meio de decodificar e de compreender as relações complexas

entre diversas formas de interação humana. A análise de gênero na força de trabalho em saúde pode revelar o fato de que os Sistemas de Saúde possivelmente refletem ou mesmo exacerbam muitas das desigualdades sociais¹ (de gênero, classe, etnicidade/raça, idade/geração e orientação sexual) que deveriam procurar reduzir ou evitar, para não tornar mais dramáticas as vivências dos indivíduos e, mais especificamente, das mulheres.

O termo gênero é muito confundido com o termo “sexo”. Enquanto sexo é uma categoria que demarca as diferenças entre os significados do que é ser fêmea e ser macho, *gênero* é um conceito relacionado à construção social do feminino/masculino, através da dinâmica das relações sociais que configuram uma identidade pessoal, uma história de vida e um projeto de vida que refletem concepções de gênero internalizadas por homens e mulheres. É a partir da observação e do conhecimento das diferenças sexuais do que é masculino e do que é feminino, que a sociedade estrutura as representações **de gênero**. Compreender essa diferença é essencial para discutir a igualdade. Joan Scott (1990, p.14) define gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. O conceito de gênero se refere às relações entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens.

Todas essas relações criam várias desigualdades, fazendo com que alguns tenham mais poder sobre outros, sendo considerados mais importantes e respeitados na sociedade. Durante muito tempo não foi reconhecida a existência de vieses de gênero na medicina. Ao longo da última década do século XX, destacam-se evidências empíricas acerca do possível tratamento médico inadequado das mulheres como resultado de vieses de gênero. A baixa participação das mulheres em posições de gestão e de liderança pode levar a uma menor atenção e compreensão tanto dos aspectos das condições de trabalho que caracterizam a maioria dos empregos das mulheres quanto dos cuidados de saúde específicos para elas.

Metodologia adotada

As ferramentas, métodos e abordagens existentes para a análise da força de trabalho em saúde, inicialmente desenvolvidos e voltados para os setores

1 A omissão de considerações sobre o gênero também pode levar ao atendimento inadequado do sistema de saúde às necessidades dos homens: por exemplo, os serviços de saúde reprodutiva, em geral não são estabelecidos de modo a incentivar a participação masculina.

de trabalho predominantemente masculinos, devem ser validados e ampliados para as análises do emprego feminino. As análises das condições de trabalho devem levar em consideração fatores que afetam de maneira mais específica as trabalhadoras, tais como cargas físicas de trabalho, conciliação entre trabalho e família, relacionamento com os clientes e assédio sexual. A abordagem dialética mostrou-se coerente por meio do estudo de multicasos, para desvendar as representações sociais de dezoito entrevistados (*seis do sexo masculino e doze do sexo feminino*) atuantes na ESF de Aracaju/SE e das Unidades de Saúde Familiar (USF) da Zona Norte de Portugal (Porto e Vila Nova de Gaia) e na região Centro de Portugal(Coimbra). Outras fontes de informação não menos importantes (documentos, estatísticas da Demografia Médica no Brasil (2013) e em Portugal – o relatório final do Estudo de Evolução Prospectiva de Médicos no Sistema Nacional de Saúde (2013), constituíram a base de análise referente a produção do conhecimento sobre o objeto deste estudo. As formas de sociabilidades se diferenciam e são marcadas por especificidade e contradições. Os sujeitos, enquanto atores individuais e coletivos inseridos em determinados contextos organizacionais e institucionais (hospitais, centros de saúde, agência do setor, organizações, instituições, com trajetórias históricas, hierárquicas) tanto criam relações sociais como também são produto destas.

Particularmente, as mudanças na estrutura atual do setor saúde, e no mercado de trabalho médico no Brasil, levam-nos a afirmar que estas têm afetado a profissão médica nuclearmente, tanto em seus elementos constitutivos-ética, autonomia, saber, ideal de serviço, etc., – como em sua prática no mundo do trabalho (MACHADO, 1996, p. 126). Machado (1996) denuncia o crescente processo de assalariamento dessa categoria mediante a forte presença do Estado no setor. Tal fenômeno é observado em Portugal e no Brasil. As contradições advindas do mundo do trabalho e suas transformações incidem no âmbito das políticas públicas e sobre esses profissionais, diminuindo o poder das corporações e revelando contradições entre identidade de si e para si.

Perfil da força de trabalho na medicina no Brasil e em Portugal

A coleta, processamento, disseminação e uso de dados desagregados por sexo podem ajudar a planejar, monitorar e avaliar, satisfatoriamente, as intervenções relativas a gênero no local de trabalho e contribuem para compreender como as diferenças sociais e comportamentais entre homens e mulheres podem levar a desigualdades no setor saúde, nas condições de trabalho, no acesso aos

serviços de saúde e aos seus resultados. Uma estratégia para a análise de gênero da força de trabalho em saúde deve incluir quatro componentes-chave: a) A capacitação para a análise de gênero nas políticas e no planejamento voltado para a força de trabalho, nos níveis internacional, nacional e subnacional; b) A implicação do gênero no desenvolvimento de orçamentos nacionais voltados para a força de trabalho em saúde; c) A promoção do uso de dados desagregados por sexo em todos os níveis de atividades de monitoramento e avaliação; e o estabelecimento de responsabilidade e transparência.

A segregação ocupacional por gênero pode corresponder tanto a um agrupamento vertical (diferenciais na razão por sexo de acordo com o status relativo de emprego) quanto a um agrupamento horizontal (diferenciais de sexo de acordo com a especialização). As condições e as oportunidades de trabalho variam significativamente entre as ocupações e os países, a equidade de gênero pode ser caracterizada pela ausência de diferenças observadas por gênero. Pesquisa sobre o “Perfil dos Médicos no Brasil”(2011) informa que 57% deles conciliam três ou mais atividades, condição essa que incide na questão da saúde desse trabalhador e nas suas condições de trabalho. Tal aspecto, é reflexo do processo de assalariamento da categoria, e tem relação direta com a remuneração, oferta e demanda do mercado, devido ao crescimento de postos médicos². Com relação ao sexo, diplomaram-se no período em análise 4.031 alunos do gênero masculino e 7.287 alunos do gênero feminino. (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2013 p. 41).

No Brasil, dados de 2012 dos Ministérios da Educação e da Saúde informam que anualmente diplomam-se 16.541 novos médicos em 188 escolas. Destas, 39% (73) são públicas, e 61%(115) são privadas, evidenciando, portanto, a forte presença do setor privado no sistema educacional brasileiro, em particular na formação médica. Esse cenário mostra tanto a mercantilização da educação no Brasil, com também considera-se que tal fato repercute na construção das identidades profissionais, em que pese a não ser determinante, uma vez que o lugar, suas especificidades e origens também influem no processo de construção, reconstrução ou afirmação identitárias. Maciel Filho (2007) chama a atenção para a importância e o determinismo que o sistema educacional, a sua estrutura e natureza, o processo de formação, o modelo pedagógico, e o

2 Tais fatores podem significar, em parte, dificuldades no estabelecimento de vínculos, e na relação entre o tempo da consulta e a qualidade da intervenção (BASSETTE; MANDELLI, 2011).

modelo de acesso ao sistema de saúde em Portugal exercem na qualidade da formação da força de trabalho.

No Brasil desde o ano de 2011, a distribuição das vagas nas escolas médicas do país, mostra-se desigual por regiões. A desigualdade entre as regiões do país, se refere tanto à oferta de vagas para o curso de medicina, quanto ao acesso da população dessas regiões aos serviços médicos, sobretudo quando tal desigualdade está relacionada ao contingente populacional dessas regiões³. Esse fato também denota que as regiões do país mais desenvolvidas economicamente, como o Sul e o Sudeste, foram priorizadas tanto pelo Estado como por outros segmentos, a exemplo da própria corporação médica, em períodos históricos anteriores⁴. No Brasil (um país de dimensões geográficas e populacionais bem superiores a Portugal), a pesquisa Demografia Médica no Brasil (SCHEFFER, 2013) informa o número de registros médicos em atividade no país, até o mês de outubro de 2012 atingiu o quantitativo de 388.015. A crescente inserção de outras categorias profissionais no setor saúde no Brasil, a exemplo dos farmacêuticos, bioquímicos, fisioterapeutas/ terapeutas ocupacionais, psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas e fonoaudiólogos, evidenciam a conformação de uma equipe multiprofissional.

Distribuição de médicos por regiões no Brasil:

Observa-se a distribuição desigual dos postos médicos no Brasil, entre as regiões, sobretudo, entre os municípios e as capitais, com destaque para o número maior de postos médicos nas regiões Sul, Sudeste e o Distrito Federal e menor nos Estados do Maranhão (1,3), Pará (1,7) e Ceará (1,8), quanto na relação entre as capitais e os demais municípios, com destaque para as capitais dos Estados do Pará (4,8), Amapá (3,4) e Acre (4,0) em relação aos seus respectivos municípios (0,9), (0,8), (0,8). Em Sergipe menor estado do país, a desigualdade na distribuição dos médicos também se faz presente em Aracaju

3 No Nordeste, há 3.445 vagas no ensino médico, o que representa aproximadamente 21%; já a região Norte apresenta 1.420 vagas, ou seja, aproximadamente 9% do total de 16.541 vagas disponíveis no país.

4 Pereira Neto (2001) no estudo sobre o Congresso Nacional dos Práticos realizado em 1922, observa consenso entre os relatores, qual seja, “tornar o acesso e a permanência no ensino superior ainda mais limitados e elitistas” (PEREIRA NETO, 2001, p. 113). A segunda proposição referia-se à limitação do número de vagas na faculdade de medicina; já o terceiro acordo girou em torno da ideia de evitar o ingresso de médicos estrangeiros no mercado nacional, entre outras proposições.

a capital, concentrando (6,7) médicos por 100 habitantes e apenas (1,5) nos municípios. Em que pese haver registro da ampliação das estruturas e da oferta de postos médico no interior sergipano, sobretudo nas sedes das regionais de saúde, a exemplo de Nossa Senhora do Socorro, Lagarto, Itabaiana, Estância e Nossa Senhora da Glória, o Estado vem encontrando dificuldades para fixar e fazer funcionar, com toda sua potencialidade, os equipamentos de saúde instalados nesses municípios, e em outros que conformam o Estado.

Em Portugal, diferentemente do Brasil, na profissão médica as mulheres já superaram os homens e representam 51% do total. Apesar de esse percentual apresentar certo equilíbrio em termos de gênero já é um indicativo da tendência de feminização da categoria, pois é possível denotar que nos escalões etários até 39 anos. As mulheres representam quase o dobro dos homens. Verifica-se um acentuado rejuvenescimento da medicina no país, uma vez que 31% do total têm até 39 anos. O Estudo de Evolução (2013), no país os médicos, de forma global, conformam um grupo profissional envelhecido, pois 54% dos seus componentes têm mais de 50 anos e o escalão etário entre os 50 e os 59 anos concentra 30% de todos os profissionais.

No Brasil, segundo dados do Conselho Federal de Medicina (2009, p. 24), pela primeira vez, as mulheres passaram, (em 2011), a ser maioria dentro do grupo de médicos com 29 anos ou menos, tendência confirmada em 2012. Do total de 51.070 médicos inseridos na referida faixa etária, 54,50% são mulheres e 45,50% são homens. O mercado de trabalho médico, ainda deverá permanecer com maioria de homens por mais uma década e meia, considerando que, até os anos 1970, a profissão era predominantemente masculina. Projeta-se que somente em 2028 as mulheres serão maioria no mercado médico brasileiro (SCHEFFER, 2013, p.25). Cruz defende que, ao se analisar a força de trabalho de mulheres, é preciso considerar “o processo de dominação social, política e ideológica”, o que denota relações de poder com resquícios patriarcais (CRUZ, 2005, p. 42).

Quanto ao processo de feminilização da medicina no contexto mundial, tanto Machado em (1996) como Scheffer (2013) sinalizam que tal situação está relacionada com feminilização do mundo do trabalho e sua crescente participação nos cursos superiores. Para Machado “com exceção da Europa oriental – entre 1980 e 1985 registrou-se um aumento de quase sete pontos percentuais na participação das mulheres nas escolas de medicina do mundo [...]” (MACHADO, 1996). Entre 1984 e 1985 as matrículas femininas nos cursos de medicina nas Américas representaram 38, 9%. Tal aspecto pode significar

mudanças para o sistema de saúde. Em pesquisa realizada por Machado na década de 90, do século XX, aponta que no Brasil “as mulheres optam por um único emprego; b) detêm rendimentos inferiores aos homens; c) têm jornadas de trabalho menores; d) exercem menos trabalho autônomo – consultório particular” (MACHADO, 1992 apud MACHADO, 1997).

Os atributos de gênero poderão influir certamente, de modo positivo, para a constituição de um novo perfil da medicina no Brasil. Pesquisas no Brasil apontam que as mulheres médicas estão inseridas, prioritariamente, no Brasil, nas áreas clínicas. Para Cruz: “a exigência de flexibilidade comportamental nos novos conceitos de produção está frequentemente relacionada com maior flexibilidade de mulheres nos processos interativos” (CRUZ, 2012, p. 77). Estudos sobre a satisfação médico-paciente demonstraram maior contentamento dos pacientes com as médicas. Elas frequentemente envolvem mais os pacientes na tomadas de decisão, desenvolvem uma melhor eficácia nas ações preventivas, são mais colaborativas e estabelecem relações de comunicação mais democráticas⁵.

Para Scheffer (2013), as médicas se adequam mais facilmente ao funcionamento e à liderança de equipes multidisciplinares de saúde; contribuem com a utilização otimizada de recursos, pois são menos inclinadas a incorporar tecnologias desnecessárias; atendem mais adequadamente às populações vulneráveis. Ademais, segundo a autora, as mulheres realizam menos plantões que os homens, assumem menos serviços e, geralmente, optam por uma carreira profissional mais curta, além disso, quando comparadas aos colegas médicos, elas são as que menos optam para atuarem em regiões periféricas e do interior do país.

Divisão sexual da profissão e das especialidades

A região Sul do Brasil possui o maior número de especialistas, ou seja, do total de 54.851 médicos, 64,89% são especialistas; nas regiões Norte (9.126) e Nordeste (34.680) o número de generalista é superior ao número de especialista.

5 Em muitos contextos, o acesso a prestadores de serviço do sexo feminino é um fator determinante dos padrões de utilização do serviço de saúde pelas mulheres. A tendência de qualificação de médicos, particularmente no agrupamento mais jovem no qual as mulheres são maioria, aliada às positivities sobre as competências sociais e técnicas da mulher médica, são um interessante indicativo que pode ser positivamente aproveitado para reorganizar a força de trabalho médica no Brasil, e qualificá-la de acordo com as necessidades do SUS.

A exceção fica por conta da região Centro-Oeste que, além de apresentar o segundo menor número de profissionais médicos em sua totalidade, inferior apenas à totalidade região. *Entre os 388.015 médicos na ativa no Brasil, 53,57% são especialistas e 46,43% são generalistas*⁶. Grande parte dos médicos generalistas encontra-se nas faixas etária mais jovens, com até 29 anos, faixa esta que também inclui o maior números de mulheres médicas, muitas ainda cursando a Residência Médica. No Brasil, diferentemente de Portugal, o trabalho médico na Estratégia de Saúde da Família (ESF) não exige o título de Especialista em Medicina de Família e Comunidade. O Estado com maior número de especialista é o Rio Grande do Sul com 66,29% de especialistas de um total de 25.541 médicos; destes 8.611 (33,71%) são generalistas. O Rio de Janeiro, como os demais estados da região, registra um número elevado de médicos em relação a outras regiões do país, apresenta maior contingente de generalistas; ao todo são 32.795 (55,79%) de um total de 58.782 médicos.

Particularidade da demografia médica

Em Sergipe, menor estado do Brasil, o número de especialistas, é de 1.736, o que representa 57,62% de um total de 3.013 médicos, superando o número de médicos generalistas (1.277 - 42,83%). Médicos(as) formados na UFS revelaram sentirem-se preparados para o trabalho na clínica, no início de sua inserção na ESF, isto porque, lhes faltou uma formação generalista, para lidar com as doenças que mais se apresentam nas demandas das consultas de Atenção Primária em Saúde (APS). A formação médica tradicionalmente é mais especializada, fragmentada, o que pode contribuir para que os jovens médicos se sentam inexperientes para o trabalho na APS, significando a valorização da cultura dos usuários dos serviços. Este aspecto demanda repensar o papel da formação acadêmica, dos docentes e da formação dos sujeitos, para além de uma mudança apenas na estrutura formal, no modelo curricular e pedagógico.

Observa-se um empate entre homens e mulheres tanto no que diz respeito ao número de especialistas e de generalistas. Ou seja, 53,43% do total de especialistas são do sexo feminino e 53,68% são do sexo masculino. Em relação aos generalistas os números evidenciam que 46,32% são do sexo masculino e 46,57% são do sexo feminino. Em muitos contextos, o acesso a prestadores de

6 Segundo a pesquisa Demografia Médica no Brasil (SCHEFFER, 2013), generalistas são àqueles que não têm título de especialista.

serviço do sexo feminino é um fator determinante dos padrões de utilização do serviço de saúde pelas mulheres.

A ideia da racionalidade científica e tecnológica presentes de forma intensa nos sistemas de saúde, em particular nas sociedades ocidentais, é expressão da ciência moderna, das chamadas tecnociências que influenciaram fortemente e continuam influenciando o campo científico da medicina, trazendo resultados positivos e também dificuldades para uma proposta de visão mais holística do processo saúde-doença, dada a contínua fragmentação e especialização do cuidado em saúde. Ter ou não ter uma especialidade, configura-se como um aspecto que impacta na construção identitária do médico tornando-se um elemento diferenciador na representação social desses atores, muitas vezes alimentada no próprio espaço de formação universitária. As especialidades médicas sofrem variações dentro da sua estrutura entre os países. Enquanto em Portugal se reconhecem (pela Ordem dos Médicos) 47 especialidades, em França este número reduz-se para 40 especialidades (compreendendo a “Médicine Générale”) e no caso de Inglaterra o NHS estabelece 68 especialidades (considerando a “General Practice” entre estas especialidades) (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2013, p. 66).

Em Portugal, em razão do contexto histórico, social e político, o número de vagas no Internato Médico⁷ nos últimos anos tem sido aplicado o critério do ‘número de vagas igual ao número de candidatos’ quer para o ingresso no ano comum, quer para o ingresso na área profissional de especialização. O Relatório sobre o Estudo de Evolução Prospectiva de Médicos no Sistema Nacional (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2013) em 2012, indica a taxa de colocação na especialidade em Medicina Geral e Familiar em Portugal foi de 95%, enquanto a das especialidades extra-hospitalares atingiu 98%.

No Brasil, Pesquisa Demografia Médica (2013), informa que as mulheres representam 54,63% dos especialistas em Medicina de Família e Comunidade, tanto homens quanto mulheres constituem as faixas etárias mais jovens dentro dessa especialidade. Elas são maioria em quatro das seis especialidades básicas, representam 69,63% dos especialistas em Pediatria, seguida de Medicina de

7 A formação médica pós-graduada consiste no Internato Médico (IM), que se realiza após a licenciatura em Medicina ou após o equivalente mestrado integrado em Medicina e corresponde a um processo de formação médica especializada, teórica e prática, tendo como objetivo habilitar o médico ao exercício tecnicamente diferenciado de uma das especialidades médicas legalmente reconhecidas” (ESTUDO DE EVOLUÇÃO PROSPECTIVA DE MÉDICOS NO SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE, p.47)

Família e Comunidade com 54,63%, Clínica Médica 50,96%, e em Ginecologia e Obstetrícia (50,53%). No Brasil⁸ observa-se uma tendência mundial na qual a opção por Pediatria e Ginecologia e Obstetrícia prevalecem entre o sexo feminino. Com relação a outras especialidades, diferentes daquelas consideradas básicas, as mulheres são maioria em áreas como Dermatologia com mais de 72,90%, Genética Médica 66,50%, Endocrinologia e Metabolologia 65,01% e em Alergia e Imunologia 60,83% e Infectologia 55,52%. As mulheres superam os homens em 13 especialidades e, em contraposição, os homens são maioria em 40 das 53 especialidades e portanto, representam 75,06% das áreas (SCHEFFER, 2013, p. 147).

Para concluir

Quando o assunto é força de trabalho médica no Brasil e em Portugal é preciso considerar que as condições geográficas, a cultura, os contextos histórico e social, a conjuntura política e as características epidemiológicas incidem de forma diferenciada na sua formação, ao tempo que apresenta aspectos similares na sua constituição. Os dados revelam diferenças de gênero e, especificamente do modo como o fenômeno global da feminização da medicina vem incidindo na particularidade do contexto brasileiro e português. Em Portugal, o processo de feminização da categoria médica mostra-se mais acentuado e consolidado, observando-se dois traços que o diferenciam. Primeiro é a preponderância feminina em diferentes especialidades. Ou seja, das 47 especialidades, elas são maioria, com taxa superior a 50%, em 33 das especialidades o que corresponde a 58% do total. A outra se refere ao fato de que, diferentemente do Brasil, as especialidades em que se denota uma taxa de feminização mais elevada são a Medicina Legal, a Psiquiatria da Infância e da Adolescência, a Imunohemoterapia e a Radioterapia. As médicas não estão em áreas básicas como se denota no Brasil. Registra-se semelhança com o caso brasileiro na preponderância do gênero masculino nas especialidades cirúrgicas e em áreas

8 No Brasil existem 53 áreas de especialidades, observando-se a prevalência da pediatria no contexto nacional brasileiro, pois a mesma totaliza 30.112 especialistas seguida da área de Ginecologia e Obstetrícia que soma 25.032.; em terceiro lugar vem Cirurgia Geral com 22.276, seguida de Clínica Médica com 21.890 que, juntas, somam 37,03% do total e estão no grupo das chamadas áreas básicas. No cenário exposto o 19º lugar é ocupado pela área de Medicina de Família e Comunidade em contraposição à necessidade do mercado de trabalho brasileiro que absorve aproximadamente 35 mil médicos.

como Urologia, Ortopedia, Medicina Desportiva, a Farmacologia Clínica⁹. As concepções mais igualitárias no espaço das relações de gênero estariam diretamente relacionadas, na ação feminina, à ampliação do universo de escolhas e ao maior investimento na própria qualificação bem como na vida profissional. Os dados revelam a existência de relações de poder. Isto porque vivemos em um mundo que confere maior importância ao sexo masculino. As escolhas profissionais estão presentes antes mesmo da ação, assim o indivíduo vai construindo e reconstruindo formas identitárias por meio e na relação consigo mesmo e com o outro. As representações sociais tanto de homens quanto de mulheres não são reguladas tão somente pelas relações interpessoais entre mulheres e homens, como também ela ocorre nas relações entre mulheres e mulheres, bem como entre homens e homens.

Referência bibliografia

BASSETTE, Fernanda. MANDELLI, Mariana. Plano prevê abertura de 2,5 mil vagas de Medicina para reduzir desigualdade. **O Estado de São Paulo**. (19 jul. 2011) Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,plano-preve-abertura-de-25-mil-vagas-de-medicina-para-reduzir-desigualdade,746743,0.htm>> Acesso em 10 nov. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES N° 4, de 7 de novembro de 2001. Publicada no Diário Oficial da União, Brasília, 9 de novembro de 2001. Seção 1, p. 38. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. 2001.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Mapeando diferenças de gênero no ensino superior da Universidade Federal de Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012, 370p.

_____ **Trabalho, gênero e cidadania: Tradição e modernidade**. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, **Número de médicos cresce em ritmo mais acelerado que a população. (13/04/2011)**. Disponível em: <http://www.escolasmedicas.com.br/art_det.php?cod=206>. Acesso: 10 nov. 2011.

9 Cf. UNIVERSIDADE DE COIMBRA(2013, p.15).

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, **O médico e o seu trabalho**: aspectos metodológicos e resultados do Brasil. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária 2009–AMS 2009**. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/.../ams/2009/ams2009.pdf. Acesso em: 12 mai. 2013.

MACHADO, Maria Helena; OLIVEIRA, Eliane dos Santos de; MOYSES, Neusa Maria Nogueira. **Tendências do mercado de trabalho em saúde no Brasil**. Conferência Internacional sobre Pesquisas em Recursos Humanos em Saúde na Mesa de Discussão: Mercado de Trabalho em Saúde e Dinâmica da Oferta e Demanda. Rio de Janeiro, 10 de Junho, 2010. Colegiado dos Secretários Municipais de Saúde do Estado de Minas Gerais Disponível em: <http://www.cosemsmg.org.br/cosems/imagens/fbfiles/files/artigo_tendencias_EM_REVISO.pdf> Acesso em 24 jan. 2014.

MACHADO, Maria Helena. Trabalho e emprego em saúde. In: GIOVANELLA, (org.) **Políticas e sistemas de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

MACHADO. Helena. **Os médicos no Brasil**: um retrato da realidade (Coordenadora). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.

_____ **Os médicos e sua prática profissional**: as metamorfoses de uma profissão, (1996). Tese. (Doutorado em Ciências Humanas e Sociologia). Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1996.

MACIEL FILHO, Rômulo. **Estratégias para a distribuição e fixação de médicos em sistemas nacionais de saúde**: o caso brasileiro. 2007, 262 f.. Tese (Doutorado em Medicina) Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <www.tesesims.uerj.br/lildbi/docsonline/get.php?id=350> Acesso em 04 nov. 2011.

MEDICI, A. C; MACHADO, M. H.; NOGUEIRA, R. P. *et al.* El mercado de trabajo en salud: aspectos teóricos, conceptuales y metodológicos. **Educación Médica y Salud**, v. 25, n. 1, p. 1-14, 1991

PEREIRA NETO, André de Faria. **Ser médico no Brasil**: o presente no passado. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

SCOTT, W Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n.2, jul./dez, 1990.

SCHEFFER, Mário. (Coordenador) **Demografia Médica no Brasil**, v. 2. Equipe de pesquisa: Alex Cassenote, Aureliano Biancarelli. São Paulo: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo: Conselho Federal de Medicina, 2013.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Estudo de Evolução Prospectiva de Médicos no Sistema Nacional de Saúde – Relatório Final, junho de 2013. Universidade de Coimbra. Disponível em: www.nortemedico.pt/download.php?...20130918162117
Estudo Evoluca. Acesso em: 10 dez. 2013.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
- Programa de Doutorado Sanduíche (PDSE) Processo: 9850/11-2.

ABORTO ESPONTÂNEO E ABORTO “ESCONDIDO: CONSIDERAÇÕES SEGUNDO ENFERMEIROS/AS DAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA.

Josilene Barbosa do Nascimento
ninjosibn@gmail.com

Idalina Maria Freitas Lima Santiago
Universidade Estadual da Paraíba/Grupo Flor e Flor Estudos de Gênero
imfls@uol.com.br

Resumo: O presente texto percorre parte dos resultados da pesquisa intitulada “Mulheres paraibanas: saúde sexual e reprodutiva”, financiada pelo MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA, edital nº 32/2012, realizada em quatro municípios da Paraíba, representando, cada município, uma das quatro mesorregiões do referido Estado, que teve como objetivo geral verificar se as mulheres atendidas nas Estratégias Saúde da Família tiveram acesso aos serviços direcionados à saúde sexual e reprodutiva previstos na Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher – PNAISM. A pesquisa, entretanto, envolveu dois tipos de coleta de dados: uma de caráter documental, através de consultas em dados secundários, e outra através da obtenção de dados primários junto às usuárias das Estratégias Saúde da Família, aos/às gestores/as públicos responsáveis pela área técnica de saúde da família e/ou saúde da mulher, e enfermeiros/as que fazem parte das equipes de saúde da família pertencentes às Unidades de Saúde da Família escolhidas como campos de coleta de dados. No presente artigo apresentaremos os procedimentos tomados pelos/as enfermeiros/as para os encaminhamentos relacionados aos casos de suspeita de aborto espontâneo ou provocado clandestinamente.

Palavras-chave: aborto espontâneo, aborto provocado clandestinamente, Estratégia Saúde da Família, atendimentos dos/as enfermeiros/as nos casos de suspeita de aborto.

Introdução

A pesquisa “Mulheres paraibanas: saúde sexual e reprodutiva” teve como objetivo geral verificar se as mulheres atendidas nas Estratégias Saúde da Família, localizadas nos municípios de Cajazeiras, Patos, Campina Grande João Pessoa, tiveram acesso aos serviços direcionados à saúde sexual e reprodutiva previstos na Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher – PNAISM.

A importância da pesquisa se justifica por ser um estudo pioneiro em nível do Estado da Paraíba, visto que constatamos, verificando o acervo disponível nas bibliotecas centrais da Universidade Estadual da Paraíba, Universidade Federal de Campina Grande e Universidade Federal da Paraíba, a não existência de pesquisas e/ou estudos que tratam dos serviços públicos de saúde direcionados à saúde sexual e reprodutiva em nível estadual. Alguns estudos encontrados estão concentrados apenas na realidade de Campina Grande, supostamente por ser um dos primeiros municípios do país a ter implantado, com excelência e por isso ganhando destaque em nível nacional, o Programa Saúde da Família – atual Estratégia Saúde da Família –, isso ocorrido no ano de 1994.

A pesquisa, então, envolveu dois tipos de coleta de dados: uma de caráter documental, através de consultas em dados secundários, como publicações, por exemplo, e outra através da obtenção de dados primários junto às usuárias das Estratégias Saúde da Família, aos/as gestores/as públicos responsáveis pela área técnica de saúde da família e/ou saúde da mulher, como os/as coordenadores/as de saúde da mulher e os/as gerentes de atenção básica em saúde, e enfermeiros/as que fazem parte das equipes de saúde da família pertencentes às Unidades de Saúde da Família escolhidas como campos de coleta de dados.

Foi imprescindível, para atingir ao objetivo proposto, traçar um perfil socioeconômico destas mulheres; identificar os serviços básicos, bem como os serviços de média e alta complexidade, oferecidos no município direcionados à saúde da mulher; e verificar as informações obtidas pelas usuárias das Unidades de Saúde da Família a respeito de temas voltados para a saúde sexual e reprodutiva, como menarca, início da vida sexual, contracepção, gravidez, parto, amamentação, aborto, prevenção do câncer de mama e do colo do útero, HIV/Aids e DST, e climatério/menopausa. Aplicamos, então, questionários com perguntas fechadas junto a 150 mulheres em cada município, totalizando 600 questionários aplicados, e entrevistamos, com uso de um roteiro de entrevista semiestruturado, os/as já citados/as gestores/as públicos e enfermeiros/as.

O roteiro de entrevistas semiestruturado direcionados aos/às gestores/as públicos visava saber sobre o trabalho de gerência da atenção básica em saúde ou de coordenação de saúde da mulher. Quanto ao roteiro aplicado junto aos/às enfermeiros/as, o objetivo, entre outros, era verificar suas atribuições na equipe de saúde, assim como ocorria o planejamento familiar, as consultas de pré-natal e a distribuição dos métodos contraceptivos, como eram diagnosticados, tratados ou encaminhados os casos de Doenças Sexualmente Transmissíveis, se existia educação em saúde na Unidade de Saúde, os casos de encaminhamento para a média e alta complexidade, ou encaminhados dos casos de aborto, seja espontâneo ou não etc.

Nesse sentido, a pesquisa em questão teve como eixo metodológico à abordagem descritivo-analítica, a partir da coleta de dados quantitativos e qualitativos com os quais desenvolvemos nossas análises de modo a favorecer uma compreensão do objeto investigado.

Diante das informações coletadas na pesquisa, para a construção deste texto realizamos um recorte específico para as reflexões, considerando aspectos relacionados às interrupções de gravidez, sejam provocadas, porém clandestinas, como espontâneas. Assim, o objetivo desse artigo é apresentar os procedimentos tomados pelos/as enfermeiros/as para os encaminhamentos relacionados ao abortamento, seja espontâneo ou provocado. No caso aqui em questão, foram entrevistados/as 18 enfermeiros/as, assim distribuídos/as:

CAJAZEIRAS

Código de identificação	Sexo/idade	Religião	Estado civil
C1	F/27	Católica	Solteira
C2	F/29	Católica	Solteira
C3	F/31	Católica	Casada
C4	F/57	Católica	Casada
C5	M/33	Católico	Casado

PATOS

Código de identificação	Sexo/idade	Religião	Estado civil
P1	F/23	Católica	Solteira
P2	F/27	Católica	Casada
P3	F/32	Católica	Casada
P4	F/32	Espírita	Casada

CAMPINA GRANDE

Código de identificação	Sexo/idade	Religião	Estado civil
CG1	F/30	Sem religião	Divorciada
CG2	F/32	Evangélica	Casada
CG3	F/33	Católica	Solteira
CG4	F/35	Católica	Divorciada

JOÃO PESSOA

Código de identificação	Sexo/idade	Religião	Estado civil
JP1	F/38	Católica	Casada
JP2	F/38	Evangélica	Solteira
JP3	F/39	Evangélica	Casada
JP4	F/50	Evangélica	Casada
JP5	F/53	Católico	Casada

Verificamos que a maioria dos/as entrevistados/as são cristãos e apenas uma, apesar de indicar que acredita na existência de Deus, informou que não possui religião. A idade varia entre 23 até 57 anos, com prevalência da faixa etária entre 31 a 39 anos.

Quanto à formação, todos/as informaram que possuem bacharelado em enfermagem, sendo que 14 possuem algum tipo de pós-graduação *lato sensu*, principalmente especialização em saúde da família ou saúde coletiva, 01 está concluindo a especialização em gestão em saúde, outra pós-graduação *stricto sensu*, no caso mestrado em ciências da saúde.

Considerações sobre o aborto

Compreende-se o aborto como a cessação precoce da gravidez com a remoção ou expulsão de um embrião (antes da 8ª ou 9ª semanas de gestação) ou feto (depois da 8ª ou 9ª semanas de gestação), ocasionando na morte do concepto. O aborto pode ser espontâneo, quando a expulsão de um embrião ou feto é involuntária, não intencional, ou seja, causada, geralmente, por anomalias cromossômicas do feto ou embrião, ou provocado/induzido, com uso de ingestão de medicamentos ou por meio mecânico e/ou do método cirúrgico. O aborto provocado pode ocorrer a partir de julgamentos/avaliações médicos aceitos pela lei, denominado aborto terapêutico, ou realizado clandestinamente por pessoas, na maioria das vezes, leigas, o que é considerado crime.

Quando o feto é eliminado após a 20ª semanas de gestação, ele é considerado natimorto, ou seja, um termo para se referir ao feto que morreu por causas naturais dentro do útero ou durante o trabalho de parto. É natimorto exatamente por não se encontrar com vida quando sai do corpo materno.

O aborto provocado, enquanto prática clandestina, traz consigo o estigma da reprovação, porém não foi assim no decorrer da história da humanidade. Como por exemplo, na Antiga Grécia, o aborto era recomendado por Aristóteles como prática eficiente para restringir os nascimentos e manter inalteráveis as populações das cidades gregas.

A prática do aborto era corrente e encarada naturalmente, sendo feita, sobretudo, entre as meretrizes. Sócrates aconselhava às parteras (por sinal profissão de sua mãe) que facilitassem o aborto às mulheres que assim o desejassem. (PINTO & TOCCI, 2003, p. 57)

O aborto também era um método comum em Roma, embora significado de diferentes modos, de acordo com a época. Assim, diante de uma taxa de natalidade elevada, como nos primeiros tempos da República, o aborto era bem aceito, porém com a decadência da taxa de natalidade, isso ocorreu a partir do Império, a legislação se tornou bastante rígida, considerando o aborto provocado como crime contra a segurança do Estado.

No século XIX, nos países industrializados, ocorreu a expansão do aborto provocado, principalmente entre as classes mais populares, decorrente da crescente emigração do campo para a cidade.

Na classe alta o controle da natalidade era obtido através de uma forte repressão sexual sobre seus próprios membros e a prática do aborto, embora comum, era severamente condenada. (PINTO & TOCCI, 2003, p. 57)

Pinto e Tocci (2003) afirmam que na União Soviética o aborto provocado deixou de ser percebido como um delito, tornando-se um direito da mulher a partir de decreto de 1920. Entretanto, em alguns países da Europa Ocidental, ocorreu um processo inverso, principalmente naqueles que sofreram enormes perdas durante a Primeira Guerra Mundial, optando por uma política natalista, com o enrijecimento na legislação do aborto.

Schor e Alvarenga (1994) lembram que com a elevação do nazifacismo, as leis antiabortivas tornaram-se bastante rígidas nos países em que ele se estabeleceu, “com o lema de se criarem “filhos para a pátria”. O aborto passou a ser punido com a pena de morte” (p. 20). Nesse caso, tornando-se delito contra a nação.

Após a Segunda Guerra Mundial, as leis continuaram bastante restritivas até a década de 60, com exceção dos países socialistas, dos países escandinavos e do Japão. (país que apresenta lei favorável ao aborto desde 1948, ainda na época da ocupação americana). (SCHOR & ALVARENGA, 1994, p. 20)

No caso do Japão, o principal objetivo da lei favorável ao aborto, denominada “Lei da Proteção Eugênica”, seria a utilização do aborto como medida eficaz para os problemas decorrentes da superpopulação e consequente aceleração da taxa de crescimento populacional. A realização do aborto, então, é legal no Japão, não estando constrangida a discussões religiosas ou políticas como ocorre nos Estados Unidos e em outros países.

No caso no Brasil, no Código Penal brasileiro, ou seja, no Decreto-Lei nº 2.848/1940, são demarcados os delitos que atingem a pessoa humana em seu aspecto físico ou moral, e, dentre eles, estão pressupostos os tipos do crime de aborto. De acordo com o referido Código Penal, serão consideradas práticas criminosas, no Art. 124 - Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lhe provoque; Art. 125 - Provocar aborto sem o consentimento da gestante; e Art. 126 - Provocar aborto com o consentimento da gestante. Nesse sentido, o auto aborto e a permissão para a prática do aborto são crimes que somente poderão ser cumpridos pela gestante, sendo puníveis com reclusão. Diferentemente de causar aborto em si mesma ou permitir que outra pessoa lhe provoque, a prática de aborto também pode ser cumprida por terceira pessoa, com ou sem a permissão da gestante. Tais modalidades, por sua vez, são puníveis também com detenção.

Ainda, no Brasil, existem condições que tornam legal a realização do aborto, e, excepcionalmente, o Código Penal apresenta duas hipóteses que o aborto poderá ser praticado por médico, ou seja: quando a gravidez significar risco a vida da gestante, considerando, nesse caso, que a Lei optou pelo resguardo da vida da mãe diante do sacrifício de um ser que ainda não foi totalmente formado e, nesse contexto, não seria prudente sacrificar a vida de ambos

se, na realidade, uma vida poderia ser salva em detrimento de outra; ou quando a gravidez for resultado de estupro e o aborto for antecedido de permissão da gestante, ou, se incapaz, por seu representante legal. O que ocorre, no caso da segunda condição, é que o Estado não poderia impor a gestante a gerar e parir um filho que seria fruto de um crime – no caso o estupro –, considerando que prejuízos maiores poderiam ser causados, como os danos psicológicos vivenciados pela vítima. Um terceiro caso, não previsto no citado Código Penal, prevê a interrupção da gravidez de feto anencéfalo (sem cérebro). O aborto de fetos anencéfalos foi votado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em abril de 2012, que decidiu, por ampla maioria, pelo direito ao aborto de fetos anencéfalos. Nesse caso, é facultativo à mulher gestante de feto anencéfalo o direito de escolher abortar ou não.

Todos os procedimentos de aborto legal devem ser oferecidos gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e, por isso, cada um desses casos deverá ser regulamentado pelo Ministério da Saúde para o amplo atendimento das gestantes que possuem direito a esse recurso. Para isso, foi criada a Portaria nº 415/2014, do Ministério da Saúde, objetivando normatizar os três tipos de aborto permitidos citados anteriormente. Tal Portaria cria e regulamenta o procedimento do aborto legal dentro da rede do SUS, como, por exemplo, define custos, padroniza normas de solicitações e autorizações. Não é preciso autorização judicial para a prática do aborto legal.

Após esse breve exposto sobre aborto, apresentaremos brevemente os dados coletados na referida pesquisa sobre aborto espontâneo e aborto provocado clandestinamente, por isso não legal, segundo as falas dos/as enfermeiros/as entrevistados/as.

Mulheres procurando serviço com suspeita de abortamento: o atendimento dos/as enfermeiros/as.

No roteiro de entrevista semiestruturado foi perguntado aos enfermeiros/as quais os procedimentos realizados caso uma mulher procurasse a Unidade de Saúde com indícios de abortamento.

Todos/as os/as enfermeiros/as entrevistados/as de Cajazeiras informaram que se acontecer de uma mulher gestante procurar o serviço em situação de abortamento ela é encaminhada para a maternidade. Porém, não informaram qual o nome da maternidade. No caso de João Pessoa, as enfermeiras informaram que encaminham para a maternidade Cândida Vargas, em Campina

Grande para a maternidade do ISEA – Instituto de Saúde Elpídio de Almeida, e em Patos para a maternidade Peregrino Filho. Uma das enfermeiras entrevistadas em Cajazeiras explicou o motivo de encaminhar a mulher gestante com suspeita de abortamento para a maternidade.

É, porque a gente, no posto, não tem como cuidar. Aborto a gente só encaminha pra maternidade. (C4)

Os/as enfermeiros/as também informaram que nas consultas de pré-natal é aconselhado às gestantes que em caso de sangramento e cólicas fortes, por exemplo, devem procurar imediatamente a maternidade. É por esse motivo que a procura de socorro nas Unidades de Saúde no caso de suspeita de aborto é rara.

No caso de Patos, uma enfermeira informou que a gestante prefere ir logo para a maternidade do que procurar ajuda na Unidade de Saúde. Nesse caso, a maternidade fica muito próxima da Unidade de Saúde. Vejamos:

Aí muita gente procura logo a maternidade porque é pertinho. A maternidade é dobrando aqui. Aí muitas vezes não vem nem pra cá, vai logo direto pra lá. (P3)

Ocorreram casos em que o/a enfermeiro/a entrevistado/a nunca tinha recebido na Unidade de Saúde que trabalha algum caso de mulher grávida apresentando suspeita de abortamento. Nos raros casos ocorridos, elas procuraram ajuda na Unidade quando acontece uma hemorragia e sente alguma dor.

Quando está em abortamento? Tem, às vezes, assim, inicialmente é um deslocamento de placenta, uma dor. Elas procuram mais por uma queixa de dor ou sangramento. Aí a gente encaminha pra maternidade, não é? Aí depois vem a notícia pela Agente de Saúde que ela abortou. É mais assim, esses abortamentos (P3)

Quando elas querem a gravidez elas vêm. A gente encaminha pra maternidade. Se ela tiver com sangramento na mesma hora a gente já faz o encaminhamento, ela já vai... (JP4)

Geralmente, essas mulheres estão fazendo pré-natal na Unidade procurada. O/a enfermeiro/a também quase sempre é o primeiro/a profissional procurado, visto que realiza consultas de pré-natal.

Já, já teve (casos de suspeita de aborto espontâneo), mas ela estava gestante. Fazendo pré-natal, era uma gravidez desejada. Mas aí abortou. (C3)

Uma enfermeira de Campina Grande relatou que é possível “sentir” quando o aborto foi espontâneo e não provocado. Geralmente a mulher que quer ter o bebê faz pré-natal e quando perde (aborta espontaneamente) passa por uma espécie de luto.

Inclusive passam pela questão do luto, da perda, a gente nota, realmente, a tristeza por ter perdido a gravidez. (CG2)

As enfermeiras P2 e P3 informaram que elas são as primeiras pessoas que a mulher procura no serviço, talvez pelo fato do médico ser homem e/ou por apresentarem mais tempo para atendê-las. Vejamos:

É, ela chegou..., normalmente elas me procuram, porque normalmente a médica tá cheia e tudo o mais, aí tem mais acesso a enfermeira. Aí relataram a questão de tá com o sangramento, cólica, fui até a médica, chamei, e aí ela foi e avaliou a paciente e solicitou o ultrassom pra avaliar, e identificando a necessidade ela é encaminhada pra maternidade pra fazer o procedimento lá, né? (P2)

Geralmente vem logo pra enfermeira. Geralmente eles procuram mais a enfermeira do que o médico. Até por conta do acesso, que a gente tá mais tempo aqui às vezes do que o médico. Mais por isso. (P3)

Quanto aos casos de aborto provocado, os/as enfermeiras/os informaram que é bastante raro a mulher que passou por esse tipo de procedimento procurar a Unidade de Saúde, até mesmo para ser encaminhada para fazer a curetagem.

Ocorreram casos em que a mulher procurou a enfermeira para que ela indicasse um remédio abortivo.

Já vieram me procurar perguntando pra mim orientar que remédio tomar pra abortar. (JP4)

Há muitos casos, também, de mulheres usuárias de drogas que engravidam e desejam abortar. Mas escondem da equipe de saúde quando provocam o aborto e sequer procuram a maternidade para que seja realizada nelas o procedimento de curetagem. Essa não procura ocorre por medo de serem descobertas e, como consequência, maltratadas.

E engravidam e quando descobrem que tá grávida, e fica escondendo da gente. Somem. É uma dificuldade que a gente também tem, de captar a gestante no primeiro trimestre, porque o primeiro trimestre é o trimestre que elas tão tentando matar. (...) Aí esconde, fica tentando matar, e eles compram medicação, Cytotec, que elas tomam. (...) Não vai pra maternidade fazer curetagem. (...) E, assim, elas têm na cabeça também é que se for pra um serviço de saúde vão maltratá-las porque ela tentou o aborto, entendeu? Muitas têm isso na cabeça. (JP4)

Certamente que esse “medo” tem explicação, considerando que aborto provocado no Brasil, se não for aborto considerado legal, é crime. Nesse sentido, as mulheres que provocam aborto geralmente não procuram a Unidade de Saúde e também não procuram ajuda em outras referências de saúde por medo de serem repreendidas e não entendidas.

Vem não. E as que tiveram problema passam direto pra Cândida Vargas. E tem umas que se... Agora já atendi uma, que já tinha colocado, que tava com suspeita, e essa inclusive tava com uma certa resistência de ir pra maternidade. (...) Falou que tinha colocado, que tava sentindo..., mas não tinha descido nada, e aí a gente pediu uma ultrassom, e depois ela disse que tava sangrando, e o sangramento persistiu e aí a gente teve de convencer ela procurar a maternidade. Porque o problema dela de ir para a maternidade é porque o pessoal fica discriminando, não é? São agressivos, né? (JP3)

Uma enfermeira, inclusive, foi “intimada” pela equipe de uma maternidade a verificar um caso de aborto.

Já teve uma que abortou na Cândida Vargas e chegou investigação pra mim sobre o aborto e ela até se chateou. Porque eu recebi

da Cândida Vargas e eu tinha que investigar, né? E ela achou que era invasão da privacidade dela. Mas eu recebi. A Cândida Vargas mandou pra investigar, que foi provocado. Ela chegou lá, com quase cinco meses. Um parto já, né? Um parto. (JP5)

Essa enfermeira considerou correta à solicitação da maternidade, visto que “aborto” com cinco meses de gestação, segundo ela, já é um crime.

Ocorreu um caso em que a enfermeira “convenceu” a mulher a não abortar.

Espontâneo é mais comum, né? Que a gente sabe que elas têm medo, têm vergonha (...) precisam fazer um procedimento. Mas esses anos que eu trabalho acho que peguei uns três, quatro casos, que elas tiveram coragem mesmo, né? Na hora que elas engravidam novamente, que a gente vai pra a anamnese, elas: ‘eu já provoquei aborto, e tal’. Eu peguei um caso no ano passado, um casal, ano passado, a mulher já tinha provocado cinco abortos e tava na sexta gestação. E esse ela conseguiu. Mas foi um trabalho bem difícil assim. Eu fiquei muito feliz porque ela teve o bebê. O bebê tá lindo, assim. E ela tinha uma coisa dela, assim, e não queria. Ela não queria ser mãe. E eu: ‘mulher, vai ser maravilhoso ter um bebê...’. Essa pessoa é do interior, aí ela disse: ‘olhe, não vou mentir pra você...’. Aí eu disse: ‘olhe, fica aqui nessa sala entre nós’. ‘Eu já fiz cinco abortos provocados. E eu tô na sexta gravidez e não sei como é que vai ser’. Aí eu percebi já que ela tava querendo abortar novamente. E eu como profissional eu não posso nunca dizer que é certo ou errado. Mas eu, particularmente, eu prezo muito pela vida. Então, assim, o que eu puder fazer pra uma mulher não provocar o aborto eu vou fazer, tá entendendo? (...) Porque eu sou uma pessoa assim que luta pela vida, (...) eu não sou a favor do aborto, assim sabe? Tenho..., porque tenho os meus princípios, minha religião e tudo mais. (PJ2)

Embora cada pessoa possa apresentar sua posição pessoal a respeito do aborto, percebemos que essa enfermeira é contra o aborto por questões religiosas, talvez por acreditar que a interrupção da gravidez, em qualquer fase, é um grande erro, “pecado”, talvez por acreditar que a alma é instalada no momento em que o espermatozoide penetra no óvulo.

Considerações Finais

A realidade aqui no Brasil é que desde que a mulher possa pagar, o aborto é “permitido” no Brasil. Se pertencer às classes menos favorecidas economicamente necessita provar que foi estuprada ou que estar à beira da morte para ter acesso a ele. Como resultado, um número incalculável de adolescentes e mulheres de mais idade, algumas já mães, que engravidaram sem desejar, buscam ao abortamento clandestino.

Constata-se, então, no caso do Brasil, que a proibição legal não impede a prática de aborto e sim reforça a clandestinidade, acontecendo em todas as classes sociais, com mulheres de diferentes faixas etárias, estando estreitamente relacionada ao elevado índice de morbimortalidade materna, visto que os procedimentos de abortamento são realizados por indivíduos tecnicamente sem qualificação e em situações precárias e, por isso, inseguras, e em locais desapropriados para a prática abortiva. Quando a mulher realiza o auto aborto, dependendo da técnica utilizada, também poderá colocar em risco a sua saúde e a sua vida. Apesar da ausência de indicadores que possibilitem constatar o número total de acontecimentos de abortamentos na população em geral, devido, inclusive, à clandestinidade que ocorre, alguns dados estatísticos oficiais indicam a adoção de medidas preventivas e de promoção à saúde reprodutiva para que a incidência percebida de óbitos por complicações causadas pelo aborto diminua. Tais dados indicam e legitimam a necessidade de se oferecer informações às mulheres a respeito do perigo a que elas se expõem quando se sujeitam a esse tipo de prática, visto que as mesmas, muitas vezes, não possuem informações sobre as consequências que podem acontecer do aborto provocado.

No caso das entrevistas dos/as enfermeiros/as, constatamos que as mulheres, quando procuram serviço de saúde, principalmente para realizarem curetagem, podem vivenciar uma assistência não humanizada. Esse é o motivo do “medo” sentido por elas e da conseqüente recusa de procurar ajuda quando se submetem ao aborto provocado.

Mesmo sabendo da existência de discursos e práticas que possibilitem uma assistência humanizada, percebemos que os/as enfermeiros/as entrevistados encontram dificuldades em legitimá-la e aplicá-la. É fundamental, então, resgatar o sentido de cuidado ao próximo, visto que a mulher que induziu o aborto necessita dos profissionais de saúde uma assistência livre de julgamentos, estigmas e críticas. Também se deve considerar a grande importância não somente

da imparcialidade no atendimento à mulher que passou pelo abortamento, mais também do sigilo profissional e da confidencialidade. A mulher deve confiar no profissional de saúde.

Finalmente, segundo o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (CEPE), em seu Cap. V, Art. 45, com relação à prática abortiva realizada por profissionais de enfermagem, é proibido aos mesmos provocar aborto ou cooperar em prática destinada a interromper a gestação. Porém, isso não impossibilita ao profissional de enfermagem guardar sigilo e confidencialidade diante de práticas de aborto induzidas.

Referências

BRASIL. **Conselho Federal de Enfermagem**. Resolução 240 de 2000. Aprova o código de ética dos profissionais de enfermagem e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848**, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BRASIL. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

PINTO, A. P.; TOCCI, H. A. O aborto provocado e suas consequências. **Revista Enfermagem UNISA**, v. 4, p. 56-61, 2003.

SCHOR, N; ALVARENGA, A. T. O aborto: um resgate histórico e outros dados. **Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento**, São Paulo, IV(2), p. 07-12, 1994.

PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE O PARTO: EXPECTATIVAS E EXPERIÊNCIAS DE HOMENS ATENDIDOS PELO SERVIÇO DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

Juliana Keila Silva

Jorge Lyra

Universidade Federal de Pernambuco

juliana.k.jeremias@gmail.com,

Resumo:

Este estudo teve como objetivo geral analisar como os homens pensam o momento do parto durante a fase do pré-natal, suas expectativas para esse momento, como reconhecem a importância de sua presença no parto e as possibilidades que o serviço de saúde oferece para que esse direito seja garantido. Como abordagem teórico-metodológica adotamos um enfoque construcionista, a partir da perspectiva das práticas discursivas e produção de sentidos. Realizamos observação no cotidiano através de um mapeamento nas oito USFs localizadas na microrregião 4.3 do Distrito Sanitário IV do município de Recife. Uma das questões mais relevantes para nossa pesquisa era estarmos atentos/as à presença de homens nas USFs, sendo eles usuários ou profissionais de saúde. No segundo momento, foi realizado um grupo focal com homens pais usuários de uma das USFs. As falas foram analisadas tendo como foco a produção de sentidos por meio da construção de mapas dialógicos, através deles foram gerados três eixos temáticos para análise: 1) sentidos de ser pai - no qual observamos que a participação do pai como sujeito ativo da gestação foi problematizada pelo grupo; 2) experiências - os pais que participaram trouxeram vivências diversas com relação ao acompanhamento ou não do pré-natal, parto e pós-parto dos seus filhos; 3) direito de ser acompanhante - nele podemos observar o sentido de que a garantia do pai acompanhar o nascimento do seu filho não está atrelada a uma diminuição do protagonismo da mulher e da criança nesse momento ou prejuízo a garantia do direito da mulher.

Palavras-chave: paternidade, parto humanizado, atenção primária em saúde.

Essa pesquisa dialoga com questões elaboradas a partir da participação no projeto mais amplo **Paternidade e cuidado nos serviços de saúde**. Tal projeto faz parte de um Programa de Pesquisa e Extensão Universitária que está sendo desenvolvido a partir da parceria entre o Núcleo de Pesquisas sobre Gênero e Masculinidades - Gema/ UFPE, o Instituto PAPAI (ONG sediada em Recife) e o Instituto Promundo (ONG internacional com sede em Washington DC e no Rio de Janeiro). O objetivo desta pesquisa é analisar a presença e o envolvimento dos homens no ciclo pré-natal, parto e puerpério, tendo como foco os serviços de atenção básica em saúde na cidade de Recife/PE. As ações do projeto foram desenvolvidas no território de abrangência do Distrito Sanitário IV do município de Recife, especificamente em sua microrregião 4.3, que compreende os bairros: Caxangá, Cidade Universitária e Várzea.

O projeto maior envolve quatro vetores principais: 1) diálogos com os homens (usuários e usuários em potencial dos serviços de saúde); 2) diálogos com profissionais de saúde; 3) observações no cotidiano de unidades de saúde; 4) análise de documentos. Para cada vetor foi realizado o levantamento de informações a partir de diferentes instrumentos de pesquisa, bem como estratégias de análise (quantitativas e/ou qualitativas), que foram refinadas a partir de encontros do grupo de pesquisa que estão acontecendo durante todo o projeto.

Este estudo intitulado **“Produção de sentidos sobre o parto: expectativas e experiências de homens atendidos pelo serviço de atenção básica em saúde”** é um recorte do projeto mais amplo anteriormente referido. Foi desenvolvido a partir das vivências e questionamentos que emergiram ao decorrer da participação no projeto que denominamos como “guarda chuva”, na medida em que este nos serve como arcabouço teórico/ metodológico, assim como ponto de partida para pensarmos e colocarmos em prática desmembramentos dele.

Compreendemos a Saúde Pública como um campo em disputa, “um campo de relações interpessoais e institucionais, que se organizam em dispositivos e relações de poder e que marcam posições de sujeito e modos de ser, de saber e de fazer” (MEDRADO; LYRA, 2008). Esse pressuposto é importante para que nos posicionemos de que a presença do pai, independente de que benefícios possam trazer para o parto, para a mulher, para a criança e para o próprio pai, deve ser antes de tudo um desejo da parturiente, ela precisa estar a vontade e expressar evidentemente o desejo de que o pai da criança, independente do vínculo afetivo ou conjugal do momento do nascimento, esteja presente no parto. Em seguida esse homem também precisa expressar esse desejo em participar e vivenciar todas as possibilidades que esse momento pode trazer (LYRA, 2014).

A presença de um(a) acompanhante de escolha da parturiente durante todo o período de internação encontra-se dentre as várias recomendações feitas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para a humanização do parto e nascimento. Essa diretriz pretende reorientar a organização e a prática profissional no âmbito dos serviços de saúde a fim de respeitar e promover os direitos das mulheres e crianças a uma assistência baseada na evidência científica da segurança e da eficácia e não na conveniência de instituições ou profissionais (REDE SAÚDE, 2002).

Considerando-se os aspectos biológicos relacionados a garantia de um(a) acompanhante é possível constatar que vários relatos científicos têm assinalado que a presença de um acompanhante durante o pré-parto, parto e pós-parto interfere positivamente no processo fisiológico do parto, diminuindo o período de internação e recuperação e o número de cesáreas (BRASIL, 2005). O que corrobora a relação entre a garantia do direito da mulher ter um(a) acompanhante a sua escolha, do homem que tem seu desejo de participar ativamente do processo assegurado e a humanização do parto e do nascimento, visto que esse processo relaciona-se ao bem estar físico e emocional dos atores envolvidos no nascimento da criança.

Essa pesquisa parte do pressuposto de que o envolvimento do pai com o cuidado infantil desde os primeiros momentos pode contribuir significativamente para que esta seja uma experiência a ser vivida de maneira compartilhada pelo casal (LYRA, 1997). Diante disso podemos pensar a presença do pai durante o pré-natal, parto e pós-parto como um dispositivo que nos permita problematizar o lugar, ou não lugar do homem como cuidador em nossa sociedade. Devemos lembrar que nem todo pai é ausente e que muitos homens que desejam “paternar”, ou simplesmente cuidar de si e de outros/as, encontram dificuldades, haja vista que os marcadores de gênero cristalizados nas instituições criam barreiras concretas para o exercício da paternidade (LYRA; MEDRADO, 2000).

Tivemos como objetivo geral analisar como os homens pensam o momento do parto durante a fase do pré-natal, suas expectativas para esse momento, como reconhecem a importância de sua presença no parto e as possibilidades que o serviço de saúde oferece para que esse direito seja garantido. Os objetivos específicos foram 1) Realizar observações no cotidiano de unidades de saúde por meio da imersão no dia-a-dia das UBSs do município a fim de analisar o diálogo que há entre as equipes de profissionais e os/as usuários/as, mais particularmente, os homens/pais; 2) Realizar diálogos com homens/pais com vistas a analisar os processos de produção de sentidos sobre o parto, suas

expectativas no momento da gravidez e suas experiências de atendimento realizado pelos serviços de atenção básica em saúde.

Como metodologia, adotamos um enfoque construcionista, a partir da perspectiva das Práticas Discursivas e Produção de Sentidos. Nesse referencial, entende-se a concepção sobre os sentidos como uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas - na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas - constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta (SPINK, MEDRADO, 1999).

Para fins de análise, nos detivemos a dois vetores do projeto mais amplo: 1) diálogos com os homens (usuários e usuários em potencial dos serviços de saúde); 2) observação do cotidiano realizada na perspectiva de produzir informações acerca das possibilidades e limites institucionais de uma incorporação efetiva dos homens nos processos de cuidado (MELUCCI, 2005).

A realização de observações no cotidiano das Unidades de Saúde da Família (USF) foi pensada como uma primeira estratégia de aproximação com o campo de pesquisa, bem como uma forma de obter informações que nos auxiliassem na definição das USFs que iriam participar das próximas etapas do projeto.

Foi realizado um mapeamento das USFs localizadas na microrregião 4.3 do Distrito Sanitário IV do município de Recife, território onde a pesquisa foi realizada. Neste processo, foram identificadas oito USFs na região. A equipe que compõe o projeto mais amplo, definiu conjuntamente os critérios norteadores para as observações, como: presença de homens, relações de cuidado entre mães e pais com crianças, estrutura das USFs etc.

Foram realizadas três semanas de observação, onde cada Unidade foi “visitada” pelo menos quatro vezes, duas no turno da manhã e duas no turno da tarde. Essas experiências nos possibilitaram aproximações com as unidades e ampliou a compreensão sobre diversos aspectos sobre elas.

Observamos, por exemplo, que nem todas as Unidades são acessíveis. Algumas encontram-se em ladeiras, o que pode dificultar o acesso de idosos, gestantes e deficientes físicos, outras localizam-se em ruas bastante estreitas. Os arredores das Unidades são diversos, algumas localizam-se em áreas residenciais, com casas, prédios e escolas, outras em áreas comerciais compostas por comércio informal e/ou por lojas e borcharias. É interessante destacar que mais de uma unidade localiza-se ao lado da Associação de Moradores.

De forma geral, a infra estrutura das Unidades não era boa. Em sua maioria não têm salas muito espaçosas e confortáveis. Em geral, as unidades têm sala de recepção, de acolhimento, de vacinação, farmácia e alguns consultórios médico e odontológico.

Uma das questões mais relevantes para nossa pesquisa era estarmos atentos/as à presença de homens nas USFs, sendo eles usuários ou profissionais de saúde. Percebemos que os homens não são o público que mais frequenta as Unidades. As mulheres são a maioria não só entre as usuárias como também entre os funcionários/as das Unidades. Na maioria das vezes, encontramos usuárias mulheres sozinhas ou acompanhando crianças. Homens, quando presentes nas Unidades, estavam muitas vezes acompanhados por mulheres, acontecendo de, segundo os(as) profissionais serem as mulheres quem marca as consultas para os homens. Há relatos de homens acompanhando crianças, mas não é o mais comum. Percebemos que em algumas localidades os homens estavam muito presentes nos arredores das Unidades, em bares, praças, ruas etc. Algumas profissionais comentaram que já tentaram fazer campanhas para atrair os homens para as Unidades, mas que não foram bem sucedidas. Já outras atividades como aquelas direcionadas para discutir a gravidez foram pensadas para envolver apenas as mulheres, sem incluir os companheiros. Segundo os(as) profissionais, os homens dificilmente vão para as consultas preventivas; dentre os que frequentam, é comum que o façam para acompanhar doenças como diabetes e hipertensão.

No segundo momento, foi realizado um grupo focal com homens pais usuários de uma Unidade Básica de Saúde do Distrito sanitário IV, no município do Recife. As falas foram analisadas tendo como foco a produção de sentidos. (SPINK, MEDRADO, 1999), através da construção de mapas dialógicos. “No estudo das práticas discursivas, o mapa dialógico é um recurso que nos permite dar visibilidade aos passos dados na construção da pesquisa e à dialogia presente nos discursos analisados” (SPINK, NASCIMENTO, TAVANTI, PEREIRA 2014). Os mapas dialógicos dessa pesquisa, foram construídos a partir de dois passos iniciais que dão base para a elaboração dos mapas dialógicos : 1) a transcrição sequencial (TS) e 2) a transcrição integral (TI).

Uma vez concluída a transcrição sequencial, tivemos o fluxo das falas e dos assuntos abordados, o que possibilitou o seu agrupamento em temas ou categorias mais comuns para uso na elaboração do mapa dialógico.

O mapa dialógico constitui-se por um quadro com linhas e colunas organizado de acordo com: a) os objetivos do estudo em questão; b) o(s) tema(s) identificado(s) na transcrição sequencial; e c) o que precisamos ou queremos

dar visibilidade na nossa análise (SPINK; NASCIMENTO; TAVANTI; PEREIRA 2014).

O material discursivo foi analisado a partir das Práticas Discursivas. Através delas foram gerados eixos temáticos para análise, apresentados a seguir:

1. Sentidos de ser pai - A participação do pai como sujeito ativo da gestação foi problematizada desde o início do grupo focal. A partir da história disparadora utilizada pelo mediador, emergiram falas que expressaram a construção de sentidos feita por um homem do grupo sobre a gravidez também abarcar as experiências do pai e a possibilidade desse fenômeno ser pensado de maneira conjunta.

Ele mostra surpresa e satisfação ao poder renomear a experiência da gravidez utilizando o plural. Essa nova maneira de nomear o fenômeno, priorizando a terceira pessoa do plural (eles engravidaram/pai e mãe), não mais apenas ela engravidou (mãe), produz sentidos que podem reverberar em suas práticas cotidianas. Tais ideias são observadas quando ele diz: “a ignorância da galera ainda pensar, porque quando você falou: engravidaram, engravidaram, aí eu pensei aqui: engravidaram? Aí eu fiquei meio que dizendo, quer dizer, ele engravidou junto, na verdade, não é só a mulher. Quando você fala engravidaram, engravidaram os dois. Porque ela vai passar por aquela situação e o pai também de uma certa forma vai passar um certo sufoco também com aquela gestação que ela vai passar”

2. Experiências - Os homens pais que participaram do grupo focal trouxeram vivências diversas com relação ao acompanhamento ou não do pré-natal, parto e pós-parto dos seus filhos. A impossibilidade de acompanhar o pré-natal por estar trabalhando foi algo comum nas falas dos homens. Porém, houve casos em que mesmo acompanhando a mulher até a Unidade de saúde, o homem não chegou a participar da consulta ou entrar na sala de atendimento. Observamos isso na fala: “Não, fiquei esperando do lado de fora. Não, porque a mulher, ela disse assim: olha, vou entrar aqui, que a mulher tá me chamando. Aí eu já deduzi assim: oxente, então só pode entrar mulher. Que ela diz logo.”

O lugar de saber/ poder das instituições é pontuado em muitas falas como elemento que impossibilita a participação direta desses pais nos processos que envolvem o nascimentos dos seus filhos. Muitos relatam que foram

impossibilitados de acompanhar o pré-natal ou o parto por regras institucionais ou por algum profissional ter se oposto, nessas situações os profissionais justificavam cientificamente a não garantia do direito do pai acompanhar o nascimento do seu filho.

3. Direito de ser acompanhante - *“Claro que a mulher tem muito mais direito por conta do próprio âmbito, que já é de mulher, e vai ter criança, e vai passar por uma série de procedimentos, mas homem também tem o direito de assistir, ver o seu filho na hora que ele nascer, de querer conhecer a carinha dele, é isso que eu, eu me senti muito estranho naquela hora ali.”* Nessa fala podemos observar o sentido de que a garantia do pai acompanhar o nascimento do seu filho não está atrelada a uma diminuição do protagonismo da mulher e da criança nesse momento ou prejuízo a garantia do direito da mulher. Não almeja se sobrepor à necessidade de cuidados e atenção que a mulher deve ter e sim o oposto. O direito do homem assistir o nascimento do seu filho compõe esse cuidado, relaciona-se a preocupação com a saúde biológica e emocional de todos os envolvidos.

Quando questionados pelo mediador se o lugar da unidade de saúde e os atendimentos durante o pré-natal destinam-se apenas para a mulher, eles respondem: “Tem que ter homem.” “Tem que ter o homem pra ficar mais seguro. Ela se sente mais segura.” “Tem que ter o homem na presença também.” Relacionam sua presença nesse momento como um fator de amparo e segurança para a mulher, reafirmando padrões cristalizados da nossa cultura que compreendem o homem como “instrumento” de proteção para a mulher. Não é problematizado por esses homens a participação ativa nesse processo do pré-natal, respaldada pela compreensão de que esse também pode ser um momento destinado a eles, onde eles próprios possam buscar proteção, tirar possíveis dúvidas e acompanhar o desenvolvimento da criança ainda na barriga da mãe.

A presença do homem nos serviços de saúde como sujeito ativo no processo de gravidez, parto e pós-parto não é majoritário. Percebemos que muitos aspectos relacionam-se a esse fenômeno, entre eles a construção social do homem como inapto ao lugar de cuidador. Tal pressuposto embasa discursos do senso comum que se cristalizam e acabam por moldar a subjetividade dos homens que passam a não problematizar esse não lugar e aceitam como um

fato imutável a impossibilidade de vivenciar a gravidez ativamente. Além disso, esse pressuposto atrela-se, muitas vezes, ao saber médico do qual se utilizam profissionais da saúde para impor limites institucionais ao desejo do pai de exercer sua função de forma ativa no processo. Diante disso, consideramos fundamental a ampliação da discussão e o incentivo a produções acadêmicas sobre os exercícios das Paternidades e as implicações sociais e políticas do tema.

Referências bibliográficas

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI Nº 11.108, DE 7 DE ABRIL DE 2005**. Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir as parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. 2005a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: uma prioridade do governo**. Brasília: Ministério da Saúde. 2005b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Pré-Natal e Puerpério – Atenção Qualificada e Humanizada - Manual Técnico**. Brasília: Ministério da Saúde. 2005c.

LYRA, Jorge; MEDRADO, Benedito. **Gênero e paternidade nas pesquisas demográficas: o viés científico**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 145-158, 2000.

LYRA, Jorge. **Paternidade Adolescente: uma proposta de intervenção**. São Paulo: 1997. 182 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - PUC/SP. 1997.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. **Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades**. Revista Estudos Feministas, v. 16, p. 20-35, 2008.

MELUCCI, Alberto (Org.). **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005a.p. 25-42.

NASCIMENTO; M. CORDEIRO (org), **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas** (pp. 247-270). Rio de Janeiro: Centro Edlstein, 2014.

NASCIMENTO, V. L.; MINIGUINE, TAVANTI, ROBERTH MINIGUINE; PEREIRA, CAMILA CLAUDINO. **O uso de mapas dialógicos como recurso analítico em pesquisas científicas**. In M. J. SPINK ; J. BRIGAGÃO; V.

REDE SAÚDE. **Dossiê Humanização do Parto**. São Paulo: Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. 2002.

SPINK, M. J. P. & MEDRADO, B., 1999. Produção de sentido no cotidiano: Uma abordagem teórico metodológica para análise das práticas discursivas. In: **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: Aproximações Teóricas e Metodológicas** (M. J. P. Spink, org.), pp. 41-61, São Paulo: Cortez Editora.

ZHANG, Jun; BERNASKO, James W.; LEYBOVICH, Etel; FAHS, Marianne; HATCH, Maureen C. **Continuous labor support from labor attendant for primiparous woman: A meta-analysis**. *Obstetrics & Gynecology*.vol. 88 nº 4 (2), 1996.

PERFIL DA VIOLÊNCIA PERPETRADA A MULHERES CONVIVENDO COM HIV/ AIDS

Karla Mychelle Cezario de Lima
Universidade Federal de Alagoas
karlacezario89@gmail.com

Bárbara Régia de Oliveira Araújo
Centro Universitário CESMAC,
brboliveiraa@gmail.com

Yara Lima da Costa
Centro Universitário UNIT
yaralima.c@gmail.com;

Wanessa Oliveira Silva
Faculdade Raimundo Marinho
wanessa.os@hotmail.com.

Resumo: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, cujo objetivo foi identificar a natureza dos atos violentos exercidos contra mulheres brasileiras soropositivas para HIV-Aids. O levantamento bibliográfico envolveu artigos científicos nacionais acerca da temática, em quem foram identificados e inseridos 03 estudos que tratam da temática. Todos os estudos são de caráter transversal e utilizaram o mesmo instrumento de coleta de dados para tipificar a violência contra mulheres soropositivas para HIV; possuem coerência metodológica e produziram bons níveis de evidência. Também mostram evidências científicas de relação positiva de violência, seja ela psicológica, física, sexual ou a associação de dois ou mais tipos de violência perpetradas contra mulheres soropositivas para HIV/ Aids. O presente trabalho apresenta algumas limitações, contudo, apesar do escasso número de publicações, o mesmo permitiu a compilação de dados que servirão para a orientação de profissionais de saúde e o fortalecimento de políticas de saúde voltadas para esse público.

Palavras-chave: soropositividade para HIV, HIV, violência contra a mulher, violência de gênero.

Introdução

Em todo o mundo, até o final de 2011, cerca de 34 milhões (31.4 milhões–35.9 milhões) de pessoas viviam com o HIV. Estima-se que 0,8% dos adultos que estão infectados pelo vírus HIV estão na faixa etária dos 15-49 anos de idade, embora as características da epidemia apresentem consideráveis variações entre países e regiões. No mesmo período, foram registrados cerca de 1,7 milhões de mortes por causas relacionadas à AIDS no mundo. Não obstante, as mulheres jovens representam mais de 60% de todos os jovens que vivem com HIV (UNAIDS, 2012).

Segundo Brito, Castilho e Szwarcwald (2000), a epidemia da infecção pelo HIV e da AIDS constitui fenômeno global, dinâmico e instável, traduzindo-se por verdadeiro mosaico de subepidemias regionais. Resultante das profundas desigualdades da sociedade brasileira, a propagação da infecção pelo HIV e da AIDS revela epidemia de múltiplas dimensões que vem sofrendo transformações epidemiológicas significativas. Inicialmente restrita aos grandes centros urbanos e marcadamente masculina, a atual epidemia do HIV e da AIDS caracteriza-se pelos processos de heterossexualização, feminização, interiorização e pauperização.

No que concerne à feminização do HIV/aids, em termos globais, a epidemia de Aids se constituiu em uma realidade para as mulheres, desde o seu surgimento. A ocorrência da infecção pelo HIV foi detectada em mulheres, em 1981, nos Estados Unidos. Entretanto, como a existência desses casos era entendida como restrita a mulheres parceiras de usuários de drogas injetáveis, de hemofílicos e de homens bissexuais, ou mulheres envolvidas na prática da prostituição, foi somente no início da década de 90 que surgiram as primeiras respostas coordenadas voltadas para esse segmento (BRASIL, 2007).

Dentre os fatores associados à feminização da Aids, há a vulnerabilidade biológica e social das mulheres, esta decorrente da assimetria de poder entre os sexos, que determina a submissão feminina aos homens e a dificuldade em praticar sexo seguro (SANTOS *et al.*, 2009). Segundo Jewkes *et al.* (2010), mulheres com HIV são mais vulneráveis à violência em comparação com aquelas não infectadas pelo vírus, e uma em cada sete infecções poderia ter sido evitada se as mulheres não fossem submetidas à violência ou se não estivessem em desigualdade de poder nos relacionamentos. A violência – e mesmo o medo de sofrer violência – impede que muitas mulheres e meninas tomem conhecimento de ou informem seu status de soropositividade para HIV, ou mesmo procurem serviços de saúde especializados (UNAIDS, 2006).

A violência contra a mulher constitui uma questão de saúde pública, além de ser uma violação explícita dos direitos humanos. Suas várias formas de opressão, de dominação e de crueldade incluem assassinatos, estupros, abusos físicos, sexuais e emocionais, prostituição forçada, mutilação genital, violência racial e outras. Os perpetradores costumam ser parceiros, familiares, conhecidos, estranhos ou agentes do Estado (SCHRAIBER *et al.*, 2002). A violência contra a mulher, vista a partir das relações de gênero, distingue um tipo de dominação, de opressão e de crueldade nas relações entre homens e mulheres, estruturalmente construído, reproduzido na cotidianidade e subjetivamente assumido pelas mulheres, atravessando classes sociais, raças, etnias e faixas etárias (MINAYO, 1994).

Geralmente a natureza dos atos violentos pode ser classificada em quatro modalidades de expressão que também são denominadas abusos ou maus-tratos: física, psicológica, sexual e envolvendo abandono, negligência ou privação de cuidados (BRASIL, 2005). O termo abuso físico significa o uso da força para produzir injúrias, feridas, dor ou incapacidade em outrem. A categoria abuso psicológico nomeia agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar, rejeitar, humilhar a vítima, restringir a liberdade ou ainda, isolá-la do convívio social (BRASIL, 2001).

A classificação abuso sexual diz respeito ao ato ou ao jogo sexual que ocorre nas relações hetero ou homossexual e visa a estimular a vítima ou utilizá-la para obter excitação sexual e práticas eróticas, pornográficas e sexuais impostas por meio de aliciamento, violência física ou ameaças. Já por negligência ou abandono se entende a ausência, a recusa ou a deserção de cuidados necessários a alguém que deveria receber atenção e cuidados (BRASIL, 2005).

Diante do exposto, e compreendendo que, no bojo da caracterização epidemiológica do HIV-Aids, para além a própria estrutura societária baseada nas relações de gênero, as mulheres são a categoria mais vulnerável ao processo de infecção pelo HIV, suscita-nos o seguinte questionamento: a que tipos de violência mulheres brasileiras convivendo com o HIV-Aids são submetidas? O objetivo desse estudo é identificar a natureza dos atos violentos exercidos contra mulheres brasileiras soropositivas para HIV-Aids através de uma revisão integrativa da literatura.

Fica clara a importância de saber quais as evidências científicas que explicitam os tipos de violência sofrida por mulheres que convivem com o HIV-aids, na perspectiva de incorporação de mecanismos e estratégias da redução e proteção destas, assim como fornecer dados cientificamente embasados para que profissionais de saúde que atuam com pessoas que convivem com HIV-Aids

incorporem em suas práticas cotidianas meios de identificação das múltiplas formas de violência perpetradas contra mulheres soropositivas para HIV, de modo a garantir às mesmas uma assistência à saúde segura, integral, eficiente e eficaz. O estudo torna-se cientificamente relevante porque possibilita elencar e compilar de uma série de outros estudos científicos já realizados, possibilitando uma síntese da temática a ser estudada, além de apontamentos para futuras pesquisas.

Metodologia

Trata-se de um estudo exploratório, quantitativo, de cunho bibliográfico, cujo método de investigação foi a revisão integrativa. Essa metodologia foi escolhida porque é a que mais correspondia aos objetivos do estudo, porque de acordo com Roman e Friendlander (1998) esse método tem a finalidade de reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre um delimitado tema ou questão, de maneira sistemática e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento do tema investigado (ROMAN, FRIENDLANDER, 1998).

Para a elaboração da revisão integrativa, no primeiro momento o revisor determina o objetivo específico, formula os questionamentos a serem respondidos ou hipóteses a serem testadas, então realiza a busca para identificar e coletar o máximo de pesquisas primárias relevantes dentro dos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos (BEYEA; NICOLL, 1998 *apud* MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

O revisor avalia criticamente os critérios e métodos empregados no desenvolvimento dos vários estudos selecionados para determinar se são válidos metodologicamente. Esse processo resulta em uma redução do número de estudos incluídos na fase final da revisão. Os dados coletados desses estudos são analisados de maneira sistemática. Finalmente os dados são interpretados, sintetizados e conclusões são formuladas originadas dos vários estudos incluídos na revisão integrativa (ARMSTRONG; BORTZ, 2001 citados por MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Deste modo, após definição da pergunta de pesquisa, foram elencadas as bases de dados a serem pesquisadas, via internet, e os respectivos mecanismos de buscas. O local eleito para a realização da busca foi o portal regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). O Portal Regional da BVS é o espaço de integração de fontes de informação em saúde que promove a democratização e ampliação do acesso à informação científica e técnica em saúde na América

Latina e Caribe (AL&C). É desenvolvido e operado pela BIREME em 3 idiomas (inglês, português e espanhol) (CENTRO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE, s.d.).

Para pesquisa das publicações científicas foram utilizados como descritores “HIV”, “soropositividade para HIV”, “violência contra a mulher” e “violência de gênero”. O mecanismo de busca adotado foi (*tw:(violência contra a mulher or violência de gênero)*) AND (*tw:(hiv or soropositividade para hiv)*). Para a seleção dos artigos adotou-se os seguintes **critérios de inclusão**: artigos publicados em português, espanhol e/ ou inglês; artigos cujo resumo pudesse ser lido previamente e, após seleção, estivesse disponível o conteúdo completo de forma gratuita, que versassem sobre a violência contra mulheres soropositivas para HIV/ Aids. Como **critérios de exclusão** foram estabelecidos: artigos em língua estrangeira que não espanhol e/ ou inglês; cujo resumo não fosse disponibilizado previamente e que não pudesse ser lido na totalidade após seleção; outros tipos de documentos, não categorizados como artigo científico, e que tratem da violência contra mulher fora do âmbito da soropositividade para HIV/Aids.

Para a coleta de dados dos artigos selecionados para o estudo utilizou-se um instrumento já validado pela pesquisa das autoras Silveira e Zago (2006), em que contempla os seguintes itens: informações sobre identificação do artigo e autores; fonte de localização; objetivos, delineamento e características do estudo; coerência teórico-metodológica; análise dos dados, resultados e discussão; conclusões e/ ou recomendações. A leitura dos mesmos deu-se pela data de publicação, por ordem decrescente. A apresentação dos resultados foi feita de duas maneiras: pela análise descritiva dos dados de identificação das publicações inseridas no estudo, assim como pela análise do conteúdo dos mesmos (metodologia, resultados e conclusões/ recomendações). Foi utilizada análise estatística simples, por meio de frequência ou porcentagem.

Resultados e discussão

No total foram encontrados 35 documentos e, a partir da leitura dos títulos dos mesmos, 12 foram pré-selecionados. Desses 12 documentos dois apresentavam-se duplicados, sendo que um deles era tese do qual um dos artigos fora extraído; reduzindo a amostra para 10 estudos. Desses 10 estudos quatro não eram estruturados como artigo científico. Assim, a amostra reduziu-se para 06 estudos, dos quais dois, após leitura de seus resumos, não correspondiam ao objeto de estudo. Dessa maneira, a amostra final passível de análise

correspondeu a 03 artigos científicos. O quadro 01 faz uma síntese dos artigos selecionados.

Quadro 01 – síntese dos estudos selecionados para revisão integrativa.

Nº	Título	Autor	Objetivo	Ano
01	HIV e violência contra mulheres: estudo em município com alta prevalência de Aids no Sul do Brasil.	Ceccon, R.F; Meneghel, S.N.	Investigar a prevalência e os fatores associados à violência contra mulheres com HIV em um município de porte médio no Sul do Brasil.	2015
02	Mulheres com HIV: violência de gênero e ideação suicida.	Ceccon, R.F.; Meneghel, S.N.; Hirakata, V.N.	Analisar a relação entre violência de gênero e ideação suicida em mulheres com HIV.	2014
03	Associação entre violência por parceiro íntimo contra a mulher e infecção por HIV.	Barros, C.; Schraiber, L.B.; França-Junior, I.	Analisar a associação entre a violência por parceiro íntimo (VPI) contra mulheres e a infecção ou suspeita de infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV).	2011

Da amostra de periódicos inclusos para leitura e análise dos dados 02 (66,7%) encontram-se indexados na base de dados *Rev. Saude Publica* e um está indexado na *Rev Panam Salud Publica*. Dois autores estão inseridos na publicação de dois dos três artigos selecionados. Quanto à formação dos autores, não há descrição da categoria profissional dos mesmos nos artigos selecionados, contudo mostram que dois autores estão ligados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pelos Programas de pós-graduação em enfermagem e saúde coletiva, uma autora está ligada ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre e 03 autores estão ligados á Universidade de São Paulo (USP), uma pela Faculdade de Saúde Pública e dois pela Faculdade de Medicina.

Dois estudos foram desenvolvidos na região Sudeste e um na região Sul. Segundo Silveira e Zago (2006) ao considerar que o Brasil apresenta uma grande diversidade socioeconômica e cultural entre suas regiões, a aplicação de resultados de pesquisa provenientes de centros mais desenvolvidos economicamente fica comprometida em regiões menos favorecidas e vice-versa, devido aos recursos tecnológicos e qualificação profissional existente.

Não obstante, buscar estudos brasileiros acerca da violência sofrida por mulheres que convivem com o HIV/ Aids e compila-los por meio de uma revisão integrativa pode ratificar e endossar a importância das ações político-programáticas no contexto da feminização da epidemia do HIV/ Aids. Em 2007

foi lançado o Plano Integrado de enfrentamento da feminização da Epidemia de Aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), que representa a consolidação de uma política intersetorial para o enfrentamento da epidemia de aids e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis entre as mulheres. Essa política de enfrentamento à feminização do HIV/ Aids e outras DST considera que componentes socioeconômicos e culturais estruturam a desigualdade entre homens e mulheres. A violência doméstica e sexual contra mulheres e meninas e a discriminação e o preconceito relacionados à raça, à etnia e à orientação sexual são expressões dessa desigualdade (BRASIL, 2007).

Dado o interesse por achar estudos focados na violência contra mulher no contexto da soropositividade para HIV ou Aids, o mecanismo de busca limitou-se aos descritores diretamente associados à questão. Pode ser possível que ao realizar uma busca com descritores mais amplos outras publicações pudessem ser encontradas, dando um maior subsídio a este estudo. Entretanto, é importante considerar que o estudo executado por Barros, Schraiber e França-Junior (2011) é o primeiro estudo brasileiro sobre a associação entre sofrer ou ter sofrido violência física ou sexual por parceiro íntimo e estar sob suspeita ou confirmação de infecção pelo HIV.

Quanto ao delineamento das pesquisas todos os artigos selecionados (100%) foram estudos transversais. São estudos em que a exposição ao fator ou causa está presente ao efeito no mesmo momento ou intervalo de tempo analisado. Aplicam-se às investigações dos efeitos por causas que são permanentes, ou por fatores dependentes de características permanentes dos indivíduos, como efeito do sexo ou cor da pele sobre determinada doença (CAMPANA *et al.*, 2001 *apud* HOCHMAN *et al.*, 2005). São importantes guias para tomadas de decisões no setor de planejamento de saúde. Para o profissional que lida diretamente com pacientes, os estudos transversais oferecem informações da maior utilidade ao chamar atenção para características ligadas com a frequência de uma determinada doença na comunidade ou em determinado serviço assistencial. Estes estudos, portanto, podem influenciar o raciocínio clínico e a tomada de decisões na prática médica (CARVALHO; ROCHA, 20??).

A coleta de dados de todos os artigos (100%) foi baseada em questionário de características sociodemográficas, sexuais e reprodutivas, e de prevalência e formas de violência contra mulheres que convivem com o HIV/ Aids, entretanto, os artigos 01 e 02 incluíram aspectos clínicos da amostra estudada e para o artigo 02 foi incluído um questionário sobre ideação suicida. Para o questionário utilizado nos estudos 01 e 02 para tipificar a violência contra mulheres

soropositivas, as questões foram extraídas da versão nacional do instrumento World Health Organization Violence Against Women (WHO VAW), validado pelo estudo 03. Contudo, a categorização dos dados sobre a tipificação da violência contra mulheres HIV(+) deu-se de modo diferente para cada publicação inserida neste estudo.

O artigo 01 categoriza seus dados sobre violência por questão inserida no questionário utilizado, divididas em violência psicológica, física e sexual sofrida em algum momento da vida e perpetrada por qualquer agressor; já o artigo 02 questiona se houve ou não violência a partir da variável “ideação suicida”; e o artigo 03 compara seus resultados sobre violência física e/ ou sexual por gravidade e recorrência dos episódios: sem violência, violência moderada (resposta sim a qualquer dos dois primeiros itens da violência física e resposta negativa para os demais), violência grave (para violência sexual todos os itens do instrumento; para violência física respostas positivas a qualquer dos quatro de seus últimos itens) e demais formas de violência (criada para não se diluírem na categoria de referência (sem VPI) casos de violência que não correspondiam aos tipos físicos ou sexuais); e sem VPI, VPI física e/ou sexual esporádica (se ocorreu uma ou poucas vezes), VPI física e/ou sexual reiterada (se ocorreu muitas vezes).

No artigo 01, das 161 mulheres entrevistadas 98% sofreram pelo menos uma das violências estratificadas. Pelo menos um tipo de agressão psicológica foi relatado por 117 (72,7%) mulheres, algum tipo de agressão física por 88 (54,6%) e algum tipo de violência sexual por 41 mulheres (25,4%). Além disso, 25 (15,5%) participantes relataram ter sofrido os três tipos de violência. A combinação de violência física e sexual foi relatada por uma mulher (0,6%), a combinação de violência sexual e psicológica foi relatada por três mulheres (1,9%) e a combinação entre as violências física e psicológica foi relatada por 34 mulheres (21,1%) (CECCON; MENEGHEL, 2015). Já o artigo 02 das 161 mulheres convivendo com HIV/ Aids entrevistadas 117 reportaram violência, sendo que, destas 78 (66,7%) apresentaram ideação suicida (CECCON; MENEGHEL; HIRAKATA, 2014). Já o artigo 03 traz que, da amostra estudada apenas 6,4% eram soropositivas para HIV e que, destas, 72,1% sofreu algum tipo de violência por parceiro íntimo, sendo: 11,2% violência exclusivamente psicológica, 11,7% violência moderada (episódica ou reiterada), 21,8% violência grave e episódica e 27,4% e 27,4% violência grave e reiterada. Esse estudo ainda aponta que a violência grave esteve associada à soropositividade, com maior magnitude observada para a violência reiterada e que esta ainda se manteve elevada após ajuste com as demais variáveis.

Segundo Sareen, Pagura, Grant (2009) e Roberts, Klein e Fisher (2003) viver com HIV significa uma condição de risco para a violência feminina, pois as mulheres são culpabilizadas pela doença e acusadas de relações extraconjugais, mesmo que o vírus tenha sido transmitido pelo parceiro. Destarte, a relação entre viver com HIV, sofrer violência e pensar em suicídio é a expressão das múltiplas desigualdades que afetam a população feminina (DEVRIES *et al.*, 2011). A revelação diagnóstica positiva da mulher ao seu parceiro, principalmente se soronegativo para o HIV, pode desencadear atos de violência física (ZIERLER *et al.*, 2000).

As consequências, sejam quais forem as circunstâncias e formas de violência sofridas, em primeiro lugar, manifestam-se em forma de vergonha e culpabilidade. Vergonha do que sofreram, como invasão de sua intimidade, negação de seu livre arbítrio e de sua integridade. Culpabilidade, por constatar que nunca foram capazes de resistir suficientemente. As marcas desse sofrimento moral aparecem logo no corpo, na saúde, trazendo sequelas não só físicas, mas também evidenciando vários tipos de associação, somatização e prejuízo mental (BRASIL, 2005).

Conclusão

Foram identificados 03 artigos científicos que tratam do objeto de estudo dessa revisão integrativa. Todos os estudos são de caráter transversal e utilizaram o mesmo instrumento de coleta de dados para tipificar a violência perpetrada às mulheres soropositivas para HIV. Também constatou-se que possuem coerência metodológica e bons níveis de evidência, dado o tamanho amostral e análise estatística.

Todas as publicações inseridas neste estudo mostram evidências científicas de relação positiva de violência, seja ela psicológica, física, sexual ou a associação de dois ou mais tipos de violência em mulheres brasileiras soropositivas para HIV/ Aids. Além disso, demonstram que, de forma geral, as mulheres que convivem com HIV/ Aids sofrem violência grave e reiterada e que, uma de suas consequências, é a ideação suicida.

Não obstante, também fica perceptível a necessidade de estudos cujo mesmo objeto de pesquisa sejam realizados em outras regiões do país, de modo que se possa aventar as particularidades regionais, possibilitando a implementação de saúde e assistência social mais resolutivas. Para além disso, o que fica demonstrado é a necessidade real de um trabalho contínuo de desestigmatização

do HIV/ Aids associado a uma profunda mudança societária nas relações de gênero.

O presente trabalho apresenta algumas limitações, a saber: não foram utilizados descritores em outras línguas, não levou-se em consideração trabalhos de conclusão de curso, dissertação e/ ou teses; o não uso de artigos em que não se pudesse visualizar todo o conteúdo de forma gratuita, além da limitação geográfica estipulada. Contudo, realizar tal revisão integrativa pode demonstrar o escasso número de artigos científicos publicados acerca da temática, o que possibilita que novos estudos sejam realizados, assim como permitiu a compilação de dados que servirão para a orientação de profissionais de saúde e o fortalecimento de políticas de saúde voltadas para esse público.

Referências

BARROS, C.; SCHRAIBER, L.B.; FRANÇA-JUNIOR, I. Associação entre violência por parceiro íntimo contra a mulher e infecção por HIV. *Rev Saúde Pública*, vol. 45, n. 2, 2011, p. 365-72.

BEYEA S.C., NICOLL L.H. Writing an integrative review. *AORN J*, vol. 67, nº 4, abr 1998, p. 877-80. In: MENDES, K.D.S.; SILVEIRA, R.C.C.P.; GALVÃO C.M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enferm*, v. 17, n. 4, Florianópolis, out-dez 2008, p. 58-64.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM n.º 737 de 16/05/01. *Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências*. Diário Oficial da União, Brasília, n. 96, Seção 1E, 18 maio, 2001.

_____. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 340p.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. *Plano Integrado de enfrentamento da feminização da Epidemia de Aids e outras DST*. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BRITO, A. M.; CASTILHO, E. A.; SZWARCOWALD, C. L. AIDS e infecção pelo HIV no Brasil: uma epidemia multifacetada. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, v. 34, nº 2, mar-abr 2000, p. 207-217.

CAMPANA *et al.* Investigação científica na área médica. In: HOCHMAN, B *et al.*. Desenhos de pesquisa. *Acta Cirúrgica Brasileira*, vol. 20, 2005. Supl. 2.

CARVALHO, E.R; ROCHA, H.A.L. Estudos epidemiológicos. Universidade Federal do Ceará: Faculdade de Medicina, 20??

CENTRO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE. Sobre. Disponível em: <<http://bvshalud.org/sobre-o-portal/>>. Acesso 29 abr. 2016.

CECCON, R.F; MENEGHEL, S.N. HIV e violência contra mulheres: estudo em município com alta prevalência de Aids no Sul do Brasil. *Rev Pana Salud Publica*, vol. 37, n. 4/5, 2015, p. 287-92.

CECCON, R.F; MENEGHEL, S.N; HIRAKATA, V.N. Mulheres com HIV: violência de gênero e ideação suicida. *Rev Saúde Pública*, vol. 48, n. 5, 2014, p. 758-65.

DEVRIES, K *et al.* Violence against women is strongly associated with suicide attempts: evidence from the WHO multi-country study on women's health and domestic violence against women. *Soc Sci Med*, vol. 73, n. 1, 2011, p. 79-86.

JEWKES, R.K. *et al.* Intimate partner violence, relationship power inequity, and incidence of HIV infection in young women in South Africa: a cohort study. *Lancet*, vol. 376, nº 9734, 2010, p. 41-8.

JOINT UNITED NATIONS PROGRAMME ON HIV/AIDS (UNAIDS). *Global report: UNAIDS global report on the global AIDS epidemic*. Genebra: OMS, 2012.

_____. *Keeping the Promise: An Agenda for Action on Women and AIDS*. The Global Coalition on Women and AIDS: UNAIDS, 2006.

MYNAIO, M.C.S. Violência, um problema para a saúde dos brasileiros. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 340p.

_____. Inequality, violence and ecology in Brazil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 241-250, 1994.

ROBERTS, T.A., KLEIN, J.D., FISHER S. Longitudinal effect of intimate partner abuse on high-risk behavior among adolescents. *Arch Pediatr Adolesc Med*, vol. 157, n. 9, 2003, p. 875–81.

ROMAN, A.R.;FRIEDLANDER, M.R. Revisão integrativa de pesquisa aplicada à enfermagem. *Cogitare Enferm*, vol. 3, nº 2, jul-dez 1998, p. 109-12.

SANTOS, N.J.S *et al.* Contextos de vulnerabilidade para o HIV entre mulheres brasileiras. *Cad Saude Publica*, vol. 25, supl. 2, 2009, p. 321-33.

SAREEN, J; PAGURA, J; GRANT, B. Is intimate partner violence associated with HIV infection among women in the United States? *Gen Hosp Psychiatry*, vol. 31, n. 3, 2009, p. 274–8.

SCHRAIBER, L. B *et al.* Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. *Revista de Saúde Pública*, [S.l.], v. 36, n. 4, p. 470-47, 2002.

SILVEIRA, C. S.; ZAGO, M. M. F. Pesquisa brasileira em enfermagem oncológica: uma revisão integrativa. *Rev Latinoam Enfermagem*, v. 14, n. 4, julh-ago 2006, p. 614-9.

ZIERLER, S. *et al.* Violence victimization after HIV infection in a US probability sample of adult patients in primary care. *Am J Public Health*, vol. 90, n. 2, 2000, p. 208-15.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MATERNIDADE: QUESTÕES PARA O CUIDADO DE ENFERMAGEM

Márcia Fernandes Silva

Mestranda. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia
marciafernandesmf@gmail.com

Millani Souza de Almeida

Mestranda. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia
mila.misoual@gmail.com

Isa Maria Nunes

Doutora. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia
isamaria.nunes@yahoo.com.br

Mariana Matias Santos

Mestranda. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia
mari_britomatias@hormail.com

Enilda Rosendo do Nascimento

Doutora. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia
enildarosendo@hotmail.com

Resumo: Concepções sobre a maternidade variam de acordo com o contexto político, social, econômico, cultural e se refletem diretamente na formulação de políticas de saúde, na organização do cuidado às mulheres, e nas experiências das mulheres durante o parto. São, portanto, construções sociais moldadas nas relações de gênero e poder estabelecidas na distinção entre homem e mulher. Trata-se de um artigo de revisão de literatura que pretende discutir as condições históricas que moldaram a maternidade, notadamente a partir do início do século XX, levando as mulheres à adoção de modos de condução dos eventos reprodutivos e a uma reorganização dos serviços de atenção à saúde reprodutiva com implicações para o cuidado. O estudo

ratifica a necessidade de se pensar criticamente sobre a construção social da maternidade e seu impacto sobre o cuidado em saúde para as mulheres. Refletir sobre o cuidado às mulheres a partir das construções de gênero que moldam a maternidade e como estas se reproduzem no cotidiano do cuidado de enfermagem à mulher durante o parto é fundamental para a transformação deste cuidado.

Palavras-chave: Gênero, Mulher, Maternidade, Parto, Cuidados de Enfermagem.

Introdução

As concepções sobre a maternidade apresentam variações ao longo do tempo e das diferentes culturas de acordo com seus contextos político, social e econômico, com reflexos na organização do cuidado em saúde, nas escolhas e vivências da sexualidade e da reprodução. Nesse sentido, entendemos a maternidade como uma construção social moldada nas relações de gênero e poder, estabelecidas na distinção entre homem e mulher nas diferentes sociedades, o que vêm configurando significados sobre feminilidade e maternidade, inclusive no seio de uma mesma cultura.

Podemos exemplificar a importância das concepções sobre feminilidade e seu impacto na formulação da política para saúde que pretendia desenvolver assistência às mulheres, na década de 1970: o Programa de Assistência Materno-infantil (PMI). De saída, a própria denominação do programa afirmava sem rodeios, por meio do conceito “materno-infantil”, a vinculação das mulheres à sua função procriativa. A ideia é ratificada ao longo do texto do documento que indica as ações programáticas restritas às mulheres grávidas, parturientes, no puerpério imediato, a recém-nascidas/os e às crianças.

A ausência de política e ações de saúde voltadas ao planejamento reprodutivo era outra face da questão daquela época, facilitando a vinculação da sexualidade à reprodução.

O conceito de maternidade eletiva, desvinculada da sexualidade e da identidade feminina começa a ser difundida pelo movimento feminista, que emerge no Brasil, na década de 1970. Essa ideia se contrapõe à imagem de maternidade associada à imposição social.

A partir do PMI, o cuidado de enfermagem às mulheres se estrutura em torno do pré-natal, principalmente, e no auxílio ao parto hospitalar, de responsabilidade do pessoal da medicina; os partos domiciliares, até então conduzidos por enfermeiras e parteiras passam a ser desencorajados, e transpostos para os hospitais, onde as mulheres são apartadas de sua família e proibidas de ter alguém de sua confiança ao seu lado.

Assim, este artigo tem por objetivo refletir sobre as construções de gênero que norteiam a maternidade e suas implicações para o cuidado.

Metodologia

Estudo descritivo do tipo revisão de literatura. Trata-se de um recorte da dissertação intitulada “Métodos não farmacológicos como estratégia de

cuidado à mulher com dor no parto”. Realizou-se busca na biblioteca virtual de saúde (BVS) e no Google Acadêmico utilizando as palavras chaves gênero, maternidade e parto. Foram selecionados 13 artigos de forma não sistemática. Utilizaram-se ainda livros que foram citados nestes artigos por serem referência sobre a temática.

A maternidade é uma construção social

A maternidade pensada como um evento biológico e interpretada como decorrência natural do ato sexual e da gravidez reflete as mesmas crenças que orientam as relações de gênero e os valores atribuídos a cada sexo (PORTO, 2011).

Esse modo de pensar está moldado nas relações de gênero e poder estabelecidas na distinção entre homem e mulher e vêm configurando significados sobre ser mulher e sobre maternidade, incidindo na forma de cuidado à saúde das mulheres neste período reprodutivo.

Importante fazer a distinção entre sexo e gênero para em seguida compreender como as relações de gênero e poder estabelecidas. Para Scott (1995), gênero é um termo utilizado para nomear as relações sociais entre os sexos, enfatizando especialmente o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades. Indica, portanto, uma rejeição ao determinismo biológico, subentendido na utilização de termos como “sexo” ou “diferença sexual”.

A fisiologia feminina destinada à reprodução da espécie, o papel doméstico, a função da criação de crianças e a psique moldada para a maternidade, subjetividade, são vistas, na maioria dos casos, como naturais (ORTNER, 1979). Essa percepção da feminilidade confere à mulher um status inferior dentro da sociedade, e as mulheres acolhem a maternidade como uma função significativa, omitindo sua subordinação.

A subordinação feminina é constituída ideologicamente e fundamentada pela associação da mulher à natureza, percebida como inferior à cultura, que está para o homem. Essa dicotomia socialmente estruturada separa o mundo em dois campos, reciprocamente exclusivos, para que o ente incluído em um não possa estar simultaneamente incluído no outro, e assim o sujeito que se insere no campo valorizado, que se põe como central, determina a posição do outro sujeito, o seu oposto subordinado (CORREIA, 2015)

Tal relação da mulher com a natureza está fundamentada em 3 aspectos da fisiologia feminina: o corpo da mulher e suas funções de perpetuação da

espécie; o corpo e suas funções delimitando papéis sociais inferiores, já que ligados à natureza; e os papéis tradicionais constituindo a estrutura psíquica tida como mais próxima à natureza.

Entretanto a mulher não está destinada somente à natureza, pois dotada de consciência ela também está comprometida com a construção cultural, esta, evidenciada no fato de a mulher aceitar sua própria desvalorização (ORTNER, 1979).

De acordo com Beauvoir (1980) as estruturas biológicas da mulher expressam as condições singulares que a encerram na sua subjetividade, ou seja, o fato de possuir um útero e ovários resume a mulher à sua função reprodutora, universo particular e doméstico constituiu base para a subordinação da mulher nas sociedades.

A autora afirma que aspectos biológicos do constructo mulher não podem ser negados, entretanto isoladamente estes não explicam a complexidade do ser, nem tão pouco explica a assimetria nas relações sociais e nos papéis estabelecidos para os sexos distintos.

Desde a origem da humanidade, o status biológico permitiu aos homens afirmarem sua soberania sobre as mulheres. Com o patriarcado a condição de subordinação da mulher é mantida através de códigos sociais rigidamente estabelecidos.

O patriarcado é o sistema cujo maior objetivo é o poder, segundo a teoria de mesmo nome a dominação da fêmea pelo macho é a ideologia mais arraigada do nosso sistema. O patriarcado se organiza a partir de normas de conduta para cada sexo baseadas em categorias como: temperamento, função e estatuto. O temperamento consiste em características dadas como biológicas: agressivo, inteligente, forte para os homens e dócil, ignorante e frágil para as mulheres. Reprodução, tarefas domésticas e cuidados aos filhos são funções materna enquanto para os homens produção e ambição. Tais funções designam, por conseguinte o estatuto de superioridade masculina e inferioridade feminina (MILLET, 1975).

Contrariando a crença de que o instinto materno é inerente à mulher busca-se compreender como historicamente corpos grávidos e maternos têm-se constituído como territórios de biopolíticas contemporâneas (MEYER, 2011). Nesse sentido têm-se a clareza de a valoração emocional atribuída à reprodução produz os símbolos e valores que individual e coletivamente atribuímos à realidade e reproduzimos na vida social. Assim o sexo constitui poder e estabelece normas de conduta inscritas nos corpos, regulando o comportamento de mulheres e homens (FOUCAULT, 1982).

Para o mesmo autor a necessidade de constituir corpos dóceis e aptos à reprodução biológica adequados à produção de bens constitui-se em agenciamento sobre pessoas e caracteriza a principal tecnologia de poder no século XIX, sendo a sexualidade um dos mais relevantes. A este agenciamento Foucault deu o nome de biopolítica caracterizada pela ênfase na proteção de vida, na regulação do corpo, na proteção de outras tecnologias pelo Estado.

Entre os anos 60 e 80 a maternidade foi entendida como uma construção histórica, cultural e política resultante das relações de poder e dominação de um sexo sobre o outro. Ora compreendida como um símbolo de um ideal de realização feminina ora como símbolo da opressão das mulheres, ou símbolo de poder das mulheres. (SCAVONE, 2001)

Considerando estas construções sociais mediadas por relações de poder a reprodução podem ser tanto uma expressão de empoderamento e realização, como de impotência e humilhação a depender do contexto em que ocorre (MATTAR, DINIZ; 2012).

A vida das mulheres e sua relação com a maternidade tem sofrido modificações ao longo do tempo determinadas pelas transformações sociais, econômicas e políticas que atuam sobre a sociedade de diversas formas, como nas configurações familiares, relações de gênero, expressão da sexualidade e afetividade. Através dos diversos movimentos de lutas feministas, os direitos da mulher foram sendo incorporados politicamente.

A concepção cartesiana do corpo, como um conjunto de sistemas, com funções específicas e espacialmente definidas, contribui para que os valores dos papéis sexuais sejam transpostos para a atividade reprodutiva. Assim, a representação da mulher está resumida à função biológica projetada em seu corpo, que é visto como máquina, construída de partes isoladas que trabalham autônoma e mecanicamente. (PORTO, 2011)

A função reprodutora, que inclui os papéis domésticos e de cuidado com as crianças, atribuída às mulheres são construções de gênero e poder que vinculam a maternidade a um destino natural da mulher.

Na perspectiva de direitos sexuais e reprodutivos a maternidade voluntária consiste numa escolha baseada na vontade consciente da mulher e parceria. Este direito implica numa escolha livre de constrangimentos biológicos, psicológicos ou sociais bem como no direito de acesso aos meios de contracepção existentes e interrupção da gravidez indesejada (DINIZ,2000). Assim é possível reconhecer a mulher para além da maternidade, como pessoa dotada de escolha e plena de seus direitos.

A despeito das lutas feministas e conquistas políticas logradas na área do direito sexual e reprodutivo de mulheres o protagonismo feminino sobre sua vida e, especificamente sobre a maternidade está longe do ideal. A gestação e o parto foram expropriados das mulheres pelo poder biomédico e intensa medicalização dos corpos. O poder sobre os corpos femininos é genuinamente androcêntrico, não existe autonomia nas escolhas das mulheres uma vez que as possibilidades são limitadas e cerceadas por tecnologias e assistência especializada no tratando de corpos doentes.

Naturalizações estabelecidas nas diferenças de gênero e de sexualidade se inserem nos corpos e impactam nas relações de cuidado legitimando o exercício de determinadas formas de poder e de autoridade no campo da saúde e das relações de cuidado.

As experiências das mulheres com o parto natural realizado em domicílio, prática utilizada antes da medicalização e institucionalização compulsória da reprodução, têm também o papel de resgatar suas individualidades e leva-las ao exercício de suas alianças de gênero constituindo o saber-poder feminino. Com o processo de medicalização do parto, este foi transformado em saber-poder masculino. A prática da assistência ao parto passou a ser vista como ato privativo do médico o que repercutiu negativamente sobre o processo de cuidar/assistir à mulher, visto que aí se inserem relações de gênero e poder entre profissionais de saúde, majoritariamente masculino, e as mulheres.

A despeito dos movimentos de luta pela qualidade da assistência ao parto e nascimento e pelo entendimento do parto enquanto um evento fisiológico protagonizado pela mulher persiste uma assistência permeada por relações de gênero e poder. A naturalização do sofrimento está presente no cotidiano da assistência ao parto através da naturalização da dor do parto como necessária ou como expiação feminina, negação do direito à acompanhante da escolha da mulher, desrespeito à autonomia, à sua integridade corporal e à sua condição de pessoa.

O significado cultural do sofrimento no parto é diretamente influenciado pelas relações de gênero, e expressam a punição da mulher pela própria experiência da sexualidade, da maternidade e da singularidade feminina. A literatura científica destaca que em países onde a desigualdade de gênero tem força, como o Brasil e outros países latino-americanos, a violência institucional no parto aparece impressa no momento em que a mulher é colocada em posição litotômica, sem seus familiares, vítima de intervenções desnecessárias que geram aumento da dor e ferem sua integridade moral e física (LANSKY, 2015).

O feminismo buscou superar a função reprodutiva atribuída à mulher incorporando a noção de mulher enquanto sujeito de direitos, onde se inclui os direitos sexuais e reprodutivos. Especificamente neste aspecto a luta pela humanização do parto e nascimento, maternidade segura, contracepção e aborto (AQUINO, 2014).

A participação ativa das mulheres durante o parto é fator preponderante para o desenvolvimento da autonomia e dignificação da mulher no seu processo parturitivo (NASCIMENTO, 2002). Dignificar implica em proporcionar o desenvolvimento do amor-próprio, o respeito a si e aos outros e a elevação da autoestima das mulheres. Ações de enfermagem que contribuem para o atendimento das necessidades de saúde das mulheres são chamadas de ações dignificantes de enfermagem e podemos citar: Dirigir-se à mulher pelo nome, vínculo, atendimento individualizado, presença de acompanhantes, competência técnica da enfermeira e ambiente adequado (NASCIMENTO; OLIVA, 2004).

O conjunto de medidas classificadas como “práticas humanizadas” visa desestimular o parto medicalizado, centrado no uso das tecnologias, o que o configura como artificial e muitas vezes, violento. Nessa perspectiva essas medidas promovem o incentivo das práticas e intervenções biomecânicas no trabalho de parto, consideradas como mais adequadas à fisiologia do parto, e, dessa maneira, menos agressivas e mais naturais (TORNQUIST, 2002).

Embora a mulher viva no seu corpo a experiência do trabalho de parto, é do/a profissional a diretriz e pré-estabelecimento de como esse momento acontecerá, determinada por uma assistência essencialmente impessoal. Isto reflete a constituição de espaço simbólicos de poder onde a mulher em trabalho de parto é objetificada. O saber profissional nega a subjetividade, a autonomia e os saberes da mulher parturiente e esta se submete à tecnologia e medicalização em nome da segurança no parto (PEREIRA, 2000).

Assim, pensar o processo parturitivo vivenciado pela mulher passa, necessariamente, pela análise de como é partilhado o poder entre os sexos uma vez que a assimetria de gênero presente nas relações sociais naturaliza e perpetua a condição da mulher na cena do parto e sustenta as relações institucionais de poder.

Considerações Finais

Este estudo ratifica a necessidade de se pensar criticamente sobre a construção social da maternidade e o impacto desse pensamento sob o cuidado em saúde para as mulheres, visto que há relação direta entre o primeiro e o segundo. Tendo em vista os direitos reprodutivos serem também direitos sociais,

intimamente relacionados às mudanças políticas, econômicas e da sociedade, entende-se que a emergência de novas discussões a respeito da prática profissional sob a luz das contribuições feministas gera possibilidade de mudanças tanto na estrutura social como no cuidado para a saúde das mulheres, fortalecendo as práticas de humanização do parto e do nascimento como formas de empoderamento feminino.

Referências:

AQUINO, Estela Mota Lima. Reinventing delivery and childbirth in Brazil: back to the future. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, supl. 1 p. S8-S10, 2014.

BEAVOUIR, Simone. O segundo sexo: a experiência vivida. Rio de Janeiro: **Editora Nova Fronteira**, 1980.

CORREIA, Victor. A Dicotomia Público-Privado. **Poliética**. São Paulo. v. 3, n. 1, p. 7-44, 2015.

MACHADO, Roberto; FOUCAULT, M. Introdução a Microfísica do poder. In: Foucault, M. **Microfísica do poder**, Rio de Janeiro: Graal. 1982.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Corpo, gênero e maternidade: algumas relações e implicações no cuidado em saúde*. **Enfermagem em Foco**, v. 2, n. 1, p. 18-22, 2011.

MATTAR, Laura Davis; DINIZ, Carmen Simone Grilo. Reproductive hierarchies: motherhood and inequalities in women's exercising of human rights. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, n. 40, p. 107-120, 2012.

MILLET, KATE. "Teoria de la política sexual". In: **Política Sexual**. México, DF, 1975 (publicado originalmente em New York por Avon, em 1971.), p.31 texto disponível em: <http://feminista.wordpress.com/>

ORTNER, S.B. Está a Mulher para o Homem assim como a Natureza para a Cultura? In: ROSALDO MZ, LAMPHERE L. (orgs.). **A Mulher, a Cultura, a Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz Terra. 1979. 254p.

PORTO, Dora. O significado da maternidade na construção do feminino: uma crítica bioética à desigualdade de gênero. **Revista Redbioética/UNESCO**, p. 55-65, 2011.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 1- 35, jul./dez. 1990.

LANSKY, Sônia. **Por um novo modo de nascer no Brasil**. Portal da Saúde/SUS. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm. Acessado em: 03 de janeiro de 2015.

PEREIRA, Wilza Rocha. Poder, violência e dominação simbólicas nos serviços públicos de saúde. **Texto & contexto enferm**, v. 13, n. 3, p. 391-400, jul./set. 2004.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 137-150, 2001.

TORNQUIST, Carmen Susana. Armadilhas da nova era: natureza e maternidade no ideário da humanização do Parto. **Revista Estudos Feministas**. V. 10, n. 2 p. 483-492, jul./dez. 2002.

NASCIMENTO, Enilda Rosendo do. **A assistência de enfermagem na perspectiva de gênero: concepções de mulheres em um centro de saúde**. 2000. 223f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

NASCIMENTO, Enilda Rosendo do; OLIVA, Talita Andrade. Indicadores de gênero da assistência de enfermagem às mulheres. **Rev. Bras. Enferm.**, v. 57, n. 5, p. 565-568, set./out. 2004.

UMA ANÁLISE DO TRATAMENTO DADO À QUESTÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENÇÃO AO PARTO NO BRASIL

Marina Maria Teixeira da Silva
Universidade Federal de Pernambuco
marinamts@gmail.com

Resumo: O presente artigo se propõe a analisar como os documentos de Políticas Públicas de Atenção ao Parto no Brasil enxergaram a questão da violência obstétrica e da má qualidade da assistência nos últimos 30 anos, além de analisar as medidas e ações tomadas para resolução dos problemas identificados pelos próprios programas. O corpus foi composto pelos seguintes documentos: Assistência Integral à Saúde da Mulher: Bases de Ação Programáticas (1985); Programa Humanização do Parto – Humanização no Parto e Nascimento (2002); e o Manual Prático para Implementação da Rede Cegonha (2011). A análise dos documentos foi pautada principalmente na maneira em que cada um deles traz referências à violência obstétrica e nas medidas propostas para redução dessas situações na rede pública de saúde. Um dos pontos principais encontrados nos resultados foi o descompasso entre o discurso da necessidade de melhorar a qualidade da assistência e as medidas tomadas, que não levam em conta critérios qualitativos e podem não impactar, de fato, na redução do tratamento desumanizado oferecidos às usuárias do sistema público de saúde.

Palavras-chave: Violência Obstétrica, Políticas Públicas, Parto, Saúde da Mulher.

Introdução

Violência Obstétrica é um conceito recente, muito embora se refira a uma situação presente desde o início da hospitalização do parto. Segundo a Defensoria Pública do estado de São Paulo (2013), que se apropriou dos conceitos presentes em leis da Venezuela e Argentina, a Violência Obstétrica

caracteriza-se pela apropriação do corpo e processos reprodutivos das mulheres pelos profissionais de saúde, através do tratamento desumanizado, abuso de medicalização e patologização dos processos naturais, causando a perda da autonomia e capacidade de decidir livremente sobre seus corpos e sexualidade, impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres.

Uma em cada quatro mulheres sofre algum tipo de violência durante o parto no Brasil, de acordo com a pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (VENTURI, G.; BOKANY, V.; DIAS, R, 2010). São ações e omissões da equipe de saúde em um momento de vulnerabilidade do sujeito: intervenções e procedimentos mal indicados, julgamentos morais, ironias, silenciamento, reclusão, negligência médica – associados a uma relação de poder médico-paciente, ou, de uma forma institucional, hospital-paciente.

Na questão da saúde pública, ainda é palpável o pensamento dominante de que o corpo da mulher é defeituoso em relação ao corpo masculino. As práticas em relação à saúde feminina colocam a mulher em posição de submissão, sua escolha não é respeitada e sua agenda não é levada em consideração. A excessiva manipulação do corpo feminino é justificada com base nesse “defeito”, sendo o corpo masculino muito mais protegido de intervenções.

No atendimento ao parto no Brasil isso é muito emblemático. O parto, evento natural da sexualidade da mulher, é transformado em uma cirurgia para se tornar controlado, previsível. Del Priore (1999), em “Viagem pelo imaginário do interior feminino”, comenta como o corpo da mulher sempre é colocado como o lugar do pecado, do conflito, do impuro. Isso é perceptível quando vemos, ainda hoje, que parteiras comumente são associadas à feitiçaria, e ativistas da humanização do parto são referidas, pejorativamente, como “comedoras de placenta”.

Dessa forma, buscamos discutir, neste trabalho, como as políticas públicas de atenção ao parto no país enxergaram a questão da violência obstétrica e da

má qualidade da assistência nos últimos 30 anos, além de analisar as medidas e ações tomadas para resolução dos problemas identificados pelos próprios programas.

Metodologia

Foram selecionados três documentos oficiais do Ministério da Saúde que traziam os conteúdos programáticos das políticas relacionadas à atenção ao parto nas últimas três décadas. Tais documentos foram escolhidos por apresentarem conceitos, objetivos, justificativas e ações programáticas de cada uma das políticas, possibilitando analisá-las individualmente e fazer comparações entre os dados levantados. O recorte de tempo foi definido usando como ponto de partida a implementação da grande primeira política pública federal, o “Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher – PAISM”, vindo até os dias atuais.

O corpus foi composto pelos seguintes documentos: Assistência Integral à Saúde da Mulher: Bases de Ação Programáticas (1985); Programa Humanização do Parto – Humanização no Parto e Nascimento (2002); e o Manual Prático para Implementação da Rede Cegonha (2011).

A análise dos documentos foi pautada principalmente na maneira em que cada um deles traz referências à violência obstétrica e nas medidas propostas para redução dessas situações na rede pública de saúde.

Resultados e Discussões

Assistência Integral à Saúde da Mulher: Bases de Ação Programáticas (1985)

As “Bases de Ação programática” do “Programa Assistência Integral à Saúde da Mulher”, em seu sumário diagnóstico, identificam os maiores problemas que afetam a atenção à saúde da população feminina. Iniciando a lista, encontra-se a baixa cobertura, associada à baixa qualidade, do atendimento:

O acompanhamento pré-natal, de conhecido efeito positivo sobre a mulher e o conceito, tem, na sua baixa cobertura, frequentemente associada à baixa qualidade de atendimento, um grave problema (BRASIL, 1985, p.10).

O segundo item da lista de problemas diz respeito à assistência ao parto. Nesse item, o gestor mostra-se ciente dos problemas que afetam esse atendimento:

A questão da assistência ao parto constitui um ponto crítico da saúde da mulher. E fato corriqueiro em nossas cidades a perambulação das parturientes por diversas maternidades em busca de atendimento para seu parto. Por outro lado, a precária qualidade de assistência, os excessos da medicalização no parto e a crescente elevação das taxas de cesarianas refletem a inadequação da assistência prestada. (BRASIL, 1985, p.10)

O documento ainda cita o alto índice de cirurgias cesarianas como um fator de risco a ser evitado.

Diante desses fatores, o PAISM apresenta dois objetivos programáticos focados nesses problemas:

Aumentar a cobertura e a concentração do atendimento pré-natal, proporcionando iguais oportunidades de utilização desses serviços a toda a população. (BRASIL, 1985, p.16)

Melhorar a qualidade da assistência ao parto, ampliando a cobertura do atendimento prestado por pessoal treinado tanto no sistema formal como no informal (parteiras tradicionais), e diminuindo o número de cesáreas desnecessárias. (BRASIL, 1985, p.17)

Segundo o documento, então, ampliar a cobertura da assistência seria uma ação que poderia afetar na qualidade do atendimento. De fato, a falta de acesso à assistência é uma violência e uma negação de direitos e deve ser combatida. Porém o acesso não garante a qualidade dessa assistência.

Da mesma forma, o treinamento técnico do profissional não parece exercer grande influência em algumas das formas de violência sofridas pelas mulheres. O assédio moral, por exemplo, diz mais respeito a uma cultura de violência institucional do que ao preparo técnico de quem atende.

O texto também não descreve como pretende diminuir a elevada taxa de cesarianas – a não ser que entenda que ela seria causada pelo despreparo dos médicos, enfermeiras e parteiras.

Programa Humanização do Parto – Humanização no Parto e Nascimento (2002)

O “Programa de Humanização do Parto e Nascimento”, conceitualmente, estava alinhado ao discurso do movimento de Humanização do Parto e Nascimento e de acordo com as recomendações da OMS para um parto seguro (OMS, 1996). Na parte inicial do documento “Programa de Humanização do Parto: humanização do pré-natal e Nascimento”, o Ministério da Saúde justifica a criação do programa, citando a necessidade de “reduzir as altas taxas de morbimortalidade materna, peri e neonatal registradas no país”; melhorar o acesso, a cobertura e a qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto, puerpério e neonatal e ampliar ações anteriores já adotadas (BRASIL, 2002, p.5). Nesse preâmbulo encontra-se também a principal finalidade do programa: a destinação de recursos.

Ao longo da explanação dos objetivos do programa, o Ministério da Saúde traz como uma preocupação e objetivo primordial a necessidade de melhorar a qualidade do atendimento:

assegurar a melhoria do acesso, da cobertura e da qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto e puerpério” (BRASIL, 2002, p.5).

A justificativa dessa preocupação é a adequação ao que recomenda a humanização do parto e nascimento, que é o acolhimento solidário e ético da mulher e a adoção de medidas e procedimentos benéficos para o acompanhamento do parto. Em um dos pontos de maior adesão do texto programático ao discurso do movimento de humanização do parto, vemos o Ministério tratar de uma questão relacionada às más práticas e à violência obstétrica:

evitando práticas intervencionistas desnecessárias, que embora tradicionalmente realizadas não beneficiam a mulher nem o recém nascido, e que com frequência acarretam maiores riscos para ambos (BRASIL, 2002, p.6).

Essa simbiose de pensamentos pressupõe um consenso nas ações a serem tomadas, mas nesse ponto encontra-se a maior contradição do documento. Apesar de reconhecer a necessidade de melhorar a qualidade do atendimento, as medidas planejadas não são capazes de solucionar as questões identificadas.

As medidas focam na estruturação financeira da rede e na garantia da cobertura, aspectos quantitativos e técnicos, que embora possam de fato melhorar outros resultados da ação do programa, pouco ou nada podem realizar para mudar a questão subjetiva do tratamento dado à gestante na atenção ao parto. São eficientes em garantir que a mulher que antes não tinham atendimento algum, passe a ter o atendimento básico, mas não pode atuar na dimensão da qualidade subjetiva desse atendimento.

Da mesma forma agem os indicadores avaliativos que o programa planeja, ao trazer apenas critérios quantitativos na avaliação das ações.

Manual Prático para Implementação da Rede Cegonha (2011)

O maior documento analisado nesta pesquisa foi o “Manual Prático para Implementação da Rede Cegonha”, com 45 páginas. Sua maior extensão deve-se ao fato de o Ministério da Saúde procurar justificar seu conceito, objetivo e ações de maneira mais completa, aproximando-se da Medicina Baseada em Evidências e do discurso acadêmico a respeito da Humanização do Nascimento. Para corroborar seu discurso, dedica um capítulo ao “Programa Nacional de Humanização do SUS” e traz, em um anexo, as “Boas Práticas de Atenção ao Parto e Nascimento”, resultado da Reunião da OMS e da OPAS em 1985.

Já em sua introdução, o documento deixa clara a necessidade de atuar em relação à qualidade da assistência: “embora o acesso ao pré-natal seja praticamente universal, a qualidade dessa atenção ainda não é satisfatória” (BRASIL, 2011, P.3). A maior cobertura da assistência já era esperada, uma vez que os programas anteriores tinham grande foco na ampliação da cobertura. Ainda assim, pouco fizeram para melhorar o cenário da qualidade do atendimento.

O Manual cita como problemas a serem combatidos a baixa cobertura da rede de exames; a peregrinação das gestantes na busca pelo local do parto; as práticas não baseadas em evidências científicas e a fragilidade da rede no seguimento da mulher e da criança no pós-parto. Para os gestores responsáveis pelo programa, tais problemas surgem da fragmentação das ações do serviço, dos mecanismos de alocação de recursos e das práticas de atenção conservadoras, com excesso de medicalização, intervenções desnecessárias e sem respaldo nas evidências científicas.

Dessa maneira, a “Rede Cegonha” surge com o objetivo de garantir “às mulheres e às crianças uma assistência humanizada e de qualidade” (BRASIL, 2011, P.3). Entre suas metas, podemos listar:

ampliação do acesso e da melhoria da qualidade do pré-natal, da vinculação da gestante à unidade de referência e ao transporte seguro, da implementação de boas práticas na atenção ao parto e nascimento, incluindo o direito ao acompanhante de livre escolha da mulher no parto, da atenção à saúde das crianças de 0 a 24 meses e do acesso às ações de planejamento reprodutivo (BRASIL, 2011, p.3).

Além disso, a Rede pretende

fomentar a implementação de um novo modelo de atenção à saúde da mulher e à saúde da criança com foco na atenção ao parto, ao nascimento, ao crescimento e ao desenvolvimento da criança de zero aos 24 meses; Organizar a Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil que garanta acesso, acolhimento e resolutividade e; Reduzir a mortalidade materna e infantil (BRASIL, 2011, p.4).

Uma vez que um dos grandes entraves da atenção à saúde pública foi identificado como a falta de integração entre os serviços, o Ministério da Saúde opta por uma mudança de estratégia, criando a “Rede de Atenção à Saúde” (RAS), através da Portaria/GM no 4279 de 30 de dezembro de 2010. Seu objetivo era propiciar uma integração dos serviços de saúde, criando regiões com uma rede horizontal e integrada. A Rede Cegonha trabalha nesse sentido, com a intenção de “trabalhar regionalmente para a garantia do acesso com qualidade à atenção à saúde materna e infantil” (BRASIL, 2011, p.6).

O Capítulo do documento dedicado a justificar a necessidade de humanizar a atenção ao parto e nascimento começa por mostrar sua inserção dentro da “Política Nacional de Humanização” (PNH) do Ministério da Saúde. Para alcançar os objetivos dessa política, atesta ser necessárias

mudanças simultâneas no modelo de atenção e no modelo de gestão, tendo como foco as necessidades dos cidadãos e a produção de saúde (BRASIL, 2011, p.7).

O documento cita ainda o PNH para explicitar os pontos necessários para alcançar a humanização no atendimento, a saber:

compromisso com a ambiência; melhoria das condições de trabalho e de atendimento; respeito às questões de gênero, etnia, raça,

orientação sexual e às populações específicas; fortalecimento de trabalho em equipe multiprofissional; apoio à construção de redes cooperativas, solidárias e comprometidas com a produção de saúde e com a produção de sujeitos; fortalecimento do controle social com caráter participativo em todas as instâncias gestoras do SUS; e compromisso com a democratização das relações de trabalho e valorização dos profissionais de saúde, estimulando processos de educação permanente (BRASIL, 2011, P. 7. apud BRASIL, 2004).

O documento argumenta ainda usando a conceituação da antropóloga Davis-Floyd (2001) a respeito dos modelos de atenção ao parto. Davis-Floyd resumiu em três os modelos de atenção ao parto existentes na sociedade contemporânea americana: o modelo mais difundido é o tecnocrático – onde há uma clara separação entre corpo e mente e o corpo é visto como uma máquina. Dentro da sociedade ocidental patriarcal, o corpo feminino é constantemente visto como defeituoso, em oposição ao corpo masculino que seria o exemplo de bom funcionamento. Como processo de uma máquina defeituosa, o parto deixa de ser um evento natural para se transformar em evento médico, masculino, controlado: na metáfora de Davis-Floyd, o hospital é uma fábrica, o corpo da mãe a máquina, e o bebê seria o produto. Este modelo encontra-se largamente difundido também na sociedade brasileira, que hoje carrega números altíssimos de cirurgias cesarianas e partos cheios de intervenções médicas desnecessárias e muitas vezes censuradas pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

No segundo modelo, o humanista, há uma conexão entre corpo e mente, o protagonismo feminino é incentivado e a relação médico-paciente é mais próxima e equilibrada. O último modelo, o holístico, enxerga uma unidade entre mente, corpo e espírito – esse modelo aparentemente é o mais distante da realidade contemporânea brasileira.

Para o Ministério da Saúde, o sistema de saúde brasileiro precisa superar o “modelo tecnocrático” em direção a um “modelo humanista” (BRASIL, 2011, p. 7).

Ações propostas pela Rede Cegonha para o componente “Parto e Nascimento”

No componente Parto e Nascimento, a Rede Cegonha destaca algumas ações, sendo a primeira delas dedicada à tentativa de mudança da qualidade da assistência:

Incorporação de boas práticas de atenção à saúde baseada em evidências científicas, nos termos do documento da Organização Mundial da Saúde, de 1996: “Boas práticas de atenção ao parto e ao nascimento”, com ênfase na garantia do acompanhante durante o acolhimento e o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato (BRASIL, 2011, p. 11).

A garantia da presença de uma acompanhante é uma feliz ação da Rede. Pesquisas revelam que permitir a presença de um acompanhante ajuda a elevar os resultados positivos no trabalho de parto e parto (BRUGGEMANN, OSIS, PARPINELLI, 2007). A lei federal no. 11.108/2005 estabelece o direito ao acompanhante de escolha da mulher, mas nem todos os centros de atendimento respeitam a legislação. Ações simples como permitir um acompanhante proporcionam bem estar físico e emocional, diminuem as complicações no parto, reduzem a utilização de ocitocina, analgesias, cesarianas e o tempo de hospitalização da mãe e do bebê. Um dos entraves para a efetivação da lei é a falta de privacidade gerada pela presença de um homem em um ambulatório com várias mulheres em trabalho de parto. Esse problema pode ser facilmente resolvido com algumas soluções inteligentes, como a instalação de biombos ou a divisão de salas. A Rede Cegonha dedica uma boa parte de sua proposta para o cuidado com a ambiência dos locais de atenção ao parto, de maneira que eles permitam a permanência do acompanhante.

Apesar da boa intenção do gestor ao inserir a incorporação das boas práticas de atenção à saúde baseada em evidências científicas, não fica claro no texto programático como ela será implantada. Entende-se que, com a mudança na ambiência dos serviços, seja possível proporcionar a livre escolha do acompanhante à mulher, o acesso a medidas não-farmacológicas para dor, como água quente, uso de bolas de bobat, etc. Porém, não há nenhuma espécie fiscalização, avaliação ou pesquisa que possibilite acompanhar essa adoção das boas práticas. O Ministério da Saúde, neste texto, endossa o discurso da medicina baseada em evidências, tenta montar uma estrutura física que possibilite um atendimento mais humanizado, mas deixa o restante a cargo dos gestores e equipe – como se um manual e uma sala diferente fossem capazes de por si só gerarem um tratamento mais humanizado e livre de racismo e sexismo.

A Rede Cegonha aposta ainda na sua segunda grande ação para minimizar os efeitos da violência obstétrica e da iatrogenia:

Fomento à adoção de práticas de gestão que diminuam a dicotomia entre gestão e atenção, promovam a atuação integrada entre os profissionais de saúde e entre esses e os gestores dos serviços de saúde e, em última instância, garantam a integralidade do cuidado com respeito à singularidade do atendimento. Ou seja, (i) realização de acolhimento com classificação de risco nos serviços de atenção obstétrica e neonatal; (ii) implementação de equipes horizontais do cuidado nos serviços de atenção obstétrica e neonatal; (iii) implementação de Colegiado Gestor nas maternidades e outros dispositivos de cogestão tratados na Política Nacional de Humanização e; (iv) ambiência adequada dos serviços de saúde que realizam partos, orientadas pela Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 36/2008 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). (BRASIL, 2011, p. 11-12)

Investir em equipes multiprofissionais na atenção ao parto é certamente uma escolha segura na busca por uma assistência de qualidade. A atuação da/o enfermeira/o obstétrica/o tem se mostrado altamente benéfica nos atendimentos de baixo risco. Frequentemente são feitas associações entre o atendimento desses profissionais e a humanização do nascimento - isso porque as/os enfermeiras/os obstétricas/os tendem a respeitar o caráter fisiológico do parto, além de oferecerem conforto físico não-farmacológico através de técnicas como massagens e relaxamento, posturas variadas, uso de música e práticas alternativas (TUESTA, 2003).

O maior avanço proposto pela Rede Cegonha, sem dúvida, são os Centro de Partos Normais. Preconizados pelo Ministério da Saúde (Portaria 985/99 GM) e recomendados pela OMS (OMS, 1996), essas unidades de atendimento localizam-se fora do centro cirúrgico obstétrico. O atendimento é realizado por enfermeiras/os obstétricas/os e a equipe é formada de maneira multiprofissional. O ambiente é preparado para parecer mais uma casa do que um hospital, e é encorajado que a mulher seja participativa e ativa durante o trabalho de parto - a individualização da mulher é respeitada. O Manual traz todas as orientações para a adequação da ambiência desses espaços.

Apesar das propostas trazerem elementos benéficos no processo de humanizar a assistência ao parto e nascimento, não há um critério avaliativo no Manual para os resultados de ordem subjetiva que possam servir ao replanejamento de ações. A mudança da ambiência surge como uma notícia bem-vinda,

porém mudar a estrutura física não garante a mudança do tratamento dado pela equipe.

O encaminhamento e vinculação da gestante à maternidade é uma ação também importante, pois encerra uma das faces da violência obstétrica, que é a peregrinação da gestante em trabalho de parto atrás de uma vaga para ser atendida.

Considerações finais

Nenhum dos documentos faz referência ao termo “violência obstétrica”, o que era esperado uma vez que o conceito é recente. Contudo todos identificam a existência de ações que podem prejudicar a usuária do serviço: medicalização excessiva, intervenções desnecessárias, alta taxa de cirurgias cesarianas, peregrinações atrás de vaga em maternidade, isolamento da gestante e ausência de medidas de alívio da dor.

A questão da qualidade da assistência e do tratamento é citada várias vezes nos documentos, porém as medidas tomadas não levam em conta critérios qualitativos e podem não impactar, de fato, na redução do tratamento desumanizado oferecidos às usuárias.

Os documentos dos programas, ainda que no discurso problematizem a violência obstétrica e a necessidade de humanização do parto, ainda focam a atenção apenas em aspectos e indicativos técnicos, como a cobertura dos serviços e as taxas de mortalidade e morbidade. Apesar da necessidade de cuidar de perto dessas questões, pela responsabilidade do serviço com a vida das usuárias, faz-se necessário focalizar também os outros problemas identificados, uma vez que eles podem, inclusive, levar ao aumento desses indicadores, se medidas não forem tomadas.

Ainda que os resultados não soem otimistas, convém ressaltar o aspecto ascendente na qualidade das medidas tomadas pelos programas, de maneira a entrever que há um progresso nas ações dos gestores, ainda que lento. É perceptível também nos documentos que há um grande diálogo com as demandas dos movimentos sociais, demonstrando que há uma busca em satisfazer essas necessidades, ainda que esse diálogo ocorra mais no campo teórico do que nas medidas propriamente ditas.

Para que as medidas de fato alcancem os objetivos propostos pelos gestores, é necessário que haja uma avaliação a respeito da percepção das usuárias sobre o atendimento – tanto na etapa de planejamento das medidas, quanto na

fase de revisão das ações. Embora algumas violências obstétricas causem danos físicos às mulheres, na grande maioria das vezes o dano não é visível – e apenas através da escuta dessas mulheres poderá haver um entendimento e a partir disso uma busca por ações que de fato sejam eficientes para reduzir progressivamente a violência no ciclo gravídico-puerperal.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher: Bases de ação programática**. Brasília, DF, 1985

_____. Ministério da Saúde. **Programa Humanização do Parto – Humanização no Parto e Nascimento**. Brasília: Ministério da Saúde; 2002.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Manual prático para implementação da Rede Cegonha**. Brasília: 2011a

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes**. 2011b. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_mulher_principios_diretrizes.pdf> . Acesso em: 16 mar. 2015.

_____. Presidência da República. Diário Oficial da União. Lei Nº 11.108, de 07 de abril de 2005. Altera a Lei 8080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Brasília: Presidência da República, 2005.

BRUGGEMANN, O. M., OSIS, M. J. D., PARPINELLI, M.A. Apoio no nascimento: percepções de profissionais e acompanhantes escolhidos pela mulher. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 44-52, fev. 2007.

DAVIS-FLOYD, R. The technocratic, Humanistic, and Holistic Paradigms of Childbirth. **International Journal of Gynecology and Obstetrics**, vol. 75, Supplement nº 1, pp S5-S23, November 2001.

DEL PRIORE, Mary. Viagem pelo imaginário do interior feminino. **Revista Brasileira de História**. vol. 19 n. 37, São Paulo. Sept. 1999. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26303709>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

OMS. **Assistência ao Parto Normal**: Um Guia Prático. 1996. Disponível em: <http://abenfo.redesindical.com.br/arqs/materia/56_a.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2015.

SÃO PAULO. Defensoria Pública do Estado de São Paulo. **Violência Obstétrica**: você sabe o que é?. 2013. Folder. Disponível em: <<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/41/Violencia%20Obstetrica.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2015.

STOLCKE, Verena. “La mujer es puro cuento: la cultura del género”. **Revista Estudos Feministas**. 2004, vol. 12, no. 2 pp. 77-105

TUESTA A. A. Saberes e prática de enfermeiros e obstetras: cooperação e conflito na assistência ao parto. **Cad. Saúde Pública**. 2003; 19(5):1425-36.

VENTURI, G.; BOKANY, V.; DIAS, R. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Sesc, 2010. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf>> Acesso em 19 mai. 2015

CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DE PROGRAMAS E POLÍTICAS PARA MULHERES SOB PERSPECTIVA DE DIREITOS REPRODUTIVOS: ESTUDO REFLEXIVO

Millani Souza de Almeida

Mestranda. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia

mila.misoual@gmail.com

Larissa Silva de Abreu Rodrigues

Doutoranda. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia

larissagbi@hotmail.com

Amália Nascimento do Sacramento Santos

Doutoranda. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia

amaliasacramento@hotmail.com

Isa Maria Nunes

Doutora. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia

isamaria.nunes@yahoo.com.br

Enilda Rosendo do Nascimento

Doutora. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia

enildarosendo@hotmail.com

Resumo: Os avanços em relação à saúde das mulheres são fruto de conquistas históricas dos movimentos feministas na luta pela cidadania e por melhores condições de vida. Nessa perspectiva, se inserem os direitos reprodutivos imprescindíveis para a autonomia e o empoderamento das mulheres. Este estudo consiste em uma revisão bibliográfica teórico-reflexiva com objetivo de refletir sobre aspectos históricos da construção de programas e políticas brasileiras para mulheres, numa perspectiva de direitos reprodutivos. Os resultados evidenciam o histórico das conquistas de direitos reprodutivos e as contribuições do movimento feminista no âmbito nacional e internacional

traduzidos nos avanços dos programas e das políticas brasileiras, a partir da década de 1980, no entanto verificam-se desafios e lacunas para efetivação dessas políticas.

Palavras-chaves: Direitos reprodutivos, feminismo, políticas públicas.

Introdução

Os avanços em relação à saúde das mulheres são fruto de conquistas históricas dos movimentos feministas na luta pela cidadania e por melhores condições de vida. Nessa perspectiva, se inserem os direitos reprodutivos imprescindíveis para a autonomia e o empoderamento das mulheres.

Os direitos reprodutivos estão fundamentados nos princípios da autonomia e da liberdade reprodutiva e possibilitam às mulheres esse exercício nas questões relacionadas ao seu próprio corpo permitindo-lhes vivenciar a sexualidade dissociada da procriação (SOUZA, 2011). O acesso universal aos serviços de saúde reprodutiva é um dos direitos previstos na Constituição brasileira, cabendo ao Estado disponibilizá-lo, sem distinção de sexo, raça/cor, classe social, origem nacional ou qualquer outra condição. Em específico, a assistência qualificada à reprodução gera grande impacto na saúde e vida das mulheres, favorece o livre exercício da sexualidade e a redução da morbimortalidade (OMS, 2015).

A atenção à saúde da mulher no Brasil deve ser discutida numa perspectiva de direitos e desse modo, a maternidade não é considerada como um destino para mulher, mas uma escolha. Portanto, compreende-se a importância de discutir a construção histórica de ações e políticas à saúde direcionadas às mulheres considerando o protagonismo, a autonomia e as demandas integrais das mesmas. Sendo assim, o presente estudo objetiva refletir sobre aspectos históricos da construção de programas e políticas brasileiras para mulheres, numa perspectiva de direitos reprodutivos.

Metodologia

Trata-se de uma revisão bibliográfica teórico-reflexiva, a partir da análise e discussão de livros, artigos, manuais e dissertações que abordam os temas: Direitos Reprodutivos e Movimentos feministas; Programas e Políticas de Atenção à Mulher Brasileira. Foram selecionados 21 manuscritos sobre o tema de interesse, a partir da base de dados: Scielo, Lílacs e BVS, além da consulta à coletânea impressa do Ministério da Saúde sobre gestão de Políticas Públicas de gênero e raça. Em complementariedade, foram consideradas as experiências acadêmicas e profissionais das autoras.

Resultados e Discussão

Historicamente, a revolução francesa (1789) foi um marco importante na luta pela igualdade ao levantar princípios revolucionários de liberdade, igualdade, fraternidade e justiça social, funcionando como uma onda de ideais libertadores que influenciou diversos movimentos reivindicatórios dos diferentes seguimentos sociais ao redor do mundo (HEILBORN, ARAÚJO e BARRETO, 2010). Em busca do acesso aos direitos até então negados pela sociedade, as mulheres buscaram inserir-se nesse movimento, porém a princípio não tiveram as suas causas assumidas como legítimas.

Em sua obra “O enigma da igualdade”, Joan Scott (2005) discute que embora durante a revolução francesa a idéia de que todos os indivíduos poderiam ser tratados igualmente, inclusive para os propósitos de participação política e representação legal, a “igualdade” que se via na prática era gerida por interesses androcêntricos da época. Para os acontecimentos revolucionários na França de 1789, por exemplo, as diferenças de nascimento, posição e de status social entre homens não eram consideradas, no entanto, diferenças de cor e gênero sim.

Foi a partir do século XIX que as manifestações públicas pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, evidenciando a luta pela igualdade de acesso à educação, ao voto e ao mercado de trabalho começaram a emergir. Nesse período, os direitos demandados pelas mulheres começaram a compor a bandeira de luta do então nascente movimento feminista. A partir da segunda metade do século XIX o movimento ganhou uma feição ainda mais política e social, dirigida principalmente pelas mulheres européias e estadunidenses que iniciaram um movimento por seus direitos nesse âmbito (HEILBORN, ARAÚJO e BARRETO, 2010; SILVA, 2015).

As diferenças de posições entre homens e mulheres, que atribuíam a essas um lugar inferior e desvalorizado em relação aos homens, começou a ser questionado pelo Movimento Feminista, que trouxe à pauta as desigualdades de gênero nas diversas esferas da sociedade, a exemplo da educação, envolvimento na organização política, mercado de trabalho, produção de conhecimento científico e saúde.

No campo da atenção à saúde da mulher, o Movimento Feminista, a partir da década de 60, enfatizou a insatisfação do lugar de “reprodutora” como função natural das mulheres, questionando o destino biológico e a construção histórica do lugar social designado para elas, e reivindicando a (re)apropriação

do corpo e o reconhecimento dos problemas das mulheres como questões políticas (SCAVONE, 2004).

No Brasil, o movimento feminista não aconteceu de forma alheia ao contexto mundial. Enquanto movimento, tomou forma no território brasileiro no século XX, durante a luta pelo direito ao voto; mais adiante na ditadura militar (1964-85), muitas mulheres posicionaram-se como esquerdistas na busca por uma sociedade construída democraticamente. A constante transformação política que acontecia na porção ocidental do planeta mostrou força no Brasil nos anos 70, período marcado pela “segunda onda do feminismo”, o que resultou em profundas transformações na vida das brasileiras e crescimento das lutas por direitos reprodutivos (SILVA, 2015).

A Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu 1975 como o ano Internacional da Mulher, buscando dar visibilidade ao movimento das mulheres na busca por seus direitos. Em 1983 foi criado o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), uma importante conquista no Brasil, fruto da árdua luta pela atuação feminina na política. A luta pelos direitos reprodutivos recebeu atenção por meio da implantação de políticas públicas para a saúde das mulheres, expressadas através do PAISM, o qual propunha o desenvolvimento de ações efetivas para a saúde das mulheres, para além da idade reprodutiva.

Com uma abordagem ampla, o PAISM valoriza todos os períodos da vida da mulher e não apenas o gravídico-puerperal; a integralidade e equidade das ações também é outro ponto de destaque do programa (BRASIL, 2011). Sobre esse avanço, Negrão (2012) comenta que a criação do SUS e a instituição de mecanismos de controle social das políticas de saúde foram e são ferramentas fundamentais para que o movimento de mulheres politize os temas da saúde e dos direitos reprodutivos na agenda dos conselhos de saúde, ampliando o apoio da sociedade em sua defesa.

Outros acontecimentos importantes ligados às lutas e às questões históricas e culturais das mulheres aconteceram ao redor do mundo, a exemplo da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), que resultou no Programa de Ação do Cairo (1994). A CIPD trouxe discussões sobre as desigualdades de gênero, meio ambiente e os Direitos Humanos, e influenciou a Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing no ano seguinte quando acordos estabelecidos foram reafirmados e avançou-se nas definições sobre direitos sexuais e reprodutivos como Direitos Humanos, ressaltando o empoderamento das mulheres sob a perspectiva da equidade de gênero (PORTELLA, 2007).

Sobre a definição de saúde reprodutiva, vale ressaltar seu conceito definido pela Organização Mundial da Saúde, em 1988, e ampliada pela CIPD:

“A saúde reprodutiva é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, em todos os aspectos relacionados com o sistema reprodutivo e as suas funções e processos e não de mera ausência de doença ou enfermidade [...] implica, por conseguinte, que a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória, tendo autonomia para se reproduzir e a liberdade de decidir sobre quando e quantas vezes deve fazê-lo” (NACIONES UNIDAS, 1995, anexo, cap. VII, par. 7.2).

O reconhecimento da saúde sexual e reprodutiva enquanto direito, com foco em seu caráter universal, foi fundamental para a criação e qualificação de políticas públicas que contemplassem as necessidades das mulheres para além do caráter biológico, valorizando também o âmbito político e social. Nesse sentido, documentos sobre a saúde no Brasil reiteram que a prática sexual e a maternidade/paternidade são direitos previstos na constituição e cabe ao Estado a sua garantia, por meio de ações e estratégias, fomentando o compromisso da população com seu exercício de modo responsável e mediante condições saudáveis (BRASIL, 2010).

Posteriormente, novos programas ou estratégias foram criados com vistas a assegurar o acesso universal das mulheres ao cuidado e planejamento reprodutivo, a exemplo do Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento (PHPN) instituído no ano 2002, que visa, dentre outros aspectos aumentar a cobertura e a qualidade da atenção às mulheres durante o pré-natal, parto e puerpério em todo o território brasileiro, (NUNES, 2015; BRASIL, 2002; LEAL et al, 2015).

Ao abranger o processo da gestação e do nascimento, o PHPN, centra parte de suas ações em recém-nascidas/os e crianças, deslocando o foco da atenção às mulheres, sendo esta uma crítica importante, do ponto feminista, ao PHPN. Esse reconhecimento, motivou a formulação de uma nova política que ampliasse o escopo do PAISM para questões até então não contempladas, como o interesse na diversidade social e cultural que caracteriza a população brasileira.

Nesse sentido, em 2004, foi formulada a Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher – PNAISM, com objetivos de promover a melhoria

das condições de vida e saúde das mulheres brasileiras, mediante a garantia de direitos legalmente constituídos e ampliação do acesso aos meios e serviços de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde em todo território brasileiro e a todas as mulheres, em todas as fases da vida. Destaca-se também a ampla discussão em torno dos altos índices de mortalidade materna/feminina com vistas à contribuir para sua redução no Brasil, especialmente por causas evitáveis, em todos os ciclos de vida e nos diversos grupos populacionais, sem discriminação de qualquer espécie. Além disso, a Política mantém o foco na ampliação e qualificação da atenção integral à saúde da mulher no Sistema Único de Saúde (CAMPOS, 2009).

Nesse sentido, a PNAISM trouxe a valorização da saúde de outros grupos de mulheres que não haviam sido contemplados no PAISM, como é o caso da saúde das mulheres adolescentes, saúde da mulher na maturidade e velhice de negras, além das especificidades das mulheres lésbicas e transexuais e daquelas em situação de rua; tem a justiça social como um dos princípios norteadores; e aponta a necessidade de articulação com o sistema educacional de modo a formar profissionais sensíveis às questões de gênero e étnicorraciais como fatores qualificadores do cuidado. No contexto nacional, ao longo das décadas, muitas conquistas foram incorporadas à vivência reprodutiva das mulheres com direitos assegurados por lei, a exemplo da Lei do direito ao acompanhante, criada em 2005, que permite a presença de pessoa indicada pela mulher em todo o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato nas organizações de saúde do SUS. Em que pese a sua importância, em nossa experiência, a implementação dessa medida tem gerado conflitos nos serviços de saúde provocados pela falta de estrutura adequada para acolhimento dessas pessoas e pela criação de mal-estar entre profissionais que se sentem, de certo modo, em estado constante de avaliação de sua atuação. Essas questões apontam para necessidades de preparo adequado das organizações de saúde e da urgente mudança de paradigmas do cuidado que leve em conta a participação ativa e autonomia das mulheres durante o parto.

Recentemente, com a implantação dos Centros de Parto Normal vislumbra-se uma alternativa para a efetivação desse novo modelo de atenção às mulheres. A criação desses centros foi reforçada pela estratégia intitulada Rede Cegonha lançada pelo Ministério da Saúde em junho de 2011, fundamentada nos princípios da humanização da assistência e operacionalização do SUS. A Rede visa garantir o direito da mulher a ter assistência de qualidade no parto

e puerpério com acolhimento e resolutividade e também prevê assistência de qualidade a recém-nascidas/os e crianças (BRASIL, 2011).

Ao incluir a assistência às crianças, a Rede Cegonha resgata o conceito de assistência Materno-infantil (PMI) já criticado, desde a década de 1970, pelos movimentos de mulheres, por entender-se que ele reduz a identidade das mulheres à existência de uma criança. No entanto, nem toda a mulher almeja a maternidade e nem sempre sua existência é por ela determinada. Como refere Lemes (2011) “o conceito trazido pela Rede Cegonha é um retrocesso nas políticas com enfoque de gênero, saúde integral da mulher e direitos reprodutivos e sexuais”, numa referência ao PAISM e à PNAISM.

Devido a isso, considerar apenas o binômio mãe-filho, reduzindo a mulher à sua função reprodutiva é um retrocesso há mais 30 anos de lutas, reivindicações e conquistas por parte do movimento feminista em prol da consolidação dessas políticas. Ademais, a idéia de uma cegonha parece infantilizar a mulher, significando a expropriação do corpo e retirando o seu papel de protagonista na cena do parto (LEMES, 2011).

Os princípios que regem a política da Rede Cegonha são redundantes em relação às políticas anteriores, a exemplo da reorganização da assistência visando a redução da mortalidade materna, e a necessidade de adoção do novo paradigma de atenção obstétrica que já estavam incluídos em políticas como o Programa de Humanização no Parto e Nascimento e na PNAISM (SILVA, 2014). A autora acrescenta que “o direito da mulher a ter acompanhante de livre escolha no parto, presente nas diretrizes da Rede, também já havia sido contemplado na lei 11.108 de 2005” (p. 13).

Embora concordemos com a crítica feminista à Rede, entendemos que a criação dos centros de parto normal possibilitou o resgate/emergência do protagonismo das mulheres em suas experiências parturitivas, e conferiu maior autonomia às enfermeiras inseridas no cuidado. Possibilitou, ainda, trazer à público a discussão e a prática do parto natural como escolha das mulheres.

Vale ressaltar que quatro dentre os oito Objetivos do Milênio definidos pela Conferência do Milênio no ano 2000, possuem relação direta com a saúde sexual e reprodutiva: a promoção da igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; a melhoria da saúde materna; o combate ao HIV/Aids, malária e outras doenças (OMS, 2016). Essa meta foi definida para que um conjunto de países, dentre eles o Brasil, pudesse melhorar o cenário do setor saúde em um período de 25 anos, 1995 à 2015.

Terminado o ano de 2015, os indicadores de saúde revelam que nem todos os objetivos foram efetivamente alcançados (OMS, 2015), e entre os fatores que contribuíram para que o Brasil não alcançasse as metas pactuadas destaca-se a persistente baixa qualidade da assistência pré-natal e ao parto, embora se perceba avanços importantes decorrente de longas caminhadas que tem gerado mudanças na saúde pública brasileira.

Sabe-se que há várias incoerências entre o que está preconizado pelas Políticas Públicas e o que é efetivamente realizado no dia-a-dia do sistema de saúde. É preciso, portanto, entender a origem das distorções e os motivos para o distanciamento entre a proposta e a realidade, resgatando o histórico das políticas de saúde no nosso país e avançando para identificar demandas e necessidades das mulheres, considerando os determinantes sociais e culturais da população e integrando as perspectivas de gênero e a integralidade nas práticas de saúde, para oferecer melhorias na qualidade da atenção à saúde (NUNES, 2015).

Considerações finais

O estudo ratifica que os direitos reprodutivos são também direitos sociais, visto que estão intimamente relacionados às mudanças políticas, econômicas e da sociedade, as quais podem promover a autonomia e possibilitar a tomada de decisão na vida e saúde das mulheres.

O resgate histórico das conquistas de direitos reprodutivos evidencia contribuições do movimento feminista no âmbito nacional e internacional traduzidos nos avanços dos programas e das políticas brasileiras. Entretanto, verificam-se desafios e lacunas para sua operacionalização e efetivação.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde; 2011.44p.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde sexual e saúde reprodutiva** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da

Saúde, 2010. 300 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 26)

_____. Ministério da saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento. Brasília: Ministério da Saúde; 2002

_____. **Assistência pré-natal:** manual técnico. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.

Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd04_11.pdf>. Acesso em: 07/01/2016.

_____. Lei no 11.108 de 7 de abril de 2005. Garante às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. [acesso em 03/02/ 2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11108.htm

_____. Lei no 11.634, de 27 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do

Sistema Único de Saúde. [acesso em 18/02/2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11634.htm

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.459 de 24 de julho de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - a Rede Cegonha. [acesso em 03/02/2016]. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html

CAMPOS, Carmem hein; OLIVEIRA, Guacira César de (org.). **Saúde reprodutiva das mulheres:** direitos, desafios e políticas públicas. Brasília: cfemea, 2009.

HEILBORN, Maria Luiza; ARAĐJO, Leila; BARRETO, Andreia (Org.). **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça:** Políticas Públicas e gênero. Rio de Janeiro: Cepesc; Brasília: Secretaria de Políticas Para As Mulheres, 2010. 266 p. Módulo 2.

LEAL, Maria do Carmo. THEME-FILHA, Mariza M. MOURA ,Erlly C. CECATTI, José G. SANTOS, Leonor M.P. Atenção ao pré-natal e parto em mulheres usuárias do sistema

público de saúde residentes na Amazônia Legal e no Nordeste, Brasil 2010. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, Recife, v.15, n.1, p. 91-104 jan. / mar., 2015.

LEMES, Conceição. Rede Feminista de Saúde Alerta: a Rede Cegonha é retrocesso de 30 anos. 5 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/entrevistas/rede-feminista-de-saude-rede-cegonha-e-um-retrocesso-de-30-anos-nas-politicas-de-genero-saude-da-mulher-direitos-reprodutivos-e-sexuais.html>>.

NACIONES UNIDAS. *Informe de la Conferencia Internacional sobre la Población y el Desarrollo*: el Cairo, 5 a 13 de septiembre de 1994. Nueva York: Naciones Unidas, 1995. Disponível em: < http://www.unfpa.org/upload/lib_pub_file/572_filename_finalreport_icpd_spa.pdf > Acesso em: 06/01/2016.

NEGRÃO, Télia. Uma Ação Sinérgica por Direitos Reprodutivos: uma história sem fim. **Saúde Soc.** São Paulo, v.21, supl.1, p.164-176, 2012.

NUNES, Bárbara BS. MENDES, Paulo C. Políticas públicas de saúde reprodutiva: contexto histórico e implicações na maternidade em Uberlândia-MG. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 16, n. 53, p. 81–100, Marc, 2015.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. 2015. Disponível em: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs348/es/>. Acesso em 10/12/2015.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. 2016. Disponível em <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs290/es/>. Acesso em 06/01/2016

PORTELLA, Ana Paula. Direitos reprodutivos e direitos sexuais: impasses e desafios do Movimento Feminista. In: ÁVILA, M.B; GOUVEIA, T., XAVIER, E. (Orgs.). **Reflexões feministas para transformação social**. Recife: SOS Corpo, 2007. p. 96-105.

SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida**: feminismo e ciências. São Paulo: UNESP, 2004. 205 p.

SCOTT J. *The Conundrum of Equality*. Occasional Papers– Princeton, 1999. Traduzido por **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.1, p.11-30, janeiro-abril/2005.

SILVA, Elaine F. Metodologia feminista e direitos reprodutivos no centro de saúde Santa Rosa, Niterói (RJ). **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 106, p. 893-903, jul-set 2015.

SILVA, Lorena Santos. **Dignificação, participação e autonomia de mulheres atendidas por enfermeiras em um centro de parto normal**. 2014. 112f. Dissertação (Mestrado em enfermagem)- Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia. Salvador-Ba.

SOUSA, Jussilene Jesus. **Circunstâncias da ocorrência da gravidez não planejada em mulheres usuárias do Programa de Saúde da Família**. 2011. 120f. Dissertação (Mestrado em enfermagem)- Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia. Salvador-Ba.

PERCEÇÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM EM RELAÇÃO À PRÁTICA DO ABORTO

Millani Souza de Almeida

Mestranda. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia
mila.misoual@gmail.com

Adriele Souza de Jesus

Enfermeira. Universidade do Estado da Bahia- Guanambi
diiu20@hotmail.com

Pablo Luiz Santos Couto

Mestre. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia
pabloluizsc@hotmail.com

Mariana Matias Santos

Mestranda. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia
mari_britomatias@hotmail.com

Larissa Silva de Abreu Rodrigues

Doutoranda. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia
Universidade do Estado da Bahia- Guanambi
larissagbi@hotmail.com

Resumo: Pesquisa realizada com objetivo de apreender a percepção da equipe de enfermagem em relação à prática do aborto. Trata-se de um recorte de uma pesquisa intitulada “Percepção de profissionais de enfermagem sobre aborto e assistência à mulher no pós-aborto” com abordagem qualitativa, de caráter descritivo realizado com 11 profissionais da equipe de enfermagem que prestam cuidados a mulheres no pós-aborto induzido ou espontâneo. A maioria das (os) participantes era do sexo feminino, com idade entre 27 e 52 anos, predominância de cor autodeclarada parda, de religião católica, com estado civil de casada (o)/união estável e tempo de atuação profissional variando

entre 04 a 28 anos. Os resultados deste artigo apontam para a confirmação de que as profissionais que contribuíram com a pesquisa reforçam em suas falas julgamentos e preconceitos ratificados socialmente. Sugerem-se, estratégias de oficinas e educação continuada que alcancem profissionais de enfermagem, no intuito de conscientizá-las (os) sobre os direitos reprodutivos e de saúde das mulheres.

Palavras chave: Aborto, Saúde da mulher, direitos reprodutivos, enfermagem.

Introdução:

O aborto é um tema que remete a grandes discussões relacionadas a questões sobre a legalização, descriminalização, direito da mulher, direito à vida dentre outras. Ainda no século XXI, o aborto configura-se como um problema de saúde pública e como tema de destaque em debates relacionados à saúde da mulher com enfoque na mortalidade materna gerando polêmicas a partir dos diversos pontos de vista e subversões de caráter pessoal, cultural, religioso e social (DOMINGOS; MERIGHI, 2010).

O termo abortar significa expulsar espontaneamente ou de forma provocada o produto da concepção antes deste encontrar-se viável. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) o aborto ocorre de forma precoce a partir da expulsão do concepto com peso inferior a 500g, idade gestacional (IG) menor que 13 semanas, e tardio com IG entre a 13ª e a 22ª semanas de gestação (DOMINGOS; MERIGHI, 2010).

As discussões relacionadas ao aborto estão pautadas, principalmente, na distinção entre aborto seguro e inseguro, pois, podem gerar diferentes repercussões para a saúde das mulheres. No aborto seguro a mulher tem assistência adequada à saúde por uma equipe multiprofissional capacitada para oferecer suporte técnico, emocional e de saúde adequados. Entretanto, também podem ocorrer em instituições clandestinas, com condições insalubres e profissionais que não oferecem o suporte necessário que a mulher e o procedimento requerem. Nestes casos a mulher não possui nenhuma segurança de assistência adequada e por isso, quando acessa ao serviço público, na maioria das vezes, apresenta complicações graves.

De acordo com Góes e Lemos (2010), a condição de ilegalidade do aborto no Brasil não coíbe que um grande número de mulheres cometa esta prática, colocando em risco sua saúde. Nos países com legislação proibitiva ao abortamento, o aborto provocado constitui uma das principais causas de morbimortalidade, pois são realizados em condições insalubres com técnicas inadequadas, gerando graves repercussões para a saúde da mulher, como hemorragias, sepse, peritonite, choque, comprometimentos psicológicos e óbito (DINIZ et al. 2011).

De acordo com Nader et al. (2008), os casos em que o aborto está previsto em lei raramente são praticados, tanto pela dificuldade de acesso aos serviços de saúde, quanto pelo receio que existe de incriminação e por desconhecimento dos aspectos legais para realização. Ou seja, as mulheres que decidem

realizar o aborto estão duplamente vulneráveis, pois apesar de uma lei restritiva que permite a sua realização em casos extremos, esta não é amplamente divulgada, muito menos devidamente aceita e aplicada nos diversos serviços de saúde. Além disso, as demais mulheres que por motivos outros que não estupro e anencefalia, decidem abortar, estão totalmente desamparadas no que diz respeito aos aspectos sociais, legais e de saúde.

As lutas que objetivam modificações na realidade de mulheres que optam pelo aborto no Brasil têm conseguido alguns avanços, entretanto, diversos extratos da sociedade ainda se opõem, por motivos culturais e religiosos, a descriminalização do aborto. Desse modo, considera-se relevante compreender como as profissionais de enfermagem, fundamentais para a realização de uma assistência digna a estas mulheres, concebem a prática do aborto. Diante disso, estabeleceu-se como objetivo deste trabalho apreender a percepção da equipe de enfermagem em relação à prática do aborto.

Metodologia:

Trata-se de um recorte de uma pesquisa intitulada “Percepção de profissionais de enfermagem sobre aborto e assistência à mulher no pós-aborto” com abordagem qualitativa, de caráter descritivo.

O cenário da pesquisa foi um Hospital de médio porte de um município do interior da Bahia. A produção dos dados empíricos ocorreu no período de março a maio de 2014, quando foi aplicado um roteiro de entrevista semiestruturada com as/os participantes.

Foram entrevistadas/os onze profissionais que compõe a equipe de enfermagem e concordaram em participar da pesquisa de forma voluntária. Como critério de inclusão utilizou-se: ter prestado cuidados/assistência às mulheres no pós-aborto, induzido e/ou espontâneo. Foram excluídas/os profissionais que não havia experienciado a assistência às mulheres no pós-aborto.

As/os participantes foram convidadas/os a contribuir com as entrevistas, e, à medida que algum desistia ou não queria participar, outras/os eram convidadas/dos até que se atingisse a quantidade satisfatória de profissionais, por meio da saturação das entrevistas.

Deste modo, contribuíram 11 profissionais, sendo 10 do sexo feminino e 01 do sexo masculino, dentre as/os quais, 03 possuíam formação de Bacharelado em Enfermagem e 08 em Técnico de Enfermagem, sendo que entre as enfermeiras/os apenas 01 possuía pós-graduação na área de obstetrícia.

Os dados foram analisados pela análise de conteúdo descrita por Bardin e, neste trabalho, se apresenta a categoria que abrange a percepção da equipe de enfermagem em relação à prática do aborto (BARDIN, 2011).

Os nomes das/os participantes da pesquisa foram preservados, para garantir o sigilo e o anonimato, sendo utilizada a categoria profissional de cada um pertencendo seguido da letra alfabeto para identificar as/os enfermeiras/os e uma numeração ascendente para as/os técnicas (Ex: Enf A ou Tec. 01).

Todos os aspectos éticos da Resolução 466/2012, foram obedecidos. A pesquisa obteve a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), CAAE n. 4887513.2.0000.0057, protocolo nº 532.532.

Resultados e discussão:

Sobre a caracterização das (os) participantes da pesquisa, observou-se variação de idade entre 27 e 52 anos, predominância de cor autodeclarada parda em 54,54% (6) das (os) participantes, seguida da cor branca com 36,6% (4) e 9,9% (1) de participantes negras (os). A maioria das (os) entrevistadas (os) era católicas, 63,63% (7), seguidos por protestantes, 27,27% (3) e espírita. 9,9% (1) respectivamente. Com relação ao estado civil, 81,81% (9) das (os) entrevistadas (os) eram casadas (os) ou viviam em união estável e tinham filhos, as (os) demais declararam-se solteiras (os) e sem filhos. O tempo de atuação profissional variou de 04 a 28 anos entre as (os) participantes.

A percepção da equipe de enfermagem em relação à prática do aborto surgiu como categoria, na pesquisa matriz, e constitui em principal resultado do presente recorte. Quando se discute a questão do aborto, as opiniões dos (as) profissionais da área da saúde necessitam ser consideradas, já que as atitudes dos (as) mesmos (as) afetam diretamente a qualidade da assistência, sendo assim estes (as) profissionais têm importante papel no contexto do aborto, seja durante a sua indução nos casos amparados legalmente ou recusando-se a participar fundamentados no recurso legal da objeção de consciência (CACIQUE; PASSINI; OSIS, 2013).

No que diz respeito a ser a favor ou contra a prática do aborto 54,54% dos entrevistados revelaram ser contra, sendo que os outros 45,46% disseram que depende do caso, como estupro, má formação, incompatibilidade de vida extra-uterina ou risco de vida para a mãe, como observado através das seguintes falas:

“Não, a favor do aborto? Não, não sou não. Porque, eu acho que não é legal, é ilegal, não é legal, eu sou a favor do parto, parir.”

(Técnica 1)

“[...] o aborto provocado não. Porque o aborto provocado é um aborto, você está tirando uma vida né, é isso é contra a lei, os princípios, né, isso não é certo, como é que você provoca um aborto, você tira uma vida, ali é um ser humano.” **(Técnica 2)**

“Depende, se for um aborto para um caso de vida que não pode dar seguimento, tipo anencefalia sim, caso contrário não.” **(Enfermeiro B)**

“Depende da situação, quando a mulher é estuprada e engravida e aí? O que fazer?” **(Técnica 4)**

Em estudo realizado por Mercês et al. (2014) em Hospital Municipal de Feira de Santana- BA também foi evidenciado que os entrevistados pertencentes às religiões católica e evangélica, que consideram o aborto como assassinato, se mostraram flexíveis em relação ao aborto dependendo da situação em que a mulher está inserida.

Soares (2003) refere que a abordagem realizada no abortamento é permeada por aspectos morais e religiosos que atrapalham a compreensão sobre o tema, tornando a assistência influenciada pela ideia do aborto como crime, sem alusão aos direitos reprodutivos das mulheres ou questões sociais provenientes da clandestinidade do ato, o que também foi observado nas falas das participantes desse estudo.

“Não, porque só Deus pode tirar uma vida.” **(Técnica 3)**

“Não sou a favor do aborto e sou se o caso já for feto morto, quem comete aborto provocado se auto medicando merece castigo divino, tirou a vida do seu filho, ela pode tirar a vida de outro ser.”

(Técnica 5)

De acordo Mariutti, Almeida e Panobianco (2007), é compreensível que os (as) profissionais sejam mais favoráveis a acompanhar as mulheres com gravidez bem sucedida, no entanto, mesmo aqueles (as) que não são a favor do aborto podem auxiliar aquelas que estão nesta situação e fazendo isso não vão estar cometendo um crime nem provocando aborto.

Para Mortari, Martini e Vargas (2012), trata-se de um ato presente na sociedade, sendo também um tema intermitente e um desafio para a equipe de saúde envolvendo questões de vida ou morte biológica de uma futura pessoa, existencial de sonhos, projetos e aspirações, por consequência dos danos ocasionados pelo aborto clandestino como observado no discurso das (os) participantes:

“[...] você tá tirando uma vida né, é isso é contra a lei, os princípios, né, isso não é certo, como é que você provoca um aborto, você tira uma vida, ali é um ser humano”. **(Técnica 2)**

“[...] na minha opinião o ser que está prestes a vir não tem culpa de nada[...]”.**(Técnica 8)**

Espírito-Santo e Vieira (2007) afirmam que, alguns profissionais pensam no aborto pela perspectiva dos direitos do feto e isto pode influenciar na assistência que dão às mulheres, sendo que seu julgamento parece influenciar sua prática, se não diretamente, na sua relação com a paciente, acreditam também que a forma com que esse atendimento é percebido pela cliente pode gerar consequências negativas, uma vez que dificilmente é possível desvencilhar-se de julgamentos de valor.

O aborto precisa ser tratado com seriedade e enfrenta-lo como uma questão de saúde pública é vê-lo sob o aspecto de assistência de saúde, não como uma ação de infração moral de mulheres levianas (DINIZ, 2007).

É notória, através de algumas falas, a ideia de responsabilidade da mulher sobre poder se prevenir, quando afirmam que as mulheres poderiam evitar uma gravidez indesejada por meio de métodos contraceptivos e planejamento familiar, o que sugere a necessidade ampliar a análise da situação de saúde no contexto da atenção básica, bem como a dificuldade que mulheres, principalmente as de baixa renda e escolaridade, possuem em relação a utilização correta dos métodos disponíveis.

“Não, (silêncio), eu acho que você tem vários meios de se evitar, e não fazer o aborto tem até mulheres que sofreram estupro e são felizes com os filhos, não condeno, não critico, mas tem que evitar, se tá num relacionamento fazer um planejamento, ir no postinho, tomar anticoncepcional, se preparar pra não ter se não quer.”
(Técnica 7)

“Não na minha opinião o ser que está prestes a vir não tem culpa de nada, as mulheres devem se prevenir para que uma gravidez indesejada não aconteça.” (Técnica 8)

Bursztyn, Tura e Correa (2009) afirmam que o aborto não pode ser visto como um problema passível de ser extirpado apenas com uma boa prática contraceptiva, uma vez que, existem dificuldades na adaptação aos métodos disponíveis, falha dos métodos comportamentais e de barreira, bem como o uso inadequado de contraceptivos hormonais além de uma pequena probabilidade (1%) de não eficácia do método.

Sabe-se das dificuldades por parte de algumas mulheres na utilização de anticoncepcionais que estão relacionadas à resistência, falta de informação e seus possíveis efeitos adversos. A literatura científica afirma ainda que é perceptível a necessidade de orientação por parte das mulheres acerca do uso de contraceptivos e sexo seguro, uma vez que por mais que estes assuntos sejam vinculados pela mídia e nos serviços de saúde, existem outros aspectos que interagem e interferem na adoção feminina dos métodos como exemplo, dependência financeira e resistência do parceiro (MARIUTTI, FUREGATO, 2010).

Deste modo, ressalta-se que os meios utilizados para evitar uma gravidez não desejada vão além da simples distribuição de métodos contraceptivos, sendo fundamental, portanto, compreender o contexto e as perspectivas das mulheres, para que deste modo, sejam fornecidas informações em saúde suficientes para a adoção de um planejamento reprodutivo fundamentado.

Apesar de o aborto ser uma ocorrência obstétrica comum para as equipes de enfermagem obstétrica, para a mulher e a família independente da gestação ter sido planejada ou não, representa perda acompanhada do sentimento de culpa (GESTEIRA, BARBOSA, ENDO, 2006).

Desse modo, o fato de ser frequente o atendimento às mulheres em situação de pós-aborto no hospital cenário desse estudo pode ter levado os (as) profissionais da equipe de enfermagem a naturalizar e tratar o aborto como problema de rotina, fazendo com que eles (as) não deem a atenção e o apoio necessário a estas clientes. Além disso, apesar do constante contato com essas mulheres, as (os) profissionais de enfermagem ainda não conseguem lidar de forma acolhedora, bem como não se atentam para as outras questões de saúde da mulher que perpassam a ocorrência do aborto, perpetuando deste modo uma assistência pouco acolhedora, com baixa eficiência e eficácia no que diz respeito à atenção a saúde da mulher que aborta.

Considerações finais

Os resultados deste artigo apontam para a confirmação de que as profissionais que contribuíram com a pesquisa reforçam em suas falas julgamentos e preconceitos ratificados socialmente. É possível concluir, também que aspectos morais e doutrinários oriundos das religiões reforçam a ideia de crime e, desse modo, os direitos reprodutivos das mulheres e aspectos sociais que envolvem a clandestinidade da atitude de abortar são debelados.

Assim, as (os) profissionais continuam reproduzindo o discurso culpabilizador ao incriminar a mulher sobre uma prática que extrapola desordens individuais e inclui questões políticas e sociais. A prevenção da gravidez indesejada e do aborto não está apenas nos métodos contraceptivos e no planejamento familiar, e por isso, há necessidade de se ampliar a análise da situação de saúde das mulheres no contexto da atenção básica, suas vulnerabilidades em que pesem suas dificuldades em adquirir e utilizar de modo efetivo os métodos contraceptivos.

Sugerem-se, estratégias de oficinas e educação continuada que alcancem profissionais de enfermagem, no intuito de conscientizá-las (os) sobre os direitos reprodutivos e de saúde das mulheres. Para além, também são necessários outros estudos que investiguem as percepções da equipe multiprofissional de saúde que assistem essas mulheres no intuito de diminuição da estigmatização e discriminação, nos serviços de saúde, das mulheres que abortam.

Referência

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.

BURSZTYN, Ivani; TURA, Luiz Fernando Rangel; CORREA, Jéssica da Silva. Acesso ao aborto seguro: um fator para a promoção da equidade em saúde. **Physis**.vol.19, n.2, pp. 475-487, 2009.

CACIQUE, Denis Barbosa; PASSINI JUNIOR, Renato; OSIS, Maria José Martins Duarte. Opiniões, conhecimento e atitudes de profissionais da saúde sobre o aborto induzido: uma revisão das pesquisas brasileiras publicadas entre 2001 e 2011. **Saude soc.** vol.22, n.3, pp. 916-936, 2013.

DINIZ, Debora. Aborto e saúde pública no Brasil. **Cad. Saúde Pública**.vol.23, n.9, pp. 1992-1993, 2007.

DINIZ, Normélia Maria Freire *et al.* Aborto provocado e violência doméstica entre mulheres atendidas em uma maternidade pública de Salvador-BA. **Rev. bras. enferm.** vol.64, n.6, pp. 1010-1015, 2011.

DOMINGOS, Selisvane Ribeiro da Fonseca; MERIGHI, Miriam Aparecida Barbosa. O aborto como causa de mortalidade materna: um pensar para o cuidado de enfermagem. **Esc. Anna Nery**.vol.14, n.1, pp. 177-181, 2010.

GÓES, Fernanda Garcia; LEMOS, Adriana. O que pensa e o que diz o acadêmico de enfermagem sobre o aborto provocado. **Rev. de Pesq.: cuidado é fundamental.** vol.2, n.2, pp:913-921, 2010 abr/jun.

ESPÍRITO-SANTO, Patrícia Franco do; VIEIRA, Elisabeth Meloni. Percepções sobre o aborto: um estudo com profissionais de saúde. **Ver. Enferm. UFPE.** vol, n.2, pp:213-19, 2007 out./dez.

GESTEIRA, Solange Maria dos Anjos; BARBOSA, Vera Lúcia; ENDO, Paulo César. O luto no processo de aborto provocado. **Acta paul. enferm.**vol.19, n.4, pp. 462-467, 2006.

MARIUTTI, Mariana Gondim; ALMEIDA, Ana Maria de; PANOBIANCO, Marislei Sanches. O cuidado de enfermagem de acordo com as mulheres em situação de abortamento. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**.vol.15, n.1, pp. 20-26, 2007.

MARIUTTI, Mariana Gondim; FUREGATO, Antonia Regina Ferreira. Fatores protetores e de risco para depressão da mulher após o aborto. **Rev. bras. enferm.**vol.63, n.2, pp. 183-189, 2010.

MERCES, Magno Conceição das *et al.* Percepção da enfermagem no cuidar às mulheres em processo de abortamento em hospital de referência no interior da Bahia. **Rev. Enf. Bras.** vol. 13, n. 1, pp. 11-17, 2014.

MORTARI, Carmen Luiza Hoffmann; MARTINI, Jussara Gue; VARGAS, Myriam Aldana. Representações de enfermeiras sobre o cuidado com mulheres em situação de aborto inseguro. **Rev. esc. enferm. USP**.vol.46, n.4, pp. 914-921, 2012.

NADER, Priscilla Rocha Araujo et al. Aspectos sociodemográficos e reprodutivos do aborto induzido de mulheres internadas em uma maternidade do Município da Serra, ES. **Esc. Anna Nery**.vol.12, n.4, pp. 699-705, 2008.

SOARES, Gilberta Santos. Profissionais de saúde frente ao aborto legal no Brasil: desafios, conflitos e significados. **Cad. Saúde Pública**. vol.19, suppl.2, pp. S399-S406, 2003.

FAMÍLIA E CONTRACEPÇÃO NOS ITINERÁRIOS DE MULHERES JOVENS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

Nathália Diórgenes Ferreira Lima

Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPE

Resumo: O presente artigo tem como objetivo refletir sobre contextos familiares e trajetórias contraceptivas de jovens mulheres que realizaram pelo menos um abortamento ilegal. Essa reflexão integra a pesquisa de mestrado intitulada “Era meu corpo, era meu momento, era minha vida”: uma análise dos itinerários abortivos de mulheres jovens da Região Metropolitana do Recife-PE, desenvolvida entre 2012 e 2014. Para tal, foram entrevistadas nove jovens com idades entre 19 e 28 anos, sendo quatro de classes populares e cinco de classe média, residentes em diferentes localidades da cidade do Recife. Encontra-se um cenário complexo, formado por contextos familiares que não reconhecem a sexualidade das jovens e trajetórias contraceptivas marcadas pelo uso descontínuo e equivocado dos métodos contraceptivos.
Palavras-chave: Juventude; contracepção; família; aborto.

Introdução:

O aborto voluntário no Brasil é crime. O Código Penal, datado de 1940, prevê apenas dois permissivos: o aborto necessário (se não há outro meio de salvar a vida da gestante) e o aborto no caso de gravidez resultante de estupro. Recentemente, a liberação do aborto em caso de anencefalia fetal incorporou o rol dos permissivos no Brasil. A despeito da criminalização do aborto, estima-se que uma em cada cinco mulheres fará um aborto até completar quarenta anos. Esse dado é da Pesquisa Nacional do Aborto (DINIZ & MEDEIROS, 2010), que aponta também para a maior incidência de aborto entre mulheres jovens (18 a 29 anos) e de baixa escolaridade, das quais abortam utilizando misoprostol.

A experiência do aborto vivida pelas mulheres é um momento complexo, permeado de nuances, medos e dificuldades. O aborto é um episódio da vida reprodutiva das mulheres que as sensibilizam profundamente. A decisão é sempre difícil e permanece nas trajetórias de vida e na memória das mulheres (BAJOS & FERRAND, 2002). O aborto é um momento mobilizante na vida das mulheres, no qual o desejo ou não de ser mãe, a situação conjugal, os seus projetos de vida se inter cruzam, moldando e permeando todo o processo de aborto. Ademais, a decisão pela interrupção da gravidez ocorre em um contexto de ilegalidade, que traz à tona as desigualdades sociais do país e os meios para infringir a lei serão mais ou menos fáceis e/ou seguros, dependendo da situação de classe das mulheres que precisam realizar um aborto (HEILBORN et al., 2012).

Os itinerários abortivos se configuram como todo o percurso das jovens para concretização do aborto. Isso inclui a desconfiança da gravidez imprevista, a confirmação e o processo de decisão. Estes são considerados os pontos de partidas dos itinerários. Pontos estes em que as jovens se deparam com uma série de negociações necessárias e um conjunto intenso de sentimentos envolvidos. A decisão de prosseguir ou não com a gravidez é um momento no qual se articulam os contextos imediatos e mediatos das jovens, a relação familiar e a trajetória contraceptiva destas.

Assim, o presente artigo pretende lançar um olhar sobre o contexto familiar e as experiências contraceptivas de jovens que realizaram aborto, que nos permite lança luz sobre alguns pontos de partidas dessas gravidezes não planejadas. A compreensão sobre os processos familiares e o uso dos métodos contraceptivos aponta para a complexidade e para o aspecto relacional da prática do aborto.

Metodologia

O presente artigo é parte da pesquisa de mestrado intitulada “Era meu corpo, era meu momento, era minha vida”: uma análise dos itinerários abortivos de mulheres jovens da Região Metropolitana do Recife”, desenvolvida entre 2012 e 2014. A pesquisa teve por objetivo geral analisar como as desigualdades de classe e raça configuram os itinerários abortivos de mulheres jovens da Região Metropolitana do Recife-PE. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de inspiração feminista (DENZIN & LINCOLN, 2006; OLESEN, 2006), na qual foram entrevistadas 8 mulheres jovens de classes médias e classes populares, brancas e negras: Olga, Alice, Sofia, Maria, Flora, Marlene, Tainá e Nega.

As preocupações éticas foram centrais em todo o processo de pesquisa. Para além da ética prescritiva, na qual a pesquisa está circunscrita, houve profundo respeito com as jovens participantes da pesquisa. O local e hora foram escolhidos por elas para garantir o conforto e segurança no momento da entrevista. Sabe-se que o debate sobre aborto é delicado e a entrevista pode ser um momento de mobilização de sentimentos difíceis. Dessa forma, estive sensível ao menor sinal de incômodo.

Resultados e discussão

Diferentemente do que paira sobre o imaginário social, a família não é um espaço de harmonia, no qual se materializam sentimentos de amor e de afeto simplesmente. Amor e afeto são emoções que podem existir no meio familiar, porém de modo extremamente complexo e mesclado com autoridade, hierarquia e, por vezes, violência. A família não é uma instituição natural e imutável, como nos lembra Cristina Bruschini (1993), apresentando modelos diversos nos diferentes contextos históricos.

Segundo Cynthia Sarti (2011), a família se configura como um universo moral. Um espaço que se organiza por meio da hierarquia, autoridade, reciprocidade e afeto, no qual se produzem e reproduzem valores, princípios, normas e disciplinas. Esse sistema simbólico é condensado por uma moral que rege os comportamentos dos membros da família. Parry Scott (2005) indica a impossibilidade de relacionar às famílias uma única moral, pois, as famílias são diferentes entre si e mutáveis. Um elemento importante que constrói moralidades diferentes para diferentes famílias é a classe e a raça. As famílias pobres e de classe média não se constituem da mesma forma e não reproduzem os mesmos

valores. Um exemplo é a exclusão das mulheres do mundo do trabalho, restrita ao lar e aos cuidados domésticos, presente entre as famílias de classe média. Tal fato não ocorre nas famílias negras e pobres, nas quais as mulheres sempre trabalhavam como quitadeiras ou empregadas domésticas, contribuindo no rendimento familiar tanto quanto o homem. Entretanto, o fato de também de serem provedoras no meio familiar não significa um compartilhamento igualitário da autoridade entre a figura do pai e da mãe.

Cristina Bruschini (1993) elucida que a transmissão de hábitos, ideias, costumes, valores e padrões de comportamentos faz parte da função ideológica da família, juntamente com a função de socialização primária das crianças, pois se configura como núcleo de procriação. A família é também uma esfera relevante para a reprodução da vida social, pois, é entre a família que acontece o trabalho reprodutivo.

A família é uma instituição que apresenta uma multiplicidade de modelos, que se configura ao mesmo tempo como um espaço do acolhimento, da confiança e do afeto, mas também como um espaço de reprodução de desigualdade, de conflitos, divergências e violências. A família pode também ser o espaço do medo e da não confiança, no qual falta diálogo necessário entre pais, mães, filhos e filhas. Um espaço em que alguns assuntos são permitidos e outros não. Em paralelo, a família ainda é um dos mais importantes núcleos para a organização da vida de jovens.

A dimensão religiosa tem um espaço importante na família de metade das jovens. Nega, Tainá, Maria e Marlene relataram que a família foi o espaço de socialização religiosa, a partir dela foram transmitidos princípios do cristianismo. Hoje, Maria, Marlene se consideram sem religião. Tainá se reivindica budista e Nega permanece espírita. Olga, Sofia, Flora e Alice não tiveram uma educação religiosa por parte da família e se consideram ateias ou sem religião.

As jovens relataram escassos diálogos com a família no que concerne a sexo e prevenção. De modo geral, esse é um assunto proibido, velado, principalmente porque o exercício da sexualidade das jovens não é reconhecido. Apenas Tainá e Nega se referiram a conversas sobre sexo e prevenção com a família. As demais jovens relataram ausência ou superficialidade no diálogo sobre sexo e prevenção.

Foi assim... Foi mais de contar experiências... assim... de contar que eu não era mais virgem. E a gente ter uma conversa assim... mas como é que tá acontecendo...ela, mais como é que tá acontecendo?

Você tá usando camisinha..você não...Ai eu respondo sim. É só isso... aí “tenha cuidado pra você não ficar desprevenida, tenha cuidado, tenha precaução...essas coisas assim (Sofia, 19 anos, classes médias, branca, namorando, um aborto).

As orientações que dá na verdade, não é cultura, né? Assim, família “olhe, cuidado”. Não é aquela de chegar ter aquela dialogo, dizer “olhe, pode acontecer isso, é melhor você se prevenir isso e isso”. É só mais... como é? Tisc! O termo... de... não lembro agora. É um alerta, mas não é dialogo sobre o assunto. Não tem nenhum (Maria, 25 anos, classes populares, negra, solteira, um aborto).

[...] não, não. Minha mãe é muito fechada pra isso (Flora, 28 anos, classes médias, branca, solteira, um aborto, uma gravidez tubária).

[...] vê só, na adolescência, né, existia um diálogo. Mas um diálogo muito truncado. Acho que pela influencia mesmo da religião, minha mãe sendo muito religiosa e meu pai muito machista. Então, meu, meu pai nunca entrou em detalhes, minha mãe tinha um diálogo, mas muito... com muita timidez, uma coisa muito truncada. Não era uma coisa aberta, “vamo sentar para conversa sobre sexo”. Era uma coisa muito básica: “cuidado pra não engravidar” Pronto (Marlene, 26 anos, classes populares, negra, noiva, um aborto).

Como é possível observar nas falas acima, há um grande desconforto por parte da família de conversar com as jovens sobre sexo e prevenção. Estes ainda são temas tabus no meio familiar. O início da vida sexual das jovens acontece sem conversas francas e profundas, sem orientações por parte das pessoas nas quais as jovens confiam e com as quais convivem com mais intensidade. O caso de Alice chama bastante atenção. Ela relata que nunca teve orientação sobre prevenção por parte da família. Porém, todo o seu processo de aborto, as duas vezes, teve a família como principal ator na rede de apoio. Dessa forma, há um discurso do cuidado, por meio da intimidação.

Entretanto, a dificuldade de diálogo sobre sexo não está presente apenas na família. Diversas instituições sociais – como a Igreja, escola e os serviços de saúde pública têm visões moralistas que restringem a discussão sobre sexo e prevenção a informações desconectas e esporádicas. Apenas Tainá e Sofia relataram de forma consistente que receberam informações sobre prevenção em algum serviço de saúde. O pai de Tainá é médico, iniciando a discussão sobre prevenção com a filha desde cedo. Nega afirmou que no posto de saúde

teve orientação sobre prevenção, mas apenas depois da sua primeira gestação. Maria relata que também teve orientação em um serviço de saúde particular e que se sentiu informada nessa orientação.

[...] não, que eu lembre... não, na verdade, eu soube, porque assim, minha primei...quando eu passei a ter relações sexuais, eu fui na médica e ela me deu orientações, o que seria mais adequado pra mim, no caso, ele indicou a injeção, porque é só uma vez, porque quando você é jovem não tem aquela (...) eu passei um bom tempo usando anticoncepcional, quando eu tinha um parceiro fixo (Maria, 25 anos, classes populares, negra, solteira, um aborto).

As orientações recebidas por Olga, Alice e Marlene foram escassas e descontínuas, nas quais os/as profissionais não demonstraram preocupações em sugerir um método contraceptivo adequado a cada estilo de vida. Flora recebeu orientações apenas na sua segunda gravidez. Precisou fazer uma cirurgia, pois, se tratava de uma gravidez tubária. Nesse momento, recebeu informações sobre métodos contraceptivos em um serviço público da cidade do Recife.

[...] não, quando eu fui à ginecologista a única orientação foi...não passou, assim, na verdade, não fez nenhuma pergunta a mim, tipo, de como seria minha vida sexual, etc., não. “To querendo usar algum anticoncepcional”, “use esse”. Não me dei. Ai voltei lá, ai me passou outro. Eu não me dei (Olga, 23 anos, classe média, branca, solteira, um aborto).

[...] rapaz, eu acredito que eu recebi, quando eu procurei a ajuda pra fazer o abortamento (Marlene, 26 anos, classes populares, negra, noiva, um aborto).

Os relatos das jovens denunciam as escassas orientações sobre sexo e prevenção que receberam, principalmente informações sobre métodos contraceptivos mais adequados a seus estilos de vida. Natalie Bajos & Michele Ferrand (2002) apontam para a falta de reconhecimento da sexualidade das jovens pela família como um fator importante numa gravidez imprevista. O valor da virgindade, apesar de sofrer modificações nas últimas décadas, ainda persiste sendo reproduzido pelas famílias. Estas não abordam questões como sexo e prevenção

com filhas e filhos, principalmente com as filhas, sobre as quais a imposição da castidade recai com mais força.

As jovens da pesquisa em questão tiveram sua primeira relação sexual entre os 13 e 18 anos. A contracepção não era inexistente entre a maioria das jovens. A prevenção acontecia de alguma forma. A gravidez imprevista se deu a partir de uma falha contraceptiva, exceto Nega. Ela afirmou que não se prevenia antes da primeira gravidez.

[...] aí depois, que eu engravidei que eu vim me preveni, porque antes eu era doída e não me prevenia não (Nega, 26 anos, classes populares, negra, solteira, dois abortos, um natimorto, uma filha).

[...] eu tomo anticoncepcional injetável, mas antes de tudo eu uso camisinha (...).E aí eu tava bêbada e transei sem camisinha (Flora, 28 anos, classes médias, branca, solteira, um aborto, uma gravidez tubária).

[...] eu tava numa calourada da universidade, certo? E assim, nós bebemos muito e toda aquela coisa, num sei o quê, eu fui pra casa dele, e terminou de não, não, a gente não se prevenir. Foi doídera mesmo, doídera! Eu tinha... eu era muito jovem. Muito (enfática) jovem! Eu acho que eu tinha 20 anos. Não era nem 21, acho que era 20 anos ainda. E assim, muita, assim, por inconsequência mesmo. Agora, posteriormente eu procurei a primeira farmácia na esquina da casa dele e nós dois compramos a pílula do dia seguinte (Marlene, 26 anos, classes populares, negra, noiva, um aborto).

[...] eu... desconfiei... na verdade, eu sabia que eu tinha feito sexo sem preservativo com um cara, que era um cara que eu tava só ficando, na época. Acho que foi a segunda vez que a gente ficou, terceira vez. E aí a gente não tinha, a gente resolveu fazer sexo sem preservativo e eu tomei uma pílula do dia seguinte (pausa). E eu me fudi (Tainá, 28 anos, classes médias, negra, solteira, um aborto).

[...] tipo, rolou um sexo casual com um amigo. E... foi uma vez só, a gente se preveniu, usou camisinha, o... o... os mé...o método normal, a gente usou camisinha, na minha concepção, nada de errado, assim (Olga, 23 anos, classes médias, branca, solteira, um aborto). Aí na segunda vez também. Esquecia um dia, esquecia dois dias, aí eu pegava, esquecia dois dias aí pensando que... aé eu tomava dois de uma vez quando eu esquecia pensando que ia fazer efeito

(Alice, 23 anos, classes populares, negra, casada, dois abortos, um filho).

É assim... no... no começo que eu parei de colocar o anel a gente fazia muito assim, tipo sem camisinha mas ele...gozava fora, sabe?(Sofia, 19 anos, classes médias, branca, namorando, um aborto).

É porque eu tomava realmente é... anticoncepcional. Só que eu precisei parar porque eu tinha cisto nos seios. Quer dizer, tenho, né? Ai o médico recomendou a parar de tomar o anticoncepcional. Ai foi nesse processo, como já vinha um bom tempo que eu não usava camisinha. Ai a gente tinha relações, sempre que tinha sem preservativo. Ai eu tomava pílula do dia seguinte. Acho que o organismo se acostumou porque é método falho como todos os outros, né? (Maria, 23 anos, classes populares, negra, solteira, um aborto).

A contracepção é comprometida por diversos fatores, tais como: a mudança de método, o uso irregular, a pílula do dia seguinte, o uso de álcool e possivelmente a utilização ou o armazenamento incorreto da camisinha, que aumenta as possibilidades de danos ao preservativo na hora do uso. Elaine Brandão (2009) indica que a contracepção juvenil se constitui como um desafio, pois como estando no âmbito da sexualidade, é configurada por meio de classe, raça e gênero, que dificultam e/ou facilitam o acesso aos métodos contraceptivos e sua assimilação no cotidiano juvenil. Segundo a autora, há uma diversidade de razões alegadas pelas/os jovens para justificar as irregularidades, interrupções ou troca de métodos contraceptivos. Estas variam desde a falta de uma rotina sexual, o que pressupõe um não uso rotineiro de alguns métodos até a falha do método em si.

O contexto família emerge como um elemento importante, pois, algumas jovens temem que suas famílias descubram que já iniciaram a vida sexual. Isso compromete a procura pelos métodos nos serviços de saúde, bem como a gestão da contracepção dentro de casa, pois muitos jovens residem com a família (BRANDÃO, 2009). Tal fato demonstra que o ambiente familiar não é o locus privilegiado para ter acesso a informações sobre sexo e prevenção, constatado também por Flávia Rieth (2002).

A gestão da vida sexual e reprodutiva em todas as fases da vida “não se trata de uma experiência linear, racional, facilmente administrável; ao contrário, envolve emoções, desejos, determinação e relação de poder entre os gêneros”

(BRANDÃO, 2009, p. 1070). As situações nas quais as jovens engravidaram são diversas, porém ressaltamos a recorrência do fracasso contraceptivo da pílula do dia seguinte: três jovens engravidaram fazendo uso da pílula. Sofia e Maria estavam em processo de mudança e interrupção do método contraceptivo. No caso de Maria, soma-se o fato de o seu companheiro não gostar de usar o preservativo – camisinha.

[...] assim, no meu antigo relacionamento, houve uma época que eu preferia usar, por questões de segurança. Não só em termos de gravidez, mas por DSTs, enfim, todas as questões. Mas, ele não queria. Ai nesse, discussão, né? assim, eu acabava cedendo (Maria, 23 anos, classes populares, negra, solteira, um aborto).

A falta de autonomia e poder de negociação da prevenção com o parceiro também é relatada por Nega.

[...] não, ele disse que não, que não queria, que não gostava aí eu queria ficar com ele, aí aceitei (Nega, 26 anos, classes populares, negra, solteira, dois abortos, um natimorto, uma filha).

As duas únicas jovens que relataram a vivência desse tipo de situação são negras e de classes populares. Maria, com escolaridade mais alta. Nega estudou até a oitava série e recebe menos que um salário mínimo por mês. Esse fato corrobora com dados da pesquisa GRAVAD¹ (HEILBORN et al., 2006), que indica a maior probabilidade de gravidezes entre as mulheres de classes populares com baixa escolaridade, pertencentes a contextos de maior submissão aos parceiros. Esse elemento me reporta a Saffioti (1992; 2004), que contribui para compreender a simbiose entre classe, raça e gênero que constituem diferentes contextos para as jovens. O patriarcado lança mão de diversas estratégias para perpetuar as desigualdades entre homens e mulheres, incluindo a restrição da sua autonomia reprodutiva.

1 A pesquisa GRAVAD – *Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil*, investigou um universo de 4.634 pessoas de ambos os sexos, entre 18 a 24 anos e 123 entrevistas em profundidade, em três capitais do Brasil: Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador. Os resultados foram compilados no livro “O aprendizado da sexualidade” (HEILBORN et al., 2006).

Segundo Maria Luiza Heilborn (2012), o exercício da sexualidade na juventude se caracteriza pelo aprendizado gradual das regras que organizam os relacionamentos entre os casais heterossexuais, como as posições diferenciadas no campo da fecundidade, na divisão do trabalho reprodutivo. Nesse contexto, as desigualdades de gênero se exercem de maneira mais contundente na capacidade reprodutiva das jovens, favorecendo a supremacia masculina. As jovens têm pouca autonomia diante do parceiro. Se estes se negam a usar preservativo, geralmente essa vontade é acatada. Os parceiros não são implicados na contracepção.

Considerações finais

As análises aqui empreendidas permite compreender que os diferentes contextos familiares e o acesso às informações e aos contraceptivos. No âmbito familiar as jovens não dispõem de orientação sobre sexo e sexualidade, há uma intimidação e uma preocupação da família sobre gravidez não planejada, porém é um cuidado que se dá via intimidação ou de maneira superficial. Não são escassos os casos em que a família desconhece que a jovem iniciou sua vida sexual. A negação da sexualidade de jovens mulheres não inibe a prática sexual, apenas relega às jovens a uma iniciação sexual desinformada e tênue.

Ademais, o acesso a informações sobre métodos contraceptivos também está comprometido em outros espaços, como igreja, escola e serviços de saúde. Em geral, as jovens receberam alguma orientação depois da situação de gravidez ou abortamento. Ou seja, a falta de reconhecimento da sexualidade das jovens perpassa diversas esferas sociais. O acesso precário a informações também compromete a utilização dos métodos contraceptivos, pois nem sempre as jovens sabem qual o método mais adequado para seu organismo e estilo de vida. As jovens desta pesquisa alegaram estar usando pelo menos algum método contraceptivo no momento em que se descobriram grávidas. Os métodos falharam pela descontinuidade da utilização e pelo uso equivocado.

Ressalto ainda que a juventude é um período da vida em que as normas de gênero, sexo e sexualidade estão sendo aprendidas. Segundo Teresita de Barbieri (1993), nas diversas etapas do ciclo de vida, as hierarquias de gênero têm mais ou menos força e intensidade normativa. Como a reprodução é um elemento importante na perspectiva de gênero, as etapas da vida em que homens e mulheres possuem maior capacidade reprodutiva se configuram

como peças-chave, segunda a autora, para a compreensão do modo como se exerce o poder e as representações imaginárias que respaldam tal exercício.

No aprendizado da sexualidade, as mulheres jovens precisam enfrentar os contextos familiares precários, dificuldades ao acesso de informações e métodos contraceptivos e as dificuldades de negociar o método com o parceiro. Essa situação reflete a necessidade de políticas de planejamento reprodutivo para a juventude, em especial para mulheres jovens, afim de garantir uma livre vivência da sexualidade e de sua capacidade reprodutiva.

Referências:

BAJOS, N; FERRAND, M. (Orgs). **De la contraception à l'avortement**: sociologie des grossesses non prévues. Paris: Inserm, 2002.

DINIZ, D; MEDEIROS, M. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Vol. 15. Rio de Janeiro, 2010.

HEILBORN, M.L et al. Itinerários abortivos em contextos de clandestinidade na cidade do Rio de Janeiro – Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.17, n. 7, Rio de Janeiro, 2012.

_____. **O aprendizado da sexualidade**: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006.

DENZIN, N. & LINCOLN, Y. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. & LINCOLN, Y. (Orgs). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

OLESEN, V. **Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio**. In: DENZIN, N. & LINCOLN, Y. (Orgs). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRUSCHINI, C. Teoria Crítica da Família. In: AZEVEDO, M.A, GUERRA, V. N. A. (orgs). **Infância e Violência doméstica**: Fronteiras do Conhecimento. São Paulo: Cortez Ed., 1993.

SARTI, C. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. 7º edição. São Paulo: Cortez, 2011.

SCOTT, P. Família, moralidade e as novas leis. In: ÁVILA, M. B.; PORTELLA, A. P.; FERREIRA, V. (Orgs.). **Novas legalidades e democratização da vida social:** família, sexualidade e aborto. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BRANDÃO, E. R. Desafios da contracepção juvenil: intersecções entre gênero, sexualidade e saúde. **Ciência Saúde Coletiva**. Vol. 14, nº 4, p. 1063-1071, 2009.

RIETH, F. A iniciação sexual na juventude de mulheres e homens. **Horizontes antropológicos**. Vol. 18, nº 17, p. 77-91, 2002.

SAFFIOTI, H. “Rearticulando Gênero e Classe”. In COSTA, A. a e BRUSCHINI, C. (org.). **Uma questão de Gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas. 1992.

_____. **Não há revolução sem teoria**. Brasil Urgente. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 95-139, 2004.

BARBIERI, T de. Sobre a categoria de gênero: uma introdução teórico-metodológica. **Cadernos do SOS Corpo**. Recife, 1993.

ACOLHIMENTO À MULHER NO TRABALHO DE PARTO, PARTO E NASCIMENTO HUMANIZADO: PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE ENFERMAGEM

Neilde Lima Ribeiro
Hospital Inácia Pinto dos Santos
neildelima2@hotmail.com

Iêda Jesus Soares
Universidade Federal da Bahia
iedasoares93@hotmail.com

Luciano Marques dos Santos
Universidade Estadual de Feira de Santana
lucmarxenfo@yahoo.com.br

Solange Maria dos Anjos Gesteira
Universidade Federal da Bahia
solange.gesteira@hotmail.com

Mariza Silva Almeida
Universidade Federal da Bahia
marizaal@yahoo.com.br

Resumo: O modelo humanizado privilegia o bem-estar da mulher e recém-nascido; considera seus processos fisiológicos, psicológicos e socioculturais, faz uso da tecnologia de forma apropriada e acompanha continuamente o processo de parturição. Trata-se de estudo exploratório de abordagem qualitativa, objetivando analisar a produção científica em livros, artigos e periódicos online de enfermagem, sobre o acolhimento à mulher no processo do parto e nascimento humanizados na última década. Para isso utilizou-se um formulário semi-estruturado com dados de identificação dos periódicos, sendo encontrados 33 estudos, desses, apenas 13 abordavam o tema. Para

interpretar os dados utilizamos o método de análise de conteúdo, emergindo quatro categorias: Reflexos positivos da humanização e do uso de tecnologias leves; A escuta qualificada e suas implicações; O conhecimento científico e o bom senso na tomada de decisão; Autonomia e autodeterminação possível. Considerando os reflexos positivos da humanização e do uso de tecnologias leves, os profissionais de saúde entendem este modelo de atenção, porém na prática dos serviços esse não ocorre efetivamente. Humanizar também é evitar as práticas intervencionistas. Estudos demonstram que a mudança comportamental profissional e o envolvimento da equipe multiprofissional são necessários e devem estar associados ao conhecimento científico e a tomada de decisão para a organização do atendimento, que prioriza a classificação de risco, autonomia e a auto determinação. Esse atendimento deve respeitar e possibilitar às mulheres serem protagonistas no processo parturitivo. Faz-se necessário portanto, o desenvolvimento de mais pesquisas que possam repensar e contribuir para o cuidado à mulher em suas particularidades e diversidades.

Palavras-chave: humanização, acolhimento, classificação de risco, Enfermagem Obstétrica.

Introdução

O acolhimento é um conceito imbricado no grande princípio do Sistema Único de Saúde (SUS) de acesso universal, seja às unidades e serviços (garantia do cuidado), à qualidade da assistência que significa escuta ativa, vínculo, responsabilização, resolutividade e à continuidade do cuidado. Expressa-se como a construção de uma diretriz política e operacional que visa a responder à necessidade dos(as) usuários(as) e a garantir o acesso ao cuidado em saúde. O acolhimento traduz-se em uma atitude de inclusão e de postura ética, com a finalidade de garantir o acesso aos serviços de saúde, mediante uma atenção integral e de qualidade (BRASIL, 2014a).

Para a concretização do acolhimento pleno, o Ministério da Saúde recomenda a disponibilização da melhor tecnologia em saúde, a garantia ao acesso à informação correta e com linguagem adequada, que resulte na elevação da qualidade da assistência à mulher no pré-natal, parto e puerpério (BRASIL, 2014a).

De modo específico, nas Maternidades este conceito se concretiza na missão de vaga sempre, considerando-se que a gestante em trabalho de parto ou com queixas/ intercorrências se constituem como urgência, com demanda de atenção imediata. Além disso, traduz-se em oferta de atenção qualificada com tecnologia apropriada para a gestante em trabalho de parto e para o(a) recém-nascido(a). Significa, portanto, continuidade do cuidado, com transferência responsável, quando necessário bem como, manutenção do cuidado após a alta da Maternidade, que implica no compromisso com a alta assegurando agendamento da consulta na Atenção Básica (BRASIL, 2014a).

Considerando a necessidade do acolhimento pleno, a partir de 2000, foi introduzida na política pública federal a proposta de humanização da assistência, seguida da criação, em 2003, da Política Nacional de Humanização da Atenção (PNH) e da gestão no SUS, que associado a reformas ao longo dos anos, visa a melhoria nos diversos níveis de atenção à saúde.

Sabe-se que um SUS humanizado é aquele que reconhece o (a) outro (a) como legítimo (a) cidadão (ã) de direitos, valorizando os diferentes sujeitos desse processo de produção de saúde: usuário (a), trabalhador (a) e gestor (a). Para isso, essa política é norteada por valores como a autonomia e o protagonismo das pessoas envolvidas, associada à co-responsabilidade entre esses (as), com o estabelecimento de vínculos solidários, construção de redes de cooperação e a participação coletiva no processo de gestão (BRASIL, 2008).

O Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN), instituído pelo Ministério da Saúde através da Portaria/GM n.o 569, de 1/6/2000, está estruturada nos princípios de que toda gestante tem direito: ao acesso a atendimento digno e de qualidade no decorrer da gestação, parto e puerpério; a informação/orientação a garantia de acesso à Maternidade em que será atendida no momento do parto; de assistência ao parto e ao puerpério de forma humanizada e segura, estendida ao (a) recém-nascido (a) (BRASIL, 2002).

Em obstetrícia, o acolhimento na porta de entrada dos hospitais e das Maternidades assume peculiaridades próprias diante das necessidades e demandas relacionadas ao processo gravídico. O desconhecimento e os mitos que rodeiam a gestação, o parto e o nascimento levam, muitas vezes, à insegurança e à preocupação da mulher e de seus familiares. A falta de informação clara e objetiva, mesmo quando a gestante é acompanhada no pré-natal, é um dos fatores que faz com que ela procure os serviços de urgência e Maternidades com frequência, em falso trabalho de parto (BRASIL, 2014b).

Nesse aspecto, o acolhimento da mulher e do seu (sua) acompanhante tem função fundamental na construção de um vínculo de confiança com os (as) profissionais e com os serviços de saúde, favorecendo o protagonismo da mulher, especialmente no momento do parto. Para organização desse atendimento conta-se, na atualidade, com uma ferramenta que é o Acolhimento com Classificação de Risco (ACCR). Esse modo de acolher conduz o (a) profissional de saúde a tomada de decisões, a partir de uma escuta qualificada, associada ao julgamento clínico embasado em protocolo fundamentado cientificamente (BRASIL, 2014b).

Considerando a necessidade permanente de mudança no modo de cuidar e assistir as mulheres, associada às experiências profissionais vivenciadas em uma Maternidade pública do interior da Bahia, que inclui a postura profissional no atendimento às gestantes, muitas vezes contrariando o modelo de assistência preconizado pelo Ministério da Saúde; a estrutura física inadequada para receber o (a) acompanhante e que limitam a privacidade da mulher no trabalho de parto, parto e nascimento, associada a falta de recursos materiais para o uso das tecnologias leves no cuidado, fatos estes que limitam a assistência de forma mais humanizada, Esses elementos juntos a observação de melhorias na assistência, nos estimulou para o desenvolvimento do presente estudo, por acreditarmos que nos possibilitará a apreensão das ações/atividades da Enfermagem com vistas a humanização do cuidado à mulher.

Tal interesse foi reforçado no curso de Especialização em Enfermagem Obstétrica, na Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, após os momentos de discussões sobre a situação da atenção à Saúde da Mulher no ciclo gravídico puerperal; suas respectivas Políticas Públicas de Saúde, concomitante ao desenvolvimento das práticas nos serviços.

Face a essas considerações sobre acolhimento e humanização e a necessidade de apropriar os (as) profissionais de saúde de conhecimentos científicos para melhor direcionar suas ações, passamos a nos questionar: o que a enfermagem tem produzido sobre o acolhimento à mulher no trabalho de parto, parto e nascimento de modo humanizado nos últimos 10 anos? Teve como objeto a produção científica de enfermagem sobre acolhimento à mulher no trabalho de parto, parto e nascimento de modo humanizado nos últimos dez anos, para responder a esse questionamento esse estudo teve o objetivo de analisar a produção científica de enfermagem sobre acolhimento à mulher no trabalho de parto, parto e nascimento de modo humanizado nos últimos dez anos.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório com a abordagem qualitativa.

Com o intuito de responder ao nosso problema de pesquisa escolhemos os estudos publicados nos periódicos de Enfermagem nos últimos dez anos – maio de 2005 a julho de 2014.

Para obtenção dos materiais em estudo, utilizamos a literatura da EEUFBA e por meio de bibliotecas virtuais, utilizando os seguintes descritores: humanização, acolhimento, classificação de risco, e enfermagem obstétrica, onde foram encontrados 33 dentre esses, apenas 13 abordavam o tema em questão.

De posse dessas fontes utilizamos como instrumento, um formulário semi-estruturado com dados de identificação das publicações, como: título do trabalho, nome dos (as) autores (as), área, ano de publicação, tipo de produção, descritores utilizados.

Os dados foram analisados pelo método de Análise de conteúdo, modalidade temática norteadas por Bardin (2011).

A análise do material empírico foi precedida de leitura exaustiva do material selecionado, estabelecimento das unidades de significados, e em seguida das pré-categorias até as categorias finais.

Resultados e discussão

No levantamento bibliográfico sobre a produção científica de enfermagem sobre o acolhimento à mulher no trabalho de parto, parto e nascimento humanizado e, após atendimento aos critérios de inclusão, identificamos um total de 12 artigos e uma dissertação, todos na área de enfermagem, dos anos de 2005 a 2013.

Da análise da produção científica de enfermagem selecionada emergiram quatro categorias empíricas: Reflexos positivos da humanização e do uso de tecnologias leves; A escuta qualificada e suas implicações; O conhecimento científico e o bom senso na tomada de decisão; Autonomia e autodeterminação possível.

- Reflexos positivos da humanização e do uso de tecnologias leves;

A humanização do atendimento é hoje um tema frequente nos serviços de saúde, nos textos oficiais e nas publicações, por se fundamentar no respeito e na valorização da pessoa humana e constituir-se em um processo que visa à transformação da cultura institucional, por meio da construção coletiva de compromissos éticos e de métodos para as ações de atenção à saúde e de gestão dos serviços (RIOS, 2009).

Tal assertiva é confirmada no registro a seguir ao afirmar que,

[...] os profissionais foram compreendendo o trabalho de parto e parto humanizado como um conjunto de medidas [...] colocando a mulher como protagonista da situação, respeitando seus desejos e preferências, [...] Um ambiente acolhedor [...], ao se diminuir as práticas intervencionistas, da presença do acompanhante como um direito e um bem para a mulher [...] necessita envolver também familiares e profissionais de saúde [...] que estimulem a prestar uma assistência humanizada à população (MABUCHI; FUSTINONI, 2008)

Nesse contexto da humanização, onde são utilizadas as tecnologias leves no cuidado, a Organização Mundial de Saúde também defende que o banho, o incentivo a posições diferentes, a liberdade de movimento, as técnicas para alívio de dor, a presença do acompanhante, a ambiência e a individualidade estão

entre as práticas que devem ser estimuladas no trabalho de parto e nascimento (BRASIL, 2001a).

[...] as ações de apoio físico desenvolvidas pelos acompanhantes, como o auxílio na deambulação, a realização de massagem, exercícios de respiração e o auxílio no banho de aspersão, são métodos não farmacológicos de alívio da dor que possuem benefícios reconhecidos pelas evidências científicas e que, quando usados em conjunto, auxiliam na redução da dor, da ansiedade e do estresse durante o processo de parturição (FRUTUOSO; BRUGGEMA, 2013)

- A escuta qualificada e suas implicações

A humanização da assistência é de extrema importância para garantir que um momento especial, como o parto, seja vivenciado de forma positiva e enriquecedora. Resgatar o contato humano, ouvir, acolher, explicar, criar vínculo são quesitos indispensáveis no cuidado, considerando que,

[...] a aquisição de atitudes de aceitação, empatia, confiança e ausência de julgamento por parte da equipe, é fundamental na constituição de um atendimento mais humanizado, resolutivo e acolhedor (PORCIUNCULA, 2009)

Moraes (2013) considera que,

a escuta qualificada permite que o outro expresse seu universo com todas suas demandas e peculiaridades, e ouvi-lo com atenção e desvelo, transcende o simples ato de ouvir [...] uma conversa que flui em dois sentidos, o do usuário e o do profissional [...] emergem as dúvidas e as solicitações, os problemas e as soluções, as orientações e as condutas, a interação e o vínculo.

- O conhecimento científico e o bom senso na tomada de decisão

A atenção humanizada deve envolver elementos relacionados a conhecimentos, práticas e atitudes referentes à promoção do parto e nascimento saudáveis, bem como a prevenção de morbi-mortalidade materna e perinatal (BRASIL, 2001b). Para isso deve-se contar com o conhecimento científico sem deixar de valorizar o bom senso, considerando que,

a humanização da assistência também passa pela aprendizagem das diferentes concepções, valores e práticas culturais associadas ao parto e nascimento [...] Com mais acesso as informações será possível desenvolver uma atitude mais flexível e tolerante às diferenças, com comunicação mais efetiva entre profissionais e usuários, buscando atender às necessidades das mães e famílias (MERIGHI, GUALDA, 2009)

Para que se humanize a assistência, Rossi e Lima (2005) apontam o surgimento do acolhimento,

[...] como um dispositivo para a concretização da atenção humanizada, preocupando-se com os indivíduos em suas particularidades e demonstrando real interesse pelo momento particular que os mesmos estão vivenciando.

De modo complementar, o Ministério da Saúde recomenda o acolhimento como uma ação técnico-assistencial, que pressupõe mudanças na relação profissional-usuário (a). Assim a classificação de risco alia-se a esse dispositivo promovendo uma ordenação das necessidades de saúde dos (as) usuários (as), diferenciando-se do conceito de triagem, visto que todos (as) os (as) usuários (as) são atendidos (as) (BRASIL, 2004 b).

Pereira (2014) assegura que,

[...] a priorização dos atendimentos baseada em critérios de risco obstétrico possibilita a melhoria da organização do setor de admissão da maternidade e da resolubilidade dos cuidados nas emergências obstétricas.

- Autonomia e autodeterminação possível

Souza e Lopes (2003) consideram que o acolhimento deve configurar-se como um processo de estímulo à autonomia do (a) usuário (a) quanto ao seu cuidado, com a finalidade de auxiliar o mesmo no desenvolvimento de uma consciência cidadã.

Mabuchi e Fustinoni (2008) acrescentam que,

o confronto proporcionado pelas crenças e valores, em diferentes esferas, não permite à pessoa o exercício da dúvida e da fala que dá origem à submissão presente no parto. As mulheres desconhecem como funcionam seus corpos, seus direitos e os limites vivenciados nesse momento, reforçando a dependência de outro indivíduo, representado pelo profissional de saúde.

As atitudes e atenção dos membros da equipe em relação à mulher devem buscar a valorização e o fortalecimento da sua dignidade, aumentando a sua autoestima e encorajando-a a participar no planejamento do seu cuidado (BRASIL, 2014b), deve levar em consideração que,

a autonomia da parturiente é de grande valor. Para a efetivação do parto humanizado, para isso é necessário que os profissionais da saúde reconheçam-na como sujeitos ativos no processo e acolham-na pautados pela escuta ativa e pela possibilidade de proporcionar um espaço para o diálogo (FERREIRA et al, 2013)

Segundo Lunardi (1998), a responsabilização não implica necessariamente que o (a) profissional se coloque como responsável pelo (a) usuário (a), pelas suas ações e decisões. A partir do momento em que esse (a) tem condições de responsabilizar-se, de ter autonomia e de auto determinar-se deve fazê-lo.

Considerações finais

O objetivo principal da assistência materna de qualidade é favorecer experiência positiva para a mulher e sua família; preservar a sua saúde física e emocional, prevenir complicações e responder às situações de risco e vulnerabilidade. O modelo do cuidado humanizado em obstetrícia objetiva consolidar a assistência à mulher de forma positiva e enriquecedora, resgatando o contato humano, acolhendo-a, criando vínculo e confiança entre esses (as) profissionais, usuárias e família e trazer resolutividade às suas demandas.

Os reflexos positivos da humanização e do uso de tecnologias leves, indicam que os (as) profissionais de saúde entendem este modelo de atenção, seu significado e seus benefícios, e a importância de se reconhecer os diferentes valores culturais, crenças, necessidades e expectativas em relação ao parto e nascimento. Deixam evidente que a assistência baseada no atendimento

humanizado na prática dos serviços de saúde não ocorre de modo efetivo, sendo necessário que tais práticas sejam baseadas em evidências científicas, num ambiente acolhedor, com estrutura adequada, buscando resolver às demandas e necessidades da saúde de cada mulher.

Para esse entendimento, o uso de tecnologias leves, para as quais a Enfermagem desempenha papel fundamental, tem destaque: 1) a autonomia da mulher; 2) a presença do acompanhante de sua escolha; 3) os métodos não farmacológicos no alívio da dor; 4) a ambiência e 5) a individualidade.

Sabe-se que, humanizar também é evitar as práticas intervencionistas, e neste contexto os estudos demonstraram que mudanças de comportamento dos (das) profissionais são necessárias e, nesse aspecto, mais uma vez a Enfermagem dá a sua contribuição nesta mudança.

Mesmo sabendo que é imprescindível o estímulo a amamentação na primeira meia hora após o parto e o contato pele a pele entre a mãe e o filho (a), essa prática é dificultada pela falta de incentivo da equipe de saúde, ou em decorrência da necessidade de cuidados especiais do(a) recém-nascido(a) ou da genitora.

Fica explícito que o (a) acompanhante no trabalho de parto, parto e nascimento, configura-se como capaz de ampliar as possibilidades da mulher de participar ativamente em suas decisões de saúde, minimizando os sentimentos de medo, angústia e insegurança, permitindo-lhe visualizar a parturição de forma mais segura e protegida. Apesar dessa clareza, esse direito ainda não é atendido em muitas instituições, o que viola a autonomia e a capacidade de escolha das mulheres.

Além do mais, faz-se necessário que haja mudança de comportamento por parte dos (as) profissionais que atendem às mulheres e de atitudes que demonstrem aceitação, empatia e ausência de julgamento. Tais comportamentos contribuem para criar um estado de confiança entre as usuárias e os (as) profissionais de saúde, principalmente se for associado ao hábito de ouvir com atenção acompanhado do uso de uma linguagem clara, acessível que esclareça suas dúvidas e seus questionamentos.

Ao proporcionar uma assistência integral essa deve estar associada ao conhecimento científico e a tomada de decisão para a organização do atendimento, que priorize a classificação de risco, deixando evidente que o atendimento no ACCR deve ser realizado por profissional habilitado (a) para a tomada de decisão eficaz e segura.

A autonomia e autodeterminação devem ser respeitadas possibilitando as mulheres serem protagonistas no processo do parto e nascimento, valorizando suas escolhas e vontades. Nesse aspecto, os (as) profissionais de saúde devem reconhecê-las como sujeitos ativos e encorajando-as a participar no planejamento do seu cuidado, não deixando que a supremacia, a imposição, a repressão, as normas rígidas e os protocolos criem barreiras entre a usuária e o (a) profissional.

Dentre as limitações para a análise de produção científica de Enfermagem, destacamos a dificuldade de localizar trabalhos em relação ao tema e em específico na área de Enfermagem e na obstetrícia, e acreditamos que essa pouca produção, resulte de ser esse um tema recente.

Faz-se necessário, a disseminação de informações que levem à reflexão sobre o cuidado específico, que valorize a centralidade da usuária no processo parturitivo. Sugerimos que a Enfermagem desenvolva mais pesquisas relacionadas à assistência à mulher e seus avanços, de modo que, possa apresentar à comunidade científica a participação efetiva da (o) Enfermeira (o) e a necessidade de que esse cuidado específico se desenvolva de modo integral e coeso entre equipe multiprofissional.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4ª edição. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa de humanização no pré-natal e nascimento**: informações para gestores e técnicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2001a.

_____. Ministério da Saúde. **Manual PNHAH**: Programa Nacional de Humanização da assistência hospitalar. Brasília, 2001b.

_____. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Programa Humanização do Parto**: Humanização no Pré-Natal e Nascimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

_____. Secretaria Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Acolhimento com avaliação e classificação de risco: um paradigma ético-estético no fazer em saúde**. 1aed. Serie B. Textos básicos em Saúde. Brasília, 2004 b.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Humaniza SUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS** / Ministério da Saúde, 4. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2008.

_____. Ministério da Saúde. **Humanização do parto e do nascimento/Ministério da Saúde**. Universidade Estadual do Ceará – Brasília: Ministério da Saúde, 2014a. (Caderno Humaniza SUS; v.4).

_____. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Manual de acolhimento e classificação de risco em obstetrícia** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014b.

FERREIRA, A. G. N.; RIBEIRO, M. M.; DIAS, L. K. S.; FERREIRA, J. G. N.; RIBEIRO, M. A.; XIMENES NETO, F. R. G. Humanização do parto e nascimento: acolher a parturiente na perspectiva dialógica de Paulo Freire. Revista de Enfermagem UFPE On Line, Recife, v. 7, n. 5, p. 1398-1405, maio, 2013. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/5642>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

FRUTUOSO, L. D.; BRUGGEMANN, O. M. **Conhecimento sobre a Lei 11.108/2005 e a experiência dos acompanhantes junto à mulher no centro obstétrico**. Texto contexto - enferm. [online]. 2013, vol.22, n.4, pp. 909-917. ISSN 0104-0707. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/tce/v22n4/06.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 20015.

LUNARDI V. Bioética aplicada a assistência de enfermagem. Rev Bras Enferm 1998; 51(4): 655-64.

MABUCHI, A. dos S.; FUSTINONI, S. M. **O significado dado pelo profissional de saúde para trabalho de parto e parto humanizado**. Acta paul. enferm. [online]. 2008, vol.21, n.3, pp. 420-426. ISSN 1982-0194. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v21n3/pt_06.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2015.

MERIGHI, M. A. B.; GUALDA, D. M. R. O cuidado à saúde materna no Brasil e o resgate do ensino de obstetrias para assistência ao parto. **Revista Latino-americana**

de Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 17, n. 2, p. 265-270, mar./abr. 2009. Disponível em: <www.eerp.usp.br/rlae>. Acesso em: 12 mar. 2015.

MORAES, J. C. de. Formação e Competências para classificação de risco em obstetrícia. 2013.137. Dissertação (Mestrado em Ensino na Saúde) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3371>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

PEREIRA, A. L. de F.; LIMA, A. E. F. Acolhimento com classificação de risco em uma maternidade pública. Revista de Enfermagem UFPE On Line, Recife, v. 8, supl.1, p. 2309-15, jul., 2014. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/5642>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

PORCIUNCULA, M. B. **Acolhimento com Classificação de Risco em um Centro Obstétrico: a ótica dos profissionais da saúde**. Porto Alegre. 2009. Trabalho Acadêmico (Curso de Graduação em Enfermagem) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Enfermagem. Curso de Enfermagem. 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/24331>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

RIOS, C. I. **Caminhos na humanização na saúde: prática e reflexão**. São Paulo: Áurea, 2009.

ROSSI, F. R.; LIMA, M. A. D. da S. Acolhimento: tecnologia leve nos processos gerenciais do enfermeiro. Revista Brasileira de Enfermagem, Porto Alegre, v. 58, n.3, p. 305 a 310, maio/jun. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v58n3/a10v58n3.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

SOUZA, A. C. de; LOPES, M. J. M. Acolhimento: responsabilidade de quem? Um relato de experiência. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 24, n.1, p.8-13, abr. 2003. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/23507>. Acesso em: 12 mar. 2015.

ABORTO: ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA CONTROVÉRSIA ENTRE GRUPOS SOCIAIS FEMINISTAS E PRÓ-VIDAS

Priscilla Braga Beltrame¹
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
priscilla.beltrame.ufpe@gmail.com

Lady Selma Ferreira Albernaz²
Universidade Federal de Pernambuco (PPGA/UFPE).

Resumo: O embate entre os grupos sociais feministas e pró-vidas são fundamentais para a compreensão da controvérsia a respeito da legislação referente ao aborto. Neste artigo abordamos o processo histórico de construção e consolidação desses movimentos que atuam no espaço público empreendendo ações no sentido de defenderem suas distintas propostas de descriminalização ou criminalização total dos permissivos para a realização do aborto. Com este objetivo abordamos o atual cenário da legislação referente ao aborto no mundo e especificamente no Brasil, e no segundo momento, analisamos a história dos movimentos sociais citados e sua relação com a bandeira da descriminalização/criminalização do aborto no contexto internacional e local. Este trabalho é um dos resultados da pesquisa de mestrado em antropologia em fase de finalização: “Aborto: as contradições das feminilidades” (2016). A análise se baseia na perspectiva feminista no sentido de articular a busca pelo conhecimento acadêmico com uma postura política no sentido de luta pela construção de uma sociedade mais igualitária entre os gêneros.
Palavras-chave: aborto, feminismos, pró-vidas.

1 Graduada em Ciências Sociais e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), ambos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

2 Graduada em Engenharia de Pesca pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestre Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pós-doutora no Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa (ISCTE). Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação de Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGA/UFPE).

Introdução

O artigo apresentado é uma síntese de um dos resultados da pesquisa de mestrado realizada pela autora no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) “Aborto: as contradições das feminilidades” (2016). Entre os temas abordados na dissertação citada, a respeito do debate público no que diz respeito a legislação sobre o aborto, a compreensão do embate realizado entre os grupos sociais feministas e pró-vidas é central. A proposta deste artigo é sintetizar de que forma se constroi historicamente esse embate cultural entre os dois grupos sociais.

É fundamental destacar desde o início da escrita que a base teórica tanto da dissertação, quanto deste artigo se filia fundamentalmente às teorias feministas. Dessa forma, é importante por questões éticas, ressaltar de qual local a pesquisadora parte para realizar esta análise. Nesse sentido, o estudo tem como justificativa contribuir para o campo de estudos, tanto pelos possíveis impactos práticos que este trabalho - conjuntamente com outros sobre o aborto inseguro - pode vir a ter na luta pela promoção dos direitos das mulheres, então essa é uma contribuição partindo do ponto de vista do problema social; quanto, por contribuir para o estado da arte na antropologia feminista, especificamente levantando a história cultural desses dois movimentos de importante compreensão para o entendimento da atual controvérsia a respeito da legislação sobre o aborto.

Metodologia

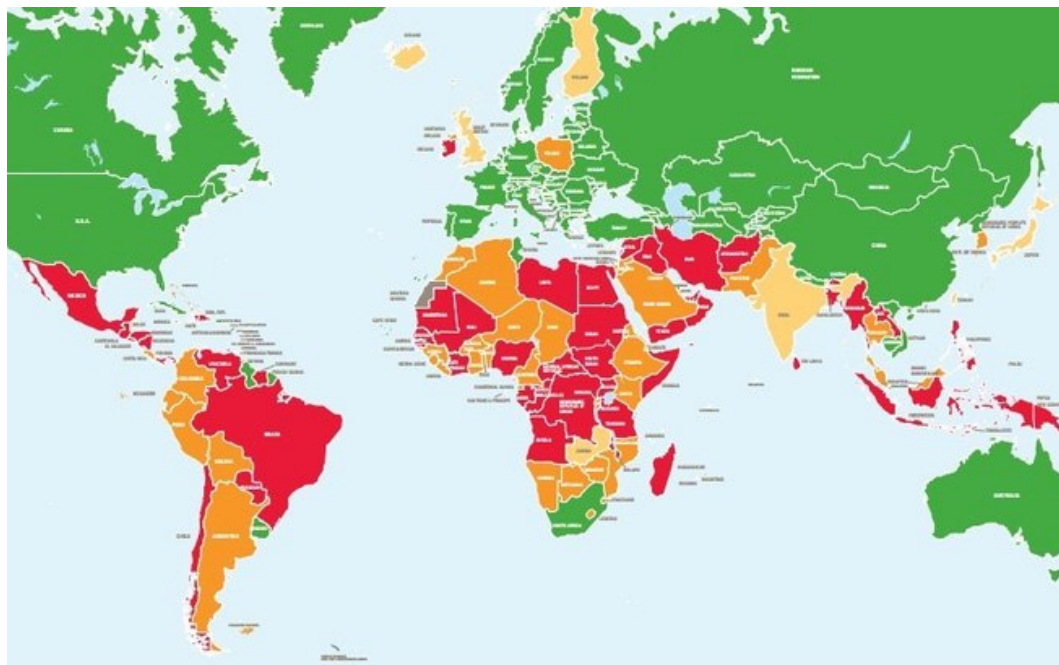
O artigo apresentado é um dos resultados da pesquisa de mestrado da autora. Nele realizamos um reescrita mais enxuta da análise realizada sobre a história dos grupos sociais feministas e pró-vidas e suas relações com as discussões a respeito da legislação referente ao aborto. Para a escrita dessa análise foi realizada uma revisão bibliográfica de referências importantes para a compreensão da história desses movimentos. De ambos os lados temos as falas dos(as) próprios(as) atores sociais que integram esses grupos, como eles percebem a ação de seus grupos, quais argumentos mais acionados e como este debate se desenrola ao longo da história.

Resultados e Discussão

1. O contexto sócio-cultural atual da legislação referente ao aborto: Breve panorama

Em nossa cultura Ocidental observamos a partir da década de 1970 que a maioria dos países desenvolvidos ampliaram consideravelmente os permissivos legais para a realização do aborto, sendo o principal argumento elencado por esses países os direitos humanos das mulheres (DEL, RE, 2009). Podemos dizer que uma das principais influências nesta onda de descriminalização do aborto em muitos países ocidentais foram as organizações de mulheres em grupos feministas que passaram a ter bastante influência e a exercer pressão sob os Estados (Sarmiento, D., 2006; Paixão, I., 2006; Del Re, A., 2009) associada à ascensão de novos valores sociais, neste caso, no que diz respeito aos direitos fundamentais da mulher, baseado tanto no processo de emancipação da mulher, quanto no avanço da laicização dos Estados. Nos países em que o aborto é descriminalizado tem prevalecido a ideia nas decisões dos Tribunais Constitucionais de que a vida do nascituro é protegida pela Constituição, entretanto, não com a mesma intensidade do que a vida de pessoas humanas já nascidas (Sarmiento, D., 2006).

As legislações a respeito do aborto no mundo são acompanhadas pela entidade americana *Center For Reproductive Rights* há 20 anos, desde que o primeiro mapa-relatório foi publicado em 1994, trinta países legalizaram o procedimento ou ampliaram os permissivos para a IVG. O mapa abaixo foi publicado pela entidade em 2014:



(Fonte: <http://worldabortionlaws.com/map/>)

Legendas:

- Países que permitem o aborto
- Países nos quais o aborto é permitido apenas quando a gravidez coloca a vida da mulher em risco em razão de alguma doença pré-existente
- Países nos quais o aborto é permitido à mulher que comprovar situação de extrema pobreza
- O aborto é criminalizado

Como podemos perceber no mapa, o aborto é descriminalizado em 61 países, e ele tende a ser criminalizado na grande maioria dos casos nos países em desenvolvimento. O Brasil é um dos 66 países latino-americanos, africanos, asiáticos e árabes que consideram a IVG crime na grande maioria dos casos, havendo exceções em apenas três tipos de gestações: resultante de violência sexual, que ofereça risco de morte a mulher, e de fetos anencéfalos. E ainda de acordo com o relatório citado, há 22 milhões de mulheres no mundo que realizam o aborto inseguro. A cada ano, 47 mil mulheres morrem e 5 milhões de mulheres ficam com sequelas pelo procedimento ter sido realizado de forma insegura. E fundamentalmente, 98% dessas mortes e sequelas ocorrem nos países nos quais a IVG é considerada crime¹. Deixando claro os problemas de saúde pública associados à criminalização do aborto tão recorrentemente acionados no debate público sobre o tema no lado dos grupos sociais feministas.

Nos países nos quais os permissivos para a realização do aborto foram ampliados, não há consenso a esse respeito, havendo pressão de grupos sócias contrários a descriminalização, como o movimento pró-vida. Ademais, há uma quantidade considerável de países em que a legislação sobre o aborto é considerada excessivamente restritiva e há pressões dos movimentos feministas no sentido da ampliação e dos movimentos pró-vida no sentido da ampliação da restrição a esses permissivos. Podemos dizer que o embate de ideias sobre o aborto entre os movimentos pró-vidas e feministas são um dos elementos centrais para a compreensão da controvérsia sobre o aborto. Vamos abordar as histórias desses dois grupos sociais².

2. Movimentos Feministas

O movimento feminista surge como movimento de massas a partir da segunda metade do século XIX, em grande medida com a luta pela sufrágio para as mulheres, mas suas raízes são mais antigas em nossa cultura. Por exemplo, podemos citar mulheres que resistiram aos padrões estabelecidos, podendo ser pensadas enquanto mulheres precursoras do que seria o movimento feminista: Safo, Christine de Pisan, Ann Hutchinson, Olympe de Gouges, Mary Wollstonecraft, Jeanne Derion, Flora Tristan (Alves, B.; Pitanguy, J., 1985).

Os movimentos feministas adquirem caráter de massa a partir da segunda metade do século XIX, para algumas pesquisadoras esse é a primeira fase do movimento feminista, neste período a principal reivindicação do movimento era o sufrágio das mulheres (Fougeyrollas-Schwebel, D., 2009; Alves, B., Pitanguy, J., 1985). Este primeiro momento do feminismo teve como base principal a ampliação da noção de cidadania para às mulheres, tendo como eixo central das reivindicações, o direito ao voto.

A partir da segunda metade do século XX, tem início a segunda fase do movimento feminista, que além das reivindicações parcialmente conquistadas anteriormente, relacionadas a extensão às mulheres dos direitos políticos, trabalhistas e civis, são incorporadas outras demandas. Podemos dizer que, de forma geral, essas novas reivindicações se pautavam pela identificação e combate às origens das desigualdades entre homens e mulheres (Fougeyrollas-Schwebel, D., 2009; Alves, B., Pitanguy, J., 1985)

A luta pela descriminlização/legalização do aborto é uma das bandeiras principais dos movimentos feministas, ela começa a ser sustentada de forma pelos movimentos a partir da década de 1970, de uma forma geral. Os principais

argumentos acionados nesse sentido se referem, em primeiro lugar, à autonomia reprodutiva das mulheres, expressa no slogan “Nosso corpo nos pertence”; e em segundo, à clandestinidade do aborto enquanto um problema de saúde pública (Del Re, A., 2009).

Os movimentos feministas no Brasil começam a se organizar e se consolidar a partir da década de 1970, de uma forma geral com reivindicações vinculadas a segunda fase do movimento dialogando também com o contexto local. Dessa forma, podemos perceber que no país, por um lado, o movimento teve algumas características dos movimentos surgidos nos Estados Unidos e na Europa; e por outro, se articulando na luta contra a ditadura militar com outros movimentos sociais defensores da abertura democrática e da anistia. Na luta contra o regime militar, os movimentos feministas estabeleceram uma relação bastante delicada com alguns setores da igreja católica, que igualmente defendiam a anistia e a abertura política, entretanto iam de encontro as ideias dos movimentos feministas no que diz respeito à autonomia reprodutiva das mulheres, especialmente no que se refere a luta pelo direito ao aborto no Brasil (Soares, V., 1994; Sarti, C., 2004). Dessa forma, durante este período não há uma bandeira unânime de luta pela descriminalização do aborto, a luta pela descriminalização o aborto como uma das principais bandeiras dos grupos feministas defendida de forma unânime pode ser considerada relativamente recente que ganhou força e se consolidou a partir da década de 1990.

Os principais argumentos utilizados pelos movimentos feministas são relacionado aos direitos sociais. A partir da década de 1990 os movimentos feministas passam a argumentar que a excessiva criminalização do aborto no país, não reduz a sua incidência e ainda aumenta as taxas de mortalidade materna, sendo portanto considerado enquanto um problema de saúde pública. O outro argumento também utilizado pelos movimentos feministas para a reivindicação da ampliação dos permissivos legais para a interrupção voluntária da gravidez são relacionados aos direitos individuais, nesse sentido a criminalização do aborto feriria o princípio democrático do direito aplicado ao corpo, baseados nas ideias de autonomia e liberdade do liberalismo, a criminalização do aborto impossibilitaria a autonomia reprodutiva das mulheres e a dissociação entre sexualidade e reprodução (Scavone, L., 2003).

3. Movimentos Pró-vidas

A história dos movimentos pró-vidas - como um grupo social formado principalmente por religiosos, mas ao mesmo tempo, independentes do cristianismo

- é bem recente e remete ao início do processo de descriminalização do aborto nos países ocidentais e à pressão para a ampliação dos permissivos legais nos países nos quais o procedimento ainda é criminalizado (Cassidy, K., 1995; Grant, S., 1991). Podemos dizer que, da mesma forma que podemos perceber claramente ao longo da história uma tradição feminista, podemos igualmente identificar uma tradição dos movimentos pró-vidas. Então, podemos datar o movimento feminista como um movimento consolidado a partir da segunda metade do século XIX (Alves, B.; Pitanguy, J., 1985) e os movimentos pró-vidas a partir da segunda metade do século XX (Cassidy, K., 1995; Grant, G., 1991).

O tratamento hegemonicamente conferido ao aborto pelas religiões cristãs possuem forte influência na composição dos argumentos dos movimentos pró-vidas em favor da criminalização do aborto, inclusive o argumento principal acionado por estes grupos – de que a vida humana começa na fecundação do óvulo – é o mesmo acionado pelas religiões cristãs.

A Igreja Católica é uma das instituições mais duradouras nas culturas ocidentais que enfatizaram o dito caráter negativo do aborto ao longo da história, entretanto na história dessa religião, o tema do aborto nem sempre foi tratado da mesma forma, sendo um assunto de divergências e polêmicas. Dessa forma, podemos dizer que a luta contra o aborto motivada pela defesa da vida do feto, é um argumento bastante recente levando-se em consideração a tradição cristã (Hurst, J., 2006; Aguirre, L., 2006; Cassidy, K., 1995).

É importante ressaltar que a abordagem da Igreja Católica a respeito do aborto – durante toda a sua história – sempre teve uma conotação negativa, sendo considerado pecado; o que varia consideravelmente durante essa história, é o motivo pelo qual o aborto é considerado pecado, a gravidade do pecado e a punição considerada adequada. A questão central é que durante a maior parte da história, o aborto não era condenado prioritariamente pela defesa da vida do feto, mas pela relação que se fazia entre o aborto e uma vida sexual considerada pecaminosa (Hurst, J., 2006).

Na história das ideias da religião católica Hurst (2006) indica que até 1750 o debate a respeito do aborto se dava em torno do questionamento de qual o momento em que o feto se transforma em ser humano, ou seja, a partir de que momento o feto passa a possuir uma alma racional. Por um lado, os adeptos da hominização imediata, defendiam que desde o momento da concepção do feto possuía uma alma; e por outro, os adeptos da hominização posterior, maioria durante esse período, defendiam que a transformação do feto em ser humano se dava em algum momento no decorrer da gestação. Para Santo Agostinho:

“A grande questão relativa à alma não pode ser decidida apressadamente, por meio de um julgamento precipitado e incontestado; a lei não dá base para que o ato (de aborto) seja considerado homicídio, pois ainda não é possível afirmar a existência de alma viva num corpo desprovido de sensação quando ele ainda não se formou em carne e não foi, portanto, dotado de sentido.” (Santo Agostinho, apud, Hurst, J., p.18, 2000)

É durante o período moderno – datado por Hurst (2000) a partir dos anos de 1750 – que os atuais argumentos hegemônicos da Igreja Católica referentes ao aborto começam a ser desenvolvidos. Eles se baseiam fundamentalmente na aceitação da tese da hominização imediata do feto e em consequência o aborto passa ser considerado como grave pecado e por isso ser punido com a excomunhão. É a partir desse período que o aborto passa a ter a maior carga negativa que já teve em toda a história da religião católica.

Os marcos que podem ser citados neste sentido são: em primeiro lugar, a publicação da *Apostolicae Sedis* em 1869 por Pio IX; e em segundo, a publicação em 1917 do novo Código de Direito Canônico. Ambos os documentos defendem a tese da hominização imediata com todas as consequências já citadas para o tratamento conferido ao aborto (Hurst, J., 2000). Atualmente, o aborto é tratado pela Igreja Católica como um gravíssimo pecado, considerado homicídio contra o feto e penalizado com excomunhão de todas as pessoas envolvidas. E ainda neste sentido, podemos citar um acontecimento recente bastante relevante, ao meu ver, no sentido de uma tentativa de redução da conotação negativa conferida ao aborto: a declaração do papa Francisco no ano de 2015 - em celebração ao ano do Jubileu – de que as pessoas excomulgadas por praticarem ou participarem de alguma forma de um aborto poderiam ser perdoadas por um padre local, não havendo, durante esse período, a necessidade de recorrer a um bispo para se confessar e pedir perdão.³

Na tradição secular da religião cristã, o catolicismo exerce bastante influência na fundação dos movimentos pró-vidas, ademais podemos dizer que a visão hegemônica do protestantismo também influencia bastante no cenário de pressão social pela criminalização do aborto (Duarte, T., 2011). De acordo com Pe Luiz Pérez Aguirre (2006), essa tradição não teria dado a mesma ênfase do que o catolicismo no debate sobre o aborto. Inicialmente Lutero e Calvino teriam opinião muito semelhante à da tradição cristã católica referente ao aborto, considerando-o um grave pecado. Atualmente, a grande maioria das Igrejas

Protestantes mantêm uma visão bastante próxima da Igreja Católica do aborto enquanto homicídio contra o feto (Aguirre, L., 2006).

Os grupos pró-vidas são movimentos de âmbito internacional que iniciam a sua ação organizada durante a década de 1970 como uma força social contrária ao processo de descriminalização do aborto nos países ocidentais. A principal bandeira que unifica o grupo social é a luta pela criminalização do aborto em quaisquer circunstâncias.

O principal argumento desses movimentos sociais é a defesa da vida do embrião e para tal se baseiam tanto nas idéias dominantes do cristianismo de hominização imediata do feto, quanto em estudos sobre embriologia e genética humanas, articulando argumentos religiosos, morais e filosóficos. 4 Por um lado, a relação dos movimentos pró-vidas com as religiões é muito próxima ao ponto de autores como o historiador católico Cassidy (1995) e o militante pró-vida Grant (1991) a considerar a tradição cristã como a própria tradição dos movimentos pró-vidas. A relação é clara na citação abaixo retirada de um dos estudos de Cassidy:

“To conclude, it is clear that the pro-life movement has deep roots in the past, reaching back several millennia at least. There indeed existed a tradition which graded the protection accorded a fetus according to its stage of development, but that tradition rested on a view of fetal life no longer supportable in the light of the medical discoveries made by the early 19th century. The changes in the laws of Church and state in the 19th century represent a development, not a repudiation of that tradition. To deny this is of necessity to ignore the statements made by those effecting the change and to give credence instead to theories which attempt to place the full weight for these changes on discreditable motives. Such motives no doubt existed, but to make them the whole of the story is bad history. The pro-life movement should not look upon the years before the 1960s as some sort of pro-life golden age: it was not.” (Cassidy, K., p.378, 1995)

Por outro lado, o movimento pró-vida não pode ser confundido com um movimento unicamente cristão como também fica claro na citação de Cassidy abaixo:

“Characteristically they stress the role of religion in the pro-life movement and often see it as a creation of the Catholic Church. These works tend to downplay or ignore the religious and political diversity of the movement, finding in it a single set of motives and a membership derived from a limited range of groups.” (Cassidy, K., p.3, 1995)

No Brasil os movimentos pró-vidas começaram a aparecer na cena política na década de 1980 (Vieira, H., [?]) no contexto político de implementação de políticas públicas e programas de saúde voltados para a saúde da mulher com base na discussão de seus direitos reprodutivos, da formação de serviços de assistência ao aborto previsto em lei em alguns hospitais públicos do país e da discussão sobre o aborto na Assembléia Nacional Constituinte. Durante esse período da década de 1980 há uma intensificação do debate político a respeito do aborto (Rocha, M., 2005), e da mesma forma que os movimentos pró-vidas surgem na França e nos Estados Unidos durante esses períodos de intenso debate, esses movimentos também surgem no Brasil (Vieira, H., [?]).

Conclusões

Concluimos que o embate entre os movimentos feministas e pró-vidas no que diz respeito a legislação referente ao aborto possui raízes em uma longa história que tem como base da divergência o que se considera ser ou não direito da mulher. Nesse embate podemos perceber que umas das questões centrais é: a mulher tem o direito a sua vida, saúde e liberdade democrática quando decide que não quer ser mãe? Os dois grupos defendem bandeiras completamente opostas neste sentido.

Referências

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline (1985). **O que é feminismo**. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense.

CASSIDY, Keith (1995). “The historical roots of the pro-life movement: assessing the pro-choice account”. II: Life and Learning, V, pp. 350-385.

CENTER FOR REPRODUCTIVE RIGHTS (2015). The world's abortion laws. Disponível em <<http://worldabortionlaws.com>>; Acesso em: dezembro de 2015.

DA ROCHA, Maria Isabel Baltar (2005). "Discussões políticas e decisões no parlamento". In: ÁVILA, Maria Betânia; PORTELLA, Ana Paula; FERREIRA, Verônica (orgs). In: **Novas legalidades e democratização da vida social: família, sexualidade e aborto**. Rio de Janeiro: Garamond, pp. 135-220.

DEL RE, Alisa ([2000] 2009). "Aborto e contracepção". In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, pp. 21-30.

DUARTE, Tatiane dos Santos (2011). "**A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá**": a participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília – Brasília.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique ([2000] 2009). "Movimentos feministas". In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, pp. 144-148.

GRANT, George (1991). **Third time around**. Brentwood – Tennessee: Wolgemuth & Hyatt; Publishers, Inc.

GRANT, George (1991). **Third time around**. Brentwood – Tennessee: Wolgemuth & Hyatt; Publishers, Inc.

HURST, Jane (2000). **Uma história não contada: a história das ideias sobre o aborto na Igreja Católica**. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir.

PAIXÃO, Ivan (2006). "Aborto: aspectos da legislação brasileira". In: CAVALCANTI, Alcilene; XAVIER, Dulce (orgs). **Em defesa da vida: aborto e direitos humanos**. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, pp. 197-212.

SARMENTO, Daniel (2006). "Legalização do aborto e constituição". In: CAVALCANTI, Alcilene; XAVIER, Dulce (orgs). **Em defesa da vida: aborto e direitos humanos**. São Paulo: Católicas Pelo Direito de Decidir, pp. 111-168.

SARTI, Cynthia (2004). "O feminismo brasileiro desde os anos 70: revisitando uma trajetória". II: Revista Estudos Feministas, 12(2), pp. 35-50.

SCAVONE, Lucila (2003). "O aborto pelas lentes da sociologia". In: SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida**. São Paulo: Ed. UNESP, pp. 102-125.

SOARES, Vera (1994). "Movimentos feministas: paradigmas e desafios". II: Revista Estudos Feministas, 2(11), pp. 11-24.

VIEIRA, Humberto (2015). Movimentos pró-vida brasileiros. Disponível em <<http://www.providafamilia.org/movimentos.htm>>; Acesso em: maio de 2015.

MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO CONTEXTO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE DE MACEIÓ.

Rachel Alves Silva
rachel.alves@outlook.com

Telma Low Silva Junqueira

Julia Soares de Souza

Débora Lima de Mendonça

Maria Eduarda Silveira Souza Ferro.
Universidade Federal de Alagoas

Resumo: Este trabalho trará os resultados parciais de um eixo específico da pesquisa intitulada “Gênero e violência contra as mulheres no contexto da atenção básica em saúde de Maceió/AL”. O trabalho precípua deste eixo foi o levantamento bibliográfico da produção acadêmica brasileira que se tangencia com a temática.

Introdução

A violência contra as mulheres (VCM) é um fenômeno globalizado que é produzido e reproduzido na interface de gênero, raça/etnia e classe. A VCM é possibilitada pela ordem patriarcal que guarda consigo a crença de que homens possuem o direito de dominar e controlar as mulheres, fazendo-se valer, inclusive, da violência para este fim. Assim, a lógica patriarcal legitima a desigualdade entre os gêneros.

Há muitos(as) teóricos(as) que analisam essas desigualdades, trazendo conceitos e questões relevantes que nos ajudam a pensar e entender a complexidade da VCM. Bourdieu (1999), por exemplo, vem discorrer acerca da “dominação simbólica” sobre todo o tecido social, corpos e mentes, discursos e práticas sociais e institucionais; (des)historiciza diferenças e naturaliza desigualdades entre homens e mulheres. Para Bourdieu, a dominação masculina estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social.

Scott (1995), em seu artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, contribui elaborando um sistema para definir o conceito de gênero, levando em conta suas três principais características: dimensão relacional, construção social das diferenças percebidas entre os sexos e campo primordial onde o poder se articula. Para isto, a autora fundamenta-se numa leitura genealógica, situa-se dentro do contexto histórico e oferece o seu uso como categoria analítica e instrumento metodológico para a compreensão de como, ao longo do tempo, se produziram e legitimaram as construções de saberes e poderes sobre as diferenças sexuais. Esta relação será bastante explorada por Scott, pois, entende-se que é uma questão central na conceituação de gênero. Segundo Scott (1995), gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.

Neste íterim, a noção de poder de Foucault (1981) – poder in fluxo (aquele que não é fixo, retido ou localizado numa só pessoa ou instituição; elaborando-se num “campo de forças” múltiplas), vai desconstruir e repensar as premissas universais que hierarquizam os gêneros alicerçados na diferença biológica. Através deste ângulo, é possível questionar as associações binárias que relacionam poder e dominação ao masculino e submissão ao feminino.

A VCM não é um fenômeno que ocorre com as mesmas peculiaridades em torno do mundo. Naturalmente, a cultura patriarcal é o veículo útil às agressões sofridas pelas mulheres; no entanto, nem todos os homens utilizam os privilégios sociais do mesmo modo, assim como, nem todas as mulheres irão responder igualmente a esta dominação. As singularidades das pessoas envolvidas e os

seus protagonismos irão diferenciar as vivências. Contudo, para a apreensão do fenômeno, é importante captar os aspectos que fundamentam a VCM.

Apesar de caracterizar-se como um problema relevante, a VCM passou a ser mais discutida no Brasil depois da criação da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. Desde então, este fenômeno passou a ser tipificado como crime do *modus operandi* específico, com punições também específicas. De acordo com esta legislação, as violências podem ser físicas, sexuais, patrimoniais, morais e psicológicas, ocorrendo, várias vezes, a superposição de violências.

A criação da Maria da Penha teve importância no cenário nacional para viabilizar o debate sobre a violência contra as mulheres. Pois, apesar de ser um grande problema, ainda não há um lugar social, um campo específico de saberes que permita intervenções com a finalidade de lidar com as consequências diretas e indiretas da VCM na vida e na saúde das mulheres.

Apesar da magnitude das estatísticas, as quais traduzem em números as agressões sofridas por mulheres, o alcance das políticas públicas ainda é pequeno. O fenômeno tende a ser invisibilizado, tendo poucos espaços sociais para debate. No âmbito da saúde, as notificações decorrentes da VCM não retratam com fidedignidade a realidade.

Os serviços básicos de saúde são importantes na identificação do problema, porque possuem, em teoria, aparato e contato com mulheres que facilitam no reconhecimento e acolhimento das mulheres; podendo, inclusive, evitar a exposição destas vítimas a uma ocorrência ainda mais grave.

Com o olhar mais crítico, é possível pensar no feminismo como um mecanismo político de imensurável contribuição aos mais variados contextos em que as mulheres estão inseridas. O movimento feminista trouxe o apelo de que o “pessoal é político” e, assim, cobrou responsabilidades do Estado e da sociedade para o enfrentamento à violência e o respeito à dignidade humana de uma vida sem violências. Lentamente, o Brasil tem adquirido a consciência da necessidade de pensar e construir programas, normas técnicas, qualificar profissionais da saúde e políticas públicas que viabilizem as garantias constitucionais das mulheres.

Deste modo, cresce o reconhecimento da legitimidade social das pautas feministas que, de diferentes modos e com o intuito de abraçar às pluralidades de mulheres, reivindicam ganhos em direitos sociais já garantidos juridicamente e ameaçados pela cultura patriarcal em voga. Contudo, as dicotomias cristalizadas social e culturalmente refletem grandes desafios, nos mais variados âmbitos, que necessitam do entrelaçamento de muitos saberes – político, filosófico,

social, saúde, jurídico, etc. – para inaugurar um tempo em que as garantias sejam efetivadas e impactem na qualidade de vida e saúde das mulheres.

Oliveira et. al. (2012) preconiza que se a atenção básica é porta de entrada do SUS, será também o nível mais próximo da vida concreta dos(as) usuários e usuárias de saúde, possibilitando um enfoque nas estratégias de promoção e prevenção em saúde e afastando-se de uma concepção biológica e curativa de doença. Por sua vez, a atenção básica tem papel central na prevenção e enfrentamento da VCM, visto que esta é um determinante que influencia diretamente no processo de saúde e de doença das mulheres, acarretando consequências físicas e psicológicas que, por vezes, ainda passam despercebidas pelos serviços de saúde.

A compreensão dos significados de gênero propõe muito mais que o limite às diferenças biológicas; ela indica as construções sociais fomentadoras das desigualdades de poder que alicerçam a submissão feminina como o modelo possível de exercer a feminilidade em oposição à dominação masculina.

Segundo o Mapa da Violência (2015), Alagoas é considerado o 4º Estado que mais mata mulheres e Maceió a 2ª capital que mais feminicídio comete. O documento situa ainda o Brasil como o 5º país, de 84 países no mundo, que mais mata mulheres. Maceió tem a marca de 9,8 homicídios por 100 mil mulheres, a maior taxa de feminicídio do país. No outro extremo, São Paulo e Rio de Janeiro são as capitais com menores taxas (WAISELFIS, 2015).

De acordo com o documento elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), com o apoio da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, o aumento foi de 92,5%, praticamente dobrando em dez anos (2003-2013). No ano de 2003, o estado apresentava um índice perto da média nacional, 4,5 assassinatos por 100 mil mulheres. A capital do estado, Maceió, encabeça - ao lado de Vitória (ES), João Pessoa (PB) e Fortaleza (CE) - a lista de capitais com as taxas mais elevadas no ano de 2013, acima de 10 homicídios por 100 mil mulheres. Esses números ajudaram a manter o índice em Alagoas alto.

Diante destes panoramas, este artigo trará um recorte da pesquisa, em andamento, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), denominada “Gênero e violência contra as mulheres no contexto da Atenção Básica em Saúde de Maceió/AL”, vinculada ao Instituto de Psicologia, na Universidade Federal de Alagoas. Este recorte, especificamente, é parte de um dos planos de trabalho da pesquisa, a qual objetiva tecer reflexões, analisar os sentidos produzidos para gênero e violência contra as mulheres na saúde.

Metodologia

A pesquisa iniciou-se pelo levantamento bibliográfico utilizando três bases de dados: Portal da CAPES, Scielo e Biblioteca Virtual em Saúde. Consideraram-se as publicações referentes ao período de 2006 (ano de publicação da Lei Nº 11.340 de 07 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha) a 2014. Foram utilizados os descritores “violência contra as mulheres e saúde” e “violência de gênero e saúde”.

A princípio, foi construído um mapa para organização dos primeiros dados produzidos na pesquisa. Intencionamos categorizar as informações a partir dos critérios já descritos no projeto e estudos, elaborando um recorte nas informações a partir de: título, nome e sobrenome dos/as autores/as, ano de publicação, área do conhecimento, tipo de produção, idioma, nome do periódico, cidade e estado de publicação do documento, cidade e estado da realização da pesquisa, instituição realizadora do trabalho, palavras-chaves e resumo. Terminada esta primeira etapa, lemos os artigos levantados com o objetivo de identificar e conhecer, para posteriormente analisar, como os conceitos de violência contra as mulheres, violência de gênero e saúde eram construídos nestas produções.

No portal da CAPES, foram encontrados 373 documentos: artigos, dissertações e teses. Com base nos critérios de inclusão, consideramos os trabalhos na língua portuguesa. Desconsideramos os estudos sem tradução, os estudos que abordavam a realidade de outros países, os que apareciam repetidos na pesquisa, os que não estavam disponíveis integralmente, os que não eram disponibilizados gratuitamente e os que se distanciavam do objeto de estudo desta pesquisa. Restaram 59 trabalhos que foram organizados em um mapa e categorizados a partir do conceito de VCM, gênero e saúde.

No portal da Scielo a pesquisa produziu 151 artigos. Os mapas foram construídos com 42 artigos que foram lidos e organizados obedecendo a mesma metodologia e critérios de exclusão dos outros levantamentos.

Em relação à base de dados da Biblioteca Virtual de Saúde, os mesmos critérios foram utilizados. Assim, encontrou-se 121 artigos e, após a leitura exploratória – que, de acordo com Gil (2002), consiste em uma leitura do material para averiguar em que medida a obra consultada interessa à pesquisa – foram selecionados 86 deste total.

A leitura analítica foi feita posteriormente com a finalidade de sumariar o material encontrado em um mapa do Excel, que identificou os conceitos de violência contra a mulher e de gênero os quais cada um trazia.

No presente momento, o grupo de pesquisa integra-se na leitura interpretativa e construção de mapas dialógicos, que possibilitará conferir significados mais amplos aos resultados obtidos com a leitura analítica. Conforme Gil (2002), neste momento, além dos dados obtidos, há uma ligação com os conhecimentos já alcançados anteriormente pelos(as) pesquisadores(as).

Resultados e Discussão

Embora a pesquisa ainda esteja em processo de finalização, pudemos visualizar e analisar de forma geral o que se tem produzido academicamente acerca de violência contra as mulheres no âmbito da saúde.

Através das leituras, pudemos notar que a violência contra as mulheres, nos documentos selecionados, é comumente denominada como violência de gênero e a agressão física e sexual é mais explorada que as outras formas de violência. A Lei Maria da Penha – marco da abertura do debate da VCM no Brasil – não pretende somente atuar no âmbito jurídico, mas ser útil à construção de políticas públicas que envolvam segurança pública, saúde, assistência social e educação.

Ademais, nota-se que as reflexões acerca da posição social da mulher ainda são pobremente contextualizadas sem recortes específicos como de raça/etnia, classe social, orientação sexual, geração, condições físicas e outras especificidades que pluralizam e distinguem as mulheres.

Os efeitos da violência contra as mulheres não se restringem ao campo da saúde, entretanto, afeta significativamente este setor já que muitas vítimas adoecem e guardam sequelas permanentes decorrentes das violências.

Se a VCM é influenciada por fatores sociais, ambientais, políticos, econômicos e culturais, há que se pensar nas diversas posições que as mulheres ocupam nestes contextos, com a finalidade de preconizar estratégias que alcancem as singularidades das mulheres.

Os estudos existentes sobre a violência contra as mulheres fazem mais que levantar dados e características deste fenômeno: abrem perspectivas de enfrentamento social e estatal que viabilizam a garantia do direito fundamental à vida, sem o qual nenhum outro é possível. A sociedade civil, o Estado, os movimentos sociais e os aparatos jurídicos carecem de funcionamento sincrônico que produza alternativas eficazes contra a VCM; que garantam a dignidade da vida, em curso, das mulheres.

Conclusão

As situações de violência contra as mulheres estão exigindo cada vez mais estudos e reflexões de cunho teórico e prático que possibilitem compreensões deste complexo fenômeno. Nesta pesquisa, propusemo-nos a construir uma dimensão possível para o olhar e a compreensão dos sentidos da violência contra as mulheres e seus enfiamentos no âmbito da saúde.

Para tanto, a reflexão e problematização sobre as concepções de gênero são importantes para delinear a compreensão dos posicionamentos socialmente impostos aos gêneros, os quais perpetuam a lógica patriarcal e alimentam a submissão feminina, elementos fundamentais na legitimização social da VCM.

Referências

MINAYO, Maria. Cecília. *Violência e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos PAGU*, Campinas, v. 16, p. 115-136, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07>>.pdf. Acesso em: 16 abr. 2016.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani e ALMEIDA, Suely Souza de. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. (2001) *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*. Cadernos Pagu,16, p.115-136, 2001.

SCHRAIBER, Lilia. *Violência contra as mulheres e políticas de saúde no Brasil: o que podem fazer os serviços de saúde?* *Revista USP*. São Paulo, n. 51, p. 104-113, set./nov., 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez, 1995. Disponível em: <<http://moodle.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=39565>> Acesso em 16 abr. 2016.

SPINK, Mary Jane. *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/w9q43/pdf/spink-9788579820465.pdf>> Acesso em 16 abr. 2016.

SPINK, Mary Jane. *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://maryjanespink.blogspot.com.br/2013/11/versao-virtual-do-livro-praticas.html>>. Acesso em: 17 Abr. 2016.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. p. 28-36, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal. P. 67-81. 1981.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Violência sob o olhar da saúde: infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

GIL, Antônio Carlos. *Como classificar as pesquisas? Como elaborar projetos de pesquisa*. – 4. Ed.-São Paulo: Atlas, 2002. p.42-77

DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na Justiça – A efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. Rio de Janeiro: Ed – Revista dos Tribunais, 2008, p. 16-20, 2008.

BRASIL, Comunicação Social – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/noticias/aparecida-goncalves-debate-mapa-da-violencia-em-maceio-al>>. Acesso em 28 de Abr. de 2016.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015, Homicídios de mulheres no Brasil*. p. 21-23. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf> . Acesso em: 28 de abr. de 2016.

PROGRAMAS NACIONAIS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO CONTEXTO DA SAÚDE: UMA ANÁLISE DOS SENTIDOS PRODUZIDOS

Rafael Lima Fernandes
rafael.fernandes@jp.ufal.br

Hansmile Douglas Silva Santos

Jhéssyka Thayná Simões Lopes

Kellyane Pereira Santos

Telma Low Silva Junqueira.
Universidade Federal de Alagoas

Resumo: O presente trabalho se situa no marco do Ano I de uma pesquisa de iniciação científica intitulada “Gênero e violência contra as mulheres no contexto da atenção básica em saúde de Maceió/AL”. Nele serão discutidos os resultados parciais relacionados ao eixo “Programas de prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres no contexto da saúde”, que teve como objetivo identificar e analisar os principais Programas Nacionais de prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres (VCM). Para isso, foi realizado um levantamento de documentos de domínio público que discutissem a violência contra as mulheres no âmbito da saúde. Tais documentos foram sistematizados e organizados em mapas dialógicos que serviram como base para a análise dos sentidos produzidos, de acordo com o referencial das Práticas Discursivas e Produções de Sentidos na interface com a perspectiva feminista de gênero. Os resultados parciais chamam atenção para o fato de que a maioria dos documentos ainda parece caracterizar, principalmente, a saúde da mulher no âmbito da dimensão biológica/organicista, muitas vezes desconsiderando as dimensões política e social ou colocando-as em segundo

plano. Dessa forma, a VCM ainda não parece ser reconhecida como um problema de saúde pública que afeta diretamente o processo de saúde e de doença das mulheres e de seus familiares.

Palavras-chave: Gênero, Violência contra as mulheres, Atenção Básica.

Introdução

A violência contra as mulheres (VCM) é um problema amplo e ao mesmo tempo silencioso, presente no interior das famílias e no cotidiano da sociedade, muitas vezes invisibilizado por uma estrutura que naturaliza as práticas de violência e culpabiliza as próprias vítimas pela violência sofrida. Tal violência, que pode ser tipificada de diversas formas (doméstica, psicológica, física, moral, patrimonial, sexual, tráfico de mulheres, etc.), atinge mulheres de diferentes classes sociais, origens, idades, regiões, raças/etnias, estados civis, escolaridades e orientações sexuais. (BRASIL, 2011). Os dados alarmantes ilustram um quadro que há muito tempo tem chamado atenção do movimento de mulheres e movimento feminista, sendo pauta constante nas reivindicações junto ao Estado. De acordo com o Mapa da Violência 2015 – Homicídio de Mulheres no Brasil (WASELFISZ, 2015) –, o Estado de Alagoas e a cidade de Maceió lideram o ranking dos 14 estados e capitais que mais matam mulheres no Brasil. Alagoas é considerado o 4º Estado que mais mata mulheres e Maceió a 2ª capital que mais feminicídio comete.

Saffioti (2001) caracteriza a VCM como sendo fruto da sociedade patriarcal, onde os homens detêm o privilégio de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, podendo dessa forma punir aquilo que se lhes apresenta como desvio e recebendo legitimação ou, pelo menos, tolerância da sociedade para isto. Porém, a mesma estrutura que produz relações desiguais de poder também abre espaço para “a operação de esquemas cognitivos capazes de tornar transparente a tela que o androcentrismo interpõe entre a sociedade e as mulheres” (p. 119). Dessa forma, milhões de mulheres têm, ao longo dos anos, contraposto essa lógica, caracterizando o movimento feminista como um dos mais importantes movimentos sociais da história. A partir da articulação entre teoria-prática, característica marcante no feminismo, gênero vem sendo pensado tanto como categoria histórica (substantiva) quanto como categoria analítica (adjetiva). Joan Scott (1995) nos apresenta, então, gênero como uma disputa de poderes entre as diferenças sexuais, um espaço onde se constrói uma hierarquia através dos significados culturais dados a essas diferenças, ou seja, um espaço de constante disputa.

Diante deste panorama, faz-se necessário pensar a problemática da violência a partir de diversas perspectivas, de modo que pesquisadoras e pesquisadores brasileiros/os da área da saúde têm identificado cada vez mais a necessidade dos serviços de saúde se qualificarem a fim de oferecerem uma assistência e acolhimento mais específico, humanizado e integrado às mulheres em situação de violência (SCHREIBER, 2001), com destaque para a Atenção Básica em Saúde.

Para Oliveira *et al.* (2012), a atenção básica, sendo a porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), é o nível mais próximo da vida concreta das pessoas usuárias, possibilitando um enfoque nas estratégias de promoção e prevenção em saúde e afastando-se de uma concepção biológica e curativa de doença.

Dessa forma, procura descolar o enfoque da entidade doença dos indivíduos para os processos de adoecer das pessoas e coletividades ao se debruçar para os possíveis riscos e vulnerabilidades inerentes em tais processos e propiciar formas de promoção e prevenção à saúde dentro de seus contextos de vida sócio-histórico-comunitários. (OLIVEIRA *et al.*; 2012, p. 77)

Assim, a atenção básica possui lugar relevante na prevenção e enfrentamento da VCM, visto que esta é um determinante que influencia diretamente no processo saúde/doença das mulheres, de seus filhos, filhas e demais familiares, acarretando consequências físicas e psicológicas que, por vezes, passam despercebidas pelos serviços de saúde. Portanto, estudos sobre a interface entre VCM e saúde mostram-se importantes no sentido de produzirem reflexões acerca do acolhimento, assistência e do lugar dos serviços de saúde no enfrentamento a esse tipo de violência.

Segundo o Ministério da Saúde, na cartilha Atenção Integral para Mulheres e Adolescentes em Situação de Violência Doméstica e Sexual (2011), as diversas categorias profissionais ainda apresentam resistência em abordar situações de VCM e em lidar com pessoas vitimizadas no âmbito do sistema de saúde, demonstrando necessidade de maior preparo dessas/es profissionais. A orientação lançada no Protocolo da Atenção Básica que trata da saúde das mulheres (2015) ressalta a importância das/os profissionais na escuta e acolhimento das mulheres vítimas de violência, bem como no respeito do tempo necessário a essas mulheres “para tomar decisões sobre seu itinerário terapêutico e para construir em conjunto seu plano de cuidados, caso ela queira” (p. 170).

Sendo a VCM uma realidade social, que se afirma e reafirma no cotidiano, o campo de estudo das *Práticas Discursivas e Produções de Sentidos*, na interface com a perspectiva feminista de gênero, podem nos oferecer subsídios para uma análise dessa problemática. Spink (2013) define práticas discursivas como “linguagem em ação, ou seja, as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas”. (p. 26) Estes sentidos se constroem coletivamente a partir das relações cotidianas – historicamente datadas e contextualizadas culturalmente – à medida que os sujeitos nomeiam as situações e fenômenos que os cercam.

Coerentes com a perspectiva psicossocial, propomos aqui que a produção de sentido não é uma atividade cognitiva intraindividual, nem pura e simples reprodução de modelos predeterminados. Ela é uma prática social, dialógica, que implica a linguagem em uso. A produção de sentido é tomada, portanto, como um fenômeno socio-lingüístico – uma vez que o uso da linguagem sustenta as práticas sociais geradoras de sentido – e busca entender tanto as práticas discursivas que atravessam o cotidiano (narrativas, argumentações e conversas, por exemplo), como os repertórios utilizados nessas produções discursivas (SPINK, 2013, p. 22-23).

Repertórios linguísticos, são todos os termos, palavras, figuras de linguagem e descrições que são utilizados nas construções discursivas, em determinado tempo e em determinado local. Ao analisarmos os repertórios linguísticos utilizados no cotidiano para se falar sobre as coisas, temos uma dimensão de como tais coisas são construídas e quais os sentidos evocados através dessa construção. Dessa forma, na pesquisa aqui apresentada, utilizamos documentos de domínio público como meio de visibilização dos repertórios linguísticos utilizados para se falar sobre gênero, saúde, mulher, violência contra as mulheres, interseccionalidade, etc.

[Os documentos de domínio público] Podem refletir a transformações lentas em posições e posturas institucionais assumidas pelos aparelhos simbólicos que permeiam o dia a dia ou, no âmbito das redes sociais, pelos agrupamentos e coletivos que dão forma ao informal, refletindo o ir e vir de versões circulantes assumidas ou advogadas. (SPINK, 2013, p. 112)

Os resultados, ainda parciais, apresentados neste artigo se situam no marco do Ano I de um dos eixos da pesquisa de iniciação científica, ainda em andamento, intitulada “Gênero e violência contra as mulheres no contexto da atenção básica em saúde de Maceió/AL”. Construída por estudantes de graduação do curso de psicologia e enfermagem da Universidade Federal de Alagoas, tal pesquisa tem como objetivo analisar programas, projetos e ações desenvolvidas no contexto da atenção básica em Saúde, do município de Maceió/AL, que promovem a prevenção e o enfrentamento da violência contra as mulheres. Quanto ao eixo específico aqui apresentado, intitulado “Programas de prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres no contexto da atenção básica”, objetivamos identificar e analisar, a partir da perspectiva feminista de gênero (orientada pela concepção de gênero enquanto categoria de análise, tal como apresentado por Joan Scott) e das Práticas Discursivas e produções de sentidos, os Programas Nacionais de prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres no contexto da saúde. Analisando assim, os sentidos produzidos para o conceito de gênero e de violência contra as mulheres e as estratégias apresentadas nesses documentos.

Metodologia

Iniciamos a pesquisa pela fase de identificação dos programas nacionais de prevenção e enfrentamento da VCM no contexto da saúde. Nesta etapa, foram consultados por meio virtual os *sites* de entidades nacionais que produzem e/ou estão envolvidas em programas de enfrentamento da VCM no contexto específico da saúde, sendo estas o Ministério da Saúde e a Secretaria Nacional de Política para as Mulheres (SPM). Foram identificados dezesseis (16) documentos que tratavam direta ou indiretamente da VCM e tinham relação com a saúde, sendo quinze (15) do Ministério da Saúde e um (1) da SPM conforme indica o Quadro 1.

Quadro 1: Documentos nacionais identificados na primeira etapa

Título do Documento	Órgão Responsável
Aspectos jurídicos do atendimento às vítimas de violência doméstica e sexual: perguntas e respostas para profissionais de saúde.	Ministério da Saúde
Atenção integral para mulheres em situação de violência doméstica e sexual: matriz pedagógica para formação de redes	Ministério da Saúde
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher	Ministério da Saúde
Caderneta da gestante	Ministério da Saúde
Instrutivo – Notificação de violência doméstica, sexual e outras violências	Ministério da Saúde
Mulheres lésbicas e bissexuais: direitos, saúde e participação social	Ministério da Saúde
Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua	Ministério da Saúde
Política Nacional de Promoção à Saúde	Ministério da Saúde
Política Nacional de Atenção Básica	Ministério da Saúde
Política Nacional de Atenção Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	Ministério da Saúde
Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes	Ministério da Saúde
Saúde, migração, tráfico e violência contra as mulheres: o que o SUS precisa saber	Ministério da Saúde
Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço	Ministério da Saúde
Protocolo da atenção básica: saúde das mulheres	Ministério da Saúde
Atenção integral à saúde de mulheres lésbicas e bissexuais – relatório de oficina	Ministério da Saúde
Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres	SPM

Fonte: produção própria.

A etapa seguinte se referiu à leitura e organização dos documentos identificados e a criação de um mapa que sistematizava os principais elementos contidos nos documentos de acordo com categorias definidas entre as/os participantes da pesquisa e que permitiam visualizar o documento de maneira mais fluida e dinâmica: (1) Nome do documento; (2) Tipo de documento; (3) Número e ano; (4) Responsável; (5) Sumário; (6) Número de páginas; (7) Objetivo(s); (8) Princípios; (9) Diretrizes; (10) Enfoque em gênero? (Sim ou Não); (11) Segmentos de mulheres representadas; (12) Ênfase em saúde? (Sim ou Não); (13) Movimentos e articulações? (Sim ou Não); (14) Interseccionalidade: Raça/

Etnia; (15) Interseccionalidade: Geração; (16) Interseccionalidade: Orientação sexual; (17) Interseccionalidade: Identidade de gênero; (18) Interseccionalidade: Território; (19) Interseccionalidade: Outros; (20) Tipos de violências; (21) Principais eixos estruturantes acerca da violência: Prevenção; (22) Principais eixos estruturantes acerca da violência: Assistência; (23) Principais eixos estruturantes acerca da violência: Enfrentamento; (24) Principais eixos estruturantes acerca da violência: Outros; (25) Direitos sexuais e reprodutivos; (26) Responsável pelo preenchimento.

Após a elaboração do primeiro mapa, identificamos que, embora alguns documentos citassem VCM e/ou estivessem ligados ao contexto da saúde, nem sempre isso se fazia de maneira central e, nem todos os documentos pensavam a categoria gênero a partir daquela que guiava nossa pesquisa. Por isso, antes da etapa de construção dos mapas dialógicos, foi necessária uma seleção desses documentos, sendo escolhidos aqueles que possuíam maior relevância para a pesquisa, por darem um destaque importante à discussão da VCM no contexto da saúde, respondendo aos objetivos da pesquisa e, mais especificamente, aos objetivos do eixo específico em questão. Para a etapa posterior, então, foram mapeados oito (8) documentos que atenderam aos critérios acima descritos, apresentados no Quadro 2.

Quadro 2: Documentos selecionados para análise.

Título do Documento	Órgão Responsável
Atenção integral para mulheres em situação de violência doméstica e sexual: matriz pedagógica para formação de redes	Ministério da Saúde
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher	Ministério da Saúde
Instrutivo – Notificação de violência doméstica, sexual e outras violências	Ministério da Saúde
Política Nacional de Atenção Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	Ministério da Saúde
Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes	Ministério da Saúde
Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço	Ministério da Saúde
Protocolo da atenção básica: saúde das mulheres	Ministério da Saúde
Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres	SPM

Fonte: produção própria.

Com os documentos devidamente selecionados, foi iniciada, propriamente, a etapa de análise, que consistiu na construção de mapas dialógicos, nos permitindo uma visualização melhor dos documentos e dos repertórios utilizados para falar de gênero e VCM. De acordo com Spink (2010), esses instrumentos nos permitem enxergar o processo de interanimação e nos sensibilizam para a existência de múltiplas modalidades de diálogos, sendo uma poderosa ferramenta para a análise de sentidos.

O primeiro mapa foi o de transcrição sequencial, onde identificamos quais as categorias apresentadas pelos documentos durante o decorrer do texto. Depois de mapeadas as categorias, isolamos os trechos que traziam categorias pertinentes à nossa pesquisa (que se relacionavam à gênero e à VCM), num segundo mapa dialógico, onde pudemos visualizar, por categoria, quais os repertórios utilizados nos diferentes documentos.

Resultados e discussão

Embora o ano I da pesquisa ainda esteja em processo de finalização, a partir da pesquisa documental, da organização dos documentos e da elaboração dos mapas dialógicos, pudemos visualizar e analisar de forma geral o que se tem disponibilizado virtualmente, em âmbito nacional, acerca de políticas e programas voltados para prevenção e enfrentamento da VCM em interface com a saúde e de como a categoria “mulher” e a categoria “gênero” têm sido pensadas e relacionadas com outros marcadores sociais.

Quando relacionamos os documentos com o conceito de gênero proposto por Joan Scott, quatro (4) documentos parecem não considerar as relações de poder desigual exercidas no cotidiano, construindo o sujeito mulher a partir, prioritariamente, da dimensão biológica/organicista, cujo enfoque se refere ao período da maternidade/puerpério e nos cuidados ginecológicos, são eles: *Caderneta da gestante*, *Política Nacional de Atenção Básica*, *Política Nacional de Promoção de Saúde* e *Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua*. Segundo nossa concepção e baseados nessa visão mais geral dos documentos, estes parecem desconsiderar as opressões e relações desiguais impostas à mulher no contexto de uma sociedade ainda predominantemente patriarcal e as consequências disso, principalmente no que diz respeito à violência no âmbito das relações afetivo-sexuais. Isso pode incidir, inclusive, na construção de ações voltadas para a promoção da saúde das mulheres que se distanciam do cotidiano dessas mulheres, visto que não consideram

as desigualdades às quais elas estão “imersas” e que afetam diretamente em seu processo saúde-doença e também no de seus filhos e filhas, família etc. Medeiros (2010) ressalta que os discursos apresentados dentro da esfera das políticas públicas em saúde para a mulher apresentam-se como produtores de sujeitos, tornando a mulher um objeto de saber-poder, construído não só pela ciência, mas também pela multiplicidade de outros campos (econômico, político etc.) e suas articulações.

Outra importante consideração diz respeito à interseccionalidade entre gênero e outros marcadores sociais. Para Debert e Gregori (2008), as identidades não são fixas e se dão num constante processo de espelhamento e contraste (o que é igual a mim e o que não é). Portanto, é um importante recurso estratégico e político considerar as relações entre gênero e outras categorias como raça, classe, orientação sexual, território, geração, identidade de gênero etc. Observamos que a maioria dos documentos identificados parece não dar conta da complexidade e pluralidade das mulheres. Pensar a mulher como sujeito descontextualizado é desconsiderar uma série de desigualdades entre as maneiras como a violência se apresenta para as mulheres negras, as mulheres lésbicas, as mulheres do campo, as adolescentes, as idosas, as transexuais, as travestis, as mulheres com deficiência, as mulheres em situação carcerária etc. Embora alguns documentos sejam específicos para determinada população (como a *Política Nacional de Atenção Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*), a maioria dos documentos ou continua engessando um modelo único e universal de mulher ou cita essas diferenças de maneira superficial, não propondo nenhuma medida específica que contemple a multiplicidade dessas identidades e que aponte para o fato de que essas diferenças, no marco de uma sociedade patriarcal, racista, classista, heteronormativa e adultocêntrica, tendem a produzir desigualdades que se expressam por meio de violências, como a violência contra as mulheres negras, por exemplo.

Tivemos a impressão, através da leitura desses documentos, que a saúde parece ainda não visualizar a VCM como uma questão que incide no processo saúde-doença, de modo que os serviços de saúde podem deixar de assumir de fato, suas responsabilidades na rede de prevenção, assistência, combate e enfrentamento à VCM. Os documentos, em sua maioria focam na notificação compulsória e no atendimento em casos de estupro (nesse caso levando em conta fundamentalmente a dimensão biológica/organicista), sem dimensionar os aspectos sociais, históricos, simbólicos e morais que estão entrelaçados na construção das violências. Segundo Minayo (2006), o reconhecimento da

violência como uma questão de saúde pública ainda se dá de maneira lenta e fragmentada no Brasil. No que diz respeito à VCM, ela diz que as ações ocorrem mais pela participação do movimento de mulheres e feministas, ao exigirem que a violência contra as mulheres seja pautada no setor de saúde, sendo a construção da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM, 2004), um marco importante no reconhecimento das questões de gênero para além da concepção biológica/organicista/reprodutiva.

Conclusão

Embora existam vários documentos, programas e projetos dentro do campo da saúde das mulheres, as ações voltadas para esse público muitas vezes (re) produzem um modelo de mulher universal, descontextualizado e principalmente biológico/organicista. Os discursos apresentados nesses documentos trazem consequências no cotidiano dos serviços de saúde e na prática das/os profissionais, que não parecem reconhecer a VCM como um problema de saúde que interfere diretamente no processo saúde/doença das mulheres e de seus familiares.

Embora a discussão da VCM esteja presente em alguns documentos, ela ainda parece se dar de maneira secundária e superficial, com poucas ações voltadas para o enfrentamento e prevenção da VCM e para o acolhimento de mulheres que foram vítimas da violência. Consideramos, portanto, relevante que esses e outros documentos construam e entendam a mulher como sujeito biopsicossocial, complexo e contextualizado, a fim de avançarmos na construção e desenvolvimento de políticas públicas que dêem conta da pluralidade das mulheres, com base na perspectiva feminista de gênero.

Referências

BRASIL. *Atenção integral para mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual: matriz pedagógica para formação de redes*. Brasília, 2011.

BRASIL. *Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres*. Brasília, 2011.

BRASIL. *Protocolos da Atenção Básica saúde das mulheres*. Brasília, 2015

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista brasileira de ciências sociais*. São Paulo, v. 23, n. 66, p. 165-211, fev. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_art-text&pid=S0102-69092008000100011> Acesso em 03 abr. 2016.

MEDEIROS, Patrícia Flores de; GUARESCHI, Neuza Maria. Saúde da mulher: efeitos de gênero para as políticas públicas. In: GUARESCHI, Neuza Maria (Org.). *Psicologia, formação, políticas e produção em saúde*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010.

MINAYO, Maria Cecília. *Violência e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos PAGU*, Campinas, v. 16, p. 115-136, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>> Acesso em: 03 abr. 2016.

SCHRAIBER, Lilia. Violência contra as mulheres e políticas de saúde no Brasil: o que podem fazer os serviços de saúde? *Revista USP*. São Paulo, n. 51, p. 104-113, set./nov. 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez, 1995. Disponível em: <<http://moodle.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=39565>> Acesso em 02 abr. 2016.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. Produção de sentido no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary Jane (Org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. Edição virtual. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013, p. 22-41. Disponível em: <http://www.bvce.org/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SPINK_Praticas_discursivas_e_producao_FINAL_CAPA_NOVAc.pdf> Acesso em: 03 abr. 2016.

SPINK, Peter. Análise de documentos de domínio público. In: SPINK, Mary Jane (Org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. Edição virtual. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013, p. 100-126. Disponível em: <http://www.bvce.org/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SPINK_Praticas_discursivas_e_producao_FINAL_CAPA_NOVAc.pdf> Acesso em: 25 abr. 2016.

SPINK, Mary Jane. *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/w9q43/pdf/spink-9788579820465.pdf>> Acesso em 03 abr. 2016.

OLIVEIRA, Pedro Renan; PEQUENO, Mayrá Lobato; RIBEIRO, Flávia. Psicologia e a estratégia saúde da família: o apoio como ferramenta de reformulação das práticas de cuidado em saúde. In: BARBOSA, Rubenilda Maria (Org.) *Pesquisas e intervenções psicossociais*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012, p. 71 – 94.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015. Homicídios de Mulheres no Brasil. Brasília: OPAS/OMS, SPM, FLACSO, 2015.

ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS DO CUIDADO NA SAÚDE MENTAL: O EXEMPLO DE MULHERES CUIDADORAS DE PESSOAS COM TRANSTORNO MENTAL, ATENDIDAS POR UM CAPS DA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE.

Rayanne Monique do Nascimento
rayannemoni@gmail.com

Mirella de Lucena Mota
mirelladelucena@gmail.com

Jorge Lyra
jorglyra@gmail.com

Jorge Luiz da Silva.
jorgew.lds@gmail.com

Resumo

Este artigo tem por objetivo refletir sobre os aspectos epistemológicos que envolvem a questão do cuidado à saúde mental de mulheres que são atendidas na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) da região metropolitana do Recife, a partir de uma experiência de pesquisa com mulheres, mais especificamente mães e/ou responsáveis pelo cuidado de pessoas com transtorno mental usuárias de um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS II. É fruto das discussões realizadas pelo Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades – GEMA e configura-se como um estudo de natureza qualitativa, baseado na perspectiva construcionista, que contou com revisão de literatura e observação participativa realizada no Grupo Família do CAPS em questão, onde as participantes, sendo todas mulheres, tinham algum familiar que é usuário/a do serviço. Como resultado é possível perceber a importância da oferta de cuidado a mulheres/mães cuidadoras de pessoas com transtorno mental pelos serviços de saúde, especialmente na RAPS, assim como a necessidade de que se amplie o debate e se problematize qual a direção que as práticas de

cuidado na saúde mental têm conseguido tomar na busca por relacionar a ação de “cuidar” às questões de gênero, levando também em consideração a perspectiva dos ideais e pressupostos do Movimento de Reforma Psiquiátrica. Palavras-chave: Saúde Mental, Mulheres, cuidado, CAPS, RAPS.

Introdução

A busca pelo conhecimento científico tem propiciado ao longo dos séculos uma gama de teorias e conceitos que legitimam e fundamentam os saberes sobre os fenômenos que vivenciamos. A discussão acerca do que vem a ser epistemologia, conforme Francelin (2005), não é fácil, pois remonta aos gregos e à própria etimologia da palavra. Mas tal dificuldade é positiva, na medida em que possibilita o desenvolvimento de epistemologias diversas e ricas em suas concepções, assim, não se deve procurar eleger um tipo ideal ou a melhor epistemologia, e sim oferecer subsídios para a formulação de novas discussões acerca do caráter complexo, na contemporaneidade, das epistemologias.

Para Silva (2008), o questionamento sobre o querer da ciência ou de sua utilidade é algo que pode servir como uma diretriz epistemológica considerável para os dias atuais e que, em tempos passados, não se questionava, pois o que era posto em dúvida eram os métodos da ciência. E, nesse sentido, quando se tomava a ciência como verdade, a epistemologia seria “encarregada de traçar essa linha divisória entre o dentro (ciência) e o fora (não-ciência)”.

Diante desta discussão, Japiassu (1977) ressalta a importância de se pensar uma epistemologia que possibilite dar respostas e que, mesmo que não as dê, possa ressaltar uma ciência em expansão interdisciplinar e metodológica, uma vez que a própria epistemologia, como disciplina, carrega em si mesma um caráter interdisciplinar que se direciona para a complexidade.

Tendo como definição o campo de estudos da Saúde Mental e compreendendo o objeto de estudo como a relação entre teoria, método e a população de estudo, este artigo tem, assim, por objetivo, refletir sobre os aspectos epistemológicos que envolvem a questão do cuidado à saúde mental de mulheres que são atendidas na Rede de Atenção Psicossocial da região metropolitana do Recife, mais especificamente mães e/ou responsáveis pelo cuidado de pessoas com transtorno mental usuárias de um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS II.

Metodologia

Este artigo é fruto das pesquisas realizadas pelo Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades – GEMA. Iniciou-se a partir da experiência da disciplina de prática de pesquisa na graduação em Psicologia da UFPE, que contou com colaboração e orientação de alunas e professores da Pós-Graduação em Psicologia da UFPE.

É um estudo de natureza qualitativa que contou com revisão de literatura e observação no cotidiano, realizada de forma participativa, no ano de 2015, no grupo família de um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS II, da Região Metropolitana de Recife, todas as participantes foram mulheres que tinham algum familiar que era usuário do serviço.

A técnica de observar envolve ver, ouvir, prestar atenção a algo que estamos querendo entender. Segundo Breakwell et al (p. 136, 2010) a observação pode revelar o que fazem as pessoas, como elas o fazem e como isso é influenciado pelo observador e, por sua vez, tem influência sobre o ambiente social dentro do qual têm lugar suas ações. A observação realizada foi participante, pois, entende-se que quem observa sempre parte de um lócus que direciona essa observação, e esse lugar que ocupamos é de observadores.

Assim, foram realizadas observações participantes durante 5 encontros, sendo semanalmente nas quintas-feiras, onde no primeiro encontro, antes de iniciarem as atividades de pesquisa as participantes receberam e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

As observações apoiaram-se no roteiro previamente elaborado, sendo composto pelos seguintes tópicos: interação familiar com facilitador do grupo; chegada de um novo integrante no grupo família; composição do grupo; demanda de fala e o que a família espera do Grupo Família.

A análise deste conjunto de dados foi dividida por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2007) com o auxílio da abordagem psicossocial, de base construcionista, sendo uma forma de conseguir identificar os sentidos e significados na diversidade de amostragens presentes.

Resultados e Discussão

A Reforma Psiquiátrica e o corte epistemológico

A loucura sempre esteve presente na história da humanidade, o sujeito tido como “louco” foi percebido de diferentes formas em cada época, mesmo antes

de ser diagnosticado e “tratado” pela medicina. Na Antiguidade, existia uma crença de que a loucura era uma manifestação dos deuses; na Idade Média, essa manifestação ganha um peso fortemente moral e a loucura passa a ser entendida como decorrente de uma possessão demoníaca; e na Idade Moderna surgem os hospitais gerais, estes são estabelecidos como espaços de internamento de toda a população marginalizada e excluída socialmente, não apenas dos loucos (CRUZ, 2010).

No século XX, na Itália, iniciou-se um movimento de crítica às instituições psiquiátricas e suas formas de tratamento, até então não se discutia sequer a noção de cuidado. A Reforma Psiquiátrica surge, impulsionada pelas ideias do psiquiatra Franco Basaglia, como um movimento social que mobilizou diferentes setores da sociedade de maneira intersetorial.

Basaglia, criador da Psiquiatria Democrática, tinha formação de base marxista, com referencia principalmente nos estudos de Gramsci, e inovou ao articular fortemente seus estudos com o que se tinha de mais novo em seu tempo, tanto no que se refere às teorias quanto às novas experiências psiquiátricas. Para ele, a doença mental não deveria ser negada, como na antipsiquiatria, mas também não poderia ser o centro da atenção, a doença faz parte do processo, ela não pode se sobrepor às relações sociais de produção e reprodução da cultura e das interconexões constituídas entre os usuários dos serviços e os profissionais que cuidam destes. Negar o transtorno mental ou tomá-lo como único componente a ter intervenções não propõe um cuidado com o sujeito, que acaba por ter sua história de vida ignorada, como se tivesse uma subjetividade e identidade própria e generalizada e não as diversas dimensões do “humano”, que é singular e particular.

Diante de tal movimento social, na medida em que se questiona a doença, também se passa a questionar a clínica, a qual “deve ser desconstruída, transformada em sua estrutura, pois a relação a ser estabelecida não é com a doença, mas com o sujeito da experiência” (AMARANTE, 2009, p. 6). E, nesse sentido, aproximar-se do sujeito requiritava uma diferenciação no modelo de assistência, para considerar as dimensões do sujeito era necessária uma intervenção direta com o usuário no sentido de estabelecer relações de cuidado, anteriormente impensáveis. O vínculo profissional-paciente passa a ser priorizado e para tal era preciso que houvesse uma reestruturação profunda do ponto de vista da clínica e o desprendimento das instituições.

O processo de desinstitucionalização influenciou vários países pelo mundo, inclusive o Brasil, que foi palco de inúmeras discussões, encontros de

trabalhadores em saúde mental e conferências de saúde, as quais deram início ao movimento de Reforma Psiquiátrica no país, gerando lutas e abrindo possibilidades de se pensar na “desconstrução” do “modelo psiquiátrico asilar”, e na implantação de novos serviços substitutivos em saúde mental. Assim, começou-se a se pensar na criação e implementação de novos dispositivos, leis e mecanismos na tentativa de humanizar o tratamento e nessa medida, começa a se pensar em cuidado.

Cuidado: etimologia e aspectos filosóficos

O termo cuidado tem um caráter polissêmico, é comumente usado como substantivo, adjetivo e interjeição, e tem sido um conceito trabalhado por diversas disciplinas, tendo se dispersado em vários campos do saber. (MONTENEGRO, 2001).

Figueiredo (2008) ressalta que atividades de cuidar são partes obrigatórias das práticas de profissionais de saúde e educação, como também de todos os seres humanos que se relacionam em sociedade. O autor faz uma relação do cuidado com os procedimentos de salvação ou “rituais de passagem”, como batizados, casamentos, festas de aniversário e cita também os procedimentos denominados como tratamento, diante dos quais a ciência e as técnicas conduzem os dispositivos de “cura” e do estabelecimento/restabelecimento da saúde.

Para além dos rituais e das prescrições de tratamento, Figueiredo (2008, p. 133) fala que existe um “conjunto de procedimentos de puro cuidado”. E esta dimensão, chamada pelo autor de *ética*, refere-se às várias outras práticas de cuidado que não objetivam a salvação da alma, nem tampouco o bem-estar do indivíduo, mas sim em proporcionar para este mesmo indivíduo a possibilidade de “fazer sentido” de sua vida e existência, desde o nascimento até a sua morte.

Partindo de Foucault, Pedrosa (2006), entende o cuidado como elemento constitutivo do sujeito. Para Foucault o cuidado em si traria a ideia de um exercício filosófico do cuidado da pessoa que se volta para si mesma, que gerencia seu próprio cuidado, enquanto também uma dimensão emocional e intelectual. Tal conhecimento surge na Antiguidade sendo praticado pelos filósofos gregos, como também pelos ascetas e espartanos. Seria o cuidado enquanto algo bom para a alma e para o povo. E, assim, o cuidado também seria instrumento de poder, no sentido de governamentalidade.

Neste sentido mais amplo da ação de cuidar, na qual o poder aparece como potencia do cuidado, aparece também como abordagem filosófica o

cuidado com o mundo, explorado por Hanna Arendt. O cuidado é problematizado como instrumento de responsabilidade pelo mundo e como resposta política, sendo preciso então uma política que fosse capaz de cuidar do mundo. Arendt entende que a existência humana tem significado pela vida pública e a ação humana torna-se realizada através da ação política. (PEDROSA, 2006).

O cuidado na saúde mental e as relações de gênero

Na saúde mental, com a mudança epistemológica oriunda do processo de desinstitucionalização no movimento de Reforma Psiquiátrica passa-se a se pensar no cuidado como forma de levar às pessoas com transtornos mentais um tratamento humanizado que tenha por central a dimensão ética com o humano. Tal como ressalta Silva (2008), compreendendo o sujeito como potência de criação, que tem, por excelência, a capacidade de movimento e devir, a ética deve prevalecer como possibilidade de conhecimento e ao invés da busca por verdades é necessário objetivar a utilidade da ciência.

Para Castañon (2009, p.27), com base nos estudos de Amatuzzi (1989), o ser humano não seria o resultante, mas sim o “iniciante de uma série de coisas”, sendo essencial se compreender o sentido da existência. Dessa forma, as dualidades presentes na leitura do ser humano, oriundas do método experimental, tais como: causa-efeito, antecedente-consequente, parte-todo; não são satisfatórias, pois não consideram a questão do sentido, que exige o conhecimento da realidade do ser humano em seu presente.

Ao sujeito louco não era permitido questionar ou buscar este sentido, uma vez que o mesmo, preso em instituições, ficava limitado em sua própria existência, à condição de doente mental. Ainda hoje, com a progressiva implementação do processo de desinstitucionalização e o deslocamento do cuidado em saúde mental no âmbito do território, a pessoa com transtorno mental sofre com os resquícios do paradigma biomédico. Pois, muito embora os ideais da Reforma Psiquiátrica tenham avançado e criado um modelo de atenção psicossocial, com ideias como: a clínica ampliada, o projeto terapêutico singular e a reabilitação psicossocial; a reforma, originária na luta dos trabalhadores de saúde, não recebeu legitimidade ampla da sociedade, para a qual o sujeito com transtorno, o louco, ainda é refém de sua própria condição, sendo reduzido a uma concepção de um sujeito genérico, sem ser afetado pelos marcadores sociais que o atravessam, por exemplo: relações de gênero, idade/ geração, sexualidade, raça/etnia entre outros, o qual deve ser tutelado, não sendo capaz de exercer o cuidado de si e nem com o mundo.

Neste sentido, além da limitação pela existência do transtorno, existem outros aspectos que surgem como limitadores da ação de cuidado. Dentre estes, tem-se as questões referentes às relações de gênero, que se articulam à ação de cuidado diferentemente, e na saúde mental tais questões persistem repercutindo e produzindo desigualdades. É necessário problematizar e pensar como as relações de gênero articulam-se no campo da saúde mental e como o cuidado em saúde é ofertado às mulheres e aos homens cotidianamente nos serviços da RAPS.

A noção de cuidado associa-se às mulheres de forma silenciosa e até mesmo natural, devido aos inúmeros lugares que as mulheres ocupam e às atividades que desempenham na sociedade como mães, trabalhadoras, educadoras e cuidadoras. O Relatório Sobre a Saúde Mental no Mundo produzido em 2001 pela Organização Pan-Americana da Saúde em parceria com Organização Mundial de Saúde/ONU aponta que as mulheres correm maior risco de acometimento de transtornos mentais do que os homens, fato este que pode ser pensado a partir da compreensão de que as mulheres vivenciam, no cotidiano, situações correntes de violação de direitos, violência doméstica e sexual, não igualdade de salários etc. Mas o lugar de “cuidadora familiar” predomina num contexto de dupla jornada de trabalho, no qual a organização da casa e a educação dos filhos são atribuídas às mulheres (SANTOS, 2009).

Na Atenção Primária em Saúde, componente essencial da Rede de Atenção Psicossocial, a saúde materno-infantil tem prioridade de atendimento e também de ações e intervenções de Programas, o que, para Franchi e Longhi (2005), torna as Unidades de Saúde da Família em “lugares de mulheres” e, assim, o cuidado em saúde transforma-se em “assunto de mulheres”. A figura da mulher-mãe se constituiu como ação disciplinadora da lógica médica, sendo a mulher a responsável pela ação cuidadora.

Desta forma, é importante indagar como vem sendo ofertado o cuidado às mulheres na saúde, considerando-se as demandas de saúde mental no contexto das relações de gênero. É mais do que necessário refletir sobre as práticas desenvolvidas no âmbito do que se preconiza o Movimento de Reforma Psiquiátrica de questionamento da clínica tradicional e ampliação do olhar dos sujeitos na perspectiva da clínica ampliada. A qual, para Política Nacional de Humanização se estabelece como “uma ferramenta teórica e prática cuja finalidade é contribuir para uma abordagem clínica do adoecimento e do sofrimento, que considere a singularidade do sujeito e a complexidade do processo saúde/doença” (BRASIL, 2013, p. 10).

Contextualização da pesquisa de campo

Antes de expor a análise é importante considerar o contexto no qual o material discursivo foi produzido e suas peculiaridades. O grupo de familiares do CAPS é composto por mães e filhas de usuários do serviço. Esse grupo tem por objetivo fazer com que o familiar cuidador possa desabafar, falar de suas angústias, mas principalmente falar de si mesmo e do seu cuidado.

Esse é um grupo aberto, não existe número definido de participantes, porém existe um controle de frequência. Embora varie a cada encontro, pode-se dizer que participam, com certa frequência, familiares de 10 usuários. Os encontros aconteciam semanalmente, nas quintas-feiras à tarde, sendo coordenados por uma psicopedagoga, funcionária do CAPS, e por uma das autoras desse trabalho, estagiária de Psicologia.

O procedimento de análise das práticas discursivas foi realizado a partir dos repertórios linguísticos das participantes, considerando o contexto de observação participante e assim, de interação face a face (SPINK, 2013).

Neste sentido apontaremos no tópico a seguir as realidades vividas por mulheres que são atendidas no Grupo Família em um CAPS II da região metropolitana do Recife.

Focalizando o lugar da mulher no cuidado do filho: entre a culpabilização e a obrigação.

Percebemos que a característica marcante no grupo é o fato de que todas as cuidadoras são mulheres, sendo um grupo exclusivamente feminino, porém não fechado para os cuidadores homens que queiram participar. Sendo assim, qualquer familiar, que exerça o papel de cuidador da pessoa com algum transtorno mental, que frequente o CAPS, pode fazer parte do grupo. Mas, ainda na sociedade em que vivemos, machista e patriarcal, a mulher que participa do Grupo Família no CAPS é a provedora principal do cuidado. Segundo Rosa (2003), há uma feminização do encargo de assistir à pessoa com transtorno mental, ficando claro que o provimento do cuidado é uma questão de gênero.

Essas mulheres apresentam uma tendência à culpabilização e responsabilização pelo adoecimento do filho, algumas mães acreditam que é culpa delas o filho estar adoecido. Assim, no grupo, comumente era relatado uma culpa e, devido a esta, as mães sentem que é sua obrigação o papel de cuidadora.

Nesse contexto, a facilitadora do grupo família reflete junto às mães, desperta e discute com elas, para que percebam que não existe culpa por parte dessas mulheres e que elas não devem ficar atribuindo essa responsabilidade para si. Juntas, mulheres e facilitadoras pensam outros caminhos não só para contribuir com as experiências dos filhos, mas também e principalmente para alcançar apoio mútuo entre o grupo. Assim, a realização de dinâmicas era um recurso utilizado para contribuir com a valorização dessas mulheres, tanto na valorização do corpo, como no crescimento financeiro, através do artesanato, assim como preconiza a Política de Saúde Mental de incentivo a práticas de economia solidária.

As participantes mostram bastante aproximação com a facilitadora do grupo, elas a consideram como sendo: *“uma pessoa maravilhosa, se não fosse ela eu não sei o que faria.”* *“eu só fazia chorar, antes de entrar no grupo.”* *“depois que conheci a doutora, aprendi a me amar...”* *“depois que a doutora me ensinou as técnicas de relaxamento, quando eu sinto dor, faço os exercícios que ela ensinou e a dor passa rápido...”*.

Elas confiam muito na facilitadora, afirmam que não querem perdê-la, mas ao mesmo tempo, por ser um grupo com mulheres mais idosas, possuem uma maior experiência no cuidado do filho com transtorno mental e estão abertas a compartilhar vivências e dividir o que é bom e necessário não só para elas singularmente, mas para todas, num senso coletivo de solidariedade mútua.

Elas não pensam em prender a profissional para elas. Muitas afirmam *“... a doutora não pode sair do CAPS, mas se for pro bem dela, vai vim outra doutora boa também, acho que a próxima doutora vai ser você...”* Elas prezam pelo sucesso da facilitadora, mesmo que seja fora do CAPS. Diferentemente das mães mais novas que estão iniciando no processo do cuidado de uma pessoa que está com um transtorno que possui sintomas agressivos, que agridem essa cuidadora e ainda não tem experiência em saber lidar com isso, assim como em situações que repercutem na vida social e financeira.

Dentro do grupo, as mães se reconhecem como participantes do processo, elas não centram o saber na figura da facilitadora, não ficam esperando que ela intervenha em alguma coisa, mas elas mesmas fazem intervenções quando sentem necessidade, ficando claro que todas se ajudam e a profissional que acolhe está ali para refletir junto com elas e não para elas.

Dentro e fora do grupo ocorreram várias intervenções entre as mulheres/mães, e geralmente as que estão há mais tempo, fazem esse trabalho. Fora do grupo, elas convidam as mães “novatas” para fazerem parte do grupo e

discutem sobre o sofrimento que estão passando, sempre com palavras positivas e de conforto, do tipo: *“não se preocupe, vai ficar tudo bem...”*, *“agora você vai vê que as coisas vão mudar”*, *“vamos ser feliz!”*.

Identificamos também que a família aparece necessitando de cuidados como orientação quanto ao diagnóstico, de ajuda financeira, entre outras necessidades para que sua saúde mental não seja afetada.

Muitas mães relatam que sofreram ou sofrem sobrecargas por terem que deixar de trabalhar para cuidar da pessoa doente e acabam sofrendo em forma de doença física ou emocional, em razão dos sintomas da doença do familiar, tendo sua vida social posta em segundo plano. Relatam que as pessoas que as cercam não compreendem os sintomas e tendem a se afastar como forma de se proteger de algo que até então é desconhecido e embebido de senso comum, acreditam que de alguma forma as pessoas “loucas” farão algum mal. Isso fica claro na fala de uma mãe quando diz *“... não somos mais convidados para as reuniões familiares.”*, *“... as pessoas se escondem de mim quando vou no mercadinho...”* *“queria poder ouvir o que as pessoas comentam sobre mim e minha filha, elas têm medo que a gente faça uma visita...”*.

Com o acompanhamento e o cuidado no Grupo de Família é percebido que as internações psiquiátricas se tornam menos frequentes, posto que as situações de crise são comunicadas e discutidas entre a equipe técnica e os familiares, fortalecendo o compromisso da família com o projeto terapêutico do usuário, que preconiza as decisões, como a internação do usuário, sejam antes discutidas e avaliadas com a equipe do CAPS.

Vale ressaltar que a família participando do cuidado em saúde mental, tanto dentro do CAPS, quanto fora dele, influencia em novas possibilidades de atendimento e numa maior autonomia do sujeito. Cuidar de quem cuida é indispensável! A participação dessa família que cuida é muito importante para o tratamento, sem a mesma, esse acompanhamento não funciona corretamente e o/a usuário/a fica mais propício/a ao adoecimento, assim, é muito importante que os serviços de saúde ofereçam práticas de cuidado para essas mulheres cuidadoras. Como aponta Mielke (2010), é de total importância promover espaços de atenção e cuidado à família nos serviços substitutivos de saúde mental, inserindo-a no processo de reabilitação, corresponsabilizando-a pelo cuidado de seu familiar e dando visibilidade à sua ação cuidadora.

As famílias reconhecem a importância do CAPS na Reforma Psiquiátrica, fica claro quando elas falam: *“o que seria de nós sem o CAPS?”*, *“se não fosse o CAPS, eu não sei o que seria de mim”*, *“meu filho melhorou muito depois que*

entrou aqui...”, “meu filho já ficou internado milhões de vezes, eu sofria muito, agora posso respirar sossegada, porque ele vem pra cá”. Nessas falas, percebe-se o quanto é importante para essas mães a existência do CAPS como um dispositivo de cuidado e suporte ao sofrimento vivido por essas mulheres, tanto pela inserção dos/as filhos/as como também das mesmas terem um espaço de fala e de cuidado.

Conclusões

Refletir sobre o cuidado a saúde mental ofertado na RAPS as mulheres requer uma compreensão dos aspectos epistemológicos que orientam a concepção de cuidado em saúde mental que se tem hoje no Brasil. O estabelecimento da Reforma Psiquiátrica e o progressivo deslocamento do cuidado no âmbito do território com o processo de desinstitucionalização das pessoas com transtorno mental, que durante anos foram hospitalizadas no modelo biomédico, centrado nas intervenções medicamentosas e nas técnicas de contenção dos aspectos biológicos da condição da loucura, representou uma mudança de paradigmas a respeito da atenção que se dava a saúde mental dos sujeitos.

A lógica do cuidado perpassa questões individuais e coletivas, tanto em relação do sujeito para consigo mesmo como para com o mundo e se estabelece na área de saúde como mecanismo de tratamento. Mas tal cuidado, na atenção primária em saúde, ganha características próprias, inseridas no âmbito da cultura e do social de forma também a diferenciar relações de gênero.

Pensar e problematizar tais questões remete a uma concepção epistemológica que dialoga com a complexidade das trocas e relações que os sujeitos criam ao passo que constroem suas próprias subjetividades, e, diante disso, para a Psicologia é difícil mensurar processos psicológicos. A história da própria Psicologia e a indagação de sua cientificidade surge como dúvida diante dos paradigmas que constituem a ciência moderna que se baseia na lógica matemática de experimentação e de métodos quantificáveis.

Assim também a compreensão epistemológica desperta a necessidade de aprofundar e questionar as compreensões e métodos que definem o saber da ciência no campo da saúde mental, no sentido de direcionamento a partir do momento de corte epistemológico com o processo de desinstitucionalização no âmbito da Reforma Psiquiátrica, que vai contra o modelo hospitalocêntrico e preconiza um novo modelo de atenção com a construção de novas sociabilidades que dialoguem com as singularidades dos sujeitos com transtornos mentais.

A ética se faz presente como aspecto direcionador da lógica do cuidado e deve ser priorizada em todas suas dimensões, o cuidado como essência do humano também deve ser questionado, principalmente quando se lida com sujeitos que, no âmbito das políticas públicas, embora sejam delimitados como sujeitos de direitos, como é o caso das pessoas com transtorno mental, são limitados diante da noção de tutela e da concepção que teriam de sujeitos genérico e universal, quando na verdade se diferenciam no âmbito da classe, do gênero, da cultura e de tantas outras formas de existência.

Referências Bibliográficas

AMARANTE, P. D. C. A. Reforma psiquiátrica e epistemologia. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, v. 1, n. 1, p. 34-41, 2011.

BALLARIN, M. L. G. S.; FERIGATO, S. H.; CARVALHO, F. Os diferentes sentidos do cuidado: considerações sobre a atenção em saúde mental. **O Mundo da Saúde**, v.34, n.4, p.444-50, 2010.

BARDIN, Lawrence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70; 1997. 176 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Saúde Mental em Dados – 10**, ano VII, nº 10. Informativo eletrônico. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: < <https://saudeecosol.files.wordpress.com/2012/03/saude-mental-em-dados-10-ms.pdf>>. Acesso em: 13 de maio de 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **HumaizaSUS: Política Nacional de Humanização – PNH**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013, 11 p. Folheto. Disponível em: < http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2015.

BREAKWELL, G. et al. **Métodos de pesquisa em psicologia**. Tradução Felipe Rangel Elizalde. 3 ed, Porto Alegre, Artmed, 2010.

CASTAÑON, G. Psicologia como Ciência Moderna: vetos históricos e status atual. **Temas em Psicologia**. v. 17, nº 1, pp. 17-36. 2009.

CRUZ, M.K.S. **A Reforma Psiquiátrica e o Paradoxal Manicômio Judiciário**. 2010.

FIGUEIREDO, L. C. M. **As Diversas Fases do Cuidar**: novos ensaios de psicanálise contemporânea. São Paulo: Escuta, 2009.

FRANCELIN, M. M. Abordagens em epistemologia: Bachelard, Morin e a epistemologia da complexidade. **Transinformação**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 71-74, 2005.

FRANCH, M; LONGHI, M. Gênero e Geração na Sala de Espera: um estudo sobre jovens no programa de Saúde da Família em Recife. In: ALVIM, R; QUEIROZ, T; FERREIRA JÚNIOR, E. (orgs). **Jovens & Juventudes**. João Pessoa: Editora Universitária – PPGC /UFPB, 2005.

JAPIASSU, H. P. **Introdução à epistemologia da psicologia**. Rio de Janeiro: Imago, 1934, F. Alves, 202 p.

MIELKE FB, KOHLRAUSCH E, OLSCHOWSKY A, SCHNEIDER JF. **A inclusão da família na atenção psicossocial: uma reflexão**. Rev. Eletr. Enf. 2010 out/dez;12(4):761-5. Disponível em: < https://www.fen.ufg.br/fen_revista/v12/n4/v12n4a23.htm>. Acesso em: 20 jan 2015.

MONTENEGRO, T. **O cuidado e a formação moral na educação infantil**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

PEDROSA, C. H. **Cuidar? Sim; olhar de gênero? Não**: os sentidos do cuidado no CAPS em documentos técnicos do Ministério da Saúde. 2006. 200 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

QUEIROZ, Danielle Teixeira et al. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. *Rev. Enferm. UERJ*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 276-283, 2007.

ROSA, L. **Transtorno Mental e o cuidado na família**. São Paulo: Cortez, 2003.

ROTELLI, F.; AMARANTE, P. Reformas psiquiátricas na Itália e no Brasil: aspectos históricos e metodológicos. In: BEZERRA JÚNIOR, B.; Amarante, P. (Orgs.). **Psiquiatria sem hospício**: contribuições ao estudo da reforma psiquiátrica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

SANTOS, A. M. C. C. Articular saúde mental e relações de gênero: dar voz aos sujeitos silenciados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 4, p. 1177-1182, 2009.

SILVA, J. S. Psicologia e epistemologia: por uma perspectiva ética de potencialização da vida. **Alethéia** 27 (1), p. 222-232, jan /jun 2008.

SPINK, M. J. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. (online). Edição virtual, 2013.

GÊNERO E VIOLÊNCIA



GT 04

PORNOGRAFIA DE VINGANÇA: UMA ANÁLISE SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO, ATRAVÉS DAS MÍDIAS SOCIAIS

Acácia Gardênia Santos Lelis
Universidade Tiradentes
aglelis@infonet.com.br

Vivianne Albuquerque Pereira Cavalcante
Faculdade Pio Décimo
Aracaju. vialquerque@hotmail.com

Resumo: O presente artigo visa a abordar legalmente a vulnerabilidade das pessoas nas relações interpessoais, sobretudo as do gênero feminino, no que diz respeito à “pornografia da vingança”, expressão mundialmente conhecida como *Revenge Porn*. Inicialmente, faz-se necessário uma breve explicação quanto à origem da expressão *revenge porn* e as questões a ele atinentes, aprofundando o conhecimento no que tange à violência contra a mulher. Destaca-se que esta perpassa por várias das transformações sociais que envolvem a questão de gênero, até se chegar à marginalização da sexualidade feminina. Pretende-se, assim, contribuir para a compreensão do fenômeno possibilitando dirimir as dúvidas sobre o tema. Para a realização do presente estudo foi utilizado o método dialético, com uma abordagem qualitativa, através de pesquisa exploratória, que proporcionou aprofundamento do tema.

Palavras-Chave: Pornografia da Vingança. Sexo Feminino. Sexualidade. Violência.

1 Gênero, dominação e poder

Produto de uma construção histórica, a violência contra a mulher relaciona-se estritamente às discussões sobre gênero, relações de poder, classes, etnias, e vem, ao longo dos anos, diante das transformações sociais, moldando-se às experiências vividas por cada geração. Para Nascimento¹, as relações pautadas na subordinação, exploração e dominação têm base manifestamente cultural e ocorrem nas mais variadas esferas de relacionamento, é possível percebê-las através das nuances históricas pela exploração dos negros e índios pelos brancos, subordinação da classe operária em face da classe dominante, bem como da dominação dos homens sobre as mulheres. Ante essas relações de poder que punham a figura feminina em uma situação de vulnerabilidade e inferioridade, é que eclodiram os primeiros movimentos em defesa da mulher, mais precisamente nos anos 80, do século XX, quando surgiram as noções teóricas iniciais sobre desigualdade de gênero. Os constantes estudos desenvolvidos nas academias e pela Militância Feminista da época enfatizavam que não eram as diferenças biológicas entre mulheres e homens que fomentavam a violência de gênero contra a mulher, mas os papéis que cada um deles ocupava em uma sociedade de cultura essencialmente patriarcal.²

As diferenças que acarretam a violência de gênero têm sua concepção no arcabouço da história da humanidade, em que os homens detinham o poder sobre vida e morte dos membros de sua família, e a autoridade das mulheres era comparada à das crianças.³ Perpassando pela Idade Média, Moderna e Contemporânea não se concretizou qualquer deslinde para o fim do monopólio masculino sobre a mulher, a qual continuava a ser responsabilizada pelas grandes tragédias da história e, por esse motivo, tinha a obrigação moral de permanecer obediente e submissa aos desejos daqueles que detinham, inclusive, a sua posse. A mulher não passava de uma propriedade, e, nem mesmo

1 NASCIMENTO, Maria Lucidalva. Violência doméstica e sexual contra as mulheres. **Psiquweb**. Revisto em 2000. Disponível em: <<http://www.elacso.org>>. Acesso em 20 nov. 2015.

2 GROSSI, Miriam Pillar et al. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. Especial, n. 2, p. 473-474. Julho/1994. Semestral. Disponível em: <<http://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/16179-49803-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

3 BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 160 p.

os efervescentes ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade da Revolução Francesa foram capazes de desmistificar esse estigma.⁴

Desde a infância, enquanto os meninos são educados para o uso da força física, valorização da agressividade, ações de dominação e realização, ainda precoce, de sua vida sexual, as meninas são conduzidas pelo caminho da submissão, passividade e sentimentalismo, a sua valorização está diretamente ligada à feminilidade, dependência e capacidade de sedução. Por ser acontecimento corriqueiro e já banalizado por grande parte da sociedade, a frequência das práticas de violência de gênero ganhou significativa proporção, isto porque aqueles que não a praticam entendem-na como acontecimento trivial e admissível.

2 Cultura de violência contra a mulher

Para Lima e Santos⁵, a violência contra a mulher é uma das mais brutais formas de transgressão aos Direitos Humanos, pois não se trata apenas de maus-tratos físicos, mas sexual, psicológico, moral e também econômico. É a legitimação de frontal desrespeito às garantias constitucionais à saúde, à liberdade e à dignidade.

Impende destacar, contudo, a dificuldade de ajustar uma conduta específica como ato de violência de gênero, isto porque, na grande maioria das vezes, o fato de estar habituada com um ambiente de limitações comportamentais, envolvida pelo complexo histórico de inferioridade e subjugação, a vítima não reconhece tais atos como violência.

Por isso, em tempos de ampla popularização da tecnologia, abre-se caminho para mais um ambiente de hostilidades contra a mulher. Em decorrência da velocidade com que as mensagens de texto e audiovisuais chegam a um indeterminado número de pessoas, disse Louis Rossetto⁶ fundador da revista Wired, em 1997:

O planeta estará todo interligado em rede, haverá um bilhão de cérebros conectados e teremos um impacto profundo nos seres

4 BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins; ANDREUCCI, Ana Claudia Pompeu Torezan. **Mulher, sociedade e direitos humanos**. São Paulo: Rideel, 2010.

5 LIMA, José Afonso de; SANTOS, Claudiene. **Violência doméstica: vulnerabilidade e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

6 Cf. PEREIRA, Ricardo Alcântara. Breve Introdução ao mundo digital. In: BLUM, Renato Opice [coord.] **Direito eletrônico**. São Paulo: EDIPRO, 2001, p.34.

humanos e no planeta – um impacto como nunca visto antes. Os computadores são dispositivos cerebrais e as redes são sistemas exo-nervosos que conectam a raça humana como um todo em tempo real e que geram consciência humana em escala planetária. Tudo que estou dizendo é: observem bem isso, prestem atenção aos sinais do futuro. Pensem em como isso vai afetá-los em sua vida.

Ocorre, contudo, que as pessoas não são educadas para lidar com esse mecanismo de comunicação mundial. O fácil acesso, a possibilidade do anonimato, a velocidade da divulgação de informações, entre outras situações, fazem com que a internet e as mídias sociais sejam campos férteis a uma nova modalidade de violência contra a mulher: a chamada “Pornografia de Vingança”, também conhecida por *Revenge Porn* ou “Pornografia de Revanche”.

O surgimento dessa nova forma de cometer atos que caracterizam a Violência de Gênero causam, principalmente, danos psicológicos às vítimas. Isto porque, décadas atrás, o “macho” quando desafiado, rejeitado ou inconformado fazia uso da violência física para se autoafirmar, hoje, reage com a violência simbólica ao expor cenas da mulher em público.⁷

3 Pornografia de vingança: consequência da confiança nas relações de intimidade

A expressão “Pornografia de Vingança” equivale à *Revenge Porn* em inglês, também conhecida por “Pornografia de Revanche”, “Vingança Pornô” ou “Pornografia Não Consensual”,⁸ é empregada, atualmente, para reportar às práticas de propalação de conteúdos audiovisuais (fotografias e vídeos) de pessoas em situações de sexo ou nudez, sem o consentimento destas. Estes conteúdos podem ser obtidos sem o conhecimento da vítima, mas também com o conhecimento dela. Na grande maioria das vezes, a produção do material é feita em conjunto e consensualmente com a própria vítima quando das suas relações de intimidade com o agressor.

7 SERRANO, Pedro Estevam. Intimidade na internet e a violência contra a mulher. **Carta Capital**, 02/12/2013. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/intimidade-na-internet-e-a-violencia-contra-a-mulher-5565.html>. Acesso em: 04. nov. 2015.

8 Existem outras denominações utilizadas, com menor frequência, para caracterizarem situações semelhantes: *sexting*, “vingança pornográfica”, *nudeselfies*, entre outras.

O primeiro caso de “Pornografia de Vingança” que repercutiu na mídia mundial ocorreu em 1980.⁹ Aconteceu durante um acampamento, quando o casal americano Lajuan e Billy Wood fotografaram-se nus. Ao voltarem para casa, trataram de revelar o material e guardá-lo em seu quarto, num local que julgavam seguro. Algum tempo depois, um vizinho e amigo do casal, Steve Simpson, invadiu seu apartamento e encontrou as imagens de Lajuan nua, e resolveu enviá-las para uma revista especializada em publicação pornográfica para homens, a qual era composta por imagens de modelos não profissionais fornecidas pelos próprios leitores.

Para que as imagens fossem publicadas era necessário o preenchimento de um formulário, Simpson o fez com dados falsos, inclusive no que dizia respeito à sexualidade de Lajuan. Contudo, ao informar o número de telefone da vítima, divulgou seu contato verdadeiro, fato este que lhe gerou grande exposição após a publicação da revista, pois por diversas vezes recebeu ligações sendo assediada.¹⁰

No caso descrito, é preciso atentar que o responsável para o cometimento da “Pornografia de Vingança”, não foi o parceiro da vítima, mas outra pessoa com quem tinham vínculo de amizade.

Em meados dos anos 2000, o teórico Sergio Messina, através de pesquisa em grupos de fóruns da *UseNet*,¹¹ constatou uma modalidade de divulgação pornográfica que denominou de *realcore*, que consistia de compartilhamento, entre usuários das redes, de material audiovisual cujo conteúdo era a exposição de ex-namorados. Já no ano de 2007, o termo *Revenge Porn* foi incluso em um popular dicionário dos Estados Unidos, o *Urban Dictionary*.^{12,13}

9 TSOULIS-REAY, Alexa. **A brief history of revenge porn:** A few years ago, having your compromising photos fall into the wrong hands was a nightmare scenario. Now it’s a genre.. 2013. Disponível em: <http://nymag.com/news/features/sex/revenge-porn-2013-7/>. Acesso em: 10 nov. 2015.

10 GOMES, Marilise Mortágua. **“As Genis do século XXI”:** Análise de casos de pornografia de vingança através das redes sociais. Orientadora: Cristiane Henriques Costa. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

11 Grupo pioneiro em Comunicação através da Rede de Computadores

12 GOMES, Marilise Mortágua. **“As Genis do século XXI”:** Análise de casos de pornografia de vingança através das redes sociais. 2014. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://zonadigital.pacc.ufrj.br/wp-content/uploads/2014/02/Monografia-Marilise-Gomes-vers%C3%A3o-final.pdf>> Acesso em: 13 fev. 2016.

13 REVENGE PORN. In: **Urban Dictionary**.2011. Disponível em: <<http://pt.urbandictionary.com/define.php?term=revenge%20porn>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

Em 2008, o portal de vídeo *XTube*, conhecido por agregar gravações pornográficas de todo o mundo, anunciou em seu perfil na internet que recebia, semanalmente, entre duas e três queixas de mulheres que tinham suas intimidades expostas naquele canal.¹⁴

No ano de 2010, ocorreu a primeira prisão pelo cometimento de “Pornografia de Vingança”. O caso aconteceu na Nova Zelândia. O jovem Joshua Ashby, à época com 20 anos, usou o perfil de uma rede social de sua namorada e publicou fotos em que a mesma aparecia desnuda, em seguida alterou a senha do perfil para que a vítima não pudesse excluir a imagem. Condenado à prisão, a pena foi estabelecida da seguinte forma: quatro meses pela divulgação da fotografia em espaço público, ao qual cerca de 500 milhões de usuários cadastrados à época poderiam ter acesso e seis meses por ameaçar e coagir a vítima através de mensagens de texto com conteúdo insultuoso.¹⁵

No mesmo ano, Hunter Moore, morador da Califórnia, colocou no ar um site que autorizava seus usuários a publicarem fotos de outras pessoas nuas, mais precisamente, os parceiros que desejassem vingar-se de seus ex parceiros. A grande maioria das vítimas eram mulheres. Além disso, divulgavam o perfil do Facebook da vítima junto à imagem. Com cerca de 30 mil visualizações mensais e arrecadação do montante de 10 mil dólares mensais, em 2012 o site foi retirado do ar e o seu criador foi preso¹⁶.

Na Flórida, em meados de 2013, foi elaborada a primeira proposta de criminalização da Pornografia de Vingança, seria este considerado um crime grave e seria punido com cinco anos de detenção em regime fechado. Apesar da grande repercussão que o Projeto de Lei gerou, seus debates tiveram de ser suspensos, sem nenhum motivo aparente¹⁷.

Dos breves acontecimentos históricos suscitados, depreende-se que a prática da *Revenge Porn* é fato precedente ao surgimento da Internet, embora tenha sido assustadoramente difundido por ela.

No modelo de “Violência Pornográfica”, todos os gêneros são passíveis de vitimação. Não obstante, têm-se constatado que a volumosa maioria das

14 GOMES, op. cit.

15 GOMES, op. cit.

16 CANO, Rosa Jiménez (Brasil). EL PAÍS. **Rei do pornô vingativo é condenado a dois anos de prisão nos EUA**. 2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/05/internacional/1449298747_554805.html. Acesso em: 10 nov. 2015.

17 GOMES, op. cit.

vítimas são mulheres. No avanço de suas pesquisas, Franks¹⁸ atesta que em cerca de 90% dos casos, são vítimas pessoas do gênero feminino.

Há um imperativo social que compele as mulheres ao retardamento sexual, obrigando-as ao estigma de recatadas e castas, enquanto ao sexo masculino é permitida a sexualidade plena, sendo, inclusive, causa de vanglória entre seus pares.

Consoante esta situação, Franks¹⁹ afirma ser a mulher a principal vítima dessa nova modalidade de violência, a qual, além da exposição e constrangimento sofridos quando da divulgação de sua imagem, os danos à honra sofridos são imperiosamente maiores que aqueles sofridos pelos homens, pois o olhar cultural da sociedade tende a culpar a vítima que compartilha suas imagens, protegendo o agressor e impedindo a sua punição.

Os danos causados às vítimas da “Pornografia de Revanche” são imensuráveis e decorrem das extremas relações de confiança interrompidas pela conduta do agressor. Por essa acepção, diz Frank²⁰, entre outras coisas, ser a “Pornografia de Vingança” mais uma modalidade substancial da violência doméstica, visto que o grande número de casos ocorre por ser o agressor o companheiro da vítima. São eles parceiros íntimos e afetivos, com os quais a vítima estabelece vínculos de confiança, divide suas experiências sexuais e mantém relacionamento estável. Permitir-se fotografar, neste sentido, seria uma liberalidade do casal, o consenso na captação da imagem não seria permissivo à sua divulgação.

Para Franks²¹, o parceiro que utiliza o artifício da “Pornografia de Revanche”, busca muito mais que a simples exposição da vítima. Pretende promover humilhações, obrigá-la ao relacionamento, já que o material é usado, sobretudo, para favorecer chantagens e ameaças.

No Brasil, essa conduta ganhou significativa notoriedade quando expôs a atriz Carolina Dieckmann²². A repercussão do caso fez surgir a Lei nº 12.737 de 2012, que leva seu nome, por apelido. É preciso destacar, contudo, que o fato

18 FRANKS, op. cit., p. 9

19 FRANKS, op. cit., p. 13

20 FRANKS, op. cit., p. 16

21 FRANKS, op. cit.

22 No ano de 2011, a atriz brasileira Carolina Dieckmann teve fotos pessoais divulgadas por anônimos que acessaram seu computador. O caso originou a lei 12.737/2012 (Lei Carolina Dieckmann), responsável por tipificar os chamados crimes informáticos.

de existir a mencionada lei, não é suficiente para a punição daquele que comete a “Pornografia de Vingança”, primeiro por não ser esta uma conduta tipificada como crime, bem como por não tratar o diploma legal da conduta específica, mas sim daqueles que invadem dispositivos informáticos, interrompem serviços telegráficos e falsificam cartões. Estas situações, dificilmente, serão compatíveis com a conduta característica da “Vingança Pornô”.

4 Conclusão

As disparidades impostas culturalmente aos gêneros foram realçadas através da dominação patriarcal que delimitou padrões de comportamento, principalmente no que concerne às questões de sexualidade dos sujeitos.

A “Pornografia de Vingança” surgiu num contexto de inovações tecnológicas e possibilidades de comunicação instantânea entre os pares, abrindo caminhos para a criação de mais um ambiente de hostilidades contra a mulher. Atrelado à cultura patriarcal, esse fenômeno do século XXI encontrou sua base no histórico de violência contra a mulher, intensamente vivido ao longo de todos esses anos.

Abordar a violência de gênero é e sempre será um desafio, posto que a cada momento surgem situações que renovam o ciclo de propagação da violência. Analisar a realidade das mulheres vitimadas, ouvir seus depoimentos e perceber a dimensão que ganhou este debate reforça a necessidade de um aparato legislativo que ampare as vítimas e penalize rigorosamente seus agressores.

Por essa razão, conclui-se que a cultura de violência contra a mulher é inerente ao comportamento humano, vez que se trata de expressão cultural que ultrapassa gerações, renovando-se de forma diversificada com o passar dos anos. A barreira histórica dos séculos não impediu a sua propagação.

Referências

BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins; ANDREUCCI, Ana Claudia Pompeu Torezan. **Mulher, sociedade e direitos humanos**. São Paulo: Rideel, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 160 p.

CANO, Rosa Jiménez (Brasil). EL PAÍS. **Rei do pornô vingativo é condenado a dois anos de prisão nos EUA**. 2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/05/internacional/1449298747_554805.html. Acesso em: 10/11/2015

FRANKS, Mary Anne. **Drafting na effective “revenge porn” law**. A guide for legislations, 2015. Disponível em: < <http://www.endrevengeporn.org/guide-to-legislations/>>. Acesso em 01 de out. 2015.

GOMES, Marilise Mortágua. **“As Genis do século XXI”**: Análise de casos de pornografia de vingança através das redes sociais. (2014) Monografia Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2014. Disponível em: < <http://zonadigital.pacc.ufrj.br/wp-content/uploads/2014/02/Monografia-Marilise-Gomes-vers%C3%A3o-final.pdf>> Acesso em: 13 fev. 2016.

GROSSI, Miriam Pillar et al. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. Especial, n. 2, p. 473-474. Julho/1994. Semestral. Disponível em: <<http://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/16179-49803-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

LIMA, José Afonso de; SANTOS, Claudiene. **Violência doméstica**: vulnerabilidade e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

MÃE DE JOVEM achada morta após vídeo íntimo reclama de ‘violação’. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2013/11/mae-de-jovem-achada-morta-apos-video-intimo-reclama-de-violacao.html>. Acesso em: 15 nov. 2015.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes . **Cadernos Pagu**, Campinas (SP): UNICAMP, v. 1, p. 201-248, 2014.

‘NÃO TENHO mais vida’, diz Fran sobre vídeo íntimo compartilhado na web. 17.11. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/11/nao-tenho-mais-vida-diz-fran-sobre-video-intimo-compartilhado-na-web.html>. Acesso em: 15 nov. 2015.

NASCIMENTO, Maria Lucidalva. Violência doméstica e sexual contra as mulheres. **Psiquweb**. Disponível em< <http://www.elacso.org>. Revisto em 2000. Acesso em 20 nov. 2015.

NÚMERO de denúncias de revenge porn quadruplicou em dois anos; Vítimas nas escolas têm entre 13 e 15 anos. 06/07/20015. **Estadão Conteúdo com Huffpost Brasil**. Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/2015/07/06/revenge-porn-dados_n_7734660.html>. Acesso em: 25 fev. 2016.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, “Convenção de Belém do Pará”**. Adotada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994, no Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral. Disponível em: <<http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

PARADA, Marília. **Cartilha sobre a violência contra a mulher**. Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Seção de São Paulo. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/comissoes2010/mulher-advogada/cartilhas/cartilha_violencia_contramulher.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2016.

PEREIRA, Ricardo Alcântara. Breve Introdução ao mundo digital. In: BLUM, Renato Opice [coord.] **Direito eletrônico**. São Paulo: EDIPRO, 2001.

PESSOA, Adélia Moreira. Violação da intimidade e violência contra a mulher. 2015. **EVOCATTI Revista**. [on-line] Disponível em: <http://www.evocati.com.br/evocati/internawsp?tmp_page=interna&tmp_codigo=635&tmp_secao=12&tmp_topico=direitocivil&wi.redirect=N025PE009HPOYXYHIW6A> Acesso em: 16 nov.2015.

REVENGE PORN. In: **Urban Dictionary**.2011. Disponível em: <<http://pt.urbandictionary.com/define.php?term=revenge%20porn>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

RUBIN, Gayle. Thinking Sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: NARDI, P.; SCHNEIDER, B. **Social perspectives in lesbian and gay studies**. London: Routledge, 1998.

SENADO FEDERAL. Projeto de Lei do Senado nº 63 de 2015. Acrescenta artigo ao Código Penal, tipificando a conduta de divulgar fotos ou vídeos com cena de nudez ou ato sexual sem autorização da vítima e dá outras providências. Disponível em: <

<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/119844>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

SERRANO, Pedro Estevam. Intimidade na internet e a violência contra a mulher. **Carta Capital**, 02/12/2013. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/intimidade-na-internet-e-a-violencia-contra-a-mulher-5565.html>. Acesso em: 04. nov. 2015.

TSOULIS-REAY, Alexa. **A brief history of revenge porn**: A few years ago, having your compromising photos fall into the wrong hands was a nightmare scenario. Now it's a genre.. 2013. Disponível em: <http://nymag.com/news/features/sex/revenge-porn-2013-7/>. Acesso em: 10 nov. 2015.

WARREN, S.D.; BRANDEIS, L.D. The right to privacy. **Harvard Law Review**, v.4, n.5, Dec.1890. Disponível em: < <http://faculty.uml.edu/sgallagher/Brandeisprivacy.htm> >. Acesso em: 24 nov. 2015.

RELAÇÕES DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA: O PAPEL DO DOCENTE FRENTE ÀS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E PRECONCEITO.

Adrielle Pacifico Antero
adriellypa@hotmail.com

Orientadora: Sandra Silvestre do Nascimento Silva
Universidade Federal da Paraíba
sandrawil@ig.com.br

Resumo: Esta pesquisa objetivou analisar as relações de gênero e orientação sexual na escola, e o papel dos docentes frente às situações de violência e preconceito. Para desenvolver esta investigação foi adotada a abordagem qualitativa, e como modalidade a pesquisa bibliográfica e de campo. A técnica escolhida para coleta de dados foi à entrevista semiestruturada direcionada aos professores da rede pública da Educação Básica I. Verificou-se que se faz necessário identificar e enfrentar as dificuldades para promover os direitos humanos, principalmente, no âmbito escolar. São problemas que se tramam e se alimentam, radicadas numa realidade social, cultural, institucional, histórica e em cada nível da experiência cotidiana. De forma sutil os preconceitos são reproduzidos e incutidos no dia-a-dia, mesmo sem intenções, termina-se muitas vezes por promover sua perpetuação, ora através de mensagens normalizadoras, ora através do silêncio e do consentimento da violência. E dessa forma nessa pesquisa foi possível constatar que a falta de formação continuada com temas relacionados à questão, assim como crenças religiosas arraigadas em nossa sociedade corroboram para que haja reflexos preconceituosos que acabam por gerar violência. Nessa perspectiva os maiores prejudicados são alunos (as) que acabam sofrendo por terem que agir conforme a heteronormatividade única forma vista e aceita pela sociedade.

Palavras-chave: Gênero, Preconceito, Violência, Escola.

Introdução

Desde os primeiros anos de vida, geralmente, somos instruídos a gostar das cores rosa e azul distinguindo meninos de meninas, os brinquedos são selecionados e as brincadeiras direcionadas de acordo com o sexo. Dessa forma quando chegamos à escola, nos deparamos com reafirmações desse modelo, que reforça a imagem estereotipada incutida no subconsciente reproduzida pela sociedade, o que pode causar situações de violências para aqueles que não se enquadram nos padrões estabelecidos socialmente.

Nessa perspectiva este artigo busca analisar as relações de gênero e orientação sexual na escola, o papel dos docentes frente às situações de violência e preconceito. Sendo assim, muitas vezes sem se dar conta os educadores usam regras/normas que servem para generalizar posturas “ditas” e vistas como corretas a serem seguidas. A discriminação tem suas múltiplas facetas aparecendo em momentos do nosso dia-a-dia no convívio escolar a exemplo disso: a fila do lanche dividido entre primeiro as meninas depois meninos, os pequenos na frente os maiores atrás, no intervalo os meninos brincam soltos, correndo descontroladamente, jogam futebol, simulam brigas de vídeo games, já as meninas: brincam com bonecas, comidinha, professoras, pula elástico, dentre outras ditas brincadeiras “apenas” para meninas.

É válido mencionar a importância de tal pesquisa a cerca de posturas discriminatórias em relação a questões de gênero e orientação sexual. Entendemos que nós educadores devemos despertar nos alunos a reflexão crítica, para que estes possam agir de acordo com suas superações e aprendizados sobre a importância de respeitar o outro como ser humano. No currículo devem-se contemplar conteúdos das diversas áreas de forma transversal, promovendo a exclusão de práticas discriminatórias dentro da escola, neste sentido, a diversidade deve ser respeitada/valorizada e a diferença reconhecida como um direito, havendo uma verdadeira efetivação da inclusão escolar.

O processo educativo deve ser desenvolvido para promover uma prática pedagógica não discriminatória, que respeite a diversidade existente em nosso contexto escolar, contribuindo para a transformação/superação das desigualdades construídas a partir de pontos de vista alheios que resultam em rotulações na sua maioria depreciativas. Por isso, devemos refletir sobre nossa postura como educadores, frente a desafios contemporâneos, rumo à construção de uma educação inclusiva e democrática, oportunizando a abordagem de temas vistos até então como tabus, e muitas vezes esquecidos por falta de esclarecimentos, ou

até mesmo pela afirmação de forma sutil da perpetuação das desigualdades e preconceitos arraigados numa sociedade com vestígios patriarcal.

Nesta perspectiva, esta pesquisa pauta-se pela identificação da seguinte problemática: qual é o papel do docente frente às situações de violência e preconceito no cotidiano escolar?

A motivação para realização dessa pesquisa partiu de situações problemas presenciadas no cotidiano da escola campo que atuo como professora. As quais provocaram inquietações pessoais, profissionais e sociais. Sendo assim, no aspecto pessoal, pude visualizar comportamentos até então tidos como normais no dia-a-dia do espaço escolar, porém não passavam de meros comportamentos preconceituosos e desrespeitosos, alunos (as) e também professores (as) chegam a agir de forma excludente com aqueles que não apresentam comportamentos de gênero considerados “normais” masculinos/feminino aceito pela sociedade.

No que se refere às inquietações profissionais e sociais, partimos de algumas hipóteses: A ausência de cursos de formação continuada para nos professores (as), que contemple a temática em questão ocasiona práticas pedagógicas discriminatórias. Assim como algumas crenças religiosas incorporadas ao longo da vida e arraigadas costumam ser motivos de tais posturas discriminatórias, além de omissões a situações de preconceito e violência no âmbito escolar.

Para realização da referida investigação tivemos como objetivo geral identificar qual o papel do docente diante de atitudes de discriminação e preconceito relacionados a questões de gênero e orientação sexual no ambiente escolar da escola E. E. E. F. Felinto Elizio e como objetivos específicos: Identificar atitudes que sugestionem possíveis comportamentos de preconceitos no âmbito da escola; Compreender como a temática gênero pode provocar violências no contexto escolar.

Metodologia

A referida pesquisa tem uma abordagem qualitativa, que para Richardson (1999) enfatiza o enfoque de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. Seguindo essa perspectiva de investigação, realizamos a coleta de dados utilizando como principal técnica a entrevista semiestruturada, que seguiu um roteiro previamente elaborado, no intuito de contemplar os objetivos definidos para a investigação.

Para Manzini (1990,1991 p.154), a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas

principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Dessa forma optamos por utilizar uma metodologia que nos permitiu no transcorrer da pesquisa olhar profundamente para o objetivo de estudo que foi analisar a postura de professores (as) diante situações de violência e preconceitos relacionados a questões de gênero e orientação sexual, incutidos em situações silenciosas reproduzidas na escola.

A pesquisa foi realizada com (três) 3 professoras da rede Estadual de Ensino que lecionam na E. E. E. Fundamental Felinto Elízio, que se localiza na cidade de Belém/PB. As entrevistas foram feitas nas residências das colaboradoras que por motivos de férias escolares em decorrência do recesso Junino não puderam estar no prédio escolar. As professoras entrevistadas fazem parte do corpo docente da própria escola, que é composto por 19 docentes ao todo estando divididos entre os três turnos, sendo 8 educadores(as) que lecionam no fundamental I, 7 no fundamental II, 2 lecionam na modalidade EJA e 2 no atendimento da sala multifuncional. As professoras que participaram da pesquisa são de turmas diferentes, uma do 2º ano formada em Pedagogia e com especialização em Supervisão e Orientação Educacional, outra do 4º com formação no curso Logus e cursando Pedagogia, uma da sala-multifuncional tem formação superior em História e com especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica. As profissionais entrevistadas foram escolhidas por lecionaram nas turmas consideradas mais problemáticas do local.

Resultados e discussões

A partir dos questionamentos aos quais elegemos para a presente pesquisa, partimos do pressuposto de que algumas afirmações sugestionam posturas de discriminação, contra os alunos (as) que não se enquadram nas normas tidas como corretas pela sociedade, hétero/branco.

A linguagem se mostra de forma perspicaz, persistente e eficaz na reprodução das distinções e das desigualdades, ela atravessa e constitui a maioria de nossas práticas, porque ela nos parece, quase sempre muito “natural”. Portanto a escola assim como o professor (a) tem o papel fundamental na desmistificação de alguns valores que estabelecem regras fixas e tidas como únicas e verdadeiras a respeito de posturas indicadas ao feminino e o masculino.

Diferenças, distinções, desigualdades [...] a escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos — tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização (LOURO, 1997, p. 57).

Nesse sentido podemos perceber em nossa pesquisa que educadores (as) sem se dar conta de suas posturas ou até mesmo sem compreender, acabam estimulando os alunos (as) a se encaixarem a grupos aos quais se identificam, levando em consideração os valores aceitos pela sociedade HETERONORMATIVA. Por esses motivos a importância em perceber aqueles (as) que ficam a margem dessa separação, diferenciando-se por fugirem as normas padrões, onde meninos/homem devem brincar com os meninos e meninas/mulheres devem brincar apenas com outras meninas.

Ao iniciarmos as entrevistas, por diversos momentos as falas eram expressas por termos pejorativos. A seguir temos o relato da professora x da escola Felinto Elizio.

É porque esses meninos têm aqueles três jeitos! se eles não gostam de ser zuados deveriam ter jeito de homem, brincar com os meninos de bola, luta e não ficar enfiados no meio das meninas brincando de brincadeiras de mulherzinha como comidinha, pique esconde, elástico e nem muito menos brincar com as bonecas das meninas, menino tem que brincar com menina e menino com meninos, sempre aprendi assim (professora, x,2015).

A fala da professora sugere atitudes discriminatórias e de preconceito, pois afirma naturalmente que o menino tem traços femininos aos quais não condiz com sua condição física de gênero masculino/menino, reforçando um estereótipo considerado adequado para os homens. E assim no decorrer da pesquisa sempre que questionadas sobre a importância de se trabalhar temas e questões de gênero, sexualidade, orientação sexual, raça e etnia, apenas falaram que era de suma importância, porém não demonstraram nenhum entusiasmo em trabalharem tais temas em suas aulas. Foi constatado na entrevista feita com as educadoras a ausência de um trabalho sistemático com a temática na escola.

Tendo o tema sido abordado apenas em um projeto há mais de 3 anos .

Na fala de uma segunda professora y entrevista, ela expressou bem o seu anseio por formação, pois a mesma falou que não se sente preparada para lidar com tais situações que sempre surgem em meio ao dia-a-dia. Segue fala da professora y.

Precisamos nos “reciclar” já que estamos num mundo tão cheio dessas “coisas novas”, hoje vemos menino com jeito de menina com outros meninos e as meninas aí com uns jeitinhos de “machão” mas não podemos falar nada porque temos que aceitar essa pouca vergonha. Mas Deus vai dar o pago a eles (as) (Professora, y,2015).

Nesse discurso, podemos perceber a não aceitação pela diversidade, sugestionando que o convívio com aqueles que estão fora do padrão de gênero socialmente aceito como uma obrigação a ser seguido, não é bem vindo, deixando nítida a postura negativa com alunos (as) que possam ter posturas diferentes do que lhes é imposto na escola. A educadora tentou justificar essa postura por falta de treinamento dizendo que não sabe lidar com “isso”. Sendo assim por esses motivos o ambiente escolar deve buscar formações continuadas que possam contribuir nas práticas metodológicas, formando educadores (as) mais críticos e reflexivos livres de atitudes preconceituosas.

A formação de professores deve ser concebida como uma das componentes da mudança em conexão estreita com outros setores e áreas de intervenção, e não como uma espécie de condição prévia da mudança. A formação não se faz antes da mudança, faz-se durante, produz-se nesse esforço de inovação e de procura dos melhores percursos para a transformação da escola. É esta perspectiva [...] de mudança interativa dos profissionais e dos contextos que dá um novo sentido às práticas de formação de professores centradas nas escolas (NÓVOA, 1995, p.28).

Dessa forma a mudança de atitudes se faz necessário para que as educadoras possam ter uma postura plural e de acolhimento, tornando a escola um espaço prazeroso. Entretanto em nossa pesquisa podemos perceber nas falas dos docentes a não aceitação as diferenças. Defendemos que o educador precisa saber lidar com situações diversas, pois a diversidade está presente e é

algo que deve ser contemplado no currículo de ensino para que nossas crianças possam crescer com atitudes de respeito e aceitação do outro.

Nessa perspectiva também fizemos questionamentos sobre o âmbito escolar, foi questionado se as professoras presenciavam atitudes discriminatórias entre meninos e meninas, a resposta foi unânime, já que essas questões de desigualdade de gênero é algo que vem desde a formação de casa e perpassa os muros da escola. As respostas apontaram na sua maioria para incidências de violência por parte dos garotos na hora do recreio contra as meninas e meninos que preferiam brincar com elas.

Impossível não perceber nos relatos o caráter violento de tais atividades, nomeadas pelos garotos de brincadeiras. Nessa perspectiva podemos perceber a visão ampla e culturalmente vista como comum, uma dominação masculina em detrimento a subordinação feminina, podendo-se observar identidades formadas ao longo dos tempos. A violência sofrida pelas mulheres é tanto física quanto simbólica.

O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos habitus e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma. Assim, a lógica paradoxal da dominação masculina e da submissão feminina, que se pode dizer ser, ao mesmo tempo e sem contradição, espontânea e extorquida, só pode ser compreendida se nos mantivermos atentos aos efeitos duradouros que a ordem social exerce sobre as mulheres (e os homens), ou seja, às disposições espontaneamente harmonizadas com esta ordem que as impõe (BOURDIEU, 1999, p. 49-50).

Como explica Bourdieu (1999, p. 50), o poder simbólico “se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos”. Por isso as mulheres/meninas não percebem tal violência, pois ela acaba acontecendo de forma sutil, onde no momento das brincadeiras do pátio os meninos agem de forma autoritária mandando e desmandando na classe dominada/meninas. Estas por não perceberem

e nem entenderam agem de forma submissa fazendo o que lhes foi ensinado, obedecendo sem questionar a ordem masculina.

A violência não acontece apenas com as garotas, aqueles que possam fugir as normas a serem seguidas pela sociedade também são alvos, também se encaixa nesse quadro a repulsa por meninos vistos e classificados de forma pejorativa como "afeminados". Estes devem brincar com as meninas as quais se identificam mais. Desse modo agride-se não só o corpo e a honra, mas também é construída, através dessas agressões, a identidade sexual de quem participa e de quem não participa do jogo, do líder e a vítima da brincadeira. Relato da professora z quando questionada sobre a questão da violência de gênero.

As meninas adoram brincar com esses meninos com jeito diferente "meio boiolas" pois neles elas encontram um companheiro amigo que gosta de brincar do que elas gostam, diferente dos outros meninos que só brincam de coisas violentas. Elas mesmas vão atrás deles, aí eles acham bom porque os outros meninos não chamam menino com jeito fraco para entrar no time deles que querem ganhar os jogos. Mas acho que as meninas tem que brincar com as meninas mesmo e menino com meninos, não precisa se misturar porque os meninos são fortes e sempre acaba em briga e alguém sempre sai machucada (Professora, z, 2015).

No depoimento da educadora pode-se perceber que isso acontece com frequência já que ela disse sempre acontece de alguém se machucar e no caso sempre as meninas. A fala natural reforça a autenticidade estereótipo de gênero, onde o que é adequado para menino não cabe às meninas sexo frágil. Sobre a presença de alunos vistos como gays, colocaram que estes mesmos já se afastavam e preferiam estar com as meninas, e estas por sua vez adoravam a companhia deles. Porém é aceitável pelos meninos meninas que fujam dos padrões femininos, elas são bem aceitas, sem discriminação, participam até de jogos de futebol, porém os meninos que deveriam representar a classe não devem fugir as normas ditas normais ou então são excluídos.

Conforme afirma Louro (1997), as práticas rotineiras e comuns, os gestos, as palavras banalizadas precisam ser alvo das atenções e da desconfiança, ou seja, daquilo que é tomado como "natural". Questionar não só o conteúdo ensinado, mas também a forma como é ensinado e qual é o sentido que os/as alunos/as dão ao que aprendem atentar para o uso da linguagem, procurando identificar

o¹ sexismo, o racismo e o etnocentrismo que frequentemente a linguagem carrega institui e constituem tarefas essenciais da escola e de seus educadores/as.

Chegando ao final da pesquisa foi perguntado sobre formações sobre temas como gênero e sexualidade e as professoras falaram nunca terem participado, apenas houve alguns projetos que não saíram do papel. Nessa perspectiva podemos compreender que a formação continuada se faz necessária para que haja um bom desenvolvimento profissional.

A formação pode estimular o desenvolvimento profissional dos professores, no quadro de uma autonomia contextualizada da profissão docente. Importa valorizar paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonistas na implementação das políticas educativa (NÓVOA, p, 16).

Para Tardif (2001,p.53) “A prática pode ser vista como um processo de aprendizagem através do qual os professores retraduzem sua formação e a adaptam à profissão, eliminando o que parece inútil ou sem relação com a realidade vivida e conservando o que lhe parece importante”. Portanto precisamos de educadores (as) que busquem conhecimento, que pesquisem para que possam ser mais reflexivos, que passem a trabalhar e valorizar a diversidade, provocando uma mudança de atitudes de violência e preconceitos, tornando a escola num espaço onde as diferenças possam ser respeitadas em suas particularidades.

Em sua maioria as educadoras entrevistadas demonstraram não se sentirem preparadas para trabalhar questões de gênero e orientação sexual, apenas uma delas falou que já trabalhou temas sobre a diversidade, porém em turma de EJA e que nas turmas menores apenas reforça que os direitos são iguais, que meninos não devem bater em meninas.

Enfim, foram colhidos dados relevantes para a pesquisa, relatos pessoais de caráter primordial para levantarmos novos questionamentos em relação à necessidade de formação continuada para professores e a importância da função social da escola, caracterizando-se como um espaço democrático que deve

1 *Sexismo*: trata-se da discriminação ou tratamento indigno a um determinado sexo na história recente, o feminino. Como as apresentações acerca do sexo e da sexualidade estão vinculadas ao binarismo de gênero e à heteronormatividade, a homofobia também é uma forma de sexismo.

trabalhar a discussão de questões sociais atuais. E dessa forma oportunizar o exercício do direito de existência e a expressão das diferentes possibilidades a diversidade de orientação sexual e de identidades de gênero, e não deveria em hipótese alguma perpetuar a classificação das pessoas em diferentes categorias, pois esta classificação favorece a discriminação e ignora o caráter flexível do ser humano.

Considerações finais

Ao analisarmos o papel do docente frente a possíveis práticas de preconceitos relacionadas a gênero no contexto escolar, os resultados das nossas análises, sugestionam que atitudes de omissões a determinados acontecimentos relacionados a questões de gênero e orientação sexual, estão relacionadas à falta de preparo das professoras e também em alguns casos, a algumas crenças pessoais arraigadas ao longo de suas vidas. Tal falta de preparo acaba por repercutir nas atitudes de discriminação e preconceito na escola campo, pois foram constatados que essas atitudes foram reforçadas em situações recorrentes na escola campo E. E. F. Felinto Elizio.

Diante disso, defendemos que a escola também pode contribuir para que aconteçam mudanças na concepção de gênero, possibilitando a construção de novas relações entre homens e mulheres pautados em princípios de igualdade e justiça, culminando assim no desenvolvimento de uma cultura democrática e participativa. Questões sobre orientação sexual devem ser vistos de forma a desmistificar a violência e discriminação daqueles (as) vistos como diferentes, a valorização do ser humano em sua plenitude independente da sexualidade de cada um/uma.

Portanto, identificou-se que se faz necessário que os (as) docentes passem por uma formação específica para tratar tais temas na escola, levando em consideração as contribuições enriquecedoras na atuação desses profissionais após serem preparados. Além disso, deve-se mostrar estar disposto a dialogar sobre questionamentos que venham a surgir na sala de aula, assim como saber lidar com situações onde alunos (as) sejam menosprezados e humilhados por fugirem das normas heteronormativas impostos pela sociedade. A postura do docente deve acontecer de forma neutra, não deixando transparecer suas concepções pessoais para os (as) alunos (as), possibilitando a estes o desenvolvimento de atitudes coerentes com os valores que eles (as) próprios (as) elegeram como seus.

Enfim há uma necessidade imediata de formação para os docentes, é de suma importância para que eles (as) possam refletir com a diversidade de informações que compõem uma sala de aula para que o educando tenha a capacidade de criticamente se posicionar em detrimento a diversidade que marca a nossa sociedade. A família é o primeiro lugar que a criança obtém as primeiras informações, sejam elas indiretas ou diretas, e a escola pode e deve atuar no papel de desconstruir distorções aprendidas seja por meio da família ou por outros meios. Os educandos devem ser educados de forma a serem mais conscientes do seu papel sendo agentes críticos capazes de conviver em sociedade, respeitando as individualidades, sem propagação de preconceitos, excluindo de vez com a violência no cotidiano escolar.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam. Cotidiano das escolas: entre violências. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001452/145265por.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

ANDRADE, Fernando César Bezerra. *Violência na escola, uma questão de gênero: o que percebem professores e professoras?*. **Revista Ártemis**, n. 1, 2004.

AVILA, André H.; TONELI, Maria Juracy F.; ANDALÓ, Carmen S. de A. *Professores diante da sexualidade-gênero no cotidiano escolar*. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 16, n.2, p.289298, abr./jun.2011. Disponível: <em:<http://www.scielo.br/pdf/pe/v16n2/a12v16n2.pdf>>. Acesso em: 10 set.2015.

BRASIL. *Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professores/as em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*. Livro de Conteúdos. Versão 2009. Rio de Janeiro, CAPESC, BRASÍLIA: SPM, 2009.

_____. *Cotidiano das escolas: entre violências*. Brasília: UNESCO, Observatório de Violência, Ministério da Educação/MEC, 2005.

CANEN, Ana; OLIVEIRA, Angela M. A. *Multiculturalismo e currículo em ação: um estudo de caso*. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a05>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Violências na escola: o que isso tem a ver com violências de gênero?. In: ANDRADE, Fernando César Bezerra (org.), *Escola: faces da violência, faces da paz*, João Pessoa, Editora Universitária da UFPB, 2012.

COUTO, Maria Aparecida Souza; CRUZ, Maria Helena Santana. *Violências e representações de gênero no cotidiano escolar*. **Cadernos de Pós-Graduação–educação**, v. 5, n. 1, p. 83-94, 2006.

_____. Poder, violência e identidades de gênero na escola. Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais (11. : 2011 : Salvador, BA). Anais eletrônicos [recurso eletrônico] [do] XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Salvador, BA, 07 a 10 de agosto de 2011 / Universidade Federal da Bahia. Centro de Estudos Afro-Orientais. - Salvador: UFBA, 2011.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1987.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo : Atlas 2003.

LOURO, Guacira Lopes. *A necessidade da subversão: da teoria da subversão queer na educação*. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2006000100018/7616>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

_____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 8.ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 1997.

MANZINI, E. J. *A entrevista na pesquisa social*. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos da Metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. Disponível em: < <http://core.ac.uk/download/pdf/12424596.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

NUNES, César; SILVA, Edna. *A educação sexual da criança: polêmicas do nosso tempo*. Campinas, SP: Autores associados, 2000.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo, Atlas, 1999.

SILVA, Fernanda Cavalcante; NANES, Giselle. *Violência escolar e relações de gênero*. Anais eletrônicos [recurso eletrônico] [do] Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco, Unidade Acadêmica de Garanhuns/UAG da UFRPE, 27, 28 e 29 de agosto de 2014 / Garanhuns: UFRPE, 2014.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa; ANDRADE, Fernando César Bezerra; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. *Projeto "Iguais porque diferentes."*1. Pedagogia inclusiva- diversidade sexual- Glossário. João Pessoa/PB.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SAÚDE: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA, CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA

Alba Valéria de Sousa Batista
Universidade Federal do Piauí-UFPI
albavaleriasb@hotmail.com

Orientadora: Mary Alves Mendes

Resumo: A violência de gênero é um fenômeno social antigo que remete às desigualdades e hierarquias de poder nas relações entre os gêneros, responsável por mortes e agravos diversificados a saúde dos envolvidos, podendo levar a um sofrimento crônico. Atinge milhares de pessoas no mundo inteiro de todas as classes, raças e gêneros, sendo as mulheres as mais agredidas, principalmente, por companheiros e/ou ex-companheiros. A violência contra a mulher, enquanto, violência de gênero foi desde a década de 1990 reconhecida pela Organização Mundial de Saúde como uma questão de saúde pública e como uma violação aos direitos humanos. Os serviços de saúde e as delegacias são alguns dos serviços mais procurados pelas mulheres em situação de violência. Portanto, entende-se que os/as profissionais de saúde tem um importante papel no enfrentamento deste grave problema social. No entanto, há necessidade de maior discussão sobre este tema no campo da saúde para que este problema seja de fato compreendido e tratado como uma questão de saúde pública por aqueles/as que prestam assistência às mulheres em situação de violência, pois persistem ainda visões e práticas conservadoras nessa área, as quais podem se traduzir em novas formas de violência dentro destas instituições e isto precisa ser superado. Este trabalho foi elaborado com base em uma revisão bibliográfica sobre o tema que faz parte de uma pesquisa vinculada ao programa de pós-graduação em Sociologia da UFPI e a partir de observações do cotidiano de trabalho desta pesquisadora como assistente social na área da saúde pública hospitalar.
Palavras Chaves: Gênero, Violência de Gênero, Saúde, Profissionais de saúde.

Introdução

A violência de gênero não é um problema específico da área da saúde, mas se relaciona com esta, direta e indiretamente, pois dada sua magnitude e alta prevalência acarreta custos elevados para este setor, especialmente, na área da saúde hospitalar, devido aos agravos diversificados a saúde física, mental e social da mulher, o que demanda investimento em qualificação dos/as profissionais de saúde nas questões de gênero e violência para que sejam capazes de identificar, tratar, prevenir e auxiliar as mulheres em situação de violência a interromper o ciclo da violência.

A violência de gênero é entendida como expressão de um padrão de relações sociais desiguais, fundado na hierarquia e desigualdades de poder, ela não acontece aleatoriamente, mas deriva de um modelo de organização social que privilegia o masculino (SAFFIOTI, 2004).

A violência doméstica contra a mulher é uma das formas da violência de gênero que é a categoria mais abrangente como definido por Saffioti (2004). Ela corresponde a um fenômeno antigo que está presente em todas as classes, raças, gêneros e culturas, praticada tanto nos espaços públicos quanto privados. No entanto, é no espaço doméstico, privado, que este tipo de violência é mais recorrente, cometido, principalmente, por companheiros, ex-companheiros e/ou familiares das mulheres que sofrem com este problema.

Desde a década de 1990 a Organização Mundial de Saúde reconhece o problema da violência, principalmente, a violência contra a mulher, como um grave problema de saúde pública que afeta mulheres em todo o mundo, sendo considerada como uma violação aos direitos humanos (MINAYO, 1994).

O movimento feminista teve papel preponderante para que este reconhecimento acontecesse, ao provocar a inserção do tema da violência de gênero na agenda de discussões na arena pública, exigindo o enfrentamento deste problema através de políticas públicas nas diversas áreas de atuação governamental como na saúde, segurança, assistência social, justiça, dentre outras áreas.

D'Oliveira (2000) explicita que os dois serviços mais procurados pelas mulheres em situação de violência são as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAM's, e os serviços de saúde. Esta autora destaca que do ponto de vista da saúde há várias lacunas e imprecisões na compreensão do fenômeno da violência contra a mulher, que é a forma mais comum da violência de gênero. Esta autora aponta como um dos obstáculos para isso a dificuldade de se definir o que é a violência contra a mulher e violência de

gênero por parte dos/as profissionais e pela ausência de uma rede explicativa estabelecida entre eles/as.

Com a visibilidade dada a este problema pelo movimento feminista, com a criação de diversos núcleos de pesquisa pelo Brasil, várias pesquisas sobre este tema foram e vem sendo realizadas para se conhecer melhor este problema e ensinar reflexões a cerca de estratégias de enfrentamento do mesmo. Porém, algumas destas pesquisas ainda demonstram a persistência de visões e práticas conservadoras por parte dos/as profissionais que lidam diretamente com mulheres em situação de violência.

Diante do exposto, este trabalho objetiva discutir sobre a violência de gênero e sua interface com área da saúde com intuito de provocar o debate sobre este tema junto aos profissionais de saúde, por se tratar de um grave problema social que demanda acolhimento e tratamento qualificado e humanizado por parte destes/as. Bem como, para incitar reflexões sobre as formas de pensar e agir sobre esta demanda que necessita de maiores investimentos e qualificação junto aos gestores e profissionais de saúde, desde a formação em nível de graduação até a educação continuada no trabalho, para que tenhamos uma assistência de melhor qualidade pautada no estabelecimento de relações de gênero mais equânimes nestes espaços.

Acredita-se que a apropriação do conhecimento sobre relações de gênero, violência e suas conexões com a área da saúde por parte dos/as profissionais de saúde pode contribuir para que este fenômeno seja de fato reconhecido e tratado como uma questão de saúde pública, favorecendo uma maior visibilidade social das questões de gênero nestes espaços, contribuindo para que as visões e intervenções profissionais na área da saúde transcendam o mero tratamento das consequências físicas da violência de gênero. Portanto, entendemos ser de relevância social e científica o investimento em pesquisas sobre este tema para que conheçamos melhor esta realidade e assim poderemos transformá-la em uma realidade menos violenta e desigual, principalmente, para as mulheres que mais sofrem com a violência de gênero.

Inicialmente, apresentaremos uma breve contextualização acerca da categoria gênero que consideramos ser, imprescindível, para se compreender a violência de gênero, posteriormente apresentamos uma discussão sobre a violência de gênero e suas conexões com a área da saúde, mostrando alguns de seus diversos impactos na saúde das mulheres, apresentando também como este fenômeno é compreendido por muitos/as profissionais de saúde e como estes/as tem lidado com este problema, por fim tecemos nossas considerações finais.

2. Metodologia

A metodologia utilizada para construção deste artigo seguiu-se de uma revisão bibliográfica em periódicos on-line, em revistas científicas, teses e livros sobre o tema, bem como a partir de observações do cotidiano de trabalho desta pesquisadora como assistente social na área da saúde pública hospitalar no município de Teresina-PI. Esta revisão bibliográfica faz parte de uma pesquisa vinculada ao programa de pós-graduação em Sociologia da UFPI na linha de gênero e geração, na sub área de gênero e violência, no entanto a pesquisa de campo não foi iniciada por aguardarmos aprovação do comitê de ética da referida instituição.

3. Resultados e Discussão

3.1 Uma breve contextualização a cerca da categoria Gênero

O gênero é um termo polissêmico e constitui-se como uma categorial central para se compreender a violência de gênero. De acordo com Saffioti (2004) “o primeiro estudioso a mencionar e a conceituar Gênero foi Robert Stoller em 1968” (p.108). Não obstante, este conceito já estava implícito no pensamento de Simone de Beauvoir na sua famosa frase que “ninguém nasce mulher, torna-se”, mas, este conceito veio torna-se mais conhecido com o artigo de Gayle Rubin intitulado “O Tráfico de Mulheres”.

No Brasil este conceito veio a se difundir mais amplamente apenas na década de 1990 com a difusão do famoso artigo de Joan Scott: “Gênero uma categoria útil de análise histórica” do qual extraímos o conceito de gênero utilizado neste trabalho.

O conceito de gênero ganhou ênfase na segunda metade do século XX num contexto de grande efervescência epistemológica, foi abordado por correntes teóricas distintas, classificadas por Sardenberg (2002) como feminismo liberal, socialista e radical. Tais correntes teóricas são oriundas do mesmo impulso modernista, engajadas em formular uma prática política e científica feminista.

As teóricas feministas não apenas produziam uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, mas propunham um modelo alternativo de trabalho neste campo, ou seja, propunham uma epistemologia feminista que pudesse explicar as causas da subordinação da mulher na sociedade para então formular um projeto emancipatório para as mulheres pela ciência (RAGO, 1998).

Apesar da polissemia de significados em torno da categoria gênero, eles convergem em torno da ideia da construção social e cultural do gênero, rejeitando o determinismo biológico das diferenças sexuais.

O movimento feminista, inicialmente, trabalhava com a terminologia de estudos de mulheres e a partir da década de 80 passou a utilizar a categoria gênero que teve resistências à sua adoção dentro do próprio movimento feminista. Porém, este conceito foi ganhando espaço tanto no ambiente acadêmico quanto social.

Scott (1995) destaca-se que este deslocamento conceitual de estudos de mulheres para estudos de gênero se deve ao fato deste último termo se ajustar melhor a terminologia científica das ciências sociais e por ter uma conotação mais objetiva e neutra que mulheres.

Uma das críticas apresentadas por esta autora à adoção do conceito de gênero refere-se ao fato de que este não implica uma tomada de posição sobre as desigualdades e hierarquias de poder entre os gêneros, nem designa a parte lesada da relação. Sua utilização demonstrava uma busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas nos anos 80.

No entanto, gênero é entendido como uma categoria relacional, utilizado também para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens e que o estudo de um implica o estudo do outro (SCOTT, 1995). Para esta autora gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado que indica construções culturais de ideias sobre papéis adequados a homens e mulheres, referindo-se às origens, exclusivamente, sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres.

Scott (1995) define gênero como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma forma primária de dar significado às relações de poder.

A categoria gênero para Scott (1995) está implicada na inter-relação entre quatro elementos básicos: 1. os símbolos culturalmente construídos que evocam representações simbólicas; 2. os conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas, jurídicas que tomam a forma fixa de oposições binárias que informam de maneira categórica o significado de ser homem e ser mulher na sociedade; 3. as instituições e as organizações sociais; 4. a identidade subjetiva.

Scott trabalha com a noção de poder de Foucault (2008) que o entende como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas

em campos de forças sociais. Para Foucault (2008) é preciso substituir a noção de um poder social unificado, coerente e centralizado, por uma noção de poder não localizado, nem instituído de forma fixa e absoluta.

O poder deve ser concebido como uma estratégia que não é possuído por uma única pessoa, mas entendido como algo capilar que pode ser exercido em muitas e variadas direções, pois Foucault (2008) entende que onde há poder há resistência.

Para Foucault (2008) todo saber é uma forma de poder e não há saber neutro, todo saber é político, podendo ser usado inclusive como instrumento de dominação sobre indivíduos e populações. Um exemplo disso foi a forma como o saber médico por muito tempo exerceu e ainda exerce controle sobre o corpo e a sexualidade das mulheres.

No entanto, o saber, também, pode ser usado como instrumento de transformação das desigualdades sociais e de gênero ao se fomentar o debate sobre este tema nos mais diversos espaços sociais como tem feito o movimento feminista. Pode-se também usar o conhecimento sobre gênero para revelar os mecanismos pelos quais opera a dominação masculina ao longo da história, num constante movimento de permanências e mudanças (BOURDIEU, 2007).

3.2 Conexões entre Violência de Gênero e a área da Saúde

A discussão sobre o tema da violência de gênero não foi introduzida de forma espontânea na área da saúde, mas devido às pressões dos movimentos feministas e de mulheres que desde a década de 60 tem provocado o debate sobre as questões de gênero, saúde e sexualidade e violência.

Várias convenções¹ e tratados internacionais atribuem a responsabilidade do enfrentamento da violência de gênero ao Estado por meio de políticas públicas que promovam ações e relações sociais, culturais, econômicas, políticas mais democráticas e equânimes entre os gêneros (FARAH, 2004).

A violência de gênero em todo mundo, provoca milhares de mortes evitáveis e vários impactos negativos a saúde física, mental, emocional da mulher e das pessoas que vivem em contextos de violência levando a um sofrimento

1 A declaração da Conferência Mundial dos Direitos Humanos de Viena (1993); a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir, e Erradicar a Violência Contra a Mulher a Convenção de Belém do Pará que em 1995 passou a fazer parte do Programa de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim 1995, a Convenção Para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW) da qual o Brasil, desde 2002 é signatário (BANDEIRA, 2005).

crônico que acarreta aumento do consumo dos serviços de saúde, levando a medicalização de um problema que é, primordialmente, político, cultural e jurídico (ALMEIDA, 2007).

O setor da saúde é onde desaguam as consequências da violência de gênero em especial a violência doméstica contra a mulher, pela pressão que exercem suas vítimas sobre os serviços de urgência, de atenção especializada, de reabilitação física, psicológica e de assistência social (MINAYO, 1994).

Dados do Mapa da violência 2015 extraídos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAM) do Ministério da Saúde brasileiro revelam que a cada dia, apenas em 2014, 405 mulheres demandaram atendimento em uma unidade de saúde, por sofrer alguma forma de violência (WAISELFISZ, 2015).

Em todas as idades, até os 59 anos, os atendimentos femininos superam os masculinos nos serviços de saúde. E dentre os tipos de violência sofrida pelas mulheres a violência física é a mais frequente, presente em 48,7% dos atendimentos, com maior incidência nas etapas jovem e adulta da vida da mulher, quando representa cerca de 60% do total de atendimentos. Em segundo lugar, observa-se a violência psicológica, presente em 23,0% dos atendimentos em todas as etapas, principalmente na idade jovem. Em terceiro lugar, temos a violência sexual, objeto de 11,9% dos atendimentos, com maior incidência entre as crianças até 11 anos de idade (29,0% dos atendimentos) e as adolescentes (24,3%) (WAISELFISZ, 2015).

Dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde brasileiro denotam que entre 1980 e 2013 o Brasil contabilizou 106.093 assassinatos de mulheres (WAISELFISZ, 2015).

Dos 4.762 homicídios de mulheres registrados em 2013 pelo SIM, 2.394, isto é, 50,3% do total nesse ano, foram praticados por um familiar da vítima. Isso significa que ocorreram, aproximadamente, 7 feminicídios diários nesse ano, onde o autor foi um familiar. 1.583 dessas mulheres foram mortas pelo parceiro ou ex-parceiro, o que representa 33,2% do total de homicídios femininos nesse ano, sendo 4 mortes diárias de mulheres (WAISELFISZ, 2015).

O significado da magnitude destes dados ainda é pouco percebido e muitas vezes ignorado por alguns setores da sociedade, dentre estes o da saúde. Podendo ser melhor compreendido ao compararmos nossa situação com a de outros países do mundo. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde, nossa taxa é de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, apenas em 2013, isso nos coloca na 5ª posição internacional, entre 83 países do mundo (WAISELFISZ, 2015).

A realidade brasileira é melhor apenas que El Salvador, Colômbia, Guatemala e a Federação Russa, que possuem taxas superiores às nossas. E em relação a países considerados como civilizados, desenvolvidos, temos 48 vezes mais homicídios de mulheres que o Reino Unido; 24 vezes mais homicídios de mulheres que Irlanda ou Dinamarca, 16 vezes mais homicídios de mulheres que Japão ou Escócia (WAISELFISZ, 2015).

O conjunto destes dados mostra que os/as profissionais de saúde estão em uma posição de destaque para identificar e agir sobre a violência de gênero, tendo em vista que a violência sofrida gera demandas por atendimento em serviços de saúde, em especial os de urgência e emergência.

Todavia, Schraiber *et al.* (2005) mostra que uma parte considerável dos casos de violência não é identificada, por motivos diversos, que vão desde a dificuldade dos profissionais de compreender e trabalhar com as questões de gênero e mesmo de identificar situações de violência de gênero, aliado à própria dificuldade das mulheres de falar sobre a violência sofrida, em especial a doméstica, porque muitas vezes sequer reconhecem as agressões e humilhações sofridas como formas de violência.

Schraiber *et al.* (2005) mostra que a violência doméstica contra a mulher, enquanto expressão da violência de gênero produz agravos diversificados à saúde das mulheres como: dores de cabeça, hematomas, lesões, traumatismos, fraturas diversificadas, dor epigástrica abdominal, diarreias, dispneia, asma, dor no peito, dor crônica de causa aparentemente inespecífica, abortos espontâneos, partos prematuros e recém-nascidos de baixo peso, depressão, baixa autoestima, suicídios, ausências no trabalho para cuidar das sequelas da violência. Esta autora afirma ainda que é comum que essas “dores sem nome” passem despercebidas de sua conexão com a violência tanto para a própria mulher que sofre a violência quanto para os/as profissionais que prestam a assistência.

Reportar-se ao tema da violência contra a mulher da perspectiva da saúde significa diferenciar e buscar as intercomunicações entre a violência contra a mulher, a doença e a saúde. E essa aproximação possibilita trazer elementos para a reflexão em dois sentidos: 1- para o campo interdisciplinar de estudos e práticas que busca compreender e atuar contra a violência como uma necessidade social das mulheres; 2- para a saúde em particular e suas práticas assistenciais repensadas criticamente quanto ao modo de acolher as mulheres, o que colocará em relevo questões de organização e gestão dos serviços de saúde (D’OLIVEIRA, 2000).

No entanto, muitos profissionais da saúde segundo Moreira (2007) não estão habilitados para detectar as situações de violência vivenciadas pelas mulheres que buscam os serviços de saúde e dificilmente introduzem uma pergunta sobre o tema durante o atendimento e ainda tendem a atribuir as queixas realizadas por elas a problemas pessoais ou exageros, impedindo, assim, que ações efetivas sejam realizadas.

Schraiber *et al.* (2005) expõe que muitos profissionais de saúde têm dificuldades de intervir em problemas mais identificados com o social, pois sua formação profissional está mais direcionada para os aspectos biológicos do problema. Em função disso, geralmente eles lidam mal com demandas consideradas inespecíficas como a violência de gênero que não é caracterizada como uma doença.

Dados de uma pesquisa realizada por Schraiber e Kiss (2011) em 19 serviços de saúde da rede pública de São Paulo que envolveu profissionais de saúde e mulheres em situação de violência usuárias destes serviços, mostraram que tanto os dados quantitativos como os qualitativos reafirmam a invisibilidade da violência contra mulheres na assistência à saúde. Para estas autoras o pensar e o agir em saúde são pautados nos pressupostos e na organização da clínica médica que privilegia em sua abordagem as lesões ou as disfunções orgânicas.

A invisibilidade para Schraiber *et al.*, (2005) refere-se a falta de reconhecimento de certos problemas como sendo da sociedade como um todo. E tal reconhecimento não é observado no tratamento dado à violência contra a mulher por parte de alguns profissionais da saúde que ainda consideram que este é um problema que deve ser enfrentado pela mulher em âmbito privado. Nota-se também que a violência de gênero se encontra marginalizada perante outras demandas de saúde.

Estudos como o de Schraiber e Kiss (2011) ressaltam a possibilidade de que a situação vivenciada pela mulher seja reconhecida como uma violência, mas não como objeto de intervenção na área da saúde. Dessa forma, em muitos dos casos em que o/a profissional decidiu intervir, este/a considera sua ação ineficaz e deslocada, identificando-a mais como uma ação pessoal e não profissional ou até mesmo como uma demonstração afetiva de solidariedade. Muitos/as profissionais não reconhecem na sua ação qualidades técnico-científicas no agir sobre a violência, tal como poderia ser se fossem capacitados/as em tecnologias apropriadas para lidar com esse tipo de demanda.

Os resultados da pesquisa de Schraiber e Kiss (2011) revelaram quanto à compreensão que muitos/as profissionais de saúde possuem acerca da violência

de gênero praticada contra mulheres, visões conservadoras, em que consideram as mulheres responsáveis pela situação de violência vivida.

Entendem que isso é fruto de suas escolhas pessoais. Julgam de forma equivocada os valores que orientam essas escolhas, expressando uma forte carga moral em suas visões que podem repercutir em suas ações diante deste problema. Muito embora, já existam normatizações e protocolos de atendimento a mulheres em situação de violência, mas ainda pouco conhecido e utilizado pelos/as profissionais da saúde.

Nas últimas décadas houve avanços significativos no que se refere às políticas públicas de combate a violência contra a mulher, como a elaboração de normativas legais e a construção de uma Rede de Enfrentamento a Violência contra a Mulher, da qual fazem parte: as delegacias especializadas de atendimento a mulher (DEAM's) e as Casas Abrigo que surgiram na década de 1980; o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) também na década de 80 e os Conselhos de Direitos da mulher; Os Juizados Especiais (JECRIM's) na década de 90; a Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes do Ministério da Saúde de 1999; a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em 2003; a lei 10.778/2003 que instituiu a notificação compulsória de casos de suspeitas de violência, dentre esses os casos de violência contra a mulher pelo/as profissionais da saúde; a lei 11.340/2006 lei Maria da Penha; o Plano Nacional de políticas para as Mulheres de 2005; a Política Nacional e o Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher em 2011 dentre outros serviços da rede não governamental.

Considerações finais

O contexto atual brasileiro mostra que tivemos avanços no plano legal e das políticas públicas que visam enfrentar o problema da violência contra a mulher que é uma violência de gênero e um grave problema social, através de uma rede de políticas públicas que envolvem diversos atores e serviços de áreas distintas como saúde, segurança, justiça, assistência social, dentre outras políticas e iniciativas do setor não governamental. No entanto, sabe-se que a existência desta rede de atendimento em si, não é garantia de enfrentamento eficiente e de resolução do problema.

Faz-se necessário também avaliar, analisar a maneira como os profissionais que lidam com a violência de gênero a compreendem e como está sendo

realizado o atendimento no interior dos serviços desta rede. Visto que muitos destes serviços, em especial os de saúde e as delegacias que são os mais buscados pelas mulheres em situação de violência, podem contar com profissionais desconhecedores das questões de gênero.

A compreensão das questões de gênero e da violência de gênero como uma questão de saúde pública e como violação aos direitos humanos por parte dos/as profissionais de saúde pode contribuir para transformação de visões, discursos e práticas profissionais conservadoras, para uma maior visibilidade social destas demandas no campo da saúde. Possibilitando, também que as intervenções profissionais transcendam o mero tratamento das consequências físicas da violência de gênero, favorecendo um atendimento digno, humanizado, de qualidade que possa ajudar a mulher a romper com o ciclo da violência.

Moreira (2007) argumenta que é de extrema importância que os/as profissionais de saúde que atendem mulheres em situação de violência possam explorar seus próprios preconceitos, pontos cegos e a relação com sua própria posição de gênero, reavaliando suas crenças sobre a causalidade dos comportamentos de dominação.

Nesse sentido espera-se que as contribuições da teoria social contemporânea dos autores utilizados neste trabalho como Scott, Saffioti, Foucault, Minayo e demais autores/as, possam nos fornecer ferramentas conceituais para explorar estes preconceitos e pontos cegos e nos servir de instrumento para desvendar e compreender a realidade na sua complexidade, buscando as conexões entre gênero, poder, dominação, violência e saúde.

A violência de gênero se relaciona com a área da saúde direta e indiretamente, pois ela sempre gera um contexto instaurador de agravos à saúde. E os/as profissionais de saúde possuem um papel importante no seu enfrentamento. Tendo em vista que estão em uma posição privilegiada para identificar, tratar, enfrentar e prevenir este problema.

No entanto, dependendo da visão, da compreensão que os/as profissionais de saúde possuem acerca deste problema, podem se constituir em agentes transformadores da realidade destas mulheres numa dimensão positiva ao acolhê-las, orientá-las, provocar reflexões sobre a natureza cíclica da violência, sobre as questões de gênero, violência e poder presentes nas relações sociais entre os gêneros. Podem, ainda encaminhá-las para a rede de serviços de proteção e enfrentamento a violência contra a mulher abrindo-lhes caminhos para uma vida livre de violência.

Por outro lado, se os/as profissionais de saúde agirem com base em visões e valores machistas e conservadores, podem acabar desenvolvendo práticas que se configuram como novas formas de violência sobre as mulheres que buscam atendimento nos serviços de saúde que devem ser espaços de respeito a saúde, à vida, à cidadania e aos direitos humanos.

Compreende-se que trabalhar a questão de gênero na área da saúde não se restringe a apenas atender as sequelas físicas da violência de gênero vivenciada por mulheres, mas desenvolver ações que possam alterar o modelo que rege as relações entre os gêneros que é fortemente orientado pelo caldo cultural da ideologia machista e patriarcal, hegemônico na sociedade e que se manifesta também nas ações desenvolvidas por alguns profissionais da saúde e das diversas áreas que lidam com mulheres em situação de violência. Pois, como diz Saffioti (2004) o conhecimento sobre gênero não é detido, profundamente, por nenhuma categoria profissional e isto precisa ser discutido mais amplamente, principalmente entre aquelas que lidam diretamente com essa demanda, por esta razão chamamos atenção para a necessidade deste debate com o campo da saúde.

Referências

ALMEIDA, Suely Sousa. Essa violência mal-dita. In: *Violência de gênero e políticas públicas*. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2007, p.23-56

BANDEIRA, L. Avançar na Transversalidade da Perspectiva de Gênero nas Políticas. In: BRASIL: *Fortalecimento da Secretaria de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Janeiro, 2005

BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. Tradução Maria Helena Kuhner. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

D'OLIVEIRA, A F P L. Violência de Gênero, Necessidades de Saúde e Usos de Serviços de Saúde em Atenção Primária. *Tese de Doutorado em Medicina*. São Paulo, Faculdade de Medicina da USP, 2000.

FARAH, M. F. S. Gênero e Políticas Públicas. *Estudos Feministas*, Florianópolis. 12(1): 360. Jan/abril, 2004.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 25 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

MINAYO, M. C. S. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cad. Saúde Pública*, vol.10 supl.1 Rio de Janeiro 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>> Acesso em 27/11/2009

MOREIRA, M. C. O impacto da violência doméstica na saúde reprodutiva: uma reflexão sobre gravidez na adolescência. In: *Família e Gênero*. Marlene Neves Strey, João Alves da Silva Neto, Rogério Lessa Horta (orgs). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p.287-301

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: *MASCULINO, FEMININO, PLURAL*. PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARDENBERG, C.M.B. Da crítica feminista à uma ciência feminista. In: COSTA, A. A. A; _____, C. M. B (Orgs.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: REDOR/ NEIM-FFCH?UFBA, 2002) Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6875/1/Vers%C3%A3o%20Final%20Da%20Cr%C3%ADtica%20Feminista.pdf>> acesso em 06/04/2015

SCOTT, J. Gênero uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, Vol. 20. Jul/Dez,1995, p.71-99.

SCHRAIBER *et al.* *Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

SCHRAIBER, L. B.; KISS, L. B. Temas médico-sociais e a intervenção em saúde: a violência contra mulheres no discurso dos profissionais. *Ciência e Saúde Coletiva*, 16(3): 1943-1952, 2011.

WAISELFISZ, J. J. Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil. 1ª Ed. *Brasília*: DF, 2015. Disponível em <www.mapadaviolencia.org.br> acesso em 10/12/2015

A HISTÓRIA DAS MULHERES E AS FONTES ORAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL.

Amanda Alves da Silva
amanda-alves01@hotmail.com

Orientadora: Márcia Santana Tavares
Universidade Federal da Bahia
marciatavares1@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar como os estudos sobre violência contra as mulheres, no Brasil, foram influenciados pela História das Mulheres, que tem como um de seus objetivos denunciar a invisibilidade feminina e a opressão masculina; mas, principalmente, refletir sobre como as fontes orais vêm sendo utilizadas nas pesquisas sobre o tema, atuando como importante instrumento para revelar a trajetória e experiência de violência que permeia a vida das mulheres, conhecer o discurso que produzem sobre essa violência e suas estratégias de enfrentamento, suas percepções acerca dos serviços e rede de proteção social a que têm acesso entre outros aspectos. Em suma, neste trabalho a intenção é destacar a importância das narrativas orais como suporte investigativo no estudo da violência de gênero, ou seja, das ações ou condutas que, baseadas no gênero, contribuem para naturalizar e perpetuar relações de poder assimétrico entre homens e mulheres, seja no campo afetivo-sexual, seja no espaço público, nas instituições e serviços criados para prevenir e reprimir a violência contra as mulheres brasileiras.

Palavras-chaves: História; Mulheres; Violência.

Introdução

A pesar de haber estado presente en los procesos históricos y haber participado activamente en ellos, las mujeres han sido excluidas de la historiografía tradicional. Preocupados por estudiar las hazañas de “los grandes hombres”, el funcionamiento de las instituciones, la formación del proletariado o el comportamiento campesinos o marginales, los historiadores han ignorado a las mujeres y no las han integrado a sus estudios (ARANGUREN, 1991, p. 102).

Por muito tempo a história dos homens foi conhecida como história geral, ou história da humanidade. O que aprendemos no ambiente escolar, através dos meios de comunicação e no próprio seio familiar era fruto de uma visão unilateral, que tinha como seus principais protagonistas homens, brancos, de países europeus. E as mulheres não participaram dos momentos e fatos históricos? Onde estavam as mulheres na história mundial? São indagações de mulheres feministas e depois de historiadoras no campo da historiografia.

De acordo com a autora Carmen Ramos Escandón, podemos definir historiografia como um “conjunto de escritos sobre determinado tema o período desde el punto de vista histórico” (ESCANDÓN, 1999, p. 131), ou seja, seria uma percepção ou modo de interpretação da história, e de como o conhecimento histórico é constituído. A historiografia clássica tinha um caráter positivista, que procurava na história uma ciência objetiva, e privilegiava fontes políticas, militares, espaços masculinos onde a figura feminina era pouco presente.

Em 1920, com o surgimento da Escola dos Annales, que tinha como precursores Marc Bloc e Luce Febvre, a historiografia clássica passa a ser questionada e novos métodos surgem em contraponto ao positivismo e objetivismo da tradição anterior. “À medida que a tradição historiográfica dos Annales propunha ampliar o leque de fontes e observar a presença de pessoas comuns, ela contribuiu para que as mulheres, posteriormente, fossem incorporadas à historiografia” (SOIHET & PEDRO, 2007, p.284). A historiografia sofria influência marxista e agora o foco, antes voltado apenas para as elites e os homens, mudava para observar as contradições étnicas e raciais, assim como as contradições de classe. Nesse contexto, a contradição de gênero ainda era tomada como decorrente da sociedade de classes.

Rachel Soihet e Joana Maria Pedro afirmam que “durante a década de 1960, cresceu na historiografia um movimento, crítico do racionalismo abstrato, que relativizou a importância de métodos ou de conceitos teóricos rígidos” (SOIHET & PEDRO, 2007, p.284). A então recente História Social trazia à tona

as identidades coletivas, fazendo de objetos de investigação os grupos minoritários, antes silenciados pela história, como a exemplo das mulheres.

Entretanto a História Social não foi a única causa para que as mulheres se tornassem objetos e sujeitos da história. Entre fins da década de 1960 e início da década de 1970, o movimento feminista, em sua segunda onda, *“que con su preocupación por situar a las mujeres como sujetos históricos, ha subrayado la necesidad de evaluar su presencia, su importancia y significado en una sociedad y en un momento determinado”* (ESCADÓN, 1992, p.10), contribuiu para que às mulheres fosse permitida a presença na história, da qual durante séculos foram excluídas.

Além do mais, a inserção das mulheres nas universidades e nos cursos de história, em países como Inglaterra e Estados Unidos, trouxe o seguinte questionamento: *“onde estão as mulheres?”*. Segundo a autora Joan Scott (1992), a identidade mulheres, criada pelo movimento feminista e compartilhada coletivamente no meio acadêmico denunciava a discriminação sexual e reivindicava para as historiadoras interesses e necessidades particulares não mais sujeitadas às necessidades da categoria de historiadores. A partir daí novas historiadoras mobilizaram-se para dar voz aos sujeitos silenciados.

A história das mulheres, sugerindo que ela faz uma modificação da ‘história’, investiga o modo como o significado daquele termo geral foi estabelecido. Questiona a prioridade relativa dada à ‘história do homem’ em oposição à ‘história da mulher’, expondo a hierarquia implícita em muitos relatos históricos. E, mais fundamentalmente, desafia tanto a competência de qualquer reivindicação da história de fazer um relato completo quanto à perfeição e à presença intrínseca do objeto da história – o Homem universal (SCOTT, 1992, p.78).

Nesse contexto, a História das Mulheres colocava em xeque a veracidade da História “geral”, já que esta era escrita a partir de uma visão unilateral dos fatos, a visão masculina. Argumentava que os homens eram seres sexuados, com etnia, cor e classe, e não sujeitos abstratos para representar toda a humanidade e, que a história era influenciada por ideologias, hierarquias e interesses da classe dominante, portanto, sua objetividade e neutralidade eram tendenciosas. Assim, questionava: Qual a consistência dessa história que silenciava e deixava de lado metade da população mundial? Desde então historiadoras se

empenham na busca de documentos e fontes que evidenciem a participação feminina nos contextos históricos.

Las historiadoras de las mujeres desde un enfoque académico se acercaron a las investigaciones a través de diferentes metodologías. Entre ellas se encuentran las reconstrucciones y reinterpretaciones de las biografías de las mujeres; reinterpretaciones comparativas, análisis trans-cultural, las historias orales, visuales y ‘representaciones’ y ‘reflexiones’, análisis del discurso, análisis cuantitativos y de objetos materiales (OFFEN, 2009, p.6)

Entre essas diferentes metodologias utilizadas na História das Mulheres, uma em especial é o foco deste artigo, a história oral. Segundo as autoras Van Sylvie de Castele e Danielle Voleman não se escreve mais a história sem recorrer às fontes orais, principalmente quando se trata de história das mulheres, pois estas (as mulheres) não escreveram nem foram escritas tanto quanto foram os homens. “La historia de la mujer, que por tradición, derecho o naturaleza corresponde a la esfera de lo intimo o lo privado, está conformada más por rastros orales que escritos” (CASTELLE, VOLEMAN, 1992, p.100). Neste caso, a oralidade é o vetor principal dessa história.

A autora Mary Del Priore (1998), ao abordar a questão da emergência da História das Mulheres no Brasil, elucida que a história oral passou a ser utilizada pelas historiadoras e historiadores para escutar a história vinda de “baixo”, de pessoas pertencentes a categorias ditas minoritárias, neste caso, as mulheres, havendo assim uma recuperação da memória feminina¹. Essa memória trazia consigo a subjetividade dos sujeitos femininos e também a subjetividade daquela que os entrevistava para o campo da história.

A consciência de falar de um certo lugar - aquele, entre outros da opressão, da ocultação e mesmo aquele que separa pesquisadores de pesquisados – acabou por destruir a pretensa neutralidade da ciência histórica (DEL PRIORE, 1998, p.229).

1 Ver: DEL PRIORE, M. *História das Mulheres: as vozes do silêncio*. In.: FREITAS, M.C. de. (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 217-235.

Entretanto, apesar de tal abordagem ser favorável para fomentar a reconstituição da história das mulheres no Brasil, Brito (2011) chama a atenção para um movimento de resistência quanto à denominação “história das mulheres”, em virtude de suas limitações teóricas e metodológicas. O movimento defende que as mulheres sejam vistas na história de forma integrada e não segregada, mediante a adoção da noção de gênero, que possibilitaria ampliar e dinamizar os estudos. Propõe-se modificar tanto a perspectiva da historiografia tradicional que segrega, quando não desconsidera, as mulheres, quanto o radicalismo contido nos próprios trabalhos feministas que excluía o masculino do seu quadro de referência. Em suma, propõe-se um redirecionamento do olhar, colocando em foco a questão da relação entre os sexos e a adoção da categoria de gênero.

El género es una categoría analítica que surge desde El feminismo de los años sesenta y ochenta, en particular desde las ciencias sociales y desde el feminismo anglosajón, que señala la necesidad de repensar las perspectivas permeadas por una visión parcial, masculina, que oculta las diferencias entre hombres y mujeres. El género, entendido como la construcción social de la diferencia sexual, señala justamente la necesidad de enfocar las diferencias entre los géneros como una elaboración histórica que adscribe roles determinados a hombres y mujeres con base en sus diferencias biológicas (ESCADON, 1999, p.135)

De acordo com Escandón, a categoria gênero na história vem para questionar e corrigir o modo como os fatos históricos são selecionados, que privilegia as experiências masculinas em detrimento das femininas, ou seja, há um “ocultamento” da vida das mulheres pela historiografia. A categoria de gênero traz, então, a ideia de que homens e mulheres são construídos socialmente, atribuindo importância aos estudos que consideram tanto as mulheres quanto os homens, pois as relações sociais contribuem para a formação dos sujeitos. Surgem, então, os “Gender Studies” ou a história do gênero, que vem para substituir a história das mulheres. A proposta de uma história não mais voltada exclusivamente para as mulheres, mas para as questões entre os sexos foi rapidamente aceita, segundo Mary Del Priore (1998). Ainda de acordo com a autora, a imprecisão do conceito e o desconhecimento deste poderiam causar equívocos quando cruzadas as variáveis gênero e sexo; além disso, a intenção de alguns autores de “corrigir o empirismo ingênuo” da história das mulheres, deixava de lado o termo “mulher”, que teoricamente não existiria.

Como bem lembra Gianna Pomata, a história do gênero compreendida como história da construção social, através de discursos e práticas, de categorias do masculino e do feminino é legítima e representa um território útil à pesquisa histórica. Mas não podemos confundi-la com a história das mulheres nem, tampouco, obliterar a necessidade de uma história social das mulheres. A tarefa da história das mulheres – insiste a mesma autora, com a qual concordamos – não é a desconstrução dos discursos masculinos sobre as mulheres, mas, sim a ultrapassagem da pobreza dos fatos que tornou a vida dessas atoras sociais tão descarnada (DEL PRIORE, 1998, p.233).

Sendo assim, apesar da história do gênero ter suas contribuições para a história social, não podemos descartar a importância da história das mulheres para superação do anonimato e do silêncio a que têm sido relegadas na história, conforme tentaremos demonstrar no próximo tópico.

Mulheres Espancadas

Enquanto a história das Mulheres ganhava espaço no ambiente brasileiro juntamente com o movimento feminista, outro campo de estudos surgia no Brasil. Os estudos sobre violência contra as mulheres tem início no Brasil na década de 1980, a partir das ações dos movimentos feministas e das mudanças sociais que estavam acontecendo em decorrência do processo de redemocratização pós- ditadura militar. Nesse momento, os movimentos feministas buscavam conferir uma maior visibilidade aos casos de violência contra as mulheres que, em sua maioria, aconteciam dentro de espaços ditos “privados” (SANTOS e IZUMINO, 2005).

O slogan “O pessoal é político” ganha as ruas do país, chamando a atenção para casos de violência sem resolução ou absolvidos pela justiça brasileira, deixando os agressores de mulheres em liberdade. Nesse sentido, os movimentos começam a combater esta violência através de intervenções sociais, jurídicas e psicológicas, prestando apoio às vítimas e suas famílias, o que origina o primeiro órgão de atendimento à mulher, chamado SOS-Mulher e, no ano de 1985, a criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) do país, no estado de São Paulo.

Os primeiros estudos sobre o tema têm por objeto as denúncias de violência contra as mulheres nos distritos policiais e as práticas feministas não-governamentais de atendimento às mulheres em situação de violência. [...] Empiricamente, pode-se afirmar que a tarefa primordial dessas pesquisas consiste em ‘conhecer quais eram os crimes mais denunciados, quem eram as mulheres que sofriam a violência e quem eram seus agressores’. Esses estudos compartilham também as referências teóricas adotadas para compreender e definir o fenômeno social da violência contra as mulheres e a posição das mulheres em relação à violência (SANTOS e IZUMINO, 2005, p.2).

Antes de chegar ao objetivo desse artigo, é importante frisar o que significa a violência, e de que modo a violência contra as mulheres atua socialmente. De acordo com Costa (1986, apud Cunha, 2007), o conceito de violência pode ser entendido de duas formas, sendo a primeira compreendida quando há coerção através da força física ou através de um constrangimento moral em uma relação desigual de poder; e a segunda ideia complementa a primeira, ao agregar a justiça ou a lei, a qual seria a ruptura de um contrato por um conhecedor que utiliza da sua força para infringi-la. Neste caso, podemos tomar este conceito de violência, como uma ideia de coerção ou intimidação, em relação à violência contra as mulheres, caracterizada por uma desigualdade de poder configurada num sistema androcêntrico e patriarcal, atribuindo historicamente aos homens posições de poder material e simbólico.

O termo “violência contra as mulheres” passa a ser criticado por algumas pesquisadoras feministas, devido ao aparecimento, na década de 1980, do conceito de gênero, o qual pode ser entendido como “construção social do masculino e do feminino e como categoria de análise das relações entre homens e mulheres” (SANTOS e IZUMINO, 2005, p.3). Após a difusão do conceito de gênero pelo meio acadêmico, os estudos com referência a violência contra as mulheres adotam o novo conceito, substituindo o termo “mulheres” para o termo “gênero”, sendo assim surge uma nova categorização da violência, chamada “violência de gênero”. A violência de gênero torna o conceito mais abrangente, a violência não é mais vista apenas contra as mulheres, mas também pode acontecer de homem para homem, de mulher para mulher, ou em alguns casos de mulheres para homens. “Todavia, o vetor mais amplamente

difundido da violência de gênero caminha no sentido homem contra mulher, tendo a falocracia como caldo de cultura” (SAFFIOTI, 2004, p.71)².

Mas, o que tem a ver a história das mulheres, que tanto discutimos no início deste artigo, com violência contra as mulheres? Ora, muita coisa! Recordemos que a urgência da história das mulheres era dar voz àquelas que foram silenciadas e excluídas da história e, os movimentos feministas, conjuntamente com os estudos sobre a violência contra as mulheres, buscavam levar ao conhecimento público e ao espaço político o grito de socorro das mulheres que sofriam violência no âmbito privado, ignorado anteriormente. Seria o estudo da violência contra as mulheres parte da história das mulheres ou parte de história do feminismo? É o que pretendemos responder no próximo tópico.

História oral e a violência contra as mulheres

Primeiramente, é importante destacar que a história das mulheres é diferente da história do feminismo, apesar de os movimentos feministas terem contribuído para a emergência da história das mulheres. Poderíamos afirmar, então, que os estudos de violência contra as mulheres fazem parte dos dois campos de estudos. A razão seria por que, como vimos acima, a luta dos movimentos possibilitou a conquista de alguns direitos femininos, permitindo que a questão da violência contra as mulheres fosse trazida ao campo dos estudos acadêmicos, dando uma maior visibilidade ao problema. Por outro lado, esses estudos sobre violência sofrem influência da história das mulheres, que no Brasil emergia no mesmo contexto histórico, ao querer dar voz às mulheres em situação de violência, silenciadas por sua condição de gênero no meio social.

A oralidade permitiu, assim, resgatar a identidade e a vida daquelas que vivem no anonimato: donas de casa, solteironas, viúvas, empregadas, trabalhadoras, ou miseráveis. Quanto maior a sua opressão, tanto mais importante dar-lhes voz, pois contar a sua história significa a possibilidade de reconstituição de suas identidades femininas (DEL PRIORE, 1998, p.229).

2 Contudo, neste artigo continuaremos utilizando o termo mulheres por considerar que o conceito representa um sujeito político.

Com efeito, durante uma pesquisa realizada no ano de 2013, que tinha como tema a violência conjugal³ contra as mulheres nas cidades de Cachoeira, São Félix e Feira de Santana, localizadas no estado da Bahia, sentimos a necessidade de dar voz a mulheres que passaram por situações de violência perpetradas por seus companheiros. O “dar voz” seria trazer ao conhecimento de outras pessoas – da sociedade e do meio acadêmico – a história de cada uma delas através das suas narrativas, que compõem o trabalho de conclusão de curso na graduação em Ciências Sociais (ALVES, 2013).

Essa necessidade surge a partir do momento em que, através de um levantamento bibliográfico de produções sobre violência contra as mulheres, foi percebido que grande parte dessas produções deixa que os números falem pelos sujeitos, isto é, os dados estatísticos são considerados autoexplicativos.

De fato, quando os estudos de violência contra as mulheres emergem no Brasil, as pesquisas realizadas nas Delegacias da Mulher priorizam o número de queixas, por exemplo, deixando a fala das mulheres em segundo plano. Apesar de darem visibilidade ao problema da violência, a identidade e a experiência dessas mulheres desaparecem, ao serem “traduzidas” em números.

Para as autoras Rita de Cássia Gonçalves e Teresa Kleba Lisboa, essa situação vem mudando, pois, a história oral começa a ser valorizada aos poucos pelas Ciências Sociais, “na medida em que se percebe que comportamentos, valores, emoções permanecem escondidos nos dados estatísticos” (GONÇALVES & LISBOA, 2007, p.85), que não contemplam a relação entre pesquisador(a) e pesquisado(a) em seus trabalhos. Nesse sentido, a história oral como abordagem metodológica se fará importante nas diversas áreas dos conhecimentos como as Ciências Sociais, a Psicologia, o Serviço Social, entre outras, que utilizam esta abordagem para estabelecer uma maior aproximação com os sujeitos da pesquisa.

Ao adentrarmos no campo e tecermos uma aproximação com as mulheres que se tornaram sujeitos do trabalho, constatamos a riqueza contida em seus depoimentos e, como a reconstituição de suas memórias agregava aspectos relativos às suas identidades e experiências para a pesquisa. Assim, cada entrevista concedida foi transcrita fielmente, de modo a trazer à tona depoimentos antes silenciados e ocultados pelas mulheres, em que apresentam sua versão acerca das diferentes modalidades de violência enfrentadas e justificativas para

3 O termo violência conjugal se restringe à violência praticada por pessoas que constituem ou constituíram casais em um relacionamento afetivo. Na grande maioria das ocorrências, a violência conjugal é perpetrada pelos homens contra suas companheiras, no ambiente privado, embora ocorram também em espaços públicos

permanecerem em uma relação conjugal violenta. Por percebermos que cada história é única e que suas narrativas se fazem importantes para compreendermos a violência contra as mulheres e como enfrentá-la de modo eficaz, demos prosseguimento à pesquisa⁴, com o objetivo de que mais mulheres em situação de violência sejam ouvidas.

Grande parte das pesquisas é realizada por cientistas sociais, assistentes sociais, psicólogas, profissionais da área de saúde e, poucas historiadoras(es) tratam da violência contra as mulheres no contexto da violência doméstica. Seriam os estudos de violência um campo marginalizado na história das mulheres?

A ideia deste artigo surgiu a partir de uma reflexão em torno da pesquisa sobre violência contra as mulheres, mais precisamente, sobre como a emergência da história das mulheres vem contribuindo para o desenvolvimento das pesquisas que trazem como tema as mulheres e as questões de gênero. Embora a história das mulheres seja um campo importante para o desenvolvimento de diversas pesquisas, poucos foram os trabalhos encontrados que relacionam a emergência dessa história com os estudos de violência contra as mulheres e a utilização da história oral durante a elaboração deste artigo.

Para melhor ilustrar a importância da história das mulheres e da história oral, trazemos um depoimento colhido através de entrevista semi-aberta, de “Joana”, mulher, negra, na faixa dos cinquenta anos de idade e residente da cidade de Cachoeira, Bahia.

Não, eu não denunciei por que..., na única vez que ele me bateu entendeu? Ele me deu um tapa e me xingando, aí eu fui correndo pra casa da minha tia e essa minha prima queria me levar em Feira⁵, mas eu não..., eu não fui sabe, aí não fui, foi daí que eu saí de casa fiquei um ano e seis meses, mas ele ali oh todo dia, ele tinha o número do meu celular, ficava ligando, não saía dali, dizia aos meus primos que..., ficava abusando meus primos, dizendo que eu ia voltar num sei o que, e no final eu voltei mesmo, pra ele mesmo, sabe?

4 Na pesquisa realizada em 2013, foram entrevistadas seis mulheres, de idade, classe e raça diferentes, residentes nas cidades de São Félix, Cachoeira e Feira de Santana. Atualmente, a pesquisa ganha continuidade no Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo na UFBA, desta feita objetivando analisar de que modo as redes sociais de apoio ajudam no enfrentamento dessa violência, mediante entrevistas com um quantitativo maior de mulheres em situação de violência conjugal residentes nas cidades de Cachoeira e São Félix/BA.

5 Feira de Santana é uma cidade vizinha a Cachoeira e a segunda maior da Bahia.

Nesse pequeno trecho retirado da entrevista, Joana relata o porquê de não ter denunciado a agressão sofrida pela primeira vez, como aconteceu, a quem ela foi pedir socorro, e como reatou o casamento depois da violência. Podemos perceber como a história oral nos revela o universo complexo que compreende a trajetória e experiência singularizada dessa mulher, isto é, permite-nos desvendar subjetividades e distinguir “oposições correntes entre cotidiano / fato histórico, produção / reprodução, público / privado, associadas à dicotomia masculino-feminino” (BRITO, 2011, p. 26).

De fato, as narrativas de mulheres reconstituem a dinâmica da violência, ao mesmo tempo em que revelam o isolamento social a que são submetidas pelos parceiros íntimos; rompem o silêncio a que recorrem tantas vezes para se protegerem de mais agressões e, transbordam sentimentos de vulnerabilidade, solidão, medo e revolta, além de nos desafiar a também desvendar os significados do não-dito, omitido, que são expressos através de pausas, lágrimas e gestuais que acompanham o desatar das memórias sobre a violência em seus relacionamentos íntimo-afetivos. Suas narrativas denunciam ainda o desrespeito, a humilhação e desproteção sofridas em suas peregrinações pelas instituições da rede de atenção em busca de justiça (TAVARES, 2013).

Finalizando...

Pretendemos neste artigo nuançar a importância da história das mulheres e sua abordagem metodológica, a história oral, para os estudos de violência contra as mulheres no Brasil e, demonstrar que, mesmo após décadas do surgimento desses campos de estudo, há ainda muito que construir.

Reafirmamos aqui o valor da história oral, não só para a historiografia, mas para outros campos, como as ciências sociais, a antropologia e a psicologia entre outros. Contudo, sem desconsiderarmos que, como qualquer método, requer atenção e cuidado, principalmente quando utilizado a partir de uma perspectiva de gênero, que se propõe a desessencializar constructos históricos e socioculturais que balizam as referências identitárias e tramam trajetórias, experiências e narrativas femininas variadas acerca da violência conjugal e suas formas de enfrentamento.

Dito de outra forma, acreditamos que a utilização da história oral em estudos sobre a violência contra as mulheres possibilita que as personagens centrais revolvam memórias subterrâneas e desnudem silenciamentos e ocultações encerradas no espaço privado, no que se refere à violência (ainda) perpetrada

por parceiros íntimos e, exponham tanto suas trajetórias e experiências como formas de enfrentamento à violência, além de verbalizarem percepções e interpretações acerca das políticas públicas e serviços de proteção oferecidos pelas instituições de justiça às quais recorrem para romper com a situação de violência.

Enfim, esperamos que cada vez mais, não só mulheres, mas homens, também, possam resgatar a história da violência contra as mulheres, oculta nas memórias, ignorada em boletins de ocorrência e processos, dando voz aos sujeitos/mulheres, que precisam e querem falar.

Referências

ALVES, Amanda. Perigos Internos: Mulheres X Violência Conjugal [Monografia]. Cachoeira: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2013.

ARANGUREN, Marysa Navarro. Mirada nueva – problemas viejos. In. LUNA, Lola (org) Mujeres y Sociedad – nuevos enfoques teóricos y metodológicos. Barcelona: Universidad de Barcelona. 1991. p.101-

BANDEIRA, Lourdes. A violência doméstica: uma fratura social nas relações vivenciadas entre homens e mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (org.). Mulheres Brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

BOCK, Gisela. De lo social a lo político (cap.4). La Mujer en la História de Europa. Barcelona: Crítica. 2001, p.149-20.

CUNHA, Tânia Rocha Andrade. O preço do silêncio: Mulheres ricas também sofrem violência. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007.

BRITO, Maria Noemi Castilhos. O gênero, a historia das Mulheres e a memoria: Um referencial de analise. (2011). Disponível em: http://www.unesco.lacult.org/docc/oralidad_05_22-27-o-genero-a-historia-das.pdf. Acesso em: 10 jun. 2014.

DE CASTEELE, Sylvie Van y VOLEMAN, Danielle. Fuentes orales para la história de las mujeres. In. ESCANDÓN, C.R. (org). Género e História. México: Instituto Mora/ UAM. 1992, p. 99-109.

DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres: as vozes do silêncio. In.: FREITAS, M.C. de. (org.). Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998. p. 217-235.

ESCANDÓN. Carmem Ramos. Historiografia. Apuntes para un debate en femenino. Debate Feminista. Ano 10, Vol. 20, outubro, 1999, p.131-157.

ESCANDÓN. Carmem Ramos. La nueva história, el feminismo y la mujer. In. ESCANDÓN, C.R. (org). Género e História. México: Instituto Mora/UAM. 1992. p.7-37

GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. Revista Katál Florianópolis, v. 10, p. 83-92, 2007.

LABRECQUE, Marie France. Metodología feminista e histórias de vida: mujeres, investigación y Estado. In.LULLe, T. VARGAS, P. y ZAMUDIO, L. (orgs) Los usos de la historia de vida em las ciencias sociales II. Barcelona: Antthropos. 1998. p. 27 – 52.

OFFEN, Karen. História de las Mujeres. La Aljaba segunda época. Revista de Estudios de la Mujer. V. XIII, Ano 2009. Luján: Universidad Nacional de Luján, Universidad Nacional de la Pampa. Argentina, p.15-33

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. In.: Cadernos Pagu, n. 4, 1995. p. 9-28

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In.: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (org.) Masculino, Feminino, Plural. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 21-41.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANDOICA. Elena Hernandez. História de las Mujeres como historia social. In.: VALDIVIESO, P. et. Al. La historia de las mujeres: uma revisión historiográfica. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2004, p.29-55

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf>> Acesso: 10/08/2013.

SCOTT, Joan Wallach. História das mulheres. In. BURKE, Peter (org) A escrita da História. Novas perspectivas. São Paulo: Unesp. 1992. p.63-95

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. In.: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, n. 54, 2007. p. 281-300.

SOIHET, Rachel. "A História das Mulheres". In: Domínios da História. VAINFAS, Ronaldo; CARDOZO, Ciro. (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. "O corpo feminino como lugar da violência". In: Projeto História, PUC – São Paulo, nº25, dez/2002, p. 269-289.

TAVARES, Márcia. Roda de Conversa entre Mulheres: denúncias sobre a inaplicabilidade da Lei Maria da Penha em Salvador/BA e a descrença na justiça. In: Fazendo Gênero 10, 2013, Florianópolis. Fazendo Gênero 10 - Desafios Atuais do Feminismo. Florianópolis: IIEG/UFSC, 2013.

VIOLÊNCIA CONJUGAL: UM DOS FATORES DA ACIDENTALIDADE DA TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DE MULHERES

Ana Carolina Cerveira Tavares

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
(IFMA – Campus Codó).*
anacarolina@ifma.edu.br

C.W.S.M

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
carlos.wellington@ufma.br

E.F.A

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
(IFMA – Campus Codó).*
erika.albuquerque@ifma.edu.br

M.B.F

Secretaria de Estado da Educação do Ceará
mariebferreira@bol.com.br

S.T.C.L.C

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
(IFMA – Campus Codó).*
sorayatatiara@ifma.edu.br

Resumo: Analisa a violência conjugal como um dos fatores da acidentalidade da trajetória educacional de mulheres. As participantes da pesquisa foram alunas do PROEJA do IFMA–Campus Codó/MA. A pesquisa foi descritiva de natureza qualitativa. Utilizou-se o método “Narrativas de Vida” e a técnica da entrevista em profundidade. O estudo concluiu que as hierarquias de gênero continuam arraigadas no cotidiano das mulheres e a violência conjugal ainda

é determinante na acidentalidade da sua trajetória educacional. No entanto, inseridas em redes de poder fluidas, elas conseguiram movimentar-se dentro destas relações e, de algum modo, ressignificaram suas práticas ao retomarem os estudos.

Palavras-chave: Violência Conjugal, Trajetória Educacional, Mulheres

1 Introdução

O presente artigo visa analisar as repercussões das diversas formas de violência de gênero na trajetória educacional das mulheres, tendo como recorte espacial o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) – Campus Codó, através do Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)¹.

O direito constitucional à educação não se materializa para muitas mulheres devido às grandes desigualdades de gênero arraigadas socialmente. Tal condição constitui uma violação do seu humano direito à escolarização, pois ainda que adentrem as instituições escolares, não conseguem permanecer. Além disto, somam-se as relações produzidas e reproduzidas dentro da instituição escolar, que são desiguais, discriminatórias e excludentes.

Para Sposati (2000, p. 27), dentre os fatores “[...] que levam os jovens para longe das escolas, está o distanciamento de sua realidade pessoal. O modelo vigente reforça a educação a serviço da exclusão, não da inclusão social”. Ademais, os “destinos” de gênero também determinam o afastamento das mulheres da escola, já que seu papel na sociedade foi designado à esfera doméstica. É neste sentido que se adota neste trabalho, a concepção da violência contra as mulheres firmada pela Convenção de Belém do Pará que a define como uma “[...] violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais que limita total ou parcialmente a observância, gozo e exercício de tais direitos e liberdades” (OEA, 1994, p. 1).

Dentre os motivos que abarcam a problemática encontra-se, principalmente, a busca por empregos para prover o sustento da família. Soma-se à isto, a ordem de gênero como: casamento, gravidez, trabalho doméstico, autoridade do companheiro e a violência conjugal nas suas diversas formas de manifestação. Neste artigo analisou-se, especificamente, a violência conjugal como um dos determinantes da descontinuidade dos estudos das mulheres.

Para iniciar a discussão, é relevante trazer a conceituação de gênero adotada neste trabalho. O termo foi desenvolvido pelas estudiosas feministas na perspectiva de compreender, cientificamente, as desigualdades existentes entre

1 O PROEJA é um programa do Governo Federal, criado pelo Decreto 5.840/2006, destinado àqueles/as que concluíram o ensino fundamental, mas não tiveram oportunidade de iniciar ou continuar os estudos no ensino médio e, ao mesmo tempo, integrar à uma formação profissional para possibilitar a entrada no mercado de trabalho (BRASIL, 2007, p.44).

homens e mulheres e, como se materializam na realidade, gerando diversas formas de opressão feminina.

Segundo Scott (1995), gênero é uma organização social construída sobre as diferenças sexuais, em que as percepções sobre as diferenças entre homens e mulheres são vistas como desigualdades. Para superar os essencialismos, contesta o discurso dicotômico sexo x gênero enquanto categorias fixas e universalizantes e considera o gênero como categoria analítica e histórica, desnaturalizando os diversos domínios da vida.

Para a socióloga Saffioti (1997, p. 41) o gênero é uma construção social: “É das noções de mulher e de homem que nascem as normas que permitem a transformação de um bebê em um ser feminino ou masculino”. A autora desenvolve um esquema conceitual para subsidiar sua investigação que denomina de “tripé da dominação – exploração” da sociedade brasileira, formado pelo gênero, raça/etnia e classe social, dando origem, respectivamente, ao patriarcado, racismo e ao capitalismo. O patriarcado é um “[...] sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem” que, juntamente com as demais estruturas, está presente nos diversos espaços sociais. E a violência, nas suas diferentes formas de manifestação, é um instrumento a serviço da preservação do patriarcado (SAFFIOTI, 2004, p. 126).

A violência de gênero ocupa um lugar peculiar na sociedade, dada a sua complexidade dentro de uma rede de violência maior, configurando-se de diferentes maneiras, nos espaços públicos e privados. O termo gênero não pressupõe desigualdades, nem aponta a parte oprimida, como diz Saffioti (2004, p. 113), e sim a sua ideologia que hierarquiza homens e mulheres. Desta maneira, a maior “[...] vantagem do conceito de gênero é deixar aberta a direção do vetor da dominação-exploração”, todavia, “[...] o fator mais amplamente difundido da violência de gênero caminha no sentido homem contra mulher, tendo a falocracia² como caldo de cultura”.

Porquanto, falar de violência de gênero não significa, *a priori*, a violência do homem contra a mulher, mas ela pode ocorrer da mulher contra o homem, entre homens ou entre mulheres. Mas estas são, comprovadamente, as maiores vítimas quando a violência se manifesta no seio familiar e o principal agressor é o companheiro, o qual mantém uma relação de afetividade e intimidade. Esta forma de violência “[...] ultrapassa as relações interpessoais do casal, não se

2 De acordo com Saffioti (1987), o termo falocracia (falo= pênis) representa a maior expressão do “poder do macho”.

caracterizando como um problema privado. Suas raízes sexistas e sua magnitude exigem a interferência do Estado e da sociedade para o seu enfrentamento” (ROCHA, 2007, p.49).

De acordo com a lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, a violência conjugal ocorre “em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação”. As violências familiar, doméstica e conjugal se sobrepõem e independem de orientação sexual. Ela pode se manifestar de diversas maneiras, a lei tipifica cinco: violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial (BRASIL, 2012, p. 18).

O Mapa da Violência 2012 divulgou dados relevantes sobre a violência contra as mulheres. Dentre vários indicadores, identificou que os femicídios, geralmente, acontecem no ambiente doméstico, com 68,8% dos casos ocorridos no Brasil. Quanto ao agressor, 71,8% de casos são cometidos pelo parceiro ou ex-parceiro. (WASELFISZ, 2012).

A ideologia é um instrumento indispensável para legitimação do modelo hegemônico de dominação masculina. Ela encarrega-se de inverter os fenômenos ao atribuir características construídas socialmente como diferenças naturais, ademais, valora estas diferenças, hierarquizando os diversos domínios da vida social.

Assim, prevalece a hegemonia do homem branco, rico e heterossexual e, todos que fogem desta “normalidade” são alvos de sanções sociais, como discriminações e preconceitos, justificando as diversas expressões da violência conjugal. Saffioti (1994) descreve tais expressões como mitos: cria-se um perfil do agressor como pertencente às classes mais baixas, sem trabalho fixo, usuário de álcool e/ou outras drogas, oriundo de família “desestruturada”. São fatores que “geram” grande carga de estresse que culminam na violência. Este estereótipo concorre para o mascaramento da violência contra as mulheres, pois retira seu teor político, desviando a responsabilidade do Estado na resolução do problema, direcionando para os sujeitos nas suas individualidades. Nesta direção, a violência de gênero é reduzida ao plano individual, ignorando-se os demais determinantes.

A violência conjugal é um fenômeno universal, portanto, as mulheres das classes alta e média também são alvos dela, porém, seu nível de ocultação é maior devido aos diversos recursos que utilizam para lidar com o problema, assim, somente os casos extremos chegam ao público. Ela apresenta características específicas que dão o caráter multifacetado ao problema, uma delas é o grau

de intimidade proporcionado pela convivência com o agressor, que conhece as fragilidades da companheira e controla diretamente a vida de suas “vítimas”.

As mulheres têm dificuldade em romper com a violência conjugal e, por ser um fenômeno complexo, apresentam avanços e retrocessos devido aos fatores internos (subjektividades, as experiências anteriores frustradas, dentre outros) e externos (desinformação, falta de recursos disponíveis, por exemplo) à sua relação. É uma violência rotinizada que

[...] sempre recai sobre as mesmas pessoas, as mulheres [...] São cenas de violência cotidianas, de ameaças de morte, dirigidas diretamente à mulher e/ou a seus filhos e a outros familiares, de tentativas de homicídios anteriores, que configuram um clima de terror doméstico, fechando as escassas saídas vislumbráveis (ALMEIDA, 1998, p. 28).

Acredita-se que as mulheres não são vítimas nem cúmplices da violência, mas sujeitos inseridos em relações desiguais de poder. Saffioti (1999, p. 86) afirma que não há cumplicidade uma vez que “[...] a violência familiar não é a expressão unilateral do temperamento violento de uma pessoa, mas é tramada conjuntamente – embora não igualmente – por vários indivíduos da família. Não há objetos, apenas sujeitos.” A autora contesta também a posição vitimista, pois nesta perspectiva as mulheres não vislumbram possibilidades de ressignificação das relações de poder, já que estão presas a um esquema rígido, onde gênero é o destino.

Para sustentar suas teses, Saffioti (2004) baseia-se nos estudos de Foucault (2012, p. 14), para ele:

E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra o seu exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder. Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele sempre está presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de força.

É nesta correlação de forças que é possível situar a violência conjugal. Neste sentido, as mulheres podem elaborar estratégias para modificar sua posição dentro das relações de força e, assim ressignificarem suas práticas, resistindo

à violência. Portanto, a exclusão feminina de diversos espaços, sobretudo o educacional, é resultado não somente do seu papel no espaço familiar e doméstico, mas, sobretudo, da sua diferença com os “iguais”, os homens. Assim, “a diferença (em relação aos homens – cidadãos) foi política e simbolicamente construída com a noção de cidadania, de tal modo que a sua exclusão aparece como a própria origem dessa noção” (SARACENO, 1995, p.207). É sob a ótica da não cidadania feminina que a violência conjugal se estabelece, ao conformar a mulher na esfera doméstica, responsável pela unidade familiar e criação dos filhos.

2 Metodologia

Portanto, devido ao seu caráter multifacetado é que a violência feminina no âmbito da violação de direitos também adentra o cenário educacional, uma vez que, dentre outras consequências, interfere na trajetória escolar das mulheres. É nesta perspectiva que, para compreender este fenômeno na realidade, escolheu-se oito mulheres, alunas do Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) do IFMA- Campus Codó/MA³ para participarem da pesquisa.

O caminho metodológico da investigação foi de natureza qualitativa, a partir de um estudo descritivo das questões que envolvem a violência conjugal. Elegeu-se o método “Narrativas de Vida” que, segundo Bertaux (2010, p. 47), consiste no “sujeito conta a outra pessoa, pesquisador ou não, um episódio qualquer de sua experiência de vida”.

As participantes da pesquisa, nas suas vivências particulares, tiveram experiências em comum de violência conjugal que, dentre outras consequências, interferiram no seu processo de escolarização. Ela surgiu na vida das mulheres como um mecanismo de controle masculino e, inseridas em relações desiguais de poder viram o relacionamento conjugal mudar com o passar do tempo.

3 O IFMA foi criado pela Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão e das Escolas Agrotécnicas Federais do Maranhão. (BRASIL, 2008).

3 Resultados e Discussão

As falas demonstraram que a violência conjugal se manifestou de diversas formas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral e ocorreram, geralmente, de forma cumulativa. Dentre elas, está o impedimento das mulheres exercerem livremente sua liberdade, cujo domínio do companheiro se expressava, sobretudo, na proibição dos estudos. Nos relatos de Tulipa, observou-se também manifestações da violência física, psicológica e moral:

Ah! A gente discutia direto e a gente sempre saia nos tapas mesmo! Ele me xingava demais na frente dos meus dois filhos. Teve um dia que ele pegou a faca e ficou me ameaçando que ia me furar [...] Meu sonho era voltar a estudar, mas meu marido não queria, que era besteira, que era uma vergonha eu, uma velha, inventar de estudar [...] mas mesmo assim ainda tentei algumas vezes à noite, no Mata Roma [refere-se à escola]. Mas ele não gostava não [...] mas era só ciúme, sabia? Menina, ele me seguia, fazia todo esforço pra chegar mais cedo em casa pra poder me pegar na hora de eu ir pro colégio. Ele vivia na minha escola, era perto [...] passava a noite todinha lá, conversando com o vigia, ficou amigo do vigia, aí ele entrava, espiava na sala e saía, assim sem mais nem menos. Eu ficava ao mesmo tempo com vergonha dos meus colegas e com medo dele... (TULIPA).

As agressões verbais eram frequentes no relacionamento de Tulipa. Ela foi ameaçada de morte diversas vezes pelo marido. Tentou reiniciar os estudos, mesmo contra a vontade do companheiro que era bastante ciumento e a vigiava na escola. Conseguiu voltar, mas logo abandonou devido às constantes ameaças do marido.

Na fala de Camélia a violência física, psicológica e moral eram recorrentes no seu cotidiano, como segue:

Teve um dia que ele pegou logo um facão “deste tamanho” e disse que se eu saísse de casa ele ia matar primeiro as meninas pra mim ver, aí depois ele disse que eu ia saber notícia dos meus parentes que ele ia matar e depois ia ser eu [...] O motivo de eu estudar também era um motivo de briga, logo ele não estuda, nunca estudou

[...] Toda vez que eu venho do colégio ele tem aquela desconfiança, entendeu? [...] não vi nada de bom nesse casamento, só minhas filhas, só! [...] (CAMÉLIA).

Camélia ainda vive o ciclo violento e relata vários momentos de agressões físicas, ameaças, insultos, isolamento social, vigilância constante, constrangimento e perseguição. A proibição dos estudos surgiu na sua fala como um dos motivos das agressões.

Geralmente, o sentimento de culpa e a vergonha da mulher associam-se à sacralização da instituição social “família”, por isto, temem em findar com o casamento, pois apesar de agressivo, o companheiro corresponde ao modelo imposto de sujeito ativo, provedor do sustento material e simbólico da família.

No que diz respeito à violência física, Margarida perdeu as contas de quantas vezes foi agredida. Eis o relato:

Todo o meu relacionamento foi assim, já até perdi as contas de quantas vezes ele me bateu [...] Eu sempre quis estudar pra ter uma vida melhor, conversei com ele pra gente estudar, ele é analfabeto, não sabe ler nada, nada, nem escrever, mas ele não quis estudar e nunca aceitou que eu estudasse. [...] Ele dizia assim mesmo pra mim: “Pra que tu quer estudar? Se não aprendeu quando devia, agora mesmo que não vai aprender, mulher casada que diz que vai estudar é vagabunda, pra ficar arranjando macho na rua, com essas outras mulher que não tem o que fazer”. Nem meus meninos ele queria que estudasse, quando matriculava eles e chegava em casa com material escolar deles, ele dizia que aquele dinheiro que eu gastei com material dava pra comprar não sei quantos quilos de arroz, de farinha, que era jogar dinheiro fora. Toda vez que eu falava que ia estudar era uma briga, ele sempre me batia, era um dos motivos que eu apanhava [...] (MARGARIDA).

Apreende-se na sua fala que, além da violência física, surge também a psicológica, moral e patrimonial. Margarida desejava estudar, pois acreditava ser uma oportunidade de melhorar de vida, todavia, seu companheiro, analfabeto, nunca aceitou que ela estudasse, nem mesmo os seus filhos.

Emergiram nos relatos, a informação que alguns companheiros das participantes eram analfabetos. De alguma forma, quando elas adentram o espaço educacional adquirem certo capital cultural que, de modo sumário, refere-se

à própria educação escolar. Isto pode representar uma ameaça aos homens, principalmente, por se encontrarem na condição de analfabetos. Com isto, a aquisição de um maior grau de instrução das mulheres poderia os inferiorizar. Segundo Saffioti (2004, p. 84), “[...] acredita-se ser no momento da vivência da impotência que os homens praticam atos violentos [...]” Nos relatos apresentados, a violência manifestava-se como resultado da “impotência” dos homens, pela falta de escolarização ao proibirem que suas companheiras estudassem. Diante disto, gerou-se um conflito, tanto na visão dos homens quanto das mulheres, estas acreditavam que a retomada dos estudos iria de encontro aos seus papéis determinados.

Contudo, acredita-se que o desejo de estudar das mulheres não é uma causa da violência, mas um dos seus catalisadores, já que está inscrita socialmente nos homens, em que a agressividade é transformada em agressão.

Apesar da violência vivenciada, as mulheres conseguiram, de alguma forma, dar continuidade aos estudos, eram práticas que se configuraram como pontos de resistência ao modelo dominante, para isto, elaboraram diferentes estratégias, parte de uma trajetória oscilante. Algumas voltaram a estudar somente após a separação do marido, outras permaneceram casadas e, dentro do relacionamento, conseguiram dar continuidade aos estudos. É o que se observa no relato que segue:

Ele fez foi dizer mesmo, se eu largar ele, se eu fugir, ele pode ir até pro inferno, mas ele disse que me acha! E aí, ele é do jeito que é, eu já fico medo [...] E eu vivo com ele mesmo por causa das minhas filhas, entendeu? [...] Eu tenho é inveja daquelas mulheres que tem oportunidade de separar e não aproveita, volta de novo que é ou pra morrer ou pra sofrer de novo. Como eu digo, oportunidade, oportunidade assim eu não tenho, porque se eu tivesse eu tinha saído há muito tempo! [...] Se eu largar ele, eu vou pra onde? [...] Aí quando foi agora eu quis voltar a estudar. Eu estudo, mas eu sei que ele não gosta né? Eu não acho que ele mudou, porque eu botei o pé na frente e disse que eu ia terminar de estudar, porque podia ser que um dia, não sei se eu vou morrer primeiro ou ele né? [...] Mas aí eu disse pra ele: “Nem que descesse sangue, nem que ele me matasse, mas eu ia terminar de estudar!” [...] Eu vou porque eu to fazendo um capricho mesmo, se não fosse isso, se fosse por ele, era só dentro de casa direto! (CAMÉLIA).

Camélia permaneceu casada e utilizou diversas estratégias para enfrentar o problema da violência e dar continuidade aos estudos. Para ela, é um “destino” que não pode se desvencilhar, então, buscou estratégias dentro da relação para lidar com a violência. São constantes rearranjos, com avanços e recuos. Dentro destas formas de resistência, a possibilidade de retomar os estudos surgiu como opção para conseguir melhorar de vida, em termos financeiros e, futuramente, tornar-se independente do companheiro.

Camélia enfrentou a autoridade do companheiro e lutou contra o lugar destinado às mulheres dentro do casamento, quando diz: *“Nem que descesse sangue, nem que ele me matasse, mas eu ia terminar de estudar”*. Ao mesmo tempo, enxerga esta atitude como uma desobediência, ao afirmar: *“Eu vou porque eu to fazendo um capricho mesmo...”* São posições e discursos contraditórios devido ao teor ideológico que acompanha, milenarmente, o patriarcado. Sua posição é de submissão e resistência em que, nesta tensão, constrói pontos estratégicos para modificar determinadas situações. O desejo de continuar os estudos era uma delas, para isto, enfrenta o modelo hegemônico ao “desobedecer” uma ordem do marido.

Margarida também expôs as formas de resistência à violência vivenciada e à dominação de gênero, em que a oportunidade de estudo surgiu após a separação do marido. Eis o relato:

[...] mas da última vez ele me bateu muito e não aguentei mais, liguei pra polícia e chamei eles. [...] Algemaram ele e levaram. [...] Quando foi no outro dia ele foi, levou tudo de dentro de casa: geladeira, fogão, sofá, tudo, tudo! Não deixou nada, eu fiquei só olhando, não falei nadinha, aí pensei: “A minha vida e dos meus filhos é mais importante que essas coisas, não faço questão de nada!” [...] fiquei pensando: “Quer saber, não quero mais isso pra minha vida não!” Mande ele embora! [...] Ainda fiquei um tempo sem estudar, procurando emprego, mas não consegui nada. Aí disse: “Quer saber, vou voltar a estudar!” Fui na escola Ana Maria Machado e fui já com meus cadernos pra estudar. Cheguei lá e falei com a diretora e ela rapidinho disse que tinha vaga e perguntou: “Já quer começar hoje?” Aí eu disse que queria, porque não queria mais perder tempo [risos] Aí desde esse tempo não parei mais. [...] Eu tenho que dá exemplo pros meus filhos. Às vezes eu não podia nem ensinar uma lição pra eles, porque nem eu não sabia, né? Eu não quero nada dessa vida que eu passei pra dar pros meus filhos (MARGARIDA).

Margarida, após um longo ciclo de violência conjugal, resolveu dar um ponto final ao seu relacionamento. Esta decisão não foi tomada subitamente ou de forma isolada, mas após tentativas mal sucedidas em manter o casamento. Houve um esgotamento físico, psíquico, emocional, resultado do acúmulo e sobreposição dos diversos tipos de violência.

Estas mulheres decidiram tomar o rumo da sua própria vida. As possibilidades de saídas da relação violenta não seguiram uma regra, um roteiro pré-estabelecido, pois não existem receitas prontas para lidar com esta problemática. Suas buscas pautaram-se em fatores que tanto inibiram, quanto impulsionaram a saída do ciclo violento, com avanços e retrocessos através de diferentes caminhos, de lutas e resistências. Estas experiências se aproximam do que diz Saffioti (2001, p.119-120):

[...] nem todo o conhecimento é determinado pelas lentes do gênero. Graças a isto, mulheres podem oferecer resistência ao processo de exploração-dominação que sobre elas se abate e milhões delas têm procedido desta forma. Não apenas no que concerne às relações de gênero, mas também atingindo as interétnicas e as de classes, pode-se afirmar que mecanismos de resistência estão sempre presentes, alcançando maior ou menor êxito.

O desejo de voltar a estudar e recuperar o tempo perdido foi o grande impulso para estas mulheres que deixaram de estudar em alguma fase da sua vida. Suas principais motivações para continuarem os estudos eram: sair da condição de dependência financeira do companheiro e dar uma vida melhor aos filhos. Inseridas desigualmente nas relações conjugais, de alguma maneira, resistem ao “poder do macho”, pois “[...] onde há poder há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social [...]” (FOUCAULT, 2012, p.14).

Foi possível captar nas narrativas, ações de enfrentamento à autoridade masculina. São práticas emancipatórias dentro de um campo com estruturas rígidas de concepção da vida social. É o lado transformador, positivo do poder que fala Foucault (2012). Foram movimentos que indicaram resistência e mudança e, neste sentido, elaboraram estratégias para lidar com a situação violenta e com a imposição do companheiro em proibi-las de estudar, tolhendo o exercício dos seus direitos enquanto cidadãs.

4 Conclusão

A pesquisa discorreu acerca da violência de conjugal, fruto das relações de dominação-exploração dos homens sobre as mulheres, como um dos fatores da descontinuidade das trajetórias educacionais das alunas do PROEJA do IFMA/Campus Codó. Entende-se que as variadas formas de opressão e exploração a que são submetidas as mulheres, representam uma violação dos seus direitos humanos. A exclusão do direito à educação é uma delas, atrelada a outras formas de exclusão, colabora para reproduzir o modelo hegemônico masculino que define o espaço da mulher à esfera doméstica como esposa, mãe e dona de casa.

Foi possível perceber nas análises das narrativas que o componente ideológico foi crucial para a perpetuação da dominação masculina em que, para a maioria delas, o casamento e a maternagem eram os principais ideais perseguidos. A possibilidade de retomarem os estudos surgiu como uma das expectativas advindas com o matrimônio, porém, frustrada. Foi neste cenário que as diversas manifestações da violência conjugal se materializaram nas suas vivências, como um dos instrumentos de legitimação da dominação – subordinação da mulher ao homem. Com isto, a descontinuidade dos seus estudos se deu em razão de violências sucessivas expressas, sobretudo, na proibição do companheiro para que elas estudassem. São formas de violência que vão além das tipificações em lei, pois são formas tênues de oprimir, através da cultura milenarmente exploradora e dominadora.

Entretanto, ainda que os “destinos” de gênero designem o caminho a ser traçado por homens e mulheres na sociedade, as participantes da pesquisa conseguiram buscar alternativas à ordem de gênero. Sob a perspectiva foucaultiana de poder, apreendeu-se que as mulheres estão inseridas em redes movimentar-se dentro destas relações, uma vez que não estão presas a um esquema rígido de dominação. Desta forma, resistiram às diversas manifestações da violência conjugal e, de algum modo, ressignificaram suas práticas, em algum momento das suas trajetórias de vida.

Este foi o ponto fundamental que se encontrou nas narrativas de vida: as mulheres buscaram outras possibilidades de existir, algumas deram prosseguimento aos estudos após a separação conjugal e; outras, dentro da própria relação, criaram estratégias para continuar os estudos e minimizar o ciclo da violência conjugal que vivenciavam. Com isto, contestaram o modelo hegemônico imposto a elas e desconstruíram, ainda que parcialmente, o seu “destino”. Os relatos mostraram que os padrões tradicionais não foram totalmente superados, mas foram e estão sendo, aos poucos, abalados.

A discussão desta temática não se esgota nesta pesquisa, mas pretendeu-se colaborar com o debate que se faz necessário para superar as visões simplistas que escamoteiam o fenômeno ao concebê-lo, apenas, nas particularidades dos sujeitos. Sabe-se que o patriarcado está arraigado socialmente e a violência de conjugal, fruto desta estrutura, não deve ser vista como um problema pessoal, mas um problema político que requer intervenção governamental.

Além disso, exige mudanças de atitudes coletivas e individuais para desconstrução da cultura machista e patriarcalista, desconfiando do que está posto como natural. Portanto, nos marcos teóricos adotados nesta pesquisa, acredita-se que é possível pensar na transformação da sociedade no que tange à violência de conjugal em todas as suas nuances que, de fato, leve à mudança significativa das relações sociais.

Referências

ALMEIDA, S. S. de. **Femicídios**: algemas (in)visíveis do público-privado. Rio de Janeiro: REVINTER, 1998.

BERTAUX, D. **Narrativas de vida**: a pesquisa e seus métodos. Tradução: A.C.Cavalcante e D.M.G. Lavallée. São Paulo: Paulus, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos**: educação profissional técnica de nível médio/ensino médio – documento base. Brasília: MEC, ago. 2007.

_____. Presidência da República. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 dez. 2008.

_____. Lei Maria da Penha. Lei nº 11.340, 7 de agosto de 2006. Que dispõe de mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 8 de ago. 2012.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. 22 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.

OEA. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Interamericana para Punir, Prevenir e Erradicar a Violência contra a Mulher**. Belém/PA, 1994.

ROCHA, L. M. L. N. **Casas-abrigo**: no enfrentamento da violência de gênero. São Paulo: Veras Editora, 2007. (Série Temas 6).

SAFFIOTI, H. I. B. **O Poder do Macho**. Coleção Polêmica. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. Violência de gênero no Brasil atual. **Estudos Feministas**. v.2, p. 443-461,1994.

_____. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In: KUPSTAS, M. (Org). **Violência em debate**. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

_____. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**. Núcleo de Estudos de Gênero, Campinas, São Paulo: Unicamp, p. 157-163,1999.

_____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**. Núcleo de Estudos de Gênero, Campinas, São Paulo: Unicamp, p. 115-136, 2001.

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Coleção Brasil Urgente, 2004.

SARACENO, C. A dependência construída e a independência negada. Estruturas de gênero da cidadania. In: BONACCHI, G; GROPPI, A.(Org). **O Dilema da Cidadania**: direitos e deveres das mulheres. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre: UFRGS, v. 20, n. 2, jul/dez, 1995.p. 71-99.

SPOSATI, A. Exclusão social e fracasso escolar. **Revista em Aberto**. V. 16, n 71, p. 21-32, jan. 2000, Brasília.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012**: atualização – homicídios de mulheres no Brasil. CEBELA, 2012.

O ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER E OS ESPAÇOS RELIGIOSOS

Bárbara Gomes Fernandes de Aguiar
babi.aguiar17@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo refletir e investigar as ações e atividades dos espaços religiosos que contribuem na superação da violência de gênero sofrida pelas mulheres cristãs, bem como, identificar se existe nas igrejas a implementação de medidas que corroborem para que haja o enfrentamento a violência de gênero. A questão de gênero sob o prisma dos espaços religiosos precisa ser abordada de forma implícita como se faz necessário, principalmente entre as diversas lideranças religiosas, pois é de profunda importância para a compreensão sob a ótica daqueles que a vivenciam todos os dias. Buscar-se-á Identificar se as mulheres cristãs vítimas de violência, se reconhecem como indivíduos de direitos.

Palavras- chave: Violência contra mulher. Desigualdade de Gênero. Religião

Introdução

Este trabalho busca conhecer em que medida os espaços religiosos contribuem no enfrentamento a violência de gênero sofrida pelas mulheres cristãs, como é necessário conhecer as diversas formas de violência sofrida pelas mulheres em suas relações sociais, bem como, o processo de se reconhecer enquanto sujeitos de direitos das mulheres vítimas de violência.

Objetivamos conhecer as medidas implantadas nas igrejas no enfrentamento a violência de gênero e observar se os espaços religiosos promovem atividades que contribuam para a superação da violência de gênero sofrida pelas mulheres cristãs.

A aproximação e profissionalização no âmbito das políticas públicas e no campo da garantia de direitos sociais foi fruto da graduação em serviço social. Ao longo deste processo houve a aproximação de estudos que corroboraram para o entendimento sobre questões inerentes a categoria de gênero, direitos sociais e religião.

Após a formação, durante a prática profissional em uma Indústria de saneantes, cosméticos e alimentos onde parte do quadro de trabalhadores era representada por diversas mulheres, tive a oportunidade de me aproximar da dura realidade vivida cotidianamente por mulheres inseridas em um contexto de violência.

No curso de Especialização em Gestão da Política de Assistência Social realizado na UNICAP, tive a oportunidade de me aproximar e discutir sobre temas que perpassam o cotidiano das mulheres vítimas de violência e sua busca pela política de assistência social através da proteção básica e especial.

Ao longo dos anos, com a participação efetiva em igrejas cristãs protestantes, tive a aproximação de diversos aspectos que envolvem o papel da mulher na igreja.

O discurso sexista e machista presente nos espaços religiosos, especialmente de algumas lideranças religiosas sobre as mulheres, a estrutura patriarcal estabelecida nas relações cotidianas dos grupos religiosos, diversos momentos de escuta e relatos dados por mulheres cristãs imersas nas mais diversas expressões da violência contra mulher e atualmente na militância política – religiosa, foi inevitável o interesse em me aprofundar nas questões que envolvam as relações e desigualdades de gênero, resultando assim no aprofundamento por referencial teórico.

Desde a década de 1970, os temas relacionados à violência doméstica e à desigualdade de gênero têm sido objeto de estudo e debate no meio acadêmico, bem como, no cotidiano de nossa sociedade.

Para que se possa realizar uma leitura e compreensão de todas as problemáticas que permeiam as relações de gêneros e suas desigualdades, faz-se necessário conhecermos e explorarmos a estrutura patriarcal estabelecida em nossa sociedade desde os primórdios.

A violência de gênero contra a mulher ao longo da história

É fato que o século XX foi o palco de grandiosas lutas para desvelar a herança histórica de opressão de gênero, sendo considerado, assim, um momento histórico na luta das mulheres contra as mais variadas expressões de violência vividas por elas.

De acordo com os estudos sobre as mulheres, desenvolvidos essencialmente ao longo da segunda metade do século XX, no Ocidente, a mulher encontrou-se, ao longo dos séculos, na posição de deliberada e não de definidora. Sendo assim, desenvolveu-se um discurso que coloca o homem (varão) no plano do ser humano por excelência (o que, em muitas línguas ocidentais, se exprime mesmo na utilização da própria palavra para homem no sentido masculino do termo e homem enquanto ser humano).

A alteridade da mulher parecia constituir uma realidade com necessidade de uma explicação complementar, uma vez que identificá-la como ser humano não seria o suficiente e adequado, no discurso dominante, androcêntrico.

A concepção social do papel da mulher em família e em sociedade, nos remete a uma construção sócio-histórica do papel feminino em subordinação ao masculino.

A violência de gênero contra as mulheres é um fenômeno que está arraigado juntamente nesta construção de desigualdades estabelecidas nas relações entre os sexos, alocados num determinado tipo de produção, e que eclodi de forma sistêmica e viciosa no seio das mais diversas organizações sociais, mesmo em pleno século XXI, em plena era da tecnologia e de avanços significativos nas tecnologias sociais.

Os estudos feministas trouxeram grande contribuição para o conhecimento e compreensão de como as relações entre os gêneros se estabeleceram ao longo da história e como sofre influência significativa do modo de produção vigente, deslocando a mulher do tradicional lócus de sua função social, a saber o lar para a esfera da produção de mercadorias.

A constante luta dos movimentos feministas e de mulheres, sobretudo no século XX, corroborou para que ações efetivas de combate ao comportamento discriminatório e excludente contra as mulheres concretizasse as políticas públicas como sendo uma alternativa eficaz no processo de enfrentamento e combate à violência de gênero.

Sendo assim, o debate sobre a categoria gênero, sobre a história dos movimentos feministas e de mulheres, bem como sobre as interfaces conceituais e reais entre gênero e violência, é fundamental na discussão e implementação de políticas de enfrentamento à violência, simbólica e/ou física, praticadas contra a mulher. (SAFFIOTI, 2003).

É presente até os dias de hoje um discurso sexista de grande parte da sociedade ao referir-se a mulher. Constituindo, assim, no Ocidente, a identificação da mulher com a sua biologia (nomeadamente, com a maternidade), estranha ao “ser humano perfeito” - o varão.

O discurso culturalmente sexista e patriarcal se coloca majoritariamente nas diversas relações humanas e, sobretudo, no seio das religiões, que através de seus espaços participam do processo de formação de todo indivíduo, contribuindo assim, na formação e amadurecimento de sua identidade cultural, bem como de sua construção social.

Estudar e conhecer a temática da violência contra a mulher é demonstrar, acima de tudo, uma contribuição no processo de conquistas em busca de uma cidadania plena, trazendo o conhecimento e a discussão de situações vivenciadas pelas mulheres vítimas das mais variadas expressões da violência de gênero.

O conhecimento dos diferentes tipos de violência e como lentamente abrigam-se na vida de suas vítimas poderão ser usados como um dos mecanismos para a prevenção dos progressivos atos de violência, visto que raramente a violência começa com agressão física, mas geralmente com a baixa da autoestima da vítima envolvida.

Os saberes metodológicos:

Inicialmente a pesquisa realizar-se-á com base na revisão bibliográfica, a partir da apropriação dos conteúdos adquiridos ao longo do processo de aproximação e aprofundamento teórico da temática estudada, e o levantamento de dados oficiais baseados em pesquisas já realizadas.

Em seguida, Na fase de aproximação do objeto de pesquisa, a investigação recorrerá aos métodos antropológicos de registro da etnografia, que é o estudo descritivo da cultura dos povos, sua língua, raça, religião, hábitos, como também das manifestações materiais de suas atividades.

A etnografia busca estudar e revelar os costumes, as crenças e as tradições de uma sociedade, ela é inerente a qualquer aspecto da Antropologia Cultural, que estuda os processos da interação social. A pesquisa etnográfica tem bases antropológicas ou etnográficas, e baseia-se na observação e levantamento de hipóteses, onde o pesquisador busca descrever o que, na sua visão e interpretação, está ocorrendo através do obtido texto em pesquisa.

Para a análise dos dados, adotaremos uma abordagem baseada na teoria crítica, com análise de discurso e análise de conteúdo.

Além disso, a análise do discurso ao permitir um aprofundamento da compreensão das estratégias discursivas que moldam as formas distintas de construção do meio social, ao colocá-lo abertamente sob crítica, acaba por facilitar os processos de transformação, não os reproduzindo (Nogueira, 2001, no prelo).

Será analisada, também, a compreensão das mulheres cristãs sobre seus direitos através de entrevistas, leituras de depoimentos, entre outros.

Conhecendo a violência de gênero contra a mulher

Tratar da violência contra mulher, embora seja um assunto muito antigo, não é serviço fácil. Sabemos que existem inúmeras resistências em identificar e reconhecer alguma forma de violência como algo direcionado às mulheres enquanto grupo social e, portanto, representação de uma relação de desigualdade. Nota-se uma negativa em admitir que a violência vivenciada por mulheres não se justifica de forma alguma, mas se sustenta na realidade das relações sociais de sexo.

Percebe-se uma constante tentativa de justificar de alguma forma os mais variados atos de violência contra mulher, reforçando, assim, o discurso machista, sexista e fundamentalista presente no seio da família e espaços religiosos. Quando as mulheres aprendem através da religião que precisam ser obedientes e submissas, acaba de certa forma contribuindo para que haja a produção e reprodução das mais variadas formas de violência que as atacam,

fazendo com que os discursos religiosos e as diversas interpretações dos textos sagrados coloquem a mulher em uma condição desfavorecida, contribuindo para a manutenção da violência contra a mulher.

As histórias de violência contra as mulheres dentro do seio religioso, como nas omissões em relações conjugais violentas, contribuíram para que sociedade discriminasse as mulheres. A Igreja é um lugar de formação e influência sobre indivíduos que passam a agir socialmente em suas relações sociais.

Para que haja uma compreensão sobre a necessidade de um rompimento com o conservadorismo imbuído nas relações de gênero, será necessária uma profunda reflexão sobre fatores históricos que perpassam nossa sociedade e sua real conjuntura até os dias de hoje.

Ainda que o espaço familiar e privado seja o principal lugar de violência (a violência doméstica), a violência contra a mulher afeta todos os âmbitos, públicos e privados. Por isso suas causas não devem ser procuradas nos relacionamentos familiares, mas sim na estrutura patriarcal, nos modelos sociais e na distribuição desigual de poder entre homens e mulheres. (CARRASCO, 2012).

Precisamos entender a violência de gênero como uma questão de direitos humanos, que envolva os avanços das mulheres e suas conquistas por igualdade entre mulheres e homens no âmbito da justiça e igualdade social, sendo encarados de forma homogênea e através do princípio da igualdade, reconhecendo, assim, que vários fatores sociais acabam impedindo para que haja uma implementação plena dos direitos humanos das mulheres.

Conforme Trindade, irá Consisti no reconhecimento de que compõe o âmbito dos direitos humanos todas as dimensões que disserem respeito à vida com dignidade - portanto, em direito, deixam de fazer sentido qualquer contradição, ou hierarquia, ou “sucessão” cronológica entre os valores da liberdade (direitos civis e políticos) e da igualdade (direitos econômicos, sociais e culturais). Sob o olhar jurídico, os direitos humanos passaram a configurar uma unidade universal, indivisível, interdependente e inter-relacionada. (TRINDADE, 2002, p.191).

O princípio da igualdade encontra-se diretamente amarrado na dignidade da pessoa humana, não sendo por outro motivo que a Declaração Universal da ONU de 1948 aplicou que todos os seres humanos são iguais em dignidade e direitos.

Assim, constitui pressuposto essencial para o respeito da dignidade da pessoa humana a garantia da isonomia de todos os seres humanos, que, portanto, não podem ser submetidos a tratamento discriminatório e arbitrário, razão pela qual não podem ser toleradas a escravidão, a discriminação racial, perseguições por motivo de religião, sexo, enfim, toda e qualquer ofensa ao princípio isonômico na sua dupla dimensão formal e material (SARLET, 2001, p.89).

Vemos que o século XX trouxe muitos avanços em relação às conquistas e direito das mulheres, mas é verdade que com ele ocorreram retrocessos também, fazendo-se necessário um olhar diferenciado das autoridades civis e eclesiásticas para tal temática, tendo como alvo de atenção e cuidado especial, medidas e ações que fortaleçam o enfrentamento à violência de gênero.

Desta forma, precisa-se reconhecer que o princípio da igualdade como é formalmente expresso na lei, não faz diferenciação entre mulheres e homens, assim, para que haja um verdadeiro apoio ao enfrentamento da violência contra mulher por parte dos espaços religiosos e relações familiares, faz-se necessário reconhecer que ela existe e é presente nas relações familiares e religiosas. Tal reconhecimento levará a um entendimento e compreensão entre as lideranças religiosas espalhadas por todo país.

Conclusão

Sabemos que ainda existe um longo processo a ser construído no campo do enfrentamento a violência de gênero sofrida pela mulher, fazendo-se necessária uma aproximação da realidade vivida pelas mulheres cristãs nas suas diversas relações sociais, reconhecendo a violência como um problema social e de responsabilidade também das igrejas como algo a ser superado, e não aceitado. É preciso uma resposta também das igrejas junto à sociedade contra a violência de gênero, fazendo-se necessário fomentar o debate e a discussão nos espaços religiosos, sobretudo no sentido de que a violência contra mulher é uma herança advinda e perpetuada desde a cultura judaica cristã, usada de forma retrograda até os dias de hoje nas relações sociais estabelecidas nos espaços religiosos para alimentar algumas formas de desigualdade e violência.

De acordo com Busin (2011), “a família é, para diversas tradições religiosas, um locus privilegiado de transmissão e/ou socialização de valores e princípios

religiosos”. A família e a igreja, portanto, são instituições que reproduzem modos de ser, de agir e de comportar específicos para as mulheres. Pode se dizer, inclusive, que é nesse meio social que as identidades de gênero são constantemente produzidas e reproduzidas.

Sabemos da importância e do poder de influência que a religião exerce sobre o indivíduo no seu constante processo de construção de identidade cultural e formação social, com isso, se parte das numerosas igrejas cristãs espalhas por todo o nosso país colocassem-se como agentes transformadores desta realidade tão cruel vivenciada pelas mulheres cristãs em suas relações familiares, teríamos um considerável avanço no enfrentamento à violência de gênero.

Referências

BUSIN, Valéria Melki. Religião, sexualidades e gênero. Revista de Estudos da Religião .V. 11, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/6032/4378>>. Acesso em: 10.07.2015.

CARRASCO, C. Estatísticas sob suspeita. SOF, São Paulo 2012.

NOGUEIRA C. (2001). Construcionismo social, análise do discurso e gênero. Psicologia(no prelo).

NOGUEIRA, Conceição. “Análise do discurso.” (2001).

SAFFIOTI, Heleieth. “Violência estrutural e de gênero–Mulher gosta de apanhar.” Programa de Prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher. Diálogos sobre a violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2003).

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora,2001.

TRINDADE, José Damião de Lima.

CHARAUDEAU, Patrick, and Angela MS Corrêa. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Contexto, 2008.

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA CONTEMPORANEIDADE: UM ESTUDO SOBRE A SITUAÇÃO DAS BOLSISTAS DO PROGRAMA BOLSA EDUCAÇÕES EM MANAUS-AMAZONAS

Célia Maria Nascimento de Oliveira¹
celia_mani@hotmail.com

Cleodiney Viana de Carvalho²
cleodiney@hotmail.com,

Laura Shelly da Rocha³
laura.shelly@hotmail.com,

Maria Carneiro de Almeida⁴
mariacarneirodeoliveira@yahoo.com.br.

Marília Carvalho da Silva⁵
ailiramsm@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo principal fazer uma análise da violência intrafamiliar contra as mulheres na contemporaneidade, onde se destacam as buscas por uma pós-graduação através do programa social “Bolsa Educações”, relatando a violência intrafamiliar que essas mulheres enfrentam para se manterem no programa, conciliando estudo, trabalho e as

-
- 1 Assistente Social pós graduada no curso de Políticas Públicas no Enfrentamento da Violência Intrafamiliar da Faculdade Salesiana Dom Bosco
 - 2 Assistente Social pós graduada no curso de políticas públicas e Saúde pela Faculdade Martha Falcão/Devry
 - 3 Assistente Social no Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas-MMMO
 - 4 Assistente Social pós graduada no curso de Políticas Públicas no Enfrentamento da Violência Intrafamiliar da Faculdade Salesiana Dom Bosco
 - 5 Assistente Social no Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas-MMM.

atribuições domésticas, pontuando os vários tipos de violência que as bolsistas sofrem por seus cônjuges nos seus relacionamentos afetivos. Para realizar o estudo utilizou-se pesquisa bibliográfica, relatos sobre a situação das bolsistas de pós-graduação do programa bolsa educação na cidade de Manaus. A pesquisa adotou abordagem de cunho participativa e qualitativo. No presente estudo buscou-se destacar os direitos conquistados pelas mulheres ao longo dos anos a partir dos programas criados e implantados para a cidadania, assim como também a trajetória da família, sua formação e espaço conquistados no mercado de trabalho ao longo do tempo.

Palavras Chave: Família, Violência Intrafamiliar, Políticas Públicas.

Introdução

Família é a base de toda a construção ética e moral do ser humano, sendo, portanto, responsável pela educação de seus membros, tanto no seu convívio familiar como em sociedade requerendo atenção maior quanto a educação de base, pois é a partir desse momento que começa a desenvolver grandes homens e mulheres, para que assim possam crescer e se desenvolver como bons cidadãos de direitos e deveres exercendo de forma correta sua cidadania.

Sabe-se que nos tempos atuais a família em sua composição está passando por alterações no ordenamento de seus membros, com suas diferentes definições e sua configuração de trabalho, o qual afeta a capacidade da composição familiar, mas o diálogo deve permanecer, assim como os ensinamentos sobre respeito e obediência.

O conflito intrafamiliar só pode existir quando tem mais de um membro familiar envolvido. Com a composição da família como base de tudo surge sempre a necessidade de reconciliação entre os pares, pensando no bem estar social de seu grupo familiar como logica fundante da sociedade como um todo.

Na atualidade, o conflito intrafamiliar vivido pelas mulheres bolsistas do curso de pós graduação do Programa Bolsa Educações na cidade de Manaus-Amazonas Brasil, pode-se destacar os vários conflitos familiares identificados. Sendo necessário pontua-los e conhece-los mais de perto através da ótica da pesquisa.

Sendo assim, faz-se necessário analisar a violência contra as mulheres no tempo atual a partir de um estudo com mulheres do programa social “Bolsa Educações”, traçando seu perfil socioeconômico, conhecendo os conflitos intrafamiliar que as bolsistas enfrentam para se manterem no programa até a conclusão de sua pós-graduação, bem como, identificar a percepção das mulheres bolsistas sobre a relação violência contra mulher e a desigualdade social, sobre a posição na sociedade.

Para alcançar os objetivos deste estudo realizaram-se consultas a acervos bibliográficos, sites oficiais, revistas, com grande relevância, por apresentar resultados locais e que remetem a entender melhor a realidade da violência contra a mulher em Manaus. A violência contra a mulher ainda está muito presente em nossa sociedade, fato preocupante, pois mesmo sendo crime punível, esse ato continua causando intimidação e medo em muitas mulheres manauaras, por isso vêm sendo destaque em todos os veículos de comunicação.

Família: trajetória histórica

A família em si é o alicerce de toda estrutura nos traços essenciais para preparação de seus membros quanto à prática da cidadania na sociedade. Neste contexto entendem-se os novos arranjos familiares na contemporaneidade para a realização do desenvolvimento social dos homens e mulheres em igualdade, bem como a ampliação dos mecanismos de direitos democráticos dos cidadãos.

Para Sarti (2010, pag. 26) “família se delimita simbolicamente, baseada num discurso sobre si própria, (...) Constrói sua própria história, seu próprio mito, entendido como formulação discursiva, em que se expressam o significado (...)”. Cada família cria e recria suas relações sociais, trabalhando sempre o conjunto dos fatores condicionantes do grupo como um todo para que se tenha um bom relacionamento social, ressaltando sempre a personalidade de cada um dos membros que estão sendo preparados para a sociedade como um todo.

BARRETO (2009, pg. 13) nesse contexto afirma;

A passagem do século XIX para XX tem sido apontada como um momento importante na mudança de perspectiva que as sociedades ocidentais vão presenciar com relação à condição feminina. No bojo das mudanças estruturais sinalizadas pelo progresso tecnológico e científico, assistiu-se a uma crescente ampliação da visibilidade feminina nos espaços públicos. Rompendo os limites tradicionais que associava a casa e a vida privada, a emancipação feminina passou a incorporar espaço até então restritos ao universo feminino (...).

Família não é um conceito único e inacabado, seu poder, sua harmonia, seus conflitos, se modificam com o passar do tempo, com suas várias formas de agir e pensar, a construção social de cada família é que causa a geração dos conflitos familiares.

Losacco (2010, p. 64), entende que família é a célula do organismo social que fundamenta uma sociedade em Locus, nascida das histórias pessoais, de cada uma, logo é a instância predominantemente responsável pela sobrevivência de seus componentes em todas as esferas de sua sobrevivência.

A partir da década de 1980, as famílias se consolidam em suas modificações em seu meio familiar, e todas essas mudanças estão contribuindo em nossas relações sociais, se fundamentando nas escolhas e direitos, rompendo com os papéis históricos do nosso passado que infelizmente ainda é bastante reproduzido.

Sarti (2010, p. 27) relata que “(...) É uma forma de buscar definição que não se antecipe a sua própria realidade, mas que nos permita pensar como ela se constrói, constrói sua noção de si, que ordenam as relações de parentesco (...)”. Com essa visão de conhecimento e segura de seus direitos, as mulheres ganham forças para irem se consolidando em seus espaços de trabalho e conquistando suas independências, tanto financeira como as de cargo de confiança e chefia no mercado formal de trabalho.

As mulheres dos dias atuais estão em constantes buscas, as quais são as polivalentes do século XXI, são donas de casa exercendo suas atividades do lar e cuidando de sua família com todos os seus ensinamentos básicos, educativos e ainda conciliam seu dia a dia com trabalho paralelo fora de seus lares, os quais são formalizados legalmente, e outros informais, mas ambos têm direito a remuneração.

Para tanto, essas formas que as mulheres contemporâneas estão adotando para se organizarem em todos os âmbitos, ressaltando o financeiro e educacional estão causando ciúmes desnecessários para seus parceiros, os quais veem de forma desleal o empoderamento de suas companheiras, que por simples ignorância de sua parte gera um grande conflito familiar na forma de tentar coibirem suas parceiras.

Neste contexto surgem as agressões, as quais começam com ofensas verbais, com o passar dos dias essas ofensas ficam frequentes até chegarem às agressões físicas, que também tem o mesmo direcionamento em várias situações, sobretudo a violência física com suas companheiras.

2. Violência intrafamiliar

A violência intrafamiliar em pleno século XXI, ainda é um grande problema em nossa sociedade atual. E está relacionada a múltiplos fatores, inclusive cultural.

Para Narvaz, (2006, p. 8) “violência doméstica é concebida como todo o tipo de violência que inclui membros do grupo, sem função parental, que convivam no espaço doméstico, incluindo pessoas que convivam esporadicamente neste espaço”. Assim entende-se por violência todo e qualquer ato que passa ser configurada como agressão, logo esse ato é visto como criminoso, onde as pessoas que fazem sua prática podem ser presas e condenadas pelos seus atos violentos.

Nesse contexto, Saffioti (2004, p. 14) afirma que “(...) vive-se uma fase ímpar de hegemonia do capital financeiro, parasitário, porque nada cria, esta é,

certamente, a maior e mais importante fonte da instabilidade social no mundo globalizado (...)".

A configuração da violência intrafamiliar ainda continua dominante em nossa sociedade entre os pares, mesmo com seus direitos concedidos e garantidos através da Lei 11.340, conhecida como, Maria da Penha. Lei essa que assegura "uma vida sem violência é um direito das mulheres" sendo essas as que mais sofrem com ações violentas de modo geral por seus cônjuges, em alguns casos por estarem em buscas de melhorias para seu grupo familiar.

Para tanto, Vinagre (1992, pag. 20) "supõe-se que a igualdade de direitos para as mulheres dar-se-á graças à ampliação da cidadania feminina e, em especial, à garantia de qualificação da mão-de-obra feminina e de oportunidades de inserção no mercado de trabalho formal". O que observa-se que essa igualdade de direitos e ampliações a cidadania com a igualdade de gênero só tem aumentado o reconhecimento das mulheres em todos os níveis laborais, passando a serem vistas como mulher empoderada de seus direitos.

Nos dias atuais as mulheres estão chegando ao patamar da igualdade de gênero ao serem audaciosas rompendo com as barreiras do silêncio do medo, da subalternidade ganhando forças e estabelecendo estratégias em seu dia-a-dia, nesse contexto, se traz o estudo das mulheres bolsistas do programa educações com seus desafios de vencer obstáculos, conquistando sua independência com a conclusão de sua especialização.

G1.Globo, (10/12/2015) ressalta que;

De acordo com Organização Mundial de Saúde, no ano de 2005, revelou que, no Brasil, 29% das mulheres relataram ter sofrido violência física ou sexual pelo menos uma vez na vida, e 16% classificou a agressão sofrida como severa. Mesmo diante da violência sofrida, 22% das mulheres agredidas não delataram o ocorrido, e 60% não saíram de casa ao menos por uma noite em razão da agressão.

Neste sentido, a Lei 11.340, conhecida como, Maria da Penha afirma, "O fenômeno da violência doméstica contra a mulher é antigo e encontra-se presente em todas as classes sociais e em todas as sociedades, formando um conjunto de relações sociais que tornam cada vez mais complexa sua natureza". As mulheres estão aos poucos conquistando seu espaço, com muita luta e determinação,

colocando a educação como base de seu desenvolvimento criando laços afetivos que se desenvolvem tanto economicamente como fisicamente.

As mulheres em sua totalidade não se deixam mais se intimidar por seus cônjuges ou outrem, estão sempre se qualificando em busca do melhor para seu crescimento, tanto profissional como financeiro. Perceberam que fazendo uma especialização lhes coloca a frente de melhores condições no mercado de trabalho. Historicamente, parte dos homens da nossa sociedade ainda se incomoda com a emancipação de suas companheiras, o que os leva a gerar conflito intrafamiliar causando agressões violentas, tanto físicas como emocional causando insatisfação nos seus relacionamentos.

Sabe-se que com o avanço do capitalismo as mulheres dos dias atuais estão fazendo diferença e são vistas como as mulheres do futuro, da tecnologia de estratégias sucedidas de vitórias, para um futuro brilhante e inovador, com suas experiências de vida e dificuldades para conciliar deveres domésticos, trabalho fora do domicílio e ainda trabalhos escolares que tem por estarem cursando uma especialização.

Contudo vale ressaltar, que as mulheres estão se transformando em um ser com melhor e maior empoderamento do que querem ser e fazer com suas transformações de poder, de desenvolver papéis igualitários aos homens com direitos iguais na sociedade atual e sem violência de fato.

3. Violência contra a mulher

Sabe-se que nos dias atuais muito se avançou no campo dos direitos, políticos e sociais, porém, a mulher ainda sofre muito com o preconceito por parte de nossa sociedade, principalmente pelo gênero masculino o qual vem sendo afetado na capacidade da composição familiar. Em muitas situações as mulheres são entendidas com menos direitos e muitos deveres. Por isso a violência cometida contra mulheres não respeita cor, raça, religião e nem condições financeiras e sociais.

De acordo com o Art. 5º, da Lei 11.340, conhecida com Maria da Penha “configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Mesmo com essa realidade, ainda existem homens audaciosos que buscam intimidar suas parceiras com todas essas formas de violências citadas acima com intuito de intimidar ou agredir sua suas mulheres.

Assim o Portal G1.Globo, (10/12/2015), a Central de Atendimento à Mulher, ligue 180 (SPM-PR, 2015), afirma que somente em 2014, o Brasil tem um índice criminoso muito elevado, onde “a violência contra as mulheres segue vitimando milhares de brasileiras reiteradamente: 43% das mulheres em situação de violência sofrem agressões diariamente; para 35%, a agressão é semanal”.

O referido portal traz relatos da central de atendimentos à mulher, onde em seus atendimentos afirmam que a maior parte desses crimes cometidos sempre inicia dentro de suas residências em um relacionamento conjugal, e que tem variações no decorrer da convivência, alguns acontecem no início das relações a dois e outros já são veteranos, e que por situações diversas de necessidades, essas mulheres ainda se submetem a tal ato.

Esses fatos são alarmantes, onde em pleno século XXI, com várias informações em todos os âmbitos da mídia, vive-se fazendo campanhas preventivas a esses atos de violência contra a mulher, como forma de coibir seus parceiros a cometer esse crime tão brutal, mas mesmo assim eles não se intimidam, e seguem com tal crime.

Mesmo com tantos esclarecimentos as mulheres vítimas de violência ainda se deixam intimidar por seus agressores, as quais sofrem outras formas de violências, essas por sua vez não deixam marcas visíveis, onde a Delegacia Especializada em Crimes contra a Mulher (DECCM) relata que, somente em 2014 somaram no total 52.957, denúncias e se classificam de várias formas. O que se torna ainda mais preocupante, pois representa uma questão complexa, cujas origens encontram-se na organização social, nas estruturas econômicas e nas relações de poder, sendo necessária a implantação de políticas públicas voltadas para o respeito e a igualdade nas relações de gênero.

Para tanto o Portal G1.Globo, (10/12/2015) pontua;

27.369 corresponderam a denúncias de violência física, 16.846 de violência psicológica, 5.126 de violência moral, 1.028 de violência patrimonial, 1.517 de violência sexual, 931 de cárcere privado e 140 envolvendo tráfico. Dos atendimentos registrados em 2014, 80% das vítimas tinham filhos, sendo que 64,35% presenciavam a violência e 18,74% eram vítimas diretas juntamente com as mães.

De acordo com o Portal G1.Globo, (10/12/2015), o Amazonas passa ser o Estado que “tem menor taxa de denúncia de violência contra a mulher pelo disque 180”, nessa afirmação o referido jornal relata que a Secretaria de Segurança Pública registrou mais de cinco mil casos de violência contra a mulher somente

as denúncias em 2014, no entanto o mesmo enfatizando que o Amazonas “é a quarta Capital que menos denuncia” esse crime tão violento envolvendo as mulheres.

Em Manaus esses números de violência contra as mulheres são maiores, sobretudo na zona lestes. Onde segundo os dados do Portal G1.Globo, (10/12/2015), apresenta os dados da SSP-AM, onde dos 63 bairros que existem em Manaus, treze deles registram “mais de 100 casos no período de janeiro a agosto, dentre eles: Armando Mendes, Cidade de Deus, Cidade Nova, Coroado, Gilberto Mestrinho, Jorge Teixeira, Novo Aleixo, Tancredo Neves e Zumbi”.

Diante desse contexto tão preocupante com as mulheres que sofrem violência por vários fatores e em várias situações, surge a preocupação com as mulheres bolsistas do programa social “bolsa educação”, onde as mesmas estão se qualificando através de uma especialização, com intuito de conseguir uma melhor colocação no mercado formal de trabalho, o que está causando desconforto em seus cônjuges.

Nos dias atuais infelizmente ainda é alarmante tal crime, que de acordo com os dados do Portal G1.Globo, (10/12/2015), Somente em Manaus foram denunciados 196 casos, porém “para cada 100.000 mulheres, somente 12,95% informam sobre agressões sofridas”, o que se torna um caso preocupante para todos, pois acredita-se que as mais de 88% dessas mulheres que não denunciam ou não registram suas agressões, são por medo de não terem para onde ir com seus filhos.

Dessa forma, tornam-se claros e evidentes direitos e deveres, para todas as mulheres, sem exceção de classe social, cor, raça, etnia e orientação sexual, porém com todas as discursões a cerca desses direitos garantidos, a mulher em pleno século XXI ainda é agredida em todas as esferas de nossa sociedade. Sendo assim, as mulheres bolsistas do programa social “bolsa educação” estão se sobressaindo em suas buscas, onde as mesmas tem a convicção que com a conclusão de sua especialização elas conseguirão uma melhor posição no mercado formal de trabalho.

4. A mulher, educação e empoderamento

A educação é um processo contínuo em todas as sociedades existentes. Sua predominância é de grande importância para vida dos indivíduos em sociedade, o empoderamento do ser humano sobre seu papel como educador é de grande relevância para o processo de evolução com seus aprendizados e ensinamentos principalmente em família.

De acordo com a Constituição Federal de (1988) a educação no Brasil cresceu em seu percurso evolutivo, porém ainda deixa muito a desejar em suas inserções, em todos os âmbitos, inclusive ao ensino de pós-graduação, pois os mecanismos legais no Brasil vivem em aprimoramento no que se refere às condições estruturais que ainda deixa muito a desejar, uma vez que as instituições públicas não suprem a procura da classe estudantil, tendo as instituições privadas como suporte dessa demanda possibilitando acesso a inclusão dos educandos.

Baseada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. Art. 1º. § 2º. “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. Devendo esse promover projetos ao qual possam ser inseridos nas instituições públicas voltados para o ensino de especialização em todas as áreas da graduação, como a educação continuada ao qual conhecemos pelas instituições da iniciativa privada.

Oliveira (2015, p. 3) acrescenta que as instituições da rede pública são “essa cheia de entraves ao seu livre acesso em suas várias formas, tanto no conhecimento educacional, quanto em sua inserção e emancipação, no trabalho, como em sua prática social”.

Os meios de inserção em uma especialização são poucos, limitando e excluindo boa parte da classe pauperizada interessada em se especializar, onde o educando pode se inscrever em alguns cursos somente pela rede pública, Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade Estadual do Amazonas (UEA), em que a divulgação é praticamente restrita.

Nesse contexto, a rede privada vem ampliar esse acesso com alguns programas como o Programa Educa Mais Brasil (EMB) que ofertou mais de 150 mil bolsas de estudos, tanto para graduação, como para pós-graduação, e a Bolsa Programa Educações (PBE) com até o momento 3.000 bolsas ofertadas nessa modalidade, que tem a mesma procedência de inclusão, e vem ofertando qualidade e qualificação em cursos tecnológicos, graduações, pós-graduação e cursos de línguas.

O Programa Bolsa Educações (BPE) criado em 15 de janeiro de 2013, nasce devido à grande demanda de alunos excluídos que concluem sua graduação e querem dar continuidade aos seus estudos, inserindo-se em uma faculdade ou cursos sequenciais. Mas, é importante destacar que as diferentes formas de inserção ao Ensino de Pós-graduação criadas no Brasil têm como prioridade os interesses neoliberais, trazendo grandes aumentos de cursos para as instituições, fazendo grande parte da população acadêmica se inserir nas especializações da rede privada.

Nos dias atuais, o número de ingressos nas universidades tem aumentado, mesmo assim, uma grande parte de alunos da classe baixa não consegue adentrar nas instituições de ensino devido à alta seletividade do processo que de certa forma, incluem e excluindo parte da população que vive desprovida desse acesso de qualificação, onde os mesmos não têm condições financeiras para se qualificar de forma igual aos demais, por serem de baixa renda.

De acordo com Oliveira (2015, p. 6);

O programa foi criado com o intuito de resgatar parte dessa classe pauperizada, e por ser grande repercussão para a sociedade, ainda conta com o apoio da Federação Nacional das Escolas Particulares (**FENEP**) e o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Privado do Amazonas (**SINEPE-AM**), faz seu primeiro processo seletivo em Manaus, tendo a primeira lista de estudantes contemplados em uma única instituição credenciada. Sendo esta; Centro Universitário Nilton Lins (**NILTON LINS**), para o segundo semestre do mesmo ano aderiram ao Programa, Faculdade Martha Falcão (**FMF**), a qual se descredenciou em 2014/1, e o Instituto de Ensino Superior Materdei (**MATERDEI**). Em 2014, mas Instituições aderem o programa de inclusão social, no primeiro semestre letivo, Centro de Estudos Teológico Brasileiro (**CETEO**), Escola Superior Batista do Amazonas (**ESBAM**), Faculdade Salesiana Dom Bosco (**FSDB**), Instituto de Ensino Superior Fucapi (**FUCAPI**), em 2015, entram Faculdade Metropolitana de Manaus (**FAMETRO**) e Faculdade Boas Novas (**FBN**), no segundo semestre de 2015, entra a Faculdade Maurício de Nassau (**FMN**), somando um total de nove (09), instituições ao qual contribuem para a realização do sonho da população desprovida financeiramente.

Hoje a inserção a educação continuada do programa social é uma realidade para toda a sociedade, “pois com uma pós-graduação as bolsistas almejam conseguir uma melhor colocação no mercado formal de trabalho e assim vencer a desigualdade de gênero por sua posição social que em pleno século XXI ainda se destaca” (OLIVEIRA, pag. 7).

Com isso, as mudanças da reforma educacional em Manaus, são de grande avanço para a classe popular, incluindo-os ao acesso à educação continuada, inovando sua forma de inserção, o que ganhou força a partir de 1996, quando

as instituições privadas de ensino superior floresceram e contribuíram, se expandindo até os dias atuais, com suas várias formas injetáveis, com grande avanço para a população, que está desprovida dos recursos financeiros para dar seguimento aos estudos complementares como a pós-graduação.

5. Bolsistas do Programa Bolsa Educações em Manaus e a violência intrafamiliar

O estudo corresponde à violência contra as mulheres bolsistas do programa social “Bolsa Educações”, o qual tem em seu quadro total de bolsistas ativos 8.000, discentes, sendo 5.700, do gênero feminino, as quais estão inseridas nas várias modalidades de ensino, onde se inicia do maternal se estendendo até a pós-graduação.

De acordo com Oliveira (2015, p. 8) o referido programa beneficiou “12.000 candidatos, o qual em sua maioria são mulheres, onde se apresentam 420 bolsistas da pós-graduação, sendo 390 mulheres e 30 homens”, o programa ainda tem em seu quadro uma extensa lista de mulheres bolsistas desistentes as quais em sua maioria relataram sua decisão por estar enfrentando conflitos violentos diários em seu cotidiano familiar, o que é identificado como relação de violência intrafamiliar.

A referida autora destaca que em sua maioria as mulheres bolsistas passam por várias formas de violência intrafamiliar, mas continuam em busca de sua autonomia de um melhor aprendizado para melhor contribuir com a sociedade, essas bolsistas pontuam algumas formas de violência: a verbal, psicológica e as físicas as quais se tornam violentos em âmbito intrafamiliar. O que se percebe que as bolsistas do programa social sabem o que querem, estão decididas a conquistarem sua autonomia como sujeita de direito, querem conquistar seu espaço, serem independentes de seus parceiros, para poder contribuir com uma sociedade melhor e sem violência.

Pode-se concluir, que a violência contra a mulher ainda está bastante presente no nosso cotidiano. É importante frisar que não basta criar políticas para combater a violência, é necessário que as políticas públicas que já foram criadas sejam aperfeiçoadas, fortalecidas e efetivadas por todos, assim como também, sensibilizar essa camada da população, em exercer o poder de denunciar seus agressores mediante as leis que as amparam.

As mulheres não podem mais ser vistas como coitadas em nossa sociedade, pois se tornaram participativas e protagonistas de sua própria história, na qual ao longo dos anos estão avançando e contribuindo ainda mais com a sociedade.

Conclusão

De acordo com os autores citados no decorrer desse norteammento embasado no contexto de família, violência contra a mulher, violência intrafamiliar e as Leis Maria da Penha, Constituição Federal, do PBE e pela LDB, observou-se que, cabe aos governantes fundamentarem-se a inclusão para perspectiva de enfrentamento ao contexto histórico da desigualdade social que se perpetua na cidade de Manaus nos dias atuais, fazendo da inclusão uma integração frente aos desafios que as mulheres de pós-graduação do programa social enfrentam em seu dia a dia com as mudanças causadas por suas buscas emancipatórias.

O embasamento teórico desse trabalho deu origem à análise de todo o processo para a discussão dos direitos e deveres que tem as bolsistas do programa social “Bolsa Educações”, criado em 15 de janeiro de 2013, tendo como finalidade beneficiar estudantes de baixa renda que estão sendo excluído das Instituições de Ensino público, o quantitativo de vagas ofertadas que não supre tamanha demanda, e por não terem condições financeiras de pagar os valores de suas mensalidades até o termino de sua Pós-graduação.

Espera-se que com os resultados dessa pesquisa possam de alguma forma, contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, na criação de políticas de sensibilização que possam dar subsídios aos direitos das mulheres. De acordo com o exposto no estudo, a mulher é que mais sofre de violência intrafamiliar, as demonstrações são amplas naturalizadas e reproduzidas no cotidiano das relações sociais no interior das famílias, principalmente acometida pelos seus próprios companheiros.

As políticas de atenção e prevenção à violência contra as mulheres precisam atualmente avaliar as diferentes formas de configuração do problema, devendo ser objeto de atenção das políticas públicas que determinem de forma positiva, o espaço da mulher na sociedade privilegiando. Diante de toda a contextualização no presente trabalho, a indiferença dos parceiros das mulheres bolsistas do programa social, tem causado grande inquietação no cotidiano vivido por essas mulheres guerreiras e batalhadoras, por continuarem buscando alcançar seus objetivos.

Referência bibliográfica

BARRETO, Cristiane Manique. **Gênero, Sociabilidade e Afetividade**/Morga, Antônio Emílio, (org.), - Itajaí: Casa Aberta Editora, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar**: orientações para prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

OLIVEIRA, Célia Maria Nascimento de. **Bolsa Educações: Uma realiza para as bolsistas do Programa Social em Manaus-Amazonas**. Dissertação para Especialização em Políticas Públicas no Enfrentamento da Violência Intrafamiliar da Faculdade Salesiana Dom Bosco, Manaus-Am, novembro de 2015.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica** Marina de Andrade Marconi, - 5. Ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO – **LDB** (1996).

LOSACCO, Sílvia. **O jovem e o contexto familiar. Família: redes, laços e políticas públicas** / Ana Rojas Acosta, Maria Amalia Faller Vitale, (organizadoras). – 5. Ed. – São Paulo: Cortez: Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais – PUC/SP, 2010.

NARVAZ, Martha Giudice. Sílvia Helena Koller. **Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades as sujeitadas**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). V. 37, n. 1, pp. 7-13, jan./abr. 2006.

SAFFIOT, Heleieth Lara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. – (Coleção Brasil Urgente).

SARTI, C. A. **Família e individualidade**: Um problema moderno. In: Carvalho, M. C. B. de (org.). A família contemporânea em debate. São Paulo: Educ, 1995.

VINAGRE, Silva Marlise. **Violência contra a mulher: quem mete a colher?** – São Paulo: Cortez, 1992.

A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CIDADE DE MANAUS

Célia Maria Nascimento de Oliveira¹
celia_mani@hotmail.com

Eliane Alves Gama²
eliane-gama@hotmail.com

Helen Barbosa Amaral³
hellenbamaral@gmani.com

Maria Carneiro de Almeida⁴
mariacarneirodeoliveira@yahoo.com.br

Nayara de Oliveira Souza⁵
nayarasouza90@hotmail.com.

Resumo

Este artigo apresenta uma análise da violência de gênero contra a mulher e as políticas públicas na cidade de Manaus, no atendimento especializado às

1 *Assistente Social pós graduada no curso de Políticas Públicas no Enfrentamento da Violência Intrafamiliar da Faculdade Salesiana Dom Bosco*

2 *Assistente Social pós graduada no curso de Políticas Públicas no Enfrentamento da Violência Intrafamiliar da Faculdade Salesiana Dom Bosco*

3 *Assistente Social pós graduada no curso de Políticas Públicas no Enfrentamento da Violência Intrafamiliar da Faculdade Salesiana Dom Bosco*

4 *Assistente Social pós graduada no curso de Políticas Públicas no Enfrentamento da Violência Intrafamiliar da Faculdade Salesiana Dom Bosco*

5 *Assistente Social pós graduada no curso de Políticas Públicas no Enfrentamento da Violência Intrafamiliar da Faculdade Salesiana Dom Bosco*

mulheres em situação de risco, enfocando a implementação no atendimento nas redes de proteção social na garantia de seus direitos. Para o alcance desse objetivo utilizou-se como metodologia uma pesquisa bibliográfica e documental junto a Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher na cidade de Manaus. O resultado da pesquisa apresentou que a violência contra a mulher é um fenômeno histórico-cultural de agravo mundial que atinge todas as classes sociais, sendo a maioria oriunda por parte do agressor por ciúmes, uso de álcool e outras substâncias químicas. Ressalta-se que na atualidade já existe Políticas Públicas e Leis que amparam a proteção e defesa dessas mulheres, todavia, ainda ocorrem de forma ineficiente, pois os agressores continuam obtendo vantagem. Daí a relevância da pesquisa em contribuir com informações na tentativa de divulgar e prevenir e combater a violência de gênero.

Palavra chaves: Mulher, Violência, Gênero, Políticas Públicas.

Introdução

A violência contra mulheres constitui-se em uma das principais formas de violação dos direitos dos seres humanos, atingindo-os em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física. Ela é estruturante da desigualdade de gênero. É dentro do lar que se produzem cenas de abuso e constrangimento. Ao mesmo tempo, também é através desse grupo familiar que se tem a oportunidade de conhecer os casos e estudar as problemáticas. Considerando que a violência de gênero quase sempre é impulsionada pela força e poder, onde sempre o mais forte domina o mais fraco.

Com base no exposto este artigo teve como objetivo geral uma análise da violência de gênero contra a mulher e as políticas públicas na cidade de Manaus. E como objetivos específicos realizar um contexto da violência na atualidade, demonstrar as medidas integradas de proteção; demonstrar dados da Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher na cidade de Manaus.

A Metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e documental com uma análise qualitativa. Dividida em três momentos, sendo o primeiro uma abordagem da violência na atualidade em que constitui-se em uma das principais formas de violação dos direitos dos seres humanos, atingindo-os em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física.

O segundo momento demonstra as medidas de proteção à mulher que sofre violência, dando ênfase a Lei 11.340 - Lei Maria da Penha - em 2006 que tem como objetivo criar novos mecanismos para coibir esta prática errônea, que em pleno século XXI a mulher ainda é tratada como objeto e que alguns homens, levando por muitas vezes cometer esse crime.

Sendo assim procurou identificar dados da Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher na cidade de Manaus, onde são apresentados os índices desses abusos que na maioria das vezes, são cometidos no âmbito intrafamiliar, fato que pode gerar desagregação familiar e em alguns casos perpassam uma cultura de pais para filhos. Ressalta-se que esta prática não deve ser considerada como regra, embora a compreensão que se tem a respeito deste conceito também não é unânime.

Contextualizando a violência na atualidade

Com base na contextualização da violência contra a mulher, observa-se que a maioria dos estudos assim como a própria Lei Maria da Penha, refere-se à violência contra a mulher ou violência de gênero intrafamiliar como um

fenômeno que acontece há milhares de anos e provavelmente vai acompanhar a humanidade ainda por muitos anos, quer seja por razões culturais ou simplesmente por ignorância.

O conceito de violência está em constante mutação, uma vez que várias atitudes e comportamentos passaram a ser considerados como forma de violência ao longo dos anos.

Porém, segundo a Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006, conhecida popularmente como Lei Maria da Penha define como violência contra a mulher o seguinte:

Toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica, ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família. Pode ser cometida dentro e fora de casa, por qualquer integrante da família que esteja em relação de poder com a pessoa agredida. Inclui também as pessoas que estão exercendo a função de pai ou mãe, mesmo sem laços de sangue.

De acordo com as pesquisas realizada na Delegacia Especializada em Crimes Contra à Mulher (2015), a cidade de Manaus mostra um índice muito alto de violência intrafamiliar, onde se pode destacar que os principais tipos de violência contra a mulher são: a violência física, psicológica, sexual e o assédio moral. É importante destacar que muitas mulheres vítimas desse tipo de violência, não denunciam os seus agressores por medo de efetivar a denúncia e depois ter que voltar a conviver com o agressor e conseqüentemente sofrer novas agressões.

Porém, muitas vítimas continuam com os agressores, por vários motivos e isso é muito complexo, pois algumas vezes a mulher simplesmente não encontra saída para seu problema seja porque tem medo de sofrer com a falta do companheiro, ou seja, por não ter condições econômicas de viver sem o seu agressor, ou ainda simplesmente porque acredita que junto dele ainda poderá ser muito feliz.

Diante de tais fatos, se faz necessário compreender e apoiar essa vítima. A Secretária de Assuntos Legislativo do Ministério da Justiça revela que “80% das mulheres agredidas não querem denunciar e nem querem que o agressor seja punido com prisão”.

Diante de tais informações fornecidas pelo Ministério Público e Secretaria de Política para Mulheres (2013, p.16) destaca que:

40% disseram que seus agressores com quem tiveram uma relação doméstica, familiar ou íntima de afeto eles devem fazer um tratamento psicológico, 30% acham que eles deveriam frequentar grupos sociais, ou seja, uma forma de terapia para sensibilizar mudança nesses agressores. 10% acham que a prestação de serviço à comunidade é a melhor alternativa penal.

Diante desses dados se faz necessário reconhecer o perfil de um agressor, pois geralmente algumas práticas de violência cometidas por eles são oriundas de sua infância onde os mesmos levam esse modelo de vínculo violento para suas vidas adultas, outros vem de consumo excessivo de bebida alcoólica e de drogas ilícitas, não é uma regra, mas essa herança na maioria das vezes é passada de pai para filho (MARQUES, 1994).

No Brasil, a violência contra a mulher praticada no ambiente intrafamiliar é um constante e grave problema que causa muitos danos a vida familiar e segundo a Lei Maria da Penha atualmente a cada um minuto 4 mulheres são espancadas no Brasil, e estudos afirmam que essa violência se reflete negativamente no desenvolvimento dos filhos.

Na cidade de Manaus muitas mulheres também sofrem com a problemática da violência intrafamiliar. Segundo a Delegacia Especializada em Crime Contra a Mulher (DECCM), os números apontam o registro de 1.298 boletins de ocorrência por violência doméstica, este ano em Manaus (JORNAL DEZ MINUTOS, BEZERRA 2015).

De acordo com Bezerra (2015), só na Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher na cidade de Manaus nos dois primeiros meses deste ano de 2015 forram presos 52 homens em flagrante, por praticar violência contra sua companheira, onde de acordo com a Lei Maria da Penha, violência é qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, ou psicológico e dana moral ou patrimonial, ocorrida no âmbito de qualquer relação íntima de afeto existente entre autor e vítima.

Violência de gênero

De maneira geral, pode-se entender a violência como sendo a utilização de palavras ou ações que prejudicam ou machucam as pessoas. Onde muitas mulheres de nossa sociedade infelizmente ficam sem saber como agir sem obter orientações necessárias.

A definição de gênero, segundo Scott, 1995 *apud* Krueh, Jaeger e Siqueira, 2013, p. 15, apresenta como núcleo duas ideias principais. A primeira refere gênero como sendo um elemento constitutivo de relações sociais calcada nas diferenças percebidas entre os sexos, caracterizando-se como um conceito relacional.

Em segundo lugar, é uma maneira de dar significado às relações de poder. Nesta perspectiva, os gêneros são produzidos nas e pelas relações de poder. Uma vez que pelo tradicionalismo, que são sente os homens que estão à frente de tal relação, porém as mulheres em seu cotidiano atual estão aos poucos conquistando também esse espaço.

Portanto, são nas vivências cotidianas na família que seus integrantes absorvem os valores, significa um espaço em que o indivíduo constrói relações, formando assim os modelos de identificação a serem seguidos, os responsáveis geralmente servem de modelo.

Ademais, é na relação em família que ocorrem os fatos mais expressivos da vida das pessoas, tais como a descoberta do afeto, das subjetividades, da sexualidade, a experiência da vida, a formação da identidade social. A ideia de família refere-se a algo que cada um de nós experimentamos, repleta de significados afetivos, de representações, opiniões, juízos, esperanças e frustrações.

De acordo com a Lei Maria da Penha há cinco formas de agressão classificadas como violência doméstica e familiar as quais são;

Violência psicológica: Causa dano emocional, diminuir a auto-estima, prejudicar e perturbar o pleno desenvolvimento pessoal, degradar ou controlar comportamentos, ações, crenças e decisões mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação e isolamento, tirando a liberdade de pensamento ou qualquer ação.

Violência física: Ofender a integridade ou a saúde corporal, bater,

chutar, queimar, cortar, mutilar; **Violência moral:** Ofender com

calúnias, insultos ou difamação – lançar opiniões contra a reputação

moral, críticas mentirosas e xingamentos; **Violência patrimonial:**

Reter, subtrair, destruir parcial ou totalmente objetos, instrumentos

de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos

econômicos; **Violência sexual:** Presenciar, manter ou obrigar a

participar de relação sexual não desejada mediante intimidação,

ameaça coação ou o uso de força que induza a mulher a se comercializar

ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade.

Segundo (DECCM), muitas podem ser as causas dessas agressões contra as mulheres, como por exemplo: os maridos usuários de substâncias psicoativa como o álcool ou as drogas, que conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), droga é qualquer substância não produzida pelo organismo.

As mesmas, têm a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas orgânicos, produzindo alterações em seu funcionamento. O uso dessas substâncias é um tema que demanda reflexões mais profundas sobre os impactos causados nas relações sociais e afetivas das famílias que vivenciam em seu cotidiano a dependência química.

A importância da mulher na família e na sociedade

Durante o século XV a família era uma realidade moral e social, onde o sentimento se inspirava no mesmo sentimento provocado pelas antigas relações de linhagem. “A família nuclear burguesa foi e é um dos moldes mais conhecidos de estrutura familiar, na qual os papéis são bem definidos onde o pai é o provedor e chefe de casa e a mãe assume o papel de esposa (...)”, Ariés (1981, p.231).

Com o processo de modernização dos modelos de família, a família é estigmatizada com a entrada da mulher no mercado de trabalho e na complementação doméstica. Por conta do espaço-tempo doméstico, a partir daí as mudanças na família.

Conforme afirma Sarti (2003, p.43);

Relacionam com a perda do sentido de tradição. Este, impulsionado basicamente pelas lutas das mulheres, a partir de um fato histórico que marcou a classe feminina e permitiu à mulher a reformulação do seu lugar na esfera privada e na sua participação na esfera pública.

Portanto com o fortalecimento da (Lei Maria da Penha 11.340) de 7 de agosto de 2006, relata que “toda mulher independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade, religião, goza dos direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, sendo-lhe assegurada as oportunidades”. Nesse contexto, de direitos garantidos se torna mais fácil de viver sem violência, o que garante a mulher a preservar sua saúde física e mental. Assim como também o seu aperfeiçoamento moral, intelectual, e social, como cidadã de direitos em sociedade.

É importante ressaltar que nenhuma mulher deve deixar que o seu companheiro ou esposa e ainda homo afetivo possa bater, falar mal, humilhar, ridicularizar, prender, chantagear, impedir de receber visita, privar de alimento, dinheiro, saúde obrigar assinar documentos entre outros. Se assim for, não evitar em pedir ajuda, a mulher pode ligar para a central de atendimento à mulher 180 ou se dirigir a delegacia mais próxima dela, a vítima será encaminhada à medidas protetivas de acordo com suas necessidades.

Políticas públicas e a lei 11.340

Embora o Brasil tenha um sistema de Políticas Públicas voltadas para as mulheres, a Lei Maria da Penha 11.340 criada em 7 agosto de 2006 é um avanço no combate a violência contra a mulher. Além da proteção à mulher, ela cria mecanismo para coibir, prevenir e dar assistência à mulher vítima de qualquer tipo de violência.

Essa normativa decretou que a violência doméstica deixa de ser um crime de menor poder ofensivo punido com cestas básicas, agora a pena é de 1 a 3 anos de detenção, onde o juiz pode obrigar esse agressor a participar de programas sociais de recuperação e socialização entre outras medidas de proteção sempre visando a integridade física e o bem-estar da mulher.

A Lei também serve para namorado, noivo, parceiro, ex-companheiro, e em geral, mesmo morando em casas separadas, qualquer mulher que venha ter seus direitos violados por conta da de violência seja ela qual for, basta fazer a denúncia para que o agressor seja preso. Observação: ele precisa ser pego em flagrante ou se for condenado, no final do processo.

Considerando este problema como uma das expressões sociais da questão social e de saúde pública na sociedade capitalista no que tange os conflitos são próprios das relações humanas. Eles acontecem por causa de posições divergentes em relação a algum comportamento de necessidades ou interesse comum as incompreensões e insatisfações geram conflitos, principalmente intrafamiliar.

As medidas integradas de proteção

As medidas de prevenção devem ser essencialmente imediatas, no entanto, faz-se existir precauções primárias e secundárias, tendo em vista a complexidade da intimação conjugal. É imprescindível acionar programas de sensibilização nas escolas, de modo a influenciar a incidência do problema nas gerações seguintes, incentivar debates na comunicação social de forma a afetar

o adormecimento de consciências, assim como introduzir alterações nas linguagens sociais associadas ao fenômeno da violência conjugal.

Com isso é necessário que haja uma representação do casamento e do papel do homem e da mulher neste, pois, de acordo com a abordagem socio-cultural, a noção de família atual deve ser repensada. Uma vez que as famílias transmitem desigualdades sexuais, o objetivo da prevenção deve ser o de conscientizar o lugar da mulher na família e na sociedade, deixando de ser considerada inferior ao sexo masculino. (PORTER, 1979).

Nesse sentido, procura-se compreender o Art. 8,º- da Lei 11.340 Maria da Penha de 7 de agosto de 2006, a política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher fazer-se por meio de um conjunto articulado de ações da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios e de ações não governamentais, tendo por diretrizes: a integração operacional do poder judiciário, do ministério público e da defensoria pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação.

Das medidas protetivas de urgência

Quando constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei Maria da Penha de 2006 o Juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto de medidas protetivas ou separadamente, de acordo com cada pena, determinada ao agressor, que seja de urgência, ou não, dependendo da medida podendo ser até afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.

Sendo assim essa proibição de determinadas condutas, entre as quais aproximação da ofendida, e de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre e o agressor e a vítima e seus familiares e qualquer meio de comunicação ou frequência de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida. Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar a qualquer momento auxílio da força policial.

Rede rosa de proteção

Na cidade de Manaus outro ponto de destaque é saber como funciona a rede rosa de proteção às vítimas de violência doméstica, por intermédio da Secretária da Segurança Pública; Polícia Militar, Polícia Civil, em parceria com a

Secretária de Assistência Social e Cidadania (SEAS), Secretária de Justiça (SEJUS), Poder Judiciário, Ministério Público e Secretária de Política para Mulheres.

Ao registrar a ocorrência essa mulher é encaminhada às medidas protetivas de urgência solicitada pela vítima, essa acolhida acontece em um ambiente acolhedor por uma equipe multidisciplinar onde a vítima aguarda pelo atendimento de profissionais como Peritos, Psicólogos, e Assistente Sociais, entre outros profissionais.

A Delegacia da Mulher em parceria com a (SEAS E SAPEM) prestam atendimento psicológico jurídico às mulheres vítimas de agressões e à seus filhos, bem como encaminha situações graves para casa abrigo.

Assim, a política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher faz-se por meio de um conjunto articulado de ações da união dos estados do Distrito Federal e dos municípios e de ações não governamentais conforme os princípios e diretrizes na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Segurança Pública entre outras normas e políticas públicas de proteção e emergencialmente, quando for o caso.

De acordo com a Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher, mesmo com tantas campanhas de conscientização à respeito da violência contra a mulher ainda é bem prematuro dizer que a mulher já conquistou seu espaço dentro e fora do lar, pois, entre outubro do ano passado a março deste ano de 2015, novos mecanismo de combate à violência doméstica foram implantada no Estado, entre eles a Ronda Maria da Penha, onde a mesma fiscaliza mulheres beneficiadas por medidas protetivas como a tornozeleira eletrônica que monitora eletronicamente o agressor.

Da mesma forma, outro mecanismo é o botão do Pânico, atualmente utilizado por mulheres que se encontram ameaçadas. Esses são alguns dos exemplos que auxiliam o afastamento do agressor. Com isso, esses mecanismos só funcionam quando o agressor se importa de sofrer um processo, ir preso ou perder o emprego. Quando isso acontece, ele para de procurar a vítima. A partir desse fato, foi observado entre os agressores de transtornos que, mesmo ocupando cargos elevados na sociedade continuam buscando a ex-companheira.

Diante de tantas mudanças como a industrialização, urbanização, que mudou a economia e acultura do Brasil, percebe-se que isso alterou a vida cotidiana da mulher que passou ocupar mais o espaço nas ruas, no trabalho, estudar, essas mudanças trouxeram um novo comportamento, novos valores algumas conquistas, mesmo assim, a mulher contemporânea ainda não conseguiu sua autonomia, totalmente.

Com as inúmeras formas que de violências apresentadas contra a mulher que no decorrer da década de 1980, as feministas foram às ruas manifestar-se contra a dominação masculina e suas consequências. Foi um estímulo para as mulheres espancadas mostrarem seus hematomas e o rosto marcado pela violência de gênero. Foram denunciados os assassinatos de mulheres e a absolvição dos culpados sob alegação de “legítima defesa da honra”, mantendo-se, contudo, a impunidade.

Todavia, foi dentro deste contexto, que os movimentos feministas lançaram o slogan “quem ama não mata!”. Criaram serviços voluntários e autônomos de apoio jurídico, psicológico e social as vítimas por meio do SOS mulher e Centros de Defesa.

O resultado de toda essa mobilização e articulação foi a promulgação, no dia 07 de agosto de 2006, da Lei nº 11.340, batizada pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, como da Lei Maria da Penha: que foi homenagem a Sra. Maria da Penha, que ficou paraplégica após ser atingida por arma de fogo disparada pelo seu marido, ela lutou por quase vinte anos para que seu agressor fosse, finalmente, punido.

Porém, mesmo que se tenham políticas públicas voltadas aos serviços de atenção e proteção em defesa dos direitos da mulher entende-se que é um grande avanço na história da luta da mulher a contar da antiguidade até hoje, sabe-se que ainda não se tem igualdade.

É necessária uma política transversal que perpassa educação, saúde, assistência, lazer, e oportunidade de emprego. Uma das dificuldades dos pais é a minimização da diferença que existe entre os gêneros. Na questão do trabalho a mulher atua na mesma função que o homem, mas a remuneração ainda é menor que a do homem.

Metodologia

Um trabalho de pesquisa é realizado com base em fontes de informações primária e secundárias, podendo ser elaborado de várias formas, de acordo com a metodologia e com os objetivos propostos, assim afirma Lakatos (2001), acrescentando que a metodologia não só contempla a fase de exploração de campo, como também a definição de instrumentos e procedimentos para análise dos dados.

O método de abordagem: descritivo, porque se trabalharão com descrições de pessoas, situações, acontecimentos. Portanto, a pesquisa descritiva para Gil (2002, p.8), tem como finalidade proporcionar maiores informações

sobre determinado assunto; facilitar a delimitação de um tema de trabalho; ou descobrir novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente.

Quanto aos procedimentos técnicos optar-se-á pela documentação indireta com a utilização da pesquisa bibliográfica. Uma vez que a pesquisa bibliográfica permitirá a fundamentação teórica, através de artigos, livros e revistas, jornal e internet e pesquisa documental coletadas na Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher na cidade de Manaus.

Resultado

De acordo com a Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher na cidade de Manaus, 49% das mulheres sofrem de violência física que é entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal. Já 21% das mulheres sofrem de violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause danos emocional e diminuição da autoestima. Da mesma forma, 12% das mulheres sofrem de violência moral, que é entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Considerando ainda que 2% sofrem de violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja à presenciar, à manter ou participar de relação sexual não desejada. Muitas são as causas da violência de gênero, há casos que são oriundos de gerações, onde a mesma vem passando de pai para filho, outras são bem variáveis vem de uso e abusivo de álcool, ou substâncias psicoativas, e ainda o ciúme por parte do agressor.

A Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher na cidade de Manaus, ainda pontua que, 28% das causas de violência contra as mulheres vem de uma cultura que perpassa de pai para filho. Porém, 49 % provêm de uso abusivo de álcool. Dessa forma, 18% estão ligadas ao consumo de substâncias psicoativas. Já 8% das causas são representadas pelo ciúme por parte do marido.

Considerações finais

Com base no resultado da pesquisa pode-se afirmar que a violência de gênero é constituída como um fenômeno histórico que acompanha a humanidade e é algo que merece ser compreendido em sua complexidade, de modo que são considerados os aspectos culturais e sociais e econômicos. No entanto,

essa problemática perpassa toda camada da sociedade em uma luta desigual onde vale lei do mais forte.

A violência intrafamiliar desencadeia muitos outros problemas no seio familiar, como depressão, medo, trauma, o uso de substâncias psicoativas, álcool e outros. Nesse sentido, percebe-se a necessidade de fortalecer as políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência e proteção à mulher, buscando e priorizando a equidade de homens e mulheres para que possa se chegar a uma igualdade. Vale salientar que o lar ainda é um grande cenário de violência doméstica, tendo em vista de se repensar as relações familiares, dando possibilidade sempre de um diálogo.

A família desempenha um papel importante na transmissão de valores, e junto comungam das mesmas alegrias e dos mesmos problemas, e muitas das vezes entram em conflito simplesmente por intolerância.

Considerando que o fenômeno da violência assume características históricas e está presente em diversas famílias na atual conjuntura, convém destacarmos que o estudo apresenta especial interesse para as Ciências Humanas e áreas afins, por abordar a problemática em suas delimitações e particularidades, numa sociedade globalizada, vestida de preconceitos, e discriminações, com diversidade cultural existentes e as intermináveis barreiras dos tabus sociais que impedem que essa mesma sociedade denuncie o crime de violência contra mulher.

Neste ponto de reflexão é que este estudo alcança relevância à medida que se refere aos problemas tão comuns em nosso cotidiano, porém de difícil enfrentamento e resolução, consubstanciando-se tanto numa tarefa prática quanto intelectual, pois mostra os principais aspectos e desafios sobre o tema supramencionado, se apresentando como um convite à reflexão com vistas, a se converter em subsídios para consubstanciar o debate social e de forma geral dotar de mecanismos de estratégias os profissionais que atuem na área.

Por esse prisma, a violência contra a mulher é uma questão que não deve ser analisada isoladamente e certamente apresenta uma maior dificuldade de intervenção e prevenção.

Referências

Andrade, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2 edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, P.231.

BUCHELE, 2010, Brasil, **Secretária Nacional Antidroga**. Política Nacional sobre Drogas. 2005.

Brasil, Lei Maria da Penha, dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA - Disponível em: <http://www.protal.globo.com/hora1/noticia/2015/03/lei-maria-da-penha-foi-criada-ha-nove-anos-e-trouxe-resultados-positivoasp?=>page> Acesso em: 05/03/2015.

Brasil. **LEI MARIA DA PENHA, 11.340 de 07 de agosto 2006**. Delegacia Especializada em Crimes Contra a mulher (DECCM). Jornal dez minutos, Anne, bezerra 2015.

LEVISKY, apud, Kuel, Jaeger e Siqueira. **Violência de gênero**. Petrópolis. Vozes: 1994

MARQUES, Maria Aparecida Barbosa. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes**. Petrópolis. Vozes: 1994.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia** científica, São Paulo, 2001

Organização Mundial de Saúde, (OMS), **Prevenção, ao uso de indevido de drogas: capacitação para conselheiros e liderança comunitária-2**. ed. Brasília: Presidência da República. Secretária nacional de políticas sobre Drogas-SENAD, 2010.

Poder Judiciário, Ministério Público, e Secretária De Políticas Para Mulheres, **rede de proteção**. Bezerra, A. Dornal Dez minutos, pág. 08, Manaus, 08/03/2015

PORTER, Mark. **Teoria Crítica da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SAFFIOTI, apud, kruel, Jaeger, e Siqueira, 2002, p.14, **O fenômeno da violência a partir da categoria gênero**.

SARTI, C. A. **Família e individualidade**: Um problema moderno. In: Carvalho, M. C. B. de (org.). A família contemporânea em debate. São Paulo: Educ, 2003.

VIOLÊNCIA LETAL EM JOVENS DO SEXO MASCULINO: GÊNERO E VULNERABILIDADES EM DEBATE

Diogo Conceição

Aryanny Kelly Cavalcante Silva

Josânya Karollyne da Silva Alves

Marília Sarmiento Bezerra;
Universidade Federal de Alagoas
gpgênerodiversidade@gmail.com

Resumo:

O presente artigo trata da violência e da morte de jovens do sexo masculino no Brasil, no sentido de promover um debate sobre a problemática à luz da teoria de gênero, patriarcado e androcentrismo; como também, contribuir para a construção do marco teórico de análise da pesquisa *Violência Letal em Jovens do Sexo Masculino: uma questão de gênero* que propõe uma reflexão sobre as implicações da questão de gênero no quadro estatístico da violência letal em jovens e sobre as raízes socioculturais e econômicas desse tipo de violência. A partir de um estudo exploratório bibliográfico e documental discute-se sobre a tipologia da violência, conceitos e perspectivas em diálogo com Minayo(2009); Chauí(1998); Faleiros(2008), delinea-se um panorama introdutório do quadro de violência no Brasil e traz-se uma amostra do perfil de jovens em situação de custódia, onde se apresenta um panorama que ratifica o perfil que configura a vulnerabilidade desses jovens à violência letal: homens jovens negros de periferia com baixa escolaridade. Evidencia-se, portanto, a importância dos referenciais gênero, de classe e étnico-racial para o trato da problemática.

Introdução

O sistema, que não dá de comer, tampouco dá de amar: condena muitos à fome de pão e muitos mais à fome de abraços. (GALEANO,1991).

O foco no estudo da problemática da violência letal em jovens do sexo masculino foi definido diante de inquietações provocadas pelas altas estatísticas de jovens mortos no Brasil, em particular no estado de Alagoas. Algumas questões foram formuladas diante do panorama de letalidade de jovens: Por que tantos homens jovens negros e da periferia? Se fosse só uma questão de classe social as

mulheres jovens de periferia também estariam sendo mortas na mesma proporção que os jovens do sexo masculino. Vimos, portanto, a necessidade de ampliar o espectro diante da problemática e aprofundar o conhecimento acerca do assunto que faz parte da agenda cotidiana das mídias audiovisuais, impressas e de conversas diárias.

Para tal, faz-se um apanhado teórico sobre violência, perspectivas e tipologia, em diálogo com: Minayo (2009); Chauí (1984); Faleiros (2008); delineia-se um panorama das mortes de jovens do sexo masculino e por fim, discorre-se brevemente sobre os aspectos socioculturais geradores da vulnerabilidade da vida da maioria dos jovens brasileiros.

Conceitos, perspectivas e tipologia da violência

A Organização Mundial de Saúde considera a violência um problema de saúde pública (KUG,2002). Nesta direção, Minayo (2009) alerta que a violência é um problema fundamentalmente social que afeta a saúde pois, entre outros aspectos, provoca morte, lesões e traumas físicos e um sem-número de agravos mentais, emocionais e espirituais; desvela novos problemas para o atendimento médico.

Do ponto de vista conceitual a autora (1998) baliza a amplitude do conceito de violência e alerta para a sua complexidade e polissemia. Nessa perspectiva afirma que, de forma geral a violência pode ser entendida como evento constituído por ações de indivíduos, grupos, classes ou nações que ocasionam danos físicos ou morais a si próprios ou a outros.

Faleiros (2008) oferece sua contribuição ao trazer a definição de violência como uma relação de agressão ao outro que lhe causa dano físico, psíquico, moral ao instituir uma rede de poderes e de dominação entre dois polos: aquele polo de poder que se aproveita ou se beneficia do outro polo. Assim, a violência é entendida como um processo relacional que regido pela cultura, pelo imaginário, pelas normas, pelo processo civilizatório do contexto social.

O Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, realizado em 2002, pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em Genebra, tipifica violência em três grandes categorias, segundo características de: 1- violência cometida contra si mesmo (autoinfligida). 2- violência interpessoal e 3- violência coletiva.

Como é pouco tratado esse tipo de violência vale destacar que esse mesmo documento traz violência autoinfligida como sendo “[...] subdividida em comportamento suicida e autoabuso. O primeiro inclui pensamentos suicidas, tentativas de suicídio [...] O autoabuso, por outro lado, inclui atos como a automutilação (RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE VIOLÊNCIA E SAÚDE, 2002, p.28).

A respeito da violência interpessoal, o Relatório a entende como sendo

[...] dividida em duas subcategorias: Violência da família e de parceiro(a) íntimo(a) – ou seja, violência que ocorre em grande parte entre os membros da família e parceiros íntimos, normalmente, mas não exclusivamente, dentro de casa. • Violência comunitária – violência que ocorre entre pessoas sem laços de parentesco (consanguíneo ou não), e que podem conhecer-se (conhecidos) ou não (estranhos), geralmente fora de casa. O primeiro grupo inclui formas de violência, tais como abuso infantil, violência praticada por parceiro íntimo e abuso contra os idosos. O segundo grupo inclui violência juvenil, atos aleatórios de violência, estupro ou ataque sexual por estranhos, bem como a violência em grupos institucionais, tais como escolas, locais de trabalho, prisões e asilos (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE E SAÚDE, 2002, p.28).

Faleiros(2008) e Minayo (2009) amplia o espectro e oferecem a seguinte tipificação da violência: violência estrutural - ocorre tanto nas estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos, que oprimem grupos, classes, nações e indivíduos negando-lhes conquistas sociais - ; violência interpessoal- pode ser física ou psicológica, ocorrer no espaço público ou privado, as vítimas podem ser crianças, jovens, adultos e

idosos-; violência de gênero – quando ocorrem ações violentas em função do gênero ao qual pertencem as pessoas envolvidas, ou seja, há a violência porque alguém é homem ou mulher-; violência criminal - pode se manifestar em diversas formas e as suas principais vítimas são jovens do sexo masculino e da classe empobrecida, compondo os segmentos mais fragilizados da sociedade.

As manifestações de violência vêm fazendo parte da trajetória histórica da vida em sociedade e atinge todas as classes sociais. Nesse sentido Minayo (2009) afirma ser a violência um fato histórico e social e a sua diminuição ou aumento estão relacionados a um processo de construção social. Portanto é necessário romper a tendência de se atribuir à violência o título de inevitabilidade histórica e de que é natural do humano.

Em acordo com Chauí (1985), percebe-se que a violência possui uma roupagem descentralizada com múltiplas causas, portanto, é uma problemática complexa e profunda. Como ação que se referencia na reificação (coisificação) do/a outro/as, a violência obriga esse outro coisificado à inércia, à passividade e ao silêncio. Assim, uma ação violenta se caracteriza pela conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade se converte em hierarquia- superior e inferior e obriga à mudez.

Que vozes escutamos sobre jovens homens negros empobrecidos? Predomina as vozes da exclusão, da estigmatização ao serem tratados como sinônimo de “traficante”, “desocupado”, “marginal”, “elemento perigoso” –“nada mais são que atos cruéis de fala que calam no fundo de uma realidade: homens jovens da periferia de Maceió, assassinados como animais “humanos” nocivos à sociedade.” (BARRETTO, ROLIM E BARROS, 2013, p.317).

Barretto e Rolim (2013) enfatizam que o cotidiano dos jovens da periferia, em especial os do sexo masculino, oferece múltiplas vulnerabilidades seja do ponto de vista das expectativas sociais para o cumprimento dos atributos de masculinidade tradicional (força, virilidade, poder de consumo e proprietário de bens, o protetor), seja pelas adversidades sociais geradas por exclusão, pobreza, estigmatização, insegurança, ameaças à sobrevivência no seu território de moradia e fora dele.

Panorama da violência em jovens no Brasil

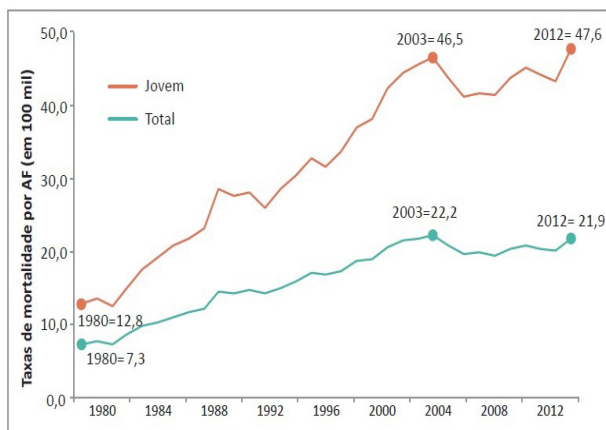
A violência na população jovem do país está presente em todos os estados. A capital de Alagoas, Maceió, que atingiu a inaceitável marca de 288,1 homicídios por 100 mil jovens; João Pessoa com 215,1, ambos no ano de 2011. Chama

atenção que grande parte dessas vítimas está na população masculina, negros e moradores de periferias caracterizando, assim, os elos mais vulneráveis do contexto social (WAISELFISZ,2012)

A evolução da mortalidade por armas de fogo (AF) dos últimos 30 anos, ficam calramente expressos nos registros do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do ano de 2013, quando se verifica que entre 1980 e 2012 morreram mais de 880 mil pessoas, no Brasil (WAISELFISZ,2012).

O gráfico a seguir mostra as taxas de mortalidade por armas de fogo da população total e de jovem, por 100 mil habitantes.

Gráfico 1. Taxas de mortalidade (em 100 mil habitantes) por armas de fogo. População total e jovens. Brasil. 1980/2012



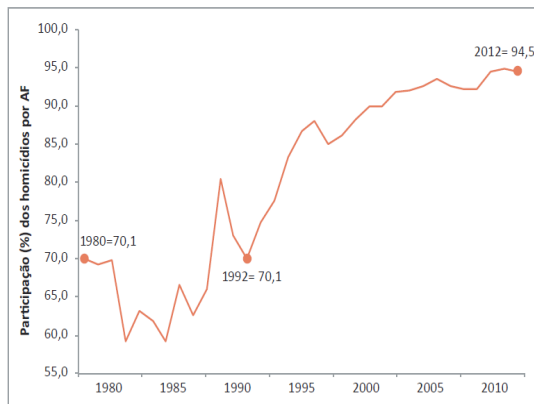
Fonte: SIM/SVS/MS.

As taxas de mortes da população total por arma de fogo (AF) totalizavam 7,3 por 100 mil habitantes em 1980; em 2012 aumentou para 21,9. Entre os jovens esses números são ainda maiores, em 1980 tem-se 12,8 por 100 mil habitantes e em 2012 tem-se 47,6.

O histórico das mortes por armas de fogo não foi homogêneo ao longo do tempo, apresentando um crescimento constante até 2003, seguindo em queda até 2008, e que em 2012 com um salto para 42,4 mil mortes pelos mesmos meios.

Esse significativo crescimento foi alavancado principalmente pelo número de homicídios, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 2. Participação (%) dos homicídios por AF no total de óbitos por AF. Brasil. 1980/2012



Fonte: SIM/SVS/MS.

Se em 1980 os homicídios representavam 70,1% das mortes por armas de fogo em 2012, os homicídios representam 94,5% da totalidade das mortes por armas de fogo. Nos homicídios juvenis esses números são ainda maiores, em 2012 os homicídios são responsáveis por 95,9% das mortes por arma de fogo, alcançando assim a quase totalidade.

Mortalidade por Armas de fogo nas Regiões brasileiras

Ao particularizar os dados acerca da mortalidade por armas de fogo na década 2002/2012, por Unidades Federativas (UFs) e regiões do país, observam-se variadas situações e realidades diferenciadas. Na região Norte, por exemplo, houve um crescimento de 135,7%, sendo que o Pará e Amazonas são os principais atores desse processo, responsáveis pelo triplo do número e mortes por AF no período (WAISELFISZ,2012)

Na Região Sul evidencia um crescimento de 34,6%. Já na região Sudeste, única a apresentar quedas, houve uma diminuição de 39,8% nos óbitos. Essa diminuição foi alavancada por São Paulo e Rio de Janeiro. Por outro lado a região Centro-Oeste apresenta crescimento de 44,9% no número de vítimas por AF.

No Nordeste também houve um crescimento elevado, quase duplicando o número, com um aumento de 89,1% de mortes por AF. Destaca-se nesta região os estados do Ceará e do Maranhão, cujo número de vítimas quadruplicou. O único estado da região a evidenciar queda foi Pernambuco, com um saldo negativo de 33,4%. A região Nordeste se destaca pelo maior número de óbitos por AF totalizando 16.989 no ano de 2012.

Ainda segundo o mapa da violência, a proporção de vítimas do sexo masculino é extremamente elevada: 94% para a população total e 95% para a jovem. Há pouca variação de tal tendência entre as causas das mortes registradas pelo SIM e também entre a população jovem e o conjunto da população. (WASELFI SZ, 2015)

Em uma breve apreciação desses dados foi possível identificar os indicadores mais evidenciados como principais causas dessa violência contra jovens e especificamente do sexo masculino. Desses indicadores salienta-se os relacionados com a pobreza, em que a fome, a miséria, a exclusão social, a falta de acesso à educação e ao lazer seriam os motores impulsores da violência.

Esse pressuposto é ratificado a partir do levantamento¹ feito no sistema prisional de Alagoas, mais especificamente na unidade Casa de Custódia da Capital, localizada em Maceió. O estudo foi focado no perfil dos jovens- com idade entre 18 e 24 anos-, acerca de: grau de escolaridade, estado civil, acesso a lazer, no período de julho de 2015 a abril de 2016.

A Casa de Custódia é a porta de entrada² para a distribuição dos presos no o sistema penitenciário. Os custodiados ao chegarem das delegacias da região passam por um entrevista psicossocial que pretende diagnosticar de onde veio, qual a documentação que possui, estado civil, idade, grau de escolaridade, acesso a lazer e etc. que é documentado através da chamada porta de entrada.

Verificou-se que os jovens predominam entre os custodiados, pois dos 179 que se encontram sob custódia, mais da metade 106 têm entre 18 e 24 anos de idade, sendo 52 solteiros, 50 amasiados e apenas 4 possuem casamento registrado em cartório. Foi percebido que entre eles existe um déficit alarmante de escolaridade e de acesso ao lazer. Os números mostram que 82 deles possuem apenas o ensino fundamental incompleto, 9 concluíram o ensino médio, 7 tem o ensino médio incompleto, e 8 são analfabetos funcionais. Depreende-se a partir desse levantamento a concreta situação de vulnerabilidade social e humana dos jovens que chegam ao sistema prisional são oriundos de bairros periféricos da capital, com precária educação formal, o que reflete numa renda baixa ou quase nenhuma, praticamente não possui alternativas de lazer. São jovens homens empobrecidos e pelas evidências aparentes, são negros.

1 A pesquisa foi realizada pelas/os autores/as do presente texto.

2 A porta de entrada é feita diretamente pelo profissional de serviço social e também pelos profissionais de psicologia e saúde para que seja arquivados todos os dados dos custodiados afim de registrar a forma que os mesmos chegam a unidade através da porta de entrada.

Essa é uma realidade que está posta aos jovens brasileiros, em particular de Alagoas, imersos em um contexto de vulnerabilidade social, econômica e cultural.

Cabe salientar que a vulnerabilidade econômica de jovens em situação de violência vem sendo tratada, há algum tempo, em vários estudos, entretanto do ponto de vista sócio cultural gostaríamos de evidenciar os referenciais de gênero no âmbito da cultura patriarcal e androcêntrica como determinações que fazem parte dos nexos causais da violência letal de jovens do sexo masculino.

A questão de gênero está implicitamente interligada com a cultura da violência, levando em conta que a sociedade ocidental contemporânea tem nas suas raízes a herança do colonizador, referenciada no modelo ideal do humano como sendo o do homem (gênero) branco (raça/etnia) e burguês (classe), de origem judaico-cristã e patriarcal, conferindo a este ser superioridade, poder e prestígio. E, culturalmente, reproduz-se o direito de ter o controle sobre o feminino e a moral (BARRETTO, 2011)

Fica evidente que para uma política de prevenção e enfrentamento da violência letal em jovens do sexo masculino precisa-se levar em consideração as questões de classe, de gênero e étnico-racial.

Como visto no transcorrer deste texto, os jovens brasileiros negros, empobrecidos, do sexo masculino estão em situação de profunda vulnerabilidade e, portanto, estão diante de graves obstáculos para a realização do seu potencial de desenvolvimento. Evidencia-se que a violência, particularmente a letal, vivenciada pelos jovens brasileiros não é algo natural e sim, uma expressão da questão social clivada por gênero, classe e raça-etnia.

Pode-se concluir que os nexos causais da violência no Brasil estão diretamente relacionados às condições de vulnerabilidade social. Não por acaso, os estados com maior índice de violência são, também, os que possuem os mais baixos indicativos de desenvolvimento humano. Vê-se que ao problematizar a questão de gênero também é possível desvelar que a influência da cultura patriarcal e do androcentrismo na configuração do quadro de letalidade da população jovem. Desta forma, é possível identificar que não é ocasional, biológico ou natural a violência que incide na população masculina jovem.

A ordem social brasileira colocou o pobre e o negro marginalizados em condição de subalternidade, não sendo à toa que a maior parte da população carcerária é pertencente à classe trabalhadora empobrecida, afrodescendente e masculina, conforme dados coletados e citados no corpo do texto.

Em suma, a sociedade capitalista androcêntrica-patriarcal, traz consigo uma lógica violenta intrínseca à sua estrutura, sendo a extração da mais valia

(lucro), a reprodução da ideologia androcêntrica e da cultura patriarcal é a sua condição de existência, gerando desigualdades sociais de classe, de gênero e étnico-raciais com reflexos irreparáveis na vida em sociedade tal qual visto na problemática da violência letal em jovens.

Referências

BARROS, Patrícia; SILVA, Fábio Barbirato Nascimento. Origem e manutenção do comportamento agressivo na infância e adolescência. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 55-66, jun. 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872006000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05/04/ 2016

BARRETTO, Elvira; OLIVEIRA, Maria Aparecida. **Gênero e Diversidade na Escola Descortinando opressões**. Maceió, Edufal, 2015.

BARRETTO, Elvira; ROLIM, Maria Thereza; BARROS, Renata Maria. Na ponta do lápis: violência letal de homens jovens em Maceió. In: Gilmaísa M. Costa Reivan Souza. **O Social em Perspectiva Políticas, Trabalho, Serviço Social**. Maceió, EDUFAL, 2013.

BARRETTO, Elvira. **Sexualidade e gravidez entre adolescentes: busca ou desordem?** Maceió, EDUFAL, 2011.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

FALEIROS, Vicente de Paula, FALEIROS, Eva Teresinha Silveira. **Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescente**. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

KRUG, E. G. et al. (Org.). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Geneva, Organização Mundial da Saúde, 2002

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. Conceitos, teorias e tipologias de violência: A violência faz mal a saúde. In: NJAINE, Kathie; Constantino, Patrícia; ASSIS, Simone Gonçalves. **Impactos da Violência na Saúde**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2009.

MINAYO, M. C.; SOUZA, E. R. **Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva.** História, Ciências, Saúde: Manguinhos, 1998,

MORENO, Amparo Sarda. **Arquetipo viril, protagonista de la historia.** Barcelona: La Sal, Edicions de les dones, 1986.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde.** Genebra – Suíça, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho.** Coleção Polêmica, São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil de análise teórica.** Recife: SOS Corpo, 1990.

SILVA, Leandro R. da. Na mira da mídia: reflexões sobre as relações entre mídia, crime e identidade. In: SALES, Apolinário Mione., RUIZ, Jefferson Lee de S. (Orgs.). **Mídia, questão social e serviço social.** São Paulo: Cortez Editora, 2009.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil de análise teórica,** Recife, SOS Corpo, 1990.

SIMÕES C. S. C. **Perfis de saúde e de mortalidade no Brasil: uma análise de seus condicionantes em grupos populacionais específicos.** Brasília, Organização Panamericana de Saúde, 2002.

VÁRQUEZ, Araceli Gonçalves. **Los conceptos de patriarcado y androcentrismo en el estudio sociológico y antropológico de las sociedades de mayoría muçulmana.** Espanha, Papers 2013.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2014. Os Jovens do Brasil.** São Paulo, Instituto Sangari, 2015.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012. Os novos padrões da violência homicida no Brasil.** São Paulo, Instituto Sangari, 2012.

E QUANDO AS MULHERES ESTÃO EM CONFLITO COM A LEI? AS ADOLESCENTES E O CONTEXTO DA VIOLÊNCIA

Autor: Elida Damasceno Braga
*Universidade Federal de Sergipe/
Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) -
elidabraga74@gmail.com*

Orientador: Frank Nilton Markon

Resumo

Este artigo apresenta reflexões sobre a temática “Adolescentes em conflito com a lei”, com foco na Unidade Socioeducativa Feminina Maria do Carmo Alves / UNIFEM - Aracaju-Sergipe. O mesmo é parte da pesquisa, em andamento, do doutorado em sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. Os processos sociais que envolvem adolescentes tomam cada vez mais espaços nas agendas contemporâneas. Pretende-se ao longo da pesquisa compreender os mecanismos que operam entre o sistema socioeducativo, as internas, a polícia e as famílias, fazendo uma reflexão sociológica sobre as muitas faces em que estes se apresentam. A pesquisa traz como recorte principal as adolescentes mulheres, as quais se encontram cumprindo medidas socioeducativas em diversos níveis na unidade supracitada. O presente artigo propõe ainda um olhar geral sobre o campo, autores que se debruçam sobre a temática, bem como os aspectos históricos que envolvem a instituição.

Palavras-chave: Mulheres, adolescentes, conflitos e violências.

Introdução

Os estabelecimentos que tratam de adolescentes em conflito com a lei, no estado de Sergipe, enfatizam as questões referentes à violência nas diversas rebeliões protagonizadas por estes. As instituições socioeducativas reportam, geralmente, problemas disciplinares. Os adolescentes têm vivido em permanente estado de tensão, para os quais são visibilizadas apenas a rebeldia e insubordinação nos comportamentos inconformados e revoltas coletivas (VICENTIN, 2005).

A proposta investigativa para esta pesquisa parte das unidades de internação para adolescentes em Sergipe, com foco na Unidade Socioeducativa Feminina Maria do Carmo Alves – UNIFEM, na qual as adolescentes em conflito que cumprem medidas socioeducativas são o objeto de estudo.

O Sistema socioeducativo em Sergipe é composto por algumas unidades propostas para fins específicos de acordo com as medidas a serem adotadas. Dentre elas, o Centro de Atendimento ao Menor – CENAM; a Comunidade de Ação Socioeducativa São Francisco de Assis – CASE; a Unidade Socioeducativa de Internação Provisória - USIP; e a Unidade Socioeducativa Feminina Maria do Carmo Alves – UNIFEM.

A pesquisa se justifica pela necessidade de compreender em que medida e de qual forma as mulheres compõem esse contexto, ou seja, uma abordagem das questões as quais envolvem o desvio sob uma perspectiva de gênero e a sua relação.

Situando a temática, a mesma busca compreender a relação dessas adolescentes com a composição do sistema socioeducativo, das suas relações familiares, do ponto de vista da legislação vigente, tentando compreender o outro, os fenômenos sociais - sem no entanto - a certeza do saber posto.

Assim, a pesquisa será feita a partir de dois recortes, grupo etário e gênero. O foco são as adolescentes internas e a proposta de investigação decorre sob três aspectos: os atores envolvidos no sistema socioeducativo; a construção desviante das adolescentes e a questão de gênero dentro e fora da instituição; as questões legais que regulam as instituições socioeducativas e como estas percebem as adolescentes infratoras.

O sistema socioeducativo em Sergipe é complexo e carece de pesquisas aprofundadas para maior visibilidade à problemática dos adolescentes em conflitos com a lei. Neste artigo, apresento os primeiros passos de uma investigação iniciada em 2014, a qual nos traz como recorte a abordagem do sistema

em relação às mulheres infratoras. Os contatos estabelecidos com a Unidade Feminina Maria do Carmo Alves, responsável pelo atendimento às adolescentes dão conta de um ambiente altamente rotativo, tornando a metodologia do trabalho em algo ainda mais desafiador.

1. Embasamento teórico

Para fundamentar as questões da pesquisa propõe-se pensar a partir das noções de: juventudes, desvio, violências, crime, gênero e poder. Teorias sociológicas como a do desvio, de Howard Becker, que o toma como uma carreira construída a partir de práticas que fogem da norma estabelecida.

A construção das temáticas em torno das juventudes, atualmente, sugere uma série de imbricações. Novos modelos no mundo do trabalho¹, as incertezas nas relações afetivas² acarretam contextos sociais instáveis. De acordo com Dayrell (2007), não há uma determinação de quem é o jovem, pois ele não vem pronto e acabado. Constrói-se e reconstrói a medida que estabelece relações sociais, mostrando-se como sujeito social.

As fases da vida de jovens estão conectadas aos problemas sociais enfrentados durante seu crescimento. Mas, para os adultos, os jovens terminam essa fase depois de passarem por atribuições caracterizadas de maior responsabilidade. O desemprego, um dos problemas sociais vivenciados pelos jovens, é um dos fatores relacionados à falta de habitação, por exemplo. Mas outros pontos são de extrema relevância e necessários para discutir. Os tipos diversos de trabalhos, empregos, aprendizagem, formação constituem um dos traços específicos da juventude de hoje (PAIS, 1990).

1.1. Jovens e violências

Segundo Adorno (2002), os fatos da violência cotidiana estão elevados à categoria de um dos mais dramáticos problemas sociais nacionais, com sensíveis tensões, em múltiplos planos para que se faça uma análise social. O autor

1 Richard Sennett apresenta uma reflexão interessante sobre as mudanças no mundo do trabalho, com sua flexibilidade e incertezas (SENNETT, 1999).

2 O sociólogo Zygmunt Bauman teoriza sobre a noção de modernidade líquida, tratando das fragilidades das relações humanas na sociedade atual (BAUMMAN, 2004).

aponta a violência como um campo que recobre vários recortes temáticos, tornando-o bastante complexo.

Historicamente, a juventude se vê marcada por ser instável em relação aos problemas da sociedade, sendo muitas vezes rotulada como irresponsável. Quanto mais responsável se percebe em relação aos problemas do cotidiano, mais próximo de ser visto como adulto (PAIS, 2003).

Desde a criação do Estatuto da Criança e Adolescentes (ECA), promulgado em 13 de Julho de 1990, por meio da lei 8.069/1990, este se constitui como marco legal que dispõe sobre os direitos e deveres de crianças e adolescentes³. Consequentemente, a problemática dos jovens em conflito com a lei vem tomando proporções e contornos mais definidos no Brasil. Até então, as políticas eram descentralizadas e essa camada da população não obtinha visibilidade em seus conflitos cotidianos (PILOTTI, 2006).

Nas últimas décadas, vários estudos sobre jovens em conflito com a lei foram realizados no Brasil, tornando visível essa temática. As pesquisas mostram importantes contribuições, abordando questões como o perfil dos jovens, violência no cotidiano, rebeliões, fatores de riscos, tráfico de drogas, vulnerabilidade, pobreza, exclusão social (ALMEIDA e SILVA, 2004; ASSIS e CONSTANTINO, 2005; GALLO e WILLIANS, 2005; MALVASI, 2014; PEREIRA, 2002; SILVA e GUERESI, 2003; TEJADAS, 2008; VICENTIN, 2005; VOLPI, 2006; ZALUAR, 2012).

Todavia, uma das intenções desta pesquisa é compreender as adolescentes em conflito com a lei, como elas aparecem neste contexto de criminalidade, aproximando-as da construção social à ideia de juventude, da produção do sentido de suas ações, levando em conta outras dimensões e práticas com as quais estão envolvidas, tais como consumo de drogas, economia familiar, entre outros.

Outra intenção desta pesquisa centra-se na ideia da construção social do desvio. Não tipificando, mas procurando entender a construção social tanto da norma quanto do desvio (VELHO, 2003). Essas jovens internas são desviantes em qual sentido? São desviantes ao uso de drogas, à prática de criminalidade? Ao padrão social normal de gênero aceito socialmente? Desse modo, a pesquisa objetiva compreender como as adolescentes em conflito com a lei, internas na Unidade Socioeducativa Feminina Maria do Carmo Alves-UNIFEM, em Aracaju,

3 No artigo 2 do ECA “Considera-se criança para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.” (BRASIL, 2004).

constroem socialmente a ideia de desvio e como as temáticas de gêneros aparecem no ambiente de internação em meio às tensões cotidianas.

Por se tratar de um objeto de estudo complexo, muitos são os questionamentos que surgem motivando a investigação. São também questões norteadoras da pesquisa: como é o cotidiano das adolescentes da UNIFEM? Como se desenvolvem as relações de poder entre elas, família, a polícia e o sistema socioeducativo? De que modo a atuação policial dentro do sistema carcerário se ocupa dos adolescentes infratores? Que tipos de subjetividades são construídas por essas adolescentes? Quais as dificuldades do sistema em resolver os conflitos? Quais os saberes produzidos?

O interesse, portanto, é dar visibilidade às questões que envolvem os diversos lados que compõem essa estrutura, dando ênfase à ótica das jovens, seus modos de existência e resistência e problematização da ordem social.

1.2. Relações sociais em meio às relações de poder

Sobre as sociedades modernas, estas se encontram em constantes mudanças, descontínuas e fragmentadas. Os princípios culturais e sociais, norteiam a vida dos sujeitos e estão cada vez mais heterogêneos. Estes estão expostos a convívios sociais diferenciados, com famílias fragmentadas, em múltiplos espaços nos quais encontram instituições, grupos e disputas diversas. O indivíduo é o produto de um complexo processo de socialização (DUBET, 2006; LAHIRE, 2002).

Guattari (1993) observa essas diversas perspectivas nas relações humanas que vão do sociocultural ao econômico, ao refletir sobre o termo subjetividades. Desta forma:

o modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e criação, na qual o indivíduo se apropria dos componentes da subjetividade. (GUATTARI; ROLNIK, 2007).

No entanto, para pensar as subjetividades como mobilidade que reagem e dialogam, faz-se necessário a compreensão de como elas se definem, tanto nas condutas como os modos de resistência do sujeito em meio às relações de poder (Foucault, 1977).

Segundo Foucault (2003), a diferenciação do poder está no fato em alguns indivíduos poder mais ou menos determinar a conduta de outros, entretanto, não de modo repressivo, usando força física, mas pelos atributos de dominação. Essa conjuntura de poder pode desencadear, segundo o autor, resistência e recusa, quando não há sujeição de uma das partes aos propósitos estabelecidos dentro das relações. Isso contribui para que as relações de poder sejam complexas e produtoras de outros poderes.

De acordo com Becker (2008) todos os grupos sociais formulam regras, as legitimam e as impõem em certos momentos. Quando há infração dessas regras por alguém do grupo, este é alocado como desviante. Contudo, esse desviante pode ter outra opinião sobre a mesma questão. Então, o desviante não está fora de sua cultura, mas diverge em determinadas situações (VELHO, 2003). Diante disso, há

a necessidade de acabar com a ruptura indivíduo/social ou cultural. Trata-se de reconhecer nos atos, aparentemente “sem significado”, “doentes”, “marginais”, “inadaptados” etc., a marca do sociocultural. [...] a integração de suas diferentes dimensões (VELHO, 2003 p. 28).

Velho (2003) propõe sobre os conceitos rígidos de cultura não absorverem as complexidades das relações indivíduo-cultura-sociedade, tendendo a uma homogeneidade da qual emerge a noção de desvio, bem como a de inadaptação. Já conceitos mais flexíveis de cultura, responsabilizam-se por um caráter mais dinâmico, multifacetado, os quais facilitam o entendimento das tensões e divergências nas marcas tanto da cultura quanto do indivíduo. O desvio, portanto, passa a ser relacional, como parte da contradição da vida social. A produção de sentido sobre a norma e o desvio é vista como algo dinâmico, sem hierarquizações ou caracterizações. O autor ainda enfatiza: “o desviante é um indivíduo que não está fora de sua cultura, mas que faz uma leitura divergente” (VELHO, p. 27).

Ao dar enfoque à marginalidade, podemos observar como sendo um lugar de ruptura das estruturas sociais, onde se encontram em constantes mudanças. Lugar este, no qual os adolescentes devem ser bem considerados, a fim de se observar novas formas de organização social a partir dos mesmos (GUATTARI, 1987).

Isso se contrapõe a pouca importância dada às questões envolvidas dos adolescentes infratores. Para além de números, eles se tornam fontes importantes de pesquisa para a compreensão dos problemas envolvidos, nos conflitos visíveis das unidades de intervenção, os que se originam além dos muros.

1.3. Juventudes e gênero

As reflexões sobre juventude suscitam formas de pensar e repensar outros termos das ciências sociais, dentre eles o gênero. As concepções de gênero têm ocupado lugar de destaque nas Ciências Sociais, contribuindo para o conhecimento das relações sociais. A partir do conceito no qual o gênero se refere aos aspectos relacionais, com um “caráter fundamentalmente social”, as noções tradicionais se alargam a fim de afastar-se dos tais determinismos biológicos - o que se constrói socialmente sobre os sexos é aquilo que interessa ao gênero (SCOTT, 1988).

Em um texto mais recente, Scott (1999) afirma sobre termos “igualdade” e “diferença” partindo de uma relação paradoxal, para os quais se levantam em um mesmo eixo questões como aceitação e rejeição da identidade de grupo quando se é discriminado; ao mesmo tempo se negando também a se reproduzir demandas por inclusão.

Souza-Lobo (1991), por sua vez, observa a importância das análises em objeto das práticas sociais nas quais as relações de gênero se constroem, sendo relações implicantes nas hierarquias, ou seja, relações de poder que se constituem em poderes nas sociedades.

Desse modo, a vida cotidiana dá conta de muita informação e tecnologias disponíveis. Nestes, os indivíduos são capazes de contestar a ordem estabelecida produzindo sentido para as diversas coisas, transformando resistências em possibilidades de existências (FERREIRA, 2012).

2. Os primeiros olhares sobre o campo

Para problematizar os pressupostos da pesquisa, pensou-se inicialmente, em compor a pesquisa com base no universo total das internas⁴. No entanto, há ainda a possibilidade de entrevistar egressos do sistema, tendo em vista o trabalho da pesquisadora desenvolve como professora em uma escola municipal em Aracaju, na qual diversos alunos já passaram pelas unidades socioeducativas. A metodologia, portanto, se divide em duas etapas: primeiro, o levantamento bibliográfico sobre as questões ligadas ao tema (juventudes, poder, violência, gênero, criminalidade, tráfico) e segundo a inserção efetiva no campo. A UNIFEM localiza-se no bairro Médici em Aracaju e a escola municipal em um bairro da zona norte, também em Aracaju.

4 Contudo, a condição de interno constitui-se em fator de dificuldade para a aproximação e também a rotatividade delas na instituição.

2.1 Sobre a rotina da UNIFEM

NA FASE INICIAL, NO NÍVEL EXPLORATÓRIO PARA A PESQUISA, A INSERÇÃO PRÉVIA AO CAMPO FOI FEITA JUNTO À FUNDAÇÃO RENASCE⁵. EM 2014, FOI REALIZADA ENTÃO UMA PESQUISA PRÉVIA A FIM DE COLETAR DADOS⁶ GERAIS JUNTO À FUNDAÇÃO. ENTRETANTO, POR FALTA DE CLAREZA DOS MESMOS, HAJA VISTA NÃO HAVER DADOS QUANTITATIVOS, NÃO PUDE UTILIZÁ-LOS.

NO INÍCIO DE 2015, O CONTATO FOI ESTABELECIDO NOVAMENTE, DESTA VEZ DIRETAMENTE COM A UNIFEM. A DIREÇÃO DA UNIDADE MUDOU. A ENTÃO DIRETORA, FOI BASTANTE SOLICITA E SE DISPÔS A CONTRIBUIR COM A PESQUISA, PERMITINDO ACESSO ÀS DEPENDÊNCIAS, BEM COMO AO COTIDIANO DAS INTERNAS. A COMUNICAÇÃO FOI FAVORÁVEL, NO ENTANTO, FOI UMA CONVERSA RÁPIDA, POIS UMA DAS INTERNAS ENTRARA EM TRABALHO DE PARTO NAQUELA TARDE E ELA ESPERAVA A CONDUÇÃO DA MESMA À MATERNIDADE. A DIRETORA RELATOU SOBRE “NÃO SER O MOMENTO MAIS PROPÍCIO” A UMA VISITA PELAS DEPENDÊNCIAS, POR CONTA DA CHEGADA DE CINCO ADOLESCENTES AINDA EM FASE DE ADAPTAÇÃO DAS REGRAS E AS NORMAS INSTITUCIONAIS, POIS, MUITAS VEZES CHEGAM AGRESSIVAS (HAVIA UMA EM PARTICULAR CRIANDO INQUIETAÇÕES). ELA INFORMOU DA DISPOSIÇÃO DOS QUARTOS, POIS PARA SE CHEGAR AS DEMAIS DEPENDÊNCIAS DA UNIDADE FAZ-SE NECESSÁRIO PASSAR PELA FRENTE DOS QUARTOS DAS INTERNAS, PODENDO TORNAR-SE ALVO DE ALGUMA REPRESÁLIA.

A DIRETORA MOSTROU, AINDA, PREOCUPAÇÃO COM QUESTÕES REFERENTES AO QUADRO FUNCIONAL DA INSTITUIÇÃO. A QUESTÃO MAIS ENFÁTICA FOI A PERMANÊNCIA DE PELO MENOS UMA MULHER NOS GRUPOS DE TRABALHO, A FIM DE QUE AS ADOLESCENTES NUNCA FIQUEM SOZINHAS COM HOMENS LÁ DENTRO.

Atualmente, a rotina da unidade é seguida através de um Quadro de Trabalho Semanal (QTS), documento importado das instituições militares e incluído nesse sistema na gestão de uma oficial da Polícia Militar que esteve a frente da instituição entre os anos de 2007 e 2009.

5 Atualmente responsável pela administração do CENAM/USIP além da Unidade Socioeducativa Feminina Maria do Carmo Alves – UNIFEM e da Comunidade de Ação Socioeducativa São Francisco de Assis – CASE. Dados atualizados em março de 2013. Segundo a Fundação Renascer, órgão responsável pela administração do CENAM/USIP, há dificuldades em manter esses dados atualizados e organizados em períodos mais curtos (fugas??).

6 Os dados fornecidos aparecem apenas em termos de percentual, não revelando, por exemplo, quantos jovens compõem o sistema atualmente. Isso dificulta a amostra baseada no universo total em um documento denominado “Perfil dos adolescentes 2013”.

Nesse ponto, inseriu-se também a metodologia do depoimento pessoal. Esta foi utilizada com o intuito de alargar a perspectiva de interpretação e compreensão das práticas que são desenvolvidas no cotidiano da instituição observada.

Recentemente, em março, a oficial concedeu uma entrevista para os fins desta pesquisa detalhando sua passagem pela instituição⁷. De antemão, a mesma revelou as inquietações, dificuldades enfrentadas à época de sua gestão – UNIFEM - bem como questões na organização diária que beneficiaram a vida das internas e equipe técnica. O esquema diário de funcionamento da instituição, implantado em 2007, é executado até hoje e comporta horários de lazer, banho de sol, alimentação, oficinas diversas, repouso e cuidados com higiene e limpeza.

Ainda sobre a visita, a então⁸ diretora se comprometeu em enviar um arquivo com os dados atualizados de 2014, ressaltando que omitiria apenas o nome das adolescentes por questões legais. Sobre o documento repassado no ano anterior e da incompletude dos dados, a mesma revelou a falta de conhecimento sobre o assunto, não podendo resgatar dados dos anos anteriores, mas, somente os referentes ao ano de 2014.

Um arquivo, em seguida, foi enviado, do qual depreende-se: durante o ano de 2014, deram entrada na UNIFEM 34 adolescentes; destas 26% são reincidentes, ou seja, já cometeram outras infrações; 52,9% se declaram usuárias de drogas, mas o documento não especifica; as infrações mais cometidas ainda continuam sendo roubo com 73,5% dos casos, seguido de tentativa de homicídio com 11,7%; 88,2% delas estão cumprindo medida provisória e 11,7% medida de internação, sendo que 8,8% evoluíram para a medida de semiliberdade. A idade variou de 14 a 18 anos; 70,5% são da capital e 29,4% vieram dos interiores do estado; Sobre escolaridade 73,5% estão no Ensino Fundamental Maior e 23,5% no Ensino Fundamental Menor e uma delas não era sequer alfabetizada, perfazendo 2,9% do total. Há um dado interessante no que tange ao uso de remédios controlados; 17,64% fazem uso destes e uma das internas precisou ser transferida para uma clínica especializada durante o ano de 2014.

Já observa-se aqui um panorama diferenciado na organização dos dados, se comparados ao documento anterior, haja vista que agora se sabe o quantitativo.

7 entrevista esta que será analisada e publicizada posteriormente.

8 No decorrer do ano de 2015 a mesma teve que se afastar do cargo porque engravidou. Depois disso ainda não teve oportunidade de estabelecer contato com nova direção.

No entanto, muitos dados combinam entre si, quando comparados aos dados incompletos repassados anteriormente. Estes não ficam muito distante quando se observa, por exemplo, a tipificação das infrações, levando a crer que foi negligencia de quem organizou o material.

3. Considerações finais

O presente artigo é fruto da pesquisa de doutorado em sociologia pela Universidade Federal de Sergipe, em andamento. Os desafios são inúmeros dada a complexidade do objeto e refletir sobre conflitos com a lei na adolescência, mulheres, traz uma série de imbricações sociais e sociológicas. Ademais, espera-se, ao longo da pesquisa, o aprofundamento que o tema requer.

Nesse momento, no entanto, tem-se nas intenções deste trabalho, algumas direções apontadas para o campo teórico da mesma. Com relação ao campo empírico, observa-se uma discreta inserção, dados sobre a instituição foco, os tipos de infrações cometidos, a evolução das medidas, idade, escolaridade, o percentual de envolvimento com drogas; a rotina das adolescente vista sob o olhar institucional proporciona pistas para as relações de poder estabelecidas no local, bem como algumas pontuações históricas sobre a referida unidade nos remete a buscas de outros atores que podem contribuir (alguns destes já em contato).

Vale ressaltar, ainda, o fato da UNIFEM-Aracaju apresentar-se nos moldes de uma instituição total, com normas rígidas e horários a seguir. O espaço em si é impessoal, apresentando, inclusive, dificuldades durante as visitas por parte da pesquisadora em conhecer mais detidamente o local, haja vista a disposição dos quartos dificultar o trânsito por serem expostos.

Assim, demonstrou-se aqui o andamento da pesquisa, as primeiras incursões e impressões sobre o campo, aspectos da rotina das internas, assim como as abordagens teóricas e metodológicas que vêm constituindo a mesma.

Referências bibliográficas

ADORNO, Sérgio. Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: Miceli, Sérgio (org.) **O que ler na ciência social brasileira** (1970-2002). Vol. 4. São Paulo: Anpocs/Sumaré; Brasília: Capes, 2002.

ALMEIDA, M.; SILVA, R. **Compreendendo as estratégias de sobrevivência de jovens antes e depois da internação na FEBEM.** Revista Brasileira de Orientação Profissional. Ribeirão Preto, v. 5,n.1, p. 87-102, 2004.

ASSIS, S.; CONSTANTINO, P. **Perspectiva de prevenção da infração juvenil masculina.** *Ciências e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 81-90, 2005.

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudo da sociologia do desvio.** Tradução Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2008.

BRASIL. **Lei nº 8.069, 13 jul. 1990.** Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. 3. Ed. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2004.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX/ James Clifford;** organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

DAYRELL, Juarez. **A escola “faz” juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil.** In: Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

DUBET, François. **El declive de la institución: profesiones, sujetos e individuos em la modernidad.** Barcelona: Gedisa Editorial, 2006.

FERREIRA, V. S. Resistência versus existência? A dimensão política das microculturas juvenis. In: Dayrell, J., Nogueira, M. A., Resende, J. M., & Vieira, M. M. (Orgs.). **Família, escola e juventude: Olhares cruzados Brasil - Portugal** (pp. 344-371). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Lúcia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1977, 280 p.

_____, Michel. **A ordem do discurso.** 5 ed., São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____, Michel. **Estratégia, Poder-Saber.** Coleção Ditos e Escritos, v.4. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GALLO, A.; WILLIANS, L. **Adolescentes em conflito com a lei:** fatores de risco para a conduta infracional. Psicologia: Teoria e Prática. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 87-97, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GUATTARI, Félix. **Revolução Molecular.** Pulsações políticas do desejo. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____, Félix. Da produção de subjetividade. In: PARENTE, A. **Imagem máquina:** a era das tecnologias do virtual. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993. p. 177-191.

_____, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica:** cartografias do desejo. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

LAHIRE, Bernard. **O homem plural:** os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.

MALVASI, Paulo Artur. **O domínio mental e a vida loka:** uma análise do dispositivo das drogas nas periferias de São Paulo. In: 29ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA). Natal/RN, 2014.

MATOS, Marlise; CYPRIANO, Breno. **Críticas feministas, epistemologia e as teorias da justiça social:** em busca de uma teoria crítico-emancipatória de gênero. In: 32º Encontro Anual da ANPOCS. 2008.

PAIS, J. M. **Construção sociológica da juventude – alguns atributos.** Analise Social, Vol.25, No. 105-106, p. 139-165. 1990.

PILOTTI, F. Marco para el Análisis de las Políticas publicas Dirigidas a la Infancia. In: RIZZINI, Irene; CORONA, Ricardo Fletes; ZAMORA, Maria Helena; NEUMANN, Mariana (orgs.) **Niños, Adolescentes, Pobreza, Marginalidad y Violencia en América Latina Y Caribe:** relaciones indisolubles? Centro Internacional de Estudios y Investigaciones sobre Infancia – CIESPI, 2006.

SENNET, R. A **Corrosão do caráter:** conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SCOTT, Joan. W. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1991. Tradução do original: Scott, J. W. *Gender: A Useful Category of Historical Analysis*. *American Historical Review*. New York: Columbia University Press, 1988.

_____, Joan. Igualdade versus diferença: os estudos da teoria pós-estruturalista. In: **Cidadania e feminismo**: debate feminista. São Paulo: Melhoramentos, 1999, p. 203-222.

SILVA, E.; GUERESI, S. **Adolescentes em conflito com a lei**: situação do atendimento institucional no Brasil. Texto para discussão, 979. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2003.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

TEJADAS, S. **Juventude e ato infracional**: as múltiplas determinações da reincidência. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2008.

VELHO, Gilberto. **Estilo de vida urbano e modernidade**. Revista Estudos Históricos, vol.8, nº 16, 1995, p. 227-234.

_____, Gilberto. **Desvio e divergência**: uma crítica da patologia social/ Gilberto Velho, organizador. – 8 ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. **A vida em rebelião**: jovens em conflito com a lei. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

VOLPI, Mário. **O Adolescente e o Ato Infracional**. São Paulo, SP: Cortez, 2006.

WACQUANT, Loïc. “A penalização da miséria e o avanço do neoliberalismo” In: Loïc Wacquant, **As Duas Faces do Gueto**. São Paulo, Boitempo, 93-105, 2008.

ZALUAR, Alba. **Juventude Violenta**: Processos, Retrocessos e Novos Percursos. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 55, nº 2, 2012, pp. 327 a 365.

PATRIARCADO E A PRODUÇÃO DA SUBJETIVIDADE FEMININA: CRIAÇÃO DO CIÚME

Eulânia Medeiro Souza Lima¹
Universidade Católica de Brasília
eulania.msl@gmail.com

Maristela Muniz Gusmão²

Talita Maiara R. Araújo Vieira³

Resumo: O sistema patriarcal, que dita os papéis de gênero em nossa sociedade, tem sido um grande definidor na produção da subjetividade das mulheres. A partir desse sistema de dominação ensinamentos são repassados ao longo do tempo, como o ciúme. O objetivo desta revisão de literatura narrativa foi refletir sobre as relações entre o sistema patriarcal e a produção das subjetividades das mulheres, no que tange, especificamente, à geração do ciúme dentro de relações ditas amorosas. Para tanto, investigou-se a influência social no aprendizado do ciúme, questionando a legitimação da violência contra as mulheres e ressaltando a importância das políticas públicas no Brasil. Analisou-se 10 artigos brasileiros publicados no período de 2005 a 2013, disponíveis na plataforma Scientific Electronic Library Online (SciELO), que abordavam temas relativos ao sistema patriarcal, à subjetividade feminina e relações afetivas, às políticas públicas para mulheres e psicologia feminista. Notou-se, com esse estudo, que o sistema patriarcal tem exercido grande influência sobre a vida das mulheres, suas escolhas e relações. Observou-se que tal sistema de dominação, com suas determinações e normas para as relações

1 Estudante de Graduação em Psicologia da Universidade Católica de Brasília.

2 Professora do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Católica de Brasília.

3 Psicóloga do Centro de Formação em Psicologia Aplicada/CEPPA da Universidade Católica de Brasília.

ditas amorosas, é gerador de diversas situações que reproduzem ensinamentos sobre competitividade e ciúme feminino. Ressalta-se a escassez de estudos brasileiros que discorram sobre a relação do patriarcado com a ocorrência do ciúme nas mulheres, e propõe-se o desenvolvimento de estudos e reflexões norteados pela psicologia feminista, tendo em vista o seu compromisso com o empoderamento feminino e com as mudanças sociais, principalmente nas críticas em relação às definições dos papéis de gênero.

Palavras-chave: Subjetividade, patriarcado, ciúme, violência, psicologia feminista.

Introdução

Ao longo da história, o sistema patriarcal, como uma das formas de organização familiar, tem determinado qual o papel social de mulheres e homens. As primeiras sociedades, no começo da história da humanidade, viviam de maneira coletivista e eram centradas na figura da mãe. Já com a descoberta do fogo, da caça e da agricultura, as famílias começaram a permanecer num território só, dividindo quais papéis deveriam ser desempenhados socialmente por mulheres e homens. Os homens deveriam caçar e as mulheres deveriam cuidar das crianças e cultivar a terra (NARVAZ; KOLLER, 2006).

O sistema de dominação masculina tem sido repassado historicamente e se manifestado de diversas maneiras nas relações sociais atuais. O patriarcado tem ensinado às mulheres como se comportar e como devem ser suas relações com as outras pessoas. Então, a produção da subjetividade feminina é atravessada por ensinamentos repassados com base nas normas ditadas pelo sistema patriarcal, que determina que as relações ditas amorosas devam ocorrer entre uma mulher e um homem, nas quais a mulher deve se comportar de tal modo a mostrar para seu companheiro que ela é a “melhor” entre as mulheres, vistas como concorrentes pela atenção do homem em questão (FILHO, 2005; SALES, PARAÍSO, 2013). Essas relações são marcadas pela heteronormatividade, e têm a monogamia como uma de suas exigências. No entanto, socialmente as mulheres aprendem que devem ter apenas um companheiro, pois do contrário serão rotuladas como vulgares, enquanto aos homens é ensinado que ter várias companheiras é vanglorioso (SALES; PARAÍSO, 2013). Durante suas vidas as mulheres são incentivadas a competir e enxergarem umas às outras como concorrentes pela atenção masculina, para que seus companheiros permaneçam no relacionamento e não as traiam. Ensinamentos como esses, marcados pelos ideais heteronormativos e monogâmicos, e repassados dentro do sistema patriarcal, são geradores do ciúme feminino, que ora é ensinado e incentivado, e ora é tratado como algo abominável, que não combina com o momento atual.

Neste cenário de exigências quanto à forma como a mulher deve agir e de ensinamento do ciúme ocorrem várias violências contra a mulher, uma vez que dentro de uma relação dita amorosa e heteronormativa, a dominação do corpo, da sexualização e da produção de sentimentos das mulheres se relaciona imensamente com o ciúme do parceiro, que teme que a mulher o tenha traído com outro homem, o que pode desencadear episódios de violência contra a mulher.

Então, a problematização levantada no presente trabalho tem dois focos, que se relacionam aos ensinamentos patriarcais: o primeiro é o papel de gênero

que é atribuído às mulheres e determina que estas tenham a “necessidade” de estarem numa relação dita amorosa e competirem com as outras mulheres, que são enxergadas como concorrentes pela atenção dos homens, o que é um tipo de violência contra a liberdade e união entre as mulheres; e o segundo se refere às violências que podem ser praticadas pelos homens contra as mulheres, embasadas e legitimadas pelo discurso patriarcal que defende que as mulheres são possessões dos homens e que estes podem violentá-las de inúmeras maneiras (da violência psicológica à física, por exemplo) caso elas desviem do papel de gênero atribuído a elas, uma vez que estas são propriedades deles. É importante ressaltar que, de acordo com Moraes e Ribeiro (2012), muitos homens justificam a violência que praticaram contra suas parceiras como sendo uma resposta a comportamentos inadequados delas, que desafiaram o que é ensinado tradicionalmente a respeito dos papéis de gênero. Uma pesquisa realizada por Deeke et al. (2009) corrobora essa informação, pois apresenta que um dos fatores apresentados pelos homens como sendo motivo de violências contra suas parceiras é o ciúme, que se apresentava em relação a amigas e ex-namorados/maridos destas. O que demonstra que esses homens, reproduzindo o discurso patriarcal, estão enxergando suas parceiras como suas propriedades, que devem ser dominadas em suas ações e que, caso transgridam seu papel social, podem ser violentadas.

Nesse contexto, o presente trabalho teve como objetivo refletir sobre as relações entre o sistema patriarcal e a produção das subjetividades femininas, tendo como foco a geração do ciúme dentro de relações ditas amorosas. Refletiu-se sobre a influência social no aprendizado do ciúme, questionando a legitimação da violência contra as mulheres e ressaltando a importância das políticas públicas no Brasil.

Método

Tratou-se de um estudo qualitativo, cujo método foi a revisão narrativa de literatura que, para Rother (2007), tem característica construtivista-narrativo.

Os artigos de revisão narrativa são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o “estado da arte” de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual. (...) Constituem, basicamente, de análise da literatura

publicada em livros, artigos de revista impressas e/ou eletrônicas na interpretação e análise crítica pessoal do autor. (Rother, 2007, p.5)

Analisou-se 10 produções científicas nacionais publicadas no período de 2005 a 2013, que abordavam temas relativos ao sistema patriarcal, à subjetividade feminina e relações afetivas, às políticas públicas para mulheres e psicologia feminista. A plataforma utilizada para a busca foi a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e os descritores utilizados foram: subjetividade, patriarcado, ciúme, violência e psicologia feminista. Do total de 38 trabalhos encontrados, 28 foram excluídos por apresentarem conteúdos que fugiam ao tema proposto, como, por exemplo, os que traziam o ciúme como assunto principal, porém relacionando-o apenas ao psiquismo, sem propor uma reflexão que o relacionasse aos ensinamentos sociais e patriarcais, o que resultou em uma amostra de 10 produções.

Os resultados serão apresentados e discutidos em três temas principais, orientados pelo objetivo do presente estudo, denominados: Patriarcado e produção da subjetividade feminina; Relações heteronormativas e a criação do ciúme; e Violência e as políticas públicas para mulheres no Brasil.

Patriarcado e produção da subjetividade feminina

O sistema patriarcal, como sistema de dominação definidor dos papéis das pessoas dentro de suas famílias e sociedade, nasceu com a criação da família a partir da necessidade de sobrevivência e reprodução da espécie, sendo uma das formas de organização familiar. Tal organização, centrada no homem, dita os papéis de gênero na sociedade, e tem sido uma grande definidora na produção subjetiva das mulheres. O patriarcado determina que os homens tenham posse sobre as mulheres, e os pais sobre suas filhas e filhos.

Segundo Narvaz e Koller (2006), ao longo da história existiram diferentes configurações familiares que se distinguem do patriarcado, como no começo da história da humanidade, quando as primeiras sociedades viviam de forma coletivista e eram matrilineares, ou seja, sua organização era em torno da figura da mãe, e não era conhecido o papel do homem na reprodução. Nesse tipo de organização familiar, os papéis sociais e sexuais tanto de mulheres quanto de homens não eram bem demarcados e as relações sexuais não ocorriam de forma monogâmica. Foi a partir da descoberta do fogo, da caça e da agricultura que as famílias passaram a permanecer em um território só e dividir os papéis que homens e mulheres deveriam desempenhar socialmente. Aos homens era

atribuída a caça, e às mulheres a realização do cultivo da terra e o cuidado das crianças. Uma vez que se tomou conhecimento do papel do homem na reprodução e, um tempo depois, foi estabelecida a propriedade privada, as relações entre homens e mulheres se tornaram monogâmicas de forma predominante para que fosse garantida herança aos filhos e filhas legítimas. A partir de tais acontecimentos, o corpo e a sexualidade feminina passaram a ser controlados, sendo instituída a família monogâmica e a divisão de papéis sociais e sexuais de mulheres e homens. Assim, é estabelecido o patriarcado, focado na descendência patrilinear e no controle masculino sobre as mulheres.

De acordo com Narvaz e Koller (2006), a relação entre o sistema patriarcal e as famílias se relaciona com a origem do termo “família”, originado a partir do vocábulo latino *famulus*, que significa “escravo doméstico”. A família enquanto organização social foi instituída na Roma Antiga, já que na família romana o pai tinha poder sobre a esposa, filhas e filhos, escravos e vassalos, além de possuir o direito de vida e morte de todos. A autoridade que o patriarca possuía se sobrepunha até mesmo sobre a autoridade do Estado e prevaleceria enquanto ele estivesse vivo, sendo que aquele tinha poder para transformar os próprios filhos em escravos e vendê-los.

É importante salientar que o patriarcado não determina apenas o poder do pai, mas o poder dos homens enquanto categorial social. No sistema patriarcal, as mulheres estão subordinadas aos homens hierarquicamente e as pessoas mais jovens estão subordinadas às pessoas mais velhas. A dita superioridade masculina criada pelo patriarcado atribui um valor maior às atividades masculinas, legitima o controle sobre a sexualidade, corpos e autonomia feminina, e delimita papéis sociais que permitem aos homens terem mais vantagens do que as mulheres.

Dentro do sistema de dominação patriarcal é ensinado às mulheres qual papel social estas devem representar, sem questionamentos. “A diferenciação entre os sexos pressupõe a definição do que são as características que formam a identidade do masculino e do feminino. (...) As mulheres aprendem a ser femininas e submissas, e são controladas nisto” (FILHO, 2005, p.139). Meninas e mulheres são ensinadas que, por serem do sexo feminino, são naturalmente frágeis e delicadas e, por isso, devem procurar um homem que será seu protetor e “salvador”. Tais ensinamentos repercutem no processo de produção da autoimagem e subjetividade da mulher, que tem grandes chances de se perceber enquanto “menor” que o homem e submetida a este.

O âmbito social possui influência primordial sobre o processo de produção da subjetividade das pessoas. Segundo Ewald e Soares (2007), apesar de a palavra “subjetividade” ter sido formada a partir do termo *subjetivo*, que quer dizer aquilo que é pertencente da consciência individual, a constituição da individualidade é atravessada pela identidade coletiva. “Assim, subjetividade pode ser definida como o fundamento da identidade, social e individual, o que nos remete também à questão da alteridade” (EWALD, SOARES, 2007, p.25). Então, a produção da subjetividade de cada pessoa está marcada pelas relações vividas socialmente. Dito de outro modo, ideias e aprendizados reproduzidos socialmente possuem grande influência sobre a forma como as mulheres se percebem. E influenciam, também, a maneira como elas se relacionam com outras pessoas, por exemplo, em relacionamentos ditos amorosos, e como devem se portar diante de tais relações. Segundo Araújo (2005), as transformações culturais e sociais se relacionam com as condições históricas que contribuíram para a determinação dos papéis femininos.

Relações heteronormativas e a criação do ciúme

O patriarcado é definidor das relações monogâmicas e heteronormativas, que ditam que as mulheres devem almejar ter apenas um companheiro e que ele seja o “homem ideal”, e que os homens devem ter mais de uma parceira e sentir nojo de outros homens, já que se outro homem o desejar ele é afeminado, o que é considerado algo ruim. “A heteronormatividade é aqui compreendida como um processo de regulação sexual, em que a heterossexualidade é instituída como única possibilidade legítima de vivência da sexualidade” (SALES; PARAÍSO, 2013, p.605).

É ensinado às mulheres, ao longo de suas vidas, que seus comportamentos e modos de agir devem ser medidos para que seduzam aos homens, mas sem que pareçam vulgares. Em geral, as mulheres são privadas de seu poder de escolher livremente se querem ou não estar em um relacionamento e se este será com um homem. “A questão colocada à moça é saber se posicionar de modo a ser atraente e sedutora, mas jamais ceder a todas as investidas masculinas” (SALES; PARAÍSO, 2013, p.617).

Os relacionamentos heteronormativos exigem monogamia entre as partes, o que na prática, geralmente, ocorre de maneira desigual, já que socialmente é ensinado à mulher que é vergonhoso ter mais de um parceiro amoroso e sexual, enquanto ao homem se ensina que ter várias parceiras é vanglorioso. É equivocado considerar que a estabelecida monogamia incide da mesma maneira

sobre homens e mulheres, uma vez que culturalmente os primeiros têm papéis sexuais e sociais diferentes e superiores às segundas. Segundo Araújo (2005), a diferença entre mulheres e homens foi, por longo tempo, motivo para a desigualdade existente em função da hierarquia imposta pela dominação patriarcal.

De acordo com Arreguy e Garcia (2012), ensinamentos são repassados ao longo do tempo, como, por exemplo, o ciúme, que é ensinado de maneira paradoxal, já que em determinado momento é visto como demonstração de carinho e cuidado, e em outro é algo abominável que não combina com o momento atual. Tal contraditoriedade pode ser grande geradora de sofrimento no processo de produção da subjetividade feminina.

A carga cultural de competitividade feminina reproduzida e ensinada às mulheres, e a necessidade de agradar aos homens para que esses se mantenham no relacionamento e não traiam é criadora da sensação de insegurança que gera o ciúme feminino. Diferentemente do ciúme masculino, que frequentemente se relaciona com a necessidade culturalmente ensinada de controlar com quem a parceira se relaciona socialmente e de controle da vida desta, que tem grandes chances de sofrer violações, por parte de seu parceiro, caso desvie de tais restrições.

Violência e as políticas públicas para mulheres no Brasil

Como visto, o ciúme pode ser gerador de grande sofrimento para as mulheres. Além disso, ele pode ser o desencadeador de violências praticadas contra estas. Dentro de uma relação dita amorosa e heteronormativa, a dominação existente do corpo, da sexualização e da produção de sentimentos das mulheres tem grande relação com o ciúme do parceiro, que teme que a mulher o tenha traído com outro homem (DEEKE et al., 2009), desviando das normas estabelecidas relacionadas à regulação da vida amorosa e sexual feminina, que defendem que a mulher precisa ser recatada e subordinada ao seu parceiro.

A transgressão das mulheres a tais normas sociais pode culminar em episódios de violência física, sexual, verbal, psicológica, entre outras, contra estas por parte de seus companheiros. “Os homens afirmam terem ciúme da parceira (...), sendo esse um dos maiores estopins para as discussões” (DEEKE et al., 2009, p.253). Muitas vezes, os homens justificam a violência que praticaram contra suas parceiras como sendo uma resposta a comportamentos inadequados delas, que desafiaram o que é ensinado tradicionalmente a respeito dos papéis de gênero, que eles reconhecem como universalmente aceitos (MORAES; RIBEIRO, 2012).

Diversas formas de violência contra o gênero feminino são engendradas pela formação discursiva patriarcal, que regula e normatiza os lugares e as relações de gênero no social. A violência contra as mulheres e contra as meninas revela-se, assim, profundamente implicada nas relações de poder constitutivas das relações de gênero. (Narvaz e Koller, 2007, p.119)

Infelizmente, as mulheres são muitas vezes apontadas como culpadas pela violência que sofrem, sendo vistas como sedutoras de seus agressores. Segundo Narvaz e Koller (2007), profissionais de várias disciplinas reproduzem discursos que culpabilizam as vítimas, e é necessário que exista uma rede de apoio que dê suporte e acolhimento para estas, promovendo saúde e garantindo direitos. Porém, de acordo com as autoras, percebe-se na realidade brasileira que muitas instituições não estão preparadas para cumprir seu papel de acolhimento às vítimas de violência por falta de recursos materiais, humanos e/ou, também, falta de qualificação profissional.

No entanto, é importante ressaltar que os movimentos feministas no Brasil protagonizaram várias lutas contra a “violência de gênero”, que geraram diversas mudanças desde o período de abertura democrática nos anos 80. Segundo Moraes e Ribeiro (2012), tais lutas chegaram até as legislações, as esferas governamentais, as formas de representação de governos e, também, a sociedade civil. Essas mudanças desencadearam a criação das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs), que são consideradas até hoje uma grande inovação institucional na área da violência no Brasil, repercutindo em outros países na América Latina.

Desde a criação das DEAMs, as políticas públicas brasileiras de combate à violência contra a mulher já percorreram uma trajetória de quase três décadas. Atualmente chama a atenção o processo de consolidação da Lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha (LMP) que, sancionada em agosto de 2006, trata da violência doméstica e conjugal contra a mulher de maneira específica (Moraes e Ribeiro, 2012, p.40).

Considerações Finais

Percebe-se que o sistema patriarcal, e seus ensinamentos e tradições, tem exercido grande influência sobre a vida das mulheres, suas escolhas e relações. Tal sistema de dominação, com suas determinações e normas para as relações ditas amorosas, é gerador de diversas situações que reproduzem ensinamentos sobre competitividade e ciúme feminino, que levam muitas mulheres a um processo de sofrimento. É importante que tal tema seja enfatizado e debatido para que se reflita de quais maneiras é possível auxiliar as mulheres num processo de tomada de autonomia e transgressão a determinadas regras que as limitam aos papéis sociais que lhes são atribuídos, na busca pela compreensão de como se dá a subjetividade produzida em meio a processos fortes e intensos de controle e dominação sobre as mulheres, regulando até o que estas devem sentir. É importante, também, refletir sobre como dar suporte e acolhimento para as mulheres que sofreram casos de violência doméstica, para que estas tenham acesso aos meios comunitários e legais que garantam seus direitos, considerando a importância de existir uma lei que trata especificamente de casos assim.

Dentro do contexto de sofrimento e violência, trazido no artigo, e considerando que em muitos casos a violência gerada pelo ciúme ocorre no contexto familiar, é importante ressaltar que a psicologia tem um papel fundamental no debate e crítica a respeito da forma como os papéis de gênero influenciam a atuação psicoterápica.

A chamada psicologia feminista e a terapia familiar feminista que, de acordo com Narvaz e Koller (2007), surgiram a partir dos anos 70 em função de estudos e trabalhos realizados com grupos de mulheres, podem auxiliar mulheres vítimas de violências num processo de empoderamento, já que criticam a hegemonia do patriarcado na sociedade, principalmente em relação às definições dos papéis de gênero que exercem grande influência na dinâmica das relações familiares. A terapia feminista busca orientar as mulheres quanto aos meios legais e comunitários que estão disponíveis para que estas tenham acessos a seus direitos. São articulados, assim, terapia e política numa prática que se opõe à sociedade patriarcal e busca realizar modificações sociais que sejam produtoras de relações mais justas.

O artigo produzido pode auxiliar numa reflexão sobre a atuação de profissionais da Psicologia em terapias familiares, e sobre como estes podem reproduzir os ensinamentos patriarcais até mesmo na literatura existente sobre a psicoterapia familiar, que em grande parte não considera as relações de poder existentes na família.

Referências

ARAUJO, M. F. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psicologia Clínica** [online]. 2005, vol.17, n.2, pp. 41-52.

ARREGUY, M. E.; GARCIA, C. A. A ausência de ciúme como um ideal cultural: reflexões clínicas sobre a fragilidade subjetiva frente ao amor na atualidade. **Physis** [online]. 2012, vol.22, n.2, pp. 755-778.

DEEKE, L. P.; BOING, A. F.; OLIVEIRA, W. F. de; COELHO, E. B. S. A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. **Saúde e sociedade**. [online]. 2009, vol.18, n.2, pp. 248-258.

EWALD, A. P.; SOARES, J. C. Identidade e subjetividade numa era de incerteza.

Estudos de Psicologia, Natal, v. 12, n. 1, 2007.

FILHO, A. T. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu** [online]. 2005, n.24, pp. 127-152.

MORAES, A. F.; RIBEIRO, L. As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a “responsabilização” dos “homens autores de violência”. **Sexualidad, Salud y Sociedad**. (Rio de Janeiro) [online]. 2012, n.11, pp. 37-58.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. *Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa*. **Psicologia & Sociedade**, 18 (1), jan./abr. 2006, p. 49-55.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Feminismo e terapia: a terapia feminista da família - por uma psicologia comprometida. **Psicologia clínica** [online]. 2007, vol.19, n.2, pp. 117-131.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem** [online]. 2007, vol.20, n.2, pp. v-vi.

SALES, S. R.; PARAISO, M. A. O jovem macho e a jovem difícil: governo da sexualidade no currículo. **Educação e Realidade** [online]. 2013, vol.38, n.2, pp. 603-625.

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO COLEGIADO TERRITORIAL DO SERTÃO PRODUTIVO

Viana Bebé
felizarda.bebe@

Bárbara Katharinne Alves Borges Lessa

Priscila Alves Lima

Juvenice Ferreira de Souza

*Núcleo de Pesquisa e Extensão do Território Sertão Produtivo. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano),
guanambi.ifbaiano.edu.br*

Resumo

No estado da Bahia a trajetória de organização feminina tem ganhado maior notoriedade a partir da criação da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) que tem apoiado a luta das mulheres, com iniciativas para o rompimento com as desigualdades de gênero no campo e na cidade. Segundo dados do Censo Demográfico existem no Território Sertão Produtivo 96.650 mulheres residindo no campo. Elas representam 43,5% do total de mulheres do Território, e são 50,1% da população rural total do mesmo. Em 2006, foi criado o colegiado do território Sertão Produtivo (CODESP). Este colegiado é composto por núcleo executivo, núcleo gestor e câmaras temáticas de mulheres, juventude, povos e comunidades tradicionais, cultura, educação do campo e inclusão produtiva. Por que com todo esse valor continua a perpetuação da invisibilidade das mulheres como sujeitos de direitos e encobre o relevante papel das mesmas na construção das relações sociais, econômicas e culturais na história do Brasil e em especial do espaço geográfico do Sertão Produtivo? Neste contexto, o objetivo foi avaliar a participação das mulheres nas instâncias do colegiado territorial, uma reflexão sobre a violência e a capacidade de mobilização feminina para garantir os direitos das mulheres, igualdade de gênero e suas implicações na emancipação e empoderamento da mulher no território Sertão Produtivo.

Introdução

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e da Coordenação Estadual de Territórios no estado da Bahia implantou a territorialidade como instrumento para o planejamento e tomada de decisões compartilhadas entre agentes da sociedade civil e do poder público com o objetivo de garantir o desenvolvimento sustentável em todo o estado.

A Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia é regulamentada pela Lei nº 13.214 de 29 de dezembro de 2014 que dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos e em seu artigo 4º define como objetivo “a promoção do desenvolvimento territorial, democrático sustentável e solidário, através da participação social, da articulação e integração das políticas públicas e ações governamentais visando à melhoria da qualidade de vida da população”.

O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial (SEPLAN, 2010).

Assim, os territórios são unidades de planejamento para as políticas públicas do Estado levando-se em consideração as demandas de cada região. As demandas são oriundas da plenária do Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Sertão Produtivo (CODESP) que é composto de 70 entidades, 35 da sociedade civil organizada e 35 do poder público; um núcleo gestor com 10 entidades paritárias e um núcleo executivo com três entidades sendo dois da sociedade civil e um do poder público. A Bahia possui 27 Territórios de Identidade e o Sertão Produtivo contempla 20 municípios (Figura 1).

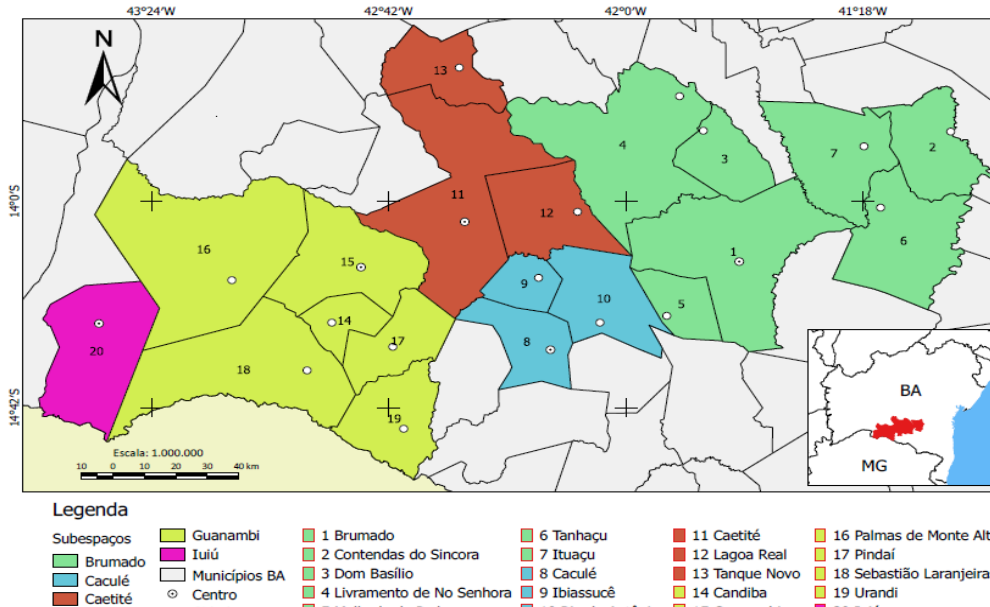


Figura1. Mapa do território Sertão Produtivo.

O CODESP surgiu em 2006 quando o governador Jacques Wagner instituiu a política de desenvolvimento territorial para melhor planejamento do estado. Neste colegiado, os atores que participavam das reuniões eram em sua maioria homens e assim a participação da mulher ainda era incipiente.

No estado da Bahia a trajetória de organização feminina tem ganhado maior notoriedade a partir da criação da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) que tem apoiado a luta das mulheres, com iniciativas para o rompimento com as desigualdades de gênero de modo geral e no meio rural. Nesta perspectiva, em maio de 2011, a SPM, por meio da Lei 12.212, foi criada para viabilizar que o Governo da Bahia atenda à justa reivindicação da luta feminista e dos movimentos das mulheres, dando um importante passo na consolidação da democracia. A compreensão da secretaria subtende elaborar, propor, articular e executar políticas públicas para todas as mulheres, respeitando suas diferenças, com prioridade para as mulheres em situação de pobreza e/ou vulnerabilidade social, em todo o Estado da Bahia.

Os projetos instituídos pela secretaria são campanhas de enfrentamento à violência contra a mulher, ronda Maria da Penha, projeto por uma vida sem violência, unidades móveis, casas de farinha móveis e projeto Margaridas. Vale mencionar que essas iniciativas não contemplam todos os municípios baianos,

dados a extensão territorial do estado e em algumas situações a falta de iniciativa de algumas prefeituras.

O Ministério do desenvolvimento agrário tem os programas de empoderamento das mulheres como o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, os serviços específicos de Ater para mulheres, de crédito produtivo Pronaf Mulher e Apoio Mulher, e os programas de compras públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Segundo dados do Censo Demográfico (IBGE, 2006) existem no Território Sertão Produtivo 96.650 mulheres residindo no campo. Elas representam 43,5% do total de mulheres do Território, e são 50,1% da população rural total do mesmo. Por que com todo esse valor continua a perpetuação da invisibilidade das mulheres como sujeitos de direitos e encobre o relevante papel das mesmas na construção das relações sociais, econômicas e culturais na história do Brasil e do espaço geográfico do Sertão Produtivo? Por que as mulheres não conseguem acessar os programas do governo federal como os homens acessam? Neste contexto, é preciso fortalecer o colegiado territorial e principalmente a câmara de mulheres e os movimentos feministas para acompanhar e garantir o acesso das mulheres aos programas governamentais.

Apesar das conquistas das mulheres em relação aos seus direitos civis e políticos, há muitos desafios a serem superados, principalmente quando se trata das mulheres rurais. A violência doméstica e social e a própria invisibilidade são obstáculos a serem vencidos. Com isto, é preciso compreender e localizar no tempo a história do feminismo para melhor compreender e auxiliar na assessoria a câmara de mulheres do colegiado do território sertão produtivo.

A história do feminismo é dividida em dois períodos, a “primeira geração” que vai dos anos de 1860 até 1920, representada basicamente pela igualdade dos direitos e movimentos reformistas; e a “segunda geração”, que teve maior força no final da década de 1960. Neste período, os movimentos feministas caracterizaram-se por duas correntes: a primeira enraizada pela igualdade dos direitos, preocupada por eliminar a subordinação e discriminação contra as mulheres tanto no âmbito privado quanto no público. A segunda caracterizou-se pela tendência à emancipação das mulheres e a sua participação política, sob uma mudança social radical (MOLINEUX, 1996 citado por HERNANDEZ, 2009).

Nesta perspectiva, os movimentos feministas subjazem o fenômeno subversivo mais significativo do século XX por sua ruptura paradigmática com uma cultura política profundamente autoritária e excludente para as mulheres

e outros atores não hegemônicos. O feminismo como movimento social nunca esteve tão nítido, tão atuante como nesse início de século. Talvez tenha mudado de cara, já não “queima sutiã” (COSTA, 2005). Esses movimentos exercem um papel relevante e profundo sobre as relações humanas e os contextos socio-políticos, econômicos, culturais e sexuais. Neste aspecto, os avanços sociais e tecnológicos evidenciam os resultados de manifestações em vários espaços como propagandas, redes sociais, encontros, fóruns e na política territorial.

A luta feminista propõe um projeto de sociedade que minimize o sistema patriarcal e de poder regulador, em nome de princípios de igualdade, de equidade e de justiça social. Por isto, estar organizado é fundamental para garantia destes princípios.

Neste sentido a liderança feminina subtende primeiro passo no processo de organização. A representatividade da mulher enquanto líder pressupõe de um lado abrir mão de certas comodidades vivenciadas e estereotipadas pela figura “do lar” e de outro munir-se intelectualmente para não sucumbir às imposições patriarcais. Atualmente, percebe-se uma mudança muito grande no perfil das mulheres, que antigamente realizavam apenas tarefas tradicionais, como cuidar da casa e dos filhos.

Ancorados em Souza Neto e Calvosa (2006), a liderança é uma das principais buscas da sociedade. Quando encabeça a luta de ações afirmativas, a liderança feminina permite o feminismo influenciar as ações institucionais, ao visualizar a resposta dada pelo Estado brasileiro ante as reivindicações feministas. Sem dúvida a incorporação da temática sobre a equidade de gênero na agenda pública tem sido um aspecto importante, pois esta ação reflete o esforço, a visibilidade e a legitimidade que os movimentos têm conseguido nos últimos anos (HERNANDEZ, 2009).

Vale salientar que, em praticamente todos os países, os organismos encarregados das políticas públicas para as mulheres são resultados de pressões, negociações e alianças promovidas pelos movimentos feministas e por organizações não governamentais feministas. Quadro que mais uma vez enfatiza a necessidade do protagonismo da mulher, da perda de sua inércia para constituir num pressuposto de mudança. Ao se instituírem como lideranças criam espaços sociais que oferecem aos sujeitos individuais locais de solidariedade e de visibilidade, possibilitando a difusão de reivindicações passíveis de serem incorporadas pela coletividade específica à qual sentem pertencer.

Resistimos no campo às consequências econômicas, políticas, sociais e culturais do projeto capitalista e patriarcal que intensifica a exploração de

trabalhadoras e trabalhadores, aumentando a violência e a discriminação contra as mulheres.

A mulher é tão capaz de liderar quanto o homem. Ser mulher traz a unicidade de ser múltipla, sensorialmente, no raciocínio e na coordenação de acontecimentos. No entanto, a civilização e a cultura patriarcal, cabe aqui, dizer *machista* deram conta de ameaçar até mesmo a virilidade de um homem mais brando ou a feminilidade de uma mulher mais firme (um golpe duro e secreto que agora já pode ser descartado com consciência).

Para a mulher, sua participação política vem ganhando espaço e envolve um trabalho de emancipação que, através de lutas dos grupos feministas que considera a vivência de participação das mulheres nos movimentos populares, preconiza politizar o privado, dá-se existência a uma experiência até então silenciada e, por este caminho, abre-se a possibilidade de pensar a mudança (BRITO, 2001). A liderança feminina aos poucos vem destacando no mercado de trabalho, política e nas concepções de família situação está que propiciam a essas mulheres na reconstrução da cultura e transformação social.

O contexto atual não é feito apenas de fragilidades e obstáculos. Vivemos, no Brasil, um momento bastante promissor no reconhecimento da violência contra as mulheres como problema social. Particularmente tratando da violência doméstica e familiar, significativas parcelas da sociedade brasileira reconhecem que as respostas para o problema devem ser construídas pelos governos, no âmbito das políticas públicas (PASINATO, 2015).

A violência contra mulheres é um fenômeno recorrente nas sociedades contemporâneas, identificado em várias partes do mundo e atinge mulheres de diferentes classes sociais, faixas etárias, castas, raças e etnias, embora nem sempre seja visível ou considerado como um problema social (TAVARES, 2015). Outros contextos e além da violência física, existe a psicológica, sexual, simbólica, patrimonial e econômica, que muitas vezes estão marcadas por uma taxa elevada de aceitação social.

De acordo com dados do IPEA (2016), treze mulheres são assassinadas por dia. Esse é o balanço dos últimos dados divulgados pelo Sistema de Informação sobre mortalidades (SIM), que tomam como referência o ano de 2014. Isso significa dizer que, no ano em que o Brasil comemorava a Copa do Mundo e se exibia ao mundo como nação cordial e receptiva, 4.757 mulheres foram vítimas de mortes por agressão. Na Bahia foram mortas 363 mulheres em 2014 e por isto é necessário e urgente a mobilização das mesmas para ampliar o empoderamento e reduzir o número de vítimas.

De acordo com Santos (2015) a perspectiva feminista concebe a violência como um problema estrutural do patriarcado, em contraste com a perspectiva familista, que entende a violência como um desvio de comportamento no seio da família ou como um problema da ordem moral e religiosa. A abordagem feminista associa as causas da violência contra mulheres à desigualdade de poder entre homens e mulheres, expresso pela dominação masculina. A intervenção feminista é, portanto, social e política, e centra-se nas “mulheres” para que elas possam transformar a sua posição de subalternidade e tornar-se sujeitos de direitos. Neste contexto, este estudo teve como objetivo avaliar a participação das mulheres no colegiado territorial do Sertão Produtivo.

Metodologia

A pesquisa foi realizada a partir de uma análise documental conceituada por Lüdke e André (1986) como uma busca de identificações factuais nos documentos a partir de questões de interesse.

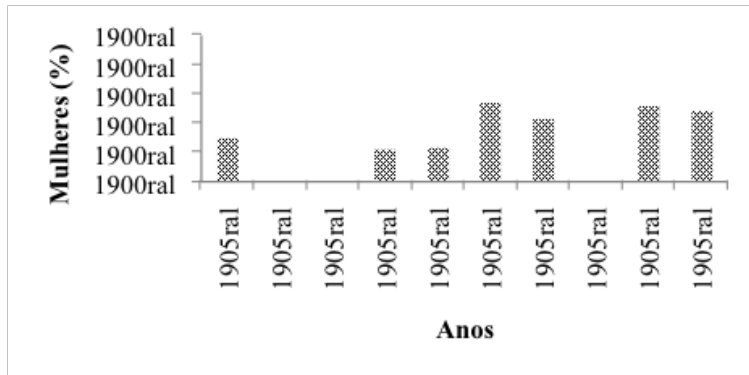
Para avaliar a participação das mulheres no colegiado de desenvolvimento territorial sustentável do Território do Sertão Produtivo fez-se necessário a análise documental da participação das mulheres das entidades nas plenárias, no núcleo gestor e na Câmara de Mulheres do CODESP no período de 2006 a 2015.

Foi também realizado um diagnóstico da violência física (em sites da mídia local e regional) ocorrida nos anos de 2014 a abril de 2016 no território Sertão Produtivo para mostrar a importância de fortalecer os movimentos sociais e as instâncias do colegiado quanto à luta pelos direitos das mulheres.

Resultado e discussão

A participação das mulheres no colegiado territorial do Sertão Produtivo (CODESP) iniciou em 2006 a partir da sua criação. Desde então a participação das mulheres foi baixa, mas atuante. Houve uma redução na quantidade de mulheres ao longo dos anos (Figura 2). No ano de 2014 houve um aumento e em 2015 a participação no CODESP foi bem marcante devido ao Núcleo de Pesquisa e extensão do território Sertão Produtivo: Fortalecendo o Semiárido (NEDET), pois a equipe articulou e mobilizou os movimentos de mulheres para participarem e compor a câmara de mulheres.

Figura 2. Participação anual acumulado das mulheres no colegiado territorial Sertão Produtivo



Um dos resultados marcantes da participação das mulheres nas instâncias do colegiado foi a articulação para a 5ª marcha das Margaridas que ocorreu na cidade de Brasília em 11 e 12 de agosto de 2015. Observou-se que a luta contra a violência sexista que é qualquer conduta, ação ou omissão que discrimine, agrida, maltrate ou obrigue as mulheres a fazerem algo (ou deixarem de fazer) pelo simples fato de serem mulheres.

Outra mobilização e grande participação das mulheres foi na conferência territorial de mulheres do Sertão Produtivo no dia 25 de setembro de 2015. Foram construídas várias propostas quanto a luta da violência sexista e pela igualdade de gênero. A principal discussão desta conferência foi a existência da lei Maria da Penha, como um instrumento de combate à violência contra as mulheres que entrou em vigor em 7 de agosto de 2006, a lei nº11.340, e ainda não é cumprida no território sertão produtivo por falta de uma delegacia da mulher e apoio às vítimas de violência.

Em meio às discussões na câmara de mulheres do CODESP, percebeu-se a necessidade de chamar a atenção da sociedade civil para o que vem acontecendo no território em relação aos direitos negados e a insatisfação feminina a ter direito apenas em teoria, então foi convocado às mulheres do território participar da primeira marcha territorial das mulheres do campo e da cidade em 30 de março, encerrando as comemorações do mês da mulher. Em que o lema foi: “Não a impunidade aos agressores, queremos sim justiça”, no qual reivindicou: Casa da mulher vítima de violência (casa abrigo); Delegacia regional da mulher; Defensoria pública e mulheres; Centro de referência de atendimento às mulheres em situação de violência; Juizado de violência doméstica e familiar (Figura 3).



Figura 3. Primeira Marcha territorial das Mulheres do campo e da cidade.

A discussão sobre o combate a violência está baseada no número de assassinatos ocorridos nos anos 2014, 2015 e até abril de 2016. De acordo com a imprensa local (Tabela 1) nove mortes ocasionadas de forma brutal e a sangue frio em função do machismo. Mesmo com as políticas públicas e a lei Maria da Penha, ainda há muito que se conquistar, principalmente em relação à desmitificação da figura feminina enquanto objeto de usufruto masculino em detrimento das suas vontades e desejos.

Tabela 1. Assassinatos de mulheres no território Sertão Produtivo no período de 2014 a 2016.

ANO	Mortes	Municípios	Tipo de Armas	Idade	Assassino	Filhos
2014	4	Guanambi	branca e fogo	33-39	ex-companheiro e clientes	3
2015	1	Sebastião Laranjeiras	branca	46	estuprador e ladrão	1
2015	1	Caetité	fogo	25	esposo	1
2016	2	Guanambi	branca e fogo	29 e 48	ex-companheiro e clientes	4

branca: faca, machado; fogo: revolver, espingarda. *termos utilizados pelos textos das notícias.

Estes feminicídios da Tabela 1, não acontece de forma repentina ou inesperada, a vítima recebe diversas ameaças de morte e, inclusive, procura a ajuda da polícia para denunciar e logo após a denúncia, a vítima sofre agressão ou morte. Não podemos permitir que isto continue acontecendo! Só a luta feminista pode combater este machismo! Diante deste contexto, há necessidade de cumprimento das políticas públicas visando o empoderamento das mulheres e saírem da situação de violência por elas vivenciadas.

É bom lembrar que a Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 226, dispõe que “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada

um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”. No entanto, as queixas das mulheres que sofrem violência são vagas e os profissionais por falta de preparo e sensibilidade e até mesmo de tempo para uma escuta mais atenta, na maioria dos casos, não detectam as várias formas de violência.

Nesta perspectiva, observa-se que a violência contra as mulheres é um problema de saúde pública, de segurança pública e social, político-cultural que se sustenta nas opiniões e crenças a respeito de homens e mulheres e como devem relacionar-se entre si.

Conclusões

A participação da mulher nas instancias do colegiado territorial aumentou nos últimos dois anos em função da atuação do NEDET/MDA, mas ainda carece de um trabalho mais sólido para formar os conselhos municipais de mulheres. Outro aspecto são os horários das reuniões que não coincidem com o tempo disponível das mulheres, por estarem no trabalho seja em casa cozinhando e cuidando dos filhos, seja em outros espaços sociais. Nota-se a necessidade de fortalecer a sociedade civil organizada para continuar na luta pelos direitos das mulheres e lutar por mais políticas públicas de empoderamento das mesmas e minimizar a violência.

Agradecimentos

Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SPM)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano)

Referências

BRITO, Maria Noemi Castilhos. Gênero e cidadania: referenciais analíticos. **Revista Estudos feministas**. Florianópolis, v.9, n.1, p.291-298, 2001.

COSTA, Ana Aline A. O Movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma Intervenção Política. **Revista Gênero**. Niterói, v.5, n.2, p.9-35, 2005. Disponível em: < <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/01112009-115122costa.pdf>>. Acesso em: 4 mai 2016.

HERNANDEZ, Carmen Ozório. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?**. 2009. 248 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>>. Acesso em: 4 mai 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência**. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160322_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf>. Acesso em: 04 mai 2016.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão Produtivo**. 1ª ed. Bahia, 2010.

MESQUITA, Adriana de Andrade. **Com licença, eu vou à luta! O desafio de inserção das mulheres da periferia carioca no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro. 2005. 208f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Escola de Serviço Social – UFF, 2005.

PASINATO, W. Oito anos de lei Maria da Penha. Entre avanços, obstáculos e desafios. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 23, n.2, p. 533-545, 2015.

SANTOS, C. M. Curto-circuito, falta de linha ou na linha? Redes de enfrentamento à violência contra mulheres em São Paulo. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 23, n.2, p. 577-600, 2015.

SEPLAN, Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. **Plano Plurianual 2004-2007**. Salvador, Bahia, 2010.

SOUZA NETO, Silvestre Prado de; CALVOSA, Marcello Vinicius Doria. **As competências de liderança: atributos e práticas do líder do século XXI, uma pesquisa quantitativa**. Rio de Janeiro: Revista de Administração da UNIMEP, 2006.

TAVARES, M. S. Roda de conversa entre mulheres: denúncias sobre a lei Maria da Penha e descrença na justiça. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 23, n.2, p. 547-559, 2015.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE SOBRE AS REFLEXÕES APRESENTADAS NO 12º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS

Flávia Augusta Santos de Melo Lopes
Universidade Federal de Sergipe
flavia.augustasm@hotmail.com

Resumo: As reflexões deste artigo centram-se na análise sobre a temática violência de gênero, discutidas no 12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e IV Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade, ocorrido no ano de dois mil e sete, na cidade de Foz do Iguaçu estado do Paraná. A metodologia utilizada tem como foco a sistematização de informações de artigos científicos apresentados no eixo temático gênero, raça, etnia e sexualidade, contemplando uma amostra de dez trabalhos que abordam o tema pretendido. Prevaleceu na maioria dos trabalhos o enfoque das relações de poder, principalmente, o poder masculino exercido sobre o feminino, como motivador para a efetivação das violências de gênero.
Palavras-chave: Gênero. Violência. Poder.

1. Introdução

O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais é um evento instituído pela categoria de profissionais do Serviço Social desde a década de 1970 para discutir questões que perpassam pelo interesse de classe, na busca de alternativas para o enfrentamento das contradições e desigualdades econômicas, políticas e sociais, pautados nos preceitos do projeto ético-político profissional.

Em 2007 foi realizado o 12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e IV Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade, o tema do referido evento foi “A Questão Social na América Latina: ofensiva capitalista, resistência de classe e serviço social”, este tema foi reflexo de amplos debates da categoria – conjunto CFESS/CRESS e entidades estudantis. O congresso reuniu estudantes, profissionais e pesquisadores, na busca de fomentar o debate em torno de questões atuais que dizem respeito a organização social. Entre os tantos temas debatidos, está o da violência de gênero, que é objeto de análise neste trabalho.

O interesse pelo tema surgiu a partir da proposta lançada na Disciplina Gênero e Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, como também, da participação no 12º CBASS. A partir de então e pelas leituras e debates em torno da temática em tela foi possível materializar o presente artigo

2. Contextualizando a violência

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que a violência não é um fenômeno recente. Segundo a antropologia, a prática da violência não é um privilégio da era contemporânea, nas sociedades primitivas os combates físicos e a execução de pessoas condenadas à morte se constituíam rituais comuns e serviam de espetáculos em muitas cidades, sendo estes encabeçados pelo estado ou com sua permissão. Desta forma, percebe-se que não é de hoje que o estado é conivente com determinadas práticas que se assemelham a pena de morte disfarçada, por exemplo, os linchamentos, os assassinatos cometidos nas prisões sob o olhar disfarçado da lei, comuns nos nossos dias.

A prática da violência contra a mulher também não é um fator recente da nossa história, registros indicam que há muito tempo atrás já existia tal prática, e por isso devemos olhar mais amplamente a nossa história. A Bíblia, por exemplo, um dos livros mais antigos da humanidade, aponta diversos casos em que as mulheres tinham seus direitos violados; eram violentadas

fisicamente, sexualmente, obrigadas a casarem com homens que não eram do seu agrado, conviverem com a poligamia, e ainda estavam sujeitas a uma lei que determinava a pena de morte para as mulheres flagradas em adultério, sem mencionar que eram obrigadas a aceitar a poligamia de seus esposos sem nenhum questionamento.

Não é necessário ir tão distante para percebermos a aceitação da violência contra a mulher como algo natural. Segundo Macedo (2002), na Idade Média era dado aos homens, fossem eles maridos ou pais, o direito de castigar as mulheres assim como aos escravos, domésticos e as crianças.

Havia nessa época um grande temor relativo ao adultério e a esterilidade, a prova disto é que, era requisito para devolução das mulheres ao pai se esta fosse estéril ou adúltera. A prostituição nesta conjuntura era aceita como um enfrentamento a violência juvenil desordenada, buscando diminuir assim o grande número de estupros, arruaças, e diversos ataques contra as mulheres casadas cometidos por agremiações juvenis.

No Brasil, a violência contra a mulher surge em paralelo com a nossa colonização, junto a um modelo preconceituoso que foi construído historicamente, na medida em que o poder passou a ser símbolo de força e frieza. As mulheres negras eram vendidas e compradas, para o trabalho forçado, sem nenhuma restrição. Durante o período colonial as esposas dos Senhores de Engenho eram constantemente acusadas de venderem os serviços sexuais de suas escravas. Havia também um costume muito comum no meio das famílias nobres, e que, se perpetua até hoje, a escrava além de ser a responsável pelos serviços domésticos, sem nenhuma remuneração, era obrigada a prestar favores sexuais ao seu senhor e iniciar seus filhos na vida sexual, resultando muitas vezes em gravidez indesejadas, abortos, crianças abandonadas, mortes das mães e/ou das crianças, doenças sexualmente transmissíveis, entre outras sequelas.

São várias as classificações e conceitos de violência contra a mulher, no entanto apenas alguns serão elencados. A Assembleia das Nações Unidas conceitua a violência contra a mulher como “qualquer ato de violência de gênero que resulte, ou tenha probabilidade de resultar em prejuízo físico, sexual, ou psicológica, ou ainda sofrimento para as mulheres, incluindo também a ameaça de praticar tais atos, a coerção e a privação da liberdade ocorrendo tanto em público como na vida privada”.

O Código Penal Brasileiro entende a violência como: “um constrangimento moral exercido sobre alguém através de ameaça ou como ofensa à integridade corporal e à saúde de outrem, podendo disso decorrer lesões corporais de

menor ou maior gravidade. Presume-se a violência se a vítima não pode oferecer resistência” (art.224c).

A violência contra a mulher, em geral começa lentamente e vai se alastrando gradativamente, inicialmente pode ser apenas uma restrição, algumas proibições, que pode ser relativo às vestes, trabalho, estudos, visita aos familiares ou amigos e assim sucessivamente, passando para agressões mais severas e podendo até resultar em mortes.

Em geral os dados sobre a violência contra a mulher, não correspondem fielmente à realidade, em virtude de muitas mulheres omitirem os processos de violência aos quais são submetidas, seja por medo, vergonha, ou para manter um status, em alguns casos nem as pessoas mais próximas são sabedores do que se passa com as mulheres vítimas de violência.

3. Tipos de violência

A violência de gênero é um fenômeno existente e presente na história da humanidade, seja ela, simbólica ou não. Considera-se a violência contra a mulher como sendo um fenômeno extremamente complexo, com raízes profundas nas relações de poder baseadas no gênero, na sexualidade, na auto-identidade e nas instituições sociais. E esta é uma realidade que perpassa todas as classes sociais, os grupos étnico-raciais e as diferentes culturas. Nesse sentido, Saffioti e Almeida (1995) afirmam que se trata de fenômeno democraticamente distribuído, ao contrário, do que acontece com a distribuição da riqueza.

A violência de gênero é considerada por estudiosos como uma violência, em geral, praticada por homens sobre mulheres. Este tipo de violência acarreta consequências físicas e psicológicas muito severas para mulheres, é negligenciada sua integridade física e moral. Segundo o artigo 7º da Lei nº 11.340/2006 são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

Violência Física – É toda ação na qual uma pessoa exerce poder sobre outra na intenção de provocar danos através da força física, de armas, ou outros objetos. Pode se manifestar em formas de mordidas, socos, pontapés, estrangulamento, queimaduras, arrastar, amarrar, expulsar de casa entre outras infrações.

Violência Sexual – É considerada violência sexual o fato de alguém obrigar outrem a realizar práticas sexuais contra a vontade, se utilizando seja da força física, da influência psicológica, do uso de drogas ou até mesmo de sua posição na sociedade. Vejamos, no entanto, alguns exemplos de violência sexual: carícias não consentidas, contato físico não permitido, sexo forçado no casamento, estupro e assédio sexual.

Violência Psicológica – É toda prática que visa causar danos a auto-estima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. É também uma das formas mais difíceis de ser detectada e apurada, em virtude da falta de provas concretas, no entanto é uma prática bastante comum que pode passar despercebida até pela própria vítima, tendo em vista a roupagem que lhe é conferida, pois a mesma é todo tipo de ameaça, humilhação, chantagem, cobranças de comportamento, discriminação, proibições, impedimentos de coisas simples, tais como: visitar amigos, parentes, cortar cabelo, dentre outras coisas simples, por ser atitudes do dia-a-dia aos olhos de muitos não se trata de violência.

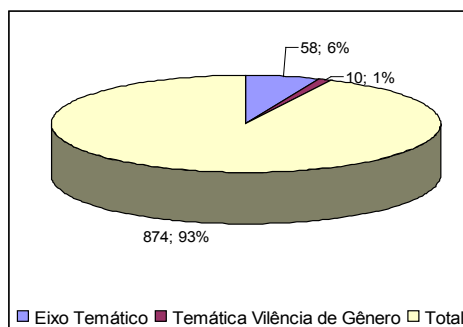
Violência Moral – É entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria visando ou não destruir a imagem de outrem.

Violência Patrimonial – É compreendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

Na maioria dos casos o sustentáculo da violência é o medo que se apropria da pessoa violentada, o objetivo do agressor geralmente é causar um sentimento de insegurança e assegurar seu domínio sobre a vítima.

4. Análises dos trabalhos

Foram inscritos no evento 1.119 trabalhos, porém somente 874 foram aceitos, na categoria de comunicação oral 715 e na forma de pôster 159. O eixo temático gênero, raça, etnia e sexualidade foram aprovados 58 – correspondendo a 6% do número total de trabalhos apresentados – e destes, 10 – 1% do total de trabalhos aprovados – situam-se na temática violência de gênero. O gráfico abaixo ilustra o quantitativo de trabalhos.



Fonte: Dados extraídos dos anais do evento

Os temas dos trabalhos apresentados sobre violência de gênero giram em torno das experiências profissionais e, em alguns casos, de pesquisas realizadas. Os títulos são: A rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica na perspectiva de gênero, raça/etnia classe; A Violência Contra a Mulher: a cultura do silêncio e as implicações para a saúde; Casa rosa mulher: centro de referência para mulheres em situação de violência; O processo de subalternização da mulher na sociedade brasileira e a violência de gênero; O trabalho do assistente social com mulheres vítimas de violência doméstica e sexual no instituto municipal da mulher Fernando Magalhães – Rio de Janeiro; Profissionais da atenção primária em saúde e a prevenção da violência sexual contra a mulher; Quando os homens falam: um estudo sobre a violência de gênero no núcleo psicossocial forense de Cuiabá/MT; Tentando nos aproximar da violência de gênero – rompendo silêncios e invisibilidades na emergência do hospital universitário Antonio Pedro; Violência doméstica contra a mulher: ponderações sobre gênero; Violência sexual: estupro na relação conjugal.

Dos dez trabalhos, serão apontadas algumas das principais características apresentadas pelos mesmos, no sentido de demonstrar as semelhanças no que concerne ao tema violência de gênero.

O artigo sobre “A Rede de Proteção à mulher em situação de violência doméstica na perspectiva de violência, classe e raça-etnia” apresenta o resultado final da pesquisa intitulada com o mesmo nome, o objetivo foi analisar os programas de proteção à mulher em situação de violência doméstica, na perspectiva de gênero, raça/etnia e classe social, mapeando-os, e identificando os seus limites e possibilidades, relatando também, a prática realizada pelos técnicos, e das mulheres entrevistadas. Os sujeitos da pesquisa foram profissionais de serviços que atendem mulheres em situação de violência doméstica, assim como usuáris atendidas nas respectivas instituições dos municípios de Porto Alegre e de Novo Hamburgo.

Alguns resultados apresentados no trabalho apontam que, embora haja um interesse por parte das instituições que atendem mulheres em situação de violência no que diz respeito a um trabalho em rede, este não se efetiva, demonstrando assim, de certa forma a fragmentação do trabalho das mesmas.

De acordo com os autores observa-se no relato dos entrevistados, que os resultados da violência doméstica se expressam no medo que elas sentem, na insegurança, pois nunca sabem o que poderá desencadear a fúria do agressor, na vergonha diante dos familiares dos vizinhos, o que provoca ansiedade, depressão, dores de cabeça constantes. O medo faz com que as testemunhas

e as vítimas não denunciem os agressores, ameaçados por eles com o uso de mais violência.

Os dados coletados demonstram que a violência doméstica segue sendo pouco denunciada, na defesa do segredo familiar vinculado à honra ou ao provimento da família, visto que o agressor, muitas vezes, é também provedor. Constata-se que o fenômeno da violência contra as mulheres acarreta sérias e graves conseqüências não só para o seu pleno e integral desenvolvimento pessoal, comprometendo o exercício da cidadania e dos direitos humanos, mas também para o desenvolvimento econômico e social do país.

O segundo trabalho, *A Violência Contra a Mulher: a cultura do silêncio e as implicações para a saúde* demonstra uma análise teórica sobre o tema, apresentando o avanço legal do país na elaboração de novas leis para com o trato da questão, principalmente pela influência destas leis no aumento das denúncias e a quebra do silêncio que durou décadas. O terceiro trabalho *Casa rosa mulher: centro de referência para mulheres em situação de violência* apresenta resultados da instituição criada na cidade do Rio Branco em 1994 e esclarece a natureza da mesma. Os autores fornecem dados quantitativos dos atendimentos realizados pela equipe. Outro ponto importante diz respeito à importância de existir rede de proteção para atendimento de mulheres vítimas de violência.

O quarto trabalho, o processo de subalternização da mulher na sociedade brasileira e a violência de gênero integra parte do trabalho de conclusão do Curso de Pós Graduação em Família (Lato Sensu) do Centro de Estudos e Atenção à Família (CEAF) em parceria com Faculdades Integradas de Vitória (FDV) e versa sobre a produção e reprodução da violência de gênero sofrida pela mulher. O foco está centrado na tentativa de compreender o processo de subalternização da mulher na sociedade brasileira, na família e a luta pelo combate à violência de gênero, culminando com a “Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher”, ou “Lei Maria da Penha”, sancionada em 07/08/2006 pelo presidente Lula.

O trabalho do assistente social com mulheres vítimas de violência doméstica e sexual no Instituto Municipal da Mulher Fernando Magalhães é um relato de experiência da prática profissional de assistentes sociais no Rio de Janeiro. No artigo são elencados procedimentos e métodos adotados pela equipe interdisciplinar, compreendendo, atividades preventivas, acolhimentos e acompanhamentos dos casos.

O artigo *Quando os homens falam: um estudo sobre a violência de gênero no núcleo psicossocial forense de Cuiabá/MT* apresenta uma discussão sobre

a violência de gênero a partir dos resultados de uma pesquisa junto a homens acompanhados pelo Núcleo Psicossocial Forense do Juizado Especial Criminal Unificado de Cuiabá/MT. Os autores afirmam que ao lado da permanência de estereótipos sexistas existe uma vitimização gerada pela denúncia da mulher e pelo tratamento desumano por parte dos operadores da justiça.

A pesquisa foi realizada entre novembro de 2006 e fevereiro de 2007. Do universo dos homens agressores atendidos pelo NUPS, foi selecionada uma amostra composta por 43 sujeitos, participantes de dois grupos de discussão masculinos, homens que estavam cumprindo as medidas alternativas – estipuladas pelo juiz ou pelos/as conciliadores/as do Juizado e acompanhadas pelas profissionais do NUPS. Para a fase de entrevistas foram selecionados oito participantes de maneira intencional, a partir de critérios que os diferenciavam entre si, sendo priorizado o envolvimento destes em conflitos afetivo-conjugais. Além de entrevistas não-estruturadas, realizaram-se observações participantes em cinco encontros dos grupos de discussão participantes da amostra. Como fonte secundária, recorreu-se à análise documental, através dos registros contidos em seus procedimentos judiciais.

A análise documental possibilitou uma caracterização sócio-econômica dos sujeitos da pesquisa, evidenciando que a maior parte dos homens que cumprem as medidas estipuladas pelo Juizado Especial pertence às camadas subalternas da população, possuindo renda que varia entre um e três salários mínimos. Também possuem pouca escolaridade (a maioria cursou apenas o ensino fundamental incompleto). Há predominância de homens entre 31 e 50 anos (64%), inseridos em sua maior parte em relações conjugais (67%). Destas, predominam as relações informais (39%), seguidas pelas uniões legalizadas (28%). Percebeu-se a predominância de relações duradouras com a presença de mais de um filho ou filha.

Um elemento muito presente nas observações participantes e também nas entrevistas refere-se à dedicação que os homens possuem aos seus filhos, inclusive em muitos momentos eles verbalizavam que eram mais amorosos e dedicados do que as mães das crianças. Por detrás destes discursos estão presentes alguns fatores relevantes. O primeiro deles diz respeito ao indício de algumas modificações nos papéis tradicionais de gênero dentro da família. Antes dessas transformações estabelecia-se que o cuidado com os filhos era uma tarefa exclusiva da mulher. Os homens, ao contrário da imagem do “machão”, mostraram-se preocupados em seguir um modelo de pai diverso daquele que vivenciaram com seus próprios pais, tentando serem muito mais

carinhosos e apegados com seus filhos e filhas, e também sem o receio de demonstrarem este afeto.

O segundo fator destacado nesse contexto refere-se ao disciplinamento dos filhos através da prática de violência. Dos oito depoentes, quatro revelam que as mulheres espancam seus filhos, enquanto eles condenam esta atitude, três constituem casos nos quais as mães abandonaram as crianças, deixando-as sob a responsabilidade do pai, e um único homem afirma que a mulher não bate no filho do casal. Sobre este aspecto Saffioti (2004, p. 65) argumenta que “as mulheres são grandes espancadoras de crianças, em geral de seus próprios filhos”. Entretanto, esta autora também sinaliza que na maioria destas situações as mulheres estão “exercendo o poder patriarcal, que lhe foi delegado pelo pai das crianças”.

A explicação atribuída por eles a esse comportamento agressivo das mulheres que os denunciaram, e que atinge tanto aos seus filhos quanto a eles próprios, está relacionada ao *nervosismo* delas. “*Ela é muito nervosa*” foi uma afirmação recorrente durante as fases da pesquisa. Este nervosismo pode ser explicado pelo fato de a mulher, apesar de ter conquistado atualmente o espaço público e também ser trabalhadora, não ter sido aliviada de suas funções domésticas, assumindo muitas vezes dupla ou tripla jornada. Contudo, não é este o sentido que os homens consideram quando afirmam que suas mulheres são nervosas, pois vinculam a agressividade das companheiras a problemas de ordem psicológica e temperamental.

O último fator apontado na interpretação das declarações dos homens em relação ao cuidado com os filhos refere-se à condenação moral das mulheres, em especial àquelas que os abandonaram. Fica evidente nos depoimentos a condenação da mulher por esta ter negado a maternidade, ou seja, o sagrado papel de gênero designado para elas. Foi percebido que esses homens se incomodaram mais com o “sacrilégio” cometido pelas mulheres ao ferirem as normas socialmente impostas a elas do que com a situação dos filhos, que perderam o convívio da mãe. Percebemos neste momento uma contradição relevante, pois estes homens demonstraram estarem inseridos num novo modelo familiar, no entanto, retomam concepções tradicionais de família, em que a mulher deve ser a “rainha do lar e a mãe dedicada”.

Ao serem indagados sobre prováveis motivos que levaram suas companheiras a denunciá-los, apenas um depoente reconhece que cometeu um delito legítimo de intervenção judicial, enquanto os demais afirmaram que foram vítimas de má fé. Os conflitos, em geral, iniciaram devido a discussões relacionadas

ao nervosismo e ao ciúme possessivo da parte das mulheres. A maioria dos homens também enfatizou que este ciúme era sem fundamento, porque eles nunca haviam traído suas parceiras, a exceção de apenas um depoente que revelou que era infiel.

Todos os homens afirmaram terem sido vítimas constantes de agressões verbais por parte da companheira, o que também constitui caso de violência psicológica. Este tipo de violência é mais aparente na forma de ameaças, mas inclui também as ofensas, humilhações públicas ou privadas (como rasgar suas roupas). Considerar que apenas as mulheres fragilizam-se com a violência psicológica significa reafirmar estereótipos de gênero, pois também os homens são violentados quando sofrem calúnias deste tipo, em especial, devido a toda uma imagem que cerca o gênero masculino na qual ele não pode ser desmoralizado.

Além da violência psicológica, os entrevistados declararam que também foram vítimas constantes de agressões físicas (tapa, empurrões, ataque com objetos). Somente um entrevistado afirmou não ter sido agredido pela ex-companheira, embora esta também fosse agressiva. Somente três dos oito depoentes revelaram ter revidado a agressão que sofreram, proporcionalmente. Os demais afirmam que em nenhum momento agrediram suas esposas e que, ao contrário, foram agredidos, muitas vezes com extrema violência (facadas, garrafadas).

Foi verificado que nenhum dos depoentes havia registrado queixa contra suas companheiras pelas agressões sofridas. Nos dois casos mais graves, ao buscar socorro médico, as esposas pediram para não ser revelado que elas haviam sido autoras dos ferimentos.

Aliado à “vergonha moral” de terem sido denunciados, os sujeitos da investigação revelaram um tratamento extremamente hostil, dispensado pelo juiz ou pelo/a conciliador/a durante as audiências no Juizado. Este tratamento dado pela justiça aos homens enquadrados através das denúncias como “agressores”, contribuiu apenas para que aumentasse o ressentimento e a revolta pelas mulheres ou ex-mulheres. Os depoimentos revelaram posturas extremamente autoritárias, arbitrarias e desrespeitosas da parte dos operadores do Direito, explícitos principalmente na negação do direito destes homens verbalizarem e nas ameaças de prisão.

Os últimos artigos analisados, tentando nos aproximar da violência de gênero – rompendo silêncios e invisibilidades na emergência do hospital universitário Antonio Pedro; Violência doméstica contra a mulher: ponderações sobre gênero e Violência sexual: estupro na relação conjugal são, respectivamente, relato de experiências, pesquisa bibliográfica e de campo.

O último artigo tem um foco bastante instigativo, apresenta dados da pesquisa realizada no Centro Especial de Orientação à Mulher - Zuzu Angel São Paulo e relatos das vítimas atendidas. Conforme extraído do artigo, segue relato esclarecedor de fatores que trazem como consequência a submissão feminina em detrimento do homem na relação conjugal.

Ana, 28 anos, casada há dez anos com Lucas. Tem com ele dois filhos. Assim que engravidou seu marido a proibiu de trabalhar para que pudesse dispor de todo o tempo para cuidar do filho. Além disso, ele tinha um bom emprego, com uma ótima remuneração. Ana achou razoável a idéia de ficar a disposição da família, haja vista ser esta também a realidade vivenciada por ela na infância, onde a mãe não trabalhava fora de casa e tinha seu tempo exclusivo para o cuidado da família. Os amigos e familiares de Ana também a incentivaram a aceitar a “proposta” do marido, pois assim ela seria muito mais feliz.

Quando o filho caçula completou cinco anos, Ana manifestou desejo de retornar a trabalhar e embora, tenha encontrado bastante resistência do marido, conseguiu seu objetivo. Todavia, foi a partir daí que ela começou a ter problemas na relação conjugal, pois, todos os conflitos, brigas, agressões verbais, humilhações e indiferença que ela enfrentava no relacionamento eram encarados como normais. Ele passou a chegar de madrugada e a beber constantemente. Ana começou a desconfiar que ele se relacionava com outras mulheres. Ao se queixar, ela recebe as primeiras agressões físicas, seria, para ela, o início de três anos de violências.

Ana vive assim, o ciclo da violência. Tensão continuada, com as agressões intensificadas e sempre que manifestava o desejo de ir embora de casa, o pedido de desculpas do marido vinha com choro e promessas de mudança de comportamento. Ana por várias vezes deu a segunda, a terceira e as várias chances ao marido buscando garantir seu casamento. Contudo, Ana, não via as promessas serem cumpridas, mas ao contrário, foi vivenciando mais violência. Seu marido passou coagi-la a ter relações sexuais. Era obrigada a ter relações sexuais forçadas pela manhã e a noite. Seu marido alegava que só assim ela não precisaria de homem fora de casa, pois seria esse o interesse que a fez a voltar a trabalhar fora de casa. Sentia-se muito humilhada e sob os sentimentos de vergonha e medo, resignava-se ao silêncio da dor.

A dificuldade de prova do estupro do marido contra a mulher: admitida a possibilidade de haver estupro do marido contra a esposa, afastando-se a indevida aplicação do exercício regular do

direito, deve-se destacar a imensa dificuldade de produzir prova a esse respeito, pois o constrangimento se passa no recôndito do lar, normalmente sem testemunhas, sendo insuficiente a palavra da vítima contra a palavra do réu” (Nucci,2006).

Ana acreditava, ser de fato, que o seu retorno ao trabalho foi o motivo que levou seu marido a ter se tornado tão violento. Sentia-se culpada ou justificava tal comportamento ao fato dele ter passado a fazer uso abusivo de bebida alcoólica.

São vários fatores que contribuem para que a mulher se mantenha numa relação conjugal violenta. Dentre eles pode-se destacar a negação social do problema. A ideia de que tudo vai melhorar, de que o que está acontecendo faz parte de qualquer relação de afeto, onde há conflitos, mas nada que o tempo não resolverá. A dependência econômica faz como que muitas mulheres mesmo vivenciando uma relação já cronificada de violência, sintam-se inseguras para romper o relacionamento conjugal. Teme por sua sobrevivência e de seus filhos. Tal situação é bastante comum nos casos semelhantes ao da Ana, que ao deixar de trabalhar, torna-se totalmente dependente do marido.

A dependência afetiva é um outro fator bastante importante no processo de superação à violência. Muitas mulheres mesmo tendo meios próprios de prover suas necessidades, mesmo tendo emprego que garante uma remuneração, muitas vezes, maior que a do companheiro, não conseguem sair da relação, pois há uma dependência de cunho psicológico, que se expressa através de uma enorme necessidade do outro. Não conseguem se ver sem o parceiro, sendo tomada por uma insegurança que imobiliza e a impede de viver sem a presença do outro. Embora, pareça paradoxo, buscar segurança justamente naquele que lhe expõe a *desproteção*, numa sociedade alicerçada sob os pilares da cultura patriarcal, tem-se socialmente construída a figura masculina como o símbolo de força e liderança. É o homem que ainda criança é estimulado a lidar com o mundo público e a resolver suas dificuldades e conflitos mediante ao uso da força e atitudes agressivas.

Um outro fator que também se coloca como forte obstáculo nesse processo, é o isolamento social, que traz em seu bojo tanto manifestações de ordem subjetiva, tais como o medo, como também se expressa de forma objetiva quando há o cerceamento do direito de ir e vir. O impedimento de trabalhar, de estudar, relacionar-se socialmente com a família e amigos, de circular no bairro ou em determinados espaços da casa e, ainda o controle que vai para além do direito

de ir e vir, como o impedimento de comunicação por qualquer meio, acentua o estado de sofrimento e distancia a possibilidade de canal de acesso ao mundo público onde se colocam as instituições de segurança e proteção. São inúmeros os casos de mulheres que vivenciam o que pode ser considerado a maior das expressões do isolamento social, o cárcere privado.

o privado é o lugar da privação, da ausência de outros, privação da existência política que implica relação com outros pela palavra e pela ação na construção de um mundo comum. Falar e agir junto aos pares sociais, ser vista sem estar isolada, pode fazer com que a mulher saia do lugar de privação que é o da violência, para a existência política. (Hanna Arendt, 2000).

5. Considerações

O contato com as leituras sobre as questões de gênero desvenda a cortina que recobre as relações mais íntimas entre os sujeitos mulher/homem. Pelo foco dos trabalhos analisados, pode-se perceber que ainda se faz necessário avançar bastante na busca da autonomia destes sujeitos entendidos em sua subjetividade.

Vários pactos internacionais têm sido importantes para a eliminação de violências contra a mulher. Em 1993 a ONU realizou a conferência mundial sobre direitos humanos e considerou que a violência contra a mulher é uma violação desses direitos. Em 1994, o Brasil assinou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Esta convenção, intitulada “Belém do Pará”, entende que a violência contra a mulher inclui as violências físicas, psicológicas e sexuais. Destaca-se ainda, como um grande avanço na área de enfrentamento à violência, a lei promulgada pelo Estado brasileiro em 2006, denominada “Lei Maria da Penha”, Lei federal de número 11.340, que considera além das contidas na convenção de “Belém do Pará”, os danos morais, tais como a injúria e a difamação e a violação do direito patrimonial, tais como a apropriação indébita de documentos, como violências. A lei Maria da Penha prevê ainda, para maior segurança da mulher, as medidas de proteção de urgência.

Há muito que construir para que políticas públicas de promoção da igualdade de gênero tornem-se de fato e de direto uma realidade na vida das mulheres brasileiras. Todavia, alguns avanços já se apresentam como conquistas

no processo de construção de um mundo mais solidário, mais justo e mais humano com a criação de medidas mais eficazes no combate a violência contra a mulher. Conforme Hannah Arendt, *“os homens embora devam morrer, não nascem para morrer, mas para recomeçar”*.

6. Referências bibliográficas

ANAIS DO 12º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. Foz do Iguaçu: Ed. CFESS.2007

ARENDR, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro, Relume:Dumará, 1994.

MACEDO, José Rivair. **A Mulher na Idade Média**. 5ªed. São Paulo: Contexto, 2002. Série Repensando a História.

NUCCI, Guilherme de Souza, **Código Penal Comentado**, 2006, p.875

SAFFIOTI, Heleieth I B. “Violência Doméstica ou a lógica do Galinheiro”. In KUPSTAS, Márcia(org). **Violência em Debate**. Coleção Polêmica. Série Debate na escola. São Paulo: Moderna, 1997, p.39-57.

_____. **O poder do macho**. São Paulo. Editora Moderna, Coleção Polêmica, 1990.

GÊNERO E LINGUAGEM RELIGIOSA NA TRADUÇÃO DA BÍBLIA

Helivete Ribeiro Pinto Bezerra
helivetedois@yahoo.com.br

Resumo: Esta pesquisa visou examinar, considerando as relações de gênero, a tradução da Bíblia em português em diversas versões, sob a perspectiva teórica da análise do discurso e dos estudos de tradução, em diálogo com a teologia e a exegese feminista. Comparando diferentes traduções bíblicas, e estudando casos específicos no Novo Testamento, em que as relações de gênero se mostram de forma equitativa ou desigual, identificamos possíveis relações entre os princípios de tradução adotados por cada comitê tradutor e a atenção à questão do gênero. Selecionamos dez diferentes traduções, dentre as mais utilizadas, dentre elas, versões católicas, protestantes e ecumênicas, diferenciando, particularmente no universo protestante, as Bíblias de estudo ou anotadas, em relação às versões ou traduções bíblicas propriamente ditas. Após esse procedimento, foram selecionados textos e passagens específicas no Novo Testamento, em que as questões de gênero seriam abordadas. Esses textos foram analisados comparativamente entre as traduções e checadas à luz do texto grego original. Constatou-se, após a análise dos textos selecionados, que a maioria das bíblias não apresenta uma linguagem sensível à questão do gênero. Entre as versões analisadas, apenas duas incluem uma linguagem mais inclusiva, do ponto de vista de gênero. Nelas, verificou-se que o termo grego usualmente traduzido como “homem”, mas que apresenta o sentido de humanidade, sem referência específica ao masculino, foi sempre substituído por termos mais abrangentes, como “pessoa” e outros.

Palavras- chave: Gênero. Tradução. Análise do Discurso. Teologia Feminista

Introdução

A compreensão dos discursos não é algo tão fácil de obter. O ditado “as palavras têm poder” sempre fez sentido. Porém o momento em que vivemos cobra-nos que indaguemos: que tipo de poder? Que palavras são estas que dizemos possuírem poder? Toda e qualquer palavra? Ou tem poder quem faz uso da palavra? São questões que nos vão impulsionando a investigar o uso que tem sido feito do discurso, seja ele político, jornalístico ou religioso.

A análise das relações de poder proposta neste artigo, através da Análise Crítica do Discurso (ACD), nos proporcionará abrir a mente para detalhes das ideologias sociais de que a grande

maioria não se apercebe. A pesquisa que resultou nesse artigo teve como proposta, considerando as relações de gênero, examinar a tradução da Bíblia em português em diversas versões disponíveis, sob a perspectiva teórica da ACD e dos estudos de tradução em diálogo com a teologia e a exegese feminista.

A Bíblia é um livro que tem um valor significativo para as pessoas, de modo especial e particular, para os cristãos, especialmente na parte denominada Novo Testamento. Uma análise das versões desse texto considerado sagrado e de sua tradução do grego, língua original, para o português, a partir da ACD e do que as questões de gênero têm suscitado no meio acadêmico, sobretudo na sociedade contemporânea, poderá contribuir significativamente para os estudos de gênero.

Nosso interesse, neste trabalho, é comparar diferentes traduções bíblicas do ponto de vista da maior ou menor contribuição para a igualdade de gênero e estudar casos específicos, particularmente no Novo Testamento, em que as relações de gênero se mostram de forma equitativa ou desigual dependendo de cada tradução, identificando possíveis relações entre os princípios de tradução adotados por cada comitê tradutor e a atenção à questão do gênero.

Análise crítica do discurso

A Análise Crítica do Discurso busca estudar e compreender as estruturas e estratégias da escrita e da fala em sua relação com as ideologias. Procura entender como a elaboração de um texto, como a representação da fala e a própria fala pode conter ideologias e em que consiste essa ideologia. De acordo com Wodak, a ACD:

Propõe-se a estudar a linguagem como prática social e, para tal, considera o papel crucial do contexto. Esse tipo de análise se interessa pela relação que há entre a linguagem e o poder. É possível defini-la como disciplina que se ocupa, fundamentalmente, de análises que dão conta das relações de dominação, discriminação, poder e controle, na forma como elas se manifestam através da linguagem (apud Pedrosa, 2003).

Existem vários métodos utilizados nos estudos da ACD, porém alguns pontos se colocam praticamente em todos os estudos, que vêm a ser especificamente “o estudo (crítico) de questões e problemas sociais, da desigualdade social, da dominação e dos fenômenos relacionados, em geral, e o papel do discurso, do uso linguístico ou comunicação em tais fenômenos, em particular”.

Dentro desta perspectiva, a ACD procura ter sempre a postura de criticidade, por isso define seus estudos como críticos, no sentido de que seus critérios identifiquem a dominação por parte de quem profere os discursos, e se estes discursos estão proporcionando “abuso de poder social por um grupo social” em relação a outros grupos, ou minorias. Para que isso seja possível, a ACD estuda

As relações de dominação principalmente da perspectiva do grupo dominado e do seu interesse; as experiências dos membros de grupos dominados são também usadas como evidências para avaliar o discurso dominante; pode ser mostrado que as ações discursivas do grupo dominante são ilegítimas; podem ser formuladas alternativas viáveis aos discursos dominantes que são compatíveis com os interesses dos grupos dominados (Van Dijk, 2008, p. 15).

Os principais fundamentos da ACD foram sintetizados por Fairclough e Wodak (1997, p. 271-280), que são os seguintes: “a ACD aborda problemas sociais; as relações de poder são discursivas; o discurso constitui a sociedade e a cultura; o discurso realiza um trabalho ideológico; o discurso é histórico; a relação entre texto e sociedade é mediada; a análise do discurso é interpretativa e explanatória; o discurso é uma forma de ação social.”

O poder perpassa todos os ambientes, meios e relacionamentos da sociedade, de uma forma muito presente e marcante. Podemos citar o poder da imprensa e o poder político, que muitas vezes acaba exercendo seu poder

sobre a própria imprensa, pois é da máxima importância controlar-se o que pode e o que não pode ser veiculado, o que pode e como pode aparecer para o grande público:

O discurso controla mentes, e mentes controlam ação, é crucial para aqueles que estão no poder controlar o discurso em primeiro lugar. Como eles fazem isso? Se eventos comunicativos consistem não somente de escrita e fala verbal, mas também de um contexto que influencia o discurso, então o primeiro passo para o controle do discurso é controlar seus contextos. Por exemplo, as elites ou organizações poderosas podem decidir quem pode participar em algum evento comunicativo, quando, onde e com que propósito (Van Dijk, 2008, p. 18-19).

Quando as informações chegam para a grande massa, em sua imensa maioria, já chegam podadas, são apresentadas de forma a chamar atenção para aquilo que quem está trazendo a matéria, quem está apresentando o discurso, deseja. Ou seja, os interesses daqueles que trazem a notícia podem não estar correspondendo de forma alguma ao interesse das pessoas que tiveram acesso à notícia depois de pronta, porém isto é feito de tal forma que somente se analisando criticamente os discursos apresentados se torna possível perceber a diferença entre quem propõe e quem somente aceita o discurso.

No entanto, conseguir identificar esse tipo de poder exercido por parte dos meios de comunicação, ou seja, de organizações legitimamente constituídas, se torna mais fácil. É mais difícil conseguir demonstrar o poder exercido sobre um grupo, ou sobre outros, quando se trata de uma única pessoa ou de organizações menores. Conforme van Dijk, “que a mídia e a política detêm poder é fácil constatar, mas quanto ao repórter, por exemplo, deteria o mesmo poder que a mídia em si?” (2008, p. 21).

O contingente de pessoas que um único indivíduo pode atingir com seu discurso depende, como falamos antes, do cargo e do status que este indivíduo ocupa dentro da sociedade. O poder de suas palavras estará intimamente ligado ao poder que o seu papel naquele meio representa. Desta forma, podemos constatar que praticamente todo papel de destaque dentro da sociedade exercerá algum tipo de poder sobre os outros. Para Van Dijk, o “controle do discurso público é controle da mente do público e, portanto, indiretamente, controle do que o público quer e faz. Não há necessidade de coerção se pode persuadir,

seduzir, doutrinar ou manipular as pessoas” (2008, p. 23). Como vemos, mesmo o poder sendo legitimado por papéis sociais, pode haver o que chamamos de abuso de poder, quando aqueles que desempenham estes papéis usam do poder que possuem para controlar a vontade, a mente e subjugar as demais pessoas. Ora, o simples fato de controlar as informações que possam chegar ao outro já é uma forma de subjugar, pois, se não tenho todas as informações relativas a um determinado assunto, como poderei formar a minha própria opinião, sem que esta opinião seja na verdade, uma extensão do que pensa aquele que determinou qual e que tipo de informação me chegaria? Pois conforme Van Dijk (2008, p. 121):

Os receptores tendem a aceitar crenças, conhecimentos e opiniões (salvo se forem inconsistentes com relação a suas crenças e experiências pessoais) através do discurso produzido por aqueles que são considerados fontes autorizadas, confiáveis e críveis, tais como acadêmicos, peritos, profissionais, bem como meios de comunicação de confiança.

Ao controlar a informação e determinar de que modo esta informação chegará ao outro, pode-se exercer sobre este outro um poder que ele nem mesmo poderá se dar conta de estar sob ele. A Análise Crítica do Discurso busca identificar e compreender as relações onde o abuso de poder está presente, principalmente através do discurso ideológico. Sendo a questão de gênero um dos enfoques da ACD, discorreremos um pouco sobre este tema.

Uma breve discussão sobre gênero

Compreender o conceito de gênero tem se tornado uma questão necessária às mais diversas áreas de estudo. Essa discussão, muitas vezes atribuída apenas às lideranças feministas, não se limita somente às questões que possam envolver a sexualidade. Ela abrange o meio político, social, cultural, religioso, enfim, todo o contexto em que as pessoas estão inseridas. Quando falamos de gênero é preciso ir além das discussões semânticas do que o significado da palavra está nos dizendo. Entender o conceito de gênero e o debate que o envolve é adentrar em uma história de luta contra o preconceito, uma luta marcada pela busca de direitos iguais entre todos os seres humanos. Porém, se faz

necessário “estabelecer algumas distinções entre gênero e sexualidade, ou entre identidades e identidades sexuais” (Louro, 1997, p. 25).

Segundo Camurça e Gouveia (2004, p. 12), “é a partir da observação e do conhecimento das diferenças sexuais que a sociedade cria idéias sobre o que é um homem, o que é uma mulher, o que é masculino e o que é feminino, ou seja, as chamadas representações de gênero”. Assim, quando falamos de Homem ou Mulher, estamos falando dos papéis atribuídos às pessoas biologicamente do sexo masculino ou do sexo feminino. Esses papéis são ditados pelas regras da sociedade à qual o sujeito pertence, e que diz de seu comportamento, seu modo de vestir, de se relacionar, enfim o que se convencionou como adequado para cada membro de acordo com as suas características biológicas.

Agir como homem ou como mulher ultrapassa as características biológicas do ser humano. Esse debate, como anunciamos anteriormente, tem sido usado pelas feministas a fim de promoverem uma sociedade mais igualitária, mais justa tanto para homens quanto para mulheres, e principalmente por estas terem sido através dos séculos subjugadas nas relações sociais. O gênero, como é pensado hoje, visa proporcionar a transformação das relações de poder estabelecidas há muito por uma sociedade patriarcal, a qual coloca a mulher como ser inferior, submisso. “O termo gênero é na verdade, a representação de uma relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria” (Carloto, 2001, p. 4). Logo, dentro deste conceito, tanto homem quanto mulher estão englobados na categoria da “espécie humana”, não havendo, portanto, por que o homem dominar, ser o senhor, deter o poder. É claro que essa discussão não é tão simples assim. O poder, ofertado ao homem ao longo da história da humanidade, passa por questões muito arraigadas, intrínsecas à construção da sociedade, à cultura, à educação, à religião. Em todas estas áreas se faz presente, pois são questões internalizadas na subjetividade de que o homem é e deve ser sempre aquele que manda, que detém o controle sobre a família, o trabalho e, é claro, sobre a mulher. É contra esta forma machista de olhar o homem e a mulher que o feminismo tem lutado, como afirma Cristina Buarque (2006, p. 1):

O feminismo é a ação política das mulheres em favor da transformação das relações de poder entre homens e mulheres, que incide na transformação da sociedade através do combate às desigualdades, discriminações, opressões e explorações de sexo, com contribuições, teóricas e práticas, nos campos da organização política, das leis, dos hábitos e costumes, dos saberes e dos governos.

Sabendo-se que as questões de gênero estão presentes em todas as nuances da sociedade, queremos focar na dimensão religiosa. Assim, perguntamos: o discurso religioso apresenta em sua ideologia alguma forma de colocar o homem como sendo um ser superior à mulher? Se a construção da Bíblia, livro sagrado do Cristianismo, deu-se dentro de um contexto extremamente machista, como muitos acreditam, traria então este livro, principalmente dentro do Novo Testamento, textos que dão ênfase ao papel do homem na sociedade?

Entendemos que o discurso religioso é passível de ser carregado de ideologias. Percebendo então o discurso religioso também com um caráter ideológico, buscamos compreender se, quando da tradução dos textos sagrados do Cristianismo para a nossa língua, houve alguma tendência a favorecer o masculino em detrimento do feminino.

A teologia feminista

Outro aspecto muito importante de qualquer sociedade é a religião e a força que esta exerce tanto individual como coletivamente para a construção das relações, dos papéis, dos estigmas, da linguagem, enfim, para a formação da subjetividade, dos sentidos e construtos humanos. A teologia feminista tem buscado proporcionar uma leitura bíblica que não coloque a mulher como ser humano incompleto, compreensão esta advinda do princípio da biologia aristotélica, aplicada por Tomás de Aquino, em que “a mulher é um ‘macho falhado’”. A geração humana, quando perfeita, tende sempre a reproduzir um macho; quando, porém, não chega a seu estágio final de perfeição por uma espécie de interrupção do processo gerador, o resultado da geração é uma mulher” (Gibellini, 1998, p. 434).

Compreendendo que ao longo da história o entendimento da Bíblia foi se dando de forma patriarcal, obviamente devido ao contexto histórico no qual a Bíblia foi produzida, a teologia feminista tem proposto uma interpretação mais igualitária no que se refere à condição humana, não aceitando que os textos sagrados sejam interpretados de forma antifeminista, de modo que os textos sejam lidos e interpretados de forma literal no que se refere à submissão feminina. Nem também de forma feminista pós-cristã, em que se coloca que se o texto ensina a subordinação da mulher ao homem, ele é “irremediavelmente patriarcal”. “A teologia feminista – amparada numa exegese bíblica mais avisada, distingue geralmente entre o valor teológico de um texto e o modo de enunciação historicamente condicionado... onde a ação de Deus deve ser

transmitida às outras pessoas dos dois sexos e de quaisquer raças” (Gibellini, 1998, p. 429).

Deste modo, o que a teologia feminista tem buscado é uma interpretação mais universal da mensagem bíblica, em que se possa integrar a imagem feminina à linguagem religiosa. Os problemas enfrentados são vários, visto que não existe apenas uma teologia feminista, mas várias. Temos falado até aqui da corrente que tem a proposta mais conciliadora no que se refere a integrar a mulher sem excluir o homem, porque vamos encontrar uma teologia feminista, vinda do feminismo radical de Mary Daly, que em seu livro *A Igreja e o segundo sexo* (1968), por exemplo, critica duramente “um dos símbolos centrais do cristianismo: a fé em Deus Pai”. E acaba por apoiar estereótipos, ou seja, feminismo versus machismo.

Como podemos perceber, o que a teologia feminista prega é uma ação transformadora da mulher a partir da interpretação dos textos sagrados sem permitir exclusões. Sendo a Bíblia um livro que traz uma linguagem que incide fundamentalmente na construção da sociedade, é necessário que sua interpretação seja de acordo com o que prega verdadeiramente a mensagem nela contida, que todos são iguais, filhas e filhos do mesmo Deus Pai.

As traduções da Bíblia

Para desenvolvermos a pesquisa, foram selecionados textos e passagens específicas no Novo Testamento, em que as questões de gênero seriam abordadas. Esses textos foram analisados comparativamente entre as traduções e checadas à luz do texto grego original. A análise dos versículos revelou-nos que de todas as bíblias selecionadas, a maioria não apresenta uma linguagem que proporcione a igualdade de gênero, pois das 11 versões, apenas 2 mostraram possuir uma linguagem que produz uma maior inclusão do feminino, pois nos versículos analisados, verificou-se que termos como “homem”, para caracterizar a humanidade, foi sempre substituído por termos que englobassem tanto homens quanto mulheres, termos mais universais do ponto de vista das questões de gênero.

A seguir, um dos exemplos da análise realizada na pesquisa:

Livro: Evangelho de Mateus 12,35¹

ORIGINAL GREGO:

o agaçoV anqrwpoV ek tou agaçou qhsaurou ekballei agaça, kai o ponhroV anqrwpoV ek tou ponhrou qhsaurou ekballei ponhra.

TRADUÇÃO LITERAL: A boa pessoa de o bom tesouro faz sair coisas boas, e a má pessoa de o mau tesouro faz sair coisas más.

AV: *O homem* de bem tira boas coisas de seu bom tesouro. O mau, porém, tira coisas más de seu mau tesouro.

CNBB: *Quem é bom* faz sair coisas boas de seu tesouro, que é bom. Mas *quem é mau* faz sair coisas más de seu tesouro, que é mau.

EP: *O homem bom* tira coisas boas do seu bom tesouro e o *homem mau* tira coisas más do seu mau tesouro

ARA: *O homem bom* tira do tesouro bom coisas boas; mas o *homem mau* do mau tesouro tira coisas más.

NVI: *O homem bom* do seu bom tesouro tira coisas boas, e o *homem mau* do seu mau tesouro tira coisas más.

NTLH: A pessoa boa tira o bem do seu depósito de coisas boas, e a *pessoa má* tira o mal do seu depósito de coisas más

ARC: *O homem bom* tira boas coisas do seu bom tesouro, e o *homem mau* do mau tesouro tira coisas más.

BJ: *O homem bom*, do seu bom tesouro tira coisas boas, mas o *homem mau*, do seu mau tesouro tira coisas más.

BP: *O homem bom* tira coisas boas de seu bom tesouro; o *homem mau* tira coisas más de seu mau tesouro.

TEB: O *homem bom* tira do seu bom tesouro tira coisas boas, o *homem mau*, do seu mau tesouro tira coisas más.

AVR: *O homem bom* tira boas coisas do bom tesouro do seu coração, e o *homem mau* do mau tesouro tira coisas más.

Esse versículo é parte de um texto em que Jesus se refere à língua. É um dos capítulos mais penetrantes do Novo Testamento, por se tratar de um assunto tão particular e de um hábito que torna o ser humano tão pequeno. É claro

1 Bíblias utilizadas: AV - Ave Maria; CNBB – Confederação Brasileira dos Bispos do Brasil; EP - Edição Pastoral; ARA - Almeida Revista e Atualizada; NVI - Nova Versão Internacional; NTLH - Nova Tradução na Linguagem de Hoje; ARC - Almeida Revista e Corrigida; BJ – Bíblia de Jerusalém; BP - Bíblia do Peregrino; TEB - Tradução Ecumênica da Bíblia; AVR - Almeida Versão Revisada.

que o texto traz uma mensagem para todas as pessoas, e não somente para o “homem”, como está traduzido na maior parte das versões citadas. Vemos neste exemplo, que as versões da Bíblia católica da CNBB (2006) e a versão protestante NTLH (2000) trazem traduções diferenciadas. A Bíblia da CNBB traz o termo “quem é”, podendo-se interpretar como sendo qualquer pessoa, o que inclui implicitamente todo o gênero humano. A Bíblia NTLH apresenta o termo “pessoa”, que claramente inclui a todos os seres humanos.

Foi possível perceber que a maioria das traduções da Bíblia em português, tanto católicas quanto protestantes, apresenta uma tradução em que o uso do termo “homem”, correspondendo ao grego *anqrwpoV* [anthropos] como figura que caracterizaria a humanidade como um todo, é muito recorrente. Ao verificar os textos em grego, ficou visível que os termos usados não podiam ser traduzidos apenas como homem, mas como *ser humano, pessoa, alguém, todos*, termos que englobariam de forma mais propícia o gênero feminino.

As várias traduções em português dos textos sagrados buscam apresentá-los de forma a não perderem seu sentido nem contexto original. No entanto, sabemos que regras gramaticais que se aplicam em uma língua podem não ser usadas do mesmo modo em outra. O mesmo ocorre com os livros da Bíblia, escritos em hebraico, aramaico e grego, que ao serem traduzidos para o português sofrem as influências gramaticais necessárias à compreensão de nossa língua. O que, é claro, não pode ser aproveitado para modificação de seu sentido e contexto. Por isso, as traduções se valem do princípio da equivalência formal ou equivalência dinâmica.

Na teoria da tradução aplicada a Bíblia, as opções de trabalho se dividem entre uma metodologia orientada pela busca de equivalência formal ou de equivalência dinâmica ou funcional entre as línguas de origem (hebraico, aramaico e grego) e a língua de destino, o português brasileiro, no nosso caso (BEZERRA, 2006, p. 9).

A equivalência formal se refere àquele texto que é traduzido quase ao pé da letra, ou seja, de maneira quase literal, palavra por palavra da língua original para a língua de destino. E a equivalência funcional ou dinâmica permite usar uma linguagem mais atualizada, sem, contudo, deixar que o sentido original se perca, pois a função da equivalência dinâmica é “buscar com que o texto produza no leitor ouvinte de hoje o mesmo impacto que causou nos leitores/ouvintes do passado” (Bezerra, 2006).

As traduções mais tradicionais costumam se valer então da equivalência formal para a tradução dos textos para o português. As que se caracterizam como tradicionais são as versões católicas da Editora Paulus, a BP – Bíblia do Peregrino, traduzida a partir dos estudos do Pe. Luís Alonso Schokel. Percebe-se em sua linguagem o uso da equivalência formal, assim como também a versão da Bíblia de Jerusalém. Percebendo-se uma grande ênfase na equivalência formal, também se utiliza, em algumas passagens, do princípio da equivalência dinâmica, sem contudo deixar que este princípio seja o mais usado.

Como vemos, estas versões se apresentam de forma mais tradicional. A versão da Editora Ave Maria, católica, igualmente se enquadra nos moldes de tradução de equivalência formal, tendo sido este texto traduzido a partir de uma tradução francesa, a dos Monges de Maredsous, que por sua vez realizaram a tradução direto dos originais. Ainda observando o tipo de tradução empregado nas diversas versões que foram pesquisadas, podemos perceber que a TEB, tradução realizada em conjunto entre católicos e protestantes, apresenta um texto também mais relacionado com os princípios de equivalência formal, apesar de se perceber em uma passagem ou outra, uma dinamicidade em seu contexto.

As traduções protestantes, algumas apresentadas na internet no site da Sociedade Bíblica do Brasil, trazem no seu enunciado as características relativas aos princípios usados em sua tradução. A versão ARA Almeida Revista e Atualizada, se apóia na equivalência formal, assim como também a ARC, Almeida Revista e Corrigida. Todas as versões que se baseiam no primeiro texto traduzido por João ferreira de Almeida se valerem da equivalência formal. Porém a versão NTLH, Nova Tradução na Linguagem de Hoje, usa da equivalência funcional ou dinâmica. A NVI, Nova Versão Internacional, parece também se valer dos princípios de equivalência formal. A versão Edição Pastoral, da Editora Paulus, é uma versão feita com o intuito de tornar os textos sagrados mais acessíveis aos cristãos, como se apresentam.

No entanto, no que diz respeito à tradução, afirmam os editores: “Conservando a fidelidade aos textos originais, procuramos traduzi-los em linguagem corrente, evitando construções rebuscadas e palavras de uso menos comum”, o que nos faz entender que se

aplica a ela a equivalência dinâmica. Os princípios de tradução usados na tradução da CNBB também seguem a equivalência dinâmica.

A tradução dos textos sagrados originais para o português, como vemos, segue algumas regras, o que é seguido de forma mais ou menos tradicional, dependendo da editora e do que se propõe a versão. As versões com ênfase em

estudos e pesquisas se caracterizam como textos mais tradicionais, seguindo então os princípios de equivalência formal, As versões mais dirigidas ao uso popular, no sentido de aproximar mais as pessoas da mensagem da Bíblia, se utilizam dos princípios de equivalência funcional.

Considerações finais

Ao iniciarmos nossa pesquisa, fomos aos poucos descobrindo que a Bíblia, texto sagrado para todos os cristãos, pode servir de uso para domínio de uma classe por outra, na compreensão dos estudos da ACD. Sabemos que os textos sagrados não foram traduzidos por apenas uma pessoa, e que o contexto de cada tradução precisa sempre estar relacionado. Como nossa pesquisa trata da questão de gênero na linguagem bíblica, nos ativemos apenas a este contexto. Ficou evidente em nossos estudos que a maioria das versões bíblicas, tanto católicas quanto protestantes, usa uma linguagem que não produz uma inclusão do gênero feminino, se atendo em suas traduções a empregar termos masculinos para se referir à humanidade como um todo, o que não favorece uma inclusão do feminino e pode ainda destacar o homem como superior a mulher.

As versões da CNBB (católica) e a NTLH (protestante) foram as que se destacaram com o uso de uma linguagem mais inclusiva do feminino. Importante ressaltar que ambas as versões usam dos princípios da equivalência funcional ou dinâmica para as suas traduções. Outro ponto interessante a demonstrarmos é que mesmo bíblias dirigidas ao público feminino como a “Bíblia de Estudo da Mulher”, texto da ARC, ou seja, Almeida Revista e Corrigida, não apresentam nos versículos pesquisados, uma linguagem que possibilite a inclusão do feminino, visto que o texto usado é o mesmo da ARC, que parte da equivalência formal. Esta Bíblia apresenta notas e mensagens voltadas ao público feminino, mas quando trata do texto bíblico em si, não apresenta a inclusão desta.

Ficou evidente também que os estudos de gênero precisam fazer parte, com maior evidência, de todos os contextos da sociedade, pois, se as traduções em grande parte, não fazem uso destes estudos para, no mínimo, produzir uma linguagem mais inclusiva do feminino, as diferenças que podem gerar preconceitos e exclusão no que se refere ao papel do feminino dentro das instituições religiosas continuarão a existir. Não se trata de levantar bandeiras em favor de qualquer movimento, mas de tornar um texto tão importante para milhões de pessoas em todo mundo, capaz de produzir realmente o que ele se propõe, igualdade entre todos.

Referências

BEZERRA, Benedito G. Igreja, linguagem e exclusão. **Reflexão e Fé**, v. 6, n. 6, abr. 2004, p. 7-26.

_____. Deus é menina e menino? Considerações sobre gênero e linguagem. **Reflexão e Fé**, v. 8, p. 23-43, 2007.

CARLOTO, Cássia Maria: O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sócias. Serviço social em recista, Londrina, v. 3, n. 2, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.ssrevista.uel.br/n2v3.pdf>. Acesso em: 13/09/2011

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Ed. UnB, [1992] 2001.

GIBELLINI, Rossino. **A teologia do século XX**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998

LOURO, Guacira L.; NECKEL, Jane F.; GOELLNER, Silvana V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

PEDROSA, Cleide Emília F. Análise crítica do discurso, uma proposta para análise crítica da linguagem. Disponível em: <www.filologia.org.br/ixcnlf/3/04.htm>Acesso em 13/09/2011

SUÁREZ, Myreia. Discriminação contra as mulheres. Disponível em: www.agende.org.br/docs/file/.../Myreya%20-%201B%20discriminacao.pdf. Acesso em: 14/09/2011.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

MULHERES QUE ROMPERAM O CICLO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E RECONSTRUÍRAM SUAS VIDAS, EM TERESINA-PI

Ianara Silva Evangelista
Universidade Federal do Piauí
ianaraevan@hotmail.com

Resumo

A violência doméstica e familiar contra as mulheres é um grave problema universal que atinge milhares de mulheres, de diversas formas, sendo permeada por aspectos que conformam as relações entre os sexos e que propiciam para a mulher uma situação de vulnerabilidade ou risco de violência. O enfrentamento da violência exige uma articulação entre os diversos segmentos da sociedade, ou seja, dos poderes executivos, legislativos e judiciários, dos movimentos sociais, em especial, os movimentos de mulheres, de feministas e de direitos humanos. Muitas vezes quando o tema da violência contra as mulheres é abordado, fica explícito o discurso da mulher como vítima de violência, porém, o tema do empoderamento das mulheres ainda não tomou sentido e significado para que elas possam romper o ciclo de violência e, conseqüentemente, encontrarem alternativas para a reconstrução e ressignificação de suas vidas. Esta investigação se propõe a compreender como essas mulheres que são atendidas pelo Núcleo de Defesa da Mulher em situação de violência da Defensoria Pública do Estado do Piauí conseguiram romper com o ciclo de violência, considerando que são processos cíclicos bem complexos, cheios de idas e vindas. Contudo, este trabalho tem como proposição também dar “voz” a essas mulheres que foram silenciadas e que, finalmente, estão conseguindo ressignificar suas vidas, deixando de ser aquelas de quem se fala e passam a ser aquelas que falam por si mesmas, a partir de suas trajetórias de vidas, vivências, percepções de mundo e, sobretudo, perspectivas de futuro.

PALAVRAS-CHAVES: Gênero, Violência Doméstica, Ciclo de Violência, Reconstrução.

Introdução

O fenômeno da violência doméstica e familiar contra as mulheres é manifestado no âmbito privado e sempre “me tocou”, provocando muitas reflexões em torno da complexidade de interpretar os seguintes questionamentos: Como é que diz que ama e bate? Como é que diz que ama e mata?

Esse fenômeno da violência atinge as mulheres do mundo inteiro e, no Piauí, não é diferente. Conforme dados do Mapa da Violência 2012 “Caderno Complementar 1: Homicídio de Mulheres no Brasil”, no Estado do Piauí foram assassinadas 41 mulheres (em 100 mil mulheres) no ano de 2010 (WAISELFISZ, 2012). Esse dado estatístico, coloca a capital Teresina, em 27º no ranking, mas esse é menor índice entre as capitais brasileiras, há que se considerar que muitos dos casos de assassinatos de mulheres não são registrados como feminicídio¹.

Assim, desde a graduação em Ciências Sociais, o tema da violência contra as mulheres fez parte das minhas leituras teóricas e experiência empírica como pesquisadora. Desenvolvi uma pesquisa na disciplina Estágio Supervisionado sobre o trabalho da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) na zona norte da cidade de Teresina-PI, exatamente dois anos após a criação e sanção da Lei Maria da Penha, lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.

Minhas experiências profissionais perpassam pela gestão pública das políticas para as mulheres. E a partir dessas experiências e atuação no movimento feminista, comecei a tomar conhecimento acerca das políticas para as mulheres, sobretudo, em torno do enfrentamento à violência contra as mulheres, por meio da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e, principalmente, a atuação da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a partir da articulação da Câmara Técnica Interinstitucional do Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Piauí.

A partir deste contexto, tive a oportunidade de organizar e mediar uma oficina com o tema “Violência contra as mulheres x Violência de Gênero: e agora José? Temos a Lei Maria da Penha”, que fazia parte de um Projeto de Intervenção intitulado “‘Conversa pra Mulher’: Ciranda de direitos para mulheres atendidas pelo Núcleo de Defesa da Mulher em Situação de Violência da Defensoria

1 A partir de março de 2015, a Lei 13.104/2015 alterou o Código Penal Brasileiro e incluiu o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, sendo entendida quando a morte de uma mulher é decorrente de violência doméstica e familiar ou quando instigada por menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm . Acesso em: 01.09.2015

Pública do Estado do Piauí”, pré-requisito para a conclusão de um Curso de Especialização em Gestão de Políticas em Gênero e Raça pela Universidade Federal do Piauí.

O projeto de intervenção tinha como objetivo identificar quais são as percepções e vivências das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, que buscam romper com o ciclo da violência e que são atendidas pelo Núcleo de Defesa da Mulher em situação de violência da Defensoria Pública do Estado do Piauí.

Com as oficinas, comecei a identificar por meio da oralidade das mulheres que conseguiram romper com a violência, o desejo da construção de rodas de diálogos para elas contarem suas histórias, encorajando outras mulheres a romperem com as violências e, por conseguinte, reconstruírem suas vidas.

Percebe-se que muitas vezes quando o tema da violência contra as mulheres é abordado, fica explícito o discurso da mulher como vítima de violência, porém, o tema do empoderamento das mulheres ainda não tomou sentido e significado para que elas possam romper o ciclo de violência e, dessa forma, encontrarem alternativas para a reconstrução e ressignificação de suas vidas.

Dessa forma, esta investigação se propõe a compreender como essas mulheres que são atendidas pelo Núcleo de Defesa da Mulher em situação de violência da Defensoria Pública do Estado do Piauí conseguiram romper com o ciclo de violência, considerando que são processos cíclicos bem complexos, cheios de idas e vindas.

Portanto, esta pesquisa apresenta um tema inovador, ao pretender trazer à tona experiências de mulheres que conseguiram romper com o ciclo da violência, de forma a aprofundar o debate sobre a violência contra as mulheres e agenciar o empoderamento de outras mulheres que vivenciam situações de violência semelhantes.

Breve contextualização sobre a rede de atendimento para às mulheres em situação de violência

No Brasil, no período de 1985 a 2002, instalou-se as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM's) e Casas-Abrigo tendo sido esses os principais serviços da política de enfrentamento à violência contra as mulheres, cuja ênfase estava na segurança pública e na assistência social (SPM, 2011).

Desde a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) da Presidência da República (PR), em 2003, as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres são repensadas, a partir da elaboração conceitual e analítica de novas normas e diretrizes que orientam a gestão e o monitoramento. A partir deste período, houve uma reestruturação e avanço considerável na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, com a implementação de diretrizes para uma atuação coordenada dos organismos governamentais nas três esferas da federação (municipal, estadual e federal). Assim, a grande modificação foi a motivação para a formação de redes de serviços especializadas que realizassem o atendimento integral para à mulher em situação de violência.

Em 2007, foi lançado o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres consolidando a necessidade de uma rede articulada de atendimento à mulher, tendo em vista que o enfrentamento da violência requer ações integradas, pois a noção de enfrentamento vai além do combate, compreendendo as dimensões da prevenção, da assistência e da garantia de direitos das mulheres.

No Estado do Piauí, mesmo considerando as ações existentes voltadas para a garantia de direitos das mulheres, a partir da década de 80 e 90, como fruto da organização do movimento feminista e de mulheres, quando houve algumas conquistas como a implantação da primeira Delegacia Especializada no Atendimento às Mulheres, na capital Teresina.

É inegável também que os avanços na construção de uma política voltada para as mulheres ocorreram a partir de 2003, quando foram criados serviços a nível governamental para o atendimento às mulheres em situação de violência, consolidado com a assinatura do Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, ocorrido no ano de 2009, por meio de um acordo federativo firmado entre o Governo do Estado do Piauí e a Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República.

Sobre o processo de construção e consolidação da rede de atendimento à mulher em situação de violência é importante mencionar a mudança na sua conceituação, cuja denominação – adotada a partir de 2010 – evidencia seu sentido mais amplo: Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.

Dentro os serviços especializados dessa Rede, o Núcleo de Defesa da Mulher em Situação de Violência da Defensoria Pública,² tem como atribuição

(...) dar assistência jurídica, orientar e encaminhar as mulheres em situação de violência. É órgão do Estado, responsável pela defesa das cidadãs que não possuem condições econômicas de ter advogado contratado por seus próprios meios. Possibilitam a ampliação do acesso à Justiça, bem como, a garantia às mulheres de orientação jurídica adequada e de acompanhamento de seus processos. (BRASIL, 2011, p. 28)

Os arts. 27 e 28 da Lei Nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, sendo considerada como um dispositivo legal que pune os crimes domésticos, aborda as atribuições da Assistência Judiciária, que diz:

Art. 27. Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado, ressalvado o previsto no art. 19 desta Lei.

Art. 28. É garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado. (BRASIL, 2012, p. 32)

Assim, devido às violências sofridas por parte das mulheres, foram sendo criados pelo Estado, núcleos especializados, dentro das Defensorias, com o

2 Segundo o art. 134 da Constituição Federal, a Defensoria Pública “é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal”. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc80.htm . Acessado em: 13.08.2015

objetivo de oferecer assistência jurídica às mulheres submetidas a agressões no âmbito doméstico e familiar.

No Piauí, o Núcleo de Defesa da Mulher em Situação de Violência foi criado em 2004³, diante da necessidade de proteção a essa parcela da população que necessitava de assistência jurídica especializada, de forma integral e gratuita. A estrutura do Núcleo citado é composta por 03 defensores/as públicos/as (02 mulheres e 01 homem), 02 auxiliares administrativos, 02 gerentes administrativos, 01 assistente social, 06 estagiários/as, 02 motoristas e 01 segurança.

Mediante o exposto, esta investigação apresenta a seguinte problemática: como é o processo de ruptura do ciclo de violência vivenciado pelas mulheres que são atendidas pelo Núcleo de Defesa da Mulher em situação de violência de Teresina da Defensoria Pública do Estado do Piauí? Quais as estratégias de rompimento do ciclo de violência, considerando que são processos cíclicos bem complexos e cheios de idas e vindas?

Metodologia

Toda investigação necessita de um percurso metodológico, ou seja, o método, as técnicas e a criatividade do pesquisador. Assim, a metodologia desta pesquisa é qualitativa, pois consiste “em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos” (GOLDENBERG, 2011, p. 53).

Durante toda a investigação será realizado uma pesquisa bibliográfica, que auxiliará no entendimento das categorias analíticas referentes às temáticas aqui abordadas, tais como os estudos de gênero, políticas para mulheres, violência contra as mulheres, rede de enfrentamento, rede de atendimento e produções acadêmicas de autoras e autores que dialogam acerca do enfrentamento à violência contra as mulheres, com o objetivo de fundamentar teoricamente este trabalho.

Em seguida, pretende-se fazer um trabalho de campo, pois, “permite a aproximação do pesquisador a realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelece uma interação com os ‘atores’ que conformam a realidade” (MINAYO, 2011, p. 61), que está dividido em três etapas.

3 No mesmo período, foi criada a Casa Abrigo “Mulher Viva” para as mulheres em situação de violência doméstica e familiar, em iminente risco de morte.

A primeira etapa consiste na realização de um levantamento de informações no Núcleo de Defesa da Mulher em Situação de Violência da Defensoria Pública sobre as mulheres que ainda são atendidas pelo Núcleo, que conseguiram romper com a violência, para a seleção de 03 (três) mulheres.

Na segunda etapa, será realizada as entrevistas individuais abertas ou em profundidade (MINAYO, 2011), onde as mulheres⁴ poderão falar livremente sobre suas histórias, com o intuito de dar mais profundidade às reflexões, e o pesquisador “deve ter em mente que cada questão precisa estar relacionada aos objetivos de seu estudo” (GOLDENBERG, 2011, p. 86). O local para as entrevistas será um espaço reservado, escolhido por elas, para que não haja interferências durante a gravação e mantendo tudo no anonimato.

Para a construção de dados mais consistentes sobre as histórias de vida das mulheres, farei uso da técnica de história de vida, pois “ela pode, mais do que qualquer técnica, exceto talvez da observação participante, dar sentido à noção de ‘processo’” (HAGUETTE, 2000, p. 82), considerando que é justamente esse processo, essa trajetória de vida que proponho desvendar.

E, na terceira etapa, fundamentada na pesquisa-ação, pois há a “necessidade de uma ação por parte daqueles envolvidos na investigação (pesquisador e pesquisado) no intuito de minimizar as desigualdades sociais nos seus mais variados matizes” (HAGUETTE, 2000, p. 109), realizarei um grupo focal “que consiste em reuniões com um pequeno número de interlocutores” (MINAYO, 2011, p. 68), para que elas possam fazer uma intervenção com outras mulheres, ou seja, uma roda de diálogo para que elas possam contar suas histórias e encorajar outras mulheres a romperem com o ciclo de violência.

Essa roda de diálogo poderá ser na comunidade de uma das mulheres entrevistadas ou no próprio Núcleo de Defesa da Mulher em Situação de Violência da Defensoria Pública, com metodologias participativas, que envolvam as mulheres e permitam elas se sentirem à vontade para narrar suas histórias e ter uma escuta atenta para quem quiser partilhar também suas vidas.

Desse modo, farei uso da observação participante, pois “se resume a uma importante técnica de coleta de dados, empreendida em situações especiais e cujo sucesso depende de certos requisitos que a distinguem das técnicas

4 O projeto deverá ser submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e após a apreciação e autorização serão iniciadas as visitas a campo. Será utilizado o termo de consentimento livre e esclarecido para solicitar a participação das mulheres, explicando-as sobre os aspectos da pesquisa, garantindo-as o sigilo quanto aos relatos utilizados e a liberdade de consentimento.

convencionais de coleta de dados, tais como o questionário e a entrevista” (HAGUETTE, 2000, p. 69).

Ressalto que em todas as formas de abordagens – entrevistas individuais e grupo focal –, irei fazer uso de instrumentos adequados para registrar as falas e os debates, tais como o gravador de voz e o diário de campo, pois o diário é “considerado como indispensável (...), anotando as próprias impressões, as mudanças acontecidas, os obstáculos e as surpresas do processo de pesquisa” (TERRAGNI, 2005, p. 150). E o diário de campo permite registrar todos os momentos importantes da pesquisa e auxilia na reflexão e na construção de conclusões a respeito do objetivo pesquisado.

Posteriormente ao trabalho de campo, será feito a análise das entrevistas, onde se verificam os objetivos da pesquisa, exige tempo e dedicação por parte do pesquisador. Cada entrevista será analisada individual, para depois se fazer uma leitura comparativa uma com as outras. Nesse momento, as anotações do diário de campo também são analisadas juntamente com as informações advindas das entrevistas.

Todos os procedimentos metodológicos desta investigação serão realizados em consonância com o objetivo deste trabalho, mantendo a ética e garantindo a integridade e dignidade dos sujeitos da pesquisa, conforme as orientações e análises do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Piauí – UFPI.

Resultados e discussão

Nos estudos das Ciências Sociais e para o entendimento da violência contra mulheres, o gênero tem sido usado como categoria de análise e é fundamentado como construção social que uma dada cultura estabelece em relação a homens e mulheres, ou, como define Scott (1995), é um “elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos” sendo, portanto, “um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1995, p. 14).

Ressalta-se, porém, que o conceito de gênero é amplo, e engloba tanto a violência de homens contra mulheres quanto à de mulheres contra homens (SAFFIOTI, 2004). A violência de gênero pode ser praticada “por um homem contra outro, por uma mulher contra outra”, no entanto, o “vetor mais amplamente difundido da violência de gênero caminha no sentido homem contra mulher, tendo a falocracia como caldo da cultura” (SAFFIOTI, 2004, p. 71),

embora essa violência de gênero estatisticamente demonstra que grande parte é cometida por homens contra mulheres (STREY, 2004). E a violência doméstica costuma ser empregada como sinônimo de violência familiar e também de violência de gênero.

A violência contra a mulher é uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens, que tem conduzido a “dominação da mulher pelo homem, discriminação do homem contra a mulher, provocando impedimentos contra o seu pleno desenvolvimento” (TAVARES e PEREIRA, 2007, p. 13).

É a violência que “incide, abrange e acontece com as pessoas em função do gênero ao qual pertencem”. É um produto histórico e social (STREY, 2004). Trata-se de um problema mundial ligado ao poder, privilégios e controle masculinos.

A violência está presente em todas as sociedades e em todas as classes sociais independente do nível de educação ou de renda, etnia/raça, idade, religião, nacionalidade, orientação sexual, gênero, geração, condição de saúde e várias outras especificidades (TAVARES; PEREIRA, 2007). Na maioria das situações, expressam-se de forma explícita, como nos casos de espancamentos e assassinatos.

Tavares e Pereira (2007) complementam que a violência pode apresentar-se, no entanto, de forma implícita, como nos casos de violência simbólica e outras modalidades mais sutis de opressão e maus-tratos.

Normalmente, a violência acontece no âmbito doméstico e familiar, ambiente constituído por pessoas que se conhecem. Porém, é justamente no âmbito da casa, que deveria ser um ambiente acolhedor, harmônico, de cumplicidade, paz e respeito entre as pessoas é que ocorre as violências, logo, a casa é vista como o local mais inseguro para as mulheres. Segundo a pesquisa⁵ realizada pelo Data Popular e o Instituto Patrícia Galvão (2013), para 70% da população, a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos no Brasil.

5 Esta pesquisa de opinião foi realizada pelo Data Popular e o Instituto Patrícia Galvão Pesquisa, em São Paulo, no ano de 2013. É um estudo inédito que contou com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – uma parceria entre os poderes Executivo e Judiciário para efetivar a implementação da Lei nº 11.340/2006 e dar celeridade aos julgamentos dos casos de assassinatos de mulheres. Disponível em: http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2013/08/livro_pesquisa_violencia.pdf . Acessado em: 01.09.2015.

Muitas conquistas já foram somadas a luta das mulheres. No Brasil, a Lei Maria da Penha que é resultado dessa luta histórica dos movimentos feministas e de mulheres e é considerada como uma das maiores conquistas na luta pela garantia dos direitos humanos, sendo reconhecida pela ONU como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres.

O processo de composição e estruturação das redes de serviços especializados para o enfrentamento da violência contra as mulheres é considerado como uma das estratégias mais importantes, sendo permeada de muitos desafios, com o intuito de erradicar um fenômeno tão complexo e multidimensional, que destrói vidas e afeta o pleno desenvolvimento de meninas e mulheres no Brasil e no mundo.

De tal modo, a violência contra as mulheres exige ações articuladas e integradas para que seja garantida a execução de ações preventivas, da assistência e de combate mais eficazes. Logo, as mulheres têm conseguido conquistar e garantir seus direitos, por meio de orientações da Rede de Atendimento, das suas relações interpessoais que as encorajaram a quebrar com o silêncio e a denunciar para sair do ciclo da violência.

A teoria do ciclo de violência é enunciada pela Psicóloga americana e feminista Lenore Walker, “para esclarecer a dinâmica das relações conjugais violentas e as dificuldades da mulher para romper com a convivência violenta: seu sentimento de impotência e as engrenagens que a mantêm nessa relação” (ROCHA, 2007, p. 64).

Segundo a autora, o ciclo de violência é constituído de três fases: 1) a construção da tensão no relacionamento: caracterizada pelos xingamentos, injúrias, ameaças, insultos, humilhação, provocações mútuas; 2) a explosão da violência – descontrole e destruição: o agressor passa a agredir fisicamente a vítima; 3) a lua-de-mel – arrependimento do(a) agressor(a): o agressor se arrepende do que fez, diz que que ama, pede desculpa, diz que não vai mais agredi-la, as promessas são mútuas, ocorrendo assim, uma idealização do parceiro e a negação da vivência de violência (SOARES, 2005).

Este ciclo se caracteriza pela sua continuidade, tornando-se repetitivo, ou seja, a sua repetição sucessiva durante longos meses e/ou anos, podendo ser menores as fases de tensão e arrependimento, porém, é mais intenso com a fase violenta, com agressões físicas rotineiras, podendo terminar em uma lesão física grave ou feminicídio.

Neste sentido, muitas são as dificuldades e limitações para as mulheres romperem com o ciclo de violência, considerando que elas têm uma relação emocional com o agressor; elas têm medo de sofrer uma violência ainda maior; elas têm vergonha do que a sociedade vai dizer; elas têm medo de prejudicar o agressor e os/ filhos/as; elas não querem que o pai de seus/suas filhos/as vá preso; elas se sentem culpadas e/ou responsáveis pelas violências que sofrem; elas possuem uma sensação de fracasso e culpa na escolha do parceiro; elas não possuem condições financeiras para mudar o rumo de sua vida; elas perdem a identidade, a autoestima.

Conclusões

Diante do fenômeno da violência doméstica e familiar, várias ações vêm se desenvolvendo no sentido de tornar visível o tema da violência contra as mulheres, tendo sido protagonizado pelo Movimento de Mulheres e Movimento Feminista no Brasil e mundo afora, e as políticas existentes no âmbito do poder público é fruto de toda essa mobilização social. O percurso seguido pelas mulheres para a garantia de direitos é longo, no entanto, também é longa a persistência e luta das mulheres na busca do reconhecimento de sua cidadania.

Mediante o exposto e considerando que este trabalho de investigação é fruto do meu projeto de pesquisa do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Piauí, ainda não tenho resultados, pois esta pesquisa ainda será executada.

Todavia, este trabalho se apresenta numa perspectiva de expor algumas reflexões teóricas sobre os estudos de gênero, violência doméstica e familiar e, em especial, sobre os ciclos de violência e sua ruptura.

Entretanto, mesmo com todas as limitações, muitas mulheres já conseguiram romper com a violência e reconstruíram suas vidas, livres das agressões, seja por meio de orientação institucional (Serviços da Rede Especializada), seja por meio de suas relações interpessoais, como por exemplo, os familiares, amigos/as, vizinhos/as, etc.

Contudo, esta investigação tem como proposição também dar “voz” a essas mulheres que foram silenciadas e que finalmente estão conseguindo ressignificar suas vidas, reconquistando suas identidades, reconhecendo-se como protagonistas na retomada de seus caminhos. Assim, as mulheres deixam de ser aquelas de quem se fala e passam a ser aquelas que falam por si mesmas, a partir de suas trajetórias de vidas, vivências, percepções de mundo e, sobretudo, perspectivas de futuro.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. **Lei Maria da Penha Lei Nº 11.340/2006 – Conheça a lei que protege as mulheres de violência doméstica e familiar.** Brasília, 2012.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Coleção: Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, 2011.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais.** 12ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2011.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 7ª Edição. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: _____ (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. Violência conjugal: os difíceis caminhos de ruptura. In: **Casas-abrigo: no enfrentamento da violência de gênero.** São Paulo: Veras Editora, 2007. (Série temas: 6)

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. – (Coleção Brasil Urgente)

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Edição SOS Corpo, Recife, 1993, p. 13-25. Original inglês.

SOARES, Bárbara. **Enfrentando a violência contra a Mulher.** Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Presidência da República: Brasília, 2005

STREY, Marlene Neves. **Violência de gênero: uma questão complexa e interminável.** In: STREY, Marlene Neves; AZAMBUA, Mariana P. Ruwer de; JAEGER, Fernanda Pires (orgs.). **Violência, Gênero e Políticas Públicas.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

TAVARES, Fabrício André e PEREIRA, Gislaíne Cristina. **Reflexos da dor: contextualizando a situação das mulheres em situação de violência doméstica.** Revista Virtual Textos & Contextos, n° 8, dez. 2007.

TERRAGNI, Laura. A pesquisa de gênero. In: MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura.** Tradução de Maria do Carmo Alves do Bonfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012. Os novos padrões da violência homicida no Brasil.** Caderno Complementar 1: Homicídio de Mulheres no Brasil. São Paulo, Instituto Sangari, 2012.

O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DESAFIOS DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL UMA ANÁLISE À LUZ DA CATEGORIA GÊNERO.

Autor: Inácia Batista de Brito

Co-autor: Prof. Dr^a Maria Helena Santana Cruz
Universidade Federal de Sergipe
inaciabrito@uol.com.br

Resumo: O presente artigo versa sobre o enfrentamento da violência doméstica contra crianças e adolescentes e os desafios da rede de proteção social no município de Itabaianinha/SE e os desafios presentes para a construção de uma perspectiva intersetorial para as ações de proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes vitimados á luz da categoria gênero. O presente texto apresenta reflexões preliminares da pesquisa de mestrado (em curso) realizada com profissionais e gestores (as) que compõem a rede de proteção social do município de Itabaianinha/SE.

Palavras chave: Violência Domestica, Criança e Adolescnete, Gênero, Rede de Proteção Social.

Introdução

A questão da violência tem se colocado sob diversas formas, vista como produto da desigualdade social existente em nossa sociedade, vem ganhando novos contornos e tem violência demarcando a distância de oportunidades entre as camadas mais ricas e as mais pobres da população, de modo que o não acesso a bens culturais, ao lazer e ao trabalho figuram como alguns dos seus componentes geradores.

Os diversos tipos e manifestações de violência física, simbólica e institucional que hoje ocupam a sociedade, ou que nela são produzidas, podem trazer consequências graves, as quais repercutem tanto na qualidade de vida, quanto na garantia de uma identidade positiva e de uma experiência de vida segura e cidadã.

De fato muitos caminhos vêm sendo construídos, e em que pese esforços importantes, muitas vezes defrontam-se com enormes desafios que tanto dizem respeito às condições estruturais de funcionamento, quanto às dimensões ético-políticas que envolvem a problemática da violência, requerendo, portanto, intensivos cuidados de várias naturezas para uma atuação qualificada, o que tem desafiado os gestores de políticas públicas, profissionais de diversas áreas do conhecimento, envolvidos direta ou indiretamente na rede de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica.

O presente artigo traz inicialmente uma breve reflexão sobre a Política de Proteção Social e a rede de atendimento existente no Brasil, para garantir os direitos de crianças e adolescentes vítimas. No segundo momento, apresentamos a descrição dos tipos de violência doméstica sofridas por crianças e adolescentes e as consequências delas para sua vida. Ao final trazemos para a discussão os desafios postos

JORNADA DE LUTA EM DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES: UMA ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO E COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Itanamara Guedes Cavalcante

Leila Rodrigues Teles

Maria do Carmo dos Santos Lopes

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nossa Senhora da Glória
Sindiservegloria_@hotmail.com

Resumo: O presente artigo se caracteriza como uma pesquisa exploratória, qualitativa do tipo documental e bibliográfica e tem como objetivo analisar o movimento de mulheres no município de Nossa Senhora da Glória, compreendendo as estratégias de mobilização, de reivindicações, conquistas e desafios.

Palavras Chaves: Movimento de Mulheres, Violência, Lutas.

Introdução

A violência contra a mulher é um fenômeno multidimensional e atinge as todas as mulheres, independente da classe social, etnia, orientação sexual, credo religioso e nível de escolaridade no Brasil.

No Brasil é considerada violência contra a mulher, segundo a Lei 11.340/2006, qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

De acordo com mapa da violência é possível identificar uma taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres no Brasil, situação que coloca em 5º do ranking mundial. Já o estado de Sergipe ocupa a 18º posição em termos de casos de violência no Brasil.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe SSP/SE foram registrados 4.896 casos de violência doméstica no período de janeiro de 2015 a março de 2016. Já em Nossa Senhora da Glória foram registrados 76 casos de violência doméstica no período de janeiro de 2015 a abril 2016.

Esse fenômeno da violência doméstica contra as mulheres se fundamenta nos pilares de uma sociedade machista e patriarcal, que se utiliza das diferenças biológicas para determinar a divisão sexual do trabalho, fundamentando assim a construção do papel do que é ser homem e ser mulher na sociedade.

O gênero é, portanto, uma construção social e cultural fundamentado na divisão sexual do trabalho, que determinou o papel de cada mulher e de cada homem nas diversas esferas da vida social. Aos homens destinou o papel de ocupar a esfera pública, o de provimento da família, o trabalho, a política; já para as mulheres destinou ocupar a esfera privada a função da procriação, do cuidado do lar e dos filhos.

Diante dessa situação de violência doméstica em que milhares de mulheres estão submetidas o presente o artigo visa analisar o movimento de mulheres no município de Nossa Senhora da Glória, buscando compreender suas estratégias de mobilização e organização, suas bandeiras de lutas, suas conquistas e desafios.

II. Metodologia

Realizamos uma pesquisa exploratória, qualitativa do tipo documental e bibliográfica. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: à catalogação das atas das reuniões, boletim e entrevista do sindicato e do Fórum

de Mulheres-FM, dos documentos oficiais dos Governos Federal, Estadual e Municipal, leis, pesquisa bibliográfica de artigos, livros, materiais informativos sobre a temática.

Para a interpretação dos dados coletados usamos a técnica de análise de conteúdo que nos permitiu uma melhor apreensão da essência dos documentos analisados e codificar os conceitos do que é violência, o que é violência doméstica, o que se entende por rede de proteção social.

III. Resultados e Discussão

A jornada de luta em defesa dos direitos das mulheres é uma atividade que tem como objetivo denunciar o machismo, promover espaços de reflexão sobre o debate de gênero e o papel da mulher na sociedade, de construir lutas para reivindicar dos gestores municipal e estadual a construção e fortalecimento de políticas públicas para as mulheres.

A Jornada surgiu no dia 8 de março de 2010 com a realização do seminário para discutir a concepção de gênero promovido pelo Sindiserve-Glória, uma atividade que teve como público alvo os/as sindicalizados/as. A partir da realização do seminário a Jornada passou a integrar o calendário de atividades permanente do sindicato.

No ano de 2011 a diretoria do sindicato começou a participar através da secretaria de Mulheres da CUT de reuniões com os movimentos sociais e feministas, a exemplo da Marcha Mundial de Mulheres-MMM¹, um dos objetivos dessas reuniões era a construção da programação estadual do 8 de março, sendo definido a realização de 05 (cinco) seminários regionais contemplando os territórios sergipanos (Grande Aracaju, Baixo São Francisco, Sul Sergipano, Leste Sergipano e o Alto Sertão) com o Tema “ A participação dos movimentos sociais e feministas na construção das Políticas Públicas para Mulheres”.

O seminário do Alto Sertão foi realizado no município de Nossa Senhora da Glória sendo incorporado na programação da Jornada. O seminário teve como Palestrantes a presidente do Sindiserve-glória, a representante do Centro do Dom José Brandão de Castro e Coordenadora do SINTESE do Sertão e contou

1 Participaram dessas reuniões as seguintes entidades: CUT, Marcha Mundial das Mulheres, MST, FETASE, SINTESE, Sindicato das Domésticas, SINDISERVE-Glória, Movimento de Mulheres Camponesas, CDJB, Grupo de pesquisa de Mulher GEM/UNIT, Coordenadoria Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres e o Mandato Democrático e Popular da Deputada Estadual Ana Lúcia,

com a participação das servidoras filiadas ao sindiserve, das mulheres do MST e da população em geral.

Nesse mês ano a diretoria do Sindiserve-Glória, através de sua presidente, participou da comissão organizadora da II Conferência Territorial de Política para as Mulheres do Alto Sertão com o tema: **Pela Construção da Igualdade, Fortalecimento da Autonomia e Erradicação da Extrema Pobreza**, que compõe as etapas para a III Conferência Nacional, ao mesmo tempo, que junto com a Secretaria Municipal de Assistência Social organizou e mobilizou as mulheres glorienses para etapa local da Pré- Conferência Territorial.

A presidente do Sindiserve-glória foi uma das palestrantes durante a II Conferência Territorial e abordou em sua fala abordou “O Processo de construção das Políticas para as Mulheres no Território do Alto Sertão Sergipano Apontando os Avanços e Desafios”. As principais propostas aprovadas pelas mulheres na II Conferência Territorial foram:

- 1) Criação de projetos para ampliar e qualificar o acesso ao crédito especial e agroindustrialização para assentamentos e trabalhadoras rurais;
- 2) Incluir nos currículos de educação básica e nível superior os temas sobre: gênero, orientação sexual, questões éticas-raciais, como elementos fundamentais para a formação dos sujeitos na sociedade;
- 3) Promover formação/capacitação de gestores, servidores, educadores, disseminando novas possibilidades de educação que incorpore pensamentos não sexista e não discriminatórios;
- 4) Criação de políticas que garantam o acesso para a formação profissional das trabalhadoras que residem em zona rural.
- 6) Criação de órgãos gestores da Política para as Mulheres e dos Conselhos de Direito da Mulher
- 7) Implantação de Delegacia Especializadas de Atendimento à mulher e do Centro de Referência Especializada da Mulher - CREAM

As propostas aprovadas na II Conferência Territorial foram apresentadas e defendidas na III Conferência Estadual pelas 22 duas delegadas eleitas, doze representantes das organizações da sociedade, sendo duas representantes do Sindiserve, e dez representantes do poder governamental.

A participação no processo de construção da II Conferência Territorial permitiu as diretoras e as sindicalizadas do Sindiserve a perceberem que os problemas que as mulheres enfrentavam no município de Nossa Senhora da Glória são semelhantes aos problemas das demais mulheres da região do sertão, a

exemplo da não prioridade da pauta das mulheres na agenda do poder público municipal, a pauta das mulheres são direcionadas apenas para Secretarias Municipais de Assistência Social, as Coordenadorias de Mulheres não funcionam por que faltam recursos humano e financeiro e a inexistência de uma rede proteção social á mulher em situação de violência doméstica.

É nesse caminhar que no ano de 2012 a diretoria do Sindiserve convida os movimentos sociais locais MST, SINTESE, e os representantes do Poder Público, a Secretaria de Assistência Social e a Coordenadoria Municipal de Política para as Mulheres para construir a III Jornada de Luta.

A III Jornada de Luta teve como tema “ Mulheres em Movimento na Luta pela Construção de Políticas Públicas”, e as seguintes atividades: 04 (quatro) palestras duas na zona rural nos Assentamentos Adão Preto e João Emídio, duas na zona urbana para as servidoras sindicalizadas do Sindiserve, e outra para as mulheres usuárias dos programas e serviços do Centro de Referência de assistência Social – CRAS/CENTRO, e por fim, foi realizado uma audiência pública na Câmara Municipal de Vereadores.

A Audiência Pública teve como palestrantes a Coordenadora Estadual de Políticas Para as Mulheres, Maria Teles, a Professora da UFS, Catarina, o representante da Promotoria Local, Daniel, os Delegados Antônio Francisco e Samuel e a Delegada Clarissa, contou com a presença das servidoras, dos estudantes, professoras, mulheres em geral, ainda estiveram presentes vereadores/as, a Secretária de Assistência Social e a equipe psicossocial, a vice-prefeita, a Coordenadora Municipal de Políticas para as Mulheres e o diretor da DR 9 (diretoria Regional de Educação).

Durante a audiência a Presidente do Sindiserve, Itanamara Guedes, apresentou e entregou três PL (Projetos de Lei) aos vereadores e a vice-prefeita, Adriana Mariza, que versava sobre a reestruturação da Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres, a criação do Conselho do Direito da Mulher e do Fundo Municipal de Financiamento das Políticas para as Mulheres.

Na ocasião as organizações e as mulheres presentes deliberaram como encaminhamento a construção de um abaixo – assinado cobrando da Prefeita Municipal o envio dos três PL para Câmara Municipal e a adesão da gestão ao acordo de aceite do Governo do Estado para a implantação do CREAM regional no município de Nossa Senhora da Glória, assim como pressionar ao TJSE (Tribuna de Justiça de Sergipe) para construir uma vara especializada para atender as mulheres em situação de violência doméstica e o Governo para implantar a Delegacia Regional de Atendimento a Mulher.

É importante salientar que um dos frutos da III Jornada foi a criação do Fórum de Mulheres² que hoje congrega organizações da sociedade civil (SINTESE, MST, Sindiserve, Associação Luz do Sol, representantes do Programa Mulheres Mil) e do poder público (Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, as Secretarias de Educação, Assistência Social e Saúde, DR'9), atualmente é coordenado pelo Sindiserve e tem como objetivos defender, promover ações e estratégias políticas em defesa dos direitos das mulheres de Nossa Senhora da Glória e do Alto Sertão e de lutar pela construção de uma sociedade livre e igualitária entre mulheres e homens³.

Algumas entidades que compõe o Fórum durante o processo eleitoral colaboraram com a elaboração da proposta do programa de Governo para as mulheres do então candidato a Prefeito Chico do Correio e, atualmente prefeito municipal, que vem executando algumas das diretrizes do programa na sua gestão.

A IV Jornada de Luta realizada em março de 2013 pelo Fórum de Mulheres (Coordenado pelo Sindiserve) como o tema “Eu sou como você: Mulheres e Homens Livres e Iguais”, teve como objetivo discutir a desigualdade de gênero e a necessidade da construção de políticas públicas que possam romper com essa desigualdade. A programação contou com audiência pública, palestras para as mulheres usuárias dos programas e serviços da Assistência Social, as estudantes do Programa Mulheres Mil e os/as usuários/as do CAPS Luz do Sol, e com o dia de promoção a saúde da Mulher.

2 A princípio o fórum era apenas formado pelo SINDISERVE-GLÓRIA, MST e a Secretaria Municipal de Assistência Social

3 As bandeiras de luta do Fórum: A construção de uma sociedade democrática, igualitária sem exploração e sem opressões sociais; A eliminação de todas as formas de exploração e opressões de gênero, étnico-racial, geracional e de sexo; Pelo Fim da violência contra Mulher; A reestruturação da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres e, posteriormente a sua transformação em Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres; A Criação do Conselho Municipal do Direito da Mulher e do Fundo Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres; Implantação, imediata, da Delegacia Regional de Atendimento a Mulher e aos grupos vulneráveis e da Implantação do CREAM, com sede em Nossa Senhora da Glória; Ampliação do Programa Municipal de Saúde da Mulher; Implantação do Centro de Referência Especializada da Assistência Social; Ampliação das equipes interdisciplinar dos CRAS; Criação do Programa Municipal de valorização, apoio e capacitação das trabalhadoras rurais, promovendo a criação de cooperativas, associações, assistência técnica e liberação de crédito; Elaboração de uma Política Municipal de valorização do Servidor Público, promovendo capacitação e qualificação da mão de obra e melhorando as condições de trabalho e salário

Na IV edição da Jornada foi realizado um grande ato público no dia 8 de março, o primeiro ato público promovido pelas mulheres no sertão, para denunciar o machismo e reivindicar do poder público estadual e municipal a implantação de uma rede de proteção para as Mulheres.

O Evento contou com a participação de centenas de mulheres, movimentos sociais e a presença de diversas autoridades municipais, a exemplo do Prefeito Municipal que aproveitou o espaço para reafirmar o compromisso que assumiu durante a campanha eleitoral de construir e fortalecer as políticas públicas para as mulheres e anunciou que atenderia a reivindicação do sindiserve enviando o PL de criação do Conselho Municipal do Direito da Mulher.

O Conselho Municipal foi criado em 2013, mas só passou a funcionar realmente a partir de maio de 2014, depois da realização da V Jornada de Luta em que o Prefeito atendeu as reivindicações do Fórum, durante o ato público no dia 26/03, anunciou a nomeação da nova Coordenadora Municipal de Políticas para as Mulheres, a Assistente Social Maria do Carmo, e dessa forma reativou o funcionamento da Coordenadoria.

Além dessas conquistas a V edição da Jornada de Luta como o tema: “Mulheres em Movimento: Pelo Fim da Violência contra a Mulher” realizada de 12 a 26 de março contou palestras nas escolas, nos CRAS e no povoado angico e com realização de um grande ato público.

O ato público com o lema “Homens e Mulheres na luta pelo Fim da Violência Contra Mulher” foi construído pelo Sindiseve e contou com a parceria dos/as professores/as que orientaram os/as estudantes a confeccionarem cartazes denunciando a violência. Centenas de pessoas tanto de N. S. da Glória como da região do Alto Sertão, lideranças sindicais e populares, representantes da Administração Municipal e a Deputada Estadual Ana Lúcia participaram do ato.

O ato teve como objetivo chamar a atenção da população e dos gestores para os altos índices de violência contra a mulher na região. O Sertão ocupa o 2ª lugar no ranking da violência em Sergipe, e N.S da Glória ocupa o 1º lugar entre as cidades do Sertão. Denunciar a precariedade da rede de atendimento á mulher em situação de violência e reivindicar a implantação imediata da Delegacia Regional de atendimento aos grupos Vulneráveis – DAGV.

Em abril de 2014 durante a visita do Governador Estadual Jackson Barreto, as instalações do campus da UFS no Sertão na cidade de N.S. da Glória, a Presidente do Sindiserve-Glória representando o Fórum de Mulheres junto com a Deputada Estadual Ana Lúcia entregou ao Governador uma Carta expondo os

altos índices de violência Doméstica e reivindicando a implantação da DAGV, o mesmo se prontificou a estudar o caso para atender o mais rápido possível a solicitação das Mulheres do Sertão.

Segundo o Fórum de Mulheres e o Sindiserve as Lutas promovidas pela Jornada permitiram que o ano de 2014 o movimento obtivesse grandes conquistas tais como: a participação das demais mulheres da região nas atividades da Jornada, ampliação da participação e do apoio da população gliorienses as ações da Jornada e o fortalecimento das políticas públicas para as mulheres.

Podemos destacar como fortalecimento das políticas públicas para as mulheres: a reativação da coordenadoria, através da nova coordenadora que foi uma indicação do Fórum, a Coordenadoria passou a funcionar vinculada a Secretaria Municipal de Assistência Social e atuar no atendimento as mulheres, especialmente as que se encontravam em situação de violência domestica, em parceria com o CREAS e CRAS e buscando articulações com as demais secretarias municipais, promotoria local e a Delegacia; o funcionamento do Conselho Municipal; e a conquista de uma rubrica especifica no valor de 20 (vinte) mil reais no orçamento no orçamento para 2015 da Secretaria Municipal de Assistência Social, apesar do recurso ainda ser insuficiente simboliza o avanço da pauta das mulheres na gestão municipal.

A VI edição da Jornada foi realizada de 09 a 26 de março de 2015 com o tema: “Lutar por Direitos: Romper com a Desigualdades entre Homens e Mulheres”. A realização da Blitz Não Violência Contra a Mulher marcaram o inicio das atividades da Jornada, a Blitz percorreu as principais ruas dos Bairros COHAB e Danilo Aragão, ambos considerados bairros que tem um alto índice de vulnerabilidade social e de casos de violência doméstica.

A programação da Jornada seguiu com a realização de palestras nas escolas, nos CRAS,s no CAPS Luz do Sol discutindo questões relacionadas a violência doméstica e as demais violação direitos que as mulheres sofrem na sociedade.

As atividades da Jornada foram encerradas com a realização de um grande ato político e lúdico para reivindicar o Fim da Violência Contra a Mulher e a Implantação da DAGV, e mais uma vez, centenas de pessoas participaram as/os servidoras/es, professores/as, estudantes, os grupos de convivência do CRAS e CREAS, o grupo de idoso, trabalhadoras/es do comércio, usuários do CAPS, representantes políticos como vereadores/as, o Prefeito Chico do Correio e a Deputada Ana Lúcia. O ato ainda contou com as apresentações culturais dos Tambores e violão do Sertão e da companhia de Dança Loucarte, ambos os grupos são pertencentes ao CAPS Luz do Sol.

Um dos desdobramentos da IV Jornada foi a realização de uma audiência pública com o então Secretário de Segurança Pública, Mendonça Prado, intermediada pela Deputada Ana Lúcia. Estiveram presentes a presidente do Sindiserve, a Coordenadora Municipal de Política para as Mulheres e o Prefeito e o resultado foi o comprometimento do Secretário em implantar a DAGV em parceria com a Administração Municipal, ficou acordo que o Estado arcaria com a Delegada e o efetivo de policiais e escrivão e o Município com a sede e a equipe psicossocial.

Em agosto de 2015 a Secretaria de Segurança Pública SSP/SE promoveu uma pública para tratar questões relacionadas a segurança pública e a implantação da DAGV na região. Na ocasião o secretário fez o anúncio do seu compromisso com a pauta do Fórum e do Sindiseve de inaugurar ainda em 2015 a DAGV durante a audiência

No entanto, por questões de ordem financeira do Município e de impasses na corresponsabilidade das despesas da manutenção da delegacia a implantação foi adiada para janeiro de 2016 e até a presente data não foi inaugurada e o Fórum e o sindicato continuam pressionando o Prefeito e a SSP/SE.

O ano de 2015 ainda foi marcado pela participação do Fórum nas reuniões do colegiado do territorial da cidadania do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), na construção da III Conferência Territorial de Políticas para as Mulheres do Alto Sertão e da I Conferência Municipal de Política para as Mulheres.

A I Conferência Municipal de Política para as Mulheres, convocada pelo CMDM, foi realizada no dia 02 de setembro de 2015, contou com a participação de 200 (duzentas) delegadas que discutiram o documento base “Mais Direito, Participação e Poder para as Mulheres”, construíram propostas e elegeram delegadas para IV Conferência Estadual e elaboraram as diretrizes do I Plano Municipal de Políticas para as Mulheres.

É importante destacar que tanto em 2014 como em 2015 a Coordenadoria em parceria com o CMDM, o Fórum e o Sindiserve realizaram as atividades durante a campanha do 16 dias do ativismo pelo fim da violência contra a mulher promovendo debates e realizando atendimento psicossocial as mulheres em situação de violência.

Atualmente, a rede de proteção social em apoio às mulheres em situação de violência conta com os seguintes equipamentos e serviços: Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres que faz o acolhimento dessas mulheres e encaminham para o CREAS (realizar o acompanhamento psicossocial e jurídico), para a Delegacia Comum do Município (para prestar o Boletim de

ocorrência), a promotoria local (para solicitar as medidas protetivas), UBS e o Hospital Regional (para o atendimento Clínico), a coordenadoria ainda viabiliza o acesso ao aluguel social para as mulheres que necessitem deixar o lar e a inclusão dessas mulheres nos programas de capacitação e qualificação de mão-de-obra como o PRONATEC e o Mulheres Mil.

Mesmo com a rede de proteção social existente no município, fruto da luta das mulheres, é notório os diversos problemas que a rede enfrenta como o atendimento desumanizado que persistem na Delegacia, a morosidade na promotoria e no poder judiciário, a omissão na hora de fazer a notificação dos casos de violência física no Hospital e na UBS e a precarização do atendimento no Hospital.

Neste sentido em 2016 na VII edição da Jornada o Fórum buscou ampliar o debate sobre violência contra a mulher e discutiu as diversas violações dos direitos das mulheres que se configuram como expressões de violência que as mulheres enfrentam nessa sociedade capitalista, machista e patriarcal.

Com o tema: “Mulheres em Movimento: Por uma Saúde Pública de Qualidade”, a jornada provocou a sociedade a refletir sobre a péssima qualidade da saúde pública em Sergipe, mostrando que as mulheres são triplamente atingidas com essa situação, primeiro, na condição de cidadã que sofre com o péssimo atendimento e, muitas vezes, são vitimas da violência obstetra; segundo, como acompanhante dos pacientes (filhos, pais, cônjuges e parentes); terceiro, como trabalhadoras da área da saúde que estão submetidas a extensas jornadas de trabalho, péssimas condições de trabalho e baixo salario.

A Jornada foi realizada de 8 a 22 de março de 2016 iniciando com a realização de um ato político e lúdico do dia 8 de março, em que as mulheres disseram não a todas as formas de violação de direitos, reivindicaram a melhoria no atendimento a política de a saúde e gritaram não ao Golpe político em marcha no país, através do impeachment sem base legal.

A programação ainda contou com a realização de diversas palestras, a participação na IV Jornada Pedagógica da Secretaria de Educação, finalizando com a realização de uma caminhada pelas ruas do Bairro Cohab encerrando na Frente do Hospital e Maternidade Regional.

As mulheres durante o momento que permaneceram em frente ao Hospital e Maternidade Regional chamaram a atenção da população sergipana para o descaso da saúde pública, denunciando a falta de insumos e medicamentos, a não conclusão da reforma do prédio iniciada em 2007, número reduzido de funcionários, a falta de médicos que tem provocado o fechamento da maternidade

durante os finais de semana e tornando o hospital em uma UPA 24 (unidade de pronto atendimento) descaracterizando sua função de hospital, além das péssimas condições de trabalho e salário dos/as trabalhadores/as.

O ato promovido pelas mulheres ganhou o apoio da população sertaneja que utiliza os serviços do Hospital e da Maternidade e ganhou destaque na imprensa local e estadual. O Fórum e o Sindiserve com o apoio da Deputada Ana Lúcia solicitaram uma audiência com o Secretário Estadual de Saúde estão aguardando o agendamento. Vale ressaltar, que não foi a primeira vez que o Fórum denunciou publicamente o descaso com o Hospital e a Maternidade Regional por parte do Governo do Estado.

Podemos Observar que trajetória das lutas do movimento de mulheres coordenada pelo Sindiserve no município de N.S. da Glória, mesmo sendo recente tem avançado bastante seja no processo de organização das mulheres e das entidades por meio do Fórum, seja por meio das diversas estratégias de lutas, a exemplo da Jornada, que tem proporcionado dar visibilidade as suas pautas e conquistar diversos direitos.

IV. Conclusões

Podemos Observar que trajetória das lutas do movimento de mulheres coordenada pelo Sindiserve no município de N.S. da Glória, mesmo sendo recente tem avançado bastante seja no processo de organização das mulheres e das entidades por meio do Fórum, seja por meio das diversas estratégias de lutas, a exemplo da Jornada, que tem proporcionado dar visibilidade as suas pautas e conquistar diversos direitos.

É notório o quanto a Jornada de Luta se caracterizou como uma estratégia de aglutinação e organização das mulheres e possibilitou a conquista de direitos que tem permitido a construção de uma rede de proteção social que vem garantido cidadania feminina.

V. Referências

BANDEIRA, Lourdes. A violência domestica: uma fratura social nas relações vivenciadas entre homens e mulheres. in, **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública/** Gustavo Venturini e Tatau Godinho (orgs) - São Paulo: PERSEU ABRAMO, 2013.

CARAVANTES, L. Violência intrafamiliar en la reforma del sector salud. In: COSTA, A.M.; MERCHÁN-HAMANN, E.; TAJER, D. (Orgs.). Saúde, equidade e gênero: um desafio para as políticas públicas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. p.18.

HEIN DE CAMPOS, Carmen. Violência doméstica contra mulheres: interconexões com a Lei Maria da Penha. in, **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública/** Gustavo Venturini e Tatau Godinho (orgs) – São Paulo: PERSEU ABRAMO, 2013.

Lei 11.340/2006. Maria da Penha.

www.ssp.se.gov.br, acessado em 30/04/2016.

mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php, acessado em 06/04/2016.

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA

Jahyra Kelly de Oliveira Sousa
Universidade Federal do Piauí
jahyrakel25@hotmail.com

Rita de Cássia Cronemberger Sobral

Resumo

O presente artigo foi construído como uma parcela da discussão teórica a ser inserida na dissertação do mestrado, onde se desenvolve pesquisa que trabalha com as perspectivas de mulheres que estiveram/estão em situação de violência doméstica e familiar, acerca da situação vivida no decorrer das rotas críticas em Teresina-PI. Na referida pesquisa busca-se verificar as possibilidades de problematização das relações de gênero e empoderamento que são/se são ofertadas para as mulheres. Para tanto, sentiu-se a necessidade de fortalecer o embasamento teórico norteador da pesquisa. A partir do debate aqui levantado foram trazidas possibilidades de se pensar as relações de gênero que embasam e fundamentam as relações sociais entre homens e mulheres, vez que é nestas e por estas relações que a violência doméstica e familiar ocorre. Ainda, sobre os dois sujeitos de gênero concebidos pela sociedade patriarcal (homem e mulher) foram feitas algumas considerações no sentido de buscar romper com binarismos. Para se trabalhar com o que a sociedade dispõe hoje em termos de enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres, resgates históricos são necessários, e por histórico diz-se não apenas contextuais, mas inclusive de (des)construção de conhecimentos. Foram trazidas ao debate categorias específicas, algumas delas a partir de autores não tão usuais nos debates de violência doméstica e familiar, são elas: poder, trabalhado a partir de Foucault e Bourdieu, com este último também a categoria habitus; identidade, trabalhada a partir de Castells; e epistemologia com Boaventura de S. Santos. As conclusões a que se chegou são norteadoras a

debates mais profundos, pode-se dizer que aqui foram produzidas questões mais expandidas para nortear o pensamento que se constrói.

Palavras chave: Gênero, Violência doméstica e familiar, Dominação, Empoderamento, Epistemologia feminista.

1 Introdução

Este trabalho trata-se de parcela do debate teórico que resultará na dissertação. A opção por fazer discussões teóricas separadas se dá pela possibilidade de alargar as discussões para o exercício posterior de coadunar tais debates, entendendo que dessa forma ter-se-á maior aprofundamento.

A pesquisa em andamento no mestrado trata-se de uma investigação ou busca pela compreensão das perspectivas de mulheres que viveram ou vivem situações de violência doméstica e familiar, na rota crítica que percorreram/percorrem em busca de findar essas situações.

Por perspectiva, entendemos o ponto de vista, ou forma de perceber-se em cada momento dessas rotas, compreendendo sentimentos, emoções, auto-avaliações e avaliações do outro, seja agressor(es), familiares, amigos, colegas ou aqueles que estão nessa trajetória para, em tese, lhe ajudar a romper com a violência, os agentes dos órgãos de atendimento especializado.

A busca por compreender as perspectivas de mulheres surgiu da inquietação em averiguar em que medida essas mulheres agredidas que recorrem aos órgãos de atendimento especializado¹ são realmente empoderadas, no sentido de além de romperem com as situações de violência doméstica e familiar que vivenciam (re)construírem sobre as relações de gênero a percepção e busca por igualização de poderes entre as partes, ou seja, de que forma está sendo problematizada a necessidade de se reestruturar estruturas (que são, com base em Bourdieu, estruturadas e também estruturantes- construídas e construtoras) as identidades e papéis de gênero.

Vale observar que, sendo os sujeitos da pesquisa mulheres que tenham recorrido aos órgãos de atendimento especializado não significa dizer que a pesquisa passa apenas por esses órgãos, uma vez que são eles apenas um dos elementos da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. A Rede envolve órgãos governamentais e não governamentais, incorpora a rede de atendimento especializado (órgãos que lidam diretamente com mulheres em situação de violência), além de toda a sociedade e atua conforme a Política

1 Obviamente esse exercício não deve ser realizado apenas com esses sujeitos, se não pois com toda a sociedade e suas instituições, porém por se tratar de uma pesquisa faz-se esse recorte, que espera-se futuramente ser tomada como parâmetro para pesquisas outras que aprofundem as discussões com estes e com outros sujeitos. Ressaltando que a escolha por estes sujeitos se deu pelo fato de serem os que lidam diretamente com

Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a legislação específica, Lei Maria da Penha.

Dessa forma, para se falar de rotas críticas e nelas de empoderamento tem que se falar de Rede de Enfrentamento e de Política de Enfrentamento. Estas que não surgiram do nada, tão pouco sozinhas, elas foram criadas em determinado contexto e a partir da atuação de determinados atores, em especial o movimento feminista, que por sua vez legitimou-se e legitima-se a partir de um conhecimento específico.

Chegamos ao cerne da discussão deste artigo, apresentamos aqui um olhar introdutório sobre a formação identitária de um movimento social, denominado feminismo (que como se sabe envolve feminismos pela diversidade de sujeitos, necessidades, condições e contextos/culturas) e sobre uma nova epistemologia que este movimento trás. É essa epistemologia que oferece as bases para a reestruturação das estruturas dos papéis e relações de gênero, estruturadas sob os imperativos cognitivos do patriarcado² e que até os dias de hoje estruturam tais papéis e relações, apesar de não mais da forma original do patriarcado, mas com fortes indícios seus.

Assim, serão abordadas as seguintes categorias: poder, dialogando com Foucault e Bourdieu, com este último também estruturas e *habitus*, identidade, a partir de Castells e epistemologia/saber alternativo a partir de Boaventura de Sousa Santos. Ressaltamos que, não adotamos a opção de seguir à risca qualquer das teorias trazidas à discussão, propomos um diálogo entre elas e a partir delas nos pontos em que são dialogáveis (mesmo que essa percepção do que é ou não dialogável seja em alguns momentos subjetiva de certa forma), afinal não há teoria absoluta, tão pouco inovação e originalidade na mera concordância.

2 No sentido de patriarquia, que conforme Johnson (1997,p.171) é um “sistema social no qual sistemas familiares ou sociedades inteiras são organizadas em torno de domínio do pai. Uma vez que pai é um status familiar, a patriarquia é mais forte em sociedades onde a família constitui a instituição social principal, através da qual riqueza, prestígio e poder são transmitidos de uma geração a outra.”

2 A legitimação de uma nova identidade e epistemologia.

Desde que há humanidade, há sim mulheres resistindo onde há dominação³ e subjugação de gênero⁴.

Para entender gênero Scott(1989) apresenta-o a partir de duas proposições: um elemento constitutivo das relações sociais que baseado nas diferenças percebidas entre os sexos biológicos⁵ (ou seja uma determinação social estabelecida a partir dos e sobre os sexos) e como uma forma de significar relações de poder nestas relações sociais (na interação entre os gêneros –há exercício de poder).

Enquanto elemento constitutivo das relações de poder Scott apresenta quatro outros elementos: símbolos culturalmente disponíveis; conceitos normativos; gêneros binários; identidade subjetiva.

Utilizando esses elementos na análise de uma sociedade patriarcal (como a brasileira), o que é a proposta de uso de gênero como categoria trazida por Scott, tem-se que: a sociedade cria sistemas simbólicos⁶ que determinam o que é da esfera do masculino e do feminino (pertence ao masculino a esfera pública, ao passo que ao feminino cabe a esfera privada) e os legitimam através das normas sociais⁷.

Masculino e feminino são definidos para serem comportados por dois sujeitos de gênero, que por sua vez são determinados a partir do sexo biológico das pessoas, assim, a sociedade legitima e naturaliza apenas dois sujeitos: homem e mulher com respectivas identidades e papéis.

3 Uso o termo dominação no sentido de sobreposição de gênero, relação de exercício de poder em que uma das partes é subordinada à outra.

4 A opção pelo uso do termo gênero, implica a não escolha de outros (mulher, mulheres), mas não no sentido de descartá-los, pois concordamos com o que pontua Scott (1989) , que no século XX a categoria de gênero passou a substituir o termo ‘Mulheres’ que até então eram utilizado, isso para buscar maior “legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980.” E por seu caráter relacional, trás ao debate não só mulheres, como também homens(SCOTT,1989,p.6)

5 É sabido que hoje há sexos que não são exatamente biológicos, pois podem ser criados/implantados por meio de procedimentos cirúrgicos.

6 Interpretando o que coloca Bourdieu (1989), formas simbólicas (conhecimentos explicativos e fundantes do mundo objetivo) que dão vida a objetos simbólicos (estruturas objetivas)

7 Imperativos normativos, são a normatização dos imperativos cognitivos que são um conjunto de idéias (valores, crenças etc.), um conhecimentos posto para explicar e ordenar um problema social (CORTES;LIMA, 2012)

Cabe aqui fazer a distinção proposta por Castells (2001) acerca de papéis e identidades, sendo os primeiros, “definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade.” As identidades, por sua vez, possuem um significado próprio para os atores que as adotam, são “construídas por meio de um processo de individuação”. Há, ainda a possibilidade, como demonstra Castells, de serem essas identidades “formadas a partir das instituições dominantes” e “somente assumem tal condição quando e se os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização.” São chamadas identidades legitimadoras (CASTELLS, 2001, p.23). Mais à frente retomaremos essa distinção.

Existem duas preocupações ao se discutir gênero e a partir dessa discussão provocar mudanças, são: o aspecto relacional que a categoria trás à tona, significando que homens e mulheres estão no mundo compartilhando das mesmas histórias (o que muda é o lugar de fala dos sujeitos, e, portanto as experiências), ou seja, ao se falar da história das mulheres se está a falar também da história dos homens, pois não vivem em mundos separados. A segunda preocupação está em desconstruir a ideia fixa do binarismo de gênero, ou seja, existem pessoas que não cabem nessas duas identidades constituídas : ser homem e ser mulher, na forma como colocadas por essa sociedade machista.

Scott enfatiza o aspecto relacional e trás essa preocupação em romper com o binarismo, mas não oferta discussões mais profundas sobre como se dá/daria esse romper, mas já é bastante válida sua provocação.

Essa desconstrução do binarismo, pensamos, pode ser tomada a partir das proposições de Judith Butler⁸, que provoca para: primeiro a separação entre identidades sociais e sexualidade e em seguida para a diversidade de ambos. Essas provocações são necessárias na medida em que romper com a desigualdade de gênero que se fundamenta no patriarcado é reconhecer não só a igualdade entre homens e mulheres, como também as diversidades de ser homem e ser mulher (resignificá-los). Judith Butler chama atenção para a existência de pessoas em corpos diversos, com desejos, gostos, sexualidades diversas.

Feitas as observações necessárias, retornemos à explanação de gênero partindo para a segunda proposição de Scott, gênero como uma forma de significar as relações de poder, aplicando-a às relações em análise, tem-se que: estabelecidos e legitimados dois sujeitos, estes relacionam-se entre si exercendo seus

8 Filósofa estadunidense, pós-estruturalista. Não faço nesse momento referência a uma obra específica.

papéis sociais, nesse relacionar-se há poderes que tanto oriundos dos papéis quanto das personalidades dos sujeitos. Oriundo dos papéis porque na sociedade machista é dado ao homem o poder⁹ de dominar a mulher, oriundo das personalidades porque ser feminina (“se deixar dominar”) não é um determinismo natural, mas social e assim muitas mulheres não simplesmente se deixam dominar, elas resistem¹⁰, ainda que não consigam romper efetivamente com a situação de dominação e violência.

A violência de gênero se dá na subjugação de um gênero pelo outro. É importante aqui retomar/esclarecer (isso porque os debates de gênero na perspectiva de Judith Butler são menos utilizados no que diz respeito às violências contra as mulheres, mas são os que melhor colocam estas questões) que apesar do gênero ser na sociedade machista atribuído a uma pessoa pelo sexo biológico desta, não significa dizer que é o sexo biológico que determina o gênero (aliás, em Butler o sexo não é somente biológico). Com isso, queremos deixar mais claro que pessoas podem identificar-se com a identidade de gênero que não lhes pertence socialmente e incorporá-la.

Saffioti (2004) expõe que a violência de gênero pode ocorrer entre diferentes e iguais (tomando o sexo biológico como parâmetro para dizer o que é diferente e o que é igual). Essa violência está por trás de outras três: a) Violência doméstica: possui como personagem agredido/a e agressor/a homens ou mulheres (apesar de ser mais comum mulheres sendo agredidas), devendo haver relações afetivas entre os personagens e não só de parentesco, predominantemente é perpetrada em ambiente doméstico, mas pode transpô-lo desde que haja a relação afetiva. b) Contra a mulher: A violência contra a mulher tem necessariamente como personagem agredida, mulheres e não homens, não há especificidade de local ou relação entre os sujeitos. c) Intrafamiliar: pode ter como personagem agredido/a homens, mulheres ou crianças, em qualquer faixa etária, entre estes e os agressores é necessário que haja relação de parentesco, também não possui especificidade de local.

O poder que flui nas relações de gênero não é estático, aqui tomamos Foucault (1995) como referência, abordando as microfísicas do poder. O poder aqui colocado é aquele mais perceptível no sentido de ficar claro quem ‘dá as ordens’ e quem as segue. Esse poder circula em níveis diferentes nestas relações que também não são estáticas por não se tratarem de determinismos, mas sim

9 É o que mais à frente veremos como poder simbólico.

10 Como observa Saffioti (2004), sempre há resistências.

de construções. Nesse momento, trazemos ao debate Santos (2015) quando na defesa, por assim dizer, de conhecimentos alternativos ao modo científico moderno, nos coloca que construir implica em “criar algo que não existia antes, com propriedades novas e que não pode ser reduzido à soma dos elementos heterogêneos mobilizados para sua a criação.” E continua afirmando, essa é a parte que mais nos interessa, que não há cisão entre o real e o construído, mas que aquilo que existe, o é porque foi construído e o que se deve observar não é a distinção entre real e construído, mas sim verificar aquilo que é bem construído, “que resiste às situações em que a sua consistência, solidez e robustez são postas à prova,” ao passo que mal construído é aquilo que “vulnerável à crítica ou à erosão.” (SANTOS, 2015,p.149)

Tomando essa definição de Santos, por analogia, podemos pensar que os sistemas simbólicos que sustentam a dominação masculina, constituem-se sob imperativos cognitivos (conhecimento) do tipo bem construído. Isso porque se mantém dominantes há séculos, obviamente passando por significativas mudanças, mas persiste e se camufla não sendo claras suas origens, nem seus efeitos, dando sempre a ideia de ‘ordem natural das coisas’.

Essa construção bem construída, mascarada, nos remete a outro poder presente nessas relações, o poder simbólico, um poder menos perceptível que de certa forma fundamenta/legitima o poder de quem ‘dá as ordens’, mas que não é visto como poder. Bourdieu (1989) define o poder simbólico como um poder eufemizado ou irreconhecível que exerce sua força sem ser percebido, produzindo efeitos reais. “O poder simbólico é com efeito esse poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (BOURDIEU, 1989,p.08)

No caso das relações de gênero em análise, o poder simbólico se exerce através da ideia implantada e naturalizada socialmente, (através de imperativos cognitivos criam símbolos e culminam em imperativos normativos, sistemas simbólicos) de que naturalmente só existem dois sujeitos (homem e mulher) e que também naturalmente um foi feito para ter mais poder que o outro. A ideia de cumplicidade colocada por Bourdieu é entendida como a ausência de questionamentos sobre a ‘ordem das coisas’, ou seja, não se quer dizer que seja um processo consciente, pois não há reflexão sobre ele, também não é inconsciente, pois as pessoas percebem o que estão fazendo, mas percebem de forma naturalizada.

Feitos os devidos esclarecimentos, podemos perceber que o agir dominante internalizado (assumido como natural de seu corpo) pelo homem e o agir

dominada internalizado pela mulher, podem ser tomados como *habitus*, que na proposição de Bourdieu (1983, p.65) são:

Disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas.

Bourdieu toma a categoria *habitus*, como um conhecimento e comportamento adquiridos socialmente, mas não de forma objetiva, sem agência dos atores, pois se assim fosse, não haveria mudanças, haveria apenas reprodução. Ou seja, advêm de estruturas estruturadas, por que formadas a partir de um conhecimento explicativo fundante (bem construído) e estruturantes porque influenciam na continuidade desse conhecimento explicativo e sua normatização através dos papéis sociais construídos e legitimados.

A categoria *habitus*, compreendida dessa forma, nos permite trabalhar com a violência de gênero entendendo que há agires de homens e mulheres recíprocos, tanto para legitimar a forma presente do relacionar-se socialmente (há homens e mulheres machistas, os primeiros mais obviamente pelo poder que detêm), quanto para buscar remodelar as estruturas/sistemas simbólicos (há homens e mulheres a favor da igualização de gêneros).

Acreditamos ter até aqui conseguido demonstrar e fundamentar teoricamente como se estabelecem as relações desiguais de gênero que podem ou não fundamentar as violências de gênero, a partir do momento em que há uma desproporcionalidade na distribuição e exercício de poderes. E, além disso, demonstrar que estas relações não são estáticas e que não resultam de determinismos naturais, mas de processos de naturalização e legitimação das identidades e dos papéis, são por tanto construções sociais¹¹. Diante dessa noção, fica demonstrada a possibilidade de mudanças ou remodelamento das estruturas.

Partindo dessa possibilidade de desconstruir as estruturas legitimadoras da desigualdade de gênero, várias mulheres, exercendo e adquirindo cada vez mais

11 Por mais que este pareça um discurso repetitivo e de certa forma óbvio, basta lançarmos olhares aos comportamentos diversos de pessoas nos mais diversos espaços e funções (saúde, educação, política, vizinhos, parentes, colegas de classe) que ainda legitimam a desigualdade.

poder, no curso da história e em todo o mundo vêm trabalhando na construção e reconhecimento de: identidades para Mulheres e de conhecimentos alternativos que permitam a igualização de gênero e empoderamento dessas mulheres.

Esse processo de construção e reconhecimento identitário e epistemológico consolidou-se através do movimento feminista que surgiu no ocidente entre os séculos XVIII e XIX, se consolidando enquanto movimento social e político no século XX. Advindo das idéias iluministas e do contexto da Revolução Francesa e Americana. (BIROLI; MIGUEL, 2014)

No Brasil o aparecimento do feminismo se deu na primeira metade do século XIX. Inicialmente, na primeira onda do movimento, conhecida por ser de certa forma mais branda, as mulheres que demarcavam resistência eram das classes médias, havendo algumas exceções, reivindicando a igualdade (cidadania) e liberdade, dando ênfase à reivindicação por educação.

Foram exemplos nessa fase: Veridiana Prado (1825-1910) que além de tomar a frente dos negócios da família, em 1877 aos 50 anos separou-se do marido, com quem havia se casado aos 13 anos. Outro caso, Nísia Floresta Brasileira, com bem menos condições financeiras, portanto uma excepcionalidade, também casou-se aos 13 anos, em pouco tempo separou-se do marido, indo morar em Olinda, onde em 1832 publicou a tradução da famosa obra feminista *A Vindication of the Rights of Woman* de Mary Wollstonecraft. (HABNER, 2012)

O movimento feminista trouxe à tona um novo paradigma que a ciência moderna tradicional não poderia dar conta, pois coloca em cheque as estruturas sociais afirmando que o ‘pessoal é político’ e questionando “os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres”. Estabelecendo “autonomia em relação a outros movimentos, organizações e ao Estado” e pautando-se no “princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não existência de esferas de decisões hierarquizadas.” (ÁLVAREZ, 1990,apud PISCITELLI et.all, 2009, p.54)

A segunda onda do feminismo, marcada por um viés mais de resistência, iniciou-se na década de 1970 no Brasil, período de ditadura militar e industrialização do país, motivo pelo qual denominou-se de resistência. As bases dessa nova onda, se deram ainda na década de 60, período em que o ocidente viu

manifestações de movimentos sociais das minorias, não só mulheres, como também LGBT's (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros) e negros¹².

A terceira onda, iniciada pela metade dos anos 1980, trás discussões mais diversificadas, com maiores demarcações e reivindicações de identidades dentro do movimento feminista. Intensificando o debate da diversidade (étnica, de classe, cultural, contextual) de mulheres que compõem o movimento e acabam sendo ofuscadas por palavras de ordem homogeneizante. Como salienta Harding (1993) a preocupação em fazer existir uma epistemologia feminista acabou trazendo reducionismos, como a existência de uma mulher universal (branca, classe média) e deixando lacunas. Mas nenhuma teoria ou epistemologia é perfeita, vivemos em fase de terceira onda, novas problematizações ganham espaço.

Retomamos aqui a concepção de identidade trazida por Castells (2001), as identidades de gênero (binárias, em relação de dominação) podem ser tomadas como identidades legitimadoras, ou seja, que postas por uma lógica dominante (machismo/patriarcalismo) e que internalizada pelos agentes, internalização está envolta pelo poder simbólico, não estando no plano nem do inconsciente nem do consciente como colocado anteriormente, mas sim no plano do que é legitimado, aceito.

As mulheres que resistiram e resistem à dominação, podemos dizer que constroem uma nova identidade, de resistência, que conforme Castells (2001, p. 24) é:

criada por atores que se encontram em posições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim trincheiras de resistência e sobrevivência, com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade.

Entendemos que essa identidade é mais genérica, pois comporta outras identidades. No caso das mulheres, no que diz respeito à relação de dominação de gênero, comporta identidades como: mulheres negras, mulheres lésbicas, mulheres brancas etc., mas que possuem um ponto em comum que é resistir à desigualdade de gênero.

12 Não que não houvesse/haja mistura de identidades, mas essa separação se dá para identificação dos grupos e movimentos.

Mulheres, imbuídas na identidade de resistência consolidaram o movimento feminista e a problematização das identidades de gênero legitimadoras. Podemos dizer que se formou ou está em constante formação uma nova identidade, que conforme Castells (2001) pode ser denominada Identidade de projeto. Esta que consiste em uma identidade “capaz de redefinir” as posições sociais dos atores que a ela pertencem e com isso “buscar a transformação de toda a estrutura social.” (CASTELLS,2001, p.24)

Ressaltamos que a construção dessas identidades não se trata de um processo “evolutivo” vivido por todas, há mulheres diferentes compondo as três identidades. Há mulheres que rompem com a identidade legitimadora passando à de resistência e param por ai, ou há as que chegam à identidade de projeto, ou mesmo as que permanecem na identidade legitimadora. Da mesma forma os homens.

O movimento feminista não se trata, como já colocado, de algo homogêneo que comporta mulheres homogêneas, há ramificações e várias identidades dentro dele, podemos dizer que o que há de comum é a crítica à desigualdade de gênero.

Castells (2001) trás a caracterização de um movimento social, podendo este ser identificado por: a identidade que carrega, quem é seu adversário e a meta societal que almeja. Nesse sentido, podemos caracterizar o movimento feminista atualmente como um movimento cuja identidade é a de projeto, tendo por adversário a desigualdade de gênero, posta por sistemas que funcionam sob uma lógica, tal qual a do patriarcado (aqui falamos a nível de mundo, não só de Brasil) e cuja meta é a ruptura desses sistemas e construção de outros sistemas, que igualem os sujeitos, as identidades, direitos e deveres, sistemas bem construídos.

Como se percebe, há um conhecimento particular, contra hegemônico consolidado, constituindo-se uma epistemologia feminista. Trago aqui Rago (1998), quando questiona e afirma em seguida, se/que há uma epistemologia feminista. Sim há. Ela se constrói sob olhares de mulheres que inseridas nos mesmos espaços das histórias contadas por homens, porém ocupando papéis e posições sociais diferentes das desses homens, apesar de relacionados.

A epistemologia feminista, como coloca Santos (2015), integra (e diga-se de passagem foi uma das que mais contribuíram para a questão) o conjunto

da pluralidade interna, uma das duas vertentes¹³ do debate sobre a diversidade epistemológica do mundo. Esse conjunto de pluralidade interna:

Questiona o caráter monolítico do cânone epistemológico e interroga-se sobre a relevância epistemológica, sociológica e política da diversidade interna das práticas científicas, dos diferentes modos de fazer ciência, da pluralidade interna da ciência. (SANTOS, 2015, p.144)

As perspectivas epistemológicas dessa vertente buscam uma terceira via situada entre a convencional da ciência moderna (ainda bastante marcada pelo positivismo) e outros conhecimentos alternativos a essa ciência (críticos radicais). A busca por uma terceira via se dá pela observância de que as duas posições, ainda que opostas, se utilizam da mesma noção de ciência única, essencialista, representacionista. (SANTOS, 2015, p.145)

Assim, essa busca pela terceira via, é de maneira geral uma forma de questionar a ficta ideia de ciência neutra, questionar este, que como já demonstrado, compartilho nessa escrita.

É em contexto de terceira onda do feminismo e com respaldo nessa terceira via à ciência que se constituiu no Brasil, uma Política de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, e que vem se formando, desde as primeiras delegacias de atendimento especializado criadas na década de 1980 até as secretarias e coordenadorias atuais, a Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher¹⁴. Como se observa, para a criação de políticas específicas a determinado grupo é necessário que esse grupo se torne antes de tudo um ator social e isso se dá por meio da construção e legitimação de uma identidade, o que não é processo fácil e rápido e não quer dizer que são sujeitos homogêneos.

Considerações finais

Apresentamos neste artigo algumas percepções lançadas sobre a temática da violência de gênero, que serão parte do debate teórico na pesquisa sobre o tipo específico de violência doméstica e familiar contra a mulher.

13 A outra questiona o exclusivismo epistemológico.

14 Análise mais minuciosa da política e da Rede de enfrentamento será realizada em outro dos artigos mencionados na introdução.

Este artigo se trata de linhas gerais, norteadoras a um mergulho mais profundo no conhecimento acerca de gênero.

Falar, em tempos de terceira onda do feminismo, de igualdade entre homens e mulheres não comporta mais apenas falar de dois sujeitos, duas identidades e uma lógica de dominação coercitiva. Vários são os sujeitos e identidades envolvidos nessas relações de desigualdade que se pautam em sistemas simbólicos fortemente construídos. No caso brasileiro, sistema originalmente denominado patriarcado, como um modelo de organização social, que apesar de não ser mais vigente como originalmente, mantém seus imperativos cognitivos, um conhecimento explicativo fundante naturalizado, internalizado nos corpos, nas falas, nos pensares das pessoas, nas instituições sociais.

É perfeitamente possível a construção de um novo conhecimento, este vem sendo produzido, que deslegitime a lógica da dominação. Mas há indícios de que se trata de processo ainda longo, levando em consideração que o reconhecimento dos atores que buscam essa legitimação é bastante recente (o que são cinquenta anos diante de quinhentos?).

Agora ofertando uma percepção pessoal, acredito que este conhecimento não se vem produzindo de maneira suficientemente forte, isto porque não há conexão e diálogo suficiente entre instâncias, instituições e atores que os permita serem efetivos. Há conhecimento, há profundidade nos debates, há movimentos sociais, mas ao que parece são em sua maioria setorizados, não atuam de fato em rede, porque não pensam e nem se articulam em rede. Nessa desarticulação inclui-se a universidade.

Tudo o que coloco neste artigo, é uma busca para compreender mais à frente em que medida há real empoderamento de mulheres que em situação de violência doméstica e familiar. Vimos que há empoderamento de mulheres que compõem o movimento feminista, que este carrega uma identidade e que através de sua epistemologia abriu possibilidades diversas para as mulheres (feministas ou não). Mas esse empoderamento, pode-se dizer que está também acontecendo para mulheres em situação de violência doméstica e familiar que ingressam na Rede de atendimento especializado e que não estão vivendo a identidade projeto?

Referências

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo:Boitempo, 2014.

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. Sociologia (organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 3 ed. vol.2. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- CORTES, Soraya V.; LIMA, Luciana L. A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas. **Lua Nova**, São Paulo, n.87, p.33-62, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 12. ed. Petrópolis – RJ. Vozes, 1995.
- HABNER, June E. Honra e distinção das famílias. In: PEDRO, Joana M.; PINSKY, Carla B. (orgs.) **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p.43-64.
- HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**. ano 1, p.7-31, 1993.
- OLIVEIRA, L. R. C. Pesquisa *em versus* pesquisa *com* seres humanos. In: VICTORA et al (orgs.) **Antropologia e ética: o debate atual no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2004, p.33-44
- PISCITELLI, Adriana (org.) et. al. **Olhares feministas**. Brasília: MEC Unesco, 2009.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Mulheres, 1998.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Para além da violência urbana In _____. **Gênero, patriarado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SANTOS, Boaventura de S. Ecologia do saber. In: _____. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3 ed. vol.4. São Paulo: Cortez, 2015, p.138-165.
- SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Nova York: Universidade de Columbia, 1989.

SOBRE MENINAS KALUNGA, ESTUPROS E PONTES OU COM QUANTAS MENINAS NEGRAS SE CONSTRÓI UMA PONTE?

Joelma Rodrigues da Silva
Universidade de Brasília – UnB
joelmarodriguess@gmail.com

Resumo: As comunidades quilombolas do povo Kalunga, situadas no estado de Goiás, encontram-se não apenas isoladas, como também extremamente precarizadas. Os estupros e abusos sexuais perpetrados contra meninas e adolescentes Kalunga são uma pequena mostra de uma das heranças do escravismo no Brasil. Urge refletir sobre essa face do racismo que perpetua e atualiza os traumas de nosso passado/presente.

Palavras chave : racismo, estupro, meninas, Kalunga.

...não temos escolha. Não escolher é também uma escolha. A indiferença é um crime. Nada fazer é deixar fazer a morte. (Elie Wiesel, 1984)

Há, no filme “300” do diretor Zack Snyder, uma cena particularmente violenta: soldados espartanos erguem uma barricada com cadáveres de soldados persas. O objetivo? Mais que proteger os espartanos, tratava-se de humilhar profundamente os persas reduzindo-os à condição de “argamassa”. Importante assinalar que, em nenhum momento da película, os guerreiros “imortais” de Xerxes são reconhecidos como tais pelo rei espartano Leônidas, que somente se refere a eles como “escravos”, “monstros”, “feras”.

A pessoa que lê esse ensaio, provavelmente, antes mesmo de concluir o parágrafo anterior, deve estar se questionando o porquê de começar um texto que tem por objetivo pensar violências de recorte sexual contra meninas e adolescentes Kalunga, narrando/comentando uma produção hollywoodiana, cuja história é ambientada na antiguidade, mais precisamente, na Grécia Antiga.

As duas situações, inicialmente, podem parecer distantes demais, fazê-las dialogar pode parecer demasiadamente forçado... O que se pretende aqui, é mostrar que há muito mais em comum do que podemos imaginar.

As duas situações permitem-nos pensar no quanto pessoas humanas podem desumanizar pessoas humanas, demonizando-as, desqualificando-as.... As duas situações nos mostram que, negadas em sua humanidade, corpos de pessoas humanas podem ser apropriados das mais diversas maneiras e que, uma vez desumanizadas, suas dores não são levadas em conta, seus direitos não são considerados. A desumanização, face aguda do Mal, liquida a possibilidade de solidariedade e de compaixão, zera a visão e permite recorrer a explicações e justificativas várias, isso porque, de acordo com Eliette Abécassis,

*“O mal pensa, pode inclusive ancorar-se numa filosofia, uma cosmologia, que consiste em excluir o outro do universo, numa visão política – a supressão daqueles julgados anti-sociais, o antipovo - , assim como numa geografia: o território nacional, por exemplo.”
(1999:114)*

Se, a respeito dos persas da película sua desumanização é óbvia, a das meninas Kalunga exige maior reflexão. Para que tal reflexão seja desenvolvida, é preciso, de início, uma pequena exposição sobre quem são os Kalunga.

Os cerca de sessenta e dois povoados Kalunga encontram-se distribuídos em 253,2 mil hectares no estado de Goiás. Dentre tantas, citamos Diadema, Vão de Almas, Vão do Moleque, Ema, Riachão, Saco Grande e Ribeirão dos Bois, localizam-se nas áreas rurais dos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás. A população sobrevive da agricultura de subsistência.

Marca a existência das Comunidades Kalunga, o isolamento e a precariedade (em alguns casos, ausência) dos serviços públicos.

Marca sua história, a incrível resistência às mais diversas formas de violência : sob o escravismo, no pós abolição e em toda a história da república brasileira. O racismo, parte significativa da experiência do povo Kalunga, opera – contemporaneamente – sob a forma de trauma que é permanentemente reatualizado no convívio com as populações fronteiriças, no caso, os municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás.

A maior parte das comunidades não possui escola de ensino médio, o que obriga crianças e adolescentes a migrarem para a sede dos municípios afim de concluírem os estudos, tal situação amplia sua vulnerabilidade, expondo-as às mais diversas de violência, sendo a violência sexual contra meninas e adolescentes a face mais silenciada desse drama formas.

O mote para aquele primeiro parágrafo foi-me fornecido inadvertidamente pelo prefeito do município de Cavalcante-GO, quando de uma reunião emergencial acontecida a comunidade Kalunga de Vão de Almas, em 24 de abril de 2015. A reunião havia sido provocada por uma explosão de denúncias (por parte da mídia) de um histórico de estupros e escravidão sexual perpetrados contra meninas Kalunga, por homens política e economicamente influentes no município¹. Na ocasião, o prefeito, Sr. João Neto, iniciou sua fala nos seguintes termos: “O problema das meninas é secundário. O que a comunidade precisa é de estrada, ponte e energia elétrica. ”

Frente à pergunta “Com quantas meninas negras se constrói uma ponte? ” Peço que atentem para as palavras sublinhadas. Elas nos revelam a centralidade das categorias que nortearão as reflexões aqui propostas: o gênero, a geração, a classe e a raça. Defendo que a possibilidade de abordagem do problema (violências sexuais contra meninas Kalunga), só é possível se tomarmos como ponto

1 Estavam presentes na reunião ocorrida na comunidade Kalunga de Vão de Almas, município de Cavalcante-GO, representantes da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República/SDH-PR, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República/SEPP-PR, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Faculdade UnB Planaltina/FUP, Associação Quilombo Kalunga/AQK.

fulcral as palavras destacadas. Para tanto, faz-se necessário recordar os modos como as mulheres negras vêm sendo tratadas nos últimos quinhentos anos da história desse lugar chamado Brasil.

Em artigo já clássico, Sueli Carneiro nos leva a recordar/conhecer que

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. Essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades, configurando aquilo que Ângela Gilliam define como “a grande teoria do esperma em nossa formação nacional”, através da qual, segundo Gilliam: “O papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance”.(CARNEIRO, 2011:1)

As violências sofridas pelas meninas Kalunga, reafirmam o citado acima. A naturalização dessas violências, atravessa a história do Brasil, onde a erotização e as narrativas romanceadas, têm, entre outras coisas, dado vitalidade ao mito da democracia racial, que – embora questionado e desconstruído pelos movimentos sociais negros – é, permanentemente, reatualizado, objetivando manter “cada um em seu lugar”. Das diversas e violentas heranças deixadas pelo escravismo colonial, àquelas que são sistematicamente dirigidas às pessoas negras do sexo feminino, encontram-se entre as de menor visibilidade. O machismo e o racismo se alimentam mutuamente construindo narrativas que mesclam romance com uma suposta erótica negra incontornável e precoce. Entre nós, desde os trabalhos de Gilberto Freyre, interiorizamos estereótipos acerca das pessoas negras e os articulamos com um elogio da “mestiçagem” já presente em Afonso Celso, visconde de Ouro Preto, na obra *Porque me ufano de meu país*².

2 Recomenda-se a leitura de Marilena Chauí, “Brasil: mito fundador e sociedade autoritária”, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000. Especialmente do cap.2 O verdeamarelismo”.

As relações entre negros e não-negros no município e nas comunidades encontram-se assentadas no mito da democracia racial: a tensão é permanentemente sentida e negada, as assimetrias justificadas pela meritocracia, os estupro e abusos transfigurados em encontros consensuais e as queixas interpretadas como má-fé por parte das meninas. Em algumas falas, vemos presente a idéia freyreana de que as ‘nativas’ desejam o ‘estrangeiro’ por reconhecerem/identificarem poder, prestígio, virilidade, ou seja, seria das meninas a responsabilidade pelo ‘intercurso’³. Esses discursos, ao mesmo tempo que desumanizam as meninas (negando-lhes o status de meninas), também desumanizam os agressores (que são sobre humanos, especiais, desejáveis). Dessa forma, ninguém é realmente humano, aquelas por falta, esses por excesso.

Sueli Carneiro reafirma, contemporaneamente, o célebre discurso proferido por S. Truth, em 1850,

Bem, crianças, onde há muita confusão deve haver algo de errado. Penso que entre os negros do Sul e as mulheres do Norte, todos falando sobre direitos, os homens brancos vão muito em breve ficar num aperto. Mas sobre o que todos aqui estão falando? Aquele homem ali diz que as mulheres precisam ser ajudadas a entrar em carruagens, e erguidas para passar sobre valas e ter os melhores lugares em todas as partes. Ninguém nunca me ajudou a entrar em carruagens, a passar por cima de poças de lama ou me deu qualquer bom lugar! E não sou mulher? Olhem pra mim! Olhem pro meu braço! Tenho arado e plantado, e juntado em celeiros, e nenhum homem poderia me liderar! E não sou uma mulher? Posso trabalhar tanto quanto e comer tanto quanto um homem - quando consigo o que comer - e aguentar o chicote também! E não sou uma mulher? Dei à luz treze filhos, e vi a grande maioria ser vendida para a escravidão, e quando eu chorei com minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus me ouviu! E não sou mulher? Então eles falam sobre essa coisa na cabeça; como a chamam mesmo? [alguém na platéia sussurra, “intelecto”] É isso, meu bem. O que isso tem a ver com os direitos das mulheres ou dos negros? Se a

3 A esse respeito ver Tania Navarro Swain, “A construção imaginária da história e dos gêneros: o Brasil no século XVI, disponível em pt.scribd.com/doc/283429760/5789-18506-1-PB#scribd, acessado em 30 de setembro de 2015, 20:37hs.

minha xícara não comporta mais que uma medida, e a sua comporta o dobro, você não vai deixar que a minha meia medidazinha fique completamente cheia? Depois aquele homenzinho de preto ali disse que as mulheres não podem ter tantos direitos quanto os homens, porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com Ele. Se a primeira mulher feita por Deus teve força bastante para virar o mundo de ponta-cabeça sozinha, estas mulheres juntas serão capazes de colocá-lo na posição certa novamente! E agora que elas estão querendo fazê-lo, é melhor que os homens permitam. Obrigado aos que me ouviram, e agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer.

Sojourner Truth, é incisiva, mas ainda hoje, no Brasil, nós mulheres negras não somos mulheres. Para nós, não são dirigidas as mesmas imagens e deferências direcionadas às mulheres não negras. Imagens e deferências que, sem dúvida, oprimem as mulheres não negras, mas que obscurecem os privilégios garantidos pela brancura. Privilégios, aliás, que não são questionados e que são usados como mais um instrumento de silenciar (tentar silenciar) mulheres negras (e meninas e adolescentes negras).

As meninas Kalunga não são meninas? Em uma sociedade patriarcal, todas as meninas são percebidas como “pequenas mulheres” que devem ser treinadas para ocupar lugares pré-estabelecidos (esposa/mãe/prostituta), mas as meninas negras são, previamente, percebidas como sexualmente disponíveis, maduras e ‘preparadas’. O que, efetivamente, nega-lhes a infância é o pertencimento racial articulado ao gênero: são meninas que têm seus corpos apropriados como os têm as mulheres negras, como força de trabalho e corpos disponíveis para o sexo. Os meninos negros, por seu turno, são sexualmente ameaçadores, violentos, delinquentes, para contê-los, temos um gigantesco aparato policial e judicial.

Ou seja, historicamente, nós, mulheres negras somos “pau prá toda obra” e “obra prá todo pau”. Não devemos enrubescer com essas frases, não podemos nos permitir esse luxo. É preciso mais que faces coradas diante das violências que têm meninas e adolescentes negras como alvo. É preciso que nos insurjamos contra o silêncio, a banalização e a naturalização dessas violências, dessas brutalidades.

O conjunto de violências e explorações sofridas por meninas e adolescentes Kalunga refletem e atualizam não apenas as assimetrias de gênero existentes

na sociedade brasileira. Refletem e atualizam uma das faces mais perversas do – sabidamente perverso – racismo brasileiro. Um racismo que extermina fisicamente jovens negros do sexo masculino, estupra e explora sexualmente jovens mulheres e crianças negras e condena à miséria e à hiperexploração pessoas negras de ambos os sexos.

Haverá outra maneira de nomear tal cenário senão como genocídio?

As meninas Kalunga vivem, no século XXI, o vivido por nossas ancestrais escravizadas: são exploradas enquanto força de trabalho e enquanto corpo sexuado. Isso decorre do fato de acumularmos uma tríplice discriminação: racial, sexual e social. De acordo com Gizelda Melo Nascimento(2008), os corpos da mulheres negras foram apropriados em momentos diversos de nossa história, visando objetivos vários: sob o escravismo, instrumento e trabalho, objeto de prazer dos senhores e matriz para a reprodução de uma mão de obra escravizada e anônima; no pós-abolição, nossos corpos foram alvo de políticas de higienização e saneamento (branqueamento), sob a “democracia racial”, “A mulata tipo exportação é a mula sobre o qual se cavalgam discursos mais que operantes, imperantes e imperiosos”(NASCIMENTO, 2008:51-52).

Na periferia da historiografia oficial/tradicional, mulheres negras habitam e forjam estratégias de sobrevivência que encontram, nos silêncios, proteção aparente e opressão constante. É sabido que o silêncio é arma que beneficia aos que oprimem, que somente em aparência oferece algum conforto àqueles que sofrem, no fim das contas esperam (todos os envolvidos), que o silêncio promova o esquecimento e – conseqüentemente- a inação por descrédito (“porque ela não falou antes?” é uma provocação lançada para gerar dúvidas quanto às denúncias das agredidas). O objetivo último das narrativas tradicionais é, “(...) inviabilizar a construção de uma história que dê conta das defasagens e dos privilégios, convertendo as desigualdades em sina e, finalmente, apropriando-se das vantagens como direitos” (FLAUZINA,2006:38)

As meninas Kalunga têm sua sina, não direitos...

A historiadora feminista Tania Navarro Swain, expõe essa questão asseverando que,

A re-leitura das fontes utilizadas nas narrativas históricas bem como a crítica à historiografia são imprescindíveis para que surjam as múltiplas realidades, agenciamentos sociais plurais, que ficaram ocultos no *fazer histórico* tradicional. O que a história não diz, não existiu, pois o sistema de interpretações que decide sobre aquilo que é relevante para a análise histórica fica oculto nas dobras das narrativas. A questão da autoria, seja na literatura / arte, seja na ciência, está imbricada às suas condições de imaginação e produção, ou seja, o autor exprime, na escolha e recortes de sua temática as representações sociais, os valores, o regime de verdade no qual se constitui sua experiência e sua subjetividade[...] (NAVARRO SWAIN, s/d :1)

Até agora, a história e demais saberes não expuseram as dores das meninas Kalunga, temos vivido como se essas simplesmente não existissem. Mais: subentendemos que não se tratava de um tema “nobre”, que não era digno de atenção e esse subentendido reflete e reforça uma série de escolhas, valores, verdades. Em suma, esse subentendido é político. Precisa ser também, público.

Entendemos que os estudos históricos devem, fundamentalmente, ajudar a nós e a nossos contemporâneos a compreender o mundo em que vivemos, para que possamos pactuar ações que intervenham no *mundo vasto mundo*, alterando relações, reformulando práticas. Também para nós, este deve ser o efeito provocado por nossas pesquisas, produções e escritas, recordemos Foucault, para quem,

O papel do intelectual não é mais o de se colocar ‘um pouco à frente ou um pouco de lado’ para dizer a verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da ‘verdade’, da ‘consciência’, do discurso. (FOUCAULT, 1998:71)

A luta, entretanto, deve ser entendida como cotidiana, infinita; inexistindo soluções eternas, talvez nem mesmo duradouras.

Em outro momento, Foucault esclarece que este “lutar contra as formas de poder”, deve levar os intelectuais a

“[...] trabalhar não no ‘universal’, no ‘exemplar’, no ‘justo-e-verdadeiro-para-todos’, mas em setores determinados, em postos

precisos em que o situavam, seja suas condições de trabalho, seja suas condições de vida (a moradia, o hospital, o asilo, o laboratório, a universidade, as relações familiares ou sexuais).”(Foucault, 1998:9)

Esta busca pelo particular, pelo específico, parte e aponta para uma percepção do real compreendido como absolutamente inesgotável; além é claro de acentuar o fato de estar o/a pesquisador/a imerso/a em um mundo que lhe oferece não apenas objetos, mas também os modos de abordá-los. Esta posição tem sido um referencial especialmente caro à pesquisa feminista.

De volta às violências, violências sexuais/ estupro, é sabido que

A violência sexual e as enfermidades sexualmente transmissíveis, incluindo HIV/AIDS, têm um efeito devastador na saúde da criança, e as meninas são mais vulneráveis que os meninos às consequências das relações sexuais sem proteção e prematuras. As meninas são mais sujeitas a pressões para engajar-se em atividade sexual. Devido a fatores tais como a sua juventude, pressões sociais, a falta de leis que as protejam ou o fato de que as leis não são cumpridas, as meninas são mais vulneráveis a todo tipo de violência, particularmente a violência sexual, inclusive o estupro, abuso sexual, a exploração sexual, o tráfico, possivelmente a venda de seus órgãos e tecidos e os trabalhos forçados. (ONU/FioCRUZ,1996:188)

Como havíamos salientado anteriormente, as meninas Kalunga são vulneráveis por seu gênero, sua idade e sua raça. Um/a visitante mais atento/a verificará, facilmente, a precariedade das condições de vida dessas meninas, não nos referimos às condições materiais/econômicas, mas às condições políticas (acesso à educação, à saúde integral e à justiça, por exemplo). Verificará, também, a existência de um silêncio soturno, pesado, nascido da cumplicidade e do medo de represálias. Cumplicidade e medo alimentam as violências e expõem as meninas a seus algozes.

Em sociedades como a brasileira, estupro é ação contra o feminino, de acordo com Lia Zanotta Machado,

O corpo masculino parece impenetrável. O corpo masculino não é puro nem impuro; ele é concebido como lugar de origem, o lugar

não submetido a qualquer lei simbólica, impermeável a qualquer marca, como se fosse o lugar originário da lei simbólica. (ZANOTTA MACHADO, 1999:348)

Assim, em situações de estupro de homens (como no caso dos ocorridos no interior do sistema prisional, por exemplo), os homens têm seus corpos transformados –simbolicamente – em corpos femininos (travestidos, depilados, maquiados...). Não desconhecemos nem negamos a existência de violências sexuais/estupros de meninos, no entanto, tal prática não é objeto das reflexões aqui propostas. Assinalamos que, essas violências são possíveis pela associação da infância ao feminino, como mostrado por Ph. Ariès, em seu clássico sobre a infância europeia,

Por que, a fim de distinguir o menino dos homens, se assimilava o primeiro às meninas, que não eram distinguidas das mulheres? Por que esse costume, tão novo e tão surpreendente numa sociedade em que se entrava cedo na vida, durou até quase nossos dias, ou ao menos até o início deste século⁴, apesar das transformações dos costumes e do prolongamento do período da infância?(ARIÈS,1991:79)

Entendemos que todas as crianças são assimiladas ao feminino, o que as faz ser percebidas como facilmente seduzíveis, violáveis e violentáveis. A associação dos meninos ao feminino os expõe às mesmas violências direcionadas às meninas e mulheres, apenas outras leituras/imagens pesam sobre agredidos e agressores⁵.

Da condição de objeto (de trabalho ou sexual), urge que as meninas Kalunga sejam alçadas à condição de sujeitos, sejam reconhecidas enquanto sujeitos históricos e políticos. Para tal, é preciso ouvi-las, construir conjuntamente espaços seguros para que elas possam compor suas canções de liberdade e redenção como apregoava o poeta revolucionário Robert Nesta Marley.

4 Ariès refere-se ao século XX.

5 Recentemente, na Argentina, um estupro foi absolvido por ter o magistrado entendido que o garoto de seis anos “tinha orientação homossexual e estava habituada a sofrer abusos sexuais. Ver, <http://www.novomomento.com.br/Geral/28341/pena-de-estuprador-e-reduzida-por-vitima-ser-gay>. Acesso em 30/10/2015, 20:30hs.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**.RJ:LTC,1981.

CARNEIRO, Sueli. <http://arquivo.geledes.org.br/em-debate/sueli-carneiro/17473-sueli-carneiro-enegrecer-o-feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero>. Acessado em 10/08/2015, às 18:10.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**, Ed. Fundação Perseu Abramo,2000.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo Negro caído no chão** – o sistema penal e o projeto genocida do estado Brasileiro, In : http://www.cddh.org.br/assets/docs/2006_AnaLuizaPinheiroFlauzina.pdf, acessado em 12/10/2015.

FOUCAULT, Michel.**Microfísica do Poder**.RJ:Graal, 1998.

NASCIMENTO, Gizelda Melo. “Grandes Mães, reais senhoras” , In : NASCIMENTO, Elisa Larkin, **Sankofa 3: Guerreiras da natureza** – mulher negra religiosidade e ambiente, RJ:Selo Negro, 2009.

NAVARRO SWAIN, Tania. História: construção e limites da memória social in: <http://www.tanianavarroswain.com.br/chapitres/bresil/his%20construcao%20e%20limites.htm>

ONU/FioCRUZ.**Conferência Mundial Sobre a Mulher**.RJ:ONU/FioCRUZ,1996.

TRUTH. Sojourner, “E eu não sou uma mulher?” https://pt.wikipedia.org/wiki/Ain%27t_I_a_Woman%3F Acessado em 10/08/2015, às 18:40.

ZANOTTA MACHADO, Lia. “Sexo, estupro e purificação”. In: SUÁREZ, Mireya & BANDEIRA, Lourdes (orgs)**Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília:Paralelo 15/UnB,1999.

DESIGUALDADE DE GÊNERO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Autor: Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha.
Universidade Federal do Piauí (Doutorado em Políticas Públicas)
jocrf_2009@hotmail.com

Orientadora: Profa. Dra. Inez Sampaio Nery

Resumo: A história da mulher é marcada por uma trajetória de luta incessante pelo reconhecimento de seus direitos, principalmente de igualdade e garantias individuais. Considerada por séculos como um “ser” inferior, subjugada, humilhada e menosprezada em razão de uma crença social acerca da superioridade masculina, a mulher teve que lutar contra a opressão de sociedades machistas, que garantiam privilégios somente aos homens, tratando a figura feminina como um objeto, uma coisa pertencente ao pai ou ao marido. A trajetória de dominação masculina, firmada a partir do estabelecimento das desigualdades de gênero e do patriarcado, a reação das mulheres por meio da revolução feminista a esta imposição social e o consequente enquadramento dos direitos das mulheres enquanto direitos humanos serão abordados no decorrer desse artigo. Como proposta metodológica, utilizou-se o método de revisão bibliográfica e documental, sendo a pesquisa qualitativa e exploratória.

Palavras-chave: Desigualdade de gênero. Violência contra a mulher. Violência de gênero.

1 Introdução

A luta pela isonomia entre homens e mulheres não é recente e os avanços e conquistas na diminuição das diferenças tem sido marcadas pela perseverança feminina quanto ao reconhecimento de seus direitos e garantias fundamentais.

Dessa forma, o presente artigo tem por objetivo analisar o tratamento dispensado à mulher e o reconhecimento de seus direitos ao longo dos séculos, de modo a abordar a origem da violência doméstica e familiar contra a mulher, assentada no patriarcado e na desigualdade de gênero.

Para tanto, utilizou-se o método de pesquisa hermenêutico em função de a pesquisa ter partido de referencial bibliográfico e documental, sendo a proposta metodológica exploratória e qualitativa.

2 Desigualdade de gênero e violência doméstica e familiar contra a mulher: expressão da violência de gênero

As sociedades primitivas eram organizadas em torno da figura da mãe, não havendo divisão entre os papéis sociais de homens e mulheres, sendo as relações sexuais não monogâmicas. Assim, todos os integrantes do grupo ficavam relacionados às atividades de coleta de frutos e raízes e de luta pela sobrevivência, havendo igualdade de funções entre homens e mulheres. A partir da descoberta da agricultura, da caça, do fogo e com a fixação das comunidades é que essas relações foram modificadas (PEDRO, 2005, p. 78).

A pré-história é caracterizada pela ausência de documentos escritos, motivo pelo qual não se sabe qual o papel da mulher nesse período, tendo-se conhecimento apenas que as sociedades não eram matriarcais, e sim matricêntricas. Logo, embora a mulher não exercesse papel de dominação era considerada como centro da sociedade em razão de sua fertilidade.

Na Grécia antiga, a figura da mulher era compreendida como um ser passivo, inferior ao homem quanto aos padrões anatômico, fisiológico e psicológico. Aristóteles, em sua obra *Geração dos Animais*, foi o pioneiro na argumentação quanto à inferioridade da mulher em relação ao homem, ao defender a tese de que “a mulher contribui para a reprodução humana com o sangue menstrual, enquanto o homem contribui com o sêmen, que é a forma superlativa do sangue”. O sêmen masculino fornece a “forma” enquanto a mulher “empresta” a carne (HILLMAN, 1984, p. 203).

Aristóteles definia as mulheres como homens imperfeitos e incompletos, que traziam no corpo úmido, mole e inconsistente, o reflexo desta debilidade e, no cérebro de tamanho menor, a irracionalidade. Já Platão chegou a propor igualdade entre os sexos, desde que respeitado o potencial, talento, aptidão e limitações de cada um. Como as mulheres eram vistas por ele como naturalmente inferiores, a igualdade justa era aquela na qual o homem comandava.

Na doutrina cristã, a mulher é simbolizada por uma figura frágil em seu caráter físico e sexual, sendo a representação da inferioridade e da subordinação equivalente a uma punição pelo pecado cometido. Hillman (1984) cita o pensamento de Santo Agostinho:

[...] de acordo com aquilo que eu já disse quando eu tratava da natureza humana, que a mulher, junto com seu próprio marido, seja a imagem de Deus, de modo que a substância toda possa ser uma única imagem, mas quando se faz referência a ela como companheira e ajudante, o que concerne à mulher, então ela não é imagem de Deus, mas, no que concerne somente ao homem, ele é imagem de Deus de maneira tão plena e completa como quando a mulher também está juntada a ele em um.

No Direito Romano, a mulher, ainda em sua situação de submissão, apenas participava do culto do pai ou do marido, porque a descendência era estabelecida pela linha masculina. Durante a infância e a adolescência era subordinada ao pai e, depois do casamento, ao marido. O pai, detentor do chamado “pátrio poder” tinha o direito de lhe designar um tutor ou marido após sua morte. A viúva era subordinada aos filhos, e na ausência destes, aos parentes próximos do marido falecido (VENOSA, 2005, p. 41).

Essa condição de inferioridade e subordinação da mulher à família e ao homem é tão antiga que São Paulo, na Epístola aos Efésios, relata que *“as mulheres estejam sujeitas aos seus maridos como ao Senhor, porque o homem é a cabeça da mulher, como Cristo é a cabeça da Igreja. Como a Igreja está sujeita a Cristo, estejam às mulheres em tudo sujeitas aos seus maridos”* (ARAÚJO, 2001).

Na Idade Média, a mulher, de classes sociais mais baixas, desempenhava função social semelhante a do homem, competindo-lhe o cultivo da agricultura e a execução das tarefas domésticas, todavia, possuía uma educação diferenciada, sendo educada para servir a família.

Nos séculos XVII e XVIII, a partir da Reforma Protestante, houve um progresso no processo de educação feminina, ocasião em que Martinho Lutero difundiu a proposta de alfabetização de todos, independentemente do sexo, para que pudessem ler as Escrituras, apesar da valorização do modelo de família patriarcal (SISSA, 1990).

Em seguida, a Lei das XII Tábuas concedeu a mulher o direito de se ausentar do lar conjugal por três noites consecutivas em cada ano, reconhecendo também o chamado casamento “*sine manu*”, cuja característica era a desoneração da mulher dos vínculos estreitos com a família do marido. Esse pode ser considerado o primeiro avanço nos direitos da mulher (VENOSA, 2005).

Na Idade Moderna, a mulher continuava a ter o papel de cuidar dos filhos, principalmente em mantê-los limpos, agasalhados e alimentados, sendo a amamentação com o leite materno de extrema importância nesse período. Quanto à liberdade sexual, as mulheres, quando casadas, passaram a ser reprimidas pelos maridos no que diz respeito ao prazer sexual, e quando solteiras, havia reafirmação da virgindade até o casamento (BAUER, 2002).

Na Idade Contemporânea, as mulheres começavam a frequentar escolas, dedicavam-se ao aprendizado das artes e técnicas artesanais. Os filhos, antes centro das atenções e cuidados femininos, passaram a ser deixados com as criadas ou amas de leite. Entretanto, continuavam subalternas à figura do pai ou do marido, e somente no final do século XIX, período de eclosão dos movimentos feministas no mundo, que tiveram influência no Brasil.

A evolução histórica dos direitos das mulheres no Brasil merece destaque, situando-se a partir do processo de colonização pela Corte Portuguesa, que influenciou a cultura, os hábitos sociais e a elaboração da legislação pátria.

3 Evolução histórica dos direitos femininos no Brasil

No período colonial, as Ordenações Filipinas, primeiras legislações em vigor no Brasil e inspiradas no Direito Português, possuíam caráter conservador com relação ao poder patriarcal vivido na Idade Média. No regime das Ordenações, ao marido não era imputado qualquer pena em virtude da aplicação de castigos corporais à mulher e aos filhos; à mulher, por sua vez era vedado, inclusive, ser testemunha em testamento público. Desse modo, o pátrio poder era exercido exclusivamente pelo marido, não podendo a mulher ser tutora ou curadora sempre que contraísse novas núpcias; por outro lado, as viúvas poderiam ser tutoras ou curadoras, desde que vivessem honestamente (SILVA, 2000).

No Brasil-colônia, período em que a educação era ministrada pela Igreja, as mulheres não eram incluídas, difundindo-se a ideia de obediência feminina ao pai, ao marido e a religião, razão pela qual a mulher vivia enclausurada, sem qualquer contato com o mundo exterior. Com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, escolas não religiosas foram instaladas, podendo as mulheres estudar, sendo os conteúdos ministrados restritos aos trabalhos manuais e domésticos, bem como ao estudo da língua portuguesa a nível elementar (SILVA, 2000).

Durante esse momento de nossa história, as diferenças entre homens e mulheres iam desde fatores de ordem biológica até a questão da sexualidade, o que era apoiado, inclusive, pela Igreja, principal responsável pela imposição regras morais e sociais estabelecidas naquele período. Araújo (2001, p. 58) comenta o comportamento de homens e mulheres no período luso-brasileiro:

Os homens tinham vida mais solta, o que era até admitido pela Igreja e pelo Estado, mas o paradoxo é evidente, como ressalta um relatório holandês de 1639 que diz que no Brasil ‘os homens são muito ciosos de suas mulheres e as trazem sempre fechadas, reconhecendo assim que os de sua nação são inclinados a corromper as mulheres alheias’. Ora se ‘corrompiam’ as mulheres dos outros, como não desconfiar da própria mulher? Era um eterno sobressalto.

Dessa forma, aos homens, no aspecto sexual, tudo era permitido e não reprimido pela sociedade, em especial no que diz respeito ao adultério. Às mulheres, caso cometessem tal conduta, eram imputadas penas severas, como a pena de morte, nessa hipótese considerada defesa da honra e, portanto, não enquadrada como crime, ou o afastamento do lar conjugal e o pedido de divórcio:

Na época colonial a mulher arriscava-se muito ao cometer adultério. Arriscava, aliás, a vida, porque a própria lei permitia que ‘achando o homem casado sua mulher em adultério, lícitamente poderá matar assim a ela como o adúltero’. [...] É verdade, por outro lado, que nem sempre as aventuras extraconjugais femininas acabavam assim tão mal. Com frequência o marido ofendido encerrava a mulher num recolhimento ou apenas se separava ou pedia divórcio. Muitas vezes uma boa surra bastava [...] (ARAÚJO, 2001, p. 59-60).

Diante de tantas repressões à sexualidade, muitas mulheres se submetiam as regras impostas pela família ou pelo marido, ou então, na tentativa de reagir e violando as normas sociais, optavam por um relacionamento homossexual, o que era condenado pelos padrões morais e legais naquele período:

As mulheres, então, ou se submetiam aos padrões misóginos impostos, ou reagiam com o exercício da sedução (também de várias formas e em diversos níveis) e da transgressão. Uma das maneiras de violar, agredir e se defender estava justamente em refugiar-se no amor de outra mulher. O homossexualismo (ou sodomia, como se dizia na época) era condenado com muita severidade na legislação civil: quem o ‘pecado de sodomia por qualquer maneira cometer, seja queimado e feito fogo em pó, para que nunca de seu corpo e sepultura possa haver memória, e todos os seus bens sejam confiscados para a Coroa’ (ARAÚJO, 2001, p. 65).

Destarte, as mulheres continuavam sob o processo de subjugação e repressão. Considerada como objeto pertencente ao pai ou ao marido, acreditava-se que a situação de inferioridade feminina decorria de fatores biológicos, uma vez que as mães alimentavam mais os filhos homens do que as filhas mulheres, para que estes crescessem saudáveis e fortes, enquanto aquelas assumiriam seu papel de fragilidade.

Em 1808, com a chegada da família real no Brasil, a população chegava a três milhões de habitantes, dentre estes, 40% eram mulheres. Embora a maioria desse percentual fosse escrava, as demais usufruíram da vida social através da abertura das salas de visitas e dos salões para a realização de saraus, além de bares, cafés, teatros e acontecimentos culturais (D’INCAO apud BANDEIRA, 2009).

A condição jurídica da mulher evoluiu lentamente no país, apresentando como marco principal as Constituições, a Consolidação das Leis Trabalhistas, a Consolidação das Leis da Previdência Social e o Estatuto da Mulher Casada, sobre os quais se faz breves considerações.

A partir da Constituição de 1824, surgiram escolas destinadas à educação da mulher, ainda voltadas aos trabalhos manuais, domésticos, cânticos e ao ensino brasileiro de instrução primária, sendo vedado à frequência das mulheres às escolas masculinas (SILVA, 2000).

Ainda acerca do período colonial do Brasil, Moreira Alves; Bandeira (2000, p.20) relata a situação da mulher durante a Constituição de 1824:

A Constituição imposta pelo Imperador Pedro I, em 1824, estabeleceu o voto censitário, excluindo da cidadania brasileira trabalhadores e escravos, que não podiam ser eleitos nem ocupar cargos públicos. Na época, o que diferenciava as pessoas eram suas posses; assim, as mulheres, em sua maioria, destituídas de bens materiais, formavam o grande contingente de donas-de-casa e, como os escravos, ficaram marginalizadas deste processo, pois a estas lhes restava o árduo e anônimo caminho da labuta e dos afazeres domésticos.

Ressalta-se que, com a promulgação do Código Comercial de 1850, foi permitido às mulheres exercer a profissão de comerciante, desde que os maridos as autorizassem. Apesar da limitação imposta ao exercício dessa profissão, esse fato representou um grande avanço na luta pela autonomia financeira feminina.

Em 1890, foi promulgado o Decreto n. 181, importante conquista para as mulheres da época, uma vez que retirava do “patriarca” o direito de imposição de castigos físicos às esposas e aos filhos. A Constituição de 1891, a seu turno, limitou-se ao reconhecimento do princípio da igualdade, não promovendo qualquer alteração quanto aos direitos das mulheres.

O Código Civil de 1916, por sua vez, sustentou os princípios conservadores, mantendo o homem como chefe da sociedade conjugal e limitando a capacidade da mulher a determinados atos, tais como a emancipação, que passa a ser concedida pelo pai, ou no caso de falecimento deste, o poder de antecipar a maioridade do filho ficaria ao encargo da mãe.

Em 1932, após a Revolução Constitucionalista e a promulgação do Código Eleitoral, as mulheres tiveram o reconhecimento do direito ao voto a partir dos 21 anos, idade que fora reduzida para 18 anos com o advento da Constituição de 1934, que trouxe, ainda, a proteção ao trabalho feminino, assegurou o direito da mãe determinar a nacionalidade aos filhos nascidos fora do país, além de conceder o direito à aposentadoria compulsória aos 68 (sessenta e oito) anos de idade.

A Constituição de 1937, outorgada durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, representou um momento histórico e político de retrocessos para o Brasil e para as mulheres, vez que a legislação foi omissa quanto ao direito ao voto e a proteção à maternidade.

A Constituição de 1946 teve grande relevância aos direitos femininos, em razão da volta do reconhecimento ao direito ao voto, bem como a concessão do direito de ser votada, a concessão da licença maternidade pela Previdência Social, aos filhos estrangeiros nascidos no Brasil passou a ser levada em conta a nacionalidade do pai e da mãe e o direito à aposentadoria aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço.

Em 1962, com a promulgação do Estatuto da Mulher Casada, como era popularmente conhecida a Lei n. 4.121/62, o Código Civil sofreu diversas modificações, dentre as quais: a garantia feminina ao exercício do “pátrio-poder” quando contraísse novas núpcias, além da concessão do exercício do pátrio poder a ambos os pais, prevalecendo a vontade do homem no caso de discordância do casal, ressalvado à mãe o direito de recorrer ao juiz para solução da divergência. A partir da evolução social, a estrutura familiar sofreu diversas modificações, sendo substituído, progressivamente, o modelo patriarcal em que a mulher e os filhos deviam submissão ao pai (SILVA, 2000).

Em 1977, foi promulgada a Lei n. 6.515, conhecida como Lei do Divórcio, concedendo direito recíproco a homens e mulheres na decisão de findar o vínculo conjugal. Ressalta-se que, até aquele ano, o divórcio não era reconhecido em nosso ordenamento jurídico, em razão da influência da Igreja Católica, havendo somente a possibilidade de separação de corpos ou de anulação do casamento, sempre a partir da manifestação de vontade do homem.

A Constituição de 1967, outorgada na fase da Ditadura Militar, continuou a reconhecer a igualdade entre homens e mulheres, garantindo proteção ao trabalho feminino, o direito à nacionalidade, ao voto e à maternidade, além de reduzir o prazo para aposentadoria feminina de 35 (trinta e cinco) anos para 30 (trinta) anos de serviço.

A Constituição Federal brasileira de 1988, que inaugurou o chamado Estado Democrático de Direito, posicionou-se no sentido de repudiar a estigmatização da mulher enquanto propriedade ou objeto, consolidando o princípio da igualdade entre todos, sem distinção quanto à raça, sexo, cor, crença ou classe social.

Em 2002, foi promulgada a Lei nº. 10.455 que criou a medida cautelar de natureza penal, ao admitir a possibilidade de o juiz decretar o afastamento do agressor do lar conjugal, na hipótese de violência doméstica. Em 2004, com a promulgação da Lei nº. 10.886, foi acrescentado um subtipo à lesão corporal leve, decorrente de violência doméstica, aumentando a pena mínima de três para seis meses de detenção. Todavia, nenhuma dessas legislações foi suficiente

à proteção das mulheres em situação de violência, tampouco ao combate a esse tipo de crime.

Em setembro de 2006, entrou em vigor a Lei nº. 11.340, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, considerada pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher como uma das melhores legislações do mundo. Finalmente, elaborou-se uma lei específica para o tratamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.

4 Violência de gênero e violência doméstica e familiar contra a mulher

As informações descritas anteriormente ilustram, brevemente, a desigualdade imposta às mulheres nas relações de gênero patriarcais. Diante do cenário de subjugação e discriminação da condição feminina, nos anos 1970, grupos feministas anglo-saxões iniciaram o estudo e discussão acerca da categoria gênero, a fim de compreender as relações estabelecidas entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens. No Brasil, os estudos acerca da temática gênero utilizaram como referência o trabalho da historiadora e feminista Joan Scott, que em 1986 publicou o artigo *“Gender: a useful category of historical analysis”*.

Consoante Almeida (2007, p.42):

[...] gênero apresenta uma dupla dimensão categorial é analítica e histórica [...], uma categoria que potencializa a apreensão da complexidade das relações sociais, em nível abstrato, portanto uma categoria analítica e [...] como um dos fundamentos da organização da vida social [...] como vêm sendo estruturadas as desigualdades sociais – portanto, é também uma categoria histórica.

Para Saffioti (1987), haveria uma gramática sexual ou de gênero, responsável por estabelecer ou naturalizar os comportamentos admissíveis às relações entre os homens e mulheres, especificando as condutas socialmente determinadas para cada sexo, assim “gênero é uma construção social que define o ser homem e o ser mulher”.

De acordo com Hillman (1984), a discussão sobre o conceito de gênero, inicialmente vinculada aos papéis sexuais, apresenta atualmente uma visão mais ampla, buscando a compreensão de relações sociais construídas ao longo da história, e que se firmaram entre os seres sociais.

Hillman (1984, p. 12) compreende que:

Historicamente, a construção do pensamento feminista utilizou abordagens na análise de gênero que podem ser resumidas em três posições: a primeira tenta explicar as origens do patriarcado; a segunda, de orientação marxista, propõe uma abordagem histórica tentando encontrar uma explicação material para o gênero ou propondo uma solução baseada nos sistemas duais, composto pelo domínio do patriarcado e do capitalismo e a terceira, mais recente, dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas da psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero dos sujeitos sociais.

Dessa forma, o patriarcado teria surgido por volta do ano 3100 a.C e se consolidado no ano 600 a.C. Logo, a condição de submissão feminina possui aproximadamente 7.000 anos (SAFFIOTI, 1987, p. 60). A sociedade patriarcal produziu uma estrutura fixa que retém os símbolos heterônimos e dicotômicos juntamente com os diversos tipos de organizações familiares e conjugais, locais onde, costumeiramente, ocorrem as violências de gênero (SEGATO, 2012).

Saffioti (1987, p. 50) comenta o patriarcado:

[...] pode-se concluir que o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico.

A inferioridade da mulher é, nos dizeres de Saffioti (1987, p.15), exclusivamente social, pois foi estabelecida a partir do “processo de naturalização de uma discriminação exclusivamente sociocultural”. Segundo a autora, utiliza-se o conceito de dominação-exploração ou exploração-dominação, ao se conceber o processo de sujeição de uma categoria social com duas dimensões: a da dominação e a da exploração. O processo de dominação seria uma herança política, onde de um lado existe a figura de um ser dominante, que prescreve normas, ordens, padrões a serem seguidos e do outro, a figura de seres dominados que obedecem sem questionamentos. Já a exploração estaria relacionada

ao âmbito econômico, atrelado à força de trabalho, oprimida para obtenção de vantagens econômicas. Todavia, essa relação dominação-exploração não se realiza isoladamente, consistindo em um único processo, um relacionado ao outro.

Segundo Saffioti (1987), o patriarcado está na raiz da violência de gênero, que tem como vítimas principais as mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos, submetidas e subjugadas ao poder exercido pelo patriarca, que no exercício de suas funções, estariam autorizados a punir o que lhes representasse um desvio. Todavia, nada impede que as mulheres exerçam, ainda que por delegação, a função patriarcal, em especial com relação a crianças e adolescentes.

Para Almeida (2007), o espaço de produção da violência de gênero é social e seu caráter é relacional, isto é, é um fenômeno social determinado a partir das relações de poder.

Nesta discussão vale citar Bourdieu (2005), que afirmou ser a dominação masculina manifestada pela violência física, moral, psicológica, consistindo em uma reprodução da sociedade, que se demonstra por meio do processo social pelo qual as culturas das gerações humanas são reproduzidas, em especial pela influência de instituições como a família, a Igreja e a própria sociedade. Portanto, a dominação masculina enquanto violência nem sempre é material, concreta, sendo, em sua maioria, simbólica, subjetiva, camuflada no seio das relações sociais.

Bourdieu (2005) conclui que a violência simbólica se institui por meio da adesão que o dominado concede ao dominador, “impregna corpo e alma das categorias sociais dominadas, fornecendo-lhes esquemas cognitivos”. Assim

O fundamento da violência simbólica reside nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que a produzem [...]. Assim as disposições (*habitus*) são inseparáveis das estruturas (habituidines no sentido de Leibniz) que as produzem e as reproduzem, tanto nos homens como nas mulheres, e em particular de toda a estrutura das atividades técnico-rituais, que encontra seu fundamento último na estrutura o mercado de bens simbólicos (BOURDIEU, 2005, p. 54-55).

Essa dominação, ou nas palavras de Bourdieu (2005), essa violência simbólica, encontra na sociedade os meios adequados para seu desenvolvimento e dispersão, vez que ainda existem mulheres que são colocadas na situação de

dependência econômica, social e cultural, de submissão às vontades masculinas, e subjugação às determinações do homem, seja em casa, nas relações afetivas e familiares, seja no ambiente de trabalho, nas relações profissionais. Pode-se afirmar que às mulheres é imposta essa situação de submissão, uma vez que não lhes é dada a possibilidade de escolha ou opção a uma condição mais favorável, por fatores de ordem moral, psicológica e social, dentro e fora do ambiente doméstico.

A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas iminentes a todos os *habitus*: moldados por tais condições (...) elas funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais e históricos (BOURDIEU, 2005, p. 45).

A dominação masculina é tão comum na sociedade, vista como um *habitus*, que, em virtude de seu aspecto sutil e “invisível”, a violência simbólica nas relações de dominação e de poder faz com que os dominados não percebam o comportamento do dominador, compreendido como algo natural e impassível de questionamentos. Assim, a mulher acaba incorporando a relação de dominação do homem, não percebendo sua condição de submissa e subjugada, considerando essa situação algo normal, natural da existência humana. Bourdieu (2005, p. 5) entende que a relação entre sexos não é algo natural, e, portanto não deve ser assim considerada:

Aquilo que, na história, aparece como eterno não é mais que o produto de um trabalho de eternização que compete a instituições interligadas tais como a família, a igreja, a escola [...] devendo, portanto, ser reinserida na história de modo que se devolva à ação histórica a relação entre os sexos que a visão naturalista e essencialista dela arranca e se mostre como as diversas instituições agem no sentido de manter um estado de coisas.

A dominação masculina é alimentada pela violência simbólica: “violência suave, insensível, invisível a suas vítimas, exercida essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (BOURDIEU, 2005, p.8).

A violência simbólica é manifestada nos diversos setores sociais, sendo na família, precisamente no ambiente doméstico, o local onde ela encontra abrigo e condições para ser revelada. É no âmbito familiar e doméstico que a violência simbólica se desenvolve e se transforma em violência real (física, sexual, psicológica, patrimonial).

Sobre a violência simbólica Almeida (2007, p. 30) ressalta:

[...] uma vez instalada no seio das relações familiares, tende a se reproduzir de forma ampliada, sob o olhar complacente da sociedade, do poder público [...] prescindindo de justificativas para seu exercício cotidiano contra suas vítimas preferenciais [...] a sua reprodução contínua tende a acentuar a heteronomia, a fragilizar sobremaneira a autoestima dos seus protagonistas, a provocar sintomas psicossomáticos e a levar à crescente passividade das suas vítimas. A passividade é, antes, consequência e não causa da violência de gênero.

A violência de gênero é ao mesmo tempo expressão do poder de dominação e da impotência dos homens. Se, quanto ao gênero, o homem desfruta de privilégios (poder) frente à mulher, pode ocorrer de, no eixo das classes sociais e/ou no da raça/etnia, o mesmo encontrar-se em desvantagem, sentindo-se impotente. Esse sentimento de impotência pode permear o domínio de gênero à medida que ultrapassa limites das relações de classe e/ou etnia (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1998, p. 43).

Portanto, a violência de gênero consiste em um padrão específico de violência baseada na hierarquia e desigualdade de lugares sociais sexuados, que subalternizam as mulheres, ampliando-se e tornando-se atual, de forma diretamente proporcional à ameaça ao poder masculino (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995).

A violência de gênero, segundo Saffioti (1995), ocorre majoritariamente no sentido homem contra mulher devido ao estágio das relações patriarcais, porém também pode ser praticada por um homem em face de outro homem, ou por uma mulher em desfavor de outra mulher. A autora (1995) define violência de

gênero como uma categoria de violência mais geral, que pode abranger a violência doméstica e a violência intrafamiliar, que serão objeto do próximo item.

A Organização Mundial da Saúde define violência como

[..] uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (HILLMAN et al, 2002, p. 5).

O Brasil, por meio do Ministério da Saúde, enquadra a violência como “ações realizadas por indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionaram danos físicos, emocionais e espirituais a si próprios e aos outros” (BRASIL, 2001, p. 7), definindo a violência intrafamiliar como:

É toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra (BRASIL, 2001, p. 15).

Em que pesem as definições quanto à violência de gênero, manifesta, principalmente, por meio da violência contra a mulher e da violência doméstica e familiar, é importante ressaltar a necessidade de conscientização da vítima para denunciar seu agressor, bem como o papel do Estado nesse processo de amparo à mulher em situação de violência, através da formulação e implementação de políticas públicas nesse sentido, além da tomada de decisões pelo Poder Judiciário de modo a garantir a repressão e a diminuição desse tipo de violência.

Segundo Saffioti (1995, p.32):

a violência familiar envolve membros de uma mesma família extensa ou nuclear, levando-se em conta a consanguinidade e a afinidade [...] compreendida na violência de gênero, a violência

familiar pode ocorrer no domicílio ou fora dele, embora seja mais frequente o primeiro caso [...] A violência doméstica apresenta pontos de sobreposição com a familiar. Atinge, porém, também pessoas que, não pertencendo à família, vivem, parcial ou integralmente, no domicílio do agressor, como é o caso de agregadas (os) e empregadas (os) domésticas (os).

Cumpra ressaltar que embora as expressões “violência doméstica”, “violência contra a mulher” e “violência familiar” sejam usadas como equivalentes à “violência de gênero”, essas categorias constituem significados diferentes, com relação à teoria e prática. Para Almeida (2007), “violência contra a mulher” enfoca o alvo contra o qual a violência é dirigida, sendo que o termo não indica um sujeito, mas apenas um objeto, demonstrando o lugar da vítima e sugerindo unilateralidade do ato, evidenciando a mulher como vítima preferencial desse tipo de violência.

Aquino (1998, p. 110) explica o significado do termo “violência contra a mulher”:

Violência contra a mulher carrega um significado político importante para os movimentos de mulheres e feministas: a afirmação era (ainda é); existe e, infelizmente, persiste um tipo de violência que é praticado, por homens, contra mulheres, fenômeno marcado pelo convencional social e culturalmente para os campos do masculino e do feminino; fenômeno historicamente negligenciado, não reconhecido como violência.

A violência contra a mulher, portanto, estaria relacionada à pessoa contra quem é dirigida a violência, a vítima. Machado e Magalhães (apud BANDEIRA, 2009, p. 163) acreditam que a violência contra a mulher possui um caráter disciplinar:

A violência [contra a mulher] é sempre disciplinar [...]. Os espaços lacunares por onde se constroem os atos de violência não são vividos como falta, mas como resposta rápida que devem dar a um ‘não saber’. [...] A indagação que me parece inescapável é a do pensar os meandros sociais, simbólicos e subjetivos que articulam a posição privilegiada que nossa cultura atribui ao masculino

como depositário da lei simbólica tal como especialmente bem elaborado pela psicanálise lacaniana, bem como a posição do masculino como inserido significativamente como agente do poder de violência.

A violência doméstica, consoante Almeida (2007), é relacionada ao espaço, ao ambiente onde a violência é praticada, enquanto a violência intrafamiliar é aquela praticada dentro da família, tendo como agente as pessoas que mantêm laços de parentesco, seja consanguíneo ou por afinidade, estendendo-se as pessoas que possuem vínculo afetivo com a vítima ou que são próximas a ela. Assim, a família e o ambiente doméstico seriam locais propícios para o desenvolvimento da violência de gênero. Almeida (2007) considera que “a violência instala-se na família e, na medida em que esta é hierarquizada, atinge, em diferentes níveis e intensidades, os seus membros que se encontram em posições subalternizadas”.

Consoante Almeida (2007), a violência intrafamiliar consiste em modalidade que se processa dentro da família, estrutura sexuada, por excelência, no seio da qual a subordinação das mulheres e das crianças foi e se mantém jurídica e politicamente instituída.

Logo, a violência contra a mulher, fundamentada no patriarcado e na dominação masculina, seria cometida sob o argumento punitivo, de caráter disciplinar, ou seja, de fazer obedecer às suas ordens, às suas regras, às suas decisões. O homem exerce seu poder por meio da força física, e a mulher, arraigada pelo sentimento de dominação e inferiorização, muitas vezes, cede à violência por considerá-la normal e perdoa o agressor.

5 Conclusão

O termo “violência contra a mulher” remete a situações diversas como a violência física, sexual e psicológica cometida por pessoas com quem a vítima mantém laços de parentesco e/ou afetividade. Minayo (2010) considera que a violência contra a mulher engloba ainda situações de estupro, abuso sexual de menores, assédio sexual no local de trabalho, violência contra homossexuais, violência étnica e racial, violência cometida pelo Estado, ao agir ou se omitir, mutilação genital feminina, estupro em massa em guerras e em conflitos armados.

A violência contra a mulher como expressão da violência de gênero, à medida que encontra abrigo nas relações familiares, reproduz-se de forma ampla, ainda que não seja concretizada em violência física, verbal, psicológica ou patrimonial, desenvolve-se enquanto simbólica, imperceptível, muitas vezes, aos olhos da vítima, da sociedade e do Poder Público.

Em 2002, a Organização Mundial da Saúde já havia publicado um relatório classificando a violência contra a mulher como uma violência intrafamiliar ou familiar inserida na categoria interpessoal e refere que o fenômeno ocorre normalmente no ambiente doméstico, entre membros da família e parceiros íntimos, incluindo agressões e maus tratos contra criança, mulher e idosos.

No âmbito das relações privadas, a violência contra a mulher é um aspecto central da cultura patriarcal. A violência doméstica pode assumir a forma de violência física, sexual, emocional, psicológica e patrimonial, a ser exercida, majoritariamente, pelos homens contra mulheres no âmbito das relações de intimidade, manifestando um poder de posse de caráter patriarcal. Assim, a violência perpetrada contra a mulher seria uma espécie de castigo que objetiva condicionar o comportamento feminino e demonstrar a elas que, na sua condição enquanto mulheres não possuem o domínio de suas vontades, de sua própria vida.

Referências

ALMEIDA, Suely Souza de Almeida (Org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro. UFRJ, 2007.

_____. **Femicídio**: algemas (in) visíveis do público-privado. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

ALMEIDA, Jane Soares de. As lutas feministas por educação, igualdade e cidadania. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília. v. 81, jan./abr. 2000.

ARAÚJO, Emanuel. **História das mulheres**. São Paulo: Elsevier, 2001.

AQUINO, Silvia de. **Reflexões sobre a violência contra a mulher denunciada na Delegacia Especial de Atendimento à mulher em Salvador**. Campinas: Núcleo de estudos de gênero, 1998.

BAUDEIRA, Lourdes. **Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1978 a 2006.** São Paulo: 2009.

BAUER, Carlos. **Breve história da mulher no mundo ocidental.** São Paulo: Xama Editora, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Trad. Maria Helena Kuhner. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **O poder simbólico.** São Paulo: Difel, 2005.

BRASIL. Lei nº. 11.340, de 07/08/2006. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 12 de dezembro de 2013.

BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

_____. **Decreto nº. 4.377, de 13 de setembro de 2002.** Promulga a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher de 1979. Disponível em:< www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 de dez. 2013.

_____. **Decreto nº. 1.973, de 1º agosto de 1996.** Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 09 de junho de 1994. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 ago. 1996. Seção 1. p. 14471-14472.

HILLMAN, James. **O mito da análise:** três ensaios de psicologia arquetípica. Trad. Norma Abreu Telles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate:** o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. São Paulo, UNESP, v. 24, n. 1, 2005, p. 78.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.; ALMEIDA, Suely de Souza. **Violência de Gênero:** poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho**. Coleção polêmica. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **Violência doméstica**: questão de polícia e da sociedade. Gênero e Cidadania – PAGU/ Núcleo de Estudos de Gênero – UNICAMP, CAMPINAS, p. 59-69, 2004.

_____. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. PAGU/ Núcleo de Estudos de Gênero. UNICAMP: CAMPINAS, p. 115-136, 2001.

SEGATO, Rita L. **O Édipo brasileiro**: ensaio psicanalítico sobre a feminilidade, criação e maternidade. Florianópolis: Edunisc, 2012.

SILVA, Raquel Marques da. **Evolução histórica das conquistas da mulher na legislação civil e constitucional brasileira**. Publicado no Juris Síntese nº. 25 set/out. 2000.

SISSA, Mary J. P. **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1990.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**: parte geral. v. I. São Paulo: Atlas, 2005.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: O NECESSÁRIO MAPEAMENTO DA REDE DE ENFRENTAMENTO EM SERGIPE

Juliana Vital Rosendo
julianavrosendo@hotmail.com

Grasielle Borges Vieira de Carvalho
Universidade Tiradentes
grasiellevieirac@gmail.com

Resumo: A violência contra a mulher assola a sociedade brasileira, infelizmente, há muito tempo. Nos últimos dez anos, principalmente após a Lei Maria da Penha, o referido problema ganhou mais visibilidade nas esferas públicas e sociais. Um dos grandes desafios enfrentados, é a estruturação da rede de enfrentamento, tendo suas diretrizes expressas no Pacto Nacional pelo enfrentamento à violência, de 2011. Diante disso, é de suma importância sinalizar os principais avanços na implementação e estruturação da rede de proteção no Estado de Sergipe, e pontuar os principais desafios frente ao restante do país. Este trabalho é um recorte de um projeto de pesquisa intitulado “Diagnóstico e Incidência da Violência Doméstica contra Mulheres em Sergipe no período de 2012 e 2013” que objetiva mapear a violência doméstica em Sergipe, a partir da análise dos dados dispostos nas delegacias e varas especializadas de seis municípios sergipanos, nos anos de 2012 e 2013.

Palavras-chave: Violência, Mulher, Rede de enfrentamento.

Introdução:

Apesar dos grandes avanços alcançados no campo da proteção da mulher vítima de violência, muitas demandas ainda precisam ser atendidas. A realidade brasileira encontrada não condiz com os diversos compromissos firmados pelo país, tanto em âmbito nacional quanto internacional.

Signatário de documentos como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, ratificados pelo país em 1984 e 1995 respectivamente. Além de contar com uma legislação específica para tratar de tal temática, a Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, o país ainda apresenta um dos maiores índices de homicídios de mulheres no mundo, 4,8 assassinatos a cada 100 mil mulheres. O estado de Sergipe, por exemplo, ocupa a 20ª colocação dentre os estados brasileiros com os maiores índices de mulheres assassinadas (5,1 homicídios a cada 100 mil mulheres) – conforme dados divulgados pelo Mapa da Violência 2015.

Dessa forma, o artigo em voga objetiva mapear a rede de enfrentamento à violência contra a mulher encontrada no estado de Sergipe. Analisando pontos como organismos de gestão política, conselhos de direitos, núcleos de responsabilização e educação do agressor e a rede de atendimento à mulher em situação de violência. Sinalizando os que já foram implementados no estado e quais as demandas estatais.

Metodologia:

O artigo teve por embasamento a realização de pesquisas documentais e exploratórias, com a posterior análise dos dados obtidos. Tendo como referência informações disponibilizadas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), Mapa da Violência 2015, Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito. Contando ainda com revisão bibliográfica, a partir da leitura das obras de doutrinadores como Alice Bianchini, Valéria Scarance, além de trabalhos publicados acerca do tema.

Resultados:

Neste tópico, faz-se pertinente destacar dados que retratam a realidade sergipana quanto a estruturação da rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Mapeando pontos referentes aos organismos de gestão política,

conselhos de direitos, núcleos de responsabilização e educação do agressor e a rede de atendimento à mulher em situação de violência (centros de referência e apoio à mulher; delegacias, juizados ou varas especializadas; núcleos especializados na defensoria pública; serviços de perícia, de abrigo e de atendimento à saúde das mulheres em situação de violência).

Para tanto, será feito um comparativo entre as informações apresentadas no Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a violência contra a mulher no Brasil (2013) e dados disponibilizados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (2015).

O primeiro ponto de análise diz respeito aos Organismos de gestão política, segundo informações do relatório final, as Coordenadorias dos Direitos das Mulheres estavam presentes em apenas 18 municípios sergipanos, encontrando-se em fase de instalação em mais seis deles. Atualmente o estado conta com 25 Coordenadorias¹, apresentando um aumento de aproximadamente 39%.

A época do relatório, o Conselho Estadual de Direitos das Mulheres ainda não era uma realidade no estado de Sergipe, o qual contava com apenas cinco Conselhos Municipais instalados e dez aguardando instalação. Tivemos um avanço parcial, com a implementação do Conselho Estadual, porém, no que diz respeito aos Conselhos Municipais, a situação não é tão satisfatória, de 2009 (ano do mapeamento) até o presente ano, somente quatro novos Conselhos foram instalados no estado, menos da metade do previsto para finalização.²

Tendo por objetivo a formulação e implementação de políticas públicas, os Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (OPMs), totalizam um quantitativo de 31 em todo o estado³, estando presentes em menos

1 As coordenadorias encontram-se localizadas nos municípios de: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Boquim, Cristinápolis, Estância, Itabaiana, Itabi, Itaporanga D'Ajuda, Japarutuba, Laranjeiras, Maruim, Monte Alegre, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Socorro, Poço Redondo, Poço Verde, Porto da Folha, Riachão do Dantas, Ribeirópolis, Santana do São Francisco, Simão Dias, Siriri, Tobias Barreto e Umbaúba.

2 O estado conta com nove Conselhos Municipais: Aracaju, Canindé do São Francisco, Carmópolis, Itabaiana, Lagarto, Laranjeiras, Nossa Senhora da Glória, Própria e Tobias Barreto.

3 Os organismos estão localizados nos municípios de: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Boquim, Carmópolis, Cristinápolis, Estância, Itabaiana, Itabi, Itaporanga D'Ajuda, Japarutuba, Lagarto, Laranjeiras, Maruim, Monte Alegre, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Socorro, Poço Redondo, Poço Verde, Porto da Folha, Propriá, Riachão do Dantas, Ribeirópolis, Rosário do Catete, Santana do São Francisco, São Cristóvão, Simão Dias, Siriri, Tobias Barreto e Umbaúba.

da metade dos municípios sergipanos (já que o estado possui 75 municípios, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE).

Conforme dados disponibilizados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (2015), Sergipe conta com apenas seis Centros de Referência Especializado de Atendimento à Mulher – CREAM (estando presentes nos municípios de Poço Redondo, Tobias Barreto, Carmópolis, Própria, Itabaiana e na Barra dos Coqueiros), apresentando um avanço significativo quando comparado aos dados presentes no relatório final, no qual constava a existência de apenas um CREAM, que estava localizado em Aracaju. No que diz respeito aos serviços de abrigo, a situação permanece inalterada, com a existência de apenas uma Casa Abrigo (localizada no município de Aracaju - Casa Abrigo Professora Núbia Marques, inaugurada em 2003).

Ainda com relação aos serviços de abrigo, merece destaque a criação da Casa da Mulher Brasileira. No estado de Sergipe, foi assinado na primeira semana de abril do presente ano, o termo de cessão do terreno para a construção, a previsão é de que a obra seja finalizada em um prazo de oito meses. A administração ficará a cargo da Coordenadoria Estadual de Políticas para Mulheres da Secretaria de Estado da Mulher, Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos (CEPM/Seidh).

A Casa da Mulher Brasileira constitui um dos eixos do programa “Mulher,Viver sem Violência”, o qual é coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres. Tendo como objetivo o atendimento humanizado da vítima, representando um espaço que integrará diversos serviços especializados: apoio psicossocial; alojamento de passagem; recepção, acolhimento e triagem; delegacias, juizados, promotoria e defensoria especializados; central de transporte. Encontrando-se em funcionamento apenas em Brasília e Campo Grande, ambas inauguradas em 2015.

As Delegacias Especializadas de atendimento à mulher vítima de violência doméstica, são encontradas em apenas cinco municípios sergipanos, quais sejam: Aracaju, Itabaiana, Lagarto, Estância e Nossa Senhora do Socorro. Em todos eles, encontram-se incorporadas ao Departamento de Grupos Vulneráveis das referidas localidades. Merecem destaque os dados obtidos por meio da pesquisa intitulada “Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Aracaju/SE: Uma Análise Crítica das Medidas Protetivas de Urgência”, a qual teve os anos de 2012 e 2013 como referência, o quantitativo de inquéritos policiais na Delegacia da Mulher em Aracaju foi superior a 2400 IP’s, configurando a delegacia com o maior número de procedimentos instaurados. A

criação de novas Delegacias Especializadas representa um número inexpressivo, quando comparada ao quantitativo que o estado apresentava na época do relatório, totalizou a criação de apenas uma nova delegacia (Nossa Senhora do Socorro). Fato que ignora o papel fundamental representado por ela, a qual consiste no instrumento de ingresso na rede de atendimento, ignorando ainda o aumento cada vez mais expressivo dos casos de violência contra a mulher que são constatados.

Um outro ponto destacado no relatório foi, com relação ao estado de Sergipe representar o único estado brasileiro que não possuía Juizados ou Varas especializadas de violência doméstica e familiar contra a mulher. Situação que foi contornada, e hoje o estado conta com seu primeiro juizado especializado, o Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (11º Vara Criminal). Anteriormente, os julgamentos dos processos referentes a violência doméstica eram direcionados a 4º Vara Criminal. Este representa o único Juizado especializado de todo estado, nos demais municípios a competência cabe as varas comuns. A título de exemplo temos, nos municípios de Nossa Senhora do Socorro e Poço Redondo, municípios que compõem, respectivamente, a Grande Aracaju e o Alto Sertão, a competência é da 1º e 2º Vara Criminal de Nossa Senhora do Socorro e da 2º Vara Criminal e Cível de Poço Redondo. No caso de Monte Alegre, por exemplo, a competência chega a ser da 2º Vara Criminal e Cível de Nossa Senhora da Glória.

O estado conta ainda com um Núcleo Especializado de Promoção e Defesa do Direito da Mulher (NUDEM), da Defensoria Pública, localizado em Aracaju; com serviço de perícia voltado a mulher vítima de violência (especialmente nos casos de violência física e/ou sexual) – Instituto Médico Legal (IML); além de um Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher no estado, que é a Maternidade Nossa Senhora de Lourdes. No que se refere a esses pontos, a situação permaneceu semelhante, não houve nenhum avanço na implementação desses instrumentos em outras localidades no estado.

Outro objeto de análise diz respeito aos núcleos de responsabilização e educação voltados para os autores da violência doméstica, os quais são inexistentes no estado. Problemática detectada pelo Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito em 2013 e que persiste até hoje. Sendo esse um fator que acaba por contribuir na reincidência do autor, já que não há um trabalho voltado a sua recuperação e posterior reinserção social. Conforme Valéria Fernandes (2015, p. 168):

A reeducação do agressor é providência fundamental para a efetividade do processo protetivo, pois seus efeitos transcendem o processo e modificam a vida, o padrão comportamental do agente. O processo surge como instrumento de transformação social.

No Brasil, a realidade que encontramos é a de que os centros de educação e reabilitação do agressor, apesar de estarem previsto na Lei Maria da Penha, ainda são encontrados em pouquíssimas quantidades. Os esforços de criação ou manutenção destes centros sofrem com a resistência de diversas partes, a exemplo da sociedade, das entidades, do Judiciário, bem como de alguns coletivos feministas que não enxergam com olhos complacentes as penas alternativas, em casos de violência doméstica contra a mulher. (BIANCHINI, 2014, p. 68).

Assim, temos que a única preocupação estatal é quanto a punição, deixando de lado a prevenção. Merece destaque dados presentes no Mapa da Violência (2015, p. 51) quanto a reincidência nos crimes de violência doméstica, o Brasil apresenta um elevado percentual, possuindo um quantitativo geral de 49,2%, e quando passamos a analisar de forma específica temos que no caso das mulheres adultas e idosas, esse percentual é respectivamente de 54,1% e 60,4%.

É primordial que ocorra uma substituição da política repressiva do Estado por meios alternativos, que busquem a ressocialização do agente e consequentemente a quebra do ciclo da violência.

Discussão:

A incorporação de convenções legislações, pactos, relacionados a temática da violência contra a mulher, corroborou com o fortalecimento de ações visando a promoção da igualdade de gênero e a defesa dos direitos das mulheres. Com o intuito não só de ampliar as estruturas e serviços especializados no atendimento a mulher vítima de violência, mas principalmente buscar a melhoria na qualidade, bem como a integração e articulação entre os serviços prestados e os instrumentos disponibilizados, fossem eles relativos a saúde, segurança pública, assistência social, etc.

O Estado Brasileiro, ao ratificar documentos internacionais de proteção à mulher, assumiu, no plano internacional, o compromisso de adotar medidas internas para garantir os direitos das mulheres no

âmbito das relações domésticas e familiares. A fim de cumprir com tal obrigação, planos metas e estratégias foram estabelecidos, bem como, e principalmente, foram implementadas ações (BIANCHINI, 2014, p.124).

Merecem destaque dois marcos normativos, um em âmbito internacional e o outro nacional, que trazem em seus textos dispositivos visando a erradicação da violência contra a mulher, e a proteção e garantia dos seus direitos.

No âmbito internacional, podemos citar como exemplo, a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW), o qual data de 1979 e representa o primeiro tratado internacional a discutir de forma ampla sobre os direitos humanos das mulheres. O referido tratado dispõe de duas propostas principais: a primeira delas diz respeito a promoção dos direitos da mulher na busca da igualdade de gênero e a segunda compete a repressão de quaisquer discriminações contra a mulher nos Estados-parte. Em seu artigo 2, elenca alguns compromissos que devem ser respeitados pelos Estados signatários. Segue alguns deles⁴:

[...] consagrar, se ainda não o tiverem feito, em suas constituições nacionais ou em outra legislação apropriada, o princípio da igualdade do homem e da mulher e assegurar por lei outros meios apropriados à realização prática desse princípio; adotar medidas adequadas, legislativas e de outro caráter, com as sanções cabíveis e que proíbam toda discriminação contra a mulher; estabelecer a proteção jurídica dos direitos da mulher numa base de igualdade com os do homem e garantir, por meio dos tribunais nacionais competentes e de outras instituições públicas, a proteção efetiva da mulher contra todo ato de discriminação [...] (CEDAW, 1979).

Já em âmbito nacional, temos como referência, a Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, que constitui um marco na legislação brasileira. A qual ao mesmo tempo que constitui uma legislação protetiva de direitos, é também receptiva de direitos dos agressores. Assim, a sua aplicação se justifica somente em razão de circunstâncias muito específicas que envolvem a violência de

4 Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/11/SPM2006_CEDAW_portugues.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2016.

gênero: brutalidade, institucionalização da violência, frequência, reiteração, permanência, intimidação e elevadíssimos índices (BIANCHINI, 2014, p. 135). A Lei Maria da Penha, cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. A lei possibilita ainda a criação de centros de educação e reabilitação do agressor, bem como a determinação por parte do Magistrado, ao comparecimento obrigatório, dos autores da violência aos referidos centros.

Dessa forma, temos que é indispensável o entendimento de que para que ocorra uma implementação satisfatória da Lei Maria da Penha, necessitamos que haja uma intervenção de forma articulada entre os três poderes - Executivo, Judiciário e Legislativo – em todos os níveis de governo, seja ele o federal, estadual ou municipal. É importante destacar ainda que a Lei Maria da Penha não se restringe ao âmbito penal. Embora estejam previstas atribuições para polícias civis, ministério público, defensorias públicas e tribunais de justiça, e boa parte dessas atribuições também requeiram inovações na forma de tratamento judicial da violência doméstica e familiar, a legislação também amplia a participação de outros setores no atendimento às mulheres, na proteção de direitos e na prevenção da violência. (PASINATO, 2015, p. 534).

É necessário que ocorram investimentos nos mais diversos setores e que sejam oferecidos por parte do Estado serviços de qualidade que proporcionem o acesso à justiça, orientações e informações, o emponderamento, atendimento psicossocial, visando assim romper com o ciclo da violência. Pois, ainda nos deparamos com uma sociedade machista, marcada pelo patriarcalismo, que objetiva puramente a punição sem buscar uma ressocialização. Fatos estes que contribuem para a manutenção da tolerância institucional à violência contra a mulher.

Conclusões:

É inegável os inúmeros avanços ocorridos no Brasil nos últimos anos no que diz respeito a estruturação para o combate da violência contra a mulher. Tivemos a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006); a criação de secretarias nacionais, estaduais e municipais; o estabelecimento do Pacto Nacional pelo enfrentamento à violência contra as mulheres, isto é, diversos

mecanismos foram criados visando a erradicação dessa problemática. Porém, muitos desafios ainda precisam ser superados nesse campo.

O estado de Sergipe, por exemplo, apresenta vários instrumentos de enfrentamento a violência contra a mulher, entretanto não são suficientes quando paramos para analisar a demanda estatal. O estado urge pela criação de novas delegacias e varas especializadas, pois as que existem no estado não são suficientes; criação de núcleos de responsabilização e educação voltados para os autores da violência doméstica (que são inexistentes no estado); implementação da casa da mulher brasileira; capacitação dos agentes que vão lidar diretamente com as vítimas; etc.

Mas é preciso salientar que essa estruturação precisa ser vista como uma política pública contínua. A busca pela erradicação da violência contra a mulher deve ser fortemente institucionalizada na sociedade. Temos que é necessário que ocorram mudanças nos mais diversos campos, seja ele econômico, social, político. Buscando assim, uma integração e soma de forças no fortalecimento dos instrumentos existentes de combate a violência. Deixando de lado questões racistas, sexistas, de forma a buscar um ideal comum, a erradicação da violência contra a mulher.

Referências:

BIANCHINI, Alice. **Lei Maria da Penha**: Lei N. 11.340/2006: Aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BRASIL. Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 23 abr. 2016.

_____. Senado Federal. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher. **Relatório Final**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getpdf.asp?t=130748&tp=1>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

CARVALHO, Grasielle Borges Vieira de. **Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Aracaju**: Uma análise crítica das medidas protetivas de urgência. Relatório final – Projeto de Iniciação Científica. Universidade Tiradentes, Aracaju, 2015.

COMPROMISSO E ATITUDE. **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW)**. 1979. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/11/SPM2006_CEDAW_portugues.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2016.

FERNANDES, Valéria Diez Scarance. **Lei Maria da Penha: o processo penal a caminho da efetividade: abordagem jurídica e multidisciplinar (inclui Lei do Feminicídio)**. São Paulo: Atlas, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=28>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

PASINATO, Wânia. Oito anos de Lei Maria da Penha - Entre avanços, obstáculos e desafios. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 533-545, maio-ago. 2015.

PORTAL BRASIL. **Casa da Mulher Brasileira amplia proteção a vítimas de violência**. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/06/casa-da-mulher-brasileira-amplia-protexao-a-vitimas-de-violencia>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Conselhos Estaduais e Municipais das Mulheres**. 2015. Disponível: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/conselhos-estaduais-e-municipais-das-mulheres-1/estados/sergipe>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

_____. **Organismos de Políticas para as Mulheres – Sergipe**. 2015. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/organismos-governamentais-df-estados-e-municipios/dados/estados/sergipe>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

_____. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/pacto-nacional>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

_____. **Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher**. Disponível em: <https://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mulher.php?uf=T>. Acesso em: 21 abr. 2016.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Programa Mulher, Viver sem Violência – Diretrizes gerais e protocolos de atendimento.** 2015.

Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/diretrizes-gerais-e-protocolo-de-atendimento-cmb.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

SERGIPE. **Sergipe terá Casa da Mulher Brasileira.** 2016. Disponível em: <<http://agencia.se.gov.br/noticias/inclusao-social/sergipe-tera-casa-da-mulher-brasileira>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2015 – Homicídios de Mulheres no Brasil.** 1. ed.

Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2016.

PROGRAMAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO CONTEXTO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ/AL

Kellyane Pereira Santos

Telma Low Silva Junqueira

Larissa Ariane Lima do Nascimento

Hansmile Douglas Silva Santos

Rafael Lima Fernandes;
Universidade Federal de Alagoas
kellyane.santos@ip.ufal.br

Resumo

O presente trabalho se situa no Ano I de uma pesquisa de iniciação científica intitulada “Gênero e violência contra as mulheres no contexto da atenção básica em saúde de Maceió/AL”. Nele serão discutidos os resultados parciais do eixo “Programas de prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres no contexto da atenção básica em saúde no município de Maceió/AL”, que objetiva identificar, produzir estratégias de visibilização e analisar os programas, projetos e ações de prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres na Atenção Básica em Saúde, em Maceió. Para isso, foram levantados, virtualmente, dois documentos de domínio público que falam do contexto de Maceió frente à violência contra as mulheres e um Plano municipal de enfrentamento à violência contra as mulheres, levantado através de longo percurso pela rede de serviços voltados para a prevenção e enfrentamento da violência. A análise se pauta nas práticas discursivas e produções de sentidos, na interface com a perspectiva feminista de gênero, assim, estão sendo produzidos mapas dialógicos que permitem visualizar os sentidos

produzidos, através de repertórios linguísticos, para a saúde. Bem como os lugares nos quais ela é convocada a estar no que diz respeito à questão da violência contra as mulheres em Maceió. Embora a saúde seja compreendida, pelos documentos levantados e setores visitados, enquanto essencial no processo de prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres, a rede em Maceió ainda é insuficiente e precária. Isto acentua o quadro alarmante do município, no tocante a saúde das mulheres e suas famílias.

Palavras-chave: Gênero, violência contra as mulheres, Atenção básica, Maceió.

Introdução

A desigualdade entre homens e mulheres não é natural, mas construída pela sociedade, ou seja, pelas forças sociais que a compõe: sua natureza, seus interesses, sua ideologia, as personalidades que articularam suas aspirações. (MOVIMENTO DE MULHERES DE ALAGOAS, 2012). Apesar dos avanços, inclusive normativos, a violência contra as mulheres (VCM) continua sendo considerada uma questão complexa, ampla e ainda invisibilizada. É resultante de uma estrutura social patriarcal e heteronormativa, que tende a naturalizá-la como “própria” das relações afetivo-sexuais, especialmente, domésticas e familiares. Quando ocorre no espaço público, tende a ser justificada pela roupa e comportamento da mulher. De modo que historicamente as mulheres vêm sendo culpabilizadas pelos abusos e violências sofridas. A VCM pode também ser tipificada como doméstica, psicológica, física, moral, matrimonial, sexual, tráfico de mulheres etc., afeta mulheres de diferentes classes sociais, origens, idades, regiões, raças/etnias, estados civis, escolaridades e orientações sexuais (BRASIL, 2011).

O contexto de Alagoas e de Maceió, no que se refere à VCM, vem sendo apontado pelos últimos Mapas da Violência (WAISELISZ, 2012, 2015) como um dos lugares mais perigosos para as mulheres viverem no Brasil. Pois, de acordo com os documentos, Alagoas permanece entre os estados que mais mata mulheres no país - no Mapa de 2012 o estado ocupava o 2º lugar e no de 2015, o 4º. Já Maceió, no ranking das capitais que mais cometem feminicídio, ocupava o 3º lugar no Mapa de 2012 e o 2º no de 2015, que traz dados relacionados ao ano de 2013.

De acordo com teóricas feministas, o conceito de gênero pode ser entendido como uma categoria histórica que remete à construção social das funções

e características atribuídas ao feminino e masculino (SAFFIOTI, 2003/2015). De modo que também foi entendido, ao longo da história, como sinônimo de mulher. Porém, Scott (1990), vem pensar e pautar gênero como uma categoria útil de análise por ser

[...] um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. (p.21)

Nesse sentido, a teórica nos convida a problematizar as relações de poder construídas nas relações entre os sexos, mulheres e homens, mas também nas relações entre mulheres e mulheres e entre homens e homens.

Diante disto, faz-se necessário pensar a problemática da violência a partir de diversas perspectivas, de modo que pesquisadoras/es brasileiras/os da área da saúde têm chamado a atenção para a relevância dos serviços de saúde se qualificarem a fim de oferecerem uma assistência e acolhimento mais específico, humanizado e integrado às mulheres em situação de violência. Schreiber (2001) discute o que podem fazer os serviços de saúde no Brasil com relação à VCM e argumenta que esta é uma questão também de saúde pública, que já possui espaço de discussão a nível internacional.

No Brasil, após os anos 70, inicia-se o processo de efetivação de serviços no combate à VCM. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PNAISM – Brasil (2004), por exemplo, se constrói como uma estratégia para legitimar a importância das discussões nos serviços de saúde, corresponsabilizando sujeitos para atuarem na questão da VMC, que deve ser entendida como problema em sua estrutura e não só em seus efeitos (SCHRAIBER, 2001).

A atenção básica em saúde (AB) vem se construindo, assim, como um dos níveis de atenção em saúde fundamentais para pensarmos a questão da prevenção, enfrentamento e combate à VCM. Isso porque, conforme destaca Oliveira et. al. (2012), a AB está próxima da vida cotidiana das pessoas usuárias, desenvolvendo programas/projetos/ações/serviços que visam garantir estratégias de promoção à saúde e prevenção de doenças. Possibilitando, portanto, a desconstrução de uma concepção de saúde reducionista, individualizante e voltada, essencialmente, para a dimensão biológica/organicista. Nesse sentido, pode-se considerar que a AB tem uma função relevante em pautar a questão da VCM, visto que esta influencia diretamente no processo saúde-doença, principalmente, das mulheres, bem como daquelas pessoas mais significativas e próximas a elas, como filhas e filhos, por exemplo.

Estas discussões estão sendo pensadas em um projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) em andamento no Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas. Intitulada “Gênero e violência contra as mulheres no contexto da atenção básica em saúde no município de Maceió”, a pesquisa, em seu primeiro ano de realização, tem como objetivo analisar programas, projetos e ações desenvolvidas no contexto da Atenção Básica em Saúde, do município de Maceió/AL que promovem a prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres. O objetivo deste artigo é apresentar os resultados parciais de um dos planos de trabalho da pesquisa, que objetiva identificar, produzir estratégias de visibilização e analisar os programas, projetos e ações de prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres no contexto da Atenção Básica em Saúde, no município de Maceió/AL.

Tendo em vista o atual cenário do município de Maceió e a necessidade de se promover espaços de discussão sobre a violência contra as mulheres, este estudo se caracteriza como forma de problematizar os sentidos produzidos para gênero e violência contra as mulheres na interface com a saúde. Além de ampliar a discussão desta temática a nível local.

Metodologia

Para o levantamento de informações procuramos documentos de domínio público disponíveis na internet. Entretanto, apenas dois que dizem respeito ao município de Maceió, mas que não são totalmente vinculados à saúde, foram identificados: o Relatório do movimento de mulheres sobre a violência contra as mulheres em Alagoas (2012) e o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI – Brasil (2013).

Por isto, procuramos a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) para dialogar acerca da pesquisa. A partir daí, visitamos vários setores, conhecemos gestoras, dialogamos sobre o projeto, mas não conseguimos levantar documentos voltados para o tema da VCM simplesmente porque, segundo as gestoras que contatamos, eles inexistem. Vale ressaltar, que nesse processo fomos tecendo uma rede na qual um setor nos falava de outro e indicava pessoas responsáveis para procurarmos. Ao final, temos uma rede de setores da SMS, que trabalham na atenção básica, mas que não desenvolvem projetos/programas/ações voltadas para a questão da VCM no contexto da saúde. Todavia, fomos sendo informadas sobre como nosso problema de pesquisa vem sendo pautado no

município. Nesse percurso, o setor de Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANT) foi levantado como fundamental, embora ao contarmos o mesmo, identificamos que sua atuação tem sido focada na notificação compulsória, que envolve não somente a VCM, mas também a violência auto-dirigida e aquelas exercidas contra outros segmentos. Chegamos, por fim, ao Centro de Referência Dra. Teresinha Ramires, especializado em atendimento às mulheres vítimas de violência, onde tivemos acesso ao Plano municipal de enfrentamento à violência contra a mulher.

Tal plano foi construído, em 2011, através da articulação de diversos serviços: Secretaria Municipal de Direitos Humanos Cidadania, Segurança Comunitária e Cidadania (SEMDISC), Centro de Referência Dra. Teresinha Ramires, SMS, Conselho Municipal da Condição Feminina e Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). Buscaremos, portanto, situar e analisar nesse Plano como a saúde é convocada a atuar na questão da VCM.

O referencial teórico metodológico que norteia a análise, juntamente com a perspectiva feminista de gênero, se pauta na perspectiva das práticas discursivas e produções de sentidos. Spink (2013) define práticas discursivas como

[...] linguagem em ação, ou seja, as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas. (p. 26)

Estes sentidos se constroem coletivamente a partir das relações cotidianas – historicamente datadas e contextualizadas culturalmente – à medida que os sujeitos nomeiam as situações e fenômenos que os cercam.

Para a análise dos documentos a primeira etapa se referiu à leitura e organização dos mesmos e à criação de um mapa que sistematizava os principais elementos contidos neles de acordo com categorias definidas entre os/as participantes da pesquisa e que permitiam visualizá-los de maneira mais fluida e dinâmica. Com isso partimos para a construção de mapas dialógicos de cada documento, que se apresentam como

[...] instrumentos de visualização do processo de interanimação que possibilitam, entre outras coisas, mostrar o que acontece quando perguntamos certas coisas ou fazemos certos comentários. Possibilitam, sobretudo, nos sensibilizar para a experiência de múltiplas modalidades de diálogos. (SPINK, 2010, p. 38)

Na construção do primeiro mapa dialógico de cada documento, localizamos em quais momentos do texto a saúde e a SMS eram citadas e identificamos em cada um desses recortes textuais as temáticas apresentadas. Com isto foram identificadas as categorias existentes no documento que, em um segundo mapa dialógico, nos permitirão visualizar quais repertórios linguísticos são utilizados para se falar sobre saúde e sobre a SMS do município de Maceió.

Os repertórios linguísticos são todos os termos, palavras, figuras de linguagem e descrições que são utilizados nas construções discursivas, em determinado tempo e local. Ao analisarmos os repertórios linguísticos utilizados no cotidiano para se falar sobre as coisas temos uma dimensão de como são construídas e quais os sentidos evocados através dessa construção (SPINK, 2013). Dessa forma, na pesquisa aqui apresentada, utilizamos documentos de domínio público como meio de identificação dos repertórios linguísticos utilizados para se falar sobre saúde nos programas/projetos/ações do município de Maceió.

Resultados e discussões

A partir das discussões de Batista, Bernardes e Menegon (2014), e adotando uma perspectiva construcionista na compreensão da produção de saberes, destacamos a importância das conversas cotidianas para a construção das discussões deste plano. Ressaltamos a relevância dos encontros e trocas de informações com os setores, por meio de profissionais e gestores/as através dos quais a pesquisa dos documentos, que embasam nosso trabalho, foi sendo redimensionada. Permitindo-nos ir além do previsto inicialmente, visto que todo o percurso realizado nos trouxe conhecimentos e reflexões a respeito da situação do município frente à VCM.

Muitas questões podem ser levantadas acerca da ausência de programas/projetos/ações de domínio público em fase de elaboração e/ou execução. No que diz respeito à atenção básica em saúde, identificamos que o município não desenvolve programas/projetos/ações por parte da Secretaria Municipal de Saúde para enfrentamento e/ou prevenção da VCM. Percebemos quão distante ainda é a interface entre violência e saúde no município. Isto se reforça na medida em que a existência de um Plano municipal de enfrentamento à violência contra as mulheres, pelo que identificamos, não é de fácil acesso e não circula entre os serviços que ele mesmo se propõe a articular. Isto é, parece não ter se construído enquanto um documento de domínio público, acessível a

todas as pessoas. Frente a isto, somos convidadas a pensar sobre como a violência contra as mulheres vem sendo pautada, pensada, prevenida e enfrentada no contexto local, especialmente quando os dados apresentados pelos mapas da violência dos últimos anos são tão alarmantes.

Tais questionamentos e inquietações acompanharão o procedimento de análise dos três documentos, em especial do Plano municipal de enfrentamento à violência contra a mulher. Este tem como objetivo reduzir os índices de violência contra as mulheres no município de Maceió, estruturando ações a partir dos eixos: prevenção à violência contra as mulheres, assistência às mulheres em situação de violência e combate às diversas expressões de violência, explicitando estratégias de ações que envolvem diversos atores sociais, distribuídos entre os três eixos apresentados. O documento tem por princípios a igualdade, a equidade, a laicidade, a justiça social, a transparência, a participação e o controle social.

Na análise dos repertórios linguísticos identificados para se falar de saúde e da SMS, estaremos atentas aos lugares nos quais os serviços de saúde são colocados ao longo das ações propostas e de que forma a saúde é convocada a ser protagonista na prevenção, combate e enfrentamento da VCM. Bem como em que lugar ela é colocada quando se fala em “quem” realizará determinadas atividades.

Neste percurso temos como apoio os posicionamentos de Spink *et al* (2014) quanto à relação entre conversas e documentos:

O diálogo produzido entre os documentos e as conversas possibilitou compreender a complexidade de um fenômeno interconectando personalidades e socialidades que não poderiam estar juntas numa mesa de negociação. (p. 224)

Neste sentido, procedemos a análise dos outros dois documentos referentes ao município de Maceió: o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Brasil (2013) e o Relatório do movimento de mulheres sobre a violência contra as mulheres em Alagoas (2012). O primeiro tem a finalidade de investigar a situação da violência contra as mulheres no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência. Já o relatório do movimento de mulheres surgiu a partir da ida da CPMI ao município de Maceió e é o produto das discussões realizadas pelo movimento ao longo dos últimos anos.

No Plano municipal de enfrentamento à violência contra as mulheres, a saúde é reconhecida enquanto um direito atingido diretamente pelo fenômeno da VCM. No âmbito das ações de assistência, por exemplo, salienta-se a necessidade de criação e implementação de serviços especializados, entre eles de saúde, visando atendimento humanizado e qualificado às mulheres em situação de violência. No que diz respeito às ações de cada eixo, a SMS está presente sempre em articulação com outras secretarias, principalmente a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), a Secretaria de Assistência Social (SEMAS) e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Segurança Comunitária e Cidadania (SEMDISC). Isto reforça a proposta do plano de promover ações visando a inter-setorialidade, construindo, assim, uma rede de serviços para a VCM.

A SMS é convocada para ações que pautam a promoção da educação e autonomia sócio-econômica das mulheres, capacitação para as/os profissionais dos serviços, pesquisas, divulgações de informações sobre a Lei Maria da Penha e os direitos humanos das mulheres, trabalhar a notificação dos casos de violência, entre outras. Esta última, que toca a notificação, foi a única ação reconhecida em andamento no município, todavia ainda em processo de capacitação dos/as profissionais para uso da ficha notificatória.

O relatório da CPMI, elaborado poucos anos depois do Plano municipal de enfrentamento à violência contra as mulheres, sinaliza que não existem serviços de saúde especializados voltados à VCM e enfatiza a necessidade de ampliação deles para mulheres em situação de violência em hospitais. No ato da CPMI a superintendência de promoção dos direitos e políticas para as mulheres, reconheceu, segundo o documento, a

pouca articulação entre os postos de saúde e hospitais com as delegacias, para a realização de denúncias e demais procedimentos legais para a penalização do agressor (BRASIL, 2013, p. 167).

Por isso, percebemos a saúde sendo colocada em questão a todo momento pela CPMI, visto ser essencial no processo de prevenção, enfrentamento e combate da VCM.

Conclusão

Tendo em vista que este artigo apresenta resultados parciais deste recorte do projeto de iniciação científica, as discussões aqui retratadas ainda estão em processo de análise. Enfatizamos, assim, a necessidade de refletir sobre os

sentidos produzidos através dos repertórios linguísticos que investigaremos nos documentos. Todavia, até o momento, percebemos a distância existente entre as propostas contempladas no Plano municipal de enfrentamento à violência contra as mulheres, bem como as problemáticas apontadas pela CPMI, em 2013, com o atual cenário do município de Maceió, que, por sua vez, nos foi apresentado em nosso percurso de trabalho no levantamento dos documentos. A implantação e efetivação das ações não se encontram sequer em fase de planejamento por parte dos órgãos responsáveis. Embora a saúde seja compreendida, pelos documentos levantados e setores visitados, enquanto atora essencial no processo de prevenção e enfrentamento da VCM, a rede ainda é insuficiente e precária. Isto acentua o quadro já alarmante do município, no tocante a saúde das mulheres e suas famílias.

Referências

BATISTA, N. C. S.; BERNARDES, J. S.; MENEGON, V. M. Conversas no cotidiano: um dedo de prosa na pesquisa. In: SPINK, M.J. (Org.). *A Produção de Informação na Pesquisa Social: Compartilhando Ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p 97-122.

BRASIL. Senado Federal. *Comissão parlamentar mista de inquérito*. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getpdf.asp?t=130748&tp=1>> Acesso em 01 set. 2015.

BRASIL. Secretaria de política para as mulheres. *Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres*. Brasília, 2011.

MACEIÓ. Prefeitura Municipal de Maceió; Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Segurança Comunitária e Cidadania. *Plano Municipal de Enfrentamento à Violência contra a mulher*. Maceió, 2011.

MOVIMENTO DE MULHERES DE ALAGOAS. *Relatório do movimento de mulheres sobre a violência contra as mulheres em Alagoas*. Maceió, 2012. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20127.pdf>> Acesso em 01 set. 2015.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2003/2015.

SCHRAIBER, L. Violência contra as mulheres e políticas de saúde no Brasil: o que podem fazer os serviços de saúde? *Revista USP*. São Paulo, n. 51, p. 104- 113, set./ nov. 2001.

SPINK, M. J. *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielo-books/w9q43/pdf/spink-9788579820465.pdf>> Acesso em 03 abr. 2016.

SPINK, M. J. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013, p. 22-41. Disponível em: <http://www.bvce.org/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SPINK_Praticas_discursivas_e_producao_FINAL_CAPA_NOVAc.pdf> Acesso em 03 abr. 2016.

SPINK, P. *et al.* Documentos de domínio público e a produção de informações. In: SPINK, M. J. (Org.). *A Produção de Informação na Pesquisa Social: Compartilhando Ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p 207-228. Disponível em: < <http://www.bvce.org/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=262>> Acesso em 03 abr. 2016.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília-DF, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf> Acesso em 26 fev. 2016.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2012 Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília-DF 2012. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf> Acesso em 26 fev. 2016.

ESTUPRO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: A REALIDADE VELADA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Keth Raianny Braz Prestes¹
kethbraz_@hotmail.com

Resumo

A violência sexual contra a mulher foi reconhecida pela Organização Mundial de Saúde OMS como uma questão de saúde pública por atingir integralmente a saúde da vítima. O texto que segue trata sobre a violência sexual sofrida pelo gênero feminino no interior das instituições de ensino superior e as implicações do ocultamento na sociedade. O objetivo proposto foi de analisar o estupro nas universidades brasileiras e as consequências do velamento na sociedade. Trata-se de um estudo qualitativo de natureza exploratória, através do método de pesquisa literária, realizado em fontes de dados eletrônicos (scielo, planalto, Google), revistas, livros e acervo da biblioteca local. Foram encontrados 20 artigos, 02 livros, 03 revistas, que abordaram esta temática como eixo principal (mulher, universidade, violência sexual e estupro), tanto em língua portuguesa como em língua espanhola. Destes foram utilizados 11 nacionais. Após a seleção do material procedeu-se uma leitura sistemática e posteriormente um fichamento. Verificou-se a invisibilidade e escassez de produção acadêmica referente às denúncias das mulheres sobre a violência sexual, tanto aquela cometida no âmbito público (estupro por desconhecido) como privado (violência sexual conjugal/ marital). É relevante observar que não existem estatísticas sobre agressões sexuais em universidades brasileiras, pois tais casos muitas vezes não são registrados, no entanto os casos se repetem por todo o país. Trata-se de uma violência velada que precisa ser combatida, há um machismo estrutural na sociedade brasileira que impede tratar essa violação de direito como uma questão de política pública e política universitária.

Palavras-chave: Mulher, universidade, violência sexual, estupro.

1 Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário do Norte- UNINORTE. Pós Graduada em Políticas Públicas de Enfrentamento a Violência Intrafamiliar pela Faculdade Salesiana Dom Bosco.

Introdução

A violência é um fenômeno tão antigo como a história da humanidade, afeta ambos os gêneros e não possui distinção de nível social, religioso, econômico ou cultural. No entanto de acordo com a história a violência contra mulher tem sido cometida por homens, em decorrência da concepção equivocada da superioridade do gênero masculino em detrimento do feminino. A violência sexual é uma das manifestações mais graves e representa 4,86% das denúncias no Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180. A Organização Mundial de Saúde OMS desde ano de 1993 e a Organização Pan Americana OPAS reconhecem a violência sexual contra a mulher como uma questão de saúde pública por ocasionar danos à saúde física, reprodutiva e emocional.

O presente artigo intitulado Estupro nas universidades brasileiras: a realidade velada de mulheres vítimas de violência sexual tem por objetivo analisar o estupro nas universidades brasileiras e as consequências do velamento na sociedade. Trata-se de um estudo qualitativo de natureza exploratória, através do método de pesquisa literária. Justifica-se para subsidiar o conhecimento científico já existente sobre o crime de estupro nas instituições de nível superior seu ocultamento na sociedade. Logo a relevância deste artigo pauta-se em um tripé: científico, acadêmico e social, onde trará contribuições no sentido de analisar os problemas propostos e ampliar as formulações teóricas a esse respeito.

Durante a pesquisa bibliográfica abrangerei os autores e obras principais que contribuiram com o tema: MINAYO, M. C. de S. e SOUZA, E. R. de. Violência e Saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, IV (3): 513-531 nov. 1997 – fev. 1998; PEIXOTO, Aimê Fonseca; Nobre, Barbara Paula Resende. A responsabilização da mulher vítima de estupro. Revista Transgressões Ciências Criminais em Debate, [S. l.], v. 3, n. 1, p 13, maio./2015; contendo outros autores que foram tão importantes quanto.

Serão abordadas no artigo as seguintes categorias: Violência contra a mulher: fenômeno sócio-histórico; Violência sexual contra mulher: Crime contra a dignidade e a liberdade sexual e O velamento do estupro nas universidades brasileiras e suas implicações.

Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo de natureza exploratória, através do método de pesquisa literária, realizado em fontes de dados eletrônicos (scielo,

planalto, Google), revistas, livros e acervo da biblioteca local. Foram utilizados como descritores de estudo: crime de estupro, universidade e a violência sexual contra mulher. Foram encontrados 20 artigos, 02 livros, 03 revistas, que abordaram esta temática como eixo principal (crime de estupro, universidade e a violência sexual contra mulher.), tanto em língua portuguesa como em língua espanhola. Destes foram utilizados 11 nacionais. Após a seleção do material procedeu-se uma leitura sistemática e posteriormente um fichamento.

Resultados e Discussão

Violência contra a mulher: fenômeno sócio-histórico

A violência faz parte da história da humanidade desde os princípios da civilização alcançando a todos de forma indiscriminada, sem distinção de gênero, idade, classe social ou etnia. Considerada fenômeno social polissêmico e complexo, sua presença está registrada em vários documentos da antiguidade e é lembrada inclusive em narrativas bíblicas.

De acordo Minayo e Sousa (1998) a violência incide em ações de pessoas, grupos, classes, nações que provocam a morte de outros seres humanos ou que atingem sua integridade física, moral, mental ou espiritual, consiste na negação dos principais valores, considerados universais: *a liberdade, igualdade e a vida.*

A violência é um fenômeno tão antigo como a história da humanidade, afeta ambos os gêneros. Entretanto de acordo com a história a longa trajetória da violência contra as mulheres tem sido cometida por homens, em decorrência da concepção equivocada da superioridade do sexo masculino em detrimento do feminino.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), um dos mais expressivos documentos internacionais existentes no Brasil que trata a problemática da violência contra a mulher, determina esse fenômeno social como:

(...) qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado. Artigo 2º Entender-se-á que violência contra a mulher inclui violência física, sexual e psicológica: a. que tenha ocorrido dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que

compreende, entre outros, estupro, violação, maus-tratos e abuso sexual; b. que tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar, e c. que seja perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARAPREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, 1994).

A quantidade de relatos de violência recebida pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 é assustador, entre janeiro a outubro de 2015 foram 40,33% denúncias superior aos registrados no mesmo período em 2014 (44.957). Dentre os relatos, 49,82% corresponderam a de violência física; 30,40% de violência psicológica; 7,33% de violência moral; 2,19% de violência patrimonial; 4,86% de violência sexual; 4,87% de cárcere privado; e 0,53% de tráfico de pessoas (o que significa dizer que são 332 mulheres nesta situação de violência nos primeiros dez meses de 2015).

A violência sexual contra a mulher é uma das manifestações mais graves. Está ligada a aspectos culturais, como as relações desiguais entre homens e mulheres, adultos e crianças, brancos e negros, ricos e pobres. Praticada contra a dignidade e liberdade sexual da vítima, infelizmente ocorre mais do que imaginamos e deixa marcas eternas e profundas, sendo muitas das vezes camuflada e silenciada.

Violência sexual contra mulher: Crime contra a dignidade e a liberdade sexual

OMS desde ano de 1993 e a OPAS reconhecem a violência sexual contra a mulher como uma questão de saúde pública por ocasionar danos à saúde física, reprodutiva e emocional. Compreender este fenômeno sócio-histórico como questão de saúde pública, possibilita captar as múltiplas dimensões que assume e reconhecer seus aspectos: sociais, epidemiológicos, psicológicos e jurídicos. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006) define a violência sexual contra mulher no cap. III, art. 7º:

(...) qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

A violência sexual contra a mulher ocorre tanto em ambientes públicos quanto privados. Os agressores variam de maridos, namorados, “companheiros”, “amigos” á estranhos desconhecidos, sendo que cônjuge tem mais chances de se aproximar da vítima para abusar dela, pela à convivência dentro da mesma casa. Por ser um ato sexual não consentido a violência sexual pode ocorrer com ou sem penetração genital e anal pelo o agressor.

O estupro é uma das mais perversas formas da violência sexual. De acordo com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA (2014) 88,5% das vitimas de estupro são mulheres, uma violência direcionada na maioria das vezes ao gênero feminino que reflete uma sociedade enraizada na estrutura patriarcal de objetivação desvalorizadora do corpo da mulher.

Dados do 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2015), 47.646 estupro foram registrados no país em 2014, que significa que a cada hora cinco mulheres são estupradas no país, a redução é de 6,7% em relação a 2013, no entanto o crime de estupro é crime que apresenta maior subnotificação tanto os cometidos no âmbito público (estupro por desconhecido) como privado (violência sexual conjugal/ marital) o que dificulta afirma que há uma redução do fenômeno do Brasil.

Até 2009 o estupro ainda era tipificado como um crime de ação privada contra os costumes o que constituiria na agressão à sociedade através do corpo feminino. É como se o homem (pai, marido ou irmão) fosse atingido em sua integridade moral pela violência sexual sofrida pela mulher. Não se tinha preocupação com a vítima, mas com a honra do sexo masculino. A partir da sanção da Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, o estupro passou a ser um crime contra a dignidade e liberdade sexual.

De acordo com Lei nº 12.015 estupro é constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. O legislador reconheceu explicitamente

a dignidade e a liberdade sexual como um bem jurídico resguardado, em que toda pessoa humana, independente do seu sexo, tem o direito de exigir respeito em relação à sua vida sexual, como também tem a obrigação de respeitar as opções sexuais de outras pessoas.

É notável que o próprio direito penal evoluiu quanto à sua temática, passando o estupro de um crime contra os costumes a um crime contra a dignidade e liberdade sexual, esvaziando uma convenção social imposta de tutelar o costume para ter como seu bem jurídico tutelado a liberdade sexual. (PEIXOTO & NOBRE, 2015, p.05).

O estupro não é uma conduta reprovável apenas na esfera moral, mas também na liberdade da pessoa de escolher o momento, o parceiro ou parceira, o lugar e a forma como ela quer se envolver sexualmente.

Quando o estupro é notificado e o agressor punido, a vítima tem mais chance de retomar a vida e superar o trauma. No entanto segundo dados do 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2015) apenas 35% dos crimes sexuais notificados. Por medo da culpabilização e represália a vítima não denuncia seu agressor, e quando denuncia é comum ela ouvir de policias e da própria família que estava embriagada, usava roupas curtas e apertadas, que andava sozinha à noite ou não deixou claro que não desejavam o ato sexual. A pesquisa do IPEA (2014) revela após correção dos dados, que 26% dos entrevistados acreditam que uma mulher usando roupa que mostre o corpo merece ser atacada. A mulher, deste modo, sente medo e vergonha de denunciar, gerando assim, o velamento do estupro na sociedade.

O velamento do estupro nas universidades brasileiras e suas implicações

As mulheres já são maioria nas universidades brasileiras. De acordo com Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP (2015) a quantidade total de ingressos em cursos de graduação para o ano de 2013 foi de 2.742.950, sendo que na categoria privada, 57,2% são do gênero feminino e 42,8% do gênero masculino, na categoria pública são 51,4% feminino e 48,6% masculino. Entretanto o ambiente universitário que deveria ser apenas de interação e educação, também é espaço de medo para as mulheres. As notícias de violência contra o gênero feminino dentro das IES têm se

multiplicado, não existem estatísticas sobre o tema, porém os casos se refletem em agressões cometidas pelos próprios estudantes e por pessoas de fora da instituição, que adentram por falta de segurança.

Os famosos trotes universitários considerados como uma espécie de “ritual de passagem” do calouro da vida estudantil para a universidade, são usados como oportunidades para agressores atacarem as vítimas. Segundo Costa et al (2012, p. 02,03) “(...) o trote gera conflitos éticos pelo potencial constrangimento que poderá causar aos sujeitos envolvidos, principalmente naqueles em situação de vulnerabilidade, na relação interpessoal acadêmica”. Na maior parte das vezes os trotes são repletos de ato de zombaria, humilhação e até assassinatos.

Recentemente uma audiência da Assembleia Legislativa de São Paulo atraiu a atenção de todo o país. Duas estudantes afirmaram terem sido estupradas em festas organizadas por veteranos de medicina da tradicional universidade paulista. Em decorrência destas denúncias, foi aberto um inquérito pelo Ministério Público Estadual para investigar casos de violência sexual e agressão às mulheres na Faculdade de Medicina da USP. A violência sofrida pelas mulheres reflete a cultura machista e patriarcal que as universidades estão enraizadas, derruba o mito que a violência contra a mulher ocorre apenas nas periferias, feita por pessoas mais pobres com menor nível de escolaridade.

A Pesquisa Avon/Data Popular sobre violência contra mulher no ambiente Universitário entrevistou no ano de 2015, 1.823 universitários de todo o país de cursos de graduação e pós-graduação, 60% mulheres e 40% homens. De acordo com a pesquisa 42% das mulheres já sentiram medo de sofrer violência no ambiente universitário, 36% já deixaram de fazer alguma atividade na universidade por medo de sofrer violência, 10% relatam espontaneamente ter sofrido violência de um homem na universidade ou em festas acadêmicas, todavia quando são instigadas com uma lista de violências elas reconhecem que foram submetidas a muitas delas e o número sobe para 67%. A violência contra a mulher ultrapassa os muros das universidades o lócus do conhecimento científico.

Estudantes do gênero masculino ainda não consideram muitas das violências sofridas pelas acadêmicas. Algumas das violências são ainda vistas como consequências do comportamento da mulher (“bebeu então merece ser estuprada) ou brincadeiras sem finalidade de ofender ou intimidar (obrigam a beijar veteranos contra a vontade). 27% dos homens estudantes não consideram violência abusar da garota se ela estiver alcoolizada, 35% não consideram violência coagir uma mulher a participar de atividades degradantes como desfiles

e leilões, 31% não consideram violência repassar fotos ou vídeos das colegas sem autorização delas.

O fenômeno da violência contra as mulheres (...) normalmente está relacionado a algumas características: é visto como aceitável (dentro de alguns limites); é naturalizado como algo pertencente à sociedade e inerente às relações entre homens e mulheres; o agressor tem sua responsabilidade atenuada, seja porque não estava no exercício pleno da consciência, ou porque é muito pressionado socialmente, ou porque não consegue controlar seus instintos; e a mulher é vista como responsável pela violência, porque provocou o homem (...) porque de alguma forma não se comportou de maneira devida (SISTEMA DE INDICADORES DE PERCEPÇÃO SOCIAL (SIPS). TOLERÂNCIA SOCIAL À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, 2014, p.19).

O fenômeno da violência contra a mulher ainda é naturalizado, sendo a vítima considerada como provocadora e culpada pela própria violência sofrida. O agressor segue no imaginário da sociedade como o ser que não consegue controlar seus impulsos. Quando sofre violência sexual a própria mulher é responsável, seja por usar roupas provocantes, maquiagem exagerada, por consumirem bebidas alcoólicas ou mesmo por não se comportar “adequadamente” – o que geralmente quer dizer “como uma respeitável mulher, mãe, ou moça de família”. A questão do direito das mulheres sobre seus próprios corpos ainda permanece um desafio a ser alcançado.

O crime do estupro está banalizado a tal ponto em que os agressores se acham no direito de estuprar uma mulher por ela está alcoolizada. Conforme a Pesquisa Avon/Data Popular sobre violência contra mulher no ambiente Universitário (2015) 28% das mulheres sofreram violência sexual, 11% sofreram tentativa de abuso sobre efeitos de álcool, 14% entre mulheres e homens conhecem casos de mulheres estupradas, 46% entre mulheres e homens conhecem casos, 13% dos homens cometeram violência sexual no ambiente universitário.

O estupro não ocorre só em ruas, avenida ou becos isolados, mas também dentro das instituições de ensino superior, nos banheiros, estacionamentos e dormitórios estudantis.

Só nos últimos anos que as denúncias chegaram às redes sociais, na mídia no conhecimento público. Casos foram relatados por acadêmicas do Acre, Bahia,

Espírito Santo, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo.

As vítimas contaram como os estupradores usaram as justificativas dos trotes universitários, bebidas alcoólicas, coerção e até as roupas que elas usavam para praticarem os crimes. Anterior a essas denúncias os estupros foram praticados dentro das instituições por muitos anos, as mulheres foram silenciadas por vergonha, medo e até por intimidação, levando ao velamento das violências sexuais nas IES públicas e privadas.

Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) uma turma de universitários foi flagrada tendo uma atitude machista ao naturalizar o estupro e ao não abordá-lo como crime. Em um bar na região Centro-Sul de Belo Horizonte o grupo cantava *“não é estupro, é sexo surpresa”*, dentre outras frases sexistas. Atitude misógina vindo de acadêmicos de uma instituição federal surpreende, sendo a universidade um espaço de diversidade e conhecimento científico. Existem ainda relatos das acadêmicas sobre ranking sexual, em que seus nomes são colocados em listas machistas, *lebobfóbicas* e racistas.

O crime de estupro é o crime que apresenta maior subnotificação. As implicações do velamento vão desde isolamento da vítima à convivência com agressor na mesma instituição. A universidade não possui um espaço de acolhimento, os funcionários não são capacitados para lidar com a temática de gênero, e a mulher tem de suportar não apenas o trauma do ato, mas a perseguição de estudantes e docentes, dela e dos agressores, por denunciar, pois não existem testemunhas no momento do crime para prestar depoimento ao seu favor, logo sua voz é questionada e até abafada.

Conclusões

Só recentemente os casos de estupros sofridos pelas acadêmicas no ambiente universitário chegaram às redes sociais, na mídia no conhecimento público. As denúncias foram feitas por estudantes do Acre, Bahia, Espírito Santo, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo. Não existem estatísticas sobre agressões sexuais em instituições brasileiras, pois muitas vezes os casos não são registrados, no entanto se repetem por todo o país. As denúncias mostraram ainda a omissão das faculdades em coibir as violências sexuais durante os trotes e festas universitárias.

O estupro por ser um crime que apresenta maior subnotificação e que não existem testemunhas no momento do ato para prestar depoimento, a oitiva da

vitima é questionada e até silenciada. Por medo da culpabilização e represália a mulher vitimada não denuncia seu agressor, e quando denuncia é corriqueiro ela ouvir de policias, dos professores, colegas e da própria família que estava embriagada, usava roupas curtas e apertadas, que andava sozinha à noite ou não deixou claro que não desejava o ato sexual. A mulher é forçada conviver com agressor na mesma instituição até no final do curso. Denuncia é tão desgastante que não é que a vítima não queira denunciar, mas ela acabou de viver um trauma e tudo o que quer é se livrar daquilo e não reviver a cada segundo.

Combater a misoginia com atitudes diárias sejam durante as aulas, em festas ou em espaços de lazer, é o caminho correto para que as mulheres não se sintam ameaçadas dentro das instituições de ensino superior. No entanto a universidade é afetada pela carência dessas discussões desde o ensino básico, quando os educandos chegam à graduação, geralmente é a primeira vez se envolvem em discussões de gênero, muitos chegam com ideias machistas/misóginas enraizadas desde infância. A instituição familiar também tem a responsabilidade, mas a escola é um espaço essencial para a transformação e para o questionamento. Além disso, a universidade pode de maneira autônoma, organizar grupos de discussão e incluir isso em seu currículo interno, criar políticas universitárias efetivas.

Trata-se de uma violência velada que precisa ser combatida, há um machismo estrutural na sociedade brasileira que impede tratar essa violação de direito como uma questão de política pública e política universitária. Como a jornalista Nana Queiroz costuma dizer “a gente deve parar de educar as mulheres para não serem estupradas e educar os homens para não estuprarem”.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **LEI MARIA DA PENHA**, Leia nº 11.340 de 7 de Agosto de 2006. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm Acesso: dia 25 de janeiro de 2015.

BRASIL. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009.- Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm Acesso: 31 de janeiro de 2016.

BRASIL. Censo da educação superior 2013: resumo técnico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015. Disponível: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/resumos-tecnicos> Acesso: dia 11 de fevereiro de 2016.

BRASIL. **9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015** Disponível: www.forum-seguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica Acesso: dia 26 de janeiro de 2015.

CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – “CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ”, 1994. Disponível em: [HTTP://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/belem.htm](http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/belem.htm). Acesso: 11 de janeiro de 2016.

COSTA, Simone de Melo et al. Trote universitário: diversão ou constrangimento entre acadêmicos da saúde?, 2012.02,03p. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/bioet/v21n2/a19v21n2.pdf>. Acesso: 11 de fevereiro de 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar)**. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wpcontent/uploads/2014/03/IPEA_estupronobrasil_dadosdasaude_marco2014.pdf>. Acesso em: 25/01/2016.

IPEA. Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS). Tolerância social à violência contra as mulheres, 04 de abril de 2014.19p. Disponível: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_antigo.pdf Acesso: 02 de fevereiro de 2016.

MINAYO, M. C. de S. e SOUZA, E. R. de. **Violência e Saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, IV (3): 513-531 nov. 1997 – fev. 1998.

PEIXOTO, Aimê Fonseca; Nobre, Barbara Paula Resende. A responsabilização da mulher vítima de estupro. **Revista Transgressões Ciências Criminais em Debate**, [S. l.], v. 3, n. 1, p 13, maio./2015. Disponível: [file:///C:/Users/catherine/Downloads/7203-18460-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/catherine/Downloads/7203-18460-1-PB%20(1).pdf) Acesso em: 02 de fevereiro de 2016.

Pesquisa Avon/Data Popular violência contra mulher no ambiente Universitário, 2015. Disponível: http://ced.ufsc.br/files/2015/12/Pesquisa-Instituto-Avon_.pdf Acesso: 09 de fevereiro de 2016.

POLÍTICA PÚBLICA PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E PERFIL DE USUÁRIAS DE UMA CASA ABRIGO EM MACAPÁ

Laércio Gomes Rodrigues
Universidade Federal de Pernambuco
laerodrigues1@hotmail.com

Djane Cristina Ribeiro de Araújo
Secretaria de Estado da Inclusão e Mobilização Social
djanecris@yahoo.com.br

Luiz Otávio de Andrade Machado
Universidade Federal de Pernambuco
loamachado@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo é resultado de uma pesquisa empírica e bibliográfica ocorrida no 1º Semestre de 2016, na cidade de Macapá-AP. O trabalho buscou compreender o surgimento e a consolidação de uma política pública específica direcionada à mulher em situação de violência doméstica e familiar – as casas abrigos. Analisa-se, particularmente, a Casa Abrigo Fátima Diniz (CAFD), inaugurada em 2001. A CAFD está vinculada à gestão da Assistência Social do Governo do Estado do Amapá (GEA). Foram levantados dados sociodemográficos das mulheres atendidas entre os anos de 2001 a 2015. Quanto à metodologia, a pesquisa é de natureza quantitativa e documental. Optou-se pelo uso do método histórico e estatístico. Os dados primários foram coletados nos arquivos da CAFD: prontuários, registros técnicos e fichas cadastrais foram consultados. Quanto aos resultados, verificou-se que, no Brasil, o serviço de abrigamento à mulher em situação de violência, é fruto de reivindicações por parte dos movimentos sociais como feministas e outros segmentos que militaram durante as décadas de 1960-70. A primeira Casa Abrigo, gerida pelo poder público, apareceu na década de 1980. Após isso, elas se espalharam por todo o território nacional, consolidando-se como

política pública. No que se refere à CAFD, ela abrigou 213 mulheres. Foi possível identificar, entre outros, o tempo de permanência, escolaridade, faixa etária, origem e os tipos de violência sofridos que a levaram a acionar a Rede de Atendimento à Mulher.

Palavras-chave: Casa Abrigo, perfil de usuárias, política pública.

Abstract: This article and the result of empirical research and Bibliographical occurred in the 1st half of 2016 in Macapa-AP City. The work sought to understand the emergence and consolidation of a Specific Public Policy directs to women in domestic violence situation and family - like houses shelters. Analyzes, particularly the Shelter Fatima Diniz (CAFD), opened in 2001. CAFD IS linked to the management of social Government of the State of Amapá Assistance (GEA). Were Raised sociodemographic data Women met between the years 2001 a 2015. As for methodology, the research and quantitative and documentary nature. We chose On the Use of Historical and Statistical Method. Primary data collected Were In Archives CAFD: records, Cadastral Records and Technical Records Were consulted. As for the results, it was found that in Brazil, the shelter service A Women in Violent Situation, and fruit CLAIMS FOR part of Social Movements As feminists and Other Segments que militated During such Decades of 1960-1970. The First House Shelter, managed by the Government, appeared in 1980. Decade After THAT, THEY have spread throughout the national territory, Consolidating As public policy. No REFERE What if the CAFD, It housed 213 women. identify was possible, between other, the pace of Permanence, education, Age, Origin and Kinds of Violence suffered That led to trigger the Network of Assistance to Women.

Keywords: Shelter, profile users, public policy.

1 Introdução

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa empírica realizada no âmbito profissional que objetivava traçar o perfil sociodemográfico das usuárias da Casa Abrigo Fátima Diniz (CAFD), atendidas durante os anos de 2001 a 2015. O levantamento dos dados primários ocorreu durante o primeiro semestre de 2016. A compilação dos dados permitiu aferir interpretações, as quais compartilhamos neste artigo. Sabemos que interpretar a realidade social a partir de dados quantitativos nos impõe limites e assumimos o risco de estarmos equivocados na interpretação, ainda assim o material apresentado mostra-se como importante fonte de investigação. Num segundo momento, fizemos uma pesquisa bibliográfica de caráter histórica para compreendermos melhor o surgimento e consolidação das Casas Abrigos no Brasil e no Amapá. Para uma melhor leitura, os resultados dessas investigações foram postas inversamente, como veremos.

2 Políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica: conquistas e ampliação dos direitos humanos de mulheres no Brasil.

A vida societária perpassa, entre outros, pelo cumprimento dos ordenamentos jurídicos dos Estados-nação. Estes são responsáveis por resguardar o pacto de civilidade. Tal estado de coisas somente é possível pelo nexos entre a paz e os direitos humanos. De acordo com Lafer (2004, 8), *“é promovendo e garantindo os direitos humanos – o direito à vida; os direitos as liberdades fundamentais; os direitos sociais que asseguram a sobrevivência – que se enfrentam as tensões que levam à guerra e ao terrorismo”*.

No pensamento de Bobbio (2004), há um nexos entre direitos humanos e a convivência coletiva. Os direitos do homem encontram-se na base das constituições democráticas, portanto o grande desafio não está na fundamentação legal, mas em sua tutela, ou seja, na efetividade dos direitos.

A era dos direitos tem início com a Declaração dos Direitos Humanos, de 1948. No que concerne aos direitos de mulheres de não sofrer violência, a sociedade civil, através de movimentos sociais, num longo tempo e em vários lugares, se mobilizou e se mobilizam no sentido de exigir proteção por parte dos Estados-nação.

Importa citar dois marcos históricos internacionais que possuem o propósito de inibir a violência contra as mulheres: 1) a Convenção sobre a Eliminação

de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, das Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em 1979 e assinada pelo Brasil em 1984; 2) a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará, em 1994, pactuada pelos Estados partes da Assembleia Geral das Organizações dos Estados Americanos (OEA) e ratificado pelo Brasil em 1995. Tais instrumentos são importantes para elaboração dos instrumentos jurídicos, além de direcionar as políticas públicas.

No Brasil, o principal instrumento jurídico de garantia de direitos relacionada à violência doméstica¹ é a Lei nº 11.340, também conhecida como Lei Maria da Penha. Esta é resultado de esforços individuais e coletivos de enfrentamento à violência doméstica e familiar que, aliás, disparavam as taxas de homicídios de mulheres em todo o país (BRASIL, 2006).

A Lei Maria da Penha possibilitou a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres, abrangendo as esferas civil e criminal; lançou uma série de medidas protetivas de urgência para mulheres em situação de violência doméstica; endossou as ações de delegacias especializadas no atendimento à mulher, Defensorias públicas e Ministérios Públicos, além das redes de serviços direcionadas à mulher em situação de violência doméstica (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES).

Verifica-se que o Estado brasileiro é pressionado por duas forças interna/externa que se coadunam: a) as reivindicações de movimentos sociais, como os movimentos feministas, pressionam o Estado a ampliar os direitos humanos dentro do território nacional; e b) no campo internacional, os estados democráticos, como o Brasil, estabelecem pactos com vistas a alargar o campo dos direitos humanos cujos efeitos pretendem ser universais, ou seja, os mesmos em toda a parte.

É num contexto de tutela dos direitos humanos a nível nacional que se inserem as Casas Abrigos. Elas se configuram como instrumento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulher (PNEVCM), esta constituída em 2005. Esta Política foi conduzida pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, ligada à Presidência da República e expressam as deliberações da I

1 Para fins deste trabalho, entende-se violência doméstica e familiar, toda e qualquer ação ou omissão que toma como base o gênero, que motive morte, ferimento, sofrimento de natureza física, sexual ou psicológico, e, danos moral ou patrimonial, conforme define a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006).

Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada na capital federal, em julho de 2004 (AMORIM & BARROS, 2014).

De acordo com Amorim e Barros (2014), a implementação de políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher, organizada nacionalmente, marca uma ruptura com o antigo modo de encarar a violação dos direitos femininos, até então tratado como tabu e relegado ao âmbito da vida privada. Os abrigos protetivos existentes ficavam a cargo do poder público local. Sua abertura, continuidade e fechamento dependiam dos interesses políticos dos governos locais, fato que fragilizava a oferta de serviço².

As Casas Abrigos são respostas do Estado ante a violação dos direitos das mulheres que sofrem violência doméstica. Configuram-se, portanto, como políticas públicas. Por políticas públicas entendem-se os

mecanismos por meio dos quais acontece o relacionamento entre o Estado e a sociedade, visando a busca de solução dos problemas relativos ao desenvolvimento social, político, econômico, cultural e ambiental, por meio de programas e projetos que são aplicados pelas instituições que participam, inclusive, de suas elaborações (AMORAS E RODRIGUES, 2015, p. 98).

De acordo com Amoras e Rodrigues (2015), os programas concernentes a uma política pública específica constituem um rol de ações que são desencadeadas a partir da constatação de problemas que precisam ser sanados ou pelo governo, ou pela sociedade civil, ou pela articulação de ambos. É nesse momento que se iniciam as discussões com vista a solucionar as questões. Em seguida, elabora-se um programa para intervir na realidade observada. Este compreende uma série de projetos que, após sua implementação, devem passar por cíclicas avaliações para averiguar seus resultados. O poder público manterá dotação orçamentária para o projeto se manter. Do contrário, poderá finalizá-lo.

2 De acordo com Blay (2003), no Brasil durante as décadas de 1960 e 1970, movimentos sociais e políticos, como feministas provenientes da classe média, mulheres que militavam contra o regime militar e a categoria de intelectuais uniram-se a mulheres sindicalistas e trabalhadoras. A junção desse movimento feminista atraiu diversos grupos que passaram a atuar a favor dos direitos feministas, pela anistia e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Não tardou a se constituir entidades com propósitos de abrigar mulheres em situação de violência. Já Brasil (2011), informa que a primeira casa abrigo no Brasil foi implantada na cidade de São Paulo em 1986.

A finalização ou continuação dos programas e projetos de uma política pública depende de fatores políticos, econômicos e sociais. Assim, não é possível assegurar “*um direcionamento a estas decisões, prevalecendo à conjuntura política e estrutural do momento*” (AMORAS & RODRIGUES, 2015, p. 98). Apesar disso, é possível afirmar que as políticas públicas exitosas tendem a ser mais duradouras.

A efetivação das políticas públicas e suas ações devem perpassar pela noção de cidadania. Esta tem como um dos princípios a participação. Nesta perspectiva Tenório e Rozemberg (1997) defendem que a participação individual em ações coletivas possibilita o alargamento do campo da cidadania, pois os indivíduos tendem a exercer seus direitos.

Para Amoras e Rodrigues (2015), no que se refere ao enfoque das políticas públicas, a participação popular ocorre no momento em que os participantes podem colaborar com as atividades desenvolvidas pelo Estado. Algumas vezes essa contribuição das pessoas ocorre conscientemente, o que legitima os atos propostos; outras vezes, a participação é manipulada, servem somente para aumentar a quantidade de integrantes dos grupos.

É desejável e exequível que as ações das políticas públicas específicas voltadas para proteção de direitos de mulheres sejam concebidas e gestadas com a participação de seu público específico, pois a participação popular qualifica as ações, revertendo-se em alargamento da cidadania e da democracia.

Entre as ações protetivas utilizadas pelo Estado que visam salvaguardar a mulher que sofre violência, tem-se o abrigo, este é de caráter temporário. As Casas Abrigos devem oferecer segurança, proteção e atendimento integral a mulheres em situação de violência doméstica. É um serviço de caráter sigiloso que visa contribuir para a superação da transgressão que lhe fora cometida.

Como já mencionado, as casas abrigos, existentes em todo o Brasil, foram incorporadas pela PNEVCM em 2003. Desde então, as instituições passaram a seguir diretrizes com abrangência em todo o território nacional, fato que contribui para a padronização dos serviços. Ainda na perspectiva de consolidação e reconhecimento do trabalho desenvolvido nessas instituições, o serviço foi inserido na Tipificação de Serviços Socioassistenciais³, passando a compor os Serviços de Proteção de Alta Complexidade, com a seguinte nomenclatura – Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência (BRASIL, 2009).

3 No Brasil, todas as instituições públicas e privadas que atuam no campo da assistência social devem organizar e desenvolver suas atividades com base na Tipificação de Serviços Socioassistenciais. Esta congrega orientações e informações sobre os serviços de maneira a explicitar as principais funções e os seus respectivos usuários.

As casas abrigos pulverizaram-se por todo o território nacional. A primeira casa surge em São Paulo (1986) e em 2011 somavam 72 instituições. Uma característica dessas casas abrigos é sua incorporação à área da Assistência Social (BRASIL, 2011). A seguir, faremos uma breve descrição de uma Casa Abrigo na cidade de Macapá, cujo serviço é executado diretamente pelo GEA.

3 CAFD: serviço de proteção à mulher em situação de violência no Amapá.

Como visto anteriormente, os serviços de proteção à mulher em situação de violência consolidou-se no ano de 2003, ano que a PNEVCM passa a padronizar as ações em todo o território nacional. Antes disso, os governos estaduais e municipais já possuíam casas abrigos com vistas a proteger a mulher em situação de violência. O Amapá, por exemplo, contava com a CAFD, em funcionamento desde 2001.

O nome da Casa Abrigo é uma homenagem póstuma à amapaense Fátima Diniz, assassinada pelo seu companheiro. Fátima era filha de um casal de empresários de classe média, ela se destacava pela beleza e simpatia. Em 1982, concorreu e venceu o concurso de beleza feminina e se tornou *Miss Amapá*. Naquele mesmo ano ela conheceu o empresário que se tornaria o seu companheiro, pai de seu filho e que também, infelizmente, lhe mataria em 1985 (CAVALCATE, 2015).

A morte da bela Fátima Diniz causou um grande impacto na então pacata cidade de Macapá. O crime repercutiu na imprensa local e também nacional, pois o casal era bastante conhecido. Ele era um empresário bem-sucedido e ela portava o título de *Miss Amapá*. Constata-se que o nome da instituição é expressão do tipo de violência que se pretende fazer frente – a violência doméstica a mulher.

A CAFD foi inaugurada em março de 2001, tem como base jurídica a Lei Estadual nº 0224 – referente ao Programa Estadual de Albergues para Mulheres Vítima de Violência. A instituição é administrada pelo GEA, através da Secretaria de Estado da Inclusão e Mobilização Social (SIMS). Esta é responsável por coordenar, planejar e gerir a política de assistência social no Estado do Amapá (AMAPÁ, 1995).

A CAFD funciona em um imóvel residencial cedido, não possui placa de identificação, pois se trata de um serviço de caráter sigiloso. Quanto às repartições, possui uma sala de estar, uma sala administrativa (utilizada tanto pela coordenação quanto pelos técnicos), um único dormitório com capacidade para atender

até quatro mulheres, uma cozinha, quatro banheiros, uma lavanderia, uma área externa e guarita. Todas as dependências não contam com acessibilidade.

A Casa Abrigo possui uma coordenação; uma equipe técnica – formada por uma assistente social, duas pedagogas e duas psicólogas; uma equipe de apoio operacional – com um agente administrativo, três educadoras sociais, uma cozinheira, uma auxiliar de conservação e limpeza e uma segurança. Quando há mulheres acolhidas, a Polícia Militar também disponibiliza de policiais femininas para colaborar na segurança da CAFD.

Vale ressaltar que a CAFD é a única que oferta esse tipo de serviço e recebe a demanda proveniente de todos os municípios amapaenses, além de acolher mulheres de outros estados e até mesmo de outros países, mas que no momento da violência estavam domiciliadas no Amapá.

Os serviços ofertados na CAFD pretendem garantir proteção à vida, potencializar novos projetos na vida das mulheres, reforçar o entendimento da violência de gênero. Direcionam as mulheres acolhidas à inserção em programas de transferência de renda, encaminhamento e acompanhamento aos serviços de saúde da mulher e a saúde de seus filhos, emissão de documentação civil, dentre outros. É um serviço essencial que contribui para resguardar a vida de muitas mulheres e potencializar sua autonomia quanto ser humano. A seguir, veremos o perfil socioeconômico das mulheres acolhidas na CAFD.

4 Perfil sociodemográfico de mulheres abrigadas na CAFD: 2001 a 2015.

Neste item iremos debruçar no perfil sociodemográfico de mulheres acolhidas na CAFD durante os anos de 2001 a 2015, mesmo período de funcionamento da Unidade de Acolhimento, totalizando 213 mulheres⁴. Mas antes, falaremos brevemente dos procedimentos metodológicos.

4.1 Metodologia de coleta de dados

Neste trabalho utilizou-se o método estatístico, pois este possibilita descrever quantitativamente a sociedade, o qual a entende como um todo organizado (PRODANOV & FREITAS, 2013). Conforme recorda Gil (2008), o método

4 Veremos que crianças, filhos das mulheres abrigadas, contabilizaram 371, ultrapassando o quantitativo de mulheres atendidas.

estatístico tem como fundamento a teoria estatística da probabilidade, e se configura como uma ferramenta importante para auxiliar as pesquisas no campo das ciências sociais. Entretanto, ressalta-se que as leituras feitas a partir desse método não podem ser encaradas como verdades absolutas, antes são probabilidades de se encontrar a verdade.

O levantamento dos dados que visam à caracterização do perfil socio-demográfico da mulher em situação de violência doméstica atendida na CAFD, compreendem os anos de 2001 a 2015. A pesquisa foi feita nos arquivos documentais, com a anuência da coordenação da CAFD. Foram examinados os prontuários, registros técnicos, fichas cadastrais (preenchidas na ocasião que as mulheres eram abrigadas). A coleta dos dados primários ocorreu no primeiro semestre de 2016.

Verificou-se que, no recorte temporal, foram atendidas 213 mulheres, resultando num total de 213 prontuários analisados. Foi elaborada uma planilha de dados para quantificar as informações coletadas.

4.2 Dados socioedemográficos

a) *Instituições que demandaram o serviço de proteção*: As instituições que demandaram o serviço de proteção à mulher em situação de violência são as mesmas que pertencem à Rede de Atendimento a Mulher⁵, seguem os dados:

Tabela 01 – Instituições demandantes (%)

Promotoria de Justiça	0,4
Vara da Infância e Juventude	1,4
Juizado Especial	6,0
Delegacia de Polícia do Interior (Polícia Civil)	0,4
Delegacia Espec. de Repressão ao Crime Contra a Criança e Adolescente (Polícia Civil)	0,4
Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher de Santana (Polícia Civil)	9,0
Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher de Macapá (Polícia Civil)	79,0
Centro de Referência de Atendimento à Mulher (Macapá e Oiapoque)	0,8
SIMS	1,8
Centro de Atendimento à Mulher e a Família	0,4
Abriço ABC Paulista	0,4
Total	100

Fonte: Arquivos da CAFD (2001-2015).

5 A rede de enfrentamento a violência contra as mulheres está prevista na PNEVCM, e reúne instituições públicas e privadas que se unificam para se contraporem efetivamente a cultura de violência contra a mulher (BRASIL, 2011).

A principal instituição a demandar proteção específica à mulher são as Delegacias da Polícia Civil, perfazendo 88,8%. Isso se explica em parte porque essas instituições atuam na ponta, ou seja, diante de violação de direitos, elas são as primeiras a serem acionadas. Observa-se uma demanda atípica de adolescentes, estas encaminhadas da Vara da Infância e Juventude – a demanda conflita com o regulamento da Casa Abrigo, inclusive descrita na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, que direciona o serviço à mulher com idade igual ou superior a 18 anos. É interessante observar que a flexibilidade e o bom senso, como nesse caso, foram importantes para garantir o direito de proteção.

b) Tempo de permanência: A Tipificação dos Serviços Socioassistenciais define esse tipo de serviço como temporário, com duração máxima de três meses. Vejamos a realidade da CAFD:

Tabela 02 – Período de abrigamento (%)

Menos de 01 mês	63,8
01 mês	10,8
02 meses	8,0
03 meses	1,4
04 meses	0,9
05 meses	1,4
06 meses	1,0
Sem informação	12,7
Total	100

Fonte: Arquivos da CAFD (2001-2015).

Nota-se que a Casa Abrigo apresenta alguns casos que ultrapassam o limite estipulado pela padronização do serviço, representando 3,3% do total das abrigadas. Como a CAFD existe anterior a Tipificação, é possível supor que esse quantitativo foi atendido antes de 2009, quando não havia uma padronização do serviço. Outro dado que chama atenção é em relação às mulheres que passaram pela instituição e saíram antes de completar um mês. Este quantitativo pode ser explicado por vários motivos, dentre eles estão: 1º) algumas mulheres, ao receber o serviço de proteção, não se ajustam as regras que existem na Casa Abrigo e preferem interromper o atendimento, saindo antes do tempo previsto; 2º) outras, nos primeiros dias de abrigamento, sentem que o seu direito à liberdade está sendo violado – argumentam que quem deveria estar com o direito

cerceado seria o agressor, e não a mulher em situação de violência e interrompem o serviço; e, 3º) é possível que tanto a Rede de Proteção à Mulher quanto a própria CAFD que a compõe confunda a oferta de dois serviços que se assemelham em alguns aspectos, mas são diferentes. Vejamos: *Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência (finalidade da instituição)* – encontra-se tipificado como serviço socioassistencial; é de curta duração (três meses); é, em geral, de natureza sigilosa; seu público-alvo são mulheres em situação de violência doméstica e familiar sob risco de morte. Já o *Serviço de Acolhimento Provisório (não é a finalidade do abrigo)* – não está na Tipificação de Serviços Socioassistenciais, não é, portanto, um serviço socioassistencial (mas é um serviço público); é de breve ou curtíssima duração (até 15 dias); não é sigiloso; o público-alvo são mulheres em situação de violência de gênero, sem risco de morte. Para confirmar essas hipóteses⁶ ou descobrir as razões do alto quantitativo de mulheres que deixam o abrigo antes de completar um mês, seria necessária uma pesquisa específica.

c) *Escolaridade das mulheres abrigadas*: Quanto ao grau de instrução das usuárias, está assim composta:

Tabela 03 – Escolaridade das abrigadas

Ens. Fundamental	52,0
Ens. Médio	34,0
Ens. Superior	3,0
Sem escolarização	3,0
Sem informação	8,0
Total	100

Fonte: Arquivos da CAFD (2001-2015).

Sabe-se que a educação formal é essencial para o desenvolvimento da nação, assim como também para o desenvolvimento individual e coletivo. O estudo é um fator de extrema importância para mudanças estruturais. Verifica-se que o analfabetismo ainda faz parte da realidade brasileira e sua interface coaduna com outros aspectos de fragilidades sociais e individuais, nota-se que esse aspecto é realidade de 3% das usuárias. Por outro lado, é perceptível que mais

6 Outra hipótese que justificaria a rotatividade centrada no período inferior a 01 mês, seria a não existência de uma instituição que ofereça o Serviço de Acolhimento Provisório, na cidade de Macapá.

da metade dessa população teve acesso à educação, mesmo que elas tenham interrompido ao longo da vida.

d) *Quantitativo de filhos abrigados*: verificamos que boa parte das mulheres abrigadas possuíam crianças pequenas, os filhos pequenos também são abrigados, vejamos:

Tabela 04 – Quantitativo de filhos abrigados junto com as mães

Anos	
2001 a 2005	135
2006 a 2010	130
2011 a 2015	106
Total	371

Fonte: Arquivos da CAFD (2001-2015).

Constata-se que, em média, a CAFD acolheu 24 crianças por ano. O número de crianças ultrapassa a quantidade de mulheres abrigadas, o que revela que boa parte das mulheres em situação de violência possuem filhos. Vale observar que essas crianças receberam atendimento e atenção pela equipe técnica da casa. A elas são direcionados serviços psicossociais e pedagógicos, além de lazer.

e) *Faixa etária das mulheres acolhidas*: quanto à idade das usuárias, elas foram assim agrupadas:

Tabela 05 – Faixa etária (%)

Idade	
16 a 21	18,0
22 a 27	29,0
28 a 33	30,0
34 a 39	9,0
40 a 45	8,0
46 a 51	2,0
Sem informação	4,0
Total	100

Fonte: Arquivos da CAFD (2001-2015).

Nota-se que as mulheres entre 22 e 33 anos são as que mais sofrem violência, perfazendo quase 60% do total das violentadas. Constata-se a existência de duas variáveis inversamente proporcionais: quanto mais idade a mulher possui,

menor são os registro de casos de violência que chegam na CAFD (chega-se ao registro zero a partir de 52 anos de idade). Caberia investigar se mulheres mais velhas não sofrem violência, ou então, se a violência continua persistente, mas que, por diversas razões, elas deixam de acionar instituições de proteção.

f) *Local de origem das mulheres abrigadas:* como mencionado anteriormente, todas as mulheres que passaram pelo abrigo, independente da origem, seu último endereço de residência era o Amapá. Os dados estão assim distribuídos:

Tabela 06 – Origem das mulheres abrigadas.

Amapá	41,3
Amazonas	0,5
Pará	41,3
Roraima	1,4
Rondônia	0,5
Bahia	0,9
Ceará	0,9
Maranhão	4,7
Piauí	0,5
Rio Grande do Norte	0,5
São Paulo	0,5
Paraná	0,9
Rio Grande do Sul	0,9
Bolívia	0,5
Colômbia	0,5
Sem informação	4,2
Total	100

Fonte: Arquivos da CAFD (2001-2015).

Como era de se esperar, 85% das usuárias nasceram no Norte do Brasil, mas é interessante evidenciar que a percentagem de paraense e amapaense é a mesma (41,3%), a presença maciça de mulheres oriundas do estado do Pará se explica pela proximidade geográfica, o que justifica o fluxo de pessoas entre ambos os estados.

g) *Tipos de violência sofrida pela mulher*: as mulheres abrigadas na CAFD, em situação de violência doméstica e familiar, relatam as seguintes agressões:

Tabela 08 – Tipo de violência sofrida (%)

<i>Um tipo registrado</i>	
Psicológica	21,0
Física	8,0
Sexual	2,0
Patrimonial	1,0
<i>Dois tipos registrados</i>	
Psicológica e física	33,0
Psicológica e sexual	2,0
Psicológica e moral	4,0
Física e moral	1,0
<i>Três tipos registrados</i>	
Psicológica, física e sexual	7,0
Psicológica, física e patrimonial	1,0
Psicológica, física e moral	8,0
<i>Quatro tipos registrados</i>	
Psicológica, física, patrimonial e moral	1,0
Psicológica, física, sexual e moral	3,0
<i>Cinco tipos registrados</i>	
Psicológica, física, sexual, patrimonial e moral	1,0
<i>Outros casos</i>	3,0
<i>Sem Informação</i>	4,0
Total	100

Fonte: Arquivos da CAFD (2001-2015).

Notadamente, a violência psicológica ocupa a centralidade dos registros. Este tipo de agressão quase sempre vem acompanhada de outros tipos – se agruparmos todos os registros de violência psicológica, acompanhadas ou não de outros tipos de violências, perceberemos que 81% das mulheres que passaram pelo abrigo, foram atingidas por esse tipo de violência. A violência psicológica deixam feridas na *psique* da vítima por muito tempo. É imprescindível a oferta contínua de serviços de caráter psicossociais, tendo em vista a superação dos traumas sofridos e o retorno à vida ordinária.

Considerações finais

Verificou-se que as políticas públicas, como as Casas Abrigos que atendem mulheres vítimas de violência, expressam o relacionamento entre a sociedade e o Estado. E mais, esse tipo de instituição aparece como uma demanda por proteção e defesa de direitos de mulheres. Incorporada à PNEVCM, as casas abrigos se consolidaram definitivamente em 2003. No caso específico do Estado do Amapá, a CAFD traz em seu nome o tipo de violência que pretende erradicar. Inaugurada em 2001, a instituição atendeu 213 mulheres. Constatou-se que a principal instituição a demandar proteção são as Delegacias da Polícia Civil; as mulheres tendem a deixar o abrigo antes de completar um mês; as mulheres possuem baixa escolarização, a maioria cursou somente o ensino fundamental; os filhos abrigados que acompanham suas mães são em maior número que as próprias mulheres que demandam o serviço; mais da metade das abrigadas estavam na faixa etária de 22 a 33 anos; quanto à origem, mais de 80% são do Amapá e do Pará; e, a principal violência sofrida é a psicológica que vem acompanhada dos demais tipos de violência.

Referências

AMAPA. **Lei estadual nº 0224, de 28 de agosto de 1995**. Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Albergues para mulher vítima de violência e dá outras providências.

AMORAS, Fernando Castro; RODRIGUES, Laércio Gomes. A constituição dos programas de políticas públicas no Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**. Maringá n. 173. p. 97-106, out. 2015.

AMORIM, E. R. Alves; BARROS, A. M. A casa abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica e os direitos humanos. In: **VIII Encontro da ANDHEP – Políticas públicas para a segurança pública e direitos humanos**. GT12: Políticas públicas e direitos humanos. Faculdade de Direito, USP, São Paulo, 2014.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 17, n. 49, p. 87-98. Dez. 2003.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Ed., Elsevier, 2004.

BRASIL. **Conselho Nacional de Assistência Social**. Resolução nº 109. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF, 11 nov. 2009.

_____. **Diretrizes Nacionais para o abrigo de mulheres em situação de risco e violência**. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. Brasília, 2011

_____. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e dá outras providências.

CAVALCANTE, ALCILENE. 30 anos sem Fátima Diniz. **Blog Alcilene Cavalcante Estratégia e Comunicação Digital**. 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Ed. Atlas, São Paulo, 2008.

LAFER, Celso. Apresentação. In: BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Ed., Elsevier, 2004. 13ª reimpressão.

PRODANOV, Cleber Cristino; FREIRAS, Emani César de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas do trabalho acadêmico**. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Violência contra a mulher**. Lei Maria da Penha – breve histórico. 2016.

TENÓRIO, F. G; ROZEMBERG, J. E. Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. São Paulo, v. 07, p. 02-35, jun. de 1997.

TOLERÂNCIA À SUBMISSÃO SOCIAL FEMININA COMO ÓBICE À EFETIVA APLICAÇÃO DA LEI 11.340/2006

Lânia Mirelle Santos Barboza
laniabarboza@gmail.com

Fernanda Lacerda Chagas Britto
flacerda.britto@gmail.com

Juliana Vital Rosendo

julianavrosendo@hotmail.com

Grasielle Borges Vieira de Carvalho
Universidade Tiradentes
grasiellevieirac@gmail.com

Resumo: A violência de gênero, em especial, contra as mulheres é problema grave e constante em nossa sociedade construída sobre bases patriarcais. Diariamente, novas lutas são travadas e medidas são criadas na tentativa de coibir tal prática, sendo a Lei 11.340/06 uma das maiores. Entretanto, apesar de todos os esforços, essa violência ainda persiste, pois há ainda uma tolerância acerca do papel de submissão socialmente imposto à mulher, o que impede a aplicação efetiva da Lei Maria da Penha. Sendo assim, considerando os valores patriarcais e machistas ensinados durante todos os estágios da vida social, é difícil perceber a reprodução frequente dessas posturas e como eles influenciam, de modo negativo, a violência contra mulheres, pois tais pensamentos são tão enraizados que transmitem-se despercebidos, velados pelo manto da normalidade. Reduzir a violência contra as mulheres, dessa forma, não depende unicamente de mudanças legislativas e sim, em verdade, clama por mudanças nas estruturas sociais.

Palavras- chave: Lei Maria da Penha, Machismo, Sociedade Patriarcal.

Introdução:

A Constituição Federal de 1988 explicita a igualdade de todos, independentemente de sexo, cor, raça, religião, dentre outros. Apesar de tal previsão, a igualdade aí contida é meramente formal, pois materialmente falando, é possível identificar diferenças no tratamento dos indivíduos em relação ao seu gênero, raça, crença. No que tange aos homens e mulheres, a própria sociedade já estabelece diferenças quando a eles atribui papéis sociais diferenciados, que, em geral, subjagam o potencial feminino, aprisionando-as em regras criadas e erguidas sob base patriarcal.

Essas regras sociais, que acabam por colocar a mulher em condição de inferioridade, submissão, geram impactos diretos na maneira como os homens e a própria sociedade as vê e as trata. Sendo assim, com base em sua suposta inferioridade, atos violentos em face destas são legitimados e encarados com normalidade. Resultado direto disso são os altos índices de violência doméstica e contra mulheres no país.

A violência contra a mulher é uma triste realidade que se reproduz todos os dias no cenário mundial e brasileiro e, apesar dos esforços para contê-la, trata-se de prática ainda recorrente, que se prolifera através das gerações.

Na tentativa de mudar esse panorama em 2006, foi criada a Lei 11.340, conhecida como Maria da Penha. O dispositivo classifica diversas condutas como violência doméstica e disciplina acerca das tutelas disponíveis a mulheres agredidas nesse contexto.

A lei, que foi um marco na história brasileira na luta contra violência de gênero, em especial contra mulheres e no âmbito doméstico, trouxe consequências positivas, como o aumento do número de denúncias e a retirada de mulheres do ambiente opressor, o fornecimento de abrigo nas Casas da mulher e, em muitos casos, o afastamento do agressor da casa e do convívio familiar.

Em que pese às formas de violência e a aceitação dela pelas vítimas e pela sociedade virem mudando ao longo dos anos, o Brasil, segundo dados do Mapa da Violência de 2015, ainda é o 5º maior país em homicídio de mulheres.

Tal realidade demonstra que, apesar das medidas na busca por minimizar e, conseqüentemente, erradicar tal prática, como a própria Lei 11.340/06, o problema encontra raízes profundas nas bases patriarcais de nossa sociedade, revelando que existe, na verdade, uma tolerância à submissão social feminina, fruto do patriarcalismo, que influencia diretamente nos índices de violência e constitui-se em um obstáculo à aplicação da referida lei, seja porque os

pensamentos machistas acabam por legitimar os atos de violência, seja porque alguns desses atos são tão comuns que nem como violentos são eles entendidos.

Dessa forma, é importante entender como a sociedade brasileira enxerga a mulher e qual é o seu papel social, se é de submissão ou não. E, como é a reação social frente a tal situação, para entender a partir daí, como esse pensamento, prejudica a efetiva aplicação da Lei Maria da Penha.

Metodologia:

Para compreender, primeiramente, se existe submissão social feminina na sociedade brasileira atual, se há uma tolerância a isso e se é possível traçar uma linha casuística entre isso e os ainda altos índices de violência e a consequente sensação de baixa efetividade da Lei Maria da Penha, partir-se-á do método de abordagem indutivo, juntamente com uma análise quantitativa de referenciais legais, bibliográficos e de dados de pesquisas oficiais sobre diversos enfoques da violência contra mulheres.

Resultados:

Os avanços obtidos pelas mulheres no âmbito social são inegáveis. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, divulgada pelo IBGE em 2013, indicam que existem 103,5 milhões de mulheres, o equivalente a 51,4% da população e que elas são responsáveis pelo sustento de 37,3% das famílias¹.

Entretanto, ainda existe um abismo entre os gêneros. Sendo essa desigualdade não de ordem biológica ou psicológica, mas sim social. Ela se deve aos papéis sociais da mulher, em geral, de submissão, atribuídos por uma sociedade enguida sobre bases patriarcais, machistas.

A presença da ideologia patriarcal é presente e percebida mesmo pelos mais jovens. Pesquisa do Instituto Avon e Data Popular (2014) denominada Violência contra Mulher: O Jovem está ligado?, indica que dentre os jovens a percepção do machismo gira em torno dos 96%. Ou seja, essa porcentagem dos entrevistados reconhece a existência do machismo na sociedade brasileira².

1 Dados disponíveis em <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/mulheres-sao-maioria-da-populacao-e-ocupam-mais-espaco-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

2 Dados disponíveis em <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/12/pesquisa-AVON-violencia-jovens_versao02-12-2014.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2016.

E mais, há uma concordância com pensamentos machistas mesmo dentre esses mais jovens: 51% concorda que a mulher deve ter a primeira relação sexual com um namorado sério, 41% que elas devem ficar com poucos homens, 80% acredita que sair para festas e ficar bêbada é comportamento incorreto para mulheres³.

A ideologia patriarcal, que sujeita mulheres à autoridade masculina, se ramifica das mais diversas formas e a ideia de domínio masculino sobre os corpos femininos é vista no fenômeno da reprodução e sobre sexualidade.

Em pesquisa realizada em 2013, ao entrevistar uma amostra de pessoas e apresentar a seguinte frase “uma mulher só se sente realizada quando tem filhos”, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) constatou que 60% concordam total ou parcialmente com a afirmação, 54,9% concorda total ou parcialmente que “existe mulher para casar e para ir para a cama”. A mesma pesquisa demonstrou que a respeito da frase “os homens devem ser a cabeça do lar”, 63,8% diz concordar total ou parcialmente com a afirmativa⁴.

A submissão social da mulher é um dos motivos pelos quais o Brasil ocupa a 5ª posição em homicídio de mulheres, segundo o Mapa da Violência 2015. Isso porque a ideia de ser socialmente menos importante acaba por legitimar atos violentos do homem contra a mulher, para manter ou reafirmar essa superioridade masculina.

A lei 11.340/2006 foi criada para tentar minimizar e erradicar a violência doméstica e contra mulheres e os avanços trazidos são inúmeros. Dados obtidos de pesquisas realizadas pelo Instituto Avon, juntamente com o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) e Ipsos Public Affairs, sobre Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres, em 2009⁵, 78% da população já tinha ouvido falar da Lei Maria da Penha, ao passo que,

3 Dados disponíveis em <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/12/pesquisaA-VON-violencia-jovens_versao02-12-2014.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2016.

4 Dados disponíveis em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2016.

5 Dados disponíveis em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Avon-Ibope-pesquisa-violencia-2009.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

em 2011, 94% da população afirmou conhecer a Lei⁶. Em 2013, 98% ou 99% já afirmava conhecer a Lei e, em 2015, 100% das mulheres afirmava conhecer⁷.

Leis e políticas públicas nesse sentido geram uma mobilização social importante: em 2009, dos 55% que conhecem alguma mulher que já fora agredida, somente 39% fizeram algo para ajudar⁸. Já em 2011, esse número aumentou. Dos 59% que conheciam, 63% tentaram auxiliar a vítima⁹. Ainda assim, em 2014, quase 82% acreditam que “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”; e 89% que “roupa suja se lava em casa”¹⁰. Entretanto, apesar dos avanços obtidos, para resultados mais efetivos, a Lei 11.340/06 encontra óbice num problema social: a tolerância da sociedade a posição de submissão da mulher, que incute no homem um sentimento de superioridade e, por consequência, este se julga no direito de agredir.

A violência é mais associada a agressões físicas, o que faz com que atitudes revestidas de outras formas de violência não sejam relevadas ou mesmo percebidas. Agressões físicas, tais como dar soco e bater, são vistas como violência por 95% dos entrevistados, ao passo que somente 34% entendem controlar, ligando sempre para saber onde e com quem está e impedir de usar certos tipos de roupa como atos de violência¹¹.

Sobre violência sexual nos relacionamentos, por exemplo, um estudo do Instituto Avon e Data Popular sobre as Percepções de homens sobre a violência contra mulheres (2013) indicou que 48% dos homens entrevistados não apoia a ida da mulher à Delegacia em casos em que foi obrigada a fazer sexo sem

6 Dados disponíveis em: <<http://compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Avon-lpsos-pesquisa-violencia-2011.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

7 Dados disponíveis em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2015/08/10/violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

8 Dados disponíveis em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Avon-lbope-pesquisa-violencia-2009.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

9 Dados disponíveis em: <<http://compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Avon-lpsos-pesquisa-violencia-2011.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

10 Dados disponíveis em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/instituto-avon-divulga-pesquisa-inedita-sobre-a-percepcao-dos-homens-sobre-a-violencia-domestica-contra-as-mulheres/>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

11 Dados disponíveis em <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/12/pesquisaAVON-violencia-jovens_versao02-12-2014.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2016.

vontade. E, 37% das mulheres entrevistadas afirmaram já ter feito sexo sem camisinha por insistência do parceiro¹².

A mesma pesquisa ainda traz dados que demonstram como também é comum a violência psicológica: 32% das mulheres entrevistadas afirmaram já terem excluído amigos de redes sociais por determinação do parceiro e em 28% dos casos que foram proibidas de conversar virtualmente com um amigo.

Some-se à violência que passa despercebida, o fato de que existe ainda uma culpabilização das vítimas, fruto da ideia de submissão feminina e controle de seus corpos, que também dificulta a efetiva aplicação da Lei 11.340/2006: 58,5% das pessoas entrevistadas pela pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) concordam total ou parcialmente que “se a mulher soubesse se comportar, haveria menos estupros”.

Todo esse cenário obstaculiza a devida aplicação da Lei Maria da Penha e, por consequência, interfere na busca pela diminuição ou erradicação da violência contra mulheres.

Discussão

Entende-se por sociedade patriarcal, de acordo com definição do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em Pesquisa sobre Tolerância Social à Violência contra Mulheres (2014), como organização social baseada no poder masculino, fundada na norma da heterossexualidade. A organização social se dá com a dominação de homens sobre mulheres, sendo essas sujeitadas à autoridade, vontades e poder daquele. O modelo de família patriarcal tem como centro gravitacional a autoridade masculina e para manter esta autoridade o uso da violência, seja física ou psicológica, está sempre presente.

Às mulheres, por outro lado, foi socialmente atribuído papel menos importante, periférico. Apesar de, no Brasil, serem mais da metade da população, fazem parte da chamada minoria, quando se refere a direitos.

É inegável, entretanto, todo avanço até então por elas obtido. Ocupam cargos cada vez mais importantes, já são responsáveis pelo sustento de parte considerável das famílias brasileiras. Ainda assim, existe um abismo entre elas

12 Dados disponíveis em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/instituto-avon-divulga-pesquisa-inedita-sobre-a-percepcao-dos-homens-sobre-a-violencia-domestica-contras-as-mulheres/>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

e os homens, revelando uma desigualdade material, apesar de serem iguais formalmente, frente à Constituição.

Assim como em outros países ao redor do globo, o Brasil, ou melhor, a sociedade brasileira também foi erguida sobre alicerces machistas e patriarcais. Entretanto, a nação que ocupa a posição de número 5 em homicídios de mulheres, segundo Mapa da Violência de 2015, clama por uma análise criteriosa não só desse tipo de violência, mas também na investigação de suas causas.

Como já dito, a posição que as mulheres ocupam na sociedade ainda é de inferioridade, de desigualdade, e tal condição não decorre de uma lógica biológica, psicológica e sim social, da maneira com que são educadas. É oriunda de pensamento machista, patriarcal que põe o homem como centro gravitacional de tudo e atribui àquela papel coadjuvante, menos importante, acessório.

Sobre os ensinamentos sociais acerca de papéis de gênero, Adriana Piscitelli (2009) explica que há um conjunto de elementos que impedem que as mulheres sejam realmente autônomas: a educação que prepara as meninas para agradar aos homens, para o casamento e a maternidade, o caráter opressivo do casamento para as mulheres, pois não significa “encontrar o amor”, trata-se, em verdade, de uma obrigação para se obter proteção e um reconhecimento na sociedade.

Eva Alterman Blay (2014, p. 126-127) explica que as relações de dominação de homens sobre mulheres se estabelecem em meio a uma cultura que valoriza a violência e que impõe certas condutas aos homens:

Em nossa cultura são enfatizadas nos homens características como: honra, coragem, força, heroísmo, virilidade, ousadia, audácia, dentre outras [...] Por outro lado, o menino aprende a se relacionar com a menina como objeto de desejo sexual [...] Outro aprendizado de comportamentos violentos se dá no espaço doméstico, na utilização de violência contra criança, em que tapas e surras são utilizadas enquanto processo de educação.

Os ensinamentos sociais, dessa forma, reservam ao homem o papel de força, coragem, atitude, enquanto à mulher, o papel de sensível, frágil, submissa, o que, junto com o aprendizado de comportamentos violentos, culmina na violência contra mulheres.

A submissão da mulher na sociedade é vista de diversas formas e não se trata de situação recente. Simone de Beauvoir (1970) explica sobre os ditames sociais acerca da necessidade, ou melhor, da obrigatoriedade de procriar, por

exemplo. A carga da função geradora para mulher, diferentemente das outras espécies, não é decidida pelo macho e sim pela sociedade que exige maior ou menor número de nascimentos. Esta é uma forma de subjugar o poder decisório feminino sobre seu próprio corpo.

É possível perceber a aceitação da submissão social na ideia de que existem mulheres para casar e outras para ir para a cama. Isso se trata de uma classificação baseada no comportamento social da mulher, de acordo com os padrões socialmente impostos. Em geral, essa padronização impõe à mulher uma moderação no comportamento sexual. Se ela age em desconformidade com esses ditames, é vista como libertina, vulgar e por consequência não seria boa esposa.

Implicação direta desses conceitos preconceituosos é o alto índice de violência contra elas. Cortizo e Goyebeche (2010, p. 104) apontam dois fatores principais que geram a violência doméstica, o primeiro é o que elas chamam de “crise da família”, o caráter clientelista e paternalista da sociedade brasileira, que visa em grande parte o controle da população, e o segundo é o machismo, “resultado de uma cultura fortemente paternalista e com fortes valores morais e religiosos.”

Segundo a socióloga escritora Heleieth Saffioti (1987), a violência contra as mulheres resulta da socialização da ideologia patriarcal e machista, que socializa o homem para dominar a mulher e esta para se submeter ao poder dele. Devido a essa formação, o homem julga-se no direito de agredir sua mulher e ela aceita tal ato como natural. É dessa forma que o patriarcalismo aprofundou as fundações do poder masculino e da cultura masculinizante.

Acerca da ideologia patriarcal e do machismo como causas da violência doméstica e contra mulheres, Alice Bianchini (2014) explica que quando há diferenças, aquele que as estabelece faz do outro objeto de controle, para ser eliminado ou inferiorizado e para manter tal situação, recorre-se ao uso da violência. No caso do controle da mulher, essa violência é de maior intensidade, visto a situação de intimidade, convivência e continuidade que caracteriza a relação conjugal.

É nesse contexto que a cultura machista, na qual o lema é a superioridade masculina, acaba por velar atos violentos de tal forma que nem violência de gênero parece. No contexto doméstico, a normalidade desses atos é ainda maior, já que se cultiva, socialmente, a ideia de que em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher, e que o sucesso do casamento depende da mulher.

As raízes patriarcais são tão fortes que, mesmo no mundo jurídico, seus ideais são reproduzidos. O Direito como um retrato da sociedade trazia tais ideais no Código Penal, antes da reforma de 2009. Marília Montenegro (2015, p. 57-58) explica:

A força da ordem masculina é tão forte que dispensa qualquer forma de justificação [...] O Direito é também, sem dúvida, uma das formas de legitimar essa visão. Os crimes contra os costumes são um dos exemplos em que tanto a lei, quanto a doutrina e a jurisprudência continuam reproduzindo a divisão dos papéis, entre o masculino e o feminino e a incapacidade da mulher em decidir sobre a sua sexualidade.

Nesse sentido, tanto a reforma do Código de 2009, que alterou o capítulo dos antigos crimes contra os costumes para crimes contra dignidade sexual, quanto à criação da Lei 11.340/06, a Lei Maria da Penha, representaram marcos importantes no universo jurídico, representando um tardio, mas fundamental rompimento com as raízes patriarcais.

A Lei 11.340 foi criada em 2006 com vistas a coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, baseada em questões de gênero. Para isso, traz expressamente as formas de violência abarcadas pela Lei, quais sejam, física, psicológica, sexual, patrimonial, moral. Além de trazer previsão de medidas assistenciais a mulher em condição de vulnerabilidade nesse contexto.

Inúmeros avanços foram obtidos a partir do referido dispositivo legal. Aumentaram-se o número de denúncias, a proteção institucional à mulher agredida, seja por meio das Delegacias Especializadas, seja pelas Casas abrigo. Também houve crescimento do conhecimento social sobre a Lei, da represália social aos agressores e às formas de violência, principalmente à física.

Entretanto, há que se ponderar também que, em que pese os avanços trazidos, para resultados mais efetivos, a Lei 11.340/06 encontra óbice num problema social: a tolerância da sociedade a posição de submissão social da mulher. Essa posição subalterna incute no homem um sentimento de superioridade e, por consequência, este se julga no direito de agredir.

Os obstáculos que o pensamento machista e os modelos da sociedade patriarcal impõem à efetiva aplicação da Lei Maria da Penha são vistos, primeiramente, no desencorajamento das vítimas em denunciar, seja por medo de vingança do agressor, seja por dependência econômica, seja por preocupação

com os filhos ou, seja porque sempre lhes foi dito que a mulher precisa ser paciente e compreensiva.

Segundo Alice Bianchini (2014), a mulher no lar está mais vulnerável pela exposição ao agressor e à distância das vistas do público. Sendo assim, é comum que o agressor prevaleça-se desse contexto de convivência para manter a mulher coagida, impedindo-a de noticiar a violência aos familiares, aos amigos ou às autoridades. A mulher, submetida a essa situação, acaba por aceitar o papel de vítima de violência doméstica.

Outro óbice à redução da violência de gênero contra mulheres é a própria identificação da violência, pois a propalada ideia de superioridade do homem acaba por velar algumas ações, agressões, sem que se perceba que de violência se tratam. Exemplo disso é a violência sexual, apesar de estar no rol de violências previstas na Lei 11.340/06.

De acordo com o art. 7º, III, da Lei em comento, a violência sexual é entendida como qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante ameaça, intimidação, coação ou uso da força, que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

Apesar de tratar-se de um tipo de violência abordada pela Lei, a violência sexual é prática costumaz em relacionamentos abusivos, sem que seja entendida como tal, pois, devido à ideia de domínio dos corpos femininos pelos homens, fruto do patriarcalismo, a violência sexual nem entendida como tal é. As pesquisas trazidas nos resultados demonstram que muitos não apóiam a ida de mulheres à Delegacia, quando o parceiro as forçou a fazer sexo, ou ainda algumas mulheres que não fizeram uso da camisinha, devido a pedidos dos parceiros. Dessa maneira, as mulheres são vítimas sem nem perceber.

Se não há a percepção ou consciência da violência, devido a uma construção social que a normaliza, difícil é a tutela da dignidade feminina pelo Judiciário.

A violência psicológica também passa despercebida em diversas atitudes pelo fato de serem entendidas como postura normal do homem, principalmente no que tange a proibir determinada conduta ou o uso de algo. As pesquisas trazidas nos resultados também demonstram que é comum que os companheiros proíbam as parceiras de conversar com alguns amigos, ou de usar determinadas roupas, o que também demonstra o sentimento masculino de dominação feminina.

Dessa forma, percebe-se uma aceitação pacífica de certos comportamentos agressivos em detrimento da mulher, exatamente, pelo fato de lhe ser atribuída posição submissa na sociedade. Tolerar isso é construir, ou melhor, não destruir, uma enorme pedra no caminho da aplicação da Lei 11.340/2006, é dificultar a redução da violência de gênero, é permitir que as desigualdades de gênero persistam, violando princípios como o da dignidade humana.

Conclusões:

A Lei 11.340/2006, mais conhecida como Maria da Penha, constitui-se como um marco de suma importância na luta pela igualdade de gênero e redução da violência contra mulheres. Desde o ano de sua promulgação, 2006, vêm trazendo inúmeros avanços na tutela dos direitos das mulheres, principalmente as vítimas de violência de gênero e no ambiente doméstico.

Todavia, maiores resultados encontram impedimentos, óbices, em um problema social, qual seja, a tolerância/aceitação do papel social, de submissão, atribuído à mulher.

A subordinação da mulher não decorre de aspectos biológicos ou psicológicos, mas sim sociais. É facilmente percebida no modelo de educação, que prepara as meninas para agradar aos homens, para o casamento e a maternidade, no caráter opressivo do casamento para as mulheres, na restrição à liberdade sexual destas, no âmbito do mercado de trabalho.

Essa posição de desvantagem, pensada e ajustada aos moldes dos interesses patriarcais, influenciam diretamente e negativamente nos índices de violência, pois, o homem, convicto de sua superioridade e da mulher como sua propriedade, proíbe, ameaça, xinga, bate, mata.

Dessa forma, apesar da importância da Lei Maria da Penha, somente leis não são suficientes para transformar a realidade de violência de gênero no Brasil vivida, há a necessidade de enfrentar os aspectos sociais que ainda situam a mulher em um lugar inferior ao do homem, para que, assim, a igualdade formal prevista na Constituição Federal também passe a ser material.

Referências:

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BIANCHINI, Alice. **Lei Maria da Penha**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BLAY, Eva Alterman. **Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher**. 1 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 22 abr. 2016.

_____. **Lei 11.340**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. Senado Federal. **Violência Doméstica e Familiar contra Mulheres**. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2015/08/10/violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher>>. Acesso em: 23 de abr. 2016.

CORTIZO, María del Carmem; GOYENCHE, Priscila Larratea. **Judicialização do privado e violência contra a mulher**. Rev. Katál. Florianópolis v. 13, n. 1, p. 102-109, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/12.pdf>> Acesso em: 25 de abr. 2016.

INSTITUTO AVON/DATA POPULAR. **Percepções de Homens sobre a Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil**. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/instituto-avon-divulga-pesquisa-inedita-sobre-a-percepcao-dos-homens-sobre-a-violencia-domestica-contra-as-mulheres/>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

_____. **Violência contra Mulher: O Jovem está ligado?**. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/12/pesquisaAVON-violencia-jovens_versao02-12-2014.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2016.

INSTITUTO AVON/INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA (IBOPE). **Percepções sobre a Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil**. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Avon-Ibope-pesquisa-violencia-2009.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

INSTITUTO AVON/IPSOS PUBLIC AFFAIRS. **Percepções sobre a Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil.** Disponível em: <<http://compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Avon-Ipsos-pesquisa-violencia-2011.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Tolerância social à violência contra as mulheres.** Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf>. Acesso em 23 abr. 2016.

MONTENEGRO, Marília. **Lei Maria da Penha: uma análise criminológico-crítica.** Rio de Janeiro: Revan, 2015.

PORTAL BRASIL. **Mulheres são maioria da população e ocupam mais espaço no mercado de trabalho.** Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/mulheres-sao-maioria-da-populacao-e-ocupam-mais-espaco-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **O poder do macho.** São Paulo: Editora Moderna, 1987.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2015 – Homicídios de Mulheres no Brasil.** Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2016.

VIOLÊNCIA E VITIMIZAÇÃO NOS ESTEREÓTIPOS DE CLASSIFICAÇÃO DA MULHER VÍTIMA DE CRIME DE ESTUPRO REPRODUZIDOS POR JUÍZES: UM ESTUDO SOBRE SENTENÇAS ALAGOANAS.

Lívya Ramos Sales Mendes de Barros¹
Livsal3s@hotmail.com

Wanessa Oliveira Silva²

Deyvid Braga Ferreira³
Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Resumo: Observamos nas decisões judiciais o reflexo do tratamento do Sistema da Justiça Criminal ao agressor, e especialmente à vítima de crime de estupro e que são edificados por estereótipos constituídos sob a naturalização das relações de gênero tradicionalmente patriarcais. Os julgamentos terminam por ainda classificar as mulheres vítimas, pois ainda estão sustentados em análises de comportamento, estereótipos de gênero e elementos ausentes em lei, mas que em grande parte determinam as posições do judiciário em relação a esse delito. Na presente pesquisa analisaremos, a partir das respostas obtidas através do levantamento de 28 (vinte e oito) sentenças sob os critérios primordiais de 1) serem as vítimas mulheres 2) terem sido prolatadas entre os anos 2000 a 2014 e 3) partirem de decisões de magistrados e magistradas de primeira instância em Alagoas, buscando demonstrar em que medida o comportamento da mulher vítima de crime de estupro é central no julgamento e na construção das sentenças.

Palavras- Chave: Violência, Vitimização, Sentenças judiciais, Mulher, Estereótipos.

-
- 1 A autora é mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS da Universidade Federal de Alagoas - UFAL.
 - 2 A coautora é Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS da Universidade Federal de Alagoas - UFAL.
 - 3 O Coautor é mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - CEDU da Universidade Federal de Alagoas - UFAL.

Introdução

Nas sentenças dos magistrados, as considerações realizadas no momento da composição e aplicação da pena são construídas também a partir de elementos ausentes em lei, mas que podem ser encontrados na doutrina, na jurisprudência, nos discursos e principalmente nas sentenças. Todas essas fontes do direito penal apontam a difusão de valorações que fazem parte de uma prática judiciária que elege o que mais lhe convence, ao tempo em que se reveste de pura legalidade. É como se tais escolhas não fossem fruto de uma sociedade que reproduz e reitera em todos os espaços o patriarcado. Segundo Saffioti (s/d), o que se espalha na cabeça de homens, e sobretudo na cabeça de agentes da lei, é a crença de que a mulher não é violentada, mas se comporta como “sedutora”, agindo contra um homem “inocente”. Desse modo, segundo a autora, a vítima é finalmente convertida em ré e recebe o tratamento correspondente.

No que diz respeito ao sistema penal, Andrade (2003) atenta para o modo desigual com que autores e vítimas são selecionados, assim, “o preconceito não contém necessariamente o elemento hostil” (SOARES DO BEM, 2013, p. 107) e pode se valer até da interpretação da lei para justificar os modelos em que o sistema de justiça criminal, e especialmente o judiciário ancora suas práticas.

O gênero, consagrado na literatura sociológica e feminista enquanto categoria analítica e histórica (SAFFIOTI, 1987, p. 45), articulado ao conceito de patriarcado, “regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (SAFFIOTI, 1987, p. 44), tem alavancado as investigações e análises acerca da violência contra as mulheres.

Para Bourdieu (2014), a dominação masculina é continuamente ratificada pela ordem social, ao funcionar como “imensa máquina simbólica”. Os princípios de percepção, avaliação e ação são estruturas objetivas e cognitivas. Fundamentam, pois, a *violência simbólica* (BOURDIEU, 2014.) que constitui a *visão androcêntrica*, a qual se manifesta tanto na possibilidade em si da ocorrência e recorrência de todos os tipos de violência de gênero, bem como, nas classificações presentes nas sentenças judiciais.

Desse modo, o mundo social constrói uma ordem simbólica a partir de divisões sexuais. Essa percepção de divisão sexuada é, sobretudo, incorporada “ao próprio corpo, em sua realidade biológica”, conformando uma “visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, como a divisão do trabalho, na realidade da ordem social” (BOURDIEU, 2014, p. 22-24). Nesse sentido, a sociedade

marcada pelo patriarcado espera que os crimes sexuais contra mulheres ocorram para aquelas que descumpriram os papéis socialmente atribuídos pelo que foi convencionalizado como “lugar da mulher”.

O percurso metodológico percorrido para essa pesquisa caminhou conforme a reorientação analítica que ocorreu em relação às nossas idas a campo. A proposta inicial teve como norte a busca de sentenças de casos de estupro. Levantamos decisões prolatadas na cidade de Maceió (capital de Alagoas) e no interior do estado (Maragogi, Coruripe, Igaci, Joaquim Gomes, São José da Laje, Pilar, União dos Palmares, Novo Lino, Flexeiras e Boca da Mata), conforme foram sendo fornecidas espontaneamente pela 16ª Vara de Execuções Penais da Capital, onde se concentram todos os processos de crimes de estupro ocorridos em Alagoas, o que no fim da caminhada terminou por tecer um retrato de parte do território Alagoano.

Nosso propósito foi analisar as sentenças prolatadas dos referidos delitos e observar os elementos que estavam expressos e transcendentos naqueles documentos. Ao final de quatro semanas conseguimos 39 processos, entregues pelo escrivão da Vara, que nos cedeu cópias das decisões condenatórias. As absolutórias não se encontram mais na referida 16ª como antigamente. Ficam agora na Vara criminal em que foi prolatada e seguem para o arquivo central do fórum, material nesse momento inacessível a pesquisa.

Assim, a partir do levantamento de 39 (trinta e nove) sentenças, elegemos 28 (vinte e oito) sob os critérios primordiais de 1) serem as vítimas mulheres 2) terem sido prolatadas entre os anos 2000 a 2014 e 3) partirem de decisões prolatadas por magistrados e magistradas de primeira instância em Alagoas.

Apesar de todas as sentenças serem de casos em que houve condenação, a fim de preservarmos a identidade das partes e do juiz e prolator da sentença, enumeraremos as 28 pela ordem de recebimento.

2. Sentenças e discursos magistrados: dos Estereótipos de Classificação Reproduzidos por Juízes

Nos casos em que a palavra da vítima é colocada em questão, a prova material ou o exame de conjunção carnal é a única forma de se comprovar que existiu uma relação sexual, mas que também não confirma a autoria – a não ser que um exame de DNA seja realizado – não tão comum de ser encontrado/solicitado em grande parte das cidades brasileiras. Ainda assim, se tal exame existisse em larga escala atestaria o conteúdo material que estivesse ainda

presente na vítima, o que não comprovaria que houve estupro, pois em caso de uma relação forçada, sob coação psicológica e/ou por meio de arma de fogo, por exemplo, ou mesmo em casos de crimes domésticos, nos quais a denúncia pode ser mais tardia, se existir negativa do autor, seria a palavra de “um contra a do outro”, e o consentimento consequentemente questionado.

Para Couloris (2010) a materialidade deve ser vista por meio da compreensão de que o estupro – enquanto enunciado – possui uma temporalidade própria, ou seja, não depende exclusivamente da data do acontecimento em questão.

(...) serão, agora, organizados através de outros critérios e categorias de distinção, distribuição, seleção, descoberta e produção da verdade. Outros princípios, outra lógica, muito mais ampla. Um novo regime de verdade, que não busca exatamente saber o que “aconteceu”, mas quem são as pessoas envolvidas, quem é a vítima e quem é o acusado, qual a sua “potencial” periculosidade, seus desejos, sua intenção, seus segredos (COULORIS, 2010, p. 89-90).

Quando não há a comprovação material do estupro, o juiz, no receio de ser injusto quanto ao réu, submete a vítima a uma análise “rigorosa”, onde não somente basta o relato do fato, mas também se faz necessária toda uma análise sobre sua vida pregressa. A rigorosidade dessa análise é, por sua vez, caracterizada por uma série de estereótipos que sistematizam toda uma linha de raciocínio até chegar à decisão. Começa então um processo de avaliação do histórico de vida da vítima e do agressor: idade, antecedentes, condição financeira, perspectivas de futuro, passagem em unidades psiquiátricas, entre outras questões, poderão dar ou não credibilidade aos seus respectivos depoimentos.

É esta análise, e todos os conceitos que ela comporta – objetiva em alguns casos, mas na sua maioria subjetiva –, que irá demonstrar a relevância ou *valor da palavra* da vítima. Como afirma Bourdieu (2014), esquemas de pensamento que adquirem aplicação universal colocam em voga traços distintivos, inclusive em matéria corporal, que inscrevem todo um sistema de diferenças.

Neste contexto, vê-se que a prática das decisões jurídicas supostamente pautadas pela busca da técnica e objetividade baseada na lei, doutrina, jurisprudência e outras fontes do direito, confrontam-se ou interligam-se com um sistema de interpretação que povoa o imaginário de cada magistrado, podendo atribuir ou não certo grau de confiabilidade quando a vítima em seu discurso incrimina o agressor.

Essa incredibilidade contra a palavra da mulher, a despeito da doutrina e da jurisprudência que autorizam a condenação baseada apenas na palavra da vítima, dada a dificuldade da prova nos crimes sexuais, deixa claro a perspectiva em que o juiz se insere - a da desconfiança, atributo que não aparece em nenhum dos outros crimes do Código Penal.

Para Andrade (2003) isso é um reflexo de como a mulher vive imersa em uma série de relações em que é submissa – seja as familiares, com pai e marido, seja a trabalhista, com o chefe, etc. e então, como acreditar que, ao ser inserida em um sistema penal, fugirá desse *continuum*? Segundo a autora, há um controle informal determinado por família, e um controle formal determinado pela justiça. Para Foucault (2014),

O poder sobre o sexo se exerceria do mesmo modo em todos os níveis. De alto a baixo, tanto em suas decisões globais como em suas intervenções capilares, não importando os aparelhos ou instituições em que se apoie, agiria de maneira uniforme e maciça; funcionaria de acordo com as engrenagens simples e **infinitamente reproduzidas da lei, da interdição e da censura: do Estado à família**. Do príncipe ao pai, do tribunal à quinquilharia das punições cotidianas, das instâncias da dominação social às estruturas constitutivas do próprio sujeito, encontrar-se-ia, em escalas diferentes apenas, uma forma geral de poder. **Essa forma é o direito**, com o jogo entre o lícito e o ilícito, a **transgressão e o castigo**. Quer se lhe empreste a forma do príncipe que formula o direito, do pai que proíbe, do censor que faz calar, do mestre que diz a lei, de qualquer modo se esquematiza o poder **sob uma forma jurídica** e se definem seus efeitos como obediência. (FOUCAULT, 2014, p. 92 -93, grifos nossos)

Diante das esferas de poder, o comportamento deve estar inserido no que os indivíduos compreendem tradicionalmente como um comportamento adequado, para que enfim a mulher vítima possa se valer da sua versão dos fatos e garantir que seu algoz seja punido. Em sentença alagoana encontramos a expressão dessa perspectiva:

é consabido que nos crimes sexuais, a palavra da vítima torna maior relevo quando comparada com seu depoimento em outros crimes em virtude das características do fato típico que obriga a

agredida a se despir de todo o seu pudor e enfrentar o preconceito de toda a sociedade pra denunciar o agressor e, por certo, nestas situações, seu depoimento tem sabor de verdade. Não fosse assim, negar crédito à ofendida quando aponta quem a atacou é desarmar totalmente o braço repressor da sociedade (sentença nº 10, fls. 43, Out/2003)

Todavia, na mesma sentença podemos identificar outros discursos que relativizam o primeiro posicionamento do magistrado. Como pode ser visto na citação de uma jurisprudência, grifada e sublinhada no trecho que o julgador provavelmente quis dar mais ênfase:

nos crimes contra os costumes confere-se especial valia a palavra da ofendida, mormente quando se ajusta a outros componentes do acervo probatório. **Ademais, tratando-se de mulher honesta e recatada**, seu relato assume maior relevo, tornando-se decisivo para o exame da culpabilidade do réu (TJSP – AC – Rel. Vanderlei Borges – RT 665/266) (grifado e sublinhado na sentença).

E sustenta, em outra parte da sentença mais um discurso construído também com citação doutrinária:

Quanto ao dissenso da vítima, ensina DAMÁSIO E. DE JESUS (código penal anotado, Saraiva, 1989 página 559) é preciso que seja sincero e positivo que a resistência seja inequívoca, demonstrando vontade de evitar o ato desejado pelo agente que será quebrado pelo emprego da violência física ou moral. Não bastam, pois, as negativas tímidas (quando os gestos são de assentimento) nem a resistência passiva e inerte. A questão mais relevante no estudo de delito de estupro é a que diz respeito à palavra da ofendida. Sabidamente, é um crime que, em regra, é praticado distante do conhecimento de terceiros. Isso empresta grande valor à palavra da vítima. No entanto, só essa prova não deve ser suficiente. E nem se afirme que quando vem de uma criança a declaração deve ter maior credibilidade. A psicologia infantil demonstra que as crianças são muito sensíveis ao artifício, à ficção, ao devaneio e outras formas de deformar a realidade. Não tem validade a expressão

espanhola de que los niños no mienten. A palavra da vítima em crimes sexuais constituem excelente meio de prova, mas, isolada, não é suficiente para autorizar a condenação. (sentença nº 10, fls. 44, sentença de Luiz, data 08/Out/2003)

Na obra de Pimentel, Schritzmeyer e Pandjarian (1998), as autoras explicam que a pesquisa foi motivada por um acórdão⁴ levado por um aluno. A decisão levou-as a querer “conhecer melhor a dinâmica processual que rege os crimes dessa natureza, bem como a tópica de argumentações e contra argumentações dos operadores do direito” (PIMENTEL; SCHRITZMEYERS; PANDJIARJIAN, 1998, p.21).

Será justo então, o réu Fernando Cortez, primário, trabalhador, sofrer pena enorme e ter a vida estragada por um fato sem consequências, oriundo de uma fala virgem? Afinal de contas, esta vítima, amorosa com outros rapazes, vai continuar a sê-lo. Com Cortez, assediou-o até se entregar (Fls.) e o que, em retribuição lhe fez Cortez, uma cortesia...” TJRJ, 10.12.74, RT 481/403 (epílogo de PIMENTEL; SCHRITZMEYERS; PANDJIARJIAN, 1998)

Não muito distante, encontramos em uma sentença alagoana, o posicionamento do magistrado expressando a contribuição da vítima para a ocorrência do delito:

Ora, os autos relatam, de forma insofismável de que a vítima teria iniciado a ingestão de aguardente, desde às 9:30 hs. da manhã, que às 13:00hs, a vítima estaria a beber com o seu cunhado, ambos já embriagados, e após o cunhado haver sido conduzido pela filha até sua casa, a vítima, não conformou, findado por ir ao bar onde passou a beber com os denunciados (...) O comportamento da vítima, que igualmente se embriagou culposamente, de forma imprudente, **naturalmente favoreceu ao resultado** (...) (SENTENÇA nº 24, fls. 204 Alagoas maio/2001 negrito nosso).

4 Decisão do órgão colegiado de um tribunal.

Das 28 sentenças as quais tivemos acesso, somente dois casos não fizeram nenhuma referência à *contribuição, justificação, favorecimento, motivação, influência do comportamento da vítima para o crime*, de modo expresso, na maioria baseando-se no artigo 59 do Código Penal. Vejamos exemplos das sentenças alagoanas:

(...) o acusado não é primário e não tem bons antecedentes, conduta social normal, sua personalidade está maculada, os motivos e circunstâncias do crime não beneficia o acusado e que a **vítima não concorreu para o crime** (SENTENÇA nº 15, fls. 20 Set/2009 negrito nosso).

Consequências do delito: foram danosas para a vítima e para o próprio autor. Motivo do crime: é altamente reprovável injustificado e condenável. Circunstância do Crime: são desfavoráveis ao réu pois poderá ter causado um problema maior, o comportamento da **vítima devido a sua idade não incentivou a ação do agente, apenas favoreceu sua atitude** (SENTENÇA nº 20, fls. 36, Out/2009 negrito nosso)

Comportamento da vítima: o comportamento ingênuo da vítima, moça do interior, de pouco estudo e clareza que sem conhecer o réu foi ao seu encontro em local desabitado, decerto **foi contributivo para o desenrolar do fato ilícito** (SENTENÇA nº 21, fls., Fev/2010 negrito nosso)

O acusado registra maus antecedentes, valendo notar que já responde a outros processos. Há elementos nos autos que autorizem um juízo negativo sobre a sua personalidade e conduta social, que são as piores possíveis. Os motivos foram normais a espécie de crime em testilha. As circunstâncias são graves, já que praticado o fato, quando a vítima estava em seu lar, tendo sido abordada dentro de casa e durante o repouso noturno e atacada com violência. Não há prova de consequências extraordinárias ao fato denunciado. **A vítima em nada contribuiu para o resultado**, conforme apurado no feito (SENTENÇA nº 12, fls. Abril/2009 negrito nosso).

Tentativas como essas de justificar uma suposta contribuição da vítima para vir a achar que ela mereceu a violência sofrida, além de colaborar para o desrespeito e a banalização da pessoa que foi violada, ainda faz com que ela

seja submetida reiteradas vezes a processos de novas violências. Portanto, concordando com Pedra Jorge (2005), vitimizar nem sempre advém de um crime, nem de um prejuízo, agressão ou ofensa, que deixe consequências como o trauma. Após o delito, a vítima pode ser levada a várias etapas de vitimização, especialmente quando o sistema a trata com desrespeito e pouco interesse, fazendo com que seja violentada secundariamente.

Assim, em se tratando das mulheres que denunciam estupros, necessária se torna a discussão sobre o consentimento. A sexualidade e controle sempre andaram muito próximas nas discussões jurídicas. Se hoje o Código Penal trabalha com a rubrica da “liberdade sexual”, cuja preocupação e discussão diz respeito apenas à consensualidade, demonstrando que as condutas sexuais não são mais consideradas pela legislação, o que seria então a liberdade sexual – da mulher – nas entrelinhas da justiça? Conforme podemos observar na sentença a seguir:

A par da violência do estupro exige à lei a resistência da vítima. É necessário que seja ela ‘constrangida’, isto é, obrigada à conjunção carnal, pois a lei, tutelando sua liberdade sexual, impõe-lhe seja a primeira defensora dessa liberdade. Exige-se o franco positivo e militante dissenso da vítima (SENTENÇA nº 14, fls. 198, Fev/2008).

Por esse sentido, percebe-se que o controle da sexualidade da mulher no discurso jurídico é, em alguma medida, normatizado, regendo um parâmetro de conduta aceitável – antes e durante o crime – que a transformará, ou não, em uma vítima genuína. Desse modo, torna-se pertinente o questionamento feito por Ardaillon e Debert (1987):

Se cada caso é um caso, qual é no entanto, a teia cultural que articula essa transposição, levando a que a mesma linguagem e a mesma lógica estejam presentes nos laudos de processos diversos? (ARDAILLON; DEBERT, 1987, p.5).

Do mesmo modo, segundo Vargas (2000), interessa notar que a partir do momento em que os comportamentos são os elementos que fundamentam os acontecimentos nos processos, são várias as interpretações utilizadas pelos diferentes operadores do sistema. Nesse cenário, são criados personagens e

estereótipos que constroem o crime de estupro diante do imaginário de quem são os típicos autores e as vítimas autênticas.

Ao nos depararmos com o apanhado de sentenças e casos alagoanos, observamos uma realidade bastante oposta a essa ideia. Dada a heterogeneidade de perfis das partes envolvidas, horários, locais onde aconteceu o delito, percebemos que não há de fato uma representação paradigmática do esturador ou da vítima.

No entanto, apesar de não proceder a ideia de senso comum que pensa o esturador como um sujeito necessariamente “anormal”, dotado de “taras”, “perversões incontroláveis”, sujeito a cometer, em nome de sua perturbação patológica toda a sorte de violências sexuais, encontramos em grande parte das sentenças analisadas as clássicas referências aos réus os intitulando como *monstros, animais, primitivos*. Tomando por base nosso material empírico, tais assertivas também compõem a prática dos magistrados e magistradas alagoanos:

O acusado agiu com a plena consciência da ilicitude de seu ato, desprovido de total **sensibilidade moral**, a vítima foi pega de surpresa não lhe dando nenhuma chance de reação, o que demonstra a intensidade de sua culpabilidade, pois agiu de forma **primitiva**, para satisfazer sua concupiscência, (...) o acusado demonstra ser o mesmo pretensioso, egoísta e sabedor do que estava fazendo (SENTENÇA nº 23, fls. 197 Fev/2008).

Identificados como seres de “índole perversa, de um comportamento doentio...” (SENTENÇA nº 04, fls.17, Out/2000), que agem com “... brutalidade física que o instinto animal do agressor impõe ao ato” (SENTENÇA nº 10, fls. 173, Fev/2000), e que “... revelam sua frieza, monstruosidade e periculosidade...” (SENTENÇA nº02 fls. 52, Alagoas Jul/2010). Estas passagens nos induzem a compreender esses indivíduos mediante uma noção naturalizante, instintiva, o que retira todo o caráter cultural advindo da formação machista e patriarcal umbilicalmente ligada ao cometimento desses delitos.

O acusado premeditou, preparando e arquitetando o crime. Não deu qualquer oportunidade de defesa à vítima, demonstrando uma frieza e ser um elemento perigoso e de mau caráter. Analisando a conduta do acusado verifico que houve dolo na perpetração do delito, vez que o acusado, durante todo o ato, sempre apontando

para a vítima uma faca e a ameaçando de morte, mostrando ser um **elemento monstruoso** e que merece reprovação (SENTENÇA nº 15, fls. 18 Set/2009, grifo nosso).

Do mesmo lado, em pesquisa pioneira na temática, intitulada *Quando a vítima é mulher – Análise dos julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio*. Ardaillon e Debert (1987) constatam que os processos de crime de estupro “obedecem a um desenrolar distinto daqueles outros crimes contra mulheres” (1987, p. 23). Utilizando um trecho da sentença judicial: “Deduz ter o acusado uma personalidade deformada, inteiramente dirigida aos seus instintos sexuais irreprimíveis quando usa da força para atingir seu intento, o seu dolo foi intenso, a motivação doentia (...)” (ARDAILLON; DEBERT, 1987). As autoras concluem que:

Toda vez que se relata um caso de estupro a um homem, sua primeira reação é dizer: “mas esse cara é um anormal!”. Há uma dificuldade em conceber que a proporção de “anormais” que praticam o estupro não é superior não àquela existente em outros crimes e que o estupro pode ser cometido por homens considerados normais em seus demais comportamentos. Essa dificuldade explica, em grande parte, a má vontade dos investigadores e delegados de polícia, que tendem a ver as denúncias de estupro como uma fantasia de mulheres histéricas e vingativas, quando o acusado não se enquadra no modelo de um ser “anormal” (ARDAILLON; DEBERT, 1987, p. 23).

Também a respeito da crença de que quem comete crimes como estes são pessoas que sofrem distúrbios mentais, depravação ou têm vivência do “mundo do crime”, outra pesquisadora, Vargas (2000), aponta que os juízes agem de modo uníssono, “em um grande coro, repetindo invariavelmente o mesmo canto, cujo tema é a defesa dos interesses de uma elite dominante que quer manter cada qual no seu lugar” (VARGAS, 2000, p. 28).

Nas sentenças dos magistrados, as considerações realizadas no momento da composição e aplicação da pena são construídas também a partir de elementos ausentes em lei. E são esses elementos que fortalecem o sentido da impunidade.

Segundo Andrade (2005), quando diz respeito aos crimes sexuais, o Sistema de Justiça mais absolve do que condena. Isso nos remete ao que Freitas (2005) analisa sobre a efetividade da atividade jurisdicional, onde as condutas não são dissociadas de ideologias a permear suas práticas. Estereótipos terminam por dividir e beneficiar, de certo modo, as mulheres reconhecidamente intituladas como “de família” e adequadas ao padrão moral do patriarcado, enquanto que finalmente as “outras” fizeram por merecer o crime sofrido. Para Quintas (2005), a segurança moral nos conceitos de família devem ser exageradamente salientadas. Para a autora, isso confere à família uma identidade respeitável e pode garantir a mulher “alongar-se em uma sociedade nem sempre generosa com os comportamentos éticos” (QUINTAS, 2005, p. 173).

O que é ser moça de família? É ser direita, é não estar solta no mundo, é ter uma história digna que a enobrece e que a distingue de outras que porventura não tiveram a sorte de conta com o legado enraizador. Este traduz os elos de pertencimento que fixam a identidade do eu através de alianças solidificadoras do reconhecimento social. (QUINTAS, 2005, p. 174).

Assim, não ser moça de família coloca a mulher na situação desconfortável de desvantagens culturais várias, já que, dissociada da família, a mulher é posta à margem do comportamento ideal, sem a benção sagrada e sujeita a quaisquer interpretações sobre si. É a característica de “ser de família” que garante a mulher, segundo Quintas, um escudo protetor em sua identidade e o reconhecimento que lhe compete. E quem são as mulheres “livres”? Couloris (2010) cita alguns perfis: órfãs, filhas de mães solteiras, desquitadas ou filhas de desquitadas; mulheres que trabalham fora ou são independentes; que caminham desacompanhadas de maridos, etc.

Nessa dicotomia, Andrade (2006), parte do sistema jurídico como um subsistema de controle que é, em si, seletivo, desigual e institucionalmente violento.

E, ao incidir sobre a vítima mulher a sua complexa fenomenologia de controle social, que representa, por sua vez, a culminação de um processo de controle que certamente inicia na família, o SJC duplica, ao invés de proteger, a vitimização feminina, pois além da violência sexual representada por diversas condutas masculinas (estupro, atentado violento ao pudor, etc.), a mulher torna-se vítima da violência

institucional plurifacetada do sistema, que expressa e reproduz, por sua vez, dois grandes tipos de violência estrutural da sociedade: a violência das relações sociais capitalistas (a desigualdade de classe) e a violência das relações sociais patriarcais (traduzidas na desigualdade de gênero) recriando os estereótipos inerentes a estas duas formas de desigualdade, o que é particularmente visível no campo da violência sexual (ANDRADE, 2006, p. 5-6).

A produção do direito é plenamente determinada pela dinâmica das relações sociais, isto é, fundamentada na historicidade, na forma de reprodução de cada sociabilidade. É reiterado haver discrepância entre legislação, via de regra mais conservadora e as mudanças sociais. Então quem está sob a mira das interrogações e não pode ter sequer um esquecimento em seu discurso, e muitas vezes quem denuncia, figura em um interrogatório próximo da posição de réu. Nas palavras das autoras, precisa provar que é inocente. Para Becker (2008), a situação do falsamente acusado é aquela cuja pessoa é vista pelos outros como se tivesse cometido uma ação imprópria, embora de fato não o tenha feito. “Falsas acusações ocorrem mesmo em tribunais, onde a pessoa é protegida por regras processuais e de prova” (BECKER, 2008, p. 32).

São as distinções, segundo Becker (2008), seja de idade, sexo, classe, cor/etnia que determinam quais grupos criarão as regras. O desvio, por sua vez, é elaborado pela reação de pessoas a esses comportamentos, que terminam rotulados como desviantes. Contudo, Becker (2008) atenta que essas regras não são universalmente aceitas. Nas palavras de Couloris (2010)

Deste modo, as decisões enunciadas pelos julgadores podem ser analisadas como o resultado de várias articulações discursivas impossíveis de serem legitimadas de outra forma que não a partir dos discursos que afirmam que as mulheres costumam mentir quando se trata de denunciar um homem por estupro, ou que afirmam que as mulheres não costumam exporem-se ao julgamento social que qualquer estupro representa, caso não tivessem sido, de fato, violentadas sexualmente. Discursos que são produzidos, reforçados e reproduzidos a cada decisão judicial que enuncia que as mulheres costumam mentir ao denunciar um homem por estupro. Considerar a desconfiança em relação à palavra da vítima como um procedimento central de investigação da verdade é ressaltar que essa desconfiança, articulada, indissociável do valor de prova

da palavra da vítima, parece ser uma continuidade histórica porque tem uma função lógica, obedece a um princípio prático, produz efeitos úteis independente da consciência ou não-consciência daqueles que a utilizam. (COULORIS, 2010, p.14)

Assim, quando as sentenças dizem que deve ser considerado também a contribuição da vítima para a própria violência que lhe abateu, se confirma a prática do direito penal pautada de fato em comportamentos sexuais padronizados bastante incorporadas pelos juízes, e essa construção é, por vezes, determinante para absolvições dos acusados o que corrobora fortemente para a vitimização feminina, quando, inversamente, deveria atuar na proteção da mulher vítima de violência.

3. Considerações finais:

“Não estupro você porque você não merece!”. Em dezembro de 2014, as palavras do deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) proferidas contra a colega da Câmara, Maria do Rosário (PT-RS), geraram repercussão em todo o país. Levantes de defesa ao parlamentar rebatiam as várias manifestações de repúdio efetuadas por movimentos feministas e por integrantes do próprio Congresso Nacional. Diante dessa prática tão sedimentada socialmente, quem merece ser estuproada? Qual a relevância do Sistema de Justiça e especialmente do poder judiciário no movimento dessa engrenagem que envolve o estupro e a forma como ele é entendido socialmente?

Esta pesquisa buscou compreender as conexões entre as decisões dos magistrados imbuída de uma visão androcêntrica (BOURDIEU, 2014) que naturaliza a violência contra as mulheres, porque naturaliza a feminilidade e a masculinidade do patriarcado construindo estereótipos de gênero sob o manto da legalidade. Questionamos se a *visão androcêntrica* estaria presente no tratamento do poder judiciário sobre os crimes de estupro. O recorte da pesquisa se deu com as sentenças judiciais e como segue a construção das decisões magistras em território alagoano, as quais denota contribuição na produção simbólica dos princípios patriarcais que formam os estereótipos encontrados historicamente ainda reproduzidos pelos juízes nas sentenças de crimes sexuais.

O direito no que tange ao delito de estupro têm claramente um viés que tangencia as mulheres que poderiam ser “vítimas genuínas” e outras não. Verificamos que a doutrina ratifica esse problema, bem como, a jurisprudência

e todas as fontes do direito, de modo que essa *violência simbólica* causada pela dominação masculina (BOURDIEU, 2014) é partícipe da elaboração especializada da doutrina jurídica atual. Assim, nossa investigação entende que a formação dos estereótipos, a análise do comportamento e a fala da vítima para o sistema de justiça criminal, particularmente na pessoa do juiz, corrobora fortemente para a vitimização feminina, quando, contrariamente, deveria operar na proteção da mulher vítima de violência. Se faz necessário o desenvolvimento da desconstrução dos pressupostos conceituais acerca do crime de estupro e dos padrões de comportamento dos atores desse delito.

Os juízes, apesar do dever da imparcialidade, possuem valores que perpassam a constituição de seu cotidiano e acabam utilizando-os no exercício da sua profissão, reproduzindo a violência de gênero. Assim, percebemos que o campo jurídico que se pretende “servo” da lei, são atravessados pelo senso comum: o senso de justiça pessoal, transcendem seus discursos e desembocam em um processo cujos julgamentos tomam por base complexos valorativos para além da lei. De modo que, como sujeitos sociais alocados numa determinada estrutura, os agentes jurídicos e seus discursos reproduzem a dominação de gênero, estabelecidos por valores tradicionalmente patriarcais.

Observados nas 28 sentenças a permanência dos lugares comuns nesses crimes, cotidianamente divulgados, ainda figuram no imaginário social e dos juízes. Consideramos também que a prova material do crime de estupro ainda é vista como meio de prova essencial, e que o discurso da vítima somente poderá servir como meio de prova que fundamente uma condenação caso esta seja reconhecida como vítima ideal, ou “a mulher honesta” e “idônea”. Mas porque nossos juízes acionam tantas ponderações para condenar em crime de estupro? Os estereótipos através do comportamento do agressor também foram interessantes para percebermos que usar a patologia ou a biologia, tratando dos acusados, rotulando-os por *doentes*, *anormais monstros*, demonstra a necessidade dos magistrados visitarem conceitos naturalizantes que se mantêm “imprescindíveis” para tratar os crimes sexuais.

Compreender porque o crime sexual acontece e como ele se sustenta como uma prática social naturalizada em uma sociedade patriarcal faz com que repensemos a violência contra as mulheres, descolados da necessidade de profilaxia que tem povoado as decisões, em um duelo entre o normal e o anormal sem discutir minimamente o machismo que é motor principal para o cometimento de profusão dos crimes sexuais.

4. Referências

ANDRADE, Vera Regina P. A soberania patriarcal. O sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 48, p. 260-290, 2004.

ARDAILLON, Danielle; DEBERT, Guita Grin. *Quando a vítima é mulher*. Brasília: Cndm, 1987.

BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

COULOURIS, Daniella Georges. *Violência, gênero e impunidade. A construção da verdade nos casos de estupro*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília (SP), 2004. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Biblioteca%20unesp.pdf>. Acesso em: 2 de março de 2016.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. *História da sexualidade II — o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

FREITAS, Lorena de Melo. *Marxismo, Direito e a Problemática da Ideologia Jurídica*. In: *4o colóquio Marx e Engels*. Cemarx / Unicamp, nov. 2005.

GRECO, Rogério. *Código Penal Comentado*. 4 ed. Niterói, RJ: Impetus, 2011.

JORGE-BIROL, Alline Pedra. *Em busca da satisfação dos interesses da vítima penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 177 pages. 2005.

PIMENTEL, S.; SCHRITZMEYER, A.L.; PANDJIARJIAN, V.. *Estupro: crime ou “cortesia”?* Abordagem sociojurídica de gênero. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1998.

QUINTAS, Fátima. *A mulher e a família no final do século XX*. Recife: FJN, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004

VARGAS, Joana Domingues. *Crimes sexuais e sistema de justiça*. São Paulo: IBCCrim, 2000.

VIOLÊNCIAS PRATICADAS POR FILHOS/AS CONTRA SUAS MÃES: UM TEMA PARA A DISCUSSÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

Luciana Cristina Teixeira de Souza

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres Gênero e Feminismo da UFBA - PPGNEIM/UFBA

lunasouza83@gmail.com

Resumo: Nesse texto pretendemos reiterar a relevância da reflexão sobre as políticas públicas para as mulheres e a necessidade de sua constante atualização aproximando-a do tema da violência praticada contra mulheres-mães de múltiplas idades cuja pesquisa se encontra, ainda, em estágio inicial. De início contextualizamos o problema eleito para a investigação apontando os cenários por onde esse se expressa; confrontamos com algumas ideias conceituais e expomos os indicadores que apontam a presença do mesmo como uma questão social. Em seguida, delineamos a diferenciação teórica acerca do tema *violência de gênero*, a partir das concepções de pesquisadoras da área de interesse observando como essas deram o contorno para a elaboração dos instrumentos políticos, legais e jurídicos, hoje, disponíveis. Por último, esboçamos uma revisão das ideias de alguns autores e autoras acerca da relevância de alguns pontos na discussão das políticas públicas para mulheres buscando estabelecer uma aproximação entre tais aportes e o problema pesquisado.

Palavras-chave: políticas-públicas, mulheres-mães, violência intrafamiliar.

Introdução

Neste texto pretendemos reiterar a relevância da reflexão sobre as políticas públicas para as mulheres e a necessidade de sua constante atualização para o atendimento das demandas sociais de modo a contemplar a devida assistência a todas as cidadãs¹ que recorram àquelas.

Para tanto, elegemos a temática da *violência de gênero*, ampliando a discussão na direção do recorte pretendido nesta análise, qual seja, o da violência intrafamiliar, mais especificamente o da violência praticada por filhos e filhas contra suas mães, consideradas idosas ou não, pertencentes a vários grupos de idade.

Questões relativas aos conflitos familiares, violência, exclusão e abandono de idosos, apontadas por um número de pesquisas, aliado aos casos notadamente divulgados pela imprensa em relação às agressões sofridas por mães e perpetradas por seus filhos, conduziram o interesse em investigar a complexidade do fato sob a perspectiva feminista. Contribuindo, dessa forma, para maior visibilização das ocorrências, bem como para o acompanhamento do manejo do problema por parte da sociedade e do Estado através das políticas públicas.

Alguns trabalhos situam o recorte dessa temática predominantemente no campo da psicologia, psiquiatria e psicanálise (CECCONELO, A. M., DE ANTONI, C., KOLLER, S. H., 2003; DAY et alii, 2003; dentre outros). Com recortes metodológicos de análise variados, esses estudos versam sobre os aspectos da violência doméstica e/ou familiar que vão desde os transtornos de conduta de crianças e jovens violentos (KELLERMAN, 2002) à questão da violência doméstica, da violência de mães e pais contra os filhos/as e os impactos nos indivíduos e nas relações familiares. (SANTOS & MORÉ, 2011). São pesquisas de grande relevância, entretanto, não tratam do recorte aqui pretendido e a ser analisado a partir da perspectiva de gênero e feminista.

Para organização do texto, de início contextualizamos o problema eleito para a investigação - cuja proposta de pesquisa encontra-se em estágio muito inicial -; localizamos os cenários por onde esse se expressa confrontando com algumas ideias conceituais e expomos os indicadores que apontam a presença do mesmo como uma questão social. Em seguida, delineamos a diferenciação teórica acerca do tema *violência de gênero*, a partir das concepções de

1 Em que pese a consideração de que a cidadania feminina enfrenta muitos obstáculos e ainda depende do fortalecimento e implantação de direitos conquistados. (PRÁ, 2010).

pesquisadoras dessa área de interesse observando como essas deram o contorno para a elaboração dos instrumentos políticos, legais e jurídicos, hoje, disponíveis. Por último, esboçamos uma revisão das ideias de várias/os autoras/es acerca da relevância de alguns pontos na discussão das políticas públicas para mulheres buscando estabelecer uma aproximação entre tais aportes e o problema pesquisado.

Contextualizando o tema

O tema *violência de gênero* tem sido objeto de interesse crescente entre os estudos feministas no mundo e no Brasil. (PIMENTEL, PANDJIARJIAN, 1998; AQUINO, 2001; PASINATO, 2004-2005; 2007; PRÁ, 2010; TAVARES, SARDENBERG, GOMES, 2011; dentre outras). Saffioti (2001) afirma que muitas pesquisas trouxeram contribuições teóricas importantes nas últimas décadas, embora ressalte a necessidade de se estabelecer distinções entre as modalidades de tal tipologia de violência.

Legalmente, com o advento da lei 11.340, sancionada em 7 de agosto de 2006 no Brasil, intitulada Lei Maria da Penha (LMP), a violência de gênero, de conceituação bastante ampla, foi caracterizada como violência doméstica e familiar contra a mulher e prevista no seu Art. 7º em cinco formas distintas, quais sejam: a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Ainda antes da promulgação da LMP, Saffioti (2004) já alertava que as diversas formas descritas não se dão de maneira isolada e incorrem, inevitavelmente, acompanhadas da violência emocional a cada tipo de agressão sofrida.

Das temáticas derivadas de análises já existentes sobre violência de gênero, como dito anteriormente, uma nos chamou a atenção em especial: aquela relativa à condição das mulheres-mães diante da violência intrafamiliar. Esse tema tem ocupado algumas manchetes da imprensa local de maneira recorrente.²

Outra evidência da ocorrência das agressões pode ser encontrada no trabalho de Azevedo (2010). A autora realiza importante pesquisa sobre a condição social de idosos/as e sua organização em busca de cidadania. No capítulo 06 do seu trabalho, apresenta e analisa os dados coletados do disque-denúncia, das entrevistas com os sujeitos envolvidos e da pesquisa documental de processos no acervo da Delegacia Especial de Atendimento ao Idoso, doravante referenciada pela sigla DEATI, e afirma que:

2 Como exemplo: CORREIO DA BAHIA. **Jovem é suspeito de matar a mãe a facadas no bairro da paz**. Salvador, 06 jun. 2012.

Realizado o cruzamento do número de filhos/as agressores/as com o número de pais agredidos, desdobrado, ambos, por sexo, é reforçada a tendência revelada em outros estudos, do maior número de mulheres entre os agredidos. Mães vitimadas (65%), para um total significativamente menor de pais na condição de vítimas (35%). Reafirma também a tendência de que os homens compõem o maior contingente de agressores, agora na figura dos filhos (65%) que têm suas mães como alvo principal. (AZEVEDO, 2010 p. 214)³.

A escolha de tal recorte dos sujeitos da pesquisa - em observância a esses dois indicadores principais: 1) a veiculação cada vez mais frequente de notícias e manchetes da imprensa local denunciando casos específicos; e 2) o trabalho citado de Azevedo (2010) - se deu por observarmos o quão considerável e preocupante é que 65% do total de vítimas sejam mulheres agredidas por seus filhos que, em sua maioria, é composta por homens.

Desse modo, avaliamos, em princípio, o conceito de gênero ou relações de gênero (SCOTT, 1990), como central para essa análise, uma vez que as pesquisas apontam que a maioria desses sujeitos vitimados por filhos/as é composta de pessoas do sexo feminino. Perguntamos, então: por quê? e quem são essas mulheres-mães? quais lugares sociais ocupam, a que origem de classe, grupo étnico-racial e grupo de idade pertencem? além de outros marcadores sociais que porventura possam revelar-se ao longo da pesquisa.⁴

A relevância do conceito de gênero de Scott se dá ao enfatizar o caráter social e relacional/analítico da distinção entre os sexos (SCOTT, 1990). Constatamos a pertinência e a centralidade dessa noção conceitual, todavia, sua adoção ainda deverá ser problematizada e intersectada com outras categorias sociais para, desse modo, tentar explicar o problema da pesquisa requerida respondendo às suas principais questões.

Ainda tratando-se de violência contra a mulher, Britto da Motta alerta que é preciso considerar a questão geracional para compreender o fenômeno: “Fica

3 Tese de doutoramento defendida em 2010 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, e que constitui principal indicador do problema para o projeto de pesquisa aqui proposto, embora tendo compreendido um recorte geracional específico para a mulher idosa.

4 Para pensar essas questões é imprescindível debater as interseccionalidades e posicionalidades no desenvolvimento da pesquisa. Inicialmente identificamos a discussão em Crenshaw (2002); Piscitelli, (2008); Macedo (2008) e Sardenberg (2015).

esquecido que as mulheres participam [...] de vários grupos de idade, e mais, de que em todas essas etapas de vida, elas são [...] objetos de violências [...]” (2009, p.4).⁵ Para a autora, geração, como categoria de análise, não pode ser negligenciada nas análises de gênero. Acolhendo essa orientação, buscamos extrapolar um recorte geracional único identificando mulheres-mães de diferentes grupos de idade, alvos de violência advinda de seus/suas filhos/as, conforme denunciado em algumas matérias de jornais, visto anteriormente.

Em que pese os avanços dos estudos sobre a violência de gênero e suas diversas modalidades no âmbito das conjugalidades (SAFFIOTI, 2001; 2004; PIMENTEL, PANDJIARJIAN, 1998; AQUINO, 2001; PASINATO, 2005; 2007; PRÁ, 2010; TAVARES, SARDENBERG, GOMES, 2011, dentre outras) constatamos uma lacuna existente entre o recorte referente à violência contra mulheres jovens (cujas pesquisas têm priorizado a investigação da agressão conjugal), e o outro grupo ou vítima – a mulher idosa, que sofre violências comumente advindas dos seus entes próximos (BRITTO DA MOTTA, 2009). Nesta pesquisa pretendemos justamente contemplar a lacuna bibliográfica sobre a violência perpetrada por filhos/as contra suas mães de diferentes grupos de idade.

Nos amparamos nessa observação para justificar a necessidade do recorte multigeracional e de gênero que pretendemos contemplar neste estudo, e, desse modo, identificar e acolher na pesquisa mães de diferentes gerações, cujo critério central será a sua condição de maternidade em situação de violência sofrida e advinda de seus/suas filhos/as, como pontuamos mais adiante.

Discussões conceituais

Em que pese a definição do aporte teórico-metodológico da pesquisa se dê em processo (uma vez que buscamos ampliar a problematização de alguns conceitos e noções), delineamos, de início, algumas diferenciações trazidas por autoras que discutem violência de gênero, para, desse modo, vislumbrar um horizonte de possibilidades conceituais que consideramos pertinentes a esta investigação.

A violência contra as mulheres é, hoje, uma questão ordinária nas pautas políticas, tornando-se agenda obrigatória nas ações institucionais em razão dos

5 Trabalho apresentado no Congresso da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos), no Rio de Janeiro, Brasil, de 11 a 14 de junho de 2009.

altos índices que insistem em se manter presentes nas sociedades de herança patriarcal.

Desse modo, foi necessário buscar compreender as diferenciações existentes entre os conceitos de violências contra a mulher, de gênero, doméstica e intrafamiliar. Muitas autoras elucidaram tais noções ao apresentar relevantes elementos conceituais. Santos e Izumino (2005) compartilham importante referência acerca da evolução dos conceitos de *violência contra a mulher* e *violência de gênero*. Segundo as autoras, foi a partir dos anos de 1990 com os estudos empíricos e a observação dos baixos índices de criminalização e das retiradas das queixas por parte das vítimas de violência, que se introduziu o conceito de gênero ao crime de violência contra a mulher. O objetivo seria o de compreender a complexidade que envolve o fenômeno. Contudo, salientam que a noção de patriarcado não é abandonada gerando, segundo as mesmas, certa “imprecisão terminológica” (SANTOS e IZUMINO, 2005 p. 5).

Nesse artigo, as autoras revelam a prevalência de três correntes teóricas importantes acerca da questão: a) *dominação masculina*: quando a violência é fruto da dominação da mulher pelo homem, sem autonomia, essa seria tanto vítima como cúmplice da violência; b) *dominação patriarcal*: de influência do feminismo marxista, concebia a violência como expressão do patriarcado, sendo a mulher sujeito social autônomo, mas vitimada historicamente pelo controle social masculino; e c) *relacional*: que relativiza a noção de dominação e vitimização, cuja concepção de violência seria uma forma de comunicação entre os gêneros (SANTOS e IZUMINO, 2005).

Problematizando a suposta imprecisão conceitual, Saffioti (2004) afirma que as análises sobre a violência contra as mulheres devem ser feitas, antes de tudo, sob a ordem patriarcal de gênero. A violência é um tema que passa a maioria das reflexões da autora e, desse modo, procura diferenciar e revelar as características e os contextos em que ocorrem os diversos tipos de violência contra a mulher, alertando que a *violência intrafamiliar* é um dos tipos mais comuns e não existe apenas necessariamente em decorrência da relação conjugal.

A violência doméstica pode ter origem em qualquer relação com qualquer membro da família. A partir do acúmulo destas discussões, a LMP define e prevê no seu artigo Art. 5º: [...] “configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”, bem como caracteriza, ainda, no seu Art. 7º, suas cinco formas distintas, quais sejam: a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Para Santos & Moré, (2011) a violência intrafamiliar ocorre com inúmeras reverberações negativas e provocam um ciclo transgeracional, sendo que os membros das famílias vitimadas pela violência apresentam um padrão de origem em ambientes violentos similares que atravessam gerações. Neste estudo, apontam:

Uma consequência igualmente trágica de todo esse quadro foi o filho tornar-se também sujeito da violência exercida dentro da família. Duas entrevistadas, além de terem sido agredidas verbal e fisicamente pelos companheiros, sofreram agressões perpetradas pelos próprios filhos. (SANTOS & MORÉ, 2011 p. 231).

Por essa razão, nos interessa neste estudo, alcançar também as noções e o uso das categorias de análise de geração e conflitos geracionais, mais detidamente as relações entre as gerações, para uma tentativa inicial de atender a complexidade que envolve os sujeitos da pesquisa no tocante ao contexto familiar e motivações das agressões.

Sobre tal discussão, a noção sociológica de geração tem como fundamento a localização social diferencial de grupos de idade. Para Mannheim (1928), uma geração se caracteriza por certo número de indivíduos na sociedade com uma modalidade de localização social e histórica comum, o autor considera geração como uma categoria de análise quando observada tal uniformidade de locação social.

Por conta das tensões inerentes aos conflitos de diferentes gerações, supostamente o princípio da alocação social deveria assegurar compensações estáveis no relacionamento do indivíduo com outros membros da sociedade e adequar as mesmas aos objetivos coletivos para além do interesse dos indivíduos e das gerações, mas da sociedade, exercendo, por fim, um papel integrador (FORACCHI, 1972).

Entretanto, ao realizar pesquisa sobre a política pública de assistência em abrigos para idosos, quanto aos conflitos familiares, Pontes (2009) aponta uma questão que vale observar:

Quando a conduta dos membros da família, concernente ao sentimento de afeto ou reciprocidade, incide em transgressão ou desvio da expectativa, mantida pelo contrato implícito entre as gerações, acarreta perdas afetivas e materiais. (PONTES, 2009, p.79).

Sobre isso, Foracchi (1972) responde que o conflito de gerações é dialético e se dá no questionamento e na reprodução de valores, na institucionalização e na normatização para além da família, mas também em torno de formulações sociais, exigências e expectativas de fidelidade entre as gerações.

Desse modo, a citada autora verificou também que as escolhas pela moradia em abrigos muitas vezes foi consequência de conflitos geracionais intrafamiliares:

A experiência da coabitação, assim, não se traduz, necessariamente, em maior suporte ao idoso, nem tampouco reflete a sua preferência, podendo, ao contrário, resultar de injunções econômicas, sociais e/ou de saúde, seja de sua parte, seja da parte de seus filhos, convertendo-se num elemento desencadeador de insatisfação e violência domésticas. (PONTES, 2009, p.79).

À luz de tais reflexões, deverão ser investigadas nesta pesquisa, mulheres pertencentes a diferentes grupos de idade, observado o seu reconhecimento existencial e psicossocial como pertencentes a uma dada geração e se a relevância social da idade é, também, dimensionada por esta. Além de tentar compreender em que medida os conflitos geracionais estão implicados nessas relações marcadas por uma história de agressões e violências intrafamiliares do algum tipo.

Políticas públicas para as mulheres, deslocamentos e pontos de atenção

A intenção dessa pesquisa vai ao encontro dos interesses de diversas especialistas que acompanham a conjuntura após a construção dos aparelhos do sistema de justiça e segurança pública que atuam na prevenção e combate à violência de gênero, muito mais, considerando que essa é uma premissa contida na legislação brasileira: o monitoramento e avaliação dos instrumentos jurídicos de combate à violência contra a mulher, em específico a Lei Maria da Penha (LMP), tendo por objetivo verificar os recursos e os limites para garantir a sua efetividade. (OBSERVATÓRIO DA LEI MARIA DA PENHA, 2007; PRÁ, 2010).

Do mesmo modo, a política pública também estabelece que haja a “promoção de estudos, pesquisas e estatísticas com recortes de gênero, raça ou etnia voltadas às causas, consequências e à incidência do fenômeno, em que pese a escassez e dispersão de dados observada. (PRÁ, 2010, p. 94).

Ademais, consideramos a pesquisa, com o recorte proposto, uma iniciativa de investigação com vistas a contribuir para dar maior visibilidade social à violência de gênero colaborando para que as ciências sociais e a própria sociedade possam superar o quase silêncio que cerca o tema e, assim, formular uma legislação eficaz no combate à violência intrafamiliar.

Corroboramos, ainda, com as ideias de Debert e Oliveira (2012) que consideram as delegacias especiais instrumentos legítimos de defesa porque são decorrentes das reivindicações dos movimentos sociais, sendo, por isso, responsáveis por politizar a justiça.

Desse modo, reiteramos a importância do monitoramento dos aparatos institucionais disponíveis com vistas a criar mecanismos possíveis para reforçar e/ou estimular a sua eficácia de modo a contemplar os sujeitos demandantes nas suas múltiplas experiências e necessidades.

Retomando as reflexões iniciais da pesquisa, uma questão que sempre nos inquietou diz respeito ao alcance da legislação e do atendimento, à luz dessa, aos sujeitos 'mulheres' pertencentes a múltiplas gerações. Vejamos tais **pontos de atenção**, a seguir:

O ano de 2006 é marcado por dois acontecimentos relevantes para pensar as ações políticas e suas decorrências: a instalação da DEATI em Salvador-BA e a promulgação da LMP. Ou seja, é quando ocorrem dois acontecimentos que 'se cruzam' e que são importantes para o problema da pesquisa, pois aqui nos interessa investigar os casos de violência de filhos/as praticada contra suas mães, que, se tratando de violência doméstica intrafamiliar podem ser atendidas no âmbito da LMP e das DEAMs (NORMA TÉCNICA DE PADRONIZAÇÃO DAS DEAMs, 2010) e, sendo a mãe uma mulher idosa, no âmbito da DEATI. Assim, a investigação em apenas uma das duas Delegacias, isoladamente, não alcançaria o fator multigeracional dos sujeitos da pesquisa que queremos abarcar. A delimitação temporal pretendida abrange o período de mais 2 anos à frente, para cumprir o propósito de acompanhar as ocorrências através de observação sistemática nas Delegacias e, desse modo, aferir e analisar como, em que condições, com quais acolhimentos e interpretações se dão as denúncias e também os atendimentos aos casos em tempo presente.

Desse modo, nos interessa analisar os encaminhamentos no tocante às medidas protetivas e demais, pertinentes à defesa e responsabilização em observância àquelas previstas na LMP e Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) nos casos identificados, e, assim, mensurar o alcance dessas políticas públicas referente ao atendimento da categoria dos sujeitos dessa pesquisa, quais sejam: mulheres que correspondem a diversos grupos de idade.

É sabido que para empreender a pesquisa que pretendemos fazer da política pública para as mulheres na perspectiva de gênero, será preciso também ampliar a escala de análise e considerar o contexto da criação dos programas governamentais identificando políticas e projetos que atendam a mulheres no âmbito mais geral, acompanhando a evolução histórica da agenda na formulação e na implementação das políticas públicas. Farah, ao avaliar a agenda de reformas construída a partir do processo de democratização do Estado brasileiro, assinala:

Participaram da constituição dessa agenda movimentos sociais, constituídos desde os anos 70, em torno da luta pela democratização do regime e de reivindicações ligadas ao acesso a serviços públicos e à melhoria da qualidade de vida, especialmente nos centros urbanos. Já nesse primeiro momento, as mulheres e a problemática de gênero estiveram presentes. (FARAH, 2004, p.50).

Entretanto, cabe uma ressalva: em que pese os deslocamentos observados decorrentes da inclusão da pauta das mulheres no tocante à criação de mecanismos de defesa e jurisdição nas últimas décadas, um dos principais obstáculos a ser enfrentado na efetivação e aplicação dos mesmos é colocado em cena pelos estudos de Salvador e Yanoulas (2013). Esses autores consideram a questão orçamentária um ponto crucial nas limitações observadas quanto às políticas e as iniciativas do Estado para superação da ordem desigual do acesso ao direito social. Argumentam, para tanto, que o orçamento público é uma via estratégica para a consolidação e exercício do controle social (SALVADOR & YANOULAS, 2013). Notadamente, quando este não é posto como prioritário, os entraves na distribuição dos recursos acabam por comprometer os deslocamentos e avanços no cenário das ações políticas quanto às desigualdades de gênero e outras tantas.

Tais assertivas dialogam diretamente com o que expõe Dye (apud Coelho, 2012 p. 40) acerca do processo de tomada de decisão e das escolhas, assim como das não-escolhas nas ações, evidenciando a política pública que se quer fazer, ou não se quer. Segundo afirma, no processo decisório estão em disputa os interesses dos grupos envolvidos que irão definir a configuração das ações institucionais. Coelho destaca, ainda, que as políticas públicas contêm uma dimensão espacial delimitada e que as ações estão “territorialmente ancoradas, a partir da ideia de localização em um espaço geográfico determinado (...)” (COELHO, 2012 p. 40).

Compreender a importância da dimensão espacial é também um ponto de interesse para a essa pesquisa, vez que o espaço geográfico, entendido como uma instância da sociedade expresso por conflitos entre grupos hierarquizados (SILVA & SILVA, 2011), poderá trazer contribuições teórico-metodológicas relevantes para a investigação desse objeto de estudo, sendo esta uma das intersecções mensuráveis no nível prático-teórico.

Outra problematização válida para a reflexão sobre políticas públicas se situa na discussão sobre cidadania trazida especialmente por Lisboa e Manfrini, ao questionarem a ideia de uma cidadania universal e salientar a diferenciação desta entre os gêneros definidas pelas marcas das decisões, ainda hegemonicamente masculinas, nas formulações das ações. As autoras argumentam sobre a necessidade de levar em conta a equidade de gênero e as “necessidades das mulheres” nas políticas para as mulheres, além da premência da sua operacionalização ser coerentemente articulada com as políticas do Estado mais gerais (LISBOA & MANFRINI, 2005, p. 68 -69).

Em sintonia com os elementos expostos, Sardenberg, (2010) e Delgado & Tavares (2012) engendram uma abordagem das políticas públicas à luz do aporte teórico e estratégico da transversalidade e transversalização de gênero para o desenvolvimento das intervenções político-institucionais com vistas à superação das limitações já observadas. Entretanto, Sardenberg alerta:

A transversalização de gênero é uma perspectiva nova, que se apresenta como um grande desafio aos modelos de desenvolvimento e formas de intervenção prevalentes, pois lida com questões controversas, já que procura romper com os padrões estabelecidos das relações de poder entre os sexos. (SARDENBERG, 2010 p. 65).

Apesar das barreiras a ultrapassar, a partir do enfoque da transversalidade observamos que as políticas públicas enfrentarão o desafio de forjar uma outra forma de ver e de operar as formulações e ações em várias instâncias do governo, buscando promover uma intervenção mais integrada e eficaz no que toca à equidade de gênero. (TAVARES & DELGADO, 2012). Especialmente se considerarmos um contexto político nacional incerto e ameaçador que vislumbra-se no horizonte quanto às políticas públicas mais gerais e, em específico, àquelas voltadas para as minorias.

Novas estratégias deverão ser forjadas como forma de garantir a consolidação das ações implementadas até aqui evitando o retrocesso das conquistas

políticas acumuladas em anos de construção coletiva capitaneada pelos movimentos sociais como um todo e, em grande parte, pelo movimento feminista.

Considerações finais

Compreendendo o desafio de criar os instrumentos conceituais e metodológicos necessários a uma pesquisa sob a perspectiva de gênero e feminista, ao refletir sobre as políticas públicas para as mulheres visualizando o problema de pesquisa, pretendemos, com esse texto, indicar algumas possibilidades para construção de uma parte do aporte conceitual preliminar necessário ao desenvolvimento da tese proposta.

Para tanto, buscamos destacar alguns elementos que os autores e autoras citados/as consideram relevantes nesse debate político-acadêmico em torno da temática, apontando para questões mais profundas a serem exploradas adiante. Esses diálogos iniciais deverão iluminar as indagações presentes da pesquisa, vez que consideramos as ideias aqui delineadas bastante pertinentes para a problemática recortada.

É certo que a contínua interlocução junto às demais disciplinas do programa possibilitará seguir nas reflexões e formulação, em processo, do aporte mais amplo.

Todavia, o acesso ao acervo bibliográfico disponibilizado oportunamente e até então pouco explorado, introduziu as reflexões sobre alguns cruzamentos conceituais necessários a essa discussão, buscando dar conta de fundamentar e clarificar a complexidade que envolve o objeto em estudo.

Referências

AZEVEDO, Eulália Lima. **Um palco de múltiplas vozes: a nova invenção dos idosos/as em luta pela cidadania.** Salvador, 2010. 281 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2010.

BRASIL, LEI 11.340/06. **Lei Maria da Penha.** Brasília, DF: Senado Federal, 2006.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs).** Edição atualizada, Brasília, 2010. 84 p. Disponível em: < <http://www.spm.gov.br/>

subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/lei-maria-da-penha/norma-tecnica-de -padronizacao-das-deams-.pdf.> Acesso em: 18 out. 2014.

BRASIL - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher - CPMI-VCM, **Relatório Final 2013**, Brasília, Julho de 2013. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wpcontent/uploads/2013/07/CPMI_RelatorioFinal_julho2013.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2015.

BRITTO DA MOTTA, Alda. **Violência contra as mulheres idosas** – questão feminista ou questão de gênero? Trabalho apresentado ao Congresso da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos). Rio de Janeiro, jun. 2009.

BRITTO DA MOTTA, Alda. As velhas também. **Ex Aequo**, n.º 23, 2011, pp. 13-21.

CECCONELLO, A.M.; DE ANTONI, C., KOLLER, S.H. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. **Psicologia em Estudo**. Maringá,v.8,n. esp., 2003. p.24-54.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v.10, n.1, p.171-188. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011>. Acesso em out. 2014.

COELHO, Maria Ivonete Soares. Políticas públicas, Políticas sociais públicas e avaliação de políticas públicas. In: GURGEL, Telma; QUEIROZ, Fernanda. M.; RUSSO, Glauca. H. A. (Orgs.). **Políticas sociais, serviço social e gênero: múltiplos saberes**. Mossoró: UERN, 2012. p 39-54.

CORREIO DA BAHIA. **Jovem é suspeito de matar a mãe a facadas no bairro da paz**. Salvador, 06 jun. 2012.

DAY, V.P.; TELES, L.E.B.; ZORATO, P.H. et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **R. Psiquiatria**, RS, 25'(suplemento 1), abril 2003. p. 9-21.

DEBERT, Guita Grin; MARQUES DE OLIVEIRA, Amanda. A feminização da violência contra o idoso e as delegacias de polícia. **Mediações**, Londrina, v. 17 n. 2, jul./dez. 2012, p. 196-213.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e Políticas Públicas. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. **Estudos Feministas**, Florianópolis: UFSC. janeiro-abril/2004, p. 47-71.

FORACCHI, Marialice M. O conflito de gerações. In: _____. **A Juventude na Sociedade Moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972. p.19-32.

GOMES, Márcia Carvalho. **Proteção social à velhice e o circuito de solidariedades intergeracionais**. 2008. 288 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

KELLERMAN, Jonathan. **Filhos selvagens**: reflexões sobre crianças violentas. Tradução de Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

LISBOA, Tereza Kleba; MANFRINI, Daniele Beatriz. Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos. In: **Katálysis**. Florianópolis, v. 8 n. 1 jan/jun.2005, p. 67-77.

MACÊDO, Márcia dos Santos. **Na trama das interseccionalidades: mulheres chefes de família em Salvador**. Salvador, 2008. 247 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2008.

MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In: _____. **Sociologia do Conhecimento**. Porto, PT: Res, 1928. p. 115-176.

OBSERVE-**OBSERVATÓRIO LEI MARIA DA PENHA**, 2007. Disponível em: <http://www.observe.ufba.br/observatorio_historico>. Acesso em 20 out. 2014.

PASINATO, Wânia. Questões Atuais sobre gênero, mulheres e violência no Brasil. **Revista Praia Vermelha**, RJ: ESS/UFRJ, nº 14&15, 1º/2º sem. 2007, páginas 130-154.

PIMENTEL, Silvia; SCHRITZMEYER, Ana Lúcia P.; PANDJIARJIAN, Valéria. Estupro: crime ou 'cortesia'? Abordagem sociojurídica de gênero. **Coleção Perspectivas Jurídicas da Mulher**, Porto Alegre: Fabris Editor, 1998, p. 24-25.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**. 2008, vol. 11. n. 12(julho-dezembro) pp.

263-274. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70311249015>> ISSN 1415-8566>. Acesso em 31 out 2014.

PONTES, Paula Lopes. **Vivendo no lar: um estudo sobre os motivos de ingresso dos idosos residentes na instituição Franciscana**. Salvador, 2009. 213 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal da Bahia, 2009.

PRÁ, Jussara Reis. Metodologias feministas, gênero, políticas públicas e o monitoramento da Lei Maria da Penha. *In: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero (Orgs.). Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p.81-101.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, 2001, n.16, pp. 115-136. ISSN 0104-8333. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332001000100007>>. Acesso em out. 2014.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALVADOR, Evilasio S., YANNOULAS, Silvia C. Orçamento e financiamento de políticas públicas: questões de gênero e raça. **Revista Feminismos**. v.2, p.1 - , 2013. Disponível em: <<http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/viewFile/19/52>>.

SANTOS, Ana Cláudia Wendt dos; MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Impacto da violência no sistema familiar de mulheres vítimas de agressão. **Psicol. Cienc. Prof.**, 2011, vol.31, n.2, pp. 220-235. ISSN 1414-9893. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932011000200003>>. Acesso em out. 2014.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Revista Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe**, Universidade de Tel Aviv, 2005. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf>> Acesso em: 16 mai 2015.

SARDENBERG, Cecília M. B.; Da transversalidade à transversalização de gênero: aportes conceituais e prático-políticos. In: SHEFLER, Maria de Lourdes; VASQUEZ, Petilda Serva; AQUINO, Silvia de. **Travessias de gênero na perspectiva feminista** (Coleção Bahianas). Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010, p. 37-73.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.16, nº 2, jul/dez 1990, p. 71-99.

SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da. **Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.

TAVARES, Márcia Santana; SILVA, Ermildes Lima da; LACERDA, Simone Oliveira de;. **A Lei Maria da Penha e sua Aplicação nas DEAMs de Salvador**: reflexões sobre o que pensam e dizem as mulheres em situação de violência. In: 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero. [S.l.: s.n.],[2012?].Disponível em:<<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/view/285>> Acesso em: 21 out. 2014.

TAVARES, Márcia Santana; SARDENBERG, Cecília M. B.; GOMES, Márcia Queiroz de C. Feminismo, Estado e Políticas de Enfrentamento à Violência contra mulheres: monitorando a Lei Maria da Penha. In: **Labrys Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, jun./dez. 2011.

TAVARES, Márcia Santana; DELGADO, Josimara. (Trans)versalidades de gênero e geração nas políticas sociais: o lugar de mulheres e idosos In: **Caderno Espaço Feminino** - Uberlândia-MG - v. 25, n. 2 - Jul./Dez. 2012 – ISSN online 1981-30879.

MÃES E FILHOS ENTRE LAÇOS DE SENTIMENTOS E INTRIGAS: DESCORTINANDO A VIOLÊNCIA CONJUGAL NA VIDA DOS FILHOS

Marcela Castro Barbosa
Universidade Federal do Piauí - UFPI
marcelabemhumorada@hotmail.com

Resumo: A presente a investigação visa compreender como a violência conjugal pode afetar a vida dos filhos. É significativo destacar que os filhos presenciam momentos do casal, como relações de afetividade, discussões, agressões físicas, verbais e psicológicas que podem atingir suas vidas, inclusive desdobrarem-se em violências físicas e psicológicas, pois muitas vezes eles interferem diretamente na violência conjugal. Trata-se de um estudo de caráter predominantemente qualitativo com o uso de entrevista semiestruturada. O espaço dessa investigação aconteceu na cidade de Teresina-PI, tendo como sujeitos da pesquisa mulheres/mães em situação de violência de gênero ocorrida no lar, com filhos maiores de 8 anos que presenciam ou presenciaram a violência por ela sofrida, perpetrada por seus companheiros ou ex-companheiros, que estão ou já tenham sido assistidos pela Defensoria Pública Estadual/ Núcleo de defesa da Mulher em situação de violência, entre os anos de 2009-2014. A relevância social dessa investigação está em compreender o desdobramento da violência conjugal na vida dos filhos, produzida no ambiente familiar, com o propósito de contribuir com a temática em questão. Os resultados dessa investigação revelados através dos discursos das mulheres/mães demonstram que a violência conjugal atinge também aos filhos/as, seja de forma direta ou indireta, extrapolando o contexto da relação conjugal, afetando toda a família.

Palavras-chave: gênero. Violência conjugal. Filhos e mães.

Introdução

O estudo é fruto de uma pesquisa de mestrado¹ realizada na cidade de Teresina-PI. Essa investigação sociológica teve o intuito de compreender a violência conjugal produzida no ambiente familiar sofrida por mulheres/mães e pelos filhos, tendo como sujeitos as mães, com o propósito de tratar desse fenômeno. Embora existam várias pesquisas sobre a violência contra a mulher na cidade de Teresina-PI, são escassas as investigações sobre a violência conjugal, em especial o desdobramento dessa violência na vida dos filhos. Portanto, essa investigação poderá contribuir para preencher lacunas acerca da temática da violência de gênero ou aspectos ainda pouco explorados e conhecidos.

Por isso, a pesquisa em destaque trata da violência de gênero, no contexto conjugal de mulheres/mães, considerando que a violência nessa esfera atinge as mulheres e os filhos, quando estes residiam ou residem com o casal. As mulheres/mães e os filhos serão os sujeitos para averiguar reflexos da violência na vida também dos filhos. Um filho foi ouvido, apesar das inúmeras tentativas e negativas de outros em participar desse estudo.

É oportuno destacar que a violência conjugal não se restringe a relação do casal, mas irradia sobre os filhos e toda a família, atuando de forma psicológica, afetiva e social. Portanto, a violência conjugal é outra dimensão da violência de gênero, em sua maioria produzida por homens contra as suas parceiras e seus filho/as. Em geral, mulheres/mães sofrem diferentes formas de violência no lar, ampliando-se a seus filhos. Diante dessa contextualização e compreensão do fenômeno pesquisado, tem-se como problemática a seguinte: Quais os tipos de violências sofridas pelos filhos durante a violência conjugal, percebidas pelas mulheres mães?

Essa pesquisa pressupõe que os filhos sofram o desdobramento da violência conjugal, pelo fato de compartilharem das relações de poder, violência física, psicológica, moral e/ou simbólica produzidas pelo casal, de forma direta e/ou indireta, afetando, assim, diretamente suas relações sociais arroladas na própria família, escola, vida afetiva e social. Muitas vezes, o silêncio dos filhos pode ser uma estratégia para superar as violências produzidas na relação do casal.

1 Dissertação de Mestrado em Sociologia (2013-2015) - Universidade Federal do Piauí, linha de pesquisa Gênero e Gerações sobre orientação da Profa Dra Rita de Cássia Cronemberg Sobral. Bolsista Capes.

Diante da complexidade da investigação, destacam-se dois objetivos: 1. Identificar os tipos de violências sofridas pelas mulheres/mães durante a relação conjugal; 2. Verificar, através das mulheres/mães, a violência conjugal sofrida pelos filhos no espaço familiar. Esses pontos estão associados ao objetivo geral da pesquisa que visa compreender, através das mulheres/mães, como a violência conjugal pode afetar a vida dos filhos.

O *locus* da imersão sociológica aconteceu na Defensoria Pública Estadual do Piauí, mais especificamente no Núcleo de Defesa da Mulher em Situação de Violência, popularmente conhecido como Núcleo da Mulher, um espaço complexo, pois possibilitou visualizar diferentes realidades vivenciadas por muitas mulheres na cidade de Teresina. É importante frisar que a instituição autorizou a realização da pesquisa de campo, contanto que os sujeitos sociais da investigação fossem preservados. Esse cuidado foi associado à ética na pesquisa que resguardou os sujeitos sociais, as mulheres/mães, assim garantindo os sigilos dos nomes antes, durante e depois da pesquisa científica.

Esse espaço de investigação proporcionou conhecer diferentes realidades sobre mulheres/mães vítimas da violência perpetrada pelo parceiro, tendo seus direitos e sua dignidade desrespeitados. As situações permitiram visualizar diversos sentimentos, tais como: tristezas, dores, alegrias, frustrações, reconciliação, angústia, choros, abandono, desprezo, superação e até mesmo o término de uma relação conjugal de forma amigável. As emoções transcorreram de forma peculiar na história de cada mulher. Muitas delas chegaram ao Núcleo da Mulher com a escolha de lutar pelos seus direitos e proteger sua vida e a vida dos filhos, denunciando o parceiro; = outras alimentavam a dúvida e o medo, mesmo com a decisão judicial encaminhada temiam pela própria vida, por isso desistiam de processar o companheiro.

Neste espaço de investigação foi realizado o primeiro momento da pesquisa de campo, onde foram estabelecidos os contatos iniciais como os sujeitos da pesquisa, que estavam associados ao perfil da investigação sociológica, portanto eram mulheres/mães vítimas da violência conjugal no contexto familiar, com filhos maiores de 18 anos, que foram ou estavam sendo assistidos pelo Núcleo da Mulher.

O ambiente proposto pelo Núcleo da Mulher/ Defensoria Pública Estadual do Piauí² foi significativo, pois proporcionou entender sobre o trâmite jurídico

2 Segundo, a Lei Maria da Penha nº 11. 340/06, a Defensoria Pública é pautada com uma instituição responsável pela proteção e garantia dos direitos das mulheres vítimas da violência doméstica, ao

e social da violência doméstica e intrafamiliar na cidade de Teresina, no que tange às denúncias feitas pelas mulheres aos seus agressores, o andamento de processo, reuniões de conciliação, acordos e outros detalhes que contribuíram para a compreensão do fenômeno pesquisado. É importante frisar que a pesquisa teve como foco o discurso e as vivências dos sujeitos sociais, as mulheres/mães, no que concerne à violência conjugal. Portanto, os processos judiciais dos sujeitos sociais não foram utilizados.

O processo de investigação social possibilitou refletir sobre a violência de gênero como um fenômeno complexo, que perpassa diferentes contextos: social, econômico, político, cultural e simbólico. Conforme Saffioti (2004, p. 81), a violência de gênero, inclusive em sua modalidade familiar e doméstica, deriva de uma organização social de gênero que privilegia o masculino.

Diante disso, a violência contra a mulher parece fazer parte do cotidiano das relações conjugais e/ou afetivas vivenciadas na sociedade brasileira. Segundo dados presentes no Relatório da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 de 2014³, 70,75% das mulheres vítimas da violência de gênero fizeram a denúncia e a presença do agressor é representada pela figura masculina. Em particular, a relação entre as mulheres vítimas e o agressor está compreendida entre atual e/ou ex-companheiro, cônjuges, namorados ou amantes das vítimas. Além disso, 82,53% das denúncias correspondem às relações heteroafetivas, as relações familiares atingem 11,20%, enquanto as relações homoafetivas destacam-se como 0,34% do total das denúncias.

Os dados proporcionados pela pesquisa informam que existe uma permanência nas formas de violência vivenciadas pelas mulheres, em especial nas relações heretoafetivas, que corresponde a cerca de 60% dos registros acima de cinco anos. É alarmante a frequência da violência no cotidiano dessas mulheres. Isso representa uma ameaça a sua integridade física, moral e psicológica. Ainda conforme a pesquisa supracitada, em 42,93% dos casos a violência é diária e 34,05% estão registradas como semanais. Portanto, em 77% dos casos a violência ocorre com uma assiduidade altíssima nos lares brasileiros. A pesquisa

frisar em seu artigo 28: “É garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado”.

- 3 O Ligue 180 é um instrumento que vem colaborando na denúncia da violência contra mulher no país. Esse mecanismo possibilita informações sobre as denúncias de mulheres vítimas da violência doméstica adentro e fora do país. A denúncia também pode ser realizada pelas mulheres vítimas de violências, parentes, conhecidos, amigos, vizinhos e os próprios filhos.

ainda revela detalhes significativos: 23,51% dos atos de violência apresentados acontecem desde o início do relacionamento.

É importante salientar que aproximadamente 80% dessas mulheres possuem filho/as, 64,35% desses (as) filhos(as) presenciaram a violência entre o casal e 18,74% também sofreram violência. Isso demonstra o desdobramento da violência contra as mulheres/mães, uma forma de violência que vai além da relação conjugal, ela afeta a vida dos/das filho/as e todo o contexto familiar. Esses dados contribuem significativamente para esta investigação que tem em vista o desdobramento da violência conjugal na vida dos filhos.

É necessário ressaltar que o estado do Piauí em 2014 figurava entre os 20 estados que mais utilizaram o disque 180. As denúncias realizadas contribuíram para que o estado ocupasse a 18ª posição, com 752 registros, que corresponde 47,29% para cada 100.000 mulheres. A pesquisa ainda relata os índices da violência contra mulher e como eles vêm sendo denunciados. Esses dados demonstram que a violência de gênero praticada pelo parceiro é mais evidente, o que não exclui a ação de mulheres contra ele.

A violência de gênero no espaço doméstico e conjugal, como já evidenciado, atinge também os filhos. Por isso acreditamos ser importante conhecer a opinião dos jovens acerca da violência conjugal, haja vista eles participaram de forma direta ou indireta desse tipo de violência. A pesquisa realizada pelo Instituto Avon e Data Popular 2014⁴, por oportuno, exibem dados relevantes quanto à violência conjugal na perspectiva dos jovens. Segundo os dados da pesquisa, 43% dos jovens entrevistados já presenciaram a mãe ser agredida pelo parceiro, (pai, padrasto e/ou namorado). Dentre as maiores agressões vivenciada pelos jovens destaca-se o xingamento com 38%, em segundo lugar referente às ações de sacudir, empurrar, chacoalhar que representam 19% enquanto as ameaças em bater estão em terceiro lugar como 18%.

A pesquisa, ainda esclarece que perante as ofensas vivenciadas pela mãe, 47% dos jovens interferiram em defesa da mãe. Outro detalhe apontado pela análise é que a violência produzida no espaço conjugal e familiar pode ser reproduzida na vida amorosa dos filhos, que posteriormente acabam praticando ações semelhantes, isso é perceptível nos dados apresentados pela pesquisa ao demonstrar que desde, as relações de namoro, 55% dos jovens /masculinos estimulados, admitem ter praticado violência contra a parceira, enquanto 66%

4 Pesquisa realizada em todas as capitais brasileiras, realizada com jovens entre 16 a 24 anos, constituída com 1.029 mulheres e 1.017 homens, por meio de questionário online de autopreenchimento.

das jovens provocadas durante a entrevista, admitem que sofreram violência/controlado do parceiro, mas apenas 4% dos jovens admitem normalmente que praticaram violência contra parceira. As jovens abertamente afirmam que sofreram violência do parceiro, constituindo um total de 8%⁵.

Outro dado significativo apresentado nesta pesquisa é que homens que presenciaram atos violentos contra a mãe praticam mais violência contra as mulheres. Considerando a característica de maior violência, destacam-se os xingamentos, que correspondem ao total de 39% onde foram realizadas pelos 64% dos homens que já vivenciaram suas mães sendo vítimas da violência, enquanto 24% dos 47% dos homens que não presenciaram ações de violência contra a mãe praticam menos agressões às mulheres.

Assim, a violência contra mulher no espaço conjugal e doméstico pode estende-se aos filhos gerando-se ações que possivelmente podem ser reproduzidas na sua vida social e subjetiva, uma vez que estes presenciam e muitas vezes interferem ou, melhor dizendo, fazem parte do cenário da violência.

Conforme dados da Organização Mundial da Saúde – OMS⁶, uma em cada três mulheres no mundo é vítima de violência conjugal. As formas de violências vivenciadas pelas mulheres e compartilhadas pelos filhos nas microrrelações do lar deixam marcas invisíveis na vida dos sujeitos sociais, estendendo ao contexto macro do tecido social. Conforme Saffioti (2004, p. 63), os resultados destas agressões não são apenas feridas no corpo, mas na alma. Vale dizer feridas de difícil cura.

Azevedo (1985) produz um estudo relevante sobre a violência contra mulher no Brasil. À autora registrou um panorama sobre o número de atendimentos, denúncias e a condições socioeconômicas de mulheres vítimas da violência perpetrada pelos seus companheiros, contribuindo para a notoriedade da violência contra a mulher na sociedade brasileira, haja vista que não havia trabalho acadêmico publicado acerca do tema. Ainda conforme Azevedo (1985), a Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres tem contribuído para tirar a violência contra a mulher da clandestinidade e colocá-la na ordem do dia das discussões do público em geral, dos especialistas e das autoridades.

5 As características da violência apontadas pela pesquisa estão relacionadas desde a busca de mensagem pelo celular, o controle das palavras-chaves, como: onde está? O que estava fazendo? Passando por xingamentos, pela proibição de roupas, por humilhações e ameaças, dentre outros.

6 <http://noticias.terra.com.br/mundo/uma-em-cada-tres-mulheres-no-mundo-sofre-violencia-conjugala1e623b21c7fc9410VgnCLD200000b1bf46d0RCRD.html> acesso em: 21/11/2014 - 13:47

“Cenas e queixas”, publicado em 1993, surge como um estudo relevante sobre violência contra mulher. Gregori, no trabalho em questão, relata situações de mulheres vítimas da violência, em destaque a violência conjugal. As mulheres buscavam auxílio junto ao SOS mulher, instituição criada por um grupo de feministas que tinham o objetivo de resolver as situações de mulheres vítimas da violência ocorridas no lar, em especial a violência conjugal.

Inicialmente, as feministas do SOS mulher estavam ansiosas com o atendimento das mulheres, e a atuação política desenvolvida junto à entidade. Gregori (1993, p. 62) destaca

As feministas, desde a criação do SOS, estavam preocupadas com o risco da entidade não cumprir os seus objetivos políticos. O medo de imprimir nela um caráter assistencialista era tal que a mera prestação de serviços tinha uma conotação bastante pejorativa. A expectativa das feministas era transformar as mulheres vítimas em militantes do movimento feminista. Entretanto, a resolução dos problemas imediatos não garantia a incorporação daquelas mulheres. Por isso, a prestação de serviços não era considerada pelas militantes como um trabalho político.

Além disso, a dinâmica produzida pelas militantes do SOS, não estava na mesma lógica das mulheres vítimas da violência, pois essas mulheres buscavam atenção, afeto, desabafo, orientação durante o atendimento, mas não buscavam uma postura militante ou política considerada importante pelas feministas, nem queriam denunciar seus companheiros. Diante disso, Gregori enfatiza (1993, p.96-97)

[...] No início do SOS, todas as militantes nutriam uma simpatia por elas em função de uma certa “identificação” sem limites com todas as mulheres e de uma simpatia especial por vítimas de violência. No decorrer do tempo, as plantonistas foram chegando à conclusão de que essas mulheres não lhe dizem respeito. Proliferaram interpretações salientando a cumplicidade delas nas situações de violência. Em primeiro lugar, afirmava-se que elas não se separavam, porque tinham compensações. E mais, sugeria-se que as mulheres se mantinham nessa relação por opção. Em vista da dificuldade de uma conscientização, a curto prazo, ocasionada pelo aparente

desinteresse das mulheres, as, militantes tenderam a interpretar que elas eram cúmplices. Não se trata de desconsiderar o fato de as mulheres realmente encontrarem satisfação e benefícios afetivo ou financeiro em suas relações conjugais, perpassado pela violência. O que parece paradoxal é essa ideia de opção. Ela implica ter a disposição escolhas e, principalmente, liberdade de escolhas [...].

O estudo de Gregori (1993) evidencia que o atendimento das feministas às mulheres vítimas da violência, demonstrou uma cumplicidade na atitude dessas mulheres para com os seus parceiros/agressores. No entanto a autora questiona se realmente se trata de opção ou de escolha, sugerindo o contexto sociocultural como mais promissor para entender essas mulheres e mesmo a violência. Mas conclui, aceitando a cumplicidade das mulheres em relações violentas, considerando a ambiguidade em relação às possibilidades de escolhas de mulheres e também de homens, pois afirma que a violência na relação homem/mulher é exceção e não regra: “Nesse sentido, é necessário assumir que a cultura é mais um mapa do que um conjunto de prescrições impositivas. Mapa este que orienta as pessoas e faz com que combinem as prescrições em suas relações concretas com outras pessoas e com o mundo. [...]” (p.201)

Hoje, se comparáramos a problemática da violência contra mulher, em especial a violência conjugal, percebermos um contexto diferenciado, pois as mulheres que são vítimas de violência, muitas delas denunciam seus parceiros, buscam a separação e a garantia dos seus direitos. Por outro lado, as mudanças na legislação da violência contra a mulher oferecem melhores condições para o enfrentamento de relações violentas entre os sexos. Entretanto, não significa dizer que todas as mulheres que denunciam buscam a separação dos agressores, pois ainda persiste no cenário cultural o ideário de que a família é sagrada, portanto precisa ser preservada. Familiares, tais como: pais de mulheres que sofrem violência, filhos ainda cobram certa cautela das mulheres e uma dose de paciência em prol da manutenção da família. E, claro, muitas mulheres, além do medo e do desamparo, ainda acreditam que essa é uma atribuição feminina.

Saffioti (1994) esclarece que a violência masculina contra a mulher é constitutiva da organização social de gênero. A violência no contexto da relação conjugal, por ser um espaço considerado privado, onde ainda é relativamente recente a intervenção do Estado, remete de forma mais premente à presença do patriarcado, devido ao fato do casamento tratar-se de uma modalidade de contrato sexual, segundo Pateman (1993). Para Saffioti (2004), a propósito, o patriarcado é um caso específico das relações de gênero.

Explicando o patriarcado, Saffioti (2001, p.115) afirma que:

No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência.

Isso acontece no ambiente familiar de forma micro, ou nas relações macro-compreendidas pelas relações sociais estabelecidas por homens e mulheres na sociedade. Portanto, Saffioti (2004, p.92) esclarece que.

Na violência de gênero, teoricamente podendo ter como agressor tanto o homem quanto mulher, na prática a prevalência e, com uma predominância esmagadora, de homens, parentes, amigos, conhecidos, raramente estranhos. Os tipos mais difundidos de violência contra mulher são de violência doméstica e de violência intrafamiliar. É, pois, prudente manter o olhar em direção aos que habitam o mesmo domicílio, a fim de não se dormir com o inimigo.

Diniz e Pondagg (2006) também argumentam que a violência doméstica está inserida na violência de gênero, perpassando as relações familiares. As autoras enfatizam que a violência doméstica está associada às situações de violência que ocorrem dentro do espaço doméstico. Essa forma de violência envolve pessoas que têm relação de consanguinidade, tais como pai/filha, avô/neta, tio/sobrinha, etc. e também pessoas que não têm esse tipo de relação, como é o caso da relação entre patrão e empregada. (DINIZ E PONDAG, p. 235).

A violência de gênero não é recente em nossa sociedade, ela se manifesta em diversos espaços, inclusive no interior dos lares – esta nomeada por violência intrafamiliar –, remetendo a múltiplas realidades, assim como, emerge em diferentes classes sociais, etnias e faixas etárias. Ela é praticada, geralmente, por homens e vivenciada na intimidade por mulheres, crianças e jovens. Conforme Saffoti (2004, p.83), a violência de gênero, especialmente em sua modalidade doméstica e familiar, ignora fronteiras de classes sociais, de grau de

industrialização, de renda *per capita*, de distintos tipos de culturas (ocidental x oriental), etc.

Nessa investigação, a violência conjugal está sendo compreendida como violência intrafamiliar ou familiar, uma modalidade da violência de gênero. Saffioti (2004) esclarece que há no Brasil uma enorme confusão sobre a denominação a respeito dos tipos de violência. Usa-se a categoria violência contra mulher como sinônimo de violência de gênero e também se confunde violência doméstica com violência intrafamiliar. Portanto, a autora explica

... violência doméstica não é o mesmo que violência intrafamiliar. Enquanto, na segunda a violência recai exclusivamente sobre membros da família nuclear ou extensa, não se restringindo, portanto, ao território físico do domicílio, cabem na primeira vítimas não-parentes consanguíneos ou afins. Estão neste caso empregadas domésticas, ainda com uma forte presença dentre as vítimas de violência sexual cometida por seus patrões, e afilhadas (os) e agregadas(os), vivendo parcial ou integralmente no domicílio no qual o agressor é o pater famílias. (2001, p. 130 -131).

Além disso, a autora ressalta que a violência intrafamiliar apresenta grande sobreposição com a doméstica, restringindo-se a pessoas ligadas por parentesco consanguíneo ou por afinidade (2001, p. 135). Considerando o cenário da violência emergida no contexto familiar e os esclarecimentos dos diferentes termos, Giordani (2006, p. 181) alerta para o fato de a violência doméstica vitimar homens e mulheres em diferentes fases de sua vida. Mas, de acordo com Silva (2002), quase 95% dos casos de violência doméstica no Brasil tem o homem como ofensor, inclusive de mulheres grávidas, sendo raros os registros de parcerias que agredem fisicamente seus companheiros.

Destarte, percebe-se a figura masculina como produtora da violência no lar, em especial direcionada para as mulheres/mães e seus filhos, embora a violência intrafamiliar não se restrinja somente ao espaço do privado. Nada impede o homem, contudo, de esperar sua companheira à porta do seu trabalho e surrá-la exemplarmente diante de todos os seus colegas (SAFFIOTI, 2004, p.72).

Devido à amplitude do conceito de gênero, Soares e Izumino (2005, p.14) fazem uma discussão sobre as denominações referentes aos estudos sobre violência contra a mulher no Brasil. As autoras entendem que: [...] a violência

de gênero deve se definir com maior rigor teórico, incorporando-se todos os aspectos do conceito de gênero de Joan Scott, sobretudo sua referência a gênero como um campo em que o poder é articulado [...].

Assim, esta investigação tem o propósito de discutir a violência de gênero no espaço conjugal, como uma violência que reflete também nos filhos. Estudos, por como os de Gregori (1993) esclarece que na ótica feminista as mulheres são vítimas diretas da violência conjugal. Violência contra crianças, violência entre mulheres e destas contra seus parceiros são consideradas como atos de resistência, de reação ou de reprodução de padrões de comportamentos instituídos externamente. Soares (2009) também trata da violência contra a mulher, mas quando trata da violência conjugal refere-se apenas ao casal.

Santos e Izumino (2005, p. 14), falam na necessidade de ampliar os estudos da violência de gênero, mas não se referem aos filhos do casal:

[...] Ampliação do objetivo de pesquisa para que a perspectivas de gênero não exclua diferentes categorias sociais das análises sobre violência contra as mulheres no Brasil. Por exemplo, precisamos compreender melhor não apenas o papel das mulheres nas relações de violência, como também o papel exercido pelos homens, já que ambos participam na produção dos papéis sociais que legitimam a violência.

Portanto, pouco se explora esse tipo de violência, que não se restringe somente à vida conjugal, mas afeta a vida dos filhos, sejam eles ainda crianças e/ou jovens – considerados sujeitos em construção social e psicológica. Nesse processo, começaram a presenciar diferentes marcas dessa violência sofrida pelas mulheres/mães por seus parceiros, situações essas percebidas seja de forma direta ou indireta. Portanto, a violência de gênero, produzida no espaço familiar, afeta, de alguma maneira, a construção de suas subjetividades e sociabilidades, estejam elas relacionadas ao trabalho, à sexualidade, ao lazer e suas interações nos demais grupos sociais, dentre eles, na própria família.

Por esta razão, é importante discutir a violência conjugal, em especial seu desdobramento na vida dos filhos/a/s, como pretende esta investigação. Muitas vezes, a violência produzida pelo homem acontece antes do nascimento dos filhos, por exemplo, durante a gravidez, onde as crianças sentem o sofrimento vivenciado pela mãe, posteriormente essa violência é associada à prática do casal. Saffioti (1994, p. 173) ressalta que

De alguma forma, os filhos participam das relações violentas: ou diretamente como vítimas do pai e/ou da mãe- mulher também é atacada pela síndrome do pequeno poder – ou presenciando cenas ou, ainda, tomando o partido de um dos litigantes. Não pode haver melhor escola de violência. E, em termos de relações crônicas de violência, a família oferece melhores cursos que o espaço público.

Inicialmente, a violência conjugal era vista com um crime de pequeno valor pela esfera pública, restringindo-se à relação entre o casal. Diante disso, Moraes e Sorj (2009, p.13) esclarecem

a violência conjugal não foi entendida como um comportamento inscrito dentro do campo de possibilidades de relações desiguais de gênero, mas como um evento excepcional da relação entre homem e mulher. O entendimento de que a violência conjugal é um fator excepcional nas relações familiares estará subjacente a todas as iniciativas institucionais de combate à violência no país.

Contudo, a violência conjugal foi considerada pelas instituições jurídicas um crime de menor gravidade, para o qual as punições aos agressores, em geral, se limitavam aos fornecimentos de cestas básicas, serviços prestados à comunidade, a participação em grupos terapêuticos, etc. MORAES; SORJ (2009). Essa prática era regulamentada pela atuação dos Juizados Especiais Criminais-JECRIMs, através da lei Federal 9.099⁷. Ainda conforme a reflexão de MORAES e SORJ (2009), a violência conjugal ingressou no mundo da lei, porém a sua institucionalização adquiriu conteúdos locais onde a família e a conjugalidade constituem valores importantes nas identidades de gênero.

Essa realidade ganha outro sentido, a partir da aprovação da Lei 11. 340/06⁸ popularmente conhecida como Lei Maria da Penha – LMP: tornou-se mais visível no Brasil o fenômeno da violência de gênero, em especial a violência doméstica e familiar, por conta do aumento das denúncias de mulheres contra

7 Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências, de 26 de Setembro de 1995.

8 Lei sancionada em 7 de agosto de 2006 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que pretende assegurar os direitos das mulheres e o dever do Estado em tutelar a sua integridade.

seus companheiros. Além disso, a Lei Maria da Penha trouxe consigo a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher⁹ com atuação na esfera cível e criminal. Assim, a violência conjugal ganha relevância.

Sem dúvida, a violência entre o casal ganhou visibilidade, deixou de ser apenas o espaço íntimo e ganhou o espaço público, o espaço da lei, que legitima a denúncia do lar como um lugar também da insegurança e não apenas como da proteção. As diferentes situações vivenciadas pelas mulheres tornam-se visíveis, pois, cotidianamente, quando as mulheres buscam a esfera pública, no que tange ao instrumento policial e jurídico para denunciar seus parceiros e exigir a proteção de suas vidas. Como lembra Saffioti (1999), “Já se mete a colher em briga de marido e mulher”.

Consequentemente, essa trajetória de luta ganha dimensão, fortalecendo, assim, a defesa e os direitos da mulher vítima da violência doméstica. É importante destacar que a luta em torno dos direitos das mulheres contribuiu para a conquista da Lei Maria da Penha. Por meio desse dispositivo jurídico é possível identificar a ação dos sujeitos que produzem a violência de gênero, que em sua maioria são homens. Outros mecanismos contribuíram para a concretização desta lei, dentre eles a presença de instrumentos internacionais¹⁰ que deram legitimidade à importância da violência contra a mulher no espaço intrafamiliar/doméstico, que fizeram com que o Brasil ratificasse seu compromisso em garantir a proteção dos direitos das mulheres.

Contudo, a criação da Lei Maria da Penha instaurou no cenário político e jurídico brasileiro uma série de debates sobre a “violência conjugal” e as responsabilidades do Estado no enfrentamento deste problema (ROMEIRO, 2009). Além disso, essa Lei apresentou inovações no que concerne à garantia e proteção dos direitos das mulheres na esfera jurídica, referente ao aumento de penas, prisão em flagrante, medida protetiva, dentre outras. Na perspectiva de gênero, a Lei Maria da Penha, apresentou aspectos significativos em sua

9 Lei 11.340/2006, Art. 14. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

10 A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994); o Plano de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (1995); o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, a Declaração de Antígua (2003), dentre outros.

composição que foram questionados por pesquisadores em diferentes áreas do conhecimento.

Diante dessa complexidade, Soares (2009) esclarece três perspectivas relacionadas às relações de gênero e a Lei Maria da Penha que são merecedoras de atenção. Segundo a autora,

a) A concepção de que a violência doméstica é unidirecional (ou, ao menos, de que apenas a violência dos homens contra as mulheres é relevante e merece consideração); b) a noção de que o patriarcalismo, o machismo, a misoginia representam a linha de força que explica a violência intrafamiliar e c) a ideia de que beneficiar exclusivamente as mulheres, e excluir os homens do texto da Lei, se justifica pelo princípio compensatório, dado que elas teriam sido historicamente prejudicadas por legislações que banalizavam a violência e estimulavam a impunidade; d) a visão de que todo o ato de agressão contra uma vítima feminina é a expressão de um mesmo e único fenômeno: a “violência contra a mulher” (2009, p. 153-154).

A crítica de Soares (2009) passa de um extremo ao outro, reproduzindo o imaginário da mulher passiva e vitimizada, de um lado, e do outro a imagem do homem dominador e violento. Essas questões são importantes, pois possibilitaram maior reflexão sobre a Lei Maria da Penha e as relações de gênero produzidas pelos sujeitos sociais tanto no contexto familiar quanto no tecido social. Apesar das críticas associadas à Lei Maria da Penha, ela é necessária e significativa para a defesa e proteção das mulheres vitimadas pela violência produzida no contexto doméstico e familiar. Além do mais, a violência de gênero, especificamente a conjugal produzida no lar estende-se aos filhos no contexto familiar.

Em Teresina, percebe-se, como se diz em relação ao país, que apesar das acusações realizadas por meio das instituições responsáveis pela proteção e direitos das mulheres, como: Delegacia Especiais de Atendimento as Mulheres - DEAM, Defensoria Pública Estadual do Piauí, por meio do Núcleo de Defesa da Mulher em Situação de Violência, Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar- NUPEVID, e Juizado de Violência Doméstica e Familiar - JUDFM, muitas mulheres ainda silenciam sua trajetória de violência frente a esses órgãos.

Há diversas situações que podem contribuir para o silenciamento da violência vivenciada pelas mulheres, portanto, cada situação é peculiar merecedora de atenção e respeito. Os estudos na área da violência doméstica proposto por Diniz e Pondagg (2006) esclarece que

As mulheres guardam segredo anos a fio sobre experiência de abuso sexual e físico perpetrado por entes queridos. Elas fazem isso pressionadas por chantagens e ameaças que geralmente acompanham as situações de abuso. As mulheres, também, sentem culpa e medo. Um desses medos é de não ser levada a sério, ou seja, que ninguém acredite em sua denúncia. Assim, elas se calam, no cotidiano de suas vidas, para não macular a imagem idealizada da vida familiar. Pesa sobre elas o mandado de preservar intacto o casamento, proteger os filhos e corresponder as expectativas da família e da sociedade em geral. Tudo isso tem um preço: as marcas da violência sobre a saúde física e mental da mulher são profundas. (2006, p. 233)

Por conseguinte, o silêncio produzido por muitas mulheres pode contribuir para permanência de violência de gênero, assim contribuindo para arranhar sua relação conjugal e familiar. Muitas vezes, o silêncio torna-se uma das estratégias para sobreviver, por isso vivenciam anos de violência. Conforme Diniz e Pondagg (2006) o silêncio da mulher foi socialmente construído, foi imposto. Além disso, as autoras esclarecem

A mulher cala-se. Ao calar, parte de sua identidade também fica muda, anula-se. Todas as formas de agressão produzem uma dor que não pode ter eco. O ocultamento da violência tem várias funções. É uma forma de lidar com as ameaças do agressor – é comum o uso de chantagem e a promessa de formas mais graves de maus-tratos caso o episódio anterior seja revelado. É também uma forma de preservar a família, ou seja, de cuidar do outro, prevenindo o impacto e o dano que a revelação do episódio de violência teria sobre pessoas importantes e queridas. Se o ocultamento protege, ele também causa danos. Primeiro, porque reforça a ideia de que a pessoa que abusa não pode se controlar. Segundo, porque torna a mulher refém dos desejos e das imposições do homem, o que

reforça a dinâmica de dominação em que a pessoa abusada é sempre inferior (2006, p. 246).

Portanto, o ocultamento da violência vivenciada pelas mulheres e exercida pelo parceiro é visto como mecanismo de proteção individual e familiar, mas é uma ferramenta que contribui para sua inferioridade e exclusão social. Assim colocando em jogo sua dignidade. Diante disso, percebe-se que a violência conjugal não restringe somente ao casal, mas amplia-se direta ou indiretamente na vida dos filhos, contudo envolvendo toda a relação familiar.

A estratégia utilizada para localizar as mulheres/mães que estavam associadas ao perfil da investigação foi o atendimento realizado pelo Núcleo de Defesa da Mulher em situação de violência, nos últimos cinco anos (2009-2014). Esses procedimentos foram significativos para a investigação, pois facilitou o contato com as mulheres/ mães assistidas pelo Núcleo.

Durante a efetivação das entrevistas semiestruturadas foi possível vislumbrar a violência conjugal na vida dos sujeitos sociais. Portanto, não sendo uma investigação simplista de perguntas e respostas, pois compartilhava desde o universo das emoções às questões relacionadas ao contexto social e econômico que perpassava a dignidade das mulheres/mães e seus filhos.

Além disso, a entrevista é técnica de profundidade que contribui significativamente na produção do conhecimento. Um instrumento que permite perceber os ditos e o não ditos da pesquisa. Similarmente, Goldemberg (2004, p.88) enfatiza peculiaridade quanto ao uso da entrevista, tais como:

Pode coletar informações de pessoas que não sabem escrever, as pessoas têm maior paciência e motivação para falar do que para escrever; maior flexibilidade para garantir a resposta desejada, pode-se observar o que diz o entrevistado e como diz, verificando as possíveis contradições, é um, instrumento mais adequado para a revelação de informação sobre assuntos complexos, como as emoções, permite uma maior profundidade, estabelece uma relação de confiança e amizade entre pesquisador-pesquisado, o que propicia o surgimento de outros dados.

O método de análise dessa investigação esta pautada na perspectiva da produção de sentidos, proposta por Spink (2010), no que consiste ás praticas

discursivas, tendo como elemento significativo a linguagem como uma construção de sentido. Portanto, a autora esclarece

Adotamos o termo Práticas Discursivas em preferência a discurso. Preservamos o termo discurso para falar do uso institucionalizado da linguagem e de sistemas de sinais do tipo linguísticos (Davies e Harré, 1990). Essa proposta é interessante, porque permite fazer a distinção entre práticas discursivas – as maneiras pelas quais as pessoas, por meio da linguagem, produzem sentidos e posicionam-se em relações sociais cotidianas – e o uso institucionalizado da linguagem- quando falamos a partir de formas de falar próprias a certo domínios de saber. (2004, p. 27)

Assim, esse procedimento possibilita identificar os diferentes sentidos e contextos produzidos pelas mulheres/mães e estendido a seus filhos no contexto familiar.

Além desse instrumento metodológico utilizamos os *Mapas – Mapas de Associação de Ideias, uma técnica aberta, também proposta por Spink (2010), para apreensão da produção de sentidos presentes nas Práticas Discursivas, dentre elas, as entrevistas. Os Mapas possibilitaram os contextos presentes na fala dos sujeitos sociais durante as entrevistas.*

A construção dos Mapas direciona a produção de uma Linha Narrativa. Segundo Spink (2010) esse procedimento permite estender as estratégias usadas para argumentar, explicar, justificar e dessa forma fazer valer certa interpretação dos acontecimentos. A nomeação é muitas vezes um indicador desse procedimento de argumentar a favor de uma determinada interpretação

Consequentemente, esses mecanismos são importantes para a compreensão do processo e interpretação dos sentidos produzidos pelos sujeitos sociais durante a atividade de campo. Portanto, sendo realizada no momento da investigação sociológica, que consiste no procedimento de análise e processamento dos dados durante as entrevistas semiestruturadas. Foram dez entrevistas com mulheres/mães e uma entrevista com um filho das mulheres

Todo o procedimento investigativo foi realizado com o consentimento dos sujeitos sociais envolvidos na pesquisa, mediante a concordância explícita, assinada no termo de consentimento, garantido o sigilo dos nomes dos sujeitos sociais participante da pesquisa.

Diversas situações foram sentidas durante as entrevistas, durante o diálogo com as mulheres/mães, descobrir que alguns filhos foram vítimas dos parceiros, sofreram diferentes formas de violências, dentre elas: o espancamento e houve um caso que chamou muita atenção, uma jovem havia sido violentada pelo próprio pai e conseqüente pelo padrasto. As duas situações contribuíram com o termino do casamento da mãe, tanto do primeiro casamento, quanto do segundo. Neste caso, Dona Ester mostrou-se aberta para colaborar como a investigação, mas os dois filho/as maiores, em especial a filha Jéssica, não queria nem falar no assunto. Era algo que ela queria esquecer, mesmo sendo algo presente em sua vida.

De certa forma é compreensível à ação dessas mulheres, pois nem todas querem dialogar sobre algo íntimo, delicado e, muitas vezes, constrangedor. Assim, não eram diferentes para os filhos, muitos deles não queriam falar das histórias de violência que vivenciaram, em especial entre os pais. Outra situação relevante diz respeito à situação de Dona Margarida, que após colaborar como a pesquisa, confirma a participação de seu filho, Geovane, que acaba não participando da entrevista, pois o pai teve que sair de casa, devido a uma medida judicial encaminhada pela Defensoria Pública solicitada por dona Margarida. Com isso, o filho responsabiliza a mãe pela saída do pai. Assim, a relação entre mãe e filho torna-se intrigante, pois o filho deixa de falar como a mãe. Contudo, o filho não participar da investigação.

De fato, os momentos culminantes das entrevistas aconteceram quando as mulheres estavam no Núcleo da Mulher, para realizar alguma atividade, como: acompanhamentos de processo judicial, reunião de conciliação, dialogam com defensores, entrega de documentos e outros. Após serem atendidas pelos assessores jurídicos, assistente social e outros, essas mulheres tinham o contato com essa pesquisadora.

Como resultado dessa investigação ficou evidenciado que a violência conjugal representa uma face da violência de gênero que acontece cotidianamente em diferentes lares da sociedade teresinense. Neste caso, o universo familiar não é apresentado somente como um espaço afetuoso, mas um espaço ambivalente, podendo transmitir afetos, mais também práticas de violências. Além disso, as adversidades da vida conjugal e familiar perpassaram a vida dos filhos e também chegaram ao espaço público, seja na exposição do conflito do casal, ou na estrutura estatal e jurídica, no que consistem as denúncias e a busca de proteção à violência de gênero.

A maioria dos cônjuges não permitia que as mulheres/mães realizassem atividades profissionais, restringindo sua presença ao lar e à educação dos filhos.

Em outros casos, limitava o contato com familiares e amigos. Essas atitudes desencadearam em prática de violência sobre as mulheres/mães que em sua maioria era presenciada pelos filhos.

As falas das mulheres, muitas vezes, estiveram atreladas a fé, em destaque a religião católica e/ou evangélica. A confiança na religião possibilitou resistência as diferentes formas de violência toleradas por essas mulheres. Mas também as pressões das desigualdades de gênero que ao atribuírem, entre outros aspectos, espaços masculinos e femininos, responsabilizam as mulheres pela manutenção e união da família. Por outro lado, as relações de poder, embora num espaço micro, conflita-se entre o casal, através de discussões, agressões, verbal, moral, psicológica, sexual, protagonizada pelos homens, mas também pelas mulheres, quando estas denunciam, agridem verbalmente. O que poderia marcar a volatilidade, a flexibilidade do poder, nos termos de Foucault (2014). Mas, como a violência de gênero está enraizada na estrutura social, como afirma Saffioti (2004), a resistência das mulheres, por si só, não é capaz de mudar as desigualdades de gênero entre os sexos, por isso a saída das mulheres da violência tem sido romper com a relação conjugal.

A violência de gênero na relação conjugal acaba se estendendo de forma direta e/ou indireta aos filhos. Por ouvirem e verem as cenas de violência entre o casal, tais como: agressões verbais, morais e física, os filhos também sofrem violência psicológica ou física. A psicológica pareceu ser mais comum. No entanto, muitas vezes a física está presente, quando saem em defesa da mãe, podem tanto sofrer esse tipo de violência ou mesmo agredir o pai.

Neste sentido, os filhos também apresentaram relações de poder frente à violência conjugal presenciada por eles, seja nos momentos curiosos que eram acompanhados pelos os filhos, através da submissão das mulheres/mães, seja o silêncio deles, a falta de afetividade entre o casal, as atitudes de dominação do pai sobre o contexto familiar e a ausência do pai nas atividades escolares e de lazer. Essas manifestações aconteciam de forma cotidiana no espaço doméstico, onde eram percebidas pelos filhos que se sentiam atingidos – demonstrando traços de agressividade ou de passividade –, diante de tais situações. Houve situações, de um dos filhos em que houve confronto corporal com o pai.

Inicialmente, os filhos não queriam ou não podiam envolver-se na relação dos pais, mas sentiam-se insatisfeitos com as diferentes formas de violências presenciadas no lar. Quando crianças se sentiram impotentes para defender as mulheres/mães perante as atitudes violentas do pai, mas quando maiores passaram a reagir contra o pai e exigir uma postura das mulheres/mães quanto à denúncia ou mesmo o fim do casamento.

Portanto, a violência conjugal interferiu na vida dos filhos, seja de forma direta ou indireta, o desdobramento dessa violência foram percebidos na Educação, onde os filhos menores apresentaram dificuldade cognitiva e de sociabilidades, no que consiste ao processo de interação social entre os colegas e/ou professores. Com isso, os filhos menores que mais conviveram como a violência de gênero tornaram-se sujeitos sociais inseguros e reservados, a comunicação entre os pais é muito pouca, seja pai e/ou mãe. Essas são consequências comuns em situações em que crianças e adolescentes estão expostos à violência, de acordo com estudos que tratam da matéria, em destaque os estudos de Azevedo e Guerra (2011).

Outro fato preocupante é a questão da saúde desses sujeitos sociais. Em algumas situações as mulheres/mães e os filhos menores apresentaram problemas emocionais, neste caso precisaram fazer acompanhamento psicológico e psiquiátrico. É importante ressaltar que os problemas de saúde de caráter emocional não se restringem a todos os filhos das mulheres/mães entrevistadas, mas são merecedores de atenção. Outro dado relevante, observado durante a investigação, é que a maioria dos filhos parecem se omitir em falar da violência na relação conjugal dos pais, sofridas no contexto familiar e domiciliar. Esse silêncio pode ser visto como uma estratégia de resistência, muitas vezes falar pode reviver sofrimentos do passado ou mesmo pode significar vergonha em admitir violência na família.

Consideramos que muito deve ser pesquisado sobre a violência conjugal e seu desdobramento na vida dos filhos, por isso é necessário à produção científica de outras pesquisas de cunho sociológico e/ou demais áreas do conhecimento, que venham esclarecer distintas questões pertinentes à violência conjugal na vida dos filhos, e que eles mesmos sejam os protagonistas de seus discursos, para que possamos obter melhores informações sobre essa realidade, que acontece cotidianamente em muitos lares na sociedade teresinense.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Maria Amélia. *Mulheres Espancadas: A Violência Denunciada*. São Paulo, Cortez Editora, 1985.

_____. *Violência doméstica contra crianças e adolescentes: problemas teóricos de pesquisa no Brasil*. Temas em Psicologia, 1993, nº03.

Universidade de São Paulo. Pag. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-89X1993000300016&script=sci_arttext>

AZEVEDO, Maria Amélia. GUERRA, Viviane N. de A. *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

BALANÇO 2014 LIGUE 180. Central de Atendimento á Mulher. Brasília. Brasil. Presidência da República. Secretária Especial de Políticas para as Mulheres. 2014. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-nteudos/publicacoes/publicacoes/2015/balanco180_2014-versaoweb.pdf>

BARBOSA, C. M, 2015. “ *Primeiro as flores, depois as cruzadas*”: Descortinando a Violência Conjugal na vida das mulheres/mães e dos filhos em Teresina-PI. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Piauí – Programa de Pós Graduação em Sociologia. Teresina, Piauí. Brasil.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, agosto de 2006.

DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling; PONDAAG, Miriam Cássia Mendonça. A face oculta da violência contra a mulher: o silêncio como estratégia de sobrevivência. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira, SANTOS, Maria de Fátima de Souza, DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling, TRINDADE, Zeidi Araujo (org). *Violência, exclusão e desenvolvimento humano. Estudos em representações sociais*. Brasília: Editora UNB, 2006.

FOCAULT, Michael. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 28ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GIORDANI ,Annecy Tojeiro. *Violências contra a Mulher*. São Paulo: Editora. YENDIS, 2006.

GOLDERBERG Miram. *A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 4º ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS,1993.

MORAES, Aparecida F; GOMES, Carla de Castro. *O caleidoscópio da violência conjugal: instituições, atares e políticas pública no Rio de Janeiro*. MORAES, Aparecida Fonseca; SORJ, Bila. *Gênero, Violência e Direitos na sociedade brasileira* (orgs). Rio de Janeiro: 7Letras, 2009, pp 75-109.

PATEMAN, Caroline. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

ROMEIRO, Julieta. A Lei Maria da Penha e os desafios da institucionalização da “violência conjugal” no Brasil. In: MORAES, Aparecida Fonseca; SORJ, Bila (orgs). *Gênero, Violência e Direitos na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009, pp.49- 74.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. *Violência contra as mulheres e violência de gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil*. In: Revista Estudos Interdisciplinares de America Latina y El Caribe. Israel: Universidade de TelAviv, v. 16, n. 1, 2005, pag. 147-164.

SAFFIOTI, Heleieth. I.B. Violência de Gênero no Brasil Contemporâneo. In: SAFFIOTI, H.I.B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica. (orgs.) *Mulher Brasileira é Assim*. Rio de Janeiro/Brasília, Editora Rosa dos Tempos-NIPAS/UNICEF, 1994, pp.151-185.

_____. *Já se mete a colher em briga de marido e mulher*. São Paulo em Perspectiva 13 (4) 1999 p. 82-91. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400009>

_____. *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*. Cadernos Pagu (16) 2001: p.115-136. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>>

_____. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu/Abramo; 2004.

SOARES, Barbara M. Violência entre parceiros íntimos e criminalização da vida privada: onde nos leva esse caminhos? MORAES, Aparecida Fonseca; SORJ, Bila (orgs). *Gênero, Violência e Direitos na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009, pp.144-157.

SORJ, Bila; MORAES, Aparecida F. Os paradoxos da expansão dos direitos das mulheres no Brasil. MORAES, Aparecida Fonseca; SORJ, Bila. *Gênero, Violência e Direitos na sociedade brasileira* (orgs). Rio de Janeiro: 7Letras, 2009, pp.10- 22.

SPINK, Mary Jane. *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Sociais, 2010.

IZUMINO, Wânia Pasinato; SANTOS, Cecília MacDowell. *Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil*.2005.

INSTITUTO AVON e DATAPOPULAR. *Violência contra mulher: o jovem está ligado?* Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/12/pesquisaAVON-violencia-jovens_versao02-12-2014.pdf> dez/2014.

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO MEIO RURAL: NOTAS SOBRE AS RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO NO INTERIOR DA BAHIA.

Maria Asenate Conceição Franco

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano- IFBAIANO;
Universidade Federal da Bahia- Programa de Pós- Graduação em Estudos
Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo- PPGNEIM,
masenatecf@gmail.com; maria.franco@gm.ifbaiano.edu.br*

Resumo: A violência contra a mulher presente em todas as camadas sociais é objeto de estudo de pesquisadores/as que buscam ampliar a visibilidade da violação aos direitos humanos das mulheres e desnaturalizar os maus-tratos impostos nas relações patriarcais de gênero. Destarte, o artigo propõe discorrer sobre o projeto de pesquisa em andamento sobre as representações sociais da violência doméstica no meio rural na cidade de Governador Mangabeira-BA. A Lei 11.340/2006, marco de conquista das mulheres engajadas nas lutas sociais para denunciar a violência doméstica e familiar. Configurada enquanto política pública não é universal. Sua inaplicabilidade associada ao silêncio de mulheres submissas diante da violação de seus direitos perpetradas por homens obsta o direito à vida digna.

Palavras-Chave: Lei Maria da Penha. Mulheres Rurais. Violência de Gênero. Violência Simbólica.

Introdução.

O fenômeno social da violência de gênero na sociedade brasileira, tem persistido em vincular-se na trajetória historiográfica feminina. (SOIHET, 2008). A mulher, compulsoriamente, enfrenta no cotidiano a complexidade das práticas violentas, como por exemplo, as ações abusivas nas suas multifaces¹.

De certo, essa forma de dominação/opressão assimétrica de gênero na constituição binária e nos termos de relações hierarquizadas do masculino e feminino e na ocasião, provoca dor e sofrimento tanto físico quanto emocional à mulher quando em situação de violação de seus direitos humanos; compromete o desenvolvimento de sua vida plena. É problema social, político, cultural e econômico que abrange mulheres de todas as classes sociais, raças/etnia, casta, religião, geração, orientação sexual, espaços geográficos e tem por base a ideologia de gênero (TAVARES; SARDENBERG; GOMES, 2011).

Historicamente esse fenômeno social materializa-se como “ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ ou psíquico contra as mulheres (alguém) e se caracteriza por relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, pela intimidação, pelo medo e pela insegurança” (BANDEIRA, 2013, p. 77). Neste contexto, o artigo propõe discorrer sobre o projeto de pesquisa sobre as representações sociais da violência doméstica no meio rural. A Lei 11.340/2006. Ressalta-se que a finalização da atividade acadêmica ocorreu em outubro/2014 o que significa trabalhar com os dados concluídos² e tabulados do questionário aplicado e respondido pelas participantes da pesquisa desenvolvida no Sindicato de Trabalhadores/as Rurais da cidade de Governador Mangabeira-BA, no recôncavo baiano. Relevante o apoio financeiro do Instituto Federal Baiano/ Pró- Reitoria de Pesquisa e Inovação- PROPES/ Campus Governador Mangabeira e da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado da Bahia- FAPESB e do Conselho Nacional de Pesquisa- CNPq³.

A análise da violência contra a mulher em contextos rurais a que este debate se propõe está contextualizada a partir de três momentos assim distribuído:

Concisa explanação sobre os movimentos feministas e de mulheres responsáveis por publicizar a violência contra a mulher que se restringia ao espaço privado/ doméstico; as políticas públicas relevantes que foram conquistas

1 Art. 7º da Lei 11.340/2006.

2 Ressalto que foram selecionados dados pontuais para este trabalho, o que significa fragmento.

3 Agência financiadora da pesquisa.

destes movimentos; em seguida, considerações de subsídios da pesquisa acerca do perfil das informantes e, como arremate, a contextualização do entendimento a propósito da violência doméstica e suas multiformes. A Teoria das Representações Sociais⁴, como: Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade [...] (MOSCOVICI, 2009, p.21). Relevante se faz ainda, transcrever falas⁵ de mulheres que, encorajadas, relataram episódios brutais de violência doméstica representada simbolicamente a partir de desenhos feitos por mulheres trabalhadoras rurais.

Metodologia.

Os percursos metodológicos da atividade acadêmica aqui analisados foram constituídos pelos procedimentos sequenciais: processo revisão de literatura, submissão da proposta do Projeto de Pesquisa à Pró- Reitoria de Pesquisa e Inovação do Instituto Federal Baiano; após aprovação foram realizadas duas visitas ao Sindicato Rural mencionado na perspectiva da aplicação do trabalho no *locus* selecionado.

A aplicação de questionário semiestruturados possibilitou o acervo de informações sobre as mulheres participantes, destaco que dados relevantes foram responsáveis para elaboração desse artigo. As rodas de conversa técnica de abordagem metodológica, consistem em diálogos entre as pessoas envolvidas na perspectiva de refletir temas cotidianos e seus aspectos subjetivos (AFONSO E ABADÉ, 2008) estratégia escolhida para suporte metodológico desse trabalho, foi realizada com ajustes, haja vista a resistência e silenciamento no momento dos encontros, (estes totalizaram quatro); ressalto que essa estratégia de usar a criatividade pela via dos desenhos feitos por elas que simbolizavam as representações sociais da violência nos contextos rurais, possibilitou a visibilidade do fenômeno social, objeto da pesquisa.

4 Serge Moscovici, 2012.

5 Ressalta-se que as mulheres convidadas para participar do projeto assinaram termo de consentimento livre e esclarecida.

Resultados e Discussões.

No bloco perfil das mulheres que compuseram o universo da pesquisa podemos socializar os dados aqui descrito em percentuais, iniciando com a faixa etária que nos mostra no universo de 25(vinte e cinco) mulheres, 68% têm idades variável entre 20 a 40 anos; enquanto, 32%, acima de 41anos; referente a autodeclaração cor/raça, 84% estão na categoria preta e parda, 16% se classificam branca e outra; outro fator importante é a escolarização, 80% das mulheres cursaram o ensino fundamental I incompleto, 20%, fundamental I completo); 72% trabalham na lavoura/roça; no quesito renda, 84% recebem até um salário mínimo e 12% variam de 1 a 2 mínimos. 92% declaram convivência conjugal, 08% outros. Esse dado não influencia na divisão sexual do trabalho doméstico. O reforço sexista do “cuidado” femininas, 53% constituem o universo da reprodução, 4% recebem ajuda do marido; 43% outras ajudas. Em contrapartida, 64% das mulheres contribuem com sua força de trabalho nas atividades de plantação, colheita e outros serviços similares, 36% estão na categoria outros.

Ao analisar as representações sociais da violência doméstica em contextos rurais entrecruzada com as relações patriarcais de gênero, é visível nas mulheres, embora desamparadas de mecanismos que lhe garantam a proteção social e prevenção em situação de violência doméstica, demonstrarem em suas respostas, o grito pelo basta de invisibilidade à desigualdade de gênero na sociedade brasileira/ baiana. Suas respostas denotam que não aceitam a relação patriarcal de gênero.

As diversas tipologias da violência contra a mulher no meio rural perpetrada pelo homem são configuradas a partir da concepção de violência de gênero numa situação de alteridade masculina e opressão da mulher modelada pelo contexto social da “ordem patriarcal de gênero” (SAFFIOTI, 2004, p. 138). Essa ideologia tende a ser reforçada na medida em que eixos estruturantes desencadeiam padrões de desigualdade nas suas interceccionalidades, matrizes sociais de exclusão assim denominados: classe, raça/etnia, geração dentre outros fatores, contribuem para acirrar a exclusão social feminina e negligenciar direitos de cidadania. E como bem diz SAFFIOTI (1994; p. 443) “A violência do macho contra a mulher [...] é constitutiva na organização social de gênero no Brasil”.

Segundo Moscovici (2012, p. 8) as representações sociais do sujeito se constroem em pensamento, imagens a partir de seu contexto sócio- histórico e cultural que lhe credencia para compreender a realidade à qual está imerso;

“[...] como, e por que, as pessoas partilham o conhecimento e desse modo constituem sua realidade comum, de como eles transformam ideias em práticas [...]”. Para tanto, representação social constitui-se enquanto,

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (p. 21).

Baseado na constituição da realidade rural, a violência simbólica é permanente, mas invisível pelo fato de fazer parte do cotidiano das mulheres pesquisadas onde as violências psicológicas, a exemplo de xingamentos, baixas autoestima, passam despercebidas por serem recorrentes no seu dia a dia, uma vez que não deixam marcas “aparentes”. Saffioti (2004) ressalta que a violência psicológica está presente nas diversas tipologias da violência de gênero.

Nesta concepção, a complexidade que envolve este ato brutal e suas mais variadas formas, não pode ser analisada isoladamente, é preciso considerar o lugar e o contexto que está inserido este fenômeno na rede mais ampla da violência estrutural (BANDEIRA, 2013). Destarte, os resultados do questionário referentes às formas de violência que as mulheres rurais 57,65% submetidas nos espaços domésticos, a psicológica é presente no cotidiano de mais da metade das respondentes, 19,4% seguida da moral; 14,28 violência física. 9,52% violência sexual; apesar de a maioria ter convivência conjugal, essa violação é presente.

Ao referir-se sobre motivos da violência do homem contra a mulher na realidade rural tem-se como causas principais 38.3% álcool e o ciúme, acompanhado 10,64% questão financeira. A necessidade de expressar-se, ser dona de seu próprio destino foi evidente ao responderem o significado de ser mulher, 36,17% disseram a liberdade é imprescindível, 17% respeito dos companheiros por último, 14,89% valorizar-se. A análise desta última questão constitui-se no reforço à opressão, submissão e subalternidade feminina apesar das conquistas que possibilitaram maior visibilidade, a exemplo da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, entretanto, ainda urge a necessidade da universalização de políticas públicas de gênero que possam, as mulheres, protagonizarem sua condição de sujeitos políticos, é mister.

A afetividade materna é a principal razão de mulher rural em situação de violência doméstica permanecer na relação conjugal, 45,24% das mulheres

afirmaram; em seguida 30,45% sinalizaram a dependência financeira e 7,14%, o medo da solidão; 4,76%; sentimentos e sociedade e 2,36%, concordaram que a família é a principal causa.

Pesquisas apontam que a violência de gênero é uma realidade que muitas mulheres são submetidas. “A ação feminista de enfrentamento da violência [...] vem se dando de forma contínua e crescente [...]” (SCOTT; RODRIGUES; SARAIVA, 2010, p. 65) o leva à implantação e implementação de políticas públicas, a exemplo da Lei 11.240/2006 e seus mecanismos de proteção e prevenção, entretanto, ainda é inexistente no meio rural pesquisado a efetivação de políticas públicas para diminuir a desigualdade de gênero. Nesta concepção, as falas transcritas abaixo traduzem que as diversas tipologias da violência contra a mulher no meio rural perpetrada pelo homem são configuradas a partir da concepção de violência de gênero numa situação de inferioridade e submissão da mulher modelada pelo contexto social da “ordem patriarcal de gênero” (SAFFIOTI, 2004, p. 138).

[...] depois a pessoa denuncia, eu tenho caso de muita gente e depois, vai lá acaba não resolvendo nada, as pessoa voltam pra casa a justiça não faz nada e depois o rapaz [...] e se prende depois solta e não resolveu nada e ai o pessoal acaba querendo fazer a justiça com as próprias mãos. Às vezes justiça dá aquela proteção que é pro esposo não se aproximar dela dai a pouco o esposo vai e mata e também a mulher aprendeu a agir[...]as vezes eu não vou mais denunciar e quando ele vim eu já sei o que vou fazer. (Jó)⁶

O desencantamento e a descrença na justiça são sentimentos que as mulheres expõem: “[...] A mulher não vai dizer: a vou denunciar três dias tá solto quando acabar entra dentro de casa e acaba matando foi muito vezes que eu vi acontecer[...]”. (Suzi). O fato de conhecerem tragédias de violência contra mulher sem a Lei ser cumprida e o agressor continuar impune a ponto de reincidir na violação aos direitos humanos.

[...] foi minha sogra [...] quando ela baixou no fogão pra pegar o bolo ele deu um tiro nela [...], depois a família pagou ele foi solto. Muitas vez nego vê que o marido vai preso com três dias tá solto.

6 Os nomes são fictícios para preservar a privacidade das mulheres.

(assim que ela deu queixa, com três dias amanheceu morta, a família do lado dele pagou a fiança, não levou quatro ano preso, tá solto,...] arrumou outra família [...] com vinte e um depois[...] fez a mesma coisa: matou a outra[aquela arma que mata boi, furou de um lado a outro, atravessou....] (Suzi).

Há situações em que a solidariedade familiar, filhos, dependência econômica constituem fatores que obstaculiza a liberdade da mulher diante da vida marcada pela violência doméstica. “[...] e assim que ela dependente do marido e assim ela vai ser repisada, [...] (Suzi). Em outra fala a omissão é estratégia da ideologia da relação patriarcal de gênero: “[...] eu vejo tanta coisa, só que a gente não pode comentar, [...]”. Ninguém pode citar o nome de quem é quem [...] (Maria). Ou seja, ninguém denuncia por quê? É seguindo o ditado “ briga de marido e mulher”?

[...] tem muitas pessoas que abaixa a cabeça vive assim como o tempo de ontem, tem pessoas que ainda vive [...] tem pessoas que vivem, mas aquelas que querem [...] têm aquelas que têm conhecimento, mas tem medo de denunciar [...]. (Suzi)

[...] tem muita mulher que não tem serviço visse tipo assim da bolsa família, há a marido eu tô precisando disso pra comprar, vá trabalhar, entendeu, ela depende dele, ele pode espancar ela diz assim eu vou pra onde com três filhos, a donde é que vai me cuidar de mim, a mãe, se a mãe tiver um lugar tem apoio e se aquela que der as costas, arrumou se vira por lá mesmo então ela fica com medo[...].(Suzi)

Na concepção de Saffioti (2004) não há cumplicidade das mulheres quando agredidas pelos homens, cedem devido seu poder mínimo diante dos agressores, todavia, não consentem tal comportamento que lhe nega o direito a uma vida sem violência. Há casos de dificuldades de inserção no mercado de trabalho, o que pode ocasionar dependência financeira, sentimento emocional, ausência de vínculos familiares, dentre outros fatores condicionantes à conformidade dessa dominação masculina. O medo também de expor as agressões à vizinhança é preocupante:

“[...] ela apareceu com o olho roxo e disse que bateu na cama, depois abriu o jogo e disse que o marido lhe bateu [...]” (Maria).

Ai um dia ele tentou me pegar eu tava a menina de 2 meses de nascida eu larguei a menina no braço de Joana tá aqui de prova [...] lutei com ele também tava com as unhas grande e lascei a guela dele ele morreu dizendo que ia descontar isso desse dia em diante ele nunca mais partiu pra dizer pra vim perto de mi não (Cris)

Hoje eu acho que minimizou mais um pouco através da Lei Maria da Penha porque assim tipo antes o povo levava como o tipo de violência assim a mais hoje, [...] já ouvi através de vizinho a que mulher tá devido assim, quer falar alto devido e tal por causa da Lei Maria da Penha [...] se não fosse essa Lei que talvez assim não tinha medo e ai diz assim hoje a mulher tá com tanto poder por causa da Lei M da Penha [...] dizer assim acabou totalmente com a violência não eu tava falando que minimizou um pouco [...] a mulher fala alto por causa da Lei Maria da Penha [...] hoje a mulher tá com tanto poder se não fosse essa a Lei [...] acabou totalmente a violência , não[...] (Nalva).

Essa fala evidencia que a compreensão do mecanismo possível de coibir as agressões por que passam mulheres amplia a condição da denúncia vir anonimamente enquanto ferramenta garantidora da visibilidade do fenômeno social que contraria a conquista da mulher na igualdade de gênero. É Bandeira (2013) que na discussão sobre mudanças na mentalidade da população brasileira defende que o conhecimento lei “Maria da Penha” vai depender do reconhecimento de sua importância e do seu valor para a sociedade o que independe de se ter ou não sido agredida ou detentora de capital cultural.

[...] tenho uma parente minha toda vez ela apanhava o marido batia nela ai ela dava queixa ela não ia lá pra Maria da Penha mais ela dava queixa por aqui a polícia ia lá dava conselho e acabava voltando de novo pra casa, quando foi um dia ela se preparou ele já tava no costume de bater ai ele disse hoje eu vou fazer os outros dias eu te bato hj eu vou te matar ela disse vem e ai com a coragem que ela teve ele foi lá pegou um machado pra rachar mermo ela saiu capinando ai Deus mostrou ou Deus ou não sei o que, mostrou uma enxadinha que tinha um cacobunzinho ela só foi pegou assim antes dele descer o machado ela desceu a enxada e rachou a cabeça dele assim ele caiu lá no chão “oi me matou” ela perna

pra que te tem,[...] levou cinquenta ponto. [...] Tu vai me pagar, ela disse: naquele dia eu fiz uma quando tu vi eu faço duas. (Jô)

Em um contexto onde a violência precisa de um basta, mulheres reagem à dominação masculina como forma de extinguir a desigualdade de gênero no aspecto da força masculina em detrimento à feminina e, como bem diz Saffioti (2002, p. 4):

Todavia, as mulheres sempre reagem contra o agressor, das mais diferentes maneiras. Suas reações podem não ser adequadas para pôr fim à violência de seus parceiros [...]. Por que, então, continuar denominando as mulheres que sofrem violência de gênero, [...] doméstica e intrafamiliar, de vítimas?

Faz-se necessário a análise das condições em que vivem mulheres em contextos rurais, as exemplo destas que por razões privadas, as limitam a permanecer com a violência doméstica na invisibilidade ou mesmo desacreditar que é possível a operacionalização da Lei que a ampara e dá visibilidade a este fenômeno social a ser prevenido e combatido pelo Estado com a implantação de políticas públicas que possam garantir a proteção da mulher e da sua família, a saber, sua prole.

A partir dessas reflexões pode-se pontuar que a situação de violências contra mulheres em contextos rurais é tão preocupante tanto quanto aquelas cometidas pelas mulheres dos centros urbanos. Medidas de atenção, proteção e prevenção devem ser ampliadas para que a universalização de políticas públicas de gênero possa chegar a mulheres que como bem dizem Scott; Rodrigues; Saraiva (2010):

[...] a violência contra mulheres no campo termina por constituir uma parcela ainda ínfima do espectro de ações desses atores todos. E justamente em contextos rurais diversos onde a transparência da manifestação exacerbada da condição desigual, hierárquica, põe as mulheres em situação de alta vulnerabilidade (p. 84).

A melhor visibilidade desse fenômeno no meio rural através de ações socioeducativas tende a contribuir para ampliar a literatura com experiências vividas nestes contextos a partir das falas de quem vive a situação de violência doméstica e almeja uma vida livre de opressão, subalternidades, submissão, que possam consolidar o seu protagonismo, ser sujeitos políticos, embora com suas limitações enquanto mulheres rurais, mas que possam desfrutar de uma vida

digna sem violência, livre dos moldes patriarcais, estereótipos nesta sociedade marcada pela trama da dominação masculina, logo desigualdade de gênero, com ênfase Costa (2007, p. 6): “Geralmente, as mulheres são vistas e tratadas apenas como provedoras do bem-estar da família ou como meio de bem-estar de outros, como mães e esposas, nunca como sujeitos autônomos com demandas próprias”.

Sem pretensão de esgotar a discussão aqui proposta, mas disseminar a desigualdade de gênero nos contextos rurais almeja-se alargar os horizontes de conquistas das mulheres no entendimento de que o seu empoderamento é proposta desafiadora na desconstrução das relações patriarcais de gênero que perduram neste século.

Conclusões

Destarte, evidenciamos neste artigo, por intermédio da análise crítica que fundamenta o nosso olhar considerando os resultados alcançados do projeto de pesquisa, a violência de gênero é categoria potencializada com múltiplos significados, logo polissêmica, ao considerar a diversidade que a motiva, a exemplo da autonomia financeira feminina é multicausal e, ao materializar-se ou então expressar-se simbolicamente, a exemplo da divisão sexual do trabalho doméstico, podemos concebê-la multiforme.

Ademais, a violência de gênero, consolidada a partir das assimetrias de lugares sociais sexuados, persiste na trama dos conflitos interpessoais estabelecida na relação de submissão manifestada por enfoques psicológico, moral e físico geralmente acometidos por homens contra mulheres.

Assim, ao nosso ver, as relações patriarcais de gênero registradas na trajetória histórica feminina, na contemporaneidade tem como aparato judicial a Lei 11.340/2006 materializada na punição à pessoa agressora, proteção social à acometida como o caso da Unidade Móvel para disseminar essa Lei nos contextos rurais, embora necessite de regularidade no atendimento e abrangência rural ampliada e, por fim o aspecto preventivo que vislumbra diminuir as estatísticas de ocorrências do fenômeno socialmente construído e visíveis nas relações intersubjetivas e sociais, sendo a mulher, coisificada, oprimida e submetida às ações violentas constituídas nas relações patriarcais de gênero.

Podemos considerar que o projeto implementado na cidade de Governador Mangabeira, situada no território do recôncavo baiano, constituiu-se como atividade acadêmica que possibilitou o olhar crítico da existência e materialização

do fenômeno social que submete a mulher à situação de violência nas suas múltiplas formas em contextos rurais e lacuna no sistema de proteção social como preconiza a Lei “Maria da penha.” Possibilitou ainda ampliação do acervo teórico sobre a temática discorrida.

E, nos arremates, apreendemos melhor a visibilidade desse fenômeno no meio rural através de ações socioeducativas tende a contribuir para ampliar a literatura com experiências vividas nestes contextos a partir das falas de quem vive a situação de violência doméstica e almeja uma vida livre de opressão, subalternidades, submissão, que possam consolidar o seu protagonismo, ser sujeitos políticos, embora com suas limitações enquanto mulheres rurais, mas que possam desfrutar de uma vida digna sem violência, livre dos moldes patriarcais, estereótipos nesta sociedade marcada pela trama da dominação masculina, logo desigualdade de gênero, com enfatiza

Referências Bibliográficas.

AFONSO, Maria Lúcia M.; ABADE, Flávia. **PARA REINVENTAR AS RODAS**. Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (Recimam), **Marcha das Margaridas**. Disponível em <http://www.contag.org.br/> [consultado em 10-12-14].

BANDEIRA, L. (2013), “A violência doméstica: uma fratura social nas relações vivenciadas entre homens e mulheres”. In: VENTURI, G.& GODINHO, T. (Orgs) **Mulheres Brasileiras e Gêneros Nos espaços Públicos e Privado: uma década de mudanças na opinião pública**. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc SP, pp. 63-78.

BRASIL, **Portaria N° 85/2010**. Institui: “Diretrizes de enfrentamento à violência contra a mulher do campo e da floresta”. Brasília, 2011. Disponível em: <http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/campo-e-floresta>. Acesso em 21-06-2014.

BRASIL. “**II PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**”. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/pnpm/livreto-mulher.pdf>. Acesso em 29-12-2012.

BRASIL. **LEI 11.340/2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 29/12/2012>. Acesso em 10-10-14.

“**COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS**”. Disponível em <http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>. Acesso em 21-06 2014].

GARCIA, L. P. et all . “**Violência contra a mulher: feminicídios sobre o Brasil**”. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf.> Acesso em 11-11-2013.

IPEA. “IPEA revela dados inéditos sobre a violência contra a mulher”. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19873> Acesso em 11-11-2013.

LIMA, M. G. de: (2012) “A importância da análise das relações patriarcais de gênero para compreensão da Lei Maria da Penha”. In: LIMA, R. de L. de & GURGEL, T. & QUEIROZ, F. M. de (Orgs): **Gênero e Serviço Social: múltiplos enfoques**. Natal, RN, EDUFRN, pp .81-96.

MOSCOVICI, S. (2012), **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 9ª ed.- Petrópolis, RJ: Vozes.

OLIVEIRA, V. R. C. de (2012): “A construção dos direitos humanos e as mulheres como sujeitos”. In: LIMA, R. de L. de & GURGEL, T. & QUEIROZ, F. M. de (Orgs): **Gênero e Serviço Social: múltiplos enfoques**. Natal, RN, EDUFRN, , pp.161-185.

PASINATO, W. (2006) “**Questões atuais sobre gênero, mulheres e violência no Brasil**”. Políticas Sociais & Segurança Pública. Estudos de Política e Teoria Social- PRAIA VERMELHA (PPGESS/UFRJ), (14) & 15, pp. 130- 154.

SAFFIOTI, H. I. B. (1994) “**VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL ATUAL**”. Estudos Feministas, Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, (2), pp. 443-461.

_____ (2004), **Gênero, patriarcado, violência**. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo – (Coleção Brasil Urgente).

SARDENBERG, C. M. B. & GOMES, M. Q. de C. & TAVARES, M. S. (2010): “**A aplicação da Lei Maria da Penha em foco**”. NEIM/UFBA, (Cadernos do OBSERVE,1).

SILVA, Carmen & CAMURÇA, S. **Feminismo e movimento de mulheres.** (2010). Recife: SOS Corpo- Instituto Feminista para a Democracia.

SCOTT, P.& RODRIGUES, A. C.& SARAIVA J. das C. (2010). “Onde mal se ouve os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais”. In: _____; CORDEIRO, R.& MENEZES, M. (Orgs). **Gênero e Geração em Contextos Rurais.** – Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, , pp. 63- 93.

_____ & CORDEIRO, R. de M. (2013): “Mulheres no campo: polarização de gênero e sinais de ascensão”. In: **Mulheres brasileiras e gêneros nos espaços público e privado: uma década de mudança na opinião pública.** VENTURI, Gustavo & GODINHO, Tatau. (Orgs): - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc, SP, 2013. pp. 129-139.

SOIHET, R. (2008): “Mulheres Pobres e Violência no Brasil”. In: **Histórias de Mulheres no Brasil.** PRIORE, M, D. (Org.) & BASSANEZI, C. (Coord. De textos) 9.ed.1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto; pp. 362- 400.

TAVARES, M. S. (2010). “**Para o monitoramento da Lei Maria da Penha: - OBSERVE!**”! Anais do XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. CFESS: Brasília, DF, (CD Rom).

GÊNERO, ANDROCENTRISMO E PATRIARCADO: RAÍZES DA VIOLÊNCIA LETAL QUE AFETA OS JOVENS DO SEXO MASCULINO.

Maria Eduarda Ramos da Silva

Francielle Alves da Silva

Janine Kelly Caetano de Souza

Luiz Eduardo Vieira Freire

Elvira Simões Barretto

Universidade Federal de Alagoas – UFAL
gpgenerodiversidade@gmail.com

Resumo: O presente artigo traz uma reflexão sobre a relação entre androcen-trismo, patriarcado e gênero na expressão da problemática da violência letal entre os jovens do sexo masculino, negros e pobres, na sociedade brasileira. Com base em pesquisa exploratória bibliográfica e documental, referenciada no questionamento: por que o mapa da violência no Brasil está predominantemente marcado pela morte de jovens homens e negros? Se fosse apenas uma questão de classe social as mulheres da classe trabalhadora empobre-cida fariam parte desse mapa. Por que as condições de vulnerabilidade à violência letal é mais profunda em homens do que em mulheres? No estudo chega-se à compreensão de que a forte violência expressa na incidência de mortes de jovens não é natural pois possui raízes econômicas e socioculturais relacionadas ao androcen-trismo e ao patriarcado que vai configurar a mascu-linidade tradicional na ordem capitalista patriarcal- androcêntrica de gênero, na contemporaneidade. O texto traz como resultado a demonstração teórica e histórica dessas raízes.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Androcen-trismo; Patriarcado; Violência; Juventude.

Introdução

Raízes socioculturais relacionadas ao androcentrismo e ao patriarcado que antecedem a ordem capitalista moderna, influenciam diretamente na estruturação da identidade masculina, evidenciadas nas condições que levam os homens, mais do que as mulheres, a incorporarem a cultura da violência em seu cotidiano e, assim, se tornam mais vulneráveis a situações de violência seja como vítimas ou como sujeitos da ação violenta.

Este estudo é impulsionado pelos altos índices de homicídios entre os jovens de 15-29 anos no Brasil. Nos dados publicados pelo Mapa da Violência 2015 são mostrados que 95% das vítimas de armas de fogo, nessa faixa etária, são do sexo masculino. Consideramos que não se pode naturalizar estas cifras.

Nesse sentido, partimos do entendimento que há uma questão de gênero a ser trabalhada no quadro de violência letal com explícita configuração masculina.

Com base nessa percepção alimentamos nossas inquietações para o presente estudo.

Propomos uma investigação exploratória quanto aos mecanismos que sustentam a cultura da violência, pautada por pressupostos teóricos e históricos em torno do androcentrismo e do patriarcado. Entende-se que a violência não é intrínseca ao sujeito mas, sim, construída socialmente. Assim, nos debruçamos as raízes socioculturais e históricas da violência e seus nexos causais para a marca do masculino nas suas expressões.

O estudo conduz à formulação de que as expressões de violência nas pessoas do sexo masculino têm suas raízes na masculinidade tradicional herdeira da cultura patriarcal. A masculinidade herdeira dessa cultura influencia diretamente o desejo de controle sobre as mulheres e de reafirmação da superioridade do homem para com elas, ferindo a relação de isonomia que deve existir em uma sociedade democrática.

O androcentrismo e a cultura patriarcal

A ideologia androcêntrica, delineada na antiguidade grega, configura-se como um arcabouço de ideias que propõe explicar a realidade tomando como referência “*andros*” – o homem –, e fundamenta o conceito que atribui ao homem a condição de *centralidade* e de *modelo ideal do humano*. A partir desse arcabouço explicativo do real, se generaliza toda a sociedade – homens e mulheres –, ocultando a diversidade que constitui a sociedade. Essa ideologia de ocultamento da diversidade (androcentrismo) reproduz valores de

inferioridade a realidades que foge a esse modelo ideal do humano, como: as mulheres, as pessoas negras e indígenas, homoafetivas, entre outros. O androcentrismo generaliza o pensamento masculino, branco, burguês e heterossexual que, como parâmetro explicativo da realidade social, impregnou as relações de poder, a produção cultural e o pensamento científico do ocidente (FRAISSE,2008; MORENO,1985).

Vázquez (2012) elucida a influência da ideologia androcêntrica na constituição do patriarcado e na invisibilidade das mulheres e condições desiguais da sua participação na sociedade. Cunha-se uma cultura patriarcal regida pelo princípio de naturalização do poder masculino na qual a mulher é apenas parte da propriedade privada do patriarca, seja como filha ou como esposa.

O patriarcado como cultura e sob a regência da ideologia androcêntrica se amplia e se instala na sociedade historicamente e está presente até os dias de hoje.

Segundo Lins (2007, p.98):

O patriarcado é uma organização social baseada no poder do pai, e a descendência e o parentesco seguem a linha masculina. As mulheres são consideradas inferiores aos homens e, por conseguinte, subordinadas à sua dominação. Superior/inferior, dominador/dominado. A ideologia patriarcal dividiu a humanidade em duas metades, acarretando desastrosas consequências. É evidente que a maneira como as relações entre homens e mulheres se estruturam — dominação ou parceria — tem implicações decisivas para nossas vidas pessoais, para nossos papéis cotidianos e nossas opções de vida. Da mesma forma, influencia todas as nossas instituições, os valores e a direção de nossa evolução cultural, se ela será pacífica ou belicosa.

A dominação que os homens aprendem a exercer sobre as mulheres têm suas raízes históricas em alguns mitos consolidados ao longo dos tempos, como por exemplo: O “mito judaico-cristão, que é a base da nossa civilização atual” (MURARO, 1992, p.70).

A construção do perfil, chamado masculino, predisposto a exercer o poder, controle e dominação sobre os demais, estrategicamente, se legitima na sociedade tendo em vista uma ordem socioeconômica que para se reproduzir precisa naturalizar a subserviência, a competição e o exercício do poder viril.

Dentro disto é conveniente ressaltar que o androcentrismo não determina apenas uma divisão social do trabalho, mas também uma elaboração de um sistema hierárquico dentro das relações afetivas.

Na cultura patriarcal o homem é concebido como um ser que deve ser viril e controlador, tanto na família como na sociedade e deve ser defendido sem restrições para evitar o rechaço e a exclusão social. Assim, o homem é reconhecido positivamente, neste contexto, no exercício do poder esperado pela sociedade.

O patriarcado põe o homem e a mulher em posições diferentes, e essa separação desencadeia uma dominação do homem sobre a mulher. Dessa forma, é “normal e natural que os homens maltratem suas mulheres, assim como que pais e mães maltratem seus filhos, ratificando, deste modo, a pedagogia da violência.” (Saffioti, 2005 p.74.). E, por outro lado, como mostram as evidências, os homens tanto são protagonistas das ações violentas, como também, são vítimas dessa pedagogia.

Em outras palavras, a agressividade masculina não atinge apenas as mulheres, que muitas vezes, são os alvos mais fáceis para ser depositada toda essa violência, mas também a eles próprios, levando-os a serem autores e vítimas dessa violência. A masculinidade – sob a regência do patriarcado e do androcentrismo- modela nesses homens atitudes, comportamentos e emoções a serem seguidos. Desta forma existe uma coerção social que os qualificam positivamente por sua virilidade. Vê-se que os que não reproduzem o ideal masculino tradicional são inferiorizados pelos demais e vítimas de hostilidades. Bourdieu (2005) afirma que o privilégio masculino, em contrapartida, exerce sobre esses sujeitos um controle permanente que impõe o exercício da masculinidade tradicional sob qualquer circunstância.

É sob a égide do androcentrismo e do patriarcado que os corpos sexuais são engendrados, ou seja, mulheres como femininas e homens como masculinos. No caso do masculino, a organização social de gênero baseada na virilidade como força, poder, dominação permite prever que há um desencontro amoroso marcado entre homens e mulheres em torno de uma violência socialmente construída. Estas contradições, tomadas isoladamente, apresentam características distintas daquelas que se podem detectar no nó que formaram ao longo da história (SAFFIOTI, 1997b).

Para Saffioti (2004) a violência na reprodução da ordem de gênero e à interdependência entre violência e gênero para afirmar que a articulação violenta é paradigmática da economia simbólica de todos os regimes de status.

Com isso podemos afirmar que a cultura do patriarcado decorrente da ideologia androcêntrica não resume-se apenas em um sistema de dominação do homem sobre a mulher, ou sobre aqueles homens que expressões de gênero não estão no perfil do homem modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, o patriarcado é também um sistema de exploração.

A ideologia androcêntrica e machista, que sustenta o patriarcado, prevê homem como dominante nas relações sociais e estas a se submeter ao poder do macho. “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la” (BOURDIEU, 2005, p.18).

O patriarcado fomenta uma estrutura hierárquica entre gêneros que não deve confundir-se com suas representações nem com a mobilidade de seus efeitos. O patriarcado é, ao mesmo tempo, norma e projeto de auto-reprodução, o que o leva a censurar e controlar a fluidez, as circulações, as ambivalências e as formas de vivência de gênero que resistem a ser enquadradas na sua matriz heterossexual hegemônica.

Considerações sobre gênero e seus respectivos reflexos na violência letal contra jovens do sexo masculino

Concordamos com Barretto (2015) quando formula que a sociedade capitalista, que institui a ordem burguesa, detém uma lógica violenta intrínseca à sua estrutura, sendo a extração da mais valia (lucro) a sua condição de existência, através da exploração dos que não são possuidores dos meios de produção, gerando desigualdades sociais. Essa sociedade que traz consigo uma lógica violenta tem como suporte a ideologia androcêntrica e a cultura patriarcal, que produz, além de desigualdade de classe, as desigualdades de gênero e étnico-raciais.

Primeiramente, vale ressaltar que sexo não é sinônimo de gênero. Por sexo, a partir de Sidnei (2008), entendemos que se refere ao dado físico-biológico, marcado pela presença de aparelho genital e outras características fisiológicas que diferenciam os seres humanos como machos e fêmeas.

De acordo com as Ciências Sociais e Humanas, tais como nas produções de Lima, (2013), Saffioti (2004), Scott (1990), gênero faz referência à construção social do sexo anatômico, ou seja, sabemos que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura, não decorrendo da anatomia de seus corpos.

Sexo e gênero, todavia estão diretamente associados e constituindo duas arenas distintas das práticas sociais. Para Barretto (2011), em concordância com Rubin (1993) e Scott (1990), concebe os sistemas de gênero como sistemas de poder dos quais resultam, conflitos e transformações culturais, sociais, políticas e até mesmo econômicas. O uso analítico da categoria gênero se aplica a diferentes contextos históricos e culturais, numa perspectiva não fixa, de natureza dinâmica e relacional, ou seja:

Os sistemas de gênero correspondem à totalidade dos arranjos através dos quais as sociedades transformam o sexo biológico em atividades humanas, a partir das quais as necessidades humanas são tanto satisfeitas, quanto transformadas. O poder contido nos sistemas de gênero opera com mais força nos estágios reprodutivos da vida humana, quando os meios para controlar a sexualidade, a reprodução e o acesso às atividades produtivas estão situados e funcionam de maneira mais aguda. Esta definição favorece a desconstrução das diferenças de gênero que foram e continuam a ser interpretadas, racionalizadas como resultado de uma ordem natural biológica imutável, no sentido de pensá-las como circunstâncias construídas social e historicamente e, portanto sujeitas à transformação pela ação social e política. Esta compreensão do gênero como operador social e simbólico também possibilita o exame das relações de poder inter e intra – gêneros (CORRÊA, 1997, p.152).

É curioso que a partir da descoberta do sexo através da ultrassonografia, o indivíduo se torna um gênero antes mesmo de vir ao mundo. As representações de gênero podem ser expressas na seguinte associação:

FÊMEA MENINA, ROSA, LANCINHOS, BONECAS;
MACHO MENINO AZUL, FUTEBOL, CARRINHOS.

Desta forma, a maneira de ser menino ou menina é realizada pela cultura, porém podem variar conforme os valores e os costumes de cada contexto social e as prescrições de cada gênero. Portanto, gênero é uma construção histórica e social que não pode ser compreendida como natural e imutável; em suma, é a cultura que constrói o gênero, personificando as atividades como masculinas e femininas.

Segundo Barretto (2011), os fundamentos do Gênero como categoria de análise teórica podem ser encontrados na teorização de Scott (1990) que

parte da elaboração de que “gênero” é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder. Para a autora (1990):

Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas, o gênero implica em quatro elementos: 1- os simbólicos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas, Eva e Maria como símbolo da mulher, por exemplo; 2- os conceitos normativos que põem em evidência as interpretações do sentido dos símbolos. Para a autora, o desafio é explodir a noção de fixidez e descobrir a natureza do debate ou da repressão que produzem a aparência de uma permanência eterna na representação binária de gênero; 3-o gênero é construído no âmbito das instituições e da política. Em outras palavras, a construção de gênero se faz através do parentesco, mas não exclusivamente, ele é construído igualmente na economia e na organização política, que operam atualmente de maneira amplamente independente do parentesco; 4- a identidade subjetiva intervém na construção dos sujeitos sócio - afetivos. Nenhum dentre esses elementos pode operar independentemente (p.13).

O ponto chave para a construção da identidade é o aprendizado de gênero

é, portanto, parte da nossa socialização na família, na escola e em outras instituições sociais das quais participamos durante a vida. Os brinquedos na infância, os jogos na adolescência, nosso vestuário, os gestos e o palavreado que nos são ensinados e as relações estabelecidas com os grupos de pares e com as pessoas adultas vão nos informando sobre como é ser homem e ser mulher na sociedade e nos levam a distinguir quais atitudes são mais apropriadas a cada gênero (BRASIL, 2010, p.26).

Com efeito, as crianças são ensinadas a se comportar e agir de acordo com os preceitos de cada gênero, assim temos as seguintes equações:

MENINAS BRINQUEDOS BONECAS E MINIATURA DE UTÊNSÍLIOS DOMÉSTICOS CENÁRIO DE ATUAÇÃO ESPAÇO PRIVADO.

MENINOS BRINQUEDOS ARMAS, ROUPAS DE LUTAS, CARROS, JOGOS ELETRÔNICOS CENÁRIO DE ATUAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO.

Através das equações podemos fazer uma breve reflexão. Percebemos que desde pequenos/as, meninos e meninas são ensinados/as a ter um comportamento que se encaixe no que culturalmente é apropriado para cada gênero. Das garotas se estimulará um comportamento afetivo, que tem como alvo a maternidade, o cuidado com o/a outro/a, a docilidade, a emoção em detrimento da razão. Serão vistas como o sexo frágil em que precisarão sempre de um homem para lhes defender. As mulheres ficam mais vulneráveis a padecerem da violência no espaço privado, praticadas por parceiros afetivos. Os homens serão estimulados a serem fortes, insensíveis, protetores e provedores, com mais condições financeiras que as mulheres e constantemente forçados a provar sua virilidade. Essas diferenças resultam em profundas desigualdades sociais e opressões para ambos os sexos.

Nesse sentido garante-se um suporte ideológico e cultural que se constitui em princípios e valores incutidos na socialização de indivíduos de ambos os sexos, entretanto no sexo masculino e valoriza-se um modelo hegemônico de masculinidade, onde é fomentado o sexismo, arquétipos de gênero (veremos a seguir) e a desigualdade social por questão de raça e de classe social.

Historicamente os homens são formados para serem mais violentos que as mulheres, a carga cultural/histórica privilegia os homens desde a Grécia Antiga, chega até os dias de hoje. Os meninos desde a infância são, frequentemente, instigados a uma postura combativa e de superioridade e aqueles que fogem dos padrões impostos são duramente discriminados. O resultado dessa cultura gera meninos agressivos em que terão um maior incentivo a violência entre eles e morrerão mais no espaço público, por causa externas, vítimas da violência urbana.

Não se pode esquecer que as maiores vítimas dessa violência urbana são os homens negros, de família pobre que trabalham desde criança na busca pela sobrevivência e que não conseguem concluir o 1º grau e acabam assumindo ocupações com remunerações baixas, por fim moram nas periferias em situações precárias e sofrem discriminações diariamente, por conta das suas condições econômicas e sociais, e como resultado se envolvem com a criminalidade, assim, de acordo com o Caderno de atividade GDE (2010), acabam por sofrer uma tripla estigmatização – pelos estereótipos relacionados à pobreza,

à população negra e à violência – e o que se tem ao final é uma simplificada associação entre três aspectos: pobreza, cor/raça e violência.

Nessa perspectiva,

[...] as raízes da cultura da violência em sociedades ocidentais, originárias da cultura judaico-cristã e patriarcal como a brasileira, se retroalimentam e se fortalecem em valores que se sustentam na lógica burguesa moderna balizadas por um modelo referencial de organização sócio-ideológico e político-econômico, a do homem (gênero), branco (raça e etnia), burguês (classe social) e heterossexual (BARRETTO, 2013, p. 111).

Vemos claramente que as manifestações de violência são particularizadas e mediatizadas pelas condições materiais e culturais de vida e sociabilidade, tendo sua raízes na cultura patriarcal em diálogo com a ideologia androcêntrica.

Considerações finais

Em suma, pela lógica do modo de produção capitalista denota-se que a cultura da violência e a desigualdade de gênero e étnico-racial são aspectos significativos para o agravamento das expressões da violência, em particular para o aumento da mortalidade dos jovens brasileiros.

A violência está cada vez ampla e seus nexos causais têm relação com a exclusão e a desigualdade sociais. Nesse contexto estão inseridos os jovens negros empobrecidos, figurando como protagonistas em dados estatísticos como autores e vítimas de violência letal.

O homem tido como vilão é o mesmo homem que está morrendo nas ruas através da violência.

O homem que é opressor, violento, espanca e mata mulheres é o oprimido pelos padrões impostos pela sociedade. Ainda permanece em muitos contextos, na contemporaneidade, a negação do direito do homem chorar, de ter mau desempenho sexual. Todas essas situações, ainda, são entendidas em nossa cultura como fracassos. Aos homens não é permitido o fracasso pois são considerados o sexo forte e superior. Há um estímulo à agressividade, seja por filmes, desenhos, jogos de luta que estão destinados aos meninos ou por brincadeiras.

A violência e suas expressões de gênero que vem se perpetuando na sociedade, não é um fenômeno natural, baseado na maior força física do homem

ou fragilidade da mulher ou naqueles que não fazem parte do gênero legítima o homem, sequer um fenômeno isolado das classes mais baixas, notamos que trata-se na realidade de um fenômeno próprio das sociedades patriarcais, na qual o que fica estabelecido é a relação da dominação/subordinação, com isso é notável que a desigualdade de gênero passa a ser um dos eixos que estrutura a sociedade, por tanto compreendemos que o androcentrismo e o patriarcado é raiz da violência que vem se incorporando nos jovens.

Referências

BARRETTO, Elvira; OLIVEIRA, Maria Aparecida. **Gênero e Diversidade na Escola Descortinando opressões**. Maceió, Edufal, 2015.

BARRETTO, Elvira; ROLIM, Maria Thereza; BARROS, Renata Maria. Na ponta do lápis: violência letal de homens jovens em Maceió. In: Gilmaísa M. Costa Reivan Souza. **O Social em Perspectiva Políticas, Trabalho, Serviço Social**. Maceió, EDUFAL, 2013.

BARRETTO, Elvira. Sexualidade e gravidez entre adolescentes: busca ou desordem?. Maceió, EDUFAL, 2011.

BRASIL, CADERNO DE ATIVIDADES GDE, 2010. Brasília, MEC/SEDI. Disponível em: <<http://www.e-clam.org/downloads/Caderno-de-Atividades-GDE2010.pdf>>. Acesso em: 25 de abril de 2016.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CORRÊA, Sônia. Gênero e sexualidade como sistemas autônomos: idéias fora do lugar? In: PARKER, Richard e BARBOSA, Regina (Orgs.) **Sexualidades Brasileiras**. Relume Dumará:R.J.,1996.

CRUZ, Maria Helena (Org.). **Equidade de Gênero e Governabilidade**. São Cristovão/Se, Editora UFS, 2013.

FRAISSE, Geneviève. El devenir sujeto y la permanencia del objeto. In: FRAISSE, Geneviève. **Desnuda está la filosofía**. Buenos Aires, Leviatán, 2008.

LIMA, Nadia Regina Loureiro de Barros. *meninas não contam: gênero e ensino de matemática*. Maceió, Viva Editora, 2013.

LINS, Regina Navarro. **A cama na varanda: arejando nossas ideias a respeito do amor e sexo: novas tendências** - Ed. rev. e ampliada - Rio de Janeiro: Best Seller, 2007.

MAFFESOLI, M. **A dinâmica da violência**. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais/Edições Vértice, 1987.

MORENO, Amparo Sarda. **Arquetipo viril, protagonista de la historia**. Barcelona: La Sal, Edicions de les dones, 1986.

MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. **Feminino e masculino**. 4a edição. Rio de Janeiro : Sextante, 2002.

MUSSKOPF, André. **Quando sexo, gênero e sexualidade se encontram**. In: **GÊNERO: DA DESIGUALDADE À EMANCIPAÇÃO?** Revista Tempo e Presença, 2008. Disponível em:<http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=161&cod_boletim=9&tipo=Artigo>. Acesso em: 23/03/2016.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho**. Coleção Polêmica, São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SCOTT,Joan. **Gênero: Uma categoria útil de análise teórica**. Recife: SOS Corpo,1990.

SILVA, Leandro R. da. Na mira da mídia: reflexões sobre as relações entre mídia, crime e identidade. In: SALES, Apolinário Mione, RUIZ, Jefferson Lee de S. (Orgs.). **Mídia, questão social e serviço social**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

VÁRQUEZ, Araceli Gonçalves. Los conceptos de patriarcado y androcentrismo en el estudio sociológico y antropológico de las sociedades de mayoría musulmana* Papers 2013, 98/3

APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA EM PERNAMBUCO

Autora: Marília Gomes do Nascimento
Universidade Federal de Pernambuco
mariliagnascimento@gmail.com

Orientadora: Lady Selma Ferreira Albernaz

Resumo: O presente artigo é resultado do esforço de aprofundar e aprimorar a análise feita pela pesquisa “Impacto e implementação da Lei Maria da Penha em Pernambuco” no que tange às impressões das operadoras e dos operadores de direito quanto à aplicação da Lei Maria da Penha em Pernambuco. A metodologia utilizada para coletar os dados foi a entrevista semi-estruturada. As entrevistas foram realizadas nos municípios de Recife, Cabo de Santo Agostinho, Camocim de São Félix e Arcoverde, tendo como objetivo principal identificar quais são os elementos que interferem na aplicação da Lei Maria da Penha no estado de Pernambuco. Concluindo após análise que a Lei Maria da Penha apresenta debilidades na sua aplicabilidade devido a vários fatores, com destaque para a existência e persistência das práticas machistas dentro das instituições; a ausência de investimentos em recursos materiais e humanos e a falta de integração entre os serviços da Rede de Atendimento Especializado.

Violência; Lei Maria da Penha; Aplicabilidade; Pernambuco.

Introdução

A Lei 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, foi criada de modo a atender às exigências de Organismos Internacionais no que tange ao combate a violência contra a mulher no Brasil. Os elevados números de casos de violência e homicídio de mulheres, aliado aos esforços do movimento feminista e dos agentes políticos interessados, propiciaram a sua implementação em Agosto de 2006.

A Lei Maria da Penha é considerada um grande avanço no marco legal brasileiro e por englobar nas suas determinações os eixos de prevenção, combate à violência e punição dos agressores de mulheres. Dessa forma, este artigo se mostra relevante porque se propõe investigar quais são os elementos que interferem na aplicabilidade da Lei Maria da Penha em Pernambuco e testar se as seguintes hipóteses: 1) As práticas sociais machistas e conservadoras dos agentes institucionais responsáveis pelo encaminhamento legal das denúncias de violência doméstica contra as mulheres interferem na aplicabilidade da Lei; 2) A ausência/insuficiência de investimentos na estrutura material e recursos humanos da Rede de Enfrentamento interferem na aplicabilidade da Lei. 3) A fraca articulação entre os órgãos que integram a Rede de Enfrentamento interfere na aplicabilidade da Lei.

Para realizar tal investigação utilizou-se a estrutura metodológica de perspectiva qualitativa. Através da pesquisa “Impacto e implementação da Lei Maria da Penha em Pernambuco”¹ no ano de 2012, que permite responder várias questões que não podem ser quantificadas devido ao seu grau de complexidade e abrangência, ou seja, ela permite entender os significados, os motivos,

1 Esta pesquisa - na qual participei como pesquisadora - foi subsidiada pelo Banco Mundial, que autorizou o uso das informações para uso acadêmico, contudo o relatório final é de uso restrito. O objetivo foi produzir elementos que permitissem testar a hipótese de que os principais obstáculos à implementação da Lei Maria da Penha estão relacionados ao nível de acesso à informação e empoderamento das vítimas. Isto perpassa pela utilização dos mecanismos de proteção à vítima, a utilização dos serviços oferecidos pela lei e a punição dos agressores, bem como propõe o estabelecimento de estratégias para melhorar a implementação da lei. Para alcançar tal objetivo foram utilizadas várias fontes e técnicas de coleta de dados, são elas: entrevistas em profundidade com mulheres vítimas de violência, entrevistas semiestruturadas com profissionais dos serviços oferecidos pela Lei Maria da Penha e entrevistas estruturadas e grupo focal com a população em geral. O universo da pesquisa abrangeu quatro municípios – a capital e um município em cada uma das grandes regiões do estado – Recife, Cabo de Santo Agostinho, Rio Formoso, Camocim de São Félix e Arcoverde.

as aspirações, as crenças, os valores e as atitudes das pessoas entrevistadas. A técnica qualitativa utilizada nesse trabalho foi a entrevista semiestruturada, que se propõe a extrair dos entrevistados aquilo que eles têm de reserva de conhecimento sobre determinado assunto – no caso desse estudo, o conhecimento relativo à violência doméstica contra as mulheres e suas políticas públicas de enfrentamento à violência. Flick diz que:

[...] esse conhecimento inclui suposições que são explícitas e imediatas, que podem ser expressas pelos entrevistados de forma espontânea ao responderem a uma pergunta aberta, sendo essas complementadas por suposições implícitas (FLICK, 2009, p. 149).

As entrevistas semiestruturadas ocorreram no período de 20 de junho a 3 de agosto de 2012, com os operadores da Lei, isto é, os profissionais dos serviços que aplicam a Lei direta ou indiretamente. Ao todo foram entrevistados 14 profissionais que estavam na coordenação dos serviços Rede de Atendimento Especializado à mulher vítima de violência nos municípios de Recife, Cabo de Santo Agostinho, Camocim de São Félix e Arcoverde, contudo foram realizadas 13 entrevistas, pois duas delegadas foram entrevistadas de forma simultânea. Dentre esses profissionais, estão delegadas e delegados, defensora, promotor, juiz e gestores que trabalham com políticas públicas para as mulheres.

Discussão

Ao longo das décadas, várias autoras (SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995, SOARES, 1999; SAFFIOTI, 2004; ALMEIDA, 2007; PANSINATO, 2011), - estudaram e se dedicaram para tentar explicar o fenômeno da violência contra as mulheres. Para Soares, a violência doméstica se baseia no conflito e não está dentro de um sistema explicativo estruturado, mas abrange um conjunto de ideias e posições que não reconhece apenas o recorte de gênero e sim numa análise multifatorial, que inclui classe e raça. Ela afirma que esta violência “atravessa todas as classes, ainda que estratos mais pobres sejam mais vulneráveis do que os que estão em melhores condições” (SOARES, 1999, p. 155). Ao contrário de Soares, Saffioti e Almeida (1995) além de estudarem a violência doméstica, introduziram no debate a violência de gênero. Esta perspectiva trazida pelas autoras é importantíssima, pois problematiza a questão do gênero. Para elas, gênero é uma categoria construída na base das relações sociais e culturais que se baseia

numa ordem falocrática² e hierarquizada, na qual os homens dominam e exploram as mulheres, tornando as suas relações desiguais, possibilitando assim um ambiente propício para a violência. Elas acreditam, ainda, que a “violência é parte integrante da normatização, pois constitui importante componente de controle social” (SAFFIOTI, ALMEIDA, 1995, p.32). Essa afirmação permite inferir que ao se tornar “norma”, a violência é naturalizada e legitimada³. Saffioti e Almeida entendem tanto a violência de gênero quanto a violência doméstica, como uma ruptura dos direitos humanos, mais especificamente, quando há dano físico ou psicológico à integridade da mulher.

Para, além disso, as autoras defendem a tese de que a violência de gênero está estritamente ligada ao poder e à impotência, seja de quem a perpetra, seja de quem a sofre. Sendo assim, tanto o poder como a impotência se manifestam através de três eixos: gênero, classe social, raça/etnia. Nesse sentido, quando uma mulher é negra e pobre, seu poder é menor e sua impotência é maior comparada a uma mulher branca e rica, ou seja, a vulnerabilidade é maior e a probabilidade dela ser vítima de violência é igualmente proporcional.

Em 2004, em seu livro *“Gênero, patriarcado, violência”*, Saffioti inseriu e defendeu a permanência do patriarcado para entender a violência contra as mulheres, o qual tinha sido enfraquecido com a emergência do debate teórico sobre gênero.(defendeu a permanência?) Para a autora, o conceito de gênero é mais abrangente que o de patriarcado, pois compreende também as relações entre os pares (homem-homem e mulher-mulher), além do homem- mulher, enquanto que o patriarcado consiste nas relações hierarquizadas entre seres socialmente desiguais. O conceito de gênero é uma categoria histórica que caracteriza, delimita e define quais são as características e habilidades do que é masculino e o que é feminino. Ou seja, gênero é a construção social do masculino e do feminino. Enquanto que o conceito de patriarcado trata da dominação/exploração dos homens sobre as mulheres, problematizando as questões envolvidas nas relações sociais hierarquizadas a partir da construção do ideário masculino e feminino.

Saffioti (2004) utiliza as contribuições de Jhonson e Pateman para dizer que o patriarcado se baseia no controle e no medo, bem como, para defini-lo como

2 Entendido pelas autoras como uma ideologia cuja base se sustenta na premissa básica de que o poder político/econômico, em diversos âmbitos, deva ser exercido somente por homens.

3 A violência é o último recurso utilizado nessa lógica de dominação e se expressa de forma ambígua. Pois da mesma forma que é justificada pela sociedade, é também questionada. Em primeiro lugar, questiona-se porque as mulheres não rompem com a violência e porque os homens batem.

forma de expressão do poder político que suprime o direito de liberdade da mulher, sujeitando-as aos homens tanto no âmbito privado quanto no público. Desta forma, o que Saffioti defende é a necessidade do reforço ao uso deste conceito e recusa o uso exclusivo do conceito de gênero pelas teóricas feministas, pois acredita que os conceitos de gênero e patriarcado devem se dar de forma simultânea e enfatiza que utilizar o conceito do patriarcado torna visível a dominação masculina enquanto que o uso, apenas, do conceito de gênero pode neutralizar a exploração/dominação masculina. Vale notar que tal solução teórica, do ponto de vista da Antropologia e em decorrência do estudo comparativo entre as culturas humanas, não tem, necessariamente aplicação universal. Nem todos os arranjos de gênero, mesmo produzindo desigualdades implicam em uma organização social tipo ocidental.

Para a autora, o patriarcado está inteiramente ligado ao processo de exploração/dominação e que não há uma ordem de relevância entre esses processos, isto é, não se explora para depois dominar ou se domina para depois explorar, segundo ela, os fenômenos acontecem simultaneamente. Sobre isso, ela diz: “não há dominação patriarcal de um lado e exploração capitalista de outro. Dominação e exploração andam juntas” (SAFFIOTI, 2004, p. 130). Sendo assim, ressalta que o patriarcado serve aos interesses dos grupos dominantes e que por isso não se deve pensá-lo sem as categorias de classe e raça, tampouco, não se pode abandoná-lo ao se tentar explicar a violência contra as mulheres. Nesse sentido, o presente trabalho compreende a violência doméstica contra as mulheres como uma violação dos direitos humanos delas, produzida e legitimada socialmente, culturalmente e politicamente pelo sistema patriarcal.

Resultados

Para analisar as entrevistas foram levados em conta dois eixos: 1) o conhecimento e as atitudes a respeito da Lei Maria da Penha; e 2) a avaliação geral dos serviços que aplicam a Lei. Tais eixos permitiram identificar quais os avanços, os possíveis obstáculos e os desafios a serem enfrentados para uma efetiva aplicação da Lei, na perspectiva dos operadores.

No âmbito dos avanços, ou seja, os pontos positivos da Lei e das suas conseqüências para o enfrentamento à violência contra as mulheres, foram identificados oito pontos positivos, são eles: 1) estabelecimento de condições específicas de atendimento à mulher; 2) possibilidade de tornar visível à violência doméstica e familiar contra a mulher; 3) criação de mecanismos de proteção

à mulher como as Medidas Protetivas de Urgência e a Prisão provisória, em caso de descumprimento dela; 4) ampliação e integração da rede de atendimento especializada; 5) empoderamento das mulheres para realizar a denúncia; 6) aumento da confiança das mulheres no sistema judiciário; 7) capacitação dos profissionais que trabalham nos serviços especializados de atendimento à mulher; 8) impacto no comportamento dos agressores após a criação e divulgação da Lei.

De acordo com uma das falas, a *ampliação e integração da rede de enfrentamento à violência* permitiram que o serviço de atendimento à mulher não ficasse limitado apenas ao trabalho do policial nas delegacias, ou seja, as mulheres passam a ser atendidas também nos Centros de Referência, nas Casas Abrigos, nas Varas e Juizados Especializados. Esta ampliação, bem como a integração, são determinações da Lei 11.340, nos capítulos I e II, que versam sobre as ações que serão aplicadas de forma articulada por todas as instâncias governamentais e nas áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação, visando coibir a violência doméstica e familiar.

No capítulo I, inciso VII da Lei, fica estabelecida a *capacitação dos profissionais* que irão atuar na Rede de Enfrentamento. Esta questão também foi destacada numa das entrevistas como um avanço, pois a capacitação desses profissionais permite que a Lei seja aplicada de forma correta, levando em consideração as especificidades presentes na violência doméstica e familiar contra a mulher.

Mas é um ganho porque ela [Lei Maria da Penha] se propõe também não só em punir o agressor, mas também traz um arcabouço de medidas que podem mudar o comportamento, ela vem no sentido de provocar uma discussão na sociedade e uma reeducação para os homens. Porque irá propor a realização de capacitação com equipe da polícia civil, com os operadores do direito, que a gente diz [...] (Operadora 14).

Outro ponto levantado foi o *empoderamento da mulher*. Alguns operadores perceberam que a própria existência da Lei, a sua divulgação e os exemplos da sua eficácia, propiciaram às mulheres a segurança para realizar a denúncia e confiar no sistema judiciário. Tais explicações também podem servir para explicar a *mudança de comportamento dos agressores*, que ao verem que a Lei de fato está sendo cumprida, que os homens estão sendo punidos e que a

violência doméstica não está sendo mais negligenciada, eles alteram seu comportamento agressivo por medo das consequências impostas pela Lei.

Um dos mais importantes avanços referentes à Lei Maria da Penha, é sem dúvida, *possibilidade de tornar visível publicamente à violência doméstica e familiar contra a mulher que antes “pertencia” apenas ao âmbito do privado e prevalecia à máxima “em briga de homem e mulher, ninguém mete a colher”*. Caracterizando-a como crime e condenando sua prática através de penas de privação de liberdade e não mais com penas alternativas e promovendo ações educativas que possibilitem a mudança comportamental da sociedade, como exemplifica bem a fala abaixo:

Então vejo ela [Lei Maria da Penha] como um grande avanço nesse sentido, por primeiro dizer pra todo mundo que a violência contra a mulher é crime, tirar desse lugar do privado e achar que é briga de marido e mulher e que ninguém deve se meter, não deve meter a colher como o movimento diz. Mais por colocar nesse lugar do público tirar desse lugar, tirar de dentro de casa e ir pro público, dizer que é crime sim e que tem que ser punido sim. Tem formas de ser punido, mas não formas de ser punido quem já é o agressor, mas também existe outras formas: reeducando, mudando o comportamento das pessoas a partir dali (Operadora 14).

Por todos esses relatos positivos percebemos que a Lei Maria da Penha age para além do caráter punitivo, atuando fortemente na educação e na transformação cultural da sociedade. A Lei possibilita ampliar a reflexão sobre o tema da violência doméstica e familiar contra a mulher contribuindo para a modificação dos comportamentos machistas e violentos.

No que tange os elementos que dificultam a aplicação da Lei Maria da Penha, ao todo, foram identificados sete obstáculos: 1) conservadorismo no Sistema Judiciário; 2) mulheres que desistem de prestar a queixa; 3) a falta de recursos humanos e de infraestrutura; 4) quantidade reduzida de efetivo policial nas delegacias; 5) ausência de estruturas adequadas de atendimento à mulher nas delegacias comuns; 6) falta de integração entre os diversos serviços da Rede e ausência de protocolos de fluxo; 7) inexistência dos serviços especializados no atendimento à mulher em situação de violência em alguns municípios mais afastados da Região Metropolitana de Recife (RMR).

O *conservadorismo no Sistema Judiciário* se expressa através de atitudes machistas dos operadores de direito, que tem como exemplo, a não aplicação

da Lei, seja por desmerecer a importância da violência doméstica e familiar contra a mulher, ou pelo fato de não querer “perder tempo” de trabalho com um crime “menor”, como mostra a fala abaixo de um operador:

A lei é espetacular, falta botar na cabeça do promotor, do juiz, do delegado e do defensor, mas aí só com o tempo. O direito é assim, então eu posso, eu posso pegar essa lei que é espetacular, que ela é fechada, redonda, e interpretar do jeito que eu quiser. E é assim que os operadores do direito, na sua maioria, estão fazendo, né? Por causa da cultura machista.” (Operador 8).

A permanência das práticas machistas no interior do Sistema jurídico afeta diretamente na efetividade da Lei. Por ser uma manifestação do patriarcado, que sustenta a desigualdade social contida nas relações entre os gêneros e legitimada pelas estruturas de poder, ela possibilita que a violência cometida contra a mulher seja vista como algo menor e inexpressivo. A não aplicação correta da Lei para além do caráter machista sinaliza dentre outras coisas, o não reconhecimento da violência contra a mulher como crime, o não reconhecimento da Lei como instrumento legal eficaz para coibir esta violência, bem como sinaliza que as ações de formação ainda que tenham avançado, são insuficientes e parece não alcançar os profissionais do campo jurídico.

Outra problemática levantada foi o fato de existirem *mulheres que desistem de prestar queixa*. Soares (1999) explica o ciclo da violência segundo o modelo feminista, cujo qual acredita que a mulher não tem participação na produção da violência, ou seja, não há cumplicidade. Nesse modelo, a mulher torna-se incapaz e impotente diante da relação violenta, e por isso tem diversas limitações e barreiras que a impedem de romper com esse tipo de relação.

Dentre dessas limitações e barreiras estão: a esperança de que o companheiro mude o comportamento; o isolamento da família e dos amigos devido ao ciúme excessivo do companheiro e do cerceamento da sua autonomia; a negação social provocada pelo não reconhecimento dessa violência como um problema social; as ameaças de morte, a ameaça de retirar a custódia dos filhos ou retirar a pensão alimentícia; a esperança que o casamento se recomponha quando o marido é submetido a tratamento de controle da violência; e a ausência de autonomia econômica, muitas vezes por falta de capacitação profissional para ingressar no mercado de trabalho. Sob a ótica do modelo feminista, a mulher consegue romper com a situação de violência quando percebe que sua

experiência na verdade tem dimensão coletiva, e com isso transforma impotência e passividade em valores de afirmação, mobilização e busca por autonomia (SOARES, 1999).

Entretanto, nota-se que não há por parte do operador esse entendimento. Dito isto, é preciso que os operadores estejam bem capacitados para que possam orientar e encaminhar corretamente essas mulheres - que ainda não estão seguras para denunciar - para a Rede de Enfrentamento, como por exemplo, para o Centro de Referência, onde a mulher terá apoio psicológico, jurídico e de assistência social.

A falta de recursos humanos e de infraestrutura; a quantidade reduzida de efetivo policial nas delegacias; e a ausência de estruturas adequadas de atendimento à mulher nas delegacias comuns foram queixas recorrentes nas falas das entrevistadas. As questões relacionadas à Rede de Enfrentamento também foram bastante citadas. Desde a *falta de integração entre os diversos serviços da Rede à ausência de protocolos de fluxo*. Ou seja, qual o serviço mais indicado para encaminhar a mulher em cada situação e o compartilhamento das informações dos próximos passos que foram tomados por esse serviço? Esses obstáculos prejudicam a prestação de assistência múltipla e completa à mulher.

A *inexistência dos serviços especializados* no atendimento à mulher em situação de violência em alguns municípios mais afastados da Região Metropolitana de Recife - RMR também foi identificado na análise. Uma das gestoras relata que a ampliação dos serviços ainda é insuficiente, pois a maioria está concentrada na capital e na RMR. Dessa forma, o que ficou mais evidente foram as dificuldades relacionadas com a Rede de Enfrentamento. Elas perpassam pelas questões da fraca articulação entre os serviços, a expansão desses serviços para os municípios mais afastados da RMR, o número reduzido de profissionais, falta de capacitação dos profissionais do sistema judiciário e a aplicação incorreta das medidas propostas pela Lei.

Sendo assim, a consequência mais grave desses obstáculos à Lei é a impunidade. Pois, se a Rede de Enfrentamento funciona deficientemente, se o operador de direito não aplica corretamente, se não há integração entre os serviços, a mulher pode perder a confiança na Lei e não denunciar as agressões sofridas, o agressor pode acreditar que a Lei realmente não funciona e continuar as agressões. Forma-se um ciclo vicioso e destrutivo, no qual as mulheres são as principais prejudicadas.

Por fim, foram analisados quais são os principais desafios apontados pelos operadores para que a Lei seja aplicada de forma plena. Entendendo os desafios

como problemas que precisam ser solucionados e os aspectos da Lei que necessitam ser aprimorados. Em certa medida os desafios foram evidentes quando se articula a análise dos avanços com os obstáculos. Foram eles: 1) reforço na execução de políticas públicas voltadas para educação; 2) a capacitação dos profissionais da Rede de Enfrentamento; 3) reforço na expansão da infraestrutura da Rede de Enfrentamento; 4) celeridade no atendimento à mulher; 5) aplicação da fiança.

Um dos desafios apontados é o reforço na *execução de políticas públicas* voltadas para educação. Ou seja, a realização de campanhas educativas que incentive a cultura da não violência e que combata as práticas machistas. O combate à violência doméstica e familiar contra a mulher não ocorre somente através da punição, mas também nas ações de caráter preventivo, na qual estão inseridas as campanhas educativas, que tem como finalidade a conscientização da sociedade sobre o problema e a busca pela transformação da sociedade patriarcal numa sociedade igualitária.

A *capacitação dos profissionais da Rede* é outro ponto importantíssimo, pois quando um profissional está capacitado, ele consegue compreender as múltiplas questões envolvidas nas situações de violência contra a mulher e assim tem maior compreensão e sensibilidade para realizar o acolhimento e fazer os encaminhamentos adequados da mulher para outros serviços da Rede. Além da capacitação é preciso investir em contratação de profissionais, visto que a quantidade atual não supre as necessidades dos equipamentos da Rede, principalmente nas Delegacias Especializadas. Outra necessidade importante é o reforço no *investimento nas questões de infraestrutura*, através da *expansão das Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres - DEAM's* para além da Região Metropolitana do Recife.

O fortalecimento da aplicação da Lei por meio da *celeridade no atendimento* à mulher é um dos principais desafios visto que implica diretamente na garantia da integridade física, psicológica, moral e patrimonial da mulher. Por exemplo, se o Juiz não cumprir a determinação da Lei, – que ele após receber o pedido de medida protetiva de urgência tem que expedi-la no prazo de 48h – aumenta o risco da mulher sofrer novas agressões ou dependendo da gravidade do caso, o risco de ser assassinada.

Em três entrevistas foi enfatizada como desafio, a questão da *fiança*. A fiança pode ser arbitrada pela autoridade policial a partir das condições estabelecidas no Código Penal Brasileiro, no qual versa que o agressor deve ser réu primário, a lesão praticada ser considerada leve e a pena não exceder 4 (quatro)

anos. Dessa forma, as pessoas entrevistadas ressaltaram que a fiança deslegitima e enfraquece a Lei porque uma parcela dos agressores que a pagam, retomam com as agressões, o que contribuem para o desencorajamento e o descrédito da mulher em relação à Lei.

Diante do que foi analisado, é possível constatar que a Lei e suas determinações representam um grande avanço no combate a violência doméstica e familiar contra a mulher, todavia é preciso unir investir recursos financeiros, esforços políticos e controle social para que estas determinações sejam aplicadas de forma correta e de acordo com a necessidade de cada Estado e seus municípios.

Conclusão

Para além das estratégias de ação de curto prazo para melhorar a aplicabilidade da lei, a análise dessas entrevistas demonstrou a existência de práticas sociais machistas e conservadoras dos operadores do direito, que atuam no Sistema Judiciário e são responsáveis pelo encaminhamento legal das denúncias de violência doméstica contra as mulheres, que podem prejudicar a confiança das mulheres na Lei, bem como contribui para sensação de impunidade perante a sociedade.

Essa constatação corrobora com o argumento defendido por Saffioti e Almeida, no qual o patriarcado é uma categoria importante para explicar a violência contra as mulheres. Mas não só, o que podemos extrair desses achados da pesquisa é que a categoria patriarcado também pode ser usado para explicar a ineficiência da aplicabilidade da Lei Maria da Penha. Podem ser exemplos práticos da reprodução do patriarcado na ineficiência da lei quando os profissionais da segurança pública não aplicam corretamente a lei, desde o atendimento à mulher na delegacia à demora na resolução do processo no sistema de justiça. Há um entendimento por parte desses sujeitos, mesmo que de forma velada e subjetiva, que a mulher é um ser inferior e que por isso, o crime contra ela também o é e assim não a trata e nem aplica a lei a ela como deveria. E quando a mulher é negra e periferia, a situação é ainda pior.

Sendo assim, o que pode melhorar a aplicabilidade da Lei e a sua eficiência é a mudança social e cultural, há que se alterar a ordem dominante vigente, que oprime, violenta e mata mulheres. Esse sistema de opressão precisa ser desconstruído e destruído. E para isso é preciso investir numa educação com crítica social, que estude as diferenças e preze pela a igualdade de direitos,

que estude o que é gênero, raça, sexualidade. Enquanto os agentes públicos continuarem reproduzindo essas práticas machistas, não haverá mudança significativa na aplicação da lei, pois a base que sustenta as decisões e as atitudes dos profissionais da ponta permanece inalterada.

Esse é um dos desafios que foi identificado na análise das entrevistas: a necessidade de aumentar o investimento de políticas públicas voltadas para educação, ou seja, políticas públicas que conscientizem à sociedade, principalmente as crianças e os jovens, para uma cultura da não-violência doméstica e familiar contra a mulher. Pois, é preciso que haja uma transformação cultural, na qual as práticas machistas e patriarcais sejam combatidas e eliminadas, de modo a garantir uma vida digna para as mulheres e uma sociedade de fato igualitária.

Referências

ALMEIDA, Suely Souza de.(Org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2007.

BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Dispõe sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher e sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2006, p.1. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11340-7-agosto-2006-545133-normaatualizada-pl.pdf>

SAFFIOTI, Heleieth; ALMEIDA, Suely. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: REVINTER, 1995. SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. SOARES, Barbara Musumeci. **Mulheres invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999.

AMOR E CÁRCERE: UM ESTUDO SOBRE RELAÇÕES NO CONTEXTO DA COLÔNIA PENAL FEMININA DO RECIFE/BOM PASTOR

Nathielly Darcy Ribeiro Araújo
Universidade Federal da Paraíba
Nathielly13@yahoo.com.br

Antonio Marques Silva Lima
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Orientador; Marcela Zamboni de Lucena

Resumo: O presente trabalho se ocupa em perceber o mais nobre e enigmático dos sentimentos dentro do contexto carcerário: o amor. Procuraremos perceber dentro do espaço da *Colônia Penal feminina do Recife/Bom Pastor*, como se dá a manifestação do amor entre as internas, e qual a relação dele com as formas de enfrentamento à violência, presente como veremos adiante, dentro do contexto carcerário. A escolha do *Bom Pastor* como campo de pesquisa deu-se em função do local internar apenas mulheres para o cumprimento de suas penas. Entendemos aqui o público feminino como sendo o mais suscetível a sofrer com as consequências proporcionadas pela situação do aprisionamento. As internas, como optaremos por designá-las aqui, carregam o peso de ser mulher e de ser detenta, portanto, sofrendo as implicações de um modelo machista de sociedade, que além de diminuir seu papel em função do *ser* mulher, ainda tem que enfrentar os percalços de *ser* mulher e presa.

Palavras-chave: Amor;mulheres;cárcere.

Justificativa

Cárcere é sinônimo de privação, lugar de cumprimento de pena, abdicação de liberdade, espaço onde o corpo deve sobreviver a todo custo para que suporte o castigo imposto. Essa punição, contida no ato de separar os indivíduos do convívio em sociedade, privando-os de estabelecer suas relações normalmente, colocando-os em celas, dispostos a um conjunto de olhares e de obrigações, marca a nosso ver, muito mais do que o corpo físico. É no cárcere que os indivíduos experimentam as mais diversas emoções, que vão da raiva à solidão. Colocados junto com pessoas que não conhecem, os sujeitos devem construir novos conjuntos de redes de sociabilidade, se adequar ao que lhe é dado e conviver com seus sentimentos, reconstruindo-os a partir do novo contexto em que estão inseridos: o da prisão.

É nesse sentido que nosso trabalho se ocupa, o de perceber o mais nobre e enigmático dos sentimentos dentro do contexto carcerário: o amor. Procuraremos perceber dentro do espaço da *Colônia Penal feminina do Recife/Bom Pastor*, como se dá a manifestação do amor entre as internas, e qual a relação dele com as formas de enfrentamento à violência, presente como veremos adiante, dentro do contexto carcerário. A escolha do *Bom Pastor* como campo de pesquisa deu-se em função do local internar apenas mulheres para o cumprimento de suas penas. Entendemos aqui o público feminino como sendo o mais suscetível a sofrer com as consequências proporcionadas pela situação do aprisionamento. As internas, como optaremos por designá-las aqui, carregam o peso de ser mulher e de ser detenta, portanto, sofrendo as implicações de um modelo machista de sociedade, que além de diminuir seu papel em função do ser mulher, ainda tem que enfrentar os percalços de ser mulher e presa.

A situação atual em que se encontra a população carcerária no Brasil, é alarmante. O número de encarcerados no país vem aumentando progressivamente, em contraposição com a decadência das estruturas penitenciárias. Super lotação, histórico de abusos, e negligências diversas por parte do poder público, permeiam os presídios e penitenciárias brasileiras. Em 2014 cerca de 607.731 pessoas¹ estavam presas, sendo que o crescimento desses números responde a um percentual de 7% ao ano desde 2000. Possuímos um déficit de 231 mil vagas, a juventude encarcerada representa 56% do montante,

1 Disponível em <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/06/populacao-carceraria-brasileira-chega-600-mil-aponta-ministerio-da-justica-240.html>. Acesso em 01 de abril de 2016.

67% dos encarcerados são negros, 53% não completou o ensino fundamental. Em resumo, o sistema carcerário parece bastante seletivo: prendemos jovens, negros e analfabetos em presídios lotados, que são submetidos a um cotidiano violento e de exclusão de direitos. A oferta e elaboração de políticas para essa população tem sido falha, prioriza-se apenas o encarceramento como solução primordial, ao invés de empreender buscas por melhorias para essa categoria.

Se ser homem, jovem e detento no Brasil é estar colocado em um universo que permeia a barbárie e o descaso, ser mulher nesse contexto é ainda mais preocupante. A população encarcerada feminina está exposta a limitações e violências ainda mais severas em comparação à masculina. Dados apontam que o percentual de mulheres presas aumentou 567%, essas mulheres somam no total 607 mil vagas no sistema penitenciário. Esse número tem sido cada vez mais crescente, ao longo do tempo, e essa é uma das preocupações latentes, tendo em vista que, além de estarem inseridas nessa categoria, carregam também o peso de ser mulher. É justamente dentro desse cenário que pretendemos verificar como se manifesta o amor enquanto sentimento, dentro da *Colônia Penal Feminina do Recife*.

Muitas mulheres que experimentam o sofrimento que o cárcere impõe, tem que lidar também com o abandono dos seus familiares. Mulheres presas raramente recebem visitas dos seus maridos e estão muitas vezes presas por causa deles. Além disso, essas mulheres também são mães tendo que conviver longe dos seus filhos. Em suma, a cadeia para a mulher é muito mais pesada, a pressão e os efeitos do cárcere são sentidos mais intensamente por elas. Dessa maneira, pretendemos observar esse amor, como forma de ferramenta de superação e suporte para os efeitos do cotidiano violento, e como forma de cultivar as expectativas de uma vida *extramuros*.

É importante ressaltarmos que daremos ênfase às relações afetivas construídas pelas internas da colônia penal, buscando entender a conexão dessas relações com as formas de enfrentamento dos diversos tipo de violência, consequência do processo de institucionalização. Dessa maneira, nosso foco recairá sobre presas que se relacionam entre si, as que possuem companheiros em outros presídios, ou as que possuem relacionamentos *extramuros*, verificando como se dá a dinâmica dessas relações dentro do ambiente carcerário. Para isso, entenderemos aqui o amor enquanto romântico, que a duras custas, busca preencher as lacunas criadas pela solidão na mulher, pelo cárcere.

É importante ressaltar que tomaremos como referencial teórico, para apoiar a discussão a que nos pretendemos, Michael Foucault, e suas ideias a respeito

da evolução da pena e da prisão, e de como o corpo dos condenados deixou de ser alvo dos suplícios. “(...) Um fato é certo: em algumas dezenas de anos, desapareceu o corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto, ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo” (FOCAULT,2014, p.13). O corpo deixou de ser o alvo da marca da pena, e essa passa a ser aplicada no plano do Foucault conceituou de *consciência abstrata*. O espetáculo da execução está agora longe dos olhos e passa a se encontrar num plano mais independente. O domínio do corpo, aos poucos deixa de existir, ele não pode mais ser tocado como sujeito de execução de determinada pena, e dessa maneira, buscaremos ver, com base nas ideias de Foucault, como essa pena menos incorpórea pode ser observada dentro do campo aqui estudado. A punição tendo como alvo a alma mais propriamente, é que nos servirá para indicar mais exatamente o papel do amor dentro das relações e da dinâmica existente no contexto de um presídio feminino. Em outras palavras, como essa evolução da pena e da prisão, atinge não o corpo, mas o indivíduo no plano dos sentimentos.

Se antes o suplício era tido como forma de fazer com que o espetáculo servisse de lição para quem estava na plateia, de maneira a desencorajar os outros indivíduos, com a evolução dos métodos e técnicas de punição, esse tipo de execução começou a incitar comportamentos violentos de quem assistia, e a justiça deixou de assumir esse papel de carrasca. Nesse novo patamar, a própria condenação passa agir sobre o condenado, a vergonha já se configura como pena, e os mecanismos de justiça abstém-se da responsabilidade de enforcar condenados e de ser alvo de indagações por parte da plateia. Dá-se entrada na era da *sobriedade punitiva*.

Outro autor fundamental para a nossa análise é Erving Goffman. O autor nos será de grande importância, pois nos ajudará a perceber de maneira mais técnica as instituições totais². O nosso objeto de pesquisa está continuamente submetido à rotina de uma instituição tal como essa. Nesses espaços, há uma divisão entre dois grupos, os internados, e uma equipe de supervisão. Essa equipe se encarrega de controlar o acesso dos internos com o mundo exterior, e de supervisionar suas atividades, que são, como veremos padronizadas. Dessa maneira, buscaremos perceber no contexto da Colônia Penal, tida como

2 “Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho, onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 1961, p.11).

instituição total esse caráter binário; esse grupo de supervisão, possui um contato com o mundo externo, ao mesmo tempo que controla o mundo interno. Esses *dirigentes*, segundo o autor, costumam conceber os internados como

Amargos, reservados e não merecedores de confiança; os internados muitas vezes vêem os dirigentes como condescendentes, arbitrários e mesquinhos. Os participantes da equipe dirigente tendem a sentir-se superiores e corretos; os internados tendem, pelo menos sob alguns aspectos a sentir-se inferiores, fracos, censuráveis e culpados (GOFFMAN,1961, p.19).

Além de desenhar o funcionamento da instituição total, buscaremos entender se esse tratamento dispensado às internas do *Bom Pastor*, corresponde ao que Goffman pontuou. Se o autor coloca os internos como sendo concebidos tais como amargos, reservados e fracos, é interessante aqui, buscar ver o amor também na concepção de quem coordena as internas, no nosso caso os agentes penitenciários.

Como dissemos mais acima, buscaremos nesse trabalho, ver o amor enquanto ferramenta de enfrentamento às formas de violência existentes dentro da Colônia penal. Para que possamos conceituar as diversas maneiras que essas violências se apresentam, tomaremos mão de Bourdieu (2012) e Crettiez (2008) quando estes conceituarão as violências simbólicas, físicas, política e social, e nos auxiliarão a perceber como elas se manifestam no campo estudado. É importante aqui definir cada tipo de violência, para que possamos perceber como cada uma delas se manifesta e desta forma, enxergar o amor enquanto agente confortador frente às várias violências sofridas.

O amor enquanto conceito, será tratado por nós na perspectiva simmeliana, como uma categoria independente, que se fundamenta em si mesma (ZAMBONI,2010). Construído em sentido o unitário, o amor não tem sua gênese em outra categoria senão ele próprio. Simmel procura nos alertar para as empreitadas em fazer com que o amor seja percebido como fruto de outras categorias primárias. Embora estejamos buscando perceber o amor dentro de um contexto onde ele parece nascer no berço do cárcere, nos dispomos a colocar esse amor enquanto mistério dentro das relações afetivas das internas. Usando, assim como Simmel, o amor enquanto sentimento puro e uno. O amor que trataremos “engloba não só o que sucede entre dois seres humanos, mas também o que concerne a todos os conteúdos possíveis desse mundo” (SIMMEL,2001, p.126).

Introdução

“Que o ser humano com suas necessidades apaixonadas dependa assim de um outro, de quem é separado talvez pelo maior abismo metafísico, é também a imagem mais pura, talvez mesmo a forma original, com efeitos decisivos, dessa solidão que faz do ser humano um estranho, não só entre as coisas deste mundo, mas também entre os seres que são os mais próximos de cada um”(SIMMEL,2001, p.108).

Quando nos propomos a discursar a respeito do amor, dentro do contexto de uma penitenciária, somos levados a refletir acerca de que amor estamos falando. Georg Simmel, pontua que a sociedade é formada pela interação entre os indivíduos, de certa maneira, fazer funcionar uma engrenagem onde a condição de cada um possa se relacionar com a do outro, levando-se em conta a maneira de agir. “Toda interação é composta por uma ‘forma’ e uma ‘motivação’. A motivação é o conteúdo, o interesse ou objetivo do indivíduo que se engaja em uma interação; a ‘forma’ é o modo, um formato por meio do qual aquele conteúdo passa a existir” (REZENDE,2010, p.44-45). As categorias que estão imbricadas na interação social estão permeadas de significados independente do momento em que se situem. O amor seria assim, mais uma delas, posto que molda seu objeto como original e único. “O outro é ‘meu amor’, com tanta razão quanto é ‘minha representação’” (SIMMEL,2001, p.124).

É a partir dessa premissa que trataremos aqui o amor, enquanto categoria de interação. Como premissa que modifica o *eu* e o outro enquanto sujeitos que partilham expectativas. Segundo Zamboni (2010) a ação, na visão de Simmel, é vista como tendo características que fazem jus ao mais afetivo e ligadas ao campo emocional.

Do mesmo modo que eu, enquanto amante, *sou* diferente do que era antes—pois não é determinado “aspecto” meu, determinada energia que ama em mim, mas meu ser inteiro, o que não precisa significar uma transformação visível de todas as minhas outras *manifestações* — , também o amado, enquanto tal, é um outro, nascendo de outro *a priori*(...)” (SIMMEL,2001,p.124-125).

O amor para o autor é uma categoria que está em si mesma, que não transita em outra. Há nele, o que Simmel designa de “autossuficiência interna”, que

resultaria num impulso sem objeto previamente definido, porém que faz com que o sujeito construa uma ligação com este de maneira tão profunda. É a partir desse ponto de vista que buscaremos enxergar o amor como categoria presente nas relações entre as internas, enquanto unidade afetiva, que ao mesmo tempo em que não concebe o objeto em si, apreende-o à sua vida de maneira que faz dele instrumento para a superação das formas de violência presentes no cotidiano.

Importante aqui também, é tratar do cenário em que as relações afetivas entre as internas se desenvolvem. O primeiro deles é o cotidiano prisional, que implica numa série de características, entre elas a constante padronização dos indivíduos. Esta é uma característica das instituições totais, como observa Goffman, ao afirmar, quanto aos institucionalizados, que vivem “todos os aspectos da sua vida em um recinto fechado e tendo a companhia íntima de outros internos igualmente separados do mundo abrangente” (GOFFMAN, 1974, p. 175). Isso pode fazer com que os institucionalizados se adequem a um padrão estabelecido ou consigam rotas de saída para a diferenciação. Trabalhando na perspectiva goffmaniana do interacionismo simbólico, faremos uma análise microsociológica dos fenômenos sociais, observando as trocas feitas entre as pessoas no âmbito prisional, onde a interação social é baseada em relações simbólicas. Estas relações são construídas e detêm significado que atribuímos a elas e, por conseguinte, os outros também atribuem sentido às suas.

Goffman observou que “uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes co-participantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral” (GOFFMAN, 1961, p. 17). As instituições totais têm como aspecto central romper as barreiras que separam essas três esferas da vida cotidiana. Esse rompimento causaria uma padronização das atividades realizadas pelos indivíduos, produzindo, em termos goffmanianos, uma “morte social. Nesse contexto, Goffman vai nos ajudar a pensar a questão da representação dessas mulheres no contexto que elas se encontram: continuamente dispostas a um grupo particular de observadores – outras detentas, os gestores, os agentes penitenciários, os visitantes –, há uma troca de influências entre todos. Isso nos encaminha à ideia do *panoptismo*, que pressupõe um modelo onde os indivíduos são observados na sua individualidade como pequenos atores, em seus teatros. “Esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados” (FOUCAULT, 2006, p.187-188).

O panóptico de Bentham, é a realização, em termos físicos dessa composição disciplinar. Ou seja, uma construção, em forma de anel, onde celas estão dispostas, de modo que possam ser vistas por uma torre, que se encontra no centro da construção. “Tantas jaulas, tantos pequenos teatros em que o ator está sozinho, perfeitamente individualizado, e constantemente visível” (FOCAULT,2006, p.190). O efeito, é a organização das massas, uma coleção de individualidades que serão analisadas pelo “vigia” da torre. Não se permite o contato dos “atores”, evita-se dessa maneira “as massas compactos, fervilhantes, pululantes, que eram encontradas nos locais de encarceramento. ” O mais interessante em notar isso, é que essa noção de poder e disciplina, é internalizada, por quem está encarcerado, ou seja, o panoptismo, supõe induzir ao detento um estado permanente de visibilidade, que por consequência, vai permitir assegurar o funcionamento automático do poder.

Nas instituições panópticas, não se é necessário recorrer a uma força. A sujeição dos “condenados” nasce mecanicamente de uma relação invisível. De maneira que quem se encontra em um campo de visibilidade, se vê obrigado a obedecer, assegurando, dessa maneira, o funcionamento automático do poder, onde as a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder. O panóptico, é assim também, um laboratório do poder, que graças ao seu mecanismo de poder, possui a capacidade de penetrar no comportamento dos homens, permitindo que se intervenha, como e onde quiser, em cada uma das individualidades da coleção.

Quando nos propomos a estudar o amor, e as relações em que ele está inserido, dentro do contexto penitenciário, empreendemos o desafio de percebê-lo em um universo que vigia o ser humano em todas as suas intimidades. Todas as internas estão submetidas a uma observação constante de todas as esferas que compõem sua vida social, dessa maneira, pretendemos perceber como se apresenta o amor em um cenário onde predominam privações e violências. Para isso, empreenderemos uma análise das relações afetivas existentes dentro do contexto da prisão, e como o conceito de amor é visto, sentido e percebido por elas, em um cotidiano de tensões e privações.

Materiais e métodos

Adentrar mais profundamente no cotidiano estudado e reconhecer as limitações existentes em seu uso são maneiras de justificar a importância da pesquisa qualitativa. George Gaskell nos traz o pressuposto de que o mundo

social não é um dado natural, sem problemas, ou seja, ele está em constantes transformações, permeado de processos, que são construídos por pessoas em suas vidas cotidianas. O uso da entrevista qualitativa se dá no sentido em que busca compreender e analisar o mundo em que vivem os respondentes, como nos diz o autor: “o objetivo é uma compreensão detalhada de crenças, atitudes, valores e motivações, em relação ao comportamento das pessoas em contextos sociais específicos” (GASKELL, 2002, p.65).

Nessa pesquisa, pretendemos fazer uso de entrevistas semi-estruturadas, que nos auxiliarão na exploração do assunto mais detalhadamente, a partir de uma fonte que detém as informações que se deseja saber. Vale salientar que os dados não são apenas colhidos, mas submetidos a uma análise feita pelo pesquisador, em diálogo inteligente e crítico com a realidade. Essas entrevistas serão realizadas com internas da Colônia Penal Feminina do Recife, de diferentes classes sociais e raças, que possuam relações afetivas construídas intra e extramuros, além de agentes de segurança interna, para que possamos visualizar de diferentes ângulos, como o amor romântico é percebido dentro do contexto prisional e que tipos e formas de violência estão postos diante dele.

Dentro do universo maior de detentas, priorizaremos um grupo de cerca de cinquenta mulheres que possuem visita íntima regulamentada dentro dos padrões da instituição. Optamos por fazer esse recorte devido a questões relacionadas ao campo de pesquisa, que por se tratar de um presídio impõe regras quanto a quantidade de entrevistas, conteúdo das mesmas e restrições quanto a presença do pesquisador. Procuraremos dentro desse universo, selecionar mulheres que possuam relacionamentos construídos dentro da instituição, mulheres que tem suas companheiras fora do presídio, as que visitam seus maridos presos em outras penitenciárias e também aquelas que apesar de possuírem visita íntima regulamentada, foram abandonadas pelos companheir(o)as. Pretendemos fazer, dessa maneira, uma análise ampla e diversificada das diversas formas de amor concebidas entre elas.

Discussão:

Dentro da discussão, priorizaremos as relações afetivas como arma de enfrentamento às violências praticadas, buscando verificar a importância do amor dentro de relações e como isso é percebido por elas e pelos funcionários da instituição. É importante salientar, que optamos por usar da classificação fria da plateia nos tempos atuais, pois entendemos que o sistema carcerário em si,

apresenta lacunas e irregularidades que estão muitas vezes longe dos nossos olhos, mas que acabamos por legitimar esse modelo de punição. Como veremos adiante, a situação de centros de internação e penitenciárias femininas é muitas vezes mais precária do que as masculinas. A ideia que se passa, é que o sistema carcerário não distingue em medidas burocráticas homens de mulheres. Essas últimas, apresentam necessidades diferentes, mas que não são atendidas pelo poder público, há um descaso no que diz respeito à perspectiva de gênero dentro do sistema carcerário.³

Quando pretendemos visualizar o cenário que será aqui descrito, na ótica foucaultiana, empreendemos o desafio de mostrar o quanto o cumprimento e a aplicação da pena é apenas menos incorpóreo dentro do *Bom Pastor*, existindo outras formas de punição, observadas por nós como violentas, e o quanto damos legitimidade ao que acontece não só dentro desta instituição total, mas em todas as outras. Por instituição total, Goffman definiu toda aquela que tem como aspecto central a ruptura das barreiras que separam a vida cotidiana, que são três: dormir, brincar e trabalhar:

Em primeiro lugar, todos os aspectos são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas(...) Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejados para atender os objetivos oficiais da instituição (GOFFMAN,2005, p.18).

Como podemos perceber nas palavras de Goffman, as instituições com tendência de fechamento, ditas totais, tem a função de separar os indivíduos do convívio com o mundo externo. A peculiaridade se dá por se apresentar como híbrido social: uma extensão do lar, fora do lar. Duas forças atuam por sobre os indivíduos internados nesses locais: a que vai fazê-lo despir-se da sua “cultura aparente” e a que vai forçá-lo a empreender uma adaptação ao local, para que adquira o conjunto de signos próprio de cada instituição (GOFFMAN,2005).

3 A população carcerária feminina possui necessidades específicas comparadas à masculina. As internas necessitam de objetos como absorventes, cremes depilatórios, anticoncepcionais, etc. Além dos mais, essas mulheres também são mães e muitas vezes dão à luz enquanto presas. Esses anseios na maioria das vezes não são atendidos e, portanto, identificamos como descaso com relação à perspectiva de gênero.

Como citamos no começo deste trabalho, pretendemos observar as diversas formas de violência dentro da *Colônia*. Inicialmente, pontuamos a progressão da violência física, para uma violência mais direcionada à alma, quando o castigo deixa de ser corpóreo. Nesse ponto Xavier Crettiez, traz a denominação de violência estrutural, a que nos ateremos mais previamente. Citando Galtung (2004), ele nos diz que “a violência estrutural corresponde à sistemática ação de uma estrutura social, ou de uma instituição que impede as pessoas de realizar suas necessidades básicas” (CRETIEZ, 2008, p.13).

Dessa maneira, pretendemos observar também, se essas mulheres que possuem relacionamentos afetivos estão de certo modo colocadas no grupo de desviantes, definido por quem atua como impositor de regras. Pensamos dessa maneira, pois como citamos acima, buscaremos ver como as relações afetivas atuam como forma de enfrentamento à violência institucional, levando em conta que também sofrem com seus efeitos.

Referências:

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BECKER, H.S. **Outsiders: estudos da sociologia do desvio**. Rio de Janeiro. Zahar: 2008

CRETIEZ, X. **As formas de violência**. São Paulo. Loyola: 2011.

DUARTE, J. *Entrevista em profundidade*. In: DUARTE, J & BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 2006.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GASKELL, G. *Entrevistas individuais e grupais*. In: BAUER, M.W. & GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 64-89.

GOFFMAN, E **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.

GOFFMAN, E. *A subvida de uma instituição pública: um estudo das formas de manipulação em um hospital de doenças mentais*. In: RELEY, M. W. & NELSON, E.E. (orgs.). **A Observação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, p. 173-182.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. 2010. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: FGV Editora.

SETTON, M.G.J. **A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea**. *Revista Brasileira de Educação*, n. 20, mai/jun/jul/ago 2002, p. 60-70.

SIMMEL, G. *Filosofia do amor*. São Paulo :**Martins Fontes, 1993**.

ZAMBONI, M. **Quem acreditou no amor, no sorriso, na flor**. A confiança nas relações amorosas. São Paulo: Annablume; João Pessoa: UFPB,2010.

CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA CIDADE DE MANAUS – AM.

Hellen Barbosa Amaral¹

Nayara de Oliveira Souza²

Rafaella Teixeira Pismel³

Valdenor Souza dos Santos⁴

Maria Rute de Souza Luna⁵

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar os avanços e desafios da Lei Maria da Penha a partir do índice de violências existentes no contexto da cidade de Manaus-AM, caracterizando as Relações de Gênero, identificando assim as Tipificações de Violência ao ser especificada as Redes de Proteções existentes. A violência contra a mulher acarreta amplas repercussões psicossociais, econômicas e políticas, não só no plano familiar como também na saúde e no bem estar da mulher. O enfrentamento da questão pressupõe a implementação sistemática de políticas de gênero na área da segurança pública, a exemplo da criação e instalação das Delegacias Especiais de Atendimento a Mulher – DEAMs. De acordo com a Lei nº 11.340/06, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, que visa coibir e prevenir a violência doméstica contra a mulher. O procedimento metodológico desta pesquisa é de natureza

1 Assistente Social - Especialista em Políticas Públicas no Enfretamento a Violência Intrafamiliar

2 Assistente Social - Especialista em Políticas Públicas no Enfretamento a Violência Intrafamiliar -
Graduanda em Direito

3 Assistente Social

4 Bacharel em Ciências Contábeis - Graduando em Direito

5 Socióloga, Mestre em Serviço Social, Política Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas - Ufam, Docente do Centro Universitário do Norte – Uninorte.

exploratória onde o delineamento a ser adotado é a pesquisa bibliográfica e documental, a qual nos mostra que a violência contra a mulher não é um acontecimento recente, pois está presente desde ao longo da história da humanidade e em todas as classes sociais, atinge mulheres em todas as partes do mundo. Diante desse fenômeno contemporâneo a violência contra a mulher é um fato no qual se caracteriza através das seguintes formas: física, social e psicológica, infelizmente a violência contra a mulher na cidade de Manaus tem um elevado índice, é importante enfatizar o quão vulnerável é este ser diante de algo que causa repúdio a todos perante o meio social o qual vivemos.

Palavra-Chave: Relação de Gênero, Violência, Lei Maria da Penha, Rede de Proteção.

ABSTRACT

This article aims to analyze the progress and challenges of the Maria da Penha Law from the index of existing violence in the context of the city of Manaus-AM, featuring the Gender Relations, thus identifying typifications Violence to be specified the Network protections. Violence against women causes large psychosocial repercussions, economic and political, not only at the family level as well as in health and well being of women. Addressing the issue requires the systematic implementation of gender policies in the public safety area, such as the creation and installation of the Police Special Care Women - DEAMs. According to Law No. 11,340 / 06, popularly known as Maria da Penha Law, which aims to restrain and prevent domestic violence against women. The methodological approach of this research is exploratory in nature where the design to be adopted is the bibliographical and documentary research, which shows that violence against women is not a recent event, as is present from throughout the history of mankind and all walks of life, affects women in all parts of the world. Given this contemporary phenomenon of violence against women is a fact in which is characterized by the following forms: physical, social and psychological, unfortunately violence against women in the city of Manaus has a high rate, it is important to emphasize how vulnerable it is be facing something that causes rejection of all to the social environment which we live.

Keyword: Gender Relationship, Violence, Maria da Penha Law, Protection Network.

/Introdução

O presente artigo aborda a violência contra a mulher que abrange situações de média e alta complexidade, considerando a extensão do assunto, a pesquisa foi delimitada nos tipos violência contra a mulher e as possíveis formas de erradicação a este fenômeno, mostrando as importantes formas de enfrentamento da violência, destacando conquistas, políticas públicas, transformações, mas também o longo caminho que percorreu os novos avanços.

A pesquisa está organizada em seções como Violência na Sociedade Contemporânea; Contexto Histórico da Lei Maria da Penha; Rede de Proteção Social à Mulher na Cidade de Manaus. O tema em debate nos chamou à atenção a partir de dados disponibilizados através de sites da Delegacia Especializada em Crime Contra Mulher em Manaus, que nos mostraram um grande índice de ocorrências em torno de 10.141 em 2007 com aumento gradativo que chegou a 13.074 em 2011 de violência doméstica. A discussão nos proporcionou novos conhecimentos através de múltiplas visões a respeito da problemática, o mesmo trás de positivo levar informações as vítimas e contribuir para novos debates.

A metodologia utilizada neste estudo foi à pesquisa bibliográfica e documental, pois a mesma nos ofereceu meios que auxiliaram a definição dos problemas já existentes, como também nos permitiu explorar novos fatores que não estavam cristalizados suficientes. Permitindo que o tema fosse analisado sobre novo enfoque. A violência contra a mulher vem se alastrando em todas as camadas da nossa sociedade, não afeta apenas mulheres pobres do terceiro mundo; ela é constante no cotidiano das mulheres, atravessa ideologias, classes sociais, raças e etnias.

A violência representa um abuso físico, sexual, psicológico, emocional e econômico no meio da família, também nega a autoestima das mulheres e destrói sua saúde, causando-lhes danos às vezes irreparáveis. Além de tudo, interrompe o desenvolvimento humano das mulheres, diminuindo a sua participação na sociedade e fazendo com que se tornem inseguras diante das adversidades da vida.

Violência de gênero na sociedade contemporânea

Violência de Gênero “deve ser entendido como uma relação do poder de dominação do homem e de submissão da mulher. Ele demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia(...)” (Teles 2012, p.1)

A violência não é um estigma da sociedade contemporânea à mesma vem acompanhando o homem a cada tempo, ela se manifesta de formas e em circunstâncias diferentes. Hoje não há quem não identifique uma ação ou situação violenta, porém é muito difícil visto que a violência pode ter vários significados múltiplos e dependentes da cultura, momento e condições nas quais elas ocorreram. Na idade média, as regras norteadoras da conduta humana eram regidas pelos princípios germânicos que apregoavam a equiparação jurídica entre homens e mulheres, ou seja, predominavam as decisões dos homens nas questões familiares.

Ante normalmente a desconfiança quanto o adultério, dava-se o direito ao homem de puni-la, escravizá-la ou vendê-la. Como podemos observar a violência perpassa por gerações e gerações. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2002 define o problema da violência no Relatório Mundial sobre Violência e Saúde como:

Uso da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (KRUG et al., 2002, p.5).

Entretanto a violência é um fenômeno complexo e multicausal. É uma ação determinada através das relações de força, tanto em termos de classes sociais quanto em termos interpessoais. Para Marilena Chauí (1985), a violência representa “a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior (...). A ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas”.

Cada sociedade apresenta formas particulares de expressar a violência em épocas específicas, o que significa que este fenômeno é um processo histórico. Contudo existem formas de violência que persistem nas sociedades independentes das gerações, como é o caso da violência de gênero, que se expressa, sobretudo, na opressão do homem sobre a mulher.

Violência X Relação de Gênero

A partir do período chamado pré-histórico, onde não existiam civilizações e sim grupos, podia-se perceber certa desigualdade de gênero. No entanto quando começa a divisão de tarefas, no período patriarcal, a mulher era vista como sempre pela capacidade de sua reprodução. O homem, associado à ideia de autoridade devida sua força física e do poder de mando, assumiu o poder dentro da sociedade. Assim, surgiram as sociedades patriarcais, fundadas no poder do homem, do chefe de família que se perpetuam ao longo dos tempos.

Segundo VINAGRE (1992): “Cabe lembrar que o sexo masculino e o feminino sofrem uma elaboração social desde o nascimento do indivíduo”. É por isso que a figura da mulher vem sendo associada ao espaço doméstico, a instituição familiar, compreendida enquanto espaço da privacidade (intimidade), sobretudo a partir da sua capacidade natural de reprodução de seres humanos.

Historicamente vivemos numa sociedade que traz, desde o início da sua constituição, traços de violência na relação de gênero, onde as construções simbólicas e culturais se materializam em práticas sociais hierarquizadas, a exploração masculina sobrepõe-se ao feminino, através de dispositivos de poder e submissão.

(...) que o poder não é algo que se adquire, arrebate ou compartilhe algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de números pontos e em meio a relações desiguais e móveis; que as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimentos, relações sexuais), mas lhe são imanentes; são os efeitos imediato das partilhas, desigualdades e desequilíbrio que se produzem nos mesmos e, reciprocamente, são as condições internas destas diferenciações” (FOUCAULT, 1979, p.89).

O poder é compreendido como manifestações de correlação de forças, que surge o dominador e o dominado, aparecendo nas relações sociais, culturais, sexuais, políticas e econômicas. As mulheres passaram a questionar seus direitos em uma relação desigual, assim acontece à violência dos homens contra as mulheres. A concepção social basear-se no patriarcal existindo uma tolerância social com a violência contra as mulheres.

Chauí (apud OLIVEIRA; CAVALTANTI, 2007, p.35) considera “violência como toda e qualquer violação da liberdade e do direito de alguém ser sujeito constituinte de sua própria história. Liberdade aqui entendida como ausência de autonomia”.

Na sociedade atual, ainda é regida por forte concepção patriarcal na questão relações de gênero, vindo as crenças de denominação homem-mulher. Para se conseguir uma mudança na esfera coletiva e social, é preciso mudar no campo individual. É necessário que a mulher se liberte da subordinação em que está submetida, é preciso se opor, fazendo uma nova concepção de relação social e de gênero no presente e futuro.

Contexto histórico da lei maria da penha: avanços e desafios.

Compreendendo a violência contra a mulher como um fenômeno histórico, percebe-se que as alternativas existentes para o seu enfrentamento da maneira como hoje se apresentam nem sempre integraram esse contexto. Enfrentar este fenômeno requer empenho do Estado, comunidade, movimentos sociais e principalmente manifestações geradas no bojo deste segmento fortalecido.

No contexto brasileiro, a década de 70 é marcada pelo surgimento dos primeiros movimentos feministas organizados e politicamente engajados em defesa dos direitos da mulher contra o sistema social opressor — o machismo. Em 1979, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotaram a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), conhecida como a Lei Internacional dos Direitos da Mulher. Essa Convenção visou à promoção dos direitos da mulher na busca da igualdade de gênero, bem como, a repressão de quaisquer discriminações.

Assim os movimentos de mulheres feministas passam a ter parcerias com o Estado para a implementação de políticas públicas e resultou na criação do Conselho Estadual da Condição Feminina em 1983, na ratificação pelo Brasil da CEDAW em 1984, ao qual se seguiu, em 1985, a implantação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e da primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM). A criação das Delegacias de Defesa da Mulher foi uma iniciativa pioneira do Brasil que mais tarde foi adotada por outros países da América Latina. A partir deste avanço, esse grave problema social ganha maior visibilidade, permitindo a população refletir sobre o mesmo.

Em 1993 a Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, em Viena, reconheceu que a violência contra a mulher é uma violação dos direitos

humanos, desde então, os governos dos países membros da ONU e as organizações da sociedade civil têm trabalhado para a eliminação dessa violência, que acaba se tornando um grave problema de saúde pública.

A Convenção de Belém do Pará, como ficou conhecida a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra Mulher, adotada na referida cidade, em 9 de junho de 1994, conceitua a violência contra as mulheres, reconhecendo-a como uma violação aos direitos humanos, e estabelece deveres aos Estados signatários, com o propósito de criar condições reais de rompimento com o ciclo de violência identificado contra mulheres em escala mundial.

Segundo reza o art. 3º, “toda mulher tem direito a uma vida livre de violência, tanto na esfera pública como na esfera privada”, e no art.6º, esse direito inclui ser “livre de todas as formas de discriminação” e ser “valorizada e educada livre de padrões estereotipados e costumes sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade ou subordinação”.(Convenção de Belém do Pará, 1994, art. 3º e 6º)

A Convenção de Belém do Pará é mais um instrumento que avança na consolidação de uma sociedade justa e solidária, a partir do respeito amplo e irrestrito aos direitos das mulheres. Ao longo da história, as legislações foram alteradas e outras criadas a fim de atender as mulheres vítimas de violência principalmente no âmbito familiar, um exemplo é a Lei 11.340 de 07.08.2006, mais conhecida como “Maria da Penha”, que leva o nome de uma mulher que conviveu por anos sob as ameaças de seu marido que inclusive atentou por duas vezes contra a sua vida.

O caso de violência sofrido pela Maria da Penha Maia Fernandes foi uma gota num oceano de impunidade que norteou o Brasil em todos esses anos, pois a figura da mulher agredida sempre foi encarada como símbolo de machismo exacerbado e entre os homens como símbolo de “status”. Através da coragem da Maria da Penha Maia Fernandes na luta pela condenação de seu marido, chamou a atenção do Fórum e de Organizações Internacionais, das quais o Brasil é membro

A Lei 11.340/06 que cria mecanismo para coibir a violência doméstica, foi batizada como “Lei Maria da Penha” em homenagem a uma vítima real dessa violência: a biofarmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes. Assim tal Lei prevê medidas de prevenção e repressão à violência doméstica contra a mulher e determina uma série de políticas públicas para garantir a igualdade de gênero. Estima-se que é difícil para a metade das mulheres agredidas darem um

basta nesta situação, pois muitas sofrem caladas e não pedem ajuda por sentirem envergonha ou dependem emocionalmente ou financeiramente do agressor.

Como em todas as discussões que abordam o fenômeno da violência contra a mulher, a questão cultural se mostra como um dos determinantes que faz com que esta seja reproduzida e naturalizada, cabendo ao homem a dominação sob a mulher, sendo que em todos os períodos históricos considerando as mais diversas culturas essa subordinação sempre esteve presente, podendo ser ora mais intensa e explícita.

Em vigor, desde 2006, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340) criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres. É reconhecida pela ONU como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra a mulher, ao ser promulgado, inovou ao conceder medidas protetivas de urgência à mulher que esteja em situação de risco, em função de atos violentos do agressor.

A lei altera o Código Penal brasileiro e possibilita que agressores de mulheres no âmbito doméstico ou familiar sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada. Tais agressores também não poderão mais ser punidos com penas alternativas. A legislação também aumenta o tempo máximo de detenção previsto de um para três anos. A nova lei ainda prevê medidas que envolvem a saída do agressor do domicílio e a proibição para que este se aproxime da mulher agredida e dos filhos.

A grande inovação da lei é que não só o marido poderá ser punido pela lei, mas também qualquer pessoa que esteja no convívio familiar, mesmo que por tempo curto ou determinado, como os oportunos visitantes, ou seja, qualquer pessoa que esteja em contato com a agredida, independente de sexo ou parentesco. A lei número 11.340 Maria da Penha prevê punição para cinco tipos de agressão contra a mulher: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência moral.

Tipificações da Violência

Tipo de Violência
Violência física – lesão corporal leve, grave e gravíssima, tentativa de homicídio e homicídio.
Violência psicologia – ameaça, dano emocional, perseguições, assédio moral no trabalho
Violência moral – difamação, calúnia e injúria.
Violência patrimonial – subtração, destruição parcial ou total de objetos.
Violência sexual – estupro, exploração sexual e assédio no trabalho.

Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Central de atendimento à Mulher.

Objetivo é garantir proteção e procedimentos policiais e judiciais mais humanizados, para as vítimas, trazendo aspectos conceituais e educativos, que a qualificam como uma legislação avançada e inovadora, buscando promover uma real mudança nos valores sociais que naturalizam a violência que ocorre nas relações domésticas e familiares. Ela pretende dar respostas que possam romper com a cultura machista, gerar novas práticas, reparar as omissões e afastar para sempre a banalização em torno da violência, sendo um instrumento de mudança política, jurídica e cultural.

Veja o que mudou com a aprovação da Lei 11.340/06, que coíbe a violência doméstica.

Antes	Depois
Não estabelecia as formas de violência.	Estabelece as formas de violência contra mulher: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.
Não tratava das relações de pessoas do mesmo sexo.	A violência contra a mulher independente de orientação sexual.
Aplicava a lei dos juizados especiais criminais (lei 9.099/95) para os casos de violência doméstica. Estes juizados julgam os crimes com pena de até 2 anos (menor potencial ofensivo).	Retira dos juizados especiais criminais (lei 9.099/95) a competência para julgar os crimes de violência doméstica contra a mulher.
Permita a aplicação de penas pecuniárias como as cestas básicas e multa.	Proíbe a aplicação dessas penas.
Os juizados especiais criminais tratavam do crime, mas para a mulher vítima de violência resolver as questões de família (separação, pensão, guarda dos filhos) tinham que ingressar com outro processo na vara de família.	Foram criados juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher com competência civil e criminal para abranger todas as questões.
A mulher poderia desistir da denúncia da delegacia	A mulher somente poderá renunciar perante o juiz.
Era a mulher que muitas vezes entregava a intimação para o agressor comparecer em audiência.	É vedada a entrega da intimação pela mulher do agressor.
A lei não utilizava a prisão em flagrante do agressor.	Possibilita a prisão em flagrante.
Não previa a prisão preventiva para os crimes de violência doméstica.	Altera o código de processo penal para possibilitar ao juiz a decretação da prisão preventiva quando houver riscos à integridade física ou psicológica da mulher.
A mulher vítima de violência geralmente não era informada quanto ao andamento dos atos processuais.	A mulher vítima de violência é notificada dos atos processuais, especialmente quanto ao ingresso e saída da prisão do agressor.
A mulher vítima de violência em geral, ia desacompanhada de advogado ou defensor público nas audiências.	A mulher deverá estar acompanhada de advogado ou defensor em todos os atos processuais.
A violência contra a mulher não era considerada agravante de pena.	Altera o código 61 do Código Penal para considerar este tipo de violência como agravante da pena.
A pena para o crime de violência doméstica era de 6 meses a um ano.	A pena do crime violência doméstica passa a ser de 3 meses a 3 anos.
A violência contra a mulher portadora de deficiência não aumentava a pena.	Se a violência doméstica for cometida contra portadora de deficiência, a pena será aumentada em 1/3.

Não previa o comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação.	Alterou a lei de execuções penais para permitir que o juiz determine o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.
Necessitava a denúncia da vítima para o processo de lesão corporal de natureza leve.	Qualquer pessoa pode denunciar casos de lesão corporal de natureza leve.

Fonte: Lei Maria da Penha 11.340/06

Rede de proteção social à mulher na cidade de manaus

A construção de uma nova realidade social torna-se possível apenas por intermédio de uma profunda transformação cultural, resultante de extensivo e intensivo processo educacional e reeducacional, a partir das realidades postas e das realidades construídas num pensamento coletivo da realidade.

Segundo a Secretaria de Políticas para as Mulheres (Presidência da República) o conceito de rede de Proteção à violência contra as mulheres diz respeito à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento e construção da autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência.

Portanto, a rede de enfrentamento tem por objetivo efetivar os quatro eixos previstos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – combate, prevenção, assistência e garantia de direitos – e dar conta da complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres. O Governo do Amazonas em cumprimento ao Art. 35º da Lei 11.340/06 - Maria da Penha, através da SEAS, implantou os Serviços de Atenção em Defesa dos Direitos da Mulher (SADDM), com o objetivo de prestar atendimento multidisciplinar às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar na capital.

As mulheres que sofrem violência podem procurar qualquer delegacia, mas é preferível que elas vão às Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), também chamadas de Delegacias da Mulher (DDM). Há também os serviços que funcionam em hospitais e universidades e que oferecem atendimento médico, assistência psicossocial e orientação jurídica.

Além da Delegacia Especializada Atendimento à Mulher (DEAM), existe 35 DIP'S na cidade de Manaus onde a mulher vítima de violência doméstica pode registrar um boletim de ocorrência – BO. Nos DIP'S existe uma equipe multidisciplinar de assistentes sociais e psicólogos do Projeto Ame a Vida que realizam um atendimento humanizado as vítimas e as encaminham de acordo

com a necessidade aos demais serviços. Assim surgem as redes de proteção para mulheres vítimas de violência na cidade de Manaus.

Rede de Proteção a Mulher na Cidade de Manaus

INSTITUIÇÃO	OBJETIVO	ENDEREÇO
Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher (DECCM)	Criada em Manaus em 07 de julho de 1987 e oferece atendimento especial as vítimas de violência doméstica por parte de agressores no âmbito familiar e relação íntima de afeto.	Rua: Recife, 3395 – Conjunto Eldorado – Parque 10. Telefone: (92) 3236 – 7012
Serviço de Apoio Emergencial à Mulher – (SAPEM)	Presta atendimento psicológico, jurídico e social às mulheres vítimas de agressão e seus filhos menores de 18 anos,	Rua: Recife, 3395 – Conjunto Eldorado – Parque 10. Telefone: (92) 3878 – 0250 / 3878 – 0252
Casa Abrigo Antônia Nascimento Priante	Acolhe por ordem judicial mulheres que correm risco de morte por um período de até 90 dias. São disponibilizados serviços de equipe técnica e multidisciplinar.	Endereço sigiloso funciona 24 horas.
Serviço de Atendimento a Vítima de Abuso Sexual (SAVAS)	Pioneiro em Manaus teve início no ano de 2001, funcionam 24 horas por dia, todos os dias da semana, atendendo demanda espontânea e reprimida de indivíduos vitimados por abuso sexual.	Hospital Universitário Dona Francisca Mendes Rua: Kamapuã, 108 – Cidade Nova II. Telefone: (92) 2123 – 2911
Serviço de Atenção às Vítimas de Violência Sexual – (SAVVIS)	Acompanha vítimas de violência sexual, durante 6 meses e é feito por uma equipe multiprofissional (médico, enfermeiro, psicólogo e assistente social).	Maternidade Moura Tapajós Av. Brasil, Compensa. Telefone: (92) 3671 – 3332 / 3216 – 8767
Centro Estadual de Referência e Apoio a Mulher – (CREAM)	Acolhimento e atenção psicológica, social, orientação e encaminhamento jurídico e atividades com arteterapias, contribuindo e promovendo meios para o fortalecimento, autoestima e autonomia da mulher.	Av:Presidente Kenedy, 399 – Educandos. Telefone: (92) 3233 – 2101 / 3878 – 6963
Núcleo de Atendimento da Mulher Vítima de Violência da Defensoria Pública do Estado do Amazonas – (NAEM)	Atua na defesa dos direitos da mulher, promovendo assistência jurídica integral e gratuita, dando entrada aos processos e propondo medidas judiciais cabíveis.	Av:Presidente Kenedy, 399 – Educandos. Telefone: (92) 3232 – 1356
Secretaria Executiva de Políticas para Mulheres – (SEPM)	Executar ações do Plano Estadual de Políticas para as mulheres e presta assistência aos programas de capacitação, formação e de conscientização da comunidade, no que se refere às questões de gênero, Lei Maria da Penha e serviços de atenção à mulher.	Av:Brasil,392–Compensa 2 Telefone: (92) 3303 – 8396 email:sepm@segov.am.gov.br

Fonte: Cartilha do Serviço de Apoio Emergencial à Mulher – SAPEM/ 2010.

Segundo Ramos (2003) afirma que a partir de 1987, com a criação da Delegacia de Mulheres em Manaus, as denúncias aumentaram em função da propaganda do governo em relação à inauguração da mesma, onde o senso comum ainda pensava, conforme o dito popular: “briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”. Diante da criação da rede de proteção, observasse que a mulher passou a ter mais informação e coragem de denunciar seus agressores, em vista desse avanço pode se mostrar os tipos de violências cometidos.

Em Manaus, dados publicados informam um aumento crescente de atos de violência praticados contra a mulher, sendo os registros de ocorrências pela Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher em torno de 10.141 em 2007 com aumento gradativo que chega a 13.074 em 2011, elucidando ainda que tais dados somente são possíveis quando registrados em delegacia.

Dados do Serviço de Apoio a Mulher em Manaus

Dados da Delegacia Especializadas em Crimes Contra a Mulher – DECCM					
Ocorrência	2007	2008	2009	2010	2011
Lesão Corporal	2.358	2.165	2.256	2.308	2.133
Ameaça	4.312	4.091	4.283	4.640	5.005
Calúnia / Injúria / Difamação	707	736	2.023	1.738	1.993
Vias de Fato	2.081	1.777	1.791	1.757	2.495
Outras	682	588	1.225	1.631	1.448
Total	10.141	9.357	11.578	12.074	13.074

Fonte: Dados da Delegacia Especializadas em Crimes Contra a Mulher – DECCM

Serviço de Apoio Emergencial à Mulher – SAPEM						
	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
Atendimentos	320	3.215	5.901	5.698	5.610	20.744
Abrigadas	28	121	128	151	137	565

Fonte: Dados da Delegacia Especializadas em Crimes Contra a Mulher – DECCM

Casa Abrigo Antonia Nascimento Priante						
	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
Abrigadas	17	87	89	89	102	384

Fonte: Dados da Delegacia Especializadas em Crimes Contra a Mulher – DECCM

Centro Estadual de Referência e Apoio a Mulher – CREAM						
	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
Atendimentos	-	159	1.210	1.456	2.611	5.436

Fonte:Dados da Delegacia Especializadas em Crimes Contra a Mulher – DECCM

Projeto Ame a Vida – Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania / SEAS – Atendimentos Psicosociais às Mulheres Vítimas de Violência nos Distritos Integrados de Polícia – DIP'S				
Atendimentos	2008	2009	2010	2011
Violência contra Mulher	730	1.120	1.591	1.257

Fonte: Dados da Delegacia Especializadas em Crimes Contra a Mulher – DECCM

Os delitos registrados são desde lesões corporais, ameaças, estupros, atentados violentos ao pudor, sedução, difamação, assédio sexual, ameaças, vias de fato e até mesmo tentativas de homicídio. As maiores incidências concentram-se nos delitos de ameaças, lesão corporal e vias de fato, por ordem decrescente do número de ocorrências. De acordo com a pesquisa realizada por Ramos (2003), em relação à violência cometida pelos homens contra as suas esposas/companheira, percebe-se que bebida/ciúme/querer dominar são os elementos mais recorrentes nas justificativas dadas.

Devido à burocracia das instituições (Delegacia Geral da Polícia Civil do Estado do Amazonas e Secretária de Estado da Assistência Social e Cidadania – SEAS), não obtivemos dados atuais conforme o esperado.

Considerações Finais

O presente artigo nos ofereceu meios que auxiliaram a definição dos problemas já existentes, como também nos permitiu explorar novos fatores que não estavam cristalizados suficientes. Permitindo que o tema fosse analisado sobre novo enfoque. Dentre isto observamos que a violência contra a mulher sempre esteve presente desde ao longo da história da humanidade, em todas as classes sociais atingindo mulheres em todo o mundo. A violência contra a mulher dá ênfase na relação de gênero, na Lei Maria da Penha e na Rede de Proteção à Mulher. A violência contra a mulher é uma violência de gênero, onde os papéis sociais impostos a mulher e homens são reforçados pela cultura patriarcal que estabelece a relação de dominação e violência entre os sexos.

Diante de tanta injustiça surge um apoio a mais a mulher vítima de violência, a Lei 11.340/06, representou uma verdadeira guinada na história da impunidade.

Por meio dela, vidas que seriam perdidas passaram a ser preservadas, mulheres em situação de violência ganharam direito e proteção, fortalecendo a autoestima e autonomia das mesmas e além de garantir a mulher apoio a lei também contribui com a reeducação do agressor através de um acompanhamento psicossocial.

Conforme está análise constatamos que devido o surgimento da Lei 11.340/06, Manaus caminhou junto com os avanços em defesa das vítimas de violência, implementando a rede de proteção onde essa mulher possa se sentir amparada e resguardada. Em cada Rede de Proteção encontra-se uma equipe multidisciplinar onde se estão capacitados e comprometidos com todas as classes sociais, para assim, na aplicação de seus conhecimentos teóricos e operativos, voltar-se para um melhor direcionamento das políticas sociais, de forma a torná-las em medidas concretas de promoção social e de construção da cidadania.

Referências

BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. – 6ª Ed- Bertrand Brasil, 2002.

CHAUÍ, Marilena. Participando do Debate sobre as Mulheres e Violência. In: Perspectivas Antropológicas da Mulher. N. 4, 1985.

FALEIROS, Vicente de Paula, 1941 – Estratégias em Serviço Social / Vicente de Paula Faleiros – 2.ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder / Michel Foucault; organização e tradução de Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional / Marilda Villela Iamamoto. – 5ª ed.-São Paulo. Cortez, 2007.

_____. O serviço social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional / Marilda Villela Iamamoto. 20ª ed.-São Paulo. Cortez, 2011.

PEROTT, Michelle. Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros. Michelle Perott; tradução Denise Bottmann. – Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1988.

RAMOS,Jucelem Guimarães Belchior, 1950 – A representação Social da Mulher no Contexto das Relações conjugal violenta na cidade de Manaus. ed. Bagaço. Recife. 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil para Análise Histórica. Recife: SOS/CORP, 1989.

TELES,Maria Amélia de Almeida. O que é violência contra a mulher /Maria Amélia de Almeida – Teles, Mônica de Melo. – São Paulo: Brasiliense, 2012. – (Coleção Primeiros Passos; 314)

VINAGRE,Marilse Silva. Violência contra a mulher: Quem mete a colher?São Paulo: Cortez. 1992.

www.ambito-juridico.com.br/revista_artigos_leitura&artigos/ Acessado em: 23/09/13

www.mulheresdireitos.org.br/publicacoes/LMP_web.pdf /Acessado em: 12/09/13

Portal Violência contra a Mulher. **Sobre a Violência contra as Mulheres.** Disponível em: www.violenciacontramulher.org.br / Acessado em: 10/09/13

Informação acerca da violência contra a mulher no Brasil. Disponível em: www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20096.pdfAcessado em: 24/10/13.

AS VICISSITUDES DA VIOLÊNCIA SEXUAL AFETIVO CONJUGAL: OBSERVAÇÕES EMPREENDIDAS NA DELEGACIA DA MULHER EM CAMPINA GRANDE – PB

Níobe Neves Henriques

*Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós Graduação em Sociologia
niobe.n.henriques@hotmail.com.*

Resumo: Este artigo tem a pretensão de realizar uma discussão acerca da violência sexual afetivo conjugal, através das diferentes formas as quais é percebida: pelas vítimas e pelos operadores do direito - em especial delegados e investigadores de polícia. Para tanto será realizado alguns pontos de releitura teórica sobre esse tipo de violência sexual, para percebermos quais são os dispositivos de poder existentes nessas relações conjugais, os processo que legitimam este ato, bem como o silenciam. Pelo fato da violência sexual afetivo conjugal apresentar um caráter peculiar, privado, isto vem a dificultar sua revelação, ora pelas estratégias e simulacros apresentados pela família, ora pela dificuldade dos profissionais em se deparar com o indesejável, visto que tal fenômeno apresenta um papel incompatível com as expectativas sociais criadas sob a figura de marido e mulher e companheiro. Deste modo, por tratar-se de uma violência hierárquica e estrutural, a mesma apresenta contradições no que diz respeito a percepção da violência sexual pelo marido ou companheiro como sendo estupro, visto que a tipificação desse crime, por grande parte dos operadores do direito e pela sociedade, pode ser maleável, em decorrência da obrigação social do débito conjugal, advindo com o matrimônio, bem como com as relações afetivas conjugais. Pretendo assim, através de uma etnografia e da análise de boletins de ocorrência, perceber como se dão as negociações de significados em torno da noção de violência sexual afetivo conjugal, quem são os atores legítimos para a prática desse crime e em que circunstâncias.

Palavras -chave: Violência sexual, relações afetivas, percepção.

1. Introdução

O Brasil possui como princípio estruturante o patriarcado, então através dessa estrutura é possível compreender a gênese da violência doméstica sexual conjugal. A formação brasileira, com base no patriarcado, conduziu, durante séculos, a configuração

familiar, centrando-se no poder do homem sobre as decisões políticas, econômicas, religiosas, assumindo domínio sobre todos os corpos tidos como inferiores, a saber: as mulheres, crianças e escravos. Essa relação de domínio encontrou, nas instituições religiosas, escolares e familiares, campo fértil para sua reprodução. A extrema dominação do patriarcado se sustentava em dois pilares correlatos: a divisão do trabalho por sexo e na “posse” da sexualidade feminina, submetendo as mulheres à total condição de submissão aos desejos do patriarca, afastando por completo as mulheres dos benefícios e das decisões de poder.

Como vemos, a violência é percebida com um fenômeno histórico, a qual possui uma gama de formas, variações e atuações, que modificam e agem de acordo com os valores da sociedade vigente, levando em consideração os costumes e as leis de cada povo. Por isso, atos que eram anteriormente tidos como “normais”, aceitos socialmente e legitimados pelo estado, hoje dependendo do contexto, são intolerados, criminalizados e punidos, por parte da sociedade bem como pelo Estado.

A violência contra a mulher é um exemplo dessa transformação, onde tínhamos agressões toleradas e até certo ponto impostas pelas intuições sociais - as quais não viam a mulher como um sujeito de direito, mas sim como aquela que deveria se submeter a relações de poder e dominação de seus pais e maridos – passamos a ter hoje legislações específicas que a protege.

Foi através do movimento Feminista que a violência contra a mulher ganhou maior visibilidade e que esta passou a ser vista como sujeito de direitos e não só obrigações. Em especial no Brasil, na década de 80 e com a criação da nova Constituição Brasileira - pós ditadura militar - onde os movimentos sociais se reorganizaram, inclusive o movimento feminista que passou a sofrer influência do feminismo norte-americano e europeu, os quais buscavam inicialmente a igualdade de direitos e a ruptura com o padrão historicamente imposto e alicerçado na cultura que impede o pleno desenvolvimento das mulheres.

Apesar dos avanços legislativos advindos desses movimentos e da proteção trazida pela Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340/2006, atualmente a violência

doméstica vivenciada pelas mulheres é um dos casos mais recorrentes. De acordo com esta lei, existem cinco modalidades de violência: a violência física, sexual, psicológica, moral e patrimonial.

De acordo com o disposto no Art. 7º da Lei nº 11.340/2006, a violência sexual contra a mulher é entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

Conforme o que está na Lei supra citada, a violência sexual não é apenas aquela que diz respeito ao ato sexual violento. abrange também relações que são mantidas sob forma de coação, intimidação. Desse conceito de violência sexual, o que nós pretendemos tratar é da relação sexual não desejada e adquirida mediante intimidação, ameaça, coação, força, e principalmente mediante violência psicológica e simbólica, sendo estas últimas uma das mais comuns e menos reconhecidas formas de violência doméstica.

Em relatos de violência sexual onde existe relações afetivas conjugais, a coação psicológica é muito relatada pelos operadores do direito, os quais afirmam que a própria vítima, muitas vezes não a reconhece. Com isso consideramos coerente trabalhar com o conceito de violência simbólica de Bourdieu, que seria:

(...) uma violência suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas, que se exerce, essencialmente, pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância do 'sentimento' (BOURDIEU, 1999, p.8)

Os sentimentos que permeiam as relações conjugais de posse, poder e dominação do homem sobre a mulher é observada por Pierre Bourdieu (1999) através da perpetuação da ordem estabelecida na esfera social, em que as relações de dominação são aceitas como naturais.

A dimensão simbólica da violência é relevante, pois é possível analisar o estudo da violência sexual vivenciada pelas mulheres dentro das relações afetivas conjugais, retirando dela o caráter simplista que leva em consideração

apenas a relação entre os sujeitos envolvidos, trazendo para o público, à necessidade de intervenção institucional sobre a violência.

Vale ressaltar que a violência sexual afetivo conjugal é um caso contumaz, pouco denunciado e punido, por se tratar de um crime íntimo, onde existem ideais de romantismo e de amor, em que as mulheres se sentem subjugadas a vontade e as imposições do homem, não percebendo, na maioria dos casos, que estão sofrendo algum tipo de violência, principalmente as de natureza sexual, já que desde o código canônico é obrigação da mulher servir as vontades dos seus maridos.

É importante salientar que não pretendemos aqui vitimizar a mulher, dentro dos jogos de poder e prazer, colocando-a na condição de mero objeto, numa economia de bens simbólicos (Bourdieu, 1999), negando a possibilidade desta mulher figurar como agente agressor. Mas diante dos altos índices registrados de agressões cometidas pelos homens as suas mulheres, companheiras e namoradas, partiremos então da análise do homem agressor e da mulher vítima, a qual sujeita o seu corpo a instrumentalização do gozo dos seus companheiros.

Esse artigo visa então, investigar a violência sexual cometida pelo marido, companheiro ou namorado da mulher. Promovendo uma reflexão acerca da violência sexual afetivo conjugal vivenciada por mulheres, tendo como características uma relação de intimidade e afetividade, analisadas através da perspectiva dos operadores do direito e agentes institucionais – delegadas, agentes e escrivãs - e das vítimas na delegacia da mulher em Campina Grande/PB.

Apesar da relação sexual forçada, não consentida, o estupro, ser um crime hediondo, ele passa a mudar de figura, passa a ser mais aceito quando os sujeitos envolvidos mantêm uma relação de conjugalidade, de afetividade. Então o olhar aqui vai se voltar para isso, para a percepção de três agentes diferentes. A primeira percepção é da Vítima, a aceitação ou não da violência sexual cometida por seus maridos e companheiros, observando aquelas mulheres que consideram a violência como um estupro, como também, as que não percebem a violência - aquela mulher que busca a delegacia para denunciar o seu companheiro por outros crimes, como por exemplo lesão corporal, tentativa de homicídio, relatando muitas vezes no seu depoimento de forma mais sutil a violência sexual, mas não é este o objeto da denúncia. A percepção dos operadores e agentes que se deparam com relatos de violência sexual, observando se eles tipificam o ato como sendo um estupro ou se a denúncia é formulada sem levar em consideração essa violência sexual, já que os atores envolvidos

mantem essas relações de conjugalidade e de afetividade, onde se esperam relações sexuais, não vendo nessa relação sexual não consentida um crime.

Com isso temos para essa pesquisa, os seguintes objetivos:

Objetivo geral

Analisar a percepção de mulheres que sofrem violência sexual afetivo conjugal, dos operadores do direito e dos agentes institucionais na Delegacia da Mulher em Campina Grande/PB, na tentativa de compreender quais os motivos da denúncia, como ela é construída ou silenciada quando da interação social entre os referidos atores.

Objetivos específicos:

- Identificar as diferentes percepções e práticas relatadas pelas mulheres que sofrem algum tipo de violência sexual afetivo conjugal;
- Apreender porque para algumas mulheres determinado ato é considerado violência sexual e para outras não;
- Identificar as percepções dos operadores do direito e dos agentes institucionais quando se deparam com a violência sexual afetivo conjugal.

Deve ser útil à investigação nos alertar entre outras coisas, para a profundidade do problema a ser investigado que diz respeito não só à brutalidade do ato em si, mas também aos processos de violência simbólica que os sustentam. A proposta é de analisar e observar os comportamentos das vítimas, as falas dessas mulheres, dos operadores do direito e dos agentes institucionais, coletadas através de entrevistas e observações bem como de análise de boletins de ocorrência na Delegacia da Mulher e em Campina Grande/PB.

2. Metodologia

A pesquisa será realizada na delegacia da mulher em Campina Grande /PB, a mesma funciona de segunda à sexta das 8:00 às 18:00. E aos finais de semana com plantões de 24 horas.

Importante destacar esses dois momentos de atendimento, dos dias úteis e dos finais de semana, pois eles serão realizados por agentes e operadores diferentes. Nos dias úteis o atendimento é realizado pela equipe especializada da delegacia da mulher, já nos finais de semana o atendimento será realizado

pela equipe designada para o plantão, não tendo conhecimento especializado quanto à matéria concernente a violência contra a mulher.

O espaço físico é dividido em recepção, duas salas chamadas de cartórios, as salas das delegadas, a sala onde se encontram as estagiárias, banheiro feminino, masculino, cozinha e um alojamento.

Na recepção é onde é feito o primeiro atendimento, normalmente uma agente as recebe, indaga qual é o motivo que as levou a procurar a delegacia, pedem para elas sentarem e esperarem na recepção para serem atendidas.

Após este primeiro momento, cada mulher é levada para uma sala chamada de cartório, onde é feita a triagem, e os boletins de ocorrência. Após esse momento é encaminhada para sala da delegada, quando necessário.

O quadro efetivo de funcionários é de uma delegada titular e duas delegadas adjuntas, que realizam as oitivas de testemunhas, de vítimas e acusados, os relatórios, as representações de prisões e as diligências; duas escrivãs que fazem as oitivas das vítimas, das testemunhas; duas agentes que registram as ocorrências; agentes mulheres que fazem o trabalho burocrático (não foi possível mensurar a quantidade), como colocar numeração nos inquéritos e organizar para mandar ao judiciário; agentes (masculino e feminino) que fazem o trabalho externo, vão para diligências na rua; duas estagiárias da Defensoria Pública que fazem as queixas crimes. Esses funcionários se dividem entre os dois turnos.

Para a objetivação dessa pesquisa qualitativa, será utilizado o método etnográfico, com uso de observações não participantes na recepção e na sala de triagem da delegacia da mulher em Campina Grande/PB. bem como através da análise dos boletins de ocorrência com indícios ou com registros de acusações de violência sexual afetivo conjugal.

Tendo em vista que é através deste método etnográfico que teremos subsídios necessários para a feitura de uma pesquisa mais coerente, onde poderemos ir a campo, observaremos e presenciaremos comportamentos e fatos deste universo os quais auxiliarão na compreensão das relações comportamentais, seus códigos e valores. (BEAUD & WEBER, 2007, p. 10). Considero este meio o mais apropriado, posto que:

A etnografia tem por vocação, de origem, dar a palavra aos humildes, aqueles que por definição, nunca tem a palavra. A etnografia não julga, não condena em nome de um ponto de vista superior. Ela procura, antes de tudo compreender, aproximando o que está

distante, tornando familiar o que é estranho. (BEAUD E WEBER, 2007, p. 10).

Já para fins de coleta de dados serão realizadas entrevistas semiestruturadas, com as mulheres que procuram a Delegacia da Mulher, bem como com os agentes e operadores do direito que fazem parte do quadro de funcionários da mesma, ensejando compreender as dinâmicas de sociabilidades, os sentidos atribuídos pelos sujeitos à prática sexual conjugal forçada. Estas entrevistas, se autorizadas, serão gravadas.

Não restringiremos a pesquisa a uma quantidade de visitas prévias, visto que como nos ensina Gilberto Velho:

(...) para conhecer certas áreas ou dimensões de uma sociedade é necessário um contato, uma vivência durante um período de tempo razoavelmente longo, pois existem aspectos de uma cultura e de uma sociedade que não são explicitados, que não aparecem à superfície e que exigem um esforço maior, mais trabalhado e aprofundado de observação e empatia. (VELHO, 1987, p.123,124)

3 A violência sexual

A opção de utilizar a categoria de violência sexual afetivo conjugal, e não estupro, ou outro termo, se dá exatamente por não haver uma unicidade em relação ao crime, já que existem mulheres, operadores do direito e agentes institucionais que não veem a possibilidade do marido, companheiro ou namorado figurar no polo ativo do crime de estupro. Então como a violência sexual é um termo mais abrangente, optamos por ela, enquanto nos deparamos com outra mais adequada.

A discussão sobre a violência sexual pode ser desenvolvida por diversas áreas do conhecimento, e ao trabalhar com essa temática devemos inseri-la em um campo interdisciplinar, considerando que a ela se relacionam aspectos subjetivos, individuais, assim como também coletivos e sociais, para tanto realizamos uma discussão sociológica e jurídica. A violência sexual aqui é entendida, através de um constructo social, de múltiplos significados, os quais possibilitam diversas interpretações a depender dos atores e instituições sociais.

Como o estudo em questão trata-se da percepção das vítimas, dos operadores do direito e dos agentes institucionais sobre a violência sexual cometida

pelo marido, companheiro ou namorado as suas parceiras, faz-se necessário definir o significado da palavra estupro, bem como a sua tipificação penal, posto tratar-se de umas das modalidades de violência sexual mais recorrentes no cenário policial e ser essa modalidade de crime que iremos inquirir. O estupro deriva de *strupum* (do grego *trupō*) que significa qualquer congresso carnal ilícito praticado com homem ou mulher, casado (a) ou não, incluindo os homoafetivos e o adultério.

O estupro sofreu alterações legislativas no decorrer dos séculos. O estupro no direito clássico tratava-se de uma transgressão moral, associada aos crimes contra os costumes, já nas sociedades modernas passa a ser um crime contra a pessoa. Essa alteração se dá pelo novo papel da mulher nos espaços públicos.

O grande divisor de águas dá-se, contudo, entre sociedades pré-modernas e modernas. Nas primeiras, o estupro tende a ser uma questão de Estado, uma extensão da questão da soberania territorial, já que, como o território, a mulher e, mais exatamente, o acesso sexual à mesma, é mais um patrimônio, um bem, pelo qual os homens competem entre si... com o advento da modernidade e do individualismo, essa situação pouco a pouco se transforma, estendendo a cidadania à mulher, transformando-a em sujeito de Direito a par do homem. Com isso, ela deixa de ser uma extensão do Direito do Homem e, portanto, o estupro deixa de ser uma agressão quem, transitivamente, atinge um outro por intermédio de seu corpo, e passa a ser entendido como crime contra a pessoa (SEGATO, 1999, P. 395, APUD, LUCENA, 2003 P. 26)

Ao tratar o crime de estupro como um crime moral, a violência sexual era mascarada, onde se perseguia o gesto moral – se a mulher fosse considerada digna, ou se atacasse a moral dos seus responsáveis, marido ou pai – ao invés da própria violência, recusando a mulher um status de sujeito.

Como falei anteriormente, pretendemos tratar do ato sexual cometido através de violência, seja física ou psicológica, e esse tipo de violência tanto está previsto na Lei Maria da Penha como no Código Penal Brasileiro. No código penal a denominação utilizada para esse tipo de crime é o estupro, e é esse o tipo penal que aparece nos inquéritos policiais quando se refere a violência sexual não consentida.

A atual definição de violência sexual, trazida pela nossa legislação brasileira é bem ampla e compreende desde a coação, a violência física até a psicológica. O atual código penal que foi alterado pela Lei nº 12.015, de 07 de agosto de 2009 - deu uma nova redação ao artigo 213 do Código Penal Brasileiro, vejamos:

Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso:

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

§ 1º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos:

Pena – reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos.

§ 2º Se da conduta resulta morte:

Pena- reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

Após a reforma do Código Penal pela referida lei, houve fusão entre os crimes de estupro e atentado violento ao pudor, a partir de agora, passa a ser tipificado como estupro tanto a conjunção carnal quanto os atos que eram tidos como libidinosos, os quais devem ser perpetrados mediante violência e grave ameaça.

A nova tipificação ampliou a concepção de estupro, alinhando a nossa legislação com a de outras nações que dão tratamento uniforme à violência sexual contra mulheres e homens. Tendo em vista que o vocábulo estupro nunca teve o conceito restrito que lhe impingia o nosso Código Penal, eis que este não deve se limitar tão somente a conjunção carnal e a penetração, mas a outros atos que estão relacionados com a ordem sexual.

Com a junção dos delitos retro mencionados houve, por conseguinte, uma ampliação do conceito de estupro devido ao fato deste crime se configurar com o cometimento da conjunção carnal, completa ou incompleta, ou pela prática de ato libidinoso.

É importante observar que para que exista estupro, não é necessário que a violência física ou a força corporal tenham sido empregadas para coagir a vítima. Uma violência moral exercida mediante intimidação bastaria perfeitamente. Há estupro toda vez que o livre arbítrio da vítima é abolido. (VIGARELLO, 2008, p141)

Em relação ao estupro afetivo conjugal diferencia-se, portanto, do crime em questão no tocante ao sujeito ativo: que aqui seria o próprio marido, companheiro ou namorado. Consiste então no constrangimento por parte do homem que se utiliza da violência efetiva ou psíquica para forçar sua companheira a ter conjunção carnal ou qualquer ato indesejado. Nas doutrinas criminais existem muitas discussões a respeito da possibilidade do cônjuge ou companheiro ser ou não condenado pela prática de estupro. Há opiniões de que não há amparo legal para punibilidade do marido, companheiro ou namorado agressor isso porque essas relações estão imbuídas de poder e de aspectos culturais do patriarcado.

Segundo Lia Zanotta Machado:

Os rituais discursivos do estupro são normalmente marcados pelo poder e controle exercidos pelo provedor da família, havendo uma transformação simbólica de tais relações, que podem ser tanto confundidas com relações amorosas como relações de deveres. (MACHADO,1999, p. 256)

Apesar de todo escopo jurídico na tentativa de resguardar a liberdade sexual da mulher, os valores que prevalecem são ainda aqueles postos pela sociedade patriarcal. Os dispositivos do poder de fato não extraíram do corpo e dos prazeres dos homens comportamentos polimorfos, mas, ao contrário, consolidaram esses em seus corpos.

A ideia de estupro no casamento e nas relações afetivas conjugais são menos reconhecidas pelo código relacional da honra, pois é vista mais como uma obrigação moral da vítima, visto que nossa legislação sofreu muita influência do direito canônico, onde este prevê a obrigação da esposa, companheira ceder seu corpo ao prazer do marido ou companheiro – débito conjugal – fazendo com que este crime em decorrência desses princípios não tenha punibilidade pelos magistrados e operadores do direito (DIAS, 2003, p. 08).

A violência sexual afetivo conjugal pode ser observada através de Bourdieu como uma violência legítima como aquela constituída no poder de impor e de inculcar de maneira imperceptível os valores e a dominação através de instrumentos de conhecimentos e comunicação. Os sujeitos sociais envolvidos concebem o mundo social como ele se apresenta, visto como natural, uma aceitação tácita da posição em que se encontra, com limites definidos pela sua

posição ocupada na sociedade, não abrindo oportunidades para questionamentos sobre a ordem vigente, pois está naturalizada (TAVARES; NERY, 2013).

Assim é possível observar que essas relações de poder e dominação que o homem vem exercendo sobre a mulher, principalmente nas relações amorosas e sexuais, trata-se do poder que se encontram nas teias das relações sociais e institucionais. Como descreve Foucault (2003, p. 10) “Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é uma objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente”.

Analisando o poder através das relações sociais é possível perceber que ele se trata de algo relacional. Para Foucault, o poder não existe em algo concreto, num lugar determinado, mas é percebido como “um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” (Foucault, 2003, p. 248).

Ao observarmos o pacto de silêncio que gira em torno desse tipo de violência sexual, podemos entendê-lo também como um dispositivo do poder nas quais os corpos abusados são disciplinados e aprisionados.

Para GALLO (1995, p. 156), “esta disciplina apresentada nos casos de abuso sexual aparece como a subserviência dos corpos ao desejo do outro e seu próprio aprisionamento e anulação do ser-sujeito”. Este poder disciplinar, evidenciado pelo silêncio, representa a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam.

4 Conclusões

Através da análise histórica e social a mulher é percebida como um ser destituído de autonomia e certos direitos, inclusive o direito de decidir sobre o seu próprio corpo, diferente do homem que goza de maior liberdade. O estudo de categorias de gênero nos possibilitou perceber a violência sexual nas relações amorosas, uma vez que se passou a questionar os papéis socialmente pré-definidos para homens e mulheres, apreendendo estes como sendo perpetradores de relações hierárquicas desiguais.

Vale ressaltar que a estruturação da violência sexual afetivo conjugal não se dá a partir das diferenças biológicas entre homens e mulheres, mas sim a partir de uma violência que está recoberta por papéis sociais de dominação e autoritarismo presentes na nossa sociedade patriarcal.

O pacto de silêncio onde algumas mulheres decidem não denunciar seus maridos ou companheiros por medo, por se sentirem culpadas ou por considerarem a relação sexual uma obrigação em decorrência dos pactos matrimoniais, mesmo que ela seja forçada, negando a figura do companheiro como abusador – esturador – funciona muitas vezes como dispositivo de manutenção da estrutura familiar.

Estão colocadas em jogo nessas interações entre vítimas e delegacia, as concepções mais diversas em torno de violência, da sexualidade, e de gênero. E é a partir delas que se negociam as categorias, e, também, muitas vezes, prevalecem concepções de somente uma parte – geralmente a que possui o conhecimento e poder necessário para dizer o que é violência ou não.

É importante observar que para que exista estupro, não é necessário que a violência física ou a força corporal tenham sido empregadas para coagir a vítima. Pode haver violência moral, psicológica. Então há estupro toda vez que o livre arbítrio da vítima é abolido, independente de quem figure no polo ativo.

A concepção de violência sexual está ligada ao entendimento dos sujeitos e as circunstâncias em que a relação sexual forçada é permitida, bem como aos limites estabelecidos entre os corpos das mulheres e dos agressores.

Vale ressaltar, que a aceitação social e a conceituação da violência sexual conjugal e do estupro, variam de acordo com as trajetórias dos indivíduos, e conforme o contexto histórico e social, pois são frutos de disputas, tensões e negociações. É preciso lembrar que a violência sexual ainda hoje não contem, necessariamente, o mesmo significado para diferentes indivíduos (PAIM, 2010).

9. Referências Bibliográficas

BEAUD, Stéphane, WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo. Produzir e analisar dados etnográficos**. Pretópolis-RJ: Editora vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **“A Gênese dos Conceitos de Habitus e de Campo”**. In O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **A Dominação Masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2005.

CAMPOS, Andréa Almeida. **A mulher sob o casamento. Fidelidade e débito conjugal: uma abordagem jus-histórica.** 2007. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/13890/a-mulher-sob-o-casamento>

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro.** V. 5. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

DIAS, Maria Berenice. **Casamento: nem direitos nem deveres, só afeto.** 2003. Disponível em: <http://www.mariaberenicedias.com.br>.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2003.

GALLO, S. **Educação Anarquista – um paradigma para hoje.** Piracicaba: Ed Unimep, 1995.

LOPES, Barbára Martins. Da violência sexual intra-matrimônio: Entendendo o débito conjugal no mundo hodierno, 2010. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=578

LUCENA, Marcela Zamboni. **A construção Social Sobre o Estupro Dentro dos Tribunais.** Recife 2003

MACHADO, Lia Zanotta. Sexo, estupro e purificação. In: BANDEIRA, Mireya Suárez e BANDEIRA, Lourdes (Orgs), **Violência, gênero e crime no Distrito Federal.** Brasília: UNB, 1999.

PAIM, Maria Wagner. Do abuso ao uso das leis: análise das práticas da delegacia da mulher em torno dos crimes sexuais. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27948/000766914.pdf?sequence=1>

VIGARELLO, Georges. **História do Estupro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

VELHO, Gilberto. **Estranho e Familiar.** In: Individualismo e Cultura. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. **“O estatuto teórico da violência de gênero”**. In: Santos, I.V.T. **Violência na era da globalização**/. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

TAVARES, Ana Carolina Cerveira; NERY, Inez Sampaio. **Violência doméstica conjugal contra as mulheres: uma reflexão acerca da dimensão simbólica proposta por Pierre Bourdieu**, 2013.

VIANA, Alba J. B.; SOUSA, Eduardo S. S. **O poder (in)visível da violência sexual: abordagens sociológicas de Pierre Bourdieu**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 45, n. 2, jul/dez, 2014. Disponível em: http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v45n2/rcs_v45n2a8.pdf.

VIOLÊNCIA ANTI-HOMOSSEXUAIS NO BRASIL E EUA – UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE HOMICÍDIOS

Oswaldo Fernandez

Antropólogo, Prof. Adjunto Depto Educação, DEDC-II, Alagoinhas; Pesquisador e Membro do Diadorim – NUGSEX- Diadorim/UNEB

Esse trabalho faz parte de um projeto de pesquisa de pós-doutorado, que desenvolvo na Universidade de Columbia (NY/EUA), com financiamento da CAPES, denominado “A Dinâmica Sociocultural dos homicídios contra Gays, lésbicas, bissexuais e travestis (LGBT) no Brasil e nos EUA”. O Brasil possui um número considerado alto de violência homofóbica, uma média de um homicídio contra LGBT reportado a cada dois dias entre outros eventos cotidianos de severa discriminação. Não existe no Brasil estatísticas oficiais sobre tais crimes, o acervo acumulado há mais de duas décadas pelo Grupo Gay da Bahia tem sido a principal fonte para o conhecimento desta realidade. Apesar de serem dados parciais, o registro dessas ocorrências são subnotificados, por outro lado há poucos trabalhos acadêmicos sobre o assunto no país e no exterior. O objetivo geral dessa pesquisa é: 1- conhecer e caracterizar o perfil das vítimas, dos agressores e os cenários dos homicídios anti-homossexuais no Brasil e nos EUA; 2- conhecer a dinâmica sociocultural da violência para cada segmento LGBT e os fatores sociais intervenientes, tais como: roubo, latrocínio, prostituição, drogas, HIV/AIDS, soropositividade e violência doméstica. Os objetivos específicos são: 1- descrever e analisar os tipos de dinâmicas dos homicídios e sua distribuição sócio-espacial, segundo diferentes tipos de cidades; 2- mapear, identificar e interpretar em profundidade as ocorrências de violência homofóbica e as respostas comunitárias e sociais a esse tipo de crime; 3- Identificar os locais, os agressores e as vítimas em diferentes situações de violência, segundo a perspectiva de gênero, cor/etnia e classe social. As principais questões dessa investigação são: 1- qual a relação entre crimes letais contra os homossexuais e as taxas de homicídios de cada localidade e país?; 2- em que medida a maior visibilidade e/ou gueto da população LGBT tem provocado maior reação ou taxas de homicídios anti-homossexuais? Os

métodos empregados são de abordagem qualitativa e quantitativa, possibilitando conhecer os diferentes tipos de crimes, sua distribuição espacial, suas regularidades, assim como o perfil sócio-demográfico das vítimas e dos agressores. Isso nos permitirá construir um mapa dos homicídios contra LGBT e comparar esses eventos em diferentes contextos socioculturais. Os métodos empregados para o estudo dos recortes dos jornais, revista e Internet serão o descritivo, o comparativo e análise de discurso (Foucault). O material terá tratamento diferenciado de acordo com o tipo de fonte de informação: primária e secundária, visando construir um mapa sinóptico deste tipo de violência, segundo uma perspectiva da identidade sexual, gênero, cor/etnia e classe sócio-econômica. O material pesquisado será organizado visando à quantificação das informações e as ocorrências serão distribuídas por intervalos temporais (ano, mês, dia da semana, períodos) e geográficos (bairro, cidade, estado, região e país). A descrição e a análise desta documentação serão realizadas comparando os tipos de crime cometidos contra cada segmento LGBT e as tendências da homofobia em cada país, propondo um diálogo entre uma dimensão local, nacional e intercultural. Busca-se correlacionar a violação dos direitos dos homossexuais em cada país e inferir a vulnerabilidade social dos LGBT no Brasil e EUA.

O PADRÃO HETERONORMATIVO E A AUTOAGRESSÃO REGULATÓRIA A PARTIR DA RESISTÊNCIA DO “ÉTHOS COLETIVO”

Ramon Ferreira Santana
Universidade Federal de Sergipe
ramonmanfredini@hotmail.com

Resumo: Este trabalho busca analisar o problema do padrão heteronormativo a partir das reflexões sobre o *éthos* coletivo tributário do pensamento de Theodor Adorno, Judith Butler e Max Scheler, bem como a constituição de uma consciência geral que norteia os princípios morais de regulamentação do comportamento individual do ser humano. Como referencial teórico-metodológico, utilizou-se alguns pressupostos do filósofo francês Michel Foucault, especialmente no que se refere à sua formulação acerca da constituição e do reconhecimento de si, questão central da sua obra nos anos de 1980.

Palavras-chave: Padrão heteronormativo, autoagressão regulatória, *éthos* coletivo, conduta sexual.

Agradeço as sugestões da professora e amiga Luciana Galante.

Introdução

A proposta do presente trabalho é pensar, a partir de uma perspectiva filosófica, sobre como certos comportamentos foram historicamente construídos, a ponto de cristalizarem-se, durante muito tempo, tornando-se um padrão inquestionável na sociedade, ainda que inúmeras transformações tenham nos acometido nesses últimos séculos. Esse conjunto de comportamentos refere-se, especificamente, ao chamado padrão heterossexual de conduta do ser, que é para muitos considerado também uma ditadura heteronormativa. Para tanto, as principais fontes consultadas foram Butler (2015), Adorno (2001) e Foucault (1984). A justificativa para a composição desse trabalho se dá por conta da necessidade de discutirmos ainda mais questões relacionadas ao preconceito em torno da diversidade sexual e de gênero, posto que a visibilidade dessas questões ainda é um entrave para a formação de uma consciência coletiva atenta à relevância do tema.

O trabalho está dividido em três grandes eixos de análise sendo eles: 1) o padrão heteronormativo, que visa uma análise acerca de como determinados comportamentos são normalizados socialmente e, por isso, considerados hierarquicamente superiores; 2) a resistência do “*éthos* coletivo”, que revela alguns mecanismos de dominação e de apropriação de certas condutas no processo de constituição dessa consciência coletiva universalizada; e 3) sobre o corpo “abjeto” e a autoagressão regulatória, que trata do processo de negação de si mesmo na tentativa do sujeito inserir-se no interior da conduta heteronormativa predominante, resultando em violência física ou simbólica desse sujeito.

Vale salientar que há um sutil, porém, relevante detalhe quando tratamos do padrão heteronormativo, uma vez que este não se refere somente à conduta sexual do indivíduo, mas, em um âmbito muito maior, volta-se também a todo um conjunto de princípios, de normas regulamentadoras e de modelos de um dado comportamento. Dessa maneira, não é apenas a prática heterossexual que vigora na sociedade, além desta, vigora também o seu modo de ser através da constituição de uma figura que socialmente atenda ao binarismo macho/ fêmea, homem/ mulher.

O padrão heteronormativo

Começamos apontando a questão do padrão heteronormativo como uma questão própria da filosofia moral, pois esta está intimamente relacionada à conduta do indivíduo na sociedade em que ele está inserido. Questões morais, como essas que se referem à heterossexualidade compulsória, surgem quando as normas morais de comportamento de uma determinada sociedade deixam de ser auto evidentes e passam, a partir de um dado momento, a ser discutidas, ou até mesmo em um sentido mais profundo, questionadas no interior da própria comunidade (ADORNO, 2001, p. 16). A partir dos anos de 1980, com a publicação de importantes textos voltados à visibilidade lésbica, como é o caso de *Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica*, de Adrienne Rich, e *O pensamento heterossexual*, de Monique Wittig, a exigência de que todos os seres humanos adequassem a sua vivência ao padrão heterossexual passa cada vez mais a ser questionada. A consciência geral, considerada por Max Scheler como *éthos* coletivo, que naturalizou ações culturais, políticas, comportamentais e sexuais, ao ser colocada em xeque, evidencia a possibilidade de sua própria destruição. Adorno, ao contrário de Scheler, recusa-se lamentar essa perda, visto que essa possibilidade de ser questionada demonstra o quanto essa unidade até então imperativa passa a não mais atender às demandas sociais emergentes. Ao passo que a consciência humana geral, bem como o estado das forças sociais de produção dessas ideias coletivas abandonam esse pensamento até então monopolizado, o caminho para que estas normas, a partir de agora consideradas conservadoras, mantenham-se é o caminho da violência e da repressão (ADORNO, 2001, p. 17). Violência não apenas no sentido físico do termo, mas também no seu âmbito simbólico, especialmente contra aqueles sujeitos que se desviam das normas vigentes. Ainda segundo Adorno, são essas divergências entre as demandas universais coletivas que imperam em uma comunidade e os interesses particulares de indivíduos que dão origem aos problemas morais (ADORNO, 2001, p. 19). Sobre esta condição, especialmente no que se refere à violência da imposição de uma ordem imperativa, escreve Judith Butler:

embora o *éthos* coletivo não seja mais compartilhado – aliás, justamente porque o “*éthos* coletivo”, que agora deve ser colocado entre aspas, não é mais compartilhado de maneira comum -, ele só pode impor sua pretensão de comunidade por meios violentos. Neste

sentido, o *éthos* coletivo instrumentaliza a violência para manter sua aparência de coletividade. Além disso, esse *éthos* só se torna violência uma vez que tenha se tornado um anacronismo. O que há de estranho em termos históricos – e temporais – nessa forma de violência ética é que, embora o *éthos* coletivo tenha se tornado anacrônico, ele não se tornou passado: insiste em se impor no presente como anacrônico. O *éthos* se recusa a se tornar passado, e a violência é sua forma de se impor no presente. Com efeito, ele não só se impõe no presente como também busca ofuscá-lo – esse é precisamente um de seus efeitos violentos (BUTLER, 2015, p. 15).

O “*éthos* coletivo”, agora devidamente colocado em aspas por Butler porque não mais se refere a uma norma compartilhada por todos os membros de uma determinada sociedade, afim de manter ao menos a sua aparência de representação do pensamento de uma coletividade, faz uso de mecanismos de violência no ordenamento de seus princípios. Segundo a pesquisadora norte-americana, em concordância com o que apontou Adorno, a violência persiste porque, por mais que esse dado pensamento seja considerado anacrônico, em outros termos, fora do seu tempo, ainda assim, ele não se tornou passado. Do contrário: esses princípios que não mais são capazes de atender às novas demandas sociais estão sendo, o tempo inteiro, trazidos à tona por grupos conservadores que buscam, a todo modo, ofuscar as demandas emergentes que propõe a descontinuidade dos padrões anteriores. Sob este prisma, a partir desse comportamento dos chamados “teóricos da decadência” que buscam, a todo o custo, a imposição de normas não mais possíveis para a manutenção da ordem social, todo aquele que não estiver inserido no padrão determinado por esse “*éthos* coletivo” quase sempre será vítima dos mais diversos tipos de violência da qual a sociedade faz uso, desde aquelas menos evidentes até agressões físicas que levam à amputação ou à morte. Um exemplo claro dessa violência diz respeito à tentativa, que imperou durante muito tempo, de encontrarmos a causa para o comportamento homossexual, ainda que não consideremos a homossexualidade uma condição anormal ou patológica. Ora, buscar o que origina o comportamento homossexual é, em outros termos, a naturalização de um padrão heterossexual de vivência e, por isso, não deixa de ser também a ocultação dos mecanismos de produção do discurso de naturalização e normalização de um determinado comportamento sexual em detrimento do outro.

O padrão heteronormativo deixou, assim, de responder as particularidades culturais da nossa sociedade e, mediante este processo, a sua operação de universalidade não consegue mais atender às condições sociais e culturais a que ele próprio se destina. Neste sentido, como aponta Butler (2015, p. 17), quando se torna impossível a apropriação de um preceito universal ou quando por razões sociais é preciso recusá-lo, as discussões acerca desse preceito se tornam um terreno de disputa no interior do espaço democrático. Isso ocorre em condições específicas, posto que o conceito de universalidade, ainda tomando como referência as colocações de Judith Butler, não são em sua essência violentos. O que ocorre são situações em que esse conceito pode exercer a violência. Podemos apontar, por exemplo, a imposição de um comportamento sexual em nome de princípios universais de perpetuação da espécie, quando, no entanto, a imposição desse comportamento nega o direito universal do ser humano de manifestar-se sexualmente respeitando certas condições que lhe são inerentes. Como consequência, conforme nos diz Junqueira (2015, p. 202), à medida que uma determinada identidade sexual é normalizada e arbitrariamente naturalizada e universalizada, ela passa a funcionar como uma espécie de parâmetro no processo de avaliação e hierarquização do ser. Com isso, o padrão heteronormativo, cujo modelo foi por muito tempo inquestionável e dito obrigatório, recebeu, bem como recebe ainda em larga escala, todos os atributos positivos ao passo que os demais comportamentos, e os próprios sujeitos que neles se inserem, são considerados anormais e por isso marginalizados. Aqui parece importante notar o quanto Foucault se aproxima desse modelo quando, a partir dos anos de 1980, ao repensar a esfera ética, ele considera a existência de inúmeros códigos que, prescritos historicamente, estabelecem certo tipo de formação do sujeito no interior de uma determinada sociedade. Ao aprimorar a sua posição acerca desse conjunto de prescrições e de normas que conduzem a constituição do sujeito, Foucault (1984, p. 37) circunscreve que a ação moral não se reduz somente àquilo que é feito atendendo a uma série de regras estabelecidas na comunidade. É certo que essa ação moral está intimamente vinculada às normas que regulam a conduta do ser em relação ao outro no interior de uma dada sociedade, no entanto, ela também se refere à constituição de si, ou seja, a um posicionamento crítico em relação ao modo como o sujeito se comporta nessa comunidade. Esse é um posicionamento mais apurado em relação ao conjunto de ações morais que, historicamente, através de um processo complexo de reprodução, constituirá o *éthos* coletivo. Os sujeitos que formam a sociedade, em um sentido mais amplo, não são resultado direto de condução

de uma “moral”, mas o resultado daquilo que Foucault (1984, p. 34) chamou de moralidade dos comportamentos. Isso nos dá a possibilidade, então, de analisarmos criticamente certas condutas consideradas morais pelo *éthos* coletivo, e por isso condutas universalizadas, para que, na aplicação delas a si mesmos possamos redimensionar a sua variação, ou quando necessário, a transgressão de certas normas que não mais atendem às especificidades individuais do ser humano. Foi exatamente essa possibilidade de análise da ação moral que nos indicou a necessidade de questionarmos o padrão heterossexual vigente, visto que ele não mais era possível ser aplicado a um grupo significativo de indivíduos que compunham a sociedade contemporânea.

A resistência do “*éthos* coletivo”

Adentraremos, neste tópico, ao conceito de *éthos* (ou ética, segundo a sua etimologia grega) adotado no presente trabalho, que nos remete à ideia elaborada por Max Scheler, quando este se refere ao conjunto de valores ordenados hierarquicamente e escalonados por meio de atos de preferência. O ato de agir reflexivamente em relação a um determinado valor, adotando-o ou não segundo sua base de juízos axiológicos é o que torna um valor superior a outro no interior de uma sociedade (GINETTI, 2010, p.23). Sob esta ótica, o conceito de ética, para Scheler, está intimamente relacionado à História, ou, mais propriamente, ao momento em que determinado conjunto de valores passa a ser adotado ou não. Para Scheler, somente é possível fundamentar um princípio ético quando este está sustentado em um conjunto de preceitos universais aplicáveis a qualquer momento da História. Ou seja, a “ética” de Scheler se propõe a uma universalidade de princípios capaz de explicar o que há de histórico dentro da própria ética, posto que seu caráter universalizante impede que tais princípios caduquem com o passar do tempo.

A crítica que Adorno tece acerca desse pensamento de Scheler atrela-se à impossibilidade de se manter certa unidade que consiga conservar qualquer *éthos* na contemporaneidade. Jamais existiu, segundo Adorno (2001, p 17), uma unidade que acabou por separar-se; do contrário, o que existiu de fato foi a idealização de uma determinada norma que, com o passar do tempo, não passa mais a ser tolerável. As condições capazes de comprovar essa impossibilidade podem ser verificadas quando analisamos, por exemplo, a incapacidade de um preceito “universal” atender demandas individuais específicas. Se não nos atentamos a essas condições, a violência resultante da indiferença em relação às

demandas particulares não atendidas pelo “*éthos* coletivo” poderá inclusive ser cometida sob o pretexto de aplicação de uma norma ética que assegura o funcionamento supostamente adequado da sociedade. Para ilustrar essa situação, é possível lembrarmos, por exemplo, uma série de crimes cometidos contra os grupos LGBT’s sob o argumento de que o comportamento que foge ao modelo heteronormativo fere os padrões sociais ou mesmo os próprios “instintos naturais” do ser humano. É evidente que um ato criminoso foi cometido, e isso está muito claro para a sociedade. No entanto, para aqueles que seguem uma norma regulamentadora específica considerada universal, em especial no que tange certos fundamentalismos teológicos, o crime pode ser atenuado, ou até justificado, se tomarmos como referência um pensamento conservador mais radical, quando este é cometido na tentativa de manter um princípio normativo vigente no interior do “*éthos* coletivo”.

É válido, neste momento, ressaltar que a descontinuidade dessa consciência coletiva, considerada até então imutável, no decorrer da História ocorreu por conta de uma série de avanços na teia social, dentre os quais destacam-se a concepção do ser humano sob a ótica de Marx, bem como outros importantes descentramentos, sob a égide do que postulou Hall (2014, p. 23), como é o caso da descoberta do inconsciente por Freud, a linguística estrutural de Saussure e os movimentos sociais emergentes no século XX, dos quais destacam-se o feminismo e o movimento pela seguridade dos direitos dos negros. As transformações oriundas do final do século XIX e início do último século, citadas anteriormente, por consequência, ocasionaram a chamada “morte do sujeito moderno” (HALL, 2014, p. 17) e, com isso, as normas morais condicionadoras que imperavam nas sociedades. As sociedades ocidentais, especificamente, perderam parte considerável do seu peso na formação da consciência coletiva. Sobre essas mudanças, escreve Giddens:

Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes. Tanto em sua extensionalidade quanto em sua intencionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes. Sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intencionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa

existência cotidiana. Existem, obviamente, continuidades entre o tradicional e o moderno, e nem um nem outro formam um todo à parte; é bem sabido o quão equívoco pode ser contrastar a ambos de maneira grosseira. Mas as mudanças ocorridas durante os últimos três ou quatro séculos — um diminuto período de tempo histórico — foram tão dramáticas e tão abrangentes em seu impacto que dispomos apenas de ajuda limitada de nosso conhecimento de períodos precedentes de transição na tentativa de interpretá-las (GIDDENS, 1991, pp. 10-11).

Giddens nos aponta para a profundidade das mudanças das quais fomos acometidos nesses últimos séculos, mesmo nas estruturas mais basilares que por muito tempo permaneceram imutáveis na sustentação da ordem social. Convém, no entanto, salientar que as transformações na referida ordem não ocasionam, conseqüentemente, a predominância de uma “desordem” social. Tomando como base os pressupostos do que Derrida aponta na sua teoria da desconstrução, não é conveniente limitarmo-nos ao binarismo ordem/desordem. Na prática, a mudança dos valores que asseguravam a ordem social anterior comumente desencadeia estados de crise, nos quais a sociedade encontra a possibilidade de constituição de novos valores que passarão a sustentar a consciência coletiva numa ordem social inteiramente nova. Sobre a teoria da desconstrução de Derrida, esclarece-nos Culler que desconstruir uma oposição é mostrar que ela não é natural e nem inevitável, mas uma construção, produzida por discursos que se apoiam nela, e mostrar que ela é uma construção num trabalho de desconstrução que busca desmantelá-la e reinscrevê-la - isto é, não a destruir, mas do contrário, dar-lhe uma estrutura e funcionamento diferentes (CULLER, 1999, p.122). Mesmo assim, por mais que essas transformações tenham causado a descontinuidade dos princípios que norteavam o comportamento e o modo de agir e pensar das pessoas, há uma resistência considerável dos grupos mais conservadores que teimam, ainda, na imposição das suas normas e, para isso, fazem uso de discursos fundamentados em um suposto bem-estar coletivo visível no passado ou mesmo através de um discurso sobrecarregado de imposições teológicas salvacionistas.

Sobre essa questão relacionada à presença das religiões no que se refere aos entraves nas discussões e na garantia dos direitos dos grupos LGBT's, Musskopf (2015, p. 35) reconhece que em praticamente todas as religiões, existe uma corrente de práticas e de posicionamentos que valoram depreciativamente

questões ligadas às dissidências de gênero e de sexualidade. No interior da maioria dos discursos religiosos, os apelos à permanência do padrão heteronormativo de comportamento do sujeito, vinculadas a uma tradição em termos doutrinários e organizadas a partir das suas escrituras sagradas, são o caminho para ratificar a continuidade no interior dessas comunidades. Weber (2010, p. 54) escreve que as religiões baseadas em uma concepção profética e salvacionista têm vivido em estado de tensão, não somente agudo, mas permanente, a respeito do mundo e dos preceitos que norteiam as mudanças na sociedade. Para ele, à medida que essas religiões se concebem como genuínas, a essência das doutrinações que pregam o seu caráter de salvação torna-se, consequentemente, a base para uma ética religiosa. Quanto mais racional parecer essa ética, maior será a tensão, posto que o absolutismo religioso ao qual aproximará essa doutrinação tentará, a todo modo, negar qualquer comportamento que não esteja previsto no seu preceito. Em outros termos, tudo aquilo que fere a ética fundamentada religiosamente, passa a ser “coisa mundana” que precisa, a todo o custo, ser negada ou mesmo apagada da sociedade. Qualquer comportamento que não esteja adequado ao padrão heteronormativo, dentro dessa lógica, passa a ser considerado uma ameaça para a salvação do espírito e a perpetuação da carne. A constituição do “*éthos* coletivo” será amplamente fundamentada em uma série de princípios religiosos, que dada a sua natureza doutrinária, encontrar-se-ão amplamente fechados para qualquer mudança que venham apresentar as sociedades.

Sobre o corpo “abjeto” e a autoagressão regulatória

Faz-se necessário, ainda, considerarmos que o pensamento de Butler também se refere à preocupação em relação ao corpo quando este limita-se à sua condição sexual, daí a importância da sua concepção de corpo “abjeto”. Para Butler, abjeto refere-se a todo corpo que não esteja inserido no interior do binarismo homem-mulher. De maneira geral, sabe-se que o corpo sempre foi tomado pela tradição humanista ocidental como algo inferior, posto que nas dicotomias homem-corpo, alma-corpo ou espírito-corpo, este segundo era negligenciado, uma vez que desconsideravam completamente os aspectos políticos relacionados à construção física dos sujeitos no interior da sociedade. Tratar dos corpos é algo complexo, visto que o modo como eles se constituem socialmente sofre profundas transformações ao longo do tempo. Neste sentido, a maneira como pensamos a disposição física desses corpos nas sociedades

também tende a passar por mudanças significativas. A tradição judaico-cristã observou as diferenças entre os corpos primeiro como uma forma de distinção. No entanto, com o passar do tempo, bem como a institucionalização de normas religiosas regulamentadoras do comportamento humano, os corpos passaram a ser a causa e a justificativa da diferença (NICHOLSON, 2000, p. 18). Sob esta ótica, a maneira como o sujeito passa a impor fisicamente o seu corpo na comunidade da qual ele faz parte, atendendo assim aos anseios que as normas apontam, deveria, por sua vez, ser condizente com a lógica de reafirmação das diferenças. A existência do binarismo homem *versus* mulher impôs que todos os indivíduos pertencentes à tradição cristã adequassem a sua sexualidade, bem como o próprio comportamento em um sentido mais amplo, a esse binarismo. Assim, todo aquele que biologicamente nascesse macho, deveria comportar-se socialmente de acordo com o que é imposto ao gênero masculino; enquanto a fêmea seguiria essa mesma lógica dentro de um padrão feminino. Durante muitos séculos, então, concebeu-se a naturalização não somente dos elementos biológicos inerentes à estrutura física humana, mas também do próprio comportamento dos indivíduos a partir da sua condição física. Indica-se, assim, a natureza fixa de um corpo que servirá de norte para determinar todo o destino e toda a condução do indivíduo.

No entanto, mais recentemente, as questões relacionadas ao gênero, aos corpos, à sexualidade, bem como muitas outras que perpassam essas perspectivas de análise, têm sido amplamente estudadas. O pensamento religioso, que durante séculos serviu como autoridade maior na regulamentação dos corpos, passou a ser questionado. Ainda assim, o próprio Estado, que estabelece as normas que melhor atendam à sua comunidade, e tem conduzido as suas ações a partir das significativas contribuições do pensamento científico, é influenciado por forças de resistência fundamentalistas que buscam pautar a legislação em princípios religiosos incapazes de atender às demandas sociais coletivas.

Dentro dessa lógica, conforme foi explicitado anteriormente, todo aquele que não atenda ao binarismo macho *versus* fêmea passa a ser, segundo Butler, algo “abjeto” (TIBURI, 2016, p. 11), isto é, quando não estão aptos a serem encaixados às categorias binárias acima indicadas, são conseqüentemente oprimidos de maneira dura pela sociedade. Essa categoria pode ser ilustrada, por exemplo, sob a ótica da teoria *Queer*, pelos transexuais, que passam inclusive a sofrer preconceitos bem mais profundos que os homossexuais, posto que a sua conduta é expressa de maneira evidente no seu próprio corpo. No entanto, o conceito de abjeto, de acordo com o pensamento de Butler, não vai somente

limitar-se à sexualidade ou ao gênero do indivíduo. Essa categoria é mais ampla, pois atende também todos os grupos que não se encaixam em um padrão europeu de existência física e comportamental, tais como os negros, os índios, os judeus, os árabes e até mesmo os pobres. Existe uma lógica de inferiorização desses grupos que se sustenta na exclusão de todos aqueles que não estejam inseridos dentro da norma do sujeito branco, europeu, rico, heterossexual e cristão. Assim, todos aqueles que fogem desse padrão passam a ser tratados como corpos indesejáveis na teia social.

Retomando a noção de “*éthos* coletivo”, no sentido indicado por Butler (2015, p. 15), é possível evidenciarmos que essa concepção binária de disposição dos corpos no que se refere a sua conduta sexual ainda está amplamente difundida nos princípios que regem o pensamento social não somente no Brasil, mas em todo o Ocidente e em grande parte do mundo Oriental também. No entanto, cada vez mais esse “*éthos* coletivo” tem sido questionado quando consideramos os mais recentes estudos relacionados ao corpo e à sexualidade humana desenvolvidos pela comunidade científica. Ainda assim, inúmeras forças de resistência, que fazem uso de uma lógica baseada fundamentalmente em uma série de princípios teológicos, têm atuado no campo democrático de disputas. O corpo, a partir do momento que se insere em uma discussão relacionada à conquista de direitos, também precisa ser tratado como uma expressão política dos indivíduos e exatamente por este motivo deve ser ele próprio concebido politicamente. Estas forças de resistência, impostas sobre os indivíduos desde o seu nascimento através de culturas amplamente enraizadas na sociedade, contribuem para que os corpos, bem como a nossa própria sexualidade, sejam duramente vigiados e inseridos no interior de um conjunto de normas e de princípios valorativos que a todo momento nos regulam, seja do ponto de vista religioso ou mesmo do ponto de vista legal. O Estado, inclusive, tomará para si a responsabilidade de legislar sobre a conduta sexual da sua população, conforme observa Foucault:

uma das grandes novidades nas técnicas de poder, no século XVIII, foi o surgimento da “população”, como um problema econômico e político: população-riqueza, população mão de obra ou capacidade de trabalho, população em equilíbrio entre seu crescimento próprio e as fontes que dispõe. Os governos percebem que não têm de lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um “povo”, porém com uma “população”, com seus fenômenos específicos e

suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, formas de alimentação e de *habitat*. Todas essas variáveis situam-se no ponto de intersecção entre os movimentos próprios à vida e os efeitos particulares das instituições (...). No cerne desse problema econômico e político da população: o sexo; é necessário analisar a taxa de natalidade, idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecundas ou estéreis, o efeito do celibato ou das interdições, a incidência das práticas contraceptivas – desses famosos “segredos funestos” que os demógrafos, na véspera da Revolução, sabem já serem conhecidos no campo (FOUCAULT, 2015, pp. 28-29).

Se até aquele momento a Igreja legislava sobre o corpo, a partir das transformações ocorridas na sociedade com a chegada da modernidade, o Estado agora toma para si a autonomia de governar não apenas os indivíduos que compõem a sociedade, como também os seus corpos e a conduta sexual a que eles se destinam. Por este motivo, os sujeitos passam a conviver, desde o seu nascimento, com o contínuo estado de cerceamento de sua conduta não somente sexual, mas física também, pois para a sociedade não importa apenas ser heterossexual, mas principalmente parecer heterossexual – daí o uso do chamado padrão heteronormativo que nos é imposto como princípio regulamentador da maneira como nos comportamos socialmente.

Considerações finais

Diante do exposto, inferimos que todo aquele que não atende ao padrão heteronormativo, automaticamente passa a ser descaracterizado enquanto sujeito membro dessa sociedade sexualmente binária. Com isso, os homossexuais, transexuais, bissexuais, bem como todo um conjunto formado pelas possibilidades de conduta sexual para além do binarismo macho-fêmea têm sofrido as mais perniciosas violências já produzidas pela nossa sociedade. A fim de evitar essa violência, muitos indivíduos que têm consciência da incapacidade do padrão heteronormativo atender a sua conduta sexual, passam a agir conforme esse padrão. Em outros termos, estamos tratando aqui de sujeitos que negam a sua sexualidade, ao inserir-se dentro de uma lógica heteronormativa,

com a finalidade de ter a sua conduta aprovada por uma sociedade que, convém destacar, ainda resiste às transformações que o “*éthos* coletivo” tem sofrido no que se refere à diversidade sexual.

Esse tipo de conduta, fundamentada na negação de si, é o que podemos chamar de autoagressão regulatória, quando consideramos que a constituição do sujeito na sociedade não se limita a um produto direto do conjunto de normas morais que regem o funcionamento da comunidade da qual ele faz parte; mas, rege-se a partir do que Foucault (1984, p. 34) denomina de determinação da substância ética. É essa capacidade de reflexão acerca da maneira como o indivíduo deverá constituir parte de si mesmo como matéria de sua conduta moral que nos leva a pensar no prefixo “auto”, pois por mais que o meio em que ele esteja inserido o influencie, a tomada das decisões que regem às suas questões sexuais e de gênero, é de sua responsabilidade o posicionamento que ele próprio infere sobre si. No caso dos indivíduos que optam por anular o gênero do qual ele faz parte, para inserir-se forçosamente no padrão heteronormativo, dizemos que esse comportamento é uma agressão que o indivíduo exerce sobre ele próprio, posto que ele torna o seu corpo um corpo mutilado. Essa violência, da qual o sujeito é ao mesmo tempo autor e vítima, é exercida como mecanismo de regulação de uma conduta que fugiria às normas impostas socialmente, frutos da resistência de um “*éthos* coletivo” invariavelmente conservador, fundamentado em costumes tradicionais (ADORNO, 2001, p, 17). A ausência de um conhecimento mais aprofundado (fruto da necessidade de discussões mais amplas acerca de questões relacionadas ao gênero e a sexualidade), bem como a dificuldade de garantir os direitos individuais, tem contribuído de maneira extremamente significativa na permanência desse comportamento. Aqueles que não têm acesso a discussões como essa quase sempre fundamentam as suas decisões a partir das normas impostas pelo “*éthos* coletivo”, ou até mesmo fazem uso de bases teológicas que têm por finalidade a anulação de qualquer comportamento sexual que não esteja adequado ao padrão heteronormativo. Permitir que situações como essa se mantenham, é ratificar uma violência física e simbólica sem precedentes. Infelizmente, dada a escassez de informações que possam orientar uma pesquisa mais aprofundada, não é possível quantificar aqueles que ceifaram a própria vida por consequência da exclusão que o padrão heteronormativo impõe aos que não estejam adequados às suas normas. Uma parte significativa dos discursos religiosos também tem contribuído para a difusão dessa lógica que nega a diversidade, bem como a existência de um conjunto amplo de possibilidades de conduta sexual

e de gênero. O cuidado necessário em relação a esses discursos não é apenas uma questão epistemológica, mas de saúde e bem-estar público, pois a força que esse discurso tem na formação de um “*éthos* coletivo” de base fundamentalista tem gerado consequências desastrosas e lançado um desafio enorme para a formação de uma sociedade apta a respeitar a diferença e a diversidade.

Referências

ADORNO, Theodor. *Problems of Moral Philosophy*. Stanford: Stanford University Press, 2001.

ALTHUSSER, Louis. *For Marx*. Londres: Verso, 1966.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CULLER, Jonathan. *Teoria Literária: uma introdução*. São Paulo: Beca Produções Culturais Ltda., 1999.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GINETTI, Emerson. *A crise dos valores éticos segundo Max Scheler*. Dissertação de Mestrado em Filosofia. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2010.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

JUNQUEIRA, Rodério Diniz. *Pedagogia do armário*. Revista Cult, Ano 18, nº 202. São Paulo: Editora Bregantini, jun. 2015.

MUSSKOPF, André S. *Por mais viagens teológicas*. Revista Cult, Ano 18, nº 202. São Paulo: Editora Bregantini, jun. 2015.

NICHOLSON, Linda. *Interpretando o gênero*. Revista Estudos Feministas. Vol. 8 (2), 2000.

TIBURI, Márcia. *Judith Butler, feminismo como provocação*. Revista Cult, Ano 19, nº 6. São Paulo: Editora Bregantini, jan. 2016.

WEBER, Max. *Sociologia das religiões*. São Paulo: Ícone, 2010.

DA NATURALIZAÇÃO À BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Rosângela Gomes Figueiredo

Universidade Tiradentes

E-mail: rosangelagomes_17@hotmail.com

Resumo: Desmistificar os fatores que levam à violência de gênero contra a mulher a ser caracterizada com banalização e naturalização pela sociedade e as consequências que esse comportamento social pode causar em suas vítimas. Através de uma análise sucinta da Constituição Federal de 1988 e, principalmente, da Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006, pretende-se abordar os direitos conquistados contra os malefícios causados pelas diversas formas de violência, e quais os aparatos e equipamentos legais de apoio às mulheres em situação de Violência Doméstica e Familiar.

Palavras-chave: violência doméstica, mulher, banalização, naturalização, Lei 11.340/2006.

Introdução

Com o advento da globalização mundial, em que as sociedades evoluíram com a robótica e a ciência, o mesmo não aconteceu no aspecto da extinção da discriminação a diversos grupos sociais fruto de culturas diversificadas construídas ao longo da história, como, por exemplo, a discriminação de gênero contra a mulher, que se perpetua em diversos países, fruto de conjunturas estruturais patriarcais fundamentadas no sentimento de posse e subordinação da mulher em relação ao homem.

Com base nessa realidade, pretende-se, neste artigo, instigar todos os leitores a ter uma visão ampliada das consequências avassaladoras que a cultura machista traz para o mundo contemporâneo, sua relação com a violência de gênero contra a mulher, e os aparatos legais que foram criados para coibir este tipo de violência no Brasil.

Dessa forma, com este trabalho pretende-se contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equânime, sem discriminação de gênero, levando em consideração a importância da socialização de informações. Busca-se ainda levar conhecimento ao cidadão que, na ausência deste arcabouço ético, pode ser o causador de uma realidade excludente e até mesmo violenta dentro desse processo social que vem conquistando espaço de debates na sociedade e, aos poucos, devido à precariedade do compromisso do Estado, vem conseguindo avanços relevantes. Enfatiza-se também a luta pelo empoderamento feminino como um mecanismo de saída dessa desigualdade trazida por gerações.

Metodologia

Este trabalho desenvolveu-se através de pesquisa bibliográfica em artigos científicos; da análise da Constituição Federal de 1988, mais precisamente no seu artigo 5º “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...” e da Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Fundamenta-se numa pesquisa quali-quantitativa, pois traz tanto análise de teorias quanto informações em recursos de porcentagens de dados.

1 Violência de gênero, avanços e desafios

É a partir dos anos de 1960, quando se intensificam as lutas do Movimento Feminista, que o termo gênero passa a ganhar espaço em discussões de todo

o mundo. Esse Movimento foi precursor na luta das mulheres por conquista de direitos sociais, que denunciavam abusos e violências sofridas e que eram considerados normais até então.

Doravante esse Movimento histórico, surgem as inquietações sobre a violência de gênero contra a mulher em diversas instituições, porém ainda não se identificam Leis que punam com rigor os agressores que, na maioria das vezes, eram seus companheiros. No Brasil, por exemplo, o Estado contribuía com essa realidade opressora de hierarquização de gênero, como se pode perceber no “estatuto da mulher casada” Lei 4.121/1962, em que a mulher era submissa ao seu esposo e o mesmo era designado como chefe da família.

Gradativamente as mulheres buscaram se inserir na sociedade, apesar de não terem apoio formal do Estado. Assim vivem até hoje na luta contra a violência praticada não só fisicamente, mas também socialmente.

Em 1979, ocorreu um grande evento que despertou em muitos países uma discussão mais aprofundada sobre o verdadeiro papel da mulher para além de “Rainha do lar”, como sempre foi estigmatizada: a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. Adotada pela Resolução 34/180 da Assembleia Geral das Nações Unidas e ratificada pelo Brasil em 01/02/1984, defende em seu Artigo 1º que: Para os fins da presente Convenção, a expressão “discriminação contra a mulher” significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher independentemente de seu estado civil com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos: político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um marco histórico nas lutas das conquistas por igualdade a direitos sociais entre homem e mulher no ambiente doméstico e societário, como no Art. 226 § 5º onde preconiza-se que: “os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher”. Ao afirmar que os direitos entre ambos os sexos são iguais, a constituição deu início a novos rumos por justiça para a mulher, iniciando no seu próprio lar. O inciso I Art. 5º deste mesmo documento ainda diz: “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. Entretanto, essa não foi e nem é a realidade de muitas famílias brasileiras, em que, sob decorência de uma cultura (inculta), a mulher é discriminada, menosprezada e muitas vezes até violentada dentro e fora de casa. Saffioti especifica esse tipo de violência:

Violência de Gênero é tudo que viola os direitos humanos numa perspectiva de manutenção das desigualdades hierárquicas existentes para garantir obediência, subalternidade de um sexo a outro. Trata-se de forma de dominação permanente e acontecem em todas as classes sociais, raças e etnias. (SAFFIOTI, 2001, p.18).

Ao longo dos anos, organizações nacionais e internacionais e movimentos sociais provocaram o fortalecimento pela garantia do espaço da mulher na sociedade, e, em função destas lutas, muitas delas começaram a se empoderar na busca por reconhecimento e igualdade em direitos, mesmo vivendo em uma sociedade machista e patriarcal contemporânea. Como um dos desafios atuais, é de suma importância citar os diversos modelos de família em que ela tem que atuar, como: a família nuclear, em que a mulher tem tripla ou quádrupla jornada diária sendo mãe, esposa, trabalhadora e muitas vezes estudante; a monoparental, em que ela é a responsável pela família e a família extensa, em que alguns parentes moram juntos.

Nesse histórico de lutas femininas surge, em 2006, a Lei 11.340/2006¹ que recebeu o nome Lei Maria da Penha. Maria da Penha Maia Fernandes foi uma biofarmacêutica que sofreu duas tentativas de assassinato por parte de seu companheiro: uma por tiro, que a deixou paraplégica e a outra por eletrocussão e afogamento. Após 19 anos de lutas incansáveis da vítima e, inclusive, após a punição da Comissão Interamericana de Direitos Humanos pela omissão quanto ao caso, o então presidente, Luiz Inácio da Silva, sancionou a referida Lei que coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher, embasada no Parágrafo 8º do Art.226 da Constituição Federal, da Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher.

Essa Lei mostrou-se um marco na história das políticas sociais voltadas para a mulher contra a violência de gênero, no que se refere ao ambiente doméstico, pois permite que a mesma tenha oportunidade de fazer denúncias em delegacias especializadas no atendimento à mulher (DEAM) diretamente ou através do encaminhamento do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), ou ainda pode ser denunciado pelo disque 180. Esta Lei prevê punições específicas e não mais medidas alternativas, como eram tratadas no código penal. Vê-se, por exemplo, no Art. 17º do Capítulo I Título IV das Disposições

1 Lei Maria da Penha. Brasília, 7 de agosto de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

Gerais da Lei 11.340/2006: é vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa. Outro avanço muito importante não a título de celebração de caso, mas como arcabouço imprescindível na punição aos agressores de mulheres vítimas de violência de gênero é a Lei 13.104/2015 a Lei do Feminicídio, estabelecendo que, quando o homicídio de mulher acontece por razões de condição de sexo feminino, deverá ser considerado crime hediondo por atentar contra os valores basilares da sociedade. Ampliando a Lei Maria da Penha, a Lei do feminicídio busca punir de forma incisiva e mais rápida qualquer crime que seja cometido sob a vertente realista de discriminação de gênero, além de gerar dados que contribuam para pesquisas e investigações sobre a efetividade da aplicação de judicialização do acusado.

2 Uma análise da naturalização e banalização da violência de gênero contra a mulher. A importância da instrução/educação da sociedade

Considerando os avanços históricos e legais no que tange à violência de gênero e violência doméstica e familiar contra a mulher, coube citar neste discurso que no cotidiano de alguns partícipes desse tema, como parentes, conhecidos e vizinhos, existe certa negligência e descaso em relação a essas situações de violência, entendendo que esta é uma preocupação de saúde, educacional e social em níveis responsabilidade iguais.

No meio dessa situação-problema, percebe-se que a única e mais provável explicação para a agressão à mulher é a cultura machista, opressora e patriarcal construída historicamente. Cultura esta que predomina de forma corrosiva na sociedade, corrompendo por certo tempo a vida da vítima e, em alguns casos, dos filhos, simplesmente por ser de sexo oposto ao homem; numa batalha incessante em que este usa da força, seja ela física ou não, para explorar a mulher na tentativa de deixá-la submissa, lesada e indefesa. Para Azevedo (1985, p. 176), a violência é “uma questão de poder que está legitimada pela cultura, em que o mais forte se sente no direito de subjugar o mais fraco, como se fosse uma justiça natural”. Porém, essa naturalização de hierarquia de gênero deve ser eliminada, pois causa grandes sequelas na vítima, prejudicando sua vida natural, seu convívio social, comprometendo o seu passado, presente e futuro. A vida de uma mulher que convive em situação de violência doméstica é muito

difícil porque, além do medo do seu agressor e de denunciar e não ter sua vida zelada ou até mesmo por não ter o conhecimento preciso do tipo de violência que sofre, ela ainda se depara com discriminação de grupos e a comunidade em que atua; muitas vezes estereotipada por ser a culpada pelas mazelas de seu casamento, vivendo no julgo popular de ser inferior ao homem. Há propagação de dizeres como: “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”; ela “gosta de apanhar”; ou “a mulher tem que obedecer ao marido, sim”; porque se a mulher traiu, ela é vulgarizada e “acham é pouco ela apanhar”; mas se o homem trai é porque é o instinto masculino; se a agressão é quando ele bebe: “mas é só quando ele bebe, não acontece todo dia”; “a obrigação dos afazeres domésticos é da mulher”; “ ele bate nela, mas a ama, ela também o ama, então não adianta”. Essas frases, jargões e falácias denunciam o quanto ainda existe desafios nas mudanças de comportamento social em relação a essa realidade. Deve-se ter extrema atenção no tocante à construção da educação social de crianças e adolescentes; pois construções sociais errôneas comprometem um possível futuro sadio da sociedade.

Como um arcabouço para dar o pontapé inicial e central nessa mudança rigorosa que o Brasil precisa, a Lei Maria da Penha traz em seu conteúdo artigos que fream e coíbem veementemente os agressores que causem qualquer tipo de violência contra a mulher no âmbito domiciliar, é o que trata o seu Art. 7º Capítulo II: são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

- I – a violência física ou simbólica, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
- II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
- III – a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao

matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV – a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Este trecho da Lei 11.340/2006 se insere como o oposto do senso comum das frases citadas anteriormente, quando se trata das multiformas da violência de gênero que provavelmente não são conhecidas e reconhecidas pelos cidadãos, passando despercebidas, gerando naturalização e banalização da gravidade desse problema.

Uma pesquisa do Instituto Patrícia Galvão² demonstra que os serviços da Rede de Atendimento (saúde e justiça) à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar oferecidos são pouco conhecidos pela população: 97% conhecem a delegacia da mulher; apenas 44% conhecem o centro de assistência social; 37% sabem do atendimento psicológico e da central de atendimento telefônico; 32% sabem sobre a casa abrigo; somente 29% tem conhecimento sobre a Defensoria Pública de Violência Doméstica; 28% sabem de saúde serviços especializados e somente 25 e 24%, respectivamente, já ouviram falar da promotoria de justiça de violência doméstica e Juizado de violência doméstica.

Com estes dados pode-se destacar que a supressão de informações ao cidadão sobre a violência de gênero ainda é muito grande e pode alavancar um amontoado de situações que geram expressões da questão social que se tornam mais difíceis de serem solucionadas. Enquanto isso, a liberdade feminina é atacada constantemente dentro e fora do ambiente doméstico, privando-a de gozar de seus direitos sociais garantidos por Lei.

Nota-se que, com o passar dos anos, a Secretaria Nacional de Políticas Para as Mulheres juntamente com as secretarias estaduais e municipais em defesa da mulher e dos direitos humanos puseram em prática algumas exigências da Lei 11.340/2006, introduzindo equipamentos públicos, apoios à vítima e família

2 Instituto Patrícia Galvão. Percepção da sociedade sobre a violência e assassinatos de mulheres. Caderno Campanha Compromisso e Atitude. São Paulo. 2013.

e tratamentos imprescindíveis na luta contra a violência de gênero, como as já citadas DEAM, o disque 180, as Casas Abrigo, etc.; e, mais recentemente, as Casas da Mulher Brasileira, trazendo uma base de apoio exclusivo para a mulher com relação a sua reestruturação social. Todavia, ressalta-se aqui a fundamental importância, além dos demais, do Inciso V Artigo 8º Das Medidas Integradas de Prevenção Lei 11.340/2006: A promoção e a realização de *campanhas educativas de prevenção* da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao *público escolar e à sociedade em geral*, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres. (Lei 11.340/2006. BRASIL, grifos meus).

O sistema educacional brasileiro peca ao não incluir em seus debates nas escolas públicas e particulares e em postos de saúde a educação interdisciplinar formal e informal de prevenção aos diversos tipos de violência de gênero alencados também nos incisos VII e IX do Art. 8º da referida Lei; sabendo que, antes da denúncia, é imprescindível o apoio e proteção integral à vítima e punição verídica ao agressor e à educação social em todos os aspectos é a única forma de regredir essa triste realidade que perpassa no País, em todas as regiões, independentes de cor, raça, ou classe social.

Conclusões

Diante do estudo, acredita-se que para a ocorrência de mudanças em relação à discriminação e violência de gênero é fundamental à educação através da mobilização das entidades governamentais como secretarias, CRAS, CREAS, Coordenadorias; ONG's; Conselhos de profissões; poder judiciário; empresários, toda a comunidade escolar, seja ela pública ou privada, buscando educar, instruir, sensibilizar toda a sociedade através de planos e projetos intervencionais no compromisso de promover e preservar a dignidade da mulher, tratando-a como igual em direitos e deveres em relação ao homem em qualquer ambiente, mostrando que é através do respeito mútuo que se pode ter um futuro melhor e menos desigual. O Art. 3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) é bem claro quanto aos princípios básicos do ser humano: todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

A educação sobre o que é gênero deve ser explicada por equipes habilitadas num sistema de intervenção sério e sem interesses pessoais para não gerar uma má interpretação do público. É dever inerente de o Estado garantir que essa realidade gritante de violência e assassinatos de mulheres seja eliminada.

Ele deve manter a total segurança das vítimas quando ocorrem as denúncias, pois o medo da impunidade da justiça no Brasil é motivo de “(des)esperança” de muitos brasileiros. Não se pode deixar que qualquer tipo de violência seja permitida, para que estes crimes não se tornem naturais e sejam banalizados pelas futuras gerações trazendo mazelas no convívio social. É de inteira responsabilidade de o Estado concretizar as Leis e a Constituição Federal na busca preponderante pela justiça e pela paz. A discriminação de gênero é uma ferida antiga na sociedade, mas é dever de todos fazer com que ela não se espalhe mais e sare, para não atingir as próximas gerações.

Referências

ALAGOAS. Secretaria da Mulher e dos Direitos Humanos. **Lei Maria da Penha, Lei 11.340/2006 de 7 de agosto de 2006.** Todos Por Elas, 2015.

AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres espancadas: a violência denunciada.** São Paulo: Cortez, 1985.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso: 01 abr. 2016.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Percepção da sociedade sobre a violência e assassinatos de mulheres.** 2013. Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/>>. Acesso: 13 abr. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher.** 1979. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discrimulher.htm>>. Acesso: 05 abr. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. **Declaração Universal Dos Direitos Humanos.** Brasília, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso: 07 abr. 2016.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

SAFFIOTI, Heleieth Iara. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n.16, 2001, p.115-136. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>. Acesso: 28 mar. 2016.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: UMA ANÁLISE DA REDE DE ATENDIMENTO À MULHER NO ESTADO DE SERGIPE

Rute Oliveira Passos
rutepassos@live.com

Daniel Vaqueiro Menezes Martins
danielmenezes@outlook.com.br

Stephanie de Santa Izabel Montargil Ribeiro Oliveira
stephanie.montargil@gmail.com

Wallace Rezende Nascimento
wallacerezende12@gmail.com

Liziane Paixão Silva Oliveira
lizianepaixao@gmail.com

Resumo: De acordo com algumas pesquisas realizadas verificou-se que grande parte da população brasileira tem conhecimento da Lei Maria da Penha. Entretanto, ainda é possível verificar um alto índice de violência doméstica, não em decorrência da inaplicabilidade da lei, mas na falha ou ausência de políticas públicas para efetivá-las. O estudo ora apresentado é uma breve pesquisa quantitativa-descritiva acerca das políticas públicas e programas de assistência às vítimas de violência doméstica e familiar no Estado de Sergipe, especificamente na capital Aracaju. A análise ocorrerá em observância à critérios de perícia investigatória, tipificação penal da violência e da relação do agressor com a vítima, com base nos dados coletados no Arquivo Judiciário no Município de Aracaju, demonstrando a recorrência das agressões, respaldada pela convivência social com tal prática. Por fim, o texto expõe e analisa de que forma o atendimento, acolhimento a vítima e tratamento ao agressor pode ser melhorado, fazendo com que haja proporcionalidade

entre o conhecimento da Lei 11. 340/06 e a redução do índice de violência doméstica.

Palavras-chave: Violência, Mulher, Rede de Atendimento, Políticas Públicas, Efetivação.

Introdução:

A violência doméstica e familiar contra a mulher não se restringe apenas a uma determinada parte do mundo, classe social, raça ou idade. Tampouco se trata de casos isolados: 38,72% das mulheres em situação de violência são agredidas diariamente; a agressão torna-se semanal para 33,86%, de acordo com dados divulgados no balanço dos atendimentos realizados entre os meses de janeiro e outubro de 2015 pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR).

Tais dados demonstram uma situação alarmante, tendo em vista a recorrência dos ataques e o receio das vítimas em procurar assistência perante o Estado.

Outro aspecto importante neste cenário é a íntima relação entre o autor e a vítima. Em 67,36% dos casos relatados, os autores das agressões tinham ou já tiveram algum vínculo afetivo com a vítima, sendo eles em sua maioria companheiros, cônjuges, namorados ou amantes, ex-companheiros, ex-cônjuges, ex-namorados ou ex-amantes das vítimas. Em 27% dos casos, o agressor era um familiar, amigo, vizinho ou conhecido. Tal dado pinta a imagem do agressor como um indivíduo com vínculo de parentesco, proximidade, confiança e tais situações deixam a vítima em situação de fragilidade perante o agressor. Nesse contexto, a situação de violência doméstica, inclusive a de gênero em geral, se apresenta de modo mais complexo, delicado e preocupante, a partir do momento em que a vítima se vê numa esfera costumeiramente íntima com o seu agressor.

Assim, é imprescindível para os estudos acadêmicos, como meio de contribuição para a mudança dessa realidade, verificar de que forma as medidas adotadas pela rede de enfrentamento estão sendo aplicadas, e quais os caminhos a serem trilhados para melhorias.

Portanto, o objetivo dessa pesquisa é a identificação de algumas políticas públicas e medidas de assistência à vítima de violência doméstica e familiar no estado de Sergipe, confrontando com os dados encontrados no Arquivo Judiciário do Município de Aracaju, a fim de mostrar nas incidências de agressão qual a relação de agressor e vítima, bem como a prestação da tutela às vítimas de agressão por parte do estado, seja por meio das Medidas Protetivas de Urgência, ou da Casa de Abrigo em atividade local, a Casa de Abrigo Núbia Marques.

Metodologia:

Para chegarmos a tais resultados, foi efetuado um estudo com base em uma pesquisa quantitativa-descritiva de dados coletados no Arquivo Judiciário no Município de Aracaju do estado de Sergipe. Foram analisados 546 processos judiciais relacionados aos crimes de violência de gênero tipificados nos artigos 129, 147, 140 do Código Penal Brasileiro, art. 21 do decreto lei 3688/41 (vias de fato), arts 5 e 7 da lei 11.340, no lapso temporal de 2013 e 2015, pertencentes a 11ª Vara Criminal da Capital.

A coleta de dados foi efetuada nos meses de agosto a dezembro de 2015 a título de amostra, para com base nestes resultados, seja possível uma pesquisa posterior em maior escala, analisando todos os processos desta natureza, classificando-os por critérios sociais como, gênero, idade, relação de parentesco e nível social. Como também analisar o perfil do agressor, seu nível de escolaridade, profissão, relação com a vítima e o uso com álcool e drogas, como também, o comportamento da vítima pós agressão e a sua reação com o julgamento do processo.

Resultados:

Em Sergipe a realidade não destoa do panorama geral, na pesquisa realizada no Arquivo Judiciário do Município de Aracaju, pudemos constatar que em 53% dos casos, a agressão já teria ocorrido outras vezes antes da denúncia, já que em apenas 15% destes, existiu uma denúncia anterior (tendo essa sido na maior parte das vezes arquivada por falta de provas).

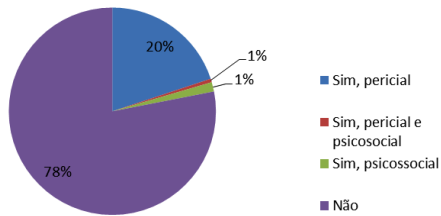
Provando, assim todo um contexto de violência psicológica paralelamente com a física, a partir do momento em que se inviabiliza e se impede a vítima de alguma forma, de reagir e procurar ajuda, através de ameaças, promessas de mudança, ou qualquer que seja o mecanismo usado pelo agressor em questão.

É possível constatar que, em 58% dos casos estudados a mulher possuía uma relação íntima com o agressor, podendo este ser companheiro, convivente ou ex-companheiro da vítima em questão.

Ao vislumbrar tal realidade, conseqüentemente pensamos na aplicação das medidas protetivas previstas na Lei n. 11.340/06, conhecida popularmente como Lei Maria da Penha. Tais medidas protetivas têm sua aplicação na maioria dos casos, nos arts. 22, I e III, da Lei Maria da Penha, quais sejam: suspensão do porte de arma (40%) e proibição de aproximação e contato (47%), respectivamente, o prazo para aplicação de tais medidas é de 48 horas.

É da natureza no inquérito policial a investigação e comprovação de materialidade e autoria do crime. No entanto, se tratando de Violência Doméstica sua importância vai além, vez que, nem sempre a vítima, dispõe de condições para verbalizar tudo o que passou, facilitando a atuação policial.

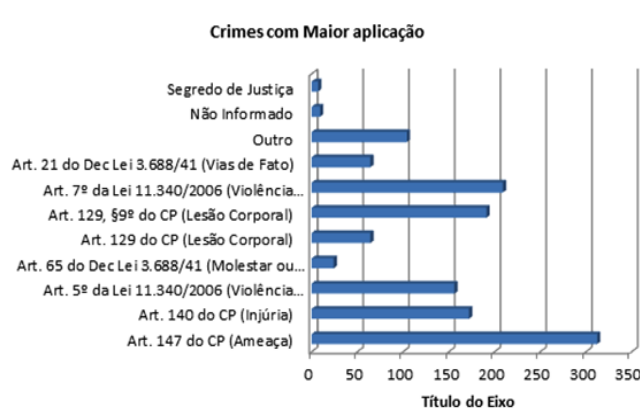
Houve anexação do laudo?



Fonte: Relatório do projeto de pesquisa “Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Aracaju: Uma análise crítica das medidas protetivas de urgência”

Acontece que, como se pode ver, dos processos analisados, apenas 22% tinha anexos de laudo pericial. Isso nos remete a perquirir de que forma estão sendo conduzidos os procedimentos investigatórios, que tacitamente já se tem uma breve resposta, dada a inexistência de laudos periciais nos autos do inquérito

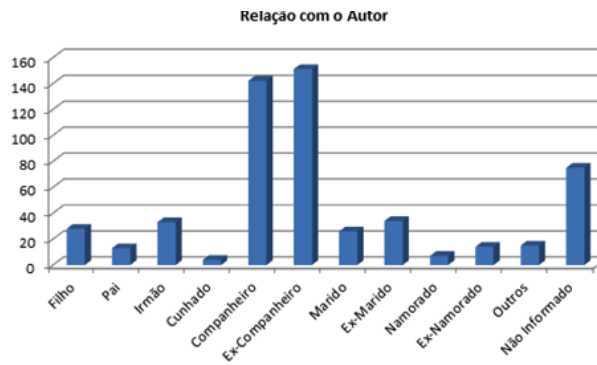
Em seguida, observa-se a tipificação penal com maior incidência no Estado.



Fonte: Relatório do projeto de pesquisa “Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Aracaju: Uma análise crítica das medidas protetivas de urgência”

Note-se no gráfico acima, que o crime de maior incidência tem a sua tipificação no art. 147 do Código Penal, caracterizando-se como o crime de ameaça. Isso corrobora as consequências do mal tratamento, ou seja, acompanhamento psicossocial, atendimento adequado a vítima, medidas adequadas em face do autor, reverberam para os dois segundos crimes de maior incidência, que é a lesão corporal dos arts. 129 e 129§ 9º do CP.

Outro ponto de extrema relevância para estudos dessa natureza e que foi analisado na coleta de dados diz respeito a relação entre Autor e Vítima. Poucos são os casos em que a vítima desconhece o agressor, a verdade é que a predominância é de violência em decorrência de um namoro, casamento ou união estável.



Fonte: Relatório do projeto de pesquisa “Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Aracaju: Uma análise crítica das medidas protetivas de urgência”

A predominância desses índices a violência só revela que as pessoas íntimas da vida da Mulher, sejam eles os companheiros ou o ex companheiros devem ter um tratado diferenciado, seja pela autoridade policial, tanto pela punição a ele aplicada.

Com base nesses índices, comprava-se a importância do acompanhamento e atendimento adequado a vítima uma vez que a sua relação com o Autor não é eventual ou distante.

Discussão:

A violência doméstica, apesar de comum e recorrente em diversas partes do mundo, além de atingir mulheres de diferentes classes sociais, faixas etárias

ou raças, nem sempre é considerado um problema social. Entretanto, nas últimas décadas, tem sido matéria de estudos que têm por objetivo aferir maior visibilidade e compreensão ao tema, bem como refletir acerca dos serviços públicos e das políticas de assistência. Até a década de 70, nem o estado nem a população vislumbrava o problema da violência doméstica e familiar como uma questão estrutural que precisava ser sanada.

De acordo com Cecília MacDowell Santos (2005), era visto apenas como uma questão privada e particular do instituto familiar, dentro do qual, não cabia intervenção estatal ou qualquer palpite externo. A “normalidade” vista nesse fenômeno, por anos, criou toda uma ideia de submissão da mulher, uma aceitação do fato, a qual existe até os dias atuais, e que necessita de uma desconstrução e conscientização efetiva em todos os níveis sociais.

Foi só em 1975, conhecido como Ano Internacional da Mulher, que se iniciaram campanhas, as quais viriam a perdurar até o ano de 1985, criando uma provocação de mudança de paradigmas ultrapassados, e libertação das mulheres que viam-se presas na realidade de agressão. Com a instigação à tal debate, começou-se a implantar no Brasil os primeiros serviços de atendimento às mulheres vulneráveis à violência, como por exemplo, o SOS Mulher, datado de 1980, além da notável criação da primeira Delegacia da Mulher, em 1985, que possuía o intuito principal a repressão da violência contra a mulher.

Após uma estagnação de 20 anos, aproximadamente, o Brasil se viu perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos para a resolução do caso de Maria da Penha, sendo a partir de então, criada a Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), com o objetivo de sanar, evitar e reprimir o contexto da Violência Doméstica. A partir daí, notamos um avanço de dimensões imensuráveis, as quais trouxeram benefícios às mulheres no contexto de violência, uma vez que, com o advento do novo instrumento legal, a violência contra a mulher obteve uma atenção diferenciada das demais agressões, a proteção legal impôs o fim da miopia realizada a frente desta violência.

Das mudanças provocadas por esta lei no enfrentamento estatal no à violência doméstica, ressaltam-se três pontos, quais sejam: o aumento do custo da pena para o agressor, o aumento das condições de segurança para realização das denúncias e o aperfeiçoamento dos mecanismos jurisdicionais de apoio à mulher, uma vez que polícia, Ministério Público, Defensoria e Juizados Especiais se integraram com o enfoque de providenciar respostas mais efetivas ao problema dado, possibilitando, desta maneira, que o sistema de justiça criminal possa atender de forma mais célere os casos envolvendo violência doméstica contra mulher. Esses elementos, por sua vez, afetaram não só no

empoderamento das vítimas na possibilidade de se efetuar a denúncia, como afetou-se também o comportamento dos agressores.

De acordo com o texto Avaliando a Efetividade da Lei Maria da Penha, proposto pelo IPEA, para o fomento dos estudos quanto ao tema da violência de gênero, no ambiente pós Lei Maria da Penha, as vítimas passaram a encontrar no ambiente jurídico um mecanismo de maior segurança, uma vez que possibilita que seja feita a queixa da agressão sem receio de vingança, em face das medidas protetivas emergenciais que são aplicadas para impedir a aproximação do agressor. Os dois últimos elementos conjuntamente contribuem para aumentar a probabilidade de condenação.

De todos os pontos de enfrentamento que a Lei Maria da Penha dispõe, se não o mais, um dos mais importantes, foi a imposição por parte do Estado, através de autoridades, sejam elas nacionais, estaduais ou municipais, na criação de Políticas Públicas e Programas de Assistência às vítimas de violência doméstica, destacando também que poderes, executivo, legislativo e judiciário trabalhassem de forma uníssona frente ao combate à Violência Doméstica.

Analisando a forma que as políticas públicas podem ser aplicadas de maneira efetiva através da rede de enfrentamento, não apenas com ideologias, mas com planos estratégicos palpáveis, elenca-se três métodos: intersectorialidade, interdisciplinariedade e interinstitucionalidade. Esses três métodos são abordados por Pasinato, através de um breve estudo sobre os 08 anos de Lei Maria da Penha.

Nos meados dos 10 anos da Lei, percebe-se que ainda continua pertinente a abordagem desses três métodos.

No que diz respeito a interdisciplinariedade, tem-se a questão de os setores profissionais atuarem de forma independente. A assistência social, o atendimento à saúde, prestação jurisdicional, devem trabalhar juntas. Não de forma que venha a depender administrativa, política e economicamente, mas, dada a natureza dos fatos, se cada setor trabalhar de forma independente, não há como se visualizar eficácia de políticas públicas, por mais organizadas e bem estruturadas que estejam. Trata-se de uma dependência de engajamento multidisciplinar.

Isso fortalece a atuação específica de cada profissional, proporcionando a vítima, melhor tratamento possível de acordo as suas necessidades. Não é simplesmente estar diante de um caso e na ausência de métodos e recursos necessários, se utilizar de paliativos. Porque nesse sentido só há viabilização para os casos de reincidência da violência e perpetuação do sofrimento da mulher.

Intersetorialidade, assim descreve Pasinato (2015, p. 541) que atualmente tem sido entendido como o fluxo de pessoas e documentos entre setores que devem se articular no esforço de disponibilizar respostas mais adequadas e que supram a necessidade para as/os usuárias/os dos serviços, programas ou políticas envolvidas. Entretanto, fluxos são resultados de um longo processo que tem seu início na a proposta inicial das políticas de atendimento, “passando por sua execução, monitoramento e avaliação permanentes”, o que pressupõe uma importante articulação entre os operadores para o planejamento unísono de atividades e intervenções, compartilhado entre diferentes atores envolvidos.

Ou seja, no modelo de Intersetorialidade se tem um fluxo de pessoas presentes em diversos elementos do governo, que trabalham no tocante à defesa do cidadão e da mulher, para que assim se obtenha uma melhor difusão das ideias, com o objetivo de qualificar a cooperação entre estes elementos e membros. Podendo, desta forma, haver uma correção nos erros, uma vez que há o constante monitoramento entre estes.

Por último, de acordo com a autora supracitada, se tem a Interinstitucionalidade, que se compreende por ser o envolvimento, a todos os níveis de governo, dos atores políticos em órbita federal, estadual e municipal, na questão da violência doméstica, pois é deles a responsabilidade pela capilaridade das políticas, ou seja, parte destes a possibilidade de propositura de iniciativas públicas que visem coibir e punir a violência doméstica.

Outra forma de institucionalização é a reunião dos serviços, mediante a aplicação de recursos financeiros e materiais; e, ainda, a iniciativa de se editar normas, protocolos e legislações que regularizem a oferta dos serviços de proteção à mulher e criem uniformidade para a aplicação das leis e para os atendimentos.

Observa-se também que as problemáticas não estão relacionadas a falta de informação da sociedade sobre a Lei Maria da Penha e os seus efeitos, mas sim, da assistência social que as vítimas que conhecem e sofrem a agressão não possuem, e quando veem presente na sua comunidade não o a ver com segurança, como algo em que possa contar. De acordo com dados publicados por Carmem Campos da CPMI de Violência contra a Mulher em fevereiro de 2015, 98% da sociedade brasileira tem conhecimento da Lei Maria da Penha.

Logo, com essa impressão, entende-se que os problemas enfrentados não é a falta de informação, ou a rede de enfrentamento ter que retirar a sociedade do estado de ignorância. O conflito emerge quando uma norma pode ter eficácia jurídica, mas não ter eficácia social” (ALMEIDA E BANDEIRA, 2015, p. 512), ou

seja, aquelas leis que de nada servem no ordenamento jurídico, se socialmente está despercebida. Nesse sentido, não é o caso. Tanto agressor, como vítima, tem plena consciência da Lei e os seus principais fundamentos.

Por esse e por outros motivos que se repete a expressão “políticas-públicas”, vez que mediante pesquisas teóricas e empíricas, há uma grande lacuna presente da rede de enfrentamento e nas medidas protetivas prescritas na própria Lei. É de extrema necessidade a utilização de instrumentos viabilizadores, que no caso são as políticas públicas para chegar a esse fim.

O grande problema para efetivação das medidas é que, como a própria Lei, fez menção sobre a abrangência do termo, trata-se de violência em diversos aspectos da vida da mulher. Seja ele emocional, financeiro, familiar, físico, sendo que apenas uma conduta, desencadeia tantas outras violências.

Por conta disso, a rede de enfrentamento, não pode ater-se a atender apenas a um tipo de violência, porque, com a mesma intensidade que a violência moral/física degrada uma mulher, a situação financeira por exemplo, familiar também acarretará em outro desgaste, quando não voltando o problema, aumentando.

Assevera Romagnoli (2015) que essas agressões têm ainda como motivos dominantes: o ciúme, o fato de o homem ser contrariado, a ingestão de álcool e a suspeita de traição, sendo essas questões ainda mais complicadas para o atendimento.

Ponto importante que nos faz remeter ao cliché que é muito repetido, principalmente em redes de atendimento onde os profissionais são despreparados, e emitem as seguintes expressões frente às vítimas “lá vem ela de novo”, “apanhou novamente”, “gosta de apanhar”, “não aprendeu não foi”, dentre outros comentários vexatórios, que no mínimo, reprimem a mulher vítima de todo o sofrimento a buscar acompanhamento social.

Tavares (2015) em pesquisa entrevistando mulheres vítimas de Violência doméstica, a autora relatou que as mulheres que contribuíram para a pesquisa com seus depoimentos apontaram ausência acolhimento e a proteção na rede de atendimento, no sentido do acolhimento que elas realmente precisavam, por vezes serem, pois, são “culpabilizadas pela situação de violência e tratadas como réis”. Pontuando ainda a forma como são atendidas, que deveras vezes, faz com que as mulheres tenham sofrimento duplo, doméstico e ao procurar acolhimento.

Observando essa situação, os casos de incidência estão totalmente ligados a forma em que o caso primordialmente foi tratado. Não há como pegar uma

relação duradoura, onde há um casamento, ou até mesmo uma união estável, com todo aquele envolvimento afetivo e repelir o agressor para longe da vítima.

Isto porque, além de envolver, como na maioria dos casos, a dependência financeira, envolve também a relação afetiva entre as partes e que precisa ser tratada. Por outro lado, também, o estado de espírito da mulher após o sofrimento da agressão, após o processo de investigação, onde ela teve que reviver todos os momentos que nunca desejou passar.

Observe que, em linhas gerais, são os exemplos mais comuns que se pode visualizar nos casos de violência doméstica. Há muitos outros casos específicos, que merecem de uma atenção de um profissional específico, que saiba lidar com a situação de acordo sua própria experiência, e que a rede de atendimento não possui ou acha dispensável.

Pelo contrário, é notório que em muitos lugares, principalmente no interior das grandes cidades, que ainda predomina o patriarcalismo, a questão de todos serem conhecidos uns dos outros, inviabiliza o alcance das medidas protetivas ou a sua não efetivação, visto que em alguns locais, ainda que existentes tais medidas, não são aplicadas de forma que venha produzir efeitos.

Outrossim é que a Lei Maria da Penha, como muitos a analisam na sociedade tem apenas o caráter criminal. Mas não é apenas essa linha de abordagem. Numa situação familiar, há que ser respeitado o instituto da família, como também, os sentimentos da vítima, a relação que esta possui com o agressor, os filhos do casal (sendo o caso), dentre outros casos em que apenas a intervenção penal trará mais problemas do que de fato resolver.

Nesse sentido, menciona Machado e Grossi (2015, p. 574) que a sensibilidade, circunstância, ou boa vontade – no final das contas, são elementos significantes para que se possa conceber uma mudança de paradigmas em que não se afaste apenas a dor no corpo, como também a dor na alma.

Pasinato versa que por esse grupo de medidas, que configuram a abordagem íntegra da violência, a Lei 11.340/06 se classifica como uma legislação de segunda geração, a qual atende às recomendações das Nações Unidas para a implantação de medidas de proteção e promoção dos direitos das mulheres que ultrapassam as ações de justiça criminal, punitivas e restritivas de direitos para os agressores, e visam o acesso das mulheres ao direito de viver livres de violência (PASINATO, 2015, p. 534).

Nesse sentido, o que se visualiza é que, no que diz respeito à aplicação de políticas públicas frente ao combate à Violência Doméstica, deve também ser desmistificado o exclusivo caráter criminal. Até porque por outro lado, repele

até mesmo as outras áreas que podem contribuir diretamente com as medidas dispostas pelo diploma legal aqui evidenciado, vez que, deveras vezes tem-se no senso comum a rede de enfrentamento apenas com referências a justiça criminal.

Pergunta-se: Será que nunca se foi pensado em uma política que se viabiliza a multidisciplinariedade nas questões de enfrentamento e defesa dos direitos das mulheres? É o que propõe A casa da Mulher Brasileira, onde, vislumbra-se a possibilidade de um espaço aberto para atender a todas que necessitam de um auxílio moral, psíquico, jurídico, dentre outros, e que apenas uma Delegacia, como é o que ocorre atualmente, não resolve. É, além disso, uma proposta ideológica que pode incentivar a sociedade a enfrentar todas as formas de violência contra a mulher.

Este espaço é composto por serviços especializados para o atendimento e acolhimento da mulher violentada. Possui uma central de apoio psicossocial, que é um auxílio imprescindível para a superação de eventuais traumas ocorridos, uma delegacia, para investigar o crime, um Juizado, para processar, julgar e executar as causas resultantes de violência doméstica, Ministério Público, para promover a ação penal e a Defensoria Pública, responsável por prestar assistência jurídica às mulheres violentadas. Houve-se também a preocupação em criar um espaço para incentivar a autonomia financeira desta mulher, promovendo a sua qualificação profissional e a sua inserção no mercado, atitude esta, essencial para a formação de sua independência e do seu empoderamento, que, frente a esta situação, ganham a oportunidade de se tornarem livres de que as agrediu. Há também outros espaços como, uma brinquedoteca para que as crianças, que acompanham esta mulher violentada, possam ser acolhidas enquanto estas aguardam o atendimento, uma central de transportes, que possibilita o deslocamento para os demais serviços da rede e um alojamento de passagem que serve de abrigo temporário para mulheres que corram risco iminente de morte.

Assim, questiona-se, partindo do ciclo de que a violência na esfera de ameaça, torna-se a prática de lesão corporal, porque o crime não é cessado a partir da denúncia da ameaça.

Conclusões:

Com base nessas análises, é possível vislumbrar de que forma certas lacunas na aplicação de políticas públicas, seja por não existir ou por ser aplicadas de forma inadequada, resulta em altos índices de Violência Doméstica, mesmo

com todo o conhecimento a respeito da Lei e todos os trabalhos realizados pela rede de enfrentamento.

Não é o caso de dizer que a Lei Maria da Penha não esteja funcionando, e que ao invés de dirimir a Violência, essa está aumentando. O ponto é que, não se trata de caso de aumento da violência contra a mulher, mas sim, de o poder público ter conhecimento da ocorrência dessas agressões. Que por outro lado, pouco adianta se a forma em que está sendo tratado o caso, só traz mais malefícios a estrutura emocional e física da mulher, do que propriamente uma solução para o problema.

Portanto, não basta ter as medidas adequadas para repressão e punição da Violência, mas os meios adequados para a sua aplicação e maneira eficaz, ou seja, que venha produzir efeitos e não, que reverbere em situações piores.

É de extrema importância a discussão em eventos sociais e acadêmicos, criando propostas a serem apresentadas às autoridades, principalmente em interiores, onde o acesso à informação é mais difícil e o acesso à justiça é bem mais restrito.

Tendo propostas concretas, é possível que haja uma significativa mudança no quadro de violência doméstica no país, a fim de que se torne, não algo pontual, mas na pior das hipóteses, uma eventualidade.

Referências:

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; BANDEIRA, Loudes Maria Bandeira. **Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, p. 501-517, 2015.

CAMPOS, Carmen Hein de. **A CPMI da Violência Contra a Mulher e a implementação da Lei Maria da Penha**. Estudos Feministas. Florianópolis, p. 519- 531, 2015.

CARVALHO, Grasielle Borges Vieira de. **Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Aracaju: Uma análise crítica das medidas protetivas de urgência**. Relatório parcial (janeiro). Projeto de pesquisa. Universidade Tiradentes, Aracaju, 2016.

COMPROMISSO E ATITUDE. **Dados nacionais sobre violência contra as mulheres**. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-nacionais-sobre-violencia-contra-a-mulher/>>. Acesso em: 06 mar. 2016.

GROSSI, Miriam Pillar; MACHADO, Isadora Vier. **Da Dor no Corpo à Dor na Alma:** O conceito de violências psicológicas da Lei Maria da Penha. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, p. 561-576, 2015.

MACDOWELL, Cecília; PASINATO, Wânia. **Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero:** Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. Revista E.I.A.L. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe. 2005.

PASINATO, Wânia. **Oito anos de Lei Maria da Penha - Entre avanços, obstáculos e desafios.** In: Estudos Feministas, Florianópolis, p. 533-545, maio-ago, 2015.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. **Várias Marias:** efeitos da Lei Maria da Penha nas delegacias. Fractal: Revista de Psicologia, Belo Horizonte. v. 27, n. 2, p. 114-122, maio-ago, 2015.

TAVARES, Márcia Santana. **Roda de Conversa entre mulheres:** denúncias sobre a Lei Maria da Penha e descrença na Justiça. Estudos Feministas, Florianópolis, 2015.

A PROTEÇÃO SOCIAL E A REDE DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Silvia Catarina Dourado Vasconcelos

*Programa de Pós – Graduação em Serviço Social – PROSS da Universidade
Federal de Sergipe
scatarina.as@bol.com.br*

Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves

*(Programa de Pós Graduação em Serviço Social – PROSS da Universidade
Federal de Sergipe. Grupo de Estudos e Pesquisa em Fundamentos, Forma-
ção em Serviço Social e Políticas Sociais)
licavasconcelos@gmail.com*

Resumo: O sistema de proteção social desenvolveu-se de forma distinta em cada país, condicionando-se aos aspectos conjunturais político-econômicos de cada região, assim como às particularidades de cada estágio de desenvolvimento do capitalismo. Com a instituição do neoliberalismo no Brasil, em meados dos anos de 1990, o sistema protetivo tornou-se mais restritivo, sendo qualificado pelo corte nos gastos públicos. É nesse contexto de restrição de direitos que se localiza o emprego de medidas para garantir a proteção social às mulheres. Sabe-se que a violência de gênero demanda do Estado o desenvolvimento de ações interventivas para o seu enfrentamento. Tais medidas são implantadas através das políticas sociais, cujos serviços são organizados na estrutura de redes de atendimento.

Palavras – Chave: Política Social, Violência de Gênero, Rede de Atendimento.

Introdução

Neste artigo pretende-se realizar uma breve reflexão acerca da proteção social no cenário neoliberal, tendo como foco a oferta de atendimento às mulheres em situação de violência, no universo das estruturas organizacionais em rede. Parte-se da análise de que o sistema de proteção social não possui o mesmo formato nos diferentes países, devido à singularidade da relação estabelecida entre Estado, mercado e sociedade civil, em consonância com os distintos estágios e fases do desenvolvimento do capitalismo.

A atuação da Rede de Atendimento à Mulher nessa estrutura envolve aspectos diversos que abarcam desde o combate às manifestações estereotipadas e discriminatórias direcionadas às mulheres, até às possibilidades de se desenvolver a intersectorialidade entre os organismos que a constituem. As ações que envolvem a coibição deste tipo de violência estão propostas na Política Nacional de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres (PNEVCM) que, através dos documentos oficiais, propõem intervenções que englobam as necessidades de todas as mulheres do território nacional. Este artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla e fez uso da pesquisa bibliográfica para tecer as reflexões apresentadas em dois itens, além da introdução e das considerações finais.

1 Violência de gênero: uma breve contextualização

Tratar de questões que envolvem a categoria gênero implica observar uma pluralidade de abordagens que aludem à dimensão das relações sociais, especialmente quando se concentram nas análises das relações de gênero. Nesse sentido, torna-se necessário reportar aos aspectos intrínsecos e caracterizadores dessas relações, fundamentalmente, desiguais. É no universo das desigualdades que a violência de gênero se localiza, esboçando uma estrutura de dominação, poder e subordinação arraigada à composição da sociedade.

O significado social e histórico só passa a ser atribuído à categoria gênero a partir da apropriação da mesma pelas feministas, em meados da década de 1970. Assim, tratar das elaborações socioculturais acerca do masculino e do feminino, conjuntamente, como das relações mantidas entre mulheres e homens visaria a desconstruir as sentenças apresentadas entre os gêneros, de maneira dicotômica e excludente. Gênero, para Scott (1990), refere-se a aspectos sexuais sem, contudo, se relacionar diretamente à sexualidade; adentra nos campos ideológico e cultural, expressando relações de poder, as quais atribuem

significado às diferenças entre os sexos. Revelam, em seus expoentes, que as expressões de poder estão presentes nas normatizações, nas legislações, nos valores, nos aspectos culturais, reproduzidos socialmente como fruto de um consenso, como se resultassem de relações harmônicas, sem expressar os conflitos e desigualdades inerentes ao processo. Os valores e aspectos culturais que norteiam a sociedade atual encontram-se arraigados na estrutura social, adequando meninas e meninos aos papéis de subordinação e fragilidade, força e poder, respectivamente. São essas condutas que corroboram com a desigualdade de gênero até os dias atuais, vitimizando as mulheres nos diversos espaços da sociedade e, sobretudo, na esfera doméstica.

A violência é constituída como expressão da violação da integridade física, psíquica de todo e qualquer indivíduo, como aborda Saffioti (2015). Esse fenômeno causa danos, muitas vezes irreversíveis, devido ao trauma decorrente do ato violento. As mulheres são vítimas, em maior grau, no âmbito doméstico, isto é, da prática denominada violência doméstica, que expõe uma série de noções capazes de classificá-la como um ato distinto daquele em que os homens são as principais vítimas (a violência urbana). Ou seja, noções de dominação, poder, subordinação e machismo presentes na estrutura social caracterizada como patriarcal e sexista.

Nesse tipo de violação, há uma característica singular, uma vez que são destacados aspectos de gênero, classe social e etnia. Essas três dimensões, embora exibam uma gama de particularidades e contradições em seus próprios eixos, são estruturas pelas quais as desigualdades perpassam inclusive a de poder. Não há como negar que brancos e negros, mulheres e homens são atingidos pela violência de forma peculiar. Diante disso, ainda que não haja uniformidade na abordagem da questão, compreende-se que, ao destacar apenas uma dessas categorias (gênero, classe social ou etnia), obscureceria a análise geral das estruturas sociais (SAFFIOTI, 2015). Com isso, esta análise restritiva seria escassa para desnudar a complexidade envolvida na autodefinição dos sujeitos.

A violência cometida no espaço doméstico foi historicamente velada devido a esse âmbito ter sido inviolável em nome da privacidade, isto é, da suposta autonomia frente à esfera pública. A “apolitização” conferida ao âmbito familiar regulamenta a hierarquização entre ambas as esferas, tornando a família impenetrável à ação e intervenção estatal, capaz de garantir a liberdade, proteção e integridade dos membros familiares.

Violência de gênero, inclusive em suas modalidades familiar e doméstica, não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino (SAFFIOTI, 2015, p. 85).

Alguns autores, ao se remeterem à violência, situam os termos “violência contra a mulher”, “violência doméstica” e “violência de gênero” para um mesmo patamar, utilizando-os como sinônimos. Contudo, há autores, entre eles Saffioti, que partem do pressuposto de que a categoria gênero refere-se a um conceito mais amplo do que aquele exposto pelo sistema binário (mulher e homem), pois permite englobar o universo das relações estabelecidas entre um homem e outro homem e entre uma mulher com outra mulher. Desse modo, a violência de gênero conformar-se-ia também no seio dessas distintas relações. Com esta colocação, pretende-se sinalizar que esse tipo de violência não ocorre, necessariamente, no centro das relações heterossexuais, ela pode ser observada entre mulheres e homens, entre dois homens, duas mulheres, estando elas na qualidade de agressoras ou na situação de quem sofreu a violência. Logo, fazendo alusão ao disposto por Saffioti (2015), a violência de gênero é cometida no âmbito de uma relação em que a dominação é um fator preponderante. Em suma, é a personificação do poder, exercida numa relação, pelo indivíduo dominante, o qual cumpra o “papel masculino”, seja mulher ou homem, que determinará a autoria da violência.

Sabe-se que a violência, ocorrida no âmbito doméstico, é o tipo que apresenta os índices mais expressivos no país. Porém, não é a única manifestação da violência, a qual é observada em todos os espaços da sociedade e reproduzida por meio das instituições religiosas, educacionais e, sobretudo, familiares. A Lei 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, tornou-se o maior instrumento em defesa dos direitos das mulheres e, dentre todas as prerrogativas propostas em seus artigos, possibilitou a formulação da tipificação das distintas expressões da violência de gênero, permitindo às mulheres se reconhecerem nestas, ao passo que há o incentivo para efetuarem a denúncia dos seus agressores. Dos tipos de violência mais facilmente listados pelas mulheres, encontra-se em destaque a violência física, no entanto, a violência psicológica, sexual, patrimonial, o assédio sexual e assédio moral, assim como a violência institucional, detêm visibilidade no cenário social.

Em conformidade com o encadeamento das ideias apresentadas acerca da violência de gênero, Bourdieu (2014) introduziu a percepção de que os

elementos que retratam esse tipo de violência encontram-se imbricados nos indivíduos, não somente nos homens, mas também nas mulheres, processo resultante de uma espécie de simbologia presente nas relações sociais. O autor aponta que a diferença estabelecida entre os sexos está relacionada a um sistema de oposições, o qual eterniza a ordem social, revelando-a como androcêntrica; uma ordem que se reafirma masculina sem, contudo, necessitar de justificativas para tanto, já que ela mesma se naturaliza na dinâmica social. O processo legitimador dessa tal ordem decorre da reprodução de uma estrutura social, cujos valores revelam-se na linguagem, no comportamento, sendo capazes de resgatar a dominação masculina.

Assim, para o autor, a dominação masculina é vivenciada tanto por homens (dominadores) como por mulheres (dominadas), através de uma espécie de simbologia elaborada em torno dos aspectos sexuais de cada indivíduo. Evidenciar tais aspectos não representaria o fundamento em que se assenta a desigualdade de gênero. Na realidade, Bourdieu (2014) reporta-se à existência de conteúdos de cunho moral e cultural que são elaborados acerca dos órgãos sexuais, convergindo sobre as exigências da afirmação do comportamento másculo e viril direcionados aos homens – leia-se poder – e, às mulheres a castidade e pureza – leia-se subordinação.

A partir dessas perspectivas é que são criadas e recriadas imagens afirmadoras e, sobretudo, excludentes acerca do significado do feminino e masculino. Desse modo, a anatomia sexual inserir-se-ia na discussão do poder e dominação masculina por ser fonte de criação de expectativas acerca dos sexos ou, até mesmo, de determinações delegadas aos comportamentos de mulheres e homens. Isto estaria representado no comportamento social, nas vestimentas, na maneira de caminhar e no tom de voz. Todas essas exigências, inculcadas na condição feminina e masculina, revelariam o exercício da dominação masculina, transmutando-se sob as distintas expressões da violência simbólica, em que as mulheres e homens são atingidos. Logo, ao se formular um conceito a respeito da violência de gênero, faz-se necessário compreendê-lo, fundamentalmente, como uma prática de origem social, tendo em vista que se expressa num processo resultante de valores e determinações culturais renovados sempre na mesma perspectiva.

Diante dos elementos expostos, ressalta-se, para fins de enfrentamento à violência de gênero, a necessidade da realização de um conjunto amplo de medidas de cunho interventivo, visando à sua prevenção e proteção da mulher. Essas medidas compõem as ações previstas nas políticas sociais, garantidas

no sistema de proteção social do país. Os serviços destinados a esse público necessitam ser ofertados, de forma abrangente, na perspectiva de atender as necessidades femininas na totalidade, através de ações articuladas às diferentes áreas e políticas sociais, as quais compõem o sistema de proteção social.

2 Sistema de proteção social e rede de atendimento: algumas reflexões

Ao introduzirmos a análise do sistema protetivo, ressaltamos que o sistema de proteção social, implantado nos países capitalistas após a Segunda Guerra Mundial, transforma a sua base, a partir dos anos de 1970, com a inauguração de uma política restritiva, a qual diminui a dimensão interventiva do Estado no campo social. Anteriormente ao período sinalizado, sabe-se que diferentes modelos protetivos foram executados em países da Europa e nos Estados Unidos, visando a cobrir os riscos sociais e pessoais advindos do trabalho (auxílios e pensões), como também da ausência dele (seguros-desemprego). Cada modelo exibiu particularidades e critérios em conformidade com a conjuntura socioeconômica do país e, especialmente, com os atributos adotados pelo Estado.

De forma geral, compreende-se que a proteção social consiste num conjunto de mecanismos e instrumentos que buscam promover o bem-estar da população, visando a suprir suas necessidades básicas. Esses mecanismos interventivos, ora de maior provisão estatal, ora do mercado, não dispõem de uma característica uniforme quanto à sua efetivação e financiamento, uma vez que variam de acordo com o modelo de Estado adotado; com os aspectos político-econômicos conjunturais de cada país; com o estágio específico do capitalismo; e com as distintas concepções teórico-ideológicas que os fundamentam. Diante dos aspectos mencionados, emergem diferentes formatos de proteção social que evoluem da motivação filantrópica e assistencialista, alcançando o processo de viabilização de direitos sociais. Tais modelos se desenvolvem de forma diversa, em consequência das particularidades políticas de cada nação, como tratam Laurell (1995), Pereira (2013).

No período disposto entre os anos 1940 e 1970, denominado “anos de ouro do capitalismo”, emerge o *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar, com características políticas, sociais e econômicas. Esse modelo de Estado interventor, aplicado especialmente aos países capitalistas desenvolvidos, desempenhava a função de regulador social, complementando as necessidades sociais dos

trabalhadores, as quais não eram garantidas pela atividade remunerada. Desse modo, as primeiras intervenções estiveram relacionadas ao exercício do trabalho, em respostas aos riscos vinculados às funções desempenhadas no âmbito da produção. O cenário de desemprego e pobreza crescentes tornava-se alvo de intervenções públicas, diante do cenário de insegurança derivada das relações trabalhistas. Com isso, tais intervenções assumiam à melhorias nas relações de produção e, por conseguinte, promoviam ganhos ao capital.

É evidente que a afirmação dos direitos sociais deve ser compatível à acumulação capitalista, sendo resultante da aplicação de medidas preventivas às crises econômicas inerentes ao sistema econômico vigente, como tratam Boschetti et al (2010). Assim, em diferentes estágios do capitalismo, o Estado assume a função de regulador social, intervindo no campo social e econômico, simultaneamente. Ao regular os assistidos, o próprio sistema se beneficiava com os ganhos de produtividade. Essa tendência social e econômica manteve-se, e, durante o Estado de Bem-Estar, foi ampliada, como resultado dos ganhos sociais das forças políticas em confronto na sociedade.

Vinculava-se a esse modelo estatal, o pleno emprego (de origem *keynesiana*), que se configurava como um substrato à garantia de renda mínima à população atrelada à oferta de serviços sociais de ampla cobertura. Esse recurso mínimo era tomado como medida econômica por proporcionar a criação de um padrão de consumo à população beneficiada, ainda que de baixa amplitude. O consumo dessa população possibilitava o aquecimento da economia interna, e, desse modo haveria garantias de acúmulo e expansão do capital.

Em contrapartida, a elevação da produção e a acumulação de capital só se realizaram no movimento contraditório do próprio sistema, isto é, a partir do acirramento da exploração da força de trabalho, o que gera mais pobreza. Dessa maneira, o próprio sistema capitalista criava condições para a organização política dos trabalhadores em defesa dos direitos sociais. Diante disso, a maior ou menor amplitude do *Welfare State*, ou seja, a abrangência de suas funções e a universalidade da cobertura dos riscos sociais dependem também da correlação de forças conflitantes na sociedade, expressas na relação entre Estado e sociedade civil.

No desenrolar desse raciocínio, em meados de 1970, esse modelo de Estado interventivo apresentou sinais de esgotamento, diante da nova crise econômica que assolava os países capitalistas. Para o plano econômico, o Estado de Bem-Estar não foi capaz de proporcionar o equilíbrio financeiro, através da garantia do mercado consumidor e, conseqüentemente, da obtenção de lucratividade,

já que a pobreza, o desemprego e a crescente vulnerabilidade social mantinham-se permanentemente. Logo, medidas econômicas estruturais deveriam ser tomadas na contramão desse formato amplo do Estado. As mudanças adotadas pelas economias mundiais partiram da desregulamentação das funções estatais e da flexibilização do trabalho, reestruturando a produtividade, bem como as relações de produção. Ao fragilizar as relações trabalhistas, mediante a precarização das mesmas, por meio da manutenção de contratos flexíveis, enfraqueceria as organizações políticas da sociedade civil. Esse conjunto de medidas econômicas adotadas pelos países capitalistas, embora sejam aplicadas como solução para a crise econômica, de acordo com Laurell (1995), são, na realidade, implicações da política neoliberal.

A política de ajuste fiscal e transformações estruturais no trabalho promove o estreitamento da relação mantida entre o Estado e o mercado, em que o primeiro cria condições para a expansão do segundo, gerando implicações negativas para os ganhos sociais. O neoliberalismo vincula o acesso aos bens e serviços sociais à garantia de uma provisão mínima aos indivíduos, por meio da comprovação da situação de pobreza. Tal provisão destitui o significado de direito social, garantido pelo Estado, isto porque os serviços passam a ser mercantilizados. A proteção social, desenvolvida no formato neoliberal, gera, ainda, a polarização da sociedade e o empobrecimento da maioria da população que acessa os serviços de menor qualidade, diante da redução do financiamento das políticas sociais e cortes de gastos públicos. A mercantilização dos serviços sociais ocorre no desenvolvimento de um processo conjunto com as privatizações de setores públicos, transferências das responsabilidades estatais à iniciativa privada, que, dentre outros aspectos, fazem parte da estratégia ideológica desse modelo. A redução do financiamento dos serviços sociais ocasiona a precarização dos mesmos, dificultando o atendimento quanto à quantidade e qualidade desses. Segundo Laurell (1995, p. 168),

[...] esse fato incita a descrença nos serviços públicos uma vez que tal desfinanciamento causa sequelas de deterioração e de crescente desprestígio das instituições públicas, as mesmas que ajudaram a criar a demanda ao setor privado e a tornar o processo de privatização socialmente aceitável.

Logo, o sistema de proteção social, nos moldes do neoliberalismo, fundamenta-se na restrição de direitos sociais, ao passo que concentra as ações em

programas de transferência de renda, cujo impacto pretendido versa quanto à garantia de mínimos sociais, aos segmentos em extrema pobreza, com a função complementar à renda, num contexto de crescente desemprego.

No bojo dessa análise, observa-se a existência de tipos ou modelos distintos de proteção social, como trata Draibe (1993) e Pereira (2013), os quais esboçam algumas dessas características já sinalizadas. O modelo denominado “residual” busca afiançar o padrão mínimo de vida à população qualificada como incapaz ao trabalho. Dentre essa população, encontram-se aqueles incapacitados por motivo de doença, como também os que possuem potencial para exercer uma atividade remunerada, porém não são capazes de se inserir no mercado de trabalho, devido às diversas questões pautadas na flexibilização do trabalho, na exigência de qualificação e requalificação dos trabalhadores. O modelo em que mais caracteriza o sistema protetivo brasileiro denomina-se “meritocrático – particularista”, o qual dispõe de uma gama de critérios baseados na seletividade e focalização das ações no combate à pobreza. Nesse sentido, a política social, ao exercer a proteção social, tem apenas a função de corrigir as disfunções provocadas pelo mercado, conforme aborda Draibe (1993). Com o escopo de complementar a renda, essa perspectiva parte da premissa de que todos os indivíduos devem, com base na própria capacidade, superar as contingências sociais, identificando, assim, o teor de mérito aos beneficiários. As condicionalidades impostas ao acesso aos serviços e benefícios sociais, retiram da provisão desses a afirmação de direito social, aproximando-os da concepção de favorecimento.

Afinal a meritocracia apoia-se na premissa de que as vitórias ou fracassos são responsabilidades exclusivamente individuais e de que o mérito é um eficaz mecanismo seletor entre os “melhores” e o resto. Em assim sendo, ela fica imune à crítica social e passa a ser uma unanimidade automática e pouco consciente de suas contradições (PEREIRA, 2013, p. 59).

O modelo protetivo adotado nesse cenário caracterizou-se pela implantação de políticas focalistas, de caráter paliativo e contraditório. É paliativa e focalista por não promover transformações reais na vida dos beneficiários, atenuando o estado de pobreza da população de baixo poder aquisitivo. Por outro lado, efetiva-se num movimento contraditório por beneficiar, ao mesmo tempo, mas em medidas desiguais, os trabalhadores e a economia. Isto é, os programas

de transferência de renda mínima à população pobre geram ganhos econômicos derivados do consumo dessa população, como fora abordado anteriormente. No mais, o endividamento advindo das compras a crédito, financiamento a juros elevados e empréstimos às diversas instituições financeiras aquecem a economia e avolumam os dividendos das instituições bancárias. Este, portanto, qualifica o sistema de proteção social capitalista.

É nesse cenário desigual e contraditório que as políticas sociais são operacionalizadas e organizadas em redes de atendimento. Assim, a intervenção é potencializada na esfera de cada política e no conjunto delas, atribuindo novos significados à atuação dos diferentes atores sociais envolvidos.

A proteção social em diferentes níveis de complexidade é concretizada na dinâmica da articulação das distintas redes, num movimento de cooperação das ações e envolvimento dos sujeitos que as realizam. Nesse cenário, a representatividade da sociedade civil faz-se necessária, no intuito de apresentar as reais necessidades da população, mantendo um diálogo e parceria com o poder público. No âmbito desse debate, Gonçalves e Guará (2010) salientam ainda que a participação da sociedade civil juntamente com o poder público, além de fortalecer os indivíduos, permite o controle, a fiscalização e o monitoramento dos recursos e das ações desenvolvidas, consolidando a proteção social integral.

As redes de atendimento representam estruturas organizacionais do trabalho que se qualificam pelo modo de operacionalizar as ações. Essas estruturas caracterizam-se pela descentralização e distribuição horizontal do poder, em oposição à organização hierárquica da maioria das instituições administrativas e empresas no âmbito público e privado. Em decorrência disso, há um incentivo à participação autônoma dos entes envolvidos no processo da execução das ações e, principalmente, na formulação dessas. Para tanto, são previstos encontros e reuniões regulares, com a finalidade de elaborar propostas para o alcance das metas traçadas coletivamente, as quais se consolidariam num terreno dinâmico e democrático, com a participação de todos os envolvidos. As decisões tomadas por agentes empoderados desenvolvem a autonomia e o protagonismo, além de produzirem mudanças nos rumos de uma política pública, ao proporem iniciativas garantidoras do acesso aos direitos sociais.

Amaral (2007) acrescenta, ainda, que o funcionamento das redes pressupõe o intercâmbio de necessidades, interesses, habilidade de negociação e integração das ações, resultantes da participação efetiva dos integrantes, elemento caracterizador da descentralização das gestões desse modelo organizacional.

Nesse sentido, a operacionalização da rede terá como pressuposto articular as ações, projetos, programas, serviços, estabelecendo parcerias para formulação de intervenções conjuntas, elaboradas coletivamente.

Ao nos remetermos à Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, compreendemos que a mesma é composta por quatro políticas sociais distintas: Assistência Social, Justiça, Saúde e Segurança Pública. Essa Rede, prevista em um dos eixos estruturantes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, propõe-se a atuar intersetorialmente, desenvolvendo ações preventivas, de proteção, punição e responsabilização dos autores da violência, por meio dos diferentes equipamentos sociais inseridos nas políticas sociais sinalizadas. Desse modo, prestar o atendimento e proteção social na integralidade das necessidades das mulheres em situação de violência exige a elaboração de diferentes estratégias de atuação capazes de se efetivarem na conjuntura atual, as quais ocorram nas diferentes políticas sociais.

O empoderamento e a autonomia feminina devem ser assegurados e incentivados na concretização do atendimento/acompanhamento, na relação entre profissional e a mulher. É preciso, ainda, reconhecer a necessidade de integrar a Rede e de perceber que as diferentes contribuições e iniciativas agregam mais valor, ampliando o alcance das medidas tomadas no quesito enfrentamento da violência. O próprio estabelecimento da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência já exhibe, por si só, um desafio às equipes técnicas, aos gestores, como também à Administração Pública. Isto porque, trata-se da articulação entre as instituições e serviços de quatro políticas diversas, ou seja, é o exercício da intersetorialidade colocada no centro do debate. A partir do momento em que se observar que a Segurança Pública, a Justiça, a Saúde e a Assistência Social lidam com as mesmas usuárias, é possível pensar a possibilidade de um planejamento conjunto integrando as políticas.

Considerações finais

É fundamental destacar, na análise da violência de gênero, os aspectos políticos, ideológicos e econômicos relacionados entre si, compreendendo o fenômeno no contexto de uma relação de poder.

A consolidação de uma Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência exige a oferta da proteção social na integralidade. Proteção social que se manifesta de forma diferenciada a partir de diferentes contextos históricos, que exige a intersetorialidade entre os serviços e programas de políticas

sociais distintas. São diversas as barreiras que se sobrepõem a essa questão devido, principalmente, à tendência do funcionamento das redes específicas, setoriais. No entanto, espera-se que nesse processo de construção a Rede de Atendimento à Mulher alcance a sua consolidação através de ações interligadas das políticas que a constituem.

Referências bibliográficas

AMARAL, V. **Rede**: uma abordagem operativa. (2007). Disponível em: <<http://www.rits.org.br/redesteste/rdtmesmar2007.cfm>>. Acesso em: 03 mai. 2015.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; SANTOS, Silvana Mara; MIOTTO, Regina (orgs). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Rede de Atendimento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2011.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2011.

_____. Presidência da República. **Lei 11.340**, 07 de agosto de 2006.

DRAIBE, Sônia Miriam. Welfare State no Brasil: características e perspectivas. **Caderno de Pesquisa** n. 08. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP. São Paulo: UNICAMP, 1993.

GONÇALVES, Antônio Sérgio. GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. Redes de Proteção Social na comunidade. In: GUARÁ, Isa Maria F. Rosa (coord.). **Redes de Proteção Social**. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. -- (Coleção Abrigos em Movimento). p. 11 – 29.

LAURELL, Asa Cristina (org). Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: _____ **Estado e políticas sociais no liberalismo**. (org.) São Paulo: Cortez, 1995. p. 151 – 178.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no Capitalismo:** contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília/UnB. Brasília: UnB, 2013.

SAFFIOT, Heleith I. B. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. (Coleção Brasil Urgente).

SCOTT, W. Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul/dez. 1990.

GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO CONTEXTO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE DE MACEIÓ/ AL: TECENDO SENTIDOS E QUESTÕES

Telma Low Silva Junqueira
telmalow@gmail.com

Débora Lima de Mendonça

Kellyane Pereira Santos

Rafael Lima Fernandes
Universidade Federal De Alagoas

Resumo

Este artigo visa tecer sentidos e questões acerca de uma pesquisa sobre violência contra as mulheres (VCM) no contexto da atenção básica em saúde do município de Maceió/AL. Situa-se no marco de um Projeto de Iniciação Científica, vinculado ao Instituto de Psicologia (IP) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e está sendo protagonizada por estudantes dos cursos de graduação de psicologia e enfermagem. A pesquisa é de 02 anos, sendo que no Ano I, ainda em processo de finalização, está centrado na revisão de literatura e pesquisa documental, enquanto que o Ano II, em uma pesquisa de campo junto a representantes dos 03 segmentos do Sistema Único de Saúde (SUS): mulheres e homens usuárias/os, profissionais da saúde e gestoras/es. O referencial teórico-metodológico está pautado na interface entre a perspectiva feminista de gênero e as Práticas Discursivas e Produções de Sentidos, que possibilitam pensar e relacionar a ciência como uma construção e prática social, que não é, naturalmente, neutra, objetiva e universal. Os resultados iniciais nos convidam a re-pensar se as políticas públicas de saúde estão contribuindo com a reprodução de um sujeito universal mulher, que tende a ser construído desde um modelo biomédico, reducionista, que foca na dimensão biológica/reprodutiva, desconsiderando a diversidade e complexidade de mulheres existentes. Chama a atenção para o fato da VCM ainda não se situar

como prioridade da/na saúde, mesmo quando organismos internacionais a legitimam como uma questão de saúde pública.

Palavras-chave: Gênero, Violência contra as mulheres, Atenção Básica em saúde.

Introdução

A violência contra as mulheres (VCM) vem sendo investigada, discutida, prevenida, enfrentada e combatida nas várias partes do mundo, sendo considerada uma das expressões mais cruéis das desigualdades de poder que se estruturam no marco de uma sociedade patriarcal, capitalista, heteronormativa e classista (LOW, 2013). De modo a (re)produzir modelos de relação – entre homens e mulheres, entre mulheres e mulheres e entre homens e homens – que parecem se sustentar na lógica binária, hierárquica e antagônica que legitima a dominação masculina x a opressão das mulheres e do feminino (SCOTT, 1990; BOURDIEU, 2000).

A perspectiva feminista de gênero tem nos ajudado a entender, portanto, que estamos re-construindo um sistema de exploração-dominação, que autoriza a opressão da classe trabalhadora e das mulheres e que constrói um modelo de macho-homem-viril, que legitima uma série de privilégios para os homens (SAFFIOTI, 2003). Porém, é esse mesmo sistema que provoca também sofrimento e vulnerabilidade nos homens. Posto que, socialmente, tende a distanciar o homem/masculino da dimensão do (auto)cuidado, dos afetos, do exercício da paternidade e da construção de vínculos igualitários, enfim de todos os atributos e funções sociais que têm sido re-significadas socialmente como “próprias” da mulher e do feminino (MEDRADO; LYRA, 2008).

Diante desse contexto, chamamos a atenção para o fato de que esse sistema de exploração-dominação, que se re-atualiza no nosso cotidiano, afeta, ainda que de modo silencioso, a vida de todas as pessoas, provocando consequências na nossa saúde, na forma como nos vinculamos e como ocupamos e nos posicionamos nos espaços públicos e domésticos etc.

Esse artigo vem, portanto, apresentar algumas problematizações referente a uma pesquisa que estamos desenvolvendo e que tem como objetivo investigar como a VCM vem sendo considerada no contexto da atenção básica em saúde do município de Maceió/AL. Situa-se no marco de um Projeto de Iniciação Científica, vinculado ao Instituto de Psicologia (IP) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e está sendo protagonizada por estudantes dos cursos de graduação de psicologia e de enfermagem.

Alagoas e Maceió vêm ocupando um lugar de destaque em relação à questão da violência contra as mulheres (VCM) no Brasil. De acordo com o último Mapa da Violência 2015 – Homicídios de Mulheres no Brasil – (WAISELFISZ, 2015), Alagoas se apresenta como o 4º estado que mais mata mulheres, Maceió

a 2ª capital e 08 municípios alagoanos aparecem também na lista dos 100 municípios brasileiros, com mais de 10 mil habitantes/mulheres, considerados os mais violentos para as mulheres do país viverem.

Diante desses dados, era de se esperar que medidas de prevenção, enfrentamento e combate à VCM fossem amplamente discutidas e desenvolvidas em todas as esferas da sociedade alagoana. Porém, isso não é real nem em Alagoas e nem em outras partes do Brasil – que é considerado o 5º país mais perigoso do mundo para as mulheres, de um total de 83 (WAISELFISZ, 2015).

Re-pensar o modo como as questões de gênero e de prevenção e enfrentamento à VCM vêm sendo conduzidas em Maceió/AL e no Brasil como um todo, especialmente no momento atual de tantos retrocessos nos direitos das mulheres, parece ser de uma necessidade e relevância real e urgente. Porém, na prática, o tema ainda parece permanecer a margem das prioridades do Estado e das políticas públicas intersetoriais que construímos. Podemos entender melhor essa questão quando vemos que em 2013, por exemplo, a cada dia, 13 mulheres foram assassinadas no nosso país, 66,7% de todas as mulheres assassinadas eram negras e somente 7,4% dos homens autores de violência foram condenados ou estavam a espera de julgamento (WAISELFISZ, 2015).

Interessa-nos, pois, nesse artigo e na pesquisa que estamos realizando, problematizar essa questão da interface entre gênero, VCM e saúde. Posto que entendemos, com base em Shreiber (2001), Pedrosa e Spink (2011), que a saúde ainda não inseriu o tema da VCM como uma questão relevante que demanda qualificação, compromisso e humanização no processo de acolhimento e assistência todas as mulheres, especialmente aquelas em situação de violência.

Temos nos sentido, portanto, desafiadas, principalmente quando identificamos e visualizamos que muitas práticas de saúde desenvolvidas nos diversos equipamentos/serviços ainda parecem pautadas no modelo biomédico. Isto é, em um modelo reducionista, curativo e individualizante, que parece pensar saúde como o oposto de doença – perspectiva binária –, dando pouco lugar para as dimensões sociais, políticas, laborais, econômicas e subjetivas dos sujeitos e coletividades, e que estão diretamente relacionadas com a saúde desde uma perspectiva ampliada. Ademais, estamos falando de um modelo que vem instituindo, ao longo da história, o saber/poder da medicina, a partir de uma hierarquização entre essa e as demais áreas/ciências/profissões da saúde (CAMPOS et. al, 2009; SPINK, 2010). Podemos dizer que estamos diante de um modelo que parece ainda não entender/promover saúde como um direito de cidadania e dever do Estado, conforme garante a Constituição Federal do Brasil de 1988. .

Perguntamo-nos como pensar e pautar a questão de gênero e de VCM junto a profissionais, pessoas usuárias e gestoras/es das UBS diante de uma lógica mecanicista e reducionista de pensar a saúde? Como promover a construção de uma prática profissional reflexiva e ético-politicamente mais comprometida com a garantia dos direitos humanos das mulheres, com destaque ao direito a viver uma vida sem violências? Como fazer para que as práticas profissionais não perpetuem e compactuem com o machismo e as desigualdades de poder (violência institucional) no âmbito dos serviços de saúde? Como não investigar se os sintomas diversos, as doenças existentes e as queixas “vagas” não estão relacionadas e intensificadas por uma possível situação de violência?

Enfim, essas e outras questões nos motivam a problematizar se a atenção básica, considerada a porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), vem atuando na prevenção e enfrentamento da VCM no contexto de Maceió. Pois, a própria Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM, 2004), em um dos objetivos propostos, destaca a importância da saúde

Promover a atenção às mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual: – organizar redes integradas de atenção às mulheres em situação de violência sexual e doméstica; – articular a atenção à mulher em situação de violência com ações de prevenção de DST/aids; – promover ações preventivas em relação à violência doméstica e sexual (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004, p. 70).

É nessa perspectiva que Pedrosa e Spink (2011, p. 126) destacam que

A abordagem oferecida à mulher no serviço de saúde, principalmente na atenção básica, possibilitará desdobramentos importantes na construção das estratégias de enfrentamento à situação de violência vivida.

Metodologia

O desenvolvimento de nossa pesquisa vem sendo fundamentado pela perspectiva feminista de gênero e pelo referencial das Práticas Discursivas e Produções de Sentidos, que nos têm possibilitado pensar e relacionar a ciência como uma construção social, que não é, naturalmente, neutra, objetiva e universal (SPINK, 2010).

Assim, temos priorizado lançar um olhar crítico, situado e complexo, acerca da interface entre gênero e VCM no contexto da atenção básica em saúde. No ano I da pesquisa (08/2015-08/2016), buscamos entender os sentidos produzidos acerca de gênero e VCM nas produções científicas e documentos de domínio público (nacional e local) que tratam da prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres no contexto da saúde.

Já no Ano II (08/2016-08/2017), pretendemos dialogar com representantes dos 03 segmentos do Sistema Único de Saúde – mulheres e homens usuárias/os, profissionais de saúde e gestoras e gestores de uma UBS – visando investigar como esses sujeitos vêm pensando e entendendo gênero e VCM nos cotidianos dos serviços de saúde, com destaque para as ações, práticas e atividades construídas nos territórios e vinculadas às UBS.

As atividades do ano I estão sendo protagonizadas por 10 pessoas pesquisadoras, sendo 01 orientadora/professora e 09 discentes – 07 alunas do curso de psicologia, 01 aluno também de psicologia e 01 aluno do curso de enfermagem. Todas e todos são estudantes da UFAL, que se dividem entre os 04 Planos de Trabalho.

No marco dos Planos de Trabalho I e II foi realizada uma revisão de literatura nas bases de dados do Scielo, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Portal Capes. Utilizamos os descritores “violência contra as mulheres e saúde” e “violência de gênero e saúde” (Plano de Trabalho I) e “gênero e saúde”, “feminismo e saúde”, “mulheres e saúde”, (Plano de Trabalho II), a fim de levantar as produções científicas disponibilizadas entre os anos de 2006 (ano de publicação da Lei No 11.340 de 07 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha) e 2014, ano anterior ao início da pesquisa. Desconsideramos aqueles que não estavam escritos em português, os que abordavam o contexto de outros países, os que se repetiam, os que não estavam disponíveis integralmente, os que não eram disponibilizados gratuitamente e os que se distanciavam do objeto de estudo desta pesquisa.

Os outros 02 planos de trabalho (III e IV), focaram na pesquisa e análise documental. O Plano de Trabalho III se debruçou sobre os principais Programas Nacionais de prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres no contexto da saúde. Enquanto que o Plano de Trabalho IV se voltou a analisar os Programas, projetos e ações de prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres no contexto da Atenção Básica em Saúde, no município de Maceió/AL.

Todas as informações produzidas foram sistematizadas em um mapa inicial que continha categorias organizadoras, como por exemplo: título, autoria, tipo

de produção, local da produção, data etc. Na etapa seguinte foram selecionadas as produções científicas e documentos que estavam de acordo com os novos critérios construídos. No primeiro caso, filtramos as produções científicas que tratavam de pesquisas realizadas no nordeste e no segundo, elencamos aqueles documentos que, de fato, abordavam a questão da VCM voltada ao contexto da saúde.

No momento atual, estamos trabalhando na construção dos mapas dialógicos, “[...] recurso que nos permite dar visibilidade aos passos dados na construção da pesquisa e à dialogia, presente nos discursos analisados” (NASCIMENTO; TAVANI; PEREIRA, 2014, p. 248). Os mapas dialógicos são construídos a partir da transcrição sequencial de cada um dos textos/documentos selecionados, de modo que elegemos categorias que sintetizem os discursos produzidos por/em esse material para, em seguida, construirmos um 3º mapa onde agruparemos todas as categorias em temas centrais a fim de identificarmos e analisarmos os repertórios linguísticos que essas produções utilizam para falar sobre gênero e VCM no contexto da saúde.

Repertórios linguísticos

são os termos, os conceitos, os lugares comuns e figuras de linguagem que demarcam o rol de possibilidades de construções de sentidos. Esses repertórios circulam na sociedade de formas variadas. Aprendemos repertórios no próprio processo de aprendizagem da linguagem, por meio de livros que lemos, dos filmes que assistimos e daí por diante (SPINK, 2010, p. 32).

A análise dos repertórios linguísticos produzida no Ano I da pesquisa subsidiará as atividades que desenvolveremos no Ano II. Assim, o processo de aproximação e inserção no contexto das UBS, as entrevistas e conversas com os sujeitos, principalmente com os 16 sujeitos representantes dos 03 segmentos do SUS que buscaremos entrevistar, as visitas e articulações com a Secretaria Municipal de Saúde de Maceió (SMS), a participação em eventos relacionados ao tema etc., nos permitirão analisar se esses repertórios se re-produzem, como e quando se re-atualizam, que novos-outros-mesmos sentidos produzem, a partir da interlocução que construímos junto com os sujeitos que participarem da pesquisa.

Vale salientar, que nosso interesse está voltado para a construção de um conhecimento situado e que se estabelece a partir de princípios éticos que vão

além da leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), preocupando-se também com as relações de poder que permeiam o processo de construção do conhecimento, que questionam a noção de verdade absoluta e que fazem uma crítica à própria ciência (SPINK, 2010).

Resultados e discussão

A pesquisa já nos apresenta alguns resultados preliminares e nos aponta desafios que consideramos significativos. Por um lado, destacamos que das 334 produções científicas levantadas após aplicarmos os critérios de exclusão apresentados aqui, no item metodologia, 187 estavam relacionadas aos descritores do Plano de Trabalho I e 147 aos do Plano de Trabalho II. De modo que definimos que delimitaríamos nossa análise para aquelas produções vinculadas à região nordeste.

Para nossa surpresa, esse número reduziu bastante chegando a um total de 46 produções, sendo que apenas 01 está relacionada ao cenário de Alagoas. Podemos pensar de antemão que, talvez, a questão de gênero, VCM e saúde ainda precise ser mais pesquisada no contexto local e/ou que aquelas que vêm sendo produzidas parecem não estar disponibilizadas nas bases de dados consultadas e muito utilizadas no âmbito acadêmico-científico. Por que isso ocorre? Será que em Alagoas há pesquisas e informações significativas sobre a questão da VCM? Se há, será que elas estão vinculadas ao âmbito acadêmico-científico?

Essas perguntas nos convidam a articular alguns dos resultados produzidos no marco dos Planos de Trabalho I e II com os do Plano de Trabalho IV, por exemplo. Visto que não identificamos nenhum Programa, projeto e ação de prevenção e enfrentamento da VCM no contexto da Atenção Básica em Saúde, no município de Maceió/AL. Na verdade, somente encontramos 02 documentos de domínio público, porém nenhum deles produzido no contexto da saúde. Foram eles: a) Relatório sobre a violência contra as mulheres em Alagoas (2012); b) Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI (2013). Após esgotarmos a busca dos documentos de domínio público de modo virtual, decidimos ir ao encontro das/dos profissionais e gestoras/es vinculadas/os à SMS, principalmente da Atenção Básica, a fim de indagar sobre a existência e disponibilidade desses documentos.

Esse percurso nos possibilitou encontros e diálogos com diferentes sujeitos, desde representantes do Conselho Municipal da Saúde, da coordenação de atenção básica da SMS, do setor de Doenças e Agravos Não Transmissíveis da

SMS (DANT), do Centro de Referência e atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica Dra. Teresinha Ramires de Maceió, entre outros. De modo que localizamos um terceiro documento – o Plano Municipal de enfrentamento à violência contra a mulher (2011) –, construído por diversas Secretarias e que também não tem o foco na saúde, ainda que traga atividades/atribuições diretamente vinculadas à SMS.

Diante desse panorama, tivemos que mudar o foco do Plano de Trabalho IV e centrar nossa análise naqueles documentos que conseguimos identificar, considerando, entretanto, que nenhum deles é específico do contexto da saúde. O que também nos convida a perguntar como a saúde de Maceió vem pensando a questão da VCM? Que políticas públicas, programas, projetos, ações no contexto da saúde, e mais especificamente da atenção básica, vêm sendo construídas com foco na VCM? As mulheres em situação de violência não são atendidas nas/pelas UBS de Maceió? Não fazem uso do serviço que é considerado a porta de entrada do SUS? A atenção básica não compõe a rede de enfrentamento à VCM no município?

Enfim, os resultados preliminares nos fazem perguntar a serviço de que e de quem as políticas públicas de saúde de Maceió estão “servindo”, especialmente, quando sabemos que a cidade é a 2ª capital que mais mata mulheres no país. Possivelmente, essas mulheres assassinadas e tantas outras que estão em situação de violência, foram e estão sendo atendidas nas UBS, em algum momento de suas vidas. E que compromisso o município tem com essas mulheres e com todas as demais?

As questões mais relacionadas ao contexto local, nos motivam a pensar como são pautadas nos documentos nacionais. De maneira que vamos relacionando as ações e resultados dos 04 Planos de Trabalhos, sendo esse também um dos desafios da pesquisa.

Assim, ao se concentrar no levantamento e análise dos Programas Nacionais de prevenção e enfrentamento da VCM no contexto da saúde, objeto do Plano de Trabalho III, a pesquisa de domínio público nos possibilitou identificar, inicialmente, um total de 16 documentos, sendo 15 do Ministério da Saúde (MS) e 01 da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SPM). Porém, após uma leitura e análise inicial desse material, identificamos que nem todos abordavam gênero como categoria analítica – “[...] uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86) – e nem tratavam a VCM como questão central. Salientamos aqui que nossa análise está sendo norteadada também pelo conceito de gênero discutido por Scott.

Ao realizar uma segunda seleção dos documentos, definimos 08 para serem analisados de acordo com a metodologia proposta (mapas dialógicos e análise dos repertórios linguísticos), são eles:

Quadro 1: Documentos selecionados para análise – Plano de Trabalho III

Título do Documento	Órgão Responsável
Atenção integral para mulheres em situação de violência doméstica e sexual: matriz pedagógica para formação de redes	Ministério da Saúde
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher	Ministério da Saúde
Instrutivo – Notificação de violência doméstica, sexual e outras violências	Ministério da Saúde
Política Nacional de Atenção Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	Ministério da Saúde
Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes	Ministério da Saúde
Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço	Ministério da Saúde
Protocolo da atenção básica: saúde das mulheres	Ministério da Saúde
Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres	SPM

Fonte: produção própria.

De antemão, podemos ressaltar que estamos identificando que embora existam vários documentos, programas e projetos dentro do campo da saúde das mulheres, as ações voltadas para esse público muitas vezes parecem re-produzir um modelo de mulher universal, descontextualizado e pautado, principalmente, no modelo biomédico, que foca mais a dimensão orgânica e reprodutiva das mulheres. Problematicamos se os discursos apresentados nesses documentos não trazem consequências no cotidiano dos serviços de saúde e na prática das/os profissionais, quando parecem não reconhecer a VCM como um problema de saúde que interfere diretamente no processo saúde-doença delas, de seus filhos e filhas e de outras pessoas que lhes são mais próximas? Além disso, se nossas práticas estão construindo um sujeito universal “mulher”, que é generalizado com base na heterossexualidade e maternidade como norma, estamos deixando à margem uma diversidade de mulheres, que não se identificam, se posicionam e correspondem a esse padrão. O que será que acontece com “essas outras mulheres” quando buscam os serviços de saúde? São acolhidas nas suas formas de ser-estar no mundo? Têm suas identidades re-conhecidas? Suas singularidades?

Conclusão

Enfim, chegamos ao tópico final desse artigo destacando que podemos falar mais de in-conclusões e menos de verdades, resultados finais e algo do tipo.

Como estamos apresentando uma pesquisa em andamento, que está no final do seu Ano I, nossa perspectiva parece ser mais a de dialogar acerca de nossas impressões, inquietações, limitações, controvérsias, persistência e ousadia ao tentar levar a cabo esse projeto. Posto que estamos em um Estado e cidade que, de fato, ainda precisa avançar e investir muito no que se refere às políticas públicas, não somente de saúde. Pois, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, Alagoas tem o Índice de Desenvolvimento Humanos mais baixo do país (IDH) e o IDH de Maceió se situa na posição de 1.266, de um total de 5.565 municípios brasileiro. Esses dados estão relacionados ao Censo 2010.

Nessa perspectiva, consideramos que esse investimento nas políticas públicas não pode deixar de fora a transversalidade das questões de gênero, diversidade, sexualidade e de prevenção e enfrentamento da VCM. De maneira que, diante do contexto atual, permeado por um possível retrocesso na democracia, por expressões escancaradas de machismo, LGBTfobia, fundamentalismo etc. vindos dos principais líderes políticos do país e de muitas pessoas que compõem a elite brasileira, nos preocupa os rumos que as políticas públicas, especialmente as de saúde, tomarão.

Nossa pretensão é que essa pesquisa possa, de algum modo, contribuir para manter atualizada a pauta dos direitos das mulheres a viver uma vida sem violência, sendo esse um compromisso central também nas políticas públicas de saúde. Ademais de fomentar a inserção dessa pauta nos cursos de saúde, visando ampliar o debate e incidir na construção de uma formação interdisciplinar em saúde, que valorize e considere a transversalidade da perspectiva feminista de gênero e a pluralidade e complexidade dos sujeitos a partir da interseccionalidade dos marcadores de sexo/gênero, raça/cor/etnia, classe, geração, orientação sexual, identidade de gênero etc.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *La dominación masculina*. Barcelona: Anagrama, 2000.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes. *Série C, Projetos, Programas e Relatórios*, Brasília/DF: 2004.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; MINAYO, Maria Cecília de Souza; AKERMAN, Marco; DRUMOND JÚNIOR Marcos; CARVALHO Yara Maria de. (Orgs.). *Tratado de Saúde Coletiva*. Editora Huicitec, 2009/2013.

LOW, Telma Silva Junqueira. *Hacia la superación de las desigualdades de género entre las y los adolescentes: proceso de toma de conciencia*. 2013. 325 f. Tese (Doutorado em Estudos de Gênero) – Universidade de Valencia, Espanha, 2013.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Estudos Feministas*, Florianópolis, V. 16, n. 3, p. 809-840, set.-dez., 2008.

PEDROSA, Cláudia Mara; SPINK, Mary Jane Paris. A violência contra mulher no cotidiano dos serviços de saúde: desafios para a formação médica. *Saúde Sociedade*, São Paulo, v.20, n.1, p.124-135, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência estrutural e de gênero: mulher gosta de apanhar? In: *Programa de Prevenção, Assistência e Combate à violência contra a mulher* – Plano Nacional. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, p. 27-37, 2003.

SCHRAIBER, Lilia. Violência contra as mulheres e políticas de saúde no Brasil: o que podem fazer os serviços de saúde? *Revista USP*. São Paulo, n. 51, p. 104-113, set./nov. 2001.

SCOTT, Joan. El género: Una categoría útil para el análisis histórico. In: LAMAS, Marta (Comp.). *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. México: Programa Universitario de Estudios de Género, 2003. p. 265-302.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. Produção de sentido no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary Jane (Org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. Edição virtual. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013, p. 22-41. Disponível em: <<http://www.bvce.org/DownloadArquivo>>.

asp?Arquivo=SPINK_Praticas_discursivas_e_producao_FINAL_CAPA_NOVAc.pdf>
Acesso em: 03 abr. 2016.

SPINK, Mary Jane. *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/w9q43/pdf/spink-9788579820465.pdf>> Acesso em 03 abr. 2016.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015*. Homicídios de Mulheres no Brasil. Brasília: OPAS/OMS, SPM, FLACSO, 2015.

O PAPEL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM ARACAJU/SE

Vanessa Barreto Vasconcelos Garcez Santana
vanessabvg.santana@icloud.com;

Grasielle Borges Vieira de Carvalho
*Universidade Tiradentes
grasiellevieirac@gmail.com)*

Resumo: O artigo aborda o trabalho desenvolvido na rede de proteção socio-assistencial para as mulheres vítimas de violência doméstica no município de Aracaju, no período de 2013 a 2015, diante dos serviços que são ofertados pela Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social (SEMFAS). Apresenta uma análise da evolução histórica das políticas de proteção social para as mulheres no Brasil, com ênfase nos planos e programas vinculados a Política Nacional de Enfrentamento à Violência que buscam também reduzir a incidência de violência doméstica contra as mulheres. Neste sentido, verifica se o serviço de proteção oferecido nos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) e na Casa-Abrigo Professora Núbia Marques é suficiente para alcançar os fins propostos pela legislação pertinente. Aponta ainda um panorama da incidência de violência doméstica contra as mulheres em Aracaju a partir dos atendimentos e acolhimentos das vítimas deste crime nos CREAS e na Casa-Abrigo.

Palavras-chave: Violência Doméstica, assistência social, políticas públicas, proteção social.

Introdução

O Brasil encontra-se num ranking extremamente negativo, ocupa a quinta posição entre os países em que mais se matam mulheres, num panorama de 83 países ordenados segundo a taxa de homicídios desse grupo social, apresentando um percentual de 4,8 homicídios de mulheres para cada 100 mil habitantes (WASELFISZ, 2015).

Tal estatística também é significativa nos indicadores da violência doméstica praticada contra as mulheres nos últimos anos, período em que há um maior controle e publicidade de tal crime. Pois, a partir do momento em que ocorre a judicialização deste problema social, tornou-se possível definir um panorama dos atendimentos das vítimas deste tipo de violência.

A violência doméstica contra a mulher possui um caráter multidimensional e conseqüentemente está ligada a múltiplos fatores para sua ocorrência, dentre eles, destacam-se: a visão patriarcal da família, ainda bastante presente na construção social das famílias brasileiras; o fato do agressor, por vezes, achar que detém um poder autêntico sobre a mulher; e as desigualdades sociais construídas e fortalecidas nas diversidades de gênero (GUERRA, 2014).

E diante de um cenário tão violento, o Estado não pode ser omissivo, devendo proteger e promover os direitos e as garantias individuais fundamentais das mulheres. Para tanto, os diferentes planos, metas e ações previstas no pacto nacional de enfrentamento a este tipo de violência devem ser efetivadas conjuntamente por todos os entes federativos.

O escopo principal do artigo é observar se rede de atendimento socioassistencial concretiza as diretrizes e orientações previstas nas Políticas Públicas de Enfrentamento à violência contra a mulher. Apresentando os serviços ofertados no âmbito da Assistência Social do município de Aracaju para as mulheres vítimas de violência doméstica.

Metodologia

A problemática da violência doméstica contra a mulher tem sido colocada em pauta no debate jurídico por diversas vezes, assim, muitos doutrinadores passaram a tecer entendimentos diversos acerca do tema vindo a viabilizar a realização da pesquisa.

Inicialmente, a construção teórica do presente trabalho se deu a partir de uma revisão bibliográfica dos doutrinadores que exploram o tema. O artigo teve

por base a análise das políticas públicas voltadas para este grupo social vulnerável, com o intuito de verificar se a Política de Enfrentamento à Violência contra as mulheres se relaciona com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), no que refere-se a rede assistencial municipal para a mulher em situação de risco social.

Para tanto, mapeamos a rede de atendimento socioassistencial à mulher em situação de violência doméstica, categorizados em média e alta complexidade, especificamente. Ou seja, o trabalho desenvolvido pelos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) e pela Casa-Abrigo da cidade de Aracaju/SE.

A metodologia utilizada apresenta uma característica descritiva ao correlacionar os planos de ação estatal com a análise da legislação, dos documentos oficiais e da doutrina pertinente. E ainda exploratória, pois se trata de um tema pouco discutido entre os pesquisadores do universo acadêmico local.

Enfim, a caracterização da pesquisa será também quantitativa e qualitativa, pois utilizaremos dos dados catalogados durante o trabalho de campo. Tais informações irá possibilitar a definição de um perfil da rede socioassistencial de proteção à mulher em situação de violência doméstica.

Resultado e Discussão: Um processo de ruptura social vem sendo construído ao longo das últimas décadas com o objetivo de equalizar as desigualdades de gênero e fortalecer o papel da mulher como sujeito detentor de direitos e deveres. A partir da década de 70, movimentos feministas e diversos grupos sociais ligados à questão de gênero lutaram pela formulação de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da cidadania e dos direitos das mulheres (BASTERD, 2008).

Tal panorama resultou na elaboração de inúmeros protocolos e documentos internacionais que buscavam eliminar qualquer forma de discriminação e violência contra as mulheres. Nesse sentido, foi realizada a I Conferência Mundial sobre a Mulher no México (1975) e dessa conferência resultou a elaboração da Convenção sobre a Eliminação todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979), em vigor no Brasil desde 1981, conhecida também como a Convenção CEDAW e referenciada como o marco internacional dos direitos humanos destinado majoritariamente para a proteção das mulheres (BASTERD, 2008).

Nas duas décadas seguintes, junto à efervescência do período de redemocratização do país, já não cabia mais uma perspectiva generalista para explicar as questões de gênero, sendo necessária neste contexto, a formulação de diretrizes específicas para a inclusão e proteção das mulheres em diferentes setores sociais.

Em 1994, foi constituída a Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência a contra a Mulher, popularmente conhecida como a Convenção de Belém do Pará. Tal convenção interamericana deu força de lei a Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra a Mulher.

A Convenção supracitada indica que a violência contra a mulher constitui qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual, psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado. O texto normativo foi inserido como decreto no ordenamento jurídico brasileiro em 1996, consolidando-se como o grande marco referencial do combate a todos os tipos de violência praticados contra a mulher, inclusive a violência doméstica (BRASIL, 1996).

Diante deste panorama inicial, podemos concluir que a partir do momento que o Estado Brasileiro assume o compromisso de cumprir os objetivos, princípios e diretrizes preconizados nos protocolos internacionais apresentados, a sua ação estatal deve estar direcionada na materialização daqueles instrumentos normativos por meio de políticas públicas sociais e econômicas de abrangência nacional.

Tal atuação deve buscar atender as diversas necessidades da coletividade ou de grupos específicos que necessitam de uma atenção específica para que os seus direitos e garantias fundamentais sejam respeitados, sublinhamos neste universo, o grupo das mulheres vítimas de violência. E com o intuito de combater todas as modalidades de violência contra as mulheres, o governo federal organizou planos de enfrentamento à violência de âmbito nacional com princípios, metas e ações a serem cumpridas por todos os entes federados (PASINATO, 2015).

A Política Nacional traz a ideia de uma assistência qualificada e multidisciplinar cujo escopo é justamente a articulação entre os entes federados na promoção e efetivação das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Conceituando a rede de atendimento como referente

[...] à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando a ampliação da melhoria da qualidade de atendimento; à identificação e encaminhamento adequado das mulheres vítimas de violência; e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção (BRASIL, p 29, 2011).

Nesse sentido, é indispensável a abordagem interdisciplinar na operacionalização da política pública nacional. E ainda, uma integração intersetorial na

própria rede de atendimento para as vítimas de violência de média e alta complexidade durante o atendimento das mulheres que sofrem violência doméstica, com foco nos atendimentos realizados dos equipamentos municipais, locais de referência dos serviços ofertados para as vítimas.

Observa-se que a violência doméstica contra a mulher é uma realidade lamentável e constante na dinâmica social brasileira. A ocorrência desta modalidade aponta a residência da vítima como um lugar perigoso para sua convivência familiar e social. Fez-se necessário ao longo dos anos, a formulação de uma abordagem sistemática deste problema social para que fosse possível repensar o alto índice de violência enraizado no ambiente familiar.

Segundo pesquisa apontada no Mapa da Violência de 2015, há um alto índice dos homicídios de mulheres praticados no ambiente privado familiar, uma vez que, 27,1% dos homicídios ocorrem na residência das vítimas. Ainda de acordo com a pesquisa, a cada três mulheres que precisaram de assistência médica devido à violência, duas teriam sofrido violência doméstica ou sexual. Outro aspecto relevante se demonstra assustador, visto que, 71,9% da violência não letal ocorreram no espaço da residência da vítima (WAISELFISZ, 2015).

Como já foi apontado, o domicílio da vítima tornou-se um cenário de reprodução da violência e das desigualdades de gênero, visto que a vulnerabilidade da mulher em relação ao agressor é transmitida por gerações familiares. Sendo complexos os fatores que interferem nessa dinâmica de violência doméstica dentre os quais podemos enfatizar: a perspectiva patriarcal da família ainda existente e a permanente legitimação de uma cultura social de discriminação de gênero.

Neste ínterim, a aprovação da Lei 11.340/2006, popularmente conhecida como a Lei Maria da Penha, surge como um marco norteador das políticas públicas voltadas para a prevenção e proteção das mulheres vítimas deste crime (PASINATO, 2015).

A legislação demonstrou ser um verdadeiro estatuto de caráter protecionista e assistencialista. Visto que aponta a responsabilidade do Estado para fomentar políticas públicas e medidas integradas de prevenção e repressão à violência doméstica contra a mulher, direcionando os comandos normativos para as vítimas, testemunhas e agressores.

Ao explicar a característica multidisciplinar da Lei Maria da Penha, Bianchini e Mazzuoli (2009) apresentam que a legislação possui três modelos de atuação social, distribuídos no aspecto preventivo, punitivo e psicossocial. Tal estrutura normativa possibilitou a criação de instrumentos que possibilitasse o fortalecimento da mulher em estado de vulnerabilidade e o equilíbrio nas relações

de poder ainda presentes no contexto familiar. Os autores apontam ainda que (p.16): “A Lei Maria da Penha é, além de constitucional, também convencional, isto é, está de acordo com as convenções internacionais de direitos humanos ratificados pelo Estado brasileiro”.

A função social da lei é outro ponto inquestionável, a mesma põe a mulher no centro de toda a sua ação de rompimento do ciclo de violência e restabelecimento da tranquilidade do lar. Nesse sentido, a lei materializa os compromissos internacionalmente protocolados pelo Estado brasileiro e atende as recomendações do comitê da CEDAW, visto que é uma norma intimamente ligada a proteção dos direitos dos direitos humanos (KATO, 2015).

A legislação apontada traz também toda uma discussão acerca da rede de atendimento e dos serviços especializados para as mulheres em situação de violência doméstica. A proposta legal envolve a estruturação dos serviços num conglomerado de setores como o da assistência social, da saúde e da previdência social. (SCHRAIBER, 2012).

Observa-se que entre as áreas de ação, a Assistência Social surge como um setor de apoio psicossocial aos atores envolvidos no contexto de violência.

A análise da pesquisadora Alice Bianchini (2014) indica também que a legislação traz ao universo jurídico, o reconhecimento da violência doméstica como um problema social de extrema gravidade. E neste sentido, a norma se revela como um grande aparelho instrumental e protetivo. A aplicação do sistema de proteção se dá por meio de medidas exclusivas e integradas na assistência à mulher cujo direito foi violado (BIANCHINI, 2014).

Dentre os serviços ofertados no âmbito da Assistência Social, destacam-se: os Centros de referência especializados em assistência social (CREAS) e a Casa-Abrigo que estão inseridos na rede de atendimento oferecida para as mulheres no contexto de violência doméstica. Tais serviços assistenciais foram criados através de uma legislação específica e também estão vinculadas as políticas públicas de Estado da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

A Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS (Lei 8.742/93) aponta todos os parâmetros, programas e serviços que devem ser prestados aos cidadãos que vivenciam alguma situação de vulnerabilidade econômica ou social. Uma das diretrizes de organização da Assistência Social é a descentralização político administrativa em cada esfera de governo e a responsabilização do Estado na primazia das prestações dos serviços do âmbito desta área de atuação social (BRASIL, 1993).

Em 2004, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é aprovada e tem como cujo escopo principal a consolidação dos programas, benefícios e serviços da Assistência Social em estado de execução. Nesse sentido, o caderno de orientações técnicas elaborado pelo MDS para a criação dos CREAS nos apresenta que:

Com base na PNAS (2004), pode-se ressaltar que, no âmbito de atuação da Assistência Social, as situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, se expressam na iminência ou ocorrência de eventos como: violência intrafamiliar física e psicológica, abandono, negligência, abuso e exploração sexual, situação de rua, ato infracional, trabalho infantil, afastamento do convívio familiar e comunitário, idosos em situação de dependência e pessoas com deficiência com agravos decorrente de isolamento social, dentre outros (BRASIL, p. 14, 2011a).

Neste contexto, surgem os CREAS como uma “unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial” (Art. 6º -C, § 2º da Lei 12.435/2011). Os serviços oferecidos pelo órgão podem ser articulados com outros ofertados na rede assistencial ou tipificados em outras políticas públicas.

Podemos concluir que o CREAS é uma instituição de caráter público que oferta um atendimento especializado e continuado para famílias e/ou indivíduos que estão fragilizados devido a algum tipo de ameaça ou violação de direito considerado de média complexidade, tais como: violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, execução de medidas socioeducativas em meio aberto, circunstância de risco pessoal e social ligados ao uso de drogas, etc. (BRASIL, 2011a). E neste universo, podemos inserir a violência doméstica cometida contras as mulheres.

O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) prevê ainda que a rede de atendimento e prestação dos serviços socioassistenciais deverá ser estabelecida em diferentes níveis da complexidade. Sendo assim, os CREAS são caracterizados como equipamentos que trabalham com a proteção social de média complexidade. Já as Casas-abrigos, possuem natureza diversa devido à alta complexidade que envolve os serviços de acolhimento, proteção e abrigamento do usuário (BRASIL, 2011a).

Destarte, nas situações de ameaça ou risco de morte da mulher e quando há uma alta complexidade da violência praticada, a rede de atendimento assistencial deve buscar a alternativa de acolhimento mais viável para a usuária do serviço.

Surgem então, como uma possibilidade de atuação estatal, as Casas-Abrigo. Nestes equipamentos, a mulher vítima da violência familiar deve ter um atendimento personalizado, no qual seja respeitada a sua intimidade, cujo objetivo final do acompanhamento resulte no resgate da convivência familiar ou comunitária.

De acordo com as Diretrizes Nacionais de Abrigamento da Mulher em situação de violência, a criação das Casas-Abrigo, dentre outros objetivos institucionais (BRASIL, p.11 e 12, 2011c):

[...] tem por atribuição prover, de forma provisória, medidas emergenciais de proteção em locais seguros para acolher mulheres em situação de violência doméstica e familiar sob risco de morte, acompanhadas ou não de seus filhos(as).

A necessidade do abrigo ocorre quando o fluxo de atendimento na rede de serviços se demonstra insuficiente para afastar a mulher do contexto de violência doméstica e familiar. E por diversas vezes, os recursos da rede de proteção primária já se encontram esgotados, restando apenas à oferta de uma proteção especial e colocação provisória numa Casa-Abrigo (BRASIL, 2011c).

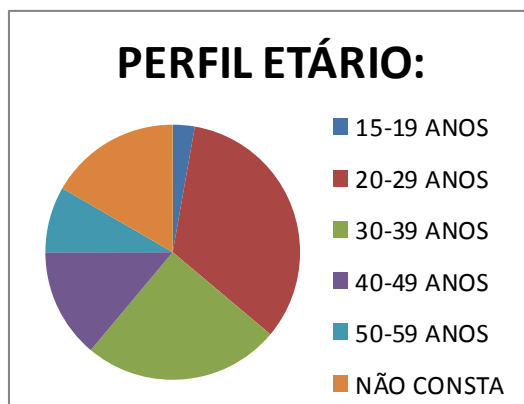
Conclui-se então que o serviço de acolhimento oferecido pelas Casas-Abrigo não é de “portas abertas”, ou seja, a mulher vítima de violência não poderá acessar o equipamento por meio de uma busca espontânea, até porque a localização do mesmo é sigilosa. Assim sendo, todo o acolhimento institucional deve ocorrer mediante encaminhamentos institucionais vinculados a rede básica e especializada de proteção às vítimas deste tipo de violência.

Em Aracaju, os CREAS atuam como espaços de atendimento cuja oferta de serviços deve ser especializada com atenção àqueles que estão em situação de risco. Por isso, as localizações destes órgãos públicos devem estar vinculadas a abrangência da atuação territorial das equipes de trabalho correspondentes.

Atualmente, são disponibilizados atendimentos psicossociais às mulheres vítimas de violência doméstica em quatro CREAS, distribuídos em territórios distintos da cidade.

Estabelecemos como marco temporal para a pesquisa, os anos de 2013, 2014 e 2015, e, diante das informações catalogadas, apenas 34 mulheres vítimas de violência doméstica foram atendidas nos quatros CREAS existentes. Um quantitativo de atendimentos irrisório diante da complexidade que envolve a problemática e dinâmica da violência doméstica em Aracaju.

A análise dos dados possibilitou traçar um perfil etário das vítimas atendidas nos CREAS. Foi levado em consideração o ano de nascimento e o corrente ano de 2016 para identificar a idade. A maioria das mulheres possuía entre 20 e 49 anos, como podemos ver a seguir:



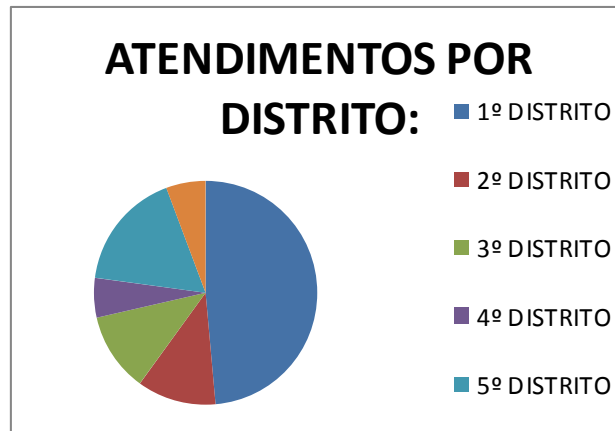
Fonte: Pesquisa autor, 2016.

A organização administrativa municipal reordenou o atendimento das mulheres vítimas de violência doméstica de acordo com a localização da residência das mesmas. Dessa forma, cada CREAS terá a sua atuação definida em distritos subdivididos em bairros, como apresentaremos abaixo:

- CREAS “Maria Pureza” (1º Distrito – bairros: Aeroporto, Atalaia, Coroa do Meio, Mosqueiro, São Conrado, Farolândia, Inácio Barbosa, Luzia, Santa Maria, 17 de Março, Robalo, Areia Branca, Mosqueiro);
- CREAS “Viver legal” (2º Distrito – Jabotiana, Pereira Lobo, Salgado Filho, Jardins, 13 de Julho, São José, Ponto Novo e Suíssa; 3º Distrito Cirurgia, Getúlio Vargas, José Conrado de Araújo, Siqueira Campos, Novo Paraíso, América e Cento);
- CREAS “São João de Deus” (4º Distrito – 18 do Forte, Cidade Nova, Santo Antônio, Palestina, Porto D’antas, Industrial, Japãozinho e Coqueiral);

- CREAS “Gonçalo Rolemberg Leite” (5º Distrito – Bugio, Jardim Centenário, Santos Dumont, Lamarão, Capucho, Olaria, Soledade, São Carlos e Veneza).

Foi possível ainda constatar que a distribuição territorial em distritos não é a ideal no que diz respeito a facilitação do acesso das usuárias aos serviços dos CREAS, talvez, seja esse um dos motivos que impossibilita um atendimento mais amplo das mulheres em contexto de violência familiar. Visto que, muitas mulheres moram em bairros distantes da localização dos CREAS. Veremos a seguir, a distribuição dos atendimentos por distritos:



Fonte: Pesquisa autor, 2016.

Existem várias maneiras de inserção nos serviços oferecidos pelos CREAS, a exemplo da demanda espontânea por parte da mulher violentada. Porém, são recorrentes os encaminhamentos pela rede assistencial, a exemplo da Delegacia Especializada, do Ministério Público, dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), dentre outros.

Diversas mulheres não identificam nas instituições públicas que compõem a rede de assistência referenciada do serviço psicossocial que necessita para superar o contexto de violência, e tão pouco, como uma política pública de apoio para o restabelecimento e fortalecimento dos laços familiares.

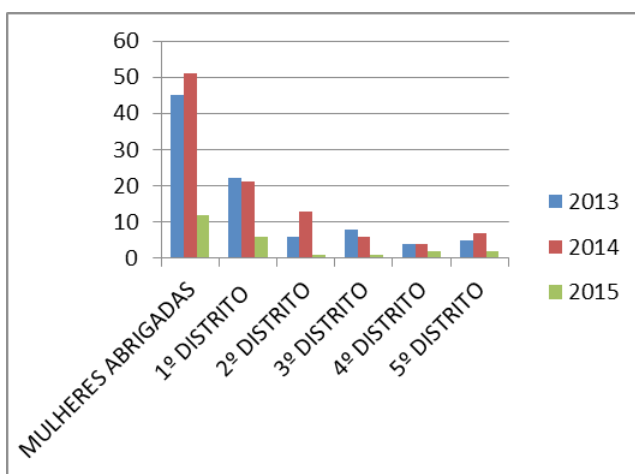
Outro aspecto relevante é a ausência de campanhas de divulgação ampla acerca da atuação dos CREAS dentro do próprio ciclo de atendimento. É preciso fortalecer as ações de expansão das informações sobre os serviços disponibilizados por estas instituições, com o escopo principal de estabelecer uma rede assistencial mais coesa.

Em relação ao serviço de abrigo municipal, destacamos a Casa-Abrigo Professora Núbia Marques, já que é a única existente no Estado responsável pelo abrigo de mulheres em situação de vulnerabilidade e risco social devido à violência doméstica sofrida. A instituição funciona desde fevereiro de 2003, oferece serviços de medida protetiva e provisória de mulheres em situação de violência doméstica e sob ameaça de morte.

Atualmente, a Casa-Abrigo acolhe e atende apenas as mulheres vítimas de violência doméstica que residem na capital, apesar de já ter abrigado em outras gestões, mulheres domiciliadas na grande Aracaju. De acordo com a atual gestora¹, o nome da instituição é em homenagem a professora Núbia Nascimento Marques devido a sua atuação no campo da igualdade de gênero.

Na inserção do serviço, a mulher que será acolhida assina um termo de responsabilidade para adequação as regras de abrigo, dentre os quais destacamos: a incomunicabilidade por meio eletrônico com amigos e/ou familiares durante o período do afastamento social, a manutenção sobre o sigilo da localização do abrigo e as regras de convivência dentro do equipamento.

No período analisado (2013-2015), 110 mulheres foram abrigadas. A inserção no serviço ocorre por meio dos encaminhamentos oriundos dos órgãos públicos e instituições privadas que atuam em parceria com o serviço público. Veremos abaixo um panorama dos abrigamentos em cada ano citado:



Fonte: Pesquisa autor, 2016.

1 As informações foram fornecidas pela coordenadora Rejane Costa durante conversa informal realizada na pesquisa de campo.

As informações fornecidas pela gestora da Casa-Abrigo² indicam que a maioria das mulheres abrigadas não fica mais de quinze dias na casa. Visto que, a maioria espera a decisão judicial que prevê uma medida protetiva em relação ao agressor, e assim, tenta restabelecer o convívio social.

Por se tratar de um serviço temporário e urgente, o ideal é que após a situação de abrigamento, a mulher seja encaminhada para a continuidade do atendimento socioassistencial nos CREAS referenciados pelo território da sua residência.

Considerações finais

A rede de atendimento à mulher vítima de violência é extremamente relevante para efetivação das políticas públicas destinadas a este grupo especial. No entanto, estabelecê-la como um eixo norteador da política não é uma tarefa simples e envolve uma gama de ações multidimensionais que abrangem os mais diversos setores governamentais, seja na esfera federal, estadual ou municipal.

Compreende-se a rede de atendimento como uma grande “colcha de retalhos”, na qual a mulher vítima de violência é o elemento principal e por vezes não compreende a situação de vulnerabilidade em que se encontra. Nesse sentido, não se pode realizar uma abordagem única e exclusiva, É preciso “costurar” as ações a partir de uma orientação básica, seja ela jurídica, policial, assistência psicossocial, assistência de saúde ou abrigamento, a depender da complexidade da violência praticada.

Todos os serviços devem estar interligados para que haja a eficácia na operacionalização das políticas públicas apresentadas.

Destarte, constatou-se se o serviço especializado oferecido pelos CREAS e pela Casa-Abrigo mesmo atuando de forma articulada com outras instituições governamentais e não governamentais, ainda é fragilizado e não atende plenamente as finalidades indicadas nos planos de governo e nas políticas públicas criadas para combater tal tipo de violência.

Referências

BASTERD, Leila Linhares. **Lei e realidade social: Igualdade x Desigualdade**. Poder Judiciário. Tribunal de Justiça/MT. Manual de Capacitação Multidisciplinar (Lei

2 Dados fornecidos por meio de conversa informal durante visita ao abrigo.

n.11.340, de 07 de agosto de 2006-Lei Maria da Penha). Organizadora: Shelma Lombardi de Kato. -3 ed.- Cuiabá: Departamento Gráfico-TJMT, 2008. Disponível em: www.tjmt.jus.br/intranet.arq/downloads/extra/manual_edicao2.pdf. Acesso em: 21 mar. 2016.

BIANCHINI, Alice. MAZZUOLI, Valerio. **Lei de violência doméstica e familiar contra mulher (Lei Maria Da Penha): constitucionalidade e convencionalidade**. Revista RT, 2009. Disponível em <http://docplayer.com.br/8002229-Lei-de-violencia-domestica-e-familiar-contra-mulher-lei-maria-da-penha-constitucionalidade-e-convencionalidade.html>. Acesso em: 24 mar. 2016

BIANCHINI, Alice. **Lei Maria da Penha: Lei 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero** – 2ª edição – São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

BRASIL. **Lei nº 8742**. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em 22 abr. 2016

BRASIL. **Decreto nº 1.973**, de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Diário Oficial, Brasília, DF, 01 ago 1996. Disponível: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=122009>. Acesso em 08 mar. 2016

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Brasília: DF, 2011a. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_creas.pdf. Acesso em 21. Abr 2016

BRASIL. **Lei nº 12.435**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília: DF, 6 de julho de 2011b. **Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm. **Acesso em 22 abr. 2016.**

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres - SPM. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília:

DF, 2011. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/pactonacional>. Acesso em: 02 mar. 2016

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres - SPM. **Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência**. Brasília: DF, 2011c. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/abrigamento>. Acesso em: 25 abr. 2016

GUERRA, Marcela Gorete Rosa Maia. SANTOS, Andréia Colhado Gallo Grego. **Dos reflexos da violência contra a mulher no exercício da parentabilidade responsável e das políticas públicas de enfrentamento**. Caderno de Direitos Sociais e Políticas Públicas III, págs 207 a 231. Coordenadores: Carlos Luiz Strapazzon, Adir Ubaldo Rech, Oscar Ivan Prux. Editora CONPEDI, 2014. ISBN: 978-85-68-147-39-9

PASINATO, Wânia. **Oito anos da Lei Maria da Penha. Entre avanços, obstáculos e desafios**. Estudos Feministas, Florianópolis, 23(2): 352 maio-agosto/2015.

KATO, Shelma Lombardi de. **A lei Maria da penha e a proteção dos direitos humanos sob a perspectiva de gênero**. Poder Judiciário. Tribunal de Justiça/MT. Manual de **Capacitação Multidisciplinar (Lei n.11.340, de 07 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha)**. Organizadora: Shelma Lombardi de Kato. -3 ed.- Cuiabá: Departamento Gráfico-TJMT, 2008. Disponível em: www.tjmt.jus.br/intranet.arq/downloads/extra/manual_edicao2.pdf. Acesso em: 24 mar. 2016.

SCHRAIBER, Lilia Blima; Pires Lucas d'Oliveira, Ana Flavia; Hanada, Heloisa y Kiss, Ligia. **Assistência a mulheres em situação de violência – da trama de serviços à rede intersetorial**. Athenea Digital, 12(3), 254, 2012. Disponível em: <http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital/article/view/Blima>. Acesso em: 18 mar. 2016.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015 – Homicídio de Mulheres no Brasil**. 1ª Edição – Brasília/DF 2015. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br Acesso em: 22 mar.2016.

AS VESTES HUMANIZADAS DA DOMINAÇÃO: PARTICIPAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO NA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Wanessa Oliveira Silva
wanessa.os@hotmail.com

Livya Ramos Sales Mendes de Barros

Deyvid Braga Ferreira

Bárbara Régia Oliveira de Araújo

Resumo: Este artigo discute a participação do Estado Brasileiro na promoção da chamada Violência Obstétrica, a partir de uma análise sobre suas determinações políticas e econômicas, que evidenciam a estrutura de dominação-exploração operada pela tríade Patriarcado, Capitalismo e Racismo. Debruçamo-nos sobre as políticas públicas que apregoam uma assistência obstétrica “humanizada” ao parto e nascimento. Investigamos as bases vinculadas ao próprio funcionamento do Estado e constatamos que tais normativas restringem-se a um aparato ideológico insustentável, visto que as práticas, acordos, e determinações estruturais esvaziam os pleitos “humanizantes” e impulsionam ainda mais a situação de violência em trabalho de parto sofrida principalmente por mulheres negras, da classe trabalhadora e que buscam atendimento pelo sistema público de saúde.

Palavras-chave: Violência Obstétrica, Estado, Gênero e Capitalismo.

1. Introdução

A violência obstétrica passou por um processo de desnaturalização que a tirou, em um curto espaço de tempo, da condição de invisibilidade institucional completa para um processo de intensas e diversas abordagens à luz de estudos sociológicos, de gênero, e na área da saúde.

Sequer completou uma década desde que debates sobre o tema passaram a nomear claramente como “violência” o que antes, quando muito, se identificava como “procedimento inadequado” no parto. Entretanto, várias pesquisas e revisões já têm situado esse tipo de agressão como uma síntese emanada pelo patriarcado e pelo capitalismo, seja na reprodução de práticas profissionais condicionadas pela mercantilização e por relações de poder que objetificam o corpo feminino; seja na própria estrutura e organização hospitalares, que demandam ritmos e rituais defasados ou desvinculados com as necessidades individuais da mulher em trabalho de parto.

Diante do avanço de lutas feministas e epidemiológicas, o Brasil tem feito pesquisas reveladoras sobre o tema, expondo a abrangência desse tipo de violência: uma a cada quatro mulheres revelou sofrer algum tipo de agressão física ou verbal durante o parto (VENTURI, 2010). Outras vezes, o que se analisa são suas especificidades, como o fato de que o problema atinge prioritariamente mulheres negras, da classe trabalhadora, atendidas pelo sistema público de saúde (FIOCRUZ, 2014).

No mais, o sistema obstétrico apresenta a seguinte dicotomia: de um lado, partos repletos de procedimentos invasivos e violentos; do outro, o alto índice de cesarianas sem motivação, colocando mulheres e bebês em até seis vezes mais riscos de morte.

Longe de pretender esgotar o tema, este artigo esboça a discussão a partir de uma perspectiva específica: pretendemos discutir a participação do Estado na promoção desse tipo de violência. Em princípio, tal afirmação se apresenta um paradoxo: não é o Estado a instituição tutelada para adotar as medidas humanizadas que, inclusive, tentam coibir a violência contra as mulheres? Sob a orientação desses questionamentos, buscamos compreender como o Estado e suas promessas de humanização terminam por deter-se no que há por trás delas: a natureza de uma instituição reproduzida sobre desigualdades e cerceamento dos direitos das mulheres.

1.1 Metodologia

Partindo de um desdobramento da pesquisa de mestrado - cuja base teórica e pesquisas empíricas centravam-se nas contribuições da Sociologia do Trabalho para compreensão do fenômeno - o contexto de pesquisa deste artigo, entretanto, foi diferenciado: efetuamos estudo sobre as ações efetuadas pelo Ministério da Saúde no que diz respeito às políticas de assistência ao parto através do Sistema Único de Saúde.

Como o foco de discussão é, especificamente, a atuação do Estado Brasileiro diante do modo violento pelo qual mulheres têm sido tratadas durante o parto, analisamos as normativas e medidas divulgadas em portarias e cartilhas do Ministério da Saúde, entre os anos 2000 a 2015, período em que iniciaram as atividades que pleiteavam posturas “humanizadas” na assistência aos nascimentos. Aportadas teoricamente pela discussão de gênero na perspectiva de classe, orientamos os questionamentos sobre o Estado, em sua natureza histórica sobrepujada pelo Patriarcado e pelo Capitalismo, que se reproduz sobre a exclusão dos direitos das mulheres e de determinações econômicas antagônicas às suas necessidades.

1.2 Discussão

Há uma problematização constante nos estudos da “Violência” nas ciências sociais. Ao discutirmos tal categoria na perspectiva do gênero, aportamo-nos de sua elaboração segundo Saffioti (2001), como instrumento de dominação -exploração sobre vítimas em potencial, ainda que o agente dessas práticas não seja necessariamente o patriarca, o homem; ou mesmo que a submissão prescindida de sua presença física, uma vez que a estrutura hierarquizada do poder masculino é internalizada aos âmbitos mais cognitivos das vítimas.

Ao utilizar a expressão “dominação-exploração”, a socióloga brasileira concebe ambos os conceitos como dimensões complementares de um mesmo processo político e econômico. Nesse sentido, há um incentivo bastante objetivo ou, no mínimo, uma autorização aos homens para que deem continuidade ao projeto de dominação e exploração. Desvinculadas das lentes do gênero, ou a elas ligadas superficialmente, mulheres têm oferecido resistência à submissão, e os graus ou tipos de resistência muitas vezes não são considerados, recaindo-se em uma ideia de que as vítimas contribuíram com a violência sofrida, ou, por outro lado, para uma intensa “vitimização” como se inerente ao “ser” feminino.

Perceber a nuance na qual se vale o processo de dominação masculina afasta a polarização vitimismo essencialista versus suposta “cumplicidade” por parte da vítima. De toda sorte, a inserção da questão da classe e da etnia na ocupação dos estudos feministas trouxe substancial interpretação dessa realidade social, não só como atravessadores para a discussão, mas pela designação do que é estrutural e do que é variável. Constatou-se, assim, que as relações sociais estão necessariamente dentro da estrutura de classes e do modelo de dominação patriarcal racista e, por isso, obedecem às normas que estruturam a sociedade e que comportam todos os tipos de violência a eles associados.

Saffioti (1987) identifica essa simbiose a partir das relações históricas que originaram as três estruturas. Patriarcado, mais antigo sistema de dominação -exploração, é seguido do racismo, pela dominação das etnias. No capitalismo, a tríade se correlaciona:

Esta fusão ocorreu em tal profundidade, que é praticamente impossível afirmar que tal discriminação provém do patriarcado, ao passe que outras se vinculam ao sistema de classes sociais e ou ao racismo. Se o patriarcado fosse regido por leis específicas, independentes das leis capitalistas, o homem continuaria a ser o único provedor das necessidades da família, não havendo mulher trabalhando remuneradamente. (SAFFIOTI, 1987, p.61)

Base de diferenciação dos papéis femininos e masculinos, a maternidade se torna potencial expressão da condição existencial da mulher, se convertendo em ainda mais aguda desigualdade hierárquica entre os sexos. Nesta função, que em quase metade dos casos não é escolhida pela própria mulher¹, origina-se uma série de relações não só tomadas pela dependência e cerceamento da liberdade e dos direitos sexuais e reprodutivos, como pelas iniquidades necessárias à reprodução do capitalismo.

Enquanto estrutura de poder do capitalismo e do patriarcado moderno, o Estado detém processos decisórios sobre várias questões tuteladas por uma sociedade impregnada pelos conceitos de ordem patriarcal.

1 No Brasil, conforme a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS), 45,8% dos nascimentos não foram planejados. Estudos apontam, ainda que, há foco entre adolescentes, negras, de classe trabalhadora e baixa escolaridade. (LAGO, 2015)

O cenário do parto acompanhou um processo de institucionalização intensamente atravessado pelo patriarcado e pelo capitalismo, e teve na Igreja e no Estado mediadores importantes para legitimação das mudanças de técnicas que, hoje, culminam em um sistema obstétrico identificado como altamente tecnocrático, racista e machista.

2. Assistência ao parto e violência

Ainda no século XIX, os partos eram predominantemente assistidos por parteiras. Aos cirurgiões barbeiros, só cabia a intervenção em ocasiões extremas – dado os procedimentos invasivos e agressivos culminarem com a morte da mãe ou do bebê. Com a industrialização e o surgimento dos hospitais vinculados à Igreja, as gestantes são cooptadas às unidades de saúde, de onde eram atendidas por estudantes de medicina (CHAZAN, 2004). As parteiras são expulsas e alienadas do próprio trabalho, seja com a proibição de utilizarem seus instrumentos, seja com o julgamento na Inquisição, quando então eram torturadas, mortas, presas ou levadas ao ostracismo como “bruxas”. Nessas perseguições, lideradas pela Igreja então intimamente vinculada ao Estado e à Medicina, parte do saber-fazer construído historicamente pelo cotidiano dos partejos foi, também, perdida.

O parto passa a ser o evento que garante a entrada dos homens – únicos com direito de exercer a medicina – na prática hospitalar. Os corpos das mulheres, postos em posição de inércia e passividade, deitadas com as pernas sobre estribos (litotomia) eram objetos de estudo e prática dos jovens residentes, únicos ativos no processo.

Após a Segunda Guerra Mundial, os direitos reprodutivos são ainda mais fragilizados sob controle do Estado, que passa a monitorar as gestantes, proibir o aborto com a difusão ideológica da “alma” ao embrião, e controlar os partos (THÉBAUD, 2002). Diretamente vinculado aos seus colonizadores, o Brasil é aportado, desde o século XVII, aos modelos de assistência em saúde e controle europeus, aqui iniciados com as primeiras Santas Casas de Misericórdia (MAIA, 2010). O desenvolvimento do capitalismo impulsiona também a indústria de medicamentos e equipamentos de saúde se vincula ao setor de serviços, culminando no “complexo industrial médico” (WAITZKIN, 2010).

No capitalismo dependente brasileiro da década de 1970, o modelo favorece maior produtividade no setor de serviços e, notadamente, no trabalho na saúde. O nascimento, controlado pela intervenção médica, é visto como filão,

direcionando ainda mais os corpos femininos ao propósito da produção: crescem os números de cesarianas. Quando bebês nascem pela via vaginal, uma série de intervenções violentas para acelerar o processo do parto aprofunda os riscos.

Constatando que vários procedimentos como a litotomia e a episiotomia são, na verdade, formas de violência, movimentos feministas tem pleiteado uma nova atenção ao nascimento desde a década de 1950, no Brasil. De forma simultânea, alertam para o crescimento da mortalidade e morbidade materna e neonatal, problema especialmente vinculado aos abortos, realizados clandestinamente, e ao alto índice de cesarianas, o que posteriormente passou a ser denominado “paradoxo perinatal” (Diniz, 2009). Em um movimento de “oferta que cria a demanda”, se consolidava o chamado modelo tecnocrático de atendimento aos partos (MAIA, 2010).

Segundo estudo da Fiocruz (2014), a grande maioria das gestantes que teve parto por via vaginal, no Brasil, foi submetida a um modelo de atenção “extremamente medicalizado” e sem qualquer amparo em evidências científicas. Apenas 5% das mulheres puderam vivenciar um parto normal sem intervenções de rotina, número extremamente inferior do que no Reino Unido – país considerado modelo de referência no mundo em questão dos nascimentos – que é de 40%.

A pesquisa aponta que 63,7% das mulheres foram proibidas de se movimentarem e 74,4% foram obrigadas a passar fome, tornando o trabalho de parto um ritual de tortura. Além do mais, em 38,8% das mulheres foram aplicadas substâncias para acelerar o parto, promovendo mais riscos de descontrole no processo.

Há ainda outros procedimentos violentos: 56,6% das mulheres com baixo risco sofreram cortes cirúrgicos no períneo vaginal (episiotomia) e 37,3% sofrem a condenada manobra de Kristeller (pressão efetuada com os braços de um – ou mais – profissional, na parte superior do útero da gestante). A morte puerperal por infecção hospitalar é também identificada como um dos maiores motivos de morte materna hoje, e considerada uma iatrogenia (GARCIA, 2013). A própria cesariana, em seu nível epidêmico, também é apontada em si, um procedimento iatrogênico, ou seja, cujo próprio procedimento desencadeia riscos e complicações a requererem outros procedimentos que os sanem (MAIA, 2010).

Segundo Diniz (2005), foram as militantes feministas que redefiniram a assistência à mulher sob a exigência de direitos reprodutivos e sexuais como direitos humanos, propondo, por fim, uma assistência baseada em direitos e

refutando aquela ideia de “binômio mãe-bebê”. No que diz respeito aos direitos no parto, os movimentos brasileiros utilizam-se o termo recorrente da ‘humanização’, ao acrescentarem que “parto normal” não é o bastante. É preciso que a assistência seja cercada de respeito e baseada em evidências, ao invés de “rituais” de consumo de medicamentos e tecnologias.

No âmbito do Estado, os cuidados vinculados ao nascimento tinham em foco a preservação de vida dos recém-nascidos, desde a década de 1920, a fim de reforçar o aumento populacional e não comprometer a economia do país. Como podemos constatar com Pires (1998), essa preocupação se dava concomitante às primeiras políticas públicas que viabilizavam saneamento básico, por exemplo, ou redução das mortes causadas por acidentes de trabalho. A finalidade, segundo a autora, era inserir o Brasil no comércio mundial, mantendo trabalhadores e trabalhadoras em condição de atuação. Era tamanha a renegação dos direitos da mulher à época, que o próprio Estado as culpabilizava pela mortalidade infantil, atribuindo-lhes a responsabilidade por serem “desnutridas, sifilíticas e alcoólatras” (BRASIL, 2001, p. 12).

Na década de 1970, mediado pela tendência mundial que passava a reduzir os custos na tentativa de dirimir os prejuízos do colapso do Estado Social, os governos norte-americano e europeu passaram a apoiar e incentivar estudos que reivindicassem uso mais criterioso das tecnologias na saúde. O parto, processo fisiológico que se tornou intensamente medicalizado, e oneroso, foi uma das bandeiras principais. Diante das determinações notadamente políticas e econômicas, as necessidades reais das mulheres estavam bem distantes de serem atendidas.

3. Estado, neoliberalismo e a mulher no parto

Nos países de capitalismo central, a agenda neoliberal deu início após o amargar da era “dourada” do capitalismo – o Estado do Bem Estar Social. O período foi marcado pelo colapso nas relações produtivas, decorrentes, por exemplo, dos poucos tributos arrecadados com os empresários, em contradição aos custos despendidos para o bem estar dos trabalhadores. O esgotamento culminou em outras estratégias político-econômica, a partir da década de 1970, que consistia em diminuir os gastos sociais e aumentar os impostos arrecadados da classe trabalhadora (LIMA, 2013).

A ordem era então cortar os custos: as políticas em saúde e estudos que propusessem um racionamento no consumo passaram, portanto, a ser recebidas com mais atenção.

Borges (2012) lembra que os Estados Unidos, território central da crise capitalista, decidiu buscar pacotes de resgate que “salvassem” os bancos mundiais, onerando os cofres dos outros Estados através das políticas de austeridade fiscal. Desse modo, os países periféricos, como o Brasil, que aderem aos pacotes econômicos disponibilizados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, a partir da década de 1990, fornecem em contrapartida “cartas-compromissos” que prometem mais privatizações, aumentos de juros, desregulamentações ao mercado mundial, e corte de gastos sociais, sobretudo na saúde e na educação (BORGES, 2012).

Os cortes aliados à abertura mundial forçam a abertura do mercado internacional de convênios e de planos privados. Assim, os pacotes enfraquecem os serviços públicos. Borges (2012) declara que o modelo norte-americano de planos privados tem sido exportado para países da América Latina com imposição por meio desses acordos do FMI, e desencadeando o dismantelamento dos sistemas públicos e em situações cada vez mais agudas no que diz respeito ao acesso à saúde. Implantado no fim da década de 1980, após intensa agenda de lutas de trabalhadores, o Sistema Único de Saúde já nasceu, portanto, em situação de esvaziamento e contínuo conflito.

Assim, sem recursos devidos, o Estado brasileiro volta-se ao problema dos nascimentos colocando na berlinda outros atores: os profissionais que prestam assistência ao parto. Nesse momento, instaura marcos normativos, que culminaram, em 2000, com a Política de Humanização do Pré-natal e Parto. A primeira cartilha do Ministério da Saúde, lançada em 2001, já anunciava o problema da terceirização do parto, ao orientar os profissionais a adotar uma postura “humanizada” com as gestantes, que lhes devolvesse o poder decisório sobre seus corpos, com informações precisas e alinhadas às evidências científicas. O problema das crescentes cesarianas já havia sido identificado, bem como os procedimentos no parto que provocavam dor desnecessária.

No que diz respeito à categoria médica, a qual as cartilhas pretendem se dirigir, esta é formada predominantemente por uma classe média e alta, de cor branca (SCHEFFER, 2013). O grupo reproduz práticas distanciadas das necessidades da classe trabalhadora, quando não racistas. Além do mais, costumes tradicionais são repassados na prática diária das maternidades por preceptores (WAITZKIN, 2010). São ainda determinados por outras mediações, como a

produtividade do próprio sistema capitalista que já moldava o setor de serviços; com técnicas dependentes de equipamentos hospitalares e medicamentos (BOLAÑO; SILVA, 2005); sobretudo, atuavam sem qualquer interesse em atendimento individualizado, restringindo à práxis cartesiana que restringe a mulher ao órgão reprodutivo e este, por sua vez, à “máquina defeituosa” descrita pelos estudos da antropóloga Emily Martin (MARTIN, 2006).

O Ministério da Saúde propagandeia ainda que não é com normas ou regulamentos que se modificará o tipo de atendimento às mulheres em trabalho de parto, sendo uma função “de fóro íntimo”, e uma mudança de atitude individualizada do profissional e de seu “olhar observador e atento” (BRASIL, 2001, p. 9).

A ineficiência dessas políticas públicas foi admitida pelo próprio Ministério da Saúde. Em 2011, com 53% dos nascimentos provenientes de cirurgias abdominais, cerca de 90% na rede privada, a intensa lotação de maternidades e o consumo excessivo de medicamentos para mulheres e bebês no nascimento, fizeram o então ministro reconhecer as cesarianas como uma “epidemia” (BRASIL, 2009).

O programa Rede Cegonha (BRASIL, 2011) foi uma tentativa de ampliação e melhoria de qualidade no acesso à saúde da mulher. Dentro da perspectiva de descentralização do SUS, esse programa, executado por Estados e Municípios, propõe uma rede de cuidados integral e humanizada às mulheres desde a descoberta da gestação até o segundo ano do filho, com amplo acesso a consultas, pré-natal e leitões. Esse acesso era propiciado através da vigilância constante de fiscais da Rede Cegonha: caso os hospitais atingissem as metas, seriam agraciados com benefícios do Governo Federal.

Assim, a culpabilização da mulher na década de 1920 deu lugar a uma série de discussões técnicas que prezam, agora, por uma ética diferente de trabalho, que substitua seu viés tecnocrático por um atendimento individualizado, que devolva a autonomia à parturiente e, portanto, seja humanizado. No entanto, nos anos seguintes, não só o Ministério da Saúde acompanhou um crescimento nos nascimentos por via cirúrgica, como a violência obstétrica, então reconhecida, continuou em níveis alarmantes, principalmente em hospitais públicos.

As propostas do Ministério da Saúde avolumaram-se ao objetivo de tornar mais rígidas leis como a do Acompanhante², por exemplo. Em 2015, finalmente, a Agência Nacional de Saúde, que compreende todos os planos privados, e o

2 Lei 11.108 de 2005 estabelece o direito da mulher a um acompanhante de sua escolha durante todos os momentos do pré-parto, parto e pós-parto.

Ministério da Saúde, representando o SUS, criaram mais medidas punitivas aos profissionais como tentativa para coibir o alto número de cesarianas. Foram duas medidas: a) obrigar os médicos a apresentarem partograma para então receberem as taxas por serviço e b) obrigar os médicos a informarem à paciente sobre o índice de cesarianas.

Hoje compreendido pelos poderes legislativo, executivo e judiciário, Waitzkin (2010) acrescenta que o Estado é composto por toda uma organização de entidades públicas com o objetivo de legitimar a ordem capitalista, oferecendo serviços, divulgando propagandas e subsidiando empresas com acordos como as conhecidas Parcerias Público-Privadas. Ao instituir gratificações às maternidades que cumpram “metas” de parto normal, com profissionais de formação defasada, estrutura e sistema de saúde contrários ao resgate desse tipo de assistência, é o Estado quem termina por impor situações insustentáveis que punem, ao cabo, o lado mais vulnerável.

No mais, a constituição de 1988 também trouxe uma definição estrutural para o serviço público de saúde: a municipalização. Com tal decisão, o planejamento e distribuição dos recursos voltados à saúde não caberia mais à União, e sim aos municípios. Foi nesse período que hospitais começaram a fechar progressivamente nas cidades, gerando a contradição entre redução de leitos e aumento populacional, além da centralização dos partos para maternidades da capital, alavancando o antagonismo campo e cidade.

No que diz respeito aos direitos reprodutivos, a questão é impregnada de ideologias e acordos, o que é ainda mais agravado pelo avanço do conservadorismo nos três poderes.

Costa (2004) avalia que, na medida em que o neoliberalismo se aprofunda no Estado brasileiro, também se amplia a força política de setores fundamentalistas religiosos em consenso com forças oligárquicas. Por outro lado, a autora verifica que o crescimento dos grupos conservadores na política brasileira não tem desestimulado o crescimento das articulações feministas, que se rebelam contra o autoritarismo patriarcal presentes na família, escola, Estado e espaços de trabalho, enquanto tentam ao mesmo interagir com essas instituições.

4. Considerações finais

Diante das discussões apresentadas, reiteramos o questionamento sobre como um Estado propagador da assistência humanizada produz, em suas maternidades gerenciadas, financiadas ou arrendadas, uma série de violências

de toda ordem, como as lotações, a falta de atendimento, procedimentos violentos nos corpos das mulheres para agilizar o parto, etc.? Observamos que é o Estado que tenta combater as mortes maternas por infecção causadas pelos serviços rápidos que acontecem sob sua tutela; ou as mortes por abortos mal conduzidos porque foi, mais uma vez, o Estado quem decidiu que as mulheres não podem ter direito sobre os próprios corpos, o que inclui quando (e se) desejarem a maternidade.

Nossos estudos apontam que, funcionando em suas contradições e constantes crises, o Estado brasileiro caminha de modo conflituoso no que diz respeito aos processos decisórios sobre os direitos reprodutivos e sexuais, embora não apenas nesse campo. As políticas públicas voltadas às mulheres jamais podem ser visualizadas isoladamente, como se únicas atividades no que tangencia a saúde e os direitos reprodutivos.

Ao encaminhar a distribuição dos recursos coletivos para cofres privados, o Estado proporciona, por outro lado, as situações de violência estrutural – como ausência de leitos, de equipamentos e medicamentos - incentivando a aceleração do processo fisiológico do parto. É essa mesma estrutura política que provoca, ainda, superlotações, peregrinações contínuas de gestantes em ativas contrações, falta de espaço em Unidades de Terapia Intensiva e, por fim, mortes materna e neonatal. Há ainda a própria violência interpessoal entre profissionais e pacientes, estimulada por falta de treinamento, e por situações de estresse ocasionadas por jornadas exaustivas e precarização do trabalho.

A visualização das cartilhas, desvinculadas das determinações que muitas vezes as esvaziam, não só contradiz a percepção do papel do Estado, como mascara as profundas violências que a instituição estatal comete contra mulheres cotidianamente, ao subsumir seus corpos, negar-lhe o direito sobre eles, desviar-lhe os recursos necessários para que o processo de seus partos esteja garantido.

5. Referências

BOLAÑO, César. R.C; SILVA, Luis M. O. *Trabalho médico e capitalismo: uma introdução à economia política dos serviços de saúde*. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Política. 10 ed. Campinas, 2005. Anais. (CD ROM).

BORGES, Fabiano et. al *Anatomia da privatização neoliberal do SUS : o papel das organizações sociais*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 160p.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Política nacional de Humanização da atenção e Gestão do SUS*. Brasília : Ministério da saúde, 2009.

_____. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica da Mulher. *Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher*. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

_____. Ministério da Saúde. *Dez Passos para a Atenção Humanizada ao Parto*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009 Disponível em <http://goo.gl/atrB79>. Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

_____. *Diretrizes gerais e Operacionais da Rede Cegonha*. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <http://goo.gl/utQLS9> Acesso em 12 de maio de 2016.

CHAZAN, L. K. *A história da obstetrícia e a patologização da gravidez*. In: Encontro Regional de História, 11ª Ed. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ANPUH, 2004.

COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas, feminismos. *Rev. Estud. Fem.*,v. 12, p. 23-36, Florianópolis: 2004

DINIZ, Simone. Gênero, Saúde Materna e Paradoxo Perinatal. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*. Ed.19. Fiocruz, 2009, pgs. 313-326.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz). *Pesquisa Nascer no Brasil*. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/nascerweb.pdf> Acesso em 1 de maio de 2015.

GARCIA, Oswaldo Salaverry. Iatrogenia institucional y muerte materna. Semmelweis y la fiebre puerperal. *Rev. perú. med. exp. salud publica*. 2013, vol.30, n.3, p. 512-517.

LAGO, Tania Di Giacomo do. Nascimentos não planejados no Brasil eram 46% em 2006. Diminuíram?. *Rev. bras. estud. popul.*,v. 32, n. 2, p. 387-394, São Paulo, 2015 .

LIMA, Aline. *Crise do Capital, Política de Saúde no Brasil e Serviço Social*. In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. Maranhão: UFMA, 2013.

MAIA, Mônica B. *Humanização do Parto: Política Pública, comportamento organizacional e ethos profissional*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

MARTIN, Emily. *A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução*. Tradução: Júlio Bandeira. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 384 p.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições Feministas para o Estudo da Violência de Gênero. *Cadernos Pagu* (16) 2001: pp.115-136.

_____. *O Poder do Macho*. São Paulo: Moderna, 1987

SCHEFFER, Mário (coord.) *Demografia Médica no Brasil*, v. 2. São Paulo: Conselho Federal de Medicina, 2013.

THÉBAUD, Françoise. A Medicalização do Parto e suas consequências: o exemplo da França no Período entre as duas guerras. *Revista Estudos Feministas*. Ed. 10.2. 2002. p. 415-426

VENTURI, Gustavo. *Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Edições Sesc, 2013.

WAITZKIN, Howard. *Uma visão marxista do atendimento médico*. Tradução: Rubens Turkienicz. São Paulo: Editora Avante, 1980.

WALKER, T.D. *Médicos, Medicina Popular e Inquisição: A Repressão das Curas Mágicas em Portugal durante o Iluminismo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Lisboa: 2013.

O MAPA DA VIOLÊNCIA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Wasley Peixoto Marques (Autor)

Líbia Macêdo Marques (Co-autora)

Lorena Santiago Fabeni (orientadora)

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA.

Justicarestaurativaeviolencia@gmail.com

Resumo: O presente trabalho busca enfatizar as concepções de gênero, utilizando como objeto de estudos o Mapa da Violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil, tendo como principais fontes teóricas o conceito de gênero elucidados por Joan Scott e Judith Butler, explorando seus conteúdos não de forma integral, mas de forma em que as discussões propostas no decorrer dos paralelos criados entre o mapa e acepção de gênero sejam compreensíveis. Sendo importante ressaltar que o posicionamento estabelecido para a realização deste trabalho trata-se de uma aplicação de conceitos em dados práticos, ou seja, busca-se uma discussão que poderia ser complementar as informações já contidas.

Palavras-chave: Mapa da violência 2015, Gênero, Mulher.

Introdução

O mapa da violência é um importante documento norteador, que pode contribuir na elaboração de políticas públicas para enfrentar e combater a violência, questão em análise e que no mapa está voltada para o homicídio de mulheres em todo o país, estudo que também destacou diferenças regionais, preconceitos, mazelas entre uma série de outras características, que na verdade, nada mais são do que o reflexo da sociedade.

Essa pesquisa, além de ser prático, técnico e de fácil compreensão, pretende descortinar uma violência real e subsidiar reflexões a partir de determinados pontos de vista teórico, tornando-se arcabouço para o desenvolver de uma gama de novos estudos tendo como base suas informações. Nesta edição, principalmente, a possibilidade de discussão torna-se ampliada, pois, a frequente luta das mulheres pela igualdade entre gêneros, quebra de paradigmas opressores e desconstrução de uma cultura patriarcal, encontra uma forma de expor as mazelas diariamente sofridas, através dos percentuais e estatísticas expostos no mapa.

Nesse aspecto, buscando ampliar a compreensão de gênero, através da práxis trazida pelo mapa da violência, é feito um estudo dos dados em uma dupla perspectiva de gênero, no caso, as elucidadas por Joan Scott e Judith Butler, que não serão totalmente trabalhadas, mas darão consistência suficiente para as discussões propostas ao longo do texto.

As análises feitas demonstrarão a forma como o gênero está sendo interpretado e como este tema pode estar presente em múltiplas áreas, que às vezes não são pertinentemente contempladas. Tem-se, dessa forma, o objetivo de ampliar as discussões já exploradas pelo mapa e ressaltar aquelas que não foram evidenciadas, isto, sempre a partir da concepção de gênero.

Metodologia

No dia 9 de novembro de 2015 foi lançado o “mapa da violência 2015: homicídios de mulheres”. Pela primeira vez voltado para a discussão a partir de um recorte de gênero, o mapa da violência trouxe dados estatísticos, classificações geográficas, raciais e a faixa etária das mulheres que sofreram algum tipo de violência no Brasil.

A partir desse contexto, para uma melhor análise do Mapa da violência 2015 exige-se uma maior compreensão a respeito da discussão sobre gênero,

estudo que possibilitará uma reflexão crítica sobre determinadas informações que foram abordadas no mapa e também de outras que não foram exploradas. A sugerida abordagem ainda deve ser ressaltada para estimular o debate e a exposição do contexto social vivido pelas mulheres na perspectiva de gênero, conjuntura evidenciada nos gráficos e nas estatísticas do objeto de estudo.

Dessa maneira, buscou-se ter como principais fontes teóricas os estudos sobre gênero de Joan Scott e Judith Butler, apontando aspectos que poderiam estar presentes no mapa da violência, assim como esclarecer determinadas ocorrências a partir dos estudos dessas referências.

Primeiramente, tem-se as concepções de gênero abordadas por Joan Scott, que irá trabalhar, a priori, a partir das concepções investidas pelas feministas norte-americanas, em que se esclarece a distinção entre o determinismo biológico da construção e do papel social desenvolvido pela identidade de determinado indivíduo. Tinha-se na definição de gênero a expressão de aspectos relacionados a feminilidade, não sendo usado como uma categoria de análise em geral.

O desenvolver dos estudos e das fontes teóricas propiciaram o avanço no entendimento de gênero, passando a ser relacionado a sociedade como um todo. O conceito atualmente está relacionado a um conteúdo social, sendo assim qualquer hierarquia ou subordinação entre sexos, normas de conduta para determinado gênero, entre outros fatores sociais, trata-se na verdade, de reificações firmadas com o passar do tempo. As reificações institucionalizam a construção social da realidade, esta que é preenchida de conhecimentos advindos de uma realidade já objetivada.

Nesse contexto, Joan Scott (1989, p.7) define gênero

[...]como substituto de “mulheres”, é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro. Este uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo.

Trata-se, conceitualmente, de uma das maneiras de indicar as construções sociais existentes na sociedade, visto que, “gênero aponta as diferenças fundadas social e culturalmente para mulheres e homens, em maneira de relacionar-se e dividir funções” (COSTA, 2014, p.96). A utilização do conceito de gênero possibilita o diagnóstico de um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade (SCOTT, 1989, p.7).

Scott aborda a reificação sexual no decorrer de sua discussão sobre gênero como fator que na sociedade em que vivemos é grande contribuinte para o aumento e seguimento da violência cometida contra a mulher. A exemplo do conservadorismo demasiado, que defende a estrutura da família tradicional, em que a mulher, por excelência, deve ser responsável pelos serviços domésticos, cuidar dos filhos e ser a que mais demonstra sentimentos ou gestos de afetividade. A reificação sexual é o processo primário da sujeição das mulheres. Ele alia o ato à palavra, a construção à expressão, a percepção à coerção, o mito à realidade. “O homem come a mulher: sujeito, verbo, objeto” (Scott, 1989, p. 9).

Para além da violência, a definição do papel social pela condição biológica do sexo trata-se de uma eminente opressão e engendramento dos papéis sociais, ampliando a desigualdade entre os gêneros. Nesse ínterim, Scott ressalta as ações do movimento feminista na luta pela igualdade entre os gêneros, assim como a exclusão da definição de papéis estáticos na sociedade, revertendo o entendimento sobre condutas que são específicas de determinado gênero, assim como criando novas categorias de análise na sociedade. Procura-se a partir dessa construção teórica desconstruir a polaridade sexual imposta nas relações sociais promovedoras de uma marginalização de um sexo em detrimento de outro em determinado aspecto da sociedade.

A respeito do exposto acima, elucida Heilborn (1997, p.7):

[...]há a possibilidade de assimetria entre masculino e feminino. Não estou dizendo que sempre os homens dominam e as mulheres são dominadas, mas, há alguma coisa na ordem da constituição da cultura que sempre estabelece um polo valorado, que tende a ser o masculino, e um polo subordinado que é o feminino; isso não impede que homens e mulheres possam transitar nessas posições.

De certa forma, Scott terá sua análise sobre gênero dividida em duas partes principais e uma série de ramificações que se interligam, criando uma ligação entre as partes centrais. Assim sendo, será esclarecido como um elemento

inerente das relações sociais e fundamentado nas diferenças entre os sexos, que ao fim revela as relações de poder.

Em síntese, Aduz Joan Scott (1989, p.23):

O gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando os (as) historiadores (as) procuram encontrar as maneiras como o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e das formas particulares, situadas em contextos específicos, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política.

Por outro lado, partindo de outra perspectiva, temos a complexa discussão do gênero dentro das compreensões teóricas de Judith Butler que vem propor certa instabilidade às categorias de gênero. Dessa forma, tendo seu arcabouço teórico influenciado por Hegel, Foucault e Freud. Para Butler, as identidades de gênero, diferente de construções sociais estáveis e acabadas, são substâncias em constante processo, jamais visto como algo fixo, mas sempre como “um devir”, algo que é ao longo do tempo construído através dos discursos dentro das estruturas de poder.

Dessa maneira, a partir da premissa de que o sujeito está em constante processo de mudança, Butler coloca em conflito as categorias como mulher/homem para dar ensejo à reflexão de que as identidades de gênero nada mais são do que o resultado de construções performativas. Ou seja, o gênero é uma construção ficcional, uma sequência de atos que não tem começo nem fim, mas que se faz aparentemente coerente devido a força das estruturas de poder dominantes.

O conceito de identidade performativa na caracterização do gênero, embora demonstre certa complexidade, coloca e evidencia mais uma vez a fragilidade e instabilidade do gênero. Nesse caso, para compreender de modo consciente o que seria a performatividade é preciso ter, a priori, a distinção entre performance e performatividade. Assim, para Butler a performance é a pressuposição de existência de um outro por trás da encenação, supondo que exista um sujeito performativo. Já a performatividade nega a pré-existência de algum sujeito, pois o gênero para Butler “é sempre um fazer, embora um fazer não por um sujeito”. (BUTLER,1990, p. 25 apud SALIH). Sara Salih, através de

uma leitura de Butler, afirma que “o gênero se cristaliza ou se solidifica numa forma que faz com que ele pareça estar lá o tempo todo”. Isto posto, compreende-se que o gênero conseguiu adquirir uma coerência para se moldar dentro do padrão da normalidade, mas que também encontra fragilidade diante das identidades subversivas. Porquanto para Butler o gênero nunca é um produto acabado, como se o sujeito nascesse único e exclusivamente para algum tipo de gênero. Nesse contexto, Butler ao comentar sobre a ideia de Simone de Beauvoir de que “ninguém nasce mulher: torna-se” a autora assevera (BUTLER, 1990, p. 9. *Apud* SALIH):

Se o argumento de Beauvoir, de que não nascemos, mas nos tornamos mulher, está correto, segue-se que a mulher em si é um termo em processo, um devir, um construir do qual não se pode dizer legitimamente que tenha origem ou fim. Como uma prática discursiva contínua, ela está aberta a intervenção e à ressignificação. Mesmo quando o gênero parece se cristalizar nas formas mais reificadas, a cristalização é, ela própria, uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por diversos meios sociais”

Nesse contexto, percebe-se que a cristalização do gênero como uma identidade fixa se inventa e reinventa para a manutenção de uma ordem regulada pelos discursos de poder existentes. Diante disso, Butler propõe uma definição a qual procura afastar do comum a ideia relacional entre sexo, gênero e sexualidade que vai de encontro a crítica da cultura heteronormativa. (SALIH, 2015).

Butler para provar tal distinção faz uma análise de que não necessariamente corpos que são nomeados femininos tenham por obrigação apresentar características femininas, assim como, poderá ocorrer de corpos masculinos não apresentar características masculinas ou indivíduos que possam transitar nesses dois extremos. Para além disso, o gênero não está limitado ao sexo em fator algum, ele está muito mais conectado na esfera do “fazer” do “devir” do que ontologicamente “ser”. Conforme a autora explica (BUTLER, 2003, p. 24):

[...] concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende a tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente não

é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco aparentemente fixo como o sexo.

Nesse contexto, a compreensão do gênero como um processo em constante transformação propõe uma nova sugestão para visualizar como se dá o processo de construção e o contexto das categorias de investigação, tais como, o homem/ mulher, macho e fêmea. Lembrando que é preciso compreender o gênero dentro do espaço dos discursos, ao passo que eles dão a coerência necessária para a manutenção dessas categorias.

Desse modo, Butler 1990 citada por Salih descreve que “um modo muito mais efetivo de contestar um *status quo* consiste em deslocar categorias tais como homem/mulher, revelando como elas são discursivamente construídas no interior de uma matriz heterossexual de poder”. (SANTIN, p. 68, 2015).

Essa matriz heterossexual ou heterossexista é construída e plenamente solidificada para que possa funcionar dando consistência às categorias, por exemplo, macho e fêmea em que homens e mulheres já nascem obrigados a assumir heterossexualidade com vistas ao estabelecimento dentro de um padrão de normalidade. Dessa forma Butler chama atenção para as identidades que de alguma forma não se acomodam ao padrão heterossexista, mostrando como as normas de gênero são socialmente construídas e mantidas.

Nessa perspectiva, compreende-se que para além da narrativa de que o gênero seja uma construção social, para Judith Butler, essa acepção não logra êxito por não dar conta da dimensão da qual o gênero é construído dentro de uma sociedade de cultura heterossexual dominante. Para Butler não há como compreender gênero somente dentro das categorias fixas homem/ mulher, sem se dar conta das outras identidades que não estão alocadas em nenhuma dessas categorias.

Resultados e discussão

Com base na breve concepção de gênero apontada anteriormente, tem-se agora a necessidade de analisar o objeto de estudos de forma mais crítica. Sendo assim, no primeiro momento, o mapa da violência abordar a recente Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, popularmente conhecida como lei do feminicídio, cuja a finalidade de tal implementação é ampliar a punição para aqueles que venham a cometer o crime de homicídio, isto é, “quando a agressão envolve violência doméstica e familiar, ou quando evidencia menosprezo

ou discriminação à condição de mulher, caracterizando crime por razões de condição do sexo feminino. ” (WASELFISZ, 2015, p.7).

Entretanto, existem pertinentes críticas à aplicação da lei no que concerne à concepção de gênero, ponto que será abordado a partir de duas principais perspectivas teóricas. Assim sendo, de antemão, têm-se uma breve nuância entre o feminicídio e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, haja vista, que a distinta possibilidade de interpretação que divergentemente as leis concedem, pois, a última traz consigo uma concepção mais ampla e atual sobre gênero, visto independente do sexo como condição biológica, mas sim como uma construção social.

O debate é gerado quando se nota a limitação do texto da lei do feminicídio, haja vista que seu texto não contempla a concepção de gênero trazida por Butler, ou seja, estariam excluídos da proteção da lei aqueles que biologicamente não são do sexo feminino, sendo este o único fator de relevância ou de avaliação. Desta forma, aqueles que na concepção de gênero enxergam-se como mulheres estariam sendo afastados dos parâmetros de abrangência da norma em discussão, o caso dos transsexuais por exemplo.

Prosseguindo, no mapa é construída uma análise histórica e geográfica sobre os homicídios de mulheres, demonstrando os estados com maior percentual de crimes e a diferença relativa entre os anos de 2003 e 2013. Sendo importante destacar que é feito uma marcação das agressões feitas a partir da vigência da lei Maria da Penha, porém mantendo a definição geral que apregoa a divisão binária ocidental que consiste apenas na diferença entre homens e mulheres, independente do conceito de gênero e a definição de identidade que trazem consigo.

Ao abordar as denúncias e os casos enquadrados na lei nº 11.340/06, seria complementar ao mapa ter informações referentes a casos cuja discussão de gênero fosse abarcada, como nas relações homoafetivas, que em determinadas ocasiões podem ter características, dentro de um conflito, que sejam aplicáveis ao texto da norma, remetendo a recente discussão no congresso sobre o conceito de família presente na constituição.

Por outro lado, um fato exposto pelo mapa da violência atenta-se aos crimes praticados contra as mulheres negras, que são o grupo de mulheres que mais sofrem com a violência, além de demonstrar uma disparidade racial nesse requisito. (WASELFISZ, 2015, p.29).

- a. Com poucas exceções geográficas, a população negra é vítima prioritária da violência homicida no País.
- b. As taxas de homicídio da população branca tendem, historicamente, a cair, enquanto aumentam as taxas de mortalidade entre os negros.
- c. Por esse motivo, nos últimos anos, o índice de vitimização da população negra cresceu de forma drástica

Demonstra-se, assim, a relevância do movimento feminista pela igualdade social e principalmente a racial, visto que, as mulheres negras enfrentam ainda mais mazelas referentes à segurança, renda, educação e outros preconceitos advindos de uma sociedade sexista, racista e estigmatizante.

Prosseguindo nos estudos sobre os dados do mapa da violência, é destacado que a violência cometida contra a mulher tem se intensificado nas regiões interioranas e rurais das cidades brasileiras. É exposto que entre os anos de 2003 e 2013, a taxa de homicídios femininos dos estados cresceu 8,8%, enquanto que a das capitais caiu 5,8%, deixando claro um fenômeno que já era observado em mapas anteriores: a interiorização da violência.

Uma das relevantes respostas para a compreensão desse fenômeno, além da dificuldade de denúncia e baixa instrução escolar, é permanência de características que antecederam o período de urbanização brasileira, em que através de gerações são preservadas características do machismo e do patriarcado, elementos constantemente presentes no contexto de violência.

O estudo da realidade anteriormente mencionada enfatiza a necessidade de haver a ampliação e esclarecimento do conceito de gênero. Afinal, a quebra de paradigmas e desconstrução de fatos ditos como inexoráveis são importantes e devem chegar a todos, seja através das instituições estatais ou por meio da difusão de conhecimento.

Em um último diagnóstico sobre o mapa da violência, destaca-se o local e os instrumentos ou meios utilizados na agressão que levou à morte das vítimas. O primeiro aspecto trata-se do local do crime, sendo feito um paralelo entre o sexo feminino e masculino, em que o maior número de homicídios de ambos os sexos acontece em via pública, porém, ao se comparar o percentual de ocorrências em domicílio, têm-se uma diferença de quase 20%, sendo as mulheres as que mais sofrem com a violência doméstica.

Sobre os meios utilizados para cometerem os delitos, é muito bem enfatizado no mapa da violência as características dos crimes, pontuando que (WAISELFISZ, 2015, p.39):

Se nos homicídios masculinos prepondera largamente a utilização de arma de fogo (73,2% dos casos), nos femininos essa incidência é bem menor: 48,8%, com o concomitante aumento de estrangulamento/sufocação, cortante/penetrante e objeto contundente, indicando maior presença de crimes de ódio ou por motivos fúteis/banais.

Ressalta-se, nesse contexto, que como bem assevera o mapa, a forma como os crimes foram cometidos demonstram a presença do ódio e da banalização da vida humana, principalmente em meio uma sociedade que ainda possui características rústicas e patriarcais. Sobre esse aspecto, frequentemente é mencionada a disparidade da força física entre os sexos para justificar a cultura patriarcalista preponderante, porém, estes argumentos são apenas formas equivocadas de tentar legitimar condutas opressoras e cruéis de dominação.

Analisando os dados dos homicídios a partir do local e da forma como foram cometidos, novamente ressalta-se a importância da discussão sobre gênero. De modo que, a priori, é o primeiro passo pela busca de uma sociedade igualitária, sem preconceitos sexuais e mais justa. Sendo o mapa da violência uma eminente denúncia das mazelas vividas na sociedade por um sexo em específico, devido a limitação da compreensão de gênero e pela permanência de paradigmas prejudiciais ao convívio igualitário e harmônico entre todos, independentemente de cor, idade ou sexo, sendo necessária a desconstrução de determinadas barreiras culturais para enxergar o outro como e unicamente um ser humano.

Considerações finais

Diante das exposições anteriores, joga-se que a compreensão acerca do gênero se faz útil e necessária diante do atual contexto, para que se possa dar conta das diversas demandas que tem no gênero o ponto fulcral. Talvez, o mapa da violência 2015, dentro do seu espaço teórico e de acordo com suas demandas – a qual especificamente privilegiou os dados estatísticos – não pode

proporcionar um espaço discussão acerca do gênero, considerando também a densidade da temática.

Porquanto, como bem analisado no mapa, os índices de violência contra a mulher e principalmente a mulher negra ainda se encontra em patamares considerados elevados. Além disso, mesmo não demonstrando nos dados estatísticos do mapa, não se pode olvidar para a violência explícita e velada sofrida pelos homossexuais, lésbicas e transsexuais que assim como as mulheres, têm a violência sustentada pelas estruturas de poder dominantes.

Compreender essa discussão e as principais causas que justifiquem tamanha violência necessita, sobretudo, compreender o contexto no qual as identidades de gênero foram construídas ao longo do tempo. Para isso, o presente trabalho julgou importante para embasar a discussão, a concepção teórica acerca do gênero de Joan Scott e Judith Butler, autoras que trabalham em linhas teóricas distintas, mas que conseguem apresentar com coerência a dimensão e os processos formadores do gênero.

Desta feita, dentro da limitação em que pesa uma temática como essa, tem-se que a discussão sobre o gênero se faz de extrema relevância para a compreensão dos processos de formação das identidades de gênero. Sabe-se que da violência de gênero segue se explicando por justificativas que não dão conta da dimensão em que estas são envolvidas, essas lacunas não são específicas somente do mapa da violência, mas como um todo, de grande parte do público que se propõe a explicar a violência de gênero. Dessa forma, vê-se como necessário um mapa construído para que possa atender às necessidades que são crescentes no contexto atual, tendo em vista o gênero.

Referências

BUTLER, J.P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. De R. Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, Elder Lisboa Ferreira da Costa. **O gênero no direito internacional: Discriminação, violência e proteção**. 1ª Ed. Belém: Paka-Tatu, 2014.

HEILBORN, Maria Luiza. "Corpo, Sexualidade e Gênero", in DORA, Denise Dourado (org.). *Feminino Masculino - igualdade e diferença na justiça*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1997, p. 47-57.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria do Queer**. Trad. Guarcira Lopes Louro. Belo Horizonte: autêntica, 2015.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. 1ª Edição. Brasília: Flacso. 2015.

A INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PRÁTICA DO CUIDADO COM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR-PI.

Welber Silva Araújo
Universidade Federal do Piauí – UFPI
wellssens@hotmail.com

Resumo:

A violência contra a mulher é um fenômeno complexo, caleidoscópico e universal, incide em mulheres dos diversos segmentos sociais, grupos étnicos e culturas, podendo variar de acordo com os contextos sociais aos quais se relacionam. A violência em foco provoca repercussões na saúde da mulher caracterizando-se como um problema de saúde pública e que demanda ações para a sua prevenção e acolhimento institucional. Nesse sentido, este trabalho tem como âmago a discussão da importância da intersectorialidade entre as políticas de saúde, assistência social, educação e a justiça no cuidado com as mulheres inseridas nesses contextos de violência doméstica. A análise em tela é bibliográfica, e o tema foi pesquisado em documentos institucionais, livros, artigos publicados em Bibliotecas Virtuais em Saúde LILACS e nas bases de dados SCIELO e Periódicos CAPES. Os resultados das investigações sinalizam que ainda existem muitos obstáculos para que sejam efetivados os direitos garantidos em defesa dessas mulheres, e que a rede intersectorial necessita ser fortalecida para dar o suporte preconizado pelos órgãos em defesa desses direitos; foi identificado que os profissionais responsáveis pelos atendimentos dessas mulheres com seus direitos violados necessitam de constantes capacitações para acolher de forma satisfatória esse público que cresce a cada dia.

Palavras-chave: Violência contra a mulher, intersectorialidade, políticas públicas, gênero.

Introdução

A violência, em todos os seus delineamentos, tem acompanhado a história da humanidade nas sociedades, em distintos segmentos sociais, podendo ser analisada através de múltiplas óticas, alterando-se mediante os contextos nos quais esse fenômeno ocorre (CARVALHO; FREIRE; VILAR, 2012). Tal fato pode ser visto como um alerta global, uma vez que tem evoluído de maneira exponencial, tornando-se a cada dia mais frequente nos veículos de informações, demonstrando a necessidade de articulações de todas as esferas sociais, públicas, popular e privadas.

Aprofundando-se na temática da violência contra a mulher, é observado que esse fenômeno assume um caráter sociopolítico, recebendo status de problema público de saúde, como indica a Organização Mundial de Saúde (OMS), onde instituições políticas tem buscado problematizar as formas de acolhimento às vítimas, a punição para os agressores e os impactos dessa dinâmica nos territórios, principalmente nos ambientes familiares. Por conseguinte, tem sido cada vez mais frequente em discursos que envolvem políticas públicas colocando-se em prática o que se convencionou chamar de intersectorialidade dos serviços, exercido através da transversalidade dos saberes e articulações das práticas, cuidado e atenção aos usuários.

A intersectorialidade nos territórios tenta superar a segregação das políticas, de modo a trazer benefícios para seus envolvidos e para quem utiliza os serviços. Assim, busca-se sincronizar as ações em torno de objetivos comuns (FERNANDES; CASTRO; MARON, 2013). Uma das abordagens suscitadas por esta forma de organização é a prática de humanização, que aponta uma alternativa para essa realidade de negligências e violências, de modo a valorizar cada sujeito e suas condicionalidades, ampliando o campo de possibilidades interventivas para maior efetivação, integralidade e universalização dos serviços, afastando-se dos preconceitos, desigualdades sociais e outros agravantes socioculturais (BRASIL, 2004).

O presente trabalho objetiva discutir a importância da intersectorialidade entre as políticas de saúde, assistência social, justiça e educação no cuidado com mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de Campo Maior-PI. Entendendo que o planejamento dessas ações no município surgiu a partir do projeto “Mulheres Acolhidas”, elaborado pelos técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Social Transferência de Renda e Economia Solidária (SEMDES) do município de Campo Maior no Piauí. Assim, esse projeto possibilitou a criação

do Núcleo de Apoio às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (NAMVID), no intuito de estreitar as relações entre as políticas públicas supracitadas, tendo como resultado um conjunto de ações complementares que tem contribuído para a melhoria na qualidade de vidas das usuárias e seus familiares, assegurando-lhes seus direitos e estimulando a autonomia, cidadania e protagonismo social.

Metodologia

O levantamento dos dados ocorreu mediante a análise documental dos registros de boletim de ocorrência, relatórios da defensoria pública encaminhados à SEMDES, relatórios do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e principalmente da evolução e articulações do NAMVID, no ano de 2015 em Campo Maior. Complementar a isso, foi realizado um estudo bibliográfico através das bases de dados virtuais dos sites LILACs, Scielo e Periódicos CAPES.

Resultados e discussões

Mediante os achados, convencionou-se dividir em seções os resultados e discussões, didaticamente, para fins de melhorar a compreensão das informações.

A Intersetorialidade nas Políticas Públicas

A percepção de que muitos problemas e conflitos seriam mais facilmente resolvidos a partir da união de forças de variadas dimensões e esferas de naturezas distintas, porém complementares, não é algo recente. A interlocução de saberes, vontades, poderes, de diferentes setores da sociedade com o escopo de resolver um problema em sua complexidade, evoluir os saberes, trabalhar, governar, gerir e elaborar novas políticas, de modo a superar a fragmentação e limites das áreas de conhecimento envolvidos, constituem-se como fundamento do fenômeno *intersetorialidade*. (FEUERWERKER; COSTA, 2000).

É notório que antes disso é preciso ter clareza do que se quer alcançar, necessitando de uma *organização interna* ou *intra-setorialidade* das ciências e das organizações das sociedades para que possam alavancar uma maior compreensão de seus domínios, fragilidades e potencialidades. Dessa forma, além das ações intersetoriais serem a melhor estratégia de superação de muitos conflitos ou mesmo uma das chaves para o crescimento dos saberes, existe também

um grande desafio a ser superado, pois para que haja uma abordagem holística ou integral de uma determinada demanda, deve-se partir de uma articulação em rede que conduz a um balizamento entre as diferenças e contraversões, envolvendo concepções micro e macro políticas de planejamento e gestão (FROTA et al., 2010).

Pode-se analisar como exemplos práticas que envolvem a intersetorialidade desde o planejamento: a Política Nacional de Saúde, que se efetivou a partir do Sistema Único de Saúde, que leva em suas diretrizes a integralidade transdisciplinar e a intersetorialidade das ações e saberes para que possam de maneira efetiva e pragmática promover a saúde de forma universal e equitativamente (BRASIL, 2000); o Plano Nacional pela Primeira Infância que se articula com outros segmentos para sua efetividade, como as políticas de saúde, assistência social, cultura e educação (FROTA et al., 2010); o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Criança e Adolescente, que está ligada diretamente aos trabalhos da justiça e ações sociais nas comunidades, possibilitando a realização de intervenções em parcerias com escolas, a saúde, Ministérios e outras instituições de apoio (BRASIL, 2013). Outro exemplo que dinamiza o processo de articulação intersetorial é o combate à violência doméstica, que por envolver inúmeros fatores e estando presente em diferentes contextos, requer uma ação incisiva de mobilização complexa da rede de proteção às vítimas.

Dessa maneira, a partir do exposto, fica claro que as ações intersetoriais devem ocorrer através da obtenção de parcerias entre instituições diferentes (esferas públicas, privadas, sociedade, ciências, etc.), que procuram superar a fragmentação e a especialização de suas áreas, interagindo de forma sincronizada para o alcance de objetivos comuns (AZEVEDO; PELICINIONI; WESTPHAL, 2010).

Mulheres vítimas de violência

A etimologia da palavra violência vem do latim *vis*, e se remete a força, trás consigo a ideia do uso da superioridade, da imposição decrescente de poder, corroborando com o pensamento de Vieira (2012). O autor aponta também que a violência é um fenômeno multicausal que se manifesta em variados contextos sociais, instituições e faixas etárias. Nesta mesma direção, complementa ainda que a multicausalidade é convergente a intencionalidade com que as ações ocorrem, no sentido de prejudicar, agredir, subtrair, ferir, subestimar, subjugar, etc.

Minayo (1994) também caracteriza a violência contra a mulher como polisêmico e indica que suas manifestações se expressam de diferentes formas e intensidades, por exemplo: maus tratos físicos, abusos de ordem psicológica, morais, sexuais, dentre muitos outros. Vale mencionar que esse fenômeno sofre influência do tempo, espaço e contexto sociocultural no qual os sujeitos se inserem, segundo Casique e Furegato (2006).

Visto a complexidade desse construto, a violência tem sido objeto de estudo no meio científico e de luta no campo dos movimentos sociais, sobretudo os feministas e direitos humanos, no intuito de superar a herança deixada pelos tempos de patriarcado e escravidão. Dessa forma, esses movimentos promovem debates, ações e protestos por igualdade de gêneros, combate a violência e emancipação social de quem tem seus direitos violados, inspirando com isso a formulação de políticas públicas para prevenção e erradicação dessa prática.

Um dos impasses que influenciam nos avanços das referidas lutas, é o fator cultural, uma vez que esse, com frequência, se opõem as diretrizes legais que valorizam os direitos humanos. Neste sentido, Blay (2003) afirma que é necessário haver o enfrentamento efetivo daquelas culturas machistas que são motivadoras da violência contra as mulheres, combatendo os preconceitos e o senso comum. Diante disso, evidencia-se que a modificação da cultura da subordinação de gênero, onde prevalece a percepção do homem como sujeito da sexualidade e a mulher como seu objeto (MINAYO, 2005), é um importante ponto a ser superado e trabalhado por todas as esferas da sociedade. Devendo ser considerado também que para haver êxito nessas ações, são necessários planejamentos de intervenções sistemáticas e integrativas de serviços em redes envolvendo todos os programas de proteções disponíveis, principalmente nos âmbitos da justiça, saúde, educação, cultura e assistência social.

A Organização Mundial de Saúde – OMS com o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, considera a violência conjugal como um dos maiores problemas de saúde pública do mundo. Algumas pesquisas realizadas em diferentes países sinalizam que essa violência tem se tornado uma das maiores causas de morbidade em mulheres, afetando consideravelmente todas as esferas de sua vida, como saúde e produtividade laboral, além das perdas em potencial nos campos das psicossociais, relacionais e do desenvolvimento, alertando mais uma vez para a existência dos conflitos históricos de gênero (MINAYO, 1996; ALVIM; SOUZA, 2005; GUEDES; COELHO; DA SILVA, 2009).

Essas consequências ocasionadas por atos de violência podem ser observadas em curto e/ou longo prazo, como sintomas físicos (lesões corporais,

problemas cardíacos e infecções), sequelas de cunho psicológico (transtornos de humor como depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, despertar de psicopatologias da personalidade, tendência a suicídio) e outros psicossomáticos (dor crônica, distúrbio do sono, estresse, histeria, etc.) (OKABE, 2010). Consequentemente, é gerada a necessidade de acompanhamento integral da vítima e da família por equipes multidisciplinares.

Lima, Büchele e De Assis Clímaco (2008), indicam que no contexto brasileiro, as análises sobre a violência contra a mulher possuem como principal campo investigativo as delegacias de defesa da mulher ou a área jurídica e como objeto de estudo principal a violência cometida por companheiros ou ex-companheiros. Porém é notório que os campos da saúde e assistência social têm sido reconhecidos como importantes terrenos de intervenção nas políticas de combate e prevenção às violências.

Guedes, Coelho e Da Silva (2009) identificaram que metade das mulheres latino-americanas é vítima de algum tipo de violência, geralmente de pessoas próximas e em ambientes domésticos; diferentemente da situação dos homens que quando são as vítimas, as agressões ocorrem geralmente em ambientes públicos e/ou extradomiciliar, por pessoas com quem não possuem vínculos. Já os estudos de Casique e Furegato (2006, p.117) indicam que “em todas as culturas do mundo as mulheres vivem em condições de desigualdade” mesmo que de forma sutil.

Um dos maiores avanços na garantia dos direitos das mulheres que sofrem com a violência no Brasil é a lei 11.340/2006, intitulada de Lei Maria da Penha (PASINATO, 2015). Surgiu como um mecanismo de combate à violência doméstica e trouxe suporte legal aos casos de crimes nesse contexto. “Instituiu a criação de juzizados especiais para os crimes previstos nessa legislação e estabeleceu medidas de assistência e proteção às vítimas” (CARNEIRO; FRAGA, 2012, p. 337), favorecendo a criação de outras políticas públicas de intervenção e combate a violência contra as mulheres no país.

O NAMVID e a Intersetorialidade das Políticas Públicas no combate a violência contra as mulheres em Campo Maior.

É observado, que assim como a realidade nacional, no Piauí as vítimas de violência doméstica não seguem um perfil específico, tendo esse fenômeno atingido variadas classes sociais, culturais e diferentes faixas etárias. Em março de 2014, a Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí

(CEPRPO) revelou na publicação “Perfil da Mulher Piauiense”, que no ranking das seis cidades que mais são registrados casos de violência contra mulher no Piauí, entre 2004 e 2013, Campo Maior aparece na terceira colocação, ficando atrás do município de Altos e da capital Teresina.

Como já mencionado, o marco que fortaleceu a prática intersetorial das políticas de combate e prevenção da violência doméstica contra a mulher no município, foi a criação do NAMVID. Este núcleo se consolidou pela parceria entre Saúde, Justiça, Assistência Social e Educação, visto que anteriormente as equipes agiam de formas individualizadas, realizando os encaminhamentos sem que houvesse diálogos ou quaisquer trocas de conhecimentos.

Mediante os avanços da ideologia de intersetorialidade, reforçada através de encontros, palestras e reuniões, as equipes dos CRAS, Poder Judiciário, Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), Hospital Regional de Campo Maior e as instituições de ensino básico e/ou programas de ensino técnico e profissionalizante (por exemplo, SENAC e PRONATEC) começaram a tecer uma rede de ações e serviços que tem contribuído pra alterar a realidade muitas famílias.

O roteiro sistematizado pelo qual as vítimas e as demais pessoas afetadas com a violência percorrem pode ser sintetizado da seguinte forma:

- 1 – Inicialmente o poder judiciário encaminha para a SEMDES (que é o órgão gestor responsável pelo NAMVID) quinzenal ou mensalmente um documento com a relação dos nomes das mulheres que registraram boletim de ocorrência e que demandam de atendimentos especializados.
- 2 – Em um segundo momento, os casos mais graves são direcionados para o atendimento psicossocial no CREAS e/ou para os serviços de alta complexidade da saúde - Hospital Regional de Campo Maior (HRCM).
- 3 – O acompanhamento familiar é feito pelas equipes do CRAS em parceria com as agentes de saúde, através de visitas domiciliares, no intuito de avaliar e intervir de maneira pragmática e sistematizada naquela realidade específica e no contexto comunitário, no sentido de prevenir novos episódios de violência doméstica.
- 4 – O NASF entra no quadro de apoio, oferecendo palestras e outros serviços matriciais.
- 5 – Além de assegurar os direitos básicos (saúde, assistência social e segurança) de maneira articulada dessas cidadãs, esse projeto estimula o empoderamento social e autonomia das mesmas e seus familiares,

por meio da veiculação de informações, alfabetização, capacitação profissional, como cursos e oficinas que auxiliam no aperfeiçoamento da mão-de-obra, e consequentemente na inclusão dessas mulheres no mercado produtivo, enaltecendo com isso o papel do setor da educação.

Desde sua implementação, em maio de 2015, o NAMVID atendeu 93 casos que envolveram variados tipos de agressões contra as mulheres (física, verbal, terror psicológico através de ameaças e intimidações, negligência e violência sexual, direta ou indiretamente). Dos casos notificados no município, com registro de boletim de ocorrência, foram constatados que a maioria, cerca de 80% dos casos ocorre no ambiente doméstico, os agressores são pessoas com quem as vítimas mantêm ou mantiveram algum de tipo de relação afetiva, como maridos, namorados, companheiros, ex-esposos, com destaque para a categoria ex-companheiros (referindo-se a pessoa com quem elas mantinham união estável) representando 52% dos casos.

Ainda nesse contexto, visualizam-se casos em que os agressores eram os filhos e tios. E de maneira menos visível, ultrapassando as barreiras do ambiente doméstico, algumas mulheres também foram agredidas por genros, cunhados e ex-cunhados.

Entre os casos assistidos, uma minoria necessitou de encaminhamento para a rede especializada de saúde - hospital (03 casos), porém 78% foram encaminhados para atendimento psicossocial no CREAS para a vítima ou familiares. E os bairros com maior incidência foram São João, Santa Cruz, Cariri, Centro, Parque Estrela, Bairro de Fátima, Cidade Nova, Lourdes, Flores e São Luís, todos localizados na zona urbana. Contudo, verificou-se também a ocorrência dos crimes de violência na zona rural do município, nas localidades Alto do Meio, Montevideu, Tangará e Água Fria.

Aproximadamente 86% dos casos acompanhados receberam visita da equipe técnica do NAMVID ou deram algum tipo de retorno sobre a situação atual. Com isso pode-se notar que 39% das vítimas continuam vivendo com os agressores, porém ressaltaram que a violência havia cessado, e 16% afirmavam que ainda sofrem com algum tipo de ameaça. Os acompanhamentos de rotina continuam através das visitas domiciliares das equipes dos CRAS, CREAS e dos agentes comunitários de saúde.

Conclusões

Considera-se como um passo importante na política de combate a violência no Brasil, a perspectiva instituída de que a violência doméstica contra a mulher é um sério problema público, analisado a partir de sua frequência com estatísticas alarmante, à intensidade dos episódios cada vez mais fatais, ocasionando prejuízos e oferecendo risco para toda a sociedade, em especial para aquelas que convivem com a realidade no dia-a-dia. A partir disso, tornou-se possível uma maior articulação com respaldos legais, bem como a intensificação da rede de apoio para a superação do problema, conseqüente mobilização das massas, de debates e planejamento de ações intersetoriais e transdisciplinar.

Mesmo com o advento da Lei Maria da Penha, que tem contribuído significativamente na evolução do combate a violência doméstica, muitos são os entraves que contribuem para dificultar a efetivação das ações tanto a nível nacional quanto municipal, bem como a consciência cultural onde prevalece o machismo; as tradições religiosas que pesam na tomada de decisões na hipótese de quebrar os laços matrimoniais; o temor da impunidade, em que os agressores caçoam das falhas do sistema judiciário; a incompetência e preconceito de alguns “profissionais”, os quais não estão preparados para lidar de maneira humanizada com a situação, surpreendendo muitas vezes as vítimas com mais agressões psicológicas e morais ao invés de garantir a segurança e os seus direitos; os sistemas arcaicos de punição dos agressores que na maioria das vezes utilizam o tempo que passam na prisão planejando os métodos de vingança; dentre muitos outros.

Outra dificuldade que requer atenção é quanto ao despreparo político e técnico tanto dos profissionais quanto dos gestores para trabalhar em rede, de maneira intersetorial, onde a partir de interesses pessoais é preferida a atuação individualizada, de um modelo puramente tecnicista e de um sistema de ordenação e trabalho vertical. Sendo esse um dos maiores impasses para a concretização da integralidade das articulações, havendo a necessidade de alterar essa realidade, com ações voltadas também para os próprios profissionais.

Por fim, observa-se a importância de se considerar as especificidades de cada território, auxiliando na elaboração de ações mais específicas, garantindo soluções que abordem o problema de maneira transversal e sistemática, a partir de uma visão holística do fenômeno, para que em conjunto se consiga tecer uma rede articulada, intersetorial, capaz de compreender, executar e criar políticas

públicas condizentes com a realidade que se mostra cada dia mais complexa e em constante movimento.

Referências

ALVIM, Simone Ferreira; SOUZA, Lídio de. Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredido-agressores. **Psicologia: teoria e prática**, v. 7, n. 2, p. 171-206, 2005.

AZEVEDO, Elaine; PELICIONI, Maria Cecília F.; WESTPHAL, Marcia Faria. Práticas intersectoriais nas políticas: públicas de promoção de saúde. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.4, n.22, p.1333-1356, 2012.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 87-98, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e conquistas**. Brasília-DF: Ministério Saúde, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Humaniza SUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Brasília-DF, 2013.

CARNEIRO, Alessandra Acosta; FRAGA, Cristina Kologeski. A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: da violência denunciada à violência silenciada. **Serviço Social e Sociedade**. n.110, 2012.

CARVALHO, Denise W.; FREIRE, Maria Teresa; VILAR, Guilherme. Mídia e violência: um olhar sobre o Brasil. **Revista Panamericana de Saúde Pública**, v. 31, n. 5, p. 435-438, 2012.

CASIQUE, Leticia; FUREGATO, Antônia Regina Ferreira. Violência contra mulheres: reflexões teóricas. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. v.14, n.6, 2006.

Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-1692006000600018>>. Acessado em: 15 de jun. de 2015.

FERNANDES, Ana Tereza; CASTRO, Camila; MARON, Juliana. Desafios para implementação de Políticas Públicas: Intersetorialidade e Regionalização. In. VI Congresso CONSAD de Gestão Pública. Painel 7, 2013, Brasília, DF. **Anais - Governança em rede: inovações da gestão regionalizada em Minas Gerais**. Brasília, DF, 2013.

FEUERWERKER, L. M.; COSTA, H. Intersetorialidade na rede UNIDA. **Divulgação em Saúde para Debate**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 25-35, dez. 2000.

FROTA, Mirna Albuquerque, et al. Reflexão sobre políticas públicas e estratégias na saúde integral da criança. **Enfermagem em Foco**. v.3, n.1, p.129-132, 2010.

GUEDES, Rebeca Nunes; DA SILVA; Ana Tereza Medeiros Cavalcanti; COELHO, Edméia de Almeida Cardoso Coelho. “Violência conjugal: problematizando a opressão das mulheres vitimizadas sob olhar de gênero.” **Revista Eletrônica de Enfermagem**. v.9, n.2, 2009.

LIMA, Daniel Costa; BÜCHELE, Fátima; DE ASSIS CLÍMACO, Danilo. Homens, gênero e violência contra a mulher. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 69-81, 2008.

MINAYO, Maria Cecília S. A violência social sob a perspectiva da Saúde Pública. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, (Supl. 1), p.07-18, 1994.

_____, Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 23-26, 2005.

OKABE, Irene. **Violência contra a mulher uma proposta de indicadores de gênero na família**. Tese (Doutorado) – Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

PASINATO, Wânia. Oito anos da Lei Maria da Penha: entre avanços, obstáculos e desafios. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.2, n.23, 2015.

VIEIRA, Letícia Becker et al. Intencionalidades de mulheres que decidem denunciar situações de violência. **Acta Paul Enfermagem**. v.3, n 25, 2012.

“EU NÃO SOU CORNO, EU NÃO SOU BESTA!”: ESTUDO DE CASO DE FEMINICÍDIO EM SERGIPE

Wilton Pedro Almeida Santos

Letícia Rocha dos Santos

Lynna Gabriella Silva Unger

Claudiene Santos

Universidade Federal de Sergipe.

wilton.pedro@ymail.com

Resumo: É crescente o número de notificações legais sobre casos de violências extrema contra a mulher, caracterizadas como feminicídio, tipificado pela Lei 13.104/2015. A promulgação dessa lei desvela uma tendência ao afastamento da neutralidade penal, dogma do Direito Penal que objetiva a igualdade. A nova previsão legal, então, trata-se de uma forma de concretização da igualdade substancial preceituada pela Constituição Federal. Esse é um passo institucional importante para que esse tipo de crime seja devidamente coibido. Esta pesquisa tem como objetivo problematizar, sob uma abordagem qualitativa, os discursos produzidos sobre o crime passionai cometido contra mulheres, sobretudo nas relações íntimas no âmbito doméstico, que se caracterizam como violência de gênero. Trata-se de um estudo de caso de um processo judicial de um caso de feminicídio perpetrado pelo companheiro da vítima, a partir da análise documental dos depoimentos, considerando a perspectiva de gênero. Foi adotada a análise do discurso como procedimento para análise dos dados, permitindo-nos compreender as significações dos discursos produzidos pelos atores e atrizes sociais envolvidos. As relações assimétricas de poder foram observadas nos discursos analisados e, demonstram a legitimação da violência na sociedade através da naturalização, do silenciamento e da dominação em vários âmbitos. A análise desvela a invisibilidade da violência pelo seu não reconhecimento, que a banaliza

e causa estranhamento ao culminar em feminicídio. O trabalho evidencia a necessidade da inclusão da perspectiva de gênero para desconstruir o padrão patriarcal historicamente presente nos inúmeros discursos apresentados, que refletem as instâncias sociais atuais.

Palavras-chave: Feminicídio, violência contra a mulher, crime passionai, violência de gênero.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar um processo de feminicídio perpetrado por parceiro íntimo, no âmbito doméstico, em uma cidade do interior de Sergipe, sob a ótica dos estudos de gênero.

As questões de gênero que permeiam as relações conjugais caracterizam relações assimétricas de poder (FOUCAULT, 2001) são apresentadas nessa análise.

As violências de gênero são um problema de saúde pública em razão de suas consequências individuais, sociais e laborais. As violências psicológica e física nas relações de intimidade levam ao adoecimento da pessoa agredida e, trazem consequências para filhos/as e, ao ser naturalizada como parte do relacionamento, dificulta a intervenção pela rede social formal e informal.

A violência exercida contra mulheres é algo que ocorre, em decorrência da cultura machista, em todas as esferas, desde a vida privada às esferas públicas. Essa cultura se representa no âmbito religioso, familiar, estatal e civil, na mídia, tornando as mulheres potenciais vítimas, vulneráveis aos atos de violência.

Diante disso, os movimentos feministas tem tido papel preponderante na transformação desse cenário, enunciando as assimetrias e desigualdades e reivindicando políticas públicas para as mulheres.

Um marco dessas políticas públicas em âmbito jurídico para coibir violência contra a mulher, familiar e doméstica foi a lei 11.340/06, a Lei Maria da Penha, que possibilitou o amparo às vítimas pelas ferramentas legais. No entanto, a banalização da violência e falhas na concretização dos dispositivos previstos por essa lei, como medidas protetivas de urgência (afastamento ou proteção), muitas vezes deixam margem para represálias dos cônjuges e ex-cônjuges, o que pode culminar no feminicídio (PORTO; FETZER, 2015; OSAVA, 2010.).

O feminicídio é uma das mais graves formas de violência contra as mulheres e é definido como o assassinato de mulheres em razão de gênero (SEGATO, 2005). É tipificado pelo Código Penal como “homicídio contra mulher por razão do sexo feminino: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher” (BRASIL, 2015).

Até março de 2015, a opção mais viável para buscar tutela jurisdicional quando ocorria feminicídio era recorrer à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, instância internacional reconhecida pelo Brasil que examina violações aos direitos universalmente assegurados. Entretanto, dos 98 casos de

violação de Direitos Humanos no Brasil, ocorridos no período de 1970 a 2008, que foram levados ao exame da Comissão Interamericana, e sendo por ela admitidos, apenas três casos (11996, 12051 e 12630) denunciam a violência contra a mulher e, cinco casos, contra a Criança e ao Adolescente (DUTRA, 2012).

O feminicídio é **uma violação de direitos universais fundamentais, estipulados nos Direitos Humanos**, e foi recentemente tipificado pelo Código Penal Brasileiro pela Lei 13.104/2015 como crime hediondo. **Essa lei prevê** reclusão de doze a trinta anos do agressor, acrescido de um terço a mais, se praticado: I) durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto, II) contra pessoa menor de catorze anos, maior de sessenta anos ou com deficiência e, III) na presença de descendente ou de ascendente da vítima (BRASIL, 2015). Esse crime é geralmente precedido por reincidentes agressões e abusos, brigas de pequeno porte até as violações físicas, podendo ser relatadas por parentes e/ou vizinhos (DUTRA, 2012)

Historicamente, a institucionalização da cultura de menosprezo ao feminino ocorre desde os primórdios de nosso país e, no Brasil Colônia a lei portuguesa permitia o assassinato da mulher e de seu amante se os mesmos fossem vistos cometendo o adultério, contudo essa lei não contemplava a mulher caso ocorresse a situação inversa (RIBEIRO, 1997). Dessa forma, a submissão da mulher ao homem vem sendo naturalizada, justificando o sentimento de posse e instituindo relações de poder assimétricas, que fundamentam as agressões e banalizam os atos violentos, frequentemente, com a convivência de diversas instâncias sociais. A traição feminina legitimava os assassinatos de mulheres (RIBEIRO, 1997) e, a defesa era apresentada ao júri popular como “legítima defesa da honra”, até a década de 1970. Este atenuante não estava presente em lei, mas era acatado pelo júri, por julgar de acordo com seus valores morais e culturais (BRANCO; KRIEGER, 2013). Eluf (2003) afirma sobre a prática da legítima defesa da honra que,

A “honra” de que tanto falam os passionais, é usada em sentido deturpado, refere-se ao comportamento sexual de suas mulheres. É a tradução perfeita do machismo, que considera serem a fidelidade e a submissão feminina ao homem um direito dele, do qual depende sua respeitabilidade social. Uma vez traído pela mulher, o marido precisaria ‘lavar sua honra’, matando-a. Mostraria, então, à sociedade que sua reputação não havia sido atingida impunemente e recobriria o “respeito” que julgava haver perdido (ELUF, 2003, p.164).

As motivações para os chamados “crimes passionais” são os sentimentos de ciúme, posse, egoísmo e individualidade, necessidade de controle e ao senso errôneo de justiça “em defesa da honra”, que legitimavam a violência contra a mulher pelos princípios morais (RIBEIRO, 1997), vigorando até nossos dias. Além disso, há outros fatores de risco como: o uso de álcool ou entorpecentes, o porte de armas, filhos/as resultantes de outros relacionamentos, desemprego, estresse conjugal e parental, estresse laboral e o padrão patriarcal, em que a violência assume função disciplinar e corretiva (MINAYO, 2009).

Falar sobre feminicídio é essencial para “desmascarar o patriarcado como uma instituição de controle dos corpos e a capacidade punitiva sobre as mulheres e mostrar a dimensão política de todos os assassinatos de mulheres que resultam desse controle e capacidade punitiva, sem exceção” (SEGATO, 2006. p. 4). A presença desse termo no Código Penal Brasileiro é de fundamental importância para afastar assim a neutralidade que o termo “homicídio” apresenta, pois o feminicídio é um assassinato ocasionado por questão de gênero e pela condição própria de ser mulher. Essa violência é impulsionada, segundo a teoria feminista, pela resistência e conseqüente quebra das leis patriarcais por parte das mulheres, que ameaçam a “superioridade masculina” e seu controle sobre o corpo feminino (SEGATO, 2006).

Violência de gênero: poder mantido pelas estruturas sociais e culturais

Os crimes praticados por violência de gênero nem sempre são divulgados como tal. Mortes ocasionadas por questões de gênero são uma consequência clara da sociedade patriarcal e hierárquica que permite que eventos como esses se repitam (BARATTA, 1999). O patriarcado **é um mecanismo social que beneficia o homem, sistematicamente, em detrimento da mulher** (SCHOLZ, 2011), reafirmando cotidianamente essas questões e, o feminicídio é o resultado final e extremo do que é vivenciado pelas mulheres, diuturnamente.

A violência de gênero deriva do pensamento naturalizado de que a mulher é mais frágil, deve ser dedicada ao fazer doméstico-familiar (CHAUÍ, 1985) e deve assujeitar-se à dominação do seu parceiro prestando-lhe obediência. Esse tipo de violência usurpa a dignidade do outro, pelo processo de assujeitamento, em que o poder de opressão externo é interiorizado pelo oprimido, tornando-se parte de sua identidade (DUTRA, 2012) e, reproduzindo assim os papéis sociais esperados.

A procriação ficou reservada ao feminino, junto ao cuidado desse espaço de reprodução e manutenção do ser produtivo, o homem (ARAÚJO, 2005). Esses e outros fatores resultaram na justificação dos atos de dominação masculina, regulamentados plenamente pela sociedade que aceita e se apoia nessa exploração (SAFFIOTI, 2001). Assim, a dominação masculina é fundamentada pela cultura na qual estamos imersos, restando para a mulher o lugar social, frequentemente, não questionado de submissão, que resulta na violência simbólica (BOURDIEU, 1998.). Para o autor, a cultura funciona como instrumento de distinção dos papéis sociais, que legitima as diferenças e naturaliza a dominação masculina, produto social do sistema patriarcal.

Violência doméstica e feminicídio

A violência doméstica que, ocorre frequentemente, no espaço do lar pode ser intrafamiliar ou não e, para Barreto (2007, p. 18) “as vítimas podem ser pessoas não-parentes, consanguíneas ou afins (inclui crianças, adolescentes e empregados) e pode ser praticada tanto por homens como por mulheres, embora a maior incidência seja pelos homens”.

O mapa da violência: Homicídio de mulheres no Brasil apresenta os dados da violência no Brasil, incluindo novos indicadores (a partir da inclusão de bases dados, causa de morte, raça/etnia, dentre outros) com foco nas questões de gênero (WAISELFISZ, 2015).

A violência doméstica perpetrada por parceiros íntimos tem números alarmantes no Brasil e, em 2014, no sistema de saúde “foram atendidas 223.796 vítimas de diversos tipos de violência. Duas, em cada três, dessas vítimas de violência (147.691) foram mulheres que precisaram de atenção médica por violências domésticas, sexuais e/ou outras. Isto é: a cada dia em 2014, 405 mulheres demandaram atendimento em uma unidade de saúde, por alguma violência sofrida” (WAISELFISZ, 2015, p.42).

A reincidência de atos de violência doméstica é recorrente em relatos de mulheres agredidas (WAISELFISZ, 2015; MORATO et al., 2009) e, podem culminar em mortes. Entre 1980 e 2013, 106.093 mulheres foram assassinadas, em todas as faixas etárias, pelos registros do Sistema de Informação de Mortalidade/SIM/MS. Em 2013, das 4762 mortes de mulheres, 50,3% foram praticados por familiares e, 1.583 mulheres foram mortas pelo parceiro ou ex-parceiro, totalizando 33,2% do total de assassinatos femininos nesse ano (WAISELFISZ, 2015).

Os mecanismos que visam coibir a violência e proteger as vítimas, previstos no artigo 22 da lei 11340/06, são denominados de “Medidas Protetivas

de Urgência que Obrigam o Agressor” e, visam garantir que o sujeito ativo, isto é, que pratica a violência (DUTRA, 2012), não tenha meios de concretizar o feminicídio. Essas medidas são a suspensão da posse ou restrição ao porte de armas, afastamento do lar ou local de convivência com a ofendida, proibição de determinadas condutas, como a aproximação ou contato com ofendida, seus familiares e testemunhas, frequência de determinados locais; restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores e a prestação de alimentos provisionais ou provisórios (BRASIL, 2015).

No entanto, em face dos expressivos números de ocorrências, da banalização das reincidências e, das dificuldades de acompanhamento das medidas protetivas, dentre outras, não raro, a violência doméstica culmina em feminicídio.

Assim, o **objetivo desse trabalho foi analisar os discursos presentes em um processo de feminicídio perpetrado por parceiro íntimo, no âmbito doméstico, em uma cidade do interior de Sergipe, à luz das questões de gênero.**

Metodologia

Esse trabalho consiste em um estudo de caso, utilizando como ferramentas a análise documental apoiada na análise do discurso.

Para acessar os processos de feminicídio no Estado de Sergipe, foi realizado contato com o Centro de Apoio Operacional da Mulher/CAOP Mulher do Ministério Público de Sergipe, que encaminhou cinco processos que atendiam o critério de feminicídio perpetrado por parceiros ou ex-parceiros. Os processos foram submetidos à leitura criteriosa e um deles foi escolhido, como estudo de caso, por conter as falas dos operadores do direito, das testemunhas, do réu e documentos policiais.

Baseia-se um processo jurídico de Feminicídio que ocorreu em uma cidade no interior do Estado de Sergipe, no ano de 2014, envolvendo a vítima, A.P.S., companheira do indiciado S.S.S., conhecido como F. No processo, constam anexos os depoimentos dos vizinhos N., M.J. e A. e dos filhos do casal L.R e L.F.

Resultados e discussão

Do relacionamento ao feminicídio

S., comumente chamado de F., conviveu com A.P. por cerca de 12 anos e tiveram dois filhos, L.F (ou L), 11 anos de idade e L.R., 7 anos. A. P. estava com 28 anos de idade e F., 39 anos. F. era profissional liberal e A.P. trabalhava como secretária.

Na noite que precedeu o fato, A.P. foi para a casa de seus vizinhos N. e J., sua esposa e seus filhos. A. e J. preparavam o churrasco quando F. apareceu lá com um carro emprestado e levou umas cervejas, já aparentando estar bêbado, segundo N. (fls: 01). F. voltou para entregar o carro e logo depois do fim do jogo de futebol que assistira no bar, voltou para sua casa para tomar banho. A.P. pediu para L. ir chamar seu pai para comer e beber com eles. L., atendendo sua mãe, foi até sua casa, chamou seu pai, regressou para a casa de J. e avisou a sua mãe que ele já estava vindo. Todos prosseguiram comendo e bebendo até por volta das 23h, quando, segundo F., A.P. e F. voltaram para sua casa com seus filhos, pois a filha de N. queria dormir. J. e N. não perceberam nenhum desentendimento entre os dois, no período em que permaneceram no local (fls: 01).

Ao chegar em casa, segundo relato de F., A.P. foi para a cama tentar dormir e as crianças fizeram o mesmo. F. ficou na sala assistindo televisão. Logo depois a discussão começou (fls: 12).

Ainda sobre a perspectiva do depoimento de F., A.P. acordou e foi reclamar por F. ainda estar assistindo televisão, agredindo-o com palavrões e atirou contra ele um relógio de pulso. Nesse momento, F. segurou A.P. pelos cabelos e lhe desferiu dois chutes: um no tórax e outro na região mandibular (fls: 12 e 13). A.P. teve sua cabeça projetada contra a parede pela força impressa no chute.

Depois das agressões, A.P. saiu em direção ao quarto das crianças. L. acordou com o barulho da discussão e afirmou que ouviu seu pai dizer que não era “corno”, que sabia que A.P. tinha outros homens, usando palavras de baixo calão; viu sua mãe se aproximando dele, caindo lentamente ao chão e urinando em suas calças (fls: 09). A.P. pediu que L.F. chamasse alguma ajuda e ele se dirigiu à casa de N., alegando apenas que precisava de ajuda e que seu pai estava louco, frase que A.P. falou enquanto se afastava de seu agressor (fls: 06).

Ao chegar à casa de F. e A., N. perguntou se F. estava louco e foi acudir A., enquanto F. estava sentado no sofá, sem prestar qualquer ajuda à parceira, apenas resmungando que não era “corno” nem “besta”. N., com a ajuda de L. e de L.R, colocou A.P. na cama, enquanto a vítima não proferia palavra alguma, só batia seu punho contra a parede em sinal de intensa raiva. N. saiu da casa de F. e foi até a sua para contar a J. o que acontecera, e ao voltar para a casa da vítima foi avisado que não podia entrar, pois F. havia saído de casa, antes de N. se retirar, com sua moto e levou a chave (fls 06 e 07). L. percebeu que sua mãe já não batia os punhos contra a parede e estava quieta, pensando assim que A.P. dormia, avisou a N. e foi também dormir (fls: 09).

F. afirma que ligou às 7h30min para L. e perguntou como A.P. estava e seu filho respondeu que a vítima ainda estava dormindo, voltando assim a dormir também (fls: 12). Por volta das 9h, A., que trabalha no Jogo do Bicho, recebeu a chave de F. e, cumprindo o pedido dele, foi entregar o objeto na casa do agressor. Chegando lá, entregou a chave a L. (fls: 21). Nesse momento, o garoto tentou acordar sua mãe e, não percebendo resposta, virou-a e percebeu rigor e frieza em seu corpo. L. percebeu que sua mãe estava morta (fls: 09) e foi pedir ajuda a sua vizinha M.J. (fls: 21).

Ao chegar na casa de M.J., os garotos L.F. e L.R. declararam, enquanto choravam, que sua mãe estava morta. A vizinha tentou acalmar as crianças e foi com eles até a casa da vítima. Verificou que o corpo estava virado para cima e com os braços estendidos e mãos quase fechadas. M.J. ficou muito nervosa e não procurou saber como as coisas tinham acontecido e, ficou sabendo de tudo pelos comentários da rua (fls: 21).

Analisaremos os depoimentos que constam no processo, que são os depoimentos de:

Testemunha 1: L.F.S.S., L., filho do casal;

Testemunha 2: L.R.S.S., R., filho do casal;

Testemunha 3: N. S. M., vizinho do casal;

Testemunha 4: A.M.S., conhecido do indiciado;

Testemunha 5: M.J.B., vizinha da vítima;

Indiciado: S.S.S., conhecido como F., companheiro da vítima;

Boletim de Ocorrência: Realizado por A.P. em 2010.

Os depoimentos

A busca pela intervenção na situação de violência

A.P. registrou uma ocorrência de violência, quatro anos antes do feminicídio, como consta no Boletim de Ocorrência (Dia 11/04/2010),

“no dia de hoje [A.P.] foi vítima de agressão física por parte de seu marido”(fls: 05. *Grifo nosso*)

“o mesmo desferiu um soco em seu rosto, mais precisamente no olho esquerdo” (fls: 05)

“que não é a primeira vez que isso ocorre” (fls: 05. *Grifo nosso*)

“que há alguns meses levou um soco onde foi perfurada com uma chave de moto que estava na mão de S., que também já sofreu cortes, com um estilete, na altura dos seios” (fls: 05 *Grifo nosso*)

A.P. foi agredida antes do momento de sua morte, pelo menos duas vezes, por seu marido. Esse fato demonstra a dificuldade de romper o ciclo de violência, no qual a vulnerabilidade à agressão a aprisiona. A vítima não denunciou as primeiras agressões. Contudo, após os primeiros eventos A.P. prestou queixa aos órgãos públicos, mas não saiu do lar e voltou ao convívio com o autor da agressão. A manutenção do sentimento amoroso, a justificativa das condutas misóginas de que o homem pode se exceder algumas vezes e, sobretudo, a visão de que cabe a ela, mulher, a manutenção da sua família, são questões vivenciadas pelas mulheres e determinantes para a tomada (ou não) de decisões (PEDROSA, 2009; DUTRA, 2012). A responsabilidade pelo bem-estar do lar justifica parte do peso que há para a mulher ao ser responsabilizada pelo rompimento familiar e pela destruição do lar, além de lhe ser imputada a responsabilidade pela estabilidade da vida dos filhos (GREGORI, 1993).

Para além desses fatores, há também a questão nomeada por Hirigoyem (2001, p. 109) como “enredamento”, no qual a agredida é levada a aderir à relação de dependência por aquiescência, pela influência intelectual e moral, configurando uma relação de dominação/submissão.

2. 2. Os discursos dos filhos

Testemunha 1 (L., 11 anos, filho da vítima)

“quando já estava dormindo, acordou e percebeu que seus pais estavam discutindo, estando seu pai afirmando que sua mãe estaria traindo o mesmo com outros homens” (fls: 09. *Grifo nosso*)

“Que o declarante passou a falar com sua mãe e ela não respondia e por isso foi pedir ajuda ao vizinho N. tendo dito a ele que seu pai estava louco. ” (fls: 09. *Grifo nosso*)

“Que seus pais sempre brigavam e presenciou seu pai agredir fisicamente sua mãe umas quatro vezes, tendo seu pai dado tapas nela” (fls: 09. *Grifo nosso*)

Testemunha 2: (L.R., 7 anos, filho da vítima)

“Que seus pais começaram a brigar, tendo seu pai acusado sua mãe de estar com outro homem.” (fls: 08. *Grifo nosso*)

“acha que nunca viu seu pai bater em sua mãe” (fls: 08)

Ao analisar os discursos dos filhos do casal, nos deparamos com alguns pontos importantes, L.F (L.) afirmou com detalhes como presenciou a agressão de seu pai contra sua mãe. O relato evidencia as violências a que foi submetido, ao presenciar as agressões e a morte da mãe. L. afirma que já tinha visto agressões de seu pai contra sua mãe, pelo menos quatro vezes, tornando-se vulnerável à violência. Um dos motivos pelos quais a mulher, frequentemente, permanece em uma situação de violência, é a crença na família e que os episódios de violência serão passageiros, além da responsabilidade feminina pela manutenção do lar e o devotamento à prole (GREGORI, 1993).

O filho mais novo, L.R., afirma não lembrar se viu o pai agredindo sua mãe naquela noite ou em qualquer outra vez, mas a violência psicológica é configurada pela tensão ocasionada por brigas ou sua iminência, o que afeta diretamente a saúde psíquica dos envolvidos. Assim, a situação de violência afeta a todas as pessoas envolvidas.

Os Discursos das testemunhas: a invisibilidade da violência

Testemunha 3 (N., vizinho)

“Que o declarante foi até a casa dos vizinhos e encontrou “F.” sentado no sofá e A.P. no chão. Que “F.” passou a reclamar que trabalhava o dia todo e que não era “corno” e não era “besta”” (fls: 06. Grifo nosso)

Testemunha 4 (A., conhecido)

“Que só conhecia A.P. e F. de vista, não tinha conhecimento sobre a vida do casal” (fls: 21)

Testemunha 5 (M.J., vizinha)

“Que nunca presenciou ou soube de algum episódio de violência praticado por F. contra a esposa” (fls: 19. *Grifo nosso*)

As testemunhas, com exceção do filho mais velho do casal, afirmaram não saber sobre o histórico de violência dos envolvidos, surpreendendo-se com o ato inesperado de F.. Entretanto, F. agrediu a companheira algumas vezes, antes do feminicídio, conforme o boletim de ocorrência, em que há o relato de um soco, que provocou uma perfuração com uma chave de moto e que também sofreu cortes com um estilete na altura dos seios (fls: 05).

Mesmo convivendo e compartilhando eventos sociais com seus vizinhos, as agressões não foram percebidas por eles. A invisibilidade da violência, em razão do silenciamento, vergonha e/ou naturalização da violência, o segredo, para não expor a intimidade familiar, fazem parte do corolário que “não se mete a colher em briga de mulher”.

Esse silenciamento desprotege a vítima e permite a perpetuação da violência no âmbito privado, reiterando que na esfera privada o homem tem direito sobre a mulher e que ninguém deve intervir nisso (SAFFIOTI, 1999)

O fato é que os casos de violência são e sempre formam minimizados pela sociedade. Um escorregão, um tropeço, um acidente na cozinha, tudo isso pode ser a maquiagem para uma agressão doméstica que é o passo que precede a morte e, que é precedido por todo um somatório de violências simbólicas (SAFFIOTI, 2001). Daí a importância da intervenção na situação de violência, propiciada pelas leis e da necessidade da implantação e fortalecimento da rede social de apoio formal e informal.

Os discursos dos Operadores do Direito

“Na madrugada do dia 14 de setembro de 2014, o denunciado S.S.S., agindo consciente e voluntariamente, matou sua companheira A.P.S” (fls: 01. *Grifo nosso*)

“Enquanto L.F. e N. assistiam à Vítima, o acusado ficava inerte no sofá sem prestar ajuda e somente resmungava ao afirmar que não era ‘corno’, nem ‘besta’. Sem prestar socorro à vítima ou levá-la ao Hospital, o acusado a deixou na companhia de duas crianças de onze e sete anos, juntamente com o vizinho N. e foi andar de moto

pela cidade levando a chave de casa, indo dormir na pousada B.”
(fls: 02. *Grifo nosso*)

“As agressões decorreram de uma discussão banal, seja porque o S. estava com ciúmes da vítima, seja porque esta reclamou que o Denunciado estava assistindo televisão tarde da noite, seja porque esta teria jogado um relógio de pulso acertando o braço do interrogado, sendo sua reação também completamente desproporcional”
(fls: 02. *Grifo nosso*)

“O motivo fútil qualifica este homicídio por ser insignificante, íntimo, desarrozoado, desvantajada desproporção entre a motivação e o crime praticado” (fls: 02. *Grifo nosso*).

O posicionamento do Ministério Público salienta o dolo de S., pois os motivos de ciúme, reclamação pelo acusado ver tv até tarde e o ato de jogar o relógio nele, tem uma reação desproporcional que culmina em feminicídio qualificado, por todos esses motivos serem fúteis e banais.

O feminicídio por motivo torpe é agravado pelo fato de o acusado estar embriagado e por acreditar que a esposa o estava traindo, o que o leva a cometer o crime em “defesa da honra”, afirmando que “não é corno, nem besta”. O dolo é caracterizado também por não prestar socorro à esposa e, ao sair levando as chaves, houve a omissão e impedimento do socorro.

A utilização da força física desproporcional é frisada pela acusação, que deixa clara a preocupação em marcar o uso de uma justificativa hierárquica para a ação controladora ou corretiva de S. (MINAYO, 2009).

Esse caso é anterior à lei do feminicídio, que teria como agravantes o fato de o crime ter sido cometido diante dos filhos (BRASIL, 2013). No entanto, o que foi salientado é que, seja por motivos passionais, a ação de S. foi dolosa, cruel, fria e desproporcional em todas as instâncias, seja pela agressão verbal, física, omissão e impedimento do socorro. Embora, a passos lentos, o reconhecimento deste crime como feminicídio qualificado, antes da promulgação da lei (em 2015), representa um avanço na punição desses crimes, pois caminha para a desnaturalização dos chamados “crimes em defesa da honra”. A promulgação da lei 13.104/2015 é um marco nesse sentido.

A justificativa para o feminicídio

Indiciado (S. ou “F.”)

“que nunca teve brigas físicas com A.P., somente discussões, ocorrendo xingamentos de ambas as partes” (fls: 12. *Grifo nosso*)

“que A.P. não permitia que o Interrogado olhasse seu aparelho celular, mas não sabia o motivo” (fls: 12. *Grifo nosso*)

A justificativa dada por S. é uma tentativa de responsabilizar a esposa pelos seus atos. O indiciado minimiza seus atos de violência, reafirmando que as discussões e brigas são “coisas de casal” e, não menciona o Boletim de Ocorrência, o que sugere que mensura a denúncia da esposa como exagero.

A desconfiança de traição e a visão de si mesmo como provedor da casa, citado pelas testemunhas e por ele, legitimam o discurso de S. sobre suas ações e não lhe permitem o (re)conhecimento e responsabilização por seus atos violentos.

Enquanto o vizinho da família ajudava a levantar A.P., o autor do crime afirmava que trabalhava o dia todo e que não era “besta”, nem “corno” (fls: 06). A “honra” se mostra aqui como principal pilar da reação desmedida de S. que culmina com a morte de A.P.

A necessidade de controle e a suspeita de traição são evidenciadas pela insatisfação do indiciado diante da recusa da esposa de lhe permitir o acesso ao aparelho celular. Assim, o celular e a mulher são uma extensão de seus domínios e posses e, alvo de seu controle e ira.

O controle sobre as mulheres e a manutenção da honra masculina, vistas como honra da família, são narradas por Machado (2002) como o valor cultural que permite esse tipo de ato e, apontada por Eluf (2003) como uma das mais recorrentes justificativas dos crimes passionais.

O motivo para a ação excessiva de S. foi a noção de que ele tinha direito de punir, de que tinha direito de revidar e que tinha direito, acima de tudo, de manter a sua honra frente à possibilidade da desobediência, aliada à ideia de estar sendo traído por A.P..

A traição significa afronta direta ao sistema de dominação da mulher, pois a essa são delegadas as ações do cuidado e da reprodução, sendo o homem o ser intelectual e sexual da relação (MACHADO, 2002). S. afirmou que trabalhava o dia todo, reforçando seu papel de mantenedor do lar e de ser dotado

do privilégio do comando e do domínio, e qualquer ato de sua mulher, que não condissesse com o papel que lhe cabia na organização familiar, passível de punição ou correção (MINAYO, 2009).

O papel de provedor financeiro da família reforça a ideia de que a mulher é um objeto, uma mercadoria e que ela tem por obrigação servir e obedecer àquele que mantém a casa, os filhos e a ela (MACHADO, 2002). E, qualquer resistência ou insubmissão (real ou imaginária), passíveis de punição, ainda nos dias atuais.

Considerações finais

A perspectiva de gênero é importante para compreendermos os discursos (re)produzidos pela sociedade. É possível perceber a violência contra as mulheres como um fenômeno cultural decorrente das relações assimétricas entre os gêneros, que resulta também no sentimento de posse do homem sobre a mulher, justificado e compartilhado pela sociedade machista e misógina que se apoia no discurso sexista.

Discurso esse legitimado até hoje, como em uma matéria da Revista Veja, no dia 18 de abril de 2016, que exalta a mulher “bela, recatada e ‘do lar’”, destacando tais atributos desejáveis às mulheres. Essa visão enrijece a gama de possibilidades de expressão de papéis das mulheres na atualidade e, penaliza, pune e segrega todas as demais, ao reiterar que o lugar social ideal da mulher é no cuidado do lar, sempre subordinada ao homem. Esse tipo de violência, tradução das relações assimétricas de poder, é refletida em várias esferas das relações interpessoais (FOUCAULT, 2004) e, mais que isso, dita em quais esferas as mulheres podem estar incluídas e em quais devem estar excluídas.

A violência simbólica, resultado da dominação simbólica que nem sempre é percebida, mas sempre exercida, se mostra como eixo principal de todas as ações de violência de gênero, em especial no âmbito doméstico.

A oprimida não tem noção dessa subordinação até quebrar uma das regras que são tão naturalizadas que não são perceptíveis facilmente, sem um olhar crítico. No momento em que as regras são transgredidas, a violência se manifesta como asseguradora desse sistema no qual o homem está numa posição privilegiada e cabe à mulher apenas prosseguir submetida ao padrão patriarcal (DUTRA, 2012).

O feminicídio é a expressão mais extrema e violenta de todo um sistema que condiciona a mulher a ser agredida e vítima da subordinação, configurando

o ponto-final de todo o processo de violência sofrido pelas vítimas de violência de gênero. Precisamos desconstruir os discursos em que o sexo biológico é a justificativa em que esse sistema é reiterado e se perpetua, desconsiderando a construção social das relações desiguais entre os gêneros.

No caso analisado e, em muitos outros relatados pela literatura, o feminicídio é o ápice de uma sucessão de eventos de violência, evidenciando a perpetuação dos valores machistas e a negligência, dos sujeitos e das instâncias sociais perante tais situações. A invisibilidade da violência, mantida sobre as máscaras da cultura patriarcal, que por um lado legitimam e exaltam a figura masculina de dominação, por outro lado, controla e naturaliza o assujeitamento da figura feminina, dominada e, regulamenta, ainda hoje, este modo de funcionar nas diversas relações sociais.

Essa visão dicotômica, binária, oposta e rígida de homens e mulheres urge por ser ressignificada, para romper com as máscaras que persistem em dificultar o reconhecimento da violência e discriminação de gênero. Tal ressignificação é necessária para que as instâncias sociais envolvidas possam repensar o seu modus operandi, que é falho, quando as medidas protetivas das mulheres não são efetivadas por diversos fatores operacionais e logísticos e a rede social informal não as protege.

O cumprimento das medidas de proteção às vítimas de violência doméstica, o fortalecimento da rede social de apoio e a inclusão da perspectiva relacional de gênero se mostram como passos fundamentais para a ruptura dos processos de violência, que podem culminar no feminicídio.

Bibliografia

ARAÚJO, M. F. et al. Violência de gênero e violência contra a mulher. In: ARAÚJO, M. F e MATTIOLI, O. C. (Org.). **Gênero e violência**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

BARATTA, A. O paradigma de gênero: da questão criminal à questão humana. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). Criminologia e feminismo. Porto Alegre: Sulina, 1999. p. 19-80.

BARRETO, J. M. C. Os discursos produzidos sobre o crime passionai cometido contra a mulher no processo judicial, em uma perspectiva de gênero. Trabalho de Conclusão de Curso. **Universidade Católica de Brasília**. Brasília. 2007.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, P. **La domination masculine**. Saint-Amand-Montroud: Édition du Seuil, 1998.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRANCO, Alzelico Seide; KRIEGER, Jorge Roberto. A emoção e o crime: quando a paixão mata. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica**. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 4, n.4, p. 50-68, 4º Trimestre de 2013. Disponível em: www.univali.br/ricc - ISSN 2236-5044

BRASIL. Presidência da República. Código de Processo Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm>. 2015. Acesso em: 23 abr. 2015.

CAPUTI, J; RUSSELL, D. E. H; Femicide: Speaking the Unspeakable. In: RADFORD, J; RUSSELL, D. E. H: **Femicide: The Politics of Woman Killing**. New York: Twayne Publishers, 1992.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: **Perspectivas Antropológicas da Mulher: sobre mulher e violência**. Vol.4. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

DUTRA, T. M. Femicídio Doméstico e Familiar: Um estudo sobre o “Caso Márcia”. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Jurídicas. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2012.

ELUF, L. N. **A paixão no banco dos réus**: casos passionais célebres: de Pontes Visgheiro a Pimenta Neves. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FOUCAULT, M. (Org.). **Os corpos dóceis. Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 29ª ed. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GREGORI, M. F. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

HIRIGOYEN, M-F. **Assédio Moral**: A violência perversa no cotidiano. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2001.

LOURO, G. L.(org) WEEKS, J. BRITZMAN, D. et al. **O Corpo Educado**: Pedagogias da sexualidade. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2000.

MACHADO, L. Z. Atender vítimas, criminalizar violências. Dilemas das delegacias da mulher. Brasília, **Série Antropologia**, v. 319, p. 23, 2002.

MINAYO, M.C. S. Vulnerabilidade à Violência Intrafamiliar. IN: LIMA, F.R.; SANTOS, C. **Violência doméstica**: vulnerabilidades e desafios à intervenção criminal e multi-disciplinar. Rio de Janeiro, Lumenjuris, 2009.

MORATO, A. C.; SANTOS; C.; RAMOS; M.E.C.; CRUZ LIMA, S.C. **Análise da relação sistema de justiça criminal e violência doméstica contra a mulher**: a perspectiva de mulheres em situação de violência e dos profissionais responsáveis por seu acompanhamento. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2009.

OSAVA, M. **Mulheres-violência; Lei brasileira ainda não evita mortes - IPS (RJ)**. Disponível em: Acesso em: 10. mai. 2010.

RIBEIRO, S. N., **Crimes passionais e outros temas**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense,1997.

SAFFIOTI, Heleith I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, 2001.

..... Já se mete a colher em briga de marido e mulher. São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**. 1999.

SCHOLZ, R.O tabu da abstracção no feminismo. Como se esquece o universal do patriarcado produtor de mercadorias. In: **Exit!** v.8, p. 23 – 44. 2011.

SEGATO, R. Qué es un Femicidio. Notas para um Debate Emergente. Brasília, 2006. In: **Fronteras, violencia, justicia**: nuevos discursos. Universidad Nacional Autonoma de Mexico. 2007.

VEJA, Revista. Marcela Temer: Bela, recatada e 'do lar'. Por LINHARES, Juliana. 2016.
Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bela-recatada-e-do-lar/>

Waiselfisz, J.J. **Mapa da Violência 2015. Homicídio de Mulheres no Brasil**. Brasília:
FLACSO Brasil, 2015.

GÊNERO, IDENTIDADE E CULTURA



GT 05

MOVIMENTOS FEMINISTAS NA CIDADE DE RECIFE-PE: NOVOS SUJEITOS SOCIAIS E PRÁTICAS POLÍTICAS NA ATUALIDADE

Ana Cecília Nascimento Cuentro;

Orientador: Gustavo Gomes da Costa
Universidade Federal de Pernambuco
cecicuentro@gmail.com

Resumo: Neste texto apresento algumas discussões e problematizações sobre a construção da identidade feminista de novos sujeitos na contemporaneidade e suas práticas políticas no cenário dos movimentos feministas na cidade de Recife- Pernambuco, a partir da análise do grupo FeminismoAgora!. O FA! surge em 2013, a partir da iniciativa da ONG feminista SOS-Corpo Instituto para Democracia, com o objetivo de aglutinar, incentivar e fomentar indivíduos e coletivos que estavam surgindo naquele momento em um grupo de autorreflexão feminista. O FA! se constrói enquanto um grupo de mulheres jovens diverso, quanto à raça, classe social, sexualidade e territorialidade e vem se destacando no contexto dos movimentos feministas recifenses. Na primeira parte apresentarei algumas problematizações sobre o FA! e o campo no qual está inserido e levantarei alguns questionamentos: porque a luta feminista se faz necessária nos dias de hoje ainda? Porque as mulheres jovens sentem a necessidade de se autoidentificarem feministas? O que elas querem, afinal? Na segunda parte do artigo situarei a discussão teórica acerca dos conceitos de gênero, identidades e feminismos. O presente trabalho abordará questões teóricas e análises incipientes quanto ao campo de pesquisa, pois se trata de um projeto de mestrado em andamento.

Palavras- chaves: Identidade, Feminismos, Gênero, FeminismoAgora! e Ação coletiva.

Introdução

Não há dúvidas de que hoje as mulheres ocupam múltiplos espaços da vida social, circulam pelo espaço público, estão em quase todas as profissões, optam pela maternidade e assumem sua sexualidade com mais desenvoltura que há setenta anos (RAGO, 1996). “As mulheres já conquistaram tudo” bradam as manchetes das revistas. Tendo em vista esse cenário promissor e de avanços, como explicar a permanência dos movimentos feministas? O feminismo ainda se faz necessário enquanto ideologia, prática e dispositivo de resistência política?

Diante de seu acúmulo histórico, suas lutas e trajetórias distintas entre os movimentos e suas concepções, quem são os sujeitos legitimados a falar em nome do feminismo? Quais são as suas práticas?

O objetivo desse trabalho será compreender a formação da identidade feminista, suas novas práticas e ações coletivas no movimento feminista da cidade de Recife a partir do estudo do grupo “FeminismoAgora!”. O grupo formado há três anos, surgiu a partir da iniciativa da ONG feminista SOS Corpo - Instituto para a Democracia, com os objetivos de agrupar mulheres jovens de classes sociais, raças, sexualidades, idades diversas no intuito de fomentar debates dentro do feminismo e incentivar coletivos em processos de construção através de diferentes formas de atuação política. A ideia era fomentar antigas e novas discussões sobre teorias e práticas feministas e estimular a atuação de coletivos como, por exemplo, o Coletivo Marcha das Vadias Recife, cujas integrantes compõem o grupo.

A formação desse grupo evidencia novas identidades feministas, práticas e saberes em um contexto totalmente adverso à aceitação dos feminismos no cenário político nacional. De um lado, a crença social de que as mulheres já conquistaram tudo e por isso não há mais razão nas lutas feministas. Do outro, o recrudescimento dos fundamentalismos religiosos que encampam cada vez mais políticas que retrocedem direitos já conquistados pelas mulheres (RAGO, 1996). Neste cenário, mulheres majoritariamente jovens reivindicam para si a identidade feminista e os questionamentos que se colocam para mim são: compreender como se constrói a identidade feminista de mulheres através do processo de vivência do grupo “FeminismoAgora!”, identificando quem são e como constroem as suas ações coletivas e quais as práticas políticas do grupo no campo feminista na cidade de Recife, perceber em que medida essas mulheres vem transformando a sua vivência em grupo enquanto feminista, em práticas

políticas de mobilização e resistências através da ação coletiva, o que trazem de novo ou de (re) atualização de antigas práticas a fim de manter a vitalidade dos movimentos feministas, e por fim, após tantas décadas de enfrentamentos e lutas pela emancipação feminina, o que ainda falta conquistar? O que querem essas sujeitas? Quais seus projetos políticos?

Para tanto, situo esse debate na perspectiva da *Terceira Geração* do feminismo, dentro da concepção epistemológica pós-estruturalista feminista. A partir de um lugar de fala, enquanto mulher e feminista engajada que compõem este grupo e o Coletivo Marcha das Vadias- Recife, dentro de um saber localizado historicamente (HARAWAY, 1995) como base para o fazer científico acadêmico em diálogo com outros saberes e conhecimentos construídos pelas mulheres nos seus diferentes espaços.

Metodologia

A escolha metodológica pelo FA! se deu porque acredito que o grupo pode me trazer caminhos pelos quais percorrer na tentativa de conhecer/reconhecer quem são as sujeitas dos feminismos hoje na capital pernambucana. Compreendo, dessa forma, também a importância de localizá-lo no cenário político da cidade e em relação a outros grupos e coletivos que vem surgindo vertiginosamente desde 2011. Ressalto que, a partir dessa data, ano da primeira Marcha das Vadias em Recife o cenário político refloresceu, pois é notório que desde o período de redemocratização ao final dos anos 80 até a primeira década do século XXI os movimentos sociais de maneira geral, em especial, os feministas passaram por um longo processo de institucionalização retomando com mais força o espaço público, as ruas a partir desse momento na capital pernambucana. O FA! é composto por mulheres, majoritariamente jovens, de classes sociais, raças, territorialidades e sexualidades distintas, são estudantes, autônomas, funcionárias públicas e desempregadas, organizadas ou não em coletivos. Por dois anos o grupo fez parte de um projeto guarda-chuva denominado Cirandas Feministas incentivado pela União Europeia e apoiado pela ONG feminista SOS-Corpo Instituto para a democracia; com base na pedagogia feminista e em oficinas de autoreflexão (SILVA, 2015), os encontros eram mensais e buscavam incentivar a construção individual das participantes e também as suas ações coletivas. Ao término do projeto, no início de 2015, o grupo decidiu continuar organizando-se autonomamente levando em frente às construções e laços consolidados ao longo dos dois anos. Hoje as atividades do grupo vão

desde a realização e publicação de revistas, dois materiais foram lançados, à organização de eventos e participação em atos políticos. As questões que me levam ao FA! também dizem respeito a rede à que o grupo está relacionado, pois a maioria das mulheres que compõem o grupo hoje integram outros coletivos e grupos políticos, como o bloco carnavalesco Ou Vai Ou Racha, Coletivo Marcha das Vadias Recife e Cabelação PE, atuando também como aglutinador de diversas forças e atuações políticas.

Como se trata de um projeto de mestrado em andamento, o campo está se iniciando e os frutos que venho colhendo estão sendo apresentados no decorrer desse trabalho, sobretudo, no que tange a discussão teórica, de reconhecimento das sujeitas e do campo no qual me insiro. A metodologia dessa pesquisa forja-se na concepção de ciência corporificada, na qual o saber localizado não paira sobre a realidade, mas se faz dentro dela (HARAWAY, 1995; SPIVAK, 2010). Situo, a partir daí, o meu trabalho na abordagem qualitativa da pesquisa participante e dentro do campo feminista, que se constrói no seio desta abordagem e em diálogo com os movimentos de mulheres e feministas e objetiva construir saberes que a estes estejam relacionados; em um processo dialógico em que teoria e prática caminham lado a lado (SILVA, 2015). A escolha pela pesquisa participante dá-se para que eu possa estabelecer uma relação adequada com o campo em questão, o grupo “FeminismoAgora!”, visto que, construo uma relação de proximidade com as participantes, pois sou uma delas e integro o campo a partir desta localização juntamente ao papel de pesquisadora. Através desse lugar, a forma como venho alimentando o trabalho se dá principalmente através das contribuições construídas coletivamente nas reuniões e encontros políticos. Quanto aos procedimentos metodológicos, inicialmente farei um mapeamento do cenário político feminista, compreender quais grupos e coletivos existem hoje e quais atividades vem desenvolvendo para melhor situar o contexto no qual o FA! se insere. Posteriormente, me apoiarei em dois métodos utilizados na pesquisa qualitativa: entrevistas em profundidade e observação participante (DENZIN; LINCOLN, 2006). As entrevistas serão realizadas com cinco mulheres que participam do grupo desde o princípio ou a ele estão relacionadas desde então, a fim de tentar compreender como se constrói a identidade feminista, como ocorre o reconhecimento e autoidentificação a partir do relato delas. A observação participante será com base nas reuniões periódicas, ações e atos políticos que o grupo participa; além da análise dos materiais produzidos por elas ao longo desses dois anos. Pretendo a partir dessas escolhas metodológicas compreender melhor como se configura o campo feminista hoje no Recife de

maneira geral, adentrando às questões propostas a partir do FA!. A metodologia não está fechada e diz respeito à complexidade do campo no qual me insiro, me aponta caminhos, mas está longe de conferir certezas.

Resultados e discussões

A minha problemática centra-se em como os sujeitos feministas contemporâneos constroem as suas identidades feministas e quais as suas práticas políticas e ações coletivas na cidade de Recife, a partir do grupo “FeminismoAgora!”. Para isso, farei uma breve análise do sistema sexo-gênero, discussão fundamental para construção teórica e política dos movimentos feministas euro-americanos e suas influências nos movimentos feministas no Brasil a partir da década de 1970. Compreendendo que a construção identitária do sujeito feminista ocorre simultânea e dialogicamente às práticas políticas vivenciadas por esses sujeitos. Para situarmo-nos viveríamos atualmente um momento denominado de *Terceira Geração* ou *Terceira Onda* do feminismo que se inicia a partir dos anos 1990. Esse demarcador encontra suas bases históricas nas teorias euro-americanas e tem como características principais: a quebra com a categoria universal e homogênea de mulher, compreendendo que essa denominação teve a sua importância no início das lutas feministas até a década de 1970, cujo intuito era que as mulheres se reconhecessem umas nas outras a partir da construção desse Outro negado e a desestabilização desses sujeitos. Ainda na *Segunda Geração*, em meados dos anos 1970 podem ser encontradas as raízes desse momento a partir do debate radical proposto pelas feministas negras e lésbicas que desde então já apontavam para a invisibilidade e marginalidade a que a categoria mulher as empurrava.

Esses tensionamentos provocaram a desestabilização da categoria hegemônica da mulher, branca, ocidental e heterossexual. Paradigmas basilares às ideologias feministas, como a universidade e o patriarcado, são postos a prova e desse processo emergem sujeitas antes silenciadas, e os desdobramentos da quebra desses silêncios desenvolveram os caminhos pelos quais os movimentos e as teorias feministas vêm trilhando até os dias de hoje.

Todos os significados ocidentais e modernos de gênero se enraizaram a partir da perspectiva exposta no livro *O Segundo Sexo - Volume I e II* - de Simone de Beauvoir, da qual a principal máxima para os pensamentos iniciais e construções sobre a condição da mulher foi retirada: não se nasce mulher, torna-se mulher. O livro escrito na década de 1940, período da Segunda Guerra,

inspirou a eclosão, no pós-guerra, de movimentos de mulheres empenhados na concepção de mulher como um coletivo histórico, sujeito em processo e capaz de controlar e mudar os rumos de suas trajetórias.

Os esforços se concentraram em retirar dos corpos e das histórias das mulheres o peso do determinismo biológico perpetrado em seus corpos historicamente. A negação de tudo que relacionasse a mulher à natureza feminina, ao passo que objetivara romper com a naturalização da subordinação feminina, proporcionou a solidificação de um pensamento dicotômico e binarista, cujo raciocínio se construiu através dos seguintes pares opostos: Natureza x Cultura; Mente x Corpo; Racional x Emocional. O sistema sexo/gênero se estruturara, naquele momento, a partir da construção social do gênero/identidade feminina em contraposição ao determinismo do sexo biológico, que aprisionara as mulheres em um corpo marcado e sexualizado. A ideia era, principalmente, mostrar que da mesma forma que o sexo masculino foi construído através de uma perspectiva social e histórica, o sexo feminino também, não sendo, portanto, uma construção natural e advinda dos deuses. As mulheres assim como os homens eram construções sociais. Judith Butler (2003, p. 26), vai afirmar que o sistema sexo/gênero é concebido, desse modo, através de uma “lei inexorável da cultura” que constrói culturalmente a imagem ou símbolo da mulher, identidade de gênero. Cria-se, dessa forma, o domínio imaginável do gênero, cuja construção social do ser mulher possa ser homoganeamente inteligível, compreensível e dialogável, a partir de um determinismo social compreendido dentro dos limites hegemônicos da linguagem racional e através de uma universalidade indistinta e conseqüentemente presumida de mulheres (BUTLER, 2003). O que deveria libertá-las de qualquer coerção e categorização que as aprisionasse em um único modus operandi de agir e ser, um destino tornou-se um novo padrão, formulado à margem de suas contextualizações e marcadores de raça, classe e sexualidade. Descorporificou-se corpos que permaneciam corporificados e sexualizados e por isso oprimidos e violados. O que Butler (2003, p. 31) vai chamar de um “imperialismo epistemológico” baseado em padrões hegemônicos de dominação, ao utilizar-se da racionalidade masculina dicotômica, que não reconhece as especificidades culturais de vivências de opressão, do ser mulher e das formas de emancipação. A respeito deste sujeito mulher universal\unificado\homogêneo, as feministas negras já confrontavam os feminismos hegemônicos, brancos e classistas que desconsideravam as suas experiências como mulheres negras. bell hooks (2014) na década de 1970, nos Estados Unidos, faz uma reflexão pertinente à problemática que se apresenta, ao expor que mesmo diante

da negação da demarcação sexual feminina, esta sempre existiu e que negar os demarcadores pelos quais as mulheres se situam, seria negar as diferenças existentes entre nós. Raça, classe, sexualidade, territorialidade e geração nos localizam enquanto sujeitos e não podem ser por isso transversal, mas categorias interseccionais junto ao gênero (PISCITELLI, 2008). As diferenças existem no ser mulher, enquanto identidade e dentro dos movimentos nas lutas feminista. E negar a corporalidade desses sujeitos, objetivando libertá-los de um destino biológico reservado às mulheres é igualmente nos aprisionar em um lugar ou posição social unitária que nos violenta, pois nega os distintos e desiguais locais onde nos situamos socialmente. Através de feministas negras como bell hooks (2014) essas denúncias passaram a ecoar dentro dos movimentos e a desestabilizar o sujeito mulher e os sujeitos dos feminismos. Quem eram as mulheres que falaram em nome da luta feminista? (SPIVAK, 2010). A unidade categórica para a luta, a quem serviu e a quem serve? A perspectiva emancipatória cunhada dentro do próprio feminismo desde as denúncias do feminismo negro e lésbico até a chegada do pós-estruturalismo (HARAWAY, 2004) desestabilizou as exigências da construção de um sujeito mulher que presumiria o sujeito feminista, demonstrando dessa maneira as limitações da política da identidade; as consequências coercitivas e reguladoras dessa construção não suportaram mais as próprias limitações. Essa identidade pré-discursiva (BUTLER, 2003) formou o sujeito centrado do feminismo e não abriu espaço para gêneros marginais ou em discordância com as identidades fixadas de homem e mulher. As feministas brancas e anglo-americanas tornaram-se a identidade representativa do feminismo e da luta feminista, pois foi a partir das suas construções identitárias de gênero que a mulher enquanto sujeito político, social e histórico tomou corpo. Em nome da unidade política em defesa da mulher - qual mulher? - construiu-se uma espécie de unidade prévia à prática política - relacionada às ideias de irmandade ou sororidade (hooks, 2014), ao partir do princípio de que somos todas mulheres/irmãs e juntas podemos superar a opressão machista. Onde está a perspectiva emancipatória aí? O ideal de emancipação forjado na dominação e silenciamento de outras mulheres? Nesse sentido, o que se constatou é que o discurso ocidental e eurocêntrico por muito tempo colonizou - e ainda coloniza - as mentes e os corpos das mulheres negras, do terceiro mundo, não ocidentais, não brancas, não heterossexuais, que definitivamente não cabem dentro de uma categoria guarda-chuva que se esforça para ser plural, mas que não o é efetivamente. Quais mulheres cabem dentro dos feminismos? As problemáticas a respeito da política da identidade em torno do sujeito mulher não foram

superadas com a chegada dos anos 1990 e das teorias feministas pós-estruturalistas (BUTLER, 2003). E ainda se configuram uma celeuma para movimentos feministas dentro e fora do Brasil, e considero, dessa forma, uma problemática atual sobre a qual desejo centrar o meu olhar. E tentar compreender quem são as sujeitas que se autoidentificam feministas no cenário recifense e a partir de que lugares e saberes constroem essa identidade que não é fixa nem fixada, mas em constante movimento.

Atualmente podemos constatar a defesa de duas discussões centrais que tem mobilizado a problemática das políticas identitárias. Por um lado há a defesa de que nós mulheres continuemos a nos identificar enquanto uma categoria sólida, pré-discursiva, que precede a ação política. Uma identidade essencial que habita em cada mulher e que conseqüentemente nos motiva ao reconhecimento e a luta (COSTA, 2002). Do outro lado a compreensão de que essa essência pré-discursiva que nos une em uma forte irmandade não existe, o que existe é um reconhecimento através de ações e práticas políticas, permeada de diversidades e desigualdades. Diante dessa problemática histórica e bastante complexa, Chantal Mouffe (1992) afirma que não há uma identidade transparente e racional que prescindia o sujeito, tal como proposto pela modernidade; o que existe são identidades contingentes e precárias, fixadas temporariamente na intersecção da posição dos sujeitos e dependentes de formas específicas de identificação e subordinação. A autora afirma ainda que não há uma essência do sujeito que presuma a sua identificação e ação política, dessa forma, compreende-se o sujeito como “agente social” (MOUFFE, 1992, p. 32), entidade constituída por posições e localidades temporárias e não fixadas num tempo e espaço pré-determinados e estanques. O movimento seria de descentralização e conseqüente recentralização dos sujeitos, cujo foco repousaria na necessidade de articulação entre eles através de vínculos históricos, contingentes e variáveis a partir da fixação parcial de identidades mediante pontos nodais (MOUFFE, 1992, p. 33). Os pontos nodais permitiriam articulações e fixações parciais em torno da categoria mulher sem recorrer às formas ontológicas e artificiais de unidade. A mulher como posicionalidade, constituída enquanto sujeito politicamente situado nas suas intersecções de classe, raça, sexualidade, territorialidade, dentre outros demarcadores, que, ao não fixar o sujeito em um tempo e espaço estanque, permite a fluidez na ocupação desses espaços sociais e políticos e articulações mais orgânicas, menos artificiais, pois presumidas em uma essência de mulher falaciosa. Da mesma maneira que o sujeito não pode ser presumido a ação política coletiva também não. A ação

coletiva, assim compreendida, não seria forjada dentro das metanarrativas políticas ou na relação direta, como causa e efeito, entre micro e macro estrutura ou sujeito e sociedade, tal qual um jogo de perguntas e respostas. Sem intermédio, situada na subjetividade de cada sujeito, na simbiose de sua razão\emoção e nas motivações para a prática política. O sujeito que se sente impulsionado a agir coletivamente porque compreende corporificadamente as suas urgências (TOSOLD, 2012). Da mesma maneira que o sujeito político é desestabilizado, reestabelecido e construído a partir da sua localização e, por isso, não presumido, mutável e constantemente em processo, o direcionamento da sua ação não poderia ser pensado de outra forma e sem considerar a centralidade da subjetividade como força motriz. Portanto, o sujeito autoidentificado feminista não será necessariamente um agente político e atuante nos movimentos. A questão é de que maneira politizamos as nossas emoções ao compreendermos que estas motivam as nossas ações enquanto um conhecimento bruto, situado e não mediado, tornando nossas ações coletivas não universais e contextualizadas com a dimensão individual do sujeito que a pratica (TOSOLD, 2012). Nesse sentido, longe de negar as contingências históricas e políticas nas quais as lutas feministas se forjaram tanto no centro quanto nas periferias do mundo. Mas, me questiono acerca do que aprendemos e como continuar a construir os caminhos emancipatórios das lutas hoje ao compreendermos o sujeito político enquanto agente social (MOUFFE, 1992) precário, marginalizado, fluído, colonizado, não branco, não heterossexual e multifacetado? Como pensarmos politicamente, a partir disso, a negação do sujeito ontológico da mulher sem negar às mulheres o protagonismo da luta feminista, respeitando as suas experiências? Como pensar ações políticas e coletivas diante dos lugares não estanques? Compreendendo as mulheres em sua infinitude, desigualdades e saberes/poderes distintos. Como as lutas feministas se forjam a partir dessas localizações?

Conclusões

O cenário político dos movimentos feministas na cidade de Recife vem se modificando rapidamente desde 2011, como já dito mais acima, uma quantidade significativa de grupos e coletivos feministas surgiram e todas, a partir da auto-identificação enquanto feministas, afirmam esse lugar de fala e atuação política. Coletivo Marcha das Vadias Recife, Coletivo Feminista Diadorim, Cabelação PE, Colativa, FA!, Periféricas, Ou Vai Ou Racha, Poder Feminino Crew, Faça Amor Não Faça Chapinha dentre outros, vem trabalhando pelo empoderamento

feminino, das mulheres negras e lésbicas, com enfoque na libertação sexual, pela autonomia e pelo fim da violência contra as mulheres. Grupos e coletivos majoritariamente de mulheres jovens vem ocupando os espaços da cidade, a partir de novas construções políticas e o que isso tem a nos dizer? E o FA! nesse contexto como se desenvolve? Como essas mulheres constroem as suas identidades feministas marginais e latino-americanas, a partir da fluidez, vivacidade e mutabilidade que transbordam nas vivências e construções individuais e coletivas do ser feminista? Articulações tecidas nos afetos e em tocas subjetivas, em potencialidades autônomas que pulsam.

Para além da força de cada grupo e coletivo em se articular e construir espaços representativos acredito que a importância histórica dos movimentos feministas de Pernambuco alimentam um terreno fértil para o surgimento e crescimento de grupos e coletivo novos. Outro ponto fundamental que se apresenta para mim é qual o papel desempenhado por essas identidades feministas e suas ações coletivas e práticas políticas na construção da cidadania e da democracia no Brasil contemporâneo? Essas são algumas das questões que pretendo compreender ao longo da pesquisa. Questionamentos que se tornam cada vez mais atuais e importantes diante do cenário político que viemos enfrentando em que o conservadorismo e recrudescimento religioso tentam acabar com as forças e resistências dos movimentos sociais em especial, dos movimentos feministas, mas não tem conseguido e pelo contrário, ao invés de padecer, nós resistimos e ressurgimos cotidianamente e a cada confronto.

Referências Bibliográficas:

BUTLER, Judith: "Problemas de Gênero- Feminismos e subversão de identidades", Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, Terceira Edição, 2003.

COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 19, p.59-90, 2002.

DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. (Orgs). **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2006.

HARAWAY, Donna: "Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra", Campinas, Cadernos Pagu, Edição 22, 2004.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio para a perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 07-41, 1995.

HOOKS, bell: “Não sou eu uma mulher? Mulheres negras e feminismo”, Rio de Janeiro, Plataforma Gueto, 2014.

MARIA DA SILVA, C.. Inquietações feministas: desafios metodológicos e epistemológicos nos processos de pesquisa. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 1, n. 21, p. 385-421, ago. 2015.

MOUFFE, Chantal. **Feminismo, cidadania e política democrática radical**. Debate Feminista. São Paulo: Cia. Melhoramentos, Edição Especial (Cidadania e Feminismo), p. 29-47, 1992.

PISCITELLI, Adriana: Interseccionalidades, categorias de articulação e experiência de migrantes brasileiras, **Revista de Pesquisas e debates em Ciências Sociais**, Goiás, v. 11, n.2, p. 263-274, jul. 2008.

RAGO, Margareth. **Adeus ao feminismo?** Feminismo e Pós-modernidade no Brasil. Cadernos, AEL, n. 3, p. 12-43, São Paulo, 1996.

SPIVAK, Gayatri: **Pode o subalterno falar?**. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2010.

TOSOLD, Léa. **Emoções e performance**: Contribuições da teoria feminista para o entendimento da ação coletiva. Trabalho preparado para II Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, para apresentação na mesa “Novas dimensões da ação coletiva à luz das interações entre atores sociais e instituições participativas: mecanismos, efeitos e difusão”, em 27 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/SemDisc2012/12-3>>.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA EM TERESINA: O FEMINISMO COMO RESPOSTA À REPRESENTAÇÃO DA MULHER-MÃE

Carolina Alves Leite
Universidade Federal do Piauí – UFPI
carol.qiso@gmail.com

Resumo: Diante dos aspectos que tornam a cidade de Teresina, capital do Piauí, uma cidade que transita entre o arcaico e o novo, se faz relevante evidenciar a conjuntura da sociedade que nela habita e que identidades têm sido construídas em meio aos seus ambíguos trejeitos. Nesse sentido, Teresina guarda particularidades quando se desvenda como uma capital mais feminina, inclusive pelo nome. O presente artigo resgata das traças históricas dos costumes o que torna a mulher teresinense o espelho da própria cidade. De início, resguardada na domesticidade da maternidade submissa, a identidade feminina pouco se mostrava singular, até que as ideias feministas despertaram uma reflexão e assim tal identidade mostrou faces diversas. Ser mãe configurava-se como uma dentre tantas, não mais encarcerada em regras que asseguravam a dominação masculina e os bons costumes da pacata Teresina. Com o feminismo alcançando maior esquematização ao redor do mundo, a mulher-mãe cada vez mais passa a ressignificar sua condição e cada vez mais percebe não se prender a uma fixidez, sem abandonar o tradicional, mas ansiando o novo, a mulher-mãe teresinense é representada em várias, pensando sua identidade nas diferenças. O artigo utiliza das definições de Castells (2002) de identidade legitimadora, identidade de resistência e identidade de projeto para explicar as representações das diversas fases, bem como o trajeto das identidades femininas teresinenses, além de apontar como o movimento feminista foi importante para essa construção.

Palavras-chave: Teresina, Maternidade, Feminismo, Identidade.

1 Introdução

Teresina é uma cidade relativamente pequena em relação às grandes metrópoles brasileiras, em que as pessoas se conhecem e encontram-se com muita facilidade. Sem perder seu ar provinciano, “volta e meia” é possível ver Teresina adentrar o novo, contrastando com o retrógrado, em seu cotidiano, na conceituada educação, no próspero setor de saúde, na política de raízes coronelistas, no precário transporte público, nas rodas de bares e restaurantes a qual tanto se servem seus/suas habitantes, entre outros. As raízes patriarcais parecem ser, muitas vezes, quase ofuscadas pelos vultos transgressores dos/as que pensam e sentem diferente às novas roupagens de seu tempo, reagindo as possibilidades trazidas pelo feminismo, vistas ainda como subversivas por uma maioria.

A identidade de Teresina, moldada no século XX, é produto do labor intenso e apaixonado de estudiosos e habitantes da cidade, que produziram escritas sobre sua sociedade e a cultura. Evidencia-se certo simbolismo em sua representação enquanto uma cidade feminina e maternal, cheia de anseios de liberdade e de autonomia, presa na simbiose passado-presente, cultura-natureza, aconchego dos voltam após anos estudando e trabalhando fora.

Segundo Queiroz (2006), Teresina é a cidade-menina, grávida de desejos e irresistível poder de sedução, é imagem exacerbada da poesia local, na música e mesmo na crônica midiática cotidiana. A transformação do espaço urbano, realça o embate com a natureza a ser dominada. Tal contraste é visível ao resgatar seu surgimento como um marco da novidade do aglomerado urbano e ao mesmo tempo, a sua constituição através de uma administração provincial, além da vida comercial industrializada em paralelo ao cotidiano religioso (QUEIROZ, 2006). Em Teresina, o velho se une ao novo, a tradição à novas práticas.

Dessa forma, sendo a identidade, segundo Castells (2002), construída a partir da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso, realizar-se-á o resgate através dos acontecimentos históricos retratados nos estudos de Castelo Branco (2013), Castelo Branco (2008) e Cardoso (2006), consideradas referência nos estudos de gênero do estado do Piauí, sobre costumes e memórias de Teresina, a trajetória histórica da mulher teresinense, do final do século XIX até meados da década de 1980 e assim será observada como vem sendo moldada a identidade da mulher-mãe teresinense de classe média e como o feminismo vem imbricando essa condição, considerando as interpelações às quais tais mulheres

estão envolvidas. O presente artigo figura em uma pesquisa em andamento a avançar mais sobre os eventos contemporâneos, mas até o momento faz uma montagem da identidade da mulher teresinense, a partir do que se tem coletado bibliograficamente, para em seguida, realizar coleta em campo sobre a contemporaneidade.

Tal resgate dessa identidade teresinense terá relevância tanto científica por gerar novos conhecimentos sobre a realidade feminina na capital, além de evidenciar as concepções feministas há muito inviabilizadas, como também relevância prática com intuito de desconstruir preconceitos arraigados na lógica do que é tradicional na ainda provinciana Teresina, quanto ao universo da maternidade.

Existia uma identidade fixa da mulher teresinense de classe média antes das mesmas serem impactadas pelas conquistas e concepções feministas? Ou as mulheres só cumpriam papéis que lhe eram dados e a partir do momento em que se inquietam com as privações a que eram submetidas é que se constrói uma identidade?

2 As identidades femininas que se moldam e se deixam moldar na pacata Teresina

Segundo Castelo Branco (2008), no final do século XIX e início do século XX, milhares de pessoas migraram de áreas rurais para Teresina na expectativa de melhores condições de vida, com maiores oportunidades no mercado de trabalho e melhores condições de educação. Nessa época, apesar dos esforços para romper com velhas estruturas e assim tornar Teresina uma cidade próspera com perspectivas que engrandecessem o Piauí, e do fato de ser capital fazer da cidade um ponto de referência em recursos provenientes de diversas áreas do país, já se evidenciava fortes vínculos com as sociabilidades rurais do período colonial, tendo uma economia com laços com a renda proveniente das fazendas e sítios.

A Igreja Católica e os intelectuais letrados da época procuravam desenvolver uma prática discursiva sobre as identidades de gênero e as relações familiares, principalmente no tocante aos papéis femininos e a constante ameaça de que estes viessem a apresentar significativos deslocamentos e assim desequilibrar a dominação masculina que ditava os corpos. Os intelectuais preocupavam-se em cultivar um sentimento de perda do poder simbólico e a legitimação do afeto à organização social do passado (CASTELO BRANCO, 2008).

Com isso, nas primeiras reivindicações de mulheres em meados do século XIX, não se evidenciava nas lutas até então, o lado privado das obrigações socialmente instituídas às mulheres (JÁCOME, 2007). Esse primeiro momento é conhecido como Primeira Onda do Feminismo, inscrevendo uma primeira fase de denúncia da opressão à mulher exercida pelo patriarcado e afirmando o caráter de humanidade das mulheres. No início se tratava da luta pela igualdade, associada aos ideais revolucionários da burguesia pela “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, já evidenciando uma tendência de excluir as diferenças consideradas naturais entre homens e mulheres (NAVAZ; KOLLER, 2006).

Enquanto o feminismo preocupava-se com a igualdade, em um contexto em que a industrialização colocava em discussão questões sobre a emancipação feminina, havia um ar de desestabilização social em Teresina, consubstanciado por homens que detinham um pensamento contrário as ideias feministas (CASTELO BRANCO, 2008).

A necessidade de demarcação dos espaços sociais masculinos e femininos é estratégia fundamental para os homens reforçarem a manutenção de seus privilégios, forjando reproduções de modelos homogêneos nas práticas cotidianas e discursivas. Então, no momento de transição e reformulação dos modos de organização familiar e dos papéis de gênero, os homens desejavam criar fronteiras bem definidas entre os campos de ação masculinos e femininos (CASTELO BRANCO, 2008).

Quando o feminismo passa a adentrar campos mais subjetivos da vida das mulheres e passam a surgir questionamentos acerca da maternidade, surge uma preocupação maior da parte desses homens intelectuais letrados da época, pois a maternidade bem como o campo doméstico é vista como *locus* sagrado e as críticas das feministas à maternidade compulsória eram interpretadas pelos intelectuais como recusa feminina ao exercício de papéis do cuidado com a casa e os filhos/as que asseguravam a estabilidade e dominação masculina (CARDOSO, 2010).

Até então, as mulheres ocupavam lugar secundário na sociedade teresinense, tendo uma educação restrita às classes mais abastadas, voltada ao aprendizado de funções e papéis na família que estabeleciam os bons comportamentos nos espaços de elite. Na segunda metade do século XIX, surge a necessidade de as famílias obterem melhores condições de instrução, com isso a educação feminina foi ganhando um olhar voltado para leitura, escrita, música, arte e literatura, para que assim a sociedade começasse a implantar uma nova postura perante a educação da mulher, mas sem perder de vista o intuito de resguardá-la no lar e no cuidado com os filhos (CASTELO BRANCO, 2013).

No início do século XX, a vivência das moças se resumia a poucos anos de estudo, com o objetivo de instruir as mulheres à comportamentos dedicados à vida religiosa e sacrifícios pela família, casamento em tenra idade e toda uma significação da vida mediante os papéis tradicionais femininos, a vida da mulher teresinense era moldada para a maternidade (CARDOSO, 2003).

Enquanto cobradas a se comportar de acordo com as demandas patriarcais, muitas mulheres ao longo da história, não se encaixavam no modelo imposto de mulher e mãe. É aí que os discursos sobre emancipação feminina começam a se fazer mais presentes na sociedade. Com isso, a identidade da mulher teresinense se situava no campo da identidade legitimadora, que Segundo Castells (2002), é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais.

Na década de 1920, as mulheres passam a aderir de forma mais acentuada a novos comportamentos sociais que não se limitavam aos rígidos padrões cristãos. A década de 1920 foi emblemática quanto a inserção da mulher teresinense no mercado de trabalho, se dando principalmente pelo magistério. O ensino do primário passa a ser visto como um campo aberto ao trabalho feminino, considerando a ideia de uma vocação feminina e de um “instinto materno” em saber ensinar e lidar com crianças (CASTELO BRANCO, 2013).

Outro campo que interpelou as mulheres de Teresina para a inserção no mercado de trabalho foi o jornalismo, Castelo Branco (2013) conta que no início do século XX, com o jornal *Borboleta* (1904–1906), as mulheres se utilizavam para abrir espaços intelectuais e aprimoramentos culturais, bem como ressaltar o significado da instrução para mulheres, inclusive, para que pudessem cumprir melhor suas funções de mãe. Nesse quesito, evidencia-se nesse veículo que as mulheres de Teresina buscavam a educação formal para além dos ares religiosos e domésticos, mas ao mesmo tempo estavam comprometidas em utilizar desses novos aportes de conhecimento, para cumprir suas obrigações maternas em casa.

Nessa perspectiva, é visível a ênfase na maternidade na reivindicação de direitos. A grande dimensão que a maternidade ocupou nas teorias desenvolvidas pelos primeiros movimentos de mulheres em sua luta pela cidadania, também permeava concepções de feminismo em Teresina. A condição de mãe era enfatizada para reivindicar direitos, sobretudo, à educação.

Quanto a emergência da demanda por educação de diversos níveis e acessível a todas e todos de diversas classes, junto ao crescimento da urbanização, Teresina configurava-se como a cidade com maiores possibilidades de acesso à educação. Entrando também nessa jangada, a população feminina buscava sua

ascensão mediante a escolarização de nível médio e superior, objeto de aspiração a partir do final dos anos 1940 (CARDOSO, 2003).

Uma questão que começa a surgir diante da possibilidade de inserção das mulheres em níveis mais avançados de educação e no mercado de trabalho, é sua relação com os papéis tradicionais femininos de mãe, esposa e dona-de-casa. Os discursos sobre os modos de ser das mulheres assinalavam diferentes olhares, ora que deveriam priorizar os papéis domésticos acima de tudo, ora que poderiam conciliar o casamento, a maternidade e a vida acadêmica profissional sem afrontar a moral e os bons costumes (CARDOSO, 2003).

Com a legitimação do ensino superior para mulheres como algo positivo e projeção para um futuro, os territórios existenciais femininos em Teresina vão se constituindo além da maternidade. Dessa forma, as estudantes universitárias em Teresina por volta da década de 1940, passam a construir seus cotidianos de formas diferentes do que era esperado, ampliando os espaços de lazer, participando do movimento estudantil, escrevendo, refletindo, participando de movimentos culturais, constituindo suas próprias individualidades, criando condições para que se pensassem e refletissem enquanto mulheres (CARDOSO, 2003).

No final da década de 1950, com as relações senhoriais cedendo lugares às relações capitalistas e a intensificação da urbanização e industrialização que impacta Teresina, o investimento em educação feminina se consubstanciava em um modelo alternativo e legítimo para a vida das mulheres e assim estas começam a assumir lugar central na esfera pública. A profissionalização feminina começa a dar visibilidade ao novo papel da mulher, o de profissional (CARDOSO, 2003).

Paralelamente, processavam-se os esforços para reforçar a busca pelos papéis tradicionais femininos, com o intuito de circunscrever a atuação das mulheres no espaço privado. A estratégia discursiva valorizava a maternidade, a infância e a domesticidade, assim muitas mulheres sentiam-se obrigadas a abandonar o trabalho para se dedicar exclusivamente à maternidade, evidenciando-se a predominância do trabalho público feminino como algo transitório (CARDOSO, 2003).

Em Teresina, entre os anos 1950 e 1960, a virgindade feminina era tida como valor fundamental, a trajetória feminina estava circunscrita na manutenção dos valores relativos ao corpo e à sexualidade. No cenário de efervescência dos anos 1960, a maternidade e o casamento eram ainda vistos como parte da essência feminina, em Teresina, emergem discursos que têm o intuito de reforçar a ideia de que mesmo com as mudanças e conquistas das mulheres, estas

deveriam permanecer primordialmente na dimensão da casa, sendo as funções profissionais e acadêmicas menos importantes. Com isso se instalava o discurso da desestruturação familiar causada pelas problemáticas da conciliação entre o desenvolvimento intelectual, o acesso ao mercado de trabalho e o ser mãe (CARDOSO, 2003).

Dessa forma, para as mulheres o trabalho no espaço público, mesmo incorporado como prática legítima da sociedade, tem significados diferentes do ato de trabalhar exercido pelos homens. Para a mulher o trabalho público é extrair e complementar, para o homem é fundamental e construtor identitário de sua existência. Mais uma vez, a insistência pela busca do predomínio da mulher no espaço privado e da constituição de uma identidade feminina exclusivamente voltada para a maternidade e o lar, demonstra o masculino ameaçado em perder seu espaço de poder simbólico.

Para as mulheres das classes abastadas de Teresina, existia a possibilidade de criar identidades alternativas em que a maternidade e o casamento não assumiam posições tão centrais em suas vidas e já não figuravam os únicos projetos. Assim, por volta da década de 1960, Cardoso (2003) observou a partir de escritos femininos em veículos da mídia piauiense da época, que a identidade da mulher piauiense se configurava tanto na incorporação de uma profissão, como pela conservação dos papéis tradicionais da maternidade e do casamento. Então, a profissionalização se restringia às mulheres fora dos padrões, pois o modelo feminino típico e ideal se caracterizava pelo desenvolvimento do “instinto materno”, da bondade e da resignação acima dos anseios profissionais.

Em um cenário de inquietação e rompimento com os costumes da sociedade tradicional, emerge a Segunda Onda do Feminismo, impulsionada nos anos 1960, inserindo o pensamento crítico sobre a naturalização da condição da mulher, das relações de poder e de gênero, e denunciando que a opressão sofrida pelas mulheres acontece em dimensões pessoais, sociais e políticas (JÁCOME, 2007). Ocorre então o deslocamento da preocupação com a igualdade para a preocupação com a diferença e a identidade (HITA, 2002).

Em face disso, em Teresina, passavam a ser possibilitados diversos deslocamentos no mundo feminino, para algumas mulheres a maternidade constava como uma mera possibilidade, para outras, principalmente as de famílias mais abastadas, o casamento era com a carreira e o emprego. Enquanto predominava o perfil de moças ingênuas que almejavam dar rumo em sua vida com filhos/as e um esposo “bom partido”, emergiam as moças questionadoras que eram contra-modelos e não priorizavam maternidade e casamento. Assim,

constitui-se um perfil ambíguo da identidade feminina teresinense, escrita entre o público e o privado.

Essas mulheres passaram a ter mais atribuições, fragmentando seu tempo e fazendo surgir o sentimento de culpa por não se dedicarem com mais afinco aos filhos/as. Essa sensação era emblemática na vida das mulheres da década de 1960, que eram culpabilizadas pelos problemas com os filhos, a casa, o casamento e a família. Tal discurso se fortalecia e produzia instabilidade social com a difusão da ideia de mulher envolvida em uma jornada tripla entre o trabalho, a casa, o marido e os filhos, destacando a impossibilidade desta em desempenhar bem todos os papéis, por estarem principalmente comprometidas com o trabalho fora do lar (CARDOSO, 2003).

Elencava-se assim uma hierarquia dos papéis das mulheres, em que a maternidade é colocada no topo emergencial da lista de funções obrigatórias a serem desempenhadas. A estratégia discursiva em cima disso, pretendia demarcar diferenciações entre os papéis masculinos e femininos, permitindo até que a mulher teresinense formatasse atuação pública, mas de maneira limitada, com a condição de priorizar a predominância doméstica.

É na segunda fase da Segunda Onda do Feminismo, que ao se preocupar com a cultura, este acaba atraído pela política de identidade. Considerando que a identidade, para Castells (2002), é o processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os indivíduos podem não só constituir uma identidade como podem ter identidades múltiplas, no caso da mulher-mãe-esposa, as autoras dessa identidade multifacetada estabelecem acordos e negociações para estabelecer suas identidades e assim constituir fontes de significado para elas próprias, construídas por meio do processo de individuação da mulher que tem se dado.

Nesse sentido, a identidade mãe é internalizada e tal autodefinição coincide com um papel social que a mulher desempenha, assim, mesmo sendo a identidade uma fonte mais importante de significados que os papéis sociais (CASTELLS, 2002), a identidade da mãe se concretiza a partir do momento em que as mulheres colocam como mais importantes essa autodefinição antes de qualquer outra faceta.

Nesse sentido, é importante lembrar da distinção entre identidade e papéis, segundo Castells (2002), que elenca que os papéis são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade, dessa forma, a importância relativa desses papéis no ato de influenciar o comportamento das pessoas depende das negociações e acordos entre indivíduos e essas instituições

e organizações, por sua vez as identidades constituem fontes de significado para os próprios atores que dela se utilizam, por eles originadas e construídas por meio do processo de individuação. Nesse sentido, a identidade de mãe, coincide com o papel social de mãe, pois o ser mãe é tradicionalmente uma autodefinição muito importante de significado na vida de uma mulher.

Desse modo, mulheres que eram mães e profissionais ao mesmo tempo, forjavam arranjos conciliatórios, a fim de exercerem múltiplos papéis, inclusive subjetivos, em articular seu estado psicológico para transitar entre vários polos. Não se havia a possibilidade de ficar restrita em uma única tendência social. Uma das estratégias utilizadas, é a rede de solidariedade feminina familiar e o trabalho realizado pelas empregadas domésticas, que estabeleciam condições para que as mulheres pudessem investir em suas profissões sem comprometer muito o clima organizacional da família (CARDOSO, 2003).

Os dilemas e ambiguidades que permeavam as identidades das mulheres faziam parte do processo de individualização e singularização feminino. A opção pelo espaço público muitas vezes se constituía da ausência dos papéis tradicionais, em que mulheres profissionais optavam por uma carreira e a condição de permanecer solteira (CARDOSO, 2003). Tal condição, adquire diferentes significados, tanto o de escolha própria e autonomia como o de incompletude, vista de forma negativa. Essa questão aponta mais uma característica que delinea a identidade múltipla da mulher em Teresina, recheada de polaridades.

Ainda na Segunda Onda do Feminismo, com o conceito de gênero (herança cultural) se distinguindo analiticamente do conceito de sexo (herança natural-biológica), surge a necessidade de afirmar as diferenças e especificidades entre os gêneros, o direito à diferença da mulher em relação ao homem, no sentido não apenas dos direitos universais, como também dos direitos específicos de mulheres (HITA, 2002).

Na década de 1980, o movimento de mulheres em Teresina, apesar de tímido e pouco proeminente, teve consolidação significativa em termos de consciência política. Ignoradas pelos parlamentares da época e emanadas das dificuldades em fazer com que mais mulheres fizessem reflexão e somassem-se a luta, as mulheres teresinenses resistiam e insistiam em reivindicar melhores condições de vida e demonstravam certa preocupação com as identidades femininas e com o rompimento dos papéis sociais tradicionais (FONTINELES & MEDEIROS, 2011).

Nesse sentido, o movimento de mulheres em Teresina demonstrava consciência política mesmo sem o ritmo das causas feministas já pontuadas

teoricamente ao redor do mundo. Não mesmo importante, o movimento demonstrava-se não-homogêneo quanto ao perfil das integrantes, participavam mulheres casadas, solteiras, prostitutas, divorciadas, viúvas ou qualquer mulher que compactuasse com as causas defendidas pelo grupo (FONTINELES & MEDEIROS, 2011).

Assim, a década de 1980, demonstra que as mulheres em Teresina passam a ocupar o espaço político, provocando mudanças no viver cotidiano da cidade e fazendo com que se considere que os espaços femininos se reconfiguravam, bem como os papéis e assim as identidades femininas. Nesse sentido, ainda era muito dificultoso que a mulher ocupasse os campos públicos sem sofrer restrições, tanto que ainda sofriam tentativas de deslegitimação dos detentores homens do poder, com isso eram obrigadas a negociar com a estrutura vigente, ora portando-se como mães e esposas, ora envolvidas na política (FONTINELES & MEDEIROS, 2011).

A identidade da mulher teresinense na década de 1980, era a identidade de resistência, criada por mulheres que se encontram em posições desvalorizadas e estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo trincheiras de resistência e sobrevivência, dentre estas as respostas feministas (mesmo que não autodenominadas, pegavam emprestados suas estratégias) em base de princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade (CASTELLS, 2002).

Nessa ótica da diferença e da identidade, o debate feminista começa a argumentar que não se tratava apenas de diferenças entre homens e mulheres, mas também de diferenças entre distintos tipos de mulheres. Falar de mulher no singular enquanto um sujeito único e universal aparentava um grande problema, assim a preocupação não mais está voltada à diferença e sim às diferenças entre mulheres.

Com isso, fala-se ainda de uma Terceira Onda do Feminismo, que surge em meados dos anos 1990 e perpetua até os dias atuais, cuja proposta concentra-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade em identidades. O desafio nesta geração do feminismo é pensar, simultaneamente, as igualdades e as diferenças na constituição das subjetividades masculina e feminina em âmbito global. Nesta terceira fase do debate, observa-se intensamente a intersecção entre os movimentos políticos de luta, a academia e o ciberativismo.

Nesse sentido, essa fase do feminismo fará com que as mulheres constituam uma identidade de projeto, que segundo Castells (2002), é construída quando os sujeitos interpelados pela terceira onda utilizam-se das discussões culturais ao seu alcance e constroem uma nova identidade capaz de redefinir

sua posição na sociedade e assim busca a transformação de toda a estrutura social. Com isso, o feminismo abandona as trincheiras de resistência da identidade e dos direitos da mulher e passa a fazer frente ao patriarcalismo e toda a sua estrutura de produção, reprodução, sexualidade, personalidade sobre a qual as sociedades historicamente se estabeleceram (CASTELLS, 2002).

É a partir das reflexões mais abrangentes da terceira onda do feminismo que se pretende dar continuidade à assimilação dos demarcadores identitários das mulheres-mães de Teresina na contemporaneidade. Na atual conjuntura, que os meios de comunicação de massa têm veiculado a atuação da mulher na sociedade contemporânea, sob a nova perspectiva do empoderamento feminino, justificada pela maior participação na vida pública. Ao tempo disso, as mulheres são destacadas como propulsoras da mudança no âmbito privado, devido ao grau de consciência que adquirem por meio de suas lutas e reconhecimento de seus direitos, impulsionando mutações no contexto familiar.

3 Conclusões

A dinâmica da identidade feminina em Teresina é construída em um contexto marcado por relações de poder, de início pode-se falar de uma identidade legitimadora fixa, moldada nos aparatos tradicionais do início do século XX, se dando com um conjunto de organizações e instituições sociais, dentre elas a maternidade, bem como com uma série de atores sociais estruturados e organizados que reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural.

A partir do momento que as mulheres em Teresina vão conquistando espaço nos âmbitos educacionais e políticos e sendo interpeladas pelas concepções feministas, percebe-se uma individualização e uma diversidade de identidades, dando origem a formas de resistência coletiva das mulheres diante da opressão e privação de espaços, constitui-se assim as identidades de resistência, defensivas nos termos das instituições e ideologias dominantes, revertendo o julgamento de valores e reforçando os limites da resistência (CASTELLS, 2002).

Quanto ao que se intensifica em Teresina na contemporaneidade, buscar-se-á fazer uma coleta futuramente, mas ao que se pode observar de uma Teresina que já se figura impactada pelas aceleradas tecnologias da informação, os feminismos na terceira onda já articulam muitas discussões e mudanças pela cidade, caminhando entre o sutil e o avassalador, em uma cidade com síndrome de passado e sede de futuro.

Referências

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Vol. 2, 3ª ed., Tradução: Klaus Brandini Gerhardt, Ed Paz e Terra, Santa Efigênia, São Paulo, SP, 2002, Cap. 1, pp. 21-84, Cap. 3, pp. 141-165.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Sufrágio, Educação e Trabalho: o Feminismo na imprensa em Teresina nas décadas de 1920 e 1930**. História Revista, Goiânia, GO, v. 19, n. 2, UFG, p. 103-128. abril. 2014.

_____, Elizangela Barbosa. **Múltiplas e Singulares: História e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

_____, Elizangela Barbosa. **Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960)**. Tese, UFF, Niterói, 2010. Disponível em: www.historia.uff.br/stricto/td/1218.pdf em 29 de janeiro de 2016.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres Plurais**. 3. ed, Teresina: EDUFPI, 2013.

_____, Pedro Vilarinho. **História e masculinidades: a prática escriturística dos literatos e as vivências no início do século XX**. Teresina: EDUFPI, 2008.

HITA, Maria Gabriela. **Igualdade, identidade e diferença(s): feminismo na reinvenção de sujeitos**. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de.; COSTA, Rosely Gomes.; RAMIREZ, Martha Celia (Coords). Gênero em matizes. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

JÁCOME, Márcia Larangeira. **Apontamentos sobre a ação dos movimentos de mulheres por direitos no Brasil na Segunda Metade do Século XX**. In: JORGE, O. Romão; ATHIAS; ANTUNES, Marta. (Orgs.). Olhar Crítico sobre Participação e Cidadania: trajetórias de organização e luta pela redemocratização da governança no Brasil. 1ªed. São Paulo: Action Aid! e Editora Expressão Popular, 2007, v. 02, p. 187-222.

NARVAZ, M. KOLLER, S. **Mulheres vítimas de violência doméstica:**

Compreendendo subjetividades assujeitadas. *PSICO*, v. 37, n. 1, pp. 7-13, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5161476.pdf>. Acesso em 11 de julho de 2015.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Do singular ao plural**. Recife: Edições Bagaços, 2006.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva.; MEDEIROS, Jayra Barros. **Movimento de Mulheres:** (Re)construindo subjetividades femininas em Teresina, Piauí (1980). *Fronteiras, Dourados, MS*, v. 13, n. 24, UFGD, p. 237-252, jul./dez. 2011.

A IDENTIDADE FEMININA “MÃE-CUIDADORA” E AS ESTRATÉGIAS DE CUIDADO: AS VULNERABILIDADES SOCIAIS QUE ENVOLVEM CASOS DE CÁRCERE PRIVADO NA SAÚDE MENTAL

Diaponira Vitória da Silva Santos
Universidade Federal do Piauí
diavip18@hotmail.com

Lúcia Cristina dos Santos Rosa
Universidade Federal do Piauí
luciacsrosa@gmail.com

Resumo: O presente artigo analisa a construção histórica da identidade feminina e seus reflexos sobre as estratégias de cuidado em saúde mental, especialmente nos casos que envolvem cárcere privado. À mulher, historicamente, cabe prestar cuidados a crianças, idosos, pessoas com deficiência e/ou transtorno mental, contribuindo para o bem-estar social dos seus membros, recaindo sobre esta o peso maior na definição da família como “parceira” do Estado nas diversas políticas públicas de proteção social e na política de saúde mental. Inicialmente, explicita-se a relação mulher, cuidado e saúde mental, apresentado posteriormente a metodologia utilizada para a construção desse artigo e, finalmente, são expostas algumas compreensões sobre as vulnerabilidades sociais que envolvem o cárcere privado e as mulheres enquanto principais cuidadoras das pessoas com transtorno mental.

Palavras-Chave: Identidade Feminina, Mães-Cuidadoras, Cuidado, Saúde Mental, Cárcere Privado.

Introdução

Os papéis exercidos por homens e mulheres são construídos socialmente e por isso sofrem modificações constantes pelo tecido social em que vivemos.

Porém, apesar dos grandes avanços nas políticas públicas em geral, especialmente na saúde mental com o redirecionamento da assistência à pessoa com transtorno mental, observa-se que o papel doméstico da mulher e os estereótipos do feminino são reforçados.

A mulher que, historicamente, teve sua identidade ligada à maternidade e ao cuidado, continua sendo a principal responsável por prestar cuidados às crianças, idosos, doentes, pessoas com deficiência e/ou transtorno mental.

Rosa (2008) ao pesquisar sobre o transtorno mental e o cuidado da família, aponta que a mãe figura como a principal cuidadora e que, na sua ausência ou impossibilidade, a filha/irmã, frequentemente a mais velha, assume o lugar da mãe, evidenciando, portanto, que o cuidado é majoritariamente um encargo da família de origem e que pesa sobre as mulheres.

Assim, o presente artigo busca refletir sobre a identidade feminina de “mãe-cuidadora” e identificar quais as estratégias de cuidados são utilizadas pelas mulheres, verificando as vulnerabilidades que envolvem o cuidado da pessoa com transtorno mental em cárcere privado. É necessário compreender a complexidade do cuidado direcionado à pessoa com transtorno mental e como isso implica na forma de cuidar que foi, historicamente, sendo elaborada pelas famílias, em especial, pelas mulheres:

A necessidade de prover cuidado ao portador de transtorno mental esteve historicamente associada, de um lado, à função que o hospital psiquiátrico tem cumprido nas respostas do Estado à questão social; e de outro, às funções “naturalizadas” na esfera da reprodução social que a família tem exercido. Mas também tem um componente de gênero, pois majoritariamente é um cargo atribuído e assumido pela mulher (ROSA, 2008, p. 280).

A questão de gênero não pode ser desconsiderada, visto que o cuidado está intrinsecamente ligado à identidade feminina e as mulheres, responsáveis por prestar assistência ao seu familiar, buscam, na ausência do Estado, em seus espaços privados, meios de lidar com as complexidades que envolvem o transtorno mental, tais como: desconhecimento, desorientação, expectativa frustrada de cura, tentativas de controle, superproteção, medo, ociosidade.

Questões como essas, levam-nas a tentar soluções que são práticas e próprias de uma cultura manicomial, levando a casos que caracterizam o cárcere privado, “Quanto mais medo o cuidador tem do PTM e mais se preocupa com a segurança, mais restringe sua área de circulação. Isola-o no ambiente doméstico ou recorre à internação (...)” (ROSA, 2008, 282).

Nessa perspectiva, é necessário compreender as vulnerabilidades sociais que envolvem os casos de cárcere privado na saúde mental sob a ótica da questão de gênero, visto que a política de atual, define a família como parceira e co-responsável na assistência e cuidado com a pessoa com transtorno mental, recaindo sobre as mães-cuidadoras a função de cumprir com esse papel de agente de proteção social em conjunto com o Estado e, por que não dizer, na ausência dele.

Metodologia

O estudo em questão foi realizado a partir de um levantamento bibliográfico relacionado ao tema trabalhado, assimilando-se os conceitos e explorando os aspectos já publicados em livros, documentos, periódicos, internet, entre outros.

Resultados e discussão

As mudanças trazidas pela Reforma Psiquiátrica que não afetam somente e os serviços de saúde mental, mas atingem diretamente as relações e as representações sociais que envolvem a pessoa com transtorno mental, a família, o Estado e a sociedade. As mulheres, tendo enraizada a identidade de “mãe-cuidadora” sofrem o impacto de tal mudança, pois, o Estado, através das políticas públicas, ao mesmo tempo que redesenha e em parte condiciona a própria organização e divisão do trabalho no interior das famílias, também reproduz as diferenças, inclusive as de gênero. (TEIXEIRA, 2010).

Gomes (2012) analisa o lugar que a família ocupa nas políticas sociais contemporâneas, evidenciando a necessidade de entender a família e seu movimento de organização-reorganização, visto ser um grupo social que mantém estreita relação com o contexto sociocultural. Por isso, a autora chama atenção para os novos desafios trazidos pela Reforma Psiquiátrica, que postula a família como parceira dos serviços de saúde mental, mas, que historicamente esteve invisível na abordagem dos serviços, que nem mesmo se preocupou em conhecer o perfil sociodemográfico desse grupo.

Gomes (2012) ainda destaca os efeitos do projeto neoliberal tanto no âmbito do trabalho quanto em relação à minimização do Estado nas políticas de proteção social agravando as vulnerabilidades sociais que afetam diretamente a família e as funções sociais a ela destinadas.

Nessa perspectiva, Teixeira (2010) observa que a família é parceira explícita do Estado na proteção social, mas, esse grupo tem limites de variadas ordens, haja vista que sua capacidade de prover cuidado está diretamente vinculada à proteção social que recebe do Estado. No contexto do Welfare State meritocrático brasileiro, as famílias exerceram papel fundamental na provisão de cuidados e proteção social a seus membros, mas, com as intensas mudanças sociodemográficas em seu seio, e dificuldades em articular o “cuidado comunitário”, tal como postulado na política de saúde mental, arrisca-se desenhar o “familismo” nas políticas públicas de saúde mental, sobrecarregando o grupo familiar da pessoa com transtorno mental. Isto ocorre, porque ainda não foi realizada uma avaliação explícita sobre o impacto do cuidado comunitário sobre o grupo familiar e ainda está em construção o lugar e as “parcerias” com as famílias na abordagem da saúde mental.

A política da saúde mental em curso define a família como parceira no cuidado, delegando a ela novas tarefas, ocasionando sobrecarga, seja ela física, emocional e/ou financeira. Isso ocorre porque a família sofre duplamente como os feitos das reformas estruturais do projeto neoliberal, tanto nas mudanças relacionadas ao mundo do trabalho quanto às relacionadas à restrição da participação do Estado nas políticas de proteção social, os quais vulnerabilizam a família e afetam as funções a ela destinadas.

Ressalta-se que essa sobrecarga familiar é sentida em especial pelas mulheres, visto sua identidade de “mãe-cuidadora” e cria dificuldades para que elas conciliem as responsabilidades profissionais e familiares.

Rosa (2008) aponta O dispêndio de tempo para o cuidado reflete diretamente na vida econômica da mulher/cuidadora que, em sua maioria, não trabalha fora de casa, tendo como principal atividade a de ambulante que, mesmo caracterizada por precária relações de trabalho e ganhos incertos, permite maior flexibilidade de horário, possibilitando maior disponibilidade de tempo para o provimento de cuidados a pessoa com transtorno mental.

Nessa perspectiva, Teixeira (2010) afirma a necessidade de uma política familiar adequada às mudanças na sua estrutura e à diversidade crescente dos arranjos familiares, enfatizando a necessidade de uma:

política que tenha uma orientação “amistosa” em relação às mulheres, no sentido de ser “desfamiliarizante” e que, portanto, ofereça uma rede de serviços sociais de apoio às famílias, liberando as mulheres de suas responsabilidades domésticas que, historicamente, restringiram sua inserção no mercado de trabalho. (TEIXEIRA, 2010, p. 71)

Rosa (2005) ressalta que a política de saúde mental encontra-se em transição, observa-se a coexistência do novo modelo com o anterior, assim como contradições e crises próprias de todo processo de mudança, aliadas ao jogo político, que, em muitos momentos, repõem em cena antigas práticas manicomiais.

Nessa transição da política de saúde mental, é que se observa a falta de estruturação dos serviços e dispositivos para se efetivar, de fato, a rede de atenção psicossocial articulada com as demais políticas públicas legitima as famílias e as mulheres, enquanto “mães-cuidadoras”, a reproduzirem em suas próprias casas, por meio do cárcere privado, elementos da cultura manicomial como privação de liberdade e de cidadania, segregação, controle do sujeito (SILVA; SOUSA; VERAS et al, 2015).

O cárcere privado, entendido como “confinamento de um sujeito em um cômodo particular isolado” (DRAGO, 2010), mais especificamente da pessoa com transtorno mental, surge como estratégia de cuidado para as “mães-cuidadoras” diante das diversas demandas apresentadas como as situações de crise vividas, dificuldades materiais da vida cotidiana, expectativa frustrada de cura, complexidade do relacionamento com a pessoa com transtorno mental, desconhecimento da doença propriamente dita, abordagens ainda insatisfatórias dos serviços de saúde mental na atenção a esse grupo.

O cárcere privado pode ser visto como estratégia ainda diante do sentimento de insegurança e desconforto devido à imprevisibilidade das ações da pessoa com transtorno mental e à expectativa de que algo súbito pode acontecer a qualquer momento, resquícios do ideário de incurabilidade e periculosidade social ligado ao adoecimento mental.

Vale destacar também que o cárcere privado como estratégia de cuidado ocorre também diante da relação de força física desigual quando a pessoa com transtorno mental é homem e a cuidadora mulher. Outro aspecto relacionado ao cárcere, está na tendência de andarilho, apresentada pela pessoa com transtorno mental que, faz com que, pela multiplicidade de riscos a que estão

expostos no espaço da rua, a mulher/cuidadora perceba-o como desprotegido e indefeso (ROSA, 2008) e, assim, encontrem no cárcere privado uma forma de proteção, tanto para elas quanto para eles.

Rosa (2005) destaca que a abordagem em relação à família da pessoa com transtorno mental e, ressalta-se aqui especialmente às mulheres, na condição de parceira e co-responsável pelo cuidado, ainda está em processo de construção e é permeado por limites, possibilidades e desafios. Porém, nota-se que, como já afirmado anteriormente, as “mães-cuidadoras” necessitam de suporte social para assumir suas funções, ou seja, necessitam da ampliação e diversificação da rede social e da intersectorialidade nas diferentes políticas públicas para responder as “múltiplas expressões da questão social que demarcam uma conjuntura adversa e perversa para a família brasileira a qual tem sobre si a responsabilidade de um parente com problemas psíquicos” (GOMES, 2012, p.3).

Nessa perspectiva, Dimenstein e Liberato (2009) afirmam que é necessário investir na saúde mental como uma questão social que requer “uma rede de recursos com amplo leque de estratégias interdependentes, não só sanitárias, mas de suporte social, de moradia, de geração de renda, de potencialização dos recursos comunitários e etc” (DIMENSTEIN e LIBERATO, 2009, p. 9) e, assim, promover a inclusão social e o combate ao preconceito, abrindo as portas dos cárceres privados, oferecendo os dispositivos, atenção e apoio necessários a ela e a suas cuidadoras.

Conclusões

A Reforma Psiquiátrica Brasileira defende uma nova modalidade de tratamento que reorganiza não só a política e os serviços de saúde mental, mas também as relações e representações sociais que envolvem a pessoa com transtorno mental, a família, o Estado e a sociedade. Porém, ainda existe, como herança da cultura manicomial, práticas de isolamento e exclusão social, frente às dificuldades em transformar práticas, saberes, imaginário familiar e social e a concretização de uma rede de serviços substitutivos de base territorial e comunitária que atendam às necessidades da pessoa com transtorno mental e suas cuidadoras.

Dentre as práticas de isolamento, encontra-se o cárcere privado que, até os dias atuais, aparece como uma resposta ao transtorno mental em um contexto social em que cada vez mais o Estado se ausenta do seu papel de agente na proteção de direitos e às famílias, em especial às mulheres, resta buscar soluções extremas para os problemas enfrentados (SILVA; SOUSA; VERAS et all, 2015).

É necessário compreender que essa discussão não pode ser percebida em sua individualidade e imediatividade, necessitando que a visão de como e em quais circunstâncias o cárcere acontece seja ampliada: Como afirma Saraceno *apud* Carlotto (2015):

“cidadãs incompletas” do ponto de vista dos direitos sociais e da própria possibilidade de acesso e ação na cidadania política correm o risco de parecer cidadãs inadequadas e más, quando por motivos objetivos e subjetivos, não tem condições de cobrir as necessidades que lhe são confiadas, não porque são cidadãs, mas porque são mulheres dentro da família e da comunidade (CARLOTO, 2015, p. 106).

Isso significa que mesmo com o anseio da Reforma Psiquiátrica de cuidar em liberdade, os casos de cárcere privado ainda constituem desafio, pois não se deve apenas culpabilizar famílias e mulheres/cuidadoras que utilizam-no como estratégia de cuidado diante da complexidade que envolve cuidar de uma pessoa com transtorno mental.

É necessário avaliar não de forma microfamiliar, mas de forma macrossocial qual atenção é destinada para as famílias e mulheres/cuidadoras para que estas cumpram seus papéis tão cobrados pelo Estado, sociedade e até por si mesmas, por terem a maternidade e a esfera doméstica como principais componentes de sua identidade.

A partir do estudo realizado, evidencia-se, como aponta Teixeira (2010), a necessidade de uma orientação “amistosa” das políticas públicas em relação às mulheres, no sentido “desfamiliarizante”, incluindo serviços de cuidados, socialização, educação primária, proteção, entre outros itens que acabam recaindo sobre o trabalho não pago das mulheres. Só a partir da efetivação de uma rede de cuidados comunitários como prevê a política de saúde mental, as portas dos cárceres privados serão abertas, respeitando os direitos e a cidadania tanto da pessoa com transtorno mental, como de suas cuidadoras.

Referências

CARLOTO, C. M. Programa Bolsa família, cuidados e o uso do tempo das mulheres. IN:- MIOTO, R. C.T; CAMPOS, M. S; CARLOTO, C. M. (orgs). **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015. p. 179-210.

COLVERO, Luciana de Almeida, et all. Família e doença mental: a difícil convivência com a diferença. **Revista Da Escola De Enfermagem Da Usp**. São Paulo, v. 38, n. 2, p.197-205, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v38n2/11.pdf>. Acesso em: Agosto de 2014.

DIMENSTEIN, M.; LIBERATO, M. Desinstitucionalizar é ultrapassar fronteiras sanitárias: o desafio da intersetorialidade e do trabalho em rede. **Cad. Bras. Saúde Mental**, vol 1, nº 1. Jan-abril 2009. Disponível em: <http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Desinstitucionalizar-%C3%A9-Ultrapassar-Fronteiras-Sanit%C3%A1rias-o/45739707.html>. Acesso em: Fevereiro de 2015.

DRAGO, G. D. **Internação Psiquiátrica**: tratamento, cárcere privado e constrangimento ilegal. Jus Navigandi, ano 15, nº 2404, 30 jan. 2010. Disponível em <http://jus.com.br/revista/texto/14284>. Acesso em: Agosto de 2014.

GOMES, T. B. O processo de valorização da família na política de saúde mental: beneficiária ou refém no contexto das mudanças estruturais contemporâneas. **Revista Acadêmica da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Ceará**. Fortaleza, ano. N. 2. Ago/dez 2012.

RIBEIRO, Marli; et all. Familiares de usuários vivenciando a transformação do modelo assistencial psiquiátrico. **Estudos de Psicologia**. Maio-Agosto/2009, 133-140. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v14n2/a06v14n2>. Acesso em: Agosto de 2014.

ROSA, L. A inclusão da família nos projetos terapêuticos dos serviços de saúde mental. **Psicologia em revista**. Belo horizonte. v. 11, n. 18, p. 205-218, dez/2005.

_____. **Transtorno mental e o cuidado da família**. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, A. M. B; et all. Cárcere privado: desafios para atenção primária e psicossocial no norte do Piauí. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**. Florianópolis. v. 7. n. 16. p. 117-136. 2015.

TEIXEIRA, S. M. Políticas públicas para a família: o desafio da superação do subdesenvolvimento em serviços de apoio à família. **Ser social**, Brasília, v. 12, n. 27, p. 63-87, jul/dez 2010. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewArticle/4137. Acesso em: Fevereiro de 2015.

CONSTRUÇÕES DE GÊNERO NOS ANOS 1950: ENTRE O CONFORMISMO E A SUBVERSIVIDADE

MARTINS-SUAREZ
fchiozzini@hotmail.com

F.C.; FARIAS, R.C.P.
Universidade Federal de Viçosa
farias.rcp@gmail.com

Resumo

O presente artigo trata de uma reflexão sobre o papel de esposa e mãe esperado da mulher pela sociedade ocidental em meados do século XX em confronto com os interesses pessoais destas mulheres. Suas insatisfações abrem o campo de possibilidades de mudanças trazidas por **ações feministas**. Este estudo foi feito com base na análise do filme *O sorriso de monalisa*, a luz dos conflitos de personagens de ideias divergentes quanto a dualidade tradição/modernidade na década de 1950 e a possibilidade de realização pessoal e felicidade fundamentado no que se compreende atualmente como discussão de gênero. Palavras chave: Feminismo, Gênero, Papel Social

Introdução

O acesso à vida universitária **possibilita** à mulher a oportunidade de reorientar seu papel social. Representa um momento de transição de uma vida que deixaria para **trás o** destino reduzido ao papel de mãe e dona-de-casa, com base na **educação** tradicional recebida e recebida socialmente.

A possibilidade de vivenciar a universidade abria novas perspectivas, e com isso, oportunidade de se reinventar. É evidente, entretanto, considera Pontes (2004), que esta nova situação trazia **também muitos conflitos que ameaçavam dilacerar o estilo tradicional familiar, uma vez que novos hábitos e** revelações de novos conhecimentos eram apresentados à estas moças.

A sensação de estar na **contramão** do papel social feminino de mãe cuidadora, esposa dedicada a família e aos afazeres domésticos, era um obstáculo para o ingresso e investimento na vida universitária. Era uma miscelânea de sentimento que atingia a mulher interessada em mudar seu futuro com base no conhecimento e na liberdade que a vida universitária proporcionava.

Para o homem, esta situação não existia. Até mesmo porque este papel que a mulher alcançava **às custas de muitas angustias, já era consolidado ao homem. O homem sempre foi** visto como aquele que ocupa o papel social, público de decisões dentro de um ambiente externo arrojado que o proporciona conhecimento e troca.

Então, o sentimento de culpa assombrava a mulher. Seria impossível abandonar de um dia para a noite **hábitos sócias** construído e reproduzidos por gerações. Entretanto, mesmo as **custas de muita insistência** de sua parte e desconfiança por parte da sociedade, relembra Pontes (2004), a mulher foi, e ainda está angariando seu espaço.

Esta situação retrata os anos da década de 1950, não só no Brasil como também nos Estados Unidos. A mulher enfrentou dificuldades para que a sociedade simplesmente aceitasse sua entrada na universidade, e mesmo agora que a mulher atua como docente e estuda sem estranhamento por parte da sociedade, sua barreira é a da **dedicação e conciliação**. Atualmente, a mulher não precisa necessariamente optar, mas a sociedade não deixa de cobrá-la por uma escolha ou por outra.

Ilustrando esta problemática, a o filme americano *O Sorriso de Monalisa* produzido em 2003, dirigido por Mike Newell e escrito por Lawrence Konner e Mark Rosenthal propõe uma instigante reflexão.

O foco central do filme **é** a vida da mulher dos anos 1950, época em que o conservadorismo regulava a sociedade, e subversivo era o nome dado àqueles que não reproduziam os preceitos tradicionais.

O filme enfoca as dúvidas, conflitos e insatisfações das mulheres quanto a valorização e imposição que a sociedade americana da **década de 1950** sobrepunha às mulheres brancas e de classe média quanto ao desempenho de um papel estrito de esposa, mãe e dona de casa.

A trama permeia a vida da mulher jovem, estudante de uma instituição exclusivamente feminina chamada Wellesley College, que busca no casamento, e não em sua futura carreira, visibilidade social. Uma singularidade, no entanto, **é o enfoque às** possíveis mudanças na atuação social feminina.

Por se passar nos arredores de um curso de história da arte, o filme, paralelamente aborda a arte moderna¹ e a vida doméstica das meninas, com o intuito de explorar o senso crítico das alunas e propor uma reflexão sobre a definição e o valor que cada um agrega aos trabalhos artísticos de acordo com a maneira como se sente tocado por ele. O intuito da obra cinematográfica é promover a incursão de uma mudança no pensamento típico da posição da mulher na segunda metade do século passado e dar visibilidade a estudante universitária como um indivíduo que enxerga no saber uma forma de preparar-se para participar na sociedade por um prisma transformador.

Desta forma, *O sorriso de Monalisa* propõe indagações mediante ao papel feminino na sociedade de uma maneira simétrica e criativa, a fim de fazer com que as personagens do filme, e os telespectadores, enxerguem estas mudanças como espelho uma da outra.

O sorriso tímido: a reprodução dos papéis tradicionalmente femininos

O filme começa com a viagem de trem da personagem principal, a professora Katherine Watson, interpretada pela atriz Julia Roberts. A professora parte de Oakland com destino uma das mais conceituadas e tradicionais universidades femininas dos EUA dos anos de 1950, Wellesley College, no estado de Massachussets, palco de toda a trama.

1 Expressão artística do final do século XIX. Os artistas adeptos desta corrente buscaram o rompimento das regras na busca de um novo estilo capaz de expressar a vida moderna. No filme analisado, este termo serve de contraponto a arte clássica.

Convidada a lecionar a disciplina História da Arte, a professora graduada em uma universidade liberal da Califórnia, durante o percurso até seu novo destino, concentra-se na imagem da obra **Les Demoiselles d'Avignon**² de **Pablo Picasso** que se caracteriza pelo olhar marcante que duas mulheres, prostitutas, representadas na pintura, lançam a quem as olha como se, envoltas em dúvida, pedissem aprovação de quem as contempla. Não tão diferente da aprovação que Srta. Watson iria buscar em seu destino, **uma universidade de ideias muito diferentes do seu local de origem.**

Com pensamentos avançados para a época, a professora se depara com uma escola que valoriza e reproduz o comportamento tradicional através de aulas de oratória, elocução e postura. Um tipo de educação que se assemelha a “*um curso de boas maneiras disfarçado*”, como vocifera a personagem, pois preza mais pela conduta impecável da boa dona de casa do que pela formação de uma futura artista plástica.

Este tipo de pedagogia faz coro com Betty Friedan (1971) quando defende que o estudo universitário não necessariamente prepara as mulheres para seu ingresso no mundo profissional, de maneira significativa pois, muitas vezes o próprio educador, com ar aprovador, afirmava que a universidade é o melhor lugar para as mulheres encontrarem marido.

Desta maneira, o tradicionalismo da instituição era mantido como parte dos mecanismos coercivos da escola para a boa formação da esposa tradicional de classe média. Em um trecho do filme, uma enfermeira foi expulsa por dar um método contraceptivo a uma aluna. “*Contraceptivos no campus, enfermeira encoraja promiscuidade*”, disse a diretora.

Dentro dos parâmetros desta universidade, as meninas eram preparadas para o casamento e, mesmo inseridas na sala de aula, seu foco dentro da instituição era encontrar um bom marido e serem esposas prontas a servi-los de uma maneira submissa, conforme ditava os parâmetros da época. Sendo assim, ao utilizar a palavra “encorajar”, a diretora considerava que facilitar o uso de contraceptivos, iria totalmente contra ao que a universidade pregava, pois incitaria uma possível vida sexual nas meninas colocando-as desta forma em um papel que não era o que se compreendia por uma construção social da mulher respeitável.

2 O nome em português desta obra é **Senhoritas d'Avignon, pintada em 1907, representa prostitutas no bordel de Avignon em Barcelona. Foi** o marco do movimento cubista.

Não obstante, a mulher desta época tinha sua sexualidade negada (HALL, 1994), vivia a sombra do marido, sendo que seus desejos sexuais, de maneira nenhuma, poderiam ser levados em consideração. Mesmo a sociedade começando a se livrar dos casamentos arranjados, a mulher ainda ocupava uma posição de grande submissão em relação ao homem (ALVES et al., 1991).

É a problemática da conduta feminina direcionada ao casamento ou a sua individualidade que a professora começa a provocar na mente das meninas de Wellesley College. Um confronto entre o moderno, a liberdade, a felicidade e a capacidade de escolha e, por outro lado, a tradição, o conservadorismo, a abnegação coerciva da mulher tolhida e diminuída socialmente.

A trama do filme é narrada por Betty, a aluna que demonstra ter recebido maior influência do pensamento novo proposto pela professora. Ela tem o curso de sua vida³ mudado pelos ideais projetados por Srta. Watson, depois de muita **resistência e muito sofrimento**. Betty Warren apresenta a professora de uma maneira admirada, permitindo que o telespectador perceba que este é o seu depoimento depois das contribuições feitas pela professora sem sua vida. Ela inicia enfatizando o esforço de Srta. Watson em fazer parte do corpo de docentes desta universidade com o ideal de fazer a diferença em uma época em que a mulher era totalmente atrelada ao papel de esposa: *“Katherine Watson não foi para Wellesley para se acomodar, ela foi para fazer a diferença”*, sugerindo que sua vida foi uma grande ilustração do intento da professora.

Entretanto, para a escola, a professora era conhecida como alguém que *“compensava intelectualmente o que lhe faltava em prestígio”*, uma frase muito forte, mas que evidencia a importância de ela estar ajustada ao grupo de docentes por uma qualidade ou por outra. Como Srta. Watson expunha ideias diferenciadas a fim de *“fazer a diferença”*, ela não possuía o prestígio exigido em Wellesley, assim, era sua inteligência que havia a colocado lá dentro, valor também requisitado na época.

As análises de Betty Friedan (1971) cabem perfeitamente em muitos pontos deste artigo, pois a autora aponta que os conflitos por parte da crescente insatisfação da mulher advêm da conformação de sua vida em torno da vida do marido e filhos. A autora se baseia na generalização desta insatisfação pois,

3 De acordo com Erik H. Erikson, cada estágio da vida, que abrange todo o curso de vida (desde o nascimento até a velhice), apresenta uma tarefa ou um desafio principal relacionado ao “eu” e aos outros, e com o qual as pessoas devem lidar de alguma maneira.

para ela, ao ser capaz de falar sobre seus anseios e frustrações, a mulher começava a sinalizar seu desejo de construir para si uma vida de agenciada por ela.

A universidade de Wellesley reproduzia o ideal burguês norte americano. Fundamentando isso, Catherine Hall em seus estudos acerca dos costumes da sociedade burguesa, faz um percurso histórico ao explicar esta relação dual com base na crença de que cada um dos sexos nasce para ocupar distintas esferas, e pondera que esta divisão “era a regra da natureza, confirmada pelo costume e pelas tradições. Cada sexo, diferente por natureza, possuía suas características próprias, e qualquer tentativa de sair de sua esfera estaria condenada ao fracasso” (HALL, 1994, p. 70). Assim, a constituição sexual da pessoa selava seu destino, com isso, as mulheres estavam subordinadas aos seus maridos e o poder que lhes cabia era o de influenciar seus maridos, escutá-los e aconselhá-los.

A disciplina que a escola pretendia inculcar na vida das meninas, assim como o comportamento contido e dentro do espaço limitado da atuação feminina da época, estava atrelado ao tipo de conhecimento que a universidade prometia às mulheres que ali estudavam. Desta forma, a professora Katherine Watson tinha uma barreira imensa para quebrar com um caráter inovador e revolucionário, o qual será sua questão durante todo o filme, “fazer a diferença”.

O papel do professor em Wellesley era lapidar o conhecimento artístico das alunas, porém sem abrir espaço para sua opinião crítica, as posições que as alunas deveriam ter estavam registradas nos livros de aula. Como todas as meninas eram extremamente disciplinadas nas suas obrigações de estudante, dentro de um conteúdo tradicional de arte e de vida, não ousavam se opor.

Para confirmar este fato, em sua primeira aula, a professora Watson sentiu-se coagida pelo conhecimento que as alunas apresentaram sobre a história da arte. As expressões corporais das alunas demonstram seu objetivo de intimidar a professora jovem e inexperiente que representava uma ameaça os ideais da escola e delas mesmas. As meninas dispararam à Srta. Watson respostas prontas, rápidas e objetivas, como se em um ato de ataque se defendessem do novo.

Junto a isso, está a questão da disciplina das alunas, a qual era inquestionável. Fato que refletia a expectativa de uma sociedade que cobrava delas perfeição em suas ações, postura digna de futuras esposas “de respeito”, como se estivessem fadadas a respeitarem caladas ao que era pedido. Uma reprodução do que seria sua vida de esposa.

Mesmo estarecida com a atitude das meninas, a professora seguiu com a aula, mas preparou uma recompensa para a aula seguinte. No segundo encontro,

Srta. Watson apresentou obras modernas, expressionistas, fotos e desenhos de família, fugindo do que estava dado na apostila. Frente a este tema, as alunas, pegadas de surpresa, ficaram sem respostas. A professora aproveitou o momento e provocando-as com questões que relacionavam a arte e a vida: o que é arte, quem define o que é arte, fazendo-as refletir sobre quem define os papéis que elas ocupam na sociedade.

Apesar do esforço da professora em tentar propor novos valores, as alunas se mostravam muito resistentes em aceitar que a construção de suas vidas poderia compreender uma dedicação a sua carreira também. Da mesma forma, também sentindo uma ameaça aos valores da escola, a diretora, ao perceber a ideologia da professora, sugere que ela use *“menos arte moderna”*.

Convidadas a reflexão, as alunas começaram a discutir o que é arte, quem decide, quais os tipos de arte podem existir, a existência de padrões ou não. Neste trecho do filme, emergiu a figura do professor como aquele que não apenas transmite a informação aos seus alunos, mas que de outra maneira, não se conforma com seu tempo e busca a todo instante uma possibilidade de mudanças no comportamento do aluno em termos políticos e sociais. *“Vamos tentar abrir nossas mentes para uma nova concepção”* diz Srta. Watson instigando suas alunas a pensarem criticamente invocando assim, a possibilidade da mudança.

2. O sorriso submisso: a mulher à sombra do homem

Betty Warren passa boa parte da trama preparando-se para o casamento, ela tem total apoio de sua mãe para dedicar-se primeiramente ao marido mesmo que isso custe a abdicação de uma possível carreira. Somado a isso, a mãe da personagem em questão motiva a filha a suportar o comportamento indiferente do marido e suas possíveis traições, pois ela imprime no pensamento de sua filha que a mulher da época deveria estar sempre bonita e preparada para servir seu esposo independentemente do que ele faça ou de como ele a trate. Convencida disso, Betty, apresenta uma felicidade de aparência, ela parece não conhecer o que é ser ela mesma e vive me prol de provar que sua *“felicidade”* é melhor do que de qualquer outra amiga que busque construir sua vida de uma maneira mais livre. Seria seu sorriso, assim como o da obra *Monalisa*, verdadeiro ou só uma questão de boa educação?

Após o casamento, Betty falta a muitas aulas, mas conforme uma de suas colegas explica *“a maioria dos professores faz vista grossa quando as alunas*

casadas perdem algumas das aulas". Este acontecimento é o início de um embate de ideias entre professora e aluna, as ideologias entram em conflito e, convidadas a refletirem sobre esta postura, as alunas se mostram constrangidas. Betty atinge a professora pedindo que *"não despreze nossas tradições só porque é subversiva"*, frase muito forte, pois este é um termo utilizado em questões acerca do feminismo e seus ideais revolucionários para descrever a mulher que não se encaixa nos padrões.

O fato da mãe de Betty reforçar a postura submissa da filha é uma demonstração de que esta é a vida que ela também conhecia, e desta forma, era isso que ela poderia passar para a menina, sem mostrar qualquer abertura com novos pensamentos e nova maneira de encarar a sociedade e a convivência entre homens e mulheres. O que se percebe neste momento do filme, é a reprodução no âmbito social e psicológico⁴.

De acordo com o autor francês Claude Dubar (1997), o qual sofre influência de Piaget ao compreender socialização como iniciada na infância, tal processo é "[...] fundamentalmente, o resultado de aprendizagens formalizadas, mas o produto, constantemente reestruturado, as influências presentes ou passadas dos múltiplos agentes de socialização" (DUBAR, 1997, p. 9).

Solidificando ainda mais seu pensamento tradicional, a aluna Betty afirma: *"Nosso dever e obrigação é assumir nosso lugar no lar, criando os filhos que perpetuarão nossas tradições no futuro. Devemos ponderar que a Srta. Katherine Watson decidiu declarar guerra ao sagrado matrimônio. Sua doutrina subversiva e política encoraja nossas alunas a rejeitarem os papéis para os quais nasceram. Katherine está nos impedindo de fazer o que nascemos pra fazer"*.

Com este trecho, a aluna amarra o sexo da pessoa às suas funções sociais através do processo de socialização que se inicia na infância e segue na vida adulta se reproduzindo em todos os ambientes de interação dos indivíduos (DUBAR, 1997), assim a sociedade reproduz a ideia de que algumas funções são masculinizadas e outras feminilizadas.

Bourdieu (2005) reforça esta ideia com sua definição de *habitus*, ou seja, a reprodução inconsciente na forma de um "sistema aberto de disposições, ações e percepções que os indivíduos adquirem com o tempo em suas experiências sociais, além do indivíduo, diz respeito às estruturas relacionais nas quais está inserido" (BOURDIEU, 2005, p. 22). Para o autor, a ordem social não se trata de

4 Refiro-me a teoria psicológica do desenvolvimento humano, a qual considera o contexto, a cultura e as relações com outras pessoas e como contributos do desenvolvimento do indivíduo (DESSEN, 2011).

uma representação, mas sim de um sistema de estruturas que são reproduzidas objetivamente e subjetivamente, já que estão inscritas nas coisas, nos corpos, nas mentes, nas atividades e nas posições sociais. Estas estruturas organizam não apenas a realidade social, mas também as percepções e as representações que os indivíduos fazem desta realidade, de si mesmos e dos outros. Estas estruturas correspondem às próprias categorias de pensamento que os indivíduos utilizam para entender o mundo.

De acordo com Bourdieu (2002) na relação dominante e dominado, o dominante dita as regras, e em uma sociedade construída por homens, a simbologia do falo sustenta a relação dicotômica de superioridade em relação a mulher. Desta forma, o biológico dita o social e, a partir desta relação, o homem assume o papel social de regente dos jogos sociais. Dilema difícil de ser superado, de acordo com Freud (1974), uma vez que este fato categoriza a mulher como um “vir a ser” em relação ao modelo masculino.

Bourdieu (2002) não vitimiza nem a mulher e nem homem, pois considera que o papel de dominador também é um fardo, (BOURDIEU, 2002) uma vez que o homem é vítima da cobrança social de prover financeiramente a sua família. São as tarefas tidas como específicas de homem e mulher dentro da constituição familiar que cerceiam suas escolhas.

A questão da escolha entre a tradição ou o pensamento progressista, como a professora é definida no filme, pode ser analisada a partir de uma situação que envolve outra aluna, Joan Brandwyn. Esta jovem também recebeu educação tradicional, mas se destaca por parecer genuinamente tradicional por não sofrer influência familiar. Planeja seu casamento durante todo o filme a partir de um namoro consolidado e cheio de planos. No entanto, ela é aceita no curso de direito em uma renomada universidade de Yale, a aluna titubeia em seguir adiante com seu sonho profissional e acaba por declinar o convite.

Quando conta a sua colega Betty que foi aceita, a amiga fica chocada com o simples fato de Joan ter se inscrito para concorrer a vaga, pois não compreendia como ela, que estava com o casamento marcado, prestes a realizar “seu sonho”, poderia pensar em estudar em outra cidade deixando este sonho para traz. Ao mesmo tempo, Joan é incentivada pela professora a fazer os dois, estudar e cuidar da casa e do marido. Contudo, após ser aceita em Yale, a estudante percebe que prefere apenas estar casada. *“Você disse que a gente poderia ser o que quisesse, eu escolhi isso”, diz ela à Katherine. “É longe demais pra voltar e servir o jantar às 17h”.*

Esta passagem do filme é muito instigante, pois, ao mesmo tempo que mostra o pensamento tradicional dos anos 1950 presente no *habitus* da aluna, demonstra que a aluna não parece estar com dúvidas em relação à sua escolha ou sofrer com ela. O trecho do filme representa que a escolha consciente, mesmo sendo a escolha mais tradicional e menos crítica para o momento, se dá em função da aluna estar convencida de que esta é a escolha que trará felicidade a sua vida. Certa disso, Joan busca convencer a professora que casar-se e servir o jantar é seu sonho, assim ela será feliz e por isso faz esta opção.

Com isso, há uma reprodução da necessidade imposta pela sociedade que dita que a mulher precisa optar entre trabalho e vida doméstica. O fato de a aluna decidir pelo papel de dona de casa, representa sua liberdade de escolha, reverbera o ideal social de que deve ocupar a esfera privada, local onde ela poderia exercer suas funções de mãe e esposa, enquanto ao homem caberiam as decisões no âmbito público (HABERMAS, 2003).

Ademais, quando a professora afirma: *“Eu gostaria de me casar, mas se isso não acontecer, tudo bem”* deixa evidente a sua postura em relação a sua vida pessoal, um objeto interessante de estudo neste contexto. Katherine Watson é uma mulher de mais de 30 anos, bonita, solteira por opção nos anos 1950, não é contra o casamento, mas, representa a dúvida quanto a felicidade como fruto do casamento, pensamento tido como subversivo, mas característico da mulher crítica dos anos de 1950. Srta. Watson representa a insatisfação salientada por Betty Friedan (1971) como algo difícil de ser expressado, a autora pondera “[...] Que espécie de criatura seria ela que não sentia essa misteriosa realização ao encerrar o chão da cozinha? Envergonhava-se de que jamais chegava a saber que outras também a experimentavam. Se tentasse explicar ao marido ele não entenderia, pois nem ela própria se compreendia[...].” (FRIEDAN, 1971, p.20).

3. O sorriso aparente: mudança ou desconstrução de um comportamento

As alunas pareciam ter compreendido a proposta de “fazer a diferença” que a professora apresentava, apesar do constrangimento causado pela tensão, em oposição a situação de equilíbrio, que esta proposição de mudança carregava.

Ao mostrar imagens de propagandas da época que exaltavam a mulher como a “rainha do lar”, imagens que a relacionavam com culinária, serviços domésticos em geral e cuidado com filhos e marido de uma maneira sorridente

e complacente a este destino, a professora desperta nas meninas o interesse em reconstruir de seu papel.

Tais imagens fundamentavam a construção do que é ser mulher. Simone de Beauvoir (1970) pioneira do feminismo com sua frase célebre “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher” vai de encontro ao pensamento das alunas do filme de que a mulher nasceria com papéis designados. A autora propõe o contrário, ou seja, que a identidade da mulher é formada no âmbito da cultura e, portanto, é histórica e social.

Da mesma maneira que foi construído o que “significa” ser mulher, a sociedade avalia como certo ou errado fatos e papéis que alguém algum dia quis que fosse assim, trata-se da construção social, reproduzida e assim, legitimada (DUBAR, 1997). O Com base nisso, a questão é que as escolhas que fazemos não são feitas por nós. O “certo” é certo segundo quem? A professora provoca: “*Família certa. Arte certa. Pensar certo*”. Considerando que tudo isso “*Dispensa o esforço de pensar por si mesma*”.

Mesmo certa de suas convicções e de seu objetivo em Wellesley College, Srta. Watson sente-se muito angustiada diante da resistência das alunas e mais ainda da universidade. Em vista disso, a professora começa a sinalizar sua frustração e desinteresse em continuar com suas ideias e, em um ato de desesperança durante uma de suas aulas, desabafa: “*Eu não sabia que exigindo excelência eu estaria desafiando os papéis para os quais vocês nasceram*”. “*Vamos abrir nossas mentes para ideias novas*”, enfatizando que um dos papéis do professor é fazer o aluno pensar de maneira crítica sobre a sua época.

O pensamento liberal explicitado pela professora encontrava obstáculos para a sua propagação dentro de Wellesley. Com isso, a própria professora questiona seu interesse em permanecer na escola, pois para ela **não faria sentido estar lá se não fosse** para fazer a diferença. A situação se agrava ao receber o convite repleto de exigências para continuar na escola. “*Exigência número 1: a senhorita ensinará o programa definido pelo chefe de departamento, Número 2: todos os planos de aula serão submetidos no início do semestre a aprovação e revisão, Número 3: a senhorita não dispensará conselhos fora da alçada de sua matéria a nenhuma aluna em nenhuma circunstância, e, finalmente, concordará em manter um relacionamento estritamente profissional com todos os membros do corpo docente*”.

Em virtude do teor das exigências, Katherine Watson conclui que não permaneceria lecionando em Wellesley College pois, percebeu não encontraria espaço para aplicar suas ideias inovadoras a fim de promover um outro futuro

às suas alunas. Até mesmo as meninas percebem isso, tanto que no final da trama, Betty, a mesma aluna que a confrontava durante toda a trama, declara sua admiração à professora e às suas ideias que abriam seus olhos para a construção de um novo futuro.

Considerações finais

O filme *O Sorriso de Monalisa* confronta a sociedade tradicional arraigada na cultura de pensamento sexista, baseado na desigualdade e submissão feminina originários da concepção da dominação masculina.

Mesmo se tratando de uma trama que representa a sociedade americana de meados do século XX, a problemática em questão se mantém bastante atual. Notícias e informações a respeito de violência doméstica ou de estupro sexual cometidas pelo homem contra a mulher não são raras, o que justifica a relevância de chamar a atenção da sociedade para o assunto.

A relação entre homem e mulher, conforme mencionado no presente artigo, é dicotômica e valorativa. Construída socialmente para explicar a superioridade masculina com base em um fator biológico, a presença ou ausência do falo. Desta forma, manifesta-se relevante a indagação de por que este ideal permanece. Por que a mulher é compreendida socialmente como inferiorizada em detrimento ao homem? Por que a psicanálise compreende a mulher como o não homem?

Assim, o filme coloca em questão o papel da mulher na sociedade da década de 1950 com o intuito de sugerir um paralelo com o contexto atual.

É fato que muitas conquistas foram alcançadas pelas mulheres, mas a situação não é igualitária. A questão da diferença salarial explicita esta discrepância.

Ademais, o simples fato de fugir do padrão social, que dita que a mulher é dominada pelo homem, continua sendo um choque para muita gente, uma vez que a linha reta é confortável e evita riscos e choque dentro da sociedade.

Referências

ALVES, B. M. e PITANGUY, J. *O que é feminismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

BIAGGIO, A. *Psicologia do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1978.

BASSANEZI, C. *Virando as páginas, revendo as mulheres; relações homem-mulher e revistas femininas, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Volumes 1 e 2. São Paulo: Difel, 1970.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina* 4ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CONGRESSO PORTUGUES DE SOCIOLOGIA, 6., 2008, Lisboa. Que vida viver? Uma análise sociológica da felicidade: *anais do VI Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, p.236, 2008.

DESSEN, M.A.; ASPESI, C. C.; CHAGAS, J.F. A ciência do desenvolvimento humano: uma perspectiva interdisciplinar, in: DESSEN, M.A.; COSTA JUNIOR, A.L. *A ciência do desenvolvimento humano. Tendências atuais e perspectivas futuras*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DUBAR, C. *A socialização: construções das identidades sociais e profissionais*. Portugal: Porto Editora, 1997.

ERIKSON, E. H. e ERIKSON, J. *O ciclo da vida completo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FRASER, N. “O que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e gênero”. In: Benhabib, S. & Cornell, D. (orgs.), *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos, 1987.

FREUD, S. Sexualidade Feminina. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, Rio de Janeiro: Imago, Vol. 21, pp. 257-279, 1974.

FRIEDAN, B. *A mística feminina*. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. 8ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2003.

HALL, C. *A história da vida privada*. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

ORLANDI, E. *Discurso e leitura*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

PAPALI, D. E., OLDS, S. W. *Desenvolvimento humano*. 7ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PONTES, H. Modas e Modos: uma leitura enviesada de o espírito das roupas. In: MELO, H. P. M., PISCITELLI, A., WEIDNER, S., MALUF, V. L. P. (organizadoras). *Olhares Feministas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006. 510 p. Retirado de: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154563por.pdf> Acessado em: 02/03/2016.

SAFFIOTI, H. Primórdios do conceito de gênero. *Cadernos Pagu*, nº 12. Campinas: Editora Unicamp, p. 157-163, 1999.

SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. de O., BRUSCHINI, C (orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p.183-215, 1992.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e realidade. Vol. 20 nº 2. p. 71-99, 1995.

Fonte primária:

O SORRISO DE MONALISA. Direção: Mike Newell. Intérpretes: Julia Roberts; Kirsten Dunst; Julia Styles; Maggie Gyllenhaal; Ginnifer Goowin. Roteiro: Lawrence Konner e Mark Rosenthal. Música: Rachel Portman. Revolution Studios e Columbia Pictures, 2009. 1 DVD (159 min).

SER HOMEM E SER MULHER: PROBLEMATIZANDO AS QUESTÕES DAS DESIGUALDADES ENTRE OS SEXOS COM E PARA ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA ESTADUAL THEONILÓ GAMA – MACEIÓ/AL

Helisabety Barros Mendes da Fonseca
helisamendes@hotmail.com

Ilga Mota Barros
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
ilgamota@hotmail.com

Resumo: O artigo é uma sistematização de um projeto de intervenção, organizado como atividade do Curso de Pós-graduação em Gênero e Diversidade na Escola (GDE), coordenado pelo Núcleo Temático Mulher e Cidadania, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Tem o objetivo de socializar a experiência educativa realizada em uma escola pública estadual na cidade de Maceió/AL, com o Projeto de Intervenção intitulado “Ser HOMEM e Ser MULHER: problematizando as questões das desigualdades entre os sexos”. A pesquisa desenvolvida é pesquisa aplicada do tipo participante, a intervenção foi com os estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental. Refletiu-se sobre a categoria Gênero e seus desdobramentos, abrangendo discussões sobre a existência das desigualdades entre os sexos. Portanto, a intervenção com o(a) s discentes foi extremamente significativa para o processo de construção de uma sociedade mais igualitária e justa, pois as atividades possibilitaram o(a) s mesmo(a)s discutir a relação entre homem e mulher a partir do processo de atribuições de papéis e diferenças socialmente construídas. Dessa forma, a escola, como espaço de formação humana, configura-se como um ambiente privilegiado para reflexão e construção de uma nova visão da relação de gênero, por isso, faz-se necessário o fomento deste e outros temas relacionados à questão da diversidade no processo educativo.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, Desigualdades, Escola.

Introdução

A escola, numa visão restrita, é entendida como instituição direcionada apenas à aprendizagem didática e gradualizada nas disciplinas convencionais. Ao contrário, ela é uma instituição social como outras e está inserida no contexto de relações sociais construídas culturalmente. Assim, está permeada por questões que vão além da ditadura de disciplinas, sendo também um espaço para estabelecer reflexões recorrentes no âmbito social.

Nesse sentido, se observarmos criticamente o nosso cotidiano, as pessoas e contextos que nos parecem mais familiares, possivelmente identificaremos que as mulheres ainda não ocupam – e não gozam – dos mesmos direitos que os homens. Isso se configura, por exemplo, quando verificamos que elas e eles não dividem, igualitariamente, as tarefas no espaço doméstico.

Segundo HIRATA (1986), a divisão sexual do trabalho orienta a formação escolar, influi na linguagem que nomeia os elementos do mundo do trabalho, definindo o que é masculino e feminino, a percepção sobre a família e sobre a política pública.

E, por isso, que a escola atribui e organiza significados da vida individual e coletiva da sociedade, simbolizando, pois, as atividades como “masculinas” e “femininas”. Esses gestos e atitudes relacionados à classe social, e/ou gênero são rotineiramente despercebidos e engendrados no processo de aprendizagem de forma a conceber e perpetuar valores e padrões de comportamento. Pensando nisso, a escola deve contribuir para não discriminação e preconceito contra mulheres e homens que não correspondam culturalmente ao que estabelece a sociedade.

Dentro desse contexto, o presente artigo traz um relato da experiência educativa, com o Projeto de Intervenção intitulado “Ser HOMEM e Ser MULHER: problematizando as questões das desigualdades entre os sexos”, organizado como atividade do Curso de Pós-graduação em Gênero e Diversidade na Escola (GDE), coordenado pelo Núcleo Temático Mulher e Cidadania, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Desse modo, o objetivo é socializar a experiência educativa realizada com 50 estudantes da turma do 8º ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual Theonilo Gama em Maceió/AL, durante a execução do Projeto de Intervenção intitulado “Ser HOMEM e Ser MULHER: problematizando as questões das desigualdades entre os sexos”. Para isso, inicialmente, descreveremos as estratégias de ação para execução do Projeto e, em seguida, apresentaremos os resultados

e análise dos dados, traçando algumas considerações sobre a percepção desses estudantes acerca dos papéis do homem e da mulher na sociedade.

É oportuno salientar, que a educação, conforme aponta Ruth Sabat (2010: 149) quando compreendida de maneira ampla, é um dos processos mais eficientes na constituição das identidades de gênero e sexual.

Método

O Estudo é do tipo qualitativo e se constitui um relato de experiência, na medida em que se buscou observar o fenômeno, descrever e compreender o seu significado. O Projeto de Intervenção foi realizado na Escola Estadual Theonilo Gama, em uma turma de 8º ano do Ensino Fundamental.

Nesse trabalho foi realizada uma sequência didática estruturada em três etapas que abarcaram os conteúdos sobre a categoria Gênero. A intervenção foi realizada entre os meses de dezembro de 2015 e de janeiro de 2016. Cada etapa teve duração, aproximadamente, de duas horas aulas, totalizando seis horas de discussão da temática de forma intensa e participativa.

As intervenções ocorreram no horário da disciplina de História sob a responsabilidade da professora Ilga Mota Barros, a qual tem a carga horária de duas horas-aulas semanais. Considerando o conteúdo programático de História, foi reservado um horário semanal para a execução do Projeto “Ser HOMEM e Ser MULHER: problematizando as questões das desigualdades entre os sexos”, enquanto que o outro horário era utilizado para a composição do programa preestabelecido para disciplina.

A turma era composta de 50 discentes, sendo 30 do sexo biológico feminino e 20 do sexo biológico masculino, na sua maioria, com idade entre 14 a 16 anos. Para execução do Projeto foi criado um *Website* utilizando a plataforma *Wix*, onde foram publicados dois menus: questionário e curta metragem, disponibilizados para acesso entre os estudantes da referida turma.

O *Website* foi disponibilizado no seguinte endereço eletrônico: <http://helisamendes.wix.com/genero>. O questionário, publicado, tinha como objetivo conhecer a percepção do(a)s estudantes acerca dos papéis do homem e da mulher, enquanto que o curta metragem “Acorda Raimundo... Acorda”, tinha como objetivo debater sobre as desigualdades de gênero a partir da seguinte problematização: “E se as mulheres saíssem para o trabalho enquanto os homens cuidassem dos afazeres domésticos?”.

E, além disso, foi promovido em sala de aula um espaço de debate sobre a categoria Gênero que nos possibilitaram momentos importantes de reflexão a respeito do tema das relações de gênero e seus desdobramentos nos diversos contextos sociais. Para Larrosa, “o mais importante não é que se aprenda algo exterior, um corpo de conhecimentos, mas que se elabore ou reelabore alguma forma de relação reflexiva ao educando consigo mesmo” (1994, p.36).

Resultados e discussões

A execução do projeto de intervenção “Ser HOMEM e Ser MULHER: problematizando as questões das desigualdades entre os sexos”, teve como objetivo geral: “A promoção de um espaço de debate da categoria Gênero e seus desdobramentos, abrangendo reflexões sobre a existência das desigualdades entre os sexos, na tentativa de contribuir, no âmbito escolar, para o processo de construção de uma sociedade igualitária e justa pautada na equidade de gênero”.

O Projeto constitui de três etapas. A saber:

Etapa 1, foi disponibilizado o endereço eletrônico <http://helisamendes.wix.com/genero> em quem constava um link que o(a)s direcionavam para o questionário que tinha como objetivo conhecer a percepção do(a)s estudantes acerca dos papéis do homem e da mulher. Participaram da referida pesquisa, por meio do questionário online, cinquenta estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual Theonilo Gama.

Os gráficos, a seguir, apresentam as características que compõem o perfil dos participantes, quanto ao gênero, faixa etária e estado civil. Verifica-se que entre os estudantes participantes, 30 eram do sexo biológico feminino e 20 do sexo biológico masculino.

Dessa forma, o número de mulheres é maior com relação aos homens na turma do 8º ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual Theonilo Gama.

O gráfico acima demonstra que o(a)s estudantes tinham idades entre 09 e 20 anos. Sendo que, na sua maioria, a faixa etária era de 14 a 16 anos, Quanto ao estado civil, o gráfico seguinte revela a predominância de solteiro(a)s nessa turma, ou seja, 98% são solteiro(a)s e apenas 2% são casado(a)s.

Quanto a temática de gênero, o questionário foi composto por 10 frases que indicavam ações, como: “lavar pratos”; “trocar pneu de carro”; “cuidar dos filhos”; “jogar futebol”; “arrumar a casa”, dentre outras, com relação às quais existe como alternativa a resposta “Homem”, “Mulher” e “Ambos os sexos”, devendo cada participante assinalar a que melhor se aplica e/ou corresponde

segundo o seu ponto de vista, cujo as respostas foram organizadas em forma de tabela.

A tabela a seguir apresenta o percentual para cada uma das respostas assinaladas e que estão relacionadas às 10 ações indicadas.

AÇÕES		RESPOSTAS		
		H	M	Ambos os sexos
01	Lavar pratos	0%	16%	84%
02	Trocar pneu de carro	66%	0%	34%
03	Cuidar dos filhos	0%	18%	82%
04	Jogar futebol	24%	0%	76%
05	Arrumar a casa	0%	32%	68%
06	Lavar o carro	46%	0%	54%
07	Cozinhar	0%	28%	72%
08	Dirigir veículo	10%	0%	90%
09	Dançar balé	4%	46%	50%
10	Realizar pequenos reparos elétricos e hidráulicos em casa	72%	0%	28%

Com base nestes dados, percebe-se que, ainda que a resposta “Ambos os sexos” tenha tido maior ocorrência com relação as demais, o(a)s estudantes participantes da pesquisa, ainda trazem uma distinção de papéis de homem e de mulher. Veja que as opções: “2. Trocar pneu de carro”; “4. Jogar futebol”; “6. Lavar o carro”; “8. Dirigir veículo” e “10. Realizar pequenos reparos elétricos e hidráulicos”, as respostas ficaram divididas entre as alternativas “Homem” e “Ambos os sexos”, sem nenhuma ocorrência para a alternativa “Mulher”. Enquanto que para as ações: “1. Lavar pratos”; “3. Cuidar dos filhos”; “5. Arrumar a casa” e “7. Cozinhar” a opção “Homem” não foi escolhida por nenhum dos participantes. COSTA (2008) diz que:

Quando falamos relações de Gênero, estamos falando de poder. À medida que as relações existentes entre masculino e feminino são relações desiguais, assimétricas, mantêm a mulher subjugada ao homem e ao domínio patriarcal.



Figura 1: Discutindo a temática sobre a construção social do “ser homem” e do “ser mulher”

Durante a 2ª Etapa, foi explanado sobre a temática de gênero e discutido junto ao público a construção social do “ser homem” e do “ser mulher”. Nessa etapa, o(a)s estudantes relataram várias percepções e experiências vividas a partir das diferenças socialmente construídas dos papéis de gênero. Evidenciamos que o(a)s aluno(a)s, na sua maioria, tem apresentado um discurso favorável a luta pela igualdade de gênero.

Por fim, foi apresentado, em sala de aula, o filme de curta metragem: “Acorda Raimundo... Acorda” (duração: 15 min), um curta que narra à história de Marta e Raimundo, uma família operária, seus conflitos familiares e o machismo, vividos num mundo onde tudo acontece ao contrário

Posteriormente, foi aberto um espaço para comentários sobre o filme: as cenas, situações, personagens etc. Em seguida, um debate com a seguinte problematização: “E se as mulheres saíssem para o trabalho enquanto os homens cuidassem dos afazeres domésticos?”.

Na ocasião, embasados pelas discussões que ocorreram anteriormente, houve uma grande participação do grupo, onde cada um defendia os seus pontos de vistas, muitas vezes, com ideias estigmatizadas do ser homem e ser mulher nos contextos sociais, mas, imediatamente, foi percebida a inversão dos papeis sugerida pela problematização.

Como o curta metragem desperta uma reflexão sobre muitos questões que estão ligadas a ele(a)s mesmo(a)s, a seus familiares, a seus colegas e a sociedade como um todo, inevitavelmente os alunos apresentaram relatos pessoais sobre a vivência familiar e foi possível perceber que grande parte do(a)s estudantes

são filho(a)s de pais separados e moram somente com a mãe. Durante o debate, alguns dele(a)s apresentaram os motivos que levaram a separação dos pais, como por exemplo:

“Minha mãe não obedecia ao meu pai saía com as amigas, aí não deu certo o casamento.” (sexo feminino)

“Meu pai era muito raparigueiro, gostava de festa e minha mãe não aceitava, mas ele nunca bateu nela.” (sexo masculino)

“Minha mãe era valente e brigava com o meu pai, aí ela acabou expulsando ele de casa.” (sexo feminino)



Figura 2: Exibição do curta “Acorda Raimundo... Acorda”.

Os motivos apontados por esses estudantes com relação aos conflitos conjugais de seus pais trouxeram ainda mais elementos para discussão sobre o papel da mulher, na luta pela conquista da igualdade de gênero e nos cuidados dos filhos. Nesse momento, também foi dito que a ocupação que algumas das mães exerciam atualmente eram atividades consideradas serviço de homem, como cobradora de ônibus, segurança e outras profissões que não eram comuns entre as mulheres.

Observou-se, através dos debates durante a execução do projeto de intervenção, que a temática das relações de gênero desperta muito interesse entre os estudantes, porém, ao mesmo tempo, demonstra contradições entre os discursos e as suas vivências e experiências nos contextos sociais, muitas vezes carregados de valores tradicionais hierarquizados do “ser homem” e do “ser

mulher”, haja vista que os mesmo relataram experiências pessoais que revelam essa dicotomia entre o discurso e a prática. Acredita-se que os resultados obtidos por esta experiência intervencionista tenha possibilitado momentos importantes de reflexão a respeito do tema das relações de gênero e seus desdobramentos no ambiente escolar, ainda assim revela-nos a emergência da necessidade de ampliar o debate sobre Gênero na escola.

Conclusão

O Projeto de intervenção foi uma das possibilidades de explorar a temática da categoria Gênero no ambiente escolar, as diferentes estratégias pedagógicas corroboraram na construção de espaços formativos de aprendizagem que propiciaram e/ou contemplaram a construção de sujeitos críticos, ativos, criativos, autônomos e construtores de uma sociedade mais igualitária.

Nesse contexto, a proposta de intervenção reafirma que o ambiente escolar é um espaço privilegiado para reflexão e construção de uma nova visão da relação de gênero, por isso, a luta pela igualdade entre homens e mulheres deve partir da educação, do diálogo e da sensibilização do(a)s educando(a)s sobre a importância da igualdade de gênero entre homens e mulheres, visando evitar a propagação de práticas preconceituosas contra homens e mulheres que não correspondem aos valores e padrões de comportamentos estabelecidos socialmente.

Conclui-se que, a divisão dos papéis de homem e mulher é algo historicamente construído e que qualquer que seja a mudança nesse sentido, só é possível através da educação, da reflexão crítica, vale ressaltar Freire na “Terceira Carta Pedagógica”, (2000: 65-67), “[...] Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

Referências

ÁVILA, Betânia; FERREIRA, Verônica (orgs.). Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres. Recife: SOS Corpo; Instituto Patrícia Galvão, 2014. Disponível em: <http://soscorpo.org/wp-content/uploads/livro_trabalho_versaonline-1.pdf>

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas. São Paulo, v. 37, nº 132,

p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>>. Acesso em: 19 de dezembro de 2015.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e Educação. In SILVA, Tomaz Tadeu da. (org) **O sujeito da Educação: estudos Foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 1994.

SABAT, Ruth. Gênero e sexualidade para o consumo. In: LOURO, Guacira, Lopes, Jane Filipe, Silvana Goellner (Orgs). **Corpo, Gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petropolis, RJ: Vozes, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>

Curta metragem: “Acorda, Raimundo... Acorda.” Direção: Alfredo Alves; 1990; 15 minutos. Realização: Ibase e Iservídeo.

MULHERES NEGRAS, MEMÓRIAS E MUSEUS DE SALVADOR: SILENCIAMENTO NA CULTURA OU ESQUECIMENTO DA IDENTIDADE?

Joana Angélica Flores Silva
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
joanaflores@gmail.com

Resumo do artigo: O presente artigo trata da ausência de mecanismos expositivos que promovam a valorização da imagem das mulheres negras através das representações nos museus de tipologia histórica de Salvador, contribuindo para o desenvolvimento de ações em torno da diversidade de gênero, a partir dos discursos construídos nesses espaços, e que reverbera na sociedade para o olhar negativo produzido pela historiografia oficial, ao negligenciar e ocultar a participação política, econômica e cultural dessas mulheres, no processo de desenvolvimento social do país. Destacaremos nesse trabalho, a ausência de elementos históricos, artísticos e culturais que evidenciem as trajetórias, narrativas e memórias desse grupo nesses cenários expográficos, quando ora ocupam o lugar de esquecimento, ora de silenciamento, ou quando não, têm os seus corpos como suportes de memórias ao sustentar os “balangandãs de crioulas”, as “roupas de escravas”, as “joias de escravas”, cujos cenários são construídos em torno da escravização para reforçar a superioridade das mulheres brancas em detrimento da inferioridade das mulheres negras, arraigada no imaginário coletivo cultural da sociedade. Nesse contexto, a discussão de cultura encontra no viés do estudo das representações e das identidades, o aporte teórico para analisar como os museus constroem o lugar atribuído aos objetos museológicos que tratam do universo feminino e configuram o papel hierarquizante que define os sujeitos nessas exposições, ao dar aos mesmos uma carga de referência histórico-cultural e legitimar o não lugar social das mulheres negras também nesses espaços de memória, em Salvador.

Palavras-Chave: Gênero, Mulheres negras, Identidade, Representação, Museus de Salvador.

Introdução

A discussão à qual nos propomos realizar nesse trabalho tem o desenvolvimento mais aprofundado na dissertação de mestrado¹, cuja base teórica para as questões de gênero, representações e identidade, buscou respaldar o tratamento dado à imagem das mulheres negras nos museus de tipologia histórica em Salvador.

Nesse cenário, algumas indagações como as que serão apontadas nesse artigo, no contexto da ausência da participação dos museus sobre a diversidade de gênero; o direcionamento para as formas de representações do feminino nas exposições quase sempre voltadas à figura da mulher branca e a sua superioridade, construída no imaginário coletivo, serão o pano de fundo para a validação dessas imagens pelos museus e como as mesmas também reverberam e corroboram para a desigualdade de gênero, classe e raça no país.

Ressaltamos que o estudo aqui apresentado traz como cenário para a compreensão do tema alguns objetos museológicas cujas representações estereotipadas e estigmatizadas de fragmentos do período da escravidão preservadas e divulgadas por essas instituições museológicas, trazem uma construção alegórica da imagem onde um misto de beleza e do exótico se contrapõem às mazelas criadas e permanecidas durante todo o período em que existiu aqui no Brasil e que se arrasta nos dias atuais, quando se coloca em evidência o lugar da mulher negra na sociedade.

Para tanto, devemos levar em consideração o lugar ao qual estamos tratando, os museus, por serem esses espaços, representantes de um tempo, responsáveis pela difusão da memória e pela preservação dos bens de caráter material que trazem imbricados em seus significados as narrativas de um tempo.

Esses objetos podem ser descritos fisicamente nas exposições museológicas de longa duração e assim permanecerem como símbolos de valorização de determinados grupos sociais e de fatos históricos ou podem ser esquecidos, por pertencerem a outros grupos não significativos e reverenciados pela historiografia oficial do país.

1 Dissertação intitulada “A representação das mulheres negras nos museus de Salvador: um diálogo em branco e preto”, defendida em 30 de outubro de 2015, pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia – PPGMUSEU/UFBA, sob a orientação da PhD Maria das Graças de Souza Teixeira da Universidade Federal da Bahia. Disponível na página <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18548>

Cabem aos museus o compromisso com a interpretação dos signos e dos significados, assim como lhes cabem, a (re) leitura de seus discursos a partir dos repertórios ideológicos, políticos e filosóficos trazidos pelos profissionais que compõem as equipes dessas instituições.

Desse modo, é de responsabilidade dos museus, facilitar a compreensão do público visitante em relação aos objetos, ao utilizarem-se dos recursos expositivos como luz, cor, textos, disposição dos objetos no circuito expográfico, contextualização do tema, construção dos lugares dos sujeitos no circuito etc. de modo a levá-lo a identificar o lugar da mulher negra de maneira não tendenciosa nessas exposições.

Ressaltamos que é papel das instituições museológicas, comunicar os seus acervos visando o desenvolvimento da sociedade, conforme o Estatuto dos Museus no Art. 1º, quando afirma,

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009)².

Logo, convém indagarmos que os museus aos quais nos reportamos nesse trabalho, cumprem parcialmente com as suas funções, por comunicarem os conjuntos e suas coleções de valor histórico, porém, numa perspectiva unilateral quando dispensa aos sujeitos determinados lugares pré-estabelecidos pelas narrativas construídas pela historiografia oficial do país, reproduzidas desde o início da criação desses espaços de cunho histórico no Brasil, - quando da criação do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro por Gustavo Barroso em 1922.

Esse modelo de instituição, cujo lema era a preservação dos bens representativos de uma nação e por seu caráter de espaço de educação não formal, ainda permanece a apresentar as suas coleções museológicas a partir de narrativas que levam o público somente ao deleite, ou mesmo, a esboçar sentimentos de prazer ou de recusa. Ainda teimam em enaltecer em seus discursos, os valores

2 Documento instituído pelo **Lei Nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**

políticos e ideológicos que comungam com a filosofia e o pensamento dos gestores e parceiros isentando-se de promoverem possibilidades de novas interpretações sobre os objetos ali expostos, deixando de cumprirem com o papel de meros depósitos de objetos fetiches.

O patrimônio feminino na Bahia: Sem nomes nem documentos

Nesses cenários expositivos, são estabelecidos o lugar e o não lugar de determinados sujeitos quando não os ocultam, ou interpreta-os a partir da masculinização ou feminilização dos objetos, de acordo com a mensagem que quer transmitir e o público alvo a ser alcançado. Atribuem-se aos objetos museológicos, os papéis de protagonistas sociais e destituem nesse contexto as mulheres negras desse cenário, cujo lema é o lado positivo, heroico, branco e responsável pelos fatos que marcaram a história e construíram a nossa sociedade.

Diante disso podemos indagar no sentido de nos alocarmos a partir dos referenciais que se apresentam para nós, dos signos eleitos pelos museus, como podemos trazer para o nosso cotidiano as memórias ali traduzidas, se naquele instante, há um deslocamento de narrativas, de cenas, de tempo?

Há uma tendência dos museus a deslocar determinados personagens dos fatos e dos lugares de reconhecimento político e cultural da história – como as mulheres negras, homens negros e crianças - e centralizar determinados sujeitos como únicos atores e atrizes sociais – homens e mulheres brancos (as) – e construir um enredo de tal forma a impor um único recorte do passado, provocando uma leitura somente saudosista de determinados grupos sociais, cujas representações se dão entre os mais variados contextos, desde a moda até o universo religioso, familiar, afetivo etc. Corroborar para essa assertiva o pensamento de Chambers (1990) trazido por Hall (2003) no contexto da Diáspora, ao afirmar:

Não podemos jamais ir para casa, voltar à cena primária enquanto momento esquecido de nossos começos e “autenticidade”, pois há, sempre algo no meio [*between*]. Não podemos retornar a uma unidade passada, pois só podemos conhecer o passado, a memória, o inconsciente através de seus efeitos, isto é, quando este é trazido para dentro da linguagem e de lá embarcamos numa (interminável) viagem. (CHAMBERS. 1990, apud. HALL, 2003, p.27-28. **Grifos do autor**)

A partir da reflexão trazida pelo autor, em relação ao sentido das lembranças, podemos compreender que os espaços de memórias aqui discutidos, promovem uma viagem ao passado através de suas exposições de longa duração³, silenciando fatos importantes desse passado, o que contribui para a ausência de elementos simbólicos que promovam uma maior proximidade do ponto de vista das trajetórias, narrativas e memórias entre as mulheres negras e os museus de tipologia histórica de Salvador.

Os museus, ao reproduzirem uma prática comum na sociedade, quando direcionam a leitura sobre temas voltados ao universo feminino para uma interpretação unilateral a partir da imagem dos corpos negros, utilizados na construção dos suportes expositivos e dos discursos e narrativas, favorecem uma análise reducionista e limitada do papel social desse grupo, e intensifica uma forma de identidade que somente reforça a imagem de subalternizado, servil e fisicamente forte.

Dessa maneira, pensar o sentido dessas representações, carece de uma reflexão a partir do lugar que ocupa os interlocutores desse diálogo entre sujeitos, objetos e instituições museais.

É nesse sentido que a discussão sobre cultura, nesse estudo, encontra no viés do estudo das representações a partir do pensamento trazido por Spivak (2010) no seu livro “Pode o subalterno falar?”, por nos levar a assumir o nosso lugar de fala enquanto mediadores (as) dos discursos entre os museus e o sujeito enunciado e por compreender que os profissionais de museus em certa medida, e a depender do lugar que ocupa na exposição, são coniventes com as propostas de discursos e das narrativas ali apresentadas.

Nessa perspectiva, reconhecer o museu como espaço de cultura e o lugar de fala de determinados sujeitos eleitos para serem seus porta-vozes, através dos objetos museológicos, nos coloca a criar mecanismos artísticos ou mesmo expositivos que tornem os discursos construídos em torno da representação das mulheres negras nessas exposições, aportando-se nas discussões de gênero, para compreender as várias formas de feminino apresentadas nesses espaços. Contextualizar de qual lugar o feminino se apresenta nos museus e de qual mulher tratam esses espaços de memórias?

Refletir sobre as práticas museológicas compreendendo os espaços dos museus históricos de Salvador, como mais um recurso didático para a construção

3 O termo “exposição de longa duração” evita, segundo Desvalleés e Marisse (2013) a conotação de permanência. O termo “exposição permanente” ainda é muito usado no Brasil e em Portugal.

de uma pedagogia mais libertadora e igualitária, neutralizando ou mesmo equilibrando as discussões cujos vieses, colocam as mulheres negras no patamar de invisibilidade cultural senão historicamente à parte das conquistas sociais.

Precisamos rever os discursos que foram disseminados nas escolas do nosso país até a primeira década dos anos 2000, quando foi necessária a criação da Lei 10.639/03⁴ além da Criação da SEPPIR⁵ e SEPROMI⁶ para assegurar, o respeito e a promoção da Igualdade racial.

Essas contribuições de caráter jurídico possibilitam compreendermos nesse sentido, que as formas de identidades as quais os sujeitos podem ou não apropriar-se, corroboram para que os museus construam os lugares atribuídos aos objetos museológicos que tratam do universo feminino de forma a identificar o papel não hierarquizante que define os sujeitos nessas exposições, dando de maneira equitativa a carga de referência histórico-cultural permitindo legitimar o lugar social das mulheres negras também nesses espaços de memória, em Salvador.

3. Conclusão

A partir das questões levantadas sobre os museus de tipologia histórica de Salvador, no que tange as formas de representações das mulheres negras, nas exposições museológicas de longa duração, que algumas abordagens do ponto de vista das questões de gênero ainda se encontram silenciadas, por se tratarem de investigações que trazem em suas especificidades metodológicas, o feminino imbricado nas discussões de raça e classe. Somamos a isso, a participação dos museus enquanto espaço de representação e poder, o que configura determinadas práticas que justificam as formas de tratamento dadas à imagem dos grupos sociais, definidos nessas ações museológicas como princípio da comunicação e da divulgação dos bens culturais no país.

Percebemos que a construção do lugar atribuído aos objetos museológicos que tratam do universo feminino, é resultante do papel hierarquizante que define os sujeitos nessas exposições e que é levada em consideração a carga

4 **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências.

5 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Criada sob a Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003.

6 Secretaria de Promoção da Igualdade Racial - Criada sob a Lei 10.549, de 28 de dezembro de 2006.

ideológica, filosófica e política dos gestores e das equipes dos museus que atribuem às mulheres negras o lugar de coadjuvantes também nos discursos de memória.

Cabe nos debruçarmos sobre a intencionalidade das exposições museológicas como aspecto essencial no processo de musealização do objeto, levando em consideração o pensamento de Cury, ao afirmar que, *“apropriando-se dos princípios museológicos comunicacionais e educacionais de uma exposição* (CURY, 2005, p. 27) assumiremos a responsabilidade de transformar o objeto musealizado em um mecanismo que busque estimular à consciência crítica do visitante não o deixando somente à mercê da fetichização

Assim, nesse artigo, inserimos as Mulheres Negras e os Museus no cenário das discussões de gênero foi somente uma maneira de buscar ilustrar a não inserção de temas relevantes na construção do papel social dos Museus e na aplicabilidade de suas ações, a partir de temáticas tão discutidas pelas áreas das Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas.

Evidenciamos a ausência de elementos que promovam uma aproximação entre teoria e museu a partir da análise das representações quando legitimadas nas exposições museológicas de longa duração e que corroboram por validar um pensamento ideológico em cada Museu. Necessitamos de avançar no contexto das significações dos objetos, quando nos colocamos a definir sujeitos como mais ou menos importantes, ainda que estejamos a reproduzir o discurso da importância da valorização da diversidade étnica e cultural.

Documentos foram elaborados nos últimos dez anos e reforçam a necessidade da participação dos museus enquanto espaços voltados também a atender às demandas educacionais, no sentido de participação como espaço de Combate à Discriminação Racial, dentre outros, que vão instituir que os museus se aproximem das discussões de raça e identidade, trazidas nessa discussão permitindo o fortalecimento da retórica no sentido de atualização das propostas expográficas com o intuito de atender à Lei 10.639/2003.

Ressaltamos nesse artigo a necessidade de um aporte teórico ainda mais substancial que possibilite revolver ou mesmo acentuar as discussões em torno de mecanismos teórico-metodológicos mais dialógicos que permitam contribuir para a construção de novos olhares sobre velhas imagens nos museus de Salvador.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial e de Combate a Intolerância Religiosa do Estado da Bahia.** Decreto de Lei nº 13.182 de 6 de Junho de 2014.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial.** Brasília: 2003.

BRASIL. **Estatuto dos Museus.** 2009 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 20 ago. 2015.

DESVALLÉES, André. MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia.** Tradução e Comentários Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2013.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais.** Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine de La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003

NASCIMENTO, Rosana Andrade Dias do. **Museu histórico nacional:** a memória como instrumento do poder no estado novo. Universidade Federal da Bahia. Disponível em: http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_II/rosana_andrade_dias_do_nascimento.pdf Visitado em 09/05/2016

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

O DESIGN DE BRINQUEDOS PARA MENINAS E A CONSTRUÇÃO DE CONCEPÇÕES DE GÊNERO E RAÇA

Laila Raiana Santana Borges
lailaraiana@gmail.com

Orientador: Felipe Bruno Martins Fernandes
*Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres,
Gênero e Feminismo – PPGNEIM/UFBA*
fernandes.felipebruno@gmail.com

Resumo: O Design, como atividade humana capaz de interferir ativamente na produção de significados, tem uma grande importância na produção de representações culturais através dos seus produtos. O design de brinquedos infantis industriais é um forte exemplo de como significados relacionados a gênero, raça e classe são produzidos, reforçando valores que reproduzem a desigualdade. A partir da Antropologia da Infância, compreendemos o processo de socialização e o papel dessas representações culturais na construção das identidades e subjetividades das crianças. O objetivo deste artigo é entender como os brinquedos industriais, como objetos simbólicos da cultura, transmitem significados de gênero e raça reforçando a divisão binária de gênero presente na sociedade e o apagamento da representatividade negra.

Palavras-chave: design, brinquedos, gênero, identidade.

1. Introdução

Rosa para meninas e azul para meninos. Bonecas para meninas, carrinhos para meninos. É bastante óbvia a diferenciação por gênero que opera nos brinquedos infantis comumente expostos em vitrines de lojas e propagandas. Através do projeto de brinquedos infantis, o Design tem participação ativa na concepção dos discursos que atuam na construção do gênero. Os brinquedos são objetos semióticos que, segundo Carmen Rosa Caldas-Coulthard e Theo van Leeuwen (2004), são produzidos de acordo com significados sociais que variam histórica e culturalmente. Através da observação dos signos presentes nos brinquedos e se ancorando nas teorias feministas para trabalhar o conceito de gênero e na Antropologia da Infância para compreender o processo de aprendizado e socialização infantil, podemos entender como os brinquedos agem na construção de concepções de gênero e raça na infância.

O objetivo desse artigo é analisar como os brinquedos infantis constroem modelos de gênero e como essas representações atuam na construção da concepção do que é ser homem ou mulher e sua articulação com raça. O foco desse estudo são os brinquedos infantis produzidos industrialmente em larga escala e comercializados na maioria das lojas de brinquedos. Essa escolha se dá pelo fato do projeto de brinquedos ser uma área do design de produtos que através de uma metodologia específica produz objetos semióticos que interferem ativamente nas concepções de gênero das crianças. No entanto, esse aspecto quase nunca é levado em conta nesses projetos, o que não é surpreendente visto que pouca atenção é dada para as questões de gênero na área do Design. Ao analisar os valores sociais veiculados por essas representações percebemos que a produção de brinquedos reforça uma oposição binária de gênero ao designar características específicas para meninos e meninas.

O Design é uma atividade que a princípio busca atender às necessidades humanas através do projeto de produtos e serviços. Ao produzir objetos que irão compor a cultura material, o Design tem a capacidade de interferir ativamente na sociedade, modificando a dinâmica das relações sociais. Os objetos produzidos são veículos de valores sociais, portanto, ao projetar um produto estamos produzindo um discurso e conseqüentemente reforçando práticas sociais. O design industrial de brinquedos infantis são um exemplo de como os significados produzidos e veiculados através desses objetos contribuem para a manutenção das estruturas hegemônicas de gênero e raça presentes na sociedade.

Os brinquedos infantis são artefatos culturais produzidos através da prática do Design que veiculam valores acerca do gênero, reforçando concepções sociais acerca de homens e mulheres. Para Lucy Niemeyer (2003), o produto de design difunde valores e características culturais, sendo um portador de representações. A representação, para Stuart Hall (1997) é o processo através do qual membros de uma cultura usam sistemas de significação para produzir significado. Longe de serem uma mera reprodução dos valores presentes na sociedade, esses objetos produzem significados de gênero, atuando na construção de noções de masculinidade e feminilidade.

Os brinquedos transmitem mensagens acerca do meio social, incluindo as concepções de gênero, e esses significados são apreendidos pelas crianças através da socialização, em que as crianças internalizam os modelos de ser menina ou menino. O conceito de socialização, segundo Adriana Friedmann (2011), é crucial na Antropologia da Infância, que vê as crianças como atores sociais, recriando a sociedade e procura desvendar a partir de quais sistemas simbólicos a criança elabora sentidos e significados (ibid). Podemos analisar sua importância no processo de socialização e o seu papel na construção das identidades generificadas – ou seja, que se produzem a partir das relações de gênero (LOURO, 1997) - a partir do entendimento de que os brinquedos são portadores de significados sociais.

Para efetuar essa análise, abordarei o conceito de gênero e como ele é construído social e discursivamente, dando origem à dicotomia feminino/masculino, para investigar como os brinquedos infantis se estruturam através desse binarismo e funcionam como modelos representacionais de gênero. Em seguida, coloco uma discussão sobre a falta de representatividade negra no universo dos brinquedos infantis e em como as opressões de gênero e raça se articulam na formação da subjetividade de meninas negras.

2. Metodologia

Este artigo foi construído com base em observações realizadas em lojas de brinquedos presentes em grandes shoppings da cidade de Salvador – BA, onde foram observadas a disposição dos brinquedos na loja, a divisão das sessões e os tipos de brinquedos comercializados. Estas visitas ocorreram em período próximo ao Natal de 2015, e foram realizadas algumas conversas informais com vendedoras/es e clientes sobre os critérios mais utilizados na escolha de um brinquedo. Alguns brinquedos foram fotografados e os elementos que definiam um brinquedo como de menina ou de menino, analisados.

As teorias feministas pós-estruturalistas enfatizam o papel da linguagem na construção do gênero, já que a identidade generificada é construída através da linguagem (SCOTT, 1995). Podemos então considerar que os brinquedos infantis, sendo artefatos culturais, são textos, podendo ser lidos e interpretados. Ao entender a maneira como esses significados são produzidos, podemos examinar como os brinquedos atuam na construção das identidades das crianças, utilizando para isso alguns estudos da Antropologia e Sociologia da Infância (COHN, 2013; FRIEDMANN, 2011), que encaram o brincar como um processo crucial para o aprendizado e o desenvolvimento das identidades das crianças.

3. Resultados e discussão

Os resultados se dividem em três partes: a primeira aborda a construção das identidades generificadas; a segunda relaciona o projeto de brinquedos infantis à construção das identidades na infância, a terceira discute a questão racial no universo dos brinquedos infantis industrializados.

3.1. Gênero e a construção da identidade

Para compreender o modo como a sociedade se estrutura na divisão binária entre homens e mulheres, é necessário compreender o conceito de gênero e como são construídas as identidades a partir dessas categorias. É sobre essa divisão que se assentam os projetos de brinquedos infantis, que reproduzem a lógica binária de feminino/masculino.

O conceito de gênero surgiu como uma forma de fornecer uma ferramenta de análise adequada ao estudo das desigualdades das mulheres, e vem sendo muito discutido ao longo dos anos, apresentando divergências a depender da corrente teórica adotada, sendo que não existe uma maneira única de compreendê-lo. Porém, essa diversidade de conceitos têm em comum a noção de gênero como uma construção social, em oposição à ideia de que as diferenças sociais entre homens e mulheres são determinadas biologicamente. Para Donna Haraway (2004, p. 211), “gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplos terrenos de luta”. Portanto, este foi um conceito que permitiu que fossem investigados os meios através dos quais as diferenças entre mulheres e homens são constituídas, e também será utilizado para pensar como os brinquedos infantis atuam na construção dessas diferenças.

Para Joan Scott (1995), gênero deve ser utilizado como uma categoria analítica, diferentemente das abordagens preexistentes que eram meramente descritivas ou explicações causais da situação de opressão da mulher. A autora utiliza o pós-estruturalismo como teoria que dá suporte a esse conceito. O conceito de gênero desenvolvido por ela se divide em duas premissas básicas: 1. o gênero como elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas (representações simbólicas) entre os sexos; 2. gênero como forma nova de significar as relações de poder (SCOTT, 1995). Essa formulação trabalha com uma noção pulverizada de poder, à maneira de Michel Foucault (1977), substituindo a noção de um poder social unificado e centralizado. É dentro dessa noção que o conceito de gênero será trabalhado no presente artigo, atendendo para as formas como são construídas as identidades de gênero e o papel dos elementos simbólicos e representações sociais nesse processo.

De acordo com Scott (1995), para se compreender o gênero é necessário articular a compreensão do sujeito individual com a organização social. Nesse processo, deve-se rejeitar os esquemas dicotômicos, e encarar a oposição binária não como algo real, mas algo construído e marcado por relações de poder. Para isso, é importante compreender como se constitui o sujeito, dentro de significados e de representações culturais. Portanto, examinar a forma como as identidades generificadas são constituídas é essencial para a desconstrução da dicotomia de gênero.

As representações de gênero presentes em nossa sociedade são na maior parte das vezes um reflexo dos modelos de gênero que se estabeleceram como hegemônicos. Essas representações são importantes na formação das identidades, pois são um veículo dos valores presentes na sociedade. Para Tânia Azevedo (2003), além das relações sociais e da mídia, é importante o papel que os filmes, livros, músicas, brinquedos e outros objetos simbólicos da cultura também possuem na produção e reprodução das representações de gênero. Os discursos sobre o masculino e o feminino existentes em um determinado contexto participam do processo de constituição dos sujeitos.

O meio em que a criança está inserida é crucial no desenvolvimento da sua identidade, já que os modelos de gênero são históricos e culturalmente específicos. Segundo Guacira Louro (1997, p.28) “em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos”. Esses significados são determinados pelas expectativas sociais em torno de homens e mulheres, e os brinquedos infantis, como objetos materiais da cultura reproduzem esses modelos.

É importante ressaltar, porém, que a criança não sofre esse processo passivamente, ela interage com o meio para criar sua própria identidade (DELGADO E MÜLLER, 2005). No entanto, esses modelos sociais hegemônicos veiculados pelos brinquedos infantis podem ser internalizados pelas crianças, que constroem sua identidade baseada nesses valores.

3.2. Brinquedos e gênero

Ao brincar, as crianças entram em contato com modelos e representações sociais. Uma das categorias de análise teórica mais utilizadas nos estudos das crianças é o brincar, que é uma atividade considerada “endêmica” da infância (CARVALHO & NUNES, 2007). De acordo com Tizuko Kishimoto e Andréia Ono (2008), é brincando que a criança se desenvolve, expressa sua individualidade e aprende explorando o mundo dos objetos, pessoas e cultura e o brinquedo é o material que dá suporte à brincadeira. Podemos então concluir que os brinquedos são importantes meios de aprendizado infantil, e é através deles que as crianças ingressam no mundo social.

Portanto, o brinquedo é um elemento importante no desenvolvimento, tanto na esfera cognitiva, quanto na socialização e na construção das identidades. Para Azevedo (2003, p.39), o brinquedo é essencial nos processos de socialização, simbolização e subjetivação e através deles “as crianças entram em contato com representações sociais, valores culturais, além de experienciarem práticas e relações sociais”. Portanto, através dos brinquedos e brincadeiras, a criança aprende valores culturais da sociedade em que está inserida. Em uma sociedade marcada por opressões de raça, gênero, classe, entre outras, esses objetos refletirão as ideologias de exclusão desse meio, contribuindo para a naturalização de preconceitos e estereótipos associados a grupos marginalizados.

Como visto em meu trabalho de campo, os brinquedos infantis são idealizados, produzidos e comercializados com uma divisão clara de gênero. Os brinquedos dirigidos a meninas e meninos diferenciam-se em relação às temáticas, às cores, às formas e ao tipo de estímulo. Podemos notar que os brinquedos dirigidos às meninas são geralmente uma réplica do mundo doméstico, estimulando relações de maternagem e cuidado, além de estimular um cuidado com a aparência e a beleza física. Os brinquedos dos meninos, além de possuírem temáticas mais variadas, geralmente estimulam o raciocínio, a agressividade e as situações de poder. Essas diferenças reafirmam as expectativas sociais em torno de mulheres e homens, contribuindo para a manutenção do binarismo de gênero e a heteronormatividade.

É importante notar que desde a embalagem, os brinquedos são dirigidos a um gênero específico. As cores são um importante indicativo do sujeito para o qual se dirige aquele determinado produto. Atualmente, como apontei no início deste artigo, há uma associação da cor rosa a meninas, o que faz com que a presença dessa cor induza a criança a interpretar aquele brinquedo como feminino. Esse tipo de estratégia direciona as crianças a brincarem apenas com certos tipos de brinquedos. Além disso, por vivermos em uma sociedade baseada na dicotomia homem/mulher, brincar com um brinquedo que não se dirige ao seu gênero é um fator de rechaço social, já que há uma rejeição daqueles indivíduos que fogem dos padrões pré-determinados de feminilidade e masculinidade. A atividade do brincar com qualquer tipo de brinquedo, portanto, além de não ser socialmente aceita, ainda é dificultada pela indústria ao fazer essa divisão extrema entre brinquedos de meninas e meninos.

Os brinquedos não são neutros, eles transmitem mensagens e valores sociais através da representação e são muito nítidas quais as concepções de gênero veiculadas pelos brinquedos industriais. Esses artefatos são capazes de construir conhecimentos sobre gênero, já que são peça fundamental no processo de aprendizado das crianças, que internalizam essas concepções através da socialização.

Da mesma forma, muitos outros valores sociais são reforçados através dos brinquedos, podendo contribuir para a manutenção de vários sistemas de opressão presentes na sociedade. Se os brinquedos são reflexo do meio em que estão inseridos, uma sociedade desigual produzirá brinquedos que disseminam discursos e representações que sustentam essa desigualdade. Isso pode ser notado claramente em relação à questão racial.

3.3. Brinquedos e a questão racial

Uma questão importante é a representação da figura humana no universo dos brinquedos infantis. Em relação aos brinquedos direcionados às meninas, foco desse trabalho, existe uma grande predominância de figuras humanas, já que bonecas compõem grande parte dos brinquedos dirigidos a esse público. Essas bonecas apresentam um padrão de beleza eurocêntrico, sendo em sua maioria altas, magras, brancas e com cabelos lisos, estando geralmente associadas com atividades de lazer, beleza e interações sociais, atividades associadas ao feminino.

A existência da discriminação racial é um fato que se expressa de várias maneiras na sociedade, inclusive no campo simbólico. O racismo é uma

ideologia muito presente no imaginário social, porém nem sempre é externalizado de forma explícita. Essa discriminação se apresenta sob diferentes formas dependendo do contexto histórico-cultural, sendo que no Brasil muitas vezes ela se manifesta de forma sutil e dissimulada.

Um discurso fortemente presente na sociedade brasileira e que tem reflexo na maneira como pessoas negras são representadas é a ideologia do branqueamento, que apostava na “purificação étnica” através de cruzamentos interracialis, e foi sofrendo alterações no imaginário social ao longo do tempo, tornando-se um tipo de discurso que atribui aos negros o desejo de branquear, ou seja, alcançar os privilégios dos brancos por imitação (SILVA & BRANCO, 2011). Essa ideologia do branqueamento também se reflete na associação entre o sucesso e a cor branca, e o fracasso e a cor negra.

Um dos meios pelos quais essas ideias de inferioridade se perpetuam é através da mídia, pela inferiorização e estigmatização da imagem de negras e negros (MIRANDA, 2010), isso quando não ocorre a total invisibilização da população negra nos meios de comunicação de massa. Esse fato também é observado nos brinquedos infantis industriais, onde a representação de pessoas negras e de suas culturas é praticamente inexistente.

No processo da construção da identidade, os discursos racistas e sexistas também são incorporados no processo de aprendizagem, sobretudo através das brincadeiras e os brinquedos. Esses discursos podem produzir efeitos diferenciados de acordo com o gênero. Nas pesquisas brasileiras que envolvem a temática étnico-racial na infância, os exemplos mais contundentes com relação aos efeitos do preconceito e/ou discriminação na construção da subjetividade da criança negra provém das meninas, que se destacam na expressão de sentimentos de insatisfação e vergonha em relação a si próprias (SILVA & BRANCO, 2011). Não se ver representada no universo dos brinquedos pode levar a criança a uma desvalorização de si mesma, interiorizando os discursos dominantes que inferiorizam as pessoas negras.

No caso de meninas negras existe uma particularidade, porque além de sofrerem com as questões advindas da raça, ainda se cruzam as questões de gênero. As mulheres sofrem uma grande pressão para se encaixar nos padrões de beleza hegemônicos, sendo tão mais valorizadas quanto mais se aproximam desse ideal. Portanto, as mulheres estão mais sujeitas a serem avaliadas pela aparência física e instadas a alcançar um padrão de beleza instituído socialmente, que na sociedade brasileira ainda é um modelo eurocêntrico, onde a brancura é o padrão desejável.

As mulheres negras, portanto, estão ainda mais longe do padrão de beleza valorizado socialmente, o que contribui para o sentimento de autodesvalorização. Em um estudo conduzido por Marcella da Silva e Angela Branco (2011), meninas negras e brancas eram apresentadas a bonecas de vários fenótipos diferentes, e a partir da interação entre as crianças e os brinquedos, o que se verificou foi uma invisibilidade e desvalorização da boneca negra para todas as meninas, uma hipervalorização da boneca branca e uma desvalorização das características próprias por parte das meninas negras, evidenciando a assimilação de valores racistas presentes na sociedade. No caso das bonecas, fica evidente que a valorização do padrão de beleza dominante tem efeitos no desenvolvimento da autoestima das meninas negras.

Tomando por base o estudo de Silva e Branco (2011), podemos notar o quanto a ideia de inferiorização racial é perpetuada através dos brinquedos, e que a ausência de representações significativas de negras e negros nesse universo é causa e reflexo da ideologia racista presente na sociedade. Esse estudo encontra resultados semelhantes a outras pesquisas realizadas sobre efeitos dos comportamentos discriminatórios sobre as crianças negras, que incluem:

a construção de identidades como seres superiores (crianças não-negras) ou inferiores (crianças negras) e o conseqüente afastamento entre pessoas de diferentes grupos étnico-raciais; a interiorização de modelos racistas e sua reprodução em outros contextos sociais; a formulação do desejo de pertencimento ao grupo branco por parte da criança negra; a perda de um referencial a partir das próprias características e conseqüente construção de uma autoimagem negativa e o desenvolvimento de uma autocrítica acentuada (SILVA E BRANCO, 2001, p. 201).

Esses efeitos se somam à questão do gênero no caso das meninas negras, que sofrem com a imposição de um padrão de beleza que está presente na maior parte das representações de figuras humanas nos brinquedos infantis.

Nas observações de campo, notei que das poucas exemplares observadas, a maioria é composta por representações de bebês, sendo ainda mais difícil encontrar uma boneca negra como representante de alguma profissão. Nos poucos exemplares de bonecas negras presentes nas lojas, observa-se que elas geralmente são apenas uma versão da boneca branca com a cor da pele negra, não representando toda a diversidade fenotípica das mulheres negras, e reforça

a ideia de que certas características físicas são mais belas e desejáveis que outras. Tal invisibilidade e falta de referências positivas do negro no universo dos brinquedos infantis contribui para um sentimento de inadequação e auto-desvalorização nas crianças.

Além do mais, esses brinquedos refletem quase sempre uma cultura urbana e consumista. Os brinquedos dirigidos a meninas geralmente focam em atividades de compras ou lazer, com acessórios como carros e lanchas, emulando férias no Caribe ou compras em Miami, realidade esta que é distante da maior parte da população. O estímulo ao consumo é nítido em muitos brinquedos, tanto direta quanto indiretamente. A existência de acessórios extras, que geralmente são retratados na própria embalagem do brinquedo, criam na criança o desejo de possuí-los para tornar a brincadeira mais completa. Indiretamente, esses brinquedos incitam a um estilo de vida que se realiza através do consumo exacerbado.

Tendo em vista que a representação positiva de negras e negros é um fator importante para a sua valorização, e compreendendo o papel do brinquedo infantil na socialização e formação das identidades das crianças, bem como veículo de valores sociais, podendo a vir estimular a internalização das ideologias dominantes, é necessário atentar para representatividade negra nos brinquedos infantis. A pouca presença de figuras humanas negras evidencia a presença do modelo de superioridade branca presente em nossa sociedade, o qual gera consequências sociais e psicológicas graves para a população negra.

4. Conclusões

A construção das identidades de gênero é um processo histórico, social e contínuo, portanto os discursos e representações sobre homens e mulheres estão continuamente sofrendo transformações. É importante atentar para o papel das representações culturais nesse processo, e em como os artefatos culturais colaboram para reafirmar noções de gênero.

Os brinquedos infantis são parte importante na construção do gênero na infância, e estes reproduzem a oposição binária de gênero existente na sociedade ocidental. Esses brinquedos veiculam os valores sociais acerca do gênero presentes em nossa sociedade, construindo concepções acerca do que é ser menina ou menino.

As mensagens transmitidas pelas imagens e objetos da cultura muitas vezes contribuem para legitimar sistemas de dominação e exclusão social. Em relação

aos brinquedos infantis, se observa uma reafirmação de noções de gênero hegemônicas, padrões de beleza excludentes e a invisibilização da negritude. A ausência de modelos positivos de gênero e raça nos brinquedos infantis permanece pouco questionada por conta da naturalização do sexismo e do racismo.

Apesar da importância dos brinquedos no processo de socialização, essas questões ainda são pouco pautadas, e estes seguem sendo veículos de modelos hegemônicos heteronormativos, sexistas e racistas. Este trabalho pretende fomentar a discussão acerca do papel desses artefatos na construção das identidades das crianças, a fim de se pensar alternativas na produção, consumo e utilização desses brinquedos. Por ser um elemento tão importante na construção das identidades, é importante que na prática projetual de brinquedos infantis essas questões sejam consideradas, a fim de não se reproduzir estereótipos de gênero e raça presentes na sociedade. É importante que os brinquedos representem padrões étnicos diferentes da norma eurocêntrica, e não transmitam noções de gênero que reforcem o binarismo, a fim de contribuir com a construção de práticas mais igualitárias.

Referências

[AZEVEDO, Tânia M.C.](#) *Brinquedos e Gênero na educação infantil: um estudo do tipo etnográfico no Estado do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. São Paulo, 2003.

CALDAS-COULTHARD, C.R.;VAN LEEUWEN, T. Discurso crítico e gênero no mundo infantil: brinquedos e a representação de atores sociais. *Revista Linguagem em (Dis)curso*, v.4, número especial, 2004.

COHN, Clarice. Concepções de infância e infâncias – um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. In: *Civitas*, Porto Alegre, v. 13, n. 02, 2013 (p. 221-244).

DELGADO, Ana Cristina, MÜLLER, Fernanda. Sociologia da infância: pesquisa com crianças. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 351-360, Maio/Ago. 2005.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

FRIEDMANN, Adriana. História do percurso da sociologia e da antropologia na área da infância. *Revista Veras*, São Paulo, v. 1, n. 02, p. 214-235, 2011.

[GARCIA, Juliana L., TOSCANO, Carlos.](#) *Gênero na educação infantil: uma análise de acontecimentos em sala de aula na perspectiva histórico-cultural.* IX ANPED Sul, 2012.

HALL, S. The Work of Representation. *Representation: cultural representations and signifying practices.* London: Sage; The Open University, 1997.

HARAWAY, D. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 22, jun. 2004.

[KISHIMOTO, Tizuko M., ONO, Andréia T.](#) *Brinquedo, gênero e educação na brinquedoteca. Pro-posições.* [SciELO Brasil.](#) Campinas, 2008.

[LOURO, Guacira Lopes.](#) *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.* 3ªed. Petrópolis: Vozes, 1997.

[NIEMEYER, Lucy.](#) *Elementos de Semiótica Aplicados ao Design.* [Rio de Janeiro, 2AB, 2007.](#)

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*, jul./dez. 1995, p. 71–99.

SILVA, Marcella P. D. da; BRANCO, Angela U. Negritude e infância: relações étnico-raciais em situação lúdica estruturada. In: *Psico*, Porto Alegre, v.42, n.2, p.197-205, 2011.

SER MULHER, SER HOMEM: IDENTIDADES E VIOLÊNCIAS

Prof^a Dr^a Maria Aparecida Souza Couto
Faculdade Amadeus
cidabasc@hotmail.com

Resumo

A violência nas escolas assusta e preocupa pais e professores. De modo semelhante, a violência contra as mulheres tem atingido níveis alarmantes e cada vez mais cruéis, revelando sua face masculina e a vulnerabilidade a que estão propensas as mulheres dos diferentes segmentos sociais, expondo um problema de crescente agravamento na sociedade brasileira. Diante desse quadro, este artigo apresenta as representações de alunas e alunos do ensino médio de uma escola da rede pública estadual de Aracaju (SE) sobre o que é ser mulher e o que é ser homem. Para tanto, utiliza trechos da pesquisa desenvolvida pela autora durante o doutorado em Educação, através da qual buscou identificar a construção das identidades de gênero de alunos e alunas do ensino médio e a relação com as violências nas escolas. Compreende-se que no cotidiano escolar ocorrem interações entre os diversos sujeitos proporcionando a troca de aprendizagens importantes na formação das identidades de gênero, aqui apreendidas como construção social que ocorre em meio às inúmeras relações mantidas cotidianamente. O estudo de caso de cunho etnográfico permitiu a observação sistemática de situações corriqueiras confrontadas posteriormente com a entrevista em profundidade e registros do diário de campo. Nos depoimentos são reveladas as agruras de ser mulher e de ser homem, num contexto social em que o incentivo à masculinidade pautada em padrões tradicionais imprime nos homens representações de identidades de gênero que têm nas expressões da violência um dos principais suportes na construção dos processos identitários no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Identidades de Gênero. Representações Sociais. Violências nas Escolas.

Introdução

Refletir acerca da construção das identidades de gênero no âmbito escolar implica situar a escola e os sujeitos no contexto mais amplo no qual vivenciam experiências compartilhadas em interações permeadas por elementos culturais marcadores das representações de si e do outro.

A violência nas escolas assusta e preocupa pais e professores. De modo semelhante, a violência contra as mulheres tem atingido níveis alarmantes e cada vez mais cruéis, revelando sua face masculina e a vulnerabilidade a que estão sujeitas as mulheres dos diferentes segmentos sociais, expondo um problema de crescente agravamento na sociedade. Diante desse quadro, este artigo apresenta as representações sociais¹ de alunas e alunos do ensino médio de uma escola da rede pública estadual de Aracaju (SE) no que se refere ao que é ser mulher e ao que é ser homem. Para tanto, utiliza trechos de pesquisa desenvolvida pela autora durante o doutorado em Educação, mediante a qual buscou identificar a construção das identidades de gênero de alunos e alunas do ensino médio e sua relação com as violências nas escolas.

Adota-se a concepção de identidade defendida por Stuart Hall (2005), para quem as identidades não são fixas e acabadas, elas são fluídas e intercambiantes, são processos que se constituem e se reconfiguram em inúmeras facetas, formando mosaicos com muitas arestas e lacunas que são preenchidas através das experimentações vivenciadas intermitentemente ao longo da vida. Portanto, analisa-se aqui um retrato identitário de uma das etapas da vida dos jovens entrevistados num local específico: a escola. Há que se destacar que não existe aqui nenhuma pretensão em afirmar que o futuro das suas identidades de gênero e as correlações com a violência está determinado, fadado a seguir um curso linear.

De modo análogo, adota-se como pressuposto que, os/as alunos/as integrem em outros ambientes socializadores além da escola, os quais também são responsáveis pela sua formação, deles recebendo, provocando e (re)apresentando alterações significativas para a constituição das suas identidades. Por conseguinte, considera-se que o conceito das representações sociais pode ser utilizado pelas diversas áreas das ciências humanas, principalmente no âmbito da educação, por tratar-se de:

1 A construção do objeto nesta pesquisa, na perspectiva da teoria das representações sociais teve como ponto de partida a teoria originalmente defendida por Moscovici (2009), trabalhado posteriormente por Denise Jodelet (2002) e também disponível em produções de autores/as brasileiros/as: Spink, (1993); Jovchelovitch & Guareschi (1994); Sá (1996, 1998), entre outros.

[...] importante instrumento na análise da realidade social, uma vez que ele permite vislumbrar as concepções que os grupos constroem a respeito do mundo. Num momento marcado por incertezas e perplexidade, as representações sociais podem atuar de forma significativa na compreensão de questões contemporâneas, tais como, violência, juventude, movimentos sociais, minorias, entre outros. (HOROCHOVSKI, 2004, p. 105).

Portanto, ao pesquisar as representações sociais de alunas e alunos do ensino médio quanto ao que é ser homem e o que é ser mulher, tendo como objetivo identificar conexões com as expressões da violência no cotidiano escolar, faz-se necessário apresentar os números da violência no Brasil de modo a contextualizar o cenário macrossocial de desencadeamento de inúmeras violências, destacando-se as violências perpetradas contra as mulheres, as quais se configuram, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2011), como verdadeiros atos de feminicídio, termo usado para designar toda violência contra a mulher que leva ou pode levar à morte. O termo comporta atos desde o assédio verbal ao abuso emocional, físico ou sexual. Para a ONU (2011) – o feminicídio geralmente envolve o assassinato intencional pelo simples fato de tratar-se de mulheres.

No que se refere à gravidade do crescimento de assassinatos contra mulheres a pesquisa desenvolvida pelo Instituto Avante Brasil², destaca que em 2012, ocorreram 4.719 mortes de mulheres por meios violentos no Brasil, cerca de 4,7 assassinatos para cada 100 mil mulheres. Entre a década de 2002-2012, a média de crescimento anual de homicídios foi de 1,93%. O Instituto reitera que em 2012 ocorreram 393 mortes por mês, 13 por dia, mais de uma morte a cada duas horas.

Identificar que, aproximadamente, a cada duas horas uma mulher será morta aterroriza, ao tempo em que chama a atenção para os principais perpetradores de tamanha violência: aqueles com os quais a vítima mantém relacionamento íntimo. O Instituto Avante Brasil revela que em 70% dos casos, o assassinato é praticado pelos cônjuges (ou namorado, ou noivo, ou ex-noivos ou ex-maridos). Em adendo, reitera que a segurança e aconchego outrora associados ao lar são postos em xeque, uma vez que 68% dos homicídios ocorrem dentro de casa

2 Recuperado em 15 de agosto de 2014 de: <http://institutoavantebrasil.com.br/femicidios-no-brasil-aumenta-assassinatos-das-mulheres/>.

ou nas imediações da residência evidenciando os danos causados pela cultura patriarcal adotada por homens que não toleram ser contrariados ou rejeitados por suas parceiras. A mulher que decide finalizar um relacionamento afetivo corre riscos inimagináveis ao contrariar a ordem patriarcal em que o poder de decisão está nas mãos do homem.

Em sua primeira edição o Mapa da Violência: Homicídio de mulheres no Brasil – 2015, apresenta números assustadores da violência letal praticada, diga-se de passagem, por homens contra mulheres. O Mapa aponta que entre 2003 e 2013, o número de vítimas do sexo feminino passou de 3.937 para 4.762, incremento de 21,0% na década. Essas 4.762 mortes em 2013 representam 13 homicídios femininos diários. Levando em consideração o crescimento da população feminina, que nesse período passou de 89,8 para 99,8 milhões (crescimento de 11,1%), vemos que a taxa nacional de homicídio, que em 2003 era de 4,4 por 100 mil mulheres, passa para 4,8 em 2013, crescimento de 8,8% na década.

Um dado ainda mais assustador refere-se ao artefato utilizado pelo algoz para assassinar a mulher: em 49% dos casos foram utilizados arma de fogo e em 34% objetos perfuro cortantes. O que levanta a hipótese de quão premeditadas foram essas mortes, uma vez que o assassino não usou as mãos, apenas, teve que arquitetar a maneira como poria fim à vida da companheira e, para alcançar o objetivo, necessitou de peças letais.

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2011), apresenta uma estimativa por demais preocupante: aproximadamente 70% das mulheres sofrerão algum tipo de violência de gênero no transcurso de suas vidas.

Apesar de todas as campanhas e recomendações das organizações mundiais contra a violência feminina, o que se vê (no Brasil) são números que crescem e preocupam cada dia mais. O número de estupros no estado de São Paulo, o mais rico e povoado do Brasil, por exemplo, ganhou proporções descomunais. Segundo dados da Secretaria de Segurança (SSP) de São Paulo, o crime de estupro foi o delito que mais aumentou nos últimos anos: de 2005 a 2012 houve um crescimento médio anual de 19,7%, o que significa uma alarmante evolução de 230%.

Os dados da SSP do Estado de São Paulo corroboram a pesquisa desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea, 2014) a respeito da percepção sobre a violência contra a mulher, quando foram entrevistadas 3.810 pessoas. Quase três quintos dos entrevistados, 58%, responderam que “se as mulheres soubessem se comportar, haveria menos estupros”. Quando a questão é

se “casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família”, 63% concordaram, total ou parcialmente. Ou seja, os entrevistados entendem que a mulher provoca a violência, e no âmbito doméstico não deve haver interferência de estranhos em casos de violência.

Rafael Osório, diretor de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA, 2014), explicou que outras formas de violência estão sendo percebidas pela população. “Existe atualmente uma rejeição da violência física e simbólica – xingamentos, tortura psicológica –, no entanto, 42% das pessoas acreditam que a mulher é culpada pela violência sexual”, afirmou. Outro fator que chama a atenção são os casos de estupro dentro do casamento: “27% das pessoas concordam que a mulher deve ceder aos desejos do marido mesmo sem estar com desejo, esse é um dado perigoso”. Sinaliza que a mulher deve anular a própria vontade e “atender” ao desejo do companheiro para não provocar a sua ira. A culpabilização da mulher pelos diversos atores e instituições sociais contribui para justificar a violência da qual ela é vítima. (Ipea, 2014).

No estado de Sergipe é espantosa a incidência das violências contra as mulheres, resultando no ano de 2012, no registro de mais de 1.900 boletins de ocorrência, apontando para uma média superior a oito casos por dia. Em 2013 foram 3.065 casos e, até o mês de agosto de 2014, 1.629 boletins de ocorrência foram registrados somente na capital, Aracaju. De acordo com representantes da Delegacia de Apoio às Mulheres (DEAM) o aumento expressivo no número de denúncias de violências contra as mulheres deve-se, em boa parte, à Lei Maria da Penha³ que em muito tem contribuído para encorajar as mulheres que se veem reféns a denunciar o agressor. (Sergipe, 2013).

A violência contra as mulheres é construção sociocultural, datada historicamente, lastrada em relações assimétricas e desiguais de poder entre homens e mulheres. É criada e fortalecida nas relações sociais no âmbito público e privado, sendo assim reproduzida nas várias instâncias da sociedade e compõe o ordenamento heteronormativo e patriarcal da sociedade, o qual é entendido como a organização social na qual prepondera o poder masculino e a heterossexualidade como norma a ser seguida.

3 A Lei Maria da Penha (Nº 11.340 de 06/8/2006) estabelece que todo o caso de violência doméstica e intrafamiliar é crime, deve ser apurado através de inquérito policial e ser remetido ao Ministério Público. Esses crimes são julgados nos Juizados Especializados de Violência Doméstica contra a Mulher, criados a partir dessa legislação, ou, nas cidades em que ainda não existem, nas Varas Criminais.

A sociedade ainda se organiza com base na dominação de homens sobre mulheres, submetidas à sua autoridade, vontades e poder. Nesse tipo de ordenamento social, os homens detêm o poder público e o mando sobre o espaço doméstico, assim como têm controle sobre as mulheres e seus corpos, de maneira real ou simbólica. Por maiores que tenham sido as transformações sociais nas últimas décadas, conforme destacado por Giddens (1991), com as mulheres ocupando os espaços públicos, notadamente nas universidades, o espaço doméstico permanece sendo o da privação da liberdade e da falta de autonomia feminina; privação estendida às instituições, linguagens, discursos que compõem a vida pública.

No que se refere ao cotidiano escolar, compreende-se que as relações entre os diversos sujeitos proporcionam a troca de aprendizagens importantes na formação das identidades de gênero, aqui apreendido como construção social (Scott, 1991), que ocorre em meio às interações inúmeras mantidas cotidianamente.

Apoiando-se em Michaud (2001), neste artigo considera-se violência

[...] quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em grau variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. (MICHAUD, 2001, p. 10-11).

Ao adotar este conceito, compreende-se que as normas e os valores morais e éticos que delineiam determinada sociedade mudam de acordo com períodos históricos, daí existir uma fluidez no que se concebe como violência, desde que os contextos assim como os sujeitos envolvidos constroem representações que moldam suas culturas, seus modos de ser e de conviver com o Outro.

No que se refere aos estudos de gênero, verifica-se que as relações entre homens e mulheres permanecem sendo construídas em bases assimétricas e desiguais que conferem aos homens o lugar de mando e controle das relações; enquanto à mulher é designado o papel da submissão e obediência, configurando relações supostamente amistosas, mas nas quais as violências, em suas variadas expressões (sexual, simbólica, moral e psicológica) se constituem no pano de fundo para a eclosão da violência física e, por vezes, o assassinato de mulheres. Nessa perspectiva, mulheres são agredidas, violentadas e assassinadas por homens, devido, fundamentalmente, ao fato de serem mulheres,

constituindo-se, no imaginário social, em ato amplamente aceito e consolidado, uma vez que a mulher contrariou os ditames tatuados nas identidades masculinas.

Caminhos da pesquisa

Na tentativa de desvendar as conexões entre a construção das masculinidades e feminilidades de jovens estudantes elegeu-se como campo empírico uma escola da rede pública de ensino da cidade de Aracaju, capital do estado de Sergipe, localizada na região Nordeste do Brasil. Ao longo de seis meses, foram entrevistados 16 alunos e 17 alunas do ensino médio. A abordagem quali-quantitativa da pesquisa permitiu quantificar as respostas ao tempo em que possibilitou a detectar sentidos e significados expressos por alunos e alunas sobre o que é ser homem e o que é ser mulher e como a identidade de gênero atrela-se às inúmeras expressões da violência no âmbito escolar. Neste sentido, o estudo de caso de cunho etnográfico adotado comportou a observação sistemática de situações corriqueiras, dentro e fora das salas de aula, confrontadas posteriormente com a entrevista em profundidade e registros do diário de campo. Os depoimentos foram gravados e transcritos na íntegra, de modo a conservar a originalidade das falas. Há que se destacar que o nome da escola assim como os nomes dos alunos e alunas foram omitidos, no sentido de manter sigilo sobre suas identidades.

Utilizou-se a técnica de pesquisa etnográfica (André, 1995), por entender ser esta capaz de contribuir para desvendar as diversas facetas do cotidiano escolar de modo a traçar um percurso, durante o processo da pesquisa, em que a neutralidade da pesquisadora não fosse questionada, tornando-se imperativos a imparcialidade e o estranhamento das situações familiares assim como a familiarização com as rotinas e práticas capazes de revelar em profundidade um caso específico que pode vir a contribuir para a compreensão e entendimento de outros estudos sobre a violência nas escolas.

Em suma, ao utilizar esta técnica, “trata-se de saber lidar com percepções e opiniões já formadas, reconstruindo-as em novas bases, levando em conta, sim, as experiências pessoais, mas filtrando-as com o apoio do referencial teórico e de procedimentos metodológicos específicos” (ANDRÉ, 1995, p. 48).

Consultadas sobre como veem os colegas homens 60% das alunas emitiram considerações semelhantes às elencadas a seguir: Tem

uns que são grossos, às vezes mal educados, violentos. Fazem umas brincadeiras violentas, com as meninas; qualquer coisa que acontece falam que vão matar, que vão bater, que fulano vai apagar. (Aluna 3º ano).

Os homens são machistas, só pensam neles, não *pensa* na gente, entendeu? Não dá conselhos, não são muito de conversar, só pensam neles. São egoístas. (Aluna 1º ano);

Acho que eles são machistas porque agem de um jeito como se só eles pudessem mandar ali, como se fosse a área dele, ninguém pudesse mais liderar, só ele. (Aluna 3º ano);

Homens?!?! São intoleráveis. Pelos olhares, pelo modo como eles falam, na paquera, no assédio são muito grosseiros. (Aluna 2º ano);

Acho que os homens são um pouco autoritários, mesmo os daqui da escola; eu acho que já é uma coisa cultural, né? Do homem dizer que é mais forte; geralmente os homens acham que tem o poder nas mãos. Vejo isso nos comentários, nas conversas. Acho que o mundo ainda é muito machista, infelizmente. (Aluna 1º ano);

Nos depoimentos coletados entre as alunas, verifica-se a prevalência da representação de masculinidades pautada em componentes identitários associados à violência. Nesse sentido, ser homem é: ser agressivo, violento, grosseiro, egoísta, autoritário, e machistas⁴.

De acordo com Grossi (2004, p. 6) para a composição da masculinidade, digamos que preponderante, em nossa cultura, a agressividade constitui, desde a tenra idade, componente intrínseco na construção da identidade masculina, uma vez que “já na composição da identidade de gênero na infância observamos como o masculino se funda pela hiperatividade dos meninos, que se confunde seguidamente com agressividade”. Isso implica que a agressividade seja agregada na condição de componente identitário masculino, reforçado e sedimentado nas interações sociais realizadas no contexto escolar transformando-se em violências perpetradas entre homens, mas também sobre as mulheres dentro e para além dos muros das escolas.

4 De acordo com Heilborn (2000), o machismo refere-se à ideia de prestígio e extremado poder masculinos, cujo exercício se dá ao colocar a moral no centro e completo controle femininos. O lado exemplar manifesta-se através da desvalorização prática e simbólica da mulher, expressa na possibilidade do uso da violência.

Consultados sobre como veem as colegas mulheres, 67% dos alunos emitiram considerações análogas às elencadas a seguir:

- Ser mulher é a mulher fazer seu papel que é o papel de todas as mulheres que é cuidar da família, compartilhar seu amor e seu carinho com o próximo. (Aluno 1º ano);
- Pra mim, ser mulher é mais difícil, né? Porque a sociedade tudo incuti na mulher, o preconceito é todo contra a mulher: não pode usar saia curta, mulher não pode ter muitos namorados e homem não. Ninguém vai comentar se um homem, um filho, chega em casa cinco horas da manhã, mas se é mulher, uma filha, todo mundo comenta. Acho que a mulher tem que se preocupar mais com o comportamento, com as regras. A sociedade cobra mais das mulheres do que dos homens. (Aluno 2º ano).

De modo geral os alunos representam as mulheres como cuidadoras, amigas, carinhosas e dedicadas à família. Características estas não associadas aos homens, revelando uma construção da identidade que permanece sendo lastrada em dicotomias que distinguem fundamentalmente o que deve ser competência do homem e o que é apropriado às mulheres, destinando às mulheres cuidados, sentimentos e afetos; e aos homens a responsabilidade com a sustentação da família, a guarda da moral e da honra feminina. Estas características expressam um dos modelos de honra o qual diz respeito ao poder econômico que um homem deve ter para sustentar sua família. Ele deve ocupar o lugar de provedor que é esperado e reconhecido como um dos valores centrais da masculinidade, o responsável pela manutenção da família. (GROSSI, 2004).

Confirmando as conclusões expressas por Grossi (2004), as representações dos alunos sobre o que é ser homem revelam estar voltadas para o cumprimento de responsabilidades e deveres:

- É ter responsabilidade, estudar, ter uma formação profissional, ter um emprego, saber assumir suas coisas, resumindo é ter responsabilidade. (Aluno 1º ano);
- É assumir responsabilidades que a mulher não pode assumir: manter a família através do trabalho *embora eu veja mudanças* na relação entre homens e mulheres, assim, sobre quem sai e quem fica em casa. (Aluno 3º ano);

Hoje em dia é difícil um homem de verdade; existe homem por aí que não tem a capacidade de manter uma família, de tentar crescer na vida, pensar no futuro. (Aluno 2º).

Ao contrário das alunas, os alunos (30%) pouco associam masculinidade e violência na escola, para eles é parte da construção cultural fazer uso da força, impor sua vontade e solucionar conflitos de modo violento, assim como assediando as mulheres. Há que se destacar que a maioria deles percebe a violência em sua forma letal e danosa, aquela que machuca, sangra e deixa marcas.

Não posso generalizar os homens porque tem diferenças. Mas eu vejo que tá tudo muito banalizado, pessoas batendo em outras simplesmente pela intolerância ao diferente. (Aluno 2º ano);

- Aqui na escola os meninos tratam as meninas como se fossem objeto sexual, simplesmente isso. Eles olham para as meninas e só veem o desejo. Precisam aprender a dominar isso. (Aluno 3º ano).

Mas, em determinados casos, embora afirmem rejeitar a violência contra as mulheres, admitem que algumas delas a merece, devido a, supostamente, agirem errado:

Uma mulher é como uma rosa onde o homem não pode por a mão. Tem que *guardar ela* pra sempre. Hoje em dia a gente vê que tem pessoas que pegam as mulheres e fazem coisas que não devem, machucam, batem, matam, maltratam. Tem mulher que tem seu erro, né? (Aluno 2º ano);

Acho que as meninas são mais comportadas meninas são bem tranquilas, algumas fogem do normal,...; fugir do normal é usar roupa muito curta, gostar de se aparecer, mas não são todas não. (Aluno 1º ano);

As meninas não se valorizam. Elas dão a entender que também querem aquilo, que querem ser assediadas pelos meninos. Tem as roupas e o andar sensual da mulher. Também não é só culpa dos homens. Não é um lado só que tem culpa desta situação, são os dois lados. (Aluno 3º ano);

São bonitas, são inteligentes, mas, precisam aprender a se valorizar porque hoje em dia a gente vê muitas mulheres se desvalorizando,

como a gente vê muita música aí difamando elas e elas ainda danças e acham engraçado. (Aluno 2º ano);

Embora os alunos associem beleza à feminilidade, preocupam-se muito mais com a própria honra e a possibilidade de tê-la afetada, desde que as meninas, supostamente, não se valorizam ao expor o corpo ou adotar comportamento não compatível com a condição feminina esperada. Sobre a construção do masculino e a honra como aspecto formador da identidade masculina, concorda-se que:

Os sentimentos definidores das relações de gênero no mundo mediterrâneo, do qual somos caudatários, se dão em torno do complexo moral da honra e da vergonha. (...). A honra masculina é construída de modo dependente da mulher, da sua postura e comportamento social. Portanto, a mulher de respeito é aquela que honra o marido, que o faz homem. (GROSSI, 2004, p. 12).

Desse modo, na representação social da identidade masculina expressa pelos alunos, a preservação da honra masculina depende exclusivamente das mulheres, sendo que os homens precisam controlar as mulheres, seja ele o pai, o irmão, o namorado, companheiro para garantir essa preservação. Em suma, o poder masculino é expresso através do controle da virtude imposto às mulheres: “(...) virtude que é reconhecida publicamente pela categoria respeito. Uma mulher de respeito é, portanto, uma mulher que está adequada aos comportamentos reconhecidos socialmente como femininos”. (GROSSI, 2004, p. 13). Ao ter o poder de controlar a mulher questionado, seja pela mulher ou por outro homem, eles reagem com violências múltiplas capazes de levar à morte as mulheres que tanto afirmam admirar.

Não se pode deixar de mencionar que, na atualidade, a estética corporal reveladora dos atributos dos corpos das mulheres insere-se como um dos aspectos que definem a feminilidade nas mulheres. Atualmente, por exemplo, são as academias de ginástica que constituem, para muitas mulheres, um espaço ritualizado da construção do “ser mulher”. Portanto, “[...] a beleza é um dos elementos centrais da constituição da feminilidade no modelo ocidental moderno, pois é ela que permitirá à mulher se sentir desejada pelo homem” (GROSSI, 2004, p. 11).

Neste sentido, já não basta mais ir ao salão de beleza para sentir-se feminina. Na atualidade as cirurgias plásticas para aumento de seios, modelagem das nádegas, mediante a colocação de silicone, a lipoaspiração das gorduras indesejáveis são rotinas nos consultórios de cirurgiões plásticos que atendem mulheres de todas as idades insatisfeitas com o corpo e que buscam, através da intervenção cirúrgica, atender aos ditames correntes do que deve ser um corpo feminino bonito. Corpo modelado para ser desejado pelos homens, para seduzir e atrair aquele que poderá a vir a ser, quem sabe, o seu algoz.

Conclusões

Nos depoimentos coletados entre alunos e alunas do ensino médio são reveladas as agruras de ser mulher e de ser homem num contexto social em que o incentivo à masculinidade, fortemente pautada em padrões tradicionais, imprime nos homens representações de identidades de gênero que têm nas expressões da violência um dos principais suportes na construção dos processos identitários no cotidiano escolar. Há que se registrar que estas representações são claramente percebidas e sentidas indistintamente do sexo e/ou idade do/a entrevistado/a. Neste sentido, justifica-se a violência como parte intrínseca à masculinidade, sendo, por vezes, explicada na fala dos alunos por tratar-se de expressão necessária à afirmação masculina na defesa da honra e demonstração de poder.

Na contemporaneidade, a escola encontra-se frente a desafios de ordem pedagógica e administrativa devendo garantir a apropriação de conhecimentos, mas também enfrentar desafios próprios do seu tempo e da comunidade a que atende, inerentes às mudanças aceleradas que a modernidade em sua fase tardia (GIDDENS, 1991), desencadeia diuturnamente, o que a torna instituição também responsável por administrar a convivência social da parcela geracional mais atingida, que são os jovens adolescentes. Eles e elas vivem num mundo cuja quantidade de informação disponível não encontra precedentes em outras fases da história da humanidade, mas por vezes não sabem como traduzi-la em conhecimento útil à construção de identidades genuínas. Carecem da mediação, da orientação e da maturidade dos adultos que compõem a escola, lugar de educação formal secundária, representado pelos docentes. Estes, por vezes também encontram-se imersos em dilemas e conflitos da ordem do conhecimento sobre si e sobre os outros.

A escola é local onde circulam informações, conhecimentos e práticas culturais, tornando-se um espaço de interação em que diversas linguagens interagem e se chocam e, com elas, os conhecimentos sobre as mudanças operadas no entendimento das relações entre os gêneros, os quais buscam, cada vez mais, que sejam lastradas em parâmetros de respeito e de reconhecimento aos direitos humanos de homens e mulheres, indistintamente da orientação sexual. É também lugar de negociação e diálogo, importantes na administração de conflitos, de modo a que prevaleça a não-violência ao serem enfrentadas as contradições que permeiam os processos de construção das identidades masculinas e femininas, sem que uma negue a outra.

Na atual fase da modernidade, abre-se para a escola nova frente de trabalho, de formação e sensibilização de seus docentes e discentes de modo a cumprir um dos seus papéis: o da formação humana para a vida em sociedade. Para tanto, faz-se mister voltar-se para seus procedimentos internos no sentido de (re)desenhar-se, (re)definindo seus projetos, seus objetivos, em suma, sua identidade. Ao assim proceder, contribui enormemente para a construção das identidades de gêneros dos jovens em bases equânimes vez que, ainda, encontram-se envolvidas por parâmetros patriarcais que designam ao masculino o papel fundamental de exercício do poder e de mando sobre as mulheres, poder este inúmeras vezes traduzidos em violência fatal contra as mulheres.

Referências

ANDRÉ, M.; Elisa D. A. **Etnografia da prática escolar**. 11 ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

INSTITUTO AVANTE BRASIL. **Femicídio no Brasil**: aumenta o assassinato de mulheres. Recuperado em 15 de agosto de 2014 de: <http://institutoavantebrasil.com.br/femicidios-no-brasil-aumenta-assassinatos-das-mulheres/>.

GROSSI, M. P. Masculinidades: uma revisão teórica. **Revista Antropologia em Primeira Mão**. N. 75. Universidade Federal de Santa Catarina, 2004, p. 4-37.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HEILBORN, Maria Luiza. Violência e mulher. In VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos (Orgs.). **Cidadania e violência**. 2. Ed. Ver. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Editora FGV, 2000.

HOROCHOVSKI, M. T. H. Representações sociais: Delineamentos de uma categoria analítica. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC** Vol. 2 nº 1 (2), janeiro-junho/2004, pp. 92-106. Recuperada em: 10 outubro 2012, de: www.emtese.ufsc.br.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA APLICADA – IPEA. **Tolerância social à violência contra as mulheres**. Recuperado em 15 agosto 2014, de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Bernard Ltda, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (2011) – ONUBR. **Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. ONU Mulheres**. Recuperado em 15 agosto de 2014 de: <http://onu.org.br/onu-no-brasil/onu-mulheres/>

SCOTT, J. (1991). **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Recife: SOS Corpo e Cidadania, 1991.

SERGIPE. **Relatório da Delegacia de Apoio às Mulheres**. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres de Sergipe. Aracaju, 2012.

WAILSEFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil**. 1ª Edição, Brasília, 2015.

O PODER DISCURSIVO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO

Roxane de Alencar Irineu
Universidade Federal de Sergipe
roxaneirineu@gmail.com;

Danilo Araujo de Oliveira
Universidade Federal de Sergipe
danilodinamarques@hotmail.com

Resumo: A linguagem fixa os lugares dos gêneros e determina suas respectivas qualidades, atributos e comportamentos, delimitando aquilo que é “natural”. As instituições de ensino são consideradas como estruturas de poder e o exercem no discurso e pelo discurso. Este ensaio tem como objetivo refletir sobre como a linguagem e, muitas vezes, a ausência desta se constrói no espaço educacional e fixa características e identidades de gênero. Metodologicamente tem-se como referência para tais reflexões os argumentos de Guacira Lopes Louro, Judith Butler, Rogério Junqueira e Michael Foucault. O dito e também o não-dito, objeto deste estudo, cria a “norma” dos gêneros, dos grupos étnicos, das classes sociais e da sexualidade possível, além de instituir que àquele que não se identifica com a tal “norma” é considerado o “outro”. Na ausência da linguagem o “um” é o masculino e heterossexual, uma identidade específica é naturalizada e transformada em algo imperceptível e na sua falta de percepção se cala e se omite. Pode-se concluir que a repetição de atos e discursos socialmente estabelecidos como próprios de um gênero constrói a identidade de gênero. Porém, a força da linguagem para além de reproduzir a dominação e a opressão gera também resistências e contestações e, desta forma, se percebe o caráter múltiplo do discurso.

Palavras-chave: Educação, Discurso, Gênero.

Introdução

Trata-se de um equívoco a ideia da linguagem utilizada apenas para nomear as coisas, ela é, isto sim, uma ferramenta de subjetivação, de expressão de relações, poderes, lugares, instituindo, produzindo e fixando as diferenças. Como diz Louro (2014) a linguagem usa as pessoas muito mais do que as pessoas a usam. E ao seguir regras definidas por gramáticas e dicionários, sem questionar o uso que se faz de expressões consagradas, supõe-se que ela é, apenas, um eficiente veículo de comunicação, no entanto, a linguagem é o campo mais eficaz e persistente onde se institui as distinções e as desigualdades, tanto porque atravessa e constitui a maioria de nossas práticas, como também porque nos parece sempre muito “natural”.

Neste texto, optou-se por utilizar o @ nas terminações de palavras que convencionalmente ao se referir à população como um todo, elege-se o masculino como padrão universal. Entende-se que este fato invisibiliza a mulher e outros grupos e pessoas que não se percebem nessa categoria. Busca-se, portanto, trazer para o texto todas as expressões de gênero e não eleger uma determinada categoria em detrimento de outra na perspectiva da desnaturalização.

As instituições de ensino são espaços considerados como estruturas de poder, em que o poder é exercido no discurso e pelo discurso, sendo a educação um campo importante do “poder simbólico”- poder capaz de estabelecer uma ordem e definir um sentido imediato do mundo (BOURDIEU, 1989). Nesta perspectiva, este ensaio pretende refletir sobre o discurso e o seu poder de instituir regras, lançando um olhar sobre a constituição de identidades de gênero no espaço educacional.

Propõe-se, então, um exercício de desnaturalização, de desconfiança, para ultrapassar a estrutura elementar da língua para se perceber como sujeitos e sentidos são investidos pela língua e pela história, em um processo amplo e complexo de constituição de identidades e subjetivações.

A linguagem corrobora para a construção das identidades sociais, nossas identidades são construídas na e pela linguagem. Segundo Vygostky (1989), o desenvolvimento do indivíduo se apresenta como resultado de um processo socio-histórico-cultural, enfatizando o papel da linguagem humana enquanto principal instrumento de sistema simbólico e essencial para o conhecimento e a mediação da relação sujeito-objeto. Na mesma direção, Bakhtin (2003) ressalta que temos a influência da cultura sobre a linguagem e também a ação da linguagem sobre o desenvolvimento da cultura. O discurso linguístico resulta em

formas-padrão “relativamente estáveis” de um enunciado determinado social e historicamente. Assim, a forma de expressão de um sujeito sobre determinado objeto em dado espaço-tempo vem, necessariamente, carregada de certezas, preconceitos, julgamentos e de uma suposta identidade.

Considerando, pois, o espaço escolar como um espaço onde construímos identidades, o investimento na linguagem é um importante aspecto a ser percebido nesse mecanismo, seja para nomear, caracterizar sujeitos, delimitar espaços, proibir, coibir, permitir, e essas ações são permeadas pelas relações de poder. Portanto, professores, livros e práticas didáticas influenciam as mentes dos alunos e futuros profissionais (DIJK, 2015).

Sendo a escola um espaço de socialização, um dispositivo de poder, ela tem sido uma ferramenta para manutenção de ideologias. Bourdieu (1999) afirma que o currículo está baseado na cultura dominante. É necessário compreender como as ideologias dominantes estiveram presentes no currículo ao longo da história, como as pessoas se percebiam e construíam suas identidades fixas de subordinação e não questionavam seus espaços, pois “[...] através do vínculo entre conhecimento, identidade e poder que os temas da raça e da etnia ganham seu lugar no território curricular” (SILVA, 1999, p.107). Nesse sentido, os sujeitos são, portanto, resultado de um processo cultural e social que a escola produz e reproduz continuamente.

Louro (2014), ao pensar sobre a escolarização dos corpos e das mentes, reitera a importância de@s docentes ficarem atent@s para as suas linguagens, procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo contidos e instituídos por ela e questionando sempre as relações de poder compartilhadas no espaço escolar. Pode-se citar como exemplo do sexismo da linguagem as próprias regras gramaticais, quando privilegiam o masculino em detrimento do feminino, utilizando o termo “homem” para se referir a ambos os sexos e também quando chamam de alunos para tratar do menino e da menina, omitindo, desta forma os termos “mulher” e “aluna”. No ensino superior, seguindo a mesma lógica, tratam por pesquisadores todos os alunos e alunas que realizam seus projetos de pesquisa, reforçando e mantendo a norma aprendida nos primeiros bancos escolares de que o homem é o universal e o ponto de partida. Portanto, a linguagem não só oculta o feminino, mas também reforça as adjetivações atribuídas aos sujeitos, pelo uso do diminutivo, pela escolha dos verbos, pelas associações e analogias feitas entre determinadas qualidades dos gêneros.

Acrescenta-se a isso a linguagem não dita, àquilo que é silenciado, os sujeitos que não são, seja porque não tem os atributos desejados pela “norma”,

seja porque não podem existir e, conseqüentemente não devem ser nomeados. Como exemplo disso cita-se @s homossexuais, em que as instituições optam por não falar, negando a sua existência, reconhece-@s, isso sim, no entanto como desviantes. Butler (2003) denomina de “abjetos” os corpos e as sexualidades que fogem à norma, pois a heterossexualidade funciona como padrão e promove na ausência de linguagem uma violência simbólica contra os que se desviam desta. Desviantes também @ são, @s negros, @s pobres, as mulheres, não por serem a minoria em termos quantitativos, mas por estarem à margem daquilo considerado como regra, o universal, o centro e, portanto, por não serem reconhecidos os seus valores na e pela linguagem.

As identidades de gênero estão continuamente se construindo e se transformando em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, construindo os sujeitos como masculinos ou femininos, organizando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. E essas construções são transitórias e articulam-se às histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça e de classe (LOURO, 2014).

Butler (2003) reforça que gênero é sim o resultado de construções discursivas, por isso, faz um apelo à liberdade dos corpos que precisam, para tanto, serem livres do discurso que os constitui ou, simplesmente existirem em um mundo que os nega pelo discurso. @ excluído é produzido no discurso, seu lugar é o silêncio que se realiza na injustiça de não poder existir, ele habita e confunde-se com o corpo. Portanto, segundo a autora, o sujeito é resultado de um discurso amarrado por regras, e que se insere nos atos disseminados e corriqueiros da vida linguística.

Assim como gênero é uma construção, para Butler (2003) o corpo também o é. O corpo não é um meio passivo sobre o qual se inscrevem significados culturais, ele também é uma construção, portanto, pode-se dizer, a partir desta concepção, que corpo não tem uma existência anterior à marca de seu gênero. E, por outro lado, gênero não se deduz de um corpo, não é natural, não é algo que somos, mas algo que fazemos. O gênero é efeito de discursos e é performativo, uma contínua estilização do corpo, um conjunto de atos repetidos, no interior de um quadro regulatório, que se cristaliza ao longo do tempo.

Ao pensar a escola como uma instituição que constrói corpos nos e pelos discursos que circulam na produção de saberes a partir de práticas de vigilância e controle para naturalizar comportamentos, percebe-se como esse dispositivo opera em função de um trabalho disciplinar que irá legitimar verdades. “Para

garantir a coerência, a solidez e a permanência da norma, são realizados investimentos – continuados, reiterativos, repetidos” (LOURO, 2015, p. 84).

Os espaços na escola são rigidamente marcados, horário de entrar e sair, de levantar e sentar-se, de falar e pensar, de correr, de gesticular. Cria-se modelos de comportamento, denomina-se indisciplina, agrupa-se por sexo, raça, idade, classe social, prepara-se o corpo para a sociedade, ensina-se a falar e calar, ouvir e ser ouvido. Tudo isso seguindo a continuidade sexo-gênero-sexualidade que nasce por e através dos corpos.

Concebendo então a escola como um campo disciplinador e normatizador, que constrói sujeitos com base em identidades polarizadas a partir das teorias em uso aqui e dos discursos proferidos a partir delas deve-se desconstruir e questionar esse currículo tradicional que não contempla os sujeitos que estão em trânsito por essas identidades ou que se identificam fora delas, evidenciando esses outros sujeitos que sempre estiveram à margem de uma lógica binária que se tornou escassa para compreensão dessas identidades que não se ajustam nesses espaços delimitados e regulatórios que naturalizam uma heteronormatividade, fazendo com que as demais performances que fogem desse parâmetro sejam percebidas com um desvio ou ainda tornem esses sujeitos ininteligíveis.

Segundo Hall (2004), as identidades sociais estão sujeitas a uma historicização radical e encontra-se em constante processo de transformação. Ela é construída dentro e não fora do discurso, em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas. As identidades sociais são construídas por meio da diferença e, portanto, na relação com o outro, na relação com aquilo que não é, com aquilo que falta. O termo identidade social significa, por um lado, o ponto de encontro entre os discursos e as práticas que tentam comunicar ou convocar o indivíduo para que assuma seu lugar como sujeito social de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que constrói o sujeito sobre o qual se pode “falar”. Nesse sentido, Foucault (1987), em *Vigiar e Punir* ressalta que a disciplina fabrica indivíduos e tem o poder de tomar os indivíduos como objetos e instrumentos de seu exercício. Assim o processo de fabricação de sujeitos é contínua, sutil e quase imperceptível. Portanto, a tarefa mais urgente da linguagem na relação sujeito-objeto-sujeito de construção da identidade social é desconfiar do que é tomado como algo eminentemente “natural” ou biológico.

Foucault (2012) trata o poder não como uma entidade estável, coerente ou como uma unidade, mas em termos de “relações de poder”. O poder não existe por si só, ele existe enquanto relação, é uma prática social e é constituído

historicamente. Ele menciona que as relações de poder são desiguais e móveis; seu funcionamento decorre do estabelecimento de relações desiguais e assimétricas; são intencionais e não-subjetivas, bem como é exercido tanto sobre dominantes quanto sobre dominados. Michel Foucault (2012) considera que o poder não é possuído por alguém, mas é antes uma relação fluída que permite o uso da força (física ou simbólica): coerção, persuasão, negociação ou barganha difundindo-se e ramificando-se em micropoderes relacionais.

E nessa lógica, a fala desempenha um papel crucial no exercício do poder, que se manifesta tanto direta quanto indiretamente. O poder na sua forma direta exerce-se por meio de justificativas, argumentos, promessas, exemplos e outros instrumentos retóricos que aumentam a probabilidade de @s receptores formarem as representações mentais desejadas. E o poder manifestado de maneira indireta no discurso, a partir da representação na forma de expressão, descrição ou legitimação dos atores do poder ou de suas ações e ideologias. O poder discursivo é persuasivo e, portanto, exibe uma correlação direta entre a abrangência do discurso e a abrangência do poder: os sem-poder costumam ter controle apenas nas conversações do dia a dia e são meros receptores passivos do discurso oficial e midiático. Os poderosos têm acesso a uma variada gama de modos dialógicos formais, impressos, de escrita e de fala e, em princípio conseguem atingir um grande número de pessoas. Logo, o poder é tanto exercido quanto reproduzido no e pelo discurso. (DIJK, 2015).

Os questionamentos trazidos aqui provocam à percepção da escola como um lugar construído pela linguagem que fazendo uso das relações de poder tentam produzir sujeitos, seus lugares e suas performances.

E ao perceber que se trata de uma construção, deve-se questionar e expor os discursos dominantes e assim ressignificar a linguagem. A ação de questionar e resistir poderá enfraquecer a ordem regulatória que é repetidamente propagada e, desta forma, os corpos estranhos ao subverter a normatividade no espaço escolar, ultrapassam a ideia do tolerar, do aceitar. E, desta forma, afirmam sua existência, se apropriam também da linguagem para mostrar suas performances, subvertem ideias e fazem pensar o impensável pela lógica. Os mesmos corpos quando subvertem a essa norma ultrapassam a lógica da sexualidade e causarão igualmente, impactos em uma diversidade de espaços, influenciarão e radicalizarão um domínio cultural que instituiu modos de pensar e de estruturar o conhecimento. E por fim, questionando as fronteiras, indagando quem é reconhecido e quem a cultura se recusa conhecer resistirão ao discurso impositivo. A legitimação que é conferida aos sujeitos pelos currículos ao ser desconstruída

força uma lógica dominante e propõe um acolhimento a perguntas inquietantes e curiosidades permanentes que passam a subverter e gerar mudanças que estão em movimento constante de questionamentos.

As possibilidades que essas discussões trazem é perceber também o potencial da escola subvertendo esse eixo definido para reproduzir ideais normativos, para em vez disso, ampliar o fazer pedagógico e seu olhar sobre o mundo e sobre as multiplicidades de performances que os sujeitos podem ter e assumir sem prescrições, sem precisar estar centrado em uma única definição, de forma estática. A perspectiva de questionamento e de estranhamento das normas trazidas para o currículo através da linguagem é um anseio por transformações da/na sociedade e concepções de cidadania que cruzam naturalizadas e naturalizando identidades para reforçar enquadramentos.

Considerações finais

Nessa ligação inseparável entre linguagem, cultura, verdade e poder no ambiente escolar são ensinados cotidianamente os modos de ser mulher e ser homem a partir de discursos generificados. Em distintos graus e modos, por vezes sutis e tantas outras explicitamente, os sujeitos são convocados a se posicionarem através de práticas de auto-observação. Essa observação gera a percepção do caráter múltiplo da linguagem e, como consequência, a resistência e a contestação podem surgir. Além de surgirem também a compreensão de que as identidades não cabem em formatos incididos no processo de controle.

A linguagem historicamente foi usada como ferramenta de subjetivação para inventar verdades e perpetuá-las, construindo identidades com base em uma lógica binária, que contorna os corpos dos indivíduos e tentam produzir significados fixos nos sujeitos. No entanto, na contramão dessa lógica, performances contestadoras surgem para mostrar que esses sentidos escapam e que as performances que surgem, fora de uma norma instituída propõem a dúvida e a contestação de uma suposta naturalização.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso e poder**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da punição**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomás Tadeu (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 103-133.

LOURO, G. L. Uma sequência de atos. **Revista Cult**. Nº6, ano 19, São Paulo, 2016.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **Um corpo estranho** – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2 ed.; 2. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MILTRE, S. M. *et al.*, Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. **Ciência & Saúde Coletiva**. vol. 13, p. 2133-2144, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VYGOTSKY, Lev. *et al.* **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1989.

IDENTIDADE GAY NO DISCURSO RELIGIOSO DO PASTOR PENTECOSTAL SILAS MALAFAIA¹

Tiago Vieira Fernandes de Paiva²

Ana Paula Rabelo e Silva³

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar de que maneira o pastor pentecostal Silas Malafaia constrói a identidade gay em seus discursos orais em seu programa de TV Vitória em Cristo, tendo como uma das principais preocupações a violação da dignidade da pessoa homossexual. Para a análise dos discursos de Malafaia, buscou-se o pressuposto teórico da Análise do Discurso de Patrick Charaudeau (2008; 2009), mais especificamente o seu contrato de comunicação. O contrato de comunicação é resultado de características inerentes a situação de troca: os dados externos e os dados internos. Além dos conceitos de Análise do Discurso, foi necessário utilizar Hall (1999) para uma reflexão sobre o conceito de identidade cultural. A pesquisa qualitativa, desenvolvida como trabalho de conclusão de curso, deu subsídio para o desenvolvimento deste artigo. Os discursos analisados foram retirados da internet, tanto do site pessoal do pastor, quanto na mídia social *Youtube*. Pôde-se entender, ao final, que Silas Malafaia é responsável por uma série de discursos com teor homofóbico, pois demonstra hostilidade psicológica e social contra os indivíduos que sentem desejo ou mantêm práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Identidade; Homofobia; Contrato de Comunicação.

1 O presente artigo é resultado de parte da pesquisa desenvolvida durante a fase de conclusão do curso de Jornalismo, sob a orientação da professora Naiana Rodrigues e co-orientação da professora Ana Paula Rabelo e Silva.

2 Graduado em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela Faculdade 7 de Setembro.

3 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC, Professora da Faculdade 7 de Setembro.

Introdução

Um estudo piloto realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁴ (IBGE) no ano de 2009, em quatro estados (Pará, São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco) e o Distrito Federal, com mais de 5 mil pessoas com 10 anos ou mais, levantou dados sobre o uso do tempo. A pesquisa usou como indicador o tempo do brasileiro dedicado ao consumo de informação e descobriu que 85% desse tempo são gastos exclusivamente em frente à TV. Em média, por dia, o brasileiro passa duas horas e trinta e cinco minutos na frente da televisão. Entre os brasileiros com 60 anos ou mais, esse tempo sobe para três horas e três minutos. Isso mostra que, no Brasil, a televisão é, sem dúvida, o meio de comunicação mais abrangente e, conseqüentemente, o que exerce maior influência sobre as diferentes camadas sociais.

Nos últimos anos, o pastor Silas Malafaia vem ganhando destaque na mídia por suas declarações polêmicas a respeito de questões ligadas aos direitos dos gays e a sua influência sobre a bancada evangélica na Câmara dos Deputados. Malafaia tem participado de programas de televisão de diferentes gêneros: programas de entrevistas, telejornais, programas de auditório e programas de entretenimento.

O movimento gay no Brasil, em contrapartida, mesmo não possuindo os mesmos espaços na TV, tem conseguido chamar a atenção da mídia por meio de suas lutas contra a discriminação e a defesa dos direitos humanos de homossexuais. Isso tem ocorrido, por exemplo, por meio das Paradas Gays que têm como um de seus principais objetivos promover a visibilidade da comunidade gay “a fim de mostrar à sociedade global o poder de arregimentação deste segmento populacional enquanto cidadãos e massa potencial de eleitores e consumidores.” (MOTA, 2004).

O Projeto de Lei da Câmara 122/06, ou PL 122 como é conhecido, também tem atraído os olhares da mídia e de religiosos fundamentalistas como o pastor Silas Malafaia. O Projeto foi apresentado em 2006, pela então deputada Iara Bernardi, e tem por objetivo criminalizar a homofobia. Até hoje o texto tem causado polêmica entre os evangélicos e os católicos, pois eles acreditam que, se aprovado o projeto, os homossexuais passariam a ter privilégios sobre os heterossexuais e o direito de liberdade de expressão seria cerceado.

4 Sobre a pesquisa do IBGE, disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/decimo_segundo_forum/uso_tempo_2009.pdf Acessado em 19 de novembro de 2013.

Ano passado, especialmente, o tema do casamento civil igualitário pautou a mídia brasileira, pois o Superior Tribunal Federal decidiu que o casamento gay é legal no Brasil⁵. A decisão criou precedentes onde, juridicamente, gays podem se casar no Brasil, tendo sua união estável reconhecida pela justiça, garantindo direitos como: pensão, herança, comunhão de bens e previdência. A decisão também tem facilitado a adoção de crianças por casais homoafetivos e pode facilitar a aprovação da PL 122.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar de que maneira o pastor pentecostal Silas Malafaia constrói a identidade gay em seus discursos orais de opinião emitidos em seu programa de televisão Vitória em Cristo. Foram escolhidos três programas exibidos em semanas aleatórias, mas que têm em comum a temática gay, especialmente o tema da homossexualidade na bíblia, o Projeto de Lei da Câmara 122/06 e a união civil homossexual. Em seu programa, Malafaia pode ocupar uma bancada enquanto âncora ou pode exibir um de seus sermões ministrados do tempo da igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo.

Para a análise, usaremos o conceito de identidade cultural proposta por Hall (2011). Também abordaremos a propagação do discurso religioso pentecostal na mídia televisiva. Para entender melhor esses discursos, recorreremos principalmente ao contrato de comunicação de Patrick Charaudeau (2009). Finalmente, propomo-nos a analisar os discursos produzidos pelo pastor pentecostal Silas Malafaia em quatro semanas aleatórias, considerando válidos apenas os textos orais de opinião emitidos no momento de pregação do programa “Vitória em Cristo”, seja no púlpito, enquanto pastor, seja na bancada enquanto âncora do programa. É importante dizer que só serão considerados os discursos que versam sobre as questões relativas à homossexualidade. Como grande parte desses discursos deprecia os homossexuais, buscamos conceituar homofobia usando as ideias de Daniel Borrillo (2010). Para a análise do discurso de Malafaia, usamos o pressuposto teórico da Análise do Discurso de Patrick Charaudeau (2009), mais especificamente o seu contrato de comunicação. Levando em consideração que o autor não propõe nenhum método de Análise do Discurso, estabelecemos variáveis possíveis que permitirão a análise. São elas: dados internos e externos na produção do discurso.

5 Sobre a decisão do Superior Tribunal Federal a respeito do casamento entre pessoas do mesmo sexo: http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=103687. Acessado em 19 de novembro de 2013.

1 Identidade cultural

No presente trabalho, trazemos uma reflexão do que é identidade. Para isso, recorreremos às concepções de identidade cultural propostas por Stuart Hall (2011). Esse exercício nos possibilitou entender melhor o modo como o pastor Silas Malafaia constrói em seus discursos a identidade gay.⁶

Para entender a identidade cultural na pós-modernidade, é preciso entender como o lugar do sujeito mudou ao longo do tempo. Hall (2011) observa então, três tipos de sujeitos: o sujeito do Iluminismo; o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

O sujeito do Iluminismo é aquele centrado na razão. Nele, a identidade é inata e, ainda que se desenvolva durante a vida, continuará sendo a mesma. Nessa concepção, o sujeito é unificado e coerente. Esse sujeito aparecerá em boa parte da nossa discussão a respeito de identidade.

No sujeito sociológico, a identidade se constrói a partir da relação com outros sujeitos. Hall (1992, p. 12) explica que esse sujeito “ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem.” Essa ideia, contudo, apresenta uma dificuldade: nessa construção identitária mútua, tanto os sujeitos quanto a sociedade estão alinhados. Logo, como ocorre no sujeito do Iluminismo, tornam-se ambos unificados e previsíveis (HALL, 1992).

O sujeito pós-moderno, no entanto, é apresentado como não possuindo uma identidade fixa, essencial ou permanente. Nas palavras de Hall (2011), na pós-modernidade,

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente. Dentro há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (HALL, 2011, p.13)

Esse sujeito pós-moderno é descentralizado, diferente do sujeito do Iluminismo e do sujeito Sociológico. O período pós-moderno tem gerado muitas e diferentes identidades e, conseqüentemente, transformações significativas nas instituições modernas, à família patriarcal é umas delas, por exemplo, apegada

6 Entendemos a diferença do conceito de identidade cultural e social em relação ao conceito de identidade individual, mas tomamos a homossexualidade como uma prática social e, assim, adotamos o Hall (2011), mesmo estabelecendo um diálogo com o Butler (1990).

ao passado e aos antigos símbolos. Um dos símbolos mais preservados dessa sociedade é, sem dúvida, o patriarcalismo, sistema de organização familiar em que o homem é tido como o sujeito principal, o provedor e, por isso, teria mais direitos que os demais membros da família. Nesse sistema, as condições individuais dos membros da família não são priorizadas e a mulher costuma ocupar um papel inferior (MATOS, 2000).

Além das três concepções anteriormente descritas, é válido mencionar a presença do conceito de globalização em Hall (2011), uma vez que é fenômeno que tem causado significativas mudanças na sociedade. Abordaremos impactos que a essa globalização traz para a construção das identidades. No presente estudo abordamos como é possível que o sujeito descentralizado e globalizado busque a afirmação e o reconhecimento de suas identidades, especialmente, a identidade gay que é construída por meio de diferentes discursos.

1. 1 Sujeito descentralizado

Na modernidade, como vimos, o sujeito fundamenta-se na ideia de um indivíduo único e estável, senhor das capacidades da razão. Era um sujeito que rompia com o pensamento medieval à medida que se desenvolvia e adquiria conhecimento por meio da dúvida, mas permanecia essencialmente o mesmo. O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa (HALL, 1992). O sujeito iluminista é, portanto, fixo e estável, unificado e coerente. Mas, como questionou Judith Butler (1990, p. 37), “[...] o que alicerça a pressuposição de que as identidades são idênticas a si mesmas, persistentes ao longo do tempo, unificadas e internamente coerentes?”. A concepção desse sujeito moderno não pode mais se sustentar diante das intensas mudanças advindas com a pós-modernidade.

O que se mostrava organizado, hoje, apresenta-se muitas vezes caótico. As transformações pelas quais a sociedade pós-moderna vem passando estão dando origem a novas identidades que estão desestabilizando a velha ordem social. Nas palavras de Hall (2011, p. 7), “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado.” O descentramento do sujeito moderno foi um dano irreparável nas noções de sujeito fixo e estável.

Hall (2011, p. 34-46) faz um esboço dos cinco principais avanços da história⁷ da teoria social, a que ele trata como “descentramentos”. Contudo não é objetivo de nosso estudo dedicarmos ao detalhamento desta descrição.

1.2. Identidades e globalização

Hall (2011) e Kathryn Woodward (2012) apresentam outro fator fundamental para o descentramento do sujeito moderno, que julgamos importante tratar, ainda que brevemente, neste trabalho: a globalização. As mudanças da política e da economia global têm provocado grande dispersão ao redor do mundo. Esse fenômeno não é novo, mas tem atingido proporções cada vez maiores. Impulsionadas por questões econômicas e políticas (crise na Europa, ascensão do BRICS⁸), pessoas de diferentes nacionalidades e identidades têm se espalhado pelo mundo e produzido diferentes resultados no que diz respeito à identidade:

A globalização, entretanto, produz diferentes resultados em termos de identidade. A homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local. De forma alternativa, pode levar a uma resistência que pode fortalecer e reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidade (WOODWARD, 2012, p. 21).

Hall (2011) aponta algumas consequências diretas do surgimento de novas identidades frutos da globalização:

As identidades nacionais estão se desintegrando, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do ‘pós-moderno global.

7 Os cinco descentramentos sugeridos por Hall são: o pensamento marxista, a teoria do inconsciente de Freud, a linguística estrutural de Ferdinand de Saussure, o “poder disciplinar” do filósofo e historiador Michel Foucault e, por fim, o feminismo.

8 O site oficial do Ministério das Relações Exteriores do Brasil define BRICS como um agrupamento, propriamente dito, incorporado à política externa de Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2011, por ocasião da III Cúpula, a África do Sul passou a fazer parte do agrupamento, que adotou a sigla BRICS. <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics>

As identidades nacionais e outras identidades 'locais' ou particularistas estão sendo reforçadas pela *resistência* à globalização. As identidades nacionais estão em declínio, mas novas identidades - híbridas - estão tomando o seu lugar (HALL, 2011, p. 69).

Vimos até aqui que as velhas certezas do sujeito moderno, fixo e estável estão sendo questionadas e desconstruídas continuamente. Permitindo assim, o surgimento de novas identidades que buscam o seu reconhecimento social e sua afirmação enquanto identidades legítimas. É nesse bojo que emerge a preocupação com as identidades homossexuais, identidades também culturais.

1.3 Identidades em busca de reconhecimento

Os conflitos de Silas Malafaia com a comunidade gay em torno de seus direitos civis e de sua tentativa de deslegitimar a identidade homossexual têm exigido dessa comunidade uma busca por afirmação e reconhecimento de sua identidade sexual. Como observou Woodward (2012, p. 26): “a afirmação política das identidades exige alguma forma de autenticação.” A autora aponta dois caminhos possíveis para essa autenticação. Dentre as possibilidades, está a história, ou histórias e as mudanças sociais que começam a dar visibilidade às singularidades das identidades marginalizadas. Sobre o resgate da história do grupo cultural em questão, Woodward declara:

Ao afirmar uma determinada identidade, podemos buscar legitimá-la por referência a um suposto e autêntico passado - possivelmente um passado glorioso, mas, de qualquer forma, um passado que parece 'real' - que poderia validar a identidade que reivindicamos (WOODWARD, 2012, p. 28).

São comuns os esforços para se resgatar na história, personagens e fatos que contribuam para legitimar a identidade gay. Dentre esses esforços, estão a tolerância de povos antigos para com a homossexualidade, a presença de homens e mulheres gays importantes para o mundo das artes, da política, da filosofia e da literatura e os avanços dos direitos da pessoa homossexual na história recente.

Outro caminho para a busca do reconhecimento das identidades minoritárias é por meio das mudanças sociais. Essas mudanças não se referem às questões

econômicas. Woodward (1997) fala mudança social enquanto “deslocamento social”. Conceito que toma emprestado de Ernesto Laclau (1996). Ferreira (2011, p. 14) apresenta uma explicação do que vem a ser a ideia laclauiana de deslocamento: “deslocamento são situações que criam uma desestrutura. Os elementos de amarração são afrouxados precisando de um restabelecimento: o senso de identidade, a crise suturada.” A partir dessa concepção, compreendemos que um sujeito pode ocupar vários lugares sociais ao mesmo tempo. Um homem, por exemplo, pode ser pai, gay, funcionário e militante. As novas identidades podem buscar reconhecimento em diferentes lugares sociais e contextos sociais díspares fazem com que esse sujeito se envolva em distintos significados sociais (WOODWARD, 1997).

O que Malafaia e os demais religiosos conservadores não aceitam é que o sujeito gay pode assumir diferentes identidades em diferentes momentos. Esse sujeito pode ser gay, pai e cristão ao mesmo tempo. Para eles, é, sobretudo, incongruente ser homossexual e religioso devoto.

Os movimentos sociais da década de 1960 são um marco na busca do reconhecimento das identidades minoritárias. Isso porque as divisões políticas, até então marcadas pelas classes, começaram a ser substituídas por interesses de identidades: “A política de identidade era o que definia esses movimentos sociais, marcados por uma preocupação profunda pela identidade: o que ela significava, como ela é produzida e como ela é contestada” (WOODWARD, 1997, p. 34). As identidades culturais de grupos excluídos e marginalizados começam a ganhar visibilidade, suas singularidades culturais começam a ser celebradas e suas opressões analisadas.

Como veremos em seguida, identificamos no discurso pentecostal, entretanto, uma grande resistência de aceitação dessas diferenças identitárias. Enquanto Hall (1992) e Woodward (1997) defendem que as diferenças são indispensáveis no processo de construção da identidade e que as diferenças tendem a nos tornar mais tolerantes, Silas Malafaia mostra-se ameaçado por tais diferenças e as combate. O pastor Malafaia não é o único – na mídia - a rejeitar a identidade gay.

2 Mídia e discurso religioso

A presença massiva dos grupos pentecostais no Brasil pode ser percebida a partir do alto investimento em espaços na mídia por meio da aquisição de rádios, jornais e canais e redes de TV e aumento do número de programas

nos canais comerciais, começando com a Igreja Universal do Reino de Deus. Segundos dados do IBGE, em 2010, 64,6% da população brasileira era católica. Houve uma queda de 12,2% em relação aos 73,6% de 2000. Há 50 anos, a religião católica era hegemônica, 93% da população se dizia católica. Em contra partida, houve um aumento em números absolutos de 16 milhões de evangélicos entre 2000 e 2010, especialmente os pentecostais. O crescimento dos evangélicos é apontado como a maior causa da queda dos católicos, embora o número de brasileiros que se declaram sem religião e os de religiões minoritárias também tenha crescido significativamente (ALVES, 2012).

No presente item, abordamos a propagação do discurso religioso pentecostal na mídia televisiva, especialmente os discursos do pastor Silas Malafaia que nos últimos anos tem empreendido uma ferrenha luta contra os direitos dos homossexuais, tema recorrente em suas falas. Para entender melhor esses discursos, recorreremos principalmente ao contrato de comunicação de Patrick Charaudeau (2009), especificamente à importância dos dados interno e externos na produção do discurso.

2.1 Sobre o discurso em Patrick Charaudeau

Para Charadeau (2009), o discurso ocupa-se com coisas além das regras e do próprio uso da língua. Ele é composto por “[...] atos de linguagem que circulam no mundo social que testemunham, eles próprios, aquilo que são os universos do pensamento e de valores que se impõem em um tempo histórico dado.” (p. 37)

Podemos entender que o discurso é resultado de situações em que se fala ou se escreve. Essas situações carregam em si a identidade do sujeito falante e a identidade do sujeito a quem se dirige a fala, suas intenções e até mesmo o suporte físico que permite a troca linguageira. (CHARAUDEAU, 2009). O discurso também é formado pela maneira como se fala. Nele, estão intimamente ligados os comportamentos dos sujeitos envolvidos no mundo social (os dados externos) e os elementos individuais e íntimos desses sujeitos (os dados internos).

2.2 Perspectivas do contrato de comunicação

Partimos da ideia de que o “televangelismo” é – também - um discurso. Esse discurso só se constitui a partir de um gênero particular. Neste trabalho, é preciso entender o televangelismo como gênero discursivo. Se todo discurso se

constrói em um tempo e em um lugares históricos e se o televangelismo é um discurso, deve-se considerá-lo sempre em uma situação de comunicação. Para que isso aconteça, os interlocutores devem identificar as permissões e restrições dos sistemas de formação do discurso religioso, sendo capazes de reconhecer os elementos que definem o gênero. “O necessário reconhecimento recíproco das restrições da situação pelos parceiros da troca linguageira nos leva a dizer que eles estão ligados por uma espécie de acordo prévio sobre os dados desse quadro de referência” (CHARAUDEAU, 2009, p. 68). É o que o autor define como contrato de comunicação.

O contrato de comunicação é resultado de características inerentes a situação de troca: os dados externos e os dados internos. Os dados externos são compostos pelos comportamentos regulares dos indivíduos que estão envolvidos nesse processo de troca. Esses comportamentos são legitimados por outros discursos que lhes atribuem valor e sentido. Já os dados internos são os elementos que compõem o discurso em si.

Charaudeau (2006) organiza os **dados externos**, formados pelos comportamentos dos sujeitos que estão envolvidos nesse processo de troca em quatro categorias de condição de produção linguageira: condição de identidade, condição de finalidade, condição de propósito e condição de dispositivo. Para entendermos melhor tais condições, buscaremos exemplos em nosso próprio *corpus*, os discursos do pastor Silas Malafaia. Todas essas condições são consideradas no item de análise dos discursos televisivos de Silas Malafaia.

A condição de identidade se define através das respostas às perguntas: “quem troca com quem?” ou “quem fala com quem?” ou “quem se dirige a quem?” Há uma identificação entre as partes, seja por meio de idade, sexo, etnia, cultura, status social, religião etc. Contudo, esses dados precisam ser relevantes ao ato de comunicação específico. Os atos de fala põem em prática as regras e os acordos que regulam as relações entre os indivíduos. O conjunto de regras, que faz parte do aprendizado dos sujeitos na sociedade, é passado por herança cultural. Nos discursos de Silas Malafaia essa condição pode ser facilmente identificada pois, para construir seus discursos, Malafaia parte de uma herança interpretativa judaico-cristã da bíblia, adotada pelos pentecostais. Especialmente no que diz respeito às questões de gênero.

A condição de finalidade responde à pergunta: “Estamos aqui para dizer o quê?”. Todo ato de linguagem tem um objetivo. Na comunicação linguageira, o objetivo é convencer uns aos outros de sua própria intencionalidade. É o que Charaudeau (2008) chama de ideal de persuasão em outra obra, “Linguagem

e discurso”, que “consiste em compartilhar com o outro (interlocutor ou destinatário) certo universo de discurso até o ponto em que este último seja levado a ter as mesmas propostas”. Ao discursar em diferentes espaços, religiosos ou não, Malafaia deixa clara sua intenção: convencer o maior número possível de interlocutores de que a verdade está com ele, seja sobre casamento gay, seja sobre o aborto ou sobre diversos outros temas.

A condição de propósito se define quando se responde à pergunta: “Do que se trata?”. Todo ato de comunicação é construído a partir de um domínio do saber específico, tematizado. Os envolvidos nesse processo precisam concordar previamente com esses temas. Malafaia elegeu algumas temáticas para os seus discursos midiáticos. As questões ligadas aos direitos dos gays é uma delas.

Na condição de dispositivo, o ato de comunicação acontece em um espaço físico, se dá a partir de circunstâncias materiais específicas. É preciso responder às seguintes perguntas: “Em que ambiente se inscreve o ato de comunicação, que lugares físicos são ocupados pelos parceiros, que canal de transmissão é utilizado?”.

Silas Malafaia saiu dos espaços físicos tidos como religiosos (igrejas e praças públicas) para ocupar também outros espaços, como a TV. O pastor também não se limitou ao seu programa de TV, pois em muitos momentos figura em outros programas como convidado.

Os **dados internos** correspondem ao discurso propriamente dito. São eles que permitem responder à pergunta: “Como dizer?”. Esses dados são resultados do conhecimento que se tem do interlocutor ou destinatário. Isso inclui comportamentos, linguagem adotada, papéis languageiros. “Esses dados constituem as restrições discursivas de todo ato de comunicação, são o conjunto dos comportamentos languageiros esperado quando os dados externos da situação de comunicação são percebidos, depreendidos, reconhecidos” (CHARAUDEAU, 2009, p. 70) São entendidos a partir de três espaços de comportamentos relativos à linguagem: espaço de locução, espaço de relação e espaço de tematização.

No espaço de locução, o sujeito falante impõe-se como tal. Ele justifica o seu direito de poder se comunicar; em nome do que ele fala. Daí é estabelecida a sua autoridade na fala sobre os demais. Para os líderes religiosos pentecostais, o direito ao discurso tem origem sobrenatural - falam em nome de Deus e das Escrituras Sagradas cristãs.

No espaço de relação são definidas as identidades do locutor e do interlocutor, ou seja, quem deve falar e quem deve receber a fala. Essas identidades

são construídas a partir das relações desiguais, sejam elas de força, exclusão ou hostilidade. Quando se evoca autoridade divina, pretende-se criar uma relação de autoridade daquele que fala sobre o seu interlocutor.

No espaço de tematização são organizados os temas da troca linguageira. Nesse espaço, o sujeito falante deve assumir um posicionamento quanto ao tema proposto pelo contrato de comunicação, escolher o modo de intervenção e o modo como vai organizar o seu discurso. Isso, de acordo com as restrições situacionais de falante e interlocutor.

O ato de comunicação, contudo, não está, necessariamente, predeterminado pelo contrato de comunicação. Dentro desse contrato, há espaço para um projeto de fala pessoal e individual. Ambos são complementares. Um traz “seu quadro de restrições situacionais e discursivas, outro, desdobrando-se num espaço de estratégias” (CHARAUDEAU, 2009, p. 71). Isso transforma, necessariamente, o ato de linguagem em um ato de liberdade, mas sem deixar de exigir responsabilidade.

2.2.1 Sobre a finalidade do contrato de comunicação

Charaudeau (2009) defende que a finalidade do contrato de comunicação se estabelece a partir de certo conflito entre dois propósitos, que ele chama de visadas: “fazer saber” (ou visada de informação) e o “fazer sentir” (ou visada de captação).

Segundo o autor, “[...] a visada da informação consiste em saber fazer ao cidadão o que aconteceu ou o que está acontecendo no mundo da vida social” (CHARAUDEAU, 2009, p. 87). Essa é a visada que direciona toda atividade jornalística. Numa perspectiva midiática, isso deve ser feito por meio de dois tipos linguageiros: a descrição narração e a explicação. A primeira consiste em relatar o ocorrido, já a segunda, tenta expor a causa e as consequências desse ocorrido. Tanto uma como a outra enfrentam o problema da verdade; buscam informar, mas é preciso conquistar credibilidade. A discussão sobre a verdade aqui não é filosófica, problema sobre o qual se debruçaram muitos pensadores clássicos (Sócrates, Platão, Agostinho), modernos (Bacon, Descartes, Locke) e contemporâneos. A discussão é linguística, ou seja, é feita a partir de um dizer. Trata-se, portanto, de analisar o que tem valor de verdadeiro e o que valor de falso.

Essa tentativa no contrato de comunicação de mostrar o que é verdadeiro e o que é falso tem a finalidade de alcançar a credibilidade, convencer o outro do que está sendo dito e mostrado. Aquele que, supostamente diz a verdade,

consegue se firmar enquanto mídia confiável. São os que dizem o exato, que informam com precisão e não deixam espaço para dúvidas e questionamentos. São também os que dizem o que realmente aconteceu, revelam a intenção oculta dos discursos e fornecem as provas das explicações.

Se por um lado o contrato de comunicação apela para a racionalidade para fazer saber (visada da informação), por outro, é preciso fazer sentir (visada da captação). Esta se caracteriza pelo uso de recursos emotivos, apelo à afetividade do interlocutor, no alcance das paixões do público consumidor dessa informação. Essa visada nada mais é do que a dramatização da informação. Para essa dramatização, é preciso conhecer as crenças, comportamentos e anseios daqueles a quem deseja alcançar.

O curioso é que, segundo Charaudeau (2009) todo agente midiático depende dessa contradição para se manter. Ao mesmo tempo em que é preciso buscar uma racionalidade cirúrgica para se manter a credibilidade, também é preciso dramatizar a informação a fim de satisfazer o princípio da emoção. O discurso religioso, como veremos, está recheado dessa contradição. Busca-se em teorias biológicas (fazer saber) e no mito de Adão e Eva (fazer sentir), ao mesmo tempo, por exemplo, a legitimidade para o discurso heteronormativo.

3 Entre palavras de fé e homofobia

O presente item se propõe a analisar os discursos orais produzidos pelo pastor pentecostal Silas Malafaia em três semanas aleatórias: 08/10/2007, 18/01/2009 e 30/06/2013. Os vídeos somam um total aproximado de 40 minutos e foram coletados na rede social *Youtube*. Consideramos válidos apenas os textos orais de opinião emitidos no momento de pregação do programa Vitória em Cristo, seja no púlpito, enquanto pastor, seja na bancada enquanto âncora do programa. É importante dizer que só serão considerados os discursos que tratam da questão homossexual para verificarmos se estes são homofóbicos ou não.

A homofobia pode ser entendida como um conjunto de emoções e práticas negativas em relação à homossexualidade. Para Borrillo (2010, p. 13), a homofobia, assim como a xenofobia ou o racismo, “é uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal; por sua diferença irreduzível, ele é posicionado a distância, fora do universo comum dos humanos.” E isso não se aplica apenas aos gays, “a homofobia mostra hostilidade não só contra os homossexuais, mas igualmente contra o conjunto de

indivíduos considerados como não conforme à norma sexual.” O Manual de Comunicação LGBT da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais define de maneira esclarecedora o que é homofobia:

A homofobia pode ser definida como o medo, a aversão, ou o ódio irracional aos homossexuais, e, por extensão, a todos os que manifestam orientação sexual ou identidade de gêneros diferentes dos padrões heteronormativos. Consiste em um problema social e político dos mais graves, mas que varia de intensidade e frequência, de sociedade para sociedade. (*apud* MARTINS, 2009, p. 21)

Levando em consideração que Charaudeau não propõe nenhum método particular de Análise do Discurso, estabelecemos três variáveis possíveis que permitirão a análise de dados.

A primeira variável refere-se aos dados externos do discurso. Analisaremos o contexto social, o contexto das emissoras de TV e as quatro categorias de condição de produção linguageira: identidade, finalidade, propósito e dispositivo. Depois disso, também estabelecemos como variável os dados internos. Aqui, levaremos em consideração a identidade do locutor, a credibilidade do sujeito emissor, o uso que faz do apelo, a afetividade e a dramatização como recurso discursivo. Essas duas variáveis agindo concomitantemente construirão o sentido do discurso (CHARAUDEAU, 2009).

Os **dados externos** são formados pelos comportamentos dos sujeitos que estão envolvidos nesse processo de troca linguageira, comportamentos confirmados pelos discursos que os legitimam e lhes dão sentido. Como explicou Charaudeau (2009, p. 68), “são constituídos pelas regularidades comportamentais dos indivíduos que aí efetuam trocas e pelas constantes que caracterizam essas trocas e que permaneceram estáveis por um determinado período”. Esses dados são divididos em quatro categorias de condição de produção linguageira: condição de identidade, condição de finalidade, condição de propósito e condição de dispositivo.

Como já dissemos, a condição de identidade é definida por meio das respostas às perguntas: “quem troca com quem?” ou “quem fala com quem?” ou “quem se dirige a quem?” Há uma identificação entre as partes, seja por meio de idade, sexo, etnia, cultura, status social, religião etc. O conjunto de regras, que faz parte do aprendizado dos sujeitos na sociedade, é passado por herança cultural.

Se observarmos os dados do IBGE de 2010, concluiremos facilmente que somos um país predominantemente cristão. Portanto, possuímos uma herança religiosa judaico-cristã. Como vimos em capítulo anterior, essa herança é uma das principais responsáveis pela construção da homofobia na atualidade, pois não concebe como legítima uma identidade sexual que fuja a norma heterossexual.

Em um de seus discursos feito no espaço de culto da igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo em que aborda a questão gay, Silas Malafaia estabelece uma identificação com a herança judaico-cristã de seus interlocutores. Vejamos:

[trecho 1 – 18/01/2009] A bíblia diz que Deus fez macho e fêmea. Criou, ou melhor, instituiu o casamento através da relação heterossexual e a família... Isto não é nenhuma aberração religiosa. A civilização humana tem perdurado até aqui por causa deste princípio bíblico. Por que se não houvesse casamento heterossexual e se não houvesse macho e fêmea, não seria possível a sobrevivência da raça humana.

Em outro momento, dessa vez em seu programa, atuando como âncora, Malafaia, ao falar sobre a aprovação do casamento homoafetivo, reitera:

[trecho 2 – 18/01/2009] Está pautada [a família]: um homem, uma mulher e sua prole. Casamento é um homem e uma mulher, o resto é par. Casamento é isso... Dar a um comportamento status de um casamento é uma vergonha... Que Deus tenha misericórdia da família brasileira .

Ao fazer afirmações dessa natureza, além de criar uma identificação com os interlocutores, Malafaia deslegitima a relação homoafetiva e a torna antinatural. Submeter qualquer orientação sexual à intervenções religiosas ou ideológicas é violar o direito a individualidade de qualquer sujeito. Para Borrillo (2010, p. 15),

Por ser um atributo de personalidade, a homossexualidade deveria manter-se fora de qualquer intervenção institucional; do mesmo modo que a cor da pele, a filiação religiosa ou a origem étnica, ela deve ser considerada um dado não pertinente na construção política do cidadão e na qualificação do sujeito de direitos.

Independentemente de tratar-se de uma escolha voluntária - como defende Malafaia -, influência do meio ou predisposição genética, o desejo sexual por pessoas do mesmo sexo ou por pessoas de sexos diferentes, quando levados em consideração correm o risco de tornar-se homofóbicos, pois passará a dividir e selecionar os indivíduos a partir disso.

A condição de finalidade responde à pergunta: “Estamos aqui para dizer o quê?”. Todo discurso tem um objetivo. No geral, esse objetivo é convencer uns aos outros de sua própria intencionalidade (CHARAUDEAU, 2008). Para persuadir um maior número de pessoas sobre a sua concepção de identidade gay, Silas Malafaia passou a inserir em seus discursos, dados que teriam origem em estudos sobre a genética. Para o pastor, não existe ordem cromossômica gay, existe apenas ordem cromossômica de macho e fêmea:

*[trecho 3 – 18/01/2009] Ninguém nasce gay. Não tem gene homossexual e, na genética e nem na psicologia e nem em lugar nenhum tem uma prova científica (de que alguém nasce gay)... **Não tem prova de que alguém nasce gay. Acabou .***

Fazendo assim, Malafaia usa como argumento de autoridade a voz da ciência para tornar o seu discurso mais credível, já que a ciência não é posta em xeque pelo senso comum. O pastor tenta, inclusive, criar uma definição de homossexual:

[trecho 4 – 18/01/2009] [...] são um homem ou mulher por determinação genética e homossexuais por determinação aprendida ou imposta. É uma questão comportamental .

Sendo assim, conclui, a homossexualidade é um comportamento, uma escolha e, portanto, passível de reorientação.

Como não poderia deixar de ser, enquanto pastor pentecostal, Malafaia recorre também à bíblia, portanto, à tradição judaico-cristã, para convencer seus receptores da abominação - palavra usada por ele mesmo - que é o comportamento homossexual:

[trecho 5 – 18/01/2009] A homossexualidade à luz da teologia e da Palavra de Deus é uma rebelião consciente contra a ordem divina da criação... Quando a bíblia trata da homossexualidade, ela trata

*como erro, pecado, perversão moral. Quer no Antigo Testamento, quer no Novo Testamento. Levíticos 18:22, diz lá que aquele que se deita com outro homem, abominação é ao senhor. E no 20:13 de Levíticos, a coisa é mais feia... **diz lá que o camarada que se deitasse com homem, os dois perdiam a vida. Lá atrás, a coisa era feia.***

O discurso do pastor alimenta o discurso do ódio, quando legitima ações de violência, no momento em que se apoia na bíblia, tanto Antigo quanto Novo Testamento, para falar de morte aos homoafetivos.

*[trecho 5 – 18/01/2009] Em Romanos capítulo 1, versículos 26 e 27: Por isso **Deus os abandonou às paixões infames. Porque até as suas mulheres mudaram o uso natural**, no contrário à natureza. E, semelhantemente, também os homens, deixando o uso natural da mulher, se inflamaram em sua sensualidade uns para com os outros, **homens com homens, cometendo torpeza e recebendo em si mesmos a recompensa que convinha ao seu erro** (18/01/2009).*

Ao tratar em seus discursos a homossexualidade como “erro, pecado e perversão moral”, Malafaia a coloca em situação de inferioridade em relação à heterossexualidade. Defende a tese do não-natural, portanto passível de ser combatido, segundo o discurso de senso comum. Caracterizando-se, portanto, em um discurso homofóbico e que induz ao ódio à pessoa homossexual (BORRILLO, 2010).

A condição de propósito responde à pergunta: “Do que se trata?”. Todo discurso é construído a partir de um conhecimento específico e tematizado do qual, acredita-se, se tem domínio. Os envolvidos nesse processo precisam estar de acordo com esses temas. Assuntos ligados à temática gay têm sido largamente discutidos pela sociedade brasileira e têm, portanto, pautado os discursos inflamados do pastor Silas Malafaia. Dentre eles, o Projeto de Lei da Câmara n.º 122/06 - ou PL 122, como ficou mais conhecido - que tem o objetivo de criminalizar a discriminação motivada exclusivamente na orientação sexual ou na identidade de gênero do indivíduo discriminado. Se for aprovado, haverá alteração na Lei de Racismo para incluir tais discriminações no conceito legal de racismo. Para Malafaia, porém,

[trecho 1 – 08/10/2007] A PL 122 quer criminalizar os que são contra a prática homossexual... 'É a lei da homofobia'. Mentira. É a lei do privilégio. Lixo de lei. É uma vergonha. É um acinte. É uma afronta contra a constituição brasileira. Quer atingir crença, quer atingir direitos de expressão, querem criminalizar a opinião .

Outro tema relacionado às questões gays e que tem ocupado espaços consideráveis da mídia nacional é a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Em maio deste ano, entrou em vigor a resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que obrigou os cartórios a realizarem casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Um mês depois, 231 uniões formais homoafetivas foram realizadas nos cartórios de registro civil de 22 capitais, conforme levantamento da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil)⁹. Para Silas Malafaia, no entanto, um casal de homossexuais não constitui família. Segundo o pastor, uma família só pode existir da relação entre casais heterossexuais:

[trecho 2 – 08/10/2007] Toda a história da humanidade está sustentada na família e só existe família pelas relações heterossexuais.

A concepção de família, centrada na heteronormatividade, não possibilita a aceitação de outras formas de organização familiar que, de fato, já existem na contemporaneidade. Para o pastor pentecostal, os valores da família (formada por pai, mãe e filhos, na sua concepção) estão ameaçados pela legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo e mais, para ele, homossexualidade, pedofilia e dependência química estão niveladas:

[trecho 6 – 18/01/2009] A verdade, minha gente, é que querem mudar as leis, querem mudar os valores da sociedade porque um grupo da sociedade tem uma prática. Agora imagine se toda prática deturpada, pecaminosa, imoral tem uma grande parcela da sociedade praticando, então nós vamos legalizar. Olha, legaliza a cocaína porque tem gente cheirando de dar de pau... Daqui a pouco vai ter alguém dizendo: 'legaliza a pedofilia porque tem

9 Levantamento disponível em http://www.arpensp.org.br/principal/index.cfm?tipo_layout=SISTEMA&url=noticia_mostrar.cfm&id=18429. Acessado em 15 de novembro de 2013.

muita gente praticando isso. Onde vai parar a sociedade se ela legalizar tudo? .

Para uma parcela da sociedade, a luta pelos direitos civis dos homossexuais é vista como ameaça à supremacia heterossexual, uma reivindicação pública de sua equivalência à heterossexualidade (BORRILLO, 2010). Malafaia faz uso de demandas como essas surgidas na sociedade para pautar os seus discursos. Com isso, esses discursos ganham sentido e legitimidade para uma parte considerável da sociedade e colaboram para entrar, cada vez mais, o reconhecimento democrático dos homossexuais.

Na condição de dispositivo o ato de comunicação se dá em um espaço físico, a partir de circunstâncias materiais específicas. É preciso perguntar: “Em que ambiente se inscreve o ato de comunicação, que lugares físicos são ocupados pelos parceiros, que canal de transmissão é utilizado?” (CHARAUDEAU, 2006, p. 70).

Os discursos televisionados de Malafaia analisados neste trabalho se dão em dois ambientes físicos específicos: o templo da Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo, onde, atualmente, é pastor presidente e, a bancada do programa Vitória em Cristo, o seu programa de TV, onde ocupa a posição de âncora. Em ambos os espaços, há uma montagem cênica pensada de maneira a persuadir o público. No templo, Malafaia ocupa um espaço onde pode ser visto por todos os frequentadores. Com o microfone na mão, oscila entre a gritaria e a fala mais mansa. Caminha de um lado para outro, mas mantém-se sempre em posição de destaque. No programa, inquieto, ameaça levantar, mas permanece sentado, bate na bancada para demonstrar indignação, grita e usa recursos visuais como imagens das capas de jornais que deram ou não destaque para a Marcha para Jesus, por exemplo. E em momento algum se percebe qualquer intervenção ou interpelação por parte de seus interlocutores. É comum vê-lo reivindicar o direito de falar nesses espaços, visto que paga por eles.

Na bancada do programa Vitória em Cristo:

[trecho 1 – 30/06/2013] Eu estou num estado democrático, esse programa aqui é pago e eu tenho direito de me expressar como cidadão desse país.

O trecho 1, de 30 de junho de 2013, tem o conteúdo retomado em outubro de 2007, como podemos verificar no trecho 3, retirado do discurso proferido no púlpito da igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo:

*[trecho 3 – 08/10/2007] Pode querer me processar, pode querer gemer, **eu sei onde eu busco os meus direitos**, não tão falando com um idiota, não tão falando com um bobo. **Eu sei me defender**. Eu estou num **país livre, pago esse programa** e tenho o direito de expressar a minha opinião .*

As ideias de democracia (“país livre” e “estado democrático”) está presente nos dois fragmentos, bem como o argumento de autoridade, implicado pela sua capacidade de defender-se: “eu pago esse programa”, “eu sei onde busco os meus direitos”, “eu sei me defender”. O que precisa ser questionado é que o discurso do ódio não é discurso apenas, é crime. Tanto reconhece a possibilidade de infringir a lei que usa, já no discurso a ameaça implícita: “Não adianta me processar, eu conheço a lei e tenho como me defender”.

Ao afirmar que paga pelo programa e, portanto, tem o direito de dizer o que pensa, Malafaia nos faz entender que, para ele, a liberdade é direito capital e não direito civil. Nesse sentido, se os gays “pagassem” para serem “livres”, Malafaia reconheceria essa identidade como legítima? Malafaia tem provocado condutas e comportamentos que discriminam e excluem do processo democrático o sujeito homossexual.

Para que haja um contrato de comunicação, os **dados internos** são indispensáveis, característica de uma situação de troca. Os dados internos referem-se ao próprio discurso. São os dados internos que possibilitam responder à seguinte pergunta: “como dizer?”. De que modo, por exemplo, Malafaia vai tratar a questão homossexual de maneira que seus interlocutores sintam-se impelidos a aderir ao seu discurso? Os dados internos são resultados do conhecimento que o sujeito falante tem dos destinatários: comportamentos, linguagem adotada, papéis linguageiros e qualquer outro dado que contribua para a construção de um discurso persuasivo. Esses dados são entendidos a partir de três espaços de comportamentos relativos à linguagem: espaço de locução, espaço de relação e espaço de tematização.

Como já vimos, no espaço de locução, o sujeito falante justifica o seu direito de poder se comunicar e assim, estabelece a sua autoridade sobre os interlocutores. Malafaia justifica a autoridade do seu discurso contra os direitos homossexuais a partir de duas posições sociais que ocupa: pastor teólogo e psicólogo.

Enquanto pastor teólogo deve conhecer os mandamentos divinos contidos nas Escrituras Sagradas. Muitos cristãos deveriam supor, portanto, que Malafaia é conhecedor da vontade divina para a humanidade, fala em nome de Deus e, como pastor pentecostal, está cheio da autoridade de Deus (CAMPOS JUINOR, 1995). Ao iniciar o seu discurso, Malafaia se refere à homossexualidade. Note que o pastor fala de “Revelação”. Em uma das perspectivas teológicas, “Revelação” significa que Deus conduz os agentes humanos a falarem, de modo que, os seus discursos têm autoridade de “Palavra de Deus” (HELMINIÁK, 1998, p. 19). É essa autoridade que Malafaia evoca ao abrir seu discurso.

O título de psicólogo também é usado por Malafaia para fundamentar a autoridade do seu discurso homofóbico. Em diversos momentos, ele busca demonstrar conhecimento do comportamento humano, inclusive do comportamento homossexual, que, segundo o pastor, por se tratar de algo exclusivamente comportamental, pode ser orientado à heterossexualidade. Malafaia usa o pensamento de Freud para amparar os seus discursos sobre a reorientação homossexual:

*[trecho 2 – 30/06/2013]Freud, tão venerado, tão ‘uh’, nas escolas, nos cursos de psicologia, nos seus compêndios, ele trata de uma mulher homossexual e descobre que ela é homossexual por sua relação com a figura do pai e reorienta. **Vamos jogar dos compêndios de Freud na fogueira da inquisição do Conselho Federal de Psicologia.** Isso é uma vergonha. Isso é uma vergonha. Ideologizaram o Conselho Federal [de Psicologia]. Não tem na a ver com ciência. As ciências humanas viraram ciências exatas.*

Quando mistura, ora autoridade religiosa, ora sua autoridade científica, Malafaia está se legitimando tanto em termos “divinos” quanto em termos “terrestres” e humanos. Malafaia esbravejou também contra o Conselho Federal de Psicologia (CFP), pois, em fevereiro deste ano, o CFP manifestou publicamente seu repúdio às declarações homofóbicas do pastor e reiterou que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio ou perversão. Ao propor uma reorientação da identidade homossexual, Malafaia fere a dignidade humana da pessoa homossexual, pois força-as a aderir um padrão sexual supostamente correto e ainda incita o ódio para com os homossexuais, já que sua performance na TV é marcada pela raiva.

No espaço de relação são definidas as identidades e os espaços de quem deve falar e quem deve receber a fala. São identidades construídas a partir das desigualdades na relação, sejam elas “de força ou de aliança, de exclusão ou de inclusão, de agressão ou de conveniência com o interlocutor” (CHARAUDEAU, 2009, p. 71).

Os discursos de Silas Malafaia são conhecidos não apenas por seus pontos polêmicos, mas também porque são proferidos aos gritos, seja no púlpito, seja na bancada do programa. Ao gritar, Malafaia se coloca em posição de superioridade e intimida os interlocutores.

“ [...] diz-se que a voz, com suas características de timbre, de entonação, de fluência e de acentuação, é reveladora do que comumente é chamado de ‘estado de espírito’ de quem fala, isto é, dos movimentos que perpassam sua afetividade, sua interioridade oculta ou pelo menos invisível, a imagem que faz de si mesmo (e eventualmente dos outros) e até sua posição social. Assim, o locutor poderá parecer autoritário ou humilde, poderoso ou frágil, emotivo ou senhor de si, emocionado ou frio[...]” (CHARAUDEAU, 2009, p. 106-107)

Os gritos de Malafaia não são o único elemento pelo qual ele estabelece com os seus receptores uma relação de desigualdade e, conseqüentemente, uma posição de dominação. Isso também acontece quando embasa a autoridade do seu discurso na sua formação acadêmica: teólogo e psicólogo. Ao fazer isso, Malafaia tenta construir a imagem de quem tem competência e credibilidade para deslegitimar a identidade homossexual.

Considerações finais

De acordo com o que foi apresentado no referencial teórico desta pesquisa e, sobretudo, nos aspectos verificados durante a análise do corpus, julgamos coerente afirmar que conseguimos êxito em nosso propósito de analisar a maneira como o pastor pentecostal Silas Malafaia constrói a identidade gay em seus discursos orais de opinião emitidos em seu programa de televisão Vitória em Cristo. Nessa empreitada, o pressuposto teórico de Charaudeau (2009), mais especificamente o seu contrato de comunicação e as variáveis possíveis que estabelecemos, permitiram identificar os artifícios discursivos do qual o pastor se vale para persuadir seu público.

Compreendemos que os discursos de Silas Malafaia são homofóbicos e, mais, disseminam o ódio e a violência. O pastor pentecostal demonstra hostilidade psicológica e social contra os indivíduos que sentem desejo ou mantêm práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo. Malafaia rejeita todos aqueles que não se conformam com o papel predeterminado para seu sexo biológico (inato, fixo e imutável). Numa sociedade pós-moderna que traz como marca identidades em permanentes mudanças, o comportamento do pastor é passível de análise não só do discurso, mas de outras áreas.

Esperamos que este trabalho inspire outras pesquisas e que promova discussões mais específicas sobre os diferentes discursos homofóbicos presentes na mídia brasileira. Quando não são alvo de chacotas ou associados a valores negativos de uma identidade sexual, os homossexuais, sua identidade e seus direitos são, muitas vezes, ignorados. Julgamos urgente que os profissionais de comunicação, independentemente do suporte em que atuam (tv, rádio, impresso, portais), estejam atentos para denunciar e corrigir um conjunto de práticas culturais e discursos que, ao transmitirem seus valores, fortalecem o preconceito e a discriminação contra gays e lésbicas.

Acreditamos, também, que este trabalho pode oferecer subsídios teóricos e práticos para combater a homofobia - que nada mais é do que uma ignorância que consiste em crer na supremacia da heterossexualidade - e para defender a democracia. A homofobia ameaça os valores democráticos de compreensão e respeito à dignidade humana, promove a desigualdade entre os indivíduos no sentido de valorização de um (o sujeito heterossexual) em detrimento do outro (o sujeito homossexual). Defendemos que o jornalismo tem o papel de preservar a dignidade e o valor da pessoa humana no contexto da comunicação. O Código de Ética da Associação Nacional de Jornais (ANJ) afirma em seus preceitos que o jornalista deve “defender os direitos do ser humano, os valores da democracia representativa e a livre iniciativa.” Concordando com isso, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros diz que é dever do jornalista: “opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos”.

Referências

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

CAMPOS JUNIOR, Luis de Castro. **Pentecostalismo**: Sentidos da Palavra Divina. São Paulo: Àtica, 1995.

----- **As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro**: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada. Revista USP, São Paulo, n. 67, p. 100-115, set./nov. 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

----- **Discurso Político**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

FERREIRA, Alves Ferreira. **Para entender a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau**. Revista Espaço Acadêmico. São Paulo, 2011, nº 127, pp. 12-18.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2011

LACLAU, Ernesto. **Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 2, vol. 1, out., 1986.

MARTINS, F. et al. (Orgs.). **Manual de comunicação LGBT**. Curitiba: Ajir, 2009.

MATOS, Aldari Souza de. **O movimento pentecostal**: reflexões a propósito do seu primeiro centenário. Fides Reformata, São Paulo, Ano 11, n. 2, p. 23-50, 2006.

MOTT, Luis. **ABC DAS PARADAS GAYS**: Cartilha com informações úteis de como potencializar as Paradas GLTBs. Disponível em: <http://www.abglt.org.br/port/parada-sabc.php>. Acessado em 19 de novembro de 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 12ª ed. Petrópoli, RJ: Vozes, 2012.

Links:

MALAFAIA, Silas. **Homossexualismo**: Parte 1. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=EYHLYM3MhqU>. Acessado em 04 de novembro de 2013.

MALAFAIA, Silas **Homossexualismo:** Parte 2. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Tb4DxlyBMg>. Acessado em 04 de novembro de 2013.

MALAFAIA, Silas. **Homossexualismo:** Parte 3. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=nCkUcw-dRIM>. Acessado em 04 de novembro de 2013.

MALAFAIA, Silas. **Vote Contra A Lei PL 122/2006.** Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=hQGKRqPwDRE>. Acessado em 05 de novembro de 2013.

MALAFAIA, Silas **Ativismo gay e as manifestações em todo o Brasil.** Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=QlqmbLZcozl>. Acessado em 05 de novembro de 2013.

MÚSICAS FAZEM APOLOGIA À PORNOGRAFIA DA VINGANÇA: UM DESSERVIÇO À LUTA DA IGUALDADE DE GÊNERO

Vivianne Albuquerque Pereira Cavalcante
Faculdade Pio Décimo – Aracaju
vialquerque@hotmail.com

Acácia Gardênia Santos Lelis
Universidade Tiradentes
aglelis@infonet.com.br

Resumo: O presente artigo visa a analisar o desserviço à luta da igualdade de gênero feito pelas músicas que enaltecem a pornografia da vingança, uma das formas atuais de violência contra a mulher. Essa forma de violência geralmente é utilizada pelo ex-parceiro, que se utiliza das mídias sociais para expor publicamente fotos e vídeos íntimos, obtidos em razão da relação de confiança existente entre ambos. Evidencia-se que algumas músicas na atualidade enaltecem esse comportamento violento, ao mostrar na pornô de revanche uma naturalização da exposição pública da mulher em sua intimidade, criando uma nova forma de submissão feminina nas suas relações interpessoais. Essa visão machista, retrógada e violenta é assim percebida como um desserviço à luta pela igualdade de gênero, que já alcançou grandes avanços, mas que a popularidade dos interpretes e do gênero musical, pode implicar na aceitação desse comportamento. Para a realização do presente estudo foi utilizado o método dialético, com uma abordagem qualitativa, através de pesquisa exploratória, que proporcionou aprofundamento do tema.

Palavras-Chave: Pornografia da Vingança; Gênero; Machismo; Violência.

1 Introdução

O presente estudo busca compreender o fenômeno da violência contra a mulher no contexto contemporâneo, através de uma nova modalidade de sua prática que é a Pornografia da Vingança. Não bastasse essa prática de violência de gênero presente na sociedade, praticada através das mídias sociais, a situação é agravada por sua naturalização veiculada por algumas músicas populares, que atingem grandes públicos. Apesar dessa modalidade de violência não ser tão recente, pois os primeiros casos noticiados datam dos anos de 1980, recentemente essa prática mostra-se muito mais frequente, ameaçadora, e de forma acentuada contra a mulher, denotando-se aí uma violência de gênero. Produto de uma construção histórica, a violência contra a mulher relaciona-se estritamente às discussões sobre gênero, relações de poder, classes, etnias, e vem, ao longo dos anos, diante das transformações sociais, moldando-se às experiências vividas por cada geração.

Constantemente são noticiadas publicações de fotos e vídeos pornô de pessoas, e na maioria dos casos de mulheres, que se mostram como uma vingança ou revanche pelo término do relacionamento. Percebe-se que o inconformismo pelo fim do relacionamento ou até mesmo a traição é concebido como autorizador de práticas violentas contra a mulher, seja contra sua integridade física, psíquica ou moral.

Essa conduta de revanche pornô recentemente foi tema de músicas nacionais, apresentada como um comportamento natural do homem após término do relacionamento. No decorrer desse trabalho, pretende-se compreender esse fenômeno como uma violência de gênero que se mostra como um desserviço ao movimento de igualdade de gênero, pelo grande alcance da propagação de ideias machistas.

2 Pornografia da vingança

A expressão “Pornografia de Vingança” equivale à *Revenge Porn* em inglês, também conhecida por “Pornografia de Revanche”, “Vingança Pornô” ou “Pornografia Não Consensual”,¹ é empregada, atualmente, para reportar às práticas de propalação de conteúdos audiovisuais (fotografias e vídeos) de pessoas

1 Existem outras denominações utilizadas, com menor frequência, para caracterizarem situações semelhantes: *sexting*, “vingança pornográfica”, *nudeselfies*, entre outras.

em situações de sexo ou nudez, sem o consentimento destas. Estes conteúdos podem ser obtidos sem o conhecimento da vítima, mas também com o conhecimento dela. Na grande maioria das vezes, a produção do material é feita em conjunto e consensualmente com a própria vítima quando das suas relações de intimidade com o agressor.

O primeiro caso de “Pornografia de Vingança” que repercutiu na mídia mundial ocorreu em 1980.² Aconteceu durante um acampamento, quando o casal americano LaJuan e Billy Wood fotografaram-se nus. Ao voltarem para casa, trataram de revelar o material e guardá-lo em seu quarto, num local que julgavam seguro. Algum tempo depois, um vizinho e amigo do casal, Steve Simpson, invadiu seu apartamento e encontrou as imagens de LaJuan nua, e resolveu enviá-las para uma revista especializada em publicação pornográfica para homens, a qual era composta por imagens de modelos não profissionais fornecidas pelos próprios leitores.

Para que as imagens fossem publicadas era necessário o preenchimento de um formulário, Simpson o fez com dados falsos, inclusive no que dizia respeito à sexualidade de LaJuan. Contudo, ao informar o número de telefone da vítima, divulgou seu contato verdadeiro, fato este que lhe gerou grande exposição após a publicação da revista, pois por diversas vezes recebeu ligações sendo assediada.³

No caso descrito, é preciso atentar que o responsável para o cometimento da “Pornografia de Vingança”, não foi o parceiro da vítima, mas outra pessoa com quem tinham vínculo de amizade.

Em meados dos anos 2000, o teórico Sergio Messina, através de pesquisa em grupos de fóruns da *UseNet*,⁴ constatou uma modalidade de divulgação pornográfica que denominou de *realcore*, que consistia de compartilhamento, entre usuários das redes, de material audiovisual cujo conteúdo era a exposição

2 TSOULIS-REAY, Alexa. **A brief history of revenge porn:** A few years ago, having your compromising photos fall into the wrong hands was a nightmare scenario. Now it’s a genre.. 2013. Disponível em: <http://nymag.com/news/features/sex/revenge-porn-2013-7/>. Acesso em: 10 nov. 2015.

3 GOMES, Marilise Mortágua. **“As Genis do século XXI”:** Análise de casos de pornografia de vingança através das redes sociais. Orientadora: Cristiane Henriques Costa. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

4 Grupo pioneiro em Comunicação através da Rede de Computadores

de ex-namorados. Já no ano de 2007, o termo *Revenge Porn* foi incluído em um popular dicionário dos Estados Unidos, o *Urban Dictionary*.^{5,6}

Em 2008, o portal de vídeo *XTube*, conhecido por agregar gravações pornográficas de todo o mundo, anunciou em seu perfil na internet que recebia, semanalmente, entre duas e três queixas de mulheres que tinham suas intimidades expostas naquele canal.⁷

No ano de 2010, ocorreu a primeira prisão pelo cometimento de “Pornografia de Vingança”. O caso aconteceu na Nova Zelândia. O jovem Joshua Ashby, à época com 20 anos, usou o perfil de uma rede social de sua namorada e publicou fotos em que a mesma aparecia desnuda, em seguida alterou a senha do perfil para que a vítima não pudesse excluir a imagem. Condenado à prisão, a pena foi estabelecida da seguinte forma: quatro meses pela divulgação da fotografia em espaço público, ao qual cerca de 500 milhões de usuários cadastrados à época poderiam ter acesso e seis meses por ameaçar e coagir a vítima através de mensagens de texto com conteúdo insultuoso.⁸

No mesmo ano, Hunter Moore, morador da Califórnia, colocou no ar um site que autorizava seus usuários a publicarem fotos de outras pessoas nuas, mais precisamente, os parceiros que desejassem vingar-se de seus ex parceiros. A grande maioria das vítimas eram mulheres. Além disso, divulgavam o perfil do Facebook da vítima junto à imagem. Com cerca de 30 mil visualizações mensais e arrecadação do montante de 10 mil dólares mensais, em 2012 o site foi retirado do ar e o seu criador foi preso⁹.

Na Flórida, em meados de 2013, foi elaborada a primeira proposta de criminalização da Pornografia de Vingança, seria este considerado um crime grave e seria punido com cinco anos de detenção em regime fechado. Apesar da

5 GOMES, Marilise Mortágua. “**As Genis do século XXI**”: Análise de casos de pornografia de vingança através das redes sociais. 2014. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://zonadigital.pacc.ufrj.br/wp-content/uploads/2014/02/Monografia-Marilise-Gomes-vers%C3%A3o-final.pdf>> Acesso em: 13 fev. 2016.

6 REVENGE PORN. In: **Urban Dictionary**. 2011. Disponível em: <<http://pt.urbandictionary.com/define.php?term=revenge%20porn>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

7 GOMES, op. cit.

8 GOMES, op. cit.

9 CANO, Rosa Jiménez (Brasil). EL PAÍS. **Rei do pornô vingativo é condenado a dois anos de prisão nos EUA**. 2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/05/internacional/1449298747_554805.html. Acesso em: 10 nov. 2015.

grande repercussão que o Projeto de Lei gerou, seus debates tiveram de ser suspensos, sem nenhum motivo aparente¹⁰.

Dos breves acontecimentos históricos suscitados, depreende-se que a prática da *Revenge Porn* é fato precedente ao surgimento da Internet, embora tenha sido assustadoramente difundido por ela.

No modelo de “Violência Pornográfica”, todos os gêneros são passíveis de vitimação. Não obstante, têm-se constatado que a volumosa maioria das vítimas são mulheres. No avanço de suas pesquisas, Franks¹¹ atesta que em cerca de 90% dos casos, são vítimas pessoas do gênero feminino.

Há um imperativo social que compele as mulheres ao retardamento sexual, obrigando-as ao estigma de recatadas e castas, enquanto ao sexo masculino é permitida a sexualidade plena, sendo, inclusive, causa de vanglória entre seus pares.

Consoante esta situação, Franks¹² afirma ser a mulher a principal vítima dessa nova modalidade de violência, a qual, além da exposição e constrangimento sofridos quando da divulgação de sua imagem, os danos à honra sofridos são imperiosamente maiores que aqueles sofridos pelos homens, pois o olhar cultural da sociedade tende a culpar a vítima que compartilha suas imagens, protegendo o agressor e impedindo a sua punição.

3 A marginalização da sexualidade feminina

Desde a infância, enquanto os meninos são educados para o uso da força física, valorização da agressividade, ações de dominação e realização, ainda precoce, de sua vida sexual, as meninas são conduzidas pelo caminho da submissão, passividade e sentimentalismo, a sua valorização está diretamente ligada à feminilidade, dependência e capacidade de sedução.

A vida sexual da mulher é percebida socialmente de forma diferente da vida sexual do homem. Para Beauvoir (1970) o órgão sexual masculino funciona como uma espécie de alter-ego, garantindo ao menino certa demonstração de autonomia: o menino mede o comprimento do seu pênis, compara com o de seus colegas a força do jato urinário. A menina, no entanto, não se vê encarnada

10 GOMES, op, cit.

11 FRANKS, op. cit., p. 9

12 FRANKS, op. cit., p. 13

em nenhuma parte de seu corpo, pois seu alter-ego é, segundo Beauvoir (1970), um objeto estranho: a boneca.

Ressalta Beauvoir que:

A civilização patriarcal votou a mulher à castidade; reconhece-se mais ou menos abertamente ao homem o direito a satisfazer seus desejos sexuais ao passo que a mulher é confinada ao casamento: para ela, o ato carnal, em não sendo santificado pelo código, pelo sacramento, é a falta, queda, derrota, fraqueza; ela tem o dever de defender sua virtude, sua honra; se ‘cede’, se ‘cai’, suscita o desprezo; ao passo que até na censura que se inflige ao seu vencedor há admiração. (BEAUVOIR, 1970, p. 112)

A sexualidade feminina só é admitida no âmbito no espaço íntimo, sob pena de recriminação social, enquanto que ao homem é admitida uma exposição pública, sem qualquer pudor. Esse entendimento é manifestado por Beauvoir, ao afirmar que,

Na boca do homem o epíteto fêmea soa como um insulto; no entanto, ele mesmo não se envergonha da sua animalidade, sente-se antes orgulhoso se lhe chamam macho”. O termo “fêmea” é pejorativo, não porque enraíza a mulher na Natureza, mas porque a confina no seu sexo (BEAUVOIR, 1970, p. 25)

Essa condição de inferioridade é vista por Pierre de Bourdieu como uma questão biológica,

A divisão entre os sexos parece estar –na ordem das coisas–, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas –sexuadas–), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 2002, p. 15)

Essa marginalização da sexualidade da mulher, fez surgir uma nova forma de violência de Gênero, em decorrência do uso da liberdade e autonomia do corpo, contrário ao comportamento de recato socialmente prestabelecido à mulher. Isto porque, décadas atrás, o “macho” quando desafiado, rejeitado ou inconformado fazia uso da violência física para se autoafirmar, hoje, reage com a violência simbólica ao expor cenas da mulher em público.¹³

4 Músicas que enaltecem a pornografia da revanche

Ante as relações de poder que punham a figura feminina em uma situação de vulnerabilidade e inferioridade, é que eclodiram os primeiros movimentos em defesa da mulher, mais precisamente nos anos 80, do século XX, quando surgiram as noções teóricas iniciais sobre desigualdade de gênero. Os constantes estudos desenvolvidos nas academias e pela Militância Feminista da época, como afirma Grossi (1994) enfatizavam que não eram as diferenças biológicas entre mulheres e homens que fomentavam a violência de gênero contra a mulher, mas os papéis que cada um deles ocupava em uma sociedade de cultura essencialmente patriarcal.

Não é recente a ideia alimentada por obras musicais da imposição de recato social à mulher. A famosa frase atribuída a autoria a Nelson Rodrigues, “A mulher ideal deve ser dama na mesa e puta na cama”, já enaltecia a essa exigência.

No entanto, duas obras musicais contemporâneas também enaltecem essa exigência, ao apresentar a pornografia da vingança como temas de suas letras, são elas a “Vou jogar na internet” de Nandinho Lacoste e Mc Kalzin, interpretada por Mc Mateus e a outra é a de Max e Mariano, denominada “Eu vou jogar na internet”.

A primeira música possui a seguinte letra:

Vou jogar na net, Vou jogar na net
Peguei minha prima beijando um moleque
Vou jogar na net, Vou jogar na net
Peguei minha prima beijando um moleque

13 SERRANO, Pedro Estevam. Intimidade na internet e a violência contra a mulher. **Carta Capital**, 02/12/2013. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/intimidade-na-internet-e-a-violencia-contra-a-mulher-5565.html>. Acesso em: 04. nov. 2015.

Já tô ligado na dela, eu sei que ela é danada
ela tá enganando todo mundo lá de casa
tem maior marra de santa, vai de tarde, noite e dia se não beijar o
primo eu vou falar pra minha tia
já filmei no meu Iphone e passei pro meu Ipad
vou botar no youtube você beijando um moleque
Vou jogar na net, Vou jogar na net
Peguei minha prima beijando um moleque
Vou jogar na net, Vou jogar na net
Peguei minha prima beijando um moleque.

A música retrata a intenção de um primo denunciar a conduta de sua prima por ter beijado um garoto. A música recrimina a conduta social da menina, e ainda evidencia a repressão sexual feminina.

Essa música retrata uma forma de violência de gênero, não muito percebida, uma vez que essa não causou tanta repercussão social. No entanto, essa não foi a mesma sorte da segunda música. A música de Max e Mariano, uma dupla sertaneja Goiânia, denominada “Eu vou jogar na internet”, tem a seguinte letra:

*Eu vou jogar na internet
Nem que você me processe,
Eu quero ver a sua cara
Quando alguém te mostrar;
Quero ver você dizer que não me conhece.
Você mente que nem sente;
Semana passada mesmo, a gente ficou
Sem que você percebesse,
Eu gravei de nós um vídeo de amor.*

A dupla lançou a música através de um vídeo exibido no youtube, que evidencia uma conduta de vingança, prometendo jogar na internet, um vídeo íntimo do casal. O vídeo de lançamento exibido nas redes sociais, mostra de forma clara não só a promessa de vingança, mas também ensina como gravar o vídeo.

Após seu lançamento grande foi a repercussão reprovando o conteúdo do vídeo, e a atitude machista enaltecida no clipe musical. A exibição durou pouco mais de 24 horas, sendo retirada do ar pela produtora musical Criar Studio.

Após a repercussão negativa do vídeo, o site oficial da dupla divulgou a seguinte nota:

Nota de Esclarecimento:

Em virtude da grande repercussão que teve a divulgação de nosso primeiro clipe na internet e em consequência de muitas rejeições, resolvemos tirar do ar nosso vídeo de divulgação da música “EU VOU JOGAR NA INTERNET”.

O nosso intuito mostrando a nova música é relatar um momento vivido nos dias de hoje pela sociedade e jamais fazer qualquer tipo de apologia ao “revenge porn”. Nossas sinceras desculpas!

Nunca imaginávamos que isso aconteceria, nunca passou pela nossa cabeça tamanha proporção e negatividade, não somos a favor de revenge porn, e estamos a total dispor para esclarecimentos. (MAX E MARIANO, 2015)

Sem dúvida a letras das duas músicas trazem conteúdo machista e enaltecem o comportamento violento, estimulando uma conduta, que mesmo que não se enquadre em um tipo penal, é moralmente reprovável.

5 Os danos causados às vítimas

Os danos causados às vítimas da “Pornografia de Revanche” são imensuráveis e decorrem das extremas relações de confiança interrompidas pela conduta do agressor. Por essa acepção, diz Frank¹⁴, entre outras coisas, ser a “Pornografia de Vingança” mais uma modalidade substancial da violência doméstica, visto que o grande número de casos ocorre por ser o agressor o companheiro da vítima. São eles parceiros íntimos e afetivos, com os quais a vítima estabelece vínculos de confiança, divide suas experiências sexuais e mantém relacionamento estável. Permitir-se fotografar, neste sentido, seria uma liberalidade do casal, o consenso na captação da imagem não seria permissivo à sua divulgação.

14 FRANKS, op. cit., p. 16

Para Franks¹⁵, o parceiro que utiliza o artifício da “Pornografia de Revanche”, busca muito mais que a simples exposição da vítima. Pretende promover humilhações, obrigá-la ao relacionamento, já que o material é usado, sobretudo, para favorecer chantagens e ameaças.

No Brasil, essa conduta ganhou significativa notoriedade quando expôs a atriz Carolina Dieckmann¹⁶. A repercussão do caso fez surgir a Lei nº 12.737 de 2012, que leva seu nome, por apelido. É preciso destacar, contudo, que o fato de existir a mencionada lei, não é suficiente para a punição daquele que comete a “Pornografia de Vingança”, primeiro por não ser esta uma conduta tipificada como crime, bem como por não tratar o diploma legal da conduta específica, mas sim daqueles que invadem dispositivos informáticos, interrompem serviços telegráficos e falsificam cartões. Estas situações, dificilmente, serão compatíveis com a conduta característica da “Vingança Pornô”.

6 O desserviço das musicas à igualdade de genero

Em tempos de ampla popularização da tecnologia, abre-se caminho para mais um ambiente de hostilidades contra a mulher. Em decorrência da velocidade com que as mensagens de texto e audiovisuais chegam a um indeterminado número de pessoas, disse Louis Rossetto¹⁷ fundador da revista Wired, em 1997:

O planeta estará todo interligado em rede, haverá um bilhão de cérebros conectados e teremos um impacto profundo nos seres humanos e no planeta – um impacto como nunca visto antes. Os computadores são dispositivos cerebrais e as redes são sistemas exonervosos que conectam a raça humana como um todo em tempo real e que geram consciência humana em escala planetária. Tudo que estou dizendo é: observem bem isso, prestem atenção aos sinais do futuro. Pensem em como isso vai afetá-los em sua vida.

15 FRANKS, op. cit.

16 No ano de 2011, a atriz brasileira Carolina Dieckmann teve fotos pessoais divulgadas por anônimos que acessaram seu computador. O caso originou a lei 12.737/2012 (Lei Carolina Dieckmann), responsável por tipificar os chamados crimes informáticos.

17 Cf. PEREIRA, Ricardo Alcântara. Breve Introdução ao mundo digital. In: BLUM, Renato Opice [coord.] **Direito eletrônico**. São Paulo: EDIPRO, 2001, p.34.

Ocorre, contudo, que as pessoas não são educadas para lidar com esse mecanismo de comunicação mundial. O fácil acesso, a possibilidade do anônimo, a velocidade da divulgação de informações, entre outras situações, fazem com que a internet e as mídias sociais sejam campos férteis a uma nova modalidade de violência contra a mulher: a chamada “Pornografia de Vingança”, também conhecida por *Revenge Porn* ou “Pornografia de Revanche”.

A revanche pornográfica não é percebida por uma grande parte da população como violência. O que é evidenciado pelo agressor é a conduta “amoral” da mulher contrário aos princípios éticos e morais preestabelecidos socialmente. A publicidade de vídeos e fotos torna-se um espetáculo público que tem como objetivo principal reprovar a conduta moral da mulher. O tom sensacionalista da conduta reprovável da mulher é enaltecida pelas obras musicais que deixa passar despercebida a naturalização da conduta do agressor.

Essa naturalização da violência é um desserviço a busca da igualdade de gênero, uma vez que as obras musicais têm grande poder de assimilação da mensagem, que possibilitará a reprodução de comportamento.

Essa influência da música no comportamento humano é traduzida no dizer de Platão, ao afirmar que:

Platão e Aristóteles estavam de acordo em que era possível produzir pessoas “boas” mediante um sistema público de educação cujos dois elementos fundamentais eram a ginástica e a música, visando a primeira a disciplina do corpo e a segunda a do espírito. (GROUT & PALISCA, 2005, p. 21)

A influência da música no comportamento humano é assim de grande relevância, não só por atingir um número elevado de pessoas, mas também pela interferência comportamental.

7 Conclusão

As disparidades impostas culturalmente aos gêneros foram realçadas através da dominação patriarcal que delimitou padrões de comportamento, principalmente no que concerne às questões de sexualidade dos sujeitos.

A “Pornografia de Vingança” surgiu num contexto de inovações tecnológicas e possibilidades de comunicação instantânea entre os pares, abrindo caminhos para a criação de mais um ambiente de hostilidades contra a mulher.

Arelado à cultura patriarcal, esse fenômeno do século XXI encontrou sua base no histórico de violência contra a mulher, intensamente vivido ao longo de todos esses anos.

Abordar a violência de gênero é e sempre será um desafio, posto que a cada momento surgem situações que renovam o ciclo de propagação da violência. Analisar a realidade das mulheres vitimadas, ouvir seus depoimentos e perceber a dimensão que ganhou este debate reforça a necessidade de um aparato legislativo que ampare as vítimas e penalize rigorosamente seus agressores.

Por essa razão, conclui-se que as músicas que enaltecem a cultura de violência de gênero exercem uma influência negativa, prestando um desserviço à sociedade. Faz-se mister estimular produção musical que cumpra um papel educativo e humanitário, no intuito de exercer sua função social.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo – Fatos e mitos**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.

BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins;

ANDREUCCI, Ana Claudia Pompeu Torezan. **Mulher, sociedade e direitos humanos**. São Paulo: Rideel, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 160 p.

CANO, Rosa Jiménez (Brasil). EL PAÍS. **Rei do pornô vingativo é condenado a dois anos de prisão nos EUA**. 2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/05/internacional/1449298747_554805.html. Acesso em: 10/11/2015

FRANKS, Mary Anne. **Drafting na effective “revenge porn” law**. A guide for legislations, 2015. Disponível em: < <http://www.endrevengeporn.org/guide-to-legislations/>>. Acesso em 01 de out. 2015.

GOMES, Marilise Mortágua. **“As Genis do século XXI”**: Análise de casos de pornografia de vingança através das redes sociais. (2014) Monografia Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2014. Disponível em: < <http://zonadigital.pacc.ufrj.br/wp-content/uploads/>

2014/02/Monografia-Marilise-Gomes-vers%C3%A3o-final.pdf> Acesso em: 13 fev. 2016.

GROSSI, Miriam Pillar et al. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. Especial, n. 2, p. 473-474. Julho/1994. Semestral. Disponível em: <<http://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/16179-49803-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

GROUT, Donald, PALISCA, Claude V. **História da Música Ocidental**. Lisboa: Gradiva, 2005.

LACOSTE, Nandinho. **Vou jogar na internet (2015)**. Execução Mc Kalzin.. Disponível em <http://www.vagalume.com.br/mc-mateus/vou-jogar-na-net.html>. Data de acesso 16 de abril de 2016.

LIMA, José Afonso de; SANTOS, Claudiene. **Violência doméstica: vulnerabilidade e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

MÃE DE JOVEM achada morta após vídeo íntimo reclama de ‘violação’. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2013/11/mae-de-jovem-achada-morta-apos-video-intimo-reclama-de-violacao.html>. Acesso em: 15 nov. 2015.

MAX; MARIANO. **Eu vou jogar na internet**. Disponível em <http://www.maxemariano.com.br/#musicas>. Acesso em 16 de abril de 2016.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes . **Cadernos Pagu**, Campinas (SP): UNICAMP, v. 1, p. 201-248, 2014.

‘NÃO TENHO mais vida’, diz Fran sobre vídeo íntimo compartilhado na web. 17.11. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/11/nao-tenho-mais-vida-diz-fran-sobre-video-intimo-compartilhado-na-web.html>. Acesso em: 15 nov. 2015.

NASCIMENTO, Maria Lucidalva. Violência doméstica e sexual contra as mulheres. **Psiquweb**. Disponível em< <http://www.elacso.org>. Revisto em 2000. Acesso em 20 nov. 2015.

NÚMERO de denúncias de revenge porn quadruplicou em dois anos; Vítimas nas escolas têm entre 13 e 15 anos. 06/07/20015. **Estadão Conteúdo com Huffpost Brasil**. Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/2015/07/06/revenge-porn-dados_n_7734660.html>. Acesso em: 25 fev. 2016.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, “Convenção de Belém do Pará”**. Adotada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994, no Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral. Disponível em: <<http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

PARADA, Marília. **Cartilha sobre a violência contra a mulher**. Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Seção de São Paulo. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/comissoes2010/mulher-advogada/cartilhas/cartilha_violencia_contramulher.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2016.

PEREIRA, Ricardo Alcântara. Breve Introdução ao mundo digital. In: BLUM, Renato Opice [coord.] **Direito eletrônico**. São Paulo: EDIPRO, 2001.

PESSOA, Adélia Moreira. Violação da intimidade e violência contra a mulher. 2015. **EVOCATTI Revista**. [on-line] Disponível em: <http://www.evocati.com.br/evocati/internawsp?tmp_page=interna&tmp_codigo=635&tmp_secao=12&tmp_topico=direitocivil&wi.redirect=N025PE009HPOYXYHIW6A> Acesso em: 16 nov.2015.

REVENGE PORN. In: **Urban Dictionary**. 2011. Disponível em: <<http://pt.urbandictionary.com/define.php?term=revenge%20porn>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

RUBIN, Gayle. Thinking Sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: NARDI, P.; SCHNEIDER, B. **Social perspectives in lesbian and gay studies**. London: Routledge, 1998.

SENADO FEDERAL. Projeto de Lei do Senado nº 63 de 2015. Acrescenta artigo ao Código Penal, tipificando a conduta de divulgar fotos ou vídeos com cena de nudez ou ato sexual sem autorização da vítima e dá outras providências. Disponível em: <

<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/119844>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

SERRANO, Pedro Estevam. Intimidade na internet e a violência contra a mulher. **Carta Capital**, 02/12/2013. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/intimidade-na-internet-e-a-violencia-contra-a-mulher-5565.html>. Acesso em: 04. nov. 2015.

TSOULIS-REAY, Alexa. **A brief history of revenge porn**: A few years ago, having your compromising photos fall into the wrong hands was a nightmare scenario. Now it's a genre.. 2013. Disponível em: <http://nymag.com/news/features/sex/revenge-porn-2013-7/>. Acesso em: 10 nov. 2015.

WARREN, S.D.; BRANDEIS, L.D. The right to privacy. **Harvard Law Review**, v.4, n.5, Dec.1890. Disponível em: < <http://faculty.uml.edu/sgallagher/Brandeisprivacy.htm> >. Acesso em: 24 nov. 2015.

GÊNERO, LITERATURA E LINGUÍSTICA



GT 06

O VERBO E A CARNE: APRECIÇÃO DA LINGUAGEM E A REPRESENTAÇÃO DO CORPO NO POEMA “BRANCA DE NEVE”, DE ADÉLIA PRADO

Adriana Minervina da Silva
adriana-letras@hotmail.com

Renata Pimentel Teixeira (orientadora).
Universidade Federal Rural de Pernambuco
renatapimentel@gmail.com.

Resumo

Este estudo trata-se de uma análise do poema “Branca de Neve”, de Adélia Prado, destacando os aspectos referidos especificamente a elaboração de sua linguagem poética e a representação do corpo. Propomos uma leitura guiada pela perspectiva da construção da identidade de gênero, pois o poema trata de diversos aspectos relacionados à construção simbólica da mulher, seu lugar no mundo e a sua identidade fragmentada, múltipla, plural e inconclusa. Quanto à linguagem do poema, consideremos que os muitos paradoxos e antíteses, bem como as referências, inclusive a outros personagens da literatura brasileira e também universal, como sugerido pelo título, compõe a grandiosidade do poema, com simplicidade e leveza próprias da linguagem da autora. Consideramos, desse modo, que a literatura promove uma reflexão sobre a construção da identidade de gênero, quebrando estereótipos e possibilitando uma leitura mais ampla da categoria de gênero.

Palavras-chave: Linguagem poética, representação do corpo, identidade de gênero.

Introdução

A autora Adélia Prado nasceu em Divinópolis, Minas Gerais, em 13 de dezembro de 1935. Sua obra poética é permeada por temas como o mistério, o erotismo, o cotidiano, a condição da mulher, a morte, a orfandade e a forte presença de elementos religiosos ligados à tradição cristã católica.

Segundo Souza (2011, p.13) é de suma importância para a compreensão da obra do autor ampliar as informações biográficas sobre ele, pois tais informações são dotadas tanto de valor documental quanto literário. Percebemos que o biográfico tem forte influência na obra da escritora de tal forma que faz de sua poesia uma extensão de si mesma.

Assim, a vida e obra da autora confundem-se em sua escrita significativamente singela e rica, proporcionando ao leitor o deleite da beleza poética de suas palavras e a profundidade de suas reflexões. Com isso, a proposta desse estudo é analisar a linguagem poética e a representação do corpo no poema “Branca de Neve”, de Adélia Prado, a fim de refletir sobre a sua elaboração poética e construção da identidade de gênero feminina propostas no poema.

Adélia Prado: poesia e vida: Sobre a obra poética de Adélia Prado, Araújo afirma que:

Adélia Prado é um sujeito lírico feminino que se autorrepresenta. Há, em sua obra, um entendimento da expressividade da vida cotidiana da mulher. A poetisa pinta um retrato realista que sugere as limitações inerentes à figura feminina, por meio do qual desconstrói os mitos patriarcais estabelecidos, principalmente os relacionados ao amor, ao casamento, e ao papel prescrito para a mulher madura. (ARAÚJO, 2008, p. 5).

Essa “mulher madura” aparece autorrepresentada em seus poemas, pois a autora traz também uma abordagem metafísica e filosófica, com constantes questionamentos sobre a condição e representação da mulher.

Adélia Prado começou a escrever ainda muito jovem, entre 14 e 15 anos, logo após o falecimento de sua mãe. O sentimento de orfandade fez-se poesia, e a autora o potencializa em sua palavra e em suas representações poéticas, cantando também outros temas, como a rotina simples da mulher dona de casa. Sobre isso, Leavit (2002) apud Santana (2011) afirma que:

Adélia Prado desafiou o modelo literário vigente com uma manifestação poética singular ao lançar mão da linguagem coloquial e de temática ligada ao dia a dia, principalmente, ao falar do doméstico. (p. 70).

A presença de temas do cotidiano faz a diferença e são característicos da obra poética de Adélia. Além disso, podemos afirmar que a experiência poética dela, portanto, deu-se a partir das perdas que foram significativamente marcantes para a autora.

Mesmo tendo começado a escrever cedo, Adélia Prado publica o seu primeiro livro somente aos 40 anos de idade, em 1976. “Bagagem”, seu primeiro livro foi lançado no Rio de Janeiro sob o apadrinhamento de Carlos Drummond de Andrade e tendo Affonso Romano de Sant’Anna como mediador da publicação, pois foi Sant’Anna quem primeiro apresentou a obra poética de Adélia a Drummond.

Em 1978 ela publica “Coração disparado” e consegue reconhecimento ganhando o prêmio Jabuti de poesia. A partir de então publica tanto na prosa, quanto na poesia e ainda textos dramáticos, ganhando maturidade no corpo, na alma e na palavra.

Uma característica muito marcante e emblemática da obra poética de Adélia Prado é a presença da religiosidade. Sobre os principais temas que permeiam a sua obra, Nicolitto (2004) afirma que:

A obra poética de Adélia está entre o cotidiano, o religioso e o erotismo. Para ela, a poesia é vital e ela é a escolhida para a tarefa da escrita. Ela resgata a condição feminina e o cotidiano das mulheres em seus acontecimentos domésticos, principalmente na religiosidade. (NICOLITTO, 2004, p.32).

Percebemos a presença de termos, elementos e referências bíblicas ao longo de seus poemas. Para a autora, a experiência religiosa e a experiência poética são uma coisa só. Assim, Deus é pura poesia e assim como Ele nos salva dos males e nos traspõe para outra vida, a vida eterna, por meio do estado de graça, assim acontece também com a poesia.

Porém, Nicolitto afirma ainda que “A religiosidade em Adélia Prado transita entre o lírico e o irônico.” (NICOLITTO, 2004, p. 28). Portanto, é comum encontrarmos, em seus poemas, visões binárias de Deus, ora sendo exaltado,

ora sendo criticado e questionado. A autora não reproduz meros dogmas, mas problematiza e representa o divino de acordo com o seu contexto de produção.

A poesia, para a autora é a “revelação do real”, que nos ajuda a enxergar de outro modo, tirando-nos da cegueira. Para Octavio Paz

O poema é algo que está mais além da linguagem. Mas isso que está mais além da linguagem só pode ser conseguido através da linguagem. (PAZ, 1982, p. 27).

A linguagem em suas poesias é primorosa, há uma grande preocupação com a precisão da palavra. Ela costuma brincar com a sintaxe, mudando as classes gramaticais das palavras em seus poemas.

O brincar com a linguagem é mais uma prova da transcendência da poesia, que nos tira de um lugar e leva a outro e transcende as palavras e seus significados. Octavio Paz (1990), nos diz que

Cada nueva obra poética desafía a la comprensión y al gusto del público; para gozarla, el lector debe aprender su vocabulario y asimilar su sintaxis. (PAZ, 1990, p. 214).

Isso é perceptível nos poemas que compõe a obra “Miserere”, publicada em 2013. O primor da palavra e a representação do corpo são privilegiados ao longo de toda a obra.

“Miserere” é dividido em 4 capítulos, Sarau, Miserere, Pomar e Aluvião, tendo uma epígrafe, geralmente um versículo bíblico antes de cada capítulo. São 38 poemas de temas variados com fortes traços que os unem entre si: a religiosidade, o erotismo e o cuidado com a palavra. A obra foi publicada em um período já de grande maturidade literária da autora, período em que, segundo ela “sua lanterna é mais potente, polida pela idade e pela experiência”, que agora se aproxima dos 80 anos, sendo escritora, professora e mãe de cinco filhos.

O título da obra, “Miserere”, é oriundo da expressão latina “Miserere nobis” (Tende piedade de nós), da liturgia católica, referente ao Salmo 50/51. Esse título já tinha sido usado anteriormente por Adélia Prado em um poema de 1978. Para ela, ele simboliza bem o sentimento que ela traduz como “um pedido de socorro”.

Para Octavio Paz, (1982, p.15), “A poesia é conhecimento, salvação, poder, abandono”. É ainda oração, experiência e presença. Ele afirma que: “La lectura de un poema conecta al lector con una zona transpersonal y, en el sentido

recto de la palabra, imensa”(PAZ, 1990, p. 209). Percebemos a imensidão das palavras que compõe seus poemas. Todos esses elementos podem ser encontrados na obra poética da autora.

Metodologia

A pesquisa é bibliográfica, cujo intuito é o aprofundamento e a ampliação dos conceitos a serem mobilizados na análise do texto literário, neste caso, o poema “Branca de Neve”, de Adélia Prado, com o auxílio do referencial teórico.

Discussão e resultados: Uma Branca de Neve diferente: Em “Branca de Neve”, o eu lírico tem consciência de seu espaço do lugar que ocupa no mundo: “Caibo melhor no mundo / se me dou conta do que julgava impossível”. O poema tem grande elaboração poética e é repleto de referências, rico em intertextualidades, revelando o caráter culto da autora. Já de início em : “Nem todo alemão conhece Mozart”, ela traz o músico que é considerado ícone, um dos mais importantes músicos do mundo e ainda reitera que “cada país tem o seu universal”. Ou seja, basta uma figura em comum, para que toda uma nação ou povo se reconheça enquanto nação ou povo.

No trecho: “Com os russos me sinto em casa”, podemos compreender a comparação da poetisa com o povo russo, apreciado por sua cultura e grandes obras literárias de autores como Tolstoi e Dostoievski. Além disso, na formação de identidade desse povo estão as influências do cristianismo ortodoxo e de etnia multiétnico, assim como o Brasil, misturado, miscigenado. O jagunço Riobaldo, personagem da célebre obra “Grande Sertão: veredas”, de Guimarães Rosa também foi contemplado no poema. Isso nos remete ao fato de a autora ser uma provável leitora de tal obra, de onde pode ter surgido a referência.

No poema, “o jagunço Riobaldo que sabe do mundo todo / E tem Minas Gerais na palma de sua mão”, a referência a sua terra natal, não é gratuita. Assim como Adélia Prado, Guimarães Rosa é mineiro e a ambientação do romance também se dá em Minas Gerais. Tal ambiente toma dimensões universais, como se o Estado de Minas fosse o mundo inteiro. Quem é de lá e conhece o lugar, certamente tem a cidade em suas mãos. Do mesmo modo em que Guimarães Rosa universaliza o sertão em sua obra, Minas Gerais é universalizada no poema.

A obra “Grande Sertão: veredas” é conhecida e reconhecida mundialmente pela extensão do texto, mais de 600 páginas e também pelo caráter inovador de sua linguagem. Rosa tem o hábito de utilizar-se de neologismos, reinventando a sintaxe em sua obra.

Adélia Prado também costuma brincar com a linguagem, deslocando o seu sentido e ampliando-o a partir de sua elaboração na composição dos versos. Para Octavio Paz, “o poema não é uma forma literária, mas o lugar de encontro entre a poesia e o homem” (PAZ, 1982, p. 17). Adélia transcende tais sentidos com as referências que ela apresenta em seus poemas, fazendo com que o leitor se “encontre” e “se veja” nos poemas dela.

Um exemplo prático de tal elaboração na linguagem da autora é o verso seguinte do poema: “Fico hiperbólica para chegar mais perto.” A hipérbole é classificada como uma figura de linguagem que consiste em causar um exagero proposital. No poema, ela é transformada em adjetivo, caracterizando a voz que fala no poema. Para Octavio Paz, “O grande poeta é aquele que transcende os sentidos de sua linguagem” (PAZ, 1982, p. 27). Adélia consegue essa transcendência pela linguagem para além do que se pode imaginar.

No trecho “Geração perversa, raça de víboras”, temos uma referência ao evangelho de Lucas 9:41, onde Jesus se lamenta da incredulidade do povo de sua época. No poema, questiona-se se essa expressão não seria um exagero do Cristo. Afinal, atualizando a linguagem bíblica, essa geração perversa e de víboras somos todos nós, seres humanos. Jesus ao se decepcionar com o povo torna-se duro em seus adjetivos “para vaziar sua raiva”. Sendo dessa forma, seria ele, realmente, amor, justiça e plenitude, conforme está escrito na Bíblia?

Em seguida, a citação sobre os escribas e os fariseus, remonta-nos, mais uma vez, para a Bíblia. Continuando o trecho em que fala de Jesus, se comenta: “Escribas e fariseus o tiravam do sério./ Mas todos eles? Todos?” Sabe-se que os escribas e fariseus eram povos excluídos pela sociedade da época. Os escribas eram povos considerados intelectuais, interpretavam e ensinavam as leis de Moisés.

Os fariseus eram de classe social intermediária e seu maior pecado eram prezar excessivamente pelas tradições, colocando-as acima da Palavra de Deus. Esses povos, segundo o poema, tiravam Jesus do sério, porque representavam uma classe de pecadores, pessoas que desrespeitavam a Deus. Por causa disso, eles não eram bem aceitos. Tal rejeição é também questionada no poema, “Mas todos eles?”

No poema, se reconhece a linguagem do corpo, possível de ser entendida através de seus alarmes: “O corpo quer existir, / dá alarmes constrangedores.” O corpo é representado em sua dimensão física comportamental, erotizado no consciente e inconsciente. Os alarmes do corpo nos mostram que estamos vivos e que o corpo tem suas necessidades. Mas o corpo, assim como o gênero,

não é algo pronto e acabado. Ele é mutável e plural de acordo com a necessidade de reconhecimento de cada indivíduo.

Segundo Butler (2003, p. 27), “o corpo é em si mesmo uma construção, assim como o é a miríade de ‘corpos’ que constitui o domínio dos sujeitos com marcas de gênero”. Sendo uma construção, ele está em constante mudança, buscando a autoafirmação de identidade do sujeito.

Sobre a representação do erotismo na obra de Adélia Prado, Araújo nos afirma que:

A poetisa dá margem à fala autobiográfica com ênfase na livre apreensão do desejo, do corpo erotizado. Seu tom desavergonhado, rompeu com a fala tradicional das poetisas anteriores e chamou logo a atenção da crítica. Sua poesia traduz uma feminilidade exuberante, marcada por um discurso de assunção, e, até, mesmo, de promoção da condição do ser mulher. Ela expõe com contundência e entrega a condição feminina, numa intensa mescla de erotismo e religiosidade. (ARAÚJO, 2008, p. 5).

Essa mescla de erotismo e religiosidade é bastante comum ao longo da obra “Miserere”. Tais características também podem ser percebidas nos poemas “Inconcluso”, “Quarto de costura” e “Humano”, por exemplo. Nesses poemas, assim como em “Branca de Neve”, o corpo erotizado é bastante valorizado, quase sempre por uma abordagem que também contempla o divino.

Quanto à sexualidade do corpo feminino, Leavit (2002) apud Santana (2011, p. 70) “Adélia Prado aceita abertamente a sexualidade feminina, e esta sexualidade possui dimensão espiritual em sua obra poética”. É comum a relação da condição feminina com desconstruções e quebras de estereótipos femininos. Ela também costuma transitar no campo filosófico para promover reflexões e provocar questionamentos.

Voltando ao poema, ao afirmar “Me inclino aos apócrifos como quem cava tesouros”, a referência é sobre os textos bíblicos considerados apócrifos, duvidosos ou falsos, principalmente os livros, cuja autenticidade não foi comprovada. O simples ato da busca pelo saber é filosófico e persiste na sociedade desde o início das civilizações. É próprio do ser humano ter dúvidas, ter necessidade de conhecimento. Debruçar-se sobre os apócrifos como quem cava tesouros pode ser interpretado como uma forma de buscar o conhecimento em todos os âmbitos seja da ciência ou da religião.

No poema, também afirma-se que as gentilezas de Deus não são “doçuras”, fazendo relações com trecho anterior do poema, pode-se compreender que seria por causa da gênese da verdade: O verdadeiro é sujo / destinadamente sujo. Pode-se inferir que talvez a verdade não sendo agradável como muitas vezes se espera, pode ser considerada suja. Mas nada precisa ser acabado, pode ser construído, e pode-se mudar de condição e comportamento.

Sendo medrosa “graças a Deus”, no poema a poeta afirma que “o instinto de sobrevivência a torna a língua gentil.” A poeta se utiliza da sua língua para expressar seus sentimentos e para promover reflexões metafísicas e filosóficas, conforme podemos perceber ao longo de todo o poema. E Adélia o consegue com muita sabedoria, experiência e maturidade em sua palavra poética, movimentando o mundo dos sentidos. Para Paz

O mundo do homem é o mundo do sentido. Tolera a ambiguidade, a contradição, a loucura ou a confusão, não a carência de sentido. (PAZ, 1982, p. 23).

Portanto, é próprio do ser humano essa busca e necessidade de sentidos, ressignificando sua existência e valores físicos e espirituais.

Ao fim do poema, a poeta afirma-nos a sua identidade. No poema ela afirma que a linha reta é puro desconforto, afirmando ser “curva, mista e quebrada” e por fim humana.

Segundo Hall (1999), a identidade não é fixa, pronta e acabada. Ela é mutável, fragmentada, plural, está em constante mudança e construção. A partir dessa noção, compreendemos “o desconforto da linha reta”, o que sempre esperam socialmente de nossas atitudes e somos por isso julgados e mal interpretados. A linha reta exige que se corresponda a certas expectativas em relação ao comportamento, isso é obviamente desconfortável, é ser tolhido. Daí a falta de precisão e o projeto de construção promovido pela linha curva ser mais agradável e transformador.

Essa noção pode ser relacionada com a questão da identidade de gênero. Sobre isso, Butler (2003) afirma que:

(...) o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente construídas (BUTLER, 2003, p. 20).

Dessa forma, a construção da identidade de gênero não se dá de modo coerente e simplório, pois o caráter problemático da identidade em si já não permitiria isso. Além disso, questões étnicas, sociais, regionais e sociais influenciam diretamente nessa construção.

Pensar e discutir questões de gênero num mundo de identidades diversas, múltiplas e misturadas já se torna algo complexo. Trazer essa discussão para a literatura, em diferentes temas, de modo tão preciosamente poético, sensível e elaborado torna ainda mais intensa essa complexidade.

Adélia consegue unir todos esses elementos em sua obra e envolve o leitor em sua linguagem preciosa, falando do corpo, deixando-o existir, representando-o e dando voz às mulheres, ainda tão reprimidas socialmente.

A literatura de Adélia Prado pode ser considerada um lócus de reflexão e desconstrução das questões relacionadas à identidade de gênero. Ela promove leituras plurais, que transcendem a linguagem puramente poética, com extrema beleza, doçura e amor à literatura e ao conhecimento.

A obra “Miserere” é notoriamente primorosa pela elaboração poética da autora, por sua abordagem temática e pela maturidade demonstrada em seus versos. A leitura torna-se apaixonante e envolvente a cada página.

Referências

ARAÚJO, Maria da conceição Pinheiro. A poética do erotismo feminino em dois tempos: Cecília e Adélia. In: **XI Congresso Internacional da ABRALIC**. São Paulo: USP, 2008.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3a ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

NICOLITTO, Leila Cristina Fajardo. **Adélia Prado e os diálogos com as mulheres Bíblicas**. Dissertação de Mestrado. São Paulo:UNESP, 2004.

PAZ, Octavio. **O Arco e a lira**. Tradução de Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

_____. La otra voz. In: **Obras completas de Octavio Paz**. Fondo de Cultura Económica, 1990.

PRADO, Adélia. **Miserere**. São Paulo: Editora Record, 2014.

SANTANA, Ismênia Pereira da Costa. **A voz do feminino na poesia contemporânea de Adélia Prado, Adriana Calcanhotto e Angélica Torres**. Dissertação de Mestrado. UnB, Brasília, 2011.

SOUZA, Eneida Maria de. **Janelas indiscretas: ensaios de crítica biográfica**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

O USO DO FUTURO DO PRETÉRITO COMO ESTRATÉGIA DE POLIDEZ: EFEITOS DA VARIÁVEL SOCIAL SEXO/GÊNERO

Andréia Silva Araujo
Universidade Federal de Sergipe
andreialuzinete@hotmail.com

Resumo:

Investigação dos efeitos da variável sexo/gênero no uso da forma verbal futuro do pretérito como estratégia de polidez. A pesquisa foi desenvolvida com base em dados de fala da Rede Social de Informantes Universitários de Itabaiana/SE. Ressalta-se que o levantamento de dados nesta pesquisa propõe uma inovação em relação à entrevista clássica ao considerar as interações de um grupo focal, possibilitando o controle de fenômenos pragmáticos e sociolinguísticos de polidez em relações diversas de interação de gênero (homem-homem, homem-mulher, mulher-mulher e mulher-homem). Em termos gerais, o uso da forma verbal futuro do pretérito não revelou diferenciações afetadas por questões de gênero.

Palavras-chave: Polidez. Sexo/gênero. Futuro do pretérito.

1 Introdução

O futuro do pretérito é uma forma verbal que possui um caráter multifuncional no português. Em virtude disso, esta tem sido objeto de diferentes estudos, seja apresentando suas funções (CAMARA JR. 1967), seja descrevendo seus contextos de variação (COSTA, 1997; BARBOSA, 2005; FREITAG; ARAUJO, 2011; entre outros). Embora haja estudos voltados para as funções que o futuro do pretérito pode desempenhar, constatamos que a função de polidez ainda é pouco explorada. No campo linguístico, a polidez é entendida como uma estratégia utilizada com o intuito de evitar conflitos na interação verbal. A título de exemplificação, temos em (1) um contexto em que o FP é utilizado com esse valor.

E: agora no final do curso você se sente realizado com o seu desempenho ao longo do curso? acha que **poderia** ter sido melhor? por quê?

F: então então é um curso assim que... que depende muito né? do estudante se... se ele vai se dar bem se ele vai se dar mal... depende muito do estudante... têm pessoas que têm mais facilidade outras têm menos facilidade... eu num se- eu... **diria** que (uma das disciplinas) **poderia ser** melhor gostei eu acho que eu me esforcei... no curso me dediquei... fiz o máximo que eu pude... mas é claro que isso **poderia melhorar** mais... todo mundo **poderia melhorar** mais... (hes) no que a gente já fez (m 02)¹

Em (1), excerto retirado de uma entrevista sociolinguística, temos uma situação em que o entrevistador faz uma pergunta sobre o desempenho do informante durante a graduação e o questiona se acha que o seu desempenho poderia ter sido melhor. O informante não responde de maneira categórica e utiliza, dentre outras estratégias linguísticas para expressar polidez, a forma verbal *diria* para atenuar a sua afirmação e, desse modo, preservar a sua imagem social, uma vez que se fizesse uma afirmação categórica, poderia soar como presunçoso. Note-se que, nesse mesmo contexto, outras estratégias de polidez são utilizadas, como o modal “poder”, que se combina com a forma de FP, contribuindo ainda mais para a preservação da face do informante. Destaque-se

1 Os dados foram retirados da amostra *Entrevistas Sociolinguísticas*, pertencente ao Banco de Dados Falares Sergipanos (FREITAG, 2013). A sigla ao final identifica o informante.

ainda a presença de gatilho na pergunta do entrevistador, que já dá a forma de futuro do pretérito.

Dentre os estudos realizados sobre o futuro do pretérito, Tesch (2007), Oliveira (2010) e Freitag e Araujo (2011) controlaram a variável social sexo/gênero. É importante ressaltar que esses estudos focalizam o futuro do pretérito, forma canônica, e, suas variantes, o pretérito imperfeito e as formas perifrásticas. Os resultados de Tesch (2007), Oliveira (2010) e Freitag e Araujo (2011) evidenciam que os homens fazem uso tanto da forma canônica quanto das demais, tendo uma sutil tendência para o uso da forma de FP. Além disso, os resultados dos estudos de Oliveira (2010) e Freitag e Araujo (2011) evidenciam que as mulheres tendem a utilizar mais a forma de FP. Os resultados obtidos por Tesch (2007) demonstram que as mulheres utilizam mais as formas não canônica.

Tais resultados podem estar correlacionados ao fato de os pesquisadores não terem dado atenção ao perfil do interlocutor, por exemplo. Nas entrevistas sociolinguísticas, há poucos dados do entrevistador e estas são direcionadas para dados do entrevistado e não do entrevistador, e para a polidez isso é importante. Então, é relevante que se desenvolvam metodologias capazes de captar nuances de polidez para verificar se a não significância de fatores correlacionados à polidez, no caso específico do presente estudo, a variável sexo/gênero, é decorrente do tipo de metodologia utilizada.

O objetivo do presente trabalho é analisar o uso do futuro como estratégia de polidez quanto aos efeitos da variável social sexo/gênero. A fim de contribuir para as discussões nesse âmbito, para a análise do fenômeno em questão, utilizamos como *corpus* a amostra de fala Rede Social de Informantes Universitários de Itabaiana/SE (ARAUJO, SANTOS, FREITAG, 2014). Esse banco de dados foi constituído especificamente para captar as nuances de polidez nos usos linguísticos dos informantes.

2 O futuro do pretérito e a polidez linguística

O processo de comunicação é regido por normas sociais que regulam o comportamento linguístico dos indivíduos na condução da interação entre pares. Para manter o equilíbrio na interação verbal, utilizamos a polidez.

Na literatura linguística há três modelos seminais que foram desenvolvidos para analisar os efeitos da polidez, os de: Robin Lakoff (1973), Geoffrey Leech (1983) e Penelope Brown e Stephen Levinson (2011 [1987]). Dentre os

três modelos elencados, o proposto por Brown e Levinson (2011 [1987]) é considerado o mais “sofisticado, produtivo e célebre” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 77) e utilizado nos estudos que focalizam o fenômeno da polidez. De acordo com Meyerhoff (2006, p. 101), este modelo é o mais compatível aos propósitos de controle e operacionalização da Sociolinguística por fornecer um quadro claro para o estudo da sistematicidade da variação linguística.

A base da teoria da polidez de Brown e Levinson (2011 [1987]) está pautada na noção de *face* derivada dos estudos de Goffman (1967) e do princípio da cooperação de Grice (1975). A noção de face é entendida como a autoimagem pública que cada um constrói de si e que quer proteger dos possíveis danos durante a interação. Trata-se de “algo que está emocionalmente revestido, que pode ser perdida, mantida ou reforçada, e deve ser constantemente cuidada durante a interação” (BROWN; LEVINSON, 2011[1987], p. 61, *tradução nossa*). Para esses linguistas, há dois tipos de face: a positiva e a negativa. A primeira está relacionada à autoimagem do indivíduo, representa o desejo de ser aprovado e apreciado. Já a segunda está relacionada à autopreservação, representa o desejo de não imposição, de preservação do espaço pessoal, de que as suas ações sejam livres.

Percebe-se, portanto, que estes partem do pressuposto de que em toda situação comunicativa os participantes desejam manter a sua imagem pública (*face*) e a do interlocutor, decorrendo deste fato o comportamento polido o qual é manifestado por atos linguísticos e não linguísticos. Sendo assim, os autores concebem “a conversação como uma atividade que envolve potencial ameaça às faces dos interactantes” (SILVA, 2008, p. 177). O uso da polidez surgiria neste contexto para preservar o equilíbrio da interação, funcionando como a base para a produção da ordem social. Então, na perspectiva destes autores, polidez é todo ato linguístico por meio do qual o falante busca impedir, atenuar ou reparar uma eventual ameaça à face do locutor ou interlocutor da interação (HILGERT, 2008, p. 135).

Brown e Levinson (2011[1987], p. 68, *tradução nossa*) afirmam que

no contexto da vulnerabilidade mútua das faces, qualquer agente racional buscará evitar atos ameaçadores a face, ou vai empregar determinadas estratégias para minimizar a ameaça. Em outras palavras, ele vai levar em consideração os pesos relativos de (pelo menos) três desejos: a) o desejo de comunicar o conteúdo do FTA,

b) o desejo de ser eficiente ou urgente, e o desejo de manter a face de H[ouvinte] em qualquer grau.

Sendo assim, se nas interações as faces são, constantemente, alvo de ameaças e simultaneamente são objetos de desejo de preservação, estratégias linguísticas surgem neste contexto para resolver ou minimizar este impasse. Em seu modelo de polidez, os autores apresentam um possível conjunto de estratégias que podem ser utilizadas a depender das circunstâncias para executar um FTA, cujo esquema reproduzimos na Figura a seguir:

Estimativa do risco de perda de face

Figura 1: Circunstâncias que determinam a escolha da estratégia

Fonte: Brown e Levinson (2011 [1987], p. 60 e 69, *tradução nossa*).

Constata-se na Figura 1 que há uma estimativa do risco de perda de face no esquema proposto pelos autores: à medida que o valor numérico que caracteriza a estratégia de polidez aumenta, mais indireta e mais atenuada será a realização do FTA até chegar à estratégia 5. A primeira decisão que o falante deve tomar é se vai fazer ou não o FTA. Se optar por não fazer, este recorrerá à estratégia 5². Ao optar por fazer o FTA, o falante pode fazê-lo abertamente ou encobertamente. Quanto à primeira, o falante deverá decidir se fará o FTA de forma aberta com ação reparadora ou sem. Realizar um FTA sem ação reparadora significa que o falante o fará de forma direta, clara, sem atenuadores/

2 De acordo com Sathler (2011, p. 37), três situações básicas levam o falante a não fazer um FTA: "(a) quando ele espera que a questão ou o assunto abordado seja esquecido ou abandonado; (b) quando ele não fala nada e espera que o interlocutor faça inferências; e (c) quando há muita expectativa no que pode ser dito".

minimizadores. Em outras palavras, a estratégia 1 será utilizada quando o falante quiser revelar explicitamente o seu desejo, sem rodeios, sem reparação e de maneira mais concisa possível. Brown e Levinson ressaltam que, normalmente, um FTA só é feito de forma direta se o falante não temer retribuição do destinatário, como, por exemplo, em circunstâncias em que:

a) tanto o S [falante] quanto o H [ouvinte] concordam tacitamente que a relevância das exigências da face podem ser suspensas por razões de urgência ou eficiência; b) o perigo para a face de H é muito pequena, como em ofertas, solicitações, sugestões que são claramente do interesse de H e não exigem grandes sacrifícios de S (por exemplo, ‘Venha’ ou ‘Sente-se’); e c) S é muito superior a H em poder, ou pode angariar apoio público para destruir a face de H, sem perder a sua própria (2011[1987], p. 69, *tradução nossa*).

Já usar a estratégia aberta com ação reparadora significa que o falante tentará neutralizar o potencial dano que o FTA pode causar à face do ouvinte ao fazê-lo de tal forma, ou com as modificações ou adições, que indicam nitidamente que não existe tal ameaça a face e que o desejo de S é que a face de H seja mantida (BROWN; LEVINSON, 2011[1987]). A estratégia aberta com ação reparadora pode ser feita de duas formas a depender de qual aspecto da face (negativa ou positiva) está sendo enfatizada: polidez positiva e polidez negativa.

A estratégia de polidez positiva é uma ação reparadora direcionada a preservação da face positiva do interlocutor. Isso significa que a potencial ameaça do FTA à face positiva de H é evitada ou minimizada, pois ao utilizar este tipo de estratégia o falante indica que, pelo menos em alguns aspectos, o desejo de H é o mesmo que o seu. Brown e Levinson (2011[1987], p. 103) ressaltam que as estratégias de polidez positivas não consistem necessariamente em uma ação reparadora, na realidade essa ação é alargada à apreciação do desejo do outro, ou ainda, em termos gerais, “para a expressão de semelhança entre o eu e o desejo do outro”. Tais estratégias envolvem três mecanismos gerais: reivindicação de um terreno comum entre S e H, cooperação entre os interlocutores e manifestação de simpatia pelos desejos do outro. A partir de tais mecanismos os autores propõem quinze estratégias de polidez positiva para fazer abertamente um FTA e preservar a face do interlocutor:

1. Perceba o outro. Mostre-se interessado pelos desejos e necessidades do outro;

2. Exagere o interesse, a aprovação e a simpatia pelo outro;
3. Intensifique o interesse pelo outro;
4. Use marcas de identidade de grupo;
5. Procure acordo;
6. Evite desacordo;
7. Pressuponha, declare pontos em comum;
8. Faça brincadeiras;
9. Explícite e pressuponha os conhecimentos sobre os desejos do outro;
10. Ofereça, prometa;
11. Seja otimista;
12. Inclua o ouvinte na atividade;
13. Dê ou peça razões, explicações;
14. Simule ou explícite reciprocidade;
15. Dê presentes.

Já a estratégia de polidez negativa é uma ação reparadora direcionada a preservação da face negativa do interlocutor. Trata-se de uma estratégia específica e focada que desempenha a função de minimizar ou anular os efeitos da imposição de um FTA. Ao fazer uso desta estratégia o falante evidencia que está preocupado com os sentimentos do outro, com o desejo que este possui em não ter o seu território invadido e sua liberdade de ação desimpedida (BROWN; LEVINSON, 2011[1987], p. 129). Brown e Levinson (2011[1987]) propõem para este tipo de polidez dez estratégias:

1. Seja convencionalmente indireto;
2. Questione, atenuar;
3. Seja pessimista;
4. Minimizar a imposição;
5. Mostre deferência;
6. Peça desculpas;
7. Impessoalize o falante e o ouvinte;
8. Declare o FTA como uma regra geral;
9. Nominalize;
10. Mostre abertamente que está assumindo um débito com o interlocutor.

A utilização da estratégia de polidez encoberta ocorre quando o falante realiza o FTA de forma implícita, sem clareza; de forma que não se possa identificar qual a intenção real deste ao comunicar o ato. Este tipo de estratégia é utilizado quando o falante não quer se comprometer com o que foi dito, deixando a responsabilidade da interpretação para o interlocutor. Para tanto, o falante faz uso de recursos linguísticos que abrem espaço para a ambiguidade, como a metáfora, ironia, perguntas retóricas, tautologia, implícito; através dos quais o ouvinte possa fazer inferências para recuperar o que de fato pretendia expressar (BROWN; LEVINSON, 2011[1987], p. 211).

1. Faça insinuações;
2. Dê pistas de associação;
3. Pressuponha;
4. Diminua a importância;
5. Exagere;
6. Use tautologias;
7. Use contradições;
8. Seja irônico;
9. Use metáforas;
10. Faça perguntas retóricas;
11. Seja ambíguo;
12. Seja vago;
13. Seja generalizador;
14. Desloque o ouvinte;
15. Seja incompleto, utilize elipse.

Para manifestar polidez e fazer emergir esses tipos de estratégias, o informante/falante conta com um repertório de marcas linguísticas, como, por exemplo: formas verbais (futuro do pretérito, imperfeito do indicativo e do subjuntivo etc.), perguntas indiretas, verbos modais (creio/acho/ imagino), enunciados justificativos ou explicativos, as formas pronominais *nós/a gente* (cf. ROSA, 1992), entre outras.

Dentre as marcas linguísticas elencadas para expressar polidez, focamos na forma verbal de FP. Esta forma verbal é utilizada como estratégia de polidez, principalmente, em contextos de solicitação, de manifestação de incerteza, ordem ou desejo. Em (2) temos um exemplo do uso do futuro do pretérito como estratégia de polidez positiva. Esse excerto aborda o tópico sobre comer determinadas comidas quando algum membro da casa não pode comê-las em

virtude de problemas de saúde. Observe que F2 tenta dar razões ou explicações para justificar (estratégia de polidez positiva 13) o fato de que, caso passasse por essa situação, ele comeria alimentos que o outro membro familiar não pode comer apenas quando não estivesse na frente dele. Ao agir dessa forma, F2 tenta preservar a sua face positiva.

F1: *mas você comer você **comeria** escondido era?*

F2: não não na frente entendeu? porque é mais difícil né? se eu se você se eu comer na sua frente... e se eu comer na frente deles se eles não podem... eu comer na frente deles é mais difícil de eles resistirem entendeu? eu como **evitaria de comer** na frente deles...

F1: *you **iria comer** escondido...*

F2: não... não comer escondido... não não **comeria** só apenas na frente... ((RISOS)) (D.S.cdt J.S.sdt D MF 04)

No excerto presente em (3) temos um exemplo de uso do futuro do pretérito como estratégia de polidez negativa. Neste exemplo F1 questiona se F2 voltaria para salvar as pessoas de um algum incêndio. Trata-se de um tópico que coloca em risco a face negativa de F2. Este uso do futuro do pretérito como estratégia de polidez negativa de atenuação (estratégia 2) para preservar a sua face.

F1: *então... mas (hes) você disse que “ah se tivesse algum conhecido” né?... se geralmente mas geralmente teria porque em boate você nunca vai sozinho cê nunca vai sozinho <<pá>> festa nenhuma... então a tendência é que lá tivesse realmente conhecidos então... você acha que você **mudaria** então a sua?*

[

F2: ah se tivesse algum conhecido... então se tivesse conhecido acho que... acho que **morreria** todo mundo junto ((RISOS)) porque eu **voltaria** pra tentar salvá-los (E.C.cdt G.G.sdt P FM 34)

Em (4) o futuro do pretérito foi utilizado como uma estratégia de polidez encoberta. Neste excerto, os informantes discorrem sobre a “cura gay”, observe que F1 opta por fazer o FTA abertamente sem ação reparadora. Já F2, responde ao questionamento de F1 de maneira vaga (estratégia de polidez encoberta 12) afirmando que não sabe de uma possível solução para a problemática que gira em torno de assunto.

F1: não o que eu quero dizer é que você tem dentro dessa colocação de que... de que... não não consegue entender... é... porquê... muitos casais se casam homem com homem e mulher com mulher... você tá colocando que você que é... que não consegue entender então como é que quando não consigo entender o problema... e descarto uma possível solução?

F2: porque eu não sei qual será qual **seria** possível solução entendeu? eu não sei

F1: sim mas até agora que a única que foi levantada foi essa da cura gay

(D.S.cdt J.S.sdt D MF 04)

O uso do FP como estratégia para manifestar polidez é abordada em gramáticas do português. Araujo (2014) analisou algumas gramáticas do português (históricas, normativas, descritivas e pedagógicas) com intuito de verificar se há remissão nestas quanto ao uso do futuro do pretérito para expressar polidez. A autora constatou que a correlação entre o futuro do pretérito e a polidez é descrita nos compêndios gramaticais, no entanto, as definições são pouco esclarecedoras quanto ao contexto sintático-semântico-pragmático definidor da função.

Na literatura linguística, muitos estudiosos defendem que há diferenças linguísticas entre o sexo/gênero masculino e feminino (Cf. ECKERT; MCCONNELL-GINET, 2010 [1992], p. 93). Pesquisas que levem em conta esse fator podem contribuir para a identificação das disparidades linguísticas entre homens e mulheres (Cf. LAKOFF, 1973). No entanto, existem poucos estudos que focalizam essa questão, evidenciando a necessidade de estudos direcionados para a correlação entre sexo/gênero e polidez e a importância do presente estudo.

3 Procedimentos metodológicos

Para a realização da análise da correlação entre o uso do FP e o fator sexo/gênero, utilizamos como *corpus* a amostra *Rede Social de Informantes Universitários de Itabaiana/SE*. Essa amostra constituída a partir da aplicação do modelo de coleta de dados baseado em grupo focal, que foi elaborado especificamente para captar os efeitos de polidez nos usos linguísticos. A coleta de dados foi realizada por meio da gravação de interações conduzidas, com

informantes selecionados a partir de uma rede social dentro de uma comunidade de prática universitária.

A constituição da amostra ocorreu através da seleção de 8 informantes para a formação de dois grupos, de modo que aqueles que pertenciam a um grupo tinham relações de proximidade entre si, mas não com os informantes pertencentes ao outro. Cada informante interagiu com 4 pessoas diferentes (um homem e uma mulher, próximos dele; um homem e uma mulher, distantes dele – nos permitindo assim, controlar a influência da distância social e do sexo/gênero no fenômeno em estudo) duas vezes, o que resultou em 32 interações. No primeiro momento, foram coletadas interações produzidas por membros do próprio grupo (relações *in-group*). No segundo momento, membros de ambos os grupos foram orientados a interagir entre si (relações *out-group*).

Os dados obtidos do fenômeno em estudo foram tabulados e submetidos ao tratamento estatístico de orientação variacionista do pacote GoldVarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005).

4 Polidez linguística, gênero/sexo e FP: resultados e discussão

A variável sexo/gênero foi controlada em nosso estudo de três formas: sexo/gênero (masculino – feminino), tipo de relação (simétrica - interação entre informantes do mesmo sexo ou assimétrica - interação entre informantes de sexo diferente) e sexo/gênero dos interactantes (masculino -masculino, masculino-feminino, feminino-feminino e feminino-masculino). Através desse desdobramento do controle da variável, podemos colaborar para a análise do estereótipo de que mulheres seriam mais polidas do que homens na interação (sendo assim, usariam mais marcas linguísticas de polidez, como o futuro do pretérito). Além disso, simultaneamente, poderíamos verificar os efeitos de gênero na interação, conforme apontado por Holmes (1998) e Freitag (2012), de que interações simétricas entre homens ou entre mulheres seriam mais “confortáveis”, com menos atos ameaçadores à face (e, portanto, menos marcar linguísticas de polidez), e que interações assimétricas, por serem potencialmente menos “confortáveis”, teriam mais atos ameaçadores à face (e, portanto, mais marcas linguísticas de polidez). O controle do tópico permite verificar os efeitos de poder relativo, nos termos de Brown e Levinson (2011[1987]) e o uso de marcas linguísticas de polidez.

É importante ressaltar que o uso da forma verbal de FP pode variar quanto à referência temporal: passada (anterior ao momento da fala), como em (5),

presente (concomitante ao momento da fala), como em (6), ou futura (posterior ao momento da fala), como em (7).

F2: (...) o governo Lula... qual era o discurso? vamos lá transformar transformar transformar transformar... o que aconteceu? acreditavam-se que a solução **seria**... vamos lá... reforma agrária... vamo... dividir a terra... vamo acabar com aqui... foi isso que aconteceu? não foi... o que foi que aconteceu... (D.S.cdt D.M.sdt P MM 01)

F1: e essa *qualidade* **deveria vir** da onde? essa *qualidade* essa maior *qualidade* **deveria vir** da onde? (D.S.cdt D.M.sdt P MM 01)

F1: é uma não sacar... é você con- você **conversaria** com as pessoa que estão a seu redor?

F2: rapaz se fosse pra passar o tempo **conversaria**... agora... certos assuntos né? eu não vou conversar com ela em relação o que eu vou fazer ali no banco por exemplo uma pessoa desconhecida... (...) (D.S.cdt W.S.sdt D MM 03)

Os resultados foram gerados a partir de três rodadas estatísticas, tendo como valor de aplicação a referência temporal da forma de FP (passado, presente, futuro) e a expressão de polidez, dispostas a seguir, respectivamente: oposição de passado x presente x futuro, oposição de passado x não passado, oposição de presente x futuro. Na Tabela 1, estão dispostos os resultados obtidos com a primeira rodada estatística.

Tabela 1: Influência sexo/gênero sobre o uso da referência temporal da forma de FP em contextos de expressão de polidez

Sexo/gênero \ Referência temporal	Passado		Presente		Futuro		Total	
	Aplic./total	%	Aplic./total	%	Aplic./total	%	N	%
Masculino	37/341	10,9	202/341	59,2	102/341	29,9	341	50,8
Feminino	50/330	15,2	156/330	47,3	124/330	37,6	330	49,2
Total	87/671	13,0	358/671	53,4	226/671	33,7	671	

Os resultados evidenciaram que a variável sexo/gênero não é significativa quanto ao uso da forma de FP como uma estratégia de polidez. Tanto os homens quanto as mulheres fizeram mais uso da forma de FP com referência temporal presente. O controle do sexo/gênero através do tipo de relação se mostrou pouco significativo em nossa análise, uma vez que houve uma sutil

diferença nos usos do FP entre homens (45,6%) e mulheres (54,4%). Na Tabela abaixo, estão dispostos os resultados obtidos.

Tabela 2: Influência do tipo de relação entre os informantes sobre o uso da referência temporal da forma de FP em contextos de expressão de polidez

Referência temporal / Tipo de relação	Passado		Presente		Futuro		Total	
	Aplic./total	%	Aplic./total	%	Aplic./total	%	N	%
Simétrica	36/306	11,8	164/306	53,6	106/306	34,6	306	45,6
Assimétrica	51/365	14,0	194/365	53,2	120/365	32,9	365	54,4
Total	87/671	13,0	358/671	53,4	226/671	33,7	671	

Quanto ao controle da interação em relação ao sexo/gênero dos informantes, os resultados também não foram significativos evidenciando que não há diferenças de usos da forma de FP na expressão da polidez entre homens e mulheres.

Tabela 3: Influência da interação entre falantes quanto ao sexo/gênero sobre o uso da referência temporal da forma de FP em contextos de expressão de polidez

Referência temporal / Interação quanto ao sexo/gênero	Passado		Presente		Futuro		Total	
	Aplic./total	%	Aplic./total	%	Aplic./total	%	N	%
Masculino - masculino	16/172	9,3	104/172	60,5	52/172	30,2	172	25,
Masculino - feminino	28/161	17,4	98/161	60,9	35/161	21,7	161	24,
Feminino - Feminino	20/134	14,9	60/134	44,8	54/134	40,3	134	20,
Feminino- masculino	23/204	11,3	96/204	47,1	85/204	41,7	204	30,
Total	87/671	13,0	358/671	53,4	226/671	33,7	671	

Com os resultados apresentados, podemos afirmar que as variáveis relacionadas não foram significativas nesta rodada estatística para o estudo do fenômeno em estudo.

Quanto à rodada estatística de oposição passado vs. não passado, a variável sexo não foi selecionada pelo programa GoldVarb X como significativa. Para a terceira rodada estatística foram excluídos os dados obtidos com o controle da referência passada do FP. A exclusão justifica-se em virtude desta expressar um menor grau de polidez já que está fortemente relacionada a sequências passadas em que há menor custo de imposição. Sendo assim, esta rodada foi realizada a partir da oposição da referência temporal presente x futuro tendo como valor de aplicação a referência presente. O programa estatístico selecionou como

significativos a variável interação entre falantes quanto ao sexo/gênero. A nossa hipótese, com relação a variável interação entre falantes quanto ao sexo/gênero, é que na interação entre falantes de sexo/gênero a forma de FP com referência temporal presente seja favorecida. Os resultados encontrados estão apresentados na Tabela, a seguir.

Tabela 4: A influência da interação entre falantes quanto ao sexo/gênero em função da referência temporal presente da forma de FP

<i>Sexo/gênero</i>	<i>Aplicação/total</i>	<i>%</i>	<i>Peso relativo</i>
<i>Masculino - masculino</i>	103/155	66,5	0,59
<i>Masculino - feminino</i>	95/130	73,1	0,56
<i>Feminino - feminino</i>	59/113	52,2	0,49
<i>Feminino - masculino</i>	94/179	52,5	0,39
Total (Input = 0,686; Log likelihood = -276,607; significance = 0,023)	351/577	60,8	

Os resultados mostram que quando a interação é entre masculino-masculino e masculino-feminino o uso do FP com referência presente é favorecido, apresentando, respectivamente, peso relativo de 0,59 e de 0,56. Estes resultados evidenciam que quando os homens estão com o domínio do tópico tendem a ser mais polidos. Já quando a interação é entre feminino-feminino (peso relativo de 0,49) não há influência ao uso do FP com referência temporal presente nem futura, pois o peso relativo aproxima-se do ponto de neutralidade. A interação entre feminino-masculino o uso do FP com referência presente é desfavorecido (peso relativo 0,39). Sendo assim, a nossa hipótese só se confirma quando a interação é entre masculino-feminino, ainda que sutilmente.

5 Considerações finais

De forma geral, o uso de futuro do pretérito não revelou diferenciações afetadas por questões de gênero. No entanto, em relação à variável tipo interação entre os falantes quanto ao sexo/gênero, os resultados evidenciaram uma sutil distinção: quando homens estão com o domínio do tópico, eles tendem a utilizar mais a forma verbal de FP com referência temporal presente, principalmente, quando o seu interlocutor é do sexo masculino; já quando as mulheres estão com o domínio do tópico, o uso do FP com referência presente não é favorecido.

Referências Bibliográficas

ARAUJO, Andréia Silva; SANTOS, Kelly Carine; FREITAG, Raquel Meister ko. Redes sociais, variação linguística e polidez: procedimentos de coleta de dados. In: Raquel Meister Ko. Freitag. (Org.). **Metodologia de Coleta e Manipulação de Dados em Sociolinguística**. 1 ed. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 99-116.

BARBOSA, Tatiane Alves Maciel. **A variação entre futuro do pretérito e pretérito imperfeito do indicativo em orações condicionais iniciadas por “SE” na fala uberlandense**. 2005. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-graduação em Linguística. Universidade Federal de Uberlândia. 2005.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. **Politeness: some universals in language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011[1987].

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

COSTA, Ana Lúcia dos Prazeres. **A variação entre formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal no Rio de Janeiro**. 1997. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

ECKERT, Penelope; MCCONNELL-GINET, Sally. Comunidades de práticas: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder (1992). In: OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz Fontana. **Linguagem. Gênero. Sexualidade**. Clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 93-108.

FREITAG, R. M. O controle dos efeitos estilísticos dos papéis sociopessoais e do sexo/gênero na entrevista sociolinguística. In: **Anais do II Congresso internacional de dialetologia e sociolinguística**, p. 289-296, 2012.

FREITAG, Raquel Meister Ko. Banco de dados falares sergipanos. In: **Working Papers em Linguística**, v. 14, p. 156-164, 2013.

FREITAG, Raquel Meister Ko.; ARAUJO, Andréia Silva. Passado condicional no português: formas e contextos de uso. **Caligrama** – Revista de Estudos Românicos da Faculdade de Letras da UFMG, v. 16, p. 199-228, 2011.

GOFFMAN, E. **Interaction Ritual: essays on face-to-face behavior.** New York: Doubleday Anchor, 1967.

HILGERT, José Gaston. A cortesia no monitoramento de problemas de compreensão da fala. In: PRETI, Dino (Org.). **Cortesia verbal.** São Paulo: Humanitas, 2008, p. 125-156.

HOLMES, Janet. Complimenting: A positive politeness strategy. In: COATES, Jennifer (ed.). **Language and gender: a reader.** Oxford: Blackwell, 1998, p. 100- 120.

LAKOFF, Robin. **The Logic of Politeness; or, Minding your P's and Q's.** Papers from the Ninth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1973.

LEECH, Geoffrey. **Principles of Pragmatics.** London: Longman, 1983.

OLIVEIRA, Fernando Augusto de Lima. **A alternância entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito do indicativo na oração principal em contextos hipotéticos na fala de Alagoas.** 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade de Alagoas, Maceió, 2010.

ROSA, Margaret de Miranda. **Marcadores de atenuação.** São Paulo: Contexto, 1992.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali; SMITH, Eric. **Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows.** Department of Linguistics of University of Toronto, Department of Mathematics - University of Ottawa, 2005.

SATHLER, Erika Hoth Botelho. **Estratégias de polidez utilizada por brasileiros em situações de elogios: um estudo sociointeracionista.** 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2011.

SILVA, Luiz Antônio. Cortesia e formas de tratamento. In: PRETI, Dino (Org.). **Cortesia verbal.** São Paulo: Humanitas, 2008, p. 157-192.

TESCH, Leila Maria. **A variação no âmbito do irrealis entre as formas do futuro do pretérito e pretérito imperfeito do indicativo na fala Capixaba.** 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

O CONCEITO DA TRAIÇÃO FEMININA COMO TABU EM SALÕES DE BELEZA

Bruno Felipe Marques Pinheiro
Universidade Federal de Sergipe
bpinnheiro@hotmail.com

Resumo

O indivíduo presente na sociedade é constituído desde sua infância pela inserção de valores e regras, que, por sua vez, essas acabam criando nele variados tabus, o que interfere em sua linguagem. Essa possibilidade provoca uma interrelação entre língua e sociedade que acaba por constituir-lo como sujeito. A presente pesquisa tem por objetivo, a partir dos pressupostos da Sociolinguística, identificar variações lexicais dos conceitos atribuídos a traição feminina pelas mulheres que frequentam salões de beleza e identificar se a questão do tabu pode interferir em sua estrutura linguística.

Palavras-chave: Linguagem, Traição, Tabu, Variação linguística.

1 Introdução

A linguagem é o meio em que o homem expressa todo seu pensamento e que se estabelece dentro de um contexto social. É a sociolinguística que reunirá esses dois aspectos: “a sociolinguística trata da relação entre língua e sociedade” (CAMACHO, 2008, p. 49). Cada vez mais os estudos sobre linguagem e sociedade estão intrínsecos e essa relação direta e indissolúvel permite a comunicação entre os indivíduos, tal relação é possível devido a convenção social existente na sociedade, ou seja, são as condições sociais influenciando o modo de falar das pessoas gerando certas variações.

O estudo das construções sociais influenciado pelos hábitos que perduram na sociedade visa entender não apenas aspectos linguísticos, mas também, aspectos extralinguísticos que acabam determinando a estrutura social. Isso causa nos falantes certos limites na hora da fala que podem exceder ou não em determinadas ocasiões. Essa questão de poder ou não falar certas variações linguísticas que estão ligadas ao tabu, este o responsável das pessoas proferirem palavras consideradas “proibidas” dentro de um ambiente social, é um *corpus* bastante produtivo para a área da sociolinguística, já que está trata da relação entre língua e sociedade, utilizando o estudo da linguagem em uso no contexto social.

No que se refere ao tabu, temos inúmeros e de várias correntes, entretanto esse trabalho visa ampliar o repertório sociolinguístico no que tange a conceituação da traição feminina. Dentre os tabus, eis que surge a indagação desse: Como a traição feminina é conceituada pelas mulheres em dois salões de beleza, um no Bairro A o outro no Bairro B, ambos pertencentes a cidade de Aracaju? Sendo que no Bairro B temos um perfil de classe média e ordem socioeconômica altas, já o Bairro B temos um perfil de classe média e ordem socioeconômica baixas.

Utilizando os pressupostos da Sociolinguística, e estabelecendo, assim, uma correlação entre língua e sociedade, especificamente no que tange ao gênero (cf. FREITAG, SEVERO, 2015), examinamos as variações lexicais derivadas do conceito da traição feminina usadas pelas mulheres que frequentam dois salões de beleza da cidade de Aracaju para encontrar respostas para esses problemas que emergem da variação inerente ao sistema linguístico e perceber a relação entre a estrutura linguística e a social.

O objetivo do trabalho é examinar se as variações que conceituam as mulheres que praticam o adultério é de cunho sociocultural, ou seja, se as

mulheres inseridas dentro dos dois contextos sociais se corroboram em uma semelhança entre os atos verbais ou não, levando em consideração motivações como: nível de renda familiar, ordem socioeconômica, grau de escolaridade, idade e religião. A hipótese dessa pesquisa é verificar se essas motivações de uma certa forma distinguem a nomeação da traição feminina. Se o salão do Bairro A as mulheres que conceituam a traição feminina possui uma linguagem comum, ou seja, um inventário lexical e sintático referente a um estilo formal e se no Bairro B as mulheres se referem a traição com uma linguagem especial, ou seja, variedades dialetais próprias de subcomunidades linguísticas favorecendo um estilo informal.

2 Metodologia

A metodologia aplicada para ambos contextos sociais será a seguinte: O entrevistador abordará as mulheres que se encontram nos salões de beleza, e fará uma breve entrevista com os seguintes itens: nome completo, idade, escolaridade, localidade, classe social e religião, após contará a traição que ocorreu no romance *Primo Basílio*, de Eça de Queiroz, autor da Literatura Portuguesa, finalizando com a seguinte pergunta: Qual nome você daria a Luiza por trair o marido com seu primo?

3 Resultados

3.1 Dados coletados do Salão A

Tabela 1 – Nomeações para a mulher que praticou a traição (geral).

Item lexical	Frequência
<i>Safada</i>	7
<i>Não chamariam de nada</i>	5
<i>Traíra</i>	2
<i>Quenga</i>	1

Tabela 2 – Nomeações para a mulher que praticou a traição em função da idade.

Item lexical	Idade	Frequência
<i>Safada</i>	18-25	1
	26-40	3
	41-65	3
<i>Não chamariam de nada</i>	18-25	0
	26-40	3
	41-65	2
<i>Traíra</i>	18-25	2
<i>Quenga</i>	26-40	1

Tabela 3 – Nomeações para a mulher que praticou a traição em função da escolaridade

Item lexical	Escolaridade	Frequência
<i>Safada</i>	Ensino fundamental	1
	Ensino médio	6
	Ensino superior	0
<i>Não chamariam de nada</i>	Ensino fundamental	0
	Ensino médio	4
	Ensino superior	1
<i>Traíra</i>	Ensino médio	2
<i>Quenga</i>	Não possui escolaridade	1

Tabela 4 – Nomeações para a mulher que praticou a traição em função da religião

Item lexical	Religião	Frequência
<i>Safada</i>	Católicos	7
<i>Não chamaram de nada</i>	Protestantes	5
<i>Traíra</i>	Católicos	2
<i>Quenga</i>	Católico	1

3.2 Dados coletados no Salão B

Tabela 5 – Nomeações para a mulher que praticou a traição (geral).

Item lexical	Frequência
Pervertida	5
Não chamariam de nada	5
Safada	3
Putá	2

Tabela 6 – Nomeações para a mulher que praticou a traição em função da escolaridade

Item lexical	Idade	Frequência
Pervertida	18-25	0
	26-40	5
	41-65	0
Não chamariam de nada	18-25	0
	26-40	3
	41-65	2
Safada	18-25	3
Putá	26-40	2

Tabela 7 – Nomeações para a mulher que praticou a traição em função da escolaridade

Item lexical	Escolaridade	Frequência
Pervertida	Ensino fundamental	0
	Ensino médio	1
	Ensino superior	4
Não chamariam de nada	Ensino fundamental	0
	Ensino médio	5
	Ensino superior	0
Safada	Ensino médio	3
Putá	Ensino médio	2

Tabela 8 – Nomeações para a mulher que praticou a traição em função da religião

Item lexical	Religião	Frequência
Pervertida	Católicos	5
Não chamaram de nada	Protestantes	5
Safada	Católicos	3
Putá	Sem religião	2

4 Discussão

De acordo com Tartamella (2006), “os palavrões são unidades lexicais, como se fossem projéteis verbais, são realidades, elementos catárticos para aliviar a tensão social” (TARTAMELLA *apud* ORSI, 2011, p. 1). Logo, “palavrão” é o ato linguístico excessivo do limite social que se tem em relação a boa decência e a moralidade dentro da sociedade na qual o indivíduo está inserido.

De acordo com Bona (2008: 21), “podemos, então, definir como palavrão um item que não é aceito pelas convenções sociais, cuja utilização em público é socialmente sancionável”. Para Calvino (2009: 366), “nos discursos que são feitos atualmente sobre as palavras obscenas, parece-me que se esquece de uma coisa: a tradição de desprezo pelo sexo que expressões populares carregam, por isso as denominações dos órgãos sexuais são usados como insulto” (ORSI, 2011, p. 02).

Os resultados nas tabelas 1-4 em relação ao objeto, isto é, as nomeações ditas para a traição feminina pelas mulheres em dois salões de beleza de Aracaju, apresentam itens lexicais considerados “chulos”, “palavrões”. Essa diversificação em relação a essa nomeação chama a atenção justamente para a área da sociolinguística, área que trabalha os mais variados termos para um único objeto

A língua é vista pelos sociolinguistas como dotada de “heterogeneidade sistemática”, fator importante na identificação de grupos e na demarcação de diferenças sociais na comunidade. O domínio de estruturas heterogêneas é parte da competência linguística dos indivíduos. (FREITAG; COAN, 2010, p. 2).

A heterogeneidade é um fator que percebemos relevante na pesquisa pois as nomeações utilizadas revelam variações, independente da classe social ou do lugar em que as entrevistas foram aplicadas, isso revela que tais resultados constatarem como o contexto social influencia na linguagem dos indivíduos.

No Salão A, foram utilizados os seguintes termos *safada*, *traíra* e *quenga*. De acordo com o Dicionário Brasileiro Globo (2003), “safada” é um termo usado popularmente para desavergonhada, descarada, imoral e pornográfica, entretanto, pode ser empregado em outros contextos, por exemplo, indicando que alguém esteja furioso com outrem.

Outro termo utilizado foi “traíra”, cujo significado se refere ao peixe do rio, referente à família dos eritrínídeos. Mas, nesse contexto, este vocábulo sofre um processo de derivação por ampliação do radical, referindo-se ao verbo “trair”. E, por fim, a palavra “quenga”, que segundo o mesmo dicionário, é aquela que possui talento, inteligência, espertalhona, indivíduo que possui astúcia.

Já nos resultados do salão B, nas tabelas 5-8, foram identificadas as seguintes variações *safada*, *pervertida* e *puta*. Ainda de acordo com o Dicionário Brasileiro Globo (2006), o termo “pervertida” significa aquela que perverte, que pratica perversão, quem possui má índole, ruim, malvada. E o termo “puta” se refere a meretriz. Destacamos o termo meretriz, pois percebemos um fator de contato linguístico, ou seja, quando duas línguas entram em contato, uma assume o valor de superestrato (a língua do grupo dominante) e a outra assume a função de Substrato (língua do grupo dominado). Neste caso, tais nomeações revelam que os indivíduos que as falaram não disseram por mero acaso, mas utilizaram fatores que sejam internos ou externos pertencentes à língua. As diferenças linguísticas, sejam elas variações geográficas ou socioculturais, podem auxiliar para justificar essa variação que ocorreu em ambos os casos.

Entretanto é de se considerar que a hipótese inicial proposta no início da pesquisa não foi totalmente corroborada, pois o fator em relação à diferença de classe social em ambientes distintos não foi um fator significativo. No entanto, outro se intensificou ao longo desse estudo: tanto no salão A como no salão B, a variável religião é relevante, pois o padrão das religiões de impor regras e conceitos possui uma correlação com a ética e a moral favorecendo assim para as pessoas com uma determinada religião terem um maior tabu sobre o assunto. No cruzamento dos dados da pesquisa em relação a religião x idade, esses dois fatores interferiram de uma certa maneira, porque as mulheres que se consideravam protestantes possuem entre 26-45 anos ou 46-65 anos. Isso revela que a “conversão”¹ aconteceu de forma tardia, considerando que duas das entrevistadas afirmaram que se fosse feita antes dessa conversão mudariam a resposta.

Vale ressaltar que a religião influencia na questão do tabu, pois, a partir do quanto mais praticante e vivenciar os valores e regras de uma determinada religião mais pudor haverá, e quanto menos atrelado a religião uma maior liberdade de nomear sem menor pudor, logo o tabu se torna uma espécie de desejo e algo proibido:

O tabu que delimita e determina essa tipologia de unidade lexical caracteriza-se por ser, então, um sistema de superstições relacionado a valores morais. Então, é algo fruto de proibição e, ao mesmo tempo e por esse motivo, objeto de desejo, ou seja, é sinônimo de

1 Termo utilizados pelas entrevistas para indicar o momento que se inseriram a religião protestante e tiveram uma experiência com Jesus Cristo.

transgressão; estipula o que é autorizado e o que não se permite em determinada sociedade. (ORSI, 2006, p. 3)

A religião foi a variável para medir o fator de transgressão em relação à linguagem: o que as pessoas disseram ou não nas entrevistas fora medido pela inserção do sujeito a sua religião. Isso porquê em relação as mulheres que se nomeavam protestantes houve uma saliência tanto no Salão A como no B, pois, nos dois ambientes, essas pessoas não nomeariam de nada a mulher que traiu seu marido, porém afirmaram que se fosse feita a pesquisa antes da “conversão”, a resposta seria diferente. Uma entrevistada até afirmou que em um ambiente familiar e reservado, falaria um “safadinha”, com o tom bem baixo.

Isso indica que a religião foi um fator ideológico presente nas relações do indivíduo, logo, é interessante perceber, a partir das reflexões de Bakhtin (2010) sobre linguagem e ideologia, o efeito de sentido. Para Bakhtin a linguagem extrapola o nível de discursividade, entrando na zona da ideologia, esta concebida como um conjunto de ideias que tem como função a alienação, ou seja, um determinando pensamento, porém fechado. A ideologia abre porta para uma nova interpretação do signo linguístico. É como se a linguagem estivesse intrinsecamente ligada a sociedade e ao sujeito que é afetado por ela, partindo da experiência e o lugar onde está.

Se a língua é determinada pela ideologia, a consciência, portanto o pensamento, a “atividade mental”, que são condicionados pela linguagem, são modelados pela ideologia. Contudo, todas estas relações são inter-relações recíprocas, orientadas, é verdade, mas sem excluir uma contra-ação. O psiquismo e a ideologia estão em “interação dialética constante”. Eles têm como terreno comum o signo ideológico: “O signo ideológico vive graças à sua realização no psiquismo e, reciprocamente, a realização psíquica vive do suporte ideológico”. (BAKHTIN, 2006, p. 17).

Logo, as mulheres protestantes que não nomearam o conceito devido à religião intervir diretamente na sua consciência; a religião acaba delimitando o que essas podem falar ou não mediante uma ação da moralidade, causando uma certa resistência e contribuindo para o tabu. O signo linguístico utilizado por elas faz parte de uma realidade, que pode ser natural ou social, mas que também é um certo tipo de instrumento que reflete uma outra realidade externa.

Para Bakhtin, o signo é ideológico, e sendo tal, possui um significado que extrapola outra realidade de si mesmo:

Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer. Nesse sentido, a realidade do signo é totalmente objetiva e, portanto, passível de um estudo metodologicamente unitário e objetivo. Um signo é um fenômeno do mundo exterior (BAKHTIN, 2006, p. 31).

A abordagem bakhtiniana é explanatória na análise das respostas obtidas sobre traição feminina, partindo do pressuposto da religião pois desvela a dimensão social e histórica na qual as mulheres estão inseridas, principalmente no ambiente das religiões protestantes, e isso está atrelado ao fato ideológico que faz parte da linguagem.

Do ponto de vista da relação com fatores de natureza extralinguística, a questão social não foi fator relevante nem no Salão A nem no B, pois, em ambos, as informantes disseram palavras consideradas “chulas” e até mesmo uso de “palavrões” em ambas classes sociais. Isso revela que pertencer a uma classe social dita privilegiada ou a outra considerada inferior não interfere na linguagem nesse contexto da pesquisa, pois a nomeação para a mulher que trai é uma questão de polidez linguística.

Identificamos dentre as mulheres entrevistadas no salão B, aquelas que responderam “putas” e “safadas” houve uma mudança de classe social, ou seja, elas se consideravam vindas de classe baixa, mas que se relacionaram com seus cônjuges e acabaram tendo uma ascensão social, entretanto o fator linguístico continuou o mesmo.

Percebemos ainda que, em relação à função da identidade social do emissor, neste caso as mulheres entrevistadas, a variante dialetal geográfica não foi um fator relevante, entretanto, a variante dialetal sociocultural foi relevante, particularmente dos aspectos da religião e da escolaridade.

O fator da escolaridade foi evidenciado no salão B, onde as mulheres que possuíam um nível de escolarização maior (as que tinham superior completo) se referiram à mulher que traiu como “pervertida”, revelando um domínio maior de repertório lexical e consciência de um estilo formal, isso indica, no mínimo,

um grau de reflexão sobre o uso linguístico, em contraposição as outras realizações que indicaram um estilo informal, ou seja, um grau de reflexão que se projeta sobre as formas linguísticas.

5 Considerações Finais

A partir das discussões dos dados coletados inferimos que a questão do tabu ainda é um peso para nossa sociedade e como ainda essa questão interfere na linguagem do sujeito e como está intrínseco em nossa sociedade, mesmo sendo referente ao mesmo gênero/sexo.

A relação tabu x religião é divergente, pois o segundo influencia diretamente na questão do que as pessoas dizem ou não, visto que houve uma modificação na linguagem das mulheres entrevistadas na pesquisa. Essa interferência pode ser de cunho psíquico ou social, mas que acaba influenciando do que pode ser dito ou não em um contexto de menor informalidade ou em um de maior proximidade.

Esta pesquisa teve como intuito tecer contribuições para os estudos sociolinguísticos ao abarcar o tema da conceitualização das mulheres que praticam o adultério e como essas são vistas por outras mulheres. Diante desse estudo, percebemos que os fatores da moral e ética que são passados pela sociedade interferem no processo cognitivo e linguístico do sujeito.

A variação linguística no repertório lexical revela que as variações utilizadas pelas mulheres estão totalmente ligadas a questão do tabu presente em nossa sociedade, e que fatores como a religião interferem significativamente nisso. Logo, podemos identificar que a língua é constituída por um conjunto de fenômenos não estritamente linguísticos, mas extralinguísticos.

Agradecimento

Este trabalho foi desenvolvido na disciplina Sociolinguística, período 2015.2, ministrada pela Profa. Dra. Raquel Meister Ko. Freitag.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística – parte II. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (orgs). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2008, vol. 1

COAN, Marluce; FREITAG, Raquel Meister Ko. **Sociolinguística Variacionista: pressupostos teóricos-metodológicos e propostas de ensino**. Revista Eletronica de Linguística, vol 4, nº2, p. 01-22, jun/dez, 2011.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário Brasileiro Globo**. 56ª ed. São Paulo: Globo, 2003.

FREITAG, Raquel Meister Ko.; SEVERO, Cristine Gorski.. **Mulheres, Linguagem e Poder** - Estudos de Gênero na Sociolinguística Brasileira. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2015.

ORSI, Vivian. **Tabu e Preconceito Linguístico**. Revista Virtual de Linguística, vol. 9, nº 17, p. 01-15, 2011.

A BELA E A ADORMECIDA DE NEIL GAIMAN; O ACORDAR DE UM CONTO DE FADAS PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Carlos André Araújo Menezes
Universidade Federal de Sergipe
aramen2005@hotmail.com

Resumo

A principal finalidade desta comunicação é mostrar algumas possibilidades de leitura do conto de fadas *A Bela e a Adormecida*, de Neil Gaiman e como esse texto pode permitir, se usado em sala de aula, ampliar discussão entre aluno(a)s e professor(a)s sobre as questões de gênero e sexualidade. A narrativa estudada é uma adaptação de dois contos de fadas clássicos: *Branca de Neve* e *A Bela Adormecida*. Na recriação de Gaiman há uma rainha que está prestes a se casar e uma princesa adormecida, sob o efeito da magia negra, todavia a adormecida não está à espera de um príncipe encantado que a salve, a rainha também não espera viver feliz para sempre, uma pode ser a heroína da outra. Nesse contexto, o presente estudo dialoga com alguns autores sobre: Processos identitários, gênero e sexualidade e como representações das relações sociais são forjadas na infância e na juventude a partir dos contos de fadas e dos processos de psicologização e pedagogização presentes na literatura infantil e infanto-juvenil, o texto não se propõe a respostas conclusivas sobre o tema em questão, pretende muito mais propor novos questionamentos, como é típico da postura pós-estruturalista, para que a partir deles repensemos algumas práticas escolares de leituras.

Palavras-chave: Contos de fadas; Gênero e sexualidade; literatura infanto-juvenil;

Era uma vez...

Desde seu princípio, a literatura infantil e infanto-juvenil assumiu um papel pedagógico e moralizador nas escolas, muitas páginas serviram e servem para despertar nas crianças e jovens interesse por diversos temas e reforçar os valores seculares das tradições sociais e da construção da subjetividade nos indivíduos. Podemos afirmar que a *psicologização* e *pedagogização* na literatura infantil são produtoras de maior parte das verdades dominantes, entre elas os papéis de “ser homem” e de “ser mulher”, representados nos contos de fadas, comumente por príncipes e princesas.

Durante muito tempo nas páginas dos contos de fadas, princesas estiveram passivas em camas e torres a espera de um príncipe que as salvariam e após isso as recolariam presas novamente em castelos, o casamento foi sendo mostrado como o principal objetivo das mulheres, além da figura do príncipe encantado, que foi sendo incutida no imaginário feminino. Muitas meninas depois da leitura de um conto de fada clássico começaram a suspirar por um príncipe, ainda que este fosse um sapo. Muitos autores comungam da ideia de que os contos de fadas são importantes artefatos para o trabalho em sala de aula. “A literatura atua de maneira mais profunda e essencial para dar forma e divulgar os valores culturais que dinamizam uma sociedade ou uma civilização” (COELHO, 200, p.123), dito isto instaura aqui as primeiras inquietações desse trabalho: Quem faz a literatura? Como a fazem? Quais valores e modelos são escolhidos para guiar o coletivo?

Com o passar do tempo os contos de fada têm resistido como gêneros clássicos, daí surgem outros questionamentos: Como esse gênero textual consegue sobreviver na atual sociedade neoliberal e de constantes mudanças? Como as crianças ainda podem ser educadas pelos contos de fadas clássicos se as relações e representações sociais na atualidade são diversas? Como princesas poderão ser protagonistas de suas vidas? Antes de tentarmos apontar algumas respostas, torna-se necessário dizer que ao longo dos tempos os contos de fada têm assumido novos valores morais, cada época vai encobrendo alguns e descortinando outros. Essas narrativas encantadas surgiram entre os celtas e posteriormente foram compiladas por: Jacob e Wilhelm Grimm (na Alemanha), Charles Perrault (na França) e Hans Cristian Andersen (Dinamarca), os “pais” desse modelo de texto. De lá para cá as relações sociais sempre foram passando por constantes revisões, os diversos caracteres foram sendo moldados a partir da lógica de cada tempo, e de acordo com o modelo escolhido para cada época, a medida que cada ciência foi trazendo novas formas de ser do homem

perante si e o outro. Mesmo diante de muitas mudanças ao longo do tempo, alguns elementos textuais sempre permaneceram estáticos como, por exemplo, os conflitos familiares, “todos os conflitos humanos são encontrados e resolvidos através da fantasia.” (BETTELHEIM, 1980, p.7).

O universo de encantamento trazido pelos contos de fada durante muito tempo manteve alunos (as) e professores (as) adormecidos (as) diante da questão da diversidade de gênero entre outras, poucos se perguntaram pelas princesas que eram diferentes: Em quais contos estavam as princesas negras? E as gordas? E as feias só eram bruxas e más? E as princesas que gostavam de outras princesas? Enfim, durante muito tempo personagens e leitores (as) dormiam em algum reino (des)encantado!

Mas em um reino não muito distante...

Enquanto muito(a)s leitore(a)s dormiam/dormem alguns autores têm trazido novas contribuições e novas formas de se contar velhas historias, entre eles Neil Gaiman que em 2015 escreveu o conto de fada *A Bela e a Adormecida*, onde o autor recria dois contos de fada, de forma nova, ousada e aberta, que aponta para diversas possibilidades de se discutir em sala de aula a questão da subversão à “heteronormatividade”, termo usado por Seffner (2011) para definir a heteromogeneidade comum nos espaços escolares e no nosso material didático.

Em seu conto Gaiman refaz o papel clássico de duas princesas, essa é “a historia de uma quase Branca de Neve e um tipo de Bela Adormecida com um toque de magia negra”, assim definiu o próprio Gaiman. A historia contada é clássica, e ao mesmo tempo pós-moderna, pois nela estão presentes personagens mulheres que subvertem a identidade feminina clássica: frágil, doce e passiva. É preciso que se diga que as identidades sociais tais as conhecemos hoje, começaram a ser formadas ao longo da história da humanidade e que em tempos diferentes, novas identidades foram assumindo poderes e papéis de destaque, uma relação de poder própria de cada tempo, as diversas formas de “ser homem”, “ser mulher” encontram hoje mais espaço porque representam resultados de diversas lutas de classes por empoderamento - e que coube à escola o papel de formar e reafirmar as identidades mais aceitáveis pela grande maioria, dividindo a todos em categorias, inclusive com diferentes tipos de escolas, estas se segmentaram como escolas para; meninos, meninas, negros, ricos , pobres etc. moldando cada individuo ao papel que este deveria desempenhar na sociedade, quem seriam os “bons”, os “ruins”,etc.

Na atualidade, os papéis nos quais os sujeitos são direcionados a ocupar são moldados a partir de sutis estratégias, que vão desde vestimentas, brincadeiras e brincadeiras, até as escolhas textuais em sala de aula, “o grande modelo pedagógico” é quase sempre apresentado a professor(a)s como muito natural, mas há muitas questões sobre as identidades na atualidade que devem estar presentes nas práticas escolares, questões que dizem respeito as diversas formas de ser as quais todos os sujeitos e instituições deveriam ser expostos. As discussões sobre as mudanças e as novas identidades ganharam força principalmente depois dos anos setenta, com a “modernidade líquida”, ou pós-modernidade, período no qual os novos deslocamentos têm sido confrontados com as antigas instituições, sobre tal movimento cabe lembrar o Hall:

A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL, 1992, p. 7)

E ainda Marx e Engels, quando já prenunciava os futuros acontecimentos:

é o permanente revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eternos ... Todas as relações fixas e congeladas, com seu cortejo de vetustas representações e concepções, são dissolvidas, todas as relações recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo que é sólido se desmancha no ar... (Marx e Engels, 1973, p. 70).

Ilustrando algumas mudanças na narrativa de Gaiman, que se constrói a partir de bases textuais tradicionais : há uma rainha que está prestes a se casar, como há também outros elementos dos contos de fada como anões, que são bons, corajosos e valentes e uma princesa enfeitiçada por uma bruxa, em um castelo. Os elementos narrativos são comuns e estão postos há séculos no nosso imaginário, todavia não há uma princesa esperando um homem nobre e viril na condição de príncipe, mas há uma rainha, que quebra o feitiço de magia negra e padrões reguladores da sexualidade feminina. Em *A Bela e a Adormecida*,

há duas mulheres que se beijam e se entregam como duas princesas. E no fim a rainha heroína se entrega a uma escolha, “andar para o leste, com os seus anões, para longe do por do sol e das terras que conheciam e seguiram noite a dentro.” Nessa obra não há final fechado, a rainha decide não casar com quem ela estava prometida, nem com a princesa que ela salvou de uma magia negra, a rainha só se entregou a sua escolha, ao desconhecido.

Cabe-nos traçar alguns sentidos entre a obra mencionada e as novas posturas de ressignificação das subjetividades humanas. No Brasil, os estudos de gênero em destaque LOURO (2010) em *Gênero, sexualidade e educação*, nos apontam para um “pensamento plural”, esse pensamento em Gaiman extrapola duas expectativas comuns: a primeira delas, a ausência da figura masculina como herói e tampouco do casamento como salvação e como lugar de segurança para uma mulher. As personagens principais se empoderam a partir do que elas são como indivíduos, capazes de fazer suas próprias escolhas e não por uma definição biológica ou predeterminada socialmente, além de mostrarem outras possibilidades de interação sexual, que se constroem e (re)constróem a partir de escolhas e de lutas por poder.

...É preciso quebrar o feitiço!

Voltando as questões iniciais desse texto da psicologização e da pedagogização da literatura infantil é importante reafirmar a importância da escola nos diferentes momentos históricos e de projetos educativos de formação do pensamento humano e da moral revisada de cada tempo. O conceito de infância só foi descoberto no século XIX, daí por diante as histórias infantis sofreram alguns “ajustes” na tentativa de torná-las mais próximas da imaginação e das necessidades dessa nova faixa etária. É preciso não esquecermos o dever da instituição escolar em promover correções históricas a muitos grupos humanos tais como: mulheres, negros, índios, judeus enfim todos os grupos que foram silenciados. Na atualidade cabe a escola a tarefa de libertar cada homem e cada mulher de alguns feitiços: as pobrezaas, as desigualdades de gênero e de poder, nesse sentido ela é um campo de disputas de diferentes vertentes políticas e movimentos sociais por imposição de significados, subjetivando as pessoas que ali se encontravam / se encontram (MEYER, 2001).

É preciso notar que a invisibilidade feminina, produzida a partir dos múltiplos discursos que caracterizam a esfera do privado, o

mundo doméstico como o “verdadeiro” universo da mulher, já vinha sendo gradativamente rompida, por algumas mulheres. Sem dúvida, desde há muito tempo, as mulheres da classe trabalhadora e camponesas exerciam atividades fora do lar, nas fábricas, nas oficinas e nas lavouras. (LOURO 2003, pág. 17).

A rainha de Gaiman pode e deve ser tomada em sala de aula como modelo de uma nova sociedade onde as mulheres podem adquirir mais empoderamento e protagonismo em suas histórias, é preciso que os professores (as) tragam as questões de gênero para o centro das discussões em sala de aula desde cedo e que entendam que os valores da sociedade são regulados a partir das questões de “gênero e sexualidade” e não esqueçamos que o trabalho pedagógico deve estar ligado às relações sociais reais e diversas, pensemos ainda que “gêneros são marcadores que organizam a nossa sociedade” e “gênero atravessa a organização dos espaços e das instituições”. (FÉLIX, 2015, p.223). Algumas tensões são trazidas para o livro do Gaiman, entre muitas delas examinemos mais atentamente algumas “provocações” que nos são apresentadas pelo autor britânico a partir de alguns excertos do seu livro:

A rainha acordou cedo naquela manhã. –Em uma semana – pensou em voz alta , em uma semana, estarei casada.

Isso parecia ao mesmo tempo improvável e extremamente definitivo. Ela ficou se perguntando como se sentiria na condição de esposa. Seria o fim da sua vida, concluiu se a vida fosse um tempo de escolhas. Em uma semana não teria mais o que escolher. Reinaria sobre o seu povo. Teria filhos. Talvez moresse durante o parto, talvez de velhice, ou em batalha. Mas o caminho para a sua morte, a cada batida de seu coração, seria inevitável. (GAIMAN, 2015, p.14)

Para Arguello (2015), que analisou outro conto de fadas semelhante , podemos afirmar o mesmo em *A Bela e A Adormecida* “ problematiza um dos elementos mais significativos em torno da feminilidade ; o casamento” ` . A nossa personagem questiona sobre os papéis que escolheram para ela, os de ser: esposa e mãe. Como uma obra aberta, assim definida pelo seu próprio criador, é tomada aqui como uma obra de representação de gênero, mais especificamente da subversão de um gênero, diante ao que escolheram para ela. No texto há também a grande metáfora do sono, enquanto a nossa heroína caminha

para o seu destino, atravessa floresta e cidade de seres sonâmbulos e anônimos, “os nomes estão meio em falta nesta história”, (pGAIMAN, 2015, p.23), e ainda “entre todos os adormecidos existe algo que não está dormindo” (GAIMAN, 2015, p.26), a possibilidade de acordar é mostrada como uma incerteza “não sabemos se os adormecidos acordarão um dia” (GAIMAN, 2015, p.46).

Nas inúmeras possibilidades de leitura e de concretização de discursos, poderiam ser também utilizadas as ilustrações do livro, que foram meticulosamente desenhados por Chris Riddell, desenhista e jornalista político britânico, que criou um texto paralelo ao do autor principal, onde a princesa é meio gótica e se recobre com lenções de caveiras e em determinados trechos da narrativa, se veste de armadura masculina, à medida que caminha para a construção do seu protagonismo.

Há no conto de fadas estudado diversos elementos que indicam ruptura com o passado, estes se apresentam de diversas formas, sendo elementos: pictóricos, narrativos e conceituais. Muitos são os símbolos e seriam necessários muitos outros textos para explorá-los. O texto aponta para a perspectiva de leitura e letramento, da leitura que amplia sentidos, reformula currículos escolares e conseqüentemente novas formas de ver o mundo e as relações existentes no mundo, “É nesse sentido que a leitura crítica da realidade, dando-se num processo de alfabetização (...) pode constituir-se num instrumento que o Gramsci chamaria de ação contra hegemônica”. (FREIRE, 1997, p.21).

No sem final, é possível que vivamos “felizes para sempre!”...

Levando-se em consideração a defesa do conceito de gênero como uma categoria de análise histórico cultural (LAURETIS, 1994) e pela experiência (THOMPSON, 1981; SCOTA, 1991), já apontadas em DIAS (2014, p.1878), podemos reafirmar que o gênero constitui as relações sociais e pode abrir espaço para novos questionamentos em sala de aula. Sobre a inexistência de príncipes (homens) na narrativa de um conto de fada baseado em modelos narrativos clássicos, contribuiria para a discussão e entendimento de novas “experiências sociais”. O conto desse modo propicia um amplo espaço para preenchimento de certas lacunas e estranhamentos possíveis na narrativa estudada. Os contos, de modo geral os textos, que causam estranhamento podem e devem trazer novos questionamentos sobre como conduzimos na sociedade atual o currículo escolar; Em quais valores estão alicerçados aquilo que ensinam as escolas? Quais formas de interação deixamos de lado? E mais ainda, o que

ao longo da nossa história silenciámos? Por que o fizemos? Estudar os novos contos de fadas pode permitir a(o)s professor(a)s uma nova revisão curricular. Até que ponto historicamente o currículo oficial não silenciou diversas histórias diversas? É ainda, até que ponto o conceito de como ser menino e/ou menina não foi forjado na escola?

Na perspectiva dos Estudos Culturais, o conceito de representação tem ganhado cada dia mais espaço, cabe na atualidade ao professor(a) rever antigos olhares sobre as relações de gêneros. É preciso resignificar as nossas práticas escolares, sem medo de repensar papéis, a escola na pós-modernidade deve quebrar a magia negra da ignorância e do silêncio!

Na narrativa analisada é preciso que se perceba que não é apenas uma escolha por inversão de papéis ou padrões hegemônicos da sexualidade, ou ainda não podem ser reduzidas às questões de misoginia ou misandria. A narrativa estudada, sobretudo é um texto subversivo, principalmente porque é aberto, pode levar a diferentes caminhos. A Rainha não só deixa de casar com o rei prometido, como também não se vê dentro de uma relação com a princesa que ela salva, como durante muito tempo fizeram os príncipes: “Ela aproximou o rosto da mulher adormecida. Seus lábios cor de carmim tocaram a boca cor-de-rosa da outra num beijo prolongado e intenso”. (Gaiman, 2015, p.49), as últimas linhas desse “conto acordado” descrevem atitudes decisivas, tomadas de consciência pela personagem principal, ela sabe que começa a caminhar em direção contrária de onde a esperam, mas é o desconhecido que a move ao leste e como uma imagem simbólica “Eles andaram para o leste, os quatro, para longe do pôr do sol e das terras que conheciam, e seguiram noite adentro” (Gaiman, 2015, p. 66). Assim as nossas personagens: rompem com discursos, quebram barreiras e propõem incertezas.

E ainda, no viés das constantes transformações e reformulações de certezas, deve estar também o fazer pedagógico de cada professor(a), no caso desse estudo especialmente os que trabalham com textos de literatura infantil e infanto-juvenil, dada a natureza apresentada no início desse texto em relação ao caráter doutrinador que esse tipo de texto pode produzir no imaginário coletivo e nas representações sociais. As escolhas literárias devem trazer para o centro de suas narrativas questões que possam expor aluno(a)s desde cedo em relação a diversidade de gêneros e das relações diversas que não estão no mundo, mais precisamente nos centros familiares onde muitos desses alunos já vivenciam. O professor deve sempre considerar que muitas narrativas ainda não foram escritas, mas muitos textos têm sido escritos a partir do evento da multiplicidade, inovação e respeito, cabe a cada um de nós criar um novo *Era uma vez...*

Referências

ARGÜELLO, Zandra Elisa. *Dialogando com crianças sobre gênero através da literatura infantil*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS, 2005.

BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. Tradução de Arlete Caetano. 21 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

COELHO, Nelly. *Os contos de fadas*. São Paulo: Ática, 199

DIAS, Alfrâncio Ferreira. *Introduzindo a perspectiva de gênero na formação docente, para uma educação não discriminadora*. Anais do 18º Redor, Pernambuco, p.1873-1886, 2014

GAIMAN, Neil. *A bela e a Adormecida*. Rio de Janeiro: Rocco Jovens Leitores, 2015 – Primeira edição.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*, DP&A Editora, 1ª edição em 1992, 11ª edição em 2006 – tradução: SILVA, Tomaz Tadeu e e LOURO, Guacira Lopes.

LAURENTIS, teresa de. *A tecnologia de gênero*. In: Holanda, Heloisa Buarque de (Org.) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. P. 206-242.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 11 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010a.

MEYER, Dagmar Estermann. *Escola, currículo e produção de diferenças e desigualdades de gênero*. *Cadernos temáticos: Gênero, memória e docência*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2001. p. 29-34.

MEYER, Dagmar Estermann. *Gênero e educação: teoria e política*. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *Corpo*,

gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003. P. 9-27.

PETERS, Michael; tradução de Tomaz Tadeu da Silva. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SEFFNER, Fernando. *Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

VIDAL, Fernanda Fornari. *Príncipes, princesas, sapos, bruxas e fadas: os “novos contos de fadas” ensinando sobre infâncias e relações de gênero e sexualidade na contemporaneidade*. – Porto Alegre, 2008.

BUFÓLICAS, DE HILDA HILST: POR UMA ESTÉTICA DO AVESSO

Clovis Carvalho Britto
Universidade Federal de Sergipe
clovisbritto5@hotmail.com

Resumo

Este artigo analisa algumas estratégias de Hilda Hilst (1930-2004) tendo como estudo de caso o livro *Bufólicas* (1992). Destaca o modo como a escritora promoveu agenciamentos em prol de sua distinção nesse espaço social ao instituir um projeto pautado na obscenidade, no riso e em uma forte crítica ao mercado editorial. Para tanto, investiga como a obra se consistiu em um projeto político, direcionando a fabricação de repertórios específicos sobre Hilst no mercado de bens simbólicos ao reatualizar e ritualizar versões construídas pela autora e por outros agentes, especialmente instituindo uma estética do avesso que problematiza o corpo e o *corpus* literário de autoria feminina. .

Palavras-chave: Hilda Hilst; corpo; riso; intenção pornográfica; *Bufólicas*.

A trajetória poética de Hilda Hilst pode ser resumida no que definimos como pensar sobre o corpo e sobre o fazer literário na terceira margem, entendida como um entre-lugar que opera a união entre opostos, especialmente entre o eu e o outro, o humano e o divino, eros e tânatos. Sua estratégia nos livros que compõem a fase deliberadamente obscena ou, em outros termos, as obras de intenção pornográfica, não apresentaram mudanças bruscas em seu projeto literário na medida em que continuou, em outra intensidade, estilhaçando as medidas dos binarismos e desafiando as convenções ao instituir o que denominamos como uma estética do avesso. Invertendo os valores e as formas predominantes, Hilst apresentou associações temáticas inusitadas ou improváveis, instituindo, para tanto, uma anarquia dos gêneros literários (Cf. PÉCORA, 2010). Colocando as formas e os temas ao avesso, a escritora conseguiu problematizar algumas questões caras ao campo literário, especialmente ao questionar o papel do escritor e do editor, suas estratégias e, principalmente, o papel da literatura. Nelly Novaes Coelho (1999) já havia definido, ao analisar a evolução poética hilstiana, que seus últimos livros buscaram os avessos do sagrado: “escavando cada vez mais fundo no mistério do sagrado, procurando encontrá-lo em seus avessos, a poesia hilstiana destes últimos anos vem abrindo círculos e mais círculos em sua busca incansável de si própria, em relação ao Mistério” (p. 77). Todavia, acreditamos que esse procedimento pode ser dilatado para todo o projeto criador da autora que perseguiu, de modos distintos, descortinar os avessos, construindo uma estética que interrogou o desconhecido: “dizer que os devo ter nos meus avessos./ Pois pode ser./ Para pensar o Outro, eu deliro ou versejo” (HILST, 2004, p. 26). Nesse aspecto, esses versos de *Do desejo* são significativos por demonstrarem a necessidade de inverter as concepções para compreender Deus, a morte, o amor, o tempo. Embora tenha desenvolvido uma obra mais voltada para essa linha de força, em alguns momentos Hilda associou às suas estratégias nuances de engajamento. Em um primeiro momento velado, como na crítica que pulsa em seu teatro (metafórica devido ao contexto de repressão que imperava no país) ou nos dezessete poemas de “Poemas aos homens do nosso tempo”, inseridos em *Júbilo, memória, noviciado da paixão* (1974). Operação que ganhou força na trilogia obscena, ao empreender uma crítica ao modo como os agentes lidam com a sexualidade e aos bastidores do campo literário, conforme evidenciado em *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990), *Contos d’escárnio. Textos grotescos* (1990) e *Cartas de um sedutor* (1991).

Uma das facetas que instauram a estética do avesso desenvolvida por Hilst, nesses termos, é a adoção do riso como meio de criticar os costumes. A

crítica social instituída a partir de uma fina ironia cujo auge pode ser visualizado não apenas na trilogia obscena, mas nos poemas de *Bufólicas* (1992) e nas crônicas que publicou semanalmente, de 1992 a 1995 no *Correio Popular*, de Campinas-SP, posteriormente reunidas em *Cascos & carícias & outras crônicas* (2007). Não sem motivos inseriu como epígrafe de *Bufólicas* e, posteriormente, intitulou sua crônica de 31 de outubro de 1993, com a frase de Molière *Ridendo castigat mores*, cuja tradução se aproximaria do gesto de rir para criticar ou castigar os costumes. Desse modo, Hilda atualizou a estratégia do escritor ao narrar situações, personagens e suas particularidades de forma sarcástica e, na maioria das vezes, cômica. Conforme destacou Alcir Pécora (2007), a comicidade hilstiana é um caso notável e o humor se torna um dos componentes decisivos de seu projeto, adquirindo uma marca pedagógica:

O caso é que raramente se podia estar diante de Hilda ou de seus textos, sem estar na berlinda, incomodado, com um riso amarelo mal disfarçado na cara, ou, ao contrário, rindo meio histericamente de alguém mais que, surpreendido em alguma tolice característica, livrava os demais, momentaneamente de ocupar o lugar de João Bobo. Estar sob o influxo do humor de Hilda era, portanto, estar implacavelmente exposto a um processo educativo, entendido como aprendizado de rir de si mesmo e desistir de toda afetação vulgar. O melhor jeito de se livrar do pior, em sua companhia, era aprender a ser afiado também. (...) Aspecto educador de sua verve (p. 17).

O riso se apresenta como uma blindagem para escapar da cruzeza e da vileza humana. Constituía em um modo de Hilst desafiar a naturalização de determinadas posturas com relação aos diversos tipos de violência a que estamos submetidos, por isso desferiu sua crítica social mesclando sexualidade e comicidade: “Eu a sério, sou bastante pessimista. (...) Às vezes me perguntam o porquê de eu ter optado pelo riso depois de ter escrito minhas ficções, meu teatro, minha poesia, com grandes e constantes pinceladas de austeridade. Optei pela minha salvação” (HILST, 2007, p. 29). Em seus diários é possível observar que encarar a vida com humor era uma forma de sobreviver aos impactos das crueldades humanas inventariadas pela imprensa. No mesmo sentido, afirmava que o brasileiro não levava as coisas a sério e, por isso mesmo, decidiu dar uma guinada em seu projeto literário rindo da sua condição de escritora séria em um “país bandalho”, daí sua opção por escrever bandalheiras.

Em seu estudo sobre o riso e o risível, Verena Alberti (2002) demonstra como o riso se tornou objeto do pensamento e estratégia para a compreensão do mundo, mais especificamente na filosofia, concluindo que, em última instância, a reflexão sobre o riso consiste em uma reflexão sobre a linguagem. Dessa forma, pensar com e sobre o riso se torna uma forma de posicionar-se, “ou posicionar o objeto das próprias reflexões, em um terreno intermediário entre a razão, porque o riso é ‘próprio do homem’ e não dos animais, e a não-razão – a ‘paixão’, a ‘loucura’, a ‘distração’, o ‘pecado’ etc. – porque o riso não é próprio de Deus” (p. 8). O riso se torna um potencial de redenção para o pensamento e uma das fórmulas encontradas por Hilda Hilst para se posicionar na terceira margem e, a partir daí, compreender melhor ou colocar em suspenso as temáticas que perambulam em entre-lugares, ou seja, o riso como forma de encarar melhor o desconhecido: ao mesmo tempo uma anestesia e uma provocação. Talvez por isso uma das frases mais conhecidas de Hilst seja a de que Deus consiste em “uma superfície de gelo ancorada no riso”.

Questões também suscitadas por Joelma Silva (2009) quando concebeu que nos percursos literários hilstianos o riso se apresenta como uma espiral a circular pela órbita de sua escritura em diferentes caminhos: alegre, sardônico, rancoroso, satírico, mordaz, irônico, triste, burlesco, bucólico, ingênuo, derri-sório. Na tetralogia obscena apresenta uma escala de risos que atravessa o riso ingênuo encontrado em *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990), o riso cáustico que envolve *Contos d’escárnio. Textos grotescos* (1990) ou o riso ápice sustentado em *Bufólicas* (1992) onde concebe um riso mais próximo das aventuras da praça pública e das tiradas diabólicas do palco da Corte, se recorrendo à figura do bufão, aquele que brinca de dizer verdades ensurdecedoras. É por essa razão que nos deteremos na análise de *Bufólicas*, no intuito de observarmos como o riso se metamorfoseia em crítica à moral dominante tecida na releitura dos contos de fadas. Nessa obra, os risos envolvem personagens cujos corpos grotescos contribuem para pensarmos sobre a sexualidade e, mais que isso, se torna um modo velado de rir da política e da literatura brasileira. Em entrevista, a autora concebe o livro de poesias satíricas como uma obra política, na medida em que sua elaboração foi motivada pelas contingências sociais brasileiras do início da década de 1990: “temos um presidente que não é presidente e considera-se escritor quem não é escritor”, destacando, sobretudo, suas frustrações com os escândalos na gestão do então presidente Fernando Collor de Mello e com o sucesso obtido pelas obras de Paulo Coelho e de Danuza Leão. Situações que são retratadas no rascunho de uma carta que Hilst enviou a Jaguar, ilustrador da obra, em 10 de setembro de 1992:

Jaguar, *Ridendo castigat mores*. Infelizmente o Brasil de hoje é uma Pornocracia. A desfaçatez, o caradurismo, a absoluta falta de ética, o cinismo das áreas do poder faz com que irrompa no cidadão uma dessas duas manifestações: a cólera ou o riso. A cólera traz uma grande desvantagem – você pode cair fulminado, aliás uma boa forma de morrer, mas não por causa de tantos bandalhos. Então optei pelo humor. Descobri que a velhice e o prestígio te trazem algumas vantagens e depois de ganhar todos os prêmios mais importantes do país em literatura e ser considerada estranha, lunática e ao mesmo tempo estar velha, dão uma grande liberdade e, principalmente, o direito de dizer barbaridades, sem preâmbulos. Testemunhos talvez agressivos, mas quase infantis e quase tão grotescos e divertidos como puxar o ranho do nariz e apostar para ver quem tem o ranho mais comprido. O Pound quando quis falar de Londres do após-guerra fez os cantares 14 e 15 que no meu entender são presunçosos e repugnantes. *Bufólicas*: Mudo, pintudão/ O reizinho gay/ Reinava soberano/ Sobre toda a nação/ Mas reinava apenas/ Pela linda peroba /Que se lhe adivinhava/ Entre as coxas grossas. (...) Desmistificar a literatura infantil. Toda a mística da literatura infantil foi por água a baixo. Reis, fadas, anões, magos, elementais, duendes. Tudo foi absorvido grotescamente pela sociedade de consumo. O caráter sagrado dos mitos virou pó. Desfez-se.

Entre a cólera e o riso, a escritora escolheu a segunda opção. Ciente de que o prestígio já acumulado no campo literário lhe asseguraria inserir neste espaço uma obra inusitada, se pautou da crença envolta em sua assinatura para conseguir um ilustrador, no caso Jaguar, e um editor, mais uma vez Massao Ohno. Dificilmente uma estreante obteria crédito simbólico para publicar uma obra que desconstrói os contos de fada, invertendo sua moral pelo avesso. A partir de uma trajetória de certo modo já consolidada nas letras, Hilda apostou que sua idade também lhe proporcionaria uma maior liberdade para falar sobre temas considerados tabus como o sexo e a política, aproximando-os dos contos de fadas. *Bufólicas* foi lançado quando a escritora estava com sessenta e dois anos e o fato de estar velha lhe concebeu uma maior liberdade para dizer determinadas coisas sem preâmbulos, o que aponta para a sua consciência reflexiva.

Nesse aspecto, a estratégia se aproxima da utilizada na composição de *A obscena senhora D* (1982) e de *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990). Se no

caso desses livros a velha escritora utilizou como narradora e *persona* principal, respectivamente, uma mulher velha e uma criança de oito anos, em *Bufólicas* escolheu temas e personagens tradicionais dos contos de fadas, se aludindo, mais uma vez, ao universo infantil para em seguida estilhaçar as convenções. Ao afirmar que a mística da literatura infantil tenha virado pó, já que tudo foi absorvido pela sociedade de consumo, a escritora ri da atitude moralizadora das fábulas, deslocando sua escrita como em um jogo onde os personagens são os mesmos, mas vivem em um reino onde vigora a Pornocracia.

Conforme destaca Alcir Pécora (2010), a estética hilstiana ao rir da moral autoritária e cínica contribui para ensaiar uma espécie de resistência bem-humorada da invenção e da autocriação que não deixa de lado o Brasil, em uma analogia evidente entre a negatividade do narrador e a adoção de um registro obsceno em face do contexto brasileiro, lugar que a autora designa de “país bandalho por antonomásia: terra devastada onde o poder injusto e ilegítimo pactua com a venalidade e a ignorância por meio da celebração da malandragem: (...) ‘temos tudo nas mãos/ bolas cricas gingas e tretas!/ temos a pica mais dura do planeta!/ Viva o Brasil!’” (p. 27). Convém lembrar que na década de 1990, quando Hilst se enveredou pela literatura obscena, conforme registrado em inúmeras de suas crônicas, o Brasil passava por uma crise política em que vinham à tona os descaminhos de Collor e PC Farias, a chacina da Candelária, o esquema dos anões do orçamento, a indústria da seca e da prostituição, o rombo da Previdência, além do plebiscito sobre a forma e o sistema de governo. Nesse sentido, a escritora afirmava nas entrevistas no ano do lançamento de *Bufólicas*, que qualquer semelhança entre o reino da pornocracia e o Brasil não era mera coincidência. Na obra, os habitantes “são o avesso dos encontrados em contos de fadas e bem próximos da realidade do País. O rei, antes adorado pelo povo, cai em declínio quando se nega a explicar alguns atos. Pressionado, simplesmente saca seu enorme pênis ‘na rampa ou na sacada’ e cala a todos (ROSA, 1992, p. 4).

Os usos do obsceno em *Bufólicas* não diferem sobremaneira dos evidenciados em sua trilogia obscena. Nela, às vezes de modo velado, também surge uma crítica ao campo literário brasileiro, especialmente as estratégias de autores e editores voltadas para o mercado. Nesse aspecto, o poema “Drida, a maga perversa e fria” descreve a vida de uma maga que rabiscava a cada dia o seu diário e que percorria um caminho de magos com uma espada de palha e bosta seca rumo a Santiago. Nesse poema a escritora apresenta uma crítica às

estratégias de Paulo Coelho para conquistar um lugar no campo literário brasileiro e mundial, especialmente junto ao público:

Assim era Drida
A maga perversa e fria.
Rabiscava a cada dia o seu diário.
Eis o que na primeira página se lia:
Enforquei com a minha trança
O velho Jeremias.
E enforcado e de mastruço duro
Fiz com que a velha Inácia
Sentasse o cuzaço ralo
No dele dito cujo.
(...)
E agora vou encher de traques
O caminho dos magos.
Com minha espada de palha e bosta seca
Me voy a Santiago.
Moral da estória:
Se encontrares uma maga (antes
Que ela o faça), enraba-a (HILST, 2002, p. 19-20).

Relembrando aspectos da trajetória de Paulo Coelho, Hilst apresenta uma maga que escrevia seu diário e que percorria o caminho rumo a Santiago, em uma alusão a viagem de peregrinação que o escritor efetuou em 1986 pelo caminho de Santiago, da França até Santiago de Compostela, relatada no livro *O diário de um mago* (1986). Hilda se lançava contra o sucesso e a má qualidade dos *best-sellers* desferindo críticas às obras de Paulo Coelho e ao livro de etiqueta *Na sala com Danuza* (1992), sucesso editorial de Danuza Leão: “A Danuza Leão fazer um livro sobre boas maneiras aqui é o mesmo que abrir uma fábrica de guardanapos na Somália. Outro absurdo é o Paulo Coelho falar sobre coisas que ele sabe serem mentiras. Em *Bufólicas* criei a ‘Drida, a maga perversa e fria’” (In: ROSA, 1992, p. 4), dizendo-se ofendida quando consideram tais obras como literatura.

Conforme destacamos em outra oportunidade, *Bufólicas* (1992) constitui em contundente exemplo de como a escrita de Hilda não se fixa em um ponto, conectando códigos diversos, regimes de signos e estados de coisas diferentes

como os personagens tradicionais dos contos de fada (reis, rainhas, magos, anões, fadas, chapeuzinho vermelho e lobo mau), artifícios da considerada alta literatura (lirismo, ritmo, paródia, figuras de linguagem, alegorias, redondilhas, rimas eventuais, humor, poesia etc.) e temas e palavras de calão (pintudão, peroba, bronha, cu, cuzaço, enrabar, cagar, pau, xereca, bunda etc.). Livro múltiplo, composto por sete poemas, resulta de uma escrita de encadamentos quebradiços cujos textos, que podem ser lidos aleatoriamente, se opõem de certo modo tanto aos livros de poemas clássico, quanto aos livros de contos de fadas e as obras consideradas pornográficas. Os poemas do livro possuem uma moral explícita e, de um modo não vulgar, desconstroem e rearticulam gêneros, mesclando humor e política na discussão de temas como a violência sexual, a exploração econômica do sexo, o autoritarismo, o homoerotismo, o campo literário e a sexualidade reprimida.

Desse modo, o livro se encontra em um entre-lugar: não pode ser enquadrado *stricto sensu* com um livro de contos de fadas, literatura erótica, pornográfica ou um livro de poemas convencional, da mesma forma que sua autora se encontrava no intermezzo da terceira margem. Alcir Pécora (2002), na apresentação ao volume que integra as obras completas hilstianas editadas pela Editora Globo, suscita que os poemas de *Bufólicas* parodiam tanto fábulas antigas, com suas alegorias morais, quanto contos de fadas, a eles aplicando hilariantes desfechos em que o pior crime é o da inocência. Ainda destaca que se os personagens são os mesmos, o diferencial consiste nas anomalias em suas genitálias e a prática de graus diversos de bizarras. O próprio título do livro exemplifica este deslocamento: ele joga com os termos “bucólico” e “bufo”. O bucolismo remete à poesia pastoril geralmente dialogada, a oralidade é seu elemento central. Já a palavra “bufo”, “bufão”, evoca tanto o ator cômico e burlesco, quanto o ato de bufar (Cf. BARROS; BORGES, 2006).

Parodiando os contos de fadas, Hilda utiliza a estrutura das fábulas, desconstruindo-as, “dando-lhes uma nova e inusitada moral que torna hilária a moral social do leitor, levando-o a repensar valores, cobranças e comportamentos sociais tidos como politicamente corretos em diferentes situações” (VAZ, 2003, p. 40). Os contos de fadas são variações do conto popular ou da fábula. Consistem em narrativas curtas, fundadas na oralidade, onde o personagem central da história fantasiosa, após enfrentar dificuldades, triunfa ao final. Geralmente, além de se centrarem em um personagem, desenvolvem um enredo e realizam um desfecho que possui um caráter moralizante (moral da estória). Comumente associados ao universo infantil, não eram escritos para

crianças, muito menos para transmitir lições morais. Constituíam em textos para adultos, onde eram apresentados temas como adultério, incesto, canibalismo e mortes. De acordo com Sheldon Cashdan (2000),

Originalmente concebidos como entretenimento para adultos, os contos de fadas eram contados em reuniões sociais, nas salas de fiar, nos campos e em outros ambientes onde os adultos se reuniam - não nas creches. (...) É por isso que muitos dos primeiros contos de fada incluíam [exibicionismo](#), [estupro](#) e [voyeurismo](#). Em uma das versões de *Chapeuzinho Vermelho*, a heroína faz um *strip-tease* para o lobo, antes de pular na cama com ele. Numa das primeiras interpretações de *A bela adormecida*, o príncipe abusa da princesa em seu sono e depois parte, deixando-a grávida. E no conto *A Princesa que não conseguia rir*, a heroína é condenada a uma vida de solidão porque, inadvertidamente, viu determinadas partes do corpo de uma bruxa (p. 20).

Hilda, em poesia, reencontrou com esse sentido original, reinventando fábulas antigas e contos de fadas com o uso do humor e da ironia. Apesar de nos sete poemas recuperar personagens tradicionais do gênero (rei, rainha, fada etc.), o que os torna diferentes é que possuem anomalias nas genitálias e praticam bizarras: “a paródia, assim, ri da moral estreita, amplificada num mundo de absurdos, e proclama uma espécie de declaração dos direitos da livre-invenção e da autocriação, num tom cuja hilaridade destrambelhada, contudo, nunca chega a tornar-se triunfal” (PÉCORA, 2002, p. 9). O projeto hilstiano dialoga com um dos procedimentos analisados por Henri Bergson (2007) para alcançar a comicidade: a inversão. Nesse aspecto, a comicidade é obtida com a inversão de uma situação ou da troca de papéis: “é assim que rimos do réu que dá uma lição de moral ao juiz, da criança que pretende dar lições nos pais, enfim daquilo que se classifique sob a rubrica do ‘mundo às avessas’” (p. 70). Esse procedimento é constantemente utilizado por Hilst nos poemas de *Bufólicas*; neles os personagens invertem seus papéis e o cômico é tecido mediante exageros e degradações.

Um rei gay e mudo que comanda seu reino devido possuir um pênis descomunal: “ando cansado/ de exibir meu mastruço/ pra quem nem é russo./ E quero sem demora/ um buraco negro/ pra raspar meu ganso/ quero um cu cabeludo” (HILST, 2002, p. 14). Uma rainha sem pelos na vagina que se entrega a um

mascate peludo: “disse-lhe a rainha/ quero apenas pentelhos/ pra minha passarinha” (p. 17). Uma maga que redige um diário de perversidades. Chapeuzinho Vermelho cafetina o lobo que é sodomizado pela vovozinha. O anão se desentende com Deus e perde seu pênis. A cantora que por excitar os homens com seu canto, foi condenada a fazer sexo oral com um jumento. Ou a fada lésbica que “metia o dedo/em todas as xerecas, loiras, pretas/ (...) que deixava uma estrela/ em tudo que tocava/ e um rombo na bunda/ de quem se apaixonava” (p. 35) são os personagens das histórias.

De acordo com Luisa Barros e Julia Borges (2006), a coesão em *Bufólicas* se dá justamente devido ao caráter híbrido das interconexões entre a forma elevada da poesia com a objetividade da prosa, além da oralidade promovida pelos versos e da constância dos vocábulos chulos. Seria o efeito cômico dominante construído por essas estratégias que deixaria a obra coesa. Hilda, desse modo, subverteria as formas, já que as redondilhas “apesar de não tratarem tradicionalmente de temas elevados, não usam comumente palavras grosseiras ou obscenas” (p. 8).

A estética do avesso tecida por Hilst desafia as convenções do próprio campo literário, forçando passagem para que editores, críticos, escritores e público leitor questionem as relações que movem o fazer literário, gerando desconfortos e incertezas a partir de uma humorada e ácida crítica àqueles legitimados para dizer o que é ou não literatura, e quem pode produzi-la. Nesse sentido, é evidente sua crítica ao falocentrismo:

Mudo, pintudão
O reizinho gay
Reinava soberano
Sobre toda a nação.
Mas reinava...
APENAS,,,
Pela linda peroba
Que se lhe adivinhava
Entre as coxas grossas.
Quando os doutos do reino
Fizeram-lhe perguntas
Como por exemplo
Se um rei pintudo
Teria o direito

De somente por isso
Ficar sempre mudo
Pela primeira vez
Mostrou-lhes a bronha
Sem cerimônia.(...)
Daí em diante
Sempre que a multidão
Se mostrava odiosa
Com a falta de palavras
Do chefe da Nação
O rezinho gay
Aparecia indômito
Na rampa ou na sacada
Com a bronha na mão (HILST, 2002, p. 11-12).

O incômodo seria a articulação “texto pornográfico” e autoria feminina. Para Luciana Borges (2006), se falar de sexo é, por si só, uma transgressão, a escrita erótica das mulheres seria um ato ainda mais transgressor, pois se trataria de deslocar as mulheres da condição de mero objeto para uma posição de enunciadora do desejo, dela e de outrem, construindo um discurso sobre o erotismo a partir de um lugar de fala específico. Segundo a pesquisadora, o problema não seria a “pornografia” em si, mas o seu deslocamento, extrapolando os limites pensados para circunscrever as atividades sexuais e intelectuais femininas. Desse modo, no caso da arte “é a sua aura, a crença teórica em uma especificidade discursiva e unicidade que torna incompatível com a alta literatura e com os grandes autores a associação com a escrita do pornográfico” (p. 24).

No acervo da autora existem três versões sem data e incompletas da obra. Uma manuscrita com caneta roxa e em folhas amarelas. Uma segunda versão datiloscrita, com correções manuais, composta pelos poemas “O rezinho gay”, “Drida, a maga perversa e fria” e “Filó, a fadinha lésbica”. E uma terceira, também datiloscrita e com correções, em que comparecem os poemas “A rainha careca” e “Drida, a maga perversa e fria”. Avaliando os originais é possível observarmos que a moral da história foi inserida posteriormente e que o título pensado para o poema “A chapéu” era “Chapeuzinho vermelho, versão nova”. Por ocasião da publicação, os sete poemas receberam ilustrações de Jaguar, em que todos os personagens estão nus, enfocando as anomalias em suas genitálias,

e praticando suas bizarras. Mais uma vez, Hilst aproximou o corpo humano do corpo da linguagem, demonstrando como o aspecto moralizante das histórias transmitidas para as crianças pode ser invertido com vistas à compreensão de uma sociedade em que essa mesma moral se encontra em xeque. Nesse aspecto, com o intuito de estabelecer uma crítica aos costumes, a escritora decidiu realizar o lançamento da obra na boate gay *Rave Dinner Club*, na Rua Bela Cintra, na capital paulista, fazendo com que alguns agentes do campo literário se deslocassem para o referido espaço para compartilhar com o inusitado lançamento. Um grupo de teatro amador com atores da Universidade Estadual de Campinas foi responsável por algumas performances de poemas do livro. Prestigiaram Hilda Hilst, Jaguar, ilustrador da obra, o escritor Mora Fuentes, a artista plástica Olga Bilenky e até os que não concordavam com a nova fase literária, como Lygia Fagundes Telles (Cf. DESTRI; FOLGUEIRA, 2006).

Apesar da obra e do lançamento incomuns, o livro não adquiriu a repercussão desejada: “Fiz uma sátira, um livro onde o aspecto político é o principal e os críticos acharam que era simplesmente pornografia. Os jornais também boicotaram, numa autêntica censura” (In: ROSA, 1992, p. 4). Uma das justificativas apontadas pela escritora para esse silêncio era que alguns críticos ficaram escandalizados e outros tinham vergonha de falar sobre a obra, apesar de considerar ter ficado uma bandalheira agradável e perfeita: “Este livro, *Bufólicas*, que eu fiz com ilustrações do Jaguar, é uma crítica de costumes engraçadíssima. Na época, o Jaguar ficou muito triste porque não foi noticiado em lugar nenhum. Só disseram que nós éramos dois velhos indecentes” (In: MENDES, 1994, p. 49). Hilst afirmou que decidiu realizar uma ópera bufa para rir das bandalheiras em que o país vivenciava: “A situação do país está entre o temor e o humor. O presidente que chamam presidente é o antipresidente. A literatura que chamam literatura é a antiliteratura. Daí eu resolvi escrever historinhas infantis pelo avesso” (In: FREITAS, 1992, p. 1).

Podemos afirmar que essas histórias pelo avesso forçaram passagem em *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990). A narradora deixa escapar em um trecho o desejo de escrever a história de um príncipe e de um outro He-Man, mas que lamberia a princesa e revela que iniciou um caderno só com histórias para crianças, intitulado “O cu do Sapo Liu-Liu e outras histórias”, composto de histórias fundas e tênues “como nas fábulas do tio La Fontène” (HILST, 2005, p. 100). Além disso, o livro traz o que poderíamos reconhecer como uma espécie de ensaio para *Bufólicas*, um conto cujos personagens eram um rei, um mago e uma bruxa, invertendo o final feliz das histórias infantis e destacando, ao final,

outra moral. No mesmo aspecto, observamos que a idéia de elaborar um livro de poesias obscenas perseguiu a autora enquanto ela escrevia as narrativas da trilogia, não apenas por esses indícios em *O caderno rosa*, mas pela informação de que o narrador de *Cartas de um sedutor* (1991) escreveria uma história intitulada “Filó, a fadinha lésbica”, descrevendo o enredo posteriormente divulgado no poema homônimo de *Bufólicas*.

A estética empreendida nessas poesias também atingiu, de certo modo, suas produções posteriores. Exemplo disso são as aproximações que podem ser feitas entre algumas das crônicas que publicou no *Correio Popular* entre 1992 e 1995. Muitos textos se utilizam do estilo de contos de fadas, chegando, inclusive, a apresentar moral da história invertida, a exemplo das crônicas “Descida”, “Capitalismo e outros ismos”, “Domingo”, “Hora de desligar, negada!” e “Voz do ventre?”. Além da estrutura, grande parte das crônicas amplia e explicita as críticas empreendidas ao campo político e ao campo literário brasileiro, perpassando-as do sentimento de que a indignação não deve implicar perda de humor e que o riso, ao contrário da cólera, consiste na melhor saída para enfrentar os dilemas e contradições do Brasil. Em um país pelo avesso, só uma estética do avesso e pautada no riso garantiria a sobrevivência do escritor sério, mesmo que para tanto ele metamorfoseasse suas obras no intuito de satisfazer os leitores. Embora sua intenção pornográfica não tenha obtido o êxito desejado, Hilda afirmava ainda preferir o Brasil e, certamente, as contradições desse espaço em devir encaminham trajetos e memórias influenciando seu projeto literário ao ponto de alcançar uma dicção peculiar: “Apesar de toda a bagunça, adoro o Brasil. Tenho paixão por esse nosso jeito bandalho de ser. E não seria fácil me expressar como preciso em outra língua. Teria de estudar anos e eu aprecio bastante a sonoridade do português” (*In: ROSA, 1992, p. 4*).

Hilst conseguiu tecer sua obra nos interstícios, deslocando as palavras e imbricando os gêneros. Sua escrita inovadora vem conquistando cada vez mais admiradores, ávidos por decifrar suas sombras e luzes. Não é por acaso que a moral da primeira estória ou conto de fadas poético pode ser estendida para toda a sua obra: “A palavra é necessária diante do absurdo”. Em *Bufólicas*, a poetisa sem aura conseguiu rir de si mesma e dos costumes, desafiando as fronteiras da linguagem e exemplificando como os nossos tabus também podem ser objetos de lirismo em uma delicada e humorada transição dos contos de fadas aos contos de fadas. Hilda Hilst demonstrou uma lucidez e coerência na evolução de sua literatura, ciente de que não se sai impune quando se parodia a moral dominante e, sentindo na própria pele, achou que valeria a pena pagar

esse preço. Trajetória pautada na esperança de que o corpo e o *corpus* literário de autoria feminina fossem respeitados no campo de produção simbólico e, por isso mesmo, visualizados para muito além da horizontalidade das margens.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. *O riso e o risível: na história do pensamento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

BARROS, Luisa da Rocha; BORGES, Julia. Temas e figuras em *Bufólicas*. *Estudos Semióticos*, São Paulo, Universidade de São Paulo, n.º 2, 2006.

BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação da comicidade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BORGES, Luciana. Sobre a obscenidade inocente: O Caderno Rosa de Lori Lamby, de Hilda Hilst. *OPSIS*, Catalão, v. 6, 2006.

CASHDAN, Sheldon. *Os 7 pecados capitais nos contos de fadas: como os contos de fadas influenciam nossas vidas*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

COELHO, Nelly Novaes. Da poesia. In: DE FRANCESCHI, Antônio Fernando (Org.). *Cadernos de literatura brasileira – Hilda Hilst*. São Paulo: IMS, 1999.

FREITAS, Ana Maria. Hilda Hilst faz do erotismo o seu protesto. *Shopping News*, São Paulo, 15 out. 1992.

HILST, Hilda. *Cascos & carícias & outras crônicas*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2007.

_____. *O caderno rosa de Lori Lamby*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2005.

_____. *Bufólicas*. São Paulo: Globo, 2002.

PÉCORA, Alcir. Nota do organizador. In: PÉCORA, Alcir (Org.). *Por que ler Hilda Hilst?* São Paulo: Globo, 2010.

_____. Nota do organizador. *In: HILST, Hilda. Cascos & carícias & outras crônicas (1992-1995)*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2007.

_____. Nota do organizador. *In: HILST, Hilda. Bufólicas*. São Paulo: Globo, 2002.

ROSA, Leda. Escritora vê a crise com humor e erotismo. *Diário Popular*, São Paulo, 24 set. 1992.

SILVA, Joelma Rodrigues da. *Os risos na espiral: percursos literários hilstianos*. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

VAZ, Ana Silvéria. Hilda Hilst e *Bufólicas*: uma (des) (re) construção da fábula e do conto de fadas. *Seminário de pesquisa em lingüística e lingüística aplicada*. Universidade Federal de Uberlândia, dez. 2003.

DISCURSO E MÍDIAS EDUCACIONAIS: A ANÁLISE DA DIVERSIDADE SEXUAL NOS MATERIAIS INSTRUCIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA

Deyvid Braga Ferreira
deyvidbrafe@bol.com.br

Lívy Ramos Sales Mendes de Barros
livsal35@hotmail.com

Wanessa Oliveira Silva
Faculdade Raimundo Marinho - AL
wanessa.os@hotmail.com

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar o discurso do material de cursos online para policiais, especificamente no que concerne a orientações sobre abordagens a pessoas da comunidade LGBTT. A metodologia utilizada para o desvelar tal problemática, foi a pesquisa qualitativa, com revisão bibliográfica. Nossa perspectiva teórica foi a da Análise do Discurso de vertente francesa, que trabalha a relação língua, ideologia e história. Nossa categoria de análise foi a Formação Discursiva (FD), presente nos recortes do material didático que selecionamos. Os resultados desta pesquisa mostraram que o curso de capacitação apresenta conceitos dúbios e pouco claros, relegando muitas vezes ao policial o papel que o próprio Estado deveria adotar (protetivo, assistencialista...), mas omite-se.

Palavras-chaves: Capacitação policial. Análise do Discurso. LGBTT.

Introdução

É cada vez mais assente em nossa sociedade, que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) vêm propiciando uma mudança não só nos hábitos e estilos de vida das diferentes gerações de uma mesma família. Nesse sentido, não é incomum entre os casais, por exemplo, se comunicarem através das redes sócias, mesmo a poucos centímetros uns dos outros. Todos, de uma forma ou outra, estão conectados, utilizando-se dos vários meios/ formas de comunicação para que possam interagir neste cenário de incertezas e liquidez, que atende pelo nome de “internet”; estando sujeita a constantes mutações e variações, onde qualquer pessoa de posse de um simples celular pode ter acesso a informação instantaneamente, no exato momento em que ela esta ocorrendo (Peters, 2009, pag. 353 – 367).

Isto se adequa perfeitamente em nosso país, pois o Brasil é um país de proporções continentais. Com polícias, policiais e doutrinas diferentes em cada parte de nosso território. Necessário, então, buscarmos uma forma, via TIC’s para não só propiciarmos educação mas, principalmente, para buscar adotar padrões comportamentais similares.

Por isso a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ), cria diversos cursos de qualificação profissional, onde os policiais participantes poderão capacitar-se em qualquer “horário de folga” que lhe seja mais conveniente.

Nosso objeto de análise será o discurso presente no material do curso de Atuação Policial Frente aos Grupos Vulneráveis, atualizado em 10/02/2009, mais precisamente acerca dos conceitos do módulo III, que trata da comunidade LGBTT.

Conforme a apresentação do material (SENASP/MJ, 2009, pag. 02), fica claro que o agente de segurança, após o curso, deverá possuir conhecimentos que o capacitem para a prestação de um atendimento de qualidade ao grupo LGBTT, pois este grupo é extremamente suscetível de violação de seus direitos, sendo considerado “invisível”, por não ser percebido pela maioria da população.

Para podermos desvelar de que forma o “material oficial” do governo “capacita” os agentes de segurança por meio de seus discursos, buscaremos respaldo na Análise de Discurso, que desenvolveremos no próximo tópico.

Metodologias, resultados e discussões

Iniciaremos, com o conceito de discurso, na perspectiva da Análise de Discurso, fundada por M. Pêcheux. Segundo Cavalcante (2009, p.25) e Bakhtin

(2006, p.41), o discurso não é apenas: a palavra, a fala, o texto. “Todo discurso é uma resposta a outro discurso com quem dialoga”; visto que os discursos são construídos para atenderem/ responderem as necessidades sociais de seu locutor, produzindo e reproduzindo a historicidade e a ideologia presente nas relações humanas. Uma vez que estas palavras além de dialogarem com outras palavras já existentes que, ao serem perpassadas por diversas outras palavras, são tecidas conexões ideológicas, que servirão de base para a perpetuação de todas as relações sociais.

A Análise do Discurso adota como conceitos centrais: o sujeito, a história e a ideologia. Sua finalidade consiste não só em explicar a estruturação do texto mas, de que forma sua articulação léxica irá produzir sentidos, auxiliando a entender de que forma estes sentidos vão significar o discurso.

E isso é aplicado a toda materialidade discursiva, inclusive aqueles veiculadas com o suporte das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), pois neste “novo cenário”, as maneiras de ensinar e aprender já apresentam novos contornos, novos processos educacionais e novos recursos (Harasim, 2005, p. 340), que serão moldados de acordo com as necessidades daqueles que oferecem as instruções.

Análise do discurso de vertente francesa

O nascimento e desenvolvimento da Análise do Discurso da qual somos tributários (Orlandi, 1993), nasce na França, das décadas de sessenta e setenta do século passado. Na Europa de 1960, o momento político é marcado pelo que se denomina de “guerra fria”. Os Estados Unidos (EUA) defendendo um projeto de sociabilidade capitalista estavam de um lado, enquanto a União Soviética (URSS) defendendo um projeto de sociabilidade socialista encontrava-se diametralmente no lado oposto.

A Análise de Discurso fundada por Pêcheux está ligada à compreensão de como as filiações históricas no mundo, e em especial no continente europeu, estavam produzindo seus efeitos. O que se buscava estudar na época, não era qualquer tipo de discurso: mas aquele de cunho político, que é perpassado pelas questões de luta de classes, movimentos sociais e a história. Com isto, coloca-se em evidência questões ligadas a política e ao marxismo.

Pêcheux, então, propõe que o analista procure: o “real sentido do ato discursivo”, desvelando de que forma: sujeito, história e ideologia produzem sentido, pois o ser humano, em suas relações/ comunicações, pode “utilizar

palavras que mudem de contexto quando utilizadas em diferentes ambientes/situações, pois elas (as palavras) podem conter significados que se sobrepõem ao momento do “dito”, podendo ou não assumir outros contextos no decorrer da comunicação (Orlandi, 2005).

Para que possamos adentrar em nosso objeto de análise, ou seja, de que modo a questão do gênero é externada nos curso de capacitação online, precisaremos desenvolver uma das categorias da Análise de Discurso, que será a Formação Discursiva.

Formações discursivas

O homem é um ser social, reagindo e interagindo nas práticas rotineiras do seu dia-a-dia. Ou seja, o ser humano “apoia-se na noção de homem como um ser que reage às demandas postas pela realidade objetiva, um ser que dá respostas a necessidades determinadas (Cavalcante, 2007, p. 40)”.

Nesse inter-relacionamento,

O homem torna-se um ser que dá respostas, precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social em pro porção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los (Lukács, 1978, p. 5).

Diante das condições que lhe são postas, o indivíduo faz sim, escolhas, mediante as possibilidades que lhe surgem. Numa hipótese mais simples, podemos compreender que sempre diante das condições postas o indivíduo, sempre poderá optar por “sim” ou “não”, frente às diferentes formas específicas de ideologia que lhe são veladas.

Essas formas ideológicas específicas são denominadas de Formações Ideológicas (FI). Segundo Haroche (1971, p. 102, *apud* Cavalcante 2007, p. 42)

As formações ideológicas são, pois, expressão da estrutura ideológica de uma formação social que põem em jogo práticas associadas às relações e classe. Trata-se de realidades contraditórias, na medida em que em uma conjuntura dada, as relações antagônicas de classe possibilitam o confronto de posições políticas e ideológicas que não são atos individuais, mas que se organizam em formações

conservando entre elas as relações antagônicas de aliança e de dominação.

É por esse motivo, que, numa dada formação ideológica, pode-se encontrar o confronto de ideias, posições, alianças ou, simplesmente, a subserviência de uma ideologia a outra dentro da FI, demonstrando uma sujeição/ dominação. É nessa perspectiva, que diferentes FI, mesmo que demonstrem antagonismo entre si, podem falar de questões como cidadania, patriotismo, segurança pública, atribuindo-lhes sentidos diferentes.

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe em si mesmo, (...) mas ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir, essa tese, dizendo: as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que a empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referencia (...) as formações ideológicas (...) nas quais estas posições se inscrevem (Pêcheux, 1995, p. 160).

Cada Formação Ideológica contém, como um de seus componentes, uma ou várias Formações Discursivas. Em relação ao conceito de Formação Discursiva, esse será extraído da Arqueologia do Saber, de Foucault, servindo-se dela a AD, para designar

Aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito. (...) Diremos que os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes. (Pêcheux, 1995, p. 160 - 161).

É por esse motivo que a Formação Discursiva constitui-se como uma matriz de sentidos, comum a um conjunto de discursos que vem a expressar a posição

assumida pelos sujeitos falantes, determinando o que se pode dizer e o que não se pode dizer dentro de um enunciado.

Não devemos pensar que uma formação discursiva seja um dispositivo estrutural fechado e o discurso seja um bloco uniforme. São diversas formações discursivas, que atravessadas por diversas vozes vindas de outros locutores que movimentam as filiações de sentido, criam possibilidades de modificações recíprocas, com o fito de se auto manter ou de se auto romper.

Com tal reciprocidade de informações nas materialidades discursivas, os sujeitos enunciantes não são

Totalmente assujeitados às determinações sociais. Também rejeitamos a noção de sujeito livre, fonte de seu dizer. Defendemos um sujeito constituído nas práticas sociais concretas, por elas condicionado, mas também capaz de intervir, de provocar mudanças, uma vez que sendo a realidade social heterogênea e conflitiva, portanto descontínua, o processo de determinação nunca é linear, homogêneo, contínuo (Cavalcante, 2007, p. 47).

Por isto, a opção do sujeito em significar pelo dito ou pelo não-dito levará em consideração no seio social, marcada pela história e pela ideologia que passam o léxico enquanto agente de interação social.

É a partir desses pressupostos teóricos que pretendemos analisar as significações em relação a questão de gênero e as representações sociais presentes no curso de Atuação Policial Frente aos Grupos Vulneráveis, atualizado em 10/02/2009, mais precisamente acerca dos conceitos do módulo III, que trata da comunidade LGBTTT.

A representação do gênero nos cursos de capacitação online dos agentes de segurança pública

No Brasil, o único segmento do Estado que está presente em qualquer local do município ou do distrito, é a polícia. Encarregada de defender e proteger a sociedade, a ela incumbe-se a espinhosa missão de tentar “promover a cidadania” às pessoas desassistidas e despossuídas, que a veem como a personificação do próprio estado, pois falta-lhes o básico.

Neste cenário, a questão relativa ao gênero merece um destaque especial. Cisne (2012), nos mostra que com o advento da revolução industrial e

de acordo com a estruturação social das relações pela sociedade patriarcal capitalista, monta-se uma divisão sexual de classes/ gênero, necessárias a uma construção que legitime uma “divisão sexual do trabalho”, apta a manter o abuso e segregação social, marca indelével do capital, a legitimação da exploração do homem pelo próprio homem.

Com esta divisão sexual, inclui-se a questão da “comunidade LGBTTT” (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), visto que numa sociedade machista e conservadora, esta estereotopia socialmente construída, se transforma em mote de desigualdades, institucionalizando e banalizando os seus direitos (que deixam de serem reconhecidos ou legitimados).

O material didático propõe que, por meio de “instrução online”, os profissionais da segurança pública mudem sua forma de agir junto ao público LGBTTT, através de sentidos únicos que devem ser utilizados por todos os profissionais do país, em quaisquer situações.

Os sentidos mobilizados pela material didático, não são quaisquer sentidos. Emanam de seu “representante mor”, o chefe político da nação, visto que trata-se de um material “pedagógico oficial”. Coube a seu representante político secundário em nível federal, o ministro da justiça, que por meio de sua pasta vinculada (A SENASP/ MJ) brinda-nos com a possibilidade de, “finalmente,” termos um documento pedagógico que trate das questões de gênero, abrangendo uma infinidade de alunos. O referido documento irá contribuir com respostas a questões atinentes à formação dos profissionais da segurança pública.

Extraímos do referido documento, uma sequencias discursivas para análise. Por este norte, poderemos compreender de que forma as questões de “gênero” presente no material didático são postos aos profissionais da Segurança Pública. É a partir da Sequência Discursiva (SD) eleita, que poderemos ter acesso ao discurso oficial, a fim de entender as soluções propostas às questões de “segurança pública” presentes em nosso País, incutindo em seus destinatários (Policiais Civis, Policiais Militares e Bombeiros Militares) a ideia de que estes são diretamente responsáveis pelo “caos social” que hoje aflige o Brasil, pois é sua missão indelével –, o controle das pautas de conduta socialmente aceitáveis no projeto de sociabilidade burguês, alijando, por conseguinte, quaisquer possibilidades de práticas contra- hegemônicas de reflexão.

Sequencia discursiva:

“O cidadão homossexual ordeiro deve ser tratado de forma respeitosa, sem gracejos nem críticas, pelos policiais que o abordam

ou são acionados por ele, em situação de vítima da criminalidade e abuso de poder”. Fonte: Atuação Policial Frente a Grupos Vulneráveis – Módulo 3. SENASP/MJ – última atualização em 10/02/2009. Pag. 59.

Ora, para nós, isto é uma forma de produção de efeitos de sentido, que mandam claramente um recado: somente poderá ter direito o “homossexual ordeiro”. E quem não for? Silencia-se, aqui, todo e qualquer tipo de desigualdade, de uma sociedade pautada na exploração do homem pelo homem e que se sustenta pela exploração dos desiguais. Silencia-se também a obediência hierárquica a que está submetido todo agente de segurança, visto que se “garantiu um direito” a determinada classe.

A objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo com o dominante” das formações ideológicas de uma dada formação social, estrutura que não é senão a da contradição da reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes (PÊCHEUX, 1995, p. 147).

Nesse discurso oficial, em sua tessitura, milhares de fios ideológicos são juntados, para que, de forma quase imperceptível, que tal discurso ganhe legitimidade em detrimento de quaisquer outros, sem que isto provoque embates, pelo fato de que, quem fala não sou eu ou você, mas o governo.

Gostaria de ilustrar com um exemplo.

Moradores de um condomínio de luxo aqui em Maceió, chamam a Polícia Militar para retirar vários “Homossexuais ordeiros” que se encontram as margens de um lago artificial num bairro nobre da capital, inclusive alguns destes “inquilinos”, dormem no local, provocando uma “poluição visual” ao moradores.

Depois de acionar o serviço assistencial da paróquia do bairro, a Secretaria Municipal de Assistência Social do Município, um lar de acolhimento que encontra-se próximo do local, além de um grupo religioso que dava auxílio médico aquelas pessoas, por não obter resultados – que seriam a retirada imediata de todos aqueles indivíduos que se amontoavam a mais de uma semana naquele local – , o síndico chama a polícia , sob o pretexto de que aquelas pessoas circulando por ali trazem riscos aos moradores.

Chegando no local, a polícia encontra seis “homossexuais ordeiros” preparando-se para ir trabalhar. Todos de carteira assinada, alegaram que por ganharem menos de um salário mínimo, não tinham condições de individualmente alugarem uma casa para saírem dali.

Todos mostraram seus documentos, exceto de um, que informou ter perdido todos durante uma inspeção da vigilância sanitária naquele local, e encontrava-se sozinho e teve seus documentos apreendidos. Será que neste exemplo, os “homossexuais ordeiros” por não terem condições de estar em outro lugar, são menos “cidadãos” que os proprietários de terreno da área nobre?

Assim, as classes abastadas não devem ser tratadas da mesma forma que as pessoas desprovidas de recursos. Entendemos ser pertinente, aqui, o que dizem Marx & Engels,(2006, p. 46).

A moderna sociedade burguesa, surgida das ruínas da sociedade feudal, não eliminou os antagonismos entre as classes. Apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de lutas em lugar das antigas.

É nesse sentido que a palavra “*homossexual ordeiro*”, opaciza os conflitos inerentes à luta de classes e os antagonismos sociais que hoje se apresentam no Brasil. De um lado as elites historicamente postas no comando da máquina pública, servindo-se, não só dos AIE¹, mas principalmente dos agentes de segurança inscritos no interior dos ARE² para implementar seu projeto de sociabilidade. De outro, a sociedade civil organizada, buscando conquistar direitos e espaço na política.

É importante constatar a atualidade das reflexões de Marx & Engels (2005, p.32) quando assim se expressam,

A nossa época, [...], caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade inteira vai dividindo-se em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas entre si: burguesia e proletariado.

1 Aparelho ideológico do Estado.

2 Aparelho Repressivo do Estado.

Com base no que fora exposto, é assente nas sequencias discursivas a tentativa do governo de dissimular os conflitos de classe próprios do capitalismo, pois apesar de aparentemente “cristalino” em concepção, tais sequencias discursivas do material didático mostra-se atravessada pela ideologia do capital, onde quem apresenta o material (o governo), advoga propósitos louváveis, mas que escondem seus “reais interesses”.

Considerações finais

Se antes a informação e as capacitações eram mitigadas e demoradas, demasiadamente caras, hoje através da TIC's temos acesso a uma vasta gama de informações, que nos fazem/ obrigam a possuir “outros olhares e outros interesses”, adequando-se as exigências atuais do mercado, tendo em vista que neste processo “todos ensinamos e aprendemos alguma coisa” (Moran, 2000, p. 13) .

Nos discursos, presentes no curso de Atuação policial Frente a Grupos Vulneráveis, através dos recortes, suas FD's estão sendo resinificadas, com o fito de se lhes atribuírem uma nova valoração que coadunem não só com os valores mais caros ao capitalismo, mas com o projeto de sociabilidade que a classe dominante deseja. A responsabilidade de mudança é deslocada totalmente de seu ator principal, que é o governo, sendo-lhe atribuída a um ator secundário, a força policial, que é mais visível é possível de ser encontrada pela sociedade. É mais fácil falar com um policial, ou com um chefe do executivo (municipal, estadual ou federal)?

O Estado é a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade [...] de um período, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e dele adquirem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, mais ainda, na vontade livre, destacada de sua base real (Marx & Engels, 2007, p. 98).

Essa base real será exercida pela classe que, politicamente dominante, possui condições reais de ter suas vontades traduzidas em um documento (leis) que coadunem com o projeto de sociabilidade que melhor lhe convier.

Todo este processo correrá dentro de um AVA (ambiente virtual de aprendizagem), voltado ao fazer pedagógico, que terá metas onde o aluno deve

cumpri-las/ atingi-las, sendo mediado por um tutor, através de *feedback*. Serão os *feedbacks* o instrumento utilizado pelo tutor para nortear o processo de construção do abstrato para o concreto do aluno, sendo indispensável para que ambos (discente e docente) trilhem o mesmo caminho e principalmente ao discente, para saber se está alcançando os objetivos dos módulos e do curso em sí, pois “a meta principal consiste em maximizar o produto final” (Moore & Kearsley, 2010, p. 326).

O maior mérito da Análise do Discurso é ir além da relação estanque da língua, pensando-a não como algo pronto, algo acabado, mas como um lugar de construção e reconstrução, uma arena de significações.

Nessa arena, o discurso pedagógico é visto como a língua fazendo sentido, onde o ser que a profere (o ser humano) interage socialmente de modo a filiar-se, manter ou provocar rupturas nas relações sociais em que participa, ante o conteúdo ideológico no qual se insere, promovendo diante das práticas sociais que o interpelam no decorrer de sua vida social, externando sua posição frente aos antagonismos que uma sociedade estratificada em classes sociais díspares propõe.

Quem são esses policias? Quem informações são essas? Será que realmente tais conceitos estão trazendo benefícios? Será que este curso, poderá vencer todos os obstáculos que as questões de gênero e representações sociais culturalmente arraigados a mias de cinco séculos no Brasil apresentam? Seus atores principais, os policias, serão verdadeiramente capacitados? Ou estão sendo adestrados pra um fim maior?

Para Marx & Engels (2007), será a linguagem a forma de se obter o relacionamento entre os homens, na busca pela necessidade (incompleta) de intercâmbio entre os de sua espécie, sendo, portanto, um produto social.

Para nós, fica evidente que o sujeito enunciante fala do lugar nesta Formação Ideológica do capital. Suas palavras, convocam outros discursos para com ele dialogarem e conferir-lhes sua autenticidade. É isso que fica evidente quando se afirma que “para o homossexual ordeiro” será dispensado um tratamento. E para quem não se enquadrar neste esteriótipo? Que reprimendas sofrerá?

É preciso que se vença esta lógica perniciosa de formar, pois somente assim teremos um quadro diferenciado, pois é ilógico uma solução dentro das bases do próprio sistema capitalista ou dentro de uma tentativa vã de reformulação do próprio sistema, que é irreformável.

Com isso, nasce a necessidade de agir e intervir na sociedade, de forma consciente e racional, realizando uma mudança profunda no sistema político

e econômico vigente, que representará uma mudança na própria estrutura da sociedade, dando oportunidade ao profissional da segurança pública de construir uma pedagogia contra hegemônica.

Por isso, é fundamental que o material instrucional, com base nos preceitos da nossa constituição de 1988, trate da questão da diversidade sexual como uma baliza de igualdade entre os gêneros, pois todos, independente da orientação sexual, precisam ter seus direitos mais básicos respeitados, como: direito a vida, liberdade, intimidade, declaração conjunta do imposto de renda e demais benefícios previdenciários, direitos sociais, direitos políticos, direitos trabalhistas (Praun, 2011).

4. Referencias

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado.** Tradução de Walter José Evangelista. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 12ª Edição. Tradução de Michel Lahud “*et all*”. São Paulo: HUCITEC, 2006.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira: O simulacro de um discurso modernizador.** Maceió: EDUFAL, 2007.

_____. Situando a análise do discurso. In: FLORENCIO, Ana Maria Gama “*et all*”. **Análise do discurso: Fundamentos e práticas.** Maceió: EDUFAL, 2009.

CISNE, Míria. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

FILHO, Amílcar Torrão. **Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam.** Cadernos pagu (24), janeiro-junho de 2005, pp.127-152. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a07.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

HARASIM, Linda “*et all*”. **Redes de aprendizagem: um guia para ensino e aprendizagem on-line.** São Paulo: SENAC: 2005.

LUKÁCS, George. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. São Paulo: Revista temas de Ciências Humanas, 1978.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

MARX, K. & ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico - filosóficos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

MOORE, Michael & KEARSLEY, Greg. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

MORAN, José Manuel *"et all"*. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 17ª Edição. São Paulo: Papirus, 2000.

ORLANDI, ENI P. (Org). **Gestos de leitura da história no discurso**. Tradução de Bethânia S.C. Mariani. São Paulo: UNICAMP, 1993.

_____. **Análise do discurso: Princípios e procedimentos**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Pontes, 2005.

_____. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. 4ª Edição. São Paulo: UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni P. Orlandi *et all*. 2ª Edição. São Paulo: UNICAMP, 1997.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni P. Orlandi *et all*. 2ª Edição. São Paulo: UNICAMP, 1995.

PETERS, Otto. **A educação a distância em transição: tendências e desafios**. 2ª Reimpressão. São Leopoldo: UNISINOS, 2009.

PRAUN, Andrea Gonçalves. **Sexualidade, gênero e suas relações de poder**. Revista Húmus - ISSN: 2236-4358. Jan/Fev/Mar/Abr. 2011. N° 1. Disponível em: <http://www.>

periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/download/1641/1302

Acesso em: 15 de out. de 2015.

Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Atuação Policial Frente a Grupos Vulneráveis**. SENASP/MJ: Brasília/DF. 129 Páginas. Última atualização em 10 de fev. de 2009.

ANÁLISE DISCURSIVA DO CONCEITO DE “INFORMAÇÃO” NOS MATERIAIS INSTRUACIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA, E SUAS REPERCUSSÕES NA COMUNIDADE LGBTT

Deyvid Braga Ferreira
deyvidbrafe@bol.com.br

Lívyra Ramos Sales Mendes de Barros
livsal35@hotmail.com

Wanessa Oliveira Silva
Faculdade Raimundo Marinho - AL
wanessa.os@hotmail.com

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar o discurso do material de cursos online para policiais, especificamente no que concerne a orientações e o conceito de “informação”, e as formas sobre abordagens as pessoas da comunidade LGBTT. A metodologia utilizada para o desvelar tal problemática, foi a pesquisa qualitativa, com revisão bibliográfica. Nossa perspectiva teórica foi a da Análise do Discurso de vertente francesa, que trabalha a relação língua, ideologia e história. Nossa categoria de análise foi a Formação Ideológica (FI), presente no recorte do material didático que selecionamos. Os resultados desta pesquisa mostraram que o curso de capacitação apresenta conceitos dúbios e pouco claros, relegando muitas vezes ao policial o papel que o próprio Estado deveria adotar (protetivo, assistencialista...), mas omite-se.

Palavras-chaves: Capacitação policial. Análise do Discurso. LGBTT.

Introdução

É cada vez mais assente em nossa sociedade, que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) vêm propiciando uma mudança não só nos hábitos e estilos de vida das diferentes gerações de uma mesma família. Nesse sentido, não é incomum entre os casais, por exemplo, se comunicarem através das redes sócias, mesmo a poucos centímetros uns dos outros. Todos, de uma forma ou outra, estão conectados, utilizando-se dos vários meios/ formas de comunicação para que possam interagir neste cenário de incertezas e liquidez, que atende pelo nome de “internet”; estando sujeita a constantes mutações e variações, onde qualquer pessoa de posse de um simples celular pode ter acesso a informação instantaneamente, no exato momento em que ela esta ocorrendo (Peters, 2009, pag. 353 – 367).

Isto se adequa perfeitamente em nosso país, pois o Brasil é um país de proporções continentais. Com polícias, policiais e doutrinas diferentes em cada parte de nosso território. Necessário, então, buscarmos uma forma, via TIC’s para não só propiciarmos educação mas, principalmente, para buscar adotar padrões comportamentais símiles.

Por isso a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ), cria diversos cursos de qualificação profissional, onde os policia participantes poderão capacitar-se em qualquer “horário de folga” que lhe seja mais conveniente.

Nosso objeto de análise será o discurso presente no material do curso de Atuação Policial Frente aos Grupos Vulneráveis, atualizado em 10/02/2009, mais precisamente acerca dos conceitos do módulo III, que trata da comunidade LGBTT.

Conforme a apresentação do material (SENASP/MJ, 2009, pag. 02), fica claro que o agente de segurança, após o curso, deverá possuir conhecimentos que o capacitem para a prestação de um atendimento de qualidade ao grupo LGBTT, pois este grupo é extremamente suscetível de violação de seus direitos, sendo considerado “invisível”, por não ser percebido pela maioria da população.

Para podermos desvelar de que forma o “material oficial” do governo “capacita” os agentes de segurança por meio de seus discursos, buscaremos respaldo na Análise de Discurso, que desenvolveremos no próximo tópico.

Metodologias, resultados e discussões

A Análise do Discurso adota como conceitos centrais: o sujeito, a historia e a ideologia. Sua finalidade consiste não só em explicar a estruturação do texto

mas, de que forma sua articulação léxica irá produzir sentidos, auxiliando a entender de que forma estes sentidos vão significar o discurso.

E isso é aplicado a toda materialidade discursiva, inclusive aqueles veiculadas com o suporte das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), pois neste “novo cenário”, as maneiras de ensinar e aprender já apresentam novos contornos, novos processos educacionais e novos recursos (Harasim, 2005, p. 340), que serão moldados de acordo com as necessidades daqueles que oferecem as instruções.

Análise do discurso de vertente francesa

O nascimento e desenvolvimento da Análise do Discurso da qual somos tributários (Orlandi, 1993), nasce na França, das décadas de sessenta e setenta do século passado. Na Europa de 1960, o momento político é marcado pelo que se denomina de “guerra fria”. Os Estados Unidos (EUA) defendendo um projeto de sociabilidade capitalista estavam de um lado, enquanto a União Soviética (URSS) defendendo um projeto de sociabilidade socialista encontrava-se diametralmente no lado oposto.

A Análise de Discurso fundada por Pêcheux está ligada à compreensão de como as filiações históricas no mundo, e em especial no continente europeu, estavam produzindo seus efeitos. O que se buscava estudar na época, não era qualquer tipo de discurso: mas aquele de cunho político, que é perpassado pelas questões de luta de classes, movimentos sociais e a história. Com isto, coloca-se em evidencia questões ligadas a política e ao marxismo.

Pêcheux, então, propõe que o analista procure: o “real sentido do ato discursivo”, desvelando de que forma: sujeito, historia e ideologia produzem sentido, pois o ser humano, em suas relações/ comunicações, pode “utilizar palavras que mudem de contexto quando utilizadas em diferentes ambientes/ situações, pois elas (as palavras) podem conter significados que se sobrepõem ao momento do “dito”, podendo ou não assumir outros contextos no decorrer da comunicação (Orlandi, 2005).

Para que possamos adentrar em nosso objeto de análise, ou seja, de que modo a questão do gênero é externada nos curso de capacitação online, precisaremos desenvolver uma das categorias da Análise de Discurso, que será a Formação Ideológica.

Formações ideológicas

Iniciaremos com a perspectiva assumida por Pêcheux, em seus diversos ensaios frente à tentativa de “materializar” um conceito de ideologia que lhe desse suporte para a cisão com a linguística e propiciasse instrumentos científicos para a criação de uma ciência autônoma, a Análise do Discurso. Apropria-se inicialmente, dos conhecimentos de seu iniciador no Laboratório de Pesquisas da Universidade de Paris VIII – Louis Althusser.

Althusser¹, na sua obra *Aparelhos ideológicos de Estado*, no capítulo onde fala da “reprodução da força de trabalho”, busca traçar um perfil de como se concebe a sua produção e a reprodução (da força de trabalho).

Ela (a força de trabalho) será reproduzida através da contraprestação fornecida pelo empregador ao empregado, pela venda/ exploração de sua força de trabalho (salário), que será seu meio material de reprodução. É bem verdade que o salário é uma parcela “ínfima” paga a “força de trabalho” pelos seus gastos, para que este se reconstitua consumindo (educação, capacitação, alimentos, roupas, moradia...).

É neste sentido que se deve atrelar a reprodução da força de trabalho, mas ao conceito de Estado. O Estado, conforme tratado pela “teoria marxista”², será uma engenho repressivo, capaz de manter a classe dominante no poder (grandes senhores de terra do século XIX e a burguesia), submetendo a classe dominada a exploração capitalista, com o fito de obter lucros cada vez maiores.

É preciso, para que tal objetivo seja colimado, que o Estado disponha de mecanismos, de aparelhos para que seu “curral exploratório” mantenha-se sob o seu “cabresto”. Tais mecanismos são o Aparelho Repressivo do Estado (ARE³) e o Aparelho Ideológico do Estado (AIE⁴). Assim, a distinção que ficaria mais evidente é que o ARE tem seu papel nodal no uso da coação, enquanto que o AIE tem seu funcionamento vinculado à ideologia.

Diz Althusser (2003),

1 Em seus estudos intitulados: *Aparelhos Ideológicos de Estado*.

2 *Opus citat*, p. 62.

3 São exemplos de Aparelhos Repressivos de Estado: o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões...

4 São exemplos de Aparelhos Ideológicos do Estado: Religião (diferentes igrejas), Escola, Família, Jurídico, Político, Sindical, de Informação (imprensa), Cultural...

O aparelho (repressivo) do estado funciona predominantemente através da repressão (inclusive física) e secundariamente através da ideologia. (Não existe aparelho unicamente repressivo). Exemplos: o Exército e a polícia funcionam também através de ideologia, tanto para garantir sua própria coesão e reprodução, como para divulgar os valores por eles propostos. Da mesma forma, mas inversamente, devemos dizer que os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam principalmente através da ideologia e secundariamente através da repressão, seja ela bastante atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica. (Não existe aparelho puramente ideológico). Desta forma, a escola, as igrejas moldam por métodos próprios [...] não apenas seus funcionários, mas suas ovelhas (p.70)

Dito isto, poderemos perceber que os ARE's possuem a função precípua de garantir através da coação⁵ (física ou ideológica) a manutenção da ordem exploratória vigente, garantindo a continuidade política da força dominante onde o proletário subserve aos ditames da classe política elitizada vigente.

Com os AIE será diferente, pois enquanto os ARE detêm uma organização centralizada, dirigido pelos representantes das classes dominantes, os AIE possuem uma organização múltipla, distinta, autônoma, que expressam os antagonismos entre a burguesia e o proletariado e forma mais gritante, com o escopo de reproduzir e legitimar as relações de subserviência entre exploradores e explorados, submetendo os indivíduos a ideologia predominante no Estado.

Essa concepção de ideologia, segundo Cavalcante (2007, p. 40), “apoia-se na noção de homem como um ser que reage às demandas postas pela realidade objetiva, um ser que dá respostas a necessidades determinadas”. É Lukács (1978, p. 5) quem afirma:

O homem torna-se um ser que dá respostas, precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los.

5 Por coação, entenda-se a possibilidade ou não do uso da coerção, da força. Esta (a força) pode ser de forma velada (ideológica – a simples presença da força policial ou do Exército já iria inibir qualquer atuação contrária ao regime) ou não (uso propriamente dito da força física, da repressão...).

O indivíduo faz sim, escolhas, mediante as possibilidades que lhe são postas. Numa hipótese mais simples, podemos compreender que sempre diante das condições postas o indivíduo, sempre poderá optar por “sim” ou “não”, frente às diferentes formas específicas de ideologia que lhe são veladas. Essas formas ideológicas específicas são denominadas de Formações Ideológicas (FI). Segundo Haroche (1971, p. 102, *apud* Cavalcante 2007, p. 42)

As formações ideológicas são, pois, expressão da estrutura ideológica de uma formação social que põem em jogo práticas associadas às relações e classe. Trata-se de realidades contraditórias, na medida em que em uma conjuntura dada, as relações antagônicas de classe possibilitam o confronto de posições políticas e ideológicas que não são atos individuais, mas que se organizam em formações conservando entre elas as relações antagônicas de aliança e de dominação.

É por esse motivo, que, numa dada formação ideológica, pode-se encontrar o confronto de ideias, posições, alianças ou, simplesmente, a subserviência de uma ideologia a outra dentro da FI, demonstrando uma sujeição/ dominação. É nessa perspectiva, que diferentes FI, mesmo que demonstrem antagonismo entre si, podem falar de questões como cidadania, patriotismo, segurança pública, atribuindo-lhes sentidos diferentes.

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe em si mesmo, (...) mas ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir, essa tese, dizendo: as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que a empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referencia (...) as formações ideológicas (...) nas quais estas posições se inscrevem (Pêcheux, 1995, p. 160).

Diante das condições que lhe são postas, o indivíduo faz sim, escolhas, mediante as possibilidades que lhe surgem. Numa hipótese mais simples, podemos compreender que sempre diante das condições postas o indivíduo, sempre

poderá optar por “sim” ou “não”, frente às diferentes formas específicas de ideologia que lhe são veladas.

Essas formas ideológicas específicas são denominadas de Formações Ideológicas (FI). Segundo Haroche (1971, p. 102, *apud* Cavalcante 2007, p. 42)

As formações ideológicas são, pois, expressão da estrutura ideológica de uma formação social que põem em jogo práticas associadas às relações e classe. Trata-se de realidades contraditórias, na medida em que em uma conjuntura dada, as relações antagônicas de classe possibilitam o confronto de posições políticas e ideológicas que não são atos individuais, mas que se organizam em formações conservando entre elas as relações antagônicas de aliança e de dominação.

É por esse motivo, que, numa dada formação ideológica, pode-se encontrar o confronto de ideias, posições, alianças ou, simplesmente, a subserviência de uma ideologia a outra dentro da FI, demonstrando uma sujeição/ dominação. É nessa perspectiva, que diferentes FI, mesmo que demonstrem antagonismo entre si, podem falar de questões como diversidade sexual, cidadania, patriotismo, segurança pública, atribuindo-lhes sentidos diferentes.

É a partir desses pressupostos teóricos que pretendemos analisar a as significações em relação a questão de gênero e as representações sociais presentes no curso de Atuação Policial Frente aos Grupos Vulneráveis, atualizado em 10/02/2009, mais precisamente acerca dos conceitos do módulo III, que trata da comunidade LGBTQTT.

A representação do gênero nos cursos de capacitação online dos agentes de segurança pública

No Brasil, o único segmento do Estado que está presente em qualquer local do município ou do distrito, é a polícia. Encarregada de defender e proteger a sociedade, a ela incumbe-se a espinhosa missão de tentar “promover a cidadania” às pessoas desassistidas e despossuídas, que a veem como a personificação do próprio estado, pois falta-lhes o básico.

Neste cenário, a questão relativa ao gênero merece um destaque especial. Cisne (2012), nos mostra que com o advento da revolução industrial e de acordo com a estruturação social das relações pela sociedade patriarcal

capitalista, monta-se uma divisão sexual de classes/ gênero, necessárias a uma construção que legitime uma “divisão sexual do trabalho”, apta a manter o abuso e segregação social, marca indelével do capital, a legitimação da exploração do homem pelo próprio homem.

Com esta divisão sexual, inclui-se a questão da “comunidade LGBTT” (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), visto que numa sociedade machista e conservadora, esta estereotopia socialmente construída, se transforma em mote de desigualdades, institucionalizando e banalizando os seus direitos (que deixam de serem reconhecidos ou legitimados).

O material didático propõe que, por meio de “instrução online”, os profissionais da segurança pública mudem sua forma de agir junto ao público LGBTT, através de sentidos únicos que devem ser utilizados por todos os profissionais do país, em quaisquer situações.

Os sentidos mobilizados pela material didático, não são quaisquer sentidos. Emanam de seu “representante mor”, o chefe político da nação, visto que trata-se de um material “pedagógico oficial”. Coube a seu representante político secundário em nível federal, o ministro da justiça, que por meio de sua pasta vinculada (A SENASP/ MJ) brinda-nos com a possibilidade de, “finalmente,” termos um documento pedagógico que trate das questões de gênero, abrangendo uma infinidade de alunos. O referido documento irá contribuir com respostas a questões atinentes à formação dos profissionais da segurança pública.

Extraímos do referido documento, uma sequencias discursivas para análise. Por este norte, poderemos compreender de que forma as questões de “gênero” presente no material didático são postos aos profissionais da Segurança Pública. É a partir da Sequência Discursiva (SD) eleita, que poderemos ter acesso ao discurso oficial, a fim de entender as soluções propostas às questões de “segurança pública” presentes em nosso País, incutindo em seus destinatários (Policiais Civis, Policiais Militares e Bombeiros Militares) a ideia de que estes são diretamente responsáveis pelo “caos social” que hoje aflige o Brasil, pois é sua missão indelével –, o controle das pautas de conduta socialmente aceitáveis no projeto de sociabilidade burguês, alijando, por conseguinte, quaisquer possibilidades de práticas contra- hegemônicas de reflexão.

Sequencia discursiva:

“A diversidade sexual é uma realidade em nossa sociedade. . o cidadão, muitas vezes, tem seus direitos desrespeitados pelo fato de ser homossexual. A falta de informação da sociedade, que em

sua maioria é homofóbica (discrimina e não gosta do homossexual), o preconceito, e o despreparo dos policiais que compõem o sistema de segurança e outros setores públicos e privados, tornam a vida do cidadão homossexual extremamente penosa”.

Fonte: Atuação Policial Frente a Grupos Vulneráveis – Módulo 3. SENASP/MJ – última atualização em 10/02/2009. Pag. 59.

Um detalhe que podemos perceber, é o silogismo que o texto retrata acerca da “desinformação da sociedade” e o desrespeito aos homossexuais. Como se, apenas informando a sociedade, todo seu caráter conflituoso e exploratório pudesse ser alijado com “informação”.

Em uma sociedade estratificada por classes sociais, onde seu caráter conflituoso é observado em quaisquer locais (públicos ou privados), a manutenção de referenciais ideológicos que neguem ou alijem a tomada de consciência do indivíduo desse estado, é nodal para manter a subserviência de quem está alienado, impedindo a tomada de consciência e, conseqüentemente, compreensão de mundo; pois todo processo discursivo é materialmente inscrito numa relação ideológica de classes. Isso ocorre porque,

As contradições ideológicas que se desenvolvem através da [...] língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantém, necessariamente, entre si os “processos discursivos”, na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classe (PÊCHEUX, 1995, p. 93).

Será que existe mesmo, um interesse em “educar e conscientizar a população”? E, em relação aos policias, como “educar, preparar e conscientizar”?

Nesse discurso oficial, em sua tessitura, milhares de fios ideológicos são juntados, para que, de forma quase imperceptível, a malha curricular governamental ganhe legitimação em detrimento de quaisquer outras, sem que isto provoque embates, pelo fato de que,

As pessoas falam para serem ouvidas, às vezes para serem respeitadas e também para exercerem uma influencia no ambiente em que realizam seus atos [...] O poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante [...] Uma variedade linguística vale o que vale na sociedade os seus falantes, isto é, vale como

reflexo do poder e da autoridade que eles tem nas relações econômicas e sociais. (GNERRE, 1991, p. 05 - 06).

Ora, apesar do material didático trazer que a questão do gênero, em especial do homossexualismo, é normal em nossa sociedade, e que o profissional da segurança pública deve combater as discriminações sofridas por estes cidadãos, não é bem isso que acontece. Neste sentido:

O que quero dizer é que compreender a reprovação à homossexualidade, principalmente sobre os homens [...] ou sobre as mulheres [...], é uma chave para a compreensão das principais questões do gênero. Como se constituem as desigualdades e hierarquias entre os sexos, como se constroem as identidades sexuais e como se conformam as categorias do masculino e do feminino ... (FILHO, 2005, p. 148).

Isso significa que a feição que a sociedade possui, os sentidos que esta palavra “gênero” apresenta, é um sentido de oposição, de antagonismo que deverá reprimir sua atração ao seu homônimo.

É por isso que historicamente o gênero é construído entre o masculino e o feminino desprezando-se, no Brasil, até 1988 (com a Constituição Federal de 1988), as relações de atração entre o mesmo sexo.

No decorrer da história, o discurso que legitima o gênero, é aquele ao qual pertencente ao grupo politicamente dominante, onde a legitimação de suas determinações, que concretizam-se nas palavras “frias” da lei ou dos materiais instrucionais, serão aqueles que ditarão o padrão de aceitabilidade social e manutenção da ordem, dialogando e comunicando-se com outros discursos. Isso ocorre por que não só as relações de poder e dominação, mas a construção da própria tessitura da sociedade, é estabelecida por meio da palavra.

Com base no que fora exposto, é assente nas sequencias discursivas a tentativa do governo de dissimular os conflitos de classe próprios do capitalismo, pois apesar de aparentemente “cristalino” em concepção, tais sequencias discursivas do material didático mostra-se atravessada pela ideologia do capital, onde quem apresenta o material (o governo), advoga propósitos louváveis, mas que escondem seus “reais interesses”.

Considerações finais

Se antes a informação e as capacitações eram mitigadas e demoradas, demasiadamente caras, hoje através da TIC's temos acesso a uma vasta gama de informações, que nos fazem/ obrigam a possuir “outros olhares e outros interesses”, adequando-se as exigências atuais do mercado, tendo em vista que neste processo “todos ensinamos e aprendemos alguma coisa” (Moran, 2000, p. 13) .

Nos discursos, presentes no curso de Atuação policial Frente a Grupos Vulneráveis, através dos recortes, suas FD's estão sendo resinificadas, com o fito de se lhes atribuírem uma nova valoração que coadunem não só com os valores mais caros ao capitalismo, mas com o projeto de sociabilidade que a classe dominante deseja. A responsabilidade de mudança é deslocada totalmente de seu ator principal, que é o governo, sendo-lhe atribuída a um ator secundário, a força policial, que é mais visível é possível de ser encontrada pela sociedade. É mais fácil falar com um policial, ou com um chefe do executivo (municipal, estadual ou federal)?

O Estado é a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade [...] de um período, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e dele adquirem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, mais ainda, na vontade livre, destacada de sua base real (Marx & Engels, 2007, p. 98).

Essa base real será exercida pela classe que, politicamente dominante, possui condições reais de ter suas vontades traduzidas em um documento (leis) que coadunem com o projeto de sociabilidade que melhor lhe convier.

O maior mérito da Análise do Discurso é ir além da relação estanque da língua, pensando-a não como algo pronto, algo acabado, mas como um lugar de construção e reconstrução, uma arena de significações.

Nessa arena, o discurso pedagógico é visto como a língua fazendo sentido, onde o ser que a profere (o ser humano) interage socialmente de modo a filiar-se, manter ou provocar rupturas nas relações sociais em que participa, ante as Formações Ideológicas no qual se insere, promovendo diante das práticas sociais que o interpelam no decorrer de sua vida social, externando sua posição frente aos antagonismos que uma sociedade estratificada em classes sociais dispõe.

Quem são esses policias? Quem informações são essas? Será que realmente tais conceitos estão trazendo benefícios? Será que este curso, poderá vencer todos os obstáculos que as questões de gênero e representações sociais culturalmente arraigados a mias de cinco séculos no Brasil apresentam? Seus atores principais, os policias, serão verdadeiramente capacitados? Ou estão sendo adestrados pra um fim maior?

Para Marx & Engels (2007), será a linguagem a forma de se obter o relacionamento entre os homens, na busca pela necessidade (incompleta) de intercâmbio entre os de sua espécie, sendo, portanto, um produto social.

Para nós, fica evidente que o sujeito enunciante fala do lugar nesta Formação Ideológica do capital. Suas palavras, convocam outros discursos para com ele dialogarem e conferir-lhes sua autenticidade. É isso que fica evidente quando se afirma que “para o homossexual ordeiro” será dispensado um tratamento. E para quem não se enquadrar neste esteriótipo? Que reprimendas sofrerá?

É preciso que se vença esta lógica perniciosa de formar, pois somente assim teremos um quadro diferenciado, pois é ilógico uma solução dentro das bases do próprio sistema capitalista ou dentro de uma tentativa vã de reformulação do próprio sistema, que é irreformável.

Com isso, nasce a necessidade de agir e intervir na sociedade, de forma consciente e racional, realizando uma mudança profunda no sistema político e econômico vigente, que representará uma mudança na própria estrutura da sociedade, dando oportunidade ao profissional da segurança pública de construir uma pedagogia contra hegemônica.

Por isso, é fundamental que o material instrucional, com base nos preceitos da nossa constituição de 1988, trate da questão da diversidade sexual como uma baliza de igualdade entre os gêneros, pois todos, independente da orientação sexual, precisam ter seus direitos mais básicos respeitados, como: direito a vida, liberdade, intimidade, declaração conjunta do imposto de renda e demais benefícios previdenciários, direitos sociais, direitos políticos, direitos trabalhistas (Praun, 2011).

4. Referencias

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado.** Tradução de Walter José Evangelista. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12ª Edição. Tradução de Michel Lahud “*et all*”. São Paulo: HUCITEC, 2006.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira: O simulacro de um discurso modernizador**. Maceió: EDUFAL, 2007.

_____. Situando a análise do discurso. In: FLORENCIO, Ana Maria Gama “*et all*”. **Análise do discurso: Fundamentos e práticas**. Maceió: EDUFAL, 2009.

CISNE, Míria. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

FILHO, Amílcar Torrão. **Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam**. Cadernos pagu (24), janeiro-junho de 2005, pp.127-152. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a07.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

HARASIM, Linda “*et all*”. **Redes de aprendizagem: um guia para ensino e aprendizagem on-line**. São Paulo: SENAC: 2005.

LUKÁCS, George. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. São Paulo: Revista temas de Ciências Humanas, 1978.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

MARX, K. & ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico - filosóficos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

MOORE, Michael & KEARSLEY, Greg. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

MORAN, José Manuel “*et all*”. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 17ª Edição. São Paulo: Papirus, 2000.

ORLANDI, ENI P. (Org). **Gestos de leitura da história no discurso.** Tradução de Bethânia S.C. Mariani. São Paulo: UNICAMP, 1993.

_____. **Análise do discurso: Princípios e procedimentos.** 6ª Edição. Rio de Janeiro: Pontes, 2005.

_____. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos.** 4ª Edição. São Paulo: UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Tradução de Eni P. Orlandi *et all.* 2ª Edição. São Paulo: UNICAMP, 1997.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução de Eni P. Orlandi *et all.* 2ª Edição. São Paulo: UNICAMP, 1995.

PETERS, Otto. **A educação a distância em transição: tendências e desafios.** 2ª Reimpressão. São Leopoldo: UNISINOS, 2009.

PRAUN, Andrea Gonçalves. **Sexualidade, gênero e suas relações de poder.** Revista Húmus - ISSN: 2236-4358. Jan/Fev/Mar/Abr. 2011. N° 1. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/download/1641/1302>
Acesso em: 15 de out. de 2015.

Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Atuação Policial Frente a Grupos Vulneráveis.** SENASP/MJ: Brasília/DF. 129 Páginas. Última atualização em 10 de fev. de 2009.

PRELIMINARES, TABUS E PRECONCEITOS: ASPECTOS SOCIOLINGÜÍSTICOS, SEXUALIDADE E GÊNERO

José Robério Oliveira de Morais
Universidade Federal de Sergipe
muchachoelbueno@gmail.com

Resumo

Através de um olhar sociolinguístico para a interação nas situações preliminares nas relações sexuais, no que tange às expressões que descrevem e identificam a imagem e o imaginário das pessoas, o objetivo desta pesquisa foi inquirir um grupo aleatório de sujeitos voluntários a fim de identificar as particularidades deste repertório linguístico, verificando se a idade e o sexo/gênero podem interferir na identificação deste repertório, além das implicações dos tabus a serem enfrentados.

Palavras-chave: Sociolinguística, Linguagem, Sexualidade, Gênero, Tabu.

1 Introdução

Em se tratando dos mecanismos de fala que envolvem a relação de linguagem e sociedade, a Sociolinguística é um campo de investigação que pode contribuir para o desvelamento de tabus que conduzem os sentimentos e a sexualidade, identificando, neste processo, padrões de uso da linguagem corporal e oral, que verbalizada tão trivialmente pela linguagem humana, contempla de maneira muito além do corriqueiro um processo de comunicação e relação do uso da linguagem.

O vocabulário humano é extremamente diversificado, rico e exteriorizado em palavras que se contextualizam a partir dos objetivos da comunicação e da fala. Neste palco diversificado, identificamos o contexto sexual e como a Sociolinguística pode auxiliar no desvelamento de termos coloquiais e metafóricos que são estigmatizados pela sociedade (cf. FREITAG; SANTOS; SANTOS, 2009).

É nas preliminares sexuais que acontece o processo de troca de linguagens pouco formal e estigmatizadas como vulgares, mas traduzem um entendimento entre as linguagens corporal e oral em um único objetivo de acesso e conhecimento de emoções e pensamentos em comum de fácil circulação e entendimento aos sujeitos envolvidos. As palavras coloquiais do discurso sexual não são necessariamente ofensivas ou denominadas palavrões, contudo, existe um tabu de que o discurso erótico é atribuído ao sexo/gênero masculino e a mulher prioriza o lado sentimental da relação.

Através de um olhar sociolinguístico sobre a situação de interação nas preliminares nas relações sexuais, no que tange às expressões que descrevem e identificam a imagem e o imaginário das pessoas, o objetivo desta pesquisa foi inquirir um grupo aleatório de sujeitos voluntários a fim de identificar as particularidades deste repertório linguístico, verificando se a idade e o sexo/gênero podem interferir na identificação deste repertório (FREITAG, SEVERO, 2015), além das implicações dos tabus a serem enfrentados.

2 Discurso, sexualidade e tabu

Com os avanços da sociedade globalizada, os discursos sociais tendem a se contextualizar com as transformações impostas pelos avanços tecnológicos e a partir do surgimento dos meios de comunicação, o processo de mudança de concepções e quebra de tabus ficou bastante acelerada. O sexo não é mais

visto como pecado por muitos. A virgindade deixou de ser tabu para tornar-se uma opção.

A existência de tabus é tão presente quanto o toque na hora das preliminares e ao se expressar no sexo, liberta-se sensações que aumentam a autoestima refletindo em uma prática de intimidade conquistada ao longo do tempo, e culturalmente propagada no seio da sociedade cristã de que tudo é possível entre quatro paredes.

Diante do afirmado, existe um voto de silêncio no que tange o discurso sexual e principalmente o “tabu” para algumas pessoas da culpa cristã, porém, as frases ditas no momento a dois são sinônimos de prazer o que talvez seja considerado um tabu velado por uma conduta moralmente inaceitável, imposta por uma sociedade, grupo de pessoas ou de religião.

No âmbito da Sociolinguística, observamos o processo de mutabilidade ao se inserir em um sistema de interação comportamental e social; a comunicação desnuda tabus que anteriormente não eram discutidos e estes no sexo soam como a palavra proibida fortemente traduzida por “sagrado-proibido” ou “proibido-sagrado” (GUÉRIOS, 1979). O que vem a ser abstenção ou proibição que são pré- estabelecidas por uma sociedade sujeita a crenças e mitos principalmente no âmbito sexual e tais atos, ficam sujeitos a coletividade, a família ou o indivíduo inserido em um ciclo de comunicação sociolinguística, e assim, não foge à regra, como afirma Charaudeau (2009, p. 33-34):

A linguagem não se refere somente ao sistema de signos internos a uma língua, mas a sistemas de valores que comandam o uso desses signos em circunstâncias de comunicação particulares. Trata-se da linguagem enquanto ato de discurso, que aponta para a maneira pela qual se organiza a circulação da fala numa comunidade social ao produzir sentido.

Ancorada na concepção de que o problema do tabu vai sendo progressivamente enfrentado pelas mudanças e padrões no discurso e no desenvolvimento da fala, ainda podemos considerar que ele está presente nos discursos sobre erotismo e o que se considera pornografia. Podemos identificar o mesmo com a quebra do tabu sexual mais marcadamente no que tange à comercialização e exposição nas mídias da sensualidade feminina em revistas, filmes e televisão, contudo, predomina velado por uma sociedade hipócrita padrões de que o sexo/gênero masculino é sexualmente livre.

Ao abordarmos emoções e os sentimentos expressos neste espaço de conhecimento mútuo, independentemente de valores pré-estabelecidos de sexo/gênero, as palavras que compõem as preliminares sexuais têm uma conexão intrínseca com as representações possíveis e imaginárias do homem. Neste sentido, a sociolinguística reinterpreta o que a mente de um homem ou mulher produz no meio das relações sociais e de processos cognitivos da mente quando, nesse campo do saber. O processo da expressão oral está em essencialmente compreender como se apresentam e se configuram as falas femininas e masculinas, porque delas emana o que a mente em processo cognitivo representa do que é real e é essencial ao sentimento do discurso e da sociedade.

3 Metodologia

A metodologia desta pesquisa toma uma população com diferente idade e sexo/gênero para identificar se o tabu do discurso erótico é atribuído ao sexo/gênero masculino e o feminino prioriza o lado sentimental da relação.

A pesquisa de campo foi realizada através de entrevistas individuais não estruturada, gerando uma comunicação sem pressão de questionários já prontos; foram entrevistados 34 indivíduos, sendo 20 do sexo/gênero feminino e 14 do sexo/gênero masculino com graus de escolaridades, profissões e idades variadas. A entrevista individual não estruturada de um grupo de homens e mulheres selecionados através de uma amostra voluntária; Laville e Dione (1999, p. 170) afirmam que, “às vezes, quando a participação na pesquisa é exigente, ou por razões éticas, o tema abordado for delicado, cabe ao pesquisador apelar para uma amostra de voluntários”.

As entrevistas foram informais e espontâneas. Os indivíduos entrevistados responderam às perguntas formuladas sem nenhuma interferência externa, sendo respeitadas as condições cognitivas (grau de consciência e conhecimento) e exploratória porque proporciona maior familiaridade com o problema.

O processo envolvendo a análise e interpretação dos dados consiste em compreender e dar sentido dos dados coletados. Sob essa perspectiva, adotou-se uma abordagem de análise qualitativa, em função de não se conhecer os indicadores do fenômeno.

4 Resultados

Após a realização da pesquisa de campo, passou-se à análise qualitativa do conteúdo, que está expressa no quadro 1.

Quadro 1 – Respostas dos informantes

FRASES	SEXO/GÊNERO	IDADE
Morda meu salsichão	Masculino	30
Senta no meu canhão	Masculino	26
Morda essa tora	Masculino	50
Engula a minha vara	Masculino	26
Vou derramar leite na sua cara	Masculino	33
Aperte meu trabuco	Masculino	40
Senta no meu cavalo	Masculino	25
Pega meu pau	Masculino	28
Vou te comer de jeito	Masculino	29
Canta no meu microfone	Masculino	35
Fica de quatro que me acabo	Masculino	48
Pegue na minha estrovenaça	Masculino	58
Morda meu everest	Masculino	31
Aperte a sucuri	Masculino	41
Coma essa escandalosa	Feminino	38
Bata nessa dorminhoca	Feminino	46
Pegue nessa cabaçinha	Feminino	42
Tira a calcinha com o dente	Feminino	28
Delícia, vem me comer	Feminino	22

Identificou-se que as nove mulheres entrevistadas com idade inferior aos 30 anos usaram termos menos polidos e já identificados na fala coloquial mesmo fora do contexto sexual, pois já estão inseridas em músicas com uma dimensão de público de várias idades e sexos, inclusive antadas pelo público infantil, como identificas nas frases de duplo sentido: “vem no meu cavalinho”, “delícia, me chama de cachorra” e “lepo, lepo”. Com relação às dez mulheres acima dos 40 anos, usaram palavras mais polidas identificando que a geração mais antiga

priorizava o lado mais romântico das relações ou reprimiam as frases tabus do seu cotidiano sexual.

Todos os homens entrevistados, no total de 14, independente de idade, usaram formas menos polidas; as falas coloquiais presentes no cotidiano masculino são atribuídas como fonte de apimentar a relação, priorizar o prazer e melhorar a autoestima o mesmo que se observa nas entrevistadas femininas com idade inferior a trinta anos.

A variação que se destacou foi em função da idade entre as participantes do sexo/gênero feminino. Quanto aos homens, não ficou evidenciado nenhuma variação, todos entrevistados do sexo/gênero masculino usaram formas menos polidas (chulas), o que parcialmente comprova a hipótese do estudo.

Também não se evidenciou variação no que se refere à posição social e escolaridade dos participantes, porque na amostra por ser de voluntários não foi priorizada esta análise, contudo, o nivelamento social e o grau de escolaridade podem ser utilizados como variáveis para estudos posteriores.

5 Conclusão

A pesquisa realizada com sujeitos voluntários e dentro de uma população de faixa etária diferenciada (todos com maior idade legal e trabalhadores ativos) permitiu identificar na prática as realidades estudadas na academia e estão relacionadas ao conteúdo programático e as teorias adquiridas durante as aulas de Sociolinguística, resultando em uma experiência que muito enriqueceu o conhecimento e promovendo a inserção do aluno no campo da observação social.

Agradecimento

Este trabalho foi desenvolvido na disciplina Sociolinguística, período 2015.2, ministrada pela Profa. Dra. Raquel Meister Ko. Freitag.

Referências Bibliográficas

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2009. FREITAG, Raquel Meister Ko.; SANTOS, Juliana. Carla dos; SANTOS, Solange dos. Fio do canço: marca linguística identitária do itabaianense. **InterSciencePlace**, v. 1, n. 5, p. 1-13, 2009.

FREITAG, Raquel Meister Ko.; SEVERO, Cristine Gorski.. **Mulheres, Linguagem e Poder** - Estudos de Gênero na Sociolinguística Brasileira. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2015.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. **Tabus Linguísticos**. São Paulo: Ed. Nacional; Curitiba: Ed. da Universidade Federal do Paraná, 1979.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

SUINDARA: RESGATE DE MEMÓRIAS FEMININAS EM CRÔNICAS DE LEILA JALUL.

SUINDARA: WOMEN'S MEMORIES RESCUE IN LEILA JALUL CHRONICS.

Margarete Edul Prado de Souza Lopes¹
Universidade Federal do Acre - UFAC
maga.lopes@gmail.com

Resumo

Neste artigo, apresentamos uma leitura literária de crônicas de Leila Jalul, retratando mulheres da cidade de Rio Branco de seu tempo de menina. Na primeira parte, tecemos uma pequena biografia da Leila Jalul, da autoria feminina na literatura brasileira do Norte e a opressão das mulheres na Amazônia do século XX. Na segunda parte, descrevemos e analisamos histórias de mulheres de outrora, que marcaram a memória da autora e a história cultural do Acre.

Palavras-chave: Memória. Autoria feminina. Literatura brasileira.

Abstract

In this article, it is presented a literary reading of Leila Jalul's chronics. This reading reveals women's pictures from Rio Branco her girl time. In the first part, it is reported a short biography about Jalul, about female writers in Brazilian North literature and the women's oppression in the twentieth century Amazon. In the second part, it is described and analyzed stories of yesterday women, who marked the Leila's memory and the Acre cultural history.

Keywords: Memory. Female authors. Brazilian Literature.

1 Professora Associada II, do Centro de Educação, Letras e Artes da Universidade Federal do Acre, professora do Mestrado Profissional em Letras/UFAC (PROFLETRAS). Coordenadora do Programa de Extensão UNATI - Universidade Aberta da Terceira Idade e do programa de Extensão - NEGA - Núcleo de Estudos de Gênero na Amazônia. Doutora em Teorias da Crítica e da Cultura pela UFBA. Cadeira Nº 32 da Academia Acreana de Letras.

Este artigo consiste em tecer algumas considerações sobre as crônicas de Leila Jalul, escritas anteriormente para os jornais locais da cidade de Rio Branco, e, posteriormente, reunidas em livro, intitulado *Suindara*, publicado em 2007. Escritora, poeta, jornalista e artista plástica, Leila Jalul foi uma das primeiras mulheres a publicar poesia em livros isolados, em Rio Branco. Antes dela, precedem-na Francis Mary e Terezinha Migueis, na capital e Núbia Wanderley, na cidade de Tarauacá, interior do Acre. Jalul lançou seu primeiro livro em 1997, uma produção independente, em Rio Branco, um livro de poemas denominado *Coisas de Mulher, coisas comuns, coisas de mim*. Leila Jalul afirmou que escreveu este livro de um só fôlego, visto que estava vivendo a fase do climatério e o fim de vinte anos de um relacionamento amoroso traiçoeiro. Sendo assim, a autora decidiu entregar-se de corpo e alma às artes, grande e talvez maior válvula de escape da humanidade, seja na condição de leitor ou escritor, iniciando suas criações na pintura e na poesia:

Ao mesmo tempo em que botava para fora os demônios em forma de poesia, como vocês fazem questão de dizer, disparei a pintar sem nunca ter pegado num pincel. Desenhava escrevendo, ou escrevia desenhando. Fiz 52 quadros e vendi 54 numa mesma noite. Não sei se vendi os poemas ou os quadros correspondentes já que, olhando hoje, noutro estado de espírito, acho os poemas melhores que os quadros.²

Nascida em Rio Branco, na quarta feira de cinzas de 25 de fevereiro de 1948, Leila Maria Jalul Bretz, sempre muito irônica e provocadora, afirma que, por vontade própria, preferiria ter nascido nas montanhas rochosas ou nos Alpes suíços: “Adoro ser amazônica, mas você há de convir que o clima é mórbido”³. Assim, o leitor vai se apercebendo do estilo escrachado da autora, mesclado com algumas pitadas de irreverência muito bem humorada. Leila Jalul iniciou um curso de Letras, porém, mais tarde, preferiu formar-se em Direito, pela Universidade Federal do Acre, no ano de 1997. “Mas meus pendores profissionais estão mais para arquitetura e artes plásticas”, declara a autora, que já realizou três exposições: “Revivência” (quadros abstratos), “Mulheres, Flores e

2 Entrevista a Margarete Prado Lopes em 10 de junho de 2003. Todas as outras declarações da autora em itálico são da mesma entrevista.

3 JALUL, Leila. Entrevista [10 de junho de 2003]. Rio Branco. Entrevistadora: Margarete Prado Lopes.

Borboletas: cúmplices na natureza” e “Floral Exótico”. Borboletas sempre foram sua maior paixão e enfeitam as páginas dos seus livros.

Leitora assídua de poemas e romances, desde a juventude, suas preferências recaem nas obras de Cecília Meireles, Cora Coralina, Adélia Prado, Fernando Pessoa, Mário Quintana, Clarice Lispector, Josefina Barrón, César Vallejo, além do poeta simbolista Cruz e Souza, entre outros. A autora considera ainda que devemos ser apreciadores dos autores novos, sermos generosos com os iniciantes na arte de escrever: “principalmente os marginais, principalmente dos que vagueiam pelos bares...”⁴

Em 2007, Leila publicou mais dois livros, sempre por conta própria, pois prefere as publicações independentes, sem as amarras das editoras, em tiragem bem pequena, para distribuir entre poucos amigos: um deles foi um novo livro de poemas, sem as amarguras do primeiro livro, acompanhado de uma cópia digital, gravada em CDRoom: *Absinto maior*. O segundo foi *Suindara* que, após duas produções de poemas, é sua primeira publicação em prosa, construído com histórias colecionadas na memória, ao longo da vida de menina e da mocidade na glamorosa cidade de Rio Branco, dos tempos dos governos estaduais pré-ditadura, quando havia fartura de árvores da na cidade, simplicidade e beleza, enterrados pelo avanço tecnológico e econômico. Um progresso que trouxe a poluição, violência, doenças, criminalidade e marginalidades das grandes cidades para o último recanto da Amazônia Ocidental, ainda intocado progresso.

De lá para cá, surgiram novas obras da veia humorística inesgotável de Jalul, sempre tragicômica, humorística, às vezes nostálgica, todavia ineludivelmente direta, mordaz, sem rodeios e sem bordados, não de supetão, mas sem costuras e alinhavos remendando seus heróis e heroínas, mostrando mesmo os pontos fracos e vis. Assim, podemos ler, nesta perspectiva os livros seguintes que foram *Minhas vidas alheias* (2010) e *Das cobras, meu veneno* (2011), estes não mais denominados como crônicas, mas sendo definitivamente contos. Em seguida, saiu a lume o convidativo e muito bem degustável *Luzinete* (2013) e acaba de sair do prelo *Memórias Andantes* (2015).

O livro *Suindara* propicia uma leitura altamente cultural e prazerosa ao leitor(a), com direito a passagem de ida e volta ao passado acreano dos anos 1960, em diante, com passeios pelas crônicas de uma Rio Branco que não volta mais, quando a luz apagava toda noite, por volta das 22 horas e as crianças

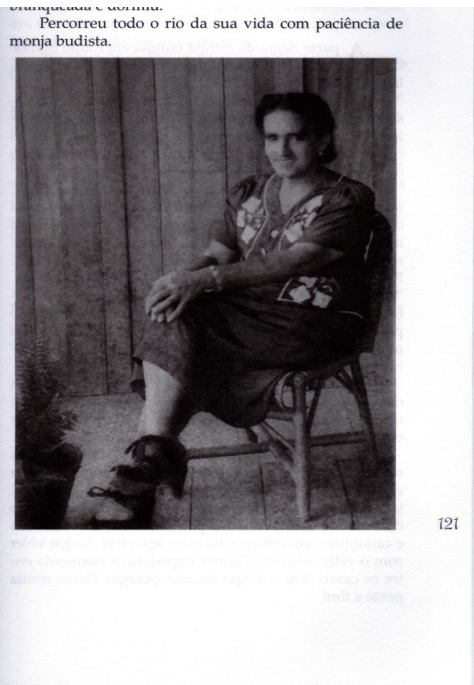
4 JALUL, Leila. Entrevista [10 de junho de 2003]. Rio Branco. Entrevistadora: Margarete Prado Lopes.

brincavam, nas tarde e noites de domingo, no coreto do centro da cidade, em que hoje fica o Palácio do governo, nos tempos do mendigo Camaleão e outras pitorescas figuras da época. A obra reúne cerca de 60 crônicas, retratando pessoas que marcaram a sociedade rio-branquense por um ou outro motivo ou, melhor dizendo, marcaram as lembranças da autora, tiveram influência em sua vida ou rechearam de cores e histórias a infância da menina que tudo observava e assimilava avidamente, de mente arguta, para quem não escapou nenhum detalhe de todos os eventos que testemunhava.

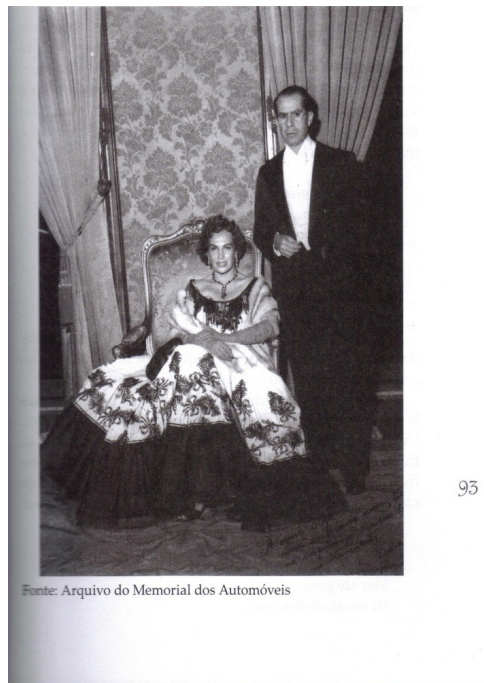
As crônicas são ilustradas com ricas fotografias, na maioria em preto e branco de uma atriz famosa do cinema americano, Ava Gardner; fotos antigas da cidade de Rio Branco e das personagens históricas lembradas, como a foto colorida de Dona Amélia, sentada sorridente em sua cadeira de balanço, mãe de todas as crianças da cidade. (SUINDARA, p.29):



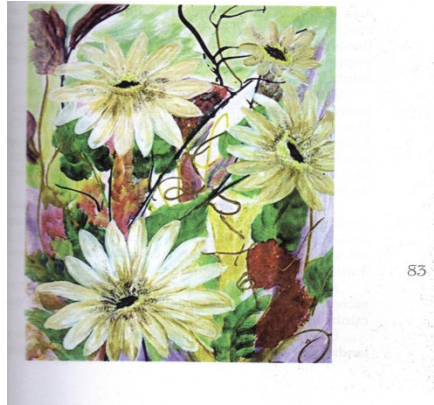
Ou ainda a belíssima foto em preto e branco de Dona Otília, a famosa costureira, sentada na varanda, de mãos entrelaçadas em cima das pernas, também cruzadas (SUINDARA, p. 121);



Não se pode deixar de menciona a fotografia da primeira dama com seu marido governador, o casal Guiomard Santos, em trajes a rigor, na Rio Branco dos anos 50 (SUINDARA, p. 93);



Merecem igual registro as reproduções de telas da própria Leila, artista plástica autodidata, em crônica genial na qual se auto-critica, o texto é ilustrado com um expressivo quadro de enormes margaridas brancas (SUINDARA, p.83):



Leila Jalul tem um estilo próprio, de palavras impactantes, embora despojado, que desde as primeiras crônicas surpreende o leitor pela espontaneidade, pela transparência, por sua irreverência brejeira, por tratar do escatológico com grande naturalidade. Outra característica dessas crônicas é que elas mesclam marcas de coloquialidade com citações de grandes autores. Como outras autoras acreanas, tais como Florentina Esteves e Robélia Fernandes, Jalul constrói um discurso liberado das convenções e de imposições tradicionais, uma palavreado leve, solto, simples, cotidiano. Sobre sua escrita, ela inicia a crônica “Aviso aos navegantes”, esclarecendo ao leitor:

“Tenho três princípios básicos quando escrevo: não me engano, apenas me equívoco; não minto, mas ornamento os fatos; e sempre tenho o aval de provas testemunhais e posso revelar fontes. Deveria ter muitos outros. Como cuidar mais das vírgulas e dos pontos de exclamações, evitar a prolixidade, vez por outra inserir um ‘data vênica’, só pra exibir um tiquinho de eruditismo. Deixo isso de lado ou é melhor nem escrever.” JALUL, 2007, p.60.

Com este estilo, ela escreveu mais de 50 crônicas bastante sugestivas, para os jornais locais de Rio Branco, com recordações dos tempos de infância e mocidade, momentos familiares, descrições das atitudes maternas e paternas, como por exemplo, as travessuras de roubar mangas com o irmão, morto da

adolescência, por uma tijolada lançada pelo pai; a relação profunda e especial com a mãe ou os cuidados de babá com a irmã mais nova. Até mesmo a empregada doméstica não fica esquecida, lembrada em crônica por ter engolido um botão pensando que era uma pílula de dor de cabeça.

Como já foi referido, além de retratar a família, há crônicas sobre personagens da sociedade rio-branquense de algumas décadas atrás, quando a cidade de Rio Branco não tinha luz elétrica por 24 horas, e tocava um apito de noite, avisando que a luz iria apagar, mais ou menos às 22 horas, todos os dias. Tempos em que o cinema, ainda em preto e branco, era projetado em telão na praça pública, aos domingos. Tempos dos bailes gloriosos do Clube Tentamen, do governador Guiomar Santos, tempos em que existiam casas familiares no centro de Rio Branco, no qual, atualmente, só existem estabelecimentos comerciais, como a loja de roupas Formigão, a perfumaria Pejou e o restaurante “self-service” Rio Branco.

Jalul relembra, com um discurso lúcido, recheado de ironias e muito escrachado, as histórias do mendigo Camaleão, do homem do Cambão, do moleque-mula Cezar, do menino de fala mansa Edvar, do padeiro Chico, do “homem do tempo” chamado Bitá e do velho Colorau, do cabelo de fogo.

Entretanto, as mulheres lembradas também foram figuras marcantes, dos mais diversos segmentos da sociedade acreana, conforme a memória minuciosa da autora Leila Jalul, tais como: a secretária doméstica Ana do Botão; a senhora Dona Adélia; as professoras Dona Mozinha e Dona Eutália; a benzeadeira Dona Chiquinha Coralina Moreira, e também Dona Lídia Guiomar Santos, esposa do governador Guiomar Santos. Além disso ainda podemos citar a lavadeira Carmélia, descrita como “sósia” da glamourosa atriz norte-americana Ava Gardner; a Dona Otília, mulher forte e corajosa, que enfrentou a vida nos seringaiais com destemor e determinação, antes de vir morar na capital, sempre uma exímia costureira.

Iniciando nossos comentários pela história de Ana do Botão, esta crônica descreve a secretária doméstica Ana, também chamada de Anita, que toda noite reclamava de dor de cabeça e não conseguia dormir: “Madrinha Otília, estou com uma dor de cabeça de lascar. Dói até o caroço do olho.” A madrinha/patroa mandava a moça deitar e rezar para Nossa Senhora do Perpétuo Socorro fazer a dor passar. Passava meia hora e a dor não desaparecia. Dona Otília mandava as filhas, Leila e Lígia, pegarem umas 40 gotas de “elixir paregórico” e dar para Anita. Com o passar do tempo, o elixir acabou e as meninas não sabiam qual outro medicamento dar para Ana e tinha que ser dado algum placebo, porque

“essa cantilena enfadonha e verdadeira se repetia noite após noite. A dor da Anita não deixava ninguém dormir. Era deitar e esperar.” (SUINDARA, p.26). Sendo assim, a madrinha mandou dar “Cibalena”, a Leila pegou uma bolotinha e deu. No dia seguinte, sua irmã descobriu que era um botão, levou a caixa e colocou debaixo da cama, mas nem foi necessário, pois a partir deste dia, Anita nunca mais reclamou e ainda amanheceu cantando.

Ana do Botão não é a única personagem de condição mais humilde descrita nas crônicas, uma vez que lavadeiras e benzedadeiras também não são esquecidas. A crônica “À putanesca” descreve a lavadeira Carmélia, assim sem sobrenome, pois nas formações discursivas da Modernidade, os papéis atribuídos ao sexo feminino são mais reduzidos e menos variados dos que os do sexo masculino, nas sociedades patriarcais. Esmeralda Negrão, em estudo da linguagem visual, em livros didáticos e escolares do século XIX, assinala que os homens aparecem exercendo 136 profissões diferentes, enquanto as mulheres exercem apenas 26, concentrando-se em ocupações manuais não-especializadas e manuais de rotina e, sobretudo, em ocupações mal-remuneradas (título, ano).

Carmélia e Ava Gardner não se conheceram, nem por meio da telona. A beleza e a semelhança entre as duas, no entanto, faria qualquer cristão imaginar que estava vendo coisas. Nem sei qual foi o lugar onde nasceu Ava. De Carmélia, sei que nasceu no Acre, viveu no Acre e morreu no Acre. Isso é o bastante. Se fez e se criou na curva do tempo, Num lugar onde o remoto ainda queima e o futuro era e é desprovido de porvir.

Carmélia era fera, nada de Confort, nada de cheiros, de clareadores. Tudo no muque. Uma tábua na frente, dois nacos de sabão Zebu, e lá estava tudo lavadinho, enxaguado com a erva catinga de mulata, pronto para secar e passar, fazer a trouxa, embrulhar com jeito numa toalha felpuda, prender com dois alfinetes de segurança e entregar para a patroa. Cacete de agilidade. (Suindara, p. 138).

Por ser um Estado anexado ao Brasil já no século XX, e o último a ser colonizado em terras brasileiras, o Acre desenvolve mais tardiamente os valores da Modernidade, sendo que nos tempos das crônicas de Jalul, estes valores estão solidificados e em pleno vigor. Isto transparece nas personagens revividas e recriadas por Jalul, perfeitamente encaixadas numa sociedade patriarcal dominante de modeladora do comportamento feminino.

A encantadora crônica sobre Chiquinha Coralina Moreira, a benzedeira, é descrita de muito poética e sentimental. A crônica é dedicada a Glória Peres, novelista da Globo que também é acreana e contemporânea de Jalul, e Dona Chiquinha é descrita em saborosas e bem emparelhadas comparações com a poetisa goiana Cora Coralina:

Cora Coralina e ela tinham semelhanças físicas e espirituais incríveis. Suas vozes pausadas e pastosas tinham sons de bondade, próprios das criaturas que nem só o tempo marcou. Lá em Goiás Velho, na casinha da bica, tudo ficou mais claro. Tudo ficou mais acentuado. Cora e Chiquinha foram irmãs de tempo e ligadas pela ambição da simplicidade.

Cora, de versos puros, em feitiço de oração; Chiquinha, de orações puras, em feitiço de poesia. Nos seus quintais, as frutas do sobre-mesar. Em Goiás Velho, jabuticabeiras e pitangueiras, ali pertinho, era só descer a escada e apanhar. O da Chiquinha era sortido de biribas, fruta-do-conde e gravioleiras. Docinhas, polpudas, daquelas que só tem graça comer de deixar a criatura se lambuzar. (Suindara, p. 37)

Leila Jalul ainda menina, era assistente da benzedeira, que Dona Chiquinha “às vezes necessitada, (da menina) esperava o pensamento positivo, até o fechamento da cura” (Suindara, p.37). Suas lembranças da mulher curandeira são precisas, lúcidas, às vezes ácidas, como ao mencionar as pessoas que vinham receber a reza e a cura e iam embora sem dizer nem obrigada, além do serviço ser feito sempre de graça: “Rezadeira que cobra, a reza não faz efeito” (Suindara, p. 38).

Assim, Jalul registra para a posteridade a imagem de Chiquinha Coralina Moreira, a figura tradicional das benzedeiças das sociedades patriarcais, de predominância católica, a curandeira popular, de apoio das famílias nucleares burguesas moldadas no patriarcado do século XIX e solidificadas em meados do século XX, pelos valores da Modernidade. A este respeito considera Ivia Alves:

Tomando-se as palavras de Roberto Reis de que todo indivíduo acumula um repertório de pré-noções e é munido deste aparato que se acerca do mundo, de seu modo de ver o mundo, da sua subjetividade, consideramos que o engendramento do indivíduo já

se inicia comprometido. Acrescente-se, ainda, que o indivíduo vive dentro de uma cultura que envolve um conjunto de sistemas simbólicos (sendo o principal deles a linguagem), de códigos que, de uma forma ou de outra, prescrevem a ou limitam a sua conduta nas práticas sociais. O que nos sugere que a cultura implica ou requer mecanismos de cerceamento social ou dito em outras palavras, no interior de qualquer formação cultural, as camadas dirigentes se valem de diversas formas discursivas e as transformam em ideologia para assegurar o seu domínio sobre grande parte da população. (*Interfaces*, 2005)

Desta forma, ao selecionar as mulheres que marcam a sua trajetória de menina e moça, Jalul não poderia ter deixado de descrever figuras como a da empregada doméstica, a benzedeira, a lavadeira, em uma demonstração clara de que o universo em que as garotas eram criadas e educadas, nos meados do século XX, era o ambiente privado, doméstico. A menina só poderia travar relações afetivas mais fortes com outras figuras do lar, com condutas e práticas sociais controladas, por serem mulheres, com descrito por Alves, uma vez que as crônicas de Jalul são de um tempo de total cerceamento social das mulheres, de forte controle do corpo e comportamento femininos, situação bem percebida por Jalul, ao descrever Chiquinha:

Cora se projetou, encantou Drummond, conheceu outras terras e virou estrela, na melhor acepção da palavra. Minha Chiquinha tinha cercas mais fechadas. Viveu sempre dedicada aos anjos e aos não tanto, minados pelos quebrantos, espinhelas caídas, fogos-selvagens, landras, cabreiros e carnes trilhadas. Sem contar os mordidos de cobra e pestilentos (Suindara, p. 37).

Jalul vai tratando de cada figura ao sabor de sua prodigiosa memória afetiva, descreve-as na ordem em que bem entende fazer, sem cobranças, sem normas. Ela afirma ser visitada todos os dias pelos fantasmas do passado, pedido para ter sua história anotada, preservada, eles aparecem a qualquer hora do dia e da noite:

Minha clientela da outra esfera não é fácil. Deixei-a de lado uns dias e já estão chegando as cobranças. Já apareceu aqui um sarará, vulgo Colorau:

- Falou do Camaleão não é: Esqueceu de mim? Disse muito indignado.

- Acho ousadia você vir me tirar do sagrado direito de dormir. Não é assim, querido. O cavalo aqui tem outras obrigações, outros afazeres. Tenha paciência.

Fui meio indelicada com ele, eu sei, mas é outro que vou cozinhar em banho-maria. (Suindara, p. 36).

Assim Jalul justifica ao leitor(a) seu mergulho tão profundo no passado da sociedade de Rio Branco, e sua insistência em retratar personagens esquecidas no tempo. Mas seu trabalho é muito mais do que recontar e descrever as criaturas que povoam suas recordações da meninice de mocidade. Enquanto o imaginário cultural do patriarcado valoriza e qualifica o masculino, sempre sexualizando e desqualificando o feminino, Leila Jalul faz todo um resgate valioso que enaltece, vivifica e dá visibilidade a mulheres que foram exímias em suas funções, seu deveres, sua vida, cumpriram a medida de sua criação. Basta um simples exemplo para verificar isto, como a expressão “homem de bem”, que se refere ao comportamento ético e moral de um homem na vida pública; porém a expressão “mulher de bem” tem nela embutida um sentido desqualificador, visto que, neste caso, “de bem” indica a correção da mulher em relação à sua sexualidade, ao seu comportamento nas práticas sociais e nunca ao seu destaque pela moral e ética nas ações da vida pública.

Para Rita Schmidt, no ensaio “Cânones e contra-cânone: nem aquele que é o mesmo, nem este que é o outro”, de 1996, assinala que a produção de autoria feminina deve ser analisada em *termos de valores estéticos outros em relação ao valores consagrados pelo Cânone*”, uma vez que a produção das mulheres é escrita em circunstâncias culturais diferentes das masculinas, melhor dizendo, em contextos e relações de poder e gênero diferentes. Assim, podemos afirmar que a Schmidt está nos mostrando que devemos perceber a necessidade de ler a produção de autoria feminina de forma alternativa ao código hegemônico, o que tentamos fazer neste artigo sobre Leila Jalul.

Como no espaço deste artigo não é possível analisar todas as crônicas de Jalul, para ilustrar o modelo de mulher da sociedade acreana da uma esfera social de maior poder aquisitivo, citamos a crônica “O sorriso de Adélia” descreve a mulher do farmacêutico, nascida para ser dona de casa e esposa, embora nunca tivesse tido filhos, morando no melhor lugar na cidade, uma vez que sua casa ficava na rua principal do centro urbano. Da sua cadeira, na varanda,

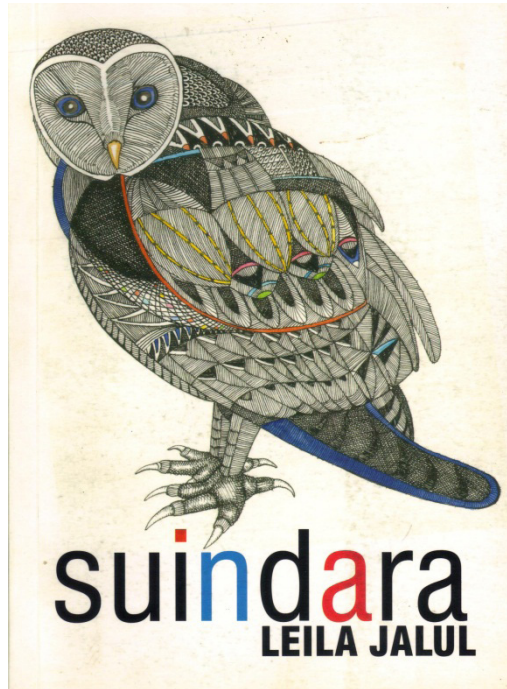
podia ver o Palácio Rio Branco, sede do governo estadual; a fonte luminosa e até o Bar Municipal. Enfim, a senhora Adélia podia ver todo o movimento da cidade, durante a semana, bem como a agitação dos namorados, aos domingos. Leila Jalul confessa nesta crônica que até sonhava, sendo muito criança, em ser adotada por Dona Adélia. Esta senhora sabia de tudo e de todos, como se controlasse a vida alheia de sua varanda, espaço privilegiado de seu “domínio”, de onde até mesmo cuidava, nos fins de semana, da criançada que brincava na praça do chafariz até o anoitecer. Depois que a luz apagava, as crianças corriam para a varanda de Dona Adélia, que lhes penteava os cabelos, remendava os vestidinhos, para que elas voltassem recompostas para seus lares:

“As menores, Maria Amélia, Tanda, Madalena, euzinha ficávamos como mariposas, dando voltas em volta da fonte. Brincávamos de manja, pega-pega, às vezes nos arranhando e desmanchando os laçarotes dos cabelos bem penteados por nossas mães. Às vezes, rasgávamos os vestidos tão bem costurados por nossas mães. Como são tolas as mães!

NA hora do pisca, anunciando o fechar da usina fornecedora de energia, corríamos todas para os pés de Dona Adélia. Pente na mão, linha e agulha na outra, ela literalmente nos refazia para que não sofrêssemos as punições em casa. Maria Amélia que o diga! E eu, então?” (Suindara, p.29).

Conclusão:

Suindara é um livro extraordinário e de muita criatividade, desde o título, pois o termo se refere ao vocábulo coruja em linguagem indígena, que apesar de ter algumas representações simbólicas negativas, sobretudo é um símbolo da sabedoria e das Letras. Neste livro, Leila quer mostrar a sabedoria do povo que marcou a sociedade de Rio Branco dos velhos tempos, nos meados do século XX, nas décadas de 50 e 60. Principalmente mostrar os saberes das mulheres, seja de curas, de lavagens de roupas ou de costuras, elas fizeram também a história do Acre, sem elas, a sociedade não teria crescido, solidificado e se tornado o que hoje é.



Ivia Alves, na mesma linha de Rita Schmidt observa que a exclusão de textos de autoria feminina do cânone literário brasileiro, aconteceu, principalmente, em razão de, entre outros fatores, a literatura escrita no Brasil ter como uma das principais missões a obrigação de criar, divulgar e disseminar exemplos culturais admissíveis pelo universalismo, pelo capitalismo, fundantes da Modernidade. Ivia Alves afirma que:

Os críticos literários, interessados em consolidar tais objetivos, transplantando para o país as categorias e os pressupostos de análise e julgamento da literatura européia, não conseguiam deslindar/interpretar os temas abordados pelos textos híbridos das escritoras como as cartas, diários e crônicas, narrativas com múltiplos narradores ou com uma narradora ou mesmo escrevendo folhetins e peças teatrais. Pelos gêneros escolhidos, os textos eram descartados por serem impuros, híbridos, uma vez que, pelo estatuto do narrador, constituíam ma distorção. (*Interfaces*, 2005).

O livro de Leila Jalul se encontra nesta classificação indicada por Ivia Alves, por tratar do gênero crônicas e ainda ser de autoria feminina, cujos trabalhos

ainda são de certa forma desvalorizados e ainda totalmente desconhecidos da crítica literária. Entretanto, Ivia Alves, como Rita Schmidt, aponta que a quebra das fronteiras entre as especialidades das ciências humanas, propostas pela Modernidade, o desfoque da linguagem para a focalização do discurso, a quebra entre a alta e baixa literatura, inclusive com a inclusão dos produtos da indústria cultural, o alargamento e inclusão de gêneros literários, o deslizamento da literatura dos monumentos para a inclusão dos documentos nos obriga a pensar outra maneira de ler a produção das mulheres, deixando de lado a categoria estética, construída pela alta literatura que se via e se entendia como alta cultura. (*Interfaces*, 2005).

Referencias bibliográficas:

ALVES, Ivia. “As escritoras e a leitura da natureza”, in: *Revista de Estudos Lingüísticos e Literários*. Salvador: 2000, v.23-24, p.233 – 248

ALVES, Ivia. *Interfaces: ensaios críticos sobre escritoras*. 1. ed. Ilhéus- Bahia: Editus, 2005. v. 1. 208 p.

CHEVALIER, J. & GHEERBRANT, A. *Dicionário de Símbolos*. Trad. de Vera da Costa e Silva et alii. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.

JALUL, Leila. *Suindara*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007.

JALUL, Leila. Entrevista [10 de junho de 2003]. Rio Branco. Entrevistadora: Margarete Prado Lopes.

LOPES, Margarete Prado. *Motivos de Mulher na Amazônia*: produção de escritoras acreanas no século XX. Rio Branco: Fundação Elias Mansour e EDUFAC, 2006.

LOPES, Margarete Prado. *As vozes das mulheres da floresta*: antologia de escritoras acreanas. Rio Branco: Fundação Elias Mansour, 2008.

XAVIER, Elódia. A família pelo olhar da escritora brasileira, in: CARDOSO, Ana Leal e GOMES, Carlos Magno. *Do imaginário às representações na Literatura*. Sergipe: Editora UFS, 2007.

GÊNERO E REPRESENTAÇÃO NA LITERATURA: COZINHEIRAS E PATROAS EM EÇA DE QUEIRÓS

José Roberto de Andrade
Instituto Federal de Educação da Bahia (IFBA)
andrade.escolas@gmail.com

Resumo:

O escritor português Eça de Queirós (1845-1900) não foi um cozinheiro de fato, mas deixou sua marca na cozinha portuguesa. Em sua obra, jantares, almoços e cafés servem à representação crítica de vários aspectos (hábitos, sexualidade, moral) da sociedade portuguesa do século XIX. Neste artigo, analisaremos, no romance *O Primo Basílio*, a construção das personagens femininas Juliana e Luísa, relacionando-as à comida e à cozinha, aos modelos de constituição do gênero feminino e às possibilidades e aos limites históricos de ação da mulher na sociedade lisboeta do século XIX. Procuraremos evidenciar que – na medida em que as personagens afirmam ou negam padrões de representação e ação do feminino – as posições de poder se alternam, que a gastronomia é uma relevante chave interpretativa da obra de Eça de Queirós, e que as cozinheiras têm importante papel na construção da narrativa e na crítica ácida dos modelos de família patriarcal do século XIX.

Palavras-chave: Eça de Queirós, Literatura Portuguesa, Gênero, Gastronomia, Família Burguesa.

Introdução

Eça de Queirós não foi um grande cozinheiro, mas deixou sua marca na culinária portuguesa. A comida e o comer são tão importantes na obra desse escritor que inspiraram livro de receita — *Comer e beber com Eça de Queirós* —, dicionário gastronômico cultural — *Era Tormes e amanhecia* — e despertaram a atenção de leitores ilustres como Machado de Assis (1878/1997)¹, A. Campos Matos (1988 e 2012), Dario Moreira de Castro Alves (1992), Maria José de Queiroz (1994), Beatriz Berrini (1995). Matos, por exemplo, ao organizar o *Dicionário de Eça De Queirós*, reservou mais de sete páginas para o verbete “Alusões Alimentares”. A responsável pela elaboração do texto, professora Andréa Grabbé Rocha, enfatiza a obsessão de Eça de Queirós pela culinária e afirma que, talvez, o escritor de *Os Maias* tenha “exorbitado nesta via, deixando-nos uma visão distorcida dos homens de seu tempo”. (MATOS, 1988: p. 63).

Tenho me dedicado a estudar de que maneira a culinária influenciou — ou distorceu — o projeto literário de Eça de Queirós. Investigação que se desenvolveu no doutorado, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), e resultou na tese intitulada “Gastronomia, sexualidade e poder na obra de Eça de Queirós”, em que analiso a representação de hábitos gastronômicos e sexuais e as relações de poder, nas seguintes obras: *O Crime do Padre Amaro*, *O Primo Basílio*, *A Relíquia*, *O Mandarin* e *Os Maias*. Na análise da representação gastronômica, centrei-me na análise de três aspectos: cardápio, comportamento e companhias à mesa, para entender como, no universo eciano, a gastronomia caracteriza personagens, encadeia enredos e serve ao exercício da crítica social.

A seleção desses três aspectos não é casual. Em artigos sobre o tema, o próprio Eça forneceu pistas de que *menu*, maneiras e companhias são caminhos para compreender como a gastronomia estrutura sua obra. No texto mais exemplar e programático que escreveu sobre o tema – “Cozinha Arqueológica”, publicado em 1893, na *Gazeta de Notícias* –, Eça afirmou: “a cozinha e adegas exercem uma tão larga e direta influência sobre o homem e a sociedade”, por isso “dize-me o que comes, dir-te-ei o que és” (III, p.1226)². Penso que o escritor de *A Relíquia* não se incomodaria se adicionássemos “com quem” e “como”, a

1 Quando separadas por barra, “/”, a primeira data é a da publicação original e a segunda, da publicação que utilizo como referência.

2 Os trechos da obra de Eça de Queirós foram quase todos retirados da edição, em quatro volumes, publicada pela editora Aguilar, sob a coordenação de Beatriz Berrini. Nas citações, referir-me-ei simplesmente aos volumes (I, II, III e IV) e às páginas. Informo quando o trecho for de outra edição.

este último período: “diga-me o que comes [como comes e com quem comes] e dir-te-ei quem és”. O acréscimo é apropriado, pois Eça destaca a necessidade de se fazer a “arqueologia” – daí o título do artigo – do sistema culinário greco-romano, ou seja, dizer o que, com quem e como a sociedade comia para entender as relações entre cozinha, processos de cozimento e relações sócio-políticas.

As declarações de Eça ressaltam a intrínseca relação entre comida e sociedade, Além disso, na perspectiva da proposta de representação realista da sociedade portuguesa, elas significam, em alguma medida, considerar a cozinha e a comida como forma de caracterizar personagens e sociedade. No caso de Eça de Queirós, essa interpretação torna-se mais consistente à medida que se lê a obra. O escritor português propôs a observação da cozinha nas sociedades clássicas e considerou a gastronomia como *arqué* — elemento básico — das representações da sociedade portuguesa.

Metodologia

À medida que leio e releio as obras, percebo cada vez mais nitidamente que — além de cardápio, maneiras e companhias — as cozinheiras e cozinheiros, embora personagens secundárias, têm importância impar em cenas específicas e constituem elemento decisivo para a coerência dos enredos. Neste artigo, procurarei organizar minhas reflexões sobre as cozinheiras d’*O Primo Basílio*: Juliana e Joana³. Para tanto, adotarei duas diretrizes ou hipóteses de trabalho:

- 1) Carlos Reis afirma que determinadas interpretações podem levar a conclusões incorretas ou parciais se ignorarem “o contexto histórico em que foi concebido e escrito o romance, bem como sua organização interna” (REIS, 1999: p. 67)⁴. Essa afirmação, aplicada às leituras que já fiz da obra de Eça, permite-me inferir que cozinheiros — assim como comida, modos e companhias — compõem a cena social das narrativas, servem ao exercício da crítica e devem ser interpretados considerando o contexto histórico da obra e a sua organização interna;

3 Ao leitor d’*O Primo Basílio*, pode parecer inapropriado arrolar Juliana como cozinheira. A justificativa para essa caracterização está na sua importante participação na cozinha da casa de Luísa e Jorge, como se verá ao longo da análise.

4 Reis estava se referindo às interpretações de “A Ilustre Casa de Ramires”, mas a assertiva pode, pela sua forma exemplar, ser aplicada a qualquer outra obra.

- II) a análise dos cozinheiros, embora não leve a conclusões muito diferentes de críticos mais atuantes e atuais, alarga as possibilidades de compreensão da obra eciana. Como a ampliação deve ser medida em relação a interpretações específicas, tomarei como referência quatro sínteses interpretativas d’*O Primo Basílio*: duas que se referem a Juliana e duas a Luísa. A senhora da casa, Luísa, vem para a análise para contrastar com as duas criadas. No caso d’*O Primo Basílio* esse contraste é essencial, pois as características de Joana e Juliana — principalmente desta — definem-se na relação com a patroa. Para falar de Luísa, “chamarei” Carlos Reis e A. Campos Matos. O primeiro assevera que “Luísa cede ao donjuanismo de Basílio e compromete a estabilidade da família burguesa” e “o adultério de Luísa é a causa de sua destruição” (REIS, 2000: p. 47-51). Campos Matos afirma que “Luísa, saturada de literatura romântica, ser fraco e influenciável, deixa-se levar pelas falas experientes de um primo sedento de aventura e caminha entorpecida para uma tragédia que a leva à sepultura” (2012: p. 21)⁵. Para Juliana, serão o mesmo Reis e o pai de Eça de Queirós. Este, de acordo com A. Campos Matos, afirma, em carta ao filho, que o ódio de Juliana “sai fora das paixões comuns” num país “onde a brandura dos costumes faz dos criados uma espécie de membros da família” (MATOS, 1988: p. 594). Reis assevera que Juliana é “a personagem mais complexa e socialmente marcante do romance” (2000: p. 15)

Discussão

Para verificar a validade dessas hipóteses, assumirei uma postura diferente da que venho adotando em análises anteriores: em vez de falar de comida, compararei as duas cozinheiras do romance, depois procurarei analisar o contexto histórico e narrativo.

Juliana e Joana se assemelham em variados aspectos. Ambas:

5 O próprio Eça, numa carta a Teófilo Braga, de 12/03/1878, afirma que “*O Primo Basílio* apresenta, sobretudo, um pequeno quadro doméstico, extremamente familiar a quem conhece bem a burguesia de Lisboa – a senhora sentimental, mal-educada, nem espiritual (porque cristianismo já não o tem; sanção moral da justiça, não sabe o que isso é), arrasada de romance, lírica, sobrecitada no temperamento pela ociosidade e pelo mesmo fim da casamento peninsular que é ordinariamente a luxúria, nervosa pela falta de exercício e disciplina moral, enfim a *burguesinha da Baixa*.” (Queirós, 1983, p. 133).

- Vivem nas mesmas mesquinhas condições: num quarto do sótão, baixo, estreito, quente e “abafado como um forno”, onde se sente “um cheiro fétido” do “candeeiro de petróleo” e grassam percevejos: “Não podia parar com os percevejos! O raio do quarto tinha ninhos! Até sentia o estômago embrulhado. — Ai!, é um inferno! — disse com lástima Juliana.— Eu só adormeço com dia” (I: p. 498-499).
- Cultivam “vícios”. Juliana, as botinas, pelas quais “arruinava-se” e que mantém “embrulhadas em papéis de seda, na arca, fechadas — guardadas para os domingos!”. E Joana, um amante, o carpinteiro Pedro, que trabalha na marcenaria do Tio João Galho. Joana “babava-se por ele. [...] aquela figura delgada de lisboeta anémico seduzia-a com uma violência abrasada” (I: p. 499).
- Rezam uma pela outra: Joana propõe que Juliana reze “três salve-raí-nhas pela saúde do meu rapaz, que tem estado adoentado, eu cá lhe rezava três pelas melhores do peito”. Proposta aceita: “Olhe. Eu do peito vou melhor; dê-mas antes pra alívio das dores de cabeça. A Santa Engrácia!” (I: p. 499)
- Dirigem-se censuras: Juliana desaprova o fato de Joana deixar-se explorar pelo amante: “Vossemecê também, Sr^a Joana, deixa-se cardar pelo homem!”. E Joana critica o zelo de Juliana com as aparências e as botas: “que o Diabo leve os arrebigues!” (I: p. 499).
- Fazem arranjos de conveniência: Joana, para manter o amante, é leal a Juliana. E Juliana aceita esconder o “escândalo” com o carpinteiro Pedro, porque necessita da cozinheira para os momentos de gulodice e para não “cair em fraqueza”:

como feia e solteirona, detestava aquele ‘escândalo do carpinteiro’; mas protegia-o, por que ele valia muitos regalos aos seus fracos de gulosa. [e] Joana dava-lhe caldinhos às horas da debilidade, ou, quando ela estava mais adoentada, fazia-lhe um bife às escondidas da senhora (I: p. 489).

No que diz respeito aos contrastes, constatamos que:

- São diferentes na idade e na abundância de carnes. Joana era mais jovem, “uma rapariga muito forte, com peitos de ama, o cabelo como azeviche, todo lustroso do óleo de amêndoas doces. Tinha a testa curta de plebeia teimosa. E as sobancelhas cerradas faziam-lhe parecer o

olhar mais negro”. Juliana tinha o rosto “chupado e [...] as orelhas [...] despegadas do crânio; [...] clavículas descarnadas; [...] as canelas muito brancas, muito secas [...] e cotovelos agudos” (l: p. 498).

- Apesar de próximas na condição aviltante, Juliana faz questão se diferenciar hierarquicamente de Joana: vai ao quarto dela, “mas não entrou, ficou à porta; era ‘criada de dentro’, evitava familiaridades” (l: p. 498).
- Joana não nutre pelas botas de Juliana a mesma inveja que esta alimenta pelo amante daquela: “Mas invejava asperamente a cozinheira pela posse daquele amor, pelas suas delícias” (l: p. 499).
- Joana resigna-se e suporta melhor a situação. Juliana sente falta de ar, enjoa e compara: “Nunca, nunca, nas casas que servira, tinha tido um quarto pior. Nunca! [...] E acordada, às voltas, com aflições no coração, Juliana sentia a vida pesar-lhe, com uma amargura maior!” (l: p. 500). E, por não admitir que a tratem mal, Juliana vai fermentando sua frustração, sua amargura e seu rancor, transformando-os em ódio por sua condição social e pela patroa.

Essa lista de contrastes e semelhanças dá-nos uma ideia da complexidade de Juliana e Joana. Elas sabem-se mulheres, criadas, subalternas, mas adotam estratégias para romper as limitações impostas, pelo trabalho e pelos patrões, às criadas mulheres. Joana apresenta-se mais conformada, num estado próximo do modelo que o pai de Eça de Queirós descreveu para as criadas. Juliana é gulosa, inveja as “delícias” amorosas de Joana e revolta-se contra sua condição social. Revolta que vai fermentar e transformar-se em ódio cego. Ódio que tentarei caracterizar e contextualizar.

A aspiração maior de Juliana sempre foi “ter um comércio que a libertasse das tiranias do serviço doméstico, das patroas e das crianças, que sofria há vinte anos” (MATOS, 1988: p. 54). A fantasia de que encontraria sua alforria num estabelecimento comercial não é inadequada e incoerente. *O Primo Basílio* foi publicado em 1880 e o espaço/tempo narrativo é a Lisboa da segunda metade do século XIX.⁶ Segundo Serrão e Marques, nesse período, o setor comercial absorveu parte da mão de obra das cidades portuguesas e permitiu que burgueses ascendessem socialmente e muitos nobres conseguissem ou mantivessem seus títulos (SERRÃO e MARQUES, 2004: p.105-106). É preciso considerar que

6 Se considerarmos que, na cena do jantar do Conselheiro Acácio, menciona-se, com certo “frescor”, a Comuna de Paris, poderíamos localizar a ação entre 1871, data da Comuna, e 1880.

os dois historiadores estão se referindo, principalmente, aos atores sociais masculinos, mas os desejos de Juliana estão coerentemente ajustados ao tempo e ao espaço da narrativa. E – pela própria frustração desse desejo, ainda mais em se tratando de mulher – seu exacerbado ódio, também.

O contexto histórico permite postular que existiram mais Julianas no Portugal do século XIX. Juliana, historicamente, compõe o contingente de trabalhadores, homens e mulheres, que vivem em condições muito precárias. No Portugal da Regeneração, de 1851 a 1900:

Contanto apenas com o esforço do seu trabalho, trabalhando por conta própria (raramente, quando na posse de propriedade) ou em regime de salariedade ou sobrevivendo da caridade alheia, as classes populares viviam sempre na fronteira da pobreza, na iminência da degradação da sua condição material. [...] O trabalho manual era mal remunerado e fisicamente extenuante, obrigando muitas vezes ao esforço de 12 a 16 horas diárias [...]. A ausência de qualquer vínculo contratual e de mecanismos de assistência social, em caso de doença, acidente, velhice, etc. permitiam degradação brusca das condições materiais de existência das classes populares. (SERRÃO e MARQUES, 2004: p.180)

Entre os grupos que se arrolam nas “classes populares” estão, por exemplo, domésticos, pescadores, operariado do comércio e da indústria, marginais, vadios, mendigos e prostitutas. (SERRÃO e MARQUES, 2004: p.175-176). O quadro⁷ que Serrão e Marques traçam permite imaginar que, na massa de trabalhadores e trabalhadoras domésticas, houvesse mais Julianas, amarguradas, descontentes, frustradas e cheias de ódio. O povo vivia em condições aviltantes e estava “arredado das esferas de decisão política e econômica”; a ele “restava uma posição de subalternidade social e cultural, ao mesmo tempo obrigado à produção de um trabalho ou produto em favor das classes dominantes” (SERRÃO e MARQUES, 2004 p. 175).

7 Algumas dessas condições, como a necessidade de possuir propriedades para se sustentar, parecem ser comuns, para homens e mulheres, em cidades menores, como o próprio Eça “documentou” em outras narrativas. n^o *Crime do Padre Amaro*, S. Joaneira e Amélia, além de hospedar padres, servem refeições e mantêm uma propriedade onde cultivam verduras e legumes. N^a *Ilustre casa de Ramires*, o “fidalgo da torre”, é obrigado, ironicamente, a faltar com a palavra empenhada, para conseguir um valor melhor no arrendamento de sua propriedade.

Embora fizesse questão de se diferenciar como “criada de dentro”, Juliana encontra-se na mesma condição de Joana e de outros trabalhadores do povo. Até o bife, que têm de comer “às escondidas da senhora”, enquadra Juliana e Joana na classe dos desprovidos de tudo. Serrão e Marques afirmam: “no que diz respeito à carne só a camada superior do povo a utilizaria de forma mais corrente” (SERRÃO e MARQUES, 2004: p.181). Num país de maioria pobre, a carne bovina estava nas mesas da burguesia e da nobreza, mas era iguaria rara nos pratos da plebe.

Se Juliana é uma personagem verossímil quando comparada às condições históricas, por que o pai de Eça se surpreendeu? Uma possível resposta para essa pergunta seria: talvez o modelo dado pelo pai de Eça fosse o mais comumente encontrado nas casas de nobres e burgueses, principalmente em se tratando de criadas mulheres. E *O Primo Basílio* reforça essa suposição aritmética. Além de Joana, que se resigna, temos:

As duas criadas [de Sebastião] eram muito antigas na casa. A Vicência, a cozinheira, era uma preta de S. Tomé, já do tempo da mamã. A tia Joana, a governanta, servia-o havia trinta e cinco anos; chamava ainda a Sebastião o “menino”; já tinha as tontices de uma criança, e recebia sempre os respeitos de uma avó. Era do Porto, do Poarto, como ela dizia, porque nunca perdera o seu acento minhoto (I: p. 530).

Eça não “desmente” seu genitor, pois Vicência e Joana⁸ (a de Sebastião) são “da família”. A essas duas, poderíamos ainda somar Joana (de Luísa e Jorge), as três da casa do Conselheiro Acácio e pelo menos uma, Justina, na casa de Leopoldina. Seriam, assim, sete que cultivam a “brandura de costumes” contra uma que se rebela, se enraivece e busca se vingar. Há motivos, portanto, para a surpresa do pai de Eça. Não há razão, porém, para desconsiderarmos o quadro histórico geral. A pulsão de rebeldia encontra-se na massa de trabalhadores e

8 Essas “Vicências” e “Joanas” que vivem em condições precárias, mas mantêm-se leais aos patrões, repetem-se nas narrativas. *N’O Crime do padre Amaro*, é Maria Vicência — “devota, alta e magra como um pinheiro, antiga cozinheira do doutor Godinho” e “irmã da famosa Dionísia” (I: p. 182) — que vai cozinhar e cuidar da morada de Amaro, depois que ele se vê obrigado a sair da casa da S. Joaneira. Nesse mesmo romance há também Gertrudes, que vive com o abade da Cortegaça, excelente cozinheiro. *N’A Relíquia*, Vicência é devota e leal criada de cabelos brancos que faz “par” com a “decrépita e gaga a cozinheira” (I: p. 867).

as condições descritas por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques não deixam dúvida: criados e criadas, mesmos os familiarmente domésticos, viviam, como Joana e Juliana, em condições humilhantes e teriam razão para se revoltar⁹.

Eça acrescenta à narrativa, portanto, uma personagem “prevista” nesse contexto histórico em que as relações entre patrões e subalternos e entre homens e mulheres estavam longe de ser somente pautadas na “brandura de costumes”. Os costumes brandos camuflavam condições ultrajantes, que Juliana não quer admitir. E sua frustração centra-se, primordialmente, no lugar que ela ocupa na estrutura social; lugar em que se confundem e se relacionam muitos atores e motivações, como gênero, doença, crianças, condições de classe, poder público e patroas. É verossímil, portanto, que Juliana procure atingir Luísa. A patroa também é mulher subalterna na relação com os homens.¹⁰ E Luísa, coerentemente, se coloca como adversária e não esconde sua insatisfação com a criada, ameaça dispensá-la e até a maltrata. Luísa, porém, além de alvo do rancor, é também esperança de libertação — se se deixar chantagear — e, depois, motivo de crueldade vingativa: “começando depois a chantagem com a patroa que, não conseguindo o dinheiro que ela lhe pede pelas cartas [de e para Basílio], vai aos poucos explorar e tyrannizar cruelmente” (MATOS, p. 594).

A ira de Juliana está ancorada no contexto histórico e é fruto, pois, de um longo processo de fermentação, que desencadeia a chantagem e, depois, a vingança. E ela não se deixa iludir. Intui que resignação e fidelidade canina não lhe dariam um fim digno: “Se a gente ia a ter escrúpulos por causa dos amos, boa! Olha quem! Vêem uma pessoa morrer, e é como fosse um cão” (I: p. 489-490). Durante anos, a filha de engomadeira economizou para abrir sua porta de comércio e se libertar do serviço doméstico, mas a doença levou todas as economias, e o tempo se encarregou de enraizar e adubar, na alma de Juliana, o despeito, a rebeldia e o ódio. Por isso ela não digere seu destino e o tratamento que lhe dispensam: “Nunca, nunca, nas casas que servira, tinha sido tratada daquela maneira! Nunca!” (I: p. 500). E de “tratamento” Juliana sabe, pois tem as experiências anteriores e o padrão de outras criadas com

9 Eça de Queirós parece, também, observar criticamente a lentidão das mudanças em Portugal. Tanto n’*O Crime do Padra Amaro* (no final do romance), quanto n’*O Primo Basílio* (no jantar do Conselheiro Acácio), há cenas em que as personagens se referem à Comuna de Paris, de 1871. As ações da Comuna despertam medo e aversão nas personagens mais conservadoras, que imaginam ser a religião e a “brandura de costumes” freios para as possíveis revoltas.

10 Jesus (1998) e Zolin (2010) tratam dessa subalternidade nos modelos de representação das relações entre mulheres e homens nas sociedades moderna e contemporânea.

quem conversa e estabelece os “direitos de classe e de gênero”. Com Justina, a criada de Leopoldina, por exemplo, Juliana mantém amizade — “beijocavam-se muito, diziam-se sempre finezas” (I: p. 555-556) — e troca informações sobre as respectivas patroas. E, pelo que diz Justina, Leopoldina e seus amantes são mais brandos e generosos no tratamento com Justina do que Basílio e Luísa são com Juliana: “Quando era o tempo do Gama [um dos amantes de Leopoldina], isso sim! Nunca ia que não me desse os seus dez tostões, às vezes, meia libra” (I: p. 556).

E a revolta de Juliana não ocorre sem que, no processo, ela proponha e aceite, como outras criadas, arranjos alternativos. Ela não é somente uma velha doente e rancorosa criada de dentro, que consome bifés às escondidas e leva o processo de chantagem ao limite da vingança inaceitável. Antes de chegar ao limiar da morte, há momentos de relativa “harmonia”. Um deles diz respeito à cozinha. Ao longo da narrativa, fica claro que Juliana quer ter respeitadas suas necessidades de comer, beber, dormir e vestir adequadamente. E durante alguns momentos, isso ocorre. Depois de iniciar a chantagem, Juliana, sabendo da dificuldade de receber o dinheiro, negocia outras exigências. Se o dinheiro não vem, que o quarto seja mais arejado e limpo, que as folgas sejam mais largas e a comida seja mais farta. Ela chega mesmo a controlar a cozinha; e a casa torna-se agradável e pródiga.

A casa, com efeito, tornava-se agradável. Juliana exigira que o jantar fosse mais largo (para ter uma parte sua, sem sobejos), e, como era boa cozinheira, vigiava os fogões, provava, ensinava pratos à Joana. — Esta Joana é uma revelação — dizia Jorge —, vê-se-lhe crescer o talento!... (I: p.668)

Com a atuação da “cozinheira” Juliana¹¹ a casa muda e Jorge elogia. Até o temperamento de Juliana abrandar-se:

Juliana, bem alojada, bem alimentada, com roupa fina sobre a pele, colchões macios, **saboreava** a vida: o seu temperamento

11 José Quitério, ao tratar da autenticidade da culinária portuguesa diz que há um “ror de cozinheiras domésticas que, por este Portugal além, vão mantendo com desvelo e alto sentido patriótico a arte ancestral em mesas predominantemente aldeãs” (1987: p. 14). Ou seja, ele toma como pressuposto lógico que a culinária portuguesa é conhecida pelas cozinheiras domésticas. Não é inverossímil que Juliana fosse boa cozinheira, poia ela trabalhou a vida inteira na cozinha, também.

adoçara-se naquelas **abundâncias**; depois, bem aconselhada pela tia Vitória, fazia o seu serviço com um zelo minucioso e hábil (I: p. 668; grifos nossos).

O termos “saborear”, “adoçar” e “abundância” são primorosos. Saborear a vida é o que Juliana quer. Na abundância, então, todo o amargor, todo o rancor, adoça-se e o serviço é feito habilmente. A casa de Jorge e Luísa torna-se tão abundantemente rica que

Jorge, atônito, recebia todos os dias cartas de pessoas oferecendo-se para criados de quarto, criadas de dentro, cozinheiros, escudeiros, governantas, cocheiros, guarda-portões, ajudantes de cozinha... Citavam as casas titulares de que tinham saído; pediam audiência; suspeitando certas coisas, uma bonita criada de quarto juntou a sua fotografia; um cozinheiro trouxe uma carta de empenho do diretor-geral do Ministério (I: p. 668)

A abundância e a riqueza são desejadas por outros criados e criadas, que se oferecem, sem pejo, para trabalhar na casa. A fartura e a fortuna não são, porém, suportadas por Luísa, que definha: “E no meio daquela prosperidade — Luísa definhava-se. Até onde iria a tirania de Juliana? — era agora o seu terror. E como a odiava!” (I: p. 668).

Com o adultério e a chantagem, em determinados momentos, as condições da casa melhoram para Jorge e para as criadas. Luísa, porém, não consegue “gozar” a nova e “abundante” situação. Diretamente proporcionais, ela e Juliana não podem habitar o mesmo espaço. Quanto mais esta adoça-se, mais Luísa amarga-se. Quanto mais Juliana se porta como “senhora”, mais Luísa atua como “criada”. Ou seja, os limites sociais não estão demarcados adequadamente. E a demarcação deveria ser também responsabilidade da senhora da casa.

Juliana condena o adultério, mas é “maleável” para “aceitar” que outros pratiquem o pecado, se ela puder tirar proveito. A criada de dentro deseja, portanto, que a patroa mantenha amantes, desde que ela goze a abundância também. Moralmente, Juliana está mais bem ajustada aos seus objetivos e necessidades. Luísa é quem não define muito claramente seus limites e, como diz A Campos Matos, tem a aparência de um “ser fraco e influenciável” que se angustia por não saber como suportar sua nova condição de adúltera e por não conseguir equacionar a relação com as criadas. Luísa não resistiu à sedução

do Don Juan Basílio e não conseguiu conviver com o prazer do amor adúltero, porque teria, na nova configuração, de dividir o “saber” e o “prazer” com os fâmulos. E nisso, Luísa destoa do contexto histórico e mesmo do contexto narrativo.

No Portugal do XIX, a ascensão social exigia uma cozinha farta e um serviço adequado. Fartura e serviços que há, inicialmente, na casa de Jorge e Luísa. Mas no imaginário burguês, a mulher deveria comandar a casa e manter distância regulamentar das criadas e criados. É o que deixa claro Carlos Consiglieri, no prefácio que introduz o livro de receitas *Comeres de 1900*, de Sonia Monteiro. Ele afirma que a imagem da “senhora burguesa” que se pode encontrar nos livros de culinária e etiqueta do século XIX é a da mulher que sabe como comandar a cozinha sem se envolver com ela, uma vez que interfere e define o *menu*, mas é servida pelas criadas (MONTEIRO, 2000: p. 15-16). Numa casa burguesa, a senhora deveria prover as refeições, sem deixar de ser a rainha.

Serrão e Marques também percebem essa configuração na representação da senhora burguesa em livros de receitas do século XIX. Para eles, o aumento no número de publicações culinárias, no período de 1851 a 1900,

não se pode desligar da expansão e consolidação de um público constituído pela pequena e média burguesia que ao ver subir o nível de vida também investiu na área da representação social, o que passou pela mesa mais farta, mais elaborada e com mais convidados, bem como pela melhoria das refeições de todos os dias (SERRÃO e MARQUES, 2004: p. 418).

Se seguisse essa lógica histórico-gastronômica, Luísa deveria comandar a cozinha, investir na fartura e qualidade das refeições cotidianas, mas não poderia se envolver com a cozinheira. Ou seja, deveria se comportar como Juliana, que, ao “dominar” a cozinha, provê pratos mais fartos e saborosos. E guarda distância regulamentar de Joana, a cozinheira.

No próprio romance, há cenas que aludem a essa competência específica. No jantar que Luísa oferece à amiga Leopoldina, antes de se sentarem à mesa, elas conversam sobre vários assuntos e Leopoldina informa sobre suas criadas: “Ai! Estão insuportáveis! — Contou as exigências da Justina, os seus desmazelos. — E muito agradecida ainda que ela se me não vá! Quando a gente depende delas...” (I, p. 562). O agradecimento que as criadas merecem é por fazerem seu trabalho e servir, inclusive, de alcoviteiras quando a senhora mantém ou deseja

manter amores extraconjugais. Luísa assistiu à aula, mas não aprendeu a lição da especialista. Por isso o amigo de Basílio, Visconde Reinaldo, desdenha de Luísa e desqualifica-a, quando Basílio conta-lhe que o adultério foi descoberto pela criada:

Pois tu achas isso decente, uma mulher que toma a cozinheira por confidente, que lhe está na mão, que perde a carta nos papéis sujos, que chora, que pede duzentos mil réis, que se quer safar — isso é lá amante, isso é lá nada! Uma mulher que, como tu mesmo disseste, usa meias de tear! (I: p. 633)

Basílio e Reinaldo não distinguem criada de dentro de cozinheira, quando se trata de falar de Luísa. Talvez porque ela não tenha definido muito bem os limites e as funções sociais e invadiu espaços que lhe estavam interditos e permitiu que espaços e funções próprios da senhora fossem ocupados.

Nesse sentido, são significativas outras duas cenas. Uma em que Jorge, surpreendendo Juliana a ler jornal no quarto e Luísa a engomar roupas, pergunta: “Dize-me cá quem é aqui a criada, quem é aqui a senhora?” (I, p. 704). E a cena em que Juliana e Luísa discutem asperamente e aquela insulta a patroa: “Você manda-me calar, sua p...! — E Juliana disse a palavra.” (I, p.712). A reação em defesa de Luísa parte de Joana que “correu, atirou-lhe pelo queixo [de Juliana] uma bofetada que a fez cair, com um gemido, sobre os joelhos”. A fidelidade à patroa não garante, no entanto, reciprocidade e, por isso, Joana é obrigada a deixar a casa. Não sem antes Luísa desesperar-se, ajoelhar-se e “E perdendo inteiramente todo o respeito próprio” implorar: “Pelas cinco chagas de Cristo, vá, Joana, minha rica Joana, vá! [...] A rapariga, assombrada, rompeu num choro estridente”. Joana fica confusa, ameaça falar com Jorge, mas acaba atendendo ao pedido desesperado da patroa e sai da casa, não sem antes receber duas libras (I: p. 712). A atitude de Joana não é somente fruto da fidelidade incondicional à patroa e a condição feminina. Ao longo do processo de chantagem, Luísa não se enquadra nos modelos que enformam a ação da mulher burguesa e toma para si as obrigações de Juliana. Joana observa tudo espantada, mas aceita as justificativas dadas por Luísa de a doença e/ou a idade de Juliana a impedem de realizar as tarefas. Além disso, Luísa, com receio de que Joana venha a desconfiar dos arranjos com Juliana, começa a presentear a cozinheira também. Joana não só goza dos benefícios como espalha pela cidade que a “senhora é um anjo”. Por isso Jorge recebe as ofertas de criados para servi-lo. A casa de

Jorge e Luísa destoa do padrão das outras casas lisboetas. O tratamento dado a Joana e Juliana é inadequado. A política, quando uma criada está doente, não prevê que os patrões deem presentes e realizem o serviço, mas façam o que Jorge propõe: “pois se está doente que vá pra o hospital!” (I: p. 704)

A incompetência para seguir os modelos e delimitar claramente espaços e funções sociais permitem-me sugerir que a bengalada do homem de bem, n’*O Primo Basílio*, não se dirige somente à adúltera que se deixa seduzir pelo primo Dom Juan. Eça pune a má amante e a má esposa, que não foi fiel e, quando traiu, não soube manter o comportamento adequado para preservar o casamento burguês.

Resultados

Os contextos histórico, narrativo e gastronômico levam a uma ampliação da leitura de Carlos Reis, de A. Campos Matos e o pai de Eça de Queirós. Se há criadas, como Joana, que experimentam a brandura de costumes, a contextualização histórica também prevê Julianas, que se rebelam contra as condições de trabalho. E Luísa se entrega ao primo, causa sua destruição e “compromete a estabilidade da família burguesa”. Mas não somente por trair. A relação de Luísa, Juliana e Joana deixa claro que Eça, pode ter desejado, também, morigerar os costumes de uma parte da pequena burguesia a quem faltava habilidade e comedimento para lidar com a criadagem que maltratava. Se Luísa tivesse conseguido, como Leopoldina, acomodar-se às exigências de Juliana e vice-versa o romance seria outro, é claro, mas todos saboreariam a abundância e os temperamentos se adoçariam. No Portugal de *O Primo Basílio*, em vez de adoçar-se, as personagens amargam-se. E esse amargor levou o escritor a punir e matar também a boa “complexa e socialmente marcante” cozinheira — quiçá a “boa senhora”, uma vez que Juliana, no seu curto reinado, comanda a cozinha e provê refeições fartas e saborosas, sem se envolver com a cozinheira — da história: Juliana Couceiro Tavira.

Referências

ALVES, Dario Moreira de Castro. *Era Tormes e Amanhecia: dicionário gastronômico cultural de Eça de Queirós*. Rio de Janeiro: Nordica, 1992.

BERRINI, Beatriz (Org.). *Comer e beber com Eça de Queirós*. Rio de Janeiro: Index, 1995.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (coord). *Portugal e a Regeneração (1851 a 1900)*. Volume X da coleção Nova História de Portugal. Lisboa: Editorial Presença, 2004. p. 411-425

JESUS, Maria Saraiva de. Alguns estereótipos sobre a mulher na segunda metade do século XIX. *Revista Veredas1*. Porto: Associação Internacional de Lusitanistas, 1998. P.149-163.

MATOS, Alfredo de Campos (Org.). *Dicionário de Eça de Queiroz*. 2. ed. Lisboa: Caminho, 1988.

MATOS, Alfredo de Campos. *Sexo e sexualidade em Eça de Queirós*. Portugal: Edições do Autor, 2012.

MONTEIRO, Sonia. *Comeres de 1900*. Sintra: Colares Editora, 2000.

QUEIRÓS, Eça de. *Obra Completa: quatro volumes*. Organização geral, introdução, fixação dos textos autógrafos e notas introdutórias Beatriz Berrini. Rio de Janeiro: Aguilar, 1997.

QUEIRÓS, Eça. *Correspondência*. (leitura, coordenação, prefácio e notas de Guilherme de Castilho). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983, 1º vol., p. 133-137.

QUEIROZ, Maria José de. *A Literatura e o gozo impuro da Comida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

REIS, Carlos. *Estudos Queirosianos: ensaios sobre Eça de Queirós e a sua geração*. Lisboa: Presença, 1999.

REIS, Carlos. *O essencial sobre Eça de Queirós*. Lisboa: Ed. Imprensa Nacional, 2000.

ZOLIN, Lúcia Osana. Questões de gênero e de representação na contemporaneidade. *Letras (Literaturas e relações assimétricas de poder)*, Santa Maria, v. 20, n.41, p. 183-195, jul./dez.2010.

LEITURA NO BALDE COM GIBIS DA MÔNICA, DE MAURICIO DE SOUZA: FEMINISMO NO UNIVERSO INFANTIL

Maria Cilene Gonçalves Gaspar
cilenegg@gmail.com

Orientador Prof^a Dr^a Margarete Prado de Souza Lopes
Universidade Federal do Acre
maga.lopes@gmail.com

Resumo

Nosso artigo apresenta uma experiência de leitura com alunos do Ensino Fundamental, utilizando gibis, especialmente os quadrinhos da Mônica, a partir dos quais surgiu a roda de conversa sobre questões de gênero e feminismo. Adotando um viés teórico centrado em livros e artigos de Cecil Jeanine Zianni e Salete Rosa da Universidade de Caxias do Sul, fizemos uma leitura da personagem da Mônica e seu jeito pós-moderno de ser como menina empoderada, “dona da rua” que dá coelhadas em todos os meninos.

Palavras-chave: Quadrinhos, estudos de gênero, personagens femininas, literatura brasileira.

Introdução

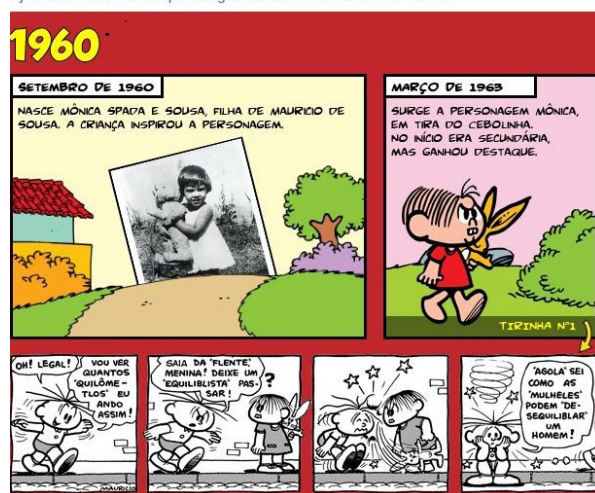
A partir de atividades de leitura com gibis em sala de aula, do uso do gênero textual quadrinhos, para realizar leitura literária e melhorar a escrita e as habilidades de leitura dos alunos, surgiu este artigo voltado para um olhar de gênero nos gibis da Mônica, do autor Maurício de Souza.

Maurício de Souza sempre escreveu quadrinhos de forte interação com as crianças, quando, por exemplo, em março de 1989, surgiu um concurso pedindo que os leitores enviassem sugestões de nome para o bichano da Magali. O resultado saiu na edição número 06. O nome Mingau foi sugerido por 65 crianças de todo o Brasil, que participaram de uma festa com a presença do Maurício de Souza, em São Paulo.

Os quadrinhos da Mônica fizeram aniversário de 50 anos em 2013, porque a Mônica surgiu como personagem secundário, em 1963, nas tirinhas do Cebolinha, como uma menina que dotada de uma incrível força física e por este atributo se torna dona da rua, pois nenhum dos meninos Cebolinha, Cascão, Franjinha, ou qualquer outro se mostra capaz de enfrentá-la e vencê-la. Ela já apareceu sempre carregando seu coelhinho, com pose de dona da rua e dando coelhadas nos meninos, principalmente no Cebolinha, seu maior antagonista, que inventa planos maquiavélicos para “destronar” a menina e ser o novo dono da rua, e que ainda, cada vez que a encontra lhe chama de gorda e dentuça.

50 anos de Mônica

veja marcos da história da personagem mais famosa de Maurício de Souza



Depois de sete anos participando das tirinhas do Cebolinha nos jornais, surge lançamento da Revista Nº 01 da Turma da Mônica, em 1970, com tiragem de 200 mil exemplares. Em 1971, foi lançado o álbum “A bandinha da Turma da Mônica”, com 12 faixas, que foi sucesso absoluto entre as crianças. Em 1982, a personagem da Mônica estreia no cinema, no filme “As aventuras da Turma da Mônica”; e, ano de 1985, a Mônica recebe um novo visual, mais redondinha e sorridente. Seu coelhinho também recebe um azul bem forte.

Nos anos 1990, duas datas foram importantes na história da Mônica. Em 1993, ela ganhou uma “Casa”, no então parque da Mônica, em São Paulo, que durou até 2010 e foi fechado. Também em 1997, o web site da Mônica, então ainda uma grande novidade, recebe prêmio de melhor site, o seu primeiro prêmio do IW BEST. Em agosto de 2008, surge o primeiro número do gibi Turma da Mônica Jovem, sendo que no gibi de novembro de 2008, ela e o Cebolinha dão o primeiro beijo, como namorados. Depois, em 2012, o gibi Turma da Mônica jovem ganha uma edição especial do casamento dela com o amiguinho de infância, Cebolinha. Esta edição se tornou muito cobijada entre colecionadores. Alguns destes colecionadores chegam a ter seis mil gibis da turminha.

Entretanto, a festa maior foi em março de 2013, quando a Mônica fez 50 anos desde seu surgimento nas tirinhas do Cebolinha, e as comemorações, por todo o Brasil, teve lançamentos de livros, exposições, espetáculos e bonecos “retrô”. Os gibis da turma, lançados durante o ano de 2013, fossem do Cascão, Cebolinha, Chico Bento, Magali e da própria Mônica, traziam no miolo pequenas reportagens contando em partes todos os marcos dos 50 anos da Mônica

O gibi da Mônica fez tanto sucesso desde seu surgimento, que logo apareceram outros quadrinhos derivados do gibi dela, como a Revista do Cebolinha, do Cascão, do Chico Bento e da Magali. Depois surgiram os gibis da Turma Jovem, em 2008, como já foi dito. Com o sucesso dessa nova modalidade de quadrinhos, foram surgindo outras publicações como o Chico Bento Jovem e outras mais. Esse gibi tão famoso, de uma menina tão diferente dos estereótipos das meninas das histórias infantis, tem que ser lido e discutido com os alunos numa perspectiva da crítica feministas, visto que a Mônica é um exemplo de garota dos tempos Pós-Modernos. Ela jamais se encaixou nos padrões de comportamento e atitudes esperadas de uma menina criada dentro dos mais puros padrões patriarcais.

Metodologia

Minha experiência com a leitura se deu desde a mais tenra idade. Quando criança ouvia muitas histórias fantásticas, contos, causos do seringal contados pela minha mãe e pela Maria, uma moça, que trabalhava na minha vizinha. Todos os dias depois do almoço ela contava histórias para as crianças. Eu era uma delas. Lembro-me que meu interesse pelas histórias era tanto que depois dos afazeres domésticos da Maria eu a acompanhava até a sua casa para ouvir mais histórias. Depois fui com “sede” aos livros. No início, eu gostava das foto-novelas, das Biancas, das Sabinas, livro de bolso e dos gibis. Depois tomei gosto pelas biografias, livros de santos (nunca esqueci a história de Joana D’Arc); em seguida, fui apresentada à literatura brasileira e estrangeira, quando fiz meu curso de Letras. Mas continuava gostando de histórias em quadrinho.

Como professora, a leitura sempre foi minha preocupação e interesse. Não somente a leitura de textos “didatizados”, mas a leitura “transgressora”. Aquela em que se constrói sentidos, que interage com os alunos, a leitura em que o estudante se identifica com algum personagem, alguma foto, alguma paisagem. A que te sustenta para ressignificar conceitos, ampliar conhecimentos. A que te ajuda a ser um ser humano melhor.

Nesta perspectiva, sempre oportuneizei a leitura de textos literários aos meus alunos, no Ensino Fundamental, pois sei como professora e formadora que fazer boas leituras não é realidade da sala de aula e nem da prática pedagógica dos educadores. E a ideia do balde, com o título “Leitura no balde” surgiu do desejo e da necessidade de levar a leitura para os alunos com acesso fácil. Dentro do balde tem aproximadamente 30 gibis, um para cada aluno. Os gibis são da turma da Mônica, pois os alunos dessa faixa etária gostam de ler histórias em quadrinhos. Como estávamos estudando o gênero biografia, justamente levei para eles a biografia do Mauricio de Sousa, com a proposta da leitura dos gibis e o estudo do autor veio ao encontro da proposta da escrita do gênero biografia e autobiografia pelos alunos, pois tiveram como modelo a biografia de Maurício de Sousa.

Em seguida, como as personagens Mônica e Magali foram inspiradas nas filhas do Maurício, de mesmo nome, a mais velha Mônica era brava e briguenta, sendo a Magali uma grande comilona, foi naturalmente incluído, na sequência didática das atividades com A leitura no Balde, estudar as biografias da Mônica e Magali. Encontramos na internet entrevistas com as filhas do Maurício de Souza comentando suas personagens no Gibi e também analisamos as personagens ficcionais como retratada nas histórias em quadrinhos.

Os alunos leem os gibis, depois contam a história para os colegas. Quando terminam trocam por outras histórias, e assim, o balde já faz parte das nossas aulas de Língua Portuguesa de forma cotidiana. Os alunos quanto mais estão lendo, melhor escrevem e apresentam melhor rendimento escolar.

Discussão resultados:

Na entrevista com a Magali Spada, filha do Maurício, ela revela que queria que o gatinho branco dos quadrinhos se chamasse Pizza, como um pet de verdade que ela teve quando era criança. Conta ainda que ela nunca foi capaz na vida real de comer uma melância inteira, porque sempre tinha irmãos e primos para dividir a fruta, mas ela era quem comia mais. Quanto à sua irmã Mônica, realmente, “sempre foi brava! Sossegou um pouco depois de apanhar de uma vizinha mais forte. Eu não apanhava porque fazia tudo que ela mandava!” (<http://turmadamonica.uol.com.br/magali50anos/>).

Assim, as semelhanças entre a Mônica da vida real e a personagem dos gibis se enquadra no aspecto da braveza. Entretanto, a Mônica dos gibis, personagem ficcional de Maurício de Souza é muito rica em detalhes a serem estudados. Ela vai além de uma menina briguenta ou muito agressiva, na verdade, ela sofre violência de gênero, sempre atacada todos os dias pelo Cebolinha e outros meninos sendo chamada de gorda e dentuça, apelidos que renderam e ainda rendem milhares de piada.



Sabemos ser incorreto rir de crianças obesas ou dentuças, temos no Ensino Fundamental toda um aparato para inclusão educacional de crianças deficientes, LGBT, ou pelo menos, as escolas em todas as cidades se esforçam para fazer a inclusão das crianças diferentes. Existem muitos estudos de mestrado e doutorado surgindo a cada ano sobre questões de gênero, raça e inclusão dos deficientes nos quais entram obesos e dentuços também.

Como afirma Camurça e Gouveia, os estudos de gênero estão cada vez mais esclarecendo e afirmando o lugar da mulher como sujeito dentro de nossa

sociedade, com direitos e deveres tais quais aos homens. As mulheres estão aprendendo desde os anos 1990 a lutar por seus direitos, buscar políticas públicas que melhorem sua condição de existência e promovam a igualdade de gênero. A Mônica simboliza esta luta e a vitória feminina nessa questão, promovendo a igualdade e reequilibrando a subalternidade histórica da mulher diante da hegemonia do patriarcado nestes últimos séculos no Brasil.

Os conceitos e as ideias não são algo neutro, uma abstração distante da realidade, mas sim, que são frutos de processos sociais e reveladores do cotidiano e da ação política dos sujeitos da nossa sociedade. Assim sendo, não há como negar que a difusão do conceito de gênero está diretamente ligada à ação e transformação que o movimento de mulheres vem produzindo nas sociedades contemporâneas (2004, p.09).

Desde 1960, os quadrinhos de Maurício mostram a desigualdade de controle das brincadeiras entre meninos e meninas. É preciso observar que o gibi começou com o Cebolinha, mas foi curto o predomínio masculino nas tirinhas. Com o surgimento da Mônica, em 1963, a primeira personagem dos feministas dos quadrinhos veio para ficar, e revolucionou as historinhas dos gibis. Ela tem vencido todas as batalhas com o Cebolinha, e como já foi dito, ela não pode ser descrita como uma menina violenta, briguenta ou causadora de conflitos, porque bater nos meninos com seu coelho de pelúcia sempre foi um gesto de defesa da honra, um modo de exigir respeito ao ser chamada de gorda e dentuça.



Podemos observar que as relações entre Monica e Cebolinha são relações de poder. O Cebolinha tem a intenção de ser o dono da rua e todas as suas lutas são para conquistar este direito, tomando o poder da Mônica, porém a menina neste mais de 50 anos do gibi é sempre vitoriosa e nada, nem ninguém consegue controlar sua força e determinação em sempre se defender dos meninos e defender todas as meninas da rua, a começar de sua amiga Magali.

O conceito de gênero implica em uma relação, isto é, nas nossas sociedades o feminino e o masculino são considerados opostos e também complementares. Na maioria das vezes o que é masculino tem mais valor. Assim, as relações de gênero produzem uma distribuição desigual de poder, autoridade e prestígio entre as pessoas, de acordo com o seu sexo. É por isso que se diz que as relações de gênero são relações de poder (CAMURÇA e GOUVEIA, 2004, p. 13).

As relações de gênero são construídas a partir das diferenças sexuais, de classe, de geração e etnias, portanto, não são naturais, são todas construções de uma sociedade machista e patriarcal. Ainda citando Camurça e Gouveia:

O conceito de gênero se refere às relações entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens. Todas estas relações criam várias desigualdades, fazendo com que alguns tenham mais poder sobre outros, sejam considerados mais importantes e respeitados na sociedade. Isto também faz com que algumas pessoas tenham mais liberdade e oportunidade para se desenvolver do que outras (2004, p. 14).

Conclusão:

Por conseguinte, chegando ao fim deste artigo, podemos perceber que a Mônica dos gibis é um grande símbolo para todas as meninas do Brasil. Toda sociedade contém uma coleção de imagens, figuras, histórias de fada, filmes, lendas, entidade do folclore que passadas e contadas para as crianças construindo seu imaginário, formando os símbolos de nossa vida em comum. A personagem da Mônica pode ser considerada um símbolo feminista por incorporar a luta das mulheres contra a opressão e subalternidade imposta pelos grillhões do patriarcado, que ainda imperam em grande parte mesmo na nesta segunda década do século XXI.

Margarete Lopes, estudando as escritoras de livros infantis da Região Norte observou que o Gênero, aspecto fundamental na construção da identidade das pessoas, engendra modelos controlados de comportamento para homens e mulheres dentro de nossa sociedade, que nos séculos XIX e XX, tempos da Modernidade, a cabeça das crianças era construída para assimilar e enraizar um

modelo acabado do que era “ser homem” e do que era “ser mulher”. A família e a escola foram sempre as grandes responsáveis por perpetuar os valores do patriarcado (LOPES, 2013, p.06).

O gibi da Mônica se enquadra dentro da produção pós-moderna que lida com as novas relações de gênero e as diferentes situações da vida cotidiana, porque não é somente a Mônica que rompe tabus e estereótipos, a Magali é uma menina gulosa, que não se comporta na hora de comer como as outras garotinhas, o Cascão nunca toma banho e o Cebolinha, além do lambidacismo, é um menino que chora toda vez que apanha da Mônica.

Referências

CAMURÇA, Sílvia; GOUVEIA, Taciana. **O que é gênero**, 4ed. - Recife: SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia, 2004. 40p. - (Cadernos SOS CORPO; v.1).

LOPES, Margarete Edul Prado de Souza. As relações de Gênero na Literatura Infanto Juvenil do Acre, in: **Anais IV Simpósio Mundial de Língua Portuguesa**. Goiânia: Editora da UFG, 2013. Disponível em: <http://www.simelp.letras.ufg.br/anais.php>

Magali Spada: entrevista pelos 50 anos da Revista da Mônica, disponível em: <http://turmadamonica.uol.com.br/magali50anos/> Último acesso em 09/05/2016.

Os 50 anos do Gibi da Mônica, disponível em: <http://g1.globo.com/poparte/noticia/2013/03/monica-completa-50-anos-hoje-veja-linha-do-tempo-da-personagem.html> Último acesso em 09/05/2016.

RAINHA GINGA: UMA NARRATIVA DA RESISTÊNCIA FEMININA

Maria do Desterro da Silva Oliveira
desterrooliver@hotmail.com

Orientadora Algemira de Macêdo Mendes
Universidade Estadual do Piauí – UESPI
ajemacedo@ig.com.br

Resumo

Este trabalho tem por objetivo abordar o tema literatura e relações de gênero no romance histórico *Rainha Ginga*, de José Eduardo Agualusa, obra publicada em 2015. O recorte trilhado visa demonstrar como se deu à resistência da líder angolana, pois, ao assumir o título de rainha do Ndongo e da Matamba, ela adota uma identidade masculinizada, provavelmente como forma de impor respeito perante os súditos. Além disso, acrescenta-se os “maridos”, os quais formavam um harém de “esposas”, pois ela os obrigava a vestir-se de mulher. Ginga mostra-se uma exímia diplomata, pois diante do avanço e domínio da coroa portuguesa no território Ndongo e da Matamba, ela fez alianças com os holandeses, estes que eram considerados inimigos dos portugueses, liga-se a isso o casamento da soberana com o Caza Cangola, líder dos Jagas. Este povo era considerado guerreiro e dominava a arte da guerra, mas acercavam-se sobre eles diversos mitos, dentre os quais se elencam práticas culturais antropofágicas. Ao longo da narrativa, nota-se que a aliança entre a rainha, os holandeses e os Jagas foram estratégias de resistências usadas por ela a fim sobressai-se diante dos portugueses, evitando assim o tráfico de escravos e as invasões territoriais.

Palavras-Chave: Literatura Angolana, Gênero, Rainha Ginga, Resistência Feminina.

1 Introdução

Considera-se a literatura um dos campos do conhecimento em que se mimetiza as relações humanas. Isso advém do simulacro das ações de homens e mulheres num determinado espaço e tempo. A presença da literariedade é inerente ao caráter mimético, resultante do entrelaçamento do real ao imaginário. A partir desse aspecto, evidencia-se a verossimilhança como uma espécie de ilustração da realidade. Nesse sentido, a literatura torna-se uma via representativa da condição feminina na sociedade no decorrer do tempo. Literatura e mulher nos últimos anos tornaram-se temas recorrentes em artigos, monografias, dissertações e teses. As questões de gênero, desde o início da pós-modernidade, nos anos 60 do século XX, tornaram-se demandas emergentes, seja no campo político, social, trabalhista e até mesmo no que se refere à liberdade em relação ao corpo.

Com vistas a discussões de gênero e literatura, sobretudo no tocante à representação feminina, elegeu-se o romance histórico *Rainha Ginga*, do escritor angolano Agualusa. A narrativa evidencia a liderança e a resistência feminina da lendária rainha do Ndongo e da Matamba frente as forças portuguesas nos séculos XVI e XVII. Historicamente, Ginga representa uma das mulheres mais importantes de Angola. No entanto, a história e a literatura canônica, muitas vezes, omite as heroínas que contribuíram para o desenvolvimento de um determinado povo. Sylvia Serbin ressalta que:

Algumas rainhas e mulheres de ação admiradas no seu tempo, viram-se, assim, totalmente ocultadas da genealogia do poder, até ao ponto de nem sequer serem mencionadas pelos guardiões da memória oral com a desculpa de que a religião não permite que se ponham mulheres em evidência. A ocupação colonial e a introdução do catolicismo, perpetuada pelas sociedades europeias com dominante patriarcal, continuaram este movimento de exclusão das mulheres das funções econômicas e sociais tradicionais que ocupavam precedentemente, a favor de uma autoridade exclusivamente masculina (SERBIN, 2014, p. 163-164).

Assim, o presente artigo tem por objetivos analisar a liderança da rainha Ginga frente o avanço dos europeus na África, discorrer acerca das estratégias utilizadas pela soberana, discutir sobre as alianças bélicas firmadas por ela e destacar as formas como a protagonista subjugava os inimigos capturados pelos guerreiros.

A fim de alcançar os objetivos mencionados, utilizou-se pesquisa bibliográfica qualitativa, visto que o conhecimento disponível parte de teorias publicadas em livros, teses ou obras congêneres. É uma investigação que se propõe à análise a partir das contribuições teóricas de Bonnici (2011), Foucault (1996), Butler (2003), Arraes, (2015), Leite (2012), Pinto (2015), Agualusa (2015) entre outros, cujas teorias corroboraram com a pesquisa. Quanto ao procedimento para coleta de dados, este foi por meio da leitura e da análise do *corpus* citado.

A escolha desse procedimento deu-se porque minimizou o risco de uma análise unilateral e possibilitou uma interpretação dinâmica, na medida em que permitiu que questões não suscitadas emergissem no avanço das discussões. Dessa maneira, houve a seleção de referências teóricas na perspectiva dos estudos culturais, as quais abordam as representações literárias e de gênero pelo ponto vista da narrativa histórica. Foi a partir disso que se notou que as heroínas históricas raramente são mencionadas na literatura. A partir da leitura do romance, percebeu-se que o caráter diplomático da Rainha Ginga promoveu algumas tréguas entre os portugueses e angolanos, evitando por muitos anos o controle total dos povos lusos no território da atual Angola. Ela representou a habilidade feminina de lidar com momentos obscuros, sobretudo da história dos africanos e que também tem seus trânsitos pelo Brasil.

Literatura e o Protagonismo Feminino no Romance Histórico Rainha Ginga

Nos estudos culturais, a literatura das “minorias” é aquela que aborda e representa temáticas sobre as questões de etnia e gênero entre outros aspectos. Esta forma de crítica literária destaca-se como um dos mais significativos reflexos da produção humana, pois busca formas de expressar, via contexto literário, a realidade das diversas culturas, bem como a economia, a organização social e política, além de expor a opressão social de povos que foram subjugados por fatores étnicos, religiosos ou de gênero.

Nesse paradigma, a literatura de minorias busca romper com os modelos que canônicos, os quais não evidenciam, ou expõem de forma secundária, as demandas sociais emergentes, tais como a opressão feminina numa sociedade patriarcal, além da segregação dos homossexuais e a violência sofrida pelos povos indígenas e negros que foram expropriados de seus territórios e tiveram sua cultura vilipendiada em prol de uma pretensa superioridade europeia. Conforme Bonnici (2011, p. 103), “o cânone literário foi formado por valores

racistas, homofóbicos, patriarcais, colonialistas e elitistas”. O ponto de vista exposto por Bonnici mostra que esse fator promove uma visão unilateral das discussões literárias sobre a mulher.

Quando se fala em literatura e gênero nota-se que por muito tempo as mulheres foram representadas pelos discursos masculinos, os quais legitimavam a situação de inferioridade social feminina. Na literatura, seja em prosa ou versos, evidenciava-se o maniqueísmo das representações, uma vez que o narrador ou eu lírico concebiam ou evocavam as musas e colocavam-nas ora na condição submissa, frágil e dócil, ora como mulher pecaminosa, sedutora ou degenerada. Nesse sentido, cada discurso, seja prosaico ou lírico, influencia e é influenciado pela história, pela cultura e pelo contexto social. Em relação à elaboração de discurso, Foucault argumenta que:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 9).

Em consonância com as premissas de Foucault, os discursos que excluem as vozes femininas, sejam nas representações do senso comum ou poéticas, possivelmente contribuíram para comportamentos sociais machistas, para o jogo de poder entre homem e mulher no qual a figura feminina é silenciada. Dessa forma, Spivak (2010, p. 15) argumenta que: “o discurso subalterno é obliterado, a mulher subalterna encontra-se em uma posição ainda mais periférica pelos problemas subjacentes de gênero”. Assim, evidencia-se que os discursos e as representações femininas visam romper o silêncio ao qual a mulher foi submetida por circunstâncias diversas, sobretudo pelo preconceito de gênero disseminados a partir de teorias Iluministas, as quais colocavam a mulher como um ser inferior. Como explicita **Anadir Miranda:**

[...] o discurso iluminista afirmava que elas eram inferiores, tanto física, quanto intelectualmente, cabendo viverem sob o julgo da autoridade masculina, ideia incompatível com um dos mais importantes ideários iluministas, o referente ao uso autônomo da razão.

Nos séculos passados, o direito de as mulheres expressarem-se era limitado, inexistente ou mesmo invalidado. A esse respeito Foucault (1996) argumenta que são várias as formas de exclusão e isolamento, entre as quais ele cita a interdição.

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente e mais familiar também é a interdição. Sabe-se bem que não tem direito de dizer tudo, que não se pode falar tudo em qualquer circunstância (...) aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam e se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiados, alguns de seus mais temíveis poderes (FOUCAULT, 1996, p. 9-10).

Assim, a interdição e anulação do discurso feminino na literatura favoreceram as representações da dominação masculina. Com isso, o preconceito de gênero é promovido pela divulgação de discursos e imagens deturpadas em relação à mulher. Dessa forma, a presença e a mimetização feminina na literatura têm como propósito representar a mulher o mais próximo da sua realidade. Evidenciar a mulher na literatura, sem exotismo, sem pieguices é uma forma de promover a igualdade entre homens e mulheres.

Nesse sentido, Butler (2003) enfatiza que a representação e a política servem como termo operacional no seio de um processo político que busca estender a visibilidade e a legitimidade aos sujeitos políticos. Para a teoria feminista, o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representar as mulheres completa ou adequadamente pareceu necessária a fim de promover a visibilidade delas, considerando a condição cultural difusa, na qual a vida das mulheres era mal representada ou nem isso sequer. Dessa forma, a literatura também é o terreno da política, pois cede lugar para mulher questionar sobre seu papel dentro da sociedade e reivindicar a igualdade de gênero e etnia, pois a população feminina negra continua à margem da história, da cultura e da política brasileira.

A história, a qual é contada do ponto de vista do conquistador europeu, omite as heroínas negras, fato este que corrobora para a exclusão do protagonismo dessas mulheres em muitas narrativas consideradas canônicas. Esse fator também promove a alienação da identidade da mulher negra, pois essa não reconhece uma imagem feminina, de alguma heroína negra, quer seja na história ou na literatura que a represente de forma positiva. Desse modo:

O esquecimento das mulheres negras na história é algo que contribui para a vilipendiação da população negra. Por conta disso, as garotas negras crescem achando que não há boas referências intelectuais e de resistência nas quais possam se espelhar. Para descobrir seus referenciais, é preciso que se mergulhe em uma pesquisa individual, muitas vezes solitária, juntando peças de um enorme quebra-cabeça para no fim descobrir que pouquíssimo foi registrado a respeito de mulheres como Dandara dos Palmares ou Teresa de Benguela – importantes líderes quilombolas (ARRAES, 2015, p. 1).

Dessa forma, nota-se que as heroínas citadas por Arraes raramente protagonizam as páginas da literatura canônica. Nesse sentido, as negras têm sido postas à margem da literatura, da história e da cultura. Ocupando territórios ou espaços sociais que as tornam invisíveis, elas trazem consigo o duplo estigma: o étnico e o de gênero. Considera-se ainda esse grupo populacional uma classe marcada por poucas oportunidades, resquícios ainda da colonização que explorou, de modo físico, mental, sexual e cultural. Observa-se que a literatura canônica coloca como protagonistas de obras literárias personagens que privilegiavam os modelos europeus e patriarcais.

Com vistas à elaboração do presente artigo, abordou-se a respeito da mulher na literatura africana, delimitando como *corpus* o romance histórico Rainha Ginga. Para tanto, a princípio, discute-se a respeito do paradigma das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, esta que é uma produção que aparece como alternativa ao cânone literário. As literaturas africanas de língua portuguesa e a brasileira literatura a princípio têm a sua origem marcada pela expansão marítima dos países europeus. Inicialmente, os textos produzidos no território africano e americano versavam sobre a descrição e narração do continente africano e o território brasileiro, relatos de viagem, cartas regimentais, procedimentos de navegação, além das primeiras transações comerciais.

A literatura africana desponta de forma significativa no cenário literário a partir da década de 70 do século XX. De acordo com Leite (2012, p. 2), “As literaturas africanas de língua portuguesa têm tido o seu maior desenvolvimento editorial e criativo, e ainda crítico nos últimos vinte anos, após a independência política dos cinco países africanos”. O romance em tela ressalta a presença portuguesa em Angola. Historicamente data-se aproximadamente no final do século XV, com a viagem do navegador português Diogo Cão. Conforme Pinto (2015), os portugueses aportaram na costa angolana no ano de 1482/1483 e foi nessa época o português Diogo Cão navegou pela primeira vez no rio Kongo/Zaire.

Diante do exposto, acerca da condição da mulher na literatura canônica, a contextualização da história e da literatura angolana busca discutir sobre o protagonismo e a representação feminina no romance histórico *Rainha Ginga*, de autoria do escritor angolano José Eduardo Agualusa, publicado em 2015. Nesse sentido, o romance em estudo narra um período importante da história de Angola, situando o seu enredo nos séculos XVI e XVII, momento em que se consolida a presença portuguesa em solo africano. Esses temas tornaram-se densas fontes para a tessitura dessa narrativa, na qual a protagonista é uma heroína que lidera exércitos e governa um vasto território do país africano. A narrativa histórica ficcional de Agualusa aborda o contexto das grandes navegações e a exploração do território africano, principalmente os reinos que hoje formam o atual país Angola. Menciona também o processo de escravidão entre angolanos, o comércio de escravos com Portugal e as desavenças entre o povo luso e os africanos.

O romance tem início nos anos 20, do século XVII, quando ocorre o primeiro contato entre o Padre Francisco José da Cruz e Ginga, no Reino Soyo, cujos relatos históricos situam este reino como o lugar onde o navegador português Diogo Cão aportou-se no final do século XV. Ela também ficou conhecida como Ana de Sousa, nome que recebeu após o batismo e a “conversão ao cristianismo”. Tal fato ocorre quando o narrador, o padre pernambucano Francisco José Santana da Cruz, é enviado pela igreja católica ao reino Ndongo e da Matamba a fim de cristianizar a população e implantar a igreja católica nesse lugar. A princípio, a narração do religioso sobre a heroína do povo angolano restringe-se a descrição dela. Esta é descrita com grande imponência real, embora o narrador esclareça que fisicamente a rainha do Ddongo e Matamba tivesse uma aspecto frágil.

A primeira vez que a vi, Ginga olhava o mar. Vestia ricos panos e estava ornada de belas joias de ouro ao pescoço e de sonoras malungas de prata de cobre nos braços e calcanhares. Era uma mulher pequena, escorrida de carnes e, no geral sem muita existência, não fosse pelo aparato que trajava e pela larga corte de mucamas e de homens e armas a abraçá-la (AGUALUSA, 2015, p. 9).

O narrador enfatiza que a rainha era uma mulher de aspecto comum, sendo destacada das outras mulheres pelo fato de usar adereços reais. Isso demonstra que o narrador se mostra surpreso diante de uma líder aparentemente frágil, no entanto com a fama que a consagraria com heroína do povo angolano. Ao longo da narrativa, ele torna-se secretário e conselheiro da rainha e por esse motivo a coroa portuguesa o considera traidor da pátria, visto que o clérigo alia-se ao povo angolano contra a exploração e o tráfico de escravos, muitos deles enviados ao Brasil, terra que despontava como grande produtora de cana de açúcar. Junto a Ginga, eles elaboram estratégias, as quais evitam o domínio português em terras do Congo e da Matamba. A narração do padre tem avanços e retrocessos para explicar como a lendária rainha herdou a sucessão do reino do Ndongo e da Matamba.

A biografia e história da ilustre personalidade de Angola relata que ela nasceu em 1582 em Kabasa, interior da Matamba, uma dos cinco filhos do soberano Ngola Kiluanji e Nguenguela Kakombe. A vida de Ginga registra um relacionamento harmônico entre a família, com exceção do irmão Ngola Mbandi. O conflito entre o irmão talvez fosse oriundo do afeto demorado de Ngola Kiluanji para com a filha e por ela demonstrar suas habilidades bélicas e liderança nata. Essas características representavam uma ameaça ao herdeiro da sucessão do trono do reino da Matamba. A esse respeito, Moisés Malumbo afirma que:

Ngola Kiluanje, então rei da Matamba, teve uma particular predileção por Ginga, a ponto de lhe confiar muitos segredos do reino e da sua política, levando-a inclusive consigo em expedições bélicas (contra os portugueses e contra os reinos vizinhos africanos que procuravam furta-se da luta contra a invasão portuguesa) (MALUMBO, 2014, p.78).

Com a morte de Ngola Kiluanje, o irmão Kia Ngola Mbandi ascende a rei da Matamba e se mostra autoritário, limitando a participação da irmã nas decisões políticas. A insegurança e a ambição de Ngola Mbandi resultam no assassinato do próprio sobrinho, o filho de Ginga, Quizua Quiazele. Conforme Agualusa (2015, p. 39) “Era este filho quem, segundo as leis da Terra, deveria suceder Ngola Mbandi. Os Ambundus não depositavam confiança nas mulheres”. Tais

acontecimentos dificultariam mais ainda a pretensa ascensão dela ao trono, além do fato de ser mulher. Ngola Mbandi tinha receio de ser assassinado pela irmã, pois assim Quizua poderia assumir as insígnias reais. O episódio do assassinato do jovem teve várias versões, no entanto a mais difundida foi a de afogamento, a mando do tio como é registrado no fragmento a seguir:

Quizua Quiazale teria sido afogado nas confusas águas do rio por escravos ao serviço do seu tio, Ngola Mbandi... Não me pareceu na época que a Ginga desse crédito a tais intrigas. Chorou o filho como é suposto uma mãe fazer, e depois a vida regresso ao normal (AGUALUSA, 2015, p.40).

A narrativa histórica mostra que a líder de Matamba não sucumbiu diante do assassinato do filho. Relata-se que ela via a luta contra os portugueses como o seu maior objetivo. De acordo com Moisés Malumbo,

Ginga continuou a colaborar com o irmão que lhe tinha assassinado o único filho. Mesmo assim, quando se tratava da resistência contra os portugueses, Ginga transformava-se em melhor aliada do irmão, demonstrando o sentido do dever patriótico e sua grande habilidade e capacidade de negociar questões políticas, metendo neste caso de parte as questões familiares (MALUMBO, 2014, p.80).

A atitude de Ginga demonstra quão resignada, ativa e racional ela reagiu diante do assassino do seu único filho. Tal comportamento mostra que a causa libertária movia os propósitos de Ginga. Dessa forma, as intrigas familiares não poderiam virar um empecilho para a liberdade do povo africano de Matamba e das regiões vizinhas. Por esse e outros motivos, cinco séculos depois a população angolana ainda a tem na memória. Ginga é um caso especial na história e na literatura de angolanos. Assim muitos autores buscam nessa mulher fonte para recriar a história da escravidão e as lutas de resistência via discurso literário.

A nobre de Matamba não media esforços para alcançar os objetivos, a retomada dos territórios africanos e acabar com a escravidão e o tráfico. E para isso Ginga utilizava como estratégia a morte de alguns reis vizinhos do território de Matamba, os quais se resignassem diante dos portugueses. Por isso ela também foi acusada de mandar decaptar o próprio tio, envenenar o irmão e apunhalar o filho de Ngola levando a morte deles. Dito dessa forma parece que Ginga é

uma mulher cruel, revanchista, no entanto o legado que foi deixado por ela não pode ser esquecido. Pois diante dos conflitos bélicos entre os africanos e o povo luso, no centro do embate está presente a figura lendária da rainha Ginga.

Após a morte do irmão e sobrinho, ela mais uma vez teve que usar a sabedoria a fim de que o povo do reino de Matamba aceitasse-a como líder de estado e assim pudesse estar a frente de todas decisões políticas e financeiras das terras desse lugar de África. De acordo com Agualusa (2015, p. 49) “Ginga conseguiu convencer os macotas a aceitarem-na como rainha, ainda com forte oposição de muito deles, os quais preferiam ver no lugar dela um filho, ainda muito pequeno, de Ngola Mbandi”. Essa passagem demonstra a pouca confiança dos Ambundus com a liderança feminina, a ponto de levantar a hipótese de uma criança chefiar um dos reinos mais importantes de Angola.

O menino, filho do falecido rei Ngola Mbandi, ficou sob os cuidados dos Jagas, na figura do chefe Caza Cangola. Um fato interessante ressaltado no romance é o momento em que Ginga recebe o título real, no qual ela optou por ser tratada como homem, passou a vestir-se com tal e pedia que a chamasse de rei. Conforme Agualusa (2015, p. 49) “A Ginga, agora rainha Ginga, ou melhor, rei Ginga, porque assim exigia ser tratada, queria ver-me”. Adotar uma identidade masculinizada não pode ser considerado como ato de devassidão, nesse caso pode ser explicado como forma de adquirir o respeito e aceitação perante a sociedade dos Ambundus, que era predominantemente machista, e não admitia ser liderada por uma mulher. Sobre as questões da identidade de gênero da rainha/rei da Matamba, Mariana Fonseca (2014, p. 8) argumenta que: “Nzinga teria se ‘tornado homem’ para atender o requerimento ideológico que restringia a participação feminina no poder, e por isto se engajou em atividades viris, como liderar as tropas e manusear armas”. Com a transição de gênero, a rainha/rei sofreu preconceito, sobretudo por parte dos europeus pois isso foi considerado por muitos como um fato chocante – uns viam-na como uma pervertida, como se vê em algumas representações da rainha. Dessa forma, Simão Souindoula explica que:

O romance Zingha, Reine d’Angola será traduzida para o neerlandês, em 1775, suscitara outras iniciativas literárias, marcada pela suposta aterrorizadora implacabilidade. O francês Marquis de Sade e o austro-alemão Leopold Ritter Von Sacher-Masoch cairão nas evidentes fábulas destiladas contra a filha de Nzinga Mbande e, sobretudo, nas próprias perversões. A crítica literária forjará, definitivamente, a partir dos nomes dos dois escritores tresmalhados, os conceitos de sadismo e masoquismo (SOUINDOULA, 2014, p. 105).

Outra particularidade da rainha de Angola era o modo como ela tratava os presos de guerra: uns tornavam-se escravos e eram incorporados junto a outros servos da corte dela, outros eram travestidos de mulheres, formando assim um harém. Essa situação é descrita quando o padre Francisco José da Cruz adoece e passa a ser cuidado por um dos homens/mulheres do harém de Ginga

Entre os quimbandas chamaram-se atenção uns que se vestem e se comportam como mulheres, aos quais os ambundos dão o nome de nganga dia quimbanda, ou sacerdote do sacrifício. Trazem esses quimbandas os cabelos comprido, muito enredado e descomposto, e a cara sempre bem raspada, que parecem capões. Deitam-se com homens, fazendo com eles o que na natureza fazem as fêmeas com os machos, e com tudo isso são respeitados e venerados (AGUALUSA, 2015, p. 58).

Esse fragmento remete às sociedades poligâmicas cujos homens, podem ter quantas mulheres eles pudessem sustentar. No caso de Ginga, essa prática demonstra uma atitude de força, virilidade. “As esposas” do rei/rainha Ginga eram oriundas das capturas do exército de Ginga. E na qualidade de esposas de Ginga eram respeitadas (os) pelos súditos da rainha/rei, como mostra o fragmento da narrativa.

Em seu auge, Ginga tinha mais maridos do que alguém poderia contar. Alguns pesquisadores dizem que havia mais de 50 “concubinos” em seu harém. Costa e Silva destaca que um rei africano podia ter até mil mulheres — não se sabe se a mesma regra valeria para uma soberana. Fato é que a Ngola mandava que eles se vestissem de mulher, enquanto ela muitas vezes usava roupas masculinas, o que pode ser interpretado como uma tentativa de demonstrar a sua força. (GALVÃO, 2015, p.6)

Muitos autores acreditam que ao assumir uma identidade masculina a rainha/rei Ginga fazia isso como forma de revanche, uma espécie de dominação e manipulação da figura dos homens rivais ao exército dela. Outros estudiosos afirmam que tal comportamento estava relacionado com um “desvio de caráter” e compulsão sexual da rainha. Conforme Fonseca (2014, p.9) “Os ‘concubinos de Nzinga’ encontraram grande ressonância na imaginação iluminista, que em

sua perspectiva do ‘civilizado’ X ‘primitivo’, reforçaram a descrição de Nzinga como uma rainha tirana e libidinosa”.

Considerações

Ao longo das leituras realizadas acerca da heroína de Angola, notou-se que ela foi responsável por mudanças significativas no curso da história desse país africano, visto que com a liderança dela, evitou-se que muitos africanos passassem pela face mais degradante da escravidão, a expropriação da pátria de origem. Ela tornou-se um exemplo de patriotismo, pois sem usar a força física impôs-se diante dos portugueses, não cedendo aos desígnios dos europeus e, para tanto usava de estratagemas os quais anulavam o poderio do exército luso. É importante ressaltar que Ginga também teve que lidar com desavenças internas com reinos vizinhos, os quais não se posicionavam contra os europeus e fornecendo escravos e cedendo terras de África aos inimigos lusos.

História de mulheres como a Rainha Ginga deve está presente nas páginas da literatura, tendo em vista que, muitas mulheres são ocultadas do centro dos discursos, histórico e literário. D. Ana de Sousa representa e exalta a participação feminina nas lutas políticas e na gestão de um território, mesmo fragmentado e com diversas etnias. Os feitos da rainha de Angola merecem ser disseminados, especialmente para as mulheres, a fim de que se fortaleçam as reivindicações por igualdade de gênero nos diversos setores sociais, porque apesar de várias conquistas as mulheres ainda são o segmento social, o qual precisa sobressai-se em relação aos homens.

Referências

AGUALUSA, José Eduardo. **A Rainha Ginga**. Rio de Janeiro: Foz. 2015. 236 p.

ARRAES, Jarid. Heroínas negras na história do Brasil. Revista **Forum**. Abril de 2015. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/questaodegenero/2015/04/17/heroinas-negras-na-historia-brasil/>.

BUTLER, Judith. **Problema de Gênero**. São Paulo: Civilização brasileira. 2003. 240 p.

BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. Crítica feminista. In: **Teoria Literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 3. ed. rev. e ampl. Maringá: EDUEM, 2005. p. 217-242

FONSECA, Mariana Bracks. Nzinga Mbandi conquista Matamba: legitimidades e poder feminino na África Central no Século XVII. **Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História**. Santos - São Paulo. 2014. 17p. disponível em: <http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1406225439_ARQUIVO_NzingaMbandiconquistaMatamba,anpuhsp.pdf>.

FOUCAULT, Michel. (1971). **A ordem do discurso** . Tradução de Edmundo Cordeiro. Éditions Gallimard, Paris. Disponível em <http://www.unb.br/>> Acesso em: maio de 2015.

GALVÃO, Patrícia. Rainha Ginga de Angola, a líder da resistência africana. São Paulo: O Globo. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/racismo/_rainha-ginga-de-angola-a-lider-da-resistencia-africana>.

LEITE, Ana Mafalda. **Oralidades e Escritas Pós-coloniais**: estudos sobre literaturas africanas. Rio de Janeiro: EDUERJ. 2012.

MIRANDA, Anadir dos Reis. Mary Wollstonecraft e a Reflexão Sobre os Limites do Pensamento Iluminista a Respeito dos Direitos das Mulheres. **Vernáculo**, n. 26 v. 2, 2010.

PINTO, Alberto Oliveira. **História de Angola**: Pré-história ao início do século XXI. Lisboa: Mercado das Letras. 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

O FUNCIONÁRIO PÚBLICO E O ESCRITOR: UMA REFLEXÃO SOBRE ANTIFEMINISMO EM LIMA BARRETO

Maria Sandra da Gama

Universidade do Estado da Bahia UNEB/ DCHT- Campus XVIII

mgama@uneb.br

O presente artigo busca analisar, sobretudo a partir do estudo de algumas crônicas, como Lima Barreto conectou, em sua prática discursiva, algumas parcelas do mundo feminino de seu tempo a uma das formas de exclusão das trabalhadoras pobres do Rio de Janeiro, simbolizada no reforço da burocracia institucional burguesa. A saída de Barreto em defesa dessas últimas, contra a não sujeição dessas mulheres, fica explicitada com a fabulação de seu antifeminismo. Em tal elaboração, ele se indispõe contra a agenda de reclamações e as lideranças do alvorecente movimento feminino do início do século passado e, assim, incorpora ao próprio pensamento, ideias de tendência científico-evolucionista que contribuía para situar as mulheres em lugares naturalizados. Diante das animosidades do autor em relação às reivindicações femininas de participação política nos pleitos eleitorais e nos espaços burocráticos de trabalho por um lado, e a defesa das trabalhadoras pobres, por outro, as análises levantadas no texto buscam refletir sobre tais posicionamentos do escritor procurando entrete-los à trajetória dele. Nessa perspectiva, é possível focalizar, em sua escrita, a subjetividade mutante de Afonso Henriques de Lima Barreto, figura que, em seu percurso, ocupou lugares de trânsito, de *margens*, seja no funcionalismo público ou nas letras brasileiras, mas que procurou se situar num lugar de visibilidade.

Palavras-chave: Lima Barreto, mulheres, homens, trabalho, espaço público.

Introdução

O período entre os anos de 1902 a 1922 correspondem à trajetória de Lima Barreto, seja no universo das letras brasileiras, na repartição da Secretaria da Guerra ou ainda em tantos outros espaços onde ele circulou e pôde observar as diversas transformações em curso na cidade do Rio de Janeiro, como as práticas e ações discursivas que instituíam a distribuição de lugares sociais masculinos e femininos, baseada nas convenções de gênero. Nesse contexto os discursos majoritários demarcavam e universalizavam os espaços de atuação entre mulheres e homens com base em retóricas naturalistas que procuravam evidenciar diferenças biológicas corporais identificadas entre elas e eles como elemento de distribuição de cada um em “seu” devido lugar físico ou social.

Desse modo, a convenção moralizada estabelecia como “lugar de mulher” os ambientes privados da casa e os domínios da domesticidade. Enquanto, para os homens, se destinavam os espaços públicos, como as repartições públicas, o parlamento, as carreiras de grande projeção, entre outras. Durante esse período, o escritor Lima Barreto produziu crônicas, contos, romances, nos quais apresenta uma variedade de imagens e enunciados em torno do que seria ser mulher. Diante de tais considerações o presente artigo pretende discutir as apresentações das mulheres em alguns escritos barretianos em conexão com a vida do autor.

Um literato-escriturário nas fronteiras das letras e do funcionalismo

Para começar, é importante observar no excerto da crônica “O feminismo em ação”, publicada originalmente na *Revista Careta*, de 8 de abril de 1922, e reproduzido abaixo a indisposição de Lima Barreto contra as alvorecentes ações feministas em curso no Rio de Janeiro do início do século passado, a ponto dele creditar a si mesmo uma dose de antifeminismo. Após comentar o assombro dos jornalistas contemporâneos sobre o aumento dos casos de crimes praticados por mulheres, o cronista, além de discutir sobre tal questão aproveita a oportunidade para espezinhar a via unidirecional que localiza no feminismo que ele assistiu ser operado naquele momento histórico. Assim, afirma:

Não é justo a mulher só queira entrar para o Museu Nacional e não aspire também à Casa de Correção, por crime de morte [...]. Não é possível, que ela só tenha as vantagens dos homens equiparando-se

a êles; devem ter também os ônus da vida masculina e um dêles é a cadeia, por homicídio. Eu, que sou antifeminista, à vista do que está acontecendo, me julgo completamente satisfeito. A mulher tem as mesmas capacidades que o homem e pode exercer todas as funções que ele exerce, inclusive as de assassinio (BARRETO,1956 a, p.74).

Nessa elaboração, Lima Barreto problematiza a ida das mulheres para a *Casa de Correção* como uma espécie de lembrança a seus leitores de que elas podiam ser perversas e agressivas tanto quanto os homens. Ambos, em suas ambivalências humanas, podiam inscrever suas ações e práticas no jogo da relação entre dominador e dominado e, assim, reivindica que os *ônus* e *bônus* deveriam ser distribuídos na mesma proporção para eles e elas. O cronista embasa, então, seu discurso para justificar a fabulação de sua postura *antifeminista*, na qual assumia sua dissensão com as reivindicações das emancipacionistas por considerá-las restritas aos interesses de parcelas da elite feminina branca e burguesa carioca.

As investidas desses grupos femininos na conquista de lugares nas esferas públicas do funcionalismo, como o Museu Nacional, por exemplo, era tarefa na qual o autor constatava uma das formas de parcelas dessas mulheres privilegiadas conquistarem o acesso à *vida masculina*. Faz dessa constatação o mote para chamar a atenção para o fato de que, como possuidoras das mesmas *capacidades* que os homens, as mulheres, ao ocuparem os espaços considerados masculinos, não deveriam ser tratadas de modo diferenciado por conta de seu sexo e colher apenas as supostas *vantagens* de se situarem nesses lugares, pois, se ambos podiam *exercer as mesmas funções*, do mesmo modo podiam cometer crimes e ir em também parar na clandestinidade da *cadeia*.

Para Lima Barreto, o esforço empreendido por essas mulheres na conquista da emancipação, pautado nos objetivos sufragistas e na obtenção do emprego público institucional, era uma causa elitista, interesseira e oportunista, pois, segundo sua visão, em tal pauta não se consideravam os problemas das mulheres pobres, como a instrução ou valorização profissional desse segmento feminino. Para elas, as ocupações remuneradas eram, em grande parte, extensivas às atividades domésticas, como os trabalhos de lavadeiras, costureiras, engomadeiras, cozinheiras, doceiras (CHALHOUN, 2001, p. 204), entre outras ocupações exercidas e tão importantes quanto qualquer ocupação burocrática desempenhada nos espaços públicos, mas atividades desvalorizadas porque

desempenhadas nos recônditos dos lugares privados, nas casas onde elas moravam ou trabalhavam.

Na crônica “A Poliantéia das Burocratas” (BARRETO, 1956 b, p.60-65), publicada originalmente na edição de 26 de setembro de 1921 do *Rio-Jornal*, Lima Barreto, tendo como mote entrevistas lidas no jornal *A Noite*, realizadas com moças simples, funcionárias públicas – novidade instituída no governo do presidente Nilo Peçanha –, comenta sobre a justiça e respeitabilidade desta oportunidade de salários para elas administrarem suas vidas. Entretanto, aproveita para interpelar o “direito da mulher ao trabalho próprio” (BARRETO, 1956 b, p.62) nos cargos públicos, reivindicado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, liderada por Bertha Lutz.

O cronista visivelmente demonstra sua insatisfação à iniciativa do movimento, uma vez que, para ele, o desempenho de mulheres nas funções burocráticas resultava em vantagens para o governo, dado o caráter “obediente e ordeiro” delas, e ainda porque, ao privilegiar as ocupações burocráticas, o feminismo da Federação – leia-se Bertha Lutz – obliterava a maioria das atividades femininas.

Assim, apontava o desajuste do movimento de Bertha Lutz com a maioria das mulheres brasileiras trabalhadoras. Sobre esse aspecto, indaga e ironiza:

Então a mulher só veio a trabalhar porque forçou as portas das repartições públicas? Ela sempre trabalhou, minha senhora, aqui e em toda parte desde que o mundo é mundo; e até, nas civilizações primitivas ela trabalhava mais do que o homem. Dou o meu testemunho pessoal. Desde menino [...] que [a] vejo trabalhar em casa, fora de casa, em oficinas, *ateliers* de costura e até na roça, plantando, colhendo, guiando bois ao arado, etc. (BARRETO, 1956 b, p.63).

Na sequência, o cronista conta seu testemunho sobre os trabalhos femininos fabris realizados na Fábrica de Tecidos Rink, local a que chegara por intermédio do amigo e engenheiro Antônio Noronha Santos. Lá localizou muitas mulheres trabalhadoras, mas uma figura, em especial, prendeu sua atenção:

Era uma negra velha que, sentada no chão, tinha diante de si um monte de lã, limpa, alva, recentemente lavada quimicamente, e o seu cabelo, o da negra, era já tão branco e encaracolado que

desafiava a alvura da lã que estava diante dela. Pergunto: esta mulher precisou do feminismo burocrático para trabalhar, e não trabalhava ainda apesar de adiantada velhice? (BARRETO, 1956 b, p.63).

Nos dois excertos acima, Lima Barreto coloca, no centro da narrativa, exemplos da diversidade de trabalhos executados pela maioria das mulheres simples e, por meio deles, demonstra sua implicância com o feminismo em curso, encampado, sobretudo, através da Liga pela Emancipação Feminina da Mulher Brasileira, pois a tentativa do movimento em “cavar” empregos institucionais não contemplava as muitas mulheres trabalhadoras exemplificadas por ele, daí a caricatura que realiza sobre o movimento das emancipacionistas como “feminismo burocrático”. Nesse aspecto, o escritor criticava os movimentos nas figuras de suas lideranças como Bertha Lutz, presidente da Liga, e ainda a atuação da criadora do Partido Republicano Feminino, Leolinda Daltro.

Essa última foi caricaturada pelo escritor no romance *Numa e a Ninfa*, na personagem de D. Florinda Seixas, conforme o próprio Lima Barreto afirma em carta do dia 26 de dezembro de 1918, enviada a Monteiro Lobato: “Se você tivesse lido o meu *Numa e a Ninfa* [...], encontraria lá uma descabelada troça às coisas de D. Deolinda (conhece?) e, de ricochete, a Rondon *et caterva*” (BARRETO, 1956 c, v.2, p. 54).

Barreto ainda atribuía à Leolinda Daltro o peso do argumento em favor dos “autóctones e verdadeiros brasileiros” (BARRETO, 1956 d, p.55), oportunamente usado no discurso das justificativas de campanha dos pró-hermistas no tumultuado ano de 1910, no episódio da disputa presidencial entre Hermes da Fonseca e Rui Barbosa. Lima Barreto era a favor deste último, já que acenava com a possibilidade de rompimento com a truculência política do “poderoso” Marechal de Ferro Floriano Peixoto. Nesse sentido, o nome do primeiro representava a continuidade de antigos hábitos de poder institucionalizados na administração da República brasileira.

Localizar o momento da construção da produção barretiana proporciona apreender as multiplicidades de visões de mundo do escritor, bem como a variedade de lugares nos quais distribuiu as mulheres em sua narrativa. E, se tais visões sugerem as contradições e ambivalências de Lima Barreto, é ele próprio quem adianta que sua “[...] máquina mental não é suave, [...] há peças que não estão proporcionadas às outras, maiores ou menores, mais fracas ou mais fortes [...]. Daí talvez [...] o brusco; o [...] paradoxal, [...] vício de *habitué* de café” (BARRETO, 1956 e, v.1, p. 148).

Nesse alerta, o próprio escritor autoriza a apreensão de sua narrativa como algo distanciado da visão encapsulada de unidade. Seus escritos podem aparentar que se trata de relato de um Lima Barreto individualizado, mas tal relato é plural, pois, de seu lugar narrativo, ele empreende uma variedade de visibilidades sobre as mulheres, que são resultantes dos múltiplos encontros vividos e da conjugação de relação de forças que lhe permitiam, igualmente, fazer funcionar uma gama de enunciados sobre elas.

Um dos muitos episódios dessa variedade de enunciados ocorre quando, por exemplo, o escritor presencia a pauta de reivindicação do nascente feminismo brasileiro e, então, detecta que era excludente da maioria das mulheres trabalhadoras, por conseguinte, ele transforma em matéria narrativa sua indignação contra esse sistema de desigualdade feminina e articula, à sua discordância, a exclusão da mulher negra, velha e operária da Fábrica de Tecidos Rink, as trabalhadoras domésticas e extradomésticas, das roças e dos *ateliers* de costura. Por meio delas, Lima Barreto opera seu saber literário e reserva, no campo de sua escrita, um lugar de expressão para essas marginalizadas, ao mesmo tempo em que, no jogo de forças de poder com as feministas, ele as localiza como responsáveis por legitimar as posições sociais inferiores das mulheres trabalhadoras pobres.

Essa variedade de espacialização feminina é consecutiva da complexidade dos aspectos vividos pelo escritor, nasce dos/nos encontros com o *outro*, por meio dos quais praticava sua atividade de literato cartógrafo¹, que lhe permitia compor ou recompor forças, relações, transformar ou atualizar a si mesmo e o mundo e inscrevê-las nas variadas matérias de sua expressão.

Desse modo, a identificação dos lugares do feminino nos escritos barre-tianos, não se trata de querer reparar um possível desequilíbrio na distribuição entre esses espaços e os masculinos, para se construir um quadro no qual se vislumbra apenas a martirização das mulheres cariocas das primeiras décadas do

1 “O cartógrafo é um verdadeiro antropófago: vive de expropriar, se apropriar, devorar e desovar [...] está sempre buscando compor elementos/ alimentos para suas cartografias. [...] O critério de suas escolhas: descobrir que matérias de expressão [...], que composições de linguagem favorecem a passagem das intensidades que percorrem seu corpo no encontro com os corpos que procura entender [...]. O que ele quer é participar, embarcar na constituição de territórios existenciais, constituição de realidade [...]. Ele aceita a vida e se entrega [...] os procedimentos do cartógrafo [...] tampouco importam, pois ele sabe que deve ‘inventá-los’ em função daquilo que pede o contexto em que se encontra. Por isso ele não segue nenhuma espécie de protocolo normalizado” (ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011, p.65-66).

século XX, até porque, muitas vezes, elas próprias foram “[...] coniventes com a construção, ou pelo menos com a aceitação da representação romântica da esposa-mãe-dona-de-casa” (RAGO, 1997, p.74). E, tampouco, se trata de querer apontar trilhas por onde Lima Barreto poderia ter avançado para se tornar um combativo “feminista”, já que o escritor era homem de seu tempo, inserido nas ideias que circulavam na sociedade brasileira naquele contexto. Mas se trata, antes, de tentar apreender a diversidade de acepções do mundo feminino realizadas pelo escritor.

Assim, é importante considerar, nessas construções, quando e em quais instâncias espaciais Lima Barreto posicionou as mulheres, tornando-se relevante a compreensão de que tais concepções são constructos masculinos e elaborados num momento em que vigoravam ideias extensamente desfavoráveis ao mundo da mulher. Essa sinalização não significa reduzir as diferenças entre os universos feminino e masculino ao caráter meramente biológico, mas se trata da intenção de não perder de vista que as diferenças entre os dois mundos são atravessadas por “[...] experiências históricas, valores, sistemas de pensamento, crenças e simbolizações diferenciadas também sexualmente” (RAGO, 1998, p.92-93).

Lima Barreto dirigia críticas severas em suas crônicas à compreensão sobre a paridade de direitos empreendida na luta das mulheres “emancipadas”, como o esforço delas em ingressar nas carreiras profissionais qualificadas, graças à reivindicação de acesso a educação igualmente qualificada como as que os homens recebiam, e não apenas a instrução para administrarem suas famílias, mas também uma educação que as subsidiasse na atuação de empregos extradomésticos em espaços como o parlamento, repartições públicas e na vida social em geral.

As críticas dirigidas a elas por Lima Barreto não queriam dizer, contudo, a negação por parte dele do direito à qualificação feminina, já que ele era um defensor de tal concessão para as mulheres, bem como da democratização dos direitos civis para elas. E defendia, ainda, o divórcio e a educação estimuladora das capacidades intelectivas femininas. Entretanto, Barreto não via, nas atitudes das “ativistas”, o rompimento com os convencionais mecanismos de corrupção de favores na obtenção de privilégios, conservando-se, desse modo, a velha prática de negação da participação das mulheres dos demais estratos sociais na ascensão e mobilidade reivindicadas pelo projeto feminista em curso.

O escritor resistia, especialmente, à operacionalização do ingresso dessas mulheres “emancipadas” no emprego público. Por ocasião da admissão de uma moça aprovada em concurso e nomeada para a secretaria do Ministério das

Relações Exteriores – na qual ministrava Nilo Peçanha –, Lima Barreto escreve a crônica “A Amanuensa”, publicada na *Revista A. B. C.* do dia 5 de outubro de 1918, na qual especifica os lugares “naturalmente destinados” (BARRETO, 1956 f, p. 52) a mulheres e homens, e relata o episódio da nomeação da servidora como uma espécie de “intromissão” dela no espaço desses últimos.

Em justificativa às suas análises, o cronista recorre ao evolucionismo spenceriano para alegar e alertar ao ministro que a recorrência de episódios de tal natureza iria “[...] prejudicar a regularidade da reprodução [...] da raça”, já que as mulheres poderiam alterar a geração de espécies “saudáveis” por conta de se desviarem da “profissão do casamento” (BARRETO, 1956 f, p. 52). Desse modo, ele embasa seu *antifeminismo* em argumentos científicos que favoreciam o jogo da distribuição bipolarizada e conflituosa de mulheres e homens, reservando para estes os lugares da dinamicidade e *resistência*, ao passo que, para elas, os da constância e da resignação (GAY, 2001), como sugere na sequência dos argumentos da mesma crônica:

A mulher ressent-se muito mais que o homem de semelhante espécie de serviço. O homem é sempre um progresso [sic] e resiste, por isso mesmo, a todos os inconvenientes. A mulher é a conservação e sofre mais por ser assim do que há de mau no sedentarismo de uma mesa de secretaria. Não é bastante que uma môça papagueie francês ou alemão para ser melhor funcionário que um rapaz. A inteligência da moça é em geral, reprodutora, portanto muito própria para esse estudo de línguas muito do gosto das repartições catitas, como o Itamarati; mas nunca é capaz de iniciativa, de combinação de imagens, dados concretos e inteligência (BARRETO, 1956 f, p. 52).

Lima Barreto, expõe pistas de sua subjetividade ao apresentar a série de características limitadoras com que se reporta às mulheres, por meio delas explicita, uma visão de mundo sintonizada com as ideias que concebiam a universalização de uma suposta natureza feminina, reforçando as imagens que desqualificavam as mulheres na crença de suas naturais disposições para a submissão por conta de sua *inteligência reprodutora* e *incapacidade* para tomar *iniciativa*.

Por meio de tais expedientes, o escritor dirigia ataques ao ingresso feminino nos espaços públicos e desvelava neles sua afronta em relação à sua

própria situação de desvantagem social, que parecia poder se agravar naquele momento em que as mulheres davam mostras de sua insatisfação com relação às prescrições sobre elas, ganhavam visibilidade e procuravam ocupar os mesmos espaços, considerados, na longa tradição, como lugar dos homens. Sendo um homem que já não ocupava os lugares que desejava para si, Barreto temia que a chegada das mulheres ao espaço público viesse dificultar, ainda mais, a sua situação. Ocupando lugares socialmente subalternos, vê com muita desconfiança a disputa que agora se estabelecia por esses lugares com as mulheres das classes dominantes.

O sentimento de ameaça e o temor de perder seu já exíguo espaço no funcionalismo autorizavam Lima Barreto a deixar vir à tona sua parcela de misoginia, colocando, desse modo, no centro de seu discurso, o reforço e a demarcação das fronteiras dos lugares masculinos e femininos. A partir do seu referente espacial, reivindica a regulação de tal binarismo, universaliza o que seriam os atributos dominantes das mulheres e, assim, minimiza o caráter de rebeldia contra as forças hegemônicas que o ingresso delas nos espaços públicos fazia operar.

A visão negativa das mulheres lançada nas palavras de Lima Barreto, em sua crônica “A Amanuense”, tem endereço certo: as moças favorecidas pelo conjunto de reivindicações feministas, as que sabiam *papaguear em francês ou alemão*. Nesse aspecto, as implicâncias ocorriam porque, na visão do cronista, além da reclamada ausência de contemplação das reais necessidades de grande parte das mulheres brasileiras nas demandas do movimento feminino, ele enxergava, na reivindicação do acesso a empregos públicos, um capricho das “burguesas emancipadas”.

Além do mais, como integrante do funcionalismo, conhecia bem o “aborrecido” universo das mesas de secretaria como amanuense, a exercer atividades repetitivas, enfadonhas e medíocres. Em seu caso, a situação se tornou ainda mais insuportável, porque a tais aspectos se juntava também a atmosfera de violência da Secretaria da Guerra, o que concorria para fazê-lo se sentir em desacordo com seu nível de instrução e inteligência e o motivou a tentar progressão funcional para cargo mais adequado a sua formação e saberes.

A esse respeito, em carta de 18 de maio de 1909, enviada ao amigo Antônio Noronha Santos, o escritor explana, entre outras angústias que sentia, sobre a expectativa em relação à promoção na carreira na Secretaria, principalmente porque, naquela ocasião, o quadro de funcionários do Ministério da Guerra passava por reformulação, decorrência de processo autorizado pelo presidente

Marechal Hermes da Fonseca. Entretanto a reforma, segundo Lima Barreto, ocasionara a perda de importância da repartição, reduzindo assim a quantidade das promoções dos funcionários, acontecimento que inviabilizava sua oportunidade de progredir no funcionalismo.

Sentindo-se preterido, escreve ao amigo: “[...] todas essas injustiças me sabem como roubos e tu bem sabes como eu tenho fundo o sentimento da propriedade” (BARRETO, 1956 e, p.76). A reforma projetada, ao invés de ampliar os critérios democráticos sustentados na aptidão e competência para a ascensão profissional, deixou brechas para a prática de atitudes bajuladoras como mecanismo de obtenção das progressões. Como sempre fora contrário à corrupção de favores democráticos, Lima Barreto se aposentaria – em virtude de problemas de saúde –, após cerca de quinze anos de trabalho, sem nunca ter sido promovido.

Diante de tais contingências, ao observar o ingresso feminino das parcelas burguesas no funcionalismo, o cronista alia o próprio temor em ver suas oportunidades de progressão funcional minguadas à defesa das oportunidades das mulheres dos segmentos sociais mais baixos, por isso atira com as armas que possui contra o que considera obstrução da paridade de acesso ao emprego público para as maiorias femininas. Transforma suas inquietações quanto à participação feminina nas esferas “predominantemente” masculinas em força de reação, e deixa vaziar o ressentimento de homem de seu tempo, reiterando discursos fixadores dos lugares sociais femininos para alvejar as mulheres “emancipadas”.

Nesse sentido, o cronista dispara mais uma vez contra o que considera presunção das mulheres da elite carioca. Para ele, o emprego delas nas repartições públicas não passava de um instrumento de auxílio na redução dos orçamentos dos pais e maridos, com a compra de “vestidos e adereços” (BARRETO, 1956 g, p. 55) para a ornamentação delas mesmas. Assim, não vislumbra na participação dessas mulheres no funcionalismo um movimento de audácia feminina para dignificação da própria mulher, e tampouco visualiza um movimento capaz de fazê-las romper com a sujeição econômica masculina (ENGEL, 2009).

Considerações finais

Os disparos explicitados na crônica sobre o acesso das mulheres ao emprego público descortinam as ambivalências de Lima Barreto. Seja no tocante ao fato de o escritor ser, ao mesmo tempo, um defensor dos direitos das mulheres dos

estratos menos favorecidos e um censor da agenda de reivindicações e do uso de recursos utilizados pelas mulheres emancipacionistas como possibilidade de ingresso nas esferas extradomésticas – mesmo naquele momento histórico tão limitador da participação feminina. Ou igualmente na ambivalência desvelada no fato de que, apesar da discordância quanto à supremacia da Academia Brasileira de Letras, ele também tentara por três vezes adentrar as portas da instituição².

Ele, que queimara os navios e deixara *tudo pelas coisas de letras* (BARRETO, 1956 h, p.304), que tivera suas intenções de ingresso obstruídas naquele *cenáculo* do convencionalismo estético literário, ao ler carta de uma leitora em jornal pedindo a admissão de “mulheres habilitosas” na Academia Brasileira de Letras, agita-se ante tal sugestão do movimento que podia desencadear em favor da inserção feminina na Academia. Em tal agitação, instrumentaliza sua crítica à parcela das “mulheres letradas” oriundas dos estudos preparativos, para serem ótimas anfitriãs de salões, comunicando-se na língua da moda – o francês – entre seus pares, e desprezando os que não faziam parte da sua roda. Moças, segundo ele, que desconheciam “[...] os problemas [...] da sociedade [...], as dores dos humildes” (BARRETO, 1956 i, p. 156-157) e cujas concepções de literatura provavelmente eram bem mais próximas de “[...] um negócio de contramestra de casa de confecções [...] e modas” (BARRETO, 1956 i, p. 156), muito mais preocupadas com o uso das colocações pronominais e outros floreios literários.

Na opinião do cronista, a academia devia, sim, ter essas “letradas” em seus quadros e transformar os espaços reservados para biblioteca e arquivo em vitrines para expor joias e outros adornos (BARRETO, 1956 i, p. 157). Expressando-se nesses termos, Lima Barreto dirigia críticas às acepções literárias dominantes nos meios institucionais e à obediência apática de escritores aos cânones, e personificava sua crítica nas mulheres, que considerava adeptas do coquetismo comportamental e literário, a que conferia verdadeira ojeriza, porque não propunham a ruptura com as excludentes formas de ascensão social, nem com os profundos descompassos cultural, étnico e econômico entre as mulheres brasileiras do início do século XX.

2 Lima Barreto tentou ingressar na Academia Brasileira de Letras, sem sucesso, nos anos de 1917 e 1919. Um terceiro pleito quase chegou a ser consolidado. Entretanto, em 28 de setembro de 1921, o escritor encaminhou carta à Academia na qual informava sobre a retirada de sua candidatura “por motivos inteiramente particulares e íntimos” (BARRETO, Lima. *Correspondência, ativa e passiva*, Prefácio de B. Quadros. São Paulo: Brasiliense, 1956 c, v.2, p.217).

Nessas explicitações, apesar do “ranço” posto nelas, Lima Barreto quer também chamar a atenção para a carência na mobilização de esforços que pudessem confluir para o desmonte de algumas certezas científicas, como a empreitada desmobilizadora que promovia em sua tarefa ético-estético-literária. Empreitada entrelaçada pelas variações intensivas que agitaram o escritor, por um lado, enriquecendo seus escritos de instabilidades em que se cruzam a complacência com as ideias discricionárias que atribuíam, às mulheres, a “deficiência” intelectual, o excesso de preocupação com a aparência, o confinamento doméstico; por outro, a sensibilidade que o compelia a produzir, em seus escritos, formas de contribuir para o desmoronamento das forças dominantes opressoras de si mesmo e de muitos outros em geral, como as parcelas femininas populares posicionadas nos lugares sociais subalternos naquele contexto em que vivia.

Referências citadas

BARRETO, Lima. O feminismo em ação. In: _____. *Coisas do Reino do Jambon*. Prefácio de Olívio Montenegro. São Paulo: Brasiliense, 1956 a, p.73-74.

BARRETO, Lima. A poliantéia das burocratas. In: _____. *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo: Brasiliense, 1956 b, p.60-65.

BARRETO, Lima. *Correspondência, ativa e passiva*. Prefácio de B. Quadros. São Paulo: Brasiliense, 1956 c, v.2.

BARRETO, Lima. O Doutor Frontin e o Feminismo (*Careta*, Rio de Janeiro, 12 fev. 1920). In: _____. *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo: Brasiliense, 1956 d, p.55-57.

BARRETO, Lima. *Correspondência, ativa e passiva*. Prefácio de Antônio Noronha Santos. São Paulo: Brasiliense, 1956 e, v.1.

BARRETO, Lima. A amanuensa (A. B. C., Rio de Janeiro, 05 out. 1918). In: _____. *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo: Brasiliense, 1956 f, p.51-53.

BARRETO, Lima. O nosso feminismo (*Careta*, Rio de Janeiro, 16 abr. 1921). In: _____. *Coisas do Reino do Jambon*. Prefácio de Olívio Montenegro. São Paulo: Brasiliense, 1956 g, p.53-55.

BARRETO, Lima. Esta minha letra... In: _____. *Feiras e Mafuás*. Rio de Janeiro/São Paulo: Mérito, 1956 h, p.303-308.

BARRETO, Lima. As mulheres na Academia (*Careta*, Rio de Janeiro, 19 fev. 1921). In: _____. *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo: Brasiliense, 1956 i, p.156-157.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2.ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

ENGEL, Magali Gouveia. Gênero e política em Lima Barreto. *Cadernos Pagu*, Campinas, São Paulo, n.32, p.365-388, jan./jun. 2009 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n32/n32a12.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

GAY, Peter. *O cultivo do ódio: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RAGO, Margareth. A colonização da mulher. In: _____. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890 – 1930)*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 61-116.

RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. *Cadernos Pagu: trajetórias do gênero, masculinidades...*, Campinas, São Paulo, n.11, p.89-98, 1998. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.ifch.unicamp.br.pagu/files/pagu11.08.pdf>>. Acesso em: 28 jul.2015.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina: Editora da UFRGS, 2011.

A PERSONAGEM NEGRA EM MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA, DE ANA MARIA MACHADO

Marilene Pereira Salazar;
donasalazar05@hotmail.com

Orientador – Prof^a Dr^a Margarete Edul Prado de Souza Lopes
Universidade Federal do Acre
maga.lopes@gmail.com

Resumo

Este artigo é resultante da pesquisa da minha dissertação de mestrado, cujo objeto central de estudo é o conto infantil Menina Bonita do Laço de Fita de Ana Maria Machado. Na dissertação o conto é utilizado como base para uma sequência didática utilizando a técnica de escrever fanfics com alunos do 7º ano do Ensino Fundamental. Nesse artigo, fazemos uma reflexão sobre questões de racismo e personagens negras femininas em livros infantis do qual selecionado é um exemplo entre inúmeros outros. Nosso viés teórico inclui Ivya Alves e o professor Munanga da USP.

Palavras-chave: conto, racismo, ensino fundamental, personagens negras.

Introdução

A ideia base para este trabalho foi a de despertar o senso crítico dos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental, na escola Vanda Maria de Souza Cabête, no município de Laranjal do Jari, no estado do Amapá, usando como instrumento de ensino nas aulas de Língua Portuguesa e Literatura a leitura do livro infantil *Menina Bonita do Laço de Fita*, da autora Ana Maria Machado, por se tratar de um de livro que proporciona abertura para uma discussão no viés teórico escolhido nessa pesquisa, os Estudos de Gênero, como também ser uma narrativa apropriada para o nível inicial de leitura literária em relação à idade, adolescentes entre 10 a 12 anos. A sugestão foi fazer a leitura com os alunos sobre o livro, e a partir desse momento, aprofundar o debate por um viés teórico específico, no caso os Estudos de Gênero e Raça.

O objetivo nesta pesquisa foi começar por uma narrativa mais simples até chegarmos a textos literários mais complexos de acordo com a maturidade cognitiva e escolar dos alunos. O conto parece muito infantil para estudantes do 7º ano, mas na verdade contém aspectos muito importantes que podem e devem ser discutidos com os jovens sobre as questões de gênero, raça e racismo, cumprindo o marco legal de inclusão de estudos afro-brasileiros na escola básica.

Metodologia

A proposta de discutir o racismo, nos discursos literários, provém de preocupação pessoal e profissional de observações de atos discriminatórios que diminuem a autoestima e inibem o pleno desenvolvimento cognitivo. Segundo Paré (2013), a maioria dos alunos que se evadem é por não conseguir tolerar mais os fracassos e os sentimentos de baixa estima e auto valorização. Conhecer os discursos discriminatórios nas narrativas e livros em gerais é de certa forma, reconhecer a realidade vivida por muitos alunos, ouvi-los nos seus anseios e levá-los compreender essa realidade e nela lutar pelo direito de ser respeitado e de combater toda forma de discriminação, porque a literatura apresenta esta função, de formar leitores da vida e para vida, de fazerem as pessoas mudarem suas posturas ao observar que essas mesmas posturas corroboram para perpetuar ideias preconcebidas sobre o negro, o índio, a mulher, o homossexual, o pobre, a criança, o idoso. A literatura abre as portas da mente, do coração, da alma, forma e aperfeiçoa as cabeças, através da sua cadeia de vozes, de suas manifestações históricas, através dos seus discursos.

Embora o discurso mais presente em *Menina Bonita do Laço de Fita* seja o discurso racista contra o negro, através dele percebemos que podemos nos posicionar e reconhecer aquilo que nos fere e optar por mudanças. É mais fácil optar por mudanças conhecendo a realidade de nossos alunos, para assim conhecer discursos nas narrativas que possam fazer com que os estudantes tenham opção por mudanças baseados ou centrados na leitura literária.

Portanto, como metodologia foi aplicada uma sequência didática, que em seu primeiro passo foi feita a leitura completa do livro com os alunos em sala de aula. Num segundo momento, os alunos buscaram na internet o que já havia sido escrito de estudos sobre o conto *Menina Bonita do Laço de Fita*; para em seguida, discutir os pontos que envolvem as questões da negritude, desde o livro de uma autora branca, até a constatação de que os estudos existentes focam a atenção e análise no coelho falante que insiste em saber como a menina adquiriu a linda cor negra que ostenta em sua pele.

Por último, os alunos foram convidados a reescrever a narrativa com novos desenvolvimentos das ações e novos finais, praticando o exercício da fanfics.

Discussão

O ensino de literatura no Ensino Fundamental deve desenvolver a prática leitora para que o aluno nas séries posteriores ao Ensino Fundamental esteja apto para lidar com as dificuldades nas leituras e compreensão de gêneros literários e textos das outras áreas de conhecimento, contudo é preciso que esse trabalho de formação leitora propicie aos alunos experiências de leitura enriquecedoras, em que a literatura se mostre como uma realidade possível, ativadora da imaginação e do conhecimento do outro e de si mesmo, posto que, o conhecimento literário e o gosto pela leitura, e um elemento não existe sem o outro, são requisitos necessários para a construção de um leitor proficiente e autônomo, com uma grande bagagem cultural, visto que a literatura, segundo Barthes (2003), apresenta variados pontos de saber:

Se, por não sei que excesso de socialismo ou barbárie, todas as disciplinas devessem ser expulsas do ensino, exceto uma, é a disciplina literária que devia ser salva, pois todas as ciências estão presentes no monumento literário. (BARTHES, 1980, p. 18)

Através da literatura, podem-se enfatizar diversas questões: sociais, filosóficas, históricas, culturais, etc., por ser ela um transpor de vozes, de significados,

que usa a linguagem como matéria prima. Ensinar literatura é ensinar os plurisignificações da vida humana, é mostrar o passado, vivenciar o presente e se preparar para o futuro.

Não há para o Ensino Fundamental orientações quanto ao ensino de literatura a serem seguidas, como acontece com as demais disciplinas, porque segundo Zinani e Rosa (2012, p.57), “Dentro do contexto escolar, a literatura não se caracteriza pelo seu aspecto pragmático como as demais disciplinas, embora o seu valor seja inquestionável para a formação pessoal”.

Configurando como parte de disciplina apenas no Ensino Médio, segundo Cereja (2005), em sua prática mais comum no século XXI, de acordo com que relata a observação de planejamentos escolares de diversas escolas públicas e particulares do Brasil, manuais didáticos existentes no mercado e relatos de professores e alunos, consiste em, primeiramente, circunscrever o conteúdo a ser desenvolvido no ensino médio em dois domínios essenciais: o estudo da linguagem referencial do texto literário e sua estrutura, como aos aspectos históricos sobre o texto literário.

No 1º ano do ensino médio, a prática se volta para a construção de alguns conceitos básicos relativos à teoria literária e à teoria da comunicação, considerados ferramentas indispensáveis para lidar com o texto literário. Alguns desses conceitos, particularmente os da teoria da comunicação, foram introduzidos nos currículos escolares a partir da década de 1970, momento em que a linguística estruturalista vivia seu apogeu, nas universidades brasileiras, influenciando assim a formação de professores, o conteúdo dos concursos públicos e a produção de manuais didáticos.

Esses conceitos, em geral, são os seguintes: da teoria literária: linguagem literária/linguagem referencial, gêneros literários, verso, prosa, noções de versificação, ponto de vista narrativo, etc.; d teoria da comunicação e da linguística: os componentes do ato de fala (emissor, receptor, código, canal, mensagem, referente), funções da linguagem, signo/significante/significado, denotação e conotação, polissemia, etc.

Em segundo lugar, construídos esses conceitos e considerando-se que o aluno estaria preparado para lidar com o novo objeto, a prática se direciona para o texto literário de época, visto agora não mais de forma esporádica e ocasionalmente, mas de modo sistematizado e de acordo com uma perspectiva histórica. A partir disso, tem início o estudo da história da literatura, que normalmente perdura até o fim do ensino médio.

Portanto, para melhorar o ensino de literatura no ensino médio, para um ensino que venha a priorizar o texto literário como base da leitura literária e da compreensão, devemos desde o Ensino Fundamental, promover o encontro do texto literário e o leitor, promover iniciativas que levem a descobertas inimagináveis do texto e para o texto literário, devemos promover, o encontro com a arte, como afirma Louis:

O texto literário é arte, não é pedagogia. Dialoga com a subjetividade, não com a técnica. [...] Dar utilidade para o texto literário, antes de permitir o encontro do estudante com a arte, é sabotar o leitor e desconsiderar o papel humanizador que a escola precisa ter. (LOIS, 2010. p. 35).

Levar em conta a linguagem literária, a construção dessa linguagem, porque em algumas situações, segundo Terry Eagleton (2003,p.2), “a literatura transforma e intensifica a linguagem comum, afastando-se sistematicamente da fala cotidiana”. Assim, a literatura transforma a linguagem comum em uma linguagem própria e particular, observamos, geralmente na poesia, de vez em quando no conto, e raramente no romance, porque a maioria dos trechos em romance está em uma linguagem comum, carregada de outros fatores que o fazem literário, assim:

A literatura desconcerta, incomoda, desorienta, desnorreia mais que os discursos filosóficos, sociológicos ou psicológicos às emoções e à empatia. Assim ela percorre regiões da experiência que os outros discursos negligenciam, mas que a ficção reconhece os detalhes. (COMPAGNON, 2012.p.64)

Resultados

Quanto aos resultados, primeiro iniciamos com uma biografia da autora Ana Maria Machado construída junto com os alunos a partir de sites da internet. O livro infantil “*Menina Bonita de Laço de Fita*”, objeto de nossa discussão, foi escrito por Ana Maria Machado e publicada em 1996. Ana Maria Machado foi considerada pela crítica uma das mais versáteis e completas escritoras brasileiras contemporâneas, ocupa a cadeira número 1 da Academia Brasileira de Letras, que presidiu de 2011 a 2013. Nasceu em Santa Tereza, Rio de Janeiro, a

24 de dezembro de 1941. Ela é casada com o músico Lourenço Baeta, do quarteto Boca Livre. Tem três filhos.

Ela estudou no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e no MOMA de Nova York, tendo participado de salões e exposições individuais e coletivas no país e no exterior, enquanto fazia o curso de Letras (depois de desistir do curso de geografia). Formou-se em Letras Neolatinas, em 1964, na então Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, e fez estudos de pós-graduação na UFRJ.

Ela deu aulas na Faculdade de Letras na UFRJ, de Literatura Brasileira e Teoria Literária e na Escola de Comunicação da UFRJ, bem como na PUC-Rio, Literatura Brasileira. Além de ensinar nas escolas Santo Inácio e Princesa Isabel, no Rio, e no Curso Alfa de preparação para o Instituto Rio Branco, também lecionou em Paris, na Sorbonne, Língua Portuguesa, na Universidade de Berkeley, Califórnia- onde já havia sido escritora residente e ocupou a cátedra Machado de Assis em Oxford.

No final de 1969, depois de ser presa pelo governo militar e ter diversos amigos também detidos, Ana Maria Machado deixou o Brasil e partiu para o exílio. Na bagagem para a Europa, ela levava cópias de algumas histórias infantis que estava escrevendo, a convite da Revista Recreio. Lutando para sobreviver com seu filho Rodrigo, ainda pequeno, ela trabalhou com jornalista na revista *Elle* em Paris e no Serviço Brasileiro de Londres, além de se tornar professora de Língua Portuguesa em Sorbonne. Nesse período ela participou de um seleto grupo de estudantes cujo mestre era Roland Barthes, e terminou sua tese de doutorado em Linguística e Semiologia sob sua orientação, em Paris, onde nasceu o filho Pedro. A tese resultou no livro *Recado do Nome* (1976) sobre a obra de Guimarães Rosa. Paralelamente, ela nunca deixou de escrever as histórias infantis, que continuavam a ser publicadas pela revista e a partir de 1976, começaram a ser publicados.

A volta ao Brasil veio no final de 1972, quando ela começou a trabalhar no Jornal do Brasil e na Radio Jornal do Brasil, cujo departamento de Jornalismo chefiou de 1973 a 1980. Como jornalista, trabalhou também no *Correio da Manhã*, no *Globo*, e colaborou com as revistas *Realidade*, *Isto é* e *Veja* e com semanários *O Pasquim*, *Opinião* e *Movimento*.

Em mais de 40 anos escrevendo, Ana Maria possui mais de cem livros, dos quais oito romances e oito ensaios, mais de vinte milhões de exemplares vendidos, publicados em vinte idiomas e 26 países. Conquistou muitos prêmios ao longo de sua carreira, entre eles: 3 Jabutis, o Machado de Assis da

ABL em 2001, para o conjunto da obra, o Machado de Assis da Biblioteca Nacional para romance, o Casa de Las Americas (1980, Cuba), o Hans Cristian Andersen, internacional, pelo conjunto de sua obra infantil (2000), o Príncipe Claus (Holanda), o Ibero-americano SM de Literatura Infanto-juvenil (2012), o Zaffari & Bourbon(2013) por melhor romance do Biênio em língua portuguesa e etc.

Entre os diversos livros publicados, destacamos como exemplos da categoria infantil: *Abrindo Caminhos, ABC do Brasil, Uma Arara e Sete Papagaios, Os Argonautas, Menina Bonita do Laço de Fita, Um Avião e uma Viola e etc.*; na categoria juvenis: *Amigo é Comigo, Amigos Secretos, Bisa Bia, Bisa Bel, O canto da Praça, Do outro Lado Tem Segredos, etc.*; na categoria ficção romances e ensaios: *Alice e Ulisses, Aos Quatro Ventos, A Audácia Dessa Mulher, Canteiro Saturno, Infâmia, etc.*; na categoria ensaios: *Balaio: Livros e Leituras, Como e por que ler os clássicos desde cedo, Esta Força Estranha, Recado do Nome, Um Mapa Todo Seu, Tropical Sol da Liberdade, O Mar Nunca Transborda e etc.*

A narrativa infantil “*Menina Bonita de Laço de Fita*” apresenta a história de uma menina negra que tinha os cabelos amarrados com fitas. A cor da menina desperta curiosidades de um coelho branco que vive pedindo explicações para a menina de sua cor. “Menina bonita de laço de fita, qual o teu segredo para ser tão pretinha?” (MACHADO, 2011, p. 8) A menina ia inventando respostas e o coelho vai tentando realizar todas elas, somente para ficar pretinho igual à menina. Até que um dia a mãe da menina resolve dizer o porquê da menina ser tão pretinha. “Artes de uma avó preta que ela tinha...” (MACHADO, 2011, p. 15). O coelho entendendo a explicação procurou uma coelha preta para casar. “Se ele queria ter uma filha que nem a menina, tinha era que procurar uma coelha preta para casar”(MACHADO, 2011, 16). E logo ele encontrou. Casou e com ela teve uma ninhada de filhotes de várias cores e uma coelha bem pretinha, que quando saia enfeitada alguém sempre queria saber o segredo de sua cor pretinha. “– Coelha bonita do laço de fita, qual o teu segredo para ser tão pretinha?” (MACHADO, 2011, p. 22). Ela sempre respondia que eram conselhos da mãe de sua madrinha.

A narrativa é curta, com uma linguagem simples e de fácil entendimento. Apresenta em todo o livro muitas imagens dos personagens em tamanhos e cores realçadas. É um texto que pode se lido de forma dramatizada ou expressiva, visto que o próprio ritmo das palavras e frases nos leva a esse fim. “Menina bonita do laço de fita...”.

As personagens principais são a menina e o coelho, em torno dos quais giram toda a narrativa. O fio condutor da trama é o segredo da cor da menina. A história acontece nos espaços físicos da casa da menina e do coelho e pelas redondezas de suas casas. “Do outro lado da casa dela.../ Por isso, um dia ele foi até a casa da menina...” A história é narrada por um narrador em 3ª pessoa, onisciente, aquele que conhece todos e observa tudo e sabe de tudo. “... A menina não sabia, mas inventou//... E se ele queria ter uma filha pretinha.../ que achava aquele coelho uma graça...” A autora afirma que o livro não tenha sido elaborado para discussão sobre a questão racial, como a valoração de identidade, afro descendência, racismo, a mulher negra e outros debates sobre essa questão como afirma em seu site particular:

Este livro para mim, é uma história que surgiu a partir de uma brincadeira que eu fazia com minha filha recém-nascida de meu segundo casamento. Seu pai, de ascendência italiana, tem a pele muito mais clara do que a minha e a de meu primeiro marido. Portanto meus dois filhos mais velhos, Rodrigo e Pedro, são morenos mais que Luísa. Quando ela nasceu, ganhou um coelhinho branco de pelúcia. Até uns dez meses de idade, Luísa quase não tinha cabelo e eu costumava por um lacinho de fita na cabeça dela quando íamos passear, para ficar com de menina. Como era muito clarinha, eu brincava com ela, provocando risadas com a qual o segredo de ser tão branquinha?” E com outra voz, enquanto ela estava rindo, eu e seus irmãos íamos respondendo o que ia dando na telha: é porque caí no leite, porque comi arroz demais, porque me pintei com giz etc. No fim outra voz, mais grossa dizia algo tipo” Não nada disso, foi uma avó italiana que deu carne e osso para ela.” Os irmãos riam muito, ela ria, era divertido. “Um dia, ouvindo isso, o pai dela (que é músico) disse que tínhamos quase pronta uma canção com essa brincadeira, ou uma história, e que eu devia escrever”.

Fonte: <http://www.anamariamachado.com/historia/menina-bonita-do-laco-de-fita>

No entanto, percebemos que há um forte discurso relacionado às questões raciais. Alguns pesquisadores fazem análise do texto, como algo extremamente válido para a valorização do negro na sociedade, visto que no conto, a menina negra é vista pelo coelho como alguém belo, a ponto dele querer reproduzir

essa beleza nele mesmo e fazendo de tudo para descobrir o segredo da cor de pele da menina, sobre isso podemos destacar trabalhos como, (CATARIN, 2009), (FRANÇA, 2006), (ABREU, 2014), entre outros.

Contudo, em uma análise mais profunda e baseada em aspectos históricos, sociais e culturais da trajetória dos negros no Brasil, podemos observar que o texto é permeado de um discurso que vem desvalorizar ainda mais o negro e o seu papel na sociedade.

A narrativa se inicia fazendo uma alusão a contos de fadas “Era uma vez...” o que nos parece algo positivo por leva a pensar em uma história de reis, princesas etc., porém logo percebemos que a intenção discursiva era outra, apresentar a protagonista e exibi-la como uma menina linda, linda. No entanto, nas descrições posteriores a menina é comparada a azeitona, fiapos de noite e pantera- negra quando pula na chuva “Os olhos dela pareciam duas azeitonas pretas. Os cabelos eram enroladinhos e bem negros, feitos fiapos da noite... A pele era escura e lustrosa, que nem pelo de pantera-negra quando pula na chuva” (MACHADO, 2011, p.3). Há um discurso sugestivo de contraposição entre negros e brancos, quando sugere que a menina ficava parecendo uma princesa das terras da África, ou uma fada do Reino do Luar “(...) Ela ficava parecendo uma princesa das Terras da África, ou uma fada do Reino do Luar”. (MACHADO, 2011, p.4). Apresenta os dois reinos: branco e o preto, vivendo em uma democracia racial que na realidade não existe.

De acordo com relatório da Unidade de Comunicação, Informação e Publicações da Unesco no Brasil (UCIP), divulgado pela ONU em 2015 (2015,p.23) com base em dados coletados no fim de 2014, apontaram que os negros do país são os que são mais assassinados, os que têm menos escolaridade, menos salários, menor acesso ao sistema de saúde e os que morrem mais cedo. Também é o grupo populacional brasileiro que mais está presente no sistema prisional e os que menos ocupam postos dos governos. Segundo o relatório, o desemprego entre os afro-brasileiros é 50% superior ao restante da sociedade, enquanto a renda é metade da registrada dos habitantes. Além disso, apesar de fazerem parte de mais de 50% da população (entre pretos e pardos), os negros representam apenas 20% da produção do produto interno bruto (PIB) do país. A violência policial contra os negros e o racismo institucionalizado também é apontada pelas Nações Unidas. O Mapa da Violência Contra As Mulheres, divulgado em 2015, pelo Ministério das Mulheres da Igualdade Racial e Dos Direitos Humanos concluiu que, com poucas exceções geográficas, a população negra é vítima prioritária da violência homicida no Brasil, enquanto

que as taxas de homicídio da população branca tendem, historicamente, a cair, aumentam as taxas de mortalidade entre os negros, o que levou o índice de vitimização da população negra crescer de forma drástica (2015, p.39).

Assim, o discurso de uma democracia racial apontada pela narrativa é uma forma de impedir a superação do racismo vivido pelos alunos, visto que procura conservar barreiras existentes, fazendo-o acreditar em um convívio democrático entre negros e brancos, assim sem conhecimento da realidade não posicionamento de ideias, de lutas e de mudanças, conservando barreiras postas desde o início da nossa história. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil é “um país racista e homofóbico” (2015, p. 45).

Outra observação sobre o discurso da narrativa é que a personagem era levada a responder as insistentes perguntas do coelho branco que procurava justificativa sobre a cor da pele da menina, como se a menina fosse só a pele, o físico. Esse discurso leva-nos a estereótipos que permeiam toda história do negro no Brasil. Como por exemplo, a de que o negro tem uma força física, não adoece, são exuberantes, potentes sexualmente, bons reprodutores e etc. Atitudes que justificavam as atrocidades cometidas à população negra brasileira e que ainda permeiam a sociedade atualmente. Ato esse revelado na narrativa pelo o coelho branco que “admira” uma menina preta, não por ser uma criança, talvez inteligente, bonita, educada, mas, sobretudo por causa da cor da pele. A menina é obrigada a justificar sua cor, por que o coelho branco não justifica sua cor branca? Mais uma vez, estamos diante do fato, de que o negro sempre precisa justificar seus atos, não basta ser, tem que justificar o porquê. “_ Menina bonita do laço de fita, qual é teu segredo pra ser tão pretinha? Amenina não sabia, mas inventou:_ Ah, deve ser porque eu caí na tinta preta quando eu era pequenina...” (MACHADO, 2011, p. 8).

Para Arthur de Gabeineau (186 – 1882), em seu livro *Ensaio sobre as desigualdades das raças humanas*, as pessoas brancas eram vistas biologicamente, moral e intelectualmente superiores aos negros e amarelos, sendo a miscigenação compreendida como algo que enfraquecia os grupos, uma vez os filhos de mestiços iriam incorporar as qualidades do grupo racial inferior. A partir dessas ideias de Gabeineau, uma pirâmide de raças vai sendo instaurada na sociedade brasileira, ficando nas bases as raças ditas inferiores e, no topo, as superiores. Cada raça possuía uma natureza própria que a diferenciava das demais de forma irreduzível. Outra ideia racista está em ligar tudo que é negro a coisas negativas, sujas: A menina era preta porque caiu (coisa negativa) na tinta preta(

coisa suja, feia). “mas veio a chuva e lavou todo aquele pretume” (tirou a sujeira) (lavou a sujeira).

No decorrer da história, a menina já havia inventado tantas origens quando finalmente entra na narrativa a personagem da mãe, sem nome e apresentada como muito linda e risonha, a qual resolve contar o segredo para o coelho – “Artes de uma avó preta que ela tinha” (MACHADO, 2011, p. 15), também uma avó, sem nome que nas entrelinhas deixa claro o sentido de artes com sexo, pelo fato da suspensão do pensamento marcado pelo uso das reticências e a palavra arte no contexto significar traquinagem, coisa feita de forma errada etc. Ou seja, a avó preta fez arte, não o homem branco. A superioridade do homem branco em relação à mulher. Ela fez coisa errada, ele não, ele foi apenas induzido.

O coelho chega à conclusão que para ter uma filha pretinha, tinha que procurar uma coelha preta para casar e o interessante é que por ser branco, arrumou rapidamente uma coelha preta para a realização do sonho de procriação dele “Não precisou procurar muito. Logo encontrou uma coelhinha escura como a noite, que achava aquele coelho uma graça” (MACHADO, 2011, p. 18).

Dessa união tiveram uma ninhada de filhotes de todas as cores, inclusive uma coelha bem pretinha que quando se enfeitava com o laço colorido no pescoço todo mundo perguntava: “Coelha bonita de laço de fita, qual é teu segredo pra ser tão pretinha? E ela respondia: “Conselhos da mãe de minha madrinha...” (MACHADO, 2011, p. 22).

Existe internalizado na narrativa a ideia de miscigenação cordial e a ideia da sugestão da história continuar pelo o uso das reticências e pela repetição das falas das personagens.

Conclusão

A proposta pedagógica que apresentamos nessa pesquisa foi realizada em sala de aula, durante as aulas da disciplina de língua portuguesa, na série do 7º ano do Ensino Fundamental. A proposta baseia-se no eixo principal que é promover a leitura e análise de obras literárias pautadas por um viés teórico e aplicar os conhecimentos adquiridos no espaço tecnológico e de internet, utilizando uma das ferramentas mais práticas das disponíveis, o fanfinc, uma vez que os alunos da referida escola têm acesso a internet e aos computadores, sendo que os mesmos são mais utilizados para pesquisas de internet e jogos.

Pensamos em selecionar tal proposta por percebermos que a leitura literária no Ensino Fundamental, como já foi visto anteriormente, somente é realizada como se fosse nada mais que outro gênero textual, sendo tratada do mesmo modo como se lê uma carta, um jornal, um artigo, etc; no entanto, a leitura literária é uma leitura diferenciada, carregada de significados, interpretações e emoção. Tais argumentações podem ser comprovadas pelas diversas correntes literárias existentes e já comentadas, como também pelos abundantes trabalhos de análise literária de livros, produções de obras e o nascimento de muitos novos autores.

Encontramos exatamente tudo isso nos textos de Ana Maria Machado, qualquer conto infantil da autora permite leituras carregadas de variados significados, diferentes interpretações e emoções, sendo que a narrativa escolhida traz mais um diferencial que é apresentar ao público infanto-juvenil uma personagem negra, permitindo uma nova gama de leituras e discussões.

Ana Maria Machado defende a presença simultânea do real e do faz de conta, nas diversas situações do universo infantil. Assim como Monteiro Lobato em sua época, ela discutiu questões de seu tempo. Ela sempre se preocupou em tratar das preocupações dos seus contemporâneos quando escreve. Busca evidenciar e trabalhar as situações reais da sociedade quando escreve, discorrendo sobre seus valores e ideais, abordando e discutindo diferentes e relevantes temas sociais de forma clara e interessante. Junto às histórias imaginativas, com personagens tipicamente brasileiros, ela traz temas que fizeram parte da história do país, como a ditadura militar e o empoderamento e emancipação das mulheres.

Referências:

COMPAGNON, Antoine. **Literatura para quê?** Tradução de Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática.** 2ª.ed..São Paulo: Contexto, 2014.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura: Uma introdução.** Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LAJOLO, Marisa. **Do Mundo da Leitura para a Leitura do Mundo**. São Paulo: Ática, 1993.

LAJOLO, Marisa. O texto não é pretexto. In: Zilberman, Regina (org.) **Leitura em Crise na Escola: as alternativas do professor**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

LOPES, Margarete Edul Prado de Souza. **Motivos de Mulher na Amazônia**: produção de escritoras acreanas no século XX. Rio Branco: Fundação Elias Mansour/EDUFAC, 2007.

MACHADO, Ana Maria. **Menina bonita do laço de fita**. 9 ed. São Paulo: Ática, 2011.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia, In: **Cadernos Penesb**, Niterói, Editora da UFF, N 5, p. 15-34, 2003.

O CORPO DA PALAVRA NA TEIA POÉTICA: SOBRE TRÊS MULHERES POETAS, MARGENS E FILOSOFIA

Renata Pimentel

Universidade Federal Rural de Pernambuco

renatapimentel@gmail.com

Resumo:

Este artigo enfoca a poesia de três mulheres que viveram à margem, fora dos circuitos prestigiados socioeconomicamente, ou até radicalmente em um lixão e em uma instituição psiquiátrica (Orides Fontela, Estamira e Stela do Patrocínio, nesta ordem), mas produziram textos lúcidos, densos e consistentes tanto como linguagem poética esteticamente bem urdida, quanto em seu teor de questionamento existencial e filosófico ao ser humano. Tomam-se exemplos nessas poéticas para revelar a escrita de uma outra história que questiona o poder e as narrativas oficiais, os quais sistematicamente excluem sujeitos de gênero e posição social periféricos e suas falas, condenando-os à margem, como ilegítimos. Como apoios teóricos estão presentes as reflexões de outro poeta-crítico como Octavio Paz (1996) e da ficcionista e feminista Chimamanda Adichie (2009), além de pensadores teóricos como Michel Foucault (1979) e Gayatri Spivak (2010), entre outros. Busca-se legitimar essas vozes como produtoras de fissuras estéticas e testemunhos criadores de uma outra história, em versões que apontam processos de esmagamento, vigilância e deslegitimação dos discursos de sujeitos de gênero e posição socioeconômica dissidentes ao status quo patriarcal, branco, rico, burguês. E, ainda, busca-se revelar a legítima qualidade dessas poéticas e a importância de serem lidas, estudadas e ouvidas.

Palavras-chave: Poetas mulheres, Gênero, Subalternidade, Poder, Estudos culturais

Minha margem é de onde consagro o instante:

O ato de nomear confere poder, e isso é mais que sabido em uma consciente construção de discursos e definição de papéis que engendrou tradições supostamente culturais a partir de uma estratégia perversa: naturalizar autênticas ficções conferindo-lhes status de verdades científicas. Este é um legado que nos vem das colonizações imperialistas que se forjam desde a lógica do império romano, copiadas e requintadas tecnologicamente pelas estratégias mercantis das novas metrópoles do mundo dito Moderno. E o parâmetro de civilização que se naturaliza é entender cultura como privilégio de europeus, brancos, homens, guerreiros vitoriosos e possuidores de terra, bens, moeda e voz política, legal e legitimada. E todos os outros passam a ser escória, exotismo, pitoresco, entretenimento casual ou invisibilidade; mesmo se ‘úteis’ apenas como mão de obra barata e proletária ou, sobretudo, se considerados ‘lixos e inutilidades na ordem de produção estabelecida’.

Essas considerações encontram eco naquilo que a escritora nigeriana Chimamanda Adichie muito bem revela em sua palestra ao canal TED, em julho de 2009¹, intitulada: “O Perigo de uma história única”. Nesta ocasião, relata seu próprio percurso de formação como leitora – na infância, ainda, e também como leitora de mundo – e como escritora. As experiências de vida e leitura lhe vão apontando reflexões como esta: “Então, é assim que se cria uma única história: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão.” (2209: 8) Uma história única, portanto, sem contrapontos e autorias divergentes, será sempre consagrada pelos discursos de quem detém o poder, nele se assenta e a partir dessa versão ‘oficial(izada)’ de uma ficção discursiva legitimada como ciência inquestionável produz estereótipos e cristaliza pessoas, povos, culturas, identidades.

Assim, tenciona-se aqui ‘minar’ essa história única, ao por em cena as vozes de três poetisas cuja obra possui inegável e profundo teor filosófico, reflexões acerca do humano, mas a partir ‘da beira’, a partir de histórias de vida e moradia, etnia e gênero, formações e visões de mundo percentualmente minoritárias, no sentido de serem exceções ao mais frequente perfil de escritores, poetisas, intelectuais. E pelas vozes, experiências e poéticas dessas três mulheres encontramos um sensível e arguto olhar sobre o humano.

1 Conferir transcrição da palestra em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt-br (consultada em 07/04/2016, 15h19)

E se Chimamanda nos alerta para o poder que instaura essa história única aprisionadora em estereótipos que se condicionam como verdades e subestimam e deslegitimam as vozes dissonantes, trazemos à cena também a voz de Michel Foucault, em seu *Microfísica do Poder*, para nos ajudar a pensar estratégias de ‘miná-lo’:

Luta contra o poder, luta para fazê-lo aparecer e feri-lo onde ele é mais invisível e mais insidioso. Luta não para uma ‘tomada de consciência’ (há muito tempo que a consciência como saber está adquirida pelas massas e que a consciência como sujeito está adquirida, está ocupada pela burguesia), mas para a destruição progressiva e a tomada do poder ao lado de todos aqueles que lutam por ela, e não na retaguarda, para esclarecê-los. (1979: 71)

As vozes aqui escolhidas são as das poetisas Orides Fontela, Estamira e Stela do Patrocínio, a partir de cujos versos buscamos extrair essas tais estratégias de falas que denunciam e ferem as instituições e organizações sociais que as estigmatizam e mantêm à margem, como – no máximo – ‘casos pitorescos’, curiosidades, discursos subalternos, os quais não alcançam grande repercussão de mídia e público, obviamente. Tais poéticas nos parecem acertar em cheio as precariedades dos discursos hegemônicos, ao apontarem suas limitações de visão e, pela força estética de uso do verbo, do logos e do signo denunciam a imensa consciência política, humana, existencial e social dessas sujeitas de um fazer poético lúcido e muito bem urdido.

O corpo da palavra se faz no poema e se presentifica transtemporalmente (poesia, experiência e história):

Octavio Paz, poeta que habitou e distendeu sua própria margem ao seu modo², nos afirma que

O poema, ser de palavras, vai mais além das palavras e a história não esgota o sentido do poema; mas o poema não teria sentido – e nem sequer existência – sem a história, sem a comunidade que o

2 Ele próprio constitui uma voz latino-americana crítica ao colonialismo, tanto em sua poesia como em seus ensaios.

alimenta e à qual alimenta. (...) A palavra poética é histórica em dois sentidos complementares, inseparáveis e contraditórios: no de constituir um produto social e no de ser uma condição prévia à existência de toda sociedade. (1996: 52)

O poema instaura um tempo arquetípico e passa a ser ele, também, o plasma da história de um povo, de uma cultura. O poema, tantas vezes, deliberadamente nega a história (oficial) ou a ignora, exatamente por conter e fazer eclodir a voz dissonante, a voz que restava calada pelo pouco acesso aos espaços para se fazer ouvir:

O poeta fala das coisas que são suas e de seu mundo, mesmo quando nos fala de outros mundos (...). O poeta não escapa à história, inclusive quando a nega ou a ignora. Suas experiências mais secretas ou pessoais se transformam em palavras sociais, históricas. Ao mesmo tempo, e com as mesmas palavras, o poeta diz outra coisa: revela o homem. (...) a condição última do homem, esse movimento que o lança sem cessar para diante, conquistando novos territórios que mal são tocados se tornam cinza, em um renascer e remorrer e renascer contínuos. (1996: 55)

Assim, ecoando as palavras de Paz, também nos revela do humano - para adentrarmos nas poéticas que aqui elegemos - Orides Fontela, nascida em 1940 na pequena cidade de São João da Boa Vista, no estado de São Paulo. Filha única de pais sem estudos formais. A mãe semi-analfabeta, o pai analfabeto. Viviam em extrema pobreza, mas viram na possibilidade de fazerem a filha estudar o único caminho de dar a ela voz e vez. Orides acabou por descobrir na palavra, na poesia, o seu único caminho de existência. Mudou-se para a cidade de São Paulo e chegou a concluir a licenciatura em Filosofia na prestigiada USP. Mas viveu como professora pública de ensino fundamental, poeta que chegou a alcançar um prêmio Jabuti e morreu quase indigente.

Foi descoberta ainda antes de mudar-se para a capital, vale salientar, por um crítico e intelectual que fora (tracejados do destino) seu colega de escola na infância interiorana: Davi Arrigucci Jr, então respeitado professor na USP. Assim, poemas da produção inicial de Orides, em um pequeno jornal de São João, caíram nas mãos de Arrigucci, que lhes reconheceu a força e divulgou entre os

pares, como o prestigiado professor e sociólogo da Literatura Antônio Cândido. Mas nem chegar ao reconhecimento crítico ou a um prêmio de prestígio mudaram os destinos de Orides, como ela mesma dizia:

Meu caminho não podia ser fácil. Para mulher pobre e poeta jamais foi fácil. Sou feminista desde a adolescência. Desde o dia em que meu pai me disse: “Quando você casar, vai obedecer ao seu marido”, e eu respondi: “Não vou casar de jeito nenhum”. (...) Uma mulher professora primária, pobre, sem marido, poeta, neste país, não é possível. (...) Meus filhos seriam mão de obra barata... (...) O menor mal possível é ser pobre e sozinha. E o maior bem possível foi sempre a poesia. (in: CASTRO, 2015: 47)

Revela uma consciência profunda do mundo, do confronto e da separação cruel de classes (pois que sua origem não lhe permitia efetivamente fazer parte desta tal “classe média”, apesar do estudo verticalizado da filosofia). Deixou anotado em seu breve artigo intitulado “Sobre poesia e filosofia – um depoimento”: “A filosofia não me deu a resposta, a poesia só dá intuições...” (in: CASTRO, 2015: 221 – anexos). Já se nomeava feminista e sabia que não havia espaço para constituir família e ser indivíduo feminino criador e autônomo na lógica patriarcal e conservadora que a cercava. Uma incapacidade de se enquadrar no que lhe era imposto, uma aguda visão da miséria humana pela via da poesia, único bem que lhe restou de motivo existencial:

A poesia é/ impossível
O amor é mais/ que impossível
A vida, a morte loucamente/ impossíveis
Só a estrela, só a/ estrela/ existe
- Só existe o impossível.
(in: CASTRO, 2015: 42)

Não gostava de ser chamada de ‘poetisa’, considerava uma “humilhação por gênero”. Era POETA. No poema “Fala”, revela a aguda lucidez sobre a língua, sobre a força irrefreável do verbo, sobre o poder de nomear (aludindo a como iniciamos este artigo) e denuncia que a consciência extrema do ser despedaça: o humano é impiedoso, cruel, fere e esmaga seus semelhantes. Quando não estão eles como partes “úteis” da máquina do capital e servindo às relações de poder sem contra elas se rebelarem serão condenados à margem:

Tudo/ será difícil de dizer:/ a palavra real/ nunca é suave.
Tudo será duro:/ luz impiedosa/ excessiva vivência/ consciência demais do ser.
Tudo será/ capaz de ferir. Será/ agressivamente real./ Tão real que nos despedaça.
Não há piedade nos signos/ e nem no amor: o ser/ é excessivamente lúcido/ e a palavra é densa e nos fere.
(Toda palavra é crueldade.)
(Poesia reunida, 2006: 31 – negrito nosso)

E se toda palavra é, de fato, crueldade, o que dizer de seres humanos condenados a viver no lixo e dele retirar sustento seu e de suas famílias? Daquilo que a sociedade espetacular e descartabilista rejeita, refuga, esconde e lança a quilômetros de seus olhos ‘assépticos’ e higienizados, aparece-nos agora a segunda voz poética sobre a qual lançamos luz: a quase invisível Estamira, que trabalhou durante décadas como catadora no lixão do Aterro Sanitário de Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro, de onde se ausentou apenas nas vezes em que foi recolhida a uma instituição psiquiátrica. Desde criança, sua trajetória é de sobrevivente e combatente da vida e do verbo: abusada na infância pelo avô, prostituída, internada e medicalizada, pela oralidade, pois analfabeta de escrita, compõe uma obra de extrato existencial, contestadora da sociedade tecnocrata e descartadora, produtora do lixo no qual ela amava habitar e trabalhar e dele viver.

Dela nos diz o professor Peter Pál Pelbart, na introdução à publicação de uma coletânea de fragmentos do discurso desta mulher, intitulado “Estamira: fragmentos de um mundo em abismo” (baseado no documentário homônimo de Marcos Prado):

Estamira não é a caricatura doida de uma denúncia politicamente correta, mas a dramatização brasileiríssima, por vezes roseana, do perigo e da salvação, do demo capitalístico em meio ao lixão da nossa cultura, nesse ponto onde a esquizofrenia e o capitalismo se cruzam e se espocam, onde a terra vomita “ao avesso” o que nela querem esconder, liberando um murmúrio que trespassa o socius e o cosmos – e vai além dele. (2013: 06)

Comparada sua dicção de sintaxe poética e seu inventário léxico fabulador ao de um dos maiores e mais reconhecidos escritores brasileiros, Guimarães

Rosa, que retorce a língua ao seu grau máximo de signo poético, assim Pelbart lê Estamira. E confere-lhe parentesco ao criador do *Grande sertão: veredas*.

Estamira, consciente de si como vivente “na beira do mundo”, sabe que não está comprometida com o modo destruidor desta lógica social esmagadora e, jorrando sua fala poética, profética, mística e muito política desafia os Poderes na Terra e sabe-se maior e mais poderosa: “A minha missão, além d’eu ser Estamira, é revelar a verdade, somente a verdade.” (2013: 10) E desmascarar os “espertos ao contrário”, denunciando o grande engodo do mundo, que nomeia de ‘Trocadilo’: uma espécie de entidade que não se mostra, mas está por toda parte e é “maldiçoado, excomungado, hipócrita, safado, canalha, indigno, incompetente, sabe o que ele fez? Mentir pros homens, seduzir os homens, cegar os homens, incentivar os homens e depois jogar no abismo”. (2013: 11) Sabendo que sua força é imensa: “A minha carne, o sangue, é indefesa, como a Terra; mas eu, a minha áurea não é indefesa não” (p. 4). E descortina as guerras, os maltratos à natureza, a descartabilidade e o desperdício de usar sem parcimônia e produzir lixo em excesso, as guerras, as imposições de poder, as tentativas de enquadrá-la como louca e aliená-la com medicações psiquiátricas, os ataques à ecologia, a desigualdade social, as agruras de Cristo e a invenção de Deus pelos homens, entre outros temas de funda importância existencial, religiosa, política e humana. Colhamos uma seleção significativa dessa fala:

Isso aqui é um depósito dos restos. Às vezes é só resto, e às vezes vem também descuido, Resto e descuido. Quem revelou o homem como único condicional ensinou ele conservar as coisas, e conservar as coisas é proteger, lavar, limpar e usar mais o quanto pode. (...) Economizar as coisas é maravilhoso, porque quem economiza tem. Então as pessoas têm que prestar atenção no que eles usam, no que eles têm, porque ficar sem é muito ruim. (pp. 14-15) Que Deus é esse? Que Jesus é esse, que só fala em guerra e não sei o quê? (p. 32)

Isso aqui é um disfarce de escravo. Escravo disfarçado de liberto, de libertado. A [princesa] Isabel, ela soltou eles, né? E não deu emprego pros escravos, passam fome, come qualquer coisa, igual os animais. Não tem educação. É, então, é muito triste. (...) O homem não pode ser incivilizado, todos homens têm que ser iguais, têm que ser comunistas. Comunismo. Comunismo é a igualdade. Não é obrigado todos trabalhar num serviço só, não é obrigado todos

comer uma coisa só. (...) e o homem é o único condicional, seja que cor for. (...) A morte é dona de tudo. Deus, quem fez Deus foi os homens. (pp. 46-49)

Estamira se coaduna ao que observa Michel Foucault, ainda no *Microfísica do Poder*: “As mulheres, os prisioneiros, os soldados, os doentes nos hospitais, os homossexuais iniciaram uma luta específica contra a forma particular de poder, de coerção, de controle que se exerce sobre eles.” (1979: 78) Estamira sabe que o poder é repressor, se traveste de discurso religioso para enganar; não ensina nem estimula a preservação e um uso prolongado dos bens; dopa os lúcidos e críticos ao sistema como loucos com medicamentos que os anestesiavam, porque teme sempre o fantasma do comunismo, da comunhão e de uma sociedade fraterna. Da “beira do mundo”, tachada de louca, feiticeira, dejetivo humano e catadora de lixo, a voz de Estamira surpreende em lucidez e contundência. E, seja lá de que cor for, nos sublinha ela, o único condicional é o fato de sermos todos humanos, nossa igualdade maior que deveria ser o imperativo (a que chama atenção, também, Chimamanda Adichie na sua palestra aqui já mencionada).

E dessa “cor outra”, de escravos libertos, mas não respeitados ou inseridos como seres importantes nesta sociedade supostamente civilizada e que hierarquiza seus membros, sentenciando alguns tantos deles à margem e tentando a todo custo silenciá-los, surge a terceira voz poética aqui posta em foco: Stela do Patrocínio. Negra, alta, descrita como tendo um porte muito digno, pouco se sabe de seu passado e boa parte das informações não puderam ser confirmadas. Sabe-se que nasceu em 1941, se dizia solteira, doméstica de profissão e que obtivera instrução secundária (o atual ensino médio). Nunca se confirmou endereço seu ou do suposto sobrinho que dizia ser por ela responsável. Iniciou sua vida de interna e “doente mental” em 1962, aos 21 anos, no Centro Psiquiátrico Pedro II (no Rio de Janeiro) e, em 1966, foi transferida para a Colônia Juliano Moreira, na mesma cidade, onde permaneceu por cerca de trinta anos.

Stela foi uma sobrevivente deste sistema de apagamento das individualidades e subjetividades, no qual o tratamento supostamente científico se reduz a controlar e amontoar os corpos, sob medicamentos que lhes deixam apáticos.

A voz de Stela acabou por se impor, por ser ouvida, ao menos, por quem a fez ser impressa e publicada. Comportava-se com serenidade e altivez, era de fácil trato e acabou por ter sua poética gravada graças à sensibilidade de voluntários alunos de artes plásticas e pesquisadores, engajados na reforma dos

métodos arcaicos de tratamento dos internos em asilos como a Colônia Juliano Moreira. Inserir sua obra no circuito cultural, fazê-la lida e conhecida é caminho para que se abra a discussão para as relações entre linguagem, loucura e arte. Entre tantos outros inegáveis e reconhecidos nomes como Lima Barreto, Antonin Artaud, Jean Genet, Nijinski que deixaram seus registros artísticos e suas reflexões em diários e passaram, eles também, por instituições médico-psiquiátricas ou policiais, vemos que a arte é, ela própria, diversas vezes tomadas como perigoso discurso de subversão, alvo de censura e de tentativa de controle pelos órgãos de poder. E deixemos Stela nos falar:

Eu estava com saúde/ Adoeci/ Eu não ia adoecer sozinha não/ mas eu estava com saúde/ Estava com muita saúde/ me adoeceram/ me internaram no hospital e me deixaram internada/ E agora eu vivo nos hospital como doente./ O hospital parece uma casa/ O hospital é um hospital. (2009: 43)

O remédio que eu tomo me faz passar mal/ eu não gosto de tomar remédio pra ficar passando mal. (...) Estar internada é ficar todo dia presa/ Eu não posso sair, não deixam eu passar pelo portão (...) Eu estou aqui há vinte e cinco anos ou mais. (2009: 46-47)

Eu sou Stela do Patrocínio/ bem patrocinada/ estou sentada numa cadeira/ pegada numa mesa nega preta e crioula/ eu sou uma nega preta e crioula/ que a Ana me disse./ Vim de importante família/ Família de cientistas, de aviadores, de criança precoce prodígio poderes/ milagres mistério. (2009: 58-59)

São tantas as construções poéticas em que Stela elabora imagens do lugar, de si mesma e reflete sobre seu confinamento, sobre os remédios que a adoecem, porque lhe tiram o apetite de viver e pensar; sabe de sua cor e de sua origem, sabe que é uma sobrevivente:

É a mesma mulher é o mesmo homem é a mesma criança é o mesmo bicho é o mesmo animal é o mesmo espírito é a mesma alma é o mesmo Deus é a mesma Nossa Senhora é o mesmo Menino Jesus no tempo./ O tempo é o gás, o ar, o espaço vazio. (pp. 84-85)

Eu não tenho coragem de enfrentar nada/ eu tenho que enfrentar a violência/ a brutalidade e a grosseria/ e ir à luta pelo pão de cada dia. (p. 114)

Eu sou mundial pobre/ tudo pra mim é merda durinha à vontade/ Até ser contaminada e contaminada até ser merda pura/ e é merda fezes excremento

bosta cocô/ bicha lombriga verme pus ferida vômito escarro porra/ diarreia disenteria água de bosta e caganeira. (p. 115)

Novamente vemos nesses excertos temas de reflexão profunda, sob a forma paralelística que põe em evidência a força do signo e suas possibilidades de condensação e expansão de sentidos – próprio da linguagem poética – que revelam integração do mundo neste vazio de invenção humana: gente independente de gênero, animais, crianças, a invenção de Deus e das entidades da religião (Nossa senhora e Jesus) tudo forjado no ar, no vazio, no espaço da imaginação humana e seu desejo de compreender-se, de transcender. E a necessidade de lutar contra a brutalidade e a violência de ser uma mulher negra, enclausurada e condenada como louca, interdita em sua liberdade vital e essencial que a converte em “mundial pobre” chafurdando em merda e excremento ao ponto de nela se fundir. Força de um verbo rebelado; força de uma voz poética que emerge do silenciado para denunciar os vãos escuros e fétidos onde a sociedade de consumo lança os pobres, pretos, despossuídos que não se acomodam ao *modus operandi*. Se Stela tivesse permanecido doméstica estaria mais livre que no Manicômio? Ou apenas seguiria “nega preta crioula” estuprada, explorada, marginalizada e sem voz?

Das suas experiências vitais e das marcas em seus corpos violentados essas três poetisas encarnam um verbo que é sua arma de denúncia, de produção de uma história que restava silenciada sob este ponto de vista de sujeitas inteligentes, capazes de articular estética e politicamente um pensamento que implode as camisas de força a elas impostas. Temos uma outra via da história a recontar nossas relações sociais, econômicas, raciais, de gênero...

Pode, então, o subalterno falar? (Algumas breves considerações nunca finais):

Nosso percurso não se compreende capaz de esgotar, é óbvio, em tão poucas páginas o poder de denúncia e instauração de outra percepção de mundo, de outra concepção de história pulsantes nas poéticas aqui presentes. Intentamos jogar luz sobre essas poetisas fora dos holofotes e legitimações oficiais, justamente por entendermos a força daquilo que revelam e de como elaboram seus olhares de si mesmas, como se constroem enquanto sujeitos históricos críticos ao sistema que as exclui e tenta silenciar. Suas identidades precisam proliferar, para que possam chegar a mais leitores sensíveis e atentos; para desanestesiarem nossas sensibilidades acadêmicas tantas vezes acomodadas

e pouco afeitas a buscar esses desafios de pensar e legitimar poéticas não canônicas e tão desafiadoras.

Norteia nosso trabalho a proposta arrojada de Gayatri Spivak, intelectual indiana, militante nos estudos culturais pós-colonialistas e de base desconstrutivista, professora e autora da nossa pergunta-base: pode o subalterno falar?, a qual intitula um artigo seu de 2010 e no qual defende que os intelectuais precisam se tornar sensíveis a estes discursos dos subalternos, alteridades que também nos habitam, que são nosso próximo (ao modo brechtiano, ele também um artista e intelectual a se saber parte da burguesia, mas que se alinha à busca por conscientização política do proletário, na busca de uma sociedade mais humanitária, menos injusta). Ignorar esta parcela imensa é perpetuar uma lógica de expropriação e desumanidade que só gera mais correntes de violências, de terror, de instabilidades e guerras. Perpetrar a marginalização dessas vozes é arriscar-se a permanecer também vítima potencial das estruturas da ideologia masculina imperialista. É preciso vigilância e permanente atenção para se desaprenderem os discursos estereotipados naturalizados em nós, as armadilhas dos pensamentos preconcebidos e excludentes que podem recair sobre nós, como as próximas vítimas das instituições de vigilância, punição, alienação e confisco de liberdade.

E como a arte é sempre este terreno do susto, da desconstrução dos pensamentos rasos e o artista é sempre uma figura meio louca, meio exótica, meio estrangeira exatamente para comprometer-se com um olhar que desvela novos reais e aponta mazelas humanas, deixemos falar estas figuras há tanto caladas, pois elas têm demais a dizer: pelos tantos anos em que lhes foi vedada a palavra, o poder de expressão, a estima de si. Concluimos com as sábias palavras de Alberto Manguel:

Todo grupo que é objeto de preconceito tem isto a dizer: somos a língua em que somos falados, somos as imagens em que somos reconhecidos, somos a história que somos condenados a lembrar porque **fomos barrados de um papel ativo no presente. Mas somos também a língua em que questionamos essas pressuposições, as imagens com que invalidamos os estereótipos.** E somos também o tempo em que vivemos, um tempo de que não podemos nos ausentar. **Temos uma existência própria, e não estamos mais dispostos a permanecer imaginários.** (2000: 35 – grifos nossos)

Que mais vozes e mais corpos como os dessas três poetisas aqui evocadas ecoem entre leitores, entre pesquisadores, nos espaços mais variados e congreguem e contaminem e reverberem para modificar nossa percepção do Outro, para tocar nossa capacidade de exercer alteridade e simpatia. Nossas singularidades irmanadas ampliam nossa sensibilidade e, apenas assim, podemos ser uma comunidade fraterna mais forte, que consegue desarticular as armadilhas do encarceramento e de nossa vitimação alienada como marionetes dos poderes podres instituídos na violenta ordem regente deste mundo.

Referências:

ADICHIE, Chimamanda. **O Perigo de uma história única**, palestra ao canal TED, em julho, 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt-br (consultada em 07/04/2016, 15h19)

CASTRO, Gustavo de. **O Enigma Orides**. São Paulo: Hedra, 2015.

FONTELA, Orides. **Poesia reunida**. São Paulo: Cosac Naify; Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MANGUEL, Alberto. **No Bosque do espelho: ensaios sobre as palavras e o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PATROCÍNIO, Stela do. **Reino dos bichos e dos animais é o meu nome**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

PAZ, Octavio. **Signos em rotação**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

SOUZA, Estamira Gomes de. **Estamira: fragmentos de um mundo em abismo**. São Paulo: n-1, 2013.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

GÊNERO, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: REPRESENTAÇÕES DA PERSONAGEM-PROFESSORA EM OBRAS FICCIONAIS DE ERICO VERISSIMO

Roselusia Teresa de Moraes Oliveira
Universidade Federal de Sergipe
E-mail: roselusiamorais@gmail.com

Resumo

O presente artigo é um estudo das representações de docência em Erico Verissimo (1905-1975) tomando a personagem Clarissa, nos quatro romances em que a mesma aparece, como foco de análise. Os romances foram produzidos no período de 1933 a 1940 - início da carreira do escritor e romancista. Esse período compreende as publicações das seguintes obras selecionadas para análise: *Clarissa* (1933), *Música ao longe* (1935), *Um lugar ao sol* (1936), e *Saga* (1940). Neste conjunto de romances é possível identificar a presença da professora Clarissa, personagem principal e recorrente. Para a análise foram elaboradas as seguintes categorias: atributos físicos e traços de personalidade; atividades escolares; práticas frequentes e atributos sociais. Essas categorias fizeram parte do processo de identificação das representações acerca da docência a partir da personagem em questão. Os fundamentos teórico-metodológicos desta investigação consistem em um conjunto de conceitos do campo da Educação e Literatura que orientam as análises deste estudo. Para identificar as imagens de professores e professoras veiculadas nos romances, compreendo a noção de “representação” segundo Roger Chartier. As representações identificadas indicam o perfil de uma professora leitora, escritora e questionadora do espaço escolar. A criatividade do escritor potencializa a criação de um possível “retrato” para a sua personagem que ganha forma e sentido a cada trama. O amadurecimento dela, uma jovem normalista no romance *Clarissa* (1933) que torna-se professora diplomada conduz a uma série de questionamentos sobre gênero, educação e sociedade que se apresentam em contraste com os cenários vividos por ela.

Palavras-chave: Docência. Representação. Literatura. Erico Verissimo.

Introdução

Este trabalho apresenta um estudo¹ desenvolvido sobre as representações da docência nos romances escritos por Erico Verissimo, enfatizando a personagem Clarissa que aparece nos romances *Clarissa* (1933); *Música ao longe* (1935); *Um lugar ao sol* (1936); e *Saga* (1940), produzidos no período de 1933 a 1940 - início da carreira do escritor e romancista.

Nesse conjunto de romances é possível identificar a presença da professora Clarissa, personagem principal e recorrente, nas obras investigadas. Além dessa personagem, existem outras professoras e professores que, nas histórias narradas, revelam aspectos sobre a formação docente e práticas escolares.

Para realização do levantamento em todos os romances escritos por Erico Verissimo, com a finalidade de identificar a presença de professores ou professoras, foi analisada a coleção: *Obras completas de Erico Verissimo*, de capa dura, cor vermelha, editada pela Editora Globo, e publicada no período de 1978 a 1981, totalizando um conjunto de 11 obras², ou seja, todos os romances produzidos pelo escritor³.

Metodologia

Os fundamentos teórico-metodológicos desta investigação consistem em um conjunto de conceitos do campo da Educação, Literatura e História da Educação que orientam as análises deste estudo. Esses fundamentos permitiram buscar um método de recolher, coletar, reunir, organizar e analisar os dados de maneira sistemática.

A metodologia de investigação adotada foi a leitura e categorização de todos os romances e a identificação dos personagens professores e professoras

-
- 1 Este trabalho faz parte da Dissertação de Mestrado em Educação concluída, publicada em livro (2015), intitulada: “Representações da docência em romances de Erico Verissimo: a personagem Clarissa”, defendida em 2010, sob a orientação da professora Dra. Eliane Peres. (Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas-RS). A pesquisa contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
 - 2 O levantamento em todos os romances do escritor compreendeu as seguintes obras: *Clarissa*; *Caminhos cruzados*; *Música ao longe*; *Um lugar ao sol*; *Olhai os lírios do campo*; *Saga*; *O resto é silêncio*; A trilogia *O tempo e o vento*; *O senhor embaixador*; *O prisioneiro* e *Incidente em Antares*.
 - 3 Em seu primeiro livro *Fantoches e outros contos* (1932) também foram identificados outros professores e professoras como personagens, nos seguintes contos: *Fantoches*. *Como um Raio de Sol*, *Chico* e *Sonata*, mas não foram analisados no desenvolvimento do trabalho realizado.

das histórias narradas. Ao identificar esses personagens, foi possível destacar diversas temáticas que permeavam a figura dos docentes. Estas temáticas ressaltavam alguns aspectos como a formação e atuação docente, as práticas e as exigências escolares, a vestimenta do professor ou professora, o perfil e as condutas, as redes de relações sociais estabelecidas, entre outros.

Identifiquei, com esse levantamento, a presença de professores e professoras em todos os romances do autor. Diante dessa constatação, foi elaborado um quadro descritivo com a finalidade de identificar a atuação desses personagens. As principais características selecionadas para caracterizá-los foram transcritas da maneira em que são apresentadas nos romances, ou seja, procurei ser fiel à descrição, utilizando as mesmas expressões escritas por Erico Verissimo, seja pelo narrador ou através das falas dos personagens. A investigação evidencia diferentes perfis e atuações das professoras e professores identificados nos romances.

A organização e a sistematização desses dados possibilitaram verificar a multiplicidade de representações de professores e professoras na obra de Erico Verissimo. A riqueza das descrições das práticas escolares da jovem normalista, no romance *Clarissa* (1933), o seu reaparecimento com um diploma de professora e a sua atuação docente em *Música ao Longe* (1935), a atuação da mesma professora que é transferida para outro colégio, por motivos de vingança política, em *Um lugar ao Sol* (1936), e as atividades escolares dessa professora em uma colônia, no romance *Saga* (1940), foram aspectos que motivaram a escolha em desenvolver um estudo sobre as representações da professora Clarissa, ou seja, em estabelecer o foco de estudo apenas nessa personagem.

Portanto, a questão deste estudo é a representação de docência em Erico Verissimo⁴ tomando a personagem Clarissa, nos quatro romances em que a mesma aparece, como foco de análise. Para isso, depois de ler e reler os romances, de destacar aspectos e categorizar dados, procurei construir uma análise a partir das seguintes categorias: atributos físicos e traços de personalidade; atividades escolares; atributos sociais; e práticas frequentes. Essas categorias fizeram

4 Auxiliam a compreensão do tempo e do espaço de construção dos romances pesquisas sobre as obras e a vida do escritor Erico Verissimo, desenvolvidas por estudiosos como, por exemplo, Antônio Hohlfeldt (1984; 2005), Elizabeth Rochadel Torresini (2007), Flávio Loureiro Chaves (1972; 1981; 1991; 2001; 2006), Maria da Glória Bordini (1995), Regina Zilberman (1982; 1985; 2004) e Sergius Gonzaga (1990).

parte do processo de identificação das representações acerca da docência⁵ a partir da personagem em questão.

As análises feitas por Carlos Ginzburg (1989; 2007) sobre o romance como fonte para a História contribuíram no desenvolvimento do estudo. Além disso, a noção de representação foi fundamental para identificar as imagens de professores e professoras veiculadas. Compreendo-a na perspectiva de Roger Chartier (2009), que pressupõe a “força das representações do passado propostas pela literatura” como fundamentais (CHARTIER, 2009, p. 25).

Compreender as representações da professora Clarissa e outros professores e professoras que compõem a narrativa dos romances produzidos por Erico Verissimo exigiu também um entendimento sobre gênero, ou seja, compreender a condição feminina e masculina. Isso significa pensar as identidades de gênero continuamente sendo construídas e transformando-se continuamente no espaço social. Nessa perspectiva, os estudos sobre gênero de Guacira Lopes Louro (1998) e Joan Scott (1995) são considerados na construção das análises deste trabalho.

Durante todo o *processo exploratório* identifiquei a presença de professores e professoras nas histórias narradas e elaborei um plano para a organização dos dados. Neste sentido, recorri a um conjunto de instrumentos metodológicos “em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”, o que implicou verificar dados recorrentes e a conseqüente “*inferência*” dos mesmos (BARDIN, 1995, p.9).

A análise dos dados implica “um trabalho exaustivo com as suas divisões, cálculos e aperfeiçoamentos incessantes” (BARDIN, 1995, p.28). Este tipo de trabalho pode ser denominado por *análise categorial*, que pretende:

[...] considerar a totalidade do texto, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença

5 Estudos sobre a Literatura como fonte para os estudos da História da Educação e para a História da Profissão docente desenvolvidos por Ana Maria Oliveira Galvão (1994), Denice Catani (2003), Diana Gonçalves Vidal (2003), Elizabeth Rochadel Torresini (2007), Cynthia Pereira de Souza (2003), Guacira Lopes Louro (2003), Heloisa de Villela (2003), Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier (2008), entre outros, foram uma possibilidade de compreensão do objeto de estudo e indicadores de possíveis abordagens, análises teórico-metodológicas. Apontam aspectos referentes à docência considerando que a História da formação de professores no Brasil revela que a atividade de professor como profissional é marcada por definições do seu tempo. Dessa maneira, a profissionalização do ensino é compreendida a partir de uma dimensão da própria constituição da História da profissão docente.

(ou de ausência) de itens de sentido [...]. É o método das categorias, espécie de gavetas ou rúbricas significativas que permitem classificação dos elementos de significação constitutivas, da mensagem. É, portanto, um método taxionômico bem concebido para satisfazer os colecionadores preocupados em introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente (BARDIN, 1995, p.37).

Dessa maneira, fiz uma exploração que considerou a natureza do texto ficcional e as suas implicações no trato com a fonte, uma vez que os romances são a fonte de estudo para identificar o objeto de investigação, ou seja, as representações da docência. Para isso, foram elaboradas classificações próprias na organização e categorização dos dados selecionados.

Depois da leitura e fichamento dos romances, elaborei temáticas ligadas aos personagens, como, por exemplo, a formação e atuação docente, as práticas e exigências escolares, a vestimenta do professor ou professora, o perfil e condutas, as redes de relações sociais estabelecidas, entre outros aspectos. A partir de uma lista de temáticas de cada romance, identifiquei os traços marcantes, as características e os aspectos recorrentes vinculados à temática central, a docência.

A intenção foi a de identificar as expressões utilizadas para referir-se aos professores ou às professoras. Compreendi a noção de docência ligada a aspectos vinculados diretamente a esfera escolar e atuação do professor ou da professora nas narrativas. Diante disso, criei categorias de análise com a finalidade de organizar os dados para compreensão e apreensão dos textos de modo sistemático.

Desenvolvi, então, um “sistema de codificação” (BOGDAN; BIKLEN, 1994) à medida que li, reli e transcrevi dados que se repetiam ou se destacavam nos trechos dos romances. Isso implicou um processo que envolveu vários passos, desde percorrer os dados na busca de regularidades e padrões, assim como tópicos recorrentes ou não nos dados coletados. Estas temáticas se constituíram, posteriormente, em “categorias de codificação” (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Tais categorias foram um meio de classificar os dados descritivos acerca da docência que foram recolhidos. Portanto, ao identificar os personagens docentes, foi possível destacar diversas temáticas que permeavam a figura do professor ou professora.

Esta fase foi fundamental para a análise posterior dos dados, pois o desenvolvimento de uma lista de categorias de codificação não foi somente um meio de visualizar os dados, mas também de ordenar estruturas de percepção, seleção e organização das obras investigadas. A elaboração do quadro descritivo significou um “esforço de interpretação” metodológica (BARDIN, 1995).

Através da construção do quadro descritivo foi possível verificar a multiplicidade de representações de professores e professoras, descritas nos romances. No entanto, preliminarmente, desconsiderei que o período de produção dos romances demarca temporalidades distintas e, conseqüentemente, evidencia tempos e construções diferenciadas, uma vez que tal procedimento foi em nível de identificação e levantamento inicial dos dados.

A constatação da presença de docentes em todos romances do escritor Erico Verissimo possibilitou pelo menos duas opções de investigação: a primeira, seria a de analisar a presença dos personagens de todos os romances, em uma perspectiva de descrição das obras de modo a realizar uma análise que considerasse os diferentes tempos de produção das obras, isso porque o intervalo de produção de todos os romances do escritor compreende desde a década de 1930 até os anos de 1970. A segunda opção, adotada para esta investigação, foi realizar um recorte a partir do conjunto de romances, através do estudo da(s) representação(ões) de uma professora ou um professor. A seleção da personagem Clarissa durante o processo de pesquisa, de fato, implicou em “efetuar escolhas, constituir hierarquias, elaborar análises”(VIDAL e FARIA FILHO, 2003, p.38).

Resultados e Discussão

Na leitura de *Clarissa*, *Música ao Longe*, *Um lugar ao Sol* e *Saga* selecionei os dados por meio do fichamento dos romances, seguido da transcrição literal dos trechos sobre a docência. Essa seleção tinha como foco os trechos que remetiam à personagem professora no espaço escolar e fora dele. Os dados coletados indicavam temas e relações abrangentes que conduziam a um universo de possibilidades de interpretações e novas questões.

Isso porque “à medida que os dados vão sendo coletados, o pesquisador vai procurando tentativamente identificar temas e relações, construindo interpretações e gerando novas questões e/ ou aperfeiçoando as anteriores.” (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 1998, p. 170).

Diante desse princípio, elaborei um quadro interpretativo com a finalidade de orientar a escrita e análise de conteúdo do material selecionado. A partir da noção de *representação* (CHARTIER, 2009) como categoria fundamental foram articuladas quatro categorias de análise que são: I - atributos físicos e traços de personalidade; II - atividades escolares; III - práticas frequentes; e IV - atributos sociais.

Neste processo de elaboração o princípio norteador foi percorrer os dados para que eles evocassem modos de apreendê-los e, ao mesmo tempo, buscar um referencial teórico que auxiliasse nas escolhas metodológicas e na operação de análise do objeto de estudo.

A construção desta pesquisa exigiu um esforço interpretativo e um modo de ordenar os dados de maneira coerente e legível. A intenção foi a de sistematizar a apresentação da personagem principal e as suas respectivas representações. As categorias “atributos físicos e traços de personalidade”, “atividades escolares”, “práticas frequentes” e “atributos sociais” remetem aos dados que foram recorrentes nos quatro romances selecionados. Essas categorias pressupõem as seguintes definições: I - Atributos físicos e traços de personalidade – Essa categoria descreve as características físicas e de personalidade da personagem principal. Portanto, define as especificidades do perfil da professora Clarissa; II - Atividades escolares – Constitui-se em uma categoria que compreende as atividades, saberes, procedimentos e condutas da professora na esfera escolar. Está relacionada às teorias, aos saberes e as práticas da personagem, no espaço escolar. É o que a professora já conhece ou deve vir a conhecer, ou seja, é o que deve ensinar e o que deve aprender. Portanto, também corresponde aos conhecimentos que a professora deve ter na atuação profissional;

III - Práticas frequentes – Trata-se da descrição das atividades desenvolvidas pela personagem que aparecem com maior recorrência nas narrativas. Refere-se, portanto ao modo e as suas ações da professora; IV - Atributos sociais – Define as atribuições e exigências feitas na esfera social. Corresponde aos procedimentos da professora, através do conjunto de condutas práticas e exigida socialmente. São representados a partir das suas atividades desenvolvidas no contexto social.

A definição dessas categorias possibilitou procedimentos para a coleta e ordenação dos dados. Através de um estudo sistemático foi classificado cada trecho dos romances - a partir do fichamento prévio - numa categoria correspondente, devidamente transcrito na íntegra.

A ficção permite observar e identificar realidades múltiplas sobre a *instância cultural* (PESAVENTO, 2005) em que é ou foi produzida. Significa, portanto, situá-la para além do verdadeiro e do falso, mas admitir a “capacidade humana originária possível de recriar o mundo” e identificar uma “expressão da linguagem e pensamento de tudo o que existe e é identificado, percebido, nomeado, qualificado e expresso pelo escritor” (PESAVENTO, 2003, p.35).

Essa abordagem auxilia a compreensão da Literatura produzida por Erico Verissimo e as suas respectivas representações do mundo expresso por nele. *Representação* é uma categoria central da História Cultural que foi incorporada pelos historiadores a partir das formulações de Marcel Mauss e Émile Durkheim, no início do século XX. Eles estudaram formas integradoras da vida social, construídas pelos homens para manter a coesão do grupo e que propõem como representação do mundo (PESAVENTO, 2005).

Embora a noção de representação seja comumente usada e (re) formulada em diversas áreas do conhecimento, e, em especial, para os historiadores, não há consenso formal e universal para o conceito. A noção de representação, segundo Pesavento (2005), é assumida por vários autores, como Roger Chartier, Robert Darnton e Carlo Ginzburg, mas não de modo formal e claro por esses autores. No entanto, a autora afirma que, de uma maneira geral, “todos trabalham com a mesma ideia do resgate de sentidos conferidos ao mundo, e que se manifestam em palavras, discursos, imagens, coisas, práticas.” (PESAVENTO, 2005, p.17).

Nesse sentido, significa admitir a existência de representações que são expressas por normas, instituições, discursos, imagens e ritos. Ainda segundo a autora, a “representação é conceito ambíguo [...] A representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele.” (PESAVENTO, 2005, p. 40).

Discutir a noção de representação como conceito fundamental de análise, neste estudo, implicou considerar a perspectiva adotada por Roger Chartier (2009) quando afirma que a noção de representação não nos afasta do real nem do social. Segundo o autor:

Ajuda os historiadores a se desfazerem da ‘ideia muito magra do real’, como escrevia Foucault, que durante longo tempo foi a sua, insistindo na força das representações, sejam elas interiorizadas ou objetivadas. As representações não são simples imagens, verdadeiras ou falsas de uma realidade que lhes seria externa; elas possuem

uma energia própria que leva a crer que o mundo ou o passado é, efetivamente, o que dizem que é. Nesse sentido, produzem as brechas que rompem às sociedades e as incorporam nos indivíduos (CHARTIER, 2009, p.51 - 52).

Esse conceito permite vincular as posições e as relações sociais com a maneira como os indivíduos e os grupos se percebem e percebem os demais. Segundo Chartier, “as representações coletivas, na maneira como são definidas pela sociologia de Durkheim e Mauss, incorporam nos indivíduos, sob a forma de esquemas de classificação e juízo, as próprias divisões do mundo social”. (CHARTIER, (2009, p.50).

Portanto, através desse entendimento, o autor afirma que, ao conduzir a história dando-lhe como *pedra fundamental à história das representações* significa “vincular o poder dos escritos ao das imagens que permitem lê-los, escutá-los ou vê-los, como as categorias mentais, socialmente diferenciadas, que são as matrizes das classificações e julgamentos” (CHARTIER, 2009, p.52).

Compartilhar dessa afirmação demarcou a busca pelo paradigma alternativo, definido por Carlo Ginzburg (1979) como método *indiciário* que pressupõe o reconhecimento de *sinais* com a garantia de uma legítima pluralidade das interpretações. Assim, o autor afirma que é justamente graças à literatura de imaginação que o paradigma indiciário permite “uma atitude orientada para a análise de casos individuais, reconstruíveis somente através de pistas, sintomas, indícios.”. (GINZBURG, 1989, p.154), o que implica operações de análise, comparações e classificações.

Clarissa Albuquerque aparece pela primeira vez no romance *Clarissa*, em 1933, com treze anos de idade e no desenrolar da narrativa completa quatorze anos. A jovem é “[...] morena, olhos pretos e levemente oblíquos, rosto oval, cabelo repartido no meio e muito lambido.” (VERISSIMO, **Clarissa**. 1978, p.165). Neste romance a protagonista sai da sua cidade natal e mora na pensão da tia Zina em Porto Alegre, capital do Estado, para completar os seus estudos na Escola Normal.

Clarissa é natural de Jacarecanga, interior do Rio Grande do Sul. De normalista à professora, a personagem de ficção de Erico Verissimo exerce a docência nos três romances posteriores à *Clarissa* que são: *Música ao Longe* (1935), *Um lugar ao Sol* (1936) e *Saga* (1940). Essas narrativas, embora sejam feitas na terceira pessoa, são praticamente vistas do ângulo de Clarissa, a professora.

No romance *Música ao Longe* ela é a professora recém formada que leciona em sua terra natal. Com dezesseis anos de idade, ela volta para a sua família que é de origem rica e está em declínio. Nessa obra, há trechos do seu diário em que descreve o seu mundo interior repleto de emoções e inquietações, em oposição ao mundo que ela enxerga exteriormente.

Na obra *Um Lugar ao Sol*, a heroína⁶ de Erico Verissimo exerce a docência com as suas expectativas, dificuldades, frustrações e críticas às tradições políticas do interior do [Rio Grande do Sul](#). A professora Clarissa é transferida para uma outra cidade por motivos de vingança política. Apesar de suas lutas ela tem “fé”, “esperanças e coragem em Deus.” (VERISSIMO. **Um lugar ao sol**, 1978, p.327).

A sua trajetória continua quando ela reaparece em *Saga*, romance narrado através do diário de Vasco, seu primo, que depois de lutar em uma guerra na Espanha, retorna ao Brasil e casa-se com a professora. Nessa trama ela é “*mais mulher*”, está “*mais amadurecida*”. Ela continua com “*os mesmos olhos pretos lustrosos e levemente oblíquos. A velha expressão de ansiosa ternura diante do primo maluco de quem está sempre a esperar um gesto áspero que para ela signifique inquietação, cuidado, sofrimento.*” (VERISSIMO. **Saga**, 1981, p.173). Nesse romance, a sua atuação é pertinente, uma vez que o seu ofício de professora continua quando ela vai morar e trabalhar na colônia Águas Claras.

Clarissa “*vê a vida de sua cidade. Vê, sente, analisa, esmiúça e imagina o que essa vida poderia ser.*” (VERISSIMO. **Música ao Longe**, 1981, p.53). Ações e ideias como essas estão presentes de maneira recorrente em todos os romances trabalhados e descrições detalhadas da personagem são feitas.

Ela faz parte da família dos Albuquerque, antigo e poderoso clã de donos de terras e gado da região. Este nome remetia a “*lendas de coragem, bondade, retidão de caráter e tradição gaúcha.*” (VERISSIMO. **Saga**, 1981, p.271). “*Eram senhores de latifúndios, de milhares de cabeça de gado e de muitas casas, ninguém tinha mais prestígio e fortuna que eles no município de Jacarecanga.*” (VERISSIMO. **Saga**, 1981, p.271).

Os romances analisados narram o processo de transição de uma adolescente normalista na capital do Estado que, ao longo das tramas, torna se a mulher-professora. Quando a personagem está conhecendo o mundo questiona com desencanto as injustiças sociais, o relacionamento das pessoas, os

6 O escritor identifica Clarissa como a “suave heroína” de sua novela. (VERISSIMO, **Clarissa**. 1978, Prefácio).

conflitos humanos. Muitas vezes, seu olhar inquieto e indignado para tudo o que a cerca faz com que questione a vida e projete um futuro diferente. Ela reflete, constantemente, as contradições e os ‘mistérios’ da vida. Alegria, encantos, expectativas, sonhos, desencantos, desilusões, angústias e visão crítica são elementos que compõem a personagem.

A personagem está, em todos os romances, inteiramente vinculada às ações como professora, ou seja, ela se reconhece e é reconhecida através dos outros personagens no contexto familiar e social como a professora Clarissa. Ela, na condição de aluna normalista e depois de professora, contempla e analisa o espaço urbano, as modificações do mundo e o cotidiano.

As representações de professora nas obras demonstram os desafios das primeiras experiências em sala de aula e o exercício da docência como carreira profissional legitimada pelo reconhecimento social, especialmente em razão de sua formação na capital do Estado e, posteriormente, pela prática profissional.

No ambiente escolar ela, seja como estudante ou professora se vê em uma espécie de aprisionamento e sente dificuldades de lidar com os padrões rígidos e comportamentos autoritários vigentes. A figura da diretora, na escola em que atua, aparece como uma figura autoritária, controladora e disciplinadora. A escola é lugar de silêncio, obediência, repetição, aprendizagem de conteúdos sem sentidos. Os alunos, no entanto, aparecem nos romances como figuras, sempre, em movimento e repletas de energia para correr, conversar, brincar e viver o mundo que existe fora da sala de aula.

A professora Clarissa procura exercer sua profissão de maneira crítica nas diferentes escolas em que passa a atuar depois de formada. As suas questões giram em torno das convenções escolares, das práticas autoritárias, das atividades de decorar os conteúdos, do relacionamento entre as pessoas e da natureza. Esses questionamentos são narrados, principalmente, a partir dos pensamentos e dos fragmentos do diário da personagem.

Um dos recursos utilizados pelo escritor é justamente o uso do diário de Clarissa para caracterizar um universo pessoal e íntimo e a visão de uma sociedade na sua condição de normalista e professora. Ela é uma professora que escreve diariamente e também uma leitora voraz. Clarissa supõe que a leitura é uma atividade que vai além das letras e das palavras, que implica também sentidos próprios, divagações, sonhos, reflexões e imaginação. As suas leituras também permitem desvendar um universo desconhecido ou redescobrir o que já conhecia. A leitura se traduz, para a personagem, como possibilidade de constituir novos significados e sentidos para a sua existência, como forma de se surpreender sempre.

Conclusões

As diversas representações da personagem Clarissa, a partir dos romances indicam o perfil de uma professora leitora, escritora, reflexiva e atenta ao mundo social e questionadora do universo escolar. Em uma aparente contradição ela é, ao mesmo tempo, a menina ‘bobinha, ingênua, romântica’ e a mulher reflexiva, questionadora, atenta ao seu tempo, à história e à vida cotidiana. Isso se deve também ao fato de que a personagem “amadurece” ao longo dos romances. Em *Clarissa*, ela, normalista de treze anos que estuda na Escola Normal da capital do Estado; em *Música ao Longe* retorna a sua cidade natal e exerce as primeiras experiências na docência; em *Um Lugar ao Sol* a professora é transferida para trabalhar em outra cidade; e em *Saga* a professora é uma “mulher feita”, casada com o primo ela se divide entre as tarefas da escola e da casa. Pensar nessa personagem requer, portanto, considerar que há mudanças substanciais em cada romance, na medida em que Clarissa se modifica no desenrolar das tramas narradas. Diante das constatações, é possível admitir a potencialidade de múltiplas representações da personagem.

Assim, para concluir pode-se perguntar qual a contribuição efetiva desse estudo. Em resumo, se reconhecemos que a literatura é *outra* forma de ver e dizer o mundo a partir do que o escritor constrói, ele se utiliza desse meio como um ato de “acender uma lâmpada”, ou “um toco de vela”, ou ainda através de repetidos riscos de fósforos na tentativa de evitar “a escuridão”, como afirmou o próprio Erico Verissimo (1981). Então, trabalhos dessa natureza podem ajudar a entender como a sociedade de um determinado tempo percebem os docentes e a docência. A literatura deixa como “herança” a percepção de um determinado tempo sobre essa atividade profissional e, também, sobre a instituição escolar. Se olharmos a história da docência e da escola com a lente da literatura talvez sejamos mais sensíveis e atentos a esse universo.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith e GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas Ciências Naturais e Sociais**: Pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Editora Pioneira, 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. (Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro). Lisboa: Edições 70, 1995.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em Educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994, (Coleção Ciências da Educação).

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.(Coleção: O que você precisa saber sobre...).

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MORAIS, Roselusia Teresa Pereira de. **Representações da docência em romances de Erico Verissimo:** a personagem Clarissa. Editora UFS: São Cristóvão, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e Literatura: uma velha-nova história. **Revista nuevo mundo- mundos nuevos.** Disponível em: < <http://nuevomundo.revues.org/document1560.html>>; Acesso em: 10 abr. 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Revista Educação & realidade.** 20(2): 71-99, julho/dezembro 1995 (original de 1988).

TEIXEIRA, Eliane Marta; FARIA FILHO, Luciano (orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte, Autêntica. 2000.

VERÍSSIMO, Érico Lopes. **Clarissa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005. (Coleção Companhia de Bolso).

_____ Érico Lopes. **Música ao Longe.** Rio de Janeiro: Editora Globo. 1983.

_____. **Um lugar ao sol.** 23º ed. Porto Alegre: Editora Globo. 1978.

_____. **Saga.** 16º ed. Porto Alegre: Editora Globo. 1981.

VIDAL, Diana Gonçalves e FARIA Filho, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº45.

LITERATURA E PRÁTICAS DE LEITURA: LEITOR@S DE ERICO VERISSIMO EM REDES DE INTERATIVIDADE

Roselusia Teresa de Moraes Oliveira
Universidade Federal de Sergipe.
E-mail: roselusiamorais@gmail.com

Resumo

Leitores e leitoras do escritor Erico Verissimo, no início do século XXI, constituem uma “rede” de interação e comunicação por meio de publicações virtuais (blogs, sites, comunidades e grupos de discussões) acerca das suas experiências de leituras. Tomando por base essa constatação, o objetivo central desta investigação são as práticas de leitura dos livros impressos, reveladas a partir da fonte principal: as escritas de textos em suportes eletrônicos de sete leitores das obras de Erico Verissimo integrantes de “redes” específicas, publicadas durante o período dos anos de 2008 a 2013. Este trabalho defende a interação entre as seguintes dimensões que envolvem: a) a dimensão intelectual-subjetiva, a partir das suas respectivas críticas e interpretações das obras, ou seja, em um nível de subjetividade; b) e a dimensão social, revelada na interação dos leitores em redes sociais na internet, em uma perspectiva de cooperação e colaboração. Os princípios teórico-metodológicos adotados são os da História do livro, da leitura, com ênfase nas análises de Michel de Certeau (1994) sobre as relações entre as “operações” implicadas no ato de ler e os aspectos culturais nele imbricados. Os resultados desta pesquisa revelam uma comunidade de leitor@s de Erico Verissimo que possui práticas de leitura silenciosa e individual, feitas em espaços privados e públicos. Eles não são leitores das obras do escritor na tela, mas do livro impresso. Os leitores analisados realizam “práticas de leitura intensiva e extensiva” (Chartier, 2002a), compartilham memórias dessas leituras na internet, criam seus próprios textos e constituem uma rede de interatividade.

Palavras-chave: Leitura. Leitor@s. Livro. Erico Verissimo.

Introdução

Em tempos de internet, leitor@s¹ de Erico Verissimo publicam sobre as suas experiências de leituras em blogs, criam sites, participam de comunidades e grupos de discussões. Baseado nesta constatação, esta investigação propõe uma discussão teórica sobre a produção de um grupo de leitores e leitoras em redes sociais, na internet, como uma possibilidade de fonte para a História da Educação.

A aventura *pela internet* destaca um mundo permeado por escritas, imagens e sons. Inúmeras redes de comunicação e interação ligadas em rede mundial, por meio de computadores, celulares, tablets e entre outros dispositivos são integrados por um conjunto de protocolos de comunicação em uma trama que possibilita a veiculação de informações e a transmissão e troca de dados. A amplitude dos recursos dispostos e serviços que podem ser utilizados promovem várias ligações ao alcance de uma rede mundial, a *World Wide Web*, e também o suporte necessário capaz de prestar serviços diversos que envolvem desde a comunicação rápida ao compartilhamento de arquivos.

Dentro dessa perspectiva, este trabalho² tem uma perspectiva interdisciplinar e articula as seguintes áreas de interesse: História da Educação; Literatura; História do Livro e da leitura; e Cibercultura. Os princípios teórico-metodológicos adotados para definição do objeto de pesquisa destacam os estudos acerca da história do livro e da leitura, com ênfase, especialmente, em Robert Darnton (1995; 2010); Roger Chartier (1990; 1991; 1994; 1996; 1999; 2002a; 2002b; 2004; 2009) e os escritos de Michel de Certeau (1994) auxiliam a análise dos dados coletados no que se refere às relações entre as “operações” implicadas no ato de ler e os aspectos culturais nela imbricados.

Esse referencial aponta um “circuito de comunicação” (DARNTON, 1995, p.112) que compreende a história do livro, incluindo assim as seguintes esferas: produção, edição, distribuição, circulação e, por fim, o leitor. Esse “circuito”

1 O termo adotado “leitor@s” compreende todos/as os/as leitores/as que transitam no espaço da internet.

2 Este trabalho é parte integrante da tese de Doutorado concluída e intitulada: “Modos de ler o impresso, modos de escrever na internet: escritas de leitores e leitoras do escritor Erico Verissimo”, desenvolvida sob a orientação da professora Eliane Peres, do curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Pelotas-RS, em 2014. Esta pesquisa contou com o financiamento da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, por meio do Ministério da Educação (PDSE-MEC).

admite que há variações das condições conforme o lugar e a época, mas de modo geral pode ser descrito em um modelo que considera o percurso desde o autor, o editor, o impressor, o distribuidor, o vendedor até chegar nas mãos do leitor. Neste trabalho, é analisado um aspecto desse “circuito” que é a instância do leitor, considerado como o “estágio” de difícil acesso de estudos. (DARNTON, 1995).

Revelados nos dados de pesquisa coletados, as escritas de leitores e leitoras na internet são indicadores que definem “modos de leitura”. Para a análise desses dados cabe referenciar o conceito de “rede” e “cibercultura”, do autor Pierre Lévy (2000; 2007) e entre outros autores como: Manuel Castells (2005); Hugo Assmann (2005).

Metodologia

Esta abordagem destaca a construção de estudo que evidencia leitores e leitoras do escritor Erico Verissimo (EV)³, no início do século XXI, no qual, constituem uma “rede” de interação e comunicação por meio de publicações virtuais acerca das suas experiências de leituras em blogs, sites, comunidades e grupos de discussões. Tomando por base essa constatação, o foco desta investigação são as práticas de leitura dos livros impressos de uma “rede” específica, reveladas a partir da fonte principal: as escritas dos leitores nos textos eletrônicos. Neste sentido, o objetivo central é identificar os modos de ler o livro impresso por meio dos modos de escrever textos eletrônicos em ambientes selecionados na internet a partir das interações promovidas nesse espaço no período de publicação de 2009 a 2014.

Em rede, escritas, sinais, códigos, símbolos, representações, fotografias são possibilidades de evidenciar histórias, informações, debates e entre outras produções, reescritas, edições e mixagem de textos escritos, imagéticos ou sonoros. Enfim, definida por diferentes materiais e ferramentas, a escrita eletrônica convive, ao mesmo tempo, com outros suportes de leitura como o manuscrito e o impresso. A cultura escrita de modo geral pode ser localizada nos mais diferentes suportes seja nos manuscritos, impressos ou digitais, e este fato, revela novos desafios e novas reflexões sobre os modos de produzir escritas e os modos de ler textos.

3 EV: abreviação criada para fazer referência ao nome do escritor Erico Verissimo.

Os escritos nos meios digitais superam a ideia de que apenas algumas pessoas são capazes de escrever e publicar. Isso porque as práticas nas redes sociais na internet revelam cada vez mais um público crescente que acessa páginas, produz e veicula informações por textos sejam de sua autoria ou não. Os requisitos básicos para essas operações são, no mínimo: ler; escrever; e utilizar o recurso para divulgação no espaço desejado, numa página de um determinado site, blog ou rede social.

Textos são criados, inéditos, copiados, compilados, organizados, sofisticados em um emaranhado de ações por meio de clicks que remetem a uma infinita possibilidade de acessos de páginas espalhadas pelo “mar da internet”. A “experiência”, no sentido etimológico da sua palavra, refere-se a significados como: ensaiar algo; verificar as qualidades de algo; pôr à prova, conhecer por experiência; sentir alguma coisa. Essas interpretações⁴ atreladas à experiência dos usuários na internet indicam que os mesmos ensaiam escritas virtuais, copiam e compartilham informações, verificam as características que definem o recurso digital, colocam à prova se esses mesmos recursos são interessantes ou não, conhecem os instrumentos de leitura e escrita digital pela própria vivência em si, e, por fim, produzem inúmeras sensações diante da tela de um computador, notebook, netbook, ultrabook, tablet, celular, entre outras possibilidades digitais.

Desse modo, leitor@s publicam na internet vários conteúdos desde textos, canções, fotos a vídeos. Criam um conjunto de práticas de comunicação e interação em permanentes mudanças. Neste caso, o tripé da produção, publicação e circulação dos escritos (CHARTIER, 2002) convivem no mesmo espaço virtual. Fragmentos de informações dispersas e variadas são possíveis de serem consultadas ao longo do dia. Links e referências destacam um texto em comunicação com outros textos, auxilia os internautas agregar mais informações sobre o assunto escolhido. Trata-se, portanto, do *hipertexto5*, disposto a partir de uma

4 Estudiosos franceses como Pierre Lévy (2000; 2007), filósofo das tecnologias da inteligência e da cultura virtual contemporânea, e Roger Chartier (1990; 1991; 1994; 1996; 1999; 2002a; 2002b; 2004; 2009), historiador das práticas de leitura, discutem a relação entre os mais tradicionais e os novos suportes de registro e divulgação da escrita. Além deles, pesquisadores norte-americanos como Jay Bolter (2001) e George Landow (1995;1997) destacam o universo das tecnologias e novas mídias realçando a superação das noções como hierarquia, sequencialidade e linearidade do texto, a partir das experiências hipertextuais, isso porque essas potencializam novas construções de sentido sobre a leitura em suportes eletrônicos.

5 Conforme Landow (1995), hipertexto é um termo cunhado por Theodor Nelson na década de 1970 para se referir ao tipo de texto eletrônico. Traduzido por um recurso tecnológico da área da

dinamicidade que disponibiliza um fluxo intenso e contínuo de conceitos, imagens, juízos, palavras, dados, ideias em um específico modo de escrita. Esta composição demarca a constituição dos limites da esfera do público e privado cada vez mais tênues. Um conjunto de aparelhos possibilita um conjunto de técnicas de produção, de criação, de editoração aparentemente, ao alcance de todos. São textos com formatos próprios que dialogam com outros textos e assim, viabiliza uma estrutura de criação em grupo, ou provocando a coletividade entre os indivíduos que interveem para alguém tornar-se coautor de um texto.

Resultados e Discussão

A disponibilidade de informações dispersas e variadas provoca no usuário a capacidade de comparar, escolher, editar e divulgar o que o mesmo prioriza como importante para compartilhamento. Isso significa que concentra-se no usuário a viabilidade de revisar, ilustrar e editar no sentido exato das funções. Fato surpreendente tendo em vista as gerações anteriores demarcadas por profissionais específicos para cada uma dessas ações. É claro que não se trata de um livro, mas sim uma edição online que revela textos digitais cercados por links, referências ou hipertextos em um movimento ativo complementar. Os usos das diferentes linguagens combinam imagens, sons e palavras, geram práticas de leitura fragmentada e distante da perspectiva linear que nos deparamos no suporte de um livro.

O hipertexto caracteriza-se por um conjunto sequencial e particular de possíveis ações de leitura e também de escrita, que ocorre de modo não linear e é direcionado a uma infinidade de textos de maneira rápida e instantânea. Deste modo, há uma amplitude de associações em que o usuário pode ser levado a pensar, sentir e agir diante da tela, a partir dos seus movimentos entre um click e outro que o direcionada a vários outros links. A relevância dos textos ganha espaço e destaque no texto eletrônico a um modo de edição hipertextual, no

informática que é reconhecido pelo poder de conectar uma passagem de discurso verbal para imagens, mapas, diagramas e sons, do mesmo modo que consegue se conectar a outros fragmentos verbais. Essa definição amplia a noção que temos acerca do que é um texto porque trata-se de uma escrita que não possui uma sequência, mas um texto com várias “bifurcações” em que o leitor é aquele que define o seu roteiro de apreciações das páginas de leitura e também de escrita “multilinear” ou “multisequencial”. Neste sentido, há uma espécie de jogo com novas regras e experiências que superam os limites de unidade de um texto.

qual o leitor escolhe o que deseja ler e interagir com textos que são conectados entre si por meio de percursos distintos de localização dos assuntos do seu interesse. Assim, o internauta recolhe vários textos fragmentados e compõe para si uma espécie de mosaico de imagens, palavras, frases, sons, sensações e entre outros que traduzem informações. Neste caso, refere-se à dispersão de informações por intermédio da comunicação verbal e não verbal.

É possível constatar novos modos de escrever e se comunicar na rede, as mais variadas leituras e, conseqüentemente, isso também altera o modo como os leitor@s leem o tempo impresso e como lidam com o texto virtual. Este último, sugere vários “caminhos a percorrer”, ou ainda melhor, vários “mares a navegar”. Esses percursos são particulares e por isso, constroem sujeitos que não são apenas usuários da internet, mas também atuam em redes ao participar de grupos públicos ou privados com assuntos exclusivos.

A interação leitor e texto⁶ configuram processos de significados construídos a partir dos próprios textos e dos assuntos ligados ao conteúdo e a hipertextualidade presente. O lugar da leitura seja no papel ou no virtual é mediada por uma série de recursos que estimulam os sentidos para refletir, opinar e atuar nesses espaços. Esse “circuito” admite que existam variações das condições conforme o lugar e a época, mas de modo geral pode ser descrito em um modelo que considera o percurso desde o autor, o editor, o impressor, o distribuidor, o vendedor até chegar às mãos do leitor.

Ao constatar processos de invenção e criação nas “redes”⁷ escolhidas, via internet, é possível considerar, segundo Lévy (2007), que entre os “atores humanos” as “técnicas” são inventadas, produzidas, utilizadas e interpretadas de diferentes formas. Para o desenvolvimento deste estudo, a abordagem adotada

6 A literatura pode ser analisada como possibilidades educativas a partir das leituras recomendadas na esfera escolar, mas segundo Mathieu Bégin (2011), da Université de Sherbrooke, raro é localizar pesquisas que se dediquem à literatura, especialmente para jovens, como uma prática de divertimento, de socialização e de enriquecimento pessoal. Este trabalho identifica justamente tais dimensões raras em termos de pesquisa. Para Bégin (2011), é surpreendente analisar pelo viés da história das práticas de leitura como esse território foi e é explorado pelos leitores.

7 Jorge Landow (1995; 2006) defende que há uma tendência em convergir o hipertexto e essas teorias, assim como teóricos que compartilham de ideias que poderiam ser postas como modelos conceituais convergentes ao contrapor princípios como linearidade e hierarquia e defender ideias vinculadas às “redes”, “links” ou “ligações”, “nós”, multilinearidade. Nessa perspectiva, os limites entre a relação autor e leitor são tênues, ou seja, permeada por proximidades, e ao mesmo tempo, é possível pensar na relação existente entre a produção de sentido influenciada pelo suporte impresso ao se deparar com a hipertextualidade.

compreende a noção de “modos de ler”, baseado nos estudos do historiador francês Roger Chartier (1990; 1991; 1994; 1996a; 1996b; 1999; 2002a; 2002b; 2004; 2009a; 2009b). Esses conceitos afirmam que o processo de ler envolve diversos elementos que antecedem a prática efetiva do ato de ler. Remete a constituição da materialidade dos objetos da leitura, os materiais específicos, o “uso do corpo”, a “inscrição em um espaço”, a “relação consigo e com o outro” (CHARTIER, 2002a, p.70). As “práticas de leitura” não são apenas uma “operação abstrata de inteligência”, mas compreendem as práticas culturais e suas respectivas reorganizações no meio social (CHARTIER, 2002a, p.70). Isso porque o ato de ler trata das “significações plurais” e “móveis” localizadas em uma espécie de consonância com os hábitos culturais de um determinado tempo, ou seja, os modos de ler referem-se às práticas inscritas em uma rede social e cultural específica. Considerar essa perspectiva, segundo Chartier (1990), significa pesquisar as modalidades de ler, sejam elas coletivas ou individuais, herdadas ou inovadoras, popular ou letrada, íntimas ou públicas, intensiva ou extensiva, oral ou silenciosa.

A produção de sentido a partir das leituras significa como os leitores compreendem a si próprio e o mundo, por meio da relação estabelecida com o “mundo do texto” (CHARTIER, 1990, p.24). Portanto, a leitura é entendida como um “ato concreto” que requer leitores dotados de “competências específicas” e caracterizados pela sua prática de ler que constrói sentido, ou seja, a interpretação (CHARTIER, 1990, p.25).

Isso também pressupõe perceber os modos de ler e o processo pelo qual os leitores dão sentidos aos textos dos quais se apropriam. Essa perspectiva é discutida por Chartier (2002a) como a possibilidade de pensar a “produção da significação”, o que implica uma relação dialógica entre as propostas das obras e as categorias estéticas e interpretativas de seus públicos leitores; como também uma interação dinâmica entre texto e leitor; e um resultado de uma negociação entre as obras e os discursos ou as práticas ordinárias.

Por meio dessa abordagem e aliado aos estudos de Robert Darnton (1995) é possível considerar a complexidade e as dificuldades em definir e identificar como os leitor@s assimilam as suas leituras e quais são os efeitos produzidos pelos textos lidos. Para historiadores da leitura, esse campo foi por muito tempo reconhecido como complexo e de difícil acesso, mas diferentemente, dos séculos anteriores ao início do século XXI, em tempos atuais é possível constatar “rastros”, “pistas” e “vestígios” da instância das práticas de leituras que os próprios leitor@s deixam revelar por meio das suas publicações na internet. Essa

afirmação pode ser considerada como um fenômeno até então de difícil apreensão na História da Leitura, já que os estudos anteriores de Chartier (1990) e Darnton (1995) demonstram as dificuldades de fontes que permitam acesso à esfera dos leitores e suas práticas de ler.

A noção de leitura e de competência para ler é compreendida também a partir dos estudos de Vincent Jouve (2008). O autor considera a leitura como uma atividade multifacetada que envolve processos neurofisiológicos, cognitivos, afetivos, argumentativos e simbólicos. Considerando esses aspectos, a leitura supõe determinadas competências que incluem as esferas individual e cultural. Isso acontece quando o leitor converte palavras em *elementos de significação*, o que promove ações de abstração. Assim, ele dedica a sua atenção para a sequência de eventos descritos no livro que lê ou não o acompanha de maneira linear, o que depende da relação do leitor com o enredo do gênero literário específico. Por isso, a depender do tipo de texto são produzidos determinados tipos de leitura que podem provocar o riso, o fascínio, a indignação, a tristeza, e etc, de tal modo que suscitam os sentidos de múltiplas formas.

Portanto, tomando-se como base esses estudos, este estudo demonstra a interação entre duas dimensões de análise que envolve os leitor@s e suas relações com a leitura das obras de EV: (1) a dimensão intelectual-subjetiva da leitura, analisadas a partir das respectivas críticas e interpretações da obra que os LEV fazem sobre o texto lido, ou seja, dos relatos de como percebem a obra; (2) e a dimensão social, revelada na interação entre os pares nos ambientes virtuais em uma perspectiva de escrita baseada na cooperação e colaboração entre eles.

Os aspectos relacionados às convenções, normas e aos valores atribuídos às leituras de obras do escritor gaúcho são elementos reveladores dos modos de ler, da interação leitor e texto, dos limites e regras para as ações de leitura. Esta discussão potencializa o debate acerca da leitura no Brasil com a inserção das práticas digitais.

Considerações finais

Os leitores e as leitoras de Erico Verissimo que publicam em blogs, criam sites, participam de comunidades e grupos de discussões que compartilham suas experiências de leitura das obras do seu escritor. Uma das constatações do estudo, em desenvolvimento, revela que em tempos de internet, esses leitor@s publicam sobre as suas leituras, falam sobre si e suas experiências de leituras

em sites, grupos de discussão, comunidades e blogs. Esses escritores-atores -atuantes indicam práticas sociais e culturais, demonstram modos e espaços de discussão acerca da obra, interação entre si e mantêm uma conectividade com outras redes sociais. Um dos pressupostos da investigação, portanto, é a de que essas produções indicam modos de ler apropriações de leituras. Além disso, evidenciam que interagem e são, ao mesmo tempo, escritores dos seus próprios textos, na internet.

Essas questões estão interligadas entre a divulgação da Literatura do escritor EV e, conseqüentemente, os espaços de difusão da obra a partir de alguns sites. A conceituação teórica dada põe em evidência a relação intrínseca entre a “difusão” e a criação de “redes”, conforme Pierre Lévy (2007). A problematização envolve demonstra que os leitores e leitoras estão conectados em espaços específicos na internet, em uma interação própria das “redes” sociais que produzem escritores dos seus próprios textos, em alguns momentos, e em outros momentos, são divulgadores de informações. São estabelecidas trocas de informações por meio das escritas e saberes compartilhados via a conectividade mencionada.

Eles são leitores do livro impresso e leitores-escritores na internet, produzem práticas memorialísticas na cibercultura e apontam modos de ler o impresso e os modos de escrever na internet. É inegável constatar que as inovações tecnológicas promovem atualizações sobre a realidade e “invadem” os espaços de relações sociais modificando os seus hábitos, mas são as apropriações, os usos, os costumes, as tradições, as necessidades, as práticas, os significados atribuídos socialmente que definem o modo como a tecnologia é empregada, e, neste trabalho, é demonstrado em um grupo de leitor@s de Erico Verissimo que escreve na internet.

Referências

ASSMANN, Hugo. A metamorfose do aprender na sociedade do conhecimento. In: ASSMANN, Hugo (org.). **Redes digitais e metamorfose do aprender**. Editora Vozes, 2005.

BÉGIN, Mathieu. Le forum de discussion sur Internet comme lieu d'étude de la réception des productions littéraires jeunesse : le cas de la série Pavel 1. In: **Communication, lettres et sciences du langage**. Vol. 5, n 1. Ago 2011.

BOLTER, Jay David Bolter. **Writing Space**: Computers. New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2001.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo. (orgs.). **A Sociedade em Rede do Conhecimento à Ação Política**. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 2005. Disponível em: < [http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/Sociedade em Rede_CC.pdf](http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/Sociedade_em_Rede_CC.pdf) > Acesso em: 03 out 2013.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. vol. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **O mundo como representação**. Estudos Avançados. São Paulo: Instituto Avançado, USP, 5 (11): jan/ abril, 1991.

_____. **A ordem dos livros**. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: UNB, 1994.

_____. **Do livro à leitura**. In: CHARTIER, Roger (org.). Práticas de Leitura. São Paulo: Estação Liberdade, 1996a.

_____. A leitura: uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas de Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996b.

_____. As revoluções da leitura no Ocidente. In: ABREU, Márcia (org.). **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas, SP: Mercado das Letras; ALB; FAPESP, 1999.

_____. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e quietudes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002a.

_____. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora UNESP, 2002b.

_____. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun.** MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. (trad.). São Paulo: Editora UNESP, 2009a. [1º reimpressão].

_____. **A história ou a leitura do tempo.** [tradução de Cristina Antunes]. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009b.

_____. Historiador francês discute as práticas de leitura hoje. In: **Revista de História.** Entrevista. 01.11.2007. Disponível em: < <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/entrevista-roger-chartier>> . Acesso: 02 jul 2013.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução.** 1a. reimpr. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. **A questão dos livros: presente, passado e futuro.** Tradução: Daniel Pellizari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LANDOW, George. **Hipertexto** : La convergencia de la teoría crítica contemporánea y la tecnología. Traducción de Patrick Ducher. 1ª ed. Barcelona : Paidós, 1995. Hipermedia, 2.

_____. **Teorías del Hipertexto.** Madrid, Paidós, 1997.

DO SILÊNCIO DA MULHER NAS HISTÓRIAS: UMA LEITURA DE *INCÊNDIOS* DE WAJDI MOUAWAD

Sherry Morgana Justino de Almeida
Universidade Federal Rural de Pernambuco
sherry_almeida@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho analisa a obra *Incêndios* (2003), de Wajdi Mouawad, a partir a leitura de um dos aspectos da múltipla dimensão política da peça: a representação da mulher em condição de minorização de gênero pelas circunstâncias históricas e socioculturais. Para tanto, propomos uma leitura do silêncio, bastante significativo e recorrente no texto, como símbolo do apagamento da voz da mulher na História e, ao mesmo tempo, como símbolo revelador da condição trágica da vida de um indivíduo. Noutras palavras, acreditamos que o texto de Mouawad encena um duplo silenciamento da protagonista: o silenciamento pessoal, no contexto de sua história privada, e o silenciamento social, enquanto voz da mulher na História coletiva. Além disso, revela que o silêncio é a mais condudente resposta ao trágico da vida e que, para escutá-lo, **há que se ter ouvidos “femininos”**. Especulamos que se, conforme afirma Michelle Perrot (2005), “é o olhar que faz a História”, em *Incêndios não só o olhar de Mouawad, mas também o dos atores, o dos leitores e o dos espectadores* fazem a história, ou melhor, as histórias. Dessa forma, gostaríamos de refletir também sobre o quanto essa minorização do gênero nos **é apresentada de maneira artisticamente** politizada pela dramaturgia de Mouawad, considerando o que propõe Dennis Guénoun (2003): entender que o trabalho artístico do dramaturgo e o de atores estão implicados politicamente e implicam os seus interlocutores em convites à reflexão a partir da cena.

Palavras-chave: Dramaturgia, *Incêndios*, Gênero, Mulher, Silêncio, História.

Introdução: Das origens de *Incêndios*

Incêndios (2003), de Wajdi Mouawad¹, é a segunda parte da tetralogia iniciada em 1997 (composta pelas peças: *Litoral*, *Incêndios*, *Florestas e Céus* e *Sangue das Promessas*). Segundo o autor, assim como na primeira peça, *Litoral*, o texto e a encenação de *Incêndios* foram desenvolvidos com a participação dos atores: “o texto foi escrito ao longo dos ensaios escalonados num período de dez meses. Faço questão de dizer quanto o engajamento dos atores foi crucial.” (MOUAWAD, 2003: 7) Essa abertura para que o discurso dos atores interfira na criação cênica², inclusive, é determinante na escolha de características e ações das personagens, como, por exemplo, a inserção de uma personagem que luta boxe e a presença de um nariz de palhaço – o qual se tornou ícone de profunda tristeza e da ironia trágica – surgiram de intervenções dos próprios atores.

Inegável diálogo com o método de Constantin Stanislavski, essa conjuntura de escrita e encenação permite mais voz e potência ao ator dentro da criação cênica e foi indispensável para conseguir transformar “a cena como lugar de consolo impiedoso”, conforme declara Mouawad:

Tratava-se de revelar o ator pelo personagem e de revelar o personagem pelo ator, para que não houvesse espaço psicológico capaz de separá-los. O único espaço que permitiu que ator e personagem não se confundissem totalmente foi o da ficção, do faz de conta, da imaginação. (MOUAWAD, 2003: 8)

Dessa forma, é importante destacar o quanto o método de criação adotado pelo dramaturgo potencializa também a condição política dos atores, no sentido do que fala Denis Guénoun, de que o ator cede seu corpo ao texto dramático. Segundo ele,

- 1 Nascido em Beirute, no Líbano, em 1968, é escritor, ator e diretor de teatro; possui nacionalidade canadense e é de família cristã-maronita. Os pais de Mouawad fugiram do Líbano para Paris, na França, em 1977, por causa dos conflitos civis na década de noventa do século XX. Em 1983, eles se estabeleceram em Quebec, no Canadá.
- 2 Cabe aqui a advertência de que irei me deter a reverberar o texto de *Incêndios* na condição de leitora, e não de espectadora, ou seja, apenas com a encenação que eu mesma montei em minha imaginação.

o ator é a fonte da teatralidade. Ele é o ponto de passagem da palavra para o corpo, o lugar de irrupção, de origem da palavra no espaço visível da cena. É nisto que a atividade do ator participa muito essencialmente do pôr/em/cena como coração da produção do teatro. (GUÉNOUN, 2003: 57)

Em *Incêndios*, não apenas as palavras do texto de outrem passam pelo corpo do ator, pode-se dizer que temos o ator cedendo também seu texto, suas palavras, suas fantasias de criança ao corpo do texto e, por conseguinte, à cena. O que nos faz entender a proposta metateatral que a obra carrega: autor e ator assumindo em suas atividades de criação a dimensão política do fazer teatro.

Na realidade, toda obra de Wadji Mouawad bem como sua postura e trajetória como artista e cidadão é potencial e atuantemente política.³ *Incêndios* confirma isso ao apresentar a questão da origem do ser humano – de sua história – por meio do turbulento passado de uma revolucionária que lutou pela libertação de seu país durante a guerra civil, mas a peça vai além: “Tratamos de território, de reconstrução, da guerra do Líbano, de Noé e do Abitibi. Tratamos de divórcios, de casamentos, de teatro e de Deus. Tratamos também do mundo de hoje, da guerra no Iraque, mas também do mundo de ontem: a descoberta da América”. (MOUAWAD, 2013: 9). Sua fábula é, aparentemente, simples: diz do passado misterioso de Nawal, uma imigrante árabe que vive no Canadá. Contudo, para leitores e espectadores, essa trágica existência não é contada linearmente. A nossa “entrada” na peça é marcada pela entrada dos irmãos gêmeos, Jeanne e Simon, no escritório do tabelião para a leitura do testamento da mãe, Nawal. Neste testamento, encontram-se estranhas últimas vontades, descritas de maneira sóbria e misteriosa:

(...) Me enterrem nua
Me enterrem sem caixão
Sem roupa
Sem reza
E o rosto virado pro chão.
Me coloquem no fundo de um buraco,

3 Lembremos que, em 2005, ele chegou a recusar o prêmio Molière por não concordava com a indiferença dos diretores contemporâneos de teatro em relação aos autores vivos.

Com a cara contra o mundo.
Como um adeus,
Vocês lançarão sobre mim
Cada um balde de água fresca.
Depois jogarão a terra e selarão minha tumba (...). (MOAUWAD,
2013: 23)

Pertinentemente, o pedido de Nawal de que se entornem baldes d'água sobre o seu corpo aponta para os vários incêndios da peça, para conflitos e perturbações íntimas das personagens. Metaforicamente, Nawal nos diz que, mesmo morta, continuará em incêndios, enquanto sua verdade não for conhecida.

O texto da peça é múltiplo também nas possibilidades de leituras, nas diversas frestas de compreensão que oferece a quem o lê. É implacavelmente intenso e assustadoramente coerente em sua estética, pois concilia excesso com parcimônia; isto é, nessa tragédia contemporânea nos é apresentado um sofrimento excessivo expresso com cirúrgica economia de palavras.

Essa parcimônia verbal e, mais precisamente, o silêncio como discurso contundente são as frestas escolhidas neste trabalho para se pensar essa obra dramaturgica.

Em outras palavras, propomos uma análise do silêncio em *Incêndios*, acreditando-o como marca de uma representação do apagamento da voz da mulher na história, ao mesmo tempo que mostraremos como essa obra apresenta **ações das mulheres em busca do direito à voz social. Para tanto, voltar-nos-emos para uma análise** das duas principais personagens femininas, Nawal e Jeanne: a primeira, por entendê-la como representação da minorização da condição de gênero e apagamento da voz da mulher na história coletiva; a segunda, por enxergamos nela a representação da busca pelo silêncio como chave de autocompreensão e, ao mesmo tempo, como símbolo de uma retaliação e reconstrução da voz da mulher na história.

1. A mulher e suas intersecções identitárias

O que podemos dizer das convergências culturais da vida de Nawal, protagonista da obra? Haveria espaço e sentido para uma construção de uma indetidade feminina sob tais circunsâncias: uma mulher árabe que transgrediu leis culturais rigidamente defendidas por sua família ao enamorar-se e engravidar,

aos quinze anos, de um jovem de outra etnia, o qual paga com a morte o preço do amor impossível⁴? Nawal, tendo menos sorte que o amado, paga um preço mais caro em vida: tem um filho que lhe é afastado após o parto, a quem se obstina a encontrar até se envolver no conflito civil e ser presa por assassinato.

Da brusca separação do filho recém-nascido Nawal retira forças para buscá-lo ao longo da vida e essas forças também a sustentam na guerra civil. Vive torturas extremas num longo período como prisioneira de guerra e: a mais forte o estupro constante dentro da prisão. Seu corpo – sendo o corpo de uma mulher – confirma o subjugamento que historicamente foi admitido, por muito tempo, como fato natural e divino revelador de um poder do homem sobre a mulher:

Corpo desejado, o corpo das mulheres é também, no curso da história um corpo dominado, subjugado, muitas vezes roubado, em sua própria sexualidade (...) A gama de violências exercidas sobre as mulheres é ao mesmo tempo variada e repetitiva. O que muda é o olhar lançado sobre elas, o limiar de tolerância da sociedade e o das mulheres, a história de sua queixa. (PERROT, 2015: 76)

Nawal, vítima de toda sorte de violência, vive no limiar da tolerância e vai acumulando, outras marcas da diferença: emigra, na condição de mãe solteira de filhos gêmeos – frutos de estupro dentro da prisão. Somente depois de muito tempo, descobre que foi sexualmente violentada pelo próprio filho tão procurado e silencia sobre essa verdade para seus filhos-netos, Jeanne e Simon.

A maternidade é, inegavelmente, momento determinante na vida de uma mulher. Sobre ela, comenta Michelle Perrot,

A maternidade é um momento e um estado. Muito além do nascimento, pois dura toda a vida da mulher. O mesmo acontece, embora em menor grau, com os filhos, que dela recebem a vida, o alimento, uma primeira socialização. Daí o drama do abandono. (PERROT, 2015: 69)

4 Cabe aqui a possibilidade de ser lida a atualização do mito do amor trágico, tão recorrente na literatura universal e cuja obra mais emblemática é *Romeu e Julieta* (1597), de William Shakespeare (1564 – 1616)

Para Nawal, contudo, ser mãe – por duas vezes – constitui-se, para além do nascimento de um filho, momento trágico na sua vida. No primeiro parto, não temos o abandono, mas uma espécie de sequestro do filho de Nawal, o qual carregará o sentimento de abandono nutrindo revolta em relação à mãe, pois não a entenderá como vítima até tomar conhecimento da existência de seus irmãos-filhos.

A mulher, em *Incêndios*, é cindida na condição de natureza maternal ao ter-lhe sido negado o direito de criar seu filho. Nesse ponto destacamos o quanto questões religiosas e étnicas – que, no caso de povos árabes são indissociáveis – foram determinantes para o desgarramento entre mãe e filho. Sobre isso, importante lembrar que: “as grandes religiões monoteístas fizeram da diferença dos sexos e da desigualdade de valor entre eles um de seus fundamentos. A hierarquia do masculino e do feminino lhes parece de uma Natureza criada por Deus.” (PERROT, 2015: 84) Dessa forma, o sofrimento impingido a Nawal se justifica em sua comunidade por ser ela uma transgressora de leis de seu povo, o qual acredita seguir normas divinas.

O fado de Nawal é incediário para si e para seus descendentes. E o que de fato deflagrará o primeiro incêndio com o qual nós leitores entramos em contato na leitura da peça é a estranha exigência feita por ela a seus filhos, Jeanne e Simon: que seu sepultamento não seja completado antes que duas cartas sejam entregues – uma carta destinada para um irmão, cuja existência eles desconheciam, e a outra, para o pai, tido por eles como morto. Isso porque, segundo ela, “o silêncio foi mantido”, faltava o cumprimento de uma promessa (que a mãe encontrasse seu filho primogênito), e faltava que seus filhos descobrissem a verdade da família⁵.

Os gêmeos, por suas personalidades, reagem de forma diversa: Simon, lutador de boxe, irrita-se com mais uma prova do insólito comportamento da mãe e demonstra seu incêndio íntimo através da brutalidade das palavras com as quais se revolta com sua mãe; sua fala permite inferir a dificuldade de relação entre Nawal e seus filhos:

Ela infernizou as nossas vidas até o fim! Vaca! Velha Puta! Velha de merda! Filha de uma cadela! Velha cretina! Vaca velha! A pior

5 O mito de Édipo é, indubitavelmente, a intertextualidade mais explícita da peça. Exatamente por ser o maior clássico da literatura universal a refletir sobre a questão da origem: a busca da verdade sobre um indivíduo e, simultaneamente, sobre a história de um povo.

piranha da raça dela! Ela realmente encheu a porra do nosso saco até o final! A gente pensava todo o dia há muito tempo ela vai morrer, essa vaca, ela vai parar de atazanar a gente, ela vai parar de nos dar nojo essa cretina! E aí, pimba! Game over! Ela acaba morrendo! E depois, surpresa! Não acabou! Puta merda! Essa não dava pra prever; juro que não tinha a menor ideia! Ela preparou muito bem essa jogada, calculou os negócios, cretina de uma puta! Vou enfiar porrada no cadáver dela! Té parece que ela vai ser enterrada de cara pra terra! Té parece! A gente vai é cuspir em cima dela! (MOUAWAD, 2013: 27)

Mesmo com essa reação incendiária, Simon irá buscar sua verdade, com ajuda do escrivão Hermile Lebel. Por sua vez, Jeanne, professora de Matemática, permanece em silêncio e, em certa medida, conforma-se em buscar o esclarecimento do mistério, seja para cumprir o último desejo da mãe ou para desvendar o problema – a equação de sua história.

Caberia aqui, inclusive, especular se não temos inscrita na fala de Simon a expressão marcada do masculino normalizado pelo discurso hegemônico – a violência verbal que denota, paradoxalmente, mais fraqueza do que força. Enquanto, no comportamento silencioso de Jeanne (como o da mãe), em lugar de uma pressuposta fragilidade e submissão aos desígnios da autoridade materna, poderiam configurar como expressão de um gênero feminino, psicologicamente mais estável para lidar com situações-limite.

Para desenvolver tais reflexões, consideramos o gênero como um dos elementos constitutivos das relações sociais, que se articula com outras categorias importantes: classe, etnia, idade, dentre outros, configurando situações de gênero específicas. Dessa forma, para pensar a dramaturgia de *Incêndios*, é imprescindível, a nosso ver, relacionar a identidade de gênero com a de etnia, por exemplo. Fundamentamos essa visão na contribuição de Joan Scott (SCOTT, 1993: 268), ao afirmar que o gênero, como categoria analítica – tal como as de raça e classe –, promoveu a inclusão dos oprimidos na história, como também tem possibilitado a análise do significado e da natureza da sua opressão e a compreensão das desigualdades, face ao poder.

Além disso, cremos ser possível rivalizar, ainda, o texto de *Incêndios* com o pensamento de Judith Butler (BUTLER, 1998: 29), quando esta afirma que o gênero seria um fenômeno inconstante e contextual, que não denotaria um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos

de relações cultural e historicamente convergentes. Nessa perspectiva, não existiria uma identidade de gênero por trás das expressões de gênero, uma vez que a identidade é performativamente constituída. Ou, mais adequadamente ao caso de *Incêndios*, especulamos que a protagonista representa um ser humano cindido entre gêneros, etnias, religiões etc. Isto é, aqui a noção mais pertinente de gênero, ou de qualquer outra categoria identitária, é a de transitoriedade. Uma mulher que seria integrante de um grupo minoritário, percebida na complexidade de sua história, converte-se em parte de uma maioria silenciosa, pois que, como nos elucidam os estudos *Queer*, as minorias nunca poderiam se traduzir como uma inferioridade numérica, mas sim como maiorias silenciosas que, ao se politizar, convertem o gueto em território e o estigma em orgulho.

As “minorias” étnico-raciais, de gênero e sexuais explicitam maneiras tão diversas de vivenciar a diferença que tornam patente o fato de que, ainda que sejam mais ou menos relacionadas, cada diferença denota uma forma particular de opressão. (MISKOLCI, 2016: 1)

Nesse sentido, torna-se incoerente pensar Nawal sem considerar que sua condição de mulher, de transgressora de normas culturais/religiosas e, posteriormente, de imigrante faz de sua experiência de vida uma história peculiar cujos registros são apagados da história social hegemônica justamente por representar uma situação identitária resultante de intersecções marginalizadas pela sociedade.

Nawal representaria, então, o sujeito subalterno impossibilitado de articular sua própria posição dentro da análise da história. E, para entendê-lo, há que se ir buscar as cisões e não as unidades que o configuram. Isso porque, na pós-modernidade, segundo Beatriz Preciado,

O lócus da construção da subjetividade política parece ter se deslocado das categorias tradicionais de classe, trabalho e da divisão sexual do trabalho para outras constelações transversais como podem ser o corpo, a sexualidade, a raça, mas também a nacionalidade, a língua, o estilo ou, inclusive, a linguagem. (PRECIADO: 2007, 383)

Eis que Nawal é o ser humano interseccionado por diferenças: condição de ampla marginalidade social. Ela é cabalmente uma “estranha interna à sociedade”, para usar um termo dos estudos *Queer*. Figura em sua performance não apenas sua condição de mulher, mas a condição de todos os indivíduos que, embora presentes na sociedade, são invisíveis, como a condição de imigrante, por exemplo. E a posição política que a dramaturgia de Mowauad apresenta tal personagem em seu fado não é o de conformação ao subalterno das minorias, mas sim o da ênfase em um silêncio grávido de revolta e denúncia.

2. Dos silêncios da peça ao silêncio das mulheres na história

Do que nos conta *Incêndios*, a guerra, figurada nos conflitos civis, é a situação que modifica, empobrecendo o mundo, e serve de cenário, enquanto tragédia coletiva, para as tragédias individuais, as quais não são descritas nas páginas da História da humanidade, senão anonimamente contabilizadas como número de mortos, presos ou refugiados. Assim, o sofrimento pessoal só poderia ser figurado como “incêndios íntimos” – conflitos que também mudam a vida das pessoas, mas sobre os quais não se pode afirmar se enriquecem ou empobrecem exclusivamente, posto que faça as duas coisas, dependendo da perspectiva pela qual são observados. E os incêndios de uma mulher de origem estrangeira e humilde não ecoam nas narrativas oficiais da humanidade: “da História, a mulher é diversas vezes excluída. Ela o é, inicialmente, na narrativa, que, passada às efusões românticas, constitui-se como encenação dos acontecimentos políticos” (PERROT, 2005: 197).

A guerra, segundo Michele Perrot, “à primeira vista, ate mesmo em sua simbologia, ela reforça a ordem dos sexos, com os homens na frente de batalha e as mulheres na retaguarda. Eles combatem; elas lhes dão suporte, os substituem, cuidam deles, esperam e choram por eles. Mas, ao mesmo tempo, elas se imiscuem em lugares e tarefas masculinas nas quais se saem muito bem. (...). Ruptura de hábitos e de evidência, a sexualidade de guerra é problemática” (PERROT, 2015: 144)

Nawal faz parte de uma minoria de mulheres que viveu ativamente à guerra; foi à frente de batalha pela revolução, mas movida por uma batalha muito mais intensa, íntima, a busca pelo filho que lhe fora apartado. Entretanto, não apenas sua participação no fronte de batalha a diferencia. Ela fora marcada pela diferença desde a infância por ter sido em sua comunidade uma das poucas mulheres que sabia ler e escrever. A fala da amiga Sawda, quando do

reencontro com Nawal, já aos 19 anos e já obstinada ao reencontro com o filho, deixa claros, ao mesmo tempo, o subjugamento das mulheres ao não terem acesso ao conhecimento e o poder de transgressão que a palavra escrita confere a quem a domina:

Eu queria te ver escrevendo. Ver se isso existia mesmo. Aqui, o boato saiu se espalhando logo de manhã bem cedo. Depois de três anos, você estava de volta. Lá no acampamento diziam: “Nawal voltou, ela sabe escrever, ela sabe ler.” Estava todo mundo rindo. Corri pra te esperar na entrada da aldeia, mas você já tinha chegado. Vi você bater naquele homem com o livro, e fiquei olhando o livro tremer na tua mão e pensei em todas as palavras, em todas as letras, pelando com a raiva que habitava o teu rosto. Você saiu e eu fui atrás. (MOUAWAD, 2013: 55)

Joan W. Scott observou que diferenças não são aspectos univocamente estabelecidos e reconhecíveis. Para ela, deveríamos evitar a armadilha de tomar como dadas as diferenças e, ao contrário, tornar visíveis os processos sociais que as criam. A diferença é o resultado da “designação do outro, que distingue categorias de pessoas a partir de uma norma presumida (muitas vezes não explicitada).” (SCOTT, 1998: 297) Se a diferença é criada a partir das normas, então depreende-se a necessidade de investigações que explorem a forma como foram social e historicamente construídas dentro de processos normalizadores.

Essa investigação pode partir da arte, posto que ela apresenta e representa os discursos sociais, chamando à reflexão. Especificamente, a arte teatral é política justamente porque se mostra como lugar de “exibição das palavras”, no sentido utilizado por Denis Guénoun (2003). Ela exhibe na ação cênica os discursos sobre os quais devemos criticamente nos posicionar.

A expressão econômica na escritura de *Incêndios* confere-lhe uma intensidade comunicativa na sua “exibição das palavras” que coloca o leitor numa expectativa tensa pelos ditos e em atenção aos interditos. Desde as primeiras falas, estão presentes as prolepses de fatos que são sutilmente sugeridos e somente depois esclarecidos, num jogo de (re)velações, como na fala inicial do escritor Hermile Lebel:

Entrem, entrem, entrem! *Não fiquem na passagem*, enfim, é uma passagem!

*Entendo, ao mesmo tempo, entendo que não queiram entrar.
Eu não entraria.*

Sim. Bem.

Com certeza, com certeza, com certeza, eu teria preferido muito mais me encontrar com vocês numa outra circunstância, mas o inferno está todo calçado em boas circunstâncias, então fica difícil prever. A morte é algo que não dá pra prever. *A morte é algo que não tem palavra.* (MOUAWAD, 2013: 22) [grifos nossos]

Como já dito, a nossa “entrada” na peça, enquanto leitores, é marcada pela entrada dos dois irmãos no escritório do tabelião para a leitura do testamento de Nawal. Nesse momento, chama a atenção o uso de prolepses, antecipando que o assunto da peça será desagradável – a morte – por isso há hesitação nas ações das personagens. Pode-se, inclusive, associar a isso o jogo entre o uso da palavra “passagem”, que já antecipa a ideia de morte, explicitada posteriormente. A fala de Lebel, dessa forma, constitui-se oracular, por dizer, principalmente, “eu não entraria”, como se recomendando (in)conscientemente que o que se contaria ali não seria algo bom.

Ao dizer somente o indispensável para prender o leitor, o autor parece usar das palavras como isca de sentido e de atenção. Interessante é o primoroso uso de elipses: são sonegadas informações imprescindíveis à concatenação da fábula, impossibilitando assim uma ordenação cronológica imediata dos fatos por parte do leitor; sendo este responsável por conectar as ações que encaminham para a construção de sentidos do texto – reiteradamente marcado pelo signo do silêncio.

Além das inúmeras rubricas que dizem do silenciar das personagens diante das surpresas trágicas e diante do sofrimento (tal quando os gêmeos são comunicados da existência de um irmão e de que o pai não estaria morto, a rubrica do autor diz “*Longo silêncio*”), o texto apresenta emblemáticas passagens que mostram como o silêncio de Nawal era contundente, grávido de uma história intensa. Destaca-se, especialmente, a parte intitulada “*Silêncio*”, em que o enfermeiro Antoine, que cuidou de Nawal conversa com Jeanne:

ANTOINE – (...) Ao longo de todos esses anos cuidando dela, *eu ficava atordoado de tanto ouvir o silêncio de sua mãe.* Uma noite, acordei com uma ideia esquisita. Talvez ela fale quando eu não estou? Talvez ela fale sozinha? Levei um gravador. Hesitei. Eu não

tinha esse direito. Se ela fala sozinha é uma escolha dela. Então eu prometi a mim mesmo não ouvir nunca. Gravar e nunca saber. Gravar.

JEANNE – Gravar o quê?

ANTOINE – Silêncio, o silêncio dela. De noite, antes de sair, eu ligava o gravador. Cada lado da fita cassete dava pra uma hora. Não achei nada melhor. No dia seguinte, eu virava a fita cassete, e antes de ir embora, eu botava de novo pra gravar. Gravei mais de quinhentas horas. Todas as fitas cassete estão aqui. Tome. É o que posso fazer. (MOUAWAD, 2013: 53) [grifo nosso]

Jeanne entende que é no silêncio que está a verdade sobre seu nascimento; o desvendamento do seu passado calado pela mãe é o único caminho para se chegar à verdade, a qual será trágica, incendiária. Por isso, destacamos a sua ação na peça como representativa de uma espécie de retaliação da mulher em relação ao subjugamento que a história hegemônica lhe confere a partir de um silenciamento de seu discurso, de sua versão da história. Jeanne, incendiada pelo mistério sobre a sua origem, busca matematicamente, equacionar o seu problema “dando ouvidos” ao silêncio da mãe, e ela própria, ao compreender a gravidade desse silêncio, também silencia:

SIMON – Você está fazendo a mesma coisa que ela.

JEANNE – O que estou fazendo só diz respeito a mim, Simon.

SIMON – Não! Diz respeito a mim também. Você só tem a mim e eu a você. E você está fazendo como ela fazia.

JEANNE – Não estou fazendo nada.

SIMON – Você está se calando. Não diz mais nada. Como ela. Um dia ela chega e se fecha no quarto. Fica sentada. Um dia. Dois dias. Três dias. Não come. Não bebe. Desaparece. Uma vez. Duas vezes. Três vezes. Quatro vezes. Volta. Se cala. Vende os móveis. Você não tem mais móveis. O telefone dela tocava, ela não atendia. Teu telefone toca, você não atende. Ela se fechava. Você está se fechando. Se calando.

JEANNE – Simon. Vem sentar ao meu lado. Escuta. Escuta aqui. (...)

JEANNE – Dá para ouvir ela respirar.

SIMON – Você fica ouvindo silêncio!...

JEANNE – É o silêncio dela. (MOUAWAD, 2013: 58)

Para além da especulação de uma pretensa sensibilidade/solidariedade feminina na atitude da filha em relação à mãe que, enquanto mulher busca compreender, e não simplesmente condenar como faz o irmão, simbolicamente, lemos um empoderamento da mulher que decide ouvir a voz das mulheres, voz apagada da história.

Esse apagamento da voz da mulher na história, inclusive, segundo Michelle Perrot, resulta de um processo de inculcamento na mulher de uma imagem de insignificância que a faz silenciar e destruir os registros sobre o que viu e o que viveu:

uma autodestruição da memória feminina. Convencidas de sua insignificância, estendendo à sua vida passada o sentimento de pudor que lhes havia sido inculcado, muitas mulheres, no ocaso de sua existência, destruíram – ou destroem – seus papéis pessoais (PERROT, 2015: 22)

O comportamento de Nawal revela que ela não aceita, em nenhum momento de sua vida, a condição de insignificância por ser mulher, seu silenciar não se constitui como uma destruição de sua memória, mas sim uma espécie de emblema de sua tragédia pessoal. Todas as suas ações, em realidade, denotam transgressão da ordem hegemônica: o domínio da escrita; a luta para viver um amor; a busca ao filho apartado; a luta armada na guerra civil; a emigração para outro país na condição de mãe solteira. O seu silêncio, então, fica registrado nas fitas gravadas no hospital, as quais, embora aparentemente não digam nada, servem como registro de sua experiência de vida, simbolizam a resposta à tomada de consciência da tragédia pessoal deixada de herança aos filhos-netos.

A fala de Chamseddine, uma espécie de Tirsias, confirma o silêncio como essa resposta mais contundente ao trágico, apontando-o como condição cósmica, pois mesmo os astros são silenciosos, enquanto espectadores da tragédia humana:

CHAMSEDDINE – Não teu irmão não trabalhou com teu pai. Teu irmão é teu pai. Ele mudou de nome. Esqueceu Nihad. Ele se tornou Abu Tarek. Ele procurou a mãe dele, ele a encontrou mas não a reconheceu. Ele não a matou porque ela cantava e ele gostava da voz dela. O céu cai, Sarwane. Você está entendendo direito: ele torturou sua mãe e sua mãe, sim, foi torturada pelo filho e o filho

violentou sua mãe. O filho é o pai de seu irmão, de sua irmã. Está ouvindo minha voz, Sarwane? Parece a voz dos séculos antigos. Mas não, Sarwane, é de hoje que data a minha voz. E as estrelas se calaram em mim um segundo, elas fizeram silêncio quando você pronunciou o nome de Nihad Harmanni há pouco. E vejo que as estrelas fazem silêncio, por sua vez, em você. Em você o silêncio, Sarwane, o das estrelas e o da tua mãe. Em você. (MOUAWAD, p.124-125)

Sobre esses silêncios, pensamos caber aqui uma digressão que talvez seja elucidativa: Campos de Carvalho na sua novela, *Vaca de Nariz Sutil* (1978), narra as especulações de um soldado, sobrevivente de uma guerra, sobre a relação entre o silêncio e a morte. Este homem, afligido pelo horror da guerra, declara-se inábil para lidar com silêncio e, por ocasião da morte de seu sargento, reflete:

Agora nem adianta querer respirar, com esta poeira sufocante e este silêncio brusco, tão diferente do silêncio de ainda há pouco – e eu ainda chamava aquilo de silêncio, e me queixava dele ao bispo, digo, ao coronel, como se fosse insuportável. Este silêncio sim, é o que de ve estar sentindo o sargento lá dentro dele, cá dentro dele, o homem até já começou a esfriar com o seu silêncio, *agora eu sei por que os mortos esfriam assim tão depressa não há calor que resista a um silêncio tão repentino*, eu mesmo já estou suando frio. (CAMPOS DE CARVALHO, 1978: 46) [grifo nosso]

Ao aceitar essa explicação – mais ficcional que teórica e, portanto, verdadeira para a arte e para a vida – confirmamos a interpretação anteriormente aludida de que Nawal pediu que lhe fossem jogados, sobre seu corpo morto, baldes d'água porque sabia que, por sua experiência de vida tão sofrida, seu corpo não esfriaria com a morte, não alcançaria o silêncio. Em vida, por cuidado, por amor, ela negou aos filhos a verdade de sua história, ou seja, morreu ainda viva: silenciou (lembramos que também os filhos silenciaram ao se sabermos marcados por uma origem trágica). Era necessário mais que um enterro para apagar seu incêndio íntimo.

Considerações finais

Wadji Moauwad vale-se de recursos estéticos, da seleção de palavras e dos silêncios de maneira tão eficiente em seus efeitos que nos parecem matematicamente medidos, tornando-se ditos irredutíveis – impossíveis de serem expressos em seus sentidos de outra forma. Ao dizer somente o indispensável, parece usar das palavras “como isca de sentido” e de atenção para as histórias que nos convida a conhecer: a história de uma mulher e a história do silêncio ante a trágica condição humana. Nawal é figurada no paradoxo social de interna à sociedade, porém dela excluída: portadora de um discurso, o qual, na sua perspectiva pessoal, é uma experiência de vida cindida. Para entendê-la não são suficientes análises de unidades identitárias, é preciso pensá-la nas diferenças ao hegemônico social que se interseccionam no seu corpo de mulher.

Incêndios é uma tragédia contemporânea e ante a contundência artística de suas palavras, resta-nos, enquanto leitores, a aceitação do silêncio pasmo que nos acomete e, ao mesmo tempo, queda-se em nós, por longo período, o desconforto de sermos solapados pela profusão turbulenta das reflexões que a peça incita.

Referências

BUTLER, Judith. Variações sobre sexo e gênero. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (coords.) **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987, pp. 139-154.

CAMPOS DE CARVALHO. **A vaca de nariz sutil**. Rio de Janeiro: CODECRI, 1978.

GUÉNON, Denis. **A exibição das palavras**: Uma ideia (política) do teatro. Rio de Janeiro: Teatro do Pequeno Gesto, 2003.

MOUAWAD, Wajdi. **Incêndios**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2013.

Miskolci, Richard. **A Teoria Queer e a Questão das Diferenças**: por uma normalização analítica. Disponível em: http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais16/prog_pdf/prog03_01.pdf. Acesso em 25 de abril de 2016.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: Edusc, 2005.

_____. **Minha história das mulheres.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

PRECIADO, Beatriz. Entrevista a Jesús Carrillo. In: **cadernos pagu**. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007. v.28. p.375-405 SCOTT, Joan W.. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Recife: SOS Corpo e Cidadania, 1993.

_____. A Invisibilidade da Experiência. In: **Projeto História**. N.16. São Paulo, PUC, 1998. p.297-325.

IMAGENS DO FEMININO NA OBRA UM COPO DE CÓLERA

Taiane Emanuele Santos Mota
taymota@hotmail.com

Orientador: Paulo César Garcia
*Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural -
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)*

Resumo:

A minha pesquisa tem por objetivo analisar a posição da mulher no filme “Um copo de cólera”, baseado no livro de Raduan Nassar. O filme, dirigido por Aluizio Abranches, em 1999, retrata uma linguagem muito peculiar do romance de Nassar, ao apontar o feminismo rodeado de imagens, algumas delas sobre a relação com o masculino e as rupturas a este universo hegemônico. Trata-se de reflexões dos papéis desempenhados, principalmente, do posicionamento da cultura de gênero e da sexualização da mulher. O diálogo com o romance abre para questões sobre como e em que lugar se constroem vínculos e se desconstroem posições da mulher nessas textualidades. Assim, a partir da obra de Raduan Nassar, proponho uma leitura crítica da cultura de gênero, tendo como mote de interpretação a personagem feminina do romance, como do filme de Abranches, buscando analisar os discursos que reportam o sentido de diferença nas enunciações que tratam do feminismo branco e de classe média *versus* os entraves culturais de sociedade machista e conservadora. Para o estudo, serão considerados referenciais teóricos da crítica feminista e da representação da mulher na literatura e na cinematografia.

Palavras-chave: Literatura, cinema, gênero feminino.

Introdução:

O meu projeto surgiu na iniciação científica, ainda enquanto estudante do curso de Letras Vernáculas, momento em que comecei a ter acesso a alguns textos de teóricos pós-estruturalistas e rompi com a noção binária da linguística tradicional de Saussure. Foi assim que notei “que a língua não existe senão tendo em vista o discurso” (AGAMBEN, 2005, p. 65), portanto, é a partir da linguagem que o gênero se constitui.

A problemática sobre gênero, desde meados de 1960, esteve presente nos estudos literários, algumas vezes, dando-lhe suporte, outras reforçando estereótipos, ou ainda, rompendo com paradigmas. Essa possibilidade de ressignificação que se apresenta na obra literária, possibilita ao leitor ampliar sua capacidade interpretativa, ocasionando a atribuição de novos sentidos para a obra artística. Os discursos baseados no pós-feminismo incitam mudanças de mentalidades pautadas no regime social e patriarcal.

O que se observa atualmente é um intenso e polêmico debate em torno das diferenças entre os sexos, entre o feminino e o masculino, que vem sendo articulados por ordens e segmentos sociais. Há formas de dominação masculina que foram construídas a fim de naturalizar e regimentar os elos comportamentais, potencializar o gênero como modo de estabelecer a virilidade e o domínio existencial do macho.

Tendo em vista que o cinema empreende uma linguagem marcada por diálogos e, como uma prática social, leva o espectador a criar novos elementos discursivos com a realidade, esse trabalho se justifica pelo potencial da literatura e do cinema como processo de releituras do social e se propõe desmontar, através do contradiscurso, a cultura de gênero e das sexualidades da mulher, rompendo com conceitos regrados e elucidando debates teóricos sobre a equidade de gênero e das diversidades sexuais.

Assim, busco compreender como no filme *Um copo de cólera*, de Aluizio Abranches, o relacionamento heteronormativo e heterossexual vem sendo desconstruído; como o cineasta proporciona uma leitura pertinente e inovadora ao dar voz à mulher que busca firmar a identidade feminina fora dos conceitos regrados e como pode descrever outros arquétipos do feminino, à medida que o desejo sexual aflora. O estudo mostra-se pertinente quando ressalta a representação da mulher menos submissa e mais livre e decisiva, visualizada sob o aspecto relacional da heterossexualidade nesse cenário cinematográfico.

Penso que o campo de força dos estudos da crítica literária se encontra no entrecruzamento de textos, citações, um verdadeiro rizoma que aponta para diferenças, para os deslocamentos desses lugares discursivos. Busco o método da Crítica Cultural para que eu possa tecer a alguns questionamentos: Como perceber o contradiscurso das práticas-conceituais feministas sem que numa via inversa não se repita o mesmo binarismo?

Desse modo, o estudo não compreende apenas o conceito atribuído à categoria gênero, mas, percebe que as ideias são “imagens” concebidas pelo pensamento em contato com a realidade. [e] São por isso chamadas de “conceitos” (BUZZI, 1994, p. 141). Assim, o método em Crítica Cultural não se resume apenas em pensar, refletir e interpretar a história da vontade de verdade, mas consiste em esvaziar a dialética, sem pretensão da totalidade. Como enfatiza Deleuze e Guattari (1996, p. 30): “Um conceito não exige somente um problema sob o qual remaneja ou substitui conceitos precedentes, mas uma encruzilhada de problemas em que se alia a outros conceitos coexistentes”.

A partir da leitura do romance, busca-se o intertextual, ou seja, como a escrita do literário proporciona dar voz à personagem do filme. O estudo permite relacionar o escrito e o imagético como forma de acessar e questionar a imagem do feminismo sob o olhar da heteronormatividade.

Especificamente, propõe-se estudar cenas do filme e selecionar as que contextualizam as representações atribuídas à mulher e as que rompem com a estrutura do feminino; analisar as duas obras, literatura e filme, levando em consideração as relações heterossexuais entre os personagens e tendo como parâmetro um olhar crítico sobre o sistema social e cultural de gênero, as masculinidades e heteronormatividades e por fim, interpretar as imagens do filme, tendo em vista o desejo sexual masculino em relação à mulher, quais rupturas são efetuadas como modo de falar da subjetividade do feminino na atualidade.

Nesse artigo apresento uma imagem do meu projeto de pesquisa, que após o estudo da disciplina: “Metodologia da Pesquisa em Crítica Cultural” no Mestrado em Crítica Cultural, elucidou novos questionamentos em relação ao problema inicial.

2. A imagem do feminino na obra “Um Copo de Cólera” sob a perspectiva da Crítica Cultural

Admitindo-se que as palavras possuem um potencial quase infinito de significações, sendo ao mesmo tempo “fugidias, instáveis, têm múltiplos apelos...”

(LOURO, 1997, p. 14), o conceito de gênero para Louro (1997) aparece como atrelado à história do movimento feminista contemporâneo, portanto, se caracteriza como um conceito linguisticamente e politicamente implicado em lutas de cunho social. De acordo com essa autora é:

[...] nesse contexto de efervescência social e política, de contestação e de transformação, que o movimento feminista contemporâneo ressurge, expressando-se não apenas através de grupos de conscientização, marchas e protestos públicos, mas também através de livros, jornais e revistas. Algumas obras hoje clássicas — como, por exemplo, *Le deuxième sexe*, de Simone Beauvoir (1949), *The feminine mystique*, de Betty Friedan (1963), *Sexual politics*, de Kate Millett (1969) — marcaram esse novo momento (LOPES, 1997, p. 16).

Sendo assim, aparecem os primeiros estudos sobre a mulher e o gênero feminino. O trabalho aqui empreendido busca tornar visível esse sujeito que durante séculos foi esquecido e conduzido a uma segregação histórica e política.

Estes primeiros estudos foram o ponta pé inicial para o surgimento de obras que faziam referência a mulher “as quais eram usualmente apresentadas como a exceção, a nota de rodapé, o desvio da regra masculina” (LOURO, 1997, p. 19). Daí em diante as vozes que eram silenciadas passaram a ser ouvidas.

Antes de falar sobre o gênero quando inserido na literatura e no cinema, vale salientar algumas das suas definições. Para Zinec (2001 apud OLIVEIRA, 2008), Gênero está ligado aos papéis socialmente construídos de homens e mulheres, que por sua vez, são afetados pelos costumes, leis, classe e raça.

Para Guacira Lopes Louro (1997, p. 21):

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos.

Porém, vale ressaltar que apesar do conceito de gênero ter uma ligação direta com a questão social, não há como negar que ele se “constitui com ou sobre corpos sexuados” (LOURO, 1997, p. 22). Nessa perspectiva, Robert Connell (1995, p. 189 apud LOURO, 1997 p. 22), define que “no gênero, a prática social se dirige aos corpos” através do qual se compreende e são representadas a expressão da sexualidade e “trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico”.

Segundo Baudelot e Establet (2007 apud ROSEMBERG et al, 2009) a formação do papel feminino recebe a influência dos condicionamentos sociais desde a pequena infância. Assim, a construção da identidade do sexo se constrói desde muito cedo.

O conceito de **gênero é algo construído e expresso nas ordens discursivas da cultura a partir do viés histórico em que os valores designados à mulher foram formados ao longo do tempo.** O “gênero é mutável e apreendido em comunidade” (OSTERMANN; FONTANA, 2010, p. 11).

Nesse sentido, o conceito de gênero, em diferentes perspectivas e olhares, está atrelado ao campo social, lugar onde se tece as relações interpessoais, e possíveis desigualdades de gênero. **De acordo com** Deborah Tannen (1990), mulheres e homens são diferentemente socializados na sua forma de falar desde a primeira infância. Deste modo, a construção da linguagem feminina perpassa uma longa trajetória em que a cultura é o principal elemento edificador desse processo.

O filme “Um copo de cólera”, de Aluizio Abranches mostra algumas características físicas e psicológicas de mulher moderna e permite questionar o feminismo da década passada, já que o filme fora produzido em 1999 e visa analisar o perfil do pós-feminismo do momento atual. Se a mulher ganhou seu espaço na sociedade, ela vivencia também posturas mais nítidas em relação ao sexual. Com os relatos em rodas sociais e no próprio imaginário feminino, os afetos da mulher contemporânea beiram as contradições, pois os discursos aparentes pontuam aquelas que estão na perspectiva da velha busca do romantismo, a aliança com o parceiro, a amor romântico, o casamento, a maternidade. Outras situações espelham a mulher mais libertina, marcando-a como pegadora e no jargão mais popular, a “periguete” que deriva pela noite em busca de desejos intempestivos, nada oficiais e duradouros.

Ao retratar a cultura de gênero e das sexualidades do homem e da mulher, a reflexão recai em alguns debates que teóricos enunciam, em se tratando da equidade de gênero e das diversidades sexuais. Nesse sentido, como se pode

“entender” as mulheres que, por um lado, busca o velho acasalamento, o amor romantizado e, por outro, a mulher que nega posturas mais arcaizantes e se colocam sempre a frente de outros tempos? Outro aspecto é a importância que a arte ficcional e cinematográfica detém na desconstrução de estruturas modeladoras, depositando nas linguagens codificar o poder dominador e dominante.

Contudo, há as linguagens que se reportam a não se comprometer com esse universo reducionista e limitador, permitindo espaços para aferir conceitos e noções diferenciais, menos referenciais e redutoras. Isso vale para a leitura que pretendo discorrer. Interpretar com teóricos da linguagem e de gênero a margem do social que não pontua relacionamentos amorosos fundados na dominância e no padrão cultural construído para a mulher. Assim, noções trazidas por Judith Butler, Guacira Louro, Joan Scott, a desconstrução de J. Culler, Eagleton, G. Agamben, G. Deleuze, F. Guattari e outros teóricos do pós-estruturalismo, bem como das teóricas feministas não se esgotam para analisar o meu objeto de estudo. Além desses, pesquisarei sobre a obra do cineasta Aluisio Abrantes, no que diz respeito a sua mensagem que, também, pode-se fazer ouvir, ao pensar na forma como cria a imagem do universo feminino.

A literatura, aqui, representa uma máquina de guerra, pois, ela possibilita “transcrever o transcrito, deixando o leitor jogar algum alpiste interpretativo no interior da armadilha para que se evidencie ainda mais as trapaças que o falocentrismo pode pregar” (SANTIAGO, 1997, p. 372).

Considerações finais

Com a finalização desse projeto e a relevância da pesquisa, tratando de gênero feminino num dado sistema de discursividades, nos textos da literatura e da cinematografia, enquanto pesquisadora da crítica cultural, eu expressei o desejo de empreender um estudo que dê visibilidade a uma sociedade em que se valorize a multiplicidade de experiências, a ação, o verbo e que não, apenas, valorize o conceito, a essência das coisas, como escreveu Clarice Lispector: viver ultrapassa qualquer entendimento.

Dessa maneira, acredito que o conceito de gênero passaria a responder ao fenômeno e não mais ao seu significado puro. O recorte cinematográfico e a obra literária seriam, então, os dispositivos, em potencial, onde novos sentidos podem ser veiculados.

Vejo que a linguagem perpassa, também, a subjetivação cultural. No entanto, é necessário salientar o cuidado de não cair na cilada de fazer do

gênero uma categoria analítica. Deve-se superar a noção simplista desse conceito a fim de mostrar a complexidade do termo.

Judith Butler (2005) contesta o binarismo homem-mulher e desenvolve o conceito de gênero como “performativo” – fabricado culturalmente, uma performance repetida e reencenada de normas e significados estabelecidos socialmente que se legitimam pela imitação de convenções dominantes. Designação de gênero seria, portanto, algo que nos acontece. É uma interpelação a contragosto. Essa perspectiva teórica dos estudos pós-feministas rompe com o binarismo homem-mulher e enfatiza a importância de se pensar nas pessoas e somente nas categorias. Assim, ao pesquisar sobre gênero, numa perspectiva da crítica cultural, busco a subversão desse conceito.

Assim como Butler (2005), pretendo denunciar, nessa pesquisa, o aprisionamento que a noção de gênero feminino pode representar quando colocado em função da construção por oposição ao gênero masculino. Procuo chamar a atenção, também, para o olhar crítico em relação ao gênero e o desejo sexual. Ao contrário do que se pensa, não é o sexo que define a relação cultural dos gêneros.

Sendo assim, em “Um copo de cólera” é possível notar essa oposição entre o masculino e feminino e ao mesmo tempo, denunciar tal ideologia pautada no patriarcalismo. Não obstante, é preciso ir além, mostrando outras possibilidades textuais e imagéticas.

Referências

ABRANCHES, Aluizio. **Filme Um copo de cólera**. Gênero: Drama. Brasil, 70min, 1999.

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história: destruição da experiência e origem da história**. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2005.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In:

LOURO, Guacira Lopes. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*.

Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUZZI, Arcângelo R. **Introdução ao Pensar: O Ser, O Conhecimento, A Linguagem.** Petrópolis: Vozes, 1983.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: **Rizoma.** In: Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Trad. Ana Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, pp. 7 – 37.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

NASSAR, Raduan. **O copo de cólera.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

OLIVEIRA, Sara. Texto visual, estereótipos de gênero e o livro didático de língua estrangeira. **Trab.Ling.Aplic.**, Campinas, 47(1) - Jan./Jun. 2008

OSTERMANN, Ana Cristina. FONTANA, Beatriz. Linguagem. Gênero. Sexualidade: uma introdução. In: LAKOFF, Robin [et. al.]. **Linguagem. Gênero. Sexualidade: clássicos traduzidos.** Organização e tradução Ana Cristina Ostermann, Beatriz Fontana. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

ROSEMBERG, F.; MOURA, N.; SILVA, P. Combate ao sexismo em livros didáticos: construção da agenda e sua crítica. **Cadernos de Pesquisa**, v.39, n.137, p.489-519, 2009.

SANTIAGO, Silvano. Crítica Cultural, crítica literária: desafios de fim de século. **Revista Iberoamericana.** Vol. LXIII, Núm. 180, Julio-Setiembre 1997; 363-377.

TANNEN, Deborah. Quem está interrompendo? Questões de dominação e controle. In: LAKOFF, Robin [et al.]. Linguagem. **Gênero. Sexualidade: clássicos traduzidos.** Organização e tradução Ana Cristina Ostermann, Beatriz Fontana. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

GÊNERO, RELAÇÕES DE TRABALHO E MEIO AMBIENTE



GT 07

MULHERES EM BUSCA DE SEUS DIREITOS: UMA ANÁLISE DAS PESCADORAS DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Adriana Eidt

Resumo

Com o avanço em relação às leis trabalhistas em diversas áreas, procuro ver como esses atingiram algumas mulheres que trabalham com pesca em Governador Celso Ramos, localizado à 50 km de Florianópolis. Pescadoras que, contando suas trajetórias e experiências, procuraram estabelecer seu espaço, em locais onde a predominância do gênero masculino prevalece, e buscam seus direitos por exercerem a profissão, que muitas vezes era somente vista como uma extensão do trabalho doméstico.

Palavras chaves: Gênero – Trabalho – Pesca

1. Introdução

Desde o último século, viemos acompanhando a trajetória das mulheres na inclusão da sociedade, seja ela pelo seu voto ou pelo mercado de trabalho. Porém, ainda encontramos desigualdade quando falamos de acesso a certas categorias e remuneração. No mundo da pesca artesanal, isso não é diferente.

Os direitos trabalhistas femininos na pesca artesanal só foram introduzidos em 1979, o acesso ao registro da pesca, e também o direito a previdência social, aposentadoria, entre outros benefícios. Passados mais de trinta anos, ainda encontramos pescadoras com dificuldades a acessar esses benefícios, logo mais explicaremos o por que.

Para obter o registro no Ministério da Pesca e Aquicultura/MPA, é necessário que o presidente da Colônia confirme a atividade da pescadora junto ao MPA. Mas o conceito de pescador para muitos, é aquele que trabalha no mar, o que não acontece com muitas trabalhadoras do ramo.

As mulheres na pesca estão relacionadas a atividade coletora e extrativista, como a coleta de mariscos, moluscos e camarões, ou outras atividades realizadas na terra, como concerto e armação de redes, processamento do pescado, etc. (LEITÃO, Maria do Rosário, 2012). Isso pode ser um modo pejorativo de ver a pesca, mas a Lei 11.959, de 29 de junho de 2009, diz que “a atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros”. Isso significa, que várias atividades desenvolvidas grande parte pelas mulheres, ainda não foi incorporada no modelo de pesca adotado por muitos presidentes de Colônias.

Esse trabalho também é visto “como extensão do trabalho doméstico, sendo “invisível” aos olhos dos homens”. (LIMA, et al, 2010). E percebemos que envolve questões sociais [...] Existe, nas sociedades capitalistas, toda uma ideologia de supervalorização do trabalho remunerado, (masculino) em detrimento do trabalho doméstico (feminino). (LAGO, Mara, 1986). Nisso, nos questionamos o que consideramos “trabalho”, qual o conceito que temos de trabalho, e como se aplica na divisão das funções. O por que atribuir que mulheres de pescadores simplesmente estão ajudando seus maridos, o que diferencia na hora de dizer que essas são profissionais ou não. Essa é a observação feita também por Sara Moreira Soares, em seu artigo:

“A pergunta que permeia muitas das indagações a respeito da presença feminina na pesca é: a mulher trabalha ou ajuda? Essa é uma questão que engendra discussões, pois as pescadoras da comunidade Cristo Rei, embora tenham consciência da importância de seu trabalho na pesca, por vezes, classificam esse mesmo trabalho como “ajuda”, ou seja, nem sempre visualizam seu próprio trabalho como sendo protagonista, visão que acaba reforçando a ideia de “ajuda” nas atividades desenvolvidas pelas pescadoras, ao passo que as mesmas atividades desenvolvidas por homens que pescam juntos, não se enquadram nessa categoria.” (SOARES,Sara M;2011)

Então,por que em alguns casos classificar o trabalho da mulher como ajuda e do homem como trabalho?Muitos destes não exercem as mesmas funções?Aliás,a maioria dessas pescadoras tem uma jornada dupla,cuidam da casa,dos filhos,e exercem as funções da pesca.Então pensamos o que elas poderiam fazer para reivindicar seus direitos,como ter acesso a eles,e como são

informadas de seus direito e o que fazem para obtê-lo.E também como fazer perceber que essa ajuda equivale a um trabalho que com o passar dos anos pode equivaler a uma aposentadoria como qualquer trabalhador.Por isso é importante verificar a validade da lei,como ela tá sendo implantada e como muitos pescadores vêem essa lei.E também verificar pelo lado jurídico,o que dizem advogados sobre as leis aplicadas aos pescadores.

Apesar disso,existem articulações de mulheres pescadoras,como por exemplo em Pernambuco,onde mulheres já foram presidentes de colônia.Em Governador Celso Ramos encontramos Naca,que também já foi presidente de colônia.É importante ressaltar nesse envolvimento:

“Formar ou vincular-se a organizações é, muitas vezes, uma exigência para se poder atuar em prol de interesses coletivos, na defesa da terra e do ambiente, assim como para alcançar políticas compensatórias e de apoio à renda. De fato, embora as mulheres possam efetivamente participar das decisões relativas à produção familiar, dividir a administração do barco com os companheiros ou assumi-la integralmente, carecem, no geral, de voz nas organizações.

Nesse quadro, importa compreender como as mulheres estão construindo identidades novas e reivindicando reconhecimento, em condições de vulnerabilidade econômica, política e cultural.”(MANESCHY, Maria et.al.,2012)

Outras situações favoráveis são oficinas que aconteceram com as pescadoras. Uma delas foi em Ganchos, em 2010, onde se reuniram cerca de 30 pescadoras para discutir questões de direitos, alimentação, saúde, etc. Nesse encontro elas puderam trocar experiências, contando como chegaram na pesca e como vivem seu dia a dia. Novamente uma outra reunião será realizada pelos meados de março de 2016, novamente em Governador Celso Ramos. A princípio uma das pautas é ver o que aconteceu nesses últimos anos, se essas pescadoras se articularam de alguma forma, como enxergam seus direitos agora, se estão indo atrás deles, etc.

O que não podemos é ignorar o envolvimento dessas mulheres no contexto da pesca, por isso procurarei ver seus papéis desenvolvidos e como estão buscando seu reconhecimento, se conseguiram buscá-lo.

2. A campo



Figura 1: Naca pescando (Foto Rosário Andrade)

Minha interação com o tema iniciou no momento que comecei a participar do NAVI (Núcleo de Antropologia Visual e Estudos de Imagem) da UFSC, onde tem um grupo que trabalha com pesca e gênero. Comecei a participar das reuniões e depois parti para o campo. O local era Governador Celso Ramos, onde conheci Nair, conhecida como Naca, Neuza e Maria.

Como estudo antropologia, pensei primeiramente na observação participante, que é um assunto muito debatido. Sobre o tema, posso referir:

O observador participante coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda. Ele observa as pessoas que está estudando para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas. Entabula conversações com alguns ou com todos os participantes desta situação e descobre as interpretações que eles tem sobre os acontecimentos que observou. (BECKER, H. S., 1999)

Fui acompanhada da professora Maria do Rosário Andrade, da UFPE, que já conhecia as pescadoras, e inicialmente me apresentou Naca. Comecei a observar seus modos de vida, como era seu trabalho com a pesca. Em seu rancho Naca trabalhava a rede, tem um barco com seu nome, e ali passava muitas horas ao dia.

Resolvi utilizar imagens fotográficas para registrar esses momentos, pois no NAVI trabalhamos com a imagem como texto, como uma forma de transmitir esse campo. Ou podemos dizer também:

“A imagem não é só objeto, representante legítimo de um apropriar-se, mas ela se converte em *experiência* e é incluída densamente no que estou chamando aqui de *processo*, ou seja, um desdobramento articulado de pensamento e ação que constrói e reconstrói num *continuum* uma experiência específica” (GROISMAN, 2006).

Outro recurso utilizado foram as imagens através do vídeo, onde registramos entrevistas, pois conversando com essas mulheres podemos conhecer a trajetória destas mulheres, situações que passaram em suas vidas inseridas no mundo da pesca, o nascimento de seus filhos nesse contexto, etc.

3. Entrevistas

As entrevistas se desenvolveram entre 2012 e 2013, em diversas visitas realizadas em Governador Celso Ramos. Alguns foram no rancho de Naca, outros em sua casa, nos momentos que apareciam Maria e Neuza para falarem também.

Em várias dessas entrevistas ouvimos a trajetória de Naca, que começou a pescar quando tinha 11 anos, quando saía com ele de canoa. Na década de 80, só ela e mais duas pescadoras conseguiram tirar a carteira de pesca na comunidade. Ela já contribuía com a colônia desde 1975, o que fazia ter alguns benefícios como dentista, etc. Na época o presidente da colônia não tinha noção que atividades como limpar e descamar faziam parte da pesca, e eram inseridas na lei, por isso só essas conseguiram.

Quando tentou pela primeira vez tirar o seguro defeso, que é um benefício pago ao pescador artesanal que fica proibido de exercer a atividade pesqueira durante o período de defeso de alguma espécie, não consegui por que o presidente da colônia alegou que ela recebia pensão do marido morto. Esse faleceu quando tinha 35 anos, mas uma coisa não teria a ver com a outra. Ela procurou uma advogada do INSS em São João Batista, que conhecia

seu sobrinho. Em outubro de 2006 recebeu seu primeiro salário. Teve que pedir uma declaração do presidente dizendo quantos anos que ela tinha de pesca para pedir aposentadoria, levou os documentos e em 17 dias já estava aposentada. Segundo ela o que ajudou no processo da tiragem de carteiras foi quando o presidente Lula disse que a mulher do pescador, filha ou filho, que ajudasse sem ter outra fonte de trabalho poderia ter acesso aos benefícios. Para regularizar sua situação frequentou vários cursos entre eles um para fazer redes na UNIVALI, que é a universidade do Vale do Itajaí, sendo que conhecia mais de redes que seu professor. Outro curso foi o de maricultura na EPAGRI, que é Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, em 2002, de 40 horas. Um Curso de motores marítimos, na Epagri também, em 2001. Em dezembro de 2004 participou do 1º Encontro Nacional das trabalhadoras da pesca e da agricultura, realizado em Brasília. Nesse encontro conheceu muitas trabalhadoras da área, entre elas uma pescadora do sertão da Bahia que era pobre, e deu duas blusas para ela. Muitas foram as situações vividas por essa mulher, que empenhou grande parte da sua vida na pesca, e por qual tem uma grande paixão.

Conclusões

Conhecendo essas mulheres, percebemos que com o tempo estas foram se empoderando, tendo noção de sua força e autonomia. Estas que diariamente acordavam cedo, iam pescar, cuidavam de seus filhos, da casa, etc. O certo não seria chamar de benefícios o que elas ganham, e sim de direitos, pois trabalham por anos nessa função e deveriam sim receber, pois a condição é insalubre, adquirem doenças, dores nas costas, nas mãos. Trabalhar com pesca pode ser perigosos, mas mesmo assim elas encaram diariamente e vão a luta. Com novas associações, estas estão tendo conhecimento das suas condições e conhecem situações de outras pescadoras, praticando a sororidade entre elas, percebendo que uma pode ajudar a outra.

Referencias bibliograficas

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade; INÁCIO, Pedro Henrique Dias. *"Pesca, Gênero e Políticas Públicas: Uma introdução à história da articulação de mulheres pescadoras de Pernambuco. In "Gênero e trabalho: Diversidade de experiências em educação e comunidade tradicionais" Editora mulheres (2012).*

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. Gender: a useful category of historical analyses. New York, Columbia University Press. 1989. Artigo

MANESCHY, Maria Cristina; ,Siqueira Deis; ,Álvares Maria Luzia Miranda. "Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento". Rev. Estud. Fem. vol. 20 no. 3 Florianópolis Sept./Dec. 2012

SOARES, Sara Moreira; " AS PESCADORAS E A LUTA POR RECONHECIMENTO "O TRABALHO NÃO VISTO" V Jornada internacional de Políticas Públicas.(2011).

GERBER, Rose Mary. Mulheres e o mar: Uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina, Brasil. Tese de doutorado, 2013.

LAGO, Mara Coelho de Souza. "Trabalho feminino, trabalho improdutivo?" Revista de Ciências Humanas, nº 8. 1986.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima; AMPUERO, Maria Cecília Godoy. Gobernanza y la invisibilidad de las actividades de la mujer em Chile y Brasil". In Gênero e trabalho: Diversidade de experiências em educação e comunidades tradicionais" Editora mulheres (2012).

BECKER, H.S., 1999. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 1999. 17-64. Pesquisa Social e Problemas de inferência e prova na observação participante. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). Pesquisa Social, Petrópolis, Vozes.

SEEGER, Antony. 1980. Pesquisa de campo, uma criança no mundo. In: Os índios e nós. Rio: Campus.

OLIVEIRA, R.C. De .1998. O trabalho do antropólogo. São Paulo/Brasília: Unesp/Paralelo 15. 17-35.

GEERTZ, Clifford, 1978. Um jogo absorvente: Notas sobre a briga de galos balinesa. In: Interpretação das culturas, Rio. Zahar 278-321.

MACRAE, Edward (2004). Abordagens qualitativas na compreensão do uso de psicoativos. In: Drogas: tempo, lugares e olhares sobre seu consumo, Tavares L.A., Almeida, A.R B. MaRae e., Ferreira O.S. Et al (orgs). Salvador

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e espaço simbólico. In: Bourdieu, P. Razões Práticas sobre a teoria da ação. Campinas. Papyrus. 1996. 13-33

GROISMAN, Alberto (2006). Fotografia e fotografar: paradigmas, artefatos e artifícios sociais e relacionais. In: LENZI, Lucia H C (org). Imagem: intervenção na pesquisa. Florianópolis, EdUfsc.

LATOUR, Bruno. 1994. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro. Editora 34

RICOUR, Paul. 1977. *A função hermenêutica do distanciamento*. In: Ricour, P. Interpretação e ideologias. Rio de Janeiro. F. Alves. pg. 43-66.

OLIVEIRA, L. R. C. De "Pesquisa em versus pesquisa com seres humanos". In: Antropologia e ética. 2004. ABA e UdUFF, Porto Alegre.

RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO DOCENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL

Anabela Maurício de Santana
ana_santana@oi.com.br

Maria Helena Santana Cruz (Orientadora)
Universidade Federal de Sergipe
E-mail: helenacruz@uol.com.br

Resumo: O artigo discute as relações de gênero no trabalho docente, com base em dados de pesquisa de cunho qualitativo realizada com professoras do ensino fundamental de uma escola da rede pública estadual e Aracaju (SE). Os resultados preliminares evidenciam que as respondentes inserem-se na faixa etária entre 38 e 62 anos. Os resultados informam as percepções construídas sobre a definição e os lugares atribuídos a homens e mulheres, a divisão social e sexual do trabalho produtivo e reprodutivo, bem como os aspectos que influenciam na construção de seus projetos, expectativas pessoais e profissionais.

Palavras-chave: Trabalho; Gênero; Divisão sexual do trabalho.

Introdução

Inicialmente, consideramos importante informar aqui que as temáticas tratadas nesse artigo, é resultado de dados coletados, entre os meses de outubro de 2012 a dezembro de 2013, na Escola Estadual Professor Valnir Chagas em Aracaju (SE)¹. A amostra de respondentes integra sete professoras do ensino fundamental dos turnos matutino e vespertino, independentemente da área e disciplina que ministram, do nível de instrução, idade, estado civil e filhos/as. São elas: Afrodite, Artemis, Dakimi, Eva, Gaia, Hera e Oya². As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra de modo a preservar as falas das respondentes.

O olhar sobre a diferença e a desigualdade orienta nossas práticas como docentes. Meninos e meninas são educados/as desde a mais tenra idade para que suas ações correspondam a modelos pré-determinados, e mutuamente excludentes, do que é ser homem ou mulher. Tais modelos variam em diferentes contextos históricos e em diferentes culturas, mas, em geral, os processos de formação estão orientados pela ideia de “diferença” – porque ser homem é diferente de ser mulher – e pela ideia de “desigualdade” – na qual ser homem é melhor do que ser mulher.

Ao se pensar no trabalho docente na escola como instituição onde deve ocorrer a formação integral de crianças – homens e mulheres –, sugere-se reconhecê-la como um espaço privilegiado na interiorização das desigualdades, visto que está inserida na sociedade e também a reproduz com suas diferenças, desigualdades e discriminações. No entanto, podemos afirmar que ela é também o lugar onde essas diferenças e desigualdades podem ser contestadas. Desse modo, a escola, configurando-se num contexto social em que as construções sociais são vivenciadas, tende a tornar-se um lugar onde elas poderão ser pensadas e também contestadas.

Para Auad, “a escola, assim como outras instituições sociais, ressalta e utiliza as diferenças e transforma-as em desigualdades” (AUAD, 2006, p. 77). A educação tem papel importante no reforço, na interiorização e também na transformação das construções sociais, e por sua vez, das diferenças e desigualdades.

1 O texto aborda parte de resultados de dissertação desenvolvida no PPGED/UFS intitulada “Relações de gênero, trabalho e formação docente: experiências de mulheres da Escola Estadual Professor Valnir Chagas”.

2 Os nomes das participantes foram trocados para garantir a privacidade delas.

Quando estudamos o trabalho feminino, devemos considerar que a atividade econômica das mulheres frequentemente é descontínua. Isso ocorre, principalmente, devido aos diferentes momentos de seu ciclo vital, dos quais o mais relevante é a maternidade. “Desta forma, os trabalhos em tempo parcial, ocasionais ou sazonais são mais frequentes entre elas, respondendo à necessidade de harmonizar o desempenho doméstico e profissional” (YANNOULAS, 2002, p. 16).

Em geral, as mulheres que apresentam restrições de horários e/ou filhos (as) pequenos (as) sofrem preconceito e discriminação, tendo maior dificuldade em conseguir e manter uma colocação no setor ocupacional. Outro ponto extremamente importante é a desvalorização cultural do trabalho feminino. Nossa sociedade perpetua uma desqualificação material e simbólica das “qualidades femininas”, consideradas inerentes à “natureza” das mulheres (HIRATA, 2002; SOUZA-LOBO, 1991).

Na concepção histórico-dialética, não existem características inatas: o psiquismo se constitui na atividade humana, no contexto das relações sociais. Através da atividade, uma pessoa transforma seu entorno e, neste processo, constitui a si mesmo como sujeito. Conceber as “qualidades femininas” inatas desconsidera todo o treinamento informal recebido pelas mulheres desde o nascimento para desenvolver tais qualidades e habilidades e abre caminho para que estas sejam amplamente exploradas sem a devida remuneração. Esta questão tem raízes históricas. Mudanças políticas, culturais, sociais e econômicas alteraram este panorama, e a mulher foi gradativamente reabilitada à cena pública. Nas últimas décadas do século XX, observou-se expressivo aumento da mão de obra feminina no mercado de trabalho.

Dados de pesquisa do IBGE (2013) informam que as mulheres eram maioria na população de 10 anos ou mais de idade (PIA), cerca de 53,7%. Contudo, era minoria 45,4% na população ocupada (PO). Essa estrutura distributiva refletiu-se no nível de ocupação, relação que mostra o contingente de ocupados em relação ao total da PIA. Para as mulheres, esse indicador foi de 40,5% em 2003, passando para 45,3%, em 2011. Entre os homens, esse percentual era de 60,8%, passando para 63,4%. A partir dessa evolução, percebe-se o maior crescimento do nível de ocupação das mulheres, vis à vis ao dos homens, ainda que em patamar bem inferior ao dos homens.

A segmentação do mercado de trabalho enuncia desigualdades nas relações de gênero e cria “guetos” femininos, ou seja, determinadas profissões como, por exemplo, a profissão docente, tornaram-se eminentemente femininas

e marcadas pela precariedade das condições de trabalho e do crescente desprestígio social.

A feminização do magistério está intrinsecamente relacionada a um processo de trabalho articulado às transformações ocorridas ao longo do tempo na divisão sexual do trabalho e nas relações patriarcais e de classe.

O professor típico brasileiro é mulher (71%), tem 39 anos de idade e 14 de experiência no magistério, em média. As mulheres também são maioria em cargos de direção de escolas no Brasil (75%)³.

A divisão do trabalho quanto ao gênero separa e articula a produção e a reprodução⁴, integrando os dois níveis do trabalho feminino, sexualizando as relações de trabalho e as relações sociais (SOUZA-LOBO, 1991). No setor secundário, a título de exemplo, as ocupações femininas quase sempre obedecem a um mesmo critério: tarefas repetitivas, que exigem atenção, paciência, destreza e minúcia. Apesar das mudanças das últimas décadas, a inserção no mercado de trabalho segue sendo um fator central para a construção de identidade, para a definição do padrão de sociabilidade e, sobretudo, para obtenção de recursos que permitam suprir as necessidades básicas de forma autônoma. Para as mulheres, a conquista da autonomia econômica é condição essencial para que se possa projetar uma vida de autonomia plena.

O crescimento da escolaridade feminina tem-se consolidado nos últimos anos e se manifestado nos diversos setores da atividade econômica. Um exemplo disso é o comércio, onde, em 2003, as mulheres com 11 anos ou mais de estudo, ocupadas nessa atividade, totalizavam 51,5%, enquanto os homens com a mesma característica alcançavam⁵ 38,4% (IBGE, 2012). A superioridade da presença feminina com nível superior também foi verificada nos grupamentos de atividade, com destaque para a construção (atividade majoritariamente desenvolvida do sexo masculino). No entanto, apesar do predomínio de homens,

3 Pesquisa Talis 2013 (Pesquisa Internacional sobre o Ensino e Aprendizagem (Teaching and Learning International Survey) - realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e coordenada no Brasil pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

4 Reprodução social e cultural diz respeito a atividades domésticas não remuneradas, realizadas geralmente por mulheres, relacionadas à reprodução material e simbólica das pessoas, tais como: alimentação, cuidados com a saúde, educação, manutenção da casa (YANNOULAS, 2002).

5 Na construção, esses percentuais se diferenciavam ainda mais: 55,4% de mulheres e 15,8% de homens. Em 2011, os percentuais de participação alcançados por elas foram superiores aos dos homens em praticamente todos os grupamentos de atividade. A exceção ocorreu na indústria, onde o crescimento deles foi maior em 1,7%.

a proporção de mulheres que tinham nível superior foi bem mais elevada que a deles: 28,6% das mulheres e 4,7% dos homens ocupados na construção em 2011. A administração pública e os serviços prestados a empresas foram os grupamentos que apresentaram as maiores proporções de mulheres, tanto com 11 anos ou mais de estudo, quanto com nível superior. As estatísticas demonstram que as mulheres estão em maior proporção em funções não-qualificadas, em diversos segmentos ocupacionais e em todas as regiões metropolitanas do Brasil: enquanto os trabalhadores não-qualificados são 8% entre os homens, as mulheres não-qualificadas somam 20% (IBGE, 2012).

Segundo Hirata (2002), não há muitos estudos analisando o trabalho feminino diante da inserção de novas tecnologias, porém os dados disponíveis indicam que os postos automatizados utilizam pouca mão de obra feminina. Novas tecnologias tendem a suprimir com maior frequência justamente a mão de obra não-qualificada, excluindo muitas trabalhadoras do mercado de trabalho. A flexibilização dos mercados incrementada nas últimas décadas aumentou ainda mais as desigualdades entre homens e mulheres quanto às condições de trabalho e emprego. Polivalência, qualificação, flexibilidade, integração de tarefas e trabalho em equipe não são atributos geralmente reconhecidos nas mulheres. Estas são destinadas a trabalhos mecânicos e repetitivos, com os quais são social e culturalmente identificadas.

Devido à baixa qualificação profissional, as mulheres encontram-se mais sujeitas aos trabalhos vulneráveis, como os realizados por empregados domésticos sem registro, trabalhadores familiares sem remuneração, autônomos e terceirizados, frequentemente à margem da economia formal. A ocupação feminina nestes postos atinge cerca da metade das mulheres ocupadas nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador e situa-se em torno de 40% nas demais regiões. Para os homens, essa proporção gira em torno de 30%, destacando-se a região metropolitana de Recife, com 38,7% (DIEESE, 2010). Assim, percebe-se que “A flexibilidade é sexuada”, lembra Yannoulas (2002, p. 25)⁶.

Ocorre um círculo vicioso implicado na dialética da inclusão/exclusão para aumentar a exploração: a inserção das mulheres no setor produtivo, principalmente daquelas pertencentes às camadas populares, é, muitas vezes, limitada

6 Estudos apontam que estaria havendo modernamente a valorização de atributos considerados “femininos”, tais como sensibilidade, capacidade de comunicação (transmitir e saber escutar), visão de equipe (trabalho solidário). Entretanto, há autores que apontam que esta seria uma nova forma de discriminação, reforçando antigos estereótipos sexuais e fazendo uso deles para justificar o maior uso intensivo da mão de obra feminina (YANNOULAS, 2002).

pelas suas responsabilidades domésticas e familiares; culturalmente o seu trabalho é menos valorizado que o masculino, incluindo aí menores salários; são atribuídos às mulheres trabalhos reprodutores das tarefas domésticas, ou seja, trabalhos não-qualificados, em postos não-automatizados, que utilizam poucos componentes tecnológicos. Estes são os primeiros a desaparecer quando surgem novas tecnologias ou mudanças nas estratégias organizacionais. Estas mudanças geram ampliação da rede de subcontratação, terceirizando vários postos ou estabelecendo contratos flexíveis, mal pagos e provisórios. Estes postos são ocupados maciçamente por mão-de-obra feminina. O fruto de toda essa segmentação ocupacional deixa as mulheres sempre mais vulneráveis aos processos de exclusão social.

Como instituição social, a escola, enquanto espaço ocupacional de docentes, está sujeita a apropriar-se das formas de organização e de representação da sociedade na qual está inserida. Assim, as desigualdades e discriminações de raça, gênero classe e religião, vivenciadas externamente, são reproduzidas, endossadas, produzidas ou transformadas nas relações entre os sujeitos do contexto escolar. A educação formal surgiu num espaço preparado para esse fim especificamente; entretanto, já foi marcada pelo caráter de diferenciação, visto que o acesso à escola começa com a exclusão de mulheres e pobres. Haja vista o exposto, cabe salientar que, mesmo após a inserção de todos e todas na escola, ou seja, terem adquirido o direito à educação, a escola passa e/ou continua a diferenciar por idade, sexo, classe social, conduta ou suposto grau de inteligência.

Ora, faz-se necessário destacar que ao longo de sua história, a escola tem congregado na sua prática docente as construções sociais que se tinham e ainda se têm sobre masculino e feminino, e é através da ação pedagógica que essas construções foram e são empregadas para moldar condutas de meninas e meninos.

A divisão sexual do trabalho

Estudos revelam que ainda se sobressai no contexto escolar a marcação das diferenças que permeiam as identidades de gênero pela desigualdade. Nessa tarefa, em vários estudos são salientadas as desigualdades na escola, presentes em diversas áreas do desenvolvimento dos discentes, como na Linguagem, na História, na Matemática e na Educação Física, como apontam os trabalhos de Moreno (1999), Toscano (2000) e Louro (2003). Nesse ínterim, para Auad (2006),

além das atividades nas aulas de educação física, as brincadeiras nos pátios das escolas e as disposições dos discentes em sala de aula tendem a fornecer indícios de como se dão as relações de gênero na escola e como a interferência de professores e professoras influencia essas relações. Não obstante, as atividades realizadas e os diálogos travados pelos docentes nos momentos de intervalos, especificamente na sala dos professores, também indicam as relações de gênero na escola.

O conceito de divisão sexual do trabalho é bem amplo, possuindo uma longa história. De acordo com Hirata (2002) tal noção foi inicialmente utilizada pelos etnólogos para indicar uma divisão “complementar” das tarefas entre os homens e as mulheres nas sociedades que eles estudavam. O antropólogo Levi-Strauss, por exemplo, fez dessa noção o mecanismo explicativo da estruturação da sociedade em família.

Hirata e Kergoat (2007) ao esquematizarem a gênese do conceito no contexto francês destacam que:

Embora a divisão sexual do trabalho tenha sido objeto de trabalhos precursores em diversos países, foi na França, no início dos anos 1970, sob o impulso do movimento feminista, que surgiu uma onda de trabalhos que rapidamente assentariam as bases teóricas desse conceito. Primeiro na Etnologia (Mathieu, 1991; Tabet, 1998), depois na Sociologia e na História (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 597).

O termo “divisão sexual do trabalho” é aplicado na França a partir de duas acepções: de um lado, temos um significado sociográfico que tende a estudar a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as alterações no tempo e também no espaço dessa distribuição. Se analisa como ela se integra à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos⁷. As autoras enfatizam que essa definição do termo não permite avançar mais além do que a simples comprovação da desigualdade entre os sexos e de acúmulo dessas desigualdades (a noção de conciliação, complementaridade, de tarefas entre os sexos). Assim, percebe-se que:

7 Assim, esse tipo de análise é indispensável, por exemplo, a construção de indicadores confiáveis para aferir a igualdade profissional de homens/ mulheres, observando que é um verdadeiro desafio político na França como assim expressam Hirata e Kergoat (2007, p. 596).

A ideia de uma complementaridade entre os sexos está inserida na tradição funcionalista da complementaridade de papéis. Remete a uma conceitualização em termos de “vínculo social” pelos conteúdos de suas noções (solidariedade orgânica, conciliação, coordenação, parceria, especialização e divisão de tarefas). A abordagem em termos de “complementaridade” é coerente com a ideia de uma divisão entre mulheres e homens do trabalho profissional e doméstico e, dentro do trabalho profissional, a divisão entre tipos e modalidades de empregos que possibilitam a reprodução dos papéis sexuados. Ela aparece de formas diversas (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 603).

Entretanto, segundo Hirata (2002), as antropólogas feministas, são as primeiras que assentaram um conteúdo novo para o termo divisão sexual do trabalho, explicando que ela simboliza não uma complementaridade de tarefas, mas uma relação de poder hierárquica, dos homens sobre as mulheres.

A partir desse ponto Hirata e Kergoat (2007) expõem o segundo significado do conceito, que em termos de divisão sexual do trabalho englobaria: a) mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e b) articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades e, por conseguinte os sexos, para criar um sistema de gênero. Destarte, as análises reguladas a partir dessa segunda definição consentem o remontar das origens dessas desigualdades e, por fim, compreender a natureza do sistema que dá origem a elas.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos.

Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 599).

Não obstante, esse tipo de divisão sexual do trabalho expõe, ainda, dois princípios organizadores: o primeiro baseado na separação, ou seja, separa o

que é trabalho de homem e trabalho de mulher. Quanto ao segundo princípio abalizado na hierarquização determina que um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher. Essas origens são válidas para todas as sociedades, no tempo e no espaço, podendo ser legitimadas e, portanto, aplicadas, a partir da ideologia naturalista (remete ao destino natural, e por isso imutável, da espécie), que tende a restringir o gênero, as práticas sociais, ao sexo biológico, no caso aos “papéis sociais” sexuados. (HIRATA & KERGOAT, 2007; HIRATA, 2002).

Faz-se necessário salientar que a partir do conceito de gênero, é possível se considerar a divisão sexual do trabalho não como algo natural, determinista, rígido e imutável, mas que parte das relações sociais, que é um constructo dialético, entre invariantes e variações, inserido no processo sócio histórico, e, portanto, que pode ser desconstruído e reconstruído (ALBUQUERQUE, 2007; HIRATA, 2002).

Isso fora comprovado com a pesquisa, visto que a marcação das diferenças e das identidades de gênero estão presentes nos espaços da escola (salas de aula, corredores, sala dos/as professores/as, espaço de recreação, refeitório, entre outros). Professores e professoras, sem perceber, legitimam as diferenças de gênero e formam grupos: feminino e masculino, cada grupo ocupando seu espaço, o que não é diferente entre os alunos, sem contar com a dicotomia feita pelos próprios profissionais: dando também a cada sexo um tratamento diferenciado a partir do momento em que separam meninos e meninas em determinadas atividades, por exemplo.

Podemos esboçar que na atual conjuntura, a tensão entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo é uma realidade no cotidiano da maioria das mulheres trabalhadoras, os quais têm sido conferidos, sobretudo, a elas que enfrentam os conflitos da vida diária que resultam da contradição entre essas duas esferas de trabalho. A inserção da mulher no mercado de trabalho cada vez mais significativa não tem obedecido a uma maior divisão do trabalho doméstico com os homens e nem a uma maior oferta de serviços públicos direcionados para as necessidades cotidianas da reprodução social.

Alguns resultados

Quando questionadas acerca da jornada de trabalho, divisão do trabalho doméstico, administração da casa e educação dos (as) filhos (as), os relatos das sete respondentes respondentes aqui analisados apontam nessa mesma direção,

visto que, comumente, a mulher que ingressa na atividade remunerada não diminui de modo equivalente o tempo de trabalho no espaço doméstico, assim as sete respondentes salientam que além do trabalho como professoras são responsáveis pelas atividades do espaço doméstico.

Os relatos assinalam que o tempo de trabalho, ou seja, a jornada de trabalho remunerado e não remunerado de uma mulher será sempre maior que a do homem, pois este nem sempre, ou melhor, na maioria das vezes, não assume sua parte nos trabalhos de casa e de cuidados. Outro ponto importante é a falta de uma rede de serviços públicos que venha a se ocupar de alguns desses afazeres. Nesse sentido, a mulher quando pode pagar, recorre para a contratação desses serviços, delegando a outras mulheres as tarefas domésticas e a responsabilidade dos cuidados com a família.

Os resultados apontam aspectos do trabalho produtivo e reprodutivo, mostrando que no universo das respondentes, todas as docentes ainda são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico. Este dados ratifica a permanência da lógica que preside a divisão sexual do trabalho no contexto do sistema capitalista/patriarcal.

Logo, percebe-se que a dupla, a tripla ou quadrupla jornada de trabalho, é a denominação que se tem dado ao movimento ocasionado pela sobreposição de tarefas do trabalho remunerado e não remunerado no cotidiano. A dupla e/ou tripla/quarta jornada não pode ser discutida de maneira simplificada, ou seja, como um resultado automático da participação das mulheres no mercado de trabalho⁸ e sim como resultado das relações de produção e reprodução nesse sistema.

Nesse aspecto, entre as respondentes apenas uma salienta que o esposo contribui na divisão das tarefas da casa. Outrossim os entre as respondentes, seus relatos ensejaram o questionamento acerca das diferenças, do que é ser mulher na sociedade contemporânea. Assim, todas as respondentes afirmam que são mulheres, e tal afirmação domina as demais mulheres de lugares, idades e opiniões diferentes. Para elas, asseverar que são mulheres afasta qualquer possibilidade de elas se definirem de forma diferente. Ser mulher não é a pura comprovação de um estado de fato, mas a afirmação de uma pretensão de ser, pois a grande empreitada de todas elas é o dever de ser o que elas percebem

8 Observa-se que quando a questão é tratada de forma simplificada estamos tão somente mais uma vez culpabilizando a mulher ao passo que legitimamos o discurso masculino – machista –, pois se apenas em casa ela estivesse, cumprindo suas obrigações de esposa, mãe, dona de casa, tais problemas seriam evitados ou não existiriam.

por mulher. Ora, verifica-se que para elas ser mulher é abraçar todas as responsabilidades para si; é organizar, cuidar; é ser avaliada e avaliar-se, permitir-se ser julgada e condenada quando algo sai errado, por exemplo. Entretanto, esse comportamento deve ser compreendido e respeitado, pois são comportamentos adquiridos culturalmente.

Para a maior parte delas, a situação da mulher vem melhorando com o tempo, principalmente para aquelas com ensino superior, em virtude das possibilidades de ingresso no mercado de trabalho e melhores salários, se comparado com as que apresentam menor nível escolar, bem como se comparado com as gerações mais velhas, suas mães, avós e tias, por exemplo. Muitas se declaram independentes, “determinadas”, “decididas”, “batalhadoras”, “lutadoras” ou “guerreiras”, pois em muitas vezes tiveram que tomar decisões importantes, principalmente no seio familiar, como, por exemplo, decidir por uma separação diante de um casamento que não ia bem. Assim, para elas, ser mulher hoje significa ter mais liberdade e autonomia. Contudo, no que tange à divisão dos afazeres domésticos e ao cuidado com os (as) filhos (as), majoritariamente elas afirmam que são elas as responsáveis pela manutenção e a ordem da casa e da família, contando, em alguns casos, com a presença de diarista e/ou empregada doméstica.

Araújo e Scalón (2005), após ampla pesquisa realizada em 2003, que contou com 2000 domicílios em 24 estados brasileiros, constataram que a maior parte do trabalho doméstico entre nós ainda continua sendo majoritariamente uma atribuição feminina. Assim, para essas autoras, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho não implicou uma divisão mais igualitária dos trabalhos domésticos, ainda que haja indícios de maior participação masculina no que diz respeito ao cuidado com os filhos (mas não nas tarefas domésticas).

Logo, embora a contribuição masculina nos afazeres dentro do lar aumentem lentamente, as docentes ainda trabalham pelo menos duas vezes mais do que os homens, desempenhando as tarefas rotineiras do lar (cuidar das crianças, lavar e passar roupas, fazer compras no supermercado, limpar a casa, entre outras). Nesse sentido, as implicações dessa injusta divisão são notadas, frequentemente, em sentimentos de injustiça, sintomas de depressão e de insatisfação com o casamento por parte das mulheres, bem como aumento de conflitos e insatisfação marital. Por outro lado, maior participação masculina nessas tarefas seria um elemento excelente de satisfação marital.

Na comparação com os homens, as mulheres despendem mais que o dobro de horas semanais em afazeres do lar. Cerca de 50% dos homens realizam

afazeres domésticos, ao passo que entre as mulheres esse percentual fica em torno de 90%. O conceito de trabalho normalmente desconsidera o trabalho doméstico não remunerado. Nesse sentido, o estudo evidencia a importância dessa atividade, tanto do tempo que se gasta com ela quanto de sua relevância para a reprodução da vida social e econômica. Devido às convenções de gênero existentes em nossa sociedade, que estabelecem lugares, papéis e identidades femininas e masculinas, cabe às mulheres a realização dos afazeres domésticos. Apesar de todas as transformações em processo em variados campos sociais, como a educação e o mercado de trabalho, esta convenção se mantém praticamente inalterada (IPEA, 2012).

É na sociedade que as características sexuais femininas e masculinas são construídas e representadas. Portanto, ao chegarem à escola, meninos e meninas já percorreram um caminho social de convivência e de incorporação dos valores de sua cultura. Sabem a que gênero pertencem e, na maioria das vezes, o que se espera deles nos papéis masculino e feminino. Isso nos faz dizer que em muitos casos, estão carregados das antigas visões preconceituosas acerca do homem e da mulher, edificadas com base nas diferenças de sexo. Por sua vez, a escola reflete o sexismo que trespassa toda a sociedade, reproduzindo, com frequência, as estruturas sociais, robustecendo os preconceitos e vantagens de um sexo sobre o outro, colaborando para a construção da identidade sexual das meninas e dos meninos.

No que se refere ao sexismo na escola percebe-se que a escola pode ensinar a pensar, a questionar, e com isso apontar para novas formas de interpretar o mundo e de organizá-lo, podendo abraçar e tomar para si a empreitada de resistir e proporcionar mudanças nessas concepções e comportamentos sociais. Por outro lado, a partir do momento em que não explicitar as desigualdades de gênero, a escola pode acomodar-se e continuar (re)produzindo os modelos tradicionais na relação entre os sexos. Entretanto, caso faça a segunda opção, estará evitando a percepção e construção de novas maneiras de estabelecer a relação entre mulheres e homens.

Portanto, a escola colabora para manutenção dos sistemas de pensamento e atitudes sexistas, historicamente construídos, que tendem a manter as mulheres marginalizadas e hierarquicamente submetidas a padrões masculinos.

A linguagem, o pensamento científico androcêntrico, os conteúdos de ensino das diversas disciplinas, os procedimentos pedagógicos e os padrões de relação entre professores/as e alunos/as contribuem para a manutenção do *status quo* masculino e feminino. Assim, a visão androcêntrica do mundo

é compartilhada por todos, mulheres e homens, e não percebemos, pois, tendo sempre estado nela submersos, encaramos como universal, natural e imutável.

Assim, quando questionadas acerca da jornada de trabalho, a divisão do trabalho doméstico, a administração da casa, a educação dos (as) filhos (as) e o trabalho produtivo e reprodutivo, as respondentes majoritariamente relataram que são elas que cuidam dos afazeres domésticos e da educação dos (as) filhos (as) e chegam a contar com a presença de diaristas ou empregada doméstica, mesmo tendo a presença masculina (esposo) em casa. Quanto à jornada de trabalho no espaço público e privado, as respondentes salientam que uma não interfere na outra; no entanto, chegam a relatar que seria interessante ter mais tempo para os cuidados com elas mesmas.

Apreciações Conclusivas

Nesse sentido, as respondentes, em seus relatos, salientam a necessidade de vermos a atividade docente como ato político, no qual a reflexividade do/a docente ganha espaço e significado, apontando a atuação docente para uma perspectiva emancipatória. Acreditamos que este trabalho foi interessante, pois possibilitou a todos(as) a consciência de que tanto os(as) docentes como os(as) discentes são sujeitos aprendizes e promotores da aprendizagem.

A pesquisa aponta a necessidade de continuidade destes estudos com o intuito de ampliar a evolução teórica e empírica desse processo. Observa-se que nesse processo de escolhas e decisões, vários são os questionamentos, e assim os procedimentos teórico-metodológico adotados para compreender as relações sociais de gênero construídas no trabalho docente foram significativos para nortear o desenvolvimento do trabalho e responder às questões e hipóteses levantadas.

Referências

AUAD, Daniela. **Educar meninos e meninas**: relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006.

ARAÚJO, C., & SCALON, C. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

HIRATA, Helena. Divisão Sexual do Trabalho: O Estado das Artes. In: **Nova Divisão Sexual do Trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 273-289.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do Trabalho.** Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA– Síntese dos Indicadores Sociais (Disponível no site: www.ibge.gov.br). Acesso em 03/10/2013.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mulher no mercado de Trabalho. Média das estimativas mensais. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011. www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado; Acesso: novembro de 2013.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA.

Pesquisa Talis 2013 (Pesquisa Internacional sobre o Ensino e Aprendizagem (Teaching and Learning International Survey) portal.inep.gov.br/.../pesquisa-internacional; Acesso: agosto de 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del e BASSANEZZI, Carla. (Orgs.). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2003.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina:** o sexismo na escola. São Paulo: Moderna; Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1992.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos.** Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense. 1991.

TOSCANO, Moema. **Estereótipos sexuais na educação:** um manual para o educador. Petrópolis: Vozes, 2000.

YANNOULAS, S.C. **Dossiê:** políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho. Brasília: CFEMEA, FIG/CIDA. 2002.

A QUESTÃO DE GÊNERO E O TRÂNSITO NA FORMAÇÃO DOS INSTRUTORES DE DIREÇÃO VEÍCULAR NO BRASIL. EM BUSCA DA CIDADANIA EM FAVOR DO MEIO AMBIENTE.

Carla Rezende Gomes
Universidade Federal de Sergipe – PPGED
rezendecarla@hotmail.com

Resumo: O presente artigo aborda, de uma maneira geral, questões que envolvem noções de cidadania e educação para o trânsito, são temas de interesse nacional no contexto brasileiro e também uma questão de saúde pública, pois envolvem a perda desnecessária e evitável de um número assustador de vidas humanas, principalmente do gênero masculino, em parte por falta de um comportamento cidadão nas rodovias. Este debate envolve aspectos tais como as questões da juventude, da cidadania, do gênero e da educação. Diante destas discussões propomos maior empenho no incremento da educação para a cidadania nas escolas, mas não só nelas como também nos mais variados campos sociais. Trata-se de uma investigação de doutoramento em Educação, ainda em andamento, no núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, Brasil e na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal, sob a forma de bolsa CAPES de doutorado sanduiche.

Palavras chave: gênero, trabalho, trânsito, educação, cidadania.

Os índices de acidentes de trânsito com mortes no Brasil são assustadores, associados a isto há um fenômeno digno de análise, o número de mortos do sexo masculino, os homens são a grande maioria, um número maior do que a proporção existente entre homens e mulheres condutores, ademais quando nos referimos a morte não nos referimos apenas aos condutores mortos e sim a todos os envolvidos nos acidentes, sejam eles motoristas ou caronas. Os acidentes de trânsito são responsáveis pela morte de boa parte dos homens brasileiros em idade produtiva, principalmente os mais jovens. Por que isso acontece? Este artigo pretende apontar uma possível resposta a esta pergunta, identificamos na forma como os rapazes são criados para serem homens, e na falta de uma educação voltada para os valores da cidadania, fortes fatores contribuintes para este fenômeno. Estas considerações fazem parte minha pesquisa de doutoramento em Educação, em andamento, que discute relações de gênero, trabalho e educação para o trânsito, cujo título (provisório) é “Relações de gênero no trabalho e formação de instrutores (as) de direção veicular e condutores (as) em Sergipe”, este estudo se debruça sobre a educação para o trânsito que acontece no Brasil nos dias de hoje, por considerar que aqui a educação para o trânsito de uma maneira geral e a formação dos instrutores de direção veicular em particular acontecem de maneira precária, uma vez que, instrutores cometem infrações que deveriam evitar e no caso da formação dos condutores, acredito que apenas algumas horas de aula, poucos dias antes de obter a carteira nacional de habilitação, não sejam suficientes para formar cidadãos com direitos e deveres, capazes de usufruir com segurança do sistema trânsito, seja como condutor ou pedestre. Particularmente os jovens apresentam comportamento diferenciado no trânsito, orientados por ideologia patriarcal que valoriza os estereótipos de masculinidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, esse método é o mais adequado para as pesquisas que abordam o tema gênero, pois, segundo Mies (1983, apud Flick 2009) e Flick (2009), a pesquisa quantitativa geralmente ignora as vozes femininas ao estudar o objeto como neutro. Já a pesquisa qualitativa possibilita que as vozes femininas sejam ouvidas e os objetivos sejam materializados. Para Flick (2009) esta postura permite um desafio à maneira como as pesquisas são feitas, visto que as pesquisas de um modo geral concentram-se na ignorância sobre a situação de vida das mulheres e na dominância masculina.

O campo empírico da pesquisa constitui os Centros de Formação de Condutores, (CFC's) do município de Aracaju. A pesquisa acontecerá apenas no município de Aracaju por ser esta a capital de um estado pequeno que traz na

composição de sua população uma amostra representativa de todo o Estado. Ainda segundo as estimativas da Gerência de Serviços de Credenciamentos do DETRAN/SE e do Sindicato dos instrutores de trânsito, a cidade de Aracaju agrupa, aproximadamente, 65% de todos os instrutores do Estado de Sergipe. A população da pesquisa integra os instrutores e os candidatos a habilitação e renovação da CNH.

Serão consultadas várias fontes de informações: Literatura Pertinente - Documentos; estatísticas em sites especializados, legislação específica, noticiários.

Para o acesso aos respondentes serão utilizados dois instrumentos: observação livre direta e entrevista semi-estruturada individual ambas realizadas com candidatos a habilitação e a renovação bem como com os instrutores dos Centros de Formação de Condutores de Aracaju. Estas técnicas são consideradas por André (2005) como as mais eficazes para que o (a) pesquisador (a) se aproxime dos sistemas de representação classificação e organização do universo estudado. Trago a esta discussão ainda dados da realidade Portuguesa, já que, por se tratar de um trabalho que foi agraciado com a bolsa CAPES de doutorado sanduiche, parte da pesquisa bibliográfica foi realizada na cidade do Porto em Portugal, o que tornou possível a discussão em loco da realidade do trânsito Português. Considerou-se interessante trazer esses dados ao texto, pois os números mostram que não se trata de uma questão apenas brasileira, visto que, em Portugal esta questão igualmente afeta mais aos rapazes que as moças.

De acordo com dados do DENATRAN , o trânsito no Brasil é responsável pela ocorrência de 300 mil acidentes por ano, que deixam a expressiva marca de 30 mil mortos e outros 350 mil feridos, representando custo anual de cerca de R\$10 bilhões.

Dados da ABETRAN, Associação Brasileira de Educação para o Trânsito informam que o Brasil atingiu um pico histórico em 2007, com 66.837 mortes segundo os seguros DPVAT , um número extremamente elevado e alarmante, que coloca o Brasil entre os países com mais mortes no trânsito no mundo, em contrapartida no ano de 2008, toda a União Europeia contabilizou 38.000 mortos .

A partir destes dados conclui-se que, em 2007, houve a média de 183 mortes por dia no trânsito brasileiro (7,6 por hora). A ABETRAN diz ainda que estudos mostram que a maioria das vítimas fatais do trânsito no Brasil continua sendo homens jovens de cidades de pequeno e médio porte. Em todos os anos analisados, por volta de 80% das mortes são de pessoas do sexo masculino, em sua maioria na faixa etária de 20 a 39 anos. Ainda é muito forte no Brasil uma cultura entre os homens jovens de conduzirem veículos sob o efeito de álcool

e drogas, e sob alta velocidade, donde se conclui que a grande maioria dessas mortes poderia ser evitada.

Há algo muito errado com o trânsito brasileiro e certamente existem várias causas para este fenômeno.

Em Portugal, segundo Martinho (2004) os acidentes de trânsito são a principal causa de morte nos jovens e a diferença de gênero é bem marcada, pois 91,2% das vítimas fatais são do sexo masculino, assim como 86,4% dos feridos graves.

Segundo dados fornecidos pela Agência Nacional de Segurança Rodoviária ANSR, em 2010, os jovens dos 18 aos 24 anos constituem 08% da população portuguesa e representam 16% do total de vítimas resultante de acidentes de trânsito. A supremacia dos jovens verifica-se também em relação aos acidentes mais graves, uma vez que o risco de morte destes usuários é superior ao dos restantes grupos etários. Registaram-se 88 mortos por um milhão de habitantes entre os jovens, enquanto no caso dos outros usuários este indicador foi igual a 68. A maioria das vítimas pertence ao gênero masculino: 83% do total de jovens mortos, 78% dos feridos graves e 63% dos feridos levemente. (PORTUGAL, 2012)

O documento informa ainda que calculou-se o número de condutores mortos por cada mil vítimas segundo o gênero, e constatou-se que entre os condutores do sexo feminino se verificam 6 mortes, por cada mil vítimas, enquanto para o sexo masculino este indicador é igual a 23 mortos. (PORTUGAL, 2012)

Num estudo etnográfico realizado na Noruega sobre comportamento no trânsito de um grupo de jovens do sexo masculino foram identificados dois fatores relevantes para ato de conduzir: a velocidade e a ostentação. A velocidade implica um desafio às normas de segurança, constituindo também um exercício de controle sobre condições adversas, já a ostentação foi apontada como igualmente interessante para os jovens que se dedicam a melhorar a performance do automóvel e a embelezá-lo através de luzes adicionais, pneus largos, caixas de som potentes, etc... Segundo Garvey, este aparato explícito traduz uma tentativa de criar uma imagem de proprietário de um carro potente, robusto e “com caráter”. (Garvey, 2001, apud Martinho, 2004, p.79/ 80)

Estudos de gênero e masculinidades

Condução perigosa, violação de regras.

Panichi e Wagner (2006), em sua pesquisa sobre a condução perigosa entre motoristas jovens, perceberam a variável gênero como muito significativa. Elas

apontam que os jovens de sexo masculino subestimam os riscos e conduzem de maneira mais perigosa do que motoristas do sexo feminino. Citando pesquisas como as de Simon e Corbett (1996) e Yagil (1998) afirmam que foi comprovado que os acidentes de trânsito entre sujeitos do gênero masculino estão mais freqüentemente relacionados à violação de alguma regra de circulação e evidenciaram que motoristas do gênero masculino, de idades entre 18 e 24 anos, apresentaram uma menor motivação para cumprir as normas da circulação e maiores taxas de violação das regras de trânsito, quando comparados a motoristas jovens do gênero feminino. Esses estudos indicam um maior risco de envolvimento em acidentes e a prática de condutas de risco no trânsito entre adolescentes e adultos jovens do gênero masculino.

Percepção acerca do risco

Ana Rita Laranjeiras (2004) afirma que gênero do adolescente também influencia a sua percepção a cerca do risco que corre. Pesquisas apontam que apesar de serem os rapazes as maiores vítimas dos comportamentos violentos, são as meninas quem acreditam serem mais vulneráveis diante da possibilidade de algum perigo. (Cornnell, 2000; Harris, 2000). Em sua pesquisa Harris conclui que essa suposição de invulnerabilidade dos meninos pode estar associada às definições tradicionais de masculinidade, mais precisamente no que se referem aos estereótipos de que os homens são resistentes e corajosos em contraste com a fragilidade e passividade associadas ao gênero feminino. A autora chama ainda nossa atenção para o fato de que um comportamento de risco possui caráter multiplicador, ou seja, uma situação perigosa acarreta frequentemente outros riscos, tais como o uso de álcool e a atividade sexual precoce e/ou desprotegida, e uso de álcool e acidentes de trânsito, por exemplo.

Homens e comportamentos de risco

Para Martinho (2004) é pertinente e razoável fazer uma relação entre o risco no trânsito e a construção da masculinidade devido a posição predominante assumida pelos homens nas estatísticas e nas pesquisas apresentadas até agora.

Em seu estudo, Travis et al (2001) perceberam que apesar de as colisões entre veículos em movimento apresentarem níveis semelhantes entre homens e mulheres, quando o acidente advinha da perda de controle do veículo o

número de homens envolvidos passava a ser o dobro em relação as mulheres. Os autores justificaram esse resultado afirmando que os homens assumem mais comportamentos de risco, como a condução em excesso de velocidade ou sob influência de álcool.

As estatísticas não deixam dúvidas que a sobremortalidade dos homens durante a adolescência e juventude tem subjacentes padrões comportamentais específicos e são esses padrões que constituem uma ameaça a saúde dos homens. (LARANJEIRAS, 2004)

Outro aspecto importante da formação das masculinidades é o consumo de álcool. Para Almeida (1995) apud Grossi (2006) aprender a beber, a suportar bebida é uma das características marcantes da masculinidade tradicional e Grossi acrescenta que os bares são locais masculinos institucionalizados em nossa cultura, lugares onde se consome álcool. Para a autora, o concurso desses três elementos, veículo automotor, adolescência e álcool é uma combinação explosiva. Grossi salienta que uma das principais definições da masculinidade no ocidente é que o masculino é um gênero ativo. No senso comum, ser ativo significa, sexualmente, penetrar o corpo da/o outra/o.

“No Brasil, homem é aquele que come, ou seja, que penetra com seu sexo não apenas mulheres, mas também outros homens, feminilizados na categoria “bichas” [...] Outro aspecto da masculinidade hegemônica em nossa cultura é a atividade percebida positivamente como agressividade. Desde a infância a identidade masculina se constitui pela hiperatividade dos meninos, que se confunde repetidas vezes com agressividade. Isso é naturalizado, os meninos são vistos como agressivos e esse não é um problema das meninas. Professoras e pais acreditam que aqueles meninos são agressivos por que nasceram assim, que é uma característica inata do sexo masculino e não que se trata de um comportamento estimulado e esperado de meninos, que devem desde muito cedo, se comportar como pequenos homens.” (GROSSI, 2006 p. 6/7)

Estereótipos de gênero

Os estereótipos de gênero estão relacionados a um conjunto de atributos que se acredita que sejam mais característicos de um ou de outro sexo, e compreendem domínios como crenças acerca de características físicas de um ou de outro sexo, traços de personalidade, comportamentos, aptidões e disposições emocionais. No que se refere ao conteúdo desses estereótipos, as características atribuídas ao sexo masculino tem subjacente uma dimensão instrumental,

enquanto que ao sexo feminino está associada uma dimensão emocional ou expressiva. (LARANJEIRA, 2004)

Contrariamente a feminilidade, cuja essência “natural” é reafirmada nas menstruações, gestações e partos, a masculinidade exige empenho. A identidade masculina é adquirida ao preço de grandes dificuldades e requer constantes provas. Essa fragilidade impõe aos homens que continuamente confirmem a si próprios e aos outros a sua masculinidade. Essa necessidade de afirmação na esfera masculina leva a que muitos jovens rapazes corram riscos que podem comprometer a sua saúde. Precisamos reconhecer que alguns comportamentos que os rapazes adotam são valorizados e reforçados pelas expectativas da sociedade face ao que é ser-se masculino. (LARANJEIRA, 2004)

Categoria gênero

A concepção de gênero elucidada a construção, reprodução das relações entre os sujeitos, a construção da identidade instituída através do gênero; esclarece, ainda, os mecanismos que generalizam e especificam as diferenças e disparidades nas dimensões temporais e espaciais, a convivência da contradição - cujo ritmo e característica acentuam o nível diferenciado e fragmentado das relações sociais - os aspectos culturais e históricos que presidem os diferentes arranjos institucionais (CRUZ, 2005).

A categoria gênero compreende as diferenças construídas entre os homens e as mulheres, os papéis assumidos na sociedade e as relações hierárquicas, de opressão, submissão, subordinação, ou seja, de poder, estabelecidas entre eles. (SCOTT, 1990). O gênero é compreendido como uma relação que organiza as experiências sociais em função da diferenciação cultural entre os sexos. Conforme Heilborn (1997), as categorias de gênero “revelam sempre uma relação de natureza assimétrica. Trata-se de um imperativo simbólico originado por constrangimentos estruturais de ordenação da cultura.” (p. 298).

Estudos de gênero são estudos que desvelam as relações sociais. Atualmente, esta temática ganha destaque nas Ciências Sociais, pois coloca os estudiosos do assunto diante de um novo paradigma onde são revertidos todos os padrões de dominação e assimetria entre grupos socialmente discriminados.

Os estudos de gênero tiveram origem com o movimento feminista e seus estudos sobre as mulheres, os quais, desde a década de 1960 até os dias atuais, incorporaram variados temas às suas discussões, tais como as questões dos homossexuais, dos negros, dos asiáticos, dos hispânicos, enfim, as ditas

“minorias”, chamadas de “minorias ativas” por Serge Moscovici. Ativas, pois são “desafiadoras do senso comum, capazes de provocar, pela firmeza e visibilidade de suas posições, transformações das normas e relações sociais”. (OLIVEIRA, 1993)

É importante enfatizar que estudos de gênero dizem respeito a homens e mulheres. Na medida em que o estudo de um, necessariamente, implica o estudo do outro, não faz sentido analisá-los separadamente, pois esta seria mais uma forma de perpetuação das diferenças estabelecidas socialmente. A categoria gênero é, portanto, relacional, vez que aponta as construções culturais de idéias que determinam papéis adequados a mulheres e homens, ou seja, seus papéis sexuais. O uso do termo é abrangente e pode, inclusive, tratar de sexo entre uma série de outras relações sociais.

Para Connell (2002) “O gênero refere-se a uma estrutura de relações sociais centradas na esfera reprodutiva e no conjunto de práticas que trazem as diferenças, inscritas no corpo, para os processos sociais”. (Connell, 2002:10 apud Amâncio, 2004, p.19)

Grossi (2006) citando WelzerLang (2001) afirma que o modelo de sexualidade predadora masculina é um ponto determinante na constituição do gênero masculino. Sexualidade esta que é formada na visão de que mulheres devem ser consumidas tal como se dá o aprendizado da sexualidade pela mídia pornográfica, posto que o fato de se tratar de imagens femininas, as quais se toca pelo papel ou pela tela do computador, permite que o olhar masculino sobre as mulheres as transforme num objeto que se pode consumir.

Silva (2002) salienta que a maioria das vezes, a aprendizagem da masculinidade faz-se pelo cultivo de uma atitude antagônica em relação às mulheres, de uma cultura anti mulher, em que se rejeita tudo o que for percebido como feminino. Por exemplo, mostrar emoções, cuidar de outras pessoas e do próprio corpo, falar sobre sentimentos e, também, como nos alerta Laura Astúrias, (1997:3) ter sucesso na escola. E, indo mais longe, Silva nos pergunta: “Que margens, que constrangimentos pode experimentar um rapaz no processo de construção da sua identidade em contexto escolar?” (SILVA p.108)

Medo de não atingir o ideal utópico: esportes de força

Para Bourdieu (1998) o medo de não atingir o ideal utópico de virilidade instiga o investimento em comportamentos imprudentes e desafiantes que demonstram uma prova da masculinidade. A recusa da vulnerabilidade

associada ao mundo feminino resulta nesta luta contínua pela afirmação da masculinidade através de manifestações excessivas de violência e força. Os esportes que possibilitam a exibição das qualidades associadas aos valores tradicionalmente masculinos, como coragem ou força, continuam a arregimentar grande número de admiradores. O culto em torno das modalidades voltadas para a competição revela o grau de importância social e simbólica das demonstrações públicas de virilidade. (Martinho, 2004)

Acidentes?

O texto da portaria n.º 737/GM 16 de maio de 2001, que determina a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2001), diz ainda “ esta política adota o termo acidente em vista de estar consagrado pelo uso, retirando-lhe, contudo, a conotação fortuita e casual que lhe pode ser imputada. Assume-se, aqui, que tais eventos são, em maior ou menor grau, perfeitamente previsíveis e preveníveis”.

Previsíveis e Preveníveis. São essas as palavras utilizadas pelo texto. É previsível, diante dos argumentos que foram expostos acima, que um adolescente cause um acidente de trânsito ao conduzir um veículo. Seria este fato prevenível? Como prevenir? Apresento aqui algumas sugestões: 1º) não permitir que adolescentes menores de 18 anos conduzam veículos automotores; 2º) punir de fato os infratores; 3º) diminuir a sensação de impunidade que assola o Brasil; 4º) ensinar o/a motorista brasileiro/a a dirigir com seriedade; 5º) aumentar o respeito a cidadania por parte da população, 6º) formar melhor os instrutores. Sim, é um projeto ambicioso.

Humanização do trânsito

A humanização no trânsito tem como objetivo prevenir a extinção da vida humana, ou seja, a preservação da vida, onde cada ser humano é único e insubstituível para sua família e seus amigos. A ciência na busca de soluções para o problema desenvolve projetos e alternativas para a melhoria do trânsito (máquina e as vias urbana e rural), sem focar o real problema que é a conscientização de motoristas e pedestres que contribuirá para o avanço da ciência (MATURANA, 2009).

Violência e cidadania

Da Matta, (2010) considera que a violência no trânsito brasileiro não só é tolerada, mas esperada, ela emerge na forma de infinitos gestos grosseiros e numa epidemia de acidentes e está diretamente ligada com o nosso estilo de construir, ocupar e usar o espaço público (lojas, restaurante, filas, estacionamentos, escolas, bancos, calçadas, etc.) seja no papel de pedestre ou no de condutor, consumidor e cidadão. Ou seja, está nas raízes do modo de ser do brasileiro o costume do desrespeito às regras estabelecidas de boa convivência em comunidade. É importante perceber que para a maioria dos motoristas e motociclistas entrevistados por Roberto Da Matta em sua pesquisa, seus carros e motos são sinônimos de liberdade, logo, conclui o autor, diante dessa mentalidade se torna difícil conscientizá-los da necessidade de obediência às regras e códigos, pois regras e códigos servem justamente para frear a desejada liberdade adquirida através dos veículos automotores.

Um dos cinco pilares do plano geral de ação para a década de ações de segurança no trânsito, da ONU, é: “Incentivar os comportamentos de segurança das diversas categorias de usuários”. No contexto brasileiro percebe-se que a falta de comportamento cidadão, aquele que obedece às mínimas regras de respeito ao outro como não dirigir alcoolizado ou com excesso de velocidade, com as luzes no farol alto, pela contramão, pelo acostamento, pode ser apontado com causador de acidentes e mortes. Não deveria ser preciso aprender isso na educação para o trânsito, pois qualquer cidadão ciente de seus deveres sabe que não é admissível conduzir dessa maneira. Que o farol alto atrapalha a visão de quem vem, por isso não se deve usá-lo quando há outro motorista vindo em sua direção, que dirigir em alta velocidade põe em risco as vidas de outras pessoas, que consumir álcool ou outras drogas antes de dirigir também. Está claro que a ideia de cidadania envolve direitos e deveres e que boa parcela da nossa população pensa ter apenas direitos. Precisamos avançar contra isso de alguma maneira, resolveremos só pela educação? Evidente que não, mas já é um começo. Pablo Gentili (2000) problematiza a discussão sobre a educação cidadã afirmando que:

“A cidadania deve ser pensada como um conjunto de valores e práticas cujo exercício não somente se fundamenta no reconhecimento formal dos direitos e deveres que a constituem, mas também que tende a torná-los uma realidade substantiva na vida cotidiana dos indivíduos. Educar para a prática cidadã significa, também, contribuir para formar a própria cidadania. Trata-se

de um problema ético e político que resume a razão de ser de toda a educação democrática”. (p. 149\150)

Enfim, se trata de um desafio ético e político que envolve todas as instâncias sociais, logo, todos e todas nós somos responsáveis pelo sucesso dessa empreitada.

Conclusão

Este texto apontou um tema de interesse nacional e de saúde pública no Brasil, que envolve a perda desnecessária e evitável de um número assustador de vidas humanas, principalmente do gênero masculino, em parte por falta de um comportamento cidadão nas rodovias. Este debate abraça aspectos tais como as questões da juventude, da cidadania, do gênero e da educação.

Diante destas discussões propomos um empenho no incremento da educação para a cidadania, nas escolas, mas não só nelas como também nos mais variados campos sociais. É importante salientar que a lógica da educação para a cidadania deve considerar a possibilidade de uma outra socialização para o gênero, tanto para a masculinidade como para a feminilidade, visto que, os rapazes são criados para agirem como agem. Isto é possível, posto que segundo Louro (2004) o gênero é um fator em constante construção e que o conceito exige pensar de modo plural, pois as concepções de gênero não diferem tão somente entre sociedades ou contextos históricos, mas mesmo no interior de uma sociedade e dos diferentes grupos que a constituem, quais sejam, étnicos, religiosos, raciais, de classe.

Trata-se de um projeto muito maior, pois necessita influir na educação escolar, na educação familiar, nos meios de comunicação, enfim nos diversos domínios sociais. Não logrará êxito se for conduzido apenas por uma instituição, a escola sozinha não resolverá esse problema, nada acontecerá se ela fizer seu trabalho e em seguida os pais ensinarem seus filhos de 13, 14 anos a dirigir, se os centros de formação de condutores fizerem seu trabalho, mas a escola não levantar este tipo de reflexão em suas aulas, pouco resultará se as igrejas trabalharem o respeito ao próximo com seus fiéis, mas os meios de comunicação de massa permanecerem propagando a ideia de que homem de verdade é o que dirige em alta velocidade e que carro bom é aquele que atinge 300 k/h de velocidade, para que? Se o limite máximo de velocidade no Brasil não passa de 110 k/h?

Neste projeto é importante que todos estejam dispostos a trabalhar em conjunto, em prol de um bem comum, uma vez que se pretende que o trânsito seja tão somente aquilo que é, ou deveria ser, uma forma de nos deslocarmos no espaço, que nos proporcione qualidade de vida e não apresse a nossa morte.

Referências bibliográficas

ABETRAN. Associação Brasileira de educação de trânsito. Mapeamento das mortes por acidentes de trânsito no Brasil. Disponível em http://abetran.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=12627&Itemid=2 consultado em 27 de janeiro de 2010.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis. Subsídios teóricos do conceito cultura para entender o lazer e suas políticas públicas. In: Revista Conexões UNICAMP, v. 2, n.1, 2004.

ASTÚRIAS, Laura. Constituicion de La masculinidad y relações de gênero. Fórum mujeres em lucha por La igualdad de derechos y La justicia soci, Guatemala. 1997.

BOURDIEU, Pierre. Conferência do prêmio Goffman: A dominação masculina revisitada. In: LINS, Daniel. (org.) A dominação masculina revisitada. Campinas. S.P.: Papirus, 1988.

_____. Razões Práticas. Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. A economia das trocas simbólicas. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____. A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: Ática, 1996.

_____. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CRUZ, Maria Helena Santana. Inovações tecnológicas e relações de gênero no setor de serviços financeiros bancários. In Revista do mestrado em educação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, Editora UFS/ NPGED, 2002.

DA MATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 2001

_____ Fé em Deus e pé na tábua, ou, Como e por que o trânsito enlouquece no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

FLICK, Uwe. Introdução a pesquisa qualitativa. 3ª. Ed. Porto Alegre: ARTMED, 2009

GENTILI, Pablo. Qual educação para qual cidadania? Reflexões sobre a formação do sujeito democrático. In Azevedo J.C. et al. Utopia e democracia na educação cidadã. Porto Alegre: UFRGS, 2000, p. 143-156\ CRSS

GROSSI, Miriam Pilar. Masculinidades: Uma revisão teórica. Antropologia em primeira mão, UFSC, Florianópolis, 2006.

HEILBORN, Maria Luisa O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro. In: MADEIRA, Felícia R., (org.). Quem Mandou Nascer Mulher? Estudos Sobre Crianças E Adolescentes Pobres No Brasil. Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro. 1997 LARANJEIRA, Ana Rita. Não és homem não és nada: Masculinidade e comportamentos de risco. In AMÂNCIO, Lúcia.(org.) Aprender a ser homem. Construindo masculinidades. Livros horizonte, Lisboa, 2004.

PORTUGAL, Sinistralidade Rodoviária Envolvendo Jovens. Ficha Técnica: Os Jovens. Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária. ANSR. Lisboa, 2012

MARTINHO, Teresa. Viver jovem, morrer depressa: Masculinidade e condução de risco. In AMÂNCIO, Lúcia.(org.) Aprender a ser homem. Construindo masculinidades. Livros horizonte, Lisboa, 2004.

MATURANA, E. Qual a importância da educação no trânsito no município de Jarú. Jarú. Ed. Webartigos, 2009. In <http://www.webartigos.com/articles/13733/1/Qual-a-Importancia-da-Educacao-no-Transito-para-o-Municipio-de-Jaru/pagina1.html> Consultado em 30 de julho de 2010.

PANICHI, Renata Maria Dota; e WAGNER, Adriana. Comportamento de risco no trânsito: revisando a literatura sobre as variáveis preditoras da condução perigosa na população juvenil In, Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology - 2006, Vol. 40, Num. 2 pp. 159-166

SILVA, Sofia Marques Da. Masculinidades inquietas: uma possível reflexão. Ex aequo, n. 7, 2002, p. 107-111

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e realidade. 16(2) julho/ dezembro, 1990.

SIMON, F., & CORBETT, C. (1996). Road traffic offending, stress, age and accident history among male and female driving. Ergonomics, 39, 757-780.

A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DAS MULHERES PESCADORAS DE CAMARÃO EM UMA COMUNIDADE NO BAIXO AMAZONAS

Christiane Pereira Rodrigues¹

Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia do Amazonas-IFAM,
christianerodrigues82@hotmail.com

Elenise Scherer²

Universidade Federal do Amazonas – UFAM
elenisefaria@gmail.com

Este artigo tem como proposta identificar o trabalho de pesca artesanal realizado por mulheres em uma comunidade no baixo Amazonas, porém cotidianamente invisibilizadas. A abordagem é qualitativa, considerando-se seus aspectos, através dos aportes teóricos e metodológicos da pesquisa bibliográfica e exploratória. Este estudo faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, iniciada em dezembro de 2015. A realização desse estudo possibilitará a construção do conhecimento histórico, dando visibilidade ao trabalho da mulher pescadora de camarão realizado no baixo Amazonas, sem desconhecer o tempo presente nem as perspectivas futuras, pois faz parte da história social e ambiental da Amazônia brasileira.

Palavras chave: Trabalho, Mulheres, Invisibilidade, Pesca.

-
- 1 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA da *Universidade Federal do Amazonas – UFAM* - Bolsista FAPEAM-RH/interiorização – professora no *Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia do Amazonas-IFAM*.
 - 2 Professora Associada da *Universidade Federal do Amazonas – UFAM*, Pesquisadora da FAPEAM e CNPq, orientadora no PPGCASA/UFAM.

E hoje? Em que pé está a história das mulheres (PERROT, 2015, p.168)

Introdução

Quando Perrot estendeu uma particular importância aos significados do cotidiano da mulher na Europa na década de 70 não imaginou o quanto demoraria para muitas mulheres terem suas histórias reveladas.

A autora destacou a importância da trajetória da mulher como um sujeito ativo e da busca por visibilidade nos espaços públicos e privados. Em sua obra *Minha história das mulheres*, a autora evidencia as representações e os significados mais íntimos da história da mulher, colocando em destaque, o trabalho, os afazeres, as condições de vida, temas até aquele momento, ignorados, deixados à sombra da sociedade.

A invisibilidade destacada no estudo refere-se ao ocultamento, ao desconhecimento da participação da mulher enquanto trabalhadora, ao não reconhecimento do seu trabalho cotidiano, nos dados oficiais e nos trabalhos acadêmicos. A invisibilidade não é uma indiferença, é poder perceber fisicamente o outro e, mesmo sem querer, ignorá-lo (HONNETH, 2009, *apud* SCHERER, 2012, p.20).

Aproximadamente, 45 anos já passaram, mas ainda, muito precisa ser evidenciado, principalmente quando nos referirmos ao trabalho da mulher. As mulheres tiveram que lutar para terem seus direitos reconhecidos, como o acesso à educação, o ingresso na universidade, o direito ao voto, e o próprio direito de ter a sua história contada. Quantas mulheres foram silenciadas ao decorrer de nossa trajetória histórica? O quanto foi perdido?

Segundo o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), estima-se que existem, hoje, no Brasil, há quase um milhão de pescadores artesanais. Sendo, assim, uma das atividades de maior impacto social e econômico no Brasil, que usufrui da grande extensão litorânea e da biodiversidade pesqueira nas doze grandes bacias hidrográficas brasileiras, porém essas estatísticas tornam invisíveis a participação das mulheres nesse contexto pesqueiro, pois não divulgam suas contribuições na frente de trabalho.

A categoria de pescadoras ainda possui baixa escolaridade, enfrenta condições precárias de trabalho e conta com pouca ou nenhuma infraestrutura para beneficiamento e venda do pescado. Este estudo configura-se em torno da pesca artesanal do camarão *Macrobrachium amazonicum*, realizada por

mulheres em uma localidade de ecossistema de várzea, autodenominada por seus moradores de Salvação, no município de Alenquer, estado do Pará, no baixo Amazonas.

As mulheres pescadoras de camarão encontram, cotidianamente, questões envolvendo as relações e aos papéis de gênero. Primeiro, a pesca do camarão é pertinentemente percebida como um trabalho de mulher. O homem, não é pescador de camarão, estando, assim, inserida em um universo de gênero hierárquico que não reconhece a importância do trabalho da mulher. A pesca do camarão é percebida como um trabalho fácil, próprio da mulher, tornando-se desvalorizado e invisibilizado.

Em nosso estudo a discussão sobre gênero na pesca parte das ideias de Saffioti (2004), o autor reconhece o conceito de gênero como uma construção social entre o masculino e o feminino, sendo uma categoria analítica e histórica, presente nos estudos sobre mulher. Assim, não explícita, necessariamente, a desigualdade entre homens e mulheres, pois compreende também relações igualitárias.

De acordo com Maneschy, Alencar e Nascimento (1995, p. 82) afirmam que é preciso “rever, questionar e criticar o padrão de relações de gênero e o papel secundário das atribuições femininas é, portanto, tocar em visões de mundo e em atitudes muito arraigadas”. As autoras questionam a invisibilidade da pescadora na cadeia produtiva da pesca (MANESCHY et. al., 1995, p. 86).

Nesse contexto, este artigo assume o propósito de verificar a invisibilidade do trabalho de pesca realizado pelas mulheres em uma comunidade no baixo Amazonas, através de um estudo bibliográfico e exploratório. E assim, surgem os objetivos centrais: Como vivem essas mulheres? Como ocorre o trabalho e a participação dessas mulheres no trabalho da pesca do camarão? Quem são essas mulheres e em que condições trabalham? Até que ponto o trabalho praticado por essas mulheres proporciona uma mudança na condição de vida delas?

Metodologia

Primeira etapa

Foi feito um levantamento bibliográfico por meio de livros, teses e dissertações dos autores como: Castro (1998), Scherer (2000), Simonian (2003), Barthem (2004), Odwyer (2005), Moraes (2005), Fraxe (2007), Brito (2010), Witkoski (2010), Maneschy (2000, 2010, 2012), Alencar (2013), Bocchini (2013), Gerber (2013, 2015), entre outros.

Segunda etapa

A abordagem utilizada foi qualitativa, baseadas em observações em pacientes formas de ouvir e observar. As conversas são essenciais para dar sentido ao que está sendo observado. “É preciso olhar, cheirar, tocar, observar participar viver a experiência como o máximo que o campo nos possibilitar e nos permitir” (GERBER, 2015, p. 39).

Durante a fase exploratória da pesquisa foi realizado um levantamento de dados através de observações e entrevistas realizadas com as pescadoras de camarão na comunidade da Salvação em Alenquer, Pará, baixo Amazonas, no ano de 2015. Foi feito a realização de uma reunião com as pescadoras para exposição da proposta, dos objetivos e das estratégias para execução das atividades de campo. Com isso, pretendeu-se motivar o envolvimento e autorização das mulheres pescadoras para a realização da pesquisa, fator fundamental para sua efetivação, acordado com as normas regimentares do Comitê de Ética.

Esta pesquisa faz parte de uma tese de doutoramento que está em andamento no município de Alenquer, sobre trabalho de mulheres pescadoras.

Localização da pesquisa

Comunidade da Salvação

Seja de bajara, barco, canoa ou voadeira, chegar em Salvação é se deparar com a beleza cênica que rodeia a comunidade, encantando de imediato quem lá chega. Essa comunidade, pertence ao município de Alenquer, Pará - baixo Amazonas, e encontra-se em ecossistema de várzea, dentro de uma área destinada à reforma agrária, projeto intitulado Assentamento Agroextrativista PAE Salvação.

As principais fontes de renda da comunidade são: pesca, agricultura, criação de gado e bolsas do governo. Na comunidade, há mais de 60 anos, é praticada a pesca do camarão, principalmente, a realizada por mulheres.

A comunidade da Salvação tem, aproximadamente, 78 casas e 87 famílias, na comunidade da Salvação, aproximadamente, 60 mulheres pescam camarão.

A invisibilidade do trabalho das mulheres no baixo Amazonas

O baixo Amazonas faz parte do grandioso território amazônico sendo contemplado com dois estados do Norte, o Amazonas e o Pará. O baixo Amazonas do estado do Amazonas é formado por: Barreirinha, Boa Vista do

Ramos, Maués, Nhamundá, Parintins, São Sebastião do Uatumã e Uruará. Já o baixo Amazonas do estado do Pará é contemplado com os seguintes municípios: Almeirim, Alenquer, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Placas, Porto de Mós, Prainha Santarém e Terra Santa. Porém, o município alvo de nosso estudo desse vasto território será o município de Alenquer pertencente ao baixo Amazonas no estado do Pará.

A Amazônia já passou por vários períodos econômicos, o da borracha, produção de juta, cacau. Mas por traz desse arsenal econômico diversas formas de trabalho ficaram ocultadas. São poucas as contribuições referentes a dinâmica histórica das mulheres paralelas aos dos ciclos econômicos mais predominantes.

Harris (2011) esclarece que o século XIX na Amazônia foi marcada pelo trabalho na produção de borracha, porém, em uma pesquisa sobre o processo de constituição e reprodução do Campesinato realizada no baixo Amazonas, no município de Óbidos, mostrou que existia uma produção de borracha muito fraca. Diante disso, as populações buscaram novas formas de trabalho, como a produção de lenha para os navios a vapor, nascendo assim novas estratégias de renda para sobreviver.

Como mostra Harris (2011) os trabalhos das mulheres do baixo Amazonas tendem a ser invisibilizados, em função de estarem paralelos a atividades com maior importância financeira. A hipótese central desse estudo, percebe esses trabalhos paralelos como um conhecimento tradicional aprendido desde cedo, nos ensinamentos dos pais pela prática cotidiana. Trazendo transformações no seu modo de vida, gerando saberes repassados cotidianamente, de geração a geração, importantes para sobrevivência e permanência na comunidade.

Em Parintins, no distrito de Mocambo do Arari, no baixo Amazonas, de acordo com (Borges et. al., 2014), as mulheres que fabricam cerâmicas, são registradas como agricultoras nos sindicatos dos quais a maioria participam, pois, o governo não lhe garante benefícios diante de sua condição de ceramistas, apesar de suas atividades serem fundamentais para manutenção da família e trazerem maior renda.

De acordo com FONA (2015), no baixo Amazonas, em Santarém, o fazer artesanal das cuias pintadas é um importante aspecto cultural da região conhecido desde o século XVIII e somente foi reconhecido recentemente como Patrimônio Cultural do Brasil. Tradicionalmente realizado por mulheres, desde 1762. Esse modo tradicional de fazer das cuias, no dia 11 de junho de 2015, se tornou um bem registrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, no 79º encontro do seu Conselho Consultivo que ocorreu

em Brasília, o qual aprovou o pedido de registro do modo de fazer cuias do Baixo Amazonas, no Pará, como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Um importante reconhecimento, haja vista que a atividade tradicional de pintar cuias iniciadas apenas por mulheres indígenas do baixo Amazonas existe há mais de dois séculos (FONA,2015). São conquistas como essas que poderão trazer a visibilidade a importância dos trabalhos realizados por mulheres no baixo Amazonas.

De acordo com Thais Helena Medeiros (2013) o trabalho da prática do teçume³ garantiu as mulheres em uma comunidade no baixo Amazonas aquisição de bens e melhoria de vida através do consumo de mercadorias na substituição de alguns trabalhos manuais diários, os eletrodomésticos como o tanque ou máquina de lavar, liquidificador e fogão a gás; bem como, os mobiliários.

E assim a dinâmica da economia doméstica privilegiou a artesanía substituindo os ganhos que o extrativismo da borracha havia eliminado em meados do século XX. A principal mercadoria de troca ainda é a farinha, outras modalidades sazonais e os objetos de palha de tucumã complementam a renda familiar, projetando essas mulheres para autonomia financeira.

Como é o caso da pesca do camarão no baixo Amazonas, ocorrida no município de Parintins e Alenquer. Esses dois municípios foram grandes produtores de juta, porém com a queda da produção de juta ocorrida no final da década de 70 as mulheres buscaram outras formas para garantir o sustento da família, diante da falta recursos. Foi nesse período que a produção do camarão na comunidade da Salvação passou a ser de fundamental importância para sobrevivência e manutenção familiar, deixando de ser somente para o consumo.

O trabalho da pesca do camarão em uma comunidade amazônica

O trabalho das mulheres pescadoras ainda não aparece nas estáticas econômicas do Estado, por se tratar de atividades ainda consideradas como ajuda, e assim são invisibilidades. Como mostra o trecho, MANESCHY et. al., 1995, p. 89:

3 Tipo de tecelagem realizada com palhas

Nos trabalhos produzidos pelas ciências sociais em e sobre comunidades pesqueiras no Brasil e na Amazônia, em particular, a presença da mulher é pouco marcante. Mesmo quando estes estudos se intensificam, a partir da década de 70, a temática que mais atraiu pesquisadores foi a produção, com ênfase nas relações de trabalho e aspectos tecnológicos, onde a participação feminina aparecia mais no momento do beneficiamento do produto.

O trabalho da pesca do camarão na comunidade da Salvação é realizado por toda família, nuclear ou extensa, mas cabe a mulher algumas tarefas específicas. Como a de preparar a isca, limpeza do camarão, realização do cozimento do mesmo após as pescarias. Em geral, o marido é responsável em fazer os apetrechos de pesca e em algumas vezes acompanham as mulheres nas pescarias, mas principalmente para conduzir as embarcações, pois a pescaria é realizada pelas mulheres. Algumas pescadoras levam seus filhos para as pescarias, em geral, a partir dos 05 anos as crianças já acompanham suas mães.

Segundo as pescadoras entrevistadas, a pescaria ocorre o ano inteiro, não existe um período de defeso do camarão. As famílias podem pescar o camarão em qualquer lugar e horário na comunidade, podendo ir quantas vezes desejarem. Os lagos, rios onde são pescados os camarões não são delimitados entre as famílias, cada qual, pesca onde achar melhor. Eventualmente, pessoas que não fazem parte da comunidade realizam pescaria de camarão para fins de consumo.

Apesar do camarão ser pescado o ano inteiro, as pescadoras realizam outras atividades em sua comunidade para garantir o sustento da família. Plantam roça, fazem canteiros, criam animais, sendo essas atividades também realizadas pelas mulheres. Grande parte das pescadoras da comunidade da Salvação realizam multitarefas, tirando seu sustento da terra e da água.

A pesca sempre foi vista como uma atividade exclusiva dos homens, porém, o papel da mulher, não está mais restrito a criação dos filhos e atividades domésticas. Segundo NODA, 2000, como a unidade de consumo é a família, é ela quem determina a quantidade e a forma – se caseira ou não- do trabalho necessário à manutenção familiar. Observou-se, que a distribuição de força de trabalho está muito centralizada na mulher, o marido, os filhos e outros integrantes da família tem suas tarefas específicas, porém, a mulher bastante atuante em todas as outras.

Qualquer impacto ambiental que resulte em dificuldades adicionais ao produtor familiar, para a produção agrícola ou para obtenção de algum produto extraído do ambiente natural (peixe, caça, madeira, etc.) causa, como consequência, a necessidade do emprego da força de trabalho adicional” (NODA, 2000).

As pescadoras entrevistadas afirmaram, que é através da venda do camarão a garantia de melhores condições de vida. As rendas obtidas com a venda do camarão são direcionadas para compras de móveis, roupas, remédios e despesas alimentares.

As relações de trabalho existentes na pesca do camarão não são formalizadas, cada pescadora é responsável por sua produção. Em algumas ocasiões, levam para pescarias amigas para ajudá-las, e de alguma forma garantem uma pequena gratificação, ou trocas de favores ou uma quantia de camarão.

Na comunidade da Salvação a renda familiar das pescadoras resulta de atividades pesqueiras, agricultura e criação de animal, e extrativismo vegetal. Algumas famílias recebem benefícios de programas sociais do governo federal. As pescadoras levam o camarão para vender em Alenquer e as vezes sua produção já está toda encomendada. Existe grande receptividade do produto no município. Algumas pescadoras realizam somente as pescas, pois não tem disponibilidade para ir até Alenquer vender sua produção, então repassam à outra por um valor acertado entre elas.

Os apetrechos utilizados para a pesca do camarão são denominados camaroeiras. Em geral, as pescadoras são responsáveis pela fabricação da mesma, mas em algumas famílias, os homens, filhos e parentes ajudam também a confeccionar. O material utilizado para fabricação é um arame liso ou vergalhão para fazer a base circular da camaroeira e em seu entorno usa-se um tipo de material que as pescadoras denominam de lona.

Algumas pescadoras entrevistadas relataram que já houve outro tipo de camaroeira, mas foram substituídas. Primeiro, utilizavam uma espécie de saco grande, depois usaram o Matapi (é um tipo de armadilha feito com umas talas finas). As camaroeiras duram em torno de 30 a 40 dias, (caso nesses dias tenham muitas pescarias) e então sua lona tem que ser substituída. O material utilizado é de preço acessível, comprado no município de Alenquer.

As preparações das iscas ocorrem antes das pescadoras ingressarem nas canoas para as pescarias. Utilizam ossos de acari assado, ossos de boi, ambos misturados com um pouco de farinha de mandioca umedecido com água. E

há quem também utilize, algumas vezes, a polpa de um fruto que as pescadoras denominam de *Castanha de Macaco*, este fruto tem um cheiro não muito agradável.

Durante a pesca as pescadoras trocam alegrias e tristezas de suas labutas diárias. Repassam saberes aos seus filhos sobre variados assuntos referentes a natureza e a própria vida. Portanto é neste momento que são consolidadas e repassadas as práticas pesqueiras por meio do vasto conhecimento empírico que as pescadoras possuem do ecossistema, assim transmitindo valores e práticas quotidianas para outras gerações através da oralidade.

A cultura está mergulhada num ambiente onde predomina a transmissão oralizada. Ela reflete de forma predominante a relação do homem com a natureza e se apresenta imersa numa atmosfera em que o imaginário privilegia o sentido estético dessa realidade cultural. Nesse sentido a relação do caboclo ribeirinho com a água que atravessa seu cotidiano se torna de importância vital para compreensão desse homem e do universo que o habita. (FRAXE, 2010, p. 296).

As pescarias são realizadas pela manhã e tarde. Quando saem pela manhã vão em torno de 04h00min (am) da manhã e somente retornam depois das 12h00min (pm). No horário da tarde, em geral vão às 14h00min e somente retornam ao anoitecer. O transporte utilizado nas pescarias próximas da comunidade são as canoas, e nos lugares mais distantes usa-se a rabeta. Em cada canoa ou rabeta vão, em geral, 2 pessoas, sendo essas os filhos, amigas ou marido. Segundo, as pescadoras, os meses bons para realização da pescaria são de julho a dezembro. Nos meses de janeiro a junho, apesar da escassez do camarão, a pescaria é constante. Não existe um defeso do camarão, a pesca ocorre o ano inteiro.

Em algumas pescarias as pescadoras levam malhadeiras e caniços para captura de peixe para alimentação de sua família, pois o camarão já está comprometido à venda. Levam de 03 a 04 camaroeiras por pescaria.

A limpeza do camarão acontece logo que a pescadora chega na comunidade. O camarão é lavado com limão ou vinagre, e em seguida, colocado em uma panela com água e sal para o cozimento que é realizado no quintal das casas. Quando a quantidade de camarão é pequena, a família consome frito ou cozido.

Em períodos de abundância de camarão, eles são cozidos com sal e depois expostos ao sol por alguns dias, e então, são colocados em sacas grandes e

depois a saca e fechada. Ocorre a “batida” dos camarões na saca. As batidas são tacadas com pedaços de pau nos camarões dentro das sacas para retirar as cascas. Esses camarões sem cascas tem um valor maior no mercado. Apesar, das longas horas nos rios e lagos, as pescadoras quando retornam das pescarias tem que realizar esse preparo, às vezes, sozinhas.

A última etapa desse processo longo da pescaria do camarão é a venda, em geral, realizada no município de Alenquer/PA, e em certas ocasiões, são encomendados para serem revendidos em Manaus/AM e Santarém/PA.

A pescadora não tem um lugar cativo para venda do camarão. Segundo, pescadoras mais antigas, elas nunca tiveram um lugar fixo, pois algumas ficavam no mercado, outras, em ruas e assim por diante. Hoje, elas ficam em uma rua denominada “rua da frente”, fica bem próximo ao porto. Suas bacias cheias de camarão ficam em cima dos bancos da praça a espera de um comprador.

A sombra das árvores ameniza as manhãs de sol escaldantes. Além do camarão, também são vendidos em porções; tomate, castanha de sapucaia, cheiro verde, maxixe, berinjela, feijão verde, e outros, mas tudo em pequenas quantidades. O valor das verduras e do camarão são combinados por elas antes das vendas. O camarão é vendido no prato. Atualmente, um prato cheio de camarão custa R\$ 7,00 (sete reais), um prato equivale a um quilo mais ou menos. Os camarões descascados, passados pela batida, uma sacola de um quilo chega a custar R\$ 18,00 (dezoito reais).

As mulheres pescadoras têm muita dificuldade em incluir nas pautas das reuniões das associações de pescadores e pescadoras de discussão os problemas que mais lhe afetam. Diante de os homens não acharem importantes assuntos relacionados as mulheres.

Em virtude desse ocultamento nesses processos decisórios nas pautas das reuniões de pescadores e pescadoras, elas acabam achando o trabalho dos homens mais importantes. Algumas pescadoras acham que essa atividade não é central, caracterizam como um complemento para ajudar na economia familiar, apesar de dedicarem mais de 10 horas no trabalho da pesca do camarão.

O interessante é que o papel do homem no trabalho da pesca do camarão é de ajudante. Ele pilota a embarcação, constrói apetrechos, ajuda a fazer o fogo para o cozimento do camarão. Em certas ocasiões a única renda familiar é da venda do camarão.

Não podemos afirmar que a divisão de trabalho entre homens e mulheres na comunidade da Salvação é igualitária, pois depois de um dia de pesca, a mulher tem muitos afazeres domésticos para cumprir e ainda sim, seu trabalho é considerado ajuda.

Muito ainda precisa ser feito para trazer melhorias para o trabalho da mulher pescadora de camarão, principalmente quanto a visibilidade e valorização dessas atividades como alternativas para sobrevivência e manutenção das famílias.

Conclusões

Neste contexto, as mulheres pescadoras de camarão estão inseridas em uma realidade onde o seu trabalho não é valorizado, a busca por igualdade de gênero, e melhorias nas condições de vida, parecem estar muito distantes. Mas, apesar das dificuldades elas encontram forças para cada dia se reinventarem no território em que vivem.

Enquanto existir a dominação de um ser sobre outro, essas desigualdades estarão presentes eliminando a diversidade identitária desse território. Para Bourdieu (2010), a dominação masculina está presente no inconsciente do ser humano, impedindo que o homem enxergue a opressão gerada pela dominação ao sexo oposto, este processo tende a se naturalizar e sendo visto com algo impossível de modificação.

Essa dominação masculina, apontada por Bourdieu (2010) apesar de estar presente no contexto das mulheres da Salvação elas não param de trabalhar, trazendo assim, transformações no modo de vida.

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade no Amazonas; à orientadora; ao órgão financiador FAPEAM, pela bolsa de estudos concedida; e ao IFAM que concedeu afastamento para o doutoramento.

Referências

BORGES, Kássia V. de Oliveira. Noda, Hiroshi. Noda, Sandra. **A cerâmica do Mocambo e sua importância no Contexto Cultural Amazônico**. III Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. VI encontro de estudos ambientais de Países de Língua Portuguesa. v.3, nº 1. Manaus, 2014.

BOURDIEU, Pierre, **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner - 7ª Ed- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 160p.

FONA, Angelsea A. L. Camargo. **Pintando Cuias, Pintando Vidas: Tradição e Arte Pelas Mãos da Família Camargo Fona**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Rondônia/UNIR, 2015.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Cultura Cabocla Ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**, São Paulo: Annablume, 2010. 374p.

GERBER, Rose Mary. **Mulheres e o Mar: Pescadoras Embarcadas no litoral de Santa Catarina, Sul do Brasil**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

HARRIS, Mark. O processo de Constituição e reprodução social do campesinato do Médio Baixo Amazonas. In: **Um Encontro de Antropologia: homenagem a Eduardo Galvão**. Manaus: EDUA, 2011. v. 1, pp. 127-135.

MANESCHY, M. C. A.; ALENCAR, E., NASCIMENTO, I. H. Pescadoras em busca de cidadania. In: ÁLVARES, M. L. M., D'INCAO, M. A. (Org.). **A Mulher existe? uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia**. Belém: GEPEM/GOELDI, 1995, pp. 81-96.

MEDEIROS, Thais Helena. Redes de sociabilidade e comércio na floresta: **Artesanías em palha de tucumã entrelaçam grupos e vidas nas enseadas do Rio Arapiuns em Santarém/PA**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus/UFAM, 2013.

NODA, S. N. **Na terra como na água: organização e conservação de recursos naturais terrestres e aquáticos em uma comunidade na Amazônia brasileira**. Tese (Doutorado em Ecologia e Conservação da Biodiversidade) - Instituto de Ciências Biológicas Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2000.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHERER, Elenise. **Trabalho ocultado: os carregadores e transportadores de bagagens do Roadway e da Estação Hidroviária de Manaus**. São Paulo: Annablume, Brasília: CNPq, 2012.

O MODO DE “SER PESCADORA”: DESVENDANDO O COTIDIANO DAS MULHERES DA PESCA EM INDIAROBA, SERGIPE, BRASIL

Eline Almeida Santos
elinegeo@hotmail.com

Rosemeri Melo e Souza
Universidade Federal de Sergipe
rome@ufs.br

Resumo: Na pesca artesanal permeiam representações que a define como atividade exclusivamente masculina e que coloca o trabalho desenvolvido pelas mulheres como não sendo pesca. Assim, torna-se relevante pesquisas que enfatizem o papel das mulheres em espaços configurados como masculinos e que estes tenham como premissa a análise das relações e organização do trabalho sob a ótica de gênero. O estudo em tela tem como objetivo evidenciar os elementos que definem o modo de vida das pescadoras artesanais de Indiaroba/SE, destacando a organização da atividade, os saberes e as relações estabelecidas entre os indivíduos do grupo social. A abordagem sistêmica e complexa entrelaçam a base científica da pesquisa em evidência, sendo traçado o percurso metodológico correspondente as etapas: levantamento bibliográfico, levantamento documental e pesquisa de campo estruturada por meio da observação participante, aplicação de entrevistas semiestruturadas (pescadoras (es), lideranças e gestores públicos), mapeamento participativo dos pontos de pesca e registro fotográfico. Na pesca a hierarquização de gênero tem primado por negar a contribuição feminina no setor, minar conquistas e não reconhecer a sua contribuição na produção e reprodução, uma vez que desempenham atividades consideradas de terra, extensão do espaço privado. As pescadoras de Indiaroba carregam em si a trabalhadora da pesca, mostrando/provando que o que desenvolve é pesca e não tem porque separar, negar.

Palavras-chave: Conhecimento tradicional, Identidade, Marisqueiras, Pesca artesanal.

Introdução

Os estudos sobre a mulher na pesca denotam a busca de um caminhar novo que possibilite uma leitura crítica acerca dos papéis que estruturam hierarquicamente as relações nesse espaço (ALENCAR, 1993). Caminhos que levam a discussão de gênero enquanto categoria de análise das desigualdades estabelecidas entre homens e mulheres na sociedade; no caso aqui, sobre a condição feminina na pesca.

Na pesca artesanal, esfera a ser salientada no estudo, permeiam representações que a define como atividade exclusivamente masculina e que coloca o trabalho desenvolvido pelas mulheres como não sendo pesca. Tais representações demarcam espaços inerentes a homens e mulheres, contribuindo para o silenciamento e para a negação do papel da mulher no setor. Por isso, torna-se salutar estudos que enfatizem o papel das mulheres em espaços configurados como masculinos e que esses tenham como premissa a análise das relações e organização do trabalho sob a ótica de gênero, por ser um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças entre os sexos e como uma forma primeira das relações de poderes, dando respostas acerca da situação em que a mulher se encontra na contemporaneidade (SCOTT, 1989).

Os estudos de gênero surgiram dos estudos da mulher e aparece como uma forma de combater o determinismo biológico que naturaliza a dominação masculina. As diferenças biológicas não podem ser usadas como justificativas para manter a opressão e, por conseguinte, a desigualdade (TELES, 2007). A dominação é fruto de uma construção social que desenha um modelo de sociedade, em que as relações de gênero são hierarquizadas e baseada no privilégio do masculino, fazendo as mulheres sentirem-se inferiores e percebê-la como natural. Apresenta o homem como o ser pensante do ambiente doméstico e social.

A dominação masculina é motor da divisão social do trabalho que define um espaço para a mulher e determina sua posição desigual na sociedade (CRUZ, 2005). Á vista disso, o patriarcado manifesta-se como expressão da estruturação do poder na sociedade capitalista contemporânea, uma vez que tenta aprisionar a mulher no espaço privado e desvirtua o seu trabalho para que permaneça na “invisibilidade”.

No espaço da pesca a mulher enfrenta uma dupla invisibilidade: face ao ambiente (ser tradicional) e face ao gênero (ser mulher). Contudo, se faz rebelde ao se firmar no território, ao construir sua identidade no desenvolvimento da

atividade, ao reivindicar o reconhecimento do seu trabalho perante o seu grupo e o poder público.

Com base no exposto, o presente estudo tem como objetivo evidenciar os elementos que definem o modo de vida das pescadoras artesanais de Indiaroba/SE. Elementos que traduzem a arte de ser e existir dessas mulheres num universo cuja a identidade é masculina.

A discussão dos modos de vida a partir da análise de gênero será interpretada, neste estudo, por meio da conexão das pescadoras com o meio, da organização da atividade, das relações estabelecidas no grupo pesqueiro, e da sua contribuição para a manutenção da atividade.

Assim, o trabalho feminino será evidenciado a partir do cotidiano das pescadoras, delineado pela singularidade dos indivíduos que transformam o espaço por intermédio da sua vivência. O cotidiano conforma-se como “espaço de mudança, de resistência ao processo de dominação” (COSTA; BRUSCHIN, 1992, p.51).

Metodologia

Por meio da abordagem sistêmica e complexa que está sendo esboçada a pesquisa sobre as relações de gênero no espaço extrativista em Indiaroba, com ênfase no trabalho feminino. Cabe ressaltar, que as mulheres da área investigada praticam o extrativismo animal (pesca) e o extrativismo vegetal (extração de mangaba).

Neste artigo, será salientado o modo de vida das pescadoras artesanais de cinco comunidades extrativistas de Indiaroba: *Terra Caída*, *Convento*, *Pontal*, *Preguiça de Cima* e *Preguiça de Baixo* (Figura 1). A escolha dessa comunidades estar relacionado ao fato do extrativismo constituir-se principal fonte de renda para a população local.

O percurso metodológico contempla as etapas: levantamento bibliográfico; levantamento documental (dados referentes a registro de pescadores e produção); e pesquisa de campo estruturada por meio da observação participante, aplicação de entrevistas semiestruturadas (pescadoras (es), lideranças e gestores públicos), mapeamento participativo dos pontos de pesca e registro fotográfico.

Indiaroba, localiza-se na microrregião de Estância, extremo sul sergipano (11°31'10" S e 37°30'37" W). Dista da capital Aracaju 100 Km, cujo acesso ocorre pelas rodovias BR 235, BR 101 e SE 318. É um município com características rurais que abriga uma população total de 15. 831 habitantes (IBGE, 2010), distribuída numa área de, aproximadamente, 314 Km.

A seleção da amostragem ocorreu a partir da técnica “bola de neve” (snowball) que consiste, na primeira etapa, na seleção de indivíduos que atendem aos pré-requisitos estabelecidos.

Com o propósito de aprofundar a discussão alguns trechos das entrevistas serão apresentados. Para isso, será utilizado a simbologia com letras (M-marisqueira). Essa virá seguido de uma numeração referente a ordem da entrevista. Logo, o primeiro entrevistado será representado como (M1) e assim ocorrerá com os demais, sucessivamente.

Resultados e Discussão

A pesca artesanal é uma atividade caracterizada pela intrínseca relação dos indivíduos com o meio. Relação assinalada por práticas culturais e simbólicas, saberes construídos na experiência cotidiana e pelos códigos que delineiam os usos do espaço e o comportamento do grupo pesqueiro. De base familiar, é desenvolvida, de forma autônoma, a partir da utilização de pequenas embarcações e instrumentos elaborados pelos comunitários.

Nas comunidades que desenvolvem a pesca artesanal o ritmo da atividade é definido pela dinâmica do ambiente. Homens e mulheres têm a jornada de trabalho alicerçada no ritmo da maré.

No Brasil, a pesca artesanal é mais representativa no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, desempenhando relevante papel no cenário nacional, posto que é responsável por mais de 60% de toda a produção extrativa nacional e até 80% do pescado consumido no país, segundo boletins estatísticos do Ministério da Pesca e Aquicultura¹ (MPA). Além disso, contribui na soberania alimentar e na geração de renda de 1.041.967² pescadores. No entanto, não tem sido área de interesse dos gestores e da comunidade científica.

Outrossim, os estudos acerca da pesca são poucos difundidos e os seus dados, geralmente, encontram-se disponíveis em fontes secundárias como teses e relatórios não publicados (MELO; LIMA; STADTLER, 2009; ROCHA, 2010). Quanto a produção da mulher no setor pesqueiro, pouco ainda se sabe sobre a sua realidade e muito menos a dinâmica da sua atividade. Essa realidade ainda

1 Extinto em 2015. A produção e consumo de pescado ficou a cargo da Secretaria da Pesca e Aquicultura que integra o Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento.

2 Total de pescadores artesanais, segundo dados do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP, 2012).

não é traduzida em números, uma vez que as mulheres não aparecem nas estatísticas oficiais (ROCHA, 2010). Trazer para o campo do debate o espaço social da pesca e evidenciar, nesse, a contribuição feminina significa romper com iniquidades que perpassaram épocas.

Por apresentar-se como área de beleza cênica, de apelo turístico, o espaço da pesca artesanal tem sofrido transformações que acarretam mudanças na dinâmica pesqueira das comunidades. Prova disso, são os deslocamentos de pescadores, devido à presença de empreendimentos turísticos e plataformas de exploração de petróleo, que acabam dificultando a vida dos pescadores. Aliado a questão, tem-se o desmatamento do manguezal em decorrência da carcinicultura, da plantação de eucalipto e do crescimento populacional que atinge diretamente a pescadora, pois desenvolve atividades, exclusivamente, nesse território.

Conflitos são desencadeados na pesca por conta dos interesses diversos dos agentes de transformação desse espaço. As mulheres são as mais prejudicadas em razão da sua realidade não aparecer nos dados oficiais e assim, não terem acesso a políticas públicas voltadas a pesca. Quadro que aprofunda as desigualdades no setor.

Destarte, o panorama atual da pesca é crítico e por conta dessas questões o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP) tem articulado ações para o fortalecimento da sua identidade, para a manutenção da atividade e, de modo consequente, para a permanência e regularização do território pesqueiro.

Em 2012, o MPP lançou a Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras com o objetivo de construir um instrumento legal de iniciativa popular que garanta a manutenção e o modo de vida de pescadoras (es).

A defesa da regularização do território pesqueiro traduz a busca pela garantia da vida, da cultura, do abastecimento do mercado interno e da conservação da biodiversidade brasileira. As mulheres têm papel de destaque nesse processo, por possuir um histórico de luta em torno do bem estar da família e da reprodução social do grupo. Logo, torna-se necessário a presença das mulheres nos espaços de poder e decisão, no espaço público, para que a pesca não esteja fadada a extinção.

Gênero e pesca

Com base nos dados do RGP (2012; 2016), as mulheres representam 41,37% dos trabalhadores da pesca registrados no país. Quando partimos para

uma análise regional, o Nordeste é a região que apresenta maior número de mulheres com 259.677 (29,92%) contra 230.262 (22, 10%) homens registrados. Indiaroba segue a configuração regional e estadual, visto que o percentual de mulher no RGP é superior aos de homens com 941 registros que corresponde a 61,99% do total (Tabela 1).

Localidades	Mulheres	%	Homens	%
Brasil*	437.012	41,34	604.955	58,06
Nordeste*	259.637	24,92	230.262	22,10
Sergipe**	20.465	63,70	11.471	35,70
Indiaroba**	941	61,99	574	37,81

Os dados são reveladores do número significativo de mulheres que compõem o universo da pesca artesanal, que contribuem para o sustento da família e para a conservação ambiental. Porém, ainda hoje, muitas são as lutas e demandas dessas trabalhadoras que têm na atividade o sentido da sua existência, o fortalecimento da sua identidade. São trabalhadoras que lutam contra um modelo de sociedade que acirra as desigualdades e a dominação do homem sobre a natureza e, assim sobre a mulher, posto que a subordinação feminina está embasada nos princípios que fundamentam a exploração da natureza.

Em decorrência do exposto, as mulheres apresentam demandas em torno da efetivação dos seus direitos como: reconhecimento do seu trabalho, acesso a colônias, a linha de crédito, direitos previdenciários, saúde, educação e moradia.

Analisar a condição feminina na pesca nos conduz a adentrar um universo marcado por desigualdades construídas histórica e socialmente; desvela a tessituras de gênero num espaço marcado pela divisão sexual do trabalho, em que homens e mulheres possuem papéis diferenciados e desiguais.

O gênero enquanto construção histórica e relacional nos leva a compreender como a “diferenciação sexual tem sido concebida em termos de dominação e de controle das mulheres” (SCOTT, 1989, p.26).

Na pesca a hierarquização de gênero tem primado por negar a contribuição feminina no setor, minar conquistas e não reconhecer a sua contribuição na produção e reprodução, uma vez que desempenham atividades consideradas de terra (em regiões estuarinas, às margens de rios e no mangue extraindo moluscos, crustáceos), menos valorizadas por serem consideradas extensão do trabalho doméstico.

Com base nas colocações de Melo, Lima, Stadler (2009), o trabalho das pescadoras visto como prolongamento das funções domésticas contribui para a dominação masculina do espaço público e das área de poder: o mar, as colônias e associações da categoria.

Quando afunila-se a discussão para a escala do local, do cotidiano, percebe-se o quão impactantes são as construções de gênero na vida das trabalhadoras da pesca. Em Indiaroba, existem mulheres que não possuem o registro de pescadoras profissionais, apesar de viver, exclusivamente, da pesca. Questão que traz sérios impasses para essas trabalhadoras, já que as impedem de ter acesso a aposentadoria, seguro por acidente, auxílio-doença, seguro-defeso, entre outros direitos. As questões das mulheres não são levadas em consideração nas pautas das colônias e associações. Além do distanciamento que existe entre os filiados e as entidades de classe, pois não sentem-se representados.

Em consequência da sua situação no quadro geral da pesca, as pescadoras de Sergipe, autodefinidas como marisqueiras, iniciaram um processo de articulação para formar um movimento estadual. Proposta discutida no II Encontro Inter-Regional das Marisqueiras, realizado no ano de 2015 em Aracaju. O evento reuniu 85 mulheres da área de abrangência do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras-Bacia Sergipe e Alagoas (PEAC)³ que debateram sobre sua luta e a estruturação do Movimento das Marisqueiras de Sergipe (Figura 2).

A organização das pescadoras quanto a formação de um movimento que evidencie as suas demandas, torna-se urgente e salutar para que as desigualdades presentes do setor sejam minimizadas e para o fortalecimento da a pesca artesanal em Sergipe.

Ser pescadora: cotidiano e modo de vida

A inserção da mulher na pesca tem início nos primeiros anos de vida quando essa passa acompanhar a mãe na labuta diária. O exercício diário permite a construção de um rico conhecimento sobre os ciclos da natureza e o comportamento das espécies.

3 Em Sergipe o PEAC abrange hoje 10 municípios litorâneos: Brejo Grande, Pacatuba, Pirambu, Barra dos Coqueiros, São Cristóvão, Aracaju, Itaporanga D' Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhi e Indiaroba. Disponível em: <<http://programapeac.com.br/sobre-o-peacabrangencia-do-peac/>>. Acesso em: em: marc. 2016.

Ramalho (2006) ressalta o papel das mulheres na formação de novos trabalhadores da pesca artesanal ao explicar que são fundamentais na socialização de seus filhos na atividade de pescaria, ou seja, a mãe é quem cumpre as primeiras cerimônias de apresentação e integração dos filhos ao trabalho de pescaria. Situação expressa no cotidiano das pescadoras de Indiaroba, conforme relato de M1 e M2.

M1 *“Quando elas era pequena, eu tinha que levar, né! Porque 11 filhos pra dar comida. Vamos trabalhar, né!”*

M2 *“A minha mãe [...] uma marisqueira também. Depois que eu cresci[...]que eu via ela indo [...] aí eu tinha curiosidade [...] comecei a ir mais ela, aí [...] aí até hoje.”*

Além de apresentar a notoriedade da mulher na socialização da atividade, os trechos selecionados retratam a vivência, o cotidiano de indivíduos que constroem saberes acerca da pesca no encontro com os demais e com o ambiente.

O cotidiano refere-se à vida de todo dia (BARCELLOS, 1995), o “palco” onde algumas tramas se desenrolam. É a dimensão na qual o grupo vive experiências comuns, onde se manifestam os saberes tradicionais e onde, por meio da interação ambiente-grupo pesqueiro, o “ser pescador” é construído.

As pescadoras inquiridas estão registradas nas Colônias Z-3 (Santa Luzia Itanhi), Z-4 (Estância) e Z-11 (Indiaroba). O registro nas colônias Z-3 e Z-4 é por conta de serem colônias mais antigas, atendendo pescadores de outras localidades. É válido sublinhar que a pescadora possui a “liberdade” de transferir o seu registro para a colônia que considerar conveniente para a sua situação, mais próxima à sua área de atuação.

Nas comunidades investigadas a maré define o ritmo de trabalho, os apetrechos, as estratégias a serem utilizadas nos pontos de pesca e as espécies extraídas. É o que pode ser visto nos trechos selecionados e que Maldonado (1986) enfatiza, ao afirmar que o tempo do pescador é medido pelos ciclos da natureza, pelo decorrer dos dias e noites no ambiente marítimo e pelo comportamento das espécies.

M3 *“Depende da maré [...]! Tem maré que tá boa [...] a gente vai três, quatro dias e quando a maré não tá boa a gente vai um dia, dois.”*

M4 *“Quando eu vejo que tá a maré tá boa, eu vou uns quatro dias [...] porque quando tá dando siri [...] aí eu vou logo. Mas, também quando não tá dando nada[...]!”*

Com base nas entrevistas, as pescadoras trabalham no complexo estuário-manguezal de três a cinco dias. Desenvolvem uma dupla jornada diária, em razão do trabalho na pesca (extração, beneficiamento e comercialização) e no espaço privado, com a realização dos afazeres domésticos e educação dos filhos. A carga horária de trabalho é longa e exaustiva, chegando a mais de 11 horas/dia. Obtêm com o seu trabalho uma renda mensal entre R\$ 150,00 e R\$600,00, aproximadamente.

Os relatos demonstram a desvalorização do trabalho feminino nas comunidades investigadas. Desvalorização que cristaliza a exploração das pescadoras e que é refletida nos valores que são destinados a comercialização dos seus produtos, uma vez que a renda do seu trabalho é inferior a um salário mínimo. Valor que não supre as necessidades básicas de suas famílias.

As políticas públicas voltadas para as especificidades das pescadoras precisam ser pensadas e efetivadas, para que assim, possam viver com mais dignidade e não sejam refém das intempéries do mercado, nem de atravessadores. É preciso, ainda, promover a sua participação para que se organizem e haja o surgimento de lideranças e a formação de sujeitos políticos que lutem em benefício das suas demandas.

As pescadoras saem em grupo, geralmente, com familiares e/ou vizinhos. Nos últimos anos têm se deslocado para pontos mais distantes, por causa das ações antrópicas negativas que têm provocado mudanças no espaço pesqueiro, entre elas, a diminuição das espécies. Em virtude disso, realizam a pesca em vários trechos do complexo estuário-manguezal do Rio Real em Sergipe e na Bahia.

As ações antrópicas negativas que aparecem com frequência nos relatos das inquiridas são: carcinicultura que tem proporcionado o desmatamento do mangue, diminuição de espécies, a exemplo do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*); crescimento populacional e, portanto, de pescadores, provocando a exploração intensiva dos recursos; e poluição provocada pelo derramamento de óleo por parte da Petrobrás.

Dentre as pescadoras indagadas, a maioria caminha até as áreas de extração e o percurso pode durar até mais de uma hora. Outras utilizam canoas a motor e/ou a remo, pertencentes a parentes ou vizinhos.

Quanto as espécies extraídas pelas pescadoras, destacam-se: aratu (*Goniopsis cruentata*), maçunim (*Anomalocardia brasiliiana*), siri (*Callinectes exasperatus*), ostra (*Crassostrea rhizophorae*) e sururu (*Mytella guyanensis*). Para a captura das espécies manipulam apetrechos e desenvolvem técnicas fundadas através dos saberes tradicionais. Como pode ser identificado na narrativa de M3.

M3 “[...] A gente sobe na gaiteira, bota o balde lá no chão e bota linha e pega umas folhas [...] esbagaça nas mãos [...] sacode e faz lururururu [...] aí quando o aratu tá bom já de pegar, eles vem tudo, a gente avôa, eles pega na isca [...] Quando ele garra na isca a gente joga no balde.”

O beneficiamento dos recursos pesqueiros é realizado de forma individual e coletiva (com ajuda da família e/ou vizinhos). Ocorre logo após a extração, entre as atividades domésticas (Figura 3).

Em referência a comercialização da produção, é realizada com frequência na comunidade e/ ou com atravessadores. O pagamento ocorre no ato da entrega. Em alguns casos, o pagamento é a prazo, sendo efetuado em até dois dias após a negociação. Segundo Petersen (1995), a análise do cotidiano das mulheres da pesca possibilita a partir do patrimônio cultural (elemento da memória social de um povo) a reconstituição das suas práticas no espaço pesqueiro, o nível em que a reprodução social se realiza na produção dos indivíduos.

Dessa maneira, o cotidiano apresenta-se como a escala da reprodução, da especificidades, da afirmação da sua existência, da resistência de mulheres que têm na relação ambiente-atividade pesqueira-grupo os elementos que constroem sua identidade, dão sentido a arte de ser pescadora.

A identidade está relacionada aos significados construídos a partir dos atributos culturais nos quais o grupo está inserido, e os quais o grupo considera importante.

Haesbaert (2007) afirma que identificar-se implica sempre identificar-se com, num sentido relacional e dialógico. Assim, o reconhecimento da pescadora como tal ocorre dentro do grupo, por aqueles que têm o poder de formular e mesmo de fixar essas classificações.

A análise da participação feminina na pesca com ênfase na sua identidade de pescadora, envolve um processo de localização, classificação e hierarquização social, ou seja, em todo processo identitários há uma relação de poder.

A identidade da pesca é “masculina” e isso reflete na condição feminina no setor, marcada pela ideia de complementariedade e de não pesca o que desenvolve. Mas, as mulheres têm se organizado e subvertido tal destino, mostrando que é trabalhadora da pesca sim e que é devido a seu trabalho que o homem tem condições de desenvolver a sua pescaria, a pescadria no mar de fora, mais respeitada pelo grupo.

O modo de ser das pescadoras de Indiaroba está imbricado de elementos que dão sentido ao grupo pesqueiro. É determinado pela autonomia, liberdade, saberes, imprevisibilidade, crenças, amizade, resistência e luta que marcam a sua existência enquanto indivíduos pertencente a uma cultura que transcender gerações. Elementos que podem ser identificados na fala de M5 ao expor o que é ser pescadora e que traduz toda uma experiência nas marés da vida.

M5 “É honestidade, [...] é ter liberdade. Eu gosto da pesca, eu gosto de trabalhar. Eu não gosto de tá dependendo de ninguém, sabe?! E me sinto, me sinto feliz quando tô pelo mundo. Tá entendendo? É assim! [...] Eu gosto! [...] Eu tô ali, sabe! Um problema se eu tiver, alguma coisa assim, ali naquela hora sai tudo. Eu esqueço de tudo. Pra mim ali é só a minha pescaria. Só tô ali só mesmo envolvida nela.”

Conclusões

O modo de ser das pescadoras é delineado nas tramas que tecem o seu cotidiano, marcado pelas desigualdades de gênero.

Em Indiaroba, as pescadoras apresentam-se de várias formas, constituindo diferentes modos de ser, de existir. Há aquelas que desenvolvem o seu trabalho no manguezal; outras que vão além dos limites estabelecidos e adentram o estuário, espaço de domínio masculino. Claro que, geralmente, ocorre em companhia masculina (esposo, filhos e amigos). Mas, isso não pode impugnar a presença feminina no setor. Pelo contrário, aparece como um indicador da sua resistência, mostrando que o seu espaço de trabalho é onde a necessidade conduzir. Vencem barreiras, subvertem os estereótipos que tentam imobilizá-la no espaço privado.

As pescadoras investigadas carregam em si a trabalhadora da pesca, mostrando/provando que o que desenvolve é pesca e não tem porque separar, negar. Elas são as guardiãs dos saberes, da história, da identidade do grupo, pois são responsáveis pelas primeiras lições sobre a atividade. São as protagonistas da reprodução social do grupo pesqueiro.

Agradecimentos:

À FAPITEC/SE pela concessão de bolsa de pesquisa.

À professora Dr^a Rosemeri (Rose), líder do GEOPLAN, por me incentivar a adentrar o universo das mulheres extrativistas sergipanas.

Referências

ALENCAR, E. F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, L. G.; LEITÃO, Wilma; MELLO, A. F. de. **Povos das águas**: Realidade e perspectivas na Amazônia. PR/MCT/CNPq Museu Paraense Emílio Goeldi-Coleção Eduardo Galvão, Belém: Pará, 1993. p. 64-81.

BARCELLOS, Jorge A. S. Território do cotidiano: introdução a uma abordagem teórica contemporânea. In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Orgs.). **Territórios do cotidiano**: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/ UFRGS/ Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995, p. 40-48.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características da população**: trabalho e rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/trabalho_e_rendimento/>. Acesso em: out. 2015.

COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carolos Chagas, 1992.

CRUZ, M. H. S. **Trabalho, gênero, cidadania**: tradição e modernidade. - São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, F. G. B. de; HAESBAERT, Rogério (Orgs.). **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MELO, M. de F. M. de; LIMA, D. E. da S. STADTLER, H. H. C. O trabalho das pescadoras artesanais: “coisa de mulher”. **XX CBED. Anais... Fortaleza: UFC, 2009. p.1-11.**

MPA-Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim do Registro Geral da Atividade Pesqueira-RGP.** Brasília, 2012.

PETERSEN, S. R. F. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (Orgs.). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências.** Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/ UFRGS/ Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995, p. 49-66.

RAMALHO, C. W. N. **Ah, esse povo do mar!** Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis: Campinas, SP: CERES (Centro de Estudos Rurais do IFCH-UNICAMP), 2006.

ROCHA, M. da S. P. **Mulheres, manguezais e a pesca no estuário do Rio Mamanguape, Paraíba.** 121f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

SCOTT, J. – **Gender:** a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press, 1989.

TELES, M. A. de A. **O que são os direitos humanos das mulheres.** São Paulo: Brasiliense, 2007 (Coleção primeiros passos).

MULHER E TRABALHO: O PERFIL DA MULHER EMPREENDEDORA

Fernanda Gama Serafim¹

Resumo

O presente artigo pretende refletir sobre o perfil da mulher empreendedora. Para tanto, analisa a condição da mulher que possui negócio próprio, o seu perfil e o modo como ela está inserida no ambiente público de trabalho. Analisa os movimentos feministas e os papéis exercidos pela mulher ao longo da sua história, afim de conhecer a condição feminina. Utilizando como método a pesquisa bibliográfica, o estudo chega aos seguintes resultados: que as mulheres hoje são a grande força empreendedora, já superando uma estimativa de 40% do mercado ativo, elas enfrentam preconceitos de gênero quando a área é predominantemente masculina, tendo que provar a sua qualidade profissional; de onde conclui-se que as mulheres conseguiram construir o seu espaço de atuação na economia, sendo ela um definidor de mercado, apesar das dificuldades de gênero que encontra.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Mulher e Trabalho; Empreendedorismo;

1 Mestra em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social pela Fundação Visconde de Cairu; Bacharel em direito pela Universidade Católica do Salvador; Pós-Graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas; Advogada e empreendedora. fernanda.serafim@outlook.com

Introdução

O papel de mãe, a maternidade, sempre foi a principal, e por muitas vezes única função da mulher em uma sociedade. Aprender a cuidar da casa, casar-se, educar os filhos e cuidar do marido: o papel feminino no decorrer dos séculos resumia-se a isto.

Em uma época em que aumenta a quantidade de mulheres na vida pública estão sendo desenvolvidos novos papéis públicos para elas. Anteriormente todas as imagens das mulheres provinham de seus papéis familiares (a mãe, a prometedora filha jovem, a esposa solidária). Alguns desses papéis se transferem às mulheres na política, mas estão sendo criados novos, dos quais temos muito pouco a dizer (DAHLERUP,1999, p. 161).

Os fatos históricos demonstram que pouco houve a participação feminina em fatos importantes. Isto porque a história principal foi escrita por homens, e a mulher foi a coadjuvante, em um sistema patriarcal que não permitia sua inserção no espaço público.

Deste modo, os cargos de alta patente, e de liderança, em quase sua totalidade, foram sempre ocupados por homens. A exemplo, temos a pouca representatividade feminina em cargos de públicos, em que apesar de serem 51% da população, segundo o censo demográfico de 2010, do IBGE, existem apenas 9% de representantes femininas no congresso. Sendo assim, não é de causar estranheza que cargos de gerencia em empresas ainda sejam majoritariamente ocupados por homens.

Porém, o perfil da mulher mudou ao longo dos séculos. Nas últimas décadas, principalmente após a I e II Guerras Mundiais, onde pela falta da força de trabalho masculina, já que estes estavam em campo de batalha, foi necessária a inserção rápida da mulher no trabalho.

Diante do atual quadro econômico brasileiro, vê-se que a mulher está se arriscando a empreender, o que as levam pode ser uma necessidade ou uma oportunidade. Estas questões são importantes, mas o presente artigo tem como questão básica conhecer e analisar o perfil da mulher empreendedora.

Mulher e Trabalho

Entre 1880 e 1930, iniciou-se mais expressivamente o trabalho feminino, sobretudo no Brasil. A partir do século XIX, após a abolição da escravatura, o governo brasileiro buscou trazer estrangeiros para o país tendo como um

dos incentivos a Lei do Ventre Livre. Com promessas de um desenvolvimento promissor, imigrantes europeus foram atraídos ao país para então trabalhar nas indústrias e na lavoura (RAGO, 2012).

Não era raro, portanto, encontrar mulheres e crianças brancas nas indústrias e lavouras brasileiras. Pesquisas mostram que eram elas a maioria da força de trabalho na zona industrial, visto que eram a mão de obra mais barata em uma atividade não qualificada.

Desta forma, boa parte do proletariado feminino estava no processo industrial de fiação e tecelagem², e não por coincidência, era também o processo ainda pouco mecanizado. Em contrapartida, elas estavam praticamente ausentes na metalúrgica, no setor de calçados e mobiliário, setores por sua vez mais mecanizados, e de predominância masculina (RAGO, 2012).

A desqualificação do trabalho feminino não se dava apenas quanto a reserva da área de trabalho, e a sua não mecanização. E se agravou, não surpreendentemente, com a modernização da indústria. A proporção em que o processo ia sendo modernizado, as mulheres acabavam sendo demitidas. Além disso, ainda havia a exploração do trabalho fora do ambiente industrial. Costureiras eram pagas pelas peças de roupa elaboradas em suas residências, submetendo-as a uma jornada dupla de trabalho. Sua rotina poderia chegar até 18 horas de trabalho, atividade esta continuação da qual exercia na indústria. Sendo assim, meio altamente lucrativo aos empregadores, visto que cortavam custos de confecção dessas peças (RAGO, 2012).

Em consequência, entende-se que o trabalho da mulher era sempre o mais mal remunerado, o mais explorado e o mais extensivo, visto que eram tidas como proletariado de baixa resistência. Nesse entendimento, Rago (2012, p. 581), traz que independente da classe social da mulher, ela era enfrentava barreiras para ingressar no mercado de trabalho, onde “da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual, ao assédio sexual, elas tiveram sempre que lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como naturalmente masculino”.

Desta forma, a mulher foi cada vez mais substituída pela mecanização industrial, e pelo aumento da parcela masculino na força de trabalho operária. A situação só começou a se modificar a partir da década de 1970, onde tem o início à feminilização da atividade.

2 Rago traz os seguintes dados: Zona Industrial de São Paulo possuía cerca de 30,89% de mulheres; já o operariado têxtil era composto por 72,74% de mulheres.

As mulheres são hoje um número expressivo de trabalhadoras ativas, o aumento foi expressivo sobretudo, a partir da década de 70, com os movimentos sindicais latentes, e os movimentos feministas de empoderamento das mulheres (AMORIM e BATISTA, 2011).

Ainda assim, as décadas de 70 e 80, os ramos que mais absorviam a produção feminina ainda era o da indústria têxtil, com cerca de 52% da sua representação, e a indústria de vestuários com aproximadamente 57% do seu proletariado. As atividades ainda eram as não qualificadas, como a linha de produção industrial, ou atividades administrativas como secretarias ou assistentes sociais (BLAY, apud GUIMARÃES, 2010).

Em contrapartida, no fim da década de 1980, e no decorrer da década de 1990, novos paradigmas foram incorporados em relação as atividades industriais e de serviços. Novos modelos organizacionais, onde priorizavam a formação do profissional para que este se adequasse a competitividade do mercado, como mudanças na relação qualificação-competência, trouxe a necessidade de um mercado empresarial mais competitivo, enxuto, e com vistas a uma gestão voltada a qualidades (GUIMARÃES, 2010).

Deste modo, o mercado voltou as portas as mulheres, criando mais espaço para mulheres com formação em engenharia, programação e técnica especializada. Porém, a medida em que essas novas oportunidades foram abertas, outras frentes não qualificadas também surgiram com a modernização do processo industrial, e com a nova gestão de qualidade, onde mulheres foram colocadas em atividades como operadoras de maquinário, locais antes de atividade qualificada, e predominantemente masculina (GUIMARÃES, 2010).

Porém, tal modificação não teve o intuito nobre de abrir maiores frentes de trabalho feminina, mas sim reduzir custos da atividade. Uma vez que o trabalho era exercido por uma mulher, a sua remuneração era reduzida quando comparada a masculina.

Características de um Empreendedor

O ato de empreender existe desde o início da civilização humana, modificando apenas o modo como isso é feito. Todavia, o empreendedor nem sempre foi alguém bem visto na sociedade, pois não era uma atividade intelectualizada ou de nobreza (camada burguesa), e por ser um meio especulativo, não era bem visto. Apenas a partir do século XVIII é que passou a ser considerada como uma atividade mais respeitada, virando sinônimo de ocupação pessoa com alta

atividade produtiva, capaz de realizar inúmeras atividades ao mesmo tempo (MENDES E ZAIDEN FILHO, 2012).

Para Schumpeter (apud, DORNELAS, 2005, p.39) “o empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou exploração de novos recursos e materiais”.

Deste modo, de acordo com Mendes e Zaiden Filho (2012), é imprescindível que, para empreender, o indivíduo precise desenvolver certas características tais como a autoconfiança, disciplina, otimismo, persistência e responsabilidade. Dentre outros fatores, é aquele que empreende, que busca fontes de gerar riquezas, e que tem o intuito de inovação como traço de personalidade. Uma pessoa não nasce empreendedor, ele torna-se.

Por conseguinte, um empreendedor de sucesso, deve ser, antes, um bom administrador, bem como possuir características extras como bom relacionamento interpessoal, ser visionário, dedicado, intenção de fazer a diferença no mercado ou socialmente, também ter dinamismo e necessidade de ser independente, construindo assim o próprio destino, visualizando uma oportunidade criando uma necessidade de negócio sabendo capitalizar sobre ela (DORNELAS, 2005).

Empreendedor é aquele que por necessidade ou satisfação pessoal, abre negócio próprio ou associa-se a um empreendimento com a finalidade de investir seu capital, inovar e angariar lucros decorrentes de tal atividade, podendo esta ser a sua principal fonte de renda ou auxiliar (DORNELAS, 2005).

Para ter um negócio, independentemente do setor, é necessário ter a capacidade de reinventar os meios de atender às crescentes necessidades da sociedade em que vive, assim como proporcionar grandes transformações de âmbito econômico, social e ambiental, sendo ele o responsável pelo crescimento econômico e pelo desenvolvimento social. Para isto foi-se necessário a inovação tecnológica, que dinamizando a economia (AMORIM, BATISTA, 2011).

Em síntese, imprescindível, que o empreendedor tenha características múltiplas, e que possa se reinventar, e ao seu negócio, de acordo com o desenvolvimento social e tecnológico. Aquele que não consegue ter uma visão visionária ou ampla de mercado, não conseguirá moldar-se a ele; e, por conseguinte, não obterá êxito prolongado no seu empreendimento.

Perfil Da Mulher Empreendedora

Ao longo da historiografia feminina, observamos que a mulher, mesmo quando ocupou os espaços públicos, não era protagonista. Pertencia a ela o espaço privado como o de sua vivência. Aquelas em que por condição de necessidade, ou interesse pessoal resolvessem adentrar no meio do trabalho, além de sofrer abusos por parte do empregador, também sofria no eixo familiar. Rago (2012, p. 583), coloca que:

Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção: começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino era tratado no interior da família. Os pais desejavam que as filhas encontrassem um “bom partido” para casar e assegurar o futuro, e isso batia de frente com as aspirações de trabalhar fora e obter êxito em suas profissões.

Deste modo, a mulher antes era dependente do marido, até mesmo para assumir os papéis considerados femininos. Hoje, a mulher busca desenvolver-se por si mesma, ter a sua independência financeira, e sua própria identidade pessoal. Esse novo entendimento está muito além de casar e constituir família, mas também de compreensão, estilo de vida, e não aceitação ao que lhe é imposto. Resumindo-se em independência e capacidade de gerir o próprio caminho (MACHADO, apud, ANDREOLI e BORGES, 2007).

Para Probst (2015), “o perfil das mulheres é muito diferente daquele do começo do século. Além de trabalhar e ocupar cargos de responsabilidade assim como os homens, ela aglutina as tarefas tradicionais: ser mãe, esposa e dona de casa. Trabalhar fora de casa é uma conquista relativamente recente das mulheres”.

Andreoli e Borges (2007), trazem que a mulher é atualmente um eixo importante na economia. Visto que elas estão abrindo cada vez mais empresas do que os homens, espaço este antes dominado por eles, sendo elas uma representação de 40% dos trabalhadores ativos nacionalmente³.

3 Segundo dados do IBGE de 2001, o número de mulheres economicamente ativas já estava acima de 32,8 milhões de trabalhadoras, sendo esta uma forma econômica representativa em 40% do total do mercado.

Com efeito, empreendedoras são mulheres que ousaram quebrar o paradigma historicamente machista, abandonando o papel de dona-de-casa ou mãe-de-família que lhes foi delegado durante décadas, rejeitando o estereótipo de “mulher-Amélia”, enfrentando preconceitos e discriminações, assumindo uma atitude própria e lutando por seus sonhos e ideais (ANDREOLI E BORGES, 2007, p.02).

O desenvolvimento da economia de mercado está diretamente ligado a envolvimento da mulher. A partir do momento em que ela se tornou economicamente ativa, passou a ser uma “renovação consumerista”, visto que é um outro tipo de consumidor e com maior poder de compra, como também uma nova força de trabalho e de sustento familiar.

As razões das mulheres empreenderem são diversas, mas esbarram sempre em dois pontos principais: necessidade e satisfação pessoal. Chiavenato (apud AMORIM e BATISTA, 2011, p. 5) coloca que “a motivação está intimamente relacionada com as necessidades pessoais. Assim, as necessidades direcionam o comportamento daqueles que procuram satisfazer carências pessoais.”. Deste modo, quando ela resolve empreender, em geral, passa pela iminente necessidade de contribuir ou sustentar a sua família, ou pela satisfação pessoal (que também pode ser considerada como uma necessidade intrínseca), de seu próprio desenvolvimento e independência.

A evolução e modificação do perfil feminino, proporcionou o surgimento de mulheres acarretou mais independentes e seguras de si. O empreendedorismo tem sido importante e o grande propulsor do empreendedorismo feminino, que chega a 63% das empreendedoras, o faz por necessidade econômica (AMORIM e BATISTA, 2011).

Não raro, vemos mulheres com pequenas confecções, lojas, fazendo artesanato e quitutes para a complementação de renda.

Características Da Mulher Empreendedora

Com o intuito de exemplificar o que a teoria afirma, passaremos a apresentar dados referentes a entrevistas realizadas.

Em primeiro momento, será apresentado um quadro com o resumo das entrevistas e dados das entrevistadas, para que, desse modo, posso haver uma melhor identificação. Em sequência, haverá uma apresentação e ambientação quanto aos dados e decorrências das informações levantadas.

QUADRO I – Perfil dos Sujeitos

Entrevistadas	Síntese dos dados coletados relativos ao perfil dos sujeitos	Identificação
Primeira Entrevistada	Tem 54 anos, é corretora de imóveis e aposentada. Casada, mãe de dois filhos de 31 e 15 anos. Não possui curso de graduação em nível superior, apenas cursos de formação. Trabalhou 30 anos no ramo de ótica como funcionária exercendo cargos iniciais como vendedora, chegando ao cargo de gerente de compras da rede em trabalho. No decorrer do exercício profissional, chegou a ter concomitantemente ao emprego formal, alguns negócios próprios chegando ao número de cinco. Investimentos em fabricação própria de biquínis, loja de material para animais, ótica e loja de roupas. Atualmente, após ter se aposentado, estabeleceu-se como corretora de imóveis. Vem de uma família com empreendedores.	P1
Segunda Entrevistada	Tem 42 anos, casada, sem filhos, possui graduação em comunicação social, e é estilista por formação. É sócia de uma confecção de roupas em Salvador, com espaço próprio de vendas em atacado e varejo, como também loja virtual. Atuante desde 2006, estabeleceu no mercado durante os últimos 10 anos com a confecção exclusiva de roupas de gênero feminino. Vem de uma família de empreendedores.	P2

Foram entrevistadas duas mulheres microempreendedoras, mulheres estas com perspectivas, idades, atuação e formações diferentes. As entrevistas foram breves, com tempo médio de 40 minutos cada. Ambas foram muito receptivas, tendo empecilho apenas as agendas atribuladas, típicas de uma mulher de negócios, onde a sua atividade é sempre multifuncional, frenética e sem horário determinado para início e fim do expediente.

As entrevistas ocorrem em espaços diferentes, e adequados a realizada de cada depoente. O encontro com P1 ocorreu em sua residência, enquanto que com P2 ocorreu em seu local de trabalho. Foram conversas abertas, honestas, em que ambas demonstraram está sentindo satisfação em fazê-lo, em poder contar um pouco da sua história profissional.

A primeira entrevistada (P1), 54 anos, casada, mãe de 2 filhos (31 e 15 anos), aposentada, e exerce atualmente a função de corretora de imóveis em serviço próprio. A segunda entrevistada (P2), 42 anos, graduada, casada e sem filhos. É sócia de uma marca de roupas femininas que leva o seu nome, e sua autoria. Tem 11 anos como dona desse negócio.

Um aspecto importante que deve ser ressaltado quanto ao perfil das entrevistadas, é que ambas possuem boa parte dos familiares com negócios próprios, em setores variados. O empreendedorismo sempre lhes foi comum, visto os presentes casos em suas respectivas famílias.

Motivos Que Levaram A Empreender

As razões e motivos que levam a uma mulher empreender vai além das razões econômicas a qual um empreendedor de gênero masculino costuma ter. Ela possui razões econômicas, mas tem relações mais profundas como questões sociais e fatores psicológicos (AMORIM e BATISTA, 2011, p. 7).

As entrevistadas demonstraram que o seu maior interesse em ter o seu negócio era o ter sua renda independente, mas que também agregava um caráter de satisfação pessoal, visto que lhe dava orgulho ter algo criado e administrado por ela mesma.

As entrevistas mencionaram que a sua maior motivação para empreender veio da necessidade de gerir renda própria além da familiar (marido), necessidade iminente de ter uma fonte de renda maior por ter se aposentado ou por perda de trabalho anterior, assim como satisfação pessoal em virtude de ser um ramo que aprecia.

A mulher costuma ter um perfil profissional mais flexível, sensível e cooperativo, em virtude de valores decorres da criação matriarcal que tiveram. Elas costumam executar suas funções e gerir os seus negócios sem grandes níveis hierárquicos, ouvindo os seus colaboradores, buscando dar qualidade de trabalho ao grupo (ANDREOLI E BORGES, 2007).

Tal provimento de qualidade também é espelhado em seu dia-a-dia, onde as mesmas buscam ter uma maior qualidade de vida, procurando investir em uma vida social mais ativa, e com tempo para a família.

As entrevistas mostraram em seu discurso que o empreender dava prazer, era importante a boa relação com os funcionários, e que a vida social era de grande valia, desde para ter os momentos de lazer e descanso, como também para ampliar o próprio *networking*.

Ao passo que a renda complementar dava prazer, ela também se sobrecarregava. Para uma das entrevistadas, foi considerado muito exaustivo para a empreendedora levar o trabalho formal, e o negócio próprio ao mesmo tempo, e chegou a ter que optar pela continuação do trabalho de funcionária, em detrimento do seu rendimento próprio. Em suas palavras,

O comércio era bom, porém era muito ariscado, e eu não tinha mais vida social. Foi muito difícil equilibrar os dois trabalhos, e a vida pessoal. [...] cheguei a não ter mais fim de semana e feriados,

e as minhas férias era apenas para trabalhar na minha loja. Não tinha vida!

Em uma pesquisa realizada pelo Rede Mulher Empreendedora⁴, mostrou que 82,5% das mulheres empreendedoras possuem negócio próprio, e que estão no ramo por conhecimento próprio ligado ao segmento escolhido. Como motivação, 28% decidiram pelo ramo por já ter sido funcionária em uma empresa do mesmo seguimento, enquanto que 20% observaram o ramo e as oportunidades do mercado antes de adentrar-se.

Em pesquisa realizada pelo SEBRAE, divulgada pelo Anuário das Mulheres Empreendedoras e Trabalhadoras em Micro e Pequenas Empresas, mostrou que no período de 2001 a 2012 cresceu cerca de 21,4%, crescimento este acompanhado nas cinco regiões do país, chegando a uma participação de comando em 3 em cada 10 empresas.

Dificuldades E Facilidades Da Mulher Empreendedora

A necessidade financeira é, por vezes, o fator propulsor do empreendedorismo feminino, o que leva a ser em certo ponto um grau de dificuldade. Algumas não levam créditos quando ingressam em setores que em uma sociedade patriarcal, não a entendem como sendo uma aérea de mulher. É, de fato, a maioria dos negócios femininos na área têxtil e de serviços, porém elas conseguem adentrar em outros ramos tidos como masculinos (AMORIM E BATISTA, 2011)

As entrevistadas, quando questionadas sobre o que entediam como sendo o seu diferencial na atuação das suas empresas, declaram que possuem visão ampla de mercado, determinação e persistência, disciplina, competência e criatividade.

Interessante ressaltar que, apesar de algumas pesquisas mostrarem que a escassez de apoio família seja um fator de dificuldade para a mulher, no

4 Fundada em 2010, a Rede Mulher Empreendedora surgiu com o objetivo de servir como uma plataforma de serviços para unir e auxiliar empresárias brasileiras a desenvolver seus negócios. A rede possui um espaço virtual onde promove o contato das empreendedoras cadastradas e os seus negócios, promovendo também encontros mensais de forma presencial. <http://www.portalmulherexecutiva.com.br/pesquisa-inedita-revela-o-perfil-da-mulher-empreendedora-15596>, acessado em 04 de janeiro de 2016.

caso das entrevistas isso foi oposto. Para ambas, o apoio familiar, sobretudo do marido, foi importante em vários momentos, ajudando até a gerir o negócio.

Quanto a dificuldades foi relatado que ingressar no mercado é uma tarefa árdua, assim como a divulgação do seu negócio. Também foi apresentado que saber gerir o próprio negócio requer paciência e entendimento da baixa rentabilidade a curto prazo. Porém, como são ramos de atuação feminina e trato com o público, ambas puderam fazer uso da sua boa relação pessoal, construindo um a carteira de clientes interessante para o início de empresarial.

Como um outro ponto de dificuldade relatado, e muito peculiar as mulheres, está quanto a dificuldade em separar a vida pessoal da profissional. O tempo de empresária acaba tomando o tempo de mãe, esposa, filha e amiga. Ela passa a exercer um papel de empresária em tempo integral, sendo o seu tempo uno, ou seja, a sua vida pessoal acaba não sendo apartada da vida de empresária. O tempo de ser mãe, acaba sendo substituído pelo tendo de ser mãe-ouvinte do cliente em potencial, e de dias de folga foram muitas vezes substituídos por visitas e atendimento a clientes e fornecedores.

Por fim, é possível visualizar que estão satisfeitas com os seus empreendimentos atuais. Como também a demonstração de orgulho pela sua total trajetória de trabalho. Entendem que apesar da árdua rotina, é gratificante perceber o seu crescimento pessoal a partir dos negócios.

Considerações Finais

Em uma busca iminente pela satisfação pessoal e independência financeira, cada vez mais as pessoas, sobretudo as mulheres têm buscado o empreendedorismo como o meio de trabalho e negócio, seja ele principal ou de incremento auxiliar de renda.

Com a economia instável, sobretudo no mercado brasileiro onde os índices de desemprego já chegam a 8,3%⁵, é esperado que muitos trabalhadores apostem no empreendedorismo como sua nova forma de trabalho⁶.

Todavia, quando analisamos utilizando com viés de gênero, é perceptível que a mulher apenas não enfrenta as mesmas dificuldades quanto tem a

5 Dados do IBGE mostram que o segundo trimestre de 2015, o desemprego chegou a 8,3%, o que equivale a 8,4 milhões de pessoas, tendo assim um aumento de 23,5% se comparado com o mesmo período em 2014. E para o mesmo período de 2016 é esperado uma taxa de 10,6%.

6 Pesquisa realizada pelo Instituto Data popular de 23 de junho de 2015.

intenção de empreender. A ela lhe cabe vencer barreiras de preconceitos em um meio historicamente explorado pelo homem, sobretudo se em um ramo predominantemente masculino.

E elas só lhe são facilmente creditados os esforços quando feitos em área de serviço, ou subjacentes a indústria. Tenta ainda que suplantar tal atividade com a sua convivência familiar. Lhe cabe uma jornada dupla de trabalho, o trato doméstico e criação dos filhos.

É possível perceber, a partir das mulheres entrevistadas e dos dados colhidos, que a mulher está apta a cada vez mais empreender, sobretudo no que lhes condiz com suas características pessoais, sendo elas quanto a visão ampla de mercado, multifuncionalidade, determinação, perseverança e disciplina. Características essas tão importantes para o empoderamento feminino ao longo das últimas décadas.

Deste modo, o empreendedorismo feminino se faz necessário para o desenvolvimento pessoal de cada empresária, como para o desenvolvimento social. Criando mais exemplos de mulheres empoderadas, autossuficientes, e agregadoras das qualidades para um empreendedor de sucesso nos novos moldes da economia mundial.

Referências

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes. **Masculino/Feminino: Tensão Insolúvel**. Rio de Janeiro. ROCCO, 1996.

AMORIM, Rosane Oliveira; BATISTA, Luiz Eduardo. **EMPREENDEDORISMO FEMININO: RAZÃO DO EMPREENDIMENTO**. 2011. Disponível em: <http://www.uniesp.edu.br/finan/pitagoras/downloads/numero3/empreendedorismo-feminino.pdf>. Acessado em 14 de agosto de 2016.

ANDREOLI, Taís Pasquotto; BORGES, William Antônio. **Empreendedorismo Feminino: Uma Análise Do Perfil Empreendedor E Das Dificuldades Enfrentadas Por Mulheres Detentoras De Um Pequeno Negócio**. 2007. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/producao-academica/empreendedorismo-feminino-uma-analise-do-perfil-empresario-e-das-dificuldades-enfrentadas-por-mulheres-detentoras-de-um-pequeno-negocio/410/> . Acessado em 14 de agosto de 2016.

DAHLERUP, Drude. **De uma pequena a uma grande minoria**: uma teoria da “massa crítica” aplicada ao caso das mulheres na política escandinava. In: LAMAS, M. (Org.). Debate feminista: cidadania e feminismo. São Paulo: Melhoramentos, 1999, p. 142-183

DORNELAS, José. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro. CAMPUS, 2005.

GUIMARÃES, Iracema Brandão. **Gênero e Trabalho: desafio da intervenção nas atividades informais**. Travessias de Gênero da Perspectiva Feminista. Salvador: EDUFBA, 2010. P. 102 – 127.

MENDES, Jerônimo; ZAIDEN FILHO, Iúsef. **Empreendedorismo para Jovens**. São Paulo. ATLAS, 2012.

PROBST, Elisiana Renata. **A Evolução da Mulher no Mercado de Trabalho**. 2015. Disponível em: http://www.rhportal.com.br/artigos/rh.php?idc_cad=xg7w7vuh9. Acessado em 02 de outubro de 2016.

RAGO, Margareth. O trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 578-606.

VASQUEZ, Petilda Serva. **Mulher e Trabalho: um sujeito da experiência de realização**. Travessias de Gênero da Perspectiva Feminista. Salvador: EDUFBA, 2010. P. 128-148.

OKIN, Susan Moller. **Gênero, o público e o privado**. Trad. Flávia Biroli. Revista Estudos Feministas, vol. 16 nº 2. Florianópolis: Scielo Brasil, 2008.

MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS RECO(R/N)TADAS NO CONTEXTO DA QUEBRA DE COCO BABAÇU: FAMÍLIA, GÊNERO, RAÇA E TRABALHO

Hairam Machado
hairam.machado@gmail.com

Orientadora: Cecilia Maria Bacellar Sardenberg¹
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Resumo:

Esta apresentação, referente à pesquisa de doutorado em antropologia em andamento, esboça um panorama descritivo/analítico atinente às relações entre arranjos familiares e ocupação remunerada, utilizando um recorte específico da realidade social no Brasil, que vem a ser o cotidiano das quebradeiras de babaçu no Maranhão. Consequentemente, há de se considerar o entrecruzamento de gênero e raça, pois segundo revelam os dados oficiais, naquele estado cuja população é de 6.574.789 habitantes, a parcela de negros/as representa aproximadamente 76% desse universo e cerca de 300.000 mulheres quebram coco. O referencial teórico utilizado tem fornecido o aporte necessário para uma abordagem que destaque as influências mútuas decorrentes de *ser mulher* e *ser negra* na composição do trabalho de quebradeira de coco bem como no papel de chefe de família desempenhado por elas. Relações de Gênero, Matriarcalidade, Trabalho, Família, Desenvolvimento Sustentável.

1 Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGA/ Doutorado em Antropologia Social/
Linha de Pesquisa: Corpo, Sexualidade, Saúde e Saberes Terapêuticos

Introdução

O objetivo da pesquisa em curso consiste em descrever e analisar as relações entre arranjos familiares e atividades remuneradas desempenhadas por mulheres camponesas, as trabalhadoras agoextrativistas quebradeiras de coco babaçu, no Maranhão. Antes e ao fim de tudo, produzir conhecimento referente a um coletivo ainda pouco visível no campo político, bem como de produção teórica antropológica, é a principal força motriz deste estudo.

No desenvolvimento da investigação, têm-se destacado as influências mútuas decorrentes de ser mulher e ser negra na composição do trabalho de quebradeira de coco bem como no papel assumido por elas no âmbito familiar. A questão norteadora é como a produção econômica (o trabalho) interfere na organização familiar tradicionalmente patriarcal, modificando (ou não) suas bases.

A despeito da significativa geração de renda advinda da quebra do babaçu, a cargo das mulheres, os gêneros seguem hierarquizados, prevalecendo a autoridade e o prestígio masculinos. Tal raciocínio, fundamentado nas pesquisas de caráter geográfico, historiográfico e no campo dos estudos sobre desenvolvimento sustentável realizados por Figueiredo, 2005; Ayres Junior, 2007; Cordeiro, 2008; Swerts, 2009; Barbosa, 2007; Barbosa, 2013, me conduz à hipótese de que prestígio/autoridade é um construto resultante da sobreposição da dimensão simbólica do gênero (masculino/dominante e feminino/subordinado) à dimensão material do trabalho.

Encontro-me atualmente na posição de antropóloga de gabinete, isto é, de estudiosa revisora de teoria, de maneira que a análise tem sido conduzida a partir do quadro teórico-metodológico em que se insere a noção de matriarcalidade proposto por Hita (2014).

O estudo, iniciado em março de 2014, está organizado da seguinte forma:

- a) Referencial teórico composto por abordagens sobre família, acentuando-se os marcadores de gênero e raça nas as experiências observadas no Brasil (HERSKOVITS, 1943; CORRÊA, 1982; WOORTMANN, 1987; GUEDES, 1998; SLENES, 1999; MACHADO, 2001; SAMARA, 2002; SCOTT, 2004; SARTI, 2005; HITA, 2014);
- b) Corpus empírico em que as experiências das quebradeiras são narradas a partir da memória de duas quebradeiras maranhenses (Rita e Raimunda), bem como de outras fontes: audiovisuais em suma.

Metodologia

Estabelecer diálogos com a literatura relacionada com o objeto de estudo consiste em etapa imprescindível da pesquisa. A revisão de literatura realizada até o presente momento assinala algumas tensões e convergências no campo de produção de conhecimento sobre família, no que concerne ao marcador racial - à raça negra - e à condição de chefia das mulheres sob certas circunstâncias. Trata-se, por ora, de uma constituição complexa atinente às relações familiares: um emaranhado de princípios oriundos da natureza (sangue) e valores culturais. Sobretudo, este o quadro teórico tem colocado-se à finalidade de delimitar o ponto de vista e o lugar de fala que tento explicar a seguir.

Memórias dialogadas

Deste ponto em diante, serão trazidos à tona trechos de conversas travadas entre Rita e eu, no desenrolar de nossa convivência, ao longo de vinte anos, no Maranhão e no entorno de Brasília. Ressalto que a narrativa se sustenta na recuperação de lembranças, isto é, elementos da trajetória pessoal de uma mulher selecionada, por mim, como representante do segmento social constituído pelas trabalhadoras camponesas que quebram coco babaçu.

A minha interlocutora foi quebradeira de babaçu desde a infância até a adolescência, momento em que abandonou o meio rural e migrou para a cidade, onde ocupou-se, ainda mocinha, como empregada doméstica. A partir desse caso particular, pretendo ressaltar componentes comuns à realidade daquele grupo de trabalhadoras.

Rita cresceu em um vilarejo nas imediações do rio Pindaré, situado na região centro-norte do Maranhão. Sua família era composta pela mãe, o pai, seis irmãs e dois irmãos. Conforme mencionado há pouco, começou a trabalhar cedo e, embora não tenha informado com qual idade precisamente, lembrava-se de ser pequena o suficiente para brincar com bonequinhas de sabugo de milho que confeccionava, nos intervalos de sua labuta nas *soltas*². Enquanto relatava suas lembranças, ria de si mesma e emocionava-se, de modo que uma

2 *Terras soltas* são os cocais. Os governos estaduais (MA, PI, TO) vêm tentando garantir o acesso livre às palmeiras de babaçu, mesmo quando essas encontram-se dentro de propriedades privadas. A realidade, contudo, não acompanha essas iniciativas e, nas últimas quatro décadas, são frequentes os conflitos entre fazendeiros/as, que cercam as propriedades, e quebradeiras que contestam as cercas.

gaitada podia ser facilmente interrompida pela voz embargada e substituída pelo choro que exigia pausas: houve, por exemplo, o caso em que, enquanto atravessava o cocal, sozinha, encontrou uma preguiça. Munida dos instrumentos de trabalho típicos de quebradeira de coco, isto é, machado, porrete e *cof*³, a menina decidiu abater o animal que cruzou o seu caminho.

“A preguiça se ajoelhou e cobriu o rosto com as mãos [...] Aí eu vi que ela tinha uma estrela branca no meio da cabeça. Mirei a estrela e acertei uma paulada”.

Perguntei-lhe se sentiu algum desconforto ocasionado pela morte da preguiça, ao que ela negou, pois tendo em vista a escassez da carne bovina como item na alimentação da família, era preciso, segundo afirmou, saber aproveitar oportunidades de dispor de uma “*carninha de caça*” como aquela. “*Comer preguiça era melhor do que comer gongo, oxe*”. Ouvi, em seguida, a sua explicação sobre o bicho encontrado dentro dos cocos: era larva de mosca que, desovada dentro do babaçu, crescia nutrindo-se da polpa das castanhas. Os gongos, ou bichos-de-coco, eram guardados, ao longo do dia, dentro de latas de óleo de cozinha reutilizadas, e consumidos fritos com pimenta, acompanhados com *farinha de puba*. Algumas mulheres extraíam o óleo dos gongos e o utilizavam pra amaciar os cabelos. Não no seu caso, que sempre preferiu o azeite de mamona, produzido por sua mãe e avós.

Acima, tentei esboçar uma paisagem local que ganhou formas mediante a conexão de fragmentos da memória da narradora com quem dialoguei. Na imaginação de quem a ouvia, mas ainda não havia estado lá, uma percepção sinestésica era instigada: nesse cenário imaginado, cuja existência subverte o tempo – fez parte do passado da narradora, pode vir a fazer parte do futuro da ouvinte e, no momento da conversa, é uma elaboração imagética no presente, um *presente etnográfico imaginado* - a cor verde predomina, o cheiro é agridoce e faz calor. São áreas extensas ocupadas por palmeiras longilíneas enfileiradas. Junto ao cocal, ou babaçual, ou fileiras de palmeiras, existem as *vazantes*⁴ que são utilizadas para o cultivo de arroz, feijão, milho e melancia.

Também há criações, isto é, uma atividade pecuária desenvolvida em microescala: algumas vacas, bois, cabras, bodes, jumentos, mulas, aves e, mais

3 Cesto feito com a palha trançada da palmeira de babaçu (regionalismo).

4 Em suma, são terras úmidas, áreas de várzea (regionalismo).

raramente, animais silvestres como capivaras e pacas. As casas são de adobe, mas os termos empregados por Rita são: *casa de barro*. A cobertura do teto é feita com a palha da palmeira, as paredes são sustentadas com troncos de árvores, galhos e cipós.

Quanto à organização do trabalho, aos homens cabe o cultivo na roça, o cuidado com os animais maiores, os reparos de que a residência necessite e, eventualmente, atividades remuneradas desempenhadas longe de casa (trabalho formal ou informal – os *bicos*, *biscates*). As mulheres são responsáveis pela manutenção do espaço interno da casa (limpeza, arrumação, preparo dos alimentos) e pelo quintal que inclui a criação dos animais menores como as aves. Com elas, durante o dia, ficam as crianças pequenas (meninas e meninos) e as filhas mesmo quando maiores. Após as providências domésticas diárias, essas mulheres e suas crianças saem de casa para a quebra dos cocos.

Depois de juntar os cocos, ocorre a quebra: sentadas no chão, apoiam o cabo do machado com uma perna, deixando a lâmina pra cima e seguram o coco sobre o fio da lâmina. Com a outra mão que empunha o porrete, elas batem no coco. Em seguida, separam as castanhas (ou bagos) das cascas e repetem os movimentos até acabar com os montes de babaçu que conseguiram coletar. A decisão sobre o que fazer com o babaçu quebrado varia conforme as circunstâncias: elas podem vender as castanhas in natura ou beneficiá-las, extraindo azeite, produzindo leite ou sabão. A primeira opção é menos vantajosa financeiramente, no entanto é mais rápida, de modo que o encaminhamento dado ao babaçu depende das necessidades cotidianas da família. Se faltar algum item na alimentação, naquele dia, por exemplo, opta-se pela venda das castanhas.

À medida que ouvia a história de Rita, naquele momento, sem qualquer formação em ciências sociais, a divisão de responsabilidades familiares me parecia mais igualitária no contexto vivido por aquelas mulheres do que na sociedade em geral. Entretanto, a função do marido/pai era classificada pela narradora como a de chefe da família, a maior autoridade dentro da casa: o pai era o principal responsável pela definição de condutas, pela disciplina dos membros da família.

Atualmente, dispondo de condições de analisar aquelas informações a partir de pressupostos científicos, percebo que a produção econômica (o trabalho), por si, não interferia na organização familiar tradicionalmente patriarcal, pelo menos, não a ponto de modificar suas bases. Mesmo diante da significativa geração de renda advinda da quebra do babaçu, os gêneros seguiam hierarquizados, prevalecendo a autoridade e o prestígio masculinos.

Machado (2001) afirma a vigência de uma antinomia de duas ideologias entremeada nas condutas: o familismo e o individualismo. Nessa perspectiva, afasta-se a ideia de autonomia individual, no caso de cada quebradeira, como consequência direta da autossuficiência econômica oriunda da quebra de babaçu. Isso porque o “mundo da casa” segue regulado por “código relacional hierárquico”, uma matriz cultural que constitui o imaginário. E não se trata de um regresso ao estruturalismo, posto que se reconhece, também, a vigência o “código individualista” assentado em valores tais como igualdade, liberdade e cidadania ou, ainda, aos valores colados às especificidades de cada pessoa. É uma interpretação que aposta na contradição expressa em valores e práticas, portanto, trata-se de um desafio que Machado (*id.*) admitiu não tê-lo solucionado naquele momento e do qual partilho.

Também sobre a antinomia família/indivíduo, Fonseca (2000) apontou o *desencaixe* entre renda e autoridade no espaço doméstico ocasionado pela subjetividade do sentimento de honra em detrimento da objetividade da autonomia econômica. Assim como nas comunidades acompanhadas pela pesquisadora no Rio Grande do Sul, no Maranhão, entre as famílias das quebradeiras, “o emprego remunerado não aumenta o status da mulher dentro de casa”. Ainda aproximando o ponto de vista de Fonseca e a narrativa de Rita, o constrangimento resultante da situação em que a renda da mulher é a principal (ou única) fonte de sustento da família pode causar o encobrimento desse fato desde que se preserve o reconhecimento social do homem como o provedor da casa. Outro indício de que a geração de renda não garante o mesmo status para mulheres e homens, no interior da família, é o exercício da sexualidade. Quanto à forma como autoridade e prestígio estão distribuídos nos arranjos familiares experimentados pelas quebradeiras, esboço a seguinte hipótese (talvez seja mais apropriado falar em desconfiança, se considerarmos tratar-se de um único relato): prestígio/autoridade seria um construto resultante, não de justaposição, mas sim da confrontação entre a dimensão simbólica hierárquica dos gêneros e a dimensão material do trabalho. Essa dinâmica que aspectos se contrapõem se refletiria em setores da vida em família de maneira tensa.

Memórias obtidas em outras mídias

Um salto no tempo: estamos em 2007, ano de lançamento do documentário “*Raimunda, a quebradeira*” dirigido por Marcelo Silva. No filme, Raimunda dos Cocos, maranhense e notória representante das causas das/os trabalhadoras/es

rurais e sem terras no estado de Tocantins⁵, relembra o caminho que percorreu desde a época em que desconhecia o seu direito à indignação e à fala. “*Eu tinha vivido trinta e seis anos, mas eu estava era morta*”, afirma.

A sua voz ativa, ela argumenta, poderia ter sido empregada para denunciar desmandos e para a negociação de interesses nos episódios de expulsão das quebradeiras dos cocais cercados e de agressão praticada por “*jagunços*”. Além disso, falar, exercer autoridade poderia ter mudado, segundo diz acreditar, o comportamento do marido testemunhado, por ela, em silêncio.

Na sua história, ela declara que coincidiram a necessidade de assumir plenamente a responsabilidade pela família, após o abandono do primeiro marido, com o ativismo social que começou como teimosia e insubordinação diante dos sermões que ouvia na igreja (e a divergência quanto àquela orientação religiosa de que o estado das coisas fosse aceito com resignação). Há um forte apelo dramático na imagem de Raimunda, ainda nesse documentário, equilibrando uma lamparina sobre a cabeça enquanto relembra as antigas sessões de leitura da Bíblia após o dia de trabalho nos anos 1980. Seu objetivo, ela diz, era dominar a linguagem utilizada pelo padre de sua paróquia a fim de contra-argumentar as pregações que lhe soavam injustas (“*As ovelha de Deus não são criada no ar, são na terra. Como é que eu vou falar de Deus sem falar da terra?*”).

Segundo matéria de O Estado de São Paulo⁶, o desfecho da desavença foi que Raimunda tornou-se a catequista de sua comunidade e, a partir desse espaço de comunicação, sobressaiu no cenário dos movimentos sociais, participando da formação de várias entidades como “a Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (Asmubip); a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins (Fetaet) e a Secretaria da Mulher Extrativista do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)”. É de sua autoria o projeto de substituição das casas de adobe e palha das trabalhadoras quebradeiras, que passaram a ser depósitos de seus produtos, por outras de alvenaria. Em 2007, esse projeto foi incluído no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Evidentemente, há de se manter prudência diante desses novos discursos de valorização, sob um viés ambientalista, das práticas das comunidades tradicionais, pois não se pode desconsiderar que o reaproveitamento de material

5 Ela morou no Maranhão até seus trinta e seis anos de idade, mudando-se, em seguida, para o Bico do Papagaio em Tocantins.

6 Entrevista publicada em 07 de março de 2009. <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,ela-quebra-tudo,335232,0.htm>

também ocorra em função da pobreza que impede o consumo de outros objetos. O papel de agentes operadoras de sustentabilidade, delegado às quebradeiras, e assumido por elas, requer um acompanhamento mais demorado e com maior rigor, quanto ao manejo dos dados, do que o que foi possível alcançar até este momento que precede o início do trabalho de campo previsto para o segundo semestre de 2016.

Resultados e Discussão

Tanto na história de Rita como nos relatos de Raimunda, a demarcação das experiências dessas mulheres no espaço doméstico sobressaem de imediato. O espaço do trabalho e a atividade de quebra do babaçu mantém íntima vinculação com as dinâmicas da casa, mesmo quando as quebradeiras são clamadas a atuar como agentes políticas do desenvolvimento sustentável.

A diferença principal na trajetória de ambas as quebradeiras apresentadas é que Rita interrompeu as suas atividades nos cocais, ainda na juventude, já Raimunda dos Cocos prosseguiu com esse trabalho. Com isso, penso ser possível identificar um aspecto fundamental para compreender a transformação no papel social desse segmento entre os anos 1970 e 2000: a valorização da quebra do coco como fator político e não apenas como atividade rentável. Dito de outra forma, se, na década de 1970, quebrar coco consistia num meio de subsistência atribuído às mulheres que o viam como extensão do ambiente doméstico, mais recentemente, essa percepção é modificada: quebrar coco babaçu é atividade que exige (e ao mesmo contribui para) o protagonismo daquelas trabalhadoras.

Nas quatro décadas recentes (essa não foi a experiência de Rita, mas tem sido o caso das relações familiares vivenciadas por Raimunda e suas contemporâneas), as quebradeiras têm se organizado para discutir e oficializar seus agrupamentos, na forma de associações, cooperativas e sindicatos. Essas mobilizações as aproximaram de outros segmentos de trabalhadores/as rurais, de modo que a sua participação é frequente em eventos promovidos pelo Estado em diferentes instâncias, onde falam em alto e bom tom sobre suas necessidades e interesses.

Barbosa (2013a; 2013b) problematiza a questão do prestígio conquistado pelas quebradeiras, no espaço público, mas que não necessariamente corresponde às relações com seus companheiros. Os conflitos, dentro do espaço doméstico, são motivados por temas atinentes à própria esfera da intimidade e ao espaço público também, isto é, uma desavença pode ser iniciada tanto pela

discordância acerca da maneira de criação dos/as filhos/as como pela derrubada de palmeiras. A autora esclarece que, com frequência, quebradeiras e seus companheiros disputam o uso da terra, acontecendo de eles serem favoráveis à derrubada das palmeiras para ceder lugar à agricultura. Nesses casos, eventualmente, os companheiros chegam a aliar-se a posseiros e latifundiários, rivais históricos das trabalhadoras que lidam com o babaçu. Como consequência, os companheiros, eles mesmos, cortam palmeiras e tentam dissuadi-las de entrar nas propriedades, não descartando o uso de violência pra isso.

Andrade (2007) e Barbosa (2013a; 2013b) descrevem o “tempo do coco preso” como aquele período, entre 1970 e 1980, quando houve desmedida expansão dos latifúndios nas áreas de cocais. Os babaçuais, até então terras *soltas*, foram cercados e as quebradeiras impedidas de entrar ou obrigadas a realizar o seu trabalho em barracões controlados pelos proprietários, algo discrepante com o seu modo de produção. Diante da proibição de acesso, elas insurgiram-se contra a situação e lutaram (continuam lutando) pela liberdade do coco. Nesse momento, evidenciou-se o característico vínculo entre mãe e filhos/as.

A análise de Andrade (*id.*) tenta consubstanciar uma teoria da complementaridade entre as quebradeiras e seus companheiros, como típico naquele contexto, e critica a noção de relações de gênero como categoria elucidativa da distribuição desigual de poder entre mulheres e homens. No seu entendimento, a aplicação do enfoque sobre as desigualdades entre homens e mulheres, naquela conjuntura particular, seria uma imposição ideológica, “do ponto de vista da mulher branca, ocidental, e impostas às mulheres do chamado terceiro mundo via instituições financeiras e ONGs internacionais” (ANDRADE, 2007; p. 449). Ênfase, com alguma ironia, que esse artigo tenha sido publicado na Revista Estudos Feministas.

Barbosa (2013a; 2013b) classifica o “tempo do coco preso” como o início do processo de afirmação da identidade de quebradeira de coco de forma contundente. Desde então, o protagonismo desempenhado por elas, no enfrentamento do sistema latifundiário, desdobra-se na busca por relações familiares equitativas. Os resultados alcançados por Barbosa sinalizam que, pelo menos por ora, a autoridade que as quebradeiras exercem, no âmbito do mercado de trabalho e da esfera política, tende à incompatibilidade com a manutenção dos relacionamentos conjugais por longos períodos.

Quando uma quebradeira opta pela dissolução do relacionamento conjugal, conforme registro de Barbosa (2013a), ela torna-se “sendeira”, termo que

significa “separada do marido, divorciada por escolha própria ou mesmo pelas contingências do abandono”. Após a separação, na casa de uma sendeira, residem ela e seus/suas filhos/as, contudo essa organização não chega a ser aprofundada na pesquisa de Barbosa (*id.*).

Quanto à raça, embora os dados oficiais bem como os traços fenotípicos ressaltem a proeminência negra no Maranhão, esse fator ainda não foi problematizado no contexto das relações familiares das quebradeiras.

O trabalho de Cálipo (2012) analisa o terecô (culto de matriz africana) praticado entre as quebradeiras, todavia, trata-se de uma abordagem sob o viés da performance. O foco da investigação mantém-se sobre a dança e a sua correlação com os movimentos corporais executados durante a quebra do coco. Ainda assim, duas *pistas* acerca do terecô como *loco* onde africanismos podem vir a ser identificados são o riso e o caráter velado do culto. Sem estabelecer qualquer correspondência direta com as relações familiares, Cálipo (*id.*), em dado momento, menciona o riso dos/as participantes, nos rituais de incorporação, como um traço que faz parte do “caráter informal do terecô”. Em outra passagem, quando as mulheres estão reunidas no quintal da mestra *dona do salão* (papel similar ao de mãe-de-santo), a autora frisa a dinâmica de galhofa estabelecida entre elas:

Cumprir explorar se há paralelo e efeitos desse modo de experimentar o sagrado na configuração das relações domésticas. Diferentemente do *candomblé*, observado na Bahia, cujas práticas (boa parte delas) são manifestadas publicamente por estarem, em alguma medida, assimiladas na cultura local (HERSKOVITS, 1943; HITA, 2014), o terecô, de acordo com Cálipo (*id.*), é praticado pelas quebradeiras com forte discrição. Não se admite ser terecozeira a qualquer pessoa, trata-se de um segredo preservado nas relações sociais do cotidiano. Esse caráter de sigilo do terecô, bem como o silêncio ou a brevidade discursiva em torno da identidade de raça – raça negra -, em um estado predominantemente negro, merecem um exame minucioso.

Conclusões

Nesta apresentação, Rita e Raimunda surgem como as duas interlocutoras em um campo a que tive acesso, até então, apenas virtualmente. As experiências relatadas por ambas dizem respeito a uma realidade em que cultura e economia se entrecruzam, mantêm-se em tensão e implicam em transformações mútuas. Isto é, a quebra de babaçu, quando passa a compor a agenda

política, influencia na mudança de conduta das trabalhadoras, que assumem o trabalho como parte de sua identidade: ser quebradeira de coco babaçu é ser agente. Conscientes de sua agência, o protagonismo experimentado no trabalho se reflete em outros domínios, como o ambiente doméstico. Neste ponto, evoco a matriarcalidade (HITA, 2014) no que concerne à posição central da figura feminina como “eixo estruturador e estruturante de um modo de ser, habitar e de reproduzir o modo de organização familiar”.

O conceito de matriarcalidade elaborado por Hita (*id.*) mantém-se em consonância com o de *habitus* definido, por Bourdieu (2003; 2010), como disposições duráveis (estruturadas) que são introjetadas pelas subjetividades (estruturantes). A noção de *habitus* evidencia, por um lado, a capacidade criadora, ativa e inventiva dos agentes dispostos em um campo de ação. Por outro lado, o *habitus* também indica o caráter condicionante das regras de funcionamento do campo, das crenças que o sustentam sobre as capacidades desses agentes (2010).

Esta narrativa abarca um contexto estranho, pra mim, quando ocupo a posição de etnógrafa, porém, devo ser honesta e esclarecer que há um vínculo importante entre a minha história de vida (anterior a minha existência) e a realidade das quebradeiras de babaçu: em algum momento, no meio do cocal, fui idealizada (ou pelo menos uma representação de filha o foi) por uma pequena trabalhadora camponesa, nas formas da sua boneca de sabugo de milho. Rita Alves Machado foi minha mãe. Lamentavelmente, o mundo foi privado do seu talento para contar histórias, com impecável autodeboche, em 1999.

Assim, grande parte deste texto é decorrente do duplo esforço de recordação/ interpretação: quando Rita relembrava e me contava sobre o seu passado, entre meados de 1980 e 1990, e quando sou eu quem tenta recuperar e recontar aquilo que ouvi agora em 2015. Para dar conta da elaboração desta breve narrativa, também busquei o auxílio de familiares e demais conhecidos/as, de maneira a garantir, tanto quanto possível, a veracidade dos acontecimentos aqui mencionados. Ênfase, todavia, não tratar-se de uma reflexão autocentrada/ autorreferente (pra não usar o sinônimo egocêntrica) na figura da pesquisadora. A história familiar, aqui, é uma força propulsora, é a experiência de onde advém a primeira inquietação. A justificativa deste trabalho é, antes e ao fim de tudo, produzir conhecimento referente a um coletivo ainda pouco visível no campo político, bem como de produção teórica das ciências sociais.

Referências

ANDRADE, Maristela de Paula. **Conflitos agrários e memórias de mulheres camponesas**. Estudos Feministas, Florianópolis, 15(2): 445-451, maio-agosto/2007.

AYRES JUNIOR, José Costa. **A Organização das quebradeiras de coco babaçu e a refuncionalização de um espaço regional na microrregião do Médio Mearim maranhense**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2007.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres do babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense – UFF, 2013a.

_____. **Participação feminina e resistência camponesa no Maranhão do século XX**. Em: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.). Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. – Niterói: Alternativa, 2013b.

BOURDIEU, Pierre. Trabalhos e Projetos; O Campo Científico; A Economia das trocas linguísticas. Em: ORTIZ, Renato (Org.). **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

_____. **O Poder Simbólico** (13ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CORDEIRO, Renata dos Reis. **Velhos conflitos em novas causas: um estudo sobre processos de ambientalização nos discursos do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, no Maranhão**. Dissertação de Mestrado. São Luís. Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. 2008.

CÁLIPO, Nara de Moraes. **Coabitares no corpo da bailarina-pesquisadora -intérprete: as mulheres quebradeiras de coco babaçu e seu terecô**. Dissertação (mestrado) - Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, 2012.

CORRÊA, Mariza. **Repensando a Família Patriarcal brasileira**. Em Arantes et al (orgs). Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense. 1982. p. 13-38.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social** (3ª ed.). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da propriedade privada e do Estado (fragmentos)**. Em: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENIN. Sobre a Mulher. São Paulo: Global Editora e Distribuidora LTDA, 1981.

FIGUEIREDO, Luciene Dias. **Empates nos Babaçuais: do espaço doméstico ao espaço público - lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão**. Dissertação de Mestrado. Belém. Universidade Federal do Pará – UFPA. Curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, 2005.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

GUEDES, Simoni Lahud. **Redes de Parentesco e consideração entre trabalhadores urbanos: tecendo relações a partir de quintais**. Em Cadernos CRH, no 29, jul-dez 1998. Pp. 189-208.

HERSKOVITS, Melville. **O negro na Bahia, Brasil: um problema de método**. Em American Sociological Review 1943, 8, VII: 394-404. [traduzido pelo CEAO-UFBa]

HITA, Maria Gabriela. **A casa das mulheres n'outro terreiro: famílias matriarcais em Salvador-Bahia**. Salvador, Edufba, 2014.

IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: IPEA, 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **A família** in Shapiro, Harry L. Homem Cultura e Sociedade. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1972.

MACHADO, Lia Zanotta. **Famílias e Individualismos**. Em Interface, Com. Saúde Educ, no 8, 2001.

SAMARA, Eni de Mesquita. **O que mudou na Família Brasileira? (Da Colônia à atualidade)**. São Paulo. Psicologia USP, Vol 13, no 2, 2002.

SARTI, Cynthia Andersen. **Deixarás pai e mãe: notas sobre Claude Lévi-Strauss e a família**. Em: Revista Antropológicas, vol. 16, nº 9. Recife: PPGA-UFPE, 2005.

SCOTT, Parry. **Família, Gênero e Poder no Brasil do Século XX** Em BIB -Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. EDUSC, São Paulo, 2004, no. 58, pp. 29-78.

SLENES, Robert. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil sudeste, séc. XIX**. Editora Nova Fronteira. 1999. p.27-68.

SWERTS, Leila A. **Políticas de desenvolvimento, organização do território e participação: As quebradeiras de coco babaçu na microrregião do Bico do Papagaio, Tocantins**. Dissertação de Mestrado. Brasília. Universidade de Brasília - UnB, Departamento de Geografia, 2009.

Universidade estadual do Maranhão – UEMA; Ministério da ciência e tecnologia – MCT; Rede Maranhense de Biocombustível – REMABIO; Empresa brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA (realizadores). **I Congresso Brasileiro de Palmeira de Babaçu: babaçu, alimento e energia para o mundo**. Anais. São Luís, 2010.

WOORTMANN, Klass. **Introdução e Conclusão**. Em A família das mulheres. Rio de Janeiro, Tempo Universitário. 1987, p.11 a 58 e 285 a 306

A REABILITAÇÃO DAS MULHERES NA FORMAÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL DA AMAZONIA

Iraildes Caldas Torres¹
iraildes.caldas@gmail.com

Rooney Augusto Vasconcelos Barros²
Universidade Federal do Amazonas-UFAM.
r.vasconcelosbarros@gmail.com

Resumo: O estudo sobre a formação do pensamento social da Amazônia constitui-se num domínio novo de pesquisas que se abre atualmente com um grande potencial de análise, para a compreensão da região em suas relações com a sua gente, com o Brasil e com o mundo exterior. Neste domínio situa-se os novos estudos etnográficos e antropológicos realizados sobre os povos tradicionais indígenas e não indígenas, com os quais vimos trabalhando há algum tempo. Esses estudos deflagram uma diversidade de questionamentos sobre as ausências detectadas na história da formação do pensamento social da Amazônia, dentre as quais as mulheres desta região. Isto exigiu, peremptoriamente, que a ciência é androcêntrica reavalie seus fundamentos e as representações que historicamente fez da Amazônia e das mulheres como “peças” invisíveis. Esta pesquisa assentada num cotejamento de dados extraídos de crônicas e diários de viajantes, mostra de um lado, que as mulheres são invisibilizadas nas crônicas e diários de viajantes e, de outro, aponta essas mulheres como sujeitos importantes no processo sociocultural de formação do pensamento social da Amazônia. Deve-se reconhecer, por fim, que as mulheres da Amazônia vivem a sua condição humana nesta região em meio às suas práticas sociais de trabalho e conservação da natureza, como sujeitos centrais do desenvolvimento social.

Palavras-Chave: Formação do Pensamento, Amazônia, Mulheres.

1 Pós- doutora em Antropologia Social pela Université Lumière Lyon 2, França. Professora da

2 Doutorando do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas-UFAM

Introdução

A exploração científica da Amazônia, de forma institucional e profissional, está estritamente associada à imagem da região como uma territorialidade rica e opulenta em sua biodiversidade, seu potencial de água doce, enfim, seus recursos naturais, sem dar devida importância à sua gente. Na historiografia produzida pelos viajantes dos séculos XVII ao XIX, aparecem os homens como sujeitos centrais, habitantes da região, como se inexistissem as mulheres, as quais são lembradas somente por João Daniel (2004) e Elizabeth Agassiz (1975).

As mulheres da Amazônia deparam-se com o vilipêndio étnico cujo olhar eurocêntrico deixaram marcas indeléveis na imagem delas na região, as quais são vistas como lascivas e libertinas sexuais pelo imaginário além-mar. A deserção destas mulheres nos relatos de viajantes é flagrante na medida em que elas existem, porque entraram na somagem estatística de Alexandre Rodrigues Ferreira (2007), mas não são retratadas como sujeitos históricos.

Estudos mais recentes como os de Torres (2005) e Costa (2005), reconstituem a história das mulheres na Amazônia apresentando-as como sujeitos centrais de suas práticas sociais de trabalho e organização social.

Este estudo recoloca o debate sobre a construção identitária na Amazônia, reabrindo a grande questão que sempre se colocou para as sociedades que é a de como lidar com as relações de gênero na história da formação do pensamento social na Amazônia.

O nosso propósito consiste em mostrar que as mulheres assumem significação no pensamento social da Amazônia, travando uma discussão crítica e argumentativa com o pensamento clássico sobre a região de cariz eurocêntrico e androcêntrico.

Silenciamento e exclusão das mulheres indígenas na historiografia

Tecer olhares recursivos sobre os silêncios e a exclusão das mulheres indígenas no campo das ciências supõe olharmos pelo retrovisor da história para percebermos que o campo da produção do saber esteve sob o domínio dos homens desde os primórdios. O primordialismo aqui não tem conexão direta com os processos cronológicos alhures, cabe-nos compreendê-lo tão somente no reino do conhecimento de cariz androcêntrico.

Os homens que tomaram para si a pena da escrita para retratar o universo e explicar todas as coisas nele existentes, de forma a dar ordenança ao mundo, a partir de conceituações, o fizeram com base nas ideias patriarcais que informavam suas visões e compreensões sobre as coisas. Tem-se aqui uma urdidura que marca, inevitavelmente, o olhar dos viajantes com relação ao Novo Mundo principalmente sobre as mulheres.

Esse olhar androcêntrico e de verniz patriarcal não se voltou só para o Novo Mundo, embora aqui seja mais alargado e exacerbado. Recaiu também sobre o Velho Mundo, haja vista a grande produção de escritos de homens diabolizando as mulheres ou descrevendo processos históricos que ocultam as ações e a vida delas. Maciel (2012, p. 2) sinaliza para o fato de que “foram eles, os homens, que tanto no Mundo Antigo como nas Américas, quem descrevem o ‘encontro etnográfico’ com os povos ou sociedades do Novo Mundo, a partir obviamente dos princípios da sociedade patriarcal à qual pertenciam”. E prossiga o autor advertindo que: É necessário reconhecer também que do outro lado deste “encontro” estavam sociedades também dominadas, pelo menos militar e politicamente, pelos homens.

Eram eles que tinham a incumbência de receber em seus espaços, conversar e informar os visitantes. Foram a eles que se dirigiam os viajantes, cientistas e etnólogos, foram eles seus informantes privilegiados. Foram nos espaços sociais dos homens e a partir das informações nele recolhidas, que foram produzidos os primeiros relatórios, crônicas e etnografias sobre os indígenas (MACIEL, 2012, p. 2).

Essa análise poder-se-ia acrescentar, exige que compreendamos o problema ou o assunto que nos ocupa a mente neste momento, numa via de mão dupla. Isso evita os binarismos e as visões unilaterais ainda tão usuais. Segue-se, dessa perspectiva, que os relatos sobre as mulheres do Novo Mundo foram elaborados a partir do olhar masculino, tanto dos homens viajantes quanto dos homens locais que receberam e informaram os naturalistas.

A exclusão do sujeito mulher nas anotações de cronistas e naturalistas não parece desnuda de propósitos claros; pode-se perceber a evidente motivação preconceituosa sobre os habitantes do Novo Mundo, especialmente para com as mulheres que são retratadas com os piores predicados tais como lascivas sexuais, parideiras e depravadas (TORRES, 2005).

Esses homens de ciência, tal como Hans Staden, descreveram as mulheres pelo lado da fantasia, do exótico, incrementando o aspecto de imoralidade a partir da visão judaico-cristã que desaprova o canibalismo cultural dos

tupinambá como se os indígenas fossem regidos por uma moral cristã. Não é só essa censura que incomoda-me. O que a meu ver deve ser contestado é o fato de os ardis da colonização ter “jogado” o fardo das práticas canibais nas costas das mulheres, “apimentando” o suposto prazer sexual que elas sentiam ao degustar a carne do homem inimigo.

As gravuras produzidas sobre o ritual canibal dos tupinambá no século XVII, a partir do relato de Hans Staden, expõem a prática cultural do canibalismo como um deleite das mulheres que se regozijavam na suposta festa, quase que manipulando seus órgãos sexuais para simular masturbação. As velhas foram retratadas com os piores estereótipos sendo, pois, vistas como as promotoras da lascívia. Ornar a verdade com fábula ou com fatos inverídicos significa, realmente, desfigurá-la. De cepa fortemente patriarcal esses cientistas exacerbaram as relações de gênero no novo continente. Essa ideologização é, pois, responsável por vezos hiper-discriminatórios para com indígenas que passam a ser vistos também, sob o preconceito étnico. É, pois, nos aspectos do exotismo e da lascívia sexual que sangra o preconceito étnico na Amazônia.

A partir do século XVIII as mulheres passam a ser vistas pelos viajantes com olhares diferenciados, embora sob o cariz da moral cristã embalada pelo patriarcado. Padre João Daniel em seu *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas* deixa claro o fato de que “era brutal a lascívia e monstruosa a desenvoltura, com que sem temor de Deus nem pejo dos homens usaram, ou abusavam do sexo feminino, com tanta lassidão, que parece enforcaram ou alijaram ao mar as consciências” (DANIEL, 2004, p. 263/264). Aqui o autor está se referindo aos homens brancos que abusavam sexualmente das índias; na verdade o religioso reconhece que os indígenas não têm consciência ou “não conhecem a verdadeira vileza deste vício” (IBIDEM, p. 282). Surge, assim, uma voz razoável em favor dos índios e das mulheres indígenas. João Daniel, ainda que religioso da Companhia de Jesus, compreende que os indígenas possuem outro sistema moral que não tem arcabouço fincado no cristianismo.

Os edifícios de sua teogonia e cosmogonia têm outras bases constitutivas fundadas nos seus acervos mitológicos. A racionalidade indígena assenta-se no substrato de seus mitos e ritos passados de geração a geração. Toda a sua cultura dos costumes e normas assume a forma consuetudinária. Os Sateré-Mawé eram povos ágrafos, utilizavam mais os grafismos e os sinais semióticos para registrar sua história, cujas regras gerais estão contidas no Puratin.

O Puratin, símbolo sagrado dos Sateré-Mawé assume o aspecto físico de um remo cuja simbologia remete para o caminhar da vida sempre para frente,

rumo à terra sem males, onde os membros da etnia Sateré-Mawé encontrarão conforto e fartura em suas vidas. Para chegar à terra sem males é necessário que todos contribuam fazendo a sua parte, tanto no trabalho do guaraná e da roça, quanto o de ser bom caçador e pescador, a partir de uma sociabilidade coletivizada. E, a propósito disso, atentemos para o fato de que o Puratin só está, hoje, na memória dos Sateré-Mawé; eles não conseguem mais ler os sinais contidos no remo.

Com o tempo, conforme Yamã (2007, p. 91), “o Puratin foi perdendo seus poderes até que sumiram de uma vez por todas. Mas, ainda hoje existem duas cópias dele no território Sateré-Mawé nas mãos dos tuxauas gerais. São eles os guardiões do sagrado Puratin, símbolo maior da cultura Mawé e arma de defesa da causa indígena”. De acordo com o pajé da comunidade Molongotuba, um dos locais de nossa pesquisa, “o Puratin não pode desaparecer, é o nosso livro sagrado. Para se ter uma ideia ninguém pode tocar nele, só o tuxaua geral” (Antenor Meneses, 59 anos, entrevista/2012).

Retornando, pois, ao que há pouco dissemos sobre os escritos do padre João Daniel, deve-se reconhecer que as mulheres indígenas não foram depreciadas em seu modo de ser pelo escritor. Há trechos de elogios à beleza física como este que diz serem as mulheres indígenas bonitas “que podem competir ainda com as mais formosas senhoras da Europa. E algumas fêmeas há que, além das suas feições finíssimas, tem os olhos verdes, e outras azuis, com uma esperteza e viveza tão engraçada, que pode ombrear as mais escolhidas brancas” (DANIEL, 2004, p. 265).

Importa nesta análise apanhar mais os fenômenos e fatos que envolvem a visibilização das mulheres nos escritos dos viajantes, do que as nuances da feminilidade, o que não descarta enfatizarmos essas sutilezas que ocuparam a atenção de João Daniel. Outro aspecto de visibilização da presença das mulheres indígenas na Amazônia também são apresentados pelo religioso, como o fato de os pais “oferecerem as mesmas filhas em sinal de amizade e paz, não só uns aos outros, mas também aos brancos, que os vão visitar às suas aldeias e povoações pela razão de algum negócio” (DANIEL, 2004, p. 282).

O autor expõe também outros temas como a norma de as mulheres casarem virgens senão seriam repudiadas pelos maridos. Em outro trecho o religioso narra um fato curioso relacionado ao sujeito feminino. De acordo com o autor:

Um certo dia uma índia Moçatona que foi um dia muito devota pedir com instância a um missionário que já batizasse, porque se

envergonhava de estar ainda gentia [...]. Admirado o missionário da súplica da índia [...] e instruindo-a com brevidade a batizou [...]. Passado algum tempo veio o missionário a perguntar-lhe que causa a tinha estimulado [...] a pedir o batismo. Ao que repôs a índia que, aportando àquela missão tantos brancos, tinham com eles boa entrada as mais suas parentas e que ela era repudiada e mal vista deles por saberem que ainda estava gentia [...]. Bem merecia a índia que logo a crismasse com bons aços. Porém a sua muita rudeza não lhe deixa apreender a gravidade e malícia deste vício (DANIEL, 2004, p. 285).

A história mutilada das mulheres indígenas é, de alguma forma, reconstituída por João Daniel e Elizabeth Agassiz como veremos mais à frente. Uma das maiores contribuições do missionário jesuíta foi justamente ter reconhecido que os indígenas possuem outra lógica de pensamento e de vivência da vida. O argumento principal dos viajantes dos séculos XVI e XVII é a acusação sumária de que os índios eram canibais e, por isso não possuíam humildade, recaindo sobre as mulheres os mais abomináveis pecados ligados ao gozo carnal. João Daniel mete o dedo nessa ferida colocando em xeque-mate a suposta não humanidade dos índios.

Outra grande contribuição do jesuíta é que a lascívia sexual não é atribuída às mulheres, mas aos homens que “abusam do sexo feminino” (DANIEL, 2004, p. 282, 283, 284). Neves (2011, p. 77) considera que “o perfil do índio que a literatura de viagem registrou no século XVI e XVII desfigurou-se no tempo e na história”. Não obstante a isto, é preciso ter mais cautela em relação às mulheres. A imagem turva das indígenas construídas nesses períodos ainda trepida no espelho do branco. A imagem da índia lasciva que “solta a franga” está incrustada no imaginário ocidental, sendo, pois, difícil de depurar (TORRES, 2005). Sem dúvida, os primeiros raios de desconstrução dessa imagem ecoam com João Daniel em todo o século XVIII, haja vista não percebermos tal atitude em Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815).

No período de 1783 a 1792 Alexandre Rodrigues Ferreira, naturalista financiado pela Coroa Portuguesa para dirigir uma expedição científica ao Brasil, percorreu o Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá organizando um inventário de grande envergadura científica. As mulheres não aparecem como sujeitos de ação na região. Elas aparecem somente no quesito de contagem numérica das pessoas que residem nas localidades visitadas pela expedição. (Ex: tantos

homens e tantas mulheres existem em tal localidade). Raras são as vezes em que o naturalista se refere às mulheres; identifiquei só dois trechos, um que fala do dote e outro que expõe de forma aligeirada a função das velhas na feitura do caxiri, a saber: “tem boas casas e mais um cafezal, que o sobredito morador deu em dote a uma filha sua, a qual enviuvou, há pouco, na fortaleza da Barra deste rico (FERREIRA, 2007, p. 67). Em outro trecho o autor diz que “para acelerarem a fermentação, costumam alguns índios misturar-lhe algumas porções de beiju mastigado pelas velhas, cuja saliva promove a fermentação aos termos do seu apetite” (FERREIRA, 2007, p. 417).

Ao inventariar uma região em suas potencialidades de recursos naturais e humanas daquilo que viram e ouviram dizer, incluindo relatos e histórias de vida e de lugares, como fonte, a expedição lusitana poderia ter identificado de que forma ocorriam as relações sociais e a sociabilidade entre os indígenas. Depreender-se-ia, com efeito, fissuras e defectividade entre os gêneros homens e mulheres, especialmente no que diz respeito à divisão sexual do trabalho. E, observe-se, que o inventário de Alexandre Rodrigues Ferreira foi construído também em torno de pessoas, não só no que diz respeito a fauna e flora. O certo é que os modos de vida e as relações sociais não eram o foco da expedição, mais sim, o sistema vivo estudado pelas ciências naturais.

Recompor a vida humana na Amazônia sob o nexos da sociabilidade e das relações sociais constituiu-se em tarefa de Louis Agassiz (1807-1873) e de sua esposa Elizabeth Cary Agassiz que, juntamente com sua equipe realizaram a *Viagem ao Brasil*, no período de 1865 a 1866. Ao adotar o gênero diário que, por si só, é fluente e altamente subjetivo, adicionado ao fato de que ele foi escrito por uma mulher, dá ao documento um largo espectro de abrangência das informações disseminadas em variados temas, dentre os quais os modos de vida e as relações sociais.

De acordo com Ferri (1975, p. 5), “dessa expedição composta de 15 pessoas e financiada por Nathaniel Thayer, participou também, Elizabeth Cary Agassiz, que registrou, dia a dia, o ocorrido com todos. O elemento para a confecção de seus registros era fornecido, diariamente, pelo grande naturalista”. As visões dos viajantes sobre a Amazônia nos séculos XVI e XVII marcam a soberania da natureza e a ausência do sujeito. Vimos anteriormente que João Daniel reabilita o sujeito no século XVIII e, no século XIX, Elizabeth Agassiz traz o sujeito homem e mulher para a cena pública com sutilezas e riqueza de detalhes, especialmente sobre a vida das mulheres. Aos poucos os primeiros raios do sol começavam a dissipar as gotas de orvalho da invisibilidade e do

silêncio das mulheres nos escritos dos viajantes, mas isto não exime o fato de considerarmos ser os registros sobre elas muito escassos. Em visita da excursão à lagoa Januário, no retorno a Manaus, Elizabeth Agassiz relata a realização de um baile nos seguintes termos:

Terminado o jantar, tiraram-se as mesas e varreu-se o alpendre; a orquestra composta duma viola, uma flauta e um violino se instalou, e abriu-se o baile. As “belas da floresta” experimentaram a princípio certo embaraço sentindo-se alvo dos olhares dos estranhos mas não tardaram em se animar e as danças se acaloraram. Todos estavam vestidos de branco, saia de chitão e musselina, corpete folgado de algodão, guarnecido em volta do colo com uma espécie de renda, que elas próprias fabricam puxando os fios de cambraia ou da musselina de maneira a formar uma espécie de rede na qual os restantes são tomados pela agulha e preso uns aos outros (AGASSIZ, 1975, p. 163).

É preciso decifrar a esfinge amazônica como diz Djalma Batista (2007). No coração da floresta, no meio da mata, acontecem bailes com elevado requinte e refinamento. Essas sutilezas e seus ricos detalhes são apreendidos pelo o olhar de uma mulher que não é dura como o aço, mas “é fina como a asa de uma borboleta”, lembrando aqui Diego Rivera que usou esta frase para falar sobre sua companheira Frida Kallo. Além das roupas a autora descreve também os penteados das índias que continham “galho de jasmim ou rosas presas ao cabelo, e algumas traziam colar e brincos de ouro” (AGASSIZ, 1975, p. 163).

Lembre-se que esse é um período de abundância econômica no Amazonas, em função de o Estado encontrar-se no início de uma era gloriosa de ouro negro consignado nas atividades da borracha. Um dado primoroso trazido por Elizabeth Agassiz e muito caro à compreensão de gênero na Amazônia, de forma mais adequada e verossímil, diz respeito à desconstrução da ideia de mulher fácil e lasciva sexual em relação às índias. Agassiz (1975, p. 163) chama a atenção para o fato de que “nunca vi a mulher, nesses divertimentos dos índios, demonstrar faceirice provocante; é o homem que solicita; ele se atira aos pés da dama sem lhe arrancar um gesto ou um sorriso”.

Situar o sujeito mulher nas práticas reais de sua existência com seu modo de ser diferente daquele propalado no além-mar, por vozes eurocêntricas é, a meu ver, a maior contribuição de Elizabeth Agassiz, cujo faro científico não é o

da perspectiva de gênero, mas nem por isso deixou de condescender com ela. Sua marca de pesquisadora é aquela do afeto, do ouvir e de dar atenção à fala das mulheres. Sempre é uma mulher, velha ou nova que lhe conta as histórias e os relatos. Para Thompson (1992), a história ganha nova dimensão quando se utiliza a experiência de vida das pessoas como matéria prima.

O fato de Agassiz usar de simplicidade e afetividade para conversar com as mulheres, imiscuindo-se com elas como ocorreu em Maués, quando ela e as índias Sateré-Mawé assentaram-se no chão, deu a ela o passaporte para inquiri-las e extrair delas o que queria. O trecho a seguir é emblemático disso, a saber:

Uma única coisa foi capaz de provocar o riso: fatigada de estar de pé e exposta ao sol, sentei-me entre as mulheres, e, como a distribuição dos presentes se fizesse com muita pressa, fui tratada como uma delas e recebi por minha parte um vestido de cores berrantes. Houve entre as índias uma risada geral e o incidente pareceu diverti-las muito (AGASSIZ, 1975, p. 192).

Esse tipo de atitude abre caminho para a pesquisa na medida em que a pesquisadora ganha a confiança dos sujeitos pesquisados. É assim que “o cotidiano desvela-se fenomenologicamente, desocultando aquilo que estava velado, encoberto diante de nós, como um exercício de transcendência” (PINHEIRO, 2008, p. 46). Nesse mesmo encontro com as índias Sateré-Mawé Agassiz revela que os membros da expedição haviam pensado nas mulheres quando compraram os presentes. Esses presentes “eram para as mulheres, adorno de europeu pelas quais se mostram doidas, vestidos de algodãozinho, colares, tesouras, agulhas, espelhos” (AGASSIZ, 1975, p. 192).

Esse registro poderia ter sido ocultado já que as mulheres não costumam ser lembradas nos relatos dos viajantes, posto que elas foram silenciadas quer seja porque ficaram escondidas na linguagem do masculino de forma linear e universal ou porque ficaram ausentes das preocupações mais abrangentes de uma antropologia do contato (MACIEL, 2012). E o autor conclui dizendo que talvez elas tenham sido “preteridas e até desautorizadas como informantes etnológicos legítimos e confiáveis, mas também porque elas ocupavam espaços sociais quase impenetráveis por ‘gente de fora’: viajantes, cientistas, missionários, antropólogos” (MACIEL, 2012, p. 5). Enfim, é possível que essa atitude de Elizabeth Agassiz em fazer registro dos presentes trazidos para as mulheres, seja deliberada, para mostrar ao mundo que é preciso incluí-las nos relatos científicos.

Considerações Finais

O silenciamento e a invisibilidade produzida sobre as mulheres da Amazônia é uma violência de gênero. A Amazônia deve ser enxergada por meio de uma visão multidimensional, esgarçando os aspectos das relações de poder que engendram as relações sociais, expondo as flutuações dos seus processos históricos e reconstruindo o estatuto antológico de sua gente. É preciso quebrar o silêncio de gênero na floresta amazônica. As relações de gênero são elementos estruturantes da vida em sociedade.

São relações que tecem os fios das sociabilidades e que engendram os papéis sociais e a divisão sexual do trabalho. Torna-se premente dar voz às mulheres índias da Amazônia, uma voz autoral, que possa desautorizar todos os clichês, estereótipos e imagem destorcida que construíram sobre elas no passado. Assim qual o branco é a figura que representa a civilização ocidental, o indígena é o sujeito que representa o Novo Mundo. Os indígenas, homens e mulheres, são as fontes confiáveis e as suas falas são falas autorais.

Referências

AGASSIZ, Luiz e AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil**: 1865-1866. Traduzido por João Etienne Filho. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia**: análise do processo de desenvolvimento. 2 ed. Manaus: Valer; Edua e Inpa, 2007.

COSTA, Heloísa Lara Campos da. **As mulheres e o poder na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2005.

DANIEL, João. **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas**. Vol I. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem filosófica ao Rio Negro**. 2 ed. Organizada, atualizada e ampliada por Francisco Jorge dos Santos, Auxiliomar Silva Ugarte e Mateus Coimbra de Oliveira. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas e Editora do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 2007.

FERRI, Mário Guimarães. **Apresentação de a Viagem ao Brasil: 1865-1866.** In: AGASSIZ, Luiz e AGASSIZ, Elizabeth Cary. Viagem ao Brasil: 1865-1866. Traduzido por João Etienne Filho. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Unidade de São Paulo, 1975.

MACIEL, Bendito do Espírito Santo Pena. **Entre fios de tucum e traçados de arumã:** silêncios, trabalho e cotidiano das mulheres indígenas tikuna artesãs da fronteira do Alto Solimões. Manaus: texto acadêmico, 2012 (mimeo).

NEVES, Auriclêa Oliveira das. **A Amazônia na visão dos viajantes dos séculos XVI e XVII:** percurso e discurso. Manaus: Valer, 2011.

PINHEIRO, Harald São Peixoto. **Para uma crítica da mito poética amazônica:** do desencantamento do mundo à erotização da natureza. Dissertação de mestrado. Manaus: Ufam, 2008.

THOMPSON, Paul. 1992. **A voz do passado:** história oral. 2. ed. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TORRES, Iraildes Caldas Torres. **As novas amazônidas.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

YAMÃ, Yaguarê. Sehappóri: o livro sagrado do povo Saterê-Mawé. São Paulo: Peirópolis, 2007.

ENFRENTAMENTO DE ENFERMEIRAS NO CUIDADO A MULHERES ENVOLVIDAS COM DROGAS

Lara Barreto Caldas
bclara_@hotmail.com

Jeane Freitas de Oliveira

Andreia Silva Rodrigues

Patrícia Keirelly de Oliveira Araujo

Celestina Carvalho da Silva
Universidade Federal da Bahia

Resumo: A presença de mulheres usuárias de drogas e suas demandas nos diversos níveis de atenção à saúde geram situações de vulnerabilidade com diferentes formas de enfrentamentos para profissionais, sobretudo enfermeiras. O objetivo dessa pesquisa foi caracterizar formas de enfrentamentos adotadas por enfermeiras em situações de vulnerabilidades relacionadas às práticas de cuidados à saúde de mulheres usuárias de drogas. Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida com 33 enfermeiras de uma maternidade pública de Salvador-Ba. Para este trabalho foi analisado o conteúdo do diário de campo resultante da observação realizada no período de fevereiro a junho de 2015 e, de 06 entrevistas semiestruturadas. A organização e análise dos dados foram feitas a partir do agrupamento de informações buscando contemplar o objetivo previamente definido. As participantes revelaram que é frequente a presença de mulheres usuárias de maconha, cocaína, crack, de um modo geral, acompanhadas e/ou visitadas por seus parceiros também usuários dessas substâncias e participantes do narcotráfico. Não houve registro para usuárias de tabaco e álcool. De acordo com relato das participantes, comportamentos agressivos das mulheres e seus acompanhantes causam situações de ameaça e insegurança, interferindo na rotina das atividades e na

prática de cuidados para com essas mulheres. Na tentativa de superar essa situação, buscam articulação com outros profissionais da unidade e tentam se afastar dessas pacientes. Conclui-se que no cotidiano da prática profissional em maternidade, as enfermeiras vivenciam diversas situações de vulnerabilidades no cuidado às mulheres usuárias de drogas, para as quais adotam formas de enfrentamento não sistematizada e/ou institucionalizada.

Palavras-Chave: Drogas, Cuidados de Enfermagem, Saúde da Mulher.

Introdução

O consumo de drogas, nos dias atuais, tem se tornado um problema de saúde pública de ordem mundial que vem ganhando grande destaque por sua complexidade e expansão. O relatório produzido pelo Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC, 2014) indica que cerca de 243 milhões de pessoas, ou 5% da população global entre 15 e 64 anos de idade usaram drogas ilícitas em 2012 e estes valores indicam também o aumento do número de mulheres em relação ao de homens para alguns tipos de drogas, especialmente as consideradas ilícitas.

Até recentemente, estudos sobre o uso de substâncias psicoativas por mulheres eram limitados, visto que este era um problema mais comum no universo masculino. As mulheres usuárias de drogas encontram-se em situação de maior vulnerabilidade quando comparadas aos homens, sendo mais estigmatizadas socialmente e enfrentando situações de discriminação, preconceitos e estereótipos, gerando desafios para si próprias, familiares e para a sociedade. (CASTRO, 2012)

O envolvimento das mulheres com as drogas não se limita ao consumo ou ao tráfico, mas também ao meio onde estão inseridas, como a convivência com pessoas que consomem e/ou traficam drogas. Muitas que são internadas devido ao uso de substâncias psicoativas encontram-se em idade fértil. Quando não estão grávidas, engravidam durante o período de internação, aumentando assim os riscos sociais e de saúde. Esse problema vem exigindo a atuação de profissionais de diversas áreas, principalmente da saúde, uma vez que as substâncias psicoativas podem causar diversos efeitos no organismo. (SOUZA, 2013)

As (os) enfermeiras (os), de um modo geral, pelas características de sua prática profissional, mantêm maior contato com a clientela e seus familiares, portanto, possuem mais possibilidades de reconhecer os problemas relacionados ao uso de drogas e prestar ações assistenciais adequadas.

O envolvimento das mulheres com as drogas traz situações de vulnerabilidade não só para a usuária, mas também para os familiares e para os profissionais de saúde, principalmente para as (os) enfermeiras (os) que se encontram mais próximos nos cuidados às mulheres usuárias. (OLIVEIRA; PAIVA, 2007) A vulnerabilidade é um indicador da iniquidade e da desigualdade social. Seu conceito tem caráter multidisciplinar e inclui a detecção das fragilidades, mas também a capacidade de enfrentamento dos problemas/agravos de saúde de grupos ou indivíduos. (BERTOLOZZI et al. 2009) A análise da vulnerabilidade tem como

propósito particularizar as diferentes situações de indivíduos e/ou grupos para um determinado agravo, baseando-se em três planos analíticos: individual, social e programático.

Os cuidados de saúde direcionados para pessoas usuárias de drogas exigem contato direto com estas, seus familiares e comunidade, além de um conhecimento sobre a problemática. Considera-se como grande desafio para as enfermeiras aliar conhecimentos, habilidades e atitudes para intervir junto à pessoa usuária de álcool e outras drogas, lidar com situações cotidianas com segurança, conhecimento e liderança para encaminhamento das questões e tomada de decisões. Dessa forma, o enfrentamento das enfermeiras diante dos problemas e agravos de saúde trazidos pelas usuárias de drogas tem uma grande importância para a caracterização da assistência que essas profissionais têm no cuidado a essas usuárias. Nesse contexto, foi elaborada a seguinte questão de investigação: quais as estratégias de enfrentamentos adotadas por enfermeira (o) s na prática de cuidados às mulheres envolvidas com drogas? Na tentativa de responder a esse questionamento, foi desenvolvida uma pesquisa com o objetivo de: caracterizar formas de enfrentamentos adotadas por enfermeira (o)s em situações de vulnerabilidades relacionadas às práticas de cuidados à saúde para mulheres usuárias de drogas.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, visando compreensão do fenômeno estudado e alcance dos objetivos propostos. Esta abordagem realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se volve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas (MINAYO, 2010).

O lócus da pesquisa foi uma maternidade pública de Salvador-Ba, que faz parte do programa nacional de saúde materna e neonatal do Ministério da Saúde e mantém convênio com a Universidade Federal da Bahia, sendo utilizada como campo de prática para diversos componentes curriculares. A referida unidade oferece à população feminina em idade reprodutiva, atendimento ambulatorial e hospitalar nos programas de pré-natal, planejamento familiar, parto e aborto previsto em lei.

A pesquisa foi realizada com 33 enfermeiras que atuavam na referida maternidade, no período de fevereiro a junho, as quais foram selecionadas mediante

os seguintes critérios: estar lotada na unidade há pelo menos seis meses, prestar cuidados às mulheres na assistência ambulatorial e hospitalar e ter, pelo menos, seis meses de experiência neste tipo de assistência. Em atendimento às normas estabelecidas pela Resolução 466/12 (BRASIL, 2013), o sigilo e o anonimato das participantes foram mantidos mediante o uso de pseudônimos escolhidos pelas próprias participantes. Os demais princípios que norteiam a referida resolução foram atendidos em todas as fases da pesquisa.

Para produção dos dados foram utilizadas duas técnicas: observação de campo e entrevista semiestruturada. Essas técnicas possibilitaram conhecer/acompanhar situações vivenciadas por enfermeiras no cuidados a mulheres usuárias de drogas e o contexto no qual as situações são vivenciadas. Para apreensão das informações foi organizado roteiros específicos que permitiram o registro para posterior análise.

Para Minayo (2010) a entrevista privilegia a obtenção de informações através da fala individual, a qual revela condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos e transmite, através de um porta-voz, representações de determinados grupos. Na observação de campo buscou-se registrar as condições do contexto de estudo. Essa abordagem permitiu a observação e registro de elementos do cotidiano da unidade, visando identificar situações de vulnerabilidade relacionada ao atendimento às mulheres usuárias de drogas.

Todas as participantes foram observadas e 16 responderam integralmente ao roteiro de entrevista. Todas as entrevistas foram transcritas na íntegra e, devido uma série de fatores que interferiram no andamento da pesquisa, para este relatório foram analisadas 06 entrevistas e o conteúdo total do diário de campo.

De acordo com informações sobre a identificação das entrevistadas, todas eram do sexo feminino, com idades entre 32 e 40 anos, quatro eram naturais da cidade de Salvador e duas naturais de cidades do interior da Bahia. Quanto ao estado civil, três se declararam casadas, duas solteiras e uma em união estável. Cinco das entrevistadas tinham filhos, entre 3 e 6 anos de idade. Referente à religião, duas se declararam católicas, duas como protestantes, uma como espírita, e uma sem religião. Em relação à cor, quatro se classificaram como parda, uma como branca e uma como amarela. Entre as entrevistadas, apenas uma fez o curso em instituição federal e, também, somente uma, declarou não ter pós-graduação. A atuação das enfermeiras na maternidade variou entre 2 e 15 anos. Do total de participantes, três declararam ter outro vínculo empregatício e, uma referiu ter participado de um curso sobre a temática das drogas.

A análise das entrevistas foi feita mediante leitura do conteúdo, com agrupamento de informações que contemplasse formas de enfrentamento das enfermeiras na prática de cuidados às mulheres usuárias de drogas, diante de elementos de vulnerabilidade identificados. No processo de análise, buscou-se articular registros de campo com informações reveladas pelas participantes nas entrevistas reforçando os dados selecionados. A aplicação das técnicas e a análise dos dados, devido à complexidade da temática e da questão norteadora, exigiram conhecimento sobre os multi aspectos que envolvem a temática de investigação. Nesse sentido, tornou-se necessário a realização de revisão bibliográfica sobre problemática das drogas e sobre vulnerabilidade.

Resultados

Diante do objetivo apontado, foram identificados como elementos de vulnerabilidades para enfermeiras no cuidado prestado às mulheres usuárias de drogas: a concepção das enfermeiras acerca da mulher usuária de drogas e suas demandas de saúde, comportamento agressivo das pacientes e a presença ameaçadora de seus acompanhantes, deficiência estrutural física e das demandas de profissionais na maternidade, formação e atualização profissional das enfermeiras no tocante à temática das drogas. Esses foram elementos determinantes para a caracterização das formas de enfrentamentos adotadas pelas enfermeiras na atenção às mulheres usuárias de drogas. Ao serem questionadas sobre a assistência às mulheres usuárias de drogas, as profissionais entrevistadas relataram que tentam prestar os cuidados sem distinção, procurando sempre o bem-estar das pacientes. Algumas enfermeiras demonstraram-se mais sensibilizadas com a situação das mulheres e afirmaram que sempre tentam uma aproximação no período de internação. Outras trouxeram a importância de um olhar diferenciado para as necessidades das usuárias, relatando a importância de um cuidado mais ampliado ao lidar com essas mulheres:

“Quando eu estou com uma mulher, que é identificada como usuária, é como eu te falei, tem sempre um cuidado dobrado...” (Entrevistada 3)

“Eu procuro tá atendendo aquela paciente prestando os cuidados como se fosse paciente qualquer outra, sem diferenciação, agora tendo aquele cuidado de tá com o olhar diferenciado para ela né?!” (entrevistada 5) “Às vezes meu sentimento de inicial é compaixão, é pena, é querer tirar aquela pessoa daquela situação, eu mesmo me envolvo nesse sentido, converso, eu falo” (entrevistada 6).

As enfermeiras trouxeram em seus discursos a importância de uma assistência diferenciada ao lidar com essas mulheres, e esse olhar se intensifica diante do comportamento agressivo das pacientes usuárias de drogas. Esse comportamento pode ser considerado uma forma de defesa antecipada pelo medo de discriminação por parte das profissionais do serviço e/ou das demais pacientes. Logo, o comportamento agressivo das pacientes tornou-se um importante elemento de vulnerabilidade.

Foi notado através da observação de campo que muitas enfermeiras se sentem ameaçadas e retraídas diante dos comportamentos vindos das pacientes e que esse fato, muitas vezes, interfere na maneira como trabalham diariamente. Muitas declararam que essas situações deixam o ambiente de trabalho mais desconfortável, e que muitas vezes precisam da ajuda de outros profissionais de saúde no momento da assistência e dispõem também da equipe de segurança para esses casos de agressividade:

“Se a paciente estiver com agressividade, se eu puder, eu dou uma isolada, são pacientes que eu evito” (entrevistada 3).

“Eu me sinto apreensiva, assim de início, quando você tem que atender um paciente assim você fica apreensiva” (entrevistada 5).

“Quando é muito agressiva, aí tem que chamar vigilante, chamar policial, chama quando não tem jeito de conter” (entrevistada 6).

Este tipo de comportamento é característico também dos acompanhantes, vistos pelas enfermeiras como os maiores causadores de apreensão no ambiente de trabalho. Muitas não sabem como lidar quando o acompanhante interfere no trabalho e na assistência prestada. Diante dessas situações, as enfermeiras afirmam recorrer a outros profissionais, como uma forma de apoio e para solução de desentendimentos

A articulação com outros profissionais da unidade diante de agressões do acompanhante e/ou paciente é uma forma de enfrentamento mais comum entre as enfermeiras. Essa questão é um tema muito discutido em reuniões realizadas na maternidade, como um meio de identificar as maiores dificuldades vivenciadas pelas profissionais:

“Tem aquela quantidade de homem dentro do quarto. São homens que não gostam quando a gente pede pra sair” (Entrevistada 3)

“A equipe de enfermagem também fica temerosa, por que já teve até um caso de uma enfermeira de também ser ameaçada, e aí foi terrível” (entrevistada 4)

“Já teve situação de saber aqui que tinha acompanhante andando aqui com arma escondida” (Entrevistada 5)

As enfermeiras entendem a dificuldade que as usuárias de drogas têm ao permanecer na maternidade por muitos dias, e compreendem as necessidades que as mulheres têm no período de internação, assim, procuram ao máximo manter um ambiente confortável e tranquilo para as pacientes diante das limitações que a estrutura da maternidade apresenta.

Foi notado através da observação que a deficiência estrutural física é um fator que implica diretamente nas formas de enfiamento das enfermeiras. A maternidade, por ser referência em diversos atendimentos, atende mulheres além do que se é permitido, causando assim, uma superlotação nas enfermarias. Além da falta de recursos e materiais necessários, a demanda de profissionais de enfermagem, onde uma única enfermeira é responsável por muitas pacientes, acaba limitando as profissionais nos cuidados prestados. Muitas passam por cargas horárias enormes de trabalho, o que dificulta uma assistência diferenciada às pacientes que necessitam de uma atenção maior. Além das horas de trabalho estressantes para as enfermeiras, elas não recebem nenhum tipo de preparação ao prestar cuidados às usuárias de drogas.

A falta de capacitação na temática das drogas e o despreparo para lidar com diversas situações acarretadas na jornada de trabalho trazem uma série de dúvidas às enfermeiras que não sabem como prestar a assistência adequada. A falta de informação quanto aos aspectos relacionados às usuárias de drogas, muitas vezes, inibiu a ação das profissionais. As enfermeiras afirmam que para suprir esse despreparo, recorrem a profissionais como psicólogos e assistentes sociais. A maioria relatou nunca ter participado de uma capacitação sobre a temática das drogas e muitas demonstraram não saber dar uma assistência adequada e como atuar junto a essas mulheres:

“Não tem nenhum tipo de curso e capacitação para o que o funcionário ele tenha o momento de saber, de lidar com essa situação” (entrevistada 1).

“A gente tem um pouco do sentimento de impotência mesmo, acho que essa é a palavra, impotência. Primeiro que você não tem na

sua formação acadêmica um preparo pra você, é..., fazer esse tipo de abordagem, esse preparo você ganha na prática, você ganha com o problema na sua frente e você tentando de alguma forma resolver” (entrevistada 2). “A gente tem certas limitações, então a gente se sente um pouco impotente, com drogas lícitas muito mais” (entrevistada 2).

A partir dos dados coletados foi possível identificar que, no contexto de unidade hospitalar de maternidade, as enfermeiras adotam diversas formas de enfrentamentos diante de situações de vulnerabilidade geradas pela presença de mulheres usuárias de drogas. As diversas situações de vulnerabilidades vivenciadas no ambiente de trabalho por essas profissionais foram o fator determinante para as diversas caracterizações do cuidado.

Discussão: O contexto histórico social, cultural, político e econômico que envolve a problemática das drogas é complexo, configurando assim um problema que ameaça a qualidade de vida de muitas pessoas. Embora o problema das drogas esteja mais presente entre homens, as mulheres constituem um grupo crescente e vulnerável a agravos e que exige atenção (GALERA et al, 2005).

A mulher usuária de drogas é vista pelas enfermeiras desta pesquisa como uma pessoa frágil que precisa de um cuidado diferenciado. Os enfrentamentos das enfermeiras ao prestar cuidados às mulheres usuárias trazem à importância de um olhar ampliado diante das suas necessidades. As profissionais compreendem o contexto no qual essas mulheres usuárias estão inseridas e tentam, da melhor forma, prestar os cuidados sem qualquer distinção, procurando o bem estar das pacientes.

Segundo Carraro (2005), a utilização de estratégias de abordagem ao paciente no processo de cuidado, buscando oferecer “conselhos diretos que promovam reflexões e mudanças de comportamento”, são fundamentais para a atuação do enfermeiro frente ao fenômeno das drogas. O diálogo com estes pacientes se constitui numa forma de oferecer-lhes ajuda, talvez no instrumento mais valioso nesse relacionamento.

Ao estabelecer o diálogo os enfermeiros criam a possibilidade de cuidar destas pessoas, revertendo, ou mesmo reorientando suas condutas frente ao fenômeno das drogas.

Entende-se que as mulheres, ao fazerem uso de substâncias psicoativas, enfrentam uma série de desafios que vão desde o ponto de vista biológico, no qual as mulheres são consideradas metabolicamente menos tolerantes do que

os homens, ao estigma social que ainda é bastante expressivo, onde as usuárias são julgadas como promíscuas e incapazes de cuidar da família e dos filhos (NOBREGA; OLIVEIRA, 2005).

O medo de um julgamento diante do uso de drogas pelas mulheres gera, muitas vezes, um comportamento agressivo das mesmas aos cuidados das enfermeiras. Esse modo de agir pode ser considerado uma forma de defesa antecipada pelo medo de discriminação por parte das profissionais do serviço e/ou das demais pacientes. As enfermeiras enfrentam essas situações de maneira apreensiva, sentindo-se ameaçadas e retraídas, interferindo na maneira como trabalham diariamente. A situação não muda na presença dos acompanhantes, vistos pelas profissionais como os maiores causadores de apreensão no ambiente de trabalho. O comportamento agressivo das pacientes e de seus acompanhantes foi evidenciado com um importante elemento de vulnerabilidade.

Segundo Girondi (2010), a vulnerabilidade e a capacidade de enfrentamento ao que é vulnerável estão relacionadas entre si, sendo que a capacidade está relacionada, quase sempre, à superação que leva o indivíduo à recuperação, potencializando ou reduzindo a sua vulnerabilidade. Contudo, deve-se levar em conta que a capacidade de cada um viver a sua vida é singular, da mesma forma como não há um único modo de enfrentamento a uma determinada situação.

Diante dessas situações, as enfermeiras afirmam recorrer a outros profissionais, como uma forma de apoio e para solução de desentendimentos. A articulação com outros profissionais da unidade diante de agressões do acompanhante e/ou paciente é uma forma de enfrentamento mais comum entre as enfermeiras. O trabalho da equipe multiprofissional junto aos usuários de drogas torna-se uma prática de importância no cuidado. Profissional disposto a escutar, a respeitar e a compartilhar a responsabilidade do vínculo realizado, traz com certeza uma maior eficácia e eficiência no atendimento (CARRARO, 2005).

A articulação da equipe de saúde no cuidado às usuárias de drogas torna-se restrita vista às demandas de profissionais que a maternidade apresenta. Diante de uma instituição superlotada, carência de recursos e materiais necessários, as poucas profissionais de enfermagem disponíveis na prestação do cuidado e as cargas horárias enormes de trabalho dificultam uma assistência diferenciada às pacientes que necessitam de uma atenção maior. Torna-se um desafio ainda maior para as enfermeiras manter um ambiente confortável e tranquilo para as pacientes diante das limitações quanto ao conhecimento que possuem quanto à temática das drogas.

Segundo Mauro (2013), é fundamental a inserção da enfermeira na equipe de saúde colaborando no enfrentamento do problema, mas há necessidade de uma ampla estrutura de conhecimento sobre promoção e prevenção para a saúde de toda a sociedade e as medidas de prevenção do uso e abuso de todas as drogas lícitas e ilícitas. O despreparo das enfermeiras no cuidado às pessoas usuárias de substâncias psicoativas se dá seja pela falta de treinamento no ambiente de trabalho para lidar com essa problemática, ou pela falta da temática em muitos cursos de graduação de enfermagem, onde muitos alunos aprendem as abordagens diagnósticas e/ou farmacológicas, mas não adotam uma assistência adequada para a prestação do cuidado. (GONÇALVES, 2007)

A falta de formação é evidenciada com frequência nos relatos das enfermeiras atuantes na maternidade, e é um elemento determinante para vulnerabilidade que atinge diretamente a forma como essas mulheres atuam na prestação do cuidado. A partir dessa carência, torna-se necessário, mais uma vez, a articulação com outros profissionais de saúde, como psicólogos e assistentes sociais. Para Spricigo e outros (2004), a perspectiva de que o tema drogas passe a fazer parte das preocupações da enfermagem, requer que a capacitação de seus profissionais agregue conhecimentos para além do paradigma clínico biomédico, da visão de distúrbio – somático/psicológico – ou transgressão social e inclua saberes dos campos das ciências sociais, antropologia, política, dentre outros, além do domínio de métodos de pesquisa que possibilitem uma aproximação ao tema nos seus vários aspectos.

A assistência de enfermagem às usuárias de drogas exige um contato direto e para intervir junto à usuária, é fundamental que as profissionais estejam preparadas para prestar os cuidados necessários. As condutas adotadas pelos enfermeiros diante do usuário de álcool e outras drogas envolvem ações preventivas e promocionais da saúde, curativas e reabilitadoras que são determinantes no processo de cuidar. **Conclusões:** A partir dos resultados obtidos nesta pesquisa é possível concluir que as enfermeiras entrevistadas vivenciam diversos tipos de enfrentamento diante das vulnerabilidades no cuidado às mulheres usuárias de drogas. Os problemas e agravos de saúde trazidos por essas mulheres são determinantes para a caracterização do cuidado prestado pelas enfermeiras. Sendo assim a experiência com a atenção a usuários de álcool e drogas coloca as enfermeiras face a face com inúmeros desafios e enfrentamentos na sua prática de cuidado, sobretudo no que se refere a trabalhar numa perspectiva diferente daquela aprendida na formação acadêmica, altamente prescritiva e centrada na doença e também enfrentar o medo, insegurança, e

até incapacidade para lidar com a mulher envolvida com álcool e outras drogas. É notável o quão importante é a formação dessas profissionais acerca da temática das drogas e um suporte maior vindo da instituição e de políticas públicas, para assim, poder oferecer a essas mulheres um cuidado diferenciado, suprimindo as demandas necessárias. A sensibilização de enfermeiras quanto ao cuidado da pessoa usuária de drogas deve privilegiar uma abordagem transversal e interdisciplinar dos problemas vivenciados em cada local de trabalho, pois, quando ocorre uma aprendizagem significativa, a enfermeira atua de forma mais criativa e engajada.

Referências:

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. et al. **Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde.** Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo, 2006.

BERTOLOZZI, Maria Rita ET AL. **Os conceitos de vulnerabilidade e adesão na Saúde Coletiva.** Revista Escola de Enfermagem USP, 2009.

CARRARO, Telma Elisa; RASSOOLGH, Goolan Hussein; LUIS, Margarita Antonia Villar. **A formação do enfermeiro e o fenômeno das drogas no sul do Brasil: atitudes e crenças dos estudantes de enfermagem sobre o cuidado.** Rev Latino-am Enfermagem, 2005.

DOS SANTOS, Érick Igor; TOSOLI, Antonio Marcos Gomes. **Vulnerabilidade, empoderamento e conhecimento: memórias e representações de enfermeiros acerca do cuidado.** Acta Paulista de Enfermagem, 2013. p 492-498.

GALERA, Sueli Aparecida Frari; ROLDAN, Maria Carmen Bernal; O'Brien Beverley. **Mulheres vivendo no contexto das drogas (e violência) - papel maternal.** Rev Latino-am Enfermagem, 2005.

GIRONDI, Juliana Balbino Reis. et al. **Risco, vulnerabilidade e incapacidade: reflexões com um grupo de enfermeiras.** Revista eletrônica de enfermagem, 2010.

GONÇALVES, Sonia Silva Paiva Mota; TAVARES, Claudia Mara de Melo. **Atuação do enfermeiro na atenção ao usuário de álcool e outras drogas nos serviços extrahospitais.** Escola Anna Nery Revista Enfermagem, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NOBREGA, Maria do Perpétuo S S; Oliveira Eleonora Menicucci de. **Mulheres usuárias de álcool: análise qualitativa**. Rev Saúde Pública, 2005.

OLIVEIRA, Jeane Freitas; PAIVA, Mirian Santos, VALENTE, Camila Mota Leal. **A interferência do contexto assistencial na visibilidade do consumo de drogas por mulheres**. Rev Latino-am Enfermagem, 2007.

OLIVEIRA, Jeane Freitas de; PAIVA, Mirian Santos. **Vulnerabilidade de mulheres usuárias de drogas ao HIV/AIDS em uma perspectiva de gênero**. Escola Ana Nery Revista Enfermagem, 2007.

SOUZA, Lilian Regina da Silva; ROCHA, Maria Francisca Ribeiro; BRASILEIRO, Marislei Espíndula. **Assistência de enfermagem a usuários de cocaína e crack**. Revista Eletrônica de Enfermagem do Centro de Estudos de Enfermagem e Nutrição vol 4, 2013.

SOUZA, Márcia Rebeca Rocha de. **Repercussões do envolvimento com drogas para a saúde de mulheres atendidas em um CAPSad de Salvador - BA**. [Dissertação de mestrado]. Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia. 123f. Salvador, 2013.

TOLEDO, Melina Maфра. **Vulnerabilidade de adolescentes ao HIV/AIDS: Revisão integrativa**. 2008. 153 p. Dissertação (Doutorado em Enfermagem) Universidade de São Paulo.

TENDÊNCIAS E DESAFIOS DE GESTORES E PROFISSIONAIS NO TRABALHO COM A REDE DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS COM FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

Lucivania Oliveira Lisboa¹

Fundação Beneficente do Hospital Cirurgia em Aracaju/SE.

lucivanielisboa@gmail.com

Maria Helena Santana Cruz²

Universidade Federal de Sergipe

helenacruz@uol.com.br

Resumo: Este trabalho aborda resultados de pesquisa, sobre as representações sociais de gestores e profissionais inseridos na Rede de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas para fins de Exploração Sexual em Sergipe entre 2013 a 2014. A construção da metodologia é inspirada no materialismo dialético, busca relações intercausais historicamente constituídas para conhecer a essência e a explicação do fenômeno. A metodologia qualitativa mostrou-se relevante, para abordar o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações sociais, dos processos estudados. A realidade concreta constitui o ponto de partida para a compreensão das multifacetadas do Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual. Foram consultadas diferentes fontes a) fontes bibliográficas e fontes documentais priorizando-as fontes orais por meio de entrevista semi-estruturada realizada com gestoras e profissionais gestores@s

1 *Assistente Social e Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de Sergipe. Atualmente atua como Assistente Social Residente em Unidade de Terapia Intensiva na Fundação Beneficente do Hospital Cirurgia em Aracaju/SE.*

2 *Professora dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e Educação da Universidade Federal de Sergipe; Coordenadora do Grupo de Pesquisa do CNPq: “Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero” e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEPIMG/UFS).*

e profissionais que integram as instituições vinculadas a Política para o Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual nos três Eixos de atuação principais: 1) Prevenção ao tráfico; 2) repressão e responsabilização de autores e; 3) atenção às vítimas. Além da fragilidade de seus processos de capacitação/formação profissional, os@s gestores e profissionais que trabalham no combate ao Tráfico de Pessoas para fins de exploração sexual, enfrentam desafios, entre eles, escassa familiaridade com a questão de gênero na efetivação destas ações, devido à recente implantação da Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Palavras-chave: Tráfico de Pessoas, Exploração Sexual, Gênero.

Introdução

Embora tenha surgido há séculos, o tráfico de seres humanos vem, nas últimas décadas, e particularmente nos últimos anos, tornando-se um problema de dimensões cada vez maiores, a ponto de ser chamado por muitos de a forma moderna de escravidão. Nesta linha de reflexão, sob o alhar de gênero, este texto aborda resultados de pesquisa, sobre as representações sociais de gestores e profissionais inseridos na Rede de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas para fins de Exploração Sexual em Sergipe entre 2013 a 2014. A hipótese que a reflexão deste trabalho se move parte da seguinte consideração: “o estado neoliberal potencializa a precarização das relações de trabalho, amplia o estado mínimo, fragiliza os direitos sociais, favorece a feminização da pobreza especialmente na classe social desfavorecida, considerada vítima em potencial para o Tráfico de Pessoas para fins de exploração sexual no cenário sergipano”. Em nível estadual os@s gestores e profissionais inseridos no trabalho de combate ao Tráfico de Pessoas para fins de exploração sexual, além da fragilidade de seus processos de capacitação/formação profissional, enfrentam desafios para a efetivação destas ações, devido à recente implantação da Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Metodologia

A fundamentação teórica e metodológica que embasa a pesquisa está ancorada na perspectiva *dialética* de inspiração marxista que implica em considerar o movimento entre o todo e as partes, no qual não é possível pensar o primeiro (todo) sem as últimas (partes) e vice-versa. A contradição é essencial e

um princípio básico do conhecimento: deve-se considerar tanto o que une as partes entre si e com o todo, como as contradições entre eles. Nesta perspectiva o ponto de partida da investigação é a realidade que nos é dada a conhecer, aquela que é aparente – o concreto aparente. É objetivo do pesquisador, ir além da aparência imediata e empírica e apreender a essência do objeto em foco, evitando visões reducionistas e moralistas sobre a temática. O concreto adquire significação por ser síntese de múltiplas determinações, é unidade do diverso (NETTO, 2011).

Foram consultadas diferentes fontes **a) fontes bibliográficas:** revisão de *literatura*, livros, artigos, constituindo o primeiro passo do estudo; **fontes b) fontes documentais:** diretrizes e princípios norteadores contidos no I e II Planos Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual e Legislações sobre a Temática: o Código Civil, Código Penal, ECA, entre outros, além de estatísticas estaduais sobre programas e ações de enfrentamento ao fenômeno em foco em âmbito estadual; c) **fontes orais** foram obtidas por meio de semi-estruturada com gestoras da Secretaria de Política para Mulheres, Secretaria de Turismo, duas profissionais da Secretaria de Direitos Humanos e do Ministério Público Federal. Os dois homens foram gestores da Polícia Federal. Os@s respondentes gestores@s e profissionais integram as instituições vinculadas a Política para o Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual nos três Eixos de atuação principais: 1) Prevenção ao tráfico; 2) repressão e responsabilização de autores e; 3) atenção às vítimas. Esses princípios também norteiam o [Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas](#) (PNETP-SNJ, 2008). O *da Prevenção ao tráfico* (relacionados com a geração e utilização das habilidades de indivíduos e grupos sociais, com vista à implantação de políticas públicas de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas) e do eixo da *Repressão/Defesa e Responsabilização* (relacionado com a garantia, proteção jurídico-social às vítimas e responsabilização dos agressores).

O estudo das representações sociais foi mediatizado por situações complexas (instituições, comunidades e eventos), focalizando os respondentes sujeitos socialmente definidos, como produto e processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento, de elaboração psicológica e social dessa realidade. As representações sociais são compreendidas como fenômenos essencialmente sociais que, mesmo acessados a partir de seu conteúdo cognitivo, devem ser entendidos em seu contexto de produção, ou seja, com base nas funções simbólicas e ideológicas a que servem e nas formas de comunicação em que circulam Jodelet (2001). A *análise de conteúdo* conforme

Bardin (1977) possibilitou a tarefa interpretativa, dos temas abordados, por meio de procedimentos sistemáticos com a intenção de análise dos conhecimentos sobre as representações sociais dos respondentes.

Discursões

Foram problematizadas questões tais como: a conjugação entre as dimensões macro-micro-societárias, a relação indivíduo e sociedade, a articulação entre os planos da objetividade e da subjetividade na vida social e da universalidade. Com base nas entrevistas, são apresentadas análises preliminares, sugestões de ação, posteriormente apresentadas neste trabalho. As representações construídas sobre o objeto deste estudo foram obtidas com oito entrevistas realizadas com gestores@s e profissionais (5 mulheres e 3 homens), na faixa etária entre 35 e 50 anos e tempo de serviço entre 5 a 12 anos em média, na área, todos com escolaridade superior.

Aos esquemas de representações se atribui uma historicidade concreta, no sentido de que a narração põe em cena a formação dos trabalhadores e de suas vidas como figuras cuja articulação tem raízes históricas na própria sociedade que se quer conhecer. A representação constitui uma forma de conhecimento prático e sistemas de *diferenciação* que orienta a comunicação e o comportamento entre as pessoas. Entre as várias concepções de *representação*, a de Jodelet (2001, p. 36) detém amplo consenso, por incluir a dimensão ideológica e permitir identificar os elementos da cognição, os investimentos afetivos, os elementos axiológicos, ressaltando-se os elementos históricos identificados: “A representação³ social é uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. As representações sociais são fenômenos complexos, sempre ativados e em ação na vida social, constituídos de

3 No seu trabalho *A representação social da Psicanálise*, MOSCOVICI (1978, p.29), ao contestar DURKHEIM, parte da concepção de ‘representação coletiva’ para efetuar e desenvolver o seu estudo sobre representação social. Nesse aspecto, sem dúvida, sua contribuição ao entendimento quanto à possibilidade da aplicação do conceito de representação social, é considerada equivalente à criação de um novo paradigma para a produção de trabalhos científicos. O seu conceito de representação social é “um corpus organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas e liberam os poderes de sua imaginação”. Para o autor, os conceitos de opinião e de imagem são muito semelhantes ao de representação social, se considerarmos os conceitos interpretados em “sentido estrito”.

elementos informativos, cognitivos, ideológicos, normativo, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens, entre outros (JODELET, 2001, p. 21). Indagados@s sobre a concepção do Tráfico de Pessoas para fins de Exploração Sexual, as representações de gestores e profissionais, mostram-se distantes do conceito contido no Protocolo de Palermo, nas orientações de documentos e ações de enfrentamento ao tráfico no Brasil:

É se apropriar de crianças e adolescentes, vítimas de uma sociedade injusta, provenientes de famílias desestruturadas. Os traficantes de apropriam dessas crianças indefesas, vulneráveis, às vezes, em troca de uma bala, um pirulito, um celular, uma calça, uma refeição. Elas consideram a perspectiva de crescimento nos convites sedutores dos traficantes, entre estes, circular de um lado para o outro, usar seu corpo como mercadoria. Com certeza, muitas meninas, não tem informações sobre a prevenção das DSTs, da AIDS e da gravidez indesejada. Quando engravidam são tratadas como animais, sem o acompanhamento pré-natal. O tráfico é pouco percebido pela sociedade, combatido pelos órgãos governamentais e serviços oficiais de segurança pública. (GESTORA TURISMO).

Em nenhuma dessas circunstâncias, o chamado “consentimento”, descaracteriza o crime, ao contrário, reforça a necessidade de campanhas informativas permanentes e enfrentamento ostensivo das forças de segurança pública nos diversos níveis de intervenção. (GESTORA DA SECRETARIA DE POLÍTICA PARA MULHERES).

As representações sobre o tráfico em geral, centram-se no trabalho escravo como um crime hediondo contra a dignidade da pessoa humana, uma afronta ao direito de liberdade. Segundo a jurisprudência seria um crime insuscetível de graça e anistia. Entretanto, o tráfico de pessoas ainda não engloba o rol de crimes com essas punições. **Para além da** exploração do tráfico para as atividades sexuais, os@s respondentes, enfatizaram o recrutamento de pessoas para o trabalho forçado na agricultura, serviços domésticos, indústria, extração de órgãos e adoção. Na comunidade que não oferecem estrutura econômica para gerar renda, ocorre a migração de pessoas para lugares mais distantes, na tentativa obter meios de sobrevivência. Neste caso, existe o risco de envolvimento com os agenciadores do tráfico de pessoas. As pessoas atingidas geralmente vivenciam situação de pobreza, abandono do estado, morosidade da justiça,

mecanismos deficientes de notificação de informações entre outros aspectos. “Em muitos municípios existe a prática criminosa do rodizio e migração de meninas de um município para outro para a exploração e tráfico sexual. É frequente observar a omissão da família, a não colaboração da comunidade com a denúncia”. (GESTORA TURISMO). A vítima do tráfico é vista em geral pela sociedade como fruto indesejado do meio seu pelo comportamento social inadequadamente aceito (prostituição), ela passa novamente por condenação, por uma nova forma de escravidão baseada na obrigação à venda do corpo para pagamento de dívidas (DORNELAS, 2010, p. 01).

A Lei da oferta e da procura é associada ao papel da família de renda baixa e excluída. Muitos pais vendem ou dão as crianças, muitas vezes, colocam o menino para trabalhar na roça ou para pegar carrego na feira livre. As relações de gênero expressam elementos patriarcais de poder/ opressão modulada histórica e socialmente, reafirmadas na divisão sexual ⁴do trabalho inicialmente na família. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). Para o menino, as atividades braçais, mais vinculadas ao espaço público, enquanto para as mulheres/meninas o favorecimento dos serviços privados sexuais.

Destarte, a categoria gênero deve ser percebida para além de uma construção cultural, uma vez que a cultura não é natural. Não só o gênero deve ser historiado, mas também a cultura e a sociedade. Não de forma isolada, mas inter-relacionadas, analisando as autodeterminações. As relações desiguais e hierárquicas entre os sexos presentes na ordem patriarcal, na dominação de base patriarcal, centram-se na valorização da figura masculina, enfatiza a posição de inferioridade da mulher nos diversos espaços ocupacionais. Tais aspectos são enraizados na cultura, valores, normas institucionalizadas, sancionadas pela coletividade, regras de comportamentos, estilos de comunicação, sistema informal de relacionamentos, relações hierárquicas de poder desfavoráveis ao gênero feminino (CRUZ, 2014).

A divisão sexual do trabalho é entendida como a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso,

4 A **divisão sexual do trabalho** foi e continua sendo indispensável: por exemplo, a construção de indicadores confiáveis para medir a igualdade profissional homens/mulheres é um verdadeiro desafio político.

é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Há uma supremacia do gênero masculino sobre o feminino (SAFIOTTI, 1995; 1987). Assim a construção do gênero é tanto produto quanto o processo de sua representação. A distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, as variações no tempo e no espaço dessa distribuição pode ser analisada como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos. Falar em termos de divisão sexual do trabalho implica ir bem além da simples constatação de desigualdades: mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, portanto, os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero (HIRATA, 2002). A lógica excludente mostra-se, inerente à produção capitalista, ganha novos contornos, se torna uma questão social, cultural e ética instalando uma nova rigidez no processo de ultrapassagem da exclusão para a inclusão social. Conforme denuncia Carmelita Yasbeck (1993), citando José de Souza Martins –, viver como excluído, é a forma de inclusão possível em um mundo desigual.

A questão do consentimento para descaracterizar o tráfico de pessoas foi concebida de maneira distinta entre os@s entrevistados@s. As mulheres (predominantemente assistentes sociais) não reconhecem que consentimento descaracteriza o crime, enquanto os homens todos policiais do eixo Defesa e Responsabilização, consideram que o consentimento da mulher adulta tornaria o crime inválido. Tais aspectos ideológicos são inerentes a submissão da mulher na sociedade patriarcal, ao tabu, e a tentativa de culpabilização, vinculação a prostituição, vista como caso extremo do exercício abusivo do sexo, portanto, quem oferece serviços sexuais, é percebida como inerentemente vítima de violência (PISELLI, 2006, p. 13). Sobre o tema da capacitação para o tipo de trabalho, as representações mostram distanciamento teórico, especialmente sobre a transversalidade de gênero relacionada com o Tráfico de Pessoas para fins de Exploração Sexual. Esta lacuna fragiliza o enfrentamento de ações e o atendimento às vítimas. Apenas os profissionais da Polícia Federal participaram de cursos sobre a atuação no enfrentamento ao tráfico promovido pela instituição do qual integram. Existe reconhecimento de que a questão de gênero tem influência no tráfico, visto que a maioria das pessoas vítimas do tráfico são mulheres, que por sua fragilidade se submete ao homem na situação de tráfico. (GESTORA SECRETARIA DO TURISMO). As representações incidem sobre o dualismo masculino/feminino e as diferenças biológicas que se transformam em desigualdade social tomando a aparência de naturalidade.

Gênero para mim, em tese, é uma concepção da diferença biológica entre homem e mulher; isso não implica em funções e papéis pré-definidos na sociedade. Isso não implica em funções sociais pré-definidas para nenhum dos lados. Inclusive, não implica em opção sexual, como o próprio nome já diz é opção e não predefinição...! Vem outras questões que não são gênero especificamente, como orientação de gênero, orientação sexual, pois você pode ser do gênero feminino, mas ter orientação sexual masculina, por exemplo. (PROFISSIONAL HOMEM DA PRF)

Nas legislações existentes e nos documentos de enfrentamento ao tráfico de pessoas, o gênero constitui um tema transversal para as políticas públicas e sociais, portanto, um aspecto relevante para a compreensão do fenômeno, assim como para o suporte das ações de enfrentamento. Observou-se distanciamento, ambiguidade e divergência nas concepções. Sabe-se que ao conceito de gênero cabe a tarefa de problematizar os significados do que é ser mulher e ser homem nos distintos contextos históricos; de problematizar a divisão sexual do trabalho, possibilitando examinar como essa divisão cria uma força de trabalho feminina, vista como mão de obra barata para certos tipos de afazeres, produzindo relações desiguais, hierarquizadas e assimétricas de exploração e opressão.

Particularmente, refletindo do lugar de onde falamos, o campo do conhecimento no **Serviço Social**, observa-se que gênero é um tema transversal e constitutivo de natureza profissional, uma vez que este campo se estrutura majoritariamente por mulheres, sendo a história da profissão também a história das mulheres. Constituem-se em temas pertinentes à formação profissional do@ assistente sócia: a análise histórico-crítica das relações de gênero, em interface com outras formas de dominação-exploração; a particularidade de gênero na origem das profissões; o trabalho feminino; a violência de gênero nas políticas sociais e as metodologias de pesquisa com mulheres (como as biografias e as histórias de vida), bem como o uso da escuta qualificada e outros instrumentos e técnicas como processo de intervenção teórico-metodológica. No trabalho profissional o@ assistente social sempre terá como demanda uma série de particularidades advindas de uma sociabilidade marcada por fortes expressões da desigualdade de gênero, que poderá se manifestar de inúmeras formas. (MOREIRA, 2000).

Sobre a existência/funcionamento da Rede do Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual, desafios e limitações no enfrentados, as representações apresentaram homogeneidade. Sabem que a rede existe, contudo, desconhecem seus integrantes. Afirma-se muito timidamente, que os órgãos de defesa começam a se preocupar com essa temática, muito mais movida pela necessidade de enfrentamento a outros tipos de crime como o tráfico de drogas, contrabandos em geral e outros crimes relacionados, cujo foco principal é a defesa econômica dos setores interessados. Existe uma articulação próxima com a Interpol e Ministério Público, por meio de ofícios enviados por outros órgãos, a exemplo do conselho tutelar e MP. As ações de enfrentamento priorizadas incidem para outras formas de violência e crime, deixando a temática da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas, como secundária ou invisível: “Eu vou ser sincera, não tenho conhecimento da legislação; tenho com relação a exploração sexual, do ECA, do Código Penal que fala da questão da penalização, mas do tráfico de pessoas eu não tenho” (GESTORA DA SECRETARIA DO TURISMO). Por exemplo, na Secretaria de Direitos Humanos de Sergipe, não são conhecidos casos de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Existem apenas ações do Ministério do Trabalho referente ao recrutamento de pessoas no interior do estado para trabalho escravo em fazendas e canaviais. Entre 2007-2014 registrou-se apenas um inquérito de caso de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, ainda em andamento, não sendo este disponibilizado para a pesquisadora.

A Extraterritorialidade e a ausência de campanhas informativas em todo o território nacional e não apenas nas áreas de fronteiras, historicamente conhecidas foram mencionadas entre as limitações indicadas no funcionamento da rede. As instituições em sua grande maioria estão regidas pelo Código Penal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Existe desconhecimento dos Planos Nacionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual, do Protocolo de Palermo, dos projetos de lei existentes na área, das legislações complementares e dos estudos e campanhas de enfrentamento ao Tráfico. O tráfico de seres humanos é um problema global que requer respostas de igual dimensão, para prevenir e controlar tanto a oferta quanto à demanda dos serviços prestados às vítimas. Em Sergipe as entidades governamentais não expressam uma resposta prioritária para o fortalecimento de um Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas como política pública. A fragmentação das políticas públicas, tendência presente no interior do Estado capitalista atual, volta-se cada vez mais ao fortalecimento de uma política

privatista, sob uma ótica de segmentação dos sujeitos sociais e de redução do papel do Estado. Ademais, entre os@s componentes da Rede de Atendimento, não há capacitação, informação, para este tipo de trabalho, que por força de ofício, já estão operando. Conforme advertem Leal & Leal (2004), uma das estratégias de enfrentamento ao Tráfico de pessoas é formação e a capacitação continuada, permanente dos profissionais que atuam no enfrentamento a este fenômeno na esfera pública e privada.

Conclusões

Observa-se que o tráfico de pessoas constitui um elemento em uma ampla estrutura de exploração que senta raízes na estruturação do mercado de trabalho, na segmentação, nas desigualdades de poder baseadas no gênero, no ao emprego, nas condições de trabalho, na discriminação e na estigmatização de algumas ocupações. Os desafios para o enfrentamento ao tráfico de pessoas são inúmeros, mas sabemos que uma variante desta situação é a própria complexidade do fenômeno e a invisibilidade do problema. O *Plano de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas* efetivamente não foi colocado em prática em todo território nacional e não é diferente em Sergipe. Além disso, o país possui uma legislação falha no que concerne a responsabilização dos criminosos e a defesa da vítima. As imagens e divulgações na mídia relacionadas ao Tráfico Internacional de Pessoas, ao mesmo tempo em que dão a maior visibilidade a esse tipo de tráfico, geram polêmicas e contribuem com a construção de estereótipos e ambiguidades (raciais, do trabalho sexual, de ser estrangeiro entre outras) e contribuem para a construção do chamado ‘pânico moral’.

Obviamente ainda há muito a se pensar, elaborar e debater sobre as políticas públicas com a introdução da perspectiva gênero. Há que se reconhecer que, em larga escala, as experiências ainda são incipientes. Este aspecto torna ainda mais necessário o debate e a avaliação crítica das experiências existentes no sentido de reforçar a construção de tais políticas. As ações da gestão intersetorial da rede do tráfico de pessoas no cenário sergipano, mostram-se desarticuladas dentro da própria instância das instituições trabalhadas, observando-se distanciamento nas relações entre diferentes políticas, falta de comunicação, hierarquização dos serviços e vaidade institucional, além de desconhecimento sobre a legislação e estudos sobre o fenômeno. Neste ponto, gestores e profissionais, ressentem-se de um aprimoramento teórico constante para uma percepção crítica da complexidade, que é o tráfico de pessoas para

fins de exploração sexual, particularmente com o enfoque de gênero. Esta constitui uma prioridade de fato para a implementação do Plano Nacional. A ampliação da cidadania das mulheres resultou, dentre outras conquistas, numa pauta que redimensiona a responsabilidade do poder público em identificar as situações reais de discriminação e desigualdade que atingem as mulheres e na criação de condições de exercício de cidadania em todos os espaços públicos.

A inexistência de estatísticas que sejam capazes ampliar a compreensão do fenômeno, suas formas de enfrentamento no Brasil têm sido fundamentadas a partir de estudos e pesquisas desenvolvidos pela sociedade civil e universidades, em parceria com o governo. A construção da igualdade de gênero e a perspectiva inclusiva de gênero pressupõe a existência de estatísticas. Assim, poderemos ter informações mais precisas sobre as vítimas e sobre o crime na região, considerando que a falta de dados é um dos grandes impedimentos para enfrentar o tráfico. São poucos aqueles países que produzem estatísticas sobre temas emergentes como violência contra as mulheres.

Contudo, a constatação desta lacuna particularmente em Sergipe não pode ser tomada como sinônimo da inexistência do fenômeno. A política para a promoção da equidade de gênero e a efetivação dos direitos das mulheres e das pessoas, representa um caminho profícuo, só pode ser bem-sucedida por meio da transversalização de gênero nas políticas públicas, atravessando todos os campos de prática e de conhecimento. É preciso, sobretudo, ousadia para enfrentar esta questão, não apenas para demonstrar a crise da modernidade, da ética e da democracia, mas indicar que existe uma sociedade indignada com as respostas dos sistemas de produção e de valores e que acredita que outro mundo é possível.

Referências:

BRASIL. Ministério da Justiça. **Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional (CONVENÇÃO DE PALERMO) e leis nacionais**. Brasília, Disponível em: WWW.mj.gov.br, acesso em: 02 de dezembro de 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1977.

BRASIL. MINISTÉRIO da Justiça. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Departamento da Criança e do Adolescente, 2001. Disponível em:

www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/criancas-e-adolescentes/publicacoes-2013/pdfs/p. Acesso em dezembro de 2014.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA [SNJ]. **Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**. Brasília. 2008. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp? Acesso> em: 02 de dezembro de 2011.

BRASIL. Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Brasília. 2008. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp? Acesso> em setembro 2014.

DORNELAS. L. F. O tráfico de pessoas e o panoptismo. **Revista Segurança pública e cidadania**. Brasília, v 3, jul/dez.2010.

CRUZ. Maria Helena Santana. **Trabalho, Gênero, Cidadania, Tradição e Modernidade**. São Cristóvão/SE, Editora UFS, 2005.

_____. Gênero e Diversidade na Escola. (Aula Inaugural: **CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA**. (CESAD/NUPAT/UFS), 2014.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

YASBECK, M. Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Ed. Cortez, 1993.

JODELET, Denise. (org.). Representações Sociais: um domínio em expansão. In: **As representações sociais**. Tradução, ULUP, L. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2001.

LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima p. (Orgs). **Pesquisa Sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial – PESTRAF**: Relatório Nacional – Brasil. Brasília: CECRIA, 2002. 284 p. Disponível em: http://www.cecria.org.br/pub/livro_pestraf_portugues.pdf. Acesso em: 05 fev. 2013.

LEAL. M. L; PINHEIRO. P. A pesquisa social no contexto do tráfico de pessoas: uma abordagem marxista In: LEAL. M. L. P; LEAL. F. P; LIBÓRIO. R. M.C; **Tráfico de pessoas e violência sexual**. Viões. Brasília, 2007.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOREIRA, Maria Regina et al. (Org). O lugar de gênero na formação da/o assistente social. **Temporalis**. ABEPSS, 2000.

NETTO, J P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PISCITELLI, Adriana. Sujeição ou subversão? Migrantes brasileiras na indústria do sexo na Espanha. **Revista História e Perspectivas**, nº 35, Entre as “máfias” e a “ajuda” Universidade Federal de Uberlândia, agosto-dezembro de 2006 [2007] <http://www.historiaperspectivas.inhis.ufu.br>; acesso em dezembro de 2014.

----- Re-criando a categoria mulher? **Textos Didáticos**, nº 48, IFCH/ UNICAMP, novembro de 2002.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo**, mimeo. Tradução: SOS-Corpo, Recife, 1993.

SAFFIOTTI, H. **Gênero, Classe, Raça**. São Paulo: Cortez, 1995.

----- **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO DA PERCEÇÃO DE RISCO PARA PROFISSIONAIS DE SEXO

Luiz Augusto Santos Costa

Sâmara Batista Militão

Tainara Ferreira Inocêncio

Tatiane Alves Rodrigues Rocha

Zenith Nara Costa Delabrida.
Universidade Federal de Sergipe
augusto-costa@live.com

Resumo:

Este trabalho trata do processo de investigação sobre os riscos relacionados as atividades laborais das profissionais do sexo que atuam nas ruas de uma capital nordestina. Historicamente, essas profissionais são marginalizadas e sofrem com o preconceito e a violência. Considera-se, portanto, importante medir os riscos inerentes à execução do programa, assim como, as estratégias para prevenção e gestão da violência. Para alcançar tais objetivos, utilizou-se dois instrumentos: Entrevista semiestruturada e Planilha de registro da qualidade ambiental, as coletas foram mediadas pelo Programa de Redução de Danos da Prefeitura de Aracaju – Sergipe, com início em 09/11/2015 e término em 20/01/2016. A amostra foi composta por 36 mulheres, dessas, 19 se identificaram como transgêneros (52,6%) e 17 como cisgêneros (47,2%), a média de idade foi de aproximadamente 29 anos para as cisgênero (dp = 9,18) e de 29 para as transgêneros (dp = 8,75). Os resultados apontaram que das 36 entrevistadas, 68,4% (19) sentem-se “nada seguras”, no seu local de trabalho; sobre seus agressores, 40,6% (26) apontaram que os clientes são os principais alvos, seguidos dos transeuntes 37,5% (24) e dos assaltantes 11% (7). As principais agressões são estupros, socos, pontapés, pauladas e ameaças de

morte, além do não pagamento do programa. As estratégias apontadas circundam a conversa e a tentativa de pacificar o comportamento do cliente e evitar a agressão. Os estigmas nomeiam essas profissionais como mulheres da “vida fácil”, mas a realidade é bem distinta, elas têm que lidar com os mais diversos riscos inerentes a profissão, conhecê-los se faz estritamente necessário.

Palavra-chave: Risco; Prostituição; Travesti; Violência; Psicologia

Introdução

A prostituição é considerada como a troca dos mais diversos tipos de favores sexuais, independentemente do número de parceiros ou do gênero, por dinheiro, ou outros benefícios. No Brasil, a prostituição não é criminalizada, mas pelo artigo 228-231 do nosso código (lei 2848/40), o favorecimento da prostituição, a manutenção de casas de prostituição, o aliciamento de menores e o tráfico de pessoas para fim da exploração sexual é proibido por lei e as penas vão até oito anos, em regime fechado. Isso faz com que majoritariamente, as profissionais se prostituam nas ruas. Onde são expostas a uma infinidade de riscos, tanto provenientes do programa, quanto da exposição à criminalidade das ruas. Uma percepção aguçada sobre esses riscos eminentes parece ser importante fator de proteção.

Entende-se que a percepção de um risco está relacionada diretamente com o caráter subjetivo de cada indivíduo, sua história, seu presente, medos e preconceitos. A avaliação de risco é o procedimento técnico especializado de medição do risco derivado de uma tecnologia, de uma atividade ou situação. No contexto profissional é o procedimento de estimativa para a saúde e segurança em função dos perigos no seu ambiente/local de trabalho, a análise sistemática de todos os aspectos do trabalho. Segundo o Manual de avaliação de risco: “Risco profissional: é a possibilidade de um trabalhador sofrer um dano provocado pelo trabalho que desenvolve. Para quantificar um risco valorizam-se conjuntamente a probabilidade de ocorrência do dano e a sua gravidade.”. (FESETE, p. 15).

Diariamente temos que tomar decisões e as baseamos em nossas experiências. Lima (2005) refere que não baseamos nossas decisões em informação credível e isenta (mesmo que seja possível termos acesso a ela), nem são feitas ponderando friamente as vantagens e os inconvenientes de cada opção. Por outro lado, quando somos chamados a tomar decisões, elas podem interferir decisivamente no nosso bem-estar, refletindo a nossa avaliação subjetiva do

grau de ameaça de determinado evento. Dessa forma, os relatos de profissionais do sexo nos mostraram quais riscos são inerentes à profissão, quem são os principais agressores e quais são as estratégias para lidar com os riscos.

Profissionais do sexo

O Código Brasileiro de Ocupações regulamenta a prostituição como profissão, definida pela troca de favores sexuais por benefícios que podem ser financeiros, políticos e até profissionais (519805). A prostituição há muito tempo é vista como inferior, desqualificada, chamada até de “vida fácil” e, as suas profissionais, marginalizadas. Mas, nem sempre foi assim, no passado, a prostituição que não possuía nenhum nome específico, fazia parte da vida cotidiana, em algumas sociedades era vista como um ritual de passagem praticado pelas meninas ao atingirem a puberdade; em outras, os homens iniciavam sexualmente as jovens em troca de presentes. Algumas formas de prostituição já foram vinculadas às divindades; como nas primeiras civilizações da Mesopotâmia e do Egito, onde sacerdotisas e prostitutas, consideradas sagradas, recebiam presentes em troca de favores sexuais (ROBERTS, 1998).

Na Grécia antiga, havia as *hierodule*, mulheres sagradas que ofereciam serviços sexuais em ocasiões especiais. Eram vistas como a encarnação da deusa Afrodite, respeitadas pela população e pelos governantes por evocarem o amor, o êxtase e a fertilidade. Na antiga civilização grega, a prostituição fazia parte da paisagem cotidiana, era um meio de obtenção de lucro tão rentável que algumas mães incentivavam as filhas a fazerem carreira. Aspásia, por exemplo, tornou-se uma prostituta famosa e admirada pelas qualidades intelectuais, até o filósofo Sócrates a respeitava, inclusive, levou os seus discípulos para ouvi-la, ao contrário do que ocorria com as jovens destinadas ao casamento, que se dedicavam exclusivamente ao trabalho doméstico. (CECCARELLI, 2008).

No Brasil, a prostituição não é criminalizada, porém, o seu favorecimento é tratado no artigo 228 da lei 2848/40, onde define como crime a indução, facilitação ou atração de alguém à prostituição ou ainda, o impedimento para que a abandone. As condutas previstas neste artigo incluem, tanto promover o impedimento de alguém abandonar a prostituição como a indução, a atração e a facilitação para que nela ingresse, no sentido de remoção de dificuldades ou obstáculos. As penas variam de um a dois anos em regime fechado.

Não obstante, o artigo 229 da mesma lei, refere-se à manutenção de casa de prostituição ou lugar destinado a encontros. A ocorrência do crime

independe da existência ou não de finalidade de lucro ou da mediação direta do proprietário ou do gerente. O artigo 230 criminaliza também a obtenção de qualquer lucro da prostituição alheia. Além disso, o 231 penaliza o tráfico de pessoas com intuito da exploração sexual. Todas as penalidades sofrem acréscimos se forem cometidas contra menores de idade. A prostituta que mantém um local para explorar o seu próprio comércio sexual não se enquadra como crime. (BRASIL, 2015). Dessa forma, o código reduz os locais de atuação das profissionais do sexo, quase exclusivamente às ruas.

A prostituição e a percepção de risco

No dia-a-dia, quando enfrentamos os mais diversos perigos, somos obrigados a fazer uma avaliação dos riscos a que estamos correndo. Essa avaliação reflete a nossa interação com o evento, o nosso passado e presente, bem como o nosso contexto social, medos e preconceitos. A esse processo podemos chamar de percepção do risco. No lado oposto, encontramos a avaliação objetiva do risco, que não é mais que o procedimento técnico especializado de medição do risco derivado de uma tecnologia, de uma atividade ou situação (LIMA, 2005). O risco pode ser entendido como uma elaboração teórica, que é construída, sócio-historicamente, com o objetivo de mediar à relação do indivíduo com os perigos, visando minimizar os prejuízos e maximizar os benefícios. Assim, não é uma grandeza que está na natureza para ser medida, não é independente do observador e de seus interesses (NAVARRO, 2009).

A literatura apresenta alguns estudos sobre a prostituição relacionada com o conceito de percepção de risco e, buscando caracterizar suas profissionais e suas condições de trabalho. Um dos principais estudos entrevistou profissionais do sexo de bordéis legalizados no Canadá e os donos dos estabelecimentos (BRENTS e HAUSBECK, 2005). Foram visitados 13 estabelecimentos, dos 26 bordeis legalizados no país, 40 profissionais do sexo foram entrevistadas, 11 donos, 10 fiscais governamentais e 5 clientes. O objetivo foi identificar a violência interpessoal contra as profissionais do sexo, a violência contra a ordem social e a transmissão de doenças como violência. Um primeiro aspecto levantado pelas autoras se refere a segurança e risco, estes, devem ser avaliados por diferentes perspectivas para que se extrapole o nível do risco percebido e assim chegar ao risco real. O tema prostituição é muito suscetível a avaliações parciais, com base em informações indiretas. Sendo assim, as autoras questionam se a prostituição é inerentemente violenta.

Os resultados mostraram que as entrevistadas percebem a prostituição como perigosa, há um medo persistente associado à violência e à doença, as interações são percebidas como arriscadas. Essa visão das profissionais é o que os autores definem como percepção de risco, ou seja, a capacidade do indivíduo de perceber uma ameaça (SJÖBERG, 1998; 2000). Segundo Lima (2005, pg. 203) a percepção de risco inclui três aspectos avaliativos: a fonte de risco, uma dimensão de incerteza e uma avaliação das perdas e ganhos potenciais. Uma forma de prever a percepção de risco é compará-la com o risco real, comparando a ameaça real com a ameaça percebida. Riscos pequenos podem ser superestimados, grandes riscos podem ser subestimados. O fato de ter a experiência direta com a ameaça ou uma experiência indireta modula sua percepção de risco, além disso, há diferença entre a percepção de risco “para mim” e “para os outros” (SJÖBERG, 1998; 2000).

Para as profissionais do sexo o risco é o oposto de segurança, o que os bordéis podem oferecer em detrimento das ruas. Já os donos de bordéis e clientes, justificam a existência dos estabelecimentos como uma forma de segurança ao contratar o programa. É uma visão mais associada ao aspecto econômico. As autoras concluem que o risco da prostituição deve ser entendido levando em consideração variáveis sociais – o sistema social ainda é regido por uma concepção patriarcal na qual a mulher tem menor valor – variáveis econômicas e variáveis legais para fugir do lugar-comum de que a prostituição está necessariamente associada com a violência.

Em outro estudo com profissionais do sexo. Neto *et al.* (2007) caracterizaram a forma como as profissionais do sexo reagem à violência. Os resultados mostraram que 33% (n=7) das entrevistadas relataram que, ao serem violentadas, revidam com violência física, 19% (n=4) fogem e 48% (n=10) não reagem. O que também oferece indícios de uma caracterização desse grupo social.

Penha *et al.* (2012), realizou um levantamento com uma amostra composta por exclusivamente por mulheres, que revelou um perfil de profissionais solteiras, pertencentes a um grupo socioeconômico desfavorável e baixo nível de escolaridade, o que dificultava a inserção das mesmas em outras atividades comerciais. Além disso, seus dados apontam que a situação de exposição nas ruas favorece a violência.

“(…) As prostitutas estão mais sujeitas a sofrerem violência por estarem expostas em lugares determinantes de atos violentos, onde podem ser vítimas de agressões verbais e físicas, tanto por parte de cidadãos comuns como de agentes policiais” (PENHA *et al.*, 2012, p.987).

Os autores caracterizaram a profissão como de risco, corroborando com os achados de Brents e Hausbeck (2005), “notou-se também que essas mulheres estão sujeitas à violência, seja por seus clientes, que entendem que o pagamento lhes confere poderes, até mesmo para agredi-las, bem como pela sociedade, que as marginalizam como sendo pessoas não dignas de direitos” (PENHA *et al.*, 2012, p.989).

Essas situações trazem alguns efeitos na percepção de risco, pois variáveis externas também podem influenciar na percepção de ameaça. Segundo Sjöberg (1998), sob o efeito de uma grande ameaça externa, a percepção de risco se uniformiza. A percepção de risco pode estar associada ao estresse e à preocupação, mas este seria um componente mais emocional (SJÖBERG, 1998). Damásio (1994) afirma que ao contrário do que se pensa, conhece-se o mundo por meio das emoções e não da cognição. A experiência sensorial com o mundo é que fornece informações para que, a partir daí a cognição possa fazer suas inferências.

Segundo Wildavsky e Dake (1990) a percepção de perigo é seletiva, varia de acordo com o objeto de atenção e depende do significado que é dado aos objetos de potencial preocupação. Esse significado está associado a aspectos emocionais, não apenas aos cognitivos. A principal conclusão do estudo desses autores é que a percepção de risco é mais bem predita por aspectos culturais. Parece normalmente haver uma discrepância entre a avaliação de risco e a percepção de risco (LIMA, 2005). A profissional do sexo pode possuir informações do risco da profissão muito diferentes dos riscos que os outros grupos sociais atribuem a elas.

Não foi identificado nenhum estudo no contexto brasileiro que investigue a percepção de risco de profissionais do sexo que trabalham na rua. Dada a importância de se investigar os riscos que esse grupo social é exposto, parece de grande importância aplicar os conhecimentos da psicologia ambiental na investigação da condição socioambiental das profissionais do sexo, na compreensão da relação: Risco = Pessoa X Ambiente. Portanto, considera-se relevante compreender o risco, em relação a esse grupo em seu contexto laboral para promover intervenções que de fato atendam às necessidades dessa população.

A prostituição e os danos

Analisando os resultados apresentados na literatura fica evidente que existem poucos dados sobre os perfis socioeconômicos das profissionais do sexo.

No entanto, deve-se ressaltar que em Ximenes (2007), descobriu-se que o tempo de atuação das profissionais é de que 35 (43,2%) atuavam de um a cinco anos, enquanto as demais entre seis até mais de 30 anos.

Quando indagadas em relação ao último episódio de agressão sofrida, as entrevistadas do interior do Piauí, a violência psicológica, isoladamente, foi a mais predominante, com 19 (61,3%) relatos, seguida de violência física, com 7 (22,6%). Cabe ressaltar que 4 (12,9%) das mulheres relataram que no último episódio foram vítimas de duas ou três agressões diferentes, totalizando 36 agressões sofridas nas 31 mulheres vítimas de violência.

O estudo de Penha ainda revelou que nos ambientes domésticos e laborais, as prostitutas foram violentadas, respectivamente, por antigos companheiros, 12 (60%), e por clientes, 6 (35,3%). E no que concerne à violência conjugal, esta reflete uma concepção social de gênero, na qual o homem prevalece em posição superior à ocupada pela mulher, esperando sua subserviência e subordinação. Isso acontece, provavelmente, motivado pelos estigmas que a prostitua sofre por ser uma mulher que transcende as normas sexuais de nossa sociedade.

Quanto ao ambiente onde ocorrem as agressões pode-se observar que em quase metade das mulheres entrevistadas, 31 (40,8%), afirmou ter sido vítima de algum tipo de agressão nos mais diversos ambientes. (PENHA *et al.*, 2012). Estes resultados são compatíveis com os encontrados na pesquisa realizada por Ximenes, na qual 20 (47,6%) prostitutas foram vítimas de algum tipo de violência no domicílio, enquanto 17 (40,5%) delas vivenciaram tal situação em ambiente de trabalho. O preconceito e as agressões partem de todos os lados e as profissionais sempre buscam manter-se em estado de alerta. Principalmente, as travestis que são vítimas de violência em maior frequência e com maior intensidade, motivados pelo preconceito.

É importante salientar alguns conceitos de gêneros para facilitar a compreensão, principalmente, quando se avalia os números de travestis e transexuais na prostituição, 90% de toda a população, segundo exposto pela ANTRA (Articulação Nacional das Transgêneros) para a revista “Brasil de fato”. Esses dados são coerentes com os encontrados na presente pesquisa, onde 19, (56,2%) das entrevistadas eram transgêneros.

Primeiro, transexual é um indivíduo que nasceu com uma genitália masculina ou feminina, mas no seu desenvolvimento social, em relação aos papéis de gênero impostos pela sociedade, se identificou mais com os papéis do gênero oposto ao seu. Enquanto, travestis são “as pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres,

mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero”. (JESUS, 2010, pg. 22).

Essas transexuais, nas periferias, são alvos de violência da população, dos seus clientes e também da polícia. São vítimas de assédios, estupros, agressões e assassinatos (MILARÉ, 2015). A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH, 2012) apresentou o segundo Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil dados de 2012. Em um ano, o Poder Público Federal registrou aumento de 166,09% de denúncias e 46,6% de violações contra o público LGBT, envolvendo 1.713vítimas e 2.275 suspeitos (SDH, 2012).

As transgêneros não conseguem permanecer na escola, por causa da discriminação e tantas outras são expulsas de casas por serem transgêneros e, acabam vendo na prostituição a única forma de subsistência. “A decepção e a violência interpessoal vivida na busca por emprego formal marcam os¹ travestis... Como não conseguem trabalho formal, a primeira alternativa de trabalho para os travestis é a prostituição: “Eles não ti dão nem a chance e aí a opção que tem é a prostituição, não tem outra porque ou você prostitui ou você morre literalmente de fome, de miséria e de tudo” (E33).” (CARRIERI *et. al.*2014, p.12). Esses são alguns dos principais motivos para existirem tantas travestis e transexuais na prostituição e a relação entre prostituição, danos e gênero.

Método

Instrumentos

- Entrevista semiestruturada
- Planilha de registro da qualidade ambiental

Material

Papel, Caneta, Prancheta, Escala do tipo Likert: “nesse local: eu me sinto...”, Escala tipo Likert: “com que frequência”.

1 No texto original refere-se a travesti como palavra no masculino, o que é inadequado.

Procedimento de coleta de dados

As coletas foram mediadas pelo Programa de Redução de Danos da Prefeitura de Aracaju no Estado de Sergipe.

- Os dias de coleta aconteceram às terças e quintas a noite, a partir das 19 horas.
- As visitas eram nas mesmas zonas: às terças-feiras na Atalaia e Coroa do Meio; às quintas-feiras Coroa do Meio e Centro.
- O tempo de coleta durou dois meses (09/11/2015 - 20/01/2016), respeitando o calendário do PRD.

A coleta funcionava sobre a estrutura discriminada abaixo:

1. O grupo era apresentado pelas redutoras de danos à profissional do sexo, explicávamos como funcionaria a entrevista: que faríamos perguntas sobre as violências sofridas por elas, motivadas pelo fato de serem profissionais do sexo; mencionávamos que o tempo médio de duração da entrevista era sete minutos (tempo baseado nas entrevistas iniciais);
2. Se a profissional aceitasse participar da pesquisa, começávamos imediatamente, tendo em vista que elas estavam em horário de trabalho. Perguntávamos todos os itens do roteiro e refazíamos reelaborações do enunciado, caso não houvesse clara compreensão.
3. Quando a entrevista era finalizada, explicávamos a importância de assinar o Termo de Consentimento e que ao assinar estaria garantindo o anonimato dos seus dados e a autonomia de participar da pesquisa.
4. Posteriormente íamos nessas ruas que tínhamos feito a entrevista, para avaliar a qualidade do ambiente de trabalho.

Com relação à planilha ambiental, ela foi preenchida pelos pesquisadores durante algumas visitas ao ponto de trabalho das profissionais do sexo, onde são marcadas as opções que fazem de um ambiente possivelmente seguro.

Participantes

A amostra foi composta por 36 mulheres, desse total, 19 se identificavam como transgêneros (52,6%) e 17 como cisgêneros (47,2%). A média de idade foi de aproximadamente 29 anos para as cisgênero (desvio padrão de 9,18) e de 29 para as transgêneros (desvio padrão de 8,75).

Análises

Os dados coletados das entrevistas foram armazenados na planilha do programa estatístico SPSS© (Statistical Package for the Social Sciences).

Resultados e discussão

Os resultados foram analisados visando a identificação dos principais agressores, da frequência de violência sofrida pelas profissionais, do grau de risco percebido no local de trabalho e no caráter qualitativo dessas agressões; como acontecem, suas motivações e seus resultados.

Em relação à percepção de risco, no local de trabalho, das 36 entrevistadas, 68,4% (19) se sentem “nada seguras”, se compararmos as diferenças entre cisgêneros e transgêneros, perceberemos que não foi significativa, 52,9% (9) das cisgênero marcaram essa opção, para 52,6% (10) das transgêneros. Os resultados da qualidade do ambiente de trabalho ainda está em andamento, mas nota-se que as ruas não proporcionam segurança ou conforto para usuários e trabalhadores daquelas ruas. Em outras palavras, ambos os grupos se sentem vulneráveis em seu principal local de trabalho, é onde ocorrem muitas das agressões, principalmente as verbais e os assaltos. Esses dados são semelhantes aos encontrados por Penha *et al.*(2012), na cidade de Picos, no Piauí, 54,5% das entrevistadas afirmaram que as agressões aconteceram em ambientes laborais, explicitando assim, o nível de insegurança e vulnerabilidade dessas profissionais em seu ambiente de trabalho.

Sobre a recorrência de agressões, as transgêneros apresentaram um maior número; 84,2% (16) já sofreram algum tipo de agressão física, todas alegaram serem xingadas frequentemente. Enquanto, das cisgêneros entrevistadas 52,9% (9) alegaram terem sido vítimas de algum tipo de agressão.

O fato das mulheres transgêneros terem maior ocorrência de agressões pode ser justificado pelo estigma que sofrem, o preconceito, a discriminação. Muitas entrevistadas afirmaram que não é só no ponto (local onde fazem programa) que são xingadas, são xingadas em qualquer lugar, principalmente as que são consideradas mais “masculinas”, por chamarem mais atenção – como foi explicado posteriormente. Durante o transcorrer de algumas entrevistas, motoristas, motoqueiros, pedestres ou os passageiros de ônibus xingavam as profissionais, indiscriminadamente. Chamavam-nas de “viado” (no caso das transgêneros, principalmente), “puta”, ou falavam coisas sexuais, “gostosa”, por exemplo. Esse

tipo de comportamento pode ser considerado como uma agressão verbal e, segundo o relatado, uma agressão muito danosa ao psicológico.

Além disso, das entrevistadas, 40,6% (26) apontaram que os clientes são seus principais agressores, seguidos dos transeuntes 37,5% (24) e dos assaltantes 11% (7). Nos três casos, a agressão é realizada ligada diretamente à profissão, acontecendo, geralmente nas ruas, próximo aos seus pontos de atuação. Esses achados diferem dos encontrados pelos de Penha et al que identificou que nos ambientes domésticos e laborais, as prostitutas foram violentadas, respectivamente, por ex-companheiros, 12 (60%), e por clientes, 6 (35,3%), e o de Ximenes que o ambiente mais recorrente das agressões é o doméstico em 47,6% das entrevistadas.

Os clientes, geralmente, são os mais conflitantes, as profissionais referem-se às dificuldades de não terem certeza para onde estão indo, bem como uma apreensão constante com relação à volta ao seu local de trabalho, não há garantias de que o programa se realizará sem sustos ou danos, já que a clientela varia. As agressões quando ocorrem passam de verbais e psicológicas, para físicas (sendo estupros, socos, pontapés, pauladas), ameaças de morte com arma branca e armas de fogo.

Este fato corrobora com os estudos de Moreira e Monteiro (2012, p.3) que afirmam “as mulheres prostitutas continuam sendo alvo da violência pelos clientes, por esses entenderem que o pagamento lhes confere poder para o abuso físico, sexual e psicológico...” Pode haver também o não pagamento do que foi combinado antes do ato sexual acontecer, o que se configura como uma violência já que as profissionais do sexo trabalharam, é uma depreciação para com a profissional. Essa decisão de não pagar, não ocorre de forma pacífica, vem seguida de agressões verbais e físicas. Isso ocorre dentro do quarto em que vão para realizarem os programas, em via pública e nos carros (maior incidência de medo) em comparação aos outros locais, as profissionais alegam sentirem-se vulneráveis e sem uma perspectiva de fuga ou de como pedir ajuda, estão presas ao seu possível agressor.

As estratégias mais recorrentes para evitar uma possível agressão é conversar com outras profissionais que alertam sobre “clientes problemas”, aqueles que são mais agressivos, os que evitam pagar o programa, ou os que tentam fazê-lo sem preservativos. Para lidar com a agressão em potencial, as profissionais tentam, através da conversação, lidar com o agressor, acalmá-lo e evitar conclusões mais drásticas, como a agressão, por exemplo, considerando o não pagamento do programa o menos danoso.

Conclusões

As profissionais do sexo são mulheres que driblam as adversidades, o preconceito e os riscos de sua profissão para conseguirem manter sua dignidade e independência financeira. Os estigmas sociais as nomeiam como profissionais da “vida fácil”, mas a realidade é bem diferente. Elas têm que lidar com o pior dos seres humanos, seus desejos, medos e fobias, nas ruas e nos mais diversos ambientes são agredidas de todas as maneiras.

Os dados encontrados são coerentes com os achados em outras pesquisas realizadas em cidades do Nordeste. As entrevistadas, em sua maioria, 68,4% (19), não se sentem “nada seguras” no local onde costumam trabalhar.

Os seus agressores, diferindo dos achados de Penha, são, principalmente seus clientes, 40,6% (26), acompanhados dos transeuntes 37,5% (24) e dos assaltantes 11% (7). Sendo assim, a violência que esse grupo sofre, acontece diretamente relacionada ao local de trabalho. Dessa forma, o ambiente em que passam grande parte do seu tempo é extremamente perigoso.

As principais agressões são estupros, socos, pontapés, pauladas, ameaças de morte com arma branca e armas de fogo, além do não pagamento do programa. As estratégias apontadas circundam à conversa e a tentativa de pacificar o comportamento do cliente e evitar a possível agressão.

Além disso, através da conversa, alertam-se sobre os clientes que foram agressivos, ou inadimplentes, evitando que outras profissionais sejam também agredidas. Dessa forma, tornar a profissional ciente dos riscos e das possíveis agressões pode ser fundamental para a sobrevivência do grupo.

Não obstante, é necessário que em pesquisas futuras sejam levantado dados sobre a violência contra às profissionais, segundo os órgãos públicos, ou ONGs (Organizações Não Governamentais). Oferecendo assim, subsídios estatísticos para uma comparação entre a percepção (risco percebido) e a avaliação (risco real) do risco para esse grupo. Esses dados poderão servir de subsídio para a criação de políticas públicas que visem a melhoria nas condições laborais do grupo.

Referências

BRASIL. *Subchefia para Assuntos Jurídicos*, [online]. Acessado em 02 de julho de 2015, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>.

BRASIL DE FATO. Revista online. Link: <http://brasildefato.com.br/node/32210>.
Acessado em 31 de Janeiro de 2016.

BRENTS, B.; HAUSBECK, K. Violence and legalized brothel prostitution in Nevada: examining safety, risk, and prostitution policy. *Journal of interpersonal violence*, v. 20, n. 3, p. 275, Mar 2005. ISSN 0886-2605.

CARRIERI, A.P., SOUZA, E. M., AGUIAR, A.R.C. Trabalho, Violência e Sexualidade: Estudo de Lésbicas, Travestis e Transexuais. *RAC*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, art. 5, pp. 78-95, Jan./Fev. 2014.

CECCARELLI, P. R. Prostituição - o corpo como mercadoria. In: *Mente & Cérebro-Sexo*, v. 4 (edição especial), dez. 2008. (pag. 2)

JESUS, Jaqueline G. (2010). Transexualidade: breve introdução. *Correio Braziliense*, caderno Opinião, p. 13, 13 de setembro [online]. Acessado em 30 de Julho de 20105, disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989>.

LIMA, M. L. P. Percepção de riscos ambientais. In: SOCZKA, L. (Ed.). *Contextos Humanos e Psicologia Ambiental*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

MILARÉ, J. *Movimento Mulheres em Luta: Travestis e Transexuais contra o Machismo* [online]. Acessado 23 de Março de 2015, disponível em: <<http://mulheresemluta.blogspot.com.br/2015/03/movimento-mulheres-em-luta-travestis-e.html>>.

NAVARRO, M. V. T. Risco, radiodiagnóstico e vigilância sanitária. Salvador: EDUFBA, 2009, 166 p. ISBN 978-85-232-0620-8.

NETO, F. R. G. X.; OLIVEIRA, J. D. S.; ROCHA, J. Violência sofrida pelas profissionais do sexo durante seu trabalho e as atitudes tomadas após serem vitimadas. *REME - Revista Mineira de Enfermagem*, v. 11, n. 3, p. 248-253, 2007.

PENHA et al., 2012, J. C. D. et al. Caracterização da violência física sofrida por prostitutas do interior piauiense. *Revista Brasileira de Enfermagem REBEN*, v. 65, n. 6, p. 984-990, 2012.

ROBERTS, N. *As prostitutas na história*. Rio de Janeiro, editora Rosas dos Tempos, 1998.

SJÖBERG, L. Worry and Risk perception. *Risk Analysis*, v. 18, n. 1, p. 85-93, 1998.

____. Factors in Risk Perception. *Risk Analysis*, v. 20, n. 1, p. 1-12, 2000. ISSN 0272-4332/1539-6924 [online]. Acessado em 05 de Julho de 2015, disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1111/0272-4332.00001>>..

WILDAVSKY, A.; DAKE, K. Theories of Risk Perception: Who Fears What and Why? *Daedalus*, v. 119, n. 4, p. 41-60, 1990.

XIMENES NETO F. R. G, Oliveira JS, Rocha J. Violência sofrida pelas profissionais do sexo durante seu trabalho e as atitudes tomadas após serem vitimadas. *REME Rev. Min. Enferm*,2007;11(3):248-53, p. 250-252.

O “JEITINHO FEMININO”: A CHAVE PARA O SUCESSO DO COMÉRCIO DE PORTA EM PORTA

Autora: Maria da Conceição Silva Felix
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
conceicofelix@oi.com.br

Orientadora: Dr^a. Estefânia Knotz Cangaçu Fraga
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
ekfraga@uol.com.br

Resumo: O presente artigo, parte da pesquisa de doutoramento em História, em curso, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tem por objetivo conhecer o trabalho desenvolvido por mulheres, como revendedoras de produtos de beleza para uma indústria de cosméticos instalada no Brasil na década de 1950, utilizado pelos empresários, para o aumento/manutenção de sua taxa de lucros. Concebemos que o sucesso da venda direta se deve a alguns fatores, dentre eles: permitir aos empresários o acesso a um grande número de trabalhadores sem custos trabalhistas (trabalho informal) e para os trabalhadores, a maioria mulheres, permite a oportunidade de conciliar o trabalho doméstico e obtenção de uma renda. Nesse contexto, a informalidade encontra solo fértil para crescer e são as mulheres que carregam o carro chefe desse mercado e aí encontramos o trabalho quase invisível da comercialização de cosméticos das revendedoras. O setor de venda direta torna-se, em um período de recessão e de desemprego, um dos maiores empregadores do país. Destarte, o crescimento desta atividade pode estar relacionado com a histórica precariedade da inserção da mulher na sociedade do trabalho, do desemprego estrutural, com a perda salarial dos membros da família. A venda direta associa-se diretamente ao trabalho feminino, reflexo também da existência e permanência da divisão sexual do trabalho, compreendendo algumas atividades como a venda de cosméticos como “coisa de mulher”. Então as habilidades de comunicação, habilidades afetivas e subjetivas, aprendidas tradicionalmente na esfera reprodutiva pelas mulheres e consideradas

habilidades femininas, tornam-se valorizadas pelos novos métodos de gerenciamento da produção e dos serviços.

Palavras-chave: Desemprego, trabalho informal, venda direta, trabalho feminino, precarização.

Introdução

As empresas de venda direta, como Avon, dependem de suas revendedoras para o sucesso de seus negócios, por isso procuram mantê-las sempre motivadas através de formas de premiação, viagens, reconhecimento e prêmios de forma peculiar, que reforçam e estimulam as trabalhadoras a serem especialmente empreendedoras, apoiando, em dois atributos da mulher, que vem sendo de grande importância no mundo do trabalho, quais sejam: flexibilidade e atenção intuitiva para fenômenos sociais e pessoas e; versatilidade, capacidade de “agarrar” oportunidades, refazer e repetir tarefas.

A venda Direta, é um tipo de comércio de bens e serviços diretamente aos consumidores em suas residências, em seus locais de trabalho e outros locais fora de lojas, geralmente através de explicações ou demonstrações por um (a) revendedor (a).

A escolha da empresa Avon se deu pela representatividade e popularidade do grupo no Brasil e no mundo e por ser uma empresa que vem utilizando a venda direta como praticamente a única forma de vender seus produtos há muitos anos, mesmo diante das mudanças ocorridas na economia no âmbito mundial.

Venda pessoal, venda porta a porta e venda domiciliar são nomenclaturas que também definem o sistema de venda direta. Porém, venda direta é a forma mais adequada de expressar esse tipo de comércio, porque se baseia no contato pessoal entre o vendedor e o consumidor.

As primeiras notícias sobre venda direta no mundo datam do final do século XVIII, e no Brasil teve início em 1959 com a Avon, uma das maiores empresas de venda direta da atualidade, embora nessa época a Hermes já havia iniciado, em 1942, a comercialização de seus produtos utilizando catálogos cujas vendas se realizavam por reembolso postal. Só nos anos de 1980, a Hermes começa a vender pelo sistema de venda direta. Cabe frisar que na venda por reembolso postal o consumidor faz seu próprio pedido pelo correio.

A importância em analisar o universo da revenda das empresas de venda direta é que se constata que este setor vem despontando, nos últimos vinte anos, como um grande mercado de trabalho e de consumo. Só na última década o setor quadruplicou de tamanho no Brasil e já ocupa o terceiro lugar de maior mercado mundial (ABEVD, 2011).

Nosso interesse é o desvendar o universo das mulheres revendedoras de produtos cosméticos da empresa Avon. A tese consistirá num estudo de caso realizado em campo, focado essencialmente no trabalho das revendedoras.

Apesar dessa atividade não ser exclusivamente feminina, é exercida predominantemente por mulheres, especialmente na venda de cosméticos, que são responsáveis por 90% desse mercado, e por isso, se constitui no objeto principal de nossa pesquisa.

Pretendemos analisar a tensão existente entre a inserção da mulher no mercado e a autonomia econômica e desigualdade e como as empresas que trabalham com o sistema de venda direta se apropriam do trabalho feminino para alcançarem sua lucratividade e mostrar os impactos das mudanças no mundo do trabalho para o trabalho das mulheres. Pretendemos também realizar uma discussão acerca da atividade de venda direta como modalidade do trabalho informal; a divisão sexual do trabalho como elemento na formação social do capitalista. Em nossa tese, analisaremos como se deu o processo de inserção das mulheres na atividade de venda direta e como as empresas de venda direta se apropriam do mito da beleza onde o indivíduo é transformado em produto altamente interessante para o capital.

Discussão

As mudanças tecnológicas e organizacionais na década de 1990, que desenvolveram a flexibilidade do trabalho, tiveram como consequência um desenvolvimento do emprego e do trabalho feminino, mas trouxe um paradoxo que foi o de que os empregos criados trouxeram a marca da precariedade e vulnerabilidade ao mesmo tempo.

Em pesquisa realizada por Abramo (1998) considera que uma série de estudos empíricos realizados na América Latina parece indicar que o novo modelo de flexibilização, para as mulheres, passa pela utilização intensiva de formas de emprego precárias, como contratos de curta duração, trabalho informal, empregos em tempo parcial e/ou trabalho em domicílio. A autora chama a atenção para uma das formas como se manifesta esse fenômeno, que é a concentração da presença feminina no que ela chama empresas “mãe” dos novos encadeamentos produtivos, ou seja, aquelas onde predomina o trabalho instável, pouco qualificado e mal pago, em oposição às empresas “cabeça”, na qual se concentraria o trabalho mais bem qualificado, mais estável e melhor remunerado.

Também o retorno dos sistemas de trabalho doméstico e familiar e a subcontratação permite o ressurgimento de práticas e trabalhos de cunho patriarcal feitos em casa. Esse retorno segue paralelo ao aumento da capacidade do capital multinacional de levar para o exterior sistemas fordistas de produção em

massa, e ali explorar a força de trabalho feminino, extremamente vulnerável em condições de remuneração baixa e pouca segurança no emprego.

Para Abramo (1998) o trabalho em domicílio, ou aquele realizado nas pequenas oficinas informais, não como esfera separada da economia e do mercado de trabalho, como força de trabalho secundária, atípica, marginal e eventual, mas sim como parte de uma cadeia produtiva que têm na outra ponta empresas formais, modernas, inseridas no mercado internacional.

Quando o trabalho é realizado no espaço doméstico, o capital, ao explorar a mulher como força de trabalho, apropria-se com maior intensidade de seus “atributos” desenvolvidos nas atividades reprodutivas, vinculados às tarefas oriundas de seu trabalho reprodutivo. Dessa forma, além de o capital intensificar a desigualdade de gênero na relação de trabalho, ele acentua a dimensão dúplice da sua exploração (NOGUEIRA, 2004).

O capital tem tirado proveito do acirramento da polivalência e das características próprias do trabalho feminino; das experiências que as mulheres adquirem tanto no trabalho produtivo como no doméstico (reprodutivo), e do sentido empreendedor a elas atribuído, o que está relacionado à divisão sexual no âmbito da própria família.

A forma como o capital incorpora o trabalho feminino, cujas características, como a polivalência e a multiatividade, são decorrentes das suas atividades no espaço reprodutivo, o que as torna mais apropriadas às novas formas de exploração pelo capital produtivo (NOGUEIRA, 2004, p. 88).

Em grande medida, as atividades consideradas como do “universo feminino”, correspondem a, e aproveitam a própria experiência de trabalho que as mulheres trazem do espaço doméstico onde predominam, o que constitui como uma outra peculiaridade da venda direta que é a de construir um ambiente propício para as mulheres, pois “as mulheres têm um modo diferente dos homens de fazer as coisas acontecerem” (MACHADO, 2008, p. 21).

Para Caldas et. all. (1997) as características femininas favorecem sua entrada nessa estrutura de venda na qual a autoridade reside no coletivo, não há hierarquia entre as revendedoras autônomas (a divisão do trabalho é mínima), e os relacionamentos são considerados valiosos. As características femininas, outrora vistas como deficientes para participação em organizações burocráticas, são vistas e percebidas como vantagem competitiva, na medida em que se verifica um crescente apelo dos consumidores pelo atendimento personalizado, um

relacionamento individualizado e empatia, características identificadas como genuinamente femininas.

A Avon reivindica para si o papel de Empresa da Mulher – *The Company for Women* – pela composição de gênero, considerando que aproximadamente 90% de seus revendedores autônomos são mulheres, confirmando-se como um espaço de trabalho predominantemente feminino. Em seu *site* a Avon divulga sua visão empresarial como “ser a companhia que melhor entende e satisfaz as necessidades de produtos, serviços e auto-realização das mulheres no mundo todo”, e “[...], além disso, a venda direta ajuda a diminuir o problema do desemprego, pois oferece oportunidade de trabalho e complementação de renda”. Dito de outra forma, para Biggart (1990, p.11): “A saúde econômica das organizações de venda direta depende, em grande medida, da exclusão, da discriminação e da característica de racionalidade que as modernas organizações de trabalho seguem”.

As mensagens sempre enfatizam a condição da mulher e promoção de sua beleza, bem como temas ligados à diversidade feminina, de forma a criar uma imagem e uma condição diferenciada para as revendedoras.

Quanto a sua marca, a Avon costuma dizer que duas de cada cinco mulheres no mundo experimentaram um produto da empresa em 2005 e 86% de todas as mulheres nos Estados Unidos compraram um produto da Avon em algum momento de suas vidas (KLEPACKI, 2005, p. 188).

Somos uma empresa que tem a ver com a realização dos sonhos das mulheres por meio da essência de uma das maiores marcas consumida nos últimos tempos. A Avon é uma marca emocional e da comunidade. Nós de fato temos um relacionamento e nosso próprio conjunto de valores. Queremos ser parte da comunidade e realmente criamos orgulho na comunidade Avon (KLEPACKI, 2005, p. 181).

Harvey (2003) analisa a situação das mulheres mostrando que, as novas estruturas de mercado de trabalho facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo trabalhadores homens melhor remunerados e mais difíceis de serem admitidos, pelo trabalho feminino mal pago.

A partir dos estudos teóricos e empíricos realizados em nossa pesquisa, demonstraram por um lado que tanto homens como mulheres estão submetidos as mais diversas formas de exploração e controle da força de trabalho, mas

por outro lado, evidenciou que o trabalho feminino sofre uma dupla exploração devido a sua condição de mulher.

A esse respeito, Mészáros *apud* Nogueira (2004) observa que esta realidade possui diversas contradições e antagonismos, como ocorre sempre que os interesses do capital impõem sua lógica. Segundo este autor, a carga de responsabilidade imposta às mulheres para que se mantenha a família nuclear é enorme tornando sua situação no mundo produtivo extremamente injusta. Ao invés de se verem aliviadas como pretendia a retórica da oportunidade de direitos iguais para as mulheres e da eliminação de qualquer discriminação de gênero, o que elas presenciavam de fato é uma acentuada precarização da sua força de trabalho.

Historicamente, a vivência do trabalho passa, necessariamente, para as mulheres, pela articulação entre as tarefas produtivas e reprodutivas, na busca de um equilíbrio que dê conta dos dois espaços, obrigando-as ao exercício de atividades irregulares, intermitentes e informais, visando conciliarem as duas esferas (BRUSCHINI, 1990, p. 21-24).

As mulheres se submetem a estas atividades, dentre elas a venda direta, por ser uma atividade que é de fácil inserção, principalmente para as mulheres que são donas de casa e nunca trabalharam fora. A venda direta não exige um alto nível de qualificação; pode ser iniciada com um ciclo de amizades; e proporciona uma renda pessoal ou complementação da renda familiar. A realização desta atividade eleva a autoestima de muitas delas que tendem a se sentirem úteis.

A inserção das mulheres nesta atividade se deve a fatores como: a obtenção de uma renda familiar complementar; integrar as atividades domésticas com a venda, possibilitando conciliar horário e assistência à família; tornar visível e valorizada com um trabalho fora do âmbito doméstico e a possibilidade de “ganhar brindes” que compensam os poucos recebimentos.

O aumento do número de revendedoras autônomas pode estar relacionado também com as mudanças na composição familiar, analisa Machado (2008, p.45), que busca uma correlação do aumento na proporção de famílias chefiadas por mulheres, que passou de 22,3%, em 1993, para 33%, em 2007, de acordo com os dados do IPEA (2008). “Os técnicos desse instituto destacam que uma mudança desse tipo, num período tão restrito, é significativa e impactante, o que pode apontar para contextos de precarização da vida e do trabalho feminino e revela também um processo de empoderamento das mulheres na sociedade” (MIYATA, 2010, p. 202).

Os dados da pesquisa apontaram que o aumento da chefia do domicílio por mulheres deve-se especialmente ao fim do casamento, viuvez, entre outras

circunstâncias. No caso de nossa pesquisa teve um caso de desemprego do marido.

Outro ponto da referida pesquisa, que está atrelado ao aumento da chefia da família por mulheres foi o crescimento da renda da venda direta como renda principal para manutenção da família. Foi verificado que em 42% dos 28 casos estudados a renda proveniente da venda direta é a única renda da família, 34% entram como renda compartilhada com o marido, filhos e parentes. Somente em 24% dos casos, a renda obtida com a venda direta foi considerada uma renda complementar. Portanto, em sua grande maioria, os revendedores autônomos se utilizam da renda da venda direta para a manutenção diária ou sobrevivência familiar.

Uma das consequências diretas da participação da mulher na renda familiar demonstra que presenciamos uma intensificação do trabalho para as mulheres, visto que a venda direta incentiva e se baseia principalmente na administração do tempo dedicado: quanto maior forem as horas trabalhadas maiores as chances de realizar as vendas e maiores serão os lucros, fato que foi reconhecido pelas entrevistadas como possibilidade de alcançar a autonomia financeira com o desenvolvimento desta atividade.

A venda direta tem progredido porque as empresas oferecem um ambiente alternativo e atraente de trabalho, que permite a inserção de grande número de pessoas, majoritariamente mulheres que para elas, é uma maneira de adentrar no mercado de trabalho sem as regras que o trabalho formal impõe, com horário de trabalho flexível, podendo ser realizado no âmbito doméstico e com possibilidades de ganhar de acordo com a dedicação.

Quando essas empresas de venda direta oferecem a oportunidade de o trabalhador administrar seus próprios horários, sem dar qualquer satisfação à empresa (aparentemente), na verdade dão a entender que o revendedor terá como organizar sua vida profissional de acordo com sua vida pessoal. Mas de fato, elas visam com o passar do tempo induzi-lo a envolver seus familiares e amigos em sua rede. Neste caso, o ideal para a empresa é que todos estejam integrados nas tarefas relativas à execução dos negócios. *Assim, público e privado são aproximados com o propósito de maximizar os lucros* (ALMEIDA, 2007).

Uma revendedora que conhecemos numa das reuniões de negócios da Avon, nos informou que em sua casa os dois filhos a ajuda no momento de separar os produtos e o marido no momento da entrega dos produtos, já que como não sabe dirigir, para ela tem facilitado e muito seu trabalho, pois de carro pode transportar os produtos que possui para pronta entrega, ao contrário do

uso do transporte coletivo, onde teria que carregar muito peso e os clientes ao verem os produtos já disponíveis, não tendo que esperar o período do ciclo do pedido (campanha), compram e assim sua produtividade e lucro aumentam.

As empresas que trabalham com a venda direta, ao utilizar-se das revendedoras autônomas, realiza a terceirização do seu processo de vendas, embora a comercialização não possa ser considerada um campo secundário dentro de sua cadeia produtiva de valor, mas pode-se considerar que se trata de uma estratégia que envolve as revendedoras autônomas como parte totalmente integrada à produção.

Miyata (2010) chama a atenção que aqui cabe uma diferenciação importante sobre considerar a venda direta como um processo de terceirização, fenômeno crescente desde a década de 1990 no Brasil. A terceirização, conforme conceituação aceita pela maioria dos estudiosos refere-se ao processo administrativo e organizacional de definir o foco de negócio da empresa e repassar para terceiros os setores de produção e de apoio, que sejam secundários aos objetivos da empresa, permitindo assim a redução do número de empregados e gerando uma redução de custos.

Segundo a autora, no caso venda direta, a sua comercialização, que ocorre no formato de terceirização por meio de contratos comerciais de distribuição firmados com seus revendedores autônomos, não pode ser considerada como um setor secundário aos objetivos da empresa e sim como uma estratégia singular de distribuição de produtos, que enseja valor à sua cadeia produtiva (2010, p. 151).

Neste sentido, o trabalho informal deixaria de ser intersticial ou suplementar para cada vez mais, tender a tornar-se parte do núcleo hegemônico (TAVARES, 2004, p.131).

Outro aspecto que nos chama atenção nesta “teia” que a empresa de venda direta vai tecendo para atrair mais trabalhadores para sua rede de revendedoras, é que divulgam algumas vantagens para ser uma revendedora, como a inexistência de riscos no negócio, já que os investimento inicial é muito pequeno ou desnecessário e dedicação às vendas fica a critério da revendedora¹.

Só que ao se inserir na rede, percebe que só obterá lucros satisfatórios se dedicar um tempo máximo às vendas, o que leva a muitas mulheres a trabalharem mais de oito horas diárias e onde quer que esteja, assuma o papel de

1 No site da empresa existe um local para se cadastrar para ser uma revendedora onde divulga estes aspectos para a candidata – futura revendedora.

vendedora e perceba todas as pessoas em possíveis clientes. Por isso muitas delas andam com sua revista na bolsa para não perderem a oportunidade de vender. Além disso, propagam que não há necessidade de se manter um capital de giro, já que os produtos revendidos são, na maior parte das vezes, pagos com o dinheiro recebido na venda, mas na prática as empresas estimulam para que suas revendedoras adquiram produtos mesmo não tendo recebido qualquer pedido de seus clientes para compra-los. É que elas chamam de produtos para pronta entrega.

Francisco Teixeira no prefácio do livro “Os fios invisíveis da produção capitalista” de Tavares (2004, p.13), situa o trabalho das revendedoras de produtos Avon e outras empresas do ramo como forma de trabalho em que se potencializa o processo de exploração, e que deve ser entendido como parte de uma nova lógica do capital, enquanto terceirização do processo de vendas, como forma de reduzir os custos da produção e como parte da nova estratégia de organização produtiva, repondo, sob novas bases, as leis da igualdade, liberdade e propriedade.

Os trabalhadores em venda direta na atualidade vivenciam uma incerteza de sua condição – não sabem quanto vão ganhar e nem quando e nem se vão continuar trabalhando. E a certeza que tem é a de que precisam obter uma renda para sobreviver. Ou seja, a falta de perspectiva de um emprego formal, “empurra” mulheres e homens para a informalidade como única forma de sobreviver. Algumas de nossas entrevistadas ao serem perguntadas sobre o valor da renda que recebem como revendedoras, responderam não saber quanto ganham por campanha. Fizemos uma estimativa considerando o valor do salário mínimo para ajuda-las.

Machado (2008, p. 57) considera que a atividade de venda direta relaciona-se com a situação da mulher na qual porque por um lado, devido “ao desalento, o cansaço, a insegurança e a redução da autoestima, e por outro lado, devido a necessidade de ganhar dinheiro rápido para sobreviver impele a pessoa a tentar formas alternativas, procurando desta maneira empregos temporários e autônomos em suas mais diferentes formas, como a venda direta, por exemplo.

Outro aspecto que concorre para o sucesso das vendas diretas de produtos de beleza é a construção cultural do mito da beleza, que influencia diretamente a população feminina.

O culto à beleza têm ocupado cada vez mais espaço na sociedade mediante a obsessão com a aparência do corpo e o medo de envelhecer, o que Naomi Wolf chamou de “o mito da beleza”.

A relação estabelecida entre a identidade feminina e o que chamamos de mito da beleza é intrínseca, ou seja, há uma identificação dos padrões de beleza, apoiados na ordem simbólica da cultura patriarcal, capitalista, globalizante que criam representações visíveis e invisíveis perseguidas por milhares de mulheres, que por sua vez buscam obcecadamente o corpo perfeito (WOLF, 1992).

Na publicidade, a mulher é constantemente representada como um objeto de consumo, que para ter valor, tem que seguir um padrão. Para atingir esse padrão, ela deve aceitar as condições do mercado e consumir uma enorme quantidade de produtos (para o cabelo, para a pele, para as unhas, etc.) e serviços.

Segundo essa autora, quando as mulheres abriram brechas na estrutura do poder na década de 1980, dois aspectos afinal se fundiram: a beleza deixou de ser apenas uma forma simbólica de moeda e passou a ser o próprio dinheiro. Isso porque quando finalmente as mulheres começavam a se libertar da no matrimônio, sua nova busca de independência econômica se defrontou com um sistema de permutas quase idêntico. E quanto mais as mulheres galgaram neste período os degraus das hierarquias profissionais, tanto mais o mito da beleza se encarregou de atrapalhar cada passo.

A premissa do discurso passa a ser o da felicidade, prazer, sucesso, realização profissional e pessoal. Firma-se a exploração do corpo como mercadoria.

Figura 1 Propaganda da Avon na década de 1980



Fonte: www.avon.com.br

O corpo vai se tornando, dessa forma, excelente instrumento de consumo de mercadorias para o capital, permitindo uma promessa de tornar a presença do indivíduo no mundo mais importante, caso queira e possa pagar a conta. Os dados reforçam esse momento (MACHADO, 2008, p. 82).

Nesse contexto, o capital, aqui representado pelas indústrias de cosméticos, apoiado pelos meios de comunicação de massa, age sobre a autoestima, o que pode ser percebido pelas estratégias de marketing utilizadas constantemente, divulgando os novos padrões de beleza, contribuindo para a propagação da estética que esmera-se em novos desenvolvimentos para que sejam comprados, fechando o ciclo contínuo da busca da beleza e do corpo ideal, pois o corpo é um elemento imprescindível do marketing contemporâneo.

Conclusão

Os resultados parciais da pesquisa até o momento elucidam algumas considerações. Dentre elas:

Que o processo de reestruturação produtiva iniciado nas últimas décadas do século XX culminou com várias transformações no mundo do trabalho, que trouxeram entre outras consequências, “o desemprego em dimensão estrutural em escala globalizada”, como denominou Antunes (2003), onde a palavra de ordem nestes tempos de mudança é incerteza: “de fato, quando se pensa no novo modo de acumulação, o grande problema que a realidade nos coloca é a incerteza” (CASTEL, 1998).

Com este processo tivemos o desmonte do Estado com a redução de sua intervenção social e desregulamentação; a privatização das empresas estatais com o intuito de reduzir os gastos públicos, especialmente na área social. Como consequências imediatas tiveram o desmantelamento das políticas sociais públicas e dos direitos sociais conquistados pela ação política dos movimentos sociais ligados à classe trabalhadora.

Outra consequência dessas transformações na organização da produção e do mercado de trabalho é o aumento da inserção da força de trabalho feminino no mercado de trabalho, tanto nos países centrais como nos periféricos. Particularmente no Brasil, o aumento da inserção das mulheres se inicia na década de 1970, quando se consolida o crescimento da indústria nacional.

Em função da crise, mulheres e homens são cada vez mais atingidos pela deteriorização dos salários e pela flexibilização do trabalho, com suas diferentes formas de assalariamento, o que resultou em maior informalização das relações de trabalho e proteção social.

Este processo atinge, sobretudo as mulheres através de várias formas de terceirização, subcontratação e formas de trabalho flexibilizadas. Essas formas terceirizadas, empregam predominantemente a força de trabalho feminina provocando por um lado, o aumento da taxa de atividade feminina, mas por outro lado, veio acompanhada, simultaneamente pela precarização. “No Brasil, o aumento significativo da atividade feminina coincide com o aumento da importância da precariedade do emprego, vale dizer, do aumento de empregos informais” (HIRATA, 2002).

O público feminino é o maior alvo das empresas enquanto consumidoras e futuras vendedoras. Para a empresa abre-se uma perspectiva mercantil de venda de produtos cosméticos, através do uso de uma mão de obra que não gera custo algum para si, em consequência agrega maior lucratividade.

Outro aspecto, é que a natureza de atividade que requer qualidades socialmente reconhecidas como femininas, como a venda direta, não constitui barreira nesta atividade para o sexo masculino, tendo em vista que o setor informal é um setor heterogêneo onde fazem parte tanto homens como mulheres.

Referências

ABRAMO, Laís. A Situação da mulher no mercado de trabalho Latino Americano. In: **Textos Para Debate Internacional-Cadernos Cut-** nº 11-São Paulo, 1998.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9. ed. São Paulo: Cortez/UNICAMP, 2003.

AVON BRASIL. **Quem somos?**. Disponível em www.br.avon.com. Acesso em 22.05.2012.

ALMEIDA, Juliana. **Pode entrar, a casa é sua:** a história da venda direta por seus protagonistas. São Paulo: Museu da Pessoa, 2007.

BIGGART, Nicole Woolsey. **Charismatic capitalism:** direct selling organizations in America. 1 ed. Tradução Kerley Chaves Munis. Londres, Inglaterra: University of Chicago Press, 1990.

BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho feminino no Brasil:** novas conquistas ou persistência da discriminação? São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

CALDAS, M. **Modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. v. 1. São Paulo: Atlas, 1997.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 12 ed. São Paulo: Loyola, 2003.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?**: um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA (IPEA). **Retratos das desigualdades de gênero e raça**: 1993-2007. 3.ed. Brasília, 2008. Disponível: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/2009/livro_retratodesigual.pdf. Acesso em: 15/06/2014.

KLEPACKI, Laura. **Avon**: a história da primeira empresa do mundo voltada para a mulher. Rio de Janeiro: Best Seller, 2005.

MACHADO, Ricardo. **Venda direta**: a vitória do autônomo empreendedor. São Paulo: Alaúde, 2008.

MIYATA, Hideko. Trabalho, redes e territórios nos circuitos da economia urbana: uma análise da venda direta em Jundiaí e região metropolitana de São Paulo. (**Tese de Doutorado**). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**. São Paulo: Cortez, 2004.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

AS PESCADORAS DO RIO TEJO E A CULTURA AVIEIRA EM PORTUGAL.

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão
Universidade Federal Rural de Pernambuco
mrfaleitao@gmail.com

Resumo: A pesquisa realizada em Portugal durante a primavera e o verão de 2014, se propôs a conhecer e resgatar a partir do discurso de pescadores e pescadoras a cultura Avieira. Pesquisa qualitativa, exploratória, desenvolvida a partir da perspectiva de gênero, fundamentada na teoria feminista, na qual se faz a leitura das práticas sexistas, a partir do acompanhamento da procissão, da realização de entrevistas semiestruturadas e da observação realizada pelo olhar de uma mulher estrangeira. O aporte teórico contribuiu na compreensão do modo de vida destas comunidades e de sua vida cotidiana. Recentemente, em maio de 2016 obtiveram o reconhecimento de patrimônio nacional, da bateira de madeira, em Anúncio n.º 121/2016 - Diário da República n.º 86/2016. Palavras-chave: identidade de gênero, patrimônio cultural, pescadoras, rio Tejo, religiosidade.

Introdução

Nossa incursão em pesquisas com foco temático em pesca artesanal inicia em 2002 com a criação do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade CNPq/UFRPE.

Essa pesquisa, desenvolvida a partir da perspectiva de gênero, fundamentada na teoria feminista, aborda questões relacionadas à cultura Avieira¹ e dialoga com a temática relacionada a violência de gênero.

A cultura Avieira se constitui em um legado construído a partir do cotidiano vivenciado nos deslocamentos realizados por pescadores e pescadoras no rio Tejo. Trabalhadores que migraram de Vieira de Leiria devido ao inverno rigoroso, fugindo do mar violento, do norte de Portugal, para pescar no rio Tejo. Os Avieiros, assim denominados por serem originários de Vieira, também, são conhecidos por Nômadadas do Rio, a partir do romance escrito por Alves Redol².

Iniciaram esta cultura itinerante a partir dos deslocamentos em finais do século XIX, realizados em barcos denominados de bateiras. Estes se transformavam em local de vida e trabalho, espaço no qual as famílias dormiam, cozinhavam, lavavam roupa desenvolviam as atividades cotidianas durante o inverno e no início da primavera retornavam a Vieira de Leiria, a viver e sobreviver em terra firme.

Essa migração se intensificou no século XX, especialmente no período de crise, oriunda da primeira e segunda guerra mundial, nos anos entre 1919 e 1939³.

Durante as primeiras décadas do século XX, os Avieiros deslocaram-se de um lado para o outro, às margens do rio Tejo, como nômades. Posteriormente construíram palafitas⁴ as margens do rio Tejo. Este tipo de habitação foi a forma encontrada para enfrentar o movimento das águas, sobretudo no período de enchente do rio Tejo, famoso por suas inundações. Ali se estabeleceram e fixaram residências, em povoados denominados de aldeias Avieiras, localizadas

1 Um projeto realizado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, no estágio de investigadora visitante, em 2014, Portugal.

2 Escritos português publica em 1942 o romance Avieiros, onde narra o cotidiano desses atores sociais, também denominado por ele de ciganos do rio Tejo.

3 Francisco Oneto Nunes (1993), descreve a situação de crise que incentivou a migração, inicialmente sazonal

4 As palafitas são tipos de habitações construídas para se adaptarem a situações onde há variação no volume da água. No Tejo, até a atualidade, existem inundações.

nas margens do rio. O Instituto Politécnico de Santarém, lidera um Projeto de Reconhecimento da Cultura Avieira⁵.

Mulheres na cultura Avieira

Nossa trajetória de pesquisadora nos estudos de gênero na pesca artesanal, nos conduziu ao questionamento: quem são as mulheres Avieiras? Onde estão? O que poderia nos contar sobre o cotidiano desta cultura em processo de extinção? O que pensam sobre a candidatura a Patrimônio Imaterial da Cultura Avieira?

Na intenção de visibilizar a voz destas mulheres entrevistamos pescadores e pescadoras, pesquisadores e pesquisadoras e gestores e gestoras.

Especialmente os pescadores e as pescadoras, com quem mantivemos contato durante a pesquisa, afirmaram que era muito duro o dia a dia da mulher Avieira. Elas pescavam com os camaradas, realizam as atividades domésticas e comercializavam o pescado.

As narrativas de homens e mulheres entrevistados/as expressam a violência doméstica a qual estavam submetidas essas mulheres. A violência doméstica, umas das expressões da violência de gênero, é praticamente, consequência da assimetria de poder vivenciada na sociedade patriarcal. O poder dos homens sobre mulheres, crianças e idosos/as naturalizado nas relações familiares⁶ e cristalizadas por meio das relações institucionais.

Outra fonte de informação sobre a violência doméstica, vivenciada pelas mulheres Avieiras, é narrada por Nunes (1993,p.191-201) ao descrever um longo depoimento de uma pescadora chamada de Luzia Tocha, nascida na Espanha, país para onde seus pais migraram em busca de trabalho. Sua mãe, retornou, sozinha a Portugal onde criou os filhos om muita dificuldade vendendo sardinha. Ela relata o cotidiano de sua família abandonada pelo pai muito cedo. Aos 8 (oito) anos de idade, tornou-se, também vendedora de sardinha. Casou-se, muito jovem e teve 6 filhos. Dividiu as atividades da pesca com o marido, sofreu violência doméstica e ficou viúva. Nesta etapa da vida, ela narra que “acabou a vida; acabou-se a vida toda, ele enterrou-se e minha vida então

5 Ver Actas I 1º Encontro Nacional da Cultura Avieira publicada em 2010.

6 Para aprofundar o tema ler Saffioti (2004).

acabou. Nunca mais trabalhei⁷...; mas olhe, senhor: Deus tem sempre mais para dar do que o diabo tem para levar”.

Na tradição da pesca Avieira os casais trabalham juntos, quando um morre o parceiro ou parceira ficam sem o camarada e deixa, em definitivo de pescar.

Frequentemente ouvimos relatos de mulheres que sofreram violência física, em um caso até a morte. A convivência diária com expressões públicas de atos de violência, as quais a sociedade passava ao largo, atuando a partir do ditado “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. É recente a consciência de que esse tipo de violência cometida contra a mulher não é um problema privado, mas que se constitui em um problema social.

A pesquisa de campo.

Nos meses anteriores a nossa estadia em Lisboa, iniciamos a leitura sobre os Avieiros, com objetivo de nos prepararmos para nossa inserção na pesquisa de campo que foi realizada de maio a agosto, de 2014. Nossas incursões foram realizadas em Valada, Escaroupim, Porto da Palha e Vila Franca de Xira quando nos aproximamos das famílias Avieiras.

O contato inicial, se concretizou em 09 de junho de 2014, com a nossa participação no II Cruzeiro Religioso, quando nos deslocamos em trem até Reguengo, e por meio da Ollem, uma empresa de turismo nos levou até Valada. Desta cidade seguimos em barco até Porto da Palha quando deixamos a excursão e, a partir daí, nos incluímos num barco de pescadores Avieiros. Conhecemos os sujeitos de pesquisa na igreja de Escaroupim e no decorrer da procissão, no trecho, entre Valada e Vila Franca de Xira⁸.

Posteriormente, retornamos ao Porto da Palha e Vila Franca de Xira⁹, para dar prosseguimento as entrevistas. Neste encontro de culturas, rico e complexo,

7 Trabalhar na pesca, porque trabalham juntos os casais, quando um morre o parceiro ou parceira ficam sem o camarada.

8 A pesquisa foi possível especialmente por causa das mulheres e homens Avieiros que nos receberam e relataram sobre a vida deles e dos antepassados.

9 Além dos entrevistados e entrevistadas, outras pessoas contribuíram, direta ou indiretamente, nesta pesquisa, dentre elas João Monteiro Serrano, Maria de Lourdes Véstia e Teresa Serrano, os quais os conhecemos no Instituto Politécnico de Santarém por ser uma das instituições envolvidas na Candidatura da Cultura Avieira a Patrimônio Nacional. Também foi importante o contato com Maria de Fátima Nunes e o diálogo com o grupo de pesquisa da Universidade Évora e suas indicações de publicações sobre patrimônio cultural.

interagimos, estabelecemos contatos e construímos um acervo fotográfico, iniciado deste o momento da procissão.

Apoiamo-nos na literatura¹⁰ sobre relações de gênero, patrimônio cultural e pesca artesanal realizada no rio Tejo. Conteúdos teóricos que nos abriu caminho para dialogarmos com as comunidades Porto da Palha e Vila Franca de Xira.

Na elaboração desta narrativa que ora apresentamos, priorizamos a entrevista realizada, com o casal Maria Guilhermina Lobo Cristino Vicente e José Eduardo Domingos Vicente (algunha VARINO), em 20 de junho de 2014 na comunidade Avieira do Porto da Palha, Concelho de Azambuja, as margens do rio Tejo.

O Porto da Palha: o lugar da pesquisa

Este povoado está situado no município de Azambuja, faz parte da área metropolitana de Lisboa, com acesso de trem aproximadamente de hora em hora, ao sairmos da estação em Azambuja, Guilhermina nos esperava de carro e nos levou a aldeia avieira do Porto da Palha. Localidade que se situa na direção Norte do país.

A família composta por Maria Guilhermina Lobo Cristino Vicente e José Eduardo Domingos Vicente nos recebeu em uma área coberta às margens do rio Tejo.

O casal pesca muitas vezes durante a madrugada, nos meses de janeiro a junho no rio Tejo. Outra atividade econômica que realizam, consiste no plantio de milho, em terras que se estendem desde as margens do rio Tejo na direção da sede do município de Azambuja.

Nossa conversa durou aproximadamente duas horas, abordou os temas: sobre a cultura Avieira, as vestes (trajes ou vestimentas usadas), as redes, os barcos de pesca e o movimento das águas da cheia e da vazante do rio Tejo, e, também, sobre educação.

Maria Guilhermina Lobo Cristino Vicente pertence a uma família de pescadores. Seus dois irmãos trabalham na pesca e seus pais Luís Gregório Cristino

10 A obra da Dra. Maria Micaela Soares é citada por Oneto (1993, p.182), mas só tivemos acesso a ela no Rancho Folclórico de Vila Franca de Xira, folheamos, fotografamos e reconhecemos o seu valor para os Avieiros que se reconhecem em seu trabalho.

e Lioninda da Conceição Vieira Lobo, ainda vivem na comunidade, onde possuem uma pequena cafeteria ou lanchonete.



Fonte: Fotografia 1. A pescadora Guilhermina chegando a Igreja de Escaroupin. Em 09/06/2014. Arquivo: Rosário Andrade

José Eduardo Domingos Vicente, marido de Guilhermina, pertence a uma família de agricultores e foi criado pelo avô na localidade de Valada. As filhas do casal Lina Isabel Cristino Vicente¹¹ e Carina Alexandre Cristino Vicente¹² contribuem no trabalho da pesca se necessário for, mas não fazem da pesca seu meio de sustento. Sabem pescar porque viveram desde sempre nesta cultura pesqueira, cujos filhos muitas vezes nascem, se criam e constituem novas famílias que habitam nos barcos.

As narrativas do casal de pescadores dialogam com os dados explicitados por Nunes (1993, p. 184), “os Avieiros [...] erravam pelo rio, acompanhando nas praias isoladas onde depois nasciam pequenas aldeias de barracas de caniços e, mais tarde, de madeira [...] assim surgiram as aldeias da Palhota¹³, Conchoso, Escaroupin, Casa Branca, Vau, Caneiras”, localizadas às margens do rio Tejo.

11 É casada e tem duas filhas uma de 12 anos e outra de 2 anos.

12 Isabel é solteira e não tem filhos/as.

13 Palhota, junto à Azambuja, aldeia imortalizada pelo escritor Alves Redol que aí viveu e se inspirou quando escreveu o seu romance “Os Avieiros”.

A luta para se fixarem nestas aldeias, nos foi relatada pelo Sr. Vau, um pescador avieiro que vive em Vila Franca de Xira¹⁴. Em sua narrativa ele nos explicou que as palafitas eram constantemente destruídas por funcionários do governo de Salazar¹⁵, necessitavam ergue-las a noite, para lograr algum êxito.

O tema da violência doméstica está presente na narrativa de Guilhermina ao afirmar que a vida das mulheres Avieiras sempre foi dura¹⁶. A dupla jornada de trabalho das mulheres sempre foi constante e muitas vezes sofriam violência doméstica¹⁷.

A rotina de trabalho incluía a pesca, a comercialização e todas as outras atividades no âmbito de reprodução do grupo doméstico. Hoje, a vida cotidiana ainda inclui uma jornada de trabalho intensa, elas acompanham o marido na pesca, companheiro de trabalho denominado de camarada, e, ainda, realizam as atividades domésticas, de beneficiamento e de comercialização¹⁸ do pescado.

A violência doméstica, sempre presente nos relatos, nos impactou, especialmente, a narrativa realizada por dois irmãos de uma pescadora, que esta estava grávida e recebeu um forte chute do marido, vindo a falecer¹⁹. Outra pescadora nos contou que ela foi obrigada a remar para o marido, no dia em que saiu da maternidade, quando teve sua primeira filha. Na ocasião, ela temia que se a criança chorasse, as duas, a pescadora e a recém-nascida sofressem violência física por parte do seu companheiro, porque violência psicológica ela já estava vivenciando.

Por outro lado, segundo Guilhermina: a convivência constante ajuda a desenvolverem uma vida plena a dois, afinal ao passar todo o tempo juntos, ao

14 Além da narrativa de Sr. Vau, sobre a destruição das palafitas pelo governo de Salazar, esta informação é citada por Nunes (1993, p.190).

15 Período de ditadura, conhecido por Estado Novo vigorou em Portugal durante quatro décadas, sem interrupção, desde 1933 até ser derrubado pela Revolução de 25 de abril de 1974.

16 Vide Véstia (2014b).

17 Escutamos outros relatos de mulheres e homens sobre a violência doméstica. Nunes (1993, p. 199) relata a vida escrava (uma leitura trágica do contexto Avieiro), um Avieiro bateu tanto na mulher que o amigo comentou “Oh Joaquim, isso não se faz! Eu tenho ouvido dizer que tua mulher é boa para ti, não te merece uma coisa destas; nem a um animal se faz o que tu fizeste agora à tua mulher!...”.

18 Há a tradição das mulheres venderem pescado na rua e as vezes nos mercados.

19 Eles afirmaram que diversas vezes foram buscar a irmã e ela regressava ao convívio com o marido. Sobre o tema ler Grossi (1998).

compartilhar muitas tarefas. Há os momentos difíceis, ela reconhece, os quais são superados na convivência familiar.

Do Barco à Aldeia

Os pais de Guilhermina, Luís Gregório Cristino e Lioninda da Conceição Vieira Lobo, há 53 anos²⁰ atrás migraram para esta localidade, quando ela nasceu. Como de costume, ela foi criada dentro do barco. Assim, fazia parte da tradição, também, quando as crianças ficavam maiores eram entregues aos tios que viviam em terra, para que pudessem também estudar. A vida das famílias, era ora no barco de pesca as margens do Tejo e, ora em terra, nas aldeias localizadas próximas ao rio. Assim foi a vida de Guilhermina que estudou até a 4ª série²¹. Em sua vida de adulta, dividia seu dia a dia: ora estava no barco o lugar de trabalho, mas não de dormida. A noite ficava na casa em terra no Porte de Palha.

Vale ressaltar a nossa aproximação com o casal de entrevistados, aconteceu por meio de Lina Isabel, filha de Guilhermina e José, que estava semelhantemente aos demais jovens presentes na procissão, vestiam camisetas verde, nas quais haviam dizeres sobre o rio Tejo, o que nos aguçou a curiosidade e lhe indagamos sobre o tema. Foi nos explicado que as cores das camisetas, indicava a comunidade de origem, Verde (Porto da Palha), Branca (Vila de Franca de Xira), Laranja (Póvoa de Santa Iria). Cada aldeia escolhe a cor e os dizeres que divulgarão o evento, neste caso a procissão. Ela nos levou até a pescadora Guilhermina, sua mãe, que se prontificou a nos receber em outro dia.

Vale ressaltar que II Cruzeiro Religioso do Tejo, incluiu os municípios ribeirinhos de Abrantes, Constância, Vila Nova da Barquinha, Chamusca, Golegã, Almeirim, Santarém, Cartaxo, Salvaterra Magos, Azambuja e Vila Franca de Xira, Alhandra, Póvoa de Santa Iria, Lisboa e Trafaria.

Conforme o cartaz de divulgação, o roteiro do II Cruzeiro Religioso do Tejo, iniciou sua primeira etapa em 17/05 e concluiu em 14/06 em Paço do Arcos.

20 Desde 1961, a indicação de datas conforme eventos na família, por exemplo nascimento, é indicado na literatura, como sendo um marcador no discurso dos/as Avieiros/as.

21 Sobre as dificuldades na escolarização dos Avieiros, Nunes (1993) escreve sobre a falta de escolas próximas as comunidade Avieiras.



Fonte: Figura 1. Cartaz publicitário da Procissão.

Acesso em <http://www.cm-salvaterrademagos.pt/informacoes/eventos/item/1064-ii-cruzeiro-religioso-do-tejo-escaroupim-8>

As associações dos Avieiros se reúnem especialmente na época do Cruzeiro Religioso. Na aldeia do Porto da Palha são 07 casais de Avieiros, os quais compõem a Associação, são pescadores e pescadoras que sobrevivem do rio Tejo.

Além destes casais, outras pessoas na comunidade de Porto da Palha, que trabalham na agricultura, não vivem da pesca, são moradores de fins de semana.

Na comunidade de Porto da Palha, fotografamos uma casa de pescadores que mantém todo o formato original das construções dos Avieiros e que deveria ser transformada em museu.

Explicou-nos que só recebiam o subsídio para adquirem outro barco se destruíssem os barcos/embarcações de 9 metros de comprimento, norma definida no Nº1, artigo 24 do Regimento 4028/86. Ela e José Eduardo nos responderam que isso aconteceu da localidade de Vila de Franca de Xira para baixo, em direção de Lisboa. Informou-nos inclusive que em Pallhota e Escaroupim, ainda existem barcos de madeira, de 9 metros. Atualmente, a matéria prima da maioria dos barcos é fibra.

A manutenção de barcos e redes de pesca

A pesca é feita nos meses de janeiro a junho, especialmente as espécies: o Sável, a Lampreia, a Enguia, o Peixe Gato (não comestível, dizem que tem veneno nas vísceras), o Barbo, a Fatasa (Tainha), o Robalo, o Pimpão e o Lucipercio. Os instrumentos de trabalho são redes e também pode-se realizar a pesca de linha. As redes são diferentes, conforme o tipo e a espécie a ser pescada. As redes são adquiridas prontas, mas, ainda, persiste a fabricação artesanal. A recuperação deste apetrecho de pesca quando danificada é feita por eles mesmos: os pescadores. As redes de pesca de Guilhermina e José Eduardo são recuperadas pelos pais da pescadora. Em Salvaterra os barcos são construídos pelos pescadores e são eles que realizam a manutenção e o recuperação das redes com a intenção de contribuir no processo de preservação da cultura Avieira.

Religiosidade e Cultura Avieira

Guilhermina e José nos explicaram que os Avieiros procuram manter a tradição religiosa a partir da Nossa Senhora dos Avieiros e do Tejo, uma tradição recente, quanto a outras expressões de religiosidade, por exemplo as procissões de Nossa Senhora da Boa Viagem, Jesus dos Navegantes, São Pedro, São Gonçalo, são vivências religiosas que diferem entre pescadores do rio e do mar²², especialmente porque a pesca no mar é diferente do rio.

No Cruzeiro Religioso de 2014, todos da família de Guilhermina participam desta festa da cultura e religiosa Avieira. O planejamento do evento religioso, iniciou com o diálogo com o Instituto Politécnico de Santarém. Em seguida a reunião dos 07 (sete) associados da Associação de Porto da Palha junto com o primo que mora na aldeia Avieira de Palhota. O terceiro passo, para a concretização da profissão, foi o apoio da Junta de Freguesia e da Câmara de Azambuja.

O resgate e preservação da cultura Avieira, é importante para o casal de pescadores. Eles são conscientes da necessidade de preservar este Patrimônio Cultural que, possivelmente, pode acabar na geração a qual ela pertence. Pois, “já não se vê muita juventude a viver do rio Tejo”. Existe um jovem na faixa dos vinte anos que é pescador Avieiro, mas segundo Guilhermina, é algo excepcional.

22 Para aprofundar o tema consultar Lopes e Serrano (2008).

Ao visitarmos o Porto da Palha nos mostraram a bateira de madeira que conduziu a imagem de Nossa Senhora dos Avieiros pelo rio Tejo no II Cruzeiro Religioso realizado em 09/06/2014. Esta bateira vai passar por uma reforma (restauração) e que eles vão contratar (por meios próprios) um pescador da região que sabe ainda as técnicas de construção e conhece as madeiras utilizadas para recuperá-la.

Identidade Avieira:

Quais as características e particularidades dos Avieiros? Eles nos responderam que são pessoas acolhedoras que vivem do trabalho, respeitam o trabalho dos outros e que são amados pelos vizinhos, inclusive os que não vivem do rio Tejo. Para o casal de pescadores a “família Avieira é muito acolhedora, respeita o trabalho dos outros e quer ser respeitada”.

Guilhermina nos explicou que não mede esforços para manter a cultura Avieira, da qual tanto se orgulha.

Tejo um rio, uma cultura

O que significa o Tejo para eles. José com emoção respondeu: “ Não há palavras para descrever”, ao que Guilhermina concluiu o pensamento do camarada, “vivemos dele e vemos a sua beleza”. E complementou: “ O Tejo é uma riqueza, além de dar a sobrevivência é maravilhoso”. A emoção transmitida por Guilhermina e José Eduardo, nos fez recordar um poema de um dos escritores, ícone da literatura portuguesa Fernando Pessoa²³:

O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia,
Mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia
Porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia [...].

José Eduardo também comentou sobre dificuldades de sobrevivência com o Tejo, o vento sul, parte os barcos e avança sobre a terra, semelhante ao mar. (a analogia ao mar foi feita por nós, e por ele confirmada). O tema relacionado às dificuldades de convivência com o Tejo.

23 Alberto Caeiro, “O Guardador de Rebanhos - Poema XX”. Heterónimo de Fernando Pessoa.

Avieiros : homens e mulheres na pesca artesanal

José Eduardo concorda com o ditado de Escaroupim “um pescador sem mulher não é nada”. Um ditado que representa uma elaboração retórica, especialmente no que concerne à violência doméstica.

No caso específico deles, constatamos a cooperação e integração entre os dois, durante a preparação do almoço ao qual nos convidaram e que cozinham ali diante de nós. Ele trouxe o peixe, ela inseriu o pescado na panela para cozinhar. No processo, ele sugeriu um pouco mais de tempero e ao fim trouxe um molho de hortelã miúda que deu um sabor todo especial a iguaria. Não esqueceremos jamais o sabor daquela comida feita num clima de tanto acolhimento.

Avieiros e pluriatividades

O pai de Guilhermina pescava e caçava. Sobre o tema, ela nos contou de uma lembrança que guarda com carinho. Não lembra a idade que tinha. Era bem pequena, “estava no barco com a mãe e o pai, ele viu uma lebre, pediu para ficarem bem quietas, pegou a espingarda que levava sempre junto a si, no barco, entrou no mato e logo voltou com a lebre. Esta caça, vendeu em Salvaterra e “ com o dinheiro comprou o que necessitavam, ingredientes que não vem do rio nem de suas margens”.

Atualmente não se pode caçar, porque a legislação prever a proteção das espécies, a limitação da atividade e há taxas e imposto para quem a realiza. Por isso quando se faz é muito caro, geralmente com aves e animais de cativeiro. Para José este “ tipo de caça não tem graça, pois as aves criadas em cativeiro nem sabem voar”.

Guilhermina comentou sobre sua proximidade com Lurdes Vestia e João Serrano, pesquisadores vinculados ao Projeto de Candidatura a Patrimônio Imaterial Nacional fomentada pelo Instituto Politécnico de Santarém. Explicou que os primeiros contatos, as primeiras reuniões, foram arregimentadas pelo Dr. João Serrano, sempre no Instituto Politécnico de Santarém. Por outro lado, Lurdes Vestia é por ela considerada a “embaixadora dos Avieiros” um trabalho realizado a partir de uma verdadeira “paixão aos Avieiros”,

Por fim, eles falaram da criação e da plantação, ou seja, nas pluriatividades por eles desenvolvidas. Galinhas e plantio do milho, atividade agrícola desenvolvido em sua propriedade desde as margens do rio Tejo até as proximidades da zona urbana de Azambuja, são ajudas para sobrevivência, porque só

pode-se pescar 1/2 ano de Janeiro a Junho. Os meses de julho a dezembro, são períodos de reprodução das espécies. Para eles o rio Tejo não é o mesmo, mas ainda se vive bem dele, ou seja, dos recursos naturais proporcionado pelo rio.

Para se concluir:

A experiência de pesquisa vivenciada com os Avieiros nos possibilitou conhecer uma parcela da história, da cultura e do trabalho, destas pessoas que lutaram muito para estabelecer se estabelecer as margens do rio Tejo, para isso, desenvolveram uma cultura de resistência. Atualmente, diversas intervenções governamentais tem fragilizado a sobrevivência deste modo de vida, entre elas a legislação na qual se exige a destruição do barco antigo ao adquirir um barco novo, o que tem redundado na quase extinção dos barcos de madeira substituídos pelos barcos de fibras.

Importante conquista em 2016 a inscrição (salvaguarda urgente) das «Artes e saberes de construção e uso da bateira avieira no rio Tejo» (Caneiras, Santarém) no Inventário Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial²⁴.

A necessidade de construção de novas habitações, necessárias e mais confortáveis, no entanto, não deveria impedir a preservação da memória, tem-se destruído por completo um patrimônio material, a exemplo do que aconteceu em Vila Franca de Xira. A intervenção governamental criticada pelos Avieiros, por não manter, conforme combinado duas casas para se constituírem em Museu Avieiro nesta localidade.

Dos pescadores, constatou-se a vida dura apesar da beleza e encantamento com o rio Tejo, uma vida repleta de dificuldades cotidianas como ilustra Guilhermina que para estudar tinha que caminhar 4 km a pé, até uma escola em Reguengo, localidade onde há a estação de trem, mais próxima a Valada, Escaroupim. Guilhermina sempre esteve vinculada a cultura avieira, diferentemente de José, que apesar de inicialmente trabalhar na agricultura, logo se adaptou ao rio Tejo. Hoje, ele é um autêntico Avieiro. Um Avieiro a 100%, conforme observa sua companheira Guilhermina.

As margens do Tejo, não haviam escolas e por isso ainda há algumas mulheres não alfabetizadas, só entrevistamos uma.

24 Disponível em <http://legislacaoportuguesa.com/anuncio-n-o-1212016-diario-da-republica-n-o-862016-serie-ii-de-2016-05-04/> acesso em 10/05/2016.

Os pescadores e pescadoras Avieiros são licenciados pela Capitania dos Portos, portanto, reconhecidos como trabalhadores e trabalhadoras da pesca. Em decorrência, cumprem as leis tributárias e que toda a produção pesqueira comercializada e registrada por meio da nota fiscal. Nossa entrevista foi realizada durante o recesso da pesca, por causa disso não os acompanhamos na pescaria.

A pesquisa abre espaço para outras reflexões, a preservação desta cultura imaterial, a preservação também do patrimônio cultural, a perseverança e resistência de uma população contra um governo ditatorial e contra as leis de mercado.

Estão juntos nesta luta diferentes atores sociais, pescadores, pesquisadores, instituições que dialogam com as temáticas que envolvem a sustentabilidade, entre elas o turismo e a educação.

Sobre a violência de gênero, o movimento feminista tem denunciado a violência contra a mulher, tem exercido pressão na definição de políticas públicas, no sentido de conscientizar que se trata de um problema social, mesmo que seja vivenciado no espaço privado, no caso dos Avieiros a casa era o barco, então de certa forma, ainda mais visível à comunidade.

Hoje o tema é verbalizado, há conscientização de que as mulheres são sujeitos de direitos, consciência advinda por meio dos movimentos sociais feministas e por valores advindo dos princípios dos Direitos Humanos.

A violência sobre mulheres foi visibilizada a partir do movimento feminista e os relatos de experiências de mulheres envolvidas no atendimento às mulheres vítimas de violência.

Referências

CABRAL, Clara Bertrand. **Patrimônio Cultural Imaterial: convenção da UNESCO e seus contextos**. Lisboa: Edições 70 LTDA, 2011.

CARVALHO, Ana. **Os Museus e o Patrimônio Cultural Imaterial: Estratégias para o desenvolvimento de boas práticas**. Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS – Universidade de Évora, 2011.

GROSSI, M. P. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo conjugal”, in J. Pedro e M. P. Grossi (orgs.), Masculino, feminino, plural. Florianópolis, Ed. Mulheres, 1998.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão. **Gênero e Pesca Artesanal**. Recife: LICEU, 2012.

LOPES, Aurélio e SERRANO, João Monteiro. **A Reconstrução do Sagrado: Religião Popular nos Avieiros da Borsa D'Água**. Lisboa: Editora Âncora, 2009

NUNES, Francisco Oneto. Sob o signo da entropia: notas de antropologia marítima. **Argos: Revista do Museu Marítimo de Ílhavo**, 1: 7-14, 2013.

_____. A Antropologia Marítima Portuguesa: Expressões e Ausências, in **Tudo num Barco. Património Marítimo e Cultura Popular**, catálogo da Exposição coordenada por Márcia Carvalho no Museu Marítimo de Ílhavo - 23 de Outubro de 2010 a 30 de Janeiro de 2011.

_____. (org.) **Culturas Marítimas em Portugal**. Lisboa: Editora Âncora, 2008.

_____. **Vieira de Leiria: A História, o Trabalho, a Cultura**. Vieira de Leiria: Edição Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, 1993.

PERALTA, Elsa e ANICO, Marta. **Patrimônios e Identidades. Ficções Contemporâneas**. Oeiras/Portugal: Celta Editora, 2006.

REDOL, Alves. **Avieiros**. 7ª Edição. Lisboa: Gráfica Europam LTDA, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cad. Pagu** no.16 Campinas 2001.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1991.

SERRANO, João Monteiro. **ACTAS I: 1º Encontro Nacional da Cultura Avieira**. Lisboa: Âncora, 2010. VÉSTIA, Maria de Lurdes e RAFAEL, Emídio. **Avieiros: Dores e Maleitas**. Lisboa, Editora Âncora, 2014.

_____. **Mulheres Avieiras: Porta-vozes da Memória de um Povo**. João Monteiro Serrano (org.). Camarate/Portugal: Agir. 2014.

_____. Crônicas do Tejo: as identidades Ribeirinhas. **Cadernos Culturais** N° 07. João Monteiro Serrano (org.). Camarate/Portugal: Agir. 2013.

SOBRAL, José Manuel. **Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional.** Lisboa:
Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012.

O TRABALHO NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO À CALAMIDADE PÚBLICA E EMERGÊNCIAS¹ EM MANAUS: DESAFIOS NA INTERLOCUÇÃO COM A POLÍTICA DE HABITAÇÃO.

Mirella Cristina Xavier Gomes da Silva Lauschner
UFAM - Universidade Federal do Amazonas.
Email: mirellalauschner@yahoo.com.br

Jakeline Cruz da Silva
*SEMMASDH – Secretaria Municipal da Mulher Assistência
Social e Direitos Humanos.*
Email: jakeline_c_s@hotmail.com

Iraildes Caldas Torres
UFAM - Universidade Federal do Amazonas.
Email: iraildes.caldas@gmail.com

Michelle Rabelo de Souza
UFAM - Universidade Federal do Amazonas.
Email: luzvida_1977@hotmail.com

Resumo: Visa-se com este estudo analisar os desafios vivenciados pela equipe técnica do Serviço de Proteção à Calamidade Pública e Emergência – SPCPE na Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos – SEMMASDH, na interlocução com a Política Pública de Habitação em Manaus - AM, enfatizando o trabalho desenvolvido para a concessão do benefício Auxílio Aluguel e o encaminhamento ao acesso do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV. O referido estudo tem como base a pesquisa de campo relacionada com as interpretações bibliográficas através da perspectiva qualitativa sem excluir os aspectos quantitativos, tendo como amostra

1 Serviço de Proteção à Calamidade Pública e Emergências – SPCPE.

03 assistentes sociais e 01 Gerente do SPCPE, que atuam com as famílias oriundas de área de risco de Manaus. Como resultado desta pesquisa identificamos que 70% das famílias atendidas pelo SPCPE são oriundas da zona leste de Manaus, 46,24% conseguiram ser inscrita em Programa Habitacional – PMCMV da Prefeitura Municipal de Manaus, bem como 100% dos entrevistados ressaltam a importância da equipe técnica para o desenvolvimento do trabalho no SPCPE.

Palavras-chave: trabalho, política pública, habitação, Manaus.

I. Introdução

É perceptível que a problemática habitacional no Brasil é antiga e representa um dos principais problemas vivenciados pelas camadas populares da sociedade brasileira, atualmente o Brasil possui um *déficit* habitacional de mais de 90.000 mil unidades, a questão habitacional é debatida a muitos anos, porém só tomou forma e proporção para o Estado a partir da década de 30 e 40, mas o mesmo só realmente passou a desenvolver ações efetivas voltadas a atender a classe popular na década de 60 e posteriormente só veio a oportunizar a devida atenção a esta questão nos anos 2000.

Silva (1989) aponta que no Brasil a questão habitacional só passou a ser realmente abordada enquanto política pública quando o capitalismo foi atingido, o que levou os detentores do poder a cobrar do Estado providências que levasse a mudanças na problemática vivenciada para que esta não trouxesse prejuízo aos mesmos. Vale ressaltar que a falta de moradia não afetava apenas a população de baixa renda, mas todas as classes sociais. Desta forma em 1964 foi instituído o Sistema Financeiro da Habitação, criando o Banco Nacional de Habitação (BNH), que tinha como objetivo promover a construção e aquisição da casa própria, especialmente para as famílias de baixa renda, conforme Gonçalves (S/A) destaca. Com o passar dos anos e com a perda de poder e autonomia por parte do BNH, o mesmo foi sendo extinto e a habitação ficou mais uma vez sem ações que suprissem a necessidade da população o que favorecia ainda mais o capital, de acordo com Silva (1989).

Apesar de todas as alterações ocorridas ao longo da história da política habitacional no Brasil, a década de 1990 conta com uma série de programas voltados para atender a população que necessitava da política habitacional, porém sem avanços e mudanças realmente significativa. Contudo nos anos 2000 há um avanço na política habitacional de forma significativa, avanço este que trouxe a criação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e o Programa Minha Casa, Minha Vida que proporciona a população de baixa renda a possibilidade de uma moradia digna por meio da Política Nacional de Habitação este direito não contempla apenas uma parcela da população, mas a toda que dela necessitar, pois o déficit habitacional existente no Brasil é um reflexo do desenvolvimento desordenado das cidades.

A cidade é um direito de todos, diz Lefebvre (2001), mas esse direito não é dado gratuitamente, tem que ser buscado, reivindicado. A cidade é um espaço contraditório de interesses antagônicos, sendo, pois, nesse palco de luta de

classes que o conflito se instala e que os direitos são reivindicados. É com o advento da Zona Franca, em Manaus – AM, que a estrutura da cidade se modifica consideravelmente e o espaço urbano adquire outra forma com o crescimento populacional, decorrente do processo migratório que se intensificou nesse período com a formação de inúmeros bairros originados de ocupações irregulares, já que o poder público local não garantiu moradia à essa população migrante. Ocorre, então, um novo e dramático processo: as cidades passaram a reproduzir as injustiças e desigualdades não só no âmbito da precariedade da moradia, mas também em relação a outros serviços sociais. Torres (2011, p. 223), afirma que “o processo de abertura do capital industrial, sob os imperativos da Zona Franca de Manaus, desencadeou um período de crescimento populacional desordenado”.

Com o deslocamento cada vez mais crescente em Manaus as zonas Norte e Leste da cidade passaram a absorver, principalmente com as ocupações nas margens de igarapés na década de 70, a parcela da população que não conseguia morar de forma digna na cidade. As mulheres são os sujeitos mais impactados pela falta de moradia, especialmente as chefes de família, e aquelas que não foram absorvidas pelas fábricas. Diante de todo processo histórico vivido em nosso país podemos afirmar que pouco via-se políticas públicas de habitação voltada ao atendimento das mulheres, tendo em vista a frequente dominação do homem sobre a mulher, reflexo do patriarcado, as mesmas acabavam sendo esquecidas pelo Estado. Porém ao longo das lutas travadas pelos movimentos sociais em prol da mudança no quadro que se configurava no país, os mesmos foram conquistando vitórias que trouxeram inúmeras mudanças nesse processo.

Desta forma o presente artigo se propõe a analisar os desafios vivenciados pela equipe técnica do Serviço de Proteção à Calamidade Pública e Emergência – SPCPE na Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos – SEMMASDH, na interlocução com a Política Pública de Habitação em Manaus - AM, enfatizando o trabalho desenvolvido para a concessão do benefício Auxílio Aluguel e o encaminhamento ao acesso do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV. O referido estudo tem como base a pesquisa de campo relacionada com as interpretações bibliográficas através da perspectiva qualitativa sem excluir os aspectos quantitativos, tendo como amostra 03 assistentes sociais e 01 Gerente do SPCPE, que atuam com as famílias oriundas de área de risco de Manaus.

II. O trabalho técnico no Serviço de Proteção à Calamidade Pública e Emergências em Manaus: desafios na interlocução com a Política Pública de Habitação.

O trabalho é uma atividade intrínseca ao homem desde a gênese de sua existência, entretanto, as mudanças societárias e históricas pelas quais o ser humano passou, conformaram essa atividade, sob significado diverso daquele que lhe era atribuído quando nos primórdios da humanidade.

De acordo com Antunes (2010) uma inovação trazida pelo toyotismo, é os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), onde os trabalhadores são estimulados a discutir seu próprio trabalho e criar novas soluções para aumentar sua própria produtividade, explorando assim, não somente a força braçal mais também, o trabalho intelectual do trabalhador, buscando formas ainda de cooptá-lo a cooperar com o capital. Para o referido autor os conceitos introduzidos pelo toyotismo intensificaram a exploração do trabalhador, que agora deverá ser “polivalente”, “multifuncional”, e executar diversas tarefas ao mesmo tempo, além de ter de adaptar-se para desempenhar quaisquer outras, conforme a necessidade da produção diária.

Outrossim, o assistente social enquanto trabalhador inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, conforme advoga Iamamoto (2014), não está isento das transformações pelas quais passará o mundo do trabalho conformando o novo perfil do trabalhador que se adequa ao requerido pelo capital, gerando mesmo dentro da categoria profissional dois pólos opostos, um formado por trabalhadores que contam com alguma proteção e outros sujeitos aos contratos de trabalho terceirizados, temporários e precários. J.C.S, 29 anos, assistente social do SPCPE afirma que

Nosso trabalho não era muito valorizado no serviço quando iniciamos, porém com o desenvolvimento das atividades foram identificando o quão importante para a articulação intersetorial, porém ainda nos deparamos com condições precárias de trabalho e enfrentamos dificuldades diárias para que a população tenha acesso as políticas públicas” (Entrevista, 2015).

Ao longo dos anos as políticas públicas no Brasil passaram por mudanças, que trouxeram alterações significativas para a sociedade civil. As lutas travadas pela sociedade civil buscavam a garantia e efetivação dos direitos sociais que

por vezes eram esquecidos, deixados para segundo plano ou até mesmo violados. Para Yamamoto (2010), o serviço social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo como pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana

“[...] processos esses aprendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder do Estado em conjunturas históricas específicas” (p. 77).

Yamamoto (2010) destaca que as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores não podem ser desconsideradas na formulação das políticas sociais. Ao longo dos anos as políticas sociais no Brasil passaram por mudanças o que trouxeram a garantia dos direitos sociais para a os cidadãos brasileiros, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2005) é dever do Estado prover os mínimos necessários a toda a população que se encontre em situação de vulnerabilidade social e/ou tenha seus direitos violados respeitando as diferenças territoriais, culturais e outras, como é preconizado pela mesma

É uma política que junto com as políticas setoriais, considera as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, a garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender à sociedade e à universalização dos direitos sociais. O público dessa política são os cidadãos e grupos que se encontram em situações de risco. Ela significa garantir a todos que dela necessitam, e sem contribuição prévia, e provisão dessa proteção².

Conforme dados do IBGE (2010) Manaus possui atualmente 1.802.014 habitantes na área urbana e deste total, 922.272 de mulheres residentes na cidade, vivendo em sua maioria em situação subumana. Muitos dos equipamentos sociais não são implantados em suas comunidades. Do número total de habitantes da cidade 17.326 sobrevivem com renda de até ¼ de salário

2 Material disponível em <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/assistencia-social/usuario/pnas-politica-nacional-de-assistencia-social-institucional>, acessado em 10 de janeiro de 2016.

mínimo mensal³ e 2.668 pessoas com mais de 30 salários mínimos mensais, o que revela a disparidade social e econômica existente entre as classes sociais em nossa cidade.

De acordo com Gomes (2011), o *déficit* habitacional do Amazonas é o maior do país, chegando a um total de 25,4%. Dados do Ministério das Cidades dão conta de que Manaus tinha um *déficit* de 68.483 em 2009. Se há um *déficit* de habitação no Amazonas reconhecido oficialmente, como mostram esses dados do Ministério das Cidades deve-se ao fato de que o próprio poder público não garantiu moradia aos migrantes que se deslocaram para Manaus no aã da Zona Franca. D. I. L, 52 anos, Gerente do SPCPE afirma que

Recebemos constantemente, ao longo dos anos, no SPCPE famílias oriundas de vários locais, muitas delas afirmavam terem vindo para Manaus em busca de melhores condições de vida, porém não tinham onde ficar e iam morar em sua maioria em locais impróprios para habitação. Esta falta de controle e de garantia de moradia para a população de baixa renda fez com que o benefício do auxílio aluguel sofresse um inchaço. Por várias vezes tentamos articular com a SUHAB⁴ para que essas famílias tivessem acesso ao PMCMV, contudo sem sucesso, poucas famílias que estão nesse auxílio tem inscrição no referido órgão o que dificulta muito nossa atuação enquanto interlocução com a Política Pública de Habitação. Com a chegada das assistentes sociais identificamos um trabalho diferenciado na nossa atuação e a interlocução com a Política Pública de Habitação começou a acontecer tendo em vista que elas iniciaram um trabalho voltado a orientação e encaminhamento das famílias para os órgãos competentes, bem como um conato mais próximo com a SUHAB para acompanhamento do processo das famílias que possuem inscrição no mesmo (Entrevista, 2015).

3 No Brasil conforme dados do IBGE (2010) 279.967 pessoas vivem com renda maior que 1/2 ou até 1 salário mínimo, 276.130 com mais de 1 ou até 2 salários mínimos, 88.255 com mais de 2 ou até 3 salários mínimos, 70.009 com mais de 3 ou até 5 salários mínimos, 51.459 na faixa de 5 a 10 salários mínimos, 9.134 na faixa de 10 a 15 salários mínimos, 8.070 na faixa de 15 a 20 salários mínimos, 4.076 na faixa de 20 a 30 salários mínimos.

4 Superintendência de Habitação do Amazonas.

Os deslocamentos trouxeram consigo o aprofundamento da problemática social da cidade, fato que levou famílias inteiras a ocupar espaços impróprios para a moradia nas calhas dos igarapés, nos terrenos baldios e nas encostas de barrancos, submetidas ao alto risco de vida e às precárias condições de habitabilidade. Some-se a isto, o fato de que o deslocamento direcionou uma boa parte da população ao mercado informal de trabalho em virtude de seu baixo grau de escolaridade e ausência de qualificação profissional. Dias (2007) ressalta que além da falta de moradia outros serviços sociais são deixados de lado pelo poder público em relação à população migrante, e esse fator tem ocasionado, desde a década de 70, o aumento no número de ocupações, de palafitas e criação de periferias sem as mínimas condições de infraestrutura.

M.C.X.G.S.L, 34 anos, assistente social do Serviço de Proteção à Calamidade Pública e Emergência fala que,

Antes da chegada da equipe técnica que existe hoje no SPCPE não havia um trabalho técnico operativo sistematizado, pois os registros não eram realizados de forma contínua, os usuários não recebiam as devidas orientações e encaminhamentos o que ocasionou um inchaço de beneficiários no Auxílio Aluguel⁵. Enfrentamos sempre dificuldades em nosso trabalho, pois o discurso dos beneficiários é de que o Auxílio Aluguel seria até eles ganharem uma casa, o que não procede uma vez que a Lei que institui o mesmo deixa claro o tempo de permanência no referido benefício de no máximo 1 ano e 6 meses, levando a equipe técnica a desconstruir para construir a identidade do serviço. Buscamos também atuar de forma articulada com as demais políticas públicas (Entrevista, 2015).

Em relação ao trabalho do assistente social, lamamoto (2012) ressalta que o Estado é o maior empregador desses profissionais, entretanto, tem se absterido de prestar os serviços sociais à população, afetando sobremaneira o trabalho do profissional, que fica sujeito as condições de trabalho precarizadas, e as oportunidades no setor público crescentemente ficam mais escassas, consoante com o que assevera lamamoto (2012, p. 126)

5 Benefício de caráter eventual a ser concedido a famílias vítimas de enchentes, desmoronamentos, remoção de situação de risco ou por força de obras públicas, que estejam desabrigadas, desalojadas ou em situação de vulnerabilidade temporária.

Nesses novos tempos, em que se constata a retração do Estado no campo das políticas sociais [há] um crescimento de parcerias do Estado com organizações não-governamentais. (...) Trata-se de uma das formas de terceirização dos serviços sociais, evitando-se a ampliação do quadro de funcionários públicos.

É por meio do trabalho do assistente social que as políticas públicas são criadas, avaliadas e executadas, mas no SPCPE identificamos o quanto faz-se necessário este trabalho técnico para que a articulação e interlocução com a Política Habitacional ocorra de forma a garantir os direitos sociais da população menos favorecida. Esta política tem em suas condicionalidades o atendimento prioritário as Mulheres Chefes de Família e elas veem nas ações do SPCPE a luz no fundo do túnel para o seu desenvolvimento social. A casa própria, por meio do PMCMV, é tudo para elas e sua esperança é a obtenção desta conquista por intermédio da interlocução e articulação com a política de habitação. I.G.S., 44 anos, assistente social do SPCPE relata que

A interlocução e articulação com a política habitacional não existia a contento antes da chegada da equipe técnica no SPCPE, hoje percebemos no olhar das mulheres que atendemos a esperança e confiança no trabalho que desenvolvemos (Entrevista, 2015).

Percebe-se que a dificuldade na articulação e interlocução com a política habitacional e do trabalho em rede com as outras instituições e órgãos envolvidos no processo de atendimento às famílias em situação de desastre ocasiona uma limitação na garantia dos direitos aos usuários do SPCPE, trazendo consequências ao desenvolvimento do trabalho da equipe que luta diariamente em prol da garantia dos direitos sociais da população que sofreram algum tipo de sinistro, bem como na efetivação das orientações existentes no caderno de orientações técnicas de 2015, que direciona a composição da equipe mínima do serviço de calamidade pública e emergência.

IV. Considerações Finais

O estudo revela que inúmeros são os desafios vivenciados pela equipe que atua no Serviço de Proteção à Calamidade Pública e Emergência em Manaus – AM para interlocução e articulação com a política habitacional, visto que não

havia uma equipe técnica específica para o serviço, que existe desde 2007, o que ocasionou um inchaço de beneficiários no Auxílio Aluguel e sem os encaminhamentos, acompanhamentos e articulação intersetorial com as demais políticas públicas com garantam os direitos sociais.

Para as assistentes sociais, entrevistadas, o Serviço de Proteção à Calamidade Pública e Emergência em Manaus – AM é visto como um campo novo de atuação para os profissionais do serviço social, impactando decisivamente no atendimento as famílias vítimas de algum tipo de sinistro e/ou calamidade pública. Assim como na busca pelo encaminhamento e garantia de efetivação da moradia própria aos beneficiários do referido serviço, em sua maioria mulheres chefes de família. Para o Gerente do SPCPE a composição da equipe trouxe um respaldo técnico para o serviço e oportunizou as famílias um serviço ainda mais qualificado.

De acordo com as entrevistas realizadas percebemos que ainda há muito a ser vencido no trabalho da equipe no SPCPE, mas identificamos que as profissionais que atuam neste serviço já avançaram muito desde sua entrada no referido Serviço em 2014. É perceptível que há necessidade de ampliação da equipe técnica do Serviço e que as orientações existentes no Caderno de Orientações Técnicas de 2015 sejam executadas.

Ainda foi possível identificar que desde a entrada da equipe técnica no SPCPE das 865 famílias beneficiárias do serviço 70% são oriundas da zona leste de Manaus, 46,24% conseguiram ser inscrita em Programa Habitacional – PMCMV da Prefeitura Municipal de Manaus, bem como 100% dos entrevistados ressaltam a importância da equipe técnica para o desenvolvimento do trabalho no SPCPE.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GOMES, Beatriz. Déficit habitacional do AM é o maior do Brasil, aponta pesquisa. Manaus, 2011. Disponível em: <<http://na.d24am.com/noticias/economia/deficit-habitacional-do-amazonas-e-o-maior-do-brasil-aponta-pesquisa/38379>>. Acesso dia 30 de novembro de 2011.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. **Habitação**. In: **Curso de Formação do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS**. Brasília: s/d.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisas.php>>. Acesso em: 01 de maio de 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2012.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Traduzido por Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEI Nº 1666, de 25 de abril de 2012. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/lei-ordinaria/2012/167/1666/lei-ordinaria-n-1666-2012-institui-o-auxilio-aluguel-beneficio-de-carater-eventual-a-ser-concedido-a-familias-vitimas-de-enchentes-desmoronamentos-remocao-de-situacao-de-risco-ou-ainda-por-forca-de-obras-publicas>>, acessado em 10 de Janeiro de 2016.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. **Política Habitacional Brasileira: verso e reverso**. São Paulo: Cortez, 1989.

TORRES, Iraildes Caldas. **Intersecção de Gênero na Amazônia**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.

AS POLÍTICAS DE MICROCRÉDITO NA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE: A PARTICIPAÇÃO E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES NO PROGRAMA CREDIAMIGO

Mirella de Lucena Mota
mirelladelucena@gmail.com

Tarcísio Regis de Souza Bastos
tarcisio-regis1@hotmail.com

Leonardo Soares da Silva
leonardoss@bnb.gov.br

André de Souza Melo
andresouzam@gmail.com

Umbelina Cravo Teixeira Lagioia.
Universidade Federal de Pernambuco
umbelinalagioia@gmail.com .

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar, a partir de dados cadastrais do Programa Crediamigo na Região Metropolitana de Recife/Pernambuco, como se caracteriza a participação das mulheres em ações microempreendedoras, considerando-se a perspectiva do empoderamento. Configura-se como um estudo exploratório, que busca contribuir com a discussão que aprofunda a relação do campo de estudos de microcrédito com o campo de estudos sobre as questões de gênero, com uma metodologia que une as análises qualitativa e quantitativa, a partir da revisão da literatura feita nas bases CAPES, Scielo e Ideas.Repec, utilizando os descritores “empreendedorismo”, “mulheres” e “microcrédito” e da análise dos dados do Programa Crediamigo, provindos da base de dados do Banco Nordeste, a fim de traçar um perfil das mulheres cadastradas no Programa apenas no ano de 2016, a partir de uma amostra aleatória de 198 beneficiárias/os. Como resultados, constatamos que

o conceito de empoderamento, embora venha sido apresentado de forma indiscriminada em alguns discursos, pode indicar algumas possibilidades de participação das mulheres numa perspectiva relacional que valoriza o trabalho coletivo e solidário, assim como pressupõe a luta feminista. Também comprovamos a crescente participação das mulheres enquanto beneficiárias do Programa Crediamigo, o que pode apontar impactos positivos dessa política na vida das mulheres.

Palavras-chave: microcrédito, empoderamento, empreendedorismo, Crediamigo, mulheres.

Introdução

Num contexto de relações sociais desiguais de gênero, marcado no âmbito do mercado de trabalho, predominantemente, por diferenças nas relações de trabalho e de oportunidades de acesso a crédito, percebemos que nos últimos anos vêm ocorrendo um aumento da participação das mulheres no empreendedorismo brasileiro.

Historicamente, as mulheres vivenciam as relações na esfera do trabalho de forma desigual em relação aos homens, e, diante de um contexto de trabalho precário nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, dadas as novas configurações do modo de produção capitalista, o mundo do trabalho apresenta alterações que podem ser sinteticamente expressas como precarização nas suas condições de execução e como flexibilização no que se refere à relação entre as classes sociais, como forma de adequação às condições da crise estrutural do capital. (HIRATA E KERGOAT, 2007).

Com a reestruturação produtiva ocorreram grandes mudanças nos processos de produção, tendo como base o paradigma da flexibilidade, que rompe com o modelo fordista/taylorista, no qual se fazia imprescindível o caráter especialista de determinada fase da produção ou do manuseio de certa máquina, de cada trabalhador/a. Neste modelo acontece o movimento contrário, desespecializa-se o/a trabalhador/a, ao mesmo tempo em que se faz necessário sua polivalência (ANTUNES, 2008).

Assim, surgem novas formas de precarização do trabalho, como a informalidade. Para Antunes (2008), dentre outras características, a sociabilidade neoliberal é caracterizada pela competitividade, trabalho voluntário e colaboração social, como as mais distintas formas de trabalho precarizado, e o empreendedorismo não está alheio a esta dinâmica.

De acordo com Helena Hirata (2009), as mulheres representam uma categoria singular dentre os grupos sociais atingidos pelo trabalho precário, a partir dos lugares que ocupam no conjunto dos trabalhadores assalariados. Assim, devem receber atenção singular os estudos que se preocupam a problematizar tais especificidades. Estes estudos têm recebido atenção especial nas pesquisas francesas.

No que diz respeito ao Brasil, sendo este um país marcado por contextos de vulnerabilidade e exclusão social, o fenômeno da pobreza fez surgir à necessidade de políticas públicas de intervenções econômicas e sociais no modelo de transferência de renda e de acesso a crédito, como os Programas de Microcrédito.

Podemos entender o microcrédito como uma forma de tecnologia social, investidora no capital social, que é capaz de ultrapassar o caráter pontual da ação de um/a microempreendedor/a alcançando também toda a comunidade, pelo fato de gerar não somente renda, mas também relações de trabalho e de sociabilidade. (PUTNAM, 2000).

O Programa de microcrédito do Banco do Nordeste do Brasil, conhecido como Programa Crediamigo, surgiu em 1998 como uma das estratégias do Plano Brasil Sem Miséria, e faz parte do Crescer - Programa Nacional de Microcrédito do Governo Federal, para incentivar a inclusão produtiva da população pobre.

Segundo Géssika Silva (2007), o governo federal brasileiro tem se preocupado em estabelecer políticas públicas que priorizem as particularidades do trabalho das mulheres, incentivando a participação destas em ações de empreendedorismo, associativismo e cooperativismo, no sentido de alcançar a autonomia econômica e financeira das mulheres. Assim, além de se caracterizar como política pública de superação da pobreza e da exclusão social, o microcrédito busca também a promoção da igualdade de gênero e de raça.

Alguns estudos tem se preocupado e apontado a importância de estudar a temática de gênero no microcrédito, como por exemplo: a nível internacional, Fredrik Graflund (2013), Jamal Islan, Haradhan Mohajan e Rajib Datta (2012), Quibria (2012), Joaquim Fernandes (2010) e a nível nacional, Ana Freitas, Rosa Ribeiro, Railan Barbosa e Paulo Patricio (2009), Géssika Carvalho (2013), Vivian Albuquerque, Giovana Salvaro e Dimas Estevam (2014).

Portanto, este trabalho objetiva analisar, a partir de dados cadastrais do Programa Crediamigo na Região Metropolitana de Recife/Pernambuco, como se caracteriza a participação das mulheres em ações empreendedoras, considerando-se a perspectiva do empoderamento das mesmas.

Metodologia

O estudo em questão, trata-se de um estudo exploratório, que une a análise qualitativa com a quantitativa, por entendermos que esses tipos de análise não são excludentes e sim complementares.

Para o alcance dos objetivos desse trabalho, primeiramente buscamos na revisão de literatura analisar como as categorias “empreendedorismo”, “mulheres” e “microcrédito” se relacionam e se apresentam na literatura produzida nos últimos cinco anos, mas não exclusivamente nesse período, tendo em vista alguns trabalhos anteriores que apresentavam recorrência de citações e que, por isso, também foram inseridos na revisão. Para tanto, foi feita a revisão de

dissertações e teses, bem como por periódicos no Portal da CAPES e nas bases Scielo e Ideas.Repec.

Priorizamos a utilização de textos mais atuais com a finalidade de compreender e analisar o estado da arte na temática. É importante demarcar que, no Brasil, os trabalhos sobre Microcrédito, no que diz respeito ao aprofundamento das questões que envolvem discussões de gênero, ainda são recentes.

Para a análise quantitativa utilizamos dados do Programa Crediamigo provindos da base de dados do Banco Nordeste, a fim de traçar um perfil das mulheres cadastradas no Programa apenas no ano de 2016, a partir de uma amostra aleatória de 198 beneficiárias/os do Programa, entre os meses de janeiro a abril. Este recorte temporal foi escolhido por ser o mais atual e também pela necessidade de delimitação da amostra dos dados, que se apresentam em quantidade expressiva. O lócus da pesquisa se debruça sobre alguns municípios da Região Metropolitana de Recife, são eles: Abreu e Lima, Araçoiaba, Jaraguá, Itamaracá, Olinda e Paulista.

Resultados e Discussão

A participação das mulheres no Empreendedorismo Brasileiro

Yara Bulgacov, Denise de Camargo, Sieglind da Cunha, Maria Lucia Meza, Regina Souza e Suzana Tolfo (2010), ao se debruçarem sobre a análise da crescente participação das mulheres na atividade empreendedora refletem que o simples fato deste aumento ser visível, não nos diz em que condições esse trabalho é desempenhado. Assim, destacam a importância de analisar o empreendedorismo feminino frente às transformações no mundo do trabalho. É necessário, portanto, entender que a ação empreendedora por si só não garante o trabalho decente, remunerado de forma adequada e com garantias seguras de liberdade, equidade e possibilidade de emancipação por parte das mulheres.

As autoras retomam os estudos de Claudia Nogueira (2004), que destaca que a feminização no mundo do trabalho será positiva se conseguirmos avançar na perspectiva da emancipação das mulheres ao passo que ocorra a diminuição dos mecanismos de dominação patriarcal no espaço doméstico; e será negativa se tais transformações acarretarem o aumento do trabalho precário das mulheres.

Essas transformações se referem, por exemplo, no contexto brasileiro, ao maior nível de escolaridade das mulheres em relação aos homens, ao menor número de filhos e às mudanças nas estruturas familiares, bem como novos valores que são atribuídos aos lugares ocupados por mulheres na sociedade, e ainda, como ressalta Helena Hirata em entrevista concedida a Patrícia Mariuzzo (2006), referem-se às consequências positivas do processo de globalização, este, porém, ao mesmo tempo em que produz novas relações sociais, cria também novas formas de precarização do trabalho das mulheres.

Vale destacar que o empreendedorismo é uma prática que vem sido recorrente nos países em desenvolvimento, dentre eles o Brasil, e decorre, dentre outros fatores, da necessidade de saída da condição de pobreza por parte da população. Assim, mesmo que destaquemos algumas mudanças que conferem às mulheres novos lugares na sociedade e posições de provedoras familiares, é importante atentarmos que esses valores e posições são localizados regionalmente, diferindo conforme as características e peculiaridades culturais, sociais e econômicas de distintas comunidades.

Ainda segundo Yara Bulgacov et al (2010), fatores socioculturais persistem em oposição aos avanços na inclusão socioproductiva das mulheres, pois estes fatores continuam atribuindo às mesmas a responsabilidade sobre o cuidado com os filhos, à família e às atividades domésticas.

Assim, as mulheres seguem vivenciando um contexto de precarização, que também reverbera na vida das mulheres empreendedoras, na medida em que a crescente participação destas na sociedade brasileira reflete a flexibilidade do mercado e seus efeitos nas relações sociais, pois é na ação empreendedora que elas buscam a satisfação das necessidades básicas de produção e reprodução da vida, de manutenção da família ou de complementação da renda familiar.

Nitin Bhatt e Shui-Yan Tang (2002), destacam em seu trabalho a importância do microcrédito para as mulheres e sua independência, além de citar que as mulheres não enxergam os programas de microcrédito apenas como uma fonte de renda para consumo, mas também como uma forma de manter as crianças de suas famílias.

Para além das necessidades econômicas, existem também estudos que apontam motivações de outras ordens para o crescente aumento das mulheres na ação empreendedora. Cibele Martins, Luciana Crnkovic, Nadia Pizzinatto e Emerson Maccari (2010), por exemplo, entendem que o crescimento da participação das mulheres no empreendedorismo se refere a uma busca por realização pessoal e crescimento profissional, representando esta ação empreendedora

uma opção de vida mais promissora, que requer uma maior e intensa dedicação, envolvendo diretamente aspectos de organização de tempo, de disposição e empenho pessoal. Essas autoras acreditam que com a maior inserção das mulheres será possível alcançar o equilíbrio entre homens e mulheres na cena empreendedora, incluindo-se nesta o cenário favorável de desenvolvimento das pequenas empresas.

E é nesta perspectiva específica, no âmbito das pequenas empresas, que se remetem os Programas de Microcrédito, foco do nosso estudo.

O Microcrédito como política pública que contribui com o empoderamento das mulheres

Nathália Moreira (2016) considera que muitos estudos têm se preocupado em pensar como as microfinanças podem contribuir para a diminuição da pobreza e das desigualdades sociais e, neste sentido, alguns estudos sobre microcrédito, como os de Mario Monzoni Neto (2006), Joaquim Fernandes (2010) e Petra de Kruijf (2014), têm destacado em suas pesquisas a importância e influência do microcrédito, enquanto instrumento de política pública de geração de emprego e renda, na contribuição para o empoderamento das mulheres.

O termo empoderamento passou a ser usado amplamente nas pesquisas que envolvem mulheres como forma de dar visibilidade à necessidade de desenvolvimento pessoal e econômico das mesmas, no entanto não existe um conceito único sobre empoderamento, sendo difícil defini-lo. (KRUIJF, 2014).

Cecília Sardenberg (2006), preocupada em conceituar “empoderamento” a partir da perspectiva feminista, ressalta que o termo surgiu primeiramente no ativismo feminista e em movimentos de base para depois ser transformado em objeto de preocupação teórica, nesse sentido a autora, fundamentada nos estudos de Aithal (1999) e Allen (2005) ressalta que ocorreram dois caminhos diversos: um de apropriação pelas academias, a partir da perspectiva feminista sobre “poder” e outro movimento de tomada do termo pelos discursos sobre “desenvolvimento”, perdendo seus direcionamentos mais radicais, passando a ser visto com desconfiança por algumas feministas.

Cecília Sardenberg (2006) analisa que essa desconfiança tem fundamento, tendo em vista o uso indiscriminado do termo. Para muitas agências de fomento, instituições e órgãos estatais o empoderamento das mulheres é visto como uma forma de alcançar o desenvolvimento, a democracia e diminuir a pobreza, porém não como um fim em si mesmo; e já na perspectiva feminista, além

da preocupação com a superação das desigualdades sociais, como a pobreza, falar de empoderamento é um processo mais amplo de busca pela autonomia e emancipação das mulheres, ele implica no questionamento da ordem patriarcal e no fim da opressão de gênero.

Outro ponto a sofrer divergências é o fato de que, em alguns estudos sobre desenvolvimento, têm-se priorizado análises individuais, num direcionamento mais cognitivo, que acabam por reiterar posições neoliberais e descontextualizam as sujeitas dos âmbitos sociopolítico, histórico e solidário (LEON, 2001), quando, contrariamente, a luta feminista enfatiza o poder da luta coletiva das mulheres, e nessa perspectiva, o empoderamento deve incluir tanto mudanças individuais como coletivas. (SARDENBERG, 2006).

Destarte, é importante tornar visível as ações que se comprometam e promovam o empoderamento em respeito a essa lógica ampliada, numa perspectiva realmente transformadora da vida das mulheres. Como as ações de microcrédito, especialmente na América Latina, tem ganhado potencialidade e despertado o debate do empoderamento, é necessário refletir com qual noção de empoderamento estas ações tem se comprometido nas políticas públicas brasileiras.

O microcrédito surgiu como uma forma de democratização do acesso ao crédito, a partir de uma experiência exitosa que ocorreu em Bangladesh, conhecida por *Grameen Bank*, e ganhou difusão no Brasil, ainda segundo Natália Moreira (2016), na década de 1970. Nessa mesma década as discussões sobre gênero e pobreza começaram a ser inseridas nas agendas políticas das organizações internacionais e nas academias do país, e foi na década de 1990 que o microcrédito ganhou maior amplitude nas políticas públicas brasileiras.

Em de 25 de abril de 2005 foi promulgada a Lei nº 11.110, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Este tem por objetivo fornecer e garantir o incentivo da geração de trabalho e renda para os/as microempreendedores/as populares.

Como exemplo de Microcrédito Produtivo Orientado, foi criado em 1998, pelo Banco do Nordeste, o Programa Crediamigo, com o objetivo de conceder crédito a microempreendedores/as de baixa renda na região do Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo. Suas ações, além do fornecimento de crédito, incluem a capacitação gerencial para os/as tomadores/as de crédito, utilizando-se de uma metodologia de trabalho com grupos solidários. O Crediamigo foi pensado como política de diminuição das desigualdades sociais e de renda, num contexto onde a concessão de microcrédito se concentrava na região sudeste. (OLIVEIRA, ANDRADE E GONÇALVES, 2010).

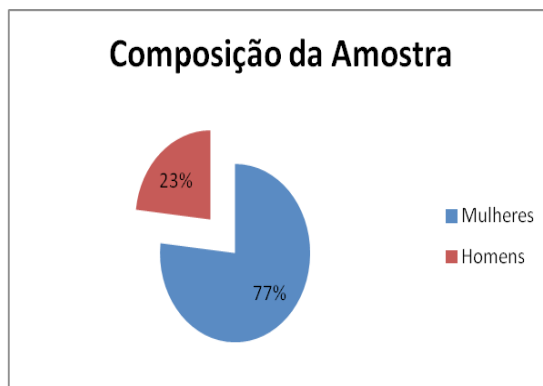
Nesse sentido, buscamos refletir, a seguir, como se dá a participação das mulheres, em relação à dos homens, no Programa Crediamigo em alguns municípios da Região Metropolitana de Recife.

A participação das mulheres no Programa Crediamigo na Região Metropolitana de Recife

Como relatado anteriormente no campo da metodologia, a pesquisa buscou abordar aspectos relativos ao Programa Crediamigo, que valorizem a importância do Programa para as questões do empoderamento das mulheres. Para isto, foi observada uma amostra de 198 pessoas que estão constituindo a carteira ativa de clientes do Programa, através de seus cadastros atualizados com base no ano de 2016.

Através dos dados, pode-se perceber que ao menos na amostra escolhida, existe uma grande concentração de mulheres no Programa, como fica perceptível no gráfico 1.

Gráfico 1 – Composição da amostra



Fonte: Elaboração própria com base em dados trabalhados do BNB.

De acordo com exposto acima, decidiu-se concentrar a análise prioritariamente nas mulheres para atingir os objetivos do trabalho, mas poderão ser feitas algumas comparações acerca de variáveis que demonstrem a importância do Crediamigo para as mulheres.

Em relação a variável idade, foi constatado que as beneficiárias da amostra estão compreendidas entre 18 e 74 anos, com uma média de idade de aproximadamente 42 anos. Esse perfil é bastante similar ao encontrado na estratificação

sobre os homens, em que se tem como valor mínimo 20 anos e máxima de 73 anos, tendo assim uma média de 45 anos.

Em relação à distribuição espacial da amostra, na tabela 1 se observa que existe uma participação maior das mulheres que residem nos municípios de Paulista e de Igarassu, sendo que a média de idade das mulheres destes municípios é similar à apresentada na amostra total de mulheres.

Tabela 1 – Distribuição espacial das mulheres da amostra

Município	Número de clientes por município	Idade média dos clientes
Abreu e Lima	15	43
Araçoiaba	5	30
Igarassu	35	42
Itamaracá	10	36
Olinda	5	50
Paulista	82	43
Total / Média Geral	152	42

Fonte: Elaboração própria com base em dados trabalhados do BNB.

Sobre a natureza dos contratos de crédito (tabela 2), pode-se perceber que basicamente existiram duas categorias diferentes na amostra, são elas: renovação de crédito (esta se dá quando o cliente já possuía contrato prévio) e o 1º empréstimo (para pessoas que não faziam parte do Programa em outros ciclos). De acordo com os dados obtidos para a pesquisa, os homens possui um percentual maior de contratos de renovação de crédito, mas, tanto em números absolutos como em números relativos (percentual), as mulheres têm buscado mais os benefícios do Programa através do primeiro empréstimo.

Tabela 2 – Natureza dos contratos de Microcrédito

	Mulheres	Homens
Renovação	87,5%	93,5%
1º Empréstimo	12,5%	6,5%

Fonte: Elaboração própria com base em dados trabalhados do BNB.

Em relação aos valores recebidos pelo Programa, pode-se perceber que embora a amostra apresente grande representatividade de mulheres ativas, foi constatado que, em média, as mulheres pegam empréstimos menores do

que os homens. Os valores médios são de R\$ 1900,00 para as mulheres e de R\$ 2500,00 para os homens, esses valores demonstram uma grande diferença quando se compara os sexos, mas vale ressaltar que essa diferença não é explicada por nenhum posicionamento ou requisito do banco sobre os empréstimos, o fato é que as mulheres solicitam em média valores menores do que os homens para financiamento de suas atividades produtivas.

Outro aspecto diz respeito à inadimplência dos contratos de crédito em Programas de microcrédito como o Programa Crediamigo, a qual, em geral, é baixa, pois, por se tratar de crédito produtivo orientado, os/as clientes cumprem os requisitos acordados em contrato. Na amostra observada, pode-se perceber que as mulheres apresentam uma taxa menor de inadimplência que os homens, ou seja, elas apresentaram um índice de apenas 2% de não pagamento do crédito solicitado, enquanto os homens apresentaram uma inadimplência de 6,5%, mais do que o triplo que as mulheres.

É prudente dizer que uma operação de crédito concedido às mulheres possui uma capacidade de recuperação maior, em outras palavras, a instituição que concede o crédito, possui menos chance de prejuízo.

Conclusões

A análise dos dados demonstrou que efetivamente está ocorrendo uma maior participação das mulheres em ações de microcrédito, como o exemplo do Programa Crediamigo.

No mesmo sentido a revisão de literatura explicitou o contexto de realização dessa participação, num cenário ainda bastante desigual que ressalta a importância da transversalização das questões de gênero nas políticas públicas.

Uma característica a ser ressaltada é o fato da metodologia do Programa Crediamigo se dar pela operacionalização de grupos solidários, que se corresponsabilizam pelas ações dos/as microempreendedores/as envolvidos. Tal metodologia, a nosso ver, apresenta um comprometimento com a transformação social, representando a perspectiva de empoderamento a qual valoriza as ações coletivas na sociedade. Não deixa de ser um desafio, principalmente no contexto atual de crise, analisar os impactos dessas políticas e perceber se as mesmas vêm sendo operadas no sentido de contribuir com o empoderamento das mulheres e não apenas no sentido estritamente desenvolvimentista.

É de extrema importância problematizar e aprofundar o contexto de exercício das atividades dessas microempreendedoras, ressaltando-se a relevância de

estudos que visibilizem os avanços e desafios dessas políticas de microcrédito na vida das mulheres, bem como a contribuição efetiva na diminuição das desigualdades entre os gêneros.

Agradecimentos

Agradecemos ao Banco do Nordeste do Brasil por disponibilizar o banco de dados.

Referências

AITHAL, Vathsala. Empowerment and Global Action for Women: Theory and Practice”. Working Papers, Kvinnforsk, University of Tromso, 1999. Disponível em:< http://home.arcor.de/aithal/pdf/Aithal_Vathsala.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2016.

ALBUQUERQUE, Vivian Cristina Caetano da Silva; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM; Dimas de Oliveira. Características socioeconômicas do acesso por mulheres ao Microcrédito em uma instituição de crédito no sul de Santa Catarina, no período de 2002-2012. In: **IV Seminário de Ciências Sociais Aplicadas**. Santa Catarina, 2014. Disponível em:< <http://periodicos.unesc.net/seminariocsa/article/viewFile/1543/1465>>. Acesso em 25 de abril de 2016.

ALLEN, Amy. Feminist Perspectives on Power. **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2005.

ANTUNES, Ricardo. **ADEUS AO TRABALHO?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. São Paulo: Cortez, 2008.

BHATT, Nitin; TANG, Shui–Yan. Determinants of repayment in microcredit: Evidence from programs in the United States. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 26, n. 2, p. 360-376, 2002.

BULGACOV, Yara Lucia; CAMARGO, Denise de; CUNHA, Sieglind Kind da, MEZA, Maria Lucia; SOUZA, Regina Márcia; TOLFO, Suzana da Rosa. Atividade empreendedora da mulher brasileira: trabalho precário ou trabalho decente. **Psicologia Argumento. Curitiba**, v. 28, n. 63, p. 337-349, 2010.

CARVALHO, Géssika Cecília. Microcrédito e Empreendedorismo feminino em Recife: uma alternativa para a superação das desigualdades no mundo do trabalho. **Novos Rumos Sociológicos**, v. 1, n. 1, p. 38-50, 2013.

FERNANDES, Joaquim Alarico Araújo. **A importância do gênero no desenvolvimento das atividades do microcrédito: caso português**. 2010. 68 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Empresariais). Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2010.

FREITAS, Ana Augusta Ferreira de; RIBEIRO, Rosa Cristina Lima; BARBOSA, Railan Teixeira; PATRÍCIO, Paulo Eduardo Andrade. O Potencial Empreendedor de Empreendedores Informais Clientes de Programas de Microcrédito: Uma Avaliação sob as Perspectivas de Capital Humano e Gênero. In: **XXXIII Encontro da ANPAD**, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2009/ESO/2009_ESO1769.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2016.

GRAFLUND, Fredrik. The impact of Microcredit on Women's Empowerment - A case study of Microcredit in the Tangail district, Bangladesh, **Minor Field Study Series**, n. 225, 2013.

HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, v. 11, n. 21, p. 24-41, 2009.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

ISLAM, Jamal; MOHAJAN, Haradhan; DATTA, Rajib. Aspects of microfinance system of Grameen Bank of Bangladesh. **International Journal of Economics and Research**, v3i4, 76-96, 2012.

KRUIJF, Petra de. **Empoderamento, gênero e microcrédito - A Política de Microcrédito na Região Metropolitana de Recife**. 2014. 68 f. Dissertação (Mestrado). Universidade de Leiden, 2014.

LEÓN, Magdalena de. El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. **La Ventana**, no. 13, 2001, p. 94-106.

MARIUZZO, Patrícia. Socióloga discute o desemprego e a questão de gênero no mundo do trabalho. **Inovação Uniemp**, Campinas, v. 2, n. 5, dic. 2006 .

MARTINS, Cibele; CRNKOVIC, Luciana Helena; PIZZINATTO, Nadia; MACCARI, Emerson Antonio. Empreendedorismo feminino: características e perfil de gestão em pequenas e médias empresas. **Revista de Administração da UFSM**, v. 3, n. 2, p. 288-302, 2010.

MONZONI NETO, Mario Prestes. **Impacto em renda do microcrédito:** uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo). 2006. 195 f. Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2006.

MOREIRA, Nathalia Carvalho. **Microcrédito e Empoderamento de Mulheres:** o caso do Banco Popular Crédito Solidário. 2016. 110 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo). Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2016.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **Feminização no mundo do trabalho:** entre a emancipação e a precarização. Campinas: Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, Thiago; ANDRADE, Magali GONÇALVES, Andersonn. **A teoria do tripé Schumpeteriano e o papel do microcrédito no desenvolvimento econômico uma análise do Crediamigo.** In: I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade, Natal, 2010.

PUTNAM, Robert. **Bowling Alone.** New York: Simon and Schuster, 2000.

QUIBRIA, M. G. Microcredit and Poverty Alleviation: Can microcredit close the deal?. In: UNU World Intitute for Development Economics Research. **Working Paper**, n. 2012/78, 2012.

SARDENBERG, Cecília MB. Conceituando “Empoderamento” na perspectiva feminista. **I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres-Projeto TEMPO, Salvador, Bahia**, 2006.

SILVA, Géssika Cecília Carvalho da. **Espírito empreendedor feminino:** relações de gênero, informalidade e microcrédito no Grande Recife. 2007. 110 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2007.

MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: REFLEXÕES À LUZ DO DEBATE SOBRE MULHERES E CIÊNCIA

Patrícia Fernandes Lazzaron Novais Almeida Freitas¹
patylazzaron@gmail.com

Orientadora Prof^a Dra^a Iole Macedo Vanin²
Universidade Federal da Bahia
iolevanin2007@gmail.com

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar uma reflexão sobre mulheres no mercado de trabalho à luz de teóricas que discutem mulheres e ciência. Para tanto, o artigo apresenta, em um primeiro momento, dados quantitativos oriundos de uma pesquisa do IBGE, a qual apresenta informações sobre trabalho com enfoque nas relações de gênero. Tais dados evidenciam que as mulheres, apesar de terem direitos legais (iguais aos dos homens) “assegurados” teoricamente, na prática ainda estão em condição de subordinação. Em um segundo momento, a condição das mulheres no mercado de trabalho vai ao encontro de pensadoras feministas que abordam mulheres e ciência. Tais teóricas, por um lado, expõem essa realidade e apresentam razões para isso e, por outro lado, evidenciam que as teorias feministas trouxeram importantes contribuições à ciência, o que tem, de fato, transformado a própria ciência. Palavras-chave: Mulheres, Ciência, Trabalho.

1 *Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia – e-mail: patylazzaron@gmail.com;*

2 *Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia – e-mail: iolevanin2007@gmail.com*

Introdução

Devido às lutas dos movimentos feministas no decorrer dos séculos XIX e XX e até os dias atuais, muitos direitos foram conquistados, como, por exemplo, o acesso ao mercado de trabalho com os mesmos direitos legais que os homens.

A Constituição Federal assegura que todos são iguais perante a lei. Hoje, as mulheres não podem ser discriminadas, tendo os mesmos direitos legais em qualquer área, incluindo o meio acadêmico e o meio profissional.

Mas, será que assim se dá? As mulheres têm, de fato, os mesmos direitos que os homens no mercado de trabalho?

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as mulheres, de um modo geral, ainda recebem menos que os homens. Além disso, elas têm uma escolaridade maior do que homens na mesma faixa salarial, ou seja, precisam evidenciar um currículo com mais qualificações para alcançar determinados cargos.

No que tange a cargos de chefia, apesar de ter havido um aumento no número de mulheres ocupando tais cargos, elas ainda são minoria e o salário delas ainda é menor do que o dos homens. Além disso, cabe questionar: Que tipo de cargos de chefia as mulheres ocupam? Qual o perfil destas mulheres? Quais os desafios que enfrentam?

Para refletir sobre essas questões e acerca da relação mulheres e trabalho e mulheres em cargos de chefia, faz-se necessário também refletir sobre mulheres e ciência: Que lugar ocupam as mulheres na ciência? Que conhecimento elas produzem? Como as mulheres têm transformado a ciência e a construção do conhecimento, áreas estas, desde suas origens, androcêntricas e sexistas?

Pesquisas que colocam em evidência essa desigualdade são de grande valia para se pensar sua desconstrução, para transformar o cenário que se apresenta.

Esse artigo tem por objetivo analisar a posição de subordinação que as mulheres, de modo geral, ainda ocupam no mercado de trabalho à luz de referenciais teóricos que apresentam reflexões sobre mulheres e ciência.

Para tanto, são analisados dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente o Relatório “Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010”, publicado pelo IBGE em 2014, comparando os Censos de 2000 e 2010, à luz de teóricas que discutem mulheres e ciência.

Mulheres no Mercado de Trabalho: dados quantitativos do IBGE

Segundo o Relatório “Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010”, publicado pelo IBGE em 2014, o número de mulheres no mercado de trabalho aumentou nos últimos dez anos no Brasil. Contudo, o percentual de mulheres empregadas é menor do que de homens. A taxa de trabalhadoras aumentou de 50% (2000) para 54,6% (2010), e a taxa de homens trabalhadores passou de 79,7% (2000) para 75,7% (2010). Assim, o percentual de mulheres trabalhando ainda é de apenas pouco mais de 50% do total da população feminina.

Segundo dados do Censo de 2010, destaca-se que esse percentual é ainda menor no Nordeste, onde apenas 48,2% das mulheres estão no mercado de trabalho. Salienta-se ainda que, do total de mulheres no mercado de trabalho, 13,1% trabalham sem carteira assinada, 5,1% são trabalhadoras domésticas com carteira assinada, 10% são trabalhadoras domésticas sem carteira assinada e 17,3% trabalham por conta própria.

Analisando a escolaridade, é possível notar outra discrepância na comparação entre homens e mulheres no mercado de trabalho. A quantidade de mulheres empregadas que têm nível de instrução de Ensino Médio, Superior incompleto ou Superior Completo é maior do que o número de homens empregados com a mesma escolaridade, ou seja, as mulheres precisam se qualificar mais do que os homens para atingir postos de trabalho equivalentes.

O Relatório destaca ainda a desigualdade em relação à raça: percebe-se uma elevada participação no mercado de trabalho das mulheres pretas ou pardas sem instrução e com nível fundamental incompleto (42,5%) quando comparadas com as mulheres brancas (28,2%). Estas disparidades estão presentes também no caso do nível de instrução de ensino superior, que se mostram mais favoráveis às mulheres brancas trabalhadoras (26,0%) em relação às mulheres pretas ou pardas trabalhadoras (11,2%).

O Relatório aponta que um fator responsável pelas desigualdades de acesso das mulheres remonta aos papéis tradicionalmente associados a elas no que se refere aos cuidados a membros da família e aos afazeres domésticos.

Isso vem ao encontro dos dados referentes à relação entre a ocupação das mulheres e a existência de filhos pequenos, por condição de frequência à creche. O nível de ocupação das mulheres de 16 anos ou mais de idade com filhos de 0 a 3 anos que frequentam creche (65,4%) é bem superior ao daquelas cujos filhos não frequentam (41,2%) ou apenas algum filho frequenta creche (40,3%).

Segundo o Relatório do IBGE, a entrada das mulheres no mercado de trabalho não implica um processo natural que promove uma redefinição de papéis na sociedade. Nos últimos 40 anos, a proporção de mulheres em idade ativa ocupadas mais que dobrou; no entanto, a responsabilidade pelas atividades domésticas e de cuidados continua sendo uma atribuição quase exclusivamente feminina.

No que tange aos rendimentos, notamos que o número de pessoas de 16 anos ou mais sem rendimentos é maior entre mulheres do que homens, e essa quantidade aumenta nas regiões Norte e Nordeste e também em relação às raças categorizadas como pretas ou pardas.

Em 2000, a proporção de pessoas com rendimento de até 1 salário mínimo era 19,8%, sendo ligeiramente maior entre as mulheres (20,8%). Em 2010, essas proporções se elevaram para 29,8% e 33,7%, respectivamente. Vale ressaltar que os menores rendimentos têm sexo, cor ou raça e localidade, visto que 50,8% das mulheres pretas ou pardas da Região Nordeste têm rendimento de até 1 salário mínimo, assim como 59,3% das mulheres nas áreas rurais desta região.

Em 2010, o rendimento médio mensal, de todas as fontes, dos homens de 10 anos de idade ou mais foi de R\$ 1.587,00, enquanto o rendimento médio das mulheres nessa faixa etária foi de R\$ 1.074.

O Relatório destaca que, no primeiro eixo do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015 (BRASIL, 2013c), ficou estabelecido como uma das metas “a redução da taxa de desigualdade de rendimento entre mulheres e homens”. Comparando a razão entre o rendimento médio das mulheres e o rendimento médio dos homens entre 2000 e 2010, constata-se uma pequena redução na desigualdade entre ambos. Entretanto, nas Regiões Norte e Nordeste, a desigualdade de rendimentos por sexo aumentou.

Notamos, portanto, que os direitos legais que são garantidos às mulheres ainda não são efetivos na prática. Apesar de diversos avanços, a posição de subordinação das mulheres tem persistido ao longo dos séculos.

A fim de refletirmos sobre essa condição, faz-se necessário fazermos isso à luz de teóricas que discutem mulheres e ciência.

Mulheres na Ciência: Mais do que Aventureiras, Transformadoras da Ciência

De acordo com Lopes (1998), aos homens que se destacam na ciência confere-se o atributo de heróis, às mulheres confere-se o atributo de aventureiras.

No entanto, apesar dessa condição de subordinação, as mulheres vem ascendendo na carreira científica e tem transformado a ciência.

Löwy afirma que “não devemos esquecer que a ciência é um empreendimento de caráter cumulativo e que seu passado – no qual as mulheres foram excluídas – continua pesando sobre seu presente.” (2000, p. 24) Ela advoga que os porta-vozes da ciência são geralmente do sexo masculino.

Na tentativa de mudar essa realidade, a autora aborda a escolha de mulheres cientistas entre a assimilação – quando as mulheres procuram tornar-se “um homem de ciências” – que permite o acesso a vantagens, mas ao preço da auto-mutilação ou a manutenção da condição de marginalidade que as mulheres têm na ciência.

Também Bandeira (2008) afirma que, para serem aceitas na carreira científica, algumas mulheres procuram assemelhar-se aos homens.

Segundo Velho & León (1998), apesar de certo crescimento da presença das mulheres na ciência desde os anos 70, ainda há muitos desafios a serem superados. Segundo dados da época, a taxa de evasão de mulheres da pós-graduação era maior do que a dos homens. Além disso, havia uma tendência à estagnação, sem aumento de mulheres na pós-graduação.

As autoras ratificam que as mulheres continuavam a ser cronicamente subrepresentadas na carreira científica e quanto mais elevado o nível na carreira acadêmica, menor é a participação de mulheres.

Outro aspecto que Velho & León (1998) destacam é que a presença das mulheres na carreira científica se dá em maior número nas disciplinas tradicionalmente “femininas”, consideradas de menor status.

Bandeira (2008) ratifica esse aspecto, afirmando que um desafio a ser superado consiste no fato de que ocorrem processos de socialização diferenciados para meninos e para meninas. As mulheres são normalmente direcionadas para as atividades ditas “femininas”.

Esse ponto nos chama a atenção para o fato de que para mudar/ transformar a condição de subordinação das mulheres na ciência, são necessárias transformações nesses processos de socialização.

Velho & León (1998) realizaram entrevistas com docentes da Unicamp e destacaram que várias entrevistadas apontaram que sentem discriminação na busca por cargos administrativos.

A importância atribuída pelos homens aos cargos administrativos dentro da Unicamp merece ser melhor explorada, mas certamente ela tem suas raízes no fato que tais cargos relacionam-se com as

estruturas de poder internas, na medida em que têm papel privilegiado nas decisões relativas às várias políticas universitárias, tais como critérios de avaliação de desempenho e alocação de recursos. (VELHO & LEÓN, 1998, p. 332)

Uma entrevistada aponta como fator que contribui para menor velocidade na progressão na carreira a carga familiar que, para as mulheres, pesa mais.

Para as mulheres progredirem na carreira, alcançarem cargos de chefia, é necessária a superação de diversos desafios, entre os quais, a carga familiar. Além disso, uma visão sem preconceitos em relação às mulheres que, historicamente, são consideradas inferiores, com menos capacidade, menos aptidão para competitividade.

Silva (1998) advoga que a construção de um mundo no qual as mulheres não são subordinadas requer o reconhecimento de que existe subordinação de gênero e o desenvolvimento de uma visão de mundo em que isso seja possível.

Nesse sentido, pesquisas como a desenvolvida nesse artigo são de vital importância. Passados quase duas décadas desde que Silva escreveu o acima, ainda há muitos desafios a serem superados no sentido de se alcançar a equidade em todos os campos da vida, incluindo a ciência.

Para tal superação, primeiramente, faz-se necessário expor a condição de subordinação, que, encontra-se maquiada sob a ilusão dos direitos iguais “garantidos” legalmente e sob a ideia que as mulheres estão tão presentes no mercado de trabalho quanto os homens.

Melo & Oliveira (2006) advogam que, sob aparente neutralidade, tem-se igualado os que não são iguais no acesso às carreiras científicas e tecnológicas. Analisando a produção científica nacional, elas verificaram que embora o número de mulheres envolvidas na produção científica tenha aumentado, o sexo feminino permanece marcado pelo estereótipo do papel dos “cuidados” e escolhem áreas ligadas à educação, saúde e assistência social.

O sistema científico e tecnológico sob a aparente neutralidade da ciência ignora que mulheres e homens têm trajetórias diferenciadas e sob esse paradigma iguala os que não são iguais no acesso às carreiras científicas e tecnológicas. Urge mudar esse comportamento e apresentar os dados do desempenho científico e tecnológico sob a perspectiva de gênero para que os novos papéis possam emergir na sociedade. (MELO & OLIVEIRA, 2006, p. 328)

As autoras ratificam a relevância de estudos e pesquisas que desmistifiquem a imagem partida feminina e que evidencie que a ciência não é lugar exclusivo de homens, mas de quem tem talento para desempenhar estas funções, seja homem ou mulher.

Cabe destacar também que, como Silva afirma, “nem todas as mulheres são iguais”. (1998, p. 15) Não se pode colocar as mulheres como um grupo homogêneo, com interesses, perspectivas e experiências similares. Ela argumenta a favor de se contextualizar mulheres.

A teórica explica que a subordinação da mulher no mundo do trabalho é reflexo dessa desigualdade na sociedade: “o gênero na academia é extensão do gênero na sociedade”. (SILVA, 1998, p. 19) Advoga que instituições sociais como sindicatos e grupos políticos podem contribuir para mudanças nos padrões de relações de gênero.

Nesse sentido, cabe destacar que os feminismos, como movimentos políticos, e seu projeto intelectual e acadêmico, as teorias feministas trouxeram diversas contribuições para a ciência.

Como abordado nesse texto, historicamente, o conhecimento científico tem sido considerado de domínio masculino. Bandeira (2008) ratifica que as mulheres têm se destacado na pesquisa na área das Ciências Humanas. Segundo ela,

A centralidade da crítica está posta na forma de organização do mundo social e natural materializado nas relações sociais, cognitivas, éticas e políticas entre os homens e mulheres, assim como nas suas expressões e significados no mundo simbólico. (BANDEIRA, 2008, p. 209)

Ela destaca que não há uma crítica geral do pensamento feminista. Mas há diversas correntes teóricas que compreendem por que e como as mulheres ocupam uma posição ou condição de subordinação na sociedade. Fala de um bloco de correntes heterogêneas que tentam explicar por que as mulheres continuam, em boa medida, em condições de subordinação e lutam para mudar/transformar essa situação.

Bandeira (2008) salienta que a crítica feminista teve como desafio contrapor-se aos eixos e modelos epistemológicos hegemônicos e seus conceitos e métodos para não reproduzir as categorias do sistema de dominação científica.

A crítica feminista argumenta que há três grandes eixos no processo de exclusão feminina da ciência: a dominação masculina que naturaliza a

inferioridade feminina; a divisão sexual do trabalho e a condição monolítica, atemporal e excludente da ciência. Para a crítica feminista, o universalismo deve ser criticado, pois categorias pretensamente universais acabam por fixar parâmetros de poder.

Citando Fox Keller (2006), Bandeira afirma que “a entrada de mulheres na ciência em grande número tornou possível que uma percepção feminina do mundo encontrasse lugar na ciência.” (2008, p. 220) Elas reagiram à ordem patriarcal e questionaram se a ciência tem um sexo. Esse rompimento nega perspectivas essencialistas e binárias, traz novos paradigmas à construção do conhecimento e constrói novos campos de saber e de poder.

A autora advoga que a categoria analítica de gênero vem sendo um instrumento de análise crítica, sendo uma categoria transversal, cuja presença se faz importante em qualquer projeto de conhecimento científico, institucional e sociopolítico.

Ainda que não tenham alcançado a igualdade plena, Keller (2006) afirma que o feminismo mudou a posição das mulheres na ciência. O aumento no número de mulheres na ciência se deve, em grande parte, à pressão política exercida por grupos de mulheres. Argumenta que o verdadeiro agente da mudança foi o movimento social.

Segundo Keller (2006), a mudança social que o feminismo produziu forneceu novos ângulos, novas maneiras de ver o mundo, abriu novos espaços cognitivos.

A presença feminina em posições de liderança e autoridade na ciência contribuiu para erodir o sentido de rótulos tradicionais de gênero. Mesmo assim, Keller conclui dizendo que gostaria de poder dizer mais, ou seja, ainda muito mais conquistas a serem realizadas.

Considerações

Historicamente, as mulheres têm estado em condição de subordinação na ciência. No entanto, é preciso destacar que elas estão derrubando barreiras e lutando contra essa posição. De uma condição de ausência e de invisibilidade na ciência, passaram a se destacar ainda que em menor número do que os homens e, muitas vezes, estando restritas a determinadas áreas de conhecimento, como, por exemplo, as ciências humanas.

Como evidenciado acima, dentre os motivos para a subordinação das mulheres, podemos destacar processos de socialização que têm produzido e

reproduzido preconceitos e tem mantido, por séculos, ideias tais como que as mulheres são subordinadas por serem inferiores e menos aptas.

Na tentativa de transformar essa realidade, algumas mulheres que se destacam na ciência procuram se assemelhar aos homens. Evidencia-se que, para ascender na carreira científica, as mulheres precisam produzir muito mais trabalho do que os homens. Precisam “provar” mais sua capacidade e competência do que os homens.

Outro aspecto é que se tem igualado os que não são iguais. Por exemplo, tem-se ignorado que às mulheres a carga familiar ainda é mais pesada que aos homens.

Por fim, cabe destacar que os feminismos trouxeram (e continuam trazendo) importantes contribuições à ciência e que ainda trarão muito mais. Indo de encontro a modelos hegemônicos, contrapondo-se ao conhecimento androcêntrico, os feminismos e a presença cada vez maior das mulheres na ciência têm ampliado horizontes, trazido novas formas de olhar o mundo e de construir os conhecimentos, têm transformado a ciência.

É vital ter em mente que o conhecimento também é uma forma de poder. Que as mulheres continuem ascendendo cada vez mais na ciência, superando os obstáculos e transformando a realidade.

Referências

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. *Estudos Feministas* 16(1), 2008.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Plano nacional de políticas para as mulheres 2013-2015*. Brasília, DF, 2013.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cadernos Pagu* (27), 2006.

LOPES, Margaret. Aventureiras nas Ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências no Brasil. *Cadernos Pagu* (10), (1998).

LÖWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos “situados”. *Cadernos Pagu* (15), 2000.

MELO, Hildete Pereira & OLIVEIRA, André Barbosa. A produção científica brasileira no feminino. *Cadernos Pagu* (27), 2006.

SILVA, Elizabeth Bortolaia. Des-Construindo Gênero em Ciência e Tecnologia. *Cadernos Pagu* (10), 1998.

VELHO, Léa & LEÓN, Elena. A construção social da produção científica por mulheres. *Cadernos Pagu* (10), 1998.

SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADES VIVENCIADAS POR ENFERMEIRAS NA PRÁTICA DE CUIDADOS A MULHERES ENVOLVIDAS COM DROGAS EM CONTEXTO DE MATERNIDADE

Patrícia Keirelly de Oliveira Araújo

Andreia Silva Rodrigues

Lara Barreto Caldas

Celestina Carvalho da Silva

Jeanne Freitas de Oliveira
Universidade Federal da Bahia
patriciakeirelly@outlook.com

Resumo: O consumo e o tráfico de drogas pela população feminina vêm aumentando em todo mundo. A presença de mulheres envolvidas com drogas nos serviços de saúde gera desafios para as profissionais, que também ficam vulneráveis a distintos agravos que afetam sua saúde física, psíquica e atuação laboral. Traçou-se como objetivo: identificar situações de vulnerabilidades para enfermeiras nas práticas de cuidados a mulheres usuárias de drogas. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida com enfermeiras numa maternidade pública de Salvador-Ba, no período de fevereiro a junho de 2015. Foram aplicadas as técnicas de observação de campo e entrevista semiestruturada. Foram analisadas 15 entrevistas e todo conteúdo do diário de campo. Através da análise dos dados obtidos emergiram as seguintes categorias: 1) Concepção das enfermeiras sobre o envolvimento das mulheres na problemática das drogas: subordinação feminina, associação de consumo de drogas e IST; 2) Demandas de atendimento na unidade: o acompanhante e as reações das mulheres usuárias de drogas. Constatou-se que, no atendimento a essas mulheres, existem dificuldades relatadas por grande parte

das profissionais, evidenciando-se diversas situações de vulnerabilidades associadas ao conhecimento das enfermeiras, aos recursos humanos, físicos e materiais institucionais. Na prática dessas enfermeiras existem importantes elementos de vulnerabilidades no seu ambiente laboral, o que dar visibilidade a necessidade dos serviços de saúde, através de ações e planejamento, promoverem medidas estruturais e organizacionais em relação às condições de trabalho seguras a fim de prevenir acometimentos à saúde das enfermeiras. Palavras-chave: Vulnerabilidade, Enfermeiras, Cuidados de Enfermagem

Introdução

Na atualidade, o consumo e o tráfico de drogas pela população feminina vêm aumentando em todo mundo. Além de consumir e/ou participar do tráfico de drogas, as mulheres têm outras formas de envolvimento com a problemática das drogas que acarretam situações de vulnerabilidades. A presença de mulheres envolvidas com drogas nos serviços de saúde, de todos os níveis, gera desafios para as/os profissionais, que também ficam vulneráveis a distintos agravos que afetam sua saúde física, psíquica e atuação laboral.

O estudo das dimensões da vulnerabilidade na área da saúde é relativamente recente e está relacionado à tentativa de superação das práticas preventivas apoiadas na ideia de risco. Isso se deve, especialmente, ao surgimento da epidemia do HIV/AIDS, que levou pesquisadores/as e profissionais da saúde a repensar a definição de risco e a adentrar nas discussões sobre a vulnerabilidade. Assim, a partir de 1980, vêm se intensificando os estudos que levam em conta a vulnerabilidade como quadro conceitual.

De acordo com Ayres (2011), a vulnerabilidade diz a respeito à chance de exposição das pessoas ao adoecimento, como resultante de um conjunto de aspectos que ainda que se refiram imediatamente ao indivíduo, o recoloca na perspectiva de dupla-face, ou seja, o indivíduo e sua relação com o coletivo. E conforme o autor, a análise de vulnerabilidade se dá de forma ampla, envolvendo aspectos de ordem individual, social e programática.

Dessa forma, o conceito de vulnerabilidade pode ser empregado para entender as implicações que as enfermeiras enfrentam no cuidado a mulheres envolvidas com as drogas.

De um modo geral, discute-se a vulnerabilidade de indivíduos e/ou grupos populacionais para determinado agravo social e/ou enfermidade, sendo escassa a discussão sobre vulnerabilidades de profissionais na sua prática diária. Contudo, há de se considerar que no cotidiano laboral, profissionais de saúde podem se deparar com questões de ordem individual, social e programática que podem gerar situações de vulnerabilidade para si e para a clientela.

Nesse sentido, traçou-se como objetivo: caracterizar situações de vulnerabilidades para enfermeiras nas práticas de cuidados a mulheres envolvidas com drogas, em uma maternidade pública de Salvador - BA .

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, desenvolvida com enfermeiras em atuação numa maternidade pública de Salvador-BA.

Conforme descreve Minayo (2010), a abordagem qualitativa possibilita uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se volve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas.

A pesquisa foi realizada em uma maternidade pública na cidade de Salvador, estado da Bahia, pertencente à Rede Estadual de Saúde. A referida instituição é destinada a prestar atendimento a população feminina, mais especificamente a mulheres grávidas.

A pesquisa tem aprovação do Comitê de ética em pesquisas com parecer de número 940.418 emitido em 28/01/2015.

Foram estabelecidos como critérios de inclusão: ter experiência de pelo menos seis meses na assistência à saúde da mulher em maternidade e estar lotada na maternidade, prestando cuidados as mulheres. Adotou-se como critérios de exclusão: ausências nas atividades laborais durante o período de coleta de dados por motivos de férias, licença prêmio ou médica.

O grupo social estudado até o momento está composto por 15 enfermeiras, concentradas na faixa etária de 32 a 48 anos e tempo de atuação na profissão de 1 ano e seis meses há 15 anos, e envolvida na assistência nos turnos diurno e noturno.

Em relação à atuação profissional, nove informaram ter outro vínculo e cinco responderam que não, o que coloca em evidência a possibilidade de maior exposição a desgaste biopsíquico em relação àquelas que trabalham em apenas um emprego. Quanto à participação em algum curso da área de drogas e saúde, apenas três realizaram o que pode representar um importante ponto de vulnerabilidade.

A produção dos dados ocorreu no período de fevereiro a dezembro de 2015, por meio das técnicas de observação de campo e entrevista semiestruturada.

A observação de campo com registro em diário de campo foi realizada seguindo roteiro previamente elaborado. As entrevistas foram realizadas na unidade, em dia e horário previamente agendados com as participantes.

Os dados foram organizados seguindo as etapas da Análise de Conteúdo (AC), proposta por Bardin (2011), e analisados adotando a definição de vulnerabilidade como referencial teórico.

Diante dos princípios éticos que envolvem a pesquisa, a elaboração desse estudo seguiu as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas presentes na Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466, de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012).

Resultados

Práticas institucionais como elementos de vulnerabilidade

De acordo com os dados obtidos e analisados, alguns elementos de vulnerabilidade para as enfermeiras na prática de cuidado a mulheres envolvidas com drogas na maternidade dizem respeito às práticas institucionais associadas à: demanda de atendimento da unidade e aos recursos humanos disponíveis.

Na observação de campo, foi registrado grande fluxo de mulheres com situações diversas para atendimento e, paralelo a esse fluxo, existia um subdimensionamento de pessoal para atender toda demanda, ocasionando dobra de serviço para algumas profissionais com pressão psicológica e cobranças.

A frequência dessa situação era comum. Durante a observação de campo percebeu-se que as enfermeiras estavam bastante ocupadas, com várias demandas e pouco profissionais para atender todas elas.

Visivelmente a alta demanda da maternidade atrelada à baixa quantidade de recursos humanos causava stress para as enfermeiras. Os relatos a seguir revelam esses fatos:

“É um excesso de trabalho, é uma demanda muito grande, exposição muito grande, porque praticamente todos os dias tem uma exposição” (E11).

“Quando eu estou com uma mulher, que é identificada como usuária, é como eu te falei, tem sempre um cuidado redobrado” (E3).

Durante o período de observação de campo, na escala de serviço, era apenas uma enfermeira para cada ala da unidade, ou uma enfermeira para até quatro setores, o que resultava apenas em quatro enfermeiras na assistência para cada plantão. Inevitavelmente esse quantitativo de profissionais afeta a

assistência e constitui elemento de vulnerabilidade programática para as enfermeiras. Alguns trechos das entrevistas evidenciam essa situação:

“Um enfermeiro fica em três setores diferente. Três não, as vezes fica até em quatro, porque fica a CCR, a admissão e a CCR são dois setores diferentes, a admissão, a CRR, o centro cirúrgico e o setor obstétrico” (E12).

Ficou evidente que um elemento importante de vulnerabilidade programática repousa também na sobrecarga de trabalho, pois enquanto ocorre o desvio de função, as enfermeiras acabam deixando de executar suas atividades voltadas aos cuidados das pacientes, conforme os trechos a seguir:

“Eu sou enfermeiro e tenho que ficar atendendo o telefone, então você tem que se telefonista, você tem que ver a questão da manutenção, de manter 24h a unidade” (E14).

“É a manutenção que reclama, é o vigilante que reclama todo mundo cai em cima da enfermagem Ou então fale ali com a enfermeira, resolva ali com a enfermeira, e é tudo a enfermeira (E10)”.

De acordo com os relatos das entrevistadas, qualquer pessoa tem acesso à admissão e há registro da ocorrência de tentativas de agressão física aos profissionais e destruição física da unidade por acompanhantes que estavam sob efeito de substâncias psicoativas. Os seguranças não protegem o profissional, mas sim o patrimônio.

Esta realidade ocasiona insegurança e exposição das profissionais a atos de violência e, conseqüentemente, interfere na saúde das mesmas. Existe relato de que uma enfermeira já foi agredida por uma paciente usuária de drogas, sendo ameaçada de morte, e decorrente a isso foi afastada alguns dias do trabalho, e esses fatos revelam mais um fator de vulnerabilidades com essas enfermeiras.

“A gente se sente vulnerável porque aqui todo mundo quer entrar, aqui todo mundo quer fazer a casa da mãe Joana, nós, enquanto profissionais, nos sentimos muito expostos. Aqui, qualquer pessoa entra na área de admissão, já tivemos casos de marido de mulher entrar armado, de quebrar a porta de vidro, dizer que vai bater em

todo mundo, e os seguranças são do patrimônio, ele não protege o profissional (E14)”.

“Ela me agrediu verbalmente no corredor. Começou a me xingar, a gritar, vários xingamentos, coisas de baixo escalão, os meus colegas viram ,ficaram com medo, então durante esses dias eu fiquei coagida, acabei saindo escoltada, assim, o segurança me levou até o carro (E12)”.

Dessa forma, a relação do trabalho com os riscos, vulnerabilidades e incapacidades, presentes na maternidade investigada, é reconhecida pelas enfermeiras entrevistadas como decorrência de uma diversidade de situações e relações no decorrer do seu desenvolvimento de praticas de cuidados a mulheres envolvidas com drogas, onde foi possível perceber através dos seus relatos que as enfermeiras se encontram em situações de vulnerabilidade individual e programática.

Vulnerabilidades a partir das Reações das mulheres/ou acompanhantes envolvidas com drogas.

Nesta categoria são apresentadas questões referentes às reações das mulheres/ou acompanhantes decorrente das drogas, que possivelmente pode ser um grande problema na prática de cuidados dessas enfermeiras a mulheres envolvidas com drogas, que gera constante insegurança e medo nos funcionários da maternidade. Os fatores para tais sentimentos foram: despreparo para lidar com reações decorrentes da abstinência e/ou do consumo de drogas pelas mulheres e/ou por seus acompanhantes no período de internação.

Comportamentos de agressividades por parte das mulheres e/ou do acompanhante que muitas das vezes é seu companheiro, e supostamente usuários de drogas dentro da unidade foram referidos pelas entrevistadas como ocorrência frequente, sendo que para as enfermeiras a lei do acompanhante é um problema que vem acarretando situações de vulnerabilidade, e por vezes incomodadas com essa lei, pois mesmo sabendo da importância em alguns casos, à lei empodera alguns acompanhantes indesejados pelos profissionais e principalmente pelas mulheres, conforme trechos das entrevistas a seguir:

“A equipe de enfermagem fica temerosa, porque já teve até um caso de uma enfermeira de também ser ameaçada, e aí foi terrível. A gente teve que nesse dia dar folga a ela ficamos com medo (E04)”.

“Ah, sempre sentimos vulneráveis! Porque aqui já teve momentos de ter chefe de tráfico acompanhado mulheres. Você ver que ficam homens e mulheres aqui a noite toda (E05)”.

Diante dos relatos das enfermeiras, percebe-se que as mesmas no atendimento e cuidados realizados com as mulheres envolvidas com drogas, acarretam situações que as deixam no seu ambiente de trabalho apreensiva, insegura, expostas a determinados agravos, e cada vez mais sujeitas a vulnerabilidades, principalmente no que tange as três dimensões no contexto da maternidade investigada.

Discussão

As enfermeiras ao prestarem cuidados a mulheres envolvidas com drogas estão expostas a situações que as deixam apreensivas, inseguras, sujeitas a determinados agravos, o que culmina em suas vulnerabilidades, tanto individuais e sociais, quanto programáticas e profissionais no contexto da maternidade investigada.

Foram identificadas conjunturas que induzem a situações de vulnerabilidades das enfermeiras nas práticas institucionais no cuidado a mulheres envolvidas com drogas. Demandas na maternidade, déficits de profissionais, sobrecargas de trabalho, falta de estrutura e capacitações para lidar com essa clientela constituem elementos de vulnerabilidade programática para as enfermeiras na prática de cuidados a mulheres usuárias de drogas. Esses elementos geram medo, insegurança para as profissionais que são ressaltados pela estrutura física e organizacional da unidade.

Conforme Ayres (2003), a vulnerabilidade programática engloba o acesso e a forma de organização dos serviços de saúde aos recursos sociais de que as pessoas necessitam para não se exporem aos agravos, proteger-se de danos, buscando recursos de saúde disponibilizados de modo efetivo e democrático, e os dados revelaram que as enfermeiras estão sujeitas em suas práticas de cuidados a essas modalidades.

Os dados evidenciaram que as enfermeiras apresentam situações de vulnerabilidades bastante elevadas, questões essas que estão diretamente associadas ao fortalecimento e/ou desgaste, dentre as quais a forma como se processam as relações técnicas e sociais no trabalho, incluindo como ocorre a sua linha de mando, além de outras que podem interferir no processo de adoecimento. De certa forma a vulnerabilidade enfatiza aos diferentes graus e naturezas de suscetibilidades, que expõem indivíduos e coletividades ao adoecimento, considerando as particularidades de cada situação, dentro de um conjunto de aspectos individuais, sociais e programáticos, situando as pessoas frente à relação com o problema e com os recursos para enfrentar esse problema (AYRES, et al., 2004).

De acordo com os achados sobre as demandas de atendimento das enfermeiras no cuidado a mulher usuária de droga na unidade, fica evidente que a enfermeira é vulnerável principalmente no que se refere ao grande fluxo de pacientes com situações mais diversas para atendimento, déficit de pessoal para atender toda demanda, ocasionando algumas vezes dobra de serviço, demandas da unidade, déficits de profissionais enfermeiras para lidar com situações de enfretamento no seu ambiente de trabalho, ocasionando por vezes o estresse dessas profissionais e esses fatores demarcam situações de vulnerabilidade individual e programática.

Paiva, Ayres e Buchala (2012), afirmam que a abordagem para sistemas da vulnerabilidade programática ocupa-se da implementação de direitos por meios de programa em saúde. Ela engloba o desenho, a implementação, o monitoramento e a avaliação de programas de saúde, incluindo quais assuntos são priorizados e por que razões nos diferentes estágios de trabalho.

De acordo com Pereira (2002), vários são os aspectos do trabalho de enfermagem que podem fazer das enfermeiras e equipe de enfermagem em geral vulneráveis. Agrupando os agentes estressores podemos identificar vários subgrupos, englobando: a organização do trabalho, onde estão presentes conflitos e ambiguidades de papéis, falta de participação de decisões, longas jornadas de trabalho, rodízio de horários, número insuficiente de pessoal, recursos escassos, sobrecarga de trabalho, mudança constante das regras, excesso de burocracia, excesso de horas

No que refere ao estresse das profissionais, vale enfatizar que, quando relacionado ao trabalho, este resulta de várias situações em que a pessoa percebe este ambiente como ameaçador às suas necessidades de realização pessoal e profissional, prejudicando sua interação com suas funções e com o ambiente

de trabalho, na medida em que este ambiente contém demandas excessivas a ela, ou que ela não contenha recursos adequados para enfrentar tais situações (MARTINS et, al 2000).

O despreparo das profissionais foi visto como um importante elemento de vulnerabilidade para as enfermeiras no cuidado a mulher usuária de drogas, pois as mesmas dizia não saber como lidar com essas mulheres por não ter tido um preparo específico para atender pessoas que são usuários de drogas, soma dos fatores que sobrecarregam as profissionais e a prejudica por gerar maior grau de vulnerabilidade a lesões físicas e danos psíquicos e por movê-las às realizações de seu trabalho de maneira mais mecânica, sem que seja possível desenvolver competências, habilidades e conhecimentos no efetuar de suas práticas ocasionando vulnerabilidades para estas profissionais.

Para Branco (2013), o despreparo dos profissionais para atender pessoas que são usuárias de drogas, é compreensível na medida em que a formação dos profissionais de saúde, nos cursos de graduação está voltada para atendimento hospitalar, sobretudo aos problemas clínicos.

Assim, torna-se imperativa a necessidade de construir outros espaços de atenção, ampliar e melhorar os cursos de formação e capacitação. Sabe-se, também, que trabalhar nessa área é complexo, pois se trabalha com a subjetividade, sendo necessário adquirir conhecimento específico.

É importante pensar na necessidade de reformular e estruturar novos serviços, modificar as práticas profissionais e o próprio processo de cuidar, pois mesmo diante das dificuldades encontradas, a equipe de enfermagem assume responsabilidades na atenção as mulheres usuárias de álcool e outras drogas.

Em um estudo de Souza (2013), realizado em Salvador-BA com mulheres atendidas num CAPSad, um dos principais desafios para tratar o problema na assistência a usuárias de drogas, está na necessidade de aperfeiçoar e motivar os profissionais que trabalham prestando assistência aos usuários e seus familiares.

No que se refere à sobrecarga de trabalho das enfermeiras, foi possível identificar que na maternidade investigada existe uma grande demanda para as enfermeiras, ocorrendo por vezes desvios de função, sendo este mais um fator de vulnerabilidade programática para estas profissionais. E de acordo com Bezela (2013), os trabalhadores de enfermagem são submetidos a diferentes cargas de trabalho que geram processos de desgaste e comprometem tanto a qualidade de vida no trabalho de enfermagem, quanto à qualidade da assistência prestada.

No contexto da segurança profissional dentro da maternidade, percebe-se através dos discursos das participantes a importância de um apoio para a segurança dos profissionais, pois de acordo com a fala das enfermeiras, elas não se sentem protegidas dentro da unidade, sendo imprescindível no trabalho e excelente apoio para o enfrentamento das vulnerabilidades, diante de alguma situação de risco de violência, agressividade no ambiente de trabalho.

Vale ressaltar também, que o sentimento de impotência foi um relevante problema para as enfermeiras para lidar com as mulheres envolvidas com drogas, o que pode provocar sofrimento no trabalhador de enfermagem ao fazer questionamentos sobre o que poderia ou o que deixou de fazer para recuperar ou manter a vida do cliente que estava sob seus cuidados.

De acordo com Almeida et, al (2009), a prática do trabalho do enfermeiro a responsabilidade pelo gerenciamento do serviço e da assistência, implica em um esforço mental no que se refere ao planejamento das ações, observação e gerenciamento do ambiente, funcionários, maquinários e equipamentos, e ainda a assistência ao paciente, no planejamento do seu cuidado, em todos os seus âmbitos.

A lei do acompanhante que no dia 7 de abril de 2005, entrou em vigor a Lei 11.108 que garante as parturientes o direito à presença de um acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS e setor privado (BRASIL, 2005), também foi visto com um elemento muito importante de vulnerabilidade para essas enfermeiras, pois as mesmas se sentem incomodadas com essa lei, pois, apesar de considerarem importante em alguns casos o acompanhante, às vezes, a lei empodera acompanhantes indesejados pelos profissionais, a exemplo de acompanhantes usuários de drogas, que ocasiona situações de medo, agressividade, e apreensão no ambiente de trabalho.

De acordo com Santos e outros (2012), apesar dos benefícios dessa prática e a legislação vigente apoiarem o parto com acompanhante, o que se observa no cotidiano das maternidades é o despreparo dos profissionais em lidar com a figura do acompanhante/pai como alguém participando do processo do parto e nascimento.

Dessa forma, o modo como a vulnerabilidade se manifesta no cotidiano de cuidado de enfermagem a mulheres usuárias de drogas, consiste em um fenômeno de grande relevância na ciência da enfermagem, pois percebe que as situações vivenciadas pelas enfermeiras ao prestarem o cuidado a essas mulheres, as colocam expostas há muitas situações de risco, medo, incapacidades e principalmente a vulnerabilidade profissional no seu cotidiano.

Considerações Finais

Sendo assim, conclui-se que as práticas institucionais as enfermeiras acerca de mulheres que usam drogas, assim como déficit de recursos humanos, físicos e falta de ações de saúde institucionais constituem situações de vulnerabilidades para as enfermeiras nas práticas de cuidados a mulheres que usam drogas, no contexto da maternidade investigada.

Dessa forma, as ações em saúde tem como ponto de partida determinantes sociais do processo de saúde/doença como fatores que vulnerabilizam as pessoas, assim no contexto da maternidade investigada é necessário implementação de capacitação dessas profissionais em relação à temática das drogas, de acordo com suas necessidades específicas, através de educação permanente em saúde para saberem lidar com essas dimensões minimizando suas dificuldades e atuando de maneira mais segura na redução de danos e aumento de estratégias de prevenção.

Também é imperativa a necessidade por parte dos gestores de saúde articulação e estruturação de redes de apoio, para os profissionais direcionarem essas mulheres usuárias de drogas para o cuidado humanizado e integrado, pois mesmo diante das dificuldades encontradas, a equipe de enfermagem assume responsabilidades na atenção as mulheres usuárias de álcool e outras drogas.

Referências

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. Sujeito, **intersubjetividade e práticas de saúde. Ciência e Saúde coletiva**. Rio de Janeiro, n. 1, v.6, p.63-72, 2001.

Araújo, Anne Jacob de Souza. **Vulnerabilidades de gestantes envolvidas com álcool e outras drogas** / Anne Jacob de Souza Araújo. – Salvador, 2014.89 f.

BERARDINELLI, Lina Márcia Miguéis et al. **Cronicidade e Vulnerabilidade em saúde de grupos populacionais: Implicações para o Cuidado**. Rev. enferm. UERJ, Rio de Janeiro, out/dez 2010.

BRANCO, Fernanda Matos Fernandes Castelo de, SOBRINHO, Lorena Beatriz de Jesus, SOUSA, Lucinalva Maria de, et al. **Atuação da equipe de enfermagem na atenção ao usuário de crack, álcool e outras droga**. Health Sc Inst. 2013;31(2):161.

BARCHFONTAINE, Christian de Paul de; ZOBOLI, Elma Lourdes Campos Pavone. **Bioética, Vulnerabilidade e Saúde**. Aparecida: Ideias & Letras, Centro Universitário São Camilo; 2007.

GIRONDI, Juliana Balbinot Reis, BACKES, Marli Terezinha Stein, ARGENTA, Maritê InêZ, MEIRELLES, Betina Hörner Schlindwein, SANTOS, Sílvia Maria de Azevedo dos. **Risco, vulnerabilidade e incapacidade: reflexões com um grupo de enfermeiras**. Revista eletrônica de enfermagem, 2010;12(1):20-7.

Nichiata LYI, Bertolozzi MR, Takahashi RF, Fracolli LA. **A utilização do conceito “vulnerabilidade” pela enfermagem**. Rev Lat Am Enfermagem. 2008; 16(5):923-8.

OLIVEIRA, Jeane Freitas de; MACCALLUM, Cecília Anne; COSTA, Heloniza Oliveira Gonçalves. **Representações sociais de agentes comunitários de saúde acerca do consumo de drogas**. Revista da Escola de Enfermagem da USP vol.44 no.3, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Jeane Freitas; PAIVA, Mirian Santos; VALENTE, Camila Motta Leal. **Ainterferência do contexto assistencial na visibilidade do consumo de drogas por mulheres**. RevLatino-am enferm. v. 15, n. 2. mar/abr. 2007.

PAIVA, Vera, AYRES, José Ricardo, BUCHALLA, Cassia Maria. **Vulnerabilidades e Direitos Humanos- Prevenção e Promoção da saúde: da doença a cidadania**. Livro I/Curitiba: Juruá, 2012.

SOUZA, Márcia Rebeca Rocha de. **Repercussões do envolvimento com drogas para a saúde de mulheres atendidas em um CAPSad de Salvador - BA**. [Dissertação de mestrado]. Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia. 123f. Salvador, 2013.

SOUZA, Juliana Nery de; BERTOLOZZI, Maria Rita. **A vulnerabilidade à tuberculose em trabalhadores de enfermagem em um hospital universitário**. Revista Latino Americana de Enfermagem, vol. 15, num. 2, março- abril, 2007, Universidade de São Paulo, Brasil.

SANTOS, José Luís Guedes; VIEIRA, MarianA; ASSUITI, Luciana Ferreira Cardoso; GOMES, Doris, MEIRELLES, Betina Hörner Schlindwein ; SANTOS, Silva Maria de

Azevedo dos. **Risco e vulnerabilidade nas práticas dos profissionais de saúde.** Rev Gaúcha Enfermagem Porto Alegre (RS) 2012 jun;33(2):205-212.

SUEHIRO, Adriana Cristina Boulhoça; SANTOS, Acácia Aparecida Angeli dos; HATAMOTO, Clarice Tsuguico; CARDOSO, Marcelo Moraes. **Vulnerabilidade ao estresse e satisfação no trabalho em profissionais do Programa de Saúde da Família.** Bol. psicol v.58 n.129 São Paulo dez. 2008.

VAL, Luciane Ferreira do; NICHATA, Lucia Yasuko Izumi. **A integralidade e a vulnerabilidade programática às DST/HIV/AIDS na Atenção Básica.** Rev Esc Enferm USP 2014

PARA ALÉM DAS NARRATIVAS BIOGRÁFICAS DAS MULHERES DOCENTES DA UFS E DA UP: UM ESTUDO INTERCULTURAL DE GÊNERO

Suzana Mary de Andrade Nunes¹

*Faculdade Estácio de Sergipe e Secretaria do Estado da Educação – SEED ;
suzanamary@hotmail.com*

Resumo: Esta comunicação apresenta uma análise crítica e intercultural do trabalho docente na educação superior de Portugal e do Brasil, mais especificamente, das mulheres que ocupam o cargo de docência na Universidade do Porto e da Universidade Federal de Sergipe. Para tanto, realiza-se uma investigação com abordagem Qualitativa, a partir do recolhimento de narrativas biográficas de Histórias de Vida, a fim de apontar semelhanças e diferenças entre as realidades analisadas. Privilegia-se o espaço institucional no campo educacional, uma vez que a coleta dos dados delimita à docentes atuantes do programas de Pós-graduação em Educação no sentido de pontuar percursos de formação/qualificação profissional, os desafios e conquistas das mulheres, através da inserção e ascensão no mercado de trabalho em contextos diferenciados e de reconhecimento social no mundo globalizado.

Palavras Chave: trabalho docente, narrativas biográficas, mulheres, Universidade do Porto, Universidade Federal de Sergipe.

1 Membro do Comitê e do Grupo de Estudos do CNPQ: Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero

Introdução

Esta comunicação é um recorte da tese de Doutorado defendida em 2014 pela Universidade Federal de Sergipe, na qual teve entre as etapas de execução a realização de um Estudo de Caso sobre o trabalho docente na Universidade do Porto em Portugal como Projeto do Estágio de Doutorado Sandwish. Assim, na abrangência das da investigação recorreu-se a técnica e metodologia de Histórias de Vida por meio do recolhimento das narrativas biográficas de mulheres docentes da UFS e da UP, a fim de trazer uma compreensão acerca do trabalho docente da educação superior, mais especificamente, do programa de pós-graduação de ambas instituições, bem como, apresentar diferenças e semelhanças entre as instituições estudadas diante das singularidades histórico-sociais que (re) produzem as culturas.

Pretende-se nesta comunicação construir um perfil das trabalhadoras docentes da UFS e da UP no sentido de apontar relações entre as escolhas realizadas no processo de formação/qualificação profissional, inserção e ascensão na carreira profissional com as mudanças econômicas, sociais e políticas da sociedade portuguesa e brasileira, que, por sua vez, repercutiram, incisivamente, no cenário populacional da educação superior, a partir da década de 80 do século XX. Este período é marcado por intensas mudanças no cenário globalizado no que tange ao unilateralismo capitalista; o fortalecimento do modelo econômico neoliberalista; a atuação dos movimentos de reivindicação social e a política consensualista intervencionista de Estado.

Nas décadas de 80, 90 do século XX, sujeitos são atraídos a realizarem cursos de graduação e pós-graduação por diversas e diferentes motivações: ascensão econômica social e política; complementaridade dos estudos já iniciados; atenção às exigências das instâncias privadas e públicas de mão de obra qualificada; realização e reconhecimento pessoal e profissional, dentre outras.

As mulheres instigadas pelo ativismo ou por ideologias propagadas por correntes feministas em consenso com os interesses neoliberais e de Estado disseminadas na sociedade procuram as instituições de educação superior também para obtenção de melhores salários e na expectativa de torná-los mais equânimes aos salários dos homens; ocuparem espaços absorvidos pela mão de obra masculina em mesmas condições de desempenho de funções e cargos de prestígio disponibilizados nas instituições públicas e privadas.

O processo investigativo levou em consideração a visão de interculturalidade no sentido da construção identitária em que o poder e resistência norteiam

as análises, reflexões e compreensão do fenômeno associado ao olhar investido por traços de subjetividade sob o anteparo da visão política de identificação coletiva apreendido no processo de formação, qualificação pessoal e profissional em um dado contexto social.

A aproximação com outras culturas adensa a construção de uma identidade híbrida em suporte com forças ambivalentes de contextualização política oriundas de marcadores contextuais, geracionais e sociais. Estes aspectos, em conexão, sinalizam para particularidades comparativas, na qual simboliza o olhar crítico entre realidades diferentes, de modo que se evidenciem avanços, retrocessos e ausências das estruturas transicionais e de (re) produção cultural, privilegiando a evidência de semelhanças e de diferentes pontos de vista.

Para o desenvolvimento temático, a comunicação foi dividida em duas sessões: a primeira intitulada “Teoria e prática feminista, um campo de consensos e exceção do estado democrático”. Nesta sessão apresenta o olhar dos estudos de gênero sobre a realidade investigada, a fim de apontar desafios e conquistas das mulheres no mundo do trabalho e, por sua vez, trazer a compreensão acerca do enfrentamento frente à reprodução da cultura patriarcal ora maquiada por traços de inovação. Na segunda sessão apresenta-se as narrativas biográficas das docentes da UFS e da UP no sentido de destacar as semelhanças e diferenças do percurso de formação e qualificação dessas mulheres, efeito das políticas públicas implementadas pelos dois países em ressonância com a (inter)culturalidade globalizada e local. Essa sessão é intitulada “Narrativas das mulheres docente brasileiras e portuguesas sob o olhar intercultural de gênero”.

Literatura feminista no campo de consenso e exceção do estado democrático

A crise econômica desde 2008 enseja uma mudança nas práticas políticas de austeridade dos gastos públicos, após uma onda de financiamento para estimular o consumo da população como bandeira de promoção ao bem-estar vigente pelo estado democrático, em conjunção, com a incorporação de direitos sociais e trabalhistas e a intervenção do estado sobre o sistema econômico para atender os interesses de circulação de capital.

A educação superior das universidades públicas passa por novas adaptações expressas pela implementação legal de medidas previstas nos estatutos das instituições. Tanto o ensino como as pesquisas nas universidades se redefinem, de modo que aderem à política de atendimento às demandas do

mercado de trabalho e a política de financiamento com exigência de produção e publicação em revistas de impacto de língua inglesa em detrimento de uma visão reflexiva de produção criativa e crítica do conhecimento. Bauman (2014) assinala que a educação superior enfrenta a crise mais profunda e radical de uma história rica em crises. O autor retoma Giroux para destacar o reverso da política de democratização em consenso com o modelo neoliberalista, da qual as universidades tornam-se instrumentos de mitificação do sistema de livre mercado ““[...] é o único mecanismo que garante a liberdade humana e sustenta a democracia ela própria consequência do já entranhado “déficit educacional” e da onipresente cultura do analfabetismo social e político que o sustenta [...]” (BAUMAN, 2014, p. 169)

A UP nas últimas duas décadas tem passado por um processo de intensas mudanças efeito da política consensualista com os interesses econômicos desde a unilateralidade do capitalismo na Europa. Nesse sentido, ressalta-se a Declaração de Bolonha com a política de competitividade e de adaptação às necessidades do mercado econômico de produção, eficiência e lucratividade das universidades que compõem os estados membros da União Europeia. A educação superior portuguesa alinha-se, de modo que a graduação e pós-graduação passam por reformulação nos cursos e na grade curricular e pedagógica.

Amaral (2011) analisa acerca da política organizacional e afirma “a teoria da dependência de recursos assume que as organizações têm alguma flexibilidade e que seus agentes tomam decisões dentro do contexto interno da instituição para lidar com o ambiente (...)” (AMARAL, 2001, p. 276). Diante do exposto, as faculdades da UP é detentora de uma flexível autonomia de gestão financeira através da incorporação do setor privado veiculado as diretrizes políticas do estado português por meio da política de financiamento do FCT de acordo com o plano de relações com o ocidente europeu e a definição de globalização associado ao sistema neoliberal. É possível a visualização do quadro de recursos humanos da UP com relativa estabilidade entre homens e mulheres entre o período de 2007 a 2010, se bem que os dados de 2013 apontem uma redução no quadro de trabalhadores/as que refletem a política de austeridade portuguesa, bem como a introdução da economia privada com metas expressa de eficiência, rapidez e lucratividade.

Entende-se, portanto, que a inserção das mulheres-docentes como trabalhadoras acadêmicas é reflexo de um processo de transformação e ruptura dos paradigmas políticos e sociais que se encaminha(ra)m desde as extremidades para o centro. Emerge o florescimento de “novas” representações sociais de

ordem discursiva e prática: o **discurso político** compreendido como uma narrativa intencional – implícita e explícita – coercitiva e de poder, bem como, o trabalho feminino compreendido a partir do pensamento de uma herança de desafios em que as mulheres se inserem nas academias e conquistam o **empoderamento**, sob o argumento da segunda onda do feminismo tem provocado uma notável revolução cultural, mas a vasta mudança nas **mentalités** (contudo) não tem se transformado em mudança estrutural, institucional. (FRASER, 2010, p. 13).

Pesquisas realizadas no início do século XXI comprovam que as mulheres adentraram em instituições educacionais e já são consideradas em termos quantitativos mais instruídas e mais diplomadas do que os homens “[...] praticamente em todos os níveis de escolaridade e em todos os países: ponto de convergência entre países de capitalismo avançado (Norte) e países semi-industrializados (Sul). Assiste-se ao desenvolvimento de um polo composto por mulheres executivas e profissionais com diplomas de nível superior. Esse polo, que se constituiu, sobretudo, a partir dos anos noventa representa ainda uma porcentagem muito reduzida, mas em desenvolvimento.” (HIRATA, 2010, p. 46).

A UFS, nas duas últimas décadas, passa por um processo de ampliação física e de reordenação do projeto pedagógico e curricular nos cursos de Bacharelado e Licenciaturas em atenção à política federal expansionista da Educação Superior². Com isso, surge a necessidade de abrir editais para concursos de docência de âmbito nacional, de modo que a instituição passa acolher docentes com experiência de outras regiões do país, sobretudo, de instituições das regiões sul e sudeste consagradas pelo investimento na pesquisa e pelo repasse de verbas que a viabilizaram-na. Com isso, homens e mulheres qualificados ainda desempregados ou em empregos de menor reconhecimento social e profissional se submetem às normas de editais e concorrem para ocupação do quadro docente em cursos de graduação e, posteriormente, alinhando-se às pesquisas dos cursos de pós-graduação na instituição, através de políticas de financiamento fomentada pelos órgãos federais de financiamento FAPITEC, CAPES e CNPQ.

As políticas redemocratizantes implementadas, mais especificamente, na década de 80 do século XX são resultado de um conjunto de reivindicações

2 Os estudos apontam que a década de 80 e 90 do século XX foi um período marcado pelo sucateamento das universidades públicas; após a primeira década do século XXI é implementada a política de ampliação das universidades com a finalidade de atrair a população para educação superior pública e privada.

impresas pela luta e conquista dos movimentos sociais em conformidade com os interesses econômicos frente à instabilidade econômica, a reestruturação produtiva, flexibilização da legislação trabalhista, precarização do trabalho/a (CRUZ, 2012, p.13). Neste sentido, apontam para o modelo econômico neoliberal e a promoção de mudanças comportamentais, atitudes, valores e mentalidades da sociedade, de modo que atinjam, proficuamente, a vida dos sujeitos que passam a sentir-se contemplados ao acesso à educação superior, à inserção do mercado de trabalho e, por conseguinte, a ascensão social, política e econômica por meio do processo de formação e qualificação profissional legitimado pelas instituições de educação superior.

Nasce, conjuntamente, às condições econômicas e a política de governo dos dois países iniciativas para o fortalecimento da democratização do espaço educacional em que pese à inserção de novos grupos nas instituições educacionais, anteriormente, impossibilitados a adentrarem nesse universo institucional, criando demandas e ofertas destinadas a categorias de gênero, etnias, geracional, religioso, entre outros. Com isso, as instituições sofrem intercorrências entre a sua funcionalidade no atendimento das demandas e os objetivos institucionais em ofertar à população condições que venham assegurar, na prática, o que os discursos exaltam como um dever do estado a ser prestado para população. Esta posição ora defendida ora criticada, historicamente, por intelectuais e educadores entra em confronto com o pensamento da sociedade, uma vez que as universidades têm sofrido revezes ideológicos ao longo da história, efeito das mudanças ocorridas no cenário político-econômico.

Narrativas das mulheres docente brasileiras e portuguesas sob o olhar intercultural de gênero

O recolhimento das narrativas biográficas das mulheres docentes, nessa comunicação, passou por critério de seleção temática, de modo que houve uma redução da amostra que constituiu a obra original. Nesse sentido, a amostragem é composta de três mulheres docentes da UFS e da UP – integrantes no quadro ativo e efetivo destas universidades analisadas na categoria de carreira regulamentada institucionalmente; membro no programa de pós-graduação com projetos de pesquisa em execução pelas agências de financiamentos dos países de origem.

Essa sessão trata do processo de formação e qualificação da docência da educação superior sob a perspectiva das mudanças ocorridas nos cenários

sociais, econômicos e políticos, a fim de apontar a introdução do capital econômico na educação superior, maculando os princípios de imparcialidade e de imunidade às influências externas na transmissão e produção do conhecimento em prol de interesses de relevância social. Assim, as narrativas biográficas das mulheres docentes da UFS e da UP destacam a intrigante condição de produtor do conhecimento sob as exigências do mercado neoliberal.

Magalhães (2004) assinala que a educação superior passa por um processo de redefinição de contornos pós-instauração da política de igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres em consonância ao pensamento político do mundo globalizado. Para tanto, a adequação às exigências que vão se configurando na composição da geopolítica do ocidente europeu e americano com as suas diferenças e semelhanças a acessibilidade ao mercado de trabalho de uma mão de obra qualificada “Portugal está a começar a lidar com problemas derivados do desemprego de graduados do ensino superior, mas sem ter ainda a percentagem de graduados que pode ser identificada nos países mais desenvolvidos na União Europeia” (MAGALHÃES, 2004, p. 223).

As narrativas biográficas das docentes da UFS e da UP pontuam que seus pais não tinham o ensino superior e que elas foram as primeiras mulheres da família a terem acesso à educação superior e possuem a titulação de Doutorado, além disso, são pioneiras na carreira acadêmica, uma vez que não teriam um modelo familiar ou próximo para se espelharem.

As evidências das mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas neste período devem, contudo, serem cruzadas, nessa comunicação, devido a opção metodológica em delimitar o recolhimento e a análise das narrativas das docentes das áreas humanas, segundo pesquisas realizadas³, tanto os números como as informações apontam como um reduto, ainda, feminino, enquanto as áreas das exatas e tecnológicas permanece consagrado, majoritariamente, masculino.

O processo investigativo evidencia a presença, eminente, da figura feminina branca na faculdade da UP, enquanto no departamento da UFS as desigualdades passam por um processo de reconfiguração com a insurgência de novos

3 Mulher, Política e Educação – SBC - Sociedade Brasileira de Computação. (BORIN, J.F. Mulheres na Computação: iniciativas internacionais. Veja como o mundo está mobilizado em trazer as mulheres para a Computação. vol. 2, nº1 – abril 2009/SBC Horizontes/14).

A publicação do New York Times de 8 de março de 2011 especifica um quadro de evasão das mulheres nas áreas da matemática, das engenharias, após a década de 80 do século XX (período em que se evidenciou uma demanda grande de mulheres nestes cursos), ao passo que aponta que as mulheres que adentram nestas áreas têm características interessantes e diferentes aos homens.

critérios de segregação e homogeneização no que diz respeito as escolhas de cursos após a implementação da política de cotas, se bem que haja uma correspondência entre a demanda das classes abastadas e das menos abastadas, efeito de uma política educacional de base que escamoteia a meritocracia e que legitima o legado liberal de igualdade de oportunidades, posto as diferentes condições de recursos. Em consequência, a formação e qualificação profissional insiste na continuidade do processo de ofertas sectárias daquelas/es que ascenderam profissionalmente como docentes da educação superior. A narrativa da docente 3 da UP reitera o posto:

Pronto, eu por oito anos trabalhei como educadora e resolvi fazer faculdade, que foi o primeiro ano que existiu este curso em Portugal e que existiu também no Porto, portanto, eu sou desta primeira turma, 1986, e o estudo na faculdade nesta altura era um bacharelado e, portanto, esta era a forma de se ter um curso superior e no final desta Licenciatura eu sou convidada para trabalhar na UP, nesta faculdade. Portanto, é um contexto muito particular português, muito particular no campo da formação de professores e de profissionais em que o corpo docente não é suficiente para assegurar o trabalho e, por isso, eu entro numa condição de professora convidada e a título, absolutamente, sazonal, eu entro na qualidade de assistente e durante já não sei exatamente quantos anos, o meu trabalho efetivo é como assistente. (Docente 3 da UP).

As narrativas sinalizam para ausência de um planejamento com objetivos claros e estratégias de procedimentos para atingir um determinado fim. Este aspecto reflete uma geração que se ressentia das intensas mudanças ocorridas em um período histórico definido como ausência de uma inscrição simbólica. Conforme narrativa da Docente da UP ela se encontra em uma categoria da carreira docente controversa a função que ela exerce e a legislação do estatuto da carreira docente, uma vez que Portugal passou por um processo de regulação no ano de 2012, na qual todos os docentes universitários deveriam ter a titulação de doutoramento conferido à categoria de 'docente associado' logo da sua contratação como efetivo da UP. Até esta data, a UP não tinha, claramente, um único mecanismo de inserção no quadro de docência.

Portugal, após 25 de abril de 1974 vivencia um período 'pós-revolução' tendo a educação superior um instrumento para promover o processo de

democratização, assim, as políticas públicas implementam a ampliação de curso(s) e faculdades.

As narrativas das docentes da UP sinalizam para uma tradição acadêmica em que o mestre encaminha os discípulos, posto que os concursos como prêmio meritocrático não era um único mecanismo institucional para inserção e ascensão na carreira docente.

E um percurso diversificado, na medida em que eu entrei como assistente nesta casa (UP) em 1986, vinha de uma outra universidade, onde tinha estado dois anos e meio e não tinha uma experiência em todo aspecto gratificante, em alguns aspectos, sim, mas noutros, não. [...]. E, portanto, Eu entrei aqui, através de um colega que havia sido convidado a implantar um curso na faculdade. Ele me desafiou a entrar, e eu entrei, já tinha terminado meu mestrado, não aqui, na Inglaterra, e, depois, fiz o Doutorado em Inglaterra (Docente 1 da UP)

Com isso, pode se afirmar, que neste período específico, a inovação seria o encaminhamento de mulheres para desempenhar funções, anteriormente, endereçadas aos homens, ainda, seguindo mecanismos conservadores na admissão do quadro docente em instituições de educação superior como narra a docente 1 seguida pela narrativa da docente 1 da UP “Eu entrei no momento em que uma maioria era masculina, presenciei esta mudança, silenciosa, mais ou menos, porque não foi debatida e não foi recusada: elas têm melhores classificações, elas têm melhores qualificações, elas têm bons currículos e, elas entram, e entraram pelos concursos.” (Docente 1 da UP).

A Docente 2 relata como foi sua inserção na UP em 1988:

Eu trabalho, aqui, na universidade desde 1988, foi na altura que eu acabei o curso. Faço parte daquela geração de pessoas que acabavam a Licenciatura e entravam, quase, imediatamente, para docência, primeiro como monitora e, depois, enfim, ia progredindo na carreira. Portanto, na altura, a carreira iniciava com assistente de estagiário, o que significa que as pessoas entravam após a Licenciatura; hoje em dia, como sabe, é completamente diferente a carreira faz-se após o Doutorado. [...], quando eu concorri para associada no departamento do curso que eu me graduei, não

passei, concorri, depois, para este curso e fiquei no quadro como professora associada e fiz agregação, e quem sabe um dia, agora por diante, não depende de mim, a partir de séries de concursos e de vagas para galgar professora catedrática, [...] (Docente 2 da UP).

As docentes da UFS, após constituição de 1988, só puderam ser inseridas no quadro efetivo da UFS, através de concursos públicos a nível nacional⁴. Contudo, a partir das narrativas das docentes 1 e 2, apreendem-se mecanismos subjetivos favoráveis ou não a admissão da/o trabalhador/a docente em instituição de educação superior em território nacional, uma vez que outras prioridades são adicionadas aos critérios de avaliação para admissão profissional e vigência do contrato de trabalho. A docente 1 afirma não ter passado no concurso destinado a preencher duas vagas; ela passou em terceiro lugar, mas, por motivos institucionais abre a terceira vaga e ela é convidada para assumir o cargo; enquanto a docente 2 narra que passou no concurso em segundo lugar em um concurso destinado a preencher uma vaga e, por isso, não foi convocada assumir o cargo. Contudo, em um curto espaço de tempo, foi aberto um novo edital para um novo concurso para preencher outra vaga. A docente reivindica o direito de segunda colocação no concurso e recorre às instâncias jurídicas, uma vez que institucionalmente era-lhe negado o direito legal de ter passado no segundo lugar.

Assim, narram as Docentes 1 e 2 da UFS:

Eu fiz concurso para uma vaga em Recife para ser professora lá, mas eu passei em terceiro lugar e só tinha duas vagas aí não deu. O colega de Pernambuco tinha contatos com a UFS e ele viu que, aqui, tinha um edital aberto para concurso e ele me comunicou “Olha! Abriu um edital na universidade de Aracaju!” e eu me inscrevi pela internet. Fiz o concurso e passei, quando eu estava de mala arrumada surgiu outra vaga para Recife e eu podia assumir o terceiro lugar e o meu colega me avisou para eu assumir a vaga, mas eu disse “não, eu vou para Aracaju” e eu preferi por Aracaju. (DOCENTE 1 – UFS).

4 No capítulo VII da Administração Pública art. 37 item II da carta constitucional prevê “o cargo ou emprego público depende da aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego...”.

Então, eu fiz o concurso para universidade, eu passei no segundo lugar com diferença de quatro décimos do primeiro colocado. Aquilo para mim foi uma vitória porque eu dissertei os vinte pontos que foi sorteado, e aí começou uma parte difícil da minha vida profissional, que foi este concurso. Eu passei em segundo lugar, a primeira colocada foi chamada; somente tinha uma vaga. E depois foi aberto outro concurso, enquanto não podia porque eu não tinha sido chamada e aí começou um processo jurídico meu contra a universidade porque fizeram mil safadezas comigo; arrancaram a página do livro do protocolo para dizer, exatamente, que eu não tinha me apresentado e eu não tinha como provar. Eu entrei com o recurso no departamento, mas no departamento eu perdi; o pedido era para não ter um novo concurso e eu perdi. Entrei no Centro e no Centro eu ganhei. [...], eu ganhei para o Cônsul/CONEP e eu fui chamada para assumir; eu assumi e foi um período muito tenso que cada hora eu vinha para aqui montar as minhas aulas e tudo, só por um mês. Um mês depois, o Reitor recebeu uma convocação da Justiça mandando que eu me retirasse e eu precisei assinar a minha demissão da universidade. [...]. enfim, foi para o Supremo Tribunal... Eu digo que eu sou a professora concursada mais garantida, eu sou concursada e sofri estas coisas e aí veio o parecer de Setúbal Pertence depois de cinco anos que eu fui afastada e eu voltei à universidade em 5 de abril de 1995 (DOCENTE 2 – UFS).

A Narrativa da Docente 2 da UFS aponta para aspectos que desabonam as condutas profissionais, embora se compreenda que reflete atitudes dos sujeitos humanos em sociedade em que enseja, segundo Bauman (2001; 2014) uma ‘cegueira moral’ voltada para os interesses individuais em detrimento do coletivo não somente apreendido na sociedade brasileira, mas que tem sido objeto de estudo, análise e crítica de estudiosos sobre o assunto. A ausência de um projeto de estado privilegiando a visão coletiva naufraga no tempo e no espaço designada de modernidade líquida, por conseguinte, a falta de credibilidade nas instituições brasileiras torna fragilizada a noção de bem coletivo na manutenção de regras que normatizam a sociedade em prol aos interesses individuais e de um determinado grupo na vigência do poder.

Conclusão

Destaca-se a relevância do tema abordado nesta comunicação ao passo que sugere para realização de futuros estudos sobre a docência da educação superior, sob o olhar da interculturalidade de Gênero, uma vez que aspectos da globalização sinalizam para semelhanças e diferenças no que tange ao modus -operandi das universidades reflexo da cultura que norteia as mentalidades e comportamentos dos sujeitos acadêmicos. Além disso, posto em foco as questões de gênero dentro de uma política neoliberalista, é possível se perceber versões antagônicas e contraditórias que ensejam crises internas oriundas das políticas de governo e aos interesses neoliberalistas que no primeiro momento apontam para conquistas feministas, embora maquiada por preconceitos e discriminação que levam a desigualdade social por parte das mulheres.

Tanto a literatura de Gênero em interface com a realidade apresentam, concomitantemente, um estado de exceção e direito no tocante a inserção das mulheres nas instituições de educação superior tangenciada por uma política de controle do estado brasileiro e português, reforçada pela cultura patriarcal que norteiam as mentalidades e comportamentos da sociedade que mediante uma visão naturalizada das escolhas e oportunidades não percebem que destinos são traçados para que sujeitos femininos se perpetuem em funções inferiores aos homens, por conseguinte, a aquisição de salários e reconhecimento meritocrático desiguais.

Agradecimento

Finaliza-se, agradeço AA minha orientadora Maria Helena Santana Cruz e as docentes da UFS e da UP, em especial, Helena Araújo da UP, que disponibilizaram suas narrativas biográficas, bem como a agência de política de financiamento da CAPES que financiou o Estágio de Doutorado Sandwich, em Portugal, no qual resultou a efetivação de mais um estudo sobre o trabalho docente na educação superior na UFS e na UP .

Referências Bibliográficas

AMARAL, A. **Tendências recentes dos sistemas de avaliação do ensino superior na Europa**. Sisifo: universidade de Lisboa, 2010, vol. 12, p. 51-62.

ALBERTI, V. **História Oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro/RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

BAUMAN, Zigmunt. Cegueira Moral: A Perda Da Sensibilidade Na Modernidade Líquida. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 2014.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 2001.

FRASER, N. “Que é crítico na teoria crítica”. Drucila Cornell (org.). In: **Feminismo como crítica à Modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987.

_____. Feminist Politics in the Age of Recognition: A Two-Dimensional Approach to Gender Justice. In: *Studies in Social Justice*, V. 1, nº 1, 2007, p. 23-35.

_____. O Feminismo, o Capitalismo e a Astúcia da História. In: **Mediações**, Londrina, v.14, nº 2, jul/dez 2009, p. 11-33.

SGUISSARDI, Valdemar. “A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva”. MANCEBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. (Orgs.). In.: **Universidade: Políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 33-51.

_____. **Universidade Brasileira no século XXI**: desafios do presente. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

_____. Reforma da Educação Superior: a produção da ciência engajada ao mercado e de um novo impacto social. DOURADO, L. F.; CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. (orgs.). In.: **Políticas e Gestão da Educação Superior**: transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã; Goiania: alternativa, 2003, p. 53-80.

TEIXEIRA, P; NEAVE, G. **Alberto Amaral um Cientista**: entre a Academia e a Ágora. UP, 2011.

BIANCHETTI, L. Desafios e Dilemas da Gestão e da Avaliação da Pós-graduação. BIANCHETTI, L.; SGUISSARDI V (orgs.). In.: **Dilemas da Pós-Graduação**: gestão e avaliação. Campinas: Autores Associado, 2009, p. 2 – 12.

A MULHER NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Autor: Sylvania Oliveira Chagas
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
profa_chagas@hotmail.com;

Co-autor: Joelma dos Santos Lima
Universidade Federal de Sergipe
joelmaslima65@gmail.com

Co-autor: Tatiane Aragão Silva
Faculdade Pio X
tatiaragao2010@gmail.com.

Houve avanço na contratação da mão de obra feminina no mercado de trabalho, mediante este progresso as mulheres passaram por diversos fatores, os quais muitas delas vivenciaram e ainda vivenciam. Elas começaram a se envolver no período neolítico, com as definições de papéis, tendo a função reprodutora e cuidadora, enquanto o homem com a função de autoridade do lar. Apesar desses posicionamentos, conforme foram passados os séculos, a mulher deixa de ser apenas aquela responsável pelo papel de reproduzir e cuidar. Foram em busca de novas oportunidades no mercado de trabalho principalmente na construção civil para suprir as necessidades familiares. Infelizmente neste período houve guerras comprometendo diretamente o sexo masculino onde a construção civil e outras empresas diminuíram a mão de obra do sexo relatado anteriormente. Com a carência da mão de obra masculina a construção civil e outras empresas promovendo de forma irredutível à contratação da mulher no mercado trabalho, as quais substituíam seus maridos que estavam mortos ou impossibilitados após a guerra, exercendo seus trabalhos em funções diversas para sustentar a familiar. Sabemos que as mesmas enfrentaram dificuldades, ao entrarem no mercado de trabalho tendo que trabalhar mais e receber menos que os homens, pois elas eram vistas como sexo frágil. Realmente a mulher por ter conseguido superar com eficácia estes

desafios no ambiente de trabalho, exigem discussão a fim de minimizarem preconceito e desigualdade entre os gêneros. Visto que as iniciativas das lutas feministas surgiram propósitos de quebrar estes paradigmas existentes perante a sociedade que apesar do pensarem que a mulher é apenas um sexo frágil, estão equivocados quando na verdade elas tem capacidade e competência comprovadas em estatísticas nas pesquisas que elas podem e devem assumir qualquer cargo considerado antes pelo sexo oposto. As pesquisas revelam também que elas são capazes de desempenharem seu papel no âmbito familiar dando o máximo e buscando constantemente o crescimento tecnológico, financeiro. Este estudo de casos tem como objetivo: Elevar o alto estima das mulheres no seu espaço, tanto familiar quanto no ambiente de trabalho. Demonstrar que elas podem realizar os seus sonhos bastam querer e buscar os requisitos necessários para o tal. Saber que é fundamental se profissionalizar e colocar em prática na vida cotidiana.
Construção Civil; Mercado de Trabalho; Mulher.

Introdução

A frequência das mulheres no mercado de trabalho tem crescido significativamente nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 1970.

Mostraremos o percurso metodológico da investigação. Dando maior prioridade aos anos de 1970, período da reestruturação produtiva no contexto brasileiro.

Voltamos ao passado na história do trabalho feminino para evidenciar os aspectos de mudanças e de permanências em relação ao trabalho das mulheres,

Também com a temática; descrevemos o cenário o qual as mulheres tiveram que se submeter para poder chegar até onde conquistaram, bem como, as principais características referentes a esta mão de obra feminina, tais como, a idade, a escolaridade e o número de filhos entre outros.

No decorrer do presente trabalho trataremos à discussão sobre algumas considerações de como se expressam as relações de gênero na construção civil, dando ênfase de como a constituição social do masculino e do feminino tem influência sobre a atuação dos profissionais deste setor, principalmente, sobre o desempenho das atividades das mulheres.

Na seção seguinte, discorreremos sobre a categoria trabalho sob uma perspectiva de gênero.

Tratamos sobre as expressões da divisão sexual do trabalho na construção civil. Destacamos como as trabalhadoras conciliam as suas funções nas esferas produtivas e reprodutivas. Levantando, ainda, algumas questões sobre a participação das mulheres no sindicato de sua categoria e sobre o assédio sexual.

A pesquisa evidencia a divisão sexual existente no trabalho, na construção civil repercutindo diretamente no ingresso e no seu permanecer no trabalho nessa área e em vários setores.

Parte histórica (aspecto geral)

Desde o período neolítico (em 8.000 a 4.000 anos atrás), começaram as definições de papéis, havendo uma divisão comportamental e social. A partir daí as mulheres começam a ter a função reprodutora e cuidadora, já o homem com a função de autoridade do lar. (chefe da família).

Com a consolidação capitalista no século XIX, o avanço da tecnologia e crescimento maquinário, ocorreu mudanças em relação ao trabalho feminino

com o aumento da produção, as mulheres começaram a ocupar cargos antes ocupados pelo sexo masculino, porém tendo seus salários inferiores. A remuneração das mulheres era muito inferior aos dos homens, apesar de fazerem o mesmo serviço. Em prol desse questionamento, surgem no século XIX lutas feministas, por melhores condições de trabalho, reivindicações trabalhistas, igualdade na jornada de trabalho e direito ao voto.

Apesar das mulheres conseguirem entrar nas profissões de formação intelectual ainda no século XX, profissões em cargos de chefia e militares ainda era restrito as mulheres.

No Brasil no período da república as mulheres como da população já faziam serviços, porém não eram valorizados sendo apenas responsáveis pela manutenção doméstica familiar.

Na indústria sua participação ainda era significativa, contudo nas regiões que sofreram influência no processo de modernização como São Paulo em 1920, na área têxtil, a atuação feminina era superior à masculina, já no Rio de Janeiro as mulheres tinham espaços em todas as áreas industriais.

Em 1920 a 1930, ocorreram muitos avanços nas indústrias no Brasil, porém em 1970, a mulher começou a ingressar ao mercado de trabalho de forma acentuada. Mas ainda com atividades relacionadas aos serviços hospitalares como enfermeiras e atendentes e também em outras áreas como professora, serviços domésticos, comerciaria e uma pequena parcela na indústria e agricultura.

Na década de 60, a sociedade colocava o homem como aquele que sustentava e dava conforto à família, porém a mulher era educado com o objetivo de reprodução e cuidados domésticos, não era função da mulher trabalhar. Quando uma mulher trabalhava para ajudar no sustento da casa, somente como preparadora de alimentos ou doces, para encomendas, bordados e outros trabalhos manuais menos privilegiados, apesar de serem trabalhos mal vistos pela sociedade.

A partir da revolução industrial, apareceu o desenvolvimento tecnológico, o crescimento da maquinaria, as Guerras Mundiais e a revolução feminina na década de 70 foi que as mulheres começaram a serem requisitadas em face da escassez da mão de obra masculina, onde os quais se encontravam impossibilitados de assumirem seus antigos cargos, assim as mulheres começam a assumir os postos de seus maridos ou procuravam outro trabalho fora do ambiente doméstico para sustentar os filhos. Oferecendo a elas uma grande oportunidade no espaço na sociedade e no mercado de trabalho.

Com essa escassez, serviços não tão pesados poderiam ser feitos pelas mulheres, deixando de exercer funções de poucos privilégios, obtendo mais valorização em seus trabalhos executados.

Mesmo nos dias atuais existem mulheres que exercem apenas a função do lar, enquanto o homem é responsável pelas tarefas domésticas e criação de filhos. Ocorreu que através do tempo, houve uma troca de valores onde as mulheres assumem cargos superiores, antes ocupados apenas pelos homens.

Além das mulheres terem conseguido esta inversão de valores de cargos superiores em áreas privadas, públicas, jurídicas e até mesmo executivas, as mulheres hoje assumem outros cargos antes ocupados para a população masculina como: mecânico, cobrador de ônibus, taxista e outras profissões que cobram força e resistência física. Apesar dessa inversão a igualdade no mercado de trabalho ainda continua em processo, em face de desigualdade social e o preconceito de ser um sexo frágil.

Em face da questão do diferencial no mercado de trabalho para as mulheres em relação ao homem, iremos mostrar que com o tempo a mulher apesar de aparentar ser um sexo frágil, consegue exercer qualquer função no mercado de trabalho desde um ajudante de pedreiro a uma grande executiva.

No fim da década de 70, movimentos sindicais e feministas trazem mudanças sociais em relação às ocupações das mulheres. Com a desigualdade de classes surge a união dos sexos por melhores condições de vida e a luta sindical pelos direitos da mulher.

Em 1980, surge a Central Única dos Trabalhadores (CUT), onde nasce a bandeira das mulheres ganhando mais força nos movimentos. Ainda na mesma década surge a Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora em prol da democratização das relações de gênero e igualdade jurídica.

Com a instituição da Constituição Brasileira de 1988, surge o marco jurídico que promove a transformação social e superação nos paradigmas jurídica perante o homem e a mulher, desaparecendo parcialmente a ideologia da sustentação masculina.

Mediante essa ruptura surge um novo conjunto de valores, sendo eles ainda em processo de consolidação, os quais são produzidos mediante ao novo direito.

Contudo as normas de proteção às mulheres não reverteram à situação, as quais estabeleceram limites, onde a mão de obra feminina é um problema, no qual faz uma afronta à igualdade, fomentando para os homens concorrência desleal, assim promovendo uma ameaça a autoridade masculina.

Para Louro, (1992, p. 414), “As condições de igualdade deveriam alterar – se, no entanto, a partir do casamento, justamente pela inauguração de um novo estado, o estado conjugal”.

Já na década de 90, o homem deixa de ser chefe de família e a mulher é considerada tão capaz quanto o homem. Nessa década a mulher também conseguiu mais participação no mercado de trabalho, aumento de responsabilidade no comando e viu seu poder aquisitivo e escolaridade reduzirem a desvantagem em comparação aos homens.

Atualmente as mulheres estão com o perfil totalmente diferente do início do século, onde além de assumirem cargos importantes em seus trabalhos, executam seus trabalhos domésticos e de educadora de seus filhos. Porém o crescimento e participação da mulher estão constantes, apesar de existirem ainda preconceitos.

Observando sobre o comportamento das forças feministas no Brasil, lutas essas que ainda estão em processo, ocorreram sempre ganhos e perdas, onde se misturam com os tradicionais e contraditórios requisitos do mercado de trabalho.

Contudo as mulheres hoje vêm tomando um grande espaço na liderança de alguns cargos e antes o que era função masculina de sustentar a casa tornou uma participação feminina.

A inserção da mulher no mercado de trabalho exige uma indispensável discussão a respeito do preconceito e da desigualdade entre os gêneros. As lutas feministas vieram com o âmbito de mostrar que apesar de pensarem que a mulher é um sexo frágil, ela pode assumir qualquer cargo que antes era apenas para homens e ainda consegue fazer seu papel de mãe, esposa e companheira.

Conforme pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2008, em algumas características da inserção das mulheres no mercado de trabalho nas cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, percebem – se que a porcentagem da igualdade era desfavorável comparado aos homens.

Apesar do aumento nas regiões metropolitanas ainda é baixo o nível de ocupação das mulheres no mercado de trabalho.

Com a questão da desigualdade muitas mulheres não contribuem para previdência, sendo que os homens não recolhem um terço, apesar de receberem bem mais que as mulheres. Existem casos de mulheres que trabalham 40 horas semanais e receberem apenas 960,80 por mês, um valor bem inferior ao que corresponde a 71,3%, conforme o IBGE, referente aos salários dos homens.

O mercado de acordo com o IBGE, indicadores mostram que em 2008, que a mulher tem menos condições que os homens, contudo estatísticas não feitas na escolaridade, onde assumem posição de destaque.

A mulher na construção civil

Com a necessidade de suprir a demanda no mercado superaquecido na construção civil, o trabalho feminino assume tarefas antes masculinas destacando-se ao perfeccionismo.

Ao ingressar cada vez no mercado na construção, as mulheres, estão sendo impulsionadas pela escassez da mão de obra masculina e pela crescente demanda das indústrias e das construções civis. Hoje são serventes, carpinteiras, ajudantes de obra, pedreiras, técnica de segurança e engenheira. Com naturalidade se misturam aos homens, realizando tarefas com a mesma eficiência de outro trabalhador.

Conforme o analista de Recursos Humanos (RH) da MIP Edificações Fabricio Antônio Bicalho. No atual cenário econômico na construção civil, percebe-se as escassezes de mão de obra masculina e em contrapartida veem uma ascensão das mulheres nesses diversos setores.

Já Câmara Brasileira da Indústria da construção (CBIC), em pesquisa em 2010, constatou a presença de mais de 200 mil mulheres trabalhadoras de carteira assinada no país, quase o dobro de 2006.

Para Marcio Afonso Pereiras, “as mulheres são atenciosas, detalhistas, cuidadosas ao manusear os equipamentos e se adaptaram bem nesse mercado, que era exclusivamente masculino!”

Em Minas Gerais a Cidade da Solda e Betim, a qual é administrada pela instituição Social Ramacrisna, desde 2005, já formou 23 mulheres através dos cursos de soldagem e maçarico, com foco em atender o mercado de trabalho.

Segundo, Marcos Vinicius da Silva, “instrutor de processos de soldagem de Betim. “A procura das mulheres pelo curso de soldagem cresceu e a participação feminina nas salas de aula que fica em torno de 40% a 50%”.

Segundo fonte do Ministério do Trabalho e Emprego em 2011, 1,41 milhões de mulheres ingressaram no mercado formal pela primeira vez, já em 2010, foram 1,32 milhões sido contestadas, conforme Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Para a Relação Anual de Informação Social (RAIS) da TEM em 2002, o mercado de trabalho contava com 11.418.562 mulheres trabalhando, já em 2011, passou para 19.206.197 em face da demanda das mulheres na Construção Civil.

Porém nada começou assim de uma hora para outra, com o interesse das mulheres no mercado de trabalho começa desde os anos 70, com as mudanças qualitativas, as mulheres começaram a adquirir posto de trabalho que só eram exercidos por homens, porém além de ser um privilégio, além do alto crescimento, muitos continuaram na informalidade.

Construção civil: um espaço para as mulheres?

O conceito de sexo está atrelado a Conforme Rachel (2013) mediante a tantas construções, era muito comum as mulheres serem solicitadas, somente para fazer a limpeza do ambiente, enquanto os homens faziam o serviço que era considerado só para o sexo masculino.

Para a redução dos gastos nas obras e tendo em vista a falta de mão de obra que se apresentava ao setor, os empresários resolveram contratar a mulheres para executar várias atividades, porém recebendo um salário inferior.

No tocante à presença feminina na construção civil, dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 2011, mostra que, no Brasil, o número de trabalhadoras neste setor cresceu 65% em uma década. Em 2000, eram pouco mais de 83 mil entre 1,094 milhão de pessoas empregadas pelo setor. Em 2008, esse número subiu para 137. No primeiro bimestre do ano de 2010, o total de 258 mulheres conseguiu emprego na construção civil, ocupando 5,9% das vagas geradas no setor nesse período nas áreas Indústria; Construção; Comércio; Serviços prestados; Administração Pública; Serviços Domésticos; entre Outros Serviços.

Para as mulheres, este setor produtivo constitui-se um desafio, no entanto, o trabalho feminino na construção civil significa uma possibilidade de autonomia e reconhecimento social por tratar-se de exercer uma atividade remunerada e exterior ao âmbito doméstico.

Em geral as mulheres fazem os trabalhos que são considerados mais leves, enquanto para os homens ficam com os trabalhos mais pesados e que exigem mais esforço.

Para as empresas ao contratar a mão de obra feminina surtiu um ponto positivo que é o de inclusão e minimizando assim o preconceito a entrada da mulher no mercado de trabalho.

Segundo Rachel (2013), tal fato acaba por definir os trabalhos a serem desenvolvidos pelas trabalhadoras limitando, além disso, a contratação delas pelas construtoras acaba por gerar um marketing positivo para tais empresas

frente à sociedade, pois a inclusão das trabalhadoras em um segmento constituído em sua maior parte por homens propicia uma ideia de inclusão social e de combate ao preconceito em relação ao trabalho feminino.

Metodologia

Para a produção científica utilizou-se também do método dialético, em razão de que, o estudo foi desenvolvido com maleabilidade, não se restringindo a conceitos fixos, rígidos.

Para mais, parte-se o presente trabalho da avaliação qualitativa, vez que faz a análise de acordo com o estudo de referência teórica, não elencando coleta de dados. Quanto ao método de procedimento utilizou-se o histórico.

A técnica de pesquisa adotada foi a indireta e direta com a coleta da pesquisa partiu-se da busca bibliográfica em livros publicados de doutrinadores que tratam do tema em estudo, como também pesquisas de conteúdos da internet, revistas especializadas, artigos científicos, leis e jurisprudências, o que constitui um vasto material, essência para a análise do tema abordado. E direta na pesquisa de campo.

No desenvolver da pesquisa de campo, emergiram discursos associando homens e mulheres a trabalhos diferenciados, a partir da concepção que os sujeitos da investigação têm em relação às características inerentes a cada um dos sexos. O presente trabalho científico utilizou-se dos métodos de abordagem dedutivo com análise de discurso, o dialético e o qualitativo.

Considerações finais

Os estudos apresentaram alguns aspectos positivos e negativos referentes aos gêneros em seu ambiente de trabalho.

Podemos perceber que antigamente os trabalhos que eram designados somente aos homens passaram também a serem atribuídos às mulheres.

Com a entrada das mulheres nesse espaço houve um aumento na produção, pois perceberam que os serviços eram feitos com mais zelo e cuidado em relação aos serviços do outro sexo.

Para as mulheres, ingressar neste mercado de trabalho tão competitivo tornaram-se mais valorizadas e muito mais orgulhosas por estarem exercendo uma atividade que era atribuída somente aos homens.

O trabalho na construção civil viabilizou o acesso destas trabalhadoras aos bens e aos serviços que antes eram inalcançáveis para elas, onde muitas construíram sua independência financeira visando o seu bem estar, realizando-se profissionalmente e buscando com dignidade o sustento familiar.

Vimos também o preconceito existente entre os gêneros, já que muitos não aceitam que as mulheres exerçam essas atividades, pois acham que elas não têm capacidade para tal.

Citamos que o trabalho feminino é marcado pela divisão sexual do trabalho. A constituição social do que é ser homem e do que é ser mulher influencia, diretamente, na diferenciação das atividades delegadas aos trabalhadores e às trabalhadoras nos canteiros. Normalmente às mulheres são direcionados aos trabalhos mais leves como, por exemplo, a colocação e rejuntamento da cerâmica e a limpeza. Já os homens são requisitados para trabalhos que necessitam de mais força física e coragem.

O assédio sexual também foi um fato observado durante este estudo. Observamos que os homens que possuem cargos hierárquicos no trabalho buscam obter vantagem ou favorecimento sexual.

Por fim, compreendemos que na construção civil ou em qualquer espaço culturalmente designado aos homens, a presença das mulheres provoca conflitos? Todavia podemos assim dizer, que os canteiros de obras são lugares para atuação das mulheres, assim, percebendo que mudanças precisam acontecer de forma digna. Serão necessárias mudanças nas práticas e valores dos atores sociais, quais serão repensados.

Referências

ABRAMO, Laís. **A situação da mulher latino-americana no mercado de trabalho no contexto da reestruturação.** In: Revista Proposta. São Paulo, n. 88/89 p. 76-93, Março/Agosto de 2001.

BLAY, Eva Alterman. (Org.) **Igualdade de oportunidade para as mulheres: um caminho em construção.** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRITO, Jussara; OLIVEIRA, Simone. **Divisão Sexual do Trabalho e Desigualdade**

nos Espaços de Trabalho. In: A Danação do Trabalho: relações de trabalho e o sofrimento. Rio de Janeiro, Te Corá Editora, 1997.

BRUMER, Anita. **Considerações teóricas sobre a inserção da mão de obra feminina na força de trabalho.** Paris: Université de Paris X, 1987.

_____. **Gênero e Trabalho Feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?** Brasil, 1985 a 1995. In: Seminário Trabalho e Gênero: Mudanças, permanências e desafios. GT População e Gênero Nepo/Unicamp, São Paulo, 1998 a.

_____. **Trabalho das mulheres e mudanças no período 1985 – 1995 /** São Paulo: FCC/DPE, 1998b.

CALIL, Léa Elisa Silingowschi. **História do direito do trabalho da mulher - aspectos históricos-sociológicos do início da república ao final deste século.** São Paulo: LTR, 2000.

_____. **Direito do Trabalho da mulher: a questão da igualdade jurídica ante a desigualdade fática.** 1ª Edição. São Paulo: LTR, 2007.

CUNHA, M. A. **Gênero no trabalho: desemprego exclusão e precariedade.** In: Revista Nete, Belo Horizonte: UFMG, 2000.

GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero.** São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, p. 149, 2004.

_____. Gênero, **Reestruturação Produtiva e Trabalho Feminino.** In: Serviço Social em Revista, V.4, N.2, Jan/Jun. 2002.

FARIA, Nalu; NOBRE, Mirian. **O trabalho das mulheres.** Tendências contraditórias. São Paulo: SOF, 1999.

_____. **O que é ser mulher? O que é ser homem? Subsídios para uma discussão das relações de gênero.** 1º Módulo do Curso Regional Centro-Oeste de

Formação de Educadores e Educadoras em Concepção e Prática Sindical e em Metodologias – Brasília (DF), 06 a 12 de agosto de 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de indicadores sociais – 2009 (Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica – nº27)**. Rio de Janeiro: 1990.

_____. **Síntese de indicadores sociais – 2009 (Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica – nº27)**. Rio de Janeiro: 2010.

_____. **Pesquisa mensal de emprego (Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas – boletim especial –Dia Internacional da Mulher)**. Rio de Janeiro: 2012.

LOBO, E. S. **A Classe Operária tem dois sexos**. São Paulo. Edit. Brasiliense, São Paulo, 1991.

LOURO, Guacira Lopes. **Uma leitura da História da Educação sob a perspectiva do gênero**. In: **Teoria & Educação**. Porto Alegre: Pannonica, nº 6, p. 53-67, 1992.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. **Promoção de igualdade de oportunidades e de combate à discriminação no trabalho**. Brasília: 2009.

_____. **Promoção de Igualdade de Oportunidades e de Combate à Discriminação no Trabalho**. Brasília: 2011.

PULEO, Alicia H. **Filosofia, gênero y pensamiento crítico**. Série Filosofia. Espanha: Universidad de Valladolid, 1999.

_____. **Filosofia e gênero: da memória do passado ao projeto do futuro**. In: Godinho, Tatau; Silveira, Maria Lúcia da(orgs.). Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, p 13-34, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. **Inserção da mulher na força de trabalho brasileira: períodos de prosperidade e períodos de crise econômica no Brasil: 1872-1982**. Rio de Janeiro: In: XVI Congresso Latino – Americano de Sociologia, 1986.

_____. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **Rearticulando gênero e classe social.** In: COSTA, A. O; BRUSCHINI, C. (Orgs.). Uma Questão de gênero. São Paulo; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SANTOS, R. V.; RIBEIRO, E. P. **Diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres no Brasil revisitado: explorando o “Teto de Vidro”.** In: Seminários de Pesquisa, 2006.

SCOTT, Joan W. **O gênero como uma categoria útil de análise histórica.** In: Educação e Realidade, n.2, 1990.

_____. **Gênero: uma categoria útil para los estudios históricos?** In: LAMAS, M. (Org.). El género: la construcción cultural de la diferencia sexual. Cidade do México: PUEG, p. 265-302, 1997.

_____. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos dos homens.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

TÉSIO, PATRÍCIA RINA. **A evolução da engenharia civil no Brasil.** SÃO PAULO. Graduação do Curso de Engenharia Civil da Universidade Anhembi Morumbi. 2007

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL

Tânia Lúcia Farias Dias¹

Fernanda Camila Fonseca Silva dos Santos²

Desde crianças as mulheres aprendem a “se comportar como meninas”, brincam com bonecas para treinar a maternidade, assim como com panelinhas, vassourinhas e demais brinquedos que remetem a atividades reprodutivas, para que, ao crescerem, tenham desenvolvido tais capacidades a elas (pré)designadas. Uma pesquisa realizada pela Organização não Governamental Plan International Brasil em 2014, teve como título “Por ser menina”, e mostrou que desde a infância as crianças do sexo feminino gastam mais tempo com atividades domésticas que crianças do sexo masculino.

Nesse sentido, considerando os estudos de Cisne (2012), o que leva as mulheres a acreditarem serem mais aptas para determinados trabalhos é a educação sexista à qual são submetidas. Segundo a autora, o maior argumento de que a divisão sexual do trabalho não se baseia em preceitos naturais é de que determinada atividade pode ser considerada como masculina em uma sociedade e feminina em outra. É tal naturalização das atividades que determina o que é natural de cada sexo, o que, conforme a autora, torna-se imprescindível no que diz respeito à manutenção da subordinação da mulher no mundo do trabalho. Cisne (2012, p.113) afirma que “a análise da divisão sexual do trabalho permite perceber nuances da exploração capitalista muitas vezes despercebidas devido à naturalização da subalternidade das mulheres nesta sociedade, assim como de papéis por elas desempenhados”.

1 Pós graduanda em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco; tianialfdias@gmail.com

2 Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco; fnsffernanda@gmail.com

Assim, desde a infância as mulheres são socializadas de modo a saberem os lugares que devem (e podem) ocupar enquanto mulher. Entretanto, todos os padrões e comportamentos dados como da natureza feminina, não passam de intencionais construções sociais que moldam, guiam e condicionam o desenvolvimento das mulheres acerca de sua subjetividade, com o intuito de que se comportem ou se sintam de determinada maneira.

A partir das chamadas relações sociais de sexo, as mulheres aprendem que ser mulher implica em ser pessoa cuidadosa e bondosa com os demais; que pertence ao âmbito doméstico e que a sua maior conquista será o casamento e a construção de uma família. Através dessa socialização que reproduz tal ideologia sexista, as mulheres tornam-se responsáveis pelo trabalho doméstico e ligadas ao cuidado, visto que são trabalhos relacionados a características socialmente atribuídas à natureza das mulheres. Conceitua-se, trabalho doméstico, como “um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família - domicílio conjugal e parentela- trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres” Fougeyrollas-Schwebel (2009, p.256).

Diante do exposto, é importante perceber que a divisão sexual do trabalho não ocorre baseada em diferenças biológicas de homens e mulheres, e sim em fatores construídos social e culturalmente que determinam padrões de comportamento aos sexos, assim como “inclinações” para a escolha de determinada profissão ou a predominância de um sexo nas mesmas são fatores não meramente biológicos, mas de relações sociais de sexo previamente repassadas.

Com a chamada primeira onda do feminismo, fortalecido na virada do século XIX para o século XX, entre as pautas, requisitava-se o direito ao voto, aos estudos e sobre o próprio corpo, além da inserção da mulher no mercado de trabalho. Embora tais lutas estivessem direcionadas a apenas um grupo restrito de mulheres: brancas, heterossexuais e de classe média, uma vez que a luta tinha- e continua tendo- um recorte de cor e classe. As mulheres das classes trabalhadoras, segundo Saffioti (2013), sempre estiveram ligadas a atividades produtivas, como em campos, manufaturas, minas etc., embora tais atividades tenham sido consideradas inferiores às dos homens e anteriores ao casamento, depois deste, o dever da mulher voltava-se ao marido e aos filhos.

Vale ressaltar, também, a importância do casamento não apenas na vida de mulheres da classe trabalhadora, mas também nas inseridas em todas as camadas sociais, independentemente de suas especificidades (seja de raça ou localização geográfica, por exemplo). Tal ideologia mantém-se persistente até

os dias atuais, uma vez que ainda hoje, de acordo com o que afirma Cours-Salles (2009), a profissão das mulheres só é considerada quando solteiras, a partir do momento em que se casam passam a ser classificadas partindo da profissão dos seus companheiros.

Enquanto ao homem o status é dado através do “patrimônio”, ou seja, da propriedade de bens, às mulheres lhes é atribuído status através do “matrimônio”, do casamento. Tal imposição às mulheres em relação ao casamento remete à ideia de que:

as formas sociais “casal” ou “família”, que podemos observar em nossas sociedades, são ao mesmo tempo expressão das relações sociais de sexo configuradas por um sistema patriarcal e também espaços de interação social que vão, eles mesmos, recriar o social e dinamizar parcialmente o processo de sexuação do social (KERGOAT, 2009, p.72).

E, para além de relações sociais de sexo configuradas por um sistema patriarcal, estas relações são experienciadas a partir de uma lógica e imposição heterossexual, mostrando, mais uma vez, como o sistema capitalista, a fim de obter lucro, controla o corpo e, principalmente, a sexualidade feminina.

Com a Primeira Guerra Mundial, houve a necessidade de uma maior inclusão das mulheres no mercado de trabalho, assim como as mulheres foram ocupando lugares nas fábricas e em demais empregos (formais ou informais). Entretanto, a inserção das mulheres no mercado de trabalho apesar de poder ser vista como uma conquista do movimento feminista, não conseguiu dar fim à desigualdade institucionalizada, baseada em diferenças de sexo até os dias atuais. Para Kergoat (2010, p.94), ainda, “simultaneamente à melhora da situação da mulher, em particular no mercado de trabalho, ocorre a persistência, às vezes mesmo a intensificação, da divisão sexual do trabalho”.

Mesmo tendo um grau de instrução maior que os colegas de trabalho homens na mesma função que eles, as mulheres não recebem salários iguais, além de que continuam responsáveis pelas atividades domésticas, exercendo uma chamada dupla jornada de trabalho, ou contratam outras mulheres, na maioria das vezes pobres e negras. Hirata e Zarifian afirmam, ainda, que:

Quando as mulheres começam a entrar massivamente no assalariamento, é sob um status duplo: como assalariadas e como

portadoras das condições gerais – temporais- do assalariamento. De outro lado, a produção do viver, por interpelar a dimensão útil do trabalho, é levada pelas mulheres além das fronteiras das esferas de vida nas quais os homens estão estabelecidos e exerceram sua dominação. Para as mulheres, os limites temporais se dobram e multiplicam entre trabalho doméstico e profissional, opressão e exploração, se acumulam e articulam, e por isso elas estão em situação de questionar a separação entre as esferas da vida- privada, assalariada, política- que regem oficialmente a sociedade moderna. (Hirata e Zarifian 2009, p. 251).

Nesse sentido, em nome desta bondade e instinto de cuidar, as mulheres são responsabilizadas pela não remuneração das atividades domésticas, mesmo quando inseridas no mercado de trabalho.

Existe uma grande disparidade no que se refere à distribuição das atividades domésticas entre homens e mulheres. Observando dados da França e do Brasil, diante de todo o avanço do movimento feminista, pode ser percebido que houve não uma diminuição nas desigualdades entre as atividades domésticas realizadas por homens e mulheres, mas uma diminuição no tempo em que as mulheres dedicam aos chamados afazeres domésticos.

Na França, entendendo como tempo gasto com atividades domésticas: “mulheres ativas ocupadas: 3h13 em 1986 e 3h06 em 1999; mulheres inativas: 4h26 e 3h50.[...] Quanto aos homens [...], o tempo gasto em atividades domésticas é praticamente estável entre 1986 e 1999: cerca de uma hora para os homens que exercem profissão e uma hora e meia para os outros” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009. p.259 APUD Dumontier e Pan KéShon, 1999).

No Brasil, segundo dados do IBGE (2012), as mulheres gastam cerca de 35 horas semanais com o chamado trabalho principal e 22 horas semanais com atividades domésticas, totalizando 57 horas de trabalho por semana. Por sua vez, os homens, dedicam cerca de 42 horas ao trabalho principal e 10 horas ao trabalho doméstico, totalizando 52 horas semanais.

Apesar de aparentemente não se apresentar tanta desigualdade à soma do tempo de trabalho entre homens e mulheres, torna-se pertinente ressaltar que o trabalho, no modo de produção capitalista, por si só, já é de exploração do trabalhador quando ele não recebe o equivalente às horas de serviços prestados. Quando se trata de trabalho doméstico, este que é exercido apenas pelo “amor” e “vocação” e às mulheres é conferido, expõe-se seu caráter

duplamente exploratório, “as mulheres sofrem uma exploração particular, ainda mais intensa do que a dos homens da classe trabalhadora e isso atende diretamente aos interesses dominantes” (CISNE, 2014, p. 26).

Se tratando da dupla jornada de trabalho, existem casos em que as mulheres não realizam a jornada doméstica, entretanto, mesmo quando o trabalho doméstico não é designado à chamada “dona da casa”, as atividades ficam a cargo de outras mulheres, que executam as atividades relacionadas ao lar, e, no entanto, se encontram em condições de exploração e subalternidade, recebendo pequenos salários para a realização de tais atividades, que, por serem considerados trabalhos femininos, são providos de um “desvalor” perante a sociedade, assim como afirma Cisne:

essa dupla jornada de trabalho, a sobrecarga e a exploração, de maneira geral, são somente imputadas às mulheres das classes subalternas. As mulheres pertencentes à classe dominante, mesmo que exerçam atividades extradomiciliares, não realizam trabalho doméstico- que é executado por outras mulheres remuneradas e muitas vezes exploradas pela própria “patroa” (CISNE, 2012, p.122).

Alguns autores afirmam que estamos vivenciando uma nova fase do capitalismo denominada de acumulação flexível. Tal forma de acumulação requer modificações no mundo do trabalho que refletem na flexibilização e precarização do trabalho, junto à necessidade de trabalhadores polivalentes e a um desemprego estrutural, próprio ao modo de produção no qual estamos inseridos.

Sobre a chamada flexibilização, Hirata afirma:

a divisão sexual é pré-condição para a flexibilidade do trabalho. (...) a flexibilidade é sexuada. A flexibilidade interna (polivalência, rotação de tarefas, integração e trabalho em equipe) concerne fundamentalmente à mão-de-obra masculina. (...) a flexibilidade externa é obtida, principalmente pelo recurso à mão-de-obra feminina (empregos precários, trabalho de tempo parcial, horários flexíveis, anualização do tempo de trabalho). Assim, a flexibilidade aumenta as desigualdades entre homens e mulheres quanto a condições de trabalho e emprego (HIRATA, 2007, p. 104).

Decorrente do interesse do modo de produção capitalista em manter a submissão e exploração das mulheres, este, conta com diversas instituições que servem como forma de apoio, contribuindo para o processo de manutenção de tais desigualdades.

O Estado, como instrumento da burguesia, tem grande importância no que se refere à manutenção da estrutura responsável pela opressão e exploração das mulheres, uma vez que ele tem o “dever” de defender os interesses do capital. De acordo com o que afirma Cisne (2012), caso as mulheres deixassem de fazer comida, lavar roupa, cuidar da casa e das crianças, o Estado teria a obrigação em fornecer os meios necessários para a reprodução da classe trabalhadora.

Sendo assim, partindo do pressuposto das Forças Armadas como instrumento do Estado, o presente trabalho se propõe a analisar a reprodução da lógica capitalista da divisão sexual do trabalho dentro desta importante instituição no Brasil.

No Brasil, de acordo com Leal e França (2014), com a Constituição de 1988 ocorre-se um direcionamento do país para um Regime Democrático de Direito. Nessa conjuntura emergem grupos e movimentos de mulheres que aderiram a perspectivas feministas relacionadas à inserção das mulheres em amplos espaços da sociedade, sem que houvesse discriminação. Nesse sentido, Almeida (2008) afirma que a entrada das mulheres na Marinha deve ser observada levando-se em consideração a conjuntura na qual o país se encontrava após o domínio militar, no cenário político nacional e o fortalecimento de novos atores da sociedade civil, entre eles, o movimento feminista.

Diante de tal perspectiva de ampliação de direitos, foi em 1980 que a Marinha foi a primeira das três Forças Armadas³ a admitir a entrada de mulheres em suas fileiras. Segundo afirmam Leal e França (2014), o corpo auxiliar feminino foi criado pelo Almirante de Esquadra Maximiano da Fonseca, para exercer funções administrativas: atividades mais simples e de baixo prestígio. Tal designação das mulheres para atividades não valorizadas principalmente dentro do contexto das Forças Armadas fez com que a participação das mulheres se desse de maneira tímida e limitada, apenas no intuito de liberar os homens de atividades “menos” importantes.

3 De acordo com Almeida (2008), apesar da Marinha ter sido a primeira das Forças Armadas a admitir mulheres, a Polícia Militar (Força auxiliar) de São Paulo já havia permitido o ingresso de mulheres desde 1970, sendo muitas dessas as integrantes da primeira turma de mulheres da Marinha.

Após a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva, de acordo com D'Araújo (2004), em 1988, as mulheres passam a trabalhar no corpo de engenheiros, intendentos, quadros médicos de cirurgiões-dentistas e saúde, e no mesmo ano, o Corpo Auxiliar Feminino de Reserva é extinto, possibilitando às mulheres uma maior participação através da atuação em missões em navios e em tripulações de helicópteros.

Almeida (2008) afirma que na história do Brasil, desde o período colonial – ainda que silenciadas e esquecidas pela história – existiam mulheres que lutavam em postos de combate por diversos motivos, como proteção aos filhos, amor à pátria ou busca de liberdade. Assim, de acordo com D'Araújo (2004), antes de 1980, encontramos nomes como Maria Quitéria de Jesus, a primeira mulher praça que lutou pela independência do Brasil; Ana Vieira da Silva, que guerreou durante a Segunda Guerra Mundial; ou Jovita Alves Feitosa que lutou na Guerra do Paraguai. No período da Segunda Guerra, também, tivemos a presença de mulheres como enfermeiras. Entretanto, a integração de fato das mulheres nas Forças Armadas se inicia nos anos de 1980, na Marinha, ocorrendo posteriormente na Aeronáutica e no Exército.

Na Aeronáutica, segundo D'Araújo (2004), dois anos após a criação do Corpo Auxiliar Feminino de Reserva da Marinha é criado o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica, com primeira turma de mulheres para graduação em 2ºs Tenentes, 3ºs Sargentos e Cabos. Santos (2009) atribui a criação desse corpo à necessidade de suprir as demandas nas áreas técnicas e administrativas (assim como na Marinha). No ano de 1996 ocorre o ingresso de mulheres na primeira turma de 17 cadetes na Academia da Força Aérea nos quadros de Intendência, área administrativa e financeira da Força Aérea Brasileira (FAB). Em 1999, se forma a primeira turma de oficiais mulheres formadas em Academia Militar no Brasil, fazendo da Aeronáutica a primeira das forças a possibilitar às mulheres uma formação, em igualdade com os homens, em curso de formação de oficial de carreira, com possibilidade de atingir o generalato.

Por serem as primeiras, assim como afirma Santos (2009), as mulheres encontraram muitas dificuldades e preconceitos, uma vez que estavam ocupando um espaço que jamais havia sido ocupado anteriormente por mulheres no Brasil.

O Exército foi a última instituição a permitir a entrada de mulheres. Em 1992, ocorre o ingresso da primeira turma, composta por 29 mulheres, na Escola de Administração do Exército (EsAeX), na qual saíram formadas como 1º Tenente, também no intuito de suprir necessidades em áreas técnicas e

administrativas. Ainda no Exército, de acordo com D'Araújo (2004), em 1997 foi iniciada a primeira turma de mulheres no Instituto Militar de Engenharia; e em 2001 a criação do Curso de Formação de Sargentos de Saúde (como auxiliar de enfermagem). Como militar temporário, em 1996 é instituído o Serviço Militar Feminino (voluntário) para mulheres médicas, dentistas, veterinárias, farmacêuticas e enfermeiras de nível superior. Em 1998, ocorre a Instituição do Estágio de Serviço Técnico para profissionais de nível superior em Direito, Contabilidade, Administração, Análise de Sistemas, Engenharia, Arquitetura e Jornalismo e a Instituição do Serviço Militar Feminino Voluntário, para auxiliares e técnicos em enfermagem. Em 1988 ocorre a implantação de projeto-piloto para prestação do Serviço Militar Voluntário na função de "Atiradoras", entretanto, o projeto foi desativado em 2002.

Embora no Brasil as mulheres só tenham se inserido nas Forças Armadas a partir dos anos 80, de acordo com o que afirma Santos (2009), no decorrer da década de 70 as mulheres já haviam se integrado às Forças Armadas em outros países.

Conforme afirma Almeida (2008), a integração das mulheres na Marinha teve diversos condicionantes que se estendem além do simples pioneirismo da força. A admissão das mulheres se deu no intuito de substituir os homens em atividades burocráticas e administrativas em terra, para o setor operativo dos navios. E tal necessidade de substituir os homens, de acordo com a autora, adequava-se ao momento de conquistas de direitos e igualdade que pregava a nova Constituição, contribuindo para melhorar a imagem negativa direcionada às Forças Armadas após o período militar.

De acordo com as autoras Mathias e Adão (2013), durante o período, também, haveria ocorrido um desinteresse de homens das elites para a carreira militar como consequência do desgaste da imagem da instituição militar durante a ditadura, que estes passaram a interessar-se mais por atividades relacionadas à revolução tecnológica.

"O desgaste da imagem dos militares perante a sociedade civil após anos de poder político, [a inserção da] mulher contribuiu também para a modernização e humanização da imagem negativa da instituição perante a sociedade" (ALMEIDA, 2008, p.42). Se às mulheres são atribuídas características como delicadeza, sentimentalismo, cuidado, entre outras, a entrada de indivíduos com tais atributos em uma organização que conquistara imagem de severidade, firmeza e violência, contribuiria para a melhoria da imagem de tal instituição, ao mesmo tempo em que a "humanizaria".

A autora afirma, ainda, que apesar da integração das mulheres na caserna⁴ ter se dado como uma conquista de lutas do movimento feminista no intuito de garantir a igualdade entre homens e mulheres, a conquista de tal “novo” ambiente de trabalho não se configura como tão novo assim. A Marinha se encontrava em um período de grande demanda para atendimentos em enfermagem devido à inauguração do Hospital Naval Marcílio Dias.

Se considerarmos enfermagem como uma profissão culturalmente direcionada a mulheres, não seria diferente no âmbito das Forças Armadas, no qual as militares que ingressaram na força foram encaminhadas à atuação de tais atividades. Assim, pode ser observado que as mulheres, apesar de terem ingressado em um novo espaço sócio ocupacional, continuaram exercendo atividades que a elas já eram direcionadas fora dele. Não apenas a enfermagem, mas atividades ligadas ao cuidado ou a questões burocráticas no geral.

Apesar de tal integração das mulheres, só ocorriam em circunstâncias excepcionais, assim como afirma Mathias e Adão (2013), através da ausência das mulheres nos quartéis, local no qual se forma o “ethos” militar. As autoras acrescentam ainda, que mesmo após a entrada formal das mulheres nas Forças Armadas, não podiam ser combatentes, só participando das batalhas quando travestidas de homens. “Sua única função era a de auxiliar na retaguarda, seja como enfermeira seja como secretária, funções sempre menores do que aquele que comanda, seja o escritório ou o hospital “ (MATHIAS; ADÃO, 2013, p.152).

É importante entender que assim como nas demais instituições da sociedade, os membros integrantes das Forças Armadas também foram socializados sob a perspectiva do que é ser mulher e ser homem em nossa sociedade (como mencionado no capítulo anterior). Nesse sentido, assim como afirma Almeida (2008), são baseadas nessas ideias que as mulheres são excluídas do âmbito militar (se não para a execução de atividades burocráticas ou ligadas ao cuidado), uma vez que não seriam capazes de aguentar as “condições árduas e adversas da vida no mar” (ALMEIDA, 2008, p.38).

Assim, é importante relacionar a definição de um militar do sexo masculino, ou seja, a associação do trabalho militar como trabalho de homem, à manutenção e perpetuação de desigualdades e estereótipos que definem o que é “ser mulher e ser homem”. Tais pressupostos, que se baseiam em aparatos de feminilidade e masculinidade, também já mencionados anteriormente, protagonizam a divisão sexual do trabalho.

4 Sinônimo de quartel.

É como consequência dessa definição de militar-homem- que as mulheres são excluídas dos setores operativos e a elas se atribuem atividades menos importantes e dotadas de menor valor e prestígio social. Se, na lógica padrão da divisão sexual do trabalho, os homens saem para trabalhar e as mulheres estariam em casa cuidando dos afazeres domésticos e das crianças, no âmbito militar, enquanto as mulheres estão nos quartéis, ocupando-se de atividades burocráticas, administrativas ou ligadas ao cuidado, os homens estão participando de atividades operativas e se preparando para a guerra.

As Forças Armadas também se apresentam como um espaço de dominação masculina, principalmente levando em consideração o longo período de tempo em que se configurou como um lugar totalmente voltado para os homens e a forma como a inserção da mulher se deu, a partir da década de oitenta e de maneira bastante limitada. De acordo com D'ARAÚJO (2004), tradicionalmente se atribuiu ao militar, atividades consideradas de risco, perigosas, treinamentos intensivos, além da separação da família por tempo indeterminado.

Nessa perspectiva, se às mulheres são atribuídas características naturais como delicadeza, sensibilidade, fragilidade, além do dever natural em cuidar dos filhos e do marido, o surgimento de uma mulher militar põe em contradição características ditas da natureza feminina, como as necessárias para execuções das atividades de um profissional militar. Nesse sentido, as restrições e dificuldades das mulheres em tais instituições (e na sociedade de maneira geral) são justificadas através dos antigos e conhecidos argumentos naturais para as desigualdades.

Ainda de acordo com a autora, como consequência da frequência com que os militares eram (e continuam sendo) movimentados, as “esposas” se limitavam (e limitam-se até hoje) às atividades domésticas, não tendo condições de se inserir no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, a relação da mulher nas Forças Armadas se limitou durante muito tempo ao papel de “esposas”.

A imagem da mulher para os militares sempre esteve atrelada a funções de dona de casa, mãe e esposa, pois durante muito tempo a relação que a mesma teve com a vida militar foi a de quem cuida do lar e da família, dessa forma, podendo assegurar o apoio necessário ao marido no desempenho da carreira (SANTOS, 2009, p. 10).

É importante perceber que tal realidade, quando observada sob a perspectiva das “esposas” dos militares, se configura como um problema maior. A elas

lhes é negado o próprio direito de trabalhar, uma vez que socializadas como mulheres de militares, aprendem que devem priorizar o cuidado com a família e filhos, sendo o trabalho do marido dotado de maior valor que o delas (assim como já abordado no capítulo anterior). Nesse sentido, muitas dessas mulheres deixam de trabalhar para poderem acompanhar os maridos e dedicar-se ao lar e aos filhos.

Sobre a mulher enquanto militar, características demandadas nas Forças Armadas como disponibilidade de trabalhar ou ser convocado para o quartel a qualquer hora do dia; os serviços obrigatórios que fazem com que o militar trabalhe em feriados, finais de semana e demais horários que costumam destinar-se ao convívio familiar; convocação para viagens; movimentação inesperada; entre outros, dificultam seu trabalho (ALMEIDA, 2008), uma vez que, por serem mulheres, a elas também são atribuídas a dupla jornada de trabalho.

Nesse sentido, no que se refere à profissão militar para as mulheres, existem dificuldades e necessidade de avanços ainda nos dias atuais, uma vez que o imaginário da população ainda se configura como tradicional, atribuindo ao militar, características que não se adéquam ao “perfil” das mulheres (LEAL; FRANÇA, 2014).

As mulheres não deixaram de sofrer discriminação no meio militar, fato esse comprovado pela própria oferta reduzida de vagas, em relação aos homens, nos concursos para exercício na carreira, principalmente para cargos de liderança, e conseqüentemente um quadro pessoal muito inferior ao dos homens, muito embora a dívida histórica e o débito do passado tenham sido reduzidos (LEAL; FRANÇA, 2014, p. 258).

Mesmo que a legislação tenha possibilitado um maior acesso a armas ou postos, o preconceito, “está igualmente presente na forma como a mulher é vista tanto por seus pares na caserna quanto por seu círculo social e até mesmo por si própria” (MATHIAS; ADÃO, 2013, p.152)

Assim, o âmbito militar continua sendo reflexo de uma sociedade sexista e patriarcal, e, sendo assim, se configura como um espaço de dominação masculina. De forma que, conforme Santos (2009), não deva ser considerada a integração das mulheres nas Forças Armadas como um novo campo de atuação, uma vez que continua baseando-se na chamada divisão sexual do trabalho que atribui atividades previamente definidas para ambos os sexos.

Atualmente, no Brasil, as mulheres constituem apenas 5% dos militares das Forças Armadas. Nos últimos cinco anos ocorreram maiores conquistas no que se refere à participação das mulheres na Marinha (embora ainda continue sendo limitada), e mesmo ao integrar quadros combatentes, às mulheres continuam sendo designadas atividades não ligadas diretamente ao combate, o que faz com que não tenham possibilidade de alcançar patentes de comando, mantendo sempre uma relação de dependência aos homens (MATHIAS; ADÃO, 2013).

Em síntese, a entrada das mulheres na caserna, tornando-se profissionais militares, não representou a superação das diferenças de gênero. Ao contrário (...) abrir os quartéis para as mulheres, em especial os brasileiros, foi uma exigência muito mais legal e política que uma reivindicação sociocultural (MATHIAS;ADÃO, 2013, p.164)

Nesse sentido, mesmo após os 35 anos da entrada das mulheres nas fileiras da Marinha, pode se observar que o espaço continua se configurando como masculino, sendo inseridas além de maneira escassa e direcionadas para atividades burocráticas e relacionadas ao cuidado, reproduzem, portanto, a divisão sexual do trabalho, impedindo as mulheres de alcançarem atividades de prestígio social e econômico.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, M. R. D. Batalhas culturais de gênero: A dinâmica das Relações de Poder no Campo Militar Naval. 2008. 144f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Fluminense. 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Estatuto dos militares: Lei federal nº 6880, de 9 de dezembro de 1980. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6880.htm>. Acesso em: 21/11/2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, março de 2015. 181p.

CISNE, M. Feminismo e consciência de classe no Brasil. São Paulo: Cortez, 2014.

CISNE, M. Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2012.

COURS-SALIES, P. Categorias socioprofissionais. In: HIRATA, Helena. [et al.] (orgs.). Dicionário Crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 30 – 34.

D'ARAÚJO, M. C. Mulheres homossexuais e forças armadas no Brasil. In CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (Org.). Nova história militar brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2004.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. Trabalho doméstico. In: HIRATA, H. [et al.] (orgs.). Dicionário Crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 256– 261.

HIRATA, H. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (orgs.). Organização, trabalho e gênero. São Paulo: Editora Senac, 2007.

HIRATA, H. e ZARIFIAN, P. Trabalho (conceito de). In: HIRATA, H. [et al.] (orgs.). Dicionário Crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 251- -256.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas de gênero. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat>>. Acesso em: 03/10/2015.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. IN: 11º Congresso da Associação Francesa de Sociologia (AFS):“Pensar o intrincamento dos sistemas de dominação: gênero, classe e raça”, Bordeaux, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a05.pdf> >Acesso em: 28/09/2015.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. [et al.] (orgs.). Dicionário Crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67- 75.

LEAL, A. dos S.; FRANÇA, M. H. de O. Ensaio da inserção da mulher militar no Brasil. Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito, n.2, p. 252-264, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ged/article/view/20368/11797>>. Acesso em: 18/11/2015.

MATHIAS, S. K.; ADÃO, M. C. O Mulheres e Vida Militar. In: Cadernos Adenauer XIV, nº3, 2013. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/11289-1442-5-30.pdf>. Acesso em: 22/11/2015.

Por Ser Menina no Brasil: Crescendo entre Direitos e Violências. Pesquisa com meninas de 6 a 14 anos nas cinco regiões do Brasil. Plan Internacional Brasil. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/03/1-por_ser_menina_resumoexecutivo2014.pdf>. Acesso em: 30/09/15.

SAFFIOTI, H. A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade. 3º edição, São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, L. R. dos. A Participação das Mulheres nas Forças Armadas Brasileiras: Um debate contemporâneo. In: III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), 2009, Marília- SP. Anais do III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, Marília, 2009.

DIFERENCIAIS DE GÊNERO NO II LEVANTAMENTO NACIONAL DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Thalyta Rayanna Fontes Rocha Santos¹

Maria Helena Santana Cruz²

Resumo: O estudo em questão com base na abordagem de gênero diz respeito ao uso de psicotrópicos no Brasil. Seu desenvolvimento realizou-se em duas etapas, a primeira foi executada por meio de estatísticas sobre diferenças de gênero contidas no II Levantamento Nacional de Álcool e outras Drogas (LENAD) do ano de 2012. No segundo momento foram expostas as análises dos dados sobre os padrões de uso e dependência de álcool, tabaco e drogas ilícitas pela população brasileira, avaliando os fatores de risco e/ou proteção que desencadeiam o abuso ou dependência dessas substâncias. Além disso, procurou-se relacionar o fator do uso ou abuso de drogas com os aspectos de cuidado a saúde, violência, qualidade de vida e políticas públicas de prevenção ao uso de drogas.

Palavras-chave: Drogas; Gênero; Mercado de trabalho.

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, thalyta.rayanna@hotmail.com

2 Professora dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e Educação da Universidade Federal de Sergipe; Coordenadora do Grupo de Pesquisa do CNPq: “Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero” e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEPIMG/UFS), helenacruz@uol.com.br

Introdução

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define droga como, “qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas produzindo alterações em seu funcionamento”. O Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas, pontua que “as drogas utilizadas para alterar o funcionamento cerebral, causando modificações no estado mental são chamadas drogas psicotrópicas, e dividem-se em três grupos: depressoras, estimulantes e perturbadoras”.

O objetivo da análise foi caracterizar o perfil dos(as) usuários(as) de substâncias psicoativas e como os(as) mesmos(as) tem se relacionado com esse uso. Foram consideradas relevantes as categorias: sexo, idade, classe social, inserção no mercado de trabalho, drogas de uso, entre outras.

Os dados apontam em algumas diferenças entre a população feminina e masculina com relação ao uso de substâncias psicoativas, como também diferencia o público adulto do público adolescente. Alguns dados também serão apresentados em comparação com o I levantamento realizado em 2006, para dessa forma, compreender as distinções e semelhanças que ocorreram com o passar de seis anos.

O foco principal da análise são as substâncias lícitas, o álcool e ilícitas, considerando que,

“[...]Em relação ao uso de substâncias psicoativas, as drogas que mais preocupam são o álcool e o crack. Embora o cigarro ainda seja a substância que mais mata os brasileiros, o seu consumo está em declínio, por uma série de políticas públicas corajosas. O álcool por sua vez é a droga que mais gera violência familiar e urbana, e que contribui com cerca de 10% para a toda a carga de doença no Brasil [...]” (UNIFESP, 2014, p.6).

Oliveira & Paiva (2007, p. 628) descrevem que existem indícios de que o consumo de drogas inclui “elementos relacionados à pessoa usuária, ao contexto social e cultural no qual a pessoa está inserida e faz o uso de drogas e, também, à substância em si”. Conforme as autoras supracitadas, a interação desses elementos é “complexa e o desequilíbrio entre eles pode resultar no estado de dependência”.

[...] Desta forma, uma pessoa pode apenas experimentar de uma ou várias drogas e não mais usá-las ou só usá-las esporadicamente de forma social, ou ainda tornar-se usuária compulsiva de uma ou mais. (OLIVEIRA; PAIVA, 2007, p. 628).

Na análise a seguir não foram considerados os dados referentes ao consumo do cigarro.

Metodologia

O estudo em questão se baseou em estatísticas apresentadas pelo Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD) (2014), que realizou uma pesquisa em todo território nacional para conhecer especificidades do público usuário de drogas lícitas e ilícitas. Os dados foram subdividido por regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), o universo foi composto pela população de 14 anos ou mais de idade. Foram realizadas 4200 entrevistas. Sergipe participou com a amostra recolhida de 3 municípios. A metodologia utilizada na pesquisa nas duas etapas da pesquisa.

Apresentação dos dados

Os dados deste trabalho tomam como fonte as próprias tabelas disponibilizadas pelo documento do II LENAD.

Gênero/Sexo:

Tabela 1: Gênero dos Participantes.

Gênero do Respondente	Ano do Estudo	
	2006	2012
Masculino	47,9%	47,9%
Feminino	52,1%	52,1%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD).

Observa-se uma pequena diferença variação de 4,1% entre os consumidores do sexo masculino e feminino. Contudo, 50% dos respondentes foram mulheres, tanto na amostra recolhida em 2006 como em 2012. Esta situação pode contribuir para retardar a busca de tratamento para agravos decorrentes do consumo da substância ao tempo que predispõe a usuária a situações de violências.

[...] Portanto, constitui uma situação de vulnerabilidade para mulher determinada por construções sócio-culturais que estabelecem as identidades feminina e masculina. (OLIVEIRA; PAIVA, 2007, p. 628).

A inserção da mulher neste contexto, desmistificação do conhecimento do senso comum de que uso de álcool e drogas está associado apenas ao sexo masculino. O conceito de gênero contribui para desconstruir representações naturalizadas. De acordo com Scott o conceito de gênero,

“[...]é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres.[...] O uso do “gênero” coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem diretamente a sexualidade” (SCOTT, 1989, p. 7).

As estatísticas revelam aspectos diferenciados dos perfis dos(as) usuárias.

Escolaridade:

Tabela 2: Grau de Instrução dos Participantes.

Escolaridade	Ano do Estudo	
	2006	2012
Até Primário Incompleto	23,3%	26,1%
Primário Completo	10,8%	5,2%
Ginásio Incompleto	19,6%	15,3%
Ginásio Completo	8,8%	9,3%
Ens Médio Incompleto	9,7%	9,4%
Ens Médio Completo	18,4%	20,5%
Ens Superior Incompleto	4,9%	5,7%
Ens Superior Completo	4,5%	8,5%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: II LENAD.

A maior proporção de usuáries de drogas sejam elas lícitas ou ilícitas cursa o primário incompleto, ginásio incompleto e ensino médio completo. (O

ensino primário, ou fundamental corresponde ao primeiro estágio da educação, normalmente é iniciado aos seis anos de idade). Nesse aspecto ao relacionar o tema da pesquisa com o grau de instrução revela que 26,1% dos(as) participantes assinalaram o primário incompleto. Este é um dado alarmante, significando que crianças e/ou pré-adolescentes estão iniciando cada vez mais cedo o consumo de substâncias psicoativas sejam elas o álcool ou algum tipo de droga; revela ainda a defasagem entre série e idade, como também a evasão escolar, problema não superado em nosso país. Esse dado é seguido de 20,5% correspondente ao Ensino Médio Completo, que cresceu entre 2006 e 2012; logo após 15,3% que corresponde ao ginásio incompleto revelando que deve um declínio entre os dois anos pesquisados. Apenas 5,7% e 8,5% dos(as) participantes estavam cursando o nível superior ou haviam concluído o mesmo.

Estado Civil:

Tabela 3: Estado Civil dos Participantes.

Estado Civil	Ano do Estudo	
	2006	2012
Solteiro(a)	33,5%	31,7%
Casado(a) ou morando junto(a)	55,4%	57,2%
Viuvo(a)	5,4%	5,6%
Desquitado(a) ou Divorciado(a)	2,2%	2,3%
Separado(a)	3,5%	3,2%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: II LENAD.

Em relação ao estado civil dos participantes mais de 50% é casado(a) ou mora junto(a); a variação entre os outros estados civis não revela grandes mudanças percentuais. Oliveira & Paiva (2007, p. 627) referem-se a estudos de âmbito nacionais e internacionais que versam sobre o consumo de drogas pelo público feminino revelam a tendência, "entre as usuárias de drogas, de manter relacionamentos afetivos e sexuais com homens, também, usuários de drogas". Tradicionalmente, o cuidado e a educação dos filhos é uma função feminina.

[...] Quando a mulher é uma usuária de drogas e negligência este comportamento, ela passa a ser taxada, pela sociedade, como egoísta e irresponsável para com os filhos, se constituindo numa preocupação social. (OLIVEIRA; PAIVA, 2007, p. 230)

Inserção no mercado formal de trabalho:

Tabela 4: Proporção de Respondentes com carteira assinada.

Pessoas com carteira assinada	Ano do Estudo	
	2006	2012
Sim	22,6%	48,1%
Não	77,4%	51,9%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: II LENAD.

No que diz respeito ao mercado de trabalho em 2006 mais da metade da população encontrava-se à margem do mercado de trabalho formal (sem carteira assinada e garantia dos direitos previdenciários e trabalhistas no ano de 2006), porém em 2012 esse número foi reduzido significativamente.

Classe socioeconômica:

Tabela 5: Classe Socioeconômica do Respondente.

Classe Sócio-Econômica	Ano do Estudo	
	2006	2012
A	2,8%	4,7%
B	15,4%	29,9%
C	34,0%	45,2%
D	39,0%	16,0%
E	8,7%	4,2%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: II LENAD.

Um item importante foi à análise da classe socioeconômica dos respondentes. Mudanças são observadas nos anos de 2006 e 2012 com o aumento da classe A no consumo de drogas e (repito sejam elas lícitas ou ilícitas, dado não mensurado), um aumento ainda maior da classe B e C no consumo de substâncias classificadas no estudo e uma diminuição significativa da classe D seguida da classe E.

Segundo o Centro de Políticas Sociais (CPS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a distribuição entre as classes sociais é subdividida de acordo com o valor da renda mensal, conforme descrito abaixo:

Classe A: Acima de R\$9.745,00
Classe B: de R\$7.475,00 a R\$9.745,00
Classe C: de R\$1.734 a R\$7.475,00
Classe D: de R\$1.085,00 a R\$1.734,00
Classe E: de R\$0,00 a de R\$1.085,00

*Ajustado pela POF

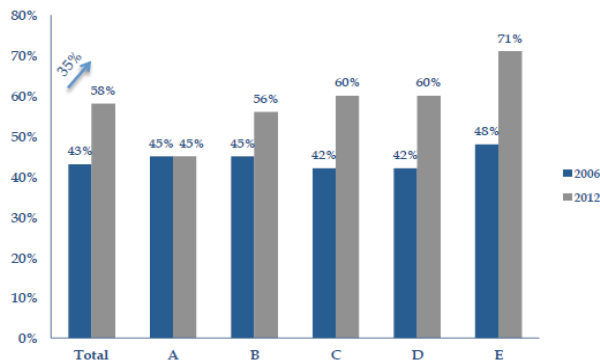
**Atualizado a preços de julho de 2011

É importante considerar que nos últimos anos houve um aumento da classe C, mobilidade social que pode ser estagnada por conta da atual crise econômica e conseqüentemente os desempregos dela decorrentes, como podemos presenciar nos noticiários. A Agência Brasil/Portal Brasil publicou em 2012, ano da pesquisa, que a classe C já era a maioria da população do país, provocado pelo salto no perfil da renda no ano de 2011 (a média era que vinte e sete milhões de pessoas haviam deixado as classes D e E), outro salto seria a saída de aproximadamente duzentos e trinta mil pessoas da classe C para entrar nas classes A e B. Ainda de acordo o portal pesquisas divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a melhoria da renda estaria aliada a programas sociais implantados pelo Governo Federal.

Prevalência de binge por classe social:

O binge é considerado para homens beber cinco doses ou mais, e para mulheres quatro doses ou mais em um intervalo de até 2 horas, em uma mesma situação.

Gráfico 2: Prevalência de binge em 2006 e 2012 por classe social.



Fonte: II LENAD.

Nesse ângulo percebe-se que o consumo de álcool, no caso denominado binge prevalece de forma mais alta na população da classe E, havendo uma intensificação desse comportamento no decorrer dos anos(35% do total). Na classe A esse percentual se manteve estável, o mesmo não correndo com as classes B,C e D.

Faixa etária:

Tabela 6: Idade dos Participantes.

Idade	Ano do Estudo	
	2006	2012
14 a 17 anos	10,4%	9,4%
18 a 29 anos	29,2%	26,3%
30 a 39 anos	19,4%	20,1%
40 a 49 anos	16,9%	16,9%
50 anos ou mais	24,1%	27,4%
Total	100,0%	100,0%

Quanto à idade os maiores índices encontram-se na faixa etária de 50 anos ou mais no ano de 2012, em seguida com poucas diferenças o público entre 18 a 29 anos, que em 2006 foi maior que em 2012, em algumas faixas de idade ocorre uma pequena diminuição da porcentagem entre os anos pesquisados.

Região:

Tabela 7: Região de residência dos Participantes.

Região do País	ANO DO ESTUDO	
	2006	2012
Norte	8,0%	7,4%
Nordeste	26,7%	27,2%
Sudeste	44,0%	43,2%
Sul	15,1%	14,9%
Centro-Oeste	6,2%	7,2%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: II LENAD.

A região nordeste, onde esta situado o estado de Sergipe, território que participou da pesquisa com a coleta realizada em 3 municípios, revela um percentual de 27, 2% de participantes.

Consumo de álcool na população adulta (18 anos ou mais)

Tabela 10: Regularidade de consumo de álcool, população adulta não abstêmia, por gênero, 2006 e 2012.

Ano do Estudo		Regularidade de consumo de bebidas alcoólicas		Total
		Pelo menos 1 vez por semana	Menos de 1 vez por semana	
2006	Homens	54%	46%	100%
	Mulheres	27%	73%	100%
	Total	42%	58%	100%
2012	Homens	63%	37%	100%
	Mulheres	38%	62%	100%
	Total	53%	47%	100%

Fonte: II LENAD.

Sobre a regularidade do consumo de álcool pela população adulta observa-se que pelo menos uma vez por semana mais da metade dos participantes assumem ter consumido bebidas alcoólicas. Há também um aumento do número de mulheres entre os anos pesquisados que consomem esse tipo de substância, por meio do consumo considerado “beber socialmente”. A vulnerabilidade das mulheres estrutura-se como um determinado agravo de saúde e envolve, principalmente, aspectos comportamentais, mas também cognitivos.

Idade de experimentação do álcool:

No Brasil a legislação não permite a venda de bebidas alcoólicas para a população menor de 18 anos de idade, com base na Lei nº 13.106, de 17 de março de 2015, a emenda que altera o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), lei nº 8.069 de 1990, e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 - Lei das Contravenções Penais, tornando crime a venda, o fornecimento, como também servir, ministrar ou entregar bebida alcoólica a criança ou a adolescente.

O álcool é considerado uma droga lícita no país, mas conforme pode-se observar na tabela que versa sobre a idade em que se começou a beber regularmente, assim como a tabela que mostra a idade da primeira experimentação, os dados revelam que apesar da grande maioria experimentar ou assumir o uso regular a partir da maioridade é possível observar que ainda na adolescência é que existe o primeiro contato e consumo com o álcool. Observa-se no dia a dia que uma das bebidas mais utilizadas é a cerveja, consumida de forma recreativa, em festas e shows, e esse controle sobre a venda e consumo, no caso a fiscalização, não ocorre como demanda a lei. Muitas vezes a primeira experimentação ainda ocorre dentro do ambiente familiar, ou em grupos de amigos que considera comum principalmente para o público masculino adotar o consumo de bebidas alcoólicas como algo comum ao sexo, com base ainda na argumentação do significado de sexo enquanto “categoria que demarca as diferenças entre o significado de ser fêmea e de ser macho [...]” (CRUZ, 2014, p. 10).

Tabela 11: Idade de experimentação de álcool, população adulta não abstêmia, por gênero, 2006 e 2012.

Ano do Estudo		Idade que experimentou bebidas alcoólicas				Total
		Até 11 anos	12 a 14 anos	15 a 17 anos	18 ou mais	
2006	Homens	5%	11%	41%	43%	100%
	Mulheres	1%	7%	28%	64%	100%
	Total	4%	9%	35%	52%	100%
2012	Homens	5%	19%	41%	35%	100%
	Mulheres	4%	13%	32%	51%	100%
	Total	5%	17%	37%	42%	100%

Fonte: II LENAD.

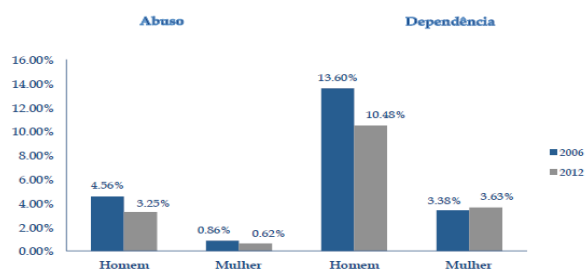
Tabela 12: Idade que começou a beber regularmente, população adulta não abstêmia por gênero, 2006 e 2012.

Ano do Estudo		Idade que começou a beber regularmente			Total
		Até 15 anos	16 a 17 anos	18 ou mais	
2006	Homens	10%	19%	71%	100%
	Mulheres	6%	12%	82%	100%
	Total	8%	16%	76%	100%
2012	Homens	16%	18%	65%	100%
	Mulheres	10%	15%	75%	100%
	Total	14%	17%	69%	100%

Fonte: II LENAD.

Prevalência de abuso e dependência de álcool:

Gráfico 4: Prevalência de Abuso e Dependência de Álcool de acordo com o DSM-IV por gênero em 2006 e 2012.



Fonte: II LENAD.

Dentre os Critérios para a formação do diagnóstico de abuso/dependência de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM), onde a partir desse manual é possível listar diferentes categorias e critérios para diagnosticar

o abuso/dependência. Nota-se que o grau de abuso é menor do que o grau de dependência. Apesar do grau de dependência ter sido reduzido entre o público masculino ainda é um critério relevante, pois a dependência acarreta fatores negativos tanto para a saúde como para outros aspectos da vida social. Já o público feminino apresenta-se com menos de 4% em relação a dependência dessa substância com uma pequena taxa de elevação em 2012.

Consumo de Substâncias Ilícitas pela população brasileira:

Conforme descrito no documento do II LENAD “[...]A maconha é a substância ilícita mais consumida no mundo[...]” (UNIFESP, 2014, p. 54). A droga não se expressa só em substâncias ilícitas, mas também o consumo de drogas medicamentosas. Entre os(as) adolescentes o consumo da maconha na vida chega a 4,3% entre adolescentes, os Tranquilizantes 2,5%, e a cocaína 2,3%. Entre os adultos, o uso de tranquilizantes 9,6% lidera entre os índices das outras drogas, a maconha é a segunda droga mais utilizada com 6,8%, a cocaína com 3,8% e os solventes com 2,2%.

Conforme a tabela 31, existe diversos tipos de drogas e variadas formas de uso. Vale ressaltar que drogas podem ser substâncias naturais ou sintéticas que alteram o funcionamento da nossa mente ou corpo. E podem ser classificadas em conformidade com os efeitos farmacológicos que desempenham sobre o organismo e são denominadas do tipo: estimulantes, depressoras, perturbadoras ou alucinógenas. O Observatório Brasileiro de Informações Sobre Drogas define:

As drogas depressoras do sistema nervoso central – álcool, barbitúricos, benzodiazepínicos, inalantes e opiáceos - fazem com que o cérebro funcione lentamente, reduzindo a atividade motora, a ansiedade, a atenção, a concentração, a capacidade de memorização e a capacidade intelectual.

As estimulantes do sistema nervoso central - anfetaminas, cocaína e tabaco-, por outro lado, aceleram a atividade de determinados sistemas neuronais, trazendo como conseqüências um estado de alerta exagerado, insônia e aceleração dos processos psíquicos.

As drogas perturbadoras do sistema nervoso central – maconha, alucinógenos, LSD, êxtase e anticolinérgicos – produzem uma série de distorções qualitativas no funcionamento do cérebro, como

delírios, alucinações e alteração na senso-percepção. Por essa razão, são também chamadas de alucinógenos. Uma terceira denominação para esse tipo de droga é psicotomiméticos, devido ao fato de serem conhecidas como psicoses as doenças mentais nas quais esses fenômenos ocorrem de modo espontâneo.

Consumo na vida e no último ano de maconha, cocaína aspirada e cocaína fumada entre adultos e adolescentes:

Os gráficos a seguir versam sobre o consumo de maconha, cocaína aspirada, cocaína fumada (crack e oxi), na vida e no último ano, retratando o número de pessoas que utilizaram essas substâncias, diversificando entre adolescentes e adultos, porém os dados não revelam quando foi iniciado o uso na vida, nem se os(as) participantes declararam realizar consumo do abuso ou mesmo dependência, além de não trazer a diferenciação entre o público feminino e masculino.

O consumo da maconha é o mais alto tanto entre adolescentes e adultos.

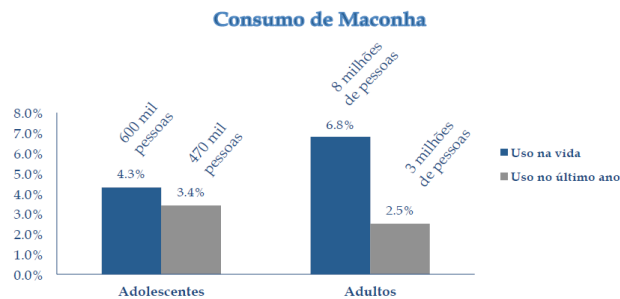


Gráfico 8: Consumo na vida e no último ano de cocaína aspirada entre adultos e adolescentes, 2012.

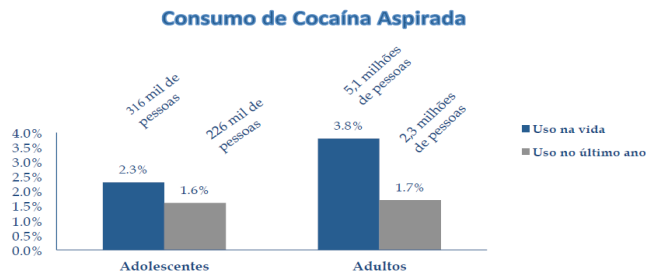
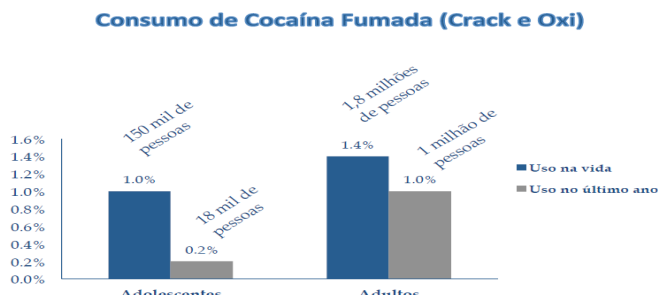


Gráfico 9: Consumo na vida e no último ano de cocaína fumada (Crack e Oxi) em adultos e adolescentes, 2012.



Fonte: II LENAD.

Prevalência de ocorrência de doenças físicas:

Em adolescentes as doenças mais comuns relatadas foram: alergias, ansiedade, enxaqueca, problemas de ouvido, doenças infecciosas (pneumonia, infecção urinária, intestinal etc), bronquite, asma, problemas de pele, problemas nos ossos, músculos ou juntas, depressão, pressão alta, entre outros. Em adultos: pressão alta, ansiedade, enxaqueca, alergias, problemas nos ossos, músculos ou juntas, depressão, doenças infecciosas (Pneumonia, Infecção Urinária, Intestinal etc), problemas de ouvido, e outros em uma mesma escala, diabetes, catarata, problemas de intestino, problemas de pele, problemas de intestino, úlcera no estômago, problemas de bexiga, problemas de fígado, artrite e etc.

A algumas pesquisas relacionam doenças ao consumo de drogas: alcoolismo, alergias, ataque cardíaco, arritmia, demência, depressão, derrame, desidratação, distúrbios generalizados de ansiedade, doença hepática alcoólica, doenças pulmonares, câncer de pulmão, cirrose, estresse e ansiedade, insuficiência renal, hipertensão, hipertensão pulmonar, pancreatite, psicose, reações alérgicas, transtorno de déficit de atenção com hiperatividade, doença arterial coronariana, transtorno bipolar, transtorno-obsessivo-compulsivo, transtorno de personalidade, transtornos do sono.

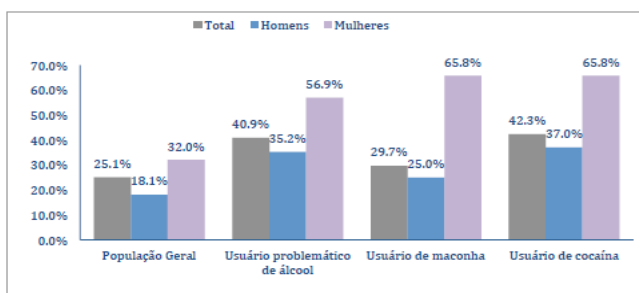
Prevalência de doenças físicas que foram tratadas:

No que tange sobre a prevalência de doenças físicas que foram tratadas e se diferencia da tabela anterior nos resultados que demonstravam a prevalência de doenças físicas. Entre os(as) adolescentes 100% dos cuidados saúde foram

recorridos para tratar Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's) e artrite, em segundo lugar o tratamento para doenças infecciosas (pneumonia, infecção urinária, intestinal, etc), problemas de pele, seguida de problemas no fígado e intestino, bronquite e ataque cardíaco, úlcera de estômago, asma, alergias, problemas de ouvido, dentre tantas outras. Algumas dessas doenças podem estar relacionadas ao consumo, abuso e dependência de drogas. Nos adultos algumas proporções se repetem ou são semelhantes, mas aparecem nesse contexto à busca por tratamento de problemas reprodutivos (não conseguir ou ter dificuldade em ter filhos), câncer, diabetes, derrame, epilepsia, etc.

Prevalência de indivíduos com indicadores de depressão:

Gráfico 10: Prevalência de indivíduos com indicadores para depressão entre a população geral, com abuso e/ou dependência de álcool (DSM-IV), consumidores de maconha (uso no último ano) e consumidores de cocaína (uso no último ano), por gênero.



Fonte: II LENAD.

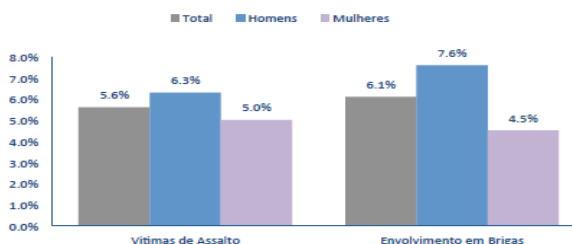
A amostra sobre a prevalência de indivíduos com indicadores de depressão entre a população geral revela que 65,8 % das mulheres entre as consumidoras de maconha e cocaína são as mais atingidas, no índice sobre álcool a mulher também lidera nas proporções que indicam essa doença, o que significa que os riscos são bem diferentes se comparado ao público masculino, que tem índices inferiores, deve-se levar em consideração que em virtude das diferenças de gênero os papéis sociais atribuídos a mulher são diferentes dos atribuídos aos homens. Vale destacar aqui o significado da masculinidade contemporânea:

A masculinidade – situada nas relações de gênero – pode ser entendida como um conjunto de atributos, valores, funções e condutas que se espera que o homem tenha numa determinada cultura (Gomes, Nascimento, & Rebello, 2009, p. 1152). Ou ainda,

conforme propõe Connel (1995, p. 189), “a masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero” (LIMA, 2012, p. 281).

Prevalência de vítimas de assalto e de envolvimento em brigas com agressão física:

Gráfico 12: Prevalência de vítimas de assaltos e de envolvimento em brigas com agressão física no último ano por gênero.

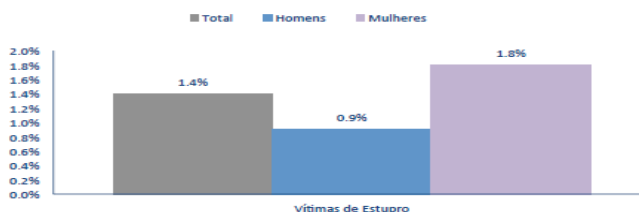


Fonte: II LENAD.

Apesar de não serem grandes índices, o número de homens envolvidos em brigas chega a 7,6% enquanto que as mulheres tiveram um envolvimento de 4,5%, porém não se sabe em que circunstância ocorreu a briga e nem se na ocasião esse indivíduo estava sob o efeito de substâncias psicoativas.

Prevalência de vítimas de estupro:

Gráfico 13: Prevalência de vítimas de estupro no Brasil por gênero.

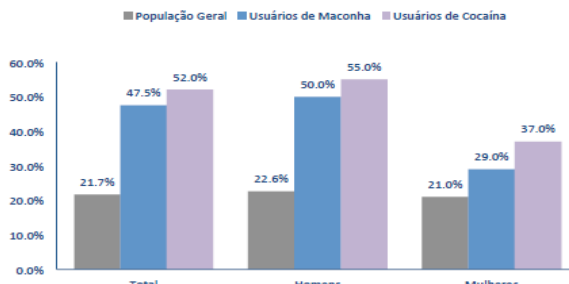


Fonte: II LENAD.

As mulheres ainda são o maior grupo vítimas de violência sexual no Brasil, mas é preciso pontuar que os homens também não estão isentos dessas ocorrências.

Frequência de ocorrência de atos violentos na infância:

Gráfico 14: Frequência de ocorrência de pelo menos 1 evento violento na infância entre a população geral, entre usuários de maconha (uso no último ano) e usuários de cocaína (uso no último ano) por gênero.



Fonte: II LENAD.

Opinião sobre as políticas públicas:

No quesito sobre o aumento dos impostos sobre as bebidas alcoólicas mais de 50% dos adultos e adolescentes opinaram que deveriam ser aumentado o valor dos encargos sobre essa substância. O mesmo ocorreu sobre o aumento da idade mínima para a venda. Foi interessante analisar que mesmo sendo consumidor dessa droga a maioria dos(as) entrevistados(as) por exemplo, se posicionaram a favor de regras que endureçam as penalidades para quem bebe e dirige. Da mesma forma, consideram que deveria haver mais investimentos na política de prevenção e restrição da venda desse produto.

Para concluir

Oliveira & Paiva (2007) reforçam o argumento apresentado nesse estudo ao confirmar que, “homens” e “mulheres” não constituem grupos homogêneos, tornando-se, assim, relevante estudos que investiguem as especificidades individuais e de grupos com o objetivo de atender as demandas relacionadas ao consumo de drogas propiciando uma assistência igualitária. Demarca-se a necessidade de novos estudos sobre a temática, que contemplem questões de gênero, no sentido de ampliar as possibilidades de intervenção e, consequentemente, de redução de vulnerabilidade, particularmente das mulheres. Sem dúvidas, este configura um enorme desafio para profissionais da saúde, pela particularidade do trabalho que desenvolve no cotidiano, através do contato

direto com indivíduos e o seu ciclo social de convívio, representado pelas famílias e comunidades. Emerge a necessidade de se compreender a totalidade das situações que envolvem o cotidiano dos pesquisados para o enfrentamento do problema.

Referências

CRUZ, M. H. S. Conceito de gênero e as desigualdades sociais. Capítulo 1, p. 10. In: DIAS, A. F. **Formação de professores para uma educação não discriminatória**. Aracaju. Infographic. 2014. 52 p.

DROGAS. Disponível em: <<http://saude.ig.com.br/drogas/#id2>> Acesso em 14 de julho de 2015.

II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD) 2012. Ronaldo Laranjeira (Supervisão) [et al.], São Paulo: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas (INPAD), UNIFESP. 2014.

LIMA, E. H. de. **Gênero, masculinidades, juventudes e uso de drogas**: contribuições teóricas para a elaboração de estratégias em educação em saúde. Pesquisas e Práticas Psicossociais 7(2), São João del-Rei, julho/dezembro 2012.

Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/index.php>> Acesso em 13 de Julho de 2015.

OLIVEIRA, J. F. de; PAIVA, M. S. **Vulnerabilidade de mulheres usuárias de drogas ao HIV/AIDS em uma perspectiva de gênero**. Esc. Anna Nery vol.11 no.4 Rio de Janeiro Dec. 2007.

Portal Brasil. Classe C já é maioria da população do País. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/03/classe-c-passou-a-ser-maioria-da-populacao-brasileira-em-2011>> Acesso em 13 de julho de 2015.

SCOTT, J. **Gender**: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

Tabela dos valores nominais do salário mínimo. Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm> Acesso em 10 de julho de 2015.

SERIA O REVANCHE DAS “BRUXAS”? DIVISÃO DE TRABALHO NA SAÚDE E ASSISTÊNCIA À MULHER NO PARTO

Wanessa Oliveira Silva

Bárbara Régia Oliveira de Araújo

Yara Lima da Costa

Karla Mychelle Cezario de Lima
Universidade Federal de Alagoas
wanessa.os@hotmail.com

Resumo: Este artigo teve como objetivo efetuar uma análise sobre as relações de trabalho que envolvem a assistência ao parto, a partir da discussão que relaciona o atual modelo obstétrico com a divisão de trabalho na saúde. Constatamos, a partir do percurso teórico e histórico, que o saber-fazer das parteiras expulsas violentamente pela medicina mercantilizada, aportada pela Igreja no século XIX, tem sido intensamente retomado ao centro do debate obstétrico, a partir de profissionais que sintetizam a retomada do parto normal para a saúde da mulher e a utilização científica e atualizada dessas práticas. Tais apropriações não são feitas, entretanto, sem constantes conflitos por parte dos profissionais historicamente privilegiados pelo padrão de dominação-exploração.

Parteiras, Trabalho, Saúde.

Introdução

Considerada expressão de um modelo de produção de saúde mercantilizado e objetificador do corpo das mulheres, a assistência ao parto tem sido alvo de crescentes críticas, devidamente evidenciadas diante da dificuldade do Brasil com a redução da mortalidade materna, ao número injustificável de casos de morbidade e internações em Unidade de Terapia Intensiva, e as cada vez mais recorrentes denúncias de violência contra as mulheres durante o trabalho de parto (Venturi, 2010). Notadamente as reflexões denominam o modelo de saúde como tecnocrático e hospitalocêntrico.

O que chamamos de tecnocracia no atendimento médico às gestantes partiu de uma espécie de ‘acumulação primitiva’ no trabalho da saúde, mediado por uma série de determinações sociais e econômicas que instrumentalizam o corpo feminino, ora como produto, ora como “máquina” necessária à reprodução do sistema capitalista. Essa relação simbiótica entre Patriarcado e Capitalismo é mais precisamente descrita pela socióloga brasileira Heleieth Saffioti (1987), ao definir a relação como dúbia vinculação entre dominação-exploração que englobam, necessariamente, a estrutura de classes, o machismo e o racismo.

Nossos estudos se propuseram a verificar como a subsunção do corpo feminino ao treinamento e prática do médico durante a hospitalização recorreu a uma opressão contra trabalhadoras tradicionais – as parteiras- e consequente pulverização de saberes relacionados a assistência. Consideradas bruxas, essas mulheres foram violentamente expulsas e expostas a situações de marginalização, embora suas atuações criminalizadas não tenham sido completamente prescindidas. Recorrendo a uma perspectiva histórico-estrutural, analisamos como as lutas por melhorias na assistência à saúde da mulher – reivindicadas por movimentos feministas e de saúde – também sintetizaram no retorno da assistência ao parto normal, que agora sintetizavam com a chegada das “parteiras modernas”: obstetrizes, enfermeiras obstétricas e parteiras tradicionais – as últimas capacitadas pelo Estado com o intuito de cortar os custos nos espaços distantes das capitais.

Assim, temos como objetivo identificar a compreensão das relações sociais envolvidas entre esses distintos profissionais da obstetrícia e suas técnicas empregadas na assistência ao parto durante esse processo- agora respaldado pelo discurso científico - que busca retomar a centralidade da parturição com menos intervenções de tecnológicas.

Quais os espaços de atuação das enfermeiras obstétricas, obstetrizes e parteiras no cenário da assistência atual, diante do complexo médico-industrial?

Como as medidas de reinserção dessas profissionais tem impactado nas rotinas de trabalho e na modificação dessas técnicas de parturição? Em que medida tem sido apontada a melhoria na qualidade da assistência obstétrica?

Resultados e Discussões

A história aponta que problemas de saúde sempre fizeram parte da vida dos indivíduos e a assistência a esses problemas sempre foi uma tarefa atribuída aos indivíduos reconhecidos por esta capacidade específica de melhor lidar com a atividade do “cuidado com o outro” (Pires, 1998). Nas sociedades tribais e indígenas da antiguidade - quando a subsistência era garantida através do trabalho de pesca, caça e agricultura, e o modo de produção era comunal – sacerdotes, pajés e feiticeiros eram reconhecidos por seus dotes especiais. Após aprenderem a atuar no ofício da cura, e obterem reconhecimento do grupo, eles passam a deter todo o controle do processo de trabalho: diagnóstico, preparação de medicamento e aplicação. Nesse período, o parto era tido como um fenômeno natural que não precisaria de cuidados especializados. Pires (1998) acrescenta que, apenas em casos de dificuldade, a mulher era atendida por pessoas próximas e, portanto, não se caracterizava como trabalho especializado, mas “parte das atividades que as pessoas fazem por si mesmas ou nas relações de troca e auxílio mútuo entre os membros do grupo” (PIRES, 1998, p.82).

Ao longo do tempo, mulheres que frequentemente passaram a auxiliar as outras no parto começaram a ser reconhecidas enquanto “parteiras”. Assim, até a primeira metade do século XVIII, o parto em si estava longe de ser um evento médico, classificando a primeira fase da obstetrícia identificada por Chazan (2004): a pré-profissional. Apenas em casos onde mãe ou filho não sobreviveriam, eram chamados os ‘cirurgiões-barbeiros’. Com seus instrumentos cortantes, a intervenção era sempre drástica: retalhavam o feto ou a mulher para a sobrevivência de um dos dois.

Proveniente da palavra latina derivada do verbo *obstare* – que significa “ficar ao lado” – a obstetrícia enquanto ofício entrou em sua fase de profissionalização na segunda metade do século XVIII, quando começa o processo de hospitalização e, assim, as parteiras são submetidas a uma série de opressões e investidas de escanteamento por parte dos então médicos que começavam a se formar.

Assim, vemos que o parto hospitalar nem sempre foi uma realidade. Tampouco os demais cuidados com a saúde dentro desses espaços. Segundo

Pires (1998), o local prioritário para atendimento de saúde ainda era o domicílio do paciente ou de agentes de saúde que começavam a se especializar enquanto profissão. Hospitais e enfermarias do século XVII estavam acoplados a igrejas e funcionavam para atendimento espiritual dos pobres tendo, eventualmente, a presença dos “físicos”. A modificação da finalidade dos hospitais só ocorre com a decadência do regime feudal e início da sociedade capitalista, quando os hospitais se tornam locais oficiais para formação médica e centralização dos cuidados com saúde.

Assim, ainda na idade média, Pires (1998) remonta que a assistência em saúde vai se especializando em ramos de conhecimentos, mas as principais divisões se encontram entre as práticas de leigos e de religiosos. Os religiosos da saúde atuavam com assistência física e espiritual, em alas específicas da igreja que cuidavam da saúde de pobres e indigentes; vale ressaltar que também na saúde os trabalhos intelectualizados eram mais valorizados do que as práticas manuais. Assim, os chamados “físicos” – que desempenhavam atividade de clínicos gerais – eram formados em mosteiros. Com base religiosa e metafísica, hegemonizava-se a produção de conhecimento, abarcando desde a ordem social aos processos de saúde e doença, antes praticados por trabalhadores tradicionais.

Além do mais, foi a medicina que, ao desenvolver ciências como anatomia, biologia e psiquiatria, passaram a fundamentar justificativas – através da diferenças corporais – para as relações de poder do homem sobre o corpo das mulheres (Rohden, 2001)

Esse período complexo de hospitalização reorganizava a divisão de trabalho. Se a primeira e segunda categoria era formada, respectivamente, por religiosos e físicos, a terceira categoria era formada por homens de ofício, indivíduos leigos que se profissionalizavam como dentistas, cirurgiões, cirurgiões barbeiros, além dos boticários. Os profissionais exerciam atividades praticamente artesanais e detinham todo o controle do processo de trabalho.

Como não cabia ao Estado a centralização do poder político, era a Igreja com seu assistencialismo e ideologia cristã que se destacavam pela manutenção da ordem social, privilegiando já àquela época a atividade intelectual a subordinar a atividade manual. A medicina clínica era considerada trabalho intelectual e estava hierarquicamente superior ao trabalho dos cirurgiões e cirurgiões barbeiros. As faculdades que começavam a se formar nesses hospitais de igreja possuíam como distinção a responsabilidade de não só formarem os futuros profissionais, como também de ditar as regras para o exercício de todos os outros.

Formados nas universidades e detentores do saber científico, os clínicos não se encontram em número suficiente para deter a totalidade dos serviços assistenciais na saúde, tendo de reconhecer as qualificações de outros ofícios em saúde para atuar em parte dessa totalidade do trabalho. Embora haja um processo de delegação de atividades dentro desses espaços, a especialização não possui um caráter tão subordinado aos clínicos na divisão social do trabalho, a não ser quando atuam em lugares de trabalho coletivo, como hospitais ou ambulatorios, o que ainda era uma realidade minoritária.

Então, começa a se desenvolver a maquinarias. Grandes grupos de trabalhadoras e trabalhadores migravam do campo para a cidade, passando a depender de unidades coletivas de atendimento. Os hospitais públicos começavam a ser instalados para atenção à saúde de trabalhadores. Em condições precárias e lotadas de enfermos provenientes das condições de trabalho, as unidades instituíram também o serviço da maternidade, com o objetivo inicial de servirem de “escolas” para estudantes (Garcia, 2013).

No Brasil, Maia (2010) afirma que os primeiros hospitais surgiram em situação precária, no século XVIII. Também vinculados à igreja, eram as chamadas unidades filantrópicas Santa Casa de Misericórdia.. Antes delas, o cuidado coletivo à saúde se restringia aos leprosários, herança do Brasil-Colônia no século XVI. A saúde só passou a se tornar uma preocupação quando as péssimas condições de vida dos trabalhadores, já no século XIX, passaram a comprometer a economia nacional.

O movimento de expulsão de trabalhadores tradicionais da saúde só foi “oficialmente” documentado, segundo alguns autores, a partir da elaboração do Relatório Flexner, em 1909. Segundo Waitzkin (1980), o documento tornou-se linha divisória entre o charlatanismo e uma medicina baseada nos estudos de laboratório, o que requereria um conhecimento com base em um ‘paradigma científico-racionalista’. É preciso esclarecer: o que se considerava ‘charlatanismo’ não só compreendia as intervenções baseadas em mitos, como incluía as práticas naturais de curandeiros tradicionais. Algumas práticas foram refutadas e outras apreendidas, no entanto, todos os trabalhadores tradicionais foram expulsos e considerados “desqualificados”, “fraudulentos”. Essa exclusão de trabalhadores e de saberes foi uma orientação acatada ampla, conveniente e acriticamente pelas instituições filantrópicas e pelos médicos que então se formavam. Entretanto, no que diz respeito ao parto, essa expulsão se deu ainda no século XIX.

Pires (1998) situa que as parteiras - que, como os práticos, se formavam pela rotina e pela relação mestre-aprendiz - continuavam cuidando das mulheres e

dos doentes, conquanto eram consideradas sábias pelo povo de suas comunidades. A centralização hospitalar, associada a igreja e às elites médicas, vinha com a necessidade de que os profissionais que lá se formavam tivessem corpos disponíveis para seus aprendizados. Assim, eram as mulheres as cooptadas dentro das unidades hospitalares para servirem de “cobaias de aprendizagem” de estudantes, de modo que o papel social das parteiras e seus instrumentos simples de trabalho passaram a ser escanteadas, e denominadas como “bruxas”, por uma igreja e pela elite que então estavam intrinsecamente ligadas e já entendiam as parteiras como concorrentes nesse tipo específico de assistência (MAIA, 2010; DINIZ, 2005).

Assim, no século XIX, durante essa maior centralização dos cuidados de saúde para os hospitais, foram criadas as maternidades. Maia (2010) relembra que, dentro do espaço hospitalar, apenas homens - especificamente da nobreza - poderiam executar atividades médicas. Nesse mesmo período, os médicos passaram a reivindicar o controle dos partos e sua institucionalização nas recém-criadas maternidades, que funcionavam como uma espécie de ‘escola’ para a prática da medicina. A consolidação do parto como atividade médica se deu através da criação de instrumentos próprios, como fórceps, pelvímeter, sondas, agulhas, tesouras, ganchos e cefalotribos. A maioria desses equipamentos eram mais utilizados com o intuito de justificar a superioridade em relação às parteiras, que apenas usavam as mãos e instrumentos simples.

Segundo Maia (2010), a prática intervencionista culminava com uma desqualificação das tradicionais e, por sua vez, o desaparecimento de todo um saber-fazer, onde várias manobras para facilitar o parto foram relegadas ao esquecimento. Por fim, Estado, Igreja e elite médica forçavam ainda mais a expulsão através do discurso de que as parteiras eram sujas, proibindo-lhes na base da força da lei, da religião e da repressão ao uso de qualquer instrumento.

De acordo Thébaud (2002), ainda que a ideologia dominante garantisse “maior segurança e controle” no parto dentro das maternidades, a falta de higiene e o manuseio irracional de equipamentos só provocava o aumento da mortalidade materna e néo-natal. As mulheres continuavam querendo parir em casa, com exceção das mulheres em situação de miserabilidade – que, ou não tinham opção, ou viam no uso do espaço da maternidade uma chance de serem assistidas pelo Estado.

Além do mais, como não podiam prescindir completamente do saber tradicional, os médicos cooptavam as parteiras para dentro das maternidades, onde agora desempenhariam funções de colaboração. Se antes a divisão do trabalho

era moldada pelo encaminhamento do processo do parto, agora homens criavam escolas onde as enfermeiras precisavam frequentar para, então, se tornarem assistentes. Segundo Chazan (2004), o fator oportunidade era determinante aos novos médicos: a atividade gerava rendas satisfatórias e era, ainda, uma porta de entrada para que os residentes iniciassem a clínica médica. Retirar fetos dos corpos das mulheres era, afinal de contas, o modo encontrado para se aprender a fazer a medicina. Na segunda metade do século 20, as parteiras já se tornavam ‘assistentes de parto’ e o trabalho coletivo na saúde já se estabilizava.

O parto hospitalar serviu, por fim, ao que se buscou: restringiu a competição com parteiras, fez crescer o controle médico sobre pacientes, estabeleceu o treinamento para novos médicos e, por fim, gerou a especialização na área.

A divisão de trabalho inicial – com médicos, residentes e assistentes – passou a ser complexificada e, a partir da expansão mundial do capital, se tornou imperativa na mercantilização dos serviços da saúde, até torná-lo uma representação em menor escala de toda a complexidade do atual sistema capitalista (WAITZKIN, 1980). Dentro dos hospitais, a fragmentação de funções fortalecia os sistemas de hierarquias, onde os médicos – transformados em cirurgiões ou clínicos – passavam a exercer funções de gerência de atividades.

Pires (1998) reforça, ainda, que dentre as divisões dos trabalhadores de saúde, os bioquímicos, formam-se em uma dúbia categoria que reestrutura, de um lado, a saúde, e do outro, a indústria farmacêutica. Essa divisão pode nos trazer algumas questões sobre as influências da indústria de medicamentos em todo o processo de medicalização da vida e na relação que Maia (2010) identifica como complexo médico-industrial.

Quanto à influência da indústria farmacêutica, o marco retratado por Diniz (2005) foi a descoberta do éter como anestesia, o que ocorreu entre o fim do século XIX e início do século XX, impulsionando a hospitalização e o paradigma unifatorial das doenças (WAITZKIN, 1980). Tal paradigma apregoa que as doenças são causadas por um fator específico, ignorando as circunstâncias sociais que por vezes determinam tantas patologias.

Segundo Waitzkin (1980), ao tempo em que cresce a acumulação de riqueza no mercado da saúde, o paradigma unifatorial¹ das doenças, a qual ela se serve, vai se revelando cada vez mais sobrecarregado e ineficaz. Rozenfeld (1989)

1 Segundo Waitzkin, o paradigma unifatorial é aquele em que as doenças são consideradas consequências da disfunção orgânica do indivíduo – e não como um problema social ou fruto das condições de trabalho, conforme defende Engels.

afirma que a acumulação capitalista permitiu um desenvolvimento científico e tecnológico para a produção de avanços nas ciências químicas e na fisiologia, o que não resultou em uma melhoria de saúde de uma maneira geral na Europa. Apenas no século XX, a concentração de recursos financeiros e tecnológicos foi responsável pela construção de tanques de fermentação para fabricação de antibióticos. De todo modo, segundo a autora, as condições sanitárias mostram que os padrões de doenças e de mortes prosseguem dependendo apenas de modo parcial às descobertas e empregos de tecnologia, constituindo o que a autora considera o ‘paradoxo capitalista’: a ampla possibilidade de saúde e vida longa coexistindo com a predominância absurda de doenças e mortes por causas evitáveis.

Bolaño (s/d) declara que todo o movimento de mercantilização consistiu na elaboração de unidades coletivas de tratamento, com divisão de trabalho entre médicos e paramédicos, ou seja, verdadeiras empresas capitalistas de atenção à saúde, denotando a apropriação do modelo de divisão fabril na ‘indústria’ de serviços de saúde. Para o autor, o modelo hegemônico de produção de conhecimento em saúde como elemento que organiza o trabalho neste setor segue também a mesma lógica das especialidades e da fragmentação.

Pires retrata que, no Brasil do século XIX, ainda havia poucos médicos e a divisão de trabalho formulada pelo modelo europeu era estruturada de modo semelhante a esses países, com físicos e clínicos e atividades de enfermeiras profissionais praticadas nas Santas Casas. A maioria dos trabalhadores da saúde, no entanto, era formada por práticos e aprendizes, ora vindos dos outros países, ora formados no próprio Brasil por meio de familiares e tradição oral.

O principal local de atendimento ainda era os domicílios. No século XVIII, os hospitais que surgiam serviam para atendimentos militares e lazaretos para doentes de hanseníase. A instituição da medicina como profissão se dá após a criação das Academias Médico Cirúrgicas, cujo papel é, além de formar médicos, controlar o trabalho e estabelecer normas e regras para a atividade de outros profissionais de saúde. Assim, as profissionais que antes eram independentes, autônomos, se tornam controlados pelos médicos.

A retomada de certa autoria se dá apenas de maneira dispersa nas diferentes profissões. A enfermagem, por exemplo, só tem sua formação independente a partir de 1923, com a criação da escola Ana Neri. Pouco antes disso, em 1920, as parteiras se integram à profissão da enfermagem, que já incorpora também outros assistentes manuais subalternos a este sistema de hierarquias.

Desde a faculdade estudantes associam o modelo de humanização a um ‘retrocesso’ e não concebem que, existindo as “inovadoras” ocitocina ou analgesia, elas não sejam empregadas. Por fim, a total falta de hábito de uma educação continuada retira dos médicos a responsabilidade de atualizar os conhecimentos. Resulta então que a medicina obstétrica, após décadas de prática e ensino de uma obstetrícia cirúrgica e medicalizante, termina por formar cada vez mais novos médicos que já não assistem mais parto normal por um motivo anterior à desmotivação: porque simplesmente não sabem como fazê-lo. Em 2001, o Ministério da Saúde já reconhecia essa situação:

Após anos desta prática, instituiu-se uma cultura pró-cesárea na população em geral e entre os médicos. Como conseqüência, parte importante dos obstetras não se encontra suficientemente motivada, e até mesmo capacitada, para o acompanhamento ao parto normal. Por sua vez, em uma relação médico-paciente assimétrica, as mulheres têm dificuldade em participar da decisão do tipo de parto, sentido-se menos capacitadas para escolher e fazer valer seus desejos frente às “questões técnicas” levantadas pelos médicos (MS, 2001, p. 19).

Por outro lado, o desenho do complexo médico-hospitalar industrial estimula, conforme reforça Waitzkin, a cultura de *valorização da doença*. Ao que observamos na dissmeinação de conhecimentos obstétricos, essa valorização é repleta de distinções entre o que torna-se produtivo ou não, o que está mais voltado ao consumo de tecnologias ou não.

Já no que diz respeito ao modo de organização do trabalho, a obstetrícia, enquanto setor de ‘aprendizado’ passava a ser lócus privilegiado para a difusão do modelo tecnocrático. Ao realizar um estudo sobre o modelo obstétrico do século XIX, a antropóloga Emily Martin (2006) pôs-se a inspecionar documentos médicos e constatou que os textos escritos à época referiam-se ao corpo feminino, em suas mais diversas fases, a uma produção fabril. Neste ponto, a mulher tem posição dupla: ora é a máquina que auxilia involuntariamente no processo de ‘produção’, ora é justamente o equipamento danificado que atrapalha o nascimento dos bebês perfeitos. Era a justificativa ideal para que os médicos intervissem a fim de ‘consertar’ o equipamento e estabelecer normalidade ao processo.

Não se trata de metáforas, apenas. A ‘ciência’ enraizava à época a formalização de um processo de trabalho. O modelo tecnocrático se firmava na organização do trabalho voltado ao atendimento por produção: o corpo visto como máquina; o médico como mecânico. Com o parcelamento das especialidades, o homem também passa a ser fragmentado em órgãos, o que se mistura a um modelo positivista de compreensão das patologias. Aplicado à gestante, a mulher é eliminada como sujeito, e o corpo inteiro, no caso da obstetrícia, reduzido a uma parte: o útero. As influências emocionais e de opressão pelo ambiente - que, hoje, sabidamente são conhecidas como determinantes para a fluidez do parto -, eram (e são) absolutamente desconsideradas. As práticas de rotina são padronizadas, e a assistência hospitalar a partos é, por fim, moldada segundo a organização de trabalho de uma linha de montagem taylorista, cujas categorias de tempo e movimento passam moldar a organização do trabalho e a serem patologizadas.

Além do mais, os velhos procedimentos que provocam iatrogenias, são considerados: o constante deslocamento da mulher em espaços distintos da maternidade, segundo as fases do processo de parturição; o intenso aparato tecnológico e fármaco-químico; a obrigatoriedade de que ela se deite, aumentando as dores e a dificuldade de parir mas favorecendo a visualização e o controle do médico; e, por fim, o ‘efeito cascata’ que culmina um parto vaginal traumático pelo excesso de intervenções, ou uma cesariana (Maia, 2010)

No entanto, a ineficiência dessas políticas públicas e privadas pôde ser reconhecida pelo próprio Ministério da Saúde. Em 2011, com 53% dos nascimentos provenientes de cirurgias abdominais, cerca de 90% na rede privada, a intensa lotação de maternidades, o consumo excessivo de medicamentos para mulheres e bebês no nascimento, fizeram o então ministro reconhecer as cesarianas como uma “epidemia” (BRASIL, 2009).

Diante do problema, a estratégia Rede Cegonha decidiu interceder com mais uma ação: fortalecer a inserção de enfermeiras obstétricas e obstetrizas – em outros países identificadas como “midwives”- no cenário do parto, para uma melhoria na qualidade assistencial. A ação foi fundamentada por estudos da revista científica *The Lancet*, que apontaram a centralidade dessas profissionais nos 21 países com melhores índices de saúde materna (Fiocruz, 2015)

Atualmente, os profissionais habilitados pelo Ministério da Saúde brasileiro para realizar assistência de parto normal são os obstetras, as enfermeiras obstetras, e as parteiras tradicionais. Se no século XIX as parteiras foram escanteadas pelo parto médico, no século XX volta à cena outro tipo de assistência ao parto:

agora efetuado por enfermeiras obstétricas. A obstetrícia é, portanto a especialidade forçada a abrir guarda do monopólio ‘técnico’ médico, já que, em partos normais sem complicações, pode ser exercida por outra categoria de trabalhadores da saúde. Se antes da medicina, eram as parteiras que detinham a ‘arte de partejar’, atualmente o espaço é reivindicado pelas enfermeiras obstétricas ou obstetrizes.

A noção do parto humanizado, ao apregoar menos intervenções e maior liberdade da mulher, torna-se um espaço mais propício à enfermagem do que à medicina. Aliada à queda da fecundidade feminina, o mercado diminuiu consideravelmente, o que, de um lado, fez aumentar a competição e, do outro, fez diminuir o interesse médico por esse tipo de especialidade (MAIA, 2010).

Ainda assim, são constantes as investidas médicas no sentido de deter o monopólio dos nascimentos. Para Fernandes, as casas de parto são exemplos latentes da disputa. No Brasil, os Centros de Parto Normal foram instituídos – no papel - em 1999, e direção e atuação neles caberia aos enfermeiros obstetras. Até o momento, a implantação física de um Centro é extremamente problemática em decorrência do amplo poder da elite médica junto ao Estado e às próprias instâncias privadas.

Embora haja exceções, Fernandes retrata que grande parte dos médicos até admite a enfermagem como um trabalho integrante na assistência ao parto. Mas apenas integrante. A partir do momento em que a categoria tem autonomia para realizar procedimentos, termina por ‘invadir’ um espaço médico. Instituídas as Casas de Parto, os conselhos de medicina voltaram-se agressivamente contra a atividade dos enfermeiros-obstetras na assistência ao parto normal. O posicionamento da elite médica como crentes na perspectiva de que o trabalho na saúde dispõe de uma hierarquia e de que são os ‘líderes’ da equipe de saúde.

Considerações Finais

As lutas por melhorias na assistência às mulheres no parto evidenciam como elemento necessário a reinserção das profissionais que pratiquem a parturição com todas as práticas individuais que esse momento comporta à saúde da mulher. Atualmente representadas por enfermeiras obstétricas e obstetrizes, essa categoria se encontra na linha de frente de um antagonismo proveniente do sistema capitalista e patriarcal, que tem uma corporação médica reprodutora.

Assim, identificamos que determinações sociais e econômicas contingenciam diretamente o modelo de atendimento ao parto e a relação entre

profissionais que atuam nesse cenário, ao tempo em que interferem no avanço do modelo de nascimento “humanizado” reivindicado ideologicamente por movimentos sociais e, posteriormente, pelo Estado. As modificações técnicas determinadas pelas práxis diferenciadas entre as categorias profissionais não podem dissociadas dessas mediações, muito embora a reprodução de condutas misóginas, violentas e voltadas à produtividade também se verifiquem de uma maneira generalizada.

No entanto, percebe-se que as transformações têm sido postas em realidade, ao tempo em que própria realidade evidencia mais a insustentabilidade do sistema de saúde mercantilizado. Mais do que nunca, a reunião das mobilizações feministas e das categorias vinculadas à obstetrícia precisam ser articuladas para que o atendimento às mulheres tenha transformação qualitativa dentro do contexto do gênero e das necessidades humanas, diretamente contrárias à produção de saúde determinada pela produtividade e precariedade.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Dez Passos para a Atenção Humanizada ao Parto**. Secretaria do Estado da Saúde do MS. 2009 Disponível em <http://migre.me/tJ0GC>
Acesso em 12 de julho de 2014

CHAZAN, L. K. **A história da obstetrícia e a patologização da gravidez** [artigo com- pleto]. In: XI Encontro Regional de História; 2004; Rio de Janeiro. Democracia e Conflito. Rio de Janeiro: ANPUH, 2004

DINIZ, CSG. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(3): 627-637, 2005

FERNANDES, Patrícia Jacques. **Ato Médico: Versões, Visões e Reações de uma Polêmica Contemporânea das Profissões da Área de Saúde no Brasil**. Dissertação de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2004.

FIOCRUZ. **Nascer no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/nascerweb.pdf>> Acesso em 2 de maio de 2015.

MAIA, Mônica B. **Humanização do Parto: Política Pública, comportamento organizacional e *ethos* profissional.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

MARTIN, Emily. **A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução .**
Tradução: Júlio Bandeira. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 384 p.

OCKÉ-REIS, C. O.; ANDREAZZI, M. F. S.; SILVEIRA, F. G. **O mercado de planos de saúde no Brasil: uma criação do Estado?** Disponível em: <http://migre.me/tj1W3>
Acesso em: 2 de março de 2015.

ROHDEN, F. A construção da diferença sexual na medicina. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 19, supl. 2, p. 201-212, 2003.

WAITZKIN, Howard. **Uma visão marxista do atendimento médico. Tradução: Rubens Turkienicz. Revisão: Geraldo Lucchesi.** São Paulo: Editora Avante, 1980.
Traduzido do original "A Marxist View of Medical Care", *Annals of Internal Medicine*, 89: 264-278, 1978.

FEMINISMO, POLÍTICA E PODER



GT 08

MEMÓRIAS DO MOVIMENTO DE LÉSBICAS BRASILEIRO: AS CONSTRUÇÕES SILENCIADAS. A HISTÓRIA QUE NÃO PUBLICIZARAM.

Ana Carla da S. Lemos

GEPERGES Audre Lorde – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidade.

Marion Teodósio de Quadros (Orientadora)
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

Este trabalho é um resumo da monografia apresentada no Curso de Ciências Sociais, na UFPE, 2015.1, teve como objetivo pesquisar sobre o surgimento do movimento de lésbicas brasileiro, como se constituiu a partir das interlocuções com o movimento “homossexual” e feminista, com ênfase para o surgimento e fortalecimento do movimento e suas lideranças, em meados da década de 1980, dividido nos períodos de surgimento, fortalecimento e institucionalização das pautas lésbicas no Brasil. Teoricamente o trabalho apresenta o recorte do feminismo lésbico, em diálogo com a Antropologia feminista, especialmente sob a influência latino-americana e caribenha. A metodologia visou o reconhecimento o “objeto” enquanto sujeito, com realização de entrevistas, observação participante, nos SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas (2006, 2010, 2014) e entrevistas semiestruturadas com algumas representantes do movimento lésbico. Em todo o trabalho foi levada em conta a reflexão instigante e desafiadora do lugar situado e de fala. Conclui-se que, se faz necessário pensar um diálogo maior entre as diversas pautas feministas, articulando o que une as mulheres, assim como suas especificidades, independente da orientação sexual, raça e classe. Reconhecendo as sujeitas enquanto sujeito de direito e as suas contribuições para os diversos movimentos. Assim, como o dialogo com o movimento antes denominado “homossexual”, precisa ser revisitado e pensar as bases estruturantes das parcerias, visto ainda, o machismo, rachas e segregações que navegam por elas.

Palavras chaves: movimento de lésbicas, teorias lésbicas, feminismos, antropologia feminista, participação política.

Introdução

A lesbianidade em sua trajetória histórica tem raízes em Safo, poetisa grega, que viveu no ano de 640 a.C. Pioneira nas escritas sobre o amor entre mulheres exerceu sua autonomia enquanto construção de ser político, regendo-se contra as normatizações, que deixaram marcas para o mundo, com sua coragem, inovação, poemas que ressaltam a beleza do amor entre mulheres para além de todo o ato político intrínseco em seus atos.

Audre Lorde, negra, poetisa, lésbica, feminista, escritora norte-americana que em meados da década de 1980, já falava do seu lugar situado, a partir dos seus referenciais identitários de lésbica, negra, mãe, poeta.

No Brasil, o processo de construção da “identidade” lésbica vem de uma forma muito silenciosa, inclusive, como narrativa histórica, os diálogos entre os movimentos feministas, “homossexuais” e de lésbicas, são truncados, quando se fala em evidenciar os seres lésbicos na qualidade de participantes e sujeitas das reivindicações políticas no “berço” dos movimentos.

A falta de reconhecimento, de sistematização das vivências, dos debates e pesquisas na academia prejudica a construção histórica dos seres enquanto autônomos e sujeitos das construções juntos aos demais atores sociais, isso diz muito ainda do modelo machista e normativo enraizados na sociedade.

Porém, toda a trajetória de afirmação da orientação sexual para o reconhecimento político se deu no campo dos diversos movimentos lésbicos, feministas “homossexuais”, em suas tessituras políticas e de questionamentos das normatizações, em que os corpos se tornam autônomos a partir dos seus desejos e vivências do privado, que também é público (BEAUVOIR, 1949) e político.

Entender as trajetórias políticas, identificar as questões específicas que deram origem ao movimento, compreender as interfaces e tensões com os movimentos feminista e “homossexual”, publicizar a formação do movimento de lésbicas e as organizações envolvidas, são passos importantes para reconhecer o processo histórico dos sujeitos lésbicos, em suas tessituras políticas e participações em outros movimentos, pensando as relações e pautas que se imbricam ou se afastam nas bandeiras prioritárias enquanto movimentos políticos e sociais.

Para endossar este debate, é importante perceber os rachas e agregações perante o movimento feminista, “homossexual” e lésbico, especialmente, por questionar os motivos que o movimento de lésbicas, parte dele não se auto-reconhece como movimento feminista e também, o movimento feminista

ainda não reconhece em suas pautas políticas os direitos sexuais para além da heterossexualidade.

Podemos perceber veementemente uma relação de gênero, classe e raça, mencionando Ochy Curiel (2007), quando se pensa na evidenciação dos movimentos, onde essas variáveis deveriam ser trabalhadas de forma imbricadas. Entretanto, há um imbricamento tendencioso de pensar os privilégios partindo dos vieses de classe, raça e orientação sexual “predominante”, o que estava fora dos rótulos ligados ao mundo masculinista, sofreria a exclusão e silenciamento.

Pensar a partir das literaturas existentes o movimento de lésbicas é um campo mais marginalizado, pois pouco se diz sobre a história das lésbicas no Brasil, como mencionam Simões e Facchini quando analisam a trajetória do movimento homossexual e LGBT *“as mulheres aparecem pouco nas fontes disponível do período”*. (2009, p. 66).

São a partir desses diálogos que levam a crer que a lesbianidade no Brasil ainda é um assunto que precisa muito ser pesquisado e entendido as nuances das exclusões que vão direcionar-se ainda pela heteronormatividade e tendências políticas que continuam excluindo as lésbicas e silenciando suas construções políticas e históricas.

Para refletir sobre o movimento de lésbica, foi necessário pensar a partir da epistemologia feminista, do lugar situado da fala, das reflexões teóricas sobre os gêneros, feminismos, sexualidades, além da observação participante nos eventos específicos de lésbicas.

Todo este trabalho é delineado a partir dos pressupostos feministas, dialogando com as práticas sociais e a postura epistemológica que se empenha em valorizar as mulheres no processo de construção do conhecimento e de suas narrativas histórias, a partir do lugar situado e de fala (Haraway, 1995).

A metodologia foi baseada na observação participante, nos SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas (2006, 2010, 2014) e 09 (nove) entrevistas semiestruturadas com algumas representantes do movimento lésbico, lideranças do movimento do eixo Rio – São Paulo, por entender, que naquele momento o movimento se fortaleceu inicialmente nessas regiões.

Teorias lésbicas, olhares identitários, para além heteronormatividade.

“A pesquisa e a teoria feminista que contribuem para a invisibilidade ou marginalidade lésbica estão realmente atuando de modo

contrário à libertação e ao empoderamento das mulheres como um grupo.” RICH, p. 18.

As trajetórias do movimento lésbico sempre fora um tabu nos diálogos com os diversos movimentos sociais e no processo de sistematização nos quais as mulheres são mencionadas como o “*Outro*”, como as que não têm acessibilidade e/ou participação política, pois a elas foram delineados a categoria do privado. Como Falquet (2006) menciona, as lésbicas são condenadas a invisibilidade, são pouco estudadas nos espaços acadêmicos, inclusive, passando para o campo dos movimentos sociais também a sistematização ainda é precária e pouco divulgada.

Falquet (2006) e Rich (1993) trazem teorias lésbicas feministas que vão dialogar contra o sistema denominado como heteronormativo ou a heterossexualidade compulsória, sistema este que vai colocar as mulheres por meios culturais e ainda considerados “naturais”, no lugar exclusivo das relações entre homens e mulheres.

Este modelo que coloca a mulher no lugar de subordinação aos homens de forma compulsória é um sistema que compreende as mulheres no seio de sua reprodução, dos papéis considerados “cristalizados, corretos e como o único destino as mulheres”, reproduzindo, assim, um sistema opressor que vem de todos os lados na reprodução de lugares que não necessariamente seriam cristalizados se a cultura machista e religiosa não tivesse influenciado fortemente, especialmente as mulheres que não tiveram acesso ao processo educacional de qualidade e participação política.

O sistema opressor que coloca as mulheres no lugar de subserviência contribui para o fortalecimento da exclusão de outras “mulheres” que tenha uma prática afetivo-sexual diferenciada, como no caso das lésbicas, tornando-as invisíveis na historicização, na sistematização e no reconhecimento da participação política, sendo consideradas como “homossexuais”, pois culturalmente está ligada aos homens que relacionam afetivo-sexualmente com outros homens, desta forma, estariam elas resguardas pela “força” do masculino.

“As lésbicas têm sido historicamente destituídas de sua existência política através de sua “inclusão” como versão feminina da homossexualidade masculina. Equacionar a existência lésbica com a homossexualidade masculina, por serem as duas estigmatizadas, é o mesmo que apagar a realidade feminina mais uma vez” RICH, 1993, p. 20.

A exclusão sofrida pelas lésbicas no campo social e acadêmico é reafirmar a hetonormatividade, onde as possibilidades de construções sociais diversas ficam limitadas as práticas ditadas pelo machismo. Mesmo que a lesbianidade venha com sua trajetória história de longa data, o apagamento desta trajetória histórica vai denunciar a prática do “medo” do sistema patriarcal, onde os homens e algumas mulheres se sentem ameaçados/as, pois tudo que vai contra o sistema patriarcal tentará ser apagado e confinado nas páginas das exclusões.

Por isso Wittig (1980), vai repensar o que seria a mulher, afirmando, “*as lésbicas não são mulheres*”. A autora traz uma postura extremamente lésbica feminista radical de pensar para além da condição do ser mulher, questionando as normatizações do sistema heteronormativo, identificando as lésbicas, no não lugar do ser mulher, nem o segundo, nem o terceiro sexo, por negar os papéis cristalizados do que seria ser mulher socialmente.

Podemos considerar a lesbianidade como um projeto político lésbico feminista radical, pois ele “tira” as mulheres dos “papéis cristalizados da heteronormatividade”, dos lugares que seriam para as mulheres heterossexuais, questionando a heteronormatividade como um projeto político capitalista que coloca as mulheres no lugar de objeto, da reprodução, replicando discursos, inclusive bíblicos que vão colocar a mulher no lugar de submissão, do “*Outro*” (Beauvoir, 1949).

Nestas perspectivas temos que pensar os meandros que vão circular nos percursos feministas, pois se era necessário estimular as mulheres aos direitos públicos e políticos, porque, quando se fala da lesbianidade, há um silenciamento mortal? Os corpos são guardados em armários, com enormes cadeados e sem chave.

Para pensar da forma interseccional Curiel (2007) sugere que se trabalhem as categorias de gênero, raça e classe. Falquet (2006) sugere que além dessas três variáveis, se inclua a sexualidade, pois é a partir desses diálogos que se reflete sobre a subordinação das mulheres e lésbicas.

A construção da identidade lésbica é uma forma de rejeitar a “supremacia” onde as pessoas colocam a heterossexualidade, como forma única e possível de relação afetivo-sexual. Tudo que foge desta “norma” está fora do campo dos direitos em suas amplitudes.

Mello (2005) menciona as lésbicas como categorias identitárias e socio-políticas, a categorização revolucionária de assumir o termo lésbica vem do desejo da afirmação para a garantia de direitos, que há muito foram invisibilizadas desde os primórdios com Safo, Cassandra Rios, Audre Lorde, lésbicas

que deixaram seus marcos históricos, e que da forma delas reivindicaram na sociedade um lugar que pense a partir das especificidades das relações afetivo-sexuais entre lésbicas.

No contexto das identidades políticas, por todo histórico brasileiro de exclusão, Hall (1999, p. 12) menciona: “A *identidade, então, costura (ou para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura.*”. Como o autor menciona, as estruturas, especialmente as globais, estão direcionadas para alguns sistemas políticos que ainda tem muito poder na sociedade, como o sistema heterossexual, capitalista, racista e de “homens”. Tudo que está fora do sistema HCRH¹ está ausente do campo dos diálogos de construção que reconhecem as pessoas enquanto sujeitos de direitos na ampla esfera das construções sociais.

Pensar as identidades ligadas às estruturas globais, no caso do movimento lésbico, seria se agregar a um modelo de sistema HCRH, a partir da estrutura identitária como estrutura fixa, embora o sujeito pós-moderno não tenha identidade fixa, essencial ou permanente, como defende Hall (1999).

Tencionar e pensar as estruturas de construções do pós-moderno, no Brasil, ainda se torna “imaturado”, devido ao sistema HCRH, pelas construções culturais, pelas desigualdades sociais ainda existentes, especialmente nas questões de gênero, raça e classe, onde as garantias dos direitos estão reduzidas a uma parcela da população a depender do poder econômico, da classe, cor, sexo e sexualidade.

O sistema HCRH é cheio de signos, assim como a lesbianidade também está, por exemplo, quando se pensa nos modelos de relações, se uma lésbica tem que ser “feminina” e a outra “masculina”, não necessariamente, se cumpre como um modelo da reprodução heterossexual, ou as práticas sexuais que aprisionam, como o dito “papai e mamãe”, visto que, as formas de relações são múltiplas e fora das caixas que sufocam.

Nos lugares de questionamentos do que seriam as “normas”, podemos pensar a partir do referencial teórico de Spivak (2010) que traz a contribuição de pensar o mundo a partir de um olhar não eurocêntrico, do conhecimento das epistemologias do Sul, com o seu questionamento: *o subalterno pode falar?*

Vimos que por diversos momentos as subalternas não puderam falar, foram colocadas às margens, porém, mediante ao projeto lésbico político feminista radical de pensar as relações para além dos meandros do sistema HCRH, questionando as nuances entre o campo biológico e o das construções sociais,

1 Sistema heterossexual, capitalista, racista e de homens.

avaliando as elaborações teóricas e empíricas, os pontos-chaves nos quais as lésbicas e mulheres não puderam falar ou falaram pouco, muitas vezes de forma assistemática, tem resistências políticas, vivenciais e afetivas que vão se delineando, a partir das contribuições das epistemologias feministas e feministas lésbicas.

Refletir sobre as nuances teóricas são pontos importantes para pensar a trajetória do movimento lésbico articulado com as construções acadêmicas.

O surgimento do movimento de lésbicas brasileiro e suas interfaces.

O movimento de lésbicas é um movimento que surge a partir do final da década de 1970, quando por influência do movimento LGBT norte-americano, através do ocorrido de Stonewall Inn².

Safo, poetisa grega que viveu em 640 a.C., teve uma escola só para mulheres, na qual havia os ensinamentos das artes e o empoderamento político para pensar a forma de atuação no mundo. Safo foi uma das lésbicas que ficou conhecida em todo mundo, mesmo com vários dos seus escritos queimados, há retalhos de sua obra, contribuindo para a memória lésbica no mundo.

No Brasil, Cassandra Rios, no final da década de 1940, escreveu o livro *Volúpias do Pecado*, romance lésbico que teve grande repercussão, refletindo sobre a lesbianidade como forma de existência, resultante de sua atuação política literária. Ela também escreveu o livro “Eu sou uma Lésbica”, no final da década de 1980. Suas publicações foram cassadas no período da ditadura militar, pois questionavam a “ordem” da moral e dos bons costumes capitalistas e machistas, sobretudo, da censura na liberdade de expressão da ditadura.

Mesmo com esta trajetória que antecede o dito “surgimento” do movimento “homossexual” há evidências políticas de reivindicações de direitos que se dão antes, como mencionado. É notório, que antes as reivindicações trazidas por mulheres não foram evidenciadas, pois o modelo de construção das epistemologias trazida por mulheres tinha valor “menor” em frente ao modelo “tradicional” da ciência androcêntrica.

2 A revolução ocorrida em 1969, no Bar Stonewall Inn foi resposta às violências cometidas contra a população LGBT. A revolução durou 3 dias e influenciou o movimento LGBT de todo o mundo, ficando conhecido o dia 28 de junho, como o dia internacional do orgulho LGBT.

As lésbicas estavam sempre problematizando as ações dos movimentos feminista e “homossexual”, resistindo e formulando ações que as visibilizassem. Tanto que, no mesmo ano de publicação do Jornal Lampião³, surge o Grupo SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual, em São Paulo. Embora o grupo tivesse sido formado inicialmente por homens, as mulheres foram se integrando momento posterior como relata Facchine (2005).

Marisa Fernandes, lésbica feminista, que participou do processo de efetivação do Somos – SP traz seu relato:

“Formamos um grupo de atuação lésbico feminista, que se propôs a encaminhar a reflexão sobre o machismo dentro do SOMOS. Deu-se então a criação do Grupo Lésbico Feminista, o LF. Dessa forma continuamos atuando no SOMOS até que em maio de 1980, após a realização do I Encontro Brasileiro de Homossexuais, o EBHO saímos definitivamente do Grupo Somos, e nos organizamos como um grupo autônomo, que passaria a se chamar finalmente Grupo de Ação Lésbica Feminista-GALF - apenas para ficar no feminino - 1980 a 1989.” (São Paulo, 2015, entrevista realizada pela autora)

A partir da entrevista trazida por Yone Lindgren, relata que o Somos também se constituiu no Rio de Janeiro, só que lá a história era diferente de São Paulo, havia 10 (dez) mulheres e 06 (seis) homens para a formação do grupo. Como eles eram minoria, ameaçaram algumas mulheres, por questões pessoais, havendo mais um racha entre gays e lésbicas. Foi assim que fundou-se o Grupo Mulher em Atividade.

As lésbicas procuravam se organizar em grupos mais amplos para pensar de forma coletiva as pautas, que para elas faziam parte de uma conjuntura maior que seriam a garantia de direitos de forma mais orgânica e para todas as pessoas, independente da orientação sexual, gênero, raça e/ou classe. Talvez, neste momento a esperança da fraternidade e igualdade, além da sororidade feminista tenha falado mais alto, desmoronando em seguida.

O encantamento que todas as pessoas poderiam lutar juntas por um mundo melhor é um processo complicado, especialmente para as lésbicas.

3 Jornal fundando em São Paulo, que tinha o intuito de divulgar as ações e diálogos sobre homossexualidade.

Na estrutura do movimento dito “homossexual”, quando se pensa nas pautas específicas para as lésbicas, há um silenciamento total, ocasionando o primeiro racha dentro do Somos-SP, fundando o grupo LF – Lésbicas Feministas, para refletir sobre os recortes lesbianos, não durando a existência, pois entre elas as coisas funcionavam, mas quando as pautas era levadas para o grupo como um todo, os diálogos eram truncados, havendo sempre a não prioridade das pautas específicas para as lésbicas.

No movimento feminista mais amplo se pensava a mesma coisa, a inclusão das bandeiras e pautas lésbicas também sofria recusa. Fry e Macrae (1991, p. 101), mencionam o capítulo *“As lésbicas: uma pedra no sapato das bichas e das feministas”*.

A primeira edição do livro *“O que é homossexualidade”*, de Fry e Macrae, ocorreu em 1983, na efervescência do “surgimento” do movimento homossexual. Os autores, que sempre estudaram a homossexualidade, conseguiram captar as mensagens que eram reproduzidas nos espaços sociais. De um lado, as feministas não queriam mais ser taxadas de “sapatão”, “entendidas”, “mal amadas”, termos da época, usados para “xingar” as feministas, por questionarem as “normatizações” do que seria mulher em uma sociedade com todos os traços patriarcais e machistas. Do outro lado, os gays e afins, pensando que poderiam reivindicar direitos a partir de vivências masculinistas e machista de fazer ciência e movimento social.

Com todo este envolvimento de resistências em trabalhar de forma conjunta as pautas que deveriam fazer parte do movimento feminista e “homossexual” de forma geral, foi necessário pensar em feminismos, pois há o feminismo que contribui para reproduzir a heteronormatividade, excluindo outras pautas que questionam tais normatizações.

É neste interim que os recortes identitários sejam refletidos com a contribuição de Curiel (1996) a partir de gênero, classe e raça, e Falquet (2006) contribui com a variável da sexualidade, evidenciando a sua importância para o controle patriarcal do corpo das “mulheres”. Por toda esta conjuntura, os movimentos sociais foram se fragmentando a partir de suas especificidades e embora muitas críticas fossem de encontro a esta fragmentação, ela foi necessária para o fortalecimento das organizações lésbicas e seu reconhecimento social.

Em 1981, depois da dissidência do LF – Lésbico Feminista do SOMOS - SP, surge o GALF – Grupo de Afirmação Lésbico Feminista, o primeiro grupo lésbico no Brasil que vai pensar as pautas específicas das lésbicas, permanecendo com suas atividades até o final da década de 1980, adequando o nome Rede

de Informação Um Outro Olhar, grupo este que produziu revistas para refletir sobre a diversidade sexual como um todo.

Iremos ter outros grupos que nasceram ainda na década de 1980, porém para este momento vamos focar nos grupos ou redes que foram pioneiros para o movimento lésbico de forma geral e as especificidades das lésbicas.

Para além das demais questões, 1995 é um ano que vai marcar um “recomeço” histórico para o movimento de lésbicas, visto a articulação das lésbicas negras dentro do XVII - Encontro da ILGA – LAC⁴, ocorrido no Rio de Janeiro, conforme entrevista com Neusa das Dores, fundadora do COLERJ – Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro, junto com Elizabeth Calvet (em memória), foi dentro do espaço da ILGA que elas, ativistas lésbicas foram questionadas sobre a organização das lésbicas no Brasil.

Foi a partir deste questionamento externo que o COLERJ – Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro e outras ativistas se reuniram para refletir a organização mais direcionada para as lésbicas brasileiras. No término da reunião, os grupos COLERJ e o Um Outro Olhar ficaram como representando a secretaria da ILGA no Brasil. Por problemas políticos, o COLERJ recebeu um comunicado informando que não seria possível sua permanência, ficando apenas o Grupo Um Outro Olhar na secretaria.

Naquele momento, elas tinham ficado de organizar um evento que seria uma extensão da ILGA, resolvendo então fortalecer o COLERJ e o movimento de lésbicas, realizando o SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas. Com esta decisão, foram pensar projetos e articulações políticas, mobilizar recursos, tendo mais êxito na pasta da saúde, pois ainda havia um recorte forte da prevenção das DST/HIV/AIDS para a população LGBT em geral.

É neste entremeio que as precursoras, lésbicas negras, Neusa das Dores e Elizabeth Calvet (em memória), mobilizaram lésbicas do Brasil para se reunir e fortalecer o movimento de lésbicas, a partir de suas expectativas e suas especificidades.

Poucas pessoas conhecem essa história do movimento de lésbicas, pois os movimentos quase sempre foram pensados e coordenados por pessoas brancas e de classe média, assim como no início na articulação do SOMOS, é a partir de 1995 que o movimento toma um rumo diferenciado na história, sendo visibilizado o protagonismo das lésbicas, especialmente, as negras e feministas.

4 Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais para América Latina e o Caribe.

Evidentemente que elas tiveram participações anteriores, mas este é um referencial diferenciado para o assunto mencionado.

Em 1996 é realizado o I SENALE, com o intuito político da organização nacional dos grupos de lésbicas e ativistas independentes no Brasil, contribuindo para a construção e fortalecimento das lésbicas como sujeitos políticos, visto que, as lésbicas tinham se organizado dentro de outros movimentos tendo suas especificidades e suas histórias silenciadas.

O relatório do I SENALE aponta a participação de mais ou menos 100 (cem) lésbicas de algumas regiões do Brasil, umas poderiam aparecer nas fotos e atas, enquanto outras ainda estavam no anonimato.

O seminário foi de suma importância para o movimento de lésbicas em geral, especialmente porque pensou um marco histórico com o dia 29 de agosto, como dia nacional da visibilidade lésbica, data que sempre é comemorada em grande parte do Brasil, sendo um mês que concentra muitas atividades e articulações políticas.

Após a organização do I SENALE, outros foram organizados em diferente estados do Brasil, como cita LEMOS, 2014, p. 7:

“O SENALE durante este tempo aconteceu oito vezes, sendo três vezes no Sudeste, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Três vezes no Nordeste, Bahia, Ceará e Pernambuco. Uma vez no Norte, Porto Velho, e uma vez no Sul, Porto Alegre.”

Nos anos 2000, mais iniciativas foram pensadas para o movimento de lésbicas brasileiro, agora com mais fortalecimento desde as teorizações e práticas feministas, até o processo de formação política de novas lideranças brasileiras, que foi um dos pontos focados. Neste interim, vários grupos tiveram papéis importantes, principalmente, desfocando do Sudeste, mas outras regiões aparecem e fortalecem as trajetórias, especialmente o Nordeste.

Considerações finais

O percurso realizado de historicização do movimento de lésbicas nos faz perceber que existe um abismo entre as práticas sociais e a produção escrita. No Brasil, poucas escritoras/es se preocuparam em refletir sobre o movimento de lésbicas, ressaltando que há poucas publicações sobre o movimento. No entanto, assim como para escrever sobre as populações excluídas que precisam de pesquisas, porém, infelizmente, no Brasil as priorizações ainda têm tendências andocêntricas.

A maioria da literatura sobre o surgimento do movimento “homossexual” centraliza os homens e suas práticas, reforçando dos papéis de gênero, através do paternalismo, machismo e evidenciando apenas o sexo masculino, pois segundo o modo tradicional de fazer ciência é feita a partir dos vieses da objetividade e neutralidade, distanciamento e isenção (LOURO, 1997:19).

Mesmo com toda a discussão feminista de que o privado também é público e político, há o silenciamento em exibir a lesbianidade e suas pautas, pois ainda é através da sexualidade e do sexo que se controlam as práticas sexuais, então existe uma defasagem enorme das bandeiras de lutas nos movimentos feministas.

Conhecemos, neste trabalho, algumas lésbicas que refletiram sobre as relações lesbianas, colocando-as como uma prática política feminista e radical, que vai contra as teorizações que colocam as mulheres no campo do biológico e nas reproduções da heterossexualidade obrigatória.

“A existência lésbica inclui tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida. É também um ataque direto e indireto ao direito masculino de ter acesso às mulheres. Mas é muito mais do que isso, de fato, embora possamos começar a percebê-la como uma forma de exprimir uma recusa ao patriarcado, um ato de resistência.” RICH, 1993, p. 20.

A existência lésbica vai questionar as cristalizações do que seria o papel da “mulher” nas sociedades que as colocam no lugar da reprodução, do cuidado, de objeto, tirando-as do protagonismo de sua história, de seus desejos, de suas vivências desvinculadas dos homens.

Como Falquet menciona, as relações lésbicas são quase sempre tabu, pois, para questionar o sistema HCRH (heterossexual, capitalista, racista e homossexual), e suportar um nível elevado das diversas formas de violências contra a parcela da população que sai dos modelos cristalizados das normatizações, é preciso ter postura política diferenciada, nem sempre fácil de se alcançar.

Um das formas de violência foi o processo de silenciamento, especialmente no movimento feminista, como Rich (1993) mencionou:

“a invisibilidade ou marginalidade lésbica está realmente atuando de modo contrário à libertação e ao empoderamento das mulheres como um grupo”.

Enquanto houver uma parcela do movimento, dito feminista, que nega a existência lésbica, o silenciamento das pautas e a prática do entendimento do ser integral e suas especificidades ficam comprometidas.

Nas vivências trazidas para este trabalho, vimos que, na estrutura do movimento LGBT também há violências, dentre elas, a de gênero e o silenciamento das pautas específicas são as mais agravantes, pois, ainda há um senso comum machista e a reprodução de que os homens podem mais e detém o poder. Essas práticas têm sido reproduzidas nas estruturas do movimento LGBT, até os dias atuais.

Referências bibliográficas:

ALVES, Branca Moreira e PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo?** Brasiliense, 1991. (Coleção primeiros passos).

BEAUVOIR, Simone de. **Segundo Sexo. 1. Fatos e Mitos** (6ª ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil, 2000.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

FALQUET, Jules. **De la cama a la calle: perspectivas teóricas lésbico-feministas**. Bogotá, Ediciones Antropos, 2006.

FRY, Peter. **O que é homossexualidade?** Editora Brasiliense, 7ª edição, 1991, 126 p.

GOLDENBERG, Mirian. **Toda mulher é meio Leila Diniz**, Rio de Janeiro, 2ª edição - Bestbolso, 2011.

GROSSI, Miriam Pillar, UZIEL, Anna Paula, MELLO, Luiz. **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, travestis**. Rio de Janeiro, Garamond, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomas Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 3ª edição, Rio de Janeiro, DP&A, 1999.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial.** Cadernos Pagu (5) 1995: pp. 07-41.

KOTLINSKI, Kelly. **Diversidade Sexual - Uma breve introdução,** 2008.

LEMOS, Ana Carla da S. **Dialogando sobre o 8º Seminário Nacional de Lésbicas: históricos, observações, trajetórias, interfaces, participação política e poder, entre os movimentos de lésbicas e movimentos feministas. Rachas ou agregações?**

Perspectivas feministas de gênero: desafios no campo da militância e das práticas científicas: anais [do] 18. Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste (REDOR), 24 a 27 de novembro de 2014, Recife, PE / [coordenação geral]: Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão... [et]. Recife: EDUFRPE, 2015.

LEVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco.** 2. ed. -. Petrópolis, Vozes, 1982, 537p.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, Vozes, 1997.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento.** São Paulo: Perspectiva, 1999.

PICHARDO, Rosa Ochy Curiel. **Crítica pós-colonial desde las praticas políticas del feminismo antirracista. Nómadas,** nº 26, abril de 2007.

RICH, Adrienne. **A heterossexualidade Compulsória e a existência lésbica.** In: GELP, Barbara C. & GELP, Albert (editores). New York/London: W.W. Norton & Company, 1993. Tradução: Carlos Guilherme do Valle

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Recife: SOS CORPO, 1995.

SILVA, Zuleide Paiva. **A teoria política de Monique Wittig revisitada. LES Online,** Vol. 5, nº 1, 2013.

SIMÕES, Júlio Assis, FACHINE, Regina. **Do movimento homossexual ao movimento LGBT.** São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2010.
Tradução: Almeida Sandra Regina; Feitosa, Marcos Pereira e Feitosa, André Pereira.

WITTIG, Monique. **O Pensamento Hétero.** New York, Modern Language Association
Convention, 1978.

FALAS DE GÊNERO DA PARTICIPAÇÃO POLITICA DE MULHERES NO CARIRI CEARENSE

Antonia Eudivania de Oliveira Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
eudivanciasilva@gmail.com

Resumo

Apresento nesse texto reflexões quanto à participação política de mulheres no legislativo em três cidades da região do Cariri cearense. Tenciono aqui a ideia de um campo político rígido, marcado historicamente como espaço próprio da ação masculina, nesse contexto, a participação feminina se apresenta como requerente de um reconhecimento de um gênero enquanto possuidor de qualidades legítimas para estar no campo da política. O objetivo da investigação era perceber entraves a efetiva participação política de mulheres e como elas se percebiam naquele campo específico. O que acabamos por inferir foi que essas mulheres superam as barreiras da política como sendo mais uma entre tantas que tem que enfrentar, constroem-se como dignas e capacitadas para representarem seu povo, e creditam isso a sua própria condição de gênero.

Palavras-chaves: Gênero, Mulheres, Participação Política, Legitimidade.

Introdução

Nos últimos anos tive a oportunidade de acompanhar a ascensão política de algumas militantes de movimentos feministas no Cariri Cearense. Ou seja, mulheres que passaram de forma eletiva a ocupar cargos públicos no legislativo das principais cidades da região. Essa transição de espaço de atuação das referidas militantes despertou-me à possibilidade de um aprofundamento dos estudos desenvolvidos anteriormente, direcionando-os a partir de agora ao tema da condição da mulher na região do CaririCE, com foco na atuação política institucional.

Nas eleições de 2008, as cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, as maiores e principais cidades da região do Cariri, elegeram ao todo sete mulheres para câmara de vereadores, maior percentual até então. Perguntamo-nos assim, que relação pode haver entre o contexto regional de violência contra a mulher¹ com a eleição de mulheres a cargos públicos nessas cidades? É certo que nos últimos anos projetos e medidas vem legitimando a participação efetiva das mulheres nos espaços públicos formais, um dos exemplos mais expressivos foi a aprovação da lei nº 9.504, que estabelece uma cota mínima de trinta por cento (30%), para as mulheres em cargos eletivos e uma cota máxima de setenta por cento (70%), para qualquer um dos sexos. No entanto, as dificuldades que essas leis têm enfrentado para sua efetivação demonstram que só a aprovação não tem sido o suficiente para mudanças de uma cultura política que, historicamente, alijou as mulheres dos espaços de participação do poder. Observar a implantação desse tipo de lei tem estimulado reflexões em várias vertentes sobre o enfrentamento da questão levantada quando se estuda relações de gênero e política.

A proposta de estudo é de ter como referencia o campo da política para investigar questões quanto às atuais condições do gênero feminino. E essa é uma tarefa que se mostrou, ao longo do caminho complexa, devido a suas imbricações e interfaces. O campo da política já é marcado por si só por uma construção ou procura individual por legitimidade, no entanto, maximizamos esse quadro ao tratarmos de candidaturas femininas. Diz Barreira (1998), que essas entram no páreo “com a complexidade do pedido de licença para o reconhecimento”, inclusive de que podem estar ali, pois elas não aparecem apenas com a força partidária ou com os atributos pessoais, “as mulheres entram no cenário político com o estatuto de gênero” (BARREIRA, 1998. P. 105).

E no que implicaria esse estatuto de gênero? Pois bem, se levarmos em consideração que as instituições sociais carregam consigo as crenças e valores das suas respectivas sociedades e que em nossa prática social as qualidades femininas até pouco tempo atrás não eram compatíveis com o espaço público da política formal, porque ele mantinha e/ou ainda mantêm características reconhecidamente masculinas, como força, imparcialidade, persuasão, autoridade. Temos nesse campo, uma luta por reconhecimento de um gênero enquanto possuidor de qualidades legítimas para estar no campo da política. Se mulheres não ocupavam cargos públicos em nossa cultura era porque não admitíamos ainda, enquanto sociedade, essa possibilidade.

Sendo assim, indagamos: de que maneira o gênero feminino se legitima no espaço público de governabilidade? Quais qualidades são eleitas pelas próprias mulheres para ocuparem esses espaços que por tanto tempo foram inapropriados para a “condição feminina?” E de que forma os movimentos de mulheres influenciaram na conquista direta por esse espaço? Nesse esforço de construir essa relação de legitimidade da mulher nos espaços públicos, não podemos, aqui, deixar de reificar a força e as lutas dos movimentos feministas que evidenciaram a condição da mulher e trouxeram mudanças importantes quanto às possibilidades de se conceber as relações sociais. Compreendo que a conquista feminina do espaço formal da política – entendendo esta como a que dá acesso a governabilidade – que vem ao longo dos anos se consolidando, traz consigo discussões que vão muito além de concepções políticas ideológicas (BARREIRA, 1998) e/ou questões sobre as divisões do espaço em público e privado, elas chegam ao que cada sociedade concebe como sendo homem ou mulher (SCOTT, 1990).

Diante desse quadro considero nesse estudo identificar quem foram as mulheres eleitas na região do Cariri? Como se constituíram suas trajetórias políticas, seus entraves e suas aberturas à participação política institucional? Como se dava a relação com a família, os filhos e de que forma conciliavam os mundos públicos e privados? Os aprofundamentos nessas questões nos levaram a discussões pertinentes sobre a condição feminina diante dessas relações e, principalmente, nos fez vislumbrar mais uma vez a iminência de “outros” atores sociais. Nesse campo há outras possibilidades do feminino, e estas estão aqui em pleno processo.

No cariri, essas mudanças são visíveis e devido ao seu contexto particular recente, são mudanças passíveis de um acompanhamento em tempo real, como diz Barreira (1998) a respeito do tempo de campanha em seu estudo. Não

estamos em tempo de campanha, mas, estamos em tempo de organização de fatos sociais cruciais para a região, o que nos possibilita observar questões de consolidação do feminino no espaço da política da governabilidade imprescindíveis para as novas formas de se conceber o gênero feminino e por que não masculino, já que não podemos perceber um sem sua estreita relação com outro.

Metodologia

Por nossos trabalhos anteriores, eu já tinha contato com a agora vereadora Mara Guedes, vinda dos movimentos de Crato-CE. Acompanhei várias de suas falas junto a Câmara de Vereadores e sempre estávamos juntas em manifestações, passeatas, seminários sobre violência. Ela como membro engajado e eu como membro “investigador” que ajudava o movimento, e assim ela me entendia, como uma “Companheira de luta”, isso me dava acesso a certas informações mesmo elas sabendo minhas circunstâncias. Essa aproximação me abriu portas, primeiro, porque me possibilitou acompanhar os passos de uma futura vereadora e consolidou minha primeira entrevista que foi vista com bons olhos por ela, que acredita que se “tem que falar do trabalho que as mulheres estão fazendo em todas as instâncias da vida social, porque só de ela estar lá, já é muita coisa”. E segundo, porque os contatos seguintes ficaram menos complicados por causa do primeiro.

Visitei todas as câmaras municipais, acompanhei seções e acompanhei, principalmente, as seções de posse realizadas agora do final de 2012 e começo de 2013, fiz contato apresentei-me, mas sem muita empolgação da parte delas. Até, que minha primeira vereadora nos forneceu os contatos de sua companheira de tribuna em Crato, Joana Pedrosa e intercedeu, ela disse da importância do trabalho delas e que seria bom elas falarem disso. Em seguida encontrei-me com Joana.

As mulheres com quem trabalhamos podem estar (e isso não é uma afirmação) em condições “subalternas” se comparadas às posições masculinas dentro do mesmo campo, no entanto, se as compararmos com outras mulheres suas condições sociais são claramente superiores. Todas tiveram acesso ao ensino superior, umas com mais sacrifícios pessoais outras nem tanto. A maioria vem de famílias que já tinham influência nas decisões políticas da região, algumas de grande importância. Então, não conversávamos com mulheres que podiam ser conduzidas ou influenciáveis, são mulheres que estavam acostumadas ao

público, mesmo que uma ou outra não se sentisse tão confortável nessa posição, todas entendiam o jogo e as convenções do que se pode falar e do se deve calar.

Ao elaborarmos as entrevistas, como em qualquer outro estudo do tipo, tínhamos aquelas questões chave, nas quais acreditávamos que estariam o epicentro da nossa escrita, foi exatamente isso que aconteceu, mas não de acordo com as previsões. Essas perguntas indagavam sobre suas possíveis dificuldades para participarem da política, sua relação familiar, as jornadas de trabalho, a relação com os colegas de tribuna. Esperávamos encontrar dificuldades, anseios, desconforto, no entanto, nos deparamos com mulheres entusiasmadas em cumprir todas as suas funções, em mostrar que nada as impede de estarem naquele espaço e que são completamente aptas para as funções públicas.

Elas queriam falar, queriam mostrar e dizer o quanto o trabalho que realizaram era importante para suas famílias, para comunidade e para outras mulheres. Sabiam exatamente o que queriam dizer, e por fim, ouvi-as atentamente. Suas aventuras, as barreiras enfrentadas e suas conquistas, algo que nos diz mais sobre elas do que se poderia esperar, porque elas tinham uma imagem da mulher ideal para ocupar esse lugar e suas falas tentavam aproximar-se dessa mulher, possibilitando-nos outras formas de percebê-las.

Um fato, em especial, foi fundamental na pesquisa de campo, qual seja: das sete vereadoras eleitas em 2008, apenas uma foi reeleita; uma desistiu da disputa partidária; outra possibilitou revesar o mandato com marido; outra foi cassada por irregularidades no mandato. De maneira geral, todas desejavam de algum modo continuar vereadoras. Isso as impulsionou a falar ainda mais de seus trabalhos e da “diferença” que faziam enquanto legisladoras, demonstrando a injustiça que era elas estarem privadas, por qualquer que seja o motivo, dessa função, tão cara a elas e que consideram já tão próprias do que entendem ser mulher.

Discussão

Para Irllys Barreira (1998) é possível pensar que, a longo prazo, o aumento crescente das mulheres no cenário político promova uma desnaturalização dos atributos de gênero ainda fortemente explorados. Levando em consideração o Cariri cearense, eu não diria ainda desnaturalização nos termos de Barreira, mas elucidaria, que a crescente influencia das mulheres na política formal está reposicionando os gêneros feminino e masculino, e encontrando novas funções

para os mesmos, bem como, encontrando novos hábitos (BOURDIEU. 2002. 2007) para o gênero feminino.

A mulher não só pode como deve estar na política. Nós temos deveres e direitos como qualquer outro, porque não participar, não reivindicar, não lutar. Para mim, eu digo muito isso, a política é o meu esporte (Mara Torres. 58 anos. Janeiro de 2013. Juazeiro do Norte-CE).

Eu sei que dizem que é mais difícil para as mulheres, pode até ser, mas eu não sinto muito isso não, sabe por quê? Porque minha vontade de estar lá é maior. A gente só tem que enfrentar esse espaço, sabe? Eu gosto daquilo tudo ali, e se for só homem que gosta de política, de disputa, de briga... Então já vi que eu não sou mulher (Delian Matos. 43 anos. Janeiro de 2013. Juazeiro do Norte-CE).

Falo aqui em reposicionamento, porque as mulheres que estão ocupando o espaço da política formal no Cariri cearense, não estão desconstruindo uma velha imagem da mulher, como portadora da sensibilidade, do carinho, como a pessoa que cuida e se preocupa, como mãe zelosa. Elas reforçam essa ideia e reposicionam essas características que dizem ser próprias do feminino, como algo extremamente positivo e agora necessário para o campo da política. Isso tudo somado ao gosto pelo público, pela disputa e a vontade de ajudar os outros, faz desse um lugar ideal para a ação feminina.

De todo modo, o que acredito ser novo pensando em mulheres efetivamente participando da política formal é o fato de que essas mulheres no Cariri se apropriaram de um discurso onde a política precisa hoje de uma novos atores e novas formas de atuação.

Muitas pessoas hoje chegam para gente desacreditadas, sem fé na política, quando me dizem isso, eu digo que num é na política não, é nos políticos que ocupam aquelas funções. Olhe, eu ainda tenho fé na política sim, e acho que muita coisa só se resolve através dela mesmo, o que a gente tem que mudar são as pessoas que estão lá. Não precisamos mais de gente insensível, que não se coloca no lugar do outro, que não entendem que a vida é difícil para maioria das pessoas (Maria Ednalda. 38 anos. Janeiro de 2013. Barbalha-CE).

Na hora que as pessoas entenderem que política é importante, que as pessoas que eles votam influenciam na vida deles, isso vai mudar. Quando nós entendermos que a culpa não é só dos políticos e os eleitores assumirem sua parcela, as coisas vão mudar. Vejam só, as mulheres reclamam de sua condição, mas não votam em mulheres. Nós somos a maioria dos eleitores e não conseguimos colocar trinta por cento de vereadoras em uma câmara. Isso é falta de confiança nas mulheres, será que elas acham que os homens vão entender a situação das mulheres? Para mim política é uma coisa boa, a gente tem que colocar lá pessoas que entendam as dificuldades de uma simples, que saiba o que é luta, que tenha sensibilidade para cuidar dos seus (Mara Torres. 58 anos, Janeiro de 2013. Juazeiro do Norte-CE).

Eu sou vítima de violência porque sou vítima de uma educação machista, quando eu terminei o quinto ano que era para eu ir fazer o ginásio, meu pai disse que filha de agricultor não precisava de muito estudo não, e eu tive que vencer isso. Quando vim para cidade sofri porque era filha de agricultor, pobre, mulher e ser isso tudo não é fácil não. Aí o povo quer eleger gente rica, que nunca teve problema na vida, que não sabe como é difícil o dia-a-dia de uma pessoa normal que tem que trabalhar por uma família. Eu sei o que é isso, uma mulher sabe o quanto a vida é difícil, porque ela luta todos os dias, uma luta que pode ser invisível para muita gente, mas para ela tá ali (Mara Guedes. 63 anos. Novembro de 2012. Crato-CE).

Eu lhe digo aqui que qualquer mulher que se dedique a política, que ganhe ou que perca ela é uma heroína, porque ela tem filho, tem marido, tem trabalho, e a responsabilidade não é mesma coisa pra um homem e pra uma mulher, você sabe disso. Uma mulher quando inventa de vir pra esse lugar aqui, ela vem pra fazer alguma coisa de verdade, ela não vai ser enfeite não. A política tá feia sim, eu mesma me decepcionei muito quando cheguei aqui, até o dia em que eu percebi que não era a política, eram os políticos, esses tem que mudar. Os homens, os meus companheiros, nunca fizeram nada sozinhos, tem um monte de gente para fazer as coisas por eles, eles só mandam, foi isso que eles aprenderam a fazer, mandar. E chega uma hora na política que você precisa fazer com

as próprias mãos, eu faço isso (Joana Pedrosa. 48 anos. Agosto de 2012. Crato-CE).

Tem que mudar muita coisa viu, mas principalmente eu acho que a gente precisa de gente nova, de pessoas que não estejam viciadas ainda naquele jogo. Não sei se só a mulher da conta disso, mas acho que começar por elas para mudar essa realidade já é um começo. A gente entra com coragem, com sensibilidade e sendo fiel, são características que fazem parte da mulher e que estão fazendo falta na política de hoje em dia (Mira Sampaio. 46 anos. Novembro de 2013. Juazeiro do norte-CE).

Diante do atual quadro político nacional essas mulheres evocam outros sujeitos sociais para assumir o estado, um sujeito não viciado nos jogos políticos, com coragem, fiel aos seus, com força para lutar, que entenda que a vida não é fácil e que saiba se colocar no lugar dos outros, porque só assim pra entender as necessidades dos outros e cuidar como se deve. Essas mulheres descrevem como novo sujeito para política o que elas acreditam que elas representam, e assim elas se fazem necessárias e legítimas do campo da política.

Nós somos diferentes em tudo ali dentro. Por mais que nós tenhamos nossos conflitos, porque tem que ter eu me sinto respeitada por eles. Eles me tratam com carinho porque eu mostro para eles que a mulher é para ser tratada com carinho. Independente do grupo político, e essa é uma coisa minha de mulher, eu procuro em toda sessão cumprimentar os meus colegas com um beijinho, mesmo que eles não tenham o hábito, eu dou um beijinho na cabeça, como uma mãe faz com um filho. E mesmo eu sendo mais nova que muitos deles eles me tratam como uma mãe. Eu me preocupo com os problemas deles, com os filhos deles, brigo quando eles tratam mal suas esposas. E assim mostro que na condição de mulher nós podemos ajudar até nossos colegas de trabalho que são homens. Penso que se tivéssemos mais mães ocupando cargos políticos nossa política seria outra (Joana Pedrosa. 48 anos. Agosto de 2012. Crato-CE).

Vera Soares (2013) em artigo intitulado *Percepções e atitudes: mulher e participação política*, diz que houve mudanças e avanços nas percepções

das mulheres da sua própria condição de mulher. Cabe-nos perguntar, qual o alcance destas mudanças, e que tipo de avanço traz para a mulher na sociedade brasileira. Para Soares (2013) as tensões e complexidades das identidades femininas que se apresentam não nos permitem ainda assertivas ou conclusões finais, mas podemos dizer que apontam para outra redistribuição das responsabilidades, no que diz respeito as famílias, as empresas, ao estado, enfim ao que diz respeito a todo o mundo social (SOARES. 2013. P. 338).

Resultados

Trato, portanto, nesse estudo, dos entraves e das particularidades vivenciados por essas mulheres para efetiva participação na política institucional local. Tenciono as expectativas às suas ações no campo com alguns conceitos próprios dos estudos de gênero, aqui é onde tentamos descrever a lógica de que modo as mulheres se legitimam nesse espaço a partir de suas próprias percepções do que seja política e do papel de mulher.

As mulheres que estão na política formal no cariri, se veem dignas e capacitadas para estarem ocupando esse lugar, e elas creditam isso a partir da sua própria condição de gênero. São as qualidades femininas que as tornam, segundo elas, próprias para o cargo, mais que isso, o campo da política precisa e é carente dessas qualidades femininas, só assim para de fato a política servir a sua comunidade. Desse modo o que antes as afastavam da política formal é o que as legitima nesse campo: suas qualidades femininas.

Para tanto elas tornam possível negociar o ser mulher, apreendendo as regras do campo e ao mesmo tempo criando novas formas de estar lá. Acredito que para os estudos de gênero esse quadro se torna relevante pois podemos perceber mulheres se reinventando, agregando novos valores e elas mesmas a aos campos onde estão se inserindo, fazendo com que haja expectativas da uma ação feminina em lugares antes dominados pelos status masculino.

Para tanto elas tornam possível negociar o ser mulher, apreendendo as regras do campo e ao mesmo tempo criando novas formas de estar lá. Acredito que para os estudos de gênero esse quadro se torna relevante pois podemos perceber mulheres se reinventando, agregando novos valores e elas mesmas a aos campos onde estão se inserindo, fazendo com que haja expectativas da uma ação feminina em lugares antes dominados pelos status masculino.

De onde vejo os dados aqui apresentados se fazem importantes, principalmente se somarmos a isso o fato de que hoje a bancada na Câmara é composta

por 49 deputadas em exercício do mandato (maior número até então), e recentemente, pela primeira vez uma mulher foi eleita presidenta do país e, igualmente inédito, abriu a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), também é a primeira vez que temos 25% de mulheres ocupando cargos no ministério, ministras com fortes posicionamentos políticos e presidentes de grandes empresas estatais, ao mesmo tempo temos a primeira ministra do superior tribunal eleitoral (STE). Ainda pela primeira vez temos uma mulher como titular da Mesa diretora da Câmara.

Esses são avanços visíveis da inserção da mulher em instâncias importantes da sociedade brasileira, mas é ao mesmo tempo impressionante que 80 anos depois do direito ao voto nós ainda estejamos contando as primeiras. O que apresentamos ao final desse estudo é que a participação efetiva das mulheres na política e nas estruturas formais do estado ainda é um caminho a ser percorrido, e por isso mesmo digo aqui que os estudos de gênero e/ou de mulheres estão longe de um momento estacionário, como aludem alguns.

Referências Bibliográficas

BARREIRA, Irllys. A. F. Chuva de Papéis - Ritos e Símbolos de Campanha Eleitoral no Brasil. RIO DE JANEIRO: RELUME DUMARA, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.

_____. O poder simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

MARQUES, Roberto. Gênero, agência e trânsito de mulheres no Cariri contemporâneo. In: SILVA, M. A.; BENEVIDES, N. Z. e OLIVEIRA JUNIOR (org). As vozes do tempo:

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Educação e realidade, Porto Alegre, V. 16n. 2, 1990.

SOARES, Vera. Percepções e atitudes: ser mulher e participação política. In: VENTURINI; GODINHO. Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública. SESC SP. Fundação Perseu Abramo. 2013.

A POLÍTICA DE COTAS E A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NO PODER LEGISLATIVO BRASILEIRO (2002-2014)

Bárbara Maria Farias Mota¹

Antônio Alves Tôrres Fernandes²

Marcus Vinícius de Sá Torres³

Dalson Britto Figueiredo Filho⁴

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar como a alteração na Cota Eleitoral de Gênero (Lei 12.034/09) impactou na representação de mulheres no Congresso Nacional. Metodologicamente, replicamos os dados secundários do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), referente às eleições para os cargos de Senador e Deputado Federal, entre 2002 e 2014. Em particular, utilizamos estatística descritiva e multivariada para testar a hipótese de que a obrigatoriedade do preenchimento da Cota aumentou a quantidade de candidatas eleitas. Os resultados prévios indicam que as mulheres continuam sub-representadas, evidenciando que o dispositivo jurídico ainda não encontra respaldo na esfera político-partidária e no âmbito social. Esperamos contribuir para o fortalecimento de políticas públicas voltadas para ampliação da participação feminina nos processos decisórios.

Palavras-chave: Cota eleitoral, Participação de Mulheres, Eleições.

1 Mestranda em Sociologia e Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: barbarafmota@gmail.com.

2 Graduando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: fernandes.antonio@gmail.com.

3 Graduando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: marvinist@hotmail.com.

4 Professor de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (DCP/UFPE), Doutor e Mestre em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (DCP/UFPE). E-mail: dalsonbritto@yahoo.com.br.

Introdução

Em maio de 2015, as parlamentares que compõe a Bancada Feminina na Câmara dos Deputados protestaram em plenário pela reserva de 30% das cadeiras do legislativo para as mulheres⁵. A polêmica proposta de alteração do sistema proporcional de lista aberta para o chamado Distritão ⁶ foi a pedra de toque para reacender a discussão sobre a Cota de Gênero no âmbito Legislativo. Isso porque caso aprovado, esse sistema beneficiaria justamente os que já compõem o processo decisório, ampliando ainda mais às dificuldades de acesso ao poder por parte de minorias historicamente excluídas das instâncias de decisão política.

Entretanto, é importante ressaltar que os avanços da legislação eleitoral no tocante à ampliação da participação desses grupos no parlamento é um dos incentivos para que o espaço deliberativo esteja em consonância com os papéis desempenhados pelas mulheres na sociedade atual. Embora elas componham a maior parte da população (51,3%), de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e 52% do eleitorado, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), apenas nas últimas décadas que a presença feminina passou majoritariamente da esfera privada para à pública, tendo como exemplos notórios: a ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho, nas universidades e em espaços de domínio marcadamente masculino, como posições de direção na administração pública e cargos eletivos em diferentes órgãos representativos.

Diante disso, esse trabalho analisa como a Lei 12.034/09 (que alterou a Cota de Gênero) impactou na ampliação da representação política feminina. O foco repousa sobre a relação entre a obrigatoriedade do preenchimento da Cota e a ampliação do número de mulheres eleitas. Em particular, o trabalho testa a hipótese de que a obrigatoriedade do preenchimento da Cota aumentou a quantidade de candidatas eleitas. Para tanto, replicamos dados secundários do TSE referente às eleições para os cargos de Senador e Deputado Federal, entre 2002 e 2014.

5 Ver: < <http://noticias.r7.com/brasil/bancada-feminina-protesta-na-camara-e-pede-30-das-cadeiras-nos-parlamentos-as-mulheres-21052015>>

6 Para mais informações sobre os sistemas eleitorais no Brasil ver Samuels (1997) e Nicolau (2004; 2006).

Representação Feminina⁷

Nas últimas décadas, a adoção de políticas de ação afirmativa, incluindo-se a Cota de Gênero, tem sido um importante mecanismo para ampliação da participação feminina nas instâncias decisórias. De acordo com Araújo (2001), esse tipo de iniciativa, seja por adesão voluntária dos partidos, seja por legislações eleitorais que a institua, significa um instrumento fundamental para inserção das mulheres nas esferas de poder. Tais impactos resultam tanto no aumento da presença feminina no âmbito representativo parlamentar, como ressignificam determinadas concepções sobre o papel da mulher na política. Por exemplo, a luta pela equidade de direitos civis entre os gêneros.

Ainda assim, de acordo com dados da Procuradoria Especial da Mulher do Senado e da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados (2015)⁸, as mulheres ocupam apenas 10% das cadeiras na Câmara e 16% das cadeiras no Senado, ilustrando desse modo, que a representação atual das Casas Legislativas ainda não se encontra em correspondência com a composição demográfica do país⁹. Além disso, do total de 28 partidos que elegeram parlamentares para a Câmara dos Deputados, em 2014, ao menos 11 não possuem nenhuma representante mulher (39,28%). Em comparação com outros países, o Brasil também apresenta uma tímida representação feminina no parlamento, ocupando a 158ª posição de um *ranking* de 188 nações (União Interparlamentar, 2015). Índia (12%), Nigéria (13,3%) e Uzbequistão (16%) também superam o Brasil. A representatividade feminina é ainda mais crítica quando comparada a outros Parlamentos da América do Sul, já que o país está no último lugar desse *ranking*, com apenas 9,9% de mulheres ocupando as cadeiras do parlamento.

Diante desses dados, é inevitável questionar que elementos explicam a sub-representação das mulheres na política? Em princípio, há vários fatores que explicam a discrepância de gênero no âmbito representativo parlamentar. Um dos pontos comumente levantado nesse debate é a histórica diferenciação dos papéis sociais de gênero, que reflete a estrutura patriarcal de desigualdade no acesso ao poder. Nessa leitura, a política é reconhecida como eminentemente

7 <http://www.westga.edu/~history/FacultyUpdated/EMacKinnon/Spring%202011%20Syllabi%20and%20Materials/Gender.pdf>

8 Ver: <<http://ebooks.cambridge.org/chapter.jsf?bid=CBO9780511790980&cid=CBO9780511790980A018>>

9 Ver <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>

masculina enquanto que caberia às mulheres as atividades da esfera doméstica. Tal percepção, por conseguinte, explicaria o desinteresse do público feminino pela política.

No entanto, uma pesquisa realizada pelo DataSenado¹⁰, em 2014, sugere que o suposto desinteresse das mulheres pela carreira política é, na verdade, fruto de dois outros fatores: falta de apoio dos partidos políticos (41%) e dificuldade de concorrer com um homem (19%). Ou seja, o alcance da paridade de gênero na política (por meio da alteração na legislação eleitoral) é insuficiente quando não há o efetivo apoio em um espaço historicamente masculino, que neste caso corresponde aos partidos. Adicionalmente, a lista aberta do sistema proporcional reduz ainda mais a visibilidade de um público que já é minoria quantitativa no âmbito político-partidário. Diferente, da Argentina, por exemplo, em que a lista é fechada com uma exigência de uma mulher para cada dois homens.

Lei de Cotas

A 4ª Conferência sobre as Mulheres, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1995, foi uma das principais contribuições no âmbito global para o crescimento de assembleias legislativas mais equânimes em termos de gênero¹¹. O principal destaque desse evento foi a aprovação de uma plataforma mundial para adoção de medidas que fortalecessem a participação das mulheres na política.

A partir disso, inúmeros países, incluindo-se o Brasil, adotaram leis a serem aplicadas por partidos e parlamentos nos processos eleitorais, objetivando a maior equidade entre homens e mulheres na representação política. No caso brasileiro, a primeira Lei de Cotas foi promulgada há mais de vinte anos (Lei 9.100/95) e estipulava a reserva de no mínimo 20% de candidaturas femininas nas listas dos partidos e das coligações para o cargo de vereador. Como evidencia Miguel (2000), a Lei já se mostra pouco eficaz na sua formulação, por tratar apenas da reserva para os cargos proporcionais, excluindo-se, portanto, os cargos de confiança que são preenchidos por critérios políticos no Executivo, bem como àqueles ocupados por eleição majoritária. Afora isso, os partidos não tinham sequer a obrigação de preencher as vagas, deixando-as ociosas em muitos casos.

10 Ver: < <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/pesquisa/cartilha-mulheres-na-politica> >

11 Ver: < <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/beijingdeclaration.html> >

Em 1997, ocorreu o primeiro aperfeiçoamento dessa Política com a Lei 9.504/97, que instituiu em seu Artigo 10, o mínimo de 30% e o máximo de 70% para reserva de candidaturas de cada sexo¹². Além disso, têm-se dois dispositivos legais que preveem a Cota de Gênero: (1) a destinação de um percentual mínimo de 5% dos recursos do Fundo Partidário para o incentivo e difusão da participação política das mulheres; e (2) o mínimo de 10% do tempo de propaganda partidária gratuita dedicada à promoção da participação feminina¹³.

Ainda assim, a legislação permaneceu insuficiente para assegurar a efetiva inserção das mulheres no Legislativo, haja vista que tratava apenas da reserva de candidaturas. De modo que a obrigatoriedade do preenchimento das vagas só veio 12 anos depois, em 2009, com a aprovação da Minirreforma Eleitoral, Lei 12.034/09, que tornou obrigatório o preenchimento de no mínimo 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Entretanto, assegurar um potencial aumento nas candidaturas femininas não implicou no tácito aumento de mulheres eleitas.

Diante disso, como a Minirreforma Eleitoral (Lei 12.034/09) impactou na ampliação da participação feminina no Congresso Nacional? A obrigatoriedade do preenchimento da Cota fez a diferença?

Metodologia

Esta parte descreve minuciosamente os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa para maximizar a transparência e assegurar a replicabilidade dos resultados (KING, 1995; DAFOE, 2014; FIGUEIREDO FILHO et al, 2014; JANZ, 2015).

12 Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9504.htm

13 Quanto à aplicação dos recursos do Fundo Partidário na promoção da participação feminina (Lei 9.096 de 1995) e a utilização de 10% do tempo de TV e rádio na difusão da participação feminina (Lei 9.096, de 1995), a saber, respectivamente: Art. 44. Os recursos oriundos do Fundo Partidário serão aplicados: [...] V – na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% do total. § 5o O partido que não cumprir o disposto no inciso V do caput deste artigo deverá, no ano subsequente, crescer o percentual de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do Fundo Partidário para essa destinação, ficando impedido de utilizá-lo para finalidade diversa. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009) Art.45. A propaganda partidária gratuita, gravada ou ao vivo, efetuada mediante transmissão por rádio e televisão será realizada entre as 19h30 e as 22h para, com exclusividade: [...] IV – promover e difundir a participação política feminina, dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10%.

Primeiramente, foram selecionadas quatro eleições para os cargos de Deputado Federal e Senador, haja vista que a Lei 12.034/09 só prevê a Cota para os cargos eletivos no legislativo. Os dois primeiros anos englobam as eleições que antecedem a Minirreforma e os dois últimos são posteriores a ela. Esses pleitos foram selecionados com objetivo de assegurar uma melhor qualidade dos dados apresentados, pois estão temporalmente próximos ao objeto de investigação. O quadro 1 apresenta as principais características do desenho de pesquisa.

Quadro 1 – Desenho de pesquisa

População	Candidatos aos cargos de Deputado Federal e Senador
Dados	Tribunal Superior Eleitoral (2002, 2006, 2010 e 2014)
Técnicas	Estatística descritiva, Teste t para amostras independentes e Teste de Levene
Variáveis	Ano, Cargo, Sexo, Situação do Candidato, Candidato Eleito, Candidato Eleito e Suplente
Hipótese	A obrigatoriedade do preenchimento da Cota ampliou o quantitativo de mulheres eleitas

A população de interesse compreende 25 mil candidatos para os cargos de Deputado Federal e Senador. Para tanto, replicamos dados secundários do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), referente as eleições de 2002, 2006, 2010 e 2014. Tecnicamente, utilizamos estatística descritiva e multivariada. A hipótese de trabalho sustenta que a obrigatoriedade do preenchimento da Cota ampliou o quantitativo de mulheres eleitas para os cargos eletivos no Legislativo. Por fim, os dados foram tabulados com auxílio do Excel, versão X e analisados a partir do *Statistical Package For Social Sciences* (SPSS), versão 20¹⁴, Stata, versão 12 e Geoda, versão X.

Resultados

A tabela 1 apresenta o quantitativo geral de candidaturas e a situação dos candidatos. De quase 25 mil competidores, apenas 2.038 (8,3%) foram eleitos.

14 Programa disponível em: <http://www-01.ibm.com/software/analytics/spss/>

Tabela 1 - Quantidade de eleitos

	N	%
Não-eleitos	22.457	91,7
Eleitos	2.038	8,3
Total	24.495	100

Já quando somados os números de eleitos e suplentes, o total sobe para mais da metade do universo estudado (62,2%). A tabela 2 sumariza essas informações.

Tabela 2 - Quantidade de eleitos e suplentes

	N	%
Não-eleitos e não suplentes	9.251	37,8
Eleitos ou suplentes	15.244	62,2
Total	24.495	100

Quando comparamos as candidaturas por gênero, é notório que somente uma pequena parte delas é composta por mulheres (4.977). Os dados são ainda mais críticos no que consiste o número de eleitas. De acordo com a tabela 3, apenas 196 (3,9%) mulheres chegaram a ocupar uma cadeira no Legislativo Federal, enquanto que os homens superaram os 1800 (9,5%) parlamentares.

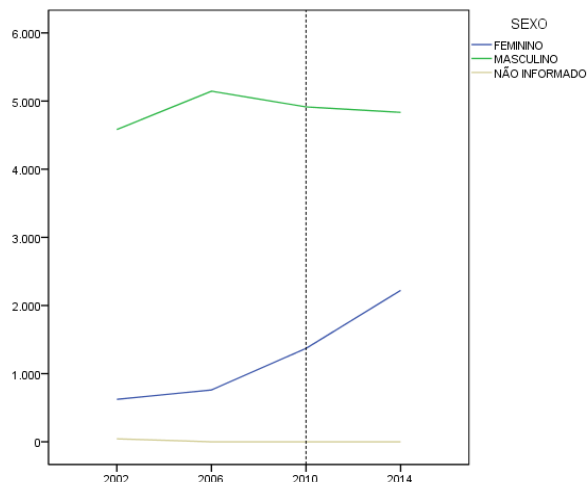
Tabela 3 - Quantidade de candidatos por sexo

Sexo	Situação	N	%
Feminino	Não Eleitos	4.781	96,1
	Eleitos	196	3,9
	Total	4.977	100
Masculino	Não Eleitos	17.633	90,5
	Eleitos	1.849	9,5
	Total	19.475	100
Não informado ¹	Não Eleitos	43	100

O gráfico 1 sintetiza em cada legislatura a diferença do número de candidatos em perspectiva comparada. É perceptível um aumento significativo nas

candidaturas femininas e o declínio das candidaturas masculinas a partir do pleito de 2010, um ano após a promulgação da Lei que alterou a Cota de Gênero.

Gráfico 1 - Número de candidatos por eleição



No que consiste à variação no número de candidatos, a tabela 4 apresenta o número de homens e mulheres que tentaram uma vaga nos cargos eletivos.

Tabela 4 – Candidatos antes e depois de 2010

Sexo	Ano	N	Média	Desvio Padrão
Feminino	Depois de 2010	3.593	0,0287	0,16689
	Antes de 2010	1.384	0,0672	0,25045
Masculino	Depois de 2010	9.748	0,0929	0,29037
	Antes de 2010	9.727	0,0962	0,29492

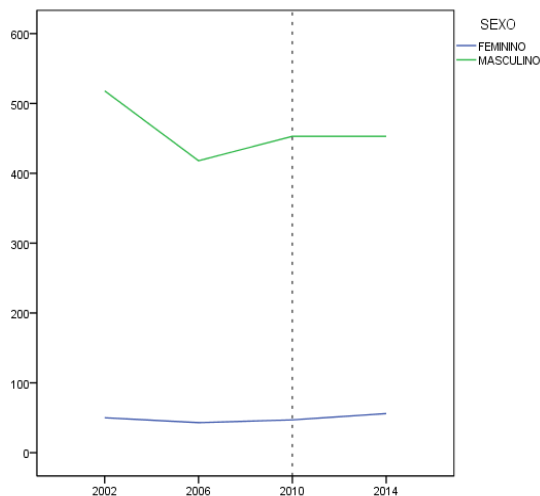
Enquanto que o declínio de candidaturas masculinas foi de apenas 21 indivíduos, o número de candidaturas femininas subiu consideravelmente após a alteração na Cota. Ou seja, houve um aumento de 160% ou mais de 2200 mulheres que pleitearam uma vaga no legislativo.

O teste de Levene quando aplicado com os homens indica que não há uma real significância (0,117).

Esse teste tem a capacidade de verificar se os dados apresentam uma variação real. Se o p-valor for maior que 0,05, a variação não é significativa. Por outro lado, o grupo das mulheres apresenta significância (p-valor 0,000). Ou seja, a cada ano houve em média aproximadamente um aumento de 3,9% de mulheres candidatas.

Em contrapartida, o gráfico 2 reforça a permanência da sub-representação feminina na política. Isto é, mesmo após os incentivos legais, o quantitativo de mulheres eleitas apresenta pouca variação após a promulgação da Lei.

Gráfico 2- Número de eleitos por eleição¹⁵



Conclusão

A Minirreforma Eleitoral (Lei 12.034/09) impactou na ampliação da participação feminina no Congresso Nacional? A obrigatoriedade do preenchimento da Cota fez a diferença? Os resultados prévios deste trabalho mostram que a obrigatoriedade no preenchimento da Cota significou um importante avanço na legislação brasileira sobre o tema, mas ainda assim está distante de assegurar

15 No ano de 2006 há apenas 461 casos de candidatos eleitos, em decorrência das correções que estão sendo empreendidas pelo sistema do TSE.

uma efetiva inserção das mulheres no legislativo brasileiro. Além da promoção de mudanças jurídicas, fica evidente que as Cotas por si só não farão a diferença. É necessário a promoção de campanhas que incentivem o empoderamento feminino através de subsídios para candidaturas competitivas nos pleitos eleitorais.

Referências

ARAÚJO, Clara. POTENCIALIDADES E LIMITES DA POLÍTICA DE COTAS NO BRASIL. **Estudos Feministas**, p. 231, 2001.

DAFOE, Allan. Science deserves better: the imperative to share complete replication files. **PS: Political Science & Politics**, v. 47, n. 01, p. 60-66, 2014.

PARANHOS, Ranulfo et al. A Importância da Replicabilidade na Ciência Política: O Caso do SIGOBR. **Revista Política Hoje**, v. 22, n. 2, p. 213-229, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação**. Red Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2000.

KING, Gary. Replication, replication. **PS: Political Science & Politics**, v. 28, n. 03, p. 444-452, 1995.

(Footnotes)

1 Referente apenas ao ano de 2002.

O FEMINISMO NA PERSPECTIVA DA GLOBALIZAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA: QUANDO A DIFERENÇA NOS INFERIORIZA E A IGUALDADE NOS DESCARACTERIZA

Carolina Alves Leite
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
carol.qiso@gmail.com

Resumo

O fenômeno da globalização, ao estar envolto na contemporaneidade, é tema de diversos debates nas ciências sociais, que complementam opiniões bastante divergentes. Dentre os pensadores mais ortodoxos, criou-se um consenso hegemônico de globalização como prosperidade econômica que atinge a todos/as enquanto as desigualdades sociais são temporárias e insignificantes. Como contraponto a essa concepção, surgem as manifestações contra-hegemônicas sobre tal modelo de globalização, denunciando que esta tanto proporciona a convivência, como também a separação e discriminação dos mais diversos grupos étnicos, culturais e raciais. Neste marco, o presente trabalho busca fazer uma pequena digressão histórica situando o feminismo na perspectiva dos novos movimentos sociais que emergiram com reivindicações de ordem política e multicultural, diante da noção de uma globalização hegemônica dominante em que tal pluralismo não tem vez. Com a pluralidade de demandas, o feminismo se constitui como um movimento múltiplice, com diversas vertentes, ganhando atenção específica um feminismo de caráter interseccional ao defender questões que vão além das demandas de gênero, conciliadas também com classe social, raça, etnia, orientação sexual, deficiência física, entre outras. Na tentativa de unir essa diversidade ao caminhar para uma mesma direção de reconhecimento das diferenças, diante de uma globalização que insiste em torná-las iguais, o feminismo se coloca como movimento de resistência contra-hegemônica, ao considerar o indivíduo *local* em todas as suas especificidades, reencantado com novas ideologias e perspectivas de um mundo mais acolhedor das igualdades e diferenças.

Palavras-chave: globalização, feminismo, diferenças, identidade

1 Introdução

O modelo de globalização hegemônica defendido por pensadores neoliberais é um dos maiores intensificadores das desigualdades sociais ao redor do mundo, possibilitando disparidades abissais entre uma elite global extraterritorial e as camadas pobres locais.

A fervura dos novos movimentos sociais que marcaram os anos 1970 e 1980 no Brasil, formados por negros, mulheres, gays, jovens, minorias culturais e étnicas, despertaram a atenção para um importante elemento na ação coletiva, como resposta às consequências da globalização hegemônica que atingiam atores sociais menos favorecidos: a formação das identidades coletivas. Assim, na arena política esses movimentos formataram uma intensa mobilização em favor de uma política de reconhecimento de ações afirmativas por direitos específicos, culturais, de bem-estar e de representação política.

Assim, o presente trabalho busca mostrar de que forma emergem as mediações das pretensões por reconhecimento das diferenças, levadas a cabo pelos movimentos sociais marcados por novos ideais de mudança e permanência, em especial o movimento feminista como emblemático de uma luta pelo prestígio das mais variadas dissidências culturais e uma força contra-hegemônica desafiadora.

2 Globalização hegemônica e as respostas contra-hegemônicas

A globalização é um processo histórico-social contraditório e complexo, que se caracteriza por uma vastidão multidimensional e atinge quadros sociais e mentais de referência de indivíduos e coletividades, alcançando as mais diversas realidades (IANNI, 1998). Desta forma, não existe uma única definição e seu conceito tem sido um desafio e objeto de estudo para grandes pensadores(as) das ciências sociais ao redor do mundo, a partir de diferentes perspectivas de análise.

Estando o mundo cada vez mais submetido à rompimentos e criações sociais, inaugurando processos e dinâmicas que se impõem na vida cotidiana dos indivíduos, empresas, povos e nações, a globalização perpassa como uma “nova totalidade histórica”, em que as pessoas estabelecem relações entre si. Relações sociais que segundo Ianni (1998), são polarizadas em termos de integração, acomodação, fragmentação e contradição, envolvendo tanto as condições de soberania quanto as de hegemonia.

Desse modo, a multiface intricada da globalização não apresenta uma unidade de efeitos, ela traz consequências tão boas quanto ruins, além de contradições de ordem hegemônica e contra-hegemônica, havendo assim uma necessidade de conceituar o termo globalização e colocá-lo como destino irremediável do mundo que atinge a todos e todas. O fenômeno globalização pode se constituir em consequências e situações que não se consegue apreender tão facilmente, e que muito escapam a perspectiva das verdades ortodoxas que tentam explicá-la (BAUMAN, 1998). (BAUMAN, 1998).

Mesmo não havendo linhas de contestações definitivas e fixas sobre uma caracterização de globalização simples e coerente, Held (2001), identifica dois grupos de protagonistas no debate sobre globalização, os *globalistas*, que consideram que a globalização contemporânea é um acontecimento histórico real e significativo; e os *céticos*, que a concebem como uma construção primordialmente ideológica ou mítica de valor explicativo marginal. Mesmo assim, nenhuma das teses esgota a complexidade dos debates e interpretações sobre globalização.

Entre os *globalistas* de orientação neoliberal, criou-se assim a falsa e dominante ideia de globalização como um vasto campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos (SANTOS, 2002). Nessa concepção, a globalização econômica contemporânea é vista através de um único mercado global, emancipado pela operação do livre comércio, da mobilidade do capital e da competição global. Frisando apenas o lado da prosperidade, esses pensadores apontam a adoção de abertura ao capital global como resposta às desigualdades sociais (HELD, 2001). A globalização para estes, é a promessa de um mundo mais justo para todos e todas, em que todos os países e classes sociais se beneficiarão com o crescimento da produtividade e da prosperidade do capitalismo neoliberal.

Esse debate gira em torno de um consenso hegemônico neoliberal que pensa a globalização de uma única forma, a capitalista neoliberal, observada pela ótica dominante. A ideia é de que desapareceram as divisões políticas profundas e as rivalidades imperialistas, a partir do controle dos países centrais sob esses focos de instabilidade, desfeitos pela desinstitucionalização dos conflitos entre capital e trabalho, fragmentando a classe operária, para que esta não assuma compromissos que danifiquem a ordem. Assim, nessa ideia de globalização hegemônica, fica condenado o paradigma reformista e revolucionário, ao ponto em que desaparecem as segmentações entre diferentes padrões de transformação social (SANTOS, 2002).

Nesse ponto, cabe discutir se é possível, no mundo globalizado atual, instituir sujeitos em estruturas sociais ampliadas e se estes são capazes de realmente ocupar espaços através de uma intermediação cultural e sociopolítica de mudança. Segundo Thompson (1995), os movimentos revolucionários radicais que culminaram nas décadas de 1950 e 1960, foram as últimas manifestações da era das ideologias, assim a política de hoje é cada vez menos animada por sistemas seculares de crença que exigem mudança social radical.

Essa desintegração das relações sociais por mediações transnacionais pode muito bem se encaixar na perspectiva weberiana de “desencantamento do mundo”, que seria o processo de abandono do pensamento mágico e a adoção de uma racionalização levada a termo pela ciência. Assim, a regulação da vida das pessoas deixa de ser fundada nos valores morais da vida conectados às responsabilidades entre o justo e o sagrado e passa por uma dessacralização de suas ideologias, colocando a humanidade no limiar de uma nova era (WEBER,1991).

De fato, as velhas ideologias que surgiram no final do século XVIII e início do século XIX perderam boa parte do seu poder persuasivo. Os acontecimentos do século XX provaram que as antigas reivindicações ideológicas não mais se sustentavam. Os problemas que as novas sociedades industriais enfrentam na atual conjuntura, não poderiam mais ser respondidos através de uma mudança radical. O debate sobre políticas de integração se recompõe com a globalização, formulando novas mediações em novos espaços (THOMPSON, 1995).

Assim, com a globalização pode-se falar em um “reencantamento do mundo” com essa secularização da vida social, cunhada por Weber (1991), através das transformações culturais associadas ao surgimento de novos fenômenos e da emergência das novas ideologias, diante da circunstância globalizada. Ao expandir seus horizontes, parte dos indivíduos são interpelados por novos anseios e assim tornam-se participantes do âmbito público e político, debatendo demandas de ordem global.

Para Maffesoli (2006), o reencantamento do mundo é possibilitado com as tecnologias pós-modernas, promotoras do renascimento do “mundo imaginal”, que resvala uma oposição ao mundo meramente utilitário moderno. As novas tecnologias permitem um hibridismo de relações e laços globais, sensíveis e fortalecidos, com a circulação de mensagens coproduzidas em vários países, expressando no plano simbólico, intercâmbios que reforçam uma sensibilidade coletiva motivada por uma racionalidade com fins plenos.

Exemplo disso, segundo Held (2001), é que a vasta penetração de forças transnacionais na sociedade civil alterou a forma e a dinâmica do Estado e da sociedade civil com o crescimento das organizações e coletividades internacionais e transnacionais, como a Organização das Nações Unidas - ONU e seus órgãos especializados, os grupos de pressão internacionais e os movimentos nacionais.

Segundo Therborn (2000), existe uma ação global que expressa certo poder acordado e opera em uma direção igualizadora, no que toca os direitos humanos e suas variadas especificações. A comunicação sociocultural global tem impulsionado a igualização dos direitos dos sexos, apoiando fortemente a igualdade de direitos entre mulheres e homens.

Muitas formas de mediações podem ser apontadas como negociadoras de diversidades, evocando um rápido surgimento de organizações e regimes internacionais, como organismos transnacionais, escritórios, consultoras, empresas flexíveis, circuitos de agências de notícias, de galerias e museus, editoras, ONGs, especialistas, promotores culturais e ativistas políticos treinados para agir em vários contextos (CANCLINI, 2007).

Canclini (2007) ressalta a partir dessa variedade, a importância de compreender, ser e fazer com os outros, de como encarar a heterogeneidade, a diferença e a desigualdade. As identificações individuais no mundo ao se expandirem com a comunicação global, fazem com que as certezas locais deixem de ser exclusivas e com que os estereótipos se desconstruam, possibilitando uma convivência global menos incompreensiva e intolerante. Em meio as tendências globalizantes e globalizadoras, os indivíduos podem estabelecer interconexões entre culturas e circuitos que potencializem iniciativas sociais (CANCLINI, 2007).

Tais movimentos da sociedade civil formam redes que se manifestam em decorrência de uma demanda por respostas às consequências negativas da globalização que agudizam problemas existentes no desenvolvimento capitalista. No âmbito econômico, a globalização neoliberal privilegia mercados externos e utiliza o território local apenas como campo abusivo, sem trazer retorno ao capital, aprofundando ainda mais as diferenças regionais e aumentando a concentração de riquezas em poucos países.

Em face disso, segundo Santos (2002), a promoção de economias locais e comunitárias seria uma forma de resistência à essa globalização hegemônica, implicando a redescoberta de atividades produtivas próximas, ligadas a forças exteriores sem depender delas. Ou seja, não quer dizer que essas iniciativas de localização implicam recusa de resistências globais ou translocais, mas que

procuram focar nas sociabilidades locais, fazendo com que o global aconteça localmente e assim, seja promovido que esse local contra-hegemônico aconteça globalmente.

Assim, a ideia de “globalização contra-hegemônica” assume predominantemente a forma de iniciativas locais de resistência à globalização hegemônica, através de interesses subalternos fragmentados em lutas pela transformação de trocas desiguais em trocas de autoridade partilhada, isso valendo tanto no âmbito econômico como no social. Enraizadas na especificidade do local, essas iniciativas proliferam como forma de responder às pressões globais que impõem uma ordem prevalecente (SANTOS, 2002).

Com isso, demonstra-se o caráter desigual, indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão da globalização, sem um centro ou uma ordem universal, capaz não só de unir como de separar. Os *globais* desfrutam da nova liberdade de movimentos, fazendo com que o espaço perca sua qualidade restritiva, transposto em uma versão real e virtual, enquanto que os *locais* permanecem na imobilidade, perdendo a capacidade de gerar e negociar sentidos (BAUMAN, 1998).

Nesse aspecto, as extensões do mercado, efeitos da globalização, são constantemente atingidas. Para os bem-sucedidos, um mercado mais amplo significa maiores recompensas, já para os dominados, sem oportunidades, a inexistência de mercado para esses significa ficar para trás, sendo marginalizado por estar fora da competição (THERBORN, 2000). Esse fenômeno faz com que a elite global detentora do capital e possuidora da capacidade de investir fique mais rica mais rapidamente e ganhe libertação em relação ao físico ao se tornar extraterritorial (BAUMAN, 1998).

A globalização hegemônica na realidade contemporânea ao reconfigurar as relações sociais nos mais diversos níveis, acabou por criar fragmentações entre duas realidades dissonantes, a da elite globalizada dominante e a dos excluídos locais. Entre os que enxergam a globalização sob uma ótica predominante, com a economia global de cunho neoliberal como protagonista principal; e os que observam a globalização a partir de movimentos sociais, com reivindicações sob a condição dos que são drasticamente atingidos de forma sistêmica por esse fenômeno. Dentre estes desfavorecidos, a partir de uma reconfiguração social, marcados por discriminações diversas, destacam-se mulheres, pobres, LGBTQs, estrangeiros, minorias raciais e étnicas, entre outros (BAUMAN, 1998).

Assim, as diferenças culturais não desaparecem, ao contrário, a aproximação de povos e nações distintas gera uma maior consciência e reconhecimento

da diferença nos estilos de vida e nas orientações valorativas, que tanto expandem o horizonte de compreensão da própria sociedade e cultura quanto reforçam e intensificam identidades étnicas, nacionais ou políticas sectárias que se sentem ameaçadas (GÓMEZ, 2000).

Envoltos em processos de resistência, os movimentos sociais da década 1970, com objetivos integracionistas, mobilizam um repertório de obstáculos à dominação hegemônica, contrapostos ao discurso neoliberal, constituem coletividades pelo reconhecimento das variáveis de geração, gênero, etnicidade e sexualidade, pensando a individualização do sujeito de direito, a ser visto em sua particularidade.

É nesse contexto de pensar a igualdade e a diferença que se pautam as discussões do movimento feminista e mais especificamente nas chamadas segunda e terceira ondas do feminismo, embaladas pelo aparato de instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos e por movimentos contestatórios de rejeição ao pensamento ocidental, androcêntrico, branco e heterossexual. Com isso, pretende-se resgatar a seguir, de forma sucinta, as discussões feministas interseccionais que propõem alternativas ao modelo neoliberal da conjuntura da globalização hegemônica, e da mesma forma, observar o modo como os próprios desafios internos e externos do debate feminista fizeram surgir uma ampla variedade de argumentos e teorias, não se constituindo em um único projeto.

O movimento feminista no contexto global: a luta por identidades construídas a partir das igualdades e das diferenças

O surgimento da ação política das mulheres organizadas na luta por direitos está relacionado, segundo Jácome (2007), à construção da cidadania no final do século XVIII, era da Modernidade, tendo a Revolução Francesa como marco. As primeiras lutas sociais de mulheres surgem caracterizadas por reivindicações que almejavam uma cidadania mais ampla com base em direitos iguais aos dos homens.

As primeiras reivindicações de mulheres estenderam-se até o século XIX, e concretizam-se com o surgimento do feminismo como movimento de caráter autônomo, instituindo inicialmente a defesa restrita do direito ao voto e à educação, então reservados exclusivamente aos homens. Não se evidenciava nas lutas até então, o lado privado das obrigações socialmente instituídas às mulheres (JÁCOME, 2007).

Esse primeiro momento é conhecido como Primeira Onda do Feminismo, inscrevendo uma primeira fase de denúncia da opressão à mulher exercida pelo patriarcado (NAVAZ; KOLLER, 2006) e afirmando o caráter de humanidade das mulheres. No início se tratava da luta pela igualdade, associada aos ideais revolucionários burgueses pela “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, já evidenciando uma tendência de excluir as diferenças consideradas naturais entre homens e mulheres (PIERUCCI, 1999).

Posteriormente, em um cenário de rompimento com os costumes da sociedade tradicional, os movimentos contestatórios de sujeitos coletivos trazem para a arena política novos posicionamentos em defesa da liberdade, tornando visível o campo das lutas e da efervescência cultural dos anos 1960, ao desafiar as estruturas normatizadoras da social democracia pós-guerra e da globalização hegemônica neoliberal.

É aí que surge a Segunda Onda do Feminismo, inserindo o pensamento crítico sobre a naturalização da condição da mulher, das relações de poder e de gênero, e denunciando que a opressão sofrida pelas mulheres acontece em dimensões pessoais, sociais e políticas (JÁCOME, 2007). Ocorre então o deslocamento da preocupação com a igualdade para a preocupação com a diferença e a identidade (HITA, 2002).

Segundo Fraser (2007), a Segunda Onda do Feminismo se divide em três fases, em uma primeira, o feminismo estava estritamente relacionado a esses vários “novos movimentos sociais” que emergiam na década de 1960; na segunda fase, o feminismo, orbita para uma política de identidades e em uma terceira fase, o feminismo é praticado como política transnacional, em espaços transnacionais emergentes.

Na primeira fase dos novos movimentos sociais, as feministas buscam ampliar o seu imaginário, expondo uma gama mais ampliada de formas de dominação masculina e sustentando uma visão expandida de política com questões pessoais. Com o declínio das ideologias utópicas e o resgate do imaginário político de questões culturais, o feminismo se reinventa como política de reconhecimento. Essa fase se manifestou principalmente nos feminismos da América do Norte e da Europa Ocidental (FRASER, 2007).

Os novos movimentos sociais da década de 1960, nos Estados Unidos, primeiro se opunham à segregação racial e à Guerra do Vietnã, depois começaram a questionar características centrais da modernidade capitalista global, como a repressão sexual, o sexismo e a heteronormatividade; o materialismo, a cultura corporativa e a ética do sucesso; o consumismo, a burocracia e controle

social. É aí que o feminismo se insere ao romper junto aos novos atores, as rotinas políticas normalizadas (FRASER, 2007).

Nesse momento, o feminismo traz para o espaço da discussão política questões até então vistas e tratadas como privadas, rompendo com a dicotomia público-privado, base do pensamento liberal sobre a política e o poder público. Costa (2009) ressalta que o pensamento liberal, base da globalização hegemônica, considera privadas as questões relacionadas à vida doméstica e familiar e que estas não dizem respeito ao político. Para os liberais a política somente tem relação com o que é público.

É a partir da construção e reconhecimento das vivências pessoais das mulheres que o movimento feminista ganha força e as conquistas passam a ser concretizadas dando visibilidade pública e caráter político aos dramas íntimos do universo feminino, dentre eles, a relação entre reprodução e sexualidade, entendendo-as como parte das construções culturais que oprimem as mulheres. A mulher passa a ser vista além do âmbito doméstico confinada à maternidade, movimenta-se para sua emancipação, não mais excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho privado.

Já na segunda fase da Segunda Onda do Feminismo, o feminismo ao se preocupar com a cultura, acaba atraído pela política de identidade. Esse momento, coincide com um desdobramento histórico do esgotamento da democracia social baseada na ideia de nação, pressão intensificada pelo neoliberalismo. Em choque com isso, a política de reconhecimento centrada nas formas multi-culturais acaba danificada ao negligenciar as aberturas político-econômicas e geopolíticas e opor-se à selvageria das políticas de livre-mercado. Entretanto, feministas tentam exercer certo desdobramento em meio aos espaços políticos transnacionais no mundo globalizado, tentando cada vez mais reinventar o feminismo como projeto de política transnacional. Essa fase alcançou de forma mais intensa os Estados Unidos (FRASER, 2007).

Chegando na terceira fase da Segunda Onda do Feminismo, anuncia-se uma mudança na escala da política feminista com a tentativa de integrar as contribuições das fases anteriores em uma síntese adequada à realidade. Essa fase é mais desenvolvida em espaços políticos transnacionais, associados à Europa (FRASER, 2007).

É também na segunda geração do Feminismo que irão surgir debates políticos mais radicais a partir de teorias feministas, tendo como inspiração a obra: *“O Segundo Sexo”*, de Simone de Beauvoir, lançada em 1949. Com isso começa-se a contestar a visão do determinismo biológico e impulsiona-se o desenvolvimento do conceito de gênero.

Com o conceito de Gênero (herança cultural) se distinguindo analiticamente do conceito de Sexo (herança natural-biológica), surge a necessidade de afirmar as diferenças e especificidades entre os gêneros, o direito à diferença da mulher em relação ao homem, no sentido não apenas dos direitos universais, como também dos direitos específicos de mulheres (HITA, 2002).

Nessa ótica da diferença, o debate feminista começa a argumentar que não se tratava apenas de diferenças entre homens e mulheres, mas também de diferenças entre distintos tipos de mulheres no interior do movimento. Falar de mulher no singular enquanto um sujeito único e universal aparentava um grande problema, assim a preocupação não mais está voltada à diferença e sim às diferenças entre mulheres, podendo ser estas brancas, negras, lésbicas, pobres, transexuais, entre outros.

Com isso, fala-se ainda de uma Terceira Onda do Feminismo, que surge em meados dos anos 1990 e perpetua até os dias atuais, cuja proposta concentra-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade. Com isso, desloca-se o campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero (NARVAZ; KOLLER, 2006).

O conceito de gênero passa a ser desenvolvido em meados de 1980 e ganha uma discussão maior com Scott (1995, p. 21), que entende gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos”, sendo assim uma construção social e histórica dos sexos.

O gênero passou a ser uma categoria relacional e política. Não mais baseado nas diferenças biológicas ou “naturais”, diz-se que o gênero foi desnaturalizado. Foi revisada a ideia binária de dois sexos e dois gêneros, o gênero passou a ser entendido como relação, primordialmente política, que ocorre num campo discursivo e histórico de relações de poder (SCOTT, 1995).

O desafio nesta geração do feminismo é pensar, simultaneamente, as igualdades e as diferenças na constituição das subjetividades masculina e feminina em âmbito global. Nesta terceira fase do debate sobre o movimento feminista, observa-se intensamente a intersecção entre os movimentos políticos de luta, a academia e o ciberativismo. Quando as práticas feministas passam a gerar uma ação transformadora em diferentes espaços locais e globais, se dando cotidianamente nas universidades, a partir dos estudos de gênero e feminismos e com o uso do ciberespaço para divulgar e debater pautas e reivindicações, através de uma diversidade de blogs, redes sociais e veículos na internet.

Segundo Costa (1998) o reconhecimento de que o sujeito se constrói dentro dos sistemas de significado e de representações culturais, que se encontram marcados por relações de poder, permitiu aos feminismos elementos para desconstruir as categorias tradicionais do indivíduo, inclusive barrar noções de uma identidade e experiências femininas universais, proporcionando também sensibilidade para compreender os mecanismos diversificados que constituem os diferentes sujeitos no campo social.

As diferentes propostas características de cada uma dessas fases do feminismo coexistiram, e ainda coexistem, na contemporaneidade. Costa (1998) ressalta que o feminismo ocidental, em todas as suas diversas taxonomias, tem passado por diversas mudanças paradigmáticas e assim expondo suas diversas facetas de natureza contingente, parcial, contraditória e historicamente situada de sua empreitada teórica e de seu compromisso político com a luta contra a dominação.

Assim, esses feminismos, na Terceira Onda, buscam cada vez mais estar atentos às diversidades históricas e culturais sem universalizar aspectos de cultura, de classe, de orientação sexual e de grupo étnico ou racial. Segundo Pierucci (1999), cabe a essa nova fase do movimento, tentativas diversas de elaborar, modificar e combinar estruturas conceituais que possam dar conta da multiplicidade feminina e todos os seus demarcadores de opressão.

Na prerrogativa de construção do feminismo, em meio ao contexto da globalização e do neoliberalismo, não há como falar de um único projeto de feminismo e sim de correntes que se posicionaram frente ao fenômeno da globalização. As redes mundiais de movimentos feministas e movimentos sociais em geral têm explicitado sua oposição ao neoliberalismo por motivos ecológicos, éticos, religiosos, ideológicos, políticos, econômicos e culturais. Com isso, parece não haver um único programa alternativo à globalização corporativa neoliberal e sim uma cacofonia de vozes e reivindicações nas passeatas, plebiscitos, greves e manifestações ao redor do mundo (SIQUEIRA; CASTRO; ARAÚJO, 2003).

4 Considerações finais

O presente trabalho procurou fazer uma pequena digressão histórica situando o feminismo na perspectiva dos novos movimentos sociais que emergem com reivindicações de ordem política e multicultural, diante da noção de uma globalização hegemônica dominante em que tal pluralismo não tem vez.

Os indivíduos desprivilegiados em meio a essa conjuntura, começam a exercer debates e pressões em buscar do reconhecimento de uma identidade, por demandas de prática política da diferença e do reconhecimento de seus direitos particulares e suas culturas específicas.

Assim, o feminismo, desde o início, estabeleceu-se como um espaço produtivo para a crítica cultural, na medida em que buscou conviver com contradições ideológicas numa tentativa de explicar a opressão da mulher em sua variedade. Ao longo de sua trajetória como movimento social organizado, passou por diversos debates e reivindicou questões contraditórias. Ao procurar afirmar, de início, a igualdade entre homens e mulheres, reforçou a defesa de direitos humanos universais acabando por legitimar a hierarquização de uma cultura sobre outra, convencendo tal performance em uma negligência imperialista.

Entretanto, o feminismo foi e tem sido capaz de se reconstruir e aderir críticas e demandas que contribuam para a defesa de uma abordagem culturalista às opressões sociais de uma globalização hegemônica que tenta convencer por uma igualdade fantasiosa entre todos os povos. Diante da pluralidade de demandas, hoje o feminismo se constitui como um movimento múltiplo, com diversas vertentes, ganhando atenção específica um feminismo de caráter interseccional ao defender questões que vão além das demandas de gênero, conciliadas também com classe social, raça, etnia, orientação sexual, deficiência física, entre outras.

Na tentativa de unir essa diversidade ao caminhar para uma mesma direção de reconhecimento das diferenças, diante de uma globalização que insiste em torná-las iguais, o feminismo se coloca como movimento de resistência contra-hegemônica, ao considerar o indivíduo *local* em todas as suas especificidades, reencantado com novas ideologias e perspectivas de um mundo mais acolhedor das igualdades e diferenças.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

CANCLINI, Néstor García. **A globalização imaginada**. Trad. Sérgio Molina. São Paulo: Iluminuras, 2007.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O Movimento Feminista no Brasil:** dinâmica de uma intervenção política. Revista *Gênero*, vol. 5, n. 2, 2005. PP. 52-76 In: [PISCITELLI, Adriana](#). **Olhares feministas**. Brasília: Ministério da Educação, 2009. 501p.

COSTA, Claudia de Lima. O feminismo e o pós-modernismo/pós-estruturalismo: as (in)determinações da identidade nas (entre)linhas do (con)texto. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. **Masculino, feminino, plural:** gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Mulheres. 1998.

DUARTE, Constância Lima. **Feminismo e literatura no Brasil**. Estudos Avançados, USP. v. 17. n. 49. pp.150-172. 2003.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, 2007.

GOMEZ, José Maria. **Globalização da política** - Mitos, realidades e dilemas. In:

GENTILI, Pablo. (Org.). **Globalização excludente**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HALL, Stuart. **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HITA, Maria Gabriela. Igualdade, identidade e diferença(s): feminismo na reinvenção de sujeitos. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de.; COSTA, Rosely Gomes.; RAMIREZ, Martha Celia (Coords). **Gênero em matizes**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

IANNI, Octavio. **As ciências sociais na época da globalização**. São Paulo. Rev. bras. Ci. Soc. vol. 13 n. 37, 1998.

JÁCOME, Márcia Lorangeira. Apontamentos sobre a ação dos movimentos de mulheres por direitos no Brasil na Segunda Metade do Século XX. In: JORGE, O. Romão; ATHIAS; ANTUNES, Marta. (Orgs.). **Olhar Crítico sobre Participação e Cidadania:**

trajetórias de organização e luta pela redemocratização da governança no Brasil. 1ªed. São Paulo: Action Aid! e Editora Expressão Popular, 2007, v. 02, p. 187-222.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

NARVAZ, M. KOLLER, S. **Mulheres vítimas de violência doméstica**: Compreendendo subjetividades assujeitadas. PSICO, v. 37, n. 1, pp. 7-13, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5161476.pdf>. Acesso em 11 de julho de 2015.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: USP Editora 34, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SIQUEIRA, Carlos Eduardo; CASTRO, Hermano; ARAUJO, Tânia Maria de. A globalização dos movimentos sociais: resposta social à Globalização Corporativa Neoliberal. **Ciênc. saúde coletiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 847-858, 2003.

THERBORN, Goran. **Dimensões da globalização e a dinâmica das (des)igualdades**. In: GENTILI, Pablo. (Org.). Globalização excludente. Petrópolis, Vozes, 2000.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade (vol. 1)**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1991.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, Vozes, 1995.

MULHER E PODER: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA BAIANA ATRAVÉS DA TRAJETÓRIA DE LÍDICE DA MATA

Cíntia Pina Dantas Silva
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
cintia_pinna@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho procura elucidar questões ainda pouco esclarecidas sobre a participação das mulheres no cenário político baiano e as suas conquistas a partir da década de 80, quando se tornam mais aparentes e participantes nos movimentos sociais. Para melhor entendimento, será feita uma correlação com a vida e trajetória política da atual Senadora do Estado da Bahia, Lídice da Mata, através de aprofundamento bibliográfico e histórico.

Palavras-chave: Mulher, Política, Lídice da Mata.

Introdução

O fenômeno da participação da mulher no cenário político é extremamente recente. Passando rapidamente pela história da civilização ocidental, percebe-se a negação da cidadania grega às mulheres; com a mudança das civilizações greco-romanas ao feudalismo, a figura da mulher se restringiu à reprodução e sua imagem passou a caracterizar o próprio pecado. Com a chegada do capitalismo e sua dupla revolução (Revolução Industrial e Revolução Francesa) e a doutrina política do liberalismo, iniciam-se discussões sobre qual tipo de governo seria ideal para este novo momento histórico. Surgem teorias diversas sobre democracia liberal, governos representativos, anarquia, comunismo. O século XIX, apesar de apresentar mudanças estruturais no conceito de cidadania, ainda se limita a pensar a liberdade política como sinônimo da liberdade burguesa. Assim, neste mesmo século, existem sociedades escravocratas, símbolo máximo da total negação de direitos aos indivíduos.

O século XX é que ficou marcado pelo crescimento dos movimentos feministas, que foram ganhando voz e representação política em todo mundo por conta da sua incansável luta pelos direitos das mulheres, dentre eles o direito ao voto, que no Brasil só passa a ser efetivo para as mulheres em 1932. Com o desenvolvimento das novas tecnologias e a possibilidade de estudo, as mulheres passam a assumir, além de funções mais importantes no mercado de trabalho, cargos de comando e liderança, antes destinados apenas aos homens.

O feminismo pode ser entendido em um processo dialético: enquanto um movimento político e também como produção acadêmica que busca entender a opressão feminina, ou seja, as demandas políticas do próprio movimento. A partir dos anos 70, podem-se perceber relações entre um movimento político liderado por mulheres (e mulheres de classe média) e teóricas militantes, pensando, sobretudo a categoria “gênero”.

No Brasil, os estudos sobre a participação feminina na política, também surgem durante os acontecimentos das décadas de 70 e 80, quando o Regime Militar, por não permitir a existência de canais efetivos de participação popular na estrutura do poder, abre o caminho para a formação crescente dos movimentos sociais. Destaca-se nesse contexto a atuação feminina nos diversos movimentos reivindicatórios (COSTA, 1998).

Mulheres na política: um histórico de luta

Diante de uma longa história de exclusões, discriminações e privações, a mulher vem ocupando os espaços públicos na sociedade. Apesar de ainda sofrer com violência, desvalorização do trabalho e outras situações, a mulher tem cada vez mais lutado para garantir os seus direitos. Pode-se identificar três fases significativas na luta das mulheres pela democracia (Rodrigues, 2005), e a luta para que as mulheres tivessem o direito ao voto e a ser votada é a primeira e umas das suas mais importantes conquistas, já que com isso, foi possibilitado às mulheres o acesso ao mundo político.

No Brasil, com a fundação do Partido Republicano Feminino, em 1910, e da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922, a luta pelo direito político das mulheres se intensificou. Em 1928, o Brasil elege sua primeira prefeita: Alzira Soriano de Souza, na cidade de Lages, no Rio Grande do Norte. A partir dessas mobilizações, o voto feminino foi assegurado em 1932 pelo Código Eleitoral, mas apenas as mulheres casadas e com autorização dos maridos e as solteiras e viúvas com renda própria conseguiram o direito, e em 1933, a médica paulista Carlota de Queirós é eleita a primeira Deputada Federal do país. É somente na Constituição de 1946 que fica garantida a obrigatoriedade plena do voto para todas as mulheres.

Com a conquista do voto, as mulheres passaram a representar uma parcela importante em relação ao eleitorado, mas não correspondia às expectativas referentes às suas candidaturas. Só a mudança na lei não foi suficiente. As mulheres permaneciam submetidas à estrutura patriarcal da sociedade, com uma cidadania estruturada à margem da identidade masculina, sendo necessário um tempo para a compreensão dessa nova realidade.

A partir das eleições de 1978, ainda sob o Regime Militar, se torna mais aparente a participação das mulheres nas candidaturas, mas a própria estrutura governamental da época as mantém afastadas do poder. Diante dessa impossibilidade de assumir altos cargos políticos, o voto foi um aliado importante para revelar a sua expressão e o seu desejo de mudança. A partir daí, quando surge o movimento feminista moderno, aumenta o questionamento sobre a divisão sexual do trabalho e a situação “subalterna” das mulheres na sociedade. Elas passaram a perceber que existia a possibilidade de maior participação nas esferas políticas, e que podiam transformar as condições femininas, pelo menos em termos legais. Aumenta, então, o número de mulheres candidatas, tornando necessário o rompimento de barreiras dentro dos partidos, que precisavam acabar com velhos preconceitos e manter as mulheres como aliadas.

A eleição de 1986 marcou a participação das mulheres na luta política. Foram eleitas 26 mulheres para a Câmara dos Deputados, com o dever de elaborar a nova Constituição. Com a bandeira “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”, grupos feministas e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, organizaram eventos em todos os Estados, durante o ano 1986, para estruturar e sistematizar as propostas que seriam apresentadas na Constituinte. Foi elaborada, então, a “Carta das Mulheres Brasileiras”, que exibia suas propostas em relação à família, saúde, educação, trabalho, violência, discriminação, cultura e propriedade da terra. Nessa época, mulheres que dedicaram a sua militância partidária e sua atuação legislativa à defesa das minorias e da classe trabalhadora, receberam lugar de destaque na política (COSTA, 1998).

Dezesseis mulheres se candidataram à Assembleia Nacional Constituinte na Bahia, um fato incomum à época, já que o número médio de candidatas desde 1933 era de uma mulher por eleição. Essa ampliação se dava por conta do trabalho que vinha sendo realizado pelo movimento feminista brasileiro, não só com as próprias mulheres, mas nos meios de comunicação, forçando a incorporação das demandas femininas aos programas partidários e plataformas eleitorais. Os partidos políticos passaram a sentir a força do eleitorado feminino e a importância da conquista desses votos. Alguns partidos inscreveram mulheres só para atrair os votos femininos, entretanto, internamente, a utilização de recursos financeiros e acesso ao horário gratuito eleitoral permaneciam fechados para elas.

Foram eleitas 26 mulheres das 166 candidatas a Câmara dos Deputados no país, com o dever de elaborar a nova Constituição. Essas mulheres, representando 5,33% da Câmara, vinham de vários estados e pertenciam aos mais variados partidos. Algumas dessas mulheres foram eleitas por conta do prestígio de seus pais ou maridos, ou pelo trabalho social realizado durante a gestão deles. Outras já tinham alguma experiência parlamentar, e prestígio junto aos movimentos sociais e partidários.

A participação da bancada feminina na Constituinte marcou a história do movimento de mulheres no Brasil. Constituída pelas deputadas, mas com a participação das organizações não governamentais que atuavam no movimento feminista, formataram uma agenda nacional para unificar o movimento de mulheres. Com essas características, a bancada feminina atuou como resposta à forte pressão do movimento feminista, ficando conhecida como o “lobby do batom”.

A bancada feminina teve grandes destaques. Nas estatísticas da constituinte, as mulheres foram as que tiveram maior presença em todas as discussões. A

bancada do batom esteve presente em todos os debates da nova constituição com o maior número possível de Deputadas. Com a responsabilidade de representar as mulheres brasileiras, que naquele momento já eram maioria na população, as Deputadas faziam com que a constituição expressasse isso e marcaram, com a sua presença, a história dos direitos da mulher no Brasil.

Nos anos 90, começaram a surgir novas mulheres interessadas na luta política. Mulheres pobres oriundas de bairros periféricos e de suas associações de moradores, as operárias, através dos seus sindicatos, e as trabalhadoras rurais, através de suas organizações. Era o chamado feminismo popular. Essas organizações foram crescendo e ampliando os parâmetros da luta feminista.

Lídice da mata e sua representatividade na política baiana

Para que se entenda melhor o processo de inserção da mulher baiana na política, se faz necessária a busca por um personagem que a revele. A escolha pela atual Senadora Lídice da Mata, se deu pelo fato de ser a única mulher baiana a ter passado por todas as esferas (Câmara de Vereadores, Prefeitura, Câmara de Deputados Estadual e Federal e Senado) do poder no estado, menos o Governo, apesar de já ter sido candidata duas vezes ao pleito.

Lídice nasceu em Cachoeira, interior do estado, mas foi na capital Salvador que se inseriu na política, quando estudante de economia da Universidade Federal da Bahia. A participação das mulheres na UFBA já era grande na época, e Lídice começou a conviver e fazer parte das movimentações. A faculdade de economia era, no momento, a principal célula política da universidade. Ali todas as correntes conviviam em desarmonia e em constante luta política e ideológica, elementos motivadores para a sua participação, ingressando em um movimento mais geral da UFBA.

Foi na Faculdade de Economia da UFBA que Lídice começou a sua militância política, vinculada ao PCdoB, ao qual se filiou em 1979 e que à época atuava na clandestinidade. A filiação ao partido se deu para que realizasse uma política partidária clandestina, motivada pelo fazer socialismo — através daquela militância — e acabar com a Ditadura Militar.

Lídice da Mata representa esta ascensão feminina na política brasileira, iniciando sua vida política em fins da ditadura militar, quando foi eleita vereadora (1983-1987) junto com outros 25 companheiros de partido e marcou a maior vitória de oposição ao Regime Militar em todo o país, tornando Salvador a chamada “Capital das Oposições”. Eleita pelo Movimento Democrático Brasileiro,

o MDB (partido que abrigava as legendas que atuavam na clandestinidade na época), com uma das votações mais expressivas, 12 mil votos, Lídice liderou uma bancada combativa de 26 vereadores em sua passagem pela Câmara Municipal, participando efetivamente da campanha pelas Diretas Já para eleição de presidente e prefeitos de capitais e municípios considerados áreas de segurança nacional. Ainda como vereadora, Lídice apresentou o projeto de lei que criou o primeiro Conselho de Defesa dos Direitos das Mulheres no Estado, o Conselho Municipal da Mulher de Salvador (1986) um dos primeiros do Brasil, que só passou a ter sede, equipamentos e recursos materiais e humanos anos depois, quando tomou posse na prefeitura de Salvador.

Antes do final do mandato como vereadora, Lídice é novamente escolhida pelo partido para ser uma das candidatas, não a candidata prioritária, mas a candidata pelas mulheres à Assembleia Nacional Constituinte. A Bahia elegeu duas mulheres para a missão de colaborar na formação da nova Constituição Brasileira, Lídice da Mata e Abigail Feitosa. Na Câmara Federal como Deputada Constituinte, em 1987, integrou a “Bancada do Baton”, formada por apenas 26 mulheres, que juntas participaram ativamente na elaboração e aprovação de leis de garantia dos direitos das mulheres. Apesar da representação feminina ser reduzida na Constituinte, as mulheres tiveram importância fundamental na aprovação de leis que garantiam a igualdade de oportunidades entre os gêneros.

Nas eleições de 90, os partidos de esquerda da Bahia se mobilizaram, a partir de diversas reuniões, articulações e encontros, durante seis meses, para que fossem escolhidos nomes para as chapas de sucessão estadual. Foi lançada então uma composição ousada e inédita na política brasileira. Uma chapa com três mulheres, disputando os cargos majoritários, numa coligação entre o PCdoB, o PCB e o PSB. Lídice da Mata (PCdoB) para o governo do Estado, Salete Silva (PSB) candidata a vice e a então vereadora Beth Wagner (PCB) para o Senado. Apesar de serem conhecidas na Bahia pela militância em movimentos feministas, a chapa não tinha como objetivo protestar contra a predominância masculina nos principais cargos públicos. As mulheres foram escolhidas por serem as únicas alternativas dos partidos, já que haviam esgotado as tentativas de união da esquerda para uma possível derrota dos candidatos mais conservadores e poderosos economicamente do Estado. As Três Marias, como ficaram conhecidas durante a campanha, conseguiram mais de 9,5% dos votos naquela eleição, e por apenas 50 mil votos a mais, teriam levado a disputa ao segundo turno. A vitória de Antônio Carlos Magalhães marcou a derrota das forças de oposição na Bahia, e a volta do Carlismo.

Com a derrota, Lídice ficou dois anos afastada da movimentação política da Bahia. Em 1992, já no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), se candidatou à prefeitura da capital, tendo como sua vice a antiga colega de luta, Beth Wagner. Foi uma campanha difícil no início, mas a chapa recebeu o apoio de outros partidos de esquerda, o que aumentava a sua credibilidade e potência. PSDB, PDT, PPS, PSB, PCdoB, PV, PMN e PT se uniram, e levaram à candidata à disputa do segundo turno. Já tendo vencido no primeiro turno com 44,2% dos votos, Lídice repete a vitória no segundo, com 43% dos votos, contra os 24% do candidato de ACM.

Como primeira e única mulher à frente da Prefeitura de Salvador, Lídice teve a sua administração marcada pela resistência, tanto ao cerco financeiro, que comandado por ACM não trazia nenhum benefício à gestão municipal, quanto à mídia local, que também era quase completamente administrada pelo Governador. Com a derrota na eleição municipal, restou à ACM estabelecer uma competição entre as esferas de governo. Com a retenção das verbas destinadas à prefeitura, ele realizou obras importantes na capital, com o intuito de desqualificar o trabalho da prefeitura, mostrando que ela não possuía autonomia para governar a cidade, e que não realizava o que era de competência dela. Dessa forma, ficava evidente uma suposta eficiência do governo estadual, que era quem realizava essas obras.

Dois anos após a saída da Prefeitura, Lídice se torna a candidata a Deputada Estadual mais bem votada da capital baiana, sendo reeleita em 2002. Foi um período complicado, onde a oposição aos governos de César Borges e Paulo Souto era pequena, por conta do poder que ACM tinha na esfera federal. Ainda assim, junto com outros parlamentares ligados aos partidos progressistas, formou uma bancada combativa, participando de importantes fatos políticos, dentre eles, a CPI do Narcotráfico. Na Assembleia Legislativa, Lídice exerceu por duas vezes o cargo de líder da bancada de oposição, em 2000 e 2005. Em 2004, recebeu o “Troféu Destaque Parlamentar”. Já na Câmara Federal, em 2006 (novamente a mais bem votada na capital), foi a primeira mulher a presidir a Comissão de Turismo e Desporto. Lídice liderou também a bancada da Bahia no Congresso. Em 2010 Lídice da Mata se torna a primeira mulher Senadora da Bahia, com 3.385.300 votos, ao lado do companheiro de campanha, Walter Pinheiro.

As eleições de 2010 entraram para a história política do país. Com 62 anos, Dilma Vana Rousseff, foi eleita a primeira mulher presidente do Brasil, com 56,05% dos votos válidos, contra 43,95% do seu maior opositor, José Serra,

do PSDB. A candidata do PT era Chefe da Casa Civil do governo Lula, e tinha o deputado Michel Temer como vice. Dilma é mineira, de Belo Horizonte, e passou quase três anos presa pela ditadura militar brasileira, onde passou por sessões de tortura, por participar da militância de esquerda e de organizações que defendiam a luta armada contra o regime militar. 2010 pode ser considerado o ano das mulheres na política brasileira.

Lídice tomou posse no dia 2 de fevereiro de 2011, e tornou-se uma das mais atuantes parlamentares do Senado. Só no primeiro ano, participou de 19 comissões e subcomissões, sendo titular em 10 delas. Destaque para a CPI do Tráfico de Pessoas; as comissões de Assuntos Econômicos (CAE), Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Educação, Cultura e Esporte (CE); e subcomissões de Desenvolvimento do Nordeste (CDRDN), da Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 (CDRCOOL), da qual é presidente. A Senadora ainda coordena a Frente Parlamentar Mista dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, e integra as frentes mistas das Ferrovias e em Defesa da Cultura, tema que é um dos carros-chefes da legislatura da primeira senadora baiana, autora de um projeto de lei que veda ao poder público o corte orçamentário no Ministério da Cultura (PLS 20/2011). Lídice também apresentou projeto idêntico para proteger o Orçamento do Ministério do Meio Ambiente (PLS 21/2011), e é autora de projetos para assegurar ao empregado doméstico o benefício do salário-família (PLS 191/2011), ao direito de receber horas extras e seguro-desemprego (PLS 381/2011), pela criação do Fundo Nacional de Apoio à Pessoa com Deficiência (PLS 587/2011), para assegurar às pessoas com deficiência a reserva de vagas em programas de qualificação profissional (PLS 621/2011) e pela eleição direta para os Conselhos Tutelares (631/2011).

Considerações finais

A posição ocupada por mulheres no espaço público suscita questões importantes como: o fato de uma mulher assumir um cargo político já representa uma luta por melhorias da posição ocupada pela mulher comum na sociedade? Ou mesmo o fato da ocupação das mulheres nos espaços de poder já é um dado de mudança? Mulheres militantes tendem a responder a questão explicitando que se o sujeito político não se reconhece, então não luta pelas causas das mulheres em geral.

Partindo da problemática presença e cenários na arena política, identificam-se mulheres que estão em cargos públicos com e sem orientação feminista.

A trajetória política de Lídice da Mata mostra essas perspectivas de respostas no que tange a representatividade da mulher no cenário político e as projeções de uma mulher não feminista em relação à mulher engajada; no sentido de corroborar com a ideia de que as demandas por direito das mulheres são melhores defendidas a partir da ocupação do espaço político por uma figura feminina, mesmo que ela não tenha uma clara posição feminista.

O espaço político, ainda na prática, constitui um espaço majoritariamente masculino. Uma primeira inferência de resposta, à problemática mulher e poder, é a de que a figura feminina nesse espaço, mesmo não tendo uma orientação ideológica feminista (no sentido de pensar cientificamente a categoria gênero e mulher nos contextos sociais e/ou pertencer a um movimento específico, se identificando com o mesmo), a luta pelos direitos das mulheres (como no caso de Lídice da Mata) surge como um imperativo histórico e uma necessidade de pauta para a construção de uma carreira política, desde o seu início, marcado pela alteridade. Neste ínterim, o espaço político torna-se um lugar de emancipação, no qual através das lutas políticas se constrói a transformação da posição da mulher nesses espaços e na sociedade.

Referências bibliográficas

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no poder: Mulher e política na Bahia.** Salvador: NEIM/UFBA-Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

RODRIGUES, Almira. **Mulher e Democracia.** CFEMEA, 2005.

DESIGUALDADES DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO FEMININO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Fernanda Vieira Nascimento

*Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares
sobre Mulher, Gênero e Feminismo. PPGNEIM-UFBA.*

nandabri07@gmail.com

Resumo

Este trabalho pretende desenvolver algumas questões sobre a política pública de assistência social e as desigualdades de gênero no cenário brasileiro contemporâneo, enfocadas a partir da divisão sexual do trabalho com o objetivo de analisar as relações de gênero e o empoderamento das mulheres na política de assistência social com enfoque no programa Bolsa Família, observando as possibilidades de uma ação emancipatória de gênero dessas mulheres. Neste sentido, realizamos uma revisão bibliográfica da temática em estudo e fazemos algumas considerações sobre os determinantes de gênero na dinâmica das relações sociais, a partir de uma perspectiva feminista e de gênero, de modo a problematizar o empoderamento dos sujeitos femininos.

Palavras-chave: Gênero, mulheres, empoderamento, política de assistência social.

Introdução

A exposição que se segue tem por objetivo apresentar algumas das questões desenvolvidas trabalhando as políticas públicas de assistência social e as desigualdades de gênero na contemporaneidade, enfocadas a partir da divisão sexual do trabalho e dos tempos sociais sexuados.

O propósito do estudo foi identificar a condição do sujeito feminino nos programas de assistência social, instigada pela questão dos tempos sociais femininos enquanto mediação das relações de gênero, isto é, relações de poder assimétrico entre homens e mulheres, poder de gênero e sua materialização na sobrecarga de trabalho nas esferas da produção e reprodução para as mulheres. Também interessou problematizar o processo de empoderamento desses sujeitos femininos, a partir das relações de poder que se estabelecem com a participação das mulheres na implementação das políticas de assistência social que operam com programas de transferências de renda mínima.

O objetivo deste trabalho foi analisar as relações de gênero e o empoderamento das mulheres na política de assistência social com enfoque no Programa Bolsa Família, observando as possibilidades de uma ação emancipatória da subordinação de gênero das mulheres, adotando como caminho metodológico a revisão bibliográfica da temática pesquisada.

Analisando a dinâmica das relações sociais na luta contra as múltiplas formas conjugadas de opressão indicando os processos históricos relacionando gênero e políticas públicas, buscamos caminhos que nos auxiliem no processo investigativo discutindo o antagonismo de classe presentes nas relações de gênero, a partir das relações sociais de produção e reprodução, distanciando-nos de uma visão mecanicista e ortodoxa da história. Segundo Saffioti (1992, p. 200) ao analisar classe, ela constitui-se historicamente quando seus membros se identificam, têm interesses comuns. Desta sorte uma classe não se constitui sem sua inerente dimensão política, consiste basicamente, na identificação dos interesses comuns, e mais do que isto, do antagonismo, que a separa de outras classes. Este antagonismo de classe sempre permeou as relações de gênero, que foram marcadas em outras esferas sociais.

A partir da articulação das teorias de gênero com o movimento social feminista e de novas perspectivas acadêmicas, olhares, metodologias e a re-visitação de conceitos, vislumbramos novas ações emancipatórias na trajetória de lutas pelos direitos das mulheres.

É importante ressaltar a importância do movimento feminista na discussão de gênero e políticas públicas, pois o feminismo como um movimento social, questionou a hegemonia masculina e dessa forma construiu as suas bases políticas, pautando as suas intervenções na ocupação de espaços entronizados pelo androcentrismo. O movimento feminista apresenta-se como um papel central nas mudanças exercidas contra a opressão de Gênero na construção das políticas públicas brasileiras.

Para Ana Alice Costa, “O feminismo brasileiro, e também o mundial, de fato mudou, e não mudou somente em relação àquele movimento sufragista, emancipacionista do século XIX, mudou também em relação aos anos 1960, 1970 até mesmo 1980 e 1990. Na verdade, vem mudando cotidianamente, a cada enfrentamento, a cada conquista, a cada nova demanda, em uma dinâmica impossível de ser acompanhada por quem não vivencia suas entranhas. No movimento feminista a dialética viaja na velocidade da luz”. (COSTA, 2005, pag.1).

Assim como o movimento feminista, as discussões teóricas produzidas na academia também enfatizaram a importância de descrever a opressão histórica vivida pelas mulheres, pois, a academia é um dos lócus estratégicos na luta das mulheres por mudanças, para produzir conhecimentos e idéias contrárias aos discursos que respaldam as relações desiguais de poder e as inviabilizam, reforçando os estereótipos que fundam a desigualdade entre os sexos.

Os movimentos feministas bem como os quadros de formuladoras de políticas de gênero no país têm se empenhado em traduzir a pobreza brasileira com um viés de gênero de forma a garantir políticas públicas para as mulheres, considerando a sua diversidade. A crítica feminista, por sua vez, tem denunciado o esvaziamento político no uso desta categoria de análise nos diferentes contextos.

Contradições e antagonismos na política de assistência social brasileira

Na sociedade capitalista, as políticas de proteção social expressam as contradições e os antagonismos de classes. Independente dos seus objetos específicos de intervenção, essas políticas dependem tanto do nível de socialização da política, conquistado pelas classes trabalhadoras, como das estratégias do capital, na incorporação das necessidades do trabalho, consideradas as particularidades históricas que definem cada formação social.

As políticas de proteção social são originárias do reconhecimento público, dos riscos sociais do trabalho e se ampliam a partir da segunda metade do século XX como meio de prover proteção social aos trabalhadores, inscrevendo-se na pauta dos direitos sociais. Para Mota [...] Apesar das especificidades nacionais, as políticas de Seguridade Social são constituídas por ações compensatórias para aqueles impossibilitados de prover o seu sustento por meio do trabalho, de cobertura de riscos do trabalho nos casos de doenças, acidentes, invalidez e desemprego temporário e manutenção da renda do trabalho, seja por aposentadoria, morte ou suspensão temporária da atividade laboral". (2000, pag. 180.)

Entretanto, acreditamos que as políticas de seguridade social, nas quais se inclui a de Assistência Social, só podem ser consideradas produto histórico das lutas dos trabalhadores na medida em que respondam a necessidades inspiradas em princípios e valores socializados pelo campo do trabalho e reconhecidos pelo Estado. Na dinâmica reprodutiva do capitalismo, o campo da seguridade social também é um ambiente de intervenção política das classes dominantes, seja como mecanismo de integração social, seja como meio de compatibilizar capitalismo, direitos sociais e democracia. Nestes termos, a seguridade social é em tese um campo de disputas, seja por parte do trabalho, seja por parte do capital que continuamente tenta adequá-la aos seus interesses hegemônicos. (MOTA, 2008, pag. 182).

Está certo que a política social brasileira tem peculiaridades que devem ser consideradas. Não obstante isso, vale lembrar que essas peculiaridades não se dão no vácuo. No Brasil, as definições e os rumos da política social não estão imunes a influências internacionalmente hegemônicas, que, embora se processem de forma diferenciada, não estão desconectadas. Com isso, queremos salientar que as mudanças atualmente verificadas nos fundamentos e na prática da política social brasileira não ocorrem de forma isolada, unilateral e autônoma. Pelo contrário, segundo Pereira, "elas fazem parte do processo mundial de reestruturação capitalista, iniciado no final dos anos 1970, cuja justificação ideológica encontra guarida na política neoliberal dominante." (2012, pag. 729).

É necessário analisar que a questão dos direitos e da cidadania presentes na política de assistência social estão relacionadas com o desenvolvimento do Estado e com as crises do sistema capitalista que vão estar sempre oscilando para mais ou para menos de acordo com os interesses do capital.

Desde o início dos anos 1970, o capitalismo contemporâneo, depois de um longo período de expansão no segundo pós-guerra, vive uma crise estrutural

global, a mais profunda de suas crises até nossos dias, resultado do amadurecimento de suas contradições e do desenvolvimento desigual e combinado que o caracteriza.

Para administrar a referida crise, a burguesia internacional e seus representantes reagem implementando um processo restauracionista e um conjunto de iniciativas ideopolíticas voltadas para a recomposição do ciclo de reprodução do capital que configuram uma dupla estratégia passivadora da ordem do capital, como a reestruturação produtiva e as políticas neoliberais de ajuste econômico (Braga, 1997).

Tanto nos países de capitalismo avançado como nos periféricos, essas medidas tem acarretado profundas transformações na organização da produção e do trabalho, dentre elas as inovações tecnológicas, a flexibilização dos processos e relações de trabalho, repercutindo na crescente vulnerabilização dos estatutos jurídicos do trabalho, atingindo particularmente as mulheres através dos contratos de trabalho temporários, terceirizados e informais, sem garantia de direitos trabalhista e social sendo a mão-de-obra feminina a mais prejudicada dentro deste processo.

Todas essas mudanças materializam-se no aumento globalizado da pobreza, particularmente nos países periféricos que, uma análise na perspectiva de gênero, revela quanto tal agravamento da pobreza tem afetado sobremaneira as mulheres da classe trabalhadora ou classes subalternas, em especial a das camadas mais empobrecidas, chegando-se a caracterizar-se esse processo de pauperização como feminilização da pobreza.

No bojo desse processo teve lugar um outro e contraditório movimento. O aumento significativo da inserção da força de trabalho feminina no mercado de trabalho, tanto nos países centrais como nos países periféricos, mesmo mantendo-se uma taxa de atividade maior da força de trabalho masculina e a despeito do aumento da brecha do desemprego das mulheres em relação aos homens, ao final dos anos 1990.

Dentro da nova dinâmica das relações de produção, vai ocorrer uma expansão da assistência social inscrevendo-se no mundo das transformações econômicas, políticas e sociais em curso, as quais realizam um conjunto de reformas, dotando a seguridade social de novas configurações. Isso representou uma das maiores ofensivas por parte da classe dominante ao Estado brasileiro, inflexionando seu padrão de enfrentamento a questão social pela via de mercantilização dos serviços sociais, sustentada na necessidade do capital de

recompor sua taxa de lucro, levando o Estado a novos investimentos na assistência social através dos programas de transferência de renda.

No Brasil o principal Programa de transferência de renda é o Bolsa Família que atende a mais de 45,8 milhões de pessoas segundo estimativa do IBGE (2014). O Programa Bolsa Família foi criado pelo Governo Federal em 2003 com o objetivo de contribuir no combate à pobreza e à desigualdade social no Brasil.

O Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda em implementação no Brasil, assumindo a centralidade do Sistema de Proteção Social. Foi instituído pela Medida Provisória n. 132, de 20 de outubro de 2003, transformada na Lei n. 5.209, de 17 de setembro de 2004. Idealizado enquanto uma política intersetorial para unificação de programas de transferência de renda.

[...] Além da transferência de renda para permitir a melhoria na alimentação e no atendimento de necessidades básicas do grupo familiar, o Bolsa Família indica o desenvolvimento de ações complementares mediante articulação com outros programas de natureza estruturante, principalmente no campo da educação, da saúde e do trabalho (SILVA e LIMA, 2010, p. 50).

O acesso à renda consiste em questão central para a cidadania das mulheres e direito humano básico fundamental, reconhecido em vários instrumentos e acordos internacionais que tratam da garantia da equidade de gênero, firmados pelo Brasil (Cairo, Beijing, CEDAW, DESC).

Considerado o maior programa de transferência condicionada de renda da América Latina, o Programa Bolsa Família (PBF) constitui a principal iniciativa dentre as ações do Governo brasileiro, no campo do enfrentamento da pobreza.

Os programas de transferência de renda da política de assistência social têm na família seu principal foco de intervenção, as quais são responsáveis pelo seu êxito. Entre os responsáveis legais pelas famílias atendidas pelos programas de transferência de renda no Brasil, cerca de 92% são de mulheres no qual o grupo familiar deve ser representado preferencialmente pela mulher.

De acordo com Silva (2014, pag. 67), “entre os responsáveis legais pelas famílias atendidas pelo B F no Brasil, tanto em 2006 quanto em 2009, cerca de 92% eram mulheres, elevando-se esse percentual para 93,1% em 2013, em conformidade com a proposta do programa, segundo a qual o grupo familiar deve ser representado preferencialmente pela mãe.”

Quanto à variável cor/raça, em 2009, 67,6% dos responsáveis pelas unidades familiares eram pretos ou pardos, o que se aproximava bastante do percentual de 68,1% das mulheres cônjuges ou chefes de família dos 20% de domicílios mais pobres do Brasil que apresentavam tal perfil, conforme identificado pela PNAD de 2008 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009).

A Política de Assistência Social concretizada pelos programas de transferência de renda mínima tem atribuído um lugar central à família, concebida como o lugar da proteção por excelência. E quem realiza predominantemente esta proteção, em nome de uma naturalizada divisão sexual do trabalho, proporcionando a atenção, socialização e os cuidados da reprodução é a mulher.

O pai-marido, sendo ou não provedor, tende a ser um pai ausente da reprodução e da paternagem dos filhos e filhas. Nesses programas, o sentido de família é centrado na representação social da mulher que identifica e associa mulher e feminino com família, em função da reprodução. Família também concebida como a célula mater da sociedade locus por excelência da procriação e maternagem, da proteção e dos cuidados diretos com o bem-estar, enfim, do processo cotidiano da reprodução social do grupo doméstico-familiar. Mas é a mulher que a ideologia e as representações de gênero se referem como expressão desse espaço.

Ao longo da história, todas as atividades do processo reprodutivo que foram concebidas como trabalho, tem sido garantidas pelas mulheres, sobretudo, algumas dessas atividades deslocaram-se do âmbito doméstico familiar para o espaço público e do mercado, instituindo um processo de socialização da reprodução sob a responsabilidade do Estado.

O Estado passou a atuar junto com a família e com o setor privado como os atuais protagonistas das políticas sociais, sob o argumento da complementação ou da responsabilidade da sociedade.

Observamos que seja através da ação do Estado, seja das Organizações Não-Governamentais ou das empresas, é recorrente a centralidade da família nos programas de assistência social sob o argumento da participação, da formação de identidades ou mesmo, da condição de usuárias/os de benefícios sociais.

A representação social de cuidadora da família está presente na imagem da mulher. Segundo Pereira (2012, pag.234), “a mulher imbuída do papel feminino que lhe foi tradicionalmente atribuído, incorpora a família diante dessas políticas.” Não é por acaso que o grande foco das políticas de combate à pobreza está no cuidado com as crianças, visto que uma das principais condicionalidades

no acesso, por exemplo, ao programa de transferência de renda, diz respeito a manutenção dessas na escola.

Em relação às políticas de renda mínima, observa-se que as mulheres são os principais participantes dos programas sociais a exemplo do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, PACS, do Programa de Saúde da Família, do Emprego e Renda, Bolsa Família, dentre outros. Entretanto, tais programas fazem uso da capacidade de trabalho das mulheres, de seus saberes e competências de gênero aprendidos e desenvolvidos no ambiente familiar desde sua mais tenra idade, quando começam a assumir obrigações com as tarefas domésticas do cuidado, da reprodução da vida dos membros da família e da gestão do orçamento doméstico, o que pode ser considerado um indicativo do aumento da carga de trabalho não-remunerado das mulheres, assim como a sua condição de estar à disposição também dos programas das políticas de assistência social.

Relações de gênero e empoderamento no programa bolsa família

Os países da América Latina incluindo o Brasil atravessaram a década de 1980 sob o impacto das ideologias neoliberais definidas no cenário internacional, com ênfase renovada no crescimento econômico e nas forças do mercado, aprofundando as desigualdades sociais. Segundo Scheffler [...]

após uma década de crise e de liberalização da economia e à medida que a crença nas potencialidades do mercado como principal distribuidor de recursos se tornou insustentável, tem lugar a preocupação com o fator humano no desenvolvimento, observando-se a emergência de um novo paradigma institucional de políticas públicas, com destaque para a revalorização das políticas sociais, notadamente as de combate à pobreza e vulnerabilidade social nas quais as mulheres têm sido eleitas como público preferencial, assumindo posição estratégica na implementação de programas sociais.(2013, pag. 8).

De acordo com Saffiotti (1992), algumas categorias estão entrelaçadas na análise do conceito de gênero, pois existe uma simbiose entre patriarcado, racismo, capitalismo, que não são sistemas autônomos e interdependentes. São resultantes de diferentes faces de um mesmo sistema produtivo e devem

ser examinados de forma integrada, como faces distintas de um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida. Bem como, a dimensão econômica, política, ideológica e social são elementos importantes e que estão interligados para entender a compreensão de gênero e sua dimensão nos programas governamentais como o Bolsa Família. Neste programa as mulheres são colocadas como o principal condutor da política, na busca da erradicação da pobreza, mas não basta apenas colocar estas mulheres como alvo da política visando apenas sua autonomia econômica, pois o mais importante é que ela se perceba enquanto mulher e tome consciência dos seus direitos para que possa ocorrer um verdadeiro empoderamento, fazendo jus ao seu significado. A linguagem do empoderamento também está sempre presente na literatura acadêmica dos temas relacionados a pobreza no Brasil. . Sorj e Gomes (2011, p. 148) assinalam que empoderamento se integra a estes “novos conceitos” que se baseiam na idéia de investir nos sujeitos como indivíduos e na valorização da autonomia e do autodesenvolvimento.

Sob a perspectiva da transversalização de gênero nas políticas públicas, a noção de empoderamento é geralmente significada como autonomia econômica da mulher. Nos Programas de transferência de renda este empoderamento ainda está muito restringido a criar condições de produção e renda para a família, para que a mulher possa contribuir com a receita familiar.

Dentro da perspectiva feminista de acordo com Scheffler (2013), o empoderamento implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna das mulheres, garantindo-lhes autonomia no controle do seu corpo, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir bem como um rechaço ao abuso físico e às violações. A abordagem de empoderamento, portanto, não é neutra, é pré-condição para se obter a equidade social, representa um desafio às relações patriarcais e aos privilégios de gênero e, por conseguinte, admite relações de poder, oposições e conflitos e seus desdobramentos os quais podem desencadear processos de mudança reveladores de outras dimensões vividas pelas pessoas e grupos sociais. Segundo esta visão, o empoderamento compreende um processo da conquista da autonomia por parte das mulheres que tem aspectos tanto coletivos como individuais.

As transformações na sua condição social podem se constituir em potencial transformador das relações de gênero ou das estruturas de subordinação, imprimindo-lhe um caráter político. Sob esta perspectiva o empoderamento é concebido como um processo, portanto, à medida que alguma destas dimensões seja relegada, perde-se seu potencial transformador, podendo-se, inclusive

ocorrer situações que podem acontecer ações que empoderam e desempoderam concomitantemente.

Ao analisar o Programa Bolsa Família, percebe-se um empoderamento momentâneo das mulheres participantes dos programas de transferência de renda, apenas pelo viés econômico na perspectiva do aumento da renda familiar, entretanto, é um empoderamento que carece de projetos de geração de trabalho e renda e ações sócio-educativas que poderiam atender às suas necessidades práticas e estratégicas de gênero, possibilitando-lhes processos de autonomia, de independência econômica e de autodesenvolvimento libertário tão desejado pelas mulheres, ganhando espaço na luta pela desigualdade de gênero, propiciando assim processos que visem o empoderamento numa ação emancipatória da subordinação de gênero.

Desta forma, a exploração sobre as mulheres permanece e não podemos identificar a existência de políticas sociais no Brasil, que promovam uma mudança estrutural que aponte para a igualdade de qualquer natureza, muito menos a de gênero. Como se isso não bastasse as mulheres ainda devem com os atuais programas governamentais e não governamentais, administrar a pobreza com recursos irrisórios e potencializá-los para dar resposta aos interesses capitalistas de um Estado opressor que ainda enxerga as mulheres num papel de subalternidade de gênero.

Considerações finais

A presente pesquisa sobre as questões de gênero na política de assistência social em particular as de renda mínima no Programa Bolsa Família, revelou que o poder e o controle por parte do Estado burguês e patriarcal, sobre essas mulheres não ocorrem apenas sobre a sexualidade das mesmas, mas principalmente se exercem envolvendo o usufruto dos tempos femininos de trabalho, sobretudo os tempos da reprodução, de sua capacidade de trabalho e competências de gênero. Nesse sentido, determina o lugar do feminino nas políticas de assistência social e de transferência de uma renda mínima para essas mulheres. Não é por acaso que as mulheres desse segmento de classe passam a ser vistas como figuras disponíveis para implementar ações compensatórias e residuais do Estado, mediante suas políticas de proteção social sem analisar a questão da desigualdade de gênero presente na política da assistência social.

Pelo exposto e revelado nesta análise, o uso gratuito dos tempos sociais femininos pelo Estado mediante suas políticas sociais, se configuram como uma

nova forma de opressão-exploração das mulheres e de sua capacidade ou da sua força de trabalho, na medida em que esse uso dos tempos sociais sexuados e da capacidade de trabalho das mulheres garante a implementação de políticas sociais públicas a baixo custo, no processo estatal de produção e reprodução das condições da reprodução ampliada do capital. Nesse sentido, podemos dizer que a valorização do sujeito feminino como partícipe das políticas de assistência social é uma forma de despersonalização do trabalho doméstico de reprodução, reproduzido e simbolizado como um não-trabalho e sem valor.

É preciso analisar se a presença das mulheres nos programas de assistência social destacando o Programa Bolsa Família evidenciam uma visibilidade indicativa de uma possível passagem do âmbito privado para a esfera pública, e se a participação das mulheres nos programas de transferência de renda mínima estão proporcionando a elas a tomada de decisões de negociações e participações políticas, enfim, de um empoderamento libertador e consciente de uma ação emancipatória para essas mulheres buscando a superação das desigualdades sociais de gênero, raça e classe dentre outras.

Referências

BRAGA, Ruy. **A restauração do capital**: um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1997.

BRASIL. Lei n. 8742/93. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. LOAS. 1993. Disponível em: [HTTP:// www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L8742.htm) . Acesso em: 28 dez. 2015.

BRAVO, Maria Inês de Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. (Orgs.) **Política Social e Democracia**. 5ª. ed, São Paulo: Cortez; R.J:UERJ, 2012.

BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA Potyara Amazoneida Pereira. (Orgs.) **Política Social e Democracia**. **In**: Sobre a política de assistência social no Brasil. Potyara Amazoneida P Pereira. 5ª. Ed. São Paulo: Cortez; R.J:UERJ, 2012, pag. 234.

COSTA, Ana Alice A. **O movimento feminista no Brasil**: dinâmicas de uma intervenção política. Revista Gênero. UFF, R.J, 2005, pag.1.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2008.** Rio de Janeiro, 2009.

MOTA, Ana E. (Org.). **O Mito da Assistência Social** - ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. **In:** O sujeito feminino nas políticas de assistência social. Arrazola, Laura S. D. ed. 2, Cortez. São Paulo , 2008, p. 247.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Utopias desenvolvimentistas e políticas sociais no Brasil.** Serviço Social & Sociedade. – n. 112. São Paulo: Cortez, 2012, pag.729.

SAFFIOTI, Heleieth. **Rearticulando gênero e classe social.** **In:** BRUSCHINI, C.; COSTA, A. O. (Orgs.). Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, São Paulo – SP. Fundação Carlos Chagas, 1992, p.183-215.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.); LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. **Avaliando o Bolsa Família:** unificação, focalização e impactos. **In:** Caracterizando o Bolsa Família: uma aproximação ao processo de unificação dos programas de transferência de renda no Brasil. 2ª Ed. São Paulo, Cortez, 2014, pag.50, 67.

SCHEFLER, Maria de Lourdes N. **Gênero, autonomia econômica e empoderamento. O real e o aparente:** Sistematização de processos de investigação-ação e/ou de intervenção social. REVISTA FEMINISMOS Vol.1, N.3, pag. 08, 2013. Disponível em: www.feminismos.neim.ufba.br. Acesso em 04/01/2016.

SORJ, Bila; GOMES, Carla. **O gênero da “nova cidadania”:** o programa Mulheres da Paz. Sociologia & Antropologia, v. 1, n. 2, p. 2011.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE HOMENS E MULHERES NA PERCEPÇÃO DE MULHERES JOVENS

Franciele da Silva Santos

Mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
francielesilvasantos22@gmail.com

Orientadora: Prof^a Dr^a Idalina Maria Freitas Lima Santiago

Docente da Universidade Estadual da Paraíba(UEPB)

Email: imfls@uol.com.br

Resumo

A presença das mulheres nos espaços de participação político-partidária é um elemento que desperta interesse para o estudo sobre a representação destas nesses espaços, os quais vêm sendo historicamente ocupados majoritariamente por homens. Diante disso, a proposta de trabalho se propõe a analisar, com base em pesquisa realizada junto a mulheres jovens, entre 15 e 29 anos, integrantes dos setores de juventude e de mulheres de partidos políticos da Paraíba, como as mesmas percebem a participação político-partidária de homens e mulheres na sociedade brasileira. O trabalho apresenta parte dos resultados finais do projeto de pesquisa “Gênero, Participação Política e Mulheres Jovens”, financiado pelo CNPq/PIBIC/UEPB.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, mulheres jovens, partidos políticos.

Introdução

A inserção das mulheres nos espaços públicos da sociedade brasileira mostra-se, a partir do início do século XX, como um avanço singular graças às incessantes lutas das mesmas para a garantia de suas cidadanias.

Como se verifica no movimento contemporâneo da sociedade brasileira, as mulheres conseguiram galgar várias conquistas no campo da cidadania inserindo-se em espaços antes não permitidos a elas, a exemplo da educação formal, do mercado de trabalho, dos esportes, etc. Contudo, o campo da política partidária tem-se mostrado bastante resistente à introdução das mulheres nesses espaços de poder e decisão.

A despeito das lutas travadas pelas mulheres para se inserirem no parlamento, demarcadamente, expressadas pela reivindicação da lei de cotas para mulheres nos partidos políticos, percebemos que a paridade entre homens e mulheres nesses espaços ainda se configura como um lugar relativamente marcado pelas dessemelhanças. Mesmo com a legislação eleitoral n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997, que regulamenta cotas para a participação das mulheres na política partidária, não se percebeu um avanço significativo da representação feminina na vida partidária.

Nesta conjuntura tomamos, como recorte de análise para este trabalho, a percepção de mulheres jovens integrantes dos setores de juventude e de mulheres dos partidos políticos dos municípios de João Pessoa e Campina Grande, estado da Paraíba, acerca da participação política partidária de homens e mulheres na sociedade brasileira.

O texto se estrutura em duas partes: a primeira faz uma abordagem acerca da luta das mulheres em busca da participação política apresentando o movimento de mulheres como relevante para tal conquista e a segunda reflete, a partir da análise das falas das jovens entrevistadas, a participação política partidária de homens e mulheres na sociedade brasileira demonstrando as dessemelhanças entre os gêneros existentes no campo político-partidário. Por fim, tecemos nossas considerações.

Mulher e participação política

A participação política é uma temática que, nos últimos anos, vem despertando interesse nos debates travados tanto na sociedade em geral como nos estudos da academia, em especial no que tange à participação política de

mulheres surgindo inúmeras interpretações sobre o lugar assumido por elas na cena política partidária.

Em relação à participação política compete fazermos uma breve definição tomando de empréstimo a conceituação de Gandini e Riscal (2010). Segundo as autoras, a expressão participação e, em particular, participação política, pode apresentar as mais variadas significações.

Seu uso variou ao longo da história ocidental segundo contextos econômicos, sociais e políticos e, mesmo quando usado em articulação com a forma de governo democrática, pode designar um grande número de ações políticas que vão desde o exercício direto do poder, como nas formas de orçamento participativo, em colegiados ou conselhos ao exercício do poder soberano, por meio da eleição. [...] Encontramos a designação de participação para referir-se às manifestações políticas ou de movimentos sociais ou, ainda, às ações de apoio ou identidade de concepções, como no caso de participação de partidos políticos (GANDINI e RISCAL, 2010, p.54).

No que tange à participação política de homens e mulheres, Gonçalves (2009) aponta que a mesma não se dá de forma simétrica, pois a dinâmica da atividade política (práticas e funcionamento de partidos, linguagens e valores políticos reconhecidos), não raro, é baseada em modelos masculinos e, como exemplo disto, o autor citado indica a presença de alto grau de violência verbal, valorização da competitividade em detrimento de cooperação, alto grau de renúncia à intimidade e ao cotidiano. Os espaços públicos e a vida política são colocados como próprios dos homens enquanto as mulheres são designadas proprietárias e gestoras do espaço privado.

A participação político-partidária da mulher no Brasil foi uma das grandes conquistas do movimento feminista através do movimento sufragista, em meados do Séc.XX, o que lhes proporcionou o direito ao voto e inserção na política partidária. Foi conquistado, então, na década de 1920, o direito ao voto para as mulheres com algumas restrições. Dentre essas restrições estavam as mulheres serem casadas e, no caso de solteiras ou viúvas, terem renda própria. A partir dessas restrições, as feministas, conhecidas como sufragistas, intensificaram a luta exigindo que um novo código eleitoral fosse elaborado no qual se incluísse todas as mulheres, até que, em 1932, veio a promulgação pelo então Presidente da República Getúlio Vargas, do novo Código Eleitoral,

que determinava o voto secreto, facultando-o às mulheres que exercessem uma função pública remunerada. Com a Constituição de 1946, revitalizada pelo processo de redemocratização após quase dez anos de ditadura, Vargas eliminou o direito seletivo do voto feminino tornando-se extensivo a todas as mulheres (ÁLVARES s/d).

Contudo, Gonçalves (2009) ressalta, a dificuldade que as mulheres tiveram para se inserir nos espaços políticos de decisão, apontando alguns fatores que interferiram na participação política das mesmas.

Muitos são os fatores que dificultam sua participação política, por exemplo: educação sexista; a sua socialização política que não as motivam a se candidatar para cargos políticos; ambivalência feminina acerca do êxito; a não distribuição de tarefas domésticas com o parceiro; falta de políticas públicas que atendam às necessidades das mulheres; uma divisão social de trabalho que as reafirmam como reprodutoras e cuidadoras; a sistemática exclusão da esfera pública que as colocam no âmbito do privado e, conseqüentemente, limita a sua participação na esfera política e em âmbitos de tomada de decisões (GONÇALVES, 2009, p.3).

Ainda podemos acrescentar, segundo Camurça (2008), que a democracia representativa brasileira está impregnada dos perfis racista, sexista e classista da sociedade, que consolidaram um poder hegemônico de face masculina, branca e heterossexual, carregando as diferenças político-ideológicas entre os partidos, situação que se agrava pela política liberal/conservadora vigente que, com seus mecanismos de poder junto ao sistema econômico e ao sistema de comunicação de massa, restringe as possibilidades de disputa política para muitos segmentos.

Mesmo com alguns fatores que ainda se mostram como desafios na luta das mulheres para participação política e partidária, podemos apontar um resultado concreto do esforço das mulheres em busca da participação em espaços de decisão e representatividade política: a aprovação do projeto de lei de autoria da deputada Marta Suplicy que estabeleceu cotas para mulheres nas listas partidárias. A primeira lei (9.100/95) estabelecia 20% de mulheres nas listas partidárias para as eleições do ano de 1996. Em 1997 foi votada a lei eleitoral no 9.504, que aumentou o percentual para 30% a partir do ano 2000, estabelecendo o percentual intermediário de 25% para as eleições de 1998 e determina

e determina a reserva de uma porcentagem mínima de 30% e máxima de 70% para os gêneros. (PINTO,2001,p 102).

Segundo Montecchi (2012), a legislação só pecou quando não trouxe expressa a consequência ou sanção, no que tange ao descumprimento desse princípio deixando ao livre arbítrio dos Tribunais o que pode gerar graves incoerências e insegurança jurídica, o que nos faz inferir que mesmo com a existência da lei não se garante de fato a inserção das mulheres haja vista que, se não há uma obrigação para que isto ocorra, muito menos uma punição eficaz aos partidos que não cumprirem, significa que sempre haverá brechas para execução das antigas práticas, ou seja, a construção de espaços marcados predominantemente por homens enquanto representantes políticos.

Metodologia

A proposta envolveu a abordagem metodológica descritivo-analítica, abrangendo dois tipos de pesquisa: uma de caráter documental, através de consulta a dados secundários (documentos do Tribunal Superior Eleitoral, do Tribunal Regional Eleitoral e dos Partidos Políticos) e outra que compreendeu a obtenção dos dados primários junto aos/as coordenadores/as dos setores de juventude e de mulheres dos partidos políticos, bem como das jovens mulheres entre 15 e 29 anos inseridas nos citados setores. Os partidos contemplados na pesquisa foram aqueles que, no período de fevereiro a junho de 2012, estavam com representação nas câmaras de vereadores dos municípios de João Pessoa e Campina Grande, estado da Paraíba, e os partidos ditos de esquerda que têm maior visibilidade política pelas ações que promovem na sociedade, cuja bandeira era a busca pela transformação da sociedade.

Para análise dos dados adotamos a análise de conteúdo a qual, segundo Bauer (2002), é um método de análise de texto que faz uma ponte entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa do material.

No primeiro momento da pesquisa abordamos os/as presidentes dos diretórios municipais dos partidos políticos os/as quais nos repassaram as informações referentes à inserção de jovens nos referidos partidos e a existência de setores de juventude e de mulheres nas instâncias partidárias. Posteriormente, nos dirigimos aos/às representantes dos setores de mulheres e juventude dos partidos. Por fim, selecionamos uma jovem por cada setor encontrado, de acordo com a indicação do representante dos partidos, com vistas à formação do grupo metodologicamente representativo composto por mulheres jovens

que desempenhem atividades relevantes nesses âmbitos. Junto a este grupo metodológico, analisamos como as jovens percebiam a participação político-partidária de homens e mulheres na sociedade brasileira.

Foram pesquisados vinte e oito (28) partidos nas duas cidades. Em João Pessoa, encontramos doze (12) partidos com representação na câmara municipal (PP, PR, PT, PSB, PPS, PMDB, DEM, PSDB, PTB, PRB, PRP e PDT) e quatro (04) do campo da esquerda (PC do B, PCO, PSTU e PSOL). Em Campina Grande nos deparamos com dez (10) partidos com assento na câmara de vereadores (PSB, PT, PR, PTN, PT do B, PSDB, PMDB, PDT, PRP, PRTB) e dois (02) de direção considerada de esquerda (PSOL e PCB). Na fase de coleta de dados constatamos que o PCO e o PSTU não possuíam diretórios registrados em Campina Grande e não conseguimos contatar com os/as representantes do PRP e do PSB.

Dentre os partidos pesquisados em João Pessoa seis (06) tinham o segmento de juventude estruturado, um (01) possuía o segmento de mulheres e quatro (04) contemplavam os dois setores na sua composição. Em Campina Grande apenas dois (02) possuíam os dois setores, um (01) o setor de mulheres e outro o setor de juventude nas suas estruturas partidárias. A maioria das jovens mulheres encontradas nestes setores está alocada nos partidos de João Pessoa, em número de dez (10), e somente uma (01) em Campina Grande.

Buscando resguardar a identidade das jovens entrevistadas, as identificamos com nomes de mulheres que, de alguma forma, participaram de processos de luta pela igualdade de direitos no Brasil.

Resultados e Discussão

Iniciaremos as análises demarcando o conceito de gênero que tomaremos como foco de nossas reflexões. Conforme Scott (1995, p.86), o gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos”, sendo considerado o primeiro modo de dar significação às relações de poder. Assim, gênero é a primeira forma de estruturação do poder nas diversas formas de interação humana. Como reitera Scott (1995), o gênero não pode ser entendido como algo naturalizado, fixo e imutável, mas como processo social e historicamente construído, logo, passível de desconstrução.

Neste sentido, e conforme Leitão e Medeiros (2011), o conceito de gênero vem contribuir para compreensão da construção desigual entre os femininos e masculinos, reforçando a desnaturalização das diferenças entre os sexos.

Compreendendo gênero como uma construção social histórica e os espaços de participação política partidária como um lugar permeado por relações de desigualdades entre os gêneros, nos debruçamos em analisar a percepção das jovens pesquisadas acerca da participação política de homens e mulheres na sociedade.

A maioria das jovens entrevistadas tinha concluído ou estava cursando curso superior e suas inserções nos partidos se deram em função da militância no movimento estudantil ou por tradição familiar na vida partidária.

Dentre as falas das onze jovens pesquisadas, pôde-se identificar que quatro veem a participação político partidária das mulheres como mínima ou falha, estando articuladas a quatro argumentações: a primeira relaciona o desinteresse das mulheres em participar da política como sendo provocado pelo fator histórico cultural, através do qual o espaço público tem sido direcionado para o homem (associado diretamente com o político), enquanto para mulher foi destinado o espaço privado. Percebe-se, assim, que é reforçado pela cultura o não empoderamento das mulheres, criando-lhes uma falta de confiança para se inserirem na vida partidária. Esta argumentação pode ser demonstrada no depoimento a seguir,

Muito pouca, muito pequena. São poucas as mulheres que têm o peito, que tem a coragem de, (...) enfrentar a carreira política, porque algumas ainda se acham inferiores aos homens (Jerônima Mesquita, 24 anos, Participante do setor de juventude do DEM; entrevista concedida em 22/03/2012 na cidade de João Pessoa- PB).

Seguindo na esteira deste pensamento, outra depoente, além de reforçar o estereótipo tradicional de feminilidade para as mulheres, acrescenta que a participação política não deve ser associada apenas à questão partidária mas também a outros espaços e situações nos quais possa ser exercida a participação política sem que, necessariamente, seja ligada a algum partido ou, mesmo, concorrendo a alguma representação parlamentar. Esta argumentação pode ser observada na fala da jovem do PPS citada abaixo, que indica os movimentos sociais e as ações diárias como formas de participação política.

O estereótipo que é construído em cima dela: nós identificamos o desinteresse da mulher em participar da política. Porque você tem que entender que política não se faz só em partido, política não

se faz só com o partido, política se faz com movimentos sociais, faz em movimento estudantil, política se faz no seu dia a dia, política é escolha, são, são ações. (Amélia Carolina da Silva Couto, 26 anos, Vice presidente Municipal do PPS e integrante da comissão de mulheres; entrevista concedida em 27/02/2012 na cidade de João Pessoa).

Em consonância com as falas das jovens acima mencionadas, Álvares (2012, p.05) indica que os estereótipos de gênero contaminam a imagem da mulher na política, em especial com afirmações do tipo: “mulher não sabe votar, não sabe se comportar numa representação parlamentar, não sabe falar em público, não gosta de política”. Tais afirmativas influenciam diretamente na inserção das mulheres nesses espaços políticos partidários, seja pela falta de oportunidade ou até mesmo pela falta de estímulo da mulher a ponto de se achar com capacidade inferior à do homem, como cita a jovem do DEM.

A segunda argumentação deste grupo de jovens que avaliam como mínima a participação feminina na política partidária, refere-se à recusa das mulheres em se envolverem no jogo político permeado de escândalos, entenda-se corrupção. A fala da jovem participante do PSDB nos faz sugerir que as mulheres não querem se comprometer com as falcatruas do meio político, mais afeitas ao mundo masculino.

Eu acho que ainda é muito reduzida, ainda tem que melhorar (...) porque as mulheres não estão se engajando tanto porque como o cenário político nosso é meio que de escândalo, que acontece muita coisa, à todo mundo acha que sempre vai existir desse jeito. Então, mas a política é para uma vida né, eu acho que não só em relação a se candidatar. Mas, eu acho que o interesse da mulher pela política ainda é muito reduzido (Josefa Agueda, 24 anos, participante do setor de mulheres e de juventude do PSDB; entrevista concedida em 04 de julho de 2012 em João Pessoa-PB).

A terceira argumentação percebida neste bloco de depoimentos identifica uma ampliação dos direitos sociais das mulheres em vários campos da sociedade, a exemplo da educação e do mercado de trabalho apontando, contudo, pouco avanço no campo da participação política partidária.

Então, eu acho o seguinte: que a mulher... a participação dela é mínima, é lógico, você tem uma melhora em relação ao que foi anteriormente, mas, você tem uma melhora em tudo né, mas do ponto de vista de representação é uma minoria, da minoria, da minoria das mulheres que atuam, (...) Acho que a participação das mulheres ainda é muito pequena na política né, na sociedade ela desenvolve um papel importantíssimo, (...) acho que a mulher ela tem que evoluir muito no... no sentido político. (Julia Alves Barbosa, 23 anos Coordenadora do coletivo de mulheres do PCO, entrevista concedida em 15/03/2012 na cidade de João Pessoa-PB).

A última argumentação que apareceu no depoimento de duas jovens esteve relacionada à legislação eleitoral, enfocando especificamente sobre a Lei de Cotas como um dispositivo que veio possibilitar a inserção da mulher na política partidária, sem, contudo, mudar efetivamente o quadro de representação das mulheres no parlamento.

Para Delgado (1996), a Lei das Cotas não garante o real acesso das mulheres ao poder; entretanto, reconhece que a lei demonstra as dessemelhanças entre os gêneros, dá visibilidade à exclusão das mulheres e possibilita a abertura de novas conquistas.

Um dos depoimentos das jovens que se refere à legislação eleitoral ressalta a forma como é direcionada a lei proporcional de cotas concebendo sua aplicação de forma artificial e incidindo diretamente sobre a pequena participação das mulheres, já que elas são postas no processo eleitoral apenas para cumprir a cota, sem o respaldo necessário do partido, seja em militância ou mesmo em recursos financeiros para efetivação de sua candidatura.

Eu acho que a participação ainda tem sido muito pequena, é pelo próprio modo como as mulheres são tratadas nos movimentos e nos partidos né? Existe agora uma cota pra quantidade de mulheres pra serem candidatas e tal, mas você percebe que essa cota é artificial entendeu? Os partidos, os grandes partidos, assim, os partidos que realmente disputam o processo eleitoral, colocam essas mulheres, mas raramente elas são as eleitas, porque elas estão ali pra cumprir determinada cota que é... que agora é lei, certo? Mas, na verdade, na verdade o candidato do partido que ele joga mais dinheiro, que ele faz mais campanha, que ele desloca mais militante é sempre um

homem. (Natércia da Silveira, 27 anos, Participante do segmento de Juventude do PSTU; entrevista concedida em 12/03/2012 na cidade de João Pessoa-PB.)

A outra jovem possui uma compreensão distorcida acerca da Lei de Cotas, pois a considera como se fosse uma decisão do partido não evidenciado tratar-se de uma política afirmativa de cunho nacional com o objetivo de diminuir as disparidades dos sexos nas candidaturas eleitorais. A mesma depoente ainda aponta a necessidade das mulheres estarem se inserindo na política partidária com mais intensidade.

(...) as mulheres hoje elas precisam ter uma participação maior dentro (...) do quadro político, que ainda não temos dentro do... É tanto que dentro do partido a gente tem que ter o limite de ter no mínimo de trinta por cento de candidatas mulheres. Hoje é a exigência do partido, a gente ter no mínimo trinta por cento de mulheres participando de, de, do quadro do partido, seja como vereadora (...) precisamos fazer mais, precisamos de mais quadros, ainda é muito pouco para quantidade de vagas que nós temos na câmara dos deputados, na Câmara, no Senado, porque no Senado agora nós temos pouquíssimas mulheres então assim precisamos de mais, trabalhar nessa perspectiva de mais. (Carmen Portinho, 27 anos, Secretária do segmento de Juventude e participante do segmento de mulheres do PSB, entrevista concedida em 07/03/2012 na cidade de João Pessoa-PB.)

A Lei de Cotas é, na maioria das vezes, interpretada de maneira equivocada e até mesmo como benesse de determinados partidos para com as mulheres. Sabe-se que a Lei de Cotas foi conquista de mulheres que não se acomodaram apenas em ter o direito de votar, mas também queriam está inseridas nos espaços de decisões e concorrer a representatividade parlamentar igual aos homens. A este respeito Gonçalves (2009, p.4) acrescenta:

A expansão da participação política entre mulheres é uma conquista que demandará muito tempo, mas o processo já está em curso. A diferença da participação das mulheres na política se dá à medida que somam suas experiências e perspectivas às dos

homens, acrescentando temáticas a serem tratadas no campo político. O diálogo entre homens e mulheres e a possibilidade do trabalho conjunto entre os dois sexos são diferenciais para a cena política se se considerarem a necessidade de ambos, descartando a ideia de interesses universais que visam ocultar a dominação política.

Enquanto jovens anteriormente mencionadas acham que a participação política partidária da mulher é mínima ou pequena, as três jovens que veremos a seguir veem a participação das mulheres em estágio de crescimento.

Dentre as abordagens apontadas por essas três jovens, dois pontos merecem destaque: o primeiro, presente nas falas de duas jovens, refere-se à associação do crescimento da participação da mulher na política com o protagonismo da presidenta Dilma Rousseff, embora salientando que é preciso haver maior organização das mulheres a fim de assumirem papéis decisivos na sociedade, como salienta a jovem,

Eu acho que com (...) a chegada de Dilma na, na presidência, eu acho que empolgou muito a mulher a querer ter esse papel decisivo, a querer cumprir esse papel de cargos de política, de querer também mostrar a força e a capacidade das mulheres. Mas eu acho que precisa muito mais do que isso. Eu acho que a mulher precisa se organizar, acho que ela precisa cumprir papéis mais decisivos, de frente. E aí eu acho que Dilma, ela deu o primeiro passo, foi o grande exemplo, mas é (...) mesmo não sendo Dilma, sendo eu, sendo você, sendo qualquer outra mulher, tem o papel importante a cumprir e que muitas vezes não vai ser presidente da república, mas o pouco ou a contribuição que se dá já garante o desenvolvimento e a participação da mulher. Eu acho que por maior ou menos que seja o gesto, mas se é de contribuição ao avanço, acho que ele é bem vindo. (Celina Guimarães Viana, 23 anos, Participante do setor de juventude e de mulheres do PC do B de João Pessoa -PB; entrevista concedida em 14/04/2012 na cidade de Campina Grande-PB.)

O segundo ponto, destacado na fala de uma das jovens, refere-se à crescente participação partidária da mulher como decorrente do processo de

desenvolvimento do país, não debitando tal participação à luta das mulheres. Ao mesmo tempo, coloca que esta participação não se dá de forma mais eficaz por falha na organização das mulheres.

É...Eu acho que, a gente vem crescendo, mas vem crescendo porque é uma coisa maior, mas é uma consequência do crescimento e do desenvolvimento do país, mas que as mulheres estão falhando na sua auto-organização, precisa de mais força. (Almerinda Gama, 23 anos, Secretária setor de Juventude do PT; entrevista concedida em 12/03/2012 na cidade de João Pessoa-PB.)

Por fim, o último indicador apontado nas análises dos depoimentos das entrevistadas acerca da participação político-partidária das mulheres indica notoriedade e destaque das mulheres nesses espaços de atuação política. Esta notoriedade se dá pela inserção das mulheres em espaços que foram sendo conquistados no percurso histórico de lutas das mesmas. Como se percebe na fala apresentada abaixo, a jovens enfatiza que as mulheres já estão se colocando em papéis de destaque no âmbito da política partidária.

É, eu acredito que a mulher está desempenhando um grande papel na sociedade hoje (...). Em... em buscar seus ideais, em botar a cara a tapa e deixar de... deixar muita coisa que ela antes não lutava, que deixava pra trás, por ser mulher, mas lutando pelos seus objetivos, pelos seus ideais. Hoje ela está indo a luta, está se mostrando guerreira de fato. (Carlota Pereira, 30 anos, Participante dos setores de juventude e de mulheres do PP, entrevista concedida em 29/03/2012 na cidade de João Pessoa-PB.)

Em referência à avaliação da participação político-partidária dos homens na sociedade brasileira, dentre as 11 jovens entrevistadas sete mencionaram esta participação enquanto representativa e justificada por fatores culturais que colocaram o homem em papel de destaque na sociedade, em especial nos espaços de representação política. A fala que seguem é ilustrativa desta abordagem.

Vejo (...) em porcentagem é a mais representativa. Os homens são mais representativos porque eles se permitiram assim, se engajaram mais. Então, por serem historicamente, culturalmente, mais

engajados eles tem mais representante. Se nós tivermos maior engajamento, teremos maior representantes. Hoje a participação ela é expressiva, ela é acima da média né?! não só no espaço de partidos nessa esfera, mas no mercado de trabalho também e as remunerações também são elevadas nessa avaliação. (Amélia Carolina da Silva Couto, 26 anos, Vice presidente Municipal do PPS e integrante comissão de mulheres e de juventude; entrevista concedida em 27/02/2012 na cidade de João Pessoa.)

Foi possível perceber a ênfase na questão ética nos depoimentos de três jovens, as quais colocaram a participação política do homem como insatisfatória em decorrência de estarem imersos em sistema de corrupção que assola o meio político do País. Ficou expresso, nas abordagens dessas jovens, o anseio de que a representação política dos homens tenha mais eficácia e que a corrupção não seja o que guie suas atitudes.

(...) deixa a desejar né? (...) Porque eu acho que a gente tem visto muitos escândalos (...) com relação (...) ao quadro nacional; ai eu já saio da questão do nosso quadro estadual e falo com relação ao quadro nacional. Então, assim, tem deixado a desejar, eu acho que ainda tem muito o que melhorar, o que avançar. Política não é uma coisa fácil de se fazer, né? e ai a gente vê muita corrupção ainda né? O Brasil hoje é considerado um dos países mais corruptos né?, e dentro desse quadro de ser um país mais corrupto, a gente sabe que também o maior quadro político é de homens né?, (...) então (...) o país é o país mais corrupto, então é porque a gente ainda tem que avançar porque ainda há falhas com relação a questão política, com relação (...) em âmbito político do homem. (Carmen Portinho, 27 anos, Secretária do segmento de Juventude e participante do segmento de mulheres do PSB; entrevista concedida em 07/03/2012 na cidade de João Pessoa-PB.)

O depoimento acima deixa nas entrelinhas que a atuação política partidária das mulheres quando comparada à dos homens se apresenta como associada à honestidade: a mulher sendo posta como sujeito de ideais e ideologias difíceis de serem mudadas por influência de outras pessoas enquanto os homens, considerados corruptíveis e fáceis de serem corrompidos. Esse tipo de visão

demonstra a perspectiva essencialista que envolve a concepção de gênero dessas jovens demarcando atributos naturalizados para homens e mulheres.

Em contraposição ao que foi colocado acerca da corrupção desencadeada pelas atividades realizadas pelos homens no campo da política partidária, uma jovem aponta o gênero masculino como credor de confiança em virtude de seu engajamento na política enquanto a mulher é vista com descrédito. Debita este descrédito ao preconceito que a sociedade tem para com as mulheres no referente ao envolvimento com as atividades públicas, consideradas de domínio masculino.

Em relação, o homem eu acho que é bem mais engajado, bem mais engajado na política do que a mulher! E ele, mas assim, ainda mais no processo eleitoral né, e é tudo bem mais fácil, ao menos assim na Paraíba tem muito preconceito ainda, então eu acho que o homem é mais, sei lá, acho que gera mais confiança pras pessoas, nesse sentido. (Josefa Agueda, 24 anos, participante do setor de mulheres e de juventude do PSDB; entrevista concedida em 04 de julho de 2012 em João Pessoa-PB).

Diante do que foi analisado e conforme Camurça (2008), podemos alegar que devido à falta de estímulo à participação política das mulheres, que se reproduz pelos padrões culturais ao longo da história de nosso país, poucas mulheres conseguem ultrapassar as barreiras causadas pela falta de oportunidades, de consciência de sua condição e de seu potencial de atuação como sujeito político.

Conclusões

Com base nas análises fundamentadas nos depoimentos das jovens inseridas nos segmentos de juventude e/ou mulheres dos partidos pesquisados, afirmamos que a participação política partidária da mulher é um fator que merece mais atenção e investimento por parte dos partidos políticos e da legislação eleitoral pois, mesmo com a aplicação da lei de cotas, ainda não se pode considerar que houve uma real conquista em termos de mudança significativa na representação de mulheres no parlamento.

Cabe salientar a necessidade de incorporação das mulheres na vida política, não apenas como simples votantes ou ocupantes de cota mínima mas

como protagonistas capazes de contribuir com as decisões em nível de representação política.

Em relação à participação de jovens mulheres nos partidos, e se levando em consideração a quantidade de partidos pesquisados (28) e o número de mulheres jovens encontradas (11), pudemos constatar que ainda é pequena sua participação, o que demonstra o espaço partidário como um âmbito majoritariamente masculino, ressaltando a necessidade de maior inserção de mulheres.

Dentre as onze (11) jovens entrevistadas seis (06) vêem a participação política partidária feminina como mínima, elencando os seguintes fatores: a questão cultural que estereotipa as mulheres como incapazes de representar plenamente os anseios do povo; a incompatibilidade das mulheres em participar da atual conjuntura política partidária permeada de escândalos e corrupções; a dificuldade de modificação da cultura política assentada em bases marcadamente masculinas que não facilita a efetiva inserção das mulheres na representação parlamentar, a despeito das várias conquistas já alcançadas pelas mulheres em outros campos da vida pública e a crítica à atual política afirmativa de cotas que não garante a real participação das mulheres no parlamento.

Por outro lado, três jovens mulheres destacam a participação político-partidária feminina em processo de crescimento, justificada pela influência da presença de uma mulher na presidência da república e pelo processo de desenvolvimento do país que demanda maior participação das mulheres em todos os âmbitos da vida social.

Por fim, duas das jovens em seus depoimentos apontam a participação das mulheres como notória levando em consideração o reconhecimento pelo papel desenvolvido pelas mulheres na sociedade, assim como o processo de luta para a conquista dos espaços que hoje ocupam.

Depreende-se, então, que 54,5% dessas jovens consideraram mínima a participação política partidária das mulheres, em contraponto com 27,2% das jovens que indicaram o processo crescente de participação e 18,1% a analisaram como notória.

Quanto à participação político-partidária dos homens, oito, equivalente a 72,7% da amostra, a avaliaram como expressiva por associarem esta participação à maior oportunidade que os mesmos têm de se inserir em espaços de disputas políticas; as demais jovens, em número de três (27,2%), mesmo reconhecendo a participação do homem como de maior representatividade a associaram aos escândalos de corrupção, reconhecendo isto como fator prejudicial à política e ao País.

Perante o que foi exposto, apontamos a necessidade de processos formativos para o empoderamento das mulheres na política partidária; a promoção de discussões que possibilitem a desconstrução dos estereótipos associados ao gênero que provocam o desencorajamento das mulheres para se inserirem na política; a revisão da legislação eleitoral relativa às cotas de gênero com vistas ao incentivo de fato a participação das mulheres.

Referências

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. **Mulheres e participação política**. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/ifch/administrador/mulheresepolitica.pdf>> Acesso em 08 de agosto de 2012.

BAUER, M. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In GASKELL, G; BAUER, M. (orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Trad Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de Setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1º out. 1997. Seção 1, pp. 21801.

CAMURÇA, Silvia. O Feminismo e a situação das mulheres na política. AMB, 2008.

GANDINI, Raquel Pereira Chainho; RISCAL Sandra Aparecida. Notas sobre o conceito de participação política e sua articulação com a concepção de gestão democrática. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 4, n. 2, nov. 2010. Artigos. ISSN 1982-7199. Disponível em : <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/176/102>> Acesso em: 09 de agosto de 2012.

GONÇALVES, **Betânia Diniz**. Impactos da participação política na vida das mulheres versus impactos da participação das mulheres na vida política, XIVENA, 2009. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_completo_84.pdf> Acesso em: 29 de junho de 2013.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade; MEDEIROS, Glauce Margarida da Hora. **A Participação feminina na Assembleia Legislativa de Pernambuco-16ª legislatura**. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Ondina-BA, 2011. Disponível em : < <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/>

anais/3/1308168639_ARQUIVO_TextocompletoAParticipacaofeminina.pdf> Acesso em: 15 de julho de 2013.

LOPES, Ana Maria D'Ávila; NÓBREGA, Luciana Nogueira. **Democratizando a democracia:** a participação política das mulheres no Brasil e a reforma do sistema político. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/ana_maria_davila_lopes2.pdf> Acesso em: 08 de agosto de 2012.

MONTECCH, Diego Mayolino. **Cotas mínimas de gênero nas eleições proporcionais de 2012.** Disponível em: < <http://www.noticiando.com.br/consumo-e-mercado/1829-cotas-minimas-de-genero-nas-eleicoes-proporcionais-de-2012.html>> Acesso em: 08 de agosto de 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. Paradoxo da participação política da mulher no Brasil. REVISTA USP, São Paulo, n.49, p. 98-112, março/maio 2001.

PLATAFORMA PELA REFORMA POLÍTICA. **Reforma política.** 2013. Disponível em: < <http://www.reformapolitica.org.br/>> Acesso em 07 de setembro de 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. **Educação e Realidade.** v.20, n.2, Porto Alegre, p. 71-99, jul./dez., 1995.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de candidaturas. Disponível em:<<http://divulgacand2010.tse.jus.br/divulgacand2010/>> acesso em: 06 de setembro de 2013.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E LUTA FEMINISTA: DIÁLOGOS E DIVERGÊNCIAS

Gabriela Monteiro Araújo

Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE)

gabrielaaraujo@gmail.com

Resumo

O presente artigo discorre sobre o processo de incorporação dos conceitos nascidos na luta das mulheres pelo Estado, em especial sobre o gênero e as diferentes perspectivas referentes ao conceito dentro do movimento feminista e ao ser institucionalizado. Além de chamar atenção para o perigo de esvaziamento político do gênero, o trabalho também procura investigar de que mulheres nós estamos falando quando discutimos a luta feminista e as políticas públicas para as mulheres, buscando compreender como essa categoria se constrói e é percebida como sujeito. Também se debruça sobre exemplos da América Latina que se desafiam a despatriarcalizar o Estado e aprofundar o olhar feminista dentro das instituições.

Palavras-chave: Gênero, Feminismo, Políticas Públicas.

Introdução

As políticas públicas voltadas para mulheres vêm se desenvolvendo no Brasil nos últimos 25 anos. Ao longo desse período, foi ampliado o reconhecimento das desigualdades nas relações de gênero e seus impactos para o processo de desenvolvimento nacional. Nesse sentido, é possível observar o avanço no que se refere à formalização de direitos e à institucionalização de organismos de políticas públicas específicas, que têm gerado impactos para a vida das mulheres no país (PITANGUY, 2011).

Os avanços registrados no âmbito dos direitos das mulheres resultam, em grande medida, dos esforços levados a cabo pelos movimentos de mulheres que buscam a incorporação de perspectivas feministas à implementação e execução das políticas públicas. Entre os elementos trazidos pelo pensamento feminista para pensar a situação das mulheres e o enfrentamento às desigualdades de gênero, as questões relacionadas a gênero e empoderamento têm papel central, uma vez que contribuem ao questionamento das estruturas e relações de poder estabelecidas (SARDENBERG, 2009).

Embora o termo tenha sido frequentemente associado às políticas públicas de desenvolvimento e gênero, não existe consenso no que se refere à ideia de empoderamento utilizada pelas políticas públicas para as mulheres. Apesar da indefinição acerca do conceito, o termo parece ganhar força tanto teórica quanto instrumental/operacional, a partir de sua utilização vinculada às questões de gênero nas políticas públicas (SARDENBERG, 2009).

O conceito utilizado pelas políticas públicas para as mulheres parece retirar o conteúdo transformador do empoderamento feminino, na medida em que o concebe em termos de ação individual e deslocada de uma discussão maior sobre as estruturas sociais e políticas que incidem sobre a condição das mulheres. O presente artigo espera contribuir para a reflexão acerca dos limites e possibilidades existentes para a incorporação das abordagens feministas no âmbito das políticas públicas para as mulheres, considerando elementos como a participação dos movimentos, a produção de conhecimento científico e o processo de elaboração, implementação e monitoramento das políticas públicas.

A fim de tentar alcançar os objetivos propostos, a estrutura metodológica deste trabalho está atrelada a conceitos indissociáveis do olhar/pesquisa feminista. Minayo (2007) entende por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade, que inclui tanto o método quanto técnicas e criatividade do pesquisador. Ainda segundo a autora, enquanto

abrangência de concepção teórica de abordagem, “a teoria e metodologia caminham juntas. (...) Enquanto conjuntos de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental (...) capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática (idem ant., p. 15-17).

Compreendendo que é ilusória a pretensão de dar conta de todas as questões e possíveis desdobramentos que surgirão ao longo do estudo, reafirma-se o compromisso de seguir o caminho metodológico em coerência com o posicionamento político feminista. Assim, busca-se investigar de forma posicionada como são incorporadas pelas políticas públicas para mulheres os conceitos nascidos na luta das mulheres e como se dá o processo de reflexão sobre esses conceitos a partir de diferentes perspectivas.

As armadilhas de Gênero

“Um modo feminista de ler e interpretar o mundo, e de produzir discursos que interfiram nos contextos em que atuamos, parece ser a mais fundamental forma de luta política contemporânea. Esta nossa prática interpretativa e teórica deve constantemente rever e subverter lugares de poder, dentro e fora do feminismo”.

(Simone Pereira Schmidt, 2004)

O processo de dominação-exploração é concebido por Heleieth Saffioti (2001) como um fenômeno social com duas dimensões complementares – político e econômica – que atuam em uníssono para manutenção da ordem que subalterniza as mulheres como categoria social. Ao situar as mulheres no sistema de dominação-exploração, ela afirma que a violência simbólica impregna corpo e alma das categorias sociais dominadas, fornecendo-lhes esquemas cognitivos conformes a esta hierarquia (SAFFIOTI, 2001). Essas relações de poder hierarquizadas atravessam o tempo e os territórios, marcam nossos cotidianos, corpos, sonhos e vozes. São de uma tessitura tão densa que por vezes parecem ter o peso de um destino. No entanto, toda relação de poder também comporta a rebeldia dos sujeitos (ARAUJO, 2014). E são as tensões e fronteiras nessa rede dinâmica, intrincada e pulsante que nos interessa abordar. Aqui adotaremos a perspectiva na qual liberdade e poder não são elementos que se excluem, uma vez que as relações de poder só acontecem quando existe algum grau de liberdade e resistência entre os sujeitos envolvidos.

Como destaca Medrado, é importante atentar que, quando fala de poder, Foucault usa propositalmente o termo “relações” ao contrário de quando trata de dominação, em que ele emprega o termo “estados”, marcando exatamente o potencial de mobilidade do primeiro (MEDRADO, 2008). Sobre as possibilidades que essa mobilidade comporta, María Inés García Canal afirma que

el ejercicio del poder y resistencia se encuentran indisolublemente unidos, convertido uno en el gemelo de la otra, implicados siempre en una relación de provocación permanente. El sujeto nace resistiendo, y es en esta capacidad de reacción donde se constituye como tal, donde construye el tiempo de la experiencia (CANAL, 2005, p.42).

As relações de poder são a pedra de toque para a compreensão das relações de gênero. Joan Scott coloca a definição de gênero conectada a duas proposições: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p.86). Ou, mais precisamente, “o gênero é um campo primeiro no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p.88). E as discussões sobre as complexas e ramificadas articulações entre gênero e poder são tecidas a partir da crítica feminista – assim como o conceito de empoderamento, que (re)nasce da “práxis” para a “teoria” (SARDENBERG, 2006).

María Jesús Izquierdo aponta a necessidade de resgatar a importância do feminismo, que se vem perdendo ao longo da história com o uso indiscriminado e despolitizado do conceito de “gênero”, ou seja, de seus “usos e abusos”, como ela define (MEDRADO, 2008). A tensão entre a perspectiva do Movimento Feminista e o Estado é uma das principais arenas dessa disputa. Claudia de Lima Costa (1998) utiliza a análise de Sonia Alvarez a respeito da entrada do feminismo no Estado durante a “abertura política ao gênero”, na qual argumenta que a crítica feminista à opressão e à subordinação da mulher dilui-se e neutraliza-se nos discursos e práticas de tais instituições. Nas palavras de Alvarez (1998, p.5),

[a] pesar del papel inegable que tuvieron los lobbies feministas locales y globales en promover las normas internacionales de género que indirectamente inspiran estos modernos discursos estatales “pró-género”, la “incorporación de la mujer al desarrollo” no

siempre se inspira en el feminismo. La assídua crítica feminista a la subordinación de las mujeres muchas veces se traduce y tergiversa en las prácticas y discursos del Estado. Como me explicó una oficial de la Alcaldía de Cali: “ahora la cosa cambió, ya no es aquel feminismo radical de los años 70, ahora es perspectiva de género. Entre algunos funcionarios públicos, “género” parecería haberse convertido en outro término más em el léxico técnico de planificación, un indicador neutro de “modernidade” y “desarrollo”, en vez de un terreno o dominio minado por relaciones desiguales de poder entre mujeres y hombres (...) Olga Amparo Sánchez [argumenta que] “si la cuestión de las mujeres si diluye com el discurso de género, seguramente muchos hombres y muchas mujeres que no quieren cambiar las situaciones de subordinación se sentirán nuevamente cómodos com el movimiento de mujeres.

Ora, se o gênero atravessa uma enfraquecedora transmutação, abandonando o potencial transformador e desestabilizador do movimento feminista e sendo assumido e apropriado pelo Estado mais como um termo inofensivo do que como um conceito e categoria analítica, há que se considerar o perigo dessa adoção indiscriminada. A despolitização do gênero se reflete diretamente nos organismos e nas políticas públicas voltadas às mulheres, uma vez que estes são os espaços e ferramentas legitimados pelo Estado burguês-patriarcal para esta discussão.

Se o Feminismo e suas teorias e práticas eram vinculados a uma postura radical, pouco pertinente e insuficientemente séria, o gênero vai ser adotado como um princípio mais palatável a ser incorporado com segurança pelo Estado para lidar com as reivindicações das mulheres. Longe de desafiar as estruturais patriarcais oficiais de poder, ele se afasta de suas raízes radicais e de seu caráter incômodo para poder ser servido na sala de jantar. Assim o Estado pode tratar da exclusão socioeconômica das mulheres sem assumir as pautas feministas. Como afirma Cláudia de Lima Costa, não havia no terreno supostamente neutro do gênero a necessidade de “politizar a teoria e teorizar a política” (COSTA, 1998, p.31).

Schmidt aponta que o paradoxo dessa abertura promovida pelo gênero (e lembra a declaração de Joan Scott¹ de que os paradoxos são constitutivos

1 Gênero: Uma categoria útil para análise histórica (1989)

da própria história do feminismo) tem resultado muitas vezes na neutralização do caráter mais “guerreiro” e contundente do feminismo, esvaziando-o de sua vinculação com uma história de lutas contra a subordinação das mulheres: “História que é, afinal, o que de melhor temos, e talvez nossa única identidade” (SCHMIDT, 2004, p.19).

Se o exercício de poder não é uma estrutura que se mantém inexoravelmente, significa dizer que está em transformação, sujeito a distintas elaborações e em luta constante. Podemos afirmar que o poder toma muitas formas, constituindo-se mais em uma rede de relações complicadas do que em uma relação causal direta (DAVIDOFF, 1995). Há que se considerar também que a institucionalização do gênero reflete a capacidade de incidência do movimento feminista. Para além de grupos e partidos políticos, esse reconhecimento e incorporação no Estado são resultados diretos das ações dos movimentos sociais de diferentes matrizes, em incessante negociação e disputa com os espaços de legitimação.

Assim como Medrado, nós apostamos na complexa tela que define as relações de gênero, que nos aponta mais para a diversidade do que para a diferença, como resposta à dicotomia e à desigualdade. E reforçamos a necessidade de radicalizar o gênero a fim de questionar e transformar o Estado, atentas para os riscos permanentes de invisibilização das propostas feministas nessa negociação e enfrentamento.

As raízes como um novo ponto de partida

“There is no thing as a single-issue struggle because we do not live single-issue lives”

(Audre Lorde)

Para além das perversas lógicas da hegemonia, nos desafiamos a desenvolver um olhar interno, que nos permita acompanhar as transmutações e heterogeneidade das perspectivas sobre gênero e sujeito no feminismo. A diversidade do que se concebe como sujeito tem sido uma das grandes características do movimento feminista, que permanentemente se rearticula a fim de abarcar novas formas e identidades de resistência. Simone de Beauvoir em sua

frase clássica (“não se nasce mulher, torna-se mulher”²) já conclamava contra a visão essencialista da categoria “mulher”.

A visão feminista pós-estruturalista levou ao extremo a desconstrução da do termo “mulher”, a fim de escapar do engessamento de um sujeito único e central. Esse esforço de fugir das amarras essencialistas se distanciou das afirmações identitárias de tal forma que “mulher” então se aproximou de uma construção discursiva, uma irrealidade. O que inevitavelmente trouxe outros pontos nodais: como mobilizar/reivindicar um feminismo sem mulheres? Claudia de Lima Costa (1998, p.132) traz a reflexão de Linda Alcoff (1988, p.420) diante de tal questão:

O que podemos exigir em nome das mulheres se “mulheres” não existem e as exigências em seu nome simplesmente reforçam o mito de que elas existam? De que forma podemos falar abertamente contra o sexismo como sendo prejudicial aos interesses das mulheres se tal categoria é uma ficção? Como podemos exigir o aborto legal, creches adequadas ou salários compatíveis sem que se invoque um conceito de “mulher”?

O risco de uma desconstrução *ad infinitum* ir se tornando mais e mais abstrata traz impeditivos a, por exemplo, questões pragmáticas como as exigências e pautas: um projeto político pede um sujeito político. Não nascemos mulheres, nos tornamos mulheres – e talvez seja a hora de retornarmos às mulheres. A categoria “mulher” não precisa ser uma unidade isenta de contradições e descontextualizada de sua historicidade e demais elementos de construção. As identidades não são estáveis e desprovidas de fluidez.

Se não existe um sujeito cujas identidades e relações estejam em posição imutável, isso não significa dizer que noções como as categorias de raça, classe, gênero e etnia não possam ser utilizadas para se referir a sujeitos coletivos. Mesmo as afirmações desconstrucionistas das identidades como ficções ou efeitos de linguagem não precisam necessariamente repudiar reivindicações identitárias, uma vez que isso resulta num enfraquecimento da luta política (COSTA, 2002).

Uma proposta interessante para conciliar uma percepção mais estratégica do pós-estruturalismo (sempre alerta aos perigos do essencialismo) com

2 O segundo sexo (1949).

as múltiplas experiências da realidade é a definição de Alcoff de mulher como posicionalidade. Para ela, posição se refere a uma identidade politicamente assumida, firmemente relacionada a à localização do sujeito (social, cultural, geográfica, econômica, sexual e tantas outras) e a partir da qual interpretamos o mundo e na qual nos fundamentamos (COSTA, 2002).

Dessa forma, podemos falar de mulheres, compreendendo-as como sujeitos não-essencializados, mas também historicizados, com identidades interseccionalizadas, e em posição de agir politicamente. Também há que se considerar a crítica das feministas contrárias à política da identidade quando afirmam que nem sempre os grupos que foram historicamente excluídos e invisibilizados conseguem acessar uma posição política, dada a contínua negação opressiva a que estes grupos foram submetidos. Cláudia de Lima Costa propõe uma saída para essa discussão:

Uma resposta possível a essas ressalvas seria repensar a identidade como aquilo do qual se parte (para chegar a outro lugar), isto é, como uma estratégia política pessoal e/ou coletiva de sobrevivência, independentemente de quão múltipla, fluída e contraditória a estratégia possa ser. A identidade, assim concebida, passa a ser algo pelo qual se deve lutar constantemente, e não simplesmente algo que nos é concedido na construção de alianças e contiguidades transpessoais (COSTA, 2002, p.78).

Assim evitamos que as reflexões pós-estruturalistas nos levem a conflitos de fragmentação e dispersão, considerando a intersecção das categorias com suas diferenças e subjetividades. O sujeito nunca parte de um lugar neutro, mas se enuncia a partir de um lugar de privilégios/opressões, numa conjuntura simultaneamente complexa e específica, e há que se ter em mente a importância da experiência material nessa enunciação, para que não joguemos fora o bebê com a água do banho. A posição do sujeito (sua localização, experiência) é antes de tudo um espaço de poder.

Essa articulação entre as diversas posições do sujeito tem sido uma das expressões mais fecundas do feminismo e a negação epistemológica de qualquer tipo de essência à mulher segue sendo um dos pilares do conceito de gênero. Em seu excelente artigo intitulado “O tráfico do gênero”, Cláudia de Lima Costa sugere um retorno à categoria mulher, entendida não como essência ontológica, mas na acepção ampla de posição (COSTA, 1998). E se esse retorno

à categoria implica em algum nível de essencialismo, podemos aqui adotar o próprio essencialismo como estratégia e utilizá-lo para articular as mulheres politicamente. Uma utilização crítica, provisória e tática que nos fortaleça no enfrentamento a estruturas profundamente arraigadas. Ou seja,

Estes dois momentos (anti-essencialismo epistemológico e essencialismo político) configuram o paradoxo da mulher, ou seja, representam o difícil equilíbrio entre o pessimismo da razão e o otimismo da vontade (política). Assim sendo, a mulher, como Teresa de Laurentis nos lembra, é mais um projeto político que a descrição da realidade (COSTA, 1998, p.133).

Lutar a luta nunca abandonada

*“To see like a feminist is not to stabilize, it is to destabilize.
The more we understand, the more our horizons shift”.*

(Nivedita Menon, 2012)

A chamada segunda onda do feminismo³ caracterizou-se no Brasil e nos demais países latino-americanos principalmente no enfrentamento a ditadura militar e dominação masculina. Quando adentramos na terceira onda, temos uma forte participação das mulheres no processo de redemocratização e na aproximação com o Estado. Atualmente, o que se observa é uma progressiva institucionalização das demandas das mulheres, indissociada de uma problematização entre as feministas das estruturas de governo e dos processos de tomada de decisão.

Nesse processo histórico, a experiência do feminismo norte-americano se ancora no modelo liberal enquanto que os feminismos latino-americanos desenvolvem outros embasamentos ideológicos, alinhados à luta contra a opressão neoliberal – luta esta que se encontra com força em outros movimentos sociais

3 A primeira onda do feminismo (ou feminismo da igualdade) inicia no fim do século XVII até a década de 1960 aos direitos civis, principalmente a reivindicação das sufragistas pelo direito ao voto. A segunda onda (ou feminismo da diferença) teve como data os anos 1960 e articula as questões de gênero, raça e classe social. A terceira onda (ou feminismo de governo) ganha força na década de 1990 e defende a ampliação da participação política e nos espaços de poder (BUARQUE, 2008, p.95).

e processos organizativos nesses territórios. Marlise Matos (2010) nos traz a denúncia de Mohanty (1984) sobre a construção estereotipada que as feministas ocidentais elaboravam para representar as mulheres do Terceiro Mundo:

as teorias feministas ocidentais estariam construindo uma representação distorcida, estável, anistórica e reducionista a respeito das mulheres e dos feminismos do Terceiro Mundo como: sexualmente limitadas, ignorantes, pobres, não-escolarizadas, tradicionais e conservadoras, voltadas essencialmente para o doméstico e a família, dependentes e vitimizadas pelo sistema sócio-econômico etc (MATOS, 2010, p.75).

Não colocamos aqui essa tensão a fim de reforçar dualidades ou binarismos entre os feminismos, mas sim no intuito de mais uma vez destacar a importância do pensamento e da ação descolonizadora que rompe as universalizações/hierarquizações e reafirma as dimensões locais e localizadas. Destacar a importância de um feminismo a partir de uma perspectiva não-imperialista, que valoriza a construção de resistência coletiva e cotidiana das mulheres e suas habilidades de incidir e reestruturar o Estado.

Com o avanço da participação política das mulheres latino-americanas nos espaços de representação e nas esferas do Estado, vamos observar novas configurações e reformulações das políticas públicas. O caso da Bolívia (um Estado Plurinacional) na transformação das estruturas é emblemático: a principal bandeira de luta das revolucionárias feministas comunitárias bolivianas é a despatriarcalização do Estado. O feminismo comunitário defende o Bem Viver⁴ e a memória ancestral de luta das mulheres indígenas e camponesas, sua cosmovisão e o reconhecimento da história pré-civilizatória das comunidades e países.

O desafio da despatriarcalização do Estado exige uma visão complexa sobre o patriarcado: para além da dominação-exploração das mulheres, este se estrutura na construção das hierarquias sociais, aplicadas umas sobre outras e fundadas em privilégios masculinos sobre as formas de organização social. O patriarcado então se alicerça como um eixo da construção econômica, cultural e política da sociedade. E para (re)inaugurar uma forma de vida justa, as

4 O Bem Viver (ou *sumak kawsay*, em quéchua, ou *qamaña*, em aimará) propõe um paradigma alternativo ao sistema hegemônico, a partir da valorização dos saberes, culturas e práticas dos povos originários e contrário a mercantilização da vida, dos corpos e dos territórios. Defende uma relação harmoniosa e integral entre os seres humanos e a natureza.

feministas comunitárias bolivianas pautaram essa transformação estrutural no governo Evo Morales, construindo ativamente a Unidade de Despatriarcalização, pertencente ao Vice Ministério da Desconolozição, vinculado ao Ministério da Cultura.

A associação *Mujeres Creando* teve grande destaque nesse processo e no combate ao machismo institucional. Julieta Paredes foi uma das fundadoras da associação e também participou da construção do Plano de Governo de Evo Morales. Sobre o nascimento da teoria política do feminismo comunitário, ela narra:

Nós construímos esta nova corrente de pensamento que não é a do feminismo ocidental. Lemos e aprendemos, mas não somos filhas da Europa. Chamamo-nos 'feministas' porque isso tem um conteúdo histórico que queremos entrar a discutir. Nós somos também feministas mas, que tipo de feministas? Que é que procuramos como feministas? Entramos a debater o que pode ser o feminismo como conceito. Se o feminismo for entendido como a luta das mulheres europeias ou norte-americanas, então nós não somos. Mas se entendermos como feminismo a luta das mulheres em qualquer lugar do mundo e tempo da história, então podemos sim nos considerar feministas porque a nossa memória vem a nós de antes da invasão colonial espanhola⁵.

As estratégias de articulação e incidência promovidas pelas feministas comunitárias revisa a multiplicidade de opressões na arena política para configurar ações governamentais que não sejam reducionistas e limitadas. Contudo também elas lidam com a heterogeneidade entre as diversas organizações e movimentos. A associação *Mujeres Creando* teve origem em 1990 e em 2001 sofreu uma crise política que deu lugar a dois coletivos: *Mujeres Creando* e *Mujeres Creando Comunidad* (esta última sendo a atual organização de Julieta Paredes e trabalhando com mais proximidade a gestão de Evo Morales). María Galindo faz parte da *Mujeres Creando* (também foi uma de suas fundadoras) e tece duras críticas ao Estado:

5 Julieta Paredes, em entrevista concedida ao Diário Liberdade, em agosto de 2011. Disponível em: http://www.diarioliberalidade.org/index.php?option=com_content&view=article&id=18926:em-la-paz-com-julieta-militante-feminista-boliviana-nos-nao-somos-filhas-da-europa&catid=251:mulher-e-lgbt&Itemid=131

A Unidade de Despatriarcalização não tem orçamento, nem poder, nem conteúdo, nem funções. Fomos nós, *Mujeres Creando*, as que lançamos esta proposta da qual eles se apropriaram para minorar nosso impacto. É parte de uma política governamental não deixar que nada se mova fora do governo, nem sequer o debate nem o pensamento, querem comê-lo todo⁶.

María Galindo se auto-proclama uma agitadora das ruas, não acadêmica, e tem sido uma das mais influentes vozes no enfrentamento da domesticação do feminismo. Martha Noya, diretora e fundadora do centro Juana Azurduy, também é uma revolucionária boliviana que faz coro às preocupações de María em ir além das políticas de gênero: “Tira-se da categoria de gênero o conteúdo político e, sobretudo, o sentido questionador das relações de poder, que é o que o feminismo faz”⁷. Dessa forma, encontramos similaridades nas armadilhas do jogo político – o que nos reforça a necessidade de ampliar e aprofundar o (re) fazer de nossas propostas, em contínuo processo de apropriação e desvirtuação pelas instituições.

Considerações finais

O feminismo ocupou vários espaços de articulação política no contexto da globalização. Ainda que sob críticas – e sempre sob críticas, pois isso é próprio da transformação que defendemos – a incorporação de gênero tem resultado numa inegável ocupação institucional da pauta das mulheres. Esse fenômeno reflete a maturidade do movimento feminista, a popularização de seu crescimento e, não menos importante, seu incisivo e transformador poder de incidência.

As possibilidades e os entraves das políticas públicas de gênero só são realidades pelo avanço da luta política do movimento feminista e das mulheres. São vitórias, mas talvez sejam ainda um esboço, um experimento da sociedade que desejamos. Muito nos dizem sobre a dificuldade de operacionalização e

6 María Galindo, em entrevista concedida ao jornal La República, em fevereiro de 2015. Disponível em: <https://abordaxe.wordpress.com/2015/02/11/bolivia-maria-galindo-nao-volto-a-ir-a-um-encontro-feminista-em-um-hotel-de-cinco-estrelas/>

7 Marta Noya, em entrevista concedida ao Rebelión, em setembro de 2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/523942-tergiversa-se-sobre-o-conceito-de-feminismo-e-e-entendido-como-o-machismo-nas-mulheres-entrevista-com-martha-noya>

muito nos desafiam a fim de criar mecanismos para garantir um Estado que não se distancie, em que as demandas e propostas populares não sejam sufocadas pela burocratização e concentração de poder.

Nós construímos nossas identidades, narrativas e aprendizados na resistência coletiva cotidiana – e por isso mesmo destacamos que até as limitações encontradas nos espaços institucionais, antes de serem um lugar de encerramento, são aberturas para novas fronteiras de luta, desafios a que nos propomos enfrentar nesse momento histórico.

Referências

ARAUJO, Gabriela. Relações de poder e a resiliência das feministas rurais no Nordeste. In: 18º REDOR, 2014. Recife-PE.

BATLIWALA, Srilatha. Taking the Power out of Empowerment: an experiential account. *Development in Practice*, v.17, n.4/5, 2007, pp.557-565.

CANAL, María Inés García. Foucault y el poder. México, Universidad Autónoma Metropolitana, 2005.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo, Cortez, 2006.

COSTA, Ana Alice. *Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres*. Texto Inédito, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBA. Coordenadora Executiva da REDOR, sem data.

COSTA, Cláudia de Lima. Feminismo e tradução cultural: sobre colonialidade do gênero e a descolonização do saber. *Portuguese Cultural Studies*, 2012.

COSTA, Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisando os debates. *Cadernos Pagu* (19), Unicamp, 2002: pp.59-90.

COSTA, Cláudia de Lima. O tráfico de gênero. *Cadernos Pagu* (11), Unicamp, 1998: pp. 127-140.

COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas, feminismos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12: 264, setembro-dezembro/2004.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 47-71, janeiro-abril/2004

LUGONES, María. Hacia um femismo descolonial. *Hypatia*, vol 25, No4. 2010.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: É possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v.18, n.36, p.67-92, 2010.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Estudos Feministas*, Florianópolis 16(3): 424, 2008.

MOVIMENTO DA MULHER TRABALHADORA RURAL DO NORDESTE (MMTR-NE). A estrada da sabedoria: sistematizando os caminhos para a formação de educadoras rurais do Nordeste. Caruaru, PE, 2008.

PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, Cláudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira. *Poéticas e Políticas Feministas*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2004. PP. 43-66.

SARDENBERG, Cecília. *Conceituando "Empoderamento" na Perspectiva Feminista* (transcrição revisada da comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO, NEIM/UFBA, Salvador, 2006, ampliado na versão 2009).

SCHMIDT, Simone Pereira. Como e por que somos feministas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12: 264, setembro-dezembro/2004.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas* 13 (1), Florianópolis, janeiro-abril, 2015, pp. 11-30.

APRENDIZADO E TREINAMENTO DAS MULHERES PARA A POLÍTICA

Glória Rabay

Universidade Federal da Paraíba

*Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo
e Gênero – NIPAM*

gloria.rabay@gmail.com

Lucimeiry Batista da Silva

Universidade Federal da Paraíba

*Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo
e Gênero – NIPAM*

meiry11@gmail.com

Resumo:

Neste artigo buscamos refletir sobre as maneiras como as mulheres tiveram acesso às estratégias de aprendizado e treinamento que lhes permitiram conquistar um espaço na política partidária. A partir do conceito de instituição e de campo político discutimos as dificuldades e empecilhos à participação política feminina. Assinalamos que as dificuldades resistem, entre outros, no âmbito da cultura que fundada em valores patriarcais, determina para homens e mulheres processos de aprendizado e treinamento desiguais. Neste contexto homens e mulheres estão diferentemente instrumentalizados para atuarem no espaço público que, demarcado por valores masculinos tendem a reforçar e perpetuar os interesses dominantes do campo. Encontramos respostas em quinze (15) relatos autobiográficos de mulheres que participaram de processos eleitorais na Paraíba, entre 1998 e 2006, publicados no livro *Mulher e Política na Paraíba - Histórias de vida e luta* de Rabay e Carvalho (2010). Dando voz a essas mulheres pode-se entender como se deu o aprendizado para o campo político e de que forma elas explicam a importância da educação formal neste processo.

Palavras-Chave: Aprendizado e treinamento na política, Mulher e política, Instituição, Campo político.

Introdução

O espaço, tradicionalmente entendido como político, onde se exerce o poder explícito buscando interferir nas atividades instituintes (CASTORIADIS, 1992, p. 134) (processos eleitorais, atividades no parlamento e no poder executivo estatal), se formou em um campo de poder cujo *habitus* dominante garantiu participação exclusiva aos homens. Na atualidade, este campo tem sofrido modificações, embora ainda se possa falar da pouca participação feminina no fazer político tradicional e na vida pública.

As dificuldades e empecilhos à participação feminina resistem no âmbito da cultura que, até recentemente, determinava às mulheres apenas os espaços privados e uma vida marcada por ciclos biológicos, particularmente a maternidade. Fundados em valores patriarcais, os processos de aprendizado e treinamento, formais e informais, preparam desigualmente homens e mulheres para atuarem no espaço público que, demarcado por valores masculinos tendem a reforçar e perpetuar os interesses dominantes do campo.

A participação da mulher implica, apesar de tudo, em mudança nas normas dos papéis femininos tradicionais e nos sistemas de disposições que formam o *habitus* feminino e possivelmente resulta na conquista de uma maior autonomia individual. O acesso das mulheres à política envolve estratégias e conquistas nas relações e no exercício do poder, tanto no campo da política pública partidária como no campo articulado da política da vida privada.

Neste artigo nos interessamos em responder como as mulheres tiveram acesso às estratégias de aprendizado e treinamento que lhes permitiram conquistar um espaço na política partidária e possibilitaram o acesso desta “nova” representante no mundo público. Para obter essas respostas, valemo-nos de quinze (15) relatos autobiográficos de mulheres que participaram de processos eleitorais na Paraíba, entre 1998 e 2006, publicados no livro *Mulher e Política na Paraíba - Histórias de vida e luta* de Rabay e Carvalho (2010).

Discussão e Resultados

Considerando que a sociedade é obra do imaginário instituinte, e os indivíduos feitos pela sociedade, ao tempo que a fazem e refazem, Castoriadis afirma que o indivíduo social constitui-se interiorizando explicitamente fragmentos importantes da sociedade e, implicitamente, sua totalidade virtual pelas repercussões intermináveis “que ligam magmaticamente cada fragmento dos

indivíduos à sociedade, desde o seu nascimento” (CASTORIADIS, 1992, p.123-126).

Nesse processo, o indivíduo, na mais total heteronomia, age, “espontaneamente”, em consonância com os valores instituídos. É o infrapoder radical exercido pela sociedade instituída sobre todos os indivíduos produzidos por ela; é o poder infiltrado por todo o tecido e indivíduo. Apesar disso, o infrapoder é não absoluto e condenado ao fracasso, já que é sempre a partir do instituído, na história, que a sociedade instituinte trabalha, sendo capaz de operar grandes transformações (obra citada. p. 127).

O que o indivíduo (ou mesmo a sociedade) faz, acreditando fazer “espontaneamente”, submete-se ao processo de instituição da sociedade. Nessa perspectiva, Castoriadis distingue “o político” da política, especialmente do sentido ampliado que lhe tem sido dado para incluir a linguagem, a economia, a religião, as relações humanas, o poder explícito e as representações do mundo, entre outras tantas coisas que se costumam ouvir que, por exemplo, “tudo é político”. Para Castoriadis, chamar de político o que ele chama de instituição imaginária da sociedade traz uma série de confusões, pois o termo político, desde sua criação

se relaciona com decisões explícitas e, pelo menos em parte, conscientes e refletidas. E, nesse caso então, por estranha reviravolta, a linguagem, a economia, a religião, a representação do mundo são vistas como decorrentes de decisões políticas [...] (CASTORIADIS, 1992, p.134).

Assim, a política como uma criação grega, é uma atividade refletida e lúcida cujo objetivo é interferir nas atividades instituintes e no poder explícito. Consiste em deixar claro e formalizado uma parte do poder instituinte, criando instituições para tomar a parte explícita do poder participável.

A autonomia é, portanto, o projeto — e agora estamos falando ao mesmo tempo no plano ontológico e no plano político — que visa, no sentido amplo, ao nascimento do poder instituinte e sua explicitação reflexiva (que sempre só podem ser parciais) (CASTORIADIS, 1992, p. 148).

Uma das instituições criadas para intervir nas atividades instituintes e no poder explícito, bem como buscar a parte explícita do poder participável, foi o partido político. Instituição que, no século XX, ganhou legitimidade e se consolidou enquanto *locus* do exercício do poder. Neste contexto, o governo representativo tem sido pensado como a única possibilidade do exercício da democracia. E são os partidos políticos as organizações que expressam a maior possibilidade de interferir na coisa pública, transformando-se nos espaços legítimos de exercício do poder, embora apenas uma minoria participe ou ascenda através dele.

A seu turno, Arendt (1990, p. 214) afirma que, os partidos modernos assumiram a posição dos monarcas absolutos, caracterizando-se pela estrutura autoritária e oligárquica, carência de democracia e liberdade internas, tendência de “tornar-se totalitário” e alegação de infalibilidade.

A instituição partidária pressupunha, desde sua origem, que a participação do cidadão, nos assuntos públicos, era garantida por outros órgãos públicos, não sendo necessária a ação direta dos cidadãos e que os segmentos da população deveriam se contentar em serem representados. Pressupunha, também, que todas as questões políticas são, em última análise, problemas a serem tratados por especialistas. Assim, a política se torna uma profissão, uma carreira, cuja elite é escolhida com critérios definidos internamente.

Bourdieu, igualmente, assinala que o campo político, ocupado por profissionais, deve ser percebido como:

[...] o lugar em que se geram, na concorrência, entre os agentes que neles se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidades de mal-entendidos tanto maiores quanto mais afastados do lugar de produção (BOURDIEU, 2004b, p.164).

O campo político, entendido como o local onde acontecem os arranjos na competição pelo poder, de modo geral, e os partidos, em especial, representam interesses de grupos e possuem normas próprias para recrutar e treinar seus membros, exigindo uma formação especial.

Bourdieu afirma que entrar no jogo propriamente político, com alguma probabilidade de sucesso, exige uma competência específica: “o *habitus* do

político supõe uma preparação especial” (BOURDIEU, 2004b, p.169). A preparação especial é todo o aprendizado para adquirir o *corpus* de saberes específicos, produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais ou de capacidades mais gerais, como o domínio de certa linguagem ou retórica. Além disso, são fundamentais as provas e os ritos de passagem que inculcam o “domínio prático” da lógica imanente do campo político, submetendo o indivíduo aos valores, hierarquias e censuras inerentes a ele. Tudo isso é operado em função de uma definição frequentemente implícita da competência desejada (BOURDIEU, 2004b, p.169 e 170).

Certamente que a preparação para a vida política não está acessível a todos (homens e mulheres), porém, dentre aqueles que se “dotam” para esta “profissão”, o sexo masculino é predominante, como efeito de uma ordem fundada segundo o princípio androcêntrico, que estabelece o mundo público para os homens e o privado para as mulheres. Mesmo tendo conquistado o mercado de trabalho formal e tendo superado, em termos absolutos, a participação masculina, no que diz respeito ao tempo dedicado à formação escolar¹, as mulheres, em geral, permanecem com limitados acessos ao desenvolvimento de competências e *habitus* políticos.

Nesse processo de formação, os participantes são eleitos a partir de um conjunto de características tidas como confiáveis para o grupo hegemônico, assimilando apenas indivíduos e grupos já legitimados pelas formas corporativas de representação de interesses, resultando, portanto, na concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo, de maneira que os outros, os diferentes, são excluídos de antemão, já que nem acesso ao processo de treinamento eles têm.

Este “monopólio dos profissionais”, no campo político, é tanto menos contrariado “quanto mais desapossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação activa na política estão os simples aderentes – sobretudo, o tempo livre e o capital cultural” (BOURDIEU, 2004a, p.164).

Como as mulheres que participam do campo fizeram seu aprendizado, preparação e treinamento para conseguir nele penetrar?

1 Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que as mulheres brasileiras estudam mais do que os homens. Segundo o estudo Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira em 2012, do IBGE, em 2011, a população feminina que exercia alguma atividade formal no país tinha em média 10,7 anos de tempo dedicado ao estudo, contra 9,2 anos entre os homens.

Foi no espaço da família, desde a infância ou através do casamento, que se deu o aprendizado político de algumas dessas mulheres. Foram os parentes que lhes proporcionaram o aprendizado no mundo da política. Campanhas e assessoria informal e, em alguns casos, o papel de primeira dama, deram a elas a oportunidade de aprendizado no campo político, resultando em seu lançamento a algum cargo político eletivo, por iniciativa própria ou de seus familiares. Em geral, esse aprendizado não foi estratégico, planejado; aconteceu na invisibilidade do cotidiano, sem chamar atenção, nem ameaçar o lugar de um correligionário, esperando a melhor oportunidade para não causar disputas internas, “ciumeira”.

Meu marido era cirurgião... eu comecei também a frequentar o hospital e a ajudar aquelas pessoas carentes. [...] E eu, sem querer, demonstrei ser mais política que ele... Então foi aí, que eu visitei a cidade toda. [...] Todo mundo ficou me conhecendo. [...] Em seguida, meu nome apareceu como candidata a prefeita. [...] De direito ele era o prefeito, mas de fato a prefeita era eu. Era eu que ficava na prefeitura, eu que ia para Brasília, eu que arranjava os recursos (Dona Dida) (grifo meu).

E era luta com ele, a gente trabalhando... e eu comecei a me acostumar com a política. Comecei a fazer a política. E eu comecei na luta como secretária e trabalhei cuidando da creche... E por conta dessa atuação, quando terminou o mandato de Severino, eu disse a ele: ‘Eu vou continuar a ajudar a essas crianças carentes’. [...] Quase sempre quando chegava mãe pobre, nascia um neném pobrezinho, eu ia lá e levava um apoio, levava uma feirinha... e fiquei fazendo esse trabalho, me acostumei na luta, né?’ (Estefânia Maroja) (grifo meu).

Eu não tinha a menor ideia de como se fazia política partidária, mas por força da minha profissão de assistente social, como esposa de deputado, primeiro estadual depois federal e, em seguida, governador, comecei a ajudar e a aprender (Lúcia Braga) (grifo meu).

Na tradição política brasileira se faz e se aprende política através do envolvimento ativo nas campanhas e carreira de algum familiar. Quando se trata do aprendizado feminino esse percurso ocorre, geralmente, sem reconhecimento oficial. Ao participar, a mulher está contribuindo na construção do patrimônio

político da família, mais comumente do marido e, quiçá, do seu próprio. No entanto, quando usufrui desse patrimônio, parece, quase sempre, aos olhos dos críticos e opositores, uma apropriação ilegítima.

E eu levei essa vida visitando os bairros de Cajazeiras, fazendo política e assistindo o povo. Minha vida tem sido essa há mais de 30 anos... Eu faço esse trabalho desde que eu casei. (Zarina).

Vinte anos deputado estadual! E eu acompanhando, ajudando... [...] Trazia aqueles casos para resolver aqui... documentos para providenciar, uma aposentadoria que estava dificultada, um salário que não estava saindo no tempo, um direito que a pessoa reivindicava e não chegava, eu vinha e fazia esta parte. Eu sempre estava presente no trabalho dele, mas eu tinha meu ponto de vista. (Francisca Motta) (grifo meu).

A família de origem também é referência de aprendizados para o campo político, para Olenka Maranhão e Iraê Lucena, não casadas com políticos. E mesmo quando os pais não se envolveram diretamente com a política, algumas falam de um ambiente familiar envolto nos assuntos e interesses políticos. É o caso de três mulheres entrevistadas (Dona Dida, Socorro Marques, Lúcia Braga), cujos pais, apesar de não serem políticos, conviviam com políticos e participavam de suas querelas e debates.

A casa da minha mãe sempre foi um palco de políticos. Como eles eram os representantes iniciais do novo município, todos os políticos, sacerdotes, freiras, todas as pessoas de uma situação econômica e política melhor procuravam a casa de meu pai. Então a gente já nasceu vendo a conversa política dentro de casa, meu avô era muito partidário do PSD, a gente já pegou de 30 (década de 1930) para cá, que foi quando a gente começou a lidar com os políticos... nós sempre fomos vinculados à política, de uma maneira ou de outra... (Socorro Marques) (grifo meu).

[...] Meu avô era grande amigo do presidente Epitácio Pessoa, do qual foi contemporâneo de faculdade. [...] (meu avô) gostava de me colocar sobre seus joelhos e cantar para mim a Marselhesa e o Hino da Proclamação da Independência. [...] Quem sabe, o meu subconsciente se reportou a essas raízes quando, no dia histórico

do impeachment de Collor, foi a minha voz vibrante e emocionada que iniciou o Hino da Proclamação da Independência que o plenário inteiro acompanhou. (BRAGA, 1995, p. 31 e 38).

Nadja Palitot faz referência a uma disposição forjada no seio de sua família que, através da educação doméstica, teria, definitivamente, inculcado em seu espírito o compromisso com os excluídos. Sua preocupação com o social teria, assim, raízes na forma típica da solidariedade cristã tradicional, uma vez que toda a sua família convivia com as pessoas economicamente menos favorecidas.

À noite minha mãe ensinava os empregados a bordar e a ler. Eu admirava a maneira como mamãe se relacionava com os empregados [...]. As empregadas da minha casa não foram empregadas, sempre foram pessoas da família. Eu acho que isso foi um despertar, sabe? E papai idem, porque meu pai, médico, atendia em casa muitas pessoas que vinham do interior, meu pai nunca soube ganhar dinheiro em Medicina. [...] na minha casa pobre, rico era a mesma coisa... e botava os pés na calçada e aquilo era completamente outra história (Nadja Palitot).

Se as mulheres casadas com políticos conquistam espaço na política, exercendo de sua “feminilidade”, seu papel de esposa, com assistência social, beneficência e relações públicas, as não casadas com políticos precisam, antes de enveredar no campo político, construir um espaço de visibilidade. Esse espaço pode ser conquistado através da educação formal, do sucesso profissional ou da militância política no partido, em algum movimento social ou sindicato. São esses outros espaços que as têm instrumentalizado para o acesso e o exercício político através da conquista de capital simbólico: competência técnica e reconhecimento social.

O aprendizado proporcionado pelo casamento com um político, ou pelos desafios de conquistar reconhecimento social, através do carisma político ou sucesso profissional, não anulou o papel da educação formal e da aprendizagem experiencial além destes espaços, embora difícil de estimar, mas, por certo, imprescindível à preparação destas mulheres para o ingresso e para permanência na carreira política.

Oportunidades de desenvolver a fala pública, liderança e representação de grupos apareceram cedo na vida escolar de Aracilba Rocha e Cozete Barbosa.

Para Socorro Marques tais oportunidades foram proporcionadas desde a infância pela cultura familiar; já para Lúcia Braga, a habilidade de falar em público só começou a ser exercitada na campanha do marido para governador, em 1981, depois de 20 anos de casamento.

Foi quando comecei a fazer pronunciamentos, primeiro nas reuniões fechadas, depois nos comícios de mulheres, ousando, ao final da campanha, discursar nos grandes comícios, onde as maiores lideranças do partido se faziam presentes. ... titubeante e nervosa, pois não tinha nenhuma experiência de palanques [...]. (BRAGA, 1995, p. 76-77).

Todas as mulheres entrevistadas, com apenas uma exceção, concluíram algum curso superior. Em contraposição às mulheres casadas com políticos, que optaram por cursos tradicionalmente tidos como femininos (Letras, Pedagogia ou alguma licenciatura e Serviço Social), as candidatas não casadas com políticos possuíam formação ou demonstraram competência e conquistaram prestígio em campos de trabalho tidos como masculino: Aracilba Rocha, engenheira e dirigente partidária; Cozete Barbosa, analista de sistema e dirigente partidária; Iraê Lucena, publicitária; Nadja Palitot, advogada criminalista; Narriman Xavier, radialista; Olenka Maranhão, formada em Direito; Socorro Marques, economista. Algumas delas relatam experiências que demonstram atitudes, no campo do trabalho, transgressoras do modelo feminino e que, parece, lhes conferiram capital simbólico para pleitearem espaço no campo da política.

Eu gostava de aparecer e para aparecer, como eu não tinha beleza e era muito pobre, eu tinha que saber das coisas, tinha que me sobressair em alguma coisa... Então eu sempre que chegava em casa, às onze horas da noite, eu acendia duas velas – porque na minha casa não podia gastar energia –, e estudava as matérias do dia seguinte. E comecei a fazer sucesso em matemática. Juntei as duas coisas: o dinheiro do armazém, onde eu trabalhava durante o dia, e comecei a ganhar dinheiro dando aula de matemática no final de semana. E fui me aperfeiçoando... E quanto mais eu aprendia, mais definia a minha carreira na área de matemática. Ainda fiquei em dúvida no vestibular, se eu fazia Matemática pura ou Engenharia. Mas, por influência do meu irmão – que já estava

terminando o curso de Engenharia, eu preferi fazer o vestibular em Engenharia. (Aracilba Rocha) (grifo meu).

[...] na época ela dizia assim prá mim: 'Eu vou fazer feira, eu sou a sogra de Cozete, Eugênio é o cunhado de Cozete e Paulo é o marido de Cozete. Na minha família, as mulheres ou são médicas ou professoras e você tem essa história de computação, de fazer política... Para mim, isso é estranho!' (Cozete Barbosa).

[...] território muito machista, mas que me acolheu muito bem. Fiquei na OAB e fomos pioneiros em fundar a Comissão de Direitos Humanos. Os conselheiros mais velhos olhavam desconfiados... Uma mulher, com idade de ser filha deles, fundando Comissão de Direitos Humanos! Com 22 anos, me tornei Chefe do Departamento Jurídico. (Nadja Palitot) (grifo meu).

Depois que implantei todo o modelo na Paraíba me deram a Sub-Coordenadoria do FDE (Fundação de Desenvolvimento do Estado), onde fiquei durante dois anos. Era o FDE, através de projetos, que distribuía os recursos para todos os órgãos do Estado e Prefeitura. Adquiri muito conhecimento e influência nesse tempo... No segundo ano que estava no FDE, eu fui convidada prá ser prefeita do meu município (Socorro Marques) (grifo meu).

A educação formal foi citada por algumas entrevistadas como fonte de esclarecimento para posições adotadas na vida política, mesmo em profissões que não foram exercidas, ou o foram apenas em momentos circunstanciais.

O curso de Serviço Social, especialmente a sua parte prática, me trouxe o sentido ideológico que transforma vidas, levando-as a compromissos permanentes com a luta por uma sociedade mais justa e mais humana. [...] Começava a viver em um mundo desconhecido para mim, mas muito real. O mundo das crianças que morriam de fome e desnutrição, o mundo dos 'sem-casa' e dos 'sem-emprego' [...]. Havia descoberto a minha vocação e nunca mais conseguiria renegar esse compromisso com o social. (BRAGA, 1995, p. 52-53) (grifo meu).

Eu fazia Direito e Jornalismo. Na época eram cursos completamente antagônicos. Porque no de direito a gente via tudo assim... o poder da burguesia sobre o restante da população. Enquanto no

de jornalismo via literatura de esquerda. A gente via como essas coisas eram projetadas na cabeça das massas. Foi uma coisa bem conflitante para mim, mas foi boa. Passei a ter uma visão política bem mais séria e didática... Nesta época eu tive acesso à literatura anarquista e fui anarquista – talvez, no fundo minha alma, ainda seja anarquista... Foi nessa época que tomei horror à política. [...] Eu tive um professor no curso de Direito muito sério e engajado [...] e ele começou a nos levar para as cadeias, para os presídios. Aí despertou em mim a militância de direitos humanos, e esse foi talvez um dos principais requisitos para o meu ingresso na política. Porque aí eu passei a ver o mundo mais profundamente, frequentar o que eu chamo de ‘os porões da sociedade’ A gente ia a todos esses lugares de onde as pessoas normalmente só escutam falar, não sabem nem como é que seres humanos vivem nesse trágico território social. (Nadja Palitot) (grifo meu).

Conclusão

Como já foi assinalado, o campo político exige de seus membros um aprendizado especial, um treinamento para que o/a neófito/a entre e permaneça no campo. Para isso é preciso que domine as regras do jogo e jogue o mesmo jogo, adquira saberes específicos e se submeta a valores e hierarquias próprias do campo. Ser considerado/a competente pelos pares e obter sucesso significa ter aprendido a lógica do jogo.

Como grande parte dos políticos no Brasil, a maioria das mulheres tem aprendido as regras do jogo graças à ajuda e prestígio dos parentes e do *habitus* adquirido no âmbito familiar que pressupõe o convívio, por longo tempo, com correligionários, aliados e práticas políticas do grupo e resulta num domínio prático das regras.

Não é apenas através do capital político/financeiro/cultural da família que as mulheres têm conseguido maior espaço no campo político. Incipiente quantitativamente, porém algumas mulheres têm tido disposição e condições de construir uma trajetória social, privilegiando a carreira política, capitalizando poder pessoal suficiente para adquirir inegável capital político e se impor no campo, sem o apoio de uma família poderosa.

Entrar no campo político sem uma herança familiar “é freqüentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros

domínios e, em particular, em profissões que permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural [...]” (BOURDIEU, 2004a, p.191). Ou seja, requer uma inserção social ou um papel público de grande visibilidade e reconhecimento social, capaz que conquistar confiança de um grupo político do qual possa retirar força e prestígio.

Aquelas cujas famílias não possuem capital político para transmitir buscam na educação formal e nas oportunidades advindas deste espaço legitimar sua entrada no campo. Embora também as pertencentes a famílias tradicionais na política busquem legitimidade em competências adquiridas no âmbito da educação formal, mas estas últimas o fazem já com sua entrada no campo facilitada pelo capital político familiar.

Referências

ARENDT, Hannah. **Da revolução**. 2ª ed. Brasília: UNB; São Paulo: Ed. Ática, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004b.

BRAGA, Lúcia Navarro. **Tempo de viver, tempo de contar**. João Pessoa: A União, 1995.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto III: O mundo fragmentado**; tradução Rosa Maria Boaventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

RABAY, Gloria; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e Política na Paraíba**. Histórias de vida e luta. João Pessoa: Assembleia Legislativa da Paraíba: Editora da UFPB, 2010.

DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS, EM ESPECIAL DE MULHERES

Jucilane Santana dos Santos

*Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Gênero,
Mulheres e Feminismo – PPGNEIM/UFBA*
jucilane18@hotmail.com

Márcia Santana Tavares

*Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Gênero,
Mulheres e Feminismo – PPGNEIM/UFBA*
marciatavares1@gmail.com

Resumo

Neste trabalho, observa-se como o campo de estudo sobre tráfico de mulheres tem se configurado como campo complexo e diversificado permeado por uma série de polêmicas de ordem conceitual e política. Os debates produzidos nessa seara revelam a dificuldade do estabelecimento de um consenso por parte de pesquisadores/as, feministas e ativistas, produzindo implicações que influenciam diretamente na construção de políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de mulheres. Buscamos, assim, analisar, por meio da perspectiva de gênero, os desafios para a consolidação das políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de mulheres.

Palavras-chave: políticas públicas; tráfico de mulheres; feminismo; gênero.

1. Introdução

Para analisar o tráfico de pessoas na contemporaneidade, em especial o tráfico de mulheres e os desafios para a implementação das políticas públicas voltadas para seu enfrentamento, é necessário compreender quais são os fatores que estão na base desse tipo de crime na sociedade, levando em conta que tal prática emerge das relações de poder que se entrecruzam estabelecendo hierarquias, quais sejam, as relações de poder estatais, capitalistas, raciais e patriarcais.

É perceptível a dificuldade presente nos estudos sobre a temática, no tocante à definição do objeto em questão, principalmente, quando se refere ao tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, pois este é um conceito complexo e de difícil consenso entre pesquisadores/as e ativistas, o que influencia diretamente nas estratégias e iniciativas políticas para o enfrentamento do fenômeno.

Diante dessa compreensão, este trabalho tem como objetivo analisar e compreender os desafios para a consolidação das políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de pessoas, com ênfase no tráfico de mulheres. Reconhece-se que diante da amplitude do debate, torna-se impossível esgotar as possibilidades de análise que esse tema suscita. Trata-se, no entanto, de um esforço para situar como as relações sociais de gênero e suas contradições, presentes na sociedade, contribuem para a construção e materialização das políticas públicas para as mulheres em situação de tráfico.

2. Metodologia

Trata-se de uma Pesquisa Bibliográfica com vistas a ampliar o conhecimento científico sobre o tema, a partir de uma perspectiva de gênero. Conforme destacam Lima e Mioto (2007), a pesquisa bibliográfica é um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico acerca de temas pouco explorados, possibilitando a formulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas.

2. O contexto social que (re)cria o fenômeno do tráfico de pessoas na sociedade contemporânea

Qualquer estudo que pretenda conhecer as reais causas da existência do tráfico de mulheres na contemporaneidade e os desafios para a implementação de políticas públicas voltadas para seu enfrentamento deve levar em conta que

suas determinações estão ancoradas na relação estrutural de desenvolvimento da sociedade. O modelo desigual do modo de produção capitalista tem produzido sujeitos vulnerabilizados pelas condições de pobreza e miséria inerentes a esta sociedade.

É bem verdade que o tráfico de mulheres não é um fenômeno recente na sociedade, sendo este anterior ao capitalismo, já que se constata, desde a Antiguidade, a prática de escravatura, que aferia direito de propriedade de um ser humano sobre outro. (SANTOS, GOMES, DUARTE, 2009). No Brasil, os primeiros indícios do tráfico de seres humanos são encontrados no período colonial, sendo que o regime escravocrata foi abolido em 1888.

Contudo, a abolição da escravidão em diversos países não extinguiu o fenômeno “nem o lugar que este ocupa nas rotas econômicas e migratórias da modernidade” (SANTOS, GOMES, DUARTE, 2009, p.71) Em outras palavras, o tráfico de pessoas resistiu às transformações ocorridas na base do modo de produção da sociedade e hoje é praticado para diversas finalidades: trabalho forçado e análogo ao escravo, adoção ilegal, extração de órgãos e, para fins de exploração sexual comercial.

Cabe salientar que, apesar da relação intrínseca do tráfico de seres humanos da Antiguidade e do contexto atual, a forma como este se desenvolve outrora em tudo difere da prática atual (SANTOS, GOMES, DUARTE, 2009). Se antes a escravidão de seres humanos obtinha uma centralidade na formação do sistema mundo, sendo legitimada pelo Estado, hoje, configura-se como uma atividade ilegal, informal e criminosa. Além disso, no modo de produção capitalista vigente, o tráfico de mulheres cumpre lógicas de acumulação econômica.

Nos termos de Leal e Leal (2006), trata-se de um fenômeno complexo, de ordem multidimensional, multifacetado e transnacional, já que não tem suas determinações apenas na violência criminal, mas também nas relações macrosociais, ou seja, no mercado globalizado e a consequente precarização da força de trabalho, na migração e no crescimento da exploração sexual comercial de mulheres. Resulta, assim, das contradições sociais e da crise entre mercado, Estado e sociedade, terreno fértil para a emergência do crime organizado e aumento das desigualdades de gênero, raça/etnia e de classe.

Por isso, a análise do tráfico de mulheres não deve ser realizada a partir de uma perspectiva de unicausalidade, uma vez que a determinação econômica sozinha não será capaz de responder quais razões sustentam e favorecem as condições de vulnerabilidade que levam as mulheres a uma situação de vítima principal desse tipo de crime. A exploração sexual das mulheres deve aqui ser

também entendida como fruto da relação desigual existente entre homens e mulheres e da violência de gênero que essa desigualdade produz.

O gênero, que por definição se traduz na construção social do sexo, muito mais do que um construto social e linguístico é um construtor das nossas mentes, dos nossos preconceitos e das nossas realidades sociais e humanas (SANTOS et al, 2007, p.06).

Gênero não pode ser entendido como sinônimo de sexo, uma vez que este último refere-se aos aspectos físicos e fisiológicos utilizados para distinguir fêmeas e machos da espécie humana (SARDENBERG; MACEDO, 2011). Assim, gênero diz respeito aos processos construtores (sociais, políticos, econômico, culturais) das diferenças sexuais entre homens e mulheres que produzem nessas relações sociais desigualdades e hierarquias.

No campo de estudos sobre tráfico de pessoas, este fenômeno é constantemente associado ao deslocamento de mulheres para exercer a prostituição e “gênero” é, com frequência, tratado como sinônimo de “mulheres”. (PISCITELLI; VASCONCELOS, 2008) No entanto, Sardenberg (2010, p.45-46) pondera que o conceito de gênero não substitui “mulher” nem torna irrelevantes as pesquisas sobre as mulheres como grupo social discriminado.

Nesse sentido, é evidente que em uma sociedade imbuída de valores machistas, quando emergem os fenômenos sociais, em geral, são as mulheres que, direta ou indiretamente, são as mais atingidas. Em tempos de crise são as mulheres as mais afetadas pelo desemprego, recebem salários inferiores aos dos homens para a realização das mesmas tarefas, as atividades tradicionalmente femininas são mal remuneradas, o trabalho doméstico-familiar não é remunerado, a violência no âmbito público e privado é uma constante na vida de milhares de mulheres, são alvo de discriminação racial e enfrentam as consequências da feminização da pobreza e da feminização da AIDS. Estes são alguns dos exemplos ilustrativos da vulnerabilidade social a que estão expostas as mulheres.

Com o tráfico de pessoas essa realidade não é diferente, não por acaso, as pesquisas revelam com unanimidade que as mulheres são as principais vítimas do tráfico para fins de exploração sexual. Essas condições contribuem para que muitas mulheres migrem para outros países ou estados, distantes do seu local de origem, em busca de melhores oportunidades de vida, sendo em determinados casos transformadas em vítimas dos traficantes. É por isso que muitas pesquisas

demonstram uma relação direta entre o tráfico de mulheres e questões como migração e prostituição, apesar de não haver um consenso quanto à definição e a relação quase que imediata desses fenômenos, que serão trabalhados adiante.

Com isso, constata-se, a nível local e global, a intensa fragilidade do Estado e da sociedade, bem como a não capacidade dessas instâncias em romper com as situações de exploração e opressão dos sujeitos marcados pela sua condição de gênero, raça/etnia, classe, orientação sexual entre outras. Fica explícita a importância de uma análise ampla das estruturas que sustentam o tráfico de mulheres, por meio de uma perspectiva interseccional, sem que uma dimensão de causa do fenômeno (classe, raça/etnia e gênero) se sobreponha a outra ou se tornem mutualmente excludentes. Essa abordagem pode possibilitar um enfoque que corresponda à complexidade do objeto.

2.1. Delineando entraves conceituais no debate sobre tráfico de mulheres

Como nosso objetivo aqui é apontar os desafios para a construção e consolidação das políticas públicas voltadas para o enfrentamento ao tráfico de mulheres cabe-nos mostrar as dificuldades conceituais presentes no debate, quando se trata de tráfico para fins sexuais, uma vez que este é um fenômeno complexo que gera muitas controvérsias. Além disso, a maior ou menor amplitude dada à questão pode influenciar na definição de políticas de enfrentamento ao crime, que muitas vezes são definidas pelas instâncias governamentais segundo seus próprios objetivos. (SANTOS et al, 2007)

As visões e posições quanto à definição determinam, de maneira geral, a construção de medidas legais e estratégias de enfrentamento ao tráfico de mulheres para fins sexuais por parte dos Estados e, de maneira específica, determinam a forma como as mulheres têm sido tratadas no âmbito das políticas públicas de prevenção e atendimento às vítimas. Contudo, o debate acerca da questão tem dividido muitos ativistas, pesquisadores, teóricos e agências governamentais e não governamentais, uma vez que não tem sido construído com base em um consenso. E são as discussões em torno das questões relacionadas à imigração ilegal, o consentimento e a prostituição que têm ganhado relevância nesse terreno.

Uma das dificuldades encontradas para fundamentar o fenômeno está na confusão existente entre tráfico de pessoas e auxílio à imigração ilegal. De acordo com Santos e seus colaboradores (2007), apesar de ambos se configurarem

como fenômenos de imigração irregular e, portanto, crimes com fins a obtenção de lucros, geralmente envolvem situações nas quais os migrantes ou a pessoa traficada sofrem perigos e condições de desconforto, ainda que decidam migrar de maneira voluntária. Mesmo que uma situação de tráfico possa, em um primeiro momento, significar migração irregular, há diversas diferenças entre eles.

Por isso, tanto os estudos sobre migração, quanto documentos e legislações internacionais têm procurado estabelecer uma clara distinção entre os dois fenômenos. A migração irregular refere-se ao processo de deslocamento realizado por uma pessoa mediante pagamento a um terceiro para facilitar a transposição de fronteiras através de meios e procedimentos ilegais. Algumas das principais diferenças referem-se ao fato de que o tráfico, ao contrário da migração irregular, pressupõe a exploração de outros, além disso, a migração irregular é sempre transnacional, ao passo que o tráfico de pessoas pode acontecer também a nível interno dos países. (SANTOS et al, 2007)

No ano de 2000, a Convenção contra a Criminalidade Organizada Transnacional, da Organização das Nações Unidas, adotou dois protocolos distintos para diferenciar esses fenômenos, por entender que o tráfico de pessoas não pode ser encarado como sinônimo de migração irregular, o que exige soluções específicas que visem à garantia dos direitos humanos das pessoas vítimas desse crime. Assim, o *Protocolo Adicional Contra o Tráfico Ilícito de Migrantes* estabelece como migração ilícita o ato de “facilitar a entrada ilegal de uma pessoa num Estado do qual essa pessoa não é nacional ou residente permanentemente com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou outro proveito material.” Já na definição do *Protocolo Adicional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Criança*, conhecido como *Protocolo de Palermo*, entende como tráfico de pessoas como um conjunto de fatores que envolve o recrutamento, o transporte, a transferência e acolhimento de pessoas com utilização da força, ameaça, coação, para diversos fins.

De acordo com os protocolos, a migração irregular implica na facilitação da passagem de fronteiras e o tráfico de pessoas pressupõe o exercício continuado da exploração já no local de destino, além de implicar a *coerção ou engano, abuso, exploração*. Essa distinção, porém, possui uma linha tênue, pois em alguns casos uma situação de migração irregular pode se transformar em tráfico, dessa forma, alguns/mas autores/as advogam que o tráfico de pessoas é muito complexo para o estabelecimento de um conceito rígido. Ao utilizarem os protocolos como instrumento, alguns Estados podem não levar em conta que

existem pessoas que caem nos dois tipos de situação, não distinguindo aqueles que são vítimas do tráfico daqueles que agem como parceiros em uma situação de migração irregular. (SANTOS et al, 2007)

Nesse ponto, aparece outra confusão frequente que diz respeito à questão do consentimento. De acordo com os protocolos, para a configuração de migração irregular os/as migrantes precisam consentir com a situação, diferente do tráfico para o qual o consentimento é irrelevante. No entanto, uma mulher pode consentir, por exemplo, com a migração irregular, mas no lugar de destino ser envolvida na rede do tráfico sem que seja dado consentimento para a situação de exploração a que estará submetida.

A questão do consentimento interfere significativamente na maneira como os países e suas legislações tratam as mulheres envolvidas nessas situações que, a depender de cada entendimento, podem ou não serem consideradas vítimas. Problematizando a noção do consentimento, Santos e seus/suas colaboradores/as (2007) chamam atenção para a necessidade de um maior cuidado na definição do tráfico, pois algumas perspectivas adotadas podem ser orientadas por valores morais que, em vez de contribuírem para a garantia dos direitos das mulheres, só ajudam para a manutenção e reforço de estereótipos.

Isso também nos remete à terceira confusão existente no debate, que se refere à vinculação do conceito de tráfico com o de prostituição, tomados inicialmente como sinônimos. Essa confusão está presente na definição do tráfico desde as primeiras formulações existentes, que datam dos meados do século XIX, quando o tráfico de mulheres era encarado como um problema internacional, geralmente relacionado às ideias sobre a migração de mulheres sozinhas para o exterior e com a sua inserção no comércio do sexo, o denominado “Tráfico de Escravas Brancas”. (KEMPADOO, 2005)

Mas, é a partir dos anos 1980 que o movimento feminista se debruça de maneira mais incisiva sobre as questões do tráfico de mulheres e da prostituição, a partir de um intenso e conflitivo debate que leva à existência de dois posicionamentos opostos na definição do objeto. De um lado, encontram-se as feministas abolicionistas para as quais a prostituição é sempre uma forma de exploração sexual que reduz a mulher à condição de objeto. Assim, a exploração sexual é considerada uma condição política e base da discriminação e subordinação da mulher e, da perpetuação do patriarcado. Para esta corrente, não há distinção entre prostituição forçada e prostituição voluntária, por isso, entende que para combater o tráfico de mulheres é necessário que se combata primeiro a prostituição, sendo contrária à legalização da prostituição por parte do Estado. (SANTOS et al, 2007)

Do outro lado, a partir da década de 1990, as feministas transnacionais e as trabalhadoras do sexo realizaram uma severa crítica às feministas abolicionistas, pois, para elas, essa posição não leva em conta a capacidade de autodeterminação das mulheres e sua condição de sujeitos atuantes no processo, que lhes confere a capacidade não só de negociar e concordar, mas também de se opor e transformar as relações de poder seja na esfera da escravidão, da prostituição, do casamento ou do lar (KEMPADOO, 2005). Assim, a prostituição não pode encarada como uma atividade puramente degradante ou de extrema opressão das mulheres, mas deve ser entendida como um direito das mulheres em dispor do seu corpo, o que inclui a prestação de serviços sexuais e, como uma atividade laboral, portanto, passível de ser enquadrada legalmente. Entendem também que no combate ao tráfico para fins de exploração sexual deve-se levar em consideração a distinção entre prostituição forçada e voluntária e entre prostituição de adultos e crianças, bem como tomar cuidado para não entender a indústria do sexo como sinônimo de tráfico. (SANTOS et al, 2007)

Cabe ressaltar, a perspectiva transnacional não nega que o tráfico seja uma forma de violência contra as mulheres, mas o analisa a partir de sua multiplicidade, pois entende que o patriarcado não é a única, nem a principal, relação de dominação que condiciona a vida das mulheres, encarando o tráfico como uma prática que surge das intersecções das relações de poder estatais, capitalistas, imperialistas e raciais.

Essas duas posições, aqui resumidas, influenciaram na definição do *Protocolo Adicional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças* da Organização das Nações Unidas (ONU). O mesmo não entende o tráfico como sinônimo de “prostituição”, nem o reduz à “exploração da prostituição”, apesar de não definir claramente esses termos. Após longa discussão, a prostituição forçada foi enquadrada na definição do protocolo, diferentemente da prostituição voluntária. (PISCITELLI, 2013)

O Protocolo de Palermo inova também ao ampliar sua noção de vítima ao estabelecer que o crime é praticado contra pessoas e não apenas contra as mulheres como outrora era entendido, apesar de enfatizar as mulheres e as crianças. Configura-se como um instrumento de fundamental importância no combate e prevenção ao tráfico de pessoas e se destina, ao mesmo tempo, a proteger os direitos humanos das vítimas.

Cabe salientar que, apesar da ênfase dada às mulheres e crianças, em se tratando de adultos (maiores de 18 anos), o tráfico está caracterizado pela presença de *fraude, coerção e abuso de vulnerabilidade* para fins de exploração.

Mas, segundo Piscitelli (2013), a equiparação entre “mulheres e crianças” do Protocolo pode ter implicações problemáticas e tem sido muito questionada pelas feministas transnacionais, pois, segundo elas, as mulheres são tratadas do mesmo modo que as crianças, como se não tivessem a capacidade de consentir em viajar para ingressar na indústria do sexo.

Esses conflitos na definição do tráfico de pessoas, até aqui apresentados, revelam os desafios para a construção e consolidação das políticas públicas na contemporaneidade, isso porque mesmo que os países ratifiquem o Protocolo de Palermo, as ambiguidades presentes em vários dos seus termos permitem interpretações divergentes, tornando as informações sobre o tráfico de pessoas questionáveis.

No caso brasileiro, por exemplo, a discussão sobre o tema teve início com base em diferentes definições legais. O Protocolo de Palermo foi ratificado pelo Governo Brasileiro no ano de 2004, sendo que a tipificação desse crime era completamente distinta da definição contida no artigo 231 do Código Penal Brasileiro de 1940, para o qual o tráfico era entendido como “promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de **mulher** que nele venha exercer a **prostituição** ou saída de **mulher** que vá exercer no exterior.” (*grifo nosso*) Em se tratando de casos que envolviam violência, fraude, coerção, o Código previa multas adicionais.

Em 2005 e 2009, o Código Penal passou por alterações e trouxe mudanças significativas na tipificação do tráfico, pois este passou a ser de pessoas e não apenas de mulheres. Além do tráfico internacional, o tráfico interno foi enquadrado e a prostituição passou a ser considerada como uma forma de exploração sexual.

Vários são os efeitos decorrentes das diferentes definições adotadas pelo Brasil, o que traz sérias consequências na produção do conhecimento sobre o tema, haja vista as ambiguidades presentes no Código Penal e no Protocolo de Palermo, pois a depender do instrumento que se adote os resultados de pesquisas e documentos podem definir o tráfico de pessoas de maneira distinta.

Os estudos respaldados na definição do Código Penal, por exemplo, podem compreender como tráfico o deslocamento, internacional ou nacional, de pessoas para exercer a prostituição, sem necessariamente ocorrer coerção, fraude ou engano, fatores estes essenciais na definição do Protocolo de Palermo. Ao adotar o código como referência, crimes de tráfico de pessoas envolvendo extração de órgão, trabalho forçado, adoção ilegal podem ficar na invisibilidade. Além disso, pode contribuir para a repressão da prostituição ao

não levar em conta outros tipos de tráfico de pessoas fora da indústria do sexo. (PISCITELLI, 2005)

Observa-se a partir desses dois instrumentos como os escassos consensos entre pesquisadores, ativistas e formuladores de políticas podem influenciar na construção e materialização das políticas públicas que visam o enfrentamento, a prevenção e o atendimento às vítimas do tráfico. Por isso, torna-se imprescindível compreender as definições e posições políticas contidas nesses dois instrumentos legais, além da construção de debates, estudos, pesquisas que busquem o enfrentamento dessas ambiguidades a fim de garantir a materialização dos direitos humanos das vítimas desse crime.

O debate aqui exposto é de fundamental importância para compreensão do fenômeno diante da sua complexidade e para nos permitir pensar os desafios presentes para a materialização de uma política pública capaz de romper com ideias estereotipadas, moralizantes e conservadoras sobre o fenômeno.

3. A Título de Conclusão

O debate acima apresentado nos revela o quanto as controvérsias na definição do objeto em estudo, diante da sua complexidade, têm influenciado a construção e materialização das políticas públicas, bem como têm determinado a forma como as mulheres são tratadas no âmbito das políticas públicas de prevenção e atendimento às vítimas do tráfico de pessoas.

Estudiosas como Piscitelli (2013) e Kempadoo (2005) mostram que os interesses reais das vítimas do tráfico de pessoas têm ficado em segundo plano, uma vez que os governos, a nível nacional e internacional, têm priorizado o crime, a punição e o controle da imigração, sendo o tráfico considerado uma questão de segurança pública para os países. É necessário, pois, entender que este crime deve ser enfrentado sob a perspectiva dos direitos humanos, uma vez que afronta diretamente a dignidade e a liberdade inerentes à pessoa humana.

O Estado deve construir respostas condizentes à complexidade do fenômeno por meio de políticas públicas garantindo uma vida sem violência para todas as mulheres. Para tanto, faz-se necessária a articulação entre as normativas legais nacionais e internacionais que visam o combate ao tráfico, além daquelas que buscam possibilitar estratégias globais de combate à pobreza, à miséria e às desigualdades existentes.

Nesse sentido, é imperativa a construção de ações capazes de transformar questões que estão na base das desigualdades estruturais de ordem econômica,

patriarcal e racial em nossa sociedade. Sardenberg (2010) nos mostra, por exemplo, que a transversalidade das hierarquias de gênero é facilmente constatada, uma vez que essas hierarquias se expressam e se organizam em toda e qualquer arena e nível da vida em sociedade, estando interseccionadas com outras relações de poder e estratificação, o que inclui a classe, a raça, a sexualidade e a idade. Dessa forma, é de fundamental importância a transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas de qualquer natureza, visando à garantia da promoção social, econômica, política, cultural das mulheres entre outras.

Com base nessa análise, as políticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas precisam ser construídas e implementadas levando-se em consideração a transversalização do enfoque de gênero, entendendo-a como uma estratégia para uma real transformação das desigualdades que colocam homens e mulheres em posições hierarquicamente opostas, visando assim a equidade de gênero e o empoderamento das mulheres.

Outra necessidade fundamental é o investimento no que se refere à capacitação dos profissionais e agentes sobre a importância da abordagem de gênero no tráfico de pessoas, bem como a disseminação de informações sobre o tráfico para a sociedade civil, no geral, no sentido de orientar e desmistificar ideias conservadoras e moralizantes sobre a questão, haja vista que se trata de um fenômeno que envolve violações relacionadas com a sexualidade e distintas formas de prostituição.

Por fim, compartilhamos com Leal e Leal (2008) a opinião de que o grande desafio para o enfrentamento do tráfico de mulheres é a construção de políticas públicas que levem em conta uma concepção emancipatória, atenta às questões socioeconômicas, culturais e de direitos, de modo a enfrentar o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, enquanto uma violação da Lei e uma afronta à dignidade humana. Acima de tudo, é preciso ousadia para enfrentar esta questão e reconhecer que há uma sociedade indignada diante das respostas dos sistemas de produção e de valores e que mantém a crença de que outro mundo é possível.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004.** Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo

à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de março, 2004.

BRASIL. Decreto no. 5016, de 12 de março de 2004. **Protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea.**

BRASIL. **Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005.** Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências. 2005.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. In **Rev. Katál.** Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

KEMPADOO, Kamala. **Mudando o debate sobre o trafico de mulheres.** Cadernos Pagu [online], 25, 55-78, Julho-Dezembro de 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-83332005000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 5 de ago. 2013.

LEAL, Maria Lúcia Pinto; LEAL, Maria de Fátima Pinto. Tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial: um fenômeno transnacional. **MINISTÉRIO DA SAÚDE FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**, p. 113, 2005.

LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima. Enfrentamento do Tráfico de Pessoas: uma questão possível? In: **Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.** Brasília: Ministério da Justiça, 2008.

PISCITELLI, Adriana. **Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

PISCITELLI, Adriana; VASCONCELOS, Marcia. **Apresentação.** DOSSIÊ: GÊNERO NO TRÁFICO DE PESSOAS. Cadernos.

Santos, B. S.; et al. **Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual.** Porto: CES. 2007.

SANTOS, B.S.; GOMES, C.; DUARTE, M. Tráfico sexual de mulheres: representações sobre ilegalidade e vitimação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Dez.2009.

SARDENBERG, Cecília M. B. Da transversalidade à transversalização de gênero: aportes conceituais e prático-políticos. In: SHEFLER, Maria de Lourdes; VASQUEZ, Petilda Serva; AQUINO, Silvia de. **Travessias de gênero na perspectiva feminista** (Coleção Bahianas). Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010, p. 37-73.

SARDENBERG, Cecilia M. B; MACEDO, Márcia S. Relações de Gênero: uma breve introdução ao tema. In: COSTA, A. A. A.; RODRIGUES, A.T.; Vanin, I. M. (org.) **Ensino e gênero: perspectivas transversais**. Salvador: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2011.

O NEIM E OS ESTUDOS DE GÊNERO: PENSAMENTO E MOVIMENTO

Márcia dos Santos Macêdo
Universidade Federal da Bahia
msmacedo@ufba.br

Resumo

Neste trabalho, me proponho a refletir teórica e politicamente o principal traço da identidade do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher/NEIM-UFBA, expressa no seu lema, devidamente atualizado, “33 anos articulando teoria e práxis feminista na academia”. Teoria e prática, pensamento e movimento. Mais que palavras, esse tem sido o desafio de um projeto político e pedagógico que passa por investir na institucionalização dos estudos sobre mulher, gênero e feminismo na Universidade brasileira. Teoria e prática, pensamento e movimento. Até que ponto essas dimensões têm sido simultaneamente viabilizadas? O que significa fazer esse duplo movimento de ação e reflexão a partir do espaço acadêmico? Até que ponto é possível ter legitimidade na academia e no contexto societário mais amplo? Assim, a partir da reflexão de questões em torno dos estudos de gênero e da prática feminista na academia, é que me proponho a problematizar acerca de qual modalidade de ativismo feminista e de que modelo de ciência está sendo apontado, atentando para os desafios contidos na proposta de construção dos nexos possíveis entre o feminismo enquanto movimento intelectual e movimento social em torno de um projeto emancipatório da pessoa humana.

Palavras chave: Feminismo, universidade, práxis acadêmica, estudos de gênero.

Introdução

Este trabalho é o resultado de uma decisão pessoal em assumir uma grande responsabilidade: proferir uma fala, que embora de minha autoria, é feita a partir de um lugar onde represento um coletivo – o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher/NEIM, Órgão Suplementar da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Em seus 33 anos de existência, o NEIM tem enfrentado grandes desafios ao investir na institucionalização dos Estudos sobre Mulheres, Relações de Gênero e Feminismo na Academia, apostando na inextricável relação entre ativismo e produção acadêmica – no ensino, na pesquisa e na extensão – como parte constitutiva da identidade do feminismo acadêmico brasileiro. Mais do que uma reflexão sobre uma trajetória particular de um grupo de feministas acadêmicas na Universidade Brasileira, a partir da realidade da Região Nordeste, significa uma reflexão em torno dos desafios de manter vivo e em processo de inexorável avanço – particularmente em um momento histórico de crise da democracia e dos direitos sociais e de grandes questionamentos aos ativismos em torno dos estudos de gênero e do feminismo – o vanguardismo dos projetos utopistas de ruptura com todas as formas de hierarquização social e da construção de novas relações de equidade e solidariedade humanas.

Nosso lugar de enunciação e a história do NEIM

Gostaria de começar essa comunicação, relatando uma situação por mim vivenciada em um encontro acadêmico e que tem uma relação direta com o tema que me proponho a discutir nesse trabalho. Há alguns anos participei de um seminário nacional em um Grupo de Trabalho de uma associação científica que tratava da importância da categoria gênero nos estudos daquela área do conhecimento. Em uma das sessões, uma pesquisadora bastante conceituada naquele campo declarou, em alto e bom som, que, embora utilizasse a categoria gênero e se considerasse progressista nessa temática, não gostava do “rótulo de feminista”. Pois bem, no dia seguinte, no momento em que fiz a minha fala no encontro, retomei essa questão e comecei exatamente respondendo ao que considerarei uma provocação: ao apresentar meu trabalho, tentei situar meu discurso e resaltei que o lugar da minha fala como pesquisadora do campo dos estudos de gênero e da interface com a temática em apreço era exatamente como “pesquisadora feminista”, pois o que a colega no dia anterior referiu-se como “rótulo”, eu chamava de **identidade**.

Assim, início exatamente situando, como boa feminista, o lugar de enunciação onde me encontro e do qual me orgulho bastante: se assim posso dizer sou filha do NEIM, da REDOR, do feminismo brasileiro. Tive o privilégio de ter sido formada por mulheres, professoras e pesquisadoras, que pioneiramente, desde o início da década de 1980, ousaram assumir-se como feministas no contexto ainda bastante conservador, para não dizer androcêntrico, da universidade brasileira e, em especial, nordestina, oferecendo disciplinas para cursos de graduação e pós-graduação, cursos e diversas atividades de extensão, pesquisas individuais, coletivas e em rede com poucos recursos, porém, movidas por um grande desejo de construir uma nova educação e um conhecimento efetivamente não androcêntrico e inclusivo em relação às mulheres e aos diferentes grupos tidos como minorias sociais.

Buscando integrar ensino, pesquisa e extensão, o NEIM possibilitou-me o contato com pesquisas numa perspectiva de crítica à ciência, dentro de um esforço de construção de uma epistemologia feminista e de devolução à sociedade (e em especial às mulheres) dos resultados do conhecimento produzido; no que se refere ao ensino, tive a possibilidade rara de cursar disciplinas, tanto na graduação como na pós-graduação (mestrado e doutorado), com conteúdos (e inclusive nome explícito!) em torno de mulheres, relações de gênero e feminismos; e, integrado a esses dois níveis, pude participar de um sem número de atividades de extensão que buscavam intervir na formulação e execução de políticas públicas em torno de questões estratégicas para a transformação das relações de gênero e emancipação das mulheres (como, por exemplo, enfrentamento da violência doméstica e práticas de educação não discriminatória) ou mesmo a capacitação de ativistas e estudiosas nas temáticas em torno de gênero e metodologia de trabalho com mulheres, entre uma série de outras atividades (como projetos de extensão na zona rural do Estado da Bahia e em bairros populares da cidade de Salvador).

Acredito que ao pontuar o que tem sido minha experiência de formação e trabalho no NEIM, estou já apresentando elementos que caracterizam o principal traço da identidade feminista desse núcleo, expressa no seu lema, devidamente atualizado, “33 anos articulando teoria e práxis feminista na academia”. Teoria e prática, pensamento e movimento, esse tem sido o desafio.

Nesse projeto político e pedagógico, que passa por investir na institucionalização dos estudos sobre mulher, gênero e feminismo na academia, com a implantação de cursos de especialização, um programa de pós-graduação (nos níveis de mestrado e doutorado – o Programa de Pós-Graduação em Estudos

Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, o PPGNEIM) e um curso de graduação – cancelado inicialmente pelo Departamento de Ciência Política e hoje já abrigado pelo recém-criado Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo –, o Bacharelado em Gênero e Diversidade e que se propõe a formar profissionais para a proposição/implementação e monitoramento de políticas públicas em Secretarias de promoção da Igualdade, Direitos Humanos e afins (nos níveis federal, estadual e municipal) ou propostas de intervenção social para ONGs, Fundações e outras organizações da sociedade civil.

Além do investimento na área de ensino formal, o NEIM vem investindo no desenvolvimento de pesquisas – integra com 10 outros países da África e Ásia o Consórcio Trilhas do Empoderamento das Mulheres, coordenado pelo DFID/Inglaterra, mais conhecido como “Projeto Tempo” –, além de ter participado de pesquisas regionais (através da REDOR) e, no âmbito nacional, coordenou o Observatório de implementação da Lei Maria da Penha, através de Convênio com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Governo Federal, um exemplo de pesquisa estratégica para o avanço nas políticas de equidade. Mais recentemente, merece destaque o estabelecimento de uma série de convênios na área da extensão – como, por exemplo, na área de capacitação de docentes em Gênero e Diversidade junto ao MEC/SECAD e ou ainda as propostas como os cursos na área de Políticas Públicas em Gênero e Raça (especialização e extensão) oferecidos para gestores/as públicos, integrantes de Conselhos de Controle Social e membros da sociedade civil organizada.

Refletindo a práxis feminista na academia

Teoria e prática, pensamento e movimento. Até que ponto essas dimensões têm sido simultaneamente viabilizadas? O que significa fazer esse duplo movimento de ação e reflexão a partir do espaço acadêmico? Até que ponto é possível ter legitimidade nos dois campos? A esse respeito, recentemente Cecilia Sardenberg, uma das fundadoras do NEIM, nos lembrou dos desafios de estar nesse lugar, pois, se para a academia somos “elas, as militantes e não cientistas”, para as ativistas somos, muitas vezes, “elas, as acadêmicas”. Afinal, o que somos, cientistas ou militantes?

Creio que a situação apontada no início do texto continua com sua função de nos permitir uma nova analogia: não se trata de rótulos, mas de uma questão de identidade. Somos feministas, portanto, sempre ativistas e, enquanto acadêmicas, nos consideramos cientistas. As teorizações em torno da questão

de gênero numa perspectiva feminista, como lembra Bila Sorj (1993), nunca poderão perder a dimensão política de criação de uma utopia emancipatória das mulheres, a despeito da multiplicação de estudos na área de gênero que vêm buscando legitimar-se na academia através de uma suposta posição “mais neutra” (COSTA; SARDENBERG, 1994). Assim, os estudos de gênero trazem o grande achado de que o “o problema não está na mulher”, mas na dinâmica das relações sociais, pois “diz respeito a um princípio universal, organizador tanto do mundo exterior (o social, o econômico, o político) quanto interior, ou seja, que diz respeito à construção das subjetividades e identidades” (MACEDO; SARDENBERG, 2008, p.36). Essa percepção de que relações de gênero se tratam de relações de poder que extrapolam, portanto, a relação homem-mulher, homem-homem ou mulher-mulher, implica pensá-las como um constructo cultural que envolve dimensões objetivas e subjetivas do mundo social perpassando, portanto, como lembra SCOTT (1990), um conjunto de significados impregnados por símbolos culturais, conceitos normativos, institucionalidades e subjetividades sexuadas. Gênero nos convida a desconstruir, para além das hierarquias objetivas no mundo da produção ou da divisão sexual do trabalho, modelos fixos e binários em torno de afetividades, sociabilidades, desejo, conjugalidade, códigos culturais, enfim, todo um conjunto de práticas e representações.

Mas, o avanço do campo dos estudos em torno das relações de gênero e seu potencial des/reconstrutor de um conjunto de relações não pode fazer desaparecer o sujeito mulheres. A percepção de que “homem também tem gênero” (expressa no avanço dos estudos sobre “masculinidades”) ou que “gênero está em toda parte” (expressa na percepção que se trata de um constructo, um princípio organizador universal), não pode ocultar o fato de que “o conceito de gênero não substitui a categoria social ‘mulher’ tampouco torna irrelevante pesquisas e reflexões sobre mulheres enquanto um grupo social discriminado” (MACEDO; SARDENBERG, 2008, p.35). A mulher é o sujeito histórico do feminismo e a supressão de qualquer forma de opressão/exploração/discriminação é a razão de ser do projeto feminista, lembram as ativistas. Assim, acreditamos que o feminismo prossegue firmemente sua caminhada tanto em termos de movimento intelectual quanto de movimento social. Como lembra a socióloga inglesa Ann Oakley (*apud* Sardenberg, 2002): o maior objetivo do projeto feminista nas ciências e na academia é produzir e disseminar saberes que não sejam apenas *sobre* ou *por* mulheres, mas também de relevância *para* as mulheres e suas (nossas) lutas.

Pluralizando ciência e ativismos

Resta discutir, nesse contexto, de que **modelo de ciência** e de que **ativismo feminista** estamos falando.

1. Começemos pela “relação” feminismo-campo científico:

Em primeiro lugar, a despeito da já referida *significativa ampliação dos estudos de gênero* é seguro afirmar que ainda hoje é realizada uma crítica contundente acerca do reconhecimento e validade dos estudos feministas no campo científico. Maria Joana Pedro, historiadora e feminista catarinense, comenta que “apesar do crescimento destes estudos, falar, nas universidades, de mulheres, feminismo e gênero é, muitas vezes, despertar risinhos, como se fosse um peccadilho do qual se devesse falar baixinho. Ou seja, persistem os preconceitos” (PEDRO, 2005, p.175)

Numa análise ao campo científico da Sociologia, mas que pode ser transposta para outras áreas disciplinares, Lucila Scavone (2008) lembra que aspectos fundamentais da identidade dos estudos feministas, como sua característica de não-neutralidade e seu explícito comprometimento político, ou mesmo a introdução de novas abordagens e questões pouco canônicas na área científica, levam à recusa da relativa autonomia (histórica, teórica e política) dessas/es pesquisadoras/es, considerando, assim, esse campo como de menor importância diante de questões tidas como política, teórico-metodológica e epistemologicamente mais “puras”, abrangentes ou socialmente relevantes.

É nesse contexto que podemos ousadamente falar da emergência de um conjunto de epistemologias feministas que asseguram sua filiação a um olhar desconstrucionista de conceitos caros à ciência como neutralidade, objetividade, racionalidade, pensados a partir da lógica binária e cartesiana da ciência moderna – que tem como suposto o sujeito universal (homem, branco, ocidental) (SARDENBERG, 2002).

É exatamente por colocar-se frontalmente contra esse tipo de ciência que o feminismo acadêmico vem sendo alvo de críticas e de rechaço quanto à validade do conhecimento por ele produzido. Ou melhor, o feminismo vem sendo criticado não apenas pelo **modo** como vem se dando a produção do seu conhecimento, mas, particularmente, pelo **seu sujeito cognoscente**: trata-se, na verdade, de um coletivo sexuado, isto é, são **elas**, ainda que já incorporem alguns indivíduos do sexo masculino. E, mais do isso, não apenas as cientistas

feministas são **elas**, mas produzem um conhecimento no qual, como lembra Susan Bordo (2000, p.27), “os aspectos pessoais [e culturais] da identidade permanecem plenamente presentes” e que, inclusive, são molas propulsoras de novas possibilidades de inteligibilidade da vida social.

2 . Quanto à relação feminismo acadêmico e ativistas:

Em segundo lugar e não menos importante, nos últimos tempos, vem ganhando adeptas, entre ativistas, o rechaço ao feminismo acadêmico por seu suposto afastamento do “chão da vida social”, em função da aproximação com as teorias pós-modernas e a uma elevação exacerbada do nível de sofisticação discursiva nesse campo de estudo. A esse respeito comenta Adriana Piscitelli (2001, p. 19), citando o debate promovido pela revista *Signs* (organizado por Heidi Hartmann, em 1994), que, para as ativistas, “na atualidade, (...) as perspectivas teóricas lhes resultam ‘pouco úteis’, inacessíveis, exotéricas, de difícil compreensão, excessivamente destacadas da prática e conduzindo a uma paralisia”. Nesse contexto, critica-se ainda a polifonia do discurso feminista que, enfatizando excessivamente a diferença, acaba por deixar poucos pontos de contato entre as mulheres para que possam formar uma base para uma solidariedade concreta entre estas. E, por outro lado, dirão ainda as “ativistas”, essa teoria produzida na academia teria uma repercussão bastante limitada na informação das práticas feministas concretas, já que se mostram pouco operativas para as necessidades objetivas dos movimentos em torno de questões ligadas à emancipação das mulheres.

De fato, não se pode negar a crescente complexidade das teorias feministas na contemporaneidade, marcadas por uma pluralidade de discursos assentados em diferentes perspectivas políticas. A questão que está por trás dessa crítica é se essa polifonia e mesmo o seu grau de sofisticação são argumentos suficientemente fortes para se negar a função da teoria no desvelamento e, conseqüentemente, na transformação do mundo social.

Pensando especificamente na trajetória da categoria gênero – desde sua compreensão como sistema sexo/gênero pela Gayle Rubin (1975) até sua quase que desaparecimento com a idéia de performatividade em Judith Butler (1990) – até que ponto é possível afirmar que seu valor heurístico desapareceu? De fato que acreditamos que gênero deixou de ser uma categoria analítica, relacional e política, isto é, uma ferramenta de leitura crítica e de transformação do mundo?

Acreditamos que, inversamente, a pluralidade no discurso feminista pode ser vista como um ponto que faz avançar teórica e politicamente o campo científico e a luta em torno de projetos de emancipação humana. Não podemos esquecer a contribuição do *Black Feminist Thought*, proposto pelas feministas afroamericanas, mostrando a impossibilidade de uma experiência comum de opressão que pudesse ser vivenciada e refletida da mesma forma por todas as mulheres, “independentemente de tempo, região, raça ou de classe social” (BAIRROS, 1995, p. 459). Assim, a pluralização dos discursos em torno de outros pertencimentos interseccionais, além de gênero, permite explorar as interconexões entre sistemas de opressão (CRENSHAW, 2002), auxiliando a realização de estudos e pesquisas numa perspectiva feminista em diferentes áreas da vida social e, isso, pode ser considerado como um importante recurso analítico para a compreensão da interação dinâmica dessas múltiplas discriminações na vida de sujeitos e grupos concretos.

À guisa de conclusão

Apesar do longo caminho percorrido, do reconhecimento de novos objetos como o poder, o corpo, o cotidiano, a sexualidade, a vida privada, a situação das mulheres e das relações de gênero ainda enfrentam desafios e impasses – entre eles destaca-se o avanço da organização em torno do combate à assim chamada “Ideologia de gênero”. A popularização desse termo e sua utilização por agentes sociais conservadores, em substituição ao termo “Teorias de gênero” tem sido como uma forma, proposital, de associar ao termo “gênero” uma série de fatores considerados perniciosos pela ótica conservadora – defendida por muitos grupos religiosos. Entre eles estão: o perigo da “destruição da família”, dos “valores morais” alicerçados na “lei natural” em torno do dimorfismo sexual e da heterossexualidade como impulso básico da sexualidade humana e, evidentemente, o risco avanço das pautas LGBT, dentre as quais a emancipação feminina em torno da liberdade sexual/contracepção/direito ao aborto, a diversidade sexual, a criminalização da homofobia e o progresso em torno da despatologização do segmento trans*. Esse recrudescimento do conservadorismo tem tido como alvo principal sua restrição no espaço educacional, mas todos os pontos, na verdade, transcendem a escola, embora tenha nesta última um espaço amplo e fértil para sua desconstrução.

Para finalizar, a pergunta que não que calar: aonde queremos chegar neste discurso sobre a relação entre teoria e prática, pensamento e movimento?

Nosso propósito é reafirmar a indissociabilidade entre ambos, a despeito dos argumentos apresentados em torno dos seus possíveis desencontros e presumidas incompatibilidades – afinal, não podemos cair na armadilha das dicotomias, como essa que supõe uma cisão entre o real e seus fundamentos teóricos. Acreditamos que articular teoria e prática (práxis, portanto) na academia é mais do que um *slogan*, mas uma direção definida por uma identidade construída num percurso de, pelo menos, 33 anos no caso específico do NEIM, e que tem como norte uma íntima e necessária imbricação entre teoria social e interesses feministas, num mútuo processo de alimentação (PISCITELLI, 2001).

Uma vez fui perguntada acerca de qual o projeto do NEIM na Universidade e num misto de seriedade e pilhéria, afirmei que a nossa meta era bastante modesta: “queremos apenas conquistar o mundo”. Diante do espanto dos/as meus/minhas interlocutores/as, expliquei que nosso projeto e, portanto, nossa utopia era uma caminhada sem um ponto fixo de chegada, bem traduzida por Joana Pedro, na seguinte afirmação: Hoje, a “missão” é conquistar “corações e mentes” através do texto científico, da ocupação de espaços de poder acadêmico, do questionamento de verdades estabelecidas, da formação de pesquisadoras e pesquisadores que levem em conta estes questionamentos (PEDRO, 2005, p 171) e, digo, eu, que como nós queiram também conquistar outras mentes e outros corações em torno desse ideal de desconstrução de hierarquias em rumo a uma emancipação que não terminará nunca.

Agora, realmente para finalizar, gostaria de reafirmar que embora seja um grande desafio, para nós do NEIM, é uma tarefa saborosa e inexorável o investimento na materialização de teorias e práticas em torno de um projeto feminista no meio acadêmico. Esse esforço, simultaneamente **meta** e **caminho**, supõe uma forte convicção na continuidade de um processo de construção de novos horizontes teóricos e conceituais que possam alimentar nossas lutas políticas e, vice-versa. Embora permaneça sempre convidativa, sabemos que esta não é uma tarefa simples, pois como pontua Scott, para finalizar:

O feminismo tem sido, historicamente, um exemplo de complexidade, porque é complexa a sua práxis crítica. Esta, na verdade, faz com que a história do feminismo se torne até mesmo parte integrante do próprio projeto que elabora, isto é, a história do feminismo é, em si, uma história feminista. (SCOTT, 2002, p. 48).

Referências Bibliográficas:

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Estudos Feministas**, Vol. 3, No.2, 1995, PP.:458-463.

BORDO, Susan. A feminista como o Outro **Estudos feministas**, v.8,,n.1, 2000, pp.10-29.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecilia. Teoria e Práxis Feministas na Academia: Os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. **Estudos feministas**, n. esp. 2. Sem 1994, pp.387-400.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, **Estudos feministas**, v.1, 2002, pp.171-189.

PEDRO, Joana. Feminismo e gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância. **Revista Unisinos**, 9, 3, set./dez. 2005, p.170-176.

RUBIN, Gayle. "The Traffic in Women: Notes on the 'political economy' of sex." In: R. Reiter (ed.), *Toward an Anthropology of Women*, New York: Monthly Review Press, 1975, pp.:157-210. [Traduzido para o português e publicado por SOS Corpo e Cidadania]

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar, "Da Crítica Feminista à Ciência. Uma Ciência Feminista?". In: COSTA, Ana Alice Alcântara & SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar (Orgs.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*, Salvador: Coleção Bahianas, 2002, pp.:89-120.

SCAVONE, Lucila. "Estudos de gênero: uma sociologia feminista?" *Revista Estudos Feministas*, 16 (1):173-186, jan-abr 2008.

SCOTT, Joan. **A cidadã paradoxal**. Forianópolis, Editora das Mulheres, 2002.

SORJ, Bila. *Relações de gênero e teoria social*. Trabalho apresentado a ANPOCS, Caxambu, MG, 1993, (mimeo).

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA: DA LUTA IDENTITÁRIA PARA A UNIVERSALIDADE CONCRETA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E TRANSFORMAÇÃO DAS ESTRUTURAS MACHISTAS E PATRIARCAIS DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Maurício Gentil Monteiro
Universidade Presbiteriana Mackenzie
gentil@infonet.com.br

Resumo

O presente trabalho aborda a necessidade de que as lutas feministas identitárias por participação política se consubstanciem em universalidade concreta, no sentido de que, para além do importante aspecto simbólico quantitativo de visibilidade das mulheres em postos de expressão, alcancem efetiva produção de políticas públicas materialmente voltadas ao atendimento de suas específicas pautas, como acúmulo totalizante de transformação estrutural das raízes patriarcais e machistas da sociedade capitalista contemporânea. Nesse contexto, a participação da mulher na política deve ser menos na importante expressão simbólica quantitativa de presença nos espaços de poder do aparato democrático-representativo e mais nas lutas sociais concretas dentro da perspectiva universal de superação do capitalismo, com reinvenção do espaço político voltado ao alcance dessa meta.

Palavras-Chave: Lutas Identitárias Feministas, Universalidade Concreta, Participação das Mulheres na Política, Patriarcado Capitalista, Estruturas Capitalistas Opressoras e Excludentes.

Introdução

O presente trabalho aborda a necessidade de que as lutas feministas identitárias por participação política no processo democrático-formal-representativo se consubstanciem em universalidade concreta.

Isso no sentido de que, para além do importante aspecto simbólico quantitativo de visibilidade das mulheres em postos de expressão, alcancem efetiva produção de políticas públicas materialmente voltadas ao atendimento de suas específicas pautas, como acúmulo totalizante de transformação estrutural das raízes patriarcais e machistas da sociedade capitalista contemporânea.

Parte-se do pressuposto de que embora as sucessivas conquistas legislativas de garantia de espaços mínimos de representação das mulheres na política venham, ao longo dos anos, refletindo em aumento – ainda não tão significativo – numérico, essa participação formal por si só é insuficiente para a materialização de políticas públicas de gênero.

E isso ocorre tanto porque muitas vezes as mulheres eleitas não são representativas de segmentos concretos da militância de gênero, quanto porque a presença de mulheres nos espaços de poder por si só é incapaz de realizar as grandes transformações necessárias, que somente poderão ser alcançadas com a ruptura das bases estruturais da sociedade capitalista exploradora, excludente e especificamente patriarcal e machista.

Como inexiste um único método que conduza à verdade e com base nessa premissa e na necessidade de não dogmatizar o processo investigativo, foram adotados o método dedutivo e o método dialético, com análise da realidade social concreta em confronto com teorias e fundamentos relacionados e contrastados, para chegar à conclusão mencionada.

1 O reconhecimento formal da cidadania eleitoral ativa e passiva da mulher no Brasil

No Brasil, o reconhecimento da cidadania (entendida essa, nesse momento, enquanto aptidão para exercício de direitos políticos ativos e passivos, capacidade eleitoral ativa e passiva, direito de votar e ser votada) da mulher é historicamente contemporâneo aos dos demais países do mundo ocidental.

Nestes, o processo de declaração do direito feminino ao voto é especialmente desencadeado a partir do início do século XX.

E de igual modo sucedeu no Brasil, no qual o reconhecimento da cidadania da mulher ocorreu na década de 1930, mais especificamente em 1932, durante o Governo Getúlio Vargas pós “Revolução de 1930” e, em nível constitucional, com a Constituição de 1934¹ (em alguns países europeus, o direito ao voto das mulheres somente foi reconhecido após a Segunda Guerra Mundial – caso de França e Itália, em 1945 – e há até o caso tardio da Suécia, em que o direito ao voto das mulheres foi reconhecido apenas em 1971).

Contudo, essa relativa contemporaneidade mundial no que se refere ao direito das mulheres ao voto não se traduziu em participação ativa da mulher na política.

Pode-se afirmar que não há participação ativa da mulher na política nem sob a perspectiva formal de maior presença quantitativa nos espaços estatais de poder e centros de decisões do sistema democrático-representativo, muito menos sob a perspectiva material de controle da agenda de discussões e deliberações sobre políticas públicas de emancipação da mulher e de transformação do estado de coisas machista e patriarcal da estrutura econômica e social.

Mesmo efetuando um corte para examinar o quadro de participação política formal da mulher a contar da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988 até o momento presente, tem-se um quadro de reduzida participação, a despeito de sucessivas medidas de ação afirmativa eleitoral, com reserva (cotas) para mulheres nas candidaturas apresentadas pelos partidos políticos às vagas preenchidas em sistema eleitoral proporcional (Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, Câmara Distrital e Câmaras Municipais).

Significativo é o dado de que na composição da Câmara dos Deputados da atual legislatura, apenas 51 (cinquenta e uma) mulheres foram eleitas, o que representa, no total de 513 (quinhentos e treze), o percentual de 9,9%, ou seja, inferior a 10% do total (BRASIL, SENADO, 2016). A atual relação representativa de gênero na Câmara Federal é de 90,1% de homens e 9,9% de mulheres, sendo que as mulheres representam atualmente 51,3% da população (IBGE) e 52% do eleitorado (TSE) (BRASIL, SENADO, 2016).

Já quando se parte para a análise material da afirmação da temática de gênero como políticas públicas de combate à discriminação e de promoção da igualdade real (combate à violência doméstica e familiar, promoção da

1 Esse processo, também no Brasil, vai das lutas concretas da realidade às normas jurídicas estatais, sendo importante o registro de que nos estados, em especial o pioneiro Rio Grande do Norte, o reconhecimento jurídico-formal do sufrágio das mulheres antecedeu e pressionou o reconhecimento no âmbito federal/nacional (BRASIL, SENADO, 2016).

igualdade efetiva no mercado de trabalho etc), o déficit se revela ainda mais acentuado, não sendo difícil constatar que quando ocorrem, resultam de muito esforço e luta dos movimentos sociais organizados insurgentes contra o predomínio masculino e machista da agenda política decisória.

2 As lutas identitárias de gênero e suas importantes conquistas

As lutas identitárias em geral foram importante marco no quadro geral das lutas pelas transformações sociais, no contexto do multiculturalismo contemporâneo.

Vladimir Safatle bem apontou:

Durante certo tempo, embalada pelos ares libertários de Maio de 68, a esquerda viu na ‘diferença’ o valor supremo de toda crítica social e ação política. Assim, os anos 1970 e 1980 foram palco da constituição de políticas que, em alguns casos, visavam a construir a estrutura institucional daqueles que exigiam o reconhecimento da diferença no campo sexual, racial, de gênero etc. Uma política das defesas das minorias funcionou como motor importante do alargamento das possibilidades sociais de reconhecimento. Essa política gerou, no seu bojo, as exigências de tolerância multicultural que pareciam animar o mundo, sobretudo a partir de 1989, com a queda do Muro de Berlim” (2012, p. 27).

Pois bem, numa sociedade patriarcal e machista, econômica e socialmente estruturada em torno da figura do homem, e na qual tanto os aparelhos de controle e repressão privados quanto o estatal oprimem a mulher, vale registrar os significativos avanços obtidos até aqui no que se refere à afirmação das específicas pautas e reivindicações de gênero.

Com efeito, o “feminismo” conseguiu abrir espaços para a mulher no mercado de trabalho, com paulatina e progressiva ocupação de postos de trabalho antes absolutamente restritos aos homens, ainda que permaneçam diferenças significativas de tratamento profissional e mesmo de reserva dos melhores e mais bem remunerados postos aos homens², implementar políticas de combate

2 “Apesar de receberem menos que os homens no mercado de trabalho, elas vêm a cada ano ocupando mais espaços. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE/RAIS), de 2012, as

à violência doméstica e familiar, ocupar espaços nos debates públicos contra o tratamento sexualmente discriminatório.

O feminismo também conseguiu abrir espaços dentro das tradicionais lutas de esquerda, em cujos espaços de lutas as temáticas da opressão de gênero eram desconsideradas e até mesmo reproduzidas. A socióloga e professora titular da USP Eva Blay aponta:

Em 1964, comecei a ler e escrever sobre feminismo. Esta era uma palavra absolutamente única para a época. O Departamento de Sociologia da USP tinha alguns professores abertos ao tema, mas os outros davam risada, falavam que o feminismo era algo reles (...) Por outro lado, fora da academia, eu via que creche, nas fábricas, era uma palavra feia, inclusive para os homens sindicalistas, que afirmavam que as pautas das mulheres atrapalhavam a pauta geral dos sindicatos (*apud* MODELLI, 2016).

As conquistas acima apontadas se deram tanto no âmbito normativo abstrato (a exemplo do que sucede com as específicas normas constitucionais protetivas das mulheres e impositivas de ações afirmativas de igualdade material de gênero, como as regras de aposentadoria e de garantia de específica proteção no mercado de trabalho) quanto no âmbito da realização efetiva de programas governamentais.

A abertura para participação formal dos movimentos feministas em conferências e conselhos de participação social também é um capítulo importante desse progresso.

Essas conquistas, todavia, não conseguem atingir o âmago estrutural das relações que geram a exclusão, a opressão e a discriminação de gênero.

Noutras palavras, a despeito da maior presença das pautas de gênero e das lutas feministas, a sociedade permanece patriarcal e machista, e a tomada de decisões, inclusive no que se refere às específicas pautas, permanece tema de amplo predomínio machista.

Vale registrar, por oportuno e importante, que o machismo das sociedades capitalistas é específico em relação ao machismo existente nas sociedades

mulheres ocupam atualmente 38% dos cargos na medicina, 43% na advocacia e na Justiça e são 60% na área da arquitetura" (BRASIL, SENADO, 2016)

pré-capitalistas, em que o patriarcado se dava pela força (escravidão) ou pela religião/moral (feudalismo).

No capitalismo o patriarcado se dá pela peculiaridade de o homem ser o dono do capital e a forma-valor assumir a forma masculina. O capitalismo constituiu um específico patriarcalismo capitalista. Alguém tem sobretrabalho no capitalismo, e esse alguém é a mulher (MASCARO, 2013).

É não apenas a manifestação do patriarcado tradicional, própria das sociedades pré-capitalistas, mas também e sobretudo a manifestação do patriarcado especificamente capitalista que precisa ser combatida e debelada, objetivo que não se tem alcançado pela necessária, legítima e combativa luta identitária.

3 Das lutas identitárias à retomada das lutas universalistas

O que sucede com as lutas identitárias de gênero é o mesmo que sucede com as lutas identitárias em geral³: um passo importante, até mesmo crucial, foi a sua afirmação identitária, a especialização de suas pautas específicas, a visibilidade dos seus problemas específicos dentro do contexto maior de uma sociedade desigual econômica e socialmente, mas o passo seguinte não tem viabilidade transformadora da realidade estrutural se não acompanhada de um retorno às lutas universalistas.

Noutras palavras: não houvesse a específica organização e atuação política militante - dentro do campo daqueles que lutam por igualdade social - das mulheres, dos negros, dos índios, dos homossexuais etc., suas específicas formas de opressão estariam despercebidas dentro do contexto maior da opressão geral-social da sociedade capitalista contemporânea, mas a transformação estrutural dessa sociedade capitalista, base maior da existência de todas as formas de opressão, somente será viável com a reunião (ou até melhor dizendo, “re-união”) das lutas setorializadas em lutas gerais.

Vladimir Safatle registra que, em certa medida, a partir de um certo momento, as lutas identitárias, a despeito de suas legítimas aspirações, passam a poder servir como poderoso instrumento político até mesmo às posições mais reacionárias:

3 Lutas em questões raciais, a exemplo das lutas dos movimentos negros e indígenas, lutas pela dignidade da orientação sexual homoafetiva - movimentos LGBT - lutas dos movimentos de defesa da criança, do adolescente e da juventude, lutas em defesa do meio ambiente, dos trabalhadores rurais sem terra, dos trabalhadores urbanos sem-teto.

Por um lado, tal dinâmica teve sua importância por dar maior visibilidade a alguns dos setores mais vulneráveis da sociedade (como negros, mulheres e homossexuais). No entanto, a partir de certo momento, começou a funcionar de maneira contrária àquilo que prometia, pois podemos atualmente dizer que essa transformação de conflitos sociais em conflitos culturais foi talvez um dos motores maiores de uma equação usada à exaustão pela direita mundial, em especial na Europa. Ela consiste em aproveitar-se do fato de as classes pobres europeias serem compostas majoritariamente por imigrantes árabes e africanos e, assim, patrocinarem uma política brutal de estigmatização e exclusão política travestida de choque de civilizações (2012, p. 28).

A “re-união” das lutas particulares em lutas pela universalidade concreta em prol da igualdade material é então essencial às pautas políticas de esquerda.

Do contrário, além de não atacar as verdadeiras causas da discriminação e opressão de gênero, as lutas identitárias feministas correm o risco de, ainda que tópica e pontualmente, traduzir-se em lutas para que as mulheres sejam exploradas tal como os homens, sem que isso contribua para o alcance das essenciais mudanças estruturais do capitalismo opressor em geral e por isso mesmo opressor em particular das mulheres. Ou ainda de ter-se o cenário de lutas feministas em disputa com lutas de outros segmentos sociais oprimidos, explorados e discriminados, como sucede em casos de criminalização das práticas machistas que resulta muitas vezes em repressão e opressão contra negros e pobres, dentro do fetiche da prisão e do direito penal como justiça e na verdade reprodutor da dinâmica social de controle.

Outro exemplo pode ser apontado no caso da sub-representação das mulheres negras, mesmo quando há uma representação política maior das mulheres em geral.

Flávia Rios bem aponta que “Desde sempre, houve baixíssima representação de negras no Parlamento brasileiro” (*apud* MODELLI, 2016) e que “Mesmo quando a representação das mulheres é alta, é baixa a representação das mulheres negras” (*apud* MODELLI, 2016), o que pode representar um espaço de disputas particulares de grupos de gênero oprimidos dentro da pauta particular maior do feminismo e da discriminação racial.

É por isso que Slavoj Žižek afirma que

As três reações fundamentais da esquerda ao processo de globalização parecem inapropriadas: o multiculturalismo liberal; o intento de aceitar o populismo diferenciando, detrás de sua aparência fundamentalista, a resistência contra a 'razão instrumental' e o intento de manter aberto o espaço do político (1997).

Mais ainda, Zizek percebe que ainda que “o intento de manter aberto o espaço do político” (1997) parta de uma visão correta, evita a pergunta crucial, que é “(...) **como fazemos para reinventar o espaço político nas atuais condições de globalização?**” (destaque do autor) (1997). Assim, conclui que a “[...] politização do conjunto de lutas particulares, que deixa intacto o processo global do capital, claramente resulta ineficiente” (1997), que é a premissa do presente trabalho, no que se refere especificamente à politização das lutas feministas.

4 A participação da mulher na política no contexto da retomada das lutas universalistas

O norte das lutas identitárias de gênero, no que se refere à participação da mulher na política, parece ser o da retomada das lutas universalistas pela igualdade social e justiça concreta, contra as formas de opressão que caracterizam o capitalismo.

Nessa toada, ainda que formalmente importante a participação quantitativa das mulheres nos espaços de poder do sistema político-representativo, o mais importante é a direção que essas lutas possam imprimir no sentido de transformação e mudança concreta das estruturas da sociedade capitalista, capaz de ensinar, a partir da superação das causas da opressão, a construção de uma sociedade efetivamente livre, justa e solidária - reduzindo as desigualdades sociais e regionais e erradicando a pobreza e a marginalização - e sem preconceitos de sexo.

Nesse quadro, importa menos que as mulheres acumulem conquistas específicas voltadas à igualdade material no contexto maior de uma sociedade estruturalmente desigual e importa mais que as mulheres acumulem conquistas voltadas à transformação da sociedade como um todo, a partir da ruptura com as causas estruturais das desigualdades em geral, para com isso atingir o objetivo específico de uma sociedade plenamente caracterizada pela igualdade

de gênero, sem opressão nem discriminação de sexo, sem sobre-exploração do trabalho da mulher.

Em termos de participação da mulher na política, a compreensão de que o retorno às lutas social e estruturalmente universalizantes - na concepção de Vladimir Safatle (2012) - sem perder de vista as lutas específicas, desde que incluídas na perspectivas dessa luta geral radical, é essencial para que o objetivo de uma sociedade em que não apenas a visibilidade formal mas também e sobretudo as discussões e deliberações, bem como os direcionamentos políticos se deem com plena e efetiva igualdade de gênero.

É a visão de Zizek:

A lição que se pode extrair de tudo isto é que não há forma de impedir o ser parcial, na medida em que a neutralidade implica tomar partido. A pessoa de esquerda não viola simplesmente a neutralidade imparcial liberal, ela alega que o que não existe é a tal neutralidade. Desde logo, o clichê do centro liberal é que ambas suspensões (do direito) a de esquerda e a de direita, apontam em definitivo ao mesmo, à ameaça totalitária à vigência da lei. A consistência da esquerda está em demonstrar que, pelo contrário, cada uma das duas suspensões (do direito) segue uma lógica distinta. Ainda que a direita legitima a suspensão da Ética desde uma postura anti-universalista, apelando a sua identidade particular (religiosa, patriótica) que invalida toda moral universal ou norma legal, a esquerda legitima sua suspensão da ética apelando precisamente à verdadeira universalidade por vir (1997).

Nessa perspectiva, Zizek conclui que as lutas de esquerda não devem perder de vista o horizonte da universalidade concreta:

[...] dito de outro modo, a esquerda aceita o caráter antagonico da sociedade (não há posição neutra, a luta é constitutiva) e, ao mesmo tempo, se mantém universalista (fala em nome da emancipação universal). Na perspectiva de esquerda, aceitar o caráter radicalmente antagonico (é dizer, político) da vida social, aceitar a necessidade de 'tomar partido', é a única forma de ser efetivamente universal" (1997).

Conclusões

Ao cabo deste trabalho, é possível concluir que a despeito de sua importantíssima e indispensável atuação, as lutas identitárias de gênero⁴ devem redirecionar os seus esforços para as lutas universais concretas, no sentido de atacar as causas estruturais do patriarcado especificamente capitalista, num viés totalizante, de modo a viabilizar o alcance, pelas lutas materiais concretas da dinâmica social, uma sociedade livre de discriminação e opressão de gênero.

Nesse contexto, a participação da mulher na política deve ser menos na importante expressão simbólica quantitativa de presença nos espaços de poder do aparato democrático-representativo e mais nas lutas sociais concretas dentro da perspectiva universal de superação do capitalismo, com reinvenção do espaço político voltado ao alcance dessa meta.

Referências

BRASIL, Senado Federal. **+ Mulheres na Política**. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/2a-edicao-do-livreto-mais-mulheres-na-politica>. Acesso em maio/2016.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MODELLI, Laís. **50 anos de feminismo no Brasil, Argentina e Chile**. Disponível em <http://revistacult.uol.com.br/home/2016/03/50-anos-de-feminismo-no-brasil-argentina-e-chile/>. Acesso em maio/2016.

SAFATLE, Vladimir. **A esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

4 Tais lutas conseguiram importantes conquistas, desde previsões normativas abstratas assecuratórias da igualdade material, a partir mesmo de normas constitucionais princípios e regras constitucionais concretas até dispositivos de legislação infraconstitucional voltados a essa mesma concretude, passando por políticas públicas e programas governamentais destinados à superação dessas desigualdades, chegando mesmo a conseguir particularizar a luta de gênero no contexto em que aparecia invisível até mesmo aos segmentos de esquerda e movimentos sociais que lutam contra a desigualdade geral e a opressão.

ZIZEK, Slavoj. **Multiculturalism, Or, the Cultural Logico of Multinacional Capitalism.** Disponível em http://www.ata.boun.edu.tr/htr/documents/312_10/Zizek,%20Slavoj_%20Multiculturalism%20or%20the%20Cultural%20Logic%20of%20Capitalism.pdf. Acesso em maio/2016.

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES AMAZONENSES NO PARLAMENTO BRASILEIRO

Michelle Rabelo de Souza
Universidade Federal do Amazonas-UFAM
luzvida_1977@hotmail.com

Mirella Cristina Xavier Gomes da Silva Laschner
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
mirellalauschner@yahoo.com.br

Viviane de Oliveira Rocha
vivianerochass@hotmail.com

Aline dos Santos Pedraça
Engeletrus
alinepedraca7@gmail.com

Iraildes Caldas Torres
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Iraildes.caldas@gmail.com

Resumo

O presente trabalho é o resultado parcial da dissertação de mestrado intitulada “A presença da mulher na política: o protagonismo de Eunice Michiles no Senado Federal” e tem como objetivo apresentar um pouco da trajetória política das três parlamentares amazonenses: Eunice Michiles, Beth Azize e Sadier Hauache, eleitas no pleito de 1986 para elaborar a Nova Constituinte Brasileira de 1988. Essa eleição teve um papel importante para a sociedade e principalmente para o movimento feminista que esteve presente durante todo o processo de elaboração da nova Carta Magna e foi o responsável por boa parte das reivindicações com relação aos direitos das mulheres adquiridos na Constituinte de 1988. Para o Amazonas, a eleição das três deputadas

significou um avanço nas conquistas dos direitos femininos que, através do “Lobby do Baton” inseriu na Nova Constituinte a igualdade jurídica entre homens e mulheres.

Palavras-Chaves: Mulher e Política, Movimento feminista, direitos.

Introdução

Este estudo, centrado no tema de gênero e política busca apresentar a participação política de Eunice Michiles, Elizabeth Azize e Sadier Hauache, ambas eleitas pelo estado do Amazonas no pleito de 1986 para elaborar a nova Constituição Federal Brasileira.

Desde o período do Império até os dias atuais, no Brasil houve cinco processos constituintes, sendo o primeiro realizado no ano de 1823 do qual não contou com a presença feminina já que a mulher não exercia direito de voto. A segunda constituinte ocorreu em 1890/91 que também não contou com a participação de mulheres pelo mesmo motivo. Somente no ano de 1933, com a presença da médica Carlota Pereira de Queiroz, eleita pela chapa única de São Paulo, que uma mulher se fez presente na elaboração de uma constituinte, e ainda sim, os direitos entre homens e mulheres não foram garantidos.

Em 1946, o Congresso é convocado para um novo processo constituinte, mas nenhuma mulher esteve presente, assim como a constituinte de 1967 que elaborada pelos militares garantiu o poder quase que absoluto a eles. Essa ausência de mulheres quase que em todos os processos constituintes fez da Assembleia Nacional Constituinte ANC de 1987/88, um marco na história da participação feminina junto ao parlamento brasileiro. No Amazonas, três dos oito deputados eleitos foram mulheres que investiram fortes em suas campanhas onde a luta pelos direitos femininos foi uma das principais plataformas políticas defendidas por duas das três candidatas.

A realização deste estudo se reveste de singular importância para a visibilidade da trajetória de mulheres na política amazonense e busca contribuir com reflexões para o campo da pesquisa gênero e política.

Metodologia

Para a realização e concretização deste trabalho realizamos entrevista semiestruturada com as três ex-parlamentares, onde escolhemos a história oral como procedimento metodológico. A escolha pelo método da história oral se justifica pela possibilidade de interpretação entre os fatos vividos no passado e no presente, nos permitindo realizar um resgate de informações através da utilização da memória. Realizamos também pesquisa bibliográfica e documental junto às bibliotecas públicas do município de Manaus, da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas e biblioteca digital da Câmara Federal e do Senado Brasileiro.

Resultados e Discussão

A presença feminina na Constituinte de 1987/88

A proposta de eleição de uma Assembleia para elaborar a nova Constituição Federal que representasse os anseios da sociedade e pudesse ser respeitada pelos mandatários começou a surgir, ainda, nos primeiros anos da década de 1970. Não obstante, foi só a partir de 1983 com o crescimento dos movimentos populares, exigindo eleições diretas e o fim do regime autoritário que levou o país no início da década a uma de suas maiores crises econômica que uma parcela realmente significativa da sociedade passou a defender a necessidade de uma nova constituinte. Ao assumir em lugar de Tancredo Neves, em março de 1986, um dos primeiros atos de José Sarney foi encaminhar ao Congresso uma emenda convocando eleições para a Assembleia Constituinte.

A eleição do dia 15 de novembro de 1986 foi significativamente importante para o Amazonas e para a história política brasileira desde 1946, porque nela, foram eleitos os senadores e deputados federais que formariam uma nova Assembleia Nacional Constituinte.

Assim como o Rio de Janeiro e São Paulo, o Amazonas elegeu três deputadas. Foram oito candidatos eleitos e as mulheres tiveram uma participação expressiva no pleito de 1986 representando 38% do total de parlamentares eleitos que com relação às Constituintes anteriores, podemos dizer que as mulheres tiveram uma participação expressiva. Vejamos o quadro seguinte:

Quadro 1: Lista de candidatos eleitos à Câmara Federal pelo estado do Amazonas nas eleições de 1986.

DEPUTADO FEDERAL ELEITO	PARTIDO	Nº DE VOTOS
Bernardo Cabral	PMDB	41.027
Ézio Ferreira	PFL	37.466
José Dutra	PMDB	25.565
Eunice Michiles	PFL	24.003
José Fernandes	PDT	19.633
Beth Azize	PSB	17.325
Sadie Hauache	PFL	16.813
Carrel Benevides	PMDB	13.570

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (1986)

Eunice Michiles e Beth Azize foram uma das candidatas que mais se destacaram em campanha, visto que, ambas já possuíam grande experiências na política partidária. Eunice que ficou conhecida nacionalmente e internacionalmente por ter sido a primeira senadora do Brasil e Beth Azize por sua vasta experiência como militante estudantil, deputada estadual e por ter sido a primeira mulher presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas- ALE- AM.

A Deputada Sadier Hauache não tinha muita familiaridade com a política e com a estrutura partidária, mas desempenhou uma forte campanha pelo interior do estado e por ser uma grande empresária no ramo da telecomunicação. A política se faz com muito recurso e é ela que garante parte significativa de uma eleição.

Conforme afirma Tabak (2002,p.148) “muitas candidatas, profissionais de diversas áreas, através de seus prestígio foram convidadas a candidatar-se a um mandato eletivo na Constituinte”. Pelos estudos da autora, essa forma de afiliação foi considerada bastante natural em decorrência daquela circunstância.

A Constituição de 1988 representou um marco jurídico de afirmação dos direitos humanos já que sua elaboração também contou com a participação de vários segmentos organizados da sociedade civil que marcaram a luta reivindicativa pela conquista dos direitos, presente, tanto nos corredores do parlamento quanto nos debates e discussões que ocorriam pelos diversos estados brasileiros.

A luta pela defesa dos direitos humanos, pela cidadania, pelos direitos da mulher e pela expressiva quantidade de direitos assegurados à população brasileira, fez dessa nova Constituição ficar conhecida como a Constituição Cidadã. “A sociedade brasileira esteve representada nos debates constitucionais por entidades ou grupos organizados, verdadeiros lobbies rurais e urbanos que buscavam influenciar as decisões dos constituintes em prol dos grupos que representavam” (SILVA, 1992, p.325).

Apesar da forte participação popular em todo o processo de discussão sobre a elaboração da ANC “parlamentares de direita e de centro-direita organizaram-se e formaram o Centrão,¹ com a finalidade de boicotar as propostas e impedir que elas fossem transformadas em lei” (SILVA, 1992, p.326). Conforme relato de uma das parlamentares constituinte e participante deste estudo,

1 O Centrão era formado pelo Centro Democrático (PMDB,PFL,PTB,PDS). Representava a maioria dos membros da Assembleia Nacional Constituinte e segmentos conservadores da sociedade brasileira.

A Assembléia Nacional Constituinte era composta por vários partidos e comissões. Se fizesse parte do grupo político conhecido como ‘Centrão’ tudo seria aprovado, mas nós éramos da oposição que queríamos dividir a riqueza do país com o povo que trabalhava, com o povo que ganhava mal, que não tinha nada. O ‘Centrão’ não lutava por isso e sim só pelos seus direitos (Elizabeth Azize, 75 anos, Entrevista/2015).

Esses embates partidários foram considerados um dos entraves que dificultava a aprovação de muitas emendas, pois a oposição tinha muitas dificuldades para conseguir aprovar suas propostas. Embora muitos constituintes assumissem postura conservadora, a Constituição foi promulgada em 05 de outubro de 1988, trazendo significativas mudanças sociais e políticas. “Essa conquista contou com a participação direta e indireta da sociedade civil que investiu na mobilização popular” (SILVA, 1992, p.326).

Mulheres trabalhadoras, industriárias, camponesas, negras e de diversas etnias com o apoio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)² mobilizaram-se para discutirem as propostas que pudessem atender as demandas delas. “Essa força do movimento feminista se deu desde 1985 quando foi lançada a campanha nacional com o lema *Constituição pra valer tem que ter a palavra da mulher*, que veio contribuir com a ampliação da discussão sobre as principais reivindicações dos movimentos feministas” (COSTA, 1998, p.117).

Destaque-se que foi através da pressão do movimento feminista que a bancada feminina obteve grande avanço e conseguiu incorporar quase que todas as propostas na Constituição Federal de 1988.

A bancada feminina de 1987/88 que jamais deve ser confundida com “bancada feminista” não apresentava homogeneidade, muitas participavam de outras bancadas como foi o caso de Eunice Michiles que também fazia parte da bancada evangélica, Beth Azize por ter sido juíza de direito fez parte da Comissão de Constituição e Justiça e Sadie Hauache da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Apesar da diversidade de posições, o grupo alcançou coesão e efetividade na defesa dos direitos das mulheres. Mesmo sendo apenas 5% do total de parlamentares, foi um número histórico em relação às constituintes anteriores.

2 O CNDM foi implantado em 1985 através de reivindicações de inúmeras organizações de mulheres. Para o movimento feminista a criação do conselho significou o reconhecimento da luta feminista.

Quanto ao nível de instrução das parlamentares, a bancada feminina era composta por um grupo altamente representativo (TABAK, 2002). Das três parlamentares eleitas pelo estado do Amazonas, apenas Eunice Michiles não possuía nível superior. Enquanto jovem no colegial cursou o magistério e foi professora de ensino infantil em Maués. Com relação à escolha da legenda partidária, apenas Beth Azize pertencia ao partido de oposição ao governo. “Eu sofri muito enquanto parlamentar e única mulher do Amazonas a ser de um partido de oposição” (Beth Azize, Entrevista/2015).

Nas eleições de 1986, muitas candidatas filiaram-se a partidos políticos que sequer conheciam a ideologia da agremiação e o estatuto do partido. Algumas foram convidadas, outras foram indicadas por parentes e amigos já filiados (TABAK, 2002). Das três parlamentares, apenas Eunice Michiles, tinha parente filiado ao mesmo partido.

Para além das diferenças, essas mulheres foram eleitas para atuarem diretamente na construção de um novo Brasil, influenciando o parlamento na elaboração da nova Constituição Federal e na inclusão de direitos femininos jamais reconhecidos pelas Constituições anteriores. A força desse grupo de mulheres possibilitou a aproximação entre a sociedade civil e o parlamento brasileiro.

No dia 27/03/1987, Cristina Tavares do Partido Democrático dos Trabalhadores de Pernambuco pronunciou-se nos seguintes termos:

Saúdo as mulheres que hoje vêm ao Congresso Nacional Constituinte para entregar a cartas às mulheres. A Mesa aqui representada significa não apenas as 26 mulheres Constituintes, mas os nossos companheiros da Assembleia Nacional Constituinte, que também defenderão bravamente as teses das mulheres Constituintes. (Diários da Assembleia Nacional Constituinte de 27/03/1987, p. 972).³

Esse momento foi acompanhado por mulheres de vários estados brasileiros que se fizeram presentes dentro e fora do plenário. Neste dia o presidente da Assembleia Nacional Constituinte concedeu prioritariamente a palavra às mulheres constituintes da casa que assim como a deputada Cristina Tavares a deputada Beth Azize, também se pronunciou sobre o momento emblemático vivido por todas as mulheres do Brasil.

3 Disponível em <http://imagem.camara.gov.br/Imagem>. Acesso em 15/05/2015

2. As deputadas Constituintes do Amazonas. Quem são?

Nas eleições de 1986, três mulheres se destacaram em suas campanhas. Foram elas a ex-senadora Eunice Michiles, Belth Azize, também dona de uma vasta experiência política no Amazonas e a jornalista e empresária Sadier Hauache. Essas eleições foram consideradas uma das mais caras, pois homens e mulheres investiram alto para conseguirem ser eleitos.

Quanto às candidatas eleitas, suas histórias e experiências de vida fora e dentro da política foram relevantes para obterem sucesso no pleito. Mas quem são essas mulheres que ao lado de mais 23 parlamentares comporão o Lobby do Baton e se tornaram esperança para inúmeras outras mulheres do Brasil na luta pela igualdade jurídica entre homens e mulheres?

Nossa primeira entrevistada é a senhora Elizabeth Azize, que enquanto juíza de Direito percorreu por 10 anos os interiores do Estado do Amazonas. Como mulher pôde sentir e vivenciar todo tipo de dificuldades, privações e preconceitos atribuídos às mulheres nessas localidades. É considerada uma das figuras mais emblemáticas da política amazonense. Como Jornalista e militante chegou a ter uma coluna diária em um dos jornais de maior circulação da cidade de Manaus. Sua militância inicia-se na Faculdade de Direito, tornando-se a primeira mulher presidente do diretório acadêmico durante a ditadura militar.

Beth Azize candidata-se a vereadora em 1976 pelo MDB e em 1978 inicia sua campanha para se eleger a deputada estadual e foi eleita. Cumpriu dois mandatos de 1979 a 1987, pelo já então Partido do Movimento Democrático Brasileiro o PMDB, mas por divergências políticas internas ao partido, Beth Azize, em 1986 filiou-se ao PSB (Partido Socialista Brasileiro). Em 1983 foi eleita Presidente da Assembleia Legislativa tornando-se a primeira mulher a presidir uma Assembleia Legislativa no Brasil. Foi também a primeira mulher a assumir o Governo do Estado do Amazonas como presidente da Assembleia quando o Governador se ausentava. Mesmo assumindo este alto cargo, Beth Azize, revela que por diversas vezes se sentiu constrangida pela imprensa local e nacional por ser mulher. “Eu pensava comigo o porquê desses estardalhaços todos, porque eles acham isso uma coisa de outro mundo, mas deveria ser uma coisa normal, aí eu sentia um pouco de revolta, eu dava essas entrevistas, mas com muita revolta” (Beth Azize, Entrevista/2015).

Rabay (2010, p.38) considera que na maioria das vezes a exclusão das mulheres aparece de forma sutil. “Não é proibida a entrada das mulheres em alguns espaços de poder, no entanto, não é fácil permanecerem e serem aceitas.

As novatas ou estranhas, precisam mostrar que possuem qualidades excepcionais valorizadas por eles”.

Para Dantas (2011, p.25), “o machismo tem papel central em nossa vida pública, pois é ele que dita o funcionamento das instituições, do debate político, da divisão do trabalho e do comportamento das relações interpessoais”. A imagem da mulher dona de casa dedicada aos filhos e ao marido, religiosa e exemplo de integridade, sempre foi considerado o ideal tanto para as famílias pertencentes a elite conservadora quanto para mídia que durante muito tempo sustentou essa ideia.

Em sua passagem pelo parlamento brasileiro, Beth Azize participou de várias comissões. Pelo fato de ter sido uma juíza de Direito sempre teve prioridade para ser da comissão de Constituição e Justiça. Também participou da subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, da Comissão da Ordem Social e Comissão de Sistematização.

A nossa segunda entrevistada é a ex senadora Eunice Michiles, atualmente com 83 anos, foi filiada ao PFL, pertencente à base de apoio do governo, mas que ficou conhecida nacionalmente em 1979 quando assumiu uma vaga no Senado Federal como suplente do senador João Bosco, falecido dias depois de sua posse.

Enquanto deputada constituinte, uma de suas bandeiras de luta foi em defesa do planejamento familiar, exigindo do governo que disponibilizasse os mecanismos necessários às mulheres para que as mesmas pudessem ter o direito de escolha sobre ser ou não mãe. Sua luta pelo planejamento familiar se deu pelas suas experiências vividas pelo interior do Amazonas, onde mulheres davam a luz a muitos filhos e sem a menor infraestrutura e longe dos atendimentos médicos. Eunice foi testemunha da morte de muitas mulheres no parto ou logo depois dele e isso a fez lutar enquanto parlamentar em defesa dos direitos das mulheres em poder decidir quantos filhos pretendia ter.

Em sua passagem pelo parlamento brasileiro, Eunice Michiles juntamente com as demais parlamentares assumiu o protagonismo político feminino com grande determinação mesmo não compondo a ala das esquerdas. Foi uma das parlamentares que mais teve emendas aprovadas na constituinte.

A terceira parlamentar constituinte foi a jornalista e empresária Sadier Hauache, atualmente com 84 anos, nascida no município de Itacoatiara. Sadier tentou se eleger senadora nas eleições de 1982, mas não conseguiu a tão sonhada cadeira no Senado Federal.

Nas eleições de 1986 a proprietária da TV Ajuricaba, emissora que transmitia os programas da Rede Globo no município de Manaus sofreu acusações de estar se elegendo à custa do poder financeiro⁴. Ressalve-se que o uso do poder econômico estava presente em quase todas as candidaturas dos políticos nessa eleição. Com relação às mulheres, além do capital econômico, também deveriam possuir capital político e social.

No Amazonas, a maioria desses candidatos passou boa parte de suas campanhas em busca de votos pelos interiores e pequenos municípios. Nessa época não existiam leis que coibissem ou punissem o clientelismo no Amazonas, o que se perdurou muito tempo. Aqueles que possuíam maior poder aquisitivo foram os que encontraram maiores possibilidades de serem eleitos.

Esses e outros elementos são determinantes no momento em que uma mulher pretende se inserir na política, pois além do próprio preconceito que é arraigado nas estruturas partidárias, ainda existem as estratégias políticas que, na maioria das vezes, não são justas tanto que excluem e inibem a participação feminina na política.

O Lobby do Batom ou grupo de pressão formado por deputadas, feministas, ativistas do movimento de mulheres não deve ser lembrado apenas como um apelido cunhado pela imprensa que, aliás, assim o fez como forma de desdenhar a participação feminina na elaboração da nova Carta Magna.

Os Grupos de pressão são extremamente relevantes, pois operam de uma forma mais constante e mais específica, e atuam numa tramitação eficaz entre os grupos sociais organizados e o Governo (BOBBIO, 1998, p.570).

As três parlamentares constituintes deixaram um legado às futuras gerações de mulheres que posteriormente conseguiram entrar nesses espaços que durante muito tempo foi preenchido por homens. O aumento da participação política entre as mulheres não só depende dos meios legais, como também é preciso que toda a sociedade consiga participar e entender a importância que significa termos no parlamento vários representantes do gênero feminino, não para cumprir uma cota, mas porque queremos um país livre de desigualdade.

Conclusões

4 Jornal A Crítica (19/11/1986,p.06)

A Constituição Brasileira de 1988 representa para nós mulheres um marco na história dos direitos femininos, pois nela, conseguiu-se inserir muito dos anseios do movimento feminista que há décadas lutou pelo direito de igualdade entre os pares.

Esse avanço se deve a forte presença do movimento feminista brasileiro que durante todo o processo constituinte esteve presente, reivindicando, se organizando e articulando com a bancada feminina composta por 26 parlamentares que apesar das diferenças políticas e partidárias resolveram unir-se em favor dos direitos das mulheres.

O Amazonas, com suas três parlamentares esteve muito bem representado já que as deputadas constituintes eleitas pelo estado estiveram boa parte de suas emendas constitucionais aprovadas. Beth Azize, Eunice Michiles e Sadier Hauache foram grandes guerreiras enquanto estiveram no parlamento, pois dedicaram-se a criar projetos que atendesse a necessidade não só com relação aos direitos das mulheres, mas da família e de toda uma sociedade que naquele momento aclamava por de direitos de igualdade.

O presente estudo buscou fazer um resgate desse momento histórico vivido por três mulheres que em um momento não muito oportuno decidiram enfrentar todas as barreiras imposta as elas, já que fazer política no Amazonas não dependia somente de capital econômico, mas de capital político e simbólico. Com coragem, as deputadas enfrentaram o preconceito de gênero, as barreiras partidárias e até regional e deram voz ao Amazonas, ainda desconhecido por muitos.

Lembra-vos que, apesar dos direitos já conquistados, não podemos abandonar a nossa luta pela igualdade de gênero, seja na política, no mercado de trabalho ou nos espaços domésticos.

Referências Bibliográficas

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília – Editora: Universidade de Brasília, 1ª ed. 1998.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no poder. Mulher e política na Bahia** – Salvador: NEIM/UFBA – Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

DANTAS, Ana Cecília de Moraes e Silva. **O segundo sexo na política. O papel do direito na inclusão das mulheres na democracia brasileira** – Maceió: EDUFAL, 2011.

RABAY, Glória. **Mulher e política na Paraíba. História de vida e luta**. Maria Eulalia pessoa de Carvalho – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

SILVA, Francisco de Assis. História do Brasil: **Colônia, Império, República** / São Paulo: Moderna, 1992.

TABAK, Fanny. **Mulheres públicas: participação política e poder** – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: DESAFIOS À VISIBILIDADE E À AUTONOMIA

Nelmires Ferreira da Silva
Universidade Federal de Viçosa/MG
(*fnelmires@gmail.com*)

Resumo

Este artigo ora intitulado “Políticas Públicas para Mulheres: desafios à visibilidade e à autonomia” tem como objetivo situar o cenário dos anos de 1990 ao novo milênio no cotidiano de intensas contradições, as quais figuram o processo de produção e reprodução dos antagonismos de classes na tensão efervescente do conjunto dos arranjos de políticas asseguradas no marco da Constituição Federal de 1988 até então, em processo de desmonte pelo jogo dos ajustes neoliberais. Nessa direção, adotamos nos procedimentos metodológicos um recorte bibliográfico elencado a partir de autores que debruçam sobre a realidade concreta das mulheres na luta pela inserção em políticas que possibilitem a sua visibilidade e autonomia. Das reflexões alcançadas compreendemos que na atualidade há intensos questionamentos quanto à natureza das políticas públicas ditas emancipatórias, cuja movimento se apresenta na dimensão do controle, ora na perspectiva de empoderamento, ao que entendemos, a eminente necessidade de resignificar o sentido real de tais políticas e seus redesenhos.

Palavras-Chaves: Mulheres, Políticas Públicas, Visibilidade, Autonomia.

1-Introdução

Este artigo ora intitulado “Políticas Públicas para Mulheres: desafios à visibilidade e à autonomia” tem como objetivo situar o movimento contraditório das políticas públicas, ora estratégia de controle estatal, ora enquanto instrumento de resistência em processo de construção no cotidiano cuja movimento figura o processo de produção e reprodução dos antagonismos de classes. Nessa direção, adotamos nos procedimentos metodológicos um recorte bibliográfico elencado a partir de autores que debruçam sobre a realidade concreta das mulheres em seu movimento de luta, e no caso específico, àquelas que vivem no meio rural brasileiro labutando por políticas inclusivas.

Assim, alicerçamos as análises nos referenciais de MARX, Karl, 1975; ADORNO, Theodor, 1995; IASI, Mauro, 2005; FOLLADOR, Kellen, 2009; BEAUVOIR, Simone, 2011; FARAHA, Marta, 2013, utilizando da abordagem teórica crítica social materialista histórico dialética, por entendermos que o objeto de pesquisa deve ser apreendido em sua essencialidade sócio-histórica determinada.

Nesse recorte histórico compreende-se que é “na raiz da questão social que encontramos as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo – das instituições e mercado financeiros e empresas multinacionais, forças que subordinam o Estado ao passar a assumir o ônus das exigências dos mercados (IAMAMOTO; 2009). Daí, problematizamos acerca do sentido da emergente política pública, no caso específico aquela direcionada para a inserção da mulher trabalhadora no espaço produtivo dirigida, ora num movimento entre conquistas democráticas e negação de direitos, ora políticas emancipatórias versus subsunção aos interesses do capital.

O ponto central é analisar a fragilidade das políticas públicas na contemporaneidade no terreno das contradições envolta do “[...] mistério que se origina da sua absoluta complexidade” (HARVEY, 2013, p.411), a qual compreendemos “[...] tem-se o reino do capital na plenitude de seu desenvolvimento e alienação” (HARVEY, 2013). Para tanto, observamos a partir de Harvey que,

[...] tarefa da ciência desmistificar tudo isso, revelar a lógica tentadora que corre pelas veias do sistema financeiro, expor a vulnerabilidade interna que está por trás do que, na superfície, é o poder controlador totalmente hegemônico. Essa tarefa reque, para o seu adequado cumprimento, uma mistura sutil de teoria e investigação materialista (2013, p. 412).

Destacamos que tal estudo tem como base de análise os fundamentos sócio-históricos da abordagem materialista dialética, a qual possibilita apreender a questão social no contexto atual do movimento do capital financeiro, ao longo de quase uma década do século XXI. Os referenciais assinalados se constituíram num suporte às reflexões teóricas, capazes de fortalecer as indagações e capturar a lógica do objeto deste estudo, cujo movimento circunscreve em mão dupla, dualiza o *concreto e a essencialidade do fenômeno* (NETTO, 2001).

Das inferências introdutórias desse estudo, imprimi destacar que ensinamos a partir das reflexões que possamos contribuir para fortalecer o debate acerca da relação entre mulher e as políticas públicas de modo a levantar novos questionamentos. Entre outros anseios, esperamos que se renovem as questões de pesquisa, uma vez que, os rebatimentos e desmontes das políticas sob a agenda neoliberal tem gerado um quadro grave e preocupante, merecedor de novas atenções por parte da sociedade civil e dos estudiosos em suas produções acadêmicas.

2- Resultados e Discussões:

Políticas públicas para mulheres e os desafios à visibilidade e à autonomia

A partir do novo milênio um cenário mórbido expressa a questão da mulher e as implicações no seu cotidiano com graves indicadores sociais e a coloca no quadro de intensa marginalização ainda que sob o auge de ganhos e conquistas de espaços no setor de trabalho e educação (CRUZ, 2009). Dados estatísticos mostram largamente as expressões da questão social da mulher no final do século passado (XX) e no atual (XXI).

Ao lado desse panorama desolador, os avanços aparecem como contraditórios, pois são concomitantes aos ganhos e as perdas, a eminência de um Estado que se propõe dicotomicamente “progressista” e moralizador, entretanto, preserva os *mudos operandus* do *status quo* patriarcalista e autocrático. Tal sociabilidade é antagonicamente reificante do capital, essencialmente desigual e contraditório, visivelmente observado nos estudos relativos ao espaço da mulher trabalhadora no acesso as políticas públicas.

Ao resgatar o caldo cultural patriarcalista e sexista presente no cotidiano das famílias que vivem no espaço brasileiro, marcadamente na região Norte e Nordeste, entendemos que a relevância do presente estudo justifica-se, mediante

a possibilidade de resgatar elementos para pensar o sentido e o significado dos arranjos de políticas públicas dirigidas ao segmento mulher. Este ancorado sob o discurso emancipatório, ora contraditoriamente, reifica velhas práticas conservacionistas de relações gênero, cujo imaginário esconde a concretude da subordinação em que vivem as mulheres em suas múltiplas dimensões, ao que, compreendemos que na atualidade têm havido questionamentos quanto a natureza das políticas públicas dita emancipatórias.

No breve resgate histórico, é possível verificar desde os manuscritos inéditos de 1986 de autoria de Marx que *a primeira divisão do trabalho foi aquela travada entre homem e mulher para fins de procriação dos filhos*. Vale considerar que, o primeiro antagonismo de classe no entanto, que emergiu na história, coincide com o antagonismo entre os gêneros no laço da relação de monogâmica.

A monogamia foi um grande progresso histórico, mas ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo. Assim, pois, nos casos em que a família monogâmica reflete fielmente sua origem histórica e manifesta com clareza o conflito entre homem e mulher mediante o domínio exclusivo do primeiro (MARX E ENGELS,1968).

É na sociabilidade do capital que se constrói a cultura das diferenças de gênero que tratou de esteriotipá-la de frágil e submissa, estando o homem sempre no topo da hierarquia (WEBWE,1964). Essas diferenças criadas socialmente foram reforçadas pelo patriarcado e expressas no espaço público. Assim, a mulher passou a ser associada ao trabalho doméstico.

Na concepção marxista, a subordinação da mulher é iniciada com a propriedade privada. Com efeito, afirma Moraes ao comentar a obra de Engels: No tocante à ‘questão da mulher’, a perspectiva marxista assume uma dimensão de crítica radical ao pensamento conservador. Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* à condição social da mulher ganha um relevo especial, pois a instauração da propriedade privada e a subordinação das mulheres aos homens são dois fatos simultâneos, marco inicial das lutas de classes. Nesse sentido, o pensamento de Marx abriu as portas para o tema da ‘opressão específica’ [...]

Possibilitou também uma análise crítica acerca das relações sociais, dentre elas, as de gênero, mediante uma perspectiva de totalidade que não permite fragmentar a realidade, buscando apreendê-la além da aparência, das “representações”, sem esquecer, portanto, a incansável e constante busca de aproximação

da essência dos fenômenos sociais e de suas determinações. Assim é que essa teoria propõe “um método de conhecimento da realidade de forma a desvelá-la em todas as suas determinações: sociais, econômicas, políticas e culturais”. Nesse âmbito, a teoria social marxista permite ao movimento feminista e aos estudos de gênero instrumentalizarem-se para desnaturalizar as diversas opressões a que estão submetidas às mulheres

Ao situarmos as particularidades históricas do Brasil, o pensamento social e histórico acerca da sociedade patriarcal revela a carga de estigmas que conformaram um cotidiano onde as mulheres cercaram-se de relações de subserviência, preconceito, de exclusão, medo e violência. Ao contrário da visão subjetivista e focalista, Marx concebe a “essência humana”, indissociável da noção de indivíduo social, expressa nas Teses sobre Feuerbach, na qual consta que “a essência humana não é algo abstrato, interior a cada indivíduo isolado. É, em sua realidade, o conjunto das relações sociais” (apud IAMAMOTO, 2001, p. 38).

Contudo, vale sublinhar que as conquistas da mulher, particularmente, quando foi inserida no mercado de trabalho, largamente demandada na divisão social e técnica do trabalho coletivo não se configuraram como um ganho apenas desse segmento, mas uma estratégia do capital em fortalecer seu exército de mão de obra mais barata. Tal compreensão não traduz uma mera negação das conquistas de espaço laboral às mulheres, inclusive na ocupação de melhores cargos e salários advindos de melhores acesso a educação.

Não pretendemos negar a luta e as conquistas travadas pelos sujeitos políticos organizados, rumo à educação e qualificação profissional enquanto mecanismos de inserção e inclusão nas políticas públicas no âmbito do espaço laboral. Além disso, consideramos que esse movimento foi engendrado mediante as organizações de mulheres de baixo pra cima, sob a perspectiva de conscientizá-las para desafiar a subordinação (MOSER, 1999).

Nesse percurso, os traços analíticos reatualizam-se nos dias atuais e repercutem conforme Mota (2010), em níveis de interpretações, no caso particular desse estudo, compreendemos as contradições do movimento que se configuram em avanços/conquistas e recuos, figuradas em teorias e retóricas pós-modernas, neoglobalizantes que vão na contramão dos anseios revolucionários. Nessa direção,

a expropriação e mercantilização de atividades consideradas domésticas e privadas não mercantis; e na superexploração das famílias, particularmente das mulheres dos países periféricos,

que assumem duplas jornadas de trabalho, obrigadas a incorporar, como parte das suas atividade domésticas, um conjunto de afazeres que deveriam ser de responsabilidade pública e estatal (DUQUEARRAZOLA,2006,ln.MOTA,2010.p.31).

A força motriz desse processo encontra-se no interior da sociedade capitalista, a qual incorporou os membros da família na divisão sócio técnica do trabalho, inclusive a força do trabalho feminina (NETTO E BRAZ,2008). Tal movimento chega na contemporaneidade refuncionalizado, aquela não inserida no trabalho doméstico, elas estão remodelando à esfera da produção, do trabalho em todos os setores da economia, mudando todas as instituições organizativas da sociedade, exigindo uma redefinição de papéis (CRUZ,2008.p.154).

A histórica relações machistas e segregadoras da mulher, faze-se presente nos dias atuais, e se expressa na invisibilidade, ou ainda, nas relações de trabalho com os menores salários e crescente feminilização em nichos laborais desregulamentados e precarizados. No marco desse panorama, o papel do Estado refuncionaliza-se com base em políticas utilitaristas, cumprindo a função de agente catalisador do sistema capitalista, tendo como consequência a permanente desigualdade social e de gênero.

A partir do novo milênio, um cenário mórbido expressa a questão da mulher e as implicações no seu cotidiano com graves indicadores sociais e a coloca no quadro de intensa marginalização ainda que sob o auge de ganhos e conquistas de espaços no setor de trabalho e educação (CRUZ,2009). Dados estatísticos mostram largamente as expressões da questão social da mulher no final do século passado (XX) e no atual (XXI).

Ao lado desse panorama desolador os avanços aparecem contraditórios, pois são concomitantes aos ganhos e as perdas, a eminência de um Estado que se propõe dicotomicamente progressista e moralizador, preservando o *mudus operandi* conservador da ordem. Tal sociabilidade é antagonicamente reificante do capital, essencialmente desigual e contraditória, visivelmente observado nos estudos relativos ao espaço da mulher.

Certamente, os ganhos trazem explicações na intensa luta do movimento feminino de mulheres que passam apresentar os primeiros sintomas dessa revolução expressas nas taxas de fecundidade, nos níveis de educação, na participação no mercado de trabalho em sintonia com o novo papel da

mulher na sociedade contemporânea, principalmente a partir do novo milênio (GOMES,2011)¹.

Essas mudanças têm refletido também nos avanços no campo jurídico e na agenda governamental que imprimiram o planejamento e gestão de políticas públicas para os diversos segmentos do grupo familiar. As demandas por um conjunto de políticas que emergiram da luta da sociedade civil a partir dos anos 1980, tiveram como resultado a implantação e execução de políticas universais e focalizadas em ações afirmativas dos sujeitos. Conforme Joaquim Barbosa Gomes, tais ações pode ser definidas como,

(...) um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate a discriminação de racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (GOMES,2001,p.40 2011).

Nas particularidades do meio rural esse debate também ganha espaço junto ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs), as Mulheres Camponesas, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, etc. As lutas por melhores condições de vida e de trabalho no campo incluem em seus repertórios o acesso à terra, água, crédito, assessoria técnica, formação/capacitação, alternativas de comercialização além das demandas e reivindicações das pessoas que vivem no espaço urbano, tais como saúde, educação, habitação, trabalho, lazer, assistência social, previdência social, enfim, independente se são demandas específicas ou universais, o que se busca é a garantia dos direitos sociais assegurados por meio de legislações internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as Convenções da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e nas nacionais - Constituição Federal de 1988 e as legislações sociais e as intervenções. Para isso, partiram de uma leitura de mundo de que,

1 Curso de Formação em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/PP-GeR,UFS,2012.

no espaço agrário se via 'a emancipação feminina um perigo para seus interesses. E apega-se à velha moral que vê, na solidez da família, a garantia de propriedade privada' (JOFFILY, 2004. p. 9).

Entendeu-se que a mulher inserida no campesinato enfrentava cotidianamente dupla opressão. Uma pela questão de classe social e outra, pela questão de gênero, daí a luta ganha dimensão e força vindo a se articular com os movimentos urbanos. Assim, ao mobilizar-se, ergue-se uma bandeira de luta contra qualquer forma de discriminação e exclusão às mulheres trabalhadoras rurais.

É no bojo desses determinantes sócio-históricos que as mulheres camponesas no Brasil têm nas últimas décadas do século XX e início do XXI erguido numa bandeira de luta por um novo projeto de agricultura camponesa para o país. Somam-se aos movimentos sociais globais, clamando por direitos universais, políticas públicas que fortaleçam as diferenças com igualdade no acesso aos serviços e riquezas socialmente produzidas. Suas agendas pontuam a defesa ao ambiente, a biodiversidade e a todas as formas de vida do planeta, na compreensão de que a luta se faz nos espaços públicos e coletivos continuamente contra as,

as relações sociais estruturadas com base em sistemas de dominação e exploração se produzem e se reproduzem através de mecanismos materiais e simbólicos que sustentam as desigualdades. A invisibilidade das mulheres nas análises, como sujeito da produção e reprodução dessas desigualdades. As mulheres não são invisíveis, elas são invisibilizadas pelos outros, ou seja, não são reconhecidas como sujeitos ativos nos processos produtivos (SILVA, 2009.p. 8).

A inversão nessa lógica contraditória ganha fôlego e começa a dar sinais de mudanças por meio de ações articuladas dos movimentos e organizações feministas ao conjunto das políticas governamentais pactuadas com a sociedade civil na intenção de promover mecanismos de autonomia econômica e igualdade social às mulheres. Nas particularidades das políticas dirigidas para o meio rural, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) passou a discutir o ingresso da mulher na política pública do PRONAF em 2001 por pressão dos movimentos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais entendendo que,

na contemporaneidade, não cabem às mulheres as funções reprodutivas, o trabalho doméstico; elas estão remodelando a esfera da reprodução, do trabalho em todos os setores da economia, mudando todas as instituições organizações da sociedade, exigindo uma redefinição de papéis (CRUZ, 2005.p.154).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) passaram a atuar em parceria com movimentos sociais de mulheres. Também, este órgão criou a Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (Aegre) e disponibilizou recursos para a implantação de políticas de igualdade que promovem os direitos econômicos e o exercício pleno da cidadania das mulheres trabalhadoras rurais.

Esta institucionalidade fortalecida via o protagonismo social contribuiu para qualificar programas existentes e impulsionaram a criação de novas políticas públicas visando à cidadania e promoção da autonomia econômica das mulheres. Essas ações contemplam garantia dos direitos a terra, acesso aos serviços rurais e ao comércio, resgate da memória coletiva e apoio a estudos feministas no campo (IIPNRA, 2004).

Certamente, a participação das mulheres em órgãos colegiados do desenvolvimento rural foi e continua sendo uma estratégia que fortalece a criação de novos espaços de participação e controle social. Atualmente, as mulheres têm representação no Comitê Permanente de Promoção da Igualdade do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e nos Comitês Gestores do Programa e Documentação, do Programa de Organização Produtiva e do Grupo de Trabalho de Gênero e Crédito (MDA,2012).

Na esfera federal, por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA/INCRA) vem sendo traçadas ações de políticas públicas com recortes para inclusão da mulher no meio rural. Como prioridade para as diversas áreas de atuação do Governo Federal, especialmente as voltadas à efetivação da sua cidadania e aos direitos econômicos: documentação civil, terra, crédito, assistência técnica, apoio à organização produtiva e enfrentamento da violência contra a mulher no campo e na floresta.

Dentre as conquistas das mulheres trabalhadoras rurais, destacamos a implantação, partir de 2003, do Programa Nacional de Reforma Agrária, em que o Incra ampliou os direitos das mulheres à terra. A portaria N° 98 estabeleceu a Titulação Conjunta Obrigatória da Terra nos lotes de assentamentos da reforma

agrária. Os procedimentos de Inscrição de Candidatos (as) na Implantação de Projetos de Reforma Agrária, no Cadastro das Famílias nas Áreas de Regularização Fundiária e de Titulação e no Certificado de Cadastro de Imóvel Rural incluíram, em caráter obrigatório, a mulher e o homem, independente de estado civil. Famílias chefiadas por mulheres passaram a ter preferência na Sistemática de Classificação das Famílias Beneficiárias da Reforma Agrária.

No que tange às ações para promoção de renda para a autonomia foi lançado em março de 2008, o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais (POPMR) que se solidifica por meio da difusão dos princípios da economia solidária e feminista, organizações produtivas de trabalhadoras rurais, incentiva a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização. O objetivo é viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e à comercialização.

Coordenada pelo MDA pela Secretaria Especial de Política para Mulheres (SPM) e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o referido Programa conta com um Comitê Gestor Nacional constituído pelo governo federal e sociedade civil. Desde 2008, empreendimentos de mulheres têm direito a cota de 30% dos grupos produtivos que participam da Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

Entre outros ganhos, foi o crédito especial para as mulheres, o Pronaf (Programa Nacional de Crédito para Agricultura Familiar) objetiva garantir a inclusão delas na gestão do crédito familiar. A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) passou a ser feita obrigatoriamente em nome do casal a partir do Plano Safra da Agricultura Familiar 2004/2005. Criaram-se instrumentos específicos de financiamento dirigidos às mulheres rurais de caráter individual e coletivo, capacitaram-se milhares de trabalhadoras rurais, gestores e gestoras, além de agentes financeiros e apoiaram-se diversas ações de difusão de experiências de acesso das mulheres ao Pronaf Mulher. Considerando a safra 2003/2004 até a atual safra: 2009/2010 mais 37 mil contratos foram concedidos na linha e mais de 236 milhões de reais foram emprestados (MDA, 2012).

Os avanços e ganhos simbolizam os marcos de uma “Era” em que a mulher tem ocupado espaços e centralidade frente as políticas públicas brasileiras. Os recortes afirmativos, tais como mulheres camponesas, ribeirinhas, quilombolas, indígenas, catadoras de babaçu etc, fomentaram a política universal com claro respeito as necessidades particulares dos grupos sociais (IIPNRA; 2003/2004).

Na dialética do movimento antagônico em que imperam a lógica da velha ordem, travestidas do moderno, do novo, entendemos que encortina o *fetiche*:

se renova para conservar o *status quo* da hegemonia do capital financeiro. A nova retórica despolitizante da questão social, e naturalizante, tendência a se criar um imaginário que não ultrapassa a aparência do real.

Estudiosos das políticas sociais (BEHRING (2009); FALEIROS(2008), Netto(2008),Mota(2009) dentre outros, chamam a atenção para o quadro de embrionamento das políticas de bem-estar social, que logo foram dissipadas pelas orientações desregulatórias dos ajustes perversos da agenda neoliberal (TAVARES,2006). Assim sintetizavam Behring e Boschetti (2006) há um *desmonte do estado de direitos*, nessa direção complementa Potyara Pereira,(1992) *agora é a vez do cidadão consumidor*.

Nesse difuso quadro panorâmico que trafegam as políticas públicas focadas para reparar a histórica exclusão da mulher brasileira com soluções técnicas, reeditando um viés das políticas públicas clássicas e marginais. A primeira busca realizar uma negociação entre novas e velhas forças sociais sem alterar as regras institucionais da sociedade tradicional e a segunda visa a manutenção do sistema capitalista e não pressupõe sequer a alteração da propriedade fundiária, criando, apenas, um conjunto de ações paliativas ou compensatórias (BEHRING,2009).

Conforme Behring (2009), hoje tem havido questionamentos quanto a natureza das políticas públicas, os interesses, seus sentidos e significados. Num recorte histórico que “na raiz da questão social encontram-se as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo – das instituições, mercados financeiros e empresas multinacionais, forças que submetem o Estado, o qual passa a assumir o ônus das exigências dos mercados” (IAMAMOTO;2009.p.31). Daí, passamos a buscar o sentido da emergente política pública, no caso específico, o crédito produtivo dirigida para a mulher trabalhadora rural, num movimento entre conquistas democráticas e antagonicamente, políticas subsumidas aos interesses do capital.

3 - Considerações

Os resultados obtidos nos levaram a considerar que, apesar da forte inserção da mulher na base legal constitucional, o protagonismo nos lócus de discussões das políticas públicas, a tão sonhada autonomia prende-se as inoperantes políticas focalistas e desuniversalizantes. Dai, entendemos em nossas análises que as mulheres e a visibilidade nas políticas públicas são reais, porém, fortemente marcada pela ausência de políticas efetivas e continuadas que não

só despolitizam a dimensão de gênero como nega. Sublinhamos que embora a proposta de inserir a mulher na vida produtiva seja parte das reivindicações desses sujeitos em suas lutas cotidianas, a operacionalização destas traz em si, o cerne da própria reprodução das relações desigual e socialmente subalternizadora da mulher trabalhadora rural.

4 - Referências

ALTHUSSER, L. P. Família, aparelhos ideológicos de Estado. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998

AMANDO, Maria Zélia Alves. O trabalho das mulheres nos agrossistemas – um estudo no projeto de assentamento Dandara em Malhador Sergipe, 2007.

ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o Homem no Nordeste: Contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8ªed. –São Paulo:Cortez, 2011.

BEAUVOIR, Simone. A dominação masculina. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro: 1999. Disponível em: <http://www.metodista.br/ppc/netmal-in-revista/netma101/a-dominacao-masculina-apontamentos-a-partir-de-pierre-boudieu>. Acessado em: 25/09/2011.

BOSCHETTI, Ivanete e BEHRING, Elaine. Política Social no contexto da crise capitalista. In.: direitos Sociais e competências sociais, 2006.

CRUZ, M. H. S. Cidadania, crise do trabalho e gênero: desafios para estabilização dos direitos. Em Neves, P. S. (org). *Educação, cidadania: questões contemporâneas* (pp. 92- 116). São Paulo: Cortez Editora, Rd. UFS, 2009.

GOHN, M. da G. (org). (2003). Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes.

GOMES. A. Políticas Públicas e Gênero, In: Curso de Formação em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça | GPP-GeR. Módulo 2, 2011.

IAMAMOTO, Marilda questão social no capitalismo. In: Temporalis Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano II, n.3, jan./jul. 2001, Brasília, ABEPSS, Grafile, 2008.

JOFFILY, Mariana. Memória, Gênero e Repressão Política no Cone Sul (1984-1991), fazendo gênero 9, diásporas, diversidades, deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010.

KONDER, Leandro. A utopia hoje, jornal O Globo, Rio de Janeiro, 30/10/99.pttp.
www.intermega.com.br/mssantos/cartas.htm. Site.66.

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

FISCHER, I. R., GEHLEN, V. **Reforma agrária: chão masculino, pão feminino.** Trabalhos para discussão, n. 130/ 2002. Disp: <http://www.fundaj.gov.br/tpd/130.html>, acessado em 2011.

POLÍTICA PÚBLICA DE AUTONOMIA ECONÔMICA E EMPODERAMENTO FEMININO: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA CHAPÉU DE PALHA MULHER - PE

Raquel Oliveira Lindoso
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
raquel.lindoso@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo objetiva apresentar os resultados da pesquisa de conclusão de curso em nível especialização que tratou das temáticas em torno da política pública de autonomia econômica e empoderamento feminino. O foco do trabalho é o Programa Chapéu de Palha Mulher no âmbito do Projeto de Formação de Rede de Agentes de Políticas Públicas para Mulheres do estado de Pernambuco. A questão norteadora que orienta este trabalho consiste na ideia de que a noção de empoderamento feminino, presente na política pública de autonomia econômica, insere-se no contexto sociopolítico em que se dá o esvaziamento do conteúdo transformador das relações de poder que são estruturadoras da ordem capitalista patriarcal. É nesse contexto que pretendo situar o Programa Chapéu de Palha Mulher, como política estadual de promoção de autonomia econômica feminina, que se qualifica como uma experiência exitosa e inovadora, mas, paradoxalmente, implica na reprodução dos estereótipos de gênero, reforço da divisão sexual do trabalho e estímulo ao empoderamento liberal.

Palavras-chaves: Política Pública de Autonomia Econômica; Empoderamento; Empoderamento Liberal; Programa Chapéu de Palha Mulher.

Introdução:

Este artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa de conclusão de Curso de Especialização em Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas, realizada entre os anos de 2014-2015, intitulada “POLÍTICA PÚBLICA DE AUTONOMIA ECONÔMICA E EMPODERAMENTO FEMININO: uma análise da experiência do Programa Chapéu de Palha Mulher – PE”. O curso de Especialização em Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas foi desenvolvido em conjunto com as instituições de ensino e pesquisa Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e a Secretaria da Mulher de Pernambuco (SecMulher).

O foco da pesquisa supracitada foi o Programa Chapéu de Palha Mulher no âmbito do Projeto de Formação de Rede de Agentes de Políticas Públicas para Mulheres do estado de Pernambuco. A questão norteadora que orienta este trabalho consiste na ideia de que a noção de empoderamento feminino, presente na política pública de autonomia econômica, insere-se no contexto sociopolítico em que se dá o esvaziamento do conteúdo transformador das relações de poder que são estruturadoras da ordem patriarcal.

É nesse contexto que pretendo situar o Programa Chapéu de Palha Mulher, como política estadual de promoção de autonomia econômica feminina, que se qualifica como uma experiência exitosa e inovadora, mas, paradoxalmente, implica na reprodução dos estereótipos de gênero, reforço da divisão sexual do trabalho e estímulo ao empoderamento feminino numa perspectiva individualista e mercadológica (mediada pelas leis de mercado).

Nota-se que, após uma década de institucionalização de lutas, observa-se o cenário de avanços e recuos que exige do movimento feminista o fortalecimento das ações de controle e monitoramento da Política Pública para as Mulheres, na qual a crítica à noção de autonomia e empoderamento deve, fundamentalmente, articular práticas que questionem a tríade patriarcado-capitalismo-racismo, contribuindo para a construção de autonomia em termos de cidadania coletiva.

Nesse sentido, a pesquisa supracitada teve como objetivo geral discutir o contexto contemporâneo das políticas públicas de autonomia econômica e empoderamento feminino no debate sobre Gênero e Desenvolvimento. E de maneira mais específica, contextualizar o debate em torno das políticas públicas de autonomia econômica e empoderamento feminino; Apresentar o Programa Chapéu de Palha Mulher como uma política pública de promoção da

autonomia econômica das mulheres; Eleger fontes para avaliação do Programa no que se refere à execução e a perspectiva de empoderamento. Por fim, as considerações finais e agradecimentos.

Neste artigo, objetiva-se situar o debate a qual se insere a pesquisa, bem como apresentar os resultados encontrados.

Expressamos aqui o desejo de que a apresentação dos resultados da referida pesquisa no XIX Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), possibilite refletir coletivamente sobre a temática da política pública de autonomia econômica para as mulheres, de modo que as contribuições se desdobrem em uma versão revisada mais qualificada e aprofundada.

Metodologia

O estudo aqui apresentado qualifica-se como pesquisa social exploratória e pesquisa bibliográfica e documental. Além do levantamento bibliográfico e da análise documental, foram necessárias outras ferramentas que subsidiaram o levantamento de dados da política pública pesquisada. Foi utilizada a entrevista semi-estruturada, que, de acordo com Deslandes e Minayo (2007), permite às pesquisadoras organizar um conjunto de questões sobre o tema que está sendo estudado, de modo que a entrevistada discorra livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal. Nesse sentido, a entrevista como fonte de dados trouxe informações que tratam da reflexão das instituições envolvidas na execução do Programa investigado.

Buscando contribuir com a qualificação da política pública estadual voltada para as mulheres pernambucanas, elegemos fontes de análise do Programa Chapéu de Palha Mulher. Na tentativa de nos aproximar um pouco mais da experiência do Programa Chapéu de Palha Mulher e ir além da abordagem contida nos documentos oficiais da SecMulher, estabelecemos diálogos com ONG's feministas que participam da execução do Programa em análise.

Utilizando o recurso metodológico de entrevista semi-estruturadas, conversei com as ONG's feministas Gestos Soropositividade, Comunicação e Gênero (GESTOS) e com o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural (MMTR-NE).

Ambas as instituições feministas acompanham o Programa Chapéu de Palha Mulher nos processos de formação sociopolítica e capacitação profissional.

A GESTOS é uma ONG feminista, como sede em Recife, criada em 1994, e trabalha com a prevenção do HIV/AIDS e com a promoção dos Direitos

Humanos das pessoas que vivem com HIV/AIDS. Dentro dessa perspectiva a Gestos, trabalha com temas como Direitos Sexuais e Reprodutivos, Cidadania Sexual e Feminismo. A ONG Gestos é uma das organizações da sociedade civil contratada para ministrar as aulas de capacitação do Programa Chapéu de Palha Mulher da Pesca Artesanal.

O MMTR-NE é uma ONG feminista que trabalha baseada na articulação e organização de mulheres rurais, com atuação nos nove estados do Nordeste, e com dimensão política nacional e regional, através de sua participação na Rede Lac e Mulheres Populares e Diversas. O MMTR-NE tem como princípios organizativos a auto-organização das mulheres rurais com suas diversas identidades a partir do seu espaço de moradia e trabalho para o empoderamento político e econômico, bem como a transformação das relações de desigualdade e submissão existentes no nordeste.

Resultados

O diálogo com as ONG'S feministas buscou discutir sobre questões relacionadas ao Programa Chapéu de Palha Mulher, no tocante à contratação de ONG's feministas para a execução, bem como os temas da infra-estrutura e a proposta de autonomia econômica das mulheres e empoderamento feminino contidas no Programa Chapéu de Palha Mulher.

Os resultados encontrados estão apresentados em tópicos, seguindo o ordenamento do roteiro de entrevista semi-estruturada.

A contratação de ONG's para execução de aulas nas áreas de formação sociopolítica e capacitação profissional:

A SecMulher, por meio de dispensa de licitação, contrata ONG's feministas objetivando promover o intercâmbio entre o Estado e os Movimentos Sociais no tocante à cidadania ativa das mulheres (SECMULHER, 2014).

Soma-se a isso a proposta de que durante o desenvolvimento dos cursos formativos, as mulheres tenham a aproximação com a pedagogia feminista na perspectiva da educação popular.

As ONG's feministas GESTOS e MMTR-NE enxergam como aspecto positivo a contratação de ONG's feministas. Considerando que há o contato com as elaborações do movimento de mulheres e a educação popular, uma vez que as instituições atuam em rede com as organizações de todas as regiões do estado

pernambucano, com experiências de trabalho com mulheres e na perspectiva da autonomia feminista. Destacam também a relevância da dispensa de licitação, dado que as experiências de algumas ONG's feministas não as habilita a concorrer ao processo de licitação via chamada pública.

No entanto, a partir do que foi discutido com as ONG'S, considero importante refletir criticamente sobre o intercâmbio entre Estado e movimento social, proposto pelo Programa Chapéu de Palha Mulher. Deve-se, portanto, analisar o intercâmbio entre Estado e sociedade civil situado no contexto socioeconômico e político da última década, qual seja de cortes de gastos públicos via contratação do terceiro setor (ONG's, Sistema S, OSCIP's e etc) para a fase de execução de projetos e programas concomitante à crise de financiamento das ONG's.

Noto aqui que as ONG's feministas não participam das fases de planejamento e elaboração do Programa Chapéu de Palha Mulher, o pode surgir que a contratação para a fase de execução (exclusivamente) atende as exigências neoliberais para o desenvolvimento econômico via terceirização e diminuição do Estado.

Outro ponto que merece atenção é como a participação das ONG's feministas fragiliza a fiscalização e monitoramento da política pública.

Este cenário, que reúne baixa alocação de recursos técnicos financeiros e projetos e programas focalizados em grupos e temas específicos, visando a orientação produtiva, apresenta baixo alcance no que se refere à transformação social e reorganização das relações de poder. São ações que focam na mulher pobre e vulnerabilizada, neste caso as mulheres, e não no próprio modelo de desenvolvimento que empobrece e vulnerabiliza as mulheres.

A infra-estrutura oferecida para as formações sociopolítica e capacitação profissional:

A coordenação geral do Programa Chapéu de Palha Mulher é realizada pela Secretaria estadual de Planejamento e Gestão (SEPLAG), que contrata os serviços da empresa *URJA SOCIAL – Tecnologia para Inclusão*. A SEPLAG terceiriza parte dos serviços de gestão (cadastramento das mulheres que serão beneficiadas pelo Programa), de logística (espaço físicos onde acontecem as aulas e equipamento tecnológicos) e financeiros (pagamento dos valores e controle dos benefícios financeiros). (SECMULHER, 2014).

O tema da infra-estruturara foi bastante discutido com as ONG's GESTOS e MMTR-NE, que consideraram que é preciso dar mais atenção ao tema, já que

os espaços de aula são geralmente inadequados, com pouca ou nenhuma iluminação, desconfortáveis e sem ventilação. Muitas vezes ao chegar no município ou comunidade, não há espaço previamente agenda para as aulas, cabendo às instrutoras e recreadoras mobilizar lugares para os momentos formativos com as mulheres e recreativo com as crianças.

Nesse sentido, ouvi relatos de que as aulas, assim como a parte recreativa já aconteceram em espaços o mais inusitados como barracas, sombra de árvores e faixa de areia do mar (no caso do Programa Chapéu de Palha Mulher da Pesca Artesanal).

A precariedade da infra-estrutura chama atenção para a problemática do trato da política pública para as mulheres e os baixos investimentos no tocante a transversalidade da política.

Nesse sentido, a ausência de espaço físico adequado e a precária infra-estruturara (quando há) refletem tanto o baixo investimento financeiro disponibilizado para o Programa e, portanto, para a política pública para as mulheres no estado de Pernambuco, bem como a perda de controle ocasionada pela terceirização dos serviços de gestão e logística do Programa. Sendo oportuno, portanto, refletir sobre o tipo e qualidade da intervenção Estatal.

As propostas de autonomia econômica e empoderamento presentes no Programa Chapéu de Palha Mulher:

As ONG's GESTOS e MMTR-NE destacaram que a formação sociopolítica possibilita o contato das mulheres com o movimento feminista, o que é, sem dúvida alguma, favorável à reflexão sobre opressão patriarcal e a consciência crítica a respeito da condição feminina.

Aspectos que contribuem para a idealização do sujeito coletivo e a organização política das mulheres. A pedagogia feminista de convivência e partilha dos pares na perspectiva da autonomia e empoderamento das mulheres é um avanço qualitativo. As instituições entrevistadas relatam práticas positivas de construção de identidades por meio de partilha de experiência de pares.

Por outro lado, o empoderamento é compreendido como um processo contínuo e ininterrupto, e, no caso do Programa Chapéu de Palha Mulher não ter ações de acompanhamento das mulheres "capacitadas", tampouco direcionamento para outros programas ou projetos no âmbito estadual, acaba criando um ambiente de "empoderamento e desempoderamento".

Destaco também a ausência da perspectiva da interseccionalidade no Programa. Se se por um lado apresenta a discussão de gênero e raça/etnia como conteúdo programático, por outro não incorpora a interseção das identidades ao tratar as mulheres, uma vez que o público alvo do Programa é a mulher como identidade única e universal. Negando as múltiplas identidades de raça/etnia, geração, orientação sexual e identidade de gênero.

Cabendo também refletir sobre a noção de autonomia presentes no Programa Chapéu de Palha Mulher, considerando que as que as mulheres não têm poder de decisão sobre a oferta dos cursos. As decisões são verticalizadas e sem participação popular.

Ressalta-se ainda que as habilidades profissionais que os cursos formativos pretendem estimular estão relacionadas às atividades mais próximas da definição tradicional como “tipicamente femininas” (cabeleireira, costureira, cozinheira, artesanato).

Atividades que são menos valorizadas no mercado de trabalho e que acabam por reforçar os estereótipos de gênero e as especializações dos empregos e, portanto, a divisão sexual do trabalho.

O reforço da divisão sexual do trabalho e, portanto, das relações de poder me parece ser um tema crucial, uma vez que as noções de autonomia econômica e empoderamento feminino são traduzidas quase que exclusivamente no ingresso no mundo do trabalho.

De modo que a presença feminina na estrutura ocupacional por si só desembocasse no empoderamento. Afastando-se, assim, do questionamento das hierarquias (poder) entre o trabalho produtivo e reprodutivo, da responsabilização das mulheres com o trabalho reprodutivo, da jornada de trabalho intensiva, extensiva e intermitente e a problematização da organização do mercado de trabalho, que como instituição produtiva, cristaliza e reproduz o sistema capitalista patriarcal e racista.

O debate sobre o esvaziamento e captura do conteúdo transformador da noção de empoderamento:

Sobre o debate em torno esvaziamento do conteúdo político do empoderamento, na medida em que seu uso passa a ser terminologia frequente nos programas e projetos de política pública para as mulheres, afastando-se da noção de empoderamento como novas formas de poder que transformam radicalmente a dominação masculina, tanto no espaço privado quanto no espaço

público, as organizações feministas observam que o Programa Chapéu de Palha Mulher por si só não promove o empoderamento no sentido coletivo, dado que para que haja o empoderamento é preciso mudanças profundas que atinjam o patriarcado e toda a sua estrutura ideológica e de poder.

As ONG's que contribuíram com a pesquisa, avaliam que a identificação e institucionalização das demandas das mulheres representam um avanço importantíssimo. Avanço este que deve ser compreendido como resultado das lutas do movimentos feministas. No entanto, o patriarcado como sistema organizativo e normativo também está solidificado no Estado.

As expressões do Estado classista patriarcal, manifesta-se por meio da dependência da burocracia, baixos orçamentos, dificuldades do planejamento e execução de projetos e, mais ainda, na concepção das mulheres genérica das mulheres apenas como público alvo e não como sujeito político autônomo.

Nesse sentido, as organizações entrevistadas chamam a atenção para o desdobramentos político da perda da dimensão do sujeito coletivo e do protagonismo feminino da concepção de empoderamento.

Sendo, portanto, necessário romper com machismo institucional existente no aparelho do Estado, uma vez que as relações de poder institucionalizadas funcionam como verdadeiras barreiras para o acesso das mulheres às políticas públicas. O MMTR-NE cita como exemplo, a questão do acesso ao crédito e terra que, para as mulheres rurais, permanecem sendo um desafio.

Além na vulnerabilidade laboral, mereceu destaque, para as GESTOS e MMTR-NE a falta de apoio para pequenos empreendimentos gerenciados pelas mulheres e a precária e insuficiente política de creches. As políticas de crédito e creche são apontadas como questões fundamentais para que as mulheres possam dedicar tempo para estudar, produzir e participar de organizações políticas.

Discussão:

As últimas três décadas no Brasil foram marcadas pelos avanços nos debates acerca da histórica condição de desigualdades e opressão que vivenciam as mulheres na ordem capitalista patriarcal e racista.

Como parte da luta pela igualdade de gênero, os movimentos feministas no Brasil apontam para a institucionalização das demandas das mulheres como uma ação fundamental no enfrentamento da cultura machista.

É no contexto de ampliação da identificação das desigualdades de gênero no âmbito do Estado que, nos anos 2000, é dada a criação da Secretaria Nacional

de Políticas para as Mulheres, bem como das Secretarias, Coordenadorias e Diretorias estaduais e municipais.

Circunscrita no contexto acima descrito, a Secretaria Estadual da Mulher de Pernambuco, por meio das políticas de promoção de igualdade de gênero, tem como missão institucional promover os direitos das mulheres pernambucanas, com a finalidade de transformar a precária condição de vida das mulheres rurais e urbanas (SECMULHER, 2014).

Nesse caminho, no ano de 2007, o Governo de Pernambuco, por meio da Secretaria da Mulher, reconfigura o Programa Chapéu de Palha¹. De modo que atendesse ao objetivo de fortalecer a cidadania e a geração de emprego e renda das mulheres nos períodos da entressafra da atividade econômica.

Segundo documentos oficiais da Secretaria da Mulher-PE (2014), o Programa Chapéu de Palha Mulher inseri-se na política pública de promoção dos direitos das mulheres, na medida em que busca por meio da formação da Rede de Agentes de Políticas Públicas para as Mulheres, capacitar as mulheres nas áreas de política pública e empreendedorismo, cidadania e cursos profissionalizantes².

O Programa Chapéu de Palha Mulher tem suas ações direcionadas às trabalhadoras pernambucanas que se encontram em situação de precariedade social, ocasionada pela inserção em atividades sazonais caracterizadas pela ausência de emprego e renda em determinados períodos do ano.

Dessa maneira, o Programa subdivide-se em: i) Programa Chapéu de Palha Mulher Zona Canavieira (criado no ano de 2007); ii) Programa Chapéu de Palha Mulher Fruticultura Irrigada (criado no ano de 2009); iii) Programa Chapéu de Palha Mulher Pesca Artesanal (criado no ano de 2012).

1 “O Programa Chapéu de Palha foi criado em 1988 com propósito de amparar os homens trabalhadores da cana e suas famílias, durante a entressafra, mitigando a situação de desemprego e ausência de salário. Em contrapartida, os canavieiros participavam de frentes de trabalho criadas pelo governo. Na sua segunda edição, em 2007, o Programa adequou-se aos novos rumos de Pernambuco, ofertando aos canavieiros cursos e incorporando o segmento feminino a seu público beneficiário direto, ofertando, então, às mulheres o Projeto de Formação de Rede de Agentes de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais” (BUARQUE, 2009, p.17)

2 “A primeira versão do Projeto Chapéu de Palha Mulher foi elaborada em abril-maio de 2007, e constituiu-se na iniciativa referencial da SecMulher para a estruturação de ações para o desenvolvimento das mulheres rurais. Foi ele que possibilitou o espaço concreto para a construção de novas relações sociais e políticas entre as mulheres rurais, o governo e as organizações não governamentais feministas. O maior impacto do Chapéu de Palha, até o momento, foi fazer o aparelho do Estado compreender, finalmente, o lugar das mulheres rurais de protagonistas de sua própria história” (BUARQUE, 2009, p.17)

Entre os anos de 2007-2014 o Programa Chapéu de Palha capacitou um total de 97.416 mulheres. Sendo que 32.981 da Zona Canavieira, 52.825 da Fruticultura Irrigada e 11.730 da Pesca Artesanal (SECMULHER, 2014).

Considerando, portanto, as mulheres como potencial produtivo que atende ao momento socioeconômico pernambucano, que experimenta taxas médias de crescimento superior a média nacional, o Programa Chapéu de Palha Mulher, por meio de cursos profissionalizantes na área de negócios, pretende desenvolver as habilidades técnicas das mulheres, bem como o fomento à criação de novos grupos de mulheres produtoras.

O quantitativo de mulheres participantes no Programa Chapéu de Palha Mulher, bem como o número de municípios beneficiados pelo Programa e quantidade de turmas por município é determinado pela Secretaria estadual de Planejamento e Gestão (SEPLAG), responsável pela coordenação do Programa. A SEPLAG disponibiliza e organiza o cadastramento das mulheres, considerando o histórico de incidência do Programa na região e perfil socioeconômico dos municípios envolvidos.

As capacitações e metodologia de formação de ensino ficam a cargo das Organizações Não Governamentais feministas (ONG's) e instituições do Sistema S, que são contratados via dispensa de licitação.

Para analisar a experiência do Programa Chapéu de Palha Mulher, recorreremos às análises do feminismo crítico. De modo que, as elaborações presentes na pesquisa possam compreender o significado da ampliação de políticas públicas que tem como público-alvo as mulheres de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social – aqui situo o Programa Chapéu de Palha Mulher-PE – no contexto socioeconômico e político atual.

Em diálogos com pesquisadoras que compartilham da abordagem crítica, trago aqui as reflexões de Giselle Santos (2014) sobre os aspectos do empoderamento feminino no Programa de Transferência de Renda Bolsa Família. Embora a autora reconheça os avanços do Programa supracitado, ela destaca que deve-se levar em conta na análise sobre a política de autonomia econômica o cenário nacional de ajuste fiscal de orientação neoliberal e focalização em projetos de alívio da miséria e pobreza (GISELLE SANTOS, 2014).

O debate crítico contemporâneo sobre autonomia das mulheres e desenvolvimento sublinha que o discurso do empoderamento feminino traduzido em geração de renda e aumento do poder de consumo, fundamenta-se do ideário neoliberal que busca atender a lógica da economia de mercado. Lógica esta que oculta os determinantes estruturais que reproduzem a vulnerabilidade das mulheres: o tripé de exploração e dominação capitalismo-patriarcado-racismo.

Por essa razão, as pesquisadoras olham com desconfiança para a abordagem que concebem empoderamento como instrumento para o desenvolvimento.

Segundo Cecília Sardenberg (2009) a abordagem liberal de empoderamento, predominante na política pública baseada em esquemas de formação/capacitação, perde de vista o potencial transgressor das relações de poder.

Não por acaso, as políticas públicas de autonomia econômica e empoderamento, traduzidas em ingresso das mulheres no mundo do trabalho, subestimam as análises críticas sobre a divisão sexual do trabalho. De modo que, são elementos estruturais que explicam as razões do ingresso e permanência das mulheres em atividade mais precárias e desprotegidas comparadas aos dos homens, bem como a maior vulnerabilidade delas na estrutura social.

Assim, a abordagem de empoderamento feminino que deve ser compreendida como a transformação radical das relações desiguais de poder, considerando as experiências de empoderamento como novas formas de poder que transformam radicalmente a dominação masculina, tanto no espaço privado quanto no espaço público (CECÍLIA SARDENBERG, 2009).

Conclusão:

Os resultados aqui apresentados não pretendem ser conclusivos. Tampouco é meu desejo subestimar a luta dos movimentos feministas brasileiro pela busca da institucionalização das demandas das mulheres. Busquei tão somente problematizar as ações públicas estatais direcionadas à geração de emprego e renda das mulheres, no período de baixa produtividade ocasionado pelas atividades baseadas na sazonalidade.

A escolha em estudar o Programa Chapéu de Palha Mulher se deve ao fato da experiência ser considerada exitosa (premiada, inclusive).

Nesse sentido, as considerações aqui apresentadas estão intrinsecamente relacionadas com o momento em que o Estado brasileiro incorpora demandas dos movimentos feministas na elaboração e execução de políticas públicas para as mulheres no contexto de um projeto político classista, patriarcal e racista, que legitima a repressão e delega à iniciativa individual – tais como orientações estatais direcionadas ao discurso do empreendedorismo feminino, bem como a estratégia de mulheres multiplicadoras, terminologias frequentemente utilizadas nos projetos e discursos políticos – a conquista de direitos sociais, ao mesmo tempo em que afasta o Estado de seu papel de promotor de políticas de equidades de gênero.

Nota-se, assim, que o que está em disputa no debate que inclui a dimensão da autonomia econômica e empoderamento feminino não é somente de ordem conceitual, é, também, de ordem política. Trata-se de entender como a política pública voltada às mulheres, uma vez que não foi incorporada à concepção do feminismo crítico de empoderamento libertador tem servido atender as demandas no sistema capitalista patriarcal racista. Adequando-se a fase do capitalismo flexível, bem como de capturas de bandeiras históricas da classe trabalhadora feminina.

A questão teórica e política central consistem, portanto, no fato de que o entendimento do conceito de empoderamento na abordagem libertadora nos obriga a repensar as categorias e os esquemas de análise que perpassam todos os campos da vida social, construindo, assim, as bases da produção de análises que (des)organizem as relações de poder.

Agradecimentos:

Expresso aqui meus sinceros agradecimentos às ONG'S GESTOS E MMTR-NE, pelo diálogo que abre portas para a troca de saberes crítico, visando contribuir para a luta das mulheres. Com a certeza de que juntas somos mais fortes!

Referencias:

BUARQUE, Cristina. **Pernambuco em busca de uma nova era**: para onde vão as mulheres rurais? Recife: Secretaria da Mulher de Pernambuco: sem data (texto inédito).

_____. **As mulheres rurais no mundo republicano do século XXI**. Recife: Secretaria da Mulher de Pernambuco: 2009 (texto inédito).

MINAYO, M. C. S.(org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. rev. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PERNAMBUCO (Estado). Termo de referência, de 17 de abril de 2104. Formação de rede de agentes de política pública para mulheres rurais no âmbito do programa chapéu de palha mulher zona canavieira. In: **Diário Oficial do Estado de**

Pernambuco. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/69238008/doespe-17-04-2014-pg-21>>

SANTOS, Giselle. **Gênero, Desenvolvimento e Programa Bolsa Família:** direitos reprodutivos, trabalho e projetos de vida de mulheres do Coque. 2014. 226 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFPE, Recife, 2014.

SARDENBERG, Cecília. **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista** (transcrição revisada da comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO, NEIM/UFBA, Salvador, 2006, ampliado na versão 2009).

DEPUTADAS BAIANAS ELEITAS EM 2014: AFINIDADES, POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Sonia Jay Wright
wri2sonia@hotmail.com

Salette Maria da Silva
Universidade Federal da Bahia
saletemaria@oi.com.br

Resumo

Este artigo traça um perfil das parlamentares baianas eleitas em 2014, visando responder à seguinte questão: quais os fatores que contribuíram para a sua eleição? A resposta a essa pergunta pode servir de guia para outras mulheres que pretendem se candidatar em pleitos futuros. Levou-se em conta o contexto mais amplo das eleições daquele ano, que mostraram tendências nacionais com relação às seguintes categorias: idade, estado civil, escolaridade, ocupação/profissão, participação em sindicatos e associações, filiação e militância partidária, e mandatos anteriores. O foco nas parlamentares baianas decorreu de debates realizados no âmbito do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Bahia, onde foi destacada a importância do Parlamento para a democracia brasileira, não obstante a vigência, no Brasil, do presidencialismo de coalizão que, de fato, coloca nas mãos do Executivo o poder de legislar. Concluiu-se que o que está em jogo no tabuleiro político não é apenas uma questão de desigualdade de gênero, mas também de esvaziamento do Poder Legislativo enquanto tal.

Palavras-chave: Representação política. Parlamentares baianas. Eleições de 2014.

Contextualização

Tomando por base a análise feita pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria - Cfemea (2014), ressalta-se que, pela primeira vez em um pleito nacional, cumpriu-se a cota de 30% para candidaturas do sexo feminino em cargos escolhidos por representação proporcional.

Comparando-se as candidaturas de homens e mulheres, observou-se que, no geral, elevou-se o percentual de mulheres candidatas nas eleições de 2014. Para a Câmara federal, 31,85% das candidaturas foram de mulheres e para a Assembleia estadual, elas figuraram em 31,37% das concorrentes. Em 2010 foram apenas 19,4% de candidatas à Câmara dos Deputados e 21,06% de candidatas às Assembleias estaduais. Registre-se, no entanto, que o aumento de candidatas não tem correspondido a um aumento de mulheres eleitas, pois em 2014 apenas 9,9% lograram assento na Câmara Federal e 11,4% chegaram às Assembleias dos estados. Na Bahia, em que pese um maior número de concorrentes, houve um decréscimo de 11,1% no número de eleitas.

Outro fato inédito é o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ter disponibilizado dados sobre a raça da/os candidata/os. Quanto a este marcador, constatou-se que as/os candidatas/os ao Parlamento federal e estaduais são majoritariamente brancas/os (52%), seguidas/os de negras/os (46%). Praticamente inexitem as/os pessoas amarelas/os (0,4%) e indígenas (0,3%), independente do gênero. Mas, quando o assunto envolve as/os eleitas/os, o número de negras/os decresce para 20% e o de brancas/os sobe para 80%, valendo reiterar que nenhum/a indígena ou amarela/o foi eleita/o no pleito referido.

Pelo exposto, fica evidente a necessidade de medidas de discriminação positiva para a eleição de pessoas de raça não-branca para melhor representar a diversidade da população brasileira. Um exemplo disto é que a população baiana, composta por 76,3% de negra/os, segundo o IBGE, possui uma representação no Congresso Nacional de apenas 19% de senadora/es e deputada/os federais negras/os (RODRIGUES, 2013).

O próprio sistema eleitoral influencia na maior ou menor eleição de mulheres, pois, conforme apontam alguns estudos, (ARAÚJO e ALVES, 2007), o sistema proporcional, adotado no Brasil, é o que mais favorece a eleição de mulheres. De igual modo, o sistema partidário plural tende a apresentar um maior número de eleitas. Registre-se ainda que, segundo os mesmos estudos, são os partidos de esquerda quem mais estimulam a participação das mulheres. Mas, é sobretudo o tipo de lista que favorece sua eleição. Quanto a este

questo, o Brasil adota a lista aberta, mas em alguns países, como a Argentina, a lista é fechada com alternância de sexo. Nestes lugares, as mulheres tem obtido melhores resultados. Vale mencionar que, atualmente, tramita no Congresso Nacional um projeto de lei nesse sentido.

O aspecto decisivo, no entanto, é a reeleição, pois esta era de 54% em 2002 para os homens e 39,5% para as mulheres (ARAÚJO E ALVES, 2007), o que mostra como é importante já ter um mandato para a conquista de um novo cargo político.

Os partidos que em 2014 mais elegeram mulheres foram: Partido dos Trabalhadores (9); Partido do Movimento Democrático Brasileiro (7); Partido da Social Democracia (5); Partido Socialista Brasileiro (5); Partido Comunista do Brasil (4) e Partido Republicano Brasileiro (2). Percebe-se, pois, que são nos maiores partidos que as mulheres tem mais chances de eleição, o que já havia sido assinalado por Araújo e Alves (2007) em relação às eleições de 2002. Ademais, os partidos de esquerda representam metade daqueles que mais elegeram mulheres.

Apesar disto, o exercício da função parlamentar fica limitado pelo extrapolamento das atribuições do Poder Executivo que, no Brasil, tem exercido cada vez mais funções de ordem legislativa, mediante edições de medidas provisórias e outras iniciativas.

O caso acima mencionado decorre do presidencialismo de coalizão, no qual tanto a/o presidenta/e quanto a/o governador/a tem poderes legislativos ampliados, onde os partidos, e não as/os parlamentares, negociam com o executivo, enquanto poder preponderante (ABRANCHES, 1988; LIMONGI e FIGUEIREDO, 1997; SANTOS, 2002). Neste contexto, a grande maioria de parlamentares (cerca de 89%) vota com o/a líder, o que afeta a atuação das deputadas eleitas, inclusive as baianas.

Métodos de pesquisa

Metodologicamente, valemo-nos da pesquisa bibliográfica, da análise de documentos e do exame de dados disponibilizados pelos portais do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, do Tribunal Regional Eleitoral - TRE baiano, além dos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e da Câmara dos Deputados e da Assembleia Legislativa da Bahia, todos referentes ao pleito de 2014.

A seguir apresentamos o perfil das deputadas federais eleitas em 2014, ressaltando o que as mesmas têm em comum, no sentido de realçar potencialidades de ação conjunta, sem desconhecer as diferenças que dificultam essa união.

Deputadas federais baianas eleitas

Destacamos, neste tópico, as singularidades de três parlamentares baianas, enfatizando sua relação com os movimentos de mulheres e feministas no estado.

Alice Portugal é a mais experiente da nova bancada feminina baiana eleita. Ela está há três mandatos consecutivos na Câmara Federal (2003-2006; 2007-2010; e 2011-2014). Antes disso, exerceu dois mandatos consecutivos como deputada estadual (1995-2003). Registre-se, ainda, que seu partido, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), além de ser considerado de esquerda, é um dos que mais favorece a candidatura de mulheres.

Da mesma forma, Moema Gramacho, do Partido dos Trabalhadores (PT), tem uma longa história de representação no Poder Legislativo e Executivo. Já foi vereadora, deputada estadual e prefeita, sendo que seu partido é o que mais elege deputadas atualmente.

Tia Eron, após ter sido do Partido Democrata (Dem), migrou para o Partido Republicano Brasileiro (PRB). Tendo em seu currículo a experiência de ter exercido mandatos como vereadora na Câmara de Salvador desde 2000, ou seja, há 14 anos. Seu atual partido tem grande participação de evangélicos, sendo que a mesma figura como uma de suas mais destacadas lideranças.

Percebe-se, portanto, uma afinidade entre as três deputadas quanto ao número de mandatos anteriores, haja vista que esta experiência se constitui como um capital político importante para a sua (re)eleição, algo construído através dos anos e fundamental em suas carreiras enquanto políticas.

A literatura (ARAUJO e ALVES, 2007) assinala a reeleição como o aspecto mais relevante para a conquista de novos mandatos, daí a dificuldade para quem é novata/o - mais para mulheres que para homens-, romper com a inércia existente no Parlamento.

Sobre esta questão, Araújo e Alves (2007) assinalam que a reeleição figura como um aspecto decisivo na concorrência eleitoral, sendo hegemônica a vitória dos homens sobre as mulheres, o que contribui para a manutenção da sub-representação feminina neste espaço de poder.

Vale lembrar que estamos nos referindo ao fator reeleição no momento do pleito, existindo, contudo, muitos homens que não possuíam mandatos no momento das eleições, mas já haviam participado de outras legislaturas, fato raro entre as mulheres.

Considerando que a reeleição é algo que vem se constituindo como uma tendência desde 2006, é possível afirmar, com base nos autores citados, que as mulheres, apesar da crescente participação política, se deparam com cenários bastante desfavoráveis, embora seja importante não perder de vista outros fatores que as impedem de concorrer de igual para igual entre elas mesmas e entre elas e os homens.

Vale destacar que não examinamos, em profundidade, a atuação anterior das parlamentares, mas procuramos assinalar algumas de suas iniciativas em relação aos direitos das mulheres. Verificou-se que a deputada Alice Portugal foi coordenadora da bancada feminina no Parlamento estadual, onde propôs a criação do Conselho Estadual do Direito da Mulher. Além disto, presidiu a Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Mulher e realizou dois Encontros sobre Mulher e Política na Bahia.

Moema Gramacho, por sua vez, tem em seu histórico a criação da primeira Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, em Lauro de Freitas, região metropolitana de Salvador, na sua gestão da cidade. Como legisladora estadual, em dois mandatos (1997-1998 e 1999-2003) atuou na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

A trajetória de Tia Eron acumula forças na Câmara de Vereadores durante três mandatos e meio e logo alça vôo para a Câmara Federal, obtendo mais de cem mil votos. Tia Eron, mesmo sem um trabalho específico voltado para as mulheres, foi parceira do movimento em diversas ocasiões, a exemplo de atividades vinculadas às comemorações do oito de março na Bahia.

Há que se acrescentar que o aprendizado dessa política foi realizado em diferentes campos: Alice Portugal no movimento estudantil; Moema Gramacho no movimento sindical e Tia Eron na Igreja Universal do Reino de Deus. São espaços de prática da fala, do diálogo, do exercício do conflito democrático.

Sacchet e Speck (2012) assinalam ainda a distribuição de bens (capital financeiro), escolaridade (capital cultural) e ocupação (capital político) são fatores determinantes na conquista de mandatos.

No caso em apreço, quanto à escolaridade/ocupação, temos uma farmacêutica, uma bióloga e uma exceção à regra – uma deputada apenas com o ensino médio completo.

Quanto ao capital financeiro, percebe-se que nossas deputadas não estão entre as ditas milionária/os da Câmara Federal, pois, segundo suas declarações de renda, apenas Alice Portugal figura com um patrimônio superior a um milhão de reais, enquanto o capital das outras duas deputadas somam cerca de um terço deste valor, conforme a tabela abaixo:

Deputadas	Bens declarados (em reais)
Alice Portugal	1.148.071,03
Moema Gramacho	290.000,00
Tia Eron	270.601,66

Fonte: TSE (2014)

Outros aspectos destacados pela literatura são a idade e o estado civil da/o parlamentar. As mulheres geralmente demoram um tempo maior para construir uma carreira política, daí serem, em regra, acima de 35 anos. No caso de nossas deputadas, que, como vimos, são parlamentares já experientes, elas estão entre 42 e 56 anos de idade. Da mesma forma, a situação conjugal influi no sentido de proporcionar mais chances aos candidatos casados, o que é mais difícil para as mulheres. No caso em exame, as deputadas federais baianas figuram entre separada judicialmente, solteira e viúva.

Pelo exposto, pode-se afirmar que foram eleitas para a Câmara Federal três deputadas experientes na política representativa que podem se articular com nossa senadora Lídice da Mata, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), e procurar influir o máximo possível nas decisões que dizem respeito às nossas vidas.

Deputadas estaduais baianas eleitas

Quanto às deputadas estaduais, percebe-se que ocorreu fenômeno semelhante ao que aconteceu com as federais: a grande maioria que se elegeu, na verdade, se reelegeu, se não para o mesmo cargo, para outro de idêntica importância. A interpretação apresentada anteriormente para as deputadas federais aplica-se aqui às deputadas estaduais.

O exercício anterior de mandatos significa um acúmulo de poder político, tanto para homens como para mulheres. Senão vejamos: Angela Sousa foi deputada estadual em 2007-2011 e 2013-2014; e foi vice-prefeita de Ilhéus; Fabíola Mansur era vereadora em Salvador, eleita em 2012, não tendo como concluir o mandato em face da assunção da deputância estadual; Fátima Nunes foi deputada estadual em três mandatos; Luiza Maia foi vereadora em Camaçari; Maria

del Carmen foi deputada duas vezes e vereadora de Salvador uma vez; e Neusa Cadore foi prefeita de Pintadas por dois mandatos consecutivos e exerceu o mandato de deputada estadual duas vezes.

Outra questão a ser levada em conta é a partidária. Confirmando a literatura, são os partidos de esquerda quem mais elegem mulheres. Da bancada feminina de sete deputadas, quatro são do PT e uma do Partido Socialista Brasileiro (PSB), sendo que somente duas são do Partido Social Democrático (PSD), que é de centro, porém participa da base do governo federal – sua principal liderança é o ex-prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, que ocupa o Ministério das Cidades¹. Portanto, dois terços das deputadas estaduais pertencem a partidos de esquerda.

Quanto à atuação no campo dos direitos das mulheres, é interessante assinalar que Ângela Sousa, do PSD, foi da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa, em dois mandatos; Fátima Nunes, do PT, também foi da Comissão da Mulher, além de ter recebido uma Condecoração Especial de Defesa dos Direitos da Mulher; Ivana Bastos, do PSD, também foi da Comissão da Mulher e fez uma indicação a favor de uma Delegacia da Mulher em Bom Jesus da Lapa; Luiza Maia, do PT, também foi da Comissão da Mulher; Maria del Carmen, do PT, além de ser da Comissão da Mulher, propôs a criação de uma Promotoria Especializada da Mulher no âmbito do Ministério Público da Bahia; e Neusa Cadore, do PT, requereu a realização do Março Mulher.

Em face do exposto, de uma forma ou de outra, todas as deputadas que já exerceram mandato antes foram ativas na defesa dos direitos das mulheres, embora não caiba detalhar aqui as ações de cada uma, sobretudo na Comissão da Mulher ou em outras iniciativas individuais.

Pode-se dizer que todas elas, para chegarem ao espaço hoje ocupado da Assembleia Legislativa, tiveram um aprendizado político em diferentes lugares, tais como partidos, sindicatos, associações e outros.

Esse aprendizado, no caso da deputada Neusa Cadore, se deu na militância na Igreja Católica, em especial nas Comunidades Eclesiais de Base. Foi nesse ambiente que a futura prefeita e parlamentar gestou sua liderança, sua capacidade de enfrentar conflitos e encontrar soluções para problemas. Na verdade, treinou mobilizar a população para reivindicar políticas públicas, acompanhar seu planejamento e implementação.

1 Quando o presente artigo foi elaborado, o referido político ainda ocupava a mencionada pasta, sendo que atualmente foi nomeado ministro do governo Temer.

Maria del Carmen militou no movimento pela moradia, bem como no movimento em prol dos direitos da criança e do adolescente. Sua ligação com esses movimentos continua alimentando sua atuação atual.

Luiza Maia vem de uma luta municipalista, que envolve a recuperação de Camaçari. Mas antes disso, atuou no movimento estudantil e sindical, escolas importantes para o preparo para a vida parlamentar.

O trunfo de Ivana Bastos foi dirigir uma rádio e ser comunicadora. Fátima Nunes vem da Associação Regional de Pequenos Agricultores, o movimento sindical rural, a Pastoral da Terra, a Articulação do Semi-Árido do Nordeste, o grupo indígena Kiriri, a Articulação de Mulheres Trabalhadoras, o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs).

Fabiola Mansur, por sua vez, participou de diversas associações profissionais, tais como: a Associação Baiana de Medicina, a Associação e Serviços de Saúde do Estado da Bahia, a Sociedade de Oftalmologia da Bahia, da qual foi a primeira mulher presidenta, e o Conselho Brasileiro de Oftalmologia, do qual foi a primeira mulher do nordeste a compor a diretoria. Além disto, como parlamentar, foi membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, do qual hoje é presidenta. Consta, ainda, que tem sido parceira dos movimentos LGBTT e de mulheres.

Por fim Ângela Sousa, que é da Assembleia de Deus, além do espaço religioso pode considerar as instituições filantrópicas em que atuou como lugares de aprendizado, tais como o Centro de Amparo ao Menor Abandonado de Ilhéus-Canaã, o Programa Solidariedade e os projetos sociais Xô Lixo, Capitães de Areia e Pelotão Esperança, em Ilhéus.

No entanto, se comparado o seu capital financeiro com o das deputadas federais, percebe-se que as parlamentares estaduais, de uma forma geral, dispõem de mais recursos econômicos, seja na forma de bens móveis e imóveis, ou de investimentos bancários, conforme destacamos na tabela a seguir:

Deputadas	Bens declarados (em reais)
Angela Souza	210.300,00
Fabiola Mansur	1.064.447,20
Fatima Nunes	0,0
Ivana Bastos	516.690,93
Luiza Maia	282.000,39
Maria Del Carmen	720.451,75
Neusa Cadore	557.039,59

Fonte: TSE (2014)

Chama atenção a condição da deputada Fátima Nunes que declara para a Justiça Eleitoral não ser detentora de nenhum móvel ou imóvel, mesmo após o cumprimento de três mandatos como parlamentar estadual. Uma explicação possível é a sua intensa ligação com as/os trabalhadoras/es rurais e com a Pastoral da Terra, numa demonstração viva do desprendimento e da ética cristã, que em meados da década de 1970, através da Teologia da Libertação, muito influenciou o Partido dos Trabalhadores, hoje tão desacreditado.

Mas, como foi dito antes, o capital financeiro, embora seja extremamente útil na eleição de candidatas/os, não é suficiente. Este tipo de capital geralmente é acompanhado por um alto grau de escolaridade (isto é: o capital cultural) de e um saber profissional que proporcione uma rede de relações no mundo do trabalho, considerado como um capital político.

Considerando o acima exposto, vale mencionar que duas de nossas deputadas estaduais terminaram o ensino médio, e uma não completou o ensino superior; mas três fizeram diferentes graduações e uma concluiu curso de pós-graduação. A diversidade no nível de instrução permite-nos concluir que a escolaridade não foi, por si só, tão capital nesta eleição.

Quanto à ocupação profissional, percebe-se que três dentre elas trabalharam como professoras, outras duas como médica e engenheira, enquanto uma foi comerciante e empresária, e outra foi técnica em enfermagem. São todas profissões femininas, com exceção da engenheira e da comerciante. Esse capital parece não ter sido determinante na reeleição.

Considerações finais

Há dificuldades para o exercício da democracia representativa no país que são próprios de nossa cultura política elitista, excludente e autoritária. Estes obstáculos afetam tanto homens como mulheres no âmbito do Poder Legislativo e Executivo. Porém, existem dificuldades que incidem especialmente sobre as mulheres, em virtude de sua condição de gênero, atrelada a outros marcadores como raça, classe e geração.

Há algumas décadas tem sido imposto ao sistema eleitoral e político partidário brasileiro, graças aos esforços dos movimentos feministas e de mulheres, um conjunto de leis destinadas à inserção da presença feminina nos espaços de poder, notadamente na esfera parlamentar, valendo destaque as políticas de cotas, que, tem possibilitado, sobretudo através dos partidos de esquerda, uma maior participação das mulheres no Poder Legislativo, em suas diversas

instâncias, conforme foi exemplificado com as trajetórias das deputadas mencionadas neste texto.

O perfil das referidas deputadas, segundo foi detalhado, guardam algumas semelhanças entre si, especialmente no que concerne à filiação partidária - já que a maioria está mais à esquerda - à inserção prévia em entidades, associações e/ou movimentos sociais que lhes permitem o exercício da fala e da articulação política e, por último, e talvez mais fortemente, a experiência política anterior em exercício de mandatos, seja no Legislativo ou no Executivo.

A função do Legislativo, conforme consta das normas constitucionais, é, predominantemente a de legislar, sendo que este poder, eventualmente, pode proceder ao julgamento de seus pares e, residualmente, também administra os trabalhos internos relativos ao funcionamento das Casas Legislativas.

Todavia, no contexto do presidencialismo de coalizão, a vontade do Executivo se impõe e, muitas vezes, subtrai dos Parlamentos sua atribuição específica, isto é, a criação de leis.

No contexto acima, tanto homens como mulheres se veem privados do pleno desenvolvimento de seu protagonismo político, apesar de existirem esforços, sobretudo femininos, em busca de uma relação de maior equidade e harmonia no e com o Executivo.

Porém, a equidade entre as instituições, embora fundamental, não tem sido suficiente para que haja uma equidade de gênero e étnico-racial no âmbito das referidas casas, apesar das iniciativas institucionais com vistas a superação das chamadas brechas de gênero na estrutura política brasileira.

Mesmo sendo um número muito pequeno, nossas deputadas podem e devem contribuir no sentido de ampliar a democracia e fortalecer as conquistas femininas, pois as mesmas já acumulam experiência que poderão direcioná-las para ações conjuntas que beneficiem ainda mais as mulheres, especialmente as baianas.

Referências

ABRANCHES, Sergio. *Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro*. Rio de Janeiro: In: Dados: Rio de Janeiro, 1988. V. 31. Disponível em <http://politica3unifesp.files.wordpress.com/2013/01/74783229-presidencialismo-de-coalizacao-sergio-abranches.pdf>. Acesso em 18/04/2016.

ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli; JORDÃO (orgs). *Mulheres nas eleições de 2010*. Rio de Janeiro: ABCP/SPM, 2012. Disponível em <http://agenciapatriciagalvao.org.br/politica/dados-e-pesquisas-politica/mulheres-nas-eleicoes-2010-consorcio-bertha-lutz-2013/>. Acesso em 8/1/2015.

ARAÚJO, Clara e ALVES, José Eustáquio Diniz. *Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas*. In: Dados: Rio de Janeiro, vol. 50, no. 3, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582007000300004&script=sci_arttext#back Acesso em 2/1/2015.

CFEMEA. *Mulheres eleitas em 2014: velhos e novos desafios*. Brasília, 2014. Disponível em http://www.cfemea.org.br/images/stories/pdf/eleicoes2014_analise_eleitos.pdf Acesso em 3/1/2015

LIMONGI, Fernando e FIGUEIREDO, Argelina. *Bases institucionais do presidencialismo de coalizão*. São Paulo: Lua Nova, n. 44, 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n44/a05n44.pdf> . Acesso em 18/04/2016.

RODRIGUES, Fernando. Disponível em <http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2013/11/19/so-10-dos-deputados-e-senadores-sao-pretos-ou-pardos/> . Acesso em 19/11/2013.

SACCHET, Teresa e SPECK, Bruno. *Dinheiro e sexo na política brasileira: financiamento de campanha e desempenho eleitoral em cargos legislativos*. Disponível em [ww.academia.edu/3702183/Teresa_Sacchet_Bruno_Wilhelm_Speck_Dinheiro_e_Sexo_na_Política_Brasileira_financiamento_de_campanha_e_desempenho_eleitoral_em_cargos_legislativos_em_Mulheres_nas_eleições_2010_Rio_de_Janeiro_2012_p._417-452](http://www.academia.edu/3702183/Teresa_Sacchet_Bruno_Wilhelm_Speck_Dinheiro_e_Sexo_na_Política_Brasileira_financiamento_de_campanha_e_desempenho_eleitoral_em_cargos_legislativos_em_Mulheres_nas_eleições_2010_Rio_de_Janeiro_2012_p._417-452). Acesso em 10/04/2016.

SANTOS, Fabiano. *Partidos e Comissões no presidencialismo de coalizão*. Rio de Janeiro: Dados, 2002, v. 45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v45n2/10788.pdf> Acesso em: 3/1/2015.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Informações sobre as eleições 2014. Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2014/eleicoes-2014>. Acesso 20/11/2015.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - Informações sobre as eleições 2014. Disponível em <http://www.tre-ba.jus.br/eleicoes/eleicoes-2014/eleicoes-2014> . Acesso em 17/11/2014.

MULHERES EVANGÉLICAS: FÉ E POLÍTICA RESIGNIFICANDO O FEMINISMO

Vanessa Maria Gomes Barboza
Coletivo Vozes Marias:
vanessagomes.br@hotmail.com
vozesmarias@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a proposta de formação política do Coletivo Vozes Marias, junto à mulheres evangélicas na cidade de Recife e Região Metropolitana em 2016 por meio do “*Curso Mulheres de Fé e Política Construindo Direitos*”. O Coletivo Vozes Marias é uma organização independente de promoção dos direitos das mulheres e surgiu em 2014 com o intuito de fomentar a discussão sobre desigualdades de gênero no âmbito religioso evangélico/protestante na sociedade em geral, com destaque a questão da violência contra as mulheres. Metodologicamente, parti de uma perspectiva crítica, incomum ao tradicional e dogmático “fazer educativo” religioso evangélico. Pretende-se contextualizar o surgimento do grupo, os referenciais teóricos que o orientam, diante da cultura de submissão e subalternidade de mulheres evangélicas frente à problematização da defesa dos direitos das mulheres e o protagonismo político das mesmas.

Palavras- chave: Direitos. Vozes Marias. Evangélicas. Feminismo.

Introdução

Este trabalho apresenta parte das reflexões fomentadas pela militância do **Coletivo Vozes Marias** contra as desigualdades de gênero, a violência contra a mulher e o machismo arraigado no âmago das instituições e/ou grupos independentes que professam a fé da religião protestante. Objetivamos compartilhar nossa experiência no combate a tais desigualdades, compreendendo que essa *experiência* não é essencialmente pessoal, ela é um *evento linguístico*, nas palavras de Joan Scott (1999) envolta por um contexto social, historicamente variável e construída coletivamente.

De antemão, avisamos que este texto são considerações iniciais e inconclusas sobre uma vontade de saber e de transformar que nos move, encanta e traz sentido. É sobre essa vontade de recontar a história e mudar o “destino”, rompendo com a reprodução de sistemas de opressão-privilégios que subalternizam as mulheres, que falaremos aqui. Ainda não sabemos o que o futuro nos reserva, mas, por enquanto, estamos aqui, construindo o **Coletivo Vozes Marias** e sendo construídas em conjunto. Estamos no caminho e em processo. Portanto, este texto trata sobre a nossa militância até chegarmos ao cenário presente. Amanhã, talvez, sejamos outras.

Nesse contexto, outro adendo faz-se importante. Ao contrário de como geralmente os textos acadêmicos são construídos (resultados de pesquisas, discussões teóricas, etc.), nós falamos de um lugar de militância, escrevemos como militantes, partindo do marco de que nossa escrita e nossa voz são atos políticos. Esse lugar (o da escrita acadêmica) é uma conquista e um desafio. É uma conquista porque não é uma produção intelectual que *fala por*, escreve *sobre*, e sim que produz mecanismos de fala e visibilidade de mulheres em ação, que encontram-se em um movimento contra hegemônico de pensarem e escreverem sobre si e o que fazem. Assim sendo, acreditamos responder positivamente a pergunta que Gaytri Spivak (2010) faz em seu livro *Podem o subalterno falar?* Podemos! O desafio encontra-se em estranhar o que nos é tão familiar. O que precisamos melhorar? Nossas ações são eficazes, incidem positivamente na realidade? A autocrítica nem sempre é fácil, mas necessária ao amadurecimento, ao menos, reconhecer que necessitamos é um avanço para as nossas lutas cotidianas.

Sobre este debate, *do lugar de onde se fala*, o pensamento de Donna Haraway (1995) nos é pertinente. Haraway (1995), em sua crítica à neutralidade e separação entre sujeito e objeto na objetividade científica, apresenta-nos

uma *objetividade feminista* que acredita na produção do conhecimento como uma conversa situada, não inocente, estabelecida através de nossas próteses e tecnologias de visualização (como vemos?). Desta forma, iniciamos este artigo relatando quem somos e onde esta conversa situa-se. Em seguida, discutiremos sobre as nossas tecnologias de visualização, as abordagens teóricas que têm nos inspirado. Por fim, exporemos o que temos feito até aqui – com enfoque especial nas ações em combate à violência contra a mulher – e o que estamos tramando para o futuro, para que nossas filhas escutem histórias de liberdade e as filhas de suas filhas também.

Sobre as Marias que ergueram a voz

Somos mulheres, a grande maioria jovens de até 30 anos de idade, vinculadas à igrejas protestantes de diferentes denominações (tradicionalistas e pentecostais), de classes populares, todas com acesso à universidade (algumas formadas, outras em processo de formação), residentes na cidade de Recife e Região Metropolitana, no estado de Pernambuco. Nordestinas de cores diferentes, corpos diferentes, igrejas diferentes, mas com uma única voz: liberdade para as mulheres.

Mulheres “Falantes”, em Recife

Enquanto mulheres, vivenciamos as angústias de uma realidade violenta na cidade de Recife, mas, nos debruçamos investigativamente sobre os casos de violência contra as mulheres, e nos deparamos com um medonho resultado. Pernambuco ocupa o 10º lugar no ranking nacional de homicídios de mulheres. Recife é o 6º lugar no ranking nacional, sendo a 4ª capital mais violenta para as mulheres no nordeste. O Brasil está em 7º no ranking mundial de homicídios contra as mulheres, estando uma concentração maior das vítimas entre a faixa dos 15 aos 29 anos de idade, com destaque para o intervalo de 20 a 29 anos – intervalo que mais obteve crescimento na década analisada (2000 a 2010) – ou seja, mulheres jovens, em idade produtiva e reprodutiva. Os locais de maior ocorrência da violência são a residência (71%), a via pública (15%) e a escola (Waiselfisz, 2012). No ano de 2013 a *Comissão Parlamentar Mista de Inquérito* do Senado, apresentou um relatório que aponta as fragilidades do poder público no atendimento às vítimas de violência doméstica, e recomenda várias providências governamentais para a superação do quadro de insuficiência

nesse atendimento. Considerando esses dados, podemos dizer que vivemos sob um risco iminente de morte por violência doméstica.

Entre as produções técnico-científicas, sobre a questão da violência em contexto religioso, a escassez de material é evidente, muito embora encontremos pesquisas sendo desenvolvidas na área da sociologia, antropologia e ciências da religião. Dentre estas, podemos citar o livro *“Até Quando?” - O cuidado pastoral em contexto de violência contra a mulher praticado por parceiro íntimo* (CAROLL, 2010), pois registra essa realidade de violência na vida de mulheres religiosas protestantes, a partir de uma pesquisa realizada junto a 82 líderes religiosos e com 50 mulheres que frequentavam igrejas evangélicas na Região Metropolitana do Recife. Os livros *“Uma igreja sem Voz”*, de Valéria Vilhena (2012), e o *“Os Direitos Humanos das mulheres nas religiões no século XX”*, de Maria do Rosado Nunes (2010), também constam como pontos de partida para a contextualização do problema junto ao grupo.

Compreendemos que o cenário vivenciado em Recife não pode ser compreendido isoladamente, ou desconexo de uma teia de relações políticas, econômicas e culturais vividas pelas demais cidades brasileiras ou pelos demais países da América Latina. A cultura de ferozes violações e opressões, compõem a gama de características reservadas aos países que foram colonizados e explorados pelos países centrais, e que na atualidade enfrentam verdadeiros embargos ao seu desenvolvimento como afirma Marcela Lagarde (2005) em *“el cativerio de las mujeres”* sobre a situação das mulheres e em que elas diferem, enquanto as suas situações de vida, e os agravos e níveis da opressão, (p. 79) compreendida como

“...un conjunto articulado de características enmarcadas en la situación de subordinación, dependencia vital y discriminación de las mujeres en sus relaciones con los hombres, en el conjunto de la sociedad y en el Estado. La opresión de las mujeres se sintetiza en su inferiorización frente al hombre consuetudinario en paradigma social y cultural dala humanidad.” (Lagarde, p. 97, 2005)

Por meio dessa definição, a opressão das mulheres se manifesta e se realiza na discriminação de que são objetos, vivenciando desrespeitos e maus-tratos por serem subordinadas e dependentes, por serem consideradas inferiores. Observamos uma clara tendência a essa percepção sobre as mulheres ao

analisarmos os elevados índices de feminicídio registrados em todo o Brasil e no estado de Pernambuco, em particular.

Diante desse terrível cenário social de opressão e morte que ilustra a realidade das mulheres na cidade em que moramos e atuamos, nossas vozes surgem como agudos, sonoros e “irritantes” ante ao poderio eclesiástico que sustenta uma ideologia apoiada na subordinação feminina.

As percepções metodológicas: teologia feminista, epistemologia feminista e a educação popular

Assumir uma perspectiva investigativa que orientasse nossas leituras e intervenções era algo necessário e urgente. Contudo, dentro do clichê da tradição teológica hegemônica, na qual estávamos inseridas e na qual testemunhávamos as opressões vividas por nós, mulheres cristãs, devíamos buscar referências teóricas em nossa própria experiência profissional e desbravar as alternativas de produção teológicas existentes. Aqui, realçamos a importância da nossa formação acadêmica ao iniciarmos o grupo, todas formadas (ou em formação) em ciências humanas, simpatizantes das abordagens críticas sobre a realidade. Obviamente que, ao delimitarmos um cronograma de estudos, esse lugar almejado de fala, e que não era o corriqueiro no meio religioso, surgiu com as possibilidades oferecidas pela epistemologia feminista, teologia feminista e educação popular.

Como fruto de esforços contra-hegemônicos dentro das ciências, a epistemologia feminista surge para propor uma nova maneira para “o pensar” e “o fazer científico”, ao reivindicar a participação e contribuição das mulheres na trajetória da ciência moderna, uma nova maneira de relacionar sujeito-objeto, ou seja, um projeto feminista de ciência em que está articulado com a construção de uma nova linguagem em busca da formulação de um contradiscurso (RAGO, 1998). A adoção dessa perspectiva à nossa leitura de mundo acentuou nosso entendimento pessoal e coletivo de detentoras e produtoras de conhecimento, um protagonismo pouco experimentado entre as mulheres cristãs, mesmo as com acesso ao ensino superior. Revelando-nos, uma nova alternativa diante da severa e excludente tradição imposta pela ciência teológica dominante.

Considerada marginal pelos conservadores da tradição teológica vigente, a teologia feminista nos ofereceu uma nova leitura do mundo religioso a partir da perspectiva das mulheres. Uma teologia feita de, e para, as mulheres, e que busca o resgate da dignidade e autonomia feminina (GEBARA, 2007). Sendo

esse, um enfoque ainda pouco conhecido entre as evangélicas, e duramente criticado pelos “Papas” da igreja cristã. Afinal, essa perspectiva nos conduz em uma caminha de reencontro com a espiritualidade não pecadora das mulheres e a construção de uma nova relação com a deidade, fora dos padrões andocentricos e falocentricos secularmente disseminados pela igreja cristã (AQUINO y TÁMEZ, 1998). Para o Vozes Marias, adotar esse olhar sobre Deus e o mundo também se constituiu (e ainda se constitui) como um desafio, pois o movimento de desconstrução necessário agitou as relações íntimas de cada participante, e entre o grupo como um todo, além das atitudes de resistência enfrentadas fora do grupo, junto à comunidade evangélica.

Por conseguinte, desde nossas conversas informais, nos preocupávamos com as experiências de violações das mulheres populares e como tal situação era conduzida pelas lideranças eclesiais. Como já nos revelou algumas pesquisas, a maioria das mulheres evangélicas está nas igrejas pentecostais e neopentecostais, tendo renda de até dois salários mínimos e escolaridade até o ensino médio. Não se sabe o quanto de acesso à teologia formal essas mulheres desfrutaram ao longo de sua vida religiosa, tampouco a intensidade da influência da mídia sobre elas.

Aproximar esse perfil de mulheres ao conteúdo que nos propomos a estudar, requeria de nós uma metodologia capaz de dialogar com sua compreensão teórica e que permitisse uma reflexão a partir da vida concreta. Por isso adotamos a educação popular como meio privilegiado de estabelecermos conexões dialógicas entre nós mesmas e entre as nossas irmãs. A educação popular desenvolvida pelo educador Paulo Freire ao longo da década de 1960 e 1970, no Brasil, é uma método que privilegia a realidade como ponto de partida para o processo de aprendizagem e reflexão crítica, com fins de promoção de mudanças sociais, oriundas de um processo de construção coletiva, e dialogada entre saberes e conhecimentos localizados que, juntos em interação, originam novas estratégias de ser e agir no mundo.

O Curso Mulheres de Fé e Política: uma proposta político-pedagógica de formação política para as mulheres evangélicas

Propor um curso de formação política para mulheres cristãs evangélicas surgiu com a participação de integrantes do Coletivo Vozes Marias na Escola de Fé e Política Pastor Martin Luther King, no ano de 2014, vinculada ao Instituto Solidare em Recife. A Escola de Fé e Política Pastor Martin Luther King é a única

escola de caráter evangélico a participar das Escolas de Fé e Política (EFP) ligadas ao CNBB.

A metodologia utilizada pelas Escolas de Fé e Política baseia-se numa perspectiva crítica abordada pela Teologia da Libertação, movimento religioso latinoamericano da década de 70 que busca na realidade releituras da fé cristã desde o lugar dos oprimidos sociais, influenciada pela tradição marxista.

O trabalho formativo se deu por meio de eixos temáticos de interesse político pedagógico do Coletivo. Temas que necessitam ainda de apropriação e discussão adequada e atualizada no seio do movimento e que com o curso, abre-se as possibilidades de um estudo dirigido efetivo. Então, as direções seguidas em eixos foram:

a) **Historia das Mulheres, corpo e espiritualidade:** Este eixo temático fomenta a reflexão sobre o processo de emergência da condição das mulheres na narrativa histórica ocidental em seus discursos explicativos sobre o corpo e a espiritualidade feminino, na tradição cristã. O desafio que nos foi posto retoma as superestruturas sociais marcadas pelo patriarcado, androcêntrismo e fundamentalismo religioso que contornam e definem as relações sociais de gênero e produzem uma subjetividade relacional com o corpo e a sexualidade das mulheres que perpetua a subalternização e indignidade das destas, como “*seres-para-os-outros*” no âmbito privado, objetos de desejo e satisfação de homens, e no âmbito público, como cidadãs de segunda categoria, a mercê de abusos e violências, e que políticas precarizadas e insuficientes.

b) **gênero e raça:** Cerca de 60% das participantes do curso se declararam pardas ou negras, o que confirmou a relevância de incluirmos a discussão sobre as categorias gênero e raça no curso. Sabemos que a maioria das mulheres evangélicas no Brasil são negras e participantes de igrejas pentecostais, e sabemos também que as principais vítimas de violência doméstica são mulheres negras e pobres. A intersessão dessas informações nos levam a um cenário muito nebuloso e precariamente conduzido pelas instituições religiosas. Muito embora as igrejas evangélicas de periferia se constituam como ambientes férteis de redes de solidariedade entre as mulheres negras empobrecidas, muito pouco é feito no que se refere à crítica a pobreza estrutural e ao racismo institucional (PERNAMBUCO, 2011). Problematizar a violência simbólica que existe nos espaços religiosos que padronizam modelos de beleza com referenciais raciais brancos e ignora as violações de direitos que a população negra sofre ainda hoje, se faz necessário para pensarmos alternativas de superação do racismo

institucional nas igrejas e na sociedade e uma revisão teológica sobre a condição da negritude e das mulheres negras.

c) **mulheres, participação e políticas públicas:** As políticas públicas são o local privilegiado de garantia de direitos sociais. Para as mulheres, elas são um caminho para a melhoria de qualidade de vida, acesso a serviços públicos e restauração da dignidade social, uma conquista que é fruto de lutas históricas da organização das mulheres por meio dos movimentos sociais, sobretudo o movimento feminista (CARLOTO, . Por isso, esta temática toma uma importância crucial no processo de formação do Coletivo ao compreendermos que no espaço das políticas públicas para as mulheres, conseguiremos avançar politicamente na participação feminina nos espaços públicos de poder.

Metodologicamente, as atividades intermódulos compreendiam a elaboração de dissertações ou resenhas de textos direcionados aos eixos temáticos estudados nos módulos. O acompanhamento desse processo se deu de várias maneiras, tanto utilizando os recursos eletrônicos de comunicação quanto de encontros presenciais de diálogo e reflexão coletiva. Essa dinâmica de aproximação constante e de troca de saberes e experiências pessoais consistiu no propósito maior do processo de conscientização ou de tomada de consciência do trabalho em grupo. Essa revisitação e resignificação do sujeito “mulher evangélica” situado e contextualizado permite a reconstrução de novas estratégias e possibilidades de fazer social e do fazer comunitário.

Desse modo, a vinculação teórica entre o conceito de fé e política ganha sentido prático e gera a afetividade intelectual necessária para a adesão ao movimento feminista em sua fase mais plural dentro no século XXI. Permite-se assim, vislumbrar um novo horizonte teórico e teológico que acolha as mulheres cristãs de tradição protestante no seio do movimento, de modo à “reconstruir” um feminismo a partir de suas experiências religiosas e espiritualistas, reinterpretando signos e símbolos que antes foram utilizados para a alienação e passividade política. Com isso, ao estabelecermos o diálogo com a teologia feminista preservamos que as mulheres tenham seu protagonismo e liberdade teológica para reinventar sua espiritualidade de modo a alimentar uma relação coletiva de bem estar e aceitação que fortaleça a participação política e a defesa de direitos.

Conclusão

Compreendemos que ainda há um longo caminho a trilhar no campo dos direitos das mulheres, pois, como todo movimento em fase inicial o Coletivo Vozes Marias vislumbra os consideráveis esforços que ainda deve desprender para uma intervenção social de excelência. Ao reconhecer e apoiar o caráter reivindicatório dos movimentos sociais de defesa dos direitos das mulheres, o grupo assume a sua adesão e responsabilidade de construir um caminho em conjunto ao movimento feminista.

A realização do Curso Mulheres de Fé e Política Construindo Direitos faz parte do esforço interno e externo de formação permanente, conscientização, educação popular e orientação teórico-metodológica e político-pedagógica. A necessidade de formação permanente no campo das relações de gênero e religião ainda carece de fortalecimento de uma rede local de estudos e incidência, a fim de aprofundar e amadurecer a reflexão sobre a violência contra as mulheres e as políticas públicas.

Em verdade, somos uma partícula do que existe disseminado em vários lugares do mundo, onde há mulheres oprimidas e mulheres lutando contra a opressão. Somos parte de um movimento que é local e global, que é universal e particular. Os desafios para a superação das desigualdades e injustiças de gênero são áridos e históricos. Acreditamos que a organização de mulheres em torno de um novo projeto societário de justiça, equidade e fraternidade é a maneira mais viável de superar discursos conservadores e opressores que ainda desvalorizam e violam seus corpos e suas narrativas históricas. Acreditamos, também, que no interior do discurso cristão há possibilidades de releituras que resgatem dignidade e integridade do ser humano, livre de concepções egoístas e corruptas; e que a igreja pode, enquanto poder local e associativo, ser um agente promotor de mudanças e transformações sociais no campo dos direitos das mulheres.

Referências

AQUINO, Maria Pilar. y TÁMEZ, Elsa. **Teologia Feminista LatinoAmericana**. Serie Pluriminor. Editora Abya Yala – Quito, Equador. 1998.

CAROLL, Aillen Silva. **Até Quando?; O cuidado pastoral em contexto de violência contra a mulher praticado por parceiro íntimo** / Aillen Silva Caroll e Sérgio Andrade. Viçosa, MG :Ultimato, 2010.

GEBARA, Ivone. **O que é teologia feminista**. Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense, São Paulo. 2007.

HARAWAY, Donna. Saberes **localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, Unicamp, n.5, p. 07-41, 1995.

LOS RÍOS, Marcela Lagarde de. **Los Cautiveros de las mujeres (Madesposa, monjas, putas, presas y locas)**. Cidade do México. Universidad Nacional Autónoma De México POSGRADO. 2005.

LOURO, Guacira.L. **Práticas educativas feministas**. In: LOURO, Guacira L. Gênero, sexualidade e educação. p. 110 – 141. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

NUNES, Maria do Rosado. **Os direitos Humanos das Mulheres nas religiões do século XXI** (I Curso de Outono da Escola de Teologia Feminista – 19, 20 e 21 de novembro de 1999). Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2005.

RAGO, Margareth In PEDRO, Joana; Grossi, Miriam (orgs.)- **MASCULINO, FEMININO, PLURAL**. Florianópolis: Ed.Mulheres,1998.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul/dez., 1990.

SCOTT, Joan. **Experiência**. In: SILVA, Alcione Leite et. al (org) *Falas de gênero*. Ilha de Santa Catarina: Ed Mulheres, p. 21-55, 1999.

SANDENBERG, Cecília M. B. **Considerações introdutórias às Pedagogias Feministas**. NEIM/UFBA. Bahia, 2004.

TISDEL, Elizabeth. (1998). “Postrutural feminist pedagogies: The possibilities and limitations of a feminist emancipatory adult learning theory and practice.” **Adult Education Quarterly**, 48(3), 139-156.

VILHENA, Valéria Cristina. **Uma igreja sem voz – análise de gênero da violência doméstico entre mulheres evangélicas** / Valeria Cristina Vilhena: São Paulo: São Paulo: Fonte Editorial, 2011.

Pernambuco, Secretaria da Mulher. **Mulheres Construindo a Igualdade: Caderno Etnicorracial**/Secretaria da Mulher; Organização e Texto: Celma Tavares, Cristina Maria Buarque, Fernanda Meira, Lady Selma, Rosangela Souza e Rosario Silva. – Recife: A Secretaria, 2011.

GÊNERO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS



GT 09

GÊNERO, “RAÇA” E TRAJETÓRIAS AFETIVO-SEXUAIS ENTRE MULHERES NEGRAS LIDERANÇAS DE CLASSES POPULARES, EM SALVADOR, BAHIA

Ana Claudia Lemos Pacheco¹

Joana Maria Leoncio Núñez²

Resumo: Este artigo insere-se no campo de estudo das Ciências Sociais e dos estudos de gênero e raça e visa trazer um recorte teórico sobre a questão das experiências afetivas e sexuais de mulheres negras, lideranças de classes populares na Bahia. Salientamos a falta de pesquisas realizadas no contexto brasileiro que atentaram para essa temática e sua interseccionalidade entre categorias de gênero-raça-afetividade - sexualidade – poder e classe e compreendemos que afetividade e sexualidade são marcadores importantes no desvendamento de códigos sócio-culturais, de demarcação de identidades e diferenças entre os grupos sociais e os indivíduos, de percepção e de enfrentamento aos processos de dominação social, historicamente, instituídos.

Palavras Chaves: Mulheres Negras, Afetividade e Sexualidade; Lideranças, gênero-Raça-Classe, Trajetórias.

-
- 1 Profa Dra Adjunta de Sociologia da Universidade do Estado da Bahia, Campus-I, Salvador. Líder do Grupo de Pesquisa CANDACES: grupo de pesquisa em Gênero, raça, cultura & sociedade, certificado pelo CNPq, da mesma Universidade. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação- Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade- UESB-ODEERE. Pesquisadora do Centro de Estudos de Gênero-raça-etnia e sexualidade da UNEB (DIADORIM) da UNEB.
 - 2 Professora de Psicologia da Universidade do Estado da Bahia, Campus- Salvador. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa CANDACES: grupo de pesquisa em Gênero, raça, cultura & sociedade, certificado pelo CNPq, da mesma Universidade. Pesquisadora do Centro de Estudos de Gênero-raça-etnia e sexualidade da UNEB(DIADORIM).

Introdução

Vários estudos sociológicos realizados nas décadas de 1980 e 1990 têm demonstrado a importância das mulheres de camada popular nas lideranças dos grupos familiares e comunitários, como agentes fundamentais no processo de organização social e política, pela busca da igualdade social e pelos direitos sociais básicos para a população local que vive geralmente em desvantagens socioeconômicas, sinalizam que uma parcela que compõe as populações femininas em contextos de desigualdades sociais, como é o caso do Brasil, são populações etnicamente e racialmente constituídas numa distribuição espacial a partir das intersecções de categorias de raça, gênero e classe, onde há predominância da população feminina negra nos espaços de maior exclusão social. Esse dado pode ser constatado com as pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Aplicada. Segundo o IPEA (2013), houve um aumento significativo da população feminina negra em relação à população feminina branca no Brasil, a partir do ano de 2008, sobretudo no Estado da Bahia (70% são negras), se tornando chefes de família. Nas camadas mais populares, de 1995 a 2009, a chefia feminina negra continuou com as piores rendas *percapitas*, se comparada às chefias masculinas brancas e às chefias femininas brancas nas regiões do norte e nordeste, incluindo à Bahia, ainda que as mulheres estudem e vivam mais que homens. Segundo o IPEA (2013), os grupos femininos negros são os mais vulneráveis à pobreza, à violência de gênero e ao racismo em contextos sociais permeados por grandes desigualdades, como é o caso da cidade de Salvador, cuja maioria da população é composta por negros/as e esta parcela continua à margem da sociedade mais inclusiva.

Este quadro sociológico das mulheres negras no cenário nacional e regional é ilustrativo e oportuno para pensarmos a multidimensionalidade das relações de gênero, classe e raça vivenciadas pelas mulheres negras lideranças de grupos comunitários na cidade de Salvador.

Mulheres lideranças de bairros populares em Salvador, Bahia

GARCIA (2006; p.13) demonstra em suas pesquisas, que desde a década de 1980, em Salvador, 44% das mulheres da periferia assumiam as lideranças das associações de bairros. Vários fatores contribuíram para este fenômeno, segundo a autora: carências de bens de serviços coletivos, saúde e saneamento, moradia e educação foram os principais motivos encontrados pelas lideranças engajarem-se nos movimentos.

Algumas pesquisas também demonstram que boa parte das mulheres que residem nos bairros populares de Salvador são negras (Ver AZEVEDO, 2002; AGIER, 1990, CASTRO, 1991, SANTOS, 1994; MACÊDO, 1999, PACHECO, 2013.). A maioria dessas mulheres provem de zonas rurais, desenvolve trabalhos domésticos remunerados ou exercem ocupações características do mercado informal. São lavadeiras, cozinheiras, doceiras, artesãs, quituteiras, autônomas, manicuras etc. Tais pesquisas apontam, ainda, que mesmo vivendo em uma situação de pobreza, as mulheres negras de camada popular assumem, em sua maioria, a chefia do grupo doméstico, sustentando economicamente e educando seus filhos, na maioria das vezes, sozinhas, sem parceiros afetivo-sexuais fixos. (PACHECO; 2013).

Pesquisas realizadas sobre a sexualidade das mulheres negras brasileiras apontam que a sexualidade é uma dimensão fundamental na vida das mesmas, pois esta interfere em suas trajetórias e pode obstaculizar e dificultar todo o curso de sua vida social. As consequências são inúmeras na forma como este grupo social experimenta as múltiplas opressões de gênero - raça e sexualidade no corpo, na negação de sua autoestima e nas triplas violências que sofrem nos espaços institucionais (CRUZ, 2004). Esses mesmos estudos revelam que a conjunção do racismo e do sexismo vulnerabiliza mais as mulheres negras do que as mulheres do grupo racial branco no que se refere aos efeitos psicossociais na somatização dos problemas no corpo, decorrentes da tripla discriminação gênero-raça-classe que acumularam historicamente.

Ainda que pesem as contribuições das Ciências Sociais sinalizando outros determinantes sociológicos e históricos no empoderamento das mulheres negras frente às organizações sociais, políticas, culturais e religiosas, dos grupos comunitários e dos movimentos sociais e populares, e perceptível à ausência de pesquisas que analisem a afetividade e sexualidade das lideranças negras femininas de classes populares. As pesquisas no campo das Ciências Sociais, dos estudos de gênero e de gênero e raça têm dado pouca atenção à dimensão da afetividade e da sexualidade das mulheres negras pobres. Geralmente tais estudos enfatizam duas ou três dimensões da vida social das mulheres negras marcadas pela raça, pela pobreza, pelo gênero ou pela sexualidade, mas não trabalham com a interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) como eixo estruturante dessas categorias descritas acima.

Acreditamos que estas mulheres negras lideranças de classes populares são agentes de mudanças de comportamentos sexuais e afetivos hegemônicos e de enfrentamento a várias formas de desigualdades conjugadas, como o racismo,

o sexismo e as desigualdades de classe nos bairros que atuam. A nossa hipótese baseia-se em estudos recentes que afirmam que, apesar das desigualdades interseccionais que estas mulheres vivenciam, a afetividade e a sexualidade são campos importantes de expressões de sentimentos, de ressignificações de práticas sócio-culturais de dominação, de novas configurações das relações de gênero, e de enfrentamento às estruturas de dominação vivenciadas em suas trajetórias, cotidianamente, nos bairros e na sociedade baiana a qual participam.

Fanon (1982) assinala a importância de se discutir o racismo como uma ideologia que desumaniza o negro por meio da violência física e simbólica perpetrada no corpo, na imagem, na linguagem, na auto-estima e na afetividade. As experiências afetivo-sexuais de homens e mulheres negros seriam resultantes da interiorização do sistema cultural colonial dominante introjetados em suas mentes e simbolizados nos sistemas de representações sociais instituídos historicamente, como nas imagens e nos discursos produzidos sobre o corpo e a sexualidade do “outro” não-ocidental, visto como não-afetivo.

A afetividade, enquanto um fenômeno psicossocial e cultural

A afetividade foi relegada por muito tempo dos discursos científicos sobre a experiência dos povos racializados, como consequência do racismo epistêmico. A sexualidade, enquanto um campo discursivo institucionalizado, emergiu, segundo Foucault (1976), só no século XIX. Esta serviu para classificar os corpos e controlar a sexualidade através dos discursos médicos, religiosos, educacionais e da própria ciência moderna.

O antropólogo Kabenguele Munanga (2004), ao estudar a história e o conceito de miscigenação, argumenta que no Brasil, e em outros países, foi nos corpos das mulheres negras escravizadas que as ideologias raciais foram perpetradas. Foi no bojo da institucionalização dos saberes sobre o “sexo” e a sexualidade dos indivíduos na chamada modernidade que o pensamento científico ocidental passou a observar e controlar os corpos das mulheres negras e indígenas sobre a ótica da eugenia, da sexualidade, da racialização e do cristianismo.

A sexualidade das mulheres negras, indígenas e mestiças era vista como uma ameaça à ordem social vigente porque, segundo Stoclke (2006), as mulheres possuíam uma sexualidade “desenfreada”, impura e amoral, portanto, passível de intercurso sexual com homens brancos europeus de prestígio social. Tal concepção sobre a sexualidade das mulheres negras no imaginário coletivo

atual continua a reproduzir certos estereótipos preconceituosos sobre os seus desejos sexuais, sem atentar para a dimensão afetiva e outros fluxos de sentimentos que não se encerram na ideia do “sexo”, e sim de uma sexualidade que pode ser vivida de várias formas, como assinalou Giddens (1993), ao introduzir o conceito de “sexualidade plástica”, sem necessariamente, impor um modelo pré-concebido dos corpos negros femininos racializados e hiper-sexualizados.

A sexualidade, na definição de M. Foucault, é um dispositivo de poder de controle bio-político das instituições sociais modernas sobre os corpos dos indivíduos considerados “anormais”. Se o conceito de sexualidade emergiu no século XIX como um atributo da individualização do mundo moderno, o conceito de afetividade como um vetor explicativo do comportamento dos povos “não civilizados” só emergiu no meio dos discursos científicos nas Ciências Sociais, a partir dos meados do século XX.

Os estudos sobre a afetividade e as emoções tem sido tradicionalmente foco de interesse das teorias da Psicologia³. Nas Ciências Sociais, em especial na Antropologia, essa discussão está presente nos primeiros trabalhos do antropólogo Bronislaw Malinowski (1973). De lá para cá, o lado emocional e afetivo das relações sociais tem sido foco de preocupação nas pesquisas antropológicas. Mas, se por um lado, a afetividade desponta como um tema que vem merecendo atenção na antropologia contemporânea, não é menos complexo a forma de abordá-lo.

Marcel Mauss (1979), na *Expressão Obrigatória dos Sentimentos* revela a falsa dicotomia entre “eu individual” e o “eu social”, chamando atenção para as várias expressões dos sentimentos como fenômenos sociais e não exclusivamente psicológicos. Outros autores têm chamado atenção para a ambiguidade em definir “emoções”. Lutz e White (1986) observam que o estudo sobre o tema reflete uma tensão entre as diversas escolas de pensamento na antropologia. Essas abordagens sobre as emoções acompanham as tensões clássicas e contemporâneas acerca da noção de cultura, entre o particular e o geral, indivíduo e cultura, razão e emoção, subjetividade e objetividade e outras.

Numa tentativa de estabelecer uma mediação entre a cultura e os sentimentos individuais, os trabalhos de Michele Rosaldo (1984) são pioneiros com relação às novas abordagens sobre as emoções.⁴ Segundo essa autora, tal

3 Vejam as teorias de Wundt e William James sobre as emoções em Solomon, R. The Jamesian theory of emotion in Anthropology. In Shweder, R.A and Levine, R.A (eds.) Culture Theory – Essays on Mind, Self, and Emotion. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

4 Ver os autores: Levy (1984); R.Rosaldo (1984); Myers(1979); Spiro (1984).

mediação é possível a partir da conexão das experiências do *self* com a produção cultural. A interação entre os dois elementos permitiria a negociação e a construção dos significados pelas pessoas no relacionamento umas com as outras. Rosaldo (1984) coloca que as emoções seriam é uma “chave” para compreender de que forma certos aspectos sobre a vida emocional e afetiva dos indivíduos estão relacionados aos nexos sociais e aos códigos culturais, acentuando que toda linguagem sobre a emoção, também, envolve atributos culturais.

Sendo assim, é possível entender determinadas experiências emocionais, como as experiências afetivas e sexuais entre mulheres negras, e, ao mesmo tempo, informar outras dimensões da estrutura social como o seu entrelaçamento com as questões de gênero, raça, classe social e outras formas de poder historicamente situadas. A partir dessa compreensão, adotamos o conceito de afetividade como um campo possível que abriga várias formas de relações sociais, entre essas as relações de gênero, raça, classe, sexualidade e outras categorias, sendo indissociáveis. Dentro destas perspectivas analíticas é que situamos a importância do campo dos estudos de gênero e raça como campos epistemológicos centrais aos estudos sobre as Mulheres Negras brasileiras e sua interseccionalidades com as questões de gênero, raça, classe, afetividade, sexualidade e poder.

Interdisciplinaridade e a interseccionalidade nas categorias gênero e raça

Se gênero é uma categoria útil para análise histórica (SCOTT, 1991) e “significa o saber sobre as diferenças sexuais” (ID, 1994; p.12), faz-se necessário, segundo Scott, entender como esses saberes são construídos e como representam ideias, instituições, estruturas, rituais e relações sociais sobre tais diferenças, assim, não há primazia da categoria gênero em uma área específica e exclusiva do conhecimento, seu alcance analítico é amplo justamente porque permite-nos dialogar para além da fronteiras fixas de um determinado campo de saber. Este campo de conhecimento reclama um olhar interdisciplinar e interseccional porque os sujeitos são plurais e estas categorias tem uma centralidade, uma relevância social e política para ampliar os estudos sobre este tema ainda inexplorado nas pesquisas sobre gênero na Bahia Alguns estudos têm enfatizado a importância de se levar em consideração duas ou mais categorias nos estudos sobre gênero, entretanto só recentemente foram incluídos em suas análises a articulação entre os três eixos: gênero-raça e classe, sugerindo uma “paridade entre os três termos que na verdade não existe”.

A crítica dos estudos feministas na década de 1970 foi fundamental aos avanços dos estudos de gênero na contemporaneidade, a divisão do trabalho sexual entre homens e mulheres e suas desvantagens em termos salariais, a questão do corpo e da sexualidade e do poder político foram temas prementes nas denúncias do feminismo. Segundo Scott (1991), a utilização do conceito de gênero nas Ciências Sociais e em outras áreas de conhecimento deu-se a partir da crítica interna aos estudos feministas abrindo novas perspectivas epistemológicas para investigar as diferenças e identidades múltiplas do sujeito feminista que até então encontrava-se subsumido por uma ideia homogeneizadora e isomorfa do sujeito Mulher, surge assim o chamado feminismo da segunda onda e posteriormente o da terceira onda que aporta um campo discursivo sobre as mulheres negras principalmente nos Estados Unidos da América.

Constituição do campo dos estudos de gênero e raça e a teoria do Ponto de vista

Com base epistemológica das teorias do “ponto de vista” (Standpoint Theory) produzidas pelas intelectuais negras feministas estadunidenses, nos anos 80, estes estudos enfatizaram a necessidade de pensar as diferentes experiências históricas das mulheres - inclusive o próprio feminismo “branco, de classe média e heterossexual” que sustentava a tese de uma experiência única e universal feminina. Tal formulação não avaliava o impacto e nem a articulação das categorias de gênero-raça-classe e outras, como orientação sexual, na constituição histórica das mulheres em contextos específicos e diferenciados. Segundo Dona Haraway (1990), a política das diferenças ou de identidades, produzidas nos anos 80 por esses novos sujeitos, foi importante para desconstruir a noção totalitária da identidade única, isomorfa do feminismo.

Ribeiro (1995), ao analisar a trajetória do Movimento de Mulheres Negras no Brasil contemporâneo, assinalou a importância de se entender a especificidade e as diferenças entre as mulheres negras e brancas no interior do movimento feminista mais amplo. Para essa autora, um dos problemas do feminismo foi negar à especificidade das mulheres, não reconhecida nas agendas políticas mais gerais dos Encontros Feministas dos anos 60 e 70. Ribeiro (1995, p. 448-449), citando Bairros, aponta uma dessas críticas:

Quando a mulher negra percebe a especificidade de sua questão, ela volta-se para o movimento feminista como uma forma de se

armar de toda uma teoria que o feminismo vem construindo e da qual estávamos distanciadas. Nesta procura coloca-se um outro nível de dificuldade [...] questões soavam estranhas, fora de lugar nas cabeças da mulher negra [...] falava-se da necessidade de a mulher pensar o próprio prazer, conhecer o corpo, mas reservava-se à mulher pobre, negra em sua maioria, apenas o direito de pensar na reivindicação da bica d água.

As reivindicações das negras não estavam em consonância com os projetos políticos de emancipação do feminismo; havia um desencontro histórico entre ambos. Enquanto as feministas brancas lutavam pelo direito ao aborto e pelo celibato, as negras denunciavam o processo de esterilização contra as mulheres negras e pobres. Enquanto algumas correntes do feminismo⁵ criticavam o casamento formal, a constituição de família, as mulheres negras falavam de “solidão” e da ausência de parceiros fixos, denunciando, assim, o racismo e o sexismo”.

Hooks (1995) analisando esta “contradição” em sociedades fundadas sobre o racismo, sexismo, classicismo e capitalismo, refere-se às experiências culturais diversas entre e das mulheres, especialmente, ao ato de amar, afirmando que é sobre o ato de amar e ser amada que se alojam as hierarquias sociais prescritas e as representações elaboradas a respeito do corpo da negra/mestiça, estruturando suas escolhas, sua afetividade e sexualidade. É tentando desafiar estas hierarquias sociais, que as teorias do feminismo negro possibilitam entender como certas realidades e sistemas classificatórios de mundo são modificados e ressignificados nas várias experiências das mulheres, neste contexto então, no marco na ressignificação do lugar das mulheres negras que intelectuais e ativistas do feminismo negro no contexto norte-americano questionaram a primazia dessas categorias “mulher”, “homem e mulher”, “masculino e feminino” como entidades universais e duais. Criticaram a homogeneização da categoria mulher branca, de classe média e heterossexual, assim como o movimento gay e lésbico reclamavam a sua invisibilidade nas formulações das teorias do feminismo e nas agendas políticas desses movimentos. (BUTLER, 1990; HARAWAY, 1991)

5 Refiro-me às correntes mais radicais, ver o balanço desta bibliografia sobre o Feminismo em: Franchetto, Bruna; Cavalcanti, Maria L. Heilborn, Maria. L. *Antropologia e feminismo*. Grosz (2000); Moreira (2007).

Foi nesse contexto do *Black Feminism* que as *Standpoint Theory* deu uma contribuição importante para introdução das categorias de gênero, raça e classe nos escritos feministas, desestabilizando a noção do sujeito uno “mulher”, atendendo para as várias identidades construídas pelas mulheres negras em diferentes contextos sociais e históricos. (BAIRROS, 1995), esta autora ao analisar os principais fundamentos do feminist standpoint chama atenção para a interconexão que deve haver entre raça, gênero e classe social, colocando:

[...]Uma mulher negra trabalhadora [...]experimenta a opressão a partir de um lugar, que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual, racista e sexista.
BAIRROS (1995, p. 461)

Nesta concepção, não existe uma identidade única, homogeneizadora de “ser mulher”. Castro (1991), numa linha semelhante, critica os estudos feministas e o feminismo tradicional que advogam “teses calcadas nos essencialismos”, sem perceber a dinâmica dos vários sistemas sociais que se inter cruzam, o que autora denomina de “alquimia de categorias sociais”, que seriam de entender como sujeitos concretos percebem e reelaboram os sistemas de opressão – raça, gênero, geração e classe social – em suas trajetórias por práticas sociais e projetos específicos. (CASTRO, 1991, p. 7-8)

De acordo com essas formulações, compreende-se que não é possível se falar em sobredeterminação de uma ou outra categoria, de exclusão, ou até mesmo de adição, mas pensar em relações que se processam mutuamente em contextos socioculturais específicos. O que refutaria, por exemplo, certas concepções do feminismo ou do feminismo negro ou do movimento de Mulheres Negras no Brasil que tendem, em seus discursos, aniquilar as diferenças internas quando afirmam que “basta ser mulher” ou “basta ser negra”, como se as categorias de raça e gênero não fossem recortadas pela classe social, pela geração, orientação sexual, por interesses pessoais, projetos políticos e sociais distintos dos feminismos.⁶

6 Essa compreensão, também, tem sido levada a sério no interior das lutas feministas mais gerais na atualidade. Um exemplo elucidativo é o artigo de Kimberlé Crenshaw sobre o abuso dos direitos humanos relativos às mulheres e ao gênero. Segundo essa autora, ativista dos direitos humanos, é fundamental pensar as questões relativas ao gênero de forma interseccional não só em relação às diferenças inter-grupos, mas também pensar as diferenças intra-grupos, ou seja, entre as próprias mulheres. Crenshaw utiliza o conceito de interseccionalidade para dar conta dessas diferenças. Ver,

Acreditamos que as teorias do Standpoint (COLLINS, 1989) e o conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) podem fornecer a chave interpretativa de uma abordagem que resgate a perspectiva teórica e prática dos sujeitos feministas, sem perder de vista a análise relacional da categoria gênero e da categoria “mulheres”.

A partir do exposto afirmamos a contribuição do campo dos estudos de gênero e da epistemologia do feminismo negro como suportes analíticos e interpretativos na análise da interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) dos eixos estruturantes propostos – afetividade- sexualidade das mulheres negras lideranças de classes populares. De acordo com a ativista Kimberlé Crenshaw (2002), a interseccionalidade é um conceito que visa articular dois ou mais sistemas de opressão no entendimento das experiências histórico-sociais, culturais e políticas dos grupos de mulheres, sem cairmos na armadilha de abdicarmos do ponto de vista dos sujeitos cognoscentes. Sob esta ótica, gênero e mulher não são categorias excludentes e dicotômicas e podem ser relacionais e mapeadas tanto pelas teorias do gênero quanto pelas teorias do feminismo negro.

Já a antropóloga e feminista negra Lélia Gonzales (1982) como uma das primeiras autoras a criticar as abordagens que reproduziam uma visão estereotipada sobre o corpo e a sexualidade das mulheres negras, no artigo intitulado, racismo e sexismo na cultura brasileira, ressalta a perversa articulação entre racismo e sexismo presente no imaginário cultural. Para esta autora, só havia dois papéis em termos de representação social para a mulher negra exercer na sociedade, nas produções discursivas da Ciência, na literatura, nas artes, em geral, era o de “mulata tipo exportação” e o da “doméstica”, algo muito próximo à imagem da mulher escravizada da época colonial. A exaltação dos atributos físicos e sexuais do corpo feminino negro hipersexualizado e erotizado vem sendo objeto de denúncias constantes pelas intelectuais, feministas negras e pesquisadoras do campo dos estudos de gênero. A crítica mais recorrente tem sido em torno do debate sobre a constituição do pensamento científico androcêntrico, sexista e racista na produção das Ciências Humanas e Sociais brasileiras e em outros contextos sociais.

Após a publicação dos primeiros escritos de González sobre a mulher negra brasileira, outros trabalhos foram escritos sobre esta mesma questão. A ativista Suely Careiro (1995) também abordou e criticou as representações

Kimberlé Crenshaw - *Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero* (2002).

negativas e os estereótipos socialmente elaborados sobre o mito da sexualidade e afetividade das mulheres negras no cenário nacional. Valendo-se da crítica das obras de Gilbert Freyre e de outras abordagens, a autora enfatiza sobre o impacto do racismo e do sexismo na construção da ideia da nação brasileira, cujas bases de constituição ideológicas estariam assentadas sobre as hierarquias de gênero e raça. A ideia do mito decantado ou a fábula das três raças à brasileira (Da MATTA, 1998), segundo a autora, retirariam qualquer possibilidade de contestação das relações desiguais entre negros e brancos e das hierarquias existentes nas relações de gênero. Carneiro analisa que o mito da democracia racial funciona como uma tentativa de desmantelamento das lutas anti-racistas e da luta do feminismo negro contra as múltiplas opressões em que as mulheres negras estariam submetidas. A autora afirma que a figura da “mulata” ou da “mãe preta” ou da mulher negra / mestiça “erotizada” impediriam que as mesmas ultrapassassem as barreiras sociais que lhes foram impostas, pois esses significados sobre a cor/ raça, corpo e sexo das mulheres negras legitimariam sua exclusão de outros espaços sociais e de poder devido a naturalização desse papéis sociais.

Para Bairros (1995), a situação das mulheres negras só pode ser compreendida através de uma análise multidimensional que aborde as suas singularidades históricas. Uma das consequências do machismo e do sexismo conjugados estariam em negar essa especificidade, tanto no campo dos estudos de gênero, onde era flagrante a ausência do debate racial, quanto no campo de estudos das relações raciais, em que a análise sobre o sexismo era desconsiderada.

Sendo assim, a identidade da mulher negra não pode ser isomorfa, ser negra implica compartilhar dois ou mais sistemas de subordinação, ao mesmo tempo, de “ser negra através do gênero e de ser mulher através da raça”. Nesse sentido, é essencial identificar a importância desse pensamento para analisarmos porque quando se investiga a vida das mulheres negras a construção discursiva e o imaginário social limitam ou ignoram outras representações e práticas sociais em relação à positivação do seu corpo, estética, sexualidade e afetividade e outros lugares sociais?

Conclusões

Como demonstram as autoras mencionadas acima, o lugar das mulheres negras não pode restringir-se aos estereótipos do servilismo social e sexual, ou então, às imagens da “mulata boa” que alimenta o turismo sexual, ou a “cor

do pecado”, ou a “encarnação do diabo” como salientaram as autoras Gulliam (1995) e Hooks (1995) ao analisarem as representações iconográficas ocidentais sobre as mulheres negras e à sexualidade.

A ênfase na produção nas análises interseccionais nos estudos sobre gênero e raça e outros marcadores são recorrentes, sobretudo depois da publicação e tradução do texto de Kimberlé Crenshaw (2002) por feministas negras brasileiras na Revista Estudos Feministas. O conceito de interseccionalidade como um campo analítico-metodológico tem sido a principal ferramenta conceitual de tais estudos sobre as mulheres negras.

O tema da afetividade e da sexualidade das mulheres negras é um tema ainda pouco pesquisado no Brasil. Apesar de alguns artigos escritos sobre o tema, Pacheco (2003; 2006) acentua a dificuldade em estudar este tema nas Ciências Sociais brasileiras por constatar uma lacuna ou ausência de estudos que focalizassem a afetividade associada a recortes de gênero e raça. Outra observação da autora é introduzir um conceito que epistemologicamente e antropológicamente não vem sendo utilizado nas análises das experiências sócio-culturais das populações negras e nem das mulheres negras no Brasil. Essas ausências podem sinalizar outras formas de silenciamento e de percepção da sociedade brasileira na negação da afetividade como uma categoria humanizadora nas pesquisas sobre às populações negras, diferentemente dos estudos que focalizam apenas a sexualidade como uma única experiência hegemônica possível dos negros e das mulheres negras brasileiras; negando a estas últimas outras expressões de sentimentos, que merecem ser estudadas, como a solidão afetiva, por exemplo, (PACHECO, 2008 e 2013).

E, finalmente, ainda que pesem estas contribuições acima mencionadas na problemática aqui abordada; tais estudos, sobre a afetividade e a sexualidade de mulheres negras lideranças de classes populares precisam ser pesquisadas na atualidade na cidade de Salvador, pois percebe-se que poucos estudos atentam para essa multidimensionalidade das imbricações dos marcadores sociais.

6. Referências bibliográficas

AGIER, Michel. O sexo da Pobreza: homens, mulheres e família numa “avenida” em Salvador da Bahia. *Tempo Social*, Revista Sociologia USP, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 35-60, 2.sem. 1990

AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social*, 2ª edição. Salvador: EDUFBA, 1996 [1955]

BAIROS, Luíza. Nossos feminismos revisitados, *Revista Estudos Feministas*, V.3, nº 2, IFCS / UFRJ, R.J, 1995.

BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, New York, Routledge, 1990.

CASTRO, M.G. *Alquimia de categorias sociais na produção de sujeitos políticos* (Gênero, raça e geração entre líderes do sindicato de trabalhadores domésticos em Salvador), XV Encontro Anual da ANPOCS, GT “Relações Sociais de Gênero”, Caxambu, MG, 1991.

COLLINS, Patrícia Hill. The social Construction of Black Feminist Thought, *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 14, nº 04, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero, *Estudos Feministas* (01) 2002; p.171-263.

CRUZ, Isabel Cristina F. da. A sexualidade, a saúde reprodutiva e a violência contra a mulher negra: aspectos de interesse para assistência de enfermagem. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, V.38, n.4, São Paulo, 2004. Acesso:http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342004000400011&script=sci_arttext

FANON, Franz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*, tradução de Maria Adriana da Silva Caldas, Ed. Fator, Rio de Janeiro, 1983.

FOUCAULT, M. *Histoire de la Sexualité I: la volonté de savoir*. Paris: Galimard, 1976.

GARCIA, Antonia dos Santos. *As mulheres da cidade d’Oxum: relações de gênero, raça e classe e organização do movimento de bairro em Salvador*. Salvador. EDUFBA, 2006a

_____. *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade de d’Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum*. (Tese de Doutorado, UFRJ, 2006b, 403p.)

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos, *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo: ANPOCS, 1982.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Raça e os Estudos de Relações Raciais no Brasil, *Novos Estudos CEBRAP*, nº 54, julho de 1999.

HARAWAY, D. J. *Ciência, Cyborgs y Mujeres*. La reinvencción de la naturaleza., Madrid: Cátedra, Universitat de València e Instituto de la Mujer, 1991.

HARDING, Sandra. A instabilidade de categorias analíticas na teoria feminista, *Estudos Feministas*, (7), n.1, 1993, pp.7 – 31.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. *Revista Estudos Feministas*, IFCS, V.3, nº 2 , 1995.

IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA). Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil, 2013. Acesso: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>.

LUTZ, C & WHITE, G. *The Anthropology of emotions*, *Annual Reviews Anthropol*, 1986.

MACÊDO, Márcia S. *Tecendo os fios e segurando as pontas: trajetórias e experiências entre mulheres chefes de família em Salvador*. Dissertação (Mestrado em Sociologia, UFBA, 1999, 185p.).

MALINOWSKI, B. *Los Argonautas del Pacífico Occidental* – un estudio sobre comercio y aventura entre los indígenas de los archipiélagos de la Nueva Guinea melanésica, Ediciones península, Barcelona, 1973.

MAUSS, M. L'expression obligatoire des sentiments. *Essais de Sociologie*, Éditions de Minuit, 1968, 1969, Paris.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil* – identidade nacional versus identidade negra, Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PACHECO, A.C.L. *Mulher negra: afetividade e solidão*: Salvador: EDUFBA, 2013, p.382.

_____.Raça, gênero e relações sexual-afetivas na produção bibliográfica das Ciências Sociais brasileiras - um diálogo com o tema. *Afro-Ásia*, 34 (2006), pp.153-188.

_____.Raça, gênero e escolhas afetivas: uma abordagem preliminar sobre solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia, *Temáticas*, Campinas, 11(21/22): 11-48, jan./dez.2003,pp.11-48.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing, *Revista Estudos Feministas*, IFCS/ UFRJ, p 446.

ROSALDO, Michelle. Toward na Anthropology of self and feeling in Shweder, R.A and Levine,R.A .(eds.) *Culture Theory- Essays on Mind, Self , and Emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

SANTOS, Martha Rocha dos. *Arranjos familiares e desigualdades raciais entre trabalhadores em Salvador e Região Metropolitana* (1987-1989). (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1996).

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16 (2): 5-22, jul / dez, 1990.

STOLCKE, Verena. O enigma das interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade- a formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14 (1), 336, jan-abril, 2006.

SUBORDINAÇÃO INTERSECCIONAL – SER MULHER TRANS E NEGRA

Camila Pina Brito
milla_mpb@hotmail.com

Marcos Lopes de Souza
*Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia,
markuslopessouza@gmail.com*

Resumo: Este trabalho objetiva, por meio de análises de discursos presentes nas falas de Julia Helena, Sellena e Zelza, traçar reflexões sobre suas vivências a partir da interseccionalidade entre gênero e raça. Para tanto, realizamos o diálogo entre o material empírico produzido por meio de entrevistas narrativas e discussões empreendidas por pesquisadoras e ativistas do feminismo negro, transfeminismo e afrotransfeminismo, a citar: Kimberlé Crenshaw, Bell Hooks, Valeska Dominik, Laverne Cox, Lélia Gonzales e Neusa Santos Souza. O artigo apresenta a seguinte estrutura: Introdução, onde justificamos a importância da temática e apresentamos nosso principal objetivo; metodologia, onde explicamos os caminhos que trilhamos a partir de uma abordagem qualitativa, cujo material foi produzido por meio do método da entrevista narrativa e cujas análises se centrou na abordagem foucaultiana de destacar os discursos que emergem das falas das sujeitas da pesquisa; resultados e discussões, que dividimos em dois tópicos intitulados: “Discriminações sobrepostas – Uma abordagem interseccional” e “Mulher trans... e negra?”, em que analisamos as falas com ajuda do referencial teórico; e, por fim, a Conclusão, onde defendemos a necessidade de as vivências das mulheres trans negras serem discutidas através de uma abordagem interseccional.

Palavras-chave: interseccionalidade; gênero; raça; mulheres trans negras.

Introdução

Em relatório recente, a organização americana Global Rights (2012) divulgou a situação de violação dos direitos humanos das mulheres brasileiras trans e negras e evidenciou a ausência de dados e a invisibilidade a que está submetida essa população. Com base no relatório, a Corte Interamericana de Direitos Humanos acolheu denúncia realizada com o objetivo de cobrar das autoridades brasileiras uma resposta.

A ausência de dados e a invisibilidade em que se encontram as mulheres trans negras no Brasil se confirmam por meio de uma investigação que realizamos no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital de Teses e dissertações (BDTD). Na CAPES, ao inserir a palavra “transexualidade” foram encontrados 11 registros; com “mulheres trans” 12; com “mulheres transexuais” 4, já com a palavra “travestis” o número de trabalhos é bem maior, 53 pesquisas publicadas. Foram inseridas as mesmas palavras na BDTD, e os números encontrados foram: 27 pesquisas com o termo “transexualidade”; 42 publicações com a palavra “mulheres trans”; 17 registros para “mulheres transexuais” e 99 teses e dissertações com o vocábulo “travestis”.

Foi empreendida ainda uma busca com as palavras “trans negras”, “travestis negras” e “transgeneridade”, porém não há registro de publicação de pesquisas tanto no banco de teses e dissertações da CAPES, quanto da BDTD. Diante da ausência de investigações sobre as mulheres trans, transexuais e travestis negras, torna-se imprescindível nos debruçarmos sobre a temática.

Nas sociedades de diáspora africana, como a nossa, a segregação racial influencia na forma como as outras hierarquias são estabelecidas, ou seja, uma mulher trans negra ocupará uma posição hierárquica inferior da mulher trans branca. Essa tripla discriminação, também descrita como “discriminação composta” ou “cargas múltiplas” (CRENSHAW, 2002b) resulta no alto índice de analfabetismo e marginalização dessa população.

Logo, torna-se necessário para discussão relacionar o impacto do racismo nas opressões de gênero, o que se faz possível por meio do conceito formulado por Kimberlé Crenshaw de *interseccionalidade*.

A descaracterização das mulheres trans negras, apontadas frequentemente como “ilusionistas femininas” ou trabalhadoras do sexo, faz com que se atribua às mesmas o papel de “transexual trágica”, que leva para a comunidade negra o peso da “violência anti-trans”. O resultado é a invisibilização da mulher trans na

comunidade e a conseqüente dificuldade das crianças em encontrar referências em seu grupo racial para facilitar a sua compreensão acerca das questões de gênero.

A invisibilização da mulher trans negra pode ser compreendida como um problema de subinclusão, pois por ser trans e negra as discriminações de identificação de gênero e racial não são compreendidas enquanto um problema de gênero por não atingirem as mulheres dos grupos dominantes (brancas e cisgêneras), sendo igualmente ignoradas no grupo étnico ao qual estão inseridas, por não alcançarem os homens negros.

A vivência das mulheres trans sofrerá variação de acordo com o grupo racial ao qual pertençam. A opressão vivida pelas mulheres trans negras é interseccional, recaindo sobre as mesmas o racismo, a misoginia, a transfobia e o classismo, o que impacta tanto nos níveis de escolaridade, quanto nas possibilidades de participação no mundo do trabalho.

O patriarcado capitalista com supremacia branca incutiu a ideia de que a negra era só “corpo sem mente”, enraizando a imagem dela enquanto símbolo sexual, como aberração primitiva, descontrolada, prostituta, o que torna o domínio intelectual um lugar interdito. (HOOKS, 2005)

As mulheres trans igualmente suportam a sua hipersexualização, objetos do prazer alheio, muitas vezes compreendidas como sinônimo de profissional do sexo, cuja humanização e capacidade intelectual precisam ser constantemente provadas, ou seja, a vivência educacional também lhes é negada. Em se tratando de mulheres trans negras, forma-se a teia de opressões em que, ao lado da transfobia e do sexismo, opera o racismo, o que faz, para essas mulheres, sobreviver uma tarefa extremamente penosa.

Por tratar-se de uma múltipla discriminação, percebe-se o risco de somente o aspecto mais imediato da discriminação ser percebido e a estrutura que coloca essas mulheres na posição de ‘receber’ tal subordinação permanecer velada. Por essa razão este trabalho se propõe a realizar uma abordagem interseccional na discussão acerca das vivências das mulheres trans negras.

Este artigo faz parte da pesquisa que estamos desenvolvendo no Programa de Pós graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, onde objetivamos investigar as práticas discriminatórias, no que concerne à identificação de gênero e raça, vivenciadas pelas mulheres que se autoidentifiquem como trans negras presentes nos espaços formais de educação. Contudo, neste momento, nosso intento é defender a importância das reflexões referentes às existências das mulheres trans negras serem realizadas a partir de uma abordagem interseccional em gênero e raça.

Metodologia

O material empírico foi produzido por meio da entrevista narrativa, um método de pesquisa qualitativa, por defender que esta seja uma opção que preserva “perspectivas particulares de uma forma mais autêntica” (BAUER; JOVCHELOVITCH, 2014, p. 91). Por meio das narrativas “histórias são escritas e identidades são discursivamente produzidas” (SANTOS ANDRADE, 2014, p. 182).

Nesta pesquisa, ao escolher trabalhar com a entrevista narrativa não foi elaborado um roteiro de questões. Destaquei apenas o tópico central da entrevista: as práticas discriminatórias vivenciadas pela entrevistada, no que concerne à identidade de gênero (identificação como mulher trans) e raça (identificação como mulher negra), durante a sua trajetória escolar, em especial no ensino superior, incluindo a relação com colegas, docentes e funcionárias/os. A partir desse tópico, pedi que a entrevistada narrasse como foi essa vivência para ela.

Utilizamos, com o consentimento das entrevistadas, recursos de gravação de áudio e imagem, o que facilitou o registro das entrevistas e a posterior transcrição. Segundo Bauer e Jovchelovitch (2014), a transcrição, ainda que seja um processo cansativo e monótono, deve ser o primeiro passo na análise de narrativas, pois é extremamente útil na apreensão do material e interpretação do texto. A atividade transcritiva não se encerra na fala crua das colaboradoras, é preciso que se observe também o tom da voz, as pausas, dentre outras características paralinguísticas, para que estudemos as histórias não apenas no que se refere ao seu conteúdo, mas também quanto a sua forma retórica.

As transcrições foram reunidas com as anotações feitas durante as entrevistas e posteriormente analisadas com o instrumental teórico, com o objetivo de suscitar o debate acerca da necessidade de as vivências das mulheres trans negras serem discutidas a partir de uma abordagem interseccional.

Utilizamo-nos das perspectivas foucaultianas acerca do discurso para realizar a análise do material produzido. Para Foucault (2004), o discurso é “a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos” (p. 49). Os discursos, para o referido autor, “devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem”. (FOUCAULT, 2004, p. 52-53)

Assim, buscamos perguntar ao texto o porquê de algo ter sido dito (daquela forma e não de outra) por aquela pessoa, em que tempo e local o discurso se localiza, quais os discursos jurídicos, médicos, religiosos que permeiam as falas,

entendendo as entrevistadas como efeitos desses discursos e não como suas produtoras originárias. “O sujeito da linguagem não é um sujeito em si, idealizado, essencial, origem inarredável do sentido: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem” (FISCHER, 2001, p. 207).

As sujeitas da pesquisa foram três mulheres que se autoidentificaram como trans e negras com idade a partir dos 18 anos, residentes no estado da Bahia. Por ter sido um desejo manifestado por elas, no decorrer deste trabalho, utilizaremos os nomes reais para apresentar minhas interlocutoras e suas vivências. Assim, a construção deste trabalho se deu a partir das análises das narrativas de Zelza, Julia Helena e Sellena.

Resultados e discussões

Discriminações sobrepostas – Uma abordagem interseccional

“Quando você é trans e negra você sofre duas vezes e o ataque é ainda mais forte. Por ser trans, te desrespeitam pela sua identidade e falam tudo o que as pessoas já sabem. Mas quando se é trans e negra... Bom, as pessoas me agridem de uma maneira que eu não gostaria de citar aqui. Hoje, posso dizer que sofro mais racismo que a transfobia. O racismo pesa mais, até porque ele vem do próprio mundo trans. A prova está quando eu fui eleita e... Os comentários de muitas trans estão aí na internet para quem quiser ver. É triste porque acaba sendo um grupo discriminado discriminando o outro.”

(Valeska Dominik, 2014)

As visões tradicionais de discriminação racial e de gênero costumam partir do pressuposto de que estamos falando de categorias diferentes de pessoas. “A visão tradicional afirma: a discriminação de gênero diz respeito às mulheres e a racial diz respeito à raça e à etnicidade” (CRENSHAW, 2002a, p. 9). O grande problema dessa abordagem é ignorar que nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas, mas sim com grupos sobrepostos, a exemplo da primeira mulher negra a receber a faixa de Miss T Brasil. Valeska Dominik é mulher transexual negra e não tem como se despir de nenhuma de suas identificações sociais e lidar com uma opressão por vez, portanto sua vivência só pode ser compreendida a partir de uma abordagem interseccional.

O conceito de interseccionalidade é de autoria de Kimberle Crenshaw, professora, pesquisadora e ativista norte-americana nas áreas dos direitos civis, da teoria legal afro-americana e do feminismo. Kimberle desenvolveu suas pesquisas pensando, principalmente, na intersecção das opressões de gênero e raça a que estão sujeitas as mulheres negras.

A interseccionalidade, também descrita como discriminação composta, cargas múltiplas ou como dupla (ou tripla) discriminação, é uma conceituação que busca capturar as dinâmicas e consequências entre dois ou mais eixos de subordinação. Trata do modo como os múltiplos sistemas discriminatórios promovem desigualdades que constituem aspectos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002b).

A autora apresenta algumas colisões que atingem as mulheres negras: a discriminação contra grupos específicos, que é uma discriminação que busca as mulheres interseccionais; a discriminação mista ou composta, que é o efeito conjugado das discriminações de raça e de gênero; e a discriminação estrutural, onde não há uma discriminação ativa, é o peso combinado das estruturas raciais e de gênero que marginalizam as mulheres que estão na base da hierarquia (CRENSHAW, 2002a).

Acontece que essa discriminação está invisibilizada nos movimentos políticos e das políticas de intervenção. Crenshaw (2002a) problematiza: “Por que é tão difícil incorporar essas questões de discriminação interseccional a algumas maneiras tradicionais de se pensar as discriminações raciais e de gênero?” Crenshaw (2002a) vai dizer que se pegarmos duas fotografias de uma marcha, nos Estados Unidos, uma em defesa das mulheres dos direitos ao aborto, notaremos que as líderes são brancas, e a outra pelos direitos civis veremos na liderança homens negros. É possível que esse exercício obtenha o mesmo resultado no Brasil, e se o repetirmos em uma marcha organizada pela comunidade LGBT, quem esteja à frente seja um homem cisgênero gay branco.

Para que se consiga avanços de direitos, é propagada a ideia de que se deve priorizar uma questão de cada vez, e a pauta eleita em cada movimento é a do subgrupo dominante dentro do grupo marginalizado, e assim algumas questões ficam subincluídas. A subinclusão acontece quando um problema enfrentado pela parcela mais marginalizada é desprezada em função de não atingir a parcela dominante desse grupo.

Crenshaw (2002b, p. 175) destaca também o fenômeno da “superinclusão” ou “apropriação indébita”, que ocorre quando um problema específico da parcela mais marginalizada é encarado como um problema geral da comunidade.

Em suma, “nas abordagens subinclusivas da discriminação, a diferença torna invisível um conjunto de problemas; enquanto que, em abordagens superinclusivas, a própria diferença é invisível” (CRENSHAW, 2002b, p. 176).

Mulher trans... e negra?

“Me achar bonita numa cultura em que padrões de beleza feminina brancos ainda são a norma, eu continuo achando desafiador. Me dizem que sou bonita há anos e eu ainda não acreditei realmente em meu coração que eu sou. Eu tenho questões de meus traços serem “femininos o bastante” para alcançar os padrões do meu próprio olhar crítico duro bem como das percepções de outrxs. Pelos anos andando pelas ruas e não ser percebida como uma mulher não-trans, por exemplo, significaram para mim em minha mente que eu não sou “bonita o bastante.” Conforme eu fui evoluindo e crescendo eu percebi que passar e beleza não têm nada a ver uma com o outro. Mas nas muitas vezes que tenho contemplado a cirurgia de feminização facial (CFF) [FFS, facial feminization surgery], eu estou entristecida em confessar mas parte de meus desejos de parecer mais “bonita”, mais feminina eram para parecer mais branca. Eu estou começando a chorar enquanto escrevo isso. É duro admitir mesmo para mim mesma esse grau intenso de auto-ódio centrado em minha raça. E eu felizmente não tenho como pagar uma CFF. Tô num lugar agora onde me sinto bonita enquanto mulher negra. É algo com quem continuo lutando.”

(Laverne Cox, 2009)

Esse trecho está inserido em uma peça escrita pela atriz Laverne Cox em que relaciona a sua identidade trans com a sua mulheridade negra, mas poderia ser um desabafo de diversas outras mulheres trans negras, que muitas vezes buscam no embraquecimento o reconhecimento de sua feminilidade.

Zelza: então eu precisava comprar um creme, pra comprar um shampoo, dar um relaxamento no meu cabelo, fazer escova, alguma coisa, então tudo isso requer o que? Financeiro, né? mudar minha aparência, né?

Zelza, apesar de contar que não percebe o racismo em suas relações interpessoais, anexou ao seu processo de transição o alisamento do seu cabelo e com essa fala despertou nossa atenção para observar se o mesmo comportamento se repetia nas demais participantes da pesquisa, o que foi confirmado.

Assim, nas entrevistas que se sucederam questionamos se a escolha pelo cabelo escovado decorria de uma preferência estética, e obtivemos as seguintes respostas:

Sellena: então, eu acho que fez parte e somou muito com o meu ideal de feminino, assim, de certa forma existem alguns padrões do que é feminino, do que não é feminino e tal, né? Mas não que esses padrões sejam limites pra mim, mas quando, a fase em que eu me enxerguei melhor, mais lida de acordo com o meu gênero, mais exata em minha mente e de acordo com o meu corpo em si, não só o cabelo, mas quando eu comecei a fazer a hormonização, mas é, a questão do cabelo mesmo, **alisar o cabelo, escovar o cabelo, deixar o cabelo mais padrãozinho porque, é... de certa forma, essa tal passabilidade é uma questão de segurança, às vezes a gente alimenta, se apega a isso, né? porque, tipo, se eu for passável, eu vou tar segura em um ambiente, as pessoas não vão chegar pra me agredir assim com facilidade, a não ser que elas descubram, sabe? E elas só vão descobrir se você contar. Então passa batida como qualquer outra mulher padrãozinho**, aquele estilo americanizado, né? que a gente vê de meninas, mas eu tenho vontade de fazer transição de cabelo de qualquer jeito, de pintar, de fazer..., sabe? De deixar, quando ele crescer mais, quando tiver um alongamento melhor, enrolado, tanto que eu não uso alisante em si, entendeu? Eu uso produtos que com o tempo ele possa voltar a ficar natural, entendeu? Pra que ele possa fechar os cachos, mas até então eu não consigo me ver com cabelo cacheado e me sentir é... exata, de acordo com a minha aparência, sabe?

Julia Helena: na questão mesmo de travesti se aproxima mais do que busco escovado porque se eu deixar crespo natural fica em dúvida aquele padronizar do rosto. **Então devido a essa dúvida que vai criar, não saber se é homem ou se é mulher, eu prefiro optar pelo cabelo escovado, mas se fosse por mim mesmo, por liberdade de expressão, eu escolheria o crespo mesmo, o afro mesmo.** É estilo um compromisso, às vezes a gente não quer se maquiar, mas tem que se maquiar.

Julia Helena e Sellena buscam no cabelo escovado escapar do masculino, o cabelo natural traz para elas e para quem com elas conviviam a lembrança de uma imagem que elas tentam se dissociar. É uma tarefa exaustiva convencer o outro todo o tempo que se é uma mulher. Em alguns momentos elas querem passar despercebidas, não ter o feminino contestado e enfrentar as violências oriundas de serem vistas como mulheres trans, mesmo que isso custe a negação de seu pertencimento étnico.

Julia Helena: **Eu ia voltar a usar trança, cabelo trançado, aí a roda de amigos logo falou: não usa não porque vai ficar parecendo aquilo de novo, aquele homem, não sabia que era homem ou mulher, podia ser tanto um quanto outro.** E uma coisa que em mim eu acabei gostando, acabei me adaptando e até mesmo se identificando com aquela questão daquelas roupas mais chamativas, mais sem forma, mas devido realmente a essa questão de mulher ter que ser mais padronizada, com menos, usar, quanto mais se aproximar do padrão de beleza de uma mulher branca, logo na verdade, logo no popular na verdade agora, tô livre, porque é assim, as vezes a gente diz – rapaz, porque aquela negra se arruma mal. Não é se arrumar mal, é uma roupa mais exótica, mais chamativa, mas embora alguns casos não parece ser tão feminina assim, meu gosto realmente era me vestir daquela forma ali, praquele tipo, mas, devido essa padronização de que tem que ta padronizada, então acaba às vezes recuando. **Até que tem vez que eu esculacho, deixo o cabelo preso, faço cocó e não to nem aí, mas às vezes eu procuro me controlar por causa de certos olhares.**

“Aquilo”, pronome indefinido geralmente empregado para se referir a coisas, objetos, foi a palavra utilizada pela roda de amigas e amigos de Julia Helena para se referir a ela quando ela compartilhou com elas/es o seu desejo de voltar a usar o cabelo trançado. “Aquilo” é algo inominado, não se sabe se é homem, se é mulher. Julia não quer gerar a dúvida, então ela recua. Escovar o cabelo, no seu caso, é um passaporte para ser inserida na categoria humana, sendo “exclusivamente mulher”, negando a fronteira.

É preciso que nos perguntemos: Por que alisar o cabelo faz parte da transição dessas mulheres? Porque elas só se percebem e são lidas como mulheres

de cabelo alisado? Lavern Cox (2009, p. 2) atenta para o fato de que diariamente as mulheres negras sentem “nos olhares e desvios de olhar e nos tons das vozes das pessoas, em revistas de moda e outras representações midiáticas” a incessante depreciação de suas imagens. Bell Hooks nos dirá:

Juntos racismo e sexismo nos recalcam diariamente pelos meios de comunicação. Todos os tipos de publicidade e cenas cotidianas nos aferem a condição de que não seremos bonitas e atraentes se não mudarmos a nós mesmas, especialmente o nosso cabelo. Não podemos nos resignar se sabemos que a supremacia branca informa e trata de sabotar nossos esforços por construir uma individualidade e uma identidade (HOOKS, 2005, p. 7).

A construção da autoestima em uma sociedade que adota o padrão europeu como ideal de beleza é algo extremamente sofrido, especialmente para as mulheres negras que buscam, muitas vezes, o ocultamento de suas características, a exemplo do alisamento dos seus cabelos, com a esperança de diminuir o impacto do racismo em suas vidas. “Essa necessidade de ter a aparência mais parecida possível à dos brancos, de ter um visual inócuo, está relacionada com um desejo de triunfar no mundo branco” (HOOKS, 2005, p. 3). Nesse sentido, indispensável a reflexão trazida por Lélia Gonzales (1984, p. 234):

Tem uma música antiga chamada “Nêga do cabelo duro” que mostra direitinho porque eles querem que o cabelo da gente fique bom, liso e mole, né? É por isso que dizem que a gente tem beiços em vez de lábios, fornalha em vez de nariz e cabelo ruim (porque é duro). E quando querem elogiar a gente dizem que a gente tem feições finas (e fino se opõe a grosso, né?). E tem gente que acredita tanto nisso que acaba usando creme prá clarear, esticando os cabelos, virando leide e ficando com vergonha de ser preta.

Contudo, as falas de Sellena e Julia Helena nos direcionam a compreensão de que as representações culturais que se refletem nos espaços midiáticos, por exemplo, abalam mais que a autoestima das mulheres negras, a ferida é ainda mais profunda. Em nenhum momento elas disseram que alisavam o cabelo porque se sentiam mais bonitas, mas sim mais femininas. De um lado, a invisibilização em personagens que protagonizam as tramas e são valorizadas

pelos atributos físicos e morais, de outro a objetificação, hipersexualização e animalização nos espaços que lhe permitem ocupar; elementos que, juntos, desumanizam – retiram a mulheridade – (d)a mulher negra.

A representação do negro como elo entre o macaco e o homem branco é uma das falas míticas mais significativas de uma visão que o reduz e cristaliza à instância biológica. Esta representação exclui a entrada do negro na cadeia dos significantes, único lugar de onde é possível compartilhar do mundo simbólico e passar da biologia à história (SOUZA, 1990).

A negação do feminino às mulheres trans acontece, independente do grupo racial a que pertençam, são também objetificadas, animalizadas, exotificadas, hipersexualizadas e encontram no imperativo biológico uma das principais fundamentações de negativa para o direito de acessar o status de mulher ‘de verdade’.

Contudo, a objetificação ganha uma dimensão diferente no corpo de uma mulher trans negra. Por exemplo, não é uma novidade que dentre os estereótipos que compõem o corpo negro está a obsessão branca pelo pênis do homem negro que lhe garante uma superpotência sexual, “mas o que acontece nesse contexto cultural quando uma mulher negra está em posse daquele pênis mítico?” (COX, 2009, p. 2), ele se torna um entrave ainda maior para que essa mulher seja reconhecida socialmente de acordo com o seu gênero.

Sem dúvida, as mulheres trans em geral e as mulheres cisgêneras negras guardam similitudes de experiências opressivas e deslegitimadoras em uma sociedade cissexista de supremacia branca como a nossa. Contudo ser mulher trans e negra, diria Valeska Dominik (2014), a Miss T Brasil, é “sofrer duas vezes”, eu diria que o sofrimento é, na verdade, triplicado, e é por isso que precisamos realizar essa discussão a partir da interseccionalidade entre gênero, identificação de gênero e raça.

Conclusões

As análises de gênero que não levam em consideração marcadores como a raça, dentre outros, contribuem para promover desigualdades, pois, do mesmo modo que defendemos que as mulheres estão sujeitas ao peso da discriminação de gênero, não podemos nos abster de analisar que outros fatores referentes

às suas identificações sociais (classe, casta, raça, cor, religião, geração, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, disposição geográfica) são “diferenças que fazem diferença” no modo como os variados grupos de mulheres experienciam a discriminação.

Os paradigmas existentes não preveem de forma consistente a discriminação interseccional, ofuscando, desse modo, as demandas daquelas/es que são marginais em grupos que já são subalternizados. A interseccionalidade oferece uma possibilidade de pensar nossas políticas e práticas de uma forma que sejam, de fato, inclusivas e produtivas. Apenas por meio de uma abordagem interseccional – nas políticas e nas pesquisas – as mulheres trans negras sairão da invisibilidade.

Referências

BAUER, Martin W.; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Entrevista narrativa**. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes. 2014. p. 90-113.

COX, Laverne. **Não sou eu uma mulher**. Tradução: Tatiana Nascimento. 2009. Disponível em: <<http://lavernecox.com/gender-studies/aint-i-woman>>. Acesso em 8 out. 2015. Pdf

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. PDF. Estudos Feministas. Ano 10. 1/2002. Tradução por Liane Scheneider. Revisão por Luiza Bairros e Claudia Lima Costa. 2002b

CRENSHAW, Kimberlé. **Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. PDF. Cruzamento Raça e Gênero. Painel 1. 2002a

DOMINIK, Valeska. Entrevista concedida a: LUCON NETO. **“Ser mulher transexual e negra é sofrer duas vezes”, diz Valesca Dominik, a Miss T Brasil**. NLucon. 2014. Disponível em: < <http://www.nlucon.com/2015/11/por-neto-lucon-assim-que-recebeu-faixa.html>>. Acesso em: 05 nov. 2015

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação.** Cadernos de Pesquisa. Caderno de Pesquisa, n. 114, p. 197-223, novembro/2001. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf> >. Acesso em: 30 out. 2015

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 11. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** In: Revistas Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984. p. 223-244

HOOKS, bell. **Intelectuais negras.** Tradução de Marcos Santarrita. Estudos feministas, Florianópolis, v. 3, n.2, p. 464-478, ago./dez. 2005

SANTOS ANDRADE, Sandra dos. **A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pró-estruturalistas.** In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (org). Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. p. 175-196.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social.** Coleção Tendências. Vol. 4. São Paulo: Graau. 2. ed. 1990.

AS DIMENSÕES PESSOAIS DO SER PROFESSORA FACE AO CURSO EM EDUCAÇÃO E CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS DO ODEERE – JEQUIÉ/BA

Esp. Cláudia Moreira Costa
cmclaudia3@gmail.com

Dra. Maria de Fátima Di Gregorio
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
f_digregorio@hotmail.com

Resumo: Este artigo trata das identidades profissionais de professoras egressas do curso de extensão em Educação e Culturas Afro-brasileiras realizado através do ODEERE (Órgão de Educação e Relações Étnicas com Ênfase em Culturas Afro-Brasileiras), proposta do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Jequié/BA. O referido estudo faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento e intenta compreender como estas professoras lidam com o processo de aprender e ensinar histórias e culturas africanas que se mostram construídas entre a trajetória de vida e vivências docentes a partir da inserção no curso. Utiliza-se a abordagem de natureza qualitativa ancorada nos pressupostos da História Oral. Os resultados parciais evidenciam que as identidades profissionais das professoras egressas do ODEERE perpassam um processo de construção, aquisição e desenvolvimento de múltiplos saberes a partir de suas práticas, do conhecimento socialmente produzido e história de vida.

Palavras-chave: Identidades profissionais, formação, relações étnico-raciais.

Introdução:

Fazer-se professora em meio as demandas da educação para as relações étnicas envolve múltiplos saberes. Pensar as dimensões pessoais do ser professora significa aqui refletir sobre as relações entre gênero e educação e o pluralismo das identidades profissionais constituídas nas dimensões pessoais, coletivas e institucionais.

A inserção da mulher na carreira docente, final do século XIX, é marcada pela divisão sexual do trabalho atribuindo traços como delicadeza e cuidado ao perfil dessas novas profissionais.

Para Rosemberg (2016), tomar o magistério como um lugar profissional feminino traz elementos para pensar as relações de gênero e a educação em uma nova perspectiva: partindo da ótica de que ambas constituem relações socialmente construídas no contexto de sociedade patriarcal. Esse cenário torna-se marcado por uma relação entre gênero e poder que coloca a mulher numa posição de vocacionada para a profissão e de incapacidade para tomar decisões. Desse modo, o contexto histórico da feminização do magistério assim como os estereótipos em torno da docência feminina denuncia que sua trajetória se manifesta numa trama de relações sociais contraditórias de caráter classista e discriminatório para com as mulheres no interior da profissão.

O modelo do ser professora foi sendo configurado dentro desse espaço regulador da escola, e com isso “a instituição e a sociedade utilizam múltiplos dispositivos e símbolos para ensinar-lhes sua missão, desenhar-lhes um perfil próprio, confiar-lhes uma tarefa” (LOURO, 2008, p. 455). No entanto, cabe ressaltar que as posições das mulheres nesse processo histórico nem sempre foram de passividade acontecendo formas de resistência visibilizadas através de atitudes transformadoras presentes na dinâmica de releitura e ruptura com as estruturas que até então regiam o sistema educacional brasileiro e com o imaginário criado em torno da profissão. No decurso da história da feminização do magistério, as mulheres têm buscado referenciais e reinventado maneiras de ser professora considerando gênero como uma construção social.

Para compreender como as professoras afirmam suas identidades fugindo dos modos de ser e pensar lineares, hierárquicos e binários, fortemente predominantes na cultura ocidental, Viana (2001/02) sugere tomar como ponto de partida as relações sociais, a fim de

ultrapassá-los e buscar a diversidade caracterizadora da identidade docente, considerando o cotidiano escolar de professores e professoras não como determinismos locais fragmentados, e sim como um importante aspecto da organização social formadora de professores e professoras como sujeitos contraditórios e capazes de superar essa visão bipolar hegemônica. (VIANNA, 2001/02, p. 94)

Considerando que os modos de ser professora são construídos socialmente e as mudanças no pensar e fazer docente são (re)significadas por cada uma delas imprimido subjetividade e movimento nas identidades profissionais.

Tomando as dimensões sociais e históricas como referência, pode-se considerar que “a profissão de professor, como as demais, emerge em dado contexto e momento históricos, como resposta a necessidades que estão postas pelas sociedades, adquirindo estatuto de legalidade” (PIMENTA, 1997, p. 6). Isso posto, estando as professoras - participantes dessa pesquisa - historicamente situadas num momento de cobrança por um trabalho direcionado à educação das relações étnico-raciais, pretende-se com este artigo compreender como elas têm mobilizado seus saberes a fim de redefinirem seus papéis, tarefas e identidades que atendam a estas novas demandas.

O desafio de promover novas práticas fomentadas mediante saberes das professoras que suscitem questionamentos acerca do currículo colonizado¹ e colonizador requer desestabilizar os significados ideológicos subjacentes ao currículo eurocêntrico. Nesse movimento de problematizar a educação, a formação continuada assume um novo caráter, não apenas de capacitação técnica, mas a valorização da história de vida de cada professora passa a ser evidenciada como elemento constituinte de suas identidades profissionais (TARDIF, 2014).

Pensando a formação profissional como eixo que dá sustentação a um trabalho efetivo acerca da educação para as relações étnicas, tomou-se o curso de extensão em Educação e Culturas Afro-Brasileiras como eixo norteador desta pesquisa. O curso oferecido pelo ODEERE (Órgão de Educação e Relações Étnicas com Ênfase em Culturas Afro-Brasileiras) enquanto proposta do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, desenvolve atividades a fim de incluir na prática pedagógica,

1 Currículo colonizado refere-se, segundo Silva (2007), a herança do conhecimento colonial que coloca o sujeito imperial europeu numa posição de privilégio. Através da transmissão da cultura dominante fica garantida a sua hegemonia.

saberes das culturas africanas e afro-brasileiras para implementação da lei 10.639/2003².

O ODEERE³ foi criado em 2005 e vem desenvolvendo programas de Políticas de Ações afirmativas em diversos cursos e atividades que contemplam a Formação Continuada de professores/as e comunidade em geral. No entanto, vale ressaltar conforme Santana (2014) que a história deste órgão foi e continua sendo marcada pela indiferença sustentada nas concepções hegemônicas de conhecimento. Muitos acadêmicos e parte da população se sentem incomodados com o conteúdo tratado no espaço acadêmico do ODEERE, por estes fugirem dos paradigmas monoculturais e etnocêntricos que regem parte da educação brasileira.

As identidades profissionais das professoras egressas do curso de extensão do Odeere foram tomadas nessa pesquisa – que vem sendo desenvolvida através do programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – tendo o objetivo de compreender como elas são construídas a partir do processo de aprender e ensinar histórias e culturas africanas, em suas trajetórias de vida e vivências docentes a partir da inserção no curso.

Metodologia

A referida pesquisa é de cunho qualitativo e está ancorada na História Oral que segundo Alberti (2004), se mostra como um misto de método, fonte e técnica que se entrelaçam.

Recorreu-se a entrevista aberta e focalizada (HAGUETTE, 1995) como técnica para dar voz às professoras. Conforme Alberti (2004, p. 19), “no caso de entrevista de história oral, ela também requer uma preparação criteriosa, que nos transforme em interlocutores à altura de nossos entrevistados, capazes de entender suas expressões de vida e de acompanhar seus relatos”. Nesse

2 A Lei 10.639/03 alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e africana, ressaltando a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira.

3 De acordo com Santana (2014), ODEERE é fruto da junção entre as palavras ODÉ e ERÊ que “estabelecem um movimento de ordem e desordem, já que, em si, elas trazem saberes/práticas não aceitos socialmente ou porque não se sabe lidar com as imagens e rituais didáticos que estas palavras enunciam, ou, ainda, porque se encontram na vanguarda, na periferia, no silêncio, no oculto” (SANTANA, 2014, p. 61).

perspectiva, vale salientar que no decorrer da análise das informações, procurou-se preservar a fidelidade do conteúdo, onde as falas das professoras foram transformadas em escrita (MEIHY, 2013), passando para o papel tudo que foi dito, inclusive as repetições, os vícios de linguagem, os sons, os momentos de riso e choro.

O relato da entrevista foi tomado como uma fonte que precisa ser interpretada. Desse modo, para a análise dos dados recorre-se a Hermenêutica, por conta da ideia de que na linguagem, no discurso da ação, na visualização de signos mediadores, a cultura e suas manifestações são vias que devem deslumbrar a interpretação, possibilitando ao investigador, uma visão de construção de conhecimento (ALBERTI, 2004).

Identidades profissionais face à Educação e Culturas afro-brasileiras

De acordo com Nóvoa (1997, p.34) “(...) a identidade não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto. A identidade é um lugar de lutas e conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e estar na profissão”. Nesse sentido, as identidades profissionais de professoras que aprendem e ensinam histórias e culturas afro-brasileiras se constroem com base na maneira como cada mulher atribui sentido ao seu exercício profissional, definindo o que quer ou não quer e o que pode enquanto professora.

Tardif (2014) corrobora com essa ideia afirmando que o aprendizado profissional se dá na prática, mediado pelas ações e cargas de significados culturais. Partindo desse princípio, entende-se que no exercício de suas funções professoras desenvolvem saberes específicos, baseados no trabalho cotidiano e no conhecimento de seu meio, pois seus saberes implicam um processo de aprendizagem e de formação.

Na mesma perspectiva, Pimenta (1997) trata as identidades profissionais como um processo de construção do sujeito historicamente situado partindo da constante revisão do significado social da profissão e da reelaboração desse significado por cada profissional.

Uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão [...] Do confronto entre as teorias e as práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias, constrói-se, também, pelo

significado que cada professor, enquanto ator e autor confere à atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, [...] (PIMENTA, 1997, p.7).

Entende-se, então, as identidades profissionais como um processo contínuo a partir do significado pessoal e social que cada professora confere à sua prática, com base em seus valores, sua história de vida e concepções. Dentro dessa compreensão, as identidades das professoras são únicas e ao mesmo tempo diversas, por encontrarem-se no limiar das dimensões pessoais e de suas práticas educacionais.

Silva (2007) propõe reflexões acerca do processo de aprender e ensinar em meio às relações étnico-raciais no Brasil, partindo do percurso que instiga profissionais a conhecerem as razões históricas e ideológicas que dificultam o ensino de história e das culturas afro-brasileiras. Para a autora, as bases legais que regulamentam o trabalho com a educação para as relações étnicas exigem das pessoas,

mudanças no modo de se dirigirem umas às outras, a fim de que desde logo se rompam com sentimentos de inferioridade e superioridade, se desconsiderem julgamentos fundamentados em preconceitos, deixem de se aceitar posições hierárquicas forjadas em desigualdades raciais e sociais (SILVA, 2007, p. 490).

Nesse sentido, professoras que assumem uma postura contra-hegemônica de pensar a relação entre desigualdade, diversidade cultural e conhecimento acerca da educação para as relações étnicas, revelam a maneira como elas pensam e/ou constroem suas identidades, aprendendo e transmitindo em seus discursos a visão de mundo expressa em valores, posturas, atitudes que assumem, nos princípios que defendem e ações que empreendem.

O trabalho com a educação para as relações étnico-raciais requer um contínuo processo de aprender-ensinar-aprender, pois a formação inicial recebida nos cursos de graduação, em sua maioria, conduz para a assimilação dos padrões europeus e o não reconhecimento das diferenças⁴. E romper com este

4 Para Silva (2000), o conceito de diferença passou a ter notoriedade com a teorização educacional crítica a partir da emergência da chamada “política de identidade” e dos movimentos

padrão requer, conforme Munanga (2005), um posicionamento político diante da sociedade e essa tomada de consciência se dá mediante o pluralismo do saber docente mobilizado a partir de valores, normas, tradições, experiências vividas.

Nessas experiências, os saberes das professoras, considerados aqui na perspectiva de Tardif (2014) trazem no centro das reflexões a articulação dos aspectos sociais e individuais do saber de cada profissional. Partindo do entendimento do autor, considera-se os saberes das professoras egressas do curso de extensão em Educação e Culturas Afro-brasileiras/ ODEERE como construções sociais que estão ligados a uma situação de trabalho com o outro, ancorado no processo de ensinar, situado no espaço de trabalho e enraizado em uma instituição e sociedade

Destarte, a formação continuada oferecida pelo referido curso de extensão possibilita a forma de operacionalizar a unidade teoria/prática nos processos formativos das professoras e está intimamente ligada aos saberes experienciais, considerados por Tardif (2014), como “núcleo vital do saber docente”. Estes saberes se incorporam à experiência individual e coletiva sob a forma de *habitus*⁵ que ajudam no enfrentamento dos dilemas e conflitos diários da ação pedagógica.

Assim, para trabalhar com as relações étnico-raciais, além da formação profissional (continuada), as professoras evocam os saberes experienciais por se tratar de uma situação que traz à tona suas vivências com a etnicidade, (des) construir certezas, questionar posturas e o lugar do outro. Desse modo, a trajetória de vida dessas profissionais é acionada utilizando referenciais espaço-temporais que consideram válidos para alicerçar a legitimidade das certezas experienciais que reivindicam.

Pimenta (2000) mostra que é por meio do movimento de articulação entre os saberes, que as professoras percebem as singularidades de sua atividade

multiculturalistas. Nesse contexto, “refere-se às diferenças culturais entre os diversos grupos sociais, definidos em termos de divisões sociais tais como classe, raça, etnia, gênero, sexualidade e nacionalidade” (p. 42).

- 5 Na teorização de Bourdieu (1989), o *habitus* refere-se a um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas no campo social e estruturantes adquirido nas e pelas experiências práticas, não obedecem a um cálculo racional e consciente, são guiados por disposições internalizadas que fazem com que as pessoas ajam de forma inconsciente. Tardif (2014) apropria-se desse conceito e o traz para a formação docente traduzindo-o como macetes da profissão manifestados através do saber-ser e saber-fazer pessoais e profissionais validados na práxis.

profissional e, com base nisso, têm a oportunidade de reconfigurar suas formas de saber-fazer docente de modo sistemático, dinâmico e contínuo. Do ponto de vista de como são abordadas as questões da educação para as relações étnico-raciais, considera-se que “as transformações das práticas docentes só se efetivam na medida em que o professor amplia sua consciência sobre a própria prática, a de sala de aula e a da escola como um todo” (PIMENTA, 2000, p.7). Nesse aspecto, a proposta do curso de Extensão em Educação e Culturas Afro-brasileiras é articular os saberes da ciência da educação com os saberes pedagógicos (re) traduzindo-os na prática e experiência.

Interfaces entre os saberes das professoras e formação continuada

Diante da necessidade de leis e parâmetros que regem o ensino acerca das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras, as professoras buscam, através do curso de extensão em Educação e Culturas Afro-Brasileiras, apropriar-se de mais conteúdos de políticas de ações afirmativas que se referem às relações étnicas e raciais no cotidiano escolar. Tal postura reflete um entendimento de que

a Lei 10.639/03 e as diretrizes entram em confronto com as práticas e com o imaginário racial presentes na estrutura e no funcionamento da educação brasileira, tais como o mito da democracia racial, o racismo ambíguo, a ideologia do branqueamento e a naturalização das desigualdades raciais (GOMES, 2011, p. 116).

O ingresso de professoras em um curso de formação que questiona a valorização da cultura europeia em detrimento de outras etnias, como indígena e a africana nos componentes curriculares da educação brasileira, possibilita pensar e/ou reconhecer a diversidade e a diferença presentes na escola.

Percebe-se que a (re)construção das identidades se dão em um processo dinâmico e complexo, pois estão relacionadas às interações no ambiente de trabalho e expressam as maneiras de aprender e ensinar a partir da produção de sentidos e reflexão acerca do processo educacional. Conforme Vianna (2001/02, p. 90), *“nossa socialização interfere na forma como nós – homens e mulheres – nos relacionamos, interfere nas profissões que escolhemos e na maneira como atuamos”*.

Essas considerações ressaltam a necessidade de reflexão acerca das identidades profissionais, tomando as características subjetivas como suporte, a partir das representações que caracterizam suas vivências e a maneira como as professoras egressas do Curso de Extensão em Educação e Culturas Afro-brasileiras se percebem, pensam e agem enquanto sujeitos que aprendem e ensinam.

Professores e professoras — como qualquer outro grupo social — foram e são objetos de representações. Assim, ao longo do tempo, alinham-se determinadas características, apelam-se para alguns recursos para falar deles e delas. Essas representações não são, contudo, meras descrições que “refletem” as práticas desses sujeitos; elas são, de fato, descrições que os “constituem”, que os “produzem”. (LOURO, 1997, p. 99)

O conhecimento profissional representa o conjunto de saberes que habilita o indivíduo para o exercício de sua profissão. Esse conhecimento é construído ao longo de uma vida, perpassando pela formação inicial e continuada que vai se aprimorando na vivência diária da profissão. Ressaltando que as histórias de vida construídas na experiência familiar, social, cultural, religiosa, econômica e a própria inserção na carreira do magistério são elementos constitutivos das identidades profissionais.

As imagens do ser professora estão ligadas as dimensões subjetivas que dão sentido à carreira, uma vez que são desenvolvidas e modificadas quando inseridas no plano individual e coletivo. São influenciadas e influenciam a partir de interferências internas e externas na ação pedagógica contempladas no pluralismo do saber profissional (TARDIF, 2014), quando relacionados aos lugares em que as professoras atuam, formam, trabalham e vivenciam.

Os saberes próprios da profissão de professor não são apenas os científicos, eruditos e codificados adquiridos no decorrer da formação inicial e/ou continuada. São estes e também os saberes relacionados às suas visões de mundo e a seus valores, oriundos dos seus lugares de pertencimento, sejam eles social, de gênero, etnia/raça etc., assim como os conhecimentos técnicos, saberes da ação, as habilidades de natureza artesanal, adquiridas em suas experiências de trabalho (TARDIF, 2014, p. 9-10).

Os fundamentos que regem os saberes das professoras, que por sua vez são construtores das identidades profissionais, são existenciais no sentido de que as professoras pensam a partir de sua história de vida intelectual, afetiva, emocional, pessoal e interpessoal; são sociais por se constituírem enquanto saberes plurais, advindos de fontes sociais diversas como família, escola, universidade, são também adquiridos em tempos sociais diferentes e aprimorados pela consciência profissional; e são pragmáticos por estarem ligados ao trabalho e as funções que ela desempenham. Os relatos das professoras revelam assim como preconiza o autor que seus saberes profissionais têm fundamentação existencial, social e pragmática.

Uma das professoras relata que a motivação para participar do curso de extensão foi sua curiosidade em entender discursos preconceituosos que ouvia no seu cotidiano em relação às religiões de matriz africana. Durante os estudos sobre culturas afro, ela se volta para as memórias do seu tempo de infância e descobre que seu avós, bisavós e mãe biológica eram do candomblé. Desse modo, a participação no curso de Extensão em Educação e Culturas Afro-Brasileiras lhe trouxe o entendimento de suas inquietações estarem atreladas a sua história de vida. E sua trajetória familiar lhe aproximou das discussões das Culturas Afro-Brasileiras atribuindo-lhe significado. A partir destas descobertas, realizadas durante o curso, esta colaboradora entende que esse saber existencial é um dos fundamentos que produziu a profissional que ela é atualmente.

Uma segunda professora relata que seus saberes são também sociais, pois tem início com suas experiências familiares e se amplia na formação profissional. Ela comprova isso ao dizer teve suas memórias da infância ativadas durante o curso de extensão, trazendo à tona momentos significativos de convivência com familiares e essa fonte social de conhecimento é aprimorada/significada pela consciência profissional adquirida no curso.

Os relatos de uma terceira professora revelam que seus saberes são pragmáticos por estarem ligados ao desempenho de sua profissão. O trabalho que realiza sobre cultura afro-brasileira é motivado, segundo seus relatos, pela percepção de que seus alunos negam seu pertencimento étnico e ela se sente responsável por fazer com que os alunos se apropriem do conhecimento acerca de seus antepassados e se identifiquem com o grupo étnico ao qual pertence.

Nesse sentido, escolher participar de um curso de formação que pensa a construção social das diferenças e a lógica que as rege é um dado revelador de como as participantes dessa pesquisa se percebem enquanto professoras, pois como destaca Kofes (2001), a trajetória de cada indivíduo é singular e revela

disposições constituídas nos mais diversos processos de socialização pelos quais o indivíduo passou. A partir desse entendimento, evidencia-se que os saberes estão diretamente relacionados às identidades profissionais e se constituem socialmente por estarem ligados às condições que estruturam o trabalho.

A partir das falas das entrevistadas, percebe-se que seus saberes foram constituídos a partir de suas memórias individuais, daquilo que sentem e entendem por educação para as relações étnico-raciais, do modo como se relacionam no ambiente de trabalho, das vivências que tiveram com seus alunos e pares e sistematizados no curso de Extensão em Educação e Culturas Afro-Brasileiras. As negociações entre o que essas profissionais são e o que fazem são fundamentadas por Tardif (2014, p. 16), como “os saberes dos professores parece estar assentado em *transações* constantes entre o que eles são (incluindo as emoções, a cognição, as expectativas, a história pessoal deles, etc) e o que eles *fazem*”.

Diante disso, percebe-se que os saberes profissionais se dão por meio da reciprocidade humana que envolve o ato de ensinar, onde cada professora é também aprendente. Infere-se ainda que é na articulação dos saberes que se dá a formação das identidades profissionais. E estas, por estarem relacionadas com as dimensões pessoais, coletivas e institucionais, perpassam a esfera pública e se voltam para o íntimo e pessoal de cada professora.

Refletir acerca de quem são as professoras que participam da formação no ODEERE, como elas aprendem e como processam este aprendizado em suas vivências em suas educacionais requer o reconhecimento de que tudo isso ocorre em um constante processo de negociação entre o que elas são e o que elas fazem, pois suas práticas e saberes estão imbuídos de um considerável vínculo entre passado e presente, sob a ótica de aspectos subjetivos e objetivos da ação profissional.

Considerações finais

O percurso desta pesquisa tem revelado que as identidades profissionais das professoras egressas do ODEERE perpassam um processo de construção, aquisição e desenvolvimento de múltiplos saberes a partir de suas práticas cotidianas, do conhecimento socialmente produzido e história de vida. Através do exercício de suas funções e papéis elas buscam contribuir com a própria competência profissional. Isso se dá no momento em que estas professoras assumem uma postura reflexiva diante de sua profissionalização, constroem a ideia de um sujeito capaz de problematizar o que é o mundo em que vivem.

A ruptura que estas professoras fazem com a educação homogeneizadora pauta-se no exercício diário da ocupação, nos saberes experienciais e

na formação adquirida no Curso de Extensão em Educação e Culturas Afro-Brasileiras. Nessa perspectiva, as identidades profissionais são desenvolvidas no pluralismo do saber profissional (TARDIF, 2014, p. 15), entando “ligado a uma situação de trabalho com outros (alunos, colegas, pais, etc.), [...] ancorado numa tarefa complexa (ensinar), situado num espaço de trabalho (a sala de aula, a escola), enraizado numa instituição e numa sociedade”.

Assim, estas professoras vivenciam no trabalho a ideia de Tardif (2014) de que é preciso ser sujeito do próprio trabalho e autoras da sua pedagogia e assim enfrentam suas dificuldades apresentando-se como receptivas a condição de lidar com o aprender e o ensinar a história e culturas africanas e afro-brasileiras num constante movimento contra preconceitos e discursos colonialistas.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. Resolução CNE/CP 01/2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana**. Diário Oficial da União. Brasília, 22 de junho de 2004.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas**. RBPAAE – v.27, n.1, jan./abr. 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, RJ Uma perspectiva pós-estruturalista: Vozes, 1997.

_____. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

KOFFES, Suely. **Uma trajetória em narrativas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o racismo na escola**. 2ª edição, SECAD, 2005.

NÓVOA, A. **Para uma formação de professores construída dentro da profissão.** In: _____ . Professores: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, António. **Os professores e sua formação.** Lisboa: Dom Quixote/IIE, 1997.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Formação de professores - saberes da docência e identidade do professor.** Nuances- Vol. III. Setembro de 1997.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Desigualdades de raça e gênero no sistema educacional brasileiro.** Disponível em <http://www.diversidadeducainfantil.org.br>. Acesso em 30 de março de 2016.

SANTANA, Marise (org.). **ODEERE: formação docente, linguagens visuais e legado africano no sudoeste baiano.** Vitória da Conquista: Edições UESB, 2014.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil.** Educação. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), set./dez. 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2014.

VIANNA, Cláudia Pereira. **O sexo e o gênero da docência.** Cadernos Pagu, Campinas, n. 17-18, 2001-2002.

EXPERIÊNCIAS DE DISCRIMINAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA, CLASSE E GERAÇÃO (IDADE) ENTRE LIDERANÇAS NEGRAS FEMININAS NO BAIRRO DE SÃO CRISTÓVÃO, EM SALVADOR, BAHIA.

Daniela Rosa Ribeiro¹
Universidade do Estado da Bahia
danyrosaluxemburgo@outlook.com

Orientadora: Profa Dra Ana Claudia Lemos Pacheco

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo investigar quais são as percepções e experiências de gênero, raça, classe e idade/geração nas trajetórias sociais de lideranças negras-femininas do bairro de São Cristovão em Salvador, Bahia. Partimos da constatação de algumas pesquisas que demonstram que a categoria idade/geração é essencial para se perceber as mudanças de comportamento e às configurações de gênero nelas constituídas nos cursos de vida das mulheres e de sua articulação com outras categorias sociais. Para realização dessa pesquisa, adotamos o método biográfico, que consiste na análise das trajetórias sociais e individuais das mulheres negras selecionadas, a fim de captarmos suas experiências de discriminação de geração, gênero, raça e classe. Para Bourdieu, o método biográfico ou a noção de trajetória consiste em restabelecer os trajetos dos agentes sociais a partir de uma abordagem que possibilite entender as redes complexas dessas discriminações produzidas em diversos espaços sociais. Sendo assim, o nosso interesse incidiu em analisar, particularmente, como a variável idade/geração influenciou na vida dessas lideranças? Como esta categoria interferiu em suas trajetórias e de que forma as mulheres selecionadas elaboraram estratégias para lidar com as várias formas de discriminação interseccionais?

Palavras- chave: Mulheres negras, Discriminações de Gênero, Raça, Classe, idade.

1 Universidade do Estado da Bahia, bolsista de Iniciação Científica, Discente de graduação do curso de Ciências Sociais do 8 semestre, Trajetórias sociais de lideranças negras-femininas de bairros populares em Salvador, Bahia., Edital nº 031/2015, do PIBIC / CNPq

Vários estudos sociológicos realizados nas décadas de 1980 e 1990 têm demonstrado a importância das mulheres de camada popular nas lideranças dos grupos familiares e comunitários, como agentes fundamentais no processo de organização social e política, pela busca da igualdade social e pelos direitos sociais básicos para a população local que vive geralmente em desvantagens socioeconômicas. (ZALUAR, 1985; SADER, 1987, GHON, 2011; GARCIA, 2006).

Segundo tais estudos, as mulheres de camada popular são aquelas que sofrem mais diretamente com a falta de infra-estrutura nos bairros e com a precariedade dos serviços de saúde e saneamentos básicos.; em contrapartida, são as mesmas que se mobilizam e assumem à liderança dos grupos comunitários em busca de cidadania. Nesse sentido, esta pesquisa Trajetória educacional, qual a importância da educação ou trabalho educativo que essas mulheres lideranças negra da terceira idade desenvolvem no bairro de São Cristovão situado em Salvador/Bahia tem como objetivo geral: identificar quais são as experiências de discriminação de Gênero, Raça, classe e idade/geração entre lideranças negras-femininas do Bairro de São Cristovão, em Salvador, Bahia. Como objetivos específicos: a) identificar quem são as lideranças negras femininas e o recorte idade/geração entre mulheres na faixa etária de 60 anos de idade ou mais no bairro de São Cristovão? (b) identificar quais são as estratégias sociais implementadas pelas lideranças para combater às discriminações de gênero, raça, classe e idade/geração no bairro de São Cristovão, em Salvador, Bahia?

A nossa hipótese é que essas mulheres negras lideranças, apesar de passarem por várias discriminações de gênero, raça e classe em suas trajetórias sociais construíram alternativas de luta ao longo de sua caminhada, em que a experiência da idade/geração foi fundamental no protagonismo feminino frente aos grupos comunitários aos quais fazem parte. A nossa hipótese se apóia em estudos que problematizam sobre as diferenças raciais e de gênero que compõem a sociedade Brasileira. Segundo tais estudos, (CARNEIRO 2002, GONZALES 1979, BAIROS; 1995; PACHECO, 2013) as mulheres negras são maioria da população brasileira, entretanto, há um abismo significativo em relação a sua situação social quando comparada a outros grupos de mulheres e de homens racialmente distintos. De acordo com a pesquisa do IPEA, Instituto de pesquisa Econômica Aplicada (2011), houve um aumento significativo da população negra-feminina no que se refere a variável idade “a população preta feminina de 60 anos ou mais aumentou em mais de 90% de 1995 a 2009”. (IPEA, 2011; p.17). Esses dados confirmam os dados anteriores que ressaltam a

importância das variáveis gênero-raça e classe na interpretação da situação de exclusão das mulheres negras dentro da estrutura social brasileira atual; ou seja, as mulheres negras, nesse aspecto, continuam em desvantagem em relação às mulheres brancas.

Assim quando falamos de raça, classe, geração/idade priorizamos uma abordagem interpretativa que privilegie as mulheres negras e suas experiências históricas e sociais no enfrentamento às desigualdades e em busca de cidadania. (GARCIA, 2006; CRENSHAW, 2002).

Este quadro sociológico das mulheres negras no cenário nacional e regional é ilustrativo e oportuno para pensarmos a multidimensionalidade das relações de gênero, classe e raça vivenciadas pelas mulheres negras lideranças de grupos comunitários na cidade de Salvador. GARCIA (2006; p.13) demonstra em suas pesquisas, que desde a década de 1980, em Salvador, 44% das mulheres da periferia assumiam as lideranças das associações de bairros. Vários fatores contribuíram para este fenômeno, segundo a autora: carências de bens de serviços coletivos, saúde e saneamento, moradia e educação foram os principais motivos encontrados pelas lideranças engajarem-se nos movimentos.

A pesquisa foi realizada no bairro de São Cristóvão, um bairro popular, situado na região norte de Salvador. Estamos finalizando a primeira etapa da pesquisa de campo no bairro de São Cristóvão, em Salvador, quais sejam: mapeamento e identificação das lideranças femininas negras; entrevistas com cinco mulheres selecionadas para a pesquisa; observação direta no bairro; então sentimos a necessidade de continuidade do referido projeto por entender a importância dessa pesquisa para as populações locais do bairros selecionado; da importância social, cultural e política que as mulheres analisadas têm no bairro de São Cristóvão, por isso esse outro projeto é uma continuidade do projeto anterior análise dos dados da pesquisa, que consiste em análise das variáveis do perfil sócio-econômico das mulheres e análise das trajetórias e narrativas, esse bairro foi classificado como popular pela sua localização social-espacial, infraestrutura, os rendimentos e as populações que neles habitam, sendo que nossa proposta inicial era mapear e entrevistar lideranças negras também do Bairro de Engomadeira mais por falta de oportunidade, espaço, tempo não conseguimos fazer em decorrência de dificuldades de acesso a ela, ressaltando assim que a pesquisa terá continuidade nos Bairros citados. Durante o período de janeiro a maio de 2015, realizamos observação direta em campo e entrevistamos três mulheres negras lideranças, moradoras do bairro. Selecionamos mulheres negras que atendessem aos critérios fundamentais da pesquisa, quais sejam: 1)

Mulheres que se autotransformaram como negras; 2) Mulheres negras que lideravam grupos comunitários de quaisquer naturezas, 3) Mulheres negras lideranças que se encontravam na faixa etária acima de 18 anos de idade. Este último critério foi essencial à nossa pesquisa, haja vista que o critério da idade-geração foi significativo ao objetivo do nosso subprojeto de pesquisa, que procura analisar como a categoria idade-geração, articulada a outras categorias, interferiu no curso da trajetória das líderes negras selecionadas.

Para realização da pesquisa, utilizamos um questionário, contendo as variáveis para obter o perfil sócio-econômico das entrevistadas, entre as variáveis básicas, idade, sexo, renda, etc., o item cor-raça foi fundamental para a identificação e (auto) classificação racial das mulheres negras selecionadas para a pesquisa. Este tipo de pesquisa deu-nos oportunidade de compartilhar com os sujeitos da pesquisa, com suas trajetórias e, a partir de então interpretar suas respectivas histórias de superação.

Além desse instrumento de coleta de dados, utilizamos um roteiro aberto com entrevistas semi-estruturadas como instrumento essencial na captação das narrativas e na análise das trajetórias das mulheres em questão; outros instrumentos foram utilizados, tais como, diário de campo e registro fotográfico.

Nesta pesquisa, operamos com a ferramenta Histórias de vida, procurando saber de suas narrativas e o que as afetaram em várias situações, e assim contando histórias nos damos uma identidade, à medida que nos reconhecemos nas histórias que contamos. Dessa maneira, as histórias produzem transformações, à medida que estimulam os sujeitos a pensar em outros sentidos e significados para a experiência passada, a partir do ponto de vista do presente e as Histórias oferecem alternativas de enfrentamentos que contribuem para empoderar as pessoas, ajudando-as a refletir sobre situações de opressão, por isso a história de vida é tão importante como fala a autora Suely Kofes:

“Sintetizando, as histórias de vida estarão sendo consideradas como: fontes de informação (falam de uma experiência que ultrapassa o sujeito que relata); como evocação (transmitem a dimensão subjetiva e interpretativa do sujeito); como reflexão (contêm uma análise sobre a experiência vivida)”. (Kofes, P.04)

Para a análise do material coletado da pesquisa de campo, tomamos como base os referenciais analíticos em torno das noções de trajetória do sociólogo Pierre Bourdieu (1989) e as discussões de gênero e raça e outras categorias

como eixos interseccionais na perspectiva da autora Kimberlé Crenshaw (2002). Outros estudos foram importantes no diálogo com as fontes e na construção da análise da pesquisa; tais como, os estudos das intelectuais e ativistas negras brasileiras e estadunidenses sobre as mulheres negras e os estudos de gênero. Entendemos que as trajetórias sociais das lideranças negras femininas se construíram em espaços sociais de lutas, conflitos, mudanças e permanências de experiências de discriminação do racismo, do sexismo, das desigualdades de classe e de geração vivenciadas pelas mulheres investigadas, entretanto, isso não as impediu de construírem alternativas de enfrentamento a tais desigualdades ao longo de sua caminhada e na comunidade em que atuam. Nossa pesquisa vai ao encontro do cotidiano de mulheres negras, busca aprofundar as formas como elas superam ou superaram as constantes adversidades, dificuldades e barreiras do contexto socioeconômico e político cultural da sociedade contemporânea para garantir sua mobilidade social. Para demonstrarmos como estas categorias se teceram nas práticas e percepções das mulheres investigadas, analisaremos a trajetória social e a narrativa de uma das líderes negras. Esse projeto é continuação de um projeto que ocorreu no ano passado e não foi terminado como foi a nossa proposta inicial de pesquisa era investigar as trajetórias sociais de 10 lideranças nos bairros populares selecionados para a pesquisa: São Cristóvão e Engomadeira que não foi completado. Entretanto, em função, de tempo, espaço, falta de oportunidade e feriados não conseguimos realizar no Bairro de Engomadeira, proposta essa que realizaremos agora, por isso nossa pesquisa ainda não foi concluída, mais irei expor um pouco aqui uma análise da entrevista do projeto anterior.

A idade, enquanto uma variável biológica, só faz sentido se for pensada de forma geracional, pois esta última é uma categoria sociológica que identifica processos e mudanças de Curso de vida, valores, comportamentos e relações sociais de forma articulada a outras categorias e experiências narradas e percebidas pelos sujeitos sociais.

Desse modo, a análise da trajetória a seguir parte dessa perspectiva descrita acima. A entrevista foi individual, realizada na casa da líder, gravada e posteriormente transcrita para então ser analisada; a duração máxima de cada entrevista foi em torno de 2 às 3h cada. A entrevistada foi contactada previamente para que tomasse consciência dos objetivos do projeto e da importância da respectiva participação. É relevante ressaltar que por questões éticas, o nome da entrevistada foi mantido em sigilo.

A entrevista em análise foi realizada em São Cristóvão, em uma casa que fica localizada no terreiro de Candomblé, utilizamos um gravador para gravar a narrativa com o consentimento da entrevistada. A entrevista foi realizada em Janeiro de 2015; em dia, horários e locais pré-estabelecidos e pré-agendados. A entrevista foi previamente planejada e teve a duração de 1h49m, utilizamos um roteiro de entrevistas semiestruturadas que é objeto de nossa análise.

Dona Ana é uma senhora que tem 66 anos de idade, é negra, de origem urbana e proveniente de família de baixa renda, Ana é *Yalorixá* – Mãe de Santo-de um terreiro de candomblé no bairro de São Cristóvão, sendo uma mulher separada, que tem 4 filhos e aposentada como professora tanto no Estado como na Prefeitura, com formação em nível superior completo, vivendo hoje com filhos e netos.

Vindo de uma família de professores ela sempre foi incentivada pelos pais a lecionar a pedido de uma tia, fazendo assim da sua casa uma escola onde todos davam aulas onde em 1969 quando terminou o magistério que começou a ensinar. Sempre estudou em escola pública sendo também aluna de um convento, tem cinco irmãos nos quais todos foram educados e formados. E pelas dificuldades que achou ao longo do caminho por falta de tempo e verba essa escola sempre fechava e retomava a abrir as portas.

É aposentada e assalariada e preside a associação Margaridas que se situa dentro de um terreiro de candomblé e desenvolve um trabalho social dentro do bairro, segundo ela, “por sua conta própria”.

Na narrativa de Ana, o trabalho comunitário que passou a desenvolver no bairro se iniciou quando:

“meu pai colocou no quintal dele uma sala de aula para mim quando 1969 quando eu terminei o curso de magistério aí meu pai fez uma sala de aula para mim minha mãe comprou umas cadeiras foi procurar onde é que tinha cadeiras aí comprou e colocou para que eu desse aula aqueles meninos aquela aquele alunado dar rua aonde eu morava naquela ladeira chama Travessa Rio das Neves”

O trabalho social que Ana desenvolveu no bairro de São Cristóvão é a continuidade do trabalho comunitário que sua mãe biológica desenvolveu durante muito tempo no referido bairro e em outros bairros populares. Percebemos que a educação contribuiu para melhoria da sua qualidade de vida, sua ascensão socioeconômica e político cultural e na conscientização sobre seus direitos de

cidadania, além de dar visibilidade à mulher negra, que a sociedade teima em mantê-la em condição de invisibilidade.

Essa transmissão e continuidade do trabalho comunitário realizado por Ana, como herança de sua mãe, podem nos revelar um aspecto significativo do percurso social de duas gerações diferentes de mulheres negras de classes populares que se traduzem em lutas e protagonismos na busca de melhorias sociais em suas comunidades. Apesar das diferenças de idade entre Ana e sua mãe, ambas protagonizaram papéis de reconhecimento social transmitido através de gerações que se traduzem em práticas, experiências, saberes e códigos sociais de referências de solidariedade social. Outro aspecto a ser ressaltado na trajetória de Ana é a sua origem religiosa. De família humilde, Dona Ana provém de uma origem familiar cuja prática religiosa é o candomblé, uma herança que foi transmitida por sua tia materna, quando ela era muito jovem.

Percebe-se na trajetória de Ana e em sua narrativa que a sua ascensão enquanto uma líder religiosa no Terreiro de candomblé da linhagem de sua tia materna tornou-se um divisor de águas em sua vida pessoal. Foi a partir desse momento que Ana iniciou um novo percurso em sua trajetória social, ao assumir a função de Yalorixá no seu terreiro, as relações de gênero vivenciadas com seu marido entraram em conflito, levando à separação conjugal. Podemos afirmar que a religião e às relações desiguais de gênero foram determinantes na vida da entrevistada.

Em sua narrativa, a intolerância religiosa na cidade e no seu bairro aparece como regulador de sua percepção em relação aos problemas vivenciados no bairro. De acordo com ela, reside no bairro e no seu terreiro (de Candomblé) há mais de 25 anos e atribui à intolerância praticada contra si aos protestantes que circulam no seu bairro. Segunda a entrevistada, ela também sofre preconceito com pessoas em geral que criticam o ritual do candomblé, as oferendas que acham que estão sujando a rua, degredando a natureza.

Tal intolerância religiosa relatada por Dona Ana teria dificultado o trabalho comunitário que realiza em uma escola do seu bairro, refere-se aos cursos de artesanato, pintura, projetos de educação que realizou com jovens e mulheres (mães) moradoras do bairro. Acrescenta que o trabalho social que realiza lhe traz crescimento pessoal por saber que está satisfazendo o desejo de sua mãe biológica e contribuindo para a sua comunidade.

Observamos em suas narrativas que a geração e o gênero foram significativos na condução de sua trajetória familiar, religiosa e social: Dona Ana tornou-se uma líder religiosa quando era mais jovem, Mãe de Santo, tal atribuição

social-religiosa provocou uma mudança nas relações de gênero- separação conjugal do seu companheiro- em função do cargo que assumira na comunidade religiosa, a qual estaria liderando. Em sua trajetória, a idade/geração foi acionada ao “tempo”, aos saberes culturais e religiosos, ao trabalho social e educativo que desenvolvera no bairro, herdado de sua mãe biológica, à identificação dos problemas de infraestrutura no bairro e das discriminações que sofrera por ser uma líder religiosa de um Terreiro de Candomblé.

A sua percepção da idade / geração é positiva diante dos saberes e das estratégias que implementou cotidianamente para combater às desigualdades e as discriminações vividas, preservando aquilo que lhe foi mais significativo: o “Tempo”.

Referências:

AZEVEDO, Thales de. *Aselites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social*, 2ª edição. Salvador: EDUFBA, 1996 [1955]

BAIROS, Luíza. Nossos feminismos revisitados, *Revista Estudos Feministas*, V.3, nº 2, IFCS / UFRJ, R.J, 1995.

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.62/ 63, juin, 1986, Paris.

BRITTO DA MOTTA, Alda. *A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento*, Instituto de ciencias sociais-campus universitario Darcy Ribeiro, 1999, p :02.

BRITTO DA MOTTA, Alda. *As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento* (p :191-221). (Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999). Cadernos pagu(13), 1999, p :17.

BRITTO DA MOTTA, Alda e WELLER, Wivian. Dossie : *A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica*, Soc. estado. vol.25 no.2 Brasília May/ Aug. 2010, p:01

CARNEIRO, Suely. Gênero, Raça e Ascensão Social, *Estudos Feministas*, V-3, nº 02, 1995.

CARVALHO, Inaiá& BARRETO, Vanda Sá. Segregação residencial, condição social e raça em Salvador, *Revista Metrópole*, n.18, pp.251-273, 2007.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero, *Estudos Feministas* (01) 2002; p.171-263.

GARCIA, Antonia dos Santos. *As mulheres da cidade d'Oxum: relações de gênero, raça e classe e organização do movimento de bairro em Salvador*. Salvador. EDUFBA, 2006a

_____. *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade de d'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum*. (Tese de Doutorado, UFRJ, 2006b, 403p.)

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Raça e os Estudos de Relações Raciais no Brasil, *Novos Estudos CEBRAP*, nº 54, julho de 1999.

IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA). Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil, 2013. Acesso: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>, data:09/04/2014, 23:15.

IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA).

Retrato das desigualdades de gênero e raça, 2013. Acesso: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>, data:20/08/2015, 12:48.

KOFES, Suely. *Categorias Analítica e Empírica: Gênero e Mulher: disjunções, conjunções e mediações*, Cadernos PAGU / UNICAMP, nº 01, 1993.

MACÊDO, Márcia S. *Tecendo os fios e segurando as pontas: trajetórias e experiências entre mulheres chefes de família em Salvador*. Dissertação (Mestrado em Sociologia, UFBA, 1999, 185p.).

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. *Mulher negra: afetividade e solidão*: Salvador: EDUFBA, 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16 (2): 5-22, jul / dez, 1990.

O FEMINISMO NEGRO RESIGNIFICANDO A TEORIA E A PRÁTICA FEMINISTA: SUBALTERNIDADE É O QUE TEM PRA NÓS?

Deise Sousa dos Santos

*Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres,
Gênero e Feminismo - PPGNEIM
deiseassocial@hotmail.com*

Josimara A. Delgado

*Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres,
Gênero e Feminismo – PPGNEIM
josimaradelgado@gmail.com*

Resumo

O objetivo do artigo é compreender o cenário de luta do feminismo negro que ousou denunciar as diferentes formas de opressões e explorações acerca da desigualdade de gênero anulando as demandas das mulheres negras. O feminismo hegemônico produziu estratégias para silenciar questões que atravessaram os nossos direitos consentindo que o patriarcado adentrasse de forma perversa em nossas vidas permitindo a consolidação do modelo universal epistemológico. Essa vertente teórica pouco se preocupou em dar notoriedade às reivindicações de forma fidedigna ao cenário que emergia à luz das mulheres negras. O movimento de mulheres negras construiu táticas de lutas e, a partir de suas vivências, apontaram como o machismo e o sexismo inseridos nas assimetrias de gênero e nas relações sociais reverberaram implicações na condição de raça e classe. Questões essas que a classe dominante ainda opera para determinar quais os espaços em que nós mulheres negras devemos ocupar, respondendo a lógica política e econômica das esferas públicas e/ou privadas. Assim, o nosso grito, tanto na teoria feminista e no chão do movimento, veio para subverter e combater a produção e reprodução das opressões que marcam efeitos colaterais, materiais e simbólicos nas questões étnico/raciais, efetivando

o entrelaçamento das desigualdades. É nesse cenário que vamos tecer a luta das mulheres negras, reunindo o feminismo negro, usando como destaque as vozes que foram emudecidas e potencializando aquelas que jamais silenciaram diante das opressões amarrados nas intersecções de gênero, classe e raça.

Palavras-chave: Feminismos Negros, Interseccionalidades, Desigualdades, Resistência.

Introdução

O presente artigo emerge com o intuito de demarcar a luta do feminismo negro contra as opressões e explorações engendradas nas relações sociais hierárquicas oriundas do sistema patriarcal que, por certo, reafirmou as relações de poder perpetradas pelas mulheres brancas atravessando a trajetória de vida de nós mulheres negras e pobres. O objetivo desse estudo é analisar como a teoria do feminismo negro e o movimento de mulheres negras corroborou para marcar e problematizar a ausência de classe e de raça existente nas epistemologias do feminismo hegemônico que invisibilizou o empoderamento de mulheres negras e pobres.

Para explicitar a abordagem, seguimos com o pensamento de Kimberlé Crenshaw:

A discriminação interseccional é particularmente difícil de ser identificada em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação (CRENSHAW, 2002, p.176).

Em determinados contextos, nem sempre conseguimos perceber como estão engendradas determinadas opressões que se interseccionam, que podem se desdobrar sob feitos camaleônicos, mudando de ação, caracterizando as opressões das conjunturas subjetivas e objetivas ancoradas nas relações sociais a partir de gênero, classe, raça, geração, território, sexualidades, dentre outras intersecções.

2. Metodologia

O referido artigo traz a metodologia baseada na pesquisa bibliografia, portanto, dará a direção na explicitação das teorias feministas com pensamento do feminismo negro. Portanto, conforme Lenin (1965) elucida que “o método é a alma da teoria”. “A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas” (FONSECA, 2002.p 32).

A importância de construir uma intervenção com instrumentos epistêmicos e políticos de forma simultânea com a coletividade tanto acadêmica como a comunitária e do movimento de mulheres negras nos coloca numa posição

para entendermos que não estamos sozinhas na luta contra as estruturas opressoras, portanto, produzir um arcabouço na práxis-política corrobora com o fortalecimento de nossas ações cognitivas contra os modelos dominantes materializados na escravidão, essa, (re) significada, inserida no viés das opressões e explorações.

O inimigo é macho, fêmea, branco e tem classe, portanto, combater esse contexto é ir na contramão do sistema de subordinação dos quais fomos direcionadas às desigualdades por causa de nossas diferenças que acarretaram as exclusões, e por conseguinte, ainda carregamos as discriminações do passado em conexões com o presente com marcas que estão longe de serem cicatrizadas.

2.1 Resistindo é que existimos? Os pontos de forças estão em nossas diferenças

A análise interseccional incorporada por nós mulheres negras provocou movimentações, inquietudes, atentando para a necessidade de se posicionar na linha de frente do debate, enfatizando as nossas discussões que reverberaram nas estruturas de poder que nos oprimem e nos excluem.

Dessa forma, se o androcentrismo foi responsável por anular as mulheres ao longo da história, não podemos sonegar em questionar o posicionamento das mulheres brancas pertencentes a uma classe configurada de privilégios que invisibilizou as demandas das mulheres negras. Questionamos então a produção epistemológica dos referenciais teóricos das mulheres brancas, que erigiu apenas nas suas necessidades e ocultou o marcador de classe e de raça no em torno da pluralidade e peculiaridade da categoria de gênero, aderindo estratégias para silenciar a nossa subjetividade e objetividade enquanto mulheres negras e pobres.

Foi experimentando as vivências desse cenário que o feminismo negro projetou e transpirou a partir de suas indagações, resignificando o contexto teórico formulado nas teorias feministas. Como bem observa Bell Hooks,

O racismo abunda nos textos de feministas brancas, reforçando a supremacia branca e negando a possibilidade de que as mulheres se conectem politicamente cruzando fronteiras étnicas e raciais. A recusa feminista, no passado, a chamar a atenção para hierarquias raciais e as atacar, suprimiu a conexão entre raça e classe. (HOOKS, 2000, p.195).

A ausência tendenciosa dessa pauta, silenciada pelas mulheres brancas, permitiu que nós, mulheres negras e pobres, permanecêssemos em condições de disparidades diante de tal realidade, trago um exemplo das incríveis experiências e aprendizados que ganhei quando atuei como técnica de Serviço Social no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Nos encontros, observava quão exploradas eram as nossas irmãs, moradoras de uma determinada comunidade pobre em um bairro da periferia de Salvador. O grupo era formado por mães solteiras, negras, com a idade entre 21 a 70 anos. Eram mulheres provedoras do lar e chefes de família. Em certos depoimentos, elas mostravam que continuavam amordaçadas nos espaços de trabalho, bem como no doméstico. “ser oprimida significa *ausência de opções*. É o principal ponto de contato entre o oprimido(a) e o opressor(a)” (HOOKS, 2000, p.197).

Portanto, nas relações de poder com características de humilhação vexatória indissociável dos assédios, tanto moral como sexual. Esse último, tendo como executores os maridos e os filhos das patroas acarretando com violências materiais e subjetivas na escravização de suas mentes e corpos, para além de experimentar o abuso de poder provenientes de suas patroas, permanecia de forma evidente que a ausência da reação também seria um ato de sobrevivência. Obviamente, a dor que vivenciamos não é maior do que deixar de depositar a comida na mesa e encontrar o escasso tempo para pensar na educação de nossos filhos e filhas. Concomitante, no decorrer dos encontros, outras mulheres trocavam experiências em comum, partilhando como conseguiram sair dos marcadores de violência no âmbito do trabalho doméstico.

Observei que eram nas suas vulnerabilidades que as trocas de experiências fortaleciam umas às outras abrindo as portas de suas subjetividades mais delicadas, ganhando passagens aos relatos íntimos que se tornavam menos dolorosos quando expostos ao coletivo, e o lugar passou a ganhar um outro sentido na construção de estratégias de superação.

Sob atenção da autora vemos Petronilha Silva,

[...] as fontes mais genuínas de conhecimento sobre as mulheres negras são elas mesmas, sendo necessário que estudos que as tomem por temática, considerem seus pontos de vista de mulheres e negras (SILVA, 1998, p.7 *apud* PONS, 2012, p.28-29).

Os papéis de abusos são produzidos e reproduzidos adotados não só pelo machismo e sexismo dos homens, mas pelas mulheres brancas. Elas não

compreendem que somos nós que possibilitamos que desfrutem do mundo público. Para as mulheres brancas, pouco importa a condição de vida de nossos familiares, pouco importa a nossa condição de ser mulher negra, velha, criança, jovem ou pobre, aliás, se para as mulheres brancas as nossas diferenças constituem a naturalização das discriminações, somente exalaria a atenção, quando essas diferenças passam a ser um instrumento político afirmativo para subverter o desenho bem traçado por elas e pelo patriarcado, portanto, destaca a autora Audre Lorde:

Porém nossa sobrevivência futura depende de nossa capacidade para nos relacionarmos em um plano de igualdade. Se nós mulheres desejamos conseguir uma mudança social que não seja em aspectos meramente superficiais, devemos arrancar pela raiz os modelos de opressão que temos interiorizado. Devemos reconhecer as diferenças que nos distinguem de outras mulheres que são iguais a gente, nem inferiores e nem superiores, e desenhar os meios que nos permitam utilizar as diferenças para enriquecer nossa visão e nossas lutas comuns (LORDE, 1984, p.120).

Quando o recinto doméstico veste-se de patriarcado, as mulheres brancas corporificam-se como opressoras, caracterizando os espaços de trabalho doméstico das mulheres negras como um cenário de humilhação marcado de exploração e reprodução da mão de obra feminina negra.

A opressão articulada pelo patriarcado frequentemente será conduzida a partir da classe e das diferenças sexuais como bem elucida Eisenstein (1980, p.15). A crítica do poder que se apoia sobre a distinção homem/mulher geralmente se concentra na questão do patriarcado. E a crítica do poder que se apoia sobre a distinção burguesia/proletariado se concentra na questão do capitalismo.

Ora, as nossas diferenças rebelam a força política e a capacidade organizativa que o feminismo negro construiu, buscando várias pontes para fortalecer o enfrentamento e superar a condição de subalternidade e desigualdade, apoiando-se nas intersecções de gênero, classe e raça. Portanto, pactuo com autora na sua afirmação:

Aquelas de nós que estão fora do círculo do que essa sociedade define como mulheres aceitáveis, aquelas de nós que foram forjadas nos caldeirões da diferença – aquelas de nós que somos

pobres, que somos lésbicas, que somos Negras, que somos velhas – sabemos que *sobrevivência não é uma habilidade acadêmica*. É aprender a estar sozinha, impopular e às vezes insultada, e a fazer causa comum com aquelas outras identificadas como externas às estruturas, para definir e buscar um mundo no qual todas nós possamos florescer. É aprender a tomar nossas diferenças e torná-las forças. *Pois as ferramentas do senhor nunca vão dismantelar a casa-grande* (LORDE, 1984, p.111).

O que é reproduzido de forma recorrente e de maneiras diferentes é tomado como verdade, assim, naturalizados, cabe aqui, exemplificar episódios recorrentes que acarretam nos atravessamentos de gênero, classe e raça. Assim, o que está posto para inserção da mulher negra no mercado de trabalho, ou na fila em busca da senha no posto de saúde? Importa questionar desde quando a violência institucional e, sobretudo, o racismo institucional cruzam nossas vidas, nos colocando como desiguais banalizando a exclusão. Essas diferenças são reproduzidas culturalmente, postulando o espaço de inferioridade, portanto, para garantir e ingressar a vaga no mercado de trabalho ou atendimento médico silenciemos frente às discriminações, esses são exemplos reais que acometem as mulheres negras no cotidiano que não podem e nem devem silenciar mediante a problemática apresentada, erguendo-se na luta para a garantia de nossos direitos.

Objetivaram nossos corpos e isso está contado na história real do nosso cotidiano e na literatura, desvalorizaram nossa mão de obra no mercado de trabalho, direcionando para um campo onde o que rege são as características perversas do patriarcado que se proliferam em lugares impenetráveis firmados na história da escravidão.

A prática ideológica e objetiva construída pelo universo patriarcal envolvendo o androcentrismo é mantida de forma naturalizada para produção e reprodução das desigualdades, portanto, problematizar o lugar em que nós mulheres negras fomos construídas, conduzidas e instruídas são pontos de debates importantes que temos a obrigação de publicizar, contrapondo o sexismo e o racismo nessa estrutura.

Tecer as lutas do movimento de mulheres negras que se preocupou em desenvolver estratégias a fim de romper com a dominação e exploração que condicionaram a nossa subalternização foi uma pauta das autoras brasileiras, a exemplo de Matilde Ribeiro em “Mulheres Negras Brasileiras: de Bertioga a

Beijing”. Ribeiro (1995, p.48) retrata que neste balanço das relações estabelecidas entre as mulheres negras e o movimento feminista foi um avanço importante para agenda feminista negra, sobretudo, inserido na plataforma política, em especial, a construção de ações propositivas das mulheres negras na busca de dar visibilidade à questão racial em diversos campos e nesse dossiê Matilde Ribeiro destaca a participação de autoras brasileiras como Sueli Carneiro e Thereza Santos que produziram um diagnóstico, denunciando a condição da mulher negra.

Aqui, bem perto de mim, o feminismo negro é protagonizado por muitas mulheres e esse movimento corporifica a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O feminismo negro e o movimento das mulheres negras em sua prática marcaram que a nossa trajetória pode até ser desenhada na dor, mas sempre pautadas na resistência, nas lutas e conquistas, na perspectiva de enfrentar objetivamente as explorações que são postuladas pelo arcabouço do androcen-trismo e do patriarcado.

3. Conclusões

Tenho refletido sobre a roupa da pesquisa, dizia algumas vezes que essa roupa não me cabia, era apertada e cultivar o tempo com a escrita e a sobrevivência estava sendo um tanto complexo, hoje, esse tecido tem se tornado um modelo aberto, onde eu posso dar o tom que quiser, costurar, amarrar e me cobrir da melhor maneira.

De certo, dividir o tempo da pesquisa com o trabalho, bem como, com o cuidado de nossos pares ainda está sendo um tanto denso. Esse tecido, a princípio, pode se tornar pequeno diante da trajetória de vida que temos e que precisamos dar as respostas às nossas demandas, que são muitas, porém, nos levam a desencadear e compreender quão é libertadora essa via de conhecimento e de como tem sido um caminho de descobertas potente.

Ainda somos a presença expressiva em espaços subordinados, esses, que ascendem em injustiças. Estamos sendo amordaçadas, abusadas fisicamente, emocionalmente e sexualmente pelos nossos companheiros, o machismo tem nos matado objetivamente todos os dias, a nossa saúde mental está doente, não queremos ser a regra por conta da história da escravidão, essa realidade vem se perpetuando em nossas vidas e na vida de nossas famílias. Estamos presas nas correntes invisíveis e visíveis do sexismo, nossas vivências estão sendo

formatadas com práticas assinaladas com teor normativo e naturalizado na e pela sociedade, e isso não é diferente no âmbito da economia, no jurídico, na saúde, na educação, na religião, e em outros espaços.

Por certo, é preciso subverter a opressão que cada vez se arvora para nos oprimir, destruir a nossa autoestima, na perspectiva de querer nos roubar o que nós temos de mais sagrado, que é a nossa força, a nossa irmandade, a nossa sororidade comunitária que está na credibilidade de depositarmos a nossa cumplicidade para outra irmã negra, é saber que temos apoio emocional e material, quando precisamos deixar nossas crianças com o cuidado de outra irmã por falta de creche comunitária, afim de enfrentar mais um dia de trabalho. A minha/nossa comum unidade é o que temos de mais valioso, essa que é construída a partir de nossas vivências e através da dor e da luta onde nunca deixamos de exercer o nosso controle social na tentativa de garantir a implantação de escolas, praças, postos de saúde, saneamento básico, segurança pública, creches e outros equipamentos públicos em nossa comunidade. Nós mulheres negras, temos essa capacidade de nos organizarmos por conta da ausência de políticas ou da precarização dessas, não podemos esquecer que o movimento das mulheres negras é o motor principal para o enfrentamento das desigualdades sociais e de gênero.

Aqui, sentimos e agradecemos a força das Marias, Joanas, Lélías, Luízas, Carlas, Vilmas, Conceição, Márcias, Patrícias e tantas outras Lordes da pele preta e cabelos crespos, que tiveram suas vozes amplificadas a partir das lutas do movimento das mulheres negras, nós que estamos nas ruas há tempos e que ocupamos ambos os espaços, sabemos e enfrentamos a dura realidade das discriminações e estigmatizações, essas que experimentamos por sermos: mulheres, mulheres negras, lésbicas, mães solteiras, velhas, deficientes, que estamos em situação de rua, que somos usuárias de substâncias psicoativas, escravas na cozinha, na cama e na lavanderia. Gritemos! Não se curve diante da diferença, não seja sua própria algoz! Precisamos sair da beira, que nossas diferenças sejam para nos incluir e nos empoderar, vamos em frente como sempre fizemos e conquistamos, somos filhas da luta e da dor!

Referências

AZEREDO, S. Teorizando sobre gênero e relações raciais. **Revista Estudos Feministas**. N. E. 203-216, 1994.

BAIRROS, Luiza. “Nossos Feminismos Revisitados”. **Estudos Feministas**. V.3, n.2, 1995, p.458-463.

CALDWELL, Kia Lilly. **Fronteiras da Diferença Raça e Mulher no Brasil**. Estudos Feministas 2/2000, p.91-108.

CARDOSO, Claudia Pons. **Outras Falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PPGNEIM 2012. (Introdução/ Cap.I, p.15-65, Cap.III, parte I – Descolonizando o feminismo: p.88-111).

CARNEIRO, Sueli Santos. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, v.17, n.49, São Paulo, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Raça e Gênero. In: BRUSCHINI, C. & UNBEHAUM, S. (org.) **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: 34, 2002, p.17-194.

CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Thereza. **Mulher Negra**. São Paulo: Nobel, CECF 1985, p.123.

COMBES, Danièle & HAICAULT, Monique. “Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes”. In: A Kartchevsky-Bulport (org.). **O Sexo do Trabalho**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.23-44.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialista em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão/UFSC, v.7, n.12, 2002, pp.171-188.

EISENSTEIN, Zillah R. “Hacia el desarrollo de una teoría de patriarcado capitalista y el feminismo socialista”. In: _____. (org.), **Patriarcado Capitalista y Feminismo Socialista**. México, D.F: Siglo XXI, 1980, pp.15-47.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GONZALES, Léila. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs, 1984, p.223-244.

_____. Por um feminismo afrolatinoamericano. In: **Mujeres, crisis e movimiento:** America Latina e Caribe. Isis International, v. IX, jun 1988, Santiago, Chile. p.133-141.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**. V. 3, n.2, 1995, p.465-477.

_____. Mulheres negras: Moldando a teoria feminista. **Black women: shaping feminist theory**. Título original do capítulo 1 de *Feministtheory: frommarginto center* (2000, 2.ed.). Direitos autorais concedidos pela Cambridge, MA: South End Press. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Revisão da tradução por Flávia Biroli. **Revista Brasileira de Ciência Política**. nº 16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp.193-210. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151608>.

LENIN, W. **Cahieres philosophiques**. Paris: Sciences Sociales, 1965.

LORDE, Audre. The Master's Tools Will Never Dismantle the Master's House, in: Lorde, Audre. **Sister outsider: essays and speeches**. New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984, p.110-113.

_____. Age, Race, Class, and Sex: Women Redefinig Difference. In: in: LORDE, Audre. **Sister outsider: essays and speeches**. New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984, pp.114-123.

_____. Use of the Erotic: The Erotic as Power. In: LORDE, Audre. **Sister outsider: essays and speeches**. New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984. p.53-59.

NEPOMUCENO, B. Protagonismo Ignorado. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

RIBEIRO, M. Mulheres negras brasileiras, de Bertioga a Beijing. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.446-57, 1995. Dossiê Mulheres Negras.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. “Da Crítica Feminista à Ciência. Uma Ciência Feminista?”. In: COSTA, Ana Alice Alcântara & SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Orgs.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: Coleção Bahianas, 2002, p.89-120.

SOLTANDO O CRESPO – O CABELO COMO UMA FERRAMENTA PARA O EMPODERAMENTO DE MULHERES NEGRAS

Autora: Gabriely Nascimento Varela
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
gabriely-varela@hotmail.com

Resumo: O presente artigo busca expor os resultados coletados de uma pesquisa realizada com quatro mulheres negras no ano de 2015 sobre o processo de transição capilar e mostrar como esse processo auxiliou na reconstrução da identidade negra dessas mulheres e em sua autoafirmação. Um dos principais objetivos é mostrar como a aceitação do cabelo crespo está para além de um fator puramente estético e sim como historicamente o cabelo crespo vem sendo utilizado como um ato político frente à sociedade racista em que essas mulheres estão inseridas. As participantes da pesquisa estão na faixa etária de 20-25 anos de idade e atualmente são envolvidas direta ou indiretamente com as causas raciais em seus territórios. Ao longo do artigo também serão mencionados alguns assuntos transversais, como mídia, educação e movimentos sociais tentando mostrar como esses elementos também influenciam ou não na construção da identidade negra.

Palavras-Chave: Transição capilar, Identidade Negra, Cabelo Crespo, Empoderamento, Mulheres Negras.

Introdução

O presente artigo busca fazer um recorte de gênero e analisar algumas particularidades referentes à mulher negra e ao processo de construção de sua identidade a partir da transição capilar no contexto da atual sociedade brasileira. Acredito que esse trabalho contribuirá para o fomento dessas discussões, pois pretende levantar novos debates dentro desse eixo temático e mostrar uma realidade que tem se tornado presente na vida de muitas mulheres negras, tanto no Brasil como no exterior, que é a reconstrução de sua identidade enquanto negra através da aceitação de seus cabelos naturais.

Os principais objetivos são: *Compreender de que maneira a transição capilar contribui para a reconstrução da identidade negra dessas mulheres; Demonstrar que a utilização do cabelo natural é historicamente um ato político usado como forma de enfrentamento ao racismo pela população negra; Analisar as dificuldades durante o processo de construção da identidade negra.*

Durante toda a história de formação da sociedade brasileira a população negra vem sofrendo com os rebatimentos que o período escravocrata deixou e com os imaginários criados ao seu respeito, tendo como base esse período histórico que durou quase quatrocentos anos em nosso país. Como diz Fernandes, 2006 “[...] o padrão brasileiro de relações sociais, construído pela sociedade escravocrata no período colonial que tinha o objetivo de manter o negro sob a sujeição do branco, ainda permanece.”

A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial, mas, no entanto as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país. (GOMES, 2005)

São muitos os resquícios históricos que até hoje sobrevivem em nosso meio social e mesmo com os dados estatísticos mostrando que a maioria da população brasileira é negra a inferiorização, subalternização e o preconceito — além de tantos outros fatores — ainda são marcas significativas que precisam ser destacadas quando discutimos esse tema, sobretudo quando tratamos da mulher negra que é oprimida duplamente.

Ao entrar no debate acerca da mulher negra as consequências advindas desse passado histórico se exacerbam ainda mais, pois ainda vivenciamos uma sociedade patriarcal marcada por princípios machistas e heteronormativos, e mesmo com muitos avanços – que foram possíveis através da criação de leis, políticas públicas e até mesmo com as ações e articulações dos movimentos sociais – é notável que a mulher negra ainda encontra-se duplamente oprimida em nossa sociedade, por ser mulher e sofrer com toda essa moral patriarcal e machista que ainda é muito presente (violências, preconceitos e desigualdades de gênero) e também por ser negra e ter que enfrentar o racismo que é vivo, forte e cruel (desigualdades raciais).

Gomes, 2005, ainda afirma que: Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros (as).

Torna-se muito complexo o processo de aceitação e autoafirmação da identidade negra, pois como já exposto acima essas pessoas são desde muito novas condicionadas a negarem seus traços e sua origem em detrimento de um padrão já estabelecido e socialmente construído pela sociedade que tende a se mostrar como hegemônico e “correto”, as representações negras que observamos na mídia, por exemplo, raramente se apresentam com os traços naturais e comuns dessa população. É muito raro ver mulheres negras com seus cabelos afro e/ou cacheados fazendo propagandas de cosméticos (xampus, cremes entre outros), é mais comum, no entanto, essas mulheres aparecerem com seus cabelos alisados, pois socialmente o cabelo liso é “mais bonito”, justamente por remeter ao padrão branco vigente que ainda é visto como o ideal. Isso também é notável em novelas, filmes e etc. É dentro dessa discussão que essa pesquisa pretende se debruçar.

A pesquisa busca compreender como se dá o processo de ressignificação e autoafirmação da identidade da mulher negra através da transição capilar, realizada por muitas dessas mulheres atualmente.

A autoafirmação pode ser compreendida como uma demonstração de independência, consciência de si mesmo e como uma tentativa de se impor frente ao meio em que se vive. É muito comum ouvir a palavra **liberdade** no discurso dessas mulheres, antes presas a estereótipos e a negação de si mesmas e de suas identidades. Elas dizem se sentirem livres após o processo de transição, que nada mais é do que uma parte externa de uma grande revolução que já vem acontecendo subjetivamente dentro delas, tendo em vista que as

mudanças físicas são apenas representações não tão complexas das batalhas internas enfrentadas por essas mulheres.

A ressignificação atua intrinsecamente com a autoafirmação, pois denota a maneira de atribuir novos olhares, sentidos e valores dentro de todo esse contexto de aceitação e posicionamento frente à realidade em que estão inseridas. A formação da identidade negra se constrói de maneira gradativa e envolve inúmeros fatores, sendo assim é preciso destacar que as modificações em suas maneiras de pensar e de se enxergarem socialmente não acontecem de uma hora para a outra, tudo ocorre de maneira processual e demanda bastante tempo de reflexão individual e também coletiva. Os espaços onde as histórias dessas mulheres são divulgadas dão espaço para que essas reflexões possam ser realizadas.

“A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro” (GOMES, 2005).

Tendo em vista o exposto é na importância de todas essas questões que a pesquisa busca se fundamentar, atrelada também a teoria adquirida na academia, e entender de maneira mais profunda como o processo de transição capilar torna-se importante para esses novos olhares que as mulheres negras estão passando a ter de si mesmas. E como isso as tem ajudado no combate ao preconceito, a busca pelo reconhecimento além de suas formações políticas como uma forma de luta e a quebra dos modelos hegemônicos de beleza considerados “ideais”. Que são pautados em padrões eurocêntricos e muitas vezes preconceituosos e racistas, pois excluem grande parte da população e a fazem buscar incessantemente pelo enquadramento dentro desse modelo.

Metodologia

Metodologicamente foi utilizado o método qualitativo nas análises, tanto nas pesquisas bibliográficas quanto nas entrevistas que foram realizadas, esse método foi escolhido, pois tendo como base Richardson (2010, p. 79) “a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada de entender a natureza de um fenômeno social”.

Os objetivos que a pesquisa pretendia alcançar, por meio das análises que foram realizadas, aconteceram através de pesquisas bibliográficas realizadas em livros, artigos, revistas, dissertações, sites relacionados à temática e entrevistas. Foi utilizado o materialismo histórico dialético como corrente epistemológica, tendo em vista que as problemáticas que envolvem as questões étnico/raciais no Brasil são fruto de toda uma realidade histórica em que o país esteve e ainda está inserido, e por entender que os processos sociais se estabelecem de maneira dialética, além disso, pelo entendimento de que no contexto brasileiro “raça” e classe social estão intrinsecamente correlacionadas.

Foram entrevistadas quatro jovens que se declaram como mulheres negras e que passaram ou estavam passando pelo processo de transição capilar, para entender suas opiniões e o que esse processo trouxe de positivo ou negativo para suas vidas. Além de buscar compreender o que as levou a passar pelos procedimentos de transição e como foram as reações de seus amigos e familiares frente a isso.

Discussão:

As dificuldades encontradas para a (re) construção da identidade negra

Desde a construção da ideologia racista, a cor branca com seus atributos nunca deixou de ser considerada como referencial da beleza humana com base na qual foram projetados os cânones da estética humana. Por uma pressão psicológica visando à manutenção e à reprodução dessa ideologia que, sabe-se, subentende a dominação e a hegemonia “racial” de um grupo sobre os outros, os negros introjetaram e internalizaram a feiura do seu corpo forjada contra eles, enquanto os brancos internalizavam a beleza de seu corpo forjada em seu favor. (GOMES, 2008, 15 p.)

Atribuir novos olhares frente aquilo que se é torna-se uma tarefa árdua quando determinados indivíduos já nascem fora daquilo que foi estabelecido como padrão. A construção da identidade se dá de diversas formas, e a vida social em que o sujeito está inserido é uma grande ferramenta nessa construção. Constrói-se e estrutura-se de forma dialética assim como tudo que faz parte da vida humana no plano social, como por exemplo, os próprios

processos históricos que determinaram nosso modo de ver e entender a sociedade moderna.

A rejeição do corpo negro carrega muitos significados subjetivos que tiveram suporte nas determinações sociais em que essa população esteve submetida por tantas décadas. Essa rejeição foi construída historicamente e perpassa todos os ciclos da vida e do desenvolvimento humano desses indivíduos, tanto na infância, como na juventude e na fase adulta. “Clarear a raça” foi algo incorporado desde o momento em que “livres” os negros se tornaram frente à escravidão, e para que sua cor não continuasse se perpetuando a tentativa de embranquecer a população através de vinda de imigrantes foi considerada como necessária pelos grandes mentores da sociedade nesse momento histórico.

O processo de clareamento da população negra também se deu de formas mais sutis, como a incorporação de hábitos, gostos, formas de se portar e de tratar/cuidar do corpo frente as mais diversas situações sociais. Superstições foram criadas, como exemplo passar os dedos no nariz para que este ficasse mais fino e ate o próprio uso dos pentes quentes, em casos mais extremos, para alisar os cabelos. Chavões populares como “Negro de alma branca” são mais um exemplo dessa tentativa de embranquecer parte da população, fica muita clara a maneira como todas as formas de pertencimento à ancestralidade negra é repudiada e reprimida e isso ainda se estabelece até os dias atuais.

Ainda para GOMES (2008, 132 p.), A força da escravidão e das representações negativas forjadas durante esse processo deixou marcas profundas e negativas na identidade do negro brasileiro e na representação social em torno de sua raça. Isso corrobora e faz todo sentido com o que FERREIRA e CAMARGO (2011, 380 p.) colocam: o indivíduo negro tende a desqualificar as especificidades de sua negritude e partir em busca incessante de reprodução do modelo considerado ideal.

As ideologias por trás da mídia

Devido a todas as construções sociais em torno da mulher inúmeras projeções de: corpo perfeito, cabelo ideal, medidas pequenas, maquiagem impecável e diversas outras coisas que “compõem o mundo feminino” ainda são criadas. E embora a maioria dos produtos de consumo sejam criados para atender esse público novas formas de chegar a essas “perfeições” são repassadas pela mídia diariamente. Logo, numa sociabilidade capitalista, onde o ter é mais importante que o ser, e onde a aparência se sobressai em relação à personalidade,

nada mais simples e satisfatório economicamente e mercadologicamente do que juntar essas “necessidades” - que são construídas para que essas mulheres acreditem que precisam - ao fator de carregar ideologias de consumo aliadas a validações de determinadas características humanas sobre outras.

É nesse jogo de venda que as dominações se estabelecem e a mídia desenvolve o trabalho de veicular tudo isso e de maneira sutil. As representações que mídia passa das pessoas negras na maioria das vezes tenta legitimar um passado que por muito tempo perdurou, a visão do negro como inferior fica muita clara quando observamos os papéis que essas pessoas interpretam em novelas, filmes, minisséries entre outros.

Voltando para os produtos estéticos e se aproximando mais do foco que esta pesquisa pretende alcançar, é muito raro notarmos mulheres negras fazendo propagandas de cosméticos, como xampus e cremes, e quando aparecem sempre estão muito fora do real fenótipo que a beleza negra carrega. Sempre são escolhidas modelos que possuem os traços mais “finos”, que possuem o cabelo mais liso, ou seja, modelos negras que estão o mais próximo possível do padrão branco.

Por ser a grande responsável de transmitir ideias e visões sobre o real, os rebatimentos que a mídia traz para a vida humana são muito significativos e perigosos, se faz necessária aqui uma rápida abordagem sobre como a mídia interfere na vida das crianças e em como forma opiniões de grande maioria delas.

É muito incomum notar personagens negros em desenhos animados e programas infantis, porém não são apenas as crianças brancas que assistem a esses tipos de programas as crianças negras também e em nenhum momento se veem representadas. Desde pequena a criança negra já não se enxerga em nada que ela assiste na TV, a menina negra está acostumada desde muito cedo a fingir que é uma princesa loira, de cabelos lisos e de olhos azuis porque não existem princesas pretas e de cabelo crespo na realidade dela. E ela é ensinada que ser uma princesa loira de cabelo liso e olhos azuis é muito mais bonito e isso é levado até a sua adolescência quando essa garota se depara com um mundo que nega seus traços de todas as formas possíveis.

Como uma criança poderá projetar algo de bom a respeito de sua beleza natural se desde nova ela aprendeu que existe outra beleza “superior” e “mais bonita”? Como uma menina negra vai achar seu cabelo crespo bonito se ela nunca recebe elogios por tê-lo ou nunca vê nenhuma personagem do seu desenho animado preferido com aquele cabelo que ela tem? E com a cor que ela

tem? Se todas as suas bonecas são brancas? São aspectos muito complicados porque mechem com as subjetividades dos sujeitos e de maneira muito natural sem que isso se perceba e as projeções de uma beleza a ser alcançada começam a ser criadas a partir disso.

A mídia expõe os padrões socialmente construídos para que desde jovem a pessoa negra aceite que esse é o tipo correto de beleza a ser seguida e comprada. É justamente por toda essa formação distorcida que a criança recebe que torna o processo de identificação enquanto negra/negro tão difícil. É um grande ciclo pelos quais seus pais e avós negros também passaram e foram induzidos a concordar. Não é fácil ser uma criança negra num mundo que diz sutilmente que ser negro é feio, um mundo que quer torna-la branca a qualquer custo.

A importância dos movimentos sociais e os espaços de discussão

Dar visibilidade e trazer representatividade (além da luta por mais direitos) são os grandes focos dos movimentos sociais que representam a população negra. Todas as entrevistadas quando questionadas a cerca da importância desses movimentos na formação da identidade negra confirmaram que consideram de extrema importância. Devido ao fato de serem lugares de debate, e até mesmo formação e organização política dessas pessoas que por muito tempo permaneceram caladas diante das situações em que viviam, diante das violações em que foram submetidas.

“É uma representatividade, e as pessoas precisam se aproximar para saber lidar mesmo com essas coisas, com essas questões. Tem que ocupar os espaços. É o que falta, a negritude ocupar os espaços [...] e é exatamente isso que o branco não quer, que os negros se reúnam e exijam seus direitos. E por isso é importante, deveria ter muito, muito mais. Uma roda de conversa mesmo entre amigos onde todos são negros, isso já faz uma diferença para a gente, imagina uma organização maior.” (Entrevistada IV, estudante de Ciências Sociais)

Para a entrevistada III, estudante de Serviço Social, esses movimentos se tornam de suma importância, pois permitem que ela tenha contato com companheiras de luta que possuem as mesmas dificuldades e trazem as mesmas

pautas, e que querem estar pautando essa luta levando para outras pessoas todo esse processo de identidade e reconhecimento enquanto negras e enquanto mulheres e de também estarem se reconhecendo com suas características naturais, que muitas das vezes são colocadas como negativas pelos outros. Para ela os movimentos sociais e espaços de discussão possibilitam vislumbrar outras possibilidades e permitem o entendimento de que ser negra/negro não é algo negativo.

São nos movimentos sociais e organizações que essas pessoas ganham voz e passam a perceber que existem outras que estão na sua mesma situação, são nesses espaços ricos em debates e discussões sobre as questões que envolvem a população negra e o papel que a sociedade lhe impõe que esses homens e mulheres passam a se reconhecer e ter orgulho daquilo que realmente são e assumir uma postura de resistência frente a toda essa realidade preconceituosa e racista.

A entrevistada II, psicóloga que realiza trabalhos em uma ONG com jovens de periferia, fala que desde seus 16-17 anos já estava envolvida com o movimento hip hop, no período ainda não se faziam muitos debates referentes a mulher negra (hoje esses debates já são bem presentes), após esses primeiros contatos e depois um tempo ela passou a se envolver mais nos debates a respeito das questões raciais. Ela diz: *“Eu já tinha me empoderado em relação as minhas origens e já entendia o quanto isso tinha a ver com uma pressão social e negação.”* Hoje ela participa do conselho municipal de Promoção de Igualdade Racial de sua cidade e diz sempre estar atenta buscando saber o que pode fazer para melhorar e para influenciar mais meninas negras para que elas não valorizem suas raízes.

A entrevistada II é um grande exemplo para entendermos como o envolvimento nesses espaços realmente alargam os horizontes e criam essa perspectiva de mudança que tanto se faz necessária em nossa realidade social. *“É só a partir do conhecimento que você se liberta desse tipo de preconceito, desse tipo de pressão.”* (Entrevistada II).

Resultados:

“Como eu costumo descrever, é como se fosse... você encontrar na verdade a sua beleza que foi sempre ofuscada de você, eu costumo de dizer que é como se fosse o nascer de uma borboleta, foi tudo muito intenso.” (Entrevistada I, estudante de psicologia)

Como já mencionado acima o processo de transição não é nada fácil, principalmente pela falta de apoio que essas mulheres recebem. Comentários de mau gosto partem de todos os lados inclusive da própria família e pessoas próximas, e além de lidar com todo o dificultoso processo de autoafirmação e ressignificação da beleza negra essas mulheres ainda precisam lidar com toda a negação que as cercam durante o processo.

O trecho destacado acima é a descrição da Entrevistada I quando questionada a cerca de como foi ver seu cabelo solto e todo cacheado pela primeira vez.

Assim, o movimento de rejeição/aceitação do cabelo crespo e do corpo negro diz alguma coisa sobre a existência desse sujeito. A vivência desse movimento pode ser, ao mesmo tempo, dolorosa e libertadora, consciente e inconsciente. Pode servir, até mesmo, de impulso na revisão das representações negativas construídas sobre o negro e sua aparência no decorrer da história. (GOMES, 2008, 130-131 p.)

É necessária uma verdadeira identificação com a causa negra, além do sentimento de reconhecimento e pertencimento a essa ancestralidade para que a força surja diante de tantos obstáculos e desafios, para dar novos significados aos traços e a beleza negra. O sentimento de resistência e embate frente às construções sociais que desde sempre marginalizaram e desqualificaram o negro e suas características, são fundamentais nesse processo de autoafirmação, pois como diz GOMES (2002, 44 p.):

A identidade negra compreende um complexo sistema estético. Por isso se faz tão importante a ocupação do negro nos espaços de militância, são espaços como esse que dão visibilidade à presença de padrões estéticos variados, onde são aprendidas maneiras alternativas de cuidar do cabelo afro, e dado todo o suporte para lidar e combater as expressões de preconceito na vida social.

As mídias alternativas também são espaços onde o empoderamento está sendo difundido, muitas blogueiras negras expõem suas experiências de vida, contam suas histórias, e dão dicas de como lidar com essas situações e também de como cuidar do cabelo durante o processo. Por não encontrar na televisão nada a respeito disso, a maioria das meninas conhecem o processo de transição através dos vídeos dessas mulheres, e após a identificação pessoal com as histórias que são contadas decidem pôr um fim na “ditadura da negação”.

As histórias de meninas crespas e cacheadas são sempre muito semelhantes e é essa identificação com o outro que lhes permite a coragem de seguir em frente e ter orgulho de quem realmente são ter orgulho de suas raízes, essas mulheres acabam fazendo um ativismo virtual onde as questões voltadas para a pessoa negra são o foco. A mídia como sempre tenta distorcer a realidade sempre tenta mostrar que a volta dos cabelos crespos e cacheados fazem parte de na verdade mais uma tendência de modo, mas em nenhum momento o cabelo crespo é colocado como um posicionamento político diante de uma sociedade que a cada momento cria novas alternativas de escravização e segregação.

O Brasil é o segundo país com maior população negra, e nos últimos anos grandes avanços em relação à essa identificação está acontecendo, o processo é lento mas está ocorrendo e mais pessoas estão se orgulhando de quem são. A beleza da mulher negra é única e precisa ser valorizada, e a partir do momento em que essas mulheres decidem lutar por mais igualdade, reconhecem que seus processos de negação possuem um fundamento histórico, e passam dar novos significados a quem são novas mentalidades passam a ser criadas e é dentro disso que o processo de autoafirmação e ressignificação se estabelecem.

E é por tudo que isso carrega, que o processo de transição de transição capilar ganha um sentido tão importante na vida delas, pois é apenas um primeiro passo, e advém de toda uma revolução interna, pois as mudanças físicas são apenas representações não tão complexas das batalhas internas que essas mulheres passam diariamente.

Conclusões:

O corpo carrega todas as representações do mundo material, essas representações são construídas de acordo com o período histórico, a construção da identidade se estabelece na relação com o outro, seja no espaço escolar, no trabalho, no grupo de amigos ou até mesmo na internet como atualmente na sociedade contemporânea.

Os padrões que ao longo do tempo foram sendo construídos são uma grande barreira no processo de construção dessas identidades, sobretudo para a população negra que foi e que é ensinada desde cedo a tentar ser o mais semelhante possível do homem branco e europeu que a colonizou.

São os processos reflexivos que permitem a desconstrução desses padrões, que são fundamentados muitas vezes em valores morais que por sua vez estão inseridos em ideologias preconceituosas e antiquadas. Esse processo reflexivo

dá suporte para que as desconstruções possam acontecer, e é nesse longo processo que as mulheres negras se inserem atualmente, a partir da aceitação de suas raízes vão desconstruindo tudo aquilo que internalizaram ainda muito novas.

Muito material foi coletado durante a pesquisa e isso torna possível futuras continuações dentro da área temática, as histórias narradas pelas entrevistadas foram muito semelhantes e se pudessem ser definidas em três palavras essas seriam: luta, afirmação e reconhecimento, e é exatamente isso que as mulheres negras desejam.

Referências:

ARRAES, Jarid. Feminismo negro: sobre minorias dentro da minoria. Revista Fórum Semanal online, 2014.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. São Paulo, 2010.

CAMURÇA, Silvia, GOUVEIA, Taciana. O que é gênero. Cadernos SOS corpo. Vol. 1, 8p. 1997.

FERNANDES, F., Borges Pereira, J.B., Nogueira, O. A questão racial brasileira vista por três professores. Revista USP, São Paulo, n. 68, p. 168-179, dezembro/fevereiro 2005-2006.

FERREIRA, Ricardo Frankllin, CAMARGO, Amilton Carlos. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. *Psicol. cienc. prof.* 2011, vol.31, n.2.

Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Módulo IV, unidade II, texto III. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro

GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. 2 ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural?. Revista Brasileira de Educação, nº 21, 2002

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Ricardo Henriques. (Org.). Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10.639/03. 1ª ed. Brasília: SECAD/MEC, 2005, v. , p. 39-62.

RICHARDSON, R. J.. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

REFLEXÕES SOBRE A DIVERSIDADE RACIAL E ETNIA NO CURRÍCULO ESCOLAR

Autora: Jeane Gonçalves da Cunha;

Co-autora; Adriana Varelo de Oliveira;

Orientadora: Roberta Maria Aguiar do Nascimento
Universidade Federal da Paraíba
gde.ufpb@gmail.com

Resumo: Neste estudo propomos como objeto de pesquisa discutir a respeito de diversidade racial e sua importância na percepção de alunos e professores no meio escolar para se construir uma perspectiva mais ampla e abrir espaços necessários para trabalhar sobre singularidades e respeito às diferenças na escola e em outros espaços de aprendizagens. O estudo e a coleta de dados foram realizados na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Tiradentes. O debate sobre a diversidade racial e etnia no cotidiano em sala de aula se faz necessário, pois nem sempre a equipe pedagógica da escola está preparada para abordar e combater de forma correta as situações sobre a diversidade no universo escolar. A pesquisa será realizada com relatos escritos das educadoras e educadores e do corpo discente da escola. Para que assim possamos entender as reflexões e discussões sobre a diversidade racial também no currículo da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Tiradentes e a importância dessa inclusão para se construir uma perspectiva de direitos iguais na construção da diferença que existe nas singularidades de cada um.

Palavra-Chave: Diversidade Racial, Singularidades, Inclusão, Escola

Introdução:

No âmbito escolar precisamos romper com as barreiras de preconceitos de diversidade racial, gênero, sexualidade, entre outros, para conquistar espaços de diálogos e esclarecer problemas que ficam encobertos por uma nuvem de intolerância, etnocentrismo, preconceitos, falta de respeito e invisibilidade da diversidade existente no universo escolar. Investir na formação do corpo docente, em ações e propostas que incluam essa temática no cotidiano existentes no ambiente escolar e que geralmente, não são trabalhadas no ensino e nem na formação dos professores.

De acordo com, Henriques (2002, p.14) a desigualdade racial, em particular, é desconsiderada ou oculta pelo confortável manto do silêncio. A escola é um ambiente ligado a modelos e padrões, mas também deve repensar e reformular seus conceitos de forma a incluir a diversidade racial e o pluralismo no cotidiano escolar, valorizando assim as diferenças que já existem.

Portanto, meu objeto de estudo está nas discussões da diversidade racial no meio escolar para se compreender a dimensão e a importância da diversidade racial e cultural, tão fundamentais na formação da cidadania. A partir dessa reflexão entender como os estereótipos presentes no meio escolar e consequentemente na sociedade, influenciam negativamente nas relações dos alunos, como também, nas soluções adotadas pelos (as) educadores (as).

Fazendo uma ponte dessa proposta e a escola em que desenvolvemos a pesquisa surgiram algumas indagações, como por exemplo: Os alunos e alunas sofrem com discriminação racial na escola?; Quais as ações pedagógicas que os educadores e educadoras tomam em relação a discriminações, xingamentos e preconceitos que os mesmo presenciam no ambiente escolar?; Existe uma dificuldade em trabalhar com a diversidade racial durante o ano letivo? Qual?;. São questões relevantes, se existem motivos ou resistências em colocar em prática as ideias que já foram propostas por lei? E também que contribuições para o cotidiano escolar as discussões das diversidades raciais podem trazer para a construção da identidade e cidadania do(a) aluno(a).

Metodologia da pesquisa:

A investigação do estudo foi baseada na pesquisa qualitativa, utilizamos a técnica de coleta de dados, relatos escritos que teve como foco ou roteiro norteador o tema da diversidade racial no ambiente escolar e também o preconceito

racial. Essa modalidade de pesquisa foi utilizada por ser uma forma de investigar o ambiente originário e compreender a relações entre os (as) educadores (as), os alunos (as) e como se dá o contexto dessas interações em relação a diversidade racial naquele espaço.

A observação também foi um instrumento utilizado para nos ajudar a entender o nosso foco de estudo, buscando colher conhecimentos e dados para desenvolver as questões sobre o grupo a ser investigado e dentro desse recorte utilizar um olhar mais apurado, de forma a ultrapassar a visão do cotidiano e focar no objetivo e no contexto da pesquisa. Passamos a ter mais foco sobre a temática na escola Tiradentes, trabalhava na mesma, nas turmas do 6º ao 9º ano, no período da tarde, sendo assim, passei a centrar mais no tema norteador da pesquisa e comecei a ter conversas informais com alunos e alunas, com professores e professoras da escola, sobre racismo, diversidade, preconceitos e casos que já tinham acontecido na escola.

Os sujeitos que participaram do estudo foram os (as) alunos (as) das turmas de sexto a nono ano do ensino fundamental II, uma professora do quinto ano e quatro professores (as) do fundamental II, escolhemos trabalhar essas turmas, pois tínhamos acesso e familiaridade com o ambiente por trabalhar na mesma escola. Colhemos os relatos escritos com os (as) alunos (as), os direcionamentos dos mesmos foram sobre diversidade racial, preconceito, atitudes de discriminação, que eles já tivessem sofrido ou presenciado no ambiente da escola ou a opinião deles (as) sobre as questões da diversidade racial e preconceito, disseram da forma que sabiam e sentiam, pedimos que fizessem e não assinassem, alguns fizeram questão de assinar. Já com os professores (as), foi pedido que relatassem, por escrito, quais ações pedagógicas os mesmos usavam em relação a atitudes de preconceito racial, qual a opinião deles sobre o tema e o que faltava para funcionar suas ações.

A colaboração dos sujeitos da pesquisa, as observações no ambiente e relatos escritos foram de fundamental relevância para obtenção de dados e informações da realidade dos que convivem no espaço do estudo, ou seja, na escola municipal de educação infantil e ensino fundamental Tiradentes, para que fosse possível fazer uma ponte entre a pesquisa bibliográfica, usando de ideias, conceitos e estudos de pesquisadores com a realidade dessa escola e assim, chegar a possíveis respostas das nossas indagações.

Para se refletir a diversidade racial no papel da escola:

Tenta-se compensar toda exploração e opressão a que os afrodescendentes foram submetidos por causa de opressões sociais e construções racistas nas quais se sustentaram ao longo do tempo para justificar a desigualdade presente até os dias atuais em nossa sociedade. Como aponta Ribeiro (1995, p. 24), “O espantoso é que os brasileiros, orgulhosos de sua tão proclamada, como falsa, “democracia racial”, raramente percebem os profundos abismos que aqui separam os estratos sociais”. A escola é uma ponte para o diálogo da diversidade racial e sua fundamental importância na percepção e formação da identidade e na formação da cidadania.

O cotidiano na escola certamente é um meio muito válido para discutir, estabelecer diálogos, desconstruir padrões, abolir piadas e brincadeiras racistas e discriminatórias, pois na mesma também surgem atitudes discriminatórias:

Elas se manifestam sob a forma de segregação no espaço urbano, particularmente na escola e no mercado de trabalho. Manifestam-se também em manuais escolares, livros, filmes e novelas de televisão que retratam de maneira inadequada as minorias étnicas ou os grupos raciais menosprezados. (BORGES, 2002, p. 49)

A equipe escolar precisa parar de fazer vista grossa para as discriminações e preconceitos “sutis” camuflados de brincadeiras e formar cidadãos com outra mentalidade, uma forma de pensar que englobe as diferenças, a diversidade e o direito que cada um tem de ser diferente, transformando a realidade e oferecendo reflexões para abolir atos discriminatórios.

Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção da democracia brasileira, que não poderá ser plenamente cumprida enquanto perdurar a destruição das individualidades históricas e culturais das populações que formaram a matriz plural do povo e da sociedade brasileira. (MUNANGA, 2005, p. 17).

Para situar o cenário atual em que vivem os indivíduos na escola é importante recorrer a fala de Cavalleiro (2003), quando nos afirma que a criança necessita de certa socialização para a compreensão das diferenças, para a

concepção de pertencimento nas relações étnicos raciais assumidas por ele no contexto escolar e familiar

A socialização torna possível à criança a compreensão do mundo por meio das experiências vividas ocorrendo paulatinamente à necessária interiorização das regras afirmadas pela sociedade. Nesse início de vida a família e a escola serão os mediadores primordiais, apresentando/significando o mundo social (CAVALLEIRO, 2003. p. 16)

Em uma sociedade na qual o afrodescendente é incentivado a se embranquecer e negar suas origens desde muito cedo (GOMES, 2003, p. 171) para ser aceito, a escola toma lugar de grande importância no processo de desconstrução dos estereótipos, na luta contra preconceitos e ainda é um dos meios responsáveis por transmitir conhecimento de igualdade e desmistificar a figura do negro na contemporaneidade.

A contribuição do educador no processo de quebra desses bloqueios é de grande importância, pois a diversidade racial está dentro e fora da escola e como agente social, cultural, filosófico e político que se institui a escola, fazer com que o aprendizado caminhe para a reflexão de que o preconceito não é um exagero e sim um fato também é parte do seu papel.

Torna-se necessário a discussão sobre as diferenças raciais no ambiente escolar, a compreensão de mundo que cada indivíduo trás, a sua própria subjetividade, carga simbólica e histórica interferem nos processos de aprendizagem de aceitação e convívio com as diferenças, nesse momento a interferência da escola e da família funcionam como alimentadores para desmontar a intolerância gerada pelos contextos como nos afirma FERREIRA:

Como resultante, a *intolerância* passa a constituir-se como atitude básica, decorrente das práticas desenvolvidas na modernidade – terreno fértil para a construção de subjetividades prontas para a deslegitimação do outro, daquele considerado divergente dos padrões assumidos como verdadeiros e bons. (2003. p. 73)

É sabido que a escola também se institui em conceitos padrão, porém sair do ambiente de conforto é necessário, se contorcer nas engrenagens de tensão entre escola e intolerâncias configura o papel de se estabelecer discussões, não

mais no campo do superficial e sim nas dobras, na profundidade dos dilemas diários que surgem como problemas tanto para o ambiente de aprendizado quanto para a sociedade.

Existem escolas que ainda vivem dentro dos padrões e da normatividade de beleza superior da cor branca (Cavalleiro, 1998), não seria de bom tom dizer que a mesma se despiu totalmente das raízes preconceituosas, os componentes da mesma diariamente vivem o processo de (re) configuração e de (re) significação para aquilo que antes era tido como o ideal de cor, cor superior e beleza.

É importante ainda ressaltar que na escola a criança toma muita das vezes seus educadores como modelo de representação a ser seguido, mesmo não sendo obrigatoriamente cópias fiéis os alunos levam muito em consideração e repetem a conduta de seus professores (Cavalleiro, 1998) e isso nos leva a pensar nos pólos e nas cargas de contribuição que cada indivíduo tem na construção de uma reflexão positiva acerca da diversidade étnica-racial.

E não como por um discurso de preconceito velado frente a uma sociedade de aparências e medo de confrontar seus paradigmas, mas como modo de combate a opressão, interiorização e intolerância para com as diversidades existente.

Realizar uma educação anti-racista é transformar o cotidiano escolar, fazendo, impreterivelmente, uma reflexão profunda sobre o que sentimos e como agimos diante da diversidade. Só o conhecimento de nossos sentimentos e a elaboração de formas de lidar com a diversidade possibilitarão uma distribuição igualitária dos afetos e estímulos no espaço escolar. (CAVALLEIRO, 1998, p. 155)

A educação contribui na elevação do indivíduo, o mesmo já assume um papel social ao ir à escola e lá ele compartilha diversos modos de socialização com outros, e como dito anteriormente, este chega com uma carga própria na escola e lá ele compartilha valores e a construção da equidade se dá também no seio escolar e induzir os mesmos a entenderem que histórico, social e politicamente as diferenças só agregam e contribuem para a formação de um cidadão consciente e que valoriza as diferenças.

Resultados e discussões: reflexões a partir de relatos de professores e alunos da escola Tiradentes:

Esta pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Tiradentes, localizada em área rural, no Assentamento de

Reforma Agrária Tiradentes, no município de Mari – Paraíba. A escola atende ao ensino infantil e fundamental, a mesma foi realizada com as turmas da tarde, do 5º ao 9º ano. O estudo foi realizado por meio de análise de relatos dos educadores e educadoras da escola, suas experiências e vivências em sala de aula, também contamos com relatos escritos dos alunos e alunas, que por meio de redações e textos, contaram sobre as situações que já enfrentaram relacionadas a preconceitos na escola, vivências com a diversidade étnico-raciais e discriminação. A fundamentação teórica foi baseada em BORGES (2002), HENRIQUES (2002), MUNANGA (2005), CARVALHO (2011), MORAIS (1999), LACONTE (2002), que contribuíram nas discussões das relações étnico-raciais, preconceito racial, no processo educativo e sua importância na formação da cidadania para se construir uma perspectiva de direitos iguais.

O ambiente escolar é o primeiro espaço onde nos relacionamos com a diversidade, com as diferenças e queremos fazer parte do grupo, ser aceito. Dessa forma, podemos fazer uma reflexão de como os moldes pré-determinados ou estereótipos atingem a mentalidade e a formação das crianças e posteriormente como esses elementos irão fazer parte da sua vida adulta. Podemos observar que muitas crianças não se identificam com suas próprias características, com sua beleza natural, elas não vêm uma valorização das suas singularidades e características afrodescendentes em quase nenhum lugar.

Podemos perceber nos textos abaixo, o processo de percepção dos alunos e suas experiências e vivências na escolar com seus colegas em relação a ações discriminatórias e racistas. A seguir, o relato de uma aluna negra do 6º ano:

Texto 1 – aluna (R)

Eu já tive racismo me chamaram de negra preta, galinha de macumba, cabelo de bucha, dente de burro. E isso que me chamaram na escola Tiradentes. Só por que sou morena, cabelo cacheado. Eu já alisei meu cabelo porque mode isso. Mas tudo que me disseram Deus vai castigar por que foi Deus que me fez.
(Aluna R, 2015)

A aluna não se vê como negra e a mesma se chama de morena, para ser aceita, ela diz que alisou o cabelo na tentativa de diminuir os xingamentos contra ela. Essas ações discriminatórias e racistas são baseadas e muito bem impregnadas historicamente e socialmente, padrões estereotipados e a exclusão do afrodescendente do sistema, marginalização social, equidade negada durante tanto tempo, mas as lutas por espaços também estiveram presentes

nesse processo, quebrando paradigmas e desconstruindo práticas racistas. Segundo Bourdieu:

Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única e apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) e, mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele. (2002. p. 4)

As relações étnico-raciais fazem parte da construção e trocas de conhecimentos na escola, deve ser associado à valorização da construção da identidade de cada indivíduo. Para suprir a desigualdade e falta de oportunidade que a violência racial promove, desde educação básica até a vida adulta, foram surgindo políticas públicas para tentar compensar a falta de igualdade e discrepâncias sociais que estão associadas aos afrodescendentes. A lei 10. 639/03, que torna obrigatório a inclusão do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e particulares, é uma forma de ressaltar a valorização da cultura negra na formação dos discentes e por seguinte, da sociedade brasileira, mas promovem desafios a todos os envolvidos no ambiente escolar. Segue o relato escrito do professor A, da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Tiradentes.

Texto 2 (professor A)

Em minha prática, nesses 3 anos de atuação no ensino fundamental II, na escola Tiradentes, venho presenciando algumas práticas de preconceito racial em sala de aula, muitas das vezes de forma direta. Em sala de aula, sempre procuro direcionar os conteúdos a temas que abrangem nossa diversidade étnico-racial e cultural. Quando trabalho a história da escravidão no Brasil, abordo a temática pela ótica da resistência do povo negro e da sua cultura, tentando mostrar uma imagem positiva e quebrando com estereótipos velados. Mas me sinto muitas vezes como clamando no deserto, pois falta envolvimento entre os professores e a própria

escola para encarar esse problema. O que falta é uma ação conjunta dentro da escola, ou seja, a escola “comprar” essa “briga” contra o preconceito racial. (Professor A, 2015)

Reflexões e debates sobre o processo de inclusão de questões étnico-raciais no ensino e no espaço escolar requer esforço da equipe escolar, não se torna possível, neste caso, pois não existe o envolvimento dos professores e da própria escola, como o professor A relatou. A transformação deve partir de novos caminhos, quebrar os paradigmas da própria escola, pois, muitas vezes a valorização da diversidade e a igualdade de direitos não são implementadas na escola, por não haver conhecimentos sobre a real relevância de eliminar essa questão ou por falta de preparo adequado para desenvolver atitudes necessárias para realizar uma mudança real. No relato do professor B, ele diz que:

Texto 3 (Professor B)

A base de qualquer coisa está na união, mas essa virtude é a coisa mais rasa ali. A teoria é bela, mas a prática não funciona. (...) qualquer falha nesse âmbito pode comprometer suas atitudes. Se a escola não coopera, fica impossível manter essa postura. Afinal, a escola não sou eu, somos nós. E em relação a questão étnico-racial, não vejo na esfera de ensino qualquer preocupação em torná-los éticos. O investimento está nas aparências, o que é uma forma decadente para um órgão que tem uma missão primordial ímpar. Apostar nos valores estão em segundo plano. (Professor B, 2015)

A escola, enquanto parte de um todo maior que é a sociedade, muitas vezes, repete padrões retrógrados e baseados em padrões sociais e fazendo distinções de classes, grupos, reproduzindo conceitos e preconceitos, discriminando grupos que não representam a maioria ou que não estão dentro dos estereótipos aceitáveis, então essa mudança não pode vir da minoria, toda a equipe escolar, todo o corpo que participa direta ou indiretamente, inclusive a comunidade deve se envolver na construção de outra estrutura social, desconstruindo preconceitos e moldes, elaborando e colocando em prática ações, trabalhando todos os dias em pequenas mudanças ou grandes projetos dentro da escola, nas famílias dos alunos e na comunidade em geral, pois essa estrutura histórica de preconceito precisa ser quebrada para construirmos uma realidade que seja baseada na equidade étnico-racial e que funcione que desconstrua a

falta de oportunidade e a dor que o preconceito causa e seja possível levar a superação dessa problemática além do universo escolar. Segundo a aluna E, do 8º ano:

Texto 4 – aluna (E)

Já sofri muito preconceito na escola eu já fui chamada de macaca e de outros, mas ainda tem muita gente que tem preconceito comigo, mais eu não ligo porque eu tenho orgulho da minha cor, pra mim tanto faz ser negra ou branca, o que importa é que eu estou viva e que mim amo, mas todo mundo sabe que preconceito racial é crime. (Aluna E, 2015)

Transmitir valores humanos, desde a educação infantil, promover o debate, respeito e formar cidadãos com outra mentalidade, uma forma de pensar que englobe as diferenças, a diversidade e o direito que cada um tem de ser diferente são ideias que ajudam a formar, agregar e mudar o convívio, promovendo o desenvolvimento de um senso crítico, para formar cidadãos.

Texto 5 (Professora H)

Tento lidar com preconceitos e conflitos na minha sala de aula da forma que posso, usando os recursos que estão disponíveis aqui. Lembro-me de um dos casos de preconceito racial entre uma aluna e um aluno na minha sala de aula. Na época, eles eram crianças e eu trouxe um livro com ilustrações, contei uma estorinha com dois animaizinhos de cores diferentes e ao final eles eram iguais. Sempre busco encontrar soluções para explicar que não existem diferenças. (Professora H, 2015)

Desconstruir atitudes racistas e os aspectos negativos que são relacionados aos negros, desfazer as diferenças que estão impregnadas no imaginário exige um olhar atento para transformar a realidade através do processo educativo, construindo e abrindo novos caminhos, trazendo contribuições para formação de uma sociedade com mais equidade, mais justa e onde se valorize a diversidade racial.

Texto 6 (Professora Y)

A vida escolar é composta por várias histórias, diferentes famílias, cada um com sua peculiaridade, o que proporciona ao professor

uma interação com os alunos, onde se pode criar um processo didático interativo em que um aprende com o outro. Porém, na maioria das vezes, isso acaba não acontecendo. (...) o que mostra a realidade é um maior índice de evasão escolar por parte dos negros e também um elevado grau de analfabetos em relação aos outros grupos étnicos. Além disso, os próprios mecanismos didáticos estigmatizam o negro e pregam o etnocentrismo da raça branca. (Professora Y, 2015)

A professora Y, assim como os outros professores que contribuíram com o estudo, colocaram pontos de debates importantes, que são a falta de participação, de cooperação e de união em busca de um objetivo em comum, que seria o combate ao preconceito racial, desenvolvendo o interesse de toda a comunidade escolar, abrangendo um processo didático que busque o exercício e a manutenção de ações para que exista liberdade, igualdade e reconhecimento da diversidade, não apenas étnico-racial, mas também de outras lutas que tentam abolir a segregação de grupos, de pessoas, seja pela cor da pele, pela orientação sexual ou qualquer característica que não siga os padrões impostos e impregnados em uma sociedade que foi construída com base patriarcal, machista, onde o branqueamento e o catolicismo foram impostos como moldes a serem seguidos por todos.

Conclusões

Ao analisar os dados do presente estudo, identificamos que a superação do racismo e de atitudes preconceituosas no espaço escolar ainda é um desafio, no decorrer da produção dos dados deste artigo, houve um ponto em comum na fala de quase todos os educadores e educadoras, a falta de uma ação em conjunto e com a finalidade de trabalhar desconstruindo o sofrimento apontado pelos alunos e alunas que são privados de uma convivência mais harmônica no cenário educacional.

A falta de representação da diversidade racial, a valorização das singularidades de cada indivíduo, quebrar com estereótipos e ensinar valores, respeito, ampliar a visão sobre padrões construídos no imaginário, somar as vivências e trocas baseadas nas diferenças para se construir uma sociedade com oportunidades mais igualitárias faz parte do desafios enfrentados pelos (as) educadores (as), as práticas pedagógicas ainda são discretas, os livros didáticos mostram uma realidade onde os negros não são representados e as crianças e adolescentes

não se identificam e cabe a todos os envolvidos nesse processo de mudança trabalhar de forma a atingir um alvo em comum, abrir espaços para promover discussões com objetivo de aprender e ensinar sobre o respeito a diversidade racial.

Sendo assim, existem ainda dificuldades que a equipe escolar encontra, falta um diálogo e uma interligação entre a vontade, a união e a prática, ações contra a discriminação racial e a promoção da diversidade ainda não estão implementadas na escola, a equipe escolar ainda trabalha de forma isolada, em atitudes individuais, quando trabalhar em equipe seria uma proposta que iria viabilizar o combate ao racismo e para esse debate da diversidade racial e percepção das diferenças na formação da identidade e da cidadania.

O ambiente escolar é propício para abrir o universo da diversidade e criar laços através das diferenças e para ações transformadoras através da conscientização, uma educação voltada a encontrar soluções para construção um cenário muito animador em relação ao combate efetivo da discriminação e preconceitos contra os afrodescendentes, pois tornar obrigatório a inclusão de conteúdos aos currículos não é sinônimo de eficiência ao combate dessa problemática, pois além de ser obrigatório deve-se tornar real e prático, não adianta está no papel e não ser utilizado no cotidiano para reflexões, discussões, ação, trabalho em grupo e superação do problema. A compreensão de que as práticas racistas devem ser combatidas por meio de atitudes diárias, trabalhadas no cotidiano das práticas educativas é fundamental para que ajam alternativas de intervenção para vencer a alienação, preconceitos e exclusão, promovendo a diversidade e as singularidades e a cidadania.

O debate sobre a diversidade racial no ensino e na formação de professores é proporcionar o acesso à cidadania e a garantir os direitos humanos a todos os cidadãos.

Referências

ANDRADE, P. S. *Pertencimento étnico-racial e ensino de História*. São Carlos, 2006, 179p. Dissertação (Mestrado)– Departamento de Metodologia de Ensino, Universidade Federal de São Carlos. 2006. Disponível em: http://www.bdttd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1241 Acesso em: 22/10/2015.

BOERDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. Tradução: Maria Helena Kuhner, Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2002.

CAVALLEIRO, E. Do **Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar**: Racismo, Preconceito e Discriminação na educação infantil. – São Paulo: Contexto, 2003.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **O Brasileiro, O Racismo Silencioso E A Emancipação Do Afro-Descendente**. Ensaio, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v14n1/v14n1a05.pdf>. Acesso em: 23/10/2015.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto - o processo de construção da identidade racial de professoras negras**. Belo horizonte: mazza edições, 1995, 200p.

_____. SILVA, P. B. G. **Experiências étnico-culturais para formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

HENRIQUES, Ricardo. **Raça e gênero no sistema de ensino: os limites das política-suniversalistas na educação**. Brasília: UNESCO, 2002.

ENSINO SUPERIOR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO REFERENCIAL DE FEMINISTAS NEGRAS

Kelly da Silva

Universidade do Estado de Minas Gerais

kelserena2003@yahoo.com.br

Anderson Ferrari

Universidade Federal de Juiz de Fora

aferrari13@globocom

Resumo: Mais de 50% da população brasileira se autodeclarou negra, preta ou parda no censo desenvolvido pelo IBGE em 2010. Mas somente 26% do corpo discente das Universidades brasileiras é composto por negras e negros. Deste percentual, quantas são mulheres? Temos, em nossa sociedade, marcadores e produtores de desigualdade que relacionam, de modo interseccional, racismo e sexismo. Destacadas autoras feministas negras contribuem para pensarmos como as Políticas Públicas em Educação têm participado da emancipação de Mulheres Negras. O presente trabalho expressa a contribuição de autoras como Angela Davis (1982), Bell Hooks (1995), Alice Walker (2015) e Audre Lorde (2015) para a pesquisa em andamento, cujo objetivo é conhecer o impacto e funcionamento do Sistema de Cotas nas Universidades, especialmente para as alunas negras. O trabalho se desenvolve na perspectiva pós-estruturalista. A pesquisa convida a nos reconhecermos como mulheres negras e alunas cotistas. Destacamos também a importância dos Parâmetros Curriculares Nacionais para combate ao preconceito, tais documentos apresentam possibilidades de inserção de temas como gênero, raça e sexualidade, adotados no trabalho. Como postula Lorde, há de se considerar raça, sexualidade, classe e idade, de modo a contribuir para o potente debate feminista sobre o que se entende como pessoal e político.

Palavras Chaves: Gênero; Mulheres Negras; Ensino Superior.

Introdução

Pensar a contribuição de autoras feministas negras como Angela Davis, Bell Hooks, Alice Walker e Audre Lorde para discutir a contribuição das políticas públicas em educação para emancipação de mulheres que entraram por cotas nas Universidades, nos remetem ao entrelaçamento entre passado e futuro das mulheres negras. Faz-nos perceber que a discriminação vem se revestindo ao longo dos anos e, que o espaço do negro na sociedade Brasileira ainda se encontra como o lugar não valorizado, o da doméstica, da varredora de rua, da dona da limpeza e, quando algumas poucas escapam dessa trajetória precisam enfrentar todos os tipos de discriminação e preconceito, assim, algumas resistem nas universidades. Mas quem são as autoras que trazemos para contribuir com o nosso debate? Qual a importância delas para as conquistas atuais? E qual a força que seus trabalhos inspiram para continuarmos lutando cotidianamente? Vamos conhecer um pouco sobre cada uma delas, para que quem se interesse tenha ferramentas para buscar mais sobre essas expressivas, combativas e necessárias mulheres.

Feministas Negras quem são elas, quais são suas trajetórias?

De acordo com Hooks (1995) a segregação sexista impede muitos de conhecerem as obras de mulheres negras feministas, E aqui questiono, por que acadêmicos desconhecem suas obras, por que eu não as conhecia? Esse desconhecimento leva a não utilização e empoderamento das mulheres por meio de seus trabalhos. “Essa invisibilidade em função do racismo, do sexismo e da exploração de classe institucionalizados é um reflexo da realidade de que grande número de negras não escolhem o trabalho intelectual como sua vocação” (HOOKS, 1995, p.2). Pensar sobre essa fala de Hooks, nos leva a atentarmos para os vários discursos que a própria comunidade negra e popular apresenta sobre o saber intelectual, valoriza-se muito mais o trabalho braçal que dá retorno financeiro mais rápido, do que a dedicação aos estudos, pois, a necessidade de sobrevivência é mais urgente para o grupo, esse pensamento ainda contribui para a desvalorização do saber e desfavorece sua busca pelas mulheres pobres e negras. As autoras que apresentamos aqui passaram por inúmeras adversidades e possuem uma trajetória de luta e enfrentamento intensos para se fazerem ouvidas.

Alice Malsenior Walker é a oitava filha de um casal de agricultores meeiros, a autora nasceu em 9 de fevereiro de 1944, em Eatonton, Georgia, onde as marcas da escravidão e da opressão ainda se fazem presentes. Em 1961, Alice Walker deixou sua cidade para ir para Spelman College, uma relevante escola para mulheres negras em Atlanta, onde ficou por dois anos, conheceu Martin Luther King Jr e se tornou ativista dos direitos civis. Ela terminou seu primeiro romance em 1969, mesmo ano do nascimento de sua filha Rebecca Grant. Seus primeiros trabalhos já tratavam de temas comuns em sua obra como violência, estupro, relações multi-geracionais, sexismo e racismo. Após o fim de seu casamento ela se mudou para o norte da Califórnia onde vive até hoje (WALKER, 2015).

Em sua obra, Alice Walker retrata a vida da mulher afro-americana. Ela descreve intensamente o sexismo, o racismo e a pobreza que fazem da vida uma luta. Entretanto, ela também destaca a força da família, da comunidade e da espiritualidade como partes da vida. Foi criticada no romance a cor purpura por trazer à tona a violência do homem negro em relação às suas esposas, irmãs e demais mulheres que conviviam, o que expõe uma representação negativa do homem negro. Alice Walker continua não só escrevendo, mas também desenvolvendo seu trabalho como feminista/mulherista, ativista ambiental, pela Palestina e por causas econômicas e de justiça social (WALKER, 2015).

Angela Yvonne Davis é natural do estado do Alabama, considerado um dos mais racistas do sul dos Estados Unidos e, de acordo com a sua autobiografia, desde criança sofreu na pele humilhações racistas. Leitora desde criança, aos 14 ganhou uma bolsa para estudar em Greenwich Village, em Nova Iorque, fato que transformaria a sua vida, pois, é neste momento que ela entra em contato com as teses comunistas e inicia a sua militância no movimento estudantil. Ela adotou o penteado dos rebelados no Quênia e fez do penteado afro um símbolo do orgulho negro. Angela Davis é professora de filosofia na Universidade de Santa Cruz, que fica entre São Francisco e Monterey, na Califórnia (DAVIS, 2015).

Ainda nos anos 1960, Davis tornou-se militante ativa do Partido Comunista e do Panteras Negras, que à época lutava para conquistar o apoio da sociedade para libertar três militantes negros que estavam presos: conhecidos como os “irmãos soledad”, já que estavam detidos na Prisão de Soledad, em Monterey. Para Angela Davis o feminismo é uma emancipação que vai além das fronteiras estabelecidas. As questões de sexualidade, de raça, de classe e de gênero estão intimamente ligadas. E ela oferece esta bela fórmula: “Meu objetivo sempre foi

encontrar pontos entre as ideias e derrubar os muros. E os muros derrubados se transformam em pontes”. Inimigo, Louis Farrakhan, chefe da Nação do Islã que organizou a Marcha do 1 Milhão em 1995, acusou Angela de ser lésbica. Por isso não. Em 1997, na revista Out, ela declara: “Sim, sou lésbica” (DAVIS, 2015, p. 16).

Audrey Geraldine Lorde, a poetisa, nascida em Nova York e filha de imigrantes do Barbado e Carriacou, definida por si mesmo como ‘negra, lésbica, mãe, guerreira, poeta’, reconhece a força das denominações. Como afirmado em um poema, “se eu não mesma me definir, eu seria esmagada nas fantasias de outras pessoas e comida viva”. Antes de falecer aos 58 anos, participou de uma cerimônia de nomeação africana, onde foi nomeada Gambda Adisa, que significa ‘Guerreira: ela que faz seu significado conhecido’. Teoricamente, a importância de Lorde se dá por ser uma das primeiras a tratar sobre a relação feminista com racismo, homofobia e classismo (ou a falta do mesmo). Na década de 60, criticou fortemente feministas brancas, ao afirmar que as mesmas focavam em experiências e valores particulares das mulheres brancas da classe média. Afirmava que a oposição binária entre homens e mulheres era simplista, já que ignorava outros tipos de privilégios e as próprias divisões que há entre as mulheres (LORDE, 2015). O debate continuou por anos, tendo respostas de diversas feministas, como Mary Daly, o que reafirmou sua persona de outsider. Afirmaram que isso a destacava nas conferências, entre as feministas brancas acadêmicas como a ‘voz feminista negra lésbica isolada, acusadora e raivosa’. Usualmente a resposta das feministas brancas era de que ela desejava ter posição privilegiada por ser negra e lésbica, como também que ela tinha uma falsa autoridade moral baseada em seu sofrimento. Argumentavam que o sofrimento era uma condição universal das mulheres e acusar as feministas de racismo causava divisão em vez de cura. A resposta de Lorde? ‘O que você ouve na minha voz é fúria, não sofrimento. Raiva, não autoridade moral’ (LORDE, 2015, p. 8).

Bell Hooks é professora de inglês, estudos afro-americanos e estudos da mulher no City College de Nova York, escritora e feminista negra. Nascida na zona rural do sul dos Estados Unidos, na época da segregação racial, ela conta que, nesse período, as meninas negras das classes trabalhadoras tinham três opções de carreira: casar, trabalhar como empregada ou tornar-se professora em uma escola. Para as negras, ensinar era um ato essencialmente político, pois tinha raízes na luta antirracista (HOOKS, 2004).

Aluna de escolas negras segregadas, suas mestras eram quase todas mulheres. Elas lhe ensinaram, sempre, que estudar era um ato contra a hegemonia, uma maneira de combater o racismo. Para desenvolver um trabalho dessa

competência, buscavam conhecer tudo o que dissesse respeito à vida de suas, a realidade econômica, social e ainda, sobre a forma que eram cuidadas. Porém, com a integração racial, tudo mudou: “o conhecimento passou a se resumir à pura informação, não tendo nenhuma relação com o modo como se vivia. Ele não tinha ligações também com a luta antirracista” (OLIVEIRA, 2014, p.1). Ali, o anseio em aprender era analisado como uma ameaça ao domínio branco. Ao frequentar aulas de educadoras brancas, Hooks percebia que elas reforçavam o racismo, fazendo-a perder o desejo pela escola.

Com essa importante exposição sobre a vida dessas autoras, podemos perceber que teremos grandes contribuições para debatermos as políticas públicas alcançadas hoje pelo movimento negro e pelas feministas, para pensarmos a trajetória de mulheres que entraram na Universidade por cotas.

Metodologia

O trabalho é fundamentado no referencial teórico pós-estruturalista e nesta etapa se deu a partir da pesquisa bibliográfica. Considero importante destacar que o referencial teórico pós-estruturalista me serve como uma possível ferramenta, e não como manual de pesquisa, e é desse modo que desenvolvo este trabalho. De acordo com Louro (2006), a forma que escrevemos declara como pensamos e conhecemos, ou seja, nossas escritas declaram nossas escolhas teóricas e políticas e, por isso, correm o risco de tornarem-se manuais de orientação, “mesmo quando preferimos que se tornem debates, discussões sobre o tema, que levantem mais questões, que provoquem o dissenso” (LOURO, 2004, p3). Consoante isso, temos todos os desarranjos que mudam os fatos de lugar, para que as certezas sejam postas em dúvida e para que aquilo que surja, depois delas, seja novamente debatido. Nesse sentido, considero que os meus questionamentos sobre currículo, gênero e raça dentre outros, são permeados por muitas construções. Com isso, por não se definirem sob um único conceito, vão possuir tantas definições quantas vezes forem analisados, reconstruídos, reelaborados.

Resultados e discussão

A discussão nacional sobre cotas nas universidades públicas teve sua consolidação em 2012. Em Agosto desse ano, a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei de Cotas Sociais, 12.711, a qual determina que até agosto de 2016 todas as instituições de ensino federais deverão reservar no mínimo 50% das vagas

para estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas, que metade dessas vagas deve ser reservada para estudantes cujas famílias têm renda de até um salário mínimo e meio e, que as instituições deverão reservar nesses 50% das vagas um número de vagas para autodeclarados negros, pardos e índios no mínimo igual à proporção de negros, pardos e índios identificada pelo IBGE na unidade da federação em que estão situadas. Sintetizando, 50% das vagas serão divididas entre estudantes de escolas públicas, pobres, negros, pardos ou índios e 50% será destinado à ampla concorrência (BRASIL, 2012).

Desde então, veem sendo elaboradas diversas análises acadêmicas e até mesmo judiciais, contrárias a essa alternativa, aqui avaliada como possível, necessária e equitativa, quando comparada aos anos de exclusão das mulheres e homens negros no nosso país. A inclusão no ensino superior público brasileiro de estudantes negras e negros ou pobres é importante não somente para diminuir a enorme desigualdade quando se compara a inserção desses alunos com a dos brancos ou ricos, mas também demonstra como essa inclusão possibilita o convívio entre estudantes de classes sociais diferentes; contribui para a análise e a recriminação de preconceitos raciais e de classe. E não há dúvida de que ela também possibilitará diminuir as desigualdades assombrosas que existem entre todos os demais grupos sociais e as mulheres negras, que são as mais discriminadas na sociedade brasileira, por serem mulheres e negras (ROZAS, 2009).

Essa exclusão vem desde os locais onde se concentram como moradia (a maioria se encontra nas periferias das cidades) e os postos de trabalho que ocupam (a grande maioria atua como empregada doméstica ou similar, porteiras, babas, garis). De acordo com Davis (1982) o grande número de mulheres negras que atuam no serviço doméstico, não são um simples resquício da escravidão, que pode desaparecer com o passar do tempo. Por aproximadamente um século elas foram impossibilitadas de escapar ao trabalho doméstico em número expressivo. “Mais de 2/3 de mulheres negras eram forçadas a empregarem-se como cozinheiras, amas, lavadeiras, criadas de quarto e porteiras, e eram apanhadas em condições... tão más como, senão até piores, na escravidão” (DAVIS, 1982. P.71).

O trabalho doméstico possui, ainda nos dias atuais, as mulheres negras como as principais empregadas no setor, mas, o que isso tem a ver com as estudantes negras que entraram na universidade por cotas? Em uma primeira análise poderíamos dizer que nada, porém, ao analisarmos estudos e debates sobre o processo de cotas em Universidades públicas e a trajetória das estudantes universitárias negras, perceberemos que estas trajetórias são variáveis e atemporais,

muitas só retornam ao ensino superior depois de muitos anos paradas e, na maioria dos casos, esse processo se dá devido “a entrada precoce no mundo do trabalho, em grande medida, no trabalho doméstico” (ÁVILA; PORTES, 2012, p.814).

Para Hoolks (1995), o desestímulo na própria família ou comunidade sempre foi um grande empecilho para as negras dedicarem-se aos estudos, os trabalhos domésticos deveriam sempre vir em primeiro lugar, para não serem consideradas egoístas e sem sentimento com o grupo a que pertenciam como a autora nos descreve falando de sua própria história:

Na infância se eu não pusesse os trabalhos domésticos acima dos prazeres de ler e pensar, os adultos ameaçavam me punir queimando meus livros e proibindo-me de ler. Embora isso jamais tenha ocorrido incutiu em minha consciência o senso de que era de algum modo, não apenas errado preferir ficar sozinha lendo pensando e escrevendo, mas, também meio perigoso para meu bem estar e, um gesto de insensibilidade para com o bem estar dos outros. Na idade adulta passei anos julgando (e por isso fazendo com que fosse) importante para mim terminar qualquer outra tarefa por mais inconsequente que pudesse ser para só depois me dedicar ao trabalho intelectual. Claro muitas vezes eu chegava no espaço destinado a esse trabalho cansada exausta e sem energia. A socialização sexista inicial que ensina as negras e, na verdade, a maioria das mulheres que o trabalho mental tem de ser sempre secundário aos afazeres domésticos, ao cuidado dos filhos, ou a um monte de outras atividades servis, tornou difícil para elas fazer do trabalho intelectual uma prioridade essencial mesmo quando suas circunstâncias sociais ofereciam de fato recompensas por essa atividade. (HOOLKS, 1995, p.4)

Para os negros, por situarem-se entre os segmentos mais pobres em nossa sociedade, o acesso ao ensino superior é fortemente delimitado por questões materiais que incluem não somente a gratuidade como também a necessidade de proximidade da escola em relação a casa, a possibilidade de obtenção de auxílios, a existência de certos serviços assistenciais como alimentação gratuita e um planejamento meticuloso da provável necessidade de articular estudo e trabalho. Para “as mulheres, esta última necessidade é ainda complexificada

porque tradicionalmente também cabe a elas o exercício de atividades no lar, o que faz com que tenham de articular o estudo com o trabalho profissional e com o trabalho doméstico” (GÓIS, 2008, p.749).

Dificuldade financeira, filhos para criar e o desejo de continuar os estudos, estas são algumas das inúmeras dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras ao terem acesso ao ensino superior, não bastasse isso, muitos grupos conservadores e saudosos do período escravocrata se apresentam contra as cotas em nosso país. Ao se manifestarem contrários às cotas para negros, autores como Fry e Yvone (2004) fazem, em geral, apenas previsões sem fundamento histórico para a sociedade; previsões que muito se aproximam de futurologia e muito se afastam da construção de conhecimento fundamentado em pesquisas e no rigor acadêmico.

Essa fórmula permite a divulgação de afirmações esvaziadas de concreitude do tipo: “as cotas para negros nos vestibulares das universidades públicas vão racializar a sociedade brasileira”, ou ainda “vai haver uma divisão racial do Brasil”, ou “divisões perigosas”, entre outras insustentáveis previsões catastróficas, que não analisam a história do movimento negro, de mulheres e suas pautas de reivindicação, jogam por terra toda uma trajetória de luta e buscam manter o *status quo* na sociedade, como ressalta Angela Davis “o poder místico do racismo frequentemente emana de sua irracionalidade, da lógica de pernas para o ar” (DAVIS, 1982, p. 71).

Contrários às cotas alguns estudantes e profissionais da educação, questionam intelectualmente os negros, sobre sua capacidade de frequentar um curso superior, já que as cotas lhe permitem acessá-lo com uma “nota menor”, esse questionamento também apresenta resquícios de um país que esconde a prática do racismo, mesmo quando o apresenta institucionalmente. Práticas não diferentes das citadas por Davis (1982) ao relatar a busca da educação pelo povo negro ao se emanciparem:

De acordo com a ideologia dominante o povo negro era alegadamente incapaz de avanços intelectuais. Afinal de contas, tinham sido um bem móvel naturalmente inferior comparado com os epítomes (todas as coisas dos) brancos da espécie humana. Mas se eles fossem realmente biologicamente inferiores, eles não teriam manifestado nem o desejo, nem a capacidade de adquirir conhecimento. Aliás, nenhuma proibição de adquirir conhecimento teria sido necessária. Na realidade, e obviamente, que o povo negro

sempre demonstrou uma impaciência furiosa no respeito pela aquisição de educação. (DAVIS,1982, p.77)

O acesso ao Ensino Superior, não soluciona o problema do depreciamento histórico sofrido pelo povo afrodescendente no Brasil, uma história de dor e desamparo, de preconceito e violência. O que o acesso à Universidade permite é uma diminuição do domínio branco sobre este espaço, a visibilidade dos negros na instituição e como já temos pesquisas que apontam para isso, a possibilidade de mostrar que se tiverem oportunidades, os negros vão agarrá-las e assumir com responsabilidade seu compromisso com sua formação e com a sociedade, como ressalta Walker “Não pode ser seu amigo quem exige seu silêncio ou atrapalha seu crescimento” (WALKER, 2015, p.14).

Neste sentido, Segato (2006) destaca que a não discussão do tema nos mais variados ambientes e instituições colaboram para que o racismo não saia do cenário nacional, “a falta de esclarecimento, que faz com que às vezes discriminemos, excluamos e até maltratemos por motivos raciais, sem ter qualquer grau de percepção de que estamos incorrendo num ato de racismo” (SEGATO, 2006, p.79). Não reconhecer as mais variadas formas de racismo nos orienta a não reconhecermos a real necessidade de instituir estratégias de correção para contestar à disposição natural de favorecer o branco em todas as esferas da vida social brasileira.

O racismo é tão enraizado em nossa sociedade que não há necessidade nenhuma de se discutir o que significa ser branca ou branco em nosso país, pois, a branquidade nos é dada. Nesta perspectiva, o Sistema de Cotas objetiva aumentar as oportunidades para que pessoas excluídas historicamente do sistema de Ensino Superior possam no mínimo competir por vagas em condições mais equilibradas, de acordo com as políticas indenizatórias que o Brasil pratica. Mais importante do que o acesso ao Ensino Superior pelas mulheres e homens afrodescendentes é, a possibilidade de por meio desse ingresso, pensar um projeto cultural para o povo negro discutindo uma Educação que contemple, valorize e que divulgue os elementos da cultura negra no Brasil e, que seja expressivo para a formação da consciência das novas gerações.

De acordo com (HOOKS,1995, p. 9) “as intelectuais negras enfrentam um mundo que os de fora poderiam imaginar que acolheria nossa presença mas que na maioria das vezes encara nossa intelectualidade como suspeita”. A autora denuncia aqui a dificuldade que muitas negras enfrentam na academia, além de serem suspeitas são tratadas como inferiores e são deslegitimadas pelos próprios

colegas, ou seja, além de alcançar o espaço da universidade, ainda necessitam provar que são merecedoras desse lugar, analisando nos dias de hoje, podemos comparar com o fato dos cotistas, além de serem questionados quanto a sua capacidade de cursarem o ensino superior, ainda enfrentam cotidianamente o racismo de colegas e até mesmo professores dentro da Universidade.

As autoras que trazemos para contribuírem com a pesquisa em andamento nos apresentam uma questão relevante, a de que o feminismo branco não dava conta de suas demandas porque desconhecia exatamente o viés da raça. A discriminação racial se adiciona, se relaciona, com a opressão de gênero; surgindo assim o termo feminismo interseccional. Termo que explora outras linhas de opressão, como o de classe social, entre outros. O conceito, portanto, foi criado por feministas negras, a quem devemos o legado sobre o tema.

4.1. O debate sobre cotas, racismo e empoderamento das Mulheres Negras no discurso dos Parâmetros Curriculares Nacionais e da Lei 10.639/03

Os documentos e legislação educacionais vêm aos poucos buscando diminuir o preconceito em relação às diversidades encontradas em nosso território e conseqüentemente nas salas de aula, os Parâmetros Curriculares Nacionais trazem no trecho sobre Pluralidade Cultural o significado do termo que quer dizer a afirmação da diversidade como traço essencial na constituição de uma identidade nacional que se reorganiza permanentemente (PCN, 2001). Em uma sociedade heterogênea a educação necessita se voltar a atender às diferenças quando elas puderem favorecer determinados setores e grupos na sociedade.

Vivemos em um país onde o preconceito e o racismo são velados e considerados inexistentes, isso muito tem haver com o silêncio que muitos de nós acabamos nos impondo frente aos diversos tipos de violência e preconceitos por nós sofridos. Lorde (2015) nos alerta sobre a necessidade de dizer as coisas, especialmente às que nos parecem mais importantes, verbalizá-las, divulga-las, mesmo correndo o risco de que sejam recusadas ou mal interpretadas. “Mais além do que qualquer outro efeito, o fato de dizê-las faz bem. Eu estou aqui como poeta negra, lésbica e sobre o significado de tudo isso repousa o fato de ainda estar viva, coisa que poderia não ter sido” (LORDE, 2015, p.21). Com essa fala Lorde nos convida a não nos calarmos frente ao que nos incomoda.

Superar preconceitos e transformar atitudes discriminatórias são objetivos que abrangem lidar com valores, conceitos e respeito mútuo. A escola tem uma função decisiva a desenvolver nesse processo e todo educador necessita

conhecer e permitir que os estudantes aprendam sobre diferenças e diversidades, que as crianças possam falar de suas culturas e que todas possuam igual respeito. Além de ser o lugar em que ocorre a socialização entre crianças, com culturas diversificadas daquelas em que cada uma conhece, com visões de mundo diferentes das que participa em família, a escola é também o local em que se aprende viver em sociedade. “A criança na escola convive com a diversidade e poderá aprender com ela” (PCN, 2001, p.21).

A Lei 10.639/03 propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana. Os professores devem destacar em sala de aula a cultura afro-brasileira como formadora da sociedade brasileira, onde os negros são considerados como sujeitos históricos, destacando, portanto, o pensamento e as ideias dos intelectuais negros brasileiros, a cultura e as religiões de matrizes africanas. Como destaca Lorde (2015) é importante “a transformação do silêncio em linguagem e em ação” (LORDE, 2015 p.22). Conhecer a trajetória das estudantes que entraram na academia para se tornarem professoras e contar suas histórias é um modo de falar e agir quanto à caminhada dessas mulheres frente aos conceitos e preconceitos que rondam nossa sociedade.

Conclusões:

Os movimentos sociais buscam a partir de políticas igualitárias conquistarem os espaços destinados a uma minoria da população, o movimento negro reconhece que muito ainda falta para que a sociedade identifique os entraves que o racismo causa na atuação de uma instituição e qual o efeito disso nos serviços que são prestados. A luta contra o racismo e sexíssimo não é atual, mas os avanços alçados hoje se devem em grande parte à ação de muitos outros militantes, movimentos sociais e guerreiras essenciais na luta contra o preconceito.

Algumas dessas conquistas se reverteram em políticas públicas educacionais, tais como a Lei de Cotas 12.711, nas universidades públicas, o tratamento das questões da diversidade cultural e diferenças nos Parâmetros Curriculares Nacionais e a Lei que obriga os estudos da cultura Africana e afro-descente nas escolas públicas Brasileiras, Lei 10.639/03, essas conquistas nos apresentam possibilidades de intervenção nos espaços institucionais que atuamos e podem ser mais bem aproveitadas ao nos sustentarmos nas ideias das autoras negras principiantes na luta contra racismo e sexíssimo.

As contribuições de autoras como Lorde (2015), Walker (2015), Davis (1982) e Hooks (2004), são importantes para questionarmos as conquistas e desafios que ainda temos pela frente. As autoras aqui analisadas contribuíram e

contribuem para ponderarmos que os feminismos são vários, quantas são nossas identidades e especificidades, uma análise interseccional é essencial para avaliarmos o lugar marginal, que olha para aqueles grupos que ninguém quer apreciar, que gera indisposição, que faz sair da zona de conforto, porque nos coloca frente a frente com os privilégios que a sociedade branca sempre teve e nos possibilitará propormos diferentes modos de fazer junto à essas mulheres.

Referências

ÁVILA, Rebeca Contrera; PORTES, Écio Antônio. A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(3): 384, setembro-dezembro/2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual**. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. **Lei Nº 12.711**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 29 de agosto de 2012. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.711-2012?OpenDocument. Acesso em: Maio de 2014.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. 1ª publicação na Grã Bretanha pela The Women's Press, Ltda. Em 1982. Disponível em: <http://plataformagueto.files.wordpress.com/2013/06/mulheres-rac3a7a-e-classe.pdf> . Acesso em: 03/2015.

FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne. **“Cotas raciais: construindo um país dividido?”**. Econômica: Revista da Pós-Graduação em Economia da UFF, Niterói, v. 6, n. 1, p. 153-161, jun. 2004. Dossiê Ação Afirmativa.

GÓIS, João B. Hora. **Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior**. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 743-768, setembro-dezembro/2008.

HOOKS, Bell. Mujeres negras. Dar forma a la teoría feminista. In: **Hooks, Bell; Brah, Avtar; Sandoval, Chela; Anzaldúa, Glória. Otras inapropiables - Feminismos desde las fronteras**. Traficantes de Sueños: Madrid, 2004.

LORDE, Audre. Não há hierarquias de opressão. In: **Textos escolhidos de Audre Lorde**. Edições Lesbofeministas Independentes. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/99741/AUDRE%20LORDE.pdf>>. Acesso em: março 2015.

OLIVEIRA, Érika. De mãos dadas com hooks. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2014, vol.22, n.3, pp. 1001-1003.

ROZAS, Luiza Barros. **Cotas para negros nas universidades públicas e a sua inserção na realidade jurídica brasileira – por uma nova compreensão epistemológica do princípio constitucional da igualdade**. (Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2009). Disponível em: file:///D:/Temp/Luiza_Barros_Rozas_Dissertacao.pdf. Acesso em: Março de 2014.

SEGATO, Rita L. **Cotas: por que reagimos?** REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 76-87, dezembro/fevereiro 2005/2006.

WALKER, Alice **Alice Walker: assim como o roxo está para o lavanda**. [citado em 02/05/2012]. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2012/05/alice-walker-roxo-lavanda/>. Acesso em: mar. de 2015.

ACESSO DE MULHERES AO CUIDADO PRÉ-NATAL: UMA ANÁLISE POR RAÇA/COR

Márcia Fernandes Silva¹

Quessia Paz Rodrigues¹

Enilda Rosendo do Nascimento¹

Patrícia Mallú Lima Domingues¹
Universidade Federal da Bahia

Resumo

Este artigo tem o objetivo de caracterizar o acesso de mulheres ao cuidado pré-natal, segundo raça/cor. Trata-se de estudo observacional, descritivo, de corte transversal, cuja amostra foi constituída por 449 puérperas em quatro maternidades públicas de Salvador, Bahia. A variável independente foi a raça/cor e variáveis dependentes: realização do pré-natal, número de consultas realizadas, idade gestacional (IG) na primeira consulta, realização de ultrassonografia obstétrica e exames complementares de rotina, imunização antitetânica. Observou-se que todas as mulheres brancas realizaram o pré-natal, ultrassonografia e os exames complementares. Contudo, maior número de pardas seguidas das pretas não foi imunizado contra o tétano. Foram encontrados bons indicadores para a assistência ao pré-natal em Salvador, mas estes não são suficientes para avaliar a qualidade do cuidado prestado. A análise segundo raça/cor possibilitou verificar distinções no acesso, mesmo em se tratando de uma população homogênea nas questões sociais.

Palavras-chave: Desigualdades em saúde; Racismo; acesso aos serviços de saúde; cuidado pré-natal.

¹ Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Grupo de Pesquisa Saúde da Mulher, Enfermagem, Gênero, Raça e Etnia - UFBA (GEM - raça e etnia). Endereço: Campus Universitário do Canela. Av. Dr. Augusto Viana, S/N, Canela. Salvador Bahia. CEP 40110-060.

Introdução

O pré-natal é um tipo de assistência preventiva, na qual é possível identificar, tratar ou controlar patologias, além de prevenir complicações na gestação, parto e puerpério. Trata-se de um cuidado que reflete diretamente nas taxas de morbimortalidade feminina.

Alguns procedimentos são essenciais para garantir a qualidade do cuidado pré-natal, entre elas destacam-se: a captação precoce das gestantes com realização da primeira consulta pré-natal até 12ª semana de gestação, realização de, no mínimo, seis consultas de pré-natal, realização de exames complementares de rotina, imunização, dentre outros; aspectos estes enfocados neste estudo^{1,2}.

No período de 2003 a 2009, o Brasil teve avanços significativos na cobertura pré-natal pelo Sistema Único de Saúde, atingindo um aumento de 125%. Contudo, a qualidade dessa atenção é questionada pela alta incidência de sífilis congênita e por a hipertensão arterial ser a principal causa de morte materna³.

A Cúpula do Milênio promovida pela Organização das Nações Unidas em 2000 estabeleceu metas para o milênio, dentre elas a melhoria da saúde das gestantes. A fim de cumprir com esse compromisso e garantir os direitos previstos na Constituição, o Ministério da Saúde tem proposto uma série de medidas que visam à qualidade da atenção ao pré-natal, parto e puerpério e a melhoria dos indicadores maternos e neonatais⁴. Em 2011, foi lançado pelo Ministério da Saúde, o programa Rede Cegonha, cuja finalidade é assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, reduzindo dessa forma a mortalidade materna⁵.

Vale ressaltar que o processo de pré-natal, parto e puerpério é complexo e pode levar à uma série de vulnerabilidades, que podem ser individual, coletiva ou programática, pois envolve tanto fatores biológicos, quanto psicológicos, emocionais, relacionais, socioculturais, além de questões de gênero. Assim, altas taxas de morbimortalidade materna e perinatal são representativas da vulnerabilidade a que estão expostas as mulheres no período gravídico-puerperal⁶.

No que diz respeito às mulheres negras, estas encontram-se mais vulneráveis a morbimortalidade materna, uma vez que vivenciam desigualdades, no campo econômico, social e racial, refletindo na qualidade e quantidade de serviços a que têm acesso.

O mais recente relatório anual das desigualdades raciais no Brasil aponta que 71% das mães de filhos brancos haviam feito mais de sete consultas de pré-natal enquanto que para mães de filhos pretos e pardos esse percentual foi de 42,6%. Com relação àquelas que não realizaram o pré-natal, a proporção para

mulheres de filhos pretos e pardos foi quase três vezes superior ao ocorrido entre as mães de filhos brancos⁷.

Os indicadores de saúde materna são sensíveis às desigualdades sociais, o que reflete em condições desiguais de vida e acesso aos recursos sociais entre os diversos grupos da população, e a forma como classe social, gênero, raça e etnia operam como determinantes sociais de saúde⁴.

Os problemas de saúde das mulheres distribuem-se de maneira desigual e são maiores nos grupos sociais menos privilegiados, sendo a raça/cor um dos fatores implicados nas desigualdades de acesso ao cuidado em saúde. De modo geral, as mulheres negras têm apresentado maiores dificuldades de acesso a bens e serviços de saúde, o que nos leva a questionar se existem diferenças raciais no acesso de mulheres usuárias do SUS aos cuidados pré-natais no município de Salvador. Portanto, os objetivos deste estudo são caracterizar o acesso ao cuidado pré-natal segundo raça/cor.

Métodos

Trata-se de uma investigação observacional, descritiva, de corte transversal, realizada no município de Salvador, Bahia, Brasil, no ano de 2009.

A população de referência foi composta por puérperas que utilizam maternidades públicas para assistência ao parto. Foram selecionadas quatro organizações públicas de saúde que realizam partos no município de Salvador. Para a seleção dessas organizações, utilizaram-se os seguintes critérios: representatividade estatística para o município; custos no deslocamento para a realização da pesquisa; organizações com maiores números de leitos obstétricos; disponibilidade da informação quanto ao número de partos ocorridos em 2006, dado fundamental para o cálculo do tamanho da amostra.

Foi calculada uma amostra probabilística composta por 428 mulheres, no entanto, pela facilidade na obtenção dos dados, a amostra foi constituída por 449 mulheres. Os critérios adotados para inclusão dessas mulheres na pesquisa foram: estarem internadas nas enfermarias obstétricas, no pós-parto imediato ou mediato e em condições de responder ao questionário e que aceitaram participar da pesquisa. Foram excluídas aquelas que não realizaram o pré-natal em serviços públicos de saúde.

A opção em desenvolver o estudo a partir da experiência de mulheres usuárias do SUS deveu-se ao fato de tentar diminuir possíveis interferências de variáveis como renda e escolaridade, na caracterização do acesso ao pré-natal segundo a raça/cor.

Utilizou-se a técnica de amostragem estratificada, de modo que em todas as organizações de saúde do estudo, o cálculo do número de mulheres obedeceu à mesma proporcionalidade, de acordo com o número de partos em cada uma.

Os dados foram obtidos através da aplicação de entrevista estruturada e consulta aos registros de saúde, no período de dezembro de 2007 a março de 2008. Para a realização das entrevistas, procedeu-se a um levantamento, através do censo hospitalar, do quantitativo de mulheres internadas nas enfermarias obstétricas e, respeitando-se os critérios de inclusão e exclusão da amostra, eram preenchidos os formulários. Posteriormente eram consultados o cartão da gestante e exames realizados no pré-natal.

Neste estudo considerou-se como variável independente a raça/cor. Essa informação foi colhida através da autodeclaração e categorizada tomando como referência as categorias utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (branca, preta, parda, amarela e indígena). As variáveis dependentes foram: realização do pré-natal, número de consultas realizadas, idade gestacional (IG) na primeira consulta, realização de USG obstétrica e exames complementares de rotina, imunização antitetânica.

Para o processamento e análise dos dados, utilizou-se o *software* estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 15. A análise foi descritiva, com distribuição de frequências.

Os aspectos éticos legais do estudo foram observados, através do parecer nº 33/2006, do Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB) bem como pela assinatura de todas as participantes do estudo no termo de consentimento livre e esclarecido.

Resultados

Quanto às características da amostra, 92% das participantes são negras (pretas e pardas); com média etária de 25 anos, com desvio-padrão (DP) 6,04 anos; 79,1% são casadas ou apresentam união estável; a média de anos de estudo é de 9,62 anos (DP 2,75 anos); 79,1% apresentam renda familiar per capita entre 0 a 2 salários mínimos; e 55,7% exercem ocupações sem remuneração, como estudantes e/ou donas de casa.

Os dados referentes ao acesso aos cuidados pré-natais, apresentados na Tabela 1, apontam uma maior proporção de mulheres que realizaram o pré-natal (94,0%), iniciando ainda no primeiro trimestre de gestação (63,0%),

submetendo-se a seis ou mais consultas (51,2%), a exames de USG obstétrica (97,3%) e exames básicos preconizados pelo Ministério da Saúde - MS (90,4%), estando também imunizadas contra o tétano (64,4%). A análise dos resultados, segundo raça/cor, apontam que todas as brancas realizaram o pré-natal, USG e os exames complementares de rotina. Entretanto, foram as que iniciaram o pré-natal mais tardiamente (6,5%). As pretas, por sua vez, obtiveram maior proporção para realização de seis ou mais consultas e início do pré-natal no primeiro trimestre. Contudo, maior número de pardas seguidas das pretas não foi imunizado. Encontram-se ainda na Tabela 1 as médias do número de consultas pré-natais, meses de gestação ao iniciar o pré-natal e quantidade de USG realizadas. Observam-se valores muito próximos quando comparada às raças/cores, especialmente entre pretas, pardas e brancas.

No gráfico 1, verifica-se a proporção dos exames realizados por raça/cor durante o pré-natal, chamando a atenção para os percentuais apresentados pelas brancas em relação às demais. No que tange aos outros exames realizados, detectou-se que 100% das mulheres realizaram pelo menos um dos seguintes exames: preventivo do câncer do colo de útero, parasitológico de fezes, sorologias para rubéola e citomegalovírus, anti-HCV, anti-HBC, HTLV, eletroforese de hemoglobina, TGO, TGP, colesterol, triglicerídeos, ácido úrico, uréia, creatinina, sódio, potássio, T3, T4 e anti-chagas.

Do total de 449, 27 mulheres não realizaram o pré-natal. Dentre os motivos alegados, as maiores proporções foram para a gravidez indesejada/ não planejada, relaxamento/preguiça e problemas na oferta e organização dos serviços (Gráfico 2).

Os gráficos 3 e 4 apresentam a distribuição do percentual das mulheres que não receberam cuidado pré-natal e que realizaram exames laboratoriais e USG. Verifica-se que a grande maioria não fez os exames básicos (88,9%), entretanto, para a USG obstétrica esse percentual foi de 37%.

Discussão

A alta cobertura da assistência pré-natal encontrada neste estudo assemelha-se à cobertura de outros municípios como Caxias do Sul, Juiz de Fora e Rio de Janeiro, que apresentaram cobertura pré-natal de 95,4%, 99,04%, 96,3%, respectivamente⁸⁻¹⁰. O acesso à assistência pré-natal ampliou-se bastante, tendo em vista que dentre os nascidos vivos nos cinco anos anteriores às pesquisas de 1996 e 2006, a porcentagem de mães que não realizou qualquer consulta

ao longo da gestação diminuiu de 14% para 1%¹¹. Os investimentos realizados pelo MS, referentes à implementação das políticas públicas para a melhoria da qualidade da atenção pré-natal têm refletido no aumento da cobertura pré-natal nos últimos anos.

No Brasil, vem-se registrando aumento do número de consultas de pré-natal por mulheres que realizam o parto no SUS, partindo de 1,2 consultas por parto em 1995 para 6,4 consultas por mulher em 2008. A média de consultas pré-natais realizadas em Salvador foi de 5,6, estando abaixo do mínimo esperado que é de 6 consultas e também da média nacional. A PNDS, realizada em 2006, destaca que 77% das mulheres brasileiras realizaram no mínimo seis consultas de pré-natal, sendo este percentual correspondente a 74% entre as usuárias do SUS. De acordo com o MS, no Brasil 52,9% das mulheres realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal; 34,7% de 4-6 consultas; 9,6% de 1-3 consultas. Porém no Nordeste esses valores foram diferentes, sendo de 35,7% para 7 ou mais consultas; 44,5% para 4-6 consultas; 1,3% para 1-3 consultas¹¹.

No estudo de Cabral, Hirt e Van Der Sand⁶, as participantes relataram realizar em média 10 consultas de pré-natal e ainda uma consulta no puerpério. Quanto à continuidade da atenção pré-natal, o agendamento das consultas apareceu como elemento facilitador, além disso, as puérperas relataram a facilidade de acesso no caso de intercorrências e prioridade no atendimento de suas demandas.

Embora o MS preconize como ideal para a atenção a realização de no mínimo seis consultas, alguns estudos utilizam outros parâmetros como: sete ou mais consultas e cinco ou mais consultas. Contudo, observa-se que os valores dos distintos parâmetros encontrados em outros estudos ainda permaneceram mais elevados que o encontrado para Salvador.

A captação precoce das gestantes para acompanhamento pré-natal ainda no primeiro trimestre da gravidez é considerada como uma condição importante para efetividade ao cuidado pré-natal, uma vez que algumas intervenções terapêuticas surtem maior efeito quando introduzidas o mais precocemente possível, como orientação alimentar e o próprio diagnóstico de gravidez.

A variação entre o tempo transcorrido de gestação e a chegada ao serviço de saúde está associada à disponibilidade de acesso, à oferta de exame confirmatório e a qualidade da primeira consulta¹².

Dentre as mulheres do estudo, a maioria iniciou precocemente o pré-natal. Esse achado merece destaque, pois ao compararmos a outros estudos realizados também com usuárias do SUS, vê-se que os maiores percentuais para início

do pré-natal ocorreu no 2º trimestre e não no 1º, sendo que em Caxias do Sul detectou-se um percentual de 51,5%; em Ribeirão Preto, 54,3%; e em Juiz de Fora, 61,1%^{8,9,13}. Em contrapartida, o estudo realizado por Silveira, Santos e Costa¹⁴ identificou que 46% das gestantes usuárias do SUS, ingressaram no programa do pré-natal durante o primeiro trimestre, 41% no segundo e 13% no terceiro. Mas ainda assim, o percentual encontrado para Salvador mostra que a atenção pré-natal tem sido efetiva.

Os exames laboratoriais recomendados pelo MS para a atenção pré-natal, no período da coleta de dados, denominados exames básicos, são: dosagem de hemoglobina e hematócrito (Hb/Ht); grupo sanguíneo e fator Rh; sorologia para sífilis (VDRL); glicemia em jejum; sumário de urina (Tipo I); sorologia anti-HIV; sorologia para hepatite B (HBsAg) e sorologia para toxoplasmose. Outros exames podem ser solicitados em situações que as requeiram como o protoparasitológico, colpocitologia oncótica, bacterioscopia da secreção vaginal; sorologia para rubéola e urocultura^{1,2}.

A USG obstétrica auxilia na determinação da idade gestacional, detecção precoce de gestações múltiplas e malformações fetais clinicamente não suspeitas, dentre outros aspectos. Entretanto, a sua não realização não constitui omissão, nem diminui a qualidade do pré-natal². Observou-se que a grande maioria das usuárias do SUS de Salvador realizou os exames complementares de rotina e um percentual mais elevado realizou a USG (97,3%), inclusive mulheres que não frequentaram o pré-natal. Esse resultado se coaduna com nossa prática, onde observamos que há uma supervalorização por parte das mulheres em relação à ultrassonografia, sendo a curiosidade pelo sexo do feto um dos motivos mais recorrentes reportados por estas para solicitar que esse exame seja requisitado.

A maioria das usuárias do SUS foi imunizada durante a gestação. 26,5% informou imunização incompleta, na maioria dos casos, devido às características da própria terapêutica. Vale ressaltar que o percentual de mulheres brancas com imunização foi maior do que a observada para as negras (pretas e pardas).

A vacinação das mulheres em idade fértil, ou seja, com faixa etária entre 10 e 49 anos de idade, é uma medida essencial para a prevenção do tétano neonatal. Esta deve ser aplicada à gestante até a dose imunizante, ou seja, no mínimo duas doses durante o pré-natal ou dose de reforço em mulheres já imunizadas, ou nenhuma dose nas mulheres com imunização completa². Vale destacar o aumento do percentual de gestantes imunizadas contra o tétano em Salvador, tendo em vista que em 2002, Nascimento, Paiva e Rodrigues¹⁵ observaram que

apenas 33,5% das gestantes inscritas no PHPN receberam a 2ª dose ou a dose de reforço ou a dose imunizante da vacina antitetânica. Esse aumento pode denotar maior compreensão dos profissionais de saúde e das gestantes acerca da importância da prevenção do tétano neonatal.

No que diz respeito aos indicadores de acesso ao cuidado pré-natal e a raça/cor, identifica-se distinção nas proporções investigadas. Todas as mulheres brancas realizaram o pré-natal, USG e os exames complementares de rotina. As pretas, por sua vez, obtiveram maior proporção para realização de seis ou mais consultas e início do pré-natal no primeiro trimestre. Contudo, maior percentual de pardas seguidas de pretas não foram imunizadas contra o tétano.

O acesso da população aos serviços de saúde é pré-requisito para uma assistência à saúde eficiente, entretanto, dificuldades encontradas na prática diária impedem a promoção à saúde e é responsável pela inacessibilidade de alguns grupos¹⁶. Renda mais elevada favorece o acesso aos cuidados à saúde reprodutiva, incluindo início precoce do pré-natal, o que repercute para qualidade da assistência pré-natal, enquanto que baixa renda está associada nitidamente com alguns riscos reprodutivos⁴.

A dificuldade de acesso à assistência pré-natal das mulheres desfavorecidas socioeconomicamente, evidencia um grande problema social no Brasil, que em muitos casos resulta em problemas durante gestação, parto e puerpério, além de estar associada às altas taxas de morbimortalidade neonatal¹⁷.

Os resultados encontrados neste estudo quanto ao acesso ao cuidado pré-natal segundo raça/cor em serviços públicos em Salvador, Bahia, explica-se em parte pela homogeneidade da população pesquisada, principalmente em termos socioeconômicos. Entretanto, são notáveis as desvantagens das mulheres negras no acesso aos serviços assistenciais de pré-natal em relação às brancas, quando são analisadas populações heterogêneas.

Em estudo realizado com puérperas do Rio de Janeiro, Leal, Gama e Cunha¹⁸ afirmaram que as desvantagens observadas para as mulheres negras vão além dos indicadores socioeconômicos e repercutem para assistência à saúde, visto que a partir do índice de *Kotelchuck* modificado, que avalia a adequação quantitativa do pré-natal, mostrou nas categorias “adequado” e “mais que adequado” valores bem mais elevados entre as brancas comparadas às negras, quanto a peregrinação em busca de atendimento, foi de 31,8% entre as pretas, 28,8% nas pardas e 18,5% nas brancas.

Dados do MS apontam que, em 2006, a porcentagem de mães indígenas (12,6%) e negras (pretas 5,4% e pardas 4,4%) que referiram não ter recebido

nenhuma consulta foi consideravelmente maior que a proporção de mães brancas (1,4%). Com relação ao número de consultas, a proporção de mães brancas que referiram ter recebido sete ou mais consultas (65,4%) foi bem maior que essa proporção entre as mães negras (43,1% entre as pretas e 37,8% entre as pardas) e indígenas que foi de 26,7%¹¹. Essas distinções devem-se às desigualdades socioeconômicas existentes entre as mulheres, onde há um predomínio de negras com baixa escolaridade, baixa renda familiar, sem planos de saúde, conseqüentemente, sendo usuárias do SUS; contrariamente à realidade da maioria branca, que detém melhor escolaridade e renda, possuem planos de saúde, além de utilizarem mais os serviços privados. Vale ressaltar que foram apenas as mulheres negras, usuárias do SUS em Salvador, que não tiveram acesso ao pré-natal. Os motivos alegados para não utilizar essa assistência apontam problemas na acessibilidade sócio-organizacional e geográfica, além da influência do comportamento do indivíduo, resultando em barreiras de acesso.

As gestantes entrevistadas no estudo de Carvalho et al¹⁶ apontam que a principal dificuldade de acesso é de natureza psicossocial (77%), seguida de dificuldades de acesso de natureza administrativa e no acesso à informação (37%), além de serem ainda retratadas dificuldades de natureza geográfica (29,5%) e econômica (19,5%).

É importante destacar que muitas vezes, a ausência do registro da cor da pele autodeclarada nos bancos de dados impossibilita a reflexão sobre como as discriminações étnico-raciais podem influenciar a distribuição dos riscos reprodutivos, como ocorreu no estudo de Xavier et al⁴. Este elencou uma série de situações de vulnerabilidade individual e social de gestantes, que muitas vezes manifestam desigualdades e discriminações, seja pela classe social, gênero, idade ou cor da pele. Gênero e pobreza interagem na configuração de situações de menor acesso à saúde.

A realização da USG pela maioria das mulheres que não fez pré-natal pode ser justificada pela preocupação em detectar, através deste exame, o sexo, a idade gestacional, bem como anomalias fetais, tendo em vista possível decisão de interromper voluntariamente a gestação. Além disso, trata-se de um exame mais prático que os laboratoriais, pois não requer um retorno aos serviços para receber os resultados. Através da USG, a mulher pode descobrir o sexo do bebê bem como se este possui alguma malformação.

A associação entre baixa renda e a ocorrência de malformações fetais foi destacada no estudo de Xavier et al⁴, sendo predominante as malformações

fetais do sistema nervoso central (40%), que têm sido relacionadas com carência nutricional e exposição ambiental.

A medicalização do parto e da atenção pré-natal também pode justificar a realização da USG pela maioria das mulheres, o que aconteceu também no estudo de Cabral; Hirt; Van Der Sand⁶, em que houve uma solicitação exagerada de exames laboratoriais e de imagem.

Considerações finais

Com relação à assistência ao pré-natal, observaram bons indicadores reportando uma atenção qualificada, onde mais da metade das puérperas iniciaram o pré-natal precocemente (63%), realizaram seis ou mais consultas (51,2%), foram imunizadas (64,4%), realizaram os exames básicos (90,4%) além da USG obstétrica (97,3%). Vale ressaltar que os dados quantitativos favorecem a melhoria da qualidade da atenção, mas não são suficientes para determinar a qualidade do cuidado pré-natal.

O estudo ainda identificou que, dentre as mulheres que não tiveram acesso ao pré-natal, todas eram negras, devido a problemas na acessibilidade de ordem sócio-organizacional e geográfica, além da influência de seus comportamentos, reportados como: gravidez indesejada/não planejada, relaxamento/preguiça, não gosta de médico, não tinha tempo, por falta de alguém para acompanhá-la. Esses achados indicam necessidade de aprofundar o tema, diversificando a metodologia para incluir a exploração qualitativa da informação.

Quanto às frequências verificadas por raça/cor no acesso ao pré-natal, não foram encontradas grandes desigualdades. Este fato deve-se em parte por se tratar de uma população homogênea, ou seja, com as mesmas características socioeconômicas. Portanto, faz-se necessária a ampliação deste tipo de investigação para a rede privada, que é majoritariamente usada por mulheres brancas, com melhores condições financeiras, para que, dessa forma, se analise o diferencial do acesso ao cuidado pré-natal articulando outras variáveis, como por exemplo, renda familiar.

O acesso não é definido apenas pela disponibilidade de serviços de saúde de qualidade, mas preocupa-se com a minimização das barreiras financeiras, sociais e culturais. Uma vez que o acesso envolve a entrada nos serviços de saúde e a utilização destes, deve-se também atentar para a prática de acolhimento, tendo em vista que o vínculo estabelecido entre a(o) usuária(o) e o profissional de saúde influencia na utilização do mesmo. Nessa perspectiva, a

cobertura dos serviços públicos, especialmente em Salvador, deve ser ampliada, com a finalidade de atender toda a demanda e diminuir problemas de acesso, principalmente relacionados com a organização e oferta dos serviços e problemas financeiros e geográficos.

Constatou-se ainda que, dentre as mulheres que não receberam cuidado pré-natal, mais da metade realizaram no mínimo uma USG obstétrica. A preocupação com a saúde do feto, bem como a curiosidade em saber a idade gestacional e o sexo da criança deve ter repercutido na proporção encontrada.

Referências

Brasil. Ministério da Saúde. Pré-natal e puerpério: atenção qualificada e humanizada. Caderno nº 5. Brasília, DF; 2006.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília, DF; 2012.

Brasil. Ministério da Saúde. Datasus. 2011. [acessado em: 13 jan. 2011]. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>.

Xavier RB, Jannotti CB, Silva KS, Martins AC. Risco reprodutivo e renda familiar: análise do perfil de gestantes. Ciênc. saúde coletiva. 2013; 18(4):1161-71.

Brasil. Ministério da Saúde. Manual prático para implementação da Rede Cegonha. Brasília, DF; 2013.

Cabral FB, Hirt LM, Van Der Sand ICP. Atendimento pré-natal na ótica de puérperas: da medicalização à fragmentação do cuidado. Rev. esc. enferm. USP. 2013; 47(2): 281-7.

Paixão M, Rossetto I, Montovanele F, Carvano LM. Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010 - Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça. Rio de Janeiro: LAESER / IE / UFRJ; 2010.

Trevisan MR, Lorenzi DRS, Araújo NM, Ésber K. Perfil da assistência pré-natal entre usuárias do Sistema Único de Saúde em Caxias do Sul. Rev. Bras. Ginecol. Obstet. 2002; 24(5): 293-9.

Coutinho T, Teixeira MTB, Dain S, Sayd JD, Coutinho LM. Adequação do processo de assistência pré-natal entre as usuárias do Sistema Único de Saúde em Juiz de Fora – MG. Rev. Bras. Ginecol. Obstet. 2003; 25(10): 717-24.

Leal MC, Gama SGN, Ratto KMN, Cunha CB. Uso do índice de Kotelchuck modificado na avaliação da assistência pré-natal e sua relação com as características maternas e o peso do recém-nascido no Município de Rio de Janeiro. Cad. Saúde Pública. 2004; 20(1): 63-72.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. PNDS 2006- Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher. Brasília, DF; 2008. 583p.

Vieira SM, Bock LF, Zocche DA, Pessota CU. Percepção das puérperas sobre a assistência prestada pela equipe de saúde no pré-natal. Texto contexto - enferm. 2011; 20 (Esp): 255-62.

Brienza, AM, Clapis MC. Acesso ao pré-natal na rede básica de saúde do município de Ribeirão Preto: análise da assistência recebida por um grupo de mulheres [dissertação] Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo; 2002.

Silveira DSS; Santos IS, Costa JSDC. Atenção pré-natal na rede básica: uma avaliação da estrutura e do processo. Cad. de Saúde Pública. 2001; 17(1): 131-9.

Nascimento ER, Paiva MS, Rodrigues QP. Avaliação da cobertura e indicadores do Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento no município de Salvador, Bahia, Brasil. Rev. Bras. Saúde Matern. Infant. 2007; 7 (2): 191-7.

Carvacho IE, Mello MB, Moraes SS, Silva JLP. Fatores associados ao acesso anterior à gestação a serviços de saúde por adolescentes gestantes. Rev. Saúde Pública. 2008; 42 (5): 886-94.

Lima MCBM, Oliveira GS, Lyra CO, Roncalli AG, Ferreira MSF. Desigualdade espacial da mortalidade neonatal no Brasil: 2006 a 2010. Ciênc. saúde coletiva. 2013; 18(8): 2431-41.

Leal MC, Gama SGN, Cunha CB. Desigualdades raciais, sociodemográficas e na assistência ao pré-natal e ao parto, 1999-2001. Revista de Saúde Pública. 2005; 39(1): 100-7.

O EMPODERAMENTO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E RAÇA S NAS LICENCIATURAS

Maria da Anunciação Conceição Silva
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
e-mail: marconceicao@uneb.br

Resumo

Esta proposta versa sobre uma pesquisa desenvolvida, na Universidade do Estado da Bahia- UNEB – Campus II, com discentes da licenciatura em biologia e matemática a partir da disciplina História e cultura afro brasileira. Por meio de uma pesquisa qualitativa é feita uma análise sobre o empoderamento de raça e gênero que são agregados ao conhecimento formal desses discentes com a experiência da disciplina. Ao mesmo tempo enfocamos a importância do currículo como elemento de ligação e transformação da prática pedagógica em que as dimensões de gênero e raça possam coabitar de forma democrática sem estereótipos ou dualismo.

Palavras chaves: Currículo, Gênero, Raça e Empoderamento

Introdução

O estudo revela um trabalho pedagógico vivenciado pelos discentes a partir dos estudos sobre a concepção raça e do processo de empedramento que o acesso a esta disciplina lhes possibilitou. Inicialmente faço uma análise sobre a importância do currículo escolar crítico, locus de contestações e reflexões que deve fomentar práticas democráticas, em condições reais para que os sujeitos da aprendizagem, possam se formar e se construir na e com a diferença. Penso em valores que lhes permitam conviver socialmente e projetar suas vidas a luz de identidades que fortaleça sua ancestralidade étnica e racial.

Analisando as relações de gênero e raciais como um processo de empoderamento adquirido em decorrência do acesso a disciplina. Trago uma breve análise sobre empoderamento e empoderamento psicológico e as implicações deste processo nas práticas de pedagógicas desses sujeitos. A partir daí analisamos os impactos das relações de gênero que a dinâmica da disciplina contribui para identidade de gênero já que há um público majoritariamente masculino nos cursos de matemática. Por sua vez o curso de biologia área uma mais mulheres. Assim sendo, fiz uma análise das suas ações em sala de aula suscitadas no próprio exercício profissional e que o evidenciam como processo pedagógico consciente, organizado e intencional. Desse modo, um processo que visa direcionar a prática humana e intervir no conjunto de relações das quais está imbuída à sociedade.

O Currículo e suas relações

Quando falamos em currículo, estamos dialogando como um processo educativo que envolve (in) tensões gera (trans) formações nas vidas dos diferentes sujeitos envolvidos no ato educacional. E quando dialogamos sobre currículo em uma perspectiva étnico racial torna-se um movimento contínuo e, na maioria das vezes, imperceptível, implica autoconstrução de crenças, ideologias e saberes. Entendo assim como Pacheco 2003 que :

A reflexão crítica sob a profissão possibilita ao educador compreender a relevância social de seu trabalho, a dimensão transformadora de sua ação educativa, portanto, permitindo o crescimento de sua consciência política, necessária ao desenvolvimento da competência técnica profissional. O professor comprometido politicamente

com a sua função e com a construção de uma escola democrática, dispõe-se de forma espontânea, consciente e direcionada a se preparar tecnicamente ao exercício de sua prática cotidiana.

Afinal, ninguém aprende no vazio, há uma simbiose entre os textos e contextos que nos fornecem insumos as nossas vivências, aprendizagens, aquisições e rejeições culturais. Por esta razão, a importância de pensar a consciência racial a partir do empoderamento pedagógico que é adquirido, oficialmente, pelo estudante de graduação, com através das disciplinas História e Cultura Afro brasileira ou Educação para Relações Étnicas Raciais.

A pesquisa apresenta como os professores da graduação das disciplinas acima, a partir de estudos, e da vocação política e ideológica com as disciplinas, buscam fazer com que os discentes percebam a importância, desta, na sua formação pessoal e profissional. Afinal, estão atuando no processo de formação de futuros docentes que, em sua maioria, vão lecionar em escolas públicas da educação básica. Logo, não se pode pensar no currículo sem levar em consideração a realidade e as desigualdades que a escola pública vive, notadamente, as situadas nos pequenos centros urbanos e na zona rural. Cujas fragilidades estruturais, pedagógicas e geográficas são mais acirradas. Ademais, tratando-se de escolas situadas em cidades do interior da Bahia cujo público é majoritariamente negro, - isso não significa dizer que estes se autodefinam como negros, -. Em sua maioria, são provenientes de famílias economicamente desfavorecidas e que tem a escola como principal espaço de transmissão do conhecimento formal.

Diante destes fatos, estabeleço uma análise sobre currículo a partir de um debate sobre a identidade como um processo, uma construção que está vinculada ao tempo, aos artefatos sociais que demarcam aos valores políticos ideológicos aos quais, os indivíduos pertencem. Araújo (2003) nos assevera dois objetivos centrais da educação: a instrução onde estão alocados os saberes / conhecimentos formais. E a formação ética que abarca a constante busca pelo desenvolvimento de condições que favoreçam aos sujeitos da aprendizagem elementos necessários ao bom desenvolvimento psicológico, político, sociais, cognitivos e culturais que lhes permitam uma vida ativa e autônoma lhes permitindo participar nas diferentes áreas da sociedade com igualdade de condições independente de gênero, religião, raça ou condição econômica.

Tais objetivos necessários e indissociáveis para a formação de uma sociedade marcada pela diversidade étnico racial. Assim sendo, gera no próprio

exercício da docência a prática de pensar o currículo onde os processos pedagógicos consciente, organizado e intencional. Desse modo, um currículo que permita intervir na rede de relações das quais está imbuída a sociedade, e conseqüentemente a escola. Com efeito, o desafio maior que a escola pública nos impõe na atualidade é necessidade de conviver com um currículo que traga em sua essência a identidade racial e de gênero sem estereótipos ou padrões binários deterministas. Um currículo que nos possibilite conviver com a diversidade, saber interpretar as entrelinhas das práticas pedagógicas, quer seja na condição de docente ou de discente, e que não pode estar ausente no processo de formação docente pois:

A elaboração de uma identidade empresta seus materiais da história, da geografia, da biologia, das estruturas de produção e reprodução, da memória coletiva e dos fantasmas pessoais, dos aparelhos do poder, das revelações religiosas e das categorias culturais. Mas os indivíduos, os grupos sociais, as sociedades transformam todos esses materiais e redefinem seu sentido em função de determinações sociais e de projetos culturais que se enraízam na sua estrutura social e no seu quadro do espaço-tempo. Castells (1999:18).

Neste sentido, é importante pensar a história e cultura afro brasileira nos currículos das licenciaturas como um projeto de formação e transformação de sujeitos. Pois, o currículo envolve interdisciplinaridade, diversidade que deve ter impacto está na construção de uma relação emancipatória e antiracista. Estamos estabelecendo um diálogo que se construa uma educação em que a identidade negra não ocupa papéis desqualificantes, fixos e imutáveis, para determinados grupos sociais tendo como referência principal. Uma vez que esses papéis são socialmente fixados para demarcar territórios e conferir poder a determinados grupos. Logo, os grupos que se encontram em desvantagem política, econômica e/ou educacional têm suas identidades previamente definidas de pensadas como estáticas, inferiores e limitadas.

Dizer identidade é designar um complexo relacional que liga o sujeito a um quadro contínuo de referências, constituído pela intersecção de sua história individual com a do grupo onde vive. Cada sujeito singular é parte de uma continuidade histórico-social, afetado pela integração num contexto global de carências naturais,

psicossociais e de relações com outros indivíduos, vivos e mortos. A identidade de alguém, de um “si mesmo”, é sempre dada pelo reconhecimento do “outro”, ou seja, a representação que o classifica socialmente. Sodré (1999, p.34).

Por isso, analiso a identidade étnico-racial como um processo de empoderamento com características fixas e mutáveis que pode ser redefinida, interpretada e analisada a luz da sua história e ancestralidade. Estou dialogando com a construção da identidade no processo de formação, ou seja, com a possibilidade de (re) significar o que sabemos para construirmos novos saberes que permitam modificar nossas práticas em um contexto de múltiplas (in) tensões. Pacheco¹(2008) nos assevera que :

A teoria curricular, segundo Kemmis, é construída na pluralidade de pontos de vista da linguagem e do discurso; das relações sociais e da organização; da acção e das práticas. A existência de uma teoria única do currículo é algo que fica enredado numa visão tradicional, uma vez que a instituição escolar não se limita a associar objecto, sujeito e transmissão. As teorias curriculares são, por isso mesmo, percursos de legitimação do conhecimento, tanto na natureza da sua selecção, quanto nas formas de organizar.

Tratando-se de um artigo sobre formação de professores não podemos perder de vistas as contribuições de Paulo Freire que vê no empoderamento como possibilidade da pessoa, ou organização realizar por si mesma a sua evolução e/ou fortalecimento. Para ele, o empoderamento ocorre de dentro para fora através da conquista, da autoconfiança. Na assertiva de Schiavo e Moreira (2005) o pensamento de Paulo Freire sobre empoderamento implica essencialmente na conquista de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual, uma clara formulação das mudanças desejadas e das condições de serem construídas. A essas variáveis devem somar-se mudanças de atitude que impulsione as pessoas, grupos ou instituições para ação prática, metódica e sistemática no sentido de que objetivos e metas traçadas abandonando-se antiga postura meramente reativa ou receptiva, mas que possuem direitos correlatos.

O empoderamento e as relações de gênero nas licenciaturas.

Entender e agir a partir das especificidades de cada categoria, assim será possível encontrar representações e identidades que comungam das mesmas angustias e desejos. Em quanto movimento social contemporâneo o Feminismo Negro é resultado do desejo de mulheres negras ativistas em promover e trazer visibilidade às suas pautas e reivindicar seus direitos. As ações desse movimento surgem no final dos anos 70, pois de um lado o movimento negro restringia a autonomia feminina e o acesso a cargos de poder como os homens. Embora seja possível notar que as diferenças importantes por gênero e raça em nossa sociedade. É possível reconhecer que temos avançado, em várias áreas. Mesmo que este acesso aos direitos não ocorra de forma igualitária entre homens e mulheres. Torna-se mais acirrada a desigualdade de gênero quando com a categoria raça. Cujos níveis de escolaridade das mulheres é claramente superior aos homens, mas as desigualdades raciais não se reduzem.

Por outro lado o Movimento Feminista, liderados por mulheres brancas não atendia as expectativas em relação às questões raciais. Apresentando em algumas situações sua face racista. Para a mulher negra é necessário superar a relação de subalternidade em relação à mulher branca, os legados deixa pelo processo escravocrata. Que eram tão ou mais importantes que a equiparação do acesso aos direitos civis em relação os homens. As ativistas negras construíram suas histórias rompendo com a linearidade de pensamento ou expectativas das feministas brancas. Sabemos que esta subalternidade está representada nas escolas através dos materiais didáticos e pedagógicos, nas falas e conteúdos dos educadores alimentado, principalmente, na existência e manutenção de um currículo eurocêntrico.

Encontramos em nossas escolas na condição de estagiária ou trabalhos temporários, certa resistência quando vamos substituir, principalmente, professoras banca. Essa resistências são manifestadas por alunos, professores e gestores. Quando nos afirmamos politicamente em relação às questões raciais percebo que há maior atenção e respeito por parte das professoras e alunas negras. (P13).

As relações de gênero envolvem poder. As discriminações são veladas encontra-se no interior de relações e práticas sociais, portanto, no interior das relações de poder. Manifesta-se por meio de discursos diversos se estabelecem segundo as “diferenças naturais” entre grupos e indivíduos. É necessário está atento a “naturalização” dos fatos. Pois, é um processo socialmente construído

para materializar a ideologia implícita, embasada no patriarcalismo que envolve as relações de poder na sociedade excluindo uns em detrimento de outros.

Para as mulheres negras, esta relação cumulativa de gênero e raça sinaliza de forma radial os papéis que são delegadas as mulheres negras pelos grupos socialmente dominantes e nada democráticos quando o assunto é poder. As discentes de matemática negras passam por experiência singular, pois, além de serem negras, estão em cursos que socialmente, tidos como difíceis, no universo das licenciaturas. Trago a fala de (P15) ao descrever sua experiência em uma escola modelo do município do Alagoinhas.

Por que você escolheu matemática? Curso difícil? Você fez vestibular quantas vezes? Essas perguntas acompanham minha caminhada profissional. Toda vez que digo ser estudante de matemática elas aparecem com estranheza. Você estudou em escola pública? Afim ser um curso para homens, pois exige muita inteligência. Eu normalmente respondo: o que não me falta é inteligência. (p15).

As respostas de (P15) revela maturidade e empoderamento da sua condição mulher negra, pobre, atuando em curso de exatas. Contrapondo-se a assertiva de Pereira (1969), que “a escolha pela carreira docente estaria adequada à natureza feminina, pois envolveria atividades que exigem docilidade, compreensão, paciência, abnegação e dedicação.” Sua resposta revela consciência crítica, ao mesmo tempo, vê o magistério como profissão a qual ela tem a competência necessária para o seu exercício. Para de Costa:

Os feminismos, ainda que tão diferentes em suas trajetórias, mostram sua vitalidade e enorme força de propagação de idéias libertárias e igualitárias nos momentos em que o poder social das mulheres, em luta por esse ou aquele direito social, vem a público. A força desses movimentos não tem resultado apenas da precisão de noções e conceitos germinados em estudos acadêmicos, mas da consonância que guardam com aspirações femininas difusas e com certo grau de consciência de gênero em diversos lugares e épocas (2004).

(P15) ao desconstruir a limitação sobre campos específicos de atuação profissional para homens e mulheres. Revela sua apropriação acerca do seu e da condição profissional. Embora o magistério durante décadas esteve associado a idéia de “fragilidade” por esta razão deve ser exercido por mulheres. Mas quando se relaciona com as disciplinas de exatas tudo muda. Neste

sentido o conceito de Lauro (1997, p. 23), a importância do conceito de gênero se afirma, pois

(...) obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando. Afasta-se de (ou se tem a intenção de afastar) proposições essencialistas sobre os gêneros; a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que exista a priori. O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem.

Para Perkins e Zimmerman (1995:1), o “empoderamento é uma construção que liga forças e competências individuais, sistemas naturais de ajuda e comportamentos proativos com políticas e mudanças sociais”. O que nos permite estabelecer a compreensão de empoderamento racial pelos estudantes de licenciatura como meio de “habilitar” práticas educativas intervencionistas e políticas com vista à mudança da educação e do sujeito da aprendizagem. Na medida em que se instaura a noção da educação como direito e do poder que este direito tem sobre o sujeito e na sociedade.

E como desdobramento, deste empoderamento, o docente a mediada em que domina a compreensão do racismo, ciente que na escola, manifesta-se de forma sistêmica nas práticas pedagógicas com ações sutis e perversas. Está habilitado a fornecer ao sujeito da aprendizagem ferramentas que lhe permitirá se contrapor a ideologia, que anuncia a crença na superioridade do branco em relação ao negro com condições de intervir para a desconstrução alienada dos discursos e estereótipos que buscam desqualificar a população negra dentro e/ou fora da escola. Construindo perspectivas, através da educação, para que o sujeito da aprendizagem possa projetar seu futuro com ocupação de postos de trabalho e condições de vida que lhes permitam uma transformação e ascensão da sua trajetória econômica, pessoal e social. Fanon (1982) assinala a importância de se discutir o racismo como uma ideologia que desumaniza o negro por meio da violência física e simbólica perpetrada no corpo, na imagem, na linguagem, na autoestima e na afetividade.

Cabe lembrar que as ações afirmativas, para a população negra, implementadas nas duas últimas décadas, cujos objetivos são preventivos e reparadores no sentido de favorecer indivíduos que historicamente são discriminados. Embora ainda tenha muita coisa a ser feita pela população negra, essas políticas tem, sem dúvidas, contribuído direta ou indiretamente, para a redução da fome, das condições materiais de moradia, acesso à saúde, emprego e políticas específicas de acesso e permanência na educação nos diferentes níveis de ensino.

O conceito de empedramento ganha diferentes conotações ao longo do tempo, é possível definir em primeira instância empoderamento como sinônimo de autonomia, na medida em que se refere à capacidade dos indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, escolher cursos, ações alternativas em múltiplas esferas – política, econômica, cultural, psicológica, entre outras. Desse modo, trata-se de um atributo, mas também de um processo pelo qual se adquire poder e liberdade valorados de forma positiva ou não.

Na década de 1980, o conceito de empoderamento a partir das concepções advindas de novas ideias de autossustentabilidade, as quais pregam um desenvolvimento centrado em pessoas e em harmonia com o ambiente têm nos estudos como os de Friedmann, (1996), revelam que os movimentos sociais, transferem a centralidade da luta de classes para as categorias de ator social e sujeito coletivo. De igual modo, as questões dos direitos sociais, direitos difusos, temas ambientais, questões de gênero e raça dentre outros.

É possível identificar, em alguns estudos, que nos EUA surgem às primeiras referências ao termo empoderamento nos anos 1970, entre os ativistas dos movimentos pelos direitos civis, liderados por feministas e negros. Com efeito, a palavra passou a transitar entre os discursos dessas categorias com conceito similar ao de Cidadania Ativa, recorrente nos estudos contemporâneos ligados aos Direitos Humanos. Que defende a participação ativa das pessoas na luta pelo garantia e exercício dos direitos. O sujeito como parte integrante e pertencente a um determinado grupo e/ou categoria que reconhece seus direitos e busca a/as garantia (s) para o exercício deste direito. Benevides, (1991:20) argumenta que a cidadania ativa promove a “participação popular como possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder ou os poderes”. Logo, para a concretização da cidadania nesta perspectiva é fundamental o conhecimento dos direitos, a formação de valores e atitudes para o respeito aos direitos e a vivência dos mesmos.

Sendo assim, trago a ideia de empoderamento no sentido de pensar que a identidade racial na formação do docente, como uma interface dinâmica de interlocução entre sujeito e saber. Cujas bases se assentam no processo de assimilação e tomada de consciência pelo indivíduo acerca do que a educação é capaz de produzir e reproduzir, construir e excluir, em movimento de contínua mutação, em que a matéria prima a ser transformada é sujeito da aprendizagem. Por isso, a necessidade de que sejam estruturados processos educativos críticos de fomento a noção de pertencimento étnico-racial e de gênero.

MULHER NEGRA NO BRASIL - FALSA DEMOCRACIA RACIAL E TRABALHO DESPROTEGIDO

Nelmires Ferreira da Silva
Universidade Federal de Viçosa/MG
fnelmires@gmail.com

Meire ferreira da Silva
Secretaria Estadual de Educação do Estado de Sergipe
meireferreirasilva@gmail.com

Resumo: Esse artigo intitulado “**Mulher negra no Brasil – falsa democracia e trabalho desprotegido**” traz como objetivo situar no debate atual o histórico da falsa democracia e as agúrias no contexto do mundo globalizado e reestruturado à luz do simulacro das relações laborais flexíveis, ao que conformam indicadores que particularizam o cotidiano precário e sem proteção, engendrando as expressões da questão de gênero e étnico racial. Para tanto, nos apropriamos de documentários e bibliografias cuja análises focalizam dados que delimitam os determinantes atuais incidentes sobre as trabalhadoras negras no lastro do século XXI, mediante aguçamento das desigualdades entre homens e mulheres, claramente tencionada à questão da mulher negra. Nessa direção, os dados nos possibilitaram entender que no contexto de crises sucessivas do capital, as medidas regressivas para o trabalho provocam mazelas que reeditam velhas e novas expressões da questão social e sua expressão nas particularidades do mercado de trabalho para as mulheres negras no brasileira atual.

Palavras-Chaves: Mulher Negra, Questão-Étnica Racial, Trabalho.

1-Introdução

O objetivo desse artigo intitulado “Mulher negra no Brasil – falsa democracia e trabalho desprotegido” é situar uma reflexão crítica no âmbito histórico da marginalização social que se prolonga no decorrer do cenário do mundo globalizado e reestruturado sob o prisma das chamadas relações flexíveis com seus indicadores particularizantes do cotidiano do labor. Para tanto, sinalizamos alguns determinantes da sociedade salarial, focalizando os espaços demandantes do labor feminino e as evidências frente a desregulação e desproteção com forte implicações no espaço de atuação da mulher negra.

Para isso apropriamos de um arsenal bibliográfico atualizado sobre o espaço crescentemente da força de trabalho da mulher, o qual investigamos com a intenção de capturá-lo na dimensão da totalidade concreta da vida social (LUKÁŠ, 1986). Essas mediações têm em vista apreender alguns determinantes atuais que incidem sobre as trabalhadoras negras no panorama de agravamento das desigualdades entre homens e mulheres, com claro tencionamento a questão étnico-racial.

Partimos dos referenciais que situam as metamorfoses do território do trabalho e de autores que trazem um recorte analítico na questão da mulher negra, destacando Paulo Netto(1989); Heleieth Saffioti (1994); Marilda Iamamoto (2000);Florestan Fernandes(2006);Nelson Coutinho (2008); Helena Cruz (2009) Ricardo Antunes (2010;2012), entre outros. No percurso metodológico, as reflexões possibilitaram uma interlocução tecendo um aprofundamento subjacente as peculiaridades econômicas, sociais e políticas, mediada pela abordagem materialista crítica dialética, a qual o “pensamento funda uma teoria social: toda sua pesquisa está centrada na análise radicalmente crítica(...). Nesta teoria social, o traço peculiar, mais pertinente e decisivo refere-se ao seu cariz histórico-ontológico” (NETTO,1989,p.9).

De posse das informações e referenciais à luz da abordagem materialista -histórico dialético analisamos as contradições recorrentes nas interferências dos autores em foco. Ressalta-se que, “enfim o conhecimento do conteúdo objetivo e do significado do fenômeno, da sua função objetiva e do lugar histórico que ele ocupa no seio do corpo social”(KOSIK, 1976, p. 51-52). Nessa direção, sistematizamos esse estudo introduz os aspectos gerais da pesquisa histórico-ontológica do Ser mulher no mundo do trabalho, incluindo as implicações frente à crescente feminilização da informalização ou por trabalho por conta própria, compreendendo que a,

síntese é a visão do conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade como que se defronta em uma situação dada. E a estrutura significativa – que a visão de conjunto proporciona – que é a chamada totalidade(KONDER,1983,p.37).

Do exposto, esperamos que este artigo possa retomar elementos históricos do debate que, acreditamos que venha sendo ofuscado sob a perspectiva fetichizada no discurso empreendido sob a bandeira da autonomia da mulher. Também acreditamos na possibilidade de ser mais um arcabouço relevante para se repensar os processos de produção e reprodução da vida cotidiana mantendo a centralidade do trabalho no debate das relações de gênero. Para isso, reforçamos que esse estudo é mais uma possibilidade de elucidar a realidade, pois “o conhecimento é a compreensão inteligível da realidade, que o sujeito humano adquire através de sua confrontação com essa mesma realidade” (LUCKESI, 1994, p. 122).

2-Resultados e Discussões

Ser Mulher Negra no contexto de precarização e desemprego

Começamos por situar que a população brasileira é composta por mais da metade de negros e pardos, seguida de outros segmentos que vão compor a multiculturalidade figurando um mosaico de traços étnicos-raciais. A brasilidade desse imenso território, assim, cantado por Ari Barroso “Brasil, brasileiro, terra de samba e pandeiro”¹, traz nas particularidades uma formação sócio-histórica com expressões que configuraram um País do latifúndio, da monocultura e da escravidão. Sob os grilhões e açoites mantiveram por século a população negra marginalizada e subjugada ao trabalho escravo e aos mandos da aristocracia agrária (PRADO JR,1978).

Com o término da escravidão verificou-se a possibilidade de liberar a mão de obra com vista a favorecer o exército de trabalhadores disponíveis nas fazendas vindo a ser incorporada como assalariado no mercado de trabalho. Uma recorrente exclusão das forças populares nos processos de decisões políticas foi própria da formação social brasileira, cuja segmentos e franjas mais lúcidos das classes dominantes sempre encontraram meios e modos de impedir ou travar

1 Música de Aquarela do Brasil. João Gilberto.

a incidência das forças comprometidas com as classes subalternas de modo a participar dos processos e centros políticos decisórios (NETTO,1996,p.18-19).

No Brasil observa-se características recorrentes de um Estado a serviço dos interesses de uma elite burguesa, alicerçada a um projeto de desenvolvimento sob o viés da modernização conservadora, a que Florestan Fernandes (2000), Martins de Souza (2004), dentre outros, denominaram de Revolução pelo Alto. Este Estado-nação promoveu um desenvolvimentismo não na contraposição do atraso, mas na contínua reposição complexa e funcional, de caráter conservador convivendo entre o velho e moderno, o arcaico e novo (PRADO JR,1978).

No palco das contradições, as céleres lutas sindicais nos centros urbanos industriais e no campo as ligas camponesas que procuravam resistir as injustiças sociais que os acometiam, principalmente pretos e pardos que padeciam com os resquícios herdados da escravidão. Vale sublinhar que, as forças ultraconservadoras em seu intuito de manter sua hegemonia, tratou de preservar a ordem ora reprimindo, ora apassivando as lutas, porém, o que prevaleceram foram as forças revolucionárias da elite agrária e industrial, conforme Florestan Fernandes a “Revolução Burguesa”. É importante observar que tal fato não significou a presença de uma fragilidade da “sociedade civil”, meramente apassivizada, ao contrário, era vista como uma ameaça ao *status quo* da ordem.

Nessa direção, as análises históricas acerca do padrão de dominação social no Brasil inferi uma aliança que marcou um pacto político compromissado com a elite ligada ao setor agroexportador e modernos setores representados pelo capital financeiro e industrial. Daí o “pacto conservador das elites ” que continua na atualidade e, portanto, reproduzindo novas expressões da velha questão social visivelmente expressa no mundo do trabalho precarizado e superexplorado cuja indicadores do labor feminino negro explicitam a histórica e atualizada desigualdades social e racial.

Acerca das relações sócias travadas no Brasil em que o pensamento clássico (Celso Furtado, Caio Prado Júnior, Boris Fasto, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, dentre outros), apresentavam sob o sentido da colonização portuguesa com enfoque econômico e estruturado no tripé: latifúndio, monocultura e trabalho escravo delimitando relações de classes antagônicas. Na perspectiva da obra “Casa Grande e Senzala” do sociólogo Gilberto Freire, propagou a visão de um Brasil miscigenado diminuindo a distância entre a casa grande e a senzala sob a perspectiva de uma suposta harmonia entre brancos e negros. Conforme sinalizavam alguns trechos da obra,

Busca mostrar que a casa-grande na verdade completava a senzala, sendo que ambas representavam um todo social e econômico; A casa-grande era um ambiente de incorporação e não de exclusão; Lá abrigava-se desde escravos até filhos de patriarcas e suas respectivas famílias; Tenta mostrar os elementos positivos da miscigenação entre índios, negros e portugueses; Diante disso, a escravidão era apresentada de forma mais humana e suportável, não havendo relações tão rígidas e opostas.

Estudiosos, a exemplo de Gilberto Freyre, procuraram mostrar que o Brasil era uma referência em termos de harmonia entre as raças, o que fez com que vários países passassem a se interessar pelo modelo de relação racial implantado no Brasil. *Afinal, o Brasil seria o único País a desenvolver uma relação de harmonia entre colonizadores e escravos? Seria o modelo de relação racial deste País um exemplo a ser seguido por outros.*

A partir de 1950 estudos coordenados pela UNESCO com objetivos de estudar a bem sucedida experiência das relações sociais no Brasil a fim de ser disseminados para outros países com problemas raciais levou a desmistificar a falsa “democracia racial”. O sociólogo Florestam Fernandes em seus estudos evidenciou conflitos entre brancos e negros com graves expressões da questão social visibilizados em indicadores sócio-econômicos retratando a marginalização em que se encontravam a população negra.

Estudiosos passaram a resignificar a história do Brasil enquanto um País racista e a publicizar a desigualdade focada, especialmente na população negra (HASENBALG,1979;ARAÚJO,2004).Defendem que o racismo contra o negro tem sido praticado desde a chegada destes aqui no Brasil, pois, além de virem forçados, foram submetidos a condição de escravos.

Nesse território, o negro teve sua cultura reprimida e sua conduta física e moral afetadas. Após a declaração da “libertação dos escravos” a mão-de-obra negra foi desprezada em detrimento da mão de obra de imigrantes italianos.

Indicadores mostram que a condição do negro no Brasil, mesmo atualmente, há um falacioso mito da democracia racial, que veio somente ganhou centralidade no debate e nas políticas públicas do reparo das injustiças sociais com as pressões sociais internas e internacionais. Acerca da suposta democracia racial Hasenbalg a considera enquanto uma poderosa construção ideológica, cuja principal efeito tem sido manter as diferenças étnico-raciais fora da arena

política, criando sérios limites às demandas dos negros por igualdade racial” (1992).

Foi a partir do exaurimento do regime ditatorial, fins de 1970 e abertura do processo democrático em 1982 que se ergueu a retomada das forças dos movimentos sociais até então, em refluxos no cenário da autocracia burguesa. A sociedade civil organizada no chamado movimento constituinte clamou por um Brasil para todos sob a força da participação de vários grupos sociais em defesa da criança e do adolescente, do idoso, do deficiente, do índio, do negro, da mulher, dentre outro, o que levou a Estado responder com a aprovação da Constituição Federal de 1988

refletindo com fidelidade o esforço realizado pelo Movimento Negro no sentido de pautar a temática da igualdade racial na agenda de política do Estado brasileiro, registra um expressivo leque de preconceitos antidisciplinatórios, alguns dos quais passam a ser relacionados a seguir (Brasil/PNPIR,2003,p.07).

Após anos de participação indireta do Estado brasileiro no debate sobre igualdade racial e desenvolvimento étnico, na segunda metade dos anos 1990 e início do século XXI, que partes das retóricas oficiais passaram a ter uma certa abertura em torno desta questão. Se pudermos estabelecer um marco para situar este contexto, diremos que, depois da aprovação do referido marco regulatório, tivemos o primeiro momento em que o governo federal passou a discutir sobre a implantação dos direitos raciais, cabe destacar, o controverso governo FHC (1994;1988 e 1999-2002).

A partir de então, a sociedade passou contar com conjunto de direitos sociais sob a direção da seguridade social assegurada em todo território nacional e universalmente, sobre os princípios da democracia e participação cidadã (PEREIRA,2006). Nesse cenário, o eminente estado de direito tem como diretriz a descentralização, territorialização, universalização, planejamento e controle social dos bens públicos.

Além disso, abriram-se possibilidade para o protagonismo dos sujeitos políticos organizados na defesa de suas causas orientados por leis e estatutos tendo assegurada sua participação através de canais, como conselhos gestores, comitês, conferência, fóruns, ouvidorias, plebiscito, etc. Nesse breve embrionamento do estado de bem-estar social podemos destacar a luta de diversos segmentos denominados menores como indígenas, ribeirinhos, quilombolas, mulheres, etc

na luta por igualdade na diferença via acesso e bens e serviços, a riqueza socialmente produzida, entre outras bandeiras o direito de ações focais que afirmem em sua cultura e identidade.

Nessa direção o movimento negro ganhou abrangência e mobilização legitimando-se na sociedade brasileira e mesmo perante alguns órgãos internacionais. Representantes políticos tomaram a “bandeira negra” como base de seus discursos políticos e campanhas eleitorais. De forma mais efetiva, podemos citar os Governos de FHC (em especial o segundo mandato, 1999-2002), Lula (2003-2006 e 2007-2010) e Dilma (2011-2014 e 2015 - atual), os quais, além de adotarem a discussão racial como pauta de suas agendas políticas, caracterizam-se por trazerem militantes para atuarem nos órgãos da estrutura estatal, demarcando, assim, uma postura mais pragmática em relação ao diálogo com os movimentos sociais negros. Ou seja, aproveitando o momento histórico de abertura do Estado para o trato da questão racial, a participação política em espaços de poder estaria tornando-se uma estratégia da luta do movimento negro. Isso significa que os mecanismos pelos quais o movimento pretende alcançar legitimidade e afirmação extrapola os limites do reconhecimento social e jurídico, atingindo a esfera da gestão pública.

Mas a efetiva emergência do negro nos espaços institucionais vai ocorrer de forma definitiva nos Governos Lula e Dilma, os quais não só reforçam os discursos de promoção da igualdade racial, como também a aproximação entre Estado e sociedade civil. Assim, seja através da formação de conselhos, da realização de conferências ou da inclusão de grupos sociais não hegemônicos em instituições governamentais, os anos que compõem tais governos apresentam uma retórica do “estreitamento” da relação entre sociedade civil e poder institucional, de forma que o negro passa a ter mais visibilidade e atuação enquanto gestor.

É, portanto, por meio do presente instrumento político que o governo brasileiro buscará enfrentar, neste início de milênio, o imenso desafio de eliminar a secular desigualdade racial que, no Brasil, afetou vários grupos, em especial a população negra. Será a partir da implementação dessa Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, rumo a uma sociedade mais democrática, que se reverterão os efeitos perversos de séculos de discriminação.” (Brasil/PNPIR, 2003: 13).

Nas últimas décadas dos séculos XX e início do XXI, uma das principais frentes de luta do movimento negro no Brasil tem sido a reivindicação por acesso às estruturas de poder. Mais do que isso, luta-se para que políticas raciais sejam feitas e decididas pela própria população negra, de forma que esta não seja apenas coadjuvante do processo de combate ao racismo, mas sim, agente ativo, protagonista de suas lutas .

Essa mudança de perfil do militante negro acarretou em uma nova lógica de manifestação: mais do que questionar as estruturas rígidas de discriminação, reivindica-se uma “democracia mais flexível”, capaz de acoplar o negro nas esferas de decisão e poder. Ou seja, dentre as frentes de bandeira levantadas pelo movimento, destaca-se a defesa por uma “cidadania participativa”, a qual questiona as estruturas representativas tradicionais (compostas por brancos nas esferas de poder) e exige a presença do negro nos espaços de decisão. Trata-se, neste sentido de acionar o profissionalismo negro, a sua capacidade de assessoramento e representação das demandas raciais, para que o militante tenha voz, também, nos espaços e esferas governamentais.

A aridez do mundo do trabalho nas particularidades da mulher negra em tempo de informalização

Nos países latino-americanos e Brasil constatam-se um dos mais altos índices de desigualdades sociais, no qual inferimos expressivamente a questão de gênero e étnico-social. Ainda que se trate de Estados nacionais formalmente democráticos, governos legítimos, as garantias mínimas sociais de bem-estar, segurança e justiça social, não podemos negar a intensa marginalização que vive a população negra e parda (BAREIRO,2002). Tais sociedades têm em suas bases estruturas patriarcalistas orientadas por hierarquia de gênero registradas historicamente como parte de um cotidiano em que os homens exercem forte domínio sobre as mulheres na esfera privada da familiar, quanto na esfera pública.

Observar-se ainda que além das diferenças de raça, etnia, classe social, geração e nível educacional que atingem homens e mulheres, prevalecem condições de subordinação derivadas de estruturas que privilegiam o segmento masculino, restringindo o acesso das mulheres a recursos econômicos e sociais e poder tradicionalmente criados para esse escalão (LEÓN,1997).Tais valores arraigados na sociedade associam-se a práticas discriminatórias de gênero que são visibilizadas no mercado de trabalho, influenciando desde a admissão ou

rejeição em determinado posto até as divergências salariais. Consoante a inserção da mulher na força de trabalho na contemporaneidade, é comum encontrar evidências da desigualdade de condições em função do sexo,

num quadro global de gravíssima desigualdades sociais, já amplamente reconhecido, evidencia-se uma nítida hierarquia, no topo os homens brancos (não negros e que vai descendo para as mulheres brancas, homens negros(e pardos) e mulheres negras [...] essa realidade resulta de complexos e interativos mecanismos de discriminação, preconceitos, diferenciação, superexploração etc, cuja compreensão requer a análise de suas raízes e determinações histórico-estruturais (QUADROS,2004,p9)

Destacamos ainda que, no contexto da globalização, há uma qualidade das oportunidades ocupacionais disponíveis para as mulheres, embora sejam estas de menor valorização no mercado de trabalho, e maior participação nas esferas consideradas redutos femininos,

as ocupações menos valorizadas e tradicionalmente feminina do mercado de trabalho continuam se reproduzindo, implicando a persistência de nichos ocupacionais, como, por exemplo, o do emprego doméstico. O aumento do emprego doméstico aliado ao aumento do trabalho autônomo reflete maior proporção de mulheres na informalidade, desprotegida de qualquer regulamentação lhes garanta importantes direitos sociais, como carteira de trabalho assinada, licença maternidade e acesso a creche, etc [...]Assim, as diferenças de trabalho masculino e feminino, só que agora não somente pela capacidade das mulheres de entrarem no mercado reservado aos homens e mulheres nos empregos precários que hoje o mercado oferece a ambos os sexos(HOFFMANN e LEONE, 2004,p37).

No mercado laboral do Brasil, a estrutura ocupacional manifesta tendências recorrentes, pouco modificadas nos últimos 30 anos do século XX. A precária inserção feminina, encontra-se situada importantes parcelas das trabalhadoras em nichos clássicos, como o trabalho doméstico, em grande parte informal e de baixo rendimento. Também persistem outras formas de ocupação precárias,

como o trabalho não remunerado e aquele realizado na produção para o consumo próprio ou unidade familiar.

Consoante ao emprego, estudos recentes apontam a continuidade no padrão de ocupação das mulheres, nos setores tradicionais da indústria (costureira) e nos serviços de cuidados pessoais, higiene e alimentação. Embora se registre aumento da participação feminina em postos de maior prestígio, como, medicina, direito, magistratura, arquitetura e em cargos executivos de empresa do setor formal, traços marcantes da segregação pelo gênero não eliminados, na esfera ocupacional, no desemprego e nas assimetrias de rendimentos (BRUSCHINI,2007).

A questão central na atualidade, apesar dos grandes avanços e visibilidade do negro na sociedade brasileira, encontra-se expressa no quadro de metamorfoses do mundo do trabalho e dos desajustes provocadas pelas intensas contra-reformas que vêm desmontando os direitos sociais, a proteção universal. O projeto do capital para sair das suas crises tendencialmente atingem os diversos países do mundo desde especialmente do esgotamento dos regimes de proteção europeu a elaboração de estratégia burguês Netto(2006).

O marco do ciclo de crises cíclicas ininterruptas do capital desde o exaurimento do chamado estado de bem-estar, está tem sido, conforme Netto (2005) contraditoriamente, funcional ao capital em eu processo de reorganização e sinaliza recortes com claras tendências mundial. Nas particularidades do Brasil, no quadro de mudanças regressivas da gestão do trabalho, a nova morfologia apresenta configurações ainda mais perversas ao lançar milhares fora do mercado de trabalho, sob a perspectiva da empresa enxuta, superexploração, terceirização, flexibilização de direitos sociais,etc. incidindo sobre os sujeitos historicamente.

Passa-se demandar um perfil capaz de se adaptar as novas exigências, responder as necessidades operativas com capacidade multifuncional, sob o discurso do diálogo, das parcerias, ao que reconfigura o apassivamento das lutas travestida na nova morfologia das lutas de classe (IASI,2010).

As graves implicações que atingem o trabalho e o trabalhador nesta contemporaneidade, conforme Antunes(2004), acomedem também, a *subjetividade da classe que vive-do-trabalho*. Nesse cenário, novos segmentos desprotegidos passam a compor o mercado do trabalho, hoje na *persona* dos *call center*, *telemarketing*, infoproletariado, os *cybertrait*, dentre outros, a tendência da fenimilização do trabalho de mulheres, a exemplo, das vendedoras da *avon* e *natura*, conforme destaca os estudos de Ludima Abílio “sem maquiagem”.

As condições da mulher no mercado de trabalho, atrelada à emergência de novos padrões de acumulação, que maximizam a produtividade, reduzem custos e postos de trabalho, flexibilizando as relações laborais, respondem pelas relações precarizadas. O aumento da produtividade e majoração da competitividade ocorrem em processos de horizontalização e descentralização da produção, reduzindo o número de postos formais e impulsionando o crescimento de trabalho informal, temporário, precário, terceirização, excludente, onde o crescimento e o bem-estar social têm perdido a relevância (CHERON, 2010).

A participação das mulheres em atividades econômicas no Brasil intensificou a partir de 1970 com o processo de industrialização e urbanização. Seguida nos anos 1980 ampliação, mesmo diante da estagnação econômica e no decênio de 1990, a abertura econômica, no quadro de baixos investimentos e terceirização, verificando-se crescente feminilização laboral. O aumento da parcela feminina no mercado de trabalho também é observado pela PEA 2000, apesar do cenário pouco favorável.

Assim, o trabalho doméstico permanece associado às características raciais e regionais e a uma interseção entre ambas, homens e mulheres negros encontram majoritariamente nos trabalhos precários, braçais e de baixos rendimentos, distanciados do trabalho intelectual. Conforme Lombardi, entre 2001-2012 encontramos o trabalho formal, associado ao homem branco e o informal ao homem e mulher negros, obviamente verifica-se uma preferência de cor, o que releva a população negra aos serviços domésticos e da construção civil, sendo as mulheres ainda mais subsumidas aos salários inferiores, daí a nítida reprodução da desigualdade de gênero.

Nesse percurso histórico, podemos considerar que a população negra, em específico, a mulher trabalhadora é herdeira de relações que produzem e reproduzem as desigualdades no interior da visão social e técnica do trabalho. Esse flagrante quadro do mercado de trabalho na atualidade capetaneado pela informalidade crescente, secundariza e destrói as parcas, porém importantes conquistas, que no caso da mulher negra, subjume no aprofundamento das relações informais, precarizadas e desprotegidas.

3-Considerações

As análises fundadas nesse estudo possibilitaram entender que no contexto de crises sucessivas do capital, as medidas regressivas para o trabalho provocam

mazelas que reeditam velhas e novas expressões da questão social, características presentes da formação sócio-histórica brasileira. Nesse universo, o recorte que visibiliza a mulher negra traduz na reificação incessante no mercado informal e precarizado de trabalho sob o discurso de autonomia e conquista de novos espaços laboral.

Reconheceu-se à necessidade de combater o desemprego, o subemprego e a crescente informalidade do trabalho que marca o cotidiano da mulher negra que se associa multiplamente ao racismo, à discriminação, xenofobia e a intolerância.

Nesse âmbito, propõe-se a releitura das velhas e reatualizadas expressões da questão social e étnica racial expressas no cenário mórbido das metamorfoses do trabalho desregulado que imprime um esmorecimento das lutas, ao que se conclama a repensar na agenda de políticas afirmativas e inclusiva.

4-Referência

ABRAMO, Laís(2007). A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho: Uma Força de Trabalho Secundária? Tese de \doutorado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, SP.

ANTUNES, Ricardo. A crise, o desemprego e alguns desafios. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo nº 104, Editora: Cortez, 2010.

ARRUTI, .Políticas Públicas para quilombolas – Um ensaio de conjuntura a partir do exemplo da saúde. In.: PAULA, de Marilene e HENRIGR, Rosana. Caminhos Convergentes: Estado e sociedade na superação na superação da desigualdade. RJ, Fundação Heirich Boll, ActionAid,2009.

BADINTER,E. Um e outro: relações entre homens e mulheres. TrD. Carlota Gomes . RJ:Nova Fronteira, 1986.

BUTTO,A. Gênero, família e trabalho, In.: BORBA, Â.: FARIA,N.: GODINHO, T.(Orgs.). Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos trabalhadores, SP:Fundação Perseu Abramo, 1998p.71-84.

BRASIL.SEPPIR(secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial). 2003, Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Brasília, Disponível em <http://www.brasil.gov.br>, Acessado em novembro de 2007.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 9 ed. SP: Companhia Editora Nacional,1969.

COUTINHO, Carlos Nelson. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma, In.: **Contra-corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo- 2 ed. Ver. e atual – São Paulo: Cortez, 2008.

CRUZ, Maria Helena. Cidadania, crise do trabalho e gênero: desafios para estabilização dos direitos. Em Neves, P.S (org.).Educação, Cidadania: questões contemporâneas (p.92-116), SP:Cortez, Editora,Rd,UFS,2009.

FLORESTAN, Fernandes. A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica. 5 ed, RJ:Globo,2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Transformações societárias,alterações no “mundo do trabalho” e serviço social. **Ser Social**, Brasília, UnB, 2000 (questão social e Serviço Social), n. 6.

HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugênia Troncoso. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade social da renda domiciliar *per capita* no Brasil: 1981-2002. Nova Economia, Belo Horizonte, v.14,n.2,p.35-58, maio/ago,2004.

MOURA, Clóvis. História do negro no Brasileiro. São Paulo.Àtica, 1989.

RIBEIRO,Darcy. O Povo brasileiro: formação e o sentido do Brasil.SP:Companhia de Bolso,2008.

SAFFIOTTI,Heleieth I. B. Prefácio:Conceituando o gênero. In.: SAFFIOTTI, Heleieth I<B. e MUÑOZ-VARGAS, Mônica (ORGS). Mulher brasileira é assim.Rio de Janeiro, Rosa dos tempos , 1994,pg 271-283.

SILVA,Aline Ferreira da. Etnodesenvolvimento quilombola no governo Lula- São Cristóvão:Editora UFS, 2014.

PRÉ-ADOLESCENTES NEGRAS: ESTÉTICA, AUTOESTIMA E SOFRIMENTO PSÍQUICO.

Noelly Gabriela Catarina Dias Araújo Pereira Ferreira
Santos de Medeiros Damasceno¹

Tárcila Helen Costa de Paula²

Vladya Tatyane Pereira de Lira³

Maria de Jesus Moura⁴
Faculdade dos Guararapes-FG
noellymedeiros@hotmail.com

Resumo: A pré-adolescência é um momento importante para o desenvolvimento biopsicossocial do indivíduo, é um momento de busca pela identidade e construção das relações interpessoais, fatores que auxiliam na formação da visão de mundo desse sujeito. A estética filosófica, palavra derivada do grego *aesthesis*, busca explicar o belo, aquilo que desperta a emoção que surge por meio da contemplação. É a partir desta perspectiva filosófica e da Teoria das Representações Sociais - que compreende a realidade como uma construção social e que o sujeito se constrói e é construído nas relações e interações sociais - que este estudo tem por objetivo analisar como a cobrança por uma estética corporal, embranquecida, afeta o desenvolvimento da auto estima das pré-adolescentes negras, vistas aqui num panorama sócio histórico. A metodologia para este trabalho se dará a partir de pesquisas bibliográfica e

1 Graduada em Psicologia/FG. Bolsista PIIC e integrante do Núcleo de Estudos das Relações Étnico-Raciais.

2 Graduada em Psicologia/FG. Integrante do Núcleo de Estudos das Relações Étnico-Raciais.

3 Mestra em Psicologia /UFPE. Professora da Faculdade Guararapes.

4 Mestra em Psicologia /UFPE (or^a). Professora da Faculdade Guararapes e Faculdade Estácio do Recife.

de campo, submetida ao Comitê de Ética, com entrevista semiestruturada e atividades grupais com 60 (sessenta) pré-adolescentes negras, 10 a 12 anos, estudantes de escolas públicas da região metropolitana do Recife. Torna-se necessário fazer uma investigação acerca do sofrimento psíquico e suas consequências derivadas da cobrança social e da estética branca e impiedosa direcionada a esse público, já que as desigualdades raciais existentes no Brasil demonstram que o principal alvo de agressão ao povo negro está localizado no corpo, desconsiderando a possibilidade de beleza e ressaltando o feio.

Palavras-chave: Pré-adolescente, estética, autoestima, sofrimento psíquico, negra.

Introdução

Este trabalho começou a ser realizado a partir da inquietação da autora, como pessoa branca, ao se deparar, enquanto foi estagiária em uma escola pública de Jaboatão dos Guararapes-PE, com uma pré-adolescente negra de 10 anos relatando que gostaria de ter o cabelo liso, já que, segundo a pré-adolescente, o seu cabelo trançado era feio e esquisito. A autora ficou perplexa com a situação, uma vez que as lindas tranças da garota compunham uma beleza admirável. Ao entrar em contato com o Núcleo de Estudos das Relações Étnico-Raciais da Faculdade dos Guararapes expressou o desejo em pesquisar sobre a relação da autoestima e do sofrimento psíquico ocasionado em garotas negras a partir da cobrança por um padrão estético branco. Foi obtido com muita presteza o apoio da Professora Jesus Moura, coordenadora do Núcleo, e dos demais colegas que estão empenhados na construção deste trabalho. O presente estudo tem por objetivo refletir sobre a influência da estética no desenvolvimento da pré-adolescente negra, buscando compreender esse momento quanto às relações biopsicossociais e a Teoria das Representações Sociais; avaliar a relação da estética com a autoestima da pré-adolescente negra; analisar o sofrimento psíquico derivado da cobrança por um padrão estético embranquecido; e verificar a relação da representação da pessoa negra na mídia e demais meios de comunicação.

Fundamentação da pré-adolescência e suas relações.

A pré-adolescência negra será vista neste estudo a partir de um contexto sócio histórico envolvendo o desenvolvimento biopsicossocial do sujeito, onde as relações e experiências estão intimamente ligadas ao ambiente vivido, como aponta Bock (1999), quando diz que o ser é constituído no seu movimento; ao longo do tempo, pelas relações sociais, pelas condições sociais e culturais engendradas pela humanidade. Um ser, portanto, em permanente movimento; que tem características forjadas pelo seu tempo, pelas condições de sua sociedade, pelas relações que estão sendo vividas. O esse momento é criado historicamente, como representação e como fato social e psicológico.

“Não estamos nos referindo, portanto, a condições sociais que facilitam, contribuem ou dificultam o desenvolvimento de determinadas características do jovem; estamos falando de condições sociais que constroem uma determinada adolescência.” (BOCK, 1999, p.69).

As crises e rebeldias defendidas por muitos estudiosos como comportamentos inerentes ao adolescente não contemplam a visão sócio histórica que defende, segundo Bock (1999, p. 72), que “só é possível compreender qualquer fato a partir da sua inserção na totalidade onde este fato foi produzido, totalidade essa que o constitui e lhe dá sentido.”

Com o intuito de compreender como essas relações se constituem, será utilizada a Teoria das Representações Sociais que tem como principal representante Moscovici (1961). A inserção da TRS⁵ “implica dizer que compreendemos a realidade como uma construção social e que entendemos o sujeito como um ser ativo que se constrói e é construído nas relações e interações sociais.” (LIRA, 2013, p.45).

Dentro desta perspectiva torna-se importante conhecer o lugar onde essa pré-adolescente vive, pois segundo Jovechelovitch (2008) “ao conhecermos a comunidade na qual o indivíduo e/ou grupos estão inseridos podemos nos aproximar da compreensão de sua identidade, seus conflitos e saberes compartilhados por eles. Esses saberes comuns geram referências e recursos, através dos quais os sujeitos conseguem significar o mundo, teorizar sobre a vida e desenvolver práticas a fim de lidar com o seu cotidiano.” (apud LIRA, 2003, p.49).

A pré-adolescência abordada na pesquisa contempla o gênero feminino, entendendo como gênero o modo no qual as representações sociais são elaboradas a partir das relações entre o feminino e o masculino. Scott (1993, p. 7) traz a ideia de gênero como “uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.”

Estética, autoestima e sofrimento psíquico.

A ideia de estética é importante neste momento para o entendimento de como esta interfere na vida das pré-adolescentes negras.

Estética é a tradução da palavra grega *aesthesis*, que significa conhecimento sensorial, experiência, sensibilidade. O filósofo alemão Alexandre Baumgarten foi quem sistematizou a abordagem das questões estéticas numa nova disciplina

5 A sigla TRS refere-se a Teoria das Representações Sociais.

filosófica em 1750. A estética filosófica busca explicar o belo, aquilo que desperta a emoção que surge por meio da contemplação, o sentimento que suscita. Para o estudo da estética negra tomou-se a perspectiva filosófica como referência.

Apesar da maior parte da população brasileira ser negra – segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014), 53% dos brasileiros são negros -, ainda é marcante o apelo estético por padrões embranquecidos que se contrapõe à representação da imagem corporal negra. Pode-se dizer que isso ocorre devido a uma construção política e sócio histórica estereotipada de maior ou menor grau de racismo, construída desde tempos passados, priorizando imagens hierarquizadas na qual a pessoa negra não detinha privilégio, sendo considerada como inferior quando comparada a pessoas brancas. A verdade é que a ideia do ser belo não é defendida, de modo geral, como compatível com as características e representação do/a negro/a, desencadeando, muitas vezes, uma diminuição da autoestima relacionada, a priori, a aparência física e apresentando como consequência o sofrimento psíquico. A construção de uma autoestima elevada na infância e pré-adolescência apresenta-se como importante elo para o bem estar e satisfação na vida adulta.

No entanto, os atos de preconceito e discriminação relacionados a pessoa negra ainda permanecem enraizados em parte da população, o que dificulta a existência e implantação de mecanismos suficientes e efetivos para o fortalecimento dessa construção positiva da autoestima negra.

Para que essa construção seja realidade é necessário primeiro que seja desmistificada a ideia da democracia racial existente no Brasil, como aponta Guimarães (1995), “o ideal de democracia racial é um mito fundador da nacionalidade brasileira e deve ser denunciado justamente pelo seu caráter ‘mítico’ de promessa não cumprida.” É possível observar ainda hoje que essa ideia de democracia racial permeia a vida de boa parte da sociedade.

Na escola, por exemplo, há pesquisas⁶ e vários estudos que a “consideram um dos espaços sociais em que crianças e adolescentes negros/as defrontam-se de forma mais contundente com a vivência do racismo e da discriminação racial. As situações de rejeição enfrentadas pelos alunos/as negros/as, aliadas ao silêncio dos/as profissionais da educação em relação a essas práticas, produzem graves sequelas na autoestima dessas crianças e jovens, repercutindo negativamente no

6 Mattar, Laura Davis (coord.).Direito à saúde da mulher negra: manual de referência. São Paulo: Conectas Direitos Humanos, 2008

seu desempenho escolar e no desenvolvimento de sua capacidade de aprendizado” (BRASIL, 2010). O recorte da escola supracitado foi retirado da série de fascículos Adolescentes e Jovens para a Educação entre Pares, do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas e remete a uma ideia mais ampla da ação negativa na autoestima dos/as estudantes negros/as nos momentos antecedentes a vida adulta, todavia as questões relacionadas a aparência física demonstra-se como relevante fator para a construção e desencadeamento de uma baixa autoestima, já que muitos deles ainda com pouca idade se sentem diferentes e insatisfeitos com o seu corpo. A exemplo disso existem inúmeras garotas que ainda pequenas já expõem suas angústias e raiva por ter cabelos crespos e não lisos, enfatizam que o cabelo é feio e que o da coleguinha ou da professora (quando lisos) são os que elas desejam ter. Isso se dá por vários motivos, seja pela falta de espaços que valorizem a negritude, pela mídia que insiste em embranquecer o mundo e/ou por demais interesses externos. Ora, se no próprio núcleo familiar e escolar percebe-se a ausência de mecanismos de construção da identidade negra, torna-se difícil concretizar e fortalecer tal sentimento.

Dando enfoque para a construção e fortalecimento da autoestima da pré-adolescente negra podemos citar Cole & Cole (apud ZAMBON, 2003, p.29) quando trazem a ideia de que “o processo de formação da identidade étnica pode ser particularmente complicado entre indivíduos de grupos minoritários. Os jovens destes grupos enfrentam o desafio de conciliar duas identidades distintas, uma baseada em sua própria herança cultural e outra baseada na herança cultural do grupo majoritário, deste modo, eles têm pelo menos duas vezes mais trabalho psicológico a realizar”. Além disso, o preconceito, a discriminação e a limitação das oportunidades atuam como obstáculos neste processo. Daí a importância deste estudo na reflexão sobre como a autoestima da pré-adolescente negra é afetada a partir da cobrança por um padrão estético que não contempla sua realidade corporal, principalmente quando se fala do cabelo crespo, alvo de constantes piadas e chacotas. É necessário entender como esses processos atingem essas pré-adolescentes, já que é neste momento que novos anseios surgem devido as transformações biopsicossociais sentidas e reconstruídas.

Já a branquidade, indo de encontro a esses fatos, como lembra Ruth Frankenberg (apud PIZZA, 2005), “é um processo de construção social de identidade no interior de uma cultura e, portanto, seu início e seu desenvolvimento se constituem de elementos que estão na base dos processos de socialização impostos e mantidos para o conjunto da sociedade, com sua história e – lembra-nos Frankenberg (2004, p. 320) - “com a história do colonialismo mundial e do racismo [; no Brasil].”

É possível observar que a maioria das pré-adolescentes negras preserva valores morais e sociais atribuídos ao grupo branco – uma vez que assim são ensinadas –, o que favorece a tentativa de moldar-se a padrões embranquecidos desejáveis, mesmo que não contemplem suas crenças e características físicas, por exemplo. Esses comportamentos em busca da aceitação social são fatores que contribuem para o desenvolvimento do sofrimento psíquico.

Como diz Cole & Cole (apud ZAMBON, 2003, p.2), “em grau considerável, os atributos associados com autoestima elevada na adolescência são a beleza física, especialmente no caso das garotas, em seguida pela aceitação dos pares. Todas as outras características vêm depois”, até porque neste momento é mais comum que as garotas despertem interesses relacionados a inserção em novos grupos nos quais ela se identifica ou deseja conhecer e/ou conquista de uma pessoa específica.

Cada indivíduo traz consigo suas características físicas a partir da sua descendência biológica, a estética corporal imposta pela sociedade não faz alusão as diversidades inerentes a cada sujeito, impondo assim um padrão pouco alcançado por aqueles que são negros. A pré-adolescente negra encontra-se a margem da exaltação do belo desejável, uma vez que foge do padrão das feições encontradas nas pessoas brancas. As diferenças que deveriam ser apenas biológicas são também construídas a partir de um viés discriminatório que enraíza os preconceitos acerca da cor da pele, como traz Munanga (informação verbal)⁷ ao citar o filósofo francês Jean Paul Sartre quando diz que “se um negro e um judeu se apresentarem na porta de um local que são indesejáveis, o judeu poderá entrar se não for descoberto que é um judeu, mas o negro será barrado na porta, por causa da geografia do seu corpo”. Por isso torna-se tão importante a presença da negritude na construção de vida desses indivíduos.

“O surgimento de ‘eus múltiplos’ nas descrições que os adolescentes fazem de si mesmos leva-os a lidar com o fato de que eles são, em algum sentido, pessoas diferentes em diferentes contextos. Quando os adolescentes começam a perceber as disparidades entre a maneira como realmente se comportam e a maneira como deveriam se comportar se fosse para serem sinceros com seus ‘eus verdadeiros’, eles passam a ficar preocupados com o que é seu ‘verdadeiro’ eu. Do confronto com as próprias características, surge o questionamento sobre o quanto eles se gostam, o que diz respeito à autoestima” (COLE & COLE apud ZAMBON, 2003, p.2).

7 Citação fornecida pelo Professor Doutor Kabengele Munanga no vídeo Teoria Social e Relações Raciais, Rio de Janeiro, 2013.

Metodologia

O estudo está sendo desenvolvido em um primeiro momento por meio de pesquisa bibliográfica realizada em livros, artigos, publicações de teses, dissertações e publicações online que, de acordo com Gil (2002), permite proporcionar ao investigador uma visão mais ampla acerca da questão estudada. Posteriormente será conduzida pesquisa de campo, submetida ao Comitê de Ética, com entrevista semi-estruturada e atividades grupais com 60 (sessenta) pré-adolescentes negras, 10 a 12 anos, de escolas públicas da região metropolitana do Recife.

Referências

LIRA, Vlada Tatyane Pereira de. **Juventudes Pobres**: sentidos construídos por psicólogos(as). Recife/PE: Tarcísio Pereira, 2014.

BOCK, Ana B.; FURTADO; Odair; TEXEIRA, M. de L. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 14. ed. reform. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. p. 50.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Raças e Etnias**: Adolescentes e Jovens para a Educação entre Pares, Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas. Brasília, DF, 2010.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 43, n. 3, p.26-44, nov. 1995. Quadrimestral. Disponível em: <http://novosestudos.org.br/v1/files/uploads/contents/77/20080626_racismo_e_anti_racismo.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2016.

COIMBRA, C. C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005. Quadrimestral. Disponível em: <<http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/6/9>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

AGENCIA BRASIL (São Paulo). **Negros são 53% dos brasileiros, mas apenas 17% dos ricos**. 2015. Disponível em: <<http://brasileiros.com.br/CtSrN>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

OZELLA, Sergio; AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de. Desmistificando a concepção de adolescência. **Cad. Pesquisa.** São Paulo, v. 38, n. 133, p. 97-125, abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742008000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protagonismo Juvenil:** caderno de atividades. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd06_13.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

ZAMBON, Melissa Picchi. **UMA comparação racial da auto-estima e do auto-conceito de adolescentes negros e brancos.** São Carlos: EdUFSCAR, 2003. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/~bdsepsi/179a.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p.147-160, 2007. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/10956>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

PIZA, Edith. **Adolescência e racismo:** uma breve reflexão. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 1., 2005, São Paulo. Processo online. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000100022&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 23 mar. 2016.

TEORIA Social e Relações Raciais - Professor Doutor Kabengele Munanga (USP). Direção de Iolanda de Oliveira. Produção de Diogo Leobons. Realização de Penesb. Coordenação de Iolanda de Oliveira. Música: Origem da Humanidade. Rio de Janeiro: Tetra Filmes, 2013. (49 min.), son., color. PENESB. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=H0jZoi-0JfM>>. Acesso em: 30 mar. 2016

SCOTT, Joan (Org.). **GÊNERO:** UMA CATEGORIA ÚTIL PARA ANÁLISE HISTÓRICA. 1989. Stoa apoio às disciplinas da USP. Disponível em: <[http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/Gênero-Joan Scott.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/Gênero-Joan%20Scott.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2016.

AS NEGRAS NO MOVIMENTO NEGRO: ANÁLISE DE GÊNERO SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO GRUPO “COISA DE NÊGO” EM TERESINA (PI)

Ravena Pereira Leite
Universidade Federal do Piauí
email:ravenapleite@gmail.com

Resumo

Ao fazer uma interseção entre o movimento de mulheres e o movimento negro no contexto brasileiro, encontramos um sujeito raramente visível no âmbito das pesquisas acadêmicas como também pouca ênfase da sua participação autônoma e independente na militância: a mulher negra. Aqui se anseia saber sobre esta mulher no contexto racial. Analisa como se davam as relações de gênero dentro do grupo afro cultural “Coisa de Nêgo” em Teresina-PI através das falas de mulheres negras pioneiras na formação do referido grupo. A pesquisa é qualitativa e contou com entrevistas semi-estruturadas aliadas a questionários socioeconômicos a fim de traçar um perfil aproximado de 6 mulheres negras do grupo bem como entender sobre suas vivências enquanto integrantes deste e ainda tomar conhecimento sobre as motivações e anseios na luta contra as discriminações de gênero e raça. De igual forma, o trabalho apresenta ainda reflexões em torno do conceito de gênero e suas interfaces entre os movimentos feminista e negro. Ao adentrar essa realidade através dos relatos das mulheres negras entrevistadas foi possível notar contradições no movimento negro quanto à questão de gênero e ressaltadas as estratégias de luta utilizadas pelas mulheres do grupo a favor da equidade de gênero.

Palavras-chave: Mulher Negra; Gênero; Grupo afro cultural “Coisa de Nêgo”.

Introdução

A sociedade brasileira sob o viés racista traz a figura da negra (o) pelo senso comum e âmbito privado, usando das mesmas piadas pejorativas em detrimento da cultura negra e no espaço público cujas relações são perpassadas por poder simbólico reproduz por diferentes e sutis mecanismos a violência contra homens e mulheres negros (as) do Brasil, este construído através do sistema de dominação-exploração, colonialista e escravocrata.

Entretanto, em virtude da subjetividade, mas também por considerar que a luta coletiva, constante e diária contribui na resistência dos (as) afrodescentes brasileiros que foco nesse trabalho de campo um grupo afro cultural que muito bem expressa à luta do povo negro piauiense em Teresina – o grupo “Coisa de Nêgo” – divulgando a cultura, a música, a religião e contribuindo no trabalho de valorização da negritude e dos sujeitos que a compõe.

Dentre esses sujeitos, elenquei as que sofrem historicamente de forma mais aguda a discriminação racial, representadas por papéis desvalorizados e estigmatizados, nos quais demandam servidão e obediência. As mulheres negras estão inseridas majoritariamente num classe social baixa; com índice de escolarização ínfimo; impedidas de serem mães ao invés de babás tanto no nível biológico como simbólico; em postos de trabalho e cargos desvalorizados socialmente; religião endemoniada; estética diminuída, enfim vítimas do racismo na sociedade brasileira colonizada, patriarcal, racista, sexista, machista e branca.

Muito vem sendo conseguido por essas mulheres negras ao longo dos anos na luta por melhores condições sociais reivindicando espaço na educação, política, cultura, arte, trabalho. Com isso a mulher negra vem conquistando um novo cenário social para estarem inseridas e lutando para verem concretizadas suas conquistas através do movimento negro unificado.

Esse estudo se propõe responder: A mulher negra do grupo afro cultural “Coisa de Nêgo” em Teresina – PI, vive em um contexto de igualdade de gênero nesse espaço? Para tanto colhi depoimentos das integrantes – mulheres negras – do grupo buscando compreender qual o papel que a mulher negra vem desempenhando junto a esse espaço – quais atividades são desenvolvidas por elas – no sentido de torná-lo mais democrático? Quais foram suas motivações ao entrar no grupo? Quais perspectivas em relação ao combate às desigualdades de gênero?

Metodologia

A metodologia utilizada foi qualitativa, pois não está direcionada a se obter generalizações do estudo e nem há preocupações fundamentais com o tratamento estatístico e de quantificações dos dados. Nesta perspectiva o pesquisador vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da visão das pessoas nele envolvidas. O tipo de estudo será explicativo, pois serão analisadas as causas, os motivos de grupos de características peculiares que lutam contra o racismo e supostamente contra as desigualdades de gênero.

Foram realizadas entrevistas, gravadas e posteriormente transcritas, com 6 mulheres residentes em Teresina – PI. A escolha das entrevistadas deu-se com base nas seguintes características: auto-identificação enquanto negras; faixa etária entre 30 e 50 anos de idade; serem pioneiras no grupo afro cultural “Coisa de Nêgo”, concordando em participar da pesquisa.

Esta análise foi pensada em três momentos. Nesse sentido, foi mostrada um pouco da trajetória do movimento de mulheres no Brasil posteriormente identificado como feminismo à brasileira. Atentamos para o feminismo depois estudos de gênero. Em outro tópico deste capítulo explanamos sobre o movimento negro no Brasil. Exploramos em seguida o espaço recente conquistado pelo movimento de mulheres negras, onde elas despontam como sujeitos políticos e demandas próprias que levem em consideração a especificidade que é ser mulher negra no país.

Adentrando no movimento negro no Piauí visualizando o percurso deste movimento em âmbito estadual para logo em seguida, descrevermos sobre a formação do centro afro cultural “Coisa de Nêgo” e desenvolvimento das atividades praticadas pelo mesmo. Dando enfoque especial as atribuições femininas no grupo, ainda nesse capítulo, entramos em contato com as entrevistadas de fato nas quais dão suporte a elaboração do perfil socioeconômico das mulheres entrevistadas em sequência mostram-se as motivações que levaram essas mulheres negras a participarem do grupo e as perspectivas futuras enquanto membros dum coletivo.

Resultados & discussão

Essa discussão foi permeada pelas categorias: mulher negra, grupo afro cultural “Coisa de Nêgo” e gênero. Desta última, partiu o questionamento se do ponto de vista das mulheres negras pioneiras na formação do referido grupo

afirmavam viver num contexto igualitário de gênero nesse espaço. Iniciarei por situar onde está o sujeito – mulher negra – no contexto dos movimentos feminista, negro e o de mulheres negras. Buscando problematizar a sua inserção nesses movimentos sociais e descrever a concepção de gênero que permeia a sua entrada na militância no cenário socióhistórico e político.

O movimento feminista no Brasil durante meados da década de 70 esteve vinculado a outros movimentos sociais populares da época, a saber: a luta por moradia, o movimento contra a alta no custo de vida, movimento contra a anistia, a luta por creches, contra o racismo entre outros. Entretanto, no início dos anos 70 em meio à ditadura militar através do apoio da Igreja, única instituição “permitida”, ou seja, que não era reprimida pelo poderio militar fornece apoio a esses movimentos populares inclusive o feminismo.

Começam a estruturarem-se algumas entidades, como é o caso dos Agentes de Pastoral Negros (APN's), em 1989, que são formados por afrodescendentes católicos a partir de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e têm o propósito de trabalhar a evangelização com base na situação concreta e histórica do povo afrodescendente. (Gomes, 2007, p.47).

Enquanto transcorria o nascimento deste grupo político, as diversas lideranças que estavam atuando na Igreja libertadora desenvolvem uma articulação regional, que influencia o Piauí, principalmente, através da Campanha da Fraternidade de 1988, com o tema: ouvi o clamor deste do povo, e o lema: povo negro e fraternidade, este fato eclesialístico motiva para realização histórica da organização dos grupos negros, pois, estavam ensaiando a libertação da comunidade negra cristã (BARBOSA, 2011).

Pode-se perceber essa característica do movimento em se aliar à igreja católica. Não se sabe até que ponto isso refletia um apadrinhamento do movimento e/ou anulação da religiosidade de matriz africana que encontrava na Umbanda principal representação da religião afrodescendente no Brasil, não raro estigmatizadas como formada por espíritos inferiores. Portanto, haveria barreiras a transpor no que se refere a moral religiosa que discriminava as matrizes de religião africana e alguns aspectos que concernem aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres que fizeram com que os apoios dados aos movimentos feminista e negro fossem enfraquecidos.

Demonstro essas primeiras alianças e desentendimentos no movimento feminista e as demais facções na época que poderiam apoiar e ao mesmo tempo proporcionar entraves à articulação das mulheres em torno de suas questões a fim de analisar como a questão “mulheres” começar a inquietar e a se transformar em questões de “gênero”.

O gênero fora um conceito surgido como rejeição ao determinismo biológico, onde sexo é sexo, mas o que se considera sexo é determinado e obtido culturalmente. (SCOTT, 1990; RUBIN, 1993). Houve, tanto no feminismo como na História, um ‘deslocamento de foco’: a ênfase passava a deixar de ser dada por sobre os sujeitos para passar a enfatizar ‘as relações entre os sujeitos’, apontando-se para a dimensão relacional [...] (ZIRBEL, 2004, p. 15).

De igual forma, a categoria ‘sexo/gênero’ apontaria para a existência de uma série de processos ligados ao sistema sexual que implicariam na formação das identidades dos/as indivíduos (Identidades de Gênero), transformando machos e fêmeas em “homens” e “mulheres” com características distintas e claramente definidas. (ZIRBEL, 2004, p. 16)

Saffioti (1987, p.9) menciona como a sociedade investe muito na ‘naturalização’ deste processo. Fazendo crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. Assim, é ‘natural’ que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como é natural sua capacidade de conceber e dar à luz.

De forma que Lia Zanotta aponta para a construção de um novo paradigma metodológico pelas análises de gênero entendendo em três pilares que permitem diferenciar a proposta paradigmática dos estudos de gênero frente à proposta metodológica dos estudos sobre mulheres.

Em primeiro lugar, porque se está diante da afirmação compartilhada da ruptura radical entre a noção biológica de sexo e a noção social de gênero. Em segundo lugar, porque se está diante da afirmação do privilegiamento metodológico das relações de gênero, sobre qualquer substancialidade das categorias de mulher e homem ou de feminino e masculino. E em terceiro lugar, porque se está também diante da afirmação da transversalidade de gênero, isto é, do entendimento de que a construção social de gênero perpassa as mais diferentes áreas do social. (MACHADO, 1998, p. 108)

Por uma série de mecanismos de poder que vão desde a colonização e a escravidão até atualidade as **negras** não são tidas como sujeitos sociais, são invisíveis e desvalorizadas enquanto humanas, desde metaforicamente associadas a animais irracionais até sua vinculação aos estigmas ligados a servidão e obediência, refletem um gênero repudiado, segregado e leviano. Essa recusa em tratar as negras como sujeito se refletirá no apagamento dessas mulheres enquanto militantes nos movimentos de resistência. Mostrar-se-á brevemente como essa “ausência” pode ser detectada nos movimentos feministas e no movimento negro unificado.

Segundo (PINTO, 2003, p.43), aspecto fundamental da realidade brasileira notado desde o princípio é a presença dos movimentos de mulheres entre as classes médias e populares no Brasil. Esse é um fenômeno anterior à década de 1970 e que continuo a existir paralelamente a todo o desenvolvimento do feminismo.

A autora mencionada, apesar de pontuar essa especificidade enaltece a conquista feminista em detrimento dos movimentos populares, logo não elitistas, afirmando que foram movimentos organizados (carestia, clube de mães, anistia, etc), não para pôr em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas para, a partir da própria condição de dona-de-casa, esposa e mãe, intervir no mundo publico. (PINTO, 2003, p.43).

Entretanto não podemos deixar de considerar a importância dessas reivindicações iniciais por melhores condições de vida, pois “as mulheres dos bairros populares construíram uma dinâmica política própria. Por intermédio de seus papéis socialmente designados de esposas e mães, fizeram os primeiros protestos contra o regime militar”. (SOARES, 1995, p.7)

Ora se as mulheres negras estatisticamente estão nas camadas médias e populares. Constata-se aqui uma desconsideração da luta das mesmas, por entender a militância centrada na categoria universalizada de mulher que geralmente é branca, elitizada, superprotegida em sua moralidade pelo patriarcado, indefesa e que busca igualdade perante aos homens. Como se entre as próprias mulheres não houvesse nenhuma diferenciação vinculada à etnia e/ou classe social.

O feminismo brasileiro apesar de ter brotado de reivindicações junto a movimento populares e de base teve sua limitação em não beneficiar outro

contingente de mulheres excluídas e suas diferenciações de demanda – **negras** e índias – entre outras.

Sueli Carneiro faz uma crítica sobre qual a personificação de mulher tratada nos primórdios do movimento feminista brasileiro que tem suas raízes altamente colonizadas, nascendo nas elites formadas por mulheres universitárias ou letradas, as quais não tinham que vencer a barreira da cor para serem aceitas por estarem de acordo com o padrão vigente e hegemônico. Nessa perspectiva a autora lança a questão: “Quando falamos do mito da fragilidade feminina que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando?”

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas este mito, porque nunca foram tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras. [...]; mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! (CARNEIRO, 1994, p. 190).

A heterogeneidade do movimento de mulheres aparecerá com mais afinco, a partir dos anos 80 e das mudanças ocorridas cenário do país, com a criação dos partidos políticos e da vitória do PT (Partido dos Trabalhadores) em algumas prefeituras em 1988 com a promulgação da constituição federal brasileira.

A militância negra enfrentava a oposição dos setores de esquerda que negavam a legitimidade de uma luta específica. Com o processo de redemocratização e a formação do quadro partidário entre 1979 e 1982, pode-se perceber a crescente participação dos negros organizados, o movimento tentou se articular com o PT, mas não se mostrou tão eficaz esse atrelamento.

Como explica Nascimento (2000, p.221) a militância dentro de um partido ou em função de uma postura ideológica não deveria prejudicar a unidade nos objetivos da nossa luta específica. À esquerda, embora mais aberta à questão, não assimilava a necessidade da independência do movimento negro ao definir e buscar soluções para seus problemas específicos.

Há poucos registros na história sobre os oprimidos e as categorias marginais na sociedade brasileira. Isso provém do fato do devir histórico ser registrado pelos conquistadores e pra uma elite de pensadores com características marcantes, homens brancos e ricos, os principais exploradores das riquezas do

povo brasileiro e responsáveis pela desigual distribuição de renda que acompanha esse processo.

Graças a essa precariedade, prevalece ainda a afirmação de que a comunidade afro-brasileira tem pouca tradição de luta, partindo não apenas dos porta-vozes da desmoralizada teoria de democracia racial como também, de outra forma, de setores do movimento negro, convencidos de que a militância afro-brasileira deste século data dos anos 70. A luta quilombola vai desde o período colonial e do Império até o desmoronar da economia escravocrata. Início de 90 o movimento negro atuava na forma de organização de clubes, irmandades religiosas e associações recreativas. A imprensa negra também se fazia presente em São Paulo, com jornais como O Menelike, O Kosmos, A liberdade. (NASCIMENTO, 2000, 203-204).

Entretanto, tratava-se de uma consciência e uma luta de caráter integracionista, à procura de um lugar na sociedade 'brasileira', sem questionar os parâmetros euro-ocidentais dessa sociedade nem reclamar uma identidade específica cultural, social ou étnica. (NASCIMENTO, 2000, 206).

É no Teatro Experimental do Negro que a contestação contra essa discriminação, formar atores e dramaturgos afro-brasileiros e resgatar uma tradição cultural cujo valor foi sempre negado. O TEN reivindicava o reconhecimento do valor da herança africana e da valorização da figura afro-brasileira junto a sua cultura.

Essas conquistas do movimento negro unificado, entretanto onde estão os relatos das negras que resistiram contra segregação racial? O fato das mulheres negras terem sua história omitida da historiografia tradicional dominante não significa dizer que essas mulheres não tiveram suas memórias e figuras de relevância que lutavam para contrapor ao sistema vigente arriscando a vida pela liberdade.

É possível encontrar em diferentes relatos sobre os quilombos no Brasil, ainda que de forma indireta, pistas da participação e liderança femininas em diferentes posições de comando, exemplificados pelas figuras de quilombolas como **Aqaltune**, **Acotirene**, **Mariana Crioula**, entre outras, ou de articulação econômica ou política de resistência (grifo nosso). (WERNECK, 2008, p.81)

De acordo com Sueli Carneiro, “as mulheres negras advêm de uma experiência histórica diferenciada, e o discurso clássico sobre a opressão da mulher não dá conta da diferença qualitativa da opressão sofrida pelas mulheres negra”. Segundo esta autora, a ausência dessa compreensão,

[...] tem determinado que no geral as conquistas do movimento de mulheres tendem a beneficiar as mulheres brancas como consequência da discriminação racial que pesa sobre as negras. De maneira semelhante, as poucas conquistas do movimento negro tendem a privilegiar o homem negro como consequência da discriminação sexual que pesa sobre as mulheres negras. (CARNEIRO, 1994, p.192).

Isto vai culminar no que Carneiro (2001) evidencia como dupla militância, que se impõe às mulheres negras como forma de assegurar que as conquistas no campo racial não sejam inviabilizadas pelas persistências das desigualdades de gênero, e para que as conquistas dos movimentos feministas não privilegiem apenas as mulheres brancas.

Na capital do Piauí (Teresina), a militância de mulheres negras na cidade e estado se faz visível e na década de 90 são realizados vários Encontros nacionais dos APNs, a nível Regional e local. Em 1993, com apoio de Pe. Clóvis, Frei Fernândcio, **Halda, Sônia Terra, Pizeca e Lucineide** Barros foi construída a Semana ‘Negritude e Cidadania’ em parceria com grupos de negros de Teresina (BARBOSA, 2011).

O Centro Afro-cultural “Coisa de Nêgo” foi fundado em 1990, por pessoas ligadas à causa afrodescendente, na sua maioria vinda dos sindicatos, do meio artístico e de partidos políticos de esquerda, principalmente o Partido dos Trabalhadores. Essas pessoas se reuniam com o intuito de realizar a “Festa da Beleza Negra”, influenciados pela crescente divulgação da cultura afro-baiana, principalmente dos Grupos *Ilê Aiyê* e *Olodum*, em meados da década de 1980. (Gomes, 2007 apud Silva, 2003).

O grupo tinha uma preocupação com a identidade e auto-estima negra, aspectos muito desvalorizados pela cultura dominante europeizada do Brasil. Além disso, procurava refazer um passado sem registros contados por colonizadores, no sentido de resgate da cultura negra.

Relatando mais conquistas do movimento negro (BARBOSA, 2011) menciona o deputado Olavo Rebelo o qual encaminha o projeto que cria a lei 5.046 de 07 de janeiro de 1999. Determina no Piauí o dia 06 de setembro como dia estadual da consciência negra, em homenagem a **Esperança García**, a primeira escrava a escrever para as autoridades denunciando os maus-tratos recebidos pelos escravos. Ainda em nível político a candidatura negra de **Francisca Trindade**, despontou em forma de avanço e conquista do espaço e poder negro na política, como vereadora, deputada estadual e federal, vindo a falecer no auge de seu trabalho político junto às camadas mais pobres do Estado do Piauí.

Podemos constatar como exemplos de luta feminina negra esses exemplos citados outrora, porém para discutir os resultados dessa pesquisa discorramos um pouco sobre a trajetória de militância das mulheres negras pioneiras na formação do grupo afro cultural “Coisa de Nêgo”, sujeitos-alvo desse estudo.

Como nomes para as entrevistadas foram escolhidos nomes de divindades africanas femininas no intuito de resguardar a identidade dessas mulheres, como também chamar a atenção para a religiosidade afro-brasileira cujo foco nas Deusas do panteão africano atribui poder as figuras femininas negras. Foram ao todo seis mulheres entrevistadas, cujos nomes escolhidos foram – Oxum, Nanã Buruke, Iansã, Iemanjá, Ossain e Obá.

De acordo com os dados coletados notam-se algumas interseções entre as entrevistadas. Em primeiro lugar, a faixa etária das mulheres entre 30 e 45 anos. Depois, com exceção de uma, as demais são solteiras e apenas duas delas tem filhos. Por constrangedor que possa parecer, a mulher negra é rejeitada não só pelos homens brancos, mas também pelos próprios negros. Está comprovado estatisticamente em estudos, inclusive com depoimentos que eles preferem as loiras.

A situação de discriminação vivenciada pelas mulheres negras igualmente perpassa o plano do mercado matrimonial. “Num contexto em que a indústria cultural impõe os padrões estéticos europeus, as mulheres negras tendem a sofrer mais com a solidão do que as mulheres dos demais grupos raciais” (PAIXÃO, 2006, p. 29).

Outro ponto em comum entre as mulheres afro-brasileiras pesquisadas é o resumo das trajetórias dos pais. Com exceção da mãe de uma delas que tinha o antigo pedagógico, todos os pais eram semi-analfabetos e tinha ocupações desprestigiadas no mundo do emprego/trabalho. Ou seja, a trajetória da

mulher negra no que diz respeito as suas raízes familiares com raras exceções pertencem aos setores advindos das condições de vida mais precárias, tanto na educação como na vida social e econômica.

Com exceção de uma que ganhavam seis salários mínimos, as demais ficavam entre 1 e 3 no máximo. Então, elas continuam em situação de remuneração injustamente diferenciada, principalmente quando nos referimos à escadinha racista brasileira (homem branco – mulher branca – homem negro – mulher negra).

Agora um fato especial a se destacar foi o quesito escolaridade. Com exceção de duas, as quais uma tinha concluído o ensino médio e a outra ainda estava sendo concluído. As outras quatro mulheres não só tinham curso superior como também já estavam galgando o nível de pós-graduação. Isso mostra como essas mulheres negras são aguerridas na busca por conhecimento, mobilidade social, progressão de carreira. Enfim, se revelam empoderadas rompendo com o destino da mãe preta (babá), objeto sexual, empregada doméstica e despolitizada. Traz a cena mulheres que lutam conscientemente por melhores condições sociais e ser exemplo de vida desmistificando o lugar de servidão e obediência que a sociedade insiste em lhes reservar.

Nos depoimentos **não** foi visível à relação dessas mulheres com o feminismo e sim que enquanto mulheres discriminadas pelo viés da raça deveriam se unir num coletivo e discutir suas questões próprias. Não foi citada nas entrevistas em nenhum momento a associação dessas mulheres negras ao feminismo. Tal fato aguçaria a curiosidade para uma nova pesquisa.

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em *solidariedade racial intragênero* conduziu as mulheres negras a enfrentar, dentro do movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo produz entre mulheres negras e brancas no Brasil (CARNEIRO, 2003, p.119).

Finalmente, quando essas mulheres negras foram questionadas a respeito de suas atribuições dentro do grupo “Coisa de Nêgo” houve certa homogeneidade nas falas em reclamar o fato de haver diferenças entre os papéis desempenhados pelas mulheres e homens do grupo.

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade

espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que *pode* a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que *pode* atuar o homem. (SAFFIOTI, 1987, p. 8)

Nessa caracterização tanto Ossain, Oxum e Obá reconhecem claramente as diferenças entre as atribuições entre os sexos. Ossain diz claramente que o movimento é machista e os homens sempre preponderavam. Oxum fala que as mulheres dançavam e os homens tocavam os instrumentos e Obá denuncia o preconceito quanto à orientação sexual dentro do movimento. Elas não enxergaram nos homens o reconhecimento de que o racismo atingia de forma diferente aos homens e às mulheres negras. As mulheres negras, além do racismo enfrentam o machismo, não raro praticado pelos próprios militantes do movimento negro.

Na verdade as mulheres negras, ao demarcarem um posicionamento de gênero no Movimento Negro, revelaram aos integrantes homens a existência sutil, por parte deles, do machismo. Revelaram que, mesmo sendo parceiros na luta contra o racismo não reconheciam a reciprocidade no combate às subordinações de gênero. Fora a solidariedade de gênero intragrupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros. (CARNEIRO, 2003, p.119).

[...] *Porque você discute no movimento negro a discussão racial, mas tem que discutir a discriminação pela orientação sexual, tem que discutir em relação a gênero.* (Obá)

Nessa fala é clara a insatisfação de Obá para com o grupo e até mesmo o movimento negro no que concerne a discriminação homossexual. Foucault (1998, p.11) em seu livro “A História da Sexualidade” mostra essa relação entre poder, saber e sexualidade. De forma que burlar essa relação seria instituir um novo paradigma das relações sociais, pois os mecanismos de poder seriam rompidos. “A abordagem foucaultiana do sexo como lugar da inteligibilidade do indivíduo ilumina o porquê de o tema da identidade sexual adquirir tanta relevância na composição da identidade social dos sujeitos na modernidade”. (HEILBORN, 2004, p. 44)

A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a ‘especificidade’ do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a ‘identidade’ como tornam equívoca a noção singular de identidade. (BUTLER, 2003, p.21)

Joan Scott (1990) afirma que o interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero assinalava inicialmente o compromisso do (a) pesquisador (a) com uma história que incluía a fala das (os) oprimidas (os) e com uma análise do sentido e da natureza de sua opressão.

Conclusões

Com trajetórias de vida marcadas pela desvalorização da sua religiosidade, estética, música, dança, enfim sua cultura. Os pais oprimidos desprovidos de escolaridade não puderam arcar com condições sociais favoráveis, de forma que essas mulheres negras pesquisadas tiveram que ultrapassar barreiras quase intransponíveis como estigmas, preconceitos, discriminações, racismo, sexismo e classe social. Essas mulheres negras piauienses aguerridas – integrantes do grupo “Coisa de Nêgo” – resolveram enfrentar as dificuldades através da luta contínua contra os preconceitos no sentido de mostrarem-se também enquanto sujeitos e dar uma nova perspectiva de gênero para mulher negra teresinense.

No grupo pesquisa, pude corroborar minha hipótese no projeto a qual questionava sobre a equidade de gênero no movimento negro. Com relação às atribuições algumas delas convergiam na direção do que habitualmente consideramos funções femininas – dançar, trançar os cabelos, cantar – e outras demonstraram uma perspectiva nova de lidar com a mulher negra no movimento. Seria aliar as questões de gênero e raça unindo num coletivo de mulheres negras denominado por elas de Ayabás (Instituto da Mulher Negra Piauiense).

Em que pese o fato de todas admitirem reconhecer o papel do grupo “Coisa de Nêgo” na luta contra o racismo e a favor da valorização da cultura afrodescendente no Piauí. Houve um momento em que não se sentia mais representadas dentro do movimento enquanto mulher e no tocante a sua liberdade sexual, de forma que formaram outro grupo independente.

O grupo “Ayabás” agora possui agenda própria e inserção na rede nacional de movimentos de mulheres negras no Brasil, e constituirá no espaço de continuidade dessa pesquisa. Derivada de uma indagação que me inquietou quanto ao movimento feminista, fato dessas mulheres pesquisadas não mencionarem estar contidas nesse movimento, me levou a questão: As mulheres que hoje fazem parte do referido grupo consideram-se feministas negras?

Referências

BARBOSA, Fernancio. **História do movimento negro em Teresina**: numa visão histórica militante. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/historia-do-movimento-negro-em-teresina>. Acessado em 20/03/2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimentos. **Revista Estudos Avançados**. 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. Vol. 1 vontade de saber. RJ: Graal, 1998.

GOMES, Ana Beatriz de Sousa. **A pedagogia do movimento negro em insituição de ensino em Teresina, Piauí**: as experiências no Neab Ifaradá e do Centro Afrocultural Coisa de Nego. Tese (Doutorado em Educação, UFC, Fortaleza, 2007.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par**: conjugalidade, gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro, 1992. 349p. Tese apresentada a UFRJ. Museu nacional para obtenção do grau de Doutorado.

MACHADO, Zanotta Lia. Gênero: um novo paradigma? **Cadernos Pagu**, 1998: pp.107-125.

NASCIMENTO, Abdias; Reflexões sobre o Movimento Negro no Brasil, 1938-1997. In: Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn. **Tirando a máscara**: Ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo. Paz e Terra. 2000.

PAIXÃO, Marcelo. **A cor da cultura**. Aprendizizes de corpo inteiro - Desigualdades nas questões racial e social. Saberes e fazeres, v.1 : modos de ver / coordenação do projeto Ana Paula Brandão. - Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006 .116p

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2003.

ROLAND, Edna. O movimento de Mulheres Negras: desafios e perspectivas. In: Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn. **Tirando a máscara**: Ensaio sobre o racismo no Brasil. São Paulo. Paz e Terra. 2000.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo. Moderna, 1987

_____, I. B. Feminismo e seus frutos no Brasil. In. SADER, E. (org). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. Mulher e Educação: **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre: IE/UFRGS, vol.15, n.2, julho/dezembro, 1990.

SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil**. 1994. <http://www2.fpa.org.br/uploads/vera.pdf>. Acessado em 10/02/2013.

WERNECK, Jurema (org). **Mulheres Negras**: um Olhar sobre as Lutas Sociais e as Políticas Públicas no Brasil. Grupo Criola. Rio de Janeiro, 2008. Disponível no site do Grupo Criola - <http://www.criola.org.br>. Acesso em: 01/03/2013.

ZIRBEL, Ilze. **O processo de introdução dos estudos de gênero no Brasil**. Trabalho de conclusão de curso de Bacharelado em História, FURB, Blumenau 2004, 64p.

Site de consulta <http://coisadenegopi.blogspot.com/>. Acessado em 15/09/2011.

A DANÇA E A MÚSICA COMO CONSTITUTIVOS SUBJETIVOS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO RACIAL DE MULHERES NEGRAS.

Rosa Maria Marques

Gerlane Simões Bezerra

*Núcleo de Pesquisa de Relações Raciais Frantz Fanon -
Universidade Federal de Pernambuco - NUPERR- Frantz Fanon/ UFPE.*

Email: lianalew@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar alguns processos subjetivos que constitui a(s) identidade(s) étnica(s) à população negra do país, com prerrogativas para as mulheres negras e sua luta contra o racismo e as desigualdades de gênero, a partir de observações empíricas das autoras em três experiências socioculturais no grande Recife e Zona da Mata de Pernambuco/Brasil. Nesta foi trabalhado com a metodologia de Observação Participante. Como resultado dessa observação empírica, a dança e a música aparecem como elementos subjetivos no processo de elaboração dessas identidades étnicas individuais e coletivas e das estratégias de luta contra o racismo e as desigualdades de gênero. Foi observado que as mulheres negras interagem em torno de uma bandeira de luta comum contra o racismo e desigualdades de gênero, mas em outros momentos a ambiguidade aparecia de acordo com as necessidades vigentes. A dança, a música como alguns dos componentes subjetivos que encontramos nas estratégias pautadas por essas mulheres na construção dos seus projetos individuais, seja ele étnico, social, cultural e políticos, proporcionou para que essas mulheres se descobrissem enquanto sujeitos de seus processos humanos e se permitisse a serem elas mesmas – mulheres negras. Sem pretensões de finalizar as análises aqui apresentada e compreendendo que os projetos individuais e coletivos se interagem, as inquietações trazidas no início desse artigo ainda têm muitos desafios a superar, uma vez que a sociedade ainda convive com resquícios de um passado culturalmente, historicamente impregnado por ideologias e teorias caducas, mas ainda vivas no imaginário da sociedade. Palavras-chave: racismo, gênero, mulheres negras, identidades étnicas, projetos e campo de possibilidades.

Introdução

O pensar e o repensar dos contextos existenciais das condições de vida da população feminina negra no Brasil, sem considerar os vieses: identidade, faixa etária, condição econômica, classe social, espaço de trabalho com qualidade, eixo de formação acadêmica, práticas culturais, religiosidade, relações de gênero, saúde, poderão referendar ainda mais situações da existência dessa população no que tange a sentimentos de baixa estima, desinformação, desrespeitos as suas especificidades, falta de reconhecimento dos saberes, discriminações e preconceitos. Compreendemos também que o exercício de uma democracia participativa, uma cidadania ativa, é a ferramenta que dá ao direito a qualquer ser humano de viver livre se ser feliz. Entretanto, o Racismo e o Sexismo retira quaisquer possibilidade de vivenciar tal realidade. Neste sentido, este artigo pretende pontuar questões referentes à população negra do país, com prerrogativas para a mulher negra em relação aos constitutivos identitários étnicos nas diversas instâncias sociais. Essas questões acima apresentadas não se esgotam unicamente nisso, mas vão mais adiante quando se busca fazer observações referentes às expressões da cultura política nacional para as mulheres negras, na sua trajetória em direção a descoberta de *campos de possibilidades* (VELHO,2008).

A abordagem aqui apresentada tem como foco central as vivências de mulheres negras a partir das observações empíricas das autoras em três experiências socioculturais no grande Recife e Zona da Mata de Pernambuco/Brasil. Nesta foi trabalhado com a metodologia de Observação Participante. Como resultado dessa observação empírica, a dança e a música aparecem como elementos subjetivos no processo de elaboração dessas identidades étnicas individuais e coletivas e das estratégias de luta contra o racismo e as desigualdades de gênero. A dança, a música como alguns dos componentes subjetivos que encontramos nas estratégias pautadas por essas mulheres na construção dos seus projetos individuais, seja ele étnico, social, cultural e políticos, proporcionou para que essas mulheres se descobrissem enquanto sujeitos de seus processos humanos e se permitisse a serem elas mesmas – mulheres negras. Sem pretensões de finalizar as análises aqui apresentada, mas compreendendo que os projetos individuais e coletivos se interagem e ainda têm muitos desafios a superar, uma vez que a sociedade ainda convive com resquícios de um passado culturalmente, historicamente impregnado por ideologias e teorias caducas, mas ainda vivas no imaginário da sociedade.

2. Observando contextos.

Recife é uma das capitais brasileiras que têm um alto índice de violência contra mulheres culminando em mortes. De 2006 a 2012 houve uma redução no índice de violência contra a mulher de 40%. No entanto, de 2012 a 2013, houve um aumento de 24%. No ranking dos estados, Pernambuco é o 5º mais violento e Recife é a 6ª capital mais violenta.¹No documento que disciplina o uso de categorias e definições sobre a motivação de mortes violentas intencionais – CVLI da Segurança Pública do Estado, segundo o Portal Online Viva Pernambuco², “uma das novidades foi a inclusão da categoria racismo, para os crimes de morte cometidos pela condição étnica ou racial da vítima”. O que eles chamam de novidade, para os ativistas negros representa um dos poucos resultados diante das inúmeras reivindicações realizadas, pela frequência de atos racistas violentos e das mortes de adolescentes, jovens e mulheres no estado.

A participação das mulheres na vida cotidiana no desenvolvimento das diversas ações sociais nos segmentos variados da vida política e cultural na sociedade em prol dos seus direitos é palmilhada por caminhos sinuosos com vários desafios, mas também de conquistas. Entretanto as mulheres negras se deparam com outros caminhos que dizem respeito a sua especificidade de mulher negra, que é o enfrentamento do racismo.

Para Souza (1983, p.19), numa perspectiva psicanalista, ser negro, no processo de organização de sua identidade, é ser violado continuamente de forma cruel, por “encontrar um duelo sem pausa por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de ego do sujeito branco, e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro”.

No caso das mulheres negras, por exemplo, estas têm que conviver e enfrentar a dupla sobrecarga histórica da representação de um corpo: a sua e a do imaginário masculino branco. Para as mulheres negras da Organização Nós Outras Mulheres Negras de Pernambuco³, as mulheres negras ganha força

1 Disponível em: <http://blogs.diariodepernambuco.com.br/segurancapublica/?tag=violencia-contramulher> >Acesso em 12/03/2016

2 Disponível em: http://www.vivapernambuco.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=182:homofobia-e-racismo-incluidos-em-lista-de-motivacoes-de-homicidios-em-pernambuco&catid=2:Blog&Itemid=2 Acesso em 12/03/2016

3 A Nós Outra Mulheres Negras criada no ano de 2001, foi uma instituição de pesquisa voltada para a discussão das relações raciais, de gênero e étnicas no Nordeste, que teve suas ações encerradas no ano de 2006.

a partir do momento em que têm oportunidades de fazer uma (re)leitura de sua história de vida, tomando “consciência” das causas e consequências que o racismo e de sua condição feminina. Essa “consciência” de alguma forma estimula ao desenvolvimento em grupos e ainda a estarem envolvidas nos movimentos sociais de enfrentamento de uma realidade que lhe é precária, com debates, encontros para falar mais efetivamente sobre o que é a sua experiência enquanto mulher negra, dentro de uma sociedade racista e machista. Esses elementos não são homogêneos, cada sujeito do seu processo, em pauta aqui a mulher negra, essa organiza a sua percepção da realidade em que está inserida de forma diferente, em tempos diferentes, buscando coisas que satisfaçam. Porém, em todas as observações realizadas nos espaços socioculturais, a tomada de “consciência” na desconstrução de uma cultura da inferioridade aparece com frequência nas falas das mulheres em geral.

2.1 As motivações

A partir das inquietações das integrantes da Organização Nós Outras Mulheres Negras de Pernambuco referente as dificuldade de aceitação de sua identidade étnica, o porquê de sua baixa estima, nessa intenção foi feita uma pesquisa de análise qualitativa em uma Escola de Rede Pública Estadual do Ensino Médio/2001⁴, tomando como referência de análise metodológica a Pesquisa-Ação de Thiollent (1998)⁵. O objetivo da pesquisa era compreender o grau de expectativas de meninas negras com faixa etária entre 15 a 20 anos, em relação ao mercado de trabalho, à escola e, principalmente em relação a elas mesmas, tomando como referencia sua condição de raça/etnia Os resultados da pesquisa demonstraram uma semelhança ao que foi vivenciado pelas mulheres da Organização Nós Outras Mulheres Negras de Pernambuco, com um destaque significativo para a questão do “Mito” da Democracia Racial e das relações de gênero e as dificuldade de percepção de sua identidade étnica. A pesquisa sinalizou no sentido de que se fazia necessário estimular uma conscientização

4 Escola Estadual do Vale das Pedreiras - Camaragibe/PE. Essa pesquisa foi realizada com participação e orientação da Profª M. Lídia Nunes Cunha, integrante da organização. Esta pesquisa resultou no trabalho de conclusão de graduação em Bacharel em Ciências Sociais da autora.

5 Thiollent(1998) trabalha com a metodologia de Pesquisa-Ação ou participante considerada adequada para facilitar a condução da metodologia utilizada no grupo: usando como recurso a prática d e grupos focais.

da necessidade de ampliação de pesquisas desse cunho em outras instituições de ensino.

Pelo fato da Organização Nós Outras Mulheres Negras de Pernambuco estar presente na Articulação de Negros e Negras de Pernambuco⁶ em Recife, com uma representação substantiva de mulheres negras, nos debates, nas conversas informais, se percebeu uma similaridade nas inquietações que a Organização Nós Outras já havia trazido. Em função disto, a Organização utilizou como estratégia de ação fazer observações sistematizadas daquilo que estava reaparecendo. A mesma tomou como projetos de possibilidades das observações a I Conferência de Políticas para Mulheres (2004) no estado, uma vez que ela fazia parte do planejamento da Articulação. Conseqüentemente as observações realizadas no acompanhamento aos grupos de afoxés e maracatus na periferia de Recife no período que antecede o carnaval entre os anos de 2004 -2006, pela forte presença de mulheres negras na composição destes espaços.

3. O corpo fala, a mente adoce... As primeiras análises

Tomando como base as primeiras inquietações que as mulheres da Organização Nós Outras Mulheres traziam em seus relatos em relação a elas mesmas diante das dificuldades em vivenciar sua identidade étnica, da baixa autoestima que lhes proporcionava uma insatisfação de se perceber enquanto mulher negra. Mesmo elas tendo clareza de que eram capazes, inteligentes, bonitas, as opressões que permeiam o universo feminino, como o racismo, o preconceito em função da etnia e da classe social faziam com que estas mulheres mesmo tendo uma vida equilibrada financeiramente, uma consciência da realidade, se deixava levar pela ideologia do racismo e do poder masculino . Mas, a pergunta que se fazia era, será que as adolescentes e até mesmo outras mulheres adultas também sentiam essas dificuldades?

A questão racial foi motivo de um silêncio ensurdecido acompanhado de um olhar vago no comportamento das adolescentes da pesquisa. As discussões relacionadas a violência doméstica e sexual, fluíram de forma que o debate e realização das atividades foram recebidas por elas com menos incômodo. As poucas informações sobre o universo feminino e sua identidade étnica,

6 Um movimento composto por ativistas negros/feministas, grupos organizados de negros ou não, articulando, mobilizando grupos e movimentos sociais em prol das questões raciais, de gênero, questões econômicas e políticas no estado.

pareciam não fazer parte do contexto escolar, nem tampouco nos espaços onde elas circulavam. O fator cor como marcador social na vida das adolescentes se externou em suas falas quando a não aceitação do seu cabelo, o seu corpo, sua pele desvelaram sentimentos negativo. As adolescentes relataram por ocasião dos intervalos das aulas, buscavam retocar suas aparências físicas molhando excessivamente os cabelos no intuito de deixa-los “lisos” e soltos.

Nesse contexto, a cor é um determinante nas desigualdades sociais? Para Guimarães (2008, p 11-12.) foi a partir da chegada dos europeus nas Américas e na África, século XVI, que se constrói um sentimento negativo, preconceituoso em relação àqueles que têm pele escura, por conta do simbolismo de cores do Ocidente Cristão. Simbolismo no qual o escuro denotava derrota, morte, pecado. Provavelmente esse processo simbólico das cores, contribuiu para que se iniciasse um processo de elaboração de um padrão de beleza estético predominantemente branco, que se construiu histórica e socialmente. A cor “negra” passa a ser um indicativo de inferioridade aplicado a um determinado povo (os negros), se fixando historicamente como uma “raça inferior”.

Sendo a cor um elemento importante para a classificação étnico-racial de pertencimento do indivíduo, é perceptível a dificuldade para algumas pessoas negras se identificarem como tal. Segundo Velho (2008, p. 33):

Em uma sociedade complexa moderna os mapas de orientação para a vida social são particularmente ambíguos, tortuosos e contraditórios. A construção da identidade e a elaboração de projetos individuais são feitas dentro de um contexto em que diferentes “mundos” ou esferas da vida social se interpenetram, se misturam e muitas vezes entram em conflito.

Um dos elementos subjetivos que foi evidenciado nas atividades em grupos referente às possibilidades de constituição de uma identidade étnica das adolescentes, foi a “rejeição” de sua cor e do outro (negro), este ultimo como uma referência a não ser seguida: estética e socialmente. As atitudes de negação e os comportamentos sociais desenvolvidos, onde se interioriza e deixam marcas invisíveis no imaginário das pessoas e nas próprias representações coletivas, interferem tanto no processo de identificação e construção de uma identidade individual quanto na identidade coletiva (KABENGELE, 1999, p. 11). Para Bento (2000, p. 29-30):

A organização da imagem de nós mesmos, está vinculada ao outro, ao nosso grupo, e que nos induz a defendermos os seus valores. Uma vez protegendo “nosso grupo”, excluiremos aquele que não pertence a ele. Esse componente chamado “exclusão” tem como dimensão a moral. O primeiro passo da exclusão moral é a desvalorização do outro enquanto pessoa.

Desse modo, as dificuldades das adolescentes em relação ao aceite de sua cor diferenciada dos outros indivíduos “brancos”, se constituem um entrave na construção de sua identidade étnico.

Quando essa pesquisa foi realizada, uma das primeiras preocupações foi em relação ao que iria-se observar enquanto fato social, a partir do que discute Quintaneiro (2002) sobre o pensamento de durkheimiano, de garantir um “certo afastamento” de definições prévias dos fenômenos tratados a partir dos caracteres exteriores que lhe são comuns, e compreende-os independentemente de suas manifestações individuais. (QUINTANEIRO, 2002. p.73). Corroborando com as ideias de Quintaneiro, Velho (2008, p. 35) explica que quando o indivíduo exposto a experiências diversas, onde ele tenha que dar conta de vários *ethos* e visões de mundo, e quanto menos fechada for sua rede de relações no cotidiano, mas marcada será sua auto percepção de *individualidade singular*. Essa individualidade singular que o autor situa no que é possível observar, corresponde a percepção que se teve das adolescentes ao se tentar identificar na pesquisa elementos significativos que correspondem, as dificuldades daquele público em demonstraram no ato de interagirem no trabalho coletivo, da dificuldade de identificarem sua interpretações. Portanto, é exatamente dentro dessa perspectiva que se situa um universo restrito de informações, interações sociais, sendo estes alguns fatores que poderiam está dificultando a abertura para ampliação de um *campo de possibilidade* dentro da perspectiva de elaboração de seus *projetos* (VELHO, 2008).

Das vinte meninas que faziam parte do grupo focal, 06 já estavam em processo de conclusão do segundo grau e não tinham conhecimento de como se dava o ingresso numa universidade, nem no mercado de trabalho. Não sabemos dizer se este seria um caso isolado ou se na rede de ensino daquele município também aparecem essas ausências de informação ou incentivo ao percurso acadêmico.

Numa das atividades realizadas com recorte de jornal na intenção de identificar o interesse, a expectativa das adolescentes em relação ao mercado de trabalho, ou a uma profissão na qual desejasse exercer, seis das vinte

adolescentes escolheram profissões que requeriam uma formação acadêmica: dentista, médica, advogada, foram as mais citadas. Enquanto as outras quatorzes optarão pela profissão de doméstica e de serviços gerais, simbolizando o sentimento de “incapacidade” face ao desconhecimento do saber intelectual transmitido pela escola e academia. O que chamou atenção é que as seis adolescentes que optariam por profissões de nível superior não tinham o conhecimento das implicações estruturais e estruturante dessa profissão.

Neste sentido a viabilidade na realização de projetos individuais das adolescentes em sua trajetória escolar, familiar, cultural, talvez dependa do “jogo e interação com outros projetos individuais ou coletivos que vão interagindo, da natureza e da dinâmica do *campo de possibilidades*” (VELHO, 45).

4. Reconhecendo a si mesma...

A participação da Organização Mulheres Negras de Pernambuco na Articulação de Negros e Negras de Pernambuco foi preponderante à continuidade dos objetivos em realizar pesquisas investigatórias sobre as relações raciais e de gênero, bem como comparar, reforçar as questões trazidas das inquietações e dos pressupostos vistos na pesquisa já realizada na escola.

A I Conferência de Políticas foi outro espaço de observação. Aqui as Mulheres fez desabrochar os inúmeros projetos individuais que ao mesmo tempo se confrontava com os projetos coletivos. Aparentemente a Conferência tinha um “único” projeto coletivo que correspondiam a construção das políticas públicas para as mulheres. Ao se apresentar como uma prática coletiva os processos demonstraram que tudo não passava de um ledor engano, por um lado, mas por outro, as mulheres negras se empoderaram e passaram a um nível de representação política que resultou em significativas proposições referentes as questões étnicas. Todavia, as questões desse projeto coletivo de políticas públicas universalizadas que representava uma associação de categorias também enfrentou uma relação de diversidades de representações indentitárias e desvelou uma relação interna de poderes. A questão étnica, de classe se fragmenta em categorias: etnia negra, indígena, mulher branca e mulher lésbica. A diversidade dessas categorias ela termina por ser um nascedouro de conflito nos moldes que trata Simmel (1983) quando afirma que o “conflito também é uma forma de sociação”⁷. Neste sentido, a possível solidariedade que antes parecia existir nos

7 Grifos nosso

espaços de discussão na Articulação de Negros/as de Pernambuco com os referidos representantes das organizações, movimentos ou pessoas afins, em algum momento se aproximaram, e em seguida se distanciaram quando as questões inerentes as suas especificidades foram bombardeadas.

Porém, a maior diferença como cita Moore (2007, p. 281) nas relações que envolvem as questões antirracistas e antissexistas, é que no caso do fenômeno sexismo, ele se dá dentro de um nó de relações “socialmente simbióticas, biologicamente fusionais e psicologicamente complementares entre homens e mulheres”. “Mas, em relação ao racista essa fusionalidade não é complementar nem simbiótica com o seu objeto de ódio e rejeição”. E um dos exemplos evidentes segundo o autor é a própria divisão do movimento feminista branco e do movimento feminista negro.

Não retirando a importância que o movimento feminista teve e tem frente às desconstruções das desigualdades de gênero, o fato é que ele foi constituído a partir do pensamento de mulheres brancas, classe média e que durante bom tempo “ocultou” a presença e realidade de mulheres negras e índias no bojo da luta.

Nesta direção a democracia representativa nos permite dialogar, formar grupos afins, ceder, recuar nos limiões da política. E para defender interesses as estratégias são diversas. O mesmo discurso universalista que aparecera na conferência estadual em Pernambuco esteve presente na conferência nacional, com isso, demonstrando as dificuldades que as mulheres negras, quilombolas e indígenas tiveram que enfrentar quando propuseram as políticas públicas voltadas para elas, tais como: as doenças relativas a população negra, o reconhecimento dos territórios quilombolas, indígenas, uma educação que respeite e reconheçam essas especificidades.

Como bem afirma Simmel (1983, p. 173):

A sociabilidade é o jogo no qual se “faz de conta” que são todos iguais e, ao mesmo tempo, se faz de conta que cada um é reverenciado em particular; e “fazer de conta” não é mentira mais do que o jogo ou a arte são mentiras devido ao seu desvio de realidade.

Simmel (1983 p. 174) também compreende que todas as formas de interação ou sociação entre os homens, das trocas, o desejo de extrair algo do outro, a alteração entre inimizade e cooperação, a revanche tudo isso está imbuído de conteúdos intencional.

A luta pelo direito das mulheres, apesar de ter uma conotação universalista no seu discurso, é vista pelas mulheres negras noutra perspectiva. Elas compreendem que há questões que dizem respeito a todas as mulheres, elas sugerem que sejam levadas em consideração as especificidades, a existência do racismo, propondo que as políticas públicas sejam diferenciadas. De fato, como aponta Velho (2008, p. 41) um projeto coletivo não é vivenciado de forma homogênea por todos os indivíduos, reafirmando as análises aqui realizadas.

5. A cultura reiterando a representação da mulher negra – elas compõem, cantam e dançam

Um número relativo de mulheres negras que estavam no processo da Conferência, na Articulação de Negros/as de PE, também faziam parte de grupos culturais, como maracatus, afoxés. Outras mulheres foram se integrando a esses grupos a partir da percepção, da proximidade e afinidades com as letras das músicas, a melodia, a possibilidade de se mostrarem sem se incomodar com julgamentos conceituais já existentes de beleza. Mesmo cada mulher negra vivenciando sua experiência no contexto de construção identitária de forma única, ela de alguma forma vai se vê no outro.

Em momentos de visitas as periferias do Recife durante o período de 2004-2006 nos ensaios dos maracatus, afoxés, foi identificada a inserção e participação de mulheres na liderança, mesmo os homens ainda sendo predominante nos espaços de direção. Diante dos vários grupos visitados, gostaríamos de citar dois que se destacaram por apresentarem um número expressivo de mulheres negras, bem como a participação delas na direção, cantando e compondo.

O primeiro grupo é o Afoxé Alafin Oyó, grupo de resistência e de luta contra as desigualdades raciais com maior incidência em Recife e região metropolitana. Um grupo importante para os militantes negros e afins por utilizarem a música e a dança como um dos meios de externar sua resistência e bandeira de luta no estado contra o racismo. O Afoxé leva para as ruas letras de músicas que enaltecem a beleza negra proporcionando a satisfação e reconhecimento da identidade de mulheres e homens negros. As mulheres desses Afoxés durante um bom tempo foram referências, nos discursos políticos e revelaram-se ótimas compositoras.

Outra experiência onde as mulheres se apresentam na direção de ações articuladas é a Associação de Mulheres de Nazaré da Mata – AMUNAM. Ela foi a primeira associação de mulheres na Zona da Mata Norte de Pernambuco a atuar diretamente com meninas adolescentes. Este grupo é totalmente composto

por mulheres e teve que enfrentar vários desafios, principalmente pela falta de credibilidade nas pessoas da cidade com seus propósitos.

Elas foram as primeiras a criarem um maracatu de baque solto (folgado popular) composto só por mulheres, alvo de muita crítica pelos homens. Segundo Cláudia M. de Assis pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco⁸, esse tipo de folgado traz na sua composição: homens vestido de caboclo de lanças, mulheres vestidas de baianas e um grupo de pessoas tocando instrumentos de percussão unissonora e cantando loas (composições populares). Este tipo de maracatu é originário da Zona da Mata Norte Pernambucana próximo aos grandes engenhos de cana de açúcar. As críticas a associação tinha como fundamentação o desvirtuamento de uma história e tradição dos maracatus, que deveria ser papel dos homens sua condução. Mas para estas mulheres, o maracatu têm cunho social, onde proporcionam as adolescentes, mulheres, expressarem sua criatividade: criando, cantando, dançando, demonstrando sua capacidade de articular, mobilizar e ultrapassar limites. As mulheres negras que estiveram presentes na Articulação de Negros/as de Pernambuco, nos diversos grupos externaram em seus discursos a importância de se constituírem ou participarem de grupos, movimentos sociais, seja por conta do reconhecimento, dos objetivos em comum ou da construção coletiva de estratégias na luta contra as desigualdades raciais, de gênero, apesar das diversidades e releituras das mundi visões. A conduta dessas mulheres negras em relação à inserção e participação em determinados espaços dos movimentos sociais de lazer, seus processos organizativos e estratégias de sobrevivência, não depende apenas das crises políticas, econômicas, como sugere Melucci (2001, p. 35) em sua análise sobre movimentos sociais, mas de “um apanhado de fatores, rupturas, reconhecimento de si mesmo e do outro nesse conjunto de ações”.

No conjunto das ações coletivas de articulação, mobilização política, atividades culturais de lazer das mulheres negras observadas nos espaços da conferência, da articulação negra, dos maracatus e afoxés, embora seja perceptível uma “solidariedade”, na perspectiva de Melucci (2001) em relação aos movimentos sociais, as identidades, os saberes, a capacidade das mulheres negras nem sempre são reconhecidas.

Mas essas mulheres negras citadas conseguiram com muito esforço ocupar espaços de lideranças e demonstrarem sua capacidade de articular, mobilizar,

8 Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=309&textCode=885&date=currentDate>

compor, cantar, se desvencilhando do exercício obrigatório de determinados papéis sociais de dona de casa e esposa criados pela sociedade. O que nos chamou atenção nesses espaços culturais é que essas mulheres revelam com sabedoria, altivez, beleza própria, musicalidade criativa de mente e corpo saudáveis, mesmo que em algum momento este corpo apresente ainda os resquícios de uma ideologia dominante racista e machista.

6. Conclusões

Retomando a ideia do início desse artigo fica notório que o pensar e repensar dos contextos existenciais observados no processo evolutivo das mulheres negras em relação a sua participação política, cultural e nos espaços de lazer, o mesmo revelou que os contextos das condições de vida da população feminina negra no Brasil, sofrem grandes influências do racismo, das relações de gênero no constitutivo de suas identidades, projetos individuais e coletivos.

Observando o que a pesquisa realizada revelou em relação a mulheres de faixa etárias, adolescentes, adultas e que essas pessoas ainda estão sofrendo uma vulnerabilidade pro conta de um preconceito racial explícito no seu cotidiano, ausência de políticas sociais especificamente voltadas para esse público feminino negro à abrir seu campo de possibilidades sociais para reorganizarem seus projetos de representação política.

Entretanto, mesmo compreendendo que os projetos individuais e coletivos se interagem, as inquietações trazidas no início desse artigo ainda têm muitos desafios a superar, uma vez que a sociedade ainda convive com resquícios de um passado culturalmente, historicamente impregnado por ideologias e teorias caducas, mas ainda vivas no imaginário da sociedade.

A dança, a música como alguns dos componentes subjetivos que encontramos nas estratégias pautadas por essas mulheres na construção dos seus projetos individuais, seja ele étnico, social, cultural e políticos, proporcionou para que essas mulheres se descobrissem enquanto sujeitos de seu processo humanos e se permitisse a serem elas mesmas – mulheres negras.

Referências Bibliográficas:

CARNEIRO, Suely. Prefácio In: Mulheres Negras do Brasil. SCHUMAHER, Sehumá: VITAL BRASIL, Érico. Rio de Janeiro:Senac Nacional, 2007.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo **Preconceito Racial: modos, temas e tempos.** São Paulo: Cortez, 2008.

KABENGELE, Munanga. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil- identidade nacional versus identidade negra.** Ed Vozes, Rio de Janeiro, 1999.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.** Tradução Maria do Carmo Alves do Bonfim. Rio de Janeiro. Petrópolis, Vozes, 2001

MOORE, Carlos. **Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

PACHECO. Ana Cláudia Lemos. **Gênero, Raça e Solidão entre Mulheres Negras em Salvador.** Bahia, 2008.

Disponível em : <http://www.revistabrasileiradocaribe.org/AnaClaudiaPacheco.pdf>
Acesso em: 21 de junho de 2010

QUINTANEIRO, Tânia. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber.** Tânia Quintaneiro, Maria Ligia de Oliveria Barbosa, Márcia Gardênia de Oliveira..- 2. Ed.rev.amp.Belo Horizonte:Editora UFMS, 2002.

SIMMEL, George. **Sociologia.** Organizador (da coletânea) Evaristo de Moraes Filho; tradução Carlos Alberto Pavanelli ... et al.São Paulo: Ática, 1983

SOUZA, Neusa Santos. **Torna-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

.....**Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea.** 8.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, A MUHER NEGRA E OS PROGRAMAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA

Silvana Silva do Nascimento
silvana_nsilva@hotmail.com

Orientadora: Valdenice José Raimundo
Universidade Católica de Pernambuco
valjr@yahoo.com.br

Resumo:

As políticas públicas configuram-se como ações que surgem como resultante de decisões que visam amenizar os conflitos existentes entre o Estado e a sociedade. Nesse sentido, o presente estudo objetiva contribuir para ampliação dos estudos acerca da Política de Assistência Social, considerando a trajetória da Política de Assistência e os diversos conflitos existentes para implementação da mesma. Inserida na Constituição Federal de 1988, a Assistência Social compõe o tripé da Seguridade Social juntamente com a Saúde e a Previdência Social, e tem como premissa ser uma Política não contributiva, voltada a quem dela precisar, diante dessa constatação tornou-se necessário identificar o perfil de seus/suas usuários/as. Outro elemento tornou-se imprescindível na reflexão sobre a Política de Assistência Social foi os Programas de Transferência de Renda, que se tornaram carro da Proposta Neoliberal e ganhou continuidade na agenda Neodesenvolvimentista.

PALAVRAS CHAVE: Política de Assistência Social, Gênero e Raça.

Introdução

As políticas públicas são entendidas como estratégias que se consolidam por meio de programas, projetos e serviços sociais, visando responder - no caso do Brasil de forma parcial - às questões que surgem da vida em sociedade (PEREIRA, 2007). São ações que surgem como resultante de decisões que visam amenizar os conflitos existentes entre o Estado e a sociedade. Ao nos referirmos ao entendimento acerca da constituição da Assistência Social no Brasil, enquanto Política Social torna-se necessário traçar o processo que antecede a atual configuração.

A partir da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social foi inserida no tripé da Seguridade Social juntamente com a Saúde e a Previdência Social, passaram a compor um “conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência social e à assistência social” (BRASIL, 2002: artº 194). A Seguridade Social romperia com a lógica fragmentada e buscaria dar um sentido amplo à área social, trabalhando a ideia de ampliação dos direitos sociais e a responsabilidade do Estado diante dessas políticas (COUTO, 2004).

Com a chamada Reforma do Estado, orientada pela nova Política de Ajuste Neoliberal- iniciado na década de 1990, o Brasil começou a sofrer as consequências da crise mundial que ocasionaram por sua vez, um retrocesso na consolidação e expansão dos direitos sociais e trabalhistas conquistados na Constituição Federal de 1988, e com isso surgiram também novas manifestações e expressões da questão social. As políticas sociais passaram a se consolidar como políticas minimalistas, seletivas e focalizadas.

O presente estudo objetiva contribuir para ampliação dos estudos acerca da Política de Assistência Social, considerando a trajetória da Política e o perfil de seus/suas usuários/as. O interesse pela temática surgiu frente ao desafio da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão da Política de Assistência Social, e o estudo apresentado consiste em recorte do Trabalho principal.

Metodologia

Como processo metodológico o estudo foi norteado pela perspectiva histórica e da totalidade por meio da análise das mediações e correlações que compõe o debate acerca da assistência social brasileira.

Nesse sentido foi realizado estudo bibliográfico, a partir de artigos e livros organizados por autores estudiosos da Política de Assistência Social. Além disso, foi realizado levantamento documental, realizada junto às publicações elaboradas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, órgão responsável pela elaboração dos Programas de Transferência de Renda sua gerência em âmbito nacional. A análise interpretação dos dados coletados tiveram com finalidade a composição de um estudo quantitativo e qualitativo que considerou o processo histórico, o dinamismo da realidade e o processo dialético.

Resultados

Identificamos que de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, 93% das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família - PBF são chefiadas por mulheres e destas, 68% são negras. Constatamos que o conceito de pobreza foi inserido na Lei Orgânica da Assistência Social (1993). Além disso, tanto o PBF (2003) como o Plano Brasil sem Miséria - PBSM (2011) consideram a renda per capita familiar na avaliação da pobreza. Grande parte das famílias pobres é chefiada por mulheres e a essa realidade é atribuída o conceito de Feminização da Pobreza.

Quanto ao recorte racial verificamos que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), a população negra corresponde a 50,7% da população brasileira, porém quando levamos esse quantitativo para o campo da pobreza extrema constata-se que a população negra totaliza 70% dos que vivem abaixo da linha de miséria. Esse dado possui relação direta com o “lugar” para o qual essa população foi historicamente direcionada.

Discussão

Com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742 de 1993) a Assistência Social passou a ser direito do cidadão e dever do Estado, devendo este último prover os mínimos sociais por meio de um conjunto articulado de ações públicas em parceria com a sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Após um movimento de discussão nacional, foi deliberada na IV Conferência Nacional da Assistência Social - CNAS em 2004, a Política Nacional de Assistência Social- PNAS, com a perspectiva de implantação do Sistema Único

da Assistência Social- SUAS, com a proposta de materializar o conteúdo da LOAS, cumprindo as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social (PNAS, 2004).

A conjuntura em que a Política de Assistência gestou-se foi o da implementação da política neoliberal, que atingiu de frente as relações sociais de modo geral e de forma muito particular as relações de trabalho, por conta da eliminação dos postos de trabalho, o achatamento salarial, sem contar no aumento das formas de trabalho em condições precárias (YASBEK, 2001). A questão social, campo de intervenção da política, passou a ser debatida e enfrentada em suas várias expressões. Nesse contexto, outro grande desafio foi a implementação da Política de Transferência de Renda.

Esse é o contexto em que são iniciados os primeiros debates sobre as experiências internacionais sobre Programas de Transferência de Renda, são apresentada pelos políticos, organizações sociais e estudiosos da questão social como opção de enfrentamento ao desemprego e a pobreza (SILVA, 2008).

No ano de 2001, o país vivenciou a propagação de Programas de Transferência de Renda de iniciativa do Governo Federal, com implementação descentralizada em níveis municipais, que contou com a transformação do Programa Nacional de Garantia de Renda Mínima- PGRM, para Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação que ficou nacionalmente conhecido como “Bolsa- Escola” (SILVA, 2008).

Ainda em 2001 foi criado o Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal (Decreto nº 3.877, de 24 de junho de 2001) conhecido como CADÚNICO, com o objetivo de cadastrar, as famílias em situação de pobreza em todos os municípios brasileiros, nessa conjuntura foi criado o “Cartão do Cidadão” com o propósito de substituir os cartões magnéticos utilizados pelos vários programas.

O ano de 2003 marcou um período de mudanças com intuito de conferir a Política de Transferência de Renda abrangência nacional, é considerado por Silva (2008). A eleição da pobreza e da fome como prioridade política, passou a direcionar as Políticas Sociais no sentido de mecanismo de enfrentamento à pobreza. Destaca-se nessa conjuntura o “Fome Zero”. É desse contexto também o início da unificação dos programas nacionais de transferência de renda.

Com o início do século XXI começou a ser evidenciada em âmbito internacional a proposta Neodesenvolvimentista, quando o Banco Mundial incorporou em sua agenda as proposições do economista Amartya Sen (2000). Nessa perspectiva a noção de desenvolvimento requer necessariamente que sejam

removidas as principais fontes de privações de liberdade e dentre elas estão: a pobreza, negligência dos serviços públicos, e intolerância, carências de oportunidades econômicas e destituição social e sistemática (MOTA, AMARAL E PERUZZO, 2010).

Foi nesse cenário os Programas de Transferência de Renda resultou no Programa Bolsa Família- PBF, proposta do Governo Federal, lançado em 20 de outubro de 2003 passando a constituir-se como principal Programa de enfrentamento à pobreza no Brasil no âmbito da Estratégia Fome Zero.

A proposta do PBF teve dentre os objetivos: A promoção da inclusão social, e o combate a fome, a pobreza e as desigualdades tendo como via a transferência de um benefício financeiro, associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos- saúde, educação, assistência social e segurança alimentar (SILVA, 2008).

Conforme, Santos (2012) são inúmeras as análises cada vez mais otimistas sobre redução da desigualdade social, considerando como parâmetro a redução do número de famílias em situação de extrema pobreza. A redução da desigualdade se daria por meio da mobilidade social e do consumo entre a população de baixa renda que ocorre devido à “combinação resultante de três fatores: da elevação real do salário mínimo; do crescimento do trabalho com carteira assinada; e da expansão dos programas de transferência de renda” (SANTOS, 2012: 440).

Em 2011, foi instituído pelo Decreto nº 7.492 o Plano Brasil Sem Miséria - PBSM, cujo ambicioso objetivo é a superação da condição da pobreza extrema. Para isso o Plano se propõe a criar oportunidades para elevar a renda e garantir o acesso a serviços, aos segmentos mais vulneráveis (COLIN, 2012).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome- MDS (2011) o PBSM reafirma o compromisso do Governo de colocar as políticas sociais enquanto centrais para desenvolvimento econômico do País. Por isso, o Plano possui três eixos sobre os quais desenvolve sua atuação, são eles: a) Garantia de Renda; b) Inclusão Produtiva: Subdivide-se em dois eixos: urbano e rural. c) Acesso a serviços.

Ao pensar o debate que perpassa a superação da pobreza é importante salientar que a pobreza é um fenômeno multifacetado. Considerando o SUAS, destaca-se o conceito de pobreza presente na LOAS, cujo entendimento de pobreza considera o cidadão com acesso precário aos mínimos sociais. Contudo, ao avaliarmos ao o PBF, a pobreza é medida por meio da renda familiar, onde a família com renda per capita entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ de salário mínimo é considerada pobre. No caso do PBSM cujo público prioritário é a pobreza extrema o valor

referente a renda per capita passou a ser de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, considerando o número de membros da família (MDS, 2014).

Ao refletirmos acerca do espaço assumido pelos programas de transferência de renda e seu foco na pobreza extrema exige o debate sobre a centralidade que as famílias assumiram nessas políticas. No entendimento de Mesquita e Freitas (2013) centralidade decorre do fato de:

No Plano “Brasil Sem Miséria”, as famílias brasileiras permanecem a ter centralidade nas políticas sociais de transferência de renda, pois são compreendidas enquanto esfera de mediação entre as instâncias pública e privada e agente fundamental para o funcionamento da sociedade. Mas, não podemos apenas fazer essas considerações ou enfatizarmos esses preceitos sem atentar para os aspectos contraditórios que esse sistema apresenta e traz para a vida das famílias — os sujeitos principais para os quais essas ações serão dirigidas (MESQUITA e FREITAS, 2013).

Contudo, é importante lembrar que a relação entre Estado e família é bem anterior ao PBSM. Essa relação “é conflituosa desde o princípio, por estar menos relacionada aos indivíduos e mais à disputa do controle sobre o comportamento dos indivíduos” (MIOTO, 2010: 45). Ou seja, a relação tem característica paradoxal, embora seja reconhecida a centralidade da família nas políticas sociais.

Existe também a negação de tal reconhecimento, haja vista mesmo sendo a família apontada como base da sociedade e com especial proteção do Estado, o que se verifica através das pesquisas sobre o tema a pauperização e a queda da qualidade de vida das famílias (MIOTO, 2010).

Pereira-Pereira (2010) traz como marco no tocante a relação Estado e família, o final dos anos de 1970, quando a família começou a ser inserida nas agendas do governo, seja com medidas de apoio familiar, particularmente as dirigidas às crianças e nesse grupo estão contempladas: programas de redução da pobreza infantil, aconselhamentos e auxílios.

Ou políticas de valorização da vida doméstica, onde o trabalho remunerado deveria ser conciliado com as atividades do lar; Ou mesmo por meio de campanhas de publicidade e de conscientização, que envolveram o combate a violência doméstica, à drogadição, à gravidez na adolescência.

A família nuclear, ainda hoje utilizada como referência para os formuladores das políticas sociais, está em extinção. Um elemento importante a ser

considerado para o entendimento dessa extinção “foi a ampla participação da mulher no mercado de trabalho e na chefia da casa. Atualmente, muitos domicílios não contam sequer com a presença do homem como fonte de sustento ou de apoio moral” (PEREIRA-PEREIRA, 2010:38).

Porém, Mioto (2010) afirma que por um lado é evidente o consenso sobre a diversidade de arranjos familiares, por outro lado, ainda é rotineiro profissionais que não trabalham com a ideia da diversidade de famílias. Essa constatação a autora atribuí o fato de ser recorrente a presença do termo “família desestruturada” nos relatórios técnicos de serviços, a mesma destaca que tal expressão, surgiu “originalmente para rotular as famílias que fugiam ao modelo descrito pela escola estrutural-funcionalista” (MIOTO, 2010: 53).

Em 1993, com a instituição da Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS as famílias passaram a ser entendida como sujeito de intervenção da política social. E com a Política Nacional de Assistência Social- PNAS (2004), a matricialidade sociofamiliar, conquistou grande espaço com o propósito de conferir a centralidade a família na concepção e implementação dos benefícios, projetos, serviços e programas da Assistência Social. A família passou a ser agente central na efetivação das políticas sociais.

Com o Plano Brasil Sem Miséria, não foi diferente, as famílias brasileiras continuaram a ter centralidade nas políticas sociais de transferência de renda, assumindo o lugar de esfera de mediação entre as instâncias pública e privada e agente fundamental para o funcionamento da sociedade (MESQUITA E FREITAS, 2013).

É nesse lugar que a contraditória relação que se estabelece entre o Estado e as famílias, vêm se colocando. E a matricialidade sociofamiliar, justificada sob o argumento de que as políticas de proteção à família teriam maior impacto nas condições de vida da população pobre, contribuiu para colocar sobre a mulher o papel de responsáveis pela família.

Todavia vale a pena refletir sobre a via de mão dupla que representa o reconhecimento do papel e da importância das mulheres na gestão das famílias pobres. Por um lado, valoriza as mulheres, centralizando nela as suas ações, por outro lado, terminam por responsabilizá-las quanto aos possíveis sucessos ou fracassos diante da efetividade de suas ações, por fim termina por reforçar o papel da mulher como mãe e única responsável na família, afirmando uma centralidade não apenas na família, mas uma centralidade na mulher-mãe (CARLOTO, 2006).

Quando nos referimos a população pobre, grande parte das famílias são chefiadas por mulheres, essa realidade é atribuída às situações de vulnerabilidade econômica e a mulher acaba sendo sua provedora, “além de assumir funções domésticas e o cuidado com os filhos, o que implica sua vinculação em trabalhos mal remunerados em tempo parcial ou intermitente, gerando assim maiores dificuldades para garantir a subsistência da própria família” (PINTO, et.al, 2011: 169). Um exemplo disso é que os pesquisadores e estudiosos do tema, apresentam como um dos grandes acertos do Bolsa Família foi justamente privilegiar a titularidade das mulheres, essas entre as famílias atendidas pelo programa somam entre as famílias, 93% são chefiadas por mulheres e, destas, 68% são negras” (REDE BRASIL ATUAL, 2014).

Além do recorte de gênero, se faz necessário o elemento racial, considerando que de acordo com o IBGE (2010) a população negra- entendida como a soma das pessoas que se declararam pretas e pardas- foi de 190.732.694, o equivalente a 50,7% da população brasileira. Em Pernambuco esse percentual chega a 62%. Quando levamos esse quantitativo para o campo da pobreza extrema constata-se que a população negra totaliza 70% dos que vivem abaixo da linha de miséria (LEP, 2011). Nesse sentido:

A conexão entre a miséria e a origem racial é tão definitiva no País que programas de transferência de renda destinados a eliminar a extrema pobreza só poderiam fazê-lo ao beneficiar os negros, mesmo sem adotarem políticas afirmativas de raça. Cerca de três quartos dos beneficiados, mostra o levantamento, são negros. A pesquisa de 2013 revelar que os maiores beneficiados pelas políticas de transferência de renda têm a pele escura. De acordo com os dados divulgados por Tereza Campello, 73% dos cadastrados no Bolsa Família são pretos ou pardos autodeclarados (MARTINS, 2014).

Frente a tal informação verifica-se que é inevitável a conexão entre a miséria e a recorte racial e embora os programas de transferência de renda destinados a eliminar a extrema pobreza, não tivessem inicialmente a focalização na raça, não teria como alcançar o objetivo de superação da pobreza, sem rebater sobre a população negra, haja vista que são esses possuem os piores indicadores na saúde, educação, renda, ocupação, habitação, entre outros, posicionando-se nas escalas mais baixas da sociedade.

Contudo, torna-se necessário lembrar que não é por acaso, que a população negra é maioria dentre os índices de pobreza, esse dado possui relação direta com o lugar onde historicamente a população negra foi direcionada. Após o processo de escravidão “as pretensões de redefinição social e cultural do trabalho foram conduzidos no sentido de uma política de valorização do imigrante, num processo em que o negro ao entrar nas novas condições e relação de produção vê-se profundamente bloqueado pela ideia de trabalho assalariado” (MARTINS, 2012: 456). É nesse contexto de constituição capitalista se efetivava, o trabalho assalariado se coloca numa direção de valorização do trabalhador branco- sobretudo o imigrante europeu- como símbolo da redefinição social e cultural do trabalho no país.

E com o decorrer dos anos a discriminação racial na lógica capitalista foi sendo cada vez mais evidenciada, e o espaço da população negra no mercado de trabalho passa a ser de modo geral na desocupação, na informalidade e nas ocupações com precárias relações de trabalho. Assim, “se entrelaçam os elementos raciais que, a partir da dinâmica das relações sociais do capitalismo brasileiro, vão evidenciando os mecanismos que constroem e reconstroem- embora de forma velada e sob a égide da democracia racial- os elementos constitutivos da discriminação e da desigualdade racial no Brasil” (MARTINS, 2012: 458).

Verifica-se que o perfil da população que acessa o Plano Brasil sem Miséria tem predominância de mulheres e população negra, devido a questões históricas como a contraditória relação entre o capital trabalho, que tem dentre suas conseqüências o desemprego estrutural, que tem nas crescentes formas precárias de contratações e estímulo ao empreendedorismo estratégias de manutenção do capital. Enquanto isso a população pobre continua a ocupar espaços periféricos.

Conclusões

Debruçar-me sobre a Trajetória da Política de Assistência possibilitou a ampliação do entendimento da Política, sobretudo, acerca dos desafios de sua implementação à luz do que foi definido na Carta Constitucional de 1988, atendendo a proposta de afastamento da lógica da caridade e da filantropia e sua afirmação enquanto direito seriam todos que dela precisasse, independente de contribuição ou qualquer outro elemento.

Contudo, com a crise e redefinição das relações entre Estado e sociedade, instaurados no país por meio do projeto Neoliberal, ainda nos anos de 1990, as relações de trabalho também foram atingidas, ocorreu nesse contexto: a eliminação de postos de trabalho, aumento das formas precárias de trabalho, subcontratações, além do aumento da pobreza. Com a proposta de conferir resolutividade ao aumento dos índices de pobreza, foram elaborados os primeiros programas de transferência de renda- PTR.

Nesse sentido, identifica-se que a medida que os PTR tiveram seu alcance ampliado, ocorreu sua definição como política compensatória, com o propósito de cumprir o papel econômico e político, devido possibilidade de acesso, mesmo que de forma precário aos bens e serviços.

O Plano Brasil sem Miséria, que atualmente possui maior amplitude, apresenta a intersectorialidade como princípio, encontra-se munido de programas em diversos eixos, mas acaba por reproduzir ideias e lugares comuns, refiro-me especialmente ao recorte de gênero, um das bandeiras do Plano. Embora se apresente como estímulo a inserção da mulher no mercado de trabalho, são oferecidos, cursos que por um lado possibilita a algumas mulheres seu reconhecimento, por meio da geração de mais uma renda para compor as necessidades da família, por outro lado reforçam a histórica associação da mulher as tarefas domésticas, como exemplo cito: artesanato, doceira, cozinheira. Além do estímulo ao empreendedorismo, que por sua vez reafirma os ideais de negação dos direitos trabalhistas por meio de vínculos precários.

Outro elemento que necessita ser retomado é o recorte racial sobre a população que acessa os programas que compõe o “Brasil sem Miséria”, mesmo sem ter como proposta ser tornar uma política afirmativa, os dados sobre o perfil dos usuários do Plano afirmam que sua maioria se autodeclara como pretas ou pardas. Embora os gestores apontem os dados com surpresa, constatamos que tal fato tem relação direta com o “lugar” que o racismo historicamente impôs a população negra. Essa com o fim da escravidão ocupou lugares de desigualdade e discriminação, com acessos precários à saúde, à educação e ao mercado de trabalho. Logo, com o desemprego estrutural inerente ao sistema capitalista, coube a população negra as piores colocações no mercado de trabalho: subcontratações, inserções irregulares e salários muito baixos.

Os direitos sociais legitimados constitucionalmente não conseguiram efetivação por meio do formato que as políticas sociais estão delineadas. Embora as ações apresentadas pareçam grandiosas, são incapazes de combater a desigualdade historicamente construída em nosso país, o que é possível constatar na

verdade é um distanciamento enorme entre o acesso aos direitos e a efetividade do acesso à Assistência Social, que vêm se configurando como lugar de ações engessadas que desconsideram as reais necessidades e anseios daquele aos quais os programas estão direcionados.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL, Constituição Federal do Brasil. In: Mannrich, Nelson (org.) **CLT, legislação previdência e constituição federal**. 3ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

COLIN, Denise Ratmann Arruda; PEREIRA, Juliana Maria Fernandes. Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda: Alguns Apontamentos Sobre a Experiência Brasileira. In: **Coletânea de Artigos Comemorativos dos 20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social**/Organizadores: José Ferreira da Crus... [et al]. - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013.

COLIN, Denise. SUAS e Plano Brasil sem Miséria: Pactuando caminhos intersetoriais. In: Ministério do Desenvolvimento Social. **O SUAS no Plano Brasil sem Miséria**. Brasília: MDS, 2012. Disponível em: <http://www.brasilsemisERIA.gov.br/documentos>. Acessado em: 03/04/14.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

Decreto nº 7.492 de 02 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/brasilsemisERIA/legislacao-2/legislacao/arquivos/decreto-7644-fomento-atividades-rurais.pdf>. Acessado em: 01/02/14

MESQUITA, Adriana de Andrade e FREITAS, Rita de Cássia dos Santos. Programas de Transferência de Renda e Centralização nas famílias: prioridades do sistema de proteção social não contributivo brasileiro em questão. In: **O Social em Questão** - Ano XVII - nº 30 – 2013.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, Mione Apolinario; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina. **Política Social, família e juventude: uma questão de direitos**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana; PERUZZO, Juliane Feix. O Novo Desenvolvimentismo e as Políticas Sociais na América Latina. In: MOTA, Ana Elizabete. **As Ideologias da Contra Reforma e o Serviço Social**. Recife: Ed. Universitária, 2010.

MDS, **Caderno de Resultados - 2 anos e meio**. Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília: MDS, 2014. Disponível em: <http://www.brasilsemisERIA.gov.br/documentos>. Acessado em: 10/04/14.

MARTINS, Miguel. **O racismo em números: A esmagadora maioria dos beneficiários do Brasil Sem Miséria é de negros, comprova levantamento do governo federal**. Publicado em: 04/01/2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/767/o-racismo-em-numeros-6063.html>. Acessado em: 30/03/14.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. In: **Revista de Serviço Social e Sociedade**. São Paulo. nº. 111. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000300004&script=sci_arttext . Acessado em: 14/02/14.

YASBEK, Maria Carmelita. Assistência Social brasileira: Limites e possibilidades na transição do milênio. In: **Política de Assistência Social uma trajetória de avanços e desafios**. Cadernos ABONG- Brasília: CFESS, 2001.

PEREIRA- PEREIRA, Potyara Amazoneida . Política de satisfação de necessidades no contexto brasileiro. In: **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos Mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2007.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro; MICHELETTI, Fátima Aparecida Barbosa de Oliveira; BERNARDES, Luzana Mackevícus; FERNANDES, Joice Maria Pacheco Antonio; MONTEIRO, Gisela Vasconcellos; SILVA, Magda Lucia Novaes. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. Revista Serviço Social e Sociedade. nº 105. São Paulo: Cortez, 2011. Disponível em: <http://www>.

scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101662820110001&lng=pt&nrm=is.

Acessado em: 15/01/14.

REDE BRASIL ATUAL, Mulheres chefiam 93% das famílias atendidas pelo Bolsa Família. Publicado em: 13/03/2014. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/03/mulheres-chefiam-93-das-familias-atendidas-pelo-bolsa-familia-8837.html>. Acessado em: 15/03/14.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva.** Revista Serviço Social e Sociedade, nº 111. São Paulo: Cortez, 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **A Política Social Brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** 4^a Ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2008.

FEMINISMO NEGRO E CABELO: MULHERES NEGRAS E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL

Stella Maris Carneiro de Arruda
Universidade Federal de Pernambuco
stellamaris241@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho procurará compreender de que maneira há a percepção do pertencimento étnico-racial das mulheres negras, durante seu processo de construção identitária, destacando como fator importante desta afirmação características fenotípicas da população negra, evidenciando o cabelo como símbolo de pertencimento a determinado grupo étnico-racial, tendo como base o Feminismo Negro.

Palavras-chave: Mulheres negras; racismo; identidade étnico-racial; Feminismo Negro.

Introdução

O presente trabalho possui como título: “Feminismo Negro e Cabelo; mulheres negras e o processo de construção da identidade racial”. Ele diz respeito à influência que as características fenotípicas (neste caso, o cabelo) exercem sobre a percepção e auto reconhecimento destas mulheres como negras, a partir principalmente de uma decisão política, ou seja, a maneira como elas irão se posicionar no mundo, a partir de suas construções identitárias e de sua consciência negra, a partir do Feminismo Negro enquanto movimento que defende e luta pela visibilização da realidade específica das mulheres negras e pela garantia de seus direitos.

Considerando o cabelo crespo como um fator determinante na construção identitária da população negra, especialmente das mulheres negras (construção esta feita biográfica e socialmente, ou seja, a partir de como a sociedade enxerga aquele indivíduo e da maneira como o mesmo enxerga a si próprio), acreditamos que a (re)afirmação do mesmo representa um ato de resistência cultural e política à ideologia do branqueamento europeu, fortemente difundido no Brasil. Concordamos com Nilma Gomes (2003), quando a mesma afirma que a revalorização da dupla cabelo e cor da pele extrapola o indivíduo e atinge o grupo étnico-racial ao qual pertence, o que quer dizer que, a partir do momento que as mulheres negras tomam a consciência (não sem tensões e contradições) de pertencimento a determinado grupo étnico-racial e de sua percepção enquanto mulher negra, e o fazem, dentre outras maneiras, através da resistência ao branqueamento compulsório imposto socialmente, assumindo seu cabelo cacheado, crespo, afro, reafirmando a estética negra política, social e culturalmente.

Visto isso, o presente trabalho procura compreender de que forma o cabelo, como característica fenotípica, possivelmente utilizada pela população negra como resistência cultural e política, influencia na construção identitária das mulheres negras e na percepção destas enquanto pertencentes a determinado grupo étnico-racial, tendo como base teórica o Feminismo Negro.

Logo, o objetivo geral da pesquisa é analisar o processo de construção identitária étnico-racial das mulheres negras no Brasil. Além disso, procuro caracterizar como ocorre o processo de construção identitária étnico-racial da mulher negra no país; e compreender a influência do cabelo, como característica fenotípica, sobre a percepção do pertencimento étnico-racial das mulheres negras, além de entender o processo histórico e social no qual o Feminismo Negro foi construído.

Acredito ser este trabalho de suma importância pessoal, profissional e social. Pessoal, pois tendo minha experiência de vida como base, sendo uma mulher negra e vendo de perto esta compulsória ideologia do branqueamento, enxerguei neste trabalho uma oportunidade de compreender melhor como as relações sociais e raciais no Brasil são estabelecidas e que implicações elas trarão para mim, assim como para todas as mulheres negras, dentro de suas especificidades. Importância profissional, visto que o Projeto Ético-Político do Serviço Social, curso de graduação o qual sou estudante, especialmente o Código de Ética defende intransigentemente os direitos humanos, a justiça, a equidade e a diversidade. E, socialmente, já que o Brasil é um país altamente miscigenado, sendo o segundo país mais negro do mundo é imprescindível que as relações étnico-raciais sejam discutidas e estudadas, representando obrigação de todos os cidadãos e de todas as cidadãs, independente de sua origem ou cor, na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, contra o racismo, o sexismo e todas as formas de opressão.

Metodologia

Metodologicamente, este trabalho adotará a pesquisa qualitativa, através de pesquisa bibliográfica das obras de referência no assunto, sendo utilizados livros, artigos, dentre outros. Minha referência empírica baseia-se em experiências pessoais vividas por mim, como mulher negra, e a construção da minha identidade e da minha percepção enquanto tal a partir da transição capilar pela qual passei, somadas a percepções e observações dentro da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) de alunas que assumiram seu cabelo crespo, mas vai além da instituição, impactando diretamente no modo como essas mulheres veem o mundo e veem a si mesmas enquanto mulheres negras empoderadas.

Resultados e discussão

1 - Feminismo Negro: a afirmação de um campo de lutas

O Movimento Feminista, como movimento político e social que luta pela igualdade social, política e econômica entre homens e mulheres, através do empoderamento feminino e libertação de padrões opressores baseados em normas de gênero, tem seu início no século XIX, tendo a Revolução Francesa como marco histórico. Ele contribuiu para as lutas a favor da vida humana e digna da

mulher, livres de opressões e explorações questionando sua condição subordinada, hierarquização dos sexos, discursos e práticas em torno da mulher, enfim, a luta pela conquista da cidadania plena.

Entretanto, o movimento passou por uma desmobilização e surge novamente nas décadas de 1960 e 1970 com forte incidência nos Estados Unidos, na Europa e também no Brasil, fazendo reivindicações principalmente no âmbito político, como o direito ao voto, por exemplo. Obras como a de Simone de Beauvoir (*O Segundo Sexo*), a qual afirma que “não se nasce mulher, torna-se mulher” também foram essenciais para fortalecer e ampliar a visão crítica do movimento feminista.

Neste contexto também surgem reflexões mais aprofundadas sobre o posicionamento social das mulheres, onde estas ocupam lugares sociais subordinados em relação ao homem, e então aprofunda-se debates e estudos sobre este papel construído e imposto para a mulher em nossa sociedade. Essa discussão tem ampliado consideravelmente no decorrer das décadas na luta pela desconstrução dessa base social de dominação masculina, afirmada historicamente em nossa sociedade. (COELHO & GOMES, 2015)

No Brasil o Movimento Feminista, assim como o Movimento Negro ressurge diante da Ditadura Militar e, assim como outros movimentos sociais, eles sofreram repressões ao longo deste período, uma vez que as mulheres eram vistas como social, política e moralmente perigosas para a tão defendida “segurança nacional”, e o negro carregando o estigma de vagabundo, preguiçoso, desonesto e violento; carga esta herdada do período escravagista. Contudo, mesmo com alguns impasses, o Movimento Feminista brasileiro e o Movimento Negro conseguiram se fortalecer, dentro do contexto específico no qual se encontrava: um país com graves níveis de desigualdade social, os quais refletiam diretamente para dentro do movimento com mulheres de diferentes classes sociais.

De acordo com Coelho & Gomes (2015), além da luta pela transformação das relações de gênero na sociedade, onde apenas o fato de ser mulher é determinante na vida do indivíduo, o movimento feminista brasileiro também tinha que considerar que o Brasil tem fome, miséria, violência, e que estes e outros agressores sociais não poderiam ser desconsiderados em suas reivindicações pela liberdade e pela igualdade.

Com a Constituição Federal de 1988 e a redemocratização do país, houve o surgimento de direitos civis, políticos e sociais e o movimento feminista entrou em processo de transformações, onde novas pautas tornaram-se base no seu processo de enfrentamento ao sistema patriarcal, assim como pautas antigas aprofundaram-se, como a luta pelo direito ao trabalho, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, entre outras. (COELHO & GOMES, 2015)

Contudo, através da participação no Movimento Feminista, as mulheres negras perceberam que suas pautas não estavam sendo consideradas nas críticas do movimento feitas à sociedade machista. Lutar pelo espaço público, pelo direito de trabalhar fora do âmbito doméstico, pelo direito de não casar, entre outros, não diziam respeito à realidade vivida pelas mulheres negras, uma vez que estas, historicamente, trabalham fora de casa, seja cortando cana e cuidando das plantações de café, como no período colonial, seja como trabalhadora doméstica na sociedade moderna.

Percebemos que desde sua concepção, o Movimento Feminista possui como base uma ideia universal de mulher, onde *a priori* as opressões que realmente impactavam sua realidade seriam a de gênero e a de classe, deixando o conceito de “raça” excluído nos estudos e nas ações do chamado feminismo acadêmico. Logo, as especificidades das mulheres negras eram desconsideradas e ignoradas pelo Movimento Feminista, assim como pelo Movimento Negro, o qual não sentia a necessidade de estabelecer diferenças entre homens negros e mulheres negras, o que, de acordo com Rodrigues (2013), acabou por colocar as mulheres negras apenas como “sujeitos implícitos”, não ativas neste processo.

Assim, a partir da participação das mulheres negras em congressos e seminários organizados pelo Movimento Feminista, elas tiveram a oportunidade de ressignificar este mesmo movimento, ao considerar a interseccionalidade entre raça, classe e gênero; a luz dada à essa observação da articulação entre diferentes tipos e níveis de opressão é a principal contribuição do Feminismo Negro. Segundo Sueli Carneiro (2003, p.10),

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil.

Assim, podemos observar que tanto o Movimento Negro tinha sua face sexista, onde as relações de gênero funcionavam como fortes repressoras da autonomia feminina e impediam que as ativistas negras ocupassem posições de igualdade junto aos homens negros; como também o Movimento Feminista tinha sua face racista, através da não inclusão e discussão das questões raciais e privilegiando as pautas apenas das mulheres brancas. A partir desta conclusão, o Feminismo Negro introduz a noção de interseccionalidade, como estratégia de chamar a atenção e dar legitimidade às suas pautas e necessidades frente a uma sociedade sexista e racista. Além disso, é importante ressaltar que

Em função de uma série de desvantagens em relação aos homens e às mulheres brancas, aos homens negros, ser mulher é, também, uma luta incessante pela valorização de nossa história como sujeitos sócio-histórico-culturais, pelo fortalecimento da nossa auto-estima, pela construção de nossas identidades. (SILVA, 2013, p.112)

A epistemologia feminista lança olhar sobre a realidade e as relações sociais as quais as mulheres encontram-se inseridas através do “conhecimento situado” ou da “perspectiva parcial”, criticando ainda a suposta visão universal, neutra, de objetividade e racionalidade da ciência, que na verdade são conhecimentos produzidos por homens brancos, ocidentais e da classe dominante. Assim, a respeito do *feminist standpoint*, a autora fala que

Nessa perspectiva, a ideia de um ponto de vista próprio à experiência e ao lugar que as mulheres ocupam cede lugar à ideia de um ponto de vista próprio à experiência da conjunção das relações de poder de sexo, de raça, de classe, o que torna ainda mais complexa a noção mesma de “conhecimento situado” ou de “perspectiva parcial”, pois a posição de poder nas relações de classe e de sexo, ou nas relações de raça e de sexo, por exemplo, podem ser dissimétricas. (HIRATA, 2014, p.2)

A autora afirma ainda que “a interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas e, portanto, como um instrumento de luta política.” (p.5)

Acreditamos que esta frase da autora Avtar Brah (2006) contempla e complementa o debate que estamos construindo neste trabalho: “Estruturas de

classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela.” Logo, acreditamos ser a interseccionalidade de suma importância para o enfrentamento dos mais diferentes tipos de violência, uma vez que é a partir da utilização dela na análise do real que seremos capazes de compreender mais de perto as contradições, complexidades e articulações entre conceitos de raça, classe, gênero, orientação sexual, entre outros,. É através da consideração de que não há hierarquias entre as opressões, mas sim uma relação direta entre elas que o estudo sobre a construção da identidade étnico-racial das mulheres negras se dará de forma mais aprofundada e mais próxima da realidade.

1.1 - A influência do cabelo na construção da identidade da mulher negra

A partir da análise do que viemos discutindo até o momento, podemos afirmar que a mulher negra, no que diz respeito a aspectos sociais, econômicos e políticos encontra-se em grande desvantagem em relação a outros segmentos da sociedade, como o homem branco, a mulher branca e o homem negro, onde a mulher negra acaba por sofrer opressões articuladas, que na maioria das vezes não são consideradas de forma significativa pela sociedade e pelo Estado, ficando excluída das ações de políticas públicas.

Sabendo-se que vivemos em um país sexista e racista, onde ser negro e negra é considerado uma situação de inferioridade e marginalização, sendo seu corpo e sua subjetividade constantemente bombardeados pelo embranquecimento compulsório do Brasil, resultado na negação da identidade negra e da interiorização da ideologia eurocêntrica de que o branco é superior ao negro.

Visto isso, qual a importância das características fenotípicas – neste caso trabalharemos mais em torno do cabelo – na construção da identidade racial das mulheres negras, influenciando na sua consciência de pertencimento a determinado grupo étnico-racial? Para analisarmos de maneira aprofundada, é necessário antes compreendermos o que significa o conceito de identidade (negra) e de que forma ela é constituída dentro das relações sociais que perpassam nosso cotidiano.

De acordo com Claude Dubar (2005), a identidade social é constituída através de duas vias, ambas inseridas na interação social: uma interna ao indivíduo e uma externa entre o indivíduo e as instituições com as quais ele interage. Dessa

forma, a identidade interna e externa ao indivíduo é uma só, representando dois lados de um mesmo processo, visto que é nas relações sociais e na nossa convivência com o outro que construiremos nossa visão sobre nós mesmos.

Já de acordo com Ferreira (2000), a identidade é uma categoria que possui uma dimensão pessoal, mas também social e política, de forma que não se apresenta como uma categoria estável, mas em permanente processo de construção, afirmando ainda que esta é uma referência em torno da qual o indivíduo se auto-reconhece e se constitui, estando em constante transformação e construída a partir da relação com o outro. Assim, “é na interação com o outro que forjamos nossas identidades.” (SILVA, 2013, p.70)

Já que nenhuma identidade é construída isoladamente, a análise do contexto em que esta é forjada é essencial para compreendermos de maneira mais contundente seu impacto sobre o ambiente em que se encontra e vice-versa. Logo, o racismo, “como ideologia e prática de opressão histórico-social, não possui uma forma estática, mas obedece a uma dinâmica metamorfose e reatualização” (SILVA, 2013, p.80).

Todavia, para terem consciência do grupo étnico-racial ao qual pertencem, a população negra brasileira precisa passar pelo eterno processo de construção identitária, visto que “ser negro no Brasil é torna-se negro” (SOUZA, 1983). Em outras palavras, concordamos com a autora quando esta afirma que ser negro é muito mais do que a cor da pele ou ter certas características fenotípicas (como o cabelo crespo, por exemplo), mas também representa uma decisão política; decisão esta possível através do processo contínuo de construção de identidade.

Tendo em vista a discriminação, a estigmatização, o preconceito e o racismo os quais a população negra sofre historicamente e que se estende até os dias de hoje, a identidade negra passa por alguns desafios para ser construída e legitimada socialmente. Um dos obstáculos que a população negra sofre (como dito anteriormente), de acordo com Silva (2013, p.54), se dá por meio da “internalização compulsória e brutal de um Ideal do Ego branco, o que leva o sujeito negro a formular para um projeto identificatório incompatível com as propriedades biológicas do seu corpo.” Ou seja, o negro é duplamente bombardeado: de um lado, valoriza e é inserido compulsoriamente na ideologia do branco europeu, e rejeita seu corpo biológico, sua cultura, suas características, até mesmo sua personalidade.

Entretanto, não podemos afirmar que a construção da identidade negra resume-se às contínuas violências, discriminação e preconceito que esta sofre, uma vez que é apenas um lado deste processo tão complexo e dinâmico.

Concordamos com Silva (2013, p.80), quando esta afirma que ser negro/a não é apenas estar inserido em um processo onde este/a é o tempo bombardeado/a, vivendo os resquícios históricos da escravidão. Ser negro/a é assumir-se negro/a, e assim também conhecer o prazer de encontrar referências positivas sobre sua própria história.

E uma das formas de resistir e insistir pela valorização da população negra e de sua cultura, a politização do cabelo aparece como sendo um marcador fundamental na ascensão e percepção do homem negro e principalmente da mulher negra enquanto sujeitos ativos e empoderados na luta contra o racismo.

O cabelo surge como um instrumento portador de estruturas significantes e de estruturas de significados, lidos de acordo com o âmbito social. Esse cabelo atua de forma social e individual, e pode transmitir de forma metafórica princípios estruturais da vida coletiva. Portanto, a utilização do cabelo crespo desponta como um instrumento de resistência, que conseqüentemente exercerá um papel importante no processo de construção de identidades dos negros em condição de subalternidade. Isso é possível, quando se pensa nesse cabelo, como ferramenta que se põe e se expõe transforma-se em leitura no discurso que emite e propaga. Portanto, esse cabelo “fala”. (OLIVEIRA, 2016, p.20)

Sabemos que, na sociedade machista em que vivemos, as mulheres são constantemente pressionadas a se embelezarem, serem “femininas”, para então tornarem-se atraentes para o sexo oposto. O cabelo representa uma característica de peso na formulação desta feminilidade. No caso das mulheres negras, onde o fator raça também tem influência, além deste papel social do cabelo imposto pelo machismo, o cabelo também representa uma arma na luta contra o racismo e na percepção delas de pertencentes a determinado grupo étnico-racial.

É importante sublinhar que o processo de assumir sua identidade negra através da libertação de ideias que foram e são diariamente enviadas para nós através da mídia, das relações sociais as quais fazemos parte etc. não é tarefa fácil, mas sim um processo complexo e contraditório dentro da própria subjetividade das mulheres negras. Gomes (2006) diz que o “tornar-se negro” através do cabelo requer, em geral, a vivência destas três fases: Rejeição – Aceitação – Ressignificação. Como o corpo e o cabelo do/a negro/a é constantemente

rejeitado, muitas vezes a saída encontrada por ele/a para ser aceito socialmente é a manipulação e a alteração de símbolos ideologicamente vistos como causas de seu afastamento social e biológico do poder, como o alisamento do cabelo, por exemplo, para então se aproximar mais do “ser branco”, pois quanto mais características do povo europeu tiverem, mais integrados serão socialmente. Porém, a partir da mudança da visão sobre o cabelo e a crescente aceitação de seu corpo e de sua história, a população negra ressignifica suas atitudes e suas visões acerca do seu posicionamento político e transforma o que então era motivo de sua opressão, em empoderamento e liberdade de assumir suas raízes enquanto negro/a, sendo a transição capilar um divisor de águas neste processo de auto-reconhecimento e valorização da estética negra, visto que é através dela que a mulher negra separa os padrões sociais impostos para ser quem realmente é, assumindo sua identidade étnico-racial e politizando sua existência enquanto sujeito ativo historicamente situado que encontra-se inserido em relações de poder inerentes à sociedade capitalista.

Conclusões

O cabelo crespo/cacheado, então, representa mais do que apenas uma característica fenotípica da mulher negra, ele nos mostra que o racismo imbricado na hierarquização entre brancos e negros pode e deve ser questionada e erradicada. A luta é contra a imposição de determinada particularidade estética em detrimento de outras, onde a visão eurocêntrica se dá de maneira bastante perversa na realidade com a construção social do que é feio ou bonito a partir de suas características.

Em outras palavras, o cabelo, principalmente o cabelo crespo/cacheado, possuem a função de valorizar o visual e a estética das mulheres negras, mostrar atitude frente à constante violação de direitos sofrida por elas, fortalecer a luta contra o racismo e o sexismo, aumentar a auto-estima destas mulheres, visto que suas características são constantemente rechaçadas pela ideologia do embranquecimento, o qual tem como base a segregação dos corpos e a tomada do outro como ideal. Logo, o cabelo crespo/cacheado é ancestralidade, é expressão, é o direito de ter seu corpo e sua identidade livres de estereótipos e preconceito, é o fortalecimento das mulheres negras enquanto sujeitos políticos ativos e, mais ainda, é o incentivo à diversidade e ao respeito, em defesa da igualdade dentro das diferenças.

Referências

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade e diferenciação**. In: Cadernos Pagu (26), janeiro-junho de 2006: pp.329-376. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104833320060001100014&lng=pt&nrm=isouserID=2. Acesso em: 27 de novembro de 2015.

CARNEIRO, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**: o processo de construção da identidade racial de professoras negras. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

_____. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª ed, 2008.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e de gênero**. In: Cruzam Etno: raça e gênero. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf> Acesso em: 02 de novembro de 2015.

COELHO, Andreza Maria de Sá. GOMES, Sansarah da Silva. **O Movimento Feminista Negro e suas particularidades na sociedade brasileira**. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, Maranhão, 2015.

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais; tradução Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afrodescendente: identidade em construção**. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Palas, 2000.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-racismo no Brasil**. São Paulo, Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo. 34ª ed, 1999.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça**: interseccionalidade e consubstancialidade das relações raciais. São Paulo, Tempo Social, vol. 26, n.1, 2014.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Rio de Janeiro, 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação, 2003.

_____. **O negro no Brasil de hoje/** Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes, São Paulo, Ed. Global (Coleção para Entender), 2006.

OLIVEIRA, Giselli Ferreira de. **Qual é o pente que te penteia:** estética, identidade e politização através do cabelo crespo. Cachoeira, Bahia. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2016.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. *Fazendo Gênero* (10), Mato Grosso, 2013.

SILVA, Claudilene Maria da. **Professoras Negras:** construindo identidades e práticas de enfrentamento do racismo no espaço escolar. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2013.

SILVA, Maria Nilza. **A Mulher Negra.** Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/022/22csilva.htm>. Acesso em: 20 de abril de 2016.

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se negro:** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CONCEPÇÕES DE CORPO E ESTÉTICA ENTRE MULHERES NEGRAS LIDERANÇAS DO BAIRRO DE SÃO CRISTÓVÃO, EM SALVADOR, BAHIA.

Ticiania Dorea Ribeiro Santos¹

Orientadora: Profa. Dra Ana Cláudia Lemos Pacheco
Universidade do Estado da Bahia
cisouneb@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo investigar como se dá a percepção do corpo/estética e as representações nas trajetórias sociais de lideranças negras-femininas do bairro de São Cristóvão em Salvador. É importante pensar na reestruturação da identidade dessas mulheres negras, possibilitado a valorização da autoestima das mesmas. Ao que tange as questões do corpo/estética negra faz-se necessária uma releitura das representações negativas que historicamente foram depositadas em nossos corpos, tendo objeto principal a relação dessas mulheres com seus cabelos crespos. Deste modo é importante analisar como se dá o processo de percepção das mulheres negras e quais são as referências estéticas que as mesmas utilizam como parâmetro de beleza, pois certos pontos ainda precisam ser levantados: é necessário debater sobre a profundidade do racismo estético e suas consequências para nós mulheres negras.

Palavras-chave: corpo/estética, mulher negra, identidade, trajetórias.

1 Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Discente do Curso de Graduação em Ciências Sociais – 8º semestre, Bolsista de Iniciação Científica (IC) do Projeto de Pesquisa: “Trajetórias Sociais de Lideranças Negras-Femininas de Bairros Populares em Salvador, Bahia”, Edital nº 031/2015 – PIBIC/CNPQ

“Concepções de corpo e estética entre mulheres negras lideranças do bairro de São Cristóvão em Salvador, Bahia” é um recorte proposto com base no projeto maior “Trajetórias sociais de lideranças negras-femininas de bairros populares em Salvador, Bahia” o qual estou como bolsista de Iniciação Científica. Minha escolha partiu de uma relação de subjetividade com o tema, por ser eu mulher negra diariamente tentando (re)construir minha estética e identidades negras. Sendo assim, falar de concepções de corpo e estética negras é falar de mulheres que me rodeiam, mulheres que me criaram, mulheres que são minhas referências e que sem sombra de dúvidas, mulheres que cotidianamente ajudam a ressignificar minhas identidades racial e de gênero. Além desses motivos, várias pesquisas apontam para a relevância de estudar as representações sobre o corpo da mulher negra e os efeitos do racismo e do sexismo inscritos nesses corpos. Conforme o pensamento de Crenshaw, (2002, p.173):

“Há um reconhecimento crescente de que o tratamento simultâneo das várias ‘diferenças’ que caracterizam os problemas e dificuldades de diferentes grupos de mulheres pode operar no sentido de obscurecer ou negar a proteção aos direitos humanos que todas as mulheres deveriam ter. Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são ‘diferenças que fazem diferença’ na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres”.

Dessa forma podemos perceber que o padrão de beleza/estética eurocêntrico imposto pela sociedade não dá conta de captar os eixos interseccionais aos quais as mulheres negras estão incluídas. As diversas formas de discriminações sofridas por mulheres negras pela existência de suas diferenças fenotípicas (nariz, boca, cabelo), são elementos que precisam ser evidenciados nas discussões que tange as relações raciais e de gênero. O racismo estruturante existente em nossa sociedade configura o comportamento das pessoas que vivem nesse ambiente, e em torno à corporeidade e estética negras a ação e consequências

do racismo continuam atingindo mulheres negras cotidianamente. Discutir representações e concepções sobre o corpo negro não é tarefa simples, visto que, esse corpo tem sido apresentado de formas distintas cabendo inúmeras interpretações, interpretações essas que dizem respeito ao processo cultural de cada indivíduo. A cultura é um dos fatores sociais que mais influenciam no comportamento das pessoas, e com o racismo não é diferente, atitudes perpetradas por ele sucedem culturalmente ao longo dos tempos.

O espaço onde vivemos nos transforma, permitindo influir junto à complexidade dos caminhos que envolvem a construção da identidade negra. Para Nilma Lino Gomes (2003):

“Entre as múltiplas identidades sociais que os negros e as negras constroem, a identidade negra é uma delas. A reflexão sobre a construção da identidade negra não pode prescindir da discussão sobre a identidade como processo mais amplo, mais complexo. Esse processo possui dimensões pessoais e sociais que não podem ser separadas, pois estão interligadas e se constroem na vida social”.
(p.171)

As múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos à medida que são interpelados a partir de diferentes situações, onde se reconhecem com relação a essas identidades estabelecendo um sentido de pertencimento, seja ele religioso, de gênero, classe ou raça/etnia.

Portanto para compreender as percepções do corpo/estética versus identidade das mulheres negras investigadas, tem sido necessário analisarmos o lugar de fala de cada uma delas. Os processos que envolvem a construção da identidade negra são permeados de inúmeras variáveis, na maioria das vezes tais processos se principiam no âmbito familiar e vão criando ramificações e desdobramentos a partir de outras relações que os sujeitos estabelecem.

Como as diferenças étnico-raciais inscritas no corpo negro são vistas pela sociedade? As representações construídas em nossa sociedade sobre o negro, sua estética, sua ascendência africana e as formas como estas se confundem com circunstâncias racistas, discriminação e preconceito racial são uma constante no processo de reconhecimento da identidade do indivíduo negro.

Gomes (2003, p.172) ressalta que, “a identidade negra também é construída durante a trajetória [...] desses sujeitos. Nesse percurso, os negros deparam-se, [...], com diferentes olhares sobre o seu pertencimento racial, sobre a sua cultura,

sua história, seu corpo e sua estética. Muitas vezes esses olhares chocam-se com a sua própria visão e experiência da negritude. Estamos no complexo campo das identidades e das alteridades, das semelhanças e diferenças e, sobretudo, diante das diversas maneiras como estas são tratadas pela sociedade”.

A construção da identidade negra surge a partir do processo de auto identificação, porém as influências externas também fazem parte dessa construção, impactando diretamente no processo de formação dessa identidade. Tratando-se de uma sociedade onde a identidade e estética negras não fazem parte dos padrões estabelecidos, conseguir ressignificar-se é tarefa muito mais difícil.

A primeira etapa desta pesquisa teve como objetivo investigar quais as percepções das lideranças negras-femininas sobre seus corpos/estéticas no bairro de São Cristóvão, bairro popular da cidade de Salvador. Entretanto a pesquisa está em andamento permanecemos em campo para conclusão da mesma. Na atual etapa pretendemos investigar como ocorrem as representações sociais sobre o corpo e à sexualidade entre as lideranças negras- femininas do bairro pesquisado.

A nossa proposta é contribuir com o campo de estudo que articule estas três dimensões estruturantes dos agentes sociais em foco– corpo, sexualidade e trajetórias de líderes negras no bairro de São Cristóvão. Salientamos que a relevância desta pesquisa se dá à medida que queremos investigar a ação do racismo e do sexismo na produção dos corpos e de seus significados entre as mulheres de camada popular no bairro selecionado. Acreditamos que por meio das biografias sociais das líderes negras, identificaremos as estratégias e percepções dessas mulheres em torno do combate às estereotípias sexuais, de gênero e raça. A nossa metodologia adotada será a análise de trajetórias e narrativas das líderes do bairro, através das técnicas das entrevistas semiestruturadas, da observação direta, da aplicação de questionários para identificar o perfil socioeconômico das entrevistadas selecionadas e de outras técnicas secundárias.

O bairro de São Cristóvão está localizado na zona norte da cidade de Salvador, na fronteira com o município de Lauro de Freitas e próximo a outros bairros populares, tais como Mussurunga, Jardim das Margaridas, Itapuã e Stella Maris. A violência contra os jovens pobres e negros e o desemprego são questões que afligem os moradores e suas lideranças. Durante a nossa pesquisa de campo (em andamento) no referido bairro, identificamos alguns problemas sociais, tais como: tráfico de drogas, violência contra os jovens negros e o desemprego. Os problemas de infraestrutura são visíveis, embora nos relatos de uma das entrevistadas, o bairro de São Cristóvão ainda é visto como um local

“familiar”, isto é, um bairro que abriga famílias que residem há muito tempo no local. Isto pode ser compreendido também pela presença de lideranças negras acima de 60 anos de idade. Outra característica do bairro é o número significativo de escolas públicas estaduais e particulares e um comércio de produtos variados, que movimenta o bairro e atrai populações de bairros adjacentes, como a famosa feira de São Cristóvão de frutas e verduras. Além dessas características, o bairro recebeu há pouco tempo à instalação de um grande Shopping Center, que segundo alguns moradores, por um lado, tem gerado oportunidades de trabalho para a população local, mas tem provocado, por outro lado, o aumento da violência contra os moradores, como roubos, assaltos e agressões. Até agora, a nossa pesquisa aponta para a existência significativa de vários grupos comunitários religiosos liderados por mulheres.

Nossa abordagem é qualitativa, baseada no método biográfico (BOURDIEU, 1986, KOFES, 1998), cujas técnicas principais utilizadas são as entrevistas semiestruturadas realizadas com as mulheres selecionadas, a fim de apreender suas percepções e práticas em suas trajetórias sociais e pessoais, além de outras técnicas, tais como: observação direta no bairro, dados estatísticos, questionários, levantamento dos dados na internet, mapas das organizações/associações pesquisadas, além da revisão bibliográfica sobre o tema abordado nas Ciências Sociais brasileiras.

Dentro de uma compreensão sobre percepções do corpo/estética das mulheres negras lideranças do bairro selecionado para a referida pesquisa, utilizamos alguns aportes teórico-metodológicos que problematizam a questão da corporeidade e da estética negras, cotidianamente desvalorizadas e negadas pelos efeitos do racismo e do sexismo expressos nos corpos femininos negros.

Apoiadas nos/as autores (as) que discutem sobre a profundidade do racismo (FANON, 2008; GOMES, 2008; GONZALES, 1982) e suas consequências para nós mulheres negras em relação as nossas identidades, acreditamos ser essa a nossa hipótese, que apesar dos efeitos do racismo sobre os corpos e estética das mulheres negras analisadas, identificamos possibilidades de valorização da autoestima das mesmas, através da análise de suas trajetórias sociais e de seu protagonismo político de resistência sociocultural nas comunidades em que atuam.

Por conta da pesquisa ainda está em andamento não temos uma conclusão, no entanto já foram realizadas algumas entrevistas que farão parte dos resultados finais da pesquisa. Mediante essa realidade trago fragmentos de uma das nossas primeiras entrevistas.

Fragmentos da trajetória de Denise

Por meio dessa narrativa pretendemos analisar a trajetória de vida de Denise, fazer uma relação de como se dá suas concepções de corpo/estética e como ela enquanto mulher negra trata de questões que perpassam sua trajetória. A entrevista foi realizada na casa de Denise no bairro de São Cristóvão e teve a duração de duas horas. Denise nasceu no bairro de São Cristóvão, onde reside até hoje com sua mãe. Tem 29 anos de idade, é de classe social baixa, é uma jovem negra que se declara como tal; isso ficou evidenciado na sua expressão corporal, através de sua estética e posicionamento político sobre a questão racial. Em sua narrativa, “ser negra” é um ato político-bio-corporal. Sua aparência física traduz uma linguagem que se referencia no cabelo e na postura corporal. Obviamente que uma entrevista de aproximadamente duas horas, não será suficiente para retratar a trajetória da vida do sujeito analisado, porém através da análise, poderemos focar nos aspectos sociais, econômicos e culturais que foram apontados pela entrevistada.

Denise é solteira e revela ser bissexual, apesar de não ter nenhum relacionamento sério atualmente.

Com a separação dos pais ainda na infância, foi criada quase que exclusivamente por sua mãe, mesmo tendo contato frequente com seu pai, sua mãe foi quem a educou. A mãe de Denise é uma das lideranças do bairro e é sujeito de nossa pesquisa.

Denise é graduada em fisioterapia, profissão que admite gostar muito, mesmo hoje tendo como ocupação principal o fazer artístico. É atriz do Bando de Teatro Olodum, primeira companhia de atores negros (as) de Salvador, e revela que sua identidade como mulher negra é forjada todos os dias. Ela nos conta que tem contato com arte desde a infância, na própria comunidade que reside a sua trajetória enquanto liderança começou desde cedo, vejamos:

“...particpei de grupos de poesia, rap, hip hop, teatro, (...), Companhia de Teatro Casa da Mãe Joana, (...) são grupos que ficaram na memória da comunidade, até por que a gente tinha uma lenda oito horas da noite a novela a pico e a peça estava cheia para assistir a gente, a gente brincava que sem fama estávamos competindo com a globo e ganhando, por que a gente conseguia fazer com que as pessoas saíssem de casa no momento de pico para assistir a gente, então a comunidade participou e usufruiu desse serviço desse grupo a gente falava sobre várias coisas, com humor

mais falava sobre nos respeito aos mais velhos, sobre drogas mais não de forma panfletária, a gente tinha uma forma inteligente de falar sobre isso para conscientizar as pessoas, (...), os textos eram bem coletivos, era muito bom os atores eram todos da comunidade, todos envolvidos com arte dentro da escola...”

Diferente de outras lideranças femininas entrevistadas, Denise construiu uma história de protagonismo social no seu bairro, muito cedo. A arte e a educação, através de sua participação nos grupos de hip hop, teatro, dança e educação, foram espaços importantes de desenvolvimento de sua personalidade crítica ou do “seu capital político” em relação aos problemas sociais do bairro e a sua percepção de si. A percepção que tem das desigualdades sociais e de sua importância enquanto líder, dentro e fora da comunidade, é marcante em seu relato. Para além dos problemas sociais existentes no bairro, a palavra “consciência” revela muito sobre sua personalidade e o pertencimento coletivo que aprendera inicialmente com sua família e com os grupos culturais aos quais participou em sua comunidade.

Outro aspecto relevante na caminhada de Denise é sua percepção sobre o corpo e a estética e outros marcadores que foram construtores de suas identidades.

Corpo, estética, racismo e identidade

A narrativa de Denise:

“Como toda mulher negra em espaços brancos tive problema, e eu já tinha meu cabelo “black” desde nova sempre gostei,(...), desde a infância, cabelo trançando. Em termos de estética a gente fez um trabalho muito bom, em termos de estética o movimento negro avançou muito (...), mais em termos de acessibilidade a gente precisa melhorar muito, precisa ocupar cargos importantes de saúde, cargos importantes na justiça, para poder fazer a diferença a gente só vai mudar quando a gente ocupar esses espaços. A estética foi o primeiro passo, que é uma linguagem, é importante (...).”

A narrativa de Denise é elucidativa sobre sua percepção da discriminação racial que sofrera em vários espaços sociais. O cabelo – a estética é um símbolo importante de pertencimento étnico-racial e da compreensão do racismo

existente na cidade de Salvador. No seu relato, tais diferenças traduzem-se em palavras de denúncia, de reafirmação de sua identidade negra, quando acentua que, “Como toda mulher negra em espaços brancos tive problema, e eu já tinha meu cabelo black desde nova sempre gostei,(...)”. Essa compreensão de Denise em relação ao cabelo e a sua estética, se expressa também na leitura que faz da situação de exclusão social do negro na sociedade brasileira. Percebe-se que apesar do reconhecimento do racismo e das desigualdades sociais que impactam sobre a população negra e sobre as mulheres negras no plano estético revela que seu cabelo black ou trançado são símbolos importantes de valorização de sua autoestima negra e de pertencimento e percepção sobre o mundo.

A partir da breve análise da trajetória de Denise e de sua narrativa exposta acima, podemos concluir que o racismo alimenta-se na crença de que é possível hierarquizar os sujeitos e seu corpo. Nessa perspectiva, o negro é visto como pertencente a uma escala inferior. Produz-se, nesse contexto, um tipo de violência que impregna a vida de suas próprias vítimas, a ponto de se constituir em representações negativas do negro sobre si mesmo em relação ao seu grupo étnico/racial, como afirmam Fanon (2008) e Gomes (2008).

Entretanto, analisando a narrativa de Denise, chegamos à conclusão que a trajetória social e individual dela nos revela um redirecionamento em relação à posituação do seu corpo-estética negra no seu percurso construído de protagonismo, empoderamento, reconhecimento e valorização de sua autoestima contra a violência do racismo e às desigualdades sociais existentes no seu bairro e na sociedade mais geral. Sua percepção sobre o racismo expressou-se em lutas e resistência estético-cultural aos padrões estéticos hegemônicos, valorizando assim suas identidades e seu corpo, enquanto mulher negra e liderança.

Sendo assim, na busca do reconhecimento e respeito das diferenças, a mulher negra ao tomar consciência do próprio corpo tem a capacidade de reinventar-se e ressurgir, mesmo contrariando o modelo estético hegemônico.

Referências Bibliográficas:

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico, Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero, Estudos Feministas (01) 2002; p.171-263.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e cabelo crespo. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, p.167-182. Jan/Jul. 2003.

GONZALES, Lélia. O Papel da Mulher Negra na Sociedade Brasileira: uma abordagem político-econômica: Los Angeles: mimeografado, 1979.

KOFES, Suely. Categorias Analítica e Empírica: Gênero e Mulher: disjunções, conjunções e mediações, Cadernos PAGU/ UNICAMP, nº 01, 1993.

PACHECO, A.C.L. Mulher negra: afetividade e solidão: Salvador: EDUFBA, 2013.

A MULHER JOVEM NEGRA E O ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA URBANA

Valdenice José Raimundo
Universidade Católica de Pernambuco
valjrbr@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo teve por objeto a violência e suas formas de manifestações na contemporaneidade. Os sujeitos investigados foram jovens, de ambos os sexos, negros e moradores de áreas urbanas periféricas do Estado de Pernambuco. O estudo norteou-se pelo seguinte objetivo: analisar a violência urbana e a sua relação com a dinâmica racial na contemporaneidade. O estudo fez uso da abordagem qualitativa e os dados coletados através da técnica de grupo focal. O estudo considerou a resistência histórica dessa população, por entender que cotidianamente estas têm enfrentado o preconceito, o racismo, a opressão e a exploração de classe.

Palavras-chave: Racismo, Juventude, Violência.

Introdução

Refletindo-se acerca do espaço social brasileiro e sua articulação com a sociedade global, entende-se que a forma de ocupação do espaço brasileiro se dá na atualidade como resposta à manutenção do modo de produção. Ou seja, a realidade espacial brasileira está permanentemente ocupada em se reajustar sob a influência da realidade econômica.

Neste sentido, a violência está ligada a esta estrutura que organiza as relações sociais. Isto nos remete à compreensão de que se faz necessário entender a violência a partir de suas condições concretas de existência e não apenas como uma forma degenerativa do ser humano.

A violência, hoje, renovou-se nos significados de suas expressões mais concretas. Com as mudanças no mundo, a partir dos anos 70, e com o advento da globalização houve uma mudança nas relações sociais e a emergência de um novo paradigma da violência. Enquanto que, nas décadas de 50 e 60, a violência se caracterizava, principalmente, por um caráter político e ideológico, atualmente ela se caracteriza pela exclusão social, pela falta de reconhecimento do outro enquanto sujeito social.

Neste sentido procurar-se-á delinear a trajetória da violência sofrida pela juventude em nosso país e especificamente em Pernambuco, concentrando a atenção sobre a violência urbana e a influência que a mesma tem exercido junto ao segmento jovem, negro e residente nas áreas periféricas dos centros urbanos.

Anterior a discorrer sobre a violência e suas diversas formas de manifestação, é preciso construir algumas reflexões sobre a juventude.

Concepções sobre juventude

É consenso na literatura científica mostrar que a questão da juventude torna-se visível em fins do século XIX tendo como pano de fundo, determinações mais estruturais, sobretudo, o advento das revoluções tecnológicas, que trouxeram profundas modificações para o espaço urbano.

Para Silva (1998), os estudos preocupados em compreender a vida cotidiana da juventude, vão surgir a partir dos anos 20, momento em que foram pensadas as primeiras explicações acerca das vivências das pessoas jovens moradoras do espaço urbano. Desde então, a produção de estudos e pesquisas acadêmicas

tem se consolidado através do aprofundamento de um número abrangente de temas, que tem ampliado o conhecimento sobre a experiência da juventude.

Entende-se que a juventude é um momento complexo da vida. Um dos aspectos que caracteriza essa complexidade é que os sujeitos pertencentes a esta categoria social são diferentes nas formas de sentir, pensar, agir, intervir na realidade e projetar o futuro.

Nesta direção, são diversos os estudiosos que se ocuparam em estudar esse momento tão significativa da vida. Destacamos para esta reflexão Pais (1993) que apresenta duas correntes vinculada aos estudos sociológicos. São a corrente geracional e a corrente classista. A corrente geracional toma como fundamento a noção de Juventude como fase da vida. Onde tudo que é vivido pelos sujeitos está relacionado com sua geração. Para a corrente classista, as experiências dos jovens vão ter como pano de fundo as desigualdades sociais. A partir desta perspectiva teórica, as culturas juvenis são entendidas como produto de relações antagônicas de classe.

Quapper (2001) apresenta quatro maneiras de conceber a juventude. A primeira é entendida como uma etapa da vida, onde todos os jovens são iguais. A segunda, a juventude é vista como um período de passagem para o mundo adulto. Na terceira, fala-se em juventude para mencionar um estado mental de vitalidade e alegria. A quarta apresenta uma perspectiva de futuro em que o jovem será aquele que assumirá as responsabilidades dos adultos.

Diante de todas essas tentativas de explicar a juventude, entende-se que não existe a juventude. Concorde-se com Rezende (1989) quando propõe que o termo “juventude” seja posto em definitivo no plural. Essa justificativa encontra fundamento na diversidade dos inúmeros grupos sociais que enriquecem a cena social contemporânea.

Isto é reforçado por Margulis (2001), que, enfaticamente, afirma que não se pode falar em juventude, mas em juventudes, visto que há distintas maneiras de ser jovem tendo em vista a intensa heterogeneidade que se observa no plano econômico, social e cultural.

Nesse estudo, a juventude será entendida de acordo com Groppo (2000) enquanto uma categoria social, perpassada pela questão da faixa etária, que se metamorfoseia de acordo com a classe social, o grupo étnico racial, a nacionalidade, o gênero, o contexto histórico nacional e regional dentre outros aspectos. Desta forma, entende-se que esta juventude não é homogênea, ela é diversa.

Breve reflexão sobre a questão da violência

A violência resulta da desigualdade social. De acordo com Moraes (1981) na sua reflexão sobre violência o autor afirma que não se pode pensar em desigualdade social sem mencionar as suas formas de produção e consumo, porquanto há os que podem consumir e os que não podem. Estes últimos transformam a fragilidade de suas frustrações numa feroz agressividade.

Acrescenta-se a isto as oscilações do mercado de trabalho, que estabelecem a insegurança. A isso se segue uma desvalorização do ato de viver, que não é algo novo, pois dentro da organização social capitalista, o importante é o lucro e não a vida humana.

Para Ferreira (2008), se tem no Brasil uma expressiva divisão social da violência. Neste contexto, a violência é entendida como um fenômeno dentro do modo de produção capitalista. Compreende-se a partir disto que, o modo de produção que produz riquezas é o mesmo gerador de pobreza e miséria, ele é contraditório na sua essência.

Este modo de produção divide as sociedades em classes, com formas diferentes de acesso a serviços, à cultura, ao lazer, ao trabalho, à educação, ao saneamento básico, gerando assim, a desigualdade social. A violência é estrutural, pois, tem em sua base a forma de organização social geradora de desigualdades sociais.

Posto isto, Moraes (1981) define que violência está em tudo que é capaz de imprimir sofrimento ou destruição ao corpo do homem, bem como o que pode degradar ou causar transtorno à sua integridade psíquica. Resumindo-se, violentar o homem é arrancá-lo da sua dignidade física e mental (pag. 25).

Odalía (2004) discute a existência de formas de violência e as apresenta como violência original, institucionalizada, social, política e revolucionária. Dentre as formas de violência apresentadas pelo autor é interessante destacar, para este estudo, a *violência social*, porque nela cabe a violência racial e a urbana. O autor defende que toda violência é social, pois engloba a poluição ambiental, o menor abandonado, *discriminação racial*, as diferenças entre as classes, a fragmentação do trabalhador etc. Esse tipo de violência avilta a pessoa humana negando-lhe a própria razão de viver em sociedade.

Ainda sobre violência cabe incluir nesta discussão a contribuição de Arendt (2009), para quem é preciso compreender a violência a partir das brechas deixadas pelo passado sobre as quais é possível compreender o futuro. Essa autora abre espaços para pensar que a violência sofrida pela juventude negra terá sua

compreensão melhor esclarecida se for elaborada a partir da apreensão do seu passado histórico.

Neste contexto, faz-se necessário estabelecer a relação da juventude com este complexo fenômeno social denominado violência. De acordo com Fraga (2002), para se compreender a violência juvenil é preciso compreender o modo de ser da própria juventude na sociedade capitalista.

Para o autor a juventude é o momento de decidir sobre o futuro e isto é gerador de conflitos, principalmente, porque no contexto capitalista muitos desses jovens vai ter seu potencial criativo bloqueado. E a necessidade de reconhecimento mantém-se a despeito dos bloqueios do sistema. Solucionar esses conflitos no interior da sociedade capitalista se coloca como um grande desafio.

Ainda para Fraga (2002) a juventude expõe as mais perversas facetas da miséria do próprio sistema capitalista. Sua vinculação com a violência, ora como agressor, ora como agredido denuncia a que nível de alienação e estranhamento chegou às relações sociais que associa os jovens mais para a figura da violência, do que para as melhores formas da cultura hoje devastadas pelo império das *banalidades da mercadoria e da mutilação do pensamento*.

A realidade da violência e a juventude negra

No atual contexto brasileiro, a juventude negra tem sido vista como um dos segmentos mais suscetíveis às expressões da violência, por ser mais pobre, e morar em áreas segregadas, onde a segurança é negligenciada por parte dos poderes públicos. No Brasil, o fenômeno da desigualdade é parte da sua formação histórica, bem como a naturalização deste fenômeno, fazendo com que exista no Brasil uma grande parcela da população impossibilitada de desempenhar plenamente sua cidadania. Neste sentido, o racismo brasileiro possui seu embasamento na história e relaciona-se ao processo de formação da nação.

Na pesquisa *Desigualdades raciais, racismo e políticas públicas: 120 anos após a abolição (2008)*, realizada pelo IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- entre as décadas de 1940 e 1970, estudos sobre mobilidade social concluem que a posição relativa dos negros e brancos na hierarquia social não foi substancialmente alterada com o processo de crescimento e modernização econômica ocorridos no país. A industrialização, ou seja, o desenvolvimento não eliminou a raça como fator organizador de relações sociais e oportunidades econômicas, nem reverteu a subordinação social das minorias raciais.

Isto foi expresso nos estudos de Lélia Gonzaléz, na década de 1970. *Existem atualmente no Brasil cerca de 16 milhões de adolescentes e jovens totalmente entregues a própria sorte, sem a menor expectativa de vida; ou melhor, sua única perspectiva se constitui no banditismo e na morte. Desnecessário dizer que são negros na sua maioria* (1979, pág. 2).

A autora discute a questão do não acesso da juventude negra ao trabalho, e acreditava que, no contexto brasileiro, existia uma nítida divisão racial do trabalho. E acrescentava: não por coincidência a quase maioria absoluta da população negra fazia parte da massa marginal crescente envolvida no desemprego, trabalho ocasional, trabalho por temporada etc.

Em 2002, segundo diagnóstico da UNESCO- Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura - os jovens são os que mais matam e mais morrem no nosso país, principalmente aqueles que pertencem aos grupos mais pobres e vulneráveis da sociedade.

O Relatório de Desenvolvimento Humano - *racismo, pobreza e violência de 2005* - aponta a população negra como a principal vítima da violência ou da própria segurança pública no Brasil. Para os relatores ser preto, jovem, do sexo masculino e solteiro significa ser alvo preferencial das expressões da violência.

Os negros são as maiores vítimas não só da violência dos criminosos, mas também da instituição que deveria protegê-los: a polícia. Segundo o relatório acima citado, em levantamento realizado especialmente para o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD, no Estado do Rio de Janeiro, a proporção de pretos, entre vítimas de violência policial, é três vezes a proporção desse grupo na população como um todo.

Outro fator destacado e que afeta a juventude, principalmente os homens, é a insegurança. Esta, conjugada ao racismo, pobreza, discriminação institucional, falência do sistema de segurança pública, torna a vida do jovem negro muito difícil, roubando-lhes a esperança e a perspectiva para o futuro.

Silva e Carneiro (2009) apresentam que os dados estatísticos de mortalidade por homicídios vêm ocupando destaque nas discussões sobre violência no Brasil. O tema é foco de análises e debates em instituições acadêmicas, organizações da sociedade civil e pela sociedade em geral, que procura refletir sobre o fenômeno que ceifa vidas de brasileiros cada vez mais cedo. Homens jovens, particularmente da raça negra e dos centros urbanos, são as principais vítimas de homicídios – a maior expressão da violência urbana.

Diante desses dados alarmantes de aumento de homicídios foi elaborado, em 2007, o Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros. Este busca aprofundar

as investigações sobre um fenômeno que há muito deixou de pertencer apenas aos grandes centros urbanos. A interiorização da violência vem-se revelando, segundo o Mapa, como mais um desafio para toda a sociedade brasileira. E aponta de que forma a crescente urbanização do país contribui para o incremento das taxas de mortalidade por acidentes de trânsito, homicídios e uso de armas de fogo. Segundo o Mapa, no interior, vem-se reproduzindo o ambiente violento das metrópoles.

Em relação a Pernambuco, considerando a cidade do Recife os dados são semelhantes a outros estados brasileiros. Na reportagem intitulada *Vida Invisíveis*, do *Jornal do Commercio*¹, de 31 de agosto de 2008, cujo objetivo é descrever a realidade do Recife, foram apresentados os seguintes dados: em 2006, Recife teve 4.638 (quatro mil, seiscentos e trinta e oito) homicídios de jovens entre 15 a 24 anos. A cidade aparece como campeã no assassinato de jovens. A reportagem acrescenta: a maioria dos mortos é composta por pobres. No Brasil, os mais pobres são negros. Logo, são os jovens negros os que mais morrem.

O Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde registra a raça/cor das vítimas. Em 2012, segundo o estudo, armas de fogo vitimaram 10.632 brancos e 28.946 negros no Brasil, o que representa 11,8 óbitos para cada 100 mil brancos e 28,5 para cada 100 mil negros. Logo, pode-se afirmar que morreram proporcionalmente 142% mais negros que brancos por armas de fogo. O levantamento revela também que, em 2012, 94% das vítimas fatais de disparo de armas de fogo eram do sexo masculino, na população total. Entre os jovens, esse percentual chegava a 95%.

No estudo Índice Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial de 2014, Pernambuco fica em terceiro lugar no ranking dos estados. O estudo mostra que as chances de um jovem negro ser assassinado em Pernambuco são 11,5 vezes maior do que a de um jovem branco.

Mesmo entendendo que as vítimas da violência são majoritariamente homens jovens negros, as mulheres também têm morrido. Segundo Sueli Carneiro, historiadora e fundadora do Geledés “Ser mulher negra é ocupar um lugar na sociedade brasileira marcado por múltiplas injunções que se potencializam para sua difícil inserção social.”

1 **Jornal do Commercio** é um jornal brasileiro com sede no Recife, Pernambuco, fundado em 3 de abril de 1919.

No espaço urbano, geralmente em áreas segregadas socialmente e degradadas ambientalmente essas mulheres experimentam de diversas formas de violência. No estudo Diagnóstico dos Homicídios no Brasil do Ministério da Justiça realizado em 2015 foi divulgado que as Mulheres negras têm duas vezes mais chances de serem assassinadas que as brancas.

Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil mostrou que em 2013, houve uma queda de 9,8% no total de homicídios de mulheres brancas, enquanto os homicídios de negras aumentaram 54,2%. É válido salientar que são mulheres jovens.

Conclusão

O cenário no qual se passa a história da população jovem e negra é preocupante. Contudo, esses/as jovens têm elaborado formas de resistência e superação dessa realidade. Dentre os grupos de jovens entrevistados², esse estudo deu destaque para o Movimento Cultural Cores do Amanhã, formado por um grupo de artistas, mulheres e homens jovens na sua maioria negros/as vinculados a arte-educação. Esse grupo quando entrevistados posicionaram-se politicamente e criticamente acerca das desigualdades das quais eram vítimas. Nas suas falas apontam a negligência do Estado frente à realidade de violência, na qual, muitos jovens estão submetidos; indicam que as ações do Estado modificam minimamente as condições de violência, mas não indica sua superação; apontam o racismo como um traço, relacionado à cor da pele³; assinalam a pobreza como destituição, marginalidade e desproteção e por fim, entendem o lugar onde moram como o lugar da não-cidadania.

E a resistência e o enfrentamento? É a partir da consciência que esses jovens tinham da sua realidade que eles elaboravam formas de enfrentá-la. No caso do grupo em análise eles se utilizavam dos elementos do hip-hop, principalmente do grafite para dialogar com as crianças, adolescentes e jovens da comunidade⁴ para estes, não serem usurpados pelo tráfico, pela baixa autoestima, pela fuga da escola.

2 Para a pesquisa foram pesquisados 5 grupos de jovens: Moradores de uma favela, 2 grupos que estavam vinculados ao Sistema socioeducativo, 1 grupo vinculado a religião cristã e o Movimento Cores do Amanhã.

3 A fala dos jovens estava permeada da postura que é peculiar ao Brasil: discriminar tendo como base a cor da pele.

4 A sede do movimento fica no bairro do Totó – Região Metropolitana do Recife – PE.

Os jovens cientes da condição imposta pela organização social, produtora de desigualdades assumem o compromisso de convidar outros jovens para sonhar com um amanhã diferente. O sonho tem sido para muitas pessoas negras uma fonte de resistência. O sonho tem impulsionado muitos a transporem os obstáculos da pobreza, do racismo em busca de uma situação melhor.

O sonho traz em si a capacidade de projetar, capaz de produzir transformação. As pessoas jovens negras estão sujeitas a um conjunto de negações, no entanto, acalentam sonhos que apontam para a negação do que lhes é negado. Esta força é potencializada no cotidiano, no seu espaço de vivência e carece de uma direção política.

O sistema promove a produção de uma juventude desenraizada, uma vez que nega a sua condição de sujeitos de direitos, mas é na postura de sonhar que pode surgir a possibilidade de enraizamento, pois este é um direito de todo ser humano. Para Yamamoto (2004), todas as pessoas têm uma raiz de participação na coletividade, que conserva vivos os tesouros do passado e outros pertencentes ao futuro. E o desafio nem sempre é buscar o que se perdeu, mas o que pode nascer numa terra de erosão, de contradição.

Referências

ARENDDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.

CARDOSO, R. C. SAMPAIO, H. **Bibliografia sobre juventude**. São Paulo: Edusp, 1985.

DUBET, F. **Pensar o sujeito**. Fayard, 1995.

FRAGA, P. D. Violência: forma de dilaceramento do ser social. In: **Serviço Social e Sociedade**. Nº 70. São Paulo: Cortez, 2002.

FERREIRA, A. S. Divisão social da violência. In: **Anais da 19ª Conferência Mundial de Serviço Social**. Salvador – Bahia, 19 de agosto de 2008.

GONZALÉZ, L. **A juventude negra brasileira e a questão do desemprego**. IPEA. 28 de abril de 1979.

GROPPO, L. A. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

MANNHEIM, Karl. **O problema da juventude na sociedade moderna**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MARGULIS, M. Juventude uma aproximação conceptual. In: BURAK, S.D. (org). **Adolescência y Juventud en América Latina**. Cartago: Libro Universitario Regional, 2001.

MORAIS, R. **O que é violência urbana**. São Paulo: brasiliense, 1981.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PAIS, M. J. **Culturas Juvenis**. Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

QUAPPER, D.K. Juventude ou Juventude? Acerca de cómo mirar y remirar a las juventudes de nuestro continente. In: BURAK, S.D. (org). **Adolescência y Juventud en América Latina**. Cartago: Libro Universitario Regional, 2001.

REZENDE, C. B. **Identidade: O que é ser jovem?** Revista Tempo e Presença, n.240, CEDI, 1989.

BRASÍLIA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, setembro de 2008.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Espaço e Sociedade**. Ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.

SILVA, J. C. G. **Rap na cidade de São Paulo: música, etnicidade e experiência urbana**. São Paulo: O autor, 1998.

SILVA, R. CARNEIRO, S. **Violência Racial: Uma leitura sobre os dados de homicídios no Brasil**. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra; Global Rights Patners for Justice, 2009.

WAISELFISZ, J. J. **Map of violent deaths**. Estudos avançados. 2007.

A MULHER NEGRA NO MERCADO TRABALHISTA: UMA INTERSECCIONALIDADE DE RAÇA E GÊNERO

Wézya Mylena dos Santos Ferreira
wezya.my@gmail.com

Gabriela Mesquita Costa Vasconcelos
gabi.mesquita02@hotmail.com;

Eduardo Santiago Pereira
momentojuridico@uol.com.br

Resumo: O presente trabalho visa abordar o tema inter-racial da mulher negra nas relações trabalhistas, bem como a questão dessa mulher no eixo de pobreza do país. Tal artigo busca apresentar dados referentes às mulheres negras que se encontram na camada social mais baixa, mostrando como estas se relacionam em seus respectivos ambientes de trabalho, quais são as áreas de maior atuação dessas mulheres e como tais relações consequentemente afetam suas vidas familiares e afetivas. É pertinente também abordar o silêncio do racismo no mercado de trabalho, e como esse ato corrosivo e cruel vem sendo tratado pela justiça brasileira e pela população ao longo dos anos até o século XXI. Vale também destacar a existência de políticas públicas visando uma inclusão de tais mulheres no ramo trabalhista, e em caso afirmativo saber da sua funcionalidade.

Palavras-Chave: Mulher Negra, Igualdade Social, Feminismo, Discriminação Racial, Relações Trabalhistas.

Introdução:

A desigualdade social, racial e de gênero no Brasil não se remete a um fato novo na sociedade. Entende-se que vivemos numa sociedade originada de uma cultura patriarcal e escravocrata. Fundamentada no machismo, que coloca a mulher num estado de submissão e inferioridade, esse gênero vem sendo atacado desde o início dos tempos, seja na formação e imposição de uma conduta e comportamentos a serem seguidos, seja na restrição da mulher em determinados espaços de trabalho.

Visando alcançar uma equidade de gênero e pôr fim a essa cultura machista que conhecemos até hoje, foi criado o movimento feminista. Este chegou ao Brasil no início do século XX, trazendo greves e movimentações populares acerca do voto feminino (ainda proibido na época), trabalho de mulheres sem a permissão do marido, entre outros assuntos pertinentes a esse período. Tal movimento teve extrema relevância na luta por direito civil, e sua ideologia impulsiona ativistas por todo o país e pelo mundo atualmente.

Nesse mesmo período, no entanto, é notória a falta de participação da mulher negra nos tais movimentos feministas e liberais. Todavia, este fato não exclui a inserção da mulher negra no mercado de trabalho, visto que esta foi escravizada a partir do século XVII onde trabalhava como ama de leite, empregada, babá, entre outros serviços, para as famílias que possuíam grande poder aquisitivo, e mesmo após 300 anos de sua escravidão, continuou a prestar serviços para essas famílias, visto que não existia uma política de inserção da mulher negra na sociedade que a fizesse alcançar o mesmo status. O feminismo negro, então, passou a ganhar força e reconhecimento somente em 1980 aqui no Brasil, isto é, há apenas 36 anos.

Tem-se, portanto, como objetivo deste trabalho analisar de que forma o perfil socioeconômico desse grupo – mulheres negras - é tratado em suas relações trabalhistas atualmente, levando em consideração o que foi supracitado sobre sua formação histórica e cultural. Bem como verificar o grau de escolaridade e renda, a realização ou não de políticas públicas voltadas para a inserção da população feminina negra no mercado de trabalho (visando a redução das desigualdades sociais).

Buscando o contexto histórico do Brasil, sabe-se que os negros brasileiros são descendentes dos africanos transportados em condições de escravos para o Brasil, e que desde a abolição da escravatura, onde por fim considerados “livres”, continuaram presos em uma realidade em que não havia oportunidade

nem expectativa de melhorar suas condições. Ambientados numa sociedade que os intitulava livres, mas não oferecia políticas de educação, inclusão ou quaisquer auxílios para sua ascensão social, os negros passaram a concentrar sua mão de obra nos trabalhos básicos, sem muitos ou até mesmo nenhum direito lhes protegendo. Revitimizadas pelo fato de serem mulheres. Assim, formou-se um ciclo de vida alicerçado na pobreza que trouxe resquícios até os dias atuais; as crianças negras de família pobre, entram de forma precoce no mercado de trabalho informal, pois precisam ajudar aos familiares no sustento de casa. Dessa forma, na maioria das vezes abrindo mão dos estudos.

Consequentemente esse ciclo resulta na formação de adultas com baixo nível de escolaridade e, por conseguinte, na marginalização da mulher negra no mercado de trabalho, rompendo assim a lógica meritocrática fomentada pela estrutura burguesa-capitalista.

Metodologia:

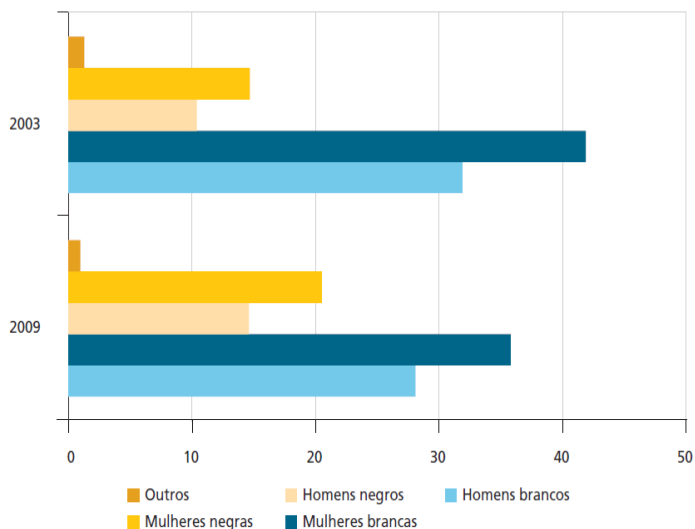
O artigo em questão foi desenvolvido através do método dialético, com base em pesquisa qualitativa descritiva por meio de análises bibliográficas e documentais, coleta de dados e pesquisas de artigos com a finalidade de construir um raciocínio crítico e fundamentar a argumentação do presente trabalho.

Resultados:

Trazendo uma análise dos assuntos denominados desigualdade social e racial, é necessário que, a priori, seja analisada a população brasileira como um todo. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2014 realizada pelo IBGE 53% dos brasileiros se declararam pardos ou negros no ano de 2013, diante de 45,5% que se disseram brancos.

De acordo com sociólogos como Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle, o que caracteriza as desigualdades no Brasil é um processo cumulativo de desvantagens, associado aos mecanismos no decorrer de sua trajetória.

Estudantes no ensino superior, por sexo e cor/raça (2003 e 2009)
 (Em %)



Fonte: Ensaio de gênero sobre as mulheres negras no ensino superior.

A posteriori, para tratar do mercado trabalhista, é necessário uma análise do sistema educacional brasileiro adotado e seus efeitos na população.

É importante ressaltar que as mulheres sempre tiveram um número inferior em relação aos homens em se tratando da população economicamente ativa (PEA). Dados coletados pelo Ipea mostram que, em 1970, apenas 18,5% das mulheres eram economicamente ativas. Em 2010, este índice chegou a quase 50%. No entanto, as mulheres **negras e pobres** seguem sendo a base da pirâmide do mercado de trabalho — elas não chegam a ganhar 40% do valor da remuneração de um homem branco.

As mulheres negras arcam com todo o peso da discriminação de cor e de gênero, e ainda mais um pouco, sofrendo a discriminação setorial-regional-ocupacional que os homens da mesma cor e a discriminação salarial das brancas do mesmo gênero. (SOARES, 2000, p. 51).

Discussão:

O trabalho em questão é iniciado com a temática do feminismo, visto que esse assunto é considerado um movimento social de viés político que busca por uma equidade de gênero e garantia de direitos fundamentais a todos. Visando abarcar objetivos que defendam não só a questão de gênero, mas também a questão racial, o movimento do feminismo negro vem ganhando força, voz e adeptos em todo o país. Isso se deve ao fato de que o ingresso de muitas mulheres negras nos movimentos negros num geral foi marcado, inicialmente, pelo fortalecimento individual e pela afirmação de uma identidade negra. Segundo Kabengele Munanga (2009), a identidade dos movimentos negros contemporâneos se organiza em torno dos elementos que o caracterizam, que são: o passado histórico de escravização de seus ascendentes africanos; a estigmatização, a racialização e a exclusão como grupo; a negação da humanidade de mulheres e homens negros pelo mundo ocidental; a negação dos valores civilizatórios com a inferiorização de suas sociedades e a destruição de suas culturas. A identidade, então, “passa por sua cor, ou seja, pela recuperação de sua negritude física e culturalmente” (2008, p. 14).

Fato interessante mostra que um “novo feminismo” tem crescido nas zonas periféricas. O “Instituto Odara” localizado em Salvador possui programas de inclusão para essas mulheres que vivem a margem da sociedade, tais quais: Programa de Direitos Humanos; Programa de saúde da mulher negra; Programa de comunicação e Programa de pesquisa e intercâmbio. Esses programas pretendem propor um novo ciclo de desenvolvimento na rede feminista, contra o preconceito e a discriminação, bem como no enfrentamento da violência e na fomentação de políticas públicas voltadas a inclusão das mulheres negras.

Desde os primórdios, em geral as mulheres se concentravam nos trabalhos não remunerados, trabalhos domésticos, e funcionários públicos. Enquanto que os homens se concentram em assalariados com e sem carteira, conta-própria e empregador. De acordo com as estatísticas expostas, em consequência da baixa escolaridade, observa-se um forte contingente de mulheres negras e pardas no serviço doméstico. Em contrapartida, os homens negros se encontram fortemente concentrados na indústria tradicional (especialmente indústria da construção) e nos serviços gerais em que há baixos salários e um alto grau de informalidade. Uma realidade, de fato, comum durante toda a história do Brasil, inclusive, vista pela sociedade como um estereótipo para determinadas funções. Porém, o fundamento para a baixa escolaridade e conseqüentemente

a submissão a esses empregos é a falta de inclusão e políticas públicas na vida desse grupo. Para muitas mulheres, que presenciam as necessidades do lar e em decorrência da cultura do patriarcado e machismo, são tidas como as responsáveis pelo zelo doméstico, é necessário que se sacrifiquem e abandonem os estudos em detrimento de cuidar do lar.

De acordo com os dados supracitados, o número de mulheres negras que ingressaram no ensino superior entre os anos de 2003 e 2009, aumentou progressivamente. Pode-se atribuir esse resultado como consequência da política de cotas, decretada na Lei nº 12.711/12 que visa uma inclusão social e racial, o que permitiu à pessoas de baixa renda num geral, a entrada nas universidades e institutos federais de educação. No entanto, a permanência dessas mulheres nas universidades e cursos técnicos não segue esse mesmo parâmetro.

Os negros estão fortemente concentrados nas ocupações da indústria tradicional e nos serviços gerais, sendo que o acesso à educação é um dos principais fatores de produção dessa desigualdade. Entretanto, mesmo quando eliminadas as diferenças educacionais, os negros ainda apresentam desvantagens, principalmente no acesso às melhores posições ocupacionais, demonstrando que há uma distribuição desigual de indivíduos no mercado de trabalho e um dos fatores dessa desigualdade é a cor (LIMA, 2001, p. 152).

Estudos realizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) em 2014 no mercado de trabalho de Salvador, mostram que a renda média de mulheres negras foi de R\$ 1.705, equivalente a 53,6% do salário de um homem não negro que teve a maior média mensal, de R\$ 2.223. Esses dados mostram que, além do mercado brasileiro de trabalho ser sexista, em detrimento do que já foi apresentado e discutido neste trabalho, também é racista, o que de acordo com Luiz Chateaubriand constitui para o fato do grupo de mulheres negras ser o mais penalizado, com rendimentos mais baixos, postos de trabalho precários e instáveis.

O aumento da participação feminina nas ocupações que não oferecem proteção social – trabalhos sem carteira assinada, por exemplo – flagra as desvantagens de gênero no acesso e permanência no mercado de trabalho. Isto é, em contextos de relativo desenvolvimento econômico e maiores oportunidades no mercado, o segmento masculino tende a estabilizar-se primeiro nas ocupações mais protegidas, enquanto as mulheres são alocadas naquelas com maior

precariedade social. Ou seja, para as mulheres negras que já prejudicadas pelo seu gênero, sua raça/cor funciona como potencializador dessa desigualdade.

Seguindo estereótipos criados no período escravista no Brasil, as mulheres negras são intituladas como subservientes à sociedade, concentrando-se nos trabalhos formais como domésticas ou babás, ou nos informais, tais quais: vendedora ambulante, catadora de latinha, etc. Devido ao avanço do feminismo negro na sociedade, e ao aumento dessas mulheres também nas universidades, o número de mulheres negras profissionalizadas vêm crescendo nos últimos anos. No entanto, desde as profissões de base até as mais qualificadas, essas mulheres sofrem com ofensas machistas, racistas e injúrias raciais. As ofensas raciais costumam diminuir essas mulheres seja atingindo-as por conta da estética (cabelo afro, lábios grossos, narizes largos) seja na perpetuação de menor poder intelectual desse grupo em detrimento de todos os outros com apelidos maldosos e xingamentos, que muitas vezes remetem a comparação de um período doloroso para a história dos afro-brasileiros (escavidão) com a atual sistemática vivenciada.

Prova disso é o estudo Panorama do Trabalho Doméstico, elaborado a pedido da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/ IBGE), o levantamento aponta que, dos 458 mil trabalhadores domésticos existentes na Bahia (2007), quase 79,2% são mulheres negras, 14,3% são mulheres não negras, 5,8% são homens negros e 0,7% são homens não negros.

É notório que com o decorrer das décadas a questão do racismo foi bastante discutida e analisada, levando à criação de políticas que visam combater este mal. Porém, ainda persiste de forma atuante na sociedade. Como no caso ocorrido em outubro de 2015, quando funcionárias de uma unidade de saúde localizada em São Carlos, foram vítimas de ofensas racistas pela sua gerente no ambiente de trabalho. A autora do crime, em sua defesa, respondeu que o acontecido tratava-se de uma brincadeira que costumeiramente tinha com os funcionários; mas logo após o fato ter tomado conhecimento nos corredores do hospital, esta autora chamou uma das vítimas em seu gabinete e reiterou ofensas que visavam diminuir a intelectualidade. A vítima então entrou em contato com a diretoria do hospital, que, para sua surpresa, não constatou crime algum. Pelo contrário, tentaram persuadi-la de que ela havia ofendido a sua gerente em primeiro caso, e a mesma só revidou em tom de “brincadeira”. Embora amparada judicialmente nos procedimentos de denúncia e nos trâmites processuais, e instigada pelos defensores públicos e colegas de trabalho a dar continuidade ao processo, a vítima que trabalhava como técnica de enfermagem no local, e

que foi a noticiante do crime, bem como a sua testemunha foram demitidas dias depois do fato acontecido.

É importante ressaltar que, embora ambos racismo e injúria racial impliquem possibilidade de incidência de responsabilidade penal, suas definições se diferenciam. Enquanto a injúria racial está prevista no Código Penal e consiste em ofender a honra de alguém valendo-se de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião, origem, condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência, o racismo é regulamentado pela Lei n. 7.716/89. No plano da realidade, é possível visualizar casos de injúria racial quando o bem atingido é subjetivo. Apelidos que se direcionam a diminuir a pessoa em específico, fazendo alusão a seus ancestrais e/ou a suas características étnicas, se enquadram nesse crime por exemplo. Já o crime de racismo, infelizmente, consoante se tem entendido, somente caracterizar-se-ia quando direitos específicos, elencados na lei acima referida, fossem negados em virtude da raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional do sujeito passivo. Segundo o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Carlos Alberto Reis de Paula, o papel da Justiça trabalhista, e em especial do Judiciário, é também cada vez mais relevante no âmbito social. É muito importante que o Judiciário se descubra como o campo adequado não para manter o *status quo* (situação atual), mas como um agente transformador da sociedade enquanto assenta sua atuação nos princípios fundados na redução das desigualdades sociais e no repúdio ao racismo.

Vale trazer à baila que, nas situações de racismo no trabalho, existem vias além da esfera penal que podem ser acionadas - vez que esta é a última ratio do ordenamento jurídico - tais quais a cível e a trabalhista. Avaliando as circunstâncias de cada caso, pode também ser cabível a indenização por danos morais e materiais. Uma funcionária afrodescendente que seja coagida a cortar seu cabelo *black power* por este não se encaixar nos padrões da empresa, foi acometida de assédio moral, cabendo a esta indenização. Embora a Justiça do Trabalho brasileira tenha se tornado mais capacitada para receber os casos semelhantes ao mencionado, o racismo institucionalizado dificulta na resolução dos casos. Para o professor Martins de Direito no Distrito Federal:

[...] há muitas pessoas que não apenas se dizem não racistas, mas, de fato, não se sentem racistas, e essa imperceptibilidade acaba causando a naturalização de algumas práticas racistas ainda mais evidenciadas.

De acordo com o que foi destacado pela ONU, “o Brasil não pode mais ser chamado de uma democracia racial e alguns órgãos do Estado são caracterizados por um racismo institucional, nos quais as hierarquias raciais são culturalmente aceitas como normais”.

Esse racismo institucionalizado conceitua-se como o racismo que acontece no seio das instituições contribuindo para a naturalização e reprodução da desigualdade racial é denominado racismo institucional. Este se faz presente de forma implícita no funcionamento habitual de instituições e organizações, havendo uma diferenciação por questão racial. No Brasil a partir dos anos 2000, houve uma maior mobilização quanto ao tema, debatendo sobre como o poder público desenvolveria atividades para desconstruir esse racismo. Essa definição, usada amplamente pela militância negra no Brasil, diz o seguinte:

O racismo institucional é o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações. (CRI, 2006, p. 22)

Tendo em vista a diminuição de casos referentes ao racismo nos ambientes de trabalho, foi realizado, em 2005, no Brasil, com o foco principal na área da saúde, o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), contando com inúmeras parcerias. Esse programa realizou diversas ações, dentre elas execução de oficinas abordando o tema, direcionada para gestores e trabalhadores do setor público. Concluindo-se que o tratamento desigual entre negros e brancos nas relações de trabalho, o não reconhecimento da competência de pessoas negras, a discriminação por raça entre outros estão bastante presentes nesse meio e cotidianamente são omitidos. Assim, mostrando ao poder público o grande problema existente dentro do seu sistema e que medidas necessitam serem tomadas.

Diante do cenário exposto, e vez que já foi explanado neste trabalho que antes de ecoar no ambiente trabalhista, o racismo se desenvolve nos locais voltados

para a educação, estudantes da UnB (primeira universidade brasileira a aderir ao sistema de cotas) desenvolveram o projeto “Negro na mídia”, onde buscam dar visibilidade aos jovens negros estudantes que desejem relatar suas experiências. Uma das campanhas do projeto se trata de um ensaio fotográfico que mostra um conjunto de frases e comentários que reforçam estereótipos negativos atribuídos aos jovens negros apresentando assim ações do racismo velado/institucionalizado em detrimento da conscientização da população visando evitar que essas situações reiteradas continuem a acontecer.:



Fotos: Ensaio fotográfico do Blog “AquilombandoDFE” em campanha articulada por alunos da UnB.

Conclusões:

Mesmo com o aumento crescente da mulher negra nos movimentos sociais, bem como o aumento do ingresso dessas mulheres nas universidades, é notória não só a disparidade em seus salários quando em comparação aos outros grupos sociais, como também uma carga social mais árdua para ser carregada. As lutas pela diminuição nos índices de desemprego mostram-se integralmente atreladas a desigualdades remanescentes dos tempos de escravidão. Com o racismo nos ambientes de educação e conseqüentemente de trabalho se tornando cada vez mais velados, e muitas vezes ignorados sendo considerados irrelevantes, esse fato vai em contrapartida para a exterminação do ato. Trata-se de algo que precisa ser discutido, denunciado e acompanhado pelo Estado de forma cautelosa e que vise uma restauração sistemática.

A junção da violência e do racismo culmina num resultado explosivo para essa população mais vulnerável. Muito se aborda na punição daqueles que cometem tais crimes cruéis, mas se o poder público não traz medidas para que venham acolher a vítima da forma necessária, de quase nada servirá a sua atuação na defesa daqueles que tem sua integridade e subjetividade violadas secularmente. Ou seja, a punição do autor seja ele do crime de racismo ou de injúria racial, deve caminhar com um acompanhamento à vítima concomitantemente a efetivas políticas de inclusão social. Ora, visto que inseridos numa sociedade progressista, é de extrema importância que os crimes não sejam tratados de forma punitiva apenas para que depois se repitam. O Estado pode e deve investir em campanhas que visem conscientizar à todos sobre os malefícios do sexismo e do racismo, e mostrar que tais atos são inerentes a quaisquer ambientes.

Ante o exposto conclui-se pela relevância desse trabalho, sendo fundamental a investigação quanto às influências históricas e hierárquicas da mulher negra no ambiente de trabalho, e sua conseqüente participação no meio social em que vivemos.

De acordo com sociólogo

Referências:

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas:** feminismo na perspectiva de mulheres negras brasileiras. 2012. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Universidade Federal da Bahia (UFBA), Bahia, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7297/1/Outrasfalas.pdf>>. Acesso em: 30 de abril de 2016.

CASTILHO, Inês. **Nas periferias, nasce um novo feminismo.** Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/nas-periferias-nasce-um-novo-feminismo/>>. Acesso em: 28 de abril de 2016.

ENSAIOS DE GÊNERO. **Mulheres negras no ensino superior.** Disponível em: <<http://www.ensaiosdegenero.files.wordpress.com/2014/07/mulheres-negras-ensino-superior-2.png>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

HUFFPOST BRASIL. **‘É como andar em um campo minado’, diz estudante que criou campanha contra o racismo na UnB (FOTOS).** Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/2015/04/04/racismo-unb_n_7003848.html>. Acesso em: 30 abr. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero – uma análise dos resultados do censo demográfico de 2010.** Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>>. Acesso em: 28 de abril de 2016.

MARCONDES, Mariana Mazzini; PINHEIRO, Luana; QUEIROZ, Cristina; QUERINO, Ana Carolina; VALVERDE, Danielle. **Dossiê mulheres negras:** retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília. IPEA 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=731/>. Acesso em: 30 de abril de 2016.

ODARA – INSTITUTO DA MULHER NEGRA. Disponível em: <<http://institutoodara.org.br/programas/>>. Acesso em: 30 de abril de 2016.

GÊNERO E SEXUALIDADE



GT 10

A TRAVESTI NO IMAGINÁRIO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO DESENHO-ESTÓRIA COM TEMA

Carlos Alberto Porcino
carlos.porcino@outlook.com

Maria Thereza Ávila Dantas Coelho

Jeanne Freitas de Oliveira

Cleuma Sueli Santos Suto

Dejeane de Oliveira Silva
Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Resumo

Este artigo objetiva discutir as representações de estudantes universitárias(os) sobre a pessoa travesti. Os dados constituem recorte de uma pesquisa qualitativa, fundamentada nos princípios da Teoria das Representações Sociais. 243 estudantes responderam ao Teste de Associação Livre de Palavras (TALP), 18 realizaram o Desenho-Estória com Tema e 11 tiveram disponibilidade para a realização de entrevista semi-estruturada. Neste trabalho, foi privilegiada a técnica do Desenho-Estória com Tema. Através da análise dos grafismos e o conteúdo das histórias foi possível identificar aspectos ancorados nas dimensões comportamental, afetiva e psicossocial das(os) participantes, que deu origem a uma categoria “‘fazer rua’: espaço que permite a (sobre)vivência”, que norteia a compreensão das produções elaboradas. Os dados evidenciaram que, para (sobre)viver de dia, é necessário enfrentar e lutar contra todas as formas de preconceito e opressão, que impliquem em exclusão.

Palavras-chave: Travesti, representações sociais, desenho-estória com tema, educação superior, estudantes universitários.

Introdução

No presente trabalho serão exploradas as representações sociais de estudantes do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sobre a pessoa travesti¹.

No Brasil, os estudos que abordam as identidades transgêneras, quase sempre, retratam as vivências de pessoas que se encontram em estratos socioeconômicos mais na base da pirâmide social. Por muito tempo, a identidade travesti tem sido associada à atuação [de muitas travestis] no mercado do sexo, considerando sua exposição pública (LANZ, 2015).

Os estudos encontrados, demandados por ocasião da revisão de literatura, versam sobre pesquisas etnográficas que descreveram e investigaram a identidade, gênero e modificações corporais (SILVA, 1993; PERES, 2004; BENEDETTI, 2005; LOURENÇO, 2009; DUQUE, 2011, SANTOS, 2014), modos e histórias de vida (DENIZART, 1997; KULICK, 2008), transnacionalidade e territorialidade (FERREIRA, 2003; PATRÍCIO, 2008), além daqueles que abordaram as práticas e modelos educativos frente às DST/HIV/AIDS (MOTT; CERQUEIRA, 1997; PELÚCIO, 2009).

Vale ressaltar que questões relacionadas às identidades transgêneras não são exclusividade de nenhum estrato social. A pessoa que possui uma vivência na transgeneridade pode ser mulher ou homem, pobre ou rico, não ser alfabetizada ou possuir titulação, como pode ter sua autorreferência pautada por uma orientação sexual hétero, homo, bi, pan² ou assexual³ (LANZ, 2015). Essas questões as expõem a uma assimetria das “[...] relações de poder e opressão - entre homens e mulheres, entre aqueles que se consideram *normais* e os chamados de *desviantes*, entre países ricos e pobres” (LOPES, 2005, p.10).

1 A expressão “se arruma” ou “se arrumar” possui equivalência a “montar”, “montagem” ou “montação”, que significa “[...] vestir-se e maquiarse com objetivo de transformar-se e “passar” socialmente como mulher ou como homem” (LANZ, 2015, p. 417).

O termo “travesti” é utilizado neste trabalho numa acepção ao proposto por Jaqueline Gomes de Jesus (2015, p. 98): “pessoa que vivencia papéis de gênero feminino, mas não se reconhece como homem ou mulher, entendendo-se como integrante de um terceiro gênero ou de um não-gênero. Referir-se a ela sempre no feminino, o artigo “a” é a forma mais respeitosa de tratamento”.

2 Pessoa que possui atração sexual por pessoas de todos os sexos e de todos os gêneros (LANZ, 2015).

3 Pessoa que refere não sentir atração sexual por ninguém, nem do sexo/gênero oposto, nem do seu próprio sexo/gênero (LANZ, 2015).

De acordo com Ferreira (2003), as travestis, em função de sua ambiguidade de gênero, passam a ser interpretadas de modo sócio-desvalorizador, ou sob a ótica de clientes que as vêem como objeto sexual e, para manter preservada a sua masculinidade, interagem na clandestinidade. Pelúcio (2009) também relata a existência de momentos de tensão, por parte de clientes nos momentos que antecedem e sucedem o ato sexual, em função do receio de serem vistos por conhecidos e duvidarem de sua masculinidade.

Entretanto, no que se refere à saúde, ainda é possível constatar o desrespeito e a violação de direitos humanos básicos no acolhimento e atendimento dispensados a ‘pessoas trans’ ao reivindicarem questões elementares, como, por exemplo, respeito ao nome social⁴, assim como o tratamento condizente com sua expressão e identidade de gênero (PORCINO; COELHO; OLIVEIRA, 2014).

A esse respeito, os Princípios de *Yogyakarta*⁵ (2006, p. 8) “tratam de um amplo espectro de normas de direitos humanos e de sua aplicação a questões de orientação sexual e identidade de gênero”. Se, por um lado, a orientação sexual e a identidade de gênero são consideradas essenciais para a dignidade e humanidade de cada pessoa, por outro não devem ser motivo de discriminação, violência ou abuso, por parte de outrem (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2006).

Seguindo nessa mesma direção, o Ministério da Saúde, através da Portaria nº 675, de 30 de março de 2006, lançou a Carta dos Usuários da Saúde, que, em seu terceiro princípio, assegura: “Todo[a] cidadão[ã] tem direito a um tratamento humanizado e sem nenhuma discriminação” (BRASIL, 2007). Nesse aspecto, para que a equidade e a integralidade possam ser contempladas, é condição *sine qua non* que a identidade de gênero seja defendida

[...] como uma esfera das experiências humanas que deve ser respeitada em sua autonomia e legitimidade, incluindo-se a atenção

4 Nome pelo qual pessoas trans “[...] se identificam e preferem ser identificadas, enquanto o seu registro civil não é adequado à sua identidade e expressão de gênero” (JESUS, 2015, p. 102).

5 Os Princípios de *Yogyakarta* foram elaborados por um grupo renomado de 29 especialistas de 25 países, em reunião realizada na Universidade *Gadjah Mada*, em *Yogyakarta*, Indonésia, entre 6 e 9 de novembro de 2006, com experiências diversas e conhecimento relevante das questões da legislação de direitos humanos e adotaram por unanimidade os Princípios de *Yogyakarta* sobre a Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero.

adequada no campo da saúde – no se refere a informações, acesso a recursos e procedimentos a partir do consentimento informado, formas de tratamento, entre outros elementos (VERGUEIRO, 2015, p. 107).

No entanto, a partir de incursões no atendimento a pessoas trans⁶, é possível concordar que

ainda estamos distantes, na realidade brasileira, de um estado de plena cidadania para as pessoas trans. Elas sequer são, plenamente, consideradas “humanas” (JESUS, 2015, p. 64).

Neste trabalho, serão apresentados dados parciais de uma pesquisa que se encontra em desenvolvimento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (PPGEISU), do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC) da UFBA.

A motivação para sua realização emergiu a partir do desenvolvimento de atividades preventivas e atendimento psicoterapêutico individual e em grupo prestados a pessoas trans, na Associação de Travestis de Salvador (ATRAS). Diante disso, objetivou-se compreender os significados das representações apreendidas sobre a pessoa travesti.

Metodologia

Os dados apresentados constituem recorte de uma pesquisa qualitativa, fundamentada nos princípios que sustentam a Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2012). Neste trabalho, foi privilegiada a técnica do Desenho-Estória com Tema (D-E com Tema), elaborada por Walter Trinca (1983; 2013) e aperfeiçoada para a pesquisa de Representações Sociais por Aiello-Vasiberg (1997, p. 258), que compreende as representações sociais como um fenômeno complexo “[...] na medida em que correspondem a *manifestações simbólicas de subjetividades grupais*”⁷. Essa autora concebe a pesquisa de

6 A expressão ‘pessoas trans’ será utilizada para nos referirmos a pessoas travestis, mulheres e homens transexuais.

7 Grifo no original.

[...] representações sociais comprometida com um trabalho maior de *desconstrução*⁸ de representações restritivas e estereotipadas e de elaboração de outras, mais flexíveis e criativas [...] que valorizam a não dissociação entre teoria e prática, entre produção e aplicação de conhecimento, entre pensamento e ação [...] e visam o conhecimento do aspecto afetivo inconsciente (AIELLO-VAISBERG, 2007, p. 261).

Para Arruda (2014), a representação é compreendida como construção da realidade em função do significado que ela faculta ao objeto. Para alcançá-la, é necessário

[...] um exercício de interpretação: a pesquisa visa exatamente a coleta de indícios e a sua sistematização pelo(a) pesquisador(a) para chegar a essa interpretação, que se faz apelando a vários recursos (ARRUDA, 2014, p. 120).

Entre as principais vantagens da utilização do D-E com Tema, pode-se considerar: a rapidez da aplicação (TRINCA, 1997), assim como a facilidade com que se pode treinar um pesquisador para sua execução (AIELLO-VAISBERG, 1997). Para esta autora, através da utilização dessa técnica é possível apreender o inconsciente concernente à própria representação

[...] *há como conhecer o campo estruturante da representação porque a dramática grupal é psicologicamente apreensível com o auxílio das ciências humanas afins*⁹ (AIELLO-VAISBERG, 1997, p. 274).

A seleção das/os participantes foi feita mediante critérios de inclusão estabelecidos previamente: estar matriculada/o no componente curricular 'Campo da Saúde: Saberes e Práticas' - por tratar-se de um componente obrigatório e concentrar o maior número de estudantes -, e ter idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos.

8 Grifo no original.

9 Grifo no original.

No estudo, 243 estudantes responderam ao Teste de Associação Livre de Palavras (TALP), 18 realizaram o Desenho-Estória com Tema e 11 tiveram disponibilidade para a realização de entrevista semi-estruturada. A coleta de dados foi realizada no semestre letivo 2014.2, em horário previamente combinado com docentes do respectivo componente curricular - para o TALP -, pois sua aplicação foi realizada coletivamente em sala de aula. Já o D-E com Tema e a entrevista foram agendadas individualmente, de acordo com a disponibilidade de cada estudante.

O material obtido através do D-E com Tema foi tratado seguindo a proposta desenvolvida por Aiello-Vaisberg (1997): no primeiro momento, foram realizadas leituras conduzidas pela 'atenção flutuante¹⁰' e sublinhado - em termos de conteúdo - o que se destacou, ou seja, aquilo que emergiu e chamou a atenção dos/as pesquisadores/as; no segundo, os excertos destacados foram levados em consideração, tornando-se objeto de reflexão e de construção interpretativa; no terceiro, a reflexão possibilitou o levantamento de hipóteses, acerca de como se estabeleceu a relação com o objeto social pesquisado, em termos existenciais e emocionais, no que se refere aos aspectos subjetivos do grupo em questão. Na análise dos grafismos e histórias, alguns dos aspectos propostos por Coutinho, Serafim e Araújo (2011) também foram utilizados, tais como: a observação sistemática dos desenhos e a seleção dos desenhos por semelhança gráfica e/ou aproximação dos temas, em função de permitirem a compreensão subjetiva e ampliar "[...] o conhecimento das atitudes básicas da pessoa, em relação a si própria e ao mundo, e a expressão de sentimentos e suas simbolizações" (COUTINHO; SERAFIM; ARAÚJO, 2011, p. 211).

Para uso da técnica, foram oferecidos às/aos participantes os seguintes materiais: papel ofício em branco, tamanho A4, lápis preto e de cor – caixa com 12 cores. Após explicação da técnica, foi solicitado à/ao participante: "Represente através de desenho(s) o que a pessoa travesti atualmente significa para você". Em seguida, que conte uma história sobre o desenho e dê um título para ele.

Considerando que pesquisas de representações sociais comportam técnicas de coleta e análises diversas, as 18 (dezoito) produções, em forma de histórias, foram formatadas e constituíram o *corpus* da análise para que fosse tratada

10 A atenção flutuante pressupõe, pois, a supressão momentânea de seus [nossos] pré-julgamentos conscientes e de suas defesas inconscientes (CHEMAMA; VANDERMERSCH, 2007).

através do *software* IRAMUTEQ¹¹ e produzida a nuvem de palavras (CAMARGO; JUSTO, 2011). Associado aos grafismos o *corpus* obtido possibilitou compreender como as/os estudantes representaram a pessoa travesti, assim como suas relações afetivas para com a travesti, os desafios e principais enfrentamentos vivenciados no ‘fazer-se’, ‘estar’ ou ‘ser’ travesti.

O projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da UFBA, sob o protocolo de nº 684.219/2014, conforme estabelece a Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde. A participação das(os) estudantes se deu de forma voluntária, após a leitura, esclarecimento e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Na Tabela 1, apresentamos algumas características das/os participantes que realizaram o D-E com Tema. Como se vê, a maioria se autorreferiu como mulheres, na faixa etária entre 18 e 29 anos, com maior concentração entre o 1º e o 3º semestres do curso, respectivamente.

Tabela 1 – Principais características das/os participantes da pesquisa (D-E com Tema, N=18). Salvador, BA, Brasil, 2016.

Variáveis		N	%
Gênero	Mulheres	11	61,1
	Homens	7	38,9
Faixa etária	18-29 anos	16	88,9
	30-39 anos	2	11,1
Semestre	1º ao 3º	12	66,7
	4º ao 6º	6	33,3

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Resultados e discussão

Através da análise dos grafismos¹² e o conteúdo das estórias, foi possível identificar aspectos ancorados nas dimensões comportamental, afetiva e psicossocial das/os participantes, dos quais emergiu uma categoria que norteia

11 O IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) foi desenvolvido por Pierre Ratinaud (2009). É um programa informático gratuito, que se ancora no *software* R. Permite diferentes formas de análises estatísticas sobre *corpus* textuais, das mais simples às mais complexas (CAMARGO; JUSTO, 2013).

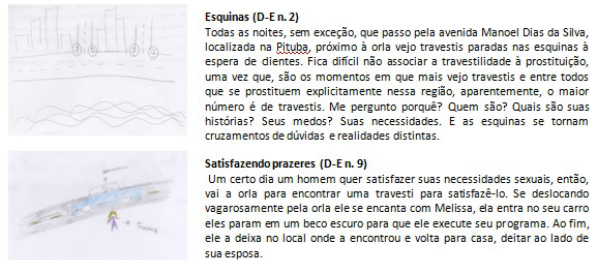
12 Para este trabalho foram utilizadas apenas duas produções – os D-E com Tema nº 2 e 9.

a compreensão das produções elaboradas, assim denominada: ‘fazer rua¹³’: espaço que permite a (sobre)vivência.

“Fazer rua”: espaço que permite a (sobre)vivência

Nos D-E com Tema do Quadro 1, os elementos *prostituição, avenida, esquina, rua e pessoa* aparecem como centrais e nos permitem inferir que, para as/os participantes, a imagem da pessoa travesti está diretamente associada à prostituição, em função de perceberem sua presença expressiva nesses espaços. Essa ideia é reforçada tanto pela semelhança pictórica das produções, em que a *rua* está representada, quanto pelas estórias.

Quadro 1 – D-E com tema (nº 2 e 9) sobre a pessoa travesti. Salvador, BA, Brasil, 2016.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Esse achado direciona a representação social sobre a pessoa travesti para uma vivência à margem da sociedade, permeada de enfrentamentos e resistências para se fazer existir. Viver a margem, de certo modo, pode estar relacionado ao fato de sua identidade de gênero divergente não corresponder com as ‘normas’ do dispositivo de gênero como estão postas na/pela sociedade.

Nesse aspecto, em nossa sociedade, para que uma pessoa possa (sobre)viver como travesti, ainda é necessário enfrentamentos e tensionamentos. Devido à sua condição, limites são estabelecidos através de práticas sociais de hostilidade, para que bens e serviços oferecidos e/ou disponibilizados pela sociedade sejam acessados, como por exemplo: escola, saúde e mercado de trabalho formal, para citar alguns. Diariamente, no que se refere ao acesso à

13 A expressão “fazer rua” possui o mesmo sentido que “fazer pista”, ou seja, está relacionada à prática/vivência da prostituição em pontos específicos, como por exemplo: ruas, avenidas e esquinas.

saúde, os direitos de pessoas trans são ignorados e, às vezes, até violados. A esse respeito, Alessandra Ramos (2013) afirma que,

[...] quando é algo não muito grave, que não exija uma atenção continuada, prefiro simplesmente falar que esqueci meu documento em casa para evitar suscetibilidades e constrangimentos. Porque é doloroso [...] você chegar a algum lugar e receber olhares de desaprovação (RAMOS, 2013, p. 104).

Para Xiberras (1996), o não acesso aos bens comuns, implica em exclusão, ou seja, a pessoa excluída seria aquela que é rejeitada para fora dos espaços, assim como das trocas de bens materiais e/ou simbólicos.

Assim, a exclusão que impossibilita a inserção no mercado de trabalho decorre da baixa escolaridade, em função de terem sido rejeitadas pela escola, “[...] principal lugar de socialização” (XIBERRAS, 1996, p. 32). Quando a pessoa inicia sua transição¹⁴, ainda no período escolar, as dificuldades tendem a se intensificarem. Nessa fase, o apoio por parte da família é essencial. No entanto, esse apoio nem sempre acontece e, no que se refere a recursos financeiros, é mais complicado.

De acordo com Fernanda Riquelme (2013, p. 63), “para uma travesti, a única escolha que ela tem, dependendo do lugar que ela se assume, é a prostituição”. Gláucia Boulevard (2013, p. 70) relata que “a prostituição faz parte de minha vida há muitos anos. Comecei a viver a prostituição bem cedo, desde ter sido expulsa de casa com doze anos”. A esse respeito, segundo Indianara Siqueira (2013), para a maioria das travestis e transexuais, assim como para muitas outras pessoas, a prostituição se apresenta como a única alternativa, pois

[...] sempre falo que, na realidade, profissionalizei o que eu fazia de graça [...] foi minha única opção. No início, eu não queria, e acabei ganhando um poste numa esquina. No caso das travestis e transexuais, outros problemas se passam: a expulsão de casa, as portas das escolas se fecham, as portas das igrejas se fecham, todas as portas se fecham; as únicas que se abrem são as da prostituição; no caso, através das cafetinas (SIQUEIRA, 2013, p. 165).

14 Este termo se refere ao “processo de mudança de gênero. Durante a transição, de MtF ou de FtM, a pessoa paulatinamente vai passando a viver *full time* inteiramente de acordo com as disposições sociais relativas ao gênero oposto ao qual foi classificada ao nascer” (LANZ, 2015, p. 429).

Em pesquisa desenvolvida por Matão *et al* (2010), entre estudantes de enfermagem e medicina a transexualidade foi representada através dos seguintes termos: homossexual, travesti, desequilíbrio, gay, opção, preconceito, anormal, conflito sexual, safadeza, vergonha, cirurgia e bissexual. Apesar de compreenderem que essa vivência é marginalizada e discriminada, denotam ‘desconhecimento’ no que se refere à transexualidade, ao ponto de assemelha-rem a identidade de gênero à orientação sexual: “[...] o termo transexualidade é representado também pelo grupo como semelhante à homossexualidade” (MATÃO, *et al*, 2010, p. 110). É possível inferir que esse ‘desconhecimento’ ocorra em função das questões relacionadas às transgeneridades ainda não serem pautadas nos cursos de formação superior em saúde. Entretanto, vale ressaltar que uma mulher ou homem transexual pode ter sua orientação hétero, homo, bi, pan ou assexual.

O conteúdo das histórias produzidas pelas/os participantes foram processadas através do *software* IRAMUTEQ e originaram a nuvem de palavras, retratada na Figura 1. A nuvem de palavras possibilitou agrupar e organizar as histórias graficamente em função da sua frequência, através de uma análise lexical mais simples, porém graficamente bastante interessante, na medida em que possibilita rápida identificação das palavras-chave de um *corpus* (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Figura 1 - Nuvem de palavras: representações sociais sobre a pessoa travesti. Salvador, BA, Brasil, 2016.



Foi observado que a pessoa travesti foi representada através dos seguintes termos, mais expressivos: *João, dia, viver, Maria, sentir, querer, passar, travesti, Manoel, nascer, preconceito, conseguir, arrumar.*

O termo 'João' foi o mais expressivo, aparecendo 29 vezes. Ele se associa ao nome atribuído à pessoa por ocasião de seu nascimento, por ter sido designado 'menino', considerando apenas o aspecto externo de sua genitália. As/os participantes relataram que, para 'estar' e/ou 'sentir-se' travesti, o 'preconceito' precisa ser enfrentado com 'luta'.

O segundo termo mais expressivo foi 'dia', mencionado 19 vezes, seguido de 'viver', 18 vezes, no sentido de que uma das tarefas mais difíceis de serem enfrentadas é o (sobre)viver de dia. É como se a possibilidade de existir só ocorresse à noite, como observado nos excertos abaixo:

*Todas as noites, sem exceção, que passo pela avenida Manoel Dias da Silva, localizada na Pituba, próximo à orla **vejo travestis paradas nas esquinas à espera de clientes** (D-E com Tema, nº 2)*

*[...] ele se encanta com Melissa, ela entra no seu carro eles param em **um beco escuro** para que ele execute seu programa (D-E com Tema, nº 9)*

A partir das produções gráficas e das histórias, não se evidencia preconceito por parte das/os estudantes para com a pessoa travesti. Ao mesmo tempo, para as mesmas(os), **é como se** os corpos das travestis fossem

[...] coisificados e erotizados, o que nos torna objetos de desejo e consumo, sem considerações a quaisquer sentimentos ou vontade própria; como se existíssemos para realizar fantasias sexuais e experimentações eróticas de sujeitos específicos (ARAÚJO, 2013, p. 93).

Assim, se por um lado, denotaram sensibilidade e 'respeito' ao retratarem a travesti como 'mulher', na perspectiva de uma identidade pautada por 'um feminino', por outro, o termo 'homem' também foi associado, pois é possível que mulheres, ao se 'travestirem', reivindicuem o tratamento no/pelo gênero masculino.

Considerações

A partir do D-E com Tema, tendo a pessoa travesti como objeto de representação social, as representações das/os participantes, a partir das estórias, foram ancoradas nas dimensões comportamental afetiva e psicossocial. De modo coletivo, foram observadas características semelhantes nas produções, em função do grupo de pertença. Destacou-se, nas estórias, uma tendência das/os participantes em nomear ‘as/os personagens’ dos grafismos. O que denota uma promoção de respeito e valorização no tratamento para com a/o outra/o.

O imaginário das/os participantes, no que concerne às travestilidades, elucida aspectos subjetivos sobre o quão difícil deve ser para uma pessoa ‘estar’ ou ‘ser’ travesti, numa sociedade heteronormativa, que ainda pauta o binarismo de gênero. Os D-E com Tema evidenciaram que, para a travesti (sobre)viver de dia, é necessário enfrentar e lutar contra todas as formas de preconceito e opressão, que implicam em exclusão. Nesse caso, as vulnerabilidades se intensificam, na medida em que as travestis são associadas a contextos de prostituição e exclusão.

Assim, acessar as representações sociais acerca da pessoa travesti, sob o ponto de vista das/os participantes, possibilita compreender sobre quais perspectivas serão dispensados os cuidados a travestis no âmbito da saúde, especialmente por aquelas/es estudantes que, por ocasião da progressão linear, migrarem para outros cursos da área da saúde. Os conteúdos das representações revelaram que os sentimentos afetivos das(os) participantes são carregados de elementos de sensibilidade e compreensão.

Referências

AIELLO-VAISBERG, T. M. J. Investigação de representações sociais. In: TRINCA, W. (Org.). **Formas clínicas de investigação clínica em psicologia**: procedimento de desenhos-estórias: procedimento de família com estórias. São Paulo: Vetor, 1997, p. 255-288.

ARAÚJO, G. C. Transtorno? não... transcendências! corpos trans(cendentes). In: SILVA, D. A. et al. (Org.). **Feminilidades**: corpos e sexualidades em debate. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 83-98.

ARRUDA, A. Despertando do pesadelo: a interpretação. In: SOUSA, C. P. et al. (Org.). **Angela Arruda e as representações sociais**: estudos selecionados. Curitiba: Champagnat; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2014, p. 117-145.

BENEDETTI, M. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BOULEVARD, G. Vida de travesti é luta! Luta contra a morte, luta contra o preconceito, luta pela sobrevivência e luta por espaço. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JÚNIOR, A. B. (Org.). **Geografias malditas**: corpos, sexualidades e espaços. Ponta Grossa, PR: Toda palavra, 2013, p. 69-81.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários da saúde**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. <<http://goo.gl/6GjgL7>>. Acesso em: 09 abril. 2016.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um *software* gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/bB29pl>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

CHEMAMA, R.; VANDERMERSCH, B. **Dicionário de psicanálise**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2007.

COUTINHO, M. P. L.; SERAFIM, R. C. N. S.; ARAÚJO, L. S. Aplicabilidade do desenho-estória com tema no campo da pesquisa. In: COUTINHO, M. P. L.; SARAIVA, E. R. A. (Org.). **Métodos de pesquisa em psicologia social**: perspectivas qualitativas e quantitativas. João Pessoa: Editora Universitária, 2011, p. 205-250.

DENIZART, H. **Engenharia erótica**: travestis no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

DUQUE, T. **Montagens e desmontagens**: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes. São Paulo: Annablume, 2011.

FERREIRA, R. S. **As “bonecas” da pista no horizonte da cidadania**: uma jornada no cotidiano travesti em Belém (PA). 2003. 139f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

JESUS, J. G. **Homofobia**: identificar e prevenir. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

LANZ, L. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015.

LOPES, C. R. A epidemia mudou, e o mundo também. **Radis**, Rio de Janeiro, n.40, p.10-16, dez. 2005.

LOURENÇO, A. N. **Travesti**: a construção do corpo feminino perfeito e suas implicações para a saúde. 2009. 80f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2009.

MATÃO, M. E. L. et al. Representações da transexualidade: perspectiva dos acadêmicos de enfermagem e de medicina. **Rev. Baiana saúde pública**, v. 34, n. 1, p. 101-118, jan.-mar. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/1rGVc1>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOTT, L.; CERQUEIRA, M. **Os travestis da Bahia e a Aids**: prostituição, silicone e drogas. Salvador: GGB, 1997.

PATRÍCIO, M. C. **Nu truque**: transnacionalidade e distinção entre travestis brasileiras. 2008. 279f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

PELÚCIO, L. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

PERES, W. Travestis: subjetividades em construção permanente. In: UZIEL, A. P.; RIOS, L. F.; PARKER, R. G. (Org.). **Construções da sexualidade**: gênero, identidades e comportamento em tempos de aids. Rio de Janeiro: Pallas, 2004, p.115-128.

PORCINO, C. A.; COELHO, M. T. A. D.; OLIVEIRA, J. F. “Sem direito a viver de dia”: representações sociais de estudantes universitários sobre travestis. In: COLÓQUIO

INTERNACIONAL – EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 8, 2014, Aracaju.

Anais... Aracaju, 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/l7RD63>>. Acesso em: 09 abr. 2016.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. **Princípios de Yogyakarta**. Rio de Janeiro: CLAM, 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/YbHJYC>>. Acesso em 09 abr. 2016.

RAMOS, A. *Corpos trans, experiências e movimentos sociais LGBTs*. In: SILVA, D. A. et al. (Org.). **Feminilidades: corpos e sexualidades em debate**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 99-106.

Ratinaud, P.; Marchand, P. Application de la méthode ALCESTE à de “gros” corpus et stabilité des “mondes lexicaux”: Analyse du “CableGate” avec IraMuTeQ. In *Actes des 11eme Journées Internationales d’Analyse Statistique des Données Textuelles*, Liège: JADT, p. 835– 844, 2012.

RIQUELME, F. A vida de travesti é glamour, mas também é violência em todo lugar. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JÚNIOR, A. B. (Org.). **Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Ponta Grossa, PR: Toda palavra, 2013, p. 55-67.

SANTOS, A. S. **O gênero encarnado: modificações corporais e riscos à saúde de mulheres trans**. 2014. 245f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, H. R. S. **Travesti: a invenção do feminino**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

SIQUEIRA, I. Profissionais ou “marginais” por falta de regulamentação. In: SILVA, D. A. et al. (Org.). **Feminilidades: corpos e sexualidades em debate**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p.165-174.

TRINCA, W. **O pensamento clínico em diagnóstico da personalidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

_____. Apresentação e aplicação. In: _____. (Org.). **Formas clínicas de investigação clínica em psicologia: procedimento de desenhos-estórias: procedimento de família com estórias**. São Paulo: Vetor, 1997, p. 11-66.

_____. (Org.). **Procedimentos de desenhos-estórias**: formas derivadas, desenvolvimentos e expansões. São Paulo: Vetor, 2013.

VERGUEIRO, V. Reflexões autoetnográficas trans* sobre saúde: invisibilizações e marginalizações sistêmicas, e resistências à patologização e normatização das diversidades de gênero. In: GEISLER, A. R. R. (Org.). **Protagonismo trans***: política, direito e saúde na perspectiva da integralidade. Niterói, RJ: Alternativa, 2015, p. 106-133.

XIBERRAS, M. **As teorias da exclusão**: para uma construção do imaginário do desvio. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

A CODEPENDÊNCIA EMOCIONAL E OS IMPACTOS NA SAÚDE DA MULHER

Daliane Fontenele de Souza
inezsampaionery11@gmail.com

Inez Sampaio Nery.
Universidade Federal do Piauí – UFPI
daliane.fontenele@hotmail.com

Resumo: Trata-se de um estudo teórico, na abordagem qualitativa e comparativa, que tem como objetivo analisar a codependência emocional e os impactos na saúde da mulher. Verificou-se como as relações são estabelecidas, comparando as considerações de vários autores especialistas no tema. Constatou-se que existem semelhanças e variações nos posicionamentos dos pensadores sobre a temática. Assim, têm-se distintos ângulos de observação em que se formam figuras que explicitam e desvelam as múltiplas faces. Conclui-se que as formulações são promissoras para se repensar, na atualidade, as relações entre codependência emocional, sexualidade e saúde da mulher, inclusive no que diz respeito às reflexões sobre o tratamento das “mulheres que amam demais”.

Palavras-chave: Codependência emocional, Sexualidade, Saúde da mulher.

1 Introdução

Dentro do contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, constata-se o fato de que existem algumas mulheres codependentes emocionalmente dos seus parceiros. Essas mulheres permitem o sentimento que acreditam ser amor, mas que na verdade é uma obsessão, controlar suas emoções e boa parte do seu comportamento, mesmo quando percebem a influência negativa sobre sua saúde e bem-estar.

Alguns autores de livros americanos de autoajuda argumentam que é como se essas mulheres medissem a intensidade do seu amor pela quantidade de sofrimento. Para eles, as chamadas “mulheres que amam demais” vivem na esperança de que amanhã será diferente e esperam que o homem se modifique, pois para elas isso é mais confortável do que elas se modificarem e modificarem suas vidas.

A autora americana Robin Norwood, escritora do livro “Mulheres que amam demais”, afirma que uma mulher que use o relacionamento como droga negará totalmente aquele fato tanto quanto qualquer indivíduo quimicamente “viciado” e terá a mesma resistência e medo com relação ao abandono de seu modo obsessivo de pensar e de sua forma altamente carregada emocionalmente de se relacionar com homens. Enfatiza que está inteiramente convencida de que o que aflige mulheres que amam demais não é como se fosse um processo doentio, mas de fato é um processo doentio que requer diagnóstico e tratamento específicos. Para ela, muitas “mulheres que amam demais” sepultaram tão profundamente seus sentimentos “que necessitam da agitação de brigas, rompimentos e reconciliações até para se sentirem vivas” (NORWOOD, 2010, p. 267).

A mesma autora defende que o primeiro passo no tratamento de uma mulher com esse problema é ajudá-la a perceber que, como o “viciado”, está sofrendo de um processo doentio que é identificável, que progride se não for tratado, e que reage bem a um tratamento específico. Segundo ela, essa mulher precisa saber que é “viciada” na dor e na familiaridade de um relacionamento desagradável e que esta é uma doença que atinge muitas mulheres.

O interesse deste artigo é apresentar as interfaces entre codependência emocional, sexualidade, saúde da mulher, gênero e violência doméstica e familiar. Pretende-se, com o estudo, instrumentalizar as instituições que compõem a rede de atendimento às mulheres vítimas de violência, nos âmbitos federal, estadual e municipal, na criação e implementação de políticas públicas que

visem minorar a situação de vulnerabilidade das vítimas de violência doméstica e familiar que são codependentes emocionalmente de seus companheiros agressores.

Trata-se de uma análise de conteúdo, de forma qualitativa e comparativa, que tem como base a percepção de vários(as) autores(as) especialistas nas referidas temáticas. Primeiramente, abordam-se algumas reflexões sobre a codependência emocional e a sexualidade. Em seguida, sobre a recuperação de relacionamentos viciados. Por fim, sobre a saúde da mulher.

2 Codependência emocional e sexualidade: algumas reflexões

A sexualidade não tem o mesmo grau de importância para todos os sujeitos. Heilborn (1999) afirma que o valor diferencial atribuído à sexualidade deve considerar que esta não é sinônimo de atividade sexual. Mais do que um recurso explicativo baseado em diferenças psicológicas,

[...] essa variação é efeito de processos sociais que se originam no valor que a sexualidade ocupa em determinados nichos sociais e nos roteiros específicos de socialização com que as pessoas se deparam. A cultura, em sentido lato, é a responsável pela transformação dos corpos em entidades sexuadas e socializadas, por intermédio de redes de significados que abarcam categorizações de gênero, de orientação sexual, de escolha de parceiros. Valores e práticas sociais modelam, orientam e esculpem desejos e modos de viver a sexualidade, dando origem a carreiras sexuais/amorosas (HEILBORN, 1999, p. 1).

Para Foucault (1988), o conceito de sexualidade que pertence a nossa história nasceu como a justa medida de separação entre normalidade e anormalidade. Na obra que produziu em três volumes, *História da Sexualidade*, Foucault tomou a sexualidade como uma criação discursivo-institucional, cuja função seria o controle dos indivíduos e das populações. Afirmava que

[...] a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação

dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1988, p. 116-117).

Contradizendo Foucault, que apresenta a sexualidade como uma construção sócio-histórica influenciada pelas relações de poder, Taquette (2008) enfatiza, embasado na teoria freudiana, que a sexualidade é uma característica própria do ser humano, está presente desde o início de sua formação, e que a libido é caracterizada por manifestações involuntárias. Ressalta que, em imagens ultrassonográficas do bebê ainda no útero, pode-se verificar a ereção peniana do sexo masculino e a lubrificação vaginal do sexo feminino. Ressalta ainda que as sensações sexuais acompanham o ser humano durante todo o seu desenvolvimento: na criança, com a própria amamentação; e na adolescência, com a intensificação na fase da puberdade das manifestações proporcionadas pelo desenvolvimento físico e psicológico. Enfatiza que o interesse sexual aumenta proporcionalmente ao desenvolvimento físico, o qual é observado pelo surgimento das características sexuais secundárias (distribuição de pelos no corpo, tonalidade da voz, distribuição de gordura no corpo, massa muscular), com consequentes alterações hormonais que favorecem ao prazer sexual sem a finalidade reprodutiva.

Segundo Corrêa (1998), não existe uma especialidade médica que trate da sexualidade. Por outro lado, muito do que pode ser entendido por sexualidade está pulverizado no discurso e na prática de uma série de especialidades que lhe oferecem seu contexto. Numa medicina que acumulou conhecimentos fragmentados sobre o corpo, não se pode identificar, a princípio, a existência de um discurso sobre o sexo e a sexualidade. Para ela, reconhece-se à própria sexualidade uma forte carga de ambiguidades e uma polissemia, que agravam o quadro de instabilidade no nível de definições e categorizações mesmo iniciais.

Grossi (1998, p. 9) ressalta que, na cultura ocidental, costuma-se associar a sexualidade ao gênero, como se fossem duas coisas coladas uma à outra. Por isso, classificam-se indivíduos que mantêm relações sexuais e/ou afetivas com outros do mesmo sexo como homossexuais, “uma categoria que remete imediatamente, no imaginário ocidental, à ideia de doença, perversão ou anormalidade”. De acordo com a autora, a sexualidade é também culturalmente determinada. Alega que a maior parte das pessoas na sociedade ocidental considera a heterossexualidade algo “instintivo” da espécie humana em vistas da sua autopropagação pela reprodução. Alega ainda que sexo e reprodução

são vistos nesta sociedade como intrinsecamente relacionados entre si, pois se considera a reprodução como envolvendo apenas os dois indivíduos, de sexos diferentes, que se relacionaram sexualmente. Para ela, o desenvolvimento, no final do século XX, das ditas “novas tecnologias de reprodução” tem vindo abalar esta crença, desvinculando, portanto, a sexualidade da reprodução.

Da mesma forma que hoje se discute se a heterossexualidade é necessária à reprodução da espécie humana, no final do século XIX, pensava-se que

[...] o desejo sexual era uma característica masculina e que as mulheres copulavam apenas para as necessidades de reprodução da espécie e da família. O prazer feminino era percebido como perigoso e patológico, sendo que passividade e frigidez eram considerados comportamentos femininos “naturais”, portanto ideais. Hoje, com as inúmeras contribuições da Psicanálise e dos movimentos de libertação das mulheres, o desejo e o orgasmo femininos não são mais vistos como pecaminosos ou “antinaturais”. Vemos, portanto, que os valores associados às práticas sexuais são marcados historicamente (GROSSI, 1998, p. 10).

Existem muitas teses que abordam a codependência emocional com ênfase na importância dada a relação sexual. Uma delas é a da autora Norwood, já citada anteriormente. Para esta autora, a pergunta feita por uma de suas pacientes - “como o sexo entre nós era tão bom, fazia-nos sentir tão bem e unia-nos tanto, se realmente não existia nada entre nós?” - merece ser estudada, pois as “mulheres que amam demais” frequentemente enfrentam o dilema de um bom relacionamento sexual em relações infelizes e sem esperança. Para ela, devido à dinâmica que opera em cada nível de interação com os homens, incluindo o nível sexual, um relacionamento ruim contribui realmente para o sexo ser excitante, apaixonante e estimulante. Ressalta que, embora pareça que o sexo gratificante não seria muito razoável num relacionamento infeliz, é importante lembrar que o clímax sexual alivia tanto a tensão física, como a emocional (NORWOOD, 2010, p. 43).

Enquanto algumas mulheres evitam o envolvimento sexual com os parceiros, quando há conflito e tensão entre eles, outras mulheres, em circunstâncias parecidas, acham que o sexo é uma forma bastante efetiva de aliviar boa parte da tensão, ao menos temporariamente. Para uma mulher que se encontra num relacionamento infeliz com um parceiro a quem está “doentamente ligada”, o

ato sexual pode ser o lado gratificante do relacionamento e a única forma de relacionar-se com o companheiro. Ela gasta tempo e energia e passa sua vida a utilizar a sexualidade como um instrumento, a tentar transformar uma pessoa que não é capaz de amá-la em uma que seja capaz. Depois de um conflito, dois elementos contribuem para um intercurso sexual especialmente intenso e extasiante: um deles é o alívio da tensão; e o outro envolve um grande esforço, após a briga, de fazer com que o sexo “funcione”, de forma a solidificar os laços do casal que foram ameaçados pela discussão (NORWOOD, 2010).

Teses como a de Norwood e de outros autores americanos de autoajuda estão sendo confrontadas e criticadas por alguns estudiosos da temática gênero com enfoque na mulher, pois se acredita que tais colocações reafirmam estigmas de séculos passados em que a mulher era vista como doente, histérica, dentre outros.

Castro (2007, p. 10) afirma que, ao dedicar-se muito ao outro (seja ele um companheiro ou os filhos), a mulher esqueceu-se de si mesma. Para a autora, é dessa forma que os sentimentos de amor e de cuidado acabam sendo patologizados e a própria figura da “famigerada mulher que ama demais” é construída como uma identidade doente, para a qual o diagnóstico e o tratamento dão-se através da atividade solitária da leitura. Afirma ainda que o desligamento, “construído a partir de alguma dose de saudável egoísmo, é a chave para a recuperação desse *self* doente – e também para a conquista da autonomia das pessoas com as quais essa pessoa se relaciona”.

As mulheres já foram representadas na literatura de diversas maneiras. Muito do que se escreveu sobre elas, ao longo da história, expressava um olhar masculino da realidade social. Nas palavras de Confortin (2003, p. 108), “se aparecessem, era como uma nota de rodapé ou como algo semelhante a um desvio de norma”. Até que as próprias mulheres expressassem suas representações de mundo, o que se relatava sobre elas era traduzido pelo olhar masculino/patriarcal, que as visualizava em um lugar de segundo plano na reprodução social (ALBUQUERQUE, 2012). É interessante observar que o fato de mulheres escreverem sobre mulheres não deve ser considerado uma postura necessariamente feminista, pois no caso dos manuais de autoajuda é possível encontrar passagens que são diretamente divergentes de posicionamentos feministas, mesmo tendo sido estes escritos por mulheres.

Segundo Albuquerque (2012), os livros de autoajuda destinados às mulheres são publicações difundidas na segunda metade do século XX, mas os manuais voltados para estimular um comportamento ideal para mulheres têm existência

anterior. Para a autora, no recorte de gênero da autoajuda, há um dilema de ordem emocional que é posto para as mulheres, como condição de bem-estar.

A mulher é tão bem sucedida quanto mais consiga driblar os obstáculos emocionais que lhe surjam nos relacionamentos íntimos. Os manuais, neste sentido, operam com uma racionalização das emoções, oferecendo estratégias de equilíbrio, através de “mandamentos” que, se seguidos, sugerem evitar que as mulheres se machuquem sentimentalmente (ALBUQUERQUE, 2012, p. 13).

Hochschild (2003, p. 56) constata que “todo esse manejo de controle emocional expressa uma desigualdade de gênero que impõe ao lado subordinado o custo subjetivo do trabalho das emoções”. Divergindo de Goffman, que visualiza atores atuando igualmente no curso de uma interação, a autora afirma que uns são levados a atuar mais que os outros. Tal afirmação se exemplifica em diversas sugestões dos manuais para que as mulheres simulem determinadas expressões ou sentimentos, como forma de administrá-las.

Heller (2008) considera isso como ultrageneralização, ou seja, os fragmentos imediatos da experiência dos indivíduos tendem a ser compreendidos como se obedecessem a um modelo padrão. Para ela, as formulações contêm fragmentos das experiências cotidianas, mas tendem a criar, enquanto discurso, uma generalização e atemporalidade, ao estabelecer padrões de conduta/comportamentos.

Ressalta-se que, ao se trazer conteúdos de manuais de autoajuda para a discussão do objeto de estudo aqui referido, não representa uma intenção de confirmá-los ou negá-los. Trata-se apenas de perceber como esse discurso é produzido e encontra ressonância social, pois se por um lado opera com uma construção de ideal do que seja a mulher, por outro é fortalecido pelos(as) leitores(as) que se identificam fortemente com tais publicações.

Ao abordar a sexualidade das mulheres codependentes sob outro viés que não só o emocional, ressalta-se o ponto de vista de Russel (1955, p. 107) que afirma que “o casamento é para as mulheres a forma mais comum de se manterem, e a quantidade de relações sexuais indesejadas que as mulheres têm de suportar é, provavelmente, maior no casamento do que na prostituição”. É grande o número de mulheres que se veem forçadas a permanecer casadas e com esforço cumprir suas obrigações sexuais com o marido em troca de casa, comida e algum conforto.

Segundo Lins (2008), a maioria das mulheres, depois de algum tempo de casamento, faz sexo sem nenhuma vontade. Esse sexo indesejado, por obrigação, é vivido também por mulheres economicamente independentes, que não necessitam do marido para mantê-las. A dependência emocional acaba sendo tão limitadora, quanto a financeira. Ambas podem conduzir a uma vida sexual pobre e medíocre. Imaginar-se sozinha, desprotegida, sem um homem ao lado, é percebido como insuportável por algumas mulheres.

Ao relacionar prazer e violência, o neuropsicólogo James W. Prescott afirma que uma personalidade orientada para o prazer raramente exhibe condutas violentas ou agressivas e que uma personalidade violenta tem pouca capacidade para tolerar, experimentar ou gozar atividades sexualmente prazerosas (LINS, 2008).

O prazer, geralmente, é tido como um critério indicativo de positividade em relação à sexualidade, mas o sexo pode ser fonte de ansiedade quando se tem prazer, assim como pode ser fonte de prazer em situações de desprazer, como na experiência da dor (física ou moral). A forma “como se goza não era objeto de consideração científica, cabendo ao discurso moral e não à medicina um debate sobre o que seria repugnante no sexo, ou sobre o dever conjugal” (CORRÊA, 1998, p. 77).

Foucault (1988) mostra como a normalização da sexualidade não pode ser separada da produção de saberes (medicina, pedagogia, psicologia, demografia, entre outros) que, ao intensificar o desejo de conhecimento sobre o sexo, as sensações do corpo, a qualidade do prazer, a natureza das impressões, delimitam o próprio campo da sexualidade.

3 Recuperação de relacionamentos codependentes

A codependência amorosa é um termo advindo daquele cunhado, em 1995, por Melody, Miller e Miller - a codependência afetiva - que se estabelece nas relações disfuncionais entre pais e filhos nas quais se gera dependência mútua, sendo observadas as diferenças de papéis. O termo foi transposto de forma a caracterizar que a dependência em relacionamentos amorosos é configurada por um parceiro passivo e um outro opressor que estabelecem uma relação de subordinação que é destrutiva para uma ou ambas as partes, mas da qual nenhum dos dois consegue se desvincular, gerando a vivência de manutenção da situação desconfortável ou desagradável que pode chegar ao âmbito da agressão - seja física ou psicológica (ALBUQUERQUE; TOURINHO, 2013). Para as autoras, o padrão comportamental codependente pode ser atribuído ao quadro de Transtorno de Personalidade Dependente. Tal quadro pode ser

caracterizado por uma necessidade subjacente de cuidados, em que o sujeito apresenta comportamento submisso e aderente, com temores quanto a uma eventual separação. Ressaltam que

[...] as pessoas portadoras de tal transtorno se veem como indefesas, formulando crenças de que a obtenção da felicidade somente se configura com a presença de um sujeito “mais forte” que a disponibilize. Neste quadro a principal ameaça é o abandono, que supostamente confirma crenças com conteúdo de incompetência, incapacidade de ser amado e ser feliz sem a figura de uma pessoa mais forte – gerando ansiedade, principalmente em momentos de tensão no relacionamento (ALBUQUERQUE; TOURINHO, 2013, p. 74 e 75).

Mellody, Miller e Miller (1995) ressaltam que os codependentes têm dificuldades em: vivenciar níveis adequados de autoestima; estabelecer limites funcionais; admitir e expressar a própria realidade; tomar conta de suas necessidades e desejos adultos; experimentar e expressar moderadamente sua realidade. Um dos conceitos propostos é a culpa posterior aos episódios de conflito, que sistematizam como:

[...] ter uma estrutura mental acusatória o conduz a um processo de condenação. A culpa significa que tem os problemas que tem por causa de algo que outra pessoa fez a você [...] a condenação o algema à pessoa que abusou de você e você passa a depender de que essa pessoa mude para que possa tentar se curar. Isso dá poder ao agressor e torna você, a vítima, indefeso – sem a capacidade de se proteger ou mudar (MELLODY; MILLER; MILLER, 1995, p. 157).

As discussões colocadas pelos autores acima referidos indicam o oposto do que consta no texto de autoajuda de Norwood (2010). Esse contraponto se faz relevante para a análise dos variados pontos de vista sobre a questão da codependência amorosa.

Peele (1975 *apud* NORWOOD, 2010, p. 37) afirma que a experiência “viciadora” é aquela que absorve a consciência da pessoa e, como acontece com analgésicos, alivia a sensação de ansiedade e dor. Segundo o autor, talvez não haja nada tão bom para absorver nossa consciência do que um relacionamento amoroso de um certo tipo. Para ele, o relacionamento “viciador” é

caracterizado “pelo desejo da presença animadora de uma outra pessoa... O segundo critério é que o relacionamento diminui a habilidade da pessoa em prestar atenção a outros aspectos da vida e em lidar com eles” .

A recuperação desses relacionamentos “viciados” envolveria conseguir ajuda de um grupo de apoio apropriado, para quebrar o círculo do vício, e para se aprender a buscar sentimentos de autoavaliação e bem-estar de outras fontes que não um homem, para sustentar esses sentimentos. A chave estaria em aprender a viver uma vida saudável, satisfatória e serena, sem depender de outra pessoa para ser feliz (NORWOOD, 2010).

Acredita-se que, no Brasil, um dos locais onde essas mulheres poderiam ser tratadas seria o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, “considerado equipamento por excelência para organizar a rede assistencial e articular as condições para a reinserção da pessoa com transtorno mental na sociedade” (ROSA; CAMPOS, 2013, p. 313).

A atenção psicossocial prestada nesses centros é compreendida como um processo que implica a abertura de espaços de negociação para o paciente, para sua família, para a comunidade circundante e para os serviços que se ocupam do paciente. A dinâmica da negociação é contínua e não pode ser codificada de uma vez por todas, já que os atores (e os poderes) em jogo são muitos e reciprocamente multiplicantes. Os elementos que assumem papel de destaque na evolução de um transtorno mental e na estratégia de intervenção em saúde mental, classificam-se em “variáveis fortes” (diagnóstico, idade, agudeza ou cronicidade do quadro e história da enfermidade) e “variáveis sombra” (nível de capacidade intelectual, grau de informação, *status* social, condição de solidão ou não e o sexo) (SARACENO, 1994). Sendo assim, poder-se-ia considerar a codependência emocional uma “variável sombra”.

No contexto dessas variáveis, a família é um lugar privilegiado de promoção da saúde e desempenha papel fundamental no processo de constituição, desenvolvimento, crise e resolução dos problemas de saúde individuais e coletivos. Desse modo, torna-se impensável descartar a família como referência importante das políticas públicas de saúde, dentre outras (MIOTO, 2010).

4 Saúde da mulher

Os registros em prontuários se resumem aos sintomas e prescrições biomédicas, ignorando o contexto de vida das mulheres que tendem a sofrer com a violência institucional perpetrada por práticas profissionais que, atravessadas por diferenças de classe social, desconsideram a pobreza e as múltiplas exclusões

a que são submetidas, desconsiderando suas repercussões no processo saúde-doença-cuidado (ROSA; CAMPOS, 2012).

Ceccim e Feuerwerker (2004) enfatizam que a formação dos profissionais de saúde tem permanecido alheia à organização da gestão setorial e ao debate crítico sobre os sistemas de estruturação do cuidado, mostrando-se absolutamente impermeável ao controle social sobre o setor, fundante do modelo oficial de saúde brasileiro. A integralidade da atenção envolve a compreensão da noção de ampliação da clínica, o conhecimento sobre a realidade, o trabalho em equipe multiprofissional e transdisciplinar e a atenção intersetorial. Segundo os autores, a formação para a área da saúde deveria

ter como objetivos a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho e, estruturar-se a partir da problematização do processo de trabalho e sua capacidade de dar acolhimento e cuidado às várias dimensões e necessidades de saúde das pessoas, dos coletivos e das populações (CECCIM; FEUERWERKER, 2004, p. 43).

Ballarin et al. (2008) constatam as dificuldades da atenção integral à saúde da mulher com transtorno mental, que requer ações intersetoriais dada a associação da enfermidade com a pobreza, com as sobrecargas em múltiplas arenas, a violência, a discriminação, entre outras.

A despeito das dificuldades relatadas, no Brasil, o Relatório Final da 14ª Conferência Nacional de Saúde, ocorrida em 2011, na sua Diretriz 11, traz algumas propostas bastante relevantes no que diz respeito à saúde mental das mulheres:

Proposta 4 - Garantir, em todo o âmbito do SUS, o respeito às diversidades étnico-raciais, sexuais, de gênero, geração, território e transtornos mentais e dependentes químicos, garantindo recursos humanos capacitados também para as áreas específicas, especialmente pessoas com deficiência de saúde mental, visando à humanização da atenção; Proposta 14 - Implantar redes de atenção e proteção às pessoas em situação de violência doméstica e sexual, crianças, adolescentes, adultos, idosos, pessoas com deficiência, transtorno mental e trabalhadores (BRASIL, 2012, p. 68; 70).

Na Carta da 14ª Conferência Nacional de Saúde, um dos itens defendidos é a importância da efetivação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, a garantia dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, além da garantia de atenção à mulher em situação de violência, como forma de contribuição para a redução da mortalidade materna e neonatal, o combate ao câncer de colo uterino e de mama e uma vida com dignidade e saúde em todas as fases de vida (BRASIL, 2012).

5 Conclusões

As diferentes formas de examinar as relações entre codependência emocional, sexualidade e saúde da mulher foram extraídas de estudos da realidade social. A intenção foi pôr em relevo, a partir de um esforço de interpretação, as configurações que constroem e expor a complexidade do tema a fim de abrir o debate.

Têm-se, assim, ângulos diferentes de análise em que se formam diferentes figuras e, principalmente, expõem-se diversos aspectos da temática, consequentemente desvelando-a, senão em sua totalidade, pelo menos em várias de suas múltiplas faces. Constatou-se que há semelhanças e variações nos posicionamentos dos(as) autores(as), mas todas revelam-se promissoras no estudo da temática.

Conclui-se que as formulações são relevantes, na atualidade, para se repensar as relações entre codependência emocional, sexualidade e saúde da mulher, inclusive no que diz respeito às reflexões sobre o tratamento das “mulheres que amam demais”.

Desse modo, o concurso de várias perspectivas de análise ou a admissão de que nenhuma delas é capaz de, por si só, abarcar todos os aspectos, enriquece o estudo e favorece a apreensão de sua complexidade.

Referências

ALBUQUERQUE, R. M. M. Quem é essa mulher? Análise das representações femininas nos manuais de autoajuda. *XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE e PRÉ-ALAS BRASIL, GRUPO DE TRABALHO 03 - Sociologia e antropologia das emoções*. Teresina-PI: UFPI, 2012, p. 1-21.

ALBUQUERQUE, V. F. S.; TOURINHO, N. de A. Codependência Amorosa: Um Estudo Cognitivo-Comportamental Focado nos Esquemas. In: ALBUQUERQUE, V. F. S. (Org). *Saúde Mental em Perspectiva: Ensaio sobre a Psicopatologia e o Cuidar*. Primeira Edição. São Paulo: Perse, 2013. P. 45-85.

BALLARIN, M. L. G. S.; FERIGATO, S. H.; CARVALHO, F. B. Serviços de atenção à saúde mental: reflexões sobre os desafios da atenção integral à saúde da mulher. *Revista O Mundo da Saúde*. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, v. 32, n. 4, p. 511-518, out./dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Relatório final da 14ª Conferência Nacional de Saúde: todos usam o SUS; SUS na seguridade social; Política pública, patrimônio do povo brasileiro*. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. – (Série C. Projetos, Programas e Relatórios).

CASTRO, T. P. O trabalho emocional das lobas: autoajuda e subjetividade. 31º *Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs*, Seminário Temático 03: Antropologia das Emoções. Caxambu-MG: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Universidade Estadual de Campinas, 2007, p. 1-25.

CÉSAR, M. R. de A. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”. *Revista Educar*. Curitiba: Editora UFPR, n. 35, p. 37-51, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n35/n35a04.pdf>> Acesso em: 12 set. 2011.

CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. C. M. O Quadrilátero da Formação para a Área da Saúde: Ensino, Gestão, Atenção e Controle Social. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro: CEPESC Editora, n. 14(1), p. 41-65, 2004.

CONFORTIN, H. Discurso e Gênero: a mulher em foco. In: GHILARD-LUCENA, M. I. (Org). *Representações do feminino*. Campinas, SP: Editora Átomo, 2003.

CORRÊA, M. V. Sexo, Sexualidade e Diferença Sexual no Discurso Médico: Algumas Reflexões. In: LOYOLA, M. A. *A Sexualidade nas Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 69-91.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GROSSI, M. P. Identidade de Gênero e Sexualidade. *Revista Antropologia em Primeira Mão*. Florianópolis: UFSC, p. 1-18, 1998.

HEILBORN, M. L. Construção de si, gênero e sexualidade. In: HEILBORN, M. L. (Org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*, IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999, p. 40-59.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HOCHSCHILD, A. R. *The Commercialization of intimate life: notes from home and work*. Berkeley, The University of California Press, 2003.

LINS, R. N. *A cama na varanda: arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo: novas tendências*. Ed. rev. e ampliada. 3. ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2008.

MELLODY, P; MILLER, A; MILLER, J. K. *Enfrentando a codependência afetiva: o que é, como surge, como prejudica nossas vidas*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1995.

MIOTO, R. C. T. A família como referência nas políticas públicas: dilemas e tendências. In: TRAD, Leny A. Bomfim (Org). *Família Contemporânea e Saúde: significados, práticas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010, p. 51-66.

NORWOOD, R. *Mulheres que amam demais*. Tradução de Cristiane Perez Ribeiro. – São Paulo: Saraiva, 2010.

ROSA, L. C. dos S.; CAMPOS, R. T. O. Mental e classe social: CAPS, um serviço de classe e interclasses. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 114, p. 311-331, abr./jun. 2013.

_____. Etnia e gênero como variáveis sombra na saúde mental. *Revista Saúde em Debate*. Rio de Janeiro: CEBES, v. 36, n. 95, p. 648-656, out./dez. 2012.

RUSSEL, B. *O casamento e a moral*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

SARACENO, B. *Manual de saúde mental*. São Paulo: Hucitec, 1994.

REFLEXÕES SOBRE CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADES NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Autor; Danilo Araujo de Oliveira
Mestrando em Educação – Universidade Federal de Sergipe
danilodinamarques@hotmail.com;

Co-autor: Alfrâncio Ferreira Dias
*Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade
Federal de Sergipe. Pesquisador do NEPIMG*
diasalfrancio@hotmail.com

Resumo: Esse texto, trata-se de um recorte de uma pesquisa de Mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Analisamos o Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual “17 de Março” apresentando resultados da análise em articulação com as entrevistas com xs professorxs. Além da análise do PPP, foram feitas 19 entrevistas (com 14 mulheres e 5 homens), adotamos um posicionamento pós-crítico, inspirados na análise de discurso foucaultiana. Revela-se que as construções de gênero, corpo e sexualidade estão superficiais em um documento tão importante para a escola. A partir dos discursos que atravessam os enunciados dxs docentes percebe-se ainda há contradições quando é pensado do que realmente se trata esse documento e de sua importância para a escola, outros denunciam seus distanciamentos e desconhecimento sobre o Projeto, acentuando ainda mais essa necessidade de proporcionar espaços reflexivos e críticos, o que tem dificultado a inclusão das temáticas no instrumento.

Palavras-chave: Corpo, Gênero, Sexualidades, Projeto Político Pedagógico.

Introdução

Esse texto, trata-se de um recorte de uma pesquisa de Mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, analisamos o Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual “17 de Março” apresentando resultados da análise em articulação com excertos das entrevistas com xs professorxs, mostrando os discursos que aparecem para justificar os resultados encontrados. A análise do documento, que ocorreu cronologicamente, antes das entrevistas foi positiva, gerou um tema para discussão com xs docentes, podemos perceber como se dar a introdução da perspectiva de corpo, gênero e sexualidades para além do PPP.

Antes de dar continuidade informamos que fizemos uso do x em todo o texto apresentado, adotando uma perspectiva desconstrucionista de gênero na linguagem, indo de encontro a uma gramática universalista que elege o homem na escrita e coloca à margem a diversidade de construções das identidades que perfazem as sexualidades.

Metodologia

Adotamos um posicionamento pós-crítico (HALL, 1997; PARAÍSO, 2012; SILVA, 1999), considerando as contribuições que essa metodologia tem dado para questionar as práticas escolares, propondo a dúvida e novas formas de pensar os espaços formais pedagógicos, interrogando os currículos, problematizando o cotidiano e as formas de fazer educação em tempos que mudanças significativas em nosso tempo interferem na forma de nos percebermos e perceber o outro em um movimento de constante processos de construção e reconstrução de identidades que atestam para existência do diferente que fazem a sala de aula e seus contornos.

Nos inspiramos nas abordagens de Análise do Discurso propostas por Foucault (1986), ainda que a Análise de Discurso represente um labirinto em que a busca pela saída represente muitas vezes uma incógnita, buscamos nos aprofundar nesse labirinto para refletir sobre o objeto de pesquisa, procurando dar cada passo entrelaçando a outras teorias metodológicas que acreditamos que pudesse contribuir para fundamentar e refletir sobre o objeto de pesquisa atrelados as principais contribuições teóricas em corpo, gênero e sexualidade. Entrelaçando as contribuições da pesquisa qualitativa que sem dúvida faz uso e tem aspectos que se fundamentam no uso da linguagem pois há uma construção

de linguagem que perpassa o sujeito. Aproximamos os estudos pós-críticos para refletir e desconstruir as várias formas de produção do discurso no/do sujeito. Partimos da perspectiva de que haverá sempre novos recortes a serem feitos, novas contribuições na busca por fazer refletir sobre as posições que assumimos na sociedade. Acreditando assim, que se trata de uma bricolagem de entrecruzamentos de teorias que numa lógica de interdiscurso promovem o conhecimento e podem contribuir para as pesquisas em educação em um mundo pós-moderno que diversas identidades perfazem o fazer do sujeito, que são investidos por produções de verdades sobre si, sobre seus corpos, gênero e sexualidades, a qual nesse texto propomos manter uma atitude de questionamento e desconstrução.

Nesse sentido, cabe questionar: Como as abordagens de corpo, gênero e sexualidades estão postas no Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual “17 de Março”? Qual o lugar dessas temáticas nos objetivos, metas e metodologias nesse instrumento? Arelado a essas questões, procuramos trazer os discursos presentes nas percepções dxs docentes diante dos dados encontrados no documento.

Para preservar a identidade dos participantes, optamos por utilizar nomes fictícios. Participaram da entrevista 14 mulheres e 5 homens, as mulheres com idade entre 35 e 66 anos e tempo de exercício no campo de pesquisa entre 3 e 28 anos; os homens entre 27 e 49 anos de idade, e tempo de exercício no campo de pesquisa entre 2 e 16 anos. Entre todxs xs participantes, uma professora tem pós-graduação stricto sensu, este mestrado em educação concluído, uma outra está com mestrado em letras em andamento e xs demais afirmaram ter especialização, apenas uma docente que não tem.

As temáticas no documento

A concepção de currículo aqui adotada é um importante parâmetro para compreender as ideias que apontamos nesse trabalho. Nesse sentido faz-se necessário partir a discussão desse ponto, compreendendo o currículo como instrumento pedagógico, político, que tem uma construção histórica, cultural e linguística, em um campo tenso de relações de poder. O currículo é muito mais que uma listagem de conteúdos escolares, não é ingênuo ou natural, pode criar, reproduzir ou questionar identidades, existe em função de um objetivo primário, mas isso não quer dizer que ainda assim seja impossível extrapolar esses objetivos.

Para além dessas compreensões, é importante reforçar que o currículo escolar abrange a rotina, está no mural da escola, nos banheiros, nas atividades que são programadas/desenvolvidas, está no regimento escolar e também no Projeto Político Pedagógico, esse último em que centraremos nossa análise no momento. O Projeto Político-Pedagógico é referente aos anos 2014/2016, reelaborado após a troca de direção da escola, em janeiro de 2014.

Logo na contracapa em destaque há o registro de uma frase de Paulo Freire:

Planejar a prática significa ter uma ideia clara dos objetivos que queremos alcançar com ela. Significa ter um conhecimento das condições em que vamos atuar, dos instrumentos e dos meios que dispomos. Planejar a prática significa também saber com quem contamos para executá-la (FREIRE, apud COLÉGIO ESTADUAL 17 DE MARÇO, 2014, p. 2).

A frase ilustrativa do Projeto revela o cerne do documento escolar como uma proposta de ação de rompimento com o presente, ainda que isso signifique sair da zona de conforto, numa proposta de risco e aposta em novos rumos. Logo após a identificação do colégio, da equipe diretiva e do corpo docente, na apresentação a instituição revela sua concepção de PPP:

O Projeto Político Pedagógico representa para a Escola a sua organização administrativa, financeira e pedagógica que norteia suas atividades pedagógicas de forma a dar um rumo na resolução dos seus problemas educacionais, de infraestrutura, recursos humanos e materiais, na busca de uma melhoria no processo de ensino-aprendizagem (COLÉGIO ESTADUAL 17 DE MARÇO, 2014, p. 7).

Percebe-se, dessa forma, que o instrumento conduz a escola em questões materiais que envolvem estrutura física, condições para oferecer espaços para uma educação de qualidade, recursos lúdicos e tecnológicos, materiais que auxiliem o professor na sala de aula, fontes financeiras para manter seu funcionamento, ele também é subjetivo, pois, além de conduzir o trabalho organizacional, administrativo, financeiro ele também é pedagógico, direcionando o processo de ensino e aprendizagem. Daí a importância de incluir em sua concepção conduções que contemplem nas práticas ações que possam ir de encontro a um discurso que hierarquize e marginalize xs envolvidosxs no

processo, reconhecendo o espaço escolar como um espaço de vivência democrática que todxs tenham voz, desfazendo os estereótipos que permeiam a prática pedagógica.

No tópico Pressupostos Teóricos, estão expostos os princípios em que o trabalho pedagógico será baseado, no qual se destaca: “Incentivar o aluno a pensar e se expressar livremente, preservando as defesas de interesse público” (COLÉGIO ESTADUAL 17 DE MARÇO, 2014, p. 08). Mesmo trazendo a subjetividade da liberdade na expressão do aluno, percebe-se que há um limite quando, após a vírgula, ela traz o vocábulo “preservando”; convém então questionar: Que interesse público é esse? É o padrão cultural? São os discursos que a sociedade naturaliza?

A escola define como objetivo geral: “[...] proporcionar mudanças na Escola de forma que a mesma deixe de ser burocrata, tendo como fim à aprendizagem dos seus alunos, desenvolvendo neles, seu espírito crítico, participativo, criativo, tornando-o um cidadão ativo no seu meio” (COLÉGIO ESTADUAL 17 DE MARÇO, 2014, p 10). Essa concepção reflete que a instituição percebe x alunx como atuante e não como simples recebedor de conteúdo, pode-se considerar que essa percepção é positiva, pois x próprix alunx pode questionar práticas transgressoras que a escola possa exercer, diante de uma construção cultural a que ela está submetida como dispositivo de sexualidade do estado na reprodução de ideais que inviabilizam a pluralidade. O colégio reforça sua intenção nas metas de atuação e apresenta sua prioridade: “[...] promover mudanças através de palestras, reuniões, debates e pesquisa” (COLÉGIO ESTADUAL 17 DE MARÇO, 2014, p 10).

Já na metodologia, no primeiro parágrafo do texto lê-se:

Na realidade atual, onde as pessoas estão acostumadas a conviver com a miséria e a exclusão social, cabe à escola, formadora de opiniões do cidadão do terceiro milênio, a tarefa de buscar as formas de construir uma sociedade de todos, onde a exclusão e a desigualdade sejam substituídas pela justiça e pela igualdade de oportunidades (COLÉGIO ESTADUAL 17 DE MARÇO, 2014, p. 7).

Mesmo que a escola mostre-se aberta, de forma geral, em algumas instituições ainda há um processo de exclusão, que embora sejam um espaço de socialização, os lugares são predeterminados pela rotina escolar em que

características masculinas e femininas são priorizadas na prática, vinculadas a um processo normativo de escolarização dos corpos.

Embora se perceba o trabalho de socialização desenvolvido no cotidiano das instituições escolares, este é constituído de um processo de “doutrinação” do espaço/tempo pensado para atender as características masculinas e femininas dos sujeitos que constituem o cotidiano escolar. Formas de comportamento corporais, conteúdos disciplinares, currículos e linguagens nas práticas escolares permitem um controle no processo de escolarização, ditos como naturais (DIAS, 2014, p. 65).

Na contramão dessa pedagogia que a escola deve assumir sua posição como um espaço coletivo, sua condição de espaço público de embate dos problemas sociais, de acolhimento aos vulneráveis e aos marginalizados e promoção do respeito à diversidade.

O destaque dado pela escola ao seu projeto mencionado na metodologia pode indicar um avanço mesmo que de forma superficial favorecendo um aprofundamento de uma política de enfrentamento considerando a abordagem de gênero, das identidades sexuais, das minorias, na “igualdade de oportunidades” em que a instituição se percebe como um espaço apropriado para essa ação. Por esse motivo é uma discussão tão presente e necessária no contexto escolar, diante das diversas formas que a escola age na formação de indivíduos, como problematizadora do conhecimento e, logo, como um espaço de experiências significativas.

No quesito Visão Estratégica, a escola destaca como seus valores a participação, igualdade, transparência, integração, a sua missão e visão de futuro. Nesse ponto iremos destacar a noção de igualdade relatada que “[...] todos somos iguais, não há distinção deste ou daquele, independente da formatura e cargo que ocupa” (COLÉGIO ESTADUAL 17 DE MARÇO, 2010, p. 16). É possível reconhecer uma visão liberal e reducionista de igualdade e esse discurso não corresponde mais aos anseios das políticas pós-críticas, ela é “rejeitada por fazer apelo a uma essência, a um elemento transcendente, a uma característica fora da sociedade e da história” (SILVA, 1999, p. 87). Compreende-se a existência da diferença e como os processos linguísticos e discursivos agem sobre ela através das relações de poder.

Merece ainda relevância o tópico Clima Escolar, em que afirma que “[...] não há discriminação de cor, raça, religião, classe social e etc., sendo todos tratados com igualdade” (COLÉGIO ESTADUAL 17 DE MARÇO, 2014, p. 16). Cabe aqui uma análise mais aprofundada do cotidiano escolar para perceber de que forma isso realmente reflete na sua realidade e nos discursos dos agentes escolares, pais, funcionários, professores e alunos principalmente, pois esta pesquisa limita-se, a princípio, em uma análise documental, combinada com os discursos que permeiam os enunciados dos docentes sobre a inclusão/exclusão dessas temáticas no PPP. Mas, é preciso pensar que dentro da escola as relações são relações de poder, conseqüentemente as relações entre professorxs e alunxs e as demais relações que permeiam a escola tendem a reproduzir situações e vivências de preconceito, discriminações e hierarquias que advém das relações fora do espaço escolar; isso significa dizer que as experiências dos agentes escolares, familiares, profissionais tendem a influenciar as suas representações.

A partir do momento que a escola possibilita tais discussões, essas representações são problematizadas, isso significa que a escola tende a começar a fazer um trabalho para pensar essas questões.

Em outra parte do documento, intitulada “Efetividade do Processo Ensino-Aprendizagem”, afirma-se que o currículo é organizado e articulado com os Parâmetros Curriculares Nacionais, mas em nenhum momento é citado os temas transversais, e as discussões de corpo, gênero e sexualidades são ausentes no documento

Percepções docentes

Ainda que no documento cedido para análise ainda constasse o nome Projeto Político-Pedagógico, nos enunciados durante as entrevistas surgiram afirmações de que na Rede Estadual de Sergipe, o documento recebeu uma nova nomenclatura sendo atualmente chamado de Projeto Pedagógico na Escola:

Primeiro, PPP. Projeto, Político, Pedagógico. Dizem as más línguas, que o segundo P, que é o político foi retirado do Projeto, então o Projeto se diz agora, PP, Projeto Pedagógico, porque Projeto Político Pedagógico já não consta mais, a política foi excluída obrigatoriamente das escolas (...) (Professora Aline)

E só a retirada do político já tem um significado enorme pra gente. Não é? Porque isso tudo é política. A própria política de currículo

não se discute na escola. Quando se discute currículo na escola, se confunde com grade curricular. A concepção de currículo é outra concepção. É que perpassa pela concepção de educação, perpassa pela percepção de formação humana, de sujeito, dessas abordagens, que envolve sujeito sobre essas questões de diferenças (Professora Ana).

A retirada do termo político pode incitar algumas dúvidas, considerando que a linguagem vai além das descrições, demarcando espaços e produzindo efeitos. Além disso, é necessário pontuar que os termos político e pedagógico são intrínsecos no PPP, pois “o pedagógico define as ações educativas necessárias para cumprir as intenções estabelecidas. O político é revestido de intencionalidade” (RICHARTZ; SANTAMA, 2015, p. 696). A modificação do termo, ainda que se passe despercebida por alguns/x professorxs é entendida para outras como uma mudança significativa e chama atenção para a urgência de trazer para a escola discussões que alertem xs professorxs para suspeitar dos essencialismos e das naturalizações que essas mudanças por vezes tentem passar. Ao compreender que os signos linguísticos funcionam para além de nomear as coisas, mas para dar significados e produzir verdades sobre o que se nomeia, o apagamento do termo política na nomenclatura do documento passa a ser percebido com um olhar de questionamento e busca por interpretação dos sentidos que se quer alcançar com a mudança. Esses estranhamentos que surgiram nos enunciados destacados podem significar avanços para se perceber como os mecanismos de poder tentam agir silenciosamente nas escolas na produção de subjetividades, o Projeto Político Pedagógico é um lugar atravessado de disputas e interdições, é um marco das micropolíticas que estão em funcionamento constante nas escolas.

De acordo com essas considerações e como exercício de contrapoder optamos por continuar com a nomenclatura que confere ao documento o sentido político, além disso no documento cedido para análise pela escola ainda não haviam alterações.

Foi a partir da proposição destacada no documento de articulação entre teoria e prática e diante das temáticas em análise do presente trabalho que consideramos importante compreender como isso de fato acontecia, o que acabou gerando um dos tópicos de análise dos enunciados, definido como teoria e prática.

Como eu disse no início dessa entrevista de hoje, eu acredito na prática, então não adianta você passar, horas, dias, semanas de planejamento de projeto político pedagógico se no dia a dia, aquilo é ignorado por completo. Eu, Aline, vou dizer uma coisa agora, eu estou cansada, de saco cheio de teorias pedagógicas, não aguento mais esse tipo de discussão que não leva a nada, eu discuto práticas pedagógicas, então P P P P P P P P P P... DA VIDA... pra mim é uma teoria, aquilo ali é para inglês ver, as pessoas escrevem aquilo ali, porque são obrigados, exigem que a escola tenha. Mas ninguém dá a menor bola, ninguém está nem aí. Ninguém está preocupado nem em ler o que escreveu ou o que alguém escreveu (Professora Aline).

De fato teoria e prática são elementos importantes no trabalho docente, a começar a se pensar que historicamente essa ação é constantemente condicionada, hierarquizada ou mesmo problematizada. Articula-se de forma diferente a exposição de conteúdo, preparação de aula, posicionamento docente de acordo com a vertente que x professor/x escolhe para orientar-se, então teoria e prática elas são entrelaçamentos, mesmo que por vezes estejam desconhecidas de quem as pratica. Quando no enunciado surge essa ambivalência entre teoria e prática para responder o questionamento da fragilidade/ocultamento das temáticas de corpo, gênero e sexualidade, a justificativa pautada de que mesmo que no documento estivesse explicitado que a escola se preocupava com essas questões, essas temáticas são de fato ignoradas no dia a dia, pode estar vinculado ao fato da necessidade da professora que as temáticas fossem verbalizadas, mas partimos do pressuposto que essas questões estão fortemente demarcadas e negociadas no currículo real e oculto, onde fronteiras são estabelecidas, espaços são demarcados, os corpos são constantemente vigiados e ensinados, sujeitos são construídos diariamente.

Fischer (2001, p. 205) afirma que “a realidade se caracteriza antes de tudo por ser belicosa, atravessada por lutas em torno de imposição de sentidos”, as considerações sobre o distanciamento entre teoria e prática do enunciado citado anteriormente, reflete como unidade discursiva, pois os demais enunciados pelxs docentes corrobora com a reflexão proposta pela professora. Muitxs professorxs não conhecem o documento da escola, quando são chamados para a discussão dão prioridades a outros compromissos, outrxs professorxs afirmam que nunca foram convidados para interferir em reformulações e que essa

prática de discussão em reunião pedagógica sobre o PPP não é uma realidade deles, isso pode ser porque o sentido atribuído ao documento é de que ele não é representativo para a unidade escolar, bem como os momentos de discussão para repensar as práticas.

Você perguntar assim: Você já viu esse documento? Eu nunca vi. Eu nunca li, eu nunca discuti, então eu não posso lhe dizer nada sobre o PPP porque eu não tenho conhecimento dele. Então discutir o PPP é algo que deveria ser discutido permanentemente e em reunião pedagógicas e da escola, mas infelizmente não é bem assim que acontece. Então eu não conheço o PPP dessa escola (Professor Paulo).

Pra ser sincero, eu nunca vi o projeto político aqui da escola e de nenhuma escola que eu trabalhei. Algumas até pedi pra me entregar depois e nunca me entregaram (Professor Félix).

Então o que se percebe é que há uma disparidade entre a proposta de como deve funcionar o PPP e como ele realmente acontece, dessa forma ainda que as temáticas estejam presentes no currículo real e oculto elas não estarão registradas no documento e criam-se barreiras para pensar/refletir estratégias e políticas na escola voltadas para atividades que contemplem o processo formativo, tanto dxs docentes como dxs alunxs e de toda a comunidade.

Sabe-se que os discursos constituem o sujeito, produzindo os “[...] lugares a partir dos quais os sujeitos podem se posicionar [...]” (WOODWARD, 2000, p. 17) e as formas como ele deve se comportar de acordo com padrões instituídos de forma biológica. E a escola reflete e reproduz isso em seu discurso, normatizando os corpos a partir dessa determinação sexista. De acordo com Reis e Paraíso “[...] nessa produção das posições dos sujeitos pelos discursos, algumas são constituídas como normais e inteligíveis e outras não (...) a partir de padrões estabelecidos culturalmente”. (REIS; PARAÍSO, 2014, pp. 239-240). Isso se reflete também em alguns excertos que serão destacados aqui, em que algumas disciplinas e discursos são autorizados a falar sobre corpo, gênero e sexualidade na escola:

Aí no Currículo da escola não está, aí caberia ser colocado, pra que houvessem determinadas aulas né? As disciplinas abordassem, é como eu disse, a gente aborda assim quando eles perguntam.

Como o professor de História comentava mesmo que elas fazem cada pergunta... Aí ele respondia. Tem o professor Anderson que é de Educação Física, quando se estuda anatomia né? Na Educação Física aí fazem perguntas, ele explica, então é assim quando eles perguntam pra gente, a gente vai explicando, mas no currículo da escola, realmente a gente não está nem por dentro mesmo (Professora Sandra).

No PPP? Tem a falta né? Então aí seria a preparação, a instrução né? Então aqui eu acredito que não temos professor preparado o suficiente, pelo menos eu não me sinto preparado pelo menos pra está fazendo a inclusão de temas como esse. Entendeu? Mas acredito que cada área cabe um pouquinho, o pessoal da química, da biologia, sociologia, cada um pode tá contribuindo de uma certa parte. Agora pra isso precisa de um pouquinho mais de instrução para que possa (Professor Ricardo).

Você verificou uma falha? Existe realmente essa falha, mas que é difícil para uma direção de um colégio, resolver essa falha, porque isso teria que ser resolvido lá em cima, na Secretaria, ou então mais acima da Secretaria, no Ministério, não agora é obrigado agora ter um psicólogo, é obrigado a ter um, tudo que... um sexólogo. Alguma coisa. Mas se nós não temos nem porteiro que é uma coisa bem fácil que um psicólogo, bem mais barato um salário de um porteiro, do que um psicólogo (Professora Sônia).

Logo no primeiro enunciado percebe-se que os conhecimentos fundamentais que a anatomia é que detém o poder de verdade sobre os nossos corpos é reproduzido pela professora, quando esta acredita que o professor de Educação Física da escola está mais apto para falar sobre o assunto pois no currículo da graduação de educador físico aparece a anatomia. O discurso da sexualidade aparece como rarefeito para o professor de Educação Física pois este recorre ao discurso biológico, podendo falar das temáticas ao ponto que os demais não podem, pois convencionou-se como verdadeiro o que esse discurso diz e então somente este pode ser reproduzido também na escola. A formação discursiva da anatomia é pautada no discurso biológico que estuda a estrutura do corpo está em relação com a medicina, que historicamente de acordo com estudos de Michel Foucault desempenhou um importante papel em nossa sociedade “a pretexto de dizer a verdade, em todo lado provocava medos; atribuía às

menores oscilações da sexualidade uma dinastia imaginária de males fadados a repercutirem sobre as gerações” (2014, p. 60), fez uso de suas formações para fundamentar os conhecimentos e inserir na mente e no corpo regimes de verdades para controlar as sociedades de outras épocas mas que apresentam resquícios vivos na sociedade atual, como bem atravessa o enunciado da professora Sandra e do professor Ricardo.

Trazemos para essa discussão também como o discurso biológico fundamentou e hierarquizou comportamentos, elegendo alguns enunciados como mais verdadeiros e viabilizando a reprodução na sociedade, fundamentados em uma lógica que coerentemente e em sequência apresenta sexo anatômico, gênero e desejo. Simone de Beauvoir no livro *O segundo Sexo, Fatos e Mitos*, traz minuciosamente alguns excertos da biologia que sustentam uma verdade inventada sobre a mulher, como o outro e como frágil. Desde os processos de fecundação que já designa o papel de passividade feminina e atividade masculina (BEAUVOIR, 1970)¹ que é desconstruída pelos próprios estudos mas inviabilizada pelos preconceitos já fortemente instituídos, alinhando pelo terreno da gravidez, aleitamento e a menopausa que projetou no corpo feminino uma passividade que interferiu para ela fronteiras na sociedade. Além disso, outros discursos são silenciados pela própria biologia, produzindo estranhamentos, abjeção em nossa cultura, ao passo que podemos perceber que há um projeto de gênero autorizado e instituído, como a instituição da heterossexualidade como norma:

Mesmo nas espécies em que a divisão sexual é mais marcada, há indivíduos que são machos e fêmeos a um tempo. Os casos de intersexualidade são numerosos nos animais e mesmo no homem e encontram-se, nas borboletas, nos crustáceos, exemplos de ginandromorfismo em que os caracteres masculinos e femininos se justapõem numa espécie de mosaico (BEAUVOIR, 1970, p. 36).

Todos esses apontamentos são trazidos no sentido de mostrar que ainda que o discurso biológico circule e fundamente alguns comportamentos como

1 Pensa-se hoje que, segundo a espécie, é o gameta masculino ou o feminino que decide da determinação do sexo (...). Há portanto dois preconceitos muito comuns que — pelo menos nesse nível biológico fundamental — se evidenciam falsos: o primeiro é o da passividade da fêmea; a faísca viva não se acha encerrada em nenhum dos dois gametas: desprende-se do encontro deles. O núcleo do óvulo é um princípio vital exatamente simétrico ao do espermatozoide (p. 32).

padrões na sociedade, a biologia não é um destino, somos constantemente educadxs e normatizadxs, tentam fabricar uma sexualidade binária que acaba por excluir corpos que não se encaixam nesses espaços ou que não se encaixam em nenhum outro, permanecendo entre fronteiras e questionando o que parecia óbvio. Infelizmente o ensino em algumas escolas, quando pensa-se em falar em corpo, gênero ou sexualidade é vinculado a um discurso anatômico como apareceu na fala da professora Sandra, isso é preocupante pois essas discussões limitam-se ao ensino do aparelho reprodutor, processos de reprodução, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência e essa educação é resultado de uma exigência curricular do ensino de ciências e biologia que acaba deixando de lado os aspectos culturais de construção de identidade, preconceito e discriminação das discussões.

Isso revela o despreparo dos envolvidos na construção do Projeto Político Pedagógico, diante de uma formação discriminadora que não têm contemplado o discurso de corpo, gênero e sexualidade em seu currículo. Como é destacado no enunciado seguinte:

No PPP? Tem a falta né? Então aí seria a preparação, a instrução né? Então aqui eu acredito que não temos professor preparado o suficiente, pelo menos eu não me sinto preparado pelo menos pra está fazendo a inclusão de temas como esse. Entendeu? (Professor Ricardo).

A não familiaridade com as temáticas é trazida à tona, como justificativa para uma inserção frágil e limitada no PPP e o enfrentamento dessas questões. A ausência das temáticas de corpo, gênero e sexualidades no currículo dos cursos de formação de professorxs, podem torná-los despreparados e desinformados sobre as temáticas, além disso, problemas podem se agravar à medida que não há uma procura na formação continuada.

Nesse sentido que outras professoras conferem que a fragilidade da inclusão no PPP, podem ser minimizadas com projetos e convites para pessoas que estejam habilitadas para falar sobre o assunto:

Eu não tenho a dizer, eu tenho a exigir, porque eu acho que deveria ter essa questão, que fosse uma coisa assim, nem que fosse durante um mês né? Levar texto, procurasse esses meninos para abrir mais a mente deles. E até questão de orientação, trouxesse

gente de fora, pra dar palestras, é o que está faltando nas escolas (Professora Lourdes).

Olhe, veja bem, há uma possibilidade muito grande aqui na escola da gente desenvolver aqui um projeto. A partir do momento também que muitos professores não têm tempo o suficiente para se dedicar porque muitos estão em outras escolas (Professora Priscila).

A falta de formação docente ainda gera movimentos como esses citados pelas professoras acima, que recorrem a projetos para suprir a deficiência que a escola tem no contato com as temáticas. Não que esses momentos não sejam importantes para a escola, eles colaboram para a discussão e são convidativos para escapar das aulas expositivas e trazer outras formas de aprendizagem para os agentes escolares, mas o que é preocupante é que por trás dessas afirmações estejam o comodismo de que xs professorxs não podem inserir esses assuntos no PPP ou falar sobre esses assuntos em consequência de uma formação que não os tornaram próximos das temáticas de corpo, gênero e sexualidade.

Conclusões (ou para pensar mais...)

A partir de uma dedicada análise do documento, revela-se que as construções de gênero, corpo e sexualidade estão ausentes em um documento tão importante para a escola, mostrando que há muito que avançar na reformulação do direcionamento das práticas que priorizem uma formação para a diversidade.

A partir dos discursos que atravessam os enunciados dos docentes percebe-se que alguns/mas professorxs revelam que ainda há contradições quando é pensado do que realmente se trata esse documento e de sua importância para a escola, outros denunciam seus distanciamentos e desconhecimento sobre o Projeto, acentuando ainda mais essa necessidade de proporcionar espaços reflexivos e críticos para se pensar a inclusão da temáticas e o próprio documento.

É necessário que o currículo escolar possa destacar e dar visibilidade à equidade de gênero, aos grupos socialmente marginalizados e às mulheres, através da inserção desses aspectos nos objetivos que norteiam e direcionam as ações pedagógicas que desejam formar cidadãos/x para uma educação em sexualidade e gênero.

Partindo-se do pressuposto que o Projeto Político Pedagógico é de construção coletiva e que todos os agentes sociais têm direito a participar e conhecer

o documento, interferindo e reformulando constantemente, infere-se que é importante que espaços dialógicos sejam proporcionados pela instituição escolar afim de que todos tenham a oportunidade de sugerir inclusão de temas e até mesmo que reflitam sobre a importância que ele exerce para a escola.

Referências

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A 1997.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. (Org.) MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

DIAS, A. F. **Representações sociais de Gênero no trabalho docente: sentidos e significados atribuídos ao trabalho e a qualificação**. 1ª ed. Vitória da Conquista/BA: EDUESB, 2014.

FISCHER, R. M. B. **Foucault e a análise do discurso em educação**. Cadernos de Pesquisa, n. 114, p. 197-223, novembro/2001.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**. A vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 1ª Ed. – São Paulo, Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

REIS, C. d'Ávila; PARAISO, M. A. **Normas de gênero em um currículo escolar: a produção dicotômica de corpos e posições de sujeito meninos-alunos**. Estudos Feministas, v. 22, n.1, pp. 237-256, 2014.

RICHARTZ, T. SANTANA, Z. **Formação de professores: A diversidade sexual e de gênero no projeto político pedagógico**. In: SEFFNER, Fernando. CAETANO, Marcio

Discurso (Orgs.) Discursos e contra-discursos latino-americanos sobre a diversidade sexual e de gênero. Editora da Furg. Rio Grande, 2016

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

WOODWARD, K. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 7. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.

ENFERMEIRAS E TRAVESTIS: UM ESTUDO EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Ester Mascarenhas Oliveira
estermascarenhas@gmail.com

Jeane Freitas de Oliveira
jeane.foliveira@outlook.com

Cleuma Santos Suto
cleuma.suto@yahoo.com.br

Carlos Alberto Porcino
carlosporcino@ig.com.br

Milena Vaz Sampaio Santos
milenavaz90@hotmail.com
Programa de Pós-Graduação em Enfermagem
Universidade Federal da Bahia

Resumo: Travesti é uma forma de expressão de identidade de gênero pautada principalmente no feminino. Enfermeira(o)s são profissionais que atuam nos diversos níveis de atenção da saúde e sua prática profissional envolve ampla dedicação de tempo e atenção ao acolhimento e cuidado a usuárias(os). Esta pesquisa foi desenvolvida tendo com o objetivo de ‘Conhecer as representações sociais de enfermeiras sobre as travestis’. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada na Teoria das Representações Sociais, desenvolvida com 110 enfermeiras (os) discentes da pós-graduação, maiores de 18 anos, matriculadas na Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Bahia(UFBA), no semestre de 2015.1. As participantes foram submetidas ao teste de associação livre de palavras (TALP), composto pelo estímulo: “Travesti”. Os dados empíricos foram organizados e processados pelo software *Iramuteq* possibilitando a caracterização estrutural das representações sociais. As normas da Resolução 466/12 foram atendidas em todas

as etapas da pesquisa. O estudo evidenciou representações sociais de enfermeiras como associadas intimamente ao preconceito sofrido pelas travestis na sociedade, e outras evocações relacionadas a estrutura biológica, desconsiderando a complexidade de processos subjetivos envolvidos na travestilidade. Além disso, percebeu-se a inexistência de evocações relacionadas a saúde das travestis, reafirmando uma possível ausência desse segmento nos espaços e serviços de saúde.

Palavras-chave: Travesti, representações sociais, enfermagem, saúde.

Introdução

A pesquisa que ora se apresenta tem como temática a diversidade de identidades sexuais, com foco na travestilidade. Tal discussão é complexa e envolve questões de ordem social, cultural, moral, sexual e de gênero. Portanto, traz em torno de si preconceitos, estigmas, estereótipos que podem incidir sobre a saúde dessas pessoas.

Ainda hoje, a maioria das sociedades que compõem os diversos espaços geográficos é marcada pela binaridade de gênero e, qualquer vertente de expressão que se oponha a essa norma torna-se patologizada, excluída. Dentre a diversidade de identidades sexuais que foge dessa binaridade, estão as lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, que compõem o segmento (LGBT).

De um modo bem simplista, travestis são pessoas biológica e cromossomicamente do sexo masculino, com identidade de gênero feminina. Com intenção de melhor adequarem seus corpos ao modo que sentem pertencerem, utilizam adereços correspondentes ao gênero feminino e, muitas vezes, modificam o corpo físico com uso de terapias hormonais, procedimentos cirúrgicos, e outros.

Vale ressaltar que nem toda travesti se sente ou reivindica ser vista e considerada como mulher. O feminino travesti é próprio e singular, pois dialoga com elementos que fazem referência à masculinidade.

Nesse processo, as travestis são consideradas socialmente desviantes perante a norma representada pela heteronormatividade. Logo, são alvo de preconceitos, estigmas e discriminação que geram vulnerabilidades para agravos sociais e de saúde. De acordo com dados da pesquisa “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil”, realizada pela Fundação Perseu Abramo, apresentados por Ferraz e Kraiczuk (2010), 25% da população brasileira é homofóbica e 11 em cada 12 brasileiros concordam com a afirmação de que “Deus fez o homem e a mulher [com sexos diferentes] para que cumpram seu papel e tenham filhos.

Nesse contexto, pode-se inferir que agravos à saúde da população trans são determinados socialmente, em função das frequentes violações de direitos a que estão expostas estas cidadãs, a exemplo do não reconhecimento da identidade feminina nos serviços públicos que as afastam desses espaços (LIONÇO, 2009). A ausência de uma rede de apoio para as travestis, no que diz respeito às suas necessidades básicas e o despreparo da rede existente em atender essas pessoas, ilustram situações de desigualdades em diversos setores de saúde, profissionais e sociais (PERES, 2004). Essas questões, somadas à incipiência de debates acerca das identidades de gênero, sobretudo com relação às travestis, na academia, chamam atenção para um déficit importante na formação em saúde.

No que diz respeito à formação da enfermeira, estudo com concluintes do curso de graduação nesta área, considerou que a temática das identidades trans ainda representa uma lacuna no currículo das(os) futuras(os) profissionais, fato que torna urgente a necessidade de se ampliar o olhar para discutir questões relacionadas a esses segmentos (MOREIRA e GOMES, 2013).

Ademais, considera-se, apropriada a proposta de articular a Teoria das Representações Sociais (TRS), com a enfermagem. Esta teoria que está no campo da psicologia social, tem como principal expoente o francês Serge Moscovici e defende que as representações sociais são construídas nas relações, no cotidiano e vincula-se a valores, noções e práticas individuais que se manifestam através de estereótipos, sentimento e atitudes (MOSCOVICI, 2013).

Nesse sentido, consideramos relevante o estudo das representações sociais de enfermeiras sobre as travestis, já que esta categoria profissional compõe um grupo de pertencimento que compartilha elementos relacionados ao conhecimento, saberes, crenças, ideologias, considerados importantes para essa teoria e que podem influenciar nas ações de atenção e cuidado à saúde voltados a esse segmento. Nesse sentido, problematiza-se: Como enfermeiras representam as travestis? Partindo dessa indagação, objetivou-se conhecer as representações sociais de enfermeiras sobre as travestis.

Certamente, o desenvolvimento dessa pesquisa trará subsídios para a formação da enfermagem, qualificando a atenção à saúde voltada para a população de travestis e contribuindo para que as(os) enfermeiras(os) adquiram meios de adequarem suas ações às singularidades desse segmento.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa com enfoque teórico metodológico na TRS. Optou-se, por investigar enfermeiras (os) discentes dos cursos de pós-graduação com atuação na docência e/ou assistência. Diante dessa especificação, definiu-se como locus de investigação a Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, localizada na Rua Basílio da Gama S/N, bairro do Canela, na cidade de Salvador – Bahia.

Deste modo, para integrar a pesquisa a(o)s participantes deveriam se enquadrar nos seguintes critérios de inclusão: estar matriculada em algum curso de pós-graduação, lato sensu ou stricto sensu da referida instituição, no período 2015.1.

Esta pesquisa, portanto, envolveu 110 enfermeiras matriculadas nos cursos lato sensu ou stricto sensu do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, no semestre 2015.1. No referido período, havia 136 discentes matriculadas, com idade acima de 18 anos. Não participaram da investigação as discentes em situação especial, como aquelas afastadas por licença maternidade e/ou que defenderam tese/dissertação no período de coleta.

Do total de participantes, a maioria (67) estava matriculada nos cursos stricto sensu, destas, 37(33.63%) no curso de mestrado e 30 (27.27%) no curso de doutorado, enquanto 43(39.09%) eram alunas regulares em cursos Lato Sensu, especialização/residência.

Quando questionadas sobre vínculo empregatício, 81 (73.63%) participantes afirmaram possuí-lo, enquanto 29 delas (26.37%) negaram qualquer tipo de relação trabalhista. Com relação à área de atuação profissional, a maioria das depoentes 36 (32.7%) refere atuar na assistência em saúde, 17(15,46%) na docência, 11(9,9%) na gestão, 18 (16.2%) na assistência e docência, enquanto 28 (25.2%) informantes afirmam não possuir área de atuação. Com relação a faixa etária, do total de informantes, 93(84,54%) apresentavam idade entre 25 à 35 anos, 11 (10%) tinham de 36 à 45 anos e (5%) destas referiram ter entre 46 à 55 anos. A maioria (83,7%) pertencia ao sexo feminino e a cor parda foi autodeclarada de forma majoritária por elas, portanto, do total das participantes, 53 (48.18%) se declararam pardas, 31 (28.18%) preta e 25 (21,81%) de cor branca. Do total das participantes, a maioria 44(40%) afirma professar religião de matriz católica, 21(19.09%) protestante, 21(19.09%) espírita, 18(16.36%) nega

ter religião, 3(2.72%) referem pertencer a outras religiões, 1(0.90%) candomblé e 2 (1.8%) não responderam essa parte do instrumento de pesquisa.

A coleta de dados se deu mediante a aplicação do Teste de Associação Livre de Palavras (TALP). Trata-se de uma técnica projetiva, inicialmente, desenvolvida pela psicologia clínica, sendo aplicada na psicologia social a partir dos anos 80, constituindo-se em uma estratégia que permite apreender de modo espontâneo e descontraído projeções mentais, conteúdos implícitos ou latentes que podem ser ocultados nos conteúdos discursivos (OLIVEIRA et al., 2005).

Esta técnica prevê que a pessoa entrevistada escreva ou verbalize todas as palavras lembradas a partir de um ou mais termos indutores. Para facilitar a coleta, familiarizamos cada participante com o método e, posteriormente, solicitamos que preenchesse o cabeçalho do instrumento de pesquisa onde constavam questões de aspectos sociais como raça/cor autodeclarada, estado civil, idade, etc. Na presente pesquisa solicitou-se que evocassem cinco palavras que viesse imediatamente à mente ao ouvir o seguinte estímulo indutor: 'travesti'. Em seguida, após evocarem as cinco palavras, solicitamos que justificasse, de forma escrita, a palavra mais importante.

As justificativas elaboradas pelas participantes compuseram o corpus que posteriormente foi organizado, processado e analisado pelo *software* Iramuteq.

Este *software* viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais, desde aquelas bem simples, até análises multivariadas, além de organizar a distribuição do vocabulário de forma facilmente compreensível e visualmente clara, a exemplo da nuvem de palavras, utilizada no presente trabalho (CAMARGO, 2013).

A nuvem de palavras é considerada por Camargo (2013) como uma análise lexical mais simples, porém graficamente interessante, pois agrupa e organiza as palavras de acordo com o número de vezes que foi mencionada no texto, ou seja, as palavras com mais evocações surgem em tamanho maior e são dispostas no centro, as demais vão diminuindo de tamanho conforme as palavras são menos evocadas ou aparecem em menor frequência nos textos, distanciando do centro.

Ademais, para atender a Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre pesquisa com seres humanos, este projeto foi avaliado por um Comitê de Ética em Pesquisa designado pela Plataforma Brasil e, após parecer favorável, nº016227/2015 se deu o início da coleta dos dados (BRASIL 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na nuvem de palavras formada a partir do termo indutor “travesti”, as cognições mais frequentes foram: *travesti*, *preconceito*, *sociedade*, *homem*, *identidade*, *escolha*, *vida*, *sexual*, *sexo*.

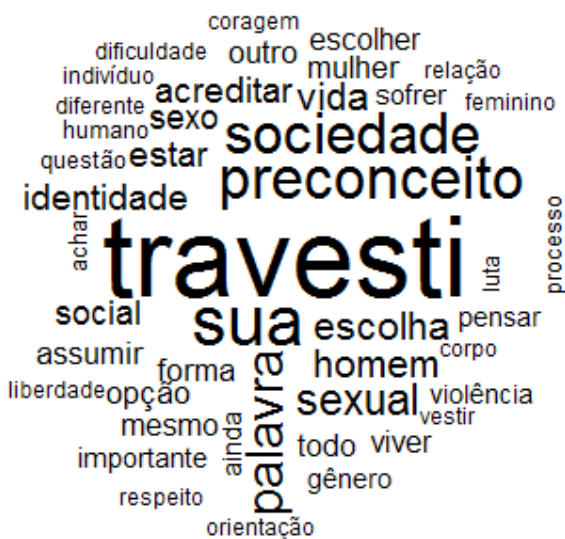


Figura 1. Nuvem de palavras – Representações sociais de Enfermeiras sobre as Travestis. Salvador, 2016.

O termo *travesti* surge como mais frequentemente proferido pelas enfermeiras participantes em referência à expressão “ser travesti é...” utilizada pelas mesmas ao justificar a cognição eleita como mais importante.

O termo *preconceito* largamente mencionado, é apontado pelas enfermeiras como uma realidade vivenciada amplamente pelas travestis nos diversos cenários de suas vidas. Esse preconceito, traduzido como homofobia, tem se configurado como objeto de agendas políticas governamentais bem como um, se não o principal enfoque de organizações da sociedade civil e da Política Nacional de Saúde LGBT, visando à redução das desigualdades e à consolidação dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Este termo como um dos principais elementos responsável por colocar em risco o direito dos (as) cidadãos (ãs), nesse caso, as travestis, e no que tange a saúde, também é responsável por afastá-las dos serviços essenciais (BRASIL, 2013).

O preconceito parece apresentar uma relação importante com as cognições *sociedade* e *vida*, também amplamente proferidas pelas participantes. Observando que os laços familiares, os valores morais presentes em nossas sociedades, concernente ao gênero e a religião, pode-se inferir que o preconceito assume um lugar central na vida das travestis.

Os aspectos que envolvem as identidades de gênero e sexualidades, são processos complexos, de certo modo cobrados socialmente, conjurando a heterossexualidade como modelo normativo único e constitutivo das subjetividades (SILVA, 2006). Nesta perspectiva, pessoas que contrariam essa normatividade estão mais susceptíveis ao preconceito, situação que parece se intensificar quando se trata de travestis, uma vez que estas não se encaixam nos modelos socialmente estabelecidos para homens e mulheres. De acordo com Venturi (2011), com base nos dados de pesquisa nacional envolvendo 150 municípios (pequenos, médios e grandes), das cinco macro-regiões do país (Sudeste, Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste), realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2008, 73% das pessoas acreditam que existe alto preconceito contra travestis.

O termo *homem* expressa a dificuldade das enfermeiras participantes da pesquisa em conceber a travesti como ela autorrefere. Essas representações podem estar amparadas no déficit de compreensão das participantes sobre identidade de gênero da travesti ou na partilha de crenças que circulam socialmente. É preciso compreender, que, desconsiderar a feminilidade da travesti se constitui como mais uma forma de exclusão, uma vez que lhes são atribuídas uma expressão que não condiz com sua identidade de gênero, tornando-se este mais um elemento que invisibiliza esse segmento. Contudo, uma parcela expressiva das enfermeiras participantes parece considerar a travesti como uma *identidade*, levando em consideração a dimensão humana, ética e subjetiva dessas pessoas. O termo identidade parece ir de encontro à cognição *escolha*, proferidas pelas enfermeiras que integram esse estudo, uma vez que a travestilidade não guarda relação com preferência, eleição, adoção de uma nova forma de ser e existir. A cognição *escolha* simboliza a compreensão sobre a necessidade de maior reconhecimento, igualdade social, liberdade e respeito às individualidades, embora ser travesti não trate de uma opção, de livre escolha, mas de uma condição complexa construída mediante elementos subjetivos. Desse modo, a composição da identidade travesti é produto da articulação de diversos processos identitários existentes na sociedade, formando uma “colcha de retalhos” própria da travestilidade (GARCIA. 2009).

As palavras *sexual* e *sexo* refletem que no imaginário da enfermeira participante a ligação entre a travesti e órgão sexual anatômico. Essa relação com a dimensão sexual dá pistas de uma condição de marginalização e preconceito vivenciados pelo segmento, limitando a travestilidade à mudanças apenas anatômicas.

Vale ressaltar, que mesmo nas evocações menos proferidas, as enfermeiras não fazem relação direta da travesti com a saúde. Isso pode ser explicado por meio do pouco ou nenhum contato das participantes em seu campo de atuação profissional, bem como pelo afastamento das travestis dos serviços básicos de saúde. Esse contato parece tornar-se mais presente em serviços de emergência, uma vez que são as unidades mais procuradas quando a situação de saúde se encontra agravada.

Torna-se visível a necessidade de ampliação do conhecimento do perfil desse público, bem como sensibilidade no atendimento, considerando a humanização, integralidade, universalidade do cuidado e acesso pleno aos serviços de saúde como qualquer outro(a) cidadão(ã).

Conclusões

As representações sociais de enfermeiras sobre as travestis encontram-se amparadas em crenças que circulam socialmente, evidenciando o preconceito como principal evocação associada as travestis.

Fica evidenciado na presente pesquisa, a dificuldade no entendimento sobre identidade de gênero e orientação sexual, representando a travestilidade como escolhas de vida, relacionadas ao sexo biológico, desconsiderando os aspectos subjetivos e complexos em que as travestis encontram-se envolvidas.

Percebe-se também, a ausência de elementos relacionados à saúde quando as enfermeiras são submetidas à reflexão sobre as travestis. Isso denota uma possível inexperiência de enfermeiras no que tange ao cuidado e contato com travestis ou um possível afastamento desse segmento dos serviços de saúde, uma vez que existe a possibilidade de constrangimento e situações de preconceito nesses locais.

Entendendo que as representações sobre um determinado objeto são responsáveis por influenciar nas ações de um grupo e modificar condutas, espera-se que os dados desta pesquisa contribuam para a reflexão sobre as práticas de enfermagem dedicadas às travestis, oferecendo-lhes a possibilidade

de desenvolver e implementar estratégias e ações de saúde que contemplem as individualidades, especificidades e necessidades dessas pessoas.

Faz-se necessário outras pesquisas relacionadas ao tema com o intuito de conhecer com maior profundidade e por meio de outras técnicas (projetivas e não projetivas), que possam subsidiar os estudos com enfoque nas representações sociais de enfermeiras sobre as travestis.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília: 1. ed., 2013. 32 p. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf> Acesso em: 30 abr 2016.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html> Acesso em: 30 abr 2016.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires. *Revista Temas em Psicologia*. V. 21, n.2, 513-518, 2013. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v21n2/v21n2a16.pdf> >Acesso em 30 abr 2016.

FERRAZ, Dulce; KRAICZYK, Juny. Gênero e Políticas Públicas de Saúde – construindo respostas para o enfrentamento das desigualdades no âmbito do SUS. *Revista de Psicologia da UNESP*. V.9, n.1, p. 70-82, 2010. Disponível em <<http://157.86.8.70:8080/certifica/handle/icict/13748>> Acesso em: 30 abr 2016.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Alguns aspectos da construção do gênero entre travestis de baixa renda. *Psicol. USP*, São Paulo, V. 20, n. 4, p. 597-618, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642009000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 abr 2016.

LIONÇO, Tatiana. Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. *Saude soc.* [online]. v.17, n.2, p. 11-21, 2008. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/sau-soc/v17n2/03.pdf>> Acesso em: 30 abr 2016.

MOREIRA, Michele Araujo, GOMES Anne Jaqueline Mendes. Representações Sociais de Estudantes Concluintes de Enfermagem sobre Transexualidade. *Rev Enferm UFPE.* V.7, n.5, p.4378-88, 2013.

Moscovici S. Representações sociais: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro: Vozes; 2013.

OLIVEIRA, D.C. MARQUES, S.C.GOMES A.M.T, TEIXEIRA, M.C.T.V, AMARAL, M.A. do Análise das evocações livres: uma técnica de análise estrutural das representações sociais, In: MOREIRA, Antônia Silva Paredes. et al (Org.). *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais.* João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, p. 573-603, 2005.

PERES, W. S. Travestis: subjetividades em construção permanente. In: UZIEL, A. P.; RIOS, L. F.; PARKER, R. G. *Construções da sexualidade: gênero, identidades e comportamento em tempos de aids.* Rio de Janeiro: Pallas, 2004, p.115-128.

VENTURI, G. Da construção dos dados à cultura da intolerância às diferenças. In: _____. In: BOKANY, V. (Orgs.). *Diversidade sexual e homofobia no Brasil.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 175-188.

SILVA, Sergio Gomes da. A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. **Psicologia Ciência e Profissão.** V. 26, n.1, p. 118-131, 2006. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v26n1/v26n1a11.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

PERCEPÇÕES DE MENINOS E MENINAS DO ENSINO MÉDIO SOBRE APROXIMAÇÕES E TENSÕES ENTRE SEXUALIDADE E AS PRÁTICAS ESCOLARES

Evanilson Tavares de França

Secretaria de Estado da Educação/Sergipe (SEED/SE)

evanilsont@gmail.com

Marcia Furlan de Almeida

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Secretaria de Estado da Educação/Sergipe (SEED/SE)

marciafurlan@gmail.com

Dilma de Jesus Goes

Secretaria de Estado da Educação/Sergipe (SEED/SE)

dilmagoes@hotmail.com

Rinaldo Santos Lima

Secretaria de Estado da Educação/Sergipe (SEED/SE)

rinaldors12@outlook.com

Edineia Tavares Lopes

Universidade Federal de Sergipe (UFS/SE)

edineia.ufs@gmail.com

Resumo

Falar sobre sexo e sexualidade, mesmo na educação formal, ainda representa um tabu resistente, embora as taxas de gravidezes precoces sejam alarmantes e os índices de jovens acometidos/as por doenças sexualmente transmissíveis, significativos. Por via disso, este artigo se propõe a desvelar as percepções de estudantes sobre sexo e sexualidade e as relações que eles e elas estabelecem com esses elementos. Para tanto, recorreremos a aplicação de questionário em duas turmas de Ensino Médio (2º e 3º anos) de uma escola pública localizada na capital sergipana (Aracaju). As análises iniciais dos dados revelam que: 1) embora ocorram variações, meninas e meninos se distanciam nos modos

como obtêm informações sobre as práticas sexuais e sexualidade; 2) os meninos iniciam suas relações sexuais em idade inferior à das meninas; 3) meninas e meninos concordam que eles devem iniciar primeiro as relações sexuais; 4) eles/as defendem que o espaço escolar deve trabalhar com profundidade as temáticas sexo e sexualidade, ainda que os dados revelem que na prática a escola não tem se convertido no principal meio de desenvolvimento da educação sexual. Nossa expectativa, portanto, transita pelas possibilidades de contribuir, também, com o debate escolar, apoiando-nos nas falas de adolescentes que tentam compreender-se e compreender as regras sociais que limitam, impedem, segregam, condenam; como também vislumbra a criação de espaços/tempos escolares para problematização de tais cerceamentos ao buscar modos outros de significação da sexualidade, dos gêneros e suas relações no âmbito das práticas socioculturais, entre elas as práticas sexuais de meninos e meninas.

Palavras-chave: sexualidade, práticas sexuais, percepções de estudantes.

Considerações Iniciais

Talvez possamos iniciar as reflexões deste tema a partir da compreensão de que as diferenças de gênero – e que variam em grupos sociais diferentes ou em um mesmo grupo, se analisados diacronicamente – não podem ser explicadas (ou pelo menos não deveriam) tomando-se por argumento uma naturalização de tais diferenças. Ainda que, do ponto de vista biológico, e considerando-se a fisiologia das genitálias, os indivíduos diferenciem-se, as distinções estabelecidas entre as pessoas, pautadas pelo gênero, encontram justificativa no social. E se entendermos que o social e o cultural se entrelaçam e, irmanados, definem os modos de ver, de fazer, de sentir, de se relacionar com o outro e de ser, concluiremos que os desenhos, regras e normatizações que estruturam as concepções e relações de gênero nascem da cultura e a ela retornam para alimentá-la.

Antes que sejamos atingidos por olhares apressados, capazes de concluir que nossa defesa transforma homens e mulheres em produtos (indivíduos determinados pelo contexto e incapazes de transformá-lo), gostaríamos de fazer duas adições. A primeira destina-se a reforçar que a relação entre os sujeitos e a cultura é dialógica e dialética: ao tempo em que homens e mulheres são artífices culturais, eles e elas também são alcançados pelos elementos constitutivos da cultura e que convergem para formá-los/as. Homens e mulheres fazem cultura enquanto a cultura os faz, como destaca França (2013).

Para trilhar pela segunda parcela, recorremos a Paulo Freire. Segundo o defensor da pedagogia emancipatória, não somos determinados/as pela história, mas por ela somos condicionados/as (FREIRE, 2000). A cabeça anda por onde os pés pisam, reforça Leonardo Boff (1997). É óbvio que, enquanto sujeitos culturais, tanto no sentido de produtor quanto de indivíduo engendrado numa teia de elementos que se cruzam, entrecruzam, descruzam, homens e mulheres transformam a cultura e ao fazê-lo transformam a si mesmos/as. E isto é fantástico por que desobjetificamos¹ os sujeitos e lhes asseguramos o seu lugar de direito: autor/a de sua própria história, ainda que a autoria requeira coautores/as e personagens diversos.

No concernente à sexualidade, Foucault (1988) demonstra como as concepções e comportamentos se transformam ao longo da história da humanidade. Segundo ele, no início do século XVII, “as práticas [sexuais] não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce”. Porém, ainda naquele século, inicia-se a Idade da Repressão, coincidindo com o desenvolvimento do capitalismo: “se o sexo é reprimido com tanto vigor, é por ser incompatível com uma colocação no trabalho, geral e intensa” (FOUCAULT, 1988, p. 11).

É óbvio que as ponderações do filósofo francês se aprofundam, buscando explicar as relações entre os modos de expressão da sexualidade e a conjuntura sociocultural vigente – estando aí inclusas, necessariamente, as relações econômicas. Sexo e sexualidade, e os modos como com eles lidamos, são abordados pelos ditames econômicos e os reverses do poder. Tais abordagens certamente justificam o silenciamento das escolas, quando se trata (também) de sexo e sexualidade, e os índices preocupantes de gravidezes precoces e de jovens acometidos por doenças sexualmente transmissíveis. Esta é a nossa próxima discussão, ainda que breve.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)², a partir de incursões investigativas realizadas em 2012, 7,3% das brasileiras, na faixa etária de 15 a 18 anos, possuem pelo menos um filho – e os estados nordestinos se destacam nesse cenário (notadamente o Maranhão, o Ceará e a Paraíba). Noutra pesquisa, o IBGE revela que 28,7% dos brasileiros, que

1 Desobjetificar: retirar do indivíduo qualquer possibilidade de concebê-lo como objeto, assegurar o papel de sujeito que cabe a cada homem e a cada mulher.

2 Os dados foram obtidos no site <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/2012/default_pdf_tabela_2_7.shtm> e acessado em 29 de abril de 2016.

curtam o 9º ano (Ensino Fundamental), já tiveram relação sexual pelo menos uma vez (o índice é maior entre os meninos: 40,1% para eles e 18,3% para elas). No Nordeste, esses índices alcançam 24,9%, sendo 39,7% para os meninos e 13,1% para as meninas. As investigações do instituto na capital sergipana (Aracaju) apontam que 28,3% dos escolares, que cursam o 9º ano do segundo nível da Educação Básica, também já têm vida sexual ativa: 36,7% dos meninos e 21,5% das meninas.

As descobertas do IBGE tornam-se ainda mais graves quando o instituto declara que, dentre os/as escolares que já mantiveram alguma relação sexual, 24,7% (Brasil), 26,0% (Nordeste), 28,7% (Aracaju) não fizeram uso de preservativo na última relação sexual, mesmo que as escolas deles e delas tenham oferecido orientação sexual, como confessam 82,9% dos/as escolares brasileiros/as, 84,5% dos/as nordestinos/as e 82,4% dos/as sergipanos/as.

Se assim o é, porque as crianças e adolescentes continuam realizando práticas sexuais inseguras? Por que os índices de gravidez precoce permanecem significativos? Pensamos (e defendemos) que a escola precisa chegar aos/às jovens, usar sua linguagem (e apresentar outras formas de comunicação), tratar de modo claro – espontâneo mesmo – as questões vinculadas ao sexo e à sexualidade: sem pudor, sem barreiras, sem preconceitos, sem determinação de certo e errado, ainda que apresente aos/às estudantes as possíveis consequências da falta de prevenção nas relações sexuais.

Para encerrar esta primeira parte, cremos ser importante trazer à baila o entendimento de alguns autores sobre sexualidade. Partilhamos da compreensão de Moraes e Vitalle para quem a sexualidade precisa ser “entendida como um fator intrínseco do ser humano que o motiva às diferentes formas de busca e vivência do prazer” (MORAES, VITALLE, 2012, p. 49). Compõe, por conseguinte, a identidade dos seres humanos e se desenvolve, por isso mesmo, ao longo da vida de homens e mulheres.

A sexualidade não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não do orgasmo. Sexualidade é muito mais do que isso, é a energia que motiva encontrar o amor, contato e intimidade, e se expressa na forma de sentir, na forma de as pessoas tocarem e serem tocadas. (BRASIL, 1997, p. 296).

A sexualidade, numa leitura mais ampliada, é expressão cultural. Abarcar a sexualidade como elemento constitutivo de todos os seres humanos,

independentemente do gênero, e presente em todas as fases pelas quais passam homens e mulheres é, parece-nos, imprescindível para a implementação de qualquer ação educativa, formal ou informal. Mesmo porque as tentativas de castração ou impedimento do exercício da sexualidade tende, por isso mesmo, a amputar as possibilidades de plenitude dos seres humanos.

Sexo, por sua vez, é expressão biológica “que define um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais)” (BRASIL, 1997). Convém, todavia, não descartar a culturalização a que as concepções e classificações estiveram (e continuam) afeitas ao longo da história da humanidade – mesmo porque o sexo, assim como a raça, continua circulando como marcador social (CORRÊA, 2001).

Estratégia Metodológica

A incursão investigativa efetuou-se em uma escola pública localizada na capital sergipana, como já mencionado em linhas anteriores. A opção por aquela unidade de ensino encontra guarida na proposta pedagógica da escola, que se assenta na reflexão/discussão de temáticas conflitantes e que são imensamente caras, em nosso entendimento, à construção de uma escola pública de qualidade social.

À vista disso, a instituição educativa, desde 2009, tem levado para o interior do seu espaço pedagógico (e dele irradia-se), a partir da construção e implementação de projetos interdisciplinares (exemplo: “O Mundo da Leitura é a Leitura de Todo Mundo”, “Alma Africana”, “Grupo *ParlaCÊNICO* de Teatro”, “Seminários de Cidadania Ativa”) temáticas como: “Currículo: um espaço/tempo polissêmico e polifônico”, “Sexo e sexualidade: tabus, cuidados, vivências”, dentre outros.

Por outro lado, a unidade de ensino em foco, por via dos espetáculos de teatro estrelados por seus/suas educandos/as, vem provocando a comunidade estudantil a refletir sobre o seu entorno e a questionar a realidade que a envolve. Nesses últimos sete anos, o Grupo *ParlaCÊNICO* de Teatro, através do projeto “A escola pública vai ao teatro”, já levou aos espaços culturais do estado (e da Bahia) mais de 18.000 pessoas para assistirem às suas produções.

Tais propriedades, que diferenciam e destacam (em nosso olhar) o estabelecimento de ensino, estimularam-nos a ouvir o seu corpo discente – aqui representado por 56 estudantes do Ensino Médio (20 meninos e 36 meninas – na faixa etária de 15 a 18 anos), matriculados/as no 2º e 3º anos.

Como instrumento de pesquisa, adotamos o questionário, visto que, de acordo com Gil (2008), este instrumental possibilita obter informações relevantes de diversos sujeitos em um tempo relativamente curto; também porque “não expõe os pesquisados a influências das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistador” (GIL, 2008, p. 122).

O questionário compôs-se de 30 questões, sendo 26 fechadas e apenas 04 abertas. As perguntas abrangiam desde a autodeclaração étnico-racial até a aspectos pedagógicos da escola e a relação deles com a Educação Sexual.

Por conta das limitações próprias desse tipo de produção textual – e também pela temática escolhida –, consideraremos seis questões, a saber: 1) Em sua opinião, qual a idade mais adequada para um menino começar a transar? 2) Em sua opinião, qual a idade mais adequada para uma menina começar a transar? 3) Você se considera bem informado sobre sexo e sexualidade? 4) Você aprendeu alguma coisa sobre sexo e sexualidade na escola? 5) Com que faixa etária você começou a transar? 6) Onde (ou com quem) você adquiriu maior conhecimento sobre sexo e sexualidade?

Análise dos dados

Objetivando arrear de modo comparativo as percepções de meninos e meninas, cada questão será analisada paralelamente apoiando-se nas respostas emitidas por eles e por elas. Ou seja, veremos como meninos e meninas se posicionam diante de cada questão.

TABELA 01: Faixa etária ideal para os meninos iniciarem as relações sexuais

FAIXA ETÁRIA	MENINOS	MENINAS
Menos de 14 anos	0	0
De 14 a 16 anos	25,0%	5,6%
De 17 a 18 anos	45,0%	47,2%
Acima de 18 anos	25,0%	41,6%
Outro	5,0%	5,6%

Fonte: questionários

TABELA 02: Faixa etária ideal para as meninas iniciarem as relações sexuais

FAIXA ETÁRIA	MENINOS	MENINAS
Menos de 14 anos	0	0
De 14 a 16 anos	15,0%	2,8%
De 17 a 18 anos	50,0%	41,6%
Acima de 18 anos	30,0%	50,0%
Outro	5,0%	5,6%

Fonte: questionários

Parece que a liberdade sexual masculina é ainda mais aceita (e até celebrada) do que a feminina) – o que converge com um adágio popular largamente utilizado nos rincões sergipanos (ainda que com menor força nos últimos anos): “Quem tiver suas cabritas que prenda que o meu bodinho está solto”. Ou seja, cabe aos/às responsáveis pelas meninas o cuidado com elas (leia-se: segurá-las em casa), porque os meninos têm plena liberdade para agirem do modo que acharem necessário para assegurar a sua “macheza”. São machos, por conseguinte, pode “pegar” as meninas a qualquer hora e quantas considerar necessário. E se elas permitem é porque não “têm vergonha”, “são oferecidas”. Essas falas são vastamente repetidas por homens e por mulheres.

A segunda linha (Tabela 01) é emblemática, assim nos parece, porque reforça a fala popular, senão vejamos: segundo os respondentes (25% deles), a faixa etária ideal para que os meninos sejam introduzidos nas práticas sexuais situa-se entre 14 e 16 anos. Quando a referência se dirige à menina, o percentual cai para 5,6%.

O mesmo fenômeno é observado na tabela seguinte (Tabela 02). Dentre as escolares entrevistadas, 15,0% delas admitem que os meninos devem começar as práticas sexuais mais precocemente (entre 14 e 16 anos). Apenas 5,6% das informantes consideram que as meninas devem iniciar sua vida sexual nessa mesma faixa etária.

E as meninas parecem ser ainda mais exigentes consigo mesmas do que os meninos são com elas: 50,0% delas defendem que as relações sexuais das meninas devem iniciar-se quando estas ultrapassarem os 18 anos. Esse mesmo pensamento é compartilhado por 30% deles. Os meninos (50%) advogam que elas podem ser introduzidas nas práticas sexuais a partir dos 17 anos.

Esses posicionamentos vão ao encontro de dados históricos que fotografam a maior liberdade atribuída aos homens, enquanto às mulheres resta a responsabilidade (inclusive pela gravidez precoce – esquecendo-se da paternidade

irresponsável). Borges (2007) demonstra que, mesmo as mulheres se aproximando dos homens no que se refere à iniciação sexual, sua primeira experiência ocorre, considerando-se a idade, depois da deles. E adiciona:

[...] suas motivações para o engajamento sexual continuam, em certa medida, respondendo aos papéis tradicionalmente atribuídos à mulher: [...] romance e compromisso como propulsores das primeiras práticas sexuais (BORGES, 2007, p. 604).

Meninos e meninas concordam que o início da vida sexual não se efetive antes dos 14 anos, nem para eles, nem para elas. Acordam também que a prática sexual ocorra somente após o enlace matrimonial – é o que nas tabelas 01 e 02 encontra-se categorizado como “outro” (eles: 5,0% para homens e para mulheres; elas: 5,6% para moças e para rapazes).

A tabela seguinte (03) retrata o início da vida sexual de meninos e meninas.

TABELA 03: Início da vida sexual (meninos e meninas)

FAIXA ETÁRIA	MENINOS	MENINAS
Menos de 14 anos	5,0%	2,8%
De 14 a 16 anos	30,0%	11,1%
De 17 a 18 anos	15,0%	5,6%
Acima de 18 anos	0,0%	2,8%
Ainda não transa	50,0%	75,0%
Não respondeu	0,0%	2,8%

Fonte: questionários

As tabelas (01, 02 e 03) dialogam entre si e confirmam os dados históricos referentes ao início das práticas sexuais (alguns dos quais já foram aqui tratados). Como é possível observar, 50,0% dos meninos introduzem-se (ou são introduzidos) na prática sexual até os 18 anos; quando se olha para as moças, esse percentual é reduzido para menos da metade: 19,5% das garotas começam a se relacionar sexualmente com até 18 anos.

Eles e elas consomem, pagam impostos, têm capacidade, igualmente, de desenvolver a afetividade, desejam, têm a sexualidade em movimento. Não obstante, não possuem o mesmo reconhecimento no que se refere à igualdade e à liberdade das práticas, ainda que sejam as mais íntimas, como negrita Rios (2006).

Consideramos imperativo sublinhar que, coincidindo inclusive com pesquisas outras, as práticas sexuais de meninos e meninas têm ocorrido de modo cada vez mais precoce e mais largamente. Esse reconhecimento é imperioso porque precisa funcionar como estímulo à implementação de políticas voltadas para a saúde dos/as adolescentes e para as atividades vinculadas à orientação sexual.

Moraes (2012, p. 49) lembra que a “sexualidade na adolescência tem impulso fortemente marcado pelas transformações biopsicossociais”. É uma fase de contatos diversos, de descobertas antes não imaginadas, de conflitos – o que robustece ainda mais a necessidade de fortalecimento de uma política específica, porque os diferentes contatos podem provocar consequências diversas: infecção por doenças sexualmente transmissíveis, gravidez não planejada, abortos, morbidade materna e a violência sexual.

Quando perguntamos aos/às estudantes “Onde (ou com quem) você adquiriu maior conhecimento sobre sexo e sexualidade?”, obtivemos os seguintes resultados:

TABELA 04: Fontes de educação sexual (meninos e meninas)

FAIXA ETÁRIA	MENINOS	MENINAS
Amigos/as	40,0%	11,1%
Escola	30,0%	25,0%
Família	35,0%	11,1%
Meios de comunicação	30,0%	52,7%
Outro	0,0%	0,0%

Fonte: questionários

Para ambos, a escola não é o espaço/tempo prioritário de obtenção de conhecimentos sobre sexo e sexualidade (30,0% para eles, 25,0% para elas). Razão para isso pode assentar-se nos tabus e receios que ainda acometem professores e professoras quando esses temas são pautados. Porém, parece haver negação de direitos, vez que a educação como direito é prescrita em diversos instrumentos legais brasileiros, tais como: a Constituição Federal, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/1996), a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências” (ementa).

Há ainda, em nosso olhar, um equívoco cidadão e pedagógico, visto que a educação, defendemos nós, além de observar as interferências e demandas

socioculturais, precisa instrumentalizar os sujeitos que participam de sua constituição e construção (referimo-nos à educação formal – e ela não existe sem educadores/as-educandos/as e sem educandos/as-educadores/as) para a transformação da sociedade. Reconhecemos que esta não é uma tarefa fácil, mas se faz necessária porque, como destaca Moraes,

[...] a maior parte dos adolescentes encontra-se em processo de escolarização e sua completude deve ser estabelecida em quaisquer condições. (MORAES, 2012, p. 51).

E, sem querer responsabilizar a escola, é bastante provável que parcela significativa dessa população se torna vítima de consequências desagradáveis, resultantes de uma iniciação desavisada nas práticas sexuais – gravidez não planejada, infecção por DST, abortos e outros – por carência de uma educação sexual.

Outro fator digno de registro é representado pela primeira linha da tabela acima (Tabela 04). Enquanto 40,0% dos meninos acessam às informações sobre sexo e sexualidade através dos amigos, apenas 11,1% das meninas conseguem o mesmo resultado. Cremos que explicação para isso repousa, mais uma vez, na liberdade legada a eles e negada a elas. Falar sobre sexo (talvez), entre os meninos, seja algo corriqueiro, “permitido”; entre as meninas, é possível que ocorra (nesse sentido, com mais facilidade) uma introjeção das normatizações sociais, encorpadas na família (e vice-versa?). Afinal, como nos alerta Foucault (1988), a norma nos oprime mais do que a lei.

As famílias também conversam mais sobre sexo e sexualidade com os rapazes (segundo afirmam 35,0% deles) do que com as moças (de acordo com a informação emitida por 11,1% delas). São certamente “as conversas de homem” encabeçadas pelos pais e irmãos. As “conversas de mulher” raramente ocorrem – e as razões se repetem.

Por fim, considerando ainda a quarta tabela, o melhor meio de obtenção de informação sobre sexo e sexualidade, para as mulheres, é representado pelos meios de comunicação. Segundo 52,7% das meninas (contra 30,0% dos meninos), os conhecimentos que lhes são transmitidos são oriundos desses veículos. Como sublinham Cano, Ferriani e Gomes (2000), o sexo vem sendo amplamente divulgado e debatido nos meios de comunicação; entretanto, o corpo, principalmente o feminino, vem sendo exageradamente usado para vender até sabão. O que torna ainda mais urgente a participação da escola nesse processo.

Considerações Finais

Iniciamos a escrita deste texto apresentando como objetivo (dele – e de certo modo, impondo-nos) desvelar as percepções de estudantes sobre sexo e sexualidade e as relações que eles e elas estabelecem com esses elementos. Certamente, não é uma trilha de abertura imediata. Há muito o que se fazer, bastantes passos precisam ser carimbados no caminho para que outros passantes possam percorrê-lo, alargá-lo e, sempre que possível (e necessário), reconstruir a vereda e os modos de nela caminhar.

E isto, pensamos nós, é uma preocupação que deve se fazer presente diuturnamente nas práticas e reflexões daqueles/as que atuam em educação (referimo-nos à formal) e a têm como instrumento de formação coletiva de sujeitos e construção de uma sociedade guarda-chuva: que caiba todos/as, que acolha todos/as, que entenda a marginalização como um erro imperdoável na história – e que, por conseguinte, precisa de correção urgente.

É a partir desse entendimento que defendemos a educação sexual como educação geral. Ou seja, não cremos que a escola deva inserir em sua arquitetura curricular uma disciplina que atenda pelo nome de Educação Sexual. Não cremos, menos ainda, que as discussões travadas sobre as temáticas em espelho devam fronteirar-se pelo ensino de Ciências (Ensino Fundamental) ou de Biologia (Ensino Médio).

Nossa aposta e defesa é que, assim como educação ambiental, educação para as relações étnico-raciais, de gênero, e geracional, a educação sexual deve ser abarcada (e profundamente) por todas as disciplinas (de modo interdisciplinar – melhor seria: transdisciplinar) e em todos os espaços/tempos da escola.

Escola é o *locus* privilegiado de formação de sujeitos. E o sujeito é histórico, ambiental, é social, é cultural. E na intersecção de todas essas dimensões encontra-se sua sexualidade.

Por fim, gostaríamos de acrescentar que a presente pesquisa representa apenas uma fresta através da qual se visualiza um tanto do que se precisa ver. Nossa pretensão é que outros caminhos e outros modos de caminhar contribuam para a ampliação dessa abertura: viabilizando novos olhares, novas leituras.

Referências

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**: uma metáfora da condição humana. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BORGES, Ana Luiza Vilela. Relação de gênero e iniciação sexual de mulheres adolescentes. **Rev. Esc. Enferm. USP**. 41(4):597-604, 2007.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CANO, Maria Aparecida Tedeschi; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho; GOMES, Romeu. Sexualidade na adolescência. **Rev. Latino-am. Enfermagem**. Ribeirão Preto, v. 08, n. 02, pp. 18-24, abril 2000.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**. (16) 2001: pp. 13-30.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**: São Paulo: Editora Perspectiva, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

FRANÇA, Evanilson Tavares de. **Escola e cotidiano**: um estudo das percepções matemáticas da comunidade quilombola Mussuca em Sergipe. São Cristóvão: UFS, 2013. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

MORAES, Silvia Piedade de; VITALLE, Maria Sylvia de Souza. Direitos sexuais e reprodutivos na adolescência. **Rev. Assoc. Méd. Bras**. 58(1):48-52, 2012.

RIOS, Roger Raupp. Para um direito democrático da sexualidade. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 12, n. 26, p. 71-100, jul./dez. 2006.

MOÇA AINDA OU MULHER DA VIDA? NOTAS ETNOGRÁFICAS E DIALÓGICAS

Autor: Fernanda Priscila Alves da Silva;

Co-autor: Lívia Alessandra Fialho da Costa

Universidade do Estado da Bahia

Email: feracatejo@yahoo.com.br

Introdução

*Quem paga?
Ele paga? Ela paga?
Quem vende?
Ela, malandro ou cliente?
Aonde?
Quem é?
Moça? Menina?
Ou mulher?
(F.P.A. S)*

Este texto pretende estabelecer um diálogo entre algumas notas etnográficas realizadas a partir da incursão em campo e das narrativas de mulheres pobres que exercem a prostituição de rua no Centro Histórico, em Salvador-BA. A pergunta sobre o significado de ser “moça” e “mulher da vida” norteia a discussão, no sentido de buscar refletir e discutir acerca das construções sociais, culturais e históricas tecidas sobre as mulheres, em particular, das mulheres que exercem a prostituição. Além, da incursão em campo, da aproximação das narrativas o objetivo é dialogar com discussões que vem sendo realizadas sobre o tema, assim como estabelecer pontos de encontros e desencontros, possibilidades e outras formas de pensar e (re) pensar a questão.

Metodologia

Este artigo reflete resultados parciais da pesquisa que vem sendo realizado no Mestrado em Educação - Uneb, Campus I. O trabalho consiste em estudo sobre as sociabilidades construídas por mulheres pobres que exercem a prostituição de rua em Salvador, Bahia. O grupo pesquisado é composto por mulheres de baixa renda, em exercício de prostituição de rua, acima dos 18 anos, sendo neste estudo analisado uma amostra de 10 mulheres, a faixa etária e 30 a 65 anos, que foram entrevistadas. Além deste grupo foram contatadas mulheres que estão no exercício da prostituição em bares, ruas, cines privês por meio da observação participante.

O referencial teórico deste trabalho está ancorado no campo de estudos autobiográficos em educação¹, além dos princípios metodológicos e epistemológicos da etnografia. As narrativas de trajetórias de vida considerará uma perspectiva feminista possibilitando assim um diálogo a partir da categoria gênero. Compartilhando do pensamento de Rago (1998) de que o a categoria de gênero “não vem substituir nenhuma outra, mas atende a necessidade de ampliação de nosso vocabulário para darmos conta da multiplicidade de dimensões constitutivas das práticas sociais e individuais”, entendo que nesta pesquisa ela tem sua importância na medida em nos possibilita dialogar com as formas como as mulheres se constroem enquanto mulheres e interagem com outros atores deste contexto.

Resultados e discussão

A partir desta breve introdução e das considerações metodológicas se pretende a partir de então apresentar alguns relatos e modos como esta pesquisa vem sendo tecida e construída. Por meio da imersão em campo, de anotações feitas no Diário de Campo, observação participante, entrevistas e aproximação da realidade alguns questionamentos tem sido feitos a partir deste contexto.

A pesquisa em torno da temática da prostituição tem sido amplamente debatida a partir de diferentes olhares e campos disciplinares: ciências sociais, psicologia, antropologia, saúde coletiva, entre outros. Entendo a prática da prostituição como um fenômeno complexo, que envolve e está permeado por diversas interações e relações. A inserção, permanência ou afastamento da

1 DOMINICE (1982); JOSSO (1986); PINEUAU (1983; 1985); NÓVOA (1988).

prostituição se localiza em um conjunto de fatores, que para além serem econômicos, são sociais, culturais, políticos, religiosos. No contexto aqui apresentado, a forma como as mulheres inseriram na prostituição vem acompanhado tanto de um “querer” quanto de uma “não querer”. As relações familiares e sociais, o modo como são vistas enquanto meninas ou mulheres, a forma como sua sexualidade é falada, dita e sentida estão conectados com os caminhos percorridos por cada mulher singularmente, mas também aponta os modos como mulheres pobres têm sido tratadas pela sociedade. No caso das mulheres pobres que exercem a prostituição carregam ainda o peso de um estigma (Goffman, 1987) que a tem colocado no lugar de mulher da vida. Durante muito tempo foram vistas como doentes ou vítimas do contexto social, mulheres depravadas em constante oposição ao que se denomina de mulheres de família.

A distinção feita entre o “mundo das prostitutas” e o mundo das “mulheres da sociedade” tem correspondido à distinção entre o público e o privado. Neste caso, os sujeitos denominados de desviantes têm estabelecidos espaços que são permitidos ou não (Colvero, 2010). Entretanto, a partir dos relatos que veremos a seguir o que se perceber é que antes mesmo destas mulheres exercerem a prostituição, quando são meninas ainda, uma forma específica de pensar seus corpos e sua sexualidade já é pronunciada demarcando, portanto, a experiência da maioria das mulheres. Fonseca (2004, p. 257) aponta que:

Ao se aproximar da vida das “profissionais do sexo”, em carne e osso. O pesquisador complica o quadro, pois não somente acaba descobrindo que o “exótico” não é tão exótico assim, mas também passa a reconhecer a extrema heterogeneidade desse universo.

A seguir vamos apresentar alguns recortes das trajetórias de três mulheres. Importante considerar que são recortes, acompanhados da percepção e “leitura” da pesquisadora. As trajetórias e experiências são muito mais intensas e complexas do que se pode considerar neste estudo.

Antônia

Antônia é uma mulher reservada e observadora. Sem muitas palavras, vai falando aos poucos de sua história. Negra, com seus 55 anos, mãe de quatro filhos. Conta que uma das filhas “deu pra criar”, pois naquele momento não tinha condições de cuidar: *“eu tenho certeza que ela está muito bem. Ela mora*

ai no Corredor da Vitória. Está com uma família boa". Seu ponto de batalha sempre foi a Praça da Sé, desde que chegou a Salvador após suas andanças por várias cidades do interior da Bahia. Atualmente diz não batalhar mais, aliás, repete em vários momentos que nunca gostou da prostituição, por isso prefere ter sua "guia". Natural de Itabuna – BA, conta que saiu de casa após desentendimentos com o pai, pois não suportava ver a mãe sofrer violência doméstica. O pai chegava bêbado em casa e certa vez queimou a mãe com ferro de passar roupa. Além de ver as violências sofridas pela mãe, Antônia traz em seus relatos falas sobre o modo como o pai se referia a ela, "eu era uma menina e meu pai tinha medo de ter filha rapariga, então ele dizia que eu era porque tinha umas amigas, mas eu era moça ainda. Ai minha mãe me colocou para fora de casa. Fui para uma casa para trabalhar, quando cheguei lá era um brega, mas eu não sabia nada." Sua saída da casa materna e, portanto a inserção no brega se localiza a partir de situações ocorridas neste ambiente familiar. Ela continua: "Fiquei lá. Com o tempo, a dona da casa me chamava. Um dia veio um homem e ficou me olhando. Aquela mulher me colocou no quarto com ele. Ele me chupou de todo lado, mas a rola dele não subiu. Assim que ainda fiquei virgem. Quando ele foi subir para o quarto assinou um cheque. Ai depois perguntei pra mulher: cadê meu dinheiro, o moço disse que assinou um cheque, ela me xingou dizendo: você é mulher da vida hein? Ai eu fico pensando, você vê eu não era mulher da vida, ela me colocou ali."

Viviane

Agitada e quieta. Falante e silenciosa. Olhar seguro e incerto. Viviane é uma mulher que expressa oscilações de modos e formas de se expressar. Das muitas vezes que nos encontramos, ora estava muito brava com outras colegas da Praça, ora estava feliz e sem se importar muito com o que os outros iriam dizer ou pensar. No fundo, Viviane é uma mulher muito solitária. Não tem muitas amizades e busca cotidianamente batalhar para conseguir se alimentar, pagar o aluguel, a luz e água. Natural de uma cidade do interior de Pernambuco já passou por várias cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife. Em Salvador se encontra há alguns anos sendo que já teve passagens em outros momentos de sua vida. Caçula de uma família com onze filhos tem boas recordações do tempo da infância, da relação com o pai, das brincadeiras e vida no interior. Sua relação com a mãe, entretanto, sempre foi um desafio em sua vida. Mãe de três filhos, sendo dois adotados. Além destes três filhos teve mais dois filhos que morreram. Apesar de

falar com orgulho e carinho dos filhos, os mesmos não foram criados e cuidados por Viviane, mas por familiares. As conversas giram em torno de uma infância com memórias prazerosas e memórias das quais não gostaria de recordar: *“minha mãe dizia que quando eu crescesse e completasse 14 anos eu ia dá pra puta. Eu não sabia o que era...”* Saiu de casa após sua primeira gravidez, deixando o filho com a família paterna e seguiu andando pelo mundo, como ela mesma afirma. Nunca mais voltou para sua cidade de origem, recorda deste tempo de forma nostálgica e expressa o desejo de retorno. No entanto, já conheço Viviane há mais quatro anos e ainda não soube de relatos nos quais ela de fato tenha ido visitar seus familiares. Antes, ela mesma conta que saiu pelo mundo, viajando de cidade em cidade e que agora pretende permanecer em Salvador.

Luana

Natural de Sergipe, Luana tem 34 anos, mãe de 05 filhos e está na prostituição há mais de 14 anos. Em relação à sua família de origem, conta que a mãe a “deixou” sob os cuidados da avó, figura da qual tem grande orgulho e admiração. Gostava de estudar, chegando a concluir o ensino fundamental. Com 14 anos “perdeu a virgindade”, engravidando pela primeira vez: *“Eu conheci uma rapaz de... ele era filho de dona de brega.”* E assim aconteceu sua inserção no brega. Luana conta que se escondia nos armários quando chegava alguém da “justiça”, pois ela era muito nova. Enquanto conta sua história afirma em vários momentos que foi porque quis. Considera a prostituição um trabalho, ainda que relate os riscos que vivencia: *“ser agredida, tomar calote, ser estuprada, de tomar na tora, de fazer a força”*. É neste momento, que afirma querer “sair dessa vida”. Dentre seus sonhos, sair da rua, ter sua própria casa e poder ficar com seu filho e companheiro se faz uma força para continuar na labuta. Seu maior desafio, no entanto, segundo ela mesma é superar o “vício das drogas”. Muitas vezes a prostituição acaba sendo para Luana um meio pelo qual ela consegue adquirir dinheiro para o consumo de drogas, seu e de seu companheiro.

Situações emblemáticas, vidas concretas e algumas concepções de mulher (es)

Ser mulher da vida é uma expressão utilizada constantemente pelas mulheres que se encontram no exercício da prostituição. Em diferentes contextos e realidades se escuta esta frase. Por detrás, nas entrelinhas, diversos significados e sentidos podem ser atribuídos, assim como diversos posicionamentos sobre o

lugar destas mulheres que “fazem vida” ou que são “da vida”. Estes posicionamentos refletem o modo como a sexualidade, a cultura, a política, as relações de gênero são tecidas e engendradas.

Apesar das ambiguidades, no sentido de ter sido construída culturalmente e ideologicamente, que esta expressão traz sempre a considerarei (a partir de uma realidade específica) como uma expressão forte e feliz. Nas conversas e no diálogo com as mulheres percebo cada vez mais que ela de fato aponta uma “marca”, no sentido do estigma (Goffman, 1987); mas de outro lado ela também aponta o que podemos denominar de transgressão. As mulheres da vida neste sentido são mulheres “guerreiras”, como escutei inúmeras vezes das próprias mulheres. O que se coloca em questão aqui é algo relacionado ao lugar do público e do privado, ou ainda ao lugar no qual devem estar as “mulheres da sociedade” e as “mulheres da vida”. A demarcação sobre os lugares dos quais umas e outras devem estar foi construído culturalmente.

Distinguir o “mundo das prostitutas” das “mulheres da sociedade” corresponde à distinção entre público e privado, à regulação das trocas subjetivas entre os grupos e circulação entre eles. Os sujeitos vivem num acordo, mesmo que tácito, que prevê os lugares nos quase podem transitar. Os próprios indivíduos desviantes têm espaços permitidos ou não (COLVERO, 2010, p. 14).

Segundo Velho (1985), os comportamentos desviantes e estereótipos são atribuídos às pessoas que exercem o trabalho sexual. A perspectiva de desvio pressupõe a existência de um comportamento que é considerado ideal e que, portanto, é compatível com as normas sociais estabelecidas. As mulheres que exercem a prostituição são consideradas desviantes, pois não se adequam aos comportamentos que são definidos como modelos comportamentais associados ao papel feminino.

Pasini (2000) demonstra que no final do século XIX e início do século XX (até 1930), os escritos sobre prostituição enfatizavam os saberes médicos e da polícia, pois estes se consideravam “defensores da moralidade”. Para os médicos e policiais, a prostituição deveria ser extinta, pois era uma doença que precisava ser eliminada. A prostituição era considerada como uma mal social e por isto devia ser combatida.

Ao longo do século XIX, a figura da mulher delinquente foi objeto de intensa produção discursiva, seja pela psiquiatria, pela antropologia criminal ou pela

medicina social. Os enunciados produzidos pela ciência, o intento de encontrar verdades universalmente validas sobre essas personagens, fabricaram sujeitos e legitimaram agenciamentos e formas de controle social (PINHO, 2011, p. 07).

Mesmo na atualidade, após a perda do estatuto científico de teorias sobre a *criminosa nata*, observam-se pesquisas com o pressuposto de que as prostitutas seriam mulheres com certo grau de exotismo. Neste sentido, algumas pesquisas tentam demonstrar por meio de entrevistas e estatísticas certa ligação entre a entrada no universo da prostituição e a ocorrência de abusos sexuais. Estas perspectivas vão construindo um caminho de pensamento acerca da prostituição demonstrando cada vez mais que para além das ambiguidades destas construções, pensar e pesquisar sobre prostituição implica buscar compreender as facetas deste fenômeno complexo.

Margareh Rago (1990) observa que as pesquisas sobre o tema ganharam maior expressão no século XIX e que este discurso a partir da referência médica ou policial, ou seja, a partir de explicações que viam na prostituição disfunção orgânicas ou transgressão, definindo o objeto em função daquilo que ele não é. Neste sentido, seria necessário pensar a prostituição como um fenômeno social e estabelecer o que seria este fenômeno (PINHO, 2011).

No Brasil, é durante o século XIX que ocorrem uma série de transformações, dentre elas: a consolidação do capitalismo; o incremento de uma vida urbana que oferecia novas alternativas de convivência social; a ascensão da burguesia e o surgimento de uma nova mentalidade – burguesa – reorganizadora das vivencias familiares e domésticas (D' INCAO, 2013, 223).

A vida urbana no início do século XIX praticamente inexistia no Brasil, então um enorme país rural. O estilo de vida da elite dominante na sociedade brasileira era marcado por influencias do imaginário da aristocracia portuguesa, do cotidiano de fazendeiros plebeus e das diferenças e interações sociais definidas pelo sistema escravagista (D'INCAO, 2013, p. 223).

Neste cenário, o espaço urbano que antes era utilizado por todos para encontros coletivos, festas, mercados, convívio social para ser utilizado desde um novo interesse, o interesse público. Segundo D'Incao (2013), este fato propiciou a modernização da cidade no Rio de Janeiro por exemplo.

O processo de urbanização que aos poucos vai se consolidando assim como o crescimento sócio econômico da cidade misturavam ou “embaralhavam”

como afirma Rago (1991) as tradicionais demarcações entre as atividades masculinas e femininas. Entram em cena mulheres de várias classes sociais, seja nas fabricas escritórios, escolas, comercio ou em serviços de infraestrutura urbana.

Este período marcou a passagem das relações sociais e senhoriais às relações sociais de tipo burguês. A cidade burguesa teria sistematicamente de lutar contra os comportamentos, atitudes e expressões tradicionais considerados inadequados para a nova situação. O que se presenciava era a dissolução das formas tradicionais de solidariedade representada pela vizinhança, família e grupos clânicos, compadrio e tutelagem (D'INCAO, 2013, p. 226).

A rua passou a ser vista em oposição ao espaço privado, pois a cidade aos poucos se tornava lugar de interesse público onde as antigas formas eram extintas e surgia uma nova ordem social. Durante esta época (1890-1920), com a plena instauração da ordem burguesa, a modernização e a higienização do país surgem como lema dos grupos ascendentes, pois estes estão preocupados em transformas as metrópoles em ambientes civilizados.

Os hábitos populares se tornaram alvo de especial atenção ao momento em que o trabalho compulsório passava a ser trabalho livre. Neste sentido, medidas foram tomadas para adequar homens e mulheres dos segmentos populares ao novo estado de coisas, inculcando-lhe valores e formas de comportamento que passavam pela rígida disciplinarização do espaço e do tempo do trabalho, estendendo-se às demais esferas da vida (SOIHET, 2013, p. 362).

No regime capitalista que se implantava a implantação da família burguesa era vista de forma primordial, pois com a supressão do escravismo, o custo de reprodução do trabalho era calculado a partir da contribuição não remunerada do trabalho feminino. Com a aceleração da urbanização, houve um aumento significativo de populações, principalmente mais pobres para as capitais em busca de trabalho.

Durante as primeiras décadas do século XX, no Brasil, a presença das mulheres compondo junto das crianças parte do proletariado é intensa. Ainda que no período de 1890 e 1930 houvesse muitas greves e mobilizações contras as diversas formas de exploração do trabalho, as mulheres foram em muitas

situações deixadas de lado. Segundo a documentação disponível sobre a situação das fábricas a grande parte da produção concentra-se nas perspectivas de autoridades públicas, como médico e higienistas, que eram responsáveis pelos códigos normativos de conduta, ou então pelos polícias, responsáveis pela segurança pública (RAGO, 2013, p. 579).

Desde meados do século XIX, o governo brasileiro procurou atrair milhares de imigrantes europeus para trabalhar tanto na lavoura, nas fazendas de café, quanto na fábricas que surgiam nas cidades, substituindo a mão de obra escrava, especialmente depois da promulgação da Lei do Ventre Livre e a da Abolição dos Escravos (RAGO, 2013, p. 580)

Apesar de se ter um significativo número de estudos relativos à história da imigração e da industrialização no Brasil, poucas referencias em relação à presença feminina neste cenário. Segundo Rago (2013), de modo geral, muitas mulheres trabalhavam nas indústrias de fiação e tecelagem, mas poucas mulheres no ramo da metalurgia, calçados e mobiliário que eram majoritariamente ocupados pelos homens.

Em relação às mulheres negras, após a Abolição dos escravos, foram relegadas aos trabalhos em setores mais desqualificados e recebiam salários baixos e se encontravam em péssimas condições de trabalho. Vale pontuar que neste cenário onde a inserção da mulher no mundo do trabalho é forte, o trabalho feminino fora do lar passou a ser discutido e debatido. Junto deste tema outros surgiam: adultério, virgindade, sexualidade, casamento e prostituição. De um lado, o mundo do trabalho era comparado com o ambiente do cabaré e de outro a casa era valorizada como espaço sagrado.

Diante do crescimento urbano vertiginoso de muitas cidades brasileiras, com um grande contingente de trabalhadores concentrados nos bairros operários, o mundo publico acabou sendo considerado um espaço ameaçador para a moralidade das mulheres e das crianças. Evidentemente, os problemas decorrentes da urbanização – o aumento das epidemias, da violência, dos roubos, a presença de mendigos, loucos, caftens, menores abandonados nas ruas da cidade, sem falar nas agitações políticas, em grande parte

promovidas por anarquistas e socialista- aumentavam a insegurança (RAGO, 2013, p. 588).

De acordo com médicos e higienistas o trabalho feminino fora do lar conduzia a desagregação da família. Ou seja, se as mulheres passavam a maior parte do tempo no trabalho a quem caberia o cuidado com lar, com as crianças, com os afazeres domésticos? Para as mulheres de classes médias, este era o centro das discussões e preocupações. Para as mulheres pobres, restavam a ignorância e consideração de que estas eram irresponsáveis e incapazes.

Mulheres casadas ganhavam uma nova função: contribuir para o projeto familiar de mobilidade social através de sua postura nos salões como anfitriãs e na vida cotidiana, em geral como esposas modelares e boas mães. Cada vez mais é reforçada a ideia de que ser mulher é ser quase integralmente mãe dedicada e atenciosa, um ideal que só pode ser plenamente atingido dentro da esfera da família “burguesa e higienizada” (D’INCAO, 2013, p. 229).

Para Margareth Rago (1991) a figura da prostituta era neste cenário, um *fantasma* no imaginário social. Diversas reações iam contra às mulheres advertindo contra os perigos de contaminação física e moral.

Na passagem do século, a prostituta ainda era pouco citada explicitamente, a não ser pelos setores mais especializados nas discussões dos problemas sociais, como médicos, juristas, chefes de polícia, jornalistas, políticos, e alguns literatos. Na fala das mulheres de elite, nas leituras destinadas às moças, nas revistas femininas, a prostituição não encontrava espaço, assim como os assuntos que remetiam ao desejo e à sexualidade. Mesmo assim, a “mulher pública” era uma figura presente, porém menos como um figura empírica, dotada de carne e osso, do que uma identidade a ser elaborada no plano dos enunciados. Era, portanto, como um fantasma que ela aparecia, como virtualidade a irromper das profundezas do desconhecido corpo feminino, como possibilidade de perigo que poderia habitar a sexualidade de todas as mulheres (RAGO, 1991, p. 38).

A partir de uma moral rígida presente nesta época, o sexo era visto como pecado e doença ao mesmo tempo. Por isso, constroem-se diferenciações quanto às duas figuras femininas: de um lado a mulher honesta e de outro a meretriz. A ideologia da maternidade é fortalecida pelo discurso masculino e assim, ser mãe torna-se a missão mais importante da mulher em um mundo em que a preocupação era o estabelecimento de fronteiras entre a esfera pública e privada. Desse modo, pouco a pouco, positivistas, liberais, anarquistas, socialistas e mais tarde comunistas vão incorporando este discurso da valorização da maternidade.

Muitos médicos alinhavam-se com as feministas liberais, com as escritoras e, alguns, com as libertarias. O médico Claudio de Souza, por exemplo, assinava vários artigos publicados na Revista Feminina, dirigida por sua irmã Virgilina de Souza Salles, e defendia um feminismo moderado, que incluía trabalho feminino fora do lar, a educação profissional da mulher, seu acesso a todos os campos da cultura e o direito de voto. Mas, fundamentalmente, todos reafirmavam o valor e a importância da preservação da família. O ideal da “mãe cívica”, trabalhadora moderna e competente mãe de família, participante dos debates nacionais, era retomado e difundido para toda a sociedade (RAGO, 2013, p. 593).

O discurso que valorizava a mãe pela educação acabava atingindo dois alvos: de um lado, enobrecia a função doméstica que era desqualificada econômica e socialmente pelo surgimento do capitalismo e de outro; ganhava a adesão de amplo público em torno o tema, seja ele masculino ou feminino. Neste cenário,

A produção científica desses homens resultou num processo de sujeição da mulher pelos próprios pressupostos do raciocínio discursivo com que operavam. Construir masculinamente a identidade da prostituta significou silenciá-la e estigmatizá-la e, ao mesmo tempo defender-se do contra o desconhecido – a sexualidade feminina –, recoberta por imagens e metáforas assustadoras (RAGO, 1991, p. 21).

O discurso construído, desde meados do século XX e presente ainda no século XXI de distinção entre a “moça de família” e a “mulher da vida” por

médicos, juristas e feministas contra a prostituta aponta que desde aquele momento a prostituição é considerada e vivenciada como um problema público.

A construção da prostituição como um fantasma atingia alguns alvos estratégicos precisos: instituía-se fronteiras simbólicas que não deveriam ser ultrapassadas pelas moças respeitáveis, ao mesmo tempo que se organizava as relações sexuais num espaço geográfico da cidade especialmente destinado à evasão, aos encontros amorosos, à vida boêmia. O ideal de pureza da mãe, que se reforça na passagem do século, tornava necessária a presença imaginária e empírica da meretriz em lugares destinados para a liberação das fantasias sexuais, para o desfrute do prazer, para a “descarga” das energias libidinais masculinas, como se acreditava até então. Nos bordéis, diziam nossos avós e bisavós, os rapazes poderiam “queimar” uma parte do “fogo interno” próprio da idade, preparando-se para, no futuro, assentar e conviver sem furores ao lado da esposa casta (RAGO, 1991, p. 41).

A partir desta distinção, em diálogo, com as falas e narrativas das mulheres busco refletir (ainda que de modo inconcluso) o modo como as próprias mulheres experienciam e vivenciam este discurso. Importante considerar que ser “moça ainda”, ou ser “mulher da vida”, ultrapassa os limites do discurso dito, ou seja, o significado de ser “moça” ou “mulher da vida” é permeado por códigos, olhares, lugares, ditos, não ditos, enfim, por uma forma de pensar a prostituição e o lugar da mulher na sociedade.

Neste sentido, ser “mulher da vida” pode por um lado demarcar a fronteiras entre o que seria um ideal de “mulher da sociedade”, mas pode também demarcar a fronteiras da busca por outros lugares. Desse modo, o bordel, a rua torna-se também (e além) lugar de transgressão e agenciamento.

Notas dialógicas: no movimento das narrativas

O lugar de transgressão e agenciamento² surge nas expressões de Luana e Antônia como formas de ocupar um lugar e se fazer a partir dele. No caso de

2 Entendo agenciamento a partir da perspectiva de autores como Piscitelli (2013) e Olivar (2013), ou seja, lugar de agência – ação, lugar onde as mulheres ocupam e protagonizam.

Luana, ainda que sua inserção no brega tenha sido por meio de se companheiro e por este fazer parte deste contexto, sua permanência não se localiza a partir desta realidade. Ela insiste em permanecer no espaço, chegando posteriormente a reconhecer a prostituição como um trabalho de fato. De outro lado, Antônia deixa claro “não gostar da prostituição”, mas foi a partir de seu movimento de saída do espaço de violência doméstica que lhe foi possível o enfrentamento e a busca de alternativas.

No caso de Antônia, a questão se torna emblemática, pois assim como Viviane, falas são tecidas em relação a estes lugares. No primeiro caso, o pai de Antônia diferencia: *“eu era uma menina e meu pai tinha medo de ter filha rapariga, então ele dizia que eu era porque tinha umas amigas, mas eu era moça ainda. Ai minha mãe me colocou para fora de casa. Fui para uma casa para trabalhar, quando cheguei lá era um brega, mas eu não sabia nada.”* Para Antônia não estava claro o que era ser rapariga, antes ela sabia o que significava ser “moça ainda”, tampouco ela sabia o que significa este outro lugar, o brega. Foi, portanto, a imersão neste espaço que a fez conhecer (e apropriar) dos significados das falas de seu pai.

Para Viviane, “ser puta” também se apresenta como algo desconhecido. E assim, o que a marca é justamente a afirmativa (“assertiva”) da mãe de que ela se tornaria puta. Viviane assume concretamente o que é dito sobre ela e sobre o lugar do qual ela deveria ocupar.

Ambas, Luana, Antônia e Viviane “moças ainda” assumem o que significa ser “mulher da vida”. Ambas expressam situações emblemáticas desde suas vidas concretas. Sem olhar o dado da prostituição (sob a perspectiva do desvio) estas mulheres trazem elementos “comuns” a das “mulheres da sociedade”. Filhas de famílias que se estruturam a partir de suas realidades, buscam alternativas de sobrevivência, brincam, se divertem, vivenciam experiências de namoricos e ao mesmo tempo de violência doméstica, dentre tantas outras situações. Ser “moça” demarca o lugar das meninas e mulheres nestes contextos: o lugar das tarefas domésticas, mas também o lugar da sexualidade. Entretanto, ao expressar que estas “moças” se tornaram “mulheres da vida”, o olhar que recai sobre elas, muitas vezes, volta a ser o olhar que desde o século XIX vem sendo reforçado. Se elas, na passagem entre ser moça e ser “mulher da sociedade”, ocupam outro lugar que é o da “mulher da vida”, então, elas são estigmatizadas.

Antônia mostra que a inserção da casa lhe possibilita o conhecimento deste outro lugar e, portanto, o entendimento de como deveria agir neste espaço: *“Ai depois perguntei pra mulher: cadê meu dinheiro, o moço disse que assinou*

um cheque, ela me xingou dizendo: você é mulher da vida hein? Ai eu fico pensando, você vê eu não era mulher da vida, ela me colocou ali". Ela se torna "mulher da vida" antes mesmo de saber o que significava isto porque os lugares e espaços têm sido, ao longo da história, demarcados como lugares de putas. Recordo-me que ainda criança ouvia de diferentes pessoas: "não passe por aquela rua, pois ali é inferninho". Como "moça de família" não deveria transitar nestes espaços. Lembro ainda de outra situação, quando em Belo Horizonte, em visita às mulheres nos hotéis de prostituição na Rua Guaicurus, encontrei um conhecido naquele ambiente. Ele ao mesmo tempo em que tentava me explicar o porquê estava naquele espaço observava o meu comportamento e tentava entender o que eu estava fazendo ali.

Em uma de minhas idas a campo, estando na Praça da Sé, sentada em um dos bancos com as mulheres, conversávamos sobre os mais variados assuntos, até a chegada de "outra mulher". Segue as notas do Diário de Campo desta situação:

Enquanto conversávamos aproximou-se uma senhora e sentou ao meu lado. Ficou observando. As mulheres pararam de falar o que conversávamos e se remetiam apenas à briga dos sorveteiros (havia uma cena paralela de discussão de alguns sorveteiros). De repente, a mulher me disse que se sentou ali por ser o único lugar onde só havia mulheres, estava esperando uma pessoa. Lá pelas tantas ela me pergunta baixinho: aqui tem mulher que faz vida né? Confirmei me referindo a Praça como um todo. Ela me olhou por inteiro, observando meus trajés. Por um instante esperei ela me perguntar se eu batalhava, mas como não falei mais nada e Kátia estava vendendo água ela ficou meio na dúvida. Perguntei se ela tinha algum receio de estar ali. E ela disse que não mas ficou com medo de sentar no banco e atrapalhar algumas das meninas. Depois fui entendendo que na verdade ela estava com certo receio de estar naquele espaço sim. Aos poucos, ela foi se soltando e participando da conversa. As mulheres de modo geral, não falaram mais dos clientes e das conversas que estávamos tendo antes da mulher sentar. Entendi naquele momento que havia um código a ser respeitado e evitei falar de algo relacionado à prostituição. Após um tempo a mulher se levantou e foi embora, não se encontrando com ninguém da qual ela havia dito que se encontraria. Após sua saída,

as mulheres voltaram a falar “besteiras”, não se preocupando com minha presença, pelo contrário, falavam abertamente dos mais variados assuntos (Diário de Campo, 24 de novembro de 2015, Fernanda Priscila Alves da Silva)

No movimento das narrativas, Luana, Antônia e Viviane se encontram, tanto no que significa ser moça ainda e na forma como realizam essa passagem. Ambas vivenciaram esta passagem de forma abrupta: seja no momento em sai de casa, seja no momento que assumem uma gravidez e outras responsabilidades. Por outro lado, ambas buscam formas e alternativas de ser de fato “mulher da vida”, no sentido de ser guerreira, lutadora e, portanto, agenciadora.

Os lugares que as mulheres ocupam guardam marcas. No dia em que ocorreu a cena dita acima Antônia estava presente e ela junto das outras mulheres, guardam silêncio sobre os assuntos que conversávamos antes justamente por perceberem o lugar que ocupam. Esta percepção, entretanto, significa, no meu entendimento, um cuidado sobre o que é dito e vivido neste espaço. Este cuidado se contrapõe ao olhar estigmatizador e preconceituoso sobre estas vivências, antes aponta os movimentos, afetos, desafetos, alegrias, tristezas que são vivenciados neste lócus.

Considerações finais

A partir da pesquisa (ainda em curso) e das narrativas apresentadas pelas mulheres que vivenciam cotidianamente a *batalha* da vida ser moça ou mulher da vida são duas categorias que se encontram e se desencontram. Elas não são contraditórias, antes marcam os movimentos de vida, sentido, significados e buscas pelas quais cada mulher tem travado.

Suas histórias de vida com todas as marcas (violências, afetos, cultural, relações sociais, políticas, religiosas) apontam que na medida em se inserem nesta prática social pelos mais diversos motivos e situações tano mais se fazem e se constituem como mulheres, que ultrapassam os conceitos estabelecidos e ditados pela sociedade. Desse modo, as notas etnográficas aqui apresentadas demarcam pontos complexos e heterogêneos de uma prática que se faz no cotidiano e nos movimentos das interações e relações.

Referências bibliográficas

D'INCAO, Maria Ângela. **Mulher e família burguesa**. In: DEL PRIORE, Mary. História das mulheres no Brasil. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 223-240.

FONSECA, Claudia. **A morte de um gigolô**: fronteiras da transgressão e sexualidade nos dias atuais. In: Piscitelli, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (Orgs). Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Devir puta**: políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

PASINI, Elisiane. **“Corpos em evidência”, pontos em ruas, mundos em pontos**: a prostituição na região da Rua Augusta em São Paulo. Dissertação de Mestrado Antropologia. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2000.

PINHO, E.B.M. **Trabalho sexual e envelhecimento: trajetórias** de vida de prostitutas idosas. XI Congresso Brasileiro Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, 07 a 10 de agosto, 2011.

PISCITELLI, Adriana. **Trânsitos**: brasileiras nos mercados do sexo transacionais do sexo. Coleção Sexualidade, gênero e sociedade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

RAGO, Margareth. **Os Prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RAGO, Margareth. **Trabalho Feminino e sexualidade**. In: DEL PRIORE, Mary. História das mulheres no Brasil. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 578-606.

SOIHET, Rachel. **Mulheres pobres e violência no Brasil urbano**. In: DEL PRIORE, Mary. História das mulheres no Brasil. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 362-400.

VELHO, Gilberto (org). **Desvio e Divergência**: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro : Zahar, 1985.

CORPO, DOR E PRAZER NAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Jeanne Chaves de Abreu

Iraildes Caldas Torres (orientadora)

Universidade Federal do Amazonas

jechabreu@gmail.com

Resumo: Este artigo assume o propósito de perceber a relação do gênero feminino com seu corpo e sua sexualidade e as dificuldades encontradas para quebrarem barreiras que estão historicamente e culturalmente inculcados no seu viver cotidiano. As diferenças inerentes aos gêneros com relação ao ápice do prazer sexual e as formas nem sempre prazerosas de sentirem essas sensações. A submissão da mulher ao jugo do patriarcado no passado e a percepção de que na atualidade pouca coisa mudou. As diversas formas da busca do prazer sexual e os caminhos desconhecidos e obscuros para conquistá-lo. A nossa intenção consistiu em revelar se de fato homens e mulheres apresentam igualmente em seus corpos que são estruturas sensíveis a plenitude do prazer orgástico e a dor da traição. O estudo foi ancorado na perspectiva da fenomenologia, no qual é possível perceber os sentimentos e a subjetividade do fenômeno estudado e a compreensão dos diversos significados oferecidos no interior das relações cotidianas. Detivemos-nos no estudo dos corpos sexuais e a vivência de dor e prazer. Ficou claro o fato que homens conseguem atingir o orgasmo mais facilmente, e que as mulheres ainda nos dias atuais necessitam conhecer e se desprover de alguns tabus para conhecerem realmente as reais necessidades do seu corpo para conquistarem enfim o prazer do orgasmo. No caso da dor, ambos sentem com muita intensidade e agem de forma diferente ao expressá-la.

Palavras chave: Gênero, Corpo, Prazer, Dor, Sexualidade.

Introdução

O interesse pelo tema do corpo e sexualidade nos despertou a atenção de forma inesperada e surpreendente. Em colóquio informal com um grupo de mulheres, fomos tomadas de surpresa ao percebermos que havia um grande desconhecimento dessas mulheres com relação ao seu corpo e a sua sexualidade. De diferentes formas percebemos que a mulher atual ainda é conduzida por tabus inculcados e que fazem parte do viver, ser e estar mulher tanto histórica quanto culturalmente.

Os estudos de gênero tem tido grandes avanços na atualidade. Há um aumento considerável no número de pesquisadores que estudam as relações de gênero com destaque para a visibilização das mulheres como objeto de estudo.

A preocupação dos pesquisadores consiste em não traçar um perfil único de mulher. Trata-se de estudos voltados para a elucidação das relações de gênero levando em conta a intersecção que este conceito estabelece com outros conceitos como classe social, raça/etnia (Scott, 1990) numa análise diversificada sobre as mulheres nas sociedades ocidentais. Não há linearidade ou não deveria haver nos estudos de gênero, temos ainda a ideia e a visão masculina da ciência moderna que atua com dicotomias e unilateralidade, o que dificulta a compreensão do significado histórico da participação das mulheres na sociedade.

Perrot (2012) deixa claro que até para entendermos a história das mulheres esbarramos nas comprovações, pois, para escrever a história são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade, pois segundo a autora, as mulheres cientes de sua insignificância na sociedade, quando se aproximava o fim de suas existências, destruíam os seus papéis pessoais e sua história de vida. Perrot (2010, p. 30) indica que

Organizar arquivos, conservá-los, guardá-los, tudo isso supõe uma certa relação consigo mesmo, com sua própria vida, com sua memória. Pela força das coisas é um ato feminino. A perda, a destruição, a autodestruição são muito freqüentes. Os descendentes se interessavam com muito mais freqüência pelos homens importantes da família, e muito pouco por suas mulheres, apagadas e obscuras, cujos papéis destruíam ou vendiam.

Os patriarcalistas acreditam que o lugar da mulher é na casa e que o seu papel e aptidão para o trabalho derivam da sua anatomia. Em decorrência disso,

crianças e jovens são socializados de modo sexista. Estudiosos dos anos 70 e 80 perceberam que os próprios cientistas sociais acreditavam que a mulher era o reverso da moeda homem, o que sempre dificultou o entendimento da mulher como personagem histórica.

Com relação à sexualidade feminina, a mesma era vista sob o prisma das proles ilegítimas e das uniões esporádicas ao contrário dos casamentos, que representavam uma negociação. Conforme Araújo (2010, p.45),

Das leis de Estado e da Igreja, com frequência bastante duras, à vigilância inquieta de pais, irmãos, tios, tutores, e a coerção informal, mas forte, de velhos costumes misóginos, tudo confluía para o mesmo objetivo: abafar a sexualidade feminina que, ao rebentar as amarras, ameaçava o equilíbrio doméstico, a segurança do grupo social e a própria ordem das instituições civis e eclesiais.

As mulheres sempre estiveram à margem da história, sexualmente elas não existiam, o sexo feminino era somente um receptáculo do sêmen do homem que era o líquido sagrado da vida. Perrot (2012, p.63) confirma que na geração da vida, a mulher não é mais que um receptáculo, um vaso do qual se pode apenas esperar que seja calmo e quente. Os seios com sua sensibilidade ao toque são comentados na história das mulheres como o provedor de alimento ao novo ser que chegava. Quando nascia uma criança o marido era ignorado pela mulher. Os maridos ficavam enciumados inclusive de ver aquele bebezinho em contato tão íntimo com sua esposa.

A mulher da sociedade entra em disputa com a mulher/mãe, os maridos reclamam do tempo despendido nos cuidados com os filhos e a proibição do ato sexual no período de lactação.

A figura paterna era temida tanto por filhos quanto por filhas, porém esse temor arrefecia para os meninos com a chegada da adolescência e acirrava com a chegada da adolescência das meninas. No despertar da juventude as meninas passavam a ser olhadas e cobiçadas como mulheres, as transformações corporais do corpo/menina para corpo/mulher passa a ser o foco e objeto de desejo para o homem e esse homem geralmente estava dentro ou próximo do lar. Trazendo essas questões para a época atual convém expor um relato coletado em um dos encontros com os sujeitos da pesquisa. Pérola (19 anos) revela que,

Desde pequenina sofri abuso sexual de meus familiares, aos nove anos brincava de pai e mãe com meu irmão mais velho (eu deixava e gostava das brincadeiras), ele é somente um ano mais velho que eu, mas até hoje tenho nojo quando me lembro do meu tio que me agarrava com força e esfregava o negócio dele em mim, sinto vontade de vomitar quando penso nisso, pois, ainda sinto o cheiro dele suado porque ele sempre fazia isso depois que ele voltava do trabalho. Só consegui me livrar da perseguição quando graças à Deus ele morreu! Ninguém entendeu porque eu não chorei no enterro.(entrevista 2013).

Na modernidade a sexualidade está se apartando cada vez mais da obrigação de constituição familiar tradicional e da reprodução em decorrência do desenvolvimento científico-tecnológico e da diminuição do poder da igreja cristã. Essa liberdade de agir tanto no que diz respeito às questões do prazer sexual quanto na escolha de procriar ou não, estão propiciando aos indivíduos a satisfação de se sentirem livres de condicionamentos religiosos e da constituição da família tradicional.

Os indivíduos em geral fogem da dor e procuram desesperadamente a felicidade e o prazer. O ápice do prazer acontece com o encontro dos corpos amantes. Dos corpos que anseiam a plenitude, o prazer total provocado pelo orgasmo, nesse momento de prazer supremo e de sublime deleite, os corpos são felizes. Desavenças, desigualdades e diferenças são esquecidas, não identificamos o homem e a mulher apartados, os gêneros se uniram no prazer do orgasmo. Louro (2011, p. 83) indica que “a interação através das fronteiras de gênero, ou seja, o contato com o outro, tanto pode abalar e reduzir o sentido da diferença como pode, ao contrário, fortalecer as distinções e os limites”.

Há momentos em que as desigualdades entre o gênero masculino e feminino se tornaram tênues e até mesmo inexistentes, quando em alguns segundos ou minutos homens e mulheres se encontraram em condições de igualdade, quando seus corpos sentiram a dor e o prazer.

O corpo é mais do que uma estrutura de carne e osso. Ele possui uma função social, institui ideias comporta emoções e linguagens. Trata-se de uma interação motora que dá sentido à ação. Possui uma dimensão de subjetividade que o permite estar produzindo sentidos fundados em sua cultura, desejos, paixões, afetos, emoções, enfim, o seu mundo simbólico. Para Sant’Anna (2006, p. 22) “o corpo é, contudo finito, sujeito a transformações nem sempre desejáveis

e previsíveis. Ao longo dos anos, mudam suas formas, seu peso, seu funcionamento e seus ritmos”.

O estudo foi ancorado na perspectiva da fenomenologia segundo a qual é possível perceber os sentimentos e a subjetividade do fenômeno estudado, e a compreensão dos diversos significados oferecidos no interior das relações cotidianas.

Este estudo se justificou e ganhou relevância não só por oferecer contribuição à sociologia e a antropologia do corpo, mas fundamentalmente porque deu subsídio à compreensão dos problemas intersubjetivos vividos pelos gêneros. Foi necessário ampliar as discussões da sociologia do corpo no âmbito do prazer e da dor, apontando a cumplicidade entre os gêneros como capaz de viabilizar uma convivência mais pacífica sem tantos conflitos.

Metodologia:

O presente trabalho é resultado da pesquisa de campo apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia e está ancorada na perspectiva da fenomenologia segundo a qual é possível perceber os sentimentos e a subjetividade do fenômeno estudado, e a compreensão dos diversos significados oferecidos no interior das relações cotidianas. O lócus da pesquisa foi a Pajê Cia. de Dança, projeto de extensão que coordenamos na Universidade do Estado do Amazonas. Essa escolha se deu pelo fato de que o grupo recebe sujeitos diversificados de ambos os gêneros e orientação sexual. No processo do trabalho de campo utilizamos a técnica de entrevista semi estruturada com o uso autorizado do gravador e grupo focal o que possibilitou a obtenção de dados subjetivos relacionados com a opinião, valores e atitudes dos sujeitos. O nome de cada um dos envolvidos foi omitido substituindo-os por nome de pedras preciosas.

Discussão dos Resultados

Por toda a existência homens e mulheres buscam sentir prazer e fugir da dor. As recompensas sociais, os paraísos e os infernos vividos baseiam-se na ação desses dois fatores. O senso comum reafirma o fato de que geralmente somos criados com prazer, e nascemos pela dor, vivemos atrás do prazer muitas vezes sofrendo dores, e morremos com dor para ter o prazer da vida eterna.

O corpo é mais do que uma estrutura de carne e osso. No decorrer dos anos, mudam suas formas, seu peso, sua funcionalidade e seus ritmos. Possui uma função social, institui ideias, comporta emoções e linguagens. Com uma dimensão de subjetividade produz sentidos fundado em sua cultura, desejos, paixões, afetos, enfim, o seu mundo simbólico. Em resumo, Churchland (2004, p. 19) indica que a característica essencial da dor que reverbera no corpo é ser uma rede de relações causais, que conecta qualquer dor a uma série de outras coisas.

Quanto ao prazer, este resulta ser sempre uma sensação ou sentimento de tipo positivo, pois quem o sente, manifesta agrado e euforia. O auge do prazer carnal está na sensação provocada pelo prazer orgástico que é gerado nas relações sexuais.

Os resultados obtidos através da fundamentação teórica e dos relatos coletados nos fizeram entender que tanto a dor quanto o prazer são inerentes aos seres humanos indiferente de raça, credo, gênero ou classe social. Nas entrevistas, os sujeitos da pesquisa indicaram que a dor e o prazer estão inter-relacionados e que ambos estão presentes no dia a dia de todo ser vivente. Foi relevante o fato de que a proposta de trabalho voltada as questões de dor e prazer despertou um interesse significativo nos pesquisados. Um dos sujeitos da pesquisa Turmalina (18 anos) revela com relação ao dualismo dor e prazer do orgasmo que:

Nunca senti o orgasmo não sei nem o que é isso, às vezes sinto é dor quando ele me penetra e já terminei com outros relacionamentos por causa disso". Dos poucos namorados que tive com apenas dois eu transei, e ambos foram uma decepção não estavam nem aí prá mim, só gozaram, viraram de costas, dormiram e pronto. (entrevista/2013).

Com relação a sensação da dor, Onix (22 anos) relatou que:

Quando minha namorada terminou comigo, senti uma dor rasgando o meu peito, era mistura de raiva e orgulho ferido de um idiota que tinha sido traído. Porém, a dor que sinto agora é uma dor que aperta, é um vazio insuportável, é inexplicável é...(relato interrompido pelo choro). Sua irmã tinha falecido 5 dias antes da entrevista. (2013).

Dos 10 sujeitos da pesquisa, 02 revelaram que se masturbam frequentemente porque só conseguem sentir o prazer através dessa prática. Esmeralda, 30 anos, revelou que dificilmente atinge o clímax numa relação sexual. Ela acha que o que sente não é o orgasmo tão desejado, pois, não chega nem perto do gozo que sente quando masturba-se. Em entrevista ela revela o seguinte:

Já tive vários namorados, homens que desejei e me empenhei para chegar lá, porém alguns destes não variavam nas preliminares, gozavam rapidinho, depois dormiam e eu ficava lá com a xereca coçando querendo mais. Acho que ainda não encontrei a pessoa certa.(entrevista 2013).

Alguns homens em virtude de ejaculação precoce podem frustrar o orgasmo na mulher. Conforme Varella (2010), ejaculação precoce é aquela que ocorre antes ou logo após a penetração, sem que o homem tenha controle sobre o evento e só pode ser considerada uma disfunção se ocorrer frequentemente. Em se tratando do ato sexual para agradar o homem sem que a própria mulher abra mão do seu prazer e satisfação Turmalina (18 anos) uma das dançarinas que compõe a amostra deste estudo revela o seguinte:

“tenho muita vergonha de falar dessas coisas, mas, vou lhe contar um segredo, eu ainda sou virgem na frente, minha mãe fala que na frente é prá casar. Então eu dou atrás, mas, não gosto dói muito e eu não vejo graça nisso! Eu dou porque eu gosto dele e se eu não o der ele vai atrás de outra.(entrevista/2013)

Através dos relatos percebemos que de qualquer forma que as sensações de dor e o prazer se apresentam são reverberadas no corpo e perceptíveis ao outro, pois, a postura, a aparência e as atitudes dos sujeitos se transformam no momento em que o fenômeno ocorre.

Ao final dos encontros e entrevistas o grupo expressou seus sentimentos uns com os outros, pois, como alguns relatos foram coletivos, eles passaram a se conhecer mais intimamente e entender melhor uns aos outros e isto gerou uma grande integração entre os mesmos. O importante é ressaltar que tanto homens quanto mulheres sentem igualmente em seus corpos a dor e o prazer.

Considerações Finais

Ao longo dessa pesquisa foi possível constatar que a diversidade biológica e cultural é o cerne das questões relacionadas ao indivíduo e de sua inserção na sociedade, sendo esse o parâmetro seguido pelo estudo para que fosse possível identificar as diferenças e igualdades entre os gêneros.

Inicialmente quando a abordagem inclinou-se para o assunto corpo ficou clara a diferenciação existente entre os indivíduos, o que independeu de gênero. Contudo dentro dessas duas categorias é possível encontrar indivíduos do mesmo gênero, porém diferentes, causa disso é o reflexo da formação histórica, cultural e social destes.

Essa relevância é dada pela constatação identificada na história de corpo e de gênero e pela formação dos indivíduos nas sociedades patriarcais tanto em épocas passadas quanto na atualidade, além e, sobretudo das relações sociais que estes estabeleceram com outros ao longo de suas vidas.

Vale ressaltar, que as relações estabelecidas entre os indivíduos e seus pares, bem como com o lugar onde vivem representam o sentimento de pertencer a um determinado grupo, seguindo costumes e crenças e, é o fundamento cultural que dá sentido ao seu modo de vida.

No entanto, o homem de um modo geral está vivenciando as transformações sociais decorrentes das constantes mudanças dado a evolução da humanidade e, principalmente devido ao estabelecimento de novos modos de compreensão e aceitação de novas formas de relacionamentos.

Ao fazer uma análise da sociedade atual sobre o meio em que encontram inseridos os indivíduos, observa-se que o efeito do sistema patriarcal de outrora ainda perdura até os dias de hoje refletindo diretamente sobre o modo de vida desses sujeitos.

Esse fato é reafirmado através deste instrumento ora apresentado, formado pela contribuição de depoimentos reais colhidos a partir da pesquisa de campo desenvolvida e, sobretudo do referencial teórico selecionado com renomados autores. De fundamental importância há que se ressaltar ainda que a constituição desse estudo permitiu detectar e apontar soluções para as problemáticas junto aos sujeitos da amostragem.

Nesse sentido, a partir dos relatos e entrevistas dos sujeitos que participaram dessa amostragem pode-se avaliar que os homens, dada a uma herança patriarcalista, se assumem como detentor da força e do poder de macho agindo

com violência através de atitudes que excluem as mulheres de um universo que deve ser exclusivamente masculino.

Identificou-se nessa linha de abordagem que há momentos significativos em que os gêneros, independente de serem homens ou mulheres se igualam sentindo em seus corpos que são estruturas suscetíveis as sensações do prazer orgástico e a dor.

Considera-se que ainda que se reconheçam os avanços da lei e o movimento de pequenas ações de grupos feministas, constata-se que as mulheres continuam sendo excluídas, anuladas, exploradas, humilhadas e violentadas. Persiste uma visão conservadora e patriarcalista dos homens, cujos efeitos são imponderáveis e contrasta com a evolução, transformação, liberdade de expressão, inclusive sexual.

Consideramos ainda as profundas conseqüências e traumas sofridos por mulheres que são surpreendidas pela dor física e psicológica provocada pela violência e violação dos seus direitos. Independente de gênero, crença, raça ou orientação sexual a violência é sentida e reverberada no corpo provocando sensações indeléveis de dores perenes.

Destarte, através desta pesquisa, comprovou-se que o corpo é expressão, vivo e dinâmico, é movimento, o expositor de nossas emoções e sensações; um instrumento de comunicação cultural que vem através dos tempos relatando, expondo e construindo a história da humanidade.

Referências

ARAÚJO, Emanuel. **A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia**, in História das Mulheres no Brasil - 9ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Trad. De Guy Reynaud – Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

CHURCHLAND, Paul M. **Matéria e Consciência**: uma introdução contemporânea a filosofia da mente. Trad. Maria Clara Cescato – São Paulo: Ed. UNESP, 2004..

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 13. Ed. Petrópolis, RJ; Vozes, 2011.

_____, Guacira Lopes. FELIPE, Jane. GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 6 ed. Petropolis/RJ: Vozes, 2010.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Trad. Angela M. S. Correa. – 2ª Ed. – São Paulo: Contexto, 2012.,

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **É possível realizar uma história do corpo?** In Corpo e História. Org. Carmem Lúcia Soares. Ed. Autores Associados, Campinas/SP, 2006 – 3ed.

SCOTT, Joan Wallach. História das mulheres. In. Burke, Peter (org) **A escrita da História**. Novas perspectivas. São Paulo: UNESP. 1992.

VARELLA, Dráuzio. **Ejaculação precoce**. [HTTP://drauzioarella.com.br/sexualidade](http://drauzioarella.com.br/sexualidade).

CORPO, SEXUALIDADE E SAÚDE MENTAL: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Luciene Figueiredo; Autor (1);
Universidade Católica do Salvador.
lucieneucsal@hotmail.com

Resumo: Em instituições psiquiátricas as ‘regras de casa’ são pautadas na modelagem de instituições totais. Linguagens, corpos e gêneros são parte dos registros. A pesquisa é resultante da dissertação de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, integrada à demonstração sobre a loucura e a sexualidade, inscritas no silenciamento estratégico de práticas no cuidado à saúde mental. As manifestações sexuais sugerem e representadas por expressões como ‘louca’, ‘doente’, ‘ter uma coisa no corpo ou na cabeça’. Sabe-se que a internação cronifica o estado das pacientes, tenham ou não o diagnóstico de patologia mental. Cada profissional de saúde seja pelo preconceito ou pela incapacidade de lidar as manifestações de sexualidade utiliza um modo particular de percepção da sexualidade e uso de sinônimos muitas vezes pejorativos que acaba por desvelar seu juízo de valor e que de forma tende a uma ‘naturalização banal’ da cena de manifestação sexual. A mulher-louca manifesta e expressa seus sentimentos de modo próprio e intransferível. A repressão da sexualidade pode alterar seu equilíbrio interno, inclusive levando-a à crises dependendo da circunstâncias da repressão. Através de abordagem qualitativa, com base nos prontuários de mulheres internas em uma instituição soteropolitana, ingressas entre 1986 e 2013, com diagnóstico psiquiátrico já inscrito no momento da triagem e não alterado na sua longa permanência na internação. Dentre os resultados desvela-se evidente que a mulher-louca carrega consigo diferenciação de gênero, estereótipos que trazem em si representações e significados ao que a sociedade ‘normal’ conceitual como boa ‘personalidade feminina’.

Palavras-chave: Gênero; Loucura; Sexualidade, Instituições.

Introdução

Os indicadores revolucionários construídos para tratar a loucura de modo mais humanista no século XX e no século XXI, no âmbito da Reforma Psiquiátrica¹ parecem sofrer reveses, como se confere neste hospital (instituição de reclusão sediada em Salvador, Bahia, fundado em 24 de junho de 1874 no qual ainda ocorrem histórias semelhantes às que Michel Foucault nos relata em suas obras. A subjetividade seduzida pela saúde mental e sua extensão no que diz respeito à família e à sexualidade, abriram os primeiros questionamentos que fundamentam essa pesquisa.

Compreender os problemas do sofrimento psíquico (e relações de dominação) para além da perspectiva individual e psicologizante, centrada predominantemente no sujeito como mero portador de transtorno mental foi o objetivo central, traçando como delimitação o estudo de gênero (mulheres loucas) institucionalizado no período de 1986 a 2003.

Como objetivo específico, encontramos a ideia de compreender a interface família x saúde mental x sexualidade que implica no enfrentamento de manifestações sexuais sem o escudo da moralidade que o sujeito normal² vivencia. E objetivo auxiliar demonstrar que o conhecimento sobre a família, a loucura e a sexualidade inscrevem em um silenciamento estratégico de práticas no cuidado à saúde mental. Posto que a louco não estabelece critérios de controle sobre o seu desejo.

A pesquisa justifica-se do ponto de vista da historiografia da família, da loucura, da sexualidade, da psicologia e da psiquiatria, trilhando interfaces e enveredando por uma abordagem sobre complexidade e interdisciplinaridade do tema-objeto. O ponto de partida ocorre em relação à sexualidade do paciente de transtorno mental ocorre um esvaziamento do desejo desse sujeito. “Mas como pode louca ter desejo?”. Parece que o tratamento oferecido à louca é privilegiadamente o de repressão, dado que, os profissionais que integram as

1 A Reforma do Modelo de Assistência em Saúde Mental no Brasil, prevista pela Lei federal 10.216 surgiu de um movimento político tendo como escopo a mudança no sistema de tratamento clínico da doença mental, eliminando gradualmente a internação como forma de exclusão social. Este modelo seria substituído por uma rede de serviços territoriais de atenção psicossocial, visando a integração da pessoa que sofre de transtornos mentais à comunidade. (AMARANTE, 1995). Contudo, a ênfase desta pesquisa não propõe a discussão sobre os movimentos que sustentam a reforma psiquiátrica. Importante mobilização a partir da III Conferência Nacional de Saúde/CNSM, 2001.

2 Para abordagem normalidade e anormalidade conferir em Foucault (2006).

equipes de atendimento à saúde mental não se dispõem a conhecer o universo desiderativo dessa população específica.

A Lei 10.216/01 nomeada de Paulo Delgado já trouxe premissas de terapêutica para os portadores de transtornos mentais promovendo interfaces entre as áreas do Direito, Serviço Social, Psicologia, Antropologia, Sociologia e a própria Reforma Psiquiátrica. Mas no que tange a terapêutica nos espaços manicomial, está muito distante o que seria o acolhimento do desejo.

Dadas as dificuldades de manejo na intervenção e assistência à saúde mental de sujeitos que apresentam desejo sexual nas unidades de serviços públicos de saúde, se confere a prática de contenção e medicalização para “aquietar” o corpo do paciente e, como colorário, acudir à angústia do profissional que assiste a cena incômoda (MURARO, 2003; MURARO & PUPPIN, 2003). Uma paciente com diagnóstico psiquiátrico e com a sina do estigma de “louca” incômoda quando goza. Por que? Há uma dominação de mente e corpo por um longo e perverso processo histórico. (FOUCAULT, 2008).

Não há a pretensão de esgotar a discussão, mas aponto para uma necessidade de revisão de manejo dessa realidade, bem como o desenvolvimento de medidas que ultrapassem aos ditames do Código Internacional de Doenças (CID) quando do acolhimento das manifestações de conduta dos transtornados psíquicos.

Metodologia

O per(curso) metodológico do pesquisa iniciou-se pela compreensão do que seja a tarefa de sua de imersão na temática eleita. O trajeto investigativo se torna o eixo que engrena a interface pesquisadoras-pesquisa-objeto-de-pesquisa e que tece o fio condutor e os estímulos concretos provenientes de um satisfatório referencial teórico.

Booth *et al* (2009) fornecem a provocação que me mobiliza nesta dissertação no uso das ferramentas teórico-metodológicas para arcar o desafio da interdisciplinaridade, na arrolagem de enunciados das ciências que circunscrevem a temática da pesquisa: Antropologia, Filosofia, Psicologia e Psiquiatria). A provocação diz respeito à construção de pontes enunciativas a partir de discursos específicos, no esforço de arquitetar uma episteme convergente aos meus objetivos, enfrentando a vigilância epistemológica o risco da esquizofrenia enunciativa e blindando o trabalho da tirania dos autores. O diálogo com eles, tomando Michel Foucault como a ponta de lança. Mas um estado da arte

mais *up to date* tornou-se imprescindível para a vigilância epistemológica de escavação de significantes convergentes ao escopo desta pesquisa.

Ressalta-se que a investigação qualitativa em saúde foi eleita graças às adequação e pertinência no procedimento metodológico sobre o tema. Posto a complexidade que permeia o cenário da saúde mental cobra olhares cruzados, cooperativos, que favoreçam ao cotejamento de certas proposições que diagnosticam a situação em que se inscreve a família possuidora de um dos seus membros na condição de paciente de transtorno mental.

Quanto à natureza dos objetivos da pesquisa, trata-se de um estudo que requer esforços reflexivos de caráter explicativo. O modelo aqui adotado é o de investigação teórica, convencionado como revisão de literatura. Com ele, isola-se uma teoria e se estabelece os núcleos argumentativos que lhe conferem sustentação. A partir dos conceitos e dos argumentos extraídos em análise da fonte primária, foram realizados cruzamentos de argumentos de fontes secundárias, envolvendo identificação, isolamento, compilação, ordenamento de idéias convergentes ao propósito da investigação.

A revisão bibliográfica foi realizada com base em consultas às principais bases de dados eletrônicas nacionais e internacionais e no banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Diretório de Grupos de Pesquisa credenciados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para a triagem de pesquisadores que no Brasil investigam oficial e certificadamente este tema.

Foram compiladas as teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (PPGFSC), Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina interdisciplinar em Ciências Humanas (PPICH-SC) e do Programa de Pós-graduação em Enfermagem de Ribeirão Preto-USP. As bases de dados consultadas foram:

- a) MEDLINE – *Medicine on line*, uma das mais conceituadas bases de dados internacionais, especializada em artigos médicos;
- b) LILACS – Bases de dados da Literatura e de Periódicos Latino-Americanos e do Caribe, base de dados especializada em ciências da saúde;
- c) BVS-MS – Biblioteca Virtual do Ministério da Saúde.
- d) PsycINFO - Referência internacional dos estudos psicológicos, pertencente a Associação Norte-Americana de Psicologia (APA);
- e) SCIELO – *Scientific Eletronic Library Online*, base de dados especializada em publicações de trabalhos científicos brasileiros.

Resultados e Discussão

A experiência de DOR(dominação) dos corpos e desejos em cárcere pode propiciar mecanismos individuais de defender-se pela *psique* frente à angústia e à dor, seja ela de qualquer natureza. Mas qual defesa é possível quando o corpo está sob uma dominação química e/ou mecânica? Como uma mulher louca pode ‘gritar’ por sua autonomia em um espaço manicomializado? onde seu corpo e subjetividade são dominados-controlados-vigiados?

Ora, como sujeitos sociais com expressão da linguagem hoje no século XXI convivem entre a liberdade da sociedade até chegar à clausura de um internamento de um familiar? Quais motivos justificam contrastes incríveis para não dizer predatórios que se estabelecem com a passagem da natureza para a cultura. Há um fracasso da ‘cultura contemporânea’ no manejo em sociedade com a mulher, com a loucura e com o corpo feminino vigiado-fetichizado? Se a louca tem uma patologia mental, a sua família e, por consequência, a sociedade vive uma patologia da razão.

A própria constituição histórica da Psicologia que se instituiu em nossa sociedade era uma ciência conservadora que “ajuda a acobertar as condições sociais que constituem o homem” e propunha uma Psicologia que tivesse uma visão pragmática, objetiva do indivíduo, visando à sua adaptação na sociedade.

Como a louca pode sentir/expressar a energia, a libido, ou desejo que são operacionalizados por uma lógica que não é a do ser ‘civilizado’, pois para o desejo não há pragmatização do tempo e, muito menos da razão. Logo do desejo das loucas em uma instituição psiquiátrica é perturbadora (da ordem social), capturado, domesticado, desviado, inclusive, pela voracidade com o qual é expressa a potência do feminino. A internação serve como a criação de um campo delimitado de manobras subjetivas, sobretudo, sociais para que o do desejo seja, apenas, parcial, logo incinerando quimicamente a libido e mecanicamente o desejo, cuja natureza é libertária e nômade.

A trifonia eloqüente das matrizes contemporâneas para compreender a sexualidade no contexto de clausura. Percorrendo a história recente, apreende-se que a loucura esteve ligada às várias acepções (marginalidade, discriminação, desrazão já descritos em capítulos anteriores), contudo, no que tange a referência de loucura feminina a maior parte da literatura construída pauta-se a insanidade da mulher versus a sexualidade.

Mesmo resgatando os registros na época do Egito Antigo, quando se acreditava que o corpo da feminino, por possuir útero, uma condição fisioanatomica

da mulher teria pré-disposições malignas o que se manifestava em comportamentos inadequados nomeados de histeria³ o que segundo Vilela (1992), já seria uma espécie de rascunho ou esboço de loucura.

Em uma passagem no mesmo sentido encontramos a compreensão da loucura na Idade Antiga associada a um estado melancólico⁴ com alucinações que seriam originárias do período menstrual como aponta a historiadora Del Priore (1994; 1999), pelos estudos do médico Galeno⁵, na qual a melancolia era associada aos excretos do sangue menstrual, causador de alucinações. Propagava-se nessa época que o sangramento mensal das mulheres tornavam-nas doidas, indecentes, furiosas, sem apetite, sem sono e não lhes despertavam interesses pelas atividades do cotidiano, rotulando-as como melancólica, sendo propensão a torna-se, também, histérica e ninfomaníaca. Segundo Tosi (1985), o ciclo da fisiologia feminina desenhava a tênue conjugação da mulher à natureza.

Adiante, na Idade Média, as mulheres foram coisificadas como bruxas pela Inquisição (TOSI, 1985; PESSOTTI, 1994). Elas, as feiticeiras, pobres e migrantes da zona rural, tinham “visões e alucinações” (sem explicação) e logo eram associadas a manifestações corpórea do demônio e, a elas a fogueira a sina. Do mesmo modo Del Priore (2004) em ‘Magia e Medicina na colônia: o corpo feminino’ sobre a mulher no Brasil Colônia constrói uma compreensão entre a representação do corpo feminino que esta intrinsecamente destinado ao ‘entre’ o céu de o inferno. Tudo depende do que ela faz do seu corpo a dualidade ‘o sagrado e o profano’, embora o mesmo não seja propriedade sua. “O corpo feminino parecia, assim, o lugar de uma dupla propriedade: ele parecia ameaçador, quase demoníaco, mas ameaçava-se a si próprio ao se tornar vulnerável a elementos do universo exterior”. (p. 103).

Esses comportamentos sem explicação, durante a Idade Média, seriam equivalentes hoje às patologias sociais contemporâneas e emergentes em Psicologia como a própria histeria, melancolia, depressão e ansiedade (que

3 Doença psíquica investigada por Charcot e Freud entre os séculos XVIII e XIX, mas que fora da concepção psicanalista, uma espécie de falsa doença por ter nenhum respaldo fisiológico-anatômico.

4 Melancolia é um termo que vem desde a Antiguidade clássica: Hipócrates procurou explicar os distúrbios mentais como resultado de um desequilíbrio entre os quatro humores básicos do corpo: o sangue, a linfa, a bile amarela e a bile negra, a que correspondiam os quatro temperamentos: sanguíneo, fleumático, colérico e melancólico.

5 Galeno de Pérgamon (c. 129 d.C.-c. 200 d.C.). comungava que o cérebro seria o centro das emoções. A melancolia resultava, para Galeno, de uma inundação do cérebro pela bile negra, cujo excesso, por sua vez, era consequência de um espessamento do sangue, a ser tratado pela sangria.

ainda hoje são patologias que acometem mais as mulheres do que aos homens). O senso comum das habilidades misteriosas das bruxas/feiticeiras tinha de certa forma “[...] as propriedades das ervas ou plantas com que preparavam poções e unguentos reputados eficazes no tratamento de doenças tanto físicas quanto mentais” (TOSI, 1985, p. 42).

Analisando a História em nome de um poder exercido sobre a mulher fomos vítimas de símbolos significantes para colocá-las em posição de inferioridade em relação ao gênero, seja o cárcere, a mutilação, a reclusão em domicílio, as burcas, os véus, as máscaras, as maquiagens, as roupas e os demais acessórios que a mantivesse em posição de objeto a ser manipulado e que lhe negasse sua condição de indivíduo social.

Sob as mulheres pesa quaisquer tipos de transgressão à moralidade social da época e bons costumes civilizatórios: o casamento, a reprodução e o cuidado do lar. Sendo a elas negadas a prática da prostituição, adultério e aborto (PESSOTTI, 1994). Toda mulher que não constituía matrimônio e prole era marginalizada. Por isso, a o período de caça às bruxas (VILELA, 1992), consolida binômio a mulher e a loucura, lhe ‘concede’ o livre exercício da sexualidade, esse comportamento gera uma fatura alta a ser paga com o extermínio das mulheres que praticavam a medicina empírica, e, disseminação do “[...] terror na população feminina, o que facilitaria sua normatização social” (TOSI, 1985, p. 42).

Na Idade Moderna, a história acende na Europa a relação, mais uma vez, esquematizada entre o útero⁶ e a sanidade mental da mulher. Associado a ideia de inferioridade perante o homem, no aspecto físico, intelectual, moral e mental, com aporte aos artifícios fisiológicos ou, nos termos de Del Priore (1997; 1999), jaziam aprisionadas desta fisiologia, da constituição de seus órgãos genitais. Também nesta época “[...] acreditava-se que o útero, oco de semente, tornava-se encantador e sedutor, capaz de criar com seus poderosos excretos todo tipo de feitiço”. (DEL PRIORE, 2004, p. 100). Reforçando a ideia de que o corpo da mulher deveria ser disciplinado as regras da sociedade pela sua boa conduta de moralidade consoante com Goffman (1961) e Foucault (2008).

Finalizando o século XVII e o princípio do XVIII, decai a crença e o extermínio das bruxas e, o inquisidor que sentenciava a fogueira agora é pode ser

6 Del Priore (2004) discorre que adotávamos a Medicina e descobertas de Portugal nosso colonizador onde emergia a ideia de que os ovários das mulheres eram testículos que não se desenvolveram, acentuando ainda mais a inferioridade do corpo feminino.

comparado à insurgência da figura do médico na identificação da loucura mais tarde doença mental. Onde a pratica da internação asilar base da psiquiatria nascente, irá investigar, diagnosticar e ‘tratar’ a loucura (FOUCAULT, 2008). Não desprezando a tênue associação da psiquiátrica da loucura, ao modo capitalista de produção, sujeitos incapazes de atividades laborais, desviantes sociais, como mendigos, pobres de toda ordem e desempregados a sentença era a internação.

O ‘critério’ para o internamento das mulheres, eram diversos (e insuficientes para justificar): as prostitutas, as nervosas⁷, as histéricas, as pobres, filhas de artesãos que pudessem ser seduzidas, moças de família que fossem desvirginadas, a estéreis e até mesmo as mulheres que não se casavam (PESSOTTI, 1994; PEREIRA, 1997; MURARO 2009; FOUCAULT, 2008; ARBEX, 2013).

Questiona-se, então, como negar a sexualidade, ou melhor: o desejo? Recorrendo a Onfray (2010, p. 64) [...] onde Dionísio parece, a miséria sexual se instala. Tanto que, à força de determinismos sociais, de propagandas ideológicas moralizadoras generalizadas, a servidão se torna voluntária e, definição alienação, a vítima acaba até encontrando prazer na renúncia de si. Assim, é possível considerar a origem da negação do desejo, uma vez que ele confere a dimensão primitiva e ‘natural’ do desenvolvimento humano, inclusive a sexualidade, um sustentáculo quase inevitável no aspecto biológico, mas com escavas para criar realidades propiciadas pelo encontro com a cultura.

Há algo quase para ‘explicar’ a negação do desejo, meditando didaticamente entre a natureza e a cultura (CUNHA, 1998), pela natureza experimenta-se a sexualidade instintiva e na cultura ganha-se o erotismo e os artifícios do prazer pelas convenções sociais do matrimônio e reprodução.

O mesmo infere “ficções socialmente úteis e necessárias”, tais como: a ideia de que o desejo é carência que só pode ser sanada com um par culminando no gozo e; a ideia de que a família resolve o problema da libido que segundo o autor tem natureza nômade. E, mais “quando a filosofia falta, a biologia reina” (2010, p. 61).

Em essência ele critica muitas contradições embutidas nas ditas “ficções socialmente úteis e necessárias” que necessitam ser desconstruídas, mas que ao

7 De acordo com a publicação de Freital 1949 (ODA; DELGALLARONDO, 2000), o temperamento nervoso da mulher (ou as alterações dos estados de alegria, tristeza, vivacidade e melancolia), e a internação era o tratamento de prevenção alterações no sistema nervoso, com recomendações de alimentação baseada em vegetais, passeio no campo, banhos, laxantes e sanguessugas.

mesmo tempo alimentamos um ranço juízo moralizador que dissimula e abafa o feminino, a louca.

Posto que pela pesquisa sobre sexualidade na era medieval Karras (2005, p. 03): “Tanto na relação homem-mulher como na relação homem-homem o sujeito ativo era aquele que penetrava enquanto que o passivo era o que era penetrado”. Afinidades versus a natureza significavam inverter ‘qualquer normal’ entre os sexos, tais como: as elações homossexuais eram violação contra a natureza porque um dos homens assumia, necessariamente, o papel passivo, era penetrado por outro homem; e em uma relação heterossexual caso a mulher ‘assumisse uma posição inadequada’ ao seu comportamento de submissa também seria contra a natureza.

O corpo, transformado na reclusão e da expressão da feminilidade materializadas nos corpos das loucas se esbarra na perda de signos do feminino e, sobretudo, da dignidade que pelas ações de estigmatização, violências e exclusão, ceifa o direito fundamental à singularidade, ou seja, subjetividades em cárcere. Ao passo que dar manutenção às demandas regulatórias da bio-política e disciplinares do bio-poder (FOUCAULT, 2006).

De acordo com Foucault, só o fato das mulheres receberem o estigma de louca por ser mulher quando a história nos desvela a forma como as bruxas (mulheres), as fêmeas ameaçadoras foram atiradas as fogueiras pelos moralistas da época⁸. Hoje, um conjunto de regras ditadas pelo discurso científico concebe permissões nos comportamentos sexuais, mas a louca quaisquer expressão de desejo ou libido são intoleradas e, mais a existência da louca por si só já é uma afronta à sociedade normativa. Considerando a passagem da natureza para a cultura, aqui não há nenhuma mudança operacional, apenas, conceitual. Da fogueira ao cárcere. “De santa a bruxa, de parteira a curandeira, de mãe a prostituta, a mulher vai sendo construída e desconstruída ao longo da História, através das conveniências sociais, econômicas, políticas e religiosas”. (KRAMER & SPRENGER, 2009, p. 14-5).

O hospício da louca já implica relações de poder em seu cerne, de acordo com Foucault, toda relação social (mesmo a asilar) é, ainda mais forte, uma relação de poder. O exercício do poder constroem saberes sobre seus objetos, exercício e efeitos, resultando num regime de poder que pode ser estendido a

8 Na alta Idade Média, havia todo um artefato de vigília e controle sobre o sexo das mulheres, pois são corpos e almas mais vulneráveis ao pecado da carne, entrada privilegiada do demônio na intimidade humana. Introdução histórica da 20ª edição (2009) “*O Martelo das Feiticeiras*”.

outras instituições e ao conjunto social (FOUCAULT, 1985; 2006; 2008), por meio de dominação, institucionalização ou sujeição.

O asilo é precisamente o que faz pagar a loucura com um certo número de necessidades artificialmente criadas e é, ao mesmo tempo, o que vai fazer pagar a cura por meio de uma certa disciplina [...] o asilo, ao estabelecer uma carência, permite criar uma moeda com que se pagará a cura [...] os meios de pagamento da terapêutica: é isso no fundo, o que constitui o asilo. (2006, p. 195)

As práticas de isolamento social das mulheres e loucas dar-se-á pela análise das técnicas e tirocínios sociais que se constitui uma analítica do poder, isto é, uma apreciação aos díspares regimes de poder, e uma tênue possibilidade de reversão histórica das formas de dominação. (MIRANDA, 1996; 2002).

A medicalização da beleza, mitologia e estética, ilustra-se na passagem;

“Eu fui muito judiada [...] acho que isso me deixou eu nervosa e precisei ser internada, fiquei doente mental [...] a gente ficou traumatizada, fiquei traumatizada muito”. [Luíza⁹, interna do hospital psiquiátrico de Ribeirão Preto, vítima de estupro e relação incestuosa com o pai]

Na mesma semelhança a passagem de *A hora da estrela* de Clarice Lispector (1998), *depois tudo passou e Macabéa continuou a gostar de não pensar em nada. Vazia, vazia. Como eu disse, ela não tinha anjo da guarda. Mas se arranjava como podia. Quanto ao mais, ela era quase impessoal. Glória perguntou-lhe:*

- Por que é que você me pede tanta aspirina? Não estou reclamando, embora isso custe dinheiro.
- É para eu não me doer.
- Como é que é? Heim? Você se dói?
- Eu me doo o tempo todo.
- Aonde?
- Dentro, não sei explicar.

Por esta perspectiva, registramos relatos e situações de pacientes que ilustram situações de aprisionamento de corpo, desejo e subjetividade sob diversas faces de abandono de estética e de dignidade. E, em seus cotidianos: uma

9 Casos descritos na íntegra ver Tese de Doutorado (PEREIRA, 1997).

situação é a chegada à ala de internação feminina mulheres de cor branca ou de cor negra, mulheres de estatura alta e mulheres estatura baixa, algumas muito magras e outras muito acima do peso, uma parte considerável com outras doenças (além da mental) e muitas sem dentição, um grupo com cabelos longo com piolhos e algumas com corte de cabelo masculino para não suscitar sexualidade, muitas sem unhas ou com unhas quebradas e feridas.

Consideramos que a paciente padecente de transtorno mental é portadora de intensa dor e sofrimento que nem sempre pode ser expressado porque dói tudo, até existir dói.

E, o corpo disciplinar ganha um número de prontuário, um uniforme, passa pela bandeja de medicação e fica ao aguardo de algum profissional da internação seja terapeuta ocupacional, psicólogo, enfermeira-chefe ou técnica de enfermagem: que quando tiver tempo vem lhe dar ‘as boas vindas’ e orientar – ordenar - a rotina, (isso com as pacientes de bom comportamento, pois as pacientes em crise ou ficam de debatendo nos corredores ou são contidas).

A expressão de um corpo feminino é também uma fonte de admiração do belo como exprime Vênus¹⁰ na mitologia grega. Um corpo que antes era dotado de atributos de beleza, glamour e sedução passa a ganhar contorno de um corpo que não reproduz nenhuma estética e uma higiene precária ao passo que fragiliza sua auto-estima. Incapacitando-a para qualquer possibilidade de enfrentamento dos processos de estigmatização, ou de suportar as dores do confinamento, o frio e o calor dos leitos e angústias da organopatologia (quando existe), restando-lhes se submeter aos olhares e comportamentos que as excluem de serem: mulheres.

Em obrigadas a entregar seus pertences, mesmo que dispusessem do mínimo, inclusive roupas e sapatos, um constrangimento que levava às lágrimas muitas mulheres que jamais haviam enfrentado a humilhação de ficar nuas em público [...] as mulheres andavam em silêncio [...] daquele momento em diante, elas deixavam de ser filhas, mães, esposas, irmãs [...] nesta condição, viam-se despedidas do passado, às vezes, até mesmo da própria identidade. Sem documentos, muitas pacientes do colônia eram rebatizadas pelos funcionários.

10 Vênus foi uma das divindades mais veneradas entre os antigos, sobretudo na cidade de Pafos, onde o templo era admirável. Tinha um olhar vago, e cultuava-se o zanago dos olhos como ideal da beleza feminina. Possuía um carro puxado por cisnes. Vênus possui muitas formas de representação artística, desde a clássica (greco-romana) até às modernas, passando pela renascentista. É de uma anatomia divinal, daí ser considerada pelos antigos gregos e romanos como a deusa do erotismo, da beleza e do amor.

Perdiam o nome de nascimento, sua história original e sua referência, como se estivessem aparecido no mundo sem que alguém as parisse. (ARBEX, 2013, p. 28-29-30 *grifos nossos*)

O lugar da mulher? Em casa ou no manicômio? Signorelli (1996), ressalta que por anos o espaço doméstico foi atribuído a mulher, sendo o seu espaço de 're-produção' a casa e a família são seus vínculos, tais *vínculos* por muitos séculos e até hoje levam-nas ao hospício. A própria sexualidade da mulher¹¹ tem estrita ligação com a reprodução e, não necessariamente com a maternidade (consequência do vínculo), mas a reprodução é imposta tênue ao matrimônio. No tocante à saúde mental, registramos evidências de sofrimentos psíquicos que associam-se a perda de sua identidade que além de ser portadoras de uma doença mental, passam a desencadear outros sintomas psicológicos mais frequentes como as crises de ansiedades, angústias e quadros graves de depressão, aumentando os níveis de vulnerabilidades que as expõem aos riscos de estigmatização e violência subjetiva no espaço asilar.

Conclusões

A libido 'exagerada' no momento da crise é a única referência da sexualidade que eles têm da interna em saúde mental pela visível negação de outras formas de ato sexual além do sexual heterossexual. Em geral a equipe negar haver manifestações que não sejam heterossexuais, mas em uma fala apareceu registro de que quando as mulheres não saem da ala feminina elas acabam por acariciarem estendendo para o ato sexual, ou seja, a equipe sabe que existe, porém nega outras possíveis expressões da sexualidade.

A reprodução da equipe sobre o erotismo da paciente lhes parece uma crise, surto ou delírio, pois concebem a louca como incapaz de desejar. Em muitas expressões a masturbação é associada a crise, como se condição de se masturbar fosse relativo a condição de estar doente. Os profissionais também deixam nas *entrelinhas* que a prática sexual 'aceita' na instituição é a heterossexual. Estes relatos tiveram o propósito de compreender as percepções de profissionais, em sua maioria enfermagem, que assistem pacientes psiquiátricos acerca da sexualidade. Pelos relatos infere-se que a manifestação da sexualidade

11 Sugerimos a leitura de Ronaldo Vainfas (org), **História e sexualidade no Brasil**, Rio de Janeiro, Graal, 1986, que contém vários artigos pertinentes ao tema. Tema discutido também sobre 'A letra de Escarlete' na tese de Cabreira (2006).

do doente mental é vista de forma exacerbada, portanto, descontrolada, como o próprio doente. Como propõem Bardin (2009), o discurso dos participantes não é um produto acabado, mas uma fase de elaboração que pode ser pautado no exagero, na falta de medida, e nas entrelinhas, ou seja, expressão da subjetividade, também de quem enuncia.

De acordo com Amarante (2003) o profissional – de enfermagem- evolui prontuário e repassa informações aos demais colaboradores da equipe de saúde e familiares e ao negar a existência da sexualidade no paciente torna-se ‘mais neutro’ ao fazer seu posicionamento. A tendência à homogeneidade, mesmo sabendo que a manifestação de sexualidade nos espaços institucionais são potencializadas pelo confinamento como já foi abordado anteriormente.

Master e Johnson (1981; 1985) apontam a importância de reconhecer que nem todas as pessoas deficientes são semelhantes em suas capacidades de aprendizado e independência, estabilidade emocional e habilidade social. A cultura é uma dimensão do processo histórico-social da vida de uma sociedade, um ‘tecer’ de fatos sucessivos que Santos (1983) chama atenção tanto na preocupação em se estudar sociedades diferentes, quanto na discussão sobre a cultura, os impulsos se localizam na civilização dominante. São os nossos olhares, sociedade, que a ciência vê o mundo, inferindo, alterando, escavando, compreendendo, desafiando.

Referências Bibliográficas

AMARANTE ,P. A (clínica) e a Reforma Psiquiátrica. In: SCLiar, Moayc et al.; _____. (coord.) **Archivos de saúde mental e atenção psicossocial**. Engº Paulo de Frontin, RJ: Nau, 2003, p.45-65.

ARBEX, D. **Holocausto Brasileiro**: genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil. São Paulo: Geração Editorial. 2013.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Paris: Presses Universitaires de France. 2009.

BOOTH et al, **A arte da pesquisa**. 2 ed. Martins fontes: São Paulo, 2009.

CUNHA, M. C. P. De historiadoras, brasileiras e escandinavas: loucuras, folias e relações de gêneros no Brasil (século XIX e início do XX). **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 181-215, 1998.

DEL PRIORE, M. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Viagem pelo imaginário do interior feminino. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 179-194, 1999.

_____. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

FOUCAULT, M. **O poder psiquiátrico**. Curso do Collège de France (1973- 1974). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Marins Fontes, 2006.

_____. **História da Loucura na Idade Clássica** [1961]. São Paulo: Perspectiva, 2008.

_____. **Microfísica do poder**. Organização, Introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. – Rio de Janeiro. Edições Graal, 5°. 1985.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.

KARRAS, R. M. **Sexuality in medieval Europe: doing unto others**. New York: Routledge, 2005.

KRAMER, H., SPRENGER, J.. **O martelo das feiticeiras: *malleus maleficarum*** (20a ed.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2009.

LISPECTOR, C. **A hora da Estrela**. Rocco, 1998.

MASTERS, William H., JOHNSON, Virginia E. **A conduta sexual humana**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981

_____. **A inadequação sexual**. Rio de Janeiro: Roca, 1985.

MIRANDA, Francisco Arnaldo Nunes. **Representações sociais sobre a atuação do enfermeiro psiquiátrico no cotidiano**. 2002. Tese (Doutorado). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, USP.

MIRANDA, F. A. N. **Doente mental: sexualidade negada?** 1996. Dissertação (Mestrado). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, USP.

MURARO, R. M. **Um Mundo Novo em Gestação**. Campinas: Versus, 2003, p. 61-62

MURARO, R. M. & PUPPIN, A. B. (Orgs.) **Mulher, Gênero e Sociedade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2003.

ODA, A. M. R.; DALGALARRONDO, P. Ciclo reprodutivo e transtornos mentais no século XIX. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 22, mar. 2000.

ONFRAY, M. **Potência de existir – Manifesto hedonista**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

PEREIRA, M. A. **Representações sociais de pacientes psiquiátricas sobre a loucura, a internação e o sofrer psíquico: a triste passagem e a triste paisagem**. Tese [Doutorado]. Escola de Enfermagem de Ribeira Preto/USP, 1997.

PESSOTTI, I. A doutrina demonista. In_____. **A loucura e as épocas**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

TOSI, L. Caça às bruxas: o saber das mulheres como obra do diabo. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 4. n. 20, p. 35-42, 1985.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 9. ed. São Paulo: Editora Brasileira. 1983.

SIGNORELLI, A. **Fatevi regine**. Roma, Sensibili alle foglie, 1996.

VILELA, W. V. **Mulher e saúde mental**: da importância do conceito de gênero na abordagem da loucura feminina. 1992. **Tese** (Doutorado em Medicina Preventiva) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

MASCULINIDADES NEGRAS E ESTEREÓTIPOS DO RACISMO E SEXISMO EM DEBATE

Mônica Prates Conrado

Docente da Universidade Federal do Pará;

mpconrado@uol.com.br

Alan Augusto Moraes Ribeiro

Doutorando da Universidade de São Paulo

alanaugustoribeiro@yahoo.com.br

Resumo: Por considerar que autoras como bell hooks e Patricia Collins elaboraram reflexões teóricas sobre homens e masculinidades negras a partir de uma perspectiva interseccional buscamos pontuar com outros autores e autoras, dentro ou fora do Brasil, de que modo estes mobilizaram ideias e perspectivas de análise que estejam ou não em conexão vinculativa com os posicionamentos teóricos das autoras acima mencionadas. E finalmente, o nosso interesse é de tornar ainda mais elucidativo a necessidade da discussão de estereótipos que possam contribuir na construção de outros sentidos, outras narrativas, outras versões acerca do debate proposto.

Palavras-chave: Masculinidades Negras, Feminismo Negro, Estereótipos.

Introdução

O nosso interesse é fomentar a discussão sobre como o pensamento feminista negro estadunidense mobiliza reflexões e narrativas sobre masculinidades negras, registrando críticas sobre como alguns estereótipos sexistas atuam na construção de significados distópicos que dificultam a identificação de versões positivas de masculinidades negras que existem nas práticas sociais.

Estudar masculinidades negras a partir da multiposicionalidade é perguntar como devemos discuti-la a partir de um olhar relacional, e não posicional e hierárquico fixo. Os estereótipos sexuais sobre homens negros são resultados do sexismo e não apenas do racismo, mesmo que o privilégio patriarcal posicione tais masculinidades como configurações vantajosas. Se este privilégio permanece intacto mesmo quando é recusado pelos homens, resta saber se esta vantagem é recorrentemente presente ou contingencial, conforme o contexto relacional.

Um dos caminhos de construção desta multiposicionalidade é a compreensão das masculinidades negras a partir dos estudos feministas negros, desafiando um “silêncio que tem sido um gesto de cumplicidade, especialmente o silêncio sobre os homens negros”. O rompimento de concepção unitária da experiência masculina nos viabiliza explorar diversas possibilidades de experiências masculinas, uma vez que a subjetividade masculina é afetada por uma série de variáveis e identidades transversais e é, portanto, diversa.

Metodologia

O objetivo é apontar para a viabilidade de reflexões e narrativas para o estudo das masculinidades negras em torno da intersecção entre raça, gênero, classe e sexualidade no Brasil tão pouco ainda abordado no país. Nesse sentido, interseccionalidade constitui-se em um instrumento analítico para viabilizar um projeto epistemológico com posicionalidade (o que não significa imobilidade), e ampliar os tipos de registros de conhecimento, conferindo-lhes um significado sociológico com base em seus potenciais cognitivos e em experiências vivenciais.

Pensar sobre homens e masculinidades negras a partir deste paradigma da interseccionalidade, retirando a raça do centro da análise, indagando como esta “análise racial” demanda diferenças de gênero, de classe social, sobre sexualidade e sobre nacionalidade, uma vez que a intenção é descentralizar debates

“mono-categoriais” (quando falar de masculinidades e feminilidades é o mesmo que pensar o gênero como o guia analítico único e suficiente), sendo que este paradigma indaga as diferenças de gênero a partir destas outras adscrições raciais, de sexualidade, de classe e de nacionalidade.

Ao nos valer do conceito de “imagens em controle” (COLLINS, 2000) como instrumento conceitual que abriga metodologicamente os conceitos de estereótipo ou de estigma, podemos encontrar um exemplo dessa análise interseccional quando se aciona certas imagens sobre mulheres negras que acabam ativando outras imagens, também em controle sobre homens negros em nome das relações assimétricas:

Por exemplo, a hipermasculinidade frequentemente atribuída aos homens negros reflete crenças sobre o seu apetite sexual excessivo. Ironicamente, o apetite sexual excessivo de Jezebel a masculiniza porque seu desejo sexual é exatamente como o desejo de um homem [...] Em um contexto onde as mulheres femininas são aquelas que permanecem submissas, mesmo que apropriadamente em uma paquera com os homens, mulheres cuja agressão sexual se assemelha ao dos homens se tornam estigmatizadas. (COLLINS, 2000, p.100).

Discussão e resultados

Nos Estados Unidos, Patricia Collins (2004) discute como o racismo e a heterossexualidade estão interconectados, dando sentido um ao outro; eles influenciam um ao outro e causam danos a todos os/as estadunidenses diferenciados por raça, gênero, sexualidade, classe e nacionalidade. Para gays negros, lésbicas negras e demais LGBTs negros e negras, o uso do modelo branco ocidental na abordagem de suas experiências e subjetividades fica em evidência na medida em que são descaracterizadas pela leitura feita a partir de uma heterossexualidade homogênea e de uma branquidade monolítica, causando distorções e interpretações parciais.

Para a ruptura de padrões racistas e sexistas há ainda, nos dias de hoje, enfrentamentos a fazer; como bell hooks (1990, p. 17) esclarece: “coletivamente, as mulheres negras e homens negros precisam se mobilizar em uma direção que desafie normas sexistas”. É ouvir também o que homens negros e mulheres negras têm a dizer: sobre as suas experiências, seu modo de ver e se

relacionar com o mundo, segundo ordens de gênero em suas distintas e diversas situações, contextos e lugares no mundo racializado e sexualizado que se constroem em masculinidades múltiplas e feminilidades plurais, embora sejam “moldadas” em contextos ocidentais de valores dominantes de uma supremacia branca, sob diversas condições históricas. Por exemplo, a sexualidade sempre forneceu metáforas de gênero para a colonização (bell hooks, 1990). Chandra Mohanty (2003) sugere direções metodológicas para análise feminista que não podem ser vistas limitadas ao contexto histórico britânico-indiano.

Essa autora define aspectos da regra imperial que dois deles aqui merecem destaque à temática abordada quando sinaliza sobre Estados coloniais e culturas imperiais no século XIX que foram consolidadas através de relações específicas, envolvendo formas de conhecimento e instituições de regulação sexual, racial e de casta. Um desses aspectos é a construção ideológica e consolidação da masculinidade branca como normativa e a racialização correspondente e sexualização dos povos colonizados. Por último, a ascensão da política e consciência feminista no contexto do domínio colonial britânico dentro e contra o quadro de movimentos de libertação nacional. Cabe ressaltar o que Chandra Mohanty (2003) enfatiza que é impossível fazer generalizações sobre todas as culturas coloniais. No entanto, o seu interesse é fornecer um exemplo de um contexto historicamente específico para o surgimento da política feminista em vez de reivindicar uma história singular para a emergência dos feminismos em contextos do “terceiro mundo”.

Angela Davies (1983) aborda o mito do homem negro violador pela ideologia racista desde o período colonial até os anos 70 do século passado nos Estados Unidos quando analisa as suas dinâmicas e persistências. As representações do homem negro como instintivo e violento estiveram sempre diretamente associadas à imagem das mulheres negras como promíscua e se homens negros têm os seus olhos sobre mulheres brancas como objetos sexuais, então mulheres negras são facilmente atraídas pelas atenções sexuais dos homens brancos por estarem ambos (homens negros e mulheres negras), conforme nos vale assinalar, subjetivamente presos a esta armadilha num jogo de representações e estereótipos racialmente sexualizados (e sexualmente racializados).

No Brasil, Nina Rodrigues (1933, p. 153) postulou no século XIX, eivado pela teoria da degenerescência das raças predominante naquela época, baseada na ideia da inferioridade de “tipos raciais” de que “A sensualidade do negro pode atingir então às raias quase das perversões sexuais mórbidas. A excitação genésica da ‘clássica mulata’ brasileira não pode deixar de ser considerada

um typo anormal”. Sueli Carneiro salienta que no Brasil “o estupro colonial da mulher negra pelo homem branco no passado, e a miscigenação daí decorrente, criaram as bases para a fundação do mito da cordialidade e democracia racial brasileira” (CARNEIRO, 1995, p. 546).

Apesar de descartada, no Brasil, a ideia assumida de inferioridade de raças sob um viés biologizante, na literatura especializada, ao nos referirmos aos escritos de Nina Rodrigues por se deslocar como problema nacional a questão de raça que se tornou construção social como questão da cultura, nos anos 30 do século XX, nos vemos submersos em valores dominantes, munidos pelo ideário da branquitude e do mito da democracia brasileira como *modus operandi* do racismo e do sexismo que se encontram presentes no cotidiano das pessoas sob a rubrica de atemporais, em processo dinâmico, reeditados e instaurados, em destaque aqui, os mitos sexuais.

Sob o contexto colonial antilhano, Frantz Fanon (1983, p. 131) descreve como prevalece a visão dominante colonial de que “o negro tem uma potência sexual alucinante”, de que o negro é fixado no genital, ou ao menos fixaram-no aí”, “se não é o comprimento do pênis (do negro), é a potência sexual que [...] atinge o branco. Ele afirma que “É na corporeidade negra que se atinge o negro” (FANON, 1983, p. 134). É o negro simbolizando o “biológico”: forte, sexo, potente movido por instinto animal. A compleição física do homem negro como fonte disponível de prazer e gozo ligado à ideia de pênis grande e vantajado.

No filme *Amistad* (1997), dirigido por Steven Spielberg, africanos e africanas sequestrados, após meses a bordo em um navio negreiro, ao tematizar as condições a que eram submetidos no tráfico de escravizados, o protagonista Cinque, representado por Djimon Hounsou sob cruéis adversidades em condições insalubres, desumanas ao enfrentarem a fome e a sede se encontra no final do trajeto robusto e musculoso que emana força física de um guerreiro projetado pelo imaginário ocidental para reforçar a sua principal característica no enredo do filme: a de liderança.

A ocidentalização de corpos negros se traduz em máquina de prazer e de violência ao se negar saberes, conhecimentos tradicionais, memória ancestral por gestualidades, práticas culturais, rezas, musicalidade, jeito de se expressar e de andar, de ver e estar no mundo, muito singulares para cada contexto específico, para cada experiência do vivido. As masculinidades negras se constituem em processo constante, dinâmico, revitalizador marcadas por ambiguidades e contradições; descontinuadamente em um jogo de resistência e subalternização

dos homens negros nas práticas de gênero entre homens. Homens negros compartilham tradições culturais negras, mas devem resolver as contradições que se defrontam na redefinição de masculinidades negras face às noções abstratas, vazias de subjetividades próprias fruto da masculinidade que lhes são impostas (COLLINS, 2009, p. 284; HOCH, 1979).

Cornel West, no momento em que coloca em pauta os anos 60 e de seu impacto cultural nos Estados Unidos, chama a atenção de que “falar a respeito da sexualidade dos negros é praticamente tabu” (COLLINS, 2009, p. 101). E enfatiza a importância de desmitificar a sexualidade dos negros que consideramos questão ainda bastante atual.

Todo mundo sabe que não se pode falar francamente a respeito de raça sem abordar a questão do sexo. Contudo, a maioria dos cientistas sociais que estuda as relações raciais refere-se muito pouco ou mesmo nada ao modo como as percepções sexuais influenciam as questões raciais. Nossa tese é de que a sexualidade dos negros constitui um assunto tabu entre os brancos e os negros norte-americanos e que um diálogo franco a esse respeito, entre essas duas comunidades e dentro de cada uma, é essencial para que haja relações raciais sadias no país (COLLINS, 1994, p. 102).

Inspirados nos escritos de bell hooks (2004) há o debate urgente que precisa ser feito no interior das comunidades negras brasileiras sobre o envolvimento dos homens negros na militância das mulheres negras sobre questões do racismo e sexismo do qual inclusive também fazem parte; apesar de nossa crítica a sua significativa ausência física. Sua inclusão é uma forma de encarar e rebater a conformidade de normas sexistas e de gênero prevalentes de uma supremacia branca como referência. Questões que envolvem contradições de posições de gênero de homens negros no interior da luta antirracista porque inseridos em relações assimétricas com mulheres negras são desafios cruciais na luta feminista negra dentro das comunidades negras que, em suas especificidades, se deparam o tempo todo com tensões, contradições e conflitos em seu dia a dia.

Há questões que ganham relevo principalmente para homens jovens negros no que se refere à hiperssexualização que se adere de maneira estereotipada como constituinte do “ser homem”, consubstanciada por mitos sexuais (MERCER, 1997). A sexualidade das mulheres negras, marginalizada, negada e, muitas vezes, vilipendiada, aparece em associação com os estereótipos que são instilados sobre homens negros em diferentes contextos sociais no Brasil. Mesmo em uma leitura sexista, mulheres negras são menos valorizadas sexualmente do que as mulheres brancas porque a valorização de um modelo de

estética eurocêntrica atua diretamente no “encantamento emocional” em torno das primeiras em comparação com a maior “atratividade corporal” das segundas. É fundamental pensar interseccionalmente para poder compreender como influenciam as percepções sexuais motivadas pelos estereótipos ao afetar diretamente homens negros e mulheres negras ao produzir barreiras ao acesso a bens simbólicos, bem como dificuldades relacionadas com a efetividade de direitos sociais.

Sobre um dos principais aspectos, abordados neste artigo, de como se constitui em ser e estar no mundo como “homens” e em exercer a sua masculinidade (BARKER, 2008) torna-se fundamental desestabilizar posições situacionais de gênero como referentes fixos, opostos. Então, ao nos remetermos à ideia de “ser homem”, Miguel Vale de Almeida pontua que se traduz em um constante processo de construção o que significa “um conjunto de atributos morais de comportamento socialmente sancionados e constantemente reavaliados, negociados, lembrados” (ALMEIDA, 2000, p.128). Podemos dizer então que a “experiência de homens” é uma categoria contestada e diversa (ASHE, 2004).

Novamente, bell hooks (1998) argumenta que as experiências dos homens na discriminação racial podem servir como uma ponte para se conectar a causa feminista com a “experiência masculina” como uma categoria que produz diferentes efeitos que deve ser melhor investigada.

Pedro Paulo Oliveira (2003, p. 142-43) faz importante alusão à cegueira de homens brancos de classe média ao “poder masculino e de sua hegemonia dentro do regime de gênero vigente nas culturas contemporâneas ocidentais”.

Os mecanismos sociais que possibilitam privilégios se tornam invisíveis para aqueles que são por eles favorecidos. Assim, os homens brancos de classe média quando se olham no espelho, se veem como seres humanos universalmente generalizáveis. Eles não estão capacitados a enxergar como o gênero, a raça e a classe afetam suas experiências.

Conclusões

E, muitos, acreditamos não podem enxergar, mas também não queiram enxergar. E quem quer, de fato, perder posição de poder? Lançamos a indagação. Levamos em conta, inclusive, o que Welzer-Lang (2001) aposta quando se refere à socialização dos homens, do “aprender a ser homem”. “É também aprender a respeitar os códigos, os ritos que se tornam então operadores hierárquicos” (WELZER-LANG, 2001, p.463).

Desse modo, com as leituras dos feminismos negros trouxemos reflexões que põem em evidência a necessidade de abordagens de gênero e feministas sobre experiências de homens negros e de experiências de mulheres negras, a partir deles/as mesmos/as que validem, contestem e se reiventem em constantes definições e negociações de/para um nós coletivamente compartilhado.

Referências

ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim do século, 2000.

ASHE, Fidelma. “Deconstructing the Experiential Bar Male Experience and Feminist Resistance”. *Men and masculinities*, v. 7, n. 2, p.187-204, oct.2004. Disponível em: <<http://www.palgrave-journals.com/fr/journal/v17/n1/full/fr198418a.html>>.

Acesso em: 03 jul. 2015.

BRAH, Avtar. “Diferença, diversidade, diferenciação”. *Cadernos Pagu*, n. 26, p.329-376, jan./jun.2006.

CARNEIRO, Sueli. “Gênero, raça e ascensão social”. *Revista de Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 544-552, 2 sem.1995.

CARNEIRO, Sueli. “Novas Perspectivas para a Militância Feminista e os Rumos do Feminismo Negro na América Latina” (Debate). In: FESTIVAL DA MULHER AFRO-LATINO-AMERICANA E CARIBENHA, 1., 2013, Brasília. *Anais...* Brasília: Grio, 2013, p. 175-183.

CARNEIRO, Sueli. “Mulheres em Movimento”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, dez. 2003.

CLAYTON, Susan. “O hábito faz o marido? O exemplo de uma *female husband*, James Allen (1787-1829)”. SCHPUN, Monica Raisa (Org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

COLLINS, Patricia. “Learning from the Outsider Within: the Sociological Significance of Black Feminist Thought”. *Social Problems*, v. 33, n. 6, p. 14-32, oct./dec. 1986.

_____. "Intersections of race, class, gender, and nation: some implications for black family studies". *Journal of Comparative Family Studies*, v. 29, n.1, p. 27-34, 1998.

_____. *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009.

_____. *Black sexual politics: african americans, gender and the new racism*. New York: Routledge, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. "Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color". *Stanford Law Review*, v. 43, n. 124, 1993.

DAVIS, Angela. *Women, race, and class*. New York: Vintage, 1983.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Rio de Janeiro: Ed. Fator, 1983.

HOCH, Paul. *White hero Black beast: racism, sexism and the mask of masculinity*. London: Pluto Press, 1979.

hooks, bell. *Talking back: thinking feminist, thinking black*. Boston: South End Press, 1989.

_____. Postmodern Blackness. In: HOOKS, bell. *Yearning: race, gender, and cultural politics*. Boston: South End P, 1990. p. 624-631.

_____. The politics of Radical Black Subjectivity. In: HOOKS, bell. *Yearning: race, gender, and cultural politics*. Boston: South End Press, 1990. p.15-22.

_____. "Essentialism and Experience". *American Literary History*, v. 3, n. 1, p. 172-183, 1991.

_____. *Black Looks: race and representation*. Boston: South End Press, 1992.

_____. "A Revolution of Values: The promise of Multi-Cultural Change". *The Journal of Midwest Modern Language Association*, v. 26, n. 1, p. 4-11, 1993.

_____. "An Aesthetic of Blackness: Strange and Oppositional". *Lenox Avenue: a Journal of Inter-Arts Inquiry*, v. 1, n. 1, p. 65-72, 1995.

_____; McKINNON, Tanya. "Sisterhood: Beyond Public and Private". *Signs: Feminist Theory and Practice*, v. 21, n. 4, p. 814-829, 1996.

_____. "Men as comrades in struggle". In: EWING, Doris W.; SCHACH, Steven P. (Eds.). *Men and feminism: reconstructing gender relationships*. New York: New York University Press, 1998. p. 119-145.

_____. *Feminist theory: from margin to center*. 2. ed. New York: South and Press, [1984] 2000.

_____. *Where we stand: class matters*. New York: Routledge, 2000a.

_____. *Feminism is for everybody*. Cambridge: South end Press, 2000b.

_____. Living to Love. In: PLOTT, Michele; UMANSKY, Lauri. *Making Sense of Women's Lives: an introduction to women's studies*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2000.

_____. *We real cool: black man and masculinity*. New York: Routledge, 2004.

_____. Ensinar novas paisagens, novas linguagens. *Estudos Feministas*, v. 16, n. 3, p. 857-864, set./dez. 2008.

MARTIN, Biddy; MOHANTY, Chandra. Feminist politics: What's home got to do with it? In: LAURETIS, Teresa (Ed.). *Feminist studies/critical studies*. London: Macmillan, 1988.

MERCER, Kobena. Reading Racial Fetichism. In: HALL, Stuart (Org.). *Representation: cultural representations and signifying practices*. London: Sage Publications, 1997. p. 153-164.

MOHANTY, Chandra Talpade. "Cartographies of Struggle: Third World Women and the politics of Feminism". In: MOHANTY, Chandra. *Feminism without borders*.

Decolonizing theory, practicing solidarity. Duham & London: Duke University Press, 2003. p. 43-84.

NINA RODRIGUES, Raimundo. A população brasileira no ponto de vista da psicologia criminal. In:_____. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil.* Rio de Janeiro: Guanabara, 1933 [1894].

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. A discussão sobre a masculinidade. In: OLIVEIRA, Pedro Paulo. *A construção social da masculinidade.* Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

WELZER-LANG, Daniel. “A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia”. *Rev. Estud. Fem.* [online]. v. 9, n.2, p. 460-482, 2001.

PORNOGRAFIA: VIOLÊNCIA E PADRONIZAÇÃO OU EMPODERAMENTO E PRAZER FEMININO?

Samira Ramalho Ribeiro de Souza
ramalho.samira@gmail.com

Daiany Caroline Santos Silva
Universidade Estadual do Piauí /Universidade Federal do Piauí
daianycaroll@gmail.com

Resumo: Este texto visa confrontar duas visões a respeito da produção de filmes pornográficos e analisar uma fração destes conhecida como “pornô feminista”, especialmente pela obra da diretora sueca Erika Lust. Estas produções visam produzir uma outra forma de representar o sexo, geralmente através da uma perspectiva da mulher, explorando práticas que lhes dão prazer e buscando diminuir aquelas que se considera que diminui a dignidade feminina e a faz reproduzir os ditames do patriarcalismo e da heteronormatividade. Através de um panorama sobre a pornografia mundial, e a partir de autores(as) feministas e teóricos(as) queer e da comunicação, discute-se se a produção feminista cumpre a função a que se propõe ou ainda estão aliados aos parâmetros ditados pelos produtores mais tradicionais.

Palavras-chave: Pornografia, Pornô feminista, Corpo feminino.

A produção pornográfica e sua crítica

A ideia de sexualidade tal qual conhecemos atualmente foi descrita por Michel Foucault em a História da Sexualidade (1999) como desenvolvida a partir do século XVIII com a instauração de uma sociedade burguesa ou capitalista, que não se recusou a conhecer o sexo, mas se apropriou dele e envolveu-o com discursos próprios que passaram a regulá-lo. Foucault revelou que sendo a sexualidade um aspecto transversal em todos os âmbitos da vida e com poder acentuado, o capitalismo também precisou se juntar e controlar esta sexualidade, como parte dos planos de manter indivíduos alienados e cativos do sistema.

Como se tivesse a necessidade dessa produção de verdade. Como se lhe fosse essencial que o sexo se inscrevesse não somente numa economia de prazer, mas também num regime ordenado de saber. Dessa forma, se tornou progressivamente o objeto de grande suspeita; o sentido geral e inquietante, que independente de nós mesmos percorre as nossas condutas e nossas existências. ”
(FOUCAULT, 1999, p.68)

O autor também propõe definição sobre a sexualidade dentro de um dispositivo de poder. Ruiz (2014) utiliza esta definição e reforça que o sexo possui características antagônicas de amarrar e libertar o indivíduo permeando todos os lugares e englobando a existência em todos os lugares.

Para Ruiz (2014) o sexo, que embora sempre relegado âmbito particular, deve ser pensado com os processos sociais, históricos e políticos. Neste âmbito midiático se encaixa a pornografia, mais especificamente a que é disponibilizada via internet. O conceito de pornografia utilizado pela autora, e que será adotado nesta pesquisa, é a representação da sexualidade enquanto produto comercial e o espaço onde se interligam as categorias gênero, sexualidade e mídia. A pornografia como indústria é especialmente arrebatadora por funcionar como um dispositivo de poder comercial regulatório dos desejos através de imagens, mas onde os corpos são marcados como dissidentes e as práticas como perversas, marginais e abjetas. A autora também recorre a autores que reforçam como a pornografia comercial *mainstream* (produto midiático popular) legitima o gozo a partir da exibição de casais heterossexuais que adotam os padrões de beleza atualmente aceitos pela sociedade e devido aos avanços

tecnológicos das mídias, a pornografia foi enfim elevada a uma categoria de análise por representar um ponto de intersecção entre relações de poder, gênero, sexualidade e mídia, além do impressionante impacto financeiro e de presença na internet. A indústria pornográfica perde ao longo dos anos a suas características subversivas e transgressoras para se incorporar ao mercado e ditar a padronização de prazeres, de acordo com Leite (2006), pois ela deseja ser parte das bases econômicas e sociais.

Atualmente 12% dos sites que existem em todo o mundo são de pornografia, o que representa um número de 76,2 milhões. Os mecanismos de busca da internet, como o Google, relataram que 25% das buscas diárias são por conteúdos pornográficos. Em números absolutos isso dá 750 milhões de consultas por dia. Uma pesquisa realizada pelos sites de pornografia *maisntream* (popular) Pornhub e Redtube concluiu que 35% do público que visita os sites é feminino e que Brasil e Filipinas são os países que estão na primeira posição quanto ao consumo feminino de pornografia. Com base nisso, o investimento em pornografia dedicada à perspectiva feminina ou feminista como se intitulam algumas produções vem crescendo no mundo, ainda que alcance taxas quase invisíveis. Quando se trata de pornografia feminista, o site oficial do Feminist Porn Awards, premiação que começou a reconhecer os filmes do gênero a partir de 2006, contabiliza 45 diretoras e diretores que atualmente trabalham com este formato de filme feito para o prazer feminino em 45 produtoras que trabalham com pornografia direcionada para o público LGBT em geral, além de heterossexuais.

A preocupação com a forma e o conteúdo (ou a democratização da pornografia) está ultrapassando a internet. A televisão fechada também aponta algumas mudanças de postura na seleção de filmes pornográficos. O canal Sexy Hot, de pornografia nacional, de acordo com Nízia Villaça (200-?) virou um “cult” e foi parar na academia, tendo em vista que a equipe é composta em maior parte por mulheres, apresentando um avanço para a pornografia mainstream quando já utiliza filtros de gênero e tenta obter uma sintonia entre o gosto médio das mulheres, o “aceitável” e gosto dos demais públicos.

O caso do Sexy Hot é interessante. Há um programa voltado para a mulher, o “Boa de Cama¹”, que não usa termos agressivos, como

1 No entanto, o termo “boa de cama” suscita a ideia de uma mulher que deve ser habilidosa sexualmente para ter sua sexualidade reconhecida e aprovada, geralmente pelos homens.

“cachorra”, comenta a socióloga Bianca Freire-Medeiros. Segundo ela, a mulher o consome como “preliminar” do ato sexual com o parceiro, preferindo, filmes com “conteúdo”, que tenham história e não apenas genitálias (VILLAÇA, [200-?])

A adoção da pornografia como objeto de estudo se torna mais urgente por se tratar de um produto consumido em segredo, devido à sua característica marginal ou “mau sexo”. É um produto com receitas bilionárias apuradas através de milhões de sites disponíveis apenas na superfície da internet (surfacing), mas que o seu conteúdo não costuma ser problematizado em rodas de conversa, tampouco pela mídia. As ciências também têm se ocupado de forma incipiente desses estudos.

O surgimento do segmento mais “feminista” da pornografia e o reconhecimento dado a ele através de festivais e premiações para este trabalho foram uma reação ao monopólio da pornografia popular violenta. Para falar da nova visão em torno da pornografia e do movimento necessário a esta transformação, o “pós-pornô”, Oliveira (2014) faz analogia a partir do processo de tradução, em que a reescrita se utiliza de contextos históricos e sociais para diluir discursos hegemônicos das produções pornográficas: “Assim, me utilizo das reflexões advindas da tradução para pensar o pós-pornô [...] que tem como proposta central reescrever a pornografia hegemônica, isto é: enfatizar os mecanismos falocêntricos existentes na produção pornográfica [...] para subvertê-los. (OLIVEIRA, 2014).

A pornografia “feminista” de Erika Lust

Erika Lust, cientista política, especialista em gênero, direitos humanos e feminismo e considerada a cineasta de pornografia feminista mais proeminente, disse que se sentiu motivada ao refletir sobre a pornografia tradicional que não a excitava por ser um produto “brega” e mal produzido.

A parte mais importante dos meus filmes é a dedicação em mostrar o prazer feminino. Algo totalmente ausente em filmes pornô – exceto pelos orgasmos horríveis e fingidos. Quero ver o tipo de sexo que quero ter – incluindo mais do que 30 segundos de sexo oral -, não apenas uma lista de posições. Gosto de ver histórias reais, personagens e suas características, roupas da moda, brinquedos e música. Tem a ver com isso tudo. (LUST in BARG, 2014).

O resultado da primeira experimentação de Erika Lust foi o filme *The Good Girl* (2004), vencedor em premiações da área e que mostra a fantasia de uma moça sobre transar com um entregador de pizza. Erika Lust também pontua alguns critérios que ela acredita tornarem os seus filmes bons para as mulheres. O primeiro é fugir dos estereótipos *gonzo* (pornografia brutal), como sexo anal e ejaculação na cara (*cum shot*). Para ela estas práticas não representam o desejo feminino. Em entrevista ao site Terra ela explica os seus recursos narrativos.

Em meus filmes, tento retratar o que eu e as mulheres ao meu redor acham sexy e excitante. Os filmes tradicionais são bem ‘broxantes’ na minha opinião. Se alguma mulher se excita com isso, ótimo, mas eu não, então eu escolho não incluir. Além disso, estes são requisitos básicos para qualquer cena pornô tradicional, e eu não quero seguir essas ideias antiquadas, chatas e orientadas pelo dinheiro. (LUST in BARG, 2014).

Nos filmes de Lust é possível observar que a iniciativa para o sexo geralmente vem da mulher ou com participação desta. Existe uma grande preocupação com a elaboração das cenas e das imagens, sempre tentando formular um contexto inteligível, ainda que não seja como um filme convencional, em que eventualmente pode ocorrer uma cena de sexo e que as insinuações são a maior parte da trama. Nos vídeos de Lust a trama sempre evolui para a maior parte do filme em que os personagens, sem nome, sem demora na contextualização se entregam sem hesitação ao ato sexual. Existe a inclusão de alguns atores negros, mas poucas negras. Algumas mulheres latinas, mas são exceções, e os homens não são considerados muito diferentes do que aqui se considera bonito. As cenas muito bem ensaiadas dão um ar conceitual ao enredo dos filmes, geralmente centrados na figura da mulher.

Corpo objeto, beleza e sexualidade feminina

A socióloga, estudiosa e ativista anti-pornografia Gail Dines vai mais longe ao problematizar a violência da pornografia tradicional e questionar a existência de uma pornografia realmente “boa para as mulheres”. A respeito do corpo análogo a “depósito ou objeto”, ela fala sobre a ejaculação no rosto de uma mulher, mencionando que esta é a prática sexual que 80% dos homens desejam fazer, mas nunca têm a oportunidade, sendo esta uma das práticas consideradas

simbolicamente mais violentas dentro da indústria pornô, a *cum shot*. A origem desta ideia masculina de prática sexual pode ser corroborada com a afirmação de um ator e produtor de pornografia chamado Bill Margold, em princípio contrário aos filmes de Erika Lust:

Eu realmente gostaria de mostrar o que eu acredito que os homens querem ver: violência contra as mulheres. Eu acredito firmemente que nós estamos cumprimos um propósito mostrando isso. O mais violento que podemos ter é o cum shot no rosto. [...] Nós tentamos inundar o mundo com orgasmos na cara. (MARGOLD apud DAU, 2014, p.95 e 96)

Sobre a violência citada por Margold em sua fala, a socióloga Gail Dines diz que ela é componente básico do *mainstream* atual, que um dia foi considerado *hardcore* (pesado e agressivo). Embora a evolução das inovações pornográficas aconteça no âmbito da promoção de mais brutalidades, Dines aposta que esta evolução deve parar.

Eles (indústria pornô) já fizeram tudo o que podiam com o corpo de uma mulher até quase matá-la. Não sobrou mais nada. E porque a pornografia é tão rentável, acessível e anônima e porque tantos homens a usam todos os dias, se instaurou total dessensibilização (DINES IN FESTIVAL MARGINAL, 2015).

Questionada por uma colunista do site da Revista Época se a pornografia dita feminista atual representava uma mudança séria de paradigmas, Gail Dines responde:

Dei uma olhada em alguns vídeos e não vi nada criativo ou diferente da pornografia convencional. Eu concordo que não há violência, mas ainda há mulheres servindo como objeto para os homens, o corpo feminino ainda é um objeto sexual. O jeito como elas constroem as imagens e contam a história é muito similar. Isso não subverte a maneira como se vê o corpo feminino na pornografia. (DINES IN BUSCATO, 2010)

Segundo Coelho (2009) desde a década de 80, nos Estados Unidos, a pornografia¹ já suscitava debates intensos entre feministas. Algumas delas do movimento cunhado “anti-sexo” ou “pró-censura” enxergavam a pornografia popular como modelo didático para promover a opressão política e sexual das mulheres.

Tal violência derivaria da objectificação das mulheres e da sua redução, de acordo com Lynne Segal (1992: 2), à passividade e à condição “de corpos – ou pedaços de corpos – eternamente disponíveis para servir os homens”. Assim, a pornografia objectificaria as mulheres e tudo o que as objectifica seria considerado pornografia. (COELHO, 2009).

Nesta mesma época, Naomi Wolf já identifica uma atitude pouco reflexiva da cultura em relação ao sexo, onde e abria um vazio entre os discursos. Neste vazio é onde ela acredita que pornografia encontra espaço para operar opressão simbólica.

A mesma atitude evasiva com relação ao sexo vale para praticamente toda a representação dramática da cultura dominante quando se conta uma história de amor. É tão raro se ver o sexo explícito no contexto do amor e da intimidade nas telas, que nossa cultura parece tratar a sexualidade terna como se fosse um desvio de comportamento ou uma depravação, enquanto aceita o sexo violento ou degradante como correto e saudável. Segundo Taylor, “isso deixa vazio o palco sexual” nas mentes de homens e mulheres “e as imagens pornográficas têm liberdade para assumir o papel principal”. “Os dois atores-chave nesse palco são o sádico, representado pelo homem, e a masoquista, representada pela mulher.”(WOLF,1991,p.185).

Em debate promovido pelo site da Folha de São Paulo em 2015 sobre a pornografia, Erika Lust e Nádía Lapa² discutiram os limites discursivos e como a pornografia pode ser uma ferramenta para valores positivos ou não. Enquanto Lust defende basicamente que esses filmes podem ser uma ferramenta educativa,

2 Jornalista que escreve para o blog Cem Homens, escritora e especialista em sexualidade e gênero.

quando melhorarem as pautas da pornografia, para que os adolescentes (que facilmente conseguem acessar) não sejam pautados pelo desrespeito e violência. Ela reforça que a presença de cada vez mais mulheres escrevendo e dirigindo pornografia pode ser um ponto de partida para “lapidar valores, defender o protagonismo feminino e assumir o controle sobre o que deve ser feito com as fantasias e desejos femininos.” (LUST in FOLHA DE S. PAULO ONLINE, 2015,p.1).

Em um discurso comum aos defensores da “liberdade de expressão” o trabalho de atrizes e atores pornô funciona como qualquer outro trabalho e que as mulheres que o fazem conscientemente e sob remuneração, em comum acordo. Entretanto, Nádia Lapa define que mesmo entre adultos, as escolhas não têm condições de serem genuínas e que podem se dar em razão de uma falta de poder das mulheres, por aspectos da desvalorização social. “Se a mulher não entende o sexo como algo que lhe pertence, do qual pode extrair prazer e ligações íntimas de respeito mútuos, por que não ganhar dinheiro com isso?” (LAPA in FOLHA DE SÃO PAULO ONLINE, 2015).

Lapa (2015) complementa que discutir consentimentos diante das fronteiras de desigualdades é uma tarefa impossível:

É impossível discutir consentimento onde não há igualdade de condições socioeconômicas. As mulheres, infelizmente, com seus corpos sendo objetificados o tempo inteiro, só podem escolher a forma como farão, pois elas farão de um jeito ou de outro. (LAPA in FOLHA DE SÃO PAULO ONLINE,2015).

Sobre os corpos, a pornografia contemporânea tem como característica mais marcante, segundo observação de Dau (2014), a capacidade de mostrar pedaços em diferentes ângulos. Colocam em planos fechados as partes dos corpos femininos e também dos masculinos, mesmo que este não seja o objeto primordial, servindo quase como completos manuais de anatomia humana e mecânica sexual. “De fato, como atesta Soble, a sexualidade masculina no capitalismo parece estar baseada no fenômeno que o autor chama de fixação. [...] A mulher na pornografia é um mero objeto de prazer para o deleite do parceiro masculino.” (DAU, 2014, p. 58; p. 95 e 96)

Butler define que o corpo é construído discursivamente, por isso como a pornografia usa, exalta, destrói ou constrói rendem análises sobre as perspectivas a respeito das perspectivas sociais que carregam o corpo o feminino. “(...)

discursos, na verdade, habitam corpos. Eles se acomodam em corpos; os corpos na verdade carregam discursos como parte de seu próprio sangue.” (BUTLER in PRINS,MEIJER,2002, p.4)

Sobre a beleza, grande parte dos diretores e diretoras de todos os segmentos conhecidos preferem atores, sobretudo atrizes, com beleza dentro de um padrão hegemônico. Erika Lust, a diretora que referencia este trabalho confirma: “eu escolho artistas que são naturalmente belos, mas que pode ser seu vizinho, melhor amigo ou aquele garçom bonito do seu restaurante preferido.” (LUST in BARG, 2014). Wolf (1991) comenta que partir da Revolução Sexual criou-se a pornografia da beleza, que trouxe a falsa sensação de que as mulheres são, agora, donas da sua própria sexualidade, mas na contramão desta “liberdade sexual”, as mulheres começaram a ser reféns de uma imposição midiática da aparência física intimamente ligada ao prazer sexual e desta forma os corpos ganharam significados e censuras, como se para ter aquele determinado tipo de prazer, é necessário ter um determinado tipo de corpo.

Em contrapartida, a discussão feminista sobre a pornografia criou o “pós-pornô”. Oliveira (2014) atesta que o movimento político-social-sexual se consolidou por volta dos anos 90 utilizando recursos da pornografia popular convencional para desconstruir e desnaturalizar papéis sexuais utilitários e incompletos tendo Annie Sprinkle³ como uma das principais criadoras. Ruiz (2014) afirma que a pós-pornô desconstrói o que o pornô mainstream se esforça para manter: os corpos feminino e masculino preparados para cumprir os padrões de beleza normativos de gênero masculino/feminino e exagerar nesses papéis, sobretudo feminino, através da inclusão de próteses (salto alto, silicone, unhas de gel).

Os padrões normativos também determinam as áreas onde exclusivamente pode se concentrar o prazer erótico. Preciado(2002) afirma que a sexualidade heterocentrada – que predomina na pornografia dos segmentos tradicionais e ainda nos feministas- atua de forma a valorizar o pênis como único órgão legitimador da sexualidade e prazer, além de ser “objeto” que solicita a sujeição da mulher a esta construção sexual.

3 Annie Sprinkle é uma sexóloga, ex-atriz pornô e ex-prostituta de Nova York, que atualmente é uma artista e arte-educadora sexual. (<http://anniesprinkle.org/mini-biography/>).

⁴Los roles y las prácticas sexuales, que naturalmente se atribuyen a los géneros masculino y femenino, son un conjunto arbitrario de regulaciones inscritas en los cuerpos que aseguran la explotación material de un sexo sobre el outro. [...] Los hombres y las mujeres son construcciones metonímicas del sistema heterosexual de producción y de reproducción que autoriza el sometimiento de las mujeres como fuerza de trabajo sexual y como medio de reproducción. Esta explotación es estructural, y los beneficios sexuales, que los hombres y las mujeres heterosexuales extraen de ella, obligan a reducir la superficie erótica a los órganos sexuales reproductivos y a privilegiar el pene como único centro mecánico de producción del impulso sexual. (PRECIADO, 2002, p.22).

A despeito destes padrões, o pós pornô e pós -feminismo, tentam incluir sexualidades marginais, como o sadomasoquismo, encontrado pontualmente em algumas produções da Lust Films⁵, contudo, há alguns critérios (ou falta deles) do movimento “pós” que são incipientes na pornografia de Lust. Para Rojas (2011), o pós- pornô é uma corrente que está relacionada com o feminismo e com o transfeminismo e até mesmo defende a prostituição como uma atividade de empoderamento através do corpo. Entretanto, neste caso do pós -pornô, as mulheres não são o sujeito, pois ele é aberto e desnaturalizado em seu papel. Isso funciona como estratégia para desconstruir a dicotomia homem/mulher. Uma pornografia mais feminista também deveria se apropriar de uma estética queer⁶, como defendem as autoras citadas anteriormente sobre o movimento pós-pornô. A pornografia menos objetificadora de mulheres, pode se

4 Em tradução livre realizada pela autora do artigo: “Os papéis e as práticas sexuais, que naturalmente se atribuem aos gêneros masculino e feminino, são um conjunto arbitrário de regulações inscritas nos corpos que asseguram a exploração material de um sexo sobre o outro. [...] Os homens e as mulheres são construções metonímicas do sistema heterossexual de produção e reprodução que autoriza a sujeição das mulheres como força de trabalho sexual e como meio de reprodução. Esta exploração é estrutural e os benefícios sexuais que os homens e as mulheres heterossexuais extraem dela obrigam a reduzir a superfície erótica aos órgãos sexuais reprodutivos e privilegiar o pênis como único centro mecânico de produção do impulso sexual.”

5 Produtora de cinema pornográfico situada em Barcelona, Espanha que pertence a Erika Lust e se dedica às produções da diretora.

6 Segundo Vieira (2015), este termo de origem anglófona é secularmente utilizado para distinguir e ofender as pessoas “transviadas” ou desviantes em suas performances corporais. No Brasil não há uma tradução exata, mas ser *queer* é equivalente a “traveco”, “sapatão”, “bicha”, por exemplo. Já a

tornar mais democrática e acessível aos demais públicos que não encontram produtos fora do ambiente de produções extremamente marginais.

(In) Conclusões

Dallery (1997) argumenta que a transformação da mulher enquanto objeto do prazer é corroborada com a ideia de alienação. A sexualidade feminina é entregue ao controle de outrem, simbolizada e significada a partir das projeções masculinas. A sexualidade da mulher não existe, desta forma, como um fato social independente, sendo assim, a própria mulher não existe. A autora cita exemplos de cineastas que se recusam terminantemente a filmar o corpo da mulher, sob o argumento de que ele está repleto de significação fornecida a partir do olhar masculino.

As estruturas da linguagem e outras práticas significantes que codificam o corpo da mulher são tão opressivas quanto as estruturas materiais/sociais que têm mediado a percepção do corpo e do ser e suas possibilidades eróticas. [...] Nesses comentários, Beauvoir ignora completamente as raízes da *écriture féminine* como uma resposta à psicanálise lacaniana, que sustenta que as diferenças sexuais não podem ser reduzidas à biologia porque o corpo da mulher é constituído através da simbolização fálica. (DALLERY in BORDO e JAGGAR, 1997, p. 64)

A problemática proposta por Dallery ressalta a ideia de que o corpo feminino é o símbolo geral e maior da sexualidade e leva a pensar nos processos de construção dos filmes pornográficos como foco primordial no corpo e nas expressões femininas. A ideia generalizada e que se tornou um lugar comum de que mulheres não se excitam facilmente com recursos visuais e que revistas e vídeos pornográficos são feitos para homens, encontra encaixe no pensamento da autora e começa a ser esclarecida em profundidade, pois o corpo da mulher é o sexo.

De acordo com Dau (2014), a relevância do tema também pode ser declarada por esta ser uma parte incontestável do cenário de nosso atual século e é capaz de estar presentes em todos os espaços midiáticos, como nos celulares, computadores pessoais e outras mídias. Ainda segundo o pesquisador, é necessário compreender a amplitude do alcance da pornografia, a partir da análise

Teoria Queer, tendo como Judith Butler a sua criadora, discute as construções dos gêneros através da socialização com base nos marcadores biológicos .

das relações sociais que uma grande parte da indústria pornográfica propõe em suas representações, sobretudo as que dizem respeito às questões de gênero.

Dau (2014) ainda reforça que a liberação da pornografia traz uma questão complexa, que está relacionada à liberdade do sujeito consumidor deste produto, além de ser uma área pouco explorada teoricamente, situação que pode ser justificada com o trecho a seguir. A pornografia é algo que não se é discutido publicamente ou assumido socialmente, mas algo consumido em segredo, de maneira solitária e silenciosa, que, no entanto, tem seus próprios mecanismos para influenciar e trazer impactos sociais, na qual, diz:

Muito embora a internet apresente quantidades incalculáveis de pornografia, a sua compreensão, enquanto fenômeno característico de uma era e de um determinado momento social, é absolutamente descompassada com este lugar de importância que a pornografia ocupa. Analisando a superficialidade do tecido social é possível, rapidamente, compreender que a pornografia é uma expressão central da dinâmica da sociedade – basta recorrer aos inúmeros dados estatísticos disponíveis a respeito. Encontrar uma crítica séria e consequente a respeito da pornografia, no entanto, é tarefa bastante mais árdua. (DAU, 2014, p.11 -12).

É importante verificar como a pornografia pode ser um mecanismo integrante da sexualidade humana e em até quando ela pode ficar restrita ao âmbito particular, íntimo e individual das pessoas. E quando ela rompe com esta prerrogativa para virar um alvo de discussões sociopolíticas, sobretudo a respeito do empoderamento feminino, das representações propostas sobre o corpo feminino, da condição da mulher e como um agente importante e influente sobre os episódios de exploração da prostituição e violência contra a mulher.

Referências bibliográficas

ANNIE SPRINKLE.ORG(ASM). Mini Biography. Disponível em:<http://anniesprinkle.org/mini-biography/>. Acesso: 29 de abril de 2016.

BUTLER, J. *In* PRINS,B.; MEIJER, I.C. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler.Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.10, n.1, jan.,2002.

COELHO, S. Por um feminismo *queer*: Beatriz Preciado e a pornografia como pré-textos. Ex aequo, Vila Franca de Xira, n.20, 2009. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602009000200004. Acesso: 22 de abril de 2016

DALLERY, A.B. A política da escrita do corpo: écriture féminine. In JAGGAR, A. M. e BORDO, S.R. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, 1997.

DAU, E. A pornografia hoje: as estratégias do capitalismo através do sexo midiaticado. Ideologia e opressão da mulher. 133 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação -Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

DINES, G. apud DAU, E. A pornografia hoje: as estratégias do capitalismo através do sexo midiaticado. Ideologia e opressão da mulher. Rio de Janeiro: UFRJ / Escola de Comunicação, 2014

_____ Como a pornografia cria o cliente: pornografia, tráfico de mulheres e a construção social da masculinidade. Disponível em <http://www.festivalmarginal.com.br/sexo/como-a-pornografia-cria-o-cliente/>. Acesso: 25 de outubro de 2015.

_____apud BUSCATO, M. [Pornografia aumenta violência sexual contra mulheres e crianças, diz socióloga americana](http://colunas.revistaepoca.globo.com/mulher7por7/2010/07/08/pornografia-aumenta-violencia-sexual-contramulheresecriancas-diz-sociologa-americana/). Disponível em <http://colunas.revistaepoca.globo.com/mulher7por7/2010/07/08/pornografia-aumenta-violencia-sexual-contramulheresecriancas-diz-sociologa-americana/>. Acesso: 01 de outubro de 2015.

FEMINIST PORN AWARDS. People- All directors – All producers. Disponível em: <http://www.feministpornawards.com/directors/>. Acesso: 26 de abril de 2016

FOUCAULT, M.. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 13.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

LAPA, N. *in* FOLHA DE S. PAULO. No dia da mulher blogueiras debatem se filme pornô pode ser feminista. São Paulo: Folha de S.Paulo, 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/>

cotidiano/2015/03/1599865-no-dia-da-mulher-blogueiras-debatem-se-filme-porno-pode-ser-feminista.shtml) Acesso: 24 de abril de 2016.

LEITE, J. Jr. In RUIZ, M.R. O pós-pornô: por uma pornografia como ferramenta das lutas feministas. Salvador: EDUNEB. 2011.

LUST, E. In BARG, D. Cineasta de pornô para mulheres foge de orgasmos fingidos. São Paulo: Terra, 2014. Disponível em: <http://mulher.terra.com.br/vida-a-dois/cineasta-de-porno-para-mulheres-foge-de-orgasmos-fingidos,3dd33a3c7a568410Vg-nVCM20000099cceb0aRCRD.html> . Acesso: 24 de abril de 2016.

_____ In FOLHA DE S. PAULO. No dia da mulher blogueiras debatem se filme pornô pode ser feminista. São Paulo: Folha de S.Paulo, 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/03/1599865-no-dia-da-mulher-blogueiras-debatem-se-filme-porno-pode-ser-feminista.shtml>) Acesso: 24 de abril de 2016.

MÁRQUEZ, W. O que as mulheres buscam em sites eróticos? BBC Brasil, 2015. Disponível em http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150804_porno_mulheres_1k. Acesso: 20 de abril de 2016.

OLIVEIRA, Juliana Goldfarb de. Sexo, arte e emancipação feminina: o processo de reescrita da pornografia através do movimento pós-pornô. **Cultura & Tradução**. João Pessoa, v. 3, n. 1, 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/ct/article/view/21707>. Acesso: 26 de abril de 2016.

O'NEILL, Eileen. **Representações de Eros**: explorando a atuação sexual feminina in JAGGAR, Alison M. e BORDO, Susan R. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, 1997.

PRAGMATISMO POLÍTICO. Os consumidores de pornografia na web de todo o mundo estão sendo vigiados. Disponível em <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/04/os-consumidores-de-pornografia-na-web-de-todo-o-mundo-estao-sendo-vigiados.html>. Acesso em 30 de outubro de 2015.

PRECIADO, B. **Manifiesto contra-sexual**. 1.ed.Madrid: Opera Prima, 2002.

REVISTA VIP ONLINE. 12 estatísticas sobre pornografia na internet que vão te surpreender. Disponível em: <http://vip.abril.com.br/12-estatisticas-sobre-pornografia-na-internet-que-vaio-te-surpreender/e> pragmatismo político. Acesso em 30 de outubro de 2015.

ROJAS, L. E. *apud* RUIZ, M.R. O pós-pornô: por uma pornografia como ferramenta das lutas feministas. Salvador: EDUNEB. 2011.

RUIZ, M.R. O pós-pornô: por uma pornografia com ferramentas das lutas feministas. Salvador: EDUNEB. 2011.

VIEIRA, H. Teoria Queer, o que é isso? **Revista Fórum**. São Paulo: Empíreo, 2015. Disponível em <http://www.revistaforum.com.br/osentendidos/2015/06/07/teoria-queer-o-que-e-isso-tensoes-entre-vivencias-e-universidade/>. Acesso: 29 de abril de 2016.

VILLAÇA, N. Erotismo é isso, pornografia é aquilo? Os objetos e práticas pornográficas, ligados a mecanismos de perversão, certamente, não eram, novos ou inéditos, o que evoluiu foi a visibilidade, a publicidade e uma certa banalização dessas práticas. **Z Cultural**, Rio de Janeiro, v.1, ano III, 200-?. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/erotismo-e-isso-pornografia-e-aquilo-de-nizia-villaca-2/>. Acesso: 20 de abril de 2016.

WOLF, N. **O Mito da Beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

AS REPRESENTAÇÕES DE LICENCIANDOS/AS SOBRE A INCLUSÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, CAMPUS ITABAIANA (SE)

Tayslaine da Silva Tavares

*Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe,
Campus Itabaiana (SE)*

tayslainetavares@rocketmail.com.

Danilo Araujo de Oliveira

*Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em educação
da Universidade Federal de Sergipe*

danielodinamarques@hotmail.com

Alfrancio Ferreira Dias (3)

*Professor do Programa de Pós-graduação em educação da
Universidade Federal de Sergipe. Pesquisador do NEPIMG*

diasalfrancio@hotmail.com

Resumo: Nesse trabalho discutimos a introdução da abordagem de gênero no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe, Campus Itabaiana (SE). A opção metodológica recaiu sobre a abordagem qualitativa. A estratégia de coleta de dados ocorreu junto a 23 estudantes (21 mulheres e 2 homens) que manifestaram interesse em participar da pesquisa. O acesso aos respondentes, ocorreu a partir da socialização via e-mail e pelo SIGAA de um questionário aberto e eletrônico (sem identificação) a partir da ferramenta “google drive” para 421 estudantes do curso. Infere-se que a inclusão da temática de gênero mostra-se ainda distanciada da grande maioria do corpo docente. Apenas alguns/mas poucas/os docentes problematizam, introduzem ou abordam de forma interdisciplinar os temas relacionados ao corpo, gênero e sexualidades, no curso. A falta de familiaridade e de valorização das temáticas sobre corpo, gênero e sexualidade na formação docente certamente contribui para a reprodução de atitudes de intolerância às diferenças.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidades. Formação Docente. Pedagogia.

Introdução

As representações dos corpos masculinos e femininos são questionadas dentro e fora das instituições escolares, com base nas questões coexistentes nas práticas sociais que influenciaram e influenciam a forma, pela qual, homens e mulheres devem a pedagogia da sexualidade. Percebe-se que essa prática se desenvolve através dos tempos, propondo de forma discreta e contínua a perpetuação do silenciamento do corpo, do desejo, e do erotismo na prática pedagógica.

É bastante comum, entre professores e professoras a dificuldade de lidar ou falar sobre o corpo, quando são confrontados com determinados assuntos, raramente argumentam sobre as formas que lidam com as representações das masculinidades e feminilidades em suas salas de aulas. Talvez, suas trajetórias familiares, escolares e sociais tenham lhes enviado a anular a representação das masculinidades e feminilidades, com isso, reproduzem a necessidade de avaliar, categorizar e educar os corpos de meninos e meninas para a anulação da sexualidade, com o pressuposto de que a sala de aula não é um lugar para a representação do desejo, mas sim, de negar o corpo.

Assim, cabe questionar qual o lugar do gênero na prática de professores e professoras dos anos iniciais? Quais as principais representações de alunas/os do curso de Pedagogia da UFS, Campus Itabaiana sobre a introdução da perspectiva de gênero na formação docente? Ao tentar responder essas indagações iniciais, pretendemos refletir sobre a importância da inclusão da abordagem de gênero na formação docente, na tentativa de mostrar a necessidade de incluir o princípio da coeducação para ampliação das relações de gênero nas práticas educativas, bem como as desigualdades no campo da educação.

É necessário que o/a licenciando/a no processo formativo, bem como educadores/as que não tiveram acesso a esta temática tenham consciência da existência dessa prática para que possa exercer criticamente sua atividade, em especial no que diz respeito à transformação do cotidiano da escola e ao questionamento das desigualdades de gênero.

Nesta perspectiva, elegemos como objetivo geral da pesquisa: Analisar a inclusão da perspectiva de gênero na formação de professores e professoras do Curso de Pedagogia da UFS, Campus Itabaiana. E específicos: Analisar as representações dos/as estudantes de Pedagogia sobre gênero; Verificar como vem se dando a inclusão da perspectiva de gênero na formação inicial de professores e professoras do curso de Pedagogia da UFS, Campus Itabaiana; Verificar se os/as licenciandos/as do curso de Pedagogia entendem que a educação não é neutra

e transmite valores que servem para reforçar desigualdades como as de gênero; Analisar como a temática de gênero aparece no curso de Pedagogia.

A opção metodológica recaiu na abordagem qualitativa, por considerar a necessidade de um conjunto de técnicas interpretativas para expressar o sentido dos fenômenos sociais e a compreensão dos significados das ações e relações humanas. Para Denzin (2006), a pesquisa qualitativa tornou-se notável na Sociologia a partir da Escola de Chicago, quando se verificou a importância da investigação qualitativa para o estudo da vida de grupos humanos, ou melhor, como um conjunto de atividades interpretativas. Para analisar os significados das relações sociais dos/as estudantes, deve-se considerá-los/las como agentes em determinada condição social, que pertencem a determinada classe ou grupo social (MINÁYO, 1994). Deve-se considerar nessa análise que os/as estudantes estão inseridos num espaço de significados/significantes múltiplos, nos quais crenças e valores socioculturais são diretamente afetados a partir dos elementos de interações humanas da formação docente.

Para coletar os dados foi aplicado aos/as estudantes do curso de Pedagogia do Departamento de Educação de Itabaiana um questionário aberto e eletrônico a partir da ferramenta “google drive” a todos/as os/as 421 alunos/as, com o objetivo de analisar as representações dos/as estudantes sobre a temática e sua inclusão no curso. Optou-se pelo questionário ao invés de entrevista para que pudéssemos alcançar o maior número de estudantes, bem como pelo fato de acreditarmos que é possível desenvolver pesquisas qualitativas com uso de questionários.

Esse questionário foi socializado via e-mail e pelo SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas) para todos/as os/as alunos/as do Curso de Licenciatura em Pedagogia, e esperamos as respostas espontaneamente durante o período de vinte dias. Ao final dos vinte dias apenas 23 estudantes responderam e nos enviaram, inserindo todos/as como critério de inclusão da pesquisa. Após o recolhimento desse material, foi iniciada a tabulação e o cruzamento dos dados, a fim de construir um perfil dos/as alunos, bem como refletir sobre a inclusão da perspectiva de gênero no Curso de Pedagogia a partir da ótica dos/as licenciandos/as.

As primeiras impressões dos/as licenciandos/as sobre gênero

De modo geral, os/as participantes da pesquisa dizem conhecer o significado de gênero, pois a minoria já ouviu falar fora e dentro da universidade algumas abordagens ou mesmo, em algumas situações em que a abordagem

de gênero é percebida e vivenciada. Também, nossa análise inicial identificou que alguns/mas participantes não possuíam familiaridade com a temática, mas mantiveram-se muito interessadas e curiosas.

O termo gênero é muito confundido com o termo “sexo”. Enquanto sexo é uma categoria que demarca as diferenças entre o significado de ser fêmea e ser macho, gênero é um conceito relacionado à construção social do feminino/masculino. É a partir da observação e do conhecimento das diferenças sexuais do que é masculino e do que é feminino, que a sociedade estrutura as representações de gênero (CRUZ, 2014, p. 10).

Nossa estratégia para a identificação das impressões que os/as licenciandos/as tinham sobre gênero foi a partir de algumas questões dirigidas em que eles/as tinham três opções de respostas: sim, às vezes e não. A ideia era identificar a partir de situações problemas, as impressões/significados que os/as estudantes representavam sobre a inclusão da abordagem de gênero do curso. A primeira questão dessa etapa foi se os/as estudantes compreendiam que o preconceito de gênero é um problema da sociedade de modo geral e não apenas do indivíduo. 67% dos/as respondentes afirmam que o preconceito de gênero é um problema da sociedade e não do indivíduo, 24% dizem que às vezes o preconceito de gênero é um problema da sociedade e não do indivíduo e 9% compreendem que o preconceito de gênero é um problema da sociedade de modo geral e não apenas do indivíduo. Percebe-se que a maioria destaca que o preconceito é um problema criado e desenvolvido pela sociedade e é nela que devemos desenvolver uma política de educação não discriminadora.

Quando os/as participantes foram questionados/as se aceitavam críticas construtivas a respeito do seu comportamento em relação ao gênero, a pesquisa identificou que 67% afirmaram que sim, 30% afirmaram que às vezes e 3% afirmaram que não. Percebe-se que ao se aproximarem das discussões sobre gênero, os/as estudantes estão mais receptivos as críticas aos seus posicionamentos em relação ao gênero. Isso nos põe a refletir sobre a ideia de que os/as estudantes estão mais tolerantes e mais abertos às diferenças, pelo menos é o que esses dados nos mostram.

Desse contexto, partimos para a reflexão dos posicionamentos dos/as estudantes sobre situações em que os/as alunos/as fazem (faziam) piadas sexistas ou racistas, ou seja, se os/as estudantes explicam ou explicavam por que

essas piadas não são corretas. Verificou-se que 61% dos/as estudantes participantes da pesquisa se posicionam nas situações em que percebiam piadas sexistas ou racistas, 36% disseram que se manifestavam as vezes e 3% não se posicionam nessas situações. Esse dado é importante para pensarmos sobre como a abordagem de gênero é percebida dentro do curso de Pedagogia, pois ao se posicionarem sobre o sexismo e racismo no ambiente formativo, os/as estudantes estão a problematizar nessas questões. Contudo, cabe salientar que 39% dos/as pesquisados/as não se manifestam ou só às vezes é um número muito expressivo e que merece ser destacado, pois dos/as 33 participantes 13 afirmaram que não se manifestariam em situações de piadas sexistas e racistas.

Ao serem questionados/as se as meninas, assim como os meninos, podem desenvolver habilidades de liderança, por unanimidade, todos/as participantes se posicionaram dizendo que sim, ou seja, que homens e mulheres têm habilidades de liderança, o que de algum modo contradiz alguns posicionamentos anteriores sobre gênero. Isso ficou mais evidente quando questionamos aos participantes se eles/as tentam reverter os estereótipos de gênero. 45% dos/as participantes afirmam que estão atentos aos estereótipos de gênero, 27% afirmaram que às vezes e 27% não se tentam para os estereótipos de gênero. Esse dado é preocupante, pois ao não identificarem ou não se posicionarem sobre estereótipos de gênero, os/as participantes tendem a reproduzir as diferenças de gênero, onde homens passam a ser mais valorizados que as mulheres, fato que é o que os/as pesquisadores/as de gênero estão a enfrentar e enfraquecer.

Nesse sentido, ao procurar identificarmos as impressões iniciais dos/as participantes sobre gênero, percebemos que os/as estudantes possuem certa familiaridade com a temática, mas ainda precisam ser estimulados para os enfrentamentos e a incorporação dessa temática em seus cotidianos.

As representações dos sentidos e significados dos/as licenciandos/as sobre a inclusão de gênero no curso

No decorrer dessa seção apresentamos alguns dados para análise resultantes da pesquisa intitulada “A inclusão da perspectiva de gênero na formação de professores para uma educação não discriminadora”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que objetivou refletir sobre como a abordagem de gênero está sendo inserida no curso de Pedagogia do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe, Campus Itabaiana (SE). Foram utilizadas para análise as respostas espontâneas

para as questões abertas elaboradas para a pesquisa, na tentativa de refletir sobre as representações dos/as estudantes do curso de Pedagogia sobre a inclusão de gênero. Na abertura dessa parte do questionário eletrônico questionamos os/as estudantes quais qualidades masculinas e femininas são valorizadas ou desvalorizadas em diferentes contextos sociais.

“No campo profissional as mulheres são desvalorizadas em relação ao homem, a mulher quando trabalha em áreas de liderança não recebem o mesmo valor do salário, por exemplo, é sempre a menor do que o do sexo masculino, a mulher sempre tem cargos onde é submissa ao homem” (ALUNA 1).

“Qualidades femininas valorizadas: cozinhar, afeto, atenciosa, delicada; Qualidades femininas desvalorizadas: trabalha em casa e fora, guerreira, independente. Qualidades masculinas valorizadas: força, machismo, recebe o salário mais alto, autonomia para decisão; Qualidades masculinas desvalorizadas: cozinhar, tarefas domésticas, dançar, capacidade de liderança em detrimento pela cor” (ALUNA 2).

“Em um contexto geral as qualidades das mulheres não são valorizadas, pois no fundo a maioria ainda acha que a mulher deve ser do lar. A mulher e negra principalmente ainda são muito desvalorizadas, sofrem muitos preconceitos, então de um certo modo a qualidade feminina é ser do “lar”. Os homens são tidos como mais capazes, é só olharmos as folhas de pagamentos de um homem e uma mulher com a mesma profissão, o homem em muitos casos ainda ganham mais. A qualidade do homem é ser o melhor” (ALUNA 4).

“O homem é valorizado pela força física e isso faz com que ele tenha uma sensação de ter mais poder que a mulher, já a mulher é vista como delicada e habilidosa por isso se atribui a ela as tarefas domésticas e ainda desvalorizam essas tarefas dizendo que isso não é trabalho. Mas a sociedade esta em processo de transformação e aos poucos os homens e mulheres vão tendo mais igualdade” (ALUNO 9).

“Para a educação uma qualidade que influencia é a aparência, as mulheres são mais bem vistas ensinando a educação infantil do que os homens. O homem pode desenvolver um grau de respeito maior

com os alunos do que as mulheres, esta diferença pode ajudar com o respeito dos alunos” (ALUNA 16).

A partir do comentário da Aluna 1, podemos perceber como o contexto social do trabalho é um importante campo para compreender como estruturas sexistas continuam sendo reproduzidas e atenuadas, a fim de perpetuar uma ordem social dominante masculina, refletindo na desvalorização da mulher mesmo quando estas ocupam um cargo equivalente ao que homens ocupam, estas não recebem o mesmo prestígio social e financeiro. Isso deve-se ao fato de que há uma construção histórica que inviabilizou a atuação feminina nos espaços públicos, restringindo-as ao âmbito privado do lar ou em atividades equivalentes, e que há uma tentativa na sociedade de reafirmar estereótipos de comportamentos ditos masculinos ou femininos como os listados no comentário seguinte, que acabam por impor significações e sustentar o poder de um homem heterossexual na sociedade. Essas construções normativas estão imbricadas nos corpos, como algumas que foram elencadas pelo Aluno 9, traduzindo percepções de uma passividade e subalternidade feminina e superioridade e poder masculino, que acabam por justificar a naturalidade de habilidades e docilidades da mulher.

Pode-se, pois, detectar, ainda uma vez, o processo de naturalização de uma discriminação exclusivamente sociocultural. A compreensão deste processo poderá promover enormes avanços na caminhada da conscientização quer de mulheres, quer de homens, a fim de que se possa desmistificar o pretense caráter natural das discriminações praticadas contra os elementos femininos (SAFIOTTI, 1987, p. 15).

A falta dessa compreensão internaliza até nas mulheres processos que corroboram com a dominação masculina, como pode-se perceber no comentário da aluna 16, em que esta atribui uma positividade da presença da figura masculina na sala de aula de educação infantil atrelado a uma noção de superioridade no que se refere ao respeito dos alunos. Esses esquemas de pensamentos são impensados e internalizados, através de uma imposição marcadas por fronteiras de gênero, instituídas em nossa sociedade, percebe-se como elas se manifestam silenciosamente e ao mesmo tempo tão feroz, pois estão imbricadas no inconsciente coletivo.

Posteriormente, procuramos saber como a temática de gênero aparece no Curso de Pedagogia. Após a análise das respostas podemos observar que para 64% dos/as estudantes, a temática apareceu nas discussões das disciplinas obrigatórias; 15% em cursos, eventos e congressos ofertados pelo curso e por outras instituições; 6% afirma que a temática apareceu nas atividades de extensão e de pesquisa; e, para 1% dos/as pesquisados/as apareceu nas discussões das disciplinas optativas.

Sobre que qualidades masculinas e femininas são valorizadas ou desvalorizadas no ensino-aprendizagem das disciplinas do Curso de Pedagogia, podemos coletar os seguintes depoimentos:

“Nos debates ocorridos nas aulas de algumas disciplinas é possível ver o preconceito referente ao homem ser profissional da educação infantil. E o curso ainda não foca em tentar vencer essa barreira de dentro do curso para o mundo lá fora” (ALUNA 5).

“Em relação à formação no curso de pedagogia a mulher é mais valorizada do que o homem, pois para trabalhar com crianças, os pais têm mais confiança em deixar seus filhos nas mãos de mulheres do que de homens, pois nesse contexto o sexo feminino tem mais oportunidades de emprego” (ALUNO 5).

“Acredito que muitas pessoas criticam o fato do homem lecionar as séries iniciais” (ALUNA 15).

“Não sei se é bem uma qualidade, mais a mulher é tida como maior capacitada para cuidar e ensinar crianças, pois ele tem o “dom” de ser mãe, e isso é uma boa contribuição. Desvalorizando o homem quanto a isso, afirmando que ele não é capaz para exercer essa função/profissão” (ALUNA 18).

“Não há quase homens nas turmas de pedagogias, para ser pedagogo não tem importância se é homem ou mulher, habilidade vocação e talento não tem a ver com sexo, mas há um preconceito por parte dos pais e da escola que se o professor for homem não vai ter o mesmo cuidado que uma mulher teria com as crianças” (ALUNA 22).

“Não vejo a presença de valorização e nem de desvalorização dos professores para com os alunos em sala e nem no momento de nós pedagogas/os como lidar com essas ações na nossa prática” (ALUNA 21).

A trajetória de feminização do magistério, sobretudo da educação infantil faz jus a uma combinação de discursos que naturalizaram a profissão como essencialmente feminina, por ter atividades que lembram o lar e o privado, nesse sentido que aparecem nos excertos palavras como “dom”, “vocação”, “talento”, os homens que ousam ingressar nesse espaço de trabalho encontram várias barreiras edificadas sobre um discurso que legitimou a profissão de professor/a de criança como “coisa de mulher”, atrelado a um discurso biológico que instituiu e delimitou esse espaço como privado, tornando-se uma atividade de extensão ao lar que remete a atividade de cuidado, proteção e amor, sendo ainda desvalorizado profissionalmente, configurando um espaço demarcado pelas relações de poder. Infere-se a necessidade de que o próprio espaço de formação possa contribuir com a desconstrução de estereótipos, refletindo sobre as construções históricas e sociais que resultaram em classificar docência da educação infantil como uma profissão para mulheres.

A feminização da docência pode estar relacionada ao avanço do capitalismo, visto que, paulatinamente, expandiram-se os setores de ocupação e as atividades de trabalho remuneradas, haja vista a enfermagem e o ensino, atividades diretamente ligadas ao cuidado humano, que historicamente foram desempenhadas pelo gênero feminino (DIAS, 2012, 78, 79).

Sobre como vem se dando a inclusão da perspectiva de gênero no Curso de Pedagogia, os/as pesquisados/as tiveram opiniões diversas, conforme expomos algumas:

“Vem sendo debatido o assunto em quase todas as disciplinas, para que um dia haja uma igualdade de gênero” (ALUNA 3).

“Na minha opinião vem se dando de uma forma muito lenta ainda, entre uma grande maioria dos alunos, infelizmente ainda há preconceito” (ALUNA 8).

“Está incluindo-se aos poucos com pesquisa em diversidade, disciplinas específicas” (ALUNA 10).

“Acredito que precisa ser feito um trabalho mais conciso em relação a essa questão de incluir todos na visão que somos iguais e dotados de várias características em comum. Muitos se sentem excluídos se levamos em conta o perfil, muitos se sentem ainda excluídos quem

sabe pelo fato de ser trabalhado pouco essas questões no curso” (ALUNA 19).

“A dominação de gênero é histórica. Gestores e educadores minimizam essas questões e parecem considerar as desigualdades de gênero como simples diferença a serem respeitadas ou toleradas” (ALUNA 22).

“Através de algumas disciplinas a qual pudemos discutir sobre o tema para que possamos trabalhar quando formos professores. Palestras e fóruns também tem ajudado a incluir um novo olhar sobre o tema” (ALUNA 25).

Entre as diversas opiniões relatadas, as afirmações que a temática vem sendo trazidas por todas as disciplinas, sejam de forma lenta e em poucas dosagens, a partir de diferentes abordagens e mecanismos pedagógicos, isso pode significar um avanço ao pensar que estudos tem mostrado que professores saem da graduação sem ter tido a oportunidade de discutir as temáticas mesmo de forma superficial, contudo ainda percebe-se que há uma necessidade de uma prática mais efetiva, pois alguns alunos/as ainda sentem a necessidade de aprofundamento; um discurso de igualdade e tolerância ainda é perceptível nas falas, ao passo que essa visão tem sido superada por uma prática de questionamento, pois faz-se necessário afirmar as diferenças nos espaços escolares e problematizar a noção de tolerância, pois há uma subjetividade por trás da palavra que traduz uma ideia de que há um padrão e estes que detém um poder de tolerar aqueles que desviam essa norma, contudo é necessário perceber que há uma construção histórica que a instituiu.

Quando questionamos como professores e professoras do Curso de Pedagogia traduzem políticas de igualdade de gênero em práticas pedagógicas não discriminatórias efetivamente, pudemos perceber que os discursos dos/as estudantes são diversos, com proximidades e distanciamentos, como podemos exemplificar com as seguintes narrativas:

“São uns três professores que focam nessa temática. Elas/es conversam sobre culturas que temos que respeitar tanto a cultura, opção sexual e religião, e procurar entender o que fez a pessoas fazer tal escolha” (ALUNA 3).

“De forma crítica e favorecedora para o nosso curso. A forma como deve ser respeitado e seguido para diminuir a discriminação que vem abrangendo todos os setores da vida” (ALUNO 5).

“Através de temáticas que envolvam mais os educandos num diálogo em que todos se sintam valorizados e tratados de forma igualitária, dando abertura mais ao diálogo sobre esses temas, conhecendo a realidade e o perfil dos alunos do curso” (ALUNA 12).

“Trabalhando o tema, mostrando atividades que possamos trabalhar com os alunos para que possamos diminuir com a discriminação” (ALUNA 16).

“Introduzindo nas temáticas das disciplinas e promovendo debates entre os alunos” (ALUNA 20).

“O estudo de textos e o discurso dos professores são muitos mais frequentes do que dizer realmente como se deve agir e o que devemos fazer” (ALUNA 22).

“Só na teoria” (ALUNA 23).

Percebe-se um certo aprofundamento e uma discussão problematizadora na inserção da temática de gênero no currículo, mesmo com um número reduzido de professores, consideramos que estes avanços são significativos nas práticas docentes, pois ao promover espaços de discussão, contempla-se uma formação para a diversidade, ainda que a aluna 23 tenha apontado que esses aspectos encerram-se na teoria, os momentos de discussão em sala de aula e até mesmo a indicação de atividades para trabalhar a temática em sala de aula apontam exercícios de prática e desconstrução de atividades pedagógicas sexistas que acabam por legitimar e reproduzir o poder masculino na sala de aula. Esses momentos coadunam para pensar a multiplicidade que perfaz o ambiente escolar e considerando a diversidade, na contramão de um exercício de exclusão que estão em distintos graus distribuídos no ambiente escolar. Faz-se necessário contudo, ampliar esses momentos em sala de aula e uma discussão para além de perspectiva dicotômica, compreendendo como essas construções estão imbrincadas com as relações de poder e são históricas.

A pretensão é, então, entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos. E aqui nos vemos frente a outro conceito complexo, que pode ser formulado a partir de diferentes perspectivas: o conceito de identidade. Numa aproximação às formulações mais críticas dos Estudos Feministas e dos Estudos Culturais, compreendemos os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias (LOURO, 1997, p. 24).

Esse questionamento gerou diversas discursões e um ponto central das narrativas: a diversidade nas respostas. É necessário perceber como ao longo de nossa vida somos subjetivados por diferentes discursos que interferem em nosso processo formativo, nossas identidades são móveis e constantemente reformuladas, num processo contínuo de construção, todos/todas somos diferentes em uma sociedade que tenta cada vez mais nos deixar igual, mas não somos obrigados a nos encaixar em meras características que são impostas pela sociedade. E, isso é o que tornou essa pesquisa interessante, pois ao trabalhar com as representações dos/as estudantes do curso de Pedagogia, estamos querendo dialogar com uma diversidade de identidades em formação, a partir de suas trajetórias até o curso, sendo que isso repercute diretamente nos significados que os/as estudantes atribuem a sua ideia de gênero.

Considerações finais

Ao concluirmos esta pesquisa percebemos que nossos objetivos foram alcançados, pois nossa análise partiu de uma revisão sistematizada da literatura pertinente sobre as temáticas para depois analisarmos as representações dos/as participantes sobre como vem se dando a inclusão da perspectiva de gênero na formação inicial e continuada dos/as professores/as.

Percebemos que a abordagem de gênero, corpo e sexualidade estão superficiais no Currículo do curso de Pedagogia, mostrando que há muito que avançar na reformulação do direcionamento das práticas que priorizem uma formação para a diversidade. É necessário que o currículo escolar possa destacar e dar visibilidade à equidade de gênero, aos grupos socialmente marginalizados e às mulheres, através da inserção desses aspectos nos objetivos que norteiam e direcionam as ações pedagógicas que desejam formar cidadãos/ãs para uma educação em sexualidade e gênero.

Ainda que seja um verdadeiro desafio trazer para o espaço escolar a introdução desses temas, é preciso rever a necessidade da disseminação da informação e da educação, como direito subjetivo do ser humano, para que se possa desenvolver uma postura de respeito à diversidade. A escola não deve coadunar com a perpetuação de construção que normatizam as hierarquias baseadas nas concepções estereotipadas no binarismo masculino e feminino, mas viabilizar uma aproximação aberta e empática com o outro, questionando o universalismo numa ótica intercultural. Sobre a inclusão da abordagem sobre o corpo, gênero e sexualidade no Curso de Pedagogia da UFS e nas práticas pedagógicas dos/as

docentes está ocorrendo nas disciplinas obrigatórias e optativas, nas atividades de pesquisa e extensão de docentes que estudam ou estudaram as temáticas nos cursos de pós-graduação e, ao retornarem para suas atividades profissionais estão dando continuidade. Observou-se também, positivamente e negativamente dos discursos dos/das participantes sobre esse aspecto, na medida em que podem ser influenciados pelas vivências nas salas de aulas e fora delas, num processo dinâmico a partir das mais variadas formas de aquisição, possibilitando um processo de desconstrução de identidades fixas de gênero, sexual, raça e classe.

Com base nos dados, é possível inferir que a inclusão das temáticas sobre corpo, gênero e sexualidade mostra-se ainda distanciada da grande maioria do corpo docente. Apenas alguns poucos docentes problematizam, introduzem ou abordam de forma interdisciplinar os temas relacionados ao corpo, gênero e sexualidades, no curso. A falta de familiaridade e de valorização das temáticas sobre corpo, gênero e sexualidade na formação docente certamente contribui para a reprodução de atitudes de intolerância às diferenças. O processo de socialização desenvolvido no cotidiano das instituições escolares estudadas ainda é, predominantemente, constituído como forma de “doutrinação”.

Tais práticas vêm sendo questionadas, recusadas, enfrentadas por muitos/as alunos/as nas salas de aula. As questões que envolvem a diversidade cultural brasileira têm sido alvo de inúmeros estudos na última década, no cenário educacional. Cada vez mais conceitos como diversidade, diferença, igualdade e justiça social têm se configurado como uma preocupação por parte daqueles que lutam por uma educação verdadeiramente cidadã. Ao mesmo tempo, articular tais conceitos à formação de professores tornou-se um desafio premente para a educação e para as instâncias envolvidas nesse processo. A formação de professores, seja ela inicial ou continuada, constitui-se como um locus privilegiado, não somente para refletir e discutir sobre essas questões, como para a criação e a implementação de proposições que possibilitem vislumbrar novos caminhos e avanços no que tange ao trato da diversidade cultural no contexto escolar. É importante destacar que os/as professores, em nosso país, não são formados na perspectiva da diversidade, equidade entre os diferentes grupos sociais, por isso, muitas de nossas práticas não são refletidas sob esta perspectiva, favorecendo o desenvolvimento de atitudes excludentes, preconceituosas e classificatórias entre nossos estudantes e entre os próprios professores. Torna-se imperativo que nós professores/as estejamos atentos para as diferenças existentes na sociedade e que conheçamos a realidade social e econômica em que os estudantes vivem.

Referências

CRUZ, M. H. S. Conceito de Gênero e a Desigualdades Sociais. In: DIAS Alfrancio Ferreira. **Formação de professores para uma educação não discriminadora**. Aracaju, Infographics, 2014.

DIAS, A. F.. **Representações sociais de gênero no trabalho docente**: sentidos e significados atribuídos ao trabalho e a qualificação. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2014.

DENZIN, N. K. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MINÁYO, M. C. de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

SAFIOTTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1997.

EDUCAÇÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE INFANTIL: UMA VISÃO ALÉM DOS MUROS ESCOLARES

Wézya Mylena dos Santos Ferreira
wezya.my@gmail.com

Beatriz Souza Soares
biassoares03@gmail.com

Wallace Rezende Nascimento
wallacerezende12@gmail.com

Letícia Dantas Sobral;
leticiadsobral@gmail.com

Grasielle Borges Vieira de Carvalho
grasiellevieirac@gmail.com

Resumo: O presente trabalho visa abordar sob um viés crítico, o ensino de gênero e sexualidade nas escolas, como uma forma de inclusão e desconstrução de paradigmas estabelecidos que surgem a partir da cultura machista. Esse trabalho pretende analisar como esse assunto vem sendo abordado dentro do ambiente escolar, bem como reflete nas relações familiares e afetivas e quais as consequências dessa abordagem. Tendo em vista que o assunto da sexualidade configura-se como uma pauta notória nos estudos das relações humanas e dos movimentos sociais contemporâneos, esse estudo mostra-se de extrema pertinência e relevância na educação visando o desenvolvimento da sociedade. Busca-se, por fim, inteirar-se sobre as políticas públicas adotadas no Brasil.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Discriminação, Educação, Inclusão.

Introdução

É perceptível que nossa formação social se inicia com a infância. Nesse período geralmente começamos a nos relacionar e a descobrir as preferências e o comportamento humano de cada indivíduo. Muitas das escolhas que são feitas, no entanto, são reflexo de uma sociedade machista, que condiciona os seres humanos a viverem seguindo certos padrões, não possuindo assim o livre direito de suas decisões, e de ser quem são.

Um dos pontos autoritários do machismo pode ser enxergado na divisão de tarefas e comportamentos em femininos e masculinos. Na maioria das vezes, nos ambientes familiares existe essa divisão, onde enquanto os meninos são educados a controlar suas emoções e demonstrações de afeto e a assumir a liderança através da linguagem autoritária e por muitas vezes ousada, as meninas são educadas a terem um comportamento mais submisso e emotivo, não devendo interferir em decisões importantes que são consideradas atitudes masculinas. A ONG Plan Internacional, que entrevistou meninas de seis a catorze anos das cinco regiões brasileiras, apresentou dados que mostram que as tarefas do lar tomam mais tempo para as meninas, do que para os meninos, prejudicando-lhes o rendimento escolar.

Para chegarmos a um conceito de gênero não podemos nos limitar ao masculino e feminino, homem ou mulher, como diz Adriana Piscitelli em sua obra “Diferenças, igualdade”, temos que pensar em como as construções de masculinidade e feminilidade são criadas na articulação com as diferenças de raça, classe social, nacionalidade, idade, e como essas noções estão organizadas em cada pessoa. O termo “gênero” abrange também aqueles que não se classificam como apenas homens ou mulheres, como é o caso dos intersexos, travestis e transexuais.

Para diferenciação de gênero e sexo, não podemos destacar apenas o campo biológico. É pertinente também verificar o comportamento psicológico e subjetivo de cada indivíduo. Enquanto que a identidade sexual está relacionada diretamente à maneira com que os indivíduos experenciam seus desejos corporais, das mais diversas formas - sozinhos/as, com parceiros do mesmo sexo ou não, etc - a identidade de gênero liga-se à identificação histórica e social dos sujeitos que se reconhecem como femininos ou masculinos. Por essa definição feita por Guacira Louro, podemos inferir que o conceito de sexualidade encontra-se no campo biológico, na medida em que o conceito de gênero encontra-se no campo subjetivo do ser.

A educação de gênero nas escolas é, portanto, tema fundamental para a conscientização, inclusão e igualdade. É importante observar como as crianças estão sendo instruídas a respeitar as diferenças do outro, identificando possíveis meios de esclarecer as questões de gênero e sexualidade, tais como as questões homoafetivas, a transexualidade, e a equidade de gênero. Além da instrução voltada às crianças, é necessário também um preparo de adultos profissionais engajados na área da educação infantil, uma vez que estes muitas vezes presenciavam cenas de intolerância e discursos carregados de preconceito e ódio à indivíduos que se comportem de forma diferente.

É sabido que professores, coordenadores, etc., são tidos pela maioria das crianças como um modelo a ser seguido, e em alguns casos funcionam como conselheiros e mediadores. Sendo assim, não é cabível nem empoderador que um desses profissionais tenha uma postura desrespeitosa e preconceituosa sobre determinados assuntos. Entende-se desde os primórdios que a adequação que deve ocorrer é do aluno para a escola e não que o ambiente escolar deve se adequar à realidade do aluno e às novas realidades sociais.

As regras que existem na escola foram criadas sem pensar nas diversidades, são excludentes e autoritárias. Por isso, aquilo que é visto como diferente não é aceito, é reprimido. Nesse sentido, adequar-se às regras escolares é agir de acordo com a “normalidade”. No entanto, conforme supracitado nos parágrafos anteriores, é necessário o entendimento de subjetividade de cada ser humano, não podendo tratar de suas diversidades como algo que deve ser desrespeitado ou ignorado.

Metodologia:

Trata-se de um estudo com base em uma pesquisa descritiva de dados coletados em referências bibliográficas, sendo dessa forma, fruto de uma metodologia qualitativa com a finalidade de construir um raciocínio crítico e fundamentar a argumentação do presente trabalho. Outra metodologia utilizada foi a investigativa, trabalhada através de uma entrevista por e-mail com um Homem Transexual, o qual nos passou diretamente relatos pertinentes à sua realidade, constituindo, assim, uma metodologia alicerçada e consistente para que se debata tal tema de forma concisa e direta.

Resultado e Discussões

Iniciamos o texto em questão fazendo uma análise breve, porém de importância imensurável para o desenvolvimento dessa temática. Entre gênero e sexualidade, existem grandes problemas em sua diferenciação no cotidiano, quando, por vezes, se confundem ou são usadas de forma sinônima. Como quando se faz referência a um homossexual por meio de adjetivos pejorativos, como “mulherzinha”, mesmo que o indivíduo em questão seja um homem homossexual, entretanto, cis.

Tais definições não se confundem, já que, uma afere-se o teor de identidade de gênero, quando condiz com o gênero corporal, diz-se cis-gênero, e, quando destoa, refere-se ao indivíduo como transgênero. O que vai de encontro com a definição de sexualidade, que por sua vez versa sobre o interesse sexual, que, uma vez direcionada a indivíduos do mesmo sexo, pode-se definir como uma conduta homossexual, por vezes. Não interferindo assim na definição de gênero da pessoa em questão. Na obra de Guacira Lopes Louro (2011, p 62.) a qual vem a seguir:

Aproximamos, portanto, gênero e sexualidade à medida que assumimos que ambos são construídos culturalmente e, assim sendo, carregam a historicidade e o caráter provisório das culturas. Aprendemos a ser um sujeito do gênero feminino ou masculino, aprendemos a ser heterossexuais, homossexuais ou bissexuais, a expressar nossos desejos através de determinados comportamentos, gestos, etc., em muitas instâncias – na família, na escola, através do cinema, da televisão, das revistas, da internet, através das pregações religiosas ou da pregação da mídia ou ainda da medicina. Enfim, um porção de espaços e instâncias exercitam pedagogias culturais ou, para o que nos interessa neste momento, exercitam pedagogias de gênero e sexualidade.

A primeira problemática do tema abordado encontra-se no fato das crianças transexuais possuírem dificuldade de aceitação a partir da infância, quando os pais, os quais deveriam portar-se com apoio e compreensão, costumemente, portam-se com desprezo ou preconceito. Eles tratam as atitudes e comportamento da criança, que fogem ao conceito estereotipado de normalidade, de

forma equivocada, reprimindo atitudes completamente inerentes à vontade desta, em prol do encaixe da mesma em moldes sociais definidos previamente.

A questão das crianças transexuais ganhou espaço e passou a ser discutida não faz muito tempo. Pesquisas sobre o tema começaram a ser realizadas nos anos 80 e ainda são escassas. É um assunto que tem ganhado visibilidade nos meios de comunicação e que começa a ser falado cada vez mais cedo. Apesar disso, pouco ainda se sabe sobre como identificar uma criança transexual, como saber se a preferência por aquilo que se diz “do sexo oposto” não é apenas uma fase que a criança está vivendo e que logo passará, visto que as crianças tendem a estar sempre mudando de opinião. Segundo Cecília Zylberstajn psicoterapeuta de adolescentes e adultos:

[...] a diferença é que a criança não está fantasiando que é um menino ou uma menina, ela realmente acredita que é. Se os outros a aceitam assim, ela sente liberdade para expressar sua identidade. É extremamente angustiante quando ela não tem essa aceitação.

Atualmente, no dia 22 de março do ano vigente, foi proposto no Estado do Piauí pela vereadora Cida Santiago, um projeto de lei que visa impedir a discussão de gênero nas escolas. A proposta da vereadora aduz que fica proibida a distribuição, utilização, exposição, apresentação, recomendação, indicação e divulgação de livros, publicações, projetos, palestras, folders, cartazes, filmes, vídeos, faixas ou qualquer tipo de material, lúdico, didático ou paradidático, físico ou digital contendo manifestação da ideologia de gênero nos estabelecimentos de ensino público municipal da cidade de Teresina. Tal ato pode ser interpretado como regressivo diante do atual cenário do país onde profissionais que deveriam estar preocupados com o desenvolvimento e a inclusão, a partir da educação básica, estão na verdade contribuindo para um meio mais desinformado e hostil. O Ministério Público do Estado do Piauí, no entanto, através de órgãos como o Núcleo de Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (Nupevid), se manifestou contrário a essa proposta, recomendando um veto imediato ao projeto de lei supracitado. De acordo com a titular da promotoria da justiça Myrian Lago (2016), não se pode fugir do debate sobre gênero, pois ele está em todos os setores da sociedade. O projeto de Lei foi votado sem discussão e sem a opinião da sociedade. Agora, nós iremos provocar esse debate e buscar o veto do prefeito.

Publicado pela *Psychological Science*, um estudo realizado com 32 crianças transexuais, pesquisadores da universidade de Washington, liderados por Kristina Olson, psicóloga e fundadora do Projeto Trans Youth, concluíram que essas crianças identificam seu gênero em idade igual à que as crianças cisgênero. Segundo Kristina Olson:

[...] nem toda criança que explora ou experimenta coisas de outro gênero é necessariamente transexual. No entanto, quando as crianças afirmam uma identidade de gênero, isso deve ser considerado como uma experiência tão autêntica quanto os de crianças cisgeneras.

A maioria dos pais que possuem filhos nessa situação de transexualidade levam algum tempo para se dar conta do que está acontecendo com a criança. Muitos acreditam que seja só uma fase e insistem para que a criança se comporte de acordo com o sexo que nasceu, e isso traz muitas frustrações aos pequenos. A descoberta de que o filho é transexual muitas vezes acontece quando entram em contato com relatos de outros pais que já estiveram na mesma situação e se identificam com a história daquela família. A partir daí eles começam a buscar acompanhamento psicológico para lidar com esse momento delicado para toda a família. Nesse caso, o psicólogo vai ajudar aos pais a aceitarem a identidade da criança, e à criança a lidar com as reações da sociedade.

A segunda problemática se materializa na falta de conhecimento apropriado dos educadores, assim como, no descaso do Estado em geral, o qual desvia os olhares dessa realidade opressora, que esta arraigada no machismo de uma forma direta.

Com a epidemia de HIV/AIDS no fim dos anos 80, a educação escolar passou a se preocupar com a sexualidade das crianças e adolescentes no sentido de prevenir essa doença e outras DSTs. Junto a essa preocupação, estava também a de evitar a gravidez indesejada na adolescência, devido ao aumento significativo no número de adolescente grávidas.

É esse o sentido da chamada orientação sexual nas escolas brasileiras até hoje. Está inserida no ensino das ciências naturais e tem caráter essencialmente biológico. O que é ensinado é como o aparelho reprodutivo humano masculino e feminino funcionam biologicamente, métodos contraceptivos e maneiras de evitar as doenças sexualmente transmissíveis. Segundo os Parâmetros Culturais

Nacionais, essa abordagem normalmente não abarca as ansiedades e curiosidades das crianças, pois enfoca apenas o corpo biológico e não inclui as dimensões culturais, afetivas e sociais contidas nesse mesmo corpo (BRASIL, 1997).

O artigo 6º da Constituição Federal estabelece a educação como um dos direitos sociais. Todos os brasileiros, portanto, independente da sua identidade de gênero e/ou sexualidade, possuem o mesmo direito à educação. O que se vê na prática, porém, é diferente. O grupo LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) tem seu direito à educação constantemente violado, fazendo parte das altas taxas de evasão escolar encontradas em nosso país. Não é possível, ainda, encontrar estatísticas que meçam essa exclusão devido à invisibilidade dada ao tema, apesar de ser comum apontar como causa desse processo, as discriminações de gênero. Na Defensoria Pública de São Paulo, por exemplo, são feitas várias denúncias de discriminação na escola. Entre as principais estão: a recusa de utilização do nome social, o desrespeito à identidade de gênero de travestis e transexuais, a prática reiterada de insultos contra pessoas integrantes da população LGBT e agressões físicas ou ameaças contra mulheres.

Tratar do tema da transexualidade nas escolas, porém, não é tarefa fácil. Algumas dificuldades são encontradas, são barreiras a serem superadas. Uma delas é o despreparo dos educadores para desempenhar tal tarefa. Eles não são preparados nas Universidades, durante a sua formação, para tratar da transexualidade nas salas de aula. Muitos ainda sentem-se constrangidos em falar de sexualidade em geral, e quando se trata de transexualidade, não sabem nem por onde devem começar. Essa tarefa torna-se ainda mais difícil quando esbarra com outro assunto bastante comum dentro das escolas, a religião, e aqui nos referimos à cristã, em geral, maioria no Brasil. Ela, muitas das vezes, ajuda a invisibilizar as questões de gênero, além de intensificar o preconceito e excluir ainda mais os alunos trans do ambiente escolar devido às ideias conservadoras que propaga.

Outra barreira é o modelo sexista de ensino, que diferencia “coisas de menino” e “coisas de menina”. Desde pequenos somos educados a dividir tarefas femininas e masculinas a partir das cores que podemos usar, brinquedos, filmes e desenhos, até os afazeres de casa e profissão. Esta estipulação é determinante para a formação do ser na sociedade, pois tem como consequência o papel que o indivíduo irá exercer.

Este modelo contribui para uma sociedade machista, que considera estranho, homens e mulheres que não seguem a regra por ela ditadas. É nesse ponto que encontramos o preconceito contra aqueles considerados “diferentes”: os homossexuais, transexuais e transgêneros.

A falta de interesse na busca de informação sobre esse grupo decorre desse machismo presente na sociedade.

Em Palmas, o prefeito Carlos Amastha, decretou uma medida provisória em 14 de abril de 2016, vedando “a discussão e a utilização de material didático e paradidático sobre a ideologia ou a teoria de gênero, inclusive promoção e condutas, permissão de atos e comportamentos que induzam à referida temática, bem como assuntos ligados à sexualidade e erotização”.

Uma medida que já foi alcançada a favor dos transexuais na educação é a garantia do tratamento exclusivamente pelo nome social e a inserção do campo “nome social” nos formulários e sistemas de informação utilizados nos procedimentos de seleção, inscrição, matrícula, registro de frequência, avaliação e similares. Essa conquista foi alcançada pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação e promoções dos direitos de lésbicas, gays, travestis e transexuais (CNCD/LGBT), em decisão publicada no Diário Oficial da União em janeiro de 2015. Além disso, a decisão garante o uso de banheiros e de uniformes de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito. É o texto:

Art. 6º: Deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito.

Art. 7º: Caso haja distinções quanto ao uso de uniformes e demais elementos de indumentária, deve ser facultado o uso de vestimentas conforme a identidade de gênero de cada sujeito.

Através de uma entrevista enviada por e-mail no dia 28 de abril de 2016, à um estudante transexual de jornalismo da Unb, cujo não autorizou a utilização do seu nome, ele nos relatou, também por e-mail, no dia 02 de maio de 2016, um pouco sobre sua opinião acerca da educação de gênero nas escolas e seus posteriores efeitos na sociedade. Sobre a educação de gênero nas escolas, ele afirma que:

A educação sobre diversidade em geral é extremamente importante para a formação de seres humanos mais evoluídos, conscientes e

tolerantes. O preconceito é uma construção social, então se ele não for ensinado, e no lugar disso ele aprender que vive em um mundo que existem pessoas diferentes desse padrão imposto e que a diferença não é uma coisa ruim, isso refletirá tanto neste indivíduo que saberá conviver em uma sociedade plural, quanto em seu entorno. Estamos falando da educação de futuros profissionais que atenderão e terão que lidar com LGBTs, negros, mulheres, então essa desconstrução é mais do que importante e necessária.

Afirmou também que se sente sortudo e privilegiado em relação a sua transição, pois sua família e amigos o aceitaram de uma forma muito tranquila, além de estudar em uma instituição de ensino que o respeitou desde o início e que facilita no uso do seu nome social. No que tange a parte médica, buscou saber quais os profissionais capacitados para fazer o “tratamento hormonal”, para não correr o risco de ir à médicos tranfóbicos. Sobre o uso do banheiro masculino relata:

Desde o começo da minha transição eu sempre usei o banheiro masculino, só tive problema uma vez mas não teve nenhuma violência física.

Em relação ao nome civil, ele relata que ainda é um incômodo, pois em todas as situações que tem que apresentar os documentos há a possibilidade de ocorrer alguma humilhação, e que “a retificação do nome civil ainda é um processo extremamente difícil e burocrático que poucas pessoas transexual conseguem o resultado final favorável.”

A cerca da adoção de políticas na sociedade, a efetivação pela luta da discriminação se dá como, por exemplo, pelo apoio aos grupos como LGBTs, que têm seus direitos muitas vezes negados, ajudaria na inserção social da nossa população que por falta da intervenção do Estado se encontra invisível e marginalizada, a partir do momento que essa população começar a fazer parte do cotidiano da sociedade, trabalhando, estudando ou participando de atividades comum a sociedade, o combate a discriminação acontecerá de forma mais intensa e esclarecedora, evitando assim a discriminação por falta de conhecimento e informações, se você tem contato direto com uma pessoa transexual, por exemplo, o convívio e o conhecimento sobre o que é ser uma pessoa, dita pela sociedade como “diferente”, se torna mais fácil e aumenta as possibilidades

de inserção na sociedade de uma forma menos sofrida para todos os envolvidos. “E pra isso as pessoas transexuais tem que estar inseridas em sociedade, e isso só vai acontecer com intervenção do Estado e criação de políticas públicas.”, afirma o estudante.

Conforme o estudante entrevistado, quando tratamos sobre as experiências intolerantes na infância, questionamos como ele lidou com tal etapa na sua vida:

Quando eu era criança por mais que eu me sentisse diferente eu não sabia ainda o que era e acabei por tentar me encaixar nos padrões ditos normais, isso meio que facilitou minha convivência na escola e em outros ambientes.

Conclusão

Mesmo com a abertura à informação, e a disseminação da diferença de gênero e sexualidade vigentes, ainda notamos uma deficiência no ramo da educação tanto nas escolas quanto em casa, devido à estruturação histórica do sistema preconceituoso instituído.

A discriminação e as fobias lgbtistas ainda são recorrentes na nossa sociedade como consequência da incompreensão e de falta de capacitação de profissionais competentes na área.

Ante o exposto conclui-se pela relevância desse trabalho, sendo fundamental o incentivo na formação de condutores responsáveis pela construção de seres humanos conscientes, responsáveis e capazes de compreender as subjetividades do outro, livres das amarras e tabus edificadas pela sociedade no decorrer dos anos, a fim de que possamos construir uma sociedade inclusiva, onde não se façam distinções, seja em identidade de gênero ou sexualidade.

Referências

BIANCHINI, Alice. **Gênero é uma coisa, orientação sexual é outra coisa**. 2016. Disponível em: </http://professoraalice.jusbrasil.com.br/artigos/218956880/genero-e-uma-coisa-orientacao-sexual-eoutra-coisa/>. Acesso em: 30 de abr. de 2016.

BORTOLINI, Alexandre. **Diversidade sexual e de gênero na escola.** Revista Espaço Acadêmico- nº 123 – mensal – Agosto de 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Educação e docência:** diversidade, gênero e sexualidade. Form. Doc., Belo Horizonte, v. 03, n. 04, p. 62-70, jan./jul. 2011. Disponível em: </http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br/>. Acesso em: 30 de abr. de 2016.

SOUZA, Jane Felipe De. **Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais:** implicações para a educação infantil. 2005.

GÊNERO, HOMENS E MASCULINIDADES



GT 11

SAUDOSA AMÉLIA - A CRISE DA MASCULINIDADE FRENTE ÀS “MULHERES MODERNAS”

Mestranda Ingrid Machado Jeampietri de Paiva
ingrit_design@hotmail.com

Orientador Dr. Péricles Morais de Andrade Jr
Universidade Federal de Sergipe – PPGCR-

Resumo: Os estudos de gênero propiciaram nas últimas décadas, novos olhares sobre as configurações e práticas relacionais, exigindo a releitura das estruturas sociais e de gênero e como estas operam no funcionamento social, na distribuição do capital social e seus efeitos. A ortodoxia da patrifocalidade somada à heterodoxia dos movimentos feministas e seus desdobramentos têm gerado o não-lugar determinado para fixação identitária, propiciando o surgimento da crise das masculinidades. Nosso objetivo neste artigo é fazer apontamentos sobre a crise masculina em uniões heterossexuais em duas metáforas musicais - “Ai, que saudade da Amélia” (1941) e “Mulheres Modernas” (2014) como possibilidade de aproximação das entrelinhas – *habitus* - de relacionamentos conjugais normatizados na figura “Ameliana”, explorando a imagética das personagens a fim de analisarmos as estruturas e capitais das alocações do eu lírico masculino.

Palavras-Chave: gênero; práticas relacionais; capital social; capital simbólico; crise das masculinidades.

Introdução

Assexual, transgênero, intersexual, cisgênero, homossexualidade, bissexual, Crossdresser, transsexualidade, machismo, homofobia, sexismo, transfobia, e muitas outras palavras passaram a fazer parte de nosso léxico frente à crescente politização dos discursos sobre gênero e sexualidade.

O reconhecimento do corpo como construção em permanente ação performática¹ desafiou a feminilidade e a masculinidade do destino biológico. Novos olhares sobre os diferentes processos constitutivos das subjetividades e de seus contextos ampliaram as possibilidades de interpretação do masculino e do feminino nos diversos campos sobre os quais se tencionam, se produzem e se reproduzem.

Nesta perspectiva os estudos sobre os homens e as masculinidades têm sido repensados sobre distintas ópticas como inscrições, reproduções, identidades, construção, institucionalização etc.. Onde os espaços sociais que estruturam o funcionamento e distribuição dos capitais simbólicos impostos aos corpos e seus mecanismos de promoção e trocas aparecem como chave interpretativa das Masculinidades.

As sobreposições entre novas concepções de gêneros Vs *habitus* patrifocalizados aprovisionam pistas da persistência da “Saudosa Amélia” na imagética popular e da crise gerada com o surgimento paulatino das “mulheres ‘mudernas’”, uma vez que, as “representações de gêneros” aparecem como “campo” estruturante do espaço social e das relações entre agentes².

Estas práticas relacionais geram púberes ideais agenciais que tencionam a normatividade levando a desestruturação do capital cultural heteronormativo. Porém, quando novas ideias e agentes tencionam a normatividade da estrutura vigente buscando subverter sua posição dentro do campo, o dominante, ao defender sua posição, tenta excluir a concorrência não legitimando o novo.

1 Conforme Butler, *a performatividade “não é um ‘ato’ singular, porque sempre é a reiteração de uma norma ou um conjunto de normas e, na medida em que adquire a condição de ato no presente, oculta ou dissimula as convenções de que é uma repetição”*. (BUTLER, 2002, p.34)

2 Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço, e não se pode ocupar realmente duas regiões opostas do espaço – mesmo que tal seja concebível. (BOURDIEU. 1989, p.134).

Todos os dias participamos ativa ou passivamente desse processo de “*mudernização*” dos papéis de gênero, não ficando imunes a estas transformações e à desestabilização trazida por estes conflitos.

A não fixação identitária gera crises e complicitades ao campo relacional apresentando-se como importante área de pesquisa, uma vez que os novos ideários relacionais esbarram em *habitus* ainda enrijecidos no homem forte e provedor e da mulher recatada e do lar.

Robert Connell tem aparecido como um dos mais importantes teóricos na área de estudos sobre a crise das masculinidades, ao apontar as estruturas e os efeitos das práticas relacionais de gênero nas experiências físicas, pessoais e culturais. Para ele, devemos levar em consideração a “configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero” (CONNELL, 1995, p. 188).

O objetivo deste estudo é propiciar apontamentos sobre a crise da masculinidade em relacionamentos heterossexuais explicitadas em duas canções: “*Ai, que saudades da Amélia*”, grande sucesso do cantor e compositor mineiro Atilaf Alves, e do carioca Mário Lago - advogado, poeta, radialista, compositor e ator; e a música “*Mulheres Modernas*” do nordestino – nascido no interior do Ceará-Marcondes Falcão Maia, mais conhecido pela personagem caricaturada Falcão.

Elegemos a arte como forma de interpretação do capital simbólico e das estruturas relacionais de gênero por compreendermos que expressões artísticas populares possuem a capacidade de expressar mais fielmente as “entrelinhas” do cotidiano e da experiência humana abrangendo não só sua objetividade como também as subjetividades, ou seja, a linguagem cotidiana, diária e profana recordada na letra, melodia e na atividade imaginativa da metáfora musical configurando-se como possibilidade discursiva sobre o “ser homem” ou “ser mulher” dentro de contextos específicos.

1. A CRISE DAS MASCULINIDADES

As alocações firmadas sobre a diferença corporal serviram durante milênios para justificar os distintos espaços e papéis sociais³ a que estes corpos estão

3 “padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar [...] através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é ser considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas” (LOURO, 1997, p. 24).

fadados. As instituições religiosas, educacionais, políticas e familiares, ou seja, as instâncias distribuidoras do poder, trataram de formular fronteiras limítrofes para as práticas sociais a serem executadas por seus entes. Nesta perspectiva há espaços predeterminados para os destinos biológicos, de classes e físicos - lugar para a criança, a mulher, o homem, o deficiente, o rico, o pobre, o negro, o indígena, a casta, entre outros.

Nos últimos séculos diversos movimentos tencionam estas raias ao questionarem os lugares impostos pela classe dominante patrifocal, branca e abastada, que ditam espaços, comportamentos, vestimentas ou a linguagem, a serem assumidas por suas congregações. As releituras de como se dão as estruturas catalogais de nossas experiências físicas, pessoais e relacionais, surgem como possibilidade de subversão ordinal.

Há de se considerar que tais tensões – sobreposições entre ideário de equidade e *habitus* patrifocal - criam novos significados ao simbolismo identitário heteronormatizado do homem viril e da mulher frágil. O não-lugar – espaço específico para cada ente social – amplia horizontes ao mesmo tempo em que desfilia o homem de sua suposta “masculinidade” hegemônica⁴, gerando a crise dos masculinos.

Para entendermos como se dá tal crise é importante considerarmos a relação entre estrutura e agente. A estrutura ou campo (neste caso: representações de gêneros) sustentam a imagética do homem provedor e da mulher do lar (Amélia), para tal finalidade o capital simbólico adquirido dita comportamentos e escolona seus agentes, deste modo, seus procedimentos poderão ser assumidos como legítimo ou ilegítimo dentro de determinada estrutura. Para Bourdieu (1992) o foco não são os indivíduos, mas a constituição do campo, em outras palavras, os agentes e as posições que estes assumirão em um determinado campo ao possuírem determinadas capitais.

As mudanças do campo causadas pelas tensões e subversões do “capital simbólico” desequilibram os sistemas de manutenção do *habitus* patrifocalizado trazendo instabilidade escalonal gerando crise ao masculino heteronormatizado. Em outras palavras, as “novas” relações de gêneros e a desestabilização

4 “configuração de gênero que incorpora a resposta atual aceita para o problema da legitimidade do patriarcado, garantindo a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres. A hegemonia será estabelecida somente se existir correspondência entre o padrão cultural e o poder institucional, seja ele coletivo e/ou individual. Quando as condições para a defesa do patriarcado mudam, as bases para a dominação ou hegemonia de uma masculinidade particular são gradualmente destruídas. A hegemonia é vista como historicamente mutável” (CONNELL apud GARCIA. 1998, p. 46).

do local hegemônico do masculino gera o não-lugar – não fixação estamental - para seus agentes.

Considerando que grande parcela da população brasileira vive relações heterossexuais e que estas não ficaram imunes à “*mudernização*” dos papéis, a crise da masculinidade também pode ser percebida nos seios destas relações. Neste sentido, o norte dialogal deste artigo propiciará apontamentos das construções imagéticas do sofrimento masculino, frente a relacionamentos com mulheres que não mais cumpririam seus papéis “*amelianos*”.

Inicialmente analisaremos a música “*Ai que saudade da Amélia*” composta em 1941, e que foi alvo de várias críticas feministas que tentaram esmiuçar como o capital simbólico patrifocal perpetua seu legado ao fixar a imagem da mulher submissa e passiva frente à fome e aos mandos do marido - a conhecida “*Amélia*”, dona do lar, sem vaidades, que não faz exigências, ou seja, que simplesmente aceita sua “*sina*” de mulher-, focalizando os queixumes masculinos ante as mudanças relacionais.

Em um segundo momento adentrarmos na canção “*Mulheres Modernas*”, que talvez, por sua ironia alegórica não tenha despertado tanto interesse em nossos estudiosos de gênero, mas que igualmente demonstra a insatisfação masculina perante a uma mulher que “*não sabe ‘aguá’ uma planta*”.

1.1 Saudosa Amélia

*Nunca vi fazer tanta exigência
Nem fazer o que você me faz
Você não sabe o que é consciência
Nem vê que eu sou um pobre rapaz
Você só pensa em luxo e riqueza
Tudo que você vê você quer
Ai, meu Deus, que saudade da Amélia
Aquilo sim é que era mulher
Às vezes passava fome ao meu lado
E achava bonito não ter o que comer
E quando me via contrariado
Dizia: Meu filho, que se há de fazer
Amélia não tinha a menor vaidade
Amélia é que era mulher de verdade
Amélia não tinha a menor vaidade
Amélia é que era mulher de verdade*

Para um ementário das tensões do capital simbólico imposto à mulher e como as mudanças relacionais de gênero propiciam a crise da masculinidade vivenciada pelo eu lírico da música, devemos considerar alguns pontos importantes: Seu ritmo, apesar de ser um samba expressa uma extrema melancolia e saudosismo do locutor – homem; há três sujeitos na letra – o homem, sua nova companheira (a “outra”) e Amélia; A vaidade mencionada na música não está relacionada diretamente, ou pelo menos não unicamente, a cuidados com a aparência; é uma relação heterossexual; Não há como saber se a personagem masculina é desquitada ou viúva – já que na época não existia o divórcio. A segunda “esposa” não tem voz nem nome; Amélia não fazia muitas exigências como a atual companheira; O rapaz não possui grande poder aquisitivo. Tendo fixado estes pontos da alegoria musical, outras questões devem ser levadas em consideração a fim de entendermos a estrutura sobre a qual se reproduz e/ou produz o papel de gênero de suas personagens:

1.1.1 Nos tempos de Amélia:

Amélia não é uma personagem fictícia. Ela era uma lavadeira que trabalhava na casa da cantora Aracy de Almeida, amiga de Lago e Ataulfo. Apesar da crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, no período da composição da música (1941) os cuidados domésticos e a reprodução – maternidade - eram as principais atribuições a serem cumpridas pelas mulheres. Se Amélia trabalha fora, o faz por necessidade e não por tentar angariar um espaço de equidade com o homem, já que a luta feminista no País estava mais restrita às classes média e alta da sociedade. Para compreender a tentativa de fixação de papéis no período, lembramos o Projeto de Decreto-Lei - “Estatuto de Família” do Ministro Capanema de 1939:

[...] o Estado educará ou fará educar a infância e a juventude para a família. Devem ser os homens educados de modo a que se tornem plenamente aptos para a responsabilidade de chefes de família. Às mulheres será dada uma educação que as torne afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes da administração da casa. (SCHWARTZMAN e outros. 2000, cap. 4, art. 13)

Houve grandes impasses entre igreja, poder legislativos e sindicatos frente ao “Estatuto da Família” no final da década de 30 e início dos 40, demonstrando

como no período o “verniz liberal” estava sendo passado sobre a “madeira tradicionalista” de uma sociedade que almeja o novo, mas que não abria mão das raízes patriarcais.

Apesar da conquista feminina ao voto em 1932, parte da mentalidade social brasileira continuava fiel a padrões arcaicos, especialmente no que diz respeito ao papel social da mulher, ou melhor, a mulher ideal, a Amélia. Que não pode ser totalmente esquecida devido ao capital heteronormativo perpetuado em nossas instituições através do *habitus* pratifocal.

1.1.2 “A outra”⁵:

Ao observarmos a história podemos perceber que nas primeiras décadas do século XX o Brasil já apresentava tensões próprias de um país em processo de industrialização e urbanização. A mídia de massa angariava seu espaço apresentando o consumismo como sinônimo de progresso e modernidade. A preocupação com a educação formal toma nova roupagem e há a intensificação da circulação de distintos ideários ideológicos.

Neste cenário, homens e mulheres dos mais humildes aos mais abastados reconstróem seus olhares sobre seus “papeis de gênero”. Conforme mencionado anteriormente, este processo não traz, por hora, grandes avanços na “madeira” enrijecida do patriarcalismo. Apenas pincela o “verniz liberal”. Porém, é nítido no período o surgimento de mulheres que se negavam a serem a tão sonhada “Amélia” do ideário masculino. Alguns exemplos são as sufragistas, as operárias, o crescente número de mulheres com ensino superior, entre outras.

Há de se considerar, no entanto “a outra”, aquela que permanecia em meio à transição, que almejava a liberdade e as conquistas trazidas pelos novos tempos, mas que ainda não conseguiu livrar-se da dependência financeira do cônjuge – devido as próprias estruturas sociais vigentes em sua época. São as mulheres anônimas, sem rosto, sem voz, que não supriam as expectativas de “seu macho” – ser a dócil “Amélia”-, mas que também ainda não haviam conquistado a “liberdade” almejada pelas “mulheres *mudernas*”.

Existe uma descapitalização desta mulher – a outra – pois a mesma ao subverter o capital simbólico imposto ao gênero feminino – ser submissa e não fazer exigências – é desafixada de seu estamento relacional sendo marginalizada e

5 O termo “a outra” utilizado neste artigo não tem o objetivo de classificar a nova companheira do eu lírico como “amante”. Uma vez que na letra da música não aparece o nome da personagem optamos pelo termo como comparativo entre a Amélia e as mulheres *Mudernas*, ou seja, uma transição, aquelas que não se enquadram em nenhum das duas posições.

criticada pelo eu lírico masculino que percebe a desestruturação de sua hegemonia ante a uma mulher “exigente, vaidosa, sem consciência e luxuriosa”.

1.1.3 O homem:

“*Ai, que saudade da Amélia*” apresenta um homem frente aos impasses entre a tradição e o novo, enfrentando a mudança do capital simbólico de papéis que lhe causam sofrimento, gerando saudosismo dos “bons tempos da Amélia”. As transformações culturais do período modificavam paulatinamente as práticas relacionais de gênero - de um lado a “mulher de verdade” que não possuía vaidades; do outro lado, sua atual companheira, uma mulher que lhe faz exigências acima das condições financeiras do parceiro.

Se ainda, hoje, encontramos homens que se sentem constrangidos quando não conseguem arcar sozinhos com os gastos de uma casa, naquela época -75 anos atrás- isso era uma “questão de honra” para grande parte da população masculina, devido ao modelo de família vigente, pois o papel de um marido era suprir todas as necessidades familiares e do lar, conforme vimos no Projeto-Lei de Capanema que fala sobre a “responsabilidade de chefes de família”.

O longo histórico de submissão feminina à “classe dominante masculina” reproduzia a mulher citada no documento – esposa (*afeiçoadas*), desejosas pela maternidade e esposas (*competentes*). Mas, a crescente sociedade de consumo moldada pelas propagandas de massa, o processo de industrialização, urbanização e o ideário de liberdade feminina propiciaram o surgimento de novas formas de feminilidade menos metrificadas no “papel de gênero”.

Neste contexto é possível vislumbrar a personagem masculina da música como um homem que se encontra entre a ortodoxia patriarcal – hegemônica- e a crise de vivenciar estruturas sociais e culturais menos metrificadas na estratificação dos agentes.

1.2 “MULHERES MODERNAS” - a ironia como forma de protesto masculino:

A segunda música de nossa análise - “*Mulheres Modernas*” - foi lançada em 2014 no álbum “*Sucessão de Sucesso Que se Sucedem Sucessivamente Sem Cessar*” e sua eleição como material foi motivada por entendermos que a ironia e a irreverência presentes no trabalho de muitos cantores nordestinos, possibilita um olhar fotográfico sobre a vida e as mazelas do nosso povo.

As estruturas relacionais de gênero no início da década de 40 apresentadas em “*Ai, que saudade da Amélia*” apontavam para as nascentes tensões entre os papéis de gênero, causadas por mudanças sociais. Mas uma questão nos advém: Passados 73 anos do desabafo do sofrimento masculino perante a ausência da “Amélia”, estará o homem preparado para as “Mulheres Modernas”? Vejamos:

*Essas mulheres ‘mudernas’
Entendem de economia
Bolsa de valores
Auto ‘marketingui’
‘Ciberrnética’ e filosofia
Falam vários idiomas
Sabem andar de bicicleta
Mandam e desmandam
Executam e deliberam
Mantém a coluna ereta
Mas não sabem ‘fritá’ um ovo
‘Desarmá’ uma ‘ratuera’
‘Lavá’ uma ‘loça’
‘Capá’ um jumento
‘Esquentá’ uma janta
É muito triste <vivê’
Com uma ‘mulé’
que não sabe <aguá’ uma planta
Essas mulheres ‘muderrnas’
Estão tratando o homem pau a pau
Sabem onde fica o ponto G
Conhecem de tudo o porque
Em matéria de ‘etecétera’ e tal
Mas não sabem ‘fritá’ um ovo
‘Desarmá’ uma ‘ratuera’
‘Lavá’ uma ‘loça’
‘Capá’ um jumento
‘Esquentá’ uma janta
É muito triste <vivê’
Com uma ‘mulé’
que não sabe <aguá’ uma planta*

Assim como fizemos com a canção anterior, destrinchemos alguns pressupostos para a interpretação desta faixa: Nas duas primeiras estrofes, as “Mulheres Modernas” são apresentadas como instruídas – *entendem de economia, Bolsa de valores, Auto ‘marketing’, ‘Cibernética’ e filosofia*; são também conquistadoras - *Falam vários idiomas* (seu universo não está mais restrito ao seu lar), *sabem andar de bicicleta* (liberdade), *mandam e desmandam, executam e deliberam e mantêm a coluna ereta* (não se curvam aos mandos masculinos). Curiosamente, apesar de o eu lírico fazer a pronúncia das palavras inglesas Marketing e Cibernética de uma forma “aportuguesada”, o eu lírico masculino aparentemente faz um esforço para estar à altura desta nova mulher em seu conhecimento.

Porém, na terceira estrofe, o homem demonstra seu desapontamento frente ao desvaecer de seu capital simbólico ao perceber que estas “mulheres modernas” não cumprem seus “papéis femininos”, pois não sabem: *‘fritá’ um ovo, ‘Desarmá’ uma ‘ratuera’, ‘Lavá’ uma ‘loça’, ‘Capá’ um jumento, ‘Esquentá’ uma janta*. Ao fazer isto a personagem masculina muda sua estrutura de linguagem e deixa transparecer seu semianalfabetíssimo como que a delatar a mazela masculina do abandono dos estudos em contraste com a erudição feminina. Como em um desabafo o refrão dá continuidade ao relato de desapontamento que se transforma em tristeza: *É muito triste ‘vivê’ com uma ‘mulé’ que não sabe ‘aguá’ uma planta*.

Continuando o espanto com toda esta “mudernidade feminina”, na quinta estrofe as mulheres modernas reaparecem como vilãs que subverteram a ordem “natural” (o “*status quo*”), pois *tratam o homem pau a pau; Sabem onde fica o ponto G* (são donas de sua sexualidade); *Conhecem de tudo o porquê; em matéria de ‘etecétera’ e tal* (não se submetem aos homens, pois não importando os desafios, a mulher moderna parece conhecer as respostas). Finalmente para justificar seu sofrimento frente a este conflito, reaparece e grito de socorro no retorno do refrão: *É muito triste ‘vivê’ Com uma ‘mulé’ que não sabe ‘aguá’ uma planta* - como se existisse anteriormente uma facilidade em “ser homem” enquanto a mulher cumpria sua “Amelidade”, ou seja, sabia cuidar da casa (“aguar uma planta”).

Frente às inúmeras transformações no cotidiano da vivência humana, podemos apontar que as estruturas do campo social firmadas no tradicional papel feminino e masculino ainda permanecem fortes nas práticas relacionais de gênero no século XXI. E que, apesar do percurso de conquistas constitucionais de diversos setores sociais, a camada cada vez mais grossa de “verniz

liberal” não conseguiu mudar a base – “a madeira” (o capital simbólico⁶) sobre a qual nossas objetividades e subjetividades são construídas e reconstruídas.

Desta forma a arte, e neste caso específico a ironia da metáfora musical, conseguiu romper a barreira de silêncio ao descrever não somente as “mulheres *mudernas*”, mas também este “novo homem” em sua crise de masculinidade frente às mudanças superficiais de nossa concepção de papéis tão firmados em nossa tradição patriarcal.

É importante reconhecermos que os discursos sejam eles acadêmicos, artísticos, coloquiais, entre outros são estruturados sobre imagéticas cheias de símbolos e significações que expressam uma realidade ou um desejo do locutor, e que consecutivamente proporcionarão ao interlocutor novos significados dependendo da base de significantes que este toma para interpretar ou resignificar a realidade objetiva. Há deste modo de se considerar que as diversas estruturas e balizas relacionais dos processos de socialização propiciarão distintas subjetividades e leituras destas.

Com isto queremos dizer que as estruturas de subjetividades não estão firmadas neste único modelo de interpretação do masculino – hétero - e que sofre frente à mudança no papel da mulher –, mas que a arte pode ser uma porta de entrada para entendermos – ou pelo menos espiarmos – as estruturas reproduzidas e as tensões do campo social e simbólico mantidos por nossas práticas relacionais e a partir daí repensarmos o que Connell chama de “diversas configurações possíveis” de se falar em “masculinidades” (CONNELL. 1995, p. 188).

Para este tipo de hermenêutica poderíamos ter selecionado músicas como: “Masculino e Feminino” (Pepeu Gomes), “Barbara” (Chico Buarque – Ana seduz Bárbara), Geni e o Zepelim (Chico Buarque – onde Geni é uma travesti), “A Nível De ...”(João Bosco e Adair Blanc – troca de casais), “Calúnias” (Ney Matogrosso – Telma eu não sou gay), “Homens e Mulheres” (Ana Carolina - Bissexualidade), entre tantas outras que a imagética permita desnudar as diversas subjetividades possíveis. Porém, nestas duas canções brevemente analisadas podemos

6 Bens simbólicos que legitimam o escalonamento – estamento – a ser ocupado por seus agentes: mulheres dóceis e do lar e o homens fortes e provedores. Justificados no *habitus* heteronormativo de hegemonia masculina. Tais fatores aparecem como capitais em disputa, uma vez que legitimam o próprio jogo. Nos jogos sociais a *illusio* possibilita a cumplicidade subjetiva ao *status quo* e a objetividade do jogo. Para Bourdieu este jogo se dá de uma forma encantada, nas palavras do autor: “[...] são jogos que se fazem esquecer como jogo e a *illusio* é essa relação encantada com um jogo que é produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social” (BOURDIEU, 1996, p. 138).

observar a crise identitária deste “homem *muderno*” – hétero - que tem de articular as conquistas feministas com valores enrijecidos no *habitus* ortodoxo normatizado por um capital social que persiste na subjetividade relacional.

Considerações finais:

As mudanças políticas, jurídicas, tecnológicas e científicas da atualidade possibilitaram novas formas performáticas e relacionais de vivenciarmos nossa humanidade. Neste grande labirinto de paredes que se movem aleatoriamente tudo é político: o corpo, o sexo, o pessoal, o privado etc.. Não que em outras épocas não o fossem, mas as especializações nos particularidades têm ampliado os impasses e possibilidades de interpretação do ser humano.

Como uma das formas de releitura das aparentes mudanças dentro do campo familiar e suas práticas relacionais, a imagética alegórica propicia o mergulho na objetividade – divisão espacial e social para os agentes – e na subjetividade – expressa na linguagem do que sofre a crise gerada pela desestabilização de seu capital.

As teorias e experimentos nunca foram capazes de parafrasear definitivamente o humano. Porém a arte surge como possibilidade – mesmo aquelas consideradas “baixa cultura” – de capturar a experiência em suas mais diversas dimensões e possibilidades. Algumas destas obras assustam, causam repulsa, comovem, chocam, fazem desejar, calar e até mesmo sorrir.

Deste modo, a hermenêutica artística apresenta-se frutífera para análise das estruturas e efeitos das práticas relacionais de gênero nas suas experiências físicas, pessoais e culturais. Mesmo que suas personagens por vezes sejam seres fictícios possuem muito a dizer dos arcaísmos sobre as quais as ações performáticas das masculinidades e feminilidades se produzem e reproduzem historicamente.

As mais de sete décadas que separam as duas personagens não apagaram da imagética popular o espaço e os papéis a serem desenvolvidos socialmente por seus agentes. Em outras palavras, o verniz liberal com nuances de modernidade, não apagou da subjetividade masculina seu tão sonhado capital - a “Amélia, mulher de verdade”.

Parece-nos que a “Amelidade” continuará por tempo a ser “*Sucessão de Sucesso Que se Sucodem Sucessivamente Sem Cessar*”, pois o capital heteronormativo que impõe as maneiras de ser, pensar e agir nas relações de gênero

permanecem enrijecidas na “madeira” ortodoxa do “homem provedor” e da “mulher do lar”.

A (semi)*mudernização* – sobreposição entre o *habitus* patrifocal e as novas relações de gênero - tem desequilibrado a balança do capital simbólico da hegemonia masculina gerando não somente a crise do masculino como também o não-lugar perante a instabilidade de papéis imposta pela “*mudernização*” das relações e das estruturas que as escalonam.

O confronto entre as estruturas ortodoxas somadas às novas práticas relacionais heterodoxas tem produzido a crise dos masculinos ao tencionar o campo social firmado no capital simbólico da “Amélia” – submissa e passiva frente à fome e aos mandos do marido (“*afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes da administração da casa*”) - e subvertido pelas “mulheres *Mudernas*” - que *tratam o homem pau a pau; Sabem onde fica o ponto G; Conhecem de tudo o porquê; em matéria de ‘etecétera’ e tal.* Este não-lugar desafia o capital simbólico desestruturando os “tradicionalistas” papéis de gênero.

As crescentes mudanças nos “paradigmas sociais” estão longe de atingir seus intuitos, pois a simples pincelada do “verniz liberal” não transforma a base “patrifocal” sobre as quais se reproduzem os pré-conceitos e preconceitos sobre os papéis sociais e o escalonamento de seus agentes.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 3ª ed. Trad. de Sergio Miceli et al. São Paulo. Editora Perspectiva, 1992.

_____. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

_____. **Razões Práticas**. São Paulo: Papyrus, 1996.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: Sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002.

CONNELL, Robert W. (1995b). **Políticas da Masculinidade**. Educação & Realidade, 20 (2), pp. 185-206. [Também publicado em Connell, 1995a, capítulo 9].

GARCIA, Sandra Maria. **Conhecer os Homens a Partir do Gênero e para além do Gênero**. In Arilha, Margareth; Ridenti, Unbehaum, Sandra G., e Medrado, Benedito (orgs.). Homens e Masculinidades: outras Palavras. São Paulo: Ed. 34, 1998.

LAGO, Mario; ALVES, Ataulfo. Música: **Ai que saudade da Amélia**. 1941. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/ataulfo-alves/165620/> > Acesso em 27 de março de 2016.

MAIA, Marcondes Falcão. Música: **Mulheres Modernas**. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/falcao/mulheres-modernas/>> Acesso em 27 de março de 2016.

SCHWARTZMAN, Simon. **A Igreja e o Estado Novo**: O Estatuto da Família. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, vol. 37, maio, 1980. Disponível em:< <http://www.schwartzman.org.br/simon/estatuto.htm>>Acesso em: 10 abr. 2016.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E GRUPOS DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA

Jacqueline Mary Soares de Oliveira
Universidade Salvador – Unifacs
jacqueline.soares@ig.com.br

Márcia Santana Tavares
Universidade Federal da Bahia – UFBA.
marciatavares1@gmail.com

Resumo: O artigo tem como objetivo apresentar o contexto dos grupos reflexivos de homens autores de violência, tomando como ponto de partida uma abordagem sobre o sentido da masculinidade e como a dita masculinidade hegemônica interfere nas elaborações subjetivas dos homens interferindo no contexto relacional dos mesmos. Neste interim seguimos apresentando uma abordagem sobre por quanto andam os grupos reflexivos para homens no Brasil, instrumento apontado na Lei Maria da Penha como necessário para o trato da violência doméstica contra a mulher. A pesquisa tem cunho bibliográfico utilizando principalmente do Relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, para apresentar a situação dos principais grupos existentes no Brasil.

Palavras-chave: Masculinidade; Violência; Hegemônica; Grupos Reflexivos.

Introdução

A modernidade surge sob o signo da masculinidade, “traduzida no culto da razão, da imparcialidade e da universalidade”. (PASSOS, 1999, p. 160). O contributo da concepção moderna perpassa pelo crivo da razão que inseriu na sociedade um sentido dicotomizado do humano. As referências pautadas na imparcialidade confere aos homens o lugar de supremacia e as referências sociais vislumbram a sociedade como um conjunto único e homogêneo, não permitindo acesso aos “diferentes” daqueles que se instalaram como modelo universal. Esses outros diferentes direcionavam para o diálogo com a emotividade e os sentimentos, aspecto atribuídos milenarmente às mulheres, que eram consideradas como inferiores e, portanto fora do contexto de sociabilidade.

O estudo tem como perspectiva apresentar a concepção de masculinidade hegemônica, entendendo que esta contribui para a perpetuação dos modelos de macho e conseqüentemente das relações entre homens e mulheres pautadas em violência, em sua maioria perpetradas pelos homens contra as mulheres.

Neste sentido cabe apontar para a importância da abordagem, já que o instrumental da Lei Maria da Penha (11.340/2006) oferece a possibilidade de trabalho com grupos de reeducação para homens autores de violência, sendo necessário então compreender os interdícios da masculinidade e seus desdobramentos na esfera social e relacional.

O estudo se pautou em pesquisas bibliográficas tendo em vista o escasso arsenal prático das atividades dos grupos no Brasil. Sendo então referendado sobre os grupos reflexivos de homens autores de violência por textos de experiências de grupos da América Latina e Portugal.

Revisitando os caminhos do combate à violência doméstica e familiar contra a mulher

Ao iniciar a discussão proposta nesta investigação, cabe apontar para o contexto pelo qual vem passando a sociedade brasileira no que se refere às diversas formas de violência contra a mulher e à efetivação de políticas específicas para combate e repressão. Percebe-se que avançamos, mas temos ainda muito que caminhar no que concerne ao combate a todas as formas de violência contra a mulher.

Compreendendo que a própria noção de violência é constituída culturalmente, Grossi, 1994 (apud SARDENBERG; TAVARES; GOMES, 2012) apontam

que, “tanto violência quanto gênero são categorias historicamente construídas, [...] a percepção social da violência não é única nem universal”. Portanto, para falar de violência contra a mulher é necessário pensar as formas como essa categoria se constitui para cada indivíduo social que reproduz, de forma natural, esse ato. A proposta que fomento para reflexão é o entendimento da violência doméstica como um processo relacional, tendo em vista que se trata de uma conjuntura em que perpassam relações de poder e, para existir um dominado, é necessário haver um dominador.

Os estudos acerca da violência doméstica iniciam, sobretudo, a partir da década de 1990, sendo subsidiários de um movimento de âmbito internacional em busca da garantia dos direitos das mulheres, provocado por mudanças crescentes na sociedade, emergindo como ferramenta estratégica privilegiada para o debate e para a constituição de políticas públicas que contemplem as reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres acerca da temática. Tais estudos têm seu aprofundamento teórico a partir da perspectiva das relações de gênero, estabelecidas pela distribuição desigual nas relações de poder, especificamente entre homens e mulheres.

Há algumas décadas, a sociedade brasileira vem discutindo as formas de enfrentamento da violência contra a mulher e, a partir dos movimentos feministas e das suas reflexões acerca do tema, emerge a necessidade de repensar alguns paradigmas sobre o papel da mulher na sociedade, o exercício da sexualidade e as relações afetivas, a inserção no mercado de trabalho e sua participação nos espaços políticos e de poder. No bojo do debate sobre a situação da mulher na sociedade, a questão da violência doméstica e familiar é um ponto importante e que demanda muita discussão e compromisso político dos representantes do Estado na perspectiva de sanar essa ferida que teima em se manter aberta.

É evidente que o problema da violência contra a mulher é fruto de uma sociedade extremamente desigual, no que diz respeito às relações de gênero, sociedade na qual a maioria das pessoas, tanto homens quanto mulheres, sustentam conceitos e atitudes machistas, que ratificam as representações sociais de subordinação e fragilidade da mulher como verdadeiras e unívocas. Uma questão histórica a ser revertida.

A Fundação Perseu Abramo¹ aponta dados, segundo os quais, no mundo, uma a cada quatro mulheres são vítimas de violência. Os casos de violência

1 Para maiores informações acerca de dados sobre violência doméstica ver: Fundação Perseu Abramo: Pesquisa Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado 2010, Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/sites/default/files/cap5.pdf>>.

doméstica contra a mulher tem sido alarmantes, tornando-se, então, problema de saúde pública, aumentando os custos na saúde e na economia, considerando que muitas mulheres deixam de exercer atividades laborais por conta da violência. No Brasil, de acordo com uma projeção estatística realizada pela Fundação Perseu Abramo (2001), uma mulher é agredida a cada quinze segundos. Cerca de uma em cada cinco brasileiras (19%) declara, espontaneamente, ter sofrido algum tipo de violência por parte de algum homem; 16% relatam casos de violência física, 2% citam alguma violência psíquica e 1% lembra do assédio sexual.

É importante salientar como tivemos várias conquistas substanciais no âmbito dos direitos para as mulheres, desde o direito ao voto à efetivação de uma política que atenda às demandas específicas das mulheres. Nesse sentido, faremos uma análise desse caminhar até o debate sobre as interseccionalidades e intersetorialidade, ainda incipientes na efetivação de tais políticas, iniciando por uma breve trajetória desde a mobilização das mulheres à configuração de um movimento feminista com pleitos políticos em prol da equidade de gênero.

As legislações que contemplam as mulheres como sujeitos sociopolíticos são recentes, datam do século XX, dentre elas podemos apontar a Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Políticos à Mulher, que foi assinada na 9ª Conferência Internacional Americana da Organização dos Estados Americanos (OEA), que ocorreu em Bogotá, em maio de 1948. Essa convenção delibera que não deverá ser negado o direito ao voto e à eleição para cargo nacional ou restringi-lo por motivo de sexo. Antes disso, em Genebra, no ano de 1921, protocolava-se a Emenda da Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças e, em 1933, a Convenção Internacional para a Repressão de Tráfico de Mulheres Maiores.

Nota-se, no entanto, que no conjunto de normas existentes, destacam-se os acordos internacionais. O Brasil, influenciado pelas mudanças ocorridas no quadro sociopolítico europeu e americano, enquadra-se paulatinamente no debate acerca dos direitos das mulheres. Contudo, o olhar voltado para as demandas específicas das mulheres não se deu isoladamente. Teve início, nas primeiras décadas do século XX, um processo intenso de lutas operárias, devido à massificação do trabalhador, decorrente do acelerado processo de industrialização.

Mulheres são deslocadas para os espaços operários, sujeitas a exaustivas jornadas de trabalho, além da dupla jornada, quando forçadas, socialmente, a assumirem o cuidado com os filhos e a casa. Saffioti (2013, p. 145) aponta que “a realização de uma carreira está condicionada, de um lado, à compensação

financeira que ela oferece e, de outro, à sua compatibilidade com as tarefas que cabem à mulher na família de procriação”. Ainda conforme a autora, por conta das necessidades emergentes no seio das famílias, o trabalho da mulher torna-se transitório, levando à sua “baixa capacidade reivindicatória”, por conta também da “natureza suplementar atribuída aos rendimentos que obtém do trabalho” (SAFFIOTI, 2013). Contudo, em meio às demandas do proletariado por conquistas dos direitos trabalhistas, as mulheres estiveram presentes, reivindicando suas principais necessidades, foram, enfim, participes nas greves e comícios.

É nesse panorama que se agregam novas demandas das mulheres: por creche, à livre expressão, redução de jornada de trabalho, direito a votar e ser votada, este último capitaneado por mulheres da elite brasileira. Nas décadas seguintes, o movimento de mulheres se direciona para o combate à carestia (interrompido pelo regime ditatorial) e outras demandas relacionadas a assuntos do dia a dia, que dificultavam seus afazeres domésticos. Como apontam Cecília Sardenberg e Ana Alice Costa (1994, p. 57) “[...] a história está repleta de exemplos em que as mulheres têm se mobilizado e se organizado, inclusive para lutar por questões muitas vezes específicas à sua condição de mulheres”. Conforme as autoras, ainda assim, mantinha-se um distanciamento do debate acerca da sua condição na sociedade.

É por volta da década de 1970 que o movimento de mulheres toma novo fôlego, revigorado pelo melhor acesso destas à educação, devido ao crescimento e ao avanço tecnológico e aos meios de comunicação e informação, que deram impulso à luta das mulheres para garantia dos seus direitos. Nesse escopo, emerge um movimento feminista identificado politicamente com as principais demandas das mulheres, a fim de denunciar a opressão constituída pela lógica patriarcal das relações perpetradas do espaço privado ao público.

Assim como emerge nas instituições públicas, também se estabelece no contexto relacional, capaz de naturalizar a subordinação das mulheres aos homens, reproduzindo-se, inclusive, nas práticas discursivas como ler, pensar, escrever, falar e mesmo silenciar. Estabelece-se, desta forma, um “poder socialmente legitimado” (SAFFIOTI, 1994, p. 152).

É ainda na década de 1970 que a violência contra a mulher ganha visibilidade, já que as políticas que surgem na década seguinte são respostas do Estado às reivindicações do movimento feminista e de mulheres.

Sardenberg, Tavares e Gomes (2012, p. 3) apontam que,
O movimento feminista não só tornou visível essa impunidade, saindo às ruas e vindo à público para manifestar o seu protesto, como

também tem contribuindo sobremaneira para o alargamento do conceito de violência contra a mulher, situando-a no contexto mais amplo da violência de gênero e mostrando que esta se manifesta de diferentes formas, incluindo-se aí as agressões verbais, psicológicas, emocionais e simbólicas, além das agressões físicas com ou sem lesões corporais sofridas por mulheres (e crianças) no cotidiano doméstico, no mundo do trabalho ou no espaço público em geral.

Já na década de 1980, apesar da redução das práticas autônomas dos movimentos, algumas integrantes passam a agregar grupos partidários, adentrando espaços políticos, como os partidos, as associações, os sindicatos e os conselhos de direitos, contribuindo de forma incisiva para institucionalização das demandas das mulheres, dada a articulação política do movimento dentro dos espaços de poder.

Anterior ao Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), foram criados, por mulheres integrantes do movimento feminista, entre os anos de 1980 e 1981, espaços de convivência, grupos de reflexão, ou seja, os SOS's, onde eram realizadas discussões e reflexões acerca da temática, com mulheres que sofreram violência e também com familiares de pessoas que não tiveram a oportunidade de contar suas histórias, tendo suas vidas ceifadas pela violência. Segundo Almeida, 1998 (apud AQUINO, 1999, p. 101) esses serviços “[...] representaram a primeira forma de prestação de serviços jurídicos, de abrigo e de práticas de conscientização junto às (mulheres) sobreviventes de violência” e, eram mantidos pelas próprias feministas.

Já o ano de 1985, figura como o ponto referencial para o combate à violência contra a mulher no Brasil, a partir da criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), em São Paulo, instrumento que seria o “divisor de águas” para muitas mulheres que não encontravam no aparato Estatal o apoio necessário para o desvencilhamento de uma vida constituída por violência, principalmente no contexto familiar. Esse é o momento de reconhecimento por parte do Estado da violência contra a mulher como um problema de cunho social. No mesmo ano, cria-se o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), que contribuiu de forma decisiva durante a Assembleia Nacional Constituinte². Com sua

2 No dia 15 de novembro de 1986, realizou-se eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, sendo instalada em 1º de fevereiro de 1987, cuja função seria a de elaborar e aprovar o novo texto constitucional, que se deu 20 meses depois, materializada na atual Constituição Federal (Constituição Cidadã). Participaram da escolha dos constituintes mais de 69 milhões de eleitores.

atuação nesse momento histórico, fomentou a mobilização dos movimentos de mulheres junto aos constituintes e, inclusive, assessorou os parlamentares nas matérias voltadas aos direitos das mulheres.

Das articulações realizadas pelo CNDM, salienta-se a “Carta das Mulheres”, que foi o documento elaborado pelos movimentos de mulheres e feministas com as principais demandas das mulheres, entregue aos constituintes. Vale salientar que grande parte das reivindicações foi incorporada ao texto da Constituição Federal de 1988, marco histórico na sociedade brasileira para a garantia da igualdade de direitos entre homens e mulheres.

O reconhecimento da desigualdade das mulheres nos diversos campos do direito, principalmente no que concerne à violência contra a mulher como questão de interesse público, é apontado, inclusive nos marcos legais, como na Constituição Federal, art. 226º, § 8º, que “estabelece a obrigatoriedade do Estado de criar mecanismos para coibir a violência no âmbito familiar”. Afora isto, contempla a importância das convenções e acordos internacionais no art. 5º, § 2º que: “Confere status constitucional aos Tratados e Convenções Internacionais subscritos pelo governo brasileiro, incluindo os relativos aos direitos humanos das mulheres”. No entanto, entendemos que é eminentemente tardia a discussão e reconhecimento da violência contra a mulher como um campo de política pública, haja vista se tratar de campo fértil de práticas milenarmente constituídas na sociedade.

É entre as décadas de 80 e 90, do século XX, que as principais reivindicações das mulheres são atendidas, por conta da organização política dos movimentos, das organizações da sociedade civil organizada, e principalmente, da contribuição política das Conferências, em especial a Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim (1995). Nesse período, o Brasil adere a importantes acordos internacionais, em especial, à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1994) e à Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1996).

No caminho inverso, em 1995, o Estado sanciona a Lei 9.099/95, implantando os Juizados Especiais Criminais (JECRINS), com procedimentos criminais diferenciados no ordenamento jurídico, buscando, sempre que possível, a conciliação, com aplicação de penas não privativas de liberdade – aplicáveis a crimes ditos de menor potencial ofensivo. Ora, o Estado, em seu ordenamento jurídico, passa a considerar a violência doméstica como crime de menor potencial ofensivo.

Opõe-se à concepção dos organismos internacionais e dos próprios movimentos de mulheres e feministas, que consideram a violência contra a mulher uma violação dos direitos humanos, ou seja, um crime de potencial gravidade. A referida lei, além do estímulo ao processo de conciliação entre as partes, aplicação de pena não superior a dois anos, considera o réu sempre como primário e veta sua identificação criminal.

Para as mulheres, esses procedimentos significavam um retrocesso, desestimulando, muitas vezes, a denúncia do crime de violência doméstica. Tal ordenamento, no entanto, mantinha o Brasil numa situação de não observância às recomendações da Convenção de Belém do Pará³, na medida em que o país continuava omissivo no que se refere à atenção e à criminalização dos crimes praticados contra as mulheres, especialmente no âmbito familiar.

As legislações voltadas para o direito das mulheres, desde então, começam a fazer parte da agenda política brasileira. Nos anos 2000 a 2006, uma nova dimensão é dada às questões das mulheres, do ponto de vista institucional. Neste sentido, apresentaremos essa trajetória a partir da construção do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, produto da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em julho de 2004, capitaneada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), criada em março de 2003.

Tal secretaria emerge com a proposta de promover políticas públicas que contemplem como meta a promoção da igualdade entre mulheres e homens. É importante pontuar que completamos uma década desde a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e que a construção de um plano nacional de ação, para garantir uma série de demandas emergentes, teve a participação de um grande número de mulheres, reunida em diversos encontros e conferências no âmbito municipal, estadual e nacional. Portanto, pensar em política pública requer, antes de tudo, ouvir os seus principais sujeitos da ação, no caso, as mulheres.

3 As principais recomendações da Convenção para o Estado Brasileiro são: 1. Agir com o devido zelo para prevenir, investigar e punir a violência contra a mulher; incorporar na sua legislação interna normas penais, civis, administrativas e de outra natureza, que sejam necessárias para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, bem como adotar as medidas administrativas adequadas que forem aplicáveis. 2. Tomar todas as medidas adequadas, inclusive legislativas, para modificar ou abolir leis e regulamentos vigentes ou modificar práticas jurídicas ou consuetudinárias que respaldem a persistência e a tolerância da violência contra a mulher. 3. Estabelecer procedimentos jurídicos justos e eficazes para a mulher sujeitada à violência, inclusive, entre outras, medidas de proteção, juízo oportuno e efetivo acesso a tais processos.

O Plano Nacional (2005, p. 7), em sua primeira versão, apresenta alguns pontos, dentre outros, fundamentais de ação:

Equidade – a todas as pessoas deve ser garantida a igualdade de oportunidades, observando-se os direitos universais e as questões específicas das mulheres;

Laicidade do Estado – as políticas públicas voltadas para as mulheres devem ser formuladas e implementadas independentemente de princípios religiosos, de forma a assegurar os direitos consagrados na Constituição Federal e nos instrumentos e acordos internacionais assinados pelo Brasil;

Universalidade das políticas – as políticas públicas devem garantir, em sua implementação, o acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais para todas as mulheres.

O plano expõe uma preocupação com a forma de implementação das políticas para as mulheres. A necessidade de empoderamento⁴ destas não reside apenas na criação de serviços de atenção às vítimas de violência e de outras ações pontuais, como campanhas e capacitações de um corpo técnico flutuante e instável. O Estado, tomando o governo como seu agente transformador, tenta refletir no plano sua preocupação com a articulação das ações, com o intuito de garantir a transversalização⁵ da perspectiva de gênero. Reportamos a Sardenberg (2011, p. 56) para entender a lógica dessa estratégia:

[...] Acreditamos que para obter sucesso na conquista da equidade de gênero, é necessário desenvolver iniciativas nas duas direções, ou seja, tanto no que refere à ‘incorporação sistemática’ da perspectiva de gênero ‘em todos os componentes de uma estrutura’,

4 Para Ana Alice Costa (s/d), no texto “Gênero, poder e empoderamento das mulheres”, empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir.

5 O conceito de transversalização do gênero (*mainstreaming*) mais conhecido é o utilizado pelo Conselho Europeu (Direitos Humanos) que pode ser entendido como a forma “[...] a (re)organização, a melhoria, o desenvolvimento e a avaliação dos processos políticos, de modo que uma perspectiva de igualdade de gênero seja incorporada a todas as políticas em todos os níveis e em todas as etapas, por todos os que têm poder de decisão”. (LABRECQUE, 2010, p. 901)

quanto no sentido de se assegurar que essa perspectiva ‘se incorpore à matriz estrutural, ao coração de uma ação política’. Trata-se, portanto, não de estratégias diferentes, mas sim de níveis e âmbitos distintos de abordagem.

A transversalização de gênero surge como ponto de pauta nos encontros de mulheres e feministas que “promoveram múltiplos debates acerca de como uma política mundial de promoção de igualdade e de oportunidade das mulheres poderia se efetivar, [...] assegurando a implementação das reivindicações das mulheres de forma mais eficaz nas políticas, ações e programas governamentais”. (BANDEIRA, 2005, p. 9).

Ainda de acordo com Lourdes Bandeira (2005, p. 10),

No contexto mundial, a política de promoção das mulheres via a ‘transversalidade de gênero’ significou aos governos não unicamente a incorporação dessa perspectiva em um ministério ou secretaria específica de atuação na área da mulher, senão que seu impacto vinculante deve ser assimilado por todas as políticas públicas propostas pelo Estado e desenvolvidas em cada área governamental, considerando as especificidades das mulheres e dos homens.

O compromisso com a mudança de paradigmas patriarcais que reforçam a supremacia dos homens sobre as mulheres, em todos os âmbitos sociais, deve permear as ações do próprio governo e seus agentes, entendendo que são esses, paradoxalmente que, muitas vezes, ratificam a subordinação da mulher na sociedade.

Neste sentido, em 2007, o Estado cria o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, acordo realizado entre o Governo Federal, os governos dos Estados e municípios, visando planejar ações para consolidar a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. O Plano Nacional 2013-2015 aponta como princípios:

[...] autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; caráter laico do Estado; universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado; participação ativa das mulheres

em todas as fases das políticas públicas; transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas (BRASIL, 2013).

Ainda de acordo com o III PNPM, “as políticas orientam as ações do Estado a fim de combater problemas decorrentes de práticas assimétricas historicamente configuradas que inviabilizam o processo de participação social e política democrática e igualitária, de mulheres e homens” (BRASIL, 2013). Assim, parece evidente a intenção de repensar as ações e estratégias políticas na formação de uma sociedade democrática que pensa na igualdade como caminho para a efetivação da cidadania para todos.

São notórias as conquistas dos movimentos feministas no tocante ao combate à violência contra a mulher nas últimas décadas, contribuindo, inclusive, para a publicização desse fenômeno instituído no âmbito familiar e nos aparatos institucionais do Estado.

Diante disto, cabe retomar alguns avanços e retrocessos no combate à violência doméstica. Com a publicização da violência doméstica, o Estado brasileiro têm empreendido esforços para o empoderamento das mulheres e para o aprimoramento de serviços que atendam às diversas demandas das vítimas de violência entre outras ações (mesmo que precariamente), tais como: a inserção da perspectiva de gênero nos programas e projetos nacionais, estaduais e municipais, a capacitação de pessoal técnico responsável pelo atendimento às vítimas, o aumento do número de serviços especializados, a proposta de revisão dos livros didáticos, tanto com relação às questões de gênero como de raça/etnia, o estabelecimento de cotas para mulheres em partidos, entre outras ações direcionadas para a ressignificação das mulheres na sociedade.

Outro avanço considerável foi a implementação da Lei Maria da Penha, que mesmo no conflito inicial, apontada como inconstitucional⁶ por alguns juristas e legisladores - que a entendiam como violadora da igualdade entre homens e mulheres - concretiza-se, tornando-se aparato legal e estratégia de segurança para as mulheres em situação de violência doméstica e familiar, retirando muitas mulheres da condição de vítimas para protagonistas de suas vidas. Cabe apontar também para o fortalecimento de outros serviços tais como as Casas de Acolhimento, os Centros de Referência e a criação das Varas especiais de atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar.

6 A esse respeito, ver, por exemplo Aldirene Vieira de Freitas e Patricia Mendes em: Inconstitucionalidade da Lei Maria da Penha sob o Prisma da Igualdade Constitucional.

Salienta-se também alguns retrocessos que são constantemente pontuados nos encontros de mulheres e do movimento feminista, tais como: o desmantelamento desses serviços, a falta de mão de obra capacitada no trato da violência, em especial para o atendimento à mulher, a falta de estrutura física e resolutividade por conta do mecanismo burocrático do Estado e, em especial, a falta de celeridade nos processos criminais. O que alimenta a constante sensação de impunidade que insiste em fazer parte do dia a dia da sociedade. Basta verificar o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (2013, p. 250) no que se refere ao Estado da Bahia:

O Estado da Bahia enviou, em geral, apenas dados parciais, que não cobrem a totalidade de nenhum dos períodos indicados pela CPMIVCM nem traduzem o detalhamento exigido. De fato, o mapeamento da rede de atendimento está incompleto, as informações sobre o Orçamento de 2013 são muito breves e não há detalhamento das dotações orçamentárias destinadas aos serviços da rede de atendimento à mulher em situação de violência em 2012, exceto em relação aos Cras. Os dados estatísticos apresentados são, na melhor das hipóteses, parciais e com forte ênfase na Região Metropolitana, havendo alguma informação somente sobre 23 dos 417 municípios baianos. Note-se, de modo geral, que o conjunto de informações não permite um diagnóstico seguro sobre a situação de violência contra a mulher na Bahia, dado seu caráter fragmentário, parcial e, principalmente, não uniforme, o que torna a comparação, entre períodos, regiões ou situações uma empresa temerária.⁷

Antes do resultado dessa comissão mista, o Observatório da Lei Maria da Penha – com núcleo central na Bahia, ao monitorar a aplicabilidade da Lei nas capitais brasileiras, já apontava dificuldades quanto aos instrumentos e à efetividade das ações propostas na Lei. Os resultados da pesquisa, de acordo com Sardenberg, Tavares e Gomes (2011), destacam-se quanto:

7 Ver COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO – Relatório Final. Com a finalidade de “investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência”. Brasília. Junho/2013

[...] à morosidade no atendimento, tanto para efetuar a denúncia como para realização de audiências. Observa-se situações em que, para obter uma simples informação, a pessoa pode ficar mais de duas horas à espera de alguém que a interrogue acerca do motivo de sua ida à DEAM. Numa das capitais, identificou-se uma prática deveras preocupante, a exigência de duas testemunhas que atestem a veracidade dos fatos relatados pela mulher, sem a qual o Boletim de Ocorrência não é registrado, além do agendamento para comparecimento das vítimas e das pessoas para testemunharem a seu favor, o que incorre na desistência de algumas mulheres, por falta de testemunha. Em suma, sob os trâmites burocráticos, oculta-se o descaso e a desimportância atribuída pelos operadores da lei à violência perpetrada contra a mulher.

Tais situações não invisibilizaram a importância da Lei Maria da Penha (11.340/2006), pois ela insere uma nova roupagem às vidas das mulheres que sofriam a violência doméstica e familiar. O tripé da intervenção da Lei consiste na punição ao agressor, prevenção à violência e assistência à vítima, articulando, desta forma, serviços que possam coadunar com a garantia de direitos e a valorização do indivíduo como pessoa humana. Nessa perspectiva, os serviços de atenção às mulheres foram se fortalecendo, a exemplo dos Centros de Referências, das DEAMs e das Casas de Acolhimento – que já despertavam em meados dos anos 1980, com o surgimento do SOS Mulher e das próprias DEAMs.

A implementação da Lei Maria da Penha possibilitou alavancar um debate político e social que há muito se encontrava tolhido nas vozes de mulheres que, ou não resistiram à morte, ou morriam cotidianamente durante suas “sofrências” no casamento, nos relacionamentos esporádicos (ou não) e nos desencontros permeados por violências e abusos.

Desde a promulgação da Lei Maria da Penha a violência passa a ser encarado como um crime contra a vida e os direitos humanos das mulheres. Assim, aos autores de violência, não é mais permitido o pagamento de cestas pecuniárias ou apenas a prestação de trabalhos comunitários, penas que minimizavam o caráter ofensivo, criminoso da violência doméstica. A Lei Maria da Penha tipifica e define a violência contra a mulher, possibilita a prisão em flagrante e preventiva do agressor, bem como determina a aplicação de medidas protetivas de urgência, visando uma maior proteção à mulher. Além do caráter punitivo,

também tem caráter preventivo e educativo. Isto decorrente do claro entendimento de que apenas as punições e prisões têm pouca eficácia na mudança de comportamento e no combate à violência no contexto familiar contra mulheres e crianças.

A leitura da lei permite entendê-la a partir de um tripé de atenção: prevenção, punição, assistência e também pensar na inserção do contexto educativo, o que garante um formato tanto na perspectiva de punição aos agressores como um trabalho de prevenção e educação para o empoderamento das mulheres, não perdendo de vista a educação e/ou reeducação para os agressores. Essa perspectiva possibilita uma atuação multidimensional, quando podemos verificar que, no contexto da problemática, estão inseridas não apenas as mulheres em situação de violência, mas também os agressores, os filhos e os demais familiares.

Ao pensar empoderamento é necessário entender a partir da perspectiva coletiva e política. A lógica não é pensar a categoria como proposição individual, a noção deve ter dimensão de coletividade. Esse é o sentido político do conceito. Entendendo que o empoderamento se inicia a partir do sujeito individual para que posteriormente ganhe contornos na coletividade. Sobre a lei é importante assinalar que consiste ainda em uma conquista dos movimentos de mulheres e feministas que apresentaram denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, referente ao processo da farmacêutica Maria da Penha, relativo ao crime cometido contra a mesma. No ano de 2002, as organizações Advocacy, Cfemea, Cepia, Themis e Cladem reuniram-se (em Consórcio) para elaborar o anteprojeto de lei que visava o combate à violência doméstica. Resultando, em 2006, na Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Cabe apontar que o caso de Maria da Penha não se configura como um caso isolado, outras milhares de mulheres, conhecidas e desconhecidas, foram mortas e possibilitaram que suas histórias de dores fossem utilizadas para demonstrar a necessidade de uma ação contundente contra a violência e, em especial, na garantia de direitos para todas as mulheres. A urgência em agregar o peso do crime àqueles que fomentassem a violência doméstica como algo “normal”, que se utilizavam do corpo de “homem” como instrumento para a domesticação das suas companheiras, era evidentemente necessário. O corpo de macho que legitima a autoridade pela força física, pela reprodução simbólica do poder instituído aos músculos e à concepção milenar e simbólica do “poder do falo”.

A consolidação dos direitos das mulheres e a concretude de uma sociedade igualitária perpassam pela desconstrução de noções milenarmente instituídas e a urgência do entendimento de que as relações sociais são constituídas por um arcabouço de peculiaridades passíveis de inflexões, reflexões – instáveis, flexíveis e, portanto, passíveis de serem desconstruídas e/ou transformadas.

Os grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher

Todos os avanços no contexto político não libertaram a mulher da base biológica que a coloca como naturalmente submissa ao poder do homem. Essa base material se reflete inclusive nas representações políticas e nas instâncias de formação e educação, deixando evidente que o questionamento das hierarquias nas relações de gênero, da condição de opressão/subordinação/exploração das mulheres ainda é tema incipiente nesses espaços.

Em respostas as diversas formas de violência doméstica cometidas contra as mulheres, o Estado e as organizações internacionais têm empreendido esforços para o desenvolvimento de recursos jurídicos, sociais e de saúde para apoio às vítimas, como os apresentados no primeiro capítulo desse trabalho: políticas públicas para mulheres, serviços de atenção e leis específicas com intuito de criminalizar a violência doméstica e familiar contra a mulher. Os debates são fomentados também pelas agências internacionais no sentido de dar visibilidade a tal problema, identificado também como de saúde pública.

Embora exista toda uma estratégia de ação para apoiar as vítimas, ainda são incipientes as ações para lidar com essa problemática, tendo em vista que o ato de violência continua presente na realidade de muitas mulheres.

Segundo informações do relatório da CPMI⁸ (2013, p. 20) “a mais grave forma de violência - o homicídio – aumentou nos últimos 30 anos [...] O número de mortes nesses trinta anos passou de 1.353 para 4.297”. Isso representa em números percentuais um aumento de 217,6%. O relatório ainda aponta para a “inexistência ou ineficácia das políticas públicas de enfrentamento às violências contra as mulheres” (CPMI, 2013), no Brasil.

8 Ver COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO – Relatório Final. Com a finalidade de “investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência”. Brasília. Junho/2013.

A transformação dessa situação perpassa na reelaboração da lógica das relações sociais no tocante aos sujeitos participantes da trama da violência. Tendo em vista que a violência é relacional, as alternativas de mudanças devem ser trabalhadas entre os sujeitos relacionais. O que se vê na atual conjuntura é uma preocupação com as mulheres, do ponto de vista de oferecimento de serviços especializados, casas de apoio, centros de referência, delegacias especiais, encontros, capacitações, modificações nas legislações, todos necessários. No entanto, o polo oposto e, ao mesmo tempo, principal da violência (o homem), é dada apenas uma punição (quando ocorre), em que pese a falta de celeridade dos processos e a não resolutividade dessa punição.

Nesse contexto, corroboro com a proposta oriunda da própria Lei Maria da Penha quando, nas disposições finais, refere no

- Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:
- I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;
 - II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;
 - III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;
 - IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;
 - V - centros de educação e de reabilitação para os agressores.

É necessário citar como se apresenta a mobilidade dos instrumentos estatais, jurídicos e políticos na construção do ordenamento da sociedade: “A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios **poderão** criar...” (grifos meus). A criação desses serviços fica condicionada à vontade política ou à necessidade social, induzida pelo movimento de adequação da sociedade, representada pelos movimentos sociais. Portanto, levar o homem a refletir sobre as ditas “coisas de mulheres”, não é prioridade na agenda dos governos estaduais e municipais. Já se passaram quase oito anos da implementação da Lei Maria da Penha e, apenas alguns Estados, como Rio de Janeiro e São Paulo, iniciaram uma proposta com centros de educação e reabilitação para agressores.

De acordo com o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (2013a), são poucos os Estados que contemplam o serviço de reeducação para homens autores de violência, e a própria comissão não expõe a necessidade desse serviço, atribuindo o peso das suas recomendações aos Estados brasileiros.

No debate sobre o sistema de punição para os homens autores de violência doméstica e a concretização dos serviços de reeducação voltados aos homens autores de violência, é imprescindível pontuar Foucault na sua reflexão sobre as prisões.

Desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade. [...] a prisão fabrica delinquentes, mas os delinquentes são úteis tanto no domínio econômico como no político. (FOUCAULT, 1979, p. 131)

Falar sobre prisões nesse contexto é importante para entender que é necessário o processo de criminalização, dado a partir do aprisionamento desses homens, porém, a prisão, por si só, não resolve a problemática. A prisão, “[...] por muito tempo, profissionaliza a criminalidade. [...] Não se pune, portanto para apagar um crime, mas para transformar um culpado...” (FOUCAULT, 2010, p. 123). A intenção de incluir o homem em atividades socioeducativas tem como objetivo afastá-lo do contexto de violência, fazê-lo repensar as atitudes violentas como formas de resolução de problemas advindos das relações familiares e, principalmente, modificar o padrão sociocultural que orienta suas ações e promove espaço para ressignificar modelos de masculinidades apreendidos nos seus espaços sociais e familiares.

É sabido que o sistema prisional nacional há muito, quiçá nunca, apresentou resultados que viabilizassem o real sentido da ressocialização dos indivíduos que por lá passaram, continua sendo, desde seu início, um sistema falido, na própria acepção da palavra. Portanto, punir sem ressignificar, permitirá que o sujeito ativo da violência sucumba na reincidência, entendendo que não existe transformação sem uma reflexão acerca das posturas, dos modelos instituídos, ou seja, sem consciência crítica. De acordo com o que é apontado no trato da violência doméstica, a prisão, por si só, não é tão eficaz na redução da criminalidade e, portanto, passível de reincidência. Isto posto, é evidente que a prisão deve ser vista como parte de uma multi agências, coordenadas como resposta à violência doméstica

Temos escutado em alguns encontros de mulheres e de feministas o seguinte questionamento: “mas, por que ouvir os homens? Eles sempre foram ouvidos, precisamos dar voz às mulheres...” Falar isso ou pensar dessa forma, é, para meu parco conhecimento político, uma limitação lógica no entendimento de uma sociedade igualitária, sem preconceitos e com direitos iguais. Não se trata de apenas querer ouvir, o que queremos é analisar para modificar, é perceber a forma como se fala, por que falam, com quais intenções e, em especial, descobrir estratégias de ação para modificar os seus discursos e atos machistas, impregnados de violência. Entender como o processo da violência se ressignifica cotidianamente numa “dita” sociedade em processo de emancipação. Os homens continuam violentando e matando mulheres, mesmo com a implementação de uma Lei que pune e criminaliza.

O processo de transformação dos modelos sociais historicamente constituídos deve se dar a partir dos dois polos da ação, homens e mulheres. Para tanto, estes devem ser levados a compreender que suas vidas foram alicerçadas em valores tradicionais ainda baseados no ideário patriarcal. Quanto ao entendimento e percepção crítica da necessidade de mudanças, as mulheres já alçam voos maiores e, por conta disso, o campo fértil de conquistas em termos de políticas públicas e instrumentalidades para sua execução.

Entendendo os grupos para homens autores de violência – marco inicial

Durante a década de 1970, nos Estados Unidos, surgem os primeiros grupos para homens autores de violência. O pioneiro (LIMA; BUCHELE, 2011) foi o Emerge: Counseling e Educations to Stop Domestic Violence, fundado em 1977, pioneiro no envolvimento dos homens em ações dirigidas ao fim da violência nas relações íntimas de afeto. Esse grupo serviu de referência para outros que surgiram posteriormente, inclusive para as estratégias a nível governamental como a “Batterer Intervention: Program Approaches and Criminal Justice Strategies” (Intervenção com Agressores: Abordagens Programa e Estratégias da Justiça Criminal) do Department of Justice Office of Justice Programs de Washington, DC – publicado em fevereiro de 1998.

Os grupos surgem como alternativa complementar na prevenção da violência doméstica contra as mulheres. Entendendo que a responsabilização se dá através de ações que tragam esses agressores ao debate na perspectiva de

uma auto reflexão acerca dos atos de violência, do entendimento sobre as relações de gênero e modelos de masculinidades, dos direitos humanos.

A partir dessa iniciativa piloto, outras iniciativas foram tomadas em países da Europa, América Latina e Brasil.

Existem vários modelos e formatos teóricos/metodológicos utilizados pelos grupos para homens autores de violência doméstica – apresentam-se diferentes abordagens ideológicas de cunho pedagógico, terapêuticos, conciliadores e outros com vertentes religiosas.

Os grupos de homens que operam na região de Washington – DC possuem uma formato que segue normas estaduais disponíveis no programa Batterer intervention: Program approaches and criminal justice strategies. O programa oferece de 12 a 52 semanas de intervenção, em grupos estruturados para 2 horas de encontros por semanas (HEALEY K; SMITH; O’SULLIVAN,1998).

Os grupos oferecem vagas de mediadores para as ex-mulheres agredidas ou para os ex-agressores, no sentido de acompanhar e monitorar a responsabilização dos agressores.

Buscando referências para identificar os grupos que atuam na América Latina, encontrei uma pesquisa⁹ que relata algumas experiências inclusive na Europa, especialmente em Portugal. Tomando como referência esse estudo, podemos fazer uma comparação como esses serviços na América Latina e Europa trabalham com grupos de até dois anos com intervenções educativas e terapêuticas. Segundo (BEIRAS et al., s/d) em Portugal ocorreu também as intervenções individuais.

Sobre as intervenções com homens (BEIRAS et al, s/d) informa que,

É importante destacar que em Portugal, desde o I Plano Nacional contra a Violência Doméstica, criado em 1999, já há uma preocupação quanto à integração social dos autores de violência, na medida em que se considerava a possibilidade destes (re)aprenderem comportamentos destituídos de violência. Esta preocupação continua tendo espaço na realidade nacional, se confirmando com o IV Plano Nacional anteriormente mencionado, que enfatiza ‘a intervenção junto de agressores, com o objectivo de proteger as vítimas actuais e/ou prevenir a vitimação em futuras relações, é

9 Pesquisa intitulada: “Estreitando o diálogo entre América Latina e Portugal: análise dos programas de atendimento a homens autores de violência contra mulheres”

hoje definida como uma prioridade a nível europeu', como uma de suas áreas estratégicas de intervenção.

A situação de Portugal conforme pesquisa realizada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) mostra que as políticas públicas de combate à violência "se encontram bem estruturadas para prevenir e intervir junto aos sujeitos que cometem a violência". Assim como entende que "é insuficiente trabalhar apenas com as vítimas; a intervenção junto de agressores contribui para a alteração dos estereótipos e das crenças socialmente enraizados." (UFSC, 2011).

Já no Brasil, em 1994, o Instituto NOOS¹⁰ de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais, sediado na cidade do Rio de Janeiro, inicia suas ações voltadas para a prevenção e a interrupção da violência intrafamiliar e de gênero. Cabe apontar que esse não era o objetivo inicial de suas ações, o contexto da violência passa a se integrar nas ações a partir do momento que iniciam os atendimentos dos grupos terapêuticos e as ocorrências de violência começam a surgir nos relatos dos grupos. As atividades do Instituto NOOS estão paralisadas desde 2009, por falta de repasse financeiro federal (OLIVEIRA, 2012 p. 49).

Segundo Oliveira (2012), em setembro de 2008, foi inaugurado o Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência de Gênero/SERH, fruto da parceria entre a Secretaria Municipal de Valorização da Vida e Prevenção da Violência de Nova Iguaçu/RJ e o Instituto de Estudos da Religião/ISER, organização da sociedade civil cuja ação interventiva é a causa dos direitos humanos e da democracia. Contudo, em meados de 2010, o serviço teve suas atividades paralisadas por conta da falta de repasse financeiro também.

A CPMI, na apresentação do relatório de 2013, apresenta a realidade dos grupos de homens autores de violência existentes no Brasil, a análise foi feita apenas em termos de levantamento da existência dos grupos nos Estados brasileiros, e não de como estes grupos funcionam, o que corrobora com as dificuldades apresentadas nos demais grupos pesquisados neste trabalho. O que impera ainda é a falta de conhecimento de como tais grupos funcionam. A seguir, apresentarei uma síntese do levantamento realizado pela CPMI/2013.

10 Sobre o significado das letras que denomina o instituto, este informa que NOOS significa "mente" em grego. Outra referência ao nome da instituição é a "Noosfera", conceito do filósofo Teilhard de Chardin, que dizia que a Terra está coberta por uma camada de pensamentos e ideias, uma conexão entre todas as mentes e povos do planeta.

Quadro 1 - Grupos de Homens autores de Violência no Brasil

Cidade/ Estado	Situação
Distrito Federal	Existem dez unidades de Núcleos de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD) voltadas a atender aos agressores e familiares envolvidos em violência doméstica. Esses serviços estão localizados em dependências do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Cada um deles conta com dois psicólogos para atendimento separado de vítima e agressor. Os núcleos oferecem também assistência social e jurídica para os atendidos. Não informa quando tiveram início e seus resultados.
Mato Grosso	Existe um projeto na capital do Ministério Público e Governo do Estado chamado “Lá em casa quem manda é o respeito”, lançado em março de 2011, destinado à reeducação do agressor. O Projeto é desenvolvido dentro do CRC (Centro de Ressocialização de Cuiabá) e conta com a participação de uma equipe multidisciplinar e de Promotores de Justiça da violência doméstica, sendo tal projeto voltado para os agressores da violência doméstica, para fins de reeducação, conscientização e combate a reincidência. Em apenas dois anos o projeto atendeu a 960 reeducandos, dos quais apenas 28 reincidiram. Apenas 3%.
Mato Grosso do Sul	Existe uma unidade desse tipo, denominada Centro de Educação do Homem Agressor, que funciona em Campo Grande.
Minas Gerais	Existe apenas um serviço desse tipo em Minas, localizado em Belo Horizonte: o Instituto Albam – Programa Andros – Homens Gestando Alternativas para o Fim da Violência.
Rio de Janeiro	A informação é que o antigo CREAS cedeu lugar para a instalação de equipamento para responsabilização e educação do agressor, um projeto do Tribunal de Justiça. Não se obteve mais informações a respeito.
Rio Grande do Norte	Apesar da afirmação – constante do PIB – de que um serviço desse tipo estava sendo implantado em 2009, ainda não se tem notícia de que ele exista.
São Paulo	De acordo com a Gestora Estadual do Pacto Nacional durante a audiência pública do dia 29/6/2012, existem duas unidades desse tipo em São Paulo, mas ela não soube informar onde estão localizadas.

Fonte: Relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquerito (CPMI)/ 2013.

Os Estados de Acre, Amazonas, Ceará e Maranhão apresentaram também a existência de grupos para homens autores de violência, contudo, como

os demais apresentados no quadro acima, não informam nenhum dado que contemple mais informações com relação ao trabalho efetuado, ao tempo, à metodologia aplicada, resultados e principalmente a mensuração destes resultados. A falta de informações acerca dos grupos evidenciam a fragilidade das ações voltadas para esse público. Os dados apresentados pela CPMI corroboram a falta de conhecimento dos operadores das políticas para as mulheres com relação à existência e atuação dos serviços voltados para os HAV.

Análise e algumas considerações

Existem diversas críticas com relação aos grupos de homens autores de violência (HAV) – desde a necessidade de implantação direcionando recursos para essa parcela – podendo apresentar diminuição nas verbas repassadas para a política para as mulheres, até sua verdadeira eficácia no que concerne à diminuição da violência.

Cabe apontar que os primeiros serviços criados no Brasil com esse cunho tiveram vida curta, por conta da falta de repasse de recursos financeiros do Estado. Os profissionais se deslocaram para outras atividades, as pesquisas sobre a temática conta com a boa vontade dos profissionais que fizeram parte do serviço enquanto estavam lá. Essa foi uma das dificuldades apresentadas em 2012 por Anderson Oliveira, durante seu trabalho de pesquisa para a construção do trabalho: Atendimento a homens autores de violência contra a Mulher: lacunas, desafios e perspectivas.

Além desses pontos, cabe apresentar também os modelos de avaliação que devem ser apresentados para esses trabalhos, que na própria proposta da Batterer intervention: Program approaches and criminal justice strategies, já apontava para uma falha nessa etapa dos trabalhos realizados até então.

Os resultados desses estudos não são conclusivos devido a problemas metodológicos, tais como pequenas amostras, falta de grupos de atribuição ou de controles aleatórios, currículos curtos ou pouco representativos do programa. Curtos períodos de acompanhamento ou de fontes não confiáveis ou inadequadas do acompanhamento dos dados. (HEALEY; SMITH; O’SULLIVAN,1998)

O que se apresenta nos grupos, majoritariamente, são apresentações de dados.

A frustração com a falta de evidências empíricas, a apresentação de um currículo específico ou a duração do tratamento tem levado alguns pesquisadores cada vez mais olhar para os agressores como um diversificado grupo para o qual as intervenções podem ser especialmente adaptadas podendo ser a única abordagem eficaz. (HEALEY; SMITH; O’SULLIVAN,1998).

A expectativa que pode ser gerada a partir dessas análises é avaliar o progresso da intervenção com os agressores, que precisará ser reformulado para incluir o mais amplo contexto de especificidades culturais, sociais e até mesmo regionais.

A longa distância entre a prisão e a inserção em programas de tratamento de HAV, é outro impacto na resolutividade da ação. Então, surgem algumas indagações nesse sentido, quais respostas da justiça penal para o agressor, que intervenções jurídicas são apresentadas para os que estão com processos criminais caminhando infidouramente nos cartórios das Varas, juizados e Fóruns de violência doméstica.

Ainda conforme apresentação do Programa de Intervenção com Agressores de Washington DC, dos homens que completam o ciclo do grupo, 50 a 90% permanecem não violentos por 6 meses a 3 anos. Neste sentido, o tempo de acompanhamento e avaliação dos grupos é eminentemente pouco para definir a mudança de condutas violentas. Uma análise longitudinal seria a proposta coerente para esses estudos.

O tipo de abordagem e de linguagem utilizadas nas intervenções com os agressores é outro ponto importante. O campo jurídico necessita ter ciência das conotações dadas às intervenções com os autores de violência, tendo em vista que em algumas perspectivas de atuação são apresentadas metodologias de autoajuda e/ou aconselhamento religioso, o que foge da perspectiva de modificação da situação posta de violência contra a mulher, pautado nas relações de gênero e diferenças de sexo. Lima e Buchele (201,1 p. 725) afirmam que “[...] a escolha dessas abordagens teóricas está intrinsecamente ligada a como os programas compreendem as causas da violência contra a mulher”. Portanto, é necessário pensar como ponto crítico o arcabouço teórico prático dos responsáveis pelos trabalhos com os homens autores de violência

Referências

ACOSTA, Fernando; ANDRADE FILHO, Antônio; BRONZ, Alan. **Conversas homem a homem: grupo reflexivo de gênero**. Rio de Janeiro, Instituto NOOS, 2004.

AQUINO, Sílvia. **Análise de Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs) em funcionamento no Estado da Bahia, em uma perspectiva de gênero e feminista**. Salvador, 2006. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

BANDEIRA, Lourdes. **Brasil Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas**. Cepal. SPM. Brasília. 2005.

BRASIL, **Lei nº. 11.340**, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha).

_____. **Dados Estatísticos sobre a violência**. Fundação Perseu Abramo. 2001.
BRASIL, **Lei nº. 11.340**, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha).

_____. **Lei n. 11.340**. LEI MARIA DA PENHA de 7 de Agosto de 2006.

_____. **Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2005.

_____. **Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

_____. **Relatório Final: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito**. Brasília: 2013.

_____. **Dados Estatísticos sobre a violência**. Fundação Perseu Abramo. 2001.

COSTA, Ana Alice Alcântara. A construção do pensamento feminista sobre o “não poder” das mulheres. In: _____. **As donas no poder. Mulher e política na**

_____. A construção do pensamento feminista sobre o “não-poder” das mulheres. In: **As donas do Poder. Mulher e política na Bahia, Salvador**: Coleção Bahianas, 1998.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educ.Soc.**, 1998,v.19, n.62, p.13-30. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 02 mar. 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 23. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir**: Nascimento da Prisão. 38 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

HALL, S. **Representation**: cultural representation and signifying practices. London: Sage, 1995.

HEALEY. K; SMITH. C; O’SULLIVAN. C. **Batterer intervention**: Program approaches and criminal justice strategies. Washington, DC, US Department of Justice (No. NCJ 168638), (1998). Disponível em: < <https://www.ncjrs.gov/pdffiles/168638.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2014.

LIMA. Daniel C.; BUCHELE. Fátima. Revisão Crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. **Physis Revista de Saúde Coletiva**. v. 21, n. 2. Rio de Janeiro. p. 721-743, 2011.

MOTTA, Alda Brito da. Terceira Idade – gênero, classe social e moda teórica. In: COSTA, Ana Alice, ALVES, Ivya Iracema (Org). **Ritos, mitos e fatos**. Salvador: NEIM/FFCH/UFBA.2011

NEIM-UFBA – **Assembléia Legislativa da Bahia**. Bahia –Salvador, 1998.

OLIVEIRA, Anderson Eduardo Carvalho de. **Atendimento a homens autores de violência contra a mulher**: lacunas, desafios e perspectivas. Salvador, 2012. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

PASSOS, Elizete Silva. **PALCOS E PLATEIAS – as representações de gênero na Faculdade de Filosofia.** Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1999.

PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade.** Florianópolis: Mulheres, 1998.

SAINT-PIERRE, Héctor L. **Max Weber: entre a paixão e a razão.** 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

SAFFIOTI, H. I. B. Gênero e Patriarcado. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Sueli de. Marcadas a Ferro. **Violência contra a Mulher. Uma Visão Multidisciplinar.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

_____. **Ontogênese e Filogênese do Gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres.** Série Estudos/Ciências Sociais. Brasil: FLASCO. (2009). Disponível em: <http://www.flasco.org.br/portal/pdf/serie_estudos_ensaios/Heleieth_Saffioti.p>. Acesso: 25 jun. 2014.

_____. **A mulher na sociedade de classes.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SALVADOR. **Relatório Epidemiológico n. 1.** Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - Observatório Estadual das Violências e Acidentes. Versão 2- 17/5/2012.

SARDENBERG, Cecilia; TAVARES, Márcia; GOMES, Márcia. Feminismo e Políticas Públicas: monitorando a implementação da Lei Maria da Penha. In: _____. **Congresso da LASA-Latin American Studies Association**, 2012, San Francisco. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2012/files/26851.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2014

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade.** Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000.

WATTS, C.; ZIMMERMAN, C. Violence against women: global scope and magnitude. **Lancet London**, v. 359, n. 9313, p. 1232-1237, 2002.

ZÁRRAGA MORENO, José Luis de. Generaciones y grupos de edad. Consideraciones teóricas. In: **Congreso Español de Sociología**, 4., sept 1992. Madrid.

“ESTOU CUMPRINDO O MEU PAPEL”: SIGNIFICADOS DO “SER HOMEM” E “SER MACHO” ENTRE HOMENS PROCESSADOS PELA LEI MARIA DA PENHA.

Lorena Sales de Almeida¹
Universidade Federal da Bahia
lorenasales.cs@gmail.com

Resumo

Visto que o estudo sobre homens e masculinidades é relativamente recente no Brasil, mas já se apresenta como uma área emergente importante dentro dos estudos de gênero, este trabalho busca apresentar os discursos sobre as masculinidades apresentados por homens processados pela lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). O trabalho trata da relação entre a construção sobre o “ser macho” e o “ser homem” e a possível relação com situações de violência doméstica contra a mulher, visto que os homens são os maiores perpetradores de violência. A pesquisa de cunho qualitativo, foi realizada na 1ª Vara de Violência Doméstica Contra a Mulher na cidade de Salvador/BA, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quinze homens. A partir da análise do discurso foi possível identificar os significados apresentados pelos homens sobre o que é ser homem e ser macho, possibilitando analisar suas falas e práticas cotidianas organizadas em torno destas categorias.

Introdução

Os homens estão diretamente envolvidos nas situações de violência contra a mulher, porém muitas vezes eles não passam de dados estatísticos nas pesquisas sociais sobre gênero. Pouco se investiga sobre o processo de socialização dos homens dentro de uma sociedade notadamente sexista e patriarcal, de modo a pesquisar como as formas de masculinidade instituídas socialmente legitimam a violência contra a mulher e quais as falas que a justifica.

Ser homem na sociedade patriarcal significa deter uma série de poderes e vantagens, mas, por outro lado, implica no cumprimento de uma série de deveres e obrigações, como nos diz Pierre Bourdieu (2005, p. 158): “o dominante é também dominado, mas por sua dominação”. Em sua obra, Bourdieu (2005, p. 137) explica que “a dominação masculina está suficientemente assegurada de modo que não precisa de justificação”, já que está evidenciada nos discursos, na divisão sexual do trabalho, nos modelos educacionais, familiares, de forma geral, em nosso cotidiano. Dessa forma, garante que a dominação masculina não é elaborada meramente no mundo social, mas também no estado incorporado, servindo como uma ideia legitimada socialmente, a qual o indivíduo deve se aproximar ou se afastar, a depender do seu lugar na dinâmica social.

O estudo sobre homens e masculinidades é relativamente recente no Brasil, mas já se mostra como uma área emergente importante, principalmente em sua relação com as situações de violência. Desse modo, vamos apresentar aqui, um estudo de caráter qualitativo que busca apresentar as concepções de masculinidade dos homens envolvidos em casos de violência doméstica contra as mulheres na cidade de Salvador. Assim, o objetivo principal deste artigo é apresentar os discursos sobre a masculinidade presentes nas falas de homens processados pela lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Ouvir o que os homens pensam sobre si próprios e como elaboram suas práticas sociais, possibilita traçar pontos de relações entre os homens e as desigualdades de gêneros persistentes. Analisar os discursos de homens agressores é importante para compreender as relações entre a construção do “ser homem” e “macho” pode influenciar nas situações de violências.

A investigação sobre a relação dos homens e a violência contra a mulher, pode possibilitar a elaboração de novas estratégias de administração desses conflitos, já que o aparato legal parece não dar conta do número crescente de casos dessa natureza. Pensar em novas abordagens e tratamento deste tipo de violência focando também nas políticas para homens, descentralizando o caráter, prioritariamente penal e repensando o âmbito preventivo e educativo, é necessário.

Metodologia

Esta pesquisa é resultado de um trabalho de conclusão de curso de Mestrado em Ciências Sociais, onde foram entrevistados 15 homens denunciados por violência doméstica contra a mulher. Os intimados para audiências foram questionados sobre assuntos mais gerais relativos a gênero, masculinidade e violência, porém neste artigo apresento uma discussão sobre as questões relativas aos significados da masculinidade apresentados por eles. Foi utilizado gravador de voz em entrevistas individuais que seguiram um roteiro, estas foram transcritas e analisadas junto às bases teóricas utilizadas.

A pesquisa foi realizada na 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Salvador, onde além de serem realizadas audiências, os envolvidos nos casos de violência podem buscar ajuda psicossocial e jurídica. Para a análise das entrevistas foi utilizado o método de análise dialógica do discurso, que de acordo com Spink (1999), busca descobrir a polissemia do discurso. Para a pensadora, o discurso deve ser visto como um poderoso meio guiado pela ação e não um meio de conhecimento aparente. Assim o discurso não é percebido facilmente e, por isso, é preciso um método de análise que permita acessar o modo de construção dialógica das falas estudadas.

Significados do “ser homem” e “ser macho”

O critério de seleção dos homens que foram entrevistados nesta pesquisa foi estar respondendo um processo penal pela Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. Alguns deles estavam na Vara para participar de audiências e outros para buscar o serviço do defensor público.

Durante minhas observações, pude perceber uma predominância de homens adultos, aparentando entre 40 e 45 anos de idade, e casados (utilizavam aliança na mão esquerda), alguns acompanhados de familiares (filhos e esposas), mas a maior parte deles se encontrava sozinho nas salas de espera. Os nomes utilizados para fazer referência aos homens que concederam as entrevistas, são fictícios, criados a fim de garantir a confidencialidade do trabalho.

Neste trabalho, não parto do pressuposto de que a construção de um imaginário masculino seja atemporal e universal, o ponto de partida é perceber sensivelmente como esses padrões, guiados pela dicotomia ser homem, ser mulher, está presente dos discursos dos homens. A construção sociocultural do que é ser homem e do que é ser mulher influencia na vida de ambos, assim,

esta análise se ancora na constatação de Medrado; Lyra (2008), de que, apesar de ter havido certa ampliação dos estudos acerca das modalidades subjetivas masculinas na contemporaneidade, eles ainda são de caráter restrito.

A partir dos questionamentos sobre o que é ser homem e o que é ser macho, foi possível notar como os sujeitos entrevistados elaboram seus discursos sobre si mesmos, alertando para falas em comum entre os interlocutores. Antes mesmo, é preciso deixar claro que a multiplicidade de contextos sociais e culturais se reflete também nas diferentes maneiras de como homens e mulheres vivenciam a masculinidade, diferentes masculinidades coexistem. Todavia, Connel (1997) ressalta que é plausível destacar o que chamou de “masculinidade hegemônica”, reportando-se à conformação de masculinidade predominante, tradicional, prevalente em um determinado contexto cultural e histórico.

Gomes; Rabello; Nascimento (2010) alertam que a construção da masculinidade, a partir da dimensão hegemônica, penetra no imaginário social, diz respeito à concepção de oposição ao feminino. Entretanto, o masculino, assim como o feminino, deve ser considerado como uma categoria que não se reduz ao corpo e aos traços de distinção do sexo, são práticas discursivas organizadas socialmente.

Ao falarem sobre o que é ser macho, os sujeitos da pesquisa apresentaram um discurso que associa o macho à virilidade, ao falo e a características consideradas inatas ao sexo. A respeito disso, eles explicitaram as exigências de comprovação da virilidade através do desempenho quase obrigatório de um sujeito ativo, viril, que está sempre disponível e disposto a desempenhar a função de “macho”.

Ao ser questionado sobre o que é ser macho, Rui disse que essa pergunta era muito complicada e que ele precisava refletir por um tempo. Após alguns minutos, ele começou a rir de forma contida, como se estivesse com vergonha de responder, e comentou:

Ser macho... poxa... um homem pra ser macho tem que saber fazer uma mulher feliz na cama, desculpa se eu te desrespeitei. [...] Eu acho que é aquele homem que faz e acontece, que faz o que eu disse, sabe fazer aquilo. Porque o homem tem um órgão que é fisicamente feito pra isso, ele é como se fosse um instinto de sobrevivência. Se um homem vê uma mulher bonita e ela quer, ele vai lá e faz. Agora, aqueles homens magrelos, muito delicadinho, mulher não gosta. Tem homem que se diz homem, que na hora da coisa ficar séria, corre, isso é postura de um homem? Não é. (Rui)

Ao longo dos anos foi sendo engendrada a cobrança pela virilidade a estes homens a partir de suas masculinidades, esse fenômeno motiva a iniciação sexual precoce e a busca pela prática de “fazer” filhos, ligada a consolidação da noção de que o homem tem que ser viril, evidenciando esses traços por meio da sexualidade e do treinamento dos seus corpos.

A educação do macho pode ser evidenciada na iniciação sexual ainda na infância, representando a passagem do menino para a fase adulta, tornando-o um “macho”. Mesmo com a imposição desse comportamento, a legitimidade masculina se vale de diversas marcas sociais, como a socialização dos jovens homens no mundo público e no exercício do comando, fazendo-se obedecer por meio do uso da ordem e da autoridade masculina.

O reconhecimento da masculinidade, tradicionalmente, está ligado à necessidade do indivíduo de sentir e agir como homem, o que provoca uma série de esforços específicos, que inclui a contenção das emoções e das expressões corporais. Esse padrão foi notado durante as entrevistas, o corpo enrijecido, a maneira de sentar e falar e o controle das emoções, quando eles não conseguiam manter essa conduta, buscavam policiar seus atos. Em algumas entrevistas, os homens emocionaram-se ao falar dos filhos, da família, da condição financeira, alguns choraram e desculparam-se pelo comportamento, tentaram esconder o rosto ou mesmo interromper a entrevista.

Olha... eu acho que nem todo homem é macho. Macho é aquele homem que cumpre com sua obrigação, aquela parte mais do... tipo mais da relação sexual mesmo. O macho tem aquele instinto de macho, aquela coisa de animal mesmo, de ser rígido, ser mais bruto. (Celso)

Macho... é assim... qualquer um homem é macho, agora, pra cumprir não é qualquer um. [...] Quando o cara fala que é macho, o cara quer ser o maioral, melhor que todos os homens, mas o macho não é isso. Macho é saber proteger o que é seu, é cuidar do que é seu. É saber satisfazer a mulher também, na hora do vamo ver. Não é ser melhor que todo mundo, é cuidar do que é seu. (Adolfo)

Ah... ser macho é ser forte, querer mostrar que é mais forte que os outros. Mostrar que consegue fazer as coisas... querer se orgulhar do desempenho sexual, dizer que é bom de cama, que faz mesmo... é aquele lado mais da natureza, do corpo do homem... porque o macho foi feito pra completar a fêmea, assim Deus criou

a natureza das coisas. Os bichos são assim, o leão tem que mostrar que é mais forte que os outros, que a juba dele é mais bonita, nós somos seres da natureza também... (Antony)

As falas destacadas acima reforçam o modelo de masculinidade hegemônica difundido em nossa sociedade, o qual preza pelo homem viril, macho, forte e inflexível, diferente da mulher frágil, afetuosa e submissa. O discurso preeminente sobre como ser masculino e feminino propicia a subordinação da mulher e a desvalorização do universo feminino. Essa visão é fruto da sociedade patriarcal, onde o trabalho doméstico, de domínio privado, é tarefa prioritariamente feminina e já naturalizada. Nesse contexto, o prazer sexual é um privilégio dos homens, que detém o corpo das mulheres, à mulher cabe procriar filhos e cuidar da família.

A naturalização do comportamento dito masculino é atribuída às diferenças corporais, ao órgão genital e aos hormônios presentes nos homens, é dessa forma que os entrevistados pensam e justificam suas ações. Para Anísio, ser macho é não ser fêmea e “nascer com um pênis”, Hiran diz que ser macho é “é ser cumpridor dos seus deveres, como namorado ou como marido, né? É ter o organismo do homem, ter o “órgão sexual do homem”, é a natureza.”. Para eles, as características comportamentais estão diretamente ligadas ao fato dos homens nascerem com um pênis, isso implica determinadas obrigações e deveres. A respeito da supervalorização do falo na construção do ser macho, Nolasco (1993) ressalta que o autocontrole é avesso ao autoconhecimento, e produz no homem o desconhecimento de si mesmo, conferindo ao pênis o encargo pela satisfação sexual. Por conta disso, são frequentes as obsessões com o tamanho do órgão sexual masculino, assim como com a quantidade de ereções.

Macho é... ser valente, ser aquele cara que não tá nem aí pra nada, ele quer e ele consegue. Um cara que não é covarde, acomodado... tem que fazer valer o seu grupo que nasceu, o macho tem o faro, ele já nasce com aquele jeito... mas tem uns que não gostam muito não, não quer ser macho mais não... Não aguenta a pressão. (Josué)

O modelo tradicional de homem valoriza além de virilidade, a frieza, altivez, poder, força, traços que representam superioridade física e intelectual. No mundo Ocidental, mesmo nos países que reconhecem os direitos iguais para

homens e mulheres, permanecem as desigualdades entre os sexos. Badinter (1993) afirma que, não só o modelo de oposição, mas o modelo de igualdade entre os gêneros, onde a mulher é igual ao homem, acaba reafirmando a superioridade masculina, já que o homem é sempre referência. No regime patriarcal, a posição das mulheres é, majoritariamente, uma condição subordinada aos homens. A autora ressalta que ser homem e ser mulher é mais uma classificação social, que considera o homem como o ser perfeito, modelo cuja a mulher (ser menos perfeito) deve sempre ser comparada.

Na fala de Adão o órgão genital masculino é exaltado e as características do macho são fundamentadas em aspectos biologizantes, no sentido do homem seguir um instinto próprio da sua natureza.

Na hora assim... na hora de fazer o que é o papel do homem, o papel de macho, da natureza do homem... você sabe que qualquer ser humano tem uma natureza, tem um organismo, se o homem tem a natureza dele, igual a um bicho, igual a um cachorro, um gato, ele quer reproduzir, ele tem desejo sexual. Um homem também tem seu instinto, tem sua natureza. Até o órgão do homem é feito pra ser perfeito, pra fazer tudo na hora certa... Um homem tem desejo. (Adão)

Há o reconhecimento de tais condutas, justificadas por um processo de naturalização dos comportamentos, consideradas como fixas e inelutáveis. Entretanto, se este padrão assegura maior poder aos homens, não são todos eles que adotam de forma pacífica, sem questionamentos estas “exigências”. Assim, é preciso levar em conta a existência simultânea do padrão tradicional masculino de “macho”, agressivo e dominador, e novas formas de masculinidades reguladas pela sensibilidade, cooperação e afeto. Porém, apesar de serem reais estas novas representações de homem, que fogem dos padrões patriarcais, a classificação feminino e masculino ainda orienta a percepção sobre as relações de gênero (NOLASCO, 1993). Portanto, a concepção de um homem que vive uma nova masculinidade, longe das exigências de coragem e virilidade, não denota uma total transformação nos papéis de gênero onde os homens passam a ser afetuosos e solidários.

Ao serem questionados sobre o que é ser macho, traços como valentia, força e características relacionadas ao desempenho sexual como possuir pênis e ser viril, predominaram nas respostas dos entrevistados. Já ao serem perguntados:

“o que é ser homem?” as respostas dos entrevistados indicaram outros atributos também pertinentes na compreensão da masculinidade.

Ser homem é ser trabalhador, é cuidar da sua prole, da sua família... é ser homem mesmo. Honesto, trabalhador, ter responsabilidade, ter palavra de homem, não ser covarde. Homem tem que ir à luta, não pode fraquejar. Se a família perde o chefe, se o homem fica doente ou fica fora, tudo muda. Tudo fica estranho, a família perde aquela unidade, perde aquela força, aquela força que sustenta. (Anísio)

E se o homem não tiver cumprindo seu papel de pai de família, o negócio fica mais complicado. A mulher que trabalhar, quer fazer a vida dela fora da casa, mas quando tem uma conta pra pagar... quem paga? Quem paga é o homem. Eu já fiquei desempregado, é duro. [...] Ser homem é ser batalhador, correr atrás dos seus objetivos, lutar. Ser honesto, acima de tudo... Não ser egoísta, buscar sempre tá do lado da família... ser homem pra mim é isso. (Antony)

A categoria trabalho que surge com destaque nas falas, mostra que responsabilidade se associa fortemente a essa questão, e segundo os entrevistados, tanto no sentido da posse de um trabalho, de um emprego, quanto no sentido de cumprir suas obrigações dentro do trabalho que realiza. O trabalho é parte importante do modelo de masculinidade que se apresenta aqui, assim vale ressaltar que junto com a questão da proteção à família, que também aparece nas falas, o trabalho se liga a uma das características mais exaltadas de modelos de masculinidades tradicionais: a do homem como provedor.

Com as transformações do mundo do trabalho, a inserção das mulheres no emprego formal, os homens passam a ressignificar a divisão do trabalho. Para alguns entrevistados, é como se a dificuldade atual em se conseguir um emprego, valorizado em termos masculinos forçasse os homens a essa ressignificação, tendo como alternativa o sofrimento decorrente de sua culpabilização pessoal pela “falha” em conseguir um emprego. Essa cobrança sobre si próprio parece gerar desconforto e motivar reações de conflito quando esse papel tradicional não é cumprido, ou quando a esposa trabalha para prover financeiramente a família, como é possível notar na fala de Josué.

Homem tem que fazer o papel dele, proteger, se precisar lutar pra defender o que é seu... sua família, suas coisa... manter sua honra, sua dignidade. Pra mim homem é isso, homem que é homem dá um jeito de conseguir o que quer, não é esses gigolô preguiçoso que fica se aproveitando das mulheres. (Josué)

A masculinidade segue padrões fixos e determinados do comportamento e, assim, dos significados do que é “ser homem” para a sociedade ocidental moderna. O percurso das masculinidades vem acompanhado por signos e símbolos construídos socioculturalmente, que vêm determinando o que é ser homem e o que é ser mulher e afetando a vida dos sujeitos.

A compreensão sobre o que é ser homem para os entrevistados está ligada às características como ser honesto, ter um trabalho e proteger a sua família, aspectos que constituem um “homem de verdade”. O “macho” apareceu como complementar ao “ser homem”, as características atribuídas ao primeiro questionamento apareceram, nas falas, como adicionais às exigências do “ser homem”. Termos como “honestidade”, “trabalhador”, “cumprir com seu papel” e “ser responsável”, surgiram com muita frequência nos discursos dos entrevistados.

Tal concepção de homem responsável acordam tanto com os resultados da pesquisa de Machado Filho (2003) quanto com Badinter (1993), que também destaca que a honestidade vem surgindo na sociedade como um dos parâmetros para um novo modelo de homem. Nas falas seguintes, é possível notar algumas das características do “ser homem” explicitadas pelos sujeitos da pesquisa: “Ser homem é ter caráter, ser honrado. Ser homem é saber conduzir as coisas, ter pulso firme. É honrar o seu nome, ter atitudes corretas.” (Jacson) ; “Homem de verdade é trabalhador, é decente... Ser homem não é só dizer que é homem, tem que fazer, tem que ter firmeza na palavra, na atitude.” (Claudiano); “Acredito que ser homem é ter comprometimento com sua família, sua vida. É ser honesto, é ter honra. Essa é a minha opinião.” (Genival) ; “Ser Homem é ser cavalheiro, ser honesto. É ter caráter, é ter personalidade.” (Joseph).

Ser homem é... ser um leão que todo dia tem que ir à caça pra trazer alimento pra sua família. É proteger, fazer o seu papel com a sua família, com a sociedade, cumprir seu papel de cidadão e principalmente proteger a sua família.” (Túlio) “Homem é ser um cara honrado, um cara que cumpre com seus deveres. Ser homem... tá

difícil, hoje, um homem de verdade, um homem que tenha uma índole boa, que tenha caráter, mudando isso, fazendo vergonha.
(Adão)

Assim, as principais características presentes nas concepções sobre masculinidade foram a força, intimamente ligada ao suposto caráter ativo do homem, à virilidade, à honestidade e ao trabalho, Tais características estão ligadas a compreensões tradicionais e essencialistas de superioridade masculina. Tais atributos se apresentam como contrários aos conferidos às mulheres, tornando o significado de “ser homem”, sobretudo “não ser mulher”. Ao falarem sobre “ser homem” e “ser macho”, os discursos apresentados demonstraram a valorização de atributos da masculinidade hegemônica. A masculinidade hegemônica adentra no imaginário social e se organiza em oposição ao feminino, elaboradas como práticas discursivas organizadas socialmente.

As características conferidas ao “macho” estão associadas à virilidade, ao falo e às características consideradas inatas ao sexo e corpo. Enquanto o macho deve exercer sua sexualidade como prova de masculinidade, eles reconhecem a mulher como aquela que deve conservar a castidade, a pureza e o pudor. Já ao falar sobre o que é “ser homem” a compreensão dos entrevistados se apresentou ligada às características como ser honesto, ter um trabalho e proteger a sua família, aspectos que constituem um “homem de verdade”. O “macho” surge, então, como parte do “ser homem”, há espaço para esses dois papéis no modelo de masculinidade dominante entre os entrevistados. Exercer a virilidade não impede que o homem busque ser “honesto”, “trabalhador”, “cumprir com seu papel” e “ser responsável”, como ressaltado por eles. Ser homem e macho foi apresentado como uma obrigação, eles estavam “cumprindo o seus papeis”, mantendo a “ordem natural” dos gêneros.

Os homens entrevistados, que estavam respondendo criminalmente por atos de Violência Doméstica contra a Mulher, reconhecem e buscam exercer a masculinidade hegemônica. É possível afirmar que, o modelo de masculinidade difundido e valorizado nos mais diferentes discursos, instituições como igrejas, escolas, família, meios de comunicação, é um modelo que reforça a figura do homem agressivo, que detêm o poder e resolve seus problemas com base na violência e autoridade, que detêm privilégios e poderes. Tal posição concedida aos homens está diretamente ligada as situações de violência doméstica vividas diariamente por mulheres.

Referências

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CONNEL, R. W. **Políticas da masculinidade**. Educação e Realidade, Porto Alegre, FAGED/UFRGS, 1997.

CONNELL, R. W. **Masculinities**. Los Angeles: University of Califórnia Press, 2005.

GOMES, R.; REBELLO, L. E. F. S.; NASCIMENTO, E. F. Medos sexuais masculinos e política de saúde do homem: lacunas e desafios. In: MEDRADO, B.; LYRA, J.; AZEVEDO, M.; BRASILINO, J. **Homens e Masculinidades: práticas de intimidade e políticas públicas**. Recife: Instituto PAPAI, 2010, p.95-108.

MEDRADO, B. Homens na arena do cuidado infantil: imagens veiculadas pela mídia. In ARILHA, M.; RIDENTI, S.; MEDRADO, B. (Orgs.). **Homens e masculinidades: outras palavras**. São Paulo: ECOS/Ed. 34, 1998, p. 145-161.

MEDRADO, B.; LYRA, J. **Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades**. Revista estudos feministas, 2008; v. 16. Disponível em: Acesso em: 24/03/2010.

NOLASCO, S. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

PERSPECTIVAS MASCULINAS DE ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE PENSAM OS HOMENS QUE CURSAM PEDAGOGIA?

Lucas Romário

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

lukas_ro_mario@hotmail.com

Resumo: O presente artigo pretende realizar uma análise das perspectivas de homens graduandos em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sobre a atuação masculina na Educação Infantil. Após o processo de feminização do magistério que ocorreu em boa parte dos países de cultura ocidental durante a passagem do século XIX para o século XX, a docência na Educação Infantil vem sendo ocupada pelas mulheres. Nesse contexto, pretendo conhecer as perspectivas que os futuros profissionais da educação apresentam em relação a essa questão. Para tanto, foi aplicado um questionário com a participação de alguns alunos do curso de Pedagogia da UFPB, matriculados no primeiro período de 2013. As respostas dos graduandos indicaram que um determinado estranhamento em relação à possibilidade de atuação na educação infantil é recorrente. Em geral, parecia haver pouca intenção desses futuros pedagogos em trabalharem nesse nível educacional, pois os mesmos acreditavam que essa fase educacional se enquadra melhor para as pedagogas, ainda que reconheçam que a predominância das mulheres nesse nicho não impeça que os pedagogos homens também desenvolvam esse trabalho.

Palavras-chave: Homens, Educação Infantil, Pedagogia.

Introdução

A necessidade de compreender o que os graduandos em Pedagogia pensavam a respeito da docência na Educação Infantil, surge a partir da minha experiência pedagógica em 2010, quando trabalhava com uma pequena criança de três anos, em um CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil) no Estado do Mato Grosso do Sul. Meu trabalho não era necessariamente na regência de sala aula, pois eu ensinava Libras (Língua Brasileira de Sinais), haja vista que essa criança era Surda. As minhas aulas com essa criança, que aconteciam duas vezes por semana, se davam numa pequena sala de professores e professoras disponível naquela instituição.

Durante as aulas especializadas que aconteciam apenas entre mim e a pequena criança, eu percebia que a atenção da diretora e das professoras da escola estava sempre voltada para a nossa sala. Sentia-me vigiado e não sabia muito bem se essa vigilância tinha a ver com o fato de eu ser um professor muito jovem, novato na profissão, ou pelo fato de eu ser homem.

Em relação a homens que atuam na educação infantil, alguns pesquisadores e pesquisadoras têm apontado que “há, de certa forma, um olhar mais vigilante e atento, especialmente, quando eles ainda não são conhecidos e estão iniciando suas atividades nessas instituições” (RAMOS; XAVIER, 2010, p. 08).

Muitas vezes, quando a minha pequena aluna necessitava ir ao banheiro, ocorriam situações constrangedoras, pois pelo fato de ser homem, a diretora da escola não permitia que isso acontecesse, alegando que isso poderia ser um problema aos olhos da escola, ou seja, ela pressupunha que as outras professoras e os pais das outras crianças do centro de educação infantil tomariam necessariamente a presença de um professor homem como maior perigo de abuso sexual para esta criança.

Na verdade, eu nunca trabalhei com os cuidados corporais dessa criança, haja vista que a diretora sempre viabilizou a intervenção de uma funcionária do Centro, atendendo às necessidades da garota. Outro constrangimento que se passava era o fato de as professoras estranharem o fato de um professor homem ministrar aulas para uma criança de apenas três anos, apesar de não estar diretamente na regência de classe.

Outra questão que me levou a pensar as questões de gênero foi o fato de eu sempre ter alimentado o desejo de cursar Pedagogia, mas, as pessoas do meu meio social, nunca incentivaram tal ação, alegando que Pedagogia era um curso para mulheres. Diziam que na condição de pedagogo, teria que ministrar aulas para crianças pequenas e isso não era típico de um homem.

Decidi, então, quebrar as barreiras e os estigmas, buscando aquilo que sempre almejei, Pedagogia. Atualmente, ainda cursando este curso, além do Mestrado em Educação e, após ter cursado Serviço Social, um curso também considerado para mulheres, minha inquietação em relação ao estranhamento e ao preconceito em relação ao trabalho com crianças pequenas que muitas pessoas possuem ainda me acompanha.

Por isso, senti a necessidade de compreender quais perspectivas meus colegas homens, cursistas de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, têm em relação a uma futura atuação na Educação Infantil, e verificar se também já sofreram ou sofrem algum tipo de estranhamento ou preconceito por cursarem este curso, um curso considerado culturalmente voltado ao público feminino.

Caminhos metodológicos

A pesquisa foi realizada com os alunos homens do curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Educação da UFPB, no período correspondente ao primeiro semestre letivo de 2013. Para levantarmos o número de alunos matriculados no curso de Pedagogia nesse período, foi realizada uma pesquisa documental no registro de Controle Acadêmico da Graduação (CAG) realizado pela Coordenação do curso de Pedagogia.

Em sua totalidade, o referido curso possuía 1369 alunas e alunos matriculados e ativos, sendo 444 (32,43%) pelo período matutino, 410 (29,95%) pela tarde e 515 (37,62%) no período noturno. Dentre esses alunos e alunas, o número de alunos do sexo masculino é muito pequeno em relação ao número de mulheres matriculadas, representando 1,6% (22 alunos) homens no período da manhã, 2,63% (36 alunos) no período vespertino e, 4,82% (66 alunos) no período da noite, somando-se configuram um universo de 9,05% (124 alunos) homens matriculados no período 2013.1 no curso de Pedagogia da UFPB.

Para delimitar a amostra da pesquisa optei em aplicar um questionário a respeito do qual Gil (1999, p.128) coloca que, o mesmo pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

A proposta inicial seria aplicar o questionário entre os 22 graduandos homens do período matutino, porém devido à evasão deles, foram aplicados apenas 18 questionários. Procuramos elaborar as perguntas do questionário de

forma “aberta”, nos esforçando por proporcionar ao informante a possibilidade de responder de maneira livre, expressando-se de maneira própria.

O objetivo da pesquisa era compreender quais as perspectivas dos graduandos em relação a uma futura prática docente na educação infantil, sobretudo com crianças com até três anos de idade. Para analisarmos os dados da pesquisa utilizamos o método qualitativo que de acordo com Minayo (2001) “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e nos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (p. 14).

Feminização do magistério: reflexos na atualidade

Desde as primeiras lutas por direitos de cidadania, instrução e o voto no final do século XIX, por uma parcela de mulheres norte-americanas e europeias, muitas conquistas vêm sendo realizadas por elas, sobretudo no campo educacional. O espaço das mulheres enquanto sujeitas portadoras de direitos sociais, como cidadania e educação, no Brasil começa a ser conquistado, ou pelo menos almejado, desde a segunda metade do século XIX. Desde então, a educação escolarizada passa a ser importante para essas mulheres, por isso, elas começam a estudar e, posteriormente, exercer a profissão de mestra, mas com a ressalva desses cursos serem administrados por homens, ao longo de todo o século XX.

Considerando que o Brasil teve a sua primeira universidade construída em 1808 após a chegada da família real, na qual era destinada apenas ao público do sexo masculino, e que as mulheres só tiveram o acesso a se matricular em nessa instituição em 1879, de lá pra cá houve muitas conquistas para as mulheres brasileiras. O processo de feminização do magistério durante a passagem do século XIX para o XX permitiu às mulheres adentrarem as salas de aulas enquanto educadoras, mesmo subordinadas à supervisão dos homens. Depois disso, paulatinamente ou de forma velada, aquele passo permitiu que elas exercessem influências às futuras gerações através de suas concepções ideológicas pela luta pela democratização e ampliação do acesso ao espaço público para as pessoas do sexo feminino.

O movimento feminista de 1960 confirma essa ideia de que desde o século anterior ficou “plantada uma semente” nas moças e mulheres daquela época. Segundo Ramos e Xavier (2010, p. 1), “num movimento de luta, marcado por

idéias e fatos que se articulam a um conjunto mais amplo de transformações sociais, o feminismo foi re-significando as relações interpessoais e os embates entre os sexos”. No entanto, ainda há muito a se conquistar num país tão excludente e com tantas desigualdades sociais, como o Brasil. Vale destacar que nesse campo de lutas, as mulheres conquistaram um espaço de vanguarda no campo educacional especialmente na contemporaneidade, ou seja, no século XXI.

Nas universidades brasileiras, o número de mulheres matriculadas nos cursos de graduação é superior em relação ao número de graduandos do sexo masculino. “Em 2010, do total de 6.379.299 matrículas, 57,0% são femininas e, entre os concluintes, a participação feminina é de 60,9%” (INEP, 2011, p.15). Nas universidades, podemos simplesmente olhar pelas janelas das salas de aulas, em especial nos cursos de Educação e Humanas, sobretudo no curso de Pedagogia e constatar que o número de mulheres é bem maior em relação ao de homens. E isso não acontece apenas no momento da formação de professoras e professores. De acordo com o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), a cada 10 docentes da Educação Básica no Brasil, 8 são mulheres.

Em todas as etapas de escolarização, exceto a profissional, são elas que lecionam em sua maioria. Segundo o “Estudo exploratório sobre o professor brasileiro: com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007”, considerando todas as etapas da educação básica, 81,6% dos professores e professoras que lecionavam no Brasil, são mulheres somando mais de um milhão e meio de docentes (1.542.925). (INEP, 2009, p. 22).

Nas séries iniciais do Ensino Fundamental, 91,2% do corpo docente é representado pelas mulheres e 8,8% é representado pelo sexo masculino. Na pré-escola, esse número chega a 96,1% para as mulheres e 3,9% para os homens. Sobretudo nas creches, a presença masculina na docência não chega a 3%.

Após o processo de feminização do magistério, a docência vem sendo ocupada culturalmente pelas mulheres, suprimindo a presença dos homens do espaço educacional infantil, sobretudo no trabalho com crianças de 0 a 3 anos. Na legislação brasileira, não existe nenhuma lei que proíba a presença e a atuação de professores homens com crianças de 0 a 3 anos. O professor homem, sendo devidamente preparado para a atuação profissional, especialmente nos cursos de Pedagogia, tem o pleno direito de atuar na educação infantil.

Como podemos ver nos dados do “Estudo exploratório sobre o professor brasileiro: com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007”, a presença de professores homens no trabalho com a educação infantil, especialmente com crianças de 0 a 3 anos é quase mínima. Nos cursos de formação docente, a presença deles também é muito pequena. Na maioria dos cursos de Pedagogia, a sua grade curricular é composta pela disciplina Educação Infantil, possuindo ainda Estágio Supervisionado em Educação Infantil que é obrigatório para todos os alunos desse curso. Devido a isso, consideramos que todos(as) alunos e alunas dos cursos de Pedagogia deveriam sair das universidades para o mercado de trabalho com uma formação adequada para trabalhar com crianças pequenas.

No entanto, mesmo com essa formação, igual para homens e mulheres, a inserção docente de pedagogos homens na educação infantil é mínima. A maioria desses educadores busca trabalhar com crianças maiores nas séries iniciais, ou então migrar para outras funções tais como as coordenador pedagógico, supervisor, diretor, entre outras funções administrativas. Conforme Cardoso (2007, p. 05) o professorado masculino está fugindo da alfabetização. Assim, é necessário entendermos por que os professores homens não querem ou não podem trabalhar com crianças de até três anos.

Resultados e discussões

Inicialmente, para termos uma melhor compreensão da concepção que os graduandos possuem em relação ao curso, levantamos quais foram os motivos que os levaram a ingressar no curso de Pedagogia. Sendo o Curso de Pedagogia um curso que abrange e lida diretamente com o ser humano, em especial com crianças, alguns dos graduandos colocam que a Pedagogia abrange um universo de várias possibilidades e alternativas, intervindo no meio escolar, no âmbito da família, no social e político, ampliando as concepções e emancipando o ser humano para a vida. Parece ser devido a essa ideia de um curso abrangente e emancipatório que três desses universitários tenham se interessado em cursar essa licenciatura.

No entanto, outras questões também foram apontadas para o ingresso no curso, tais como, obter um curso de nível superior, a identificação pessoal com a área, melhores condições de inserção no mercado de trabalho, e também reopção de curso, visto que outros almejavam ingressar em outros cursos, mas por não serem aprovados no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio)

processos seletivos para a área de interesse, migraram para a Pedagogia. Dois dos universitários afirmaram que sempre quiseram ser professores, especialmente trabalhando com crianças, entretanto, um deles ressalta que o desejo em trabalhar com crianças se ocorre com a ressalva de as crianças serem do 4º ou 5º anos do Ensino Fundamental.

Por estarem cursando Pedagogia, perguntei aos estudantes se eles já sofreram algum tipo de discriminação ou preconceito pelo fato de serem homens e alunos de Pedagogia. A maioria (treze graduandos) respondeu que não, nunca sofreu nenhum tipo de discriminação ou preconceito. Um deles até afirmou que todas as pessoas o elogiavam pela sua escolha; outro afirmou que não, pelo menos não de maneira explícita, deixando uma margem de dúvidas em relação à sua negação... Não tenho como saber. A seguir destaco os relatos dos que afirmaram ter sofrido algum tipo de discriminação ou preconceito:

Sim! Algumas pessoas sempre comentam que é um curso voltado para as mulheres que trabalharão com crianças em pré-escolas e/ou creches (GRADUANDO 02).

Sim, dificuldade de realizar as práticas docentes durante o estágio em educação infantil, a professora não permitiu uma interação plena com os alunos, intervindo e afirmando que cuidar de criança era coisa de mulher (GRADUANDO 05).

Sim! Que indivíduo do sexo masculino já não 'sofreu' algum tipo de discriminação ou preconceito? Em um dos casos, pessoas sem conhecimentos a respeito que áreas um pedagogo tem possibilidade de atuar, falarem que: você vai trabalhar com crianças (GRADUANDO 13).

Sim, apenas uma vez, isso que eu vi ou presenciei. Mas, vale ressaltar que veio de uma pessoa que não tem contato com a vida acadêmica e ainda em seu imaginário vê a pedagogia como uma prática feminina que forma professorinhas (GRADUANDO 18).

Essas quatro declarações evidenciam que a visão cultural da sociedade em geral permanece fazendo o enlace entre a educação infantil e o sexo feminino. As pessoas que foram preconceituosas talvez não pertençam ao meio acadêmico, mas podem representar os pais das crianças. Os alunos do curso de Pedagogia dão indícios de que desde a formação acadêmica, já são afetados pela visão preconceituosa ou no mínimo do senso comum, de que o trabalho

pedagógico com crianças menores é coisa para mulher, como nos apresenta o “Graduando 05” ao dizer que sentiu dificuldades em interagir plenamente com as crianças em seu estágio, pois a professora não permitiu que isso ocorresse, afirmando que cuidar de criança era coisa de mulher.

Na sociedade contemporânea, na qual as mulheres vêm lutando e conquistando espaços culturalmente “típicos” do sexo masculino, a figura masculina nos espaços sociais estaria sendo deixada de lado ou menosprezada? Talvez não, mas as condições igualitárias de trabalho sim. Se no espaço familiar, vemos os pais se aproximarem cada vez mais do cuidado com seus filhos, algo que anteriormente isso era quase que exclusivo das mães, por que no magistério isso não pode acontecer?

A formação pedagógica é igual para alunos e alunas de Licenciatura em Pedagogia, não há distinção de conteúdos curriculares para os diferentes gêneros. Antes das escolas, dos pais, dos outros professores olharem para os pedagogos ou futuros pedagogos como homens que podem representar qualquer perigo para seus filhos e filhas, é preciso enxergá-los como profissionais que, possuem uma formação específica e que possuem competências pedagógicas para o trabalho com crianças pequenas sim, pelo menos é o que se espera devido à organização curricular do curso de Pedagogia.

Nesse trabalho também tentei compreender se existia a intenção de atuação dos futuros pedagogos, formados pela UFPB, em atuar na docência da Educação Infantil. A pretensão de não atuar na nessa fase educacional é quase unânime. Em um total de dezoito, apenas três graduandos demonstraram interesse em ingressar no magistério com crianças pequenas. As justificativas em não querer trabalhar com crianças pequenas são variadas. Em geral os pesquisados afirmaram que pretendiam atuar com crianças maiores do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos, na perspectiva inclusiva e na pesquisa. Os únicos que demonstraram interesse em atuar na educação infantil pensam nesse trabalho como uma perspectiva de contribuição para uma melhor formação social e cidadã dos futuros adultos da nossa sociedade.

Quando indaguei os sujeitos da pesquisa acerca de suas opiniões sobre professores homens trabalharem com crianças de até três anos de idade, apesar de considerar complicado e/ou delicado, a grande maioria acredita que não há problemas nessa intervenção pedagógica, pois os homens são preparados pra isso e que isso “precisa ser desmistificado, porque homem também é pai, pais trocam fraldas, dão banho e fazem comida para seus filhos. Mas reconheço que ainda há um tabu para ser quebrado” (GRADUANDO 09).

Em contraponto a essas posições favoráveis ao trabalho do homem na educação de crianças com até três anos, o “Graduando 10”, que tem 40 anos, se posiciona enfaticamente contra: “sou totalmente contra, professores do sexo masculino, trabalhando com crianças com até 3 anos de idade; pois elas precisam da figura feminina em muitas ocasiões. Há limites no gênero masculino.”

Essa afirmação nos pareceu muito forte, pois limitar um profissional pelo fato de ser homem vai contra as concepções de igualdade de gênero que vêm sendo conquistadas ao longo dos tempos, pois isso reafirma as relações de poder e desigualdades que distanciam homens e mulheres. Para Scott (1995, p. 86), “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

No entanto, este depoimento me permite indagar: o que o faz pensar assim? Será que a universidade tem o feito rever isso? Será que nas licenciaturas, e na literatura, esses conceitos vêm sendo modificados? O fato é que, generalizar dessa forma, afirmando que o homem não pode realizar cuidados com as crianças, deixa brechas para que se possa dizer que a mulher não é capaz de trabalhar em ocupações culturalmente masculinas. Os estereótipos vêm se configurando de maneira subjetiva, considerando os indivíduos em particular e não na totalidade.

[...] nos dias de hoje, pelo menos nas sociedades ocidentais, homens e mulheres estão se distanciando dos modelos estereotipados de gênero e desenvolvendo novas formas de subjetividade, livres do imperativo das divisões traçadas pelas representações sociais até então vigentes. A idéia de que existe um modelo masculino ou feminino universal não se sustenta mais. (ARAÚJO, 2005, p. 09)

Considerar os profissionais no que concerne à sua prática pessoal é muito importante, afinal se colocarmos todos os sujeitos como pessoas que possuem práticas iguais, estaremos cometendo um grande erro, afinal existem pessoas diferentes, pais diferentes e professores diferentes, e isso não ocorre devido ao seu sexo e/ou gênero, mas sim pelo seu caráter, ética e competência profissional.

Palavras finais

O trabalho com crianças, independente de sua idade, necessita de compromisso, ética, respeito, caráter e, sobretudo, formação sólida e competência técnica. O gênero masculino é vítima de estranhamento na educação infantil pela tradição, na qual a mulher ocupou praticamente de forma quase única a docência nessa fase, pela influência da mídia, abordando sempre a figura masculina como única agressora sexual. De fato, ao longo da história, sabemos que os homens vêm sendo protagonistas de forma muito mais frequente de práticas de homicídio e estupro do que as mulheres.

Todavia, não podemos generalizar e estigmatizar a figura masculina e esquecermos que cada pessoa tem a sua identidade, subjetividade e seu caráter. Dessa forma, acredito que quando a sociedade permitir que homens ocupem novos papéis daremos a oportunidade de consolidar novas formas de ser homem na própria sociedade, desassociadas da violência, agressividade e sexualidade exacerbada.

É preciso considerar também que as mulheres também podem ser sujeitos praticantes de abusos sexuais. O homem atualmente até pode ser o principal sujeito que pratica abusos sexuais contra crianças, entretanto, isso não faz de todos os homens estupradores e aliciadores. As subjetividades, a ética e a formação profissional, precisam ser consideradas entre os pedagogos homens que se inserem na educação de crianças pequenas. De fato, o cuidado e a vigilância dos pais devem ocorrer com todos os docentes que educam seus filhos, mas almejamos que isso ocorra sem distinção de sexos e que a família se aproxime da escola para conhecer os professores de seus filhos, pois existe uma distância muito grande entre essas duas instâncias, permitindo que muitas vezes, os pais alimentem fantasias de perigo em relação aos professores homens.

A falta de pretensão dos graduandos em Pedagogia da UFPB em atuar com crianças parece ser um reflexo dos estranhamentos e preconceitos, imbuídos nos discursos populares e na realidade existente. Se houvesse um maior incentivo e uma visão ampla da sociedade, a intenção de se inserir na educação infantil seria maior, pois a discriminação e o medo impedem que alunos homens, graduandos em Pedagogia, estejam abertos para apreender, se qualificarem e atuar com crianças da educação infantil, além de, também se beneficiarem dessa experiência fantástica que é a de conviver de perto com as crianças.

Referências

ARAÚJO, M. F. *Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate*. Psicol. clin. vol.17 no.2 Rio de Janeiro, 2005.

CARDOSO, F. A. *Homens fora do lugar: identidades de professores homens na docência com crianças*. Trabalho apresentado no GT Gênero e sexualidade durante a 30ª reunião anual da ANPED em outubro de 2007.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

INEP. *Censo da Educação Superior 2010: divulgação dos principais resultados do Censo da Educação Superior 2010*. Brasília-DF, 2011.

_____. *Estudo exploratório sobre o professor brasileiro: com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007*. Brasília-DF, 2009.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

RAMOS, J.; XAVIER, M. C. *A presença de educadores do sexo masculino na educação e cuidado de crianças pequenas*. Fazendo Gênero 9 – diásporas, diversidades, deslocamentos. UFSC, 2010.

SAYÃO, D. *Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil: um estudo de professores em creche*. 2005. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e realidade, vol. 20, (2), jul/dez. 1995.

SEXUALIDADES DISSIDENTES, *INTERNET* E TEORIA *QUEER*: A CONTRIBUIÇÃO DOS AMBIENTES ON-LINE PARA O DESENVOLVIMENTO DE SEXUALIDADES *QUEER*

Rafael dos Santos Morato
rafael.morato01@gmail.com

Cleyton Feitosa Pereira
cleyton_feitosa@hotmail.com

Maria Julieta Correia Jacob
Universidade Federal de Pernambuco
julietajacob@gmail.com

Resumo: O presente artigo se propõe a refletir sobre como a internet pode possibilitar o desenvolvimento de sexualidades não-hegemônicas e o borramento de identidades sexuais fixas a partir da facilitação do acesso à práticas sexuais não hegemônicas, não identitárias e/ou subversivas aos olhos do pensamento dominante. Além disso, abordaremos também como a percepção das sexualidades dissidentes no ambiente *online* parece ocorrer de forma mais fluida e livre. Levando-se em conta a relação entre a fluidez das identidades sexuais e os estudos *queer*, analisaremos pontos de convergência entre essas correntes teóricas e os conteúdos pornográficos construídos a partir de práticas sexuais dissidentes para se verificar que o afrouxamento de limitadores sociais em relação às sexualidades, na *internet*, facilita o desenvolvimento de sexualidades dissidentes.

Palavras-chave: *internet*, *queer*, sexualidades dissidentes.

A partir de *A história da sexualidade*, a sexualidade é compreendida como um campo permeado por discursos que moldam os corpos, os afetos, os desejos e as práticas sexuais (FOUCAULT, 1988). Com efeito, ele nos dá um panorama caro sobre o quanto a sexualidade foi modelada desde os tempos mais remotos pelas instituições e seus agentes, com destaque para a Igreja e a Ciência Moderna. Se em um dado momento histórico as práticas eróticas entre pessoas do mesmo sexo e as dissidências de gênero eram consideradas um pecado profano, chamado de sodomia, com o processo de racionalização do conhecimento novas categorias surgiram e a homossexualidade, em oposição binária à heterossexualidade - e hierarquicamente inferior - foi inventada, numa perspectiva patológica, diga-se.

O século XX se mostraria aliado às lutas operárias influenciadas pelo pensamento marxista, o período em que eclodem os movimentos feministas e, a partir da segunda metade desse século, o então denominado Movimento Homossexual (que passaria mais tarde a ser chamado de Movimento LGBT). Certamente um período histórico bastante intenso e transformador. Foi nessa fase que também surgiram novas formulações teóricas, a exemplo do importante conceito de gênero que romperia com “o natural” e “o biológico” para explicar as desigualdades que assolavam (e ainda assolam) homens e mulheres.

Nessa profusão de novos conhecimentos e epistemologias, ganha destaque, nos últimos tempos, a Teoria *Queer* (LOURO, 2008). Surgida no fim da década de 1980, essa corrente teórica defende a necessidade de se desconstruírem as identidades sexuais e políticas e assume um papel de pensamento crítico aos estudos sociológicos que sedimentaram as minorias sexuais e o gênero. Assim, as correntes tradicionais dos estudos de gênero, fundamentais para a compreensão do descolamento entre o biológico e o social, passam por um processo de revisão, atualização e desconstrução. Naquela perspectiva, homens e mulheres ocupavam lugares sociais diferenciados em virtude de uma construção social desigual e não fruto de uma determinação biológica. No entanto, ao reproduzir o pensamento binário (homem/mulher, heterossexual/homossexual), as correntes tradicionais não romperam essa lógica excludente e opressora desde sua origem.

Além disso, nessa perspectiva, mulheres e LGBT deveriam se afirmar cada vez mais numa identidade fixa e limitada que define o que é ser mulher e LGBT. Como os estudos *queer* bem apontam, ao nomearmos algo, delimitamos e classificamos e, ao fazer isso, excluímos e hierarquizamos. O excesso de afirmação de uma identidade fixa, imutável e homogênea terminou por isolar um conjunto de sujeitos/as que não se enquadram naquilo que entendemos por mulher e LGBT.

Nessa direção,

a teoria *queer* permite pensar a ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero, mas, além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação. (LOURO, 2008, p. 47).

Até então tidas como naturais, as identidades sexuais precisam romper com sua fixidez, passar por um processo de “queering”. Richard Miskolci ilustra a tensão entre assimilação (pela via da normalização) *versus* transformação e tece, a partir daí, uma crítica ao Movimento LGBT e seu pensamento identitário e, em certa medida, higienista (MISKOLCI, 2010).

Como exemplos dessa veia assimilacionista podemos citar a luta do movimento gay pelo casamento, uma instituição heterossexual por essência, a hipervalorização de modelos monogâmicos (negando o que seria uma característica quase ontológica: a promiscuidade) ou a luta de pessoas trans para adequarem seus corpos em corpos cisgêneros, ou seja, alguns desses sujeitos fazem a opção de recorrer a cirurgias estéticas que os tornem “completos” ao gênero escolhido em vez de lutarem para romper com o sistema sexo-gênero-sexualidade tão bem demonstrado por Judith Butler.

Nessa armadilha de gênero, recaem no biológico mais uma vez autorizando a supremacia do biopoder sobre nossos corpos.

Na mesma direção crítica, Leandro Colling (2013) reflete, através da análise dos discursos e práticas políticas do Movimento LGBT, por meio de sua experiência de participação no Conselho Nacional LGBT (2013), o quanto o paradigma da igualdade e da afirmação das identidades LGBT tem produzido novos estigmas, exclusões e violências. Sua argumentação em prol de políticas das diferenças só pode ser formulada a partir de sua afinidade com a teoria *queer* e sua perspectiva pós-identitária.

É nessa direção que se enxerga o ambiente on-line como um local que facilita a fluidez das identidades sexuais, pois permite ao usuário transitar pelas práticas sexuais conforme o seu desejo. O fato de conseguirmos encontrar na web conteúdos que exibem relações sexuais entre homens e mulheres, jovens e adultos, idosos e adolescentes, entre pessoas de raças distintas, transgêneros e não-transgêneros, cisgêneros, parentes, e tantas outras expressões da sexualidade, inclusive os fetichistas, nos indica uma impressão de que as regulações e as repressões sociais, com relação à sexualidade, parecem não funcionar muito bem nesse meio.

Destacamos ainda o fato de a internet também ser um lugar onde as identidades são reforçadas, sendo, portanto, um local de disputa.

A teoria *queer* e o borramento das identidades fixas

Como citado anteriormente, dentre as tantas produções acadêmicas sobre sexualidade, ganham destaque nos últimos tempos a compreensão de que as sexualidades existentes são construções sociais moldadas através de condutas reiteradas e discursos moduladores sobre corpos, afetos, desejos e práticas sexuais (FOUCAULT, 1988).

Nesse sentido, a teoria *queer* tem a intenção de discutir uma analítica da normalização das identidades com maior foco nas sexualidades a fim de investigar como a dinâmica da construção de padrões de desejos é produzida nas relações sociais. Richard Miskolci (2009) aponta o quanto a manutenção do binarismo entre o padrão sexual hegemônico e não hegemônico contribuíram para o empobrecimento da discussão sobre sexualidade ao dizer que

tanto a sexologia quanto a Psicanálise colaboraram para que o regime da sexualidade operasse por meio de uma fronteira entre o hegemônico (heterossexualidade) e o subordinado (homossexualidade), um regime que permite definir a si mesmo como hétero em oposição a um outro – caricatura ou estereótipo - que sintetiza tudo o que não é nem é desejável que seja (o homossexual) (MISKOLCI, 2009, p 166).

Na perspectiva *queer*, essas identidades, naturalizadas e tidas como padrões a serem seguidos, precisam romper com sua estabilidade e passar por um processo de desconstrução. É a partir dessas pressuposições que visualizamos o ambiente on-line, com suas inúmeras possibilidades de interação, como um espaço capaz de evidenciar uma compreensão *queer* de sexualidade ou pelo menos uma vivência mais livre e menos carregada de culpa e preconceito.

A pornografia virtual e as dissidências sexuais

As possibilidades de relacionamento sexual na internet são multiplicadas de uma maneira pouco percebida nos ambientes externos à *web*. Essas variações de relações são facilmente percebidas através dos fetiches indicados nos sites pornográficos, blogs direcionados por prática sexual ou ainda canais de interação por categorias em salas de bate-papo virtuais.

Sites como o soloboys.tv, o www.xvideos.com.br e o www.redtube.com são organizados por categorias de vídeos por preferência sexual como “gordo”, “dupla penetração”, “masturbação”, “maduro”, “voyeur” “mijada”, “podolatria”, “gay”, “lesbian”, “bi”, “suruba”, “travesti”, “incesto” e tantas outras subdivisões que possibilitam ao usuário e à usuária, através de um simples clique, adentrar nos seus desejos mais íntimos e secretos.

De igual forma, nas salas de bate-papo, como no batepapo.uol.com.br, por exemplo, é possível aos usuários conversarem com pessoas de interesses afins, já que também há categorização por práticas sexuais, e realizar suas fantasias e fetiches através da tela ou até mesmo marcar encontros secretos para a concretização de seus desejos. A sexualidade na *web* permite o acesso facilitado as mais variadas expressões de práticas sexuais.

É curioso notar que a internet subverte a noção de espaço e tempo quando se faz sexo com alguém a milhares de quilômetros de aqui e agora, por exemplo. São exemplos de categorias de salas de bate-papo “gay, lésbicas e afins”, “fetiche-brinquedos”, “fetiche-gordinhas”, “a três”, “sodomismo” e tantas outras que denotam claramente uma multiplicidade de identidades e práticas sexuais que normalmente são invisibilizadas e condenadas no ambiente off-line.

Entretanto, o que mais chama a atenção, e é foco desse trabalho, não é a quantidade de práticas sexuais que têm acesso facilitado na internet, mas sim a percepção de que as sexualidades nesse ambiente parecem ser um pouco mais fluidas e livres, pois é permitido se conectar com práticas sexuais identitárias ou aquelas tidas como subversivas pelo pensamento dominante. Apenas com alguns cliques, podemos nos permitir estimular e até mesmo praticar com alguém, através das tecnologias disponíveis, desejos considerados desviantes. Ou seja, é possível identificar práticas e temáticas sexuais tão variadas que as categorias identitárias, forjadas socialmente, mostram-se insuficientes para abarcá-las.

Nessa perspectiva, Gayle Rubin (1986) afirma que

A maioria das pessoas tem dificuldade em compreender que aquilo que fazem sexualmente será repulsivo para alguém, e que alguma coisa que os repele sexualmente é o maior tesouro prazeroso para alguém, em algum lugar. Uma pessoa não precisa gostar ou fazer um ato sexual particular para que este ato seja reconhecido pelo desejo de outros, e que esta diferença não indica a falta de bom gosto, saúde mental, ou inteligência em qualquer uma das partes. A

maioria das pessoas se equivoca ao posicionarem suas preferências sexuais como um sistema universal que vai ou deveria funcionar para todos (RUBIN, 1986, p 20).

É a partir dessa não compartimentação da sexualidade que se avalia o ambiente on-line como um espaço em que as pessoas, amparadas em certa medida pelo anonimato, pela segurança e pela sensação de privacidade¹, conseguem desenvolver uma sexualidade mais fluida e por que não dizer paralela às práticas sexuais exercidas na sua vida social off-line, nas suas redes de relacionamento e até mesmo na sua vida amorosa. Acessar conteúdos sexuais “subversivos” através de uma tela parece ser uma solução menos hostil para alguém desenvolver uma sexualidade considerada dissidente.

Essa abertura à sexualidade não convencional é possibilitada, entre outros fatores, como dito, pela sensação de anonimato que permeia o acesso a esses conteúdos. Deixar de lado os rótulos e dar vazão, ainda que através de uma tela, aos seus mais profundos desejos sexuais, seja ele o simples *voyerismo*, observando as interações de outrem, ou até mesmo o exibicionismo ou algum outro tipo de “subversão” sexual, parece ser excitante.

Como nesse ambiente, o ciberespaço, não existe de forma sistemática um rígido padrão social limitador de condutas para além da discussão jurídica, que tomou corpo a partir da entrada em vigor da lei 12.965/14, conhecida como Marco Civil da Internet, é possível que qualquer pessoa conectada exerça a sua sexualidade sem ao menos saber com quem se está falando (e essa ausência de identificação muitas vezes é o canal possibilitador dos desejos e realizações sexuais). Em algumas situações, a identidade é o que menos importa.

Tanto os vídeos quanto as salas de bate-papo destinadas ao sexo são acessadas das maneiras mais simples e anônimas, o que traz certa tranquilidade a quem as utiliza. A própria formulação do seu *nickname*, um apelido que é solicitado no acesso às salas de bate-papo e que tem especial importância por indicar uma identidade ou intenção de quem acessa esse ambiente (PASTOR e LOGRONO, 2006), desperta criatividade e desejo. O fato de poder ser quem quiser, com outro nome, inclusive, permite uma liberdade difícil de ser exercida off-line e por isso acreditamos que, em alguma medida, essas tecnologias borram nossas identidades, tornando-as mais flexíveis e possíveis.

1 Utilizamos a noção de “sensação de privacidade” uma vez que ainda não é possível dimensionar o real nível de confidencialidade dos nossos dados e páginas que acessamos na internet.

Todas podem ser “Ana”, “João”, “Dercy”, “Pauzudo”, “Chupadora”, “Passivo Nerd”, enfim, pode ser e indicar tudo o que deseja em termos de sexualidade e, portanto, de identidade, pois no ambiente on-line as identidades conseguem se mostrar mais plurais e livres.

Por outro lado, o pensamento *queer* nos ajuda sempre a estranhar o que está posto, por isso é salutar que questionemos as categorizações presentes nos sites pornôns citados e as hierarquias e exclusões que ainda expressam. Por exemplo, é possível notar a ausência de filmes eróticos envolvendo sujeitos como os homens trans, o que indica que ainda existem corpos abjetos ou corpos indesejáveis mesmo dentro de um campo bastante livre como a internet.

Ao mesmo tempo, os aplicativos de pegação gay como o Scruff ou o Grindr reiteram a supremacia gay, branca, masculina e viril: não é raro encontrar perfis que rejeitam a possibilidade de desejarem gays efeminados. Por isso, pensamos que a internet também é um campo fértil de ativismos das dissidências sexuais, seja pela abertura a novas práticas e identidades sexuais e de gênero, seja pelos corpos que ainda não aparecem, mas que resistem em sites alternativos como os transputos.tumblr.com.



Figura 1 - registro extraído do site transputos.tumblr.com em que, ao contrário de muitos sites que enfatizam o corpo cisgênero como o único possível e desejável, o corpo transexual é objeto de desejo.

Conclusão

É nesse conjunto de circunstâncias que se enxerga o ambiente on-line como fomentador do desenvolvimento de uma sexualidade *queer*, quando ninguém necessita mais se encaixar numa identidade sexual fixa. Percebe-se, então, nitidamente, que é possível deixar sua “placa de identificação” de lado e ser amplo e complexo como ser humano. Em menor escala, esse fenômeno também pode ser observado em espaços não virtuais, mais abertos às sexualidades dissidentes e propícios para essas vivências como saunas, casas de suíngue, dentre outras.

Por outro lado, se dentro da internet os desejos fluem quase que instantaneamente, na vida social, sob os limites de uma sociedade machista, misógina e opressora, essa liberdade praticamente inexistente. É o panóptico de Foucault. Dessa forma, a vivência da sexualidade livre acaba sendo uma utopia. Ser dissidente sexual/gênero publicamente e se desprender do papel de pai/mãe, empresário/empresária, cristão/cristã, entre outros binarismos, significa assinar um pedido de violação da sua dignidade. Fugir dessas categorias parece ser um caminho platônico diante das repressões que se pode sofrer no mundo off-line.

Essa pessoa torna-se, portanto, refém de uma identidade definida pela sociedade, com papéis sexuais delimitados e o ambiente on-line acaba sendo o refúgio para que, caso deseje, exerça sua sexualidade sem sofrer todas as violações a sua dignidade das quais são vítimas as pessoas que possuem sexualidades dissidentes, as quais são normalmente resumidas numa homossexualidade, considerada, culturalmente, subalterna, anormal e, segundo Foucault, justificadora da heterossexualidade.

Assim sendo, se nota o quanto é fundamental o estímulo ao desenvolvimento das sexualidades nos ambientes on-line, para que se consolide ao menos uma oposição crítica às construções sociais no reforço da conformidade sexual, pois não se espera um acolhimento por parte das instituições tradicionais, como a família, a igreja ou o Estado, à não conformidade, pois são nesses lugares em que as dissidências sexuais são mais condenadas (RUBIN, 1986).

Dessa forma, viver uma sexualidade on-line ou nos guetos permissivos, como as saunas, casas de suíngue e outros espaços, ainda parece ser uma das poucas, senão as únicas formas de exercer uma sexualidade dissidente de forma mais livre, sem precisar fazer cálculos mentais de comportamentos nem ter seus direitos humanos (e conseqüentemente sua dignidade humana) violados. Portanto, embora se reconheça que o ambiente on-line é um espaço de disputa, ainda fica perceptível a possibilidade de desestabilizar uma identidade reiterada

com frequência socialmente. Fica evidente, então, a vivência de uma sexualidade *queer* possibilitada pela internet. A nossa luta deve ser pela liberdade dos nossos corpos dentro da internet e fora dela.

Referências

COLLING, Leandro. A igualdade não faz o meu gênero – em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2013, pp. 405-427.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 17ª Edição. São Paulo: Graal, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. Uma política pós-identitária para a Educação. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MISKOLCI, Richard. *A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização*. *Sociologias*. 21.ed. P. 150-182. Programa de Pós-Graduação em Sociologia UFRGS. 2009.

MISKOLCI, Richard. *A Teoria Queer e a questão das diferenças: por uma analítica da normalização*. CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. Vol. 16 p. 1-19. 2007.

PASTOR, Ana Ortigosa; LOGROÑO, Ana Ibáñez. *Comunicación em Internet: constructivismo social e identidad virtual* (2006). Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=15802727>. Acesso em: 01.05.2015.

RUBIN, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. *Revista Nueva Antropología*, Vol 8, Iss 30, 1986, pp. 95-145

RUBIN, Gayle. *Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade* (2012). Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf?sequence=1. Acesso em: 16/08/2015.

INTERAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS DE JOVENS HOMENS EM CONTEXTOS DE POBREZA

Welber Silva Araújo
Universidade Federal do Piauí – UFPI
wellssens@hotmail.com.

Resumo

Este estudo teve como foco a análise de práticas afetivo-sexuais de sujeitos jovens, do sexo masculino de segmentos populares, considerando que estas análises podem ser úteis para servir de base a programas de educação em saúde, pois evidencia características específicas de um segmento. No percurso investigativo, buscou-se o mapeamento de práticas e experiências, bem como percepções das consequências do estabelecimento destas interações de cunho afetivo-sexual sem o uso de métodos contraceptivos, destacando-se nesse contexto a questão das masculinidades. A análise em tela é bibliográfica, e o tema em foco foi pesquisado em livros, artigos publicados em Bibliotecas Virtuais em Saúde LILACS e na base de dados SCIELO. Embora partilhando, de um modo geral, das experiências sexuais contemporâneas, imersas no contexto do fugaz, do efêmero e do instantâneo, esses jovens sinalizam posturas e adesões plenamente amparadas pelas suas realidades socioculturais imediatas. Consideram-se sujeitos dotados de conhecimento pleno quanto às atividades sexuais, não obstante se tenha evidenciado que, na realidade, se mostram expostos aos riscos de práticas sexuais desprotegidas, tornando-se alvos fáceis de doenças sexualmente transmissíveis e paternidade precoce. Percebeu-se que estes jovens vivenciam suas experiências afetivo-sexuais ancorados em princípios e construindo sentidos que em muito se assemelham com outros segmentos juvenis.

Palavras-chave: Juventudes. Sexualidades. Gênero. Masculinidades. Saúde Reprodutiva. Saúde Sexual.

1 Introdução

As diferentes formas e expressões das juventudes são de mais fácil entendimento quando se visualiza o segmento com a sua multiplicidade de sentidos e o contexto com o qual interage. Juventudes na acepção da heterogeneidade que o segmento representa.

São diversos contextos, anseios, prazeres, comportamentos, vivências, culturas, ensejando uma multiplicidade de abordagens sobre este seguimento. Este fenômeno tem feito crescer o interesse e o desejo de aprofundamento de estudos voltados a esta temática.

Lopes e Silva (2009) sinalizam que “juventude resumiria uma categoria essencialmente sociológica, que indicaria o processo de preparação para os indivíduos assumirem o papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional, estendendo-se dos 15 aos 24 anos” (OMS/OPS, 1985).

Nesse contexto de sexualidade ligando-se ao público juvenil, as análises de Gondim (2015, p.01) indicam que:

“na adolescência acontecem importantes mudanças biopsicossociais, com especificidades emocionais e comportamentais que repercutem na saúde sexual e reprodutiva de ambos os sexos. A preocupação especial com a saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes se deve a precocidade do início da atividade sexual, a qual contribui para expor os adolescentes/jovens aos riscos da gravidez não planejada e das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)”.

E como parte desse universo, as reflexões da presente pesquisa teve a pretensão de analisar as publicações que fazem referência ao universo da sexualidade de jovens homens inseridos em contextos de pobreza; bem como entender como vivenciam essas experiências, tendo como foco a análise das representações dessas práticas em seus contextos de vida, analisando as percepções sobre prevenção, e possíveis riscos de práticas sexuais desprotegidas.

Para os fins a que se destina este estudo, utilizou-se como método a pesquisa bibliográfica, ou seja, desenvolvida “a partir de material já elaborado por outros pesquisadores” (GIL, 2008). Dessa forma as informações foram obtidas através de livros, publicações periódicas – artigos científicos de revistas ou jornais científicos; obras acadêmicas – TCC, dissertação de mestrado, tese de

doutorado, disponíveis em bibliotecas físicas e/ou virtuais. As principais bases de dados virtuais utilizadas foram LILACS e SCIELO por considerar certificação e qualidade do material disponível na plataforma de buscas.

De modo geral, é necessário focalizar os modos e expressões da vida afetivo-sexual destes indivíduos, pois o entendimento de suas vivências, suas emoções e como estabelecem essas relações, poderá servir de subsídios para os profissionais que trabalham junto a esse público para formularem estratégias bem mais condizentes com as realidades com a qual interagem. Além de ser útil para os próprios jovens à medida que possibilitam a elaboração e planejamento de políticas públicas voltadas a saúde sexual e reprodutiva, bem como servir de base para planos de educação permanente em saúde no ambiente escolar dos mesmos de forma mais eficaz.

2 Referencial teórico

2.1 Juventudes: uma aproximação conceitual

Ao se falar em juventudes, muitos eixos conceituais podem ser considerados; esta categoria pode englobar características e conceituações múltiplas, não devendo ser visualizada “apenas na sua aparente unidade, mas também na sua diversidade” (PAIS, 1993). Ainda segundo o autor, não há um conceito único de juventude, que possa abranger os diferentes campos semânticos que lhe aparecem associados. As “diferentes juventudes e as diferentes maneiras de olhar essas juventudes corresponderão, pois, necessariamente, diferentes teorias.”

A categoria “juventude não é uma realidade dada, mas construída socialmente a partir dos conflitos que se verificam entre os mais novos e os mais velhos” (BOURDIEU, 1983 *apud* SILVA, 2006, p.59). Não se manifesta, portanto, como algo estável, constante, os jovens acompanham à sua maneira a dinamicidade do contexto social com o qual estão inseridos. A juventude, portanto, não possui um perfil próprio, apresentando-se sobre várias expressões de estilos de vida, crenças e valores, símbolos, normas e práticas grupais diferenciando as culturas juvenis (PAIS, 1993, *apud* SILVA, 2006; p.59).

Para Margulis (2005), a Juventude é uma condição definida pela cultura, mas também possui bases materiais vinculadas com a idade, considerando os aspectos relacionados ao corpo, como saúde, energia, capacidade reprodutiva. A caracterização da juventude ligada aos aspectos “joviais” estéticos, cada vez

mais vem sendo problematizada, pois com a tecnologia estética, não necessariamente se precisa ter pouca idade para ter a beleza, e a jovialidade.

Outro aspecto de fundamental importância para a busca da aproximação conceitual da juventude é a questão de gênero; pode-se, portanto, afirmar que homens e mulheres possuem juventudes diferenciadas. Segundo Margulis (2005) a idade não afeta por igual homens e mulheres; a mulher especialmente influenciada pelas questões da maternidade. Na concepção de Margulis (2005) o relógio biológico feminino está vinculado com os ciclos relativos a reprodução, condicionados por questões culturais e sociais com ritmos e urgências que os diferenciam.

A relação entre juventude e gênero, “se torna mais complexa considerando o plano histórico” (MARGULIS, 2005), manifestado nas transformações sociais que ao longo do tempo se concretizando em nossa sociedade; no caso das mulheres, desde uma maior abertura no plano da sexualidade, e também com relação a uma maior abertura nos campos laborais e intelectuais.

É importante, contudo, considerar que as juventudes são frutos de processos complexos e dinâmicos, da interação entre os contextos sócio-político-econômico-cultural, e certamente este entendimento é uma ampliação das fronteiras conceituais da juventude antes restrita a um processo bio-psico-fisiológico.

2.2 Sexualidade no universo juvenil

As reflexões acerca da categoria sexualidade especialmente no âmbito do segmento jovem instigam reflexões e indagações múltiplas. Falar sobre sexualidade requer que levemos em consideração épocas vividas, convenções culturais, costumes, valores aprendidos no seio familiar e no meio social, dentre outros. Nesse sentido é interessante que seja visualizada para além da questão meramente biológica. As análises de Margulis (2003) indicam:

“nas sociedades sempre existem códigos culturais para regular a sexualidade, e todas as sociedades conhecidas de alguma forma regulam a vida sexual de seus membros, através de um conjunto de restrições e proibições, vindo regular as relações consideradas lícitas entre os sexos.” (MARGULES, 2003, p.32)

As análises de Foucault (1984) sinalizam que, “o termo ‘sexualidade’ surgiu no início do século XIX” (FOUCAULT, 1984, p.9), mas segundo Giddens (1993),

“somente no final do referido século, veio a ser problematizada amplamente em um sentido mais próximo do significado que atualmente conhecemos.” (GIDDENS, 1993, p. 32).

Nesse contexto, Giddens (1993), indica que “sexualidade é uma elaboração do social, que opera dentro dos campos do poder, e não simplesmente um conjunto de estímulos biológicos que encontram ou não uma liberação direta” (GIDDENS, 1993, p. 33).

Na perspectiva acima mencionada a sexualidade, portanto, se configura como algo que se constrói fundamentada em valores e relações de poder, ou seja, através do controle, não se constituindo como algo que se balizam meramente pelas vontades e instintos humanos. A forma como nossa sexualidade é vivenciada, ainda constitui-se como um reflexo de toda uma história de tabus e repressões, que ao longo do tempo vieram sendo perpetuadas no meio social. (ARAUJO, 2008, p.25).

A sexualidade visualizada por Foucault (1988) foi “cuidadosamente encerrada” no século XIX, a família conjugal, o pai e a mãe, passaram a não se pronunciar sobre o assunto, restringindo-a apenas à função reprodutiva. Nesse sentido, é imprescindível que contexto sócio histórico sejam considerados, para as análises da sexualidade humana.

Questões como o autoconhecimento sexual, o uso do prazer individualizado, como práticas de masturbação, eram percebidas ainda no século XVII e XVIII como danosas à integridade física dos praticantes. Ideias como “esgotamento progressivo do organismo, monte do individuo, a destruição de sua raça e finalmente, o dano causado a toda humanidade” foram regularmente propagados e prometidos àqueles que “abusassem de seu sexo”. (FOUCAULT, 1984, p.19).

Foucault (1988) percebe resquícios deste “medo” induzido aos indivíduos até nos nossos dias, não com tanta ênfase, mas constitui-se ainda como herança de pensamento de uma tradição cristã que colocava o prazer no campo da morte e do mal.

Ao analisar a trajetória dos estudos sobre sexualidade, não se pode ignorar que estes tiveram um *boom* particularmente expressivo a partir dos estudos sobre gênero. (HEILBORN; BRANDÃO, 1999) Percebe-se, portanto que o campo da sexualidade mantém uma relação íntima com o de gênero, e que as questões que giram em torno da sexualidade, são melhores compreendidas levando-se em consideração os modos de vida e particularidades de cada gênero.

Várias formas de se estabelecer relações afetivas são apresentadas atualmente. Cabe ao jovem, em meio às particularidades de cada troca afetiva, se identificar com uma ou até mesmo com várias delas ao interagir com outro indivíduo. As interações afetivas vivenciadas entre os jovens se apresentam das mais variadas formas; os tradicionais namoros, os tão problematizados “ficas”, dentre outras várias denominações de interações afetivas como, rolos, pegas, arrochos etc. Reis (2004, p.09).

“Falar sobre amor, paixão, sexualidade, entre os jovens é falar de processos muitos intensos, regidos por muitas lógicas e incoerências, por ambivalências e ambiguidades, mas, sobretudo, é falar de processos cheios de movimento e vida, pois que plenos de alegrias, prazeres, decepções, magoas, sonhos, frustrações, esperanças e outros tantos sentimentos e emoções que se lhes atravessa.”

Percebe-se, portanto que são as várias formas de relacionamento afetivo-sexual que se processam em nossa sociedade. O amor não é somente alvo de interesse nesses relacionamentos. Podem existir outras motivações como aproveitar o momento e experimentar novas emoções, ou mesmo formas de autoconhecimento.

2.3 Reflexões acerca de masculinidades

O universo masculino atualmente vem sendo alvo de constantes estudos e problematizações. “A década de 1970, vê nascer os primeiros trabalhos científicos sobre masculinidade” (BADINTER, 1993, p. 14). Questões como a subjetividade masculina, sua sexualidade, o ser homem no contexto contemporâneo e como esse homem estabelece suas relações, tanto no campo afetivo, como na esfera pública, nortearam e ainda norteiam as discussões e debates acerca da masculinidade.

Os estudos de Saffioti (1987) indicam que aos homens ainda é negado em muitos casos demonstrar sua afetividade, seus sentimentos, sensibilidade, ternura, amabilidade, dentre outros. A sociedade reforça constantemente estes ideais, ou seja, papéis ditos de homem, e de mulher. É o que se percebe nesse relato:

“A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da distribuição de distintos papéis que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita com bastante precisão os campos em que pode

operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem” (SAFFIOTI, 1987, p. 08)

Pensando assim Saffioti (1987), faz com que percebamos que se os papéis sociais homem e mulher, não forem bem desempenhados, os sujeitos podem sofrer retaliações, preconceitos, por não seguirem os padrões ditos normais.

De acordo com Sócrates Nolasco (1993);

“o amor dificilmente é utilizado como fio condutor para a iniciação sexual dos homens, que poderiam ter no **sexo** a expressão da plenitude amorosa. Quanto mais contam suas estórias, quanto mais se envolvem contínua e superficialmente, mas estão próximos da **expectativa social**. Portanto, ser **livre par agir** não significa **ser livre para o que se quer ser**. A liberdade sexual masculina é um blefe de que os homens não se deram conta ainda [...] assim, crescem receosos e inseguros de terem que, a *priore*, garantir performance sexual excelente, [...] os homens limitam seu prazer a dominar e subjugar [...] o que torna complicado conviver com a mulheres sem a obrigação de “comê-las”. (grifos meus, p.71)

Para Badinter (1993), “dever, provas, provações, estas palavras dizem que há uma tarefa real a cumprir para tornar-se homem. A virilidade não é dada de saída. Deve ser construída, ‘fabricada’.” Assim a identidade masculina, constrói-se permeada de conflitos e pela imposição de regras que vem nortear o ser homem, sendo, portanto, também fruto de interações sociais, históricas e culturais.

Ainda segundo Badinter (1993), “o próprio homem e aqueles que o cercam tem tão pouca confiança na sua identidade sexual que lhe exigem provas de sua masculinidade.” Prove que você é ‘homem’ é o desafio que o ser masculino enfrenta permanentemente.

Os jovens do sexo masculino e aqui especialmente os de segmentos populares, imersos neste contexto de provações, sentem a necessidade de se relacionarem afetivo-sexualmente, visto que necessitam reforçar sua masculinidade, corroborando com os ideais pré-estabelecidos socialmente.

2.4 Jovens de segmentos populares: considerações acerca desta especificidade.

A pobreza que atinge a grande maioria dos jovens brasileiros e seus grupos domésticos, “nada mais é do que a introdução material de condição de classe de homens e mulheres, em sua maioria não branca, de classes trabalhadoras, urbana e rural, classes subalternas ou populares, segundo outras denominações.” (DUQUE-ARRAZOLA, 1988).

De acordo com Coimbra e Nascimento (2003), assistimos a uma veemente produção de insegurança, medo, pânico articulados ao crescimento do desemprego, da exclusão, da pobreza e da miséria. Para estes autores, neste quadro terrível com o qual nos deparamos atualmente, os jovens pobres, são os “excluídos por excelência”, pois quando conseguem adentrar no mercado de trabalho são os de caráter informal e nas piores condições.

Coimbra e Nascimento (2003) indicam que por não conseguirem se adequar às normas e exigências que o sistema capitalista exige, tais como escolaridade, qualificação profissional dentre outros, muitos jovens partem para outros rumos ditos ilegais, como criminalidade. Veem como última alternativa e possibilidade à medida que “aumenta apartação social.”

Em seus estudos, Forrestes (1997) *apud* Coimbra e Nascimento (2003), percebeu que:

Para esses “jovens” destinados de antemão a esse problema, fundidos com ele, o desgaste é sem saída e sem limites [...] Marginais pela condição, geograficamente definidos antes mesmo de nascer, reprovados de imediato, eles são os “excluídos” por excelência [...] Por acaso eles não moram naqueles lugares concebidos para se transformar em guetos? Como será a sua velhice, se chegarem até lá? [...] Bloqueados numa segregação [...] eles têm a tendência de não se entregar.” (p. 28)

Duque Arrazola (1988) pontua características de segmentos pauperizados; são eles, escassa ou esporádica remuneração, equivalente a um salário mínimo ou menos promiscuidade habitacional, devido aos reduzidos espaços das moradias e poucas divisões internas, partilhadas, amiúde, por mais de um grupo doméstico. Construção das moradias com materiais precários, tais como resto de outras construções, barro, papelão, plástico etc. Localização da moradia

em bairros (favelas ou invasões) desprovida de infraestrutura e serviços públicos. Péssimas condições de saúde, higiene habitacional do bairro e até pessoal. Manutenção e saúde física precária. Reduzidas oportunidades de emprego, baixa qualificação profissional, analfabetismo (total ou por desuso).

É percebido, que vários fatores em conjunto caracterizam a condição de pobreza e estes fatores, portanto, condicionam a um modo de vida particular, os jovens inseridos neste contexto vivenciam e estabelecem suas relações e criam às suas maneiras mecanismos de sobrevivência. Analisando por esse prisma, as dimensões psicossociais, sociológicas e ambientais que cercam o fenômeno da interação afetiva-sexual de adolescentes, devem ser ressaltadas especificamente nesses territórios no qual esses jovens se inserem.

Cabe lembrar que esses fenômenos são multicausais e se encarados em âmbitos restritos de disciplinas segmentadas, perderão suas essências, visto que, as investigações em territórios da pobreza urbana possuem dificuldades próprias das fronteiras desses territórios, muitas delas estruturadas pelas leis da violência.

4 Resultados e discussões

Sabemos que homens e mulheres podem ter posicionamentos e/ou percepções diferenciados sobre determinada questão. O meio com o qual interagem pode se apresenta como influenciador destas percepções, sendo assim a forma de compreensão de determinado fenômeno, interage com inúmeros fatores: morais, culturais, sociais, econômicos, políticos dentre outros. Desde cedo questões referentes à sexualidade fazem parte de seus cotidianos. As experiências à iniciação referentes às práticas sexuais são sempre permeadas por histórias de brincadeiras, vontades de conhecer.

Os contextos em que se processam as relações afetivo-sexuais dos jovens são os mais variados. Nos arredores do local onde residem, em lugares desertos e escuros, algumas vezes em suas próprias casas na ausência de seus familiares, tudo da forma mais sigilosa possível, como indica (HEILBORN; BRANDÃO, 1999).

Foi identificado que para os jovens as informações referentes a questões sexuais partem na grande maioria das vezes de amigos. Nas interações do cotidiano, os jovens partilham suas experiências, seus casos e como interagem quando assunto é sexo, as informações socializadas entre os amigos mais velhos podem fazer com que os jovens sintam a necessidade de adentrar nesse campo sexual cada vez mais cedo.

É percebido que a questão do aprendizado não se dá necessariamente no campo da prática, ou seja, em interações sexuais propriamente ditas, como indica Margulis (2005) ao mencionar o fato de que os contextos de vida e suas sociabilidades influenciam nas formas de agirem e se relacionarem. As informações adquiridas com os amigos favorecem também, algo interessante para as vivências destes jovens mesmo que estas informações não correspondam com questões verídicas.

Foi identificado que a família pouco contribui com informações referentes a sexo; mesmo quando as repassam são sempre informações vagas e superficiais, sendo, portanto uma ausência nos contextos de vida destes jovens. Nesse sentido os jovens em estudo se privam de dialogar com seus pais, por receio de serem repreendidos, o que faz com que percebamos que mesmo em tempos de “facilidade” de informações, tudo que se remete ao sexo, ainda causa inquietação e por vezes vergonha, correspondendo diretamente aos estudos feitos por Foucault, (1988).

A questão do medo e da repressão ainda é algo forte e marcante na vida destes jovens as informações recebidas referentes a questões sexuais se restringem ao grupo de amigos, indo ao encontro das perspectivas de Giddens (1993) quando indicava que as informações adquiridas relacionadas ao sexo eram de forma bastante precária, persistindo até os dias atuais essas questões; percebe-se com as análises que existe uma dificuldade de diálogo quando o assunto se remete a interações afetivo-sexuais tanto no ambiente escolar quanto em casa.

Mais do que incertezas os jovens em estudo revelam que em seus contextos de vida sexual os amigos exercem grande influência no sentido de pressionar para o início, variações e quantificações de interações sexuais, causando nos jovens muitas vezes angústias por terem que corresponder a expectativas para não terem sua ‘honra’ masculina posta em questão, como relata Badinter (1993) ao se referir que o homem deve provar sua condição de macho para reforçar sua masculinidade.

Podemos perceber as diferenças com relação aos gêneros como os estudos de estudos de Saffioti (1987) já indicam, na concepção do jovem acontece o contrário com os garotos, estes estimulados a ter variedade e quantidade de parceiras, às garotas o recato e a “pureza” são recomendados. O homem seria um tipo de ser por definição “Homem é Homem”, e pronto tem características próprias e imutáveis, qualquer desvio seria colocar a prova esta questão, reflexões estas que vão ao encontro dos estudos de Sócrates Nolasco (2003).

Como já indicado, desde muito cedo as questões ligadas às interações sexuais fazem parte do cotidiano desses jovens de segmentos populares. Imersos, neste contexto, muitas preocupações se fazem presentes. As preocupações mais pertinentes são quanto a aquisição de doenças sexualmente transmissíveis e, uma possível gravidez precoce de suas parceiras. De forma geral, foi identificado que demonstram-se muito preocupados com sua saúde reprodutiva.

Os jovens em estudo revelam ser conhecedores de que são vulneráveis a doenças sexualmente transmissíveis, e que podem se tornar pais precoces, ou seja, que as práticas sexuais podem lhes trazer consequências indesejadas .

As análises indicam que os jovens de segmentos populares revelam certas angústias sobre consequências que as práticas sexuais acarretariam em suas vidas. Há tempos aos homens o prover, o sustento e cuidados a outrem seria algo que reforçaria ideais de poder, seria algo de honra, entretanto, podemos perceber que em face suas condições de pobreza, encontram-se impotente diante da realidade que se revela cruel. Percepção que Coimbra e Nascimento (2003) já indicavam quando se relaciona pobreza e responsabilidade.

5 Conclusão

Os contextos em que se processam a iniciação sexual destes jovens não obedecem a roteiros ou fórmulas prontas, foi identificado nas análises que estes jovens estabelecem suas relações sexuais muitas vezes de forma desprotegida e que muitos destes são carentes de informações específicas sobre questões referentes a práticas sexuais seguras.

As informações que partilham são sempre de forma superficial e, sobretudo repassada pelos amigos, entretanto, todos os jovens informaram ser possuidores de informações e conhecimento necessários para um bom desempenho sexual, o que se caracteriza como algo que merece uma atenção especial, visto que as informações adquiridas são advindas de experiências e práticas que se ligam ao senso comum, muitas delas sem os devidos cuidados.

Os estudos indicam que estes jovens possuem noções de que podem ser pais de forma indesejada caso não usem os métodos contraceptivos. Podemos identificar que este é um fenômeno que não se dá exclusivamente em segmentos populares, é algo partilhado por vários jovens, mas nos jovens em estudo a ausência do preservativo é uma realidade que depende de outras questões, no caso a facilidade do acesso.

As análises revelaram que conhecem superficialmente as doenças sexualmente transmissíveis, mas se não tomarem as devidas prevenções, estão vulneráveis as mesmas. Identificam estas questões como de grande impacto para suas vidas se por ventura acontecer, causando desconforto e preocupações. Em muitos dos casos, como foi verificado na análise dos artigos e livros que os jovens interagem sexualmente sem o uso do preservativo.

As expressões das sexualidades, bem como as interações sexuais desses jovens se estabelecem nesses contextos de pobreza e miséria, nesse sentido, as políticas públicas devem se focar levando em consideração essas especificidades relacionadas a falta de acesso a bens e serviços, falta de informações referentes à saúde reprodutiva e sexual e noções de prevenção de DST dentre muitos outros agravos.

Esse estudo possibilitou também visualizar que o segmento juvenil traz consigo sentidos múltiplos, pois, de acordo com o meio com o qual os jovens interagem, novas expressões juvenis são construídas em contextos diversos e estes sempre em constante movimento, podendo servir como recorte de uma época e auxiliar na elaboração de políticas públicas voltadas e projetos para esse segmento em específico.

Referências

ARAUJO, Welber Silva; **Expressões afetivas e sexualidades: Uma análise junto a jovens de segmentos populares.** Monografia de Serviço Social. Teresina: UFPI, 2008, 85p.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventudes e sexualidade.** Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

BADINTER, Elisabeth. **XY: Sobre a Identidade Masculina**, tradução Maria Agnes Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Suzana. O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza, In: MADEIRA, Felícia Reicher (org). **Quem mandou nascer mulher?** Estudos Sobre crianças e adolescentes pobres do Brasil. Rio de Janeiro: Editora:record /Rosa dos ventos , 1997. p. 343-402.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução Maria Thereza C. Albuquerque e J. A. Guidon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988 a.

_____, **História da sexualidade II**, o uso dos prazeres. . Tradução Maria Thereza C. Albuquerque e J. A. Guidon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. b

_____, **História da sexualidade III**, o cuidado de si. Tradução Maria Thereza C. Albuquerque e J. A. Guidon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.c.

GIDDENS, Anthony, **A transformação da Intimidade**: Sexualidade, Amor & Erotismo nas sociedades modernas. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GONDIM, Priscilla Santos et al. Acessibilidade dos adolescentes às fontes de informações sobre saúde sexual e reprodutiva. **Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano**, v. 25, n. 1, p. 50-53, 2015.

HEILBORN, Maria Luiza; BRANDÃO, Elaine Reis. Introdução: Ciências Sociais e Sexualidade, In: HEILBORN, Maria Luiza (org). **Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais**, IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zohor, 1999, p 7-17.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In. MARGULIS, Mario (ed). **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2000. p. 13-30.

_____, **Juventud, Cultura, Sexualidad** : La dimensión cultural en la afectividad y la sexualidad de los jóvenes de Buenos Aires. 1ª edição. Buenos Aires: Biblos, 2003

MINAYO. M. C. S. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade** - 29 ed- Petropolis, RJ: Vozes, 2010.

NOLASCO, Socrates Alvares. **O Mito da masculinidade**. 2ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995. 187p

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993. 350 p.

REIS, Vânia Teresa Moura. Os jovens e seus modos de vida afetivo-sexual. In: REIS, Vânia Teresa Moura. **Jovens pais e jovens mães**: experiências em camadas populares. Tese (Doutorado em Serviço Social). PUC, São Paulo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. Coleção Polêmica, São Paulo, Moderna, 1987.

_____, Heleieth I. B. Violência de gênero no Brasil atual. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, vol. 2, p. 443- 461, 1994

SCOTT, Joan W. Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. Traduzido pela SOS: **Corpo e Cidadania**. Recife, 1990

SILVA, Valéria. Jovens do Brasil: sujeitos de tempos, espaços e expressões múltiplas. In: MATOS, Kelma Socorro Lopes de; ADAD, Shara Jane Costa e FERREIRA, Maria D'Alva Macedo. **Jovens e crianças** - outras imagens. Fortaleza: UFC Edições, 2006a. p. 83-96.

_____. **Identidade Juvenil na Modernidade Brasileira**: sobre o constituir-se entre tempos, espaços e possibilidades múltiplas. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Florianópolis 2006b.

SILVA, Carla Regina, LOPES, Roseli Esquerdo. **Adolescência e Juventude: Entre conceitos e políticas públicas**. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, São Carlos, Jul-Dez 2009, v. 17, n.2, p 87-106

SOUSA, Maria Antonieta Albuquerque. A juventude no plural: anotações sobre a emergência da juventude. In: ALVIM, Rosilene QUEIROZ, Tereza, FERREIRA, Edílzio Jr. (org.) **Jovens & Juventudes**. João Pessoa. Editora Universitária – PPES/UFPB, 2005.

GÊNERO E DIREITO



GT 12

JUSTIÇA, MEMÓRIA E GÊNERO: UMA ANÁLISE FÍLMICA DE “A DAMA DOURADA” (WOMAN IN GOLD)

Alexnaldo Teixeira Rodrigues

*Fundação Visconde de Cairu - FVC/ Núcleo de Estudos Interdisciplinares
Sobre a Mulher – NEIM/UFBA,
alexnaldotr@yahoo.com.br*

Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes

*Universidade Federal da Bahia – UFBA
tcrispcf@uol.com.br*

Resumo: Este trabalho analisa um artefato cultural - o filme A Dama Dourada - cuja narrativa possibilita uma reflexão acerca da Justiça, memória e gênero. O filme retrata a história real de Maria Altmann, uma mulher judia de família abastada, que consegue fugir para a Suíça, e posteriormente EUA, no período da invasão alemã a Áustria, em 1938, juntamente com seu marido. Sessenta anos depois, já idosa e após a morte de sua irmã, recém falecida, descobre evidências que podem auxiliá-la a recuperar obras de arte de sua família, roubados durante a ocupação nazista, e resgatar direitos que lhe foram negados neste período pós guerra. A metodologia do trabalho, de natureza qualitativa, consistiu em, analisando os registros memorialísticos da personagem, associá-los a construção do gênero e a busca pelos seus direitos como mulher, judia, cidadã. Como resultados evidenciou-se que mais do que uma história sobre a reconciliação de parte de um passado traumático com o presente e a celebração das raízes familiares, numa análise hermenêutica – fundamentada nos Direitos Humanos e nos Estudos de Gênero –, a memória se revela como um recurso que as vítimas de uma injustiça histórica podem dispor para reivindicar a devida reparação, visando restituir a alteridade subtraída de sua vida. Assim, torna-se evidente a vinculação da justiça à ética da alteridade humana e seu potencial utópico, transpondo as amarras de uma memória engendradora, nostálgica e afetiva da qual as mulheres são mais predispostas do que os homens por questões sócio-histórico-culturais.

Palavras-chave: Memória, Gênero e Direitos Humanos.

Introdução

A opção pela realização deste estudo pautado em uma história de vida, evidencia a possibilidade de vincular uma narrativa memorialista à construção dos gêneros e percepções de justiça. O filme “A Dama Dourada” (Woman in Gold), constitui-se no instrumento que conduz à análise proposta, em que lembranças do passado se fazem presentes na memória de quem narra, como considera Michelle Perrot (1988), uma das historiadoras pioneiras, na Europa, no estudo das mulheres, para quem as **narrativas femininas se constituem em patrimônio cultural. Seu objetivo principal consiste em evidenciar nos registros memorialísticos da personagem, aspectos sobre a construção da sua identidade e a busca pela justiça.**

Abordagem teórico-metodológica

Dada a natureza do estudo e concepção que temos do fazer ciência, teoria e método se imbricam de tal forma que conduzem a uma apresentação num só item que intitulamos abordagem teórico-metodológica.

Historiar a vida se insere na perspectiva da historiografia moderna como defende Peter Burker (2003), para quem a História Social se constitui em uma abordagem múltipla, que averigua o conhecimento histórico, marcando suas linhas prioritárias. A História Social compartilha com outras ciências as concepções o sobre sexo, gênero, classe, família, parentesco, identidade, comunidade, ideologia, mentalidades.

Pertence a esta abordagem a história das mulheres, na vertente francesa com Michelle Perrot (1988) e na vertente anglo-saxônica com Joan Scott (1991). Perrot incursiona por terrenos do domínio considerado socialmente femininos: o da vida privada (mesmo com ausência das mulheres na história da vida privada, narradas majoritariamente por homens). Com Scott e a hermenêutica da suspeita temos a chamada para repensar as análises androcêntricas que ocultam as diferenças entre os gêneros e privilegiam mais a vida masculina do que a feminina, o mundo público sobre o privado, este último ‘delegado’ às mulheres.

Referendam a história social as análises de Sylvia De Castele e Danielle Voleman (1992) e Carmen Escandon (1999) que evidenciam a importância da história oral, a história ‘narrada’ por mulheres e sobre as mulheres. Esta história é liberadora da palavra e da vida cotidiana, transmitida pelos grupos sociais, impregnadas de valores, crenças, saberes dantes encobertos, subtraídos da

história da humanidade, que refletem um compromisso político de respeito ao gênero, classe, etnia, geração, entre outros, e de luta pelos direitos e pela justiça.

Justiça, memória e gênero

“A Dama Dourada” – narrando memórias

A narrativa fílmica se inicia com a presentificação de uma cena de um passado remoto na qual é reconstituído um diálogo possível entre Adele Bloch-Bauer e Gustav Klimt. A primeira – pertencente a alta classe vienense e esposa de Ferdinand, judeu magnata do açúcar –, vivia, juntamente com seu marido, cercada por compositores, escritores e artista da época. O segundo, pintor de vanguarda modernista, famoso no início do século XX, tinha como tema principal as mulheres; razão pela qual era requisitado para retratar as esposas dos maridos da alta sociedade. Ao que indica, Klimt participava dos jantares promovidos pelos Bloch-Bauer, e foi convencido a retratar Adele, única mulher a ser pintada mais de uma vez. Foi pintado para a família outro retrato, assim como três pinturas de paisagens.

Figura 1 - Retrato de Adele Bloch-Bauer I



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Retrato_de_Adele_Bloch-Bauer_I#/media/File:Gustav_Klimt_046.jpg

Na cena inicial do filme, o pintor solicita à modelo que permaneça imóvel numa determinada posição. Percebendo a inquietação de Adele, pergunta-lhe o motivo. Responde-lhe a modelo: “Eu me preocupo demais, sabe disso, com o futuro”. Emudece em seguida, tal qual as vozes de seus familiares e amigos que seriam vítimas do Holocausto e que será mostrado na narrativa.

Entretanto, os “ecos das vozes que emudeceram”, tragicamente, se mostrarão audíveis, através de uma memória corporificada, para aquela que, anos depois, não se revelará mouca perante a eloquência dos apelos afetivos de tempos felizes. Tempos que recusam a se degenerar em tristeza e sofrimento, e que se transmutará, posteriormente, em reivindicação ética de uma alteridade negada. De antemão, vale destacar que a volta ao passado – ora em tom documental, ora em tom melodramático –, é um recurso utilizado pelo cineasta para justificar as motivações da senhora Maria Altmann, judia já idosa, para exigir as obras de arte roubadas que pertenciam a sua família.

De um flash do passado evocado pelo cineasta, somos transportados para o final dos anos 1990, a um funeral em que Maria Altmann, sobrinha de Adele, despede-se de sua irmã, sepultando-a. Nesse cerimonial, Altmann reencontra uma amiga chamada Bárbara Shoenberg, cuja família tinha também fugido da Áustria; agradecendo-a pela presença, Altmann passa a indagar sobre o filho advogado da amiga. Bárbara lhe diz sobre a trajetória do filho e as vicissitudes enfrentadas por ele para se manter na profissão. Altmann declara que precisa de uma pessoa de confiança e capaz de lhe dar conselhos jurídicos sobre restituição de artes. Um encontro, então, é marcado entre Randy Shoenberg, filho advogado de Bárbara, e Altmann, que lhe dá detalhes sobre a sua família: ela com seus pais - Therese e Gustav - sua irmã Luise, seu tio Ferdinand e sua esposa Adele viveram no mesmo teto. Como esses tios não tiveram filhos, Adele afeiçoou-se de tal forma à menina Altman que passou a considerá-la como seu rebento.

Nos pertences da irmã Luise foram encontradas, por Altmann, cartas datadas de 1948 e remetidas por Johan Rinesch, advogado da família, nas quais informa que o governo austríaco havia decidido manter as obras de Gustav Klimt na Galeria Belvedere, com a justificativa de terem sido legados por Adele em testamento. Contudo, o advogado declara que nunca havia visto o testamento, apesar das inúmeras tentativas para fazê-lo. Ademais, Altmann, em conversa com Randy, diz ter lido no jornal *New York Times*, que a Áustria, naquele momento, estava reformulando as leis de restituição de obras de arte, para além de revisar os casos antigos; motivo que a levou a ter esperanças em

recuperar as obras de arte da família. Reavê-los não se tratava de uma questão financeira, apesar do grande valor monetário que elas tinham, mas uma questão afetiva e de justiça, pois eram dela por direito de herança. Além do mais, sentia-se a guardiã da memória da família.

De início, o jovem advogado, Randy Shoenberg, rejeita a proposta de ter Maria Altmann como cliente, por não se achar competente na questão. Todavia é persuadido pela trajetória comum da família de ambos, manifesta nos sobrenomes judeus, que os une. Em sendo um advogado de personalidade frágil, e com dificuldades reais de se estabelecer na companhia em que trabalha, vislumbra a oportunidade de modificar a sua imagem, mostrando que era capaz de assumir desafios maiores do que lhe era dado. Assim, envereda por pesquisas e trâmites; dentre eles, inscreve Maria Altmann como palestrante em uma conferência sobre restituição de artes na Áustria; estratégia que considerava adequada para sensibilizar a imprensa, dado que ela era uma das descendentes de uma das grandes famílias vienenses. A empatia da imprensa por Altmann, por sua vez, pressionaria o *comitê de restituição* a dar uma resposta mais breve ao caso.

Altmann, mesmo reconhecendo a necessidade de agir, reluta em ir a Áustria e lidar com as lembranças dolorosas de humilhação, desenraizamento, medo e abandono dos pais em prol de sua sobrevivência e a do marido. Mas as lembranças de tia Adele, falando sobre a importância do enfrentamento de seus medos a fortalece, impulsionando-a a ir para a Áustria. Estando nesse país juntamente com o seu advogado, Altmann conhece um jornalista investigativo que, vendo o seu nome na lista de palestrantes, se dispõe a ajudá-la a reconstituir a história sobre a sua família. Esta ajuda se torna imprescindível para o acesso aos registros do museu e o encontro de informações sobre as obras de arte de sua família. Altmann não tinha ideia do que havia acontecido com seus parentes após a sua partida. Entretanto, ela era a única conexão viva com o passado e o elo para colocar as informações encontradas em ordem cronológica. A sua tia Adele havia morrido com meningite, em 1925, aos 43 anos. Dois anos antes de morrer, em 1923, ela redigiu um testamento em que constava: “Peço gentilmente ao meu marido Ferdinand para legar o meu retrato e os outros quadros de Klimt após a minha morte à Galeria Belvedere”. No testamento também havia uma cláusula, específica, determinando que esta doação acontecesse somente após a morte de Ferdinand.

O filme revela que Maria Altmann não sabia o que havia acontecido com sua família após a sua “partida” com seu marido. Suas memórias, contudo,

eram o elo para recompor a cronologia de uma história que se apresentava com fragmentos de informações sem sentido.

O repórter investigativo austríaco informou-lhe que a casa de Adele tinha virado um palco de um dos maiores roubos da época: joias, instrumentos musicais, quadros foram tomados pelo exército nazista. Os quadros de Klimt, sobretudo, foram retirados por um apreciador refinado de artes, que os levando à galeria, alterou o nome de Adele e sua ascendência judia.

Por um curto período de tempo, após a guerra, o quadro ficou conhecido como *A Dama Dourada*. O nazismo – bem como toda a construção de um Estado autoritário que se fundamenta em uma burocracia militar e em uma sociedade atomizada –, implantou não apenas uma “limpeza étnica”, mas também uma política de esquecimentos. Não foi suficiente roubar das famílias judias; era uma demonstração de triunfo naquela “guerra por almas” – que se implantou no regime de repressão –, o silêncio, o esquecimento e a supressão da história das vítimas do processo. Com os registros encontrados na Galeria Belvedere, descobre-se que o quadro chegou em 1941. Montam-se as “peças do quebra cabeça” e a consolidação de uma argumentação robusta: os quadros acabaram na Belvedere bem antes da morte de seu tio. Ferdinand Bloch-Bauer tinha sobrevivido à invasão e chegou a se exilar na Suécia. Ele tinha feito seu próprio testamento antes de morrer, em 1945, pós-guerra, deixando tudo que possuía para suas únicas sobrinhas. Uma declaração de pagamento pelos quadros em nome de Ferdinand se constituiu como um trunfo para o caso: este era o real proprietário das obras e não sua esposa. Desta forma, o testamento de Adele perdia o seu valor legal. Mas este dado não facilitaria a luta de Altmann: o quadro, originalmente judeu, tornara-se a “Monalisa da Áustria”.

Ciente do contexto, Altmann tenta negociar diretamente com a Áustria, mas não foi tratada com respeito pelo governo do país. Estava evidente a tentativa das autoridades para encobrir os fatos que conduziram os quadros à galeria, bem como a barbárie de um passado silenciado. Além disso, os austríacos nunca foram vítimas da ocupação, pois em sua maioria jogaram flores e receberam os nazistas de braços abertos.

Diante dos trâmites jurídicos para entrar com processo contra o governo, bem como necessidade de uma vultosa soma de dinheiro da qual não dispunha, Altmann desiste naquele momento. Anos depois, descobre com seu advogado que poderiam processar a Áustria a partir dos Estados Unidos, país onde vivia. Assumido o caso pela Suprema Corte norte-americano, em janeiro de 2006, o governo austríaco foi obrigado a devolver todas as pinturas à legatária.

“A Dama Dourada” – conclamando justiça

Em geral, entende-se a justiça sob a perspectiva de dois significados, a saber: “[...] a ordem das relações humanas ou a conduta de quem se ajusta a essa ordem” (ABBAGNANO, 2000, p.593).

Dito de outro modo, a justiça pode ser compreendida tanto como a capacidade de ajustar a conduta à norma, com o fim de julgar o comportamento ou a pessoa humana, como a eficiência de uma norma, no sentido de capacidade, para possibilitar a relação entre os indivíduos.

Castor Ruiz (2009, p.9) expande a concepção de justiça ao salientar que ela não se limita ao âmbito do direito, à lógica das instituições, à razoabilidade dos argumentos e aparatos formais legitimados socialmente. Afirma que “Quando a justiça se reduz à justiça formal, nas suas diversas variáveis conceituais, o justo se identifica com o legal e a justiça como transgressão da ordem”, análise que associamos ao que se deu com o governo austríaco ao reter os quadros pertencentes a Adele, detendo-se apenas numa uma cláusula de seu testamento.

Ruiz (2009) sinaliza, também, que limitando a justiça à formalidade, corre-se o risco dela legitimizar a ordem estabelecida, assumindo o encargo de definir a legalidade da violência e da força que sustenta a ordem vigente. Nessa acepção, restrita, se exaure da Justiça dois elementos que lhes são fundamentais, não excluindo a perspectiva do Direito: a dimensão ética e a dimensão utópica.

A primeira se constitui como o “[...] aguilhão crítico da realidade histórica” e abdicar dessa potência crítica nos levaria à “barbárie da ordem”. O território ético, por sua vez, amplia-se para a experiência da utopia. Esta última existe “[...] na forma de uma temporalidade aberta” que evoca o passado, presentificando-o e, também, antecipa o sentido do futuro desejado (RUIZ, 2009, p.8).

Ainda consoante Ruiz (2009), a justiça existe não apenas pela exigência das dimensões citadas anteriormente, mas também a partir de uma relação com a alteridade humana, em especial, o outro injustiçado – visando restituir a alteridade subtraída ou negada –, o que a torna, de modo eminente, ética. Destarte os “[...] injustiçados não podem ser esquecidos, já que sua recordação é parte constitutiva do sentido da justiça” (RUIZ, 2009, p.8).

É por isso que o passado necessita ser lembrado como condição da justiça do presente. O Outro é uma realidade irreduzível a qualquer forma de retórica ou argumentação legitimadora de uma injustiça. Como acontece no filme em análise, o Outro se revela nos rostos presentes nas memórias de Maria Altmann, reveladores de resistência em meio a um caos como a guerra e de preservação de uma dignidade que teima em subsistir.

Enrique Dussel (1986) – filósofo argentino, influenciado por Lévinas e Heidegger –, entende que o rosto é a revelação e a expressão da alteridade, capaz de falar por si e impor sua própria significação ética. Ele é mais do que uma exposição da aparência; é alteridade absoluta. O rosto é que possibilita a aparição ou manifestação deste Outro, sem qualquer mediação de sua imagem na nudez.

Esta análise nos remete a cenas do filme em que judeus são ridicularizados, agredidos, expulsos de suas casas e obrigados a lavarem paredes e escadarias, entre outros mandatos, tendo seus corpos e subjetividades marcados, para expor socialmente a sua identidade judia.

Também, como analisa Dussel (1995, p.19) o rosto do Outro sofredor,

O oprimido, o torturado, o que vê ser destruída sua carne sofredora, todos eles simplesmente gritam, clamando por justiça: – Tenho fome! Não me mates! Tem compaixão de mim! – é o que exclamam esses infelizes [...]. Estamos na presença do escravo que nasceu escravo e que nem sabe que é uma pessoa. Ele simplesmente grita. O grito – enquanto ruído, rugido, clamor, protopalavra ainda não articulada, interpretada de acordo com o seu sentido apenas por quem ‘tem ouvidos para ouvir’ – indica simplesmente que alguém está sofrendo e que do íntimo de sua dor nos lança um grito, um pranto, uma súplica. É a ‘interpelação primitiva’.

O rosto do Outro que aparece nas memórias de Altmann, impõe sua presença, solicita a sua solidariedade, sua responsabilidade e consciência para buscar a reparação das perdas, enfim, para que se faça justiça.

Como analisa Marcelo Fabri (2009, p. 159), “A memória das vítimas se torna, então, memória de todos aqueles que responderam pelo humano, em meio ao caos e ao não-sentido”

Este quadro revela uma clara instauração de uma ética da alteridade – ver o Outro como se vê; vê o próximo em sua dignidade e tê-lo como objeto de sua própria ação.

“A Dama Dourada” – identidade, alteridade, justiça

Memórias são constitutivas das identidades. A história narrada por Maria Altmann é impregnada de marcas da construção de suas identidades femininas e de judia.

Por identidade entendemos uma construção social que define formas de sermos no mundo. Quando se fala em identidade da pessoa, referimo-nos a um conjunto de características que as distingue de outra; é um atributo que permite individualizar alguém.

Na construção das identidades se encontram a igualdade e a diferença. Diferenciando-se de uns e igualando-se a outros, as pessoas constroem-se como pessoas singulares e ao mesmo tempo, plurais. (CIAMPA, 1997).

Identidade é uma questão individual, social e, também, um conceito político. Como analisa Bader Sawaya (2000), o conceito de identidade é fortemente associado ao processo de inserção social em situações e sociedades complexas e excludentes, como a narrada por Maria Altmann.

Estudos sobre (i)migrantes mostram que a identidade do lugar de origem favorece a criação de redes de solidariedade, facilita o acesso do “estrangeiro” aos bens e serviços apesar da discriminação. Esta identidade transforma espaços de segregação em guetos de resistência e de aconchego, lugares com “calor”, antídoto ao desprezo da sociedade (SAWAIA, 2000. p.125).

As ambigüidades implicadas na construção das identidades possibilitam tanto escapar ao relativismo que elimina singularidades, como pode ser o reforço de práticas que excluem a alteridade.

Retomando a análise de Michele Perrot (2001) que inclui as mulheres no grupo de “excluídos da história”, depreendemos que esta exclusão se aplica a Maria Altmann e todos que tem a coragem de denunciar as injustiças que decorrem da ideologia dominante, que mantém o poder de uns em detrimento de outros, no caso, dos homens sobre as mulheres, se o foco for gênero. Por isto é inevitável considerá-la exemplo de mulher “de fibra” no sentido de pessoa que encara os problemas ‘de frente’, que vai a luta, que busca incansavelmente por seus direitos, que busca a justiça.

Maria Altmann usa a referência identitária de mulher, judia, injustiçada, para analisar um grande problema social que é não é apenas seu e sim de todo um grupo social excluído. Com o retorno da obra de arte pertencente à família, renova-se a sua identidade em permanente construção; o senso de pertencimento à sociedade que a acolheu, a sua alteridade.

A identidade é “[...] a qualidade que permite reconhecer e ser reconhecido pela alteridade, sem ser discriminado ou discriminar” (SAWAIA, p.124).

Retomando a narrativa de Altmann, que enfatiza a necessidade de reparar o passado como uma forma de assegurar a sua identidade e sua alteridade, restituir a memória histórica do povo judeu austríaco lembramos Marcelo Fabri (2009, p. 159) para quem:

[...] o passado ressoa eticamente na consciência de cada um de nós. Ressoa, em primeiro lugar, como procura do que seja viver humanamente; em segundo lugar, como crença nos valores fundamentais, mesmo em momentos em que se dissolvem todas as regras do convívio e da civilização; finalmente, como força ou vida interior, traduzida em termos de acolhimento e hospitalidade, numa espécie de abertura ao futuro.

A força da necessidade do pertencimento social faz com que haja o engajamento e forte implicação emocional com relação ao grupo ao qual se pertence, resgatando os valores do passado e buscando fazer justiça diante de situações que lhe foram adversas.

Como a imagem de si mesma/o se encontra estreitamente ligada à imagem que se tem do grupo, é inevitável que haja defesa dos valores da coletividade num primeiro momento para, em seguida, incorporar os que lhe são pertinentes e excluir os distantes do modo próprio de ser.

Mesmo que a memória não seja sexuada, como analisa De Castelee (1992) é evidente, também, que no resgate do passado, Maria Altmann faz emergir a construção de seu gênero feminino subvertendo padrões androcêntricos, fazendo elo entre suas memórias e os dados fragmentados da história (predominantemente registrada por homens), politizando a esfera privada, insurgindo contra o Estado, lutando pela Justiça.

Considerações finais

As memórias narradas por Altmann deixam evidente que o sofrimento das vítimas, de um episódio como o holocausto, não pode ser harmonizado com o presente, se não forem acompanhadas de uma exigência pela reparação das injustiças sofridas e que se consiga êxito, ainda que parcial, na restituição de uma alteridade perdida.

Neste sentido, as memórias se revelam como recurso que vincula justiça a ética, mesmo sendo elas engendradas, nostálgicas e afetivas como se esperam das memórias femininas.

Somente “redenções” a exemplo da narrada por Altmann pode fazer com que a humanidade se aproprie de seu passado, indicando um novo tempo; tempo de possibilidades, de esperança, de libertação, de ser feliz novamente.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. Justiça. In.: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revisada por Alfred Bosi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Beneditti – 4ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.593-596.

A DAMA DOURADA. Direção: Simon Curtis. Produção: David M. Thompson, Harvey Weinstein. Intérpretes: Helen Mirren, Ryan Reynolds, Daniel Brühl e Katie Holmes. Reino Unido, EUA: Swen, 2015. DVD (108 min.), 16.9 Widescreen, colorido.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CIAMPA, Antonio da Costa. Identidade. In: CODO, W; LANE, S. T. M. (Orgs.). **Psicologia social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 58-75.

CASTEELE, Sylvie Van y COLEMAN, Danielle. Fuentes orales para la história de las mujeres. In. ESCANDÓN, Carmen Ramos (org). **Género e História**. México: Instituto Mora/UAM. 1992. p. 99-109.

DUSSEL, Enrique D. **Filosofia da libertação**: crítica à ideologia da exclusão. São Paulo: Paulus, 1995.

FABRI, Marcelo. Quando o passado confere sentido ao presente: justiça e memória das vítimas. In: RUIZ, Castor M. M. Bartolomé (organizador). **Justiça e Memória**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2009, p. 159-172.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. Introdução. In: RUIZ, Castor M. M. Bartolomé (organizador). **Justiça e Memória**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2009, p. 7-16.

SAWAIA, Bader. Identidade, uma ideologia separatista. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão** – análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes. 2001. p.119-127.

SCOTT, Joan. W. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1991. Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html . Acesso em . Acesso: 30 abr. 2016.

SOUZA, Ricardo Timm de Souza. “Ecos das vozes que emudeceram”: memória ética como memória primeira. In: RUIZ, Castor M. M. Bartolomé (organizador). **Justiça e Memória**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2009, p. 113-120.

PALAVRAS NO PAPEL NÃO MUDAM A REALIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE ACESSO À JUSTIÇA E MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA NO CONTEXTO SOTEROPOLITANO

Anderson Eduardo Carvalho de Oliveira
Universidade Federal da Bahia
eduu_co@hotmail.com

Márcia Santana Tavares
Universidade Federal da Bahia
marciatavares1@gmail.com

Resumo: Privilegiando o contexto de Salvador-BA, este artigo discute os entraves postos à efetividade da Lei Maria da Penha no que diz respeito à garantia do acesso à justiça, a fim de evidenciar o que as mulheres em situação de violência buscam empiricamente quando pleiteiam o direito de acesso à justiça e o grau de satisfação experimentado em tais investidas. Para tanto, valemo-nos da realização de entrevistas semi-estruturadas e semi-diretivas com oito profissionais com formação em Direito e atuação nas instituições que compõem a rede de atendimento especializado à mulher em situação de violência instalada na cidade. As falas de nossos interlocutores/as, além de destacar os problemas de estruturação dessa rede e consequente dificuldade de efetivação do direito de acesso à justiça, revelam o protagonismo das medidas protetivas de urgência e a mobilização da noção de justiça não como valor, senão no sentido da proteção, apresentada como condição suficiente para a sua emancipação enquanto cidadã.

Palavras-chave: Violência contra a mulher, acesso à justiça, medidas protetivas de urgência.

Introdução

Discutir acerca do fenômeno da violência contra a mulher no contexto brasileiro é lançar luz sobre cifras assustadoras. Segundo dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, estima-se que, no Brasil, entre os anos de 2001 e 2011, foram praticados mais de 50 mil feminicídios, o equivalente a aproximadamente 5 mil assassinatos por ano ou 1 a cada hora e meia, sendo a maior parte praticada no contexto das relações domésticas e familiares (GARCIA *et al*, 2013). Tais dados fazem com que o país assuma a 5ª posição no *ranking* mundial de homicídios de mulheres (WAISELFISZ, 2015).

O Estado da Bahia figura como o 12º mais violento para as mulheres, registrando, em 2013, uma taxa média de 5,8 feminicídios por 100 mil mulheres, número, inclusive, superior ao índice da região nordeste, cujo patamar estimado foi de 5,6 para o mesmo ano, bem como da média nacional, calculada em 4,8 óbitos. Dentre as capitais do país, Salvador aparece como a 10ª mais violenta: são 7,9 feminicídios em cada 100 mil mulheres (WAISELFISZ, 2015).

Tais dados são reflexos de uma cultura de impunidade e tolerância do Estado brasileiro com relação à violência contra a mulher. Neste cenário, a Lei Maria da Penha constitui um grande marco político e jurídico para o enfrentamento desta problemática, já tendo galgado significativos avanços.

A pesquisa intitulada “Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha”, divulgada pelo IPEA, atesta que a referida lei ajudou a reduzir em aproximadamente 10% a taxa de assassinatos de mulheres no âmbito de suas próprias residências, além de, obviamente, evitar a prática de milhares de situações de agressões não letais baseadas nas desigualdades de gênero em todo o país (CERQUEIRA *et al*, 2015). Porém, os desafios para a sua completa aplicação ainda são enormes.

Campos (2015) aponta para cinco circunstâncias principais que atuam como entraves à aplicação da Lei Maria da Penha: a fragilidade da rede especializada de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência; o reduzido número de juizados/varas especializadas de violência doméstica e familiar contra a mulher; a persistência na aplicação da suspensão condicional do processo à revelia de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF); a resistência dos operadores do direito em entender a proposta inaugurada pela Lei Maria da Penha e romper com uma lógica familista; e, por fim, a insuficiência orçamentária para o desenvolvimento e manutenção das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher.

Essas circunstâncias acabam por dificultar uma das principais funções a que se dedica a Lei Maria da Penha, qual seja, a ampliação do acesso à justiça para as mulheres em situação de violência doméstica e familiar, tema que buscamos evidenciar no presente artigo.

Métodos de pesquisa

Tomamos por foco da pesquisa empírica as instituições que compõem a rede de atendimento especializado às mulheres em situação de violência doméstica e familiar instaladas em Salvador-BA, privilegiando a escuta dos profissionais com formação em direito que nelas atuam. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e semi-diretivas com 08 desses profissionais, aqui identificados a partir de códigos, durante os meses de maio e junho de 2015.

Para a compreensão dos dados produzidos, orientamo-nos pela análise de conteúdo categorial, definida por Bardin (1977) como um conjunto de técnicas de análise das comunicações com a finalidade de obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens, independente de serem quantitativos ou não, que possibilitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção dessas mensagens.

De modo complementar, recorreremos à análise de documentos fornecidos pelas instituições pesquisadas que, corroborando as falas de nossos interlocutores/as, ajudaram-nos a entender melhor os entraves postos para a efetividade da Lei Maria da Penha na garantia do acesso à justiça, bem como o que as mulheres em situação de violência buscam, empiricamente, quando pleiteiam o direito de acesso à justiça e o grau de satisfação experimentado nessas investidas.

Violência contra a mulher, lei maria da penha e acesso à justiça

Desde os idos de 1970, movimentos feministas e de mulheres intensificaram suas lutas, assumindo novas bandeiras. Sob o argumento de que “o pessoal é político”, levaram aos espaços políticos questões anteriormente tratadas como específicas do âmbito doméstico, rompendo com a dicotomia público/privado típica do pensamento liberal (COSTA, 2005). Deste modo, denunciaram todas as formas de opressão e submissão experimentadas pelas mulheres no ambiente doméstico, refutando a noção de uma violação individual para inaugurar a tese de que os problemas vivenciados individualmente no cotidiano feminino alicerçam-se em estruturas e discursos sociais, reivindicando respostas coletivas.

Assim, tais movimentos ocuparam-se em estabelecer estratégias políticas para o enfrentamento da violência contra a mulher, partindo de dois grandes focos: agindo diretamente num primeiro momento, a partir da criação de ONGs e serviços com suporte assistencial, psicológico e jurídico para as mulheres em situação de violência. Em seguida, reclamaram a formulação e implementação de políticas públicas, assumindo, portanto, a função de pressionar o Estado para a incorporação da agenda feminista de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher na política e também no Direito¹.

Todo esse processo de mobilização social liderado pelos movimentos feministas e de mulheres acarreta na aprovação da Lei Maria da Penha, em 2006, viabilizada a partir da denúncia promovida pela farmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos – OEA².

Com a perspectiva de descortinar a tolerância do Estado brasileiro à violência contra a mulher, a Lei Maria da Penha tipifica tal conduta, apostando no recrudescimento da punição e enfatizando medidas de proteção e assistência às mulheres em situação de violência, com a implementação de uma rede de instituições especializadas.

Ademais, há de se evidenciar que a nova legislação inaugura uma série de modificações nas intervenções a serem realizadas pelas instituições de segurança e as que compõem o sistema de justiça, das quais se destacam novas atribuições para a autoridade policial³; a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, no âmbito do Poder Judiciário, “com competência cível e criminal [...] para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a

1 Ver, por exemplo, sobre estratégias e respostas do movimento feminista à violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil, Diniz (2006).

2 Para melhor compreender o contexto histórico de formulação da Lei Maria da Penha, ver, por exemplo, Barsted (2011).

3 Lei 11.340/2006. Art. 11. No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências: I – garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário; II – encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal; III – fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida; IV – se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar; V – informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis.

mulher” (art. 14); e o reforço ao espectro de atuação do Ministério Público⁴ e das Defensorias Públicas, pois, conforme redação do art. 28, “é garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado”.

Essas modificações, decerto, reforçam a preocupação da Lei Maria da Penha com a ampliação do direito de acesso à justiça, considerado por muitos estudiosos como um pressuposto para a realização dos demais direitos fundamentais, inclusive, ao direito humano da mulher a uma vida sem violência, fortemente negligenciando pelo Estado brasileiro e que coloca em xeque tantos outros direitos de cidadania desse grupo, condições elementares para a promoção de justiça social.

Nesse sentido, Santos, reconhecendo a importância do direito de acesso à justiça para a efetivação dos demais direitos sociais, consagrou a expressão “direito charneira” para caracterizá-lo, pois “[...] a consagração constitucional dos novos direitos econômicos e sociais e a sua expansão paralela à do Estado de bem-estar transformou o direito de acesso à justiça num direito charneira, um direito cuja denegação acarretaria a de todos os demais” (SANTOS, 1989, p. 45).

Embora o direito de acesso à justiça esteja encartado em diversas declarações internacionais de direitos, a exemplo da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948⁵, a expressão “acesso à justiça” não é de fácil definição, mas é útil para pensar duas finalidades básicas do sistema jurídico, quais sejam: o sistema por intermédio do qual as pessoas podem reivindicar seus direitos e/ou equacionar seus litígios, sob os auspícios do Estado. Desta forma, tal sistema precisa garantir condições iguais de acesso para todos e produzir resultados individual e socialmente justos (CAPPELLETTI; GARTH, 2002). No ordenamento

4 Lei 11.340/06. Art. 26. Caberá ao Ministério Público, sem prejuízo de outras atribuições, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando necessário: I – requisitar força policial e serviços públicos de saúde, educação, de assistência social e de segurança, entre outros; II – fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e adotar, de imediato, as medidas administrativas ou judiciais cabíveis no tocante a quaisquer irregularidades constatadas; III – cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

5 Art. 8º. Todo homem tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

jurídico brasileiro vigente, também aparece garantido na Constituição Federal, art. 5º, incisos XXXV, LIV e LV⁶.

Nas Ciências Sociais, segundo pontua Sadek (2002), a preocupação com a temática dos direitos humanos e com o processo de redemocratização, já vislumbrada na década de 1980, faz emergir os primeiros estudos que destacam a importância do sistema de justiça. Estes, embora não estivessem centrados no Judiciário ou nas demais instituições que compõem tal sistema, colocaram em pauta a noção de justiça como valor, além de refletir sobre cidadania, igualdade e emancipação dos setores populares, atraindo um grande número de pesquisadores para a discussão a respeito da ampliação do acesso à justiça.

Desde então, a vasta produção literária brasileira sobre o tema do acesso à justiça tem desenvolvido diversas concepções a seu respeito, com as quais pretendemos dialogar em momento mais oportuno. Conforme elucida Pasinato (2012, p. 29), “diferentes análises emergiram revelando que o ‘acesso à justiça’ é um conceito multidimensional com diferentes características e concepções que podem ser acionadas em sua aplicação”. Não obstante, a maior parte dos trabalhos produzidos sobre o tema propõe pensá-lo como “acesso às instituições estatais de justiça”, sendo esta a perspectiva que adotamos para as reflexões a que nos propomos neste artigo.

Assim, Pasinato (2013) propõe pensar a noção de “acesso à justiça” a partir da articulação de três dimensões: a) dimensão normativo-formal, consubstanciada no reconhecimento dos direitos pelo Estado por intermédio de sua formalização em leis; b) dimensão da organização, administração judiciária e distribuição da justiça, referente à existência de mecanismos e estratégias para transformar o acesso à justiça formal em acesso real à justiça, medidos pela efetividade da organização, administração e distribuição da justiça; e c) dimensão sócio-cultural e subjetiva, que se relaciona com a capacidade dos cidadãos reconhecerem-se como sujeitos de direitos e acionar as leis para a sua proteção.

Assim, adotando o pressuposto do direito de acesso à justiça como de importância primeira para a concretização dos demais direitos e garantias

6 Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito; LIV – ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal; LV – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

fundamentais, bem como as dimensões acima citadas para pensá-lo, dedicamos, nas próximas linhas, a refletir sobre o grau de implementação do direito de acesso à justiça das mulheres em situação de violência, para, privilegiando o contexto de Salvador-BA, problematizar o nível de apoio que este direito tem ofertado ao direito humano da mulher a uma vida livre de violência.

2 Grito de socorro: o protagonismo das medidas protetivas de urgência

A Lei Maria da Penha prevê, em seu artigo 35, que a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal deverão criar e promover uma série de instituições voltadas ao trabalho especializado com a temática da violência doméstica e familiar contra a mulher, de modo que estes mecanismos estejam articulados em rede para dar conta da complexidade do fenômeno objeto de suas intervenções. Somente a partir de uma atuação em parceria, o Estado conseguirá intervir satisfatoriamente neste problema, que é reconhecidamente multidimensional, afetando questões de saúde, segurança pública, assistência social, bem como ampliar o direito de acesso à justiça dessas mulheres em situação de violência.

Em Salvador, esta rede de atendimento especializado à mulher em situação de violência está configurada da seguinte forma: 02 Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs); 02 Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; 01 Centro de Referência de Atendimento à Mulher; 01 Grupo de Atuação em Defesa da Mulher (GEDEM) do Ministério Público, além de Promotorias de Justiça em Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica; 01 Núcleo de Defesa da Mulher (NUDEM) da Defensoria Pública do Estado da Bahia; 01 Casa-Abrigo; e a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, serviço de caráter nacional.

Com isso, percebemos que a rede de atendimento especializado à mulher em situação de violência não se encontra integralmente estruturada em Salvador-BA, uma vez verificada a ausência de alguns serviços listados em manual da SPM/PR que versa sobre a questão⁷. Ademais, da escuta dos profissionais das carreiras jurídicas que atuam nos organismos constituídos, depreende-se que suas estruturas estão distantes do ideal.

7 Ver documento intitulado *Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres*, de autoria da Secretaria de Políticas para as Mulheres / Presidência da República (2011).

A título de ilustração, tomamos o exemplo da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Salvador-BA que, conforme o depoimento de profissionais que nela atuam, concentra, atualmente, um número aproximado de 12 (doze) mil processos. De acordo com o Manual de Rotinas e Estruturação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (CNJ, 2010, p. 20), aconselha-se que, diante de um número de processos superior a 10 (dez) mil procedimentos, haja o desmembramento do Juizado para “tantas unidades quanto possíveis dentro da estruturação de cada Tribunal de Justiça, de modo a se dar atendimento eficaz aos jurisdicionados que fazem uso do serviço”.

Na comarca de Salvador-BA, somente no mês de março de 2015, foi inaugurada uma segunda Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. No entanto, a primeira continua a acumular o mesmo contingente de demandas, dispondo de um corpo funcional bem aquém do estipulado⁸. Neste sentido, segue a fala de uma das entrevistadas:

Esse quantitativo aqui está todo desfalcado. Em termos de instituições está completo: Ministério Público, Defensoria e Magistratura. Mas, oficial de justiça está desfalcado, psicólogo está desfalcado, assessores estão desfalcados. Ainda está se construindo isso aqui. Então, aqui, além de ter um quantitativo bem maior que deveria ter, ainda está com a equipe desfalcada. (E02)

O mesmo quadro é vislumbrado no tocante às DEAMs. O déficit no número de profissionais atuando nessas instituições tem feito com que os procedimentos inquisitoriais demorem mais do que o adequado, fazendo com que as usuárias esperem mais de um mês para serem ouvidas pela primeira vez:

O grande problema nosso, hoje, eu acho que é no Estado da Bahia inteiro, é de efetivo, né? [...] eu hoje só tenho aqui na delegacia eu e outra delegada [...] O volume de trabalho é muito grande e a gente não está tendo condição de suprir todo esse trabalho. [...] Se a criatura chegar aqui hoje, a gente só vai conseguir ouvir ela em julho [quase dois meses após o registro da ocorrência]. Uma delegacia

8 Sobre o assunto, ver *Manual de Rotinas e Estruturação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher* do Conselho Nacional de Justiça (2010).

no porte da DEAM deveria ter os quatro delegados no plantão. [...] eu só tenho delegado das 08h às 18h. Depois disso, quem atende é qualquer delegado que vem atender a isso sem qualquer sensibilidade. (E08)

Outro grave problema enfrentado pelas DEAMs é a falta de uma equipe multidisciplinar devidamente estruturada, fundamental para a prestação de um serviço diferenciado que, como acentua a interlocutora, tem sido amenizado a partir da formulação de parcerias com instituições de ensino superior particulares, que disponibilizam alguns de seus profissionais para desenvolver trabalhos junto à Polícia Civil:

Hoje eu trabalho com serviço social porque têm duas faculdades, duas professoras maravilhosas que estão aqui comigo. [...] porque eu só tenho aqui [nome da assistente social], que na minha escala ela nem é assistente social, é um cargo de confiança. [...] Tenho três estagiárias de serviço social pagas pelo Estado. Não supre de jeito nenhum a necessidade. E até hoje tem uma carência que eu não tenho nenhum psicólogo trabalhando comigo. (E08)

Diante das dificuldades, as DEAMs no Estado da Bahia têm limitado sua atuação aos crimes que configuram violência doméstica e familiar contra a mulher, portanto, os acobertados pela Lei Maria da Penha, em flagrante desrespeito à Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres, segundo a qual “embora a Lei Maria da Penha trate dos crimes relacionados à violência doméstica e familiar, a atribuição investigativa da DEAM não se limita a esses crimes” (2010, p. 36). Assim, as DEAMs deveriam registrar toda e qualquer ocorrência que tenha por vítima uma mulher pelo simples fato de ser mulher.

As falas das/os profissionais acima transcritas ilustram a dificuldade da estruturação da rede de atendimento especializado às mulheres em situação de violência e, sobretudo, das instituições que compõem o sistema de justiça criminal. Essa situação tem gerado morosidade judicial e insuficiência de respostas para o atendimento das demandas das mulheres.

Com isso, ganham força as chamadas medidas protetivas de urgência que, conforme elucida Pasinato, são medidas de natureza extra-penal, ora aplicadas para as vítimas ora para os autores, sendo a sua incorporação expressão do “reconhecimento da condição de vulnerabilidade em que se encontram as mulheres

em situação de violência baseada no gênero, especialmente aquela que ocorre no âmbito das relações domésticas e familiares” (PASINATO, 2013, p. 27).

Ainda sobre o assunto, Lima adverte que as medidas protetivas de urgência não são acessórios de processos principais, nem estão a eles vinculados, comparando-as aos *writs* constitucionais, a exemplo do *habeas corpus* e do mandado de segurança, por serem instrumentos que não protegem processos, senão direitos fundamentais dos indivíduos. “Portanto, as medidas protetivas são medidas cautelares inominadas que visam garantir direitos fundamentais e “coibir a violência” no âmbito das relações familiares” (LIMA, 2011, p. 329).

Tais medidas são consideradas por muitos dos profissionais entrevistados como a grande inovação trazida pela Lei Maria da Penha. Neste sentido, Rosane M. Reis Lavigne e Cecília Perlingeiro:

No que diz respeito às medidas protetivas de urgência, há o escopo específico de proteger a mulher em situação de violência doméstica e familiar em caso de risco iminente à sua integridade pessoal. Tais medidas representam o maior acerto da Lei Maria da Penha, e sua eficácia e inovação são elogiadas na doutrina até mesmo por autores que oferecem, via de regra, críticas à mencionada conquista. (LAVIGNE; PERLINGEIRO, 2011, p, 291)

As informações obtidas a partir da pesquisa evidenciam o protagonismo das medidas protetivas de urgência no que diz respeito ao acesso das mulheres em situação de violência às instituições que compõem o sistema de justiça criminal. Relacionamos, abaixo, tabela construída a partir dos atendimentos realizados no Núcleo Especializado na Defesa da Mulher (NUDEM) da Defensoria Pública do Estado da Bahia nos últimos cinco anos:

ANO	TIPOS DE CASOS ATENDIDOS
2010	Medidas Protetivas – 337 Outras ações – 1.130
2011	Medidas Protetivas – 354 Outras ações – 1.648
2012	Medidas Protetivas – 368 Outras ações – 1.512
2013	Medidas Protetivas – 186 Outras ações – 922
2014	Medidas Protetivas – 423 Outras ações – 2.429
2015	Medidas Protetivas – 123 Outras ações – 330

FONTE: NUDEM, 2015.

Os dados se tornam ainda mais evidentes quando buscamos isolar a confecção das peças elaboradas pelo referido núcleo mês a mês, conforme exemplo do mês de março de 2015:

PEÇAS ELABORADAS	QUANTIDADES
Medidas protetivas / Medida Protetiva com Alimentos	50
Ação de Divórcio / Divórcio com Guarda	04
Ação de Guarda	08
Ação de Alimentos	20
Ação de Execução de Alimentos	-
Ação de Dissolução de União Estável / com Guarda / com Alimentos	06
Ação de Indenização	-
Ação de Busca e Apreensão de Menor	-
Petições outras	43

FONTE: NUDEM, 2015.

Contudo, as mulheres que têm acessado as instituições do sistema de justiça criminal em busca do deferimento de medidas protetivas de urgência têm se deparado com infinitas dificuldades. Tavares (2015, p. 555), tendo igualmente por foco o contexto de Salvador-BA, atesta que “as solicitações de medidas protetivas encaminhadas pelas DEAMs à Vara Especial não vêm sendo concedidas pelas/os magistrados no prazo de 48 horas, conforme prescreve a Lei Maria da Penha”, levando cerca de 6 meses a 1 ano para serem decretadas e cumpridas.

Ademais, o deferimento das medidas protetivas de urgência não garante o seu cumprimento e, via de consequência, a proteção almejada por essas mulheres. A estrutura deficiente do Estado tem tornado recorrente denúncias de casos em que o autor da violência não foi cientificado diante do quadro reduzido de oficiais de justiça, bem como de mulheres que, não obstante disporem das medidas, sofrem novas violações, sendo assassinadas em alguns casos, haja vista o Estado não ter condições de garantir sua segurança pessoal diuturnamente, nem se esforçar no estabelecimento de meios e instrumentos que o aproximem disso.

A mora na prestação jurisdicional aliada à insuficiência das respostas dadas pelo Estado às mulheres em situação de violência que o demandam, não só no que diz respeito às medidas protetivas de urgência como também da própria ação penal em que se perquire a responsabilização dos seus algozes, tem feito aumentar a sensação de impunidade, pois, conforme Adorno e Pasinato (2007), o tempo é medida da justiça.

Considerações finais

Se, por um lado, o Estado brasileiro, ainda que sob forte pressão dos movimentos feministas e de mulheres, bem como por força de sanções aplicadas por organismos internacionais, tem reconhecido direitos e positivado leis que tutelam a integridade física, moral, sexual, psicológica e patrimonial das mulheres, prevendo, inclusive, órgãos especializados para garantir o efetivo acesso delas às instituições que se prestam à distribuição da justiça, por outro, quando problematizamos o nível de apoio que o direito de acesso à justiça tem prestado para a concretização de outros direitos e garantias fundamentais (sobretudo o direito humano da mulher a uma vida sem violência) como medida para pensar sua eficiência, constatamos o quão ainda é deficitário.

Os problemas de estruturação da rede especializada de atendimento à mulher; as dificuldades de articulação entre as diversas instituições que a compõem, que acarretam a demora e a ineficiência da prestação estatal; assim como a incapacidade técnica dos agentes públicos nelas lotados, seja por mera insensibilidade ou pela ignorância das especificidades que envolvem as questões de gênero, além de provocarem a revitimização dessas cidadãs, afastam-nas dessas instituições, não lhes garantindo um atendimento pautado em princípios éticos e humanísticos, tornando ainda mais difícil a ruptura com o ciclo da violência doméstica e familiar.

Diante desse cenário, conforme aponta Tavares (2015, p. 557), as mulheres não só classificam os serviços de maneira negativa, uma vez que não se prestam ao equacionamento de suas demandas, como também não os reconhecem como direito, senão “favor do qual dependem para terem acesso à justiça e à proteção social e prosseguirem com suas vidas”, de modo que “a agilidade e/ou resolutividade na concessão de medidas protetivas e sentenças depende das relações pessoais, do vínculo estabelecido com este/a ou aquele/a defensor/a, juiz, juíza, caso contrário, as mulheres têm que recorrer à interferência de advogado/a contratado/a” (TAVARES, 2015, p. 557).

Tamanha as dificuldades e a sensação de impunidade, parece-nos que quando essas mulheres tentam movimentar o Estado à distribuição da “justiça”, não mais mobilizam tal vocábulo no sentido de pensar a justiça como valor. Concretamente, clamam tão somente por proteção, como se fosse o suficiente à sua emancipação enquanto cidadãs.

Referências

ADORNO, Sérgio; PASINATO, Wânia. A justiça no tempo, o tempo da justiça. *Tempo Social*, São Paulo, v. 19, n. 2, nov. 2007, pp. 131-155.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Organização de Alexandre de Moraes. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. *Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...] e dá outras providências. Publicada no D.O.U. de 8.8.2006.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARSTED, Leila Linhares. *O progresso das mulheres no enfrentamento da violência*. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline. *O progresso das mulheres no Brasil – 2003 – 2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. pp. 346-382.

CAMPOS, Carmen Hein de. A CPMI da violência contra a mulher e a implementação da Lei Maria da Penha. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 23 (2): 352, maio-agosto/2015. pp. 519-531.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Trad. Ellen Gracie. Porto Alegre: Fabris, 2002.

CERQUEIRA, Daniel et al. *Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha*. Brasília: IPEA, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Manual de Rotinas e Estruturação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*. Brasília: CNJ, 2010.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Gênero*, v.5, n.2 p.9-35, 1º Sem 2005.

DINIZ, Simone G. *Violência contra a mulher: estratégias e respostas do movimento feminista no Brasil (1980-2005)*. In: DINIZ, Simone G; SILVEIRA, Lenira P; MIRIM, Liz A. L. *Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra as mulheres no Brasil (1980-2005)*. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006.

GARCIA, Leila Posenato et al. *Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil*. Brasília: IPEA, 2013.

LAVIGNE, Rosana M. Reis; PERLINGEIRO, Cecilia. *Das medidas protetivas de urgência – artigos 18 a 21*. In: CAMPOS, Carmen Hein de. *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. pp. 289-306.

LIMA, Fausto Rodrigues de. *Da atuação do Ministério Público – artigos 25 e 26*. In: CAMPOS, Carmen Hein de. *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. pp. 327-336.

PASINATO, Wânia. *Acesso à justiça e violência contra a mulher em Belo Horizonte*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2012.

_____. *Violência contra a mulher e Acesso à Justiça: estudo comparativo sobre a aplicação da Lei Maria da Penha em cinco capitais (relatório final)*. Rio de Janeiro: CEPIA, 2013.

SADEK, Maria Tereza. *Estudos sobre o sistema de justiça*. In: MICELI, S. *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo: ANPOCS, 2002. pp. 233-265.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução à sociologia da administração da justiça*. In: FARIA, J. E. *Direito e justiça: a função social do Judiciário*. São Paulo: Ática, 1989.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SPM/PR. *Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres*. Brasília, 2011.

_____. *Norma técnica de padronização das delegacias especializadas de atendimento às mulheres – DEAMs*. Brasília, 2010.

TAVARES, Márcia Santana. *Roda de conversa entre mulheres: denúncias sobre a Lei Maria da Penha e descrença na justiça*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 23 (2): 352, maio-agosto/2015. p. 547-559.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília: Flacso Brasil, 2015.

“INSULTOS E AGRESSÕES”: MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E A HIERARQUIA DE GÊNERO

Ângela Carla de Farias¹
angelaarias2@yahoo.com.br

Lina Maria Brandão Aras²
Universidade Federal da Bahia
laras@ufba.br

Resumo: O presente artigo busca discutir a desigualdade de gênero no âmbito jurídico brasileiro marcado pela maciça participação de homens brancos, principalmente nos cargos de maior hierarquia, como também as conflituosas relações entre gênero e direito, tendo como foco situações em que operadores jurídicos demonstram resistências na aplicação da Lei Maria da Penha limitando seu potencial enquanto, instrumento de constituição de direitos humanos, promoção da cidadania e política pública para as mulheres, situações estas em que os atores jurídicos responsáveis por garantir a justiça com equidade, no entanto buscam converter casos de mulheres que sofreram violência doméstica e familiar em contravenções penais a exemplo de “vias de fato” com a utilização dos Juizados Especiais Criminais, situação que se tornou cotidiana, sendo necessário o acionamento do Supremo Tribunal Federal como defesa da constitucionalidade da Lei nº 11.340/2006 e da sua efetiva atuação. A teoria feminista e sua metodologia perspectivista crítico situada é utilizada como subsidiadora da análise e desconstrução do pensamento jurídico que apresenta características, racializadas, androcêntricas, classistas, patriarcais e sexistas. Este trabalho de investigação feminista tem como base as discussões realizadas em torno dos temas gênero e direito, relações de poder e políticas públicas.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha, Políticas Públicas, Sistema judiciário e seus Operadores, Violência de Gênero contra as Mulheres.

1 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia. Mestra em crítica Cultural (UNEB).

2 Doutora em História, Professora do PPGH e PPGNEIM/UFBA.

Introdução

Sempre me causou estranheza o fenômeno da violência contra as mulheres, fato consubstanciado por ser uma mulher e necessitar compreender melhor os problemas que acometem a minha categoria de gênero, assim, pesquisei o feminicídio que, antes de 2015, era denominado crime passionai³. A angústia e a vontade de pesquisar se tornou tão instigante que resolvi aprofundar os estudos jurídicos e compreender também o processo legiferante e as relações de poder que o envolvem. É imprescindível ressaltar que o enfoque de pesquisa necessitava da teoria feminista e suas metodologias no sentido de delinear a desigualdade de gênero e suas dinâmicas de raça, classe, orientação sexual e geração. Assim, intento discutir as complexidades do fenômeno da violência de gênero contra as mulheres como também contribuir para a sua diminuição, haja vista que concebo a pesquisa feminista como transformação social e posicionamento político⁴.

As dificuldades para pesquisar esse tema se encontram na própria estrutura de arquivamento dos processos, porque eles não estão arquivados por temas ou sexo. Entretanto, os processos arquivados são fontes imprescindíveis para a pesquisa, analisando atentamente processos de autos findos durante uma pesquisa, percebi que alguns delegados, advogados e juizes em jurisprudências, ou artigos publicados em revistas alegavam a existência de lacuna no artigo 41 da Lei Maria da Penha, pois, segundo estes, ele não fazia menção às lesões corporais leves e as vias de fato, o que ensejaria a aplicação da Lei de Infrações Penais e, conseqüentemente, a atuação das transações penais com base na Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, um retrocesso, por serem penas atenuadas ou convertidas em multas ou cestas básicas, o que é vedado pelo artigo 17 da Lei Maria da Penha. A controvérsia suscitada pelos defensores desta teoria é imprópria, visto que os artigos 17 e 41 da LMP são precisos: se

3 Na prática jurídica, atribuíam-se como passionais os crimes de homicídio cometidos entre cônjuges, companheiros, ex-companheiros, namorados, ex-namorados, noivos ou ex-noivos (nos quais, na esmagadora maioria das vezes, a vítima era mulher). O termo passionais quer significar motivado pela paixão e este, geralmente, era o argumento encampado pela defesa na tentativa de redução da pena, com base na comoção dos atores jurídicos. Em março de 2015, foi aprovada a denominação **feminicídio** pela lei federal nº 13.114/2015 que tipifica o assassinato de mulheres por questões de gênero.

4 Durante o mestrado, desenvolvi uma pesquisa intitulada *“Silenciadas”: a representação cultural do papel da mulher e sua utilização nos processos de crimes passionais na cidade de Inhambupe - Bahia (1996-2006)*.

uma situação se enquadra como violência doméstica e familiar contra a mulher deverá ser aplicada a Lei Maria da Penha, o que afasta a aplicabilidade da Lei de Contravenções Penais e dos Juizados Especiais Criminais.

Art. 17. É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Alguns membros do Ministério Público que primam pela interpretação coerente da lei ou mais engajados as causas feministas começaram a se manifestar contra esta “lacuna” da Lei Maria da Penha entrando com Recursos Especiais endereçados ao Supremo Tribunal Federal (STF) que se manifestou contrário à utilização de vias de fato como ação penal condicionada à representação e aplicação da transação penal em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, o que resultou na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.424, de 9 de fevereiro de 2012⁵³. No entanto, na vida prática, não é bem assim: muitos delegados, advogados e juízes continuam buscando a mesma lacuna e só quando o Ministério Público atua demonstrando a inconstitucionalidade desta situação é que o juiz se retrata ou o caso vai para as apelações no Tribunal de Justiça que defere a utilização da Lei Maria da Penha e, muitas vezes, a concessão de liminares para mulheres que se encontram ameaçadas e não têm como ter seu caso considerado como uma simples briga, como prevê as vias de

5 Resumo do o acórdão do Supremo Tribunal Federal que resultou na ADI 4424. “O Tribunal por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta para, dando interpretação conforme aos artigos 12, inciso I, e 16, ambos da Lei nº 11.340/2006, assentar a natureza incondicionada da ação penal em caso de crime de lesão, pouco importando a extensão desta, praticado contra a mulher no ambiente doméstico, contra o voto do Senhor Ministro Cezar Peluso (Presidente). Falaram, pelo Ministério Público Federal (ADI 4424), o Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, Procurador-Geral da República; pela Advocacia-Geral da União, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Secretária-Geral de Contencioso; pelo interessado (ADC 19), o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Ophir Cavalcante Júnior e, pelo interessado (ADI 4424), Congresso Nacional, o Dr. Alberto Cascais, Advogado-Geral do Senado. Plenário, 09.02.2012”.

fato, analisada isoladamente. Esta confusão jurídica demanda tempo que, para a vítima, é precioso e crucial.

É válido ressaltar que muitos delegados, por falta de conhecimento, erro, omissão ou por atitudes patriarcais e sexistas, enquadravam e continuam enquadrando casos de violência doméstica como simples vias de fato, ou seja, com a necessidade de representação da vítima e isto ocorre mesmo em cidades que possuem Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM). Um caso que analisei e incorre nesse erro ocorreu em uma cidade que já possuía DEAM desde quatro anos antes da data do fato, como também uma casa de acolhimento.

Um delegado de polícia de Minas Gerais publicou um artigo em uma revista jurídica, da EMERJ, intitulado “Questões controvertidas sobre a Lei Maria da Penha: a possibilidade de emprego do procedimento sumaríssimo e a necessidade de representação da vítima na hipótese de lesões corporais leves e de vias de fato”, em que busca defender a aplicação da Lei nº 9.099/95, dos Juizados Especiais Criminais, a situações de vias de fato e, com isto, a necessidade de representação da vítima, o que configura um desserviço à causa das mulheres e um retrocesso jurídico. Ele afirma:

Desentendimentos, discussões, diferenças pessoais, muitas vezes, ainda irão terminar em insultos e agressões. Isso nem sempre se traduz, contudo, em uma real situação de violência familiar. A lei existe para tutelar os interesses daquelas mulheres que, constantemente violentadas e agredidas por seus companheiros, não encontram uma saída pacífica para o problema. (PINHO, 2008, p. 185, Grifo nosso).

Estas afirmações indicam valores patriarcais que buscam relacionar a questão da violência à esfera privada e naturalizam a hierarquia de gênero no seio familiar, isto é, a violência é traduzida como um “problema menor que pode ser resolvido em casa ou com o apoio de psicólogos ou assistentes sociais, de forma a não atrapalhar o bom andamento dos tribunais, o que se reverte na impunidade dos agressores” (DEBERT; GREGORI, 2008 apud TAVARES; SARDENBERG; GOMES, 2010, s/n).

Quem compõe o aparato judicial e, principalmente, os cargos de maior hierarquia? Homens brancos. A desigualdade de raça e gênero é gritante no sistema judiciário brasileiro, embora tenha aumentado consideravelmente o

número de mulheres que adentram os cursos de direito, no entanto o número de mulheres que alcançam os altos escalões nas carreiras jurídicas como a de desembargadora, ministra de tribunais superiores, juíza, promotora, defensora pública, delegada, advogada sócia de escritório renomado ou cargos na diretoria da OAB é pequeno e menor ainda se fizermos uma análise com recorte racial.

De acordo com o Censo do Poder Judiciário realizado em 2013 e divulgado em 2014 podemos perceber em dados quantitativos a ínfima participação das mulheres em cargos decisivos ou instâncias de poder no sistema judiciário. O número de mulheres no país abrange 51,4% da população, no entanto de acordo com dados deste censo divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, apenas 35,9% dos membros da magistratura são mulheres, percentual este que diminui ainda mais nos altos cargos do Poder Judiciário: no estágio inicial da carreira (juíza substituta) há um percentual de 42,8% de mulheres, percentual este que diminui para 36,6% dos Juízes Titulares, 21,5% dos Desembargadores e somente 18,4% dos ministros de tribunais superiores.

No que concerne a questão racial o percentual de magistrados(as) negros(as) (que se consideram pretos(as) ou pardos(as) forma disposta pelo formulário de múltipla escolha) e indígenas são míseros, 0,1% indígenas, 14,2% pardos(as) e 1,4% pretos(as), sendo que nos tribunais superiores esses percentuais caem para 0,0% de indígenas, 7,6% de pardos(as) e 1,3% de pretos(as) importante ressaltar que o percentual racial não teve o recorte de gênero, uma falha grave pois não evidencia o número de mulheres negras e indígenas que conseguem escalar as montanhas do judiciário marcadas pelo racismo, sexismo, classismo e conservadorismo, no entanto analisando os dados apresentados podemos supor que se o número de magistrados negros e indígenas é muito reduzido o de magistradas negras e indígenas tende a ser mais ainda, no caso das mulheres indígenas é zerado já que o percentual não acusa nenhum juiz de tribunal superior indígena. Na história do STF, temos apenas um ministro negro (Joaquim Barbosa) e três mulheres (Ellen Gracie, Cármen Lúcia e Rosa Weber). Necessário ressaltar que, até o presente momento, o órgão máximo do Poder Judiciário brasileiro que se intitula como última fronteira da cidadania não contou com a presença de uma ministra negra ou indígena.

A presença de mulheres negras ou indígenas nas carreiras jurídicas em diferentes posicionalidades e no alto escalão do judiciário objetiva além da igualdade de gênero que pressupõe o texto constitucional saindo do campo do direito substancial para o direito material, mas também decisões e posicionamentos

políticos mais representativos da diversidade e da equidade, as mulheres e em especial as negras encontram extrema dificuldade em romper as barreiras de gênero, raça e de classe que as afligem, não só os estereótipos de gênero impedem a mulher negra de adentrar as carreiras jurídicas, mas também os raciais, haja vista que as mulheres negras ocupam as piores condições no mercado de trabalho, não tem acesso a um ensino de qualidade e logo cedo chefiam suas famílias.

Observamos, ainda, que o judiciário não tem realizado ações afirmativas no sentido de aumentar a participação das mulheres na carreira jurídica em especial na magistratura em seus diferentes níveis, ressaltamos que não basta aumentar o número de mulheres nas instâncias decisivas do judiciário é necessário que essas mulheres sejam sensíveis as proposições do feminismo enfim as questões de gênero, raça, classe e orientação sexual.

Desconstruindo o engodo jurídico das vias de fato

Toda mulher que é agredida pelo companheiro, parente ou por quem ela tenha laço afetivo sanguíneo ou por afinidade, coabitando ou não, deve ser amparada pela Lei Maria da Penha. Independente de ter sido “apenas um soco, puxão de cabelo, injúrias ou agressões verbais”, a lei deve ser acionada quando a mulher necessita. Os artigos 5º, 12, 17 e 41 são claros ao definir o que é violência doméstica contra a mulher e quais as medidas cabíveis. Assim, não haveria a necessidade de acionar o STF, se a justiça não tivesse fortes traços histórico-culturais patriarcais e sexistas, o que explicaria esta necessidade latente de buscar manobras jurídicas para facilitar a vida de agressores que não fosse o desejo de ter menos trabalho, já que a Lei Maria da Penha demanda esforço e dedicação, pois a mulher não pode desistir facilmente ou ter uma visão hierárquica das relações de gênero.

A grande questão é que muitas mulheres não conhecem seus direitos e, por isto, não têm condições de exigí-los. Caso tivessem este conhecimento, logo na delegacia, demonstrariam o desejo da aplicabilidade da Lei Maria da Penha por terem consciência da agressão sofrida. Se a lei tivesse sido aplicada corretamente ao caso que pesquisei, a vítima não poderia desistir da ação facilmente e, apenas na presença do juiz, explicando os reais motivos. Será que os operadores do direito não sabem que muitas mulheres historicamente desistem da representação por medo ou ameaça?

A melhor compreensão dessa problemática se dá com as discussões sobre a desigualdade de gênero no âmbito jurídico, as relações de gênero e o direito, a importância das políticas públicas para grupos vulneráveis como as mulheres em situação de violência e a necessidade do monitoramento destas políticas com o necessário recorte de raça/etnia, classe, orientação sexual e geração para a sua efetiva e bem sucedida aplicabilidade.

A violência contra as mulheres pressupõe um problema social e, como afirma Remi Lanoir (1989), a constituição de um problema social supõe um trabalho onde estão envolvidas quatro dimensões: reconhecimento, legitimação, pressão e expressão. A violência contra as mulheres atravessa raça/etnia, classe e geração, está presente em todas as sociedades e tem forte ligação com a desigualdade de gênero (SAFFIOTI, 2004; SARDENBERG; TAVARES, 2010). Compartilho da visão ponderada de Saffioti de que a história da humanidade é muito vasta e que se vivemos em uma ordem patriarcal de gênero que data de cerca de 250.000 anos, o que podemos dizer dos tempos anteriores e do que ainda está por vir?

Muito se tem falado em relações de gênero, mas, o que seria gênero, um conceito, assim como a cultura, altamente polissêmico que busca a sua justa dimensão? Gênero se transformou em termo “refinado, algumas vezes considerado até mesmo açucarado” para se falar de mulheres e, ao mesmo tempo, tão temido, a ponto de ser negado nos Planos Nacionais, Estaduais e Municipais de educação. Para muitos, o gênero retira a força do termo mulher na luta feminista, para outros, abre a possibilidade para outras categorias tão subordinadas quanto as mulheres como os homossexuais, travestis, lésbicas e transgêneros. De acordo com Sardenberg:

Gênero se refere a um fenômeno bem mais amplo, o da construção social do masculino e do feminino enquanto mulher é uma categoria de gênero, uma construção social do gênero. Daí porque não pode haver oposição exclusão ou substituição de uma pela outra, porque mulher é uma classe ou categoria dentro do gênero [...] o gênero é um dos elementos das relações sociais ele é atravessado por outros componentes como classe, raça, etnia, idade e orientação sexual que se interseccionam produzindo identidades sociais distintas, forjadas em posicionalidades distintas desse entrecruzar. (2014, p. 24-27).

Sardenberg (2004) nos alerta que o gênero pressupõe teorizações e ações políticas mais amplas e profundas. Fato é que o seu sentido político dependerá de quem o utilizar. As relações de gênero se configuram enquanto relações de poder e são estas que evidenciam estatisticamente a violência doméstica dos homens contra as mulheres fortificadas por uma sociedade histórica e culturalmente patriarcal (SAFFIOTI, 2004; SARDENBERG; TAVARES, 2010) na qual, a cada quinze minutos, uma mulher é espancada, segundo a Fundação Perseu Abramo (2007), e, a cada uma hora e meia, uma mulher é assassinada conforme o Mapa da violência (WAISELFISZ, 2015). “A violência contra as mulheres integra a pauta das reivindicações feministas há mais de 40 anos” (REIS, 2010, p. 83).

De acordo com Pasinato:

A violência ocorrida no domínio privado é identificada como uma das formas emblemáticas das desigualdades de gênero, sendo nelas inclusas agressões físicas, psicológica, sexuais ou patrimoniais ocorridas no meio familiar-ambiente no qual as mulheres, sejam elas adultas, jovens ou meninas, são as maiores vítimas de maus-tratos, abuso sexual, estupro, crimes passionais, além de outras práticas perversas que vão de mutilação genital ao incesto, passam por ameaças ou pelo cárcere privado e por exploração sexual econômica (PASINATO, 2010, p. 84).

Mesmo já tendo as reivindicações feministas sobre violência de gênero contra as mulheres muitas décadas foi apenas no ano de 2006, depois de pressões nacionais e internacionais, que foi criada a Lei nº 11.340, intitulada Lei Maria da Penha, com a pressão feminista que escancarou o quanto o nosso direito é patriarcal e, por isto, conseqüentemente, sexista e misógino, o que não é por acaso. O nosso Código Cível e Penal foi diretamente influenciado pelas Ordenações Filipinas e, posteriormente, pelo Código Napoleônico. O Código Civil brasileiro de 1916 reiterou a posição da mulher como propriedade do homem pela assimetria do contrato de casamento (o Código de 1916 vigorou até 10 de janeiro de 2002 sendo revogado pela lei nº 10.406).

Importante ressaltar que a partir do ordenamento de 1916, a mulher perde sua capacidade civil com o matrimônio, tornando-se dependente do consentimento do marido para exercer atividades que solteiras ou maiores de idade desempenham livremente. O referido ordenamento possibilita deserdar a filha que apresente comportamento “desonesto” e não reconhecer os filhos nascidos

fora do casamento. O Código de 16 regula e legitima a hierarquia de gênero e a subalternidade da mulher dentro do casamento civil. Ao homem também é facultado anular a casamento se constatada a não virgindade da esposa. (REIS, 2010, p. 87).

É importante destacar que a expressão “mulher honesta” também era retratada nas alegações de estupro, o que permitia à mulher processar o agressor somente se fosse “honestamente diga-se virgem”, lei revogada pelo Decreto nº 11.106, de 28 de março de 2005 que também revogou diversos artigos discriminatórios das leis brasileiras em relação às mulheres pressionados por Pactos Internacionais de que o Brasil era signatário e pela Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a Mulher de 1979, (CEDAW). Esse imaginário sobre a “honestidade da mulher” ainda resiste, pois muitos operadores do direito tentam culpabilizar a mulher vítima de estupro em função das roupas que ela vestia, de estado de embriaguez, ou seja, uma roupa “considerada vulgar” ou o fato de estar bebendo designariam uma mulher não honesta e seriam condições que ensejariam o estupro.

A afirmação de Pasinato e Reis (2010) sobre a criação de leis ou políticas públicas não assegurar o seu funcionamento e a sua efetividade, pode ser verificado no que tange às leis protetivas em relação às mulheres, em especial, a Lei Maria da Penha. Faz-se mister recursos, pressões e expressões, o que, no jargão do direito, significa que a igualdade formal não pode estar dissociada da igualdade material, é indispensável, também, que a sociedade compreenda e legitime culturalmente a lei sancionada. Pasinato assevera:

[...] desde sancionada, a nova legislação enfrenta resistências e questionamentos quanto à sua legalidade e empregabilidade, e justo de responsáveis por sua aplicação (promotores, defensores públicos, magistrados, entre outros). (2010, p. 23).

A fala da pesquisadora nos remete à questão de que convivemos com a permanência de valores patriarcais, sexistas e misóginos que discriminam as mulheres e são coniventes com atos de violência. Mas, como mudar esse quadro desanimador? A própria lei nº 11.340/2006 nos oferece algumas direções, em muitos artigos, a exemplo do artigo 8º, demonstrando que, para a sua melhor aplicabilidade, se faz necessária a criação de políticas públicas educativas tanto para difundir a importância da referida lei entre a população, especialmente entre as mulheres, como também para que seja discutida nas escolas entre

os mais jovens, impulsionando, assim, uma cultura baseada na equidade de gênero.

A lei ainda menciona a importância do desenvolvimento de pesquisas sobre a violência contra as mulheres como também uma pactuação entre a União, Estados e Municípios na destinação de orçamentos anuais para a criação de DEAMs, Casas Abrigos e, nos âmbitos Estadual e Federal, a criação de Varas Especiais Cíveis e Criminais destinadas a tratar especificamente da violência doméstica contra as mulheres com equipes multidisciplinares.

Muito pouco tem sido realizado e isto se torna evidente por meio dos dados levantados pelo Observe⁶. Sardenberg e Tavares definem o observatório da Lei Maria da Penha como um ‘conjunto de instituições com olhares diversos e suas especificidades, mas com um objetivo comum’, qual seja, o de produzir um ‘monitoramento engajado’, como parte das lutas feministas. Esse monitoramento daria conta não apenas da aplicação dessa lei, como também de uma cultura jurídica em torno dela, identificando e publicizando as resistências e aplicação incorreta, mesmo quando ‘bem intencionadas’. Assim um dado do Observatório daria conta de uma série de iniciativas e iria além do sentido restrito de monitoramento abrindo-se para os movimentos de mulheres, estimulando-os a produzir ‘relatórios sombra’. (SARDENBERG; TAVARES, 2010, s/n).

As autoras relatam desde as mazelas da estrutura física de muitas DEAMs até a burocratização que, na verdade, oculta o descaso e a pouca importância atribuída pelos operadores da lei à violência perpetrada contra a mulher. Percebe-se que o trabalho do Observe foi prejudicado pela falta de dados que interseccionassem raça/etnia, haja vista que os dados se encontram dispersos em instituições distintas e desagregadas e isto nas capitais que possuem Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs) e Juizados de Violência Doméstica e Familiar (JVDFs): imaginem a situação das cidades interioranas ao redor do Brasil.

Considerações finais

O Brasil possui 5.570 municípios e apenas 430 DEAMs e 80 Casas Abrigos e não estou sendo pessimista: sou uma grande entusiasta e defensora desta lei

6 Consórcio realizado por nove organizações não governamentais e centros de pesquisa, que objetivou fazer o monitoramento da Lei Maria da Penha em cinco regiões do país buscando observar os pontos positivos e negativos da sua aplicabilidade nas regiões.

e vejo o seu grande potencial em coibir situações que levam aos feminicídios. Pelas pesquisas que venho desenvolvendo sobre o tema, atentei para o fato de que, nestes casos, o homem não chega e mata, de forma inesperada; ele já vem desenvolvendo uma série de violências contra a vítima, que pode ser sua namorada, noiva, cônjuge, companheira ou ex, coabitando ou não com a mesma. Os atos de violência perpetrados por feminicidas, na maioria das vezes, não são coibidos e, por perceberem esta fragilidade, eles vão até as últimas consequências por considerarem que eles são os detentores do poder sobre as mulheres com que se relacionam.

A aplicabilidade eficaz da Lei nº 11.340 pode evitar os feminicídios, ao coibir o ímpeto dominador e patriarcal desses homens, proteger muitas mulheres da morte como também tratar os agressores que praticam a violência doméstica e familiar para que estes possam ter a oportunidade de repensar sua conduta: o artigo 35, inciso V, prevê a reabilitação de agressores.

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:
V - centros de educação e de reabilitação para os agressores.

É preciso ampliar o alcance da Lei nº 11.340/2006 tanto no sentido de investimento financeiro para a sua efetiva aplicação, como também as discussões que a cercam, no que concerne às relações de gênero, necessitam ultrapassar os muros das instituições educacionais em todos os níveis no sentido de promover a igualdade de gênero. Não obstante, é urgente rever as práticas de quem responde pela aplicação das leis e pelo atendimento das mulheres em situação de violência.

Referências

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça. Censo do Poder Judiciário:** VIDE: Vetores iniciais e dados estatísticos / Conselho Nacional de Justiça. Brasília: CNJ, 2014. Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/images/dpj/CensoJudiciario.final.pdf>>. Acesso em: abr. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de

Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: nov. 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.104**, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm#art1>. Acesso em: nov. 2015.

BRITTO DA MOTTA, Alda. As velhas também. **Ex Aequo**, n. 23, p. 13-21, 2011.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Ministério Público: um retrato, 2015**: v. IV, dados de 2014. Brasília: CNMP, 2015. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2015/07/MP_Um_retrato_2015.pdf>. Acesso em: nov. 2015.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 66, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: jan. 2016.

DEBERT, Guita Grin; MARQUES DE OLIVEIRA, Amanda. A feminização da violência contra o idoso e as delegacias de polícia. **Mediações**, Londrina, v. 17, n. 2, p. 196-213, jul./dez. 2012.

DELGADO, Josimara; TAVARES, Márcia Santana. (Trans)versalidades de gênero e geração nas políticas sociais: o lugar de mulheres e idosos. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 25, n. 2, jul./dez. 2012. p. 79-97. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/anguem/article/view/17694>>. Acesso em: 4 out. 2013.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO - FPA. 2007. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

LENOIR, Remi. *Objet sociologique et probleme social*. In: LENOIR; Remi; PINTO; Louis; CHAMPAGNE, Patrick; MERLLIE, Dominique (Org.). *Initiation a la pratique Sociologique*. Paris: Dunod, 1989.

MACHADO, Lia Zanotta. **Feminismo em movimento**. São Paulo: Francis, 2010.

PASINATO, Wânia. Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher e a rede de atendimento de mulheres em situação de violência em Cuiabá Mato Grosso. **Caderno do Observe**, Salvador: NEIM/UFBA, n. 2, 2010.

PINHO, Rodrigo Bossi de “Questões controvertidas sobre a Lei Maria da Penha: a possibilidade de emprego do procedimento sumaríssimo e a necessidade de representação da vítima na hipótese de lesões corporais leves e de vias de fato”. EMERJ, 2008. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/publicacoes_revista/indice_assuntos/r/r_assuntos.html. Acesso em janeiro de 2015.

REIS, Jussara Prá. Políticas para mulheres: transversalizar é preciso. In: SHEFLER, Maria de Lourdes; VASQUEZ, Petilda Serva; AQUINO, Silvia de. **Travessias de gênero na perspectiva feminista**. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010. p. 13-35.

REIS, Jussara Prá. Metodologias feministas, gênero, políticas públicas e o monitoramento da Lei Maria da Penha. In: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero. **Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010. p. 81-101.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SARDENBERG, Cecília M. B. Da transversalidade à transversalização de gênero: aportes conceituais e prático-políticos. In: SHEFLER, Maria de Lourdes; VASQUEZ, Petilda Serva; AQUINO, Silvia de. **Travessias de gênero na perspectiva feminista**. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010. p. 37-7. (Coleção Bahianas).

SARDENBERG, Cecília M. B.; GOMES, Marcia Q. de Carvalho; TAVARES, Márcia Santana. A aplicação da Lei Maria da Penha em foco. **Cadernos Observe**, Salvador, NEIM/UFBA, n. 1, 2010.

SORJ, Bila; GOMES, Carla. O gênero da “nova cidadania”: o programa mulheres da paz. **Sociologia & Antropologia**, v. 1.02, p. 147-164, 2011. Disponível em: <http://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/pdfs/ano1v2_artigo_bilasorj-carla-gomes.pdf>. Acesso em: 11 maio 2012.

TAVARES, Márcia Santana; SARDENBERG, Cecília M. B.; GOMES, Márcia Queiroz de C. Feminismo, estado e políticas de enfrentamento à violência contra mulheres: monitorando a Lei Maria da Penha. **Labrys**, Études Féministes/Estudos Feministas, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/lei%20MP.htm>>.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015. Homicídio de Mulheres no Brasil**. Brasília: ONU Mulheres; OPAS; SPM, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: jan. 2016.

TRAJETÓRIA DA MULHER NO DIREITO BRASILEIRO

Anna Christina Freire Barbosa
*Universidade do Estado da Bahia/
Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina*
acbarbosa@uneb.br

Walney Moraes Sarmiento

Resumo

Traça um panorama das manifestações presentes no direito positivo brasileiro, a partir do século XIX, quanto a apresentação do estatuto jurídico da mulher e as acepções sobre a forma de concepção da igualdade de gênero nos textos legais. Discute o papel do movimento feminista e implicações das reivindicações por inclusão de tratamento equânime nos textos constitucionais e no Código Civil.

Palavras-chave: Direito, legislação, feminismo.

1. Introdução

O presente trabalho emerge como uma investigação atrelada a análise dos instrumentos legais que delineiam o problema da desigualdade de gênero no contexto do panorama jurídico nacional. Seu escopo está circunscrito a dados catalogados na legislação pertinente aos temas ligados ao tratamento emprestado à mulher no Direito Positivo brasileiro, seu estatuto jurídico.

No entanto, não nos furtaremos a recorrer à Jurisprudência e à Doutrina, no intuito de enriquecer a contribuição à discussão da problemática de gênero. Afinal, não nos interessa apenas o mero enunciado da norma legal, mas a sua compreensão viva, sua interpretação dentro de um contexto societário maior, no que se inclui a pressão via movimentos sociais, portanto muito além de um simples positivismo jurídico.

Veja-se que é o recrudescimento do feminismo nos anos 70 do século XX que vai proporcionar alterações de caráter significativo no âmbito das relações de gênero. Sobre esse fato, acentua Paola Cappellin Giuliani que no correr dos anos 1980 observou-se uma revisão social da feminilidade, num processo em que as subjetividades foram paulatinamente recompostas (GIULIANI, 2006). O acima exposto reflete, em Direito, as origens de suas fontes.

Assim, os antecedentes de conquistas legais podem estar ligadas a repercussões de movimentos populares que sensibilizem os legisladores. As fontes de Direito são entendidas como as mais variadas maneiras através das quais os estudiosos da ciência jurídica formulam as suas regras.

Essas fontes são divididas em duas categorias: fontes materiais e fontes formais. As primeiras se constituem de processos sociais, tais como movimentos reivindicatórios, que dão suporte à criação das leis, ao passo que as segundas se apresentam como o modo mediante o qual a norma jurídica venha a exteriorizar-se. Assim, todos aqueles movimentos de protestos e reivindicações encetados pelo feminismo apontam para fontes materiais do Direito.

É que as cobranças e as articulações organizadas com certeza influenciaram as decisões do Poder Legislativo, em virtude das pressões exercidas pelos mencionados movimentos. Desse modo as fontes materiais conduziram às fontes formais, através do que as normas jurídicas passam a exteriorizar-se, a expressar-se formalmente. Isso não quer dizer, entretanto, que o processo seja sempre esse, isto é, sempre as fontes materiais condicionarem as formais, visto que uma lei pode derivar pura e simplesmente de um projeto, sem que tenha havido uma cobrança popular nesse sentido. Em outras palavras: não podemos deixar de levar em consideração a força dos movimentos reivindicatórios.

2. Percurso metodológico

Na análise da trajetória jurídica nos modos da inserção da mulher no sistema legal brasileiro, duas vertentes principais nos pareceram imprescindíveis, a saber: a) como a mulher é vista no processo histórico-evolutivo das constituições brasileiras, quais as conquistas da mulher ao longo do tempo no campo constitucional; b) em segundo lugar, elegemos o Código Civil, ou melhor, os Códigos Civis: o de 1916 – Lei nº 3.071, de 1º de janeiro do ano assinalado, e o atualmente vigente, o de 2002 – Lei nº 10.406, de 10 de janeiro desse mesmo ano, por evidenciarem inúmeros segmentos do mundo social nos quais a mulher está inserida.

O título da nossa tarefa investigatória já nos traça um limite, que é o Direito Constitucional e o Direito Civil, o que não significa, porém, que vamos descurar de problemas paralelos aos dois últimos campos do Direito ressaltados. E por que não lembrar a Lei Maria da Penha no campo penal? Reputamos ser algo mais que relevante. O problema é que, quando o universo da pesquisa extrapola as *fronteiras* do razoável, corre-se o risco da imprecisão e de tratamentos múltiplos, o que pode ser prejudicial ao andamento da abordagem científica.

Acrescente-se que a pesquisa é bibliográfica, isso desponta apenas como um dos lados do empreendimento em pauta. Pelo já exposto, o método utilizado abrange duas outras facetas: ele é histórico e é comparativo. Histórico, por ocupar-se de diferentes fases do Direito brasileiro, ao assinalá-las e compará-las. E por tal razão, o método é comparativo, pois mostra as novidades jurídicas e as mudanças sociais em cujas trajetórias as mulheres foram personagens.

Com base no até agora exposto, formulamos a seguinte hipótese básica: quanto maior a conscientização das organizações femininas e sua capacidade de arregimentação, tanto maior, também, a pressão sobre os legisladores para fins de mudanças sociais.

3. Definição de termos

Ainda dentro do enfoque metodológico, é razoável deixar clara a diferença entre sexo e gênero, a fim de que sejam afastadas algumas confusões resultantes da interpretação desses termos.

Dentro desta concepção, somos levados a concordar que sexo se refere aos traços biológicos que determinam se alguém é macho ou fêmea. Quanto a gênero, seu significado ostenta um conteúdo culturalmente variável de

masculinidade e feminilidade. É isso que constata Raquel Kritsch, inspirada na obra de Ann Oakley, *Sex, gender and society*. (KRITSCH, 2012).

Partindo do pressuposto acima destacado, Raquel Kritsch assevera que os estudos feministas, então, empenharam-se em denunciar as gritantes desigualdades de gênero que atingiam a maioria das mulheres nas mais diversas sociedades. Os movimentos feministas passaram a endereçar as suas lutas pelos direitos legais e políticos, a exemplo do sufrágio universal feminino, dentro das reivindicações pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Ademais, essas reivindicações também se dirigiam à igualdade de gênero no mercado de trabalho: isonomia salarial e oportunidades iguais (op. cit., p. 18-19).

Nessa dimensão, podemos dizer que nas relações entre homens e mulheres existe, na nova interpretação feminista, um critério de diferenciação cuja base é a autoridade masculina. Caracteriza-se por ser uma formação social em que o segmento dos homens concentra em suas mãos o poder. Por extensão, podemos agregar “opressão das mulheres”. Não faltam as ideias de “subordinação” ou “sujeição”, o que indica uma construção social da hierarquia entre os sexos (DELPHY, 2004).

4. Objetivos

O objetivo principal do presente trabalho é abordar como, do ponto de vista do desenrolar da legislação, se situa a posição da mulher no Direito Positivo brasileiro. Assim é que, ao consultar o Código Civil de 2002, deparamo-nos, em seu art. 1.511, com a seguinte norma: “O casamento estabelece comunhão plena de vida, *com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges*” (grifo nosso).

Contemporaneamente, tal assertiva pode não gerar controvérsia. Tampouco surpresa ou indignação. Isso porque os tempos são outros, quando a inserção das mulheres na sociedade começa a tomar outra dimensão, espelhada nos vários novos papéis que desempenha, inclusive naquele estipulado no mencionado artigo do Código Civil em vigor.

Não foi sempre de tal maneira. O dispositivo referido não foi contemplado no Código Civil anterior, aquele de 1916, época em que a função da mulher estava praticamente adstrita a atividades de ordem doméstica. É dispensável dizer que as discussões ao redor dos temas vinculados a gênero ainda não tinham ganhado corpo e espaço que, só mais tarde, iriam sobressair, com o crescente poder de organização e articulação das entidades de mulheres. Esse é

mais outro objetivo sobre o qual nos debruçaremos no correr de nosso estudo: destacar as implicações da capacidade de arregimentação dos grupos feministas na luta por novas conquistas de seus direitos, dentro do ordenamento social em vigor.

Entre um código civil e outro mencionemos a promulgação da Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962, conhecida como *Estatuto da Mulher Casada*, que dispõe precisamente da situação jurídica de mulher casada. Define-se como um instrumento legal conciso, ao conter apenas quatro artigos. O primeiro deles está totalmente defasado, por fazer referências ao Código Civil de 1916, revogado, como vimos, pelo Código Civil de 2002. Ademais, alude ao então vigente Código de Processo Civil de 1939, substituído pela Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973, através da qual se implanta novo Código de Processo Civil no Direito Público brasileiro, que já deu lugar à Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 e que corresponde ao Código de Processo Civil vigente na legislação pátria.

O art. 2º do aludido Estatuto formula-se em consonância com o art. 277 do velho Código Civil (que estatua ser a mulher obrigada a contribuir para as despesas do casal com os rendimentos de seus bens, na proporção de seu valor, relativamente aos bens do marido, salvo estipulação em contrário no contrato antenupcial). Atualmente prevalece a regra acolhida no art. 1.688 do Código Civil em vigor: “Ambos os cônjuges são obrigados a contribuir para as despesas do casal na proporção dos rendimentos de seus trabalhos e de seus bens, salvo estipulação em contrário no pacto antenupcial”. Isso reflete a norma embutida no art. 1.511 do aludido instrumento legal, que ressalta a igualdade de direitos e deveres a permear a relação entre os cônjuges. Observe-se que a redação do velho Código Civil enfatiza a obrigação da mulher, enquanto a redação do Código Civil de 2002 se arrima na obrigação de ambos os cônjuges.

Sobreleva o art. 3º. do Estatuto em pauta a norma que, de fato, parece encaminhar-se à mulher com o fito de protegê-la, consoante se expressa em sua redação: “Pelos títulos de dívida de qualquer natureza, *firmado por um só dos cônjuges* (grifo nosso), ainda que casados pelo regime de comunhão universal, somente responderão os bens particulares do signatário e os comuns até o limite de sua meação”.

É desnecessário comentar que, ao menos quando se publicou o Estatuto da Mulher, o comando das ações econômicas e financeiras se encontrava enfeixado nas mãos do homem, que decidia sobre os rumos dos negócios da família, de ordinário o seu chefe, no mais comum das vezes.

Por seu turno, outro documento legal, o Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002, oito meses após publicação do atual Código Civil, promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Tudo a indicar um esforço para extirpar da legislação pátria qualquer sinal de desigualdade contra o segmento feminino.

5. A mulher nas constituições

No curso da História, o Brasil tem mostrado fertilidade na elaboração de textos constitucionais. Logicamente, ao tempo de sua condição de colônia, submetia-se ao Brasil às leis portuguesas, salvo no período de domínio espanhol, de 1580 a 1640. Em 1822, o Brasil proclama sua independência e passa a ter sua constituição em 1824. Da sua independência até hoje, o Brasil já teve sete constituições. Se acrescentarmos a esse montante a Emenda Constitucional nº 1/1969 (“Emendão”), esse total sobe para oito.

Nesse particular, enfatizamos que a atual constituição brasileira já acolheu, da data de sua promulgação 86 emendas até 17 de março de 2015 (LENZA, 2010). Vejamos as mais significativas referências à mulher nas diversas constituições pátrias.

5.1 Constituição de 1824

Por mero interesse informativo, destaquemos que essa constituição foi a que alcançou maior durabilidade: vigeu por 65 anos, no período de 25 de março de 1824 até a promulgação da Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Foi a primeira carta magna da fase republicana brasileira.

A Constituição de 1824 em momento algum cuidou de tema dirigido especificamente às mulheres. Comenta com lucidez Lâris Ramalho Cortês: “Essa constituição, quando falava de “cidadãos brasileiros”, na verdade, falava do homem com propriedades, pois a mulher – juntamente com os escravos e os homens livres pobres – estava excluída de praticamente de todos os atos da vida civil, como votar e ser votada, exercer cargo público, entre outras restrições” (CORTÊS, 2012, p. 260-285).

Situação, pois, que nos remete ao forte domínio patriarcal (HIRATA, 2009).

5.2 Constituição de 1891

No que concerne ao assunto *mulher*, podemos repetir as palavras acerca da Constituição de 1824: inexistente qualquer tratamento voltado ao segmento feminino. Ao afirmar que “todos são iguais perante a lei”, nem assim se encontra no referido instrumento qualquer alusão a direitos da mulher. Houve avanços no que tange aos direitos civis, por estipular que o casamento civil é o único válido, além de gratuito. Como esta constituição seguiu-se logo após a proclamação da república, desconheceu privilégios de nascimento e foros de nobreza, entre outras coisas.

Se os textos constitucionais do século XIX ignoravam as mulheres, isso não quer dizer que se lhes negasse importância na vida social. Ao comentar esse fato assim depõe Maria Ângela D’Incao: “Num certo sentido, os homens eram bastante dependentes da imagem que suas mulheres pudessem traduzir para o restante das pessoas de seu grupo de convívio. Em outras palavras, significavam um capital simbólico importante, embora a autoridade familiar se mantivesse em mãos masculinas...” (D’INCAO, 2006, p. 229). Assim, um homem aparentemente autônomo, mais voltado para política e economia, recorria ao segmento feminino no propósito de ser ajudado na manutenção de sua posição social.

5.3 O vácuo constitucional após a Revolução de 30

Com a vitória do movimento revolucionário de 1930, que levou ao fim a chamada República Velha, surge o Governo Provisório, que recebe o poder de uma Junta Militar, ora no comando político brasileiro. Isso por conta do Decreto 19.398, de 11 de novembro de 1930. É quando Getúlio Vargas assume o poder para nele permanecer até 1945.

É nesse clima político que vai ser instituído o voto feminino. Isso no bojo do Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, que decretava o Código Eleitoral, que, entre outras coisas, instituiu o voto feminino, porém com restrições.

Talvez seja pertinente sublinhar que semelhante fato, o decreto do Código Eleitoral de 1932, veio a ser um ato, embora de natureza progressista, sem nenhum respaldo democrático. No entanto, tal constatação não lhe tira o mérito, mesmo considerando o vácuo constitucional da época. Em suma, o que importa é o seu significado histórico-político. Para mero registro, lembremos que a primeira eleitora brasileira foi a potiguar *Celina Guimarães Vianna*, da cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte.

De regresso ao Código Eleitoral em pauta, cabe fazer algumas considerações: a) as restrições quanto ao voto feminino foram mantidas na Constituição de 1934; b) que seja salientado ser esse fato um avanço limitado na extirpação histórica da discriminação contra a mulher, pois não a igualou ao homem no *status* eleitoral, pois o voto obrigatório somente alcançava os homens e apenas as mulheres com função pública remunerada; c) não se pode esquecer o papel do Departamento de Estudos Jurídicos da FBPF, sob liderança de Bertha Lutz.

5.4 A Constituição de 1934

A Constituição de 17 de julho de 1934 visava a preencher o vácuo constitucional, a que aludimos. Foi de curta duração, pois viveu apenas três anos.

É necessário voltarmos ao Código Eleitoral de 1932, que concede direito de voto às mulheres. No entanto, o fará com restrições, o que foi levado à Constituição de 1934. Semelhante discriminação consta de seu Título III – Da Declaração de Direitos, em seu Capítulo I, Dos Direitos Políticos. Reza seu art. 108: “São eleitores os brasileiros de um ou de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistarem na forma da lei”.

Já o art. 109 denota seu caráter restritivo, como se vê em seu conteúdo: “O alistamento e o voto são obrigatórios para os homens e as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determinar”.

Por tudo isso, haveremos de concluir que em um período de pouco mais de três anos, mulheres que se enquadrassem no espírito da lei pertinente puderam exercer seu papel de eleitoras, de forma obrigatória. Pelas reservas impostas, esse contingente deve ter atingido um número modesto.

É na Constituição de 1934 que aparece a *indissolubilidade* do casamento, ao lado do casamento religioso com efeito civil.

5.5 A Constituição de 1937

Essa Constituição teve o mérito de revogar as reservas que incidiam no voto das mulheres, ao igualá-las aos homens. Trata-se de uma constituição autoritária, fundamento legal do ‘Estado Novo’. A fim de garantir o pleno domínio político do regime então implantado, foram extintos os partidos políticos e fechado o parlamento. No intuito de angariar apoio da classe trabalhadora, o Governo adotou uma política populista, arrimada em parte na Consolidação

das Leis do Trabalho (CLT). Ademais, estendeu seu poderio econômico, com a criação de várias empresas estatais e controle de certas áreas estratégicas da economia, a exemplo do petróleo e aço.

Do ponto de vista das conquistas sociais, a Constituição de 1937 trouxe alguns exemplos, a saber: a) garantias de assistência àquelas famílias de prole numerosa; b) garantias de educação integral das crianças; c) reconhecimento dos filhos naturais, agora equiparados aos filhos legítimos. Todas essas medidas favoreceram, indiretamente, às mulheres.

5.6 A Constituição de 1946

A Constituição de 18 de setembro de 1946 surge em um momento extraordinário para todo o mundo: o fim da Segunda Guerra, em 1945, que culminou com a derrota do “Eixo”, isto é, da Alemanha, Itália e Japão, além de outras nações que o apoiava. Como se sabe, a repercussão política do fim da citada guerra foi sentida também no Brasil, o que fortaleceu o processo de democratização, com o fim da Era Vargas.

Foi na vigência dessa Constituição que surge o “Estatuto da Mulher Casada”, o qual abordamos no item 4. Dentro do princípio de que ‘todos são iguais perante a lei’ (art. 141, § 1º), a Constituição de 1946 é taxativa ao estatuir a igualdade entre homens e mulheres na categoria de eleitores. preconiza seu art. 133: “O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei”. Tais exceções estão arroladas no art. 132 e são pertinentes aos analfabetos, aos que não sabem exprimir-se na língua nacional e aos que estejam privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos. Seu parágrafo único concerne à situação dos militares.

Vale ressaltar que o diploma legal em pauta proíbe a prisão civil por dívida, multa ou custas, mas excetua os casos do depositário infiel e do inadimplemento da obrigação alimentar, na forma da lei, medida que favorece à mulher, por ser parte autora, à época, quase por definição. Consoante seu art.157, II, proíbe-se a diferença de trabalho para um mesmo trabalhador por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil, inovação que beneficiou à mulher. Além disso, é incontestado seu inciso X, ao assegurar o direito da gestante a descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego nem do salário.

Dita constituição inovou, ainda, na assistência à maternidade, à infância e à adolescência em todo o território nacional e enfatiza que a lei instituirá o amparo a famílias de prole numerosa (art. 164.).

5.7 A Constituição de 1967

Relevante para a mulher foi a redução do prazo de aposentadoria de 35 para 30 anos de trabalho, com salário integral. Isso consoante o que preceitua o art. 158, XX, do mencionado instrumento legal, artigo esse que aborda os direitos assegurados aos trabalhadores.

Acrescente-se, todavia, que a dissolução do vínculo matrimonial resultou da Emenda Constitucional nº 9, de 1977 (na vigência do “Emendão”), que instituiu o divórcio, porém de forma restritiva já que o divórcio somente podia ser concedido uma vez, após uma separação judicial de três anos. Em não havendo dita separação, o divórcio só poderia ser requerido após cinco anos de separação de fato.

5.8 A Constituição de 1988

É no art. 5º da Constituição, que corresponde ao Capítulo I (Dos direitos e deveres individuais e coletivos) do Título II (Dos direitos e garantias fundamentais) que a Lei Maior assevera serem todos iguais perante a lei: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade”.

A norma acima destacada encontra guarida no art. 226, § 5º, que estipula: “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher”. Acrescente-se que o Código Civil de 2002 vai ocupar-se de tal problemática em seus artigos 1.565 *et seq.*

No caso da Constituição de 1988, chama a nossa atenção o seu art. 143, que dispõe: “O serviço militar é obrigatório nos termos da lei”. Ajunte-se que a lei que regula o serviço militar é aquela de n. 4.375, de 17 de agosto de 1964, regulamentado pelo Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966.

De regresso ao aludido art. 143 do texto constitucional, fixemo-nos em seu parágrafo segundo, que preceitua: “As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir”.

Esclareçamos que é na trilha da Constituição de 1988 que é aprovada a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, que proíbe a exigência de atestado de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais

ou de permanência da relação jurídica de trabalho. Como percebemos, nesse caso, são medidas postas em prática no âmbito do Direito do Trabalho.

Já mencionamos a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 2002, também na esteira da Constituição Federal de 1988.

A conclusão a que podemos chegar, em conformidade do conteúdo até agora apresentado no corpo da legislação mencionada, é de que existem fortes ganhos em matéria legislativa voltada à eliminação no Direito Positivo brasileiro de qualquer espécie de discriminação contra as mulheres. Todavia, apenas a tendência não parece querer dizer muita coisa. Salta aos olhos que as estruturas policiais e judiciais são de suma importância para a compreensão dos litígios entre os sexos. A grande dificuldade, quem sabe? reside exatamente na aplicação da lei (BARBOSA, 2015).

Em resumo, os papéis das constituições brasileiras quanto aos direitos das mulheres do que foi até agora salientado, apenas a Constituição de 1988 foi incisiva, inclusive pela sua influência direta na redação do Código Civil de 2002. Recordemos que três instrumentos legais, a saber: a) o Código Eleitoral, de 1932; b) o Estatuto da Mulher Casada, de 1962; c) a Lei Maria da Penha, de 2006, são, entre tantos outros, extraconstitucionais. É imprescindível realçar, contudo, que uma lei não pode afrontar os princípios da Carta Magna que, por sinal, não pode conter toda a legislação do Direito Positivo. No atinente ao Código Eleitoral de 1932, não esquecer que sua edição ocorreu em um momento de *vacum* constitucional.

6. O feminicídio. A Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015.

A despeito do papel positivo da Lei Maria da Penha no combate à violência contra a mulher, o movimento feminista vai consagrar novo instrumento legal com o intuito de prosseguir na luta contra a discriminação das mulheres na sociedade. A estratégia postulada revela-se, agora, na aprovação e publicação da mencionada Lei nº 13.104/2015, que altera o art. 121 do Dec.-lei nº 2.048, de 7 de dezembro de 1940, o Código Penal em vigor.

Perceba o leitor que a Lei nº 13.104/2015 alterou também a Lei nº 8.072/1990, que trata dos crimes hediondos, em função do acréscimo do inciso VI no art. 121 do Código Penal ainda em vigência.

7. Conclusões

Ao abordamos o presente item não há como escaparmos de certas considerações atinentes ao

desenvolvimento do tema em debate. Em primeiro lugar, é imprescindível dizer que não esposamos qualquer modalidade de *fetichismo* no que se refere à lei em si. Não é suficiente dizer que a lei existe e que todos são iguais perante a lei. O Brasil é conhecido como o país das leis, tamanha a relevância que lhes emprestamos.

Já acrescentamos que uma das metas das lutas dos movimentos feministas é a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Entretanto, se alcançada a isonomia jurídica, ao menos formalmente, isso teria como efeito a igualdade de gêneros, como consequência das garantias legais emanada do arcabouço jurídico.

Mas não foi isso o que ocorreu. As conquistas não se confundem com o mero corpo legal do Direito Positivo. Afloram, a todo momento, as dificuldades quanto a uma aplicação mais eficaz da legislação. Afinal, sobre o patriarcalismo, ainda vigente na sociedade e na cultura brasileira, não podemos dizer: “Revogam-se as disposições em contrário”.

Resta-nos, ainda, um breve comentário sobre a Lei nº 13.104/2015. Não seria impróprio dizer que esse instrumento reflete um esforço em direção a inibir as violências perpetradas contra a mulher. É uma forma de endurecimento legal. Na verdade, endurecer a lei não é o suficiente para evitar-se a prática do crime. Há que fazer funcionar o Poder Judiciário de maneira eficaz. Será de pouco alcance tornar a lei mais rigorosa se a impunidade continuar a reinar. E, em sentido mais amplo, se o Estado não exercitar o seu dever de dotar a sociedade de todo um arcabouço que eduque a população, e que esta seja resguardada dos efeitos negativos da corrupção e dos privilégios que beneficiam apenas uma minoria.

Referências

BARBOSA, Anna Christina Freire. Lei Maria da Penha: *Da convivência com as práticas do sistema de justiça* (Tese). Natal: UFRN, 2015.

CORTÊS, Iáris, Ramalho. A trilha legislativa da mulher. In :PINSKY, Carla Bassanezi & PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo : Contexto, 2012, p.262.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). BASSANEZI, Carla (Coord.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo : Contexto, 2006. (223-240).

GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord.). *História das mulheres no Brasil*. Contexto, São Paulo, 2006. (p. 640-665).

HIRATA, Helena et al. *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: EDUNESP, 2009. Tradução do *Dictionnaire critique du féminisme*. Presses Universitaires de France.

KRITSCH, Raquel. O gênero do público. In: BIROLI, Flávia & MIGUEL, Luis Felipe. *Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras*. Vinhedo, Horizonte, 2012. p. 17-45.

LENZA, Pedro. *Direito Constitucional esquematizado*. 14ª. ed. São Paulo, Saraiva, 2010.

Legislação

Código Civil de 1916

Código Civil de 2002

Consolidação das Leis do Trabalho - CLT

Constituição da República Federativa do Brasil

Legislação esparsa

A EFICÁCIA DOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS NA JUSTIÇA INTERNACIONAL: AMPLIAÇÃO E O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS QUESTÕES FEMININAS.

Davi Reis de Jesus
Faculdade 'Pio Décimo'
[davireis @live.com](mailto:davireis@live.com)

Resumo: O seguinte trabalho tem como escopo as questões de gênero no que concerne a justiça internacional, suas ampliações e caminhos trilhados desde o início do processo de internacionalização dos Direitos Humanos. De modo bibliográfico e documental, partindo de uma abordagem qualitativa, o mesmo trabalho visa elucidar as questões femininas perante a justiça internacional, a partir da consolidação dos Direitos Humanos como reflexo de rompimento com os anos em que foram violados os direitos fundamentais, no que se refere o período da Segunda Guerra Mundial. De modo que, será possível constatar que a evolução dos direitos de gênero faz parte de um processo de racionalização esquemática dos Direitos Humanos fundamentais, no que concerne a justiça nacional e a justiça internacional ambas no enfoque de melhor resguardar e ampliar essas questões, permanecendo no foco constitucional de enaltecimento da dignidade da pessoa humana como fundamento-primo de um ordenamento jurídico.

Introdução

Com a proliferação dos desastres da Segunda Guerra Mundial, desencadeado na violação direta dos direitos fundamentais individuais das vítimas ali configuradas, no que se refere a classe judaica, debates após a guerra acerca de firmamentos que postulassem e evidenciassem os direitos inalienáveis a cada indivíduo foram levantados.

De modo que, foi claramente necessário a observância desses direitos e quais caminhos deveriam ser trilhados para que as garantias individuais, mesmo que já consagrados em uma constituição, ampliem-se em uma conjuntura de acordos internacionais, para efetivar esse desenvolvimento e proteção.

Por isso, em um primeiro momento, esse texto buscará demonstrar o processo esquemático de organização dos direitos humanos no âmbito internacional, ampliando-se da esfera constitucional nacional, além de citar o motivo principal desse processo, que foi o desrespeito e violação das garantias individuais, genocídios contra grupos civis, religiosos e o armamentismo presente como maior fomento contra a paz, dando a constatação que durante esse processo não cabia mais somente ao Estado nacional a proteção desses direitos, partindo então para uma nova esfera, a esfera da união de povos que evocam a paz e defesa dos direitos inatos a pessoa humana, a esfera internacional que crie uma justiça superior para a proteção da vida, essa com dignidade.

E, por fim, em um segundo momento, nesse leque de garantias pela justiça internacional, as questões de gênero também como resultado de um novo processo de judicialização pelo Direito Internacional Público também ganharam um destaque e espaço nas discussões internacionais, a partir de decretos que serão estudados e comentados objetivamente nesse trabalho, especificamente, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

De modo que, será possível constatar que a efetividade da justiça internacional é baseada em um amplo processo de racionalização de direitos que partem numa busca esquemática na proteção das questões fundamentais, sociais e de gênero, refletindo na consolidação desses direitos nos Estados Nacionais, que através do processo de internacionalização, possuem o dever de equiparar seus ordenamentos no que se é discutido e garantido pela comunidade internacional.

O Processo de Internacionalização dos Direitos Humanos e seu reflexo nas questões de gênero.

Na condição de reivindicações morais, os direitos humanos nascem quando devem e podem nascer. Para Hannah Arendt, os direitos humanos não são um dado, mas um construído, uma invenção humana, em constante processo de construção e reconstrução.¹

A concepção de Direitos humanos como fator determinante de reivindicações, parte do momento histórico que estimulou esse fator, que foi o período das duas grandes guerras mundiais, que apresenta o Estado como grande violador dos direitos humanos, tomando como exemplo a Era Hitler que foi marcada pela lógica da destruição em massa da pessoa humana devido a convicções xenofóbicas e fundamentos eugênicos², resultando no envio de mais de 18 milhões de pessoas aos campos de concentração.

É nesse cenário que se observa a necessidade de reconstrução dos direitos fundamentais humanos como valorização de combate a noção de desrespeito de antes, tratando não mais a existência humana como descartável e supérflua visando uma ideologia de raça e industrial, mas sim uma lógica restaurada baseada na ética constitucional, na ética existencial e na humanização do(s) Direito(s).

De modo que, com as alarmantes violações dos direitos fundamentais no presente pós-guerra, os textos constitucionais ocidentais acabam moldando as cargas axiológicas presentes em normativas constitucionais nacionais, enaltecendo um novo valor, o da dignidade da pessoa humana, valor esse tornando-se o objetivo explícito de qualquer constituição e/ou norma constitucional vertical e horizontalmente.

É nesse contexto que se percebe a necessária internacionalização dos direitos humanos, ou, como cita Flávia Piovesan(2014, p.45), uma humanização do Direito Internacional, visando a expansão dos direitos fundamentais como direitos humanos necessários e fundantes da ordem internacional jurídica, mediando

1 PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e Justiça Internacional, p.41

2 O termo Eugenia foi criado por Francis Galton (1822-1911), que o definiu como: O estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente. De modo que, foi uma teoria de raça usada principalmente pelos nazistas, como fundamento teórico e científico nas práticas de intervenções raciais perante aos judeus, glorificando a raça ariana como suprema e a “protegendo” dos contatos com as demais raças como meio de defesa do desenvolvimento populacional.

Estados, na projeção de um constitucionalismo global que abarque melhor as questões que concernem os direitos fundamentais numa ordem internacional.

Com efeito, o processo de internacionalização dos direitos fundamentais, possibilitou a inovação doutrinária, fundando um sistema esquemático de tratados internacionais de proteção, organizando os Estados no esquema de proteção compartilhada, fundando os Direitos humanos como meta da ordem internacional contemporânea.

É nesse jogo esquemático dos Direitos Humanos Internacionais, que é possível perceber a evolução de discussões valorativas de grupos que ainda não tinham espaço para atenuar questões próprias e fundamentais, que é o caso das questões de gênero, especificamente, as questões da Mulher com ente uno formador do Estado, destarte, não mais coadjuvante.

Com a presente vênia, os principais documentos internacionais na tutela dos direitos humanos fundamentais desde o seu nascedouro evocam a igualdade de todos. De modo que, essa igualdade permanecia apenas no âmbito formal, sem se fazer presente na materialidade jurídica. Por isso, a Conferência Mundial dos Direitos Humanos, realizada em junho de 1993 em Viena, reconheceu no artigo 18 de sua declaração que:

Os direitos Humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais. A violência de gênero e todas as formas de assédio e exploração sexual são incompatíveis com a dignidade e o valor da pessoa humana e devcem ser eliminados. Os direitos humanos das mulheres devem ser parte integrante das atividades das Nações Unidas, que devem incluir a promoção de todos os instrumentos de direitos humanos relacionados à mulher.

Com o exposto, é inegável que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em de dezembro de 1948, tornou-se um marco do processo de humanização dos direitos humanos fundamentais, afinal, as posturas internacionais ganharam a dimensão global de proteção, adquirindo uma postura normativa abrangente.

Data Vênia, ressalta-se que os instrumentos internacionais que funcionam como documentos de proteção e garantias apresentam uma natureza subsidiária, atuando como garantia adicional de proteção quando falharem os sistemas nacionais. De modo que, esse feito, não altera a responsabilidade primária do Estado nacional, apenas, quando necessário for, é transferido à comunidade internacional tal responsabilidade quando a mesma se mostrar necessária na intervenção de casos concretos que tenha cunho de omissão ou deficiência

de direitos fundamentais humanos, partindo para o que esse artigo remonta, a justiça internacional e suas criminalizações de condutas violadoras.

A evolução e incorporação das questões de gênero no Direito brasileiro

Na História constitucional brasileira, constam oito constituições que vigoraram no país até então. Destas, quatro foram elaboradas e impostas pelos governantes e as outras quatro promovidas e votadas por assembleia. De modo que, como ressaltada Silva (2012, p. 63) apud Gomes (2003, p. 56):

Para as mulheres brasileiras, do Brasil império até os dias atuais, foi uma longa e árdua caminhada rumo à conquista de seu espaço no cenário social e familiar. Com efeito, durante muito tempo negou-se às mulheres o direito à própria cidadania, em face de sua ‘natural’ condição de inferioridade perante o homem. Tem-se como exemplo típico de discriminação segundo o gênero a interpretação restritiva dada à norma constitucional de 1891 sobre sufrágio universal, em que a Constituição se referia aos ‘brasileiros’ como portadores do direito da cidadania. A utilização de forma masculina, entretanto, foi tomada como designação exclusiva aos homens, e não como um indicador genérico.

De modo que, ressalta-se que até 1986 apenas uma mulher havia sido eleita deputada da copnstituente: a médica paulista Carlota Pereira de Queiroz, que em 1933 atuou junto ao parlamento nacional na elaboração da Lei maior. (SILVA, 2012 apúd SHUMAER, 2000).

Contudo, as resoluções da época, a presente participação parlamentar da mesma citada foi acanhada, afinal não contava com outra(s) mulher(es) ou movimentos feministas, muito menos com o apoio dentro da casa parlamentar.

Além disso, o texto constitucional de 1988 coloca-se como uma ferramenta que entra em sintonia com os documentos internacionais no que concerne os direitos de gênero, afinal, a mesma está carregada de dispositivos, quiçá fortalecidos por ideais de igualdade, tanto que é evocada por muitos constitucionalistas como a constituição cidadã, ou constituição humanista. De modo que, o principio constitucional da igualdade foi enaltecido também dentro do texto constitucional, o que possibilitou a sua proliferação nas relações domésticas e familiares, além de fortalecer e remontas as relações sociais de trabalho entre Homem e Mulher, estabelecendo a igualdade e isonomia como percebe-se no artigo 226 parágrafo 5 da Constituição, que “os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.”

Com efeito, na mesma esteira, a violência é outra pauta que cerca as relações de gênero no Brasil e na comunidade internacional, portanto, no texto constitucional foi integrado no artigo 226 da constituição Federal(BRASIL, 2014) o parágrafo 8, estabelecendo que “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.”.

Inegavelmente, os dispositivos que evocam a isonomia de gênero as relações, explicitam um avanço no desvelamento da violência doméstica no Brasil, destacando que é dever do Estado Nacional resguardar a dignidade de gênero e posicionar-se em quaisquer conflitos que apareçam no tocante às relações familiares.

No entanto, com a proliferação de casos grosseiros de agressões físicas no ambiente doméstico, especificamente no ano de 2006, um caso que ficou conhecido nacional e internacionalmente foi o da doméstica Maria da Penha, que sofreu durante anos com as agressões ocorridas no ambiente doméstico pelo seu companheiro, agressões as quais acabou resultando na criação de uma lei que criminaliza os atos de violência contra a mulher decorrentes das relações afetivas, domésticas e familiares, 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha. Esse mesmo dispositivo consolidou a tentativa de estancamento dos casos de agressão contra o gênero feminino perante o ambiente doméstico, não obstante, a mesma mostrou-se frágil em alguns momentos, fazendo-se necessário um enriquecimento das políticas criminais no que concernem as agressões físicas à mulher devido ao aumento gradativo dos homicídios cometidos ao gênero feminino, o que culminou na elaboração e aprovação da lei 13.104/15, tornando esses homicídios crimes hediondos.

Lei 13.104/15 – Femicídio

Não obstante, com a proliferação das questões que concernem a violência de vulneráveis e as demandas exorbitantes das políticas criminais no tocante aos casos de violência de gênero, seja doméstica ou simplesmente afetiva, em 2015 foi sancionada a lei que criminaliza e enquadra como crime hediondo homicídios contra o gênero feminino aqui no Brasil. A Lei tem como resultado

“Alterar o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.”(BRASIL,2015)

Esse resultado é comemorado, afinal, demonstra por um lado a preocupação das políticas criminais na contenção do exposto até aqui nas relações de violência de gênero. Por outro lado, infelizmente, demonstra a incapacidade de uma sociedade em absolver a igualdade de gênero como fator de igualdade, superação de tradições machistas e caducas, destarte, como se sabe, quanto mais leis para conter excessos de conflitos, menor é o desenvolvimento e avanço de uma sociedade.

Com efeito, a efetivação da lei de feminicídio reflete em um amadurecimento jurídico no modo de enxergar questões de gênero, pois, anterior a lei citada, havia já sido sancionada, em 2006, como foi comentado anteriormente, a lei maria da penha, que já versava sobre a contenção da violência doméstica à mulher. No entanto, como não obstante, como modo de anseio social e uma tentativa do legislador acompanhar as demandas sociais e seus contextos, fez-se necessária a intervenção mais dura do Estado, criando uma lei específica que complementa o artigo 121 do Código Penal, dando enfoque para os crimes de homicídio à mulher, ampliando o roll de discussão das questões d gênero no Direito e abrindo espaço para o Direito Penal atuar como mecanismo de coação a qualquer conduta violadora à mulher.

Em paralelo a isso, outro mecanismo de coação à violência contra a mulher são os Tratados Internacionais que vislumbram reafirmar ou posicionar normativas nacionais que visam a proteção dos direitos e garantias fundamentais, para tal, exemplificaremos um deles, que é o documento internacional de maior relevância perante as lutas diárias em proteção aos direitos femininos, que é a *“Conveção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher”*, elaborado em 1979.

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

O principal documento internacional de proteção aos direitos da mulher até então em atividade é a convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de discriminação contra a mulher, adotada pela a assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 1979. (CITAR). Em seu corpo inicial, o presente documento reafirma a ideia de que

[...] a discriminação contra a mulher viola os princípios da igualdade de direitos e do respeito da dignidade humana, dificulda a

participação da mulher, nas mesmas condições que o homem, na vida política, social, econômica e cultural de seu país, constitui um obstáculo ao aumento do bem-estar da sociedade e da família e dificulta o pleno desenvolvimento das potencialidades da mulher para prestar serviço a seus país e à humanidade.

Ou seja, o documento convencionado na comunidade internacional, evoca e reafirma o princípio da igualdade, não como repetição, mas sim como reiteração material e necessidade do resguardos dos direitos à mulher. De modo que, o princípio aqui elencado é o da igualdade, discutido fortemente desde o Século XVII, na Inglaterra pelo Filósofo John Locke, onde o mesmo afirma em sua carta acerca da tolerância que os indivíduos são titulares do direito à vida, liberdade, bem como um *“Estado também de Igualdade, no qual é recíproco qualquer poder e jurisdição, ninguém tendo mais do que qualquer outro.”* (LOCKE; J, 1973, p.41). Já Hannah Arendt, afirmou que

Nós não nascemos iguais: nós nos tornamos iguais como membros de uma coletividade em virtude de uma decisão conjunta que garante a todos direitos iguais. A Igualdade não é um dado – ele não é physis, nem resulta de um absoluto transcendente externo à comunidade política. Ela é um construído, elaborado convencionalmente pela ação conjunta dos homens através da organização do da comunidade política. (LAFER; C, 2009, p.150)

Nesse espectro, percebemos um aprimoramento da noção de igualdade e, mais ainda, a importância do Estado nas garantias fundamentais, afinal, o princípio da igualdade é de natureza jurídica, pois, mesmo com os ideais de dignidade humana partindo da premissa de que todos os indivíduos sendo da mesma espécie são, por natureza, iguais entre si, não haveria, sem o ordenamento, ferramenta alguma que garantisse o cumprimento desse conceito e princípio.

Com efeito, no Brasil, tal documento foi incrementado ao ordenamento normativo através do decreto Legislativo nº 93, de 14 de novembro de 1983, e promulgado pelo decreto nº 89.406, de 1º de fevereiro de 1984. De modo que, em prática, percorreu todos os trâmites exigidos para que vincule o país signatário não só em relação a comunidade internacional, como também em relação ao ordenamento normativo interno.

Com efeito, essa relação com a comunidade interna, tornou válida e eficaz enquanto norma infraconstitucional, a “*Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher*” dando efetividade a seu conteúdo e constitucionalização, de modo receptivo, o seu texto no ordenamento nacional, o que fortaleceu as garantias fundamentais à mulher na justiça brasileira..

Em princípio, a Convenção, em seu primeiro artigo esclarece que

“A ‘discriminação contra a mulher’ significará toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos políticos, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.”

Através desses ideais iniciais, objetos de discussão são fundamentados na comunidade internacional como valores que devem estar elencados nos Estados Nacionais. De modo que, toda a convenção está marcada com o compromisso de reverter realidades nacionais, como a violência contra a mulher, violência essa configurada não somente na consumação física, como também nos desrespeitos morais, como o assédio no âmbito profissional, bem como nas constantes e comprovadas nuances salariais, onde corriqueiramente observa-se a realidade de que mulheres que exercem a mesma função que Homens, ainda recebem remuneração inferior a esse gênero.

Além disso, segundo a Convenção em seu artigo 2º parágrafo segundo, é dever do Estado Nacional “Adotar medidas adequadas, legislativas e de outro carácter, com as sanções cabíveis e que proíbam toda discriminação contra a mulher.” Ou seja, além de um dever Constitucional Nacional, as comunidades devem fazer valer as garantias que enalteçam o bem da igualdade , promovendo cada vez mais o acesso feminino de modo igualitário nas relações sociais nacionais.

Ainda no escopo de análise documental da Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, esse mesmo documento serviu como ponto de partida para a consolidação e/ou amadurecimento de cortes constitucionais em diversos países, inclusive aqui no Brasil, além de orientar os Estados-Parte em medidas de proteção aos direitos femininos, adotando medidas apropriadas para:

Modificar os padrões sócio-culturais de conduta de homens e mulheres, com vistas a alcançar a eliminação de preconceitos e práticas consuetudinárias e de qualquer outra índole que estejam baseados na ideia da inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos ou em funções estereotipadas de homens e mulheres.

Destarte, cabe ao Estado-Parte fazer valer e acontecer os postulados presentes nesta convenção. De modo que, legislativamente, o Estado Nacional, deve incorporar em seu ordenamento políticas e/ou medidas que se adequem a realidade da comunidade internacional, realidade essa fundamentada nessa Convenção, assinada e adotada como o acordo internacional de cumprimento dos países que ali fizeram presença e compromisso perante a comunidade internacional.

Considerações Finais

Com a presente Vênia, após o decorrido, podemos ao menos observar, em primeiro caso, que o processo de internacionalização dos Direitos Humanos obteve como ponto de partida uma violação de direitos severa no período entre guerras que assolou o ocidente na primeira metade do Século XX. Por isso fez-se necessária a criação de um mecanismo que reconstruísse e consolidasse melhor que antes esses direitos, uma justiça especial, de cunho internacional para a integração das nações.

De modo que, com esse proveitoso processo, os Direitos Fundamentais, ampliaram-se para Direitos reconhecidamente humanos pela comunidade internacional, de forma esquemática, que organizou-se através de tratados e convenções que fortaleceram cada vez mais esses direitos, atribuindo os direitos e garantias fundamentais a seus titulares, os cidadãos nacionais.

Com efeito, nessa esteira de aperfeiçoamento e ampliações, questões difusas e antes sem espaço para debates dentro do ordenamento, também foram possíveis, como é o caso das questões de gênero, que ganharam enfoque maior, especificamente, os direitos da mulher, quando se faz necessário observar que o direito fundamental à igualdade estava então sendo violado.

Por isso, em 1979, foi elaborada a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, documento de inexorável importância para a comunidade internacional na busca de fazer valer os direitos

humanos nas cortes e Estados Nacionais, reforçando o princípio da igualdade nos Estados Parte.

Não obstante, o seguinte trabalho teve como objetivo central demonstrar a importância do método esquemático em um ordenamento jurídico na busca de efetivação de direitos, método esse que remonta a ciência do Século XVII, onde nas mãos de Descartes foi possível inaugurar o método cartesiano para a solução de problemas por partes, até juntar-se, através da razão, para facilitar a resolução das questões no modelo repartido.

Com isso, as questões femininas, foram elencadas com vigor pela justiça internacional, que na convenção citada reforçou o princípio da igualdade e elaborou um documento de garantia desse princípio, afinal, foi reconhecido que “Para alcançar a plena igualdade entre homem e a mulher é necessário modificar o papel tradicional tanto do homem, como da mulher na sociedade e na família.”(C.S.E.T.D.D.C.M, 1979)

Portanto, o direito à igualdade e a modificação da imagem feminina na sociedade é um direito fundamental na justiça nacional e internacional, repete-se isso não para tornar essa questão morosa ou cansativa, mas sim para enfatizar que, um direito fundamental remonta a causa da existência de um Estado, Justiça e Legislação, destarte, causa essa, que dá sentido a criação de toda ordem jurídica, ou seja, na ótica jusnaturalista, não faria sentido algum para uma sociedade a criação de um Estado responsável por mediar conflitos e dar garantias através de leis, se seu direito é solapado ou desrespeito, ainda mais, já que o poder de constituir emana no povo, sendo então os únicos e soberanos titulares de direitos fundamentais, os quais, devem diariamente, incansavelmente ser respeitados.

Referências Bibliográficas

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. São Paulo: Malheiros, trad. De Virgilio Afonso da Silva, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas nº. 1/92 a 52/2006. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

LAFER, Celso. **A Reconstrução dos Direitos Humanos**: Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LOCKE, John. **Carta acerca da tolerância; Segundo Tratado do governo civil.**

Tradução de Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro, São Paulo: Abril Cultural, 1973, Coleção “Os Pensadores”.

MONTEBELLO, M. A proteção Internacional aos Direitos da Mulher. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista11/revista11_155.pdf acessado em: 15 de março de 2016.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional.** São Paulo: Saraiva, 2011

SILVA, S.M. **Constitucionalização dos Direitos das Mulheres no Brasil:** Um desafio à incorporação da perspectiva de gênero no Direito. Aracaju: Revista Interfaces, 2012. Disponível em:

A QUESTÃO DE GÊNERO NA DEFINIÇÃO DA GUARDA DOS FILHOS E A MUDANÇA DE PARADIGMAS ATRAVÉS DA LEI DA GUARDA COMPARTILHADA

Fernanda Caroline Alves de Mattos
Universidade Tiradentes
mattos.fernandac@gmail.com

Letícia Mendonça Nunes
Universidade Tiradentes
lmn.leticia@hotmail.com

Acácia Gardênia Santos Lelis
Universidade Tiradentes
aglelis@infonet.com.br

Resumo: Este artigo busca analisar a questão de gênero presente na definição da guarda dos filhos atribuída historicamente à mãe e a responsabilização que lhe é conferida na criação dos filhos, ainda que sobre eles exercesse poder limitado. Analisa, ainda, a transformação dessa percepção com a implementação legal da guarda compartilhada, um novo instituto que busca garantir e efetivar o melhor interesse dos filhos, possibilitando a convivência familiar e o dever conjunto dos pais em relação aos filhos. O presente trabalho busca avaliar as questões culturais que envolvem a definição da guarda dos filhos e a mudança de paradigma em razão da regra imposta pelo instituto da guarda compartilhada e, ao mesmo tempo, averiguar como essas questões são absorvidas ou incorporadas pelo discurso jurídico e seus processos decisórios, judiciais ou não. Para esta pesquisa, o método de abordagem a ser utilizado será o método dialético dentro de uma perspectiva fenomenológica, considerando as relações do tema a ser investigado.

Palavras - chave: Poder familiar, guarda compartilhada, gênero.

Introdução

Na perspectiva do que abrange o poder familiar, pode-se ressaltar seu histórico evolutivo, no que se refere não só ao poder de fato que um genitor exerce sobre os filhos, como também qual dos genitores o devidamente possui.

E, dentro do Direito brasileiro, a esse respeito muito há que se falar em discriminação de gênero. Principalmente quando a própria sociedade coloca a mulher como única fonte de segurança para a criação dos filhos, fixando a figura feminina dentro do âmbito interno de atividades e, por consequência, excluindo-a do âmbito externo. Mantendo-se a ideia de que a figura materna, sendo a mãe, a avó, a tia, seria a única passível de acolher a responsabilidade de criar os menores.

Perquerindo, através de análises de legislações constitucionais e infraconstitucionais, além de jurisprudências e publicações científicas – para que se atente, também, à realidade fática – descortinar o manto que cega a sociedade sobre a disposição de responsabilidade de criação dos filhos somente à mulher. E, assim, desenvolver a sensibilidade e análise crítica acerca do tema.

Dessa forma, o presente trabalho visa uma análise da questão da guarda a partir de três aspectos: o que é poder familiar dentro do arcabouço jurídico brasileiro e como ele se deflagra entre os progenitores; se há discriminação de gênero na hora de definir o exercício da guarda; e quais os fatores determinantes para essa definição. Pretende ainda demonstrar a evolução ocorrida após a entrada da Lei 13.058, de 2014 que traz a inovação da guarda compartilhada, que em seu próprio texto estabelece a busca de igualdade de direitos e deveres entre os filhos e seus pais.

Assim, o interesse pelo estudo encontra-se balizado na necessidade de conhecer a problemática e desmistificar conhecimentos produzidos, de modo a possibilitar uma melhor compreensão social acerca do tema.

Metodologia

Através de análises de legislações constitucionais e infraconstitucionais, além de jurisprudências e publicações científicas, para que se atente, também, à realidade fática, busca-se descortinar o manto que cega a sociedade sobre a disposição de responsabilidade de criação dos filhos somente à mulher e, assim, desenvolver a sensibilidade e análise crítica acerca do tema.

Assim, o interesse pelo estudo encontra-se balizado na necessidade de conhecer a problemática e desmistificar conhecimentos produzidos, de modo a possibilitar uma melhor compreensão social. Para se alcançar os resultados desejados, foram escolhidos alguns métodos de pesquisa.

Em primeiro plano, o presente trabalho se origina de uma revisão bibliográfica de fontes documentais, como legislações específicas, bem como de fontes secundárias, de materiais já elaborados, como livros, monografias e artigos.

A abordagem do artigo, então, perpassará os métodos descritivo e explicativo, bem como terá características de pesquisa quanti-qualitativa ao demonstrar dados estatísticos, por exemplo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dele auferir análises que possam ajudar a alcançar o objetivo do presente trabalho.

Resultados e discussão

Poder Familiar no Direito Brasileiro

Pode-se conceituar poder familiar como um dever e, não, um poder, em função da atribuição maciça de deveres aos pais. Nesse sentido, poder familiar é aquele garantido aos genitores dos menores que traz deveres e direitos, a fim de que possam garantir a proteção tanto dos filhos como de seus bens enquanto ainda não forem emancipados. Seguindo esse ponto, aduz Carlos Roberto Gonçalves” (2015, p. 421). que “[...] o poder familiar nada mais é que um munus público, imposto pelo Estado aos pais” com o objetivo de que zelem pela sua prole.

Ele está disposto conjuntamente ao princípio da paternidade responsável no art. 226, §7º da Constituição Federal, que se traduz não só como uma responsabilidade em cuidar, como também, em planejar tudo, para sempre acolher o melhor interesse do menor, conforme transcrito a seguir:

Art. 226, § 7º - Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

O Poder Familiar possui algumas características que fazem dele um instituto de extrema importância para o Direito de Família, quais sejam: irrenunciável, indelegável, imprescritível e também incompatível com a tutela.

O fato de não poder ser renunciado e nem delegado indica uma responsabilização clara e simples aos pais: que não poder ser rechaçado facilmente de suas vidas, já que foi por meio do Estado, com suas normas fixadas, que este poder-dever se instaurou. Havendo apenas uma exceção, prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, no art. 166, no que se refere ao pedido de colocação do menor em família substituta, sendo feita em juízo, e com análise específica do magistrado para que isso ocorra de fato.

Sua imprescritibilidade se mostra clara quando se refere ao não uso do poder. Ainda que o genitor ou genitora não se utilize das prerrogativas e deveres de serem pais, o poder familiar não decairá, até que seja expressamente extinto. Já quanto à incompatibilidade com a tutela, é de forma lógica que se demonstra que não poderão estar sobre a responsabilidade de tutores, menores cujos pais não foram devidamente destituídos de seu poder familiar, para que só então o específico tutor possa tê-lo para si.

Com relação à titularidade do Poder Familiar, faz-se necessário delimitar a evolução histórica dentro do tema. Inicialmente referindo-se a Roma antiga, lembra-se que o poder familiar era o “pater familias”, que durava enquanto os filhos fossem vivos, e somente em relação aos filhos legítimos e legitimados, posteriormente também previsto nas Ordenações Filipinas, segundo assevera Pontes de Miranda (1999, p. 150).

Também é válido ressaltar de que forma o aludido instituto se colocava na prática e quais suas características, como aduziu Clarice Moraes Reis(2005, p. 44) ao afirmar que tal instituto objetivava o interesse do chefe da família, tendo como característica a ser ressaltada de só poder ser exercido pelo pai, cabendo a mãe apenas os direitos referentes à obediência.

O Poder Familiar, como sendo “pátrio” poder, inclusive no que se refere ao ordenamento jurídico brasileiro, anterior a Carta Magna de 88, temos o Código Civil de 1916, que delimitava a existência do “patria potestas”. Que determinava, assim como o direito romano, que a figura do pai seria também a mesma figura que chefiaria a família. E só quando estivesse ausente é que a mulher poderia exercer seu papel. Como previsto expressamente pelo extinto Código de 1916, no art. 380 que diz: “durante o casamento, exerce o pátrio poder o marido, como chefe da família, e na falta ou impedimento seu, a mulher”.

Nesse sentido, leciona Carlos Roberto Gonçalves (2015, p. 423) que quando houvesse divergência entre os cônjuges a decisão que prevaleceria seria a do marido “[...] salvo em caso manifesto de abuso de direito (art. 160, I, segunda parte)”.

É claro que com o tempo, a mulher ganhou espaço no sentido de sustentar e cuidar da prole sem a presença contínua da figura paterna. Grande foi a evolução quando esse direito de igualdade veio previsto na própria Constituição Federal no ano de 1988 em seu artigo 226 §5º, garantindo espaço para a mulher exercer conjuntamente os direitos e deveres sobre seus filhos, tal qual o pai.

O pátrio poder evoluiu em seguida com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente que passou a vigorar dois anos depois da Constituição, em substituição ao Código de Menores, onde trouxe disposição expressa sobre o pátrio poder, em consonância com o princípio de igualdade que se aplica entre homens e mulheres. Assim enuncia o artigo 21 do ECA:

Art. 21 - O pátrio poder será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurando a qualquer deles o direito de em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência.”

De acordo com Clarice Moraes Reis (2005, p. 48), em sua dissertação de mestrado sobre o aludido tema, o dispositivo retratado reafirma as idealizadas posições de igualdade que devem existir entre pai e mãe, e que à época a lei não expressava concretamente o que ocorria na vida das famílias brasileiras.

Galgando de vez a titularidade a ambos os pais, o Código Civil de 2002 traz em seu texto diversas contemplações do que a própria Lex Mater já trazia alguns anos antes. E de forma mais expressa pelo seu art. 1.631 e em seu parágrafo único, que aludem, *ipsis litteris*:

Art. 1.631. Durante o casamento e a união estável, compete o poder familiar aos pais; na falta ou impedimento de um deles, o outro o exercerá com exclusividade. Parágrafo único. Divergindo os pais quanto ao exercício do poder familiar, é assegurado a qualquer deles recorrer ao juiz para solução do desacordo.

Outro ponto a ser ressaltado é em relação aos pais separados, divorciados ou que nem mesmo venham a ser casados. Em nenhum dos casos ocorre a perda ou extinção do poder familiar pela não presença de ambos na convivência diária. O poder familiar é intrínseco à relação familiar existente, seja pai, seja mãe. O aludido instituto está vinculado apenas ao fator filiação, independente de qualquer outra coisa. Consubstanciando o abordado, Carlos Roberto Gonçalves doutrina que ainda que não havendo determinação legal com relação as demais entidades familiares, a norma existente deve ser interpretada abrangendo todas elas, como as monoparentais, por exemplo “[...] Assim, o poder familiar compete também aos que se indentifiquem como pai ou mãe do menor, na família monoparental” (2015, p. 424).

Nesse sentido, seja por não terem vínculo, ou por terem passado por separação judicial ou divórcio, em tese, não há alteração na medida do poder familiar de ambos os pais. Excetuando-se a causa da guarda, que será assunto a ser abordado em seguida. Portanto, para o direito brasileiro, não haverá diferenciação quanto a quem competem os deveres e direitos decorridos do Poder Familiar, e que este não se extingue pelo simples afastamento ou separação entre os cônjuges ou do próprio pai com menor.

A questão de gênero na atribuição da guarda à genitora do menor

O número de mulheres responsáveis pela guarda de filhos mostra-se muito mais elevado do que o de pais. Segundo dados do IBGE, em 2011 constatou-se que 130.032 (cento e trinta mil e trinta e duas) mulheres foram eleitas guardiãs dos filhos, para o número de 7.913 (sete mil novecentos e treze) pais detentores da guarda unilateral. Constatou-se ainda um aumento de pais com a guarda dos filhos de 2003, que representavam 4.451 (quatro mil quatrocentos e cinquenta e um), para 2011, representando um aumento de 77,78%; mas esse número ainda é bastante inferior ao número de mulheres responsáveis pela guarda, que teve um aumento de 2003 para 2011 de 97,19%. De cada 50 (cinquenta) guardas unilaterais estabelecidas, 47 (quarenta e sete) são dadas às mulheres, e três aos homens.

O contexto histórico de ter-se sempre a figura paterna como responsável por prover financeiramente a família e a materna por cuidar e educar os filhos é um dos grandes fatores que possibilitam a discriminação como resultado. Mãe é a pessoa que, normalmente, gera os filhos, amamenta-os, sendo assim, é tida

como a biologicamente escolhida para cuidar da prole. “Mãe é mãe” é uma frase culturalmente repetida no meio social, quando se trata de cuidar da saúde e educação das crianças, a qual ressalta a presença da mãe como maior responsável pelos filhos. Nesse contexto, Tatiana de Paula(2011, p. 1) relata que, muitas vezes, em se tratando de fim de um relacionamento conjugal a grande maioria das crianças ficam sob a guarda monoparental da mãe. A autora também analisa nessa ótica que, desconsiderando casos de desinteresse ou abandono paterno, existe uma presunção no seio social, bem como, na grande maioria das decisões judiciais, que há para a mãe mais direito em relação ao pai de ficar com o filhos.

Ressalta-se a existência do entendimento de que os pais também têm interesse de cuidar dos seus filhos, mas, para exercer o direito de guarda, precisam que a mãe seja considerada “inapta”. A já citada autora justifica a “supremacia da guarda materna” por meio de dois conceitos que são: a tradição cultural e a ideia do instinto materno. Conforme afirmado por De Paula (2011, p.8) o instinto materno seria a característica responsável pelo fato de ‘a mulher ser talhada para o sacrifício’, e ser considerada mais capaz de renunciar interesses do que o homem, além de ‘ser mais disponível para os filhos’ e ‘compreender melhor as crianças’.

Nos casos em que não há a presença da mãe para pleitear a guarda dos filhos, esta costuma ser passada à avó, ou a própria avó, acreditando ser, como mulher, o indivíduo mais capacitado a cuidar de uma criança, requere-a para si. Entrando em consonância com o que leciona De Paula (2011, p. 8), em seu artigo, ao dizer que já é um dado sociológico, raramente questionado, que a boa educação dos filhos é realizada pelas mulheres, onde elas são de capital importância, nesse âmbito, para a estruturação de um grupo humano.

Isso ocorreu, por exemplo, no caso do Menino Sean Goldman¹, exposta em matéria jornalística de amplitude nacional disponibilizada no dia 27 de abril de 2012 no Jornal “O Globo”, intitulada “Menino Sean Goldman foi alvo de disputa judicial”. Conforme informado pelo noticiário, com a morte da mãe, a criança ficou sob os cuidados da avó, mas o pai biológico logo entrou com pedido na justiça para reaver a guarda do filho, o que deu ensejo à disputa

1 Sean Goldman é uma criança de mãe brasileira e pai norte-americano. A mãe veio ao Brasil com o filho para passar férias. No decorrer da viagem, pediu divórcio do pai do menino e decidiu permanecer no Brasil. Com sua morte, houve disputa pela guarda da criança entra a avó materna e o pai. Matéria disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/menino-sean-goldman-foi-alvo-de-disputa-judicial-4751799>>.

judicial internacional. No entanto, a própria justiça brasileira, que por diversas vezes concede a guarda dos filhos à mulher, concedeu- a ao pai. Muitos brasileiros, porém, acreditavam, com base em seu senso comum, que o menor devia ficar sob a tutela da avó, mulher e com suposto instinto maternal intrínseco a ela, já delimitado historicamente pelo seu gênero.

É necessário reconhecer o contexto social em que há pais interessados em conviver, educar e cuidar dos filhos, assim como existem mulheres interessadas em investir na vida acadêmica, ingressar no mercado de trabalho, as quais rompem com o padrão de figura feminina presa ao espaço interno, especificado por cuidados da casa e com os filhos. A liberdade de fazer suas próprias escolhas é uma conquista para a mulher. E deve prevalecer, também, no contexto familiar retirando-a da obrigação de zelar e se sacrificar sozinha pelos filhos. Sendo, portanto, necessária a existência de igualdade entre os gêneros, no que se refere ao âmbito parental, reconhecendo que tanto o pai quanto a mãe são capazes de obterem a guarda do filho.

A decisão relativa à guarda do menor deve ser pautada no melhor interesse da criança, sem estabelecer preferência, tendo em vista o fator gênero para determinar quem melhor atenderia ao interesse do menor. De forma a colocar o pai como opção subsidiária na hipótese de suposta incapacidade da mãe de exercer a função, como se só dessa forma poderia destituí-la da guarda e tomá-la para si.

O responsável pela guarda do menor tem os deveres de educar, prover o sustento, dar atenção e moradia ao menor, e isso deve ser dado tanto pelo pai quanto pela mãe em iguais condições. O que justifica que ambos devem disputar pela guarda em iguais condições, não havendo predileção em favor de um deles por conta de ideais sociais impostos.

Mudanças de paradigma com adoção da guarda compartilhada

Inicialmente, faz-se mister conceituar o instituto do direito de família chamado guarda. Pode-se considerar que é, de forma abrangente, o meio pelo qual os genitores exercem o poder familiar adquirido, ou o tutor, já que não possui essência de poder familiar, sendo apenas uma forma de exercê-lo. Como Aduz Clarice Moraes Reis “A guarda diz respeito à prerrogativa de ter o filho em seu poder, em ter-lhe a posse oponível a terceiros” .” (2005, p. 85) sempre se vinculando, tal posse, aos deveres de prestar assistência material, moral e educacional ao menor.

É prevista legalmente no próprio Código Civil de 2002, como uma precaução dada, normalmente, em caso de divórcio ou separação judicial. Como o aludido no art. 1.584, *ipsis litteris*:

Decretada a separação judicial ou o divórcio sem que haja entre as partes acordo quanto à guarda dos filhos, será ela atribuída a quem revelar melhores condições para exercê-la.

Desta feita, como apresentado no tópico anterior, mostra-se a subjetividade de como será declarada quais são as condições satisfatórias para ter a guarda do menor.

O artigo 1.583 do Código Civil de 2002 disciplina que “a guarda será unilateral ou compartilhada”. Sendo a guarda unilateral, a atribuída a um só dos genitores ou alguém que o substitua, com base na primeira parte do parágrafo 1º, art.1583 do Código Civil. Para Carlos Roberto Gonçalves, um dos genitores ou alguém que o substitua tem a guarda, enquanto o outro tem a regulamentação das visitas (2011, p. 293). Nela, há a privação de convivência com um dos genitores, o que, para o autor, seria um inconveniente.

Para solucionar esse problema, foi instituída a Lei 11.698 de 2008, que visa implementar a guarda compartilhada que, nas palavras de Gonçalves (2011, p. 293), poderia ser requerida por qualquer dos genitores, ou pelos dois, quando houver consenso, bem como ser decretada de ofício pelo juiz, em atenção a necessidades específicas da criança.

No mesmo artigo e parágrafo da guarda unilateral, está delimitada a guarda compartilhada, definida pelo código como uma responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres dos pais que não vivam sob o mesmo teto, referentes ao poder familiar dos filhos comuns. No parágrafo seguinte é determinado que na guarda compartilhada o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma equilibrada ante a mãe e o pai, sempre tendo em vista as condições fáticas e os interesses dos filhos.

Segundo o que prevê a doutrina, pode-se afirmar que a guarda compartilhada é a forma de divisão de responsabilidades de maneira mais igualitária existente no Direito de Família que busca manter o vínculo afetivo equilibrado com o menor, ainda que os pais não possuam mais vínculo conjugal. Ocorrendo de modo mais harmonioso quando não há litígio e nem desavenças entre os genitores. Nesse sentido, complementa Clarice Moraes Reis (2005, p. 145) , ao afirmar que esta forma de guarda é comente possível quando os pais

demonstram maturidade e possibilidade de compartilhar as rotinas dos filhos de maneira harmônica, respeitando horários e suas atividades escolares, bem como, as extracurriculares.

Tal modalidade se destaca por certos benefícios. Para todos os que estão envolvidos, seja por uma análise do ponto de vista afetivo, como do racional, já que ao se repartir responsabilidades e tempo igualitário de convivência com o menor, aos pais veda-se, por consequência, a criação de um espaço onde um possa sabotar a imagem do outro. Ou a realização de chantagem por motivações financeiras, como nos casos de pensão alimentícia atrasada.

Ressaltando-se a posição de figura materna, tal modalidade de guarda veio para consolidar a igualdade entre homem e mulher, já prevista na Constituição Federal. Nesse contexto, coaduna-se o entendimento de Denise Maria Perissini(2011, p. 14) da Silva, no que se refere a tendência da inserção da mulher no mercado de trabalho e um conseqüente maior alcance de sua independência, que traz como vantagens, por exemplo, uma maior liberdade, menos sobrecarregamento e não ter que demonstrar para o mundo que é capaz de realizar tudo sozinha:

Por fim, ressalte-se que a guarda compartilhada visa integrar o ordenamento jurídico brasileiro a fim de assegurar o direito de ambos os pais e das crianças. Aos pais é mantido o direito e dever a convivência com os filhos, a dividir responsabilidades em pé de igualdade com o outro genitor, a prestar assistência moral, e material e educacional à prole conjuntamente, na medida de suas condições econômicas; e, para o filho, fica a oportunidade de se relacionar com ambos os genitores possibilitando estreitar os vínculos de maneira igualitária.

Entendimento que se vislumbra em sede de jurisprudência nacional, através de acórdão gerado pela 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, o qual em sua ementa transcreve importantes esclarecimentos:

- (...) 1. A guarda compartilhada busca a plena proteção do melhor interesse dos filhos, pois reflete, com muito mais acuidade, a realidade da organização social atual que caminha para o fim das rígidas divisões de papéis sociais definidas pelo gênero dos pais. 2. A guarda compartilhada é o ideal a ser buscado no exercício do Poder Familiar entre pais separados, mesmo que demandem deles reestruturações, concessões e adequações diversas, para que seus filhos possam usufruir, durante sua formação, do ideal psicológico de

duplo referencial. (...). A inviabilidade da guarda compartilhada, por ausência de consenso, faria prevalecer o exercício de uma potestade inexistente por um dos pais. E diz-se inexistente, porque contrária ao escopo do Poder Familiar que existe para a proteção da prole. (...).

Conclusões:

O Poder Familiar é revestido de deveres dos pais para com seus filhos menores ou incapazes e possui como características a irrenunciabilidade, indelegabilidade, imprescritibilidade, como também a incompatibilidade com a tutela.

Inicialmente, o supracitado instituto era definido como “pátrio poder” exercido pelo pai e, na sua ausência, pela mãe. O pai era o chefe da família e a pessoa que exercia poder sobre os filhos, tendo esse instituto previsão legal no Código Civil de 1916. Na legislação atual, com inovação dada pela Constituição Federal, é estabelecida a igualdade de gênero também nas relações familiares, emergindo daí a necessidade da alteração da nomenclatura para “poder familiar” que pode ser exercido pelo pai e pela mãe em condições de igualdade.

A ausência de um dos cônjuges na convivência diária não resulta em perda ou extinção do poder familiar, pois ele é intrínseco à relação dos pais com os filhos. O que se evidencia nas separações de pais com filhos menores ou incapazes, mesmo a guarda sendo monoparental, o cônjuge que não a detém não perde o seu poder paternal, pois aquela é apenas um dos meios de exercer tal instituto.

A guarda, meio pelo qual os genitores ou tutores exercem sua autoridade adquirida tem previsão legal no Código Civil de 2002, podendo ser na modalidade unilateral ou compartilhada. Na compartilhada, os pais são conjuntamente responsáveis pelos filhos, e é decretada mediante consenso ou de ofício pelo juiz. A unilateral é a que, por falta de acordo entre os pais ou por destituição do poder paternal de um dos cônjuges, é concedida a um dos genitores, devendo o outro propiciar assistência financeira, visitar e fiscalizar seu exercício pelo guardião.

Para mudar o quadro de preferência pela figura materna aliada à criação da prole, é necessário entender o novo contexto social, onde as mulheres se mostram interessadas em investir no meio acadêmico e ingressar numa carreira profissional, assim como os pais se colocam mais a disposição para cuidar dos

filhos. Essa possibilidade de igualdade nas condições econômicas e no cuidado com os filhos habilitam tanto o pai quanto a mãe a disputar, de forma equiparada, a guarda dos seus descendentes; devendo o juiz buscar realmente o melhor interesse da criança, desconsiderando a ideia de instinto materno como sendo o melhor para o filho.

Referências:

BRASIL, **Constituição Federal de 5 de outubro de 1988**, Brasília/DF: Senado Federal. 1988

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1º janeiro de 1916**. Código Civil de 1916. Rio de Janeiro/RJ. 1916

BRASIL, **Lei 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, Brasília/DF: Senado Federal. 1990

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Diário Oficial da república Federativa do Brasil. Brasília, DF, 10 de janeiro 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm > Acesso em: 24 de novembro 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.698 de 13 de junho de 2008**. Altera os arts. 1.583 e 1.584 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para instituir e disciplinar a guarda compartilhada. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 13 de junho de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11698.htm> Acesso em: 23 de novembro de 2015

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. REsp 1428596/RS. Rel. Min. Nancy Andrighi. 3ª T. Julgado em 03/06/2014. DJe 25/06/2014.

DE PAULA, Tatiana Wagner Lauand. **O direito do pai de concorrer em igualdade com a mãe pela guarda dos filhos: Ponderação da supremacia materna presumida em respeito ao princípio constitucional do melhor interesse da criança e do adolescente**. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/18487/o-direito-do-pai-de-concorrer-em-igualdade-com-a-mae-pela-guarda-dos-filhos#ixzz3szMag1Dr> Acesso em 29 de novembro de 2015.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**, volume 6 - 12. Ed. – São Paulo : Saraiva, 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Estatísticas do Registro Civil 2003-2011**. Disponível em < <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=RGC403&t=divorcios-responsavel-pela-guarda-filhos-menores>>. Acesso em 29 de novembro de 2015.

LOUREIRO, César. **Menino Sean Goldman foi alvo de disputa judicial**: a briga envolvia o pai do menino e a família da mãe, que morreu em 2008. O Globo. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/menino-sean-goldman-foi-alvo-de-disputa-judicial-4751799>>. Acesso em 30 de novembro de 2015.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de direito privado: parte geral**. Campinas: Bookseller, 1999

REIS, Clarisse de Moraes **O poder familiar na nova realidade jurídico-social**. 2005. 232 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2005.

SILVA, Denise Maria Perissini da. **Guarda Compartilhada e síndrome de alienação parental: o que é isso?** – 2 ed. rev. e atual. - Campinas,SP: Armazém do Ipê, 2011.

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO NORTE NA DEFESA DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILAR

Gabrielle Cristiane Monte Bezerra
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
gabriellecristiane4@gmail.com

Juliane Rodrigues
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
ju.rodrigues10@hotmail.com

Gilmara Joane Macedo Medeiros

Resumo: O presente trabalho discute o papel que a defensoria pública desempenha na proteção das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar sob a perspectiva da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06). Para isso, expõe um breve histórico acerca da criação e inovações trazidas pela Lei 11.340/06, examina a lei 80/1994, que regulamenta a Defensoria Pública no Brasil, assim como a lei 251/2003, que normatiza a Defensoria Pública no Rio Grande do Norte. Justifica a relação entre a Lei Maria da Penha e a Defensoria Pública na garantia do Direito Fundamental de acesso à justiça para as mulheres que se encontram em situação de violência. Apresenta os dados mais recentes a respeito da violência contra a mulher no RN, bem como informações referentes à atuação dos núcleos de atendimento à mulher da Defensoria Pública do Estado, observando se a mesma cumpre o papel previsto na lei Maria da Penha. Por fim, analisa se a DPE/RN é efetivamente capaz de proteger os direitos e oferecer assistência às mulheres norte-rio-grandenses vítimas de violência doméstica e familiar, mediante um atendimento específico e humanizado, formulando propostas de fortalecimento desta instituição no combate à violência contra a mulher.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha; Violência Doméstica e Familiar; Defensoria Pública do Rio Grande do Norte.

1 Introdução

O presente artigo analisa a relação existente entre a Lei Maria da Penha e a Defensoria Pública no tocante a garantia de acesso à justiça as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Para isso, a pesquisa parte de um breve histórico e análise da Lei Maria da Penha, seguindo com o estudo da relação existente entre esta e o instituto da Defensoria Pública. Por fim, verifica-se a estrutura e atuação atual da DPE/RN são capazes de oferecer orientação jurídica de qualidade, através de um atendimento específico e humanizado, às mulheres vítimas de violência em suas unidades domésticas e familiares.

Foram trabalhadas, além da lei 11.340/2006, as leis que regulamentam a defensoria pública no país e no RN, seu papel previsto na Lei Maria da Penha como garantidora de acesso à justiça para as mulheres em situação de violência, além de exteriorizar dados referentes à estrutura e atuação da DPE/RN.

Quanto aos instrumentos de pesquisa, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, documental e o estudo de caso. A primeira inclui informações de teses, dissertações e livros que tratam da Defensoria Pública, além de artigos que envolvem em suas temáticas a violência de gênero contra a mulher na perspectiva da lei Maria da Penha, assim como sítios eletrônicos relacionados com a atuação e estrutura da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte. A segunda baseia-se na consulta e estudo da lei Maria da Penha e da Lei complementar Nº 251 de 7 de julho de 2003, bem como o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM 2013. A terceira representa a coleta e análise de dados relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher no RN, reunidos de sites governamentais, tais como: Mapa da Violência 2015, Defensoria Pública do RN, e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pesquisa Sobre violência doméstica e familiar contra a mulher do “DataSenado”, bem como Relatórios do Tribunal de Justiça do RN e do IBGE sobre perfil dos Estados brasileiros.

Quanto à abordagem, a pesquisa é quantitativa e qualitativa, pois além de ter sido realizada coleta de dados e informações, faz uma análise crítica acerca do funcionamento e atuação da DPE/RN no tocante à orientação jurídica das mulheres norte-rio-grandenses que sofrem violência nos seus espaços de convívio. Ao final, sugere maneiras de intervenção no fenômeno estudado.

O estudo busca também compreender como a Defensoria Pública vem atuando no estado do Rio Grande do Norte e sua contribuição para o fortalecimento dessa instituição, apontando as principais dificuldades enfrentadas por esse órgão na prestação do serviço especializado. Assim, ao fortalecer sua

atuação, também se contribui para a ampliação da proteção das mulheres vítimas de violência e para a melhor atuação de sua rede protetiva.

2 Breve Histórico e Análise da Lei Maria da Penha

A luta das mulheres brasileiras por igualdade de gênero e combate à violência doméstica e familiar não pode ser dissociada do histórico de reivindicações do movimento feminista internacional, que, pela primeira vez na década de 1960, levantou a bandeira “O pessoal é político”. Com esse lema, trouxeram à tona para sociedade debates acerca das violações de direitos das mulheres e desigualdade entre sexos dentro de seus ambientes privados de convívio, introduzindo discussões sobre as violências e mortes de mulheres por suas condições de gênero. Dessa maneira, demonstravam que “a sexualidade perde seu domínio eminentemente privado e passa a ser compreendida como uma relação de poder entre os sexos” (MARTINS, 2014, p. 5).

De acordo com Craidy (2008), no Brasil o movimento feminista começa a ganhar destaque após a abolição da escravatura, quando um grande número de mulheres entra de forma intensa no mercado de trabalho e sofrem influências de ideologias vindas da Europa pelas imigrantes que aqui chegavam para trabalhar.

Após anos de repressão com a ditadura do Estado Novo, o movimento ressurgiu e as mulheres começaram a participar ativamente das manifestações políticas, contribuindo dessa forma para a promulgação da Lei 4.121/1962, que estabelece o direito ao trabalho a mulher, sem autorização do marido, assim como o direito a guarda dos filhos (CRAIDY, 2008).

As décadas de 70 e 80 também foram de suma importância para o movimento das mulheres brasileiras no que se refere a violência contra a mulher. Foram criadas associações de amparo e proteção das mulheres vítimas de agressões, tais como: Conselho da Condição Feminina, Delegacia de Defesa da Mulher e o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher. Além disso, também surgiram o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. Nos anos que antecederam a promulgação da constituição de 1988, o movimento feminista organizou-se e conseguiu eleger 26 mulheres constituintes, que defenderam uma constituição pautada na igualdade de gênero, na defesa da mulher vítima de violência e nos direitos reprodutivos¹.

1 Esse movimento das mulheres na constituinte ficou conhecido como “lobby do batom”

A partir dos anos 1990 foi instaurada a Rede Nacional Contra a Violência Doméstica, que visava à criação de um sistema interligado de instituições e serviços que protegessem e orientassem as mulheres vítimas de violência doméstica, possuindo, dessa forma um papel protetivo.

Todas essas lutas de mulheres e conseqüente criação de órgãos protetivos dos direitos das vítimas de violência, juntamente com casos conhecidos nacional e internacionalmente de violação aos direitos humanos das mulheres brasileiras, contribuíram, juntamente com o caso “Maria da Penha”, para a criação da Lei 11.340/2006, esta pretende de forma geral “coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (LEI 11.340, 2006).

A cearense Maria da Penha Fernandes foi mais uma vítima da violência doméstica e familiar que ocorre cotidianamente na sociedade brasileira. Em 1983, aos 38 anos, ficou paraplégica após seu marido, professor universitário Marco Viveiros, disparar um tiro em suas costas na primeira tentativa de matá-la. Na segunda investida, no ano de 1997, tentou eletrocutá-la, sem sucesso. Após anos pleiteando na justiça a condenação do seu agressor, Maria da Penha foi surpreendida em 2002, 20 anos após sua primeira agressão, quando seu ex-marido cumpriu somente 2 anos de prisão pelo crime cometido.

O caso chegou à Organização Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, que responsabilizou o governo brasileiro por omissão e negligência no caso Maria da Penha, condenando o país a pagar indenização a agredida, bem como recomendou a adoção de várias medidas, entre elas, “simplificar os procedimentos judiciais penais a fim de que possa ser reduzido o tempo processual” (CRAIDY, 2008, p. 8).

3 Lei Maria da Penha e a Defensoria Pública

Atualmente, segundo *ranking* do mapa da violência 2015 sobre homicídio de mulheres, o Brasil é considerado o quinto país onde mais se mata mulheres em todo o mundo (p.28), sendo o âmbito doméstico e familiar o local da agressão em 27,1% dos casos (p.39). Conforme dados do relatório sobre violência doméstica e familiar contra à mulher 2015 do Senado Federal, somente nesse ano, 89% dos casos de agressões a mulheres foram realizados por pessoas que possuíam ou ainda possuem relações domésticas e familiares com as vítimas (RASEAM, 2015, p.38).

Esses percentuais alarmantes demonstram que hoje, no Brasil, a violência contra a mulher é predominantemente cometida dentro dos espaços privados

de convívio, por homens que possuem relacionamento afetivo com as vítimas. Desse modo, é imprescindível considerar quais os mecanismos legais e institucionais destinados a proteção e orientação dessas mulheres, como é o caso da lei 11.340/2006 e do instituto da Defensoria pública.

A partir das advertências recebidas pelo Brasil no caso Maria da Penha, das ações propostas na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as mulheres e da Convenção Interamericana para prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a mulher, as quais o Brasil é signatário, bem como leis e decretos referentes a execução de políticas para as mulheres, surgiu no ano de 2006 a Lei 11.430, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, esta tem por finalidade: criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher; dispor sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e alterar o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal.

Tal instrumento legal também adotou em seu art. 5º o conceito de violência aderido na Convenção de Belém do Pará, considerando as agressões praticadas por homens contra as mulheres como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

A Lei considera que as mulheres são hipossuficientes na sociedade por sua condição de gênero e não apenas com relação a sua classe social, já que as agressões não têm como motivo patrimônio ou qualquer outra condição que não seja a de gênero. Dessa forma, as mulheres encontram-se em permanente estado de vulnerabilidade diante das agressões cometidas por homens que, idealizados por uma cultura machista e sexista, supõe terem legitimidade para o exercício da violência contra elas e seus corpos.

Segundo dados do Relatório Sobre Violência Doméstica e Familiar 2015 do Senado Federal, a Lei Maria da Penha conseguiu dar maior visibilidade a violência contra a mulher, na medida em que 100% (cem por cento) das entrevistadas já ouviram falar no dispositivo. Entretanto, o que se percebe é a existência de uma disparidade entre o que está na lei e o que a sociedade erroneamente compreende por “Lei Maria da Penha”, daí a necessidade de estudar esse dispositivo.

Apesar de pouco conhecida, a Lei 11.340/2006 não possui unicamente um caráter repressor, mas visa, sobretudo, agir de forma preventiva para que a violência contra a mulher seja evitada. Percebe-se isso durante toda a leitura do instrumento quando este atribui “à família, à sociedade e ao poder público” o dever de lutar pela proteção dos direitos humanos das mulheres e enfatiza a

necessidade de adoção de políticas públicas que busquem eliminar toda forma de discriminação contra a mulher (LEI 11.340,2006).

Dentre as principais inovações trazidas pela Lei Maria da Penha ressalva-se a importância que a Lei 11.340/2006 deu ao instituto da Defensoria Pública, pois este é responsável por assegurar de forma democrática a garantia do acesso à justiça para aquelas mulheres que não possuem condições financeiras para arcar com as despesas onerosas no sistema de justiça brasileiro. Além disso a lei também prevê a importância de um atendimento específico e humanizado para a recuperação plena das mulheres vítimas de violência.

O instituto da Defensoria Pública foi criado pela Constituição Federal de 1988 tendo como base os princípios e direitos fundamentais de cidadania, dignidade da pessoa humana, prevalência dos direitos humanos, igualdade de gênero e de acesso à justiça, todos contidos na carta maior. Em seu capítulo IV, que trata das funções essenciais da justiça, a constituição dá previsão a Defensoria Pública no art.134.

Apesar de ser presumida na Constituição, a Defensoria Pública somente foi regulamentada no Brasil no ano de 1994, pela Lei Complementar nº 80.

Mesmo tendo sido normatizada, a Lei nº 80 está longe de ser efetivada. Segundo dados da pesquisa Mapa da Defensoria Pública no Brasil 2013, realizada pela Associação Nacional dos Defensores Públicos e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a assistência jurídica gratuita ainda não é garantida em 72% das comarcas – ou seja, em 72% dos locais que possuem ao menos um juiz, a população em condições de vulnerabilidade não tem seu direito de acesso gratuito à justiça garantido por um defensor público. Além disso:

[...] dos 8.489 cargos de defensor público criados no Brasil, apenas 5.054 estão providos (59,5%). Além disso, Paraná e Santa Catarina, os últimos estados a criarem suas Defensorias Públicas em 2011 e 2012, respectivamente, ainda não têm o órgão efetivamente implantado, assim como Goiás e Amapá. (ANADEP/IPEA, 2013, p.1)

Esses dados demonstram que há no Brasil uma grande insuficiência de núcleos físicos da Defensoria Pública nas unidades federativas, assim como um baixo número de defensores atuando, e esses são os principais fatores que geram a incapacidade desse órgão de garantir de forma equânime o acesso à justiça para a população economicamente hipossuficiente.

É função essencial a justiça por que é a única instituição estatal que permite a todas brasileiras e brasileiros considerados economicamente hipossuficientes o acesso à justiça no país. Se a sua atuação é ineficaz, constitui-se uma violação a preceitos constitucionais fundamentais, tais como o acesso à justiça, a democracia, a igualdade e cidadania. No que se refere especificamente a proteção dada por esse órgão as mulheres vítimas de violência, se a sua atuação é ineficaz, soma-se ainda violações a dignidade da pessoa humana, direito à vida, à saúde, à segurança, à liberdade, entre outros direitos humanos.

Portanto, é de fundamental importância que a Defensoria Pública seja estruturada e acessível para que, de forma geral, possa garantir a realização da justiça a todos que dela necessitem, e de forma específica, possua também órgãos adequados para orientação e atendimento as mulheres que se encontram em situação de violência doméstica e familiar. Neste último, é importante ressaltar que a defensoria integra a rede de proteção a mulher, e está prevista na Lei Maria da Penha em seu capítulo que trata da assistência judiciária.

A necessidade da Defensoria atuar de formas mais intensa nas questões que envolvem violência contra a mulher, criando núcleos de atendimentos específico para tal, é justificada pelas estatísticas preocupantes dos relatórios governamentais sobre violência contra a mulher, especialmente, o mapa da violência contra a mulher, que demonstra, ano após ano, o aumento do número de homicídios de mulheres no Brasil.

Apesar dos avanços trazidos pela Lei Maria da Penha, as estatísticas do Mapa da Violência 2015 demonstram que o número de homicídios e agressões a mulheres em seus ambientes domésticos e familiares só vem aumentando. Entende-se que isso se dá pelas fragilidades que o instituto apresenta no tocante a efetividade de suas medidas punitivas, e sobretudo, das preventivas, assim como os entraves institucionais do poder público, que ainda não está preparado para oferecer a mulher em situação de violência, um tratamento específico.

A seguir, a pesquisa evidencia as vulnerabilidades existentes na estrutura Defensoria Pública do Rio Grande do Norte.

4 Atuação da Defensoria Pública do Rio Grande do Norte na Proteção das Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar

Atualmente, o Rio Grande do Norte (RN) é considerado o quinto estado do país com maior número de casos de violência doméstica e familiar contra à

mulher². O Mapa de Violência 2005 – Homicídio de mulheres no Brasil, apresenta o estado no topo da lista das unidades federativas onde mais há agressões a mulheres por conhecidos. Somente esse ano, 79.078³ mulheres norte-rio-grandenses sofreram violência por companheiros domésticos ou familiares no estado.

Segundo o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (2015), as maiores ocorrências de agressões domésticas e familiares às mulheres, são nos municípios de Natal, Mossoró e Parnamirim, que atualmente somam 600 casos, de acordo com o Núcleo de Ações e Projetos Socioambientais do TJ/RN. Além disso, o estado possui hoje mais de 15.000 processos relacionados a violência doméstica e familiar contra a mulher.

[...]O número de crimes violentos contra mulheres cresceu em 39% em quatro anos no Rio Grande do Norte, demonstra relatório Observatório da Violência do Conselho Estadual de Direitos Humanos e Cidadania - Coedhuci. Em 2011 foram 73 crimes de homicídios, seguidos de 72 em 2012, 111 em 2013 e chegando aos 120 no ano de 2014. (TJRN, 2015, p.1)

Dois municípios potiguares estão no ranking do mapa da violência 2015 que elencou as 100 cidades brasileiras onde mais ocorreram homicídio de mulheres no ano de 2015, são eles: Nísia Floresta e Santo Antônio.

De acordo com a pesquisa envolvendo o “Perfil dos Estados Brasileiros” (IBGE, 2003) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística –IBGE com relação a existência de serviços especializados de atendimento exclusivo às mulheres em situação de violência, mantidos exclusivamente pelo estado, até 2013 o RN não possuía atendimento psicológico individual às mulheres vítimas de violência, nem tampouco atendimento psicológico em grupo. Foram detectadas, no estado, a existência de atividades culturais, educativas e profissionais, de atendimento social que encaminha para programas sociais do governo e serviços de encaminhamento para programas de geração de emprego e renda.

2 Dados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte 2015. Acesso em: < <http://www.onatalense.com.br/rn-e-o-quineto-estado-em-registros-de-violencia-contramulher/>>

3 Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil. Tabela 9.1. Número e % da população agredida por pessoa conhecida, segundo UF/região e sexo. Brasil. 2013. Pág. 56.

Com relação a falta de atendimento psicológico às mulheres norte-rio-grandenses em situação de violência, cabe destacar a pesquisa do Senado Federal sobre violência doméstica e familiar contra a mulher realizada esse ano, que evidenciou o aumento considerável do percentual de casos de violência psicológica no país, passando de 38% em 2013, para 48% em 2015.

A respeito da quantidade de serviços/estruturas que existem no estado, o RN possuía até 2013 5(cinco) delegacias especializadas no atendimento à mulher, 1(um) núcleo especializado de atendimento à mulher nas delegacias comuns, 1(um) presídio exclusivamente feminino, 2(dois) núcleos da mulher nas defensorias públicas, 3(três) juizados ou varas especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher, 5(cinco) serviços de saúde especializados para o atendimento dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, 1(um) instituto médico legal e 3(três) centros especializados de atendimento à mulher em situação de violência – CEAM (IBGE,2003).

A Defensoria Pública do Rio Grande do Norte (DPE/RN) foi regulamentada no ano de 2003 pela Lei Complementar nº 251, que instaurou sua estrutura administrativa, possibilitando a criação de órgãos de atuação específicos na defesa daqueles considerados hipossuficientes, entre eles, destaca-se o Núcleo de atendimento à mulher, direcionado as vítimas de violência doméstica e familiar do estado.

Os últimos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) referente ao Mapa da Defensoria Pública no Brasil⁴ demonstram que, em 2013, o Rio Grande do Norte possuía apenas 38,2% de cargos providos do total de cargos existente para defensores públicos, tendo um total de 40 defensores para todo o estado. Das 65 comarcas existentes no estado, apenas 7 eram atendidas pela DPE/RN.

Com relação ao número de pessoas com rendimento mensal de até três salários-mínimos por defensor público, existiam 61.945 norte-rio-grandenses para cada defensor público. Tratando especificamente dos locais onde há a presença da defensoria pública, esse número chega a 28.823 cidadãos por defensor.

No que se refere à área de atuação, a DPE/RN distribuía seus defensores em 5 âmbitos: cível, com total de 6 defensores, criminal, com 13 defensores, família e sucessões, com 2 defensores, infância e juventude, com 1 defensor e os outros 17 atuavam em todas as outras áreas (IPEA, 2013). Dentre estes

4 Acesso em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/mapadefensoria>>

últimos, a maioria atende a mais de uma comarca, em razão do baixo número de profissionais. Não foi registrado nenhuma área de atuação específica no atendimento de mulheres norte-rio-grandenses vítimas de violência doméstica e familiar.

Com os dados referentes a Defensoria Pública e o Sistema de Justiça Estadual, O RN possuía, em 2013, 40 defensores para 203 promotores e 202 magistrados. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada:

“O Rio Grande do Norte é o estado com a pior relação entre magistrados, promotores de justiça e defensores públicos. No estado potiguar, para cada defensor público há cinco juízes e cinco promotores.” (IPEA, 2013, p.1)

Por fim, o relatório mostra o déficit de Defensores nas Unidades Federativas. Excetuando os estados de Santa Catarina, Goiás e Amapá, que não possuem nenhum núcleo da Defensoria Pública do Estado, o Rio Grande do Norte ficou atrás apenas do Paraná dentre os estados com maior carência de defensores, com um saldo negativo de 82% desses profissionais.

O Núcleo Especializado de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica – NUDEM – é um órgão de atuação da Defensoria Pública integrante da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. Seu principal objetivo é atuar na proteção dos princípios da igualdade de gênero, dignidade da pessoa humana e cidadania, proporcionando a efetivação dos institutos da Lei Maria da Penha (DPE/RN,2013). Foi idealizado com o objetivo de atender, através de uma equipe multidisciplinar formada por psicólogos, assistentes sociais, estagiários e defensores públicos, as mulheres em situação violência doméstica e familiar (DPE/RN, 2013).

Também exerce orientação e acompanhamento jurídico das mulheres na Delegacia de Atendimento à Mulher – DEAM ou, caso exista, na própria sede no Núcleo. No ano de 2013 foi instalada na cidade de Caicó/RN um NUDEM, agregando com os dois já existentes no estado, localizados na cidade de Parnamirim e Mossoró. (DPE/RN,2013).

Não foram encontrados dados exatos acerca do número de processos envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher acompanhados pelo Núcleo da DPE/RN, mas obteve-se o número de defensoras que atuam nos 3 (três) núcleos espalhados pelo estado, que totalizam 3 (três).

Em um estado que, de acordo com o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (2015), possui 15.000 processos relacionados à violência contra a mulher, e ao mesmo tempo dispõe de apenas 3 defensores responsáveis por defender, de forma específica, os interesses de milhares de mulheres agredidas, mostra-se no mínimo preocupante a capacidade, bem como a qualidade, de atendimento a essas pessoas.

Portanto, o aumento do número de defensores, assim como de núcleos de atendimento no estado do Rio Grande do Norte mostra-se essencial para dirimir a intensa vulnerabilidade das mulheres vítimas de violência no tocante a efetivação da justiça e garantia de seus direitos.

5 Conclusão

Ao apresentar os dados mais recentes sobre violência contra a mulher no país e no estado do Rio Grande do Norte, abordando aspectos das lutas feministas no Brasil, a pesquisa atingiu seu objetivo primário, qual seja, exteriorizar a latente violação de direitos humanos das mulheres que ainda persiste na sociedade brasileira, e que causa milhares de mortes e agressões todos os anos.

O estudo dos principais dispositivos da Lei Maria da Penha aliado as informações referentes a estrutura e atuação da DPE/RN como mecanismo de garantia de acesso à justiça e coibição da violência contra a mulher criado pela Lei 11.340/2006, foi de suma importância para inferir que, atualmente, a estrutura da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, incluindo o número de Núcleos de Atendimento à Mulher, seus serviços de apoio interdisciplinar, assim como quadro de defensores e defensorias espalhadas pelo Estado, é ineficaz para oferecer, de forma razoável, atendimento humanizado, específico e de qualidade as mulheres norte-rio-grandenses que se encontram em situação de violência doméstica e familiar.

Sustenta-se a necessidade de fortalecimento da Defensoria Pública e diminuição da violência doméstica e familiar contra a mulher no Estado, a partir da adoção das seguintes diligências: a) maior efetividade das medidas preventivas estabelecidas na Lei Maria da Penha; b) introdução das discussões de gênero nas escolas, debates acerca dos entraves institucionais dos órgãos de defesa das mulheres; c) ampliação do número dos cargos de defensores públicos; d) aumento dos núcleos de atendimento à mulher vítima de violência no Estado; e) inserção de atendimento psicológico específico para as agredidas; f) melhor estruturação da rede protetiva de defesa da mulher no RN e; g) maior interação entre o sistema de justiça estadual e a defensoria pública.

O Tema é amplo e necessário. A luta pela diminuição da violência e desigualdade de gênero, assim como por uma Defensoria Pública cada vez mais acessível, democrática e popular, gira em torno de discussões e debates que perpassam a área do direito, atingindo políticas públicas de saúde, educação, segurança, trabalho e moradia para mulheres brasileiras que se encontram em permanente estado de vulnerabilidade por sua condição de gênero. Enquanto houver violência contra a mulher e Defensorias Públicas desestruturadas, a concretização dos ideais democráticos estabelecidos na constituição do Brasil, entre eles o de acesso à justiça, continuará sendo uma utopia.

6 Referências

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, março de 2015. 181p. Disponível em: < <http://www.spm.gov.br> >. Acesso em: 08 nov. 2015.

_____. Julio Jacobo Waiselfisz. **MAPA DA VIOLÊNCIA 2015: HOMICÍDIO DE MULHERES NO BRASIL**. Brasília: Flacso Brasil, 2015. 83 p. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em: 11 nov. 2015.

_____. Datasenado. Ex: Secretaria de Transparência. **Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher**. Brasília: Senado Federal, 2013. 72 p. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2015.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mapa da Defensoria**. 2013. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/sites/mapadefensoria/defensoresnosestados>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

_____. Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte. **Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar**. 2013. Disponível em: <<http://www.defensoria.rn.gov.br> >. Acesso em: 18 nov. 2015.

_____. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da

Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.. **Lei 11.340**. Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 9 nov. 2015.

_____. (Estado). Lei Complementar nº 251, de 7 de julho de 2003. Institui a estrutura administrativa da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte e dispõe sobre o Estatuto dos Defensores Públicos do Estado, além de outras providências.. **Lei Complementar**. Natal, RN, Disponível em: <<http://www.al.rn.gov.br/>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

_____. Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994. Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências. **Lei Complementar**. Brasília, DF, 13 jan. 1994. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br> >. Acesso em: 9 nov. 2015.

CRAIDY, Mariana de Mello. **Aspectos processuais controvertidos na lei Maria da Penha e sua eficácia**. 2008. 66 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Jurídicas e Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2008_2/mariana_mello.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2015.

MARTINS, Ana Paula Antunes. O tratamento legal à violência contra as mulheres em perspectiva comparada:: análise das Exposições de Motivos das legislações brasileira e espanhola. In: XXII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 22., 2014, Florianópolis. **Anais...** . Florianópolis: Conpendi, 2014. p. 1 - 20. Disponível em: <http://www.academia.edu/8078382/O_tratamento_legal_a_violencia_contra_as_mulheres_em_perspectiva_comparada>. Acesso em: 15 nov. 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (Suíça). Organização das Nações Unidas. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Minimum Graphics, 2002. 351 p. Disponível em: <http://www.academia.edu/7619294/Relatório_mundial_sobre_violência_e_saúde>. Acesso em: 10 nov. 2015.

RIO GRANDE DO NORTE. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE. **RN é o quinto estado em registros de violência contra mulher.** 2015. Disponível em: <<http://www.onatalense.com.br/rn-e-o-quinto-estado-em-registros-de-violencia-contra-mulher/>>. Acesso em: 6 nov. 2015.

RIO GRANDE DO NORTE. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Violência contra a mulher cresce 39%.** 2014. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/violencia-contra-a-mulher-cresce-39/301751>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

RIO DE JANEIRO. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Perfil dos Estados Brasileiros.** Rio de Janeiro: Ibge, 2013. 184 p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/estadic/estadic2013/>>. Acesso em: 8 nov. 2015.

A INSERÇÃO DA MULHER NO SISTEMA CARCERÁRIO E OS DIREITOS HUMANOS: UMA PROBLEMÁTICA JURÍDICO-SOCIAL

João Luciano Marques dos Santos Mota
Universidade Tiradentes
joaolucianomota@gmail.com

Émilly Samita da Anunciação Sodré
Universidade Tiradentes
emillysamita@gmail.com

Juliana Vital Rosendo
Universidade Tiradentes
julianavrosendo@hotmail.com

Grasielle Borges Vieira de Carvalho
Universidade Tiradentes
grasiellevieirac@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem por objetivo discorrer sobre os motivos que levam uma mulher a adentrar no mundo da ilicitude e sua correlação com os direitos humanos que elas possuem, simplesmente pelo fato de serem seres humanos. Ao cometer um ilícito penal, portanto, a agente tem por sanção imputada a si pelo Estado-juiz, no usufruto de seu poder de repressão, uma pena que na grande maioria das vezes é executada em estabelecimentos prisionais em regime fechado. Assim, o artigo responde ao seguinte questionamento: Qual é a origem da criminalidade no universo feminino e como essas mulheres são punidas? Qual é o impacto social causado pela inserção da mulher no mundo do crime? Para tanto, foram analisadas as origens da criminalidade feminina, assim como a sua inserção nos presídios, em busca de uma motivação. Também teve a averiguação do impacto que esse fenômeno traz para a sociedade, bem como suas prováveis consequências com relação à família e à ressocialização

com o mundo externo aos altos muros e grades. O trabalho utilizou-se de meios de obtenção de informações como a pesquisa documental através de legislações específicas e a revisão bibliográfica por meio do levantamento de dados oriundos de artigos científicos, livros e documentários.

Palavras-chave: Execução penal, Encarceramento Feminino, Direitos Humanos, Impacto Social.

Introdução:

A figura da mulher na sociedade sempre foi pintada como aquela que deve ser exemplo, do lar, doce e submissa ao marido. As meninas eram criadas para possuir habilidades relacionadas à cozinha, casa, corte e costura, bordado e criação dos filhos. Elas já cresciam com a mentalidade de que deveriam se portar conforme a moral e os bons costumes da sociedade em que viviam para que conseguissem um bom casamento. Acontece que nem todas as mulheres conseguiram se adaptar a esse dogma engessado em que punham o feminino (BIANCHINI, 2013).

São a essas mulheres inconformadas que a população feminina hoje deve a maioria dos direitos que tem, até mesmo as sanções por imputações que lhe foram removidas.

No entanto, a falta de adaptação aos moldes sociais não se deu apenas para o lado positivo. Isso ajudou uma minoria a ser marginalizada por terem praticado ilícitos penais. Como sendo uma característica inerente ao ser humano agir de forma egoísta e até mesmo criminoso, com as mulheres não acontece diferente. O contraste ocorreu quando a conduta praticada não era crime que poderia ser cometido apenas por mulheres que constava na legislação penal, como o adultério, mas elas começaram a incorrer em crimes que eram caracteristicamente masculinos.

Surgiu assim ainda mais a necessidade de se punir essas mulheres infratoras que adentraram no mundo do crime por necessidades financeiras, seguindo o marido ou por ambição de regalias oferecidas.

Os presídios, entretanto, foram feitos de homens para homens, sem a devida atenção às necessidades diferenciadas que uma mulher possui. Porém, pela falta de locais adequados ao seu aprisionamento, as mulheres eram detidas juntamente com os homens, tendo sido adaptados, então, os presídios mistos. Acontece que se notava o aumento do encarceramento feminino, bem como a incompatibilidade do aprisionamento misto. O estado viu-se, então, obrigado a prestar mais atenção às mulheres criminosas, pela necessidade da construção de presídios específicos por gêneros (VIEIRA; VERONESE, 2015).

Os impactos ocorridos tanto no ordenamento jurídico brasileiro quanto socialmente foram diversos. As mulheres começaram a quebrar os paradigmas estabelecidos e a se mostrarem tão capazes quanto os homens, tendo merecimento de punição igualitária. As leis tiveram que se adequar à nova realidade e

o Estado teve que dispor de verbas direcionadas exclusivamente para a construção, manutenção e reforma de presídios voltados para as detentas.

Por serem minorias, as mulheres encarceradas eram e ainda são abandonadas pela família, companheiro, amigos, filhos, por serem tidas como mau exemplo e uma vergonha diante da sociedade. Esse abandono também ocorre institucionalmente, a partir do momento em que não são concedidas a elas capacitações para trabalho externo, oportunidades de estudo durante o tempo ocioso ou alguma outra ocupação dentro dos presídios. Essa deficiência tem suas consequências refletidas diretamente no psicológico e emocional das internas, que acabam desenvolvendo quadros de depressão e forte tendência ao suicídio (BIANCHINI, 2013).

É quando entra, então, o importante conceito de direitos humanos estabelecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, elaborado em 1945. Mesmo sendo mulheres que, por assim dizer, nadam contra a maré da moral e dos bons costumes sociais, elas são merecedoras de direitos e garantias fundamentais unicamente pelo fato de serem seres humanos.

O presente artigo analisará esse contexto desde a sua origem, perpassando a origem dos primeiros presídios femininos, bem como tentar explicar os motivos por trás das atitudes de mulheres que cometem crimes, estudando, por sua vez, seus impactos jurídicos e sociais.

Metodologia: Para se alcançar os resultados desejados, a saber, a problematização através da pergunta: Qual é a origem da criminalidade no universo feminino e como essas mulheres são punidas? Qual é o impacto social causado pela inserção da mulher no mundo do crime?, foram escolhidos alguns métodos de pesquisa.

Primeiramente, o presente trabalho é uma reunião de conhecimentos e informações oriundos de uma revisão bibliográfica realizada em fontes documentais, com o uso de legislações específicas, bem como fontes secundárias, de materiais já elaborados, como livros, monografias, artigos.

A pesquisa exploratória realizada preliminarmente para a escolha do tema se deu por ocasião de um projeto de pesquisa realizado na universidade com o tema “Mulheres encarceradas: uma análise processual do garantismo penal no presídio feminino de Sergipe”, de forma que o tema foi delimitado em razão de seu caráter conceitual e necessário à aquisição de conhecimentos.

Assim, o artigo segue adotando os objetivos metodológicos da pesquisa descritiva ao explicar conceitualmente sobre o histórico da criminalidade no

mundo feminino, bem como a necessidade de sua punição em presídios específicos e separados por gênero devido às suas particularidades e vulnerabilidades, e explicativa ao tentar explicar sobre as razões que levam uma mulher a cometer um ilícito penal, sendo este muitas vezes envolvendo tráfico de drogas e crimes contra o patrimônio, assim também explicar o impacto que esse fenômeno causa no ordenamento jurídico pátrio e para a sociedade como um todo.

Dessa forma, a abordagem da pesquisa será quanti-qualitativa ao demonstrar dados estatísticos de relatórios oficiais de órgãos como o Ministério da Justiça, através do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) que realizou o Levantamento de Informações Penitenciárias Infopen – junho de 2014 e dele aferir análises que ajudem a alcançar o objetivo da presente abordagem, com a ajuda de doutrinadores como Alice Bianchini e estudiosos da área.

Resultados e Discussão

A origem da mulher criminosa

A evolução histórica da humanidade com base num sistema altamente patriarcal estabeleceu formas perfeitas à mulher atribuindo-lhe sempre características como a docilidade, submissão, necessidade da maternidade para sua completude, ser boa esposa e excelente dona de casa.

Por muito tempo esteve difícil perceber e aceitar a figura feminina como autora de delitos e passível de sanções penais, como a restrição de liberdade. Pela teoria da Criminologia Positivista (ou Tradicional), a mulher está sujeita a cometer ilícitos pela sua formação biológica, trazendo uma ótica objetiva e determinista à origem da criminalidade no universo feminino.

Consoante aduz Alice Bianchini (2013), basta que se passe a observar a delinquência feminina pelo ângulo da antiga criminologia e o comportamento definido como fato típico, ilícito (antijurídico) e culpável terá estreitas ligações com os fatores naturais. A título de exemplificação, crimes que estão ligados aos estados fisiológicos da mulher (menstruação, parto e menopausa), como infanticídio, aborto, homicídios passionais e, de acordo com o texto legal penal anterior, o adultério.

Posicionando-se de forma contrária à Criminologia Positivista, Lyra preleciona que a prática de crime não é algo inerente ao sexo, como uma especialidade da criminalidade, de modo que não existe “mulher criminosa e sim mulher que comete crimes”, visto que “a criminalidade há de ser praticada

por homens e mulheres”. Ademais, ratifica que os crimes que têm por agente a figura feminina muitas vezes comportam agentes masculinos, sendo estes até mesmo os principais (LYRA apud OLIVEIRA, 1997, p. 58).

Essa é a real interpretação que deve ser dada. A percepção da mulher como membro ativo na sociedade é que tem mudado, trazendo consigo alterações até mesmo quanto aos índices de criminalidade e, por consequência, de encarceramento.

Oportuno se faz trazer à baila as palavras da doutrinadora já supracitada estabelecendo por norte que:

A mulher ampliou nas últimas décadas, portanto, sua participação no espaço social, o que pode representar uma das razões para o aumento da criminalidade feminina. Enquanto antes apenas os homens estavam além do âmbito doméstico e tinham, decorrentemente, mais oportunidades de praticar crimes, as mulheres, relegadas ainda a situações da vida privada e familiar, estavam em geral relacionadas apenas a ilícitos passionais, com baixíssimos índices de criminalidade (BIANCHINI, 2013).

Em tese, nota-se que a mulher entra no mundo do crime por encará-lo como atividade profissional lucrativa, bem como em substituição de seu cônjuge na provisão econômica da família, tomando o ilícito como um sustentador do ‘status quo’ em que vive ou como impulsionador da qualidade de vida (MACÊDO, 2012).

Os atuais dados disponibilizados pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça - Infopen Mulheres, apontam que entre os anos de 2000 – 2014, a população carcerária masculina aumentou 220,20%, enquanto a população carcerária feminina alargou 567,4%, passando à posição de quinta maior população feminina carcerária mundial, perdendo apenas para países como Estados Unidos, China, Rússia e Tailândia. A observância dos números contemporâneos faz notar que eles são alarmantes e preocupantes, pois revelam a situação de delicadeza e exigência de intervenções efetivas. Faz-se mister, portanto, o estudo da origem do encarceramento feminino, para que se possa observar em que bases essa estrutura aprisionadora foi formada e entender o estado atual em que se encontra o sistema carcerário feminino brasileiro.

A origem do encarceramento feminino

Ainda nos primórdios, quando se surgia a ideia do encarceramento feminino, restava por estabelecido a relevância em se separar homens e mulheres. O grande problema sempre habitou no real fundamento para esta segregação, que nunca esteve voltado e preocupado com a importância de gênero, necessidades fisiológicas iminentes aos sexos, realçando o princípio da isonomia. Todavia tinha supedâneo nas equivocadas representações sociais do patriarcado.

Nesse sentido, Espinoza (2003) esclarecia que quanto ao homem, a educação penitenciária deveria restaurar o sentido de legalidade e de trabalho dos presos, enquanto, no que se refere às mulheres, a premissa ficava por conta da reinstalação do sentimento de “pudor”.

Na Roma cristã, nem mesmo diante de questões civis ou criminais as mulheres ingressavam no cárcere, tão somente observando o caso concreto e frente à tamanha gravidade deste, eram levadas a um monastério ou edifício custodiado por mulheres. Inexistindo tais possibilidades, eram mandadas para cárceres masculinos, isolando-as em áreas independentes. A prisão feminina admitida como primeira e mais antiga, data o ano de 1597, Spinhuis, em Amsterdã, objetivando fomentar a reforma moral das internas por meio do trabalho de fiação (GARCIA, 2001).

No Brasil, o primeiro estabelecimento penitenciário construído especialmente feminino, só aconteceu em 08 de dezembro de 1942, criado pelo Decreto nº 3.971, de 24 de dezembro de 1941. Localizado em Bangu, no Rio de Janeiro, e recebendo o nome de Penitenciária de Mulheres do Distrito Federal (ANGOTTI, 2012).

Embora presente na fala de Lemos Britto algumas terminologias superadas pela nova visão de mundo da igualdade de gênero e empoderamento feminino, faz-se facilmente perceptível a necessidade da época em se construírem estabelecimentos efetivamente preocupados com as particularidades da mulher em fase de execução penal. Nesse sentido, comentando a possível evolução resultante da criação do presídio feminino, apontou:

[...] ali, uma dependência de rés do chão, acanhada, úmida e mal iluminada de um presídio de homens, em condições tais que todo devotamento e boa vontade dos respectivos diretores pouco podiam fazer para lhes suavizar os sofrimentos, sofrimentos mais para lamentar quando se tratavam de mulheres de boa

condição social atiradas à promiscuidade daquela inadjetivável prisão (BRITTO apud AGNOTTI, 2012, p. 195).

A mulher por ora segregada ganhou maior atenção, antes refém do total descaso e sempre partilhando dos ambientes penais masculinos, encontram na concepção do presídio exclusivamente feminino os primeiros sinais de preocupação e reconhecimento. Não significando, porém, a solução imediata para tantos anos de esquecimento, vindo a repercutir até os dias atuais.

Segundo dados do Infopen, de junho de 2014, dividindo os estabelecimentos prisionais por gênero atualmente, apenas 103, num total de 1.420, são destinados exclusivamente ao gênero feminino. E embora se observe números significativamente menores se comparado o encarceramento feminino para com o masculino, infelizmente o fenômeno da superlotação começa a ganhar relevo quanto àquele (BRASIL, 2014).

Dentro de uma dimensão histórica, não é de difícil discernimento a despreocupação ou última preocupação estatal e social atinente à mulher e o cárcere. Todavia, indispensável se faz buscar a igualdade entre homens e mulheres, evidenciando, contudo, suas diferenças.

Impactos jurídico-sociais

A pena há de ser observada por três prismas, retribuição, prevenção e ressocialização, o último ângulo de observação, porém não menos importante, diz respeito a busca pela possibilidade de reinserção social do indivíduo sem maiores prejuízos. O encarceramento traz consigo cicatrizes irreparáveis e para a mulher, as marcas são reforçadas, já que socialmente lhe é sempre atribuído e cobrado o papel de bondade e retidão. Tais paradigmas são absolutamente contrários à imagem atribuída àquela que se encontra encarcerada, de maneira que embora tecnicamente exista o fim para quase todos os efeitos penais e extrapenais decorrentes de uma sentença penal condenatória, o estigma social estará sempre presente, não se desfazendo mesmo após o fim da pena.

Dentre as marcas ocasionadas pelo encarceramento está o abandono. Este é realizado não apenas pela família, companheiro, filhos e amigos, mas também é cometido pelo Estado e pela comunidade, uma vez que, por estarem nestas condições, estas mulheres são tidas como um mau exemplo a ser seguido e uma vergonha diante dos olhos da sociedade. Diante deste ponto, de acordo com os estudos realizados por Bierrenbach (1998), nota-se que as mulheres presas, por

sua vez, são menos amparadas quando em comparação aos homens. Estes, de acordo com o autor, estão mais protegidos pelas famílias, tanto em relação às visitas, quanto em relação ao acompanhamento dos processos penais.

Caracteriza-se, portanto, diante da situação acima exposta, a ocorrência da violação de um dos princípios basilares do direito penal: o da proibição da dupla penalização. Este ocorre no momento que além de cumprir a pena judicial, a reclusa sofre com a incidência de ônus que não compreendem a punição jurídica imposta ao fato cometido. Para tal, é de importante conhecimento as lições de Buglione (2007), que consonantemente emprega a expressão “dupla penalização” ao cumprimento de pena privativa de liberdade por uma mulher. Adverte, pois, que esta se torna uma “dupla transgressora”, “por invadir a seara pública da criminalidade - que é masculina, e [...] pelo crime cometido”. Aduz a autora:

Na individualização da execução penal, o processo se repete. Ocorre que tanto a criminalidade quanto a prisão são esferas masculinas e as mulheres que ocupam esses espaços apropriam-se de uma masculinidade que não lhe pertence. Assim devem sofrer a correção pelo crime e pela conduta, devendo ser reeducados, a fim de formatarem-se ao padrão feminino “ideal” (BUGLIONE, 2007, p. 151-153).

Ou seja, dada a maior complexidade ao já delicado encarceramento feminino, a situação agrava-se ainda mais ao se analisar a estrutura disponibilizada pelo estado no tocante à custódia destas condenadas. De acordo com os dados do Infopen Mulheres 2014, 60% dos espaços destinados ao abrigo das internas estão em situação de superlotação. Dado este que comprova o referido abandono estatal frente à população carcerária feminina.

A invisibilidade atribuída à mulher encarcerada e a miopia adquirida pela sociedade frente ao problema carcerário, decorre na persistência da utilização da pena tão somente pelo prisma da retributividade (teoria absoluta), afastada, em tese, há muito tempo de nosso ordenamento jurídico. Tendo em vista que a carência de ações dificulta a possibilidade do trabalho ressocializador que fica prejudicado frente ao acúmulo de condições desfavoráveis a quem aplica e a quem se é aplicado.

Dessa maneira, de acordo com os ensinamentos de Bauman (2005), as prisões, assim como tantas outras instituições sociais, passaram a exercer não

mais a tarefa de reciclagem, mas sim, como sinal de esgotamento do sistema, o inerte papel de depósito de “matéria morta”. Para o Estado, de acordo com o autor, se “reciclar” esta matéria não é mais um bem lucrativo, suas chances de recuperação não são mais realistas, para este, a maneira certa de lidar com este problema é acelerar a “biodegradação” e decomposição, ao mesmo tempo isolando-os, do modo mais seguro possível, do hábitat humano comum.

Conclusões: São diversos os fatores que levam as mulheres à prática de delitos, inúmeras também são suas consequências. É importante, no entanto, que ocorra a cisão da interpretação que relaciona a força motriz deflagradora de condutas típicas com fatores biológicos.

Poucas pesquisas ganham relevo ou são desenvolvidas quando se debruçam na problemática da mulher encarcerada. De regra, os números exorbitantemente menores quando comparados aos do encarceramento masculino passam despercebidos ou propositalmente ignorados, retirando a voz de uma classe que necessita de muita atenção.

Há sempre de prevalecer o princípio da isonomia. Buscar a igualdade é por essência necessário, porém, quando desigualar, frente a problemática casuística, for a justiça, a legítima igualdade, que assim seja.

É de suma acuidade repensar a forma como se tem encarcerado as mulheres, são seres humanos que um dia retornarão ao convívio em sociedade. Diante disso, é importante que a pena venha a ser cumprida como realmente deve, pelos prismas da retribuição, prevenção e principalmente a ressocialização. Oferecer qualificação legítima para que não sofram mais que o necessário quando egressas, dar tratamento digno quando internas, observando suas individualidades de forma ampla, no que tange ao gênero, bem como em sentido estrito, pessoa.

Resta, porém, ao outro lado, consciente e preocupado com os verdadeiros ideais sociais, a cobrança ao Estado, mais do que nunca, visto este estar com o indivíduo sob sua custódia, que garanta as reclusas todos os direitos não atingidos pela pena imposta, oferecendo-lhes o direito a saúde e integridade física, promovendo atividades com potencial a ressocialização e a evitar a ociosidade, tornando o menos traumático possível o tempo de cumprimento da pena.

Frente ao exposto, fica claro o grande valor de políticas públicas e olhares atentos às mulheres que acabaram por delinquir. A vulnerabilidade que ganha acentuação no cárcere só será cessada com a efetiva preocupação, do estado, sociedade e da própria academia.

Referências

ANGOTTI, Bruna. **Entre as leis da ciência, do estado e de Deus**: o surgimento dos presídios femininos no Brasil. São Paulo: IBCCRIM - Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 2012. (Monografias / IBCCRIM; v. 62).

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BIANCHINI, Alice. **O crescente aumento do papel da mulher no universo criminal**. Disponível em: <<http://professoraalice.jusbrasil.com.br/artigos/121814124/o-crescente-aumento-do-papel-da-mulher-no-universo-criminal>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

BIERRENBACH, Maria Ignês. **A mulher presa**. In: Revista do Ilanud. nº 12. p. 71-82. São Paulo, 1998.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto-Lei nº 3.971**, de 24 de dezembro de 1941. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-3971-24-dezembro-1941-414013-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento de Informações Penitenciárias Infopen**. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

_____. Presidência da República. **Decreto-lei nº 2.848**, de 7 de dezembro de 1940 - Código penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 25 abr. 2016.

BUGLIONE, Samantha. O dividir da execução penal. In: CARVALHO, Salo de (Org.). **Crítica à execução penal**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

ESPINOZA, Olga. **A mulher como vítima e agressora no sistema punitivo**. In: Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias. nº 1. v. 2. p. 33-52. Pelotas: Educat, 2003.

FERNANDES, Ana Luísa. **6 motivos pelos quais mulheres sofrem muito mais nas prisões**. Disponível em: <<http://super.abril.com.br>>

comportamento/6-motivos-pelos-quais-mulheres-sofrem-muito-mais-nas-prisoos>.
Acesso em: 27 abr. 2016.

FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira. **Criminalidade e violência**: a inserção da mulher no mundo do crime. XVII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, XIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação e III Encontro de Iniciação à Docência. São Paulo: Universidade do Vale da Paraíba, 2013.

GARCIA, Carmen Antony. **Las mujeres confinadas**: Estudio criminológico sobre el rol genérico en la ejecución de la pena em Chile y América Latina. Santiago: Editora Jurídica, 2001.

ISHIY, Karla Tayumi. **A desconstrução da criminalidade feminina**. São Paulo: IBCCRIM, 2015.

MACÊDO, Márcia Maria Cavalcanti. **Mulheres encarceradas**: fragmentos de vida. In: Revista Lusófona de Educação, Teses e Dissertações, v. 22. Lisboa, Portugal: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2012.

OLIVEIRA, Erika Patrícia Teixeira de. **Mulheres em conflito com a lei**: representações sociais, identidades de gênero e letramento. Maringá: [s.n.], 2008.

OLIVEIRA, Maruza Bastos de. **Cárcere de mulheres**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1997.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembléia Geral das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em <<http://e25.d32.myftpupload.com/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

SOARES, B. M.; ILGENFRITZ, I. **Prisioneiras**: Vida e Violência atrás das Grades. Rio de Janeiro: Garamond Ltda, 2002.

VIEIRA, Cláudia Maria Carvalho do Amaral; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Crianças encarceradas**: a proteção integral da criança na execução penal feminina da pena privativa de liberdade. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

PODER JUDICIÁRIO E LEI MARIA DA PENHA: O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Autor: Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha
Universidade Federal do Piauí (Doutorado em Políticas Públicas).
jocrf_2009@hotmail.com

Orientadora: Profa. Dra. Inez Sampaio Nery

Resumo: Desde a promulgação da Lei Maria da Penha ocorreram discussões no seio social acerca das iniciativas promovidas pelo Estado Brasileiro no enfrentamento da violência perpetrada contra mulheres em nosso país. De modo a garantir os direitos e garantias elencados pela Lei Maria da Penha, é indispensável à articulação entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para o atendimento da demanda de casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, além da formação de profissionais para atuação nesses casos, especialmente para que sejam asseguradas as inovações legislativas. Desse modo, ressalta-se a importância do Poder Judiciário e de suas funções no processo de formulação e implementação de políticas públicas voltadas às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, além da aplicação das medidas protetivas e de urgência à vítima, o desenvolvimento de programas para a conscientização e, conseqüente, ressocialização do agressor, garantindo, dessa forma, a efetividade da Lei Maria da Penha.

Palavras-chave: Poder Judiciário. Lei Maria da Penha. Violência contra a mulher.

1 Introdução

A trajetória de reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres é bastante árdua e os avanços e conquistas na diminuição das diferenças tem sido marcadas pela perseverança feminina quanto ao reconhecimento de seus direitos e garantias fundamentais, em especial quando vítima de violência doméstica e/ou familiar.

Dessa forma, o presente artigo tem por objetivo analisar o papel desempenhado pelo Poder Judiciário quando da apreciação dos casos de violência doméstica e /ou familiar contra a mulher, principalmente na aplicação da Lei Maria da Penha e demais legislações correlatas, de forma a garantir o princípio da dignidade da pessoa humana.

Para tanto, utilizou-se o método de pesquisa hermenêutico em função de a pesquisa ter partido de referencial bibliográfico e documental, sendo a proposta metodológica exploratória e qualitativa.

2 Poder judiciário e violência doméstica contra a mulher

Antes de adentrar na temática do enfrentamento da violência doméstica contra a mulher, é interessante fazer um breve relato da origem histórica do Judiciário brasileiro e o papel por ele assumido ao longo dos séculos.

No século XV, período colonial brasileiro, a administração da Justiça em Portugal ficava a encargo do rei, sendo considerada sua primeira responsabilidade. Entretanto, o rei não julgava sozinho, pois contava com o auxílio dos ouvidores do cível e os ouvidores do crime, com atribuições conforme a matéria objeto de apreciação, e que mais tarde iriam compor a denominada Casa da Justiça da Corte (MARTINS, 1999).

Ainda neste século, a Casa da Justiça da Corte constituiu um tribunal de apelação denominado Casa da Suplicação, composta por uma Mesa Cível e uma Criminal conhecida como Desembargo do Paço, competente para o julgamento das apelações nas causas criminais cuja pena aplicada era a de morte, sendo necessária à postulação de clemência ao rei para sua revogação. Em 1521, o Desembargo do Paço passou a ser corte independente e especial e, em 1532, foi criada a Mesa de Consciência e Ordens para a resolução dos casos jurídicos e administrativos referentes às ordens militares e religiosas, com foro privilegiado de competência (MARTINS, 1999).

A Casa da Suplicação, por sua vez, tornou-se a Corte Suprema para Portugal e suas Colônias, a partir da instituição dos Tribunais de Relação como cortes de 2ª instância. Desse modo, a Casa da Suplicação passava a ser o órgão máximo de interpretação do Direito Português, sendo esta estrutura judicial trazida anos depois para o Brasil com as primeiras expedições colonizadoras.

No Brasil, em 1530, a primeira expedição colonizadora, liderada por Martin Afonso de Sousa tinha amplos poderes judiciais e policiais. Com a instalação do governo-geral de Tomé de Sousa em 1549, o Poder Judiciário foi estruturado no Brasil, sendo designado o Desembargador Pero Borges como primeiro Ouvidor-Geral, cuja função era administrar a justiça brasileira. Desse modo, a administração da justiça era feita pelo Ouvidor-Geral, a quem se podia recorrer das decisões dos ouvidores das comarcas, os quais cuidavam das demandas jurídicas em cada capitania (MARTINS, 1999).

Com a chegada da Família Real portuguesa, tornou-se inviável a remessa dos agravos e das apelações à Casa da Suplicação de Lisboa, fato que levou D. João VI a decidir, por meio do Alvará de 10 de maio de 1808, pela conversão da Relação do Rio de Janeiro em Casa da Suplicação do Brasil (STF, 2007).

Em 18 de setembro de 1828, foi criado o Supremo Tribunal de Justiça, cuja instalação ocorreu em 09 de janeiro de 1829 na Casa do Senado da Câmara, onde subsistiu até 27 de fevereiro de 1891 (STF, 2007).

A denominação Supremo Tribunal Federal foi adotada na Constituição provisória de 1890 e regulamentada pela Constituição de 1891, que instituiu o controle de constitucionalidade das leis, dedicando ao Supremo os artigos 55 a 59. O órgão era composto inicialmente por quinze juízes nomeados pelo Presidente da República e com posterior aprovação do Senado. A instalação ocorreu em 28 de fevereiro de 1891 (STF, 2007).

Após a Revolução de 1930, o Governo provisório decidiu reduzir o número de ministros do Supremo Tribunal Federal de 15 para 11 juízes. A Constituição de 1934 mudou a denominação do órgão para Corte Suprema e o número de ministros (onze) foi mantido. A Constituição de 1937, por outro lado, restaurou o título Supremo Tribunal Federal destinando-lhe os artigos 97 a 102. A partir da redemocratização do país, a Constituição de 1946 dedicou ao tribunal os artigos 98 a 102 (STF, 2007).

Em 1960, com a mudança da sede do governo federal para Brasília, o Supremo Tribunal Federal também foi transferido para a nova Capital da República, ficando sediado na Praça dos Três Poderes, depois de ter funcionado por quase 69 anos no Rio de Janeiro. Durante o regime militar, por meio do Ato

Institucional nº. 2/1965, o número de ministros foi ampliado para 16 (dezesseis), tendo a Constituição de 1967 ratificado essa disposição. O Ato Institucional n. 6/1969 restabeleceu o número de onze ministros. A Constituição de 1988 definiu expressamente a competência do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição, dedicando-lhes os artigos 101 a 103 (STF, 2007).

Com o advento da Constituição Federal de 1988 e o prenúncio de uma nova ordem democrática brasileira, foram significativas as conquistas sociais no que tange à tutela e proteção dos direitos e garantias individuais e coletivos, com a necessidade de um sistema de governo participativo, onde os três Poderes, apesar de independentes, fossem harmônicos entre si e lutassem em prol dos interesses da sociedade.

O Poder Judiciário, então, fora conclamado a assumir sua postura política enquanto órgão transformador do cenário social, influenciando decisões do Poder Público e cobrando respostas aos problemas que assolam a toda população brasileira. Diante desse imperativo nacional, a Constituição de 1988 alterou a estrutura do Poder Judiciário brasileiro criando cinco Tribunais Regionais Federais, órgãos de segunda instância da Justiça Federal, e o Superior Tribunal de Justiça, competente para apreciação de demandas originárias e derivadas, que antes eram da alçada do Tribunal Federal de Recursos ou do Supremo Tribunal Federal.

Diante da responsabilidade que lhe fora atribuída pela Constituição de 1988, o Judiciário passa a ter legitimidade para intervir diretamente nos casos em que houver omissão ou deficiência do Estado na oferta e proteção dos direitos e garantias individuais e coletivos, atendendo a condições materiais mínimas e a manutenção do princípio da dignidade da pessoa humana. Essa interferência do Poder Judiciário também é presente no processo de implementação das políticas públicas, o que acarreta a judicialização da política.

[...] além de suas funções usuais, cabe ao Poder Judiciário controlar a constitucionalidade e o caráter democrático das regulações sociais. Mais ainda: o juiz passa a integrar o circuito de negociação política. Garantir as políticas públicas, impedir o desvirtuamento privatista das relações estatais, enfrentar o processo de desinstitucionalização dos conflitos – apenas para arrolar algumas hipóteses de trabalho – significa atribuir ao magistrado uma função ativa no processo de afirmação da cidadania e da justiça substantiva. Aplicar o direito tende a configurar-se, assim, apenas num resíduo

de atividade judiciária, agora também combinada com a escolha de valores e aplicação de modelos de justiça. Assim, o juiz não aparece mais como responsável pela tutela dos direitos e das situações subjetivas, mas também como um dos titulares da distribuição de recursos e da construção de equilíbrio de interesses supra individuais (CAMPILONGO, 1994, p. 107).

Os juízes, enquanto representantes do Poder Judiciário e em decorrência do princípio processual do juiz natural, ao analisar a regularidade formal das políticas públicas, apreciam não apenas a conveniência e oportunidade, como também julgam a destinação dos recursos públicos para a efetivação dessas políticas. A atuação do Poder Judiciário visa garantir o Estado Democrático de Direito tão almejado em nossa Carta Magna, contudo entra em confronto com as disposições iniciais de atribuições dos Três Poderes e com a função precípua do Estado de promover os direitos e garantias individuais de todos.

Em virtude da extensão das atividades estatais, proposta firmada com a eminência do Estado Liberal e do reconhecimento dos direitos humanos, o Poder Judiciário deparou-se com a apreciação de matérias novas, que despertaram a necessidade de criação de novos órgãos judiciais e de apoio ao Judiciário no exercício de suas novas ações, dentre elas a de agente responsável pelo processo de formulação e efetivação de políticas públicas para atender as demandas sociais.

A democratização social, fruto das políticas do *Welfare State*, o advento da democracia no segundo pós-guerra e a redemocratização de países que saíram de regimes autoritários/ditatoriais trazem à luz constituições cujos textos positivam os direitos fundamentais e sociais. esse conjunto de fatores redefine a relação entre os poderes do estado, passando o judiciário (ou os tribunais constitucionais) a fazer parte da arena política [...] tais fatores provocam um redimensionamento na clássica relação entre os poderes do estado, surgindo o judiciário [...] como uma alternativa para o resgate das promessas da modernidade, onde o acesso à justiça assume um papel de fundamental importância, através do deslocamento da esfera de tensão, até então calcada nos procedimentos políticos para os procedimentos judiciais (STRECK, 2002, p. 128).

A violência doméstica e familiar contra a mulher, prática comum e reiterada há séculos, ganhou notoriedade a partir dos movimentos feministas da década de 70, que reivindicavam o reconhecimento e proteção aos direitos das mulheres, exigindo ações do Poder Público no combate e repressão dessa grave forma de violação dos direitos humanos, conforme já ressaltado. O Poder Judiciário não podia ficar distante desta discussão, afinal, até aquele momento, o Direito brasileiro continuava discriminatório, machista e repressor, uma vez que guardava expressões como “mulher honesta”, “legítima defesa da honra”, “débito conjugal”, todas com o ínclito sentido de menosprezar, subjugar e “coisificar” a figura feminina.

3 Lei Maria da Penha: aspectos importantes

Antes da promulgação da Lei Maria da Penha, os processos envolvendo crimes contra a mulher, embora configurassem violência doméstica e familiar, eram enquadrados como de menor potencial ofensivo, em razão da ausência de uma legislação específica, sendo apreciados segundo a Lei 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), criada com o escopo de simplificar os processos burocráticos, ampliar o acesso à Justiça e garantir maior participação da vítima na resolução dos conflitos, conforme um modelo de justiça que priorizasse a agilidade.

Apesar da adoção pela Lei 9.099/95 dos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, essa lei trazia a possibilidade de conversão da pena privativa de liberdade em penas restritivas de direitos, dentre as quais: proibição de frequentar determinados lugares, prestação pecuniária, prestação de serviços à comunidade ou o pagamento de cestas básicas. Ocorria, portanto, a banalização da violência doméstica e familiar contra a mulher, que em virtude da pena branda aplicada, fazia com que os casos de violência contra a mulher só aumentassem. Esse perfil não coadunava com os princípios constitucionais de liberdade, igualdade e fraternidade, que reconheceram direitos e garantias individuais e coletivos, equiparando homens e mulheres quanto a esses direitos, em qualquer esfera em que se encontrassem, seja pública ou privada. As mulheres que já haviam conquistado inúmeros direitos precisavam de uma legislação específica, que não apenas as protegesse da violência doméstica e familiar, como também fosse severa o suficiente para coibir e reprimir essa prática.

Nesse contexto de avanço quanto ao reconhecimento dos direitos civis e políticos das mulheres no Brasil e o papel do Poder Judiciário como garantidor desses direitos, surge a Lei Maria da Penha, exemplo de ação afirmativa das sociedades democráticas e de um sistema de relação social marcado pelas desigualdades (FREIRE, 2006).

A Lei nº. 11.340 de 2006 trouxe em seu bojo interessantes transformações na legislação penal, procedendo a alterações no Código Penal ao incrementar as penas dos crimes de violência doméstica e familiar, determinando a execução de um processo que garanta assistência e proteção à vítima de violência, além de afastar a incidência da Lei 9.099/95, no que pertine a aplicação de institutos despenalizadores como a possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade pelo pagamento de cestas básicas.

O debate gerado com relação ao julgamento dos casos de violência contra a mulher trouxe ainda, a discussão quanto à necessidade de estreitar as relações entre polícia e justiça. Na prática, observa-se uma separação entre as duas esferas, embora a Justiça dependa do bom trabalho realizado pela polícia para processar e julgar os crimes com rapidez e justiça.

Segundo Barsted (2006), a Lei Maria da Penha traz à sociedade “um conjunto de respostas que podem produzir importantes impactos sociais para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres, através de respostas efetivas por meio de políticas públicas voltadas para: a) prevenção, b) atenção, c) proteção, d) punição; e) reeducação”.

4 Considerações sobre a Lei Maria da Penha

Denominada de Lei Maria da Penha, em homenagem a uma das vítimas da violência doméstica e familiar contra a mulher, a Lei nº. 11.340/2006 fundamenta-se em normas e diretivas consagradas na Constituição Federal (Art. 226, § 8º), na Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher e na Convenção Interamericana para Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Preâmbulo e Art. 1º).

Tendo como fundamento político-jurídico a proteção e assistência à mulher vítima de violência, ratificando as disposições constitucionais brasileiras e em tratados e convenções internacionais, a Lei Maria da Penha proclama que toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia e orientação sexual, “goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana” e assume a difícil e delicada proposta de assegurar a todas as mulheres “as oportunidades e facilidades

para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social” (Art. 2º).

Ademais, o texto normativo dispõe que serão “asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação” e todos os demais direitos fundamentais (Art. 3º).

Dessa forma, esta Lei protetiva é marcada por diversas normas programáticas, como a que determina que o “Poder Público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Daí os desafios enfrentados para garantir sua aplicação e efetividade aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, em especial pelo Poder Judiciário, responsável pela aplicação do Direito aos casos concretos.

4.1 O contexto de elaboração e promulgação da Lei Maria da Penha

A luta pelo reconhecimento de direitos femininos teve origem nas décadas de 1960 e 1970, ocasião em que representantes do movimento feminista, intelectuais, militantes contra a ditadura militar, mulheres das classes média e alta, saíram às ruas reclamando a adoção de medidas pelo Poder Público para evitar e reprimir a violência contra a mulher, subjugada no ambiente de trabalho, na escola, na faculdade, e, principalmente, dentro de casa.

Concomitante a assinatura dos acordos internacionais ratificados pelo Brasil, organizações de defesa de direitos humanos apresentaram à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, o caso da farmacêutica Maria da Penha Fernandes, ocorrido em 1983, cujo agressor, marido da vítima, foi preso somente 19 anos e 06 meses após a prática do crime.

O caso Maria da Penha levou à indignação social e a condenação do Brasil pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em 2001, que pela primeira vez aceitou uma denúncia de violência doméstica por negligência e omissão na apuração e punição de um crime contra mulher, sendo recomendada a adoção de providências com relação ao caso. A Comissão da OEA publicou o Relatório n. 54 em que concluiu:

2. Que, com fundamento nos fatos não controvertidos e na análise acima exposta, a República Federativa do Brasil é responsável da

violação dos direitos às garantias judiciais e à proteção judicial, assegurados pelos artigos 8 e 25 da Convenção Americana em concordância com a obrigação geral de respeitar e garantir os direitos, prevista no art. 1 do referido instrumento pela dilação injustificada e tramitação negligente deste caso de violência doméstica no Brasil. [...] 4. Que o Estado violou os direitos e o cumprimento de seus deveres segundo o artigo 7 da Convenção de Belém do Pará em prejuízo da Senhora Fernandes, bem como em conexão com os artigos 8 e 25 da Convenção Americana e sua relação com o artigo 1 da Convenção, por seus próprios atos omissivos e tolerantes da violação infligida (OEA, 2001).

De modo a cumprir as recomendações da OEA, o Brasil tornou-se signatário do Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Decreto nº. 4.377/2002), e, em julho 2003, apresentou relatório a 29ª sessão do Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher:

A inexistência de uma Lei que coíba a violência doméstica e proteja suas vítimas, e a não tipificação penal da violência psicológica, dificulta o cumprimento do disposto na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará, ratificada pelo Brasil em 1995, tornando estas questões merecedoras de atenção especial por parte do Estado brasileiro e, necessariamente, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. É com essa preocupação que a Secretaria apoiará oficialmente a continuidade do trabalho de um grupo de organizações não governamentais feministas que está elaborando proposta legislativas a ser encaminhada ao Congresso Nacional, voltada para prevenir e coibir este tipo de violência e assegurar proteção às suas vítimas (BRASIL, 2013).

O Brasil reconhecia a necessidade de uma legislação específica para combater e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, constituindo para tanto o Grupo de Trabalho Interministerial, criado pelo Decreto 5.030/2004 e integrado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República, Casa Civil, Advocacia-Geral da União, Ministério

da Saúde, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Ministério da Justiça e Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Em 2004, esse grupo de trabalho encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei n. 4.559, propondo dentre outros assuntos: o conceito de violência doméstica e familiar contra a mulher, sob as formas física, sexual, psicológica, moral e patrimonial; enquadramento da violência contra a mulher como violação dos direitos humanos; prestação de atendimento multidisciplinar às vítimas de violência doméstica e familiar; alterações quanto ao procedimento do Juizado Especial Criminal e a realização de modificações no atendimento às vítimas em situação de violência.

Após alterações no referido projeto, formuladas através de audiências públicas realizadas em vários Estados, em 07 de agosto de 2006, a Presidência da República sancionou a Lei n. 11.340, que entrou em vigor em 22 de setembro de 2006.

Tanto a Maria da Penha, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos e o legislador fizeram sua parte. Agora, ainda que vagarosamente, o Estado vem implantando as medidas necessárias e adotando as políticas públicas que estão previstas na Lei. Mas o grande responsável pela sua eficácia tem sido o Poder Judiciário. Além das inúmeras decisões de juízes e tribunais, tem sido o Supremo Tribunal Federal o grande artífice para que a Lei atenda a sua finalidade precípua: se não eliminar, ao menos reduzir, em muito, os números da violência doméstica (DIAS, 2013).

A Lei nº. 11.340/2006 regulamenta, ainda, a igualdade de gêneros, contendo ações afirmativas cujo escopo é a concretização da isonomia prevista na Constituição Federal de 1988, estabelecendo como fundamento o princípio da dignidade da pessoa humana.

É necessário o entendimento de que a dignidade da pessoa humana não é apenas um princípio, sendo norma, regra e valor, o qual não pode ser delegado em nenhuma hipótese. Os direitos humanos, em sua essência, são decorrentes do reconhecimento da dignidade do indivíduo, não podendo ser renunciada. Ao estabelecer mecanismos para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, o Estado brasileiro passou a ter a missão de coibir um problema comum em nossa sociedade: a violência de gênero.

5 Considerações finais

A Lei Maria da Penha, em suma, transformou-se no principal instrumento legal para o enfrentamento à violência doméstica contra a mulher no Brasil, impondo ao Estado o reconhecimento de sua obrigação de garantir a segurança das mulheres nos espaços públicos e privados, assegurando a emancipação e autonomia das mesmas por meio de políticas públicas específicas.

Desse modo, a violência contra a mulher seria justificada por uma questão moral e social, ou seja, o marido agride a mulher em virtude de uma traição ou a prática de outra conduta desonrosa, não estando ele, portanto, cometendo qualquer crime, pois estaria preservando e defendendo sua honra.

Garantir a efetividade dessa Lei, não só por meio da concretização de políticas públicas voltadas à mulher em situação de violência, é papel do Judiciário, que deve não apenas proteger vítimas de seus agressores, por meio das medidas protetivas, mas aplicar as penas proporcionalmente aos crimes praticados, promovendo ações direcionadas aos agressores, de forma a reinseri-los no seio social, evitando que voltem a delinquir.

Referências

BARSTED, Leila Linhares. **Uma vida sem violência é um direito nosso**: proposta de ação contra a violência intrafamiliar no Brasil. Nações Unidas; MJ/SNDH: Brasília, 2006.

_____. **Instrumentos internacionais de direitos das mulheres**. Heloísa Frossad (Org). SPM/Paraná, 2006.

_____. **Os direitos humanos na perspectiva de gênero**. Disponível em <www.dhnet.org.br/direitos/textos/a_pdf/barsted_dh_perspectiva_genero.pdf>. Acesso em 15 fev. 2014.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. Os desafios do Judiciário: um enquadramento teórico. In FARIA, José Eduardo (Org.). **Direitos humanos, direitos sociais e Justiça**. São Paulo: Malheiros, 1994.

FREIRE, Paulo Freire. **Pedagogia da autonomia**. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. In: André Ramos Tavares, Pedro Lenza, Pietro de Jesus Lora Alarcón (Orgs.). **Reforma do Judiciário**: emenda constitucional. n. 45/2004. São Paulo: Método, 2005.

_____. **Revista jurídica virtual nº. 5**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_05/evolhistorica.htm>. Consultado em: 10 fev. 2014. Brasília, vol. 1, set. 1999.

STRECK, Lênio Luiz. **Jurisdição constitucional e hermenêutica**: uma nova crítica do Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **História do poder judiciário brasileiro**. Brasília: 2007.

_____. Entendimentos jurisprudenciais. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: dez. 2013.

A PRISÃO ALÉM DO CÁRCERE: OS DIREITOS DA MULHER RECLUSA GESTANTE OU COM FILHO RECÉM-NASCIDO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Juliane Rodrigues
ju.rodrigues10@hotmail.com

Gabriele Cristiane Monte Bezerra

Gilmara Joane Macedo Medeiros
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)

Resumo: O presente estudo pretende realizar uma análise da situação carcerária feminina no Brasil, com enfoque na garantia dos direitos das reclusas grávidas ou com filhos recém-nascidos nas instituições penitenciárias. Tem o objetivo de analisar quais são os direitos das mulheres encarceradas e quais suas necessidades específicas, em especial, os direitos das mulheres com filhos recém-nascidos e/ou gestantes, principalmente aqueles que condizem com a afetividade, à convivência familiar e o aleitamento materno. Busca avaliar a importância e os benefícios da interação mãe/filho dentro do cárcere, bem como confrontar a realidade prisional feminina com os direitos e garantias asseguradas em lei às mulheres encarceradas, com vistas a verificar se essas garantias estão sendo respeitadas pelo Estado. Ao fim, o estudo propõe possíveis formas de amenizar as constantes violações que o sistema prisional brasileiro causa ao grupo minoritário das mulheres gestantes ou mães com filhos recém-nascidos no cárcere.

Palavras-chave: direitos da mulher presa, gravidez no cárcere, aleitamento materno, convivência familiar, direitos da criança recém-nascida na prisão.

1 Introdução

O tema de discussão proposto por esse estudo consiste na avaliação da situação carcerária feminina atual no país, com enfoque na garantia dos direitos da mulher, gestante e mãe que se encontra sob medida privativa de liberdade. A indagação inicial consiste em: por que estudar a condição das mulheres mães e/ou gestantes no cárcere?

Primeiramente é necessário esclarecer o quão dificultoso é o acesso a informações atualizadas sobre o grupo minoritário das gestantes e mães que vivem no cárcere no Brasil atualmente. Apesar de nos últimos anos essa temática ganhar repercussão dentro das academias, em face da urgência, que esse assunto demanda, a falta de informações detalhadas e atualizadas se torna o maior empecilho para se estudar com clareza de recursos a situação sob o enfoque de gênero. Por isso se fala tanto em invisibilidade do grupo feminino nas prisões, pois quando não há estudos direcionados, é quase que impossível identificar as necessidades específicas para que possam traçar-se planos de melhorias para a vida dessas mulheres no cárcere.

Esse estudo torna-se relevante porque busca voltar o olhar da sociedade para as mulheres presas gestantes e mães presas com crianças recém-nascidas. Vê-se assim a necessidade de ampliação das pesquisas voltadas para o tema, além do compromisso de enxergar o problema enfrentado pelo cárcere feminino sob as lentes das relações de gênero. Sendo que estudos como o proposto combatem a invisibilidade do cárcere feminino, contribuindo com a garantia dos direitos das mulheres prisioneiras.

É fato que o Sistema Prisional atual ainda possui a essência segregadora de quarenta anos atrás, isso porque, “o sistema penitenciário somente passou por reformas conjunturais, mantendo a mesma estrutura e essência”, que têm como base principal de punição e castigo as prisões, mecanismo originado nas sociedades ocidentais, industriais e capitalistas, com a finalidade de repreender condutas ilícitas de homens e depois de mulheres. (CHIES, 2005, p. 339)

Porém, a mulher sofre duplamente com a execução penal que lhe é aplicada, como transgressora de uma ordem social com pensamentos e ideias de cunho machista e patriarcal e por isso vulnerável a tratamentos inadequados e a invisibilidade das necessidades específicas.

É dentro desse contexto que a mulher esta inserida, em um sistema prisional “construído por homens para homens”, dessa forma percebe-se que as necessidades desse grupo passam a ser alvo de violações constante no dia a dia

na vida no cárcere, pois não são levadas em consideração as particularidades que deveriam direcionar um tratamento específico a essa população.

Para tanto esse estudo se põe a analisar as necessidades específicas da mulher gestante ou com filhos em ambiente penitenciário no Brasil, principalmente aquelas que condizem com o direito a afetividade, a convivência familiar e ao aleitamento materno. Busca identificar as necessidades específicas da mulher presa, avaliar a importância da observância das necessidades das gestantes ou mães com filhos em ambiente penitenciário para a vida pós-libertação.

2 Criminologia Crítica X Criminologia Feminista

Em face de um sistema penitenciário feminino despreparado para garantir um tratamento adequado e digno, surge a preocupante questão de vulnerabilidade do gênero feminino frente aos problemas existentes na vida no cárcere. Em face da dificuldade que existe em assegurar os direitos da mulher presa, pensando-se em suas necessidades gerais, torna-se perceptível a grande dificuldade na garantia de grupos ainda mais específicos em necessidades, como na situação da mulher gestante, mãe ou com filhos recém-nascidos no cárcere que exige uma execução penal específica.

Nesse discurso torna-se importante mencionar dois conceitos primordiais para se entender como é vista a situação das mulheres no cárcere. O primeiro deles, a criminologia crítica consiste em uma política criminológica que estuda o sistema punitivo, o que inclui e vai além da investigação daquele que cometeu um crime, principalmente os mecanismos de seletividade que definem as condutas puníveis, a desigualdade nos critérios de incidência das agências de controle sobre as populações vulneráveis e os instrumentos de aplicação da execução penal que em vez de reintegrar o egresso ao convívio social, faz nascer o sentimento de estigma, ou seja, uma marca inapagável criada através da execução da penal que lhe é aplicada (CAMPO, 2010, p. 151-152).

O segundo conceito se refere ao feminismo, que surge como importante movimento de defesa dos direitos da mulher, seja qual for a situação em que está se encontra. A partir da situação da reclusa, o feminismo cria uma nova versão na defesa dos direitos da mulher, desta vez dos direitos no cárcere, através da criminologia feminista. Essa corrente busca através de estudos, mostrar o quão desumano é vida no cárcere para as mulheres, isso porque a mulher presa é submetida a uma execução penal em um sistema masculinizado e androcênico, ou seja, que tem o homem como centro das discursões, o que a criminologia

feminista identificou como uma dupla violência que atinge frontalmente a condição de gênero da mulher (CAMPO, 2010, p.152).

Por isso, o feminismo, enquanto, política criminológica ganhou uma grande importância na luta contra a violação dos direitos da mulher presa, isso por que, deu visibilidade a uma questão antes não conhecida; a obscuridade da vida da mulher no cárcere, apontando as principais barreiras enfrentadas e as necessidades frente a um sistema falho e despreparado, em descompasso com a letra da lei.

Dentro desse contexto é necessário compreender que é equivocada a ideia de que, aquele que comete um crime é merecedor do sistema penitenciário que oferecemos, pois não é justificável oferecer condições desumanas de vivência para aquele que cometeu um ato ilícito, pois dessa forma o sistema penitenciário também passa a cometer um crime, dessa vez contra a dignidade humana, valor esse, inapreciável, que deve ser zelado acima de todos os outros. O que o sistema penal deve garantir, é o mínimo de condições humanas, que respeitem os direitos personalíssimos daqueles que estão sob a custódia do Estado, a fim de trabalhar um processo de reabilitação para reintegrar essas pessoas ao convívio em sociedade.

3 Análise do Panorama no Cárcere Feminino no Brasil – Perfil da Mulher Presa

Quando se discute sobre segurança pública no Brasil, sempre se debate a questão do Sistema Penitenciário Estadual. Um dos problemas mais discutidos é a superlotação carcerária, que demonstra a insuficiência do sistema para atender as necessidades demandadas pelos presos em sua totalidade.

Os números demonstram o quão despreparado são os estabelecimentos prisionais brasileiros atualmente. Segundo diagnóstico divulgado em 2014 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e realizado pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF, o Brasil possuía uma população carcerária de 563.526 pessoas presas, o que hoje já passam de 600 mil, porém disponibilizava apenas de 357.219 vagas o que gerava um déficit de 206.307 mil vagas. Esses dados colocam o Brasil no ranking dos dez países com maior população carcerária, ocupando a quarta colocação, somente atrás de Estados Unidos da América, China e Rússia. Porém, contudo, se somado ao número de prisões domiciliares, o Brasil seria considerado o terceiro país com a maior população carcerária do mundo com 711.463 presos.

O problema da falta de vagas no sistema desencadeia uma série de outros problemas, principalmente com relação à qualidade do tratamento aplicado aos reclusos sejam estes do gênero masculino ou feminino. Mesmo havendo mecanismos legais que regulamentam a ação governamental destinada ao público carcerário, como a Lei de Execuções Penais (Lei N° 7.210, De 11 De Julho De 1984) e as próprias disposições apresentadas no texto constitucional, ainda assim o tratamento designado aos presidiários não é dos mais adequados.

Em muitos dos casos os órgãos competentes voltam à preocupação somente para os presos do gênero masculino pelo fato de se tratar da maioria dos detentos homens. Direccionam pouca atenção para grupos carcerários minoritários e que demandam necessidades assim como o grupo masculino segundo o Relatório das Nações Unidas e outras boas práticas no tratamento de presos no sistema de justiça criminal (2010, p 108). É o que acontece com as mulheres presas, que são vulneráveis à violência em decorrência do machismo. A situação das mulheres fica ainda mais complicada quando essas se encontram gestantes ou com filhos recém-nascidos em ambiente penitenciário, pois além das necessidades comuns, as reclusas que compõe esse grupo demandam necessidades específicas próprias à situação e as necessidades da criança.

Os estudos, porém, na maioria das vezes preocupam-se apenas em abordar e discutir dados quantitativos, quando realmente o problema está na qualidade do tratamento. É evidente que a superlotação é um dos maiores, ou senão, o maior problema enfrentado atualmente pelo sistema penitenciário, e as reflexões sobre a mesma devem ser acompanhadas de críticas sobre a qualidade do tratamento, buscando assegurar a garantia dos direitos básicos aos (as) presos (as).

Segundo os dados do INFOPEN datado do ano de 2014, considerado o primeiro estudo detalhado sobre o Sistema Prisional Brasileiro, em uma parceria com Conselho Nacional de Justiça (CNJ), destinado especificamente ao público carcerário feminino e considerado o primeiro levantamento de dados que trouxe com exclusividade um recorte de gênero nas prisões, é possível traçar o perfil da mulher brasileira presa, assim como também é possível analisar através dos dados fornecidos a quantidade de estabelecimentos prisionais e a qualidade desses ambientes. Segundo o INFOPEN, existem 37.380 mulheres presas no Sistema Prisional Brasileiro, o que significa cerca de 7% da população prisional total do país. Para isso o sistema possui 103 estabelecimentos prisionais destinados para o grupo feminino, que representa 7% da quantidade de estabelecimentos que existem no país, isso porque há 1.420 unidades prisionais no sistema penitenciário estadual, as quais 1.070 são destinadas ao gênero masculino (75%) e as outras 238 unidades são mistas (17%) das unidades prisionais

total. Em face desses dados, percebe-se a falta de ambientes direcionados ao grupo feminino, e que infelizmente ainda existem ambientes prisionais mistos.

O delito penal responsável pela maior parte dos aprisionamentos de mulheres no Brasil é o crime da Lei 11.343 do ano de 2006, que dispõe sobre o tráfico de drogas, que atualmente responde por 68% do encarceramento feminino no Brasil, segundo dados do INFOPEN 2014.

Cerca de 50% das mulheres presas possui idade entre 18 e 29 anos, o que significa que a população carcerária feminina brasileira é jovem, sendo que 57% da população total de presas têm estado civil de solteira, o que explica em parte a alta concentração de jovens nas prisões, e mais de 26% das mulheres sob pena privativa de liberdade, vivem ou viviam em união estável, o que trás outra informação bastante relevante, muitas são mães ou já entram nas prisões grávidas.

Um dado que também se destaca é a grande quantidade de mulheres negras, a qual a proporção mostra que a cada três mulheres presas, duas são negras, o que compreende 68% da população prisional feminina. Os dados mostram ainda que 50% possuem nível de escolaridade fundamental incompleto, o que significa que são oriundas de extratos sociais economicamente desfavorecidos e que 35% da população carcerária feminina total tem pena de mais de 4 anos até 8 anos de prisão, o que tecnicamente é considerada uma pena muito alta. Esse último dado permite inferir que a execução penal aplicada se restringe muito as medidas privativas de liberdade, não se permitindo ou abrindo espaço para a análise de outros meios alternativos de cumprimento de pena além de que 30 % das mulheres encarceradas no país aguardam sentença, ou seja, estão presas sem condenação o que viola princípio do devido processo legal.

É notória a dificuldade que existe em assegurar os direitos da mulher presa, isso quando se pensa de forma geral, com isso fica claro que as garantias de direitos específicos de grupos minoritários, como é o caso das mulheres gestantes, mães, ou com filhos vivendo dentro do cárcere, tornam-se uma realidade distante, o que demonstra o quão despreparado é o sistema prisional brasileiro.

4 Direitos da Mulher Reclusa: Convivência Familiar, Afetividade e Aleitamento Materno

Apesar de que, culturalmente não se admita que mulheres cometam crimes, essas são sujeitos de direitos e deveres declarados constitucionalmente e que por falta de políticas públicas específicas, sofrem com a invisibilidade de suas necessidades, o que se revela como uma discriminação de gênero. (Campo, 2010)

Garantias como a gestação, direito reprodutivo da mulher; o direito a afetividade e o direito de manter vínculo familiar são de fundamental importância no processo de reabilitação da presa e por isso não podem ser limitados por conta do cárcere, mais devem ser zelados pelas autoridades competentes, pois além de consistirem direitos da reclusa, é também direito de vida e bem estar de uma criança.

A falta de estrutura para amparar a mãe reclusa e a criança recém-nascida é considerada uma das grandes deficiências do Sistema, e mesmo aquelas poucas instituições que dispõem desses espaços, não são apropriadas para a finalidade que foi construída. Por isso, é indispensável à existência de ambiente berçário ou creche para o cuidado das crianças dentro das penitenciárias, além disso, as instituições públicas devem propiciar um ambiente favorável para que a integridade física da criança seja zelada, assim como condições favoráveis ao seu bem estar, o que inclui o período de aleitamento materno fundamental ao desenvolvimento do menor incapaz, disposto legalmente no artigo 9º do ECA.

A Lei de Execuções Penais dispõe que o tempo médio para permanência da criança com a mãe reclusa que é estabelecido no mínimo em 6 (seis) meses corresponde ao período de amamentação da criança (Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984, art. 83, § 2º). É importante que esse período seja cumprido e que as presas que amamentam tenham a possibilidade de viverem num ambiente digno, como máxima dos seus direitos e do direito da criança.

Segundo dados do Ministério da Justiça, no ano de 2013, havia 345 crianças vivendo com suas mães nas instituições carcerárias brasileiras e por falta de ambientes adequados, a mãe e o filho acabam por dividirem a cela da prisão sem a mínima condição de tratamento adequado.

Por isso muito se discute sobre a substituição de medidas privativas de liberdade por medidas não privativas de liberdade nos casos em que se aplicam e que haja a possibilidade. Isso porque quando possível, no caso da mulher presa que tenha filhos menores, essa alternativa de cumprimento de pena possibilitaria que a mesma cuidasse dos incapazes que estivessem sob sua responsabilidade (GRECO, 2011, p. 265). E ainda em casos mais complexos como a mulher presa gestante, essa poderia cumprir pena em seu domicílio podendo ter um acompanhamento melhor da gestação.

Assim como a mãe reclusa tem direito à dignidade, à criança recém-nascida também é assegurado esse direito, assim como a liberdade e a integridade física e os demais direitos legalmente dispostos na Constituição Federal de 1988, sendo a criança detentora de direitos também defendidos pela Lei. Mas

o que se percebe na prática é que há uma prisão além do cárcere, isso porque na ausência de condições mínimas de dignidade, a prisão é estendida a criança, que acaba por dividir a cela da prisão com a mãe.

Contudo, apesar das resoluções legais que defendem o direito a maternidade, na prática o conteúdo não é executado, apresentando uma grande discrepância, entre a garantia (dever ser) e a eficácia (ser) dos direitos da mulher gestante presidiária, o que significa uma violação a Lei de Execuções Penais e ao texto constitucional que garante o direito a maternidade da mulher.

Há quem discuta se o ambiente carcerário é adequado para crianças recém-nascidas. Por isso, na academia há os que defendem a permanência da criança com a mãe em seus primeiros meses de desenvolvimento, enquanto há os que pensam que os benefícios para a criança e a mãe existem, mas os malefícios os sobrepõem por submeter à criança aos riscos e sofrimentos decorrentes da vivência em ambiente carcerário.

Contudo, deve-se avaliar que a interação entre mãe e filho em ambiente carcerário é bastante importante para o recém-nascido, visto que o aleitamento é uma etapa de fundamental importância para a vida saudável da criança e que a mesma não pode ser privada de seus direitos que incluem a amamentação no mínimo até os seis meses de idade. Não se pode descartar também a hipótese de benefícios para a presidiária que desenvolve um vínculo maternal com o filho, e que este vínculo pode colaborar de forma excepcional para sua reabilitação e o retorno ao convívio em sociedade, dessa forma a avaliação é mais positiva para a criança que fica com a mãe, pois traz benefícios para ambas às partes, independente das deficiências enfrentadas por estes. (ARMELIN, 2010, p. 3)

Para refletir sobre tal situação, temos o relato de Desirée, mulher, usuária de drogas e presidiária, respondeu pelos crimes de roubo e tráfico de entorpecentes no Estado de São Paulo, e vivenciou na pele a gravidez no cárcere. Teve que enfrentar a angústia de se separar de seu filho, que foi levado de seus braços por sua mãe após os quatro meses de vida. Em relato documentado por Carol Castro (2015)¹, Desirée desabafou:

Eu não esqueço nunca do dia em que o meu filho foi embora. Eu olhava de cima da janela e por debaixo da porta, uns 80 metros de distância, só via o pezinho da minha mãe e o pé dela, o pé dela

1 CASTRO. Carol. **Notas sobre a maternidade na prisão**. Disponível em: <<http://revistageni.org/07/sobre-uma-maternidade-e-um-corpo-deslegitimada-pelo-estado/>>.

[sua filha mais velha, Giovana, criança na época] menorzinho e o pé da minha mãe. Aí eu pensei ‘minha mãe chegou e agora?’. Desci com as coisas do meu filho, pus nos braços da minha mãe e eu nem olhei pra trás e já voltei morta pra dentro. Eu lembro da roupa que ele estava vestindo e isso tem 11 anos, mas eu me lembro como se fosse ontem, eu entregando o meu filho pra minha mãe. Quando a guarda falou ‘volta, Desiré’, eu não olhei mais para trás e fui, fui. Quando eu fui ver o meu filho, ele se escondia no canto da parede. Não dá nem tempo de você criar um laço com a criança, ela esquece, dói demais. Eu acho que nunca eu vou conseguir restabelecer um vínculo com ele. Hoje, sim, ele tem consciência que eu sou mãe dele. Aos 4 meses ele foi embora, eu fui vê-lo de novo quando ele tinha 3 anos e pouco, depois eu já estava naquele mundo. Ele me chama de mãe, a minha mãe sempre colocou que ela era avó e que eu era mãe.

É evidente que o afastamento da criança da mãe pode ser prejudicial para a saúde mental da reclusa, pois a mesma encontra-se em um momento de fragilidade por se encontrar privada de sua liberdade e ainda na responsabilidade de um filho, como na experiência vivenciada por Desirée. Portanto a interação mãe/filho pode ser importante para que a reclusa desenvolva seu lado maternal e sentimental podendo assim encontrar na responsabilidade familiar a base de sua reabilitação social em prol do bem-estar da criança. No caso de Desirée, só pode voltar a ver o seu filho cerca de três anos depois, devido à falta de condições financeiras de sua mãe para visita-la, o que quebrou o vínculo familiar que a presa poderia desenvolver ao lado de seu filho. Evidencia-se assim, a repressão familiar e social que faz com que a vida no cárcere torne-se ainda mais dura, quando a mulher reclusa encontra-se gestante.

O abandono e desprezo por parte dos familiares aumentam ainda mais o sofrimento das reclusas, tornando-se um grande obstáculo para a convivência familiar, que acaba por inexistir durante o período de cumprimento da pena. Quando não há o abandono espontâneo, há o abandono que se configura em face da grande distância entre a casa da família da presa ao presídio, que por conta do diminuto número de estabelecimentos prisionais destinados a mulheres, muitas são direcionadas a cumprir pena em outra cidade, e isso se torna empecilho para as visitas dos familiares.

Dessa forma é inexistente o vínculo familiar, que é tão importante para a reabilitação da reclusa, pois em um ambiente onde não oferecidas condições mínimas de dignidade, somente com o apoio da família, há a possibilidade de se buscar na reclusa, valores que foram perdidos por conta do anterior envolvimento com a criminalidade.

5 Perspectiva para o Cárcere Feminino no Brasil

Diante de todas as falhas existentes no Sistema Penitenciário, há ainda medidas que podem nortear uma nova forma de gerir esse sistema e transformar a realidade vivenciada hoje por milhares de pessoas que se encontram privadas de sua liberdade por força da justiça, em uma realidade mais humana. O que é certo é que aquele que cometer um crime deverá ser punido, porém a punição não restringe os direitos fundamentais de caráter personalíssimo atribuído naturalmente ao ser humano, pode apenas limitar o direito a sua liberdade no caso se forem aplicadas as medidas privativas de liberdade. Por isso o Estado não pode de maneira alguma submeter o/a egresso/a à tratamentos desumanos e cruéis, sendo esse tipo de tratamento constitucionalmente proibido considerado uma ofensa gravíssima aos direitos humanos, e no caso específico da parcela das mulheres encarceradas, uma violação a sua condição de gênero.

Em especial o cárcere feminino merece uma atenção maior para que seja possível verificar em quais áreas há deficiências no atendimento das necessidades específicas do público-alvo, somente dessa forma, reconhecendo-se a necessidade pode se definir planos para melhorar o tratamento designado às mulheres.

Atualmente, discute-se sobre políticas públicas que viabilizem uma melhor forma de reabilitação dos egressos que os recolque na sociedade e diminua as chances de haver uma reincidência. Porém, o que é certo é que, medidas urgentes devem ser tomadas para que as necessidades específicas da mulher grávida ou com filhos recém-nascidos em instituições penitenciárias possam ser atendidas. A análise de outros meios de cumprimento de sentença, principalmente aqueles não privativos de liberdade, poderia ajudar a melhorar a organização do sistema, visto que a maior parcela da população feminina encarcerada responde pelo crime de tráfico de entorpecentes. Ou ainda a possibilidade de presas responderem em regime semi-aberto, com o uso de tornozeleiras eletrônicas. Dessa forma o sistema diminuiria a quantidade de presos, amenizando o problema da superlotação carcerária e possibilitaria a oportunidade da mãe egressa de viver a maternidade, ao lado da criança, oferecendo a esta uma vida digna e a se mesmo uma segunda chance para recomeçar.

6 Conclusão

Diante da explanação realizada sobre a questão das necessidades específicas do cárcere feminino no Brasil, a pesquisa verificou o objetivo determinado inicialmente em realizar uma análise da situação carcerária feminina nacional, com enfoque na garantia dos direitos das reclusas grávidas ou com filhos recém-nascidos. Buscou pesquisar, explicar e avaliar a realidade que vivem as mulheres presas, com vistas no atendimento das necessidades específicas do grupo feminino nas prisões brasileiras.

O que foi possível se verificar ao longo das pesquisas bibliográficas e documentais, é que há uma grande discrepância entre o que garante a lei e o que realmente é realizado na prática diariamente nos presídios femininos brasileiros. Mesmo com todos os mecanismos legais existentes para garantir o tratamento adequado tanto das mães reclusas, dispostos na Lei de Execuções Penais (Lei Nº 7.210, De 11 De Julho De 1984), nos Direitos das Mulheres, Regras Mínimas de Tratamento ao Preso e até mesmo os princípios defendidos pelo texto constitucional (art. 5º C.F de 1988), quanto das crianças mais especificamente defendidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Nº 8.069, de 13 De Julho de 1990), não existe o respeito dos direitos dessa parcela.

O que se vê é que as necessidades de tratamento específico ao grupo feminino existem e que mesmo a lei definindo padrões de tratamento para uma reabilitação digna a condição de gênero da mulher, por falta de estrutura e de preparo das instituições penitenciárias, essas necessidades não são atendidas e o tratamento que tem como finalidade a reabilitação da presa acaba que por deficiente e não atendendo ao seu objetivo principal: a ressocialização da reclusa.

É necessário que o cárcere feminino deva ser tratado como uma prioridade, pois além de se tratar da garantia de dignidade da pessoa humana, a mulher por sua condição de gênero é vulnerável a tratamentos inadequados. E assim como as reclusas grávidas ou com filhos recém-nascidos necessitam de tratamentos específicos, há também os demais grupos que demandam necessidades específicas à condição em que se encontram. É através de medidas socioeducativas dentro dos ambientes penitenciários e do diálogo com o público carcerário que as necessidades passam a ser reconhecidas e monitoradas pelos órgãos competentes, principalmente pelo Judiciário que tem o dever de fiscalizar se realmente a execução penal está sendo realizada com vistas no que estabelece a Lei de

Execuções Penais e pelo Ministério Público que tem por obrigação cobrar do Estado medidas que melhorem a execução penal.

Por isso, esse tema deve ser discutido, repensado e reavaliado, a fim de reformular e desenvolver novos mecanismos, principalmente políticas públicas eficazes, com o objetivo de assistir a essa parcela da sociedade que se encontra desamparada pelo Estado, e que é tanto de responsabilidade dos órgãos públicos, quanto da massa social, pois afinal, aqueles que hoje convivem no cárcere, amanhã podem estar novamente em liberdade, e só depende dos órgãos públicos e da sociedade, se serão cidadãos de bem ou reincidentes do sistema prisional.

7 Referências Bibliográficas

ARMELIN. Bruna Dal Fiume; CAVALCANTI; Priscila Thaís Diniz. **Filhos do Cárcere:** Estudo sobre as mães que vivem com seus filhos em regime fechado. 2010.

Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/7901> >. Acesso em: 26/04/2015

BRASIL. **Lei de Execuções Penais.** Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Rio de Janeiro.

_____. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério da Justiça. **Regras mínimas para o tratamento dos presos no Brasil:** resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária de 1981/2001. Brasília.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente:** Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

CAMPO. Carmen Hein; CARVALHO. Salo. **Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica:** a experiência brasileira. 2014. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/02/1_8_tensoes-atuais.pdf>. Acesso em: 05 de abril de 2016.

CAMPOS. Larissa de França. **Direito à Maternagem:** Aplicação do Centro de reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão. 2011. Disponível em: < <http://www.prac.ufpb.br/enex/trabalhos/3CCCHLANCDHPROEXT2013322.pdf> >. Acesso em: 02/05/2015

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Novo Diagnóstico de Pessoas Presas no Brasil.** Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF. Brasília, DF: 2014. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/pessoas_presas_no_brasil_final.pdf >. Acesso em: 25/05/2015.

_____. **Cartilha da Mulher Presa.** 1. ed. São Paulo: CNJ, 2011. Disponível em: < <http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/glossarios-e-cartilhas/cartilhadamulherencarcerada.junho.pdf> >. Acesso em: 20/07/2015.

CASTRO. Carol. **Notas sobre a maternidade na prisão.** Revista GENI: ed. 24, julho de 2015. Disponível em: < <http://revistageni.org/07/sobre-uma-maternidade-e-um-corpo-deslegitimada-pelo-estado/> >. Acesso em: 05/08/2015.

CENTRO PELA JUSTIÇA E PELO DIREITO INTERNACIONAL, CEJIL. **Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil.** 2007. Disponível em: < http://www.asbrad.com.br/conte%C3%BAdo/relat%C3%B3rio_oea.pdf >. Acesso em: 20/05/2015

CONGRESSO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE PREVENÇÃO AO CRIME. 12. 2010, Salvador. Relatório das Nações Unidas e outras boas práticas no tratamento de presos no sistema de justiça criminal. In: **anais do workshop realizado no 12º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal.** Brasília: Supremo Tribunal Federal; Instituto das Nações Unidas para Prevenção e Controle do Delito (HEUNI), 2011. Ref. 108-140.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias.** Departamento Penitenciário Nacional. Infopen Mulheres. 2014. Disponível em: < http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/relatorio_depen.pdf >. Acesso em: 22/03/2016.

FOUCAULT. Michel. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. 41. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GRECO. Rogério. **Direitos humanos, sistema prisional e alternativas à privação de liberdade.** São Paulo: Saraiva, 2011.

LEMGRUBER. Julita. **Cemitério dos Vivos:** análise sociológica de uma prisão de mulheres. Rio de Janeiro: Forense, ed. 2ª, 1999.

QUEIROZ. Nana. **Presos que menstruam.** São Paulo: editora Record, 2015.

_____. **Descubra como é a vida das mulheres nas penitenciárias brasileiras.** Revista Galileu, edição 24, julho de 2015. Disponível em: < <http://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2015/07/descubra-como-e-vida-das-mulheres-nas-penitenciarias-brasileiras.html> >. Acesso em: 05/08/2015.

PASTORAL CARCERÁRIA. **Penitenciárias são feitas por homens.** 2014. Disponível em: < http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/09/relatorio-mulherese-presas_versaofinal1.pdf >. Acesso em: 10/06/2015.

MECANISMOS DE PRODUÇÃO DA NOÇÃO DE FAMÍLIA: GÊNERO E SEXUALIDADE NA JURISPRUDÊNCIA NORDESTINA

Larissa de Moura Cavalcante
Universidade Federal de Sergipe
larissamoura74@yahoo.com.br

Carlysson Alexandre Rangel Gomes
Universidade Federal de Alagoas
carlysson_al@hotmail.com

Alison Rocha
Universidade Federal de Alagoas
alisonrochapsicologia@outlook.com

Lisandra Espíndula Moreira
Universidade Federal de Minas Gerais
lisandra.moreira@jp.ufal.br

Resumo:

O principal objetivo deste trabalho é analisar documentos da jurisprudência nordestina que apresentam enunciados de gênero e sexualidade e que a partir desta discussão colocam em questão as noções de família. Esse trabalho insere-se numa pesquisa maior que analisa os enunciados que são atravessados por questões de gênero e sexualidade em documentos jurídicos dos Tribunais de Justiça da Região nordeste do Brasil. A jurisprudência nordestina é o conjunto de acórdãos que compõe o arquivo dos Tribunais de Justiça dos estados da região nordeste: Maranhão, Ceará, Bahia e Alagoas, Paraíba, Sergipe, Rio Grande do Norte, Piauí e Pernambuco. Apresentaremos nessa escrita a análise de 8 documentos. A metodologia de análise inspira-se nas ferramentas teóricas de Michel Foucault, em especial, os procedimentos que compõem a análise de discurso. Foram criados dois eixos temáticos que

contemplam as análises dos documentos, são eles: 1) Toda regra tem exceção: quando o gênero precisa ser explicado a partir da família; 2) “Efeitos danosos provocados pelo crime em desfavor da vítima, de seus familiares”: uma análise entre gênero e família. O primeiro eixo trata de como nos documentos que as partes são homossexuais ou transexuais existe uma explicação sobre gênero vinculado à formação de família, já o segundo eixo analisa a articulação entre a criminalização das categorias de gênero e suas implicações para a família. De forma geral, as categorias de gênero que divergem da norma heterossexual são descritas nos materiais e criminalizadas.

Palavras-chave: Violência de gênero, Feminismo, Gênero.

Introdução

Esta pesquisa visa ampliar as análises para as múltiplas formas de atravessamento de gênero, sexualidade e feminismo na jurisprudência nordestina, tomando como corpus de pesquisa os materiais oriundos dos Tribunais de Justiça do nordeste.

Essa pesquisa representa o desdobramento de uma pesquisa inicial que tinha como foco a violência contra mulher, entendendo que outros marcadores sociais, em especial, a sexualidade, nos permite visualizar violações também muito intensas. Além disso, pensar gênero e sexualidade para além das situações de violência coloca em questão as construções históricas que naturalizaram a posição destinada aos sujeitos marcados através dessas questões, sejam enquanto homens, mulheres, gays, lésbicas, heterossexuais, transexuais, bissexuais, entre outros.

Esse trabalho é o recorte da pesquisa que tem como objetivo geral analisar os enunciados que definem as relações de gênero e a sexualidade em documentos jurídicos dos Tribunais de Justiça dos estados da Região Nordeste do Brasil, problematizando as demandas feitas ao judiciário a partir dos conceitos de judicialização da vida e de processos de subjetivação. Para tanto, a pesquisa buscou problematizar as definições e conceitos de gênero e sexualidade, através da ampliação da revisão teórica, buscando aportes nos Estudos Feministas. Inicialmente foi realizado mapeamento e sistematização da jurisprudência nordestina, buscando documentos que apresentassem enunciações explícitas quanto às questões de gênero e sexualidade. A análise buscou articular os materiais com as referências bibliográficas e os debates atuais, aprofundando a análise das enunciações e dos atravessamentos de gênero e sexualidade que legitimam as decisões tomadas no judiciário. Em especial neste trabalho apresentaremos os eixos de análise vinculados à questão de família, ou seja, a análise da jurisprudência nordestina a respeito de gênero e sexualidade que colocam em questão a própria noção de família.

Para construir o debate acerca dos documentos jurídicos, tendo em vista os objetivos propostos para essa pesquisa, é necessário evidenciar alguns conceitos trabalhados como o de gênero, feminismo e modos de subjetivação.

Nesse trabalho entendemos gênero conforme a perspectiva de Judith Butler (2003), ou seja, os significados da cultura que o corpo sexuado assume. Butler (2003) entende que o gênero e a identidade como produzidas e impostas pela

coerência de gênero. Ou seja, não há um indivíduo coerente atrás das expressões de gênero, mas que a ação, expressa modos de subjetivação.

No que tange ao feminismo, pela formação do próprio movimento no Brasil, produzimos uma imagem do Poder Judiciário distante dos movimentos sociais. Entretanto, há sempre uma dupla implicação entre essas instâncias e se torna necessário problematizar a formulações de normatividades que naturalizamos, frutos de relações de poder e saber, em uma época onde estamos reinventando o sujeito.

Pode-se inferir que as questões de gênero e a posição dos sujeitos políticos identificados como mulheres e homens passaram por mudanças que tem seus reflexos na psicologia. É inegável que essas modificações foram também conquistas de muitos movimentos sociais, dentre eles, o feminismo que problematizou a forma de conceber o gênero tendo como estratégia a visibilização das violências sofridas.

Método

Definimos como corpus de pesquisa os materiais oriundos dos Tribunais de Justiça do nordeste. A jurisprudência nordestina é o conjunto de acórdãos que compõe o arquivo dos Tribunais de Justiça dos estados da região nordeste. Adentrando o campo de pesquisa, foi necessário pensar em estratégias metodológicas que possibilitassem o acesso a documentos relacionados com nossos objetivos de pesquisa. O acesso virtual e de domínio público à jurisprudência é um ponto bastante favorável, entretanto, garimpar documentos que estejam relacionados com as questões de gênero e de sexualidade não foi um processo tão fácil.

O material pesquisado contempla os estados da região nordeste: Maranhão, Ceará, Bahia e Alagoas, Paraíba, Sergipe, Rio Grande do Norte, Piauí e Pernambuco. Do ponto de vista da análise, a divisão foi feita pelas temáticas de gênero e sexualidade com o enfoque, nesse trabalho, para o modo como gênero e sexualidade compõem a noção de família na jurisprudência.

Como a quantidade de documentos foi grande, convencionamos que coletaríamos para a leitura um acórdão de cada descritor, por estado. Após a leitura selecionamos 46 documentos que estavam de acordo com os objetivos de pesquisa e que contemplavam mais de um descritor, Esse trabalho contempla 8 documentos analisados, pois a pesquisa ainda está em andamento. Os tipos de

documento são: ¹recursos; ²queixa crime; ³habeas corpus; ⁴apelação criminal; ⁵ação penal originária.

Tomamos para esse estudo algumas ferramentas de Michel Foucault (2004) para compreender e analisar os discursos que compõem os documentos. Para Foucault (2004) os discursos formam os objetos de que falam e não se reduzem a signos que se voltam aos conteúdos e significações. Pretendemos nesse estudo, não procurar o que estaria nas entrelinhas dos documentos, nem julgar se é certo ou errado, mas sim pensar o que é dito e a implicação disso nos modos de subjetivação dos sujeitos, problematizando o quanto o discurso jurídico reproduz normatividades que perpassam a vida dos envolvidos. Nesse estudo nos aproximamos do método da arqueologia.

Há três tipos de discursos nos acórdãos que chamam atenção para a argumentação que justifica determinadas decisões, são eles: 1) discursos legais que são interpretados pelos juízes, promotores, desembargadores, quando não são interpretados são chamados de letra morta; 2) discursos da jurisprudência, ou seja, as reiteradas decisões dos tribunais; 3) discurso das doutrinas: interpretações da lei que se encontram em artigos e livros. Esses discursos são fontes jurídicas que servem para embasar a decisão. Além desses, existem discursos nos documentos que falam do ocorrido, foco daquele acórdão - depoimentos, boletins de ocorrência, laudos, etc – que compõem a produção de prova. O uso de alguns descritores dessa pesquisa não são da fonte jurídica, mas de depoimentos que fazem parte de processo como provas.

Para analisar os materiais, sabendo que os mesmos são produzidos de formas distintas, formulamos dois eixos temáticos para facilitar a análise dos documentos, são eles: 1) Toda regra tem exceção: quando o gênero precisa ser explicado a partir da família; 2) “Efeitos danosos provocados pelo crime em desfavor da vítima, de seus familiares”: uma análise entre gênero e família.

1 O instrumento utilizado pela parte vencida ou por terceiro prejudicado para provocar o reexame de uma decisão (<http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/936/Recurso>).

2 Petição feita pelo particular ofendido em ação penal privada, denunciando o fato criminoso para a punição do culpado (<http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/1071/Queixa-crime>).

3 Remédio jurídico co-processual destinado a proteger a liberdade de locomoção (SARMENTO, 2011).

4 O pedido que se faz à instância superior, no sentido de reexaminar a decisão proferida pelos órgãos inferiores. (TOURINHO FILHO, 1994).

5 Ação para examinar a ocorrência de crime ou contravenção. (<http://www.stf.jus.br/portal/glossario/verVerbete.asp?letra=A&id=126>).

Resultados e discussões

Eixo 1

Toda regra tem exceção: quando o gênero precisa ser explicado a partir da família.

Analizamos que nos documentos em que alguma parte é apresentada ou identificada como homossexual ou transexual existe uma explicação sobre gênero e sua vinculação com a formação de família. Sendo assim, as práticas sexuais que divergem da norma heterossexual são descritas nos materiais.

Nos acórdãos, por exemplo, quando vai ocorrer um trâmite do processo que envolve união entre pessoas do mesmo sexo, há a necessidade de reforçar a definição da sexualidade. Bem como a lei que rege esse seguimento, fato que pode não ser visto em processos de uniões heterossexuais:

O Supremo Tribunal Federal, em 2011, ao julgar a ADI n. 4277/DF e a ADPF n. 132/RJ, reconheceu a **união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar**, conferindo-lhe, por consequência, igual proteção àquela conferida à união estável, estabelecida no art. 226, § 3º da CF. (Tribunal de Justiça do Maranhão – TJMA. (2013). 0043606-76.2010.8.10.0001 Apelação Cível).

Essa citação é interessante porque ela mostra o quanto à heterossexualidade é naturalizada e a noção de família estaria restrita a ela se não houvesse um pronunciamento do STF alargando o conceito e abarcando as uniões entre pessoas do mesmo sexo. No caso desse casal formado por duas mulheres (Tribunal de Justiça do Maranhão – TJMA. (2013). 0043606-76.2010.8.10.0001 Apelação Cível) como o objetivo não era constituir família, não foi considerado como união estável, somente uma relação amorosa. Os bens que pertenciam a uma das companheiras, não serão divididos entre as partes. O que é questionável uma vez que se o mesmo pedido viesse de um casal heterossexual, poderia existir a alegação de que estavam juntos, mas não queriam constituir família. Como seria possível avaliar, medir, verificar o desejo ou não de constituir família quando se está numa relação amorosa? Estamos, portanto, diante de uma regulação dos corpos, que produzem subjetividades a partir da lei, pois define

o quais os limites do que se considera família e legitima alguns sentimentos, desqualificando outros.

Em outro caso (Tribunal de Justiça da Bahia – TJBA. (2012). 0104580-93.2005.8.05.0001. Apelação) um pai pede a guarda compartilhada da filha, após ter perdido o direito da visita com o pernoite, porque estava numa relação homoafetiva. Seu companheiro ajudou nos cuidados da criança dando-lhe banho e esse fato foi visto como um risco para o desenvolvimento infantil. O pai, no recurso da segunda instância, explica o que o juiz toma como “incidente havido”. No entanto, para justificar o pedido, o pai alega que está solteiro e que hoje ele vive em um ambiente familiar.

Esclarece que, atualmente, **“é solteiro e mora no mesmo prédio onde sua mãe e irmãos têm apartamentos também”** e que, assim, **“a menor está cercada de parentes em um ambiente puramente familiar”**. (Tribunal de Justiça da Bahia – TJBA. (2012). 0104580-93.2005.8.05.0001. Apelação).

Podemos nos perguntar: antes não era familiar porque estava numa relação homo afetiva? Vemos assim como esses discursos acabam regulando subjetividades, produzindo o que é família. A decisão na segunda instância foge tanto da decisão em primeira instância quanto do argumento do próprio pai e subverte algumas categorias. A decisão foi a favor do pai, considerando que não havia provas de abuso, expondo a forma velada de preconceito e sinalizando que a mãe não pode utilizar esse argumento para impedir o pai de ver a filha. No entanto, reforça a categoria de que a figura masculina é fundamental para o desenvolvimento da criança.

Notamos nesse documento que se os desembargadores ou juízes decidem e conseqüentemente obrigam o sujeito a determinadas ações, os advogados ou o Ministério Público problematizam as leis, evidenciando o que falta, as lacunas por meio dos pedidos do que não se apresentam claramente na lei. Entendemos conforme Foucault (2001) que nesse sentido o poder circula. Segue um trecho do acórdão:

Deve-se destacar, ainda, **que não há, nos autos, qualquer comprovação de que a opção sexual do genitor enseja prejuízo de qualquer natureza a menor, muito menos que afete a sua formação psicológica-** “os comportamentos de crianças criadas em lares

homossexuais “não variam fundamentalmente daqueles da população em geral”; - “a criança que cresce com 1 ou 2 pais gays ou lésbicas se desenvolve tão bem sob os aspectos emocional, cognitivo, social e do funcionamento sexual quanto à criança cujos pais são heterossexuais”. (Tribunal de Justiça da Bahia – TJBA. (2012). 0104580-93.2005.8.05.0001. Apelação)

A ciência do Direito, ao mesmo tempo em que, informa de que categoria fala, ela (re) produz os sujeitos e suas posições, nesse sentido, tem uma potência tanto de reforçar categorias fixas de gênero, sexualidade e família quanto de modificá-las.

Em outro documento há o pedido de utilização do nome social, o que mostra a burocracia para os sujeitos serem reconhecidos. Além disso, nos documentos a transexualidade precisa ser vista como uma doença conhecida desde a infância pelo próprio sujeito e pela família, para que exista a garantia de direitos. Em nenhum momento no argumento do desembargador que relata o caso, ser transexual emerge como uma possibilidade legítima de ser e se relacionar com o corpo. Segue um trecho da decisão:

Alegou a parte Autora que nasceu com a genitália masculina, embora tenha sempre se identificado com as características e comportamentos facilmente atribuídos em nossa sociedade ao gênero feminino, reconhecendo-se desde os treze anos como mulher, daí em diante, passando a **exibir sua identificação com o gênero feminino para si, para sua família e para toda a sociedade.** (Tribunal de Justiça de Sergipe – TJSE. (2014). 201415770. Apelação.)

A família segundo Longaray e Ribeiro (2015) é um dos primeiros campos em que os indivíduos encontram conflitos em relação ao seu gênero, já que é um dos primeiros espaços de socialização dos sujeitos. Foucault (2011) também postula que desde o século XIX o poder da medicina emerge em diversos espaços, como por exemplo: na família e nos tribunais.

Por meio de discursos e práticas conservadoras instituições como a família, religião, ciência e direito produzem efeitos nas subjetividades, que buscam o controle de todas as formas de subversão de gênero que desestabilizam a heterossexualidade. Sendo assim, quando se rompe com heteronormatividade, que vai de encontro às imposições sociais o corpo se torna um alvo de controle da família e de ciências como medicina, psicologia e direito.

Podemos analisar nesse eixo o quanto as categorias de gênero que fogem da norma heterossexual precisam ser explicadas nos documentos, principalmente

no que tange a formação das famílias, dissolução da mesma ou o papel dessa categoria na formação e reconhecimento do sujeito.

Eixo 2

“Efeitos danosos provocados pelo crime em desfavor da vítima, de seus familiares”: uma análise entre gênero e família.

Para prosseguir na análise dos movimentos enunciativos importantes na articulação de gênero e sexualidade para a construção da noção de família na jurisprudência, operarmos um alargamento de algumas noções e propomos algumas problematizações onde o gênero e a sexualidade se tornam dizíveis de determinada forma numa dada concepção de família.

Nesse trabalho a família é entendida como um dispositivo para exercício do controle sobre os sujeitos e como forma de constituição dos mesmos. Com base nessa montagem de família, pensamos na análise dos modos pelos quais esse dispositivo, através da sua fabricação diferenciada responde a diversos interesses na instância jurídica, como agravante, na tentativa de fixar uma identidade ao réu em julgamento. Conforme Scheinvar (2006):

A ênfase na família nas campanhas sanitárias, no discurso pedagógico, na normalização jurídica e em todas as práticas profissionais atuais expressa a naturalização de uma estrutura social sustentada na perspectiva indivíduo-família. A família passou a constituir um espaço privado, cuja atribuição maior é a responsabilidade por seus membros. Assumida por meio de uma série de estratégias de controle disciplinar, a prática familiar produz efeitos tanto no seu âmbito interno (privado), como no âmbito público (ordem pública). Público e privado, espaços interligados por uma produção concomitante (Scheinvar, 2006, p.50).

Esse eixo mostra o quanto ser homossexual ou prostituta pode ser visto como uma justificativa para ser alvo de um crime que atinge não só a vítima como também a família; como ter seu nome associado ao gênero que foge a norma heterossexual é visto como ofensa para si e para a sua família; e como a categoria prostituta é vista com relação à sua família.

Num documento penal de homicídio, há um debate sobre a motivação do crime, questionando se teria acontecido por homofobia:

Verifica-se nos autos que o motivo do **crime foi homofóbico, devido a aversão irreprimível à vítima que era homossexual**. (Tribunal de Justiça de Alagoas – TJAL. (2014). 0065344-45.2010.8.02.0001. Apelação.)

O sujeito foi condenado, mas chama atenção que a condenação não se justifica apenas pelo assassinato, mas pelos danos familiares e sociais, pois seu ato prejudicou tanto a “vítima” como os familiares “que vivem o luto e não recuperam os pertences” (Tribunal de Justiça de Alagoas – TJAL. (2014). 0065344-45.2010.8.02.0001. Apelação.)

As consequências do delito, isto é, o **“conjunto de efeitos danosos provocados pelo crime em desfavor da vítima, de seus familiares ou da coletividade”** (Tribunal de Justiça de Alagoas – TJAL. (2014). 0065344-45.2010.8.02.0001. Apelação.) .

Em outro documento, o fato de ter a imagem associada à “Parada Gay” dá início ao pedido de indenização, pois é visto como uma ofensa para a família.

Pondera que não houve no episódio qualquer menção ao nome da Apelada, servindo a imagem apenas para ilustrar a matéria em que a recorrida encontrava-se abraçada a uma outra mulher, **em matéria de conteúdo homossexualista, fato que causou surpresa, vexame e consternação dos cônjuges**. (Tribunal de Justiça do Ceará – TJCE. (2011). 22414-40.2006.8.06.0001/1. Apelação Cível.)

O argumento da acusação é homofóbico e sexista, visto que ao longo do documento a suposta ofensa por conta da imagem da mulher é entendida como direcionada à honra do marido. Concordamos assim com Perucchi (2008) quando afirma que as decisões do âmbito jurídico perpassam a vida social e criam diversos arranjos familiares, que normalizam condutas e posições dos sujeitos, pois a família não está separada da ordem política do social.

Para a continuação da análise, apresentamos um documento que utiliza a família como medida de valor de um sujeito. Emerge no documento a profissão

de prostituta como algo sem valor, última opção para quem não tem “família”. Ficam as questões: Quais dispositivos (cultura, igreja, família, Estado, escola, ciência) produzem a associação que ser prostituta é pertencer a uma categoria abominável, como última opção e não como uma forma de profissão? Há a noção de quando se tem família, mesmo sendo prostituta, vai ter uma punição?

Que a vítima disse para (...) **se matasse essa ‘rapariga se referindo a inter-roganda não dava nada, pois ela não tinha família.** (Tribunal de Justiça do Ceará – TJCE. (2012). 18109-50.2005.8.06.0000/0. Apelação Criminal.)

Permanece, assim, a visão de que conforme o sexo designado para um corpo esse corpo terá sua sexualidade restrita a certos modelos. Além disso, a sexualidade feminina estaria colada a certa noção de família. Quando algo escapa aos padrões não apenas a sexualidade está colocada em questão, mas a própria família.

Na análise desses últimos documentos, buscamos problematizar a forma como a família é utilizada como fator agravante na mensuração da gravidade do crime e a relação da mesma com a vítima do ato criminoso, etapa inserida nos procedimentos jurídicos dos acórdãos. O que parece se apresentar aqui é a ênfase na família que coloca em questão o próprio valor da vida de um sujeito quando ele escapa às normas heterossexuais ou sexistas.

Conclusão

A partir da análise dos documentos da jurisprudência nordestina que apresentam questões de gênero e sexualidade, foi possível compreender uma estreita relação dos argumentos das discussões com a noção de família. O primeiro eixo analisou como nos documentos em que as partes são homossexuais ou transexuais existe uma explicação sobre gênero vinculado à formação de família. Já o segundo eixo analisou a articulação entre a normalização das categorias de gênero e suas implicações para a família.

As categorias de gênero que escapam a norma heterossexual são reiteradamente descritas nos materiais, principalmente no que tange a interface com a família. Além disso, fugir da norma heterossexual e do contexto machista e patriarcal pode ser visto como motivo de um crime e uma ofensa que atinge o sujeito e a família e como a categoria prostituta é rejeitada socialmente, já que não tem família. Sendo assim, cabe problematizar o quanto as normalizações

6 A palavra “rapariga” é usada na região nordeste como sinônimo de prostituta.

de gênero e sexualidade se relacionam com a restritiva noção de família nuclear e heterossexual, que seria a *celula mater* da sociedade e digna de proteção do Estado. Nesse sentido, é importante o alargamento das noções de família para a real efetivação e garantia de direitos de pessoas que divergem da norma heterossexual.

Referências bibliográficas

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. A microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos VII arte, epistemologia, filosofia e história da medicina. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

LONGARAY, DEISE AZEVEDO; RIBEIRO, PAULA REGINA COSTA. Espaços educativos e produção das subjetividades gays, travestis e transexuais. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 62, p. 723-747, Setembro. 2015.

PERUCCHI, Juliana. “Mater semper certa est pater nunquam” O discurso jurídico como dispositivo de produção de paternidades. Projeto de Tese. Doutorado em Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2008

SARMENTO, George. Direitos humanos: liberdades públicas, ações constitucionais, recepção dos tratados internacionais. São Paulo. Ed. Saraiva, 2011.

SCHEINVAR, Estela. A família como dispositivo de privatização do social. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 48-57, junho. 2006.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal; São Paulo. Ed. Savaiva. 15 ed. rev. e atual, 1994

O DISQUE 100 E A VIOLÊNCIA LGBT

Lenon Silva Boaventura¹

Warlen Alves de Oliveira Júnior²

Suely Aldir Messeder³
suelymesseder@gmail.com

Resumo

A Constituição Nacional Brasileira de 1988, ao delegar ao estado a defesa da ordem jurídica e do regime democrático, foi peça fundamental na criação de serviços estatais e políticas públicas voltadas para o reconhecimento dos direitos de pessoas e grupos vulneráveis. É graças a esse compromisso constitucional que a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) trás para si o Serviço Disque 100- que se caracteriza por ser um serviço de utilidade pública, que se disponibiliza a receber demandas relativas às violações de Direitos Humano que atingem populações vulneráveis- e firma um termo de compromisso com o Ministério Público para que ele recepcione as denúncias registradas no Disque 100 e ofereça serviços de atendimento às pessoas acometidas. Em 2010, o Governo amplia o serviço do Disque 100 criando o módulo direcionado para lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT); e o Ministério Público da Bahia delega ao GEDEM, Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher, a recepção dessas denúncias correlatas às pessoas LGBTs. Neste artigo pretendemos identificar, analisar e compreender tais denúncias de violência. Esta proposta origina se através da relação já estabelecida entre o Ministério Público/Ba- GEDEM e a Universidade do Estado

1 Graduando em Direito- Universidade Federal da Bahia (UFBA)

2 Graduando em Psicologia- Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

3 Professora doutora em Antropologia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) -

da Bahia, mediante o termo de Cooperação Técnica para a articulação e interação em atividades da área técnica-científica, cujo objetivo expressa-se pela proteção e pela defesa dos direitos humanos da população LGBT. Trata-se de uma pesquisa de natureza metodológica quali-quantitativa, onde foram analisados, em totalidade, os registros das denúncias tendo como recorte os anos de 2012 e 2013, com ênfase na população LGBT. Os dados recolhidos das denúncias LGBT do Disque 100 foram catalogados e analisados levando em conta que cada categoria aí representada sofre tipos de violências específicas. Essas violências, trazendo como referencial o artigo sete da lei Maria da Penha, podem ser psicológicas, patrimoniais, físicas, sexuais e morais. Nesta sistematização foi possível detectar não apenas as categorias de violência, mas os locais onde, segundo a recorrência das denúncias, são propícios a episódios de violência e a ação do agressor em potencial. Por exemplo, foi percebido que as lésbicas sofrem mais violência no âmbito doméstico, além de ser o grupo que mais denuncia, que as pessoas trans sofrem mais violência no ambiente externo e que os gays, majoritariamente não declaram o seu agressor. No campo do debate científico são escassos tanto os estudos que versam sobre o Serviço Disque 100, muito embora ele desempenhe um papel estratégico na luta contra violações de direitos humanos. Neste sentido, estamos diante de um tema que atravessa a fronteira disciplinar, cujo conteúdo a ser produzido nesta investigação tem como meta central a elaboração de políticas públicas que buscam aperfeiçoar um serviço prestado diretamente à população vulnerável da nossa sociedade considerando as especificidades no que tange a manifestação da violência cometida a cada grupo.

Palavras-chaves: Disque 100; LGBT; Direitos Humanos; Ministério Público.

Introdução

A Constituição Nacional Brasileira de 1988, ao delegar ao estado a defesa da ordem jurídica e do regime democrático, foi peça fundamental para o fortalecimento das instituições estruturantes do nosso Estado Democrático de Direito, sobretudo no que tange a defesa e visibilidade dos interesses difusos e coletivos (meio ambiente, consumidor, patrimônio histórico, turístico e paisagístico; pessoa portadora de deficiência; criança e adolescente, comunidades indígenas e minorias étnico-sociais). Desde então, são quase 30 anos de reconhecimento dos direitos de grupos e pessoas vulneráveis, tais conquistas são refletidas pelos serviços prestados pelos aparelhos estatais criados por políticas públicas, cujos conteúdos, formas e dispositivos estruturam e são estruturados pelos conhecimentos gerados pelos movimentos sociais e pelos estudos acadêmicos. . A relação entre o Ministério Público e nossa Constituição se estabelece como decisiva no capítulo Das funções essenciais à Justiça, com efeito, esta instituição, tornou-se uma espécie de Ouvidoria da sociedade brasileira. Tendo em vista essas premissas, este artigo versa sobre o Serviço Disque 100, vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e gerido pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, bem como sobre o GEDEM Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher vinculado ao Ministério Público da Bahia, cuja institucionalização ocorreu em 2006, no âmbito do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Cidadania CAOCI, através da Resolução nº 021/2006, aprovada pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia.) A aproximação entre o Serviço Disque 100 e o GEDEM colaborou com a construção da complexidade do objeto de pesquisa, que tem como universo as denúncias prestadas ao Serviço Disque 100 correlatas às pessoas LGBT transferidas pela Ouvidoria para o GEDEM no período de 2012 a 2013. Por um lado, o Serviço Disque 100 caracteriza-se por ser um serviço de utilidade pública, que se disponibiliza a receber demandas relativas às violações de Direitos Humanos, em especial, as que atingem populações vulneráveis, tais como: Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência, Pessoas LGBT, Pessoas em Situação de Rua e Outros, como quilombolas, ciganos, índios, pessoas em privação de liberdade. Por outro lado, temos o GEDEM que promove o atendimento e proteção aos direitos da mulher, e mais recentemente atende á população LGBT. Neste projeto pretendemos identificar, analisar e compreender tais denúncias de violência, traçando o devido perfil das vítimas das agressões, dos locais onde elas acontecem e dos tipos de

violências - trazendo como parâmetro o artigo sete da lei Maria da Penha que as tipificam como psicológicas, patrimoniais, físicas, sexuais e morais- que acometem esses indivíduos.

Em 2013, o Serviço Disque 100 completou 10 anos de existência e foi altamente ovacionado pela Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Desde 2003, a SEDH/PR assumiu o serviço de Disque-Denúncia, como ação estratégica de implementação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (BRASIL/SEDH, 2009, DISQUE DENÚNCIA NACIONAL DDN 100, p.7). Ainda que, originalmente o serviço tenha sido desenhado como uma ação estratégica para atender as denúncias de violação com a população infanto-juvenil, em 2010, o serviço inicia a atender as denúncias contra outros grupos considerados como vulneráveis, tais como: pessoas idosas, população em situação de rua, pessoas com deficiência, população LGBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais), tortura, entre outras violações de Direitos Humanos. No site oficial do Serviço Disque 100 identificamos a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos como o órgão diretamente responsável em receber, examinar e encaminhar denúncias e reclamações, muito embora a Ouvidoria seja responsável em gerir este serviço, ela também atua com outros órgãos públicos e organizações da sociedade, tais como: Conselhos Tutelares e de Direitos, equipamentos de assistência social, como os CREAS, os órgãos da segurança pública (Delegacias especializadas, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal) e Ministério Público. No Estado da Bahia, observamos a parceria do MP/BA com o serviço Disque 100, mediante as diversas campanhas publicitárias audiovisuais realizadas com a logomarca do MP-BA com as figuras públicas, sobretudo cantores/as de Axé. Quando nos debruçamos ao longo dos dez anos de existência deste serviço Disque 100 prestado pelo Estado para atender a população considerada vulnerável apreciamos o envolvimento de vários parceiros institucionais, mas saltam os olhos o desinteresse em entendê-lo no campo científico, uma vez que são escassos os estudos produzidos sobre o tema, e quando encontramos vincula-se ao grupo infanto-juvenil. Para entendermos no âmbito local o interesse deste objeto de pesquisa é preciso reportarmos ao ano de 2012, quando o Ministério Público do Estado da Bahia-GEDEM e a Universidade do Estado da Bahia celebram o termo de Cooperação Técnica para a articulação e interação em atividades da área técnica-científica, tendo por objetivo a proteção e a defesa dos direitos humanos da população LGBT.

Em 2014, o termo de cooperação técnica tendo como umas das principais ações a proposta neste projeto, que é a análise dos registros de denúncia contra as pessoas LGBT gerada pelo Serviço Disque 100. Este projeto tem como foco a produção de conhecimento produzida e atendimentos prestados tanto pelo Serviço Disque 100, quanto pelo GEDEM em relação à população LGBT, tendo em vista a formulação de um novo conhecimento que possa subsidiar as políticas públicas por um conhecimento implicado numa epistemologia crítica. Com efeito, pretende-se suprir as lacunas entre o conhecimento científico e as formas de atendimento á população vulnerável pelos aparelhos estatais.

Desenvolvimento

A primeira onda do movimento homossexual no Brasil tem início, em 1978, com o surgimento da Revista Lampião da Esquina. Como analisa Peter Fry e Edward Macrae em seu livro *O que é homossexualidade*, a revista marca o começo da luta por reconhecimento e legitimidade da homossexualidade no Brasil. O lançamento da revista gera um alvoroço e tem papel fundamental na criação do Núcleo de Ação Pelos Direitos Dos Homossexuais, composto exclusivamente por homens neste primeiro momento, que futuramente originará o Grupo Somos. A partir de um convite para participação da semana de debates sobre o movimento de emancipação de grupos discriminatórios na USP em 78, o Núcleo de Ação Pelos Direitos Dos Homossexuais é rebatizado por Grupo Somos e, além de, se tornar o primeiro grupo homossexual oficialmente organizado do país, novos integrantes, incluindo mulheres, adentram o grupo, ainda em minoria. Devido às dificuldades de levantar com mais profundidade temas lésbicos em reuniões predominantemente masculinas e com a aproximação do movimento feminista à causa, as lésbicas do Grupo Somos debandam e formam o Grupo de Ação Lésbico-Feminista em maio de 1980. Devido a diferenças ideológicas, em 1983, o Grupo Somos se dissolve. Por volta de 1985, apesar de conquistas importantes de novos grupos- como a vitória do recém formado GGB (Grupo Gay da Bahia) na campanha contra a patologização da homossexualidade- o declínio quantitativo é notório e significativo, como constata Facchini:

“Uma retrospectiva dos encontros nacionais do movimento, publicada pelo Boletim do GGB em 1993, ao falar sobre a prévia do II EGTO, realizada em 1980, sugere, no entanto, que não se tratava*

de um declínio do movimento, mas de uma drástica redução do número de grupos e da intensificação da atividade de uma nova geração de militantes”. (FACCHINI, 2002: 72)

A “segunda onda” do movimento homossexual é marcada pela eclosão da epidemia de Aids no Brasil, meados dos anos 80, e estimulada pelos estigmas depositados na homossexualidade propões uma mudança de postura com relação a “onda” anterior. Duas organizações que tiveram a frente dessas transformações foi GGB (Grupo Gay da Bahia) e o Triângulo Rosa. Essas novas posturas, além de trazer um “pragmatismo, de direcionamento específico para a ‘causa homossexual’ e de uma maior valorização das relações com o movimento internacional” (FACCHINI, 2002: 80), são marcadas pela preocupação desses grupos em encontrar um espaço físico próprio e em registrar o grupo legalmente, com o intuito de ultrapassar os encontros marginais e atingirem um grau de institucionalização. Marcando assim a transição de um movimento voltado para as experiências pessoais, para um movimento político preocupado com a construção da imagem do homossexual militante.

Na tentativa de englobar e respeitar estas diferenças, hoje, os autores apresentam a identidade homossexual como LGBT (Oliveira, 2010). O movimento LGBT atua de maneira transversal aos demais movimentos sociais. Então, com o movimento ampliado, dentre outras lutas, o combate a LGBTfobia tem estado no centro da busca por conquista no campo dos direitos e da política.

Com o intuito de mapear as violências e de amparar a população LGBT, levando novas formas de denunciar as agressões, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) traz o Disque 100 como ferramenta primordial.

Na Bahia, o Disque 100 recebe, examina e encaminha as denúncias para o Ministério Público do Estado, que por sua vez deixa sob responsabilidade do Grupo de Atuação em Defesa da Mulher (GEDEM). O GEDEM é uma organização, primordialmente, criada pelo Ministério Público do Estado da Bahia para garantir a defesa dos direitos e a defesa das mulheres. Todavia, desde 2014, a instituição, percebendo as altas demandas da população LGBT e a necessidade de proteção específica à essa população, passa a acolher as denúncias e os indivíduos violentados.

Os registros das denúncias são compostos basicamente pelo número do protocolo; número da denúncia; a data e a hora da ligação feita para o Disque 100; o relato do denunciante, que pode ser a vítima ou não; e por fim os dados

da vítima e dos suspeitos; além do relato do denunciante. Neste artigo, fazemos ressaltar, à falta de dados básicos dos agressores e das vítimas, sem nenhum tipo de tipificação que permita a quem lê a denúncia determinar se o denunciante se recusou a informar ou se não foi perguntado. Também faz-se necessário alertar para a falta de catalogação das identidades de gênero nas denúncias, as denúncias de pessoas trans e de travestis foram catalogadas de maneira arbitrária. O relato do denunciante, nessa análise, desempenhou papel fundamental na identificação das denúncias de pessoas trans e travestis, foi o local de onde extraímos as informações mais precisas e onde foi possível tipificar a violência acometida. Foi percebido também nestes registros que o conteúdo do relato, muitas vezes, não possui dados básicos dos suspeitos, como o nome, ou o endereço de onde possa ser localizado, para prestar esclarecimento sobre o fato narrado pelo denunciante, o que acaba por reduzir ou excluir as possibilidades de ação do órgão responsável pela defesa dos Direitos Humanos, que dessa forma fica impotente para agir de alguma forma, prevenindo casos como os dos relatos, ou repreendendo os autores das agressões praticadas contra essas pessoas.

É importante enfatizar que aspectos interseccionais, como performance de gênero, classe social e escolaridade são ignorados pelo instrumento de coleta de dados usado pelo Disque 100. Ignorando esses outros marcadores da identidade do indivíduo- que influenciam diretamente no tipo, na gravidade e na intensidade de violência sofrida- o Disque 100.

As tipificações das violências aqui relatadas trouxe como referencial a Lei Maria da Penha, pois é ela que o GEDEM/LGBT usa para enquadrar as denúncias e por ser a única lei do nosso código penal a categorizar os tipos de violência, como pode ser notado em seu artigo 7:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante,

perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Para fazer a análise dos dados, a sigla foi dividida em três grupos: Lésbicas e Bissexuais, os indivíduos Bissexuais foram agrupados com as Lésbica, pois, predominantemente, identificavam-se como mulheres cisgêneres; o segundo grupo foi de gays; e o terceiro de travestis e transexuais, que foram alocados, pois mesmo tendo conceitos diferentes, possuem certa semelhança, notada durante as análises, das motivações e locais da violência. A luz destas definições que foram realizadas análises dos dados encontrados no GEDEM/LGBT.

Análise de dados dos registros de denúncias de violência contra LGBT nos arquivos do GEDEM/LGBT (2012-2013)

Lésbicas e bissexuais:

No período selecionado para análise foram encaminhadas ao GEDEM/LGBT 31 denúncias as quais o sujeito agredido era identificado como lésbica ou bissexual, somando um total de 41 vítimas. Após identificação destes registros foi feito um levantamento da natureza da violência sofrida a partir da classificação do formulário do próprio Disque 100. Foi percebido que em todas as

denúncias havia queixa de violência psicológica. Em segundo e terceiro lugar, as tipificações de violências mais ocorridas foram agressões física e discriminação, com 7 e 4 aparições nos relatos, respectivamente. Em seguida, voltamos o nosso olhar ao estudado do agressor, quem é e sua possível vinculação com a vítima. Aqui nos deparamos com a dificuldade da obtenção destes dados, uma vez que entre as 31 denúncias apenas 16 havia a identificação do agressor. Dentre estas 16 identificações, 9 relatavam familiares como sujeito ator das agressões e 4 vizinhos. Este recorte da realidade nos permitiu perceber que as lésbicas e bissexuais registradas no Disque tem como principal agressor seus familiares e vizinhos.

Travesti e transexuais

Das denúncias encaminhadas ao GEDEM/LGBT, relacionadas a Travestis e Transexuais, entre os anos de 2012 e 2013 foram 41 casos registrados pelo Disque 100. Dentre estes casos, 24 são relacionados somente a violência psicológica, 12 a violência física e 1 caso de morte de uma transexual. Das 41 denúncias relativas a pessoas transgeneras, 20 são creditadas a pessoas desconhecidas/diversos, apenas 9 são relacionadas a vizinhos, 7 relacionadas a familiares e 5 dos registros são queixas de das agressões praticadas por companheiros, ex-companheiros, namorados e ex-namorados das vítimas.

Gays

Dos registros das denúncias encontrados no GEDEM/LGBT, 84 eram relatos de gays. Todos os sujeitos declararam que sofreram violência psicológica. O segundo tipo de violência que mais apareceu foi a Discriminatória com 50 denúncias relacionadas seguido de violência física com, aproximadamente, 25 das denúncias. As denúncias pouco falam sobre violência financeira, somando menos de 3 dos casos.

A maioria das vítimas não identificou o seu agressor. E dos que indicaram, percebe-se que a diferença entre violência doméstica e a não doméstica é pequena, 6 relatos de diferença entre a primeira e a segunda.

Considerações Finais

Em conclusão, foi evidente que o número de denúncias entre o período de 2012-2013 é baixo comparado a quantidade de pessoas LGBT na Bahia. Assim, é importante que haja divulgação do serviço e incentivo a denúncias.

É também sabido que é equivocado analisar a população LGBT de maneira homogênea, sem considerar os diversos marcadores sociais que constroem esses corpos e a diversidade unificada na sigla. Tendo em vista isso, notamos que a maneira como está estruturada a ferramenta que o Disque 100 utiliza para registrar os relatos de violência apaga a identidade do sujeito. O questionário, erroneamente, leva a acreditar que todo LGBT sofre o mesmo tipo de violência. Contudo, o sujeito possui outras características que influenciam na violência que o acomete. Da mesma forma que o gay não é só gay, que a lésbica não é só lésbica, que a travesti não é apenas travesti, a sociedade não é apenas LGBTfóbica. A sociedade também é machista, racista, classicista, e estes outros traços da identidade influenciam na tipificação e na intensidade da violência. O Disque 100 precisa estar atento as estas especificidades para uma melhor efetivação das políticas públicas de combate à LGBTfobia.

Também enfatizamos a necessidade de uma lei específica que criminalize LGBTfobia, porque apesar da Lei Maria da Penha atualmente servir como parâmetro para as tipificações da violência, ela não dá conta das especificidades da violência sofrida pelos LGBTs.

Referências:

FACCHINI, REGINA. “Sopa de letrinhas”? : movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. Campinas-SP. 2002.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983 (Coleção Primeiros Passos).

“Habeas corpus. Execução penal. Comutação de pena. Crime de roubo qualificado. Possibilidade. Inexistência de restrição disposta no Decreto N.º 4.495/02. Impossibilidade, em sede de Direito Penal, de se aplicar a analogia in malam partem”. (STJ. HC 43391 / SP. Min. Laurita Vaz. Data do Julgamento: 02/08/2005)

OS SENTIDOS DAS DECISÕES JUDICIAIS EM CASOS DE ESTUPRO CONTRA MULHERES E A MANUTENÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO

Lívy Ramos Sales Mendes de Barros
Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Livsal3s@hotmail.com

Resumo: Essa pesquisa teve por objetivo entender como os sentidos das decisões judiciais de casos de estupro estão atravessados fortemente pela visão androcêntrica. Observamos através das estatísticas que a sociedade vem atualizando as formas de opressão sobre as mulheres e muito embora os números apontem para um aumento significativo dos crimes de estupro, o Sistema de Justiça Criminal, reproduz os estereótipos de gênero que terminam por conduzir o julgamento nos crimes sexuais. Para tanto elementos da construção desse julgamento devem ser problematizados: a reflexão acerca de como a formação sóciojurídica dos magistrados ratifica o modo que, por vezes, responsabiliza as vítimas pela agressão sofrida, inferindo, portanto, um sistema de categorização das mulheres e assim, conduzido historicamente determinadas decisões judiciais nos casos de estupro, que a nosso ver está fortemente ancorada na visão androcêntrica estruturante das relações de gênero contemporâneas. Ao refletir sobre as recorrências, mudanças e permanências que constroem os vereditos a partir de parâmetros nem sempre presentes na lei, o presente trabalho se direciona ao debate de como o judiciário internaliza e perpetra uma prática social de violências físicas, sexuais, morais e institucionais reflexos de uma justiça que acompanha a lógica de uma cultura cujo ordenamento social é ditado pela estrutura patriarcal.

Palavras-chave: Estupro, Decisão judicial, Patriarcado, Dominação masculina.

Introdução

Com base nos dados disponibilizados através da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, a cada 12 segundos uma mulher sofre estupro no Brasil. De acordo com Menicucci (2013), houve um aumento de 168% nos registros de estupro nos últimos cinco anos. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), estima-se que no Brasil, em 2013, aconteceram 527 mil casos ou tentativas de estupro, sendo que apenas 10% foram notificados às autoridades policiais (IPEA, 2014). A violência sexual contra as mulheres figura em 89% dos casos. Afirma ainda o documento do IPEA (2014) que

a maioria esmagadora dos agressores é do sexo masculino, independentemente da faixa etária da vítima, sendo que as mulheres são autoras do estupro em 1,8% dos casos, quando a vítima é criança, 4,1% dos agressores das crianças são os próprios pais ou padrastos e que 32,2% são amigos ou conhecidos da vítima (IPEA, 2014, p. 9).

Com base neste panorama, retomamos as experiências de pesquisa empírica iniciadas em 2006, intitulada *“Análise do comportamento da vítima de crime de estupro para aplicação da pena”*, na qual buscamos analisar como os juízes alagoanos compreendiam e classificavam o comportamento da vítima para fins da aplicação da penalidade. Estas observações foram feitas por meio de análise documental de 15 sentenças prolatadas por juízes de 1º instância.

De início, percebemos que mesmo em processos onde o réu foi considerado culpado, várias passagens das sentenças apontaram para o aparecimento de outro sujeito investigado: a vítima. Constatamos naquelas decisões que, no momento de aplicação da pena, os magistrados também analisavam o comportamento da vítima, o que revelou que, na perspectiva dos juízes, a esta também concorria conjuntamente com o agressor para a ocorrência do estupro. Tal *modus operandi* mostra que a magistratura não está imune aos estereótipos ideologicamente constituídos nas relações de gênero, tradicionalmente atravessadas por um olhar patriarcal (SAFFIOTI, 2004).

A discussão sobre violência sexual contra mulheres no Brasil revelam a configuração da dinâmica dos processos criminais, mostrando um sistema de classificação por sexo/gênero sustentado por uma *visão androcêntrica*, que,

aproximando-se da afirmação de Bourdieu (2014), “impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la” (BOURDIEU, 2014, p. 22), revelando-se, de tal modo, que

os julgamentos de estupro, na prática, operam, sub-repticiamente, uma separação entre mulheres “honestas” e mulheres “não honestas”. Somente as primeiras podem ser consideradas vítimas de estupro, apesar do texto legal (ARDAILLON; DEBERT, 1987, p. 35).

Diante destas constatações, a pesquisa aqui apresentada desenvolveu-se no sentido de não buscar somente a decisão judicial e seu conteúdo, como também os prolores daquelas sentenças, pois os juízes enquanto indivíduos eram os sujeitos sociológicos protagonistas de nossas inquietações. A esse sentir, convinha entender motivações que orientam as interpretações dos casos a serem julgados pelos juízes. A partir de então nosso caminho orientou-se pela compreensão de como as trajetórias de formação pessoal e profissional, bem como eventuais pressões externas, atuavam sobre suas razões de decidir.

Compreender a relação que se estabelece entre o processo de produção decisional – que pode estar atravessado por elementos que ultrapassam a interpretação do caso concreto ou a “distribuição da justiça”, implica incorporar um conjunto de elementos “extralegais” capazes de nos dizer o que foi “conhecido” e apreendido pelos magistrados e magistradas em suas trajetórias de vida, bem como suas relações em sociedade, fora do gabinete.

Vimos assim a necessidade de orientar nosso foco para os sujeitos que construíram essas sentenças, isto é, como a trajetória pessoal, acadêmica e profissional dos juízes constituem elementos presentes em suas razões de decisão. Quais são as “disposições duráveis de modos de agir, pensar e sentir; as formas de esquemas de percepção, avaliação e ação”, isto é, o *habitus* (BOURDIEU, 1989), dos agentes do campo específico aqui problematizado?

Nessa perspectiva, não se pode olvidar que, a despeito do contínuo aumento do número de mulheres, a composição da magistratura brasileira ainda é formada majoritariamente por homens. Segundo os dados do Censo dos Magistrados, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)¹ no final do ano de 2012 e início de 2013, 64% dos magistrados eram do sexo masculino. Nos tribunais superiores eles chegam a representar 82% dos ministros.

1 O estudo completo está disponibilizado no portal do CNJ (www.cnj.jus.br/censo).

Ao analisarmos outras variáveis a partir dos dados fornecidos pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, do universo de pouco mais de 17 mil magistrados no país, perceberemos também que a maioria da magistratura é casada ou está em união estável (80%) e tem filhos (76%). A idade média de juízes, desembargadores e ministros é de 45 anos. Na Justiça Federal estão os juízes mais jovens, com 42 anos, em média. Em geral, a carreira dos magistrados começa aos 31,6 anos de idade, enquanto a das magistradas começa aos 30,7 anos. Já em relação à composição referente a cor/etnia dos juízes, desembargadores e ministros declararam-se brancos em 84,5% dos casos. Apenas 14% se consideram pardos, 1,4% pretos e 0,1%, indígenas. (CNJ, 2014).

Assim, pensando nesses dados e refletindo sobre o perfil dos juízes, nos perguntamos qual a relação desses marcadores sociais e suas respectivas decisões. Quem eram aqueles sujeitos que como porta-vozes da justiça estavam não somente “dizendo o direito”, mas transcendendo a letra da lei e transpondo em seus julgamentos contornos muito intimamente orientados pelas suas histórias de vida e suas posições no espaço social? Como então se dá a relação existente entre aquele que busca justiça para denunciar crimes cometidos contra si, e aquele que julga? A partir dessas retóricas de neutralidade ou de igualdade no direito, como é construída essa avaliação de quem são as vítimas e réus em crimes de estupro?

2. Crime de estupro e os sentidos das decisões judiciais

Partimos da compreensão de que o estupro é uma forma de poder e dominação através do sexo. O interesse em estudar o fenômeno foi motivado pelas contradições que o Sistema de Justiça Criminal enfrenta quando se depara com esse delito. Nesse ponto, convém trazer as ponderações de Steinem e Wolfe (2012) ao salientarem que quando falamos em racismo, o maior foco é no racista. O mesmo ocorre com o antissemitismo. No entanto, questionam as autoras, por que, ao falarmos de estupro, o foco maior não é o homem que estupra, mas as vítimas?

Quando tratamos sobre a problemática de violência contra a mulher, o Brasil é um dos países mais violentos. A organização internacional *YouGov* efetuou uma pesquisa publicada no jornal britânico *Daily Mail*, posicionando o Brasil no vice-campeonato entre **os países mais inseguros para mulheres viajarem sozinhas** em todo o mundo, estando atrás apenas da **Índia** entre os destinos mais perigosos (ARAÚJO, 2015). A argumentação para posicionar o

Brasil nesse ranking se dá com base em dados fornecidos pelo Ministério da Saúde, segundo o qual o número de estupros aumentou 157% entre os anos de 2009 a 2012.

Os dados do 8º Anuário do Fórum de Segurança (2014) dizem que 50.320 casos de estupro (incluindo homens e mulheres) foram registrados pela polícia em todo país, e já apontava o estupro como um problema nacional. Contudo, **estima-se que estes 50 mil casos seriam apenas os números oficiais, enquanto o número real seria o triplo.** Tal levantamento faz uma consideração, que agrava ainda mais as estatísticas: apenas 35% das vítimas costumam relatar o episódio às polícias, segundo pesquisas internacionais.

Ainda segundo os dados, em 2013, cerca de 143 mil estupros ocorreram no Brasil. Além dos casos consumados, o número de tentativas de estupro também cresceu e, em 2013, chegaram a 5.931 casos, o que quer dizer uma média de 2,9 por cada 100 mil. O Estado com maior taxa de estupros é Roraima, onde registra 66,4 casos por grupo de 100 mil pessoas. Depois vêm Mato Grosso do Sul (48,7), Rondônia (48,1), Amapá (45,4), Santa Catarina (44,3) e Acre (44,3). Goiás apresenta a menor taxa com 6,8. Alagoas registrou, em 2013, 512 casos de estupro – um aumento de 19 casos em relação ao ano anterior.

O que observamos nos casos de violência sexual, e tantos outros que ocorrem cotidianamente no país é a heterogeneidade de circunstâncias que envolvem a prática do estupro. É também expressa no perfil de vítimas e agressores, de modo a tensionar a ideia comum de que os suspeitos seriam dotados de um “instinto animalesco”. Além disso, é comum pensar que o estupro é um crime praticado por desconhecidos, no meio da rua, e que a vítima é a mulher com comportamento socialmente entendido como “notável”, atacada a altas horas da noite. Também se têm em mente que os agressores são indivíduos monstruosos, que violentam suas vítimas impulsiva e instintivamente. Ainda é frequente pensarmos que os estupros são cometidos por agressores de baixa escolaridade, remetendo mecanicamente atitudes violentas à condição cultural e socioeconômica de quem comete delitos dessa natureza.

Segundo Carolina Velasquez, em estudo intitulado *El perfil del violador* (citado por Pimentel; Schritzmeyer; Pandjarian, 1998 a partir de Poylib, 1993), vários estudos norte-americanos concluíram que é irrisório número de estupradores considerados “renegados sexuais, impulsionados por fantasias sádicas ou por aversão ao sexo feminino” é irrisório (PIMENTEL; SCHRITZMEYER; PANDJIARJIAN, 1998).

Estatísticas do Departamento de Polícia Norte-Americano FBI (*Federal Bureau of Investigation*), reforçam esses dados, ao aferir que o americano esturador típico não é um esquizofrênico reprimido pela timidez, pela depravação sexual e por uma mulher ou mãe “dominadora”. Por certo que existem esturadores psicopatas e com antecedentes familiares problemáticos, no entanto, segundo a pesquisa, tratam-se de exceções (BROWNMILLER apud PIMENTEL; SCHRITZMEYER; PANDJIARJIAN, 1998).

Culturalmente há um entendimento de que os abusos e violências sexuais contra as mulheres, especialmente o estupro, são a todo momento confundidos com a relação sexual em si, portanto, relativizados, como no argumento tácito que posiciona o “não” como um “sim” charmoso. Andrade (2004) reflete sobre essas concepções – inseridas em um contexto de impunidade onde o Sistema de Justiça Criminal atua em solidariedade masculina com a família patriarcal – ao constatar que se pensa da seguinte maneira: “a mulher que diz não quer dizer talvez; e a mulher que diz talvez quer dizer sim” (ANDRADE, 2004, p.27)

Recentemente uma pesquisa realizada nos Estados Unidos com estudantes universitários revelou que um terço dos homens (31,7%) estupraria uma mulher se não houvesse consequências (NASSIF, 2015). No Brasil, um levantamento sobre as várias faces do machismo feito pelo Instituto Avon e Data Popular em todas as regiões do país ouviu 2.046 pessoas, entre 16 a 24 anos (POLATO; ALVES, 2014). Desse contingente, 1.029 entrevistadas eram mulheres. Ainda que a maioria reconheça a existência do machismo, grande parte dos jovens admitiu reforçar e reproduzir comportamentos que julgam as mulheres e as depositam em uma posição de desigualdade em detrimento dos homens. Segundo a pesquisa 78% das jovens entrevistadas relatam já ter sofrido algum tipo de assédio como cantada ofensiva, abordagem violenta na balada e ser beijada à força. Além do mais, três em cada dez garotas dizem ter sido assediadas fisicamente no transporte público (POLATO; ALVES, 2014). O dado mais estarrecedor é que 9% das mulheres revelaram que já foram obrigadas a fazer sexo quando não estavam com vontade; e 37% que já tiveram relação sexual sem camisinha por insistência do parceiro. Outros dados se apresentaram latentes: 43% dos garotos e 34% das mulheres proferem distinções entre mulheres para “ficar” e “namorar”; 30% dos homens e 20% acreditam que mulheres com roupas justas estão “se oferecendo” (POLATO; ALVES, 2014).

São várias as informações que remontam e crescem diariamente nosso panorama sobre os estereótipos de gênero e crescentes casos do estupro e violência contra a mulher. No entanto, qual a relevância desses dados em uma

pesquisa que retrata os sentidos das decisões judiciais em casos de estupro? Como todo esse fenômeno reflete um pensamento lastreado pelos modelos da moral sexual enraizada no patriarcado? Observamos que há uma construção de práticas socioculturais refletidas, nas práticas jurídicas, que naturalizam as relações sociais de violência, dominação, controle e poder. E o universo do Direito, ao apreciar casos concretos, pode muitas vezes promover, manter, criar valores que redundam na legitimação que preserva a “moral e os bons costumes” da sociedade.

Ainda que a jurisprudência esteja pacificada em dizer que a palavra da vítima é suficiente para conduzir a condenação do réu, notamos que grande parte das decisões são atravessadas pela dúvida e pela busca do “depoimento ideal” ou mesmo da “vítima ideal”. Assim, mesmo não mencionadas na legislação penal, características como coerência, certeza, “perfeita convicção”, “em harmonia com os demais elementos de prova”, discurso “digno de credibilidade”, são critérios que precisam ser exaustivamente lembrados, especialmente para algumas mulheres que figuram como vítimas de estupro.

Concordando com Pimentel, Schritzmeyer e Pandjarjian (1998) em crimes de estupro a vítima precisa provar que não é culpada a todo tempo, estando a sentença judicial cercada por uma criteriosa vigilância para descobrir não só a verdade, mas também a mentira.

O conceito de gênero consagrado na literatura sociológica e feminista enquanto categoria analítica e histórica (SAFFIOTI, 1987, p. 45) tem alavancado as investigações e análises acerca da violência contra as mulheres. Da mesma forma, a dominação e violência simbólica relatados por Bourdieu (2014) vêm contribuindo para aprofundar os questionamentos acerca da assimetria nas relações entre os gêneros.

Mathieu (2009) diz que, em geral, as sociedades opõem o sexo, que é biológico, ao gênero (*gender*, em inglês), que é social há uma construção histórico-social sobre o biológico que produz maneiras de pensar, se comportar e agir e acionam uma determinada “adequação” entre gênero e a tradução patriarcal do sexo. Para Saffioti (2004) a denominação do patriarcado: “1) não se trata de uma relação privada, mas civil; 2) dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição” (SAFFIOTI, 2004, p. 58). Essa desigualdade pode se dar através de estereótipos de gênero, que fundamentam uma *visão androcêntrica* do todo social, delimitando papéis hierarquicamente definidos.

Há uma construção social da “divisão das coisas e das atividades (não necessariamente sexuais) segundo a oposição entre o masculino e o feminino”

(BOURDIEU, 2014, p. 20), afirma Bourdieu, que defende a *visão androcêntrica* enquanto uma violência simbólica que estrutura esquemas de pensamento num “sistema de oposição homólogas (...)” (BOURDIEU, 2014, p. 20), que se aplicam universalmente como “normal”, “natural”, em virtude de uma “socialização do biológico e de biologização do social” produzido nos corpos e na mente, construindo um princípio de divisão da realidade e da “representação da realidade” (BOURDIEU, 2014, p. 14), que, para o autor, enraíza-se em todos os *habitus*.

Nesse sentido segue nosso questionamento quanto às possíveis interferências da *visão androcêntrica* no processo de produção das sentenças sobre os crimes de estupro, pela classe dos magistrados. É ainda Bourdieu que contribui ao discutir que as instituições estatais e jurídicas se destacam na eternização da subordinação feminina, por serem capazes de elaborar e impor os princípios de perpetuação da dominação masculina. Para Bourdieu (2014), fundamentam, pois, a violência simbólica que constitui a *visão androcêntrica*, a qual se manifesta tanto na possibilidade em si da ocorrência e recorrência de todos os tipos de violência de gênero, bem como, nas classificações, estereótipos de gênero, presentes nas sentenças. Desse modo, ainda segundo Bourdieu (2014), o mundo social constrói uma ordem simbólica a partir da “visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres” (BOURDIEU, 2014, p. 22-24).

A pesquisa realizada em 2014 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre a *Tolerância social à violência contra as mulheres* (2014) é um importante dado empírico sobre como a dominação masculina está inscrita na ordem social brasileira. O percentual de maior repercussão à época da divulgação era a afirmação de que 65% dos brasileiros concordavam com a seguinte assertiva: “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas” (IPEA, 2014). O IPEA divulgou em seguida que houve erro causado por uma troca de gráficos. Dos 3.810 entrevistados, na verdade seriam 26% aqueles concordes com a assertiva, que a nosso ver continua um número altíssimo e demonstra como uma parcela significativa da sociedade tolera e justifica a violência direcionada ao gênero feminino. A errata do IPEA divulgada acompanhou enorme perda das atenções midiáticas sobre os resultados da pesquisa, muito embora o percentual continue se revelando assustador, e combine-se a outros percentuais tão extremos de intolerância e disciplinamento patriarcal do corpo feminino, quanto o que foi do erro, correspondente aos “alarmantes 65%”. Exemplo disso é o dado de que 58,5% dos entrevistados que possuíam a percepção de que se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros. (IPEA, 2014).

Para além da população em geral, entendemos ser importante revelar que outro personagem surge para engrossar o movimento de classificação das mulheres e corroborar com estereótipos de gêneros construídos e perpetrados socialmente: os magistrados. Estes, revestidos sob o manto da suposta neutralidade que tem o discurso da lei, longe de conduzir suas práticas buscando não aprofundar os abismos de gênero, diante da produção da sentença, em meio ao escudo da legalidade, discurso de justiça (que se reivindica) universal, igualitária e outras falas justificadoras, quando na interpretação da técnica judicial, tem uma magistratura incapaz em sua maioria, de estabelecer um diálogo de usar a igualdade de gênero, e portanto, resta incapaz de compreender as formas de produção da violência.

Assim a decisão judicial compreende um conjunto no qual estão contidas a história da formação acadêmica, sobretudo na área penal, as novas diretrizes do Direito, a doutrina, a jurisprudência, bem como as fontes bibliográficas eleitas como aporte teórico das atividades judiciais, a preparação para aprovação nos concursos, o caminho para a carreira magistral e tudo que ela representou e representa ao longo dos tempos, que delineiam as práticas de atuação jurídica refletindo nos julgamentos de modo a manter uma estrutura de decisões muito ancorada em refletir, em detrimento à violência, os papéis sociais dado às mulheres historicamente em profundo escanteamento das reflexões e discussões de gênero, fundamentais para compreender a lógica que conduz os crimes sexuais.

Percebemos que a lei nem sempre figura como fonte primária em suas eleições e senso de percepção sobre o tema. A partir das condições histórico-pessoais, acadêmica e das suas trajetórias e posições dentro do campo jurídico, observamos que as decisões, mesmo sob as mudanças sociais e do próprio Direito, trazem as marcas de uma cultura patriarcal que divide mulheres honestas e não honestas (expressão retirada inteiramente do Código Penal somente em 2006) e que de modo peculiar motivam os juízes e dão sentido as suas decisões.

3. Considerações Finais

A propósito de tecer nossas conclusões, consideramos importante retomar a motivação desse trabalho, a qual foi despertada pelo expressivo aumento conjuntural da violência contra as mulheres nos últimos anos no Brasil, notadamente no que se refere aos crimes de estupro. A última pesquisa do Ipea sobre o tema, intitulada Tolerância social à violência contra as mulheres (2014), ganhou

enorme destaque midiático devido ao problema ocorrido na divulgação dos dados (supracitado anteriormente), mas mantendo sobretudo dados alarmantes quanto à opinião popular imbuída de uma visão androcêntrica (BOURDIEU, 2014) que naturaliza a violência contra as mulheres, porque naturaliza a feminilidade e a masculinidade do patriarcado.

Diante dessa prática tão sedimentada socialmente, qual a relevância do Sistema de Justiça e especialmente do poder judiciário no movimento dessa engrenagem que envolve o estupro e a forma como ele é entendido socialmente?

Esta pesquisa buscou compreender as conexões entre as decisões dos magistrados e suas histórias de vida, bem como sua relação com a família, a política, o Direito e o entendimento discursivo que os magistrados davam às suas práticas quando se depravavam com crimes sexuais. Questionamos se a visão androcêntrica estaria presente no tratamento do poder judiciário sobre os crimes de estupro. Os sujeitos prolores dessas decisões judiciais, e a relação do poder judiciário com o crime de estupro, concorrem com a lei. Assim, o perfil socioeconômico, cultural, de cor/etnia e de gênero do magistrado brasileiro, bem como sua trajetória dentro do campo jurídico denota contribuição na produção simbólica dos princípios patriarcais que formam os estereótipos encontrados historicamente nas sentenças de crimes sexuais.

Inferimos que o magistrado pesquisado, devido a sua formação intelectual, aos valores culturais que alimenta e, portanto, à distância social dos problemas tratados, torna-se incapaz de perceber as dinâmicas sociais e os dramas das mulheres vítimas do condicionamento sócio-cultural que sanciona a violência.

Assim, nossa investigação infere que a formação dos estereótipos, para o Sistema de Justiça Criminal, particularmente na pessoa do juiz, corrobora fortemente para a vitimização feminina, quando, inversamente, deveria atuar na proteção da mulher vítima de violência.

Assim, afinados com a imagem bourdiana da existência de uma verdadeira máquina produtora dos princípios da dominação, das relações de poder, que ordenam simbolicamente a constituição dos *habitus* posicionados verticalmente em todos os campos (BOURDIEU, 2014), os juízes, apesar do dever da imparcialidade, possuem valores que perpassam a constituição de seu cotidiano e acabam utilizando-os no exercício da sua profissão, reproduzindo a violência de gênero. Como sujeitos sociais alocados numa determinada estrutura, os agentes jurídicos e seus discursos reproduzem a dominação de gênero, estabelecidos por valores tradicionalmente patriarcais que dão sentido aos julgamentos por eles construídos/ proferidos.

4. Referências

ANDRADE, Vera Regina P. A soberania patriarcal. O sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 48, p. 260-290, 2004.

ARAÚJO, Thiago. Brasil aparece em 2º lugar em lista dos destinos mais inseguros para mulheres viajarem sozinhas no mundo. Notícia. Brasil Post – Editora Abril. Disponível em: http://www.brasilpost.com.br/2015/02/24/lista-destinos-perigosos-mulheres_n_6744170.html Acesso em 14 de março de 2015.

ARDAILLON, Danielle; DEBERT, Guita Grin. Quando a vítima é mulher. Brasília: Cndm, 1987.

BARROS, Lívy R. S. M. de; JORGE-BIROL, Aline P. Crime de Estupro e a Vítima: a discriminação da mulher na aplicação da pena. In: Revista do Ministério Público de Alagoas. Nº 21, p. 135-156, jan/jun. 2009.

BRASIL. IPEA. Nota Técnica nº 11 Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da saúde. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf.%20Acesso%20em:%20em%203%20de%20mar%C3%A7o%20de%202014.

_____. Tolerância social à violência contra as mulheres (2014). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf. Acesso em: 2 de março de 2015.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014.

_____. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 8º Anuário do Fórum de Segurança. Disponível em: www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/8o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica. Acesso em: 1 de março de 2016.

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e gênero. In: HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, LE DOARÉ, Hélène, SENOTIER, Danièle (org.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

NASSIF, Luiz. Se não fossem penalizados, um terço de homens estupraria uma mulher. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/noticia/se-nao-fossem-penalizados-um-terco-de-homens-estupraria-uma-mulher>. Acesso em: 8 de março de 2016.

PIMENTEL, S.; SCHRITZMEYER, A.L.; PANDJIARJIAN, V.. Estupro: crime ou “cortesia”? Abordagem sociojurídica de gênero. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1998.

POLATO, Amanda e Cida Alves. 48% dos jovens acham errado mulher sair sem o namorado, diz pesquisa. Disponível em: <http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2014/12/48-dos-jovens-acham-errado-mulher-sair-sem-o-namorado-diz-pesquisa.html>. Acesso em: 3 de março de 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004

SAFFIOTI, H.I.B.; ALMEIDA S.S. de. Violência de gênero – poder e impotência. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter Ltda., 1995.

STEINEM, G.; WOLFE, L.. Sexual violence against women is the result of the cult of masculinity. Disponível em: <http://www.theguardian.com/commentisfree/2012/feb/24/sexual-violence-women-cult-masculinity>. Acesso em 7 de março de 2015.

VARGAS, Joana Domingues. Crimes sexuais e sistema de justiça. São Paulo: IBCCrim, 2000.

FRENTE DAS MULHERES DOS MOVIMENTOS DO CARIRI E A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA: NOVAS ALTERNATIVAS DE ENSINO JURÍDICO BRASILEIRO

Maria Clara Arraes Peixoto Rocha
Universidade Regional do Cariri
mariaclararochaa@gmail.com

Zuleide Fernandes Queiroz
Universidade Regional do Cariri
zuleidefqueiroz@gmail.com

Resumo: Os movimentos sociais de mulheres no Brasil têm se constituído em um espaço de empoderamento feminino diante da cultura machista, se concretizando, no contexto de disputa, de grande relevância para a sociedade como forma de resistência e luta. A história do movimento se mistura à luta e conquistas envolvendo os direitos humanos fundamentais da mulher, tais como as Delegacias Especializadas da Mulher, Juizado Especial e a lei 11.340/06. Porém, poucas são as mulheres que conhecem o funcionamento jurídico das questões relacionadas aos vários tipos de violência presentes em seus cotidianos, o que dificulta a efetividade das iniciativas políticas postas para as mulheres, como consumir denúncias. O presente estudo tem como objetivo explicitar o papel do movimento Frente das Mulheres dos Movimentos do Cariri, seus aspectos pedagógicos e construtores da luta social e sua relação de militância e aprendizagem jurídica, visando constituí-lo como espaço político e de ensino-aprendizagem, elucidando nas mulheres seus direitos perante a sociedade. A metodologia de base qualitativa se firmou no estudo bibliográfico, documental e na pesquisa de campo, através de entrevistas com mulheres do movimento que compõem a Frente das Mulheres dos Movimentos do Cariri cearense. O estudo possibilitou compreender o papel que hoje os movimentos exercem na concretização de um espaço democrático de direito quando no seu cotidiano tem se constituído em um lugar de: formação permanente para as mulheres, definição de pauta de luta, elaboração de projetos e propondo a manutenção e consolidação de legislação que assegurem os direitos das mulheres.

Palavras-Chaves: Movimentos Feministas, Ensino jurídico brasileiro, Democracia.

Introdução

Analisando historicamente o avanço temporal do desenvolvimento do ensino jurídico brasileiro, percebe-se que sua construção se evidenciou por fortes influências de Portugal. Antes da educação superior se instaurar no Brasil, no século XIX, a maioria das pessoas que almejavam obter estudo acadêmico teria que ir para Coimbra. O interesse e investimento direcionado à criação das primeiras faculdades de direito no país adveio da chegada da família real, em 1808.

José Luiz dos Santos em *“O que é cultura?”* (2006), afirma que a cultura de uma sociedade diz respeito a todos os entendimentos da vida social. O que se manifestava no Brasil, na época colonial, era um povo de tradições formalistas patriarcais e discriminatórias. Logo, o ensino jurídico refletia esse padrão intolerante e convencionalmente estabelecido pela elite de Portugal e acatado pelos fazendeiros e burgueses brasileiros.

A estrutura social era marcada por uma opressão cruel para com os negros que eram escravizados e excluídos de exercer os atos da vida civil, as mulheres que eram consideradas propriedades de seus companheiros, e outras rejeições relacionadas à classe social. E essas concepções errôneas de classificação para quem possuía ou não o privilégio da liberdade e da condição financeira, é que definia quem poderia frequentar o meio intelectual.

As situações excludentes eram reforçadas nesses espaços, de forma tal, que leis eram criadas condicionando as mulheres a frequentarem somente escolas de ensino básico, com matérias voltadas para o âmbito doméstico, lições de etiqueta, estudo da religião cristã e outras.

O patriarcado se consolidava nesse momento, e as mulheres brancas de famílias com uma situação financeira confortável que aspiravam participar do espaço letrado de ensino superior eram julgadas de forma bastante pejorativa. Somente meio século depois as mulheres podem ingressar nas faculdades, mesmo assim, as condições para entrar nesse meio, permanecer e depois ter espaço no mercado de trabalho eram precárias devido ao preconceito que sofriam.

Apesar do processo histórico de reformulação do ensino jurídico no Brasil, com o passar dos anos, este, continua enraizado nos rígidos padrões formais -oficiais de ensino, mostrando pouca e retardada abertura para a presença das mulheres, e também para modelos alternativos de transmissão do conhecimento.

Diante deste cenário, como docente e discente de uma universidade pública em que vem formando bacharéis em Direito nas últimas décadas indagamos: como vêm se constituindo os cursos de Direito? Como têm se relacionado com as pautas e as lutas dos movimentos sociais? Como os movimentos sociais têm se apropriado dos estudos e legislação para sua luta? Que movimentos de mulheres se constituíram na região do Cariri?

O presente estudo visa expandir os horizontes do que se conceitua como ensino jurídico, sendo também espaço de aprendizagem política das mulheres em relação aos seus próprios direitos e deveres na ordem civil.

Os movimentos sociais refletem a busca por direitos de determinados grupos. Procuram modificar cenários políticos e sociais, também através da conscientização da população, conferindo caráter de combate às opressões da classe dominante. Têm como perfil de prática política traçado pelos educadores populares os princípios de legalidade e legitimidade de suas reivindicações. (WARREN, 2011, p.55).

Em sua maioria, os movimentos feministas têm como objetivo a igualdade de direitos entre os gêneros, se utilizando de meios de ensino não formal. Tais como a elucidação histórica de luta das mulheres e sua importância na representatividade na atualidade, como também tratam de assuntos relacionados aos conteúdos de direito. Nos movimentos feministas, o ensino jurídico se consolida a partir do momento em que princípios da constituição, do código civil, penal e outros materiais de cunho jurídico são discutidos nos grupos.

O Cariri Cearense se mostra presente em diversas pesquisas nacionais relacionadas a casos de violência contra mulher. Segundo o Mapa da Violência 2012, elaborado pelo Instituto Sangari (WAISEFISZ, 2012, p. 9), em que foram listados somente os municípios com taxas superiores a 8 homicídios em 100 mil mulheres, a cidade de Barbalha se encontra em 11º posição, representando o dobro da média nacional, por exemplo. A realidade de combate das mulheres negras, transexuais e travestis contra as discriminações são ainda mais difíceis. Os vários tipos de agressões assumem perspectivas ainda mais graves, em razão dessas pessoas estarem num perfil que a classe dominante tenta marginalizar, e por este motivo, o grupo se encontra em postos de trabalho inferiores a cargos de chefia e de boa remuneração salarial.

Nesse segmento, surge a Frente de Mulheres de Movimentos do Cariri, em maio de 2014, com propósito de combater a violência contra a mulher. Trabalhando em conjunto com coletivos já atuantes na região, com o objetivo de “feminizar e enegrecer” esses movimentos. (ISIDÓRIO. et al., 2015).

Os movimentos sociais têm fundamental importância na sociedade, no sentido de reportar-se à população como uma categoria não superior, mas num mesmo parâmetro. A história do ensino jurídico se deu de forma aristocrata, e quem escrevia, ensinava e aprendia as leis eram os homens da elite, criando assim um sentimento hierárquico entre o povo e o Estado. Os movimentos sociais, em sua maioria, empregam as mais diversas experiências como forma de aprendizagem, tendo como fonte de conhecimento tanto professores e estudantes, como a sociedade em todos os seus âmbitos, unindo a intelectualização do assunto com as práticas e as vivências.

O presente estudo tem, por conseguinte, como objetivo explicitar o papel do movimento Frente de Mulheres de Movimentos do Cariri, seus aspectos pedagógicos e construtores da luta social e sua relação de militância e aprendizagem jurídica, visando constituí-lo como espaço político e de ensino-aprendizagem, elucidando nas mulheres seus direitos perante a sociedade.

Metodologia

Compreendendo que um estudo desta natureza se constitui em uma concepção metodológica de base qualitativa, tomamos a pesquisa bibliográfica e o estudo documental como fio condutor das reflexões e proposta que fazemos, articulando-se com a pesquisa de campo, tomando os relatos orais como base do que vamos afirmar, qual seja, o movimento social como espaço de educação não-formal, de formação das mulheres e da sua pauta de luta.

O método descritivo foi utilizado para constatar aspectos e dados da Frente de Mulheres de Movimentos do Cariri enquanto movimento social, e descrever as circunstâncias de ensino jurídico incluído em seu contexto, bem como, através dos relatos orais, o entendimento do passado, da memória e da história das mulheres e do movimento estudado.

Resultados e discussão

Daniela Emmerich de Souza Mossini relata em *“Ensino Jurídico: história, currículo e interdisciplinaridade a evolução do ensino jurídico brasileiro”* desde o seu surgimento até a atualidade, evidenciando como a influência de Portugal desencadeou nesse processo.

Influenciados pela Reforma Pombalina no ensino jurídico, ditada nos estatutos de 1772, os estudantes brasileiros puderam acompanhar as transformações liberais das Faculdades de Direito em Coimbra, ocorridas em décadas seguintes, trazendo consigo essa bagagem cultural ao Brasil. (MOSSINI, 2010, p. 75).

Antes da instalação do ensino superior no Brasil a alta sociedade do tempo tinha que cursar Direito na Faculdade de Coimbra em Portugal. Até a chegada da família real de Portugal ao território brasileiro em 1808, a preocupação lusitana estava direcionada a questões secundárias com relação à educação, como a proteção do país contra invasões, a exploração de escravos, a preservação de riquezas naturais (plantações, exportações e outros), bem como sua fiscalização e o controle coercitivo dos indígenas. Por este motivo, a iniciativa de interesses para a implantação do ensino superior no Brasil se deu de maneira tardia. (BOVE, 2006, p. 118).

Somente em 11 de agosto de 1827, surgiram em Olinda e em São Paulo os primeiros cursos de Direito do país, contudo, funcionaram de fato no ano posterior (BOVE, 2006, p. 121). As aulas ministradas tinham pouca qualidade de ensino, se dedicavam de forma técnica a assuntos que se direcionavam as necessidades políticas e econômicas da época. Nesse sentido, as matérias propedêuticas do direito não tiveram destaque, sendo assim, os alunos não exercitavam a ideia-núcleo da análise crítica nos conteúdos repassados, apenas os reproduziam.

É de suma importância que haja uma dedicação por parte dos professores e alunos na formação acadêmica para uma evolução dos modelos de aprendizagem, no sentido de expandir esse ambiente para uma contribuição também social. Tendo a construção do ensino jurídico se baseado em padrões discriminatórios e tradicionais, já que refletia a cultura social da época, entende-se o porquê desse formato ser presente na atualidade.

Os primeiros a frequentar a esfera acadêmica eram pessoas da elite, sendo estes os filhos de donos de fazenda, comerciantes e intelectuais. Tais como o escritor e poeta Álvares de Azevedo, Bernardo Guimarães e Fagundes Varela no curso de Direito em São Paulo. Já em Recife, o filósofo, poeta e jurista Tobias Barreto, Sílvio Romero, entre outros. (BOVE, 2006, p. 121). Logo se percebe o caráter privatístico das primeiras Faculdades. O artigo 8º da lei de 11 de agosto de 1827 dizia:

Art. 8. - Os estudantes, que se quiserem matricular nos Cursos Jurídicos, devem apresentar as certidões de idade, porque mostrem ter a de quinze annos completos, e de approvação da Lingua Franceza, Grammatica Latina, Rhetorica, Philosophia Racional e Moral, e Geometria.

Essa mesma lei estabelecia aos cursos de Direito em Olinda e em São Paulo que a grande curricular fosse difundida em oito annos, na tentativa de alterar o formato de ensino até então ministrado. Seriam os quatro primeiros annos dedicados as matérias de filosofia de caráter humanístico. Concernia ao chamado *Curso Anexo* à responsabilidade de conduzir o alunato a um estudo aprofundado das matérias propedêuticas para um melhor entendimento do *Curso Jurídico*. (DA SILVA LIMA. et al. 2014, p. 3).

Um fator agravava o retardo do ensino jurídico no Brasil: a exclusão das mulheres no plano educacional. Ainda no ano de 1827, D. Pedro I declara a lei de 15 de outubro que em seu primeiro artigo diz "Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias.". E em seu artigo onze inclui as meninas.

Esses escritos podem dar a ideia de abrangência e igualdade, porém, no artigo doze refere-se à mulher como ser associado à imagem doméstica, sendo de sua responsabilidade os afazeres deste ambiente e o acesso à educação até então só se consolidava nas escolas primárias:

Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquellas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7º.

Somente meio século depois, as primeiras estudantes com muito esforço iniciaram sua história acadêmica. No século XIX as mulheres que escolhiam seguir alguma carreira profissional ou intelectual eram julgadas de forma pejorativa. Sofriam tanto no meio social (dentro da família, nos lugares públicos), como no espaço da escola superior.

Nesse sistema dualista atribuímos valores femininos e masculinos às coisas e às pessoas e as tratamos diferentemente em função desse valor atribuído, sendo sempre superior o valor masculino. Os homens são racionais, ativos e com capacidade de abstração no pensamento, enquanto se atribuem às mulheres características inferiores como a irracionalidade o sentimentalismo, a passividade. Essa é uma forma de organizar o pensamento, conseqüentemente, as relações sociais entre os indivíduos de sexos diferentes, garantindo a supremacia masculina. (SABADELL, 2008, p. 270).

Contudo, o perfil cultural representava uma forte influência instrutiva cristã, principalmente. O que dificultava demasiadamente o distanciamento das relações sociais, acadêmicas e políticas desse padrão religioso. Inclusive, era um dos maiores obstáculos para a inserção de mulheres no mercado de trabalho e na docência.

A ruptura com a Igreja permitiu que Coimbra se abrisse ao pensamento europeu, porém trouxe poucos resultados para a aproximação dos estudantes de Direito à realidade social brasileira. Eles continuaram sendo formados por portugueses que viam no Brasil uma mera colônia de exploração. Os problemas sociais brasileiros só importavam na medida que repercutissem economicamente na Metrópole. (MOSSINI, 2010, p. 66).

Sendo assim, foi inesperado para o contexto social da época quando uma mulher, Myrthes de Campos, em 1899 assumiu cargo no Tribunal de Justiça Brasileiro do Rio de Janeiro. Foi a primeira mulher a exercer a advocacia no Brasil, e também a primeira a integrar no antigo Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Ela terminou sua graduação em 1898 pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, contudo, por motivos de fortes preconceitos, apenas em 1906 conquistou o lugar de sócia efetiva do Instituto da ordem dos Advogados do Brasil, que era condição imprescindível para poder exercer a advocacia. A Comissão da Justiça, Legislação e Jurisprudência declarou em seu favor, alegando que:

[...] nos termos do texto do art. 72 § 22 da Constituição o livre exercício de qualquer profissão deve ser entendido no sentido de não constituir nenhuma delas monopólio ou privilégio, e sim carreira livre, acessível a todos, e só dependente de condições necessárias ditadas no interesse da sociedade e por dignidade da própria profissão. (*Revista IOAB*, 6 jul. 1899).

Somente pelo Decreto n. 14.343, de sete de setembro de 1920, do Presidente da República, Dr. Epitácio Pessoa nasceu a Universidade do Rio de Janeiro, que atualmente é conhecida por Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nesse tempo as mulheres estavam se fortalecendo cada vez mais, em 1921 é constituída, no Rio de Janeiro, a Federação Brasileira pelo progresso feminino, sob liderança de Bertha Lutz. Tinha por objetivo a conquista pelo voto feminino, mudanças no código civil e pela educação e profissionalização das mulheres.

Dessa forma, percebe-se que desde o início do ensino jurídico brasileiro, as formas de dominação masculinas foram evidentes de tal maneira que estabeleceram a exclusão e o atraso da entrada das mulheres na educação de nível superior, e, conseqüentemente no mercado de trabalho. Conforme os movimentos de mulheres foram se consolidando, estes também se preocuparam em aludir acerca dos direitos da mulher dentro do movimento e exterior a ele. Tanto no sentido de revolucionar as leis vigentes no Estado, concomitante na luta da mudança das mesmas, como também na busca da significação do que as leis diziam, essa tradução se dá por meio do ensino jurídico não formal.

No caso específico do nosso lugar de estudo encontramos instituições de ensino jurídico funcionando no Cariri cearense. São três cursos em Direito com uma matriz curricular de base legal nas diversas áreas do direito tradicional e com a área de direitos humanos que tenta dialogar com as questões de gênero, etnia/raça e movimentos sociais.

Com cursos de origem europeia, como vimos, o diálogo com a realidade se constitui, ainda, pouco frutífero. O que observamos é a realização de ações por parte de alunos e professores de pesquisa e extensão envolvendo estes temas. Estas ações vêm se estabelecendo em lugar de troca e experiência com os movimentos sociais, em que alunos e docentes ingressam nos espaços e movimentos, muitas vezes se inserindo na militância.

Nosso ponto de partida tem por base, no ano de 2015, uma entrevista com a delegada da Delegacia Especializada da Mulher (DDM), localizada na cidade de Crato, Kamila Moura de Brito, onde deixa claro em seu discurso que as

violências físicas, psicológicas e sociais sofridas pelas mulheres ainda apresentavam baixos índices de denúncias. Apesar da criação da Lei Maria da Penha, em 2006, com os objetivos principais prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, a mesma alega o desconhecimento dos mecanismos de funcionamento da mesma. (ROCHA, 2015).

O movimento de mulheres no Cariri se consolida em 1993, com a criação do primeiro Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, na cidade do Crato. Este se consolida pela luta que as mulheres já enfrentavam em função da violência contra a mulher existente na região. O Conselho expande a sua política e se junta às ações de pesquisa e extensão que as mulheres, professoras e alunas das instituições de ensino superior e básica começam a realizar.

Agregada a luta contra a violência, outras pautas se juntam, em especial, a do direito da mulher de se constituir na sociedade e de circular em todos os lugares, bem como de apresentar nas suas mais diversas condições. Estas iniciativas vão dar base ao surgimento, na cidade de Barbalha, do movimento Marcha das Vadias, ocorrida em 2012, tendo como pauta questões importantes acerca da liberdade do corpo feminino. Tais como pontos sobre direitos reprodutivos e sexuais, questões sobre a violência contra a mulher.

A segunda Marcha foi realizada na cidade de Juazeiro do Norte, com um formato diferenciado na preparação, teve uma organização voltada para plenárias e reuniões com a presença de outros movimentos sociais, coletivos, partidos políticos, professores e estudantes universitários. (ISIDÓRIO, et al. 2015).

Deste movimento, em 17 de maio de 2014, na cidade de Crato, desabrocha oficialmente a Frente de Mulheres de Movimentos do Cariri, manifestando-se como um grupo anti-capitalista, antilesbohomotransfóbico e antirracista. Tendo como objetivo a luta contra a opressão de gênero, etnia, classe e orientação sexual, entendendo que o coletivo unido potencializa as decisões.

Em entrevista realizada no ano de 2015 com uma das representantes do movimento, a assistente social Suamy Soares, afirmou:

Todas as mulheres e homens que compõem a Frente já têm ações de enfrentamento às múltiplas formas de violência nas suas entidades; e de certa maneira isso já faz a Frente ter certa aproximação com as mulheres. Nós realizamos uma formação com as componentes da Frente e a nossa postura para 2015 é ampliar as atividades para os bairros periféricos e dialogar com as mulheres trabalhadoras e camponesas. Por outra parte, recebemos muitas mulheres

que estão em situação de violação e nos procuram para assessoria ou apenas como espaço de compartilhamento de sentimentos. Estamos abertas para receber as mulheres e encaminha-las para as autoridades competentes, pois a Frente não resolve as demandas das mulheres, nosso objetivo é pressionar o Estado para que ele cumpra sua função.

Percebe-se que a cultura machista na região do Cariri Cearense ainda é violenta quando se trata das mulheres, José Luiz Santos em “*O que é cultura?*” afirma:

Cultura é um território bem atual das lutas sociais por um destino melhor. É uma realidade e uma concepção que precisam ser apropriadas em favor do progresso social e da liberdade, em favor da luta contra a exploração de uma parte da sociedade por outra, em favor da superação da opressão e da desigualdade. (SANTOS, 2006, p. 45).

A cultura é uma construção histórica, e eminentemente uma construção social. Ou seja, a cultura não é uma matéria exata, biológica ou matemática, não é resultado de leis naturais. Sendo uma elaboração coletiva da existência humana, a cultura modifica-se de acordo com o seu contexto histórico, político e social. A Frente de Mulheres de Movimentos do Cariri contribui para que o conhecimento não fique aprisionado a nenhum tipo de privilégio e que as reproduções culturais machistas no meio jurídico não sejam mais reproduzidas pelos operadores do direito e pela sociedade. Já que busca compartilhar os mais diversos tipos de saberes, trocas de experiências com os diferentes tipos das camadas sociais.

Ilse Scheerer Warren em *Redes de Movimentos Sociais* (2011, p. 49) afirma: “[...] o autoritarismo na cultura política brasileira não é apenas o resultado do agir das elites políticas, mas tem também suas raízes nas formas como as classes dominadas se submetem e reproduzem em suas próprias práticas cotidianas este autoritarismo”.

Quando a Frente de Mulheres de Movimentos do Cariri se reúne para planejar suas pautas e em seguida, realizar suas ações, questões voltadas para o âmbito jurídico são discutidas. Nos anos de 2014 e 2015 foi realizado pela Frente de Mulheres de Movimentos do Cariri um seminário sobre Gênero, Feminismo,

Raça e Classe. No qual foi dividido em quatro partes, sendo o primeiro módulo sobre “Gênero, classe e divisão social do trabalho”, em seguida, “Direitos sexuais e reprodutivos”, “Gênero e diversidade sexual” e “Racismo e sexismo”.

Sendo a construção histórica e atual das leis brasileiras feita majoritariamente por homens, conseqüentemente essa não representa a voz feminina e seus direitos e garantias fundamentais. No momento em que o ensino jurídico reproduz esse padrão, retarda a evolução do direito brasileiro. Quando um movimento social com foco na luta das mulheres, ocupa o espaço ideológico em favor da defesa da mulher contra as várias formas de violência de gênero que era pra ser responsabilidade do Estado, assume uma atribuição política necessária para a democracia brasileira.

A institucionalização do poder masculino correspondeu largamente à incorporação de grande parte da sua vida social aos códigos e ao controle jurídico e burocratizado do Estado, com a simultânea dos âmbitos nos quais o poder informal das mulheres teria sido historicamente exercido, o doméstico e o sagrado. (BIROLI, 2010, p. 52)

Sendo a luta trabalho eterno do Direito (IHERING, 2009, p.48), a Frente de Mulheres de Movimentos do Cariri se constitui de vários coletivos, grupos e entidades sociais que visam contribuir e ajudar no combate de opressão da mulher na vida civil. Está em constante transformação e adequação dos novos conceitos relacionados ao ser feminino, e também na busca por mudanças no meio jurídico, logo, político e social.

A construção desse novo modelo cultural caracteriza-se, ainda, pela tentativa de democratização das práticas cotidianas internas ao grupo, e da conseqüente ampliação da participação com a crescente presença das mulheres, e jovens nos movimentos, tendo-se tornado majoritária em alguns casos [...]. (WARREN, 2011, p. 57).

Conclusão

A concepção ampla do entendimento do que é educação gera novas aprendizagens e saberes. Os movimentos sociais, tendo como modelo o ensino não-formal, assumem relevância quando se trata de repassar ensinamentos de ordem jurídica. Quando nesses ambientes se discute conteúdos relacionados

ao Direito brasileiro, a elucidação do assunto de forma que chegue a todas as camadas sociais e aos meios midiáticos, garantindo assim uma real democracia. No caso do movimento social Frente de Mulheres de Movimentos do Cariri quando falam de violência contra a mulher, a Lei 11.340 de 6 de agosto de 2006, mais conhecida por “Lei Maria da Penha” é discutida. De forma que a presença interdisciplinar dos mais diversos profissionais, estudantes e pessoas envolvidas nos movimentos sociais garante que o repasse do assunto seja adaptado a todos.

Compreendemos que o conhecimento não pode ficar enclausurado nas salas fechadas das universidades, esse modelo é antigo e como analisado nessa pesquisa, não é eficaz. Ao longo desta caminhada e participando da construção da Frente e da formação permanente das mulheres envolvidas encontramos o desafio para o ensino jurídico e para os Cursos de Direito inseridos no cariri Cearense.

O estudo possibilitou compreender o papel que hoje os movimentos exercem na concretização de um espaço democrático de direito quando no seu cotidiano tem se constituído em um lugar de: formação permanente para as mulheres, definição de pauta de luta, elaboração de projetos e propondo a manutenção e consolidação de legislação que assegurem os direitos das mulheres. E o mais instigante, com a possibilidade real de ajudar os cursos de formação em bacharelado em Direito de refletirem sobre sua habilitação, ensino, ações de pesquisa e extensão.

Referências

BIROLI, Flávia. Miguel, Luis Felipe. **Feminismo e Política**. 1 Ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

BOVE, Luiz Antonio. **Uma Visão Histórica do Ensino Jurídico no Brasil**. Disponível em: < <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/RFD/article/viewFile/508/506>>. p.116-117. Volume 3, nº 3 (2006). Acesso em: 14 mar. 2016

BRASIL, Lei nº 11 de agosto de 1827. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-11-08-1827.htm>. Acesso em: 11 mar. 2016

BRASIL, Lei nº 15 de outubro de 1827. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm. Acesso em: 11 mar. 2006

BRASIL, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm>. Acesso em: 28 mar. 2016

DA SILVA LIMA, Alessandra. **O ENSINO JURÍDICO NO BRASIL**. 2014

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 23. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ISIDÓRIO, Ana Verônica Barbosa.; LIMA, Maria Eliana.; GRANJEIRO, Cláudia Rejanne Pinheiro.; SOARES, Suamy Rafaely. **A dimensão pedagógica da luta: protagonismo das mulheres negras na frente das mulheres dos movimentos do Cariri**. 2015

MOSSINI, Daniela Emmerich de Souza. **Ensino Jurídico: história, currículo e interdisciplinaridade**. São Paulo, 2010. 249 f. Tese (Doutorado em educação: Currículo). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=11787> Acesso em: 13 mar. 2016.

ROCHA, Maria C. A. P.; **Movimentos Sociais e a Lei Maria da Penha: Uma análise das iniciativas eficazes que garantem a igualdade entre os gêneros**. 2015

SABADDEL, Ana Lucia. **Manual de Sociologia Jurídica**. 6. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. 272p.

SANTOS, Jose Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SOARES, S. R.: depoimento. [17 de novembro, 2015]. Entrevista concedida a Maria Clara Arraes Peixoto Rocha.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2012. Os **novos padrões da violência homicida no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2011. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Mapa-Violencia-2012_HomicidiosMulheres.pdf> Acesso em: 14 mar. 2016.

WARREN, Ilse Scherer. **Redes de Movimentos Sociais**. 5º ed. São Paulo. Editora Loyola. 2011.

GÊNERO, UMA CATEGORIA ANALÍTICA PARA OS DIREITOS HUMANOS

Mariana Torreão Brito Arcoverde
UFPE
marianatba@gmail.com

Denise Maria Moura e Silva.
UFPE
mouraesilva.denise@gmail.com

Resumo: Quando a chamada “perspectiva de gênero” foi introduzida no campo dos Direitos Humanos, há algumas décadas, seu posicionamento foi eminentemente direcionado às reivindicações feministas. Desde então, a terminologia “gênero” e “mulheres” é tratada, nesse campo do conhecimento, como sinonímia, sendo ambos os termos baseados fundamentalmente na problemática da diferenciação e da relação entre os sexos. O gênero tornou-se, ainda, uma área à parte, destacada de outros grandes temas dos Direitos Humanos que são, na atualidade, setorizados em pautas políticas avaliadas como praticamente distintas e pouco comunicáveis. À luz das proposições de teóricas como Joan Scott, Linda Nicholson e Judith Butler, o presente artigo procura refletir sobre a apropriação do gênero enquanto categoria analítica para os Direitos Humanos em uma perspectiva ao mesmo tempo abrangente e densa, que considere o gênero como estruturante da organização social, como um todo, e enquanto articulador de relações assimétricas de poder que estão no cerne das grandes violações de direitos combatidas pelos mais diversos sujeitos políticos.

Palavras-chave: Gênero, Direitos humanos, Categorias analíticas.

Introdução

Em 1986, a historiadora norte-americana Joan Scott escreveu um dos textos mais lidos pelas estudiosas feministas, o artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, publicado na revista *American Historical Review*. Scott inicia a publicação fazendo uma remontagem da introdução da perspectiva de gênero nas cátedras de História, afirmando que o termo passou a ser utilizado por historiadoras feministas para acentuar a nuance relacional de seus estudos, isto é, para sustentar que, sendo homens definidos em sua relação com mulheres e vice-versa, o conhecimento de um dos componentes do binômio pressuporia o do outro. Assumia-se, naquele momento, que inscrever/escrever as mulheres no processo histórico não resultaria em uma “história das mulheres”, em apartado, mas em uma nova História, com noções mais abrangentes de significância das experiências públicas e privadas.

Em outras palavras, estava-se delineando o uso do gênero enquanto categoria de análise no campo da História. Contudo, a prática inicial de tal utilização não apresentava um caráter inovador, subversivo; ao contrário, o que se verificou foi a restrição da pesquisa histórica em gênero para os campos em que já existia aparente relação entre os sexos, como família e alguns tratos micropolíticos. Os grandes temas públicos, tais quais política internacional, economia global e guerra, ainda eram vistos como que impermeáveis às relações de gênero. Faltava força à categoria de análise para problematizar os laços de poder que sustentavam essa divisão inquestionada.

De modo a entender gênero não como uma “questão” separada, mas enquanto um sistema de relações sociais e sexuais, a autora afirma que é necessário compreender o poder não como algo unificado e centralizado, porém, no sentido foucaultiano, difuso, imbuído em relações assimétricas e discursivamente constituídas. Assim, Scott (1986, p. 1067) apresenta a seguinte definição: “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado em diferenças percebidas entre os sexos, e gênero é um modo primário de significar relações de poder¹” (tradução nossa).

A proposição de Scott sobre gênero, embora inicialmente endereçada aos estudos de História, se traduz em uma lente de compreensão de mundo abrangente, que pode ser apropriada por outros campos do conhecimento. Dentre tais

1 “Gender is a constitutive element of social relationships based on perceived differences between the sexes, and gender is a primary way of signifying relationships of power.”

campos, a seara jurídica, mais especificamente a esfera dos Direitos Humanos, revela-se um destinar interessante de tal apropriação, vez que, conforme se verá adiante, ainda comporta conceitos bastante monolíticos para as terminologias “gênero” e “mulher”. O presente trabalho, então, objetiva recuperar a proposta de compreensão socialmente articulada de gênero, proposta por Scott e outras autoras feministas, em um empreendimento teórico que faça sentido para o campo dos Direitos Humanos.

A afirmação do gênero enquanto campo primário de articulação de poder impõe observar que as diferenças percebidas entre os sexos estruturam, em maior ou menor grau, a própria organização da vida social. Na medida em que tais diferenciações estabelecem a distribuição – desigual – de recursos simbólicos, o gênero torna-se implícito na construção do poder em si (SCOTT, 1986). Percebido como estruturante das relações de poder na (s) sociedade (s), o gênero deixa de ser compreendido como um domínio “à parte” e pode ser reconhecido como categoria analítica possível, quiçá necessária, ao estudo dos Direitos Humanos de forma global.

Metodologia

A abordagem do trabalho em tela adota um viés qualitativo, sendo empreendidas tanto análise documental quanto pesquisa bibliográfica. Entendemos que a análise documental, embora seja tradicionalmente identificada com pesquisas de caráter quantitativo, pode ser bem aproveitada em uma abordagem qualitativa, nomeadamente quando se trata do escrutínio de documentos-chave na esfera dos Direitos Humanos. Tais documentos são uma fonte natural de informações pois, tendo origem num contexto histórico e sócio-econômico específico, relatam e oferecem dados relevantes sobre esse mesmo contexto (GODOY, 1995).

A pesquisa bibliográfica, por sua vez, compreende as formulações teóricas de autoras feministas, dentre as quais Scott, Nicholson e Butler destacam-se em sua compreensão socialmente complexa de gênero. Tais caminhos metodológicos coadunam-se com o objetivo proposto pois permitem compreender como a relação entre gênero e Direitos Humanos vem sendo construída nas normativas e práticas políticas internacionais neste campo, e de que forma a categoria analítica de “gênero” indicada pelas autoras selecionadas poderia ser adotada.

Resultados e discussão

Lançando um olhar sobre o campo dos Direitos Humanos, constataremos que tanto o rol de princípios fundamentais quanto o dos sujeitos em questão vem sendo ampliado, conforme a perspectiva de Bobbio (2004) de que são estes direitos históricos e contingenciais. Assim, a categoria de mulher, enquanto sujeito de direito, foi incorporada nas normativas relativas ao assunto. Levando em consideração a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (UN, 1948) como marco histórico da matéria, percebe-se que o seu preâmbulo já trazia o “reconhecimento da dignidade inerente a *todos os membros da família humana*” (grifo nosso) e a fé na “igualdade de direitos entre homens e mulheres”. À Declaração, que conferiu “lastro axiológico e unidade valorativa” (PIOVESAN, 2006) aos Direitos Humanos, seguiram-se outros instrumentos normativos nos quais são percebidas as categorias “homens” e “mulheres”, a saber, o Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos (1966), o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica (1969). A inserção da nomenclatura, a despeito de seu valor simbólico, ainda circunscrevia as mulheres no polo passivo da política, o lado frágil a ser protegido, não reconhecendo sua capacidade de agência e tampouco expressando seus direitos enquanto Direitos Humanos.

Em 1975, no México, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas - ONU, teve lugar a I Conferência Mundial da Mulher², na qual foi aprovado um plano de ação até 1985, anos a serem considerados a Década da Mulher. No preâmbulo do documento final apresentado pela Conferência, intitulado “Declaração do México sobre a Igualdade da Mulher e sua Contribuição para o Desenvolvimento e a Paz”, se estampa a compreensão de que “os problemas das mulheres, que constituem metade da população mundial, são os problemas da sociedade como um todo”³ (UN, 1975, p. 2, tradução nossa). Tal documento, todavia, não foi o ponto mais significativo da Conferência, que restou lembrada por ter sido o primeiro momento histórico em que o cenário internacional reconheceu as mulheres em seu papel político ativo, sendo relevante que, das 133

2 Outras três Conferências Mundiais das Mulheres ocorreram no âmbito da ONU: Copenhague (1980), Nairóbi (1985) e Beijing (1995).

3 “[...] the problems of women, who constitute half of the world’s population, are the problems of society as a whole [...]”.

delegações dos Estados participantes, 113 tenham sido chefiadas por mulheres (UN WOMEN, 2000).

O mais importante instrumento internacional de Direitos Humanos direcionado à proteção das mulheres veio poucos anos depois da Conferência do México: a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW⁴, adotada pela ONU em 1979. Segundo Barsted (2001), a CEDAW, de certa forma, nada mais fez que especificar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos e outros documentos internacionais produzidos na década de 1960, abrangendo temas como trabalho, saúde, educação, direitos cívicos e políticos, estereótipos sexuais, prostituição e família. A assunção inconteste, em termos de normativa internacional, de que os direitos das mulheres são, em verdade, Direitos Humanos, aconteceu apenas em 1993, na Conferência de Viena, com a seguinte afirmação:

Os Direitos Humanos das mulheres e das crianças do sexo feminino são uma parte inalienável, integral e indivisível dos Direitos Humanos universais. A plena e equitativa participação das mulheres na vida política, civil, econômica, social e cultural, aos níveis nacional, regional e internacional, bem como a erradicação de todas as formas de discriminação baseadas no sexo, são objetivos prioritários da comunidade internacional⁵. (UN, 1993, p. 22, tradução e grifos nossos).

Desde então, os mais variados organismos que lidam com a matéria de Direitos Humanos passaram a incluir as mulheres em suas agendas políticas, não apenas no âmbito global – onde se destaca a criação, em 2010, da ONU Mulheres, entidade das Nações Unidas voltada para a igualdade de gênero e para o empoderamento de mulheres – como também em níveis regionais, a exemplo da adoção, pela Organização dos Estados Americanos – OEA -, da Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) em 1994, ou ainda o Protocolo à Carta Africana

4 Sigla em inglês para “Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women”.

5 “The human rights of women and of the girl-child are an inalienable, integral and indivisible part of universal human rights. The full and equal participation of women in political, civil, economic, social and cultural life, at the national, regional and international levels, and the eradication of all forms of discrimination on grounds of sex are priority objectives of the international community.”

dos Direitos dos Humanos e dos Povos relativo aos Direitos das Mulheres (Protocolo de Maputo), que passou a vigorar em 2005 para a União Africana.

A partir desse superficial levantamento histórico, já é possível perceber que, no campo dos Direitos Humanos, ou, ao menos, em sua vertente mais estritamente jurídico-política, a aproximação com as relações de gênero ainda se dá fundamentalmente através da categoria de mulheres. Se analisarmos a produção acadêmica que se propõe cotejar gênero e Direitos Humanos, veremos que os termos “gênero” e “mulheres” são frequentemente empregados como sinônimos⁶. Retomando Scott (1986), em muitos artigos, “gênero” é utilizado por soar mais neutro e objetivo que “mulheres”, isto é, parte de uma iniciativa de recepção da obra no meio científico, sem maiores ou mais profundas preocupações com a distinção entre as categorias.

Defendemos, neste trabalho, a possibilidade de utilizar gênero como categoria analítica em matéria de Direitos Humanos a partir de um viés próximo àquele oferecido por Scott, ou seja, considerando-o enquanto modo de significar relações de poder. Essa perspectiva nos permite visualizar “questões de gênero” que transbordam o problema da opressão da mulher pelo homem dentro de um patriarcado supostamente universal. Alargando ainda mais o escopo da proposta, se aliarmos a visão analítica de Scott com as concepções contemporâneas de feministas como Linda Nicholson e Judith Butler, será possível negociar uma perspectiva ampla de gênero para os Direitos Humanos, capaz de entender o *background* social de certas violações.

Uma das maiores contribuições desse feminismo, que chamamos de contemporâneo para abranger as diversas correntes que designam a sensação de “viver nas fronteiras do ‘presente’, para as quais não parece haver nome próprio além do atual e controvertido deslizamento do prefixo ‘pós’: *pós-modernismo, pós-colonialismo, pós-feminismo...*” (BHABHA, 1998, p. 19, grifos do autor), é a desconstrução do modelo racional-iluminista, baseado numa distinção imamente entre natureza e cultura, no qual o corpo estaria adstrito a uma condição natural e biologicamente determinante.

Com o crescimento da metafísica materialista a partir do século XVIII, nos diz Nicholson (2000), o corpo foi gradativamente se tornando o instrumento, por excelência, para demonstrar a diferença natural entre os seres humanos (de onde emergiu, inclusive, a ideia de raça). Não significa dizer que a distinção masculino/feminino tenha surgido daí; todavia, essa metafísica materialista

6 Ver: PIMENTEL; PANDJIARJIAN, 2000, BARSTED, 2001 e RAO, 1995.

desencadeou mudanças no sentido das diferenças: mais a mais, as características físicas deixaram seu papel primordial de “marca” da diferenciação entre as pessoas para tornarem-se suas “causas”. A partir disso, relações hierárquicas de poder na sociedade passaram de uma causalidade transcendental para uma biológica que, uma vez reputada científica – e o pensamento científico, para a Modernidade, seria inequívoco – ostentava o status de verdade universal, isenta de questionamentos.

Essa noção prevaleceu até o século XIX, quando surgiram as primeiras teorias sobre a constituição social do caráter. Do século XX em diante, particularmente a partir dos anos 1960, quando emergiu o movimento feminista, foram desenvolvidos estudos que buscavam um afastamento do determinismo biológico rumo ao construcionismo social, no qual a palavra gênero passou a ser adotada em oposição ao sexo dado. Nicholson sustenta, todavia, que as interpretações iniciais de gênero ainda pressuporiam algum suporte biológico sobre o qual o gênero é formado; essas leituras são o que permitem, até os dias de hoje, que sejam feitas asserções sobre as “mulheres como tais”, alicerçadas na ideia de que compartilham traços biológicos comuns.

Após as contribuições de Butler para os estudos de gênero, fazer tais proposições e admitir a existência de uma representatividade universalizável do feminino tornou-se tarefa de viabilidade questionável. Trabalhando o campo de compreensão da categoria de gênero através de revisitações a Kristeva, Foucault e outros pensadores e pensadoras de renome, Butler (1999) expõe as bases modernas do pensamento ocidental, evidenciando que até mesmo obras paradigmáticas tomavam como princípio seres de identidade coesa e estável, nos moldes do *cogito* cartesiano. Seu argumento será, no sentido inverso, a subversão das identidades fixas, cujo zênite pode ser considerado o momento em que desconstrói a interpretação binária: sendo socialmente construídos, “não há razão para assumir que os gêneros devam também permanecer em dois”⁷ (p. 10, tradução nossa). Mais precisamente, Butler sequer acredita que o gênero seja *construído sobre um corpo cujo sexo é real*, ou uma substância interna que *se expressa através de certos atos*: tais atos é que constroem o gênero; o gênero é eminentemente performativo.

Butler, ademais, vai ao encontro de Scott quando afirma que nosso entendimento de gênero precisa ser reformulado de modo a abarcar as relações de poder que, ao tempo em que engendram a ideia de sexo como pré-discursivo,

7 “[...] there is no reason to assume that genders ought also to remain as two.”

conseguem mascarar a própria produção discursiva deste. Cientes de que perpetuação de tais relações é garantida através da patrulha constante sobre os corpos e os sujeitos que escapam ao que é determinado como culturalmente inteligível, podemos, então, re-imaginar a categoria de gênero para os Direitos Humanos em uma nova amplitude capaz de incluir, por exemplo, a violência dirigida às pessoas trans, não enquanto concessão política, mas por entender que tais perseguições são fruto do arbítrio estabelecido pelas mesmas articulações de poder que vem sendo amplamente discutidas e combatidas pelo feminismo. Quiçá, a sinonímia “gênero” e “mulheres” verificada nas publicações de Direitos Humanos se desgaste. É digna de nota, outrossim, a invisibilidade das pessoas trans tanto na academia quanto em organismos internacionais, sendo certo que sua vulnerabilidade, sendo ignorada, repercute nos altos índices de assassinatos dos quais são alvo: o último relatório do projeto *Trans Murder Monitoring* (TGEU, 2015) contabiliza 1.731 mortes desde 2008, das quais 78% ocorreram nas Américas do Sul e Central, sendo o Brasil o país líder, com 689 assassinatos.

Conclusão

É bem verdade que compreender gênero frente às possibilidades trazidas pelas autoras trazidas pode repercutir no modo muito concreto na forma de se fazer política – e a esfera dos Direitos Humanos, ainda que enfocada academicamente, é indissociável da *práxis*. Essa possibilidade deriva do fato de que interpretar gênero descartando a lente fixa, binária, baseada em diferenças meramente anatômicas e que naturaliza relações de poder sem questioná-las, em favor de uma compreensão construcionista que problematiza, inclusive, as formações identitárias coletivas, conforme pretendem os estudos ora em comento, nos leva, parafraseando Gamson (1995, p. 399), ao seguinte dilema: se as categorias “homem” e “mulher” são instáveis, o que acontece com as políticas baseadas em gênero?

Para o feminismo, Spivak (apud BUTLER, 1988) aponta o caminho do essencialismo operacional ou estratégico, no qual é reconhecida a necessidade de uma categoria universal de mulheres para fins de avanço político, embora se admita a insuficiência de tal ontologia. Pensando a problemática das identidades para os Direitos Humanos, entendemos que o essencialismo, quando acarreta uma subdivisão engessada de movimentos sociais e pautas políticas, pode mais dificultar que facilitar o trabalho responsivo às violações. Tendo em conta a luta pela afirmação da ubiquidade dos Direitos Humanos, conforme explicitada na

Convenção de Viena (UN, 1993), concluímos que uma devida união de sujeitos políticos em prol de reivindicações comuns, unidos pelo longínquo empenho em torno do ideal igualitário (referente à paridade de participação social, diga-se), abraçando, *pari passu*, o direito à equidade e à diferença, se configura uma opção de grande robustez teórico-prática.

Uma iniciativa de tamanha envergadura é beneficiada por - se não dependente de - uma concepção de gênero que o perceba não apenas em sua pertinência às diferenças percebidas entre os sexos, mas em sua dimensão fundamentalmente relacionada às relações de poder que simultaneamente estrutura e é, por elas, estruturado. Para que as “questões de gênero” deixem de ser uma das pontas do grande guarda-chuva dos Direitos Humanos, como metaforicamente é representado, e passem a ser reconhecidas como o guarda-chuva em si, isto é, como estruturantes primárias das relações assimétricas de poder presentes em nossa sociedade, necessário se faz reformular nossa compreensão sobre identidade, sujeitos e gênero enquanto categoria analítica.

Referências bibliográficas:

BARSTED, Leila Linhares. **Os Direitos Humanos na Perspectiva de Gênero**. Texto produzido para o I Colóquio de Direitos Humanos. São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/a_pdf/barsted_dh_perspectiva_genero.pdf>. Acesso em 10 ago. 2015.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BUTLER, Judith. Performative Acts and Gender Constitution. An Essay in Phenomenology and Feminist Theory. **Theatre Journal**, v. 40, n. 4, dez. 1988, p. 519-531. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3207893>>. Acesso em 8 ago. 2015.

_____. **Gender Trouble**. Nova Iorque e Londres: Routledge, 1999.

GAMSON, Joshua. Must Identity Movements Self-Destruct? A Queer Dilemma. Rev. **Social Problems**, Oxford, v. 42, n. 3, ago. 1995, p. 390-407. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3096854>>. Acesso em 13 ago. 2015.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, mai/jun 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04_v35n3.pdf>. Acesso em 16 mai 2016.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Rev. Estud. Fem**, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

PIMENTEL, Silvia; PANDJIARJIAN, Valéria. **Direitos humanos a partir de uma perspectiva de gênero**. Revista da Procuradoria Geral de São Paulo, São Paulo: Centro de Estudos, n. 53, p. 107-139, 2000. Disponível em: < <http://www.pge.sp.gov.br/centrodestudos/revistaspge/revista53/direitos.htm>>. Acesso em 10 ago. 2015.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**. São Paulo: Saraiva, 2006.

RAO, Arati. The Politics of Gender and Culture in International Human Rights Discourse. In: PETERS, Julie; WOLPER, Andrea (Orgs). **Women's rights human rights: international feminist perspectives**. New York: Routledge, 1995, p. 167-175.

SCOTT, Joan W. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. **The American Historical Review**, Oxford, v. 91, n. 5, dez. 1986, p. 1053-1075. Disponível em: <www.jstor.org/stable/1864376>. Acesso em: 28 out. 2014.

TGEU, 2015. **Trans Murder Monitoring Project**. Disponível em: <<http://tgeu.org/tmm/>>. Acesso em 12 ago. 2015.

UN. 1948. **The Universal Declaration of Human Rights**. Disponível em: < <http://www.un.org/en/documents/udhr/>>. Acesso em 8 ago. 2015.

_____. 1975. **Declaration of Mexico on the Equality of Women and their Contributions to Development and Peace**. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/otherconferences/Mexico/Mexico%20conference%20report%20optimized.pdf>>. Acesso em 12 ago. 2015.

_____. 1993. **Vienna Declaration and Programme of Action: 20 Years working for your rights.** 1993 World Conference on Human Rights. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/Events/OHCHR20/VDPA_booklet_English.pdf>. Acesso em 12 ago. 2015.

UN WOMEN. 2000. **The Four Global Womens' Conferences 1975 - 1995: Historical Perspective.** Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/followup/session/presskit/hist.htm>>. Acesso em 12 ago. 2015.

DIREITOS HUMANOS PARA AS MULHERES: O QUE SÃO?

Noélia Castro de Sampaio

Advogada, professora e Membro da Comissão da Mulher Advogada da OAB/PI

Resumo: O objetivo do artigo é reconhecer os principais direitos humanos descritos na Declaração Universal dos Direitos humanos de 1948, ratificados na Constituição Federal Brasileira de 1988 e incluso na Lei de Proteção às mulheres. Direitos Humanos estão ligados fundamentalmente aos direitos da pessoa humana, e devem ser respeitados, sem qualquer distinção. São eles: dignidade, saúde, educação, segurança. No Brasil esses direitos estão descritos no Artigo 5º CF de 1988. Em que pese a recomendação da Declaração acima, é comum e muito visível diariamente se verificar o desrespeito em certas ações, como impedimento de crianças a frequentarem escolas, a falta de acesso a transportes públicos, o caos na saúde pública, falta de saneamento básico, falta de alimentos, moradia e emprego, o que também merecem uma atenção especial. Constatamos que os direitos humanos são desrespeitados em todo o mundo, mas o assunto tem chamado atenção da população mundial através de matérias veiculadas nos veículos de comunicação, nas redes sociais e ações de grupos sociais que enfrentam veementemente a luta por condições melhores de vida da sociedade. Hoje é grande o número de organização governamental e não governamental engajado na luta para diminuir as desigualdades. Somente a educação sistemática é capaz de contribuir de forma objetiva para a edificação de uma sociedade alicerçada nos princípios éticos da justiça, da liberdade, da solidariedade e do respeito às diferenças.

Palavras-Chave: direitos humanos. desigualdade. educação.

Abstract: The objective of this article is to recognize the major human rights in the Universal Declaration of Human Rights of 1948, ratified by the Brazilian Federal Constitution of 1988 and included in the Protection of Women Act. Human rights are fundamentally linked to the rights of the human person, and must be respected without any discrimination. They are: dignity, health,

education, security. In Brazil these rights are described in Article 5 CF 1988. Despite the recommendation of the statement above, it is common and visible daily to check disrespect for certain actions, such as preventing children to attend schools, lack of access to transport public, chaos in public health, poor sanitation, lack of food, housing and employment, which also deserve special attention. We note that human rights are not respected in the world, but it has drawn attention of the world's population through articles published in the media, on social networks and actions of social groups that strongly face the struggle for better conditions of lifetime . Today is large number of governmental and non-governmental engaged in the fight to reduce inequalities. Only systematic education can contribute objectively to the building of a society based on ethical principles of justice, freedom, solidarity and respect for differences.

Keywords: human rights. Inequality. education.

Introdução

Segundo a enciclopédia livre e colaborativa, Direitos Humanos são os direitos básicos de todos os seres humanos. Trata-se de direitos civis e políticos, como por exemplo, direito à vida, à propriedade privada, liberdades de pensamento, de expressão, de crença, igualdade formal, ou seja, direitos peculiares a todos, sem exceção, perante a lei. Referem-se também os direitos à nacionalidade, de participar do governo do seu Estado, podendo votar e ser votado, entre outros, fundamentados no valor de liberdade; direitos econômicos, sociais e culturais, que envolvem direito ao trabalho, à educação, à saúde, à previdência social, à moradia, à distribuição de renda, dentre outros, todos fundamentados no valor igualdade de oportunidades; sendo eles difusos ou coletivos.

Em 10 de dezembro de 1948, foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, um documento que foi marco na história dos direitos humanos no mundo, elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas, religiosas e culturais de todas as regiões do mundo. A supracitada Declaração tem como ideal comum atingir todos os povos e todas as nações, para que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tragam consigo esse conceito e se esforcem, inclusive pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos, liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação de maneira universal e efetiva, tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas afirma que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos, dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”. Deste modo não é difícil perceber que os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Portanto, os Direitos Humanos e a dignidade da pessoa são marcos da justiça, não se pode falar em justiça sem tratar do respeito aos mesmos.

A criação dessa Declaração que se tornou universal, se deu em razão das atrocidades e barbáries cometidas pela sociedade nos antepassados, o que vem sendo introduzido progressivamente até a chamada concepção contemporânea de direitos humanos, marcada pela universalidade e indivisibilidade destes direitos. É, portanto, esse documento, o resultado de lutas e embates políticos e

esses direitos estão sujeitos a avanços. Por esta razão se observa que, ao longo da história, e ainda hoje, determinadas classes e grupos sociais tem sido discriminados, por serem considerados cidadãos de segunda categoria, com menor acesso aos direitos vigentes naquela sociedade, seja em seu aspecto normativo seja em seu exercício. É necessário se fazer tais indagações cruciais: Quem tem direito? Por quê? Quais esses direitos humanos? A resposta deve ser simples: todos têm direito, simplesmente por serem humanos.

O acolhimento jurídico dos direitos humanos é resultado de um longo processo histórico que, paulatinamente, promoveu a afirmação, o reconhecimento desses direitos e a positivação de normas que lhes conferem base jurídica. São vários os documentos que contribuíram para o desenvolvimento dos direitos humanos, merecendo destaque a Declaração de Direitos da Virgínia, de 1776 (no contexto da independência dos Estados Unidos), a Constituição americana de 1776 (com suas posteriores Emendas), a Declaração dos Direitos do Homem do Cidadão, de 1789 (no contexto da Revolução Francesa), a Constituição da França de 1791, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação Contra a Mulher (1979), por fim a Constituição Federal de 1988 e, dentre outros, o caso nº 12.051/OEA, de Maria da Penha Maia Fernandes, que resultou na Lei Maria da Penha, tratando esse preceito de mais uma vez ratificar esses direitos humanos à mulher e à menina.

Sem qualquer diferença entre sexos, as mulheres também conseguiram em 1988 um marco histórico no capítulo de sua trajetória para construção de uma cidadania digna e universal: a visibilidade da mulher como sujeito de direitos no texto constitucional. Assim a Constituição (1988), como documento jurídico e político, contribuiu para que o Brasil se integrasse ao sistema de proteção internacional dos direitos humanos, antiga reivindicação da sociedade.

Como se observa, a internacionalização da proteção dos direitos humanos inicialmente resultou em inúmeros tratados internacionais e instrumentos de proteção, como os Pactos de Direitos Cívicos e Políticos, de Direitos Econômicos, Sociais e culturais. Diante disso, a maioria dos países, assim como o Brasil, ratificou as convenções de direitos humanos, promulgou a Constituição do Brasil trazendo em seu bojo normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais, tendo essas aplicação imediata para garantir a efetividade no avanço da implementação dos direitos humanos para todos.

Sem tentar esgotar o assunto e sem acreditar fornecer toda a consistência necessária para uma conscientização completa, almeja-se, ao menos, contribuir, ainda que de forma modesta, para o ciclo de transformações sociais que

a sociedade brasileira no momento vem passando através das lutas. A defesa dos Direitos Humanos vem ganhando novos cenários, através da ação política da sociedade civil, o seu conceito vem sendo ampliado, incorporando questões ligadas a gênero, raça e etnia, meio ambiente, reprodução, sexualidade, violência doméstica, e os direitos civis, políticos e sociais também vem sendo reformulados, incorporando novas dimensões através de um cenário educativo.

A conscientização dos direitos humanos faz parte de um processo que acarreta numa emancipação das pessoas perante o seu contexto social. Esse processo também está implicitamente ligado ao conceito de cidadania, que se encontra em construção permanente em razão do seu caráter histórico, incorporando continuamente novos valores e conquistas.

Defender os Direitos Humanos é defender e promover a justiça: é respeitar a pessoa acima de tudo, seja homem, mulher ou criança.

A eficácia dos Direitos humanos para as mulheres

Considerando esse panorama acima descrito, este artigo traz a tona uma reflexão sobre direitos humanos e seu conceito junto à sociedade.

Conforme Guilherme Almeida (2013, p. 101), “os direitos humanos asseguram uma vida digna, na qual o indivíduo possui condições adequadas de existência, participando ativamente da vida de sua comunidade. Os direitos humanos podem ser conceituados como prerrogativas inerentes à dignidade humana que são reconhecidas na ordem constitucional dos Estados”.

Direitos Humanos em âmbito internacional é o conjunto de normas subjetivas e adjetivas do Direito Internacional que visam assegurar ao indivíduo, de qualquer nacionalidade, os instrumentos e mecanismos de defesa contra os abusos de poder de um Estado, e não apenas Estados, mas, outras formas variadas de poder que oprimem, excluem, discriminam e matam. (BORGES, 2006).

No direito internacional, os direitos humanos não regem as relações entre iguais; opera precisamente em defesa dos ostensivamente mais fracos. Assim, nas relações entre desiguais, é necessário se posicionar em favor dos mais necessitados de proteção. Essa estrutura busca remediar os efeitos do desequilíbrio e das disparidades na medida em afetam os direitos humanos.

Apenas em 1993 na Conferência de Viana, as mulheres levantaram a bandeira com o brado: ‘os direitos das mulheres também são direitos humanos’. Tal posicionamento foi decisivo para a inclusão, pela primeira vez, na Declaração

e no Programa, dos direitos das mulheres e crianças de sexo feminino como direitos humanos.

Mister ainda se faz ressaltar que, a Convenção de Viena (1993) amplia e renova o entendimento sobre a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos, além de afirmar a relação de interdependência entre democracia e direitos humanos para todos.

Haja vista a evolução feminina como um marco no século anterior e o significativo avanço das mulheres em várias áreas e setores, são muitas as sequelas e afrontas aos direitos humanos da mulher, sendo a maior seqüela da discriminação a violência doméstica.

Contudo, as mulheres ao longo dos séculos, mesmo sendo privadas do exercício pleno de direitos e dos direitos humanos, sendo submetidas a abusos e violências, tanto em situações de guerra em um passado próximo, como no espaço da vida familiar e doméstica, na contemporaneidade, elas têm desempenhado um papel de grande relevância na ampliação do alcance dos direitos humanos. É o que pode se constatar com a trajetória internacional do caso Maria da Penha e sua jurisprudência de nível internacional, que teve a participação de Organismos Internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), mais especificamente a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, com a respectiva resposta positiva do governo brasileiro, tanto juridicamente como legislativamente.

Adotada em 1979 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, foi formada por 30 artigos, é ratificada pelo Brasil em 1984. Ao ratificá-la, o Brasil assume o compromisso de adotar providências efetivas e reais no sentido de enfrentar todas as formas de discriminação contra a mulher no país.

Considera-se no preâmbulo, que:

“A discriminação contra a mulher viola os princípios da igualdade de direitos e do respeito à dignidade humana, dificultando a participação da mulher, nas mesmas condições que o homem, na vida política, social, econômico e cultural de seu país, constituindo um obstáculo ao aumento de bem-estar da sociedade e da família e impedindo a mulher de servir o seu país e a humanidade em toda a extensão das suas possibilidades.”

No seu art.1º a Convenção define o conceito de ‘discriminação contra as mulheres’ como sendo:

“Toda distinção, exclusão ou restrição fundada no sexo e que tenha por objetivo ou consequência prejudicar ou destruir o reconhecimento, gozo ou exercício pelas mulheres, independentemente do seu estado civil, com base na igualdade dos homens e mulheres, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, nos campos políticos, econômicos, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.”

O art. 2º da referida Convenção (1979) tutela que

“Os Estados-Partes condenam toda forma de discriminação contra as mulheres sob todas suas formas e assumem o compromisso de buscar sem demora e por todos os meios a aplicabilidade de uma política destinada a eliminar a discriminação contra a mulher no plano interno, adotando medidas legislativas, jurídicas, políticas, sociais e educativas pertinentes.”

Em seu art.3º a referida Convenção prevê que:

“Os Estados-Partes: deverão em todos os campos e em particular, no político, social, econômico e cultural tomar todas as medidas apropriadas inclusive de caráter legislativo, para assegurar o pleno desenvolvimento e o progresso das mulheres, com vistas a garantir-lhes o exercício e o gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais em igualdade de condições com o homem.”

Entretanto, é válido destacar que com a promulgação da Lei Maria da Penha, ainda fez-se necessário frisar em seu artigo 2º que: “toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana”, como se a Constituição Federal brasileira e Declaração Universal dos Direitos Humanos já não lhe garantissem direitos, por se tratar de pessoa humana.

A sociedade, em outros aspectos, ainda clama por efetividade, posto que são necessárias políticas públicas para assegurar à mulher a efetiva proteção, resguardada pelos direitos humanos previstos na Carta Maior e demais normas acima já mencionadas, ao mesmo tempo em que os agressores sejam efetivamente punidos, sem se esquecer das medidas de prevenção, como preconiza a Convenção de Belém do Pará. Só assim os direitos humanos da mulher estarão sendo resguardados, e os fins do diploma legal em comento são atendidos.

O primeiro passo brasileiro contra a violência feminina foi a ratificação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – Cedaw (Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women), em 1º de fevereiro de 1984, com reservas a alguns dispositivos. Posteriormente, em 1994, tendo em vista o reconhecimento pela Constituição Federal Brasileira de 1988, da igualdade entre homens e mulheres, mais especificamente quanto à relação conjugal, o governo brasileiro retirou as reservas, ratificando plenamente o texto.

Bobbio (1992, p. 10) salienta a diferença entre os direitos que são somente proclamados e aqueles que a “esmagadora maioria da humanidade não possui de fato (ainda que sejam solene e repetidamente proclamados)”. Para o autor, o problema a ser enfrentado é o modo mais seguro para garantir os direitos humanos, para impedir que, apesar de serem objeto da proteção jurídica, eles sejam continuamente violados (BOBBIO, 1992, p. 25).

Houve, certamente, após a promulgação da Constituição Federal e, em seguida, com a Lei Maria da Penha, um avanço no protagonismo da mulher brasileira, posto que passou a fazer parte das agendas dos movimentos sociais e demais instituições que defendem a causa, temas como a violência doméstica, os direitos sexuais e reprodutivos, direitos sociais específicos à mulher, a violação de sua integridade física, entre outros, que são discutidos diariamente no âmbito nacional, mas também nas Nações Unidas.

Portando, a Declaração Universal dos Direitos Humanos coroa, como síntese, a sofrida luta de milhares de pessoas que busca uma sociedade mais justa, incluindo nessa sociedade a mulher, que antes promulgação da Lei nº 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, seque tinha as agressões contra a mulher identificadas como violação dos direitos humanos. Hoje se tem como pilar na sociedade o princípio da igualdade, mais uma vez, proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo que seu descumprimento gera o desrespeito à dignidade da pessoa humana, que ocorre quando indivíduos ou grupos são discriminados.

Considerações Finais

Considerando a análise acima descrita, mister se faz ressaltar que a luta pela tão sonhada igualdade entre os sexos já apresentada e defendida pela Constituição Federal de 1988 está em pleno movimento e deverá continuar.

A busca de igualdade de direitos humanos para mulheres está centrada em valores constitucionais de dignidade humana e com as Convenções internacionais que tratam da discriminação contra a mulher. Não é para ficar só no papel, mesmo que assim acreditem os céticos, deve ser uma luta que foi transformada em letra, e agora em ação.

Muitas são as conquistas no âmbito do Direito como um todo, seja no mercado de trabalho, na vida política, nas decisões de uma sociedade, mas ainda se espera conquistar muito mais. São séculos de discriminação, de exclusão, de diferenças não devidas.

As mulheres que no passado foram proibidas de trabalhar fora de casa, foram proibidas de votar, hoje sustentam cerca de 30,6% das famílias, além de trabalharem 21,8 horas semanais em afazeres domésticos, ocupam cargos na política e lutam pro mais inclusão.

A educação, sem duvida, vem sendo uma forma de contribuir imensamente na sensibilização para a causa dos Direitos Humanos, pautada pelo coletivismo, pela troca de conhecimentos e informações. A educação em direitos humanos não é privilégio apenas de escolas e ou pessoas que tenham qualificação para tanto, mas de todos, de todas as instituições, como a família, as agremiações políticas, as organizações não governamentais, entre outras.

Portanto, legitimar direitos é lutar contra todo o tipo de manifestação contrária a eles. A responsabilidade é de todos, afinal, todos são iguais aos “olhos” da justiça.

Referencias bibliograficas

ALMEIDA, Guilherme Assis de; ZAPATER, Maíra Cardoso. **Direito à igualdade e formas de discriminação contra a mulher** – p. 97 a 111, em Manual dos Direitos da Mulher. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

BRASIL, **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. (2003), Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BORGES, Alci Marcus Ribeiro. **Breve introdução ao direito internacional dos direitos humanos**. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1257, 10 dez. 2006. Disponível em <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9228>>. Acesso em 22 jul. 2010.

ROVINSKI, Sonia Liane Reichert. **Dano psíquico em mulheres vítimas de violência**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

NAÇÕES UNIDAS. **Conferência Mundial dos Direitos Humanos de Viena** (1993) Disponível em <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/viena.htm>>. Acesso em 7 fev.2010.

WEIS, Carlos, **Direitos Humanos Contemporâneos**. Ed. Malheiros, 2008.

_____ **Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher**. (1979). Disponível em <www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/legislacao/internacionais/imprimir_25k>. Acesso em 7 fev.2010.

A MULHER ENCARCERADA NA BUSCA DA DIGNIDADE

Rafaella Bastos Silva Fernando
Universidade Tiradentes
rafaellab.fernando@gmail.com

Ana Carolina Araújo Arcieri
Universidade Tiradentes
carol_arcieri@hotmail.com

Brena Geovanna Araújo Rodrigues
Universidade Tiradentes
brenageovannaaraujo@gmail.com

Olga Kahena David Lima
Universidade Tiradentes
olga.lima13@hotmail.com

Acácia Gardênia Santos Lelis
Universidade Tiradentes
aglelis@infonet.com.br

Resumo: O presente estudo tem por escopo a análise do encarceramento da mulher no Sistema Penitenciário Brasileiro vigente, tendo em vista o aumento significativo da população carcerária feminina. O trabalho teve seu desenvolvimento a partir da coleta de dados, leitura de obras consagradas, entre outras fontes acerca da temática pesquisada. Ao pontuar as disparidades entre os direitos assegurados em lei e a realidade vivenciada pelas detentas e reclusas, foi possível constatar diversas irregularidades decorrentes da invisibilidade e descaso, por parte do Estado, da mulher encarcerada. Este artigo visa influir em mudanças expressivas e imprescindíveis para além do Sistema Carcerário Brasileiro, posto que a problemática em questão é de ordem social, que abarca não somente o Estado, e sim, a sociedade, de maneira geral, pois viola um dos

fundamentos basilares da Constituição Federal, o princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

Palavras-chave: Dignidade da Pessoa Humana, Mulher Encarcerada, Sistema Prisional Brasileiro.

Introdução:

A sociedade brasileira, refletida em seus estudos acerca da questão de gênero, notoriamente, atribui à mulher posição constante de vítima enquanto que, resta aos homens, a figura de “agente do crime”. Desde as civilizações mais antigas, a mulher é vista como frágil, devendo ao homem total submissão e dedicação, estendida à casa e aos filhos. A ela era imputado, tão somente, crimes passionais, de desobediência e ligados à maternidade, reputados como “crimes próprios femininos”. Por conseguinte, esta disposição torna-se fruto de uma construção cultural, presente em sociedades patriarcais e marcadas pela desigualdade de gênero.

Tal disparidade entre homens e mulheres, por muito tempo, foi considerada natural e, ao longo de séculos, o sexo feminino ficou submetido a uma condição inferior ao masculino. Assim, a mulher posicionava-se como um ser – quase que – completamente dependente do homem, mantendo-se em posição social de menor poder, e vivendo sem lhe ser ofertada a oportunidade de desenvolver o conhecimento adequado para sua autossuficiência.

Diante disso, podemos considerar que, ao ser tão discriminada e subordinada na sociedade “padrão”, a mulher também poderia sofrer de forma velada e esquecida enquanto encarcerada. A imersão da mulher no Sistema Penitenciário Brasileiro é questão relevante a ser amplamente debatida, principalmente sob a perspectiva da realidade vivenciada neste sistema, tão negativamente afamado pela comunidade internacional. O tratamento desumano e degradante concedido aos internos – que contraria as previsões legais protetivas de seus direitos como pessoa humana – afasta completamente a dignidade da população carcerária. Motivo pelo qual se faz necessária a abordagem do tema em questão.

O respeito e garantia aos direitos das detentas estão previstos na legislação. No entanto, através de pesquisas, foi possível confirmar a triste realidade de que essas garantias estão apenas no papel. É necessário o incansável debate sobre a dignidade das mulheres encarceradas, visando a construção de uma sociedade com olhares voltados à mulher infratora em busca de sua ressocialização e de humanização durante o cumprimento da pena.

Em nosso país, o avanço de direitos das mulheres, a ingresso destas em espaços públicos e privados – que antes eram restritos aos homens – e o consequente empoderamento feminino possibilitaram uma alteração, em parte, da visão da mulher como o sexo frágil. É fundamental que a sociedade se conscientize acerca da realidade das penitenciárias femininas e, através deste trabalho,

é visada a mudança de seu olhar crítico em prol das detentas, para que haja busca de melhorias na qualidade de vida das mulheres encarceradas.

Metodologia

O resumo expandido desenvolveu-se a partir de pesquisa bibliográfica e documental. O primeiro relatório nacional sobre a população penitenciária feminina do país, o “Infopen Mulheres”, divulgado pelo Ministério da Justiça, norteou a análise e coleta de dados. Ademais, o estudo tem como base informações obtidas através de artigos científicos de especialistas no tema, a exemplo de Alice Bianchini, bem como a análise e interpretação da legislação brasileira e o livro “Presos que Menstruam”, de Nana Queirós.

Resultados

A obra “Presos que Menstruam” traz reflexão acerca da problemática ao, inicialmente, citar a coordenadora da Pastoral Carcerária Nacional para as Questões Femininas, Heidi Ann Cerneka, que afirma que para o Estado e sociedade apenas 440 mil homens estão presos no Brasil, porém, 28 mil desses presos menstruam uma vez por mês (QUEIROZ, 2015, p. 06).

Segundo levantamento realizado em junho de 2014 pelo Infopen Mulheres, de 579.781 pessoas encarceradas, 37.380 são mulheres. Os dados são ainda mais alarmantes ao apresentar crescimento, entre 2000 e 2014, de 567,4% da população penitenciária feminina no Brasil, ao mesmo tempo em que a masculina foi de 220,20%. Além disso, o estudo mostra o quinto lugar do Estado Brasileiro na lista dos vinte países com maior população prisional feminina do mundo no ano da pesquisa.

Em decorrência desse significativo aumento populacional, o Infopen Mulheres (2014) apresenta o perfil da mulher encarcerada que reforça o retrato já conhecido da população prisional. A análise desse perfil propicia “a elaboração de diagnósticos sobre as eventuais falhas do sistema de justiça criminal e também de políticas públicas.”

Os dados obtidos pelo relatório norteador refletem um perfil, preponderantemente, de mulheres com faixa etária entre 18 e 29 anos, solteiras, mães, provedoras do sustento familiar e oriundas de extratos sociais mais desfavorecidos economicamente. Quanto à raça, cor ou etnia, 67% da população prisional feminina é negra, e em relação ao grau de escolaridade, 50% das mulheres

encarceradas não concluíram o ensino fundamental, 11% concluíram o ensino médio e 4% são analfabetas, o que revela ainda uma condição levemente superior destas em comparação aos homens. No que cerne aos padrões de criminalidade, 68% da população carcerária feminina respondem pelo crime de tráfico de drogas, não relacionadas a grandes organizações criminosas e sim, ocupando posição coadjuvante no crime.

Em pesquisa realizada pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), concluiu-se que entre as 1.420 unidades carcerárias estaduais existentes no Brasil, em junho de 2014, 7% possuíam infraestrutura voltadas para as mulheres e 17% são consideradas mistas, isto é, “ter uma sala ou ala específica para mulheres dentro de um estabelecimento anteriormente masculino”.

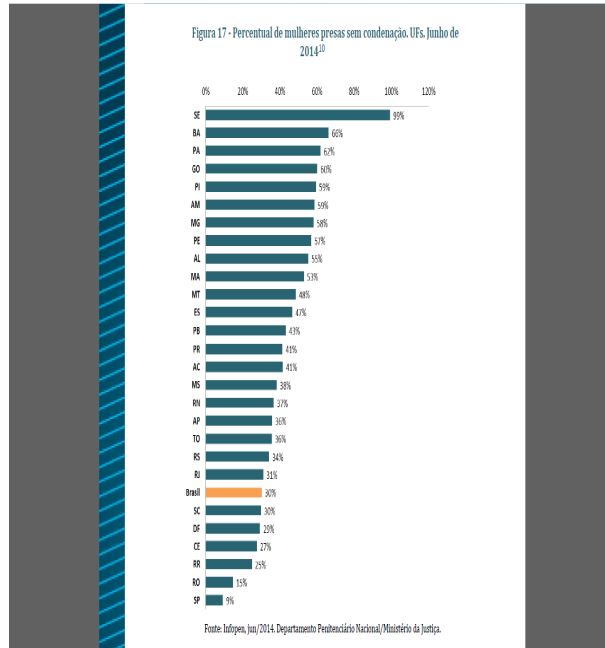
De acordo com a Lei de Execução Penal Brasileira (LEP)¹ e com o art. 5º, XLVIII da Constituição Federal, a pena será cumprida em estabelecimentos distintos e adequados à condição pessoal do apenado. A LEP ainda prevê um quadro composto, exclusivamente, por agentes penitenciários do sexo feminino em estabelecimentos penais destinadas às mulheres. Essas medidas visam evitar uma série de agressões por parte dos internos e agentes penitenciários do sexo masculino, cuja função primordial é garantir a segurança das reclusas e detentas.

Além da inexistência de estabelecimentos penais adaptados a suas condições, as mulheres encarceradas enfrentam ainda a problemática constante da superlotação. Conforme relatório do Infopen Mulheres, 46% destas estão em presídios em que duas mulheres ocupam uma única vaga. A situação torna-se mais crítica com o relato de uma detenta², acerca da divisão de um colchão e meio para dormir por oito pessoas.

A superlotação dos presídios femininos e mistos é incoerente com a realidade das demandas judiciais em que mulheres configuram o polo passivo, posto que, em junho de 2014, o quantitativo de mulheres presas sem condenação no Brasil atingia níveis exorbitantes:

1 Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984

2 “[...]Oito dormiam num colchão e meio. Era de dar câimbra no corpo inteiro. A gente não conseguia se mexer pra lado nenhum. Às vezes, tinha que acordar a do lado para poder levantar porque não podia mexer a perna. E eu olhava aquilo e pensava: ‘Meu Deus, eu nunca mais vou sair daqui.’” (QUEIROZ, 2015, p. 57).



A pesquisa afirma também que apenas 34% dos estabelecimentos carcerários femininos possuem dormitórios exclusivos para gestantes, enquanto que nos presídios mistos esse número é ainda menor (6%). E, no que concerne a esta temática, Nana Queiróz escreveu uma carta aberta dirigida à ministra do STF, Cármen Lúcia, na qual afirma a existência de 1.925 crianças vivendo nos presídios, em situações precárias, com suas mães.

O artigo 5º, inciso L, da Constituição Federal de 1988 garante a todas as presidiárias o direito de permanecer com seus filhos durante o período de amamentação. Conjuntamente a este dispositivo, o artigo 83, parágrafo 2º da Lei de Execução Penal assegura que todos os estabelecimentos prisionais destinados à mulher devem ter berçários, para que as mães possam amamentar seus filhos até, no mínimo, 06 meses de idade.

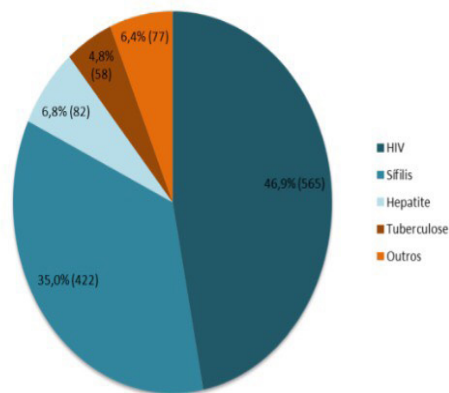
De maneira oposta ao previsto em lei, o Infopen apresenta a inexistência de berçário ou centro de referência para as crianças nascidas nos presídios, em mais da metade das unidades femininas. Esta disposição viola importante princípio constitucional com previsão no artigo 5º, XLV da CF/88: “nenhuma pena passará da pessoa do condenado”.

Desta forma, os filhos e filhas das mulheres presas não estão em igual condição e por isso, devem ter seus direitos efetivados. Quanto à esta temática, a autora Gisela Maria Bester (2015) aduz que os ambientes destinados às crianças

ser em setor externo ao da prisão, para que a cultura prisional não seja assimilada pelo petiz.

Diante de toda essa realidade, doenças são facilmente transmitidas nos presídios, como pode-se ver no gráfico abaixo que 46,9% das detentas são portadoras de HIV e 35% portadoras de sífilis, graves doenças sexualmente transmissíveis (DST). Percebe-se também que 5,3% da população prisional feminina possuem agravos transmissíveis, quando apenas 2,4% da população carcerária masculina é igualmente portadora:

Figura 39 - Mulheres privadas de liberdade com agravos nas unidades prisionais. Brasil. Junho de 2014



Fonte: Infopen, jun/2014. Departamento Penitenciário Nacional/Ministério da Justiça.

A Lei de Execução Penal garante aos presos e presas a possibilidade de estudar e/ou trabalhar durante o cumprimento da pena. Esta medida visa, principalmente, a ocupação e educação dos detentos para futura ressocialização do condenado na sociedade. A LEP prevê ainda o instituto da remição como estimulador desta medida, posto que o condenado poderá ter redução no tempo de execução da pena pelo trabalho ou estudo.

Segundo a lei em questão, “o trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.” A remuneração resultante das atividades exercidas pelo preso dentro ou fora do estabelecimento penal é voltada para atender à assistência à família do preso, à indenização dos danos decorrentes do crime, a pequenas despesas pessoais do preso e às despesas do Estado com a manutenção do condenado.

Apesar do incentivo, segundo o relatório norteador, em 2014, apenas 30% da população total de mulheres desempenhavam atividades laborais, exercendo

atividades relacionadas à cozinha e limpeza do estabelecimento prisional. Apenas de baixo índice, as mulheres encarceradas ainda possuem acesso maior às atividades laborais em relação aos homens (14,3%).

Em consonância com a Lei de Execução Penal, o Estado possui a importante função de prover assistência educacional aos presos e presas, visando a prevenção e o retorno destes ao convívio social. Ainda de acordo com a lei, o ensino fundamental, básico para todos, é obrigatório para aqueles detentos e detentas que não o tenham completado. Conforme o Infopen, em junho de 2014, apenas 25,3% das mulheres encarceradas estavam em atividades educacionais formais e complementares.

Discussão: Após incansáveis pesquisas, podemos afirmar que no Sistema Prisional Brasileiro, a mulher carcerária possui uma jornada duplamente sofrida pelo fato de estar presa- cumprindo uma pena em condições desumanas - e por ser uma mulher que a sociedade faz questão de ignorar.

As precárias condições de higiene dos estabelecimentos carcerários brasileiros agravam ainda mais o sofrimento das detentas. Queiróz (2015) trouxe ao conhecimento público situações como o fato das encarceradas terem direito a apenas dois rolos de papel higiênico por mês – evidentemente não suficientes para suprir as necessidades próprias da mulher³. Seguidamente, a autora aborda também o direito de cada presa a um pacote de absorvente mensal, quantidade que, em alguns momentos, ainda era reduzida. Uma detenta ainda relata a utilização de jornal como papel higiênico e pão velho como absorvente.

No que diz respeito à alimentação ofertada nos presídios, e segundo depoimento relatado pela autora, fezes de animais e cabelos são encontradas nas refeições das detentas, compondo o cotidiano das unidades prisionais. Ainda conforme a obra, muitas presas sofrem de desnutrição, devido ao fato de não conseguirem ingerir a comida fornecida.

Além da falta de estrutura do ambiente carcerário e de todo o cenário insalubre, as detentas sofrem algo maior e interior, que atinge o seu emocional, o abandono.

Dessa forma, o pensamento de Júlia Lemgruber, em sua obra “Cemitério dos Vivos” ainda que antigo, aplica-se acertadamente a atual situação carcerária brasileira, posto que as detentas sofrem com o abandono praticado por seus

3 “Em geral, cada mulher recebe por mês dois papéis higiênicos (o que pode ser suficiente para um homem, mas jamais para uma mulher, que o usa para duas necessidades distintas)” (QUEIROZ, 2015, p.103).

companheiros e familiares, ao ponto de ingressarem em estado depressivo a apresentarem pensamentos suicidas. A sociedade, marcada pelo patriarcalismo, exala dificuldades em enxergar a possibilidade de uma mulher incorrendo em um delito, e, por isso, impõem sobre ela um duplo e árduo castigo. (LEMGRUBER, 1999).

Esta situação é comprovada nos dados da Secretaria de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (Seap) que apresentam que 1,6 internas das seis unidades prisionais femininas do estado recebem visita íntima, retrato diverso ao comparar com os homens detentos, cuja proporção vai para 5,6%. (Redação MZ, 2015).

Os homens, no âmbito prisional, geralmente, recebem mais apoio e visitas, principalmente das suas respectivas companheiras, que os ajudam e preservam o relacionamento até o momento de saída. Enquanto que as detentas, na maioria das vezes, são ignoradas e até mesmo esquecidas por aqueles que – supostamente – estariam ao seu lado. Além disso, as mulheres encarceradas são acometidas de maiores preocupações quanto aos filhos menores antes sob sua proteção e cuidado e, no momento que estão cumprindo a pena, passam aos cuidados de seus companheiros que, na maioria das vezes, não se comprometem em ampará-los.

Diante do abandono, as mulheres se sentem desamparadas e solitárias, fato que dificulta ainda mais a permanência no ambiente prisional e, a sua futura reinserção social.

Conclusões

De acordo com a Lei de Execução Penal (LEP), de 1984, em seu artigo 10, “a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado”. Em vista disso, o Estado possui o papel de garantidor do cumprimento da pena dos encarcerados, pautado no “fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas”, entre outras formas de assistência indispensáveis.

Além da assistência básica, à mulher carcerária deve ser conferida um amparo especial, não pelo fato de ser superior ou inferior ao homem, mas sim, por possuir organismo e necessidades diferenciadas e complexas. Essa maior assistência, entretanto, não significa afronta à igualdade entre os sexos prevista na Constituição Federal, mas tão somente um justo tratamento.

Ademais, faz-se necessário um olhar cuidadoso aos filhos menores dessas detentas, que, via de regra, são igualmente penalizados ao ficarem desamparados

sem a figura materna. Além destes, deve-se atentar para os bebês quem vivem nos presídios com as mães, sem as condições necessárias para seu desenvolvimento distante da assimilação da cultura prisional. Este cenário reflete a falta de dignidade da pessoa humana e a violação explícita dos direitos das mulheres.

Quanto à situação de abandono, na maior parte dos casos, essa é uma questão cultural, reflexo de como a sociedade enxerga a mulher: em posição inferior, subjugada, mesmo depois de conquistas tão importantes quanto aos direitos e garantias. Esta mudança de paradigma acontece lentamente na sociedade e, enquanto isso, o abandono continuará a ocupar espaços nas celas dos presídios femininos brasileiros. No entanto, a problemática necessita estar em posição de destaque, ser apontada e estudada, com o objetivo de encontrar formas para minimizar suas consequências, visando não as punir duplamente, pelo cometimento do crime e por serem mulheres.

É, ao conduzir as mulheres ao sistema prisional sem a correta assistência, que o Estado viola diversos princípios e garantias constitucionais, a exemplo do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e a vedação a tratamentos desumanos e degradantes.

A precariedade do sistema carcerário brasileiro é histórica e, há séculos, constante na realidade de milhares de brasileiros envolvidos, direta ou indiretamente, com este sistema. A ingresso da mulher no cárcere apenas agravou o cenário de caos, tornando ainda mais invisíveis aqueles cumpridores de suas penas. O preconceito contra as encarceradas e encarcerados deve ser erradicado, principalmente no que tange à mulher transgressora, fato mais difícil de ser aceito que o homem em igual situação.

Ao Estado, cabe a missão de implementar políticas públicas visando melhorias não somente nas unidades femininas e para as mulheres como também nos presídios masculinos, tencionando os homens. Ademais, a busca pela humanização do cárcere é fundamental em uma sociedade em que o propósito deste cárcere é o de reeducar para ressocializar.

Referências:

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Sexo e Gênero: A mulher e o feminino na criminologia e no sistema de justiça criminal.** Disponível em: <http://www.geocities.ws/criminologia.critica/artigos/sexo_genero.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2016.

BESTER, Gisela Maria. **Vida mais digna no cárcere com equidade de gênero:** direitos fundamentais humanizantes às gestantes privadas de liberdade no sistema prisional e aos seus filhos. Disponível em: <<http://emporiododireito.com.br/vida-mais-digna-no-carcere-com-equidade-de-genero-direitos-fundamentais-humanizantes-as-gestantes-privadas-de-liberdade-no-sistema-prisional-e-aos-seus-filhos-por-gisela-maria-bester/>>. Acesso em: 06 abr. 2016.

BIANCHINI, Alice. **O crescente aumento do papel da mulher no universo criminal.** Disponível em: <<http://professoraalice.jusbrasil.com.br/artigos/121814124/o-crescente-aumento-do-papel-da-mulher-no-universo-criminal>>. Acesso em: 06 abr. 2016.

BICALHO, Caroline. **Mulheres no Cárcere.** Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/monografias/monografia.asp?id_dh=13946>. Acesso em: 06 abr. 2016.

BRASIL. **Lei de Execução Penal n. 7.210.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 06 abr. 2016.

CANES, Michèlle. **Número de Mulheres Presas Cresceu mais de 500% no Brasil nos últimos 15 Anos.** Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/numero-de-mulheres-presas-cresceu-mais-de-500-no-brasil-nos-ultimos>>. Acesso em: 06 abr. 2016.

CRISTINA, Aline. **As Invisíveis Mulheres Encarceradas.** Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/152889/as-invisiveis-mulheres-encarceradas>>. Acesso em: 06 abr. 2016.

FRANCESCO, Wagner. **Presos que Menstruam:** Coletivos e universidades se unem para arrecadar absorventes para prisões brasileiras. Disponível em: <<http://wagnerfrancesco.jusbrasil.com.br/noticias/214088199/presos-que-menstruam-coletivos-e-universidade-se-unem-para-arrecadar-absorventes-para-prisoas-brasileiras>>. Acesso em: 06 abr. 2016.

GOMES, María. **Sem Direitos Para as Mulheres no Cárcere.** Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/27690>>. Acesso em: 06 abr. 2016.

LIMA, Gigliola Marcos Bernardo de; NETO, *et al.* **Mulheres no Cárcere:** Significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v37n98/a08v37n98.pdf>>. Acesso em: 06 de abr. 2016.

LEMGRUBER, Julia. **Cemitério dos vivos**: análise sociológica de uma prisão de mulheres. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

MEDEIROS, Luciana Lessa de. **Mulheres e Cárcere**: Reflexões em torno das redes de proteção social. Disponível em: <http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1269096793_ARQUIVO_Trabalhocompletomulheresecarcere.pdf>. Acesso em: 06 de abr. 2016.

QUEIROZ, Nana. **Carta aberta à ministra do STF Carmem Lúcia, em nome dos filhos do cárcere**. Disponível em:<<http://azmina.com.br/2015/09/lembre-se-dos-presidiarios-de-fraldas/>>. Acesso em 06 abr. 2016.

_____. **Presos que menstruam**. 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SOARES, Bárbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras**: Vida e violência atrás das grades. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SOUSA, Maria Vanessa de Carvalho. **A Realidade das Mulheres Presas no Brasil**: Violação das normas penais e à dignidade humana. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/30504/a-realidade-das-mulheres-presas-no-brasil>>. Acesso em: 06 abr. de 2016.

FEMINISMO JURÍDICO LATINO AMERICANO: A RELEVANTE CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA DE ALDA FACIO

Salete Maria da Silva
Universidade Federal da Bahia
saletemaria@oi.com.br

Sonia Jay Wright
Universidade Federal da Bahia
wri2sonia@hotmail.com

Jeferson de Jesus Nicácio
Universidade Federal da Bahia
jefersonicacio08@hotmail.com

Resumo: Visando contribuir para a disseminação do feminismo jurídico no Brasil, este artigo destaca as contribuições teóricas de uma das mais representativas autoras deste campo: a jurista feminista Alda Facio, que ao longo de quase três décadas vem contribuindo para a incorporação da perspectiva de gênero no direito e para a constituição de um quadro teórico-metodológico destinado à promoção da igualdade de gênero a partir da seara jurídica. Para tanto, valemo-nos de revisão bibliográfica e de entrevista em profundidade, realizada com a mencionada teórica, com vistas a conhecer e divulgar um pouco mais de sua trajetória e de sua produção intelectual no âmbito da teoria feminista do direito na América Latina. O presente texto está dividido em três partes: a primeira traz algumas reflexões sobre as diversas fases do feminismo jurídico; a segunda apresenta um breve panorama do pensamento jurídico feminista na América Latina e a terceira destaca as contribuições teóricas da mencionada jurista, especialmente sua metodologia para uma análise de gênero do fenômeno legal.

Palavras-chave: Feminismo jurídico. América Latina. Alda Facio.

Introdução

O feminismo jurídico é concebido como um conjunto de críticas, teorias e proposições desenvolvidas por juristas feministas em face do fenômeno jurídico. Seu objetivo é desenvolver reflexões que promovam transformações radicais no âmbito das normas, discursos e práticas jurídicas, tomando como ponto de partida a percepção do caráter ambíguo e enviesado do direito, identificado como produto de sociedades androcêntricas e patriarcais (SMART, 1994, SILVA e ANDRADE, 2008; CAMPOS, 2014).

Do ponto de vista teórico, pode-se dizer que o surgimento do feminismo jurídico se deu na década de 1970 nos Estados Unidos¹. Mas, posteriormente, ganhou a Europa e, a partir de meados da década de 1990, emergiu, com novos contornos e particularidades, na América Latina, onde, em virtude de características econômicas, políticas e culturais bastante peculiares, ganha força e utilidade nas lutas em defesa da cidadania e dos direitos humanos das mulheres, no contexto da redemocratização dos países deste eixo geográfico (COSTA, 2014; SILVA e WRIGHT, 2015).

Do seu nascedouro aos dias atuais, a crítica feminista ao direito passou da fase meramente denunciativa do sexismo no campo jurídico à teorização da problemática em questão, construindo propostas de transformação científica e de uso estratégico das leis, com vistas à construção da igualdade de gênero. (PITCH, 2003).

A pesar do exposto, o pensamento jurídico feminista ainda é pouco conhecido nas faculdades de direito na América Latina, embora existam pesquisas e grupos de estudos em diversas universidades destes territórios. (SILVA, 2008; TOVAR, 2011).

Visando contribuir para a disseminação do feminismo jurídico em nosso país, o presente texto tem por objetivo destacar algumas contribuições da jurista Alda Facio, cujas reflexões e proposições teóricas tem influenciado um grande contingente de pesquisadoras e profissionais do direito, tanto na América Latina América como em outras partes do mundo.

1 Nesta época, surgem, em distintas universidades americanas, uma área de estudos denominada “women’s studies”, que posteriormente passa a ser conhecida como “feminist jurisprudence” ou “feminist legal theories”.

Métodos de pesquisa

Metodologicamente, valemo-nos da revisão bibliográfica e da entrevista em profundidade, sendo que a primeira foi desenvolvida a partir de leituras, fichamentos e discussões do livro de Alda Facio publicado em 1992, intitulado *Cuando el género suena cambios trae (una metodología para el análisis de género del fenómeno legal)*, e de diversos artigos² de sua autoria, além de outros textos produzidos por juristas feministas desta e de outras regiões, que também tratam da temática em apreço.

A entrevista em profundidade foi realizada em março de 2010, na cidade do México, por uma das autoras deste texto³, através da qual foi possível colher informações mais detalhadas sobre a trajetória de Alda Facio e sua diversificada produção teórica. A referida entrevista, que durou mais de uma hora, foi devidamente gravada e transcrita para fins de divulgação e reflexão acadêmica.

Os dados foram coletados e analisados à luz das epistemologias feministas, que não separam o sujeito cognoscente do sujeito/objeto cognoscível, o que permite afirmar, em consonância com Santos (2010), que “todo conhecimento é autoconhecimento”.

Fases do feminismo jurídico

Cronologicamente, o feminismo jurídico costuma ser classificado em três fases ou correntes distintas que, apesar das divergências teóricas sobre tais categorizações, podem ser correlacionadas às três ondas ou gerações dos movimentos feministas, quais sejam, feminismo da igualdade, feminismo da diferença e feminismo pós-moderno, sendo que este último articula igualdade/diferença sem reforço às dicotomias (BARLETT, 1991; SMART, 1994; FACIO, 1999b; PITCH, 2003).

A primeira fase do feminismo jurídico se ocupou de denunciar a ausência das mulheres nas temáticas e instâncias jurídicas, coincidindo com o chamado feminismo liberal, cuja luta visava a consecução da igualdade entre os sexos. Neste momento, não houve questionamento do sistema jurídico em si, pois o

2 Os artigos da referida autora estão inseridos nas referências bibliográficas, além de mencionados, in passant, ao longo deste artigo.

3 Em 2010 a professora Salete Maria realizou estância acadêmica no Programa de Estudos de Género da Universidade Nacional Autónoma do México. Nesta ocasião, realizou a referida entrevista com Alda Facio.

que se pretendia era eliminar as barreiras legais que supostamente geravam as desigualdades, isto é, as leis que discriminavam as mulheres e que as impediam de acessar a esfera pública. (FACIO, 1999b; SMART, 1994, 2000; FACHI, 2005).

A segunda fase do feminismo jurídico, que corresponde à luta em torno do respeito à diferença sexual e à progressiva inserção do conceito de gênero nas discussões jurídicas, foi influenciada pelos feminismos radicais e culturais, caracterizados pela valorização das especificidades e necessidades femininas. (FACIO, 1999). Este momento foi rico em reflexões que demonstraram o caráter patriarcal do direito e desvelaram os valores que o orientam, tais como objetividade, neutralidade e universalidade, apontados como categorias que operam segundo lógicas masculinas (FACIO, 1999b; SMART, 1994).

A terceira fase coincide com a elaboração de uma teoria feminista do direito propriamente dita, no âmbito da qual, pouco a pouco, vai-se desenhando um quadro teórico-metodológico e ético-político destinado à análise, reflexão e aplicação do direito com vistas à consecução da plena igualdade de gênero (FACIO, 1990 SMART, 1994; FACHI, 2005).

Estas fases, todavia, não devem ser consideradas de maneira estanque e definitiva, pois existem nuances de todas elas em diversas produções e manifestações jurídico-feministas dos dias atuais (FACHI, 2005). Vale reiterar que, apesar de toda essa trajetória, que soma mais de quatro décadas somente nos Estados Unidos, na América Latina, em termos acadêmicos, apenas estamos começando, pois a produção ainda é muito escassa e dispersa (WILSON, 2004).

Pelo exposto, cabe assinalar que o feminismo jurídico, a exemplo de outras correntes feministas, é composto por distintas tendências e diversas abordagens, que, embora compartilhem elementos comuns, também apresentam muitas diferenças e divergências, o que contribui para o enriquecimento e a complexização dos temas abordados. (FACIO, 1999; SMART, 1994; BARLETT, 1991).

Pensamento jurídico feminista latino americano

Na América latina, o interesse pelos estudos de gênero e direito vem ganhando corpo e se desenvolvendo desde a década de 1990, a partir de cursos, encontros, pesquisas, redes e, principalmente, de uma rica produção que vai se disseminando em diversos países da região, merecendo destaque a revista

*Pensamento Jurídico Feminista*⁴, editada na Costa Rica desde 2004 e destinada à divulgação de pesquisas neste campo⁵.

Sobre a produção e disseminação do pensamento jurídico feminista nesta região, Costa (2014) destaca que, ao contrário da experiência estadunidense, as produções feministas jurídicas na América Latina não coincidem com a institucionalização dos estudos feministas no espaço acadêmico, haja vista a escassez, quando não a inexistência, de programas e linhas de pesquisa voltadas para este fim.

A pesar disto, o pensamento jurídico feminista latino americano tem se desenvolvido pouco a pouco, contando já com uma considerável produção que se encontra mapeada e analisada pela feminista argentina Malena Costa (2014)⁶, segundo a qual, há um misto de diálogo e apropriação entre a teoria feminista do direito produzida nos Estados Unidos e o pensamento jurídico feminista desenvolvido na América Latina, havendo também diferenças teóricas e bastante originalidade no âmbito deste último (COSTA, 2014).

Não cabe aqui uma discussão sobre os conteúdos abordados pelo feminismo jurídico latino americano, porém, convém registrar, de forma resumida, um conjunto de iniciativas relacionadas à produção e ao compartilhamento das ideias desenvolvidas pelo feminismo jurídico neste eixo geopolítico.

Começando por Cuba, vale mencionar que, a cada dois anos, desde 2006, é realizada uma conferência internacional denominada *Mujer, Género y Derecho*⁷, que já se encontra em sua sexta edição. Este encontro visa reunir pessoas interessadas em compartilhar pesquisas, experiências e projetos sobre a temática.

No Chile, há um curso de média duração denominado *Derechos humanos y mujeres*⁸, ofertado anualmente para operadores jurídicos vinculados a organizações sociais e instituições governamentais, visando capacitá-los para trabalhar com a referida temática. No Panamá também é crescente a preocupação com a formação de juristas com enfoque nas questões de gênero, havendo cursos ofertados pelo *Instituto de la Mujer de la Universidad de Panamá*.

4 Esta revista é publicada pela Editorial Investigaciones Juridicas S.A e seus parceiros. Cf. www.pensamientojuridicofeminista.org

5 Alda Facio é uma de suas fundadoras e colaboradoras.

6 Esta autora examinou todas as produções publicadas na região entre os anos de 1990 e 2010.

7 Evento promovido pela *Federación de Mujeres Cubanas e Unión Nacional de Juristas de Cuba*.

8 Organizado pelo Centro de Direitos Humanos da Universidade do Chile.

O México, por sua vez, abriga, na Universidade Nacional Autônoma do México, um programa de estudos de gênero onde são realizadas diversas discussões interdisciplinares sobre gênero e direito. Nesta Universidade há, ainda, um curso de especialização especificamente voltado para este campo. Além disso, o Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM está se voltando para a temática, conforme atesta a recente realização do *Congreso Internacional de Buenas Prácticas en el Juzgar, el género y los derechos humanos*, em abril de 2016.⁹

Na Argentina, diversas universidades abordam a temática de gênero, cidadania e direitos humanos. Neste país, a produção teórica se desenvolve de maneira bastante profícua sobre a interface gênero e direito.¹⁰

No Brasil, embora não exista nenhum curso de direito com disciplinas obrigatórias sobre a temática e nem pós-graduação na área com linhas de pesquisa destinadas especificamente para este campo, há, no entanto, diversos pesquisadores interessados no assunto, que, em sua maioria, realizam estudos e pesquisas em programas e/ou grupos interdisciplinares. Há, no entanto, um grupo de que merece destaque no Brasil: o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito da Universidade Federal da Paraíba (NEPGD), pioneiro no país enquanto grupo diretamente vinculado a um Centro de Ciências Jurídicas.¹¹

Contribuições da jurista feminsita alda facio

Alda Facio Montejo nasceu na Costa Rica no período imediatamente posterior à segunda guerra mundial. É jurista e escritora, como ela mesma se define. É mãe, avó e vive uma relação homoafetiva, há mais de 20 anos, com uma artista plástica latino-americana. Reside em San José, onde cria vários cachorros e cuida das plantas, no tempo livre. Porém, a qualquer momento, pode ser encontrada em outras partes do mundo, já que, como “experta en derechos humanos de las mujeres”, é constantemente convidada para ministrar conferências, cursos, oficinas e outras atividades relacionada a sua militância jurídico-feminista.

9 Uma das autoras deste texto - Salete Maria da Silva - participou como convidada do referido evento, compondo uma mesa sobre o conceito de justiça para além do campo jurídico.

10 Merecem destaque as produções de Malena Costa (2014), Haydée Birgin (2000), Alberto Bovino (2006), dentre outras.

11 Este grupo tem como coordenadores os docentes Eduardo Rabenhorst e Renata Ribeiro Rolim, ambos vinculados à Universidade Federal da Paraíba.

Foi uma das fundadoras do “Caucus de las Mujeres por la Justicia de Género¹²” na Corte Penal Internacional, tendo sido sua primeira diretora entre 1997 e 1998. Em 1990, foi diretora do Programa “Mujeres, género y justicia” do Instituto Latino Americano para a Prevenção do Crime, vinculado a ONU, com sede em Costa Rica. Além disto, foi uma das juristas feministas mais envolvidas nas atividades da primeira Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena em 1993, e na IV Conferência Mundial das Mulheres em Beijing-1995.¹³

Ao falar de sua trajetória, Alda se alegra e também se emociona ao destacar outros interesses e experiências pouco conhecidas pela maioria das pessoas com quem convive: o fato de ter sido uma das fundadoras e diretora da Companhia Nacional de Dança de Costa Rica, além de ter desenvolvido estudos de literatura inglesa e de química na Universidad de Rhode Island, nos Estados Unidos. Outro dado igualmente interessante de sua biografia é a experiência, ainda que relâmpago, como membro do corpo diplomático de seu país, em Roma.

Como se pode ver, Alda Facio é uma mulher dinâmica, sensível e, sobretudo, acessível, cuja vida foi e continua sendo inteiramente dedicada à construção de um mundo melhor para mulheres e homens, e cujo conhecimento, profundo e diversificado, pode ser mobilizado tanto para fazer críticas a algumas posturas da ONU¹⁴, como para colaborar, através de sua *expertise*, com o aprimoramento deste mesmo organismo, além de se envolver, com idêntica paixão e compromisso, na realização de oficinas de direitos humanos para mulheres de comunidades indígenas, ou para operadores jurídicos de países em desenvolvimento. Ou ainda para proferir conferências e participar de mesas de debates nas mais destacadas universidades e instâncias decisórias ao redor do mundo.

Toda essa dinamicidade que caracteriza a vida de Alda Facio é identificada por Carolina Tovar (2011, p. 123), como uma extraordinária capacidade de “ejercicio subversivo de una competencia, a partir de un lugar privilegiado”, qual seja, o de produtora de conhecimento jurídico feminista e de consultora da ONU, competência que “se materializa en un uso militante (crítico-estratégico)

12 Os “caucus” são identificados como grupos de trabalho temático ou conselhos deliberativos.

13 Em Beijing, como delegada do governo de Costa Rica, atuou na redação do Protocolo Facultativo da CEDAW.

14 Em diversas ocasiões a autora teceu críticas ao que ela denominou de “doctrina de la ONU”, podendo ser identificadas no texto de sua autoria denominado “Sobre patriarcas, jerarcas, patrones y otros varones” (ILANUD, 1992), no qual ela denuncia “el derecho patriarcal androcéntrico”, onde inclui as próprias normativas das Nações Unidas.

de las publicaciones escritas en el seno de Naciones Unidas” (TOVAR, 2011, p. 124).

Facio, sem dúvida, pode ser identificada como uma típica “feminista transnacional” (PORTER, 2007), haja vista o grande impacto de sua atuação em diversos países, através de cursos e conferências ou da influência que suas obras exercem na mentalidade das pessoas.

Sobre suas publicações, merece acolhida a categorização realizada por Tovar (2011), segundo a qual, as obras de Facio formam um conjunto de três produtos distintos: as de caráter institucional, as de tipo pedagógico e as teorias críticas sobre o fenômeno jurídico. As primeiras resultam de pareceres e consultorias por ela realizadas, as segundas se destinam aos cursos de formação e sensibilização jurídica com lentes de gênero - a exemplo da que será explorada logo adiante, e as demais correspondem aos textos mais densos, tais como a obra *Género y Derecho*¹⁵, pioneira sobre o tema na língua espanhola.

Esta última obra, segundo Tovar (2010) com quem estamos de acordo, tem duplo objetivo: apresentar uma crítica feminista ao direito e tornar disponível conteúdos para a realização de cursos, programas e projetos no âmbito das Universidades latino americanas. Trata-se de um livro de leitura obrigatória para quem deseja conhecer os pressupostos do pensamento feminista e enveredar pela seara do feminismo jurídico.

Com relação à posição de Alda Facio entre as diversas correntes do feminismo jurídico, é possível classificar suas ideias, apesar de serem múltiplas, sob a rubrica do chamado feminismo radical, segundo o qual a concretização da igualdade entre os sexos exige uma profunda transformação nos valores, práticas, discursos e normas vigentes na sociedade.

Como elemento identificador de sua posição no âmbito do feminismo jurídico, vale destacar que a maioria de seus textos advogam a “desconstrução” dos métodos jurídicos tradicionais, sobretudo a forma como constroem a “verdade processual” e justificam suas decisões, propondo, em substituição, a adoção de um método específico, sensível ao gênero.

A metodologia proposta por Facio, se baseia nos pressupostos político-epistemológicos que atravessam todas as teorias feministas, os quais, em linhas gerais, reconhecem a indissolúvel relação entre teoria e prática e admitem que todo conhecimento é condicionado pelas circunstâncias existenciais do

15 Esta obra foi publicada por Alda Facio em parceria com a feminista chilena Lorena Fries, sob o selo da American University, no ano de 1999.

sujeito cognoscente, assim como pelo modo como o conhecimento é construído. Além disto, parte da crítica ao objetivismo predominante na ciência de um modo geral e na ciência jurídica em particular que, em regra, é eivada de androcentrismo, sexismo, racismo, classismo, heterocentrismo e outras formas de opressão e dominação.

Sua metodologia não somente serve para identificar o androcentrismo no campo jurídico, como propõe alternativas para superá-lo, invocando a necessidade da intersecção entre as diversas áreas do conhecimento humano, já que, segundo a autora, o fenômeno legal só pode ser compreendido de forma interdisciplinar, posto que se constitui de três aspectos específicos: norma, estrutura e cultura, condicionados e condicionantes das escolhas políticas que os legitimam (FACIO, 1999a).

O método proposto por Facio consiste em seis etapas distintas, por ela chamadas de **seis passos** que devem ser tomados como orientação mais geral¹⁶, sendo apresentado da seguinte forma: **Passo 1:** tomar consciência da subordinação do gênero feminino ao masculino na experiência pessoal; **Passo 2:** identificar as distintas formas de manifestação do sexismo no texto legislativo, visando eliminá-las; **Passo 3:** identificar qual é a mulher que, de forma visível ou invisível, está no texto legal: se é a mulher branca, a mulher casada, a mulher pobre etc., ou seja, qual é a mulher que se está contemplando como paradigma de ser humano e a partir daí analisar qual ou quais são seus efeitos sobre as mulheres de distintos setores, classes, raças, etnias, crenças, orientações sexuais etc.; **Passo 4:** identificar qual é a concepção ou estereótipo de mulher que serve de sustento ao texto, isto é, se é somente a mulher-mãe, a mulher-família, ou a mulher enquanto ser que pode se assemelhar ao homem etc.; **Passo 5:** analisar o texto tomando em conta a influência ou os efeitos desta lei em outros componentes do fenômeno legal. **Passo 6:** ampliar a tomada de consciência do que é o sexismo e coletivizá-la.

Com relação ao primeiro passo, convém destacar que a tomada de consciência se faz necessária para que a pessoa compreenda a generalização e a profundidade da discriminação e subordinação das mulheres, a fim de evitar que se perca tempo exigindo provas, a cada elaboração e aplicação de nova lei, daquilo que já está suficientemente reconhecido e contemplado pela

16 A autora adverte que nem sempre temos que levar a cabo cada um destes passos, ou realizá-los obrigatoriamente na ordem proposta, pois é possível realizar adaptações, a depender do contexto.

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher-CEDAW.

Esta conscientização se alcança por meio da observação e reflexão da experiência pessoal e cotidiana das mulheres, a qual não deve ser considerada como uma situação meramente individual, mas como submissão coletiva decorrente das relações de gênero. Este processo implica perceber a situação e posição das mulheres em suas famílias, na sociedade e nos diversos espaços sociais, assim como no mundo jurídico, nas mais diversas funções.

No que diz respeito ao segundo passo, vale frisar que o sexismo, enquanto crença na superioridade de um sexo sobre o outro, pode se manifestar de variadas formas. No que concerne à produção, interpretação e aplicação das leis, segundo Facio (1999), o sexismo apresenta-se de sete formas distintas, quais sejam: o androcentrismo, o dicotomismo sexual, a insensibilidade ao gênero, a sobregeneralização (e/ou a sobreespecificação), o duplo parâmetro, o dever ser de cada sexo e o familismo.

Sintetizando cada um deles, pode se dizer que o androcentrismo consiste numa forma de ver o mundo desde o masculino, isto é, tomando o varão como parâmetro do humano. A insensibilidade de gênero, por sua vez, se apresenta quando se ignora a variável sexo como uma variável socialmente importante ou válida. Já a sobregeneralização ocorre quando o diagnóstico da realidade que será normatizada analisa somente a conduta do sexo masculino e apresenta os resultados como válidos para ambos os sexos. A sobreespecificação, a outra face da moeda da sobregeneralização, refere-se a uma forma de sexismo em que se apresenta como específico de um sexo certas necessidades e interesses que, na realidade, são de ambos, como é o caso das questões relativas à criação, cuidados e educação dos filhos ou a temática da sexualidade e reprodução. Sobre o duplo parâmetro, diz-se que é muito semelhante à dupla moral que se estabelece socialmente para regular a conduta de homens e mulheres.

O dicotomismo sexual consiste em tratar os sexos de modo diametralmente opostos e não com características semelhantes, quando o que está em foco não são as especificidades de cada um, mas os direitos humanos de uma maneira geral. E o familismo, por sua vez, é o tipo de sexismo que parte do princípio de que a mulher e a família são sinônimos e que, por isto, seus interesses e necessidades são os mesmos.

Sobre o terceiro passo, a autora adverte que este somente deve ser desenvolvido se o projeto de lei apresentado, ou a lei em vigor, constitui uma proposta sobre mulheres ou se contempla um setor específico destas.

Com relação ao quarto passo, a orientação da autora é que se deve buscar identificar qual é a representação de mulher que está implícita ou explicitamente subjacente ao texto, ou seja, se somente se percebe a mulher como um ente destinado a procriar, ou como um membro a serviço da família, ou como um sujeito cujos direitos e obrigações serão garantidos no caso de se assemelhar ao homem em todas as atividades que realize, isto é, alguém a quem se deve estender os direitos masculinos já existentes nos textos legais.

O quinto passo, por seu turno, exige que se tenha claro que o fenômeno jurídico não se restringe ao sistema de normas, cujos destinatários são os membros da sociedade politicamente organizada. Afinal, ele é mais do que isto: se constitui de ordenamento, instituições e valores, os quais correspondem aos componentes formal-normativo, estrutural e político-cultural.

Todos estes componentes se interdependem e se retroalimentam, o que significa dizer que ao analisar o conteúdo de um projeto ou mesmo de uma lei em vigor, deve-se tomar em conta os efeitos que esta poderá causar não apenas no ordenamento, mas nas instituições e nos valores em voga em cada sociedade, em dado momento histórico.

Por fim, o sexto passo sugere a mais ampla democratização do processo de feitura e de interpretação da lei. Propõe que a mesma seja amplamente discutida pelos diversos atores sociais, notadamente os destinatários e/ou beneficiários da norma, a fim de que, em todas as fases, sejam expostas as questões e problemas sobre os quais a lei incidirá, o que leva a uma permanente tomada de consciência por parte dos legisladores, decisores e aplicadores da lei.

Considerações finais

O presente artigo apresentou, de forma bastante panorâmica, algumas reflexões acerca do feminismo jurídico latino americano, tomando como foco a relevante contribuição da jurista feminista Alda Facio. Destacou algumas caracterizações das diversas fases dos feminismos jurídicos, desde o seu nascedouro aos dias atuais, apresentando ainda as principais manifestações desta ideia em diversos países da América Latina. Por fim, o texto detalhou a trajetória pessoal e profissional da jurista Alda Facio, culminando com a apresentação e discussão do seu método de análise feminista do fenômeno jurídico. Por ter se tratar de um texto aproximativo da temática em questão, cumpre com o seu o papel de estímulo a novas e mais profundas leituras sobre o tema.

Referências

BARLETT, Katharine T. Feminist legal methods. In BARLETT, Katharine T. KENNEDY, Rosanne. *Feminist legal theory*. Colorado: Westview Press, 1991, p.370-403.

BIRGIN, Haydée (ed.). *El derecho en el género y el género en el derecho*. Buenos Aires: Biblos, 2000.

BOVINO, Alberto. “Introducción”, *Pensamiento penal, Dossier Género, Discurso Jurídico y Administración de Justicia Penal*, p. 1-8, 2006.

CAMPOS, Carmen Hein de. *Razão e Sensibilidade: Teoria Feminista do Direito e Lei Maria da Penha*. 2014. Disponível em http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/02/1_1_razao-e-sensibilidade.pdf. Acesso em 10 abr 2016.

COSTA, Malena. *El Pensamiento Jurídico feminista en América Latina. Escenarios, contenidos y dilemas*. Revista Gênero e Direito. Centro de Ciências Jurídicas/ UFPB. Nº 02 - 2º Semestre de 2014, pp. 11-34.

FACIO, Alda. *El Derecho Patriarcal Androcéntrico, sobre patriarcas, jerarcas, patrones, y otros varones*. San José: ILANUD, 1995.

FACIO, Alda. *Cuando el Género Suena Câmbios Trae – metodologia para el análisis de género del fenómeno legal*. ILANUD, Programa Mujer, Justicia y Género, 1999a.

FACIO, Alda e FRIES, Lorena. (orgs.) *Género y Derecho*. Santiago de Chile: LOM Edições/La Morada, 1999b.

FACIO, Alda. *A partir do feminismo, vê-se um outro direito*. Revista Outras Vozes, nº 15. WILSA Moçambique. Maputo, maio de 2006, pp. 1-5.

FACIO, Alda. *Hacia otra teoría crítica del derecho*. Disponível em http://www.equidad.scjn.gob.mx/biblioteca_virtual/doctrina/72.pdf. Acesso em 28 de abr. 2016.

FACIO, Alda. *Las mujeres y la Corte Penal Internacional*. Universidad Andina Simon Bolívar. Ecuador. Disponível em <http://www.uasb.edu.ec/UserFiles/369/File/PDF/CentrodeReferencia/Temasdeanálisis2/cpi/articulos/facioalda.pdf>. Acesso em 22 de abr 2016.

FACHI, Alessandra. *El pensamiento feminista sobre el derecho. Un recorrido desde Carol Gilligan a Tove Stang Dahl*. Revista sobre Enseñanza del Derecho de Buenos Aires. Año 3. N. 6, 2005, pp. 27-47.

PITCH, Tamar. *Un Derecho para dos. La construcción jurídica de género, sexo y sexualidad*. Editorial Trotta, 2003.

PORTER, Marilyn. "Transnational Feminisms in a Globalized World: Challenges, Analysis, and Resistance" *Feminist Studies* 33, no. 1 (Spring 2007).

SMART, Carol. La teoría feminista y el discurso jurídico. In LARRAURI, Elena (Comp.). *Mujeres, Derecho penal y criminología*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1994, p.167-189.

SILVA, Salete Maria da Silva. *O direito na perspectiva feminista: pensando o ensino e a prática jurídica a partir do desafio da transversalização de gênero no direito*. In: XXI Encontro Regional de Estudantes de Direito e Encontro Regional de Assessoria Jurídica Universitária "20 anos de Constituição. Parabéns! Por quê?". Crato, Ceará, 2008. Disponível em http://www.urca.br/ered2008/CDAnais/pdf/SD1_files/Salete_Maria_SILVA_1.pdf. Acesso em 17 abr 2016.

SILVA, Salete Maria da; WRIGHT, Sonia Jay. *As mulheres e o novo constitucionalismo: uma narrativa feminista sobre a experiência brasileira*. 2015. [online] Disponível em <http://www.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/gv4u3hv2/i3jf3jt72swcdyoi.pdf>. Acesso em 15.dez.2015 Acesso em 17 abr. 2016

SILVA, Alexandre Garrido e ANDRADE, Joana El Jaick. *Discrepâncias entre a prática e o discurso jurídico: a crítica feministas ao direito*. 2008. Disponível em <http://www.andhep.org.br/downloads/trabalhosIVencontro/AlexandreGarrido.pdf>. Acesso em 17 de abr de 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 16. ed. Porto: B. Sousa Santos e Edições Afrontamento, 2010. 59p.

TOVAR, Carolina V. *El concepto de justicia de género: teorías y modos de uso*. Revista de Derecho Privado, n.º 21, julio-diciembre de 2011, pp 119 a 146.

WILSON, Mariblanca Staff. La perspectiva de género en el derecho. In: CALDERÓN, Rosaura Chinchilla. *Pensamiento jurídico feminista. Desconstruir el derecho, repensar el mundo*. San José, C.R.: IJSA, noviembre del 2004, pp. 55-68.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS DA GESTANTE ENCARCERADA

Stephanie de Santa Izabel Montargil Ribeiro Oliveira
Universidade Tiradentes
stephanie.montargil@gmail.com

Daniel Vaqueiro Menezes Martins
Universidade Tiradentes
danielmenezes@outlook.com.br

Émilly Samita da Anunciação Sodré
Universidade Tiradentes
emillysamita@gmail.com

Letícia Maria Alves Nunes
Universidade Tiradentes
leticia-maria28@hotmail.com

Acácia Gardênia Santos Lelis
Universidade Tiradentes
aglelis@infonet.com.br

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo traçar um panorama da violação aos direitos humanos da mulher gestante no sistema carcerário brasileiro. Tendo em vista a já praticada violência obstétrica no sistema de saúde agravada pela precariedade e descaso enfrentado pela parturiente, vê-se a necessidade de estudos que tragam à tona a realidade das mulheres grávidas que se encontram em fase de cumprimento de pena em presídios no país. Durante o período de gestação, a mulher sofre diversas modificações em sua estrutura física e emocional, além de ser bombardeada com oscilações hormonais que podem vir a influenciar negativamente em sua saúde se não for feito o acompanhamento médico adequado. A situação é agravada

quando, além das mudanças e sensibilidade desenvolvidas naturalmente, a mulher encontra-se cerceada de sua liberdade em presídios que não possuem estrutura física nem humana para acompanhá-la e assegurar-lhe o pré-natal necessário à manutenção da saúde tanto própria quanto da criança que está por vir. Assim, a apreciação desse estudo se utilizará do método descritivo bem como da revisão bibliográfica e levantamento documental, por meio de pesquisas doutrinárias, legislação vigente e relatos descritos em fontes de matéria específicas, a fim de explanar sobre o tema.

Palavras-chave: Direitos humanos, violência obstétrica, gestante encarcerada.

Introdução:

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, instituída em 1945 pela Organização das Nações Unidas (ONU), direitos humanos são aqueles que todas as pessoas no mundo possuem apenas pelo fato de serem humanas, como por exemplo, direito à vida, à segurança pessoal, à liberdade e a serem tratadas igualmente.

O Estado Democrático de Direito originou-se trazendo como base norteadora de seu ordenamento jurídico e das suas aplicações os princípios consagrados nesta Declaração, sendo a dignidade da pessoa humana o alicerce da Carta Magna brasileira, recepcionado diretamente em seu artigo 1º, inciso III. No corpo do texto constitucional, os artigos 5º e 6º afirmam que todos os cidadãos possuem estes direitos inerentes da condição humana, tratando-os, inclusive, como cláusula pétrea, acrescentando caráter de imutabilidade e inviolabilidade, vindo a assegurar à população seus leais cumprimentos.

Entretanto, a eficácia destas garantias no convívio social é ameaçada pela violência deflagrada diante das relações humanas. Dentre os frequentes desrespeitos praticados contra os direitos humanos, está presente a violência obstétrica cometida em desfavor das mulheres. Esta, por sua vez, teve, na última década, várias definições propostas. Uma delas é a da legislação da Venezuela, que tipifica esta violência como sendo a imposição de intervenções danosas à integridade física e psicológica ou mesmo no impedimento do exercício da autonomia da vontade das mulheres gestantes no sistema de saúde pelos profissionais que as atendem, bem como pela falta de estrutura disponibilizada para a realização do parto. Dada a sensibilidade de que esses casos exigem, esta se agrava quando cometida no ambiente prisional, ou seja, quando as gestantes estão privadas da sua liberdade.

A desumanização presente na justiça brasileira causa, por vezes, constrangimentos e danos à parturiente. É claramente perceptível a violação dos direitos básicos dentro do aprisionamento feminino, agravado ainda mais quando essa mulher se encontra em período gestacional. A garantia do acesso à maternidade é quase inexistente assim como a integridade física, emocional e material, que durante essa fase deveriam ser cuidados prioritários, não recebem a devida atenção estatal.

Cabe ressaltar que esta violência é transmitida ao nascituro, que sofre com todos os danos provocados ao íntimo da mãe. Situação esta que fere o princípio fundamental presente na execução penal, da pessoalidade da pena, no qual se afirma que a sanção não pode ultrapassar o indivíduo que cometeu o delito.

Observa-se, portanto, o claro desrespeito ao princípio básico da execução penal, presente na legislação brasileira, qual seja, a humanização da pena. Debruça-se, assim, na necessidade de se analisar esta opressão de caráter institucional, que, velado pelo Estado, acontece no sistema prisional brasileiro desde o momento que se analisa a estrutura disponibilizada para o abrigo destas condenadas até a atenção concedida a elas num momento tão importante de suas vidas.

Dessa forma, o presente artigo tem por objetivo traçar um panorama nacional correlacionando a violação dos direitos humanos da gestante com o sistema carcerário brasileiro, de modo a expor o drama vivenciado pelas reclusas em período de gestação ainda dentro do presídio. Evidenciando a sensibilidade e delicadeza com que o tema deve ser tratado, o trabalho busca identificar os pontos falhos no sistema e extrair o senso de “dever ser” constante na doutrina como norteador de políticas públicas de respeito aos direitos humanos.

Metodologia:

Para que a pesquisa alcance os objetivos traçados inicialmente, a saber, traçar um panorama da violação aos direitos humanos da mulher gestante no sistema carcerário brasileiro, foram escolhidos alguns métodos de pesquisa.

Em primeira instância, o presente artigo é um apanhado geral de conhecimentos e informações oriundos de uma revisão bibliográfica realizada em fontes documentais, com o uso de legislações específicas, bem como fontes secundárias, de materiais que analisam as fontes primárias, as analisando e dando-lhe uma hermenêutica aceitável para a construção do raciocínio lógico, como livros, monografias e artigos. A pesquisa exploratória realizada preliminarmente para a escolha do tema se deu por ocasião de um projeto de pesquisa realizado na instituição vinculada com o tema “Mulheres encarceradas: uma análise processual do garantismo penal no presídio feminino de Sergipe”, de forma que o tema foi delimitado em razão de seu caráter urgente e pouco discutido.

Assim, o artigo segue adotando os objetivos metodológicos da pesquisa descritiva ao explanar conceitualmente sobre o que vem a ser direitos humanos e qual a sua correlação com a violência obstétrica sofrida pelas mulheres em geral e de modo agravante por aquelas que se encontram em fase de cumprimento de pena, e explicativa ao tentar discutir sobre por que essa violência acontece, como acontece e de que forma ela poderia ser extinta, ou pelo menos reduzida significativamente.

Dessa forma, a abordagem da pesquisa será quantitativa e qualitativa ao demonstrar dados estatísticos de relatórios oficiais de órgãos como o Ministério da Justiça, através do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) que realizou o Levantamento de Informações Penitenciárias Infopen – junho de 2014. Desses dados será possível aferir análises que ajudem a alcançar o objetivo do presente trabalho, com a ajuda de doutrinadores como, por exemplo, Norberto Bobbio, Paulo Bonavides e Cesare Beccaria.

Resultados e Discussão:

Diante da violência e ameaça à ordem, o Estado, para manter o controle das relações humanas e assegurar a eficiência destas garantias, se utiliza de mecanismos que restringem parte dos direitos dos infratores com o objetivo de torná-los aptos para voltar ao convívio social, e, é na própria execução destas punições que não pode esquecer-se de observar tais direitos.

Neste sentido, como aduz Luiz Flávio Gomes (2000), a pena pode ser vista como um mecanismo de prevenção e ressocialização, ou seja, a pena privativa de liberdade está entre os mecanismos que podem ser utilizados pelo Estado para punir e para coibir, sendo esta medida máxima que pode ser adotado pelo mesmo. Dentre os modelos de punições cabíveis, a punição penal encontra o seu ápice na pena de reclusão, a esta modalidade de pena se aplicam as condenações consideradas mais severas, nesta categoria de punição a pena admite o início do seu cumprimento em regime fechado, entretanto, admite-se também que a pena se dê em regime semiaberto ou aberto.

Normalmente, nos casos de sentenças que ultrapassem os 8 anos, a punição é cumprida em estabelecimentos de segurança máxima ou média, e, são nestes ambientes que se pode encontrar a maior parte das mulheres condenadas no Brasil, de acordo com a pesquisa Infopen Mulheres 2014, realizada pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e com a qual se pode aferir dados alarmantes da atual conjuntura carcerária feminina brasileira.

De acordo com a referida pesquisa, o número de mulheres encarceradas nestes estabelecimentos representa a quinta maior população carcerária feminina do mundo (37.380 mulheres encarceradas em 2014), o que reflete o descaso do Estado no tocante à elaboração de políticas públicas que visam coibir a inserção da mulher no mundo do crime, principalmente quando paramos para analisar os motivos que contribuem para tal fato, como por exemplo, o crime de tráfico de drogas. Em muitos dos casos, decorre como consequência

da relação desta mulher com um parceiro que já é atuante neste crime e, ao ser preso, fica, em teoria, impossibilitado de continuar gerindo os seus negócios, e para que a ação delituosa e lucrativa continue a ter sucesso, transmite a responsabilidade das suas práticas para a companheira (MACÊDO, 2012).

Diante de tal quadro a situação se torna ainda mais preocupante quando paramos para analisar os números do sistema carcerário brasileiro. Entre estes está o informe sobre o surpreendente número de mulheres divididas em uma quantidade mínima de cadeias. Segundo o relatório mais recente do DEPEN, existem no Brasil apenas 103 unidades prisionais de caráter exclusivamente feminino, chegando este número a 323 quando consideradas as unidades mistas, sendo que na maioria destas encontram-se problemas referentes à superlotação e péssimas condições estruturais e de salubridade, fatos estes que colaboram com a proliferação ou agravamento de doenças infectocontagiosas, doenças crônicas, degenerativas e, até mesmo, o desenvolvimento de transtornos mentais.

Não obstante a estes problemas, a situação carcerária brasileira se agrava ainda mais quando a mulher que está atrás das grades se encontra em estado gestacional. Ao ingressarem no ambiente prisional, é possível que estas mulheres, por conta da situação de vulnerabilidade social, já possuam algumas disfunções físicas ou emocionais anteriores, quadro este que piora tendo em vista a maior fragilidade emocional e física própria deste período. Cerca de 90% das mulheres que se encontram nas cadeias públicas estão em idade reprodutiva, ou seja, entre 15 e 44 anos, logo, com vislumbre a estes dados, não é incomum a permanência de gestantes dentro das instituições prisionais. Entretanto, o projeto da execução penal ainda se encontra carente de iniciativas do Estado para a humanização do tratamento.

O atendimento pré-natal e o encarceramento digno às condições da gestante são direitos tanto do nascituro quanto da mãe, todavia, estes direitos são frequentemente desrespeitados nos cárceres brasileiros. De acordo com o Infopen Mulheres 2014, são ofertados 323 espaços destinados ao abrigo das internas, entretanto 60% destes estão em situação de superlotação, e destes, apenas 48 (14%) das unidades prisionais, consideradas as exclusivamente femininas e as mistas, possuem celas específicas para gestantes.

Porém, mesmo nestas que possuem, há a falta contínua de medicamentos necessários para o tratamento de doenças prejudiciais à gravidez e a carência de escolta policial, fato que dificulta que estas mulheres sejam levadas para os devidos cuidados com a saúde em ambiente hospitalar impondo, desta forma, a interrupção ou a inexistência do pré-natal, que, de acordo com o Ministério

da Saúde, tem como objetivo garantir bom acompanhamento das grávidas com informações e orientações que visem à preservação tanto da sua saúde quanto desenvolvimento do feto, o que assegura, assim, o nascimento de uma criança saudável e da preservação da vida materna. Situação esta que se torna preocupante tanto para estas mulheres e suas famílias, quanto para a saúde pública.

Tais condições aplicam-se também às presas que estão neste ambiente em caráter provisório. Estas, que representam em números cerca de 30% do total de mulheres encarceradas no Brasil, assim como as detentas definitivas, têm assegurado a conservação destes direitos de internato.

Todo este cenário, como pode ser percebido, vai de encontro às leis presentes no ordenamento jurídico nacional que versam a respeito dos direitos da mulher gestante encarcerada. A exemplo destas, pode-se citar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que é enfático ao afirmar que é garantido às crianças o direito de nascerem em um ambiente que conceda as mínimas condições de sobrevivência; a Lei nº 7.210/89 (Lei de Execuções Penais), que ressalta em seu artigo 3º que à condenada serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei, bem como o artigo 89 do mesmo documento legal, que diz, *ipsis literis*:

Além dos requisitos referidos no art. 88, a penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente [...].

Somada à violação dos referidos preceitos presentes na legislação brasileira, viola também direitos humanos a que estas mulheres têm garantia. Para tanto se utiliza como referência o princípio da dignidade da pessoa humana, e inclui-se a isto o desrespeito às regras de Bangkok, idealizadas pela Organização das Nações Unidas e que o Brasil se colocou a respeitar, na qual versam regras sobre os direitos humanos nas penitenciárias e dispõe sobre o alojamento das mulheres gestantes da seguinte forma:

O regime prisional deve ser flexível o suficiente para atender às necessidades de mulheres gestantes, lactantes e mulheres com filhos/as. Nas prisões serão oferecidos serviços e instalações para o cuidado das crianças a fim de possibilitar às presas a participação em atividades prisionais (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2010).

Todavia, ao se fazer uma análise da atual conjuntura encontrada pela mulher encarcerada brasileira e a prática adotada na execução penal, percebe-se que esta se contradiz com todas as prerrogativas humanas que foram ditas anteriormente. A esta situação encontra-se a necessidade de uma discussão no tocante à inobservância realizada no ambiente carcerário brasileiro, pois, como discorre o jurista italiano Norberto Bobbio (1992, p. 15-16), em sua obra *A era dos Direitos*, tratando sobre os direitos humanos e a problematização política que vem a ser a sua proteção:

Quando se trata de enunciá-los, o acordo é obtido com relativa facilidade, independentemente do maior ou menor poder de convicção de seu fundamento absoluto; quando se trata de passar à ação, ainda que o fundamento seja inquestionável, começam as reservas e as oposições.

Tendo em vista tal análise, torna-se incompatível a estrutura disponibilizada pelo sistema jurídico e prisional brasileiro quando se tem uma mulher como parte integrante de uma causa, principalmente quando esta se encontra gestante e na cadeira do réu, com a legislação brasileira em vigor. Contudo, mesmo diante desta situação, o rol de políticas públicas que visam impedir o acontecimento destas violações à mulher se encontra limitado às ações da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), secretaria a qual o Governo Federal dedica para tratar das ações que visem o gênero.

Não obstante a isso, se destaca a atuação mais recente da SPM no que se refere à inclusão no Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM), das mulheres que se encontram encarceradas. Este plano nacional prevê uma série de ações que visam o enfrentamento da violência contra a mulher, nas diversas esferas da vida social. Deste modo, configura-se o PNPM como uma alternativa para o enfrentamento da violência obstétrica. Porém, como dito anteriormente, a violência obstétrica acontecida no estado brasileiro é velada por um modelo institucional que se encontra falho, que não recebe atenção por quem está de fora, além de apresentar vários problemas para quem está inserido nele, portanto, não se observa um enfrentamento eficaz a esta violência enquanto os problemas mínimos de infraestrutura prisional não forem solucionados.

Desta forma, se atribui a este modelo de punição desrespeitosa aos direitos humanos, o caráter de insustentável, uma vez que contribui para o agravamento de problemas, à medida que ao invés de reabilitar a reclusa, dando a esta uma

melhor compreensão do que é justo e do que não é, atribui a esta o sentimento de repulsa em consonância com o mal sofrido.

Conclusões: Verifica-se, portanto, diante dos estudos realizados, que a violência obstétrica no ambiente prisional e no acesso à justiça com dignidade é real e mostra-se em diversos momentos ao longo do período gestacional, que vão desde o pré-natal ao parto. Esta violência se desenvolve desde a infraestrutura precária que é disponibilizada nos presídios brasileiros até o momento do nascimento da criança.

Portanto, de acordo com as leis pátrias, ao Estado incube, em teoria, a disponibilização do aparato necessário para o desenvolvimento de uma gestação livre de riscos, entretanto, nem as mínimas condições para tal são disponibilizadas. Neste ambiente, a gestante sofre os anseios de uma gravidez simultaneamente com as preocupações decorrentes de problemas que envolvem a superlotação e a falta de escolta policial para quando, por sorte, tiver concedido a ela o direito básico de parir o seu filho em uma unidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

Concluiu-se também que a esta situação se soma a não atenção dada à assistência pré-natal de qualidade, que se efetiva desde a recusa de explicação por conta dos profissionais que as atendem, até à injúria verbal, que se é exprimida por palavras ofensivas, visando impedir a mulher de demonstrar o que se sente no momento anterior ao parto e durante este. Assim, ao se vislumbrar a discussão acerca do Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento, realizado pelo SUS, torna-se clara a constatação da não inserção da mulher encarcerada neste projeto de institucionalização do parto no Brasil, muito menos o início da aplicação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), firmado em 2003 pelos Ministérios da Justiça e da Saúde e do Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM).

Entende-se que a violação aos direitos humanos destas mulheres torna-se clara com a ocorrência da violência obstétrica realizada nos presídios brasileiros. O desrespeito ao princípio da dignidade da pessoa humana é evidente em todas as situações expostas. Os princípios da proporcionalidade da pena e da pessoalidade da pena não tem sequer eficácia em um sistema jurídico que atua nestes moldes. O Brasil torna-se, então, um país carente em iniciativas que visam a melhora do modelo de prisão, uma nação falha no cumprimento dos acordos internacionais e das suas promessas previstas em Lei.

Referências:

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Dar à luz na sombra**: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão. Disponível em: <<http://www.neca.org.br/images/51-Dar-a-luz-na-sombra.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Infopen Mulheres** - junho de 2014. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/03/14/apresentacao-detalhada-do-infopen-mulheres>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 24 abr. 2016.

_____. Presidência da República. **Lei n.º 7.210**, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 24 abr. 2016.

_____. **Resolução n.º 14**, de 11 de novembro de 1994 - Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil. Disponível em: <<http://www.criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/ExecucaoPenal/Outros/1994resolu14CNPCP.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. **Plano Nacional de Políticas para Mulheres (2013/2015)**. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

D'OLIVEIRA, A.F.P.L.; SCHRAIBER, L.B. Violência de gênero, saúde reprodutiva e serviços. In: GIFFIN, K.M. (Org.). **Questões da saúde reprodutiva**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. p.337-355.

GOMES, Luiz Flávio. **Penas e medidas alternativas à prisão**: doutrina e jurisprudência. 2. ed. atual. e ampl. Vol. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MACÊDO, Márcia Maria Cavalcanti. **Mulheres encarceradas**: fragmentos de vida. In: Revista Lusófona de Educação, Teses e Dissertações, v. 22. Lisboa, Portugal: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

VENEZUELA. **Ley Orgánica sobre el Derecho de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia**. Gaceta Oficial 38.647. Caracas: Asamblea Nacional, 2007. Disponível em <http://venezuela.unfpa.org/documentos/Ley_mujer.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2016.

A OPACIDADE DO PODER JUDICIÁRIO E DESAFIOS PARA O MONITORAMENTO DA LEI MARIA DA PENHA

Tatyane Guimarães Oliveira

*Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres,
Gênero e Feminismo – PPGNEIM/UFBA
tatygut@gmail.com*

Márcia Santana Tavares

*Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres,
Gênero e Feminismo – PPGNEIM/UFBA
marciatavares1@gmail.com*

Resumo: No Brasil, importantes conquistas foram alcançadas pelos movimentos feministas em relação ao combate à violência contra as mulheres e, com a aprovação da Lei Maria da Penha, uma complexa rede de organismos passa a atuar, o que intensificou as ações de monitoramento e controle social. É a atuação de todas as funções do Estado que permite a existência de parâmetros legais e políticos que possibilitam a construção dessas políticas e as condições para sua fiscalização. Considerando a centralidade do Poder Judiciário nesse campo, em face das atribuições que lhe são dadas pela referida lei, este trabalho propõe refletir sobre os desafios para a efetividade e o monitoramento da Lei Maria da Penha no âmbito do Poder Judiciário, considerando a construção social sobre sua natureza, suas funções e as ideologias que as permeiam, como as ideias de imparcialidade e neutralidade. O Judiciário ainda é um espaço hermético, fortemente vinculado às noções liberais que marcam o Estado Moderno e se mantém resistente às perspectivas que emergem dos movimentos sociais e às ações de controle social. Seu relevante papel nesse campo, portanto, torna-se também um dos grandes desafios para o monitoramento das ações que realiza no âmbito da Lei Maria da Penha.
Palavras-chave: Poder Judiciário, Lei Maria da Penha, Controle Social.

1. Lei Maria da Penha e Poder Judiciário: “Muito mais do que julgar um processo”¹”

A luta histórica das mulheres pelo fim da violência doméstica e familiar gerou frutos importantes, todavia, é exatamente em função dos frutos gerados que aquela ainda se impõe como compromisso diário, pois a despeito da estratégia de atuar junto ao/com o Estado, este é marcadamente um espaço androcêntrico.

Enquanto espaços construídos por e para homens, as instituições públicas resistem diariamente à implementação de políticas públicas para as mulheres, especialmente se estas são pensadas e construídas a partir de uma perspectiva feminista. Como coloca Reis (2010, p.18), o Estado e as políticas públicas refletem e reproduzem valores, normas e posturas sociais que incluem percepções acerca do feminino e do masculino, portanto, sua concretização demanda um processo intenso no qual emergem concepções e valores sobre a temática, tensões e divergências de prioridades entre atores.

Essas tensões e divergências têm marcado profundamente a implementação da lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), marco político e normativo no âmbito do combate à violência contra a mulher e na inclusão da perspectiva feminista no campo jurídico. A lei se destaca por trazer inovações importantes que impactam não só no âmbito das práticas do Poder Executivo, mas afetam diretamente o Poder Judiciário e as ideologias que sustentam historicamente suas práticas.

Como explica Pasinato (2008, p. 7), a lei tem como proposta possibilitar mais do que a punição de agressores de mulheres e está organizada em três eixos de atuação: o **punitivo**, que prevê os procedimentos na fase do inquérito policial e do processo penal, como a proibição de aplicação de penas alternativas e da lei 9.099/95, que tem como propósito tratar a violência doméstica e familiar como uma violação de direitos humanos e não como um crime de menor potencial ofensivo; o eixo de **proteção e assistência** que visa a proteção das mulheres por meio de medidas protetivas de urgência, como proibição de porte de arma ou de aproximação das mulheres e seus familiares, e a assistência integral às mulheres por meio de atendimento psicológico, jurídico e social; e

1 Expressão retirada do depoimento da juíza titular da primeira Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Cuiabá colhido durante o estudo de caso do Observe (PASINATO, 2014, p. 32)

o último eixo, em que se localizam as medidas de **prevenção** e de **educação** que se traduzem em estratégias para coibir a reprodução do comportamento violento e a discriminação baseada no gênero.

Os eixos de ação da Lei Maria da Penha trazem para o Estado o desafio de atuar de forma intersetorial e interdisciplinar, pois demandam obrigatoriamente a articulação em rede de inúmeras instituições públicas que têm a função de executar essas medidas. A rede de atendimento, portanto, é um conjunto de ações e serviços de diferentes instituições, como as ligadas à assistência social, à justiça, à segurança pública e à saúde, que visam a integralidade e humanização no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (BRASIL, 2011, p. 14).

É a atuação de todas as funções do Estado que permite a existência de parâmetros legais e políticos que possibilitam a construção dessa política e as condições para sua fiscalização. No âmbito das políticas públicas de combate à violência contra as mulheres, o envolvimento das três funções do Estado é cada vez mais nítido, à medida em que a implementação da lei se dá nos Estados brasileiros. Nesse campo, o Poder Judiciário vem se destacando pelo papel central que ocupa com as criações e instalações dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Em geral, o Poder Judiciário está envolto em ideias que reduzem a amplitude de seu papel no campo das políticas públicas. É visto, numa perspectiva superficial, mas ideologicamente estabelecida, como um Poder que tem como principal obrigação emitir decisões acerca dos conflitos que são levados a ele por parte da sociedade. Essa perspectiva nos mostra a visão reducionista que se tem da função jurisdicional e do poder político do Judiciário e as implicações que envolvem a decisão judicial. Como é apontado em depoimento por uma juíza de Cuiabá:

(...) Nós percebemos que a lei era muito mais do que julgar um processo. A lei exigia muito mais de nós e era impossível trabalhar isolado. E essa consciência de que era preciso sair um pouquinho dessa esfera de gabinete e entender o que ocorre nessas famílias, e quais são os mecanismos de assistência que eu tenho no meu estado, no meu município, assim como os procedimentos disponibilizados pela própria rede de governo federal, eu comecei a entender que eu poderia fazer um pouco mais e que se poderia sim alcançar os benefícios da lei (RELATÓRIO, 2009, p. 76).

Precisamos compreender o Poder Judiciário como um espaço não só de importância para execução de políticas públicas na medida em que este tem o dever/poder de determinar que estas sejam devidamente executadas pelo Poder Executivo, mas também o papel de executá-las uma vez que, como poder político do Estado, atua diretamente na concretização dos direitos sociais (REIS, 2010) a partir de decisões que, ao contrário do que é ideologicamente associado à sua função, nada mais são do que posicionamentos políticos, portanto, não neutros.

Os impactos de uma lei com perspectivas que demandam uma atuação integral para o enfrentamento à violência doméstica e familiar no âmbito do Poder Judiciário, serão analisados neste trabalho a partir de dois ângulos: o primeiro é a resistência da atuação em rede e ampliação das suas ações no campo das relações institucionais e das políticas públicas; e o segundo, a resistência em lidar com normas processuais abertas e questões que exigem um olhar atento às peculiaridades da violência de gênero.

Essas questões podem ser analisadas de forma aprofundada sob diversas perspectivas, desde a representatividade de gênero, raça e classe na composição do Poder Judiciário (SEVERI, 2016) aos debates acerca do ensino jurídico (ECONOMIDES, 2010), todavia, neste artigo, abordaremos esses desafios no campo dos debates sobre as ideias de neutralidade e imparcialidade que são usadas para justificar a autoridade do Poder Judiciário e seu caráter hermético, e que contribuem para a rejeição da perspectiva feminista trazendo como consequências a não efetividade da lei e dificuldades de monitoramento acerca da aplicação.

2. A (in)ação do Poder Judiciário na proteção das mulheres: reflexos políticos da neutralidade

Um breve resgate da história e da luta dos movimentos feministas e de mulheres para a aprovação de um instrumento normativo de proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar nos permite perceber a centralidade que o Poder Judiciário sempre ocupou nesses debates.

Nas décadas de 1970 e 1980 o movimento feminista marca sua atuação com a visibilização do tema com protestos e críticas às decisões judiciais que absolviam homens com base na tese de “legítima defesa da honra”; em 1996 o Brasil é denunciado à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) pela inação do Poder Judiciário no julgamento e na condenação do ex-marido de

Maria da Penha Maia Fernandes, e em 2001 a CIDH recomenda a adoção de medidas que eliminem a tolerância do Estado em relação à violência contra as mulheres; e em 2004 é formado um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para a elaboração de um projeto de lei de combate e prevenção à violência doméstica, momento em que o Fórum Nacional de Juizados Especiais - FONAJE se posiciona contra a proibição de aplicação da lei 9.099/95 aos casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres (LAVIGNE, 2011), participando inclusive de articulações políticas no âmbito do Congresso Nacional visando barrar essa proibição.

Mesmo após a aprovação da lei, juízes e juízas tem resistido à sua aplicação, seja declaradamente, com decisões que a consideram inconstitucional, seja por meio de interpretações da lei que acabam por não proteger as mulheres e favorecem os homens.

A resistência do Poder Judiciário à lei Maria da Penha e a algumas de suas perspectivas revelam seu compromisso ideológico com pautas conservadoras e fortemente relacionadas aos marcadores sociais de raça, classe e gênero, mas, ao mesmo tempo, esse compromisso é veemente negado a partir das ideias de neutralidade do Poder Judiciário e do caráter técnico associado às funções da magistratura. Como coloca Severi (2016, p. 103):

(...) a exigência pela neutralidade envolve mais do que um saber técnico: compreende um campo complexo de disputas pela construção e manutenção de uma identidade marcada, fortemente, por normas de gênero, raciais e de classe. Historicamente, o juiz foi homem. As vestimentas, o timbre de voz, a postura corporal e demais elementos simbólicos enraizados nas práticas de trabalho e nas formas de apresentação (física e estética) dos magistrados fazem parte de um *ethos* associado ao masculino. Ser neutro é quase sinônimo, portanto, de ser homem, branco e heterossexual.

No campo das reflexões e investigações sobre a implementação da Lei Maria da Penha, várias pesquisas, estudos e relatórios têm apontado para problemas em quase todo o Brasil no que se refere à atuação do Poder Judiciário.

Algumas pesquisas e levantamento de dados têm sinalizado para problemas recorrentes relacionados à aplicação da lei Maria da Penha por juízes e juízas no Brasil, é o caso do projeto “Construção e implementação do Observatório da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha” executado pelo Observe – Observatório

pela aplicação da Lei Maria da Penha, em 2009 (RELATÓRIO, 2009; PASINATO, 2014); a pesquisa “Uma análise sobre a resolutividade dos serviços de atenção às mulheres em situação de violência de cinco municípios do estado da Paraíba” executado pela organização não governamental Cunhã – Coletivo Feminista (PAIVA, BARBOSA, OLIVEIRA, 2015); e o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI da Violência contra a Mulher) (BRASIL, 2014).

Ao incorporar a perspectiva de gênero em seu conteúdo a Lei Maria da Penha passa a exigir do Poder Judiciário um posicionamento oposto ao que historicamente este vinha adotando em relação às mulheres, assim como a quebra com a ideia de neutralidade.

Para superar análises superficiais e simplistas acerca do impacto dessa perspectiva feminista trazida pela Lei Maria da Penha, é preciso partir de reflexões que nos ajudem a compreender a complexidade do processo de reivindicação de direitos, construção e execução de políticas públicas, especialmente quando fruto das ações dos movimentos feministas e de mulheres no Brasil.

Podemos afirmar em termos gerais que as reivindicações feministas partem, apesar das mais variadas vertentes dos feminismos no Brasil, de uma mesma ideia central: combater as desigualdades que atingem mulheres nos mais variados espaços, e aí residem os desafios para os movimentos feministas, em menor ou maior grau, a depender da perspectiva, pois ao propor reflexões e ações que mudam a realidade das mulheres, estas desestabilizam estruturas e privilégios que são sustentados e sustentam a sociedade há muito tempo.

Nesse processo de desestabilização das estruturas patriarcais - partindo da premissa de não rejeição do conceito de patriarcado como um dos sistemas de opressão que operam no processo de desigualdade de gênero, aliados ao racismo e ao capitalismo-, a absorção por parte do Estado e pela sociedade das perspectivas feministas será feita de forma negociada, ou seja, sem permitir que a desestabilização se transforme em revolução. Como nos mostra Reis (2010, p. 31), percebe-se a existência de uma interdependência entre as políticas públicas e as relações de gênero dominantes, ou seja, o Estado e suas políticas contribuem para configurar as relações de gênero no interior da sociedade enquanto essas servem para configurar o tipo de Estado”.

É o que nos ajuda a entender Santos (2010, p. 154), ao se referir aos estudos de Sônia Alvarez, para quem “uma das principais tendências das lutas feministas na América Latina nos anos 1990 foi a ‘absorção seletiva’ dos aspectos mais ‘digeríveis’ dos discursos e agendas feministas por parte do Estado, de

organizações interestaduais e agências de desenvolvimento”. Nessa seletividade está situada a violência doméstica e familiar contra a mulher, especialmente no campo das políticas públicas e da implementação dessas políticas com a prevalência de ideologias centradas na preservação da família.

Na disputa da agenda feminista, por exemplo, a defesa da família ainda prevalece, a despeito da violência sofrida pela mulher, mesmo que contraditoriamente aliada ao discurso da recusa da violência como uma prática na família, como, por exemplo, as perspectivas de que o rompimento que se busca é com a violência e não com o agressor. Todavia, discursos associados às ideologias que atribuem à família o espaço por excelência da mulher, mostram-se contraproducentes à agenda feminista. A rejeição da violência doméstica e familiar contra a mulher é o aspecto “digerível” por parte do Estado, mas as mudanças e ressignificações da família tornam-se um obstáculo às concepções patriarcais que forjam e são forjadas cotidianamente pelo Estado.

[...] além das dificuldades de implementação das leis, as feministas defrontam-se com o desafio de imprimirem o seu ‘poder de interpretação’ na definição do domínio discursivo em que são tomadas as decisões sobre políticas públicas (Alvarez, 1998, p. 204-205, ver também Lind, 2005). Se a ‘absorção seletiva’ é parcial, como acentua Alvarez (1998, p. 304), trata-se igualmente de uma tradução. Como toda tradução, transforma e de alguma maneira trai o sentido e o escopo da demanda original, ao mesmo tempo em que, sendo parcial, visibiliza e silencia determinadas demandas, ou aspectos destas. Assim, uma das questões que se coloca à investigação feminista ou aspectos destas, é saber se, em que contexto e sob que condições a *absorção/tradução* das demandas feministas pelo Estado é mais *restrita ou ampla, traidora ou fiel; visibilizadora ou silenciadora* de aspectos dos discursos absorvidos e não absorvidos (SANTOS, 2010, p. 154).

Nesse sentido, cabe refletir, especificamente no âmbito do Poder Judiciário, se o que este tem feito é absorver seletivamente o sentido e o escopo da demanda original, logo, traindo-a. Como exigir uma absorção total e integral de pautas feministas num campo de disputa forjado e formatado por e para homens? Como fica essa possibilidade diante da inescapável e necessária criatividade que é demandada do Poder Judiciário, como apontam Pimentel e Schritzmeyer (1998)?

Nesse sentido, Santos (2010, p. 166-167), tomando o critério de tradução ou absorção das demandas feministas pelo Estado e pelos debates sobre sua aplicação, analisa que a Lei Maria da Penha, no âmbito dos Juizados de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres, tem produzido “uma tradução restrita no domínio discursivo de sua aplicação”, especialmente ao considerar que existe uma resistência dos operadores do direito em reconhecerem a constitucionalidade da Lei 11.340/2006.

Aos posicionamentos acerca da constitucionalidade da Lei Maria da Penha somam-se os desafios decorrentes das perspectivas feministas, qual sejam, a atuação em rede e ampliação das ações do judiciário no campo do enfrentamento à violência doméstica e a consideração das peculiaridades da violência de gênero ao aplicar e interpretar a lei, inclusive seus mecanismos processuais.

A Lei Maria da Penha não esgota em si mesma todas as normas necessárias para fundamentar a ação judicial e permitir a proteção das mulheres. A interpretação vai exigir a utilização de outras fontes que não aquelas de gênese feminista e, portanto, demandará a interpretação em aspectos muito mais subjetivos e sistemáticos. Precisamos ampliar a noção para compreender essa perspectiva de análise a partir do conteúdo e efeitos concretos individuais e coletivos das ações e decisões judiciais.

Todavia, é preciso destacar que essas questões carecem de uma análise mais aprofundada e ainda não nos fornecem informações mais detalhadas sobre como o Poder Judiciário tem absorvido essa demanda, especialmente diante de um quadro complexo em que se desenvolve a aplicação lei, caracterizado pela hermeticidade do Judiciário, práticas baseadas nas ideias de neutralidade e tecnicismo e as pressões decorrentes da visibilidade nacional e internacional acerca da legislação sobre o Poder Judiciário para que se manifeste oficialmente sobre essas políticas.

Os conflitos decorrentes desse quadro complexo se intensificam quando, decorrente da agenda feminista, a lei “abre possibilidade de ter sua implementação e aplicação monitorada e avaliada”.

[...] na redação sobre o desenvolvimento de medidas integradas para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar, a política pública estabelece, entre suas diretrizes, a promoção de estudos, pesquisas e estatísticas, com recorte de gênero, raça ou etnia, voltados às causas, consequências e à incidência do fenômeno ‘para a sistematização de dados (...) e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas’ (art. 8 – II) (REIS, 2010a, p. 94).

E é aí que reside o grande desafio: como podemos analisar a tradução/ absorção das agendas feministas pelo Estado, especificamente pelo Poder Judiciário, diante de um campo de atuação tão subjetivo, amplo e ao mesmo tempo hermético? Propor esse debate significa intensificar os olhares das investigações feministas e dos movimentos feministas e de mulheres para as práticas de juízes e juízas dentro e fora dos Juizados Especiais Especializados e desafiar as resistências do Poder Judiciário em relação ao controle externo e monitoramento de suas ações.

3. Desafios para o monitoramento da Lei Maria da Penha: disputas por/com a Justiça

O Poder Judiciário passa a integrar uma rede complexa e dele passam a ser demandados resultados e ações que antes, apesar de esperados, não eram visibilizados. Percebe-se que com a aprovação da Lei Maria da Penha se torna um espaço estratégico de diálogo para a implementação da política; sua posição central no âmbito das ações de prevenção, assistência e repressão ressalta seu papel político e a necessidade de monitoramento de suas ações.

O Poder Judiciário ainda é um espaço hermético, fortemente vinculado às noções liberais que marcam o Estado Moderno, assim como às ideologias que sustentam e são sustentadas pelas desigualdades sociais e econômicas. Ainda dominado por grupos conservadores, mostra-se resistente às perspectivas que emergem dos movimentos sociais e especialmente ao controle social. Seu relevante papel nesse campo, portanto, torna-se também um dos grandes desafios no tocante ao monitoramento das ações que realiza no âmbito da Lei Maria da Penha.

Os discursos da neutralidade e da “boca da lei” têm camuflado, ou ao menos tentado, o caráter político de toda e qualquer ação do Poder Judiciário e a ausência de comprometimento com a defesa dos direitos humanos das mulheres. As ideologias de gênero que condicionam suas decisões e ações no campo do combate à violência doméstica e familiar, como apontam Pimentel e Schritzmeyer (1998, p. 34), são importantes pois revelam a relação estabelecida entre violência social e institucional, o que reforça a ideia de “que deve existir uma ‘via de mão dupla’ no processo de democratização da sociedade e de suas instituições”, pois democratizando mais a sociedade, o Sistema de Justiça também estará se democratizando e *vice-versa*.

Se o processo de redemocratização permitiu que o executivo e o legislativo passassem a ser objeto não só de estudos acadêmicos, mas também de observação pública, o mesmo não ocorreu em outras áreas do poder. É o caso do judiciário, uma instância ainda na penumbra, cujos mecanismos de funcionamento escapam à compreensão do grande público. (...) Ao entender o judiciário como instância que produz interpretações e decisões políticas, entende-se, também, que ele exprime, em seus processos, uma ideologia calcada nos valores hegemônicos da sociedade e na relação de poder existente entre os grupos sociais. Com isso, reproduz, o tempo todo, os padrões autoritários ainda presentes no Estado, apesar da redemocratização (LINHARES, 1997:53 *apud* Pimentel, SCHRITZMEYER. 1998: 34-35).

Nesse sentido Pasinato (2014) analisa que as reações e resistências no meio jurídico já eram esperadas, pois, ao trazer novas exigências de respeito à mulher como sujeito de direitos, a lei se constitui em assombro aos conservadores que atuam nesses espaços. Para a autora “não se pode negar que essas reações deixam ainda mais explícitas uma boa dose de conservadorismo da sociedade brasileira” (PASINATO, 2014:16).

Como já mencionamos, as análises não podem ser feitas de um único ângulo, pois corre-se o risco de perder de vista as tramas das relações que são tecidas entre o Poder Judiciário e a sociedade brasileira no campo do combate à violência contra as mulheres.

A aprovação da Lei 11.340/2006 se dá em um contexto de denúncia e forte atuação dos movimentos feministas e de mulheres na reivindicação de políticas públicas de proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, logo a sua repercussão nacional e internacional trouxe maior visibilidade às ações do Poder Judiciário, especialmente em face da sua centralidade nos três eixos de ações lei (prevenção, assistência e punição).

Essa visibilidade vem gerando fortes impactos junto aos tribunais dos Estados, especialmente em face do controle que tem sido exercido pelo Conselho Nacional de Justiça na criação e funcionamento dos Juizados de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. De fato, esse impacto tem impulsionado algumas ações importantes do judiciário como ações de capacitação e educação. Todavia, essas boas práticas têm se limitado às ações educativas promovidas pelos tribunais, em geral, para outros públicos que

não juízes e juízas (RELATÓRIO, 2009; PASINATO, 2014; PAIVA, BARBOSA, OLIVEIRA, 2015; BRASIL, 2014).

Já com relação às outras inúmeras ações que cabem ao judiciário, como o registro de dados, medidas protetivas em tempo razoável, condenações e articulações no campo assistencial, resta impossibilitada a análise em face da ausência de dados sobre estas ou mesmo pela negativa expressa ou implícita deste Poder em fornecê-los para fins de monitoramento.

Um espaço importante que possibilitaria o monitoramento das ações do Judiciário seria a rede de atendimento, mas sua ausência nesses espaços não só mostra a sua resistência em adotar práticas que insiram esse Poder e seus agentes no amplo campo de instituições que atuam na execução de uma política pública, assim como a resistência de atuar de forma intersetorial. Essa ausência é notada nas pesquisas já citadas (PAIVA, BARBOSA, OLIVEIRA, 2015; SANTOS, 2015).

Verifica-se, assim, o surgimento de uma nova rede, sendo formada por agentes institucionais no âmbito do sistema de justiça e da segurança pública. E nesse sentido pode-se falar em várias redes, não apenas em uma rede de atendimento e de enfrentamento à violência contra mulheres. Mas as/os agentes das novas redes promovidas por setores do Ministério Público e do Judiciário em regra não participam nas reuniões das redes de enfrentamento à violência constituídas sob a liderança de agentes institucionais da área de assistência social. Apenas as/os técnicos (assistentes sociais) que compõem a equipe do Ministério Público na Vara de Violência Doméstica do Fórum de Barra Funda é que participam nas reuniões das Redes Sul e Leste (SANTOS, 2015:589).

Se as mudanças legislativas não são suficientes para mudar a realidade das mulheres, instituições públicas que resistem à implementação das políticas, ou que as implementam a partir de uma pretensa neutralidade (tradução restrita), colaboram ativamente para o recrudescimento da violência contra as mulheres.

Os dados do Mapa da Violência de 2015 revelam esse quadro ao mostrar a intensificação da violência contra a mulher negra e diminuição da violência em relação à mulher branca. Essa postura de não reconhecimento das especificidades da violência contra as mulheres e, especialmente contra as mulheres negras, revela como a discriminação de gênero e o racismo podem impactar na

vida das mulheres negras: de 13 mulheres assassinadas em 2013, 7 eram mulheres negras (WAISELFISZ, 2015).

Monitorar as ações do Poder Judiciário implica não só em fiscalização, mas em participação e orientação futura para as ações das instituições públicas. O caráter elitista e conservador do Poder Judiciário impede que este, de fato, atue considerando a realidade social, cabe à sociedade interferir nesses espaços e orientar a implementação das políticas públicas. E mesmo que o Poder Judiciário se converta de fato num espaço que esteja ao lado dos oprimidos, a participação da sociedade não pode ser perdida de vista, especialmente no âmbito de um Estado Democrático de Direito.

[...] as políticas públicas nem sempre são pensadas como fonte de direitos, de emancipação ou de expansão da cidadania das mulheres. Ao que se somam restrições da parte de quem responde pela aplicação e cumprimento das leis, em particular, quando está em pauta a garantia dos direitos humanos das mulheres – cenários que justificam investimentos direcionados a monitorar e avaliar a implantação de políticas públicas de gênero (REIS, 2010a, p. 88).

Sem as informações necessárias das ações do Poder Judiciário, assim como do próprio fenômeno da violência doméstica, fica difícil o planejamento e execução das políticas públicas, assim como o próprio monitoramento. Como afirma Reis (2010a, p. 92), as lacunas na geração, coleta e sistematização de dados sobre a violência contra as mulheres no âmbito doméstico e familiar dificultam as análises acerca da extensão do problema e, conseqüentemente, a formulação de propostas e adoção de medidas eficazes para enfrentá-la, “o que desafia as práticas propostas de monitoramento seja do fenômeno da violência, seja da implantação e aplicação de políticas públicas como a da Lei Maria da Penha”.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Brasília, 2011.

_____. SENADO FEDERAL. **Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI da Mulher)**. Disponível em <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=130748&tp=1>. Acesso em 21 ago. 2014.

DELGADO, Josimara; TAVARES, Márcia Santana. **(Trans)versalidades de gênero e geração nas políticas sociais: o lugar de mulheres e idosos**. Caderno Espaço Feminino. Uberlândia-MG - v. 25, n. 2 - Jul./Dez. 2012, p. 79-97

ECONOMIDES, Kim. **Lendo as ondas do “Movimento de Acesso à Justiça”: epistemologia versus metodologia?** Disponível em: [**http://www.comunidadessegura.org/files/lendoasondasdomovimentodeacessoajusticaepistemologiaversusmetodologiaki-meconomides.pdf](http://www.comunidadessegura.org/files/lendoasondasdomovimentodeacessoajusticaepistemologiaversusmetodologiaki-meconomides.pdf). Acesso em: 18 jan. 2010.

LAVIGNE, Rosane M. Reis. Caso Fonaje: o ativismo de juízes integrantes do Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE no processo de elaboração da Lei Maria da Penha. CAMPOS, Carmem Hein de (org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

PAIVA, Anadilza Maria. BARBOSA, Luciana Cândido. OLIVEIRA, Tatyane Guimaraes. **Mulheres em situação de violência: olhares feministas sobre a Rede de Atendimento**. Cunha – Coletivo Feminista. João Pessoa: Ideia editora, 2015.

PASINATO, Wânia. Estudo de Caso. Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e a Rede de Serviços para Atendimento de Mulheres em Situação de Violência em Cuiabá, Mato Grosso. **Relatório Final. Observe – Observatório Lei Maria da Penha**, 2009. Disponível em http://www.observe.ufba.br/_ARQ/estudodecaso.pdf. Acesso em 22 abr. 2014.

PIMENTEL, Sílvia, SCHRITZMEYER, Ana Lúcia P., PANDJIARJIAN, Valéria. **Estupro: crime ou “cortesia”? Abordagem sociojurídica de gênero**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1998.

REIS, Jussara Prá. Metodologias feministas, gênero, políticas públicas e o monitoramento da Lei Maria da Penha. In: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero. **Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010a, p. 81-101.

_____. Políticas para Mulheres: transversalizar é preciso. In: SHEFLER, Maria de Lourdes; VASQUEZ, Petilda Serva; AQUINO, Silvia de. **Travessias de gênero na perspectiva feminista** (Coleção Bahianas). Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010, p. 13-35.

RELATÓRIO Preliminar de Pesquisa. Monitoramento da Lei Maria da Penha. Projeto: construção e implementação do Observatório da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. Relatório Final. **Observe – Observatório pela aplicação da Lei Maria da Penha**. Salvador, 2009.

SANTOS, Cecília Macdowell. **Curto-circuito, falta de linha ou na linha? Redes de enfrentamento à violência contra mulheres em São Paulo**. Estudos Feministas, Florianópolis, 23(2): 577-600, maio-agosto/2015.

_____. **Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 89, junho, 2010. 153-170.

SEVERI, Fabiana Cristina. **O gênero da justiça e a problemática da efetivação dos direitos humanos das mulheres**. Revista Direito e Práxis. Rio de Janeiro, Vol. 07, n. 13, 2016. P 81-115.

TAVARES, Márcia Santana; SARDENBERG, Cecília M. B.; GOMES, Márcia Queiroz de C. **Feminismo, estado e políticas de enfrentamento à violência contra mulheres: Monitorando a Lei Maria da Penha**. Labrys, études féministes/ estudos feministas julho/dezembro 2011 - janeiro/junho 2012. Disponível em: <<http://www.tanianavaroswain.com.br/labrys/labrys20/bresil/sumario.htm>>.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015 – homicídio de mulheres no Brasil**. Flacso, 2015.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Os movimentos sociais como fonte de produção de novos direitos**. Revista da AATR – BA. Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no estado da Bahia. Ano 3, nº. 3, Dezembro, 2005. P. 103-108.

LIMITES E CONTRADIÇÕES DA INCLUSÃO DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Valéria Alves Melo Silva
Faculdade Pio Décimo – FPD
ireno_ufs@hotmail.com

Orientador(a): Acácia Gardênia Santos Lelis
Faculdade Pio Décimo – FPD
aglelis@infonet.com.br

Resumo

O objetivo principal deste trabalho é detectar e conhecer aspectos que limitam a inclusão de mulheres com deficiência ao mercado de trabalho, mediante a percepção de correntes contraditórias no que se refere à legislação pertinente que, delimita cotas de ingresso, determina ações práticas de efetivação dessa inclusão mas, que não agrega ações práticas de efetivação, tornando-as, até certo ponto, ineficazes e inviáveis. É uma pesquisa que se encontra em fase inicial que utilizará os subsídios das fontes escritas através do levantamento bibliográfico e documental sobre o tema aqui proposto, além do uso de fontes orais, necessárias para elucidar as possíveis barreiras e contradições da inserção efetiva dessas mulheres com deficiência ao mercado de trabalho à luz do Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana, fundamentando-o a Lei de Inclusão, Lei nº 13.146, ou Estatuto da Pessoa com Deficiência como ficou popularmente conhecido, aprovado no ano de 2015 e que ampliou direitos e garantias constitucionais à todas as pessoas com deficiência contemplando diversas áreas da vida humana como o acesso e a garantia de permanência ao trabalho e o exercício de suas habilidades profissionais em ambiente digno e salubre. Este trabalho terá como marco temporal os anos de 2014, 2015 e 2016, períodos que, antecedem e que sucedem a promulgação da referida lei e como marco espacial foi delimitado o município de Aracaju. Serão contempladas mulheres com deficiência que estejam em pleno exercício profissional, em diversas áreas de atuação tanto do setor público como do setor privado privilegiando as mais variadas faixas etária de idade e a posição social que assumem. Palavras – Chaves: Mulheres, Direito, Inclusão, Trabalho, Dignidade Humana.

Introdução

Este trabalho apresenta como pretensão inicial conhecer e entender os principais aspectos que tanto limitam a inclusão das mulheres com deficiência ao mercado de trabalho compreendendo, inclusive, as contradições existentes entre o que é determinado pela legislação vigente principalmente na Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, confrontada à prática efetiva dos princípios constitucionais, especialmente o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

Estariam às mulheres com deficiência realmente incluídas ao mercado de trabalho em Sergipe, garantindo seus direitos a partir do cumprimento dos deveres que lhes foram conferidos? Ou estamos diante de uma realidade que fere princípios e contraria leis restringindo direitos e inibindo possibilidades?

Através desta contextualização, será possível detectar contradições entre o texto da lei e a efetivação prática das ações de inclusão mediante o confronto realizado entre as fontes escritas e as fontes orais, outra pretensão deste trabalho, as quais farão parte deste estudo e que serão determinantes na elaboração de um trabalho relevante e

até certo ponto inédito visto que não foi detectado, em Sergipe, nenhuma pesquisa que trate desse tema, com essa perspectiva, contemplando o Direito e aspectos da História através das lutas pela efetivação da mulher na sociedade e em especial a mulher com deficiência.

Na língua portuguesa, a deficiência será sempre sinônimo de incapacidade, insuficiência, carência, falta, ausência e, por assim dizer, de perda de valor, de falha, fraqueza, defeito, imperfeição.

A deficiência em mulheres, em um país que discriminou, segregou a mulher a incapacidade por tanto tempo, ainda reflete inúmeros tabus e formas de estigmatizarão de gênero o que infelizmente, ainda é perceptível na observação das diferenças salariais, das possibilidades reduzidas nos postos de chefia, de comando.

A mulher, mesmo representando parcela considerável no mundo do trabalho, ainda sofre preconceitos diversos e questionamentos múltiplos e infundados quanto as suas habilidades e capacidades. Nesta perspectiva, a mulher com deficiência vive em um mundo de segregação, preconceito, questionamentos, com muito mais evidência visto a história de negação e abandono que viveram as pessoas com deficiência no Brasil.

O fato é que, não dá para ter certeza quando pessoas com deficiência, as mais variadas possíveis, passaram a ser colocadas em uma mesma categoria

generalizadora. Mas, a grande questão a ser pensada aqui é, que ainda hoje, esses homens e mulheres, são reconhecidos como um conjunto de pessoas que, acredita-se, possuem uma característica comum: são pessoas com deficiência.

Por ser um trabalho que também agrega valores, inclusive morais, tratando e citando princípios constitucionais, leis, contextualizando com aspectos culturais, históricos e sociais e por não ter detectado nenhum outro estudo sobre esse tema específico aqui em Sergipe, é de extrema relevância social visto a importância de estudos que tratem da inclusão de mulheres e também de considerável relevância científica pois, contribuirá para o conhecimento de experiências confrontadas com teorias já consolidadas que nos guiará para a reflexão e o desejo de pesquisas futuras.

Se definir deficiência é uma atividade quase impossível, saber onde comecem os limites de uma pessoa e até onde chegam seus alcances constitui uma tarefa extremamente irrealizável, mesmo porque, a pretensão não é trabalhar as possibilidades que essas mulheres possam vir a alcançar mediante a existência de suas deficiências mas, compreender como essas deficiências, ao contrário do que muitos pensam, não representa barreiras ou empecilhos para a realização e concretização profissional.

Não é enumerar as capacidades mas, destacar como essas capacidades são percebidas, valorizadas, atendidas, apropriadas e representadas pela sociedade no compasso da representatividade das leis que regem esse país e, talvez aí, nesta percepção, esteja a maior relevância deste trabalho, que não vislumbra se tornar desbravador de questões já existentes, debatidas e elucidadas mas, que pretende contribuir para a construção de uma realidade mais digna, solidária, fraterna e justa.

A inserção ao mercado de trabalho não deve ser compreendida tão somente, como oferecer emprego para a pessoa com deficiência, nesse caso específico à mulher com deficiência mas, deve sobretudo, abranger ações de inclusão e permanência mais efetiva dessas profissionais no mundo do trabalho, com perspectivas de desenvolvimento e ascensão profissional para isso, preciso conhecer os métodos necessários para qualificá-las, saber fazer a gestão de suas potencialidades e ainda, integrá-las nas equipes certas para que elas possam se desenvolver. Esse é o ponto crucial desse trabalho: a participação efetiva e prática desses métodos.

Metodologia

O trabalho seguirá a perspectiva do levantamento e análise das fontes, inicialmente contemplando as fontes escritas, sejam elas bibliográficas ou documentais, que contemplem a base teórica proposta e necessária mediante a leitura e análise de livros, artigos científicos, monografias, teses de doutoramento e também de documentos como aqueles que comprovem a existência e permanência de mulheres com deficiência no mercado de trabalho em Sergipe.

Outro instrumento metodológico importante para a confirmação ou não, dos dados bibliográficos elencados, será a elaboração e realização de entrevista semi-estruturadas, gravadas, transcritas e sistematizadas, para obtenção de dados práticos e reais desse processo de inclusão efetiva. Será aqui o momento de confrontação dos dados teóricos e práticos. Posteriormente, as informações obtidas a partir das leituras dos textos escritos e da sistematização das respostas das entrevistas, serão contextualizadas e confrontadas com o texto da legislação pertinente a fim de perceber se, de fato, essa inclusão acontece conforme o que determina os parâmetros atuais ou se, na verdade vivemos uma inclusão que não inclui, apenas agrega pessoas, cumprindo regras mas, sem alterar a vida destas na sociedade, sem promover as mudanças necessária e sem proporcionar dignidade e igualdade.

Resultados e discussão

No ano de 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU), lançou e apresentou a Declaração Universal dos Direitos das Pessoas Deficientes, aprovada pela Assembléia Geral da ONU, a qual definiu em seu artigo 1º que, o termo pessoas deficientes refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida social normal, em decorrência de uma deficiência congênita, ou não, em suas capacidades físicas ou mentais (RIBAS, 2011: 13). Assim, estavam todos reunidos no mesmo conjunto e sacramentados como deficientes.

A História nos conta que durante muito tempo, as pessoas com deficiência eram segregadas ao descaso, rotuladas como incapazes e, que não serviam para o mercado de trabalho visto que não possuíam habilidades suficientes para aprender e realizar tarefas desde as mais simples, até as mais complexas, motivo que afastou por muitas décadas a pessoa com deficiência dos espaços escolares condenando-os ao analfabetismo e ignorância intelectual. Casos de abandono e afastamento social também eram muito frequentes.

O ano de 1981, foi estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência e, a Organização Mundial da Saúde lançou um documento afirmando que poderia existir pessoas com impedimento, deficiência e incapacidade, uma nova tentativa de inclusão.

Segundo Borignan (2013: 16), por esta classificação, o impedimento dizia respeito a uma alteração psicológica, fisiológica ou anatômica em um órgão ou estrutura do corpo humano. A deficiência estava ligada a possíveis sequelas que restringiriam a execução de uma atividade. A incapacidade se reportava aos obstáculos encontrados pelas pessoas com deficiência em sua interação com a sociedade, levando-se em conta a idade, sexo, fatores sociais e culturais.

Esta foi uma tentativa importante de observar que as pessoas com deficiência não formam um mesmo bloco e que, pelo contrário, há diversidade entre todas as pessoas inclusive entre aquelas com deficiência. Pela primeira vez, um documento internacional dava atenção a fatores diversos e significativos, procurando distinguir pessoas diferentes com qualidades diferentes de limitações e alcances.

Na segunda metade da década de 1990, mais uma expressão surgiu: pessoas portadoras e necessidades especiais que, na sua generalidade, incluiu em seu rótulo doentes, idosos, drogados, mendigos, adolescentes grávidas, crianças abandonadas, carentes de toda ordem e excluídos de toda sorte (RIBAS, 2011:14).

Até 1981, as pessoas com deficiência se não estavam trancadas em casa, sob a proteção absoluta das famílias, estavam, em raros casos, nas oficinas protegidas, que eram locais, onde a pessoa com deficiência realizava uma atividade de trabalho, geralmente repetitiva, com o intuito de ocupar seu tempo.

Embora a Declaração Universal dos Direitos Humanos, outro documento de extrema importância nessa luta pela garantia de igualdade, seja clara quanto ao direito ao trabalho, sabemos que a realidade não condiz com a teoria o que se torna mais visível nas pessoas com deficiência e nas mulheres com deficiência de forma mais específica. Na Lei nº 8.122/1990, fica determinado que até 20% das vagas dos concursos públicos sejam destinadas a pessoas com deficiência e, através da Lei nº 8.213/1991, as empresas privadas com 100 funcionários ou mais, são obrigadas a garantir vagas para pessoas com deficiência que varia de 25% dos postos de trabalho disponíveis. Entretanto, toda essa legislação não foi suficiente para garantir a inclusão principalmente porque os rótulos e tabus ainda existem e persistem na sociedade.

Algumas empresas contratam pessoas, mulheres com deficiência simplesmente para cumprir o que a lei determina. Essas pessoas no entanto, são contratadas sem que o empresário defina critérios ou, sequer, apresentem recursos estruturais e humanos que possam acompanhar e assegurar a produtividade, sinônimo de garantia da permanência e da valorização.

Desde 06 de julho de 2015, está em vigor a Lei nº 13.146/2015 que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência e, versa no seu artigo 1º, sobre a inclusão da pessoa com deficiência, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e a cidadania. Já no Capítulo VI, Seção I, Artigos 34º e 35º trata do direito ao trabalho ressaltando inclusive que a pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e a sua aceitação deve ocorrer em ambiente acessível e inclusivo, com igualdade de oportunidades previstas na lei, que esse trabalho que está em fase inicial vai se debruçar tendo como foco primordial a participação da mulher co deficiência no mercado de trabalho aqui no estado de Sergipe.

Se as representações da deficiência determinaram e sob o olhar de Souza (2012) ainda determinam as formas de ver e perceber a diferença, a sociedade constrói formas de viver, assim como constrói valores para que seja possível viver, sendo que, mais importante que buscar explicar a cultura, a ciência, as ideias de uma época ou determinada sociedade, é, para Foucault (1999), “buscar o que em uma sociedade é rejeitado ou excluído” considerando quais as ideias ou os comportamentos, ou ainda, quais as condutas ou até os princípios jurídicos e morais que não são aceitos a fim desmistificar conceitos, inibir condutas negativas e acima de tudo garantir práticas efetivas de valorização pessoal e profissional dos agentes envolvidos nesta pesquisa.

Dar voz a essas mulheres representa dar voz para a necessidade de legitimação da sociedade inclusiva como um todo. Abrir espaços para que essas mulheres, mães, cidadãs e profissionais possam expor suas angustias e também que elucidem seus desejos e destaquem suas conquistas representa uma abertura de representatividade de condutas, a quebra de tabus e a derrocada de limites existentes a partir das contradições sociais e legais. A partir das fontes orais espera-se que isso seja possível a fim deste trabalho não representar apenas uma interpretação fria de conceitos elaborados a partir de estudos desconexos e utópicos.

Conclusões

Neste artigo, a pretensão foi apresentar uma proposta de estudo que está sendo elaborada sobre os limites e as contradições existentes no que se refere à inclusão de mulheres com deficiência ao mercado de trabalho.

Inicialmente, procuramos estabelecer uma relação concreta acerca dos conceitos sobre a deficiência e a História, o que será prontamente aprofundado em momentos futuros e conforme os dados forem levantados, a fim de elucidar as características sociais criadas sobre a mulher com deficiência que em dias atuais derrubar barreiras e extrapola limites para garantir o cumprimento de seus direitos fundamentais como pessoa humana.

As imagens que se constroem sobre deficiência e que foram alimentadas pela sociedade ao longo de seu desenvolvimento, se configuram como verdadeiros produtos de sua própria forma de organização, ao passo que a História nos edifica uma dualidade na qual as diferenças sempre estiveram atreladas diretamente a eficácia versus deficiência.

Vale ratificar que estes conflitos, inúmeras vezes foram usados como justificativa para as diversas práticas de exclusão, o que resultou, durante um vasto período da nossa história, na ausência de mulheres no mercado de trabalho, o que se torna mais evidente perceber quando essas mulheres têm algum tipo de deficiência. Comprovadamente, esta é uma situação de inúmeros conflitos e muitas lutas, nem sempre, muito dignas e justas, mas com avanços relevantes, é verdade, e conquistas significativas.

Os embates em torno da legitimação da mulher em sociedades machistas e preconceituosas ainda carecem de muitos avanços a fim de contemplar a verdadeira representação feminina na construção dessa nação. Longe de assumir um lado feminista, aqui serão ratificadas contradições exclusivas de um mundo que se pretende inclusivo.

Avanços foram percebidos, conquistas solidificadas mas, entendemos que ainda é grande o número de mulheres com deficiência que, ou estão fora do mercado do trabalho, ou quando desse participam, sofrem preconceitos diversos e desvalorizações múltiplas. E, mesmo com toda a legislação vigente e com a garantia constitucional do respeito à dignidade da pessoa humana, existe um considerável distanciamento entre a teoria em a prática, visto que dita a lei, por exemplo e o que se aplica efetivamente na prática através da promoção de ações concretas para o melhoramento e o beneficiamento de políticas públicas de acesso, inclusão e permanência, com qualidade, com condições de

valorização profissional que ajudariam no crescimento pessoal e profissional destas mulheres com deficiência e promoveria, de fato e de direito, a inclusão social dessas pessoas, sem rótulos, quebrando tabus e garantindo igualdade.

Por ser uma pesquisa em fase inicial, em fase de projeto para ser mais preciso, ainda carece de inúmeros cuidados investigativos desde o aprofundamento das fontes bibliográficas, passando pela localização, leitura e análise das fontes documentais até a identificação, e utilização das fontes orais, bem como de outras que no decorrer da pesquisa possam surgir e desde que se tornem relevantes para o aprimoramento do texto serão prontamente utilizadas a partir do crivo da orientação precisa e consciente que este trabalho dispõe o que, com certeza, resultará em um trabalho maior sobre um tema que não se esgotará com esta pesquisa visto a sua amplitude e grandiosidade e que pretende servir como inspiração para outras análises acerca do tema central aqui pensado: a mulher, a inclusão, o mercado de trabalho e o direito.

Referências

BORDIGNON, Priscila Mallmann. **A inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho**: uma realidade possível. Porto Alegre: UFR., 2013.

BRASIL. **Lei nº 13.146** – Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília. 06 de julho de 2015.

CORTELLA, Mário Sérgio e FERRAZ, Janete Leão. **Escola e Preconceito**: docência, discência e decência. São Paulo: Ática Editora, 2012.

FOUCAULT, M. **Estética, ética e hermenêutica**: obras essenciais, volumen, III. Barcelona: Paidós, 1999.

LELIS, Acácia Gardênia Santos. **A Hermenêutica Constitucional nas Relações Empresariais**. 1ª Ed. São Paulo: IGLU, 2014.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. 6ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Educação Especial em Sergipe do século XIX ao início do século XX**: cuidar e educar para civilizar. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

PROSTITUIÇÃO, MODELOS LEGAIS E TRABALHO SEXUAL NO DEBATE FEMINISTA BRASILEIRO

Wagner dos Reis Marques Araújo
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) /
Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS)*
marquesreis@hotmail.com

Resumo: Nesta discussão partiu-se dos estudos feministas e de gênero para situar os modelos legais da prostituição sexual nos dias atuais, situando as posições assumidas pelas correntes feministas de orientação radical e a liberal, problematizando as noções de “prostituição” defendidas por essas correntes de pensamento. Tomando como referência as discussões travadas no debate feminista atual, situamos o marco legal adotado pelo Brasil, bem como as implicações desse para a não regulamentação da prostituição. Constatou-se que essa atividade laboral, ainda que reconhecida pelo Código Brasileiro de Ocupação (CBO), entendida como um campo de prestação de serviços de natureza sexual, é complexa e tratada de forma heterodoxa.

Palavras-chaves: prostituição, feministas radicais, feministas liberais, exploração.

Introdução

Na aurora do século XXI o que se pode dizer da prostituição a partir dos estudos de gênero e sexualidade? A prostituição pode ser compreendida como um trabalho? Que posicionamentos têm assumido os feminismos locais e nacionais em relação à prostituição no Brasil? Trata-se de uma atividade laboral, de acordo com o que entendem algumas feministas de orientação liberal, situada na fronteira da legalidade que tem tensionado os debates travados pelos feminismos. Mas, de fato, não se trata de uma atividade laboral como qualquer outra, defendemos que ela precisa ser compreendida contextualmente e de forma distinta que a prostituição forçada (exploração sexual). A compreensão das diferentes noções e dos limites entre exploração sexual e prostituição que permeiam o debate sobre essa prática requer a problematização dos estatutos legais adotados pelos Estados centrais. Essa discussão contribui para desconstruir ideias e percepções eclipsadas que engessam em um mesmo conceito práticas sexuais dispares: “prostituição voluntária” e “prostituição forçada”.

Na primeira parte da discussão, situamos especificamente os estatutos legais da prostituição tomando como referência os posicionamentos e as discussões travadas no debate feminista atual. Na segunda parte, situamos o modelo legal assumido pelo Brasil, apresentando os principais aspectos propostos pelo Projeto de Lei Gabriela Leite e o cenário político de discussão do projeto. Na sequência, situamos a percepção que os feminismos local e nacional têm acerca da prostituição presente em discussões feministas concluindo que, ao contrário do que defende a abordagem abolicionista, é a falta de regulamentação do trabalho sexual que expõe as trabalhadoras sexuais a situações de exploração laboral.

Metodologia

Nesta discussão assumimos como metodologia a pesquisa bibliográfica qualitativa desenvolvida a partir de periódicos feministas e publicações (de origem nacional e internacional) de estudos sobre abordagens da prostituição e de discussões desse tema estabelecidas pelos movimentos feministas. Para além dos objetivos propostos, buscamos recuperar o conhecimento acumulado por estudos atuais realizadas por pesquisadores/as de gênero acerca dos modelos jurídicos de regulação da prostituição e percepção que esses tem acerca da atividade prostitucional.

Marcos legais e abordagens feministas sobre a prostituição no Brasil

Qual o estatuto legal da prostituição no Brasil? Que ressonâncias as ideias sobre prostituição presentes no debate feminista internacional têm se difundido Brasil? Qual a implicação das (in)definições das conceitualizações presentes nas discussões na percepção da prostituição brasileira? Tais questões dizem respeito às formas como os Estados considerados centrais percebem a prostituição e sintetizam as tensões gestadas pelos feminismos que se posicionam de forma heterogênea a respeito dessa atividade.

Nas discussões recentes dos Estados considerados centrais o tema da prostituição é resultado do discurso sobre tráfico de seres humanos com fins de prostituição forçada e/ou imigração ilegal (PEDROSO, 2009; PISCITELLI, 2013). Isto evidencia como a prostituição – “entendida como um campo social de prestação de serviços sexuais” (RIBEIRO, 2008, p. 19) –, quando colocada em evidência nos Estados centrais tem sua discussão focada na busca de soluções para a problemática das fronteiras internacionais (PEDROSO, 2009; PISCITELLI, 2013).

Um dos principais posicionamentos jurídicos adotados pelo Estado é o de criminalizar a prostituição e aqueles/as que contratam os serviços sexuais, tratando como tráfico de seres humanos a migração de pessoas (in)documentadas realizadas por intermédio de redes de parentesco e solidariedades. De fato, os reais problemas estruturais globais que produzem o tráfico de seres humanos raramente são discutidos no paradigma hegemônico dos debates – globalização, patriarcado, conflitos e guerras étnicas, catástrofes e devastações ambientais, perseguições políticas e religiosas (KEMPADOO, 2005).

Ignora-se que as situações de migração ilegal podem estar relacionadas às vezes “a estratégias de sobrevivência ou geração de renda, estratégias que envolvem energias e partes do corpo sexualizadas, assim compatíveis a outros tipos de trabalho produtivos” (KEMPADOO, 2005, P. 62). Nesse sentido, o debate sobre a prostituição “a nível global está dominado por aqueles que a consideram como um mal a combater, a minimizar e, se possível, a extirpar da sociedade por entenderem que se trata de uma prática social incompatível com a dignidade humana” (RIBEIRO, 2008, p. 20).

Apesar disso, percebe-se certo esforço por parte de coletivos de profissionais do sexo, pesquisadores/as e acadêmicas feministas que colocam em discussão outras possibilidades de entendimento do sexo mercantil. Tais discussões

estão presentes em estudos que têm apontado que as trocas afetivo-sexuais e econômicas têm ampliado o mercado do sexo e diversificado as modalidades de ofertas de sexo comercial em diversificados âmbitos que abrangem, sobremaneira, diferentes nomeações profissionais: garotas/os de programas, michês, profissionais do sexo (masculinos, femininos e trans), prostitutas, apenas para exemplificar algumas.

De fato, esses estudos confirmam que esse fenômeno é plural, pois com as mudanças na percepção da sexualidade – enquanto um constructo social e do desejo dos sujeitos (GIDDENS, 1993) –, a prostituição tem (como fenômeno social que é) se transformado e complexificando com o passar dos tempos, incorporando e resignificando práticas que lhes são inerentes. Mas, apesar de uma maior visibilidade desse objeto contraditório e ainda marginal em algumas áreas do conhecimento (muitas vezes concebido como desvio, patologia ou doença social), há bastante resistência em pensar os/as profissionais do sexo como sujeitos autônomos, “autodeterminados e posicionados de maneira diferente, capazes de não só negociar e concordar, mas também de conscientemente opor-se a transformar relações de poder” (KEMPADOO, 2005, p. 62).

Na esteira dessas discussões, há certo número de feministas acadêmicas e pesquisadores que tem se dedicado a análise dos modelos normativos da prostituição. Entre esses estudos, alguns apontam como sendo três os sistemas jurídicos que os Estados podem adotar para normatizar o trabalho sexual – proibicionismo, abolicionismo e regulamentarismo (PASINI, 2005a) que, de modo algum, estão desarticulados das linhas feministas de discussões locais, nacionais e internacionais da prostituição. Mas, de acordo com os autores analisados (PISCITELLI, 2012, 2013; AROCHENA, 2005 e RIBEIRO, 2005) os modelos ideológicos e legais – ou quadros legais de enquadramento da prostituição (RIBEIRO, 2008) – são quatro: i. regulamentarista (leis específicas de controle); ii. Trabalhista/laboral (garantias de direitos civis e laborais próprios); iii. abolicionista (a prostituta é vítima, criminaliza quem explora para erradicar) e iv. proibicionista (a prostituição é um delito, criminaliza todos os agentes envolvidos).

Na prática esses modelos legais – fundamentados nos modelos ideológicos presentes no feminismo internacional – misturam aspectos entre si (exceto o modelo laboral/trabalhista) questões relativas à condenação moral da prostituição (PISCITELLI, 2012; RIBEIRO, 2008). Além desses aspectos, conforme aponta Piscitelli (2012, p. 4): “Os críticos mostram que eles não operam de maneira pura, pois na prática se misturam aspectos de uns e outros, e convergem em

afirmar que três deles, os modelos regulamentarista, proibicionista e abolicionista, compartilham a condenação moral a prostituição”. Tais modelos legais negam expressão e autonomia aos que voluntariamente se inserem na prostituição, sobretudo as trabalhadoras sexuais.

Na leitura de Fernando Ribeiro, sociólogo português que se dedica a estudos sobre prostituição: “A luta social e política em torno dos modelos e soluções para o campo prostitucional é intensa, envolvendo organizações internacionais, governos, partidos políticos, movimentos feministas e coletivos de defesa dos trabalhadores sexuais” (RIBEIRO, p. 21). No entendimento de Ribeiro (2005), isso coloca questões interessantes e sociologicamente desafiadoras, considerando que grupos polarizados politicamente em outros campos de luta política e social (quando se trata de discutir os modelos e soluções para o campo da prostituição) compartilham de agendas comuns com proximidades e solidariedades:

Com posicionamentos políticos, interesses e objetivos muito diferentes, a divisão entre eles faz-se segundo dois eixos: (I) o da sexualidade, no qual se coloca a relação entre libertação e repressão; (II) o da ordem política e social no qual se coloca a relação entre *statu quo* e emancipação [...] Precisando, podemos encontrar na luta pela proibição e/ou abolição da prostituição conservadores das mais diversas filiações, marxistas de raiz ortodoxa e feministas radicais de variadas matizes, com destaque para as de vinculação puritana e anti-sexual. No outro campo podemos encontrar liberais e progressistas de diferentes orientações, incluindo segmentos minoritários dos movimentos feministas, bem como coletivos de defesa dos profissionais do sexo (RIBEIRO, 2005, p. 21-22).

No que diz respeito às feministas acadêmicas, portanto, contata-se que não há consenso em termos de propostas para legalização e regulamentação do trabalho sexual.

O trabalho de Pasini (2005a) chama a atenção para os posicionamentos do feminismo acerca da prostituição. Inicialmente, a sua análise coloca em questão se o exercício da prostituição pode ser considerado como trabalho ou não. Assim, prossegue a autora discutindo a respeito da autonomia do corpo da prostituta na prática da prostituição, apresentando duas linhas de compreensão da problemática. Ambas embasadas em abordagens feministas, porém polarizadas em dois grupos com perspectivas antagônicas.

O primeiro, formado por feministas radicais (as abolicionistas), considera a prostituição como um ato de submissão/escravidão da mulher e, por assim pensarem, a opressão das mulheres (prostitutas) pelos homens se daria pela dominação masculina. Logo, para esse grupo, “a atividade da prostituição é vista como um ato de exploração, abuso e violência contra a mulher, o que acaba por restringir sua liberdade e os seus direitos de cidadania” (PASINI, 2005b, p. 3). Vê-se que para essas feministas, a prostituição é sempre forçada e, portanto, elas entendem que as profissionais do sexo não dispõem de qualquer poder de agenciamento sobre seus corpos¹.

No entendimento dessa corrente de pensamento, a “opressão” das mulheres pelos homens se dá por serem do sexo feminino, ou seja, a dominação masculina está embasada em dois pressupostos, o de um corpo biológico e o de uma opressão patriarcal² (trans-histórica, transcultural e universalizante), por isso através da prostituição as mulheres são transformadas em escravas sexuais dos homens. Assim, o exercício da prostituição é entendido como um ato de submissão/escravidão da mulher e, desse modo, sinônimo da dominação masculina, por isso as prostitutas devem ser libertadas dessa condição análoga à escravidão.

Em contraposição, o segundo, encabeçado por feministas liberais – acadêmicas e militantes, as denominadas feministas liberais ou contratualistas –, considera que a prostituição é uma escolha pessoal e, por assim pensar, acredita-se que as prostitutas façam o uso do seu direito de escolha na decisão de se prostituir. No caso das contratualistas, conforme aponta a autora, a prostituição é compreendida com um trabalho: “uma vez que as prostitutas estabelecem um contrato a partir de uma combinação especificando um tipo de trabalho por um período de tempo e uma quantidade de dinheiro” (PASINI, 2005a, p. 3). Esse grupo distingue prostituição voluntária da prostituição forçada. Contrárias à perspectiva das abolicionistas, as feministas contratualistas compreendem que o engajamento na prostituição é uma escolha, não uma obrigatoriedade (escravidão), logo considera que é trabalho e, por isso, deve ser regulamentado, conforme indicado pela pesquisadora.

1 Essa corrente de pensamento considera que a prostituição feminina é exploração sexual porque nela se obtém prazer sexual mediante a utilização abusiva da sexualidade de uma pessoa, anulando os seus direitos à dignidade, igualdade, autonomia e bem estar (PISCITELLI, 2014, p. 167).

2 Conforme Pasini (2005), as ideias sedimentadas na teoria do patriarcado podem ser lidas apenas como um olhar possível frente às relações de poder e de gênero em sociedades atuais.

Ao contrário da primeira, defende-se que o trabalho sexual não é inteiramente explorador, são as condições de seu exercício que o tornam opressor e violento. Considera-se que a não percepção da prostituição como trabalho, em uma sociedade cuja condição de trabalhador é o que determina a valorização do sujeito, é uma forma de desvalorização das prostitutas (KEMPADOO, 2005) que contribui para o aumento da sua vulnerabilidade e estigma (JULIANO, 2005).

Pasini (2013b) também problematiza o debate em torno do dualismo autonomia/exploração da prostituta para compreender como as prostitutas estruturam as suas práticas profissionais. Ela analisa o universo da prostituição feminina nas cidades de São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro e, tomando por base suas análises e também outras pesquisas antropológicas, concluirá defendendo que a prostituição deve ser considerada um trabalho. Tal entendimento levará a autora a marcar sua própria compreensão do conceito da atividade da prostituição, definindo-a como: “um trabalho em que durante um certo período de tempo se trocam serviços sexuais por um bem e, assim, se estabelece uma relação econômica” (PASINI, 2005b, p. 6).

As formulações de Pasini (2005b) remetem a duas questões relevantes: a primeira ao considerar o caráter regulamentarista da atividade, ratifica que há características de organização para o exercício da prostituição (regras, horários, regularidades, rotinas, preços, contatos) que a estruturam como um trabalho; a segunda ao defender a autonomia da prostituta, reconhecendo a sua liberdade de escolha, considera que essa atividade não é um trabalho qualquer.

Em uma interessante discussão, Piscitelli (2013) analisa os principais pontos de tensão nos feminismos contemporâneos que, segundo a sua constatação, gira em torno do debate sobre prostituição e tráfico de pessoas – onde essa antropóloga feminista situa as conceitualizações de prostituição e tráfico de pessoas no âmbito das relações entre Estado, movimentos feministas e sociedade civil. Ela constata que as leituras (neo) abolicionistas não têm, de fato, sido as visões atuais predominantes no Brasil nem as únicas em discussão. Na esteira de suas pesquisas, o que se constata é uma heterogeneidade posicionamentos acerca da prostituição e do tráfico de pessoas integrados em redes de articulações que, de acordo com Piscitelli (2013):

Integram diversas tendências de movimentos de mulheres que se consideram feministas, de diferentes vinculações partidárias e inclusive, religiosas em alguns casos. Essa diversidade, também

integrada por jovens vozes feministas, é, às vezes, apagada das articulações entre feminismos e Estado, em intercâmbios nos quais são privilegiadas algumas leituras feministas. A partir do Estado ou com o apoio de instâncias do Estado, difundem-se certas perspectivas sobre prostituição/tráfico de pessoas, influenciadas por outras articulações transnacionais não necessariamente feministas, vinculadas a instâncias supranacionais (PISCITELLI, 2013, p. 146).

Nesse cenário é importante destacar os efeitos que as discussões acerca da prostituição têm produzido no feminismo contemporâneo no Brasil. Na intersecção das tensões geradas pelo debate encontram-se os/as profissionais do sexo organizados em coletivos (ou não) que também não são unânimes em relação à regulamentação do trabalho sexual no Brasil. Mas, a despeito dos modelos (ou marcos) legais da prostituição as respostas jurídicas que predominam – não somente no Brasil como noutros Estados centrais – são voltadas para “políticas repressivas alicerçadas em dois modelos jurídicos: o proibicionismo e o abolicionismo” (RIBEIRO, 2005, 23). No entendimento das feministas liberais, entre essas as defensoras da perspectiva laboral/trabalhista, é a falta de regulamentação do trabalho sexual que expõe as trabalhadoras sexuais a situações de exploração laboral.

Indefinições conceituais: prostituição ou exploração sexual?

Na legislação brasileira o exercício da prostituição não é crime, entretanto, as condutas de facilitação e favorecimento da prostituição alheia já eram criminalizadas na redação original do Código Penal de 1940. Apesar das reformulações que foram submetidas a legislação penal brasileira nos seus artigos sobre prostituição houve poucos avanços no que diz respeito a esse entendimento. Na prática o Brasil é abolicionista tendo assinado em 1951 o Tratado Abolicionista Internacional da Organização das Nações Unidas (BARRETO, 2008; PISCITELLI, 2012). Mas diferentemente de outros países que adotam a postura abolicionista³, as leis brasileiras são tolerantes (para não se dizer condescendentes) quanto a

3 Conforme Arochena (2005) a Suécia apresenta desde 2009 uma variante do modelo abolicionista que criminaliza os clientes das prostitutas, apontado também a legislação sueca aprofunda as políticas de integração social das prostitutas.

prostituição, não criminalizado quem exerce a atividade criminaliza quem favorece da atividade.

Em 2012, Jean Willis, ativista gay engajado em favor da justiça social e deputado federal do Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), apresentou ao Congresso brasileiro uma proposta de lei propondo modificações na política de Estado em relação à regulamentação do trabalho dos profissionais do sexo. Segundo a proposta apresentada no Projeto de Lei n. 4.211/2012, inspirado pelas propostas⁴ do ex-deputado federal Fernando Gabeira (Lei n. 98/2003) que foi rejeitada e arquivada em 2007 que, como essa, dialoga com a Lei alemã que regulamenta as relações jurídicas das prostitutas nesse país desde 2002.

Em síntese, o Projeto de Lei Gabriela Leite (PL n.4.211/2012) tem como objetivo regulamentar a prostituição como profissão, diferenciá-la da exploração sexual considerada crime (atente-se que atualmente a atividade não regulamentada, é reconhecida pelo CBO/5198-05 como “ocupação”), como o intuito de descriminalizar os/as relações comerciais entre agentes de negócios vinculados à prostituição e profissionais do sexo. Um dos pontos inovadores da desse projeto de lei é a incorporação de ideias debatidas pelo feminismo liberal e progressista, especialmente vinculado aos coletivos de prostitutas e de defesa dos direitos dos/as profissionais do sexo.

Nessa proposta, fortemente inspirada em modelos normativos de inclusão do trabalho sexual, já implantados em países europeus como Alemanha e Holanda, são redefinidos os artigos do Código Penal brasileiro que criminalizam o favorecimento da prostituição (art. 228), a exploração de casa de prostituição (art. 229), o de tirar proveito da prostituição alheia (art. 230), o de promover ou facilitar a entrada, em território nacional, de pessoas com a finalidade de prostituição (art. 231) e o de promover ou facilitar de deslocamento de alguém do território nacional para prostituição (art. 231-A).

4 Em 2003, Fernando Gabeira, à época deputado federal e líder do Partido Verde (PV) pelo estado do Rio de Janeiro, apresentou no Congresso nacional o Projeto de Lei n. 98/2003, fortemente inspirado na legislação sobre prostituição aprovada na Alemanha em 2002, propondo a revogação de artigos do CP Brasileiro (arts. 228, 229 e 231) que tratam da punição de quem favorece, exploração e tráfico de mulheres para fins de prostituição, sendo rejeitado em 2007 pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados brasileira e, também com o PL 4244/2004, do ex-Deputado Eduardo Valverde, que saiu de tramitação a pedido do autor.

As indefinições conceituais⁵ presentes na redação desses artigos (particularmente no âmbito das relações entre o Estado, as feministas de orientação abolicionista e sociedade civil conservadora), têm sido há bastante tempo alvo de críticas de segmentos feministas envolvidos na defesa e promoção dos direitos das/os profissionais do sexo brasileiros que são unânimes ao apontar duas problemáticas: (i) a equiparação da prostituição voluntária de indivíduos maiores de dezoito anos e (ii) a vinculação entre prostituição, exploração sexual e tráfico de mulheres⁶.

No debate atual sobre prostituição e sobre tráfico de pessoas há diferentes noções sobre exploração sexual que passam a ser incluídas em leis e propostas de formulações legais dessa atividade no Brasil (PISCITELLI, 2012). Nisso, com as alterações que passaram em 2009 os artigos do Código Penal Brasileiro, voltados à prostituição passaram a referir-se à exploração sexual⁷ como sinônimo de prostituição, ou seja, a prostituição passa a ser pensada a partir das mudanças como uma modalidade de exploração (PISCITELLI, 2012). Assim, mais do que propor uma política de Estado que visa regulamentar o trabalho sexual com garantias e direitos trabalhistas (análogos a de outros/as trabalhadores), entre outros aspectos legais, esse projeto de lei prevê mudanças nas redações do atual Código Penal brasileiro, notadamente o caráter dúbio dos artigos 228, 229 e 231 que equiparam a prostituição voluntária à exploração sexual. No entanto, essa proposta recebeu voto de rejeição do deputado relator, Pastor

5 Na redação atual onde se lê: “**Art. 228.** Induzir ou atrair alguém à prostituição **ou** outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone:” “**Art. 231.** Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, **ou** a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro” (Grifos nossos), a prostituição voluntária é equiparada a exploração sexual (prostituição forçada) quando a tipifica como uma forma de exploração, o é uso da conjunção OU que dá sentido aos referidos artigos do CP.

6 Em texto bastante vigoroso, publicado em 2013 no livro “Desafios da Antropologia Brasileira”, organizado por Bela Feldan-Bianco, essa antropóloga feminista envolvida à décadas em pesquisas acerca da indústria transnacional do sexo e do tráfico de mulheres traz contribuições bastante significativas sobre essa problemática apontado a tensão gerada em torno da prostituição e do “tráfico de mulheres”.

7 Em razão da falta de regulamentação sobre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, termo “exploração sexual” é inserido no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990), especificamente no seu Artigo 244-A onde se lê: “Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no caput do art. 2o desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual”, incluído pela Lei nº 9.975, de 23 de junho de 2000.

Eurico (PSB-PE), destacada figura política do fundamentalismo religioso brasileiro, de orientação pentecostal.

Nisso, a partir da apresentação de argumentos contrários à regulamentação e “legalização” do trabalho sexual fundamentados em abordagens de feministas abolicionistas e, inclusive, de uma organização não governamental internacional, de viés feminista, recorre a uma passagem bíblica do Novo Testamento para condenar a “legalização” da prostituição. Atente-se para o fato que o relator adota no parecer da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), de forma recorrente, o termo legalização dando a entender que a atividade dos/as profissionais do sexo é ilegal.

Tornar admissível e moralmente justificável o sexo mercantil colide frontalmente com a visão judaico-cristã que tende, ainda hoje, a ver o sexo como perigoso, sobretudo quando ele escapa às normas, isto é, à relação sexual heterossexual realizada na cama da casa de parceiros sexuais unidos por vínculos matrimoniais e orientados para a reprodução biológica (RIBEIRO, 2005, p. 26).

Atualmente, o Projeto de Lei Gabriela Leite está parado na Câmara dos Deputados, aguardando a composição de uma comissão temporária para analisá-lo.

Conclusões

Esse exercício de reflexão sugere que as diferentes noções e limites entre prostituição e exploração sexual (algo bastante tenso dentro do feminismo), dependendo do modelo legal e da perspectiva feminista defendida e do Estado, pode reconhecer ou negar os direitos básicos de cidadania os/as profissionais do sexo. Os modelos jurídicos da prostituição, quer dizer, os modelos regulatórios do trabalho sexual percebem de forma heterodoxa as/os profissionais do sexo incidindo diretamente nas subjetividades desses sujeitos.

No entendimento de Ribeiro (2005), estabelecer um estatuto jurídico que regule o trabalho de natureza sexual – aqui nos referimos ao Brasil – procede “à renovação do estatuto da prostituição assente no reconhecimento do seu livre exercício com todos os direitos de cidadania associados, em lugar da simples e estrita regulação estatal que, tal como tem sido sistematicamente

denunciado, em maior ou menor medida, acaba sendo lesiva dos mesmos” (RIBEIRO, 2005, p. 29).

No entendimento das feministas liberais (que defendem a perspectiva laboral/trabalhista da prostituição) a existência da figura da prostituta é percebida como inerente à libertação do feminino do domínio masculino, prostituir-se significa dispor da própria sexualidade de forma livre (no âmbito profissional) e desvinculada da reprodução e da conjugalidade.

No contraponto dessa perspectiva, as radicais entendem que o exercício da prostituição é entendido como um ato de submissão/escavidão da mulher e, desse modo, sinônimo da dominação masculina, por isso as prostitutas devem ser libertadas dessa condição análoga à escravidão. A regulamentação da prostituição deve estar pautada, de fato, em um diálogo amplo com os coletivos de profissionais do sexo onde lhes seja garantido espaço dentro das instâncias de discussão para se possa propor conjuntamente políticas efetivas de inclusão desse segmento.

Referências

AROCHENA, José Fernando L. **Prostitución y Trabajo**: La Legislación Española. In.: Anais do Congreso Internacional Explotación Sexual y tráfico de mujeres. AFESIP España/ Madrid, 26, 27 y 28 de octubre, 2005. Disponível em: <http://pmayobre.webs.uvigo.es/pop/archi/profesorado/teresa_conde/prostitucion.pdf>Acessado em: 05 de maio de 2015.

BARRETO, Letícia. **Prostituição, gênero e sexualidade**: hierarquias sociais e enfrentamentos no campo no contexto de Belo Horizonte. Dissertação apresentada à banca examinadora do Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia, 2008.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Tradução de Magna Lopes. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993 – (biblioteca básica).

JULIANO, Dolores. **El trabajo sexual en la mira**. Polémicas y estereótipos. In. Cadernos Pagu no. 25: Campinas July/Dec. 2005, pp. 79-106.

KEMPADOO, Kamala. **Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres.** Revista Cadernos Pagu, n. 25, p. 55-78, 2005.

PASINI, Elisiane. **Os homens da Vila:** um estudo de relações de gênero num universo de prostituição feminina. Tese de doutorado, Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 2005a.

_____. **Prostituição e a liberdade do corpo** (2005b). Disponível em: <http://www.clam.org.br/pdf/Elisiane.pdf>> Acessado em: 15 de maio de 2013.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

PISCITELLI, Adriana. **Trânsitos:** brasileiras nos mercados transnacionais do sexo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

_____. **Exploração sexual, trabalho sexual:** noções e limites. Paper apresentado no Seminário: Corpos, sexualidades e feminilidades UERJ, Setembro de 2012. Disponível em: http://www.academia.edu/2390837/EXPLORA%C3%87%C3%83O_SEXUAL_TRABALHO_SEXUAL_NO%C3%87%C3%95ES_E_LIMITES_paper_apresentado_no_semin%C3%A1rio_Corpos_sexualidades_e_feminilidades_UERJ_setembro_de_2012. Acessado em: 20 de fev. de 2013.

_____. **Violências e afetos:** intercâmbios sexuais e econômicos na (recente) produção antropológica realizada no Brasil. In: Cadernos pagu (42), janeiro-junho de 2014:159-199. (Dossiê Antropologia, Gênero e Sexualidade no Brasil: balanço e perspectivas).

RIBEIRO, Fernando B. **Proibições, abolições e a imaginação de políticas inclusivas para o trabalho sexual.** Revista Bagoas - Estudos gays, gêneros e sexualidades, UFRN CCHLA/V.2, n.2, jan./jun. 2008. Disponível em:< http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v02n02art01_ribeiro.pdf>. Acessado em 23 de abril de 2015.

GÊNERO E COMUNICAÇÃO



GT 13

CINEMA E FEMINISMO: REPRESENTAÇÃO E PERSPECTIVA HISTÓRICA EM AS SUFRAGISTAS DE SARAH GAVRON

Aline Lisboa da Silva
Universidade Federal de Sergipe
alinelisboa.silva@gmail.com

Resumo:

O presente artigo tem como objeto de análise o filme *As sufragistas* (2015) de Sarah Gavron, que relata parte da história do movimento sufragista britânico – início do século XX – através da personagem Maud Watts (Carey Mulligan), desde uma simples operária, acuada e submissa, em uma fábrica, até seu envolvimento e participação política no movimento sufragista. Utilizamos a Teoria Feminista do Cinema, baseada em Laura Mulvey, além de discussões pertinentes de Robert Stam, em relação à representação da figura feminina no cinema. Como método, utilizamos a análise fílmica (VANOYE & GOLIOT-LÉTÉ), a fim de examinar, com propriedade, aspectos apresentados em sequências criteriosamente selecionadas, que se relacionam, diretamente, com fatos históricos e modos de representação da figura feminina no cinema.

Palavras-chave: Cinema; Feminismo; Representação; Sufragistas.

Introdução

Destacando-se pelo profundo processo de transformação pelo qual vem sofrendo, o movimento feminista está diretamente atrelado a uma questão social e, sobretudo, histórica, que acaba por solicitar uma revisitação do olhar acerca das discussões em que se pautam o tema.

Escritoras como Virgínia Woolf e Simone de Beauvoir serviram de influência para construções de um cinema pautado no movimento feminino, como afirma Stam (2003). Isso começou a acontecer na década de 1940, mas foi em 1970, com o surgimento de Festivais de Cinema Feminino em Nova York e a crescente popularização de uma literatura, que levava consigo ideais feministas, que o cinema deste cunho passou a ganhar espaço em meio às produções.

O artigo em questão traz à tona discussões a respeito do filme *As sufragistas* (2015), de Sarah Gavron, o qual conta a história do movimento sufragista inglês, início do século XX, que tinha como causa maior reivindicar o direito ao voto, assim como os homens da época. O objetivo é destacar a importância do filme enquanto meio de representação da figura feminina, diante das contribuições sociais em relação a uma perspectiva histórica. A relevância do trabalho se faz presente a partir do momento que percebemos o cinema como instrumento de difusão ideológica (BERNADET, 1980) e de representatividade (a partir do olhar de quem constrói a proposta fílmica), neste caso, Sarah Gavron em *As sufragistas*. Como principais autores, utilizamos Laura Mulvey (1983) e Robert Stam (2003) para reafirmar o caráter de desconstrução acerca da figura feminina no cinema contemporâneo.

Metodologia

Francis Vanoye e Anne Goliot-Lété (2011) serviram de base para os procedimentos metodológicos utilizados, tendo como princípio o método de análise fílmica, o qual, segundo os autores, não representa um fim em si mesmo, sendo necessário, portanto, para compreender questões de ordem qualitativa, examinar o filme vendo-o e revendo-o exaustivamente, de modo a “dissecá-lo” ao máximo:

Analisar um filme é despedaçar, descosturar, desunir, extrair, separar, destacar e denominar materiais que não se percebem isoladamente a “olho nu”, uma vez que o filme é tomado pela totalidade. [...] Uma

segunda fase consiste, em seguida, em estabelecer elos entre esses elementos isolados, em compreender como eles se associam e se tornam cúmplices para fazer surgir um todo significante: reconstruir o filme ou fragmento. (VANOYE & GOLIOT-LÉTÉ, 2011, p. 14-15).

Desta forma, utilizaremos esse método a fim de examinar sequências significativas do objeto de análise, demonstrando de que forma o filme apresenta a figura feminina, de acordo com a teoria feminista no cinema, e também reafirmando a importância de *As sufragistas* (2015) diante de uma perspectiva sócio histórica.

Representação feminina no cinema

O cinema clássico hollywoodiano emprega uma abordagem *voyeurista* acerca da figura feminina, em que o homem observa e a mulher é observada. Esta proposição começou a ser discutida ainda na década de 1970, a partir de Laura Mulvey, uma das maiores teóricas do pensamento feminista, que se baseou em estudos de Lacan e Althusser, para demonstrar como o machismo estava fortemente presente em produções das décadas de 1940 a 1960 no cinema norte-americano.

Se utilizando de uma estratégia de “representação da realidade”, o cinema clássico também buscava construir a imagem feminina como passiva na condução da narrativa, demonstrando assim que o foco era sempre voltado ao universo masculino, desde o binarismo ativo/passivo, para homem e mulher, respectivamente; até a questão envolvendo a mulher como objeto de desejo sexual masculino.

A partir disso, é identificado “o prazer visual narcisista com os conceitos da formação do ego e o estágio do espelho de Lacan.” (SMELIK, 2007). A intenção é observar a relação de identificação entre o espectador e a personagem apresentada na tela, neste caso o prazer narcisista diante da imagem considerada perfeita da mulher, ou seja, a formação de ego se dá pela construção do imaginário.

Filmes como *Os homens preferem as loiras* (1953), de Howard Hawks, ou ainda *Quanto mais quente melhor* (1959), de Billy Wilder, revelam os aspectos discutidos anteriormente, onde a figura feminina - aqui retratada por Marilyn Monroe - é considerada símbolo sexual e objeto de desejo masculino, embora

no segundo, a personagem Sugar Kane apresente certa autonomia e poder sobre os homens.

Entretanto, para além de Marilyn Monroe, outras atrizes da época também sofriam com o processo de “fetichização” em relação à figura feminina no cinema. Ícones como Ava Gardner, Marlene Dietrich, Rita Hayworth, Katherine Hepburn, Bette Davis, dentre outras, tiveram suas imagens estigmatizadas e projetadas a partir de um olhar masculino sustentado pelo *voyeurismo*, narcisismo e fetichismo. Neste sentido, podemos afirmar que a narrativa clássica e suas técnicas cinematográficas tinham como princípio, apresentar a mulher, dentro de um contexto social, de forma estereotipada, por vezes como a esposa e mãe perfeita; por vezes carregada de aspectos negativos em relação ao seu comportamento, como interesseira, fofoqueira ou promíscua.

Entretanto, a partir da década de 1970, Mulvey (1983) destaca o desenvolvimento de um contra-cinema feminista, que teve como influências principais a *avant-garde* francesa dos anos 20; a estética de Bertold Brecht; e o movimento da *Nouvelle Vague* francesa, na década de 60. Diretoras como Chantal Akerman, Sally Potter, Marguerite Duras e a própria Laura Mulvey, escandalizaram a América dos anos 70 com suas produções contestadoras, quebrando paradigmas até então estabelecidos pelo olhar do homem em relação à figura feminina.

Filmes como *Thriller* (1979), de Sally Potter, provocam uma reconstrução do olhar através da reelaboração de gêneros considerados convencionais. O filme, que possui pouco mais de 30 minutos (média metragem), é considerado de caráter experimental e se utiliza de uma ótica psicanalista e materialista-marxista, em relação ao personagem feminino.

Figura 01 – *Thriller* (1979) de Sally Potter



Fonte: <http://sallypotter.com/film/1216/Thriller>

Neste sentido, podemos entender do ponto de vista da psicanálise, o sujeito feminino como figura passiva na narrativa clássica, onde “A única posição que ela pode ocupar é a de fazer perguntas: “Eu morri? Fui assassinada? O que isso significa?” (SMELIK, 2007). Diferentemente das proposições dessas diretoras, que buscam desprender a imagem da mulher de uma condição passiva e submissa.

Em relação à postura materialista-marxista, a protagonista, aqui conhecida por Mimi, questiona seu papel enquanto mulher negra, mãe e costureira, diante de uma sociedade patriarcal.

Dessa forma, podemos perceber que *Thriller* (1979), em relação ao cinema clássico norte-americano da década de 50, serve de exemplo enquanto produção cinematográfica de uma época que destoa completamente do anterior, em termos simbólicos, psicológicos e até mesmo estéticos.

Esse contra-cinema feminista acabou criando derivações de novos olhares, acerca da representação feminina no cinema. Nas décadas seguintes, 80 e 90, não apenas diretoras, mas, sobretudo, diretores passaram a abordar a figura feminina diante de uma nova perspectiva.

Filmes como *A cor púrpura* (1985), de Steven Spielberg; *Menina tamanho G* (1989) de Catherine Breillat; *Doces poderes* (1997), de Lúcia Murat ou ainda *Meninos não choram* (1999) de Kimberly Peirce exemplificam algumas das produções que passaram a abordar a figura feminina como protagonista em filmes, numa perspectiva ativa e em situações diferenciadas do que se encontrava nas décadas de 40 a 60 nos Estados Unidos.

O movimento feminista no cinema foi impulsionado pelas produções da década de 70 e trouxe para a atualidade uma carga de representações ainda mais complexas e libertárias.

Em um âmbito ainda mais atual, *As sufragistas* (2015) surge como mais uma proposta de desestruturação, dentro da cinematografia contemporânea, do olhar machista sobre a figura feminina e, sobretudo, traz à tona uma discussão importante sobre conquistas históricas e sociais em relação aos direitos da mulher.

A importância do filme se dá, em especial, por contextualizar de forma coerente o movimento sufragista britânico do início do século XX e não esconder, nem censurar cenas de truculência sofrida por boa parte dessas mulheres. O que demonstra o caráter transparente da película e a intenção da diretora em levantar discussões pertinentes às causas feministas, iniciadas naquele momento e reverberadas até hoje.

Cinema e feminismo: representação e perspectiva histórica em *As sufragistas* (2015) de Sarah Gavron

As sufragistas ou sufragetes, como eram conhecidas, iniciaram suas atividades contestatórias ainda no final do século XIX (1897), quando de forma pacífica reivindicaram o direito ao voto e uma reforma política e social, em busca de igualdade entre homens e mulheres.

Inicialmente, a principal organização britânica a encabeçar o movimento foi NUWSS – *National Union of Women’s Suffrage Societies*¹ - que adotava uma postura moderada e de acordo com a Constituição vigente. Entretanto, foi a partir da WSPU – *Women’s Social and Political Union* – organização que tinha como líder Emmeline Pankhurst e adotava uma conduta mais agressiva, com o lema “*Deeds not words*”, ou seja, “ações e não palavras”, que conseguimos perceber um empenho mais incisivo na luta pelo direito ao voto feminino.

Não obstante, as duas organizações se aliaram com o passar do tempo, mas não eram as únicas sufragistas da época. O movimento acabou se espalhando por diversas partes da Europa e dos Estados Unidos e teve seu auge entre 1903 e 1915, mas só conseguiu atingir o objetivo de reconhecimento de direito ao voto feminino em 1918.

No filme de Sarah Gavron, a história inicia no ano de 1912 em Londres e começa com uma série de discursos masculinos sobre o fato da incapacidade das mulheres em relação ao voto. A película é pautada na história do movimento sufragista britânico a partir dessa época – momento forte da campanha encabeçada por Emmeline Pankhurst – até a morte de Emily Davison (1913), quando a atenção mundial se volta para causas feministas.

A operária que trabalha em uma lavanderia, Maud Watts, personagem fictícia vivida por Carey Mulligan, é a protagonista do drama que conta a história de um grupo de mulheres que deixam seus lares, perdem o emprego e até mesmo o direito sobre seus filhos em prol de uma causa maior: conquistar o direito ao voto. Entretanto, no começo a personagem se mostra apática e recua diante da possibilidade de participar da causa sufragista, isso fica claro quando Maud circula pelas ruas de Londres e assustada presencia a um ato, comumente articulado pelas sufragistas, em que vidraças de lojas eram quebradas para despertar a atenção da população, em prol de suas causas. Inclusive, após

1 Organização fundada em 1897 e presidida por Millicent Garret Fawcett. Tinham como principais causas o direito ao voto e a reforma social de igualdade de gênero.

o incidente, Maud foge em direção à sua residência e comenta sobre o fato com seu marido, Sonny, vivido por Ben Wishaw. Neste momento, temos a personagem de Carey Mulligan como a figura da mãe e esposa recatada, dentro dos moldes convencionais, esperados pela sociedade da época.

Questões como a marginalização do movimento; omissão e discrepância entre as próprias mulheres; a ridicularização do movimento pelos homens e a opressão militar em relação às militantes foram muito bem trabalhadas durante o filme, o que traz à tona um teor quase documental à proposta da diretora.

A condução da história se dá ao passo que a personagem de Maud vai se transformando diante do processo de participação política: primeiro acuada e fazendo críticas às ações das militantes; depois engajada e disposta a lutar pela causa do sufrágio feminino. A transição fica evidente quando, num primeiro momento, ela faz uma crítica contundente ao ato de quebrar vidraças de lojas à Violet, uma de suas colegas operárias.

Figura 02 – início da transição de Maud Watts



Fonte: tocadoscinefilos.net.br

Todavia, o discurso das sufragistas vai contagiando Maud, que aos poucos, cansada de tanta injustiça e opressão, começa a participar das reuniões e de ações militantes junto ao grupo das sufragistas.

Uma sequência importante do filme é quando é mostrada a espionagem em relação às sufragistas, onde o inspetor Steed (Brendon Gleeson) é contratado pelo superintendente Burrill (Clive Wood) para averiguar a respeito das militantes sufragistas, o que torna o filme ainda mais fiel em relação à perspectiva histórica traçada acerca das sufragistas na realidade².

O conflito familiar também é um ponto alto do filme. Aqui a personagem Maud é confrontada a partir de sua participação em um depoimento público, onde não apenas registra a problemática do direito ao voto, como também as injustiças trabalhistas sofridas pelas mulheres da época.

Ao comunicar ao marido o fato, Maud é pressionada a se posicionar sobre ser ou não uma sufragista, tratada por ele como “arruaceira”. Ela nega, mas vai dormir pensativa. Primeiro passo que demonstra a transformação da personagem.

Assim como a maioria dos maridos, Sonny não apoia a participação de Maud no movimento sufragista e após mais uma revolta das militantes, em detrimento de mais uma negativa a respeito do direito ao voto feminino, Maud acaba sendo presa e as represálias de Sonny em relação à esposa só aumentam, culminando assim em afastá-la do filho, George, entregando-o à adoção. Presenciamos aqui mais um elemento fiel à historicidade da época, momento em que as mães ainda não possuíam direitos sobre seus filhos.

É neste momento, que a protagonista “veste a camisa” e se posiciona como militante do movimento sufragista, participando ativamente das reuniões na casa de Edith, interpretada por Helena Bonham Carter, e ainda de protestos públicos em favor da causa do sufrágio.

Um momento importante do filme é quando a líder do movimento, Emmeline Pankhurst (Meryl Streep) faz um discurso público sobre a causa do sufrágio feminino. A personagem de Meryl Streep, que se encontra em situação de fuga, realiza um discurso motivacional para um grande número de mulheres, baseado em seu lema “*Deeds not Words*” (Ações, não palavras) a fim de encorajá-las a continuar na luta.

Começamos a visualizar aqui a plena transformação de Maud, de insegura e acuada à militante engajada. Um momento emblemático é quando ela nega o

2 Fonte: <http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-fotografia-contra-as-sufragistas-do-reino-unido>.

convite, feito pelo inspetor Steed, à traição da sua causa para delatar suas companheiras. Em seguida começa a participar de atos militantes como explosões a caixas de correio, reuniões secretas para criar estratégias, na casa de Edith, e até mesmo o atentado à casa do ministro.

A violência contra a mulher também é discutida na obra de Gavron. Após a sequência do atentado, as principais responsáveis são presas, dentre elas Edith e Maud, e severamente punidas em caso de qualquer manifestação contrária, como na sequência em que Maud é alimentada arbitrariamente através de uma sonda no nariz.

Figura 03 – Violência contra a mulher



Fonte: tocadoscinefilos.net.br

Há histórias reais de relatos sobre a violência³ que as sufragistas sofreram durante o período de encampamento dos ideais feministas. Na verdade,

3 Fonte: <http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/12/o-movimento-sufragista-ou-parte-dele.html>.

podemos estender essa questão da violência contra a mulher até os dias atuais, seja ela física e/ou simbólica.

O filme amplia ainda essa discussão sobre a violência contra a mulher, diante da mídia “silenciada” pelo governo. Essa era mais uma das preocupações do movimento sufragista, que tinha como princípio não só a luta pelo direito ao voto, como também toda uma reforma social e política na Inglaterra do início do século XX.

A figura masculina é retratada como opressora a todo o momento, exceto pelo marido de Edith, Mr. Ellyn (Finbar Lynch) que demonstra apoio à esposa e suas companheiras, porém, com o intuito de protegê-la, acaba proibindo-a de ir à corrida de cavalos para colocar mais uma estratégia das militantes em ação.

Gavron finaliza *As sufragistas* (2015) com um tom trágico e documental, retratando a morte de Emily Davison, sufragista que morreu pela causa do direito ao voto durante a corrida de cavalos, quando se atirou em frente ao cavalo de George V, na época rei da Inglaterra.

Figura 07 – Morte de Emily Davison



Fonte: tocadoscinefilos.net.br

O fato foi tão marcante que chocaram mulheres de diversas partes do mundo, levando-as à Inglaterra, para o funeral de Emily Davison. A intenção de Emily acabou dando certo, já que naquele momento todas as atenções se voltaram às causas das sufragistas. Uma gigante passeata tomou conta das ruas

de Londres e a luta continuou de forma mais radical até 1918, quando mulheres acima de trinta anos receberam o direito ao voto. Em 1925 o direito ao sufrágio feminino foi concedido a todas as mulheres na Inglaterra e nos EUA, se estendendo aos poucos por diversas partes do mundo.

Considerações finais

O movimento sufragista, longe de ser apenas considerado um meio de reivindicar a causa do sufrágio feminino, é também uma fonte de influências significativas à luta das mulheres, em todo o mundo, diante da opressão e injustiça. Logicamente, que o direito ao voto era a causa mais urgente, naquele momento, a fim de poderem questionar a dominação masculina e reverter a situação política, econômica e social das mulheres em seu tempo.

O filme de Sarah Gavron tem uma importância não apenas de cunho histórico, mas, sobretudo, de representação social da mulher no cinema. É importante que as pessoas conheçam com mais detalhes de onde partiu toda a nossa luta e como, pela primeira vez, as mulheres se empoderaram publicamente perante a sociedade.

Além disso, o filme traz uma contribuição importante não só do ponto de vista do espectador, mas também de quem o produziu. A equipe técnica e o elenco do filme são compostos, majoritariamente, por mulheres (roteirista, diretora, cenógrafa, diretora de arte, montadora, etc.), o que nos diz também alguma coisa: estamos ocupando os espaços que até então eram somente dos homens.

Entretanto, temos muito mais a aprender com as sufragistas do que pensamos e uma dessas lições que ficou, certamente, foi saber lutar pelos nossos direitos e não temer qualquer forma de opressão.

O movimento sufragista impulsionou outros que vieram à tona como os da década de 60, 70 e 80 pela liberação sexual; maior participação política; melhorias salariais e ocupação de mesmos cargos trabalhistas que os homens; dentre outros. A partir das sufragistas, outras mulheres passaram a ter coragem de se posicionar enquanto figura ativa na sociedade. Questionamentos e luta por mudanças passaram a fazer parte do cotidiano da mulher, ideais aos quais, até hoje, reivindicamos para atingir nosso maior objetivo: respeito e igualdade de gênero.

Referências

ABREU, Zina. Luta das mulheres pelo direito de voto: Movimento Sufragista na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. In: **Revista Arquipélago**, vol. 6, 2002. Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/380/1/Zina_Abreu_p443-469.pdf. Acesso: 19 abr. 2016.

ACSELRAD, Maurício. A teoria feminista vai ao cinema: configurações e reconfigurações do feminino na tela. In: **Revista Vozes & Diálogo**. Vol. 14, jan-jun 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Aline/Downloads/6827-21450-1-PB.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2016.

BATISTA, Liz. **Por voto, feminista morre em Derby**. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,por-voto-feminista-morre-em-derby,9106,0.htm>. Acesso em: 23 abr. 2016.

BERNARDET, Jean-Claude. **O que é cinema**. 2.ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1980.

CINEMA FEMINISTA. Disponível em: <http://feminismo.org.br/filmes-feministas/>. Acesso em: 22 abr. 2016.

FINCO, Nina. **O movimento sufragista – ou parte dele**. Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/12/o-movimento-sufragista-ou-parte-dele.html>. Acesso em: 20 abr. 2016.

LANDAU, Ana Cristina. **O legado das sufragistas**. Disponível em: <http://hojeemdia.com.br/opini%C3%A3o/blogs/direito-hoje-1.335788/o-legado-das-sufragistas-1.364490>. Acesso em: 22 abr. 2016.

LOPES, D. **A mulher no cinema segundo Ann Kaplan**. Disponível em: <http://www.uff.br/contracampo/index.php/revista/article/viewFile/483/247>. Acesso em: 19 abr. 2016.

MACHADO, Arlindo. A janela do voyeur. In: **O sujeito na tela**. São Paulo, Papirus, 2007.

MULVEY, Laura. Prazer visual e cinema narrativo. In: Xavier, Ismail(org.). **A experiência do cinema**. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

POTTER, Sally. **Sally Potter movies**. Disponível em: <http://sallypotter.com/film/1216/Thriller>. Acesso em: 21 abr. 2016.

RODRIGUES, Almira. **Centro Feminista de Estudos e Assessoria**. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,por-voto-feminista-morre-em-derby,9106,0.htm>. Acesso: 21 abr. 2016.

SMELIK, Anneke. Feminist Film Theory. In: **The Cinema Book**. 3ª ed. British Film Institute, 2007.

STAM, Robert. A intervenção Feminista e Da linguística à psicanálise. In: **Introdução à teoria do cinema**. Campinas, Papyrus, 2003.

TOCA DOS CINÉFILOS. Disponível em: www.tocadoscinefilos.net.br. Acesso em: 15 abr. 2016.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LETE, Anne. **Ensaio sobre a análise fílmica**. 7. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

VASS, Luís. **A fotografia contra as sufragistas no Reino Unido**. Disponível em: <http://jornalggm.com.br/blog/luisnassif/a-fotografia-contra-as-sufragistas-do-reino-unido>. Acesso em: 21 abr. 2016.

“BELA, RECATADA E DO LAR”: A REPRODUÇÃO DOS PAPÉIS DE GÊNERO NAS PÁGINAS DA REVISTA VEJA

Ana Maria da Conceição VELOSO¹
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
anavelosoufpe@gmail.com

Este artigo visa analisar a matéria Bela, recatada e “do lar”, publicada pela revista Veja em abril de 2016. Põe em relevo os estereótipos atrelados ao “papel feminino”, presentes na reportagem. Para o estudo, observamos se houve reforço a um determinado modelo de mulher, com base nos três aspectos elencados no próprio título da matéria: beleza, comportamento e maternidade. Na tentativa de compreender tal fenômeno, recorreremos às produções de Rachel Moreno (2009), Mercedes Lima (2009), Hanna Arendt (1988), Betania Ávila (2000; 2001) e Richard Johnson (1999). Após a análise do conteúdo, foi possível perceber os traços do sexismo e a reprodução dos desvalores quanto à beleza “perfeita”, à apologia ao comportamento discreto feminino e à manutenção das mulheres no ambiente doméstico como condição para o reconhecimento da sua existência no mundo social.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher; Indústrias Culturais; Gênero; Jornalismo; Papéis Sociais.

1 Doutora em comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professora do Departamento de Comunicação da UFPE e integrante do Observatório de Mídia/UFPE: Gênero, Democracia e Direitos Humanos. E-mail: anavelosoufpe@gmail.com.

Introdução

Por algum tempo, as mulheres eram preparadas para casar, cuidar da casa e ter filhos. No entanto, com a luta do movimento feminista e a expansão do capitalismo, a mulher conquistou mais espaço na sociedade, garantindo presença no mercado de trabalho e mais autonomia sobre sua vida. Apesar disso, ainda são muitas as formas de discriminação e violência sofridas pelas mulheres, e as representações do feminino feitas a partir da mídia seguem essa tendência.

Segundo Mercedes Lima (2009), os meios de comunicação, especialmente a televisão, reforçam a naturalização da discriminação contra a mulher, retratando-a como um ser predestinado a exercer papéis sociais seculares, como a maternidade, a sexualidade vigiada e reprimida - quando se trata de satisfazer a si mesma - o compromisso com o casamento e a não visibilidade profissional.

Para muitos/as pesquisadores/as, os veículos de comunicação fixam estereótipos geradores de preconceitos e discriminação, produzindo e reproduzindo valores e hábitos consoantes a formações ideológicas sexistas. A mídia reforça um modelo de *superwoman*, isto é, da mulher que está inserida no mercado de trabalho, que cuida dos filhos, do marido e da casa e ainda está sempre arrumada, reforçando modelos de beleza calcados na feminilidade e na juventude. Para a presidente do Observatório da Mulher², Rachel Moreno

A mídia comanda, sem mandar. Mandam a mulher ser bela, ser magra, ser boba, ser mãe, ser invejosa, competir com as outras, manda correr em busca da felicidade perfeita que virá a partir da compra de produtos e valores, da exibição de marcas e etiquetas que nos identifiquem e qualifiquem. Sem tom de mando, a mídia evita a resistência e a rebelião (MORENO, 2009, p. 13).

A exemplo do que foi elencado por Rachel Moreno, podemos citar a reportagem da revista *Veja*, publicada em 18/04/16, objeto de análise desse artigo. Intitulada *Bela, recatada e “do lar”*, a matéria, assinada pela jornalista Juliana Linhares, destina-se a traçar um perfil da vice-primeira-dama do Brasil, Marcela Temer, descrita como uma mulher “43 anos mais jovem que o marido, aparece

2 Organização que busca contribuir, resgatar e tornar visíveis as lutas das mulheres no Brasil. Tem como objetivos promover os direitos das mulheres, democratizar a comunicação e produzir e veicular informações sob o ponto de vista das mulheres. <http://observatoriodamulher.org.br/site/> Acesso em 15 set 2010.

pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice” (LINHARES, 2016).

Ao longo de cinco parágrafos, o texto evidencia as qualidades de Marcela ao exercer seu papel de mãe e esposa dedicada, reforçando estereótipos da maternidade plena e da beleza feminina, o que colabora com um dos problemas centrais da relação mulher e mídia: a necessidade de evidenciar aspectos que reeditem modelos femininos consagrados pelo patriarcado. E é nesse ponto que Ávila (2001) chama atenção para a importância de analisar esse sistema em meio ao momento histórico em que ele se apresenta, também problematizando acerca dos mecanismos utilizados para a sua reprodução:

É necessário, também, desmitificar a visão sobre o patriarcado, muitas vezes tomado como algo ancestral e perdido no tempo, uma memória quase lendária, ou como algo que se exerce da mesma maneira, perenemente, a despeito dos contextos sociais e históricos. Portanto, ahistóricos [sic] [...]. Reconhecer a existência desse sistema de dominação, e fazer conhecer os mecanismos de sua reprodução em qualquer medida que isso ainda aconteça é uma importante contribuição do feminismo para a democratização da vida social. Não levar em conta a questão do patriarcado coloca, por outro lado, um limite na concepção e nas estratégias de luta por igualdade (Ávila, 2001, p.32/33).

Nesse sentido, entendemos que, muito mais do que constituir sustentáculos para o exercício do poder pelas elites, os veículos de comunicação podem influenciar a produção mental, uma vez que são também responsáveis pela massificação das ideias de uma época.

Mesmo quando observamos o setor da publicidade, onde, apesar da existência de um organismo como o Conselho Nacional de Autorregulação Publicitária (Conar), os abusos são recorrentes, sem que o Estado e a sociedade tenham condições efetivas de impedir que as mulheres sejam frequentemente apresentadas com base na lente patriarcal, ou como unicamente “do lar” ou como mercadorias, e vejam seus direitos humanos atacados pela veiculação de propagandas que reafirmam o machismo, o sexismo e a violência simbólica.

Tal processo, de tão mecanizado e desumanizado, acaba por esvaziar o significado político intrínseco e constitutivo da produção desse campo social. Trata-se de um dos sintomas de um mesmo fato, no qual temos ao menos dois

fenômenos que devem ser estudados de modo integrado: (a) a superexposição da imagem e do sexo das mulheres e (b) a invisibilidade feminina no protagonismo das notícias (enquanto fontes). Sintomas que, desde os anos de 1980 estão sendo denunciados quando analisamos a relação das mulheres com os meios de comunicação e temos, como referência, as constatações do documento da UNESCO, intitulado *Un solo mundo, voces múltiples: comunicación e información en nuestro tiempo*.

Por supuesto, los medios de comunicación social no son la causa fundamental de la condición subordinada de la mujer. Y no disponen por si solos de medios para subsanarla. Las causas tienen profundas raíces en las estructuras sociales, políticas y económicas así como en actitudes culturalmente determinadas, y sólo se podrá encontrar la solución mediante la introducción de cambios a largo plazo. Sin embargo, los medios de comunicación social disponen hasta cierto punto de la facultad de estimular o de retrasar tales cambios (UNESCO, 1988, p.330-331).

Dessa maneira, as engrenagens que movimentam as indústrias da comunicação e a reflexão sobre importância da atuação feminina nesse campo ressaltam a importância da realização de estudos que problematizem a relação das mulheres nesses veículos em meio ao contexto econômico, simbólico e cultural, como também alerta Michèle Mattelart.

Há uma tendência em analisar o assunto mulher e mídia de maneira isolada e fragmentada, como se tanto a análise dessa relação como a resposta e a formulação de propostas destinadas a modificá-la pudessem se desenvolver sem levar em consideração a totalidade social, ou seja, todo o intrigante sistema social com características de relacionamento e dinâmicas próprias. A articulação com a totalidade social nos leva, antes de abordar o tema, a tentar definir, em termos muito gerais, o papel das indústrias culturais e dos aparelhos de comunicação e de cultura de massa e como se vinculam com a sociedade, além de recordar, muito brevemente, o lugar e o papel das mulheres nesta mesma sociedade³ (MATTELART, 1982, p. 5).

3 Tradução livre da autora.

Mas o que os meios de comunicação brasileiros estão estimulando? O acesso às imagens de um conjunto ou segmento de mulheres despojadas de sua humanidade para emergir, nas telas, páginas, portais e programas de rádio como personificação de um feminino concebido pelo capital e materializado no protagonismo de atrizes e moças “belas, recatadas e ‘do lar’”, como a protagonista da matéria da Veja? Ou das que têm seus corpos mutilados, ou, na expressão corrente, “repaginados” por inúmeros “tratamentos de beleza” criados para atender às idealizações do mundo da moda?

Uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo, sobre hábitos de consumo de mídia da população brasileira, realizada em 2013, revelou que há uma percepção, entre as pessoas pesquisadas, de que as mulheres são quase sempre (19%) ou às vezes (47%) tratadas com desrespeito pelos meios de comunicação. O levantamento nos leva a observar a perpetuação das violações aos direitos femininos pela mídia e a reprodução do sexismo, do patriarcado e do machismo em matérias de jornais, de rádio e de TV que usam e abusam de narrativas que colocam as mulheres em situações vexatórias e atentam contra os seus direitos.

Dessa forma, temos uma importante contestação, pela própria sociedade, diante do papel dos meios de comunicação na tradução do mundo. Uma ação fundamental, tanto na socialização, quanto nos deslocamentos das tradicionais áreas de referência para a incorporação da imprensa como um dos espaços de expressão da realidade, ao compreender as sociedades contemporâneas como centradas na mídia. Observa-se as questões sociais, como as de gênero, raça/etnia, os conflitos políticos, os dilemas de geração ou de classe como temas que devam, para ter reconhecimento e visibilidade, ou mesmo existência comprovada no mundo real, ser mediados pelos grupos de mídia.

Se cada vez mais a própria história é reproduzida e produzida com o acesso da sociedade a esses meios, cabe, então, investir na realização de pesquisas que apóiem elementos que ajudem a revelar a complexa teia de relações sociais em torno da presença das mulheres nas indústrias culturais.

A reprodução de um “ideal”: esposa e mãe exemplar

No que se refere à sexualidade e à reprodução, Mercedes Lima (2009) afirma que a maternidade, em especial na teledramaturgia, ainda é colocada como uma imposição. Personagens têm sua valorização a partir de sua capacidade reprodutiva: o fato de não poder ou não querer ser mãe influenciará negativamente em suas vidas. “Ainda é comum a louvação da heroína da novela, como cuidadora

(dos filhos, do marido/companheiro, dos doentes, da casa), ignorando-se sua sexualidade” (LIMA, 2009, p. 28). E esse ideal de maternidade ultrapassa as telas da dramaturgia televisiva e se estende também a imprensa tradicional.

Ao relatar a vida de Marcela Temer, a reportagem da revista *Veja* realça seu papel de mãe, esposa e mulher exemplar. “Marcela é uma vice-primeira-dama do lar. Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela mesma também” (LINHARES, 2016). Em outro trecho, permanece o destaque sobre a maternidade

No fim do ano passado, Marcela pensou que esperava o segundo filho, mas foi um alarme falso. “No final, eles acharam que não teria sido mesmo um bom momento para ela engravidar, dada a confusão no país”, conta tia Nina, irmã da mãe de Marcela. Ela se refez do sobressalto, mas não se resignou - ainda quer ter uma menininha (LINHARES, 2016).

A utilização do termo *sobressalto* e do verbo *resignar* confere uma importância maior à maternidade de Marcela. Afirmar que a mesma “não se resignou” (LINHARES, 2016) diante do alarme falso de uma gravidez coloca a maternidade como primeiro plano na vida da vice-primeira-dama, que não desistiu de ter outro filho. Tais ideais, valorizados por uma parcela da nossa sociedade que ainda persiste em relegar, às mulheres, uma posição de subalternidade social centrada nas atividades da vida privada.

Vale ressaltar, no caso analisado, o fato de que, mesmo depois de séculos de luta feminista para a ascensão das mulheres à esfera pública, a revista *Veja* ainda hipervaloriza a reprodução de um padrão comportamental feminino “resignado” ao doméstico. No Brasil, o movimento de mulheres, há décadas, contesta a invisibilidade da mulher, a mercantilização do seu corpo e a reprodução do estereótipo feminino “como naturalmente vinculado ao lar” valorizado pela mídia. Tudo isso, segundo o próprio movimento, busca fundamentar a dupla jornada e a opção, pelas mulheres, em abrir mão de lutar pelos mesmos espaços no campo profissional.

Estudiosas e pesquisadoras do movimento feminista apontam, ainda, a ausência de protagonismo das mulheres enquanto fontes nos veículos de comunicação como um dos sintomas da subordinação delas ao sexo masculino. Para Mercedes Lima (2009), “os conceitos e visão sobre a mulher veiculados na mídia e na grade de programação de TV (...) reforçam a situação hierárquica entre

homens e mulheres, a partir de uma determinada visão de mundo, levando à construção (ou desconstrução) da mulher real” (LIMA, 2009, p. 27).

A respeito da hierarquização, é possível elencar passagem da matéria aqui analisada: “Marcela é o braço digital do vice. Está constantemente de olho nas redes sociais e mantém o marido informado sobre a temperatura ambiente” (LINHARES, 2016). Marcela é aqui descrita como a mulher cuja função é apoiar o marido, atuando em segundo plano e sem protagonismo. Desse modo, sua “identidade discreta”, fortalece a do cônjuge, que habita o mundo público, o espaço da política. Enquanto, para ela, resta o ambiente privado como único lugar para quem tem um destino a cumprir, ou mesmo, “encenar” de modo a conquistar reconhecimento social. Esse marcador de gênero, para além de permanecer vigente, ao menos nas descrições presentes na matéria, também

Está presente na dramaturgia televisiva, nos programas cômicos, na apresentação de telejornais, a naturalização da discriminação contra mulher, sua reprodução e reforço, sempre predestinando a mulher a papéis sociais seculares como a maternidade, a sexualidade vigiada e reprimida, o compromisso com casamento e não visibilidade profissional. Os mais diversos campos do conhecimento, filosófico, histórico, científico e artístico, apontaram ao longo da história para a naturalização desta discriminação de classe e gênero: a televisão auxilia no reforço da discriminação (LIMA, 2009, p. 27).

Outro importante aspecto apresentado na matéria aqui analisada diz respeito à beleza feminina, cuja evidência mais considerável está no seguinte trecho:

Por algum tempo, frequentou o salão de beleza do cabeleireiro Marco Antônio de Biaggi, famoso pela clientela estrelada. Pedia luzes bem fininhas e era “educadíssima”, lembra o cabeleireiro. “Assim como faz a Athina Onassis quando vem ao meu salão, ela deixava os seguranças do lado de fora”, informa Biaggi. Na opinião do cabeleireiro, Marcela “tem tudo para se tornar a nossa Grace Kelly”. Para isso, falta só “deixar o cabelo preso”. Em todos esses anos de atuação política do marido, ela apareceu em público poucas vezes. “Marcela sempre chamou atenção pela beleza, mas sempre foi recatada”, diz sua irmã mais nova, Fernanda

Tedeschi. “Ela gosta de vestidos até os joelhos e cores claras”, conta a estilista Martha Medeiros (LINHARES, 2016).

A beleza de Marcela é comparada a de Grace Kelly, considerada uma das atrizes mais bonitas e influentes de Hollywood, ícone de moda e beleza. Grace, princesa de Mônaco, era branca, magra e de cabelos loiros, assim como Marcela. Essa comparação reforça o ideal de beleza feminina, que estereotipa as mulheres dentro de um determinado padrão excludente, singular a determinada mulheres, sem abarcar a pluralidade de características de tons de pele, tipos de cabelo e de corpo, além de não levar em consideração a identificação e a aceitação das mulheres com os corpos que possuem e que são diferentes do modelo exaltado. Essa colocação, remota ao ideal de princesa, que deve estar sempre bela e arrumada à espera de seu príncipe encantado.

A resistência feminista

Uma das maiores contribuições que o feminismo, como projeto político e pensamento crítico, trouxe para a humanidade foi o questionamento do modelo patriarcal de construção de sociedade, que destinava às mulheres o lugar de coadjuvantes do processo histórico, restringindo a existência da condição feminina à esfera privada. Ao propor uma transformação nas relações de gênero e a igualdade e a liberdade para a mulher, o feminismo a credenciou como sujeito político.

A ruptura de uma identidade socialmente imposta, que limitava o acesso delas à esfera pública foi outra conquista do feminismo, como resgata a socióloga Maria Betânia Ávila (2000) ao analisar a produção da filósofa Hanna Arendt:

Penso que, desta forma, se viabiliza o que Arendt (1988) definiu como o direito a ter direitos, uma vez que a conquista dos direitos exige um sujeito que anuncie seu projeto e tenha ação na esfera política, participando, assim, do conflito, que deve ser inerente à democracia e instituindo, como parte desse conflito, a luta contra as desigualdades a que estão sujeitas⁴.

4 ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo e Sujeito Político in: Revista Proposta, nº 84-85. Rio de Janeiro: Fase, Mar.-Ago., 2000. P. 7-11.

Local onde se intensificavam as desigualdades e a subordinação feminina, a esfera privada surgiu como conceito na Antigüidade Clássica, na vigência da suposta “democracia” grega, onde o acesso à polis só era permitido para os cidadãos de direitos, ou seja, os homens. A noção de liberdade estava condicionada à vivência no espaço público. O privado, no entanto, não se constituía em local de expressão da intimidade para as mulheres, mas, ao contrário, o da privação de direitos, fundamentado em uma relação hierárquica e de opressão. Escravos e mulheres eram tidos como desprovidos de desejos e necessidades. Eram invisíveis socialmente, uma vez que o que acontecia no privado não tinha significado político. O termo *público*, para Arendt, significa:

Em primeiro lugar, que tudo que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. Para nós, a aparência, - aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos - constitui a realidade. Em comparação com a realidade que decorre do fato de que algo é visto e escutado, até mesmo as maiores forças da vida íntima - as paixões do coração, os pensamentos da mente, os deleites dos sentidos - vivem uma espécie de existência incerta e obscura, a não ser que, e até que, sejam transformadas, desprivatizadas e desindividualizadas, por assim dizer, de modo a se tornarem adequadas à aparição pública (ARENDR, 1991, p.60).

Apesar de ter dado largos passos rumo à “politização da esfera privada”, a conquista da esfera pública ainda é um desafio para as mulheres. Talvez porque “a esfera pública tanto na dimensão do Estado, como em outros planos, onde também se processam os conflitos políticos, ainda se constitui como um espaço social onde as desigualdades de gênero, de classe, de orientação sexual (grifo meu) e de raça estão presentes” (ÁVILA, 2001, p. 17).

Entre as dificuldades enfrentadas pela população feminina em ascender à esfera pública, está a necessidade de romper com a construção histórica que coloca a casa, o lar e a família como únicos espaços possíveis para a existência cotidiana das mulheres. Não tem sido fácil, para elas, o convívio social em meio à dicotomia entre o público e o privado, principalmente porque sua manutenção no ambiente doméstico fundamenta o poder patriarcal e nem todas as suas aspirações sociais aparecem na arena pública. Richard Johnson entende o poder como um elemento de análise nesse debate, chamando atenção para sua presença implícita na relação entre as duas esferas:

Existem, naturalmente, profundas diferenças em termos de acesso à esfera pública. Muitas das preocupações sociais não ganham absolutamente qualquer publicidade. Não se trata simplesmente de que elas continuem privadas, mas de que elas são ativamente privatizadas, mantidas no nível do privado (JOHNSON, 1999, p.49).

A reação dos/as internautas

Vincent Mosco (1996) revela que, quando teorizamos acerca da posição das mulheres nas indústrias culturais, devemos pesquisar, dentre outros aspectos, as microestruturas: se os conteúdos produzidos pelos meios de comunicação analisam a representação delas como sujeitos promotores dos seus direitos humanos. Seguindo essa linha, Ellen Riordan (2004) orienta que é preciso examinar o lugar ocupado pelas mulheres não só como produtoras de conteúdo, mas também como fontes e protagonistas nos processos sociais alimentados por relações - inclusive subjetivas - entre o capitalismo e o patriarcado. Relações que ganham visibilidade na cena política.

Local de embates políticos e espaço fundamental para a democratização da vida cotidiana, a esfera pública desponta como locus privilegiado para quem pretende ascender ao poder ou para quem não quer abrir mão dele. Isso acontece porque também é através dela que se constroem e legitimam discursos. Ela funciona como vitrine da vida social. E ninguém melhor do que a imprensa para fazer sua refração.

E nessa esfera pública em ebulição, sobretudo quando a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015, encomendada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), junto ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), revela que cerca de 45% da população do país têm acesso à internet, nem sempre desvalores disseminados pelo sexismo e o patriarcado passam despercebidos pelo público leitor que não se contenta apenas com o que é apresentado como verdade pelos grupos de mídia brasileiros. Eles/elas passam a investir na politização do espaço público com acesso aos debates possibilitados pela internet e as redes sociais.

Não seria exagero dizer que a mídia detém grande poder de sedução e influência sobre a sociedade justamente por fazer a mediação entre a esfera pública e a privada. Ou melhor, por sua capacidade de reproduzir, para um grande número de espectadores, algum fato social. Tal postulação fica evidente quando percebemos que o texto *“Bela, recatada e ‘do lar’”*, tornou-se um dos

assuntos mais comentados nas redes sociais e provocou a reação de um grande número de internautas, que rechaçaram a apresentação de modelo de mulher estampado nas páginas da revista, onde utilizaram postagens com a hashtag #belarecatadaedolar e a paródia #belaescrachadaedobar.

A reação de uma parcela considerável de internautas demonstra que uma grande parcela da sociedade brasileira não aceita mais a imposição do ambiente doméstico para todas as mulheres. A questão, portanto, não reside na escolha de uma mulher, mas a divulgação, em um espaço de grande circulação nacional, como a revista semanal, de um “modelo de mulher” que se encaixa “perfeitamente” às exigências do lugar histórico que ocupa e, para tanto, os requisitos “indispensáveis” para tal: beleza, maternidade e a submissão à destinação do lar.

É importante ressaltar que o machismo presente nas redações tem, em muitos casos, originado coberturas que desqualificam a população feminina, imputando-lhes papéis sociais depreciativos. Todavia, há resistência. Para contestar esse cenário, onde os valores patriarcais são reproduzidos, desigualdades de gênero, perpetuadas e o corpo da mulher e sua sexualidade, comercializados como objetos de consumo, os/as usuários/as das redes sociais colaboram tanto com a desconstrução do sexismo presente tanto na matéria em questão, quanto no que ainda persiste em habitar nas redações dos grupos de mídia brasileiros.

Considerações finais

A veiculação do texto pode ser concebida como exacerbação de uma “receita de sucesso”, ou mesmo a exaltação de um aspecto da condição feminina que naturaliza a subalternidade até com certo *glamour*, uma vez que expõe faces do cotidiano da mulher de um dos personagens mais importantes no Brasil. Contudo, a matéria deixa de problematizar tal naturalização, o que poderia ter oferecido, aos seus/suas leitores/as, um cardápio eclético acerca do que pode vir a “ser mulher” em nossa sociedade.

As reportagens elaboradas por revistas de notícias com periodicidade semanal, como é o caso da *Veja*, são pautadas por fatos dos contextos social, político e econômico vigentes no momento da produção e da veiculação da notícia. É importante destacar que a matéria *Bela, Recata e “do Lar”* foi publicada em um momento no qual a exaltação da família tradicional está em voga: a veiculação do texto no site da revista *Veja* se deu um dia após a votação na Câmara dos Deputados sobre o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, n

qual diversos parlamentares alegaram votar em nome de Deus e de suas esposas, filhos e demais parentes. Ressaltamos aqui que não é possível afirmar que a matéria sobre a vice-primeira-dama tenha sido pensada sob o escopo da votação, e nem poderia, tendo em vista que o processo de entrevista e coleta de informações com as cinco fontes elencadas no texto demanda tempo, apesar das facilidades de apuração pela internet e por telefone. Entretanto, ressaltamos que sua veiculação nesse contexto de crise política evidencia o modelo de mulher socialmente aceita na política.

A revista apostou, mesmo que de modo subliminar, na exacerbação do que considera como positivo para a esposa de um político. Ao fazer tal escolha, acentua atributos intrínsecos para quem pretende “ascender” a este “status”, tal qual folhetim que demonstra um passo a passo, ou seja: como as moças interessadas em ocupar um determinado lugar social devem proceder. Perde, assim, uma grande oportunidade de questionar as razões que justificam a sujeição ao lar como único destino para uma parcela das mulheres brasileiras.

Contudo, a revista talvez não contasse com a capacidade de mobilização de diversos/as leitores/as que acessaram as redes sociais para problematizar o papel da mídia no Brasil e visibilizar perfis de mulheres que puderam fazer outras escolhas, aquelas que subverteram a ordem comandada pelos desvalores que imputam sérias restrições ao público feminino. Mulheres que não se enquadram no que o veículo expõe como modelo para a conformação da ficcional e cada vez mais encenada “tradicional família brasileira”.

Referências

ABRAMO, Perseu. **Pesquisa sobre Democratização da Mídia**. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/fpa_pesquisa_democratizacao_da_midia_0.pdf> Acesso em 22/01/2016, às 16h.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1988.

ÁVILA, Maria Betânia... [et al.]. **Textos e Imagens do Feminismo: mulheres construindo a igualdade**. SOS Corpo, Recife, 2001.

ÁVILA, Maria Betânia. **Feminismo e Sujeito Político** in: Revista Proposta, nº 84-85. Rio de Janeiro: Fase, Mar.-1go., 2000. P. 7-11.

IBOPE MEDIA. **Conceitos e Critérios da Pesquisa de Mídia para a Imprensa.**

Disponível em: <[http://www.ibope.com.br/pt-br/relacionamento/imprensa/Documents/cartilha_de_midia .pdf](http://www.ibope.com.br/pt-br/relacionamento/imprensa/Documents/cartilha_de_midia.pdf)>. Acesso em: 15.10.2015

JOHNSON, Richard in SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Autêntica, Belo Horizonte, 1999, pp 9-131.

LINHARES, Juliana. **Bela, recatada e “do lar”.** Revista Veja, 18/04/2016.

LIMA, Mercedes. A imagem da mulher na mídia. *In*: LIMA, Mercedes; VICENTE, Terezinha (Org). **O Controle Social da Imagem da Mulher na Mídia.** São Paulo: Articulação Mulher e Mídia, 2009, p. 27-31.

MATTELART, Michèle. **Mujeres e industrias culturales.** Barcelona: Editorial Anagrama, 1982.

MORENO, Rachel. Vigiar, seduzir, excluir – a colonização das mentes. *In*: LIMA e VICENTE. **O Controle social da imagem da mulher na mídia.** São Paulo: Articulação Mulher e Mídia, 2009, p. 11-16.

MOSCO, Vicent. **The Political Economy of Communication.** (2ª ed.). London: Sage Publications, 1996.

RIORDAN, Ellen; MEEHAN, Eileen R. **Sex & money: feminism and political economy in the media.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

RIORDAN, Ellen. The woman Warrior: A feminist political economic analysis of crouching Tiger hidden dragon. *In*: ROSS, Karen and BYERLY, Carolin M. **Women and media. International perspectives.** USA: Blackwell Publishing, 2004, p.81-103.

UNESCO. **Un solo mundo, voces múltiples:** comunicación e información en nuestro tiempo. 2 ed. Barcelona, Espanha: 1988.

O PARADOXO DAS PIN-UPS: PRISÃO OU LIBERDADE?

Ana Paula Oliveira Barros
Universidade Federal de Sergipe
anapaulaobarros@yahoo.com.br

Resumo: Quando a reprodutibilidade técnica, no final do século XIX, tornou possível a proliferação das imagens de Pin-Ups, elas acabaram apontando o poder das mulheres antes mesmo da revolução sexual da década de 1960, pois a ilustração e a fotografia de garotas atraentes já demonstravam os primeiros sinais da liberação feminina ao mostrar o poder do corpo e da sensualidade da mulher na cultura popular. Porém, percebemos que por mais que naquele período elas tenham representado uma forma de liberdade feminina, visto que a repressão sexual da mulher era bastante forte na época, essas imagens também deixaram como herança a estigmatização do papel da mulher na sociedade contemporânea ao representarem imagens criadas por homens e serem consideradas objetos sexuais, possibilitando a popularização da sensualidade feminina como um produto de consumo. Desta forma, a pesquisa aqui proposta tem por interesse estudar os discursos e valores culturais relacionados ao corpo, suas imagens e representações, por meio da abordagem e investigação do paradoxo existente em relação às Pin-Ups. Assim, pretende-se compreender o processo e o contexto em que se dá a associação da imagem da Pin-Up, e conseqüentemente da mulher, à mercadoria e ao consumo, assim como seu estabelecimento como um objeto sexual e erótico, e analisar se essas representações excluem grande parte das mulheres e, havendo esta exclusão, se ela é alargada do domínio da representação para o da realidade. Palavras-chave: Pin-Up, Indústria Cultural, imagem, corpo, mulher.

1 - Introdução

Pin-Up é uma modelo cujas imagens sensuais produzidas em grande escala exerceram um forte atrativo na cultura pop. Elas eram na maioria das vezes destinadas à exibição informal e constituíam-se num tipo leve de erotismo. O termo Pin-Up foi documentado pela primeira vez em inglês em 1942 e essas imagens podiam ser retiradas de revistas, jornais e também apareciam com frequência em calendários, os quais eram produzidos para serem pendurados (em inglês “pin up”). Mais tarde, pôsteres de garotas Pin-Ups começaram a ser produzidos em grande escala. Entretanto, outras Pin-Ups eram consideradas trabalhos artísticos, que, na maioria das vezes, representavam versões idealizadas do que se imaginava ser a representação de uma mulher particularmente atraente.

Podemos dizer que essas Pin-Ups acabaram apontando o poder das mulheres antes mesmo da revolução sexual da década de 1960, pois a ilustração e a fotografia de garotas atraentes já demonstravam os primeiros sinais da liberação feminina ao mostrar o poder do corpo e da sensualidade da mulher na cultura popular. Porém, percebemos que por mais que naquele período elas tenham representado uma forma da liberdade feminina, visto que a repressão sexual da mulher era bastante forte na época (e em algumas circunstâncias até hoje), as Pin-Ups também deixaram como herança a estigmatização do papel da mulher na sociedade contemporânea ao representarem imagens criadas por homens e serem consideradas objetos sexuais, possibilitando a popularização da sensualidade feminina como um produto de consumo. Outro ponto importante em relação às heranças deixadas pelas Pin-Ups é o fato de que elas reforçam e perpetuam o padrão da mulher “perfeita” e desejada pelos homens ao possuírem seios volumosos, cinturas finas, quadris bem delineados, pernas torneadas e ar sensual.

Desta forma, a pesquisa aqui proposta tem por interesse estudar os discursos e valores culturais relacionados ao corpo, suas imagens e representações. Para isso, o trabalho tratará das Pin-Ups e o paradoxo delas representarem um símbolo de ascensão da mulher na época em que surgiram e, ao mesmo tempo, perpetuarem a estigmatização do papel da mulher na sociedade contemporânea. Assim, pretende-se compreender o processo e o contexto em que se dá a associação da imagem da Pin-Up, e conseqüentemente da mulher, à mercadoria e ao consumo, assim como seu estabelecimento como um objeto sexual, e analisar se essas representações excluem grande parte das mulheres e, havendo esta exclusão, se ela é alargada do domínio da representação para o da realidade, isto é, do domínio estético para o político.

2 - Pin-up girls

O surgimento das Pin Up se dá com a necessidade de expansão e melhoria dos meios de comunicação na sociedade norte americana. As revistas, consideradas um desses principais meios por expor informações, notícias, ideias, serviços, entre outros, passaram a veicular ilustrações em seus artigos ou até mesmo em suas capas, já que os editores perceberam que esse tipo de artifício acabava gerando mais interesse pela leitura por parte das pessoas, o que consequentemente aumentava o número de vendas. Desta forma, a década de 1920, com a competição acirrada das revistas por leitores, fez surgir a Era Dourada da ilustração norte americana, e foi justamente nesse período que se tornaram populares as Pin-Ups. A princípio, elas não tinham um público alvo específico e eram apenas as imagens mais cativantes para atrair a atenção dos leitores. (SSCHUSSEL; VARANI, 2010).

Fica claro então que a Revolução Industrial foi de extrema importância para o surgimento das Pin-Ups, visto que este é um gênero intimamente ligado à reprodução em massa, distribuição e consumo. No século XIX é onde se encontram as condições para a ascensão do gênero, em meio ao surgimento da reprodução das imagens em grande quantidade, de uma classe média urbana e uma sociedade cada vez mais aberta à representação da sexualidade feminina. (MARAN, 2012).

Com o decorrer do tempo, as Pin-Ups se tornaram bastante populares e passaram a ocupar outros campos, além das revistas. Surgiram, assim, calendários, propagandas, cartões, pulp magazines e pin up com essas ilustrações, que supostamente celebravam a feminilidade da mulher americana. Outro suporte que também passou a utilizar as Pin-Ups, através de ícones famosos que adotavam o estilo e a cultura deste fenômeno, foi o cinema. Entre as atrizes e modelos que ficaram conhecidas como as Pin-Ups de carne e osso podemos citar, Marilyn Monroe, Betty Grable e Bettie Page. Estas acabaram representando o padrão de beleza exposto pelas Pin-Ups ilustradas por artistas da época, ou seja, seios volumosos, cintura marcada, quadris largos, pernas exuberantes e o ar de erotismo e sensualidade proposto por essa cultura. (MARAN, 2012). É importante destacar que as Pin-Ups passaram a vender não só produtos como também ideias, influenciando moda, estilo de vida, maneiras de comportamento e até mesmo a moral de sua época, sendo aceitas no seio das famílias e não apenas nas garagens e quartos masculinos. (SSCHUSSEL; VARANI, 2010).

Entre os artistas americanos, e também de outras nacionalidades, que tiveram importância e influência na arte de ilustração de Pin-Up, podemos citar Alberto Vargas, Georges Léonnec, Charles Dan Gibson, George Petty, Harrison Fisher, Dean Cornwell, Peter Driben, Fritz Willis e Gil Elvgren. Estes artistas personificaram o ideal masculino de mulher, através de imagens sedutoras, com pouca ou até nenhuma roupa. As mulheres desenhadas por eles ficaram bastante conhecidas devido a seus corpos torneados e pela aparência idealizada que não correspondia às mulheres comuns da sociedade da época. A sensualidade transmitida pelas imagens fazia com que os homens as desejassem e isto acabou sendo de grande importância e influência na modificação do estereótipo feminino, ou seja, esses artistas fizeram surgir um novo conceito sobre a imagem da mulher.

Assim, de modo geral, podemos dizer que as Pin-Ups designam “a imagem de uma figura feminina, em pose sensual ou situação excitante, destinada à reprodução gráfica industrial: mistura, em dosagens variadas, de fotografia, pintura e caricatura.” (SAGGESE, 2008, p. 8). Elas podem ser ilustrações com atributos de fotografia ou serem fotos com atributos de pinturas, que a partir de processos de retoque é dada às modelos uma pele impecável e são escondidas as imperfeições, demonstrando assim, uma busca incessante pela beleza idealizada das pinturas, sem pintas, sem estrias, sem celulites ou cicatrizes que, na verdade, servem para caracterizar e individualizar o ser humano. (SAGGESE, 2008). Já sua constituição física é composta por nariz arrebitado, longas e torneadas pernas, peitos grandes, olhos grandes, cintura fina e dentes brancos e perfeitos. Sempre enfatizando a sensualidade, inocência e doçura da figura feminina. Tudo isto deixa bastante claro porque os homens se sentiam atraídos por essas mulheres ideais, donas de um perfeccionismo incomparável e que, de maneira distorcida, representaram (e por muitas vezes ainda representam) a imagem da mulher “perfeita”. Notamos então a partir daí claramente o estabelecimento do estereótipo da mulher “perfeita” e da relação da imagem da mulher erotizada com um objeto de consumo.

3 – Pin-up: a mulher como mercadoria?

Para entender o contexto em que se dá a associação da imagem da Pin-Up, e conseqüentemente da mulher, à mercadoria e ao consumo, é preciso deixar claro, primeiramente, o que é Indústria Cultural. De forma sucinta, esta está relacionada ao interesse na produção em massa de bens culturais, onde seus

produtos são produzidos e distribuídos de forma racionalizada com o objetivo de atingir o lucro. Assim, o público receptor, em sua maioria, é tido como consumidores em potencial, que por meio de estratégias adequadas, têm seus desejos e necessidades manipulados, estimulados e, principalmente, controlados. (MAIA, 2010).

Segundo Adorno e Horkheimer (1955), enquanto os dirigentes da Indústria Cultural regem os costumes, gostos e intelecto da sociedade de massa, ao consumidor não resta nada nem para classificar, pois, em razão do esquematismo da produção, tudo chega a ele classificado. Isto é, os pormenores que compõem uma forma de expressão, na verdade, são puramente funcionais. Assim, todos os estereótipos e clichês são utilizados e, conseqüentemente, repetidos aqui e ali, tendo como intuito e sendo, cada vez mais, subordinados à finalidade de confirmar o esquema enquanto impõem a sua “realidade” e os espectadores se habituem aos procedimentos. Tudo de novo que apareça e que fuja dos padrões estabelecidos acaba sendo tão estigmatizado, que não lhes surge espaço, não sendo, então, aprovado e reconhecido.

Com isto, torna-se claro o porquê do interesse da Indústria Cultural em valorizar os ídolos, visto que, estes possuem o poder de conquistar públicos sempre maiores e se tornar modelo para pessoas comuns. (MAIA, 2010). Para Costa (2010) o ídolo é instituído pela Indústria Cultural com a finalidade de causar na mente do público receptor algum sentimento de emoção, fazendo surgir o desejo, que, por sua vez, faz crescer a geração de negócios. Essa série de emoções que surgem baseadas na expectativa de mercado, com o objetivo de criar um entretenimento que sustenta-se por meio de modelos pré-estabelecidos de identificação, acabam gerando caminhos para a idolatria.

As imagens na sociedade de consumo, produzidas em larga escala, são minuciosamente pensadas para que sejam capazes de exercer o maior impacto possível sobre o público receptor, é tanto que se tornam um fetiche das massas. Assim sendo, um dos principais responsáveis pelo surgimento do conceito e da essência do ídolo se deu na virada do século XIX para o século XX, período em que houve o aprimoramento das técnicas de impressão de jornais e cartazes, a partir daí há a exploração da distribuição de imagens e a associação de figuras humanas às marcas. Isto serviu para fazer crescer o consumo numa época em que este havia disparado, o pós-guerra. (MAIA, 2010).

Essa problemática foi percebida e questionada dentro da Pop Art, movimento da arte que surgiu plenamente no início da década de 1960, principalmente por Andy Warhol, que não optou por pintar Marilyn Monroe como

a atriz mais carismática e feliz de Hollywood, ou até mesmo como sex symbol, mas sim com uma expressão engessada e artificial, com um sorriso que não demonstra alegria, mas apenas satisfação em ser observada. Sua imagem deixa clara a superficialidade do ídolo, sem dar a possibilidade para a expressão do seu interior. (MAIA, 2010).

Complementando o pensamento de Costa (2010), Melo afirma que não podemos considerar Marilyn pessoa, mas sim produto, pois o que interessa é o que se pode ver, ter ou lucrar ao relacionar o produto à pessoa. Assim, Marilyn deixa de ser humana com sentimentos, desejos e passa a ser um símbolo, admirado e desejado por todos. Como consequência ela perde sua individualidade para se tornar coletiva e com o rosto apresentado em diversas cores na obra de Warhol, torna-se uma máscara que pode ser dos vários papéis que a mulher representa na sociedade, são as máscaras da beleza, da sensualidade, da fragilidade, da provocação, do poder, da vulgaridade, da artificialidade, e do produto.

De acordo com Saggese (2008), a Pin-Up é mercadoria visual por excelência e produto multiuso para consumo rápido. Ela não seria apenas um primeiro passo rumo à produção de erotismo em escala industrial, como também o primeiro vetor de erotização que perpassará toda a visualidade da sociedade de consumo. Assim, “a pin-up é o primeiro laboratório a ensaiar uma química de associações e misturas que, improváveis, acabaram resultando em produtos visuais de eficácia tais como: mulheres seminuas e ferramentas industriais.” (SAGGESE, 2008, p. 35). Ao analisarmos a trajetória da pin-up desde a sua origem que remonta do início do século XIX, perceberemos sua forte relação com a visualidade e a produção da sociedade industrial, sendo esta, como já visto, calcada no controle e que tem na comunicação visual uma ferramenta efetiva. Assim, a Pin-Up estará presente como reflexo, como também como poderoso agente das transformações que representam a cultura de consumo e a sociedade do espetáculo.

Podemos dizer que essa sociedade do espetáculo surge no primeiro quarto do século XIX, a partir daí com as novas tecnologias de produção e reprodução da imagem e o surgimento da fotografia, a pintura acabará se transformando, assim como a própria noção de arte será colocada em questão, gerando um impacto profundo no conjunto das artes visuais, e na medida em que elas se incorporam, subvertem a visualidade da pintura. (SAGGESE, 2008). Sobre o impacto proveniente da reprodução fotográfica no reposicionamento da função da arte, Saggese fala sobre o imaginário erótico clandestino, provenientes de fotografias e gravuras, excluído da arte oficial e oculto dos olhos do público. É

por meio da reconstituição da trajetória de certos artistas acadêmicos, do final do século XIX, que enveredaram para a pintura do nu, e de seus trabalhos, que podemos conhecer a genealogia estética da Pin-Up. Segundo Saggese, “tal estética e tal técnica resultarão no repertório formal da pornografia soft-core, da arte fantástica e da propaganda, calcadas na fatura esmerada, no discurso raso.” (2008, p. 57).

Uma estratégia bastante utilizada por alguns acadêmicos será representar as mulheres nuas em haréns orientalistas ou em territórios do fantástico. É importante notar que as imagens desses pintores orientalistas carregam a contradição que tantas vezes se apresenta às Pin-Ups, entre o desejo sexual de ver e a censura. Encontramos nesses trabalhos o jogo de olhares e trejeitos, de mostrar e esconder, que interage com o observador. Há claramente a dispensa dos simbolismos das pinturas antigas em prol de questões práticas, ou seja, leva-se em consideração o que possa maximizar a excitação pelas imagens. Assim, muitas dessas pinturas prenunciam a Pin-Up, não apenas quanto ao assuntos mas também em relação às soluções plásticas. Essas imagens acabam ensaiando “a gramática visual que se constitui no trato dos assuntos relativos à exposição do corpo feminino, os modos de dispor, de maneira ótima, o escondido.” (SAGGESE, 2008, p. 72). As características presentes nessas imagens representam o paradoxo entre liberdade feminina e estigmatização da mulher na sociedade, que encontraremos também nas Pin-Ups mais tarde.

A imagem da mulher nesse imaginário orientalista serve, então, para percebermos dois pontos de vista, aquele que aponta para o passado, demonstrando a reação à progressiva mudança do papel da mulher na sociedade, o desgaste masculino ao amor romântico e suas obrigações e o desejo masculino de domínio, progressivamente problematizado, e o que aponta para o futuro, próximo, quando a mercadoria mulher nua, sob forma de imagem, estará exaustivamente no mercado. É bastante claro que a nudez da mulher representa mercadoria, visto que, nessas imagens, ela esconde o rosto de forma recatada, e é ofertada, em sua beleza, ao espectador do quadro, que de uma forma ou de outra acaba participando do leilão ao desejar penetrar no espaço proibido dos haréns. (SAGGESE, 2008). Assim, é preciso notar que as mulheres retratadas pelos artistas que seguiram essa tendência da época, por mais que tenham subvertido e rompido os valores e pensamentos engessados por uma moral estabelecida, não deixavam de representar a mulher como mercadoria. Expostas, essas mulheres não escondem suas condições de tanto mercadoria mulher, quanto mercadoria pintura.

Na verdade, a multiplicação de imagens proveniente da reprodutibilidade técnica permite um tipo de análise e normalização que só existem por meio de escala industrial. Devido a isso, por meio das obras desses artistas que representavam o nu no século XIX, é possível associarmos de forma clara e explícita que o papel que a mulher exerce na sociedade daquele período até os dias de hoje, século XXI, não mudou em nada no que diz respeito ao seu corpo ser visto como mercadoria. Situação esta que é perpetuada em grande parte por conta da Indústria Cultural, da mídia e dos meios de informação que estigmatizam, como já visto por meio dos ídolos, tanto esteticamente, quanto em relação ao que é ser mulher e qual a sua função na sociedade.

Como já visto, a reprodutibilidade técnica faz surgir uma nova forma de fruição da obra de arte. Enquanto a pintura como objeto tinha seu valor ligado a sua unicidade, isto é, a sua materialidade, nas Pin-Ups o valor das ilustrações advém da capacidade de multiplicação das imagens. A Pin-Up será, em seu modo de operar, um anúncio do erotismo, ou seja, uma propaganda que não vende diretamente um produto, mas sim um comportamento, uma suposta maneira de ser. Isto quer dizer que a Pin-Up funciona como um dos ídolos instituídos pela Indústria Cultural, que servem para modelar, engessar e criar estereótipos, e nesse caso mais especificamente, estereótipo de gênero. Enquanto uma propaganda exalta as qualidades de um produto, a Pin-Up sendo um anúncio sem produto, basicamente sintetiza as facilidades do desejo, supostamente disponíveis a todos na sociedade industrial e de consumo. (SAGGESE, 2008).

Assim, faz-se notar finalmente a mercantilização do divertimento, onde a felicidade não mais habita um utópico harém, mas sim os produtos da indústria cultural, entre eles as garotas presentes nas imagens, disponíveis e descartáveis. Porém, devemos ter claro que as garotas Pin-Up são pura criação gráfica e não exatamente representações. Elas não se referem a uma mulher real, são apenas simulacros e, por isso, dispensam referentes. Ou seja, os atributos de desejabilidade não provêm de uma mulher real de carne e osso, mas sim daquelas idealizadas pelas artes plásticas, repertório de uma tradição pictórica, que foi apropriada pela indústria do consumo. Sem também deixar de lembrar que toda essa tradição da construção da imagem idealizada da mulher se deu por meio de obras de homens. Ou seja, é o sexo oposto que dita as regras e o caminho que devem ser seguidos pelas mulheres para se chegar na sua própria idealização.

4 – Uma revolução sexual distorcida e o paradoxo das pin ups

O pensamento feminista, como expressão de ideias que resultam da interação entre desenvolvimento teórico e prático, não constitui um todo unificado. Porém, de acordo com Piscitelli (2001), apesar das diferenças das distintas correntes feministas, as abordagens desenvolvidas após o final da década de 1960 compartilham ideias centrais. Em termos políticos, consideram que as mulheres ocupam lugares sociais subordinados em relação aos mundos masculinos, e essa subordinação feminina é algo que varia de acordo com a época histórica e o lugar do mundo em que ela seja estudada.

Assim, ao invés de aceitar a subordinação feminina como algo natural, o pensamento feminista sustenta que ela é decorrente das maneiras como a mulher é construída socialmente. Isto se torna essencial, visto que, a ideia subjacente é a de que o que é construído pode ser modificado. Desta forma, se alterarmos a forma como as mulheres são percebidas, seria possível mudar o espaço social por elas ocupado. Devido a isto, o pensamento feminista visa reivindicações voltadas para a igualdade no exercício dos direitos e questionam as raízes culturais destas desigualdades. (PISCITELLI, 2001).

Podemos dizer que com as conquistas do feminismo após a década de 1970, as mulheres ocidentais conquistaram direitos legais e de controle de reprodução, chegaram à educação superior, entraram para o mercado profissional e até derrubaram crenças antigas em relação ao seu papel social. Porém, algumas décadas depois as mulheres ainda não se sentem ou não são realmente livres por completo. Wolf (1992) aponta para o fato de que se pensarmos que quanto mais obstáculos legais e materiais foram ultrapassados pelas mulheres, mais rígidas e cruéis foram às imagens da beleza feminina impostas a elas, perceberemos que muitas se encontram presas a esses padrões impostos.

Para Wolf (1992), estamos vivenciando uma violenta reação ao feminismo que utiliza imagens de beleza feminina como arma política contra a evolução da mulher, que ela chama de “o mito da beleza”. Este mito seria uma versão moderna de um reflexo social que está em vigor desde a Revolução Industrial, ou seja, “à medida que as mulheres se liberaram da mística feminina da domesticidade, o mito da beleza invadiu esse terreno perdido, expandindo-se enquanto a mística definhava, para assumir sua tarefa de controle social.” (p. 13). A ideologia da beleza se fortaleceu a tal ponto que assumiu a função de coerção social que os mitos da maternidade, domesticidade, castidade e passividade não conseguem mais realizar. Fica claro então que ela visa eliminar a

herança deixada pelo feminismo, em todos os níveis e como consequência de suas pressões, a modelo jovem e “bem feita” tomou o lugar da “feliz” dona de casa como parâmetro da feminilidade bem sucedida.

Desta forma, é interessante notar que por mais que uma revolução feminista tenha percorrido a sociedade, ainda resta um direito que não foi completamente reivindicado. Encarnar a beleza se tornou uma obrigação para as mulheres, mas não para os homens, situação esta vista como natural e necessária por ter sido estabelecida como biológica, sexual e evolutiva. Assim, ficou pactuado que os homens fortes lutam pelas mulheres belas e conseqüentemente as mulheres belas tem mais sucesso na reprodução. Contudo, isto não é verdade, como qualquer sistema a beleza é determinada pela política e, e no atual mundo ocidental, consiste em manter intacta a sociedade patriarcal. (WOLF, 1992). A verdade é que a beleza não é universal e nem imutável, não obstante a sociedade finja que todos os ideais de beleza feminina se originam de uma mulher ideal platônica.

Já com relação à tão falada e prestigiada revolução sexual das mulheres, que propiciou a descoberta de sua sexualidade, podemos dizer que acabou sendo distorcida, mais uma vez pelo mito da beleza, ao se instituir a “pornografia da beleza”, que fez com que, pela primeira vez, uma beleza produzida de forma indireta e explícita estivesse ligada à sexualidade. Esta “pornografia da beleza” se encontra por toda parte, minando o sentido recém adquirido e vulnerável do amor-próprio sexual. Ou seja, a extraordinária capacidade sexual das mulheres não está refletida na sua atual experiência sexual, na verdade a revolução sexual deixou muitas mulheres em dificuldades e distantes do seu real potencial para o prazer. Ao mesmo tempo em que a mulher foi liberada pela disseminação dos meios anticoncepcionais, pelo aborto legalizado em alguns países e situações, e pela extinção do padrão duplo de comportamento sexual, essa sexualidade voltou, de forma rápida, a ser refreada pelas novas forças da pornografia da beleza e pelo sadomasoquismo, que nada mais fizeram do que devolver a culpa, a vergonha e a dor à experiência feminina do sexo. (WOLF, 1992).

Wolf (1992), então, explana que enquanto a pornografia da beleza é encontrada nas páginas das revistas por meio de propagandas em que as mulheres aparecem, na maioria das vezes, de boca semi aberta e olhos semi cerrados ou com as nádegas para o alto ou até mesmo o torso nu, com o intuito de deixar claro para a leitora que precisará ter aquela aparência se quiser ter aquela sensação de êxtase, o sadomasoquismo da beleza é diferente, sempre aparece nas imagens onde as mulheres aparecem em posição de submissão e os homens em

posição de superioridade. A mensagem que essas imagens passam é que não importa o quanto a mulher seja bem sucedida no mundo profissional, mas no âmbito pessoal o que torna ela desejável é a sua submissão ao controle. Assim, surgem duas convenções da pornografia que entram na cultura feminina. Uma delas transforma em objeto o corpo feminino e a outra comete violência contra ele. A verdade é que a cultura do consumo “recebe melhor apoio de mercados compostos de clones sexuais, homens que desejam objetos e mulheres que desejam ser objetos, enquanto o objeto desejado é sempre mutante, descartável e determinado pelo mercado”. (WOLF, 1993, p. 190).

Como comenta Saggese (2008), a Pin-Up se situa na obscura fronteira entre as imagens que se podem ver abertamente e as que devem se esconder. A mulher que aparece nesse tipo de ilustração carrega essa ambiguidade de exibir-se provocante, mesmo sendo uma moça recatada, paradoxo esse, fundamental para as fantasias masculinas, ou seja, a puta e a santa presentes numa mesma mulher. Assim, ela se encontra na fronteira entre o permitido e o interdito. Como já visto, ela é produto de grande consumo, e era vendido em diversos lugares, não sendo, portanto, ilegal ou proibido. Tampouco é tão escancarada quanto à pornografia. A Pin-Up é uma mistura de malícia e ingenuidade, transgressão e obediência, e assim, acaba se tornando expressão de um embate entre a sociedade puritana que estabelece o dever de sustentar valores rígidos e puros, que se manifestam como morais, repressivos à sexualidade e o freio ao hedonismo consumista, assim como a propagação e perpetuação dos estereótipos relacionados ao feminino.

Na época em que as primeiras Pin-Ups surgiram era ofensivo para a sociedade que uma mulher usasse roupas provocantes e se deixasse fotografar nua ou seminua. Essa exposição do corpo virou um símbolo de libertação feminina, sendo por meio da sensualidade e sexualidade que essas representações artísticas conseguiram contrapor o poder masculino e controlá-los. Assim, para muitos, ela representa uma mulher positiva, vigorosa e independente. (MARAN, 2012). As Pin-Ups tornaram-se então símbolo de feminilidade e quebra de paradigmas históricos.

Entretanto, como já mencionado, atualmente, em nossa sociedade, a maior parte dos discursos dominantes são mediados pelos meios de comunicação, estes os modificam e o organizam de acordo com a sua lógica discursiva e características próprias. A Indústria Cultural tem como estratégia de domínio a cultura dos estereótipos, sendo esta crenças socialmente compartilhadas, o que faz surgir a homogeneidade social. Desta forma, se, por um lado, a sociedade

produz imagens, representações visuais do feminino, seja através de qualquer meio de comunicação, que são reflexo e resultado de uma ideia socialmente enraizada relativa à feminilidade, por outro, essas imagens difundidas de forma massiva, produzem e estabelecem modos de pensar o feminino nas sociedades ocidentais. Na verdade, essas imagens influenciam tanto a auto-concepção feminina, quanto o modo como a sociedade aprende a pensar o que é ser mulher. Isto se dá porque o visual é central na construção da vida social nas sociedades contemporâneas ocidentais, ou seja, as imagens são visões do mundo. Pelo fato de as representações visuais serem consideradas locais privilegiados de leitura, de construção da diferença social e das relações de poder, é sempre necessário interrogar o modo como elas tornam visível, ou até invisível, as diferenças. (RIBEIRO, 2005).

Assim, as imagens nos dizem como devemos nos comportar, como devemos tratar a aparência, como devemos esperar ser vistos e tratados pelos outros. Elas, como qualquer outra prática social, organizam o imaginário ligado à mulher, sendo então um campo importante quando se trata de questionar relações de poder e de combater mecanismos de perpetuação da dominação masculina. Boa parte das imagens traz intrinsecamente a ideia fixa de que uma aparência mais bela, ligada a beleza física, terá consequência na vida das mulheres, sendo isso considerado um fator determinante da sua existência. Sendo importante notar que a beleza é moldada por padrões e critérios bem definidos, o que acaba implicando na construção de um ideal, que ocasiona o afastamento forçado da aparência da mulher comum, que não é considerada idealmente bela e que, portanto, não está adequada a todos os critérios prescritos. Esse padrão de beleza presente nas imagens “é limitado por rígidos parâmetros no que diz respeito à idade, ao peso, à etnia e à classe”. (RIBEIRO, 2005, p. 3).

Nas imagens das Pin-Ups percebemos a representação sempre de uma mulher jovem, entre seus 20 e 30 anos, com o corpo bem delineado composto de seios e nádegas grandes, cintura fina, e pernas grossas. A etnia predominante nessas imagens é a ocidental, representada pela “raça branca” e feição europeia, e um outro aspecto relacionado à beleza ideal está ligado a classe social dessas mulheres, visto que elas são favorecidas por uma série de indicadores visuais e de marcas exteriores de uma classe social elevada. Porém, esse ideal de beleza apresentado comporta, claramente, uma forte carga de irrealismo. Apenas as mulheres que se adequem a esse ideal e padrão se sentirão devidamente representadas. Isto é, as mulheres “reais”, que divergem do padrão estabelecido, não encontram, então, o seu lugar. Mas o verdadeiro problema

está no fato de que a exclusão acaba sendo alargada do domínio da representação para o da realidade da vida das mulheres, isto é, do domínio estético para o político. (RIBEIRO, 2005).

Outro ponto importante é que a função da Pin-Up na imagem é apenas aparecer, ser vista, sem nada fazer, sendo apenas ela decorativa, há a ausência de um corpo funcional e útil, a não ser no que diz respeito ao prazer. Porém, é interessante notar que as imagens em que a Pin-Up aparece fazendo alguma coisa ou exercendo alguma atividade, não fazem mais do que refletir estereótipos sociais daquilo que se considera serem situações em que é “natural” encontrar mulheres fazendo, entre elas estão contextos de compras, embelezamento físico ou exercendo atividades domésticas. É muito comum em imagens de Pin-Ups, principalmente as de Elvgren, aparecerem mulheres passando roupa, ou limpando a casa, cozinhando, entre outras atividades ditas como femininas. Atividades que definem o modo “dona de casa” de ser de uma forma sutil e quase “inocente”.

Outro fato importante trazido por Ribeiro (2005) é que nas imagens de Pin-Up a ênfase é colocada no corpo-aparência e não no que pensa ou sente. As vertentes emocionais, psicológicas ou mentais são apagadas. A mulher ocuparia no espaço público apenas a instancia do entretenimento, não possuindo qualquer papel de intervenção ou poder. Assim, fica claro que as imagens das mulheres não dizem respeito necessariamente como elas se comportam ou são de fato, mas sim como a sociedade aprendeu a pensar que elas se comportam ou devem se comportar. Desta forma, se as imagens das mulheres não representam realmente as mulheres que olham essas imagens, se aquilo que se encontra na imagem é tão distante, artificial e irreal, isto quer dizer que a sociedade acaba colocando a mulher numa situação bastante covarde, injusta e difícil. Restaria então para as mulheres apenas dois caminhos: a constante insatisfação com o real vivido, com seu corpo, aparência, modo de ser e etc, e a inesgotável busca fracassada por esse mundo de fantasias, o irreal; ou, viver nesse mundo fantasioso que não corresponde ao seu e, o pior, que lhe diminui como ser humano, pois torna-lhe apenas objeto a ser visto, gerando sua total anulação como pessoa.

5 - Conclusão

Podemos concluir que as expectativas sociais são materializadas na forma de artefatos industriais, seriais e padronizados de acordo com uma normalização

implícita, com o intuito de regular o olhar e a constituição das imagens. Esse olhar instituído é que será a força que domina as imagens, que constrói essas mulheres virtuais, que exacerba a fantasia, segundo o mercado. Porém, se ao observador resta a ilusão de controlar a imagem, é preciso estar claro que essas imagens não são inofensivas, visto que, elas enraízam e perpetuam o machismo, sendo facilmente transferidas e personificadas na vida real.

A imagem da dona de casa recatada dos anos 40 e 50 pode ter sido, por meio das Pin-Ups, substituída por mulheres aparentemente emancipadas e seguras de sua sexualidade. Porém, ficou bastante claro ao longo do trabalho que as mulheres não saíram de todo beneficiadas nesta passagem de fada do lar para objeto de consumo, artificial, sem vida interior e sem ação no mundo.

Sendo a imagem uma fantasia, o seu consumo manufaturado passa a subsidiar a reprodução de imagens mentais. Assim, as Pin-Ups são, na verdade, mercadorias que tanto atendem a desejos eróticos quanto aos de poder, pois a sociedade faz o homem acreditar que só será homem de verdade se conseguir dominar uma mulher e uma mulher só se sentirá forte e desejada se parecer com essas imagens. Com a mercantilização, essas fantasias eróticas e de poder ganham nova dimensão e se tornam elementos-chave na sociedade do espetáculo.

Isto gera tanto uma deturpação da imagem da mulher quanto a ilusão no homem e na sociedade, de modo geral que, a mulher seja aquilo que está ali representado. O que se almeja é que consigamos perceber que o domínio que o homem exerce é sobre uma ficção e não sobre uma mulher real, e por isto, não faz sentido transportarmos isso para o mundo real. Busca-se assim mais consciência por parte de toda a sociedade, onde nem os homens se sintam superiores em relação às mulheres e nem as mulheres desejem se parecer com algo que não existe.

Referências

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas**. Pp. 169 a 214. In: LIMA, Luiz Costa. Teoria da Cultura de massa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMÂNCIO, Lígia. **Gênero – Representações e identidades**. In: Sociologia – problemas e práticas, nº 14, 1993, pp. 127-140.

CARVALHO, Priscilla Afonso de; SOUZA, Maria Irene Pellegrino de Oliveira. **Pin-ups: fotografias que encantam e seduzem. Discursos fotográficos**, v. 6, n. 8, p. 119-144, jan./jun. Londrina, 2010.

COELHO, Teixeira. **Indústria Cultural**. 20ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2003.

COSTA, Thiago Ramires da. A construção do Popstar: **A figura Estratégica do ídolo das Massas na Indústria Cultural**. São Paulo, 2010.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

MAIA, Ladinne Maria Costa de Lima. **Idolatria e Indústria Cultural: a apropriação do mito Marilyn Monroe pela publicidade contemporânea**. Fortaleza, 2010.

MELO, Marilane Costa Leles. **Mitos: O poder da Imagem e o poder da Comunicação**. Artigo desenvolvido pelo NUPEA – Núcleo de pesquisa e estudo em Arte.

McROBBIE, Angela. **Pós-feminismo e cultura popular: Bridget Jones e o novo regime de gênero**. In: CURRAN, James; MORLEY, David. *Media and Cultural Theory*. London/ New York: Routledge, 2006, p. 59-69. Tradução: Márcia Rejane Messa.

PISCITELLI, Adriana. **Re-criando a (categoria) mulher?** Campinas, 2001.

RIBEIRO, Silvana Mota. **Retratos de mulher: um estudo das imagens visuais e sociais do feminino**. In: Actas do III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO, Volume III. Estudos Culturais e de gênero, Covilhã, 2005.

SAGGESE, Antonio Jose. **Imaginando a mulher: pin-up, da Chérette à Playmate**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SSCHUSSEL, Jéssica Cavalcante; VARANI, Tássia Lorenzini. **Pin-Ups: The American Way of Art**. São Paulo, 2010.

WICHELS, Susana. **A mitificação da sexualidade nos média. Análise da Activa e Happy Woman.** Revista Communication Papers, nº2, páginas 41 a 53. Departamento de Filología y Comunicación de La Universidad de Girona, 2013.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

UM CHOP PRA DISTRAIR: DISCURSO PUBLICITÁRIO E GÊNERO.

Autor (1) Anselmo Lima de Oliveira

Co-autor (1) Alfrancio Ferreira Dias

Co-autor (2) Simone Silveira Amorim

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE.

Anselmo2014@gmail.com

Resumo: Entre um gole e outro, bebericados com risos e piadinhas, a mídia brasileira saboreia e até se embriaga com as propagandas de cervejas que expõem seios, peitos, novamente seios, bundas, ancas, outra vez, bundas... reproduzindo o estereótipo da mulher objeto e símbolo sexual. As milionárias campanhas publicitárias trazem nos textos e imagens a sinergia entre o apelo ao consumo e a nudez feminina. Objetivamos discutir a violência simbólica veiculada nas propagandas de cerveja, problematizando o discurso publicitário que, para alcançar lucros astronômicos, apela para a coisificação da mulher, classificando-a como um corpo vulgar e disponível. Inscrito nos estudos pós-estruturalistas, os nossos silêncios gritam às desigualdades sociais e denunciam os discursos heteronormativos enlaçados aos discursos publicitários, capazes de produzir generificações entre homem e mulher.

PALAVRAS-CHAVE: Violência simbólica, Gênero, Discurso.

Introdução

Você liga sua televisão para assistir a algum programa de seu interesse e, de repente, no intervalo, naqueles dois minutinhos dedicados à publicidade, instantes conhecido como “vamos faturar”, surgem as propagandas comerciais. Entre uma propaganda e outra, surgem as campanhas publicitárias dedicadas às cervejas, principal nicho das bebidas alcoólicas e que arrebatam um faturamento anual de aproximadamente setenta bilhões¹ de reais. Como o “vil metal” é bastante “precioso” e faz tilintar os cifrões, as agências de publicidade disputam os quinze e trinta segundos preciosíssimos e caríssimos de veiculação dos comerciais, com valores que oscilam entre cem e quinhentos mil reais, dependendo do tipo de emissora e do horário de exibição da peça publicitária durante a programação da TV.

As redes televisivas estão distribuídas em dois segmentos: TV aberta e TV fechada. Esta é destinada ao público pagante, ou seja, àqueles que desembolsam certa quantia, assinam um contrato de serviço e têm à disposição centenas de canais com programas que variam entre os públicos infantil e adulto. A TV aberta está endereçada a todas as pessoas, sem restrições. Desse modo, afinaremos nosso olhar sobre a TV aberta, pois atinge todos os públicos. No Brasil, as principais TVs abertas são a rede Globo, rede Record, SBT, BAND e REDETV. Também é importante destacar que as agências de publicidade, em conjunto com os/as representantes das marcas, traçam planos de mídia, definindo em quais emissoras e em que horários serão veiculadas as propagandas de cerveja. Obviamente que tais planos levam em conta um fator primordial que gera milhões de lucros, tanto para as agências de publicidade quanto para as empresas que produzem cerveja: a audiência. Por isso, toda essa “guerra” pela audiência nas TVs, mas não entraremos nesse debate.

Louro (1997, p. 100) lembra que “observando a imprensa, a televisão e o cinema, a propaganda [...], perceberemos que todos lançam mão, dentro de suas formas específicas de discurso, de diferentes códigos, símbolos e recursos, no processo de constituição dos sujeitos”. Não obstante, as agências de publicidade retratam nos comerciais de cerveja sujeitos em um jogo de poder com significativas relações de desigualdades. Nas propagandas, o corpo feminino, assim como a cerveja, passa a ser visto como objeto de desejo, caracterizando,

1 Dado informado pelo site <http://www.correiobraziliense.com.br>

dessa forma, violência simbólica, pois a mulher passa a ser compreendida como um sujeito subjacente, passível da exploração midiática.

Como poderíamos adjetivar as propagandas de cervejas que veiculam nas mídias brasileiras? Dizer que se trata de uma publicidade machista seria algo diminuto demais, não? Além do mais, soaria como um clichê, o que não nos é favorável. Talvez, o mais sensato a se dizer é que os criadores e criadoras, produtores e produtoras das campanhas publicitárias de cerveja transitam entre a mediocridade e a falta de percepção mínima dos valores e dignidade e respeito humano. Para não dizer que se assemelham a um sepulcro caiado, ou seja, por fora se mostram inovadoras, mas por dentro estão cheias de patriarcalismo e tradicionalismo. Pior, toda essa ignomínia publicitária é festejada e homenageada com os mais diversos tipos de premiações. Pasmem!

A publicidade brasileira está fincada na tradição e, ainda que se percebam e se vendam como vanguardistas, continuam “fabricando” estereótipos. Por isso, centraremos, aqui, nos discursos publicitários que explicitam as representações que as equipes de criação, acríticas, têm sobre as mulheres nas propagandas de cerveja. Lembremos, como bem afirmou Foucault (2015, p. 110a), de que “o discurso veicula e produz poder”. Às vezes, temos a impressão de que aquilo não está acontecendo, de que aquela propaganda é uma espécie de brincadeira de mau gosto ou coisa e tal. Mas, não! Aqueles comerciais rasteiros, sexistas, ultrajantes etc. e etc. estão carregados de representações que serão acessadas nas casas, nos bares, nas instituições, nos shoppings, nas praias, nas escolas, nas redes sociais, na internet, de forma direta e indireta. Portanto, produzindo, reproduzindo e “fabricando” opiniões, conhecimentos, ideias, pensamentos, mesmo que distorcidos, descontraídos, desinformados e naturalizados. Na verdade, os discursos publicitários “funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder” (FOUCAULT, 2015, p. 50a). E estes dois mecanismos não percorrem caminhos antagônicos nem se anulam, ao contrário, estão amarrados um ao outro. Completam-se e reforçam o discurso publicitário.

Ao assistir aos comerciais de cerveja, as pessoas formulam diversas representações do que seja mulher e homem e “não cabe perguntar se uma representação “corresponde” ou não ao “real”, mas, ao invés disso, como as representações produzem sentidos, quais seus efeitos sobre os sujeitos, como elas constroem o “real”” (LOURO, 1997, p. 99). A partir da construção desses sentidos, as pessoas entram numa roda viva, ou seja, passam a reproduzir ideias e comportamentos repletos de naturalização. Dessa forma, o imaginário passa a ser confundido com o real e tudo isso se espalha no senso comum.

Assim, as agências de publicidade elaboram planos de mídia a partir de dois objetivos, a saber: a repetição e a não saturação. Portanto, esses planos são criados com o propósito de fazer certa ideia circular, fixando, assim, o conceito, como eles, os publicitários, costumam falar. A outra questão é que essa veiculação é controlada, ou seja, não pode saturar a mente dos telespectadores, sob pena de causar um efeito rebote, onde o consumidor cria certa repulsa com o produto. Por isso, várias campanhas publicitárias surgem durante vários períodos do ano como forma de “aliviar” a mente consumista.

Para tanto, realçamos que a propaganda é tida como uma forma de comunicação e, como tal, encontra-se articulada na ideia de ensino e aprendizagem. Louro (1997, p. 65) chama a atenção para o fato de que “dentre os múltiplos espaços e as muitas instâncias onde se pode observar a instituição das distinções e das desigualdades, a linguagem é, seguramente, o campo mais eficaz e persistente”. As agências de publicidade sabem muito bem que a linguagem é um eficiente veículo de comunicação, por isso se apropriam da persuasão para vender seu peixe, melhor sua cerveja. Dessa forma, “a linguagem institui e demarca os lugares dos gêneros [...]” (LOURO, 1997, p. 65). E isso é bem explicitado nas propagandas de cerveja, onde as mulheres têm seus corpos expostos, *seminus*, referendando significados. Toda essa exposição favorece a quem?

Como pesquisadores, inseridos na perspectiva dos estudos pós-estruturalistas, não podemos nos furtar da ideia de que estamos inseridos como sujeitos sociais, dispostos nas relações sociais e, dessa forma, suscetíveis ao poder do imaginário público. Então, não nos permitimos nos eximir de que estamos sobre os efeitos dos estudos feministas, acreditando que esse campo é bastante contundente e faz submergir pontos que ficaram, por anos, ocultos na história da ciência “normal”, sendo esta construída por homens, brancos, heterossexuais, burgueses, enfim, dominadores. Ainda, os estudos feministas estão vinculados às subjetivações, ou seja, não se constrói pela normatização e dogmatismo, mas, ao contrário, perscruta as diversas instituições sociais, problematizando-as.

Objetivamos, aqui, analisar e questionar o discurso publicitário, cujas representações, inseridas nos comerciais de cerveja, reproduzem e reafirmam a dominação masculina sobre as mulheres, caracterizando, assim, um modelo de violência simbólica de gênero. Acreditamos que o maior desafio deste trabalho é fazer a inserção das discussões sobre as configurações das representações das mulheres no campo midiático, além de promover a publicização da violência simbólica, concretizada nas desigualdades de gênero.

Mas, o que isso tem a ver com Educação? Se considerarmos que a sociedade contemporânea está alicerçada em um mundo visual, repletos de imagens e culturas midiáticas; se considerarmos que esse mundo online é crescente, veloz e produz efeitos significativos no mundo real; se considerarmos que a escola transita nesses mundos, então, é possível considerar a relevância de analisarmos os discursos publicitários que circundam as propagandas de cerveja e suas representações sobre as mulheres.

Em se tratando de representações, Louro (1997, p. 41) faz uma análise bastante contundente ao dizer que “homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura [...]”. O discurso publicitário junta caminhos, mas separa estradas, como diz Nana Caymmi. Ou seja, esse discurso transita entre a liberdade do corpo da mulher e a submissão, uma vez que os textos das propagandas estão “embriagados” de dominação. Para tanto, mulheres e homens “se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas [...]” (LOURO, 1997, p. 41). Assim, em meio aos textos “engraçadinhos” e imagens que demonstram descontração e euforia, as propagandas de cerveja “fabricam”, por meio dessas formas e condutas, sexismo e relegam à mulher um estado de coisificação. Portanto, nosso posicionamento político neste texto denuncia que as representações das equipes de criação das peças publicitárias são retratadas a partir de concepções heteronormativas que legitimam a dominação masculina.

Passamos, a seguir, a analisar a campanha publicitária “100% Itaipava” da agência “Y&R”, que traz a bailarina Alice Riscado como a personagem “Verão”. Em uma das peças publicitárias, a bailarina segura com a mão esquerda uma lata da cerveja e escrito acima 350 ml. Com a mão direita a personagem segura uma garrafa da mesma cerveja e escrito acima 300 ml. No entanto, abaixo dos seios da atriz aparece escrito 600 ml e, em seguida, surge o *slogan* “Faça sua escolha”. Isso sugere que o maior consumidor de cerveja, o homem, tem três opções a fazer: consumir a cerveja de 350 ml, 300 ml ou 600 ml. Sendo que a de 600 ml faz referência aos seios da atriz. Portanto, assim como as cervejas os seios da mulher também podem ser consumidos pelos homens.



Fonte: www.google.com.br

Em entrevista dada em 14 de outubro de 2015 ao apresentador da emissora SBT, Danilo Gentili, no programa *The Noite*, Aline Riscado, protagonista da propaganda da Itaipava, disse que *foi uma brincadeira... é tão melhor levar na esportiva, se divertir...* Ainda, acrescentou que algumas femininas, no início da campanha publicitária, “pegaram no pé dela”. A partir dessa fala é possível compreender que algumas mulheres naturalizam as ideias que as tomam como objeto e reproduzem os discursos essencialistas, cujos papéis de homens e mulheres são definidos pela sociedade.

Essas e outras propagandas de cerveja fazem sucesso entre o público masculino - possivelmente, entre o público feminino -, pois o discurso publicitário produz concepções essencialistas a partir da relação feita entre gênero e sexo. A regulação social apreendida nas propagandas produz padrões socialmente aceitos com representações que aproximam o imaginário do real. Além do mais, os conceitos das campanhas publicitárias de cerveja tendem à naturalização, contribuindo, dessa forma, para a perpetuação da dominação masculina, bem como para a ampliação da discriminação com as mulheres, fortalecendo, portanto, a violência simbólica.

Nessas campanhas, o lugar do corpo feminino é o consumo, assim como as cervejas são consumidas. Foucault (2015) descreve que é por meio da exploração econômica da erotização que o poder responde e, no caso em tela, através da propaganda de cerveja. Nesses jogos de poder, o “controle-repressão” cede lugar ao “controle-estimulação” que diz “fique nu... mas seja magro, bonito, bronzeado!” (FOUCAULT, 2015, p. 236b). Assim sendo, o poder do discurso publicitário segue dois vieses: controle e estímulo. Enquanto promove a estimulação da nudez feminina, controla a mulher por meio da submissão, construindo-a como objeto de consumo.

Assim, a violência simbólica está estabelecida. Tomando as palavras de Louro (1997, p. 86), é preciso “[...] afinar o olhar, estimular inquietações, provocar questões”. É isso que fazemos aqui: questionamos e problematizamos aquilo que é dito e sugerido nas propagandas de cerveja. Entretanto, não podemos nos furtar da ideia de que muitas mulheres também absorvem como “normais” as representações delas nesses comerciais. Dessa forma, passam a pensar, agir e falar nos moldes do discurso publicitário, ou seja, passam a se ver como as atrizes das propagandas e se inserem como objetos do consumo masculino.

As imagens abaixo também retratam as diversas marcas de cervejas que trabalham a mulher como sujeito sexual, pronta para ser degustada. O problema é que as pessoas passam a acreditar nisso tudo e, além disso, compram a ideia. As propagandas veiculam várias vezes durante o dia, porque a proposta é que vivamos com ela, repetindo-a, sentindo-a cotidianamente.

No “Bar da boa”, como é descrita a campanha da cerveja Antartica, Juliana Paes, atriz principal da propaganda, aparece sorridente nas imagens, enquanto o locutor diz: *esse é o bar da boa. Pra você ter uma ideia, está é a dona boa, toda boa.* A seguir aparece a imagem da cerveja Antartica e o locutor novamente diz: *esta é a cerveja que é servida lá (no bar da boa). Muito boa! Por isso, aqui só tem gente boa.* Então, aparecem homens sendo servidos pela atriz. No final, o locutor acrescenta: *boa, só se for Antartica.*

O mote da campanha publicitária da Antartica “Bar da boa” sugere que a cerveja é boa, assim como a atriz ou vice-versa. A peça faz referência à cerveja, objeto de desejo masculino a ser consumido, bem como à atriz, que, por associação, passa a ser vista como objeto de desejo e consumo. Nesse caso, a atriz representa a mulher, portanto, tanto a figura feminina quanto a cerveja são postas no mesmo patamar, ou seja, servem para ser consumida e são boas.

É possível que muitas pessoas não encontrem sentido nas críticas feitas às propagandas de cerveja, como o fez Danilo Gentili quando entrevistou a atriz Juliana Paes. Entretanto, é possível pensarmos algumas questões. Até o presente, as campanhas publicitárias de cerveja têm como público-alvo os homens, pois, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)², 36,3% dos homens e 13% das mulheres consomem bebida alcoólica. Por isso, as campanhas publicitárias de cerveja associam as mulheres à cerveja, sugerindo que ambas podem ser consumidas.

Observando as imagens abaixo, torna-se evidente que a maioria das propagandas de cerveja no Brasil utiliza o mesmo mote, ou seja, associam a mulher à cerveja, sendo ambas objetos de desejo e consumo. Alternam-se as personagens, as imagens, os textos, os jingles, mas a ideia e o conceito são os mesmos. Por isso, Louro (2003, p. 1) faz uma advertência, indicando que as aparências “podem vir a se constituir em marcas definidoras dos sujeitos”. Aquilo está inserido nas propagandas de cerveja no Brasil, não estão postos ali por um acaso. Existem intenções de consumo, de lucros, bem como de perpetuação dos padrões normativos.

Nas sociedades ocorrem disputas pelo corpo e, a partir desse instante, se instala uma guerra de poder, aonde a heteronormatividade conduz o corpo para a indissociabilidade das normas regulatórias. Assim, “forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo [...]” (FOUCAULT, 2014, p. 135). O corpo, em sequência, passa a ser pretendido socialmente. Nele são inseridos os diversos padrões socioculturais possíveis e, quando esses padrões são subvertidos, outras normas são redefinidas, deslocadas e reinscritas no corpo, buscando, novamente, normatizá-lo.

As propagandas de cerveja estão embebecidas de disciplinamentos e, como bem analisa Foucault (2014, p. 135), “a disciplina fabrica assim corpos submissos [...]”. Assim, a docilidade referendada ao corpo da mulher nas propagandas de cerveja não se propõe frágil fisicamente, mas, sim, remete a um

2 Dado retirado do site <http://www1.folha.uol.com.br/>

enfraquecimento relacional. O conhecimento e a consciência são enlaçados pela dominação masculina, presente no discurso publicitário.



Fonte: www.google.com

Ao discutir dominação e gênero, Bourdieu (2014, p. 12) escreve que a violência simbólica “[...] se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento”. Tanto a linguagem quanto as imagens apresentadas nas propagandas de cerveja são carregadas de símbolos reconhecidos pelos dominantes, mas também pelos dominados. O estilo de vida estabelecido pelas formas de pensar, agir e falar das personagens demonstra simbolicamente uma “propriedade corporal inteiramente arbitrária” (BOURDIEU, 2014, p. 12). Os comerciais de cerveja reproduzem uma cultura dominante masculina e, em contrapartida, “[...] as mulheres só podem ali ser vistas como objetos, ou melhor, como símbolos [...] cuja função é contribuir para a perpetuação ou o aumento do capital simbólico em poder dos homens” (BOURDIEU, 2014, p. 66).

Ainda, as propagandas de cerveja estão “estupidamente geladas” de sensualidade. As bundas e seios das mulheres entram em tantos *closes* que chega a confundir se o produto a ser vendido é a cerveja ou a mulher. Pensamos que

as equipes de criação se esforçam ao máximo para associar o corpo escultural das modelos ao produto e, com isso, prender a atenção do telespectador e da telespectadora.

Estamos aqui “oferecendo aos dominados uma possibilidade de resistência contra o efeito de imposição simbólica” (BOURDIEU, 2014, p. 28). Ainda que compreendamos a extensão e o poder de comunicação das grandes mídias, podemos, em conta-gotas, expressar nossas posições críticas e, acima de tudo, políticas. Louro (1997, p. 121) expõe de forma muito intensa que as “as desigualdades só poderão ser percebidas — e desestabilizadas e subvertidas — na medida em que estivermos atentas/os para suas formas de produção e reprodução” (LOURO, 1997, p. 121). E toda nossa atenção, aqui, volta-se para as campanhas publicitárias de cerveja no Brasil. Assim, utilizamos esse meio de veículo para denunciar os abusos das propagandas de cerveja, bem como apontar nossa crítica à complacência do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária³ (CONAR), organismo não-governamental responsável pela promoção da liberdade de expressão publicitária. Conforme descrito no portal, a missão do CONAR é *impedir que a publicidade enganosa ou abusiva cause constrangimento ao consumidor ou a empresas e defender a liberdade de expressão comercial*.

Quando Le Breton (2014, p. 19) sugere que “as noções de “homem” e “mulher” não são essenciais”, ele está analisando como os indivíduos constroem e evidenciam seus comportamentos. Entretanto, faz-se necessário inferir que todo esse processo de construção é bastante amplo e perpassa pelas redes midiáticas por meio das campanhas publicitárias de cerveja. Reafirmando a ideia de construção, Butler (2000) escreve que o sujeito é discursivamente construído. Então, o discurso publicitário produz sujeitos hierarquizados: a mulher compreendida como objeto de consumo e o homem indicado como o consumidor.

Procurei mostrar neste texto como o discurso publicitário constrói indivíduos hierarquizados, por meio de uma linguagem supostamente engraçada. Procurei também mostrar que tanto podemos quanto devemos duvidar das “verdades” contidas nos textos das propagandas de cerveja e que vale a pena questionar as formas como as representações são concebidas e naturalizadas.

3 <http://www.conar.org.br/>

Referências

BUTLER, Judith. *Corpos que Pesam: sobre os limites discursos do sexo*. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Best Bolso, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. 2ª ed. – São Paulo, Paz e Terra, 2015 a.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015 b.

LE BRETRON, David. *Corpo, Gênero, Identidade*. In: FERRARI, Anderson. *et al.* **Corpo, Gênero e Sexualidade**. Lavras: UFLA, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Uma perspectiva Pós-Estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **Corpos que escapam**. *Labrys Estudos Feministas*, n. 4, agosto/dezembro, 2003.

QUEM É ESSA MULHER? PERCEPÇÕES DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA MÍDIA SERGIPANA

Bárbara Nascimento de Oliveira
Universidade Federal de Sergipe
babi.nascoli@gmail.com

Resumo: Este artigo busca analisar a cobertura midiática sobre a violência contra a mulher em dois jornais impressos produzidos e veiculados no território sergipano, o semanário Super Popular (fora de circulação) e o Jornal da Cidade, de circulação diária. Fazem parte do corpus notícias relativas ao tema publicadas nos meses de julho, agosto e setembro de 2013, quando foram registradas 125 aparições da temática. O material coletado é analisado a partir da metodologia de Análise de Conteúdo (AC). Sendo possível verificar a pertinência do tema a partir da frequência/ausência, bem como realizar reflexões sobre essas narrativas jornalísticas através elementos intrínsecos à construção de notícias, como enquadramento, tratamento, escolha da rubrica, desdobramentos, relevância do tema, fontes, entre outros critérios que possibilitam mensuração quantitativa e inferências a cerca da produção de sentido apresentada pelos veículos (elementos qualitativos).

Palavras-chave: violência contra a mulher, gênero, jornalismo.

Introdução

“Morre mais uma mulher”, “Mulher é espancada e torturada por 12 horas”, essas marcas da violência sexista - baseada no gênero - expressam cotidianamente uma realidade desigual que tem impacto direto na vida de muitas meninas e mulheres.

Aqui, vamos analisar a cobertura midiática de casos de violência contra a mulher nos jornais Super Popular (SP) e Jornal da Cidade (JC), identificar o tipo de abordagem contido nas matérias que tratam do tema e comparar as características dessa cobertura. Para tanto, optou-se por cruzar elementos básicos do jornalismo (critérios de noticiabilidade, linguagem jornalística, divisão em editoriais entre outras características) com os procedimentos metodológicos desenvolvidos pela Análise de Conteúdo (AC).

A produção de notícias é uma atividade complexa, que pode tender à reprodução de valores arraigados na sociedade. A elaboração de GENRO FILHO (1987) nos ajuda a construir uma percepção melhor delineada sobre implicações do fazer jornalístico.

São os *atos jornalísticos*, objeto das notícias, que constituem a menor unidade de significação. O jornalismo tem uma maneira própria de perceber e produzir “seus fatos”. Sabemos que os fatos não existem previamente como tais. Existe um fluxo objetivo na realidade, de onde os fatos são recortados e construídos obedecendo a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas (GENRO FILHO, 1987, p. 184).

Interessa-nos saber se os veículos aqui analisados ao elaborar as suas narrativas sobre as violências sofridas pelas mulheres corroboram ou desconstróem a inferiorização da mulher (Saffioti, 2004) e a dominação masculina (Bourdieu, 2002) - fenômenos correspondentes e complementares.

Recorte

O recorte temporal para a análise dos jornais é de 90 dias e engloba os meses de julho, agosto e setembro de 2013. Durante esse período foi possível observar uma forte incidência na mídia sergipana de casos de violência doméstica. Notadamente, no mês de agosto, quando aconteceu no mesmo dia o assassinato da trabalhadora terceirizada Danielle Bispo na UFS e o espancamento de

uma mulher por mais de 12 horas¹ – caso que foi noticiado em programa de rede nacional classificado no gênero “jornalismo policial”. Assim, optou-se por verificar a frequência da temática em agosto, no mês anterior e posterior. O corpus foi preenchido, então, por 13 edições do semanário SP (edições impressas) e 78 edições do diário JC (acervo digitalizado), onde foram encontradas 125 notícias correlacionadas à violência contra a mulher.

A partir da AC é possível constituir um mapeamento qualificado do objeto de estudo. Esse método de pesquisa será priorizado por sua função de inferência (BARDIN, 1977, p.133) e será trabalhado a partir de indicadores que dizem respeito ao conteúdo apresentado nas notícias e classificações específicas destas.

Frisa-se, ao concordar com Herscovitz (2010, p. 126) que a opção pelo método da Análise de Conteúdo supera a dicotomia entre o quantitativo e o qualitativo, por entender que ambas as partes fornecem informações importantes seja para validar o problema, seja para o desenvolvimento de interpretações, que devem ir além do estritamente explícito, já que estamos a trabalhar com a simbologia e os sentidos a partir de construções jornalísticas.

Análise dos Jornais Super Popular e Jornal da Cidade

Tendo como unidade de registro (UR) para nossa análise os *relatos sobre a violência contra a mulher* vamos considerar como passível de investigação toda e qualquer notícia que mencione o termo ou apresente correlações com ele, já que muitas vezes a violência de gênero é subnotificada ou mesmo ignorada.

Curiosamente, a subnotificação desse tipo de violência é consenso em órgãos como delegacias e secretarias da mulher ou ainda no movimento de mulheres. Para ilustrar essa situação, tomemos como exemplo o atendimento às gestantes em hospitais e maternidades: quando feitas as coberturas, as críticas que versam sobre a qualidade do atendimento, referem-se a “maus tratos”, “negligência”, entre outros, mas é difícil encontrar tanto no texto jornalístico, quanto nos depoimentos de entrevistadas/os a expressão *violência obstétrica*, ainda que essa seja reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS),

1 “Uma mulher foi espancada pelo ex-marido durante 12 horas em Sergipe. O homem também cortou o cabelo da vítima com uma faca e ameaçou matar a família dela se fosse denunciado”. Trecho extraído da matéria ‘Mulher é espancada e torturada por 12 horas por ex-marido em Sergipe’, divulgada no Portal R7. Disponível em: < <http://noticias.r7.com/cidades/mulher-e-espancada-e-torturada-por-12-horas-por-ex-marido-em-sergipe-28082013>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

tenha sido pautada em seminário realizado na Câmara de Deputados² e conste como uma das reivindicações das mulheres quando da elaboração de dossiê sobre a violência contra a mulher no Brasil. Portanto, optou-se por exaurir todas as possibilidades de omissões de violências, sendo necessária à nossa triagem, além da busca por palavras-chave, a leitura sistemática e detalhada de todos os exemplares que integram o corpus, sem descartar uma notícia a partir do título ou lead (primeiro parágrafo – informações básicas), por exemplo.

A mesma preocupação norteou o processo de escolhas das categorias para a efetivação da análise de conteúdo. Utilizamos a definição da Convenção de Belém do Pará (1994), para configurar a nossa unidade de análise, segundo o documento a violência contra a mulher constitui “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”. Assim, consideradas a subnotificação e a abrangência, delimitamos os seguintes itens para compor a categoria *tema*:

a) Políticas Públicas, Leis e Participação Social; b) Violência Obstétrica; c) Agressão, Tortura e Ameaça; d) Feminicídio; e) Estupro; f) Extorsão; g) Mameço; h) Tráfico de Pessoas; i) Necrofilia; j) Assédio; l) Lesbofobia.

As outras categorias que integram a análise foram elaboradas considerando componentes comuns das notícias: fontes, rubrica e tipo de texto. A primeira parte da análise dedicou-se a aferições quantitativas, tendo com ponto de partida a pertinência do tema a partir da frequência.

Para os casos de violência sexual e doméstica, onde localizamos algumas particularidades referentes ao perfil da vítima, vale destacar que foram considerados todos os casos em que a vítima era do sexo feminino e o agressor do sexo masculino, independentemente da idade, tomando o exemplo de instituições como Flacso e Ipea, quando elaboram pesquisas sobre o assunto. Assim, violência contra meninas e adolescentes desde que relacionadas ao que identificamos como violência de gênero, estão em nossa análise. Outra particularidade trata-se dos casos em que o agressor cometeu mais de uma violência, nessas ocasiões, assinalaram-se todos os tipos de violência apresentados.

2 Seminário promovido pela Comissão de Direitos Humanos: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/467482-MAES-RECLAMAM-DE-VIOLENCIA-OBSTETRICA-EM-SEMINARIO-SOBRE-VIOLENCIA-CONTRA-MULHER.html>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2016.

Frequência/Ausência

Com essa aferição foi possível detectar que a violência contra a mulher nos jornais SP e JC tem presença significativa. O menor índice é o atingido pelo Jornal da Cidade no mês de julho quando de um total de 26 edições em apenas 8 o tema é noticiado. O mesmo jornal evolui na cobertura da temática e em setembro apenas uma edição num universo de 25 não faz qualquer menção à violência contra a mulher.

Importante destacar que apesar da variação entre as edições e mudanças quando da alternância dos meses, ao fazermos o teste frequencial considerando os universos - 13 edições de SP e 78 edições de JC -, encontramos exatamente o mesmo: 69,23%. Para que avaliação fosse fiel, distribuíram-se as edições considerando o mês de publicação. Assim, pôde-se observar que o ponto de encontro frequencial entre os jornais vai ocorrer exatamente em agosto, quando ambos os veículos dão evidência ao episódio de feminicídio ocorrido dentro da Universidade Federal de Sergipe. **Categoria Temas**

Figura 1: Temáticas e casos veiculados no SP (elaboração própria).



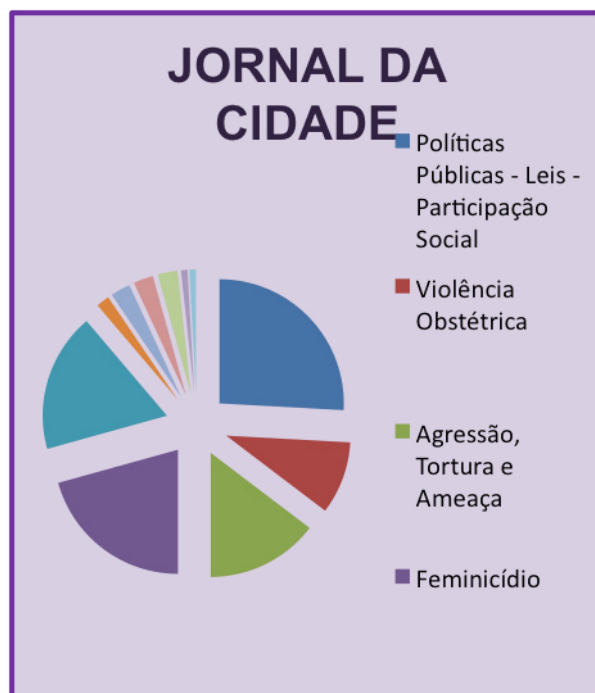
Quanto aos temas recorrentes no semanário, SP, podemos considerar que existe um equilíbrio relativo, destacando-se ao longo das edições conteúdos

informativos sobre leis (4); casos de violência doméstica enquadrados no item agressão, tortura e ameaça (3); seguidos dos temas estupro; extorsão; feminicídio e violência obstétrica, que empatam em termos de aparição (2).

O jornal diário, JC, possui um volume maior de temáticas, apresentadas proporcionalmente da seguinte maneira: políticas públicas, leis e participação social (30) - que também se fez maioria no SP -; feminicídio (24) - onde podemos destacar um bom número de desdobramentos e continuidades dos casos relatados; estupros (21); agressão, tortura e ameaça (17); violência obstétrica (11); tráfico de pessoas; mamaço e necrofilia - que pontuam três (3) aparições cada; extorsão (2); e por fim, lesbofobia e assédio - (1) caso para cada item.

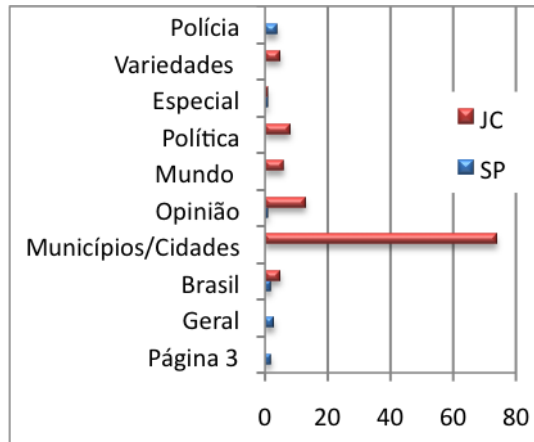
Importante destacar que as temáticas feminicídio, estupro, necrofilia e agressão, tortura e ameaça destacam-se também por apresentar um bom número de desdobramentos e continuidades dos casos relatados em edições anteriores.

Figura 2: Temáticas e casos veiculados no JC (elaboração própria).



Categoria Rubrica

Figura 3: Subdivisão dos acontecimentos em rubricas (elaboração própria).



Quando lançamos o nosso olhar para a localização do conteúdo nas páginas dos jornais, percebemos que a violência contra a mulher ainda tem como lugar comum as editorias *polícia* ou *idades* – rubricas que se equivalem e, nesse caso, representam os maiores percentuais atingidos por Super Popular e Jornal da Cidade, respectivamente. Esse dado nos traz duas reflexões que corroboram a fragilidade na cobertura da temática pelos veículos: 1) a baixíssima presença de informações que tratem do fenômeno como um problema que demanda mais atenção e até mesmo uma sensibilização dos leitores e 2) a predileção em abordar os casos a partir do apelo mais emotivo e factual.

Constata-se que a construção das notícias sobre casos de agressão, violência sexual e, principalmente, feminicídio é validada pelo impacto e afetação que podem causar acontecimentos desse tipo. Para Siqueira (2015, p. 16) as emoções ao misturarem-se com o discurso podem passar despercebidas, mas são elas também as responsáveis – mesmo que de forma velada ou quando apresentadas a partir de uma espécie de segundo plano – a estabelecer conexões e vínculos entre os interlocutores.

A acomodação da violência de gênero nesses espaços pode nos alertar para o grau de prioridade e entendimento que JC e SP têm sobre esse fenômeno e, mais, ainda que essa configuração seja um enquadramento próprio do jornalismo.

Percebeu-se também que o tema somente ocupa as páginas de política quando versa especificamente sobre uma portaria, regulamentação ou embates travados nas esferas de poder. Foi desse modo que as notícias referentes à regulamentação da prostituição (atividade com alto grau de violência e exploração) e ao atendimento de vítimas de violência sexual pelo Sistema Único de Saúde (SUS) apareceram nos jornais. O SP abordou apenas o segundo tema e o fez apenas de forma breve e meramente expositiva, já o conteúdo expresso no JC trazia avaliações da Coluna Esplanada – que é reproduzida em jornais de 24 capitais brasileiras. Destacamos como exemplos duas edições:

Aracaju-SE, 3 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.320
<p>SANÇÃO, PERO NO MUCHO</p> <p>Alertada por advogados e juristas, a despeito da sanção do PLC 3/2013, a presidente Dilma determinou à Casa Civil que envie o quanto antes para o Congresso novo projeto de lei para detalhar o tratamento que deve ser dado a vítimas de violência sexual nos hospitais. Detectou a brecha no texto que poderá render imbróglio sobre aborto.</p> <p>Gleisi quer saber - A coluna revelou dia 9 de junho a polêmica que dividiu grupos feministas, pró-sanção, e a bancada cristã, que fez lobby por veto total, sobre o Inciso III, a ‘profilaxia da gravidez’. A ministra Gleisi Hoffmann já pediu levantamento da subchefia jurídica.</p>
<p>CASAS DAS...</p> <p>A deputada Flávia Morais (PDT-GO) propôs audiência pública para depoimentos de prostitutas e ex, sobre regulamentação da profissão. Convidou Gabriela Leite, da ONG Da Vida, da grife Daspu, e presidentes de associações de prostitutas do Pará e Minas.</p>

A primeira nota da edição faz avaliações de uma questão de saúde pública tomando como ponto de partida o posicionamento de seguimentos religiosos. Entrave expresso tanto no alerta dado à Dilma - que abre a informação - quanto na taxação do problema como “imbróglio sobre aborto”, deixando prevalecer a posição defendida pelo que a coluna define como “bancada cristã”.

O segundo texto expressa nas reticências o menosprezo pela regulamentação da prostituição, reduzindo a uma brincadeira um assunto que há tempos transita nos espaços políticos e ainda é entendido como tabu – sendo alvo de críticas ferrenhas de agrupamentos religiosos que ganham cada vez mais espaço na esfera política brasileira.

Aracaju-SE, 9 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.325

DILMA E A VIOLÊNCIA SEXUAL

A presidente Dilma Rousseff sancionou integralmente a lei que regulamenta o atendimento na rede pública do SUS às mulheres vítimas de violência sexual, chamada de “profilaxia da gravidez”. **A lei sancionada gera polêmica entre os religiosos, que temem que este seja um passo rumo à legalização do aborto.** Tramita ainda um projeto de lei que a presidente está mandando ao Congresso que muda o artigo 2º da lei, que diz que violência sexual “é qualquer forma de atividade sexual não consentida”. A proposta recupera o texto do Código Penal Brasileiro, que diz que violência sexual engloba “todas as formas de estupro, sem prejuízo de outras condutas previstas em legislação específica”. Outro ponto é a mudança do inciso 4º do artigo 3º do texto aprovado no Congresso, que fala em “profilaxia da gravidez”. O novo texto diz “medicação com eficiência precoce para prevenir gravidez resultante de estupro”. **O papa Francisco não previu a sanção.**

Dias depois, a mesma “polêmica” (lei de regulamentação do atendimento a vítimas de violência sexual na rede pública) torna a aparecer e o debate novamente gira em torno do posicionamento de setores religiosos.

Ao final, como destacamos, o papa é mencionado como sujeito que não previu a sanção da medida. Ao referir-se ao papa, mesmo que esse não seja o elemento central da discussão, o texto reforça a ideia de participação de autoridades religiosas em assuntos de saúde pública. Vale observar que esses são os únicos atores mencionados, as mulheres - que figuram como principais vítimas da violência sexual - não aparecem como parte interessada no debate, ainda que o elemento de discordância seja a profilaxia da gravidez em casos de estupro.

Essa nota evidencia o cenário político que vivenciamos, marcado pelo conservadorismo e pela ausência de garantia da laicidade do Estado. Cenário esse que não é vivenciado apenas no Brasil e que tem repercussão garantida na agenda midiática.

Alrededor del cuerpo de las mujeres, y en particular de su sexualidad y capacidad reproductiva, se ha construido mucho de su subordinación. Para el colectivo Comité de América Latina y el Caribe para la defensa de los derechos de la mujer (2006), el cuerpo es la base material y subjetiva de dominación y sufrimiento y también el sustento de prácticas de libertad y democracia. (Valdivieso, 2014, p. 238).

A ausência de avanços políticos nos permite compreender a permanência do debate sobre autonomia dos corpos das mulheres no movimento feminista e não à toa, nos espaços de poder.

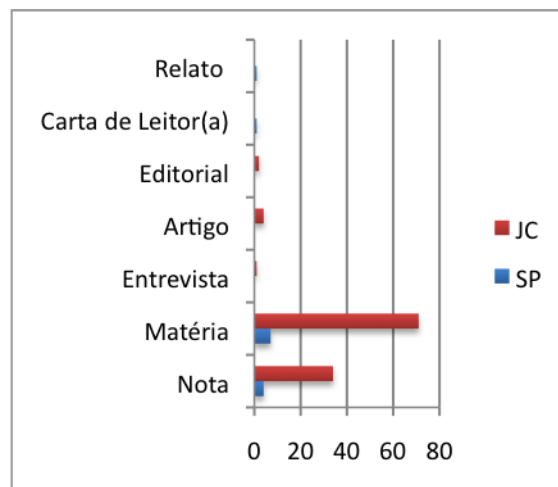
Categoria Tipos de Texto

Os textos encontrados nos dois jornais foram majoritariamente informativos (notas e matérias), sendo pequeno o número de textos de caráter opinativo, como artigos de opinião.

Apenas uma entrevista faz parte do material coletado, esta aborda principalmente a violência doméstica e aciona para tal uma fonte especializada e ao mesmo passo oficial, já que se trata de uma delegada que atua no Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis de Aracaju.

A participação de leitores é nula quando nos referimos ao Jornal da Cidade. Já no Super Popular, além da opinião de uma leitora no espaço “Leitor, fale com a gente” – que demonstra indignação diante da notícia de assassinato ocorrido na UFS, uma das manchetes é apresentada através de relato de um leitor que descreve os percalços que enfrentou junto à esposa para que a mesma pudesse parir. Abaixo a comparação percentual entre os veículos.

Figura 4: Tipos textuais apresentados nos jornais (elaboração própria).



Das Fontes

Para fazer a classificação das fontes das notícias veiculadas no JC e SP nos baseamos na matriz organizada por (Schmitz, 2011) e, a partir dela, optou-se utilizar os elementos enquadrados como categoria (subdivisão correlacionada ao enfoque) e grupo (associada à origem e contextualização). Diagnosticou-se a seguinte composição:

Tabela 1: Classificação das fontes por categoria (elaboração própria).

Categoria	
Primárias (diretas)	Vítimas e testemunhas, sociedade civil; réu; cidadãs reivindicadoras;
Secundárias (indiretas)	Órgãos públicos, órgãos governamentais, movimentos sociais, profissionais especializados;

Tabela 2: Classificação das fontes por grupo (elaboração própria).

Grupo	
Oficial Pessoa que ocupa cargo público que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado e preservam os poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), bem como organizações agregadas.	Polícia Civil; Universidade Federal de Sergipe (UFS); Secretaria de Política para as Mulheres (SPM/PR); Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres (SEPM); Ministério Público Estadual (MPE); DAGV/DEAM; Polícia Militar; SSP/SE; Emsetur; Câmara de Deputados; Fundação Hospitalar de Saúde (FHS); CPTUR; Ministério Público/SE; DHPP/SP; Assessoria Parlamentar; DHPP/SE; Delegacia Plantonista; Secretaria Estadual de Saúde; Ministério da Saúde; Ciosp/SSP; Governo Federal; Polícia Comunitária; Conselho Tutelar;
Institucional Representa uma organização sem fins lucrativos ou grupo social.	Mexam-se; OAB; Coletivo de Mulheres de Aracaju; Astra; MML; Anel; Conselho Regional de Medicina; Sociedade Sergipana de Pediatria; Coordenação de Campanha/Pediatra; Sindicato dos Médicos;

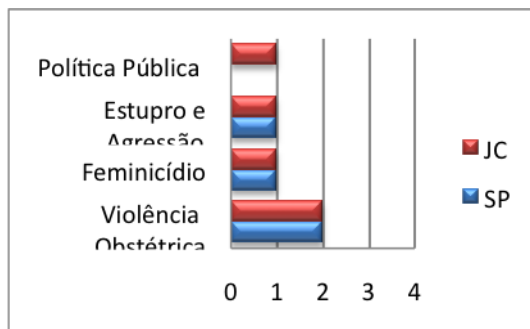
<p>Individual</p> <p>Pessoa comum, uma personalidade política, cultural, artística ou um profissional liberal, desde que não fale por uma organização ou grupo social.</p>	<p>Vítimas; Obstetras; Réu; Advogados; Gestantes;</p>
<p>Testemunhal</p> <p>Representa aquilo que viu ou ouviu, como partícipe ou observadora.</p>	<p>Família; Colegas de Trabalho; Transeuntes; Testemunhas;</p>
<p>Especializada</p> <p>Pessoa de notório saber específico, normalmente relacionado a uma profissão.</p>	<p>Psicóloga da Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social (Semfas); Médica; Psicóloga (MNSL);</p>
<p>Referência</p> <p>Bibliografia, documento ou mídia que o jornalista consulta.</p>	<p>Supremo Tribunal Federal; IBGE; DataSUS;</p>

Quanto aos agentes que são acionados para a produção das notícias, podemos afirmar, a partir do nosso recorte, que os veículos garantem uma determinada pluralidade de vozes. O semanário SP utiliza-se especialmente de fontes ligadas à segurança pública e depoimentos de vítimas e testemunhas. O Jornal da Cidade consegue ir além ao dar voz a fontes especializadas e à sociedade civil organizada, garantindo espaço para contrapontos e problematizações.

Das Manchetes

Se conseguimos comprovar até aqui que a violência contra a mulher possui uma relevância significativa para os veículos estudados, sendo a sua presença recorrente em quase 70% do material, também temos indícios de que essa cobertura não ocorre de forma criteriosa, as notícias quase sempre apresentam a mesma roupagem. Além disso, interessou-nos saber se a pauta foi relevante o suficiente para ocupar as capas dos exemplares. Eis as respostas:

Figura 5: Temas destacados nas capas dos jornais (elaboração própria).



De forma geral os temas apareceram como manchete em apenas 7,2% das edições analisadas. Quando feita a proporção por veículo, temos um maior índice de manchetes no Super Popular, com 44,44%. O percentual do Jornal da Cidade fica em 9,25%. Os tipos de violência que ganham destaque também são reduzidos, ficando em evidência apenas quatro temáticas, quando anteriormente listaram-se mais dez tipos de violências de gênero noticiadas no JC, por exemplo. Os títulos apresentados na capa das edições de SP e JC estão discriminados na tabela abaixo, onde a variação de cores significa a mudança dos meses: azul (julho); rosa (agosto) e verde (setembro). Mesmo quando as manchetes não se referem ao mesmo caso, as temáticas destacadas pelos jornais coincidem mês a mês: violência obstétrica, feminicídio e violência doméstica, respectivamente.

Tabela 3: Manchetes sobre violência contra a mulher nos jornais (elaboração própria).

Manchetômetro	
SUPER POPULAR	JORNAL DA CIDADE
A situação é grávida (edição 130)	Falta de médico em maternidade de Aracaju vira caso de polícia (edição 12.304)
Francoamente esse não presta (edição 131)	Sergipe tem o maior índice de mortalidade materna do País (edição 12.309)
Sangue no prato do dia (edição 135)	Mulher é morta a golpes de faca no restaurante da UFS (edição 12.334)
“Eu tenho medo que ele abuse das minhas filhas de novo” (edição 137)	Homem estupra e marca a ex-mulher como gado (edição 12.348)
	Mulheres violentadas terão acesso à linha de crédito (edição 12.362)

Considerações

Essas narrativas quando analisadas uma a uma e comparadas nos permitem afirmar que as notícias - tanto do SP quanto do JC - reproduzem uma visão limitada acerca das questões de gênero, expressas principalmente na redução de atos violentos ao fato em si ou, ainda, atribuindo a violência a condutas individuais de alguns homens quando sabemos ser esta um sintoma de uma construção social que destina os locais de poder ao masculino e reduz o feminino a lógicas de submissão (Bourdieu, 2002, p. 16-17).

Não omitir esse tipo de violação de direitos humanos na mídia e noticiar a violência contra a mulher é fundamental, porém, ao se fazer, deve ser de igual prioridade pensar de que maneira essas violências devem ser noticiadas. Ou, do contrário, incorre-se no erro de naturalizar a violência como uma condicionante da divisão dos gêneros – mulheres violentadas, homens violentos.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

Organização dos Estados Americanos, **Convenção Interamericana para a Prevenção, Punição e Erradicação da Violência contra a Mulher** (“Convenção de Belém do Pará”), 1994.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias:** ações e estratégicas das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

SIQUEIRA, Denise. C. O. (organizadora). **A construção social das emoções:** corpo e produção de sentidos na comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2015.

VALDIVIESO, Elisa Alejandra. Despatriarcalizar La Atención Sanitaria: el asunto de fondo para garantizar el derecho a la vida en Venezuela. In: CAROSIO, Alba. **Feminismos Para Un Cambio Civilizatorio.** Caracas: Fundación Imprenta de la Cultura, 2014. cap IV. p. 238-261.

A PLURALIDADE DE GÊNEROS NA PUBLICIDADE: O COMERCIAL “BE TRUE TO YOUR PLEASURE”

Autora: Heloísa Costa Idalido da Silva
Universidade Federal de Sergipe
heloisapll@gmail.com

Co-autora: Vanessa Soares de Aguiar
Universidade Federal de Sergipe
amoramarte.vsa@gmail.com

Orientadora: Renata Barreto Malta
Universidade Federal de Sergipe
renatamaltarm@gmail.com

Resumo: O trabalho a seguir analisa a produção publicitária “*Be true to your pleasure*”, criada pela agência Lola Madri para a marca de sorvetes Magnum. Tal análise tem como base teórica os Estudos Culturais e a Teoria Queer, que abordam o tema exposto na propaganda: a contra-hegemonia e a desconstrução da identidade binária de gênero. O principal objetivo da pesquisa é mostrar como essa campanha publicitária, composta de 4 peças, desconstrói esse modelo dualista, através da análise de conteúdo qualitativa. Pôde-se concluir que tal campanha é de extrema importância para a sociedade, já que raras são as representações de personagens em peças publicitárias os quais transitam entre os gêneros, propondo, assim, uma diversidade que resiste ao binarismo.

Palavras-chave: Teoria Queer, Estudos Culturais, Magnum, Diversidade de Gênero.

Introdução

Este artigo tem como foco de pesquisa a campanha “Be true to your pleasure”, uma produção publicitária associada à marca de sorvetes Magnum e criada pela agência Lola Madri, que engloba uma propaganda audiovisual estrelada por transexuais, travestis, drag queens, e personagens as quais transitam entre os gêneros e não aceitam rótulos no que concerne gênero. A campanha é constituída, também, de três entrevistas gravadas com as protagonistas da primeira produção. O primeiro vídeo, embalado pelo som da música “Umbrella”, interpretada pela banda *Mechanical Bride*, juntamente com as entrevistas, foram escolhidas como objeto de estudo pela sua originalidade e importância social, por seu caráter inovador de ter como personagens principais pessoas que desconstróem a binaridade de gênero, sendo não apenas homens nem apenas mulheres, ou sendo até nenhum dos dois gêneros. É importante frisar que, ao contrário de outras propagandas que se utilizam desse recurso para ridicularizar ou banalizar a diversidade de gênero, a campanha da Magnum não só valoriza – ao contratar atores que realmente não se encaixam na binaridade de gêneros na vida real - como incentiva essa diversidade, ao expor sua mensagem.

Para discutir a campanha, serão utilizados como base teórica os Estudos Culturais, focando principalmente nos estudos feitos por Stuart Hall, e a Teoria Queer, trabalhada por Judith Butler, que tratam da questão de gênero e aceitação social.

Nas páginas seguintes, essa campanha será analisada, partindo da hipótese de que ela explora uma desconstrução do que é aceito socialmente como dualismo de gênero. A marca de sorvetes Magnum, ao associar seu nome e sua imagem à ideia da existência e valorização de pessoas que não se encaixam no padrão binário de gêneros, ao mesmo tempo apoia a causa e traz visibilidade não só a si mesma, como aos movimentos LGBT.

Assim, o *corpus* da presente pesquisa é formado pelos quatro vídeos, os quais compõem a campanha “Be true to your Pleasure”, na marca Magnum. Para as análises será utilizada como metodologia a análise de conteúdo qualitativa no presente artigo. O resultado da análise servirá de exemplo para mostrar a importância de produções culturais que provocam reflexão e até desconforto em seus receptores, desconforto esse que é o ponto chave para discussão.

Os Estudos Culturais e a Questão Hegemônica

Os Estudos Culturais tiveram início na década de 1960, na Inglaterra. Consistem em discussões interdisciplinares que abrangem principalmente questões raciais, feministas, multiculturais, étnicas e políticas. Stuart Hall, um dos fundadores dessa corrente, afirma que: *“Os estudos culturais abarcam discursos múltiplos, bem como numerosas histórias distintas”* (HALL, 2003, p.200). A abrangência é inesgotável, visto que os Estudos Culturais são estudos constantemente abertos a novos assuntos a serem discutidos e que as sociedades vivem em constante mudança.

Um dos assuntos em pauta é a construção e manutenção da hegemonia. Hall, em uma releitura de Gramsci, acredita que a cultura de uma sociedade é baseada nas relações de poder, opressoras e bem definidas, que existem por conta de uma hegemonia, que, por sua vez, é um processo horizontal, sem uma luta verticalizada muito bem definida entre opressores e oprimidos, pois a naturalização de fenômenos puramente sociais – processo hegemônico - se dá a partir de uma construção, de um convencimento social.

[...] instituições sociais – tais como família, o sistema educacional, linguagem, os media etc – que produzem nas pessoas a tendência de comportar e pensar de modos socialmente aceitáveis. As normas culturais não são nem neutras nem objetivas; elas se desenvolveram no interesse daqueles com poder social, e funcionam para manter seus lugares de poder ao naturalizarem, dentro do senso comum, as devidas posições sociais (ROCHA, 2011, p.175).

A hegemonia – ideologia predominante em uma cultura – de caráter horizontal envolve múltiplos fatores de relações de poder, logo, ainda que dinâmica, se mantém por estar naturalizada dentro de uma sociedade, por ser senso comum. Ela também é um processo em constante mudança, que pode cambiar de época para época e de sociedade para sociedade.

A realização de um aparato hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico (GRAMSCI, 1978a, apud ALVES, 2010, p. 1).

O hegemônico (raça, gênero, classe, sexualidade) não é necessariamente quantitativo (a maioria em números), mas segue uma lógica qualitativa, ou seja, a ideologia predomina por ser considerada como a “melhor”, “mais aceitável”, atendendo aos interesses dos dominantes.

Na questão de gênero e sexualidade, a heteronormatividade e a cisnormatividade são hegemônicas. Ademais, existe um modelo padrão na sociedade, que é o padrão binário de gênero, ou seja, a existência de apenas duas opções: ou se é homem ou se é mulher.

A espécie humana, assim como algumas outras que habitam o planeta, divide-se entre machos e fêmeas. No decorrer da história, essa diferenciação física foi o suficiente para se estabelecer diferenças culturais e sociais entre os dois sexos (O’SULLIVAN, et al, 2001, apud JORGE, 2013, p.2).

A citação acima faz referência ao pensamento essencialista, que leva em consideração apenas fatores biológicos e características do fenótipo para definir os papéis sociais de cada pessoa e as relações sociais entre elas, como se tudo fosse premeditado e justificado por questões naturais. Os Estudos Culturais contrariam o essencialismo ao afirmar que todas as relações são construções sociais, e não naturais.

[...] normas ideológicas naturalizadas em suas práticas constituem não apenas o sentido de mundo para nós, mas também nosso sentido de nós mesmos e de nossas relações com outras pessoas. Assim, cada um de nós é constituído como um sujeito na e para a ideologia. O sujeito, portanto, é uma construção social e não natural. Para entender isto nós precisamos substituir a ideia de indivíduo pela de sujeito. John Fiske (1987, p.13) afirma que “o indivíduo é produzido pela natureza, o sujeito pela cultura”. As teorias do indivíduo se voltam sobre as diferenças entre pessoas e explicam-nas como se fossem algo natural. As teorias do sujeito lidam com as experiências comuns das pessoas na sociedade como sendo o modo mais produtivo de explicar quem nós (pensamos que) somos (ROCHA, 2011, p.176).

Hall (2003) afirma que as tradições e costumes culturais não podem ser vistos como fixos e inalteráveis; muito pelo contrário, podem ser reestruturados e ganhar significados novos ao longo do tempo. Assim, os Estudos Culturais desconstróem conceitos e criam uma nova visão sobre cultura, sociedade e relações de poder.

A Teoria Queer e a Pluralidade de Gêneros

A Teoria Queer, consolidada por Judith Butler nos anos 90, através da publicação de seu livro “Gender Trouble”, surgiu através de vertentes dos Estudos Culturais norte-americanos e do pós-estruturalismo na França. Essa teoria trabalha com a ideia principal de exploração da diversidade de gêneros.

Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante- homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser integrado e muito menos tolerado. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira ao centro e nem o quer como referencias; um jeito de pensar que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do entre lugares, do indecidível. Queer é um corpo estranho que incomoda, perturba, provoca e fascina (LOURO, 2004, apud COUTINHO, 2012, p.2).

A lógica da Teoria Queer não é promover apenas uma aceitação social às minorias de gênero em si, mas desconstruir por completo a ideia de que há apenas a possibilidade de ser um homem, com características masculinas, ou uma mulher, com características femininas, assim como desconstruir os papéis sociais definidos a partir da binaridade de gênero, associados apenas ao gênero masculino ou feminino.

Quanto à ideia de ruptura e desacordo, é importante salientar o ideal de desconstrução promulgado por Jaques Derrida, pois se luta contra um construtivismo social vigente, determinado pelas normas e regras quanto aos estudos de gêneros e sexuais. Portanto, é necessária uma análise desconstrutivista para garantir a diversidade existente na sociedade contemporânea. Seidman (1995) ratifica que os estudos queer são favoráveis a uma estratégia descentralizadora

ou desconstrutiva que escapa das proposições sociais e políticas programáticas positivas; imaginam o social como um texto a ser interpretado e criticado como propósito de contestar os conhecimentos e hierarquias sociais dominantes (COUTINHO, 2012, p.5).

Essa desconstrução inclui, por exemplo, a possibilidade de uma pessoa com sexo biológico masculino, poder se vestir “como uma mulher”, usar maquiagem e ser adepto de práticas e características de personalidade que, em um modelo binário de gênero, são considerados meramente femininos. Assim como considera a possibilidade de que uma pessoa se defina como sendo sexo neutro, nem homem, nem mulher; ou até mesmo, defina-se como ambos os sexos. Ela abrange toda a riqueza da sexualidade e do gênero dos seres humanos.

Metodologia

Além da revisão bibliográfica de autores que trabalham a temática proposta, este artigo propõe uma pesquisa empírica. Para tanto, faremos uso da Análise de Conteúdo para analisar a campanha “Be true to your pleasure”. Autores como Laurence Bardin e Antônio Chizzotti trabalham sobre esse tipo de metodologia. “Para Bardin (2009), a análise de conteúdo, como método, torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (FARAGO; FOFONCA, 2011). A análise de conteúdo também consiste na leitura minuciosa dos significados presentes no conteúdo apresentado:

Diante do exposto, percebe-se que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados. Como afirma Chizzotti (2006, p. 98), “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011, p.734).

As 4 peças da campanha “Be true to your pleasure” serão analisadas sob essa perspectiva metodológica. Para tanto, codificamos categorias de análise, objetivando verificar em que medida é notória a presença de elementos que promovam a desconstrução de gênero nas peças analisadas. Tais categorias

abrangem tanto aspectos imagético-sonoros das produções audiovisuais, quanto aspectos verbais dos quatro vídeos em questão. Assim, chegamos às seguintes categorias: **a não identificação de gêneros; a ruptura do modelo binário; o glamour; a liberdade**. Ressaltamos que cada uma das categorias foi definida a partir de um crivo que, mesmo mantendo um nível de interpretação, foi cuidadosamente delineado a partir de elementos narrativos e estilísticos os quais compõem o *corpus* da pesquisa. Assim, no próximo tópico discutiremos sobre as categorias identificadas e seu critério de codificação.

1 - “Be true to your pleasure”: Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo a seguir tem como objeto a campanha publicitária da Magnum: “Be true to your pleasure”, e será dividida em categorias, como já bem pontuamos.

Quadro de categorias:

Categoria	Aspetos na propaganda em si	Aspectos nas entrevistas
A não identificação de gênero	Não há uma identificação de gênero das personagens, ao seja não se deixa claro o gênero das personagens, deliberadamente.	Os atores declaram que não se definem nem como só homem, nem só como mulher.
A ruptura do modelo binário de gêneros	Ao mostrar outras formas de “ser”, a propaganda rompe com o modelo binário de gênero.	Afirma-se na entrevista a possibilidade de uma pessoa estar entre o “ser homem” e o “ser mulher”, o que rompe com o modelo binário de gêneros
O glamour	A propaganda é construída mostrando pessoas de gêneros diferentes dos convencionais com tom elogioso, associando-as ao glamour, através das roupas e dos lugares, da classe a elas atribuída e do sucesso profissional de uma delas, que está situada em um escritório luxuoso.	Nas entrevistas, os atores são mostrados em lugares bonitos, bem vestidos. A presença da música agrega ainda mais o sentido glamouroso e de beleza das personagens.
A liberdade	A propaganda mostra essas pessoas inseridas na sociedade: frequentando a mesma festa ou evento; trabalhando; passeando na rua livremente.	Os atores relatam que simplesmente não se encaixavam no modelo binário e, por isso, tomaram a liberdade de criarem seus próprios modelos de ser quem são, seja sendo homem, mulher ou ambos os gêneros, quando e como quiserem.

1.1 A não identificação de gênero

A propaganda da campanha apresenta como protagonistas um grupo de pessoas mostradas separadamente em diferentes lugares e situações.

No começo da peça, apresenta-se tais pessoas caminhando – apenas as pernas, que aparentam pertencer a mulheres – até algum lugar. Logo na primeira imagem que mostra o rosto de uma dessas pessoas, percebe-se que é alguém com fenótipos masculinos no que concerne ao rosto.

O enquadramento das personagens é, ora em plano aberto, propondo a não identificação das mesmas, ora em plano fechado, prezando pela proximidade, expressões faciais e, potencialmente, a emoção. As personagens enquadradas mesclam características tidas como femininas e masculinas.

A partir desse momento, todas as outras “identidades” são reveladas e a propaganda continua.

O fato de as protagonistas da peça não serem claramente definidas como homens ou mulheres descortina a ideia de não identificação de gênero. Não se sabe (quem assiste) se são travestis ou transexuais ou até, em algumas partes, se são homens ou mulheres. Interpretamos esta uma representação intencional, a não identificação, a não definição. Há inclusive, uma cena que faz alusão à não identificação de gênero, que é a cena onde acontece um baile com pessoas mascaradas. Aqui, a personagem não binária se mostra sem máscaras e suas expressões corporais aludem à liberdade.

Já nas entrevistas, o principal aspecto de não identificação de gênero presente se dá com a explicação de um dos atores, Gregory, que afirma que, em tradução literal: *“eu sou, acho...depende do dia. Somos feitos de água, nossos corpos são fluidos e eu meio que sigo a maré do dia”*. Nessa frase, ele expressa que não se define nem como homem nem como mulher, e que ele segue o que deseja ser, momentaneamente.

1.2 A ruptura do modelo binário de gêneros

Ainda que semelhante à categoria anterior, decidimos codificar essa temática por considerarmos que além da não identificação de gênero, tornar explícito (ou implícito) a possibilidade de ruptura do modelo binário de gênero vai além da não identificação. Na campanha, esse aspecto é percebido ao serem inseridos vários modelos de gênero: há a presença de homens, de mulheres e das protagonistas, que acabam por não pertencer a nenhum desses dois gêneros ou

a ambos os gêneros, como seres híbridos. Ao apresentarem essas pessoas que não se enquadram nos padrões como bem-sucedidas (a partir do senso-comum do que a palavra significa) – uma delas está trabalhando em um escritório; inseridas na sociedade; aderindo livremente a seus prazeres pessoais de serem o que quiserem ser; tendo características “mistas” de gêneros, algumas com aparência física de homens e vestidos “como mulheres”; a presença de decote em uma das *drag queens* sem que haja seios, tudo isso rompe não só com a binaridade de gênero, como também com os papéis sociais associados a cada um dos dois gêneros na sociedade. Além disso, quebra a ideia de que aqueles que não pertencem ao gênero masculino ou feminino devem ser marginalizados, pois apresenta a pluralidade com tom elogioso, positivo e como sendo normal, ao incentivar as pessoas a serem fiéis a seus prazeres.

É notável também que o ato de algumas das personagens se virarem para a câmera pela primeira vez, faz menção à ideia de revelação, de expressão e existência de pessoas que não se encaixam no modelo binário de gênero. Nesses casos, o enquadramento se dá em planos mais fechados, os quais potencializam a intimidade e proximidade entre personagens e público.

No que concerne aos elementos verbais da campanha, essa ruptura está presente nos depoimentos dos atores. Ao afirmar que: *“eu sei que pareço uma mulher, mas minha voz soa como um homem,”*, James rompe com um modelo em que existe apenas a possibilidade de pertencer a um dos dois modelos: ou homem por completo ou mulher por completo. Ele opta por ter as características que quiser. Ele também afirma que *“sempre quis ter as duas energias”*, tanto feminina quanto masculina, sem precisar ser uma só. James afirma ainda que: *“eu não gostava do mundo como ele era, então eu criei o meu próprio”*, o que prova a sua ruptura com o modelo binário de gêneros. Ele criou um novo modelo, no qual pode ser o que quiser ser.

Na entrevista de Gregory, ele diz que não vê as coisas em branco e preto, e sim em um espectro de cores, e completa: *“no aspecto gênero, eu não vejo homem ou mulher, eu vejo diferentes graus de masculino e feminino”*, o ator diz transitar entre o masculino e o feminino.

Blake, o terceiro ator apresentado, faz uma pergunta de reflexão: *“por que não ser as duas coisas ao mesmo tempo?”*. Fica claro que ele se encaixa na ruptura da binaridade de gênero, pois afirma que gosta de poder ser dois gêneros – ele relata que pode ir à padaria como um homem e depois passar a noite como uma mulher. Para eles, as possibilidades de gênero são múltiplas e híbridas.

1.3 O glamour

A terceira categoria diz respeito à forma glamourosa a qual as protagonistas são apresentadas. Primeiramente, os lugares em que a maioria delas está são, aparentemente: casas caras e grandes; escritório importante; museu; galeria de arte; jardim de uma mansão, estando esses cenários localizados em uma cidade aparentemente metropolitana. A associação a um alto posto de trabalho é uma ruptura, considerando que o mercado de trabalho é de difícil acesso a quem não se enquadra em um dos gêneros pré-definidos e hegemônicos. Segundo dados apresentados pela ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais – e divulgados na revista Carta Capital¹, 90% das travestis e transexuais do Brasil estão na prostituição. Esses dados refletem o preconceito e as limitadas possibilidades de trabalho para esse grupo social. Ademais, somada à associação de um museu como cenário, a ruptura se expande ao acesso à educação e à instrução formal.

A presença da chuva dá à peça uma associação com a música que toca durante todo o vídeo, “Umbrella” (guarda-chuva, em português). Essa versão da música (presente na propaganda) é interpretada de forma mais lenta que a melodia original, o que atribui ao vídeo, juntamente com o som instrumental, um caráter de sensualidade e mistério, associados às protagonistas, elogiosamente, e a seus prazeres concretizados: ser outro gênero que não fosse somente homem ou mulher desperta dúvida nos espectadores (mistério). A presença do sorvete em suas mãos em algumas cenas fortalece a ideia do prazer pessoal - o sorvete seria objeto de prazer.

As roupas são também parte da construção do glamour das personagens protagonistas. Uma delas usa um vestido dourado e curto, de mangas longas. Sua maquiagem está bem carregada e muito bem feita, assim como seu cabelo louro está perfeitamente arrumado, e o fato de ela estar em foco, descendo as escadas de uma provável mansão e sempre olhando fixamente para a câmera, dá a ela a pura noção de glamour e empoderamento.

1 www.cartacapital.com.br/blogs/feminismo-para-que/o-preconceito-contra-transexuais-no-mercado-de-trabalho-2970.html



Aos 47 segundos do vídeo.

As entrevistas, parte verbal da campanha, conferem ao glamour também pelos cenários – casa grande e bem arrumada, escritório luxuoso - e gestos dos atores (aspecto imagético), assim como pela presença da mesma música da propaganda (aspecto sonoro). Além disso, Gregory, em sua entrevista, afirma que vê beleza em várias formas diferentes. Blake afirma que beleza é apenas confiança e que ser quem você é, é o que importa, que isso é interessante e faz da sua vida uma vida com dupla possibilidade (ele afirma isso com tom positivo). Esses relatos do que significa “ser bonito, ter beleza” e de associação da beleza à diversidade de possibilidades de gênero fazem parte de um caráter glamouroso e elogioso atribuído às protagonistas da campanha.

1.4 A liberdade

A última categoria de análise da campanha é a ideia de liberdade que prepondera. A propaganda mostra as personagens que não se encaixam no modelo binário de gênero como pessoas confiantes e livres. O fato de elas estarem em situações públicas, tanto durante o dia quanto à noite – andando pela rua, dançando em uma festa, presentes em museus, galerias, confraternizações, trabalhando em um escritório – tem como objetivo passar essa ideia de liberdade para ser quem se quer ser em qualquer lugar e para aderir a seu próprio prazer (alusão ao sorvete). Há uma menção importante a essa liberdade quando uma das personagens, em uma cena, caminha pela rua e, em um momento, abre os braços e gira. Esse “abrir de braços” faz alusão à ideia de liberdade.

Na cena da festa à fantasia, já mencionada, observamos que os demais personagens (figurantes) vestem máscaras, em contraste, a personagem protagonista não a utiliza e, corroborada pelas expressões corporais, a sensação de liberdade vivenciada por ela se instaura.

Já nas entrevistas, o aspecto da liberdade é mencionado verbalmente nos relatos dos atores. James afirma: *“eu nasci assim, é quem eu sou e quem eu sempre fui”*, com clareza e confiança, toma-se a liberdade de ser quem ele é.

Gregory relata que sua mãe o empoderou a ser o que quer que ele quisesse ser, ele escolheu render-se a seu desejo de ser alguém que está entre ser homem e ser mulher.

Blake conta que preferiu ser “senhor” e “senhora” quando quiser ser.

Isso faz parte de uma desconstrução, pois na sociedade binária, não há uma experiência de liberdade para pessoas que contrariem a binaridade de gênero. A campanha, cumprindo seu papel, incentiva que haja.

Considerações finais

Constata-se a partir da análise da campanha “Be true to your pleasure” a presença de fatores que desconstróem o modelo binário de gêneros e que elogiam a pluralidade das diferenças de gênero, incentivando a pluralidade. Pessoas que não se identificam com o modelo vigente de gênero (como sendo apenas mulher ou homem), quando são representados na mídia e nas propagandas, em especial, o são de forma pejorativa ou secundária, com caráter cômico. Porém, a invisibilidade para este grupo prepondera. Por isso, essa campanha é de extrema importância para a sociedade, representando um grande avanço, pois não só dá visibilidade à causa, como as elogia e promove a ruptura da dualidade de gênero.

Consideramos a proposta da marca Magnum ainda mais ousada do que a de algumas (poucas) marcas, as quais representam modelos transgêneras em suas narrativas - como é o caso da *Lola Cosmetics*, que tem como garota-propaganda a transexual Maria Clara Araújo, ou a *Make Up Forever*, ao anunciar a modelo transgênera da bósnia Andreja Pejic como garota-propaganda da marca - por ser ainda mais impactante socialmente, pois não só apresenta personagens transexuais, travestis e drag queens, como propõe abertamente a possibilidade de um hibridismo no que se refere ao gênero, rompendo com a lógica da binaridade

A marca de sorvetes Magnum, por ser uma marca que abrange diversos públicos - de faixas etárias, classes e países diferentes, - acaba por gerar reflexão a diversos grupos de pessoas por meio do conceito de sua campanha publicitária. Produzir entrevistas e disponibilizá-las para visualização também é uma estratégia inteligente, já que proporciona credibilidade e realismo à campanha.

Esses fatores contribuem para o sucesso das peças, as quais cumpriram sua função mercadológica, considerando o número de visualizações - 3.135.436 visualizações, até a finalização deste artigo.

Referências bibliográficas

ALVES, A. R. C. **O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe.**

Lua Nova nº80, São Paulo. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452010000200004&script=sci_arttext. Data de acesso: 07/12/2015.

BUTLER, J. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'.** In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FARAGO, C. C.; FOFONCA, E, **A análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: do rigor metodológico à descoberta de um caminho de significações.** UFSCAR. 2011.

Disponível em: <http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao18/artigos/007.pdf>.
Data de acesso: 13/12/2015.

HALL, S. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: editora UFMG, 2003.

JORGE, S. C. **A Publicidade das Imagens Cristalizadas: Uma análise das representações imagéticas do gênero.** Revista USP. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/78996>. Data de acesso: 07/12/2015.

MIRANDA, O. C. **A teoria queer como representação da cultura de uma minoria.** III Ebecult- Encontro Baiano de Estudos em Cultura. Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/04/a-teoria-queer-como-representacao-c3%a7ao-da-cultura-de-uma-minoria.pdf>.>. Data de acesso: 07/12/2015.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D, **Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios.** 2011. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a12v15n4. Data de acesso: 13/12/2015.

ROCHA, S. M. **Entre a ideologia, a hegemonia e a resistência: dos modos de endereçamento como um diálogo entre a produção e a audiência de produtos audiovisuais.** Revista Fronteiras: estudos midiáticos. 2011. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2011.133.04>. Data de acesso: 07/12/2015.

AUTORREPRESENTAÇÃO DE CINEASTAS NEGRAS NO CINEMA NACIONAL CONTEMPORÂNEO

Luciana Oliveira Vieira¹

Resumo

Com o desenvolvimento da tecnologia e cada vez mais equipamentos acessíveis no mercado, possibilitou a realização de produções cada vez mais independentes e conseqüentemente de autorrepresentação. Com o fácil acesso, diversas comunidades, hoje, podem construir uma representação mais real de si próprios, e deste modo mostrar como são e quem são, desconstruindo estereótipos ainda encontrados no cinema. A mulher negra cineasta, hoje, tem o cinema como ferramenta de autorrepresentação, para autoafirmar-se como mulher negra e resgatar suas raízes, sua história, que lhes é negada quando não representadas no cinema e na televisão que consome. Por isso é importante compreender como funciona o cinema de autorrepresentação e entendê-lo no contexto da busca da mulher cineasta negra pela autoafirmação. Diante disso, esse projeto de pesquisa tem como objetivo fazer uma análise do cinema nacional contemporâneo (2010- 2015) realizado por cineastas negras como uma busca pela autorrepresentação e autoafirmação de seu gênero e sua raça, e desconstrução dos estereótipos. A pesquisa utilizará a metodologia do “Desde dentro para desde fora” para analisar o cinema de autorrepresentação realizado por mulheres negras no cinema nacional contemporâneo.

Palavras-chave: autorrepresentação; cinema negro; mulher negra.

1 E-mail: luoliveira.vieira@gmail.com – Graduada em Comunicação Social Hab. Audiovisual pela Universidade Federal de Sergipe

1. Introdução

O avanço da tecnologia permitiu que equipamentos se tornassem cada vez mais portáteis e acessíveis a um público que antes não tinha condições de possuir esse material e conseqüentemente estavam impossibilitados de se representar. Com o fácil acesso, diversas comunidades, hoje, podem construir uma representação mais real de si próprios, e deste modo mostrar como são e quem são, desconstruindo estereótipos ainda encontrados no cinema.

O desenvolvimento técnico e tecnológico e as abordagens estéticas passaram por grandes transformações. A imagem digital contemporânea se apresenta como ponto de virada, principalmente por sua acessibilidade e agilidade de manuseio. Este desenvolvimento possibilitou que o cinema seja realizado cada vez mais por mulheres, brancas e negras, nas mais diversas situações sociais. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento social e cultural trouxe outras transformações que alteraram significativamente a imagem da mulher negra no cinema. Estas alterações possibilitaram o surgimento de um cinema negro, cada vez mais realizado por negros e entre estes, mulheres, se afirmando e buscando redefinir seus simbólicos identitários (SANTOS, 2014, p. 252.).

Em seu livro, “Crítica à imagem eurocêntrica”, Shoat e Stam (2006), aborda as representações das minorias no cinema de primeiro e terceiro mundo, destacando como o negro vem sendo representado no cinema desde o início dessa arte. Os autores chamam a atenção para o fato do cinema de primeiro mundo ter como prática substituir “as pessoas escuras em um outro substituível”. O que significa dizer que é comum ver outros atores representando pessoas de etnias diferentes, pelo simples fato de não agradar ao mercado cinematográfico trabalhar com atores mais “escuras” ou negros.

“É digno de nota, por exemplo, que em sociedades multiétnicas, mas dominadas por uma elite, branca, como a África do Sul, o Brasil e os EUA, os negros geralmente participam do processo cinematográfico mais como atores do que como produtores, diretores ou escritores.” (Shoat. Stam, 2006, p. 275.)

O negro no cinema brasileiro de grandes produções, geralmente está ocupando o lugar de atores, quando esses estão nos filmes, mas dificilmente estão como aqueles que pensam a produção do filme, roteirizando, dirigindo ou produzindo. Desse modo, o que encontramos é um cinema onde o negro não

possui uma representação real de si, bem como cada vez mais invisibilidade das mulheres negras nessas produções (SHOAT E STAM 2006).

Assim como na mídia televisiva, no cinema nacional a mulher negra é também invisibilizada. Os estereótipos associados à pobreza ou “lugares marcados” ainda são destinados para a mulher negra, atrizes negras ainda assumem papéis de domésticas ou personagens inferiorizados nas grandes produções do cinema nacional. E por vezes, é possível não encontrar mulheres negras nos filmes de grande bilheteria realizados pela Globo Filmes.

O cinema nacional de grande bilheteria e nos produtos audiovisuais apresentados na TV (seriados, novelas, programas, etc.) a mulher negra ainda é representada a partir de estereótipos por vezes sexualizados, em posição de inferioridade ou mesmo invisibilizada, o ato de uma cineasta negra pensar em fazer um cinema do qual possa se identificar, se autoafirmar, de modo que se representando vai representar outras mulheres negras.

“Quando uma mulher negra representa uma mulher negra no e através do cinema está fazendo mais que narrar essa condição e/ou situação humana, está produzindo uma representação desse sujeito em busca de sentido e portanto, de identidade.” (SANTOS, 2014, p.248.)

Segunda o mesmo autor, a importância de um cinema realizado por mulheres negras está na busca de sua identidade e na afirmação desta. Ser mulher negra e realizar um filme falando sobre sua condição de mulher negra é um modo de representar outras mulheres negras, e torná-las visíveis no cinema.

É importante a busca pela identidade, o cinema negro realizado por mulheres negras atualmente no Brasil sente essa necessidade, por isso, hoje, podemos ter tantas notícias de jovens cineastas negras por trás das câmeras, ou seja, “Torna-se visível” (NASCIMENTO, 1989).

Em “A Cara do cinema nacional”, pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticas (IESP) da UFRJ, é possível visualizar dados da participação da mulher negra no cinema nacional. A pesquisa mostra que as mulheres negras não estão ocupando os espaços nem na frente nem atrás das câmeras de filmes de grande bilheteria. Foram analisados filmes produzidos entre os anos de 2002 a 2012 e entre mais de 200 filmes as atrizes negras e pardas ocupam 4,4% do elenco, e não há nenhuma como diretora ou roteirista. (INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICAS)

Diante disso, a pesquisa questiona a possível existência de um cinema de mulheres negras que está surgindo pelo país, no qual, estão buscando na ferramenta audiovisual uma autorepresentação, uma autoafirmação do ser negra. Podemos citar filmes como o “Kbela” (2015), filme da cineasta negra Yasmin Thainá que levanta uma discussão acerca do cabelo crespo e do que é ser mulher negra. “O lado de cima da cabeça” (2014), da estudante de Radio e TV da UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz), Naira Soares, em que a realizadora também discute a questão do cabelo crespo e os pré-conceitos estabelecidos pela sociedade.

No contexto de Sergipe o cinema de autorrepresentação é realizado pela também universitária, Everlane Moraes, estudante de Artes da UFS (Universidade Federal de Sergipe) e seus filmes “Caixa D’água Quilombo é esse?” (2011) onde traz a história da comunidade quilombola de onde pertence. O também documentário “O Corpo é meu” (2014), da autora deste projeto, também sergipana e estudante da Universidade Federal de Sergipe, que questiona os estereótipos e padrões de beleza impostos a mulher, entre elas a mulher negra. Entre outras diretoras universitárias negras que estão realizando seus filmes fazendo uma reflexão sobre identidade, gênero e raça, buscando uma representação.

Por isso, se faz necessário um estudo sobre o cinema realizado por diretoras negras no Brasil contemporâneo, o que esse cinema tem buscado do ponto de vista da representação e a importância de realizar esse cinema de mulheres negras.

Interessa saber quem são essas diretoras negras que tem realizado filmes pensando numa melhor representação de seu gênero e de sua raça. E desse modo, investigar se diante das produções que estão sendo realizadas Brasil a fora, é possível afirmar que está se formando um movimento de cinema feminino negro no país.

O projeto de pesquisa vem de um interesse desta pesquisadora, por ser também realizadora negra, e por sua trajetória acadêmica quando na sua graduação, no curso de audiovisual, pesquisou cinema de autorrepresentação e realizou um filme documentário sobre a representação da mulher na mídia televisiva brasileira. E também por perceber a invisibilidade da mulher negra nessa mídia e os tantos estereótipos aos quais lhes são submetidos.

Portanto, o projeto de pesquisa tem como objetivo principal analisar o cinema nacional contemporâneo entre os anos de 2010 a 2015 realizados por cineastas negras com destaque na autorrepresentação e autoafirmação de seu gênero e sua raça. Para alcançar o objetivo principal serão desenvolvidas tais

ações: (i) Realizar um levantamento do cinema nacional contemporâneo (2010 – 2015) por cineastas negras; (ii) Apresentar uma breve discussão sobre o cinema negro e o cinema de circuito comercial; (iii) Analisar o cinema de autorrepresentação a partir de cineastas negras levantadas; (iv) Desenvolver uma análise do filme “Kbela” da realizadora negra Yasmin Thayná, considerando o cinema de autorrepresentação, a desconstrução dos estereótipos e o empoderamento da mulher negra.

2. Referência teórica

2.1 Identidade, etnicidade e negritude na sociedade brasileira

2.2.1 Mulher negra na sociedade brasileira

O contexto histórico em que está inserida a mulher negra no Brasil, levou o cinema a torna-las invisíveis ou mesmo representa-las de modo estereotipado. Porque representações tão ligadas a posições subalternas e por vezes sexualizadas e marginalizadas. Para tanto, com a contribuição de Lélia Gonzales, conseguiremos contextualizar historicamente a posição da mulher negra na sociedade e conseqüentemente a sua representação no cinema nacional atual.

“O engendramento da mulata e da doméstica se fez a partir da figura da mucama. E, pelo visto, não é por acaso que, no Aurélio, a outra função da mucama está entre parênteses. Deve ser ocultada, recalçada, tirada de cena. Mas isso não significa que não esteja aí, com sua malemolência perturbadora. E o momento privilegiado em que sua presença se torna manifesta é justamente o da exaltação mítica da mulata nesse entre parênteses que é o carnaval.”
(GONZALEZ, 1989, p.230)

Segundo Gonzalez (1989) resgata a figura da “mucama” para explicar as duas mais comuns representações construídas da mulher negra na sociedade brasileira. De um lado podemos estar de frente com a “mulata”, aquela mulher negra exuberante, admirada pelas suas formas no carnaval, “atração para gringo ver”. Essa que só merece destaque no período do carnaval, quando é alvo de holofotes por todos os lados. E no resto do ano, podemos encontrar a doméstica, aquela que cuida da família do patrão, da casa deste e ainda de seus filhos.

Além disso, a definição de mucama no dicionário Aurélio, destaca “ámasia escrava, concubina ou amante de seu senhor”.

As duas representações para a mulher negra não são para mulheres negras diferentes, a doméstica e a mulata, ainda segundo Gonzalez, são o mesmo sujeito. Durante o ano a mulher negra serve na casa dos senhores, e no carnaval torna-se deusa da festa, na posição de “mulata”.

“A mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada, portanto, tem mais é de ser favelados.” (GONZALEZ, 1989, p.230.)

Essas definições históricas são imprescindíveis para se compreender as representações da mulher negra encontradas no cinema nacional, quando estas estão lá, por isso os escritos de Lélia Gonzalez são referência para este trabalho.

O filme é um suporte para esta ação de representar-se e é um dizer de si para si e para os outros. Nestes campos de conflito fazer cinema é uma ação orientada pelo pertencimento, enfim, pelo processo de construção de identidades. (SANTOS, 2014 p. 245).

A mulher negra ainda não se identifica com personagens veiculadas na TV e no cinema que ainda trazem em suas representações estereótipos e personagens sexualizados, fazendo referência a mulher “mulata”, a realização de um cinema escrito e realizado por diretoras negras é fundamental para a busca de sua melhor representação.

2.2 Conceitos sobre cinema negro ou negros no cinema

2.2.1 História do cinema negro e o papel do negro no cinema brasileiro

Quando pensamos um Brasil cheio de diversidade, mistura de raças e etnias, não é possível que exista apenas um tipo de mulher negra. E quando vemos na TV e pouquíssimas vezes no cinema, as representações destas, encontramos na maioria das vezes, mulheres “mulatas”, sempre com tons de pele mais claro e com traços afinados. Por outro lado, existem os personagens com papéis associados à pobreza, como empregadas domésticas, favela, e ao que é marginalizado (FERREIRA, 2013). Como afirma a mesma autora nesta citação:

“Empregadas, jagunços, prostitutas, escravos, “mulatas” são algumas das “imagens” atribuídas ou reproduzidas pelos meios de comunicação e pelo cinema a homens e mulheres negras, ao longo da História.” (FERREIRA, 2013)

Além disso, existe a mulher negra quando sexualizada em algumas representações. A ideia carnavalizada do corpo da mulher negra é naturalizada e, mesmo que represente personagens que lutem pelos seus direitos, o corpo negro feminino ainda carrega as cores da sexualidade exposta, em detrimento de outras características. (SANTOS, 2014, p. 246,).

Em filmes históricos do Cinema Nacional, como “Xica da Silva” é possível encontrar referência a essa afirmação, quando a sexualidade da protagonista negra se sobrepõe a suas lutas e conquistas enquanto mulher negra em uma sociedade racista.

É fato que existe um “Cinema negro” no Brasil. Em meados da década de 1970, Zózimo Bullbul que já era ator de cinema, produziu, dirigiu e atuou em seu renomado filme de curta-metragem experimental, “Alma no Olho” (1974). Esse filme é um marco no cinema negro nacional, e traz uma metáfora sobre escravidão e busca de liberdade.

Em meados da década de 1990 surgiram movimentos como o “Dogma Feijoada” e o “Manifesto do Recife”, em que realizadores negros traçaram novas formas de representação do negro através de seus filmes, em uma luta contra as representações do negro na mídia. Esses manifestos também são evidências da existência de um “Cinema negro” nacional, em que cineastas negros buscaram uma melhor representação de sua identidade e de seu povo. O “Dogma Feijoada” defendia um cinema que devia ser dirigido por um realizador negro e ter protagonistas negros, além da criação de um fundo para o incentivo de uma produção audiovisual multirracial no Brasil. O “Manifesto do Recife” exigia a ampliação do mercado de trabalho para atores e atrizes, técnicos, produtores, diretores e roteiristas afrodescendente.

Essas exigências defendem um cinema negro de autorrepresentação realizado no Brasil, trazendo os artistas negros em personagens de destaque, formando uma equipe que pensará em sua representação desde o roteiro à produção. Porém, nenhum dos dois movimentos destaca a questão da invisibilidade da mulher negra no cinema nacional e a quase ausência de realizadoras negras por trás das câmeras.

2.2.2 Autorrepresentação de cineastas negras na sociedade brasileira

A mulher negra cineasta, hoje, tem o cinema como ferramenta de autorrepresentação, para autoafirmar-se como mulher negra e resgatar suas raízes, sua história, que lhes é negada quando não bem representadas no cinema e na televisão que consomem. Por isso é importante compreender como funciona o cinema de autorrepresentação e entendê-lo no contexto da busca da mulher cineasta negra pela autoafirmação. Segundo Shoat. Stam, (2006 p. 270), os Estereótipos e distorções estão relacionados ao fato de que grupos historicamente marginalizados não tem controle de sua própria representação.

As representações do negro no cinema nacional de grande bilheteria, estiveram nas mãos de cineastas não negros, e é possível encontrar nomes de artistas negros de destaques neste cinema, porém ocupando papéis fortemente marcados pelos estereótipos destinados a este. Como afirma SANTOS (2015),

“Todavia, suas personagens têm sido, quase sempre, representações estereotipadas. As imagens erotizadas da mulheres negra, por exemplo, foram sempre muito exploradas. A invenção da “mulata” não foi realizada pelo cinema, mas certamente foi por ele veiculada e reificada. Uma das dificuldades de se compreender a imagem da mulher negra no cinema brasileiro, é perceber se estas imagens correspondem a representações sociais da realidade ou se compõem um estilo perseguido por cineastas brasileiros/as, como uma feição nacional.” (SANTOS, 2015)

Essas representações destina ao negro, e no caso do nosso objeto de estudo, a mulher negra, um estigma em sua identidade. Quando no cinema de grande bilheteria, do qual mais recebe investimento, publicidade e conseqüentemente público, esta mulher negra é representada na grande maioria das vezes a partir desses estereótipos, sua identidade será sempre associada pela sociedade que consome esse cinema a esses lugares marcados.

Porém, ao realizar uma breve busca por filmes realizados por cineasta negras no Brasil, podemos encontrar jovens cineastas tomando o cinema para se representar. Mas, esses filmes não estão nas grandes salas mutiplex hospedados em Shoppings Center, esses filmes podem ser encontrados na internet e em festivais de cinema que se espalham pelo país, onde há recorte de gênero e raça principalmente.

É um cinema ainda pouco divulgado com relação ao cinema de grande bilheteria, é também um cinema de militância, quando consideramos aqui a

questão de gênero e raça e a discussão cinema comercial x cinema independente. Os festivais de cinema são as principais janelas do cinema independente hoje, e é essa janela que tem aberto portas para esse cinema realizado por mulheres negras, além das exposições articuladas dentro de coletivos do movimento negro espalhados pelo país.

Tomar consciência de si, de sua condição de mulher e de sua cor, e usar o cinema para militar nesta questão.

“O que faz uma mulher negra com o fato de ser uma negra? Ela pode, por exemplo, fazer cinema, criar metáforas sobre si mesma, ou qualquer outra coisa que deseje, mas logo terá que reconhecer que esta identidade, esta imagem-metáfora a diferencia e, portanto, a inclui e exclui. Mas, essa mulher negra pode, também, dispor dessa condição como um recurso estratégico de existência como sujeita, subjetiva e socialmente, incluindo aí o fazer cinema como um ato político, engajado.” (SANTOS, 2015)

São produções marcadas pela construção de sua própria identidade e o combate ao racismo e ao machismo que a sociedade da qual vivemos oferece a mulher negra todos os dias.

Em “Ori”, documentário onde a trajetória dos movimentos negros entre os anos de 1977 a 1988 é retratada pelo texto e narração de Maria Beatriz Nascimento, a pesquisadora descreve bem a importância da imagem para alcançar a identidade.

“É preciso a imagem para recuperar a identidade. Tem que tornar-se visível. Porque o rosto de um é o reflexo do outro, o corpo de um é o reflexo do outro, e em cada um o reflexo de todos os corpos. A invisibilidade está na raiz da perda da identidade.” (Do filme “Ori”, Maria Beatriz Nascimento, 1989)

É preciso “tornar-se visível”. Falar de nós para nós mesmos e de nós para eles (NICHOLLS, 2005). Fazer o cinema para buscar a identidade perdida, desconstruir as imagens que foram destinadas a mulher negra em condição de subalternidade, sexualizadas, e mostrar a sua verdadeira identidade, se autorrepresentando e deste modo, representando outras mulheres negras ao representar novos papéis em diversas situações. É neste sentido, que a mulher negra é empoderada através deste cinema.

3 Metodologia

A pesquisa utilizará a metodologia do “Desde dentro para desde fora” para analisar o cinema de autorrepresentação realizado por mulheres negras no cinema nacional contemporâneo.

Essa metodologia permite uma proximidade entre o pesquisador e o objeto pesquisado. É uma metodologia da qual permite que o pesquisador construa seu trabalho com emoção a partir do contato com a comunidade pesquisada. Ela está baseada no método “Vivido concebido”, onde a concepção filosófica ancestral, ou seja, a ancestralidade africana é base para a construção da pesquisa, método utilizado por alguns intelectuais negros em seus escritos acadêmicos em que pautam a história e a cultura afro-brasileira.

Segundo Penha (2008), a metodologia “Desde dentro para desde fora” dividindo em três estágios: o **factual**, que segundo a autora, consiste na aprendizagem, quando o pesquisador busca documentos de arquivos que enriquecem a pesquisa. É aqui também onde ocorrerão as entrevistas e “se estabelece a dinâmica de valores de uma cosmovisão africana capaz de assegurar uma educação plural e democrática, dimensionada didaticamente nos valores africanos.”

O segundo estágio é na **revisão crítica** que está o levantamento bibliográfico que irá auxiliar o pesquisador na análise dos dados coletados em campo, a partir das experiências pessoais dos entrevistados, conceitos daqueles que vivem a tradição africana e análise de textos rituais. O terceiro e último estágio é o da **interpretação**, “caracteriza o *continuum civilizatório africano* contido na pesquisa. (PENHA, 2008) “é o momento da elaboração da perspectiva desde dentro para desde fora, ou seja, é quando a análise da natureza e significado do material factual” (PENHA, 2008, APUD, Luz, 1998a, p.161).

3.1 Procedimentos Metodológicos

1º Fase: Levantamento

Nesta primeira fase será realizado o levantamento dos filmes realizados por cineastas negras brasileiras entre os anos de 2010 a 2015 no acervo de festivais ligados a temática de gênero e raça e ao cinema negro, além de mostras ligadas ao tema, bem como produtoras e coletivos de cinema negro. Os filmes serão listados e organizados por ano, diretor e estado e serão baixados via download na internet ou adquiridos diretamente com as realizadoras.

Além dos filmes será pesquisado também material de arquivo referente as obras fílmicas, além de arquivos de obras mais antigas do cinema negro para o

enriquecimento do processo histórico desse cinema. Nesta fase também serão realizadas entrevistas com realizadoras negras dos filmes produzidos nesse período.

2º Fase: Levantamento bibliográfico

Na segunda fase será feito o levantamento bibliográfico (artigos, teses e livros) referente ao tema cinema de autorrepresentação, cinema negro e mulher negra. Com essa bibliografia será possível analisar os dados coletados nas entrevistas com as cineastas e suas experiências pessoais ao realizar cada filme.

3º Fase: Análise

Após o material coletado (arquivo, entrevistas, filmes), e o levantamento bibliográfico, será possível realizar uma análise do objeto de pesquisa. Aqui o cinema realizado por mulheres negras entre os anos de 2010 e 2015 serão analisados levando em consideração as experiências pessoais constatadas em cada entrevista e o conceitos teóricos que segue a linha desta pesquisa.

Aqui será constatado quantos filmes de autorrepresentação foi realizado por mulheres negras no período delimitado pela pesquisa, além da análise de uma das obras realizadas na época, o filme “Kbela” (2015) de Yasmin Thainá.

4. Resultados esperados

A partir dessa pesquisa a autora pretende contribuir com o estudo do cinema de autorrepresentação realizado por cineastas negras no Brasil, cinema esse que possui em sua realização a importância para a autoafirmação das cineastas negras nas questões de gênero e raça e para uma melhor representação da imagem da mulher negra no cinema nacional. Cinema que tem como objetivo desconstruir os estereótipos a cerca da mulher negra, a exemplo de “papéis marcados” como, empregadas domésticas, “mamis”, e o papel de mulata. E combater a invisibilidade dessas mulheres em filmes nacionais de grande bilheteria e realizar, assim, um cinema que traz a mulher negra no processo de construção de sua identidade, estando ela na função desde roteirista a montadora desses filmes, buscando papéis de mais destaques e de melhor representação no cinema nacional.

Além disso, espera-se que a partir do levantamento das produções realizadas por essas cineastas, possamos ter uma ideia da quantidade de filmes que estão sendo produzidos dentro dessa temática e com isso constatar o perfil dessas produções.

E por fim, com a análise do filme “Kbela” (Yasmin Thainá, 2015), confirmar o objetivo desse cinema realizado por mulheres negras, como ferramenta de autoafirmação, autorrepresentação e empoderamento destas.

Referências bibliográficas

FERREIRA, C. **Uma representação de si para o mundo: afetos e subjetividades no documentário performático.** Razón y Palabra, n.82, março-maio /2013

SANTOS, J. C. **A quem interessa um cinema negro?** Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros (as) – ABPN, v. 4, p. 98- 106, 2013.

SANTOS, J. C. Berardo, Rosa M. . **Representações cinematográficas de mulheres negras.** In: 7 Seminário Nacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual, 2014, Goiânia. Com textos. Universidade Federal de Goiás, 2014.

SHOAT, E. e STAM, R. **Crítica da imagem eurocêntrica. _Multiculturalismo e representação.** São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SILVA, L. A.M. **“Racismo e sexismo na cultura brasileira”.** In et al. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos, Brasília, ANPOCS, 1983. 303p. pp. 223-244.

SOUZA, E. P. **A ancestralidade africana de Mestre Didi expandindo a intelectualidade negra Brasileira.** In: BRASA IX - Tulane University, New Orleans, Louisiana, 27-29 March 2008, 2008, Louisiana. Papers. Nashvill: Brasa, 2008.

SOUZA, N. S. **Torna-se Negro ou As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social.** Rio de Janeiro: Graal, 1983.

Sites

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICAS (IESP – UFRJ). “A Cara do cinema nacional”. Disponível em: www.gemaa.iesp.uerj.br/publicacoes/. Acessado em: 17 de julho de 2015.

A PUBLICIDADE É O ESPELHO DA SOCIEDADE?

Autor: Luciene Assunção da Silva
Universidade do Estado da Bahia
e-mail: m2607@hotmail.com

Co-autor: Maria Silva Ferreira.
Universidade Católica de Salvador
e-mail: meurisferreira@gmail.com

Resumo

A amplitude no campo do conhecimento e debates das problemáticas feministas vem ganhando visibilidade que consolida as lutas do movimento como inexorável para mudanças concretas no mundo contemporâneo. Um dos campos mais rico de debates e exigências de mudanças de enfoque é o da publicidade. Acreditamos que as ações das feministas vem de certa forma surtindo efeitos positivos em algumas publicidades, outras ainda não. Este artigo propõe investigar campanhas recentes com essas duas possibilidades. O recorte aqui analisado encontra-se em três propagandas vinculadas na internet no Dia Internacional da Mulher nos anos de 2015 e 2016.

Palavras-chave: Publicidade, gênero, feminismo.

1 Introdução

O campo do conhecimento e debates das problemáticas feministas vem ganhando uma visibilidade impressionante, que consolida as lutas do movimento feminista como inexorável para mudanças concretas no mundo contemporâneo, chegando a ser considerado como o movimento social com maior expressão na atualidade (CASTELLS, 2008; TOURAINÉ, 2007). Um dos campos mais ricos de debates e exigências de mudanças de enfoque é o da publicidade.

Vários trabalhos já foram produzidos no campo da crítica feminista, para analisar como as mulheres são representadas na publicidade. Os estudos chegaram a conclusão de que as campanhas publicitárias reforçam a assimetria de gênero (ROSALVO, 1995) e essencializam as mulheres não focando como papéis socialmente construídos. A exemplo das que representavam as mulheres como excelentes donas de casa e cuidadoras da família nos anos de 1970 (LIMA, 2011) e as que objetificam o corpo feminino, principalmente em anúncios de cervejas.

Porém, algumas campanhas publicitárias vem ao longo dos últimos anos buscando representar as mulheres a partir de conceitos que desconstróem estereótipos que as colocam em situações de subalternidade, respondendo de certa forma as demandas do movimento feminista e as discussões teóricas feministas. Toda via, nem todas, apesar de se dizerem atualizadas com as pautas contemporâneas, conseguem atingir esse objetivo, na medida em que o produtor da propaganda e/ou o dono da marca, parecem ainda estarem “contaminados” com conceitos destoantes.

Este artigo tem como objetivo discutir como a publicidade de níveis nacional e internacional vem avançando nesta problemática ou não. Analisar três campanhas em VT vinculadas no Dia Internacional da Mulher na internet nos anos de 2015 e 2016.

2 Publicidade, feminismo e gênero.

Para contemplar as investigações deste trabalho, foi utilizada a metodologia qualitativa de análise de vídeos postados na internet, o youtube foi a fonte consultada. A análise científica de vídeos é uma das ferramentas metodológicas utilizada na antropologia visual (HEIDER, 1972; SILVA, 2011), que foi ampliada para outros campos das ciências sócias, isso porque a oralidade e a escrita, apesar de consagradas metodologicamente, já não contemplam sozinhas as

necessidades do conhecimento científico, principalmente na sociedade da imagem a qual estamos vivenciando. Todavia, em um dos vídeos a análise será apenas de escritas, haja vista que foi assim gravado.

*No que se refere ao tema, as discussões a respeito das representações da mulher iniciaram nos anos de 1970 onde levantou questionamentos **sobre a “influência da cultura na imagem e na definição de gêneros, até os dias atuais”.** (MULLER; RIZZOTTO, p. 113 s.d.p.), buscando entender quais os referenciais comportamentais, “quais os sentidos da publicidade e as características semióticas do anúncio.” (Idem).*

A categoria gênero surgiu neste período a partir de reflexões acadêmicas. Jane Flax (1991) afirma que um dos avanços dos últimos tempos das teorias feministas foi trazer a categoria gênero para uma problematização que implicou torná-la mais complexa e, fundamentalmente, desnaturalizar as relações entre as pessoas (SILVA, 2011). As teóricas feministas norte-americanas e inglesas, ao discutirem a categoria gênero, tiveram como propósito fundamental “[...] analisar como nós pensamos, ou não pensamos, ou evitamos pensar sobre gênero” (FLAX, 1991, p.225).

Na perspectiva da Saffioti (1998), a partir do ponto de vista patriarcalista, gênero é uma relação que está diretamente relacionada ao poder, junto com as categorias classe e racial. No que se refere ao poder, segundo a autora em pauta, ele constitui “[...] constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em campos sócias de forças” (SAFFIOTI, 1998, p. 30), que permite analisar e perceber a existência de relações de poder em vários segmentos e nas esferas macro e micro da sociedade, importante para os estudos das relações de gênero.

A discussão de Joan Scott (1990), no artigo “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, afirma o conceito de gênero como uma categoria que deve ser utilizada para explicar teoricamente a realidade social. Para a teoria feminista, a categoria além de ser analítica é também política, pois, ao denunciar as relações de gênero como desiguais, implica apontar quais das partes é mais lesada, ou seja, na sociedade ocidental é mulher, o que possibilita “[...] interrogar (mudar) os paradigmas históricos existentes” (SCOTT, 1990, p. 4).

3 Breve história da publicidade no Brasil

A imprensa em terras brasileiras chegou com a Família Real no século XVII na cidade do Rio de Janeiro e possibilitou o surgimento em setembro de 1808 a primeira Gazeta do Rio de Janeiro. Até então, as publicidades eram feitas em

cartazes de forma manual e fixados em postes pelas cidades com o intuito de vender e comprar imóveis ou anunciar venda e fuga de escravos. Nesse século, de forma geral, as características dos anúncios eram voltados para venda de remédios, escravos fugidos ou a venda, hotéis e comércio varejistas, mas ainda muito incipiente no que concerne a publicidade voltada para um consumo massificado.

Foi a partir da **Revolução Industrial e consolidação do modo de produção capitalista, que a publicidade brasileira ampliou seu destaque e importância como também melhorou em termos tecnológicos. O processo de industrialização, até então agrícola, possibilitou a entrada de indústrias estrangeiras e a ampliação de produção de bens e serviços, além do aumento populacional, com os imigrantes em São Paulo e Rio de Janeiro. A primeira agência de publicidade brasileira, teria surgido por volta de 1913 em São Paulo, e se chamava Eclética antes chamada Castaldi & Bennaton. “Os publicitários da época são os poetas, escritores e pintores que faziam os textos e as ilustrações (QUADROS JÚNIOR, p. 02, s.d.p.).** Porém, as maiores agências eram dos Estados Unidos, sendo a primeira a ser instalada em 1920, cujo modelo de gestão foi copiado pelas agências nacionais. As agências americanas já utilizavam fotografias para ilustrarem seus anúncios, aspecto que teve forte impacto na sociedade brasileira. Nessa época já tinha nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, 50 agências nacionais e internacionais (Idem).

A publicidade brasileira teve períodos de queda e alta no decorrer do século XX. Um exemplo de queda foi a chegada de agências multinacionais, como a Ayer (1926), McCann-Erickson (1933), e na sequência a J. Walter Thompson que possuíam tecnologias mais avançadas e conceitos mais modernos, e as agências brasileiras não eram competitivas devido a baixa qualidade. Apesar destes aspectos a revista nacional “O Cruzeiro” se destacou no mercado publicitário.

Entre os anos de 1940 e 1950 o Brasil já tinha 100 agências nacionais e internacionais. A Norton que foi fundada em 1946 e a responsável pela formação da primeira geração de publicitários brasileiros capacitados por profissionais americanos.

Com o rádio já consolidado, na década de 1930, abre-se novo espaço para a publicidade. A tecnologia Norte Americana, trouxe os jingles que eram gravados em estúdios com recursos especiais e com locução personalizada. “Programas, shows e noticiários são desenvolvidos especialmente para os anunciantes.” (QUADROS JÚNIOR, p. 20, s.d.p.).

A televisão nasce nos anos de 1950, sendo a TV Tupy a primeira emissora nacional, instalada em São Paulo. Mas a massificação do aparelho ocorreu em 1960, nesse ínterim o Brasil passou por uma onda de desenvolvimento com o governo de Juscelino Kubitschek - JK. Com o slogan “cinquenta anos em cinco”, o governo promoveu o desenvolvimento industrial e com ele a propaganda e publicidade teve elevada importância. As agências brasileiras também se desenvolvem tecnologicamente, ganhando competitividade com as agências estrangeiras, como a “Alcântara Machado/Periscinoto, fundada em 1956 para atender a Volkswagen, a primeira montadora de automóveis a se instalar no Brasil”. (Idem; p. 23).

Com o golpe militar em 1964, ocorre uma leve retração inicial do mercado publicitário, mas o governo militar retomou o desenvolvimento e mais empresas estrangeiras e indústrias possibilitaram o crescimento da econômica, que até os anos de 1970 atingiu 70% do PIB. O governo, apesar da forte censura, utilizou os meios de comunicação para propagar as suas ações e valores. Porém, um novo período de crise na economia estagna o mercado publicitário. Mas isso não impediu a modernização das agências, se qualificando profissionalmente e modernizando as tecnologias. Várias agências de publicidade são criadas nesse período, agências de destaque internacional como a “Grande do Sul a MPM/RJ, “que ostentaria o título de maior agência nacional de 1975 a 1990.” (Idem, p. 30).

Com a redemocratização nos anos de 1980, o Brasil no início da década volta a se desenvolver mas tem uma queda ao final do período, porém mesmo com pressão da inflação, não atingiu significativamente os investimentos em campanhas publicitárias que chegou a cerca de 4 milhões de dólares. A expansão e importância da propaganda levou nos anos de 1980 e 1990, a criação do Conar - Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária, com o intuito de resguardar as campanhas publicitárias no sentido de serem enganosas, ruins. E vale salientar que “O Brasil tem, em 1987, mais de 2 mil agências de publicidade.” (A PROPAGANDA, p. 25, s.d.p),

Já no governo Fernando Collor (1990 - 1992), a economia teve uma retração e conseqüentemente “as agências começaram a ter vários problemas financeiros, tiveram que diminuir o quadro de funcionários e o seu desempenho foi péssimo com pouca verba para o setor.” (SEVERINO; GOMES; VICENTINI; p. 06, s.d.p.). Todavia, em 1994 o então presidente Fernando Henrique Cardoso criou um novo plano econômico e o Brasil passou por uma nova retomada que favoreceu as agências de publicidade. Desde então, o Brasil passou a ser

considerado a terceira potência mundial em criação publicitária, recebendo elogios de países de Primeiro Mundo e “pela quantidade de prêmios que conquistou em festivais internacionais” (Idem, p. 10).

A internet enquanto espaço publicitário, vem crescendo paulatinamente ultrapassando as revistas e os jornais.

4 Avanços na publicidade e gênero?

Como sabemos, a publicidade visa acima de tudo a aquisição de lucros com a venda do produto ofertado, construindo nas imagens o desejo de consumo da mercadoria. Porém, para chegar a essa assertiva, segundo a Beleli (s.d.p.) as campanhas publicitárias justificam que as escolhas dos modelos por elas projetadas correspondem a própria forma que a sociedade se vê, sendo assim um “espelho da sociedade”. Se as propagandas visavam corresponder ao “espelho da sociedade”, a pergunta é: a qual sociedade se refere? Certamente a composta por homens, brancos, heterossexuais e burgueses, ou seja, o grupo que se impõe enquanto poder heretonormativo no ocidente.

No que se refere a objetificação o corpo da mulher culturalmente desejado, ele compõe um cenário onde se torna o principal chamariz para a venda do produto. Não estamos falando só das propagandas do século passado, mas na atualidade essa problemática é ainda muito recorrente. Recentemente a Skol, foi uma das mais criticadas pelas feministas, a exemplo da publicidade abaixo.



A campanha publicitária da referida cerveja, foi lançada para o carnaval de 2015, onde insinua que na festa carnavalesca o “não” não fazia parte da folia, com a frase impressa “Esqueci o ‘não’ em casa.”. A peça teve o entendimento pelas feministas como uma mensagem diretamente voltada para as mulheres, que implicaria dizer que elas estavam disponíveis para qualquer assédio, bastante comum neste tipo de festa. Frente a esse questionamento as feministas, Pri Ferrari (publicitária) e Mila Alves (jornalista) se manifestaram nos cartazes

colocando com fita adesiva a frase: “E trouxe um nunca” e foram fotografadas acenando com o dedo médio em riste. O protesto foi amplamente visibilizado nas redes sociais.

Os questionamentos a respeito de publicidades dessa envergadura são cotidianamente vistos, principalmente nas redes sociais o que vem, na maioria dos casos, obtendo êxitos. A Skol por exemplo, retirou a propaganda de circulação.

O resultado dessas manifestações não pode deixar de ser atribuído ao movimento feminista contemporâneo, que vem cada vez mais ganhando espaço e visibilizando qualquer questão que seja ofensiva às mulheres. Vale citar que denúncias também são feitas pelos movimentos negro e LGBTTT.

Contraopondo a tipos de publicidades de cervejas, três mulheres publicitárias e feministas lançaram em 2015 uma marca chamada “Cerveja Feminista”. Com rótulo simples e artesanal, a marca propõe modificar o esteriótipo de que o produto tem que objetificar o corpo da mulher, mostrando que ele pode ser consumido por todas/os, além de chamar a atenção do mercado publicitário para outras demandas contemporâneas. Segundo uma das idealizadoras, a ideia não é lucrar, mas “enviar uma mensagem didática e direta sobre o setor que esquece que a mulher também pode ter um papel criativo”.

Conforme já afirmado, acreditamos que as ações das feministas vem de certa forma surtindo efeitos positivos em algumas campanhas publicitárias, a ponto de encontramos páginas na internet que selecionam as consideradas positivas no sentido de quebrar esteriótipos essencialistas e levar as mulheres a questionar o seu papel na sociedade sexista e machista. Porém, algumas campanhas publicitárias, apesar de afirmarem ter esse viés não conseguem trazer novidades e mantém aspectos racistas, classistas e sexistas nas suas imagens.

Para contemplar a primeira afirmativa analisamos campanhas vinculadas no dia Internacional da Mulher de 2016, na página da internet com o título “7 campanhas publicitárias que entenderam o Dia Internacional da Mulher”. E para a segunda afirmativa selecionamos a publicidade da Chevrolet Brasil feita para o Dia Internacional da Mulher de 2015.

De forma geral as propagandas aqui analisadas têm como direção de sentido atingir as mulheres. E tem, como função publicitária o caráter representativo, “que irá interpretar a realidade, representar exclusivamente o sentido já presente” (MULLER E RIZZOTTO *abup* FLOCH, 2003, p. 210, 2014. p. 118),

As campanhas “7 campanhas publicitárias que entenderam o Dia Internacional da Mulher”, que foram selecionadas pela InfoMoney, são: Sabão Ariel gravado na Índia, Citroen – Brasil, Banco ANZ – Austrália, Avon – Brasil, Quem disse, Berenice? - Brasil, Governo Federal – Brasil e Netflix – Mundial. Para esse trabalho escolhemos as campanhas da Avon¹ e Netflix, por considerarmos a mais emblemáticas para o objetivo deste artigo.

A Avon é uma empresa de cosméticos e tem como maior número de colaboradoras mulheres, dados de 2014 apontam que elas são em 60%. Com o título “Avon apresenta: Manifesto do Dia Internacional da Mulher”, a peça utiliza apenas textos e voz da locutora que faz a leitura de cada fotograma. As questões colocadas fazem parte da pauta do movimento feminista contemporâneo. Abaixo alguns fragmentos.

**PEGAR ÔNIBUS
À NOITE?**

**É COISA DE
MULHER FÁCIL?**

USAR MINISSAIA

**JUSTIFICA
FIU FIU?**

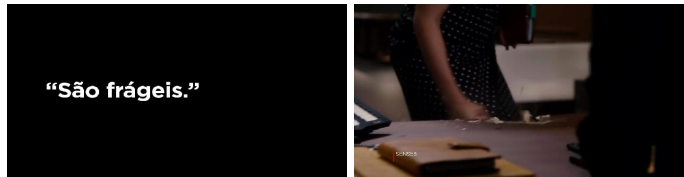
1 A Avon sofre críticas de algumas feministas por ser considerada uma empresa que explora a força de trabalho das mulheres que “colaboram”, na medida em que elas não tem nenhum direito trabalhista. (Nota das autoras)

Os fotogramas acima visam propagar a ideia de que as mulheres precisam refletir sobre situações cotidianas que, se elas vivenciarem, pode incorrer em opressão e punição por parte da sociedade.

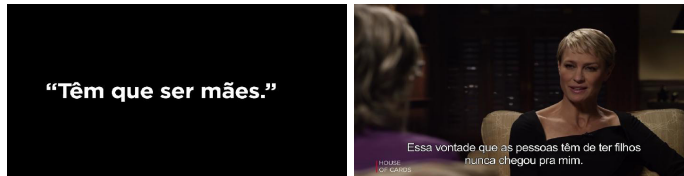
Nos últimos segundos encontramos em fotogramas a frase: *Calma aí. Péra, vamos refletir... O que você deixou de fazer por ser mulher? Pense bem...isso precisa virar assunto.*

Aqui fica evidente que a campanha não tem a intenção de modificar as percepções de mundos das mulheres, mas levá-las a discussão da problemática e não naturalizar valores construídos que visam punir as transgressoras.

Netflix, que é um provedor global de filmes e séries de televisão via streaming, visou fazer uma campanha publicitária com imagens de diversos filmes e séries estrangeiras, com o título: *Por um 08 de março sem clichês.* Vamos aos fotogramas.



Apos ouvir que a pessoa que ela procurou não estava, a mulher quebra a mesa com um soco.



Dialogo com relação a maternidade:

- *Essa vontade que as pessoas têm de ter filhos nunca chegou pra mim.*
- *Não sente a pressão, Nem sente o instinto materno?*
- *Não.*

Ao final a propaganda várias mulheres aparecem dançando e encontramos a frase: *Esqueça os clichês. Nem na ficção eles fazem sentido.*

Nos fotogramas apresentam cenas de filmes e séries que evidenciam a desconstrução de estereótipos construídos sócio e culturalmente para as mulheres, desfazendo a ideia essencialista de que elas são por natureza, frágeis, inseguras

e tem o instinto materno. Estes estereótipos não deixam de estabelecer relações de gênero assimétrica, (ROSALVO, 1995) onde as mulheres são vistas como subalternas e inferiores. Quando o filme aponta outras possibilidades de ser mulher evidencia também uma ruptura importante no combate das relações de gênero desigual (SCOTT, 1990).

A Chevrolet Brasil lançou campanha para o dia Internacional da Mulher de 2015, com o título *“Carro é coisa de homem? (uma homenagem da Chevrolet ao dia da mulher)”*. O vídeo inicia com uma afirmativa *“A maioria das pessoas acredita que carro é coisa de homem.”* em seguida pergunta *“Mas desde quando foi assim?”*. Em seguida mostra uma sala cheia de bonecas e carrinhos, organizados em várias estantes. Alguns brinquedos foram colocados em duas caixas específicas, um para bonecas e outra para carrinhos. Em seguida várias meninas da educação infantil, são convidadas para brincar com o que escolherem. Elas saem correndo em busca dos objetos.



As imagens mostram que na separação de brinquedos para meninos e para meninas, a caixa com bonecas não tem nenhuma negra. E com relação as meninas que participam das cenas a presença de negras é ínfima com relação as brancas.



Aqui no que tange as escolhas de bonecas por crianças negras, vemos que foram as brancas, afinal não existiam bonecas negras, para vermos se seria outra reação. Além disso as imagens acima mostram que o carro escolhido pela menina serve como veículo para transportar a boneca, ou seja, reproduz as propagandas dos anos 70 onde as mulheres adquiram carros para satisfazer necessidades do âmbito doméstico. Ao final da propaganda: *“Uma homenagem da Chevrolet ao dia das mulheres. Porque mais do que carros para homens e mulheres, fazemos carros para pessoas.”*

Quando termina a propaganda, aparecem bônus mostrando uma peça de teatro que é orientada por um direto que usa apenas a voz. As cenas são divididas por três meninas. A personagem que tem um carro é uma branca de classe média que chega a concessionária da Chevrolet para fazer a revisão do carro. A atendente é uma negra que depois de conversar com a cliente chama o mecânico para fazer o orçamento, este é uma menina travestida de menino, ficando evidente pelo uso de bigode.



Apesar da campanha da Chevrolet Brasil querer mostrar que a mulher também é consumidora de carros ela não traz nada de novo, dados mostram que em 2015 as mulheres já eram 50% das consumidoras desse bem móvel, segundo a Repplica.² Desta forma não é uma campanha inovadora, pelo contrário, faz as representações de mulheres reforçando estereótipos de classe, racial e de gênero (SAFFIOT, 1992).

Considerações

A partir das análises acima, observamos que apesar de lentamente, a publicidade vem reconhecendo reivindicações do movimento feminista e da ciência no que tange as relações de gênero como de poder e assimétrica. Isso ocorre, porque os vídeos da Avon e da Netflix, retratam desconstrução de estereótipos que demarcaram os papéis sociais atribuídos histórica e culturalmente as mulheres consolidando rupturas essencialistas. Fica mais evidente na publicidade da Netflix, quando questiona estereótipo como a mulher ser frágil e possui o instinto materno. As duas publicidades, se atentaram para as questões da atualidade buscando levar as mulheres a reflexões sobre os papéis sociais repressivos na sociedade e mostrando um leque de canas possíveis no cotidiano das mulheres desconstruindo estereótipos.

2 Ver dados em <https://www.repplica.com.br/blog-repplica/mulheres-ja-representam-metade-das-compras-de-carros-no-brasil/>. Acesso em 25/04/2016.

É evidente que essas mudanças são atribuídas a visibilidade, principalmente pelas redes sociais, das denúncias as várias publicidades que retratam as mulheres de forma machista e sexista, como o exemplo da Skol acima, e essas denúncias vem reverberando negativamente na imagem da marca anunciante, incorrendo em prejuízo econômico, já que muitas retiram as publicidades do ar.

Já as imagens da campanha da Chevrolet, não conseguem trazer para o debate feminista, questões emancipatórias. Isso porque, quando afirma que a mulher também pode dirigir carros, não tem novidade alguma. A campanha se enquadra dentro de uma perspectiva de reforço a esteriótipos de gênero, classe e racial. Em relação a gênero, vimos que a criança que brinca com uma boneca branca utiliza o carro para transportá-la e no bônus a criança que faz o papel do mecânico é travestida de menino. Quanto a classe, nas cenas posteriores ao VT a menina que possui o carro é de classe média alta e branca. Por fim a questão racial é explícita pelo pouco número de meninas negras e também a atendente. A campanha portanto, reproduzir imagens distorcidas, refletindo ainda um momento histórico ultrapassado e fora dos debates dos movimentos sociais e da acadêmia.

Para concluir, quando se fala que a publicidade é o “espelho da sociedade”, é preciso que as agências e os próprios donos das marcas, fiquem atentos para as “imagens” que o mundo contemporâneo vem refletindo. Mesmo porque os movimentos sociais, feminista, negro e LGBTQTT estão cada vez mais atentos para campanhas que reforçam esteriótipos negativos do público-alvo que eles lutam, incorrem até em denúncias jurídicas e manifestações massivas na internet, o que de certa forma prejudica a imagem da marca.

Bibliografia

7 CAMPANHAS publicitárias que entenderam o Dia Internacional da Mulher.

Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/negocios/como-vender-mais/noticia/4707091/campanhas-publicitarias-que-entenderam-dia-internacional-mulher>>.

Acesso em: março de 2016.

BELELI, Mariana Meloni Vieira. Fotografia e fetiche: um olhar sobre a imagem da mulher. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a06.pdf>>. Acesso em: abril de 2016.

CASTELLES, Manuel. O Poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FLAX, Jane. *Pós-Modernismo e relações de gênero na teoria feminista*. In: **HOLLANDA, Heloisa, B. de (Org.). *Pós-Modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 123-156.**

HEIDER, Karl. Uma história do filme etnográfico. *Cadernos de Antropologia e Imagem* Vol. 1, 1972.

LIMA, Duani. O Feminismo e a Publicidade. *Redação Comunicada*, 22/07/2011. Disponível em: <<https://redacaocomunicada.wordpress.com/2011/07/22/o-feminismo-e-a-publicidade?/>>. Acesso em: março de 2016.

MARCONDES, Pyr. *Uma História da Propaganda Brasileira*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001

MULLER, Dascale. RIZZOTTO, Carla Candida. *Corpo, comportamento e consumo: as mulheres do movimento feminista e as mulheres dos anúncios de lingerie*. Revista: *Cadernos de comunicação*. v.18, n.2, jul-dez 2014. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/ccomunicacao/article/view/16237>>. Acesso em: abril de 2016.

A PROPAGANDA no Brasil: as primeiras agências às grandes multinacionais. Disponível em: <ufrgs/napead/repositorio/objetos/fases-da-publicidade/tetos/artesanal_01.pdf>. Acesso em: maio de 2016.

PUBLICITÁRIAS criam cerveja feminista para questionar propagandas no setor. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2015/02/1593546-publicitarias-criam-cerveja-feminista-para-questionar-propagandas-do-setor.shtml>>. Acesso em abril de 2016

QUADROS JÚNIOR, Itanel Bastos de. *A propaganda no Brasil: uma brevíssima resenha do século XX*. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/82007067232548735084643106769779388179.pdf>>. Acesso em: março de 2016.

ROSALDO, Michelle Zimbalist.. *O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento inter-cultural. Horizontes Antropológicos, ano 1, n.1*. 1995

SAFFIOTI, Heleith. *Rearticulando gênero e classe social*. In: COSTA, A. O.; BRUCHINI, C. (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Campos; São Paulo: F. C. Chagas, 1992.

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Rev. Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SEVERINO, Emilly Furtado; GOMES Natália Moura, VICENTINI, Samila. A história da publicidade brasileira. Disponível em: <<http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rec/article/view/468>>. Acesso em: março de 2016.

[SILVA, Eleci Teresinha Dias da; BRUM, Roberta. A história da publicidade e propaganda no oeste catarinense. Disponível em: < http://www.unochapeco.edu.br/static/data/porta/downloads/1582.pdf>. Acesso em: abril de 2016.](http://www.unochapeco.edu.br/static/data/porta/downloads/1582.pdf)

SILVA, Luciene A. Percepção de gênero e relações de gênero: O caso de uma ONG não feminista de Salvador/Ba. 145 p. Dissertação (Mestrado no PPGNEIM) Universidade Federal da Bahia, Salvador/Bahia. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/6282/1/Luciene.pdf>>. Acesso em: abril de 2014.

[SILVA, Luciene Assunção da. Margaret Mead e Gregory Bateson e as contribuições para a Antropologia Visual \(artigo não publicado\), 2012](#)

TOURAINÉ, Alain. O mundo das mulheres. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Vídeos:

AVON, Apresenta: Manifesto do Dia Internacional da Mulher. 32". Disponível em: <<https://youtu.be/CJQVfTnl8Ow>> . Acesso em: abril de 2016

CARRO é coisa de homem? (Uma homenagem ao Dia das Mulheres). 3'06". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GXXa1Cja2mQ&feature=youtu.be>>. Acesso em: abril de 2016.

POR um 8 de Março sem clichês. 1'33". Disponível em: < <https://youtu.be/aTa2t-91ZX8k>>. Acesso em : abril de 2016.

MULHER E MÍDIA E A PRIMAVERA FEMINISTA

Melina Costa Lima FRAGA¹

Ana Maria da Conceição VELOSO²
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
E-mail: melina.clfraga@hotmail.com.

Diante da grande popularidade que o movimento feminista vem adquirindo na modernidade, este artigo visa analisar a visibilidade que a luta das mulheres tem tido frente às esferas midiáticas. Para tanto, o estudo desenvolveu uma breve contextualização histórica dos fatores que tumultuam o diálogo entre o sujeito político do sexo feminino e a mídia, esmiuçou os avanços conquistados pelas ativistas e os pontos estruturais das sociedades patriarcais onde ainda esbarram e, por último, investigou as repercussões da primavera feminista nos veículos comunicacionais através de análise do conteúdo da cobertura jornalística realizada pela revista *Época* no período de eclosão das manifestações.

Palavras-chave: mulher, mídia, feminismo, sujeito político, patriarcado.

1 Graduada no curso de Letras (Vernáculo), pela UFPE, e pesquisadora do Observatório de Mídia: Gênero, Democracia e Direitos Humanos, projeto desenvolvido pelo Departamento de Comunicação Social da UFPE.

2 Orientadora do trabalho. Professora dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Rádio, TV e Internet e coordenadora do Observatório de Mídia: Gênero, Democracia e Direitos Humanos, projeto desenvolvido pelo Departamento de Comunicação Social da UFPE, email: anavelosoufpe@gmail.com.

Introdução

Entendendo a mídia como um dos principais instrumentos de institucionalização dos pilares convencionados pela sociedade, é possível perceber a marginalização de determinados atores sociais e, conseqüentemente, dos fatores ideologicamente ligados a eles, nas pautas dos mais diversos veículos de comunicação.

Em consonância com essa perspectiva, no caso das sociedades essencialmente patriarcais, a mídia atua como mais um instrumento de silenciamento da voz da mulher empoderada. Quando inserida nas pautas dos noticiários e revistas, geralmente, a figura feminina aparece em contextos que, direta ou indiretamente, a colocam em situação de sujeição aos ditames do patriarcado.

Embora essa “inclusão” não chegue a representar a maior parte das mulheres contemporâneas, que lutam diariamente por seus direitos e pelo acesso e paridade de trato frente às mais diversas instituições sociais, desigualdades de cunho sexista são frequentemente pautadas pela mídia pelo viés que propõe a mulher “naturalmente” mais frágil e menos capaz que o homem. Abordagens que discutem, em perspectiva de enfrentamento, a discriminação por gênero, classe, raça ou faculdades físicas/mentais com base nos direitos humanos são ainda bastante raras.

Em consonância com os postulados do pesquisador Venício Lima (2006) no que se refere ao protagonismo da mídia na construção da realidade, este artigo visa, principalmente, esmiuçar os impactos da primavera das mulheres no pensamento social contemporâneo através da cobertura midiática.

Mídia e mulher — Uma relação conflituosa

Em relação à representação da mulher, especificamente, pela mídia, segundo uma pesquisa realizada, no ano de 2013, pela Fundação Perseu Abramo³, sobre hábitos de consumo de mídia da população brasileira, há uma percepção de que elas — às vezes (47%) ou quase sempre (17%) — são tratadas com desrespeito pelos meios de comunicação brasileira.

Dessa forma é possível afirmar que, ideologicamente, uma considerável parte das mulheres não se vê representadas em canais de expressão pública.

3 Disponível em: http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/fpa_pesquisa_democratizacao_da_midia_0.pdf. Acesso em 25/04/2016, às 15h.

Segundo a pesquisadora Ana Veloso, “um dos problemas centrais da relação mulher e mídia emerge da necessidade de evidenciar as dimensões da discriminação e da opressão que permeiam o diálogo delas com os meios de comunicação” (VELOSO, 2014, p. 408).

Sendo assim, a mulher seria um dos sujeitos políticos contemplados pela “crise de representação” amplamente teorizada pelo pesquisador Venício Lima (2013). Para ele, em consequência das constantes procrastinações de direitos oriundas da “ditadura das massas”, diversas democracias, em especial a brasileira, têm esbarrado numa crise de representação política ou esgotamento das instituições tradicionais das democracias representativas no mundo contemporâneo.

Em se tratando da publicidade — esfera midiática capaz de ditar as ordens de consumo não somente de produtos, mas também de ideias —, é possível observar que, frequentemente, o público feminino tem seus direitos atacados. O trato como mercadoria e a violência simbólica em relação à mulher vêm a reiterar as ideias sexistas de menos valia e “natural” submissão do gênero.

Tal processo, de tão mecanizado e desumanizado, acaba por esva-ziar o significa político intrínseco e constitutivo da produção desse campo social. Trata-se de um dos sintomas de um mesmo fato, no qual temos ao menos três fenômenos que devem ser estudados de modo integrado: (a) a superexposição da imagem e do sexo das mulheres; (b) a invisibilidade feminina no protagonismo das notícias; (c) sua sub-representação nas etapas de produção e na alta gerência dos conglomerados de imprensa (VELOSO, 2014, p. 409).

No Brasil, essa situação se agrava pelo alto índice de pequenos grupos empresarias controlando vários canais de mídia e até mesmo manipulando veículos que funcionam mediante concessão pública, como o rádio e a TV. Sendo assim,

[...] analisar a posição feminina nesse campo significa refletir sobre como ampliar o som das vozes das mulheres em um país onde poucos grupos controlam a produção de conteúdo em um mercado que não respeita a legislação vigente, e onde parlamentares, grupos empresariais e religiosos operam concessões de rádio e televisão quase sem nenhuma regulação pelo Estado (VELOSO, 2014, p. 408).

É notório o poder de influência midiática nas esferas ideológicas da modernidade, bem como o espaço que o interesse privado tem ocupado dentro dos discursos veiculados pelos mais diversos meios de comunicação. De um modo geral, as desigualdades expressas nos produtos apresentados pelas indústrias culturais refletem também o próprio número deficitário de mulheres inseridas no mercado das esferas comunicacionais.

De acordo com dados apresentados por relatórios produzidos, entre os anos de 2012 e 2014, pelo *Women's Media Center* (WMC)⁴, as mulheres ocupavam apenas 3% dos cargos de direção das empresas de comunicação dos EUA e eram responsáveis por menos de 25% dos artigos de opinião publicados no ano de 2010 nos jornais americanos. No cinema, 72% dos personagens dos filmes eram do sexo masculino; 75% dos críticos eram homens e somente 8% dos filmes tinham sido escritos por mulheres naquele ano. Ainda segundo o estudo, vale ressaltar que, enquanto elas mostraram cinco vezes mais o corpo do que eles nos longas hollywoodianos, assumiram a direção de somente 7% dos melhores filmes de 2007.

No que diz respeito ao status de gênero nos cargos de direção de veículos de comunicação voltados para a produção de notícia, um estudo realizado, no ano de 2010, pela *Womens Media Foundation* (IMWF)⁵, envolvendo 66 países revela, dentre outros dados mais específicos, que: as mulheres representam apenas um terço (33,3%) da força de trabalho do jornalismo em tempo integral nas 522 empresas pesquisadas; estão em 26% dos lugares de direção e 27% dos de alta gerência; poucas empresas no mundo possuem política de gênero. Na América Latina, por exemplo, o estudo não detectou dados que indiquem que as empresas pesquisadas possuam essa política.

Em síntese, os estudos revelam que as mulheres representam maior força de trabalho em cargos intermediários no jornalismo, mas não conseguem chegar aos cargos de direção de empresas de mídia. Com isso, ideologicamente, essas mulheres continuam na invisibilidade frente ao patriarcado.

Em consonância com a definição de Ávila (2001), o conceito de patriarcalismo está fortemente atrelado ao capitalismo, uma vez que o modelo socioeconômico pretende dominar a natureza, assim como o homem (pai) visa

4 Disponível em: <http://womensmediacenter.com/pages/2014-statistics>. Acesso em 27/04/2016, às 17h.

5 Disponível em: <http://womensmediacenter.com/>. Acesso em: 27/04/2016, às 18h.

à dominação da mulher, entendendo que ela faz parte da natureza, enquanto lhe cabe confabular a cultura e estruturar o espaço público.

Reconhecer a existência desse sistema de dominação, e fazer conhecer os mecanismos de sua reprodução em qualquer medida que isso aconteça é uma importante contribuição do feminismo para a democratização da vida social. Não levar em conta a questão do patriarcado coloca, por outro lado, um limite na concepção e nas estratégias de luta por igualdade. (ÁVILA, 2001, p. 32- 33).

Segundo Saffioti (2013), historicamente, também a inserção das mulheres no mercado de trabalho, isto é, na vida pública se deu por uma concessão dos homens demandada pela insuficiência de renda daqueles de classes sociais mais baixas

[...] nas sociedades pré-capitalistas, embora jurídica, social e política-mente seja a mulher inferior ao homem, ela participa do sistema produtivo; desempenha, portanto, um relevante papel econômico. Este papel, entretanto, na medida em que é menos relevante que o do homem, define-se como subsidiário no conjunto das funções econômicas da família (SAFFIOTI, 2013, p. 64).

Para Sara Lovera, fundadora da organização *Comunicação e Informação da Mulher* (Cimac) — agência de notícias feminista que iniciou suas atividades em 1988, na Cidade do México —, em artigo publicado no *Observatório da Imprensa*⁶, em 2011, embora tenhamos algumas conquistas quanto às formas de representação e inserção da mulher enquanto sujeito político no mundo, graças a toda luta feminista empreendida desde os anos de 1970, o patriarcado e, conseqüentemente, toda a sua representatividade, permanecem em destaque nos grupos de mídia.

Em virtude desse panorama, articulações realizadas no Brasil, no ano de 2010, entre a Federação Internacional de Jornalistas (FIJ) e a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) junto com a ONU Mulheres e as Secretarias Nacionais

6 El reto de este siglo denominado de la Sociedad de la Información. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/monitor-da-imprensa/mulheres_na_midia_mexicana/. Acesso em: 28/04/2016, às 19h.

de Políticas para as Mulheres e de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR) resultaram no lançamento de um manual sobre raça e gênero para profissionais de mídia⁷.

Organizada pela jornalista Angélica Basthi, a produção subsidiou a realização de cursos de formação com jornalistas em oito cidades brasileiras, em 2011, para trabalhar as desigualdades estruturais que colocam as mulheres e os/as negros/as em situação de vulnerabilidade nas indústrias culturais e orientar as coberturas equitativas no sentido de levarem em consideração os recortes de raça e gênero.

Embora ainda de modo retraído, efeitos de movimentos como esses que tentam denunciar ou mesmo desconstruir os fatores que tornam a relação entre mídia e mulher abusiva, já podem ser percebidos.

As mídias estão em transição. A adoção de valores que se aproximam da paridade de gênero convive com atitudes institucionalizadas nas rotinas de produção que traduzem a divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo que perduram e impedem muitas mulheres de almejar cargos executivos. Os tetos de vidro são reais nesse mercado onde a prática do patriarcado de mídia fundamenta as opressões/discriminações praticadas contra o gênero feminino e é responsável pela primazia masculina em boa parte das corporações (VELOSO, 2014, p. 408).

Apesar de haver muitas, ainda, muitas reproduções dos hábitos patriarcais nesse meio, as conquistas das mulheres nesse percurso anunciam que novas relações estão sendo construídas e reforçam a ideia de que é possível dar vazão aos avanços quando fomentadas a consciência e a ação transformadora do sujeito coletivo que busca a superação das desigualdades.

É neste princípio que fundamenta-se o argumento feminista sobre a importância do combate radical ao machismo, não no sentido de construir um mote cultural que enalteça as mulheres em detrimento dos homens, mas que permita o empoderamento de qualquer ser que se identifique em qualquer gênero. Nessa perspectiva, a militante escritora africana Chimamanda Adichie (2015) lança, entre outros apelos contra o sexismo e a misoginia:

7 Disponível em: http://generoracaetniaparajornalistas.files.wordpress.com/2011/07/guia_miolo.pdf. Acesso em: 28/04/2016, às 17h.

O feminismo faz, obviamente, parte dos direitos humanos de uma forma geral – mas escolher uma expressão vaga como ‘direitos humanos’ é negar a especificidade e a particularidade do problema de gênero. Seria uma maneira de fingir que as mulheres não foram excluídas ao longo dos séculos. Seria negar que a questão de gênero tem como alvo as mulheres. Que o problema não é ser humano, mas especificamente um ser humano do sexo feminino. Por séculos, os seres humanos eram divididos em dois grupos, um dos quais excluía e oprimia o outro. É no mínimo justo que a solução para esse problema esteja no reconhecimento desse fato. (...) A cultura não faz as pessoas. As pessoas fazem a cultura. Se uma humanidade inteira de mulheres não faz parte de nossa cultura, então temos que mudar nossa cultura (ADICHIE, 2015, p. 12).

A luta da mulher pela legitimação de sua condição enquanto sujeito político

Em consonância com o mote das ações realizadas pelos movimentos sociais contemporâneos de um modo geral, que reivindicam a desestruturação da ordem social hierarquizante, o movimento feminista vem revelando um engajamento bastante plural de mulheres que têm empreendido diversas formas de enfrentamento às bases do patriarcalismo. Embora nem sempre constituído por feministas declaradas, por crise de representação ou por pelo tabu em torno do “rótulo”, o número de mulheres que, de algum modo, têm resistido à sujeição imposta pelos ditames machistas tem se avolumado notoriamente.

Durante muito tempo, várias pessoas, mulheres inclusive, contrárias a movimentações sociais de cunho misógino se autodeclaravam como “humanistas”, baseadas na suposta legitimidade do argumento que o feminismo pretendia instaurar na sociedade um machismo às avessas. Tal fenômeno ocorre por conta de uma falácia dissimulada que durante muito tempo foi amplamente disseminada pelas instituições associadas ao modelo dominante de que a igualdade se apresentava como um projeto universal.

Sobre essa “universalidade”, a filósofa feminista Gabriela Bonacchi (1998), em entrevista concedida à Folha de São Paulo, afirma ter sido um parâmetro desmascarado pela crítica feminista. Segundo tal perspectiva, há indícios concretos de que uma hierarquização ideológica, em nossa sociedade, que determina o prevailecimento das considerações e/ou instituições do homem ocidental adulto, branco e proprietário.

Assim como a ideia de igualdade universal foi desmascarada pelo legado da luta feminista, o senso comum sobre o “destino” atribuído às mulheres pela “condição feminina” é um outro ponto amplamente enfrentado pelo feminismo. Requisitos de ordem estética, comportamental, orgânica (fragilidade física e instinto maternal), entre outros ligados à feminilidade, leia-se docilidade do corpo da mulher, vêm sendo gradativamente desconstruídos.

A reconstrução autoconsciente da vida privada — espaço antes facilmente alvejado pela violência, em caráter misógino, doméstica e/ou sexual sem maiores resistências — vem a admitir o questionamento de diversos hábitos opressores e a fomentar, nas mulheres conscientes de sua condição de sujeitos de livre arbítrio, a busca pela autonomia e instauração da democracia desde o ambiente privado. Este passo oportuniza o acesso das mulheres às mais diversas instâncias da vida social. O que não assegura, porém, que o modelo dicotômico de associação “mulher – vida privada x homem – esfera pública” tenha sido, ideologicamente transformado.

Apesar de notórias, sobretudo a partir dos anos 1970, as conquistas feministas ainda esbarram em muitas instituições burocráticas de nossa sociedade. O livre trânsito de uma parcela das mulheres na esfera pública ainda se constitui muito mais como um projeto do que como uma realização. É necessário haver uma maior adesão das indústrias culturais à importância da luta feminista para que tal ideologia possa ser legitimada e disseminada entre as massas.

A primavera das mulheres

Segundo a pesquisadora Maria Betânia Ávila (2005), “a possibilidade de as mulheres alcançarem a igualdade implica a tarefa de desconstruir e transformar esse modelo dominante”, a priori travestido de universalidade, como criticado por Bonacchi (1998). Tais afirmativas justificam a grande resistência por parte das indústrias culturais em aderir à luta pela legitimação do feminismo.

É importante reconhecer, nesse contexto, a dinâmica das “sociedade centradas na mídia” conceituadas por Lima (2006). Segundo o autor a esfera midiática possui um grande poder de longo prazo na construção da realidade. Para ele, através de suas representações dos diferentes aspectos da vida humana, a mídia consegue exercer influência nas construções simbólicas que perpassam as subjetividades humanas que perfazem a sociedade.

Nesse contexto, faz-se alarmante a interferência da mídia nas esferas ideológicas da modernidade, bem como o espaço que o interesse privado tem

ocupado dentro dos discursos veiculados pelos mais diversos meios de comunicação. Em consequência dessa dinâmica, é possível afirmar que, os grupos de maior poder e/ou prestígio social têm, através de sua mediação, influenciado, cada vez mais, a opinião popular, mais afastada dos processos da seleção e elaboração de narrativas por ela contempladas.

Muito embora, enquanto pôde, a mídia tenha excluído de sua pauta⁸ os debates feministas de enfrentamento aos ditames misóginos profundamente enraizados em nossa sociedade, a ascensão da luta das mulheres pela legitimação de sua condição enquanto sujeito político tem alcançado uma visibilidade difícil de minar.

Despertando grande furor em espaços públicos de ampla notoriedade, com as manifestações de rua e numerosas publicações nas redes sociais, a chamada primavera feminista⁹ acaba conseguindo entrar para a pauta jornalística de vários veículos em novembro de 2015, como foi o caso da reportagem especial elaborada pela revista *Época*, em sua edição de número 909 — objeto de análise de conteúdo deste artigo —, que estampou sua capa com a referida movimentação.

É possível inferir, do nome dado ao movimento, dois fatores oriundos do “desabrochar” simbólico: o próprio resurgimento da luta feminista fortalecida na contemporaneidade e o despertar das novas gerações para o caráter criminal das violações do direito da mulher incorporados ao nosso cotidiano.

É importante reconhecer que a luta feminista nunca deixou de existir após seu despontar nos anos 60, mas, na contemporaneidade, o movimento resurge, obviamente, em outro contexto.

É óbvio que o sutiã na mão de outrora também apontava para o empoderamento da mulher, mas, pelo fato de reivindicar direitos diversos específicos das mulheres, o movimento firmou-se com pouca popularidade e empatia dos demais atores sociais. Já campanhas contemporâneas, como a da *#primeiro-assedio* e a do *Chega de Fiu-Fiu*, propõem a desconstrução do patriarcalismo debatendo com a sociedade a igualdade de gênero, trazendo para a discussão

8 De acordo com a Teoria do Agendamento, ou Agenda-settingtheory, formulada, em 1970, por Maxwell McCombs e Donald Shaw, a mídia determina a pauta para a opinião pública ao selecionar, explorar e destacar determinados temas e preterir, ofuscar ou ignorar outros tantos.

9 O termo tem origem na *Primavera Árabe*, nome dado à onda de protestos, revoltas e revoluções populares contra governos do mundo árabe. Tais manifestações eclodiram em 2011. A raiz dos protestos foi o agravamento da situação dos países, provocado pela crise econômica e pela adoção de políticas antidemocráticas.

exemplos concretos de misoginia, situações fomentadas pela cultura do estupro, e pautando-a pelo viés dos Direitos Humanos.

A grande sacada da luta feminista, na atualidade, é a popularização por ela cativada ao expor situações corriqueiras que abalam o direito de ir e vir da mulher no cumprimento de seus deveres civis. Nessa perspectiva, o número de mulheres que se vêm representadas pela causa é arrebatador. Quando fora desse contexto, porém, ao tratar de temas como apropriação do corpo e liberdade sexual faz-se ainda tabu e desperta pouca apreciação.

É possível afirmar que a maior parte dos fatores que configuram a luta das mulheres na atualidade foi pautada pelas matérias do referido número da revista *Época*, por exemplo. Os contextos de vida e os próprios depoimentos elencados por todas elas são, no geral, centrados na imagem da mulher que atua se reconhece enquanto sujeito político e, portanto, empreende os enfrentamentos necessários para circular livremente da esfera privada à pública por questões e demandas diversas.

Na primeira matéria, a que trata da grande adesão das mulheres à luta feminista, e que, inclusive, destaca o engajamento de mulheres cada vez mais jovens, os depoimentos e abordagens apoiam-se, de um modo geral, nas justificativas do medo, constrangimento e humilhações provenientes de situações concretas de assédio e na revolta pelas limitações impostas ao sujeito simplesmente por sua condição de mulher.

Além da riqueza dos depoimentos apresentados na matéria, várias manifestações protagonizadas pelas mulheres empoderadas foram trazidas para a pauta, tais como: as famosas mobilizações que tomaram as redes sociais como a da *#primeiroassedio* e o do *Chega de Fiu-Fiu*.

A campanha da *#primeiroassedio*, por exemplo, ocorreu como represália à superexposição de uma menina de 12 anos (Valentina Shulz) num programa televisivo, o que ocasionou sua vulnerabilidade em relação ao machismo que assola nossa sociedade. Valentina acabou sofrendo ofensas brutais nas redes sociais, violências tamanhas que chegaram a violar não somente sua condição de jovem mulher, mas também de criança. Como forma de enfrentamento e denúncia a tais violações, infelizmente bastante frequentes, milhares de mulheres de todas as idades começaram a relatar, nas redes sociais, a primeira situação de assédio que sofreram.

Já o movimento *Chega de Fiu-Fiu*, impulsionado pelo mesmo grupo, o *Think Olga*, veio com a proposta da realização de uma pesquisa sobre as cantadas que as mulheres ouvem nas ruas. Através do estudo, foi possível mostrar

para a sociedade que, das 8 mil entrevistadas, 99,6% relataram já ter passado por situações constrangedoras.

Na matéria seguinte, *As poderosas chefinhas*, o título nos chama a atenção com uma questão intrigante: O termo “chefinhas” foi intencionalmente usado para expressar ironia ou, de fato, quem a escreveu se contradiz ao abordar a altivez do comando exercido por mulheres, caindo na armadilha do senso comum que fragiliza a imagem feminina?

Para além do título, a matéria em si parece também deixar em aberto a legitimidade da representação viciosa das mulheres que ocupam altos cargos como temperamental, ciclotímica, autoritárias, insensíveis, entre outros atributos ligados a uma pessoa que não é frustrada por ter priorizado a carreira e vida pública de um modo geral.

A possibilidade de haver mulheres que conseguem conciliar realização pessoal com profissional até é comentada e exemplificada pela entrevistada Daniela Falcão, diretora de redação da *Vogue Brasil*, mas a matéria em si não chega a apresentar argumentos concretos contrários à estereotipação descrita, apenas elenca vários casos de mulheres da vida real e da ficção que enquadram-se no perfil culturalmente construído.

Ainda no depoimento referido há uma contradição quando a chefe diz que luta, mas sente-se atentada em ceder ao que chama de “maldita herança genética” ao referir-se ao falacioso estereótipo.

Já em *O triunfo da informação — ainda que tardia*, a abordagem sobre práticas abortivas, ao ser tratada por uma repórter estudiosa do assunto, Cristiane Segatto, vem a nos oferecer uma rica discussão sobre o assunto, sempre reiterando o direito de escolha da mulher sobre o próprio corpo e sobre temas ligados à saúde pública.

Já no início da reportagem, a redatora faz uma crítica severa ao que chama de “desperdício de energia” com a elaboração de um projeto que pretende, segundo suas palavras, “coibir abortos aumentando um pouco mais a dor e a humilhação das vítimas de violência sexual”.

Segatto denuncia, ainda, ao longo de sua matéria, os dados científicos que desconstruem a argumentação na qual se baseia o projeto e oferece estatísticas que comprovam o quão é mais vantajosa a legalização. Além do percurso descrito, ela ainda apresenta uma breve contextualização histórica da discussão no Brasil, e conclui sua redação oferecendo ao leitor uma perspectiva otimista afirmando ser pouco provável que a presidenta Dilma sancione a lei e apostando na juventude protestante, considerando-a bastante consciente de seus direitos.

Na matéria intitulada *Meu primeiro assédio*, como a campanha de mesmo nome já havia sido tratada no primeiro texto da reportagem (*A primavera das mulheres*), a repórter Marina Caruso vem a aprofundar a discussão com relatos de experiências pessoais que denunciam e problematizam as relações abusivas que acontecem em instituições de ensino.

Ao tratar do assédio que sofreu de um professor, Caruso reitera diversas vezes o quanto o comportamento do assediador pode ser fortalecido pela docilização das mulheres, ora preparadas para sentirem-se culpadas pela postura abusiva, ora instruídas a sentirem-se “desejadas”, “recatadas” e afins.

Além disso, um outro fato que chama a atenção na busca pela superação de tabus é a liberdade com a qual a redatora assume publicamente o quanto exerceu sem pudor comportamentos moralmente condenáveis pela nossa sociedade em relação ao exercício da sexualidade da mulher.

Por último, uma entrevista com Margareth Rago, historiadora da Unicamp encerra a reportagem em tom de celebração pela ascensão de diversos grupos de jovens brasileiras ativistas.

Sobre tal fenômeno, a Fundação Perseu Abramo, realizou uma pesquisa¹⁰, em agosto de 2010, que vem a oferecer um panorama sobre a situação das mulheres e a ideologia de gênero nos espaços público e privado. Segundo os dados apresentados pelo estudo, é possível perceber uma maior conscientização sobre a existência concreta do machismo entre homens (90%) e mulheres (94%). Sobre o reconhecimento da importância e adesão à ideologia feminista por parte das brasileiras, é possível afirmar que, independente de se considerarem ativistas ou não, metade das mulheres apreciam o movimento, identificando-o como a luta por igualdade de direitos em geral (27%), por liberdade e independência das mulheres (26%) e por direitos iguais no mercado de trabalho (7%).

Considerando este horizonte, a entrevistada, então, conclui sua análise fazendo um balanço da popularidade e visibilidade que o movimento feminista vem alcançando na modernidade. Ao afirmar que “o feminismo está na moda” e “virou pop”, ela se refere à grande adesão e empatia que a luta tem conquistado.

10 Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf>. Acesso em: 22/04/2016, às 17h.

Considerações finais

A despeito da instituição da mulher enquanto sujeito político (Ávila, 2005), alcançada pelo legado da luta feminista, nossa sociedade permanece sob os efeitos de uma hierarquia velada que concede plenos poderes às instituições patriarcais.

Pelo fato de ser velada, faz-se cada vez mais urgente o engajamento das mulheres no enfrentamento às velhas e novas formas de dominação. É preciso que, independente da identidade sexual, estejamos todos vigilantes a comportamentos reproduzem práticas misóginas, seja por empatia à causa, seja pela carga de intolerância, e conseqüente ameaça aos Direitos Humanos, nelas contida.

No que se refere aos turbulentos conflitos que perpassam as relações estabelecidas entre as mulheres e a mídia, é possível afirmar que ocorrem em virtude de choques ideológicos, uma vez que muitos veículos de comunicação deixam de prestar serviço ao debate público e, em detrimento das diversidades, consideram apenas os interesses privados dos patriarcados que beneficiam e/ou mantêm a existência de determinados canais.

Apesar de inúmeros casos que comprovam a teoria do agendamento da pauta midiática, diante da grande visibilidade conquistada pelo movimento feminista na modernidade, cujos manifestos têm invadido espaços de grande notoriedade pública — em especial, as redes sociais e as ruas —, diversas esferas da grande mídia sentiram-se impelidas a tomar como pauta a primavera das mulheres.

Nessa perspectiva, através da análise do conteúdo do objeto contemplado por este estudo, foi possível perceber o quanto a força do movimento feminista tem impactado a popularização das causas defendidas pelas ativistas. Elas têm conseguido, para além de visibilizar os direitos conquistados, tornar públicas as reflexões sobre a experiência de ser mulher e as inúmeras violações do sujeito identificado por este gênero em decorrência de mitos culturais, atrelados ao machismo, que, racionalmente, não se sustentam numa sociedade democrática.

Referências

ABRAMO, Perseu. **Pesquisa sobre Democratização da Mídia**. Disponível em: http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/fpa_pesquisa_democratizacao_da_midia_0.pdf. Acesso em 22/04/2016, às 16h.

_____. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado.** Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf>. Acesso em 22/04/2016, às 17h.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos Todos Feministas.** Tradução: Christina Baum. 1a ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo, cidadania e transformação social. In: Ávila, M.B (org.) **Textos e imagens do feminismo. Mulheres construindo a igualdade.** Recife. SOS Corpo, Gênero e Cidadania. 2001.

_____. Os Direitos Sexuais devem ser uma pauta constante do feminismo. In: **Jornal da Rede Saúde**, n 24, dezembro de 2001.

ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo como sujeito político. In: SILVA, Carmen, Ferreira, Verônica e Ávila, Maria Betânia (org). **Mulher e Trabalho.** Edições SOS Corpo, Recife, 2005.

BONACCHI, Gabriela. **Entrevista, Caderno Mais, Folha de S. Paulo.** São Paulo, 23 de agosto, 1998.

LIMA, Venício Artur de. **Mídia: crise política e poder no Brasil.** São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

_____. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: HARVEY, David, MARICATO, Ermínia, ŽIŽEK, Slavoj et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2013.

VELOSO, Ana Maria da Conceição. Mulher e mídia no Brasil: “uma pauta desigual”? In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane R. de; ZANELLO, Valeska (orgs.). **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas.** Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2014.

SAFFIOTI, Heleith. **A mulher na sociedade de Classes: mito e realidade.** 3. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

A OBJETIFICAÇÃO DA MULHER NAS CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS: VIOLÊNCIA VELADA NOS ANÚNCIOS BRASILEIROS DE CERVEJA

Olga Kahena David Lima
Universidade Tiradentes
olga.lima13@hotmail.com

Resumo

O presente artigo visa fazer um estudo sobre o uso da imagem feminina nas campanhas publicitárias que vinculam seu conteúdo em rede nacional, de forma a entender como os padrões tão amplamente divulgados por essas mídias divergem do verdadeiro perfil da mulher moderna. O trabalho terá como escopo ampliar o entendimento de violência contra a mulher, trazendo em análise a sua “objetificação” como uma forma de violência velada que se faz presente nas propagandas de cerveja - principalmente. Através de um olhar crítico e alicerçado em ampla pesquisa, o texto trará em evidência a prática publicitária que hipersexualiza e estereotipa a mulher - indo de encontro aos ideais de igualdade de gênero e a luta pelo empoderamento feminino - com o intuito de expurgá-la de nossa comunidade.

Palavras-Chave: Estereótipos; Gênero; Violência contra a Mulher; Campanhas Publicitárias; Objetificação da Mulher.

Introdução

Ao analisar as campanhas publicitárias que possuem o público-alvo – de maneira geral – masculino, com uma abordagem crítica, podemos verificar a grande conexão entre a cultura da sociedade patriarcal – em que o homem provedor teria um domínio sobre a casa e todos os seus integrantes – e a figura objetificada da mulher – sendo ela vista apenas como coisa, que possui o dever de satisfazer as vontades do homem e cuidar dos afazeres domésticos.

A mulher, como ser social, possui um histórico de discriminação, que se encontra enraizada em nossa cultura. Elas não tinham direito ao voto, não poderiam trabalhar fora de casa, eram obrigadas a arranjar um bom casamento e se portarem como belas damas recatadas e devotadas ao lar.

Apesar de o discurso parecer antiquado, e da mulher moderna ter hoje o direito ao voto, se mostrar cada vez mais presente no mercado de trabalho e ter uma perspectiva empoderada de se tornar autossuficiente, o comportamento misógino prevalece em ocasiões pontuais - como a utilização da imagem objetificada da mulher em determinadas propagandas.

Com a produção do presente resumo expandido, objetiva-se a análise da maneira como a mulher vem sendo representada pelas campanhas publicitárias de cerveja, também abordando uma breve visão das propagandas que utilizam a imagem feminina de uma forma geral, e de que maneira essa representação da mulher é vista pela sociedade.

Empresas que usam meios visuais para a publicidade de seus produtos possuem a necessidade de constante inovação, de forma a chamar a atenção do seu público-alvo e consumidores em potencial. No intuito de seguir o escopo proposto pelo trabalho, os anúncios estudados de forma empírica serão propagandas de cerveja, em decorrência de serem as campanhas que mais utilizam a imagem da mulher de forma a “objetificá-la” – conforme será exposto ao longo do texto. Dessa forma poderemos observar a gritante “coisificação” da mulher e sua hipersexualização quando se trata de campanhas publicitárias.

Metodologia

O trabalho desenvolveu-se a partir de pesquisa bibliográfica de artigos científicos e recortes de jornais e revistas, classificando-se – principalmente - como documental. Foram feitas também leituras minuciosas em decisões geradas

pelas reclamações feitas ao Conar¹ relacionadas ao tema. A coleta de dados foi norteada pela pesquisa “Representações das mulheres nas propagandas na TV”², além da averiguação empírica de anúncios e campanhas publicitárias que serão feitas ao longo do artigo.

O método escolhido para a produção do texto em mãos foi o hipotético-dedutivo, onde a hipótese proposta é a de que existe uma violência velada contra a mulher nas campanhas publicitárias e por meio da dedução, utilizando a pesquisa, existirá a sua comprovação ou não.

Resultados

Em busca do empoderamento e de um espaço maior na sociedade, a mulher tem se mostrado cada vez mais presente em locais que antes eram ocupados apenas por homens, e assumindo posições que antes eram ocupadas – quase que exclusivamente – por eles.

Essa luta pela imagem independente e autossuficiente pode levar a exposições que são frequentemente suscetíveis ao desrespeito e que conforme expõe Lourenço, Artemenko e Bragaglia (2014) raramente, o julgamento desrespeitoso, é encarado como uma reação errada.

Ao analisar as decisões provenientes de denúncias feitas ao Conar sobre publicidades impróprias entre março de 2014 e fevereiro de 2016, chegamos ao total de 55 casos onde a campanha publicitária atingia de forma negativamente a mulher, entre elas, 16 eram propagandas de marcas de cerveja.

Entrementes, segundo o Levantamento Nacional de Álcool e Drogas feito pelo INPAD³, entre 2006 e 2012 o consumo feminino de álcool aumentou em 2%, sendo que entre elas, a porcentagem de quem bebe regularmente – ou seja, 1x/semana ou mais – pulou de 29% para 39%. Logo, a campanha publicitária das cervejas deveria ser projetada para atingir ambos os sexos. No entanto, o que vemos é a objetificação feminina, como será mostrado a seguir.

Através da metodologia empírica, a busca de dados sobre anúncios publicitários recentes de grandes marcas de cerveja, pode obter os resultados que

1 Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária

2 Trata-se de pesquisa quantitativa domiciliar com aplicação presencial de questionário estruturado realizada pelo Data Popular e Instituto Patrícia Galvão entre os dias 10 e 18 de maio de 2013, entrevistando 1.501 homens e mulheres maiores de 18 anos, em 100 municípios de todas as regiões do Brasil.

3 Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do Álcool e Outras Drogas.

serão demonstrados. A campanha da Cerveja Itaipava, vinculada no verão de 2015, merece destaque e será apresentada como resultado principal da pesquisa – devido a grande comoção do público para que fosse retirada do ar.

Na Figura 1 poderemos observar o texto “20% casa. 30% comida. 50% roupa lavada. Itaipava a cerveja 100%”. Fica evidente a comparação entre a mulher e a cerveja, dando o mesmo tratamento às duas, como simples produtos. Entrementes, a colocação do texto de conotação machista – onde a mulher deve ser a responsável pela casa, pela comida e pela roupa limpa do homem – reflete uma realidade de violência velada.



Figura 1: Disponível em: <<http://www.festivalmarginal.com.br/porai/nao-deixe-o-comercial-machista-passar/>> Acesso em: 26 de abril de 2016.

Sobre as denúncias feitas à propaganda em questão, o Conar decidiu pelo seu arquivamento, considerando que não ultrapassavam as recomendações presentes no Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, como poderá ser lido a seguir:

O Conar recebeu, até a data do julgamento desta representação, aproximadamente 125 reclamações de consumidores contra campanha em TV da cerveja Itaipava, abrangendo cinco filmes. Os consumidores consideraram as peças publicitárias inadequadas por apresentar tratamento desrespeitoso à figura feminina, machismo e apelo excessivo à sensualidade. Mais reclamações foram recebidas pelo Conar durante a tramitação do processo e após a divulgação da decisão do Conselho de Ética. Em sua defesa, anunciante e agência explicaram os contornos da campanha e negaram as acusações dos consumidores. Consideram que os filmes se valem do bom humor e não ultrapassam as recomendações do Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária. O relator propôs o arquivamento. [...] Para o relator, a questão focal em discussão neste caso é diferenciar erotismo de sensualidade e, citando Edgar Morin, considerou que os filmes se inclinam para a sensualidade. “Com absoluto respeito às consumidoras que entervêm nos anúncios desrespeito à figura feminina, vejo-os no limite, exaltando a beleza da mulher com bom humor, sem transformar o apelo à sensualidade no principal conteúdo da mensagem”. [...] A conselheira (Cármen Lúcia) autora do voto divergente registrou sua opinião: “reputo excessiva a exploração da figura feminina e, mais especificamente, da figura do corpo da mulher como apelo central e único para divulgação da cerveja que, diga-se de passagem, chega a ficar secundária nos anúncios”. Ela sugeriu ao menos a advertência ao anunciante e sua agência. (CONAR, 2015).

Na mesma campanha publicitária da Cerveja Itaipava, onde o slogan seria “A Cerveja 100%”, em outra propaganda – ainda com a mesma modelo⁴ – faz o uso da imagem e do jogo e palavras de forma ainda mais pejorativa. Como poderá ser observado na Figura 2, duas embalagens de cerveja com quantidades diferentes – uma lata de 350ml e uma garrafa de 300ml – estão nas mãos da figura feminina esbelta, de corpo torneado e busto saliente, sendo que logo abaixo de um dos seus seios existe a indicação de 600ml – tornando-se evidente que trata-se do volume do silicone – e a mensagem “faça a sua escolha”.

4 Aline Riscado, bailarina.

Comparando, novamente, a mulher à cerveja, de forma a “objetificá-la” como ser impensante e somente digno de atenção por seus atributos sexuais.



Figura 2: Disponível em: <<http://www.festivalmarginal.com.br/porai/nao-deixe-o-comercial-machista-passar/>> Acesso em: 26 de abril de 2016.

Segundo a revista Exame⁵, publicação de junho de 2015, o Conar fez a orientação para que o banner exposto na Figura 2 fosse retirado de circulação, já que existia “apelo excessivo à sensualidade”.

Apesar de enrustida, as duas imagens publicitárias apresentam uma violência contra a mulher que raramente é identificada. Ao compará-la com uma

5 Reportagem disponível em: <<http://exame.abril.com.br/marketing/noticias/conar-pede-suspensao-de-campanha-da-itaipava>> Acesso em: 26 de abril de 2016

cerveja, podemos ver a desvalorização moral e o deboche público da figura feminina. Segundo o site do Governo Federal⁶, em publicação no Portal Brasil, uma das formas de agressões que são consideradas violência é a humilhação, a desvalorização moral ou deboche público – que são consideradas tipos de violência emocional.

Para analisar de que forma a população tem recebido esse tipo de publicidade, a pesquisa “Representações das mulheres nas propagandas na TV” apresentou os dados necessários para a produção do artigo. A metodologia utilizada foi a apresentação de frases para os entrevistados para que eles respondessem se concordavam, discordavam ou eram indiferentes, além da apresentação de sentenças que deveriam ser escolhidas como a que combinaria mais para a situação proposta pelo entrevistador.

A princípio ficou claro que pouco mais da metade dos entrevistados discordaram que “as propagandas na TV mostram a mulher da vida real”, como mostra a Figura 3.

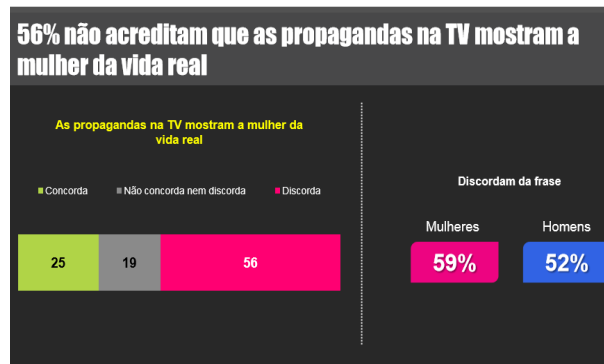


Figura 3: Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2012/05/representacoes_das_mulheres_nas_propagandas_na_tv.pdf> Acesso em: 26 de abril de 2016

A pesquisa, em uma de suas seções, fez a utilização de um cartão com a seguinte pergunta “qual das frases abaixo combina mais com a imagem da mulher em propagandas de televisão”: a) a mulher ativa e independente; b) a mulher objeto sexual/ reduzida a corpo e bunda; c) a mulher profissional bem-sucedida; d) a mulher que tem corpo bonito e é inteligente; e) a mulher dona de casa; f) a mulher mãe e esposa carinhosa. Apesar de 67% afirmarem que a

6 Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/12/violencia-contra-mulher-nao-e-so-fisica-conheca-10-outros-tipos-de-abuso>> Acesso em: 26 de abril de 2016

primeira opção seria a que combina com a realidade, 58% dos entrevistados “entendem que as propagandas na TV mostram a mulher como objeto sexual”, a Figura 4 poderá trazer uma melhor visualização dos dados obtidos.

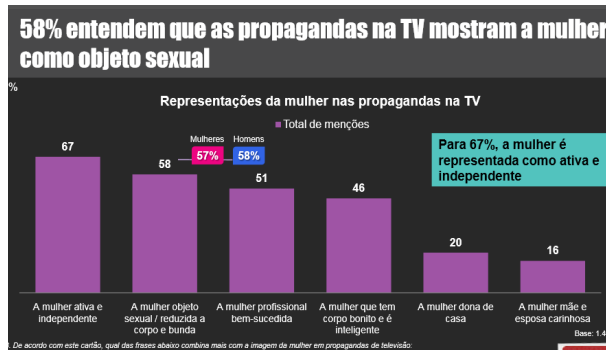


Figura 4: Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2012/05/representacoes_das_mulheres_nas_propagandas_na_tv.pdf> Acesso em: 26 de abril de 2016

No entanto, o dado mais alarmante surgiu quando a frase onde os entrevistados deveriam responder se concordavam, discordavam ou eram indiferentes foi: “As propagandas na TV usam o corpo da mulher como chamariz para promover a venda de produtos e serviços”. A esmagadora maioria – 84% - concordou com a sentença, como poderá ser observado na Figura 5.

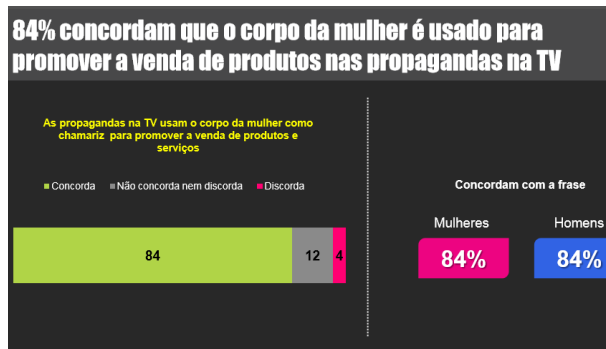


Figura 5: Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2012/05/representacoes_das_mulheres_nas_propagandas_na_tv.pdf> Acesso em: 26 de abril de 2016

Dessa forma, os resultados obtidos através das pesquisas foram que a mulher tem sido figurada nas campanhas publicitárias de maneira que mais da metade da população brasileira a vê como objeto sexual. A imagem feminina representada

se distancia da realidade. Segundo Lourenço, Artemenko e Bragaglia (2014) os meios de comunicação contribuem para que os estereótipos do século passado se perpetuem, ou seja, a mulher tende a aparecer submissa ao homem e não existe um nexos imediato para que a figura feminina seja utilizada.

Discussão

Em meados de abril de 2016 a Revista *Veja*⁷ causou grande burburinho nas redes sociais ao descrever Marcela Temer⁸ como “bela, recatada e ‘do lar’”. Em uma reportagem pequena, Juliana Linhares descreve uma mulher que dedica sua vida apenas a cuidar da casa, do filho e de sua beleza, alimentando o estereótipo da mulher submissa, dona de casa e objetificada por sua feminilidade.

A representação de uma mulher “do lar” presente na reportagem da *Veja* (2016) era recorrente nas campanhas publicitárias de 1940 e 1950, onde a figura feminina conservadora e de líder doméstica era caracterizada com um toque – enrustido – de sensualidade (MARCONDES, 2001, p.34-35).

A partir da década de 70, a mulher ganhou mais espaço na sociedade, através das lutas feministas, e com isso tornou-se figura mais presente nas propagandas. No entanto, a objetificação sexual tornou-se mais evidente. Heldman (2012) define objetificação sexual como o processo de tratar uma pessoa ou representá-la como um objeto sexual, alguém que serve apenas para dar prazer ao(s) outro(s). Por definição, objetos podem ser comprados e vendidos, o que tira completamente a ideia de que a pessoa objetificada possui vontades ou sentimentos, e se os possuí-los poderão ser ignorados sem problemas.

Podemos aqui retornar à Figura 02, onde existe o claro desinteresse pela imagem individual da mulher. Na campanha da Itaipava o foco não era sequer a cerveja, mas sim a cirurgia estética de implante de silicone que a modelo teria se submetido e quantos mililitros a prótese teria.

Esse tipo de propaganda passa despercebido por agradar aos homens, mesmo que a mulher sequer tenha sido considerada um ser humano com vontades na peça, em vez de apenas uma boneca ou uma imagem. (LOURENÇO, ARTEMENKO E BRAGAGLIA, 2014, p.09).

7 Matéria disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bela-recatada-e-do-lar>>, acesso em 26 de abril de 2016

8 Casada com o atual vice-presidente do Brasil Michel Temer

As campanhas publicitárias de cerveja são as que mais utilizam da imagem feminina, usando-a como atrativo para o aumento de vendas, e sempre justificando as escolhas de suas peças com o humor.

O tratamento machista que as mulheres recebem nas propagandas de cerveja causa revolta em parcelas pontuais da sociedade. Mais de 125 reclamações contra a campanha da Cerveja Itaipava apresentada alhures foram efetuadas, no entanto, esse número deveria ser maior, já que, segundo o IBGE, somos mais de 200 milhões de brasileiros.

Conclusões

O estudo proposto mostra que o uso da imagem da mulher, com o intuito de atrair consumidores em potencial, é muito usado em campanhas publicitárias, principalmente de grandes marcas de cerveja.

A busca por uma sociedade igualitária e sem distinção entre os sexos se mostra extremamente fragilizada, principalmente quando a representação do feminino nos veículos publicitários retrata uma mulher hipersexualizada, “objetificada” e submissa.

Podemos afirmar que a imagem divulgada nas propagandas não representa a mulher brasileira, mas cria uma versão de como a sociedade espera que ela seja. As campanhas criam rótulos, padrões de comportamento e estereótipos. Em um país onde a luta pelo fim desses padrões encontra-se a pleno vapor, esse tipo de mídia não pode continuar sendo aceita e divulgada da maneira como é.

A violência contra a mulher se mostra em sua forma mais velada, quando a desvalorização moral da mulher, ao ser comparada a produtos, se torna corriqueiro e irrelevante. Faz-se necessário um trabalho de conscientização, não apenas na população e nas grandes empresas de marketing, mas também no próprio Conar, para que exista a devida proibição de propagandas onde a mulher torna-se coisa, e seu corpo se faz presente apenas com a intenção do aumento de vendas, ou como chamariz.

Referências

CONSELHO NACIONAL DE AUTOREGULAMENTAÇÃO PUBLICITÁRIA. Disponível em: <<http://www.conar.org.br/>> Acesso em: 06 de maio de 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Sensual demais”, propaganda da Itaipava é suspensa por conselho.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/06/1645400-conselho-publicitario-manda-itaipava-suspender-propaganda-sensual-demais.shtml>> Acesso em 06 de maio de 2016.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>> Acesso em: 08 de maio de 2016.

INPAD. **Consumo de álcool no Brasil: Tendências entre 2006/2012.** Disponível em: <<http://inpad.org.br/lenad/resultados/alcool/resultados-preliminares/>> Acesso em 06 de maio de 2016.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Representações das mulheres nas propagandas na TV.** Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2012/05/representacoes_das_mulheres_nas_propagandas_na_tv.pdf> Acesso em: 06 de maio de 2016.

LINHARES, Juliana. **Marcela Temes: bela, recatada e “do lar”.** *Revista Veja*, Brasil, 18 abr. 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bela-recatada-e-do-lar>> Acesso em: 06 de maio de 2016.

LOURENÇO, Ana Carolina Silva, ARTEMENKO, Natália Pereira, BRAGAGLIA, Ana Paula. **A “objetificação” feminina na publicidade: uma discussão sob a ótica dos estereótipos.** Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2014/resumos/R43-1169-2.pdf>> Acesso em: 06 de maio de 2016.

REVISTA EXAME. **Conar pede suspensão de campanha da Itaipava.** Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/marketing/noticias/conar-pede-suspensao-de-campanha-da-itaipava>> Acesso em: 06 de maio de 2016.

SANTOS, Patrícia Melo Neves dos. **A figura feminina na publicidade das décadas de 40 e 50: uma análise de suas representações com relação à moda, direção de arte, feminismo e sociedade.** Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/1926/2/20515793.pdf>> Acesso em: 06 de maio de 2016.

BELA, RECATADA E 'DO LAR': UMA ANÁLISE DO DISCURSO DA MATÉRIA QUE PAUTOU O DEBATE DE GÊNERO NAS REDES SOCIAIS

Autora: Renata Barreto Malta
Universidade Federal de Sergipe
renatamaltarm@gmail.com

Co-autora: Suyene Correia Santos
Universidade Federal de Sergipe
suyenesantos@gmail.com

Resumo

O presente artigo parte de uma revisão bibliográfica que discute o gênero como construto cultural e sua performatividade modulada pelo discurso. A partir dessa premissa, propomos a Análise do Discurso de uma reportagem publicada pela Revista Veja online, intitulada *Bela, recatada e "do lar" em abril de 2016, com o objetivo de compreender o conteúdo do discurso e seu ethos, assim como verificar, em alguma medida, seu contexto. Acerca dos resultados obtidos, especificamente a partir dos itens lexicais e técnicas de argumentação, identificamos um modelo de representação da mulher regido pela heteronormatividade e pelo patriarcalismo, assim como percebemos papéis sociais díspares no que se refere ao gênero masculino e feminino. A posição do enunciador no que concerne ao contexto político também faz parte do discurso. Como repercussão, observamos uma avalanche de outros discursos, grande parte de resistência ao modelo de representação ali retratado, mas também conservadores, os quais dão forma a discursos plurais imersos aos sistemas simbólicos midiáticos, pautando o debate de gênero, especialmente nos espaços virtuais.*

Palavras-chave: *Gênero, Análise de Discurso, Revista Veja, Performatividade.*

Introdução

Em 18 de abril de 2016, uma matéria publicada na VEJA online traça o perfil de Marcela Temer, esposa do vice-presidente da República, Michel Temer, e apresenta o título “Bela, recatada e “do lar”. O conteúdo repercutiu nas mídias sociais de forma bastante expressiva e veloz e foi debatido por outros meios de comunicação no ambiente virtual. Propomos, assim, para o presente artigo, primeiramente, uma revisão bibliográfica, apresentada aqui de forma reduzida, a qual nos permita discutir o gênero como uma construção cultural. Características tidas como biológicas, sob uma perspectiva essencialista, são antes interpretações que ganham forma no contexto sociocultural (SILVA, 2014). Mais além, buscamos discorrer acerca do discurso como modulador da performatividade de gênero, ou seja, a identidade de gênero passa a ser construída pelo discurso, baseando-nos nas asserções de Judith Butler (2013). Ademais da trajetória teórica, temos a intenção de analisar a reportagem supracitada por meio da Análise do Discurso, fazendo uso do protocolo de análise proposto por Miguel (2014). Ressaltamos nosso objetivo empírico, compreender o conteúdo do discurso e seu tom, assim como verificar, em alguma medida, seu contexto. Justificamos a presente proposta por considerarmos o significado da reportagem como discurso e seus desdobramentos, especialmente nas mídias sociais, promovendo um debate nos ambientes virtuais e não virtuais acerca da performatividade de gênero, (in)definição de modelos do feminino e suas rupturas. Assim, uma análise científica do conteúdo desencadeador – reportagem em questão – parece-nos de grande importância para a compreensão acurada do discurso proferido e de seu ethos.

Marco Teórico: Movimentos Feministas e a Performatividade de gênero

Os primeiros movimentos organizados por mulheres, com o intuito de conquistarem direitos políticos, até então, exclusivos aos homens - como o voto -, surgiram no final do século XIX, na Inglaterra pós-Revolução Industrial. Conhecidas como as Sufragistas, essas feministas fizeram várias manifestações, durante duas décadas, em prol desse direito, alcançando-o em 1918. O movimento se espalhou por outros países, como Estados Unidos, França e Espanha, ficando conhecido como primeira geração (ou primeira onda) do feminismo. Na década de 1930, o movimento arrefeceu e só tomou impulso, novamente,

na década de 1960, sobretudo nos Estados Unidos e na França, época de convulsão social, com grupos de jovens em várias partes do mundo, reivindicando uma sociedade mais igualitária, pacífica e solidária. Pode-se dizer que um fator importante para o surgimento da segunda onda do feminismo, foi o lançamento, em 1949, de “O Segundo Sexo”, da filósofa Simone de Beauvoir. Nessa publicação, ela critica a neutralidade e universalidade do sujeito e argumenta sobre as posições ocupadas por homens e mulheres na sociedade. “Para Beauvoir, as mulheres são o negativo dos homens, a falta em confronto com a qual a identidade masculina se diferencia” (BUTLER, 2013, p.29).

O renascimento do feminismo ou (segunda onda) surge como um movimento libertário, onde as mulheres almejavam não só ascender no trabalho, mas também lutavam por novas formas de relacionamento e autonomia sobre seu corpo. Durando cerca de 20 anos, essa segunda fase do feminismo deu lugar a uma terceira onda, a partir de 1990, que procurou contestar as definições essencialistas da feminilidade. Esse movimento feminista contemporâneo, no qual se inscreve os estudos de gênero, vai questionar a oposição binária homem/mulher, masculino/feminino.

Expoente dos estudos de gênero, a feminista norte-americana Judith Butler irá problematizar as questões sobre a formação da identidade e da subjetividade, “descrevendo sobre os processos pelos quais nos tornamos sujeitos, ao assumir identidades sexuadas, ‘generificadas’ e racializadas, construídas para nós (e, em certa medida, por nós) no interior das estruturas de poder existentes” (SALIH, 2012, p. 10). Butler conceitua gênero como “ato performativo”, cuja identidade é construída pelo discurso, ou seja, que faz existir o que ela nomeia: um homem “masculino” ou uma mulher “feminina”. Comentando a célebre afirmação de Simone de Beauvoir (1980), de que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, Butler (2013) escreve:

Se o argumento de Beauvoir, de que não nascemos mas *tornamos* uma mulher, está correto, segue-se que a *mulher* em si é um termo em processo, um devir, um construir do qual não se pode se dizer legitimamente que tenha origem ou fim. Como uma prática discursiva contínua, ela está aberta à intervenção e à resignificação. Mesmo quando o gênero parece se cristalizar nas formas mais reificadas, a “cristalização” é, ela própria, uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por diversos meios sociais. Para Beauvoir, nunca é possível se tornar, finalmente, uma mulher, como

se houvesse um *telos* que governasse o processo de aculturação e construção (BUTLER, 2013, p. 58-59)¹.

O que Butler quer dizer é que o gênero é uma “escolha” que implica em interpretar suas normas já existentes, organizando-as de uma nova maneira. Tanto o gênero quanto o sexo e a sexualidade são discursivamente construídos dentro de uma matriz heterossexual de poder, não havendo posição de liberdade para além do discurso (SALIH, 2012). Assim, há uma expectativa da sociedade para com nossa “escolha” do gênero, que não é livre, mas sim, limitada e regida por uma série de opressões. Socialmente, espera-se que os gêneros sejam “*inteligíveis*”- *quando há uma relação de coerência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo*” (BUTLER, 2013, p. 38).

No caso específico das mulheres, Judith Butler propõe alguns questionamentos em relação ao que circunscreve o lugar tido como “corpo feminino”.

É “o corpo” ou “o corpo sexuado” a base sólida sobre o qual operam o gênero e os sistemas da sexualidade compulsória? Ou será que o corpo em si é modelado por forças políticas com interesses estratégicos em mantê-lo limitado e constituído de marcadores sexuais? (BUTLER, 2013, p. 185).

Butler afirma que a morfologia do corpo é o produto de uma matriz, de um discurso heterossexual que dá contornos àquele corpo. Esses corpos são “genericados” desde o começo de sua existência social corroborando o fato de que não há corpo “natural” que preexista à sua inscrição cultural. Sendo assim, ela irá argumentar que o sexo e o gênero podem ser reinscritos, performativamente, de maneira a acentuar seu caráter construído, artificial (SALIH, 2012, p. 88).

Metodologia

Partimos, primeiramente, da pesquisa bibliográfica com o intuito de buscar embasamento teórico relevante à temática apresentada. No campo do empírico, aplicaremos como procedimento metodológico o protocolo de análise apresentado por Miguel (2014), o qual se situa no campo da Análise de Discurso, tendo

1 Grifos da autora

como *corpus* a reportagem publicada pela Revista Veja² - versão online - no dia 18/04/2016, assinada pela jornalista Juliana Linhares, e intitulada “*Marcela Temer: Bela, Recatada e ‘do lar’*”. A escolha do método se justifica pelo fato de se tratar de conteúdo da comunicação, verbal e não verbal, e pela intenção de se observar a construção da mensagem e seu *ethos* discursivo. Segundo Maingueneau (1989), a Análise de Discurso objetiva compreender o discurso como estrutura à medida que o mesmo se mune de significado por parte dos interlocutores.

Assim, considerando as distintas abordagens do método, propomos determinar um protocolo de análise alicerçado da concepção do *ethos* do discurso, buscando verificar não apenas o que é dito, mas como o é. Encontramos no protocolo proposto por Miguel (2014), um sendeiro pragmático que abarca não só a narrativa textual e não textual, como também o contexto no qual a mesma está inserida. Por se tratar de um objeto publicado em ambiente virtual, o qual permite com mais ênfase reações por parte dos usuários, como compartilhamentos e comentários, ressaltamos a pertinência do contexto como, em certa instância, parte do texto. O modelo é composto por três pilares para o entendimento da mensagem: *análise do texto linguístico*, *componentes externos ao texto* e o *contexto*. As três ações se desenvolverão de forma integrada, porém para a compreensão do discurso faz-se necessário separá-las. Cada ação proposta consiste em uma parte da análise a qual nosso *corpus* será submetido.

A primeira fase de análise do texto tem como foco revelar os indícios textuais, sendo esta dividida em três tópicos: o primeiro consiste em compreender os *itens lexicais*, de grande relevância para a composição da mensagem jornalística, uma vez que o vocabulário, as locuções e expressões são a base para se compor o código de linguagem, fundamental na formação de um discurso. O segundo tópico se refere ao encadeamento das *técnicas argumentativas*, onde serão observadas as figuras de linguagem, o fenômeno da ironia, as marcas de pontuação, externando o tom ou o posicionamento que o enunciador assume no discurso, conhecendo, desse modo, seu *ethos*. O terceiro tópico se trata da *destacabilidade*, explicitando tendências do discurso, onde textos posicionados, como título, intertítulo, olho, legenda, devem ser compreendidos como intencionais e de grande relevância.

A segunda etapa da análise se dedica a interpretar os elementos externos ao texto. Neste momento, serão avaliados os elementos que complementam o

2 <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bela-recatada-e-do-lar>

texto, como imagens, cores e cenas. Entendemos esses elementos como complementares por se tratar de uma reportagem jornalista cujo foco central está no texto verbal, ao menos neste caso específico. A terceira fase se preocupa com o contexto ao qual o objeto de análise está inserido. Aqui, alguns itens foram estabelecidos para avaliarmos a abrangência das mensagens no espaço virtual. Apresentaremos um quadro (quadro 1), o qual apresenta de forma sistematizada cada etapa das análises que será aqui realizada.

Quadro 1 – Protocolo de Análise

<p>Protocolo de Análise</p> <p>1. Análise do texto linguístico</p> <ul style="list-style-type: none">1.1 Itens lexicais de destaque1.2 Técnicas de argumentação identificadas1.3 Elementos de destacabilidade <p>2. Componentes externos ao texto</p> <ul style="list-style-type: none">2.1 Fotos/ desenhos/imagens2.2 Vídeos2.3 Cores/cena predominante <p>3. Repercussão - contexto</p> <ul style="list-style-type: none">3.1 Conteúdo presente nas Redes sociais?3.2 Repercutiu em outros meios de comunicação?

1 - Análise do texto linguístico

1.1 Itens lexicais

Neste espaço, abarcaremos os substantivos e seu conteúdo ideológico, explicitamente revelados, assim como advérbios, adjetivos, verbos e expressões que tenham a capacidade de caracterizar o discurso. A utilização do substantivo *sorte*, no início e no fim do texto, remete ao acaso, ou a uma força que atua sobre as nossas vidas, a depender da crença, para explicitar o fato de Marcela e Michel Temer estarem casados, com tom positivo. No entanto, o motivo da *sorte* de um muito se distingue da do outro. Os vocábulos *paixão* e *romântico* se associam aos adjetivos *sofisticado*, *caro*, *badalado*, *estrelada*, para justificar a sorte de Marcela. Aqui está clara a relação entre o romantismo do marido que

se expressa por meio do luxo e da riqueza. Esse universo também se explicita em alguns nomes próprios no decorrer da reportagem, os quais remetem a celebridades, restaurante renomado, profissionais da moda e da beleza, lugares, todos amplamente conhecidos na alta sociedade, como *Marco Antonio de Biaggi; Antiquarius; Grace Kelly; Martha Medeiros; Riviera de São Lourenço*. No discurso está implícito que a sorte de uma mulher está em ter um marido apaixonado e rico.

Já a *sorte* de Temer se descortina de fato no final, quando trechos de um poema escrito por ele revelam a intimidade do casal. Vocábulos como *Flamejante, Incêndios, brasas, fogo*, associados a *consumido* e *dissolvido*, expressam o estado de Temer ao ser tomado pela ardente relação sexual com sua mulher. Assim, está implícito no discurso que a sorte de um homem depende de relações sexuais que o faça sentir-se pleno e satisfeito. Mais além, enaltece a sorte de estar ao lado de uma mulher jovem, *43 anos mais jovem que o marido*. Poderíamos argumentar que o título da reportagem e alguns trechos do texto poderiam ser vistos como antagônicos ao que acabamos de analisar. Adjetivos como *recatada, “do lar”* e *discreta*, os quais qualificam a mulher do vice-presidente da república, não condizem, à priori, com a forma como o mesmo a descreve em seus momentos íntimos. Ponderamos, no entanto, dois aspectos do discurso, o primeiro se refere à mulher no espaço público e o outro no privado. Em público, Marcela é *recatada, discreta, educadíssima, usa vestidos na altura dos joelhos e de cores claras, luzes bem fininhas* e aparece *pouquíssimas* vezes. No privado, *de vermelho, flamejante, olhos brilhantes, lábios rubros*, para satisfazer os desejos do marido. *Dele, restam cinzas, que espalh(a) na cama, para dormir*.

As qualificações de Marcela como modelo de mulher se revelam, também, em outros adjetivos, como *bela, jovem* e *“do lar”*, em alguns verbos como *cuidar, levar, trazer* e nas expressões *primeiro namorado, sonha em ter mais um filho* e *ainda quer ter uma menininha*. Estes associam beleza a juventude, valorizam o cuidado que ela tem com o filho, com a casa e consigo mesma – para se manter bonita –, reforçando que assegurar o bem do matrimônio – casamento, casa e filhos – é papel da mulher. Mais além, a “pureza” de Marcela ao se casar com o primeiro homem com quem se relacionou, reforça a ideia de que a mulher deve “se guardar” para o marido e não tem direito sobre o seu próprio corpo. O sonho de ser mãe novamente também evidencia que a maternidade é o grande objetivo de vida da mulher. Ademais, após ter sido mãe de um menino, o primogênito, a plenitude da mulher se concretiza ao ter uma menina, dando à luz a um casal.

A mãe de Marcela se mostra personagem significativo no discurso. Sua qualificação se dá por meio dos adjetivos *sacudida*, *loiríssima* e *de olhos azuis* e seu papel se expressa em *acompanhou*, *filha adolescente* e *primeiro encontro*. Aqui o discurso expressa características de uma mãe ativa e uma filha passiva. O termo *loiríssima*, não apenas qualifica sua cor de cabelo mas, implicitamente, descortina sua personalidade. Era comum no passado que famílias ricas casassem suas filhas ainda adolescentes com homens muito mais velhos por interesses econômicos. Aqui, minimamente se explicita o empenho da mãe em facilitar o relacionamento de sua filha adolescente e um homem 43 anos mais velho. O texto não valoriza as qualificações profissionais de Marcela, ao contrário, ressalta que seu *Curriculum vitae* é quase nulo, observado nas expressões: “*do lar*”; *Bacharel em direito sem nunca ter exercido a profissão*, *dois concursos de miss*. Está implícito no discurso que não trabalhar fora de casa é um privilégio para mulheres como Marcela. Ponderamos, ainda, como os vocábulos e expressões *primeira-dama*, *braço digital* e *informado* revelam a posição da mulher à sombra do homem, função da primeira-dama como companheira do político, aqui, evidenciando, ainda, a função de mantê-lo informado sobre o que acontece no mundo digital e possa interessar a sua imagem como político.

Os seguintes vocábulos e expressões demonstram o que lhe cabe ao pai e marido (homem). Primeiramente, *blindada*; *segredos*; *receoso*, *protegido*; *seguranças*, explicitam o papel desempenhado por Temer de resguardar a família e protegê-la. Ademais, *telefonemas*, *vídeos de Michelzinho* (filho do casal), *vinho* e *charuto* são regalias garantidas após *um dia extenuante de trabalho*. Essa última expressão também pode ser interpretada como forma de evidenciar que Temer, além de provedor – papel masculino –, é um bom político, que trabalha duro. O contexto político o qual o Brasil enfrenta é evidenciado pelos substantivos e expressões *confusão*, *ânimos acirrados*, *convulsão* e *epicentro*, sendo os dois últimos de outros contextos, relacionados, respectivamente, a sintomas de enfermidade e desastres naturais, como terremoto e maremoto, notoriamente para dar alto grau de relevância à crise. A expressão *quase primeira-dama* explicita que é uma questão de tempo para que ela assumo o seu lugar. Considerando o contexto político, entendemos um posicionamento declarado de que o impeachment da presidente Dilma Rousseff está assegurado.

1.2 Técnicas de Argumentação

O texto se constrói com qualificações e descrições de episódios da vida de Marcela Temer, caracterizando um discurso biográfico. O tom positivo e até

mesmo eufórico, revelado em expressões como *Marcela Temer é uma mulher de sorte*, demonstra a intenção de apresentar a vice-primeira-dama da república como modelo de mulher feliz. O discurso também revela um tom intimista, externado por meio do uso dos apelidos “Mar” e “Mi”, referindo-se a Marcela e Michel, e também de diminutivos como *Michelzinho, cabelo tigelinha, fininha e menininha*. Observamos, ainda, o uso de hipérboles, e por meio delas, o exagero propositado garante o tom dramático do discurso. Essa figura de linguagem se faz presente em *“educadíssima”, pouquíssimas vezes, loiríssima, um dia extenuante de trabalho, ânimos acirrados*. Entre outras metáforas mais lúdicas como *labaredas de fogo, incendiado, restam cinzas, consumido e dissolvido*, as quais se referem aos momentos íntimos do casal, na perspectiva de Temer, estão aquelas que concernem ao estado de crise política do Brasil, fazendo uso de termos normalmente relacionados a outros contextos semânticos e, por analogia, proporcionam ao discurso um tom alarmante como *convulsão política e epicentro*.

1.3 Elementos de destacabilidade

Entendemos que os elementos de destacabilidade, nesse caso, título, subtítulo e legenda possuem a vocação de enunciar e tomar uma posição, transvestidas em “fórmulas”. Eles reforçam aspectos do discurso que comporão o texto como merecedores de evidência. Observamos nos três elementos de destaque a intenção de chamar a atenção para as qualidades de Marcela Temer, enfatizar seus gostos, desejos, assim como os privilégios por estar casada com um homem “romântico”. No título, elemento de maior destaque, lê-se: ***Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”***. Aqui, identificamos a intenção de evidenciar, além da beleza física – da mulher loira, magra, com traços europeus –, adjetivações que valorizam a mulher reservada, pudica, que não expõe o corpo – que implicitamente não tem direito sobre o próprio corpo – e que centra suas atividades no lar, no cuidado dos filhos, casa e marido, reforçando a ideologia patriarcal que exclui mulheres dos espaços públicos. Essa ideologia é evidenciada no subtítulo, onde se lê: ***A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice***. Aqui, a adjetivação *recatada* é representada pela vestimenta de preferência, pela pouca visibilidade – enfatizando que a mulher não deve estar no centro das atenções políticas. Ademais, o sonho de ter mais um filho reforça o adjetivo “do lar”, empregado no título. Como símbolo de beleza,

associado ao *bela*, presente no título, está a juventude e o tom do discurso não apresenta a diferença de idade como um problema para o casal. Pontuamos que o que o subtítulo traz de novo é a expressão *quase primeira-dama*. Ao empregá-la, está explícito, de forma enfática, o posicionamento político do enunciador, levando em conta o atual contexto, em considerar garantido o impeachment da presidente Dilma Rousseff, tratando-se apenas de uma questão de tempo. O terceiro elemento de destaque, legenda da única foto que compõe a reportagem, expressa: **Marcela, mulher do vice, Michel Temer: jantares românticos e apelidos carinhosos**. Aqui observamos um discurso que reduz Marcela a uma figura passiva, *mulher do vice*, ela passa a existir em função dele. Temer se apresenta como protagonista de sua história, quem lhe proporciona a felicidade garantida por jantares românticos e tratamento carinhoso.

2 - Elementos externos ao texto

O único elemento aqui identificado é uma foto de Marcela Temer. Ao analisá-la, identificamos que Marcela é o elemento central, em foco, analogicamente, um modelo a ser seguido. Ao fundo, desfocado, está um cenário de luzes douradas e roxas que se assemelha a um restaurante ou salão de festas luxuoso. A protagonista é situada na parte superior do suposto salão, na mesma altura do lustre, sugerindo que ela se encontra em uma espécie de camarote, em uma posição superior. A vestimenta de Marcela reforça o discurso textual da mulher recatada. O vestido, ainda que possua estampa em tons de verde e vermelho, é predominantemente preto. Ainda que luxuoso, apenas parte dos braços dela está à mostra. A maquiagem suave, o cabelo levemente loiro e preso, a presença de acessórios discretos também são elementos de reafirmação dessa adjetivação. O sorriso no rosto revela uma mulher aparentemente feliz.

3 - Repercussão – contexto

3.1 - Conteúdo presente nas Redes sociais?

Para compreender, ainda que em parte, a dimensão que a reportagem aqui analisada tomou nos espaços virtuais, especialmente nas redes sociais, contamos com um site de busca de hashtags e palavras-chave³, especificamente

3 <http://keyhole.co/>

no Twitter, e de dados fornecidos pelo próprio Instagram no que concerne ao número de postagens com a #belarecatadaedolar, a qual passou a ocupar as redes sociais logo após a publicação da reportagem. No Instagram, até o término deste artigo, foram identificadas 100.695 posts, entre fotos e vídeos, os quais fizeram uso da hashtag aqui mencionada, título da reportagem. Por uma questão de tempo e objetivos propostos, não pudemos avaliar o conteúdo dessas publicações, porém, observamos uma grande quantidade de fotos de mulheres que visavam desconstruir o estereótipo de “recatada” e a restrição ao espaço do lar, por meio de imagens que simbolizavam a liberdade e direito sobre os próprios corpos e a ocupação de outros espaços, públicos e políticos. Outras hashtags surgiram no Instagram como reação ao título da reportagem, como #belarecatadaedaondeeuquiser, claramente como forma de resistência ao modelo de comportamento que restringe a mulher ao ambiente do lar. No Twitter, mensuramos um alcance de 774.355 pessoas, sendo 66% de mulheres e 34% de homens e uma aparição de 1.278.236 vezes na *timeline*, tendo como base a #belarecatadaedolar. No Facebook e Instagram, uma enxurrada de *memes* foram criados, o que impulsionou a própria Veja online a escrever uma reportagem⁴ sobre os mesmos. Publicada em 20/04 e atualizada no dia seguinte, a matéria não é assinada por nenhum jornalista e apresenta em seu conteúdo alguns dos *memes* compartilhados nas redes sociais e considerados pela própria revista como mais engraçados. Todos mostraram, de diferentes formas, resistência ao modelo de comportamento feminino apresentado na reportagem da Veja. Na introdução, lê-se: *Há quem considere que a reportagem endossa o modo de vida de Marcela Temer, e é machista. Outros leram a ironia. E outros ainda simplesmente aproveitaram o título para fazer humor. A interpretação é livre.* Não faremos aqui a análise do conteúdo de forma mais acurada, porém nota-se a intenção de defender uma interpretação livre acerca da reportagem anterior, isentando a revista de ser sexista ou machista.

3.2 - Repercutiu em outros meios de comunicação?

Certamente não conseguiremos apresentar aqui nem parte da repercussão gerada pela reportagem analisada e pelas manifestações de resistência ao seu conteúdo. Para responder a essa pergunta, focamos nossas atenções em outros

4 <http://veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/belarecatadaedolar-os-memes-sobre-a-reportagem-de-veja>

meios de comunicação também presentes no espaço virtual. Perspectivas diferentes foram expostas em várias reportagens e jornais online, como o portal da BBC⁵, que publicou uma entrevista com a historiadora, pesquisadora da história das mulheres brasileiras, Mary Del Priore, que reflete as críticas por parte das internautas como uma visão “intolerante”. A revista Carta Capital⁶ traz uma crítica veemente à reportagem da Revista Veja, classificando-a como retrógrada, pontuando sua intenção, segundo a revista, de enaltecer Marcela Temer como modelo de mulher e de comportamento, numa tentativa de fazer oposição ao que a presidente Dilma Rousseff representa – aguerrida, forte e fora do padrão imposto de comportamento. Uma avalanche de blogs também debateu a reportagem e seus desdobramentos, especialmente os declaradamente feministas e que combatem o sexismo, como é o caso do Geledés⁷, e Plano Feminino⁸, com críticas à reportagem e incentivos à resistência, e alguns com teor religioso, como o blog do Padre Paulo Ricardo⁹ e canal no Youtube da Pastora Elizete Malafaia¹⁰, defendendo a escolha das mulheres pela modéstia e pelo cuidado do lar, esta última propondo inclusive uma companhia nas redes sociais com a publicação de uma imagem indicando que a mulher cuida do seu lar.

Conclusões

Seguindo a trajetória teórica e empírica, buscamos primeiramente realizar uma revisão bibliográfica que nos elucidasse a performatividade de gênero como construída pelo discurso. Assim, sob lentes culturalistas, compreendemos como o discurso define e modela a ação performática no que se refere ao gênero e à sexualidade. Os sistemas simbólicos, como os midiáticos, se mostram, neste contexto, de grande relevância por serem formadores de opinião e nos interpelarem socialmente. Para Silva (2014), é por meio de significados produzidos pelos sistemas simbólicos de representação que os sujeitos dão sentido

5 http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160418_marydelpriore_entrevista_marcella_temer_np

6 <http://www.cartacapital.com.br/politica/bela-recatada-e-do-lar-materia-da-veja-e-tao-1792>

7 www.geledes.org.br/em-meio-crise-o-patriarcado-contrataca/

8 <http://planofeminino.com.br/como-a-bela-recatada-e-do-lar-foi-representada-pela-revista-veja/>

9 <https://padrepauloricardo.org/blog/qual-o-problema-de-ser-bela-recatada-e-do-lar-ii>

10 <http://extra.globo.com/noticias/extra-extra/mulher-de-malafaia-contrataca-campanha-bela-recatada-do-lar-19182417.html>

às experiências. O autor vai além ao afirmar que esses sistemas tornam possível o que somos e o que podemos ou queremos nos tornar. Partindo dessa premissa e observando a dimensão que a reportagem publicada pela Revista Veja online intitulada *Bela, Recatada e “do lar”* tomou nos espaços virtuais, propomos a análise de seu discurso. Fazendo uso do protocolo apresentado por Miguel (2014), buscamos compreender, além do conteúdo em si, o *ethos* do discurso e seu contexto. Concluímos que Marcela Temer é retratada como modelo de mulher feliz e “de sorte”, também traduzido pelo tom positivo e quase eufórico do discurso, remetendo sua sorte a ter como marido um homem apaixonado, romântico e rico. Mesmo que a biografia de Marcela esteja no cerne da reportagem, ela está à sombra do marido, considerando que a sua felicidade depende dele e da família por ele proporcionada, financeiramente e emocionalmente, e todas as suas qualificações são centradas no universo do lar. Ainda que o título prefira não explicitar, o discurso revela que a sorte de um homem depende de relações sexuais que o faça sentir-se satisfeito. Assim, identificamos por meio das análises que a mulher, representada por Marcela, é recatada publicamente e “*flamejante*” no espaço privado, com o intuito de atender aos desejos do marido. O cenário político também faz parte do conteúdo do discurso e o enunciador explicita que a tomada de poder de Michel Temer está assegurada, tratando-se apenas de uma questão de tempo. Aqui, o tom é outro, de alarme no que concerne à crise política que assola o país.

A repercussão gerada pela reportagem nos espaços virtuais pautou por alguns dias o debate acerca da performatividade do gênero feminino. Podemos afirmar que o discurso que reduz a mulher e seu comportamento ao modelo apresentado pela Veja encontra forte resistência, ao menos nas redes sociais, e os dados quantitativos e qualitativos apresentados simbolizam essa resistência. Por outro lado, também provoca reações conservadoras, as quais buscam assegurar o modelo tradicional de família em que a mulher se restringe ao ambiente do lar e ao cuidado do matrimônio, questionado há décadas pelos movimentos feministas. Finalizamos pontuando a relevância do fenômeno tecno-social em curso que democratiza a comunicação e, frente a fluxos multidirecionais, os discursos proferidos pelos meios de comunicação tradicionais – mesmo ocupando espaços virtuais – encontram muito mais embate, e, como no caso aqui analisado, desencadeiam outros discursos, mais plurais, os quais também passam a compor os sistemas simbólicos e a interpelar sujeitos a se posicionarem socialmente.

Referências

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas, Pontes/UNICAMP. 1989.

MIGUEL, Katarini. **Pensar a Cibercultura ambientalista: Comunicação, mobilização e as estratégias discursivas do Greenpeace Brasil**. 2014. 267 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo. 2014.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SILVA T. T. A Produção Social da Identidade e da Diferença. In: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

MASCULINIDADE E FÉ: ESTRATÉGIAS DE CONSUMO NA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS

Soraya Maria Bernardino Barreto Januário
Universidade Federal de Pernambuco
sorayabarretopp@gmail.com

Resumo

Este estudo propõe a análise da emergência de um *ethos* que se mostra como alicerce do ideal de Masculinidade proposto pela Igreja Universal do Reino de Deus. Como objeto, selecionamos um programa televisivo (The Love School) que se transformou numa poderosa marca de produtos da igreja e em um dos seus protagonistas, o apresentador Renato Cardoso, que corporifica, pelo espírito empreendedor de seus discursos de sucesso e felicidade, com a identidade do homem ideal - chamado Intellimen. A proposta da pesquisa é identificar o *ethos* que compõem o arquétipo masculino através dos discursos e ideologias propostos no projeto “Intellimen”. A metodologia será a análise do discurso pautada no aporte teórico de Maingueneau, e na abordagem teórica nos estudos de Gênero propostos por Joan Scott. E à luz dos Estudos das Masculinidades nas teorizações de Raewyn Connel. Com efeito, encontramos padrões discursivos que promovem pedagogias de vigilância que legitimam um modelo de ser homem e de consumo religioso.

Introdução

Os fenômenos midiáticos vêm servindo de cenário a uma realidade mercantilista frenética e em mutação, que se reinventa e reinterpreta constantemente, e que busca inovações com o intuito de fomentar e incentivar o consumo. Segundo Leiss *et al.* (2013), a estrutura que concebe a mídia através da associação ao consumo surgiu como alternativa ao suporte ideológico-político. Nessa lógica consumista a sociedade contemporânea vê-se em constante mudança e permeada por uma fluidez dos valores, antes tão sólidos (MARX e ENGELS, 1998). Neste contexto, os padrões sociais deixam de ser dados, para serem construídos e formatados pela individualidade de cada um. Ao vivenciarmos a modernidade líquida (BAUMAN, 2004), metaforicamente comparada ao estado líquido, devido à sua fluidez e flexibilidade, é possível perceber mudanças importantes experimentadas pela humanidade. Dessa forma, o fixo, o durável, é substituído pelo cambiante, pelo transitório e descartável nas mais diversas esferas sociais, inclusive ao nível das identidades individuais. Kelnner (2001) partilha desta visão de Bauman ao referir que na Modernidade a sociedade se tornou “móvel, múltipla, pessoal, reflexiva e sujeita a mudanças e inovações” (2001, p. 295), ou seja, aquilo a que Stuart Hall (2005) vem chamar de pós-modernidade.

A fluidez de valores da pós-modernidade tem trazido diversas discussões em torno da questão da identidade, especialmente, no campo da comunicação e reforça algumas fragilidades de conceitos essencialistas de uma identidade fixa e imutável em prol de uma outra cambiante e mutável. Até algumas décadas atrás poderíamos dizer que instituições sociais como a Família, a Escola e a Igreja entendidas por Foucault (1979) como preponderantes para uma sociedade de controle, e que propunha uma disciplina social e uma forma de ser e agir, delimitadora de padrões de comportamento eram responsáveis por conduzir os indivíduos em termos de conduta e escolhas pessoais, hoje esse papel é fortemente exercido também pela mídia.

Intellimen, um ideal de masculinidade na IURD

É possível sugerir que a mídia se estabeleceu como elemento mediador nas construções identitárias dos indivíduos. É notória a participação midiática nas representações da prática social carregada por simbolismos que acabam por ocupar um lugar estratégico nas dinâmicas culturais da contemporaneidade. Segundo Martín-Barbero e Grey (2004), tais dinâmicas incorporam

sensibilidades, relações interpessoais e modos de subjetivação do sujeito. Esse sujeito, produzido no interior de formações discursivas específicas (HALL, 2005), é constantemente convocado pela mídia a assumir determinados comportamentos e gostos, o que só é eficaz na medida em que haja identificação com os discursos nela circulantes e com o reconhecimento dos *ethos* resultantes das adesões dos sujeitos a certas posições discursivas. Assim, as palavras, a potência e a força na emergência do *ethos* alude mais à forma de enunciação do que à materialidade discursiva do enunciado, reforçando as palavras de Maingueneau “[...] o *ethos* se mostra, ele não é dito” (2011, p. 71). O termo *Ethos*, de origem grega significa “caráter moral” e utilizado para descrever hábitos e/ou crenças que caracterizam um determinadas sociedades, grupos ou movimentos morais, culturais e afetivos. *Ethos* corporifica significados do modo de ser, do caráter. O *ethos* refere-se ao aspecto ético ou moral que o enunciador incorpora em seu discurso. Nesse sentido, pretendemos compreender como se dá a construção do homem nos discursos propostos no projeto “intellimen” ligado à Igreja Universal do Reino de Deus – IURD.

Podemos sugerir que o *ethos* foi praticamente considerado por Aristóteles como a mais importante das provas da argumentação, podendo ser reconhecido nos diferentes gêneros do discurso, como elemento que se acrescenta: a estrutura composicional, o estilo e o tema característicos de cada gênero já apontados por Bakhtin (2003). A obra de Maingueneau (2006) se incorporou a Análise do Discurso de Linha Francesa, e toma emprestada a noção de *ethos* concebida pelos estudos da Retórica, ampliando-a e aplicando-a a todo e qualquer texto oral ou escrito. Segundo Maingueneau (1997, p. 46), “[...] a Retórica antiga organizava-se em torno da palavra viva e integrava consequentemente, à sua reflexão, o aspecto físico do orador, seus gestos, bem como sua entonação”. Nesse sentido, os Retóricos focavam-se na observação dos discursos falados, já que nesse tipo de análise é possível a análise direta da corporalidade do enunciador, considerando as suas características físicas, que contribuíam também para que o auditório pudesse conceber uma imagem do orador. Assim, pressupõe-se que os enunciadores concebem uma imagem de si, mobilizando assim, uma relação de interação com seus co enunciadores. Os co-enunciadores se baseariam no cogito construído na cultura e no social, normalmente formados por estereótipos estabelecidos socialmente, e atribuem aos enunciadores determinadas características. Tal afirmação permite compreender que o *ethos* é a imagem do enunciador no discurso, enunciador que carrega as marcas sociais e históricas que o constituem e que vão tomar corpo na sua enunciação.

É através desse sujeito e seus enunciados, produzido no interior de formações discursivas específicas (HALL, 2005), que é constantemente convocado pela mídia a assumir determinados comportamentos e discursos, que possibilita a identificação do sujeito com o enunciador e com o reconhecimento dos *ethos* resultantes das adesões dos sujeitos a certas posições discursivas.

Com efeito, é na perspectiva da análise da construção de um *ethos* que se fundamenta o nosso objeto de reflexão: o projeto Intellimen, subproduto da marca The Love School, da Igreja Universal do Reino de Deus – IURD e seu representante, Renato Cardoso, que corporifica, pelo espírito empreendedor de seus discursos midiáticos de inteligência, sucesso e felicidade, como a identidade do homem inteligente, um arquétipo de homem ideal. Tal representação está diretamente relacionado ao consumo simbólico de produtos e serviços atrelados à adesão da ideologia da IURD.

Gênero, Religião e Consumo

Novos papéis, características e perfis vêm sendo definidos para os gêneros, como fenômeno social que envolve na sua concepção a sociedade de consumo e a indústria cultural através da mídia. Com as mudanças conquistadas pelos movimentos sociais, feministas e econômicos ocorridos nas últimas décadas, ocorreram profundas transformações nas relações de gênero. Os movimentos feministas e *gay*, bem como as suas linhas teóricas - os feminismos, estudos *Queer* e estudo das masculinidades - vieram quebrar paradigmas e romper com a tradição patriarcal, exigindo uma nova organização social e política. Ao exigir uma nova ordem social, estes movimentos contribuíram para mudanças significativas na esfera social. No que respeita às relações de gênero, a mulher foi a protagonista. Foi na luta dos movimentos feministas que se começou a questionar o sistema de gênero dominante, dando assim origem a outras lutas como a do movimento *gay* assim como o novo olhar para as questões das masculinidades.

Em contrapartida o protestantismo abriga em sua doutrina alguns princípios éticos e de comportamento social que contradizem toda a lógica pós-moderna. Apesar das constantes renovações da igreja, de já pregarem uma versão menos rígida de épocas atrás. Assim como toda instituição disciplinar (FOUCAULT, 1979), em especial, a Igreja Universal vem disseminando, junto aos seus seguidores e obreiros, pedagogias do ser e do ter (LOURO, 1999), que vem chamando atenção da academia e que ressaltam a forte relação da religião com o capitalismo.

Nesse sentido, é pertinente compreender o que configurou o surgimento e crescimento do neopentecostalismo no Brasil. Segundo Mariano (2005) o pentecostalismo brasileiro pode ter sua história dividida em três ondas da implantação de igrejas. A primeira onda é compreendida com a chegada da Congregação Cristã em 1910 e da Assembléia de Deus no ano seguinte, em 1911. A assembleia se expande geograficamente nesse período como a Igreja protestante nacional. Já a segunda onda pentecostal é dos anos 50 e início de 60, na qual o campo pentecostal que se fragmenta em três grande grupos a Quadrangular (1951), Brasil para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962). Por fim, a terceira onda começa no final dos anos 70 e ganha força nos anos 80. A Igreja Universal do Reino de Deus –IURD, chega em 1977 e é o grande nome do neopentecostalismo, ou da chamada terceira onda. A sua associação enquanto marca e consumo têm relação direta com uma nova forma de pregação introduzida pelas neopentecostais, a teologia da prosperidade. Segundo Mariano (2005) “A teologia da prosperidade valoriza a fé em Deus como meio para obter saúde, riqueza, felicidade, sucesso e poder terreno”(2005, p.158). Isto é, o discurso pautado na glorificação do sofrimento anunciado pelo cristianismo sai de cena e dá lugar a prosperidade. Ou seja, essa teologia ressalta o protagonismo do fiel, que agindo Deus irá operar em sua vida. Tais afirmações corroboram com o nosso objeto de estudo, o homem inteligente, que age certo e racionalmente e, como consequência, obtém o “melhor” que Deus pode dar.

Weber (2000) analisou as causas do desenvolvimento da empresa capitalista no Ocidente, e relatou uma relação entre esse crescimento do capitalismo e a ética religiosa nos países que participaram da Reforma Protestante da Europa. A teologia pregava que ser “presdestinado” significava que Deus havia escolhido o crente para uma vida que permitia o acúmulo de riquezas como fruto do seu trabalho – vocação, como dádiva divina. Segundo Weber (2000), o ascetismo que estruturava o puritanismo protestante pregava a sobriedade, ou seja, o consumismo não permitido, a abnegação fora a palavra de ordem. O autor fez uma crítica ao consumismo, e alega o fenômeno como causa do racionalismo instaurado na sociedade capitalista ocidental e da busca pelo acúmulo da riqueza que deixava de lado a lógica “ético-religiosa”. Para Weber (2000) a ideologia capitalista promoveu o gradual afastamento da religião ocorrido a partir do século XIX.

É pertinente ressaltar que o consumo é um fenômeno complexo, com diferentes discursos que segundo Rocha (2005) podem ser divididos em quatro tipos principais: 1. O discurso hedonista no qual o consumo é visto

como sinônimo de felicidade; 2. O discurso moralista que acusa o consumo como causador de problemas sociais; 3. O discurso utilitário que busca compreender o consumo como forma de conceber mais mercados; 4. O discurso naturalista, que percebe o consumo como algo próprio da natureza humana.

A sociedade de consumo descrita por Baudrillard (2008) pode ser caracterizada por organizar-se de forma dominante: através de relações de consumo e valores associados. Condicionando a produção de produtos e serviços. E, ainda, pelo desejo de expandir-se socialmente na aquisição “do supérfluo”, do excedente. Sanchez-Guzman (1993) a definiu como um “gigantesco aparato produtivo, aliado a um gigantesco processo de aquisição e posterior destruição desses bens e serviços através do consumo” (1993, p.99). Pautado no campo simbólico a sociedade de consumo procura relacionar e fomentar pertencças, identidades. Baudrillard (2008), defendeu a ideia de que os objetos vieram substituir as relações humanas, o que chamou de “celebração do objeto” (2008, p.17). Baudrillard assinalou que estamos envoltos por uma espécie de evidência e espetacularização do consumo e da abundância, concebida na multiplicação dos objetos, dos produtos e serviços, para o autor “vivemos o tempo dos objetos [...] Quero dizer que existimos segundo o seu ritmo e em conformidade com a sua sucessão permanente” (BAUDRILLARD, 2008, p.15). Não é o consumo de objetos que funciona enquanto motor social. Segundo Levy (1999) é o consumo de símbolos que reforça o sentido de identidade das pessoas e servem como elemento de distinção, “o valor de troca-signo é fundamental” (BAUDRI-LLARD, 1996, p.10). “Raros são os objetos que hoje se oferecem isolados, sem o contexto de objetos que os exprimam. Transformou-se a relação do consumidor ao objeto: já não se refere a tal objeto na sua utilidade específica, mas ao conjunto de objetos na sua significação total.” (BAUDRILLARD 2008, p.15-16). Dessa forma, podemos afirmar que os objetos carregam significados que são construídos culturalmente, como o sucesso, a felicidade e a realização.

Para Bourdieu (1989) o objeto não é apenas a satisfação dessa necessidade, é antes o local de uma produção, para satisfazer demandas que surgem a medida que se ascende na escala social. Bourdieu (2005) afirmou que o *habitus*, enquanto princípio gerador de todas as práticas, reside no gosto individual, no entanto, se assemelha entre os membros de uma mesma classe, que definirá os estilos de vida das classes sociais. E portanto, definindo necessidades. Baudrillard (1996) afirmou que o consumo de bens

possui “ uma função social de prestígio e de distribuição hierárquica” (1996, p.10). Sendo assim, “o ponto crucial é que, ao consumir bens, estamos satisfazendo ao mesmo tempo necessidades materiais e sociais” (SCHRODER e VESTERGAARD, 2000, p.5). Canclíni argumentou que “consumir é participar de um cenário de disputas por aquilo que a sociedade produz e pelos modos de usá-lo.” (1995, p. 54). Para o autor os consumidores não entendem o mercado como simplesmente um espaço de troca de mercadorias, mas sim, como parte importante no processo das interações socioculturais mais complexas, onde se destacam a distinção (BOURDIEU, 2005) e personalização simbólica dos bens de consumo.

Pierucci e Prandi (1996) argumentaram sobre essa lógica individualizada associada a religiosidade e ao fenômeno do consumo na religião como uma consequência da secularização e sua transformação num item para o consumo em lugar da força da tradição católica e pentecostal. Prandi complementa que “[...] a religião foi passando pouco a pouco para o território do indivíduo. E deste para o do consumo, onde se vê agora obrigada a seguir as regras do mercado” (1996, p. 260). O fenômeno religioso das neopentecostais no Brasil tem chamado a atenção da academia. Pierucci e Prandi (1996) se referiram a capitalização das instituições religiosas como verdadeiras “empresas franquizadas” e as relacionou com o surgimento a teologia da prosperidade. O autor utiliza a IURD como exemplo desse crescimento das denominações neopentecostais no Brasil e no mundo formando hoje um verdadeiro império.

Segundo a pesquisa de Andrade Jr. (2006, p.77), seus pastores são empreendedores que , em geral, possuem baixa ou nenhuma formação teológica, mas que devem demonstrar grande capacidade de persuasão, retórica e de atração do público no intuito de gerar dividendos para a igreja. Treinados para serem “agressivos” na Comunicação e Marketing, e seus discursos se concentram nas promessas de prosperidade, fartura, emprego, saúde, felicidade conjugal e familiar, na superação das angústias do ser humano e problemas pessoais. Pierruci e Prandi argumentam ainda que as IURDs são exemplos da “religião pela qual se paga” (1996, p. 266). O ato de pagar pela religião é uma experiência muito recente no Brasil, e explica que esse ato difere da tradição católica das doações, pois nunca tiveram o caráter da obrigatoriedade. É no neopentecostalismo que se colocou o pagamento obrigatório da religião por seus adeptos. Com efeito, muitas são as estratégias de incitação do consumo religioso pelas IURDs, dentre eles, o nosso objeto de estudo o projeto Intellimen promovido e criado por Renato Cardoso.

Masculinidade e um ideal de comportamento religioso: uma discussão na perspectiva dos Estudos de Gênero

Ao romper com a ideia do determinismo do sexo biológico em relação ao gênero, Simone de Beauvoir (1980) incorporou a construção social e cultural ao processo de “ser mulher”. O mesmo processo ocorre ao “fazer-se homem”, que deve ser desnaturalizado e que suscita reflexões intelectuais (BADINTER, 1997). Esse processo é individual e social ao mesmo tempo, ao realizar-se diariamente na espacialidade da construção do gênero como elemento identitário fundamental nas relações humanas. O gênero, como alertou Judith Butler (1986), é uma representação e não algo adquirido. O gênero é experienciado de forma cotidiana e as suas práticas permitem a sua existência e transformação. Desta forma, é impossível falar numa única forma de “fazer-se homem”; o que existe na realidade são formas múltiplas. Esse modelo multifacetado de vivências de homens apresenta-se continuamente complexo, contraditório e em mutação, forjando-se em diferentes tempos e espaços.

Podemos afirmar que a fragmentação e a quebra de modelos estatuídos sobre o que é masculino e o que é feminino permitiram aos estudos culturais uma nova visão no processo identitário do ser em relação ao gênero. Segundo Raewyn Connell, “as identidades de gênero são múltiplas” (CONNELL, 2005, p. 65), percebe-se hoje uma rejeição dos valores universais e essencialistas no que diz respeito à masculinidade, à feminilidade e ao gênero de uma forma geral.

Norteados por tal mudança, novos conceitos foram cunhados com a intenção de dar conta dos novos objetos de estudo que emergem deste cenário. Segundo Connell (1985), os estudos de gênero e sexualidade têm promovido mudanças significativas no pensamento das Ciências Sociais e na própria sociedade desde as análises sobre classes ocorridas no século XIX (1985, p.260-261). Nessa perspectiva, o conceito de masculinidade é sem dúvida um dos objetos que começa a ganhar destaque no campo dos estudos de gênero (MATOS, 2005).

A discussão sobre as masculinidades converge no debate em torno da identidade e como ela é estabelecida, por vezes imposta, a partir de certos mecanismos de dominação e de desvalorização das diferenças e das multiplicidades, como por exemplo o binômio, no campo específico da sexualidade. A atribuição de rótulos que ditam modelos cristalizados, demarcam categorias e têm por finalidade fixar as identidades, não devem ser assumidos como um todo ou uma “verdade” absoluta. Assim como existem indivíduos ou grupos que

podem ser representados pela premissa dos padrões culturais, Existe também uma multiplicidade de outros coletivos e individuais, que estão à margem da norma E que são definidos e descritos a partir da referência daqueles que representam os padrões (BUTLER, 2008). Numa sociedade demarcada por padrões universais na qual o homem, caucasiano, heterossexual, com destaque social e financeiro marca o padrão universal, a mulher é, conseqüentemente, definida como o segundo sexo, frágil, submissa. Já os homossexuais são ‘doentes’, anormais e desviantes. No entanto, Butler (2008) chamou a atenção para alguns ‘perigos’ que as questões sobre a identidade encerram. De certa forma o termo identidade possui conceitos instáveis que funcionam como estabilizadores, anulam diferenças criando ‘ilusões’ de uma unidade e igualdade pouco fiável.

Apesar da tentativa de unificar e categorizar a identidade, a pós modernidade impôs-nos novas possibilidades “surgidas da multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis com as quais o sujeito se pode identificar temporariamente, fruto da multiplicação de sistemas de significação e representações culturais” (HALL, 2005, p.43). É possível sugerir, portanto, que estamos assim a assistir a um momento de transição de antigos valores pautados por velhas referências e adquirindo uma nova concepção de valorização social.

Para Pierre Bourdieu (2005), os agentes específicos, como o homem e a mulher, e as instituições socialmente estabelecidas - começando pela família e posteriormente complementadas com a Igreja, o Estado e a escola - são estruturados e estruturantes no processo de naturalização da dominação; isto é, estes agentes tanto têm poder para moldar a sociedade como são moldados por ela. Saliente-se contudo que o pensamento judaico-cristão está impregnado ao colocar o homem no centro de tudo, evidenciando uma tendência misógina. O sagrado está diretamente relacionado com o homem; em contraponto, o pecado é associado ao elemento feminino, tal como na parábola de Adão e Eva. Essa relação de divindade do homem confere legitimidade a um discurso em prol da superioridade masculina. A Igreja, enquanto instituição formadora de sentido, simbolismos e opinião, é detentora de poder e possui um papel fundamental na criação e perpetuação de uma normatividade, até mesmo ao nível de identidades de gênero. É evidente a influência das crenças religiosas na sociedade, ainda que esta esteja a decair (Patriota, 2008). A Igreja tem propiciado o fortalecimento da ideia de inferioridade da mulher por meio de modelos este-reotipados, tipificados nas figuras de Maria e Madalena: a santa submissa às normas vigentes, por um lado, e a prostituta envolta num ambiente promíscuo, por outro.

Ao nortear um conteúdo discursivo pautado nos comportamentos sociais masculinos e/ou femininos, no aconselhamento das relações e de como se “deve viver”, os ideais da construção de um ideal de masculinidade promovidos pelo discurso religioso estabeleceram uma relação estreita entre o estilo de vida e o consumo. Enquanto pensamento primordial, esta relação fomenta a noção de que a posse de determinados objetos e serviços auxiliam no processo de ascensão social e do sucesso nas relações interpessoais, contribuindo em última instância para uma ideologia pautada na ideia de que a felicidade é alcançável pelo consumo. Baudrillard (2008), quando discutiu a “sociedade de consumo”, abordou a noção de que a felicidade está ao alcance de todos. Ou seja, vem ganhando cada vez mais força, de dia para dia, a ideia de que quando se adquire um determinado produto, é possível sentir alegria, realização. Tais estratégias são muito próximas daquelas propostas pela igreja e instituições religiosas na angariação de fiéis. Segundo o autor, consumo e felicidade associam-se a partir do momento em que a cultura industrial retrata, nas suas produções (cinema, publicidade, televisão) personagens que passam a ideia de sucesso e realização porque adquiriram determinado bem material. Baudrillard afirma que “[...] também o miraculoso consumo serve de todo um dispositivo de objetos simulacros e de sinais característicos da felicidade, esperando em seguida [...] que a felicidade ali venha pousar-se (BAUDRILLARD, 2008, p.21). Com os profutos promovidos pelas IURD’s este mesmo argumento é confirmado.

Tal como a mídia tradicional, marcas como o “The Love School” – A Escola do Amor, criada em 2011 pela IURD, é protagonizado por Renato Cardoso e sua esposa Cristiane Cardoso, e têm como produto principal um programa televisivo. “Seu discurso é baseado em premissas de autoajuda e aconselhamentos bem semelhantes à reunião intitulada Terapia do Amor, mas sem mencionar diretamente o nome da igreja” (PATRIOTA; RODRIGUES, 2014). Com vários outros produtos associados a “The Love School”, os protagonistas possuem uma vasta gama publicações, cursos e livros, além da atuação cuidadosa de várias plataformas midiáticas, como blogs, Facebook, Twitter e canal no Youtube. Segundo Patriota (2009) e Lacerda (2006) nos anos 80 houve uma explosão de programas de cunho religioso na televisão brasileira, especialmente as neopentecostais, com o aluguel de espaços nas redes de TV e outras formas de concessões de TV dadas a grupos religiosos.

Com efeito, importa discorrer um pouco sobre os apresentadores. O casal é a fiel retratação dos preceitos conjugais publicitados pela IURD. Cristiane é a filha do Bispo Edir Macedo, fundador e principal figura pública no que toca a

Igreja Universal do Reino de Deus. Cristiane é a personagem principal quando o discurso é voltado para as mulheres e para disciplinalização do comportamento e corpo feminino (FOUCAULT, 1979). Seu afamado livro “A mulher V” são representações das pedagogias culturais (LOURO, 2004) do que seria uma mulher virtuosa. Renato é bispo na igreja, e é pertinente destacar que tais fatos não são relatados de forma explícita no programa. Ambos são autores de livros da pedagogização da vida conjugal (LOURO, 2004), a obra “Casamento blindado” vendeu milhares de cópias no Brasil e exterior. Torna-se evidente a construção de um *ethos* dominante, seja na imagem feminina, propagada por Cristiane, seja na imagem masculina representada por Renato. Nesse sentido, nos centraremos na discussão do *ethos* masculino construído por Renato Cardoso no projeto *Intellimen*.

O projeto *Intellimen*: modelo de masculinidade na IURD

O projeto *intellimen* é mais um dos produtos associados a marca “The Love School”, que também fala de amor inteligente. Foi concebido por Renato Cardoso em 2013 e propaga um discurso embasado na inteligência emocional dos homens “modernos”. Sob o slogan “Homens Inteligentes” o uso de palavras e acentuação demarca fortemente a proposta: 1. Um projeto para homens; 2. Que querem ser inteligentes pelas normas elencadas por Renato. Apesar de não estar explícito no discurso do apresentador e no blog, os adeptos, de forma geral, o conhecem como bispo da IURD. Portanto, pode-se sugerir que tais ensinamentos têm uma ligação com a igreja.

Assim que se acessa ao blog o apresentador convida a audiência para assistir a um vídeo e a leitura de um manifesto. O manifesto inicia com a frase:

“Ser homem antigamente era algo muito simples. Você aprendia duas coisas desde cedo: lutar para se defender e caçar para se alimentar. Quem fazia isso muito bem, se dava muito bem. E levava a garota para casa”.

Ao utilizar as mudanças sociais na contemporaneidade o apresentador discursa também sobre as mudanças na vida conjugal, o que nos sugere a importância da disciplina conjugal e a obediência feminina. Nas teorias da sociedade contemporânea (BAUMAN, 2004; KELLNER, 2001; HALL, 2005) são abordadas essas perdas das referências normativas. E dessa forma, acabam por

reservar a mídia e a igreja, por exemplo, um papel associado ao “aconselhamento” (WINSHIP, 1987) aos indivíduos. No vídeo Renato começa explicando os objetivos do projeto e pede que homens e mulheres prestem atenção e fala: “Você mulher, pode ser a motivação que o seu marido ou filho precisa”. O discurso de Renato nos impõe uma realidade que não está revelada no manifesto, a mulher enquanto público para atrair filhos e marido. Uma das muitas estratégias utilizada pela igreja é o reforço do ideal religioso da ligação entre a mulher e o papel de cuidadora da família. Segundo Salem (2006), enquanto os homens se mostram “mais individualizados do vínculo conjugal e da família” (2006, p.15), as mulheres se revelam mais ligadas aos vínculos familiares e hierarquicos, combinando o atributo relacional com a hierarquia. Enquanto o *ethos* feminino reafirma o valor da família e é fortemente associada à moral relacional, o *ethos* masculino nas camadas reúne atributos associados a hierarquia e individualização. Renato conclui dizendo que “A tua mulher vai andar de joelho todos os dias agradecendo a Deus”, corroborando com o ideal de que uma mulher virtuosa (PATRIOTA; RODRIGUES, 2014).

O projeto é composto por um desafio a cada semana durante um ano. Os desafios englobam desde o financeiro, relacionamento, saúde e a família 53 desafio. Outra estratégia de atrair mais público é a necessidade de um amigo para realizar as atividades propostas nos desafios.

O programa sugere a incitação de comportamentos e hábitos de compra de um estilo de vida, o “consumo coloca-se como escolha com vista à construção de uma identidade” (ABERCROMBIE e LONGHURST, 1998, p. 45), com uma “[...] visão mais positiva, já não é visto como um produto mais ou menos forçado por uma economia capitalista, mas como um conjunto de escolhas feitas pelos consumidores para construir uma identidade [...]” (ibidem, 1998, p. 45). E esta identidade concebida pelas instituições disciplinares, como é o caso das igrejas, e pela indústria capitalizada pela cultura de consumo, representa um novo espelho social para homem, carregado de estereótipos de gênero e de novas necessidades de consumo.

Junto ao projeto intellimen, em parceria com sua esposa Cristiane Cardoso, Renato lançou dois livros “Casamento Blindado” e “120 minutos para blindar seu casamento”, no livro o casal ensina várias técnicas de disciplinarização (FOUCAULT, 1979) da mulher e do homem. O livro é composto por diversas pedagogias (LOURO, 2004) e “conselhos” (WINSHIP, 1987) que disciplinam os fiéis da IURD como prover um casamento feliz. Além dos livros, Renato está à frente da marca e do programa apresentado pela TV Record “The Love School”,

das publicações como revistas e livros e de consumos de luxo como o Cruzeiro “The Love School”.

De acordo com os apontamentos de Campbell (2001, p.90), o *ethos* do consumo moderno é assinalado por uma devotada e incessante busca da possibilidade de realização de uma vida melhor. O pensamento de uma cultura de consumo (BAUDRILLARD, 2008) constitui-se como um dos argumentos explicativos da própria dinâmica cultural na modernidade tardia. Com a flexibilização da produção, responsável por gerar um consumo diversificado, produziu-se uma nova forma de experienciar a cultura. Essa experiência ficou marcada pela fragmentação dos significados sociais, tornando-se responsável por um movimento constante de individualização, orientado pelas práticas consumistas.

Segundo Canclini, “Quando selecionamos os bens e nos apropriamos deles, definimos o que consideramos publicamente valioso, bem como o modo como nos integramos e nos distinguimos” (2001, p.21). O significado que damos a certos objetos deriva da capacidade de estes atuarem como indicadores de pertença social e que fomentam a aspiração a estar dentro de certos grupos. O casal em si, Renato e Cristiane, e os produtos que representam perfazem essa ideia de pertença, ao se verem no papel dos “personagens” criados pelo Bispo e sua esposa, jovens e bem-sucedidos aspiram aquele estilo de vida.

Assim temos a constituição do *ethos* de Renato como o *intellimen*, um homem jovem, casado com uma bela mulher obediente, vencedor, feliz, provedor, pai e caridoso. Renato propõe que esse projeto (que se coloca como gratuito, apesar de atrelado à diversos produtos) é um forma de ajudar milhares de homens e famílias. Tais características compõem parte da enunciação de ordem pré-discursiva postulada por Maingueneau (2011), o enunciador já ocupa um espaço de reconhecimento social. Aspectos que ele ressalta na ordem discursiva, em suas falas, sobre o projeto *Intellimen* e o programa The Love School e que versam sobre o homem inteligente e provedor retratado nos Provérbios bíblicos. Exaltam como a sua masculinidade é dominante, forte e idealizada construídas nos preceitos da patriarcalidade. Apoiando-se nos postulados de Connell (2005), a audiência se coloca como “cúmplice” dessa masculinidade hegemônica (CONNELL, 2005) e difunde tais representações sociais estereotipadas de um modelo ideal de homem e de mulher que foge a todos as mudanças sociais já elencadas no que cerne os papéis sociais e os estudos d gênero. A enunciação se sustenta, e portanto, reforça a superioridade da identidade masculina e o lugar de submissão da identidade femina na IURD.

Considerações finais

Renato Cardoso é a corporificação do Intellimen, o homem ideal. Ao representar esse homem fiel, temente a Deus, provedor e vencedor ele propaga um estilo de vida e um ideal de consumo, muitas vezes, simbólico. Esse ideal consumista moderno (CAMPBELL, 2001) corrobora com a enunciação e estímulos propagado pelo bispo em seus diversos produtos, vende um *status*, um modelo de comportamento e de vida. Com efeito, seus discursos ganham para sua audiência um caráter pedagógico (LOURO, 2004) para a efetiva mudança de vida. Apesar de não ficar explícita a presença da IURD, é possível enxergar a reiteração de abordagens de práticas religiosas e de tenência a Deus e um forte discurso de uma Teologia da Prosperidade, acompanhada de um ideal de consumo de símbolos que reforça o sentido de identidade (LEVY, 1999) e pertença social.

As representações sociais instauradas nas instituições disciplinares (FOUCAULT, 1979) como a mídia e a igreja a respeito da mulher ou do homem, das feminilidades e masculinidades, têm o potencial de construir as formas como a sociedade os representa e os compreende enquanto gênero. O projeto intellimen legitima os lugares de exclusão e de superioridade masculina, ao mesmo tempo que corrobora com a ideal de distinção (BOURDIEU, 2007) pelo consumo de bens simbólicos ou não.

Na modelagem proposta pela marca The Love School e pelo projeto Intellimen, homens e mulheres precisam seguir uma normativa sugerida caso queiram garantir a felicidade conjugal e o rótulo de “homem inteligente”. Assim como o casamento, a identidade se torna um projeto racionalizado no qual os consumidores da marca (em primeira instância) e da IURD (em segunda) devem se dedicar a construir. Ao falar sobre o “amor inteligente”, Renato incorpora em seu discurso o pensamento do bispo-líder da Igreja Universal, quando este se refere à “fé inteligente”, uma fé propriamente racional, que dá resultados – em congruência com a Teologia da Prosperidade, uma teologia pragmática que ensina, igualmente, a obter efeitos satisfatórios na vida cotidiana. Como já descrevemos antes: “Não aprendi uma fé religiosa, mas uma que me serve para resolver problemas” (CARDOSO, 2012, p.16).

Ao tentar perceber como é construído o ethos do intellimen, propagado por Renato, encontrámos a composição dos cenários de superioridade e submissão. Ao fomentar uma constante representação do homem enquanto vencedor e a mulher submissa as encenações parecem sugerir o lugar de pertença social

associado aos gêneros. Como consequência de tais representações sociais, engendradas pelo capital simbólico, estabelece-se um consenso social que aceita a mulher como sexo frágil, menos capaz, que precisa ser protegida e sustentada. Enquanto isso os valores que fomentam a virilidade, força, agilidade e poder são atributos considerados masculinos, tidos naturalmente como superiores. Dessa forma, O ethos representado por Renato reforça e legitima um ideal de consumo que coloca os gêneros em contraposição de dominação.

Referências

ABERCROMBIE, N., LONGHUST, B. (1998). Audiences. Londres: Sage.

ANDRADE JUNIOR, P. M. de. 2006 Uma estrela da fé: o padre Marcelo Rossi e o catolicismo brasileiro, tese (doutorado em Sociologia) Recife, Universidade Federal de Pernambuco

BADINTER, E. (1997). XY: On masculine identity. Nova Iorque: Columbia University Press.

BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BEAUVOIR, S. (1980). O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BOURDIEU, P. (2005). A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BOURDIEU, P. (2007). A distinção crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp.

BAUDRILLARD, J. (1996). Função-signo e lógica de classe A Economia Política dos Signos (pp. 9-49). São Paulo: Editora Martins Fontes.

BAUDRILLARD, J. (2008). A sociedade de Consumo. Lisboa: Edições 70.

BAUMAN, Z. (2004). Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

BAUMAN, Z. (2008). Vida para consumo: a transformação de pessoas para produtos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora

BUTLER, J. (1986). Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Witting e Foucault (N. C. Caixeiro, Trans.). In S. Benhabib; D. Cornell (Eds.), *Feminismo como crítica da modernidade* (pp. 139-154). Rio de Janeiro: Rosa dos tempos.

CAMPBELL, C. (2001). *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Editora Rocco

CANCLINI, N. (2001). *Consumidores e Cidadãos: conflitos anticulturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ.

CONNELL, R. W. (2005). *Masculinities*. California: University of California Press.

FOUCAULT, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

GIDDENS, A. (1993). *A transformação na intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista.

GIDDENS, A. (2001). *Modernidade e identidade*. Oeiras: Celta Editora.

HALL, S. (2005). *A identidade cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

KELLNER, D. (2001). *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru: Edusc.

LACERDA, Lucelmo. *Fogo na Televisão: Ofensiva eletrônica da Renovação Carismática Católica*. *Revista Espaço Acadêmico*, número 58. Março de 2006. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/058/58esp_lacerda.htm, consultado em 11.08.06

LEISS, W. (2013). *Social communication in advertising: Consumption in the mediated marketplace*. Londres: Routledge

LEVY, S. J. (1999). *Symbols for sale*. reprinted in: *Brands, Consumers, Symbols & Research*, 203-212.

LOURO, G. L. (1999). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.

LOURO, G. L. (2004). Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica.

MAINGUENEAU, D.(2008) A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Orgs.) Ethos discursivo. São Paulo: Contexto, p. 11-29.

MAINGUENEAU, D.(1997) Novas tendências em Análise do Discurso. Campinas: Pontes

MARIANO, R. Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 2005

MARTÍN-BARBERO, J.; GREY, G. (2004). Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo.

MATOS, M. (2000). Reinvenções do Vínculo Amoroso: Cultura e Identidade de Gênero na Modernidade Tardia. Belo Horizonte, UFMG.Rio de Janeiro, luperj.

MARX, K., ENGELS, F. (1998). O manifesto comunista. São Paulo: Paz e terra.

NIXON, S. (1996). Hard looks: Masculinities, spectatorship and contemporary consumption. Londres: UCL Press

PATRIOTA, k; RODRIGUES, E. O ethos da mulher V: Consumo e construção da identidade feminina na Igreja Universal1 In: Comunicon, 2014. Disponível em:http://www.espm.br/download/Anais_Comunicon_2014/gts/gtum/GT01_BRONSZTEIN.pdf

PATRIOTA, K. UM SHOW DESTINADO ÀS MASSAS: UMA REFLEXÃO SOBRE O ENTRETENIMENTO RELIGIOSO NA ESFERA MIDIÁTICA. In:Tomo, número 14. Junho e Julho de 2009.

PIERUCCI, F. & PRANDI. A realidade social das religiões no Brasil. São Paulo, Hucitec,1996.

ROCHA, E. Culpa e prazer: imagens do consumo na cultura de massa. In: Comunicação, Mídia e Consumo. São Paulo. Vol. 2 N. 3. P.1 23-138. Março de 2005

SALEM, Tania. “Tensões entre gêneros na classe popular: uma discussão com o paradigma holista”. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 417-447, 2006.

SÁNCHEZ- GUZMAN, J. (1993). *Teoría de la publicidad*. Madri: Tecnos.

SCHRODER, K., VESTERGAARD, T. (2000). *A linguagem da propaganda*. São Paulo: Martins Fontes.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 2000

WINSHIP, J. (1987). *Inside women’s magazines*. Londres: Pandora

WOODWARD, K. (2012). *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In T. T. d. Silva (Ed.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais* (Vol. 5, pp. 7-72). Petrópolis: Vozes.

RELACIONAMENTOS ABUSIVOS NA COMUNIDADE “L”: UMA ANÁLISE SOCIAL DO FILME AZUL É A COR MAIS QUENTE

Tânia Dias¹

Fernanda Fonseca²

Desde o início de nossa socialização aprendemos a história da humanidade, assim como mudanças, revoluções, reviravoltas, e acontecimentos que foram essenciais e pertinentes para a formação da atual conjuntura social. Entretanto, grande parte dos agentes das mudanças ocorridas é apresentada como pertencentes ao sexo masculino, nos fazendo questionar onde se situavam as mulheres nos marcos históricos da sociedade, enquanto os homens faziam as chamadas revoluções. Além do mais, no que podemos entender como o “fazer” conhecimento, as produções baseavam-se sempre numa única concepção de cidadão: homem, heterossexual, ocidental, branco e cristão, fazendo desse sujeito o principal e único sujeito humano, e de todo o resto da população que não se encaixa nesse padrão como o “diferente” ou “inapropriado”, que deve ser comparado ao padrão de humanidade imposto. Assim, pode ser percebida a invisibilidade das mulheres enquanto agentes da mudança social (e por estas, influenciadas), com representatividade negada em diversos âmbitos e instituições; e mesmo a partir da produção dos chamados “estudos sobre mulheres”, estes não abandonaram o viés androcêntrico e falocentrista da produção científica, sendo feito de homens para homens, e silenciando vozes femininas. Seja na antropologia, na sociologia, ou até nas artes, homens representavam (e apresentavam) as mulheres através de suas próprias visões de mundo (muitas vezes racistas, ocidentais, e sexistas) nas quais os diversos

1 Pós-graduanda em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco (lattes: <http://lattes.cnpq.br/0563223831402902>)

2 Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (lattes: <http://lattes.cnpq.br/3707042847849579>)

sujeitos femininos apareciam reduzidos às instituições familiares e reprodutivas na maioria das vezes, ou seja, “El principal problema no era, pues, de orden empírico, sino más bien de representación”³ (Moore, 2009 p. 13). Com o movimento feminista, tal representatividade começa a ser requisitada e questionada pelas militantes, porém, esta representação ainda ocorre de forma limitada em relação a toda diversidade e recortes de classe, raça, sexualidade, posição geográfica etc. dos sujeitos femininos.

Se a representação da mulher já é escassa, da mulher lésbica acaba sendo mais ainda. Desse modo, não se deve deixar de pontuar a importância da produção de materiais no que diz respeito não apenas às mulheres, mas as mulheres na condição de não heterossexuais, assim como representadas no filme Azul é a Cor Mais Quente (La vie d’Adèle). Estamos falando de representatividade na esfera da produção de conhecimento e na própria produção cultural da sociedade, tornando-se uma conquista para comunidade lésbica tanto a própria produção do filme quanto seu reconhecimento através de premiações, uma vez que finalmente, pode ser trazida às telas de cinema a realidade de mulheres tão pouco visibilizadas socialmente. O filme explora não apenas o âmbito emocional de um relacionamento visto como não normativo (entre duas mulheres), mas também a esfera sexual, de modo a ter suas cenas de sexo condizentes com a realidade lésbica, não sendo assim estereotipadas como representadas na indústria pornográfica que mais uma vez nos representa através de uma ótica masculinista e, em função desta, traz tais relações sexuais direcionadas ao público masculino de modo a manter e reproduzir a problemática da hipersexualização da relação sexual entre mulheres.

Entretanto, não é a intenção do presente trabalho apenas pontuar a importância da construção de conhecimento científico realizado por e para mulheres, e que este deva ser feito essencialmente por nós a fim de atingirmos uma representatividade digna, embora consideremos tal abordagem essencial. O foco é apresentarmos a problemática de relacionamentos abusivos vivenciados dentro de relações entre mulheres (e, no caso, mulheres lésbicas), consequente da socialização patriarcal e heteronormativa, uma vez que assim como os homens, nós, também estamos inseridas em estruturas e instituições nas quais moldam nossa percepção e análise do mundo; e, não desconsideramos a autonomia do indivíduo e o tratamos como sendo passivo às estruturas, mas o encaramos como o sujeito giddesiano que detém de reflexividade, intencionalidade e

3 O principal problema não era, então, de ordem empírica, se não de representação. (tradução nossa)

racionalidade (Giddens, 2003) e a estrutura social como uma ferramenta que ao mesmo tempo em que coage, habilita.

Entende-se como relacionamento abusivo, uma relação na qual um dos membros exerce poder sobre o outro, tanto psicológico quanto físico, que tende a configurar-se com maior frequência na comunidade heterossexual como consequência do sistema patriarcal e machista a qual estamos inseridas no qual submete as mulheres ao poder dos companheiros. Entretanto, como pontuado anteriormente, tal realidade não está isenta de existir em meio a relações homoafetivas, vistas como “não normativas”, como em caso de lésbicas e gays, uma vez que os sujeitos encontram-se inseridos nessa mesma lógica dominante, fazendo com que muitas vezes não cheguem ao nível da reflexividade, naturalizando a ideologia dita normativa; então, como Bourdieu tenta superar a dicotomia entre agente e estrutura expondo que não se pode separar o agente da estrutura, e encontramos-nos inseridas em uma que se configura como uma estrutura patriarcal, branca e heteronormativa e, no que diz respeito à afetividade e relacionamentos, a estrutura a qual estamos inseridas segue os ideais de amor romântico propagado pela cultura ocidental, orientando e moldando a forma como sentimentos e ações são trazidos à consciência e prática.

Um filme vencedor do Globo de Ouro na categoria Melhor Filme Estrangeiro e, principalmente, vencedor da Palma de Ouro no Festival de Cannes, apesar de ser produzido e dirigido por um homem (Abdellatif Kechiche), traz certa visibilidade aos relacionamentos lésbicos além de retratar de forma crua como estes não estão isentos de perpetuarem certos comportamentos abusivos e que se configuram como de poder entre suas respectivas parceiras, uma vez que seguem a lógica de amor romântico heteronormativo. À medida que o filme vai se desenvolvendo, é possível observar em vários momentos da narrativa, uma relação de poder se instalar entre as duas personagens principais, deixando clara a sujeição da personagem Adèle vivido pela atriz Adèle Exarchopoulos em relação à personagem Emma, representado pela atriz Léa Seydoux. Além da idade superior a da companheira, Emma encontra-se em uma condição social, econômica e cultural privilegiada, utilizando tal condição para manter-se no controle da companheira mesmo que de maneira inconsciente, uma vez que diversos são os fatores que contribuem para o estabelecimento de relações de poder entre as pessoas, tais como acumulação de capital social, econômico e cultural (Bourdieu, 2007), e, durante todo o filme, se o analisarmos através da teoria social, fica clara a disparidade de capital cultural, social e econômico entre as personagens.

Enquanto Emma fala sobre Sartre, existencialismo, e belas artes, Adèle fala sobre escola, suas matérias favoritas e o quanto detesta filosofia. Além da própria “inferioridade” e falta de maturidade da personagem em relação à Emma, o âmbito familiar também apresenta disparidades sociais que podem ser abordadas de forma analítica. Em “Gostos de classe e estilos de vida”, Bourdieu (1983) retrata como os sujeitos pertencentes às classes mais baixas têm uma vivência mais imediatista em seus modos de experimentar o mundo da vida (Schutz, 1979) em todas as suas esferas (moral, cognitiva e estética), enquanto que sujeitos com status social mais elevado tendem a ter estilos de vida baseados no “gosto”. Esse fator apresenta-se no filme durante reuniões familiares das respectivas personagens e mostra como a socialização familiar é um fator pertinente nas escolhas e na formação da subjetividade individual. Adèle veio de uma socialização das classes médias, que Bourdieu (1983) chama de estilo de vida por necessidade, enquanto que Emma foi socializada baseada em um estilo de vida por gosto. Os pais da personagem mais nova têm uma visão de mundo bastante imediatista, na qual é preciso encontrar logo um emprego e ter certa estabilidade financeira, enquanto que os pais de Emma, como clássicos bon vivants, defendem a busca de fazer o que se gosta, não importa o que seja, ou que aconteça no percurso de “encontrar-se” e “viver seu sonho”, quase que ignorando estruturas e instituições externas ao sujeito. Os pais de Adèle, por estarem inseridos em uma lógica que apenas legitima relações heterossexuais, acreditam que Emma tenha um namorado, e, por ele ser comerciante e Emma uma artista, pode se assegurar do futuro uma vez que seu companheiro terá dinheiro e, conseqüentemente, ela também, porque “Quem quer ser artista precisa ter um marido que sustente a casa.”⁴ Se partirmos de uma perspectiva analítica, entendemos que esse tipo de pensamento influencia a formação de consciência e subjetividade da personagem Adèle, e pode ter influenciado também na escolha da sua profissão (professora), ao invés de escritora como incentivada por sua companheira.

Além das diferenças apontadas nas experiências familiares, pode ser percebida a mudança na maneira em que as personagens lidam com seus círculos sociais ao decorrer do relacionamento. O casal passa a manter convívio apenas com o círculo de Emma, que possui nível cultural e intelectual semelhante à personagem, e assim, dado como “superior” ao de Adèle, enquanto que esta se afasta dos colegas de escola por não aceitarem sua orientação sexual e posteriormente não mantém relações íntimas em seu âmbito de trabalho, omitindo

4 Fala da atriz Catherine Salée que representa a mãe de Adèle, às 1h38min de filme.

sua vida privada, assim como sua sexualidade. Tal comportamento tende a ser característico de relações heterossexuais, uma vez que baseando-se na antiga e pertinente dicotomia privado x público, a primeira esfera restringe-se à mulher, enquanto que o âmbito público restringe-se ao homem, na qual situam-se os amigos assim, a esfera pública e, conseqüentemente, no caso do enredo do filme, o âmbito privado a Adèle e o público à sua companheira.

Outros fatores, além do afastamento da personagem vivida por Adèle Exarchopoulos, se mostra visível ao longo do filme, como por exemplo, quando no aniversário de Emma, organizado pela companheira, Adèle praticamente não conversa com os amigos de Emma a não ser sobre assuntos triviais, porque não foi socializada nos mesmos espaços que eles, e apenas os serve como se estivesse ali para isso. Enquanto Emma conversa sobre coisas “profundas” e “intelectuais”, e se diverte na companhia dos seus amigos, Adèle pergunta se eles querem “mais alguma coisa” ou “beber algo”, assumindo o papel heteronormativo imposto de “esposa ideal” cujo dever é servir ao companheiro. Além de apenas ter por função um papel de dona do lar, Adèle é vista pelos amigos de sua companheira como sendo apenas uma “musa inspiradora” das obras da grande artista que Emma é. Aponta-se aqui a “função” de Adèle como dona do lar e Emma como a provedora porque, ao homem sempre lhe foi dado este lugar, enquanto que à mulher não.

Assim, apesar de divergências e disparidades culturais, a personagem vivida por Léa Seydoux introduz Adèle em um mundo completamente novo para ela. Um mundo que despertava na personagem, assim como em grande parte de adolescentes que se encontram em fase de descoberta da sexualidade, dúvidas e interesses. Emma além de toda experiência e convicção em relação a sua sexualidade, além de ajudar a companheira em suas descobertas, apresentou a amigos e família a quais se relacionavam muito bem com uniões lésbicas, diferentemente das esferas sociais em que Adèle convive (ou costumava conviver), que configura-se como sendo hostil em relação à uniões homoafetivas como um todo, sofrendo, inclusive, preconceito e pressão dos colegas de escola devido às suas socializações terem ocorrido de maneira similar; e ter de mentir para os pais sobre a “amiga” que está levando para casa. Dessa forma, é possível perceber que a falta de conhecimento e experiência de Adèle confere a personagem da Léa Seydoux uma grande importância na sua evolução e descoberta, necessitando da companheira assim como uma criança precisa de uma mãe. Ao decorrer do tempo o relacionamento vai se desgastando como consequência de todas as disparidades existentes entre o casal. Adèle frustra-se

com sua vida privada com a companheira, que vai se mostrando o oposto de como quando elas começaram, desenvolvendo assim um relacionamento com um colega de trabalho. Apesar de todos os problemas vivenciados na relação, o casal rompe devido a traição, e ao fim do relacionamento é possível perceber a materialização da assimetria de poder entre elas, uma vez que enquanto Emma aparentemente consegue seguir em frente, Adèle só afunda emocionalmente e entra em crise e, mesmo depois de algum tempo ainda tenta reatar com a ex-companheira de forma humilhante.

Por fim, pode-se concluir, assim como pretendido no início do presente artigo, que mesmo relacionamentos vistos como não normativos como em casos de lésbicas e gays, não estão isentos de reproduzir e perpetuar comportamentos abusivos advindos de uma cultura machista que orienta nossa forma de agir e perceber o mundo social, interferindo no desenvolvimento das subjetividades individuais e, por muitas vezes, cria assimetrias de poder dentro de relações amorosas consequentes de socializações distintas. Para Foucault (1979), o poder está presente em todas as relações sociais, o que gera a prática, uma vez que poder é prática e não pode ser possuído, mas exercido, e devido a isso, a personagem Emma não possuía poder sobre sua companheira, mas o exercia devido a sua socialização baseada em elevados níveis de capital social, econômico e cultural. Deve-se ressaltar, também, o fato de que mesmo o indivíduo sendo possuidor de autonomia e consciência reflexiva, suas práticas e a forma como o mundo aparece à sua consciência orientam-se e moldam-se por instituições e estruturas exteriores a ele que no nosso caso, configura-se como sendo uma estrutura machista e patriarcal que leva a nós mulheres a reproduzirmos hábitos que nos foram ensinados de maneira inconscientemente.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: Crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. 1983. **Gostos de classe e estilos de vida**. In: ORTIZ, Renato (org); FERNANDES, Florestan (coord.) Pierre Bourdieu. Sociologia. São Paulo, Ática.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto

Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

Giddens, A.2003. **A Constituição da Sociedade**. “Elementos da teoria da estruturação”. Martins Fontes. São Paulo.

MOORE, Henrietta. **Antropología y feminismo**. Madrid: Cadetra, 2009.

Schütz, A. 1979. **Fenomenologia e Relações Sociais**. Zahar Editores. Rio de Janeiro.

“OH MY GOD! LOOK AT HER BUTT!” RAÇA E HOMOAFETIVIDADE FEMININA EM ANACONDA, DE NICKI MINAJ

Victória Junqueira Ayres Lucena;
Universidade Federal de Pernambuco
UFPE. victoriayres@gmail.com

Resumo

O seguinte artigo busca discutir os agenciamentos de raça e estética corporal da mulher negra presentes no videoclipe Anaconda, da rapper Nicki Minaj, além de discorrer sobre como as negociações entre rappers negros homens e rappers negras mulheres operam dentro do debate sobre a estética da mulher negra, e a oscilação entre o a valorização objetificador a e a valorização empoderadora. A análise do videoclipe “Anaconda”, de Nicki Minaj, se dá tendo como horizonte comparativo “Baby Got Back”, de Sir- Mix- A-Lot, pois além de Minaj ter utilizado samples da música dos anos 90, no próprio clipe existem referências visuais à obra de Sir-Mix- A-Lot. Ambos os clipes tem como temática a estética e a corporeidade da mulher negra, mas enquanto Sir-Mix- A-Lot apresenta uma perspectiva masculina e objetificadora, Minaj agencia a sexualidade da mulher negra de forma distinta, inserindo a homoafetividade feminina no rap. O arcabouço teórico do artigo se ancora em dois textos, *Bad Sistas: Black Woman Rappers and Sexual Politics in Black Music*, de Tricia Rose e *Prazer Visual*, de Laura Mulvey. Rose dedica um capítulo inteiro do seu livro sobre música negra às rappers mulheres e como elas constroem seu espaço temático dentro do gênero rap, em aliadas e rivais dos rappers homens ao mesmo tempo, enquanto Mulvey versa sobre a figura da mulher como fonte de prazer voyeurístico dentro do audiovisual. O capítulo *Análise Midiática do Videoclipe*, do livro *Estética do Videoclipe*, de Thiago Soares também é utilizado como base metodológica de análise.

Palavras-chave: Nicki Minaj, Homoafetividade, Raça, Rap, Corporeidade.

Minaj: protagonismo feminino no rap

Dentro da tradição do *rap* estadunidense, os grupos e cantores que sempre tiveram maior destaque na indústria fonográfica foram homens, embora desde os princípios dessa tradição cultural, existissem grupos e cantoras mulheres dentro desse gênero musical. O *rap* nas suas origens não estava tão inserido na cultura mainstream como é hoje, e a cantora Nicki Minaj é um exemplo de como esse gênero se embricou na cultura pop. O videoclipe em análise foi lançado em agosto de 2014 no YouTube e a música foi o primeiro single lançado do último álbum da *rapper*, *Pinkprint*. O impacto simbólico que este clipe teve foi estrondoso e sua repercussão levantou um debate de raça dentro da própria indústria fonográfica, em eventos como o *Video Music Awards* de 2015, em que a *rapper* criticou a ausência do seu clipe nos indicados de melhores clipes do ano, alegando que isso se deu pela temática da sua música, que celebra o corpo curvilíneo de mulheres negras.

O clipe, feito com ganchos visuais e versos gancho (GOODWIN, apud. SOARES. VERNALLIS, apud. SOARES, 2013) com clara referências à música *Baby Got Back*, de 1992 do *rapper* Sir-Mix-A-Lot ressignifica a mensagem do clipe mais antigo, trazendo a abordagem da mulher negra falando por ela mesma, sendo sujeito e não objeto do discurso. O clipe de 1992 começa com duas mulheres brancas observando o corpo de uma mulher negra que aparece em um pedestal, com foco nos seus quadris, e ao mesmo tempo que o observam, tecem comentários de ódio contra a bunda da mulher negra, insinuando que ela é obscena apenas por ter quadris largos e nádegas grandes, demonizando o corpo da mulher negra hipersexualizando-a. Aparece então Sir-Mix-A-Lot que passa o resto do clipe ao lado de outros homens negros e de dançarinas negras sexualizadas enumerando os motivos de gostar de mulheres curvilíneas e com bundas grandes em detrimento de mulheres magras.

Já o clipe de Nicki Minaj começa ambientado em uma floresta tropical onde a cantora está acompanhada de quatro dançarinas e todas estão seminuas. Enquanto Minaj fica no centro do clipe cantando os versos da música, as dançarinas ao seu redor lhe tocam e olham de forma que o público lê na relação delas, além da amizade feminina, uma homoafetividade.

Ao longo do vídeo, o cenário é intercalado com locações em que todas as mulheres executam coreografias em um fundo branco e também com uma academia, em que elas malham e Nicki Minaj orienta as dançarinas nos seus exercícios. A cantora também aparece em uma cozinha, vestida com roupas

que remetem a fetiches pornográficos com empregadas domésticas; ela se mela com chantilly e, após provar de uma banana, a corta e joga fora, como se não tivesse gostado do que experimentou. No fim de “Anaconda”, a rapper aparece em um ambiente sem nenhuma relação com os cenários anteriores, onde o cantor Drake está sentado em uma cadeira e ela rasteja em sua direção, para depois começar a dançar twerk, que consiste em empinar e descer a bunda repetidamente, na sua frente. Ela finaliza o clipe rejeitando o toque masculino dele sobre seu corpo e sai do enquadramento, deixando-o atordoado.

A nova interpretação dada por Minaj à música de Sir-Mix-A-Lot pode ser enxergada sob duas óticas: a auto-objetificação para apreciação masculina e o empoderamento e a sororidade homoafetiva que pode haver entre mulheres negras curvilíneas. A análise em questão não busca decantar o clipe com o intuito de extrair qual a verdadeira intenção da obra nem qual esse produto audiovisual, mas sim complexificar as questões postas por Anaconda e buscar ver os múltiplos discursos presentes dentro dele. O artigo fará referências tanto a signos visuais de Anaconda quanto a sua letra, que será colocada aqui na íntegra junto com a tradução para expor melhor o objeto de estudo.

Anaconda, de Nicki Minaj

My anaconda don't
My anaconda don't
My anaconda don't want none
Unless you got bunz, hun
Boy toy named Troy, used to live in Detroit
Big dope dealer money, he was gettin' some coins Was in shootouts
with the law, but he live in a palace
Bought me Alexander McQueen
He was keeping me stylish
Now that's real, real, real
Gun in my purse, bitch, I came dressed to kill Who wanna go first?
I had them push daffodils I'm high as hell, I only took a half a pill
I'm on some dumb shit
By the way, what he say?
He can tell I ain't missing no meals
Come through and fuck him in my automobile
Let him eat it with his grills
And he tellin' me to chill

And he telling me it's real, that he love my sex appeal
Say he don't like em boney
He want something he can grab
So I pulled up in the Jag
And I hit him with the jab like
Dun-d-d-dun-dun-d-d-dun-dun
My anaconda don't
My anaconda don't
My anaconda don't want none
Unless you got bunz, hun
Oh my gosh, look at her butt Oh my gosh, look at her butt Oh my
gosh, look at her butt (Look at her butt)
Look at, look at, look at
Look, at her butt
This dude named Michael used to ride motorcycles Dick bigger
than a tower, I ain't talking about Eiffel's
Real country-ass nigga Let me play with his rifle Pussy put his ass to
sleep Now he calling me NyQuil Now that bang, bang, bang
I let him hit it cause he slang cocaine
He toss my salad like his name Romaine
And when we done, I make him buy me Balmain
I'm on some dumb shit
By the way, what he say?
He can tell I ain't missing no meals
Come through and fuck him in my automobile
Let him eat it with his grills
And he telling me to chill
And he telling me it's real, that he love my sex appeal
Say he don't like em boney
He want something he can grab So I pulled up in the Jag Mayweather
with the jab like Dun-d-d-dun-dun-d-d-dun-dun
My anaconda don't
My anaconda don't
My anaconda don't want none
Unless you got bunz, hun
Oh my gosh, look at her butt Oh my gosh, look at her butt Oh my
gosh, look at her butt (Look at her butt)

Look at, look at, look at
Look, at her butt
Little in the middle but she got much back Little in the middle but
she got much back Little in the middle but she got much back (Oh
my God, look at her butt)
My anaconda don't
My anaconda don't
My anaconda don't want none
Unless you got bunz, hun
Don't my anaconda don't
My anaconda don't
Don't want none
Unless you got buns, hun
Oh my gosh, look at her butt Oh my gosh, look at her butt Oh my
gosh, look at her butt (Look at her butt)
Look at, look at, look at
Look, at her butt
Yeah, he love this fat ass, hahahahahaha! Yeah! This one is for my
bitches
With a fat ass in the fucking club
I said, where my fat ass big bitches
In the club?
Fuck the skinny bitches!
Fuck the skinny bitches in the club! I wanna see all the big fat ass
Bitches in the muthafuckin' club
Fuck you if you skinny bitches, what? Kyuh
Hahaa, hahaa
I got a big fat ass (ass, ass, ass) Come on!

Tradução

Minha anaconda não
Minha anaconda não
Minha anaconda não quer ninguém
Ao menos que você tenha um bom traseiro
O meu amante chamado Troy, morava em Detroit Um traficante,
ele estava conseguindo alguns trocados
Esteve em tiroteios com a polícia, mas ele mora num palácio

Me comprou uma roupa do Alexander McQueen
Me deixava estilosa
Agora isso é real, real, real
Uma arma na minha bolsa, vadia, eu vim vestida para matar
Quem quer ir primeiro? Os deixei arrancando
narciso
Estou muito chapada, só tomei meia pílula
Estou no meio de algumas idiotices
A propósito o que ele disse?
Ele não pode falar que estou pulando refeições
Cheguei e transei com ele no meu carro O deixei comer com seus
dentes de ouro E ele está falando para eu relaxar
E ele me diz que é verdade, que adora o meu sex appeal
Disse que ele não gosta de magrela Ele quer algo que possa agarrar
Então eu saí com um Jaguar
E o acertei com os meus seios, tipo
Dun-d-d-dun-dun-d-d-dun-dun
Minha anaconda não
Minha anaconda não
Minha anaconda não quer ninguém
Ao menos que você tenha um bom traseiro
Oh minha nossa, olha para o bumbum dela Oh minha nossa, olha
para o bumbum dela Oh minha nossa, olha para o bumbum dela
(Olha para o bumbum dela)
Olha, olha, olha
Olha para o bumbum dela
Esse cara chamado Michael dirigia motos
Uma piroca maior que uma torre, não estou falando da Eiffel
Um verdadeiro cara patriarca
Me deixa brincar com sua espingarda
A garota aqui botou ele pra dormir
Agora ele está me chamando de remédio NyQuil
Agora esse banguê, banguê, banguê
Eu o deixei transar, pois ele vende cocaínas
Ele faz sexo oral como se seu nome fosse Romaine
E quando terminamos, faço ele me comprar Balmain
Estou no meio de algumas idiotices

A propósito o que ele disse?
Ele não pode falar que estou pulando refeições
Cheguei e transei com ele no meu carro O deixei comer com seus
dentes de ouro E ele está falando para eu relaxar
E ele me diz que é verdade, que adora o meu sex appeal
Disse que ele não gosta de magrela
Ele quer algo que possa agarrar Então eu saí com um Jaguar
Mayweather como os meus seios, tipo Dun-d-d-dun-dun-d-d-dun-dun
Minha anaconda não
Minha anaconda não
Minha anaconda não quer ninguém
Ao menos que você tenha um bom traseiro
Oh minha nossa, olha para o bumbum dela Oh minha nossa, olha
para o bumbum dela Oh minha nossa, olha para o bumbum dela
(Olha para o bumbum dela)
Olha, olha, olha
Olha para o bumbum dela
Pequena no meio, mas ela tem muito atrás Pequena no meio, mas
ela tem muito atrás Pequena no meio, mas ela tem muito atrás (Oh
minha nossa, olha para o bumbum dela)
Minha anaconda não
Minha anaconda não
Minha anaconda não quer ninguém
Ao menos que você tenha um bom traseiro
Não, minha anaconda não
Minha anaconda não
Não quer ninguém
Ao menos que você tenha um bom traseiro
Oh minha nossa, olha para o bumbum dela Oh minha nossa, olha
para o bumbum dela Oh minha nossa, olha para o bumbum dela
(Olha para o bumbum dela)
Olha, olha, olha
Olha para o bumbum dela
Sim, ele ama esse bumbum grande, hahahahaha! Sim, essa é para
as minhas vadias
Com um bumbum grande na boate
Eu disse, onde estão minhas vadias com bumbum grande

Na boate?
Dane-se as vadias magras!
Dane-se as vadias magras na boate! Quero ver todas os bumbuns grandes Das vadias na boate
Dane-se se você é uma vadia magra, o quê? Hahaa, hahaa
Tenho um bumbum grande (bumbum, bumbum, bumbum) Vamos lá!

Heterossexualidade no rap: tradição masculina e feminina

De acordo com o mapeamento feito por Tricia Rose em *Bad Sistas: Black Woman Rappers and Sexual Politics in Rap*, há uma diferença das temáticas presentes no rap cantadas por homens e por mulheres, enquanto os grupos e cantores homens cantavam sobre violência policial, tráfico de drogas, excelência na rima e o racismo sofrido pelo povo negro, os eixos principais do rap feminino eram “o cortejo heterossexual, a importância da voz feminina, a primazia no verso de rap feminino e exposições públicas da liberdade sexual e física das mulheres negras” (ROSE, 1994). Minaj está inserida dentro dessa tradição, junto com cantoras como Queen Latifah, Lil’ Kim (grande ícone da liberdade sexual dentro do rap) e grupos como Salt ‘N’ Pepa.

A letra e o clipe de Nicki Minaj se encaixam na temática de cortejo heterossexual, porém enquanto a letra traz uma abordagem sexual explícita em que o sujeito mulher se coloca como agente ativo do processo, em versos como “Cheguei e transei com ele no meu carro / O deixei comer com seus dentes de ouro”, o clipe evoca outra atmosfera, na qual se explora uma relação de sororidade e empoderamento coletivo entre as mulheres que aparecem no clipe ao lado de Minaj, ao mesmo tempo em que há closes pornográficos nos corpos femininos apresentados. Minaj lidera as dançarinas, incentivando-as a cuidar do seu corpo, em cenários como a academia em que a cantora e suas dançarinas aparecem malhando suas nádegas, para logo em seguida ficar no meio delas com expressões e gestos homoafetivos fetichizantes. A teórica Laura Mulvey, em seu artigo sobre prazer visual no cinema discorre sobre como há uma tradição dentro do audiovisual em provocar prazer utilizando a mulher como objeto e criando um sujeito masculino dentro da obra para que o espectador masculino se identifique e ambos possam usufruir da figura feminina em questão (MULVEY, 1999), no clipe, não há um personagem masculino protagonista, como há na tradição audiovisual do cinema por exemplo. Os clipes de divas

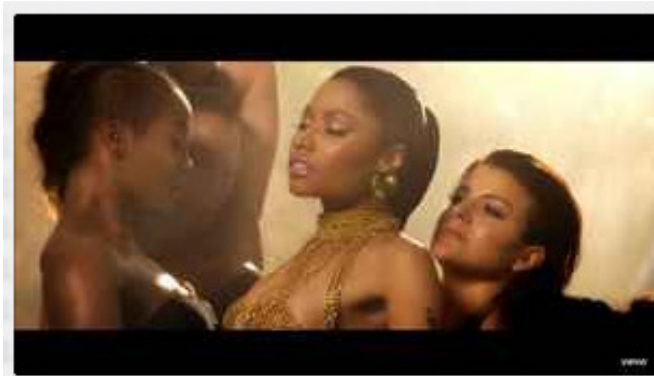
pop complexificam isso e deixam de ser algo tão explicitamente para o olhar masculino, porém servem de material pedagógico para mulheres na formação de sua sexualidade e do seu comportamento sexual. Minaj não é facilmente localizada dentro da passividade feminina tão presente na produção audiovisual clássica, pois mulheres negras nunca foram vistas como delicadas. Mulvey prossegue e fala de possibilidades de criação de uma nova linguagem do desejo, na qual se quebre o padrão voyeurístico presente no audiovisual, mas o clipe, por estar inserido dentro da indústria fonográfica e da cultura mainstream não tem pretensões explícitas de produzir tal linguagem, e isso fica evidente em cenas da obra em que os ganchos visuais se assemelham muito à estética pornográfica, com os corpos das dançarinas e de Nicki Minaj sendo repetidamente expostos de determinados ângulos. Não há homens no clipe, com exceção do final, mas o olhar masculino heterossexual continua presente, mesmo que a narrativa visual de Anaconda seja conduzida para e pelo sujeito feminino.

Interpretando as estéticas

O que foi discutido até então utilizando as teóricas Tricia Rose e Laura Mulvey foram exploradas a partir de uma metodologia de observação do videoclipe utilizando os conceitos de ganchos visuais e de versos gancho apresentados em *Estética do Videoclipe*, de Thiago Soares, conceitos estes que pertencem aos teóricos Andrew Goodwin e Carol Vernallis respectivamente. Abaixo, alguns *screenshots* do clipe para análise.



Neste momento, Minaj está cercada das suas dançarinas que se insinuam sexualmente para ela, criando a pedagogia da sexualidade feminina citada anteriormente.



Logo em seguida, Minaj está conduzindo e incentivando a valorização do próprio corpo entre as mulheres que como ela não se adequam aos padrões eurocêntricos de beleza.



Na mesma cena em que Minaj derrama chantilly nos próprios seios em um cenário posterior à academia, se aproximando de uma estética pornográfica, ela manipula sensualmente uma banana, vista como falo, e logo em seguida a corta e joga fora, trazendo à tona o tema do medo da castração ligado à figura feminina citado por Mulvey, despertando desejo e receio do espectador masculino.

Conclusão

Durante a análise do videoclipe, foi-se percebendo que as nuances discursivas presentes na obra são demasiado complexas para que se possa ter apontamentos definitivos sobre como a cantora utiliza sua imagem e cria representações sobre o feminino e sobre a negritude no seu videoclipe. Os resultados da análise foram de ordem simbólica sobre o discurso feminista e negro dentro

da cultura pop. Tendo em vista a proposta da análise do videoclipe, a questão da objetificação da mulher negra e o quanto essa imagem pode ser empoderadora pelo discurso da cantora aparece de forma contraditória dentro do videoclipe e seu agenciamento, assim como todo produto ou artista dentro da cultura pop, levanta problematizações que dizem respeito a como seu discurso político afeta ou deixa de afetar o público massivo. No caso do objeto em análise, ao mesmo tempo em que a cantora constroi uma imagem de si que reivindica poder sobre o seu corpo, ela o expõe como um produto. Isso demonstra que a imagem feminina dentro da cultura pop não pode ser analisada de forma maniqueísta e as práticas dos artistas são muito complexas para receberem pareceres definitivos sobre seus discursos.

Referências bibliográficas

1. MULVEY, Laura. "Visual Pleasure and Narrative Cinema" *Film Theory and Criticism: Introductory Readings*. Eds. Leo Braudy e Marshall Cohen. New York: Oxford UP, 1999: 833-44.
2. ROSE, Tricia. "Bad Sistas: Black Women Rappers and Sexual Politics in Rap Music". *Black Noise*. Connecticut: Wesleyan UP, 1994. 146—182.
3. SOARES, Thiago. *A Estética do Videoclipe*. João Pessoa, Editora Universitária da UFPB, 2013. 308.

GÊNERO, CULTURA POPULAR E ARTES



GT 14

MULHER NO PALCO: RITOS POÉTICOS TEATRAIS DE INICIAÇÃO AO FEMININO SAGRADO

Adriana Gabriela Santos Teixeira

Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal da Bahia – PPGAC-UFBA

ppgac@ufba.br/ adrianagabriela.st@gmail.com

Resumo: Este artigo é decorrente da pesquisa de mestrado da autora que percorre os rastros do Feminino Sagrado como meio descolonizador do corpo feminino e reintegração de sua dimensão mágica, refletindo sobre a tessitura de uma prática teatral que colabore com processos de cura pela renovação ritualística e corporificada de simbologias do feminino. Teve como um dos seus materiais de análise a experiência prática de uma oficina de teatro com mulheres realizada no Espaço Cultural Pierre Verger em finais de 2014, desenvolvida através de rituais-poéticos teatrais de Iniciação ao Feminino Sagrado. A identificação e análise dos elementos componetes desta performance-ritual é o eixo central de abordagem deste artigo.
Palavras Chave: Feminino Sagrado, Teatro, Rito, Poéticas.

1. Primeiros verbos

Viajar pelo feminino é descobrir-se muitas, inscritas numa ordem sagrada, pelo reencontro com seus pulsos esquecidos, e remontar histórias de muitas gerações, tempos em que o princípio feminino não era o esquisito, mas uma maneira segundo a qual vivenciávamos e dávamos sentido ao mundo. Sou mais do que o agora. Tenho certeza disso. Atravessar essas histórias é tornar a inscrevê-las no hoje e solar mundo do fazer, reconhecendo as tensões e lutas, os rastros que fizeram do feminino menos que o mundo fecundo da Lua, mas sombra temível, indizível e cindida de nós.

Conhecimentos, saberes, modos de cura e todo o corpo feminino foram trancafiados para não dizer o que sabiam, sentiam, ouviam e liam. Foram considerados loucura, fanatismo, bruxaria, pela ciência médica, por instituições religiosas, pela priorização do aspecto racional como produtor do saber. A bruxaria é conhecimento dos mais diversos, é também prática de transgressão, porque ela atinge e ofende o princípio da razão.

A mulher está aí inscrita nessa dinâmica, tendo sido as primeiras representantes, tradutoras e transmissoras deste universo, em virtude da identificação que seus ciclos têm com os ciclos da natureza e a ligação íntima que a possibilidade de gestar lhe confere estabelecer relação com mistérios da vida e da morte. O corpo da mulher foi patologizado, condenado, dito maldito. Seus órgãos passaram a ser considerados representações do demoníaco, causadores de histeria, por uma mentalidade que, dizendo-se científica, temia as práticas realizadas por mulheres na cura de males entre os planos físico e espiritual, que esta mesma medicina que as condenava não podia curar.

A sexualidade feminina também foi vigiada, pois fonte de poder, e a maternidade inscrita num caráter de procriação, deveres excessivos de zelo e padecimento. Essa construção foi apoiada através de sua subjugação mítica ao masculino e por signos que cindiam suas expressividades num sistema dual de profanidade e santidade. Todo um pensamento dual, que cinde corpo/mente, espírito/ carne, bom/mau, certo/errado, foi propagado pela ordem religiosa cristã e pela ordem médica que dissocia o corpo da mulher de seu caráter mágico e sagrado, desenvolvendo métodos de contenção aos seus processos naturais. O sangue lunar da mulher torna-se as regras. A menstruação, a gravidez e a menopausa tornam-se apenas fisiologias, alvo de controle e medicação. O corpo da mulher foi Fragmentado e Colonizado. Tornou-se algo ausente dela mesma. O medo ao princípio feminino se torna aí uma questão de gênero.

Expressões do princípio feminino ganham tradução na sensibilidade e mutabilidade veiculados por atores sociais que, transgredindo o sexo e as imposições de gênero, dão vazão a aspectos deste feminino, compondo o rol destes seres afetáveis pela desrazão, representantes, portanto, também, da desordem ao status quo e incluídos enquanto alvo da estigmatização e do controle exercidos pelo mesmo sistema heteronormativo e patriarcal.

É nesse rol de extravio e transgressão que se insere e tem escoado o feminino sagrado, contestando o mundo construído sob a ótica constante da lógica consciente, remontando os caminhos do culto antigo à Grande Deusae sua expressão através de figuras míticas das deusas, encontrando ressonância em saberes desviantes, às margens dos cânones.

O Feminino Sagrado, para além do ressurgimento de um crescente movimento de adoração a Grande-mãe, encabeçado por mulheres ao redor do mundo, tem relação com toda espécie de saberes não hegemônicos sob a égide específica da razão, calcados no respeito a vida, a existência da mulher e sua potencialidade mística e plural, pela estreita relação com a natureza intuitiva, pelo respeito aos ciclos vitais sagrados (nascimento, morte, menstruação, gestação, parto, velhice, sexualidade), ainda que não vivenciados, pela revalorização de uma vida natural, no qual caiba a conexão com as forças e elementos da natureza, seja através das danças, dos cantos, do silêncio, da partilha do alimento, do conhecimento e manipulação de energias através destas danças, cantos, gestos, alimentos, ervas, da valorização das percepções sensoriais e extrassensoriais... Mas, principalmente, como o desejo e ações que impulsionem o princípio feminino maior a se espalhar pelo mundo.

Tomada por esta força que se pronunciou enquanto um “chamado” nada racional em minha própria vida, através de sonhos, imagens que criava, poesias e inquietações das mais diversas referentes ao ser mulher, parti para a investigação do como construir uma abordagem de trabalho com a mulher, que permita a experimentação das suas singularidades enquanto força, através das releituras de representações/simbologias/ciclos do feminino, do contato com o sagrado, com a ancestralidade, com mitos, arquétipos e com as histórias e poesias pessoais, de modo a contribuir para potencializar seus processos de autoconhecimento e poder pessoal. O desejo passava e ainda passa por desenvolver, utilizando processos teatrais, um “Rito de Passagem”, tendo como eixo o “Feminino Sagrado”.

Este objetivo perpassava por: Investigar mais profundamente as simbologias/representações do feminino e o imaginário de mulheres acerca do tema, e da mitologia das deusas (tanto de matrizes greco-romanas, como afro-ameríndias); Aprofundar estudos sobre algumas técnicas do Yoga, da antropologia teatral, de danças e tradições orientais e da metologia de Jacques Lecoq (Máscara Neutra), extraindo a potencialidade destes trabalhos na mobilização de novas energias, percepções, e como utilizá-las enquanto procedimentos no trabalho; Realizar uma oficina com um grupo de mulheres em idade adulta; Vivenciar, conduzindo, este processo com um grupo de mulheres; Analisar a experiência, levando em conta a percepção das próprias mulheres sobre a experiência; Proporcionar, através da experiência teatral, transformações de sentido e ressignificações da ótica da mulher sobre si mesma, operando mudanças em sua perspectiva como ser.

Estive ancorada em alguns eixos de abordagem: Mobilização psicofísica (Trabalho de alongamento, concentração, percepção de si, do corpo, das vozes interiores, aquecimento/ativação energética, dança etc.); Trabalho com a linguagem escrita e oral: através de textos poéticos e mitológicos, com a intencionalidade de aproximar a mulher de símbolos que mobilizem seu imaginário e sua própria voz, pelo nascimento de palavras, sons e poesias; Estímulos através da contação de histórias, de objetos, sons e aromas para as “improvisações/vivência cênica”.

Reencontrar este Feminino Sagrado agrega-se também às bandeiras dos movimentos feministas, posto que veículo de empoderamento pelo profundo estímulo ao autoconhecimento e à autoestima das mulheres, tidas aqui em seu sentido amplo.

A performance-ritual insere-se nesse contexto enquanto meio propiciador de momentos de interação entre mulheres com o sagrado.

É e foi neste espaço sutil que podemos nos comunicar e reincorporar fragmentos de nós. Pois é neste espaço que as coisas deixam de ser e ter signos habituais para se tornarem simbólicas, então cada palavra, gesto, movimento está envolto também por uma conotação sagrada, pois nascem destes corpos que agora estão abertos às suas dimensões mágicas e sagradas. E é neste espaço sutil, com corpos sagrados que transformações podem ocorrer, que curas podem ser empreendidas com palavras, gestos, movimentos, danças, defumações, poesia... assim como faziam nossas antepassadas.

2. A performance ritual e seus elementos: possíveis passos ao Feminino Sagrado

Sala da oficina



Imagem da autora

A oficina foi pensada enquanto performance-ritual, como recurso metodológico ou processo propício a comunicar com nossos femininos sagrados, composta, pois, por elementos que evocassem e remetessem ao universo de sacralidade contidos em rituais e também capazes de mobilizar nossos imaginários e corporalidade para uma experiência íntima de alargamento perceptivo, renovação ou limpeza de cansaços e obstruções energéticas, e reflexão sobre conteúdos do feminino desdobrados em reflexões sobre ações de nossas vidas. Por tratar-se de uma performance-ritual, há de se evocar um estado de fé. Esse estado, associado a outros estímulos sensoriais, serão os responsáveis pelo olhar metafórico que amplia os signos comuns componentes dos elementos em jogo, alargando a experiência para uma vivência em símbolos, que consiste na experiência sagrada. São eles:

- I. Preparando o espaço: Criando um Espaço Sagrado
 - Aromaterapia: Incensos, Plantas, e Essência (Borrifadas de Alfazema)
 - Decoração Simbólica:
 - Objetos
 - Comida

- Tecidos

Os elementos que preparam a decoração do ambiente sagrado são também elementos que costuram e compõe relação com as atividades propostas e entre as mulheres, assim é que os Objetos e a Comida são também Oferendas e estímulos à Celebração; a Comida é ainda estímulo à Integração e Comunhão entre as participantes, já que partilhávamos os alimentos do altar ao fim das atividades de cada dia. Assim como os tecidos que adornam a sala e compõe a disposição em círculo são utilizados como estímulo à criatividade, à dança e ao vestuário. Os aromas, também, como as borrifadas de alfazema, foram meios de tranquilização, cuidado e aconchego ante a medos e exasperação emocional. E os Objetos funcionaram ainda como talismãs, amuletos, símbolos sagrados.

II. O Portal: A Condução

O portal é instaurar uma presença diferenciada para o trabalho. Através da condução de uma a uma para sala, ou ainda nos dias que não havia essa condução, lá estava o cenário, o incenso, o altar, o silêncio, o sorriso cúmplice, o ambiente para ser respirado, a sutileza.

III. Histórias e Mitos

- Histórias de Clarissa Pínkola contadas por mim: La Loba; Vasalisa; Perséfone, Deméter, Balbo;
- Histórias da pesquisadora: criadas por mim no decorrer da oficina, histórias criadas na busca de dar sentido a escrita, histórias e memórias pessoais;
- Histórias criadas por elas: As mulheres de Véu, As mulheres de Véu e seus Objetos na Feira;
- História contada por Ebomi Cici: Oxun;
- Histórias que nasceram das energias surgidas na oficina e que encontraram por pesquisa ressonância em entidades como a Pomba-Gira e as òyamís.

As Histórias, mitológicas ou não, são pretextos simbólicos a fim de comunicar e alimentar nosso psiquismo, possibilitando a identificação de circunstâncias que estejamos envolvidas e identidades outras possíveis de serem incorporadas. Através das histórias, proponho partir para exercícios e outros estímulos que propiciem o despertar no corpo dos conteúdos presentes nessas histórias e

mitos, e o despertar de outras histórias significativas a cada participante. As histórias pessoais são também meios de partilha de condições similares e abertura para a possibilidade de dar voz ao indizível.

VI. Sons: Instrumentos, Músicas e Vozes/Cantos: diversidade dos sons e ritmos

VI.I. Instrumentos

- De timbres diversos;
- Representativos de elementos da natureza;
- Componentes da musicalidade da cultura-popular;
- Componentes de expressões musicais religiosas;
- Compuseram a oficina:
- Caxixi;
- Vibratone;
- Simulador de ventos e tempestades;
- Chocoalho de água;
- Atabaque;
- Gaita;
- Flauta.

Os instrumentos consistiram em elementos plurais no contexto da oficina. Serviram para que eu conduzisse o trabalho, criando a atmosfera ritualística com os diferentes sons que produziam, relacionados à água (Chocoalho de água), ao vento e tempestades (Simulador), rememorando toques do terreiro, (Atabaques, Caxixi), remetendo à concentração e estados de despertar meditativos (Vibratone); Como compuseram os ritmos que produzimos coletivamente (cada participante tocou um) para que cada uma de nós dançasse; e também funcionaram como objetos sagrados, do altar, e escolhidos como representativos de suas próprias histórias entre as mulheres.

VI.I. Músicas

As músicas foram escolhidas levando em consideração:

- A presença de instrumentos com timbres diversos;
- Sonoridades e ritmos que tornassem possível o trabalho com as qualidades do movimento relacionados aos elementos água, ar, terra e fogo;
- Serem componentes da musicalidade da cultura-popular, como o samba de roda;

- Serem componentes de expressões musicais religiosas ou que evocassem o religioso; que evocassem o mistério.
- A memória afetiva, propiciando a brincadeira;
- Com pulsos que se adequassem a exercícios propostos;
- Que remetessem ao feminino sagrado, tanto instrumentalmente quanto a partir da letra das músicas.

VI.III. Vozes e Cantos

- Os cantos que acompanharam a condução de cada mulher para a sala: estes nasciam do contato que tinha com cada uma delas, e a expressão sonora que sentia cada uma precisar escutar, como evocação das presenças de seus sagrados;
- O canto das vogais de nossos nomes;
- O canto das músicas que eram representativas para cada mulher.
- Os cantos coletivos que construímos conjuntamente aos instrumentos a partir de vocalizações direcionadas a cada mulher que dançava.

V. Círculo ou Roda de Mulheres

- Promover integração, sensação de pertencimento, igualdade, compartilhamento e comunhão entre as integrantes;
- Promover a concentração de energias;
- Desenvolver o olhar e presença sutil.

VI. Dança

Dança aqui é um termo amplo e passa por qualidades diferentes, ou impulsos ao ato de mover-se; Ainda que paradas, nossos corpos estão em estado contínuo de dança. Quando trazida para o contexto do ritual, a dança é tida como manifestação do sagrado. No trabalho desenvolvido, chegar a uma corporalidade de movimento impulsionado pelo sagrado requer a passagem por diferentes danças e exercícios, trabalhos energéticos, bem como de meditação, respiração e auto-percepção do corpos, associados aos outros elementos ritualísticos. Um desses estímulos a diferentes qualidades do movimento foram os Tecidos, relacionados ao movimento a partir dos elementos água e ar.

VII. Jogos e Exercícios Teatrais

VII.I. Jogos:

- Vender da Feira;

- Mulher do Véu;
- Máscara Neutra;

Os jogos teatrais, dentro do contexto ritualístico, assumem também dimensões sagradas. A Máscara Neutra, A Mulher do Véu e o Vender na Feira eram, inicialmente, motes de experimentação para romper com a timidez, tornar o ambiente lúdico e chegar a outros estados de conhecimento corpóreos relacionados aos elementos terra, fogo, água e ar. Se tornaram meios através dos quais foi possível estabelecer conexão com emoções e memórias guardadas, com medos latentes, e com o novo, este lugar em que cada uma tinha diante de si outro começo, seja por encontrar aí outro corpo, seja por ver-se mobilizada em seu imaginário pela sutileza da primeira vez das coisas, como a primeira vez que se vê o fogo, seja por relacionar este fogo ao modo de ver através, ou um diálogo intuitivo com o divino.

VII.II. Exercícios:

- Alongamentos e Yoga

Os alongamentos e exercícios de Yoga acompanharam as atividades da oficina, preparando os corpos, oferecendo às mulheres auto-percepção, instrumentos de destensionamento, relaxamento e concentração. Foram meios que, somados aos elementos referenciados, conduziam a construção de estados de presença sutis, de abertura ao sagrado. Também uma maneira de chamar atenção delas para a relação do corpo como morada, o corpo como nossas habitações e, portanto, tradutores e receptores de nossas vivências, merecedores de respeito, escuta e cuidados, cuidados a nós mesmas. Respirar está aí inserido como um meio de aquietamento interior, liberador das emoções, tensões, angústias.

VIII. Imagens

A linguagem das imagens foi estímulo à releitura de símbolos relacionados ao feminino. As imagens alimentam o imaginário, dialogam onde nem sempre a linguagem verbal alcança, e são tradutoras de nossas motivações, necessidades e inconsciente. Como estive percorrendo também um caminho de autoconhecimento através dos desenhos que constam neste trabalho, levei recortes de imagens e alguns destes desenhos para a oficina, bem como sugeri a elas que desenhassem após cada encontro.

XI. Palavras, Frases e Poesias

A mesma intenção de alimentar está aqui presente nas palavras, frases e poesias que fizeram parte do rito. Ofertar possibilidades de reflexão. Ofertar possibilidades de expressão. Ofertar a dilatação dos sentidos das palavras, frases e poesias. Encontrar o que queria ser dito na linguagem poética. Usar a palavra para criar outras realidades. Ofertar entre nós palavras de incentivo, de encorajamento, de limpeza, de cura. Saber da força e magia contidas nas palavras, e o que fazemos delas.

3. Verbos Conclusivos

A performance-ritual aqui é inserida como jornada entre o conhecido e o desconhecido. Ampliação, escavação, emanção de sentidos. Neste sentido cumpre etapas: Rito de passagem – lugar de estranhamento; Rito de separação – saindo de um lugar (supostamente) familiar; Rito de transição - natureza exploratória e não resolvida; O Regresso ou Rito de Reagregação – ao lugar (estranhamente) familiar (DAWSEY, 2006, p. 25).

Durante o andamento da performance-ritual da qual destaquei os elementos visitados, foi possível identificar estas passagens, não como fases estanques adequadas e identificadas com as fases referidas por Dawsey, mas em cada uma delas aí estiveram lugares de estranhamento, separação de um lugar supostamente familiar, a natureza exploratória não resolvida, e a reintegração a um lugar (novo) no qual é possível encontrar familiaridade. Em cada fase há sempre lugares de estranhamento, separação, exploração e reencontro em menor ou maior grau. É um ato contínuo. Dentro de um ciclo há pequenos ciclos, e dentro deste outros.

A oficina ressoou então como este momento de grande circulação de conhecimentos, inscritos e latentes em mim e nas mulheres participantes, uma iniciação, portanto, para nos abrir ao reconhecimento e fluência de nosso corpo mágico e sagrado, quebrar sentidos e medos estagnantes, restaurar a imaginação, estabelecer uma pausa, para reconectarmos com a intuição, com a sabedoria antiga que nos renova e nos faz perceber que sabemos mais do que sabemos. Foi uma limpeza. Princípio de descolonização.

É também um processo curativo, pois de identificação e de travessia destes medos, medos estes que bloqueiam fluxo e, portanto, o corpo, medos que estão relacionados ao contato com o sagrado, neste caso, o princípio feminino, onde habitam sombras, onde estão forças e energias desconhecidas, mas que, em

verdade, não são absolutamente desconhecidas, são partes de nós, que o dia a dia pode não revelar, e que todo o conflito instaurado entre o mundo masculino e o feminino frustrou. A dicotomia na qual o feminino foi colocado provoca em nós dissociações, fragmentações, medos, interdições quanto a natureza plural do feminino que abrange aspectos do constante movimento de vida-morte-vida e das forças aí atuantes, imprescindíveis para que estabeleçamos cortes, respeitemos as pequenas mortes e permitamos os renascimentos.

4. Referencial bibliográfico

ALVES, Rubens . O Que é Religião. Coleção Primeiros Passos - São Paulo: Brasiliense.1984.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229, jan. 2000.

_____ La conciencia de la mestiza: towards a new consciousness. IN: CONBOY, K. et all. Writing the body: female embodiment and feminist theory.

ARAGAO, Janaína de Sousa. Corpo Femininos: Experiências Teatrais, Experiências Pessoais. Rev. "O Teatro Transcende" do Departamento de Artes – CCEAL/ FURB – ISSN 2236-6644 - Blumenau, Vol. 19, No 1, p.21 - 31, 2014

ARAUJO, Márcia Virgínia. Arte-ritual: poética de segredos interculturais ancestrais. UFPE. Fórum 2: Emoção estética: a poética do segredo nas criações artísticas.

BARSTOW, Anne Llewellyn. Witchcraze: A new history of the european with hunts. Pandora, 1995

BINGEMER, Maria Clara. O Segredo Feminino do Mistério: Ensaios de Teologia na ótica da mulher. Petrópolis: Vozes,1991.

BOAL, Augusto. A Estética do Oprimido. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CHAVES, Fernanda; FERREIRA, Luana; VOMMARO, Natália. Yin-Yang: a busca pelo equilíbrio entre os opostos. Rev. Eclética. PUC, 2006, P. 33-37

CORDOVIL, Daniela (org.). Religião, gênero e poder: estudos Amazônicos. São Paulo: Fonte Editorial, 2015.

DAWSEY, John C. Turner, Benjamin e Antropologia da Performance: O lugar olhado (e ouvido) das coisas. USP. Art. Rev. Campos 7(2):17-25, 2006.

DEL PICHIA, Beatriz; BALIEIRO, Cristina. O feminino e o sagrado: mulheres na jornada do herói. - São Paulo: Ágora, 2010

ELIADE, Mircea. Imagens e Símbolos: Ensaio sobre o Simbolismo Mágico-religioso. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ESTÉS, Clarissa Pinkola. Mulheres que correm com os Lobos: Mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

FERRACINI, Renato. A arte de não interpretar como poesia corpórea do ator. São Paulo: Unicamp e FAPESP, 2003.

FERREIRA, Amanda Crispim. Escrivências, As lembranças afrofemininas como um lugar da memória afro-brasileira: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Geni Guimarães. Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG Programa de Pós-Graduação em Letras – Pós-Lit 2013.

GROSZ, Elizabeth. Volatile Bodies: Toward a corporeal feminism. Indiana University Press, 1994.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HARRIS, Marvin. Vacas, porcos, guerras e bruxas: os enigmas da cultura. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978

JOHNSON, Robert A. SHE: A Chave do Entendimento da Psicologia Feminina. São Paulo: Mercury, 1987.

JUNG, Carl Gustav. O Homem e seus símbolos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LANDES, Ruth. A cidade das mulheres. 2. ed. Rev. - Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

LECOQ, Jacques. O Corpo Poético: Uma pedagogia da criação teatral. São Paulo: ed. Senac São Paulo: Edições SESC SP, 2010.

LEONOR, Calvera. Diosas, brujas y damas de la noche – 1. ed. - Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2005.

Linguagem. Gênero. Sexualidade: clássicos traduzidos/ Robin Lakoff ... [et al.]; organização e tradução Ana Cristina Ostermann, Beatriz Fontana. - São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

Manual de estilo acadêmico: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses / Nídia M. L. Lubisco; Sônia Chagas vieira. 5. ed. – Salvador : EDUFBA, 2013.

MARTIN, Emily. A Mulher no Corpo: Uma análise cultural da reprodução. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MARTINS, Guaraci da Silva Lopes. Encontro Marcado’’: Um trabalho pedagógico com performances teatrais para a discussão das sexualidades em espaços de educação. Tese de Doutorado. Repositório de teses e dissertações da Pós-graduação em Artes Cênicas. Escola de Teatro da UFBA. Salvador. 2009.

MENEZES, Felícia de Castro. Ventos que animam a terra– voz e criação na trajetória do espetáculo. Rosário / Dissertação de Mestrado. Repositório de teses e dissertações da Pós-graduação em Artes Cênicas. Escola de Teatro da UFBA. Salvador. 2012.

MORAGA, Cherrie. Queer Aztlán: the re-formation of Chicano tribe. In: The Material Queer.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). As Senhoras do Pássaro da Noite: Escritos sobre a Religião dos Orixás V. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Axis Mundi, 1994.

OLIVEIRA, Silvana Maria Santana. Num-se-Pode: Espaço de afecto do corpo cênico feminino. Dissertação, Mestrado PPG Artes, UFU.

PRIORE, Mary Del. História das Mulheres no Brasil. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

ROMANO, Lúcia Regina Vieira. De Quem É Esse Corpo? – A Performatividade do Feminino no Teatro Contemporâneo. Tese de Doutorado. Departamento de Artes Cênicas da Escola de Comunicações e Artes. São Paulo: ECA/USP, 2009.

ROSA, Laila. “Juremeiras e bruxas: as donas de uma ciência ‘ilegítima’”. IN: Revista Caminhos. Goiânia, v. 7, n. 2, p. 175-201, jul./dez. 2009.

SCHECHNER, Richard. Performance e Antropologia. Org. LIGERIO, Zeca; Trad. JUNIOR, Augusto Rodrigues da Silva ... et al. Rio de Janeiro: Mauad X, 20012.

_____. Trad. FIORI, Ana Letícia de. Pontos de contato entre o pensamento antropológico e teatral. Cadernos de campo, São Paulo, n. 20, p. 1-360, 2011.

SEGATO, Rita Laura. Santos e daimones: o politeísmo afro-brasileiro e a tradição arquetipal. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

VERGUEIRO, Viviane. Pela descolonização das identidades trans*. In: VI Congresso Internacional de Estudos Sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH, 2012, Salvador, BA. VI Congresso Internacional, 2012.

ZWEIG, Connie e ABRAMS, Jeremiah (orgs.). Ao Encontro da Sombra: O potencial oculto do lado escuro da natureza humana. São Paulo: Cultrix, 1991.

SALLES, Cecília Almeida. Gesto inacabado: processo de criação artística. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1998.

AS QUESTÕES DE GÊNERO NA BRINCADEIRA DO PEGA-PEGA

Alana Simões Bezerra (1)
Faculdades Integradas de Patos-FIP
alana_simoes_edf@hotmail.com

Resumo: A brincadeira do pega-pega favorece aprendizagens de consciência corporal, de criação de táticas, motoras e comunicativas e de equilíbrio emocional. De um modo geral, a brincadeira conhecida como pega-pega é um jogo de perseguição em que um, ou mais pegadores buscam pegar os fugitivos tocando-os. Estes, por sua vez, objetivam não serem apanhados. Há inúmeras variações que estabelecem os diferentes modos de perseguir e de fugir. Em todos há a presença do toque, quem for tocado, automaticamente vira o pegador ou vira gelo, neste caso o aluno deve ficar parado no lugar onde foi capturado. Esta pesquisa objetivou analisar as questões de gênero durante a brincadeira do pega-pega nas aulas de Educação Física. Os sujeitos foram crianças de ambos os sexos, do 5º ano, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Cristina Rolim Machado, João Pessoa - PB. Para levantamento dos dados foram utilizados questionário, protocolo de observação e vídeo etnográfico. Percebemos que as aulas realizadas pela professora não promovem a distinção de gênero, porém durante a brincadeira, os meninos se destacam pela agilidade, se aproveitando disso para tocar apenas em meninas, por causa da sua “fragilidade”.

Palavras-chave: Pega-pega, Gênero, Brincadeira, menino, menina.

Introdução

O conceito de gênero está embutido no discurso social e político contemporâneo. Antigamente gênero era definido como a relação entre homens e mulheres. Ou seja, tendo como sentido o termo “sexo”. Na atualidade isso seria um insulto às conquistas das mulheres e uma forma de bloquear o progresso futuro, pois o gênero não se limita ao sexo masculino, “transcende a situação das mulheres e a análise da dominação masculina” (OLIVEIRA, 1997, p. 17).

A palavra gênero, segundo Scott (1995, p. 71) é uma representação social da relação entre os sexos, mas que não é diretamente determinada pelo sexo nem está proporcional à sexualidade. Ou seja, uma definição mais sistêmica nos mostra que gênero opera como elemento estruturante do conjunto das relações sociais e como forma primária do significado que as relações de poder, e podem propiciar numa compreensão mais ampla das organizações sociais atualmente.

De acordo com a autora supracitada gênero é uma categoria analítica, dando ênfase a raça e a classe, promovendo a inclusão destes na história e a adoção de um novo paradigma. Ela afirma que as relações de gênero não são fixas e variam dentro do tempo e além dele. O gênero é formado pelo discurso, o discurso é um instrumento de orientação do mundo, mesmo se não é anterior à orientação da diferença sexual.

Para Gebara (2000) falar sobre gênero é discutir sobre o ser no mundo, fundamentado pelo lado biológico do ser humano, e por outro lado, tendo um caráter que vai além da fisiologia do corpo, que são os fatores culturais, históricos, sociais e religiosos. Conforme Santos (2012, p. 191) a dualidade entre os sexos tem como base as diferenças biológicas da corporeidade e vem confirmar a dominação masculina gerando homens e mulheres pertencentes a mundos distintos, “e, conseqüentemente a destinos e direitos diferentes”.

Percebemos em algumas brincadeiras culturais a dominação masculina sobre a feminina, por terem mais agilidade, velocidade, e principalmente, mais força. Percebemos alguns dessas características ao observar a brincadeira do “pega-pega”, tanto realizada nas escolas quanto nas brincadeiras de rua entre meninos e meninas.

Este jogo apesar de todas as distinções tem um objetivo principal: de o pegador capturar os fugitivos e os fugitivos têm como meta escapar do pegador. Para que se alcancem esses objetivos os participantes precisam ter habilidades e capacidade como correr com velocidade, desviar com agilidade, coordenar

os deslocamentos no espaço do jogo e fintar, que são as ações de fuga, é uma forma de o fugitivo se afastar do pegador.

Também pode-se complicar a brincadeira aumentando o número de pegues, para Freire (1997) existem variações do tipo de pegador, pode ser um pegador simples, o com ajuda, com corrente, com ou sem mancha, com dois ou mais pegadores. Pode-se diminuir o tamanho do espaço onde está sendo realizado o jogo ou expandí-lo, pode também ser jogado na rua, no quintal de casa, na escola, é só ter um espaço mais amplo que a brincadeira começa. É um jogo ideal para se brincar ao ar livre.

De um modo geral, esta brincadeira consiste em dois tipos de jogadores, os pegadores e os fugitivos, estes devem evitar serem apanhados. Cada variação que se dá ao jogo tem uma forma diferente de se estabelecer como serão as regras e de como serão pegos, isto ocorre através do toque. Quem for tocado, automaticamente vira o pegador ou vira gelo, nesse caso o aluno deve ficar parado no lugar onde foi capturado. Portanto, essa pesquisa tem como objetivo analisar as questões de gênero envolvidas na brincadeira do pega-pega.

Segundo Freud (1920), ao brincar, a criança é movida pelo desejo de poder fazer aquilo que o adulto faz. Ele afirma que tanto o brinquedo quanto o brincar são os melhores representantes psíquicos dos processos interiores da criança. Desta forma, quando as crianças estão brincando, elas fantasiam e criam uma área de ilusão, a isto Winnicott (1975) chama de “espaço transicional ou potencial”, o qual se tornará a fonte das criações que irão acontecer as mais variadas formas simbólicas da cultura. Ou seja, quando a criança brinca ela cria e recria o seu mundo próprio.

Sabemos que a brincadeira do pega-pega requer agilidade e velocidade para que o pegador (ou “o toca”) pegue um fugitivo e deixe a posição de pega. Por este, muitas vezes as meninas são perseguidas por pelos menos meninos. Sendo assim tivemos a necessidade de explorar essa característica e saber quais as relações de gênero da brincadeira do pega-pega?

2 METODOLOGIA

2.1 Caracterização da pesquisa

É uma pesquisa qualitativa, que segundo Richardson (1989, p. 38), “além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”. Tem como método

de abordagem o hipotético-deduzido, pois esta se aplica as pesquisas diretas (campo ou laboratório), quando o investigador está em busca de evidências reais de fenômenos da natureza ou da sociedade.

2.2 Sujeitos da pesquisa e campo de estudo

Foram investigadas 24 crianças, sendo 12 do gênero masculino e 12 do gênero feminino, entre as faixas etárias de 10 aos 12 anos de idade, do 5º ano (4ª série), do ensino fundamental, do turno da tarde. O campo para realizar este estudo foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Cristina Rolim Machado, da cidade de João Pessoa – PB. A instituição de ensino encontra-se na Avenida Souto Maior, 555, no bairro de Água Fria.

2.3 Instrumentos para coleta dos dados

Para observação direta foi utilizada uma câmera digital para filmagem e fotografia dos alunos, favorecendo assim uma melhor observação dos objetivos deste trabalho. As observações seguiram um protocolo (roteiro) de observação, intitulado: “percepção das sensações e gratificações na brincadeira do pega-pega”, este continha os aspectos a serem observados no momento da brincadeira do pega-pega.

Foi acrescentado a pesquisa um questionário sócio demográfico, e também, um questionário que foi aplicado aos alunos, para entender as questões relacionadas ao corpo e ao gênero na brincadeira do pega-pega. Os instrumentos para coleta de dados dessa pesquisa foram elaborados pelos pesquisadores responsáveis.

2.4 Procedimentos para coleta dos dados

Foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e encaminhado ao Conselho de ética em Pesquisa, do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Após a aprovação, pôde-se iniciar efetivamente a coleta de informações na escola. Foi utilizado o termo efetivamente. Os dados foram observados durante as aulas de Educação Física, mais especificamente, durante a realização da brincadeira do pega-pega. Foram realizadas oito observações de aulas para análise dos objetivos deste estudo.

Para realizar as observações, utilizaram-se elementos da etnografia, que de acordo com Geertz (1989, p. 15) “praticar etnografia é estabelecer relações, selecionar informações, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário...”. Com isto, as aulas de educação física foram observadas e as informações ficarão reunidas em um “diário de campo”, tendo como objetivo “documentar, monitorar e encontrar o significado da ação” (MATTOS; JUNIOR; BLECHER, 2001, p. 04).

2.5 Análise dos dados

Os dados foram analisados conforme literatura sobre as questões de gênero.

3. Resultados e discussões

Brincar corrobora para a autoestima e a interação das crianças, resultando em situações de aprendizagem, fazendo com que as crianças compreendam o mundo e suas possibilidades de criatividade. “É no brincar, e somente no brincar, que o indivíduo, criança ou adulto, pode ser criativo e utilizar sua personalidade integral: é somente sendo criativo que o indivíduo descobre o eu (*self*)” (GOMES-DA-SILVA, 2007, p. 93).

De acordo com Freire (1997, p: 119), as brincadeiras no ambiente escolar, mais especificamente nas aulas de Educação física, é uma forma de ensinar conteúdos aos alunos, tornando-se assim, um instrumento pedagógico, ajudando a cumprir o papel social que a criança desempenhará no futuro.

Percebemos que nas aulas de Educação Física desenvolvidas na escola não tem caráter sexista, na qual meninos e meninas são separados com atividades ditas “de meninos” e as meninas nas “atividades de meninas”. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1999), o ensino da Educação Física deve promover igualdade de gêneros, possibilitando que todos participem sem exclusão ou separação. Sendo assim, percebe-se que na turma do 5º ano, não ocorre o sexismo (separação de gênero), todos têm ótima relação com os colegas sem haver discriminação de raça, gênero e nível social. Podendo entender que o contexto social em que vivem faz com que tenham um bom convívio entre meninos e meninas, e entre alunos e professora.

No que se refere a interação social e às diferenças de gênero durante as brincadeiras, algumas diferenças e semelhanças foram encontradas com relação ao tipo de brincadeiras que elas mais gostam de brincar. Quando perguntado

no questionário quais as brincadeiras que mais gostam de realizar, os meninos em sua maioria disseram que prefere esportes (futebol e vôlei) e também alguns pega-pegas. Já as meninas, algumas gostam das atividades desportivas igual aos meninos e outras preferem baleado, pular corda, e também o pega-pega. Nessa série tanto as meninas quanto os meninos gostam de realizar jogos desportivos.

Segundo Badinter (1993) os esportes que envolvem competição, agressão e violência são considerados a melhor iniciação à virilidade, porque é nesse ambiente que o menino ganha seu status de macho.

Na brincadeira do pega-pega percebemos que na maioria das vezes, quando os meninos são o pegador, eles tentam sempre pegar as meninas. Ao perguntar por que eles correm atrás das meninas, responderam que:

Indivíduo 1: por que é mais fácil!

Indivíduo 2: meninas são fracas, correm devagar.

Indivíduo 3: por que as meninas não conseguem pegar ninguém.

Conforme o observado nas aulas de Educação Física dos alunos do 5º ano da escola desta pesquisa, nas aulas sempre é realizado brincadeiras juntos, seja ela desportiva ou menos agressiva. Mas também, é uma ação espontânea e livre por parte das crianças, gerando uma atividade prazerosa e alegre. Elas estão sempre prontas para novas ideias de brincadeiras e quando estão jogando o pega-pega, a brincadeira é controlada por todos os jogadores, seja menina ou menino.

Por exemplo, na variação da brincadeira do pega-pega chamada “menino pega menina”, os meninos usam de suas habilidades e força para controlar a brincadeira e pegar as meninas para leva-las ao local onde elas não possam sair. Percebemos aí, nesse instante da brincadeira, que as meninas são levadas a ficar trancadas e receber ordens dos meninos.

A representação da masculinidade é construída social e historicamente, é determinada pela religião, pela época, pela sociedade e o lugar de origem. Mas também, devemos conhecer sobre o tempo vivido e a cultura. Por isso, de acordo com Lemos (2009) devemos compreender a composição da masculinidade por meio da categoria de gênero, que é componente fundamental para analisarmos tal fenômeno.

Desta forma, percebemos como a figura masculina é superior, sendo ela um “chefe” ou o “cabeça” que irá controlar as meninas, pegando, aprisionando e vigiando. A identidade da masculinidade e feminilidade se dá na imposição

de superioridade. Para Bourdeau (2005) a dominação masculina e a submissão feminina pode ser compreendida a efeitos duradouros e estipulados pela sociedade.

Ao considerarmos gênero com uma categoria que promove relações, e precisamos pensar em como articular com outras categorias durante as aulas de Educação Física, pois gênero, idade, força e habilidade formam um enrolado de exclusões vividos por meninos e meninas.

Para Altman (1999) as meninas são excluídas de jogos nas aulas de Educação Física não apenas por questão de gênero, mas também, por serem consideradas mais fracas e menos habilidosas. No caso da brincadeira do pega-pega, as meninas não são excluídas, mas são as denominadas de “sexo frágil”, e por isso sempre são perseguidas.

Na sociedade, as conquistas esportivas estão relacionadas à velocidade, força e resistência, flexibilidade, equilíbrio e graça ficam em segundo plano (coisas de menina). O pega-pega fica definido como favorável aos meninos e colabora para a construção social da hegemonia masculina.

Sendo assim, quanto ao gênero, as crianças assumem papéis de acordo com os modelos apresentados em seu cotidiano. Pois se têm a ideia de que, cabe às meninas jogar baleado, brincadeiras de roda, brincadeiras mais delicadas. Já para os meninos são desenvolvidas atividades desportivas mais agressivas. Seria então, durante a brincadeira que as crianças começam a fazer distinções sobre o papel do gênero, que é imposto pela sociedade, de acordo com a cultura que está inserida.

As diferenças relacionadas ao gênero estão presentes praticamente em todas as sociedades. Essas diferenças estão relacionadas as características físicas e nas formas de comportamento. Segundo Cordazzo (2003, p. 15), as diferenças de gênero são as psicológicas, ou comportamentais, que se estabelecem entre os sexos e abrangem a personalidade, a cognição, as habilidades e, como não poderia deixar de serem citadas as brincadeiras também.

Conclusão

Percebemos que a brincadeira do pega-pega, inserida no ambiente escolar, é considerada por quem brinca, uma brincadeira que beneficia os meninos por terem mais habilidades que os proporcione fugir mais rápido, desviar-se das tentativas das meninas de pegá-los.

As aulas não têm mais o caráter sexista, que divide as turmas em brincadeiras de menino e de menina. Característica essa que importante, pois não percebemos práticas discriminatórias entre os sexos, o que auxilia na construção de sujeitos masculinos e femininos.

Porém, a brincadeira propriamente dita, envolve as questões de gênero, pois ser mais ágil, “correr mais que as meninas”, leva o jogo do pega-pega a ser uma brincadeira para exaltação dos meninos.

Referências bibliográficas

ALTMANN, H. Marias (e) homens nas quadras: sobre a ocupação do espaço físico escolar. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 24, n.2, p.157-173, jul/dez.1999.

BADINTER, E. X. Y. **Sobre a identidade masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1993.

BOURDEAU ,P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

CORDAZZO, S. T. D. **Caracterização de brincadeiras de crianças em idade escolar**. 2003. 83 fl. Dissertação (trabalho de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina.

FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física**. São Paulo: Scipione, 1997.

FREUD, S. Mais além do princípio do prazer. In: **obras completas**. Trad: Dr. C. Magalhães de Freitas. Rio de Janeiro. Editora Delta S.A., 1920.

GEBARA, I. **Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal**. São Paulo: vozes, 2000.

GEERTZ, A. A. **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Ganabara Koogan, 1989.

GOMES-DA-SILVA, P. N. A brincadeira de dar susto e o jogo da convivência. In: GOMES-DA-SILVA, P. N.; CAMINHA, I. de O. **Aprender a conviver: um enigma para a educação**. João Pessoa: ed. Universitária UFPB, 2007.

MATTOS, M. G; JÚNIOR, A. J. R; BLECHER, S. **Metodologia da pesquisa em educação física**: construindo sua monografia, artigos e projetos. São Paulo: Phorte editora, 2001.

OLIVEIRA, E. M. de. O gênero na saúde: auto-determinação reprodutiva das mulheres. **Mandrágora**. N.4, v. 4, p. 17-26, 1997.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: atlas, 1989.

SANTOS, L. P. dos. Maternidade versus paternidade: um diálogo docente com corporeidade. In: HERMIDA, J. F.; ZOBOLI, F. **Corporeidade e Educação**. João Pessoa: Editora Universitária, 2012.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. Porto Alegre. V.20, n. 2, p. 71-99, 1995.

WINNICOTT, Donald Woods. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

FUNK DA SOLUÇÃO: EXERCÍCIO DE SONORIDADE FEMINISTA E SORORIDADE MUSICAL

Alexandra Martins Costa¹
Universidade Federal da Bahia
alexandra.fotografia@uol.com.br

Resumo: Refletir sobre o *Funk da Solução* do grupo Tambores de Safo (CE): Qual potência sonora que se constrói ao incluir instrumentos típicos do Nordeste numa composição que originalmente está marcada pelo universo do funk? De quais subalternidades essa música traz à tona?

1 Especialista em Artes Visuais e formada em Comunicação. Faz parte da Feminaria Musical, grupo da Escola de Música da Universidade Federal da Bahia que integra a linha de pesquisa Gênero, Cultura e Arte do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA).

Introdução

Este texto faz parte de uma provocação realizada dentro da disciplina *Introdução aos Estudos de Gênero, Relações Etnicorraciais e Sexualidades em Música*, ministrada pela professora e *cantautora*² Laila Rosa, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde somos incitadas a analisar uma obra a partir de uma escuta musical³. Depois de passar os ouvidos por várias músicas, decidi-me por escolher a paródia de um funk realizado por um coletivo de jovens feministas, negras e lésbicas de Fortaleza, Ceará. Tal decisão se relaciona com minha trajetória dentro da militância feminista que tem procurado visibilizar as iniciativas de grupos de lésbicas e mulheres bissexuais. E, recentemente, com as aproximações no campo da Arte e Política como ações de enfrentamento que exploram maneiras alternativas de estratégias de luta.

Para tanto, o corpus desta pesquisa irá selecionar os desdobramentos dos ritmos musicais, pensando o som enquanto um espaço de fala. Assim como a letra parodiada a fim de perceber nessas narrativas qual lugar de fala que o grupo se coloca e quais temas são levantados no *Funk da Solução*. É feito ainda um resgate histórico do grupo para se compreender como as experiências de vida das membras do grupo possui interface com as escolhas instrumentais, arranjos e a letra parodiada.

É fato corriqueiro que as lutas de movimentos sociais têm passado por um momento de rearranjo em meio aos levantes globais contemporâneos onde à arte serve como instrumento construtor de discursos nessa estratégia de militância política. O campo das práticas artísticas consiste, portanto, em modos de aproximações críticas que de forma legítima e necessária sublinham a articulação entre política e arte de resistência no contexto social. “A representação artística deve guardar consigo o ato de resistir, de inventar uma nova resistência e de criar linhas de fuga que abram brechas nas territorialidades fechadas e dominadas” (SEGURADO, 2007, p 56) propondo assim novos meios e linguagens de

2 No artigo “O que nos move, o que nos dobra, o que nos instiga” de Laila Rosa e Isabel Nogueira, ambas desenvolvem esse para explicar seus lugares de compositoras que interpretam suas obras como uma prática artevista feminista autoral. Ações de teatro de rua e intervenções urbanas apresentadas em protestos e datas comemorativas no centro da cidade

3 Desenvolvimento e aprimoramento de uma escuta atenta e consciente que leve em consideração os aspectos socioculturais e políticos considerando os marcadores sociais das diferenças entre os sujeitos e contextos musicais. Ações de teatro de rua e intervenções urbanas apresentadas em protestos e datas comemorativas no centro da cidade

dimensão poética, com destaque para a perceber a potência musical enquanto conteúdo político.

Outras escutas musicais

Sobre a necessidade de se aguçar uma escuta e fazer música de forma crítica, Laila Rosa já aponta uma grande lacuna epistemológica no que tange os estudos de gênero dentro do campo da música. Na pesquisa “Feminaria Musical ou epistemologias feministas em música 2: das experiências etnográficas”, foi observado que ainda são poucas as pesquisas que focam a produção musical das mulheres em primeiro plano, assim como ainda são ineficientes as investigações que envolvem estudos de gênero e música. A iniciativa desvenda ainda que o mercado musical continua sendo um espaço de difícil atuação para musicistas que evidenciam experiências sexistas no espaço de trabalho. Ao mapear o que tem sido produzido nas instituições e periódicos musicais do Brasil se verificou um quadro alarmante onde:

Num recorte de 10 anos, foram encontrados apenas 66 trabalhos que de algum modo dialogam com nossa grande temática nos Anais das grandes associações brasileiras de música. Um número até expressivo, mas quando pensamos que o universo é no mínimo 10 vezes maior que isso, consideramos o panorama desanimador. Silenciamento maior se dá nos periódicos, onde, em 10 anos de publicações, foram encontrados apenas 17 artigos. O mesmo ocorre nas teses e dissertações sobre música, onde, num universo de cerca de 340 trabalhos defendidos, encontramos aproximadamente 12 resultados num hiato de 10 anos de produção. (ROSA, 2014, p 10)

Parece haver um hiato que separa as musicistas do papel de compositoras pois dificilmente as mulheres são pensadas como pessoas que criam. No máximo, no papel de cantoras ou instrumentistas. Daí a necessidade de problematizar as ausências da produção musical das mulheres dos espaços musicais e acadêmicos. Assim como dar luz às produções particulares de produções musicais que sugerem um artevismo que extrapola fronteiras e tomam o processo criativo como local de empoderamento.

Portanto, considera-se o funk aqui analisado como incluso no meio musical que, mesmo sendo uma paródia, destaca-se pela sua eficácia poética/criativa que há na (re)significação dos arranjos sonoros e linguísticos que acabam por criar uma familiarização com seus princípios de organização sonora. “Costumamos ‘estranhar’ a música que não faz parte de nossa experiência. Quem é que já não ouviu alguém dizer - ou até mesmo disse - a seguinte frase: ‘isto não é música?’” (PENNA, 1999, p 3). Quando se enuncia a frase “Isto não é uma música” automaticamente emerge uma relação autoritária no qual a pessoa que exprimiu tal opinião teria – em sua teoria - os conhecimentos para reconhecer o que NÃO É uma música. Logo, de acordo com o pensamento acima teria a capacidade para afirmar o que É uma música a partir da deslegitimação do trabalho de outrem cujas críticas em sua maioria revelam uma série de relações de poder estabelecida nas entrelinhas.

Não se pretende deslegitimar a atuação e trajeto profissional daquelas mulheres que decidiram pela música como profissão. Mas ressaltar a relevância da diversidade e potencialidades de produções musicais, como essa em questão que atenda a demanda de “organizações que trazem o drama e as concepções estéticas dos palcos e das galerias para o cotidiano da população buscando interagir com o público e levantar novas reflexões sobre as questões de gênero” (OLIVEIRA, 2013).

Quero uma escrita feminista do corpo que enfatize metafóricamente a visão outra vez, porque precisamos resgatar este sentido para encontrar nosso caminho através de todos os truques e poderes visualizadores das ciências e tecnologias modernas que transformaram os debates sobre a objetividade. (HARAWAY, 1995, p.21)

É fato que a popularização dos meios de comunicação facilitou o acesso às tecnologias e conseqüentemente o acesso aos conteúdos que antes eram exclusivos às pessoas que tinham o conhecimento e poder aquisitivo para bancar a produção de uma música. Se antes, a gravação de um disco gerava uma fita cassete de baixa qualidade e fortalecia um mercado que privilegiava que, dominada o capital, com o acesso à internet é possível fazer essa mesma gravação no espaço domiciliar, com baixo custo, com melhor qualidade e ainda podendo fazer alterações no arquivo. “O acesso a tecnologias de produção e difusão permitem a geração de músicos/ouvintes a se autoproduzir, a criação permite a reflexão sobre a prática, antes isolados, agora conectados trocando informações

e, donos de novos meios, são empurrados para novas formas de organização social e consciência de classe” (NETO, 2014, p 156). Essa independência de produção marcou um comércio informal que se beneficiou da pirataria musical a partir do *remix* e do livre compartilhamento de arquivos de forma mais direta e democrática do que as instituições legais e formais da indústria fonográfica.

Publicado em 1985, o *Manifesto Ciborgue* de Donna Haraway já chamava atenção sobre a necessidade do uso da tecnologia no ativismo político com finalidade de ampliar suas redes de diálogo e estabelecer novas dinâmicas na relação produtor/espectador. “As coisas que estão em jogo nessa guerra de fronteiras são os territórios da produção, da reprodução e da imaginação. Este ensaio é um argumento em favor do prazer da confusão de fronteiras, bem como em favor da responsabilidade em sua construção” (HARAWAY, 2009, p 37). Possibilitando assim reconhecer o campo das Artes como possuidora de marcadores de gênero, raça e etnia, sexualidades, classe social, dentre outros que nos dão pistas para pensar que a estrutura musical carrega história formada de afetos e críticas do interesse desses coletivos.

Das potencias sonoras feministas no funk

Diante das questões pontuadas anteriormente, o presente artigo objetiva trazer essa perspectiva feminista sobre o poder simbólico e a força política da música *Funk da Solução* a partir da potência sonora que a música é construída ao incluir instrumentos típicos do Nordeste, de um uma sonoridade de maracatu, numa composição que originalmente está marcada pelo universo do funk. É importante ressaltar que ambos os gêneros musicais (maracatu e funk) possuem as estruturas sonoras historicamente marcadas por locais de subalternidades quando apresentam as demandas pessoais dentro do contexto de seus trabalhos artísticos. São contribuições que se alinham aos “saberes subalternos justamente pelo enfrentamento teórico, metodológico, ético e epistemológicos que fazem aos saberes hegemônicos” (PELUCIO, 2012). Deste modo, podemos compreender como se dá o fortalecimento da identidade negra, lésbica e nordestina na estrutura composicional do *Funk da Solução*

O maracatu tocado em Fortaleza fortalece a cultura afro-nordestina ao mesclar componentes de ordem religiosa e popular: representa as festas de coroação dos reis e rainhas da região do antigo Congo, no continente africano. Nascido das coroações dos reis do congo oitocentistas, ligadas às irmandades de Nossa Senhora do Rosário e ao culto de São Benedito, o maracatu se

organiza como um cortejo composto por diversos elementos musicais (com tambores e ferros) que vem sofrendo mudanças ao longo do tempo, que os transformaram de reisados a folguedos populares (SILVA, 2004).

Já o funk tem origem nos Estados Unidos, por volta dos anos 1960, derivado da *soul music* (mistura do *rhythm & blues*) e da música gospel cantada na periferia norte-americana. A partir dos anos 70, ganha força no Brasil com inserção nos bailes da periferia carioca. Na mesma época, a imprensa brasileira descobre esse gênero musical e a partir dessa expansão, a indústria fonográfica começa a investir nesse mercado que até aquele momento era totalmente produzido de forma independente e de consumo direto das próprias comunidades. Nos anos 80, acontece o que seria a primeira experiência brasileira no funk a partir da produção dos *melôs*⁴, “como uma primeira forma de apropriação criativa, que resulta num produto obviamente híbrido: músicas americanas tocadas em versões instrumentais com refrãos gritados pelo público dos bailes em português” (VIANA, 2010).

Essa característica híbrida dos melôs se repete na paródia da música analisada quando se brinca com o imaginário já criado pela música original pois se apropria de uma base musical já existente e modifica as letras e ritmos para marcar uma identidade e pauta política posta pelas Tambores de Safo.

Conhecendo tambores de safo

Nesse trabalho vou me apoiar nas epistemologias e metodologias feministas em relação aos temas de gênero, raça e orientação sexual por estarem relacionados às identidades lésbicas e negras que as membras das Tambores de Safo fortalecem. Faz-se necessário refletir sobre a música em sua complexidade que carrega histórias que se repetem a partir do interesse de outras sonoridades, materialidades, intenções e necessidades dos grupos sociais a depender da época e conjuntura. Portanto, a etnomusicologia (ROSA, 2014/2015; NOGUEIRA, 2015; PENNA, 1999) será relevante subsidiária para essa investigação ao sensibilizar uma análise de escuta que leve em consideração aspectos socioculturais e políticos considerando os marcadores sociais das diferenças entre os sujeitos e contextos musicais. Além disso, serão discutidos aspectos relacionados ao

4 A partir de uma mesma base sonora, faziam-se as próprias versões em português, utilizando palavras que soassem como a letra original. Ações de teatro de rua e intervenções urbanas apresentadas em protestos e datas comemorativas no centro da cidade

texto parodiada a partir de uma análise do discurso que trará contribuições para poder problematizar as relações do texto com os processos de significação dos mecanismos de produção de sentido.

Antes de entrar na discussão, é necessário contar a história deste grupo para compreender como a escolha dos instrumentos percussivos também é um elemento importante para análise musical do Funk da Solução. Tambores de Safo é formado a partir da interação de ativistas do grupo LAMCE (Liberdade do Amor entre Mulheres no Ceará) com lésbicas autônomas que já previam a necessidade de iniciativas artísticas em suas intervenções político-culturais. Diante disso, em 2010, em decorrência da XI Parada pela Diversidade, a gestão política local na época – comandada pela ex-prefeita Luizianne Lins (PT-CE) – previu no seu orçamento um financiamento para grupos de lésbica. Por meio de articulação com a Coordenadoria da Diversidade Sexual da Prefeitura Municipal de Fortaleza, criada em 2005, conseguiram articular um projeto que envolvesse música e sexualidade a partir da inserção de um cortejo formado apenas por lésbicas e mulheres bissexuais na abertura da Parada da Diversidade. Naquela ocasião, a estratégia foi usar os tambores como instrumento que se destacasse para chamar atenção das pessoas em volta, criar uma oposição à aparente festa realizada com o protagonismo dos trios e inserir uma identificação a partir do uso de tambores que representam a fusão da cultura afro-brasileira e nordestina

Com esse apoio financeiro conseguiram produzir material de divulgação, como panfletos e faixas, comprar megafones, além de desenvolver oficinas com mulheres alguns meses antes da Parada. A estratégia foi de dividir esse recurso em dois momentos: o primeiro foi a confecção e produção dos instrumentos e em seguida as oficinas de tambor que aconteceram na Casa Feminista Nazaré Flor e na Praça da Gentilândia. Ambos os locais de forte presença da comunidade LGBT de Fortaleza.

Após a participação na Parada pela Diversidade Sexual do Ceará decidiram por continuar a usar a percussão em outros momentos políticos. A decisão pelo nome “Tambores de Safo” aparece neste momento para visibilizar a identidade lésbica do grupo que juntamente com a inserção do tambor alude à necessidade de protesto e resistência que é atribuído a esse instrumento de percussão. Começaram a trabalhar também com a estética dos instrumentos que são pintados nas laterais com as cores do arco-íris e com a figura de duas negras com lábios colados, conectadas por um beijo. E a partir da visualidade e da musicalidade que as Tambores de Safo iniciam sua trajetória, demarcando e visibilizando suas próprias representações.

O fenômeno de (re)existir uma base musical antropofágica africana se repete tanto no funk carioca quanto no maracatu *funkeada* das Tambores de Safo cujo ritmo traz elementos das raízes do congo, tambor de candomblé, atabaques e berimbaus. No caso do funk carioca, a inserção de *samples*, timbres e elementos musicais diversos resgata o desenvolvimento dessa memória sonora. O reconhecimento por essa sonoridade atravessa histórias de geração e resistência onde a representação sonora está aliada à voz da comunidade negra da favela.

A música funk carioca é uma fala cantada ou um canto falado sobre uma base rítmica. Essa fala é a das camadas mais pobres da juventude das áreas sub urbanizadas do estado do Rio de Janeiro⁵⁸. Seu melodismo deriva tanto das inflexões da própria fala quanto do espaço sonoro local, recortado e colado. Esse procedimento não se aplica somente à melodia, mas constitui a própria tecnologia de uma inteligência que encontra expressão no gênero musical' (CARCERES, 2014, p 178)

Em pesquisa etnográfica, realizada pela pesquisadora Margareth Cristina de Almeida Gomes (2013) foi percebido que essas *batuqueiras*⁵ comumente ensaiam cinco ritmos previstos no repertório: samba-reggae, funk, afoxé, maracatu (pernambuco e cearense) e ciranda. Usam variados instrumentos de percussão, como alfaia, caixas de guerra, repique, agogô e timba.

Além disso, os instrumentos percussivos são dotados de estética e sonoridade muito apreciada em ritmos e manifestações culturais nordestinas, como no forró, no baião e no maracatu. Eram, portanto, bastante familiares para aquele coletivo de mulheres naturais do Ceará (GOMES, 2013, p 57)

É importante ressaltar que poucas membras desse grupo inicial tinham contato direto com universo de percussão. No entanto, suas experiências cotidianas estavam marcadas pela presença do tambor enquanto objeto popular da cultura nordestina e influenciada pelos ritmos de religião de matriz africana.

5 Nome que designa uma mulher percussionista. Ações de teatro de rua e intervenções urbanas apresentadas em protestos e datas comemorativas no centro da cidade

Das escolhas das sonoridades

Algumas pontuações são importantes de serem destacadas sobre as escolhas das sonoridades que conferem identidade ao *Funk da Solução*. A primeira é sobre a escolha de deixar de lado os *samples* e *remix* que há na *Dança do Quadrado* e partem para uso de instrumentos percussivos como xequeres e tambores na composição musical do *Funk da Solução*. Isso gera um ritmo diferenciado comparado ao da canção anterior, podendo criar outras estruturas rítmicas que não estão presentes no original, mas sem abandonar a sonoridade afro-brasileira. A enunciação desta sonoridade negra aliada à nordestina por meio da batida do maracatu que ora divide espaço com o toque do tamborzão, são elementos que fala muito da forma como se apresentam e como querem ser reconhecidas: de negras, lésbicas e nordestinas que fazem som com instrumentos artesanais.

Na primeira década dos anos 2000, DJ's começaram a experimentar as bases rítmicas até chegar ao que se considera a batida mais conhecida dentro do universo do funk carioca com o surgimento do Tamborzão⁶ que tem uma batida mais acelerada (com 130bpm – batidas por minuto) a partir de uma mistura entre o eletrônico, os toques de candomblé e os tambores de maculelê. Esses vários deslocamentos e misturas me intrigam a pensar como usar o estudo da estrutura/composição sonora em obras que convocam representações subalternas e propõem uma política de gênero e sexualidade.

Para além desta sonoridade, o “tamborzão” como peculiarmente é chamado, assim como qualquer manifestação musical afro-brasileira, desperta no ouvinte sua memória africana corporal. Isto é, o corpo africano através da sonoridade e da vibração se conecta a uma memória corporal em que elementos da dança são resgatados em sua ancestralidade. O que explica a semelhança entre os passinhos de funk e os passinhos de kuduro (manifestação musical angolana)⁷

6 O Tamborzão surge de uma mistura de vários *samples* de percussão incorporados o atabaque, percussão brasileira, música de umbanda e candomblé. Ações de teatro de rua e intervenções urbanas apresentadas em protestos e datas comemorativas no centro da cidade

7 Consultar blog: <http://okanodara.tumblr.com/post/117203232156/dos-passinhos-aos-batuques-o-brasil-todo-%C3%A9>. Visto em 09/05/2016 Ações de teatro de rua e intervenções urbanas apresentadas em protestos e datas comemorativas no centro da cidade

O corpo nas culturas africanas tradicionais é considerado um templo onde música e dança servem como conexões diretas com as matrizes africanas. Outras experiências culturais como *as rodas de jongo, de samba, congada e mesmo o maracatu permitem lembrar a África que habita entre nós e faz de nossos corpos resistência* (Okan Odara, 2014). Sendo a música uma linguagem cultural e historicamente construída, está viva e em constante movimento, podendo atravessar gerações e se expandir para além mar.

Refletir a atuação dos movimentos sociais como um todo é trazer à tona o debate sobre identidade(s) pois um dos objetivos desse grupo é a busca por visibilidade de identidades que se interseccionam em todos os momentos. Ao realizar análise da letra do Funk é possível perceber que as Tambores de Safo têm a preocupação de criar formas de resistência às opressões de raça e gênero, desenvolvendo um pensamento crítico das mulheres a partir de sua composição.

No meio virtual foi possível encontrar versões distintas da letra. No entanto, decidiu-se por analisar a mais recente que aconteceu em 2015, durante um show que o grupo apresentou no Encontro Nacional de Universitários pela Diversidade Sexual, no Rio Grande do Norte. Outras versões registradas em encontros⁸ e blogs⁹ também estão disponíveis para apreciação.

FUNK DA SOLUÇÃO¹⁰

(Letra: Lila M. e Lídia Rodrigues / Arranjo: Tambores de Safo)

Se o mundo, se o mundo fosse cheio de sapatão
Seria a revolução, revolução da sapatão (2x)
Se o mundo, se o mundo fosse cheio de viado
Ficaria equilibrado, movimento organizado (2x)

8 Intervenção apresentada durante o Seminário Internacional Lesbianidades e Feminismos, Belo Horizonte: <https://www.youtube.com/watch?v=XXhnpRWE0Bw>. Visto em 09/05/2016 Ações de teatro de rua e intervenções urbanas apresentadas em protestos e datas comemorativas no centro da cidade

9 Letra registrada no blog do grupo LAMCE: <http://grupopolamce.blogspot.com.br/2009/06/funk-da-solucao.html>. Visto em 09/05/2016 Ações de teatro de rua e intervenções urbanas apresentadas em protestos e datas comemorativas no centro da cidade

10 Letra retirada do registro audiovisual: https://www.youtube.com/watch?v=8Xnp3cp2_ug. Visto em 09/05/2016 Ações de teatro de rua e intervenções urbanas apresentadas em protestos e datas comemorativas no centro da cidade

Agora as feministas mandam um beijo para as trans
Dizendo nessa rima todas nós somos irmãs
Todas nós somos irmãs, eu mando um beijo para as trans (2x)
Aos trans que estão presente e também aos que não estão
Deixamos a nossa força e nossa consideração
Aos trans que são irmãos, a nossa consideração (2x)
No mundo, no mundo a miséria é geral (2x)
Destrói o capital, destrói o capital (2x)
Mulheres se organizam aqui em verso e prosa
Na luta por direitos contra o machismo cor de rosa
Patriarcado cor de rosa, Patriarcado cor de rosa (2x)
Lésbicas e bi, querem visibilidade
Na letra deste funk, reafirmar identidade
Pela visibilidade reafirmar identidade (2x)
Se o corpo, se o corpo, se o corpo é da mulher (2x)
Ela dá pra quem quiser, ela dá pra quem quiser
Ela dá pra quem quiser, inclusive pra outra mulher
Maconha, maconha não é de graça
Se eu planto, se eu planto
Eu ia viver lombrada (2x)

Na letra parodiada, as outras categorias do movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) não ficam de fora quando cantam que: “Se o mundo / Fosse cheio de viado / Ficaria equilibrado Movimento organizado”. Assim como a organização do movimento transexual a partir de suas particularidades de gênero ao distinguir homens trans de mulheres trans em refrões diferentes: “Agora as feministas / Mandam um beijo para as trans / E nessa rima todas nós somos irmãs / Todas nós somos irmãs, eu mando um beijo para as trans”. E “Aos trans que estão presentes / E também aos que não estão / Deixamos a nossa força / E nossa consideração / Ao trans que são irmãos / A nossa consideração”.

Possível perceber uma interlocução com as outras letrinhas do movimento, mas sem deixar de lado sua pauta principal que é o combate à lesbofobia e fortalecimento da identidade, pois em dois momentos a visibilidade lésbica é cantada nos refrões: “Se o corpo / Se o corpo é da mulher / Ela dá pra quem quiser / Inclusive pra outra mulher”. E em outro momento quando se canta: “Se o mundo / Se o mundo fosse cheio de sapatão/ Seria revolução da sapatão”.

Assim como “Lésbicas e bis/ Querem visibilidade / E a letra desse funk / É pra reafirmar a identidade / Pela visibilidade refirmar a identidade”.

A dinâmica de identificação passa pelo reconhecimento de uma origem em comum, ou seja, de atores e atrizes que compartilham das mesmas características com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal (SILVA, 2000). Por meio de uma identificação prévia é que as concepções sobre diferença fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre a identidade.

Utilizo o termo “identidade” para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quase se pode “falar”. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (Hall, 2000, p. 111).

Segundo Gloria Anzaldúa a política da diferença deve caminhar para um lugar além da diferença em si. Ao investigar a base estrutural das diferenças entre mulheres, chama atenção para necessidade de maior complexidade conceitual sobre essa questão. Sua perspectiva com o hibridismo cultural já antecipava uma crítica ao pensamento binário, normalmente ancorados em noções de assimilação e cooptação. Para autora, a diferenciação a partir da dicotomia do gênero (homem e mulher; masculino e feminino) não contempla a real estrutura das hierarquias de poder. Atenta-se ao fato de que essa discussão contemple os vários outros processos de identificação, em especial quando se trata dos campos de lutas que se formam as *consciências mestiças*:

A estratégia de nomear com finalidade de marcar a diferença tem sido uma forma bastante usada pelos grupos sociais que se utilizam da identidade como instrumento de disputa política e simbólica a partir do momento que as representações são construídas por meio dessas diferenças.

As porta vozes de suas próprias demandas

A música mostrada neste artigo faz parte de uma série de iniciativas que parte de uma construção coletiva e criativa onde suas composições se voltam

para uma estratégia de visibilidade a partir do uso transgressor do universo artístico ao experimentar a inclusão de elementos sonoros e a potência do grupo através da musicalidade. Outra pontuação importante de ser levantada sobre o *Funk da Solução* é sobre a letra formulada a partir das demandas políticas que o grupo coloca em discussão. Pois são temáticas que atravessam suas vivências enquanto um grupo percussivo composto por lésbicas e mulheres bissexuais residentes em Fortaleza (Ceará). São vários os elementos e assuntos relacionados ao combate ao racismo, lesbofobia, machismo, descriminalização do aborto e laicidade do estado que são pontuados durante a canção, compondo a dinâmica do discurso e materialidade musicais.

Sobre este tema Avtar Brah afirma que:

De modo semelhante, uma imagem visual também é uma prática. A imagem visual também produz poder, donde a importância de entender o movimento do poder nas tecnologias do olho – artes visuais como a pintura e a escultura, prática do cinema e dança, e os efeitos visuais das tecnologias da comunicação. O mesmo vale para o registro auditivo – música e outros sons produzem poder (BRAH, 2006).

Ao proporem serem porta-vozes de suas próprias demandas, as Tambores de Safo estabelecem o papel de artevistas ao inserir temas ainda com poucas garantias de direitos conquistados (como descriminalização do aborto, direitos sexuais e reprodutivos e de diversidade sexual e de gênero) por meio da música. A fácil identificação com a letra e ritmo fez com que a canção também se tornasse um grito de guerra dentro dos atos de movimentos sociais, cujo um dos refrãos é comumente cantado em manifestações e atos da militância, reinventando a forma de trazer esses temas no espaço de discussão política.

Assim reativam o debate de uma forma ao mesmo tempo crítica e lúdica dentro de uma estrutura de fácil percepção, se utilizando de uma base musical que já está inserida dentro de um sistema de identificação sonoro. Assim como propondo novos meios e linguagens de dimensão poética como vias de empoderamento.

Referencia bibliografica

ANZALDÚA, Gloria. Borderlands/La Frontera: The New Mestiza. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. Cadernos Pagu (26). Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2006, pp.329 – 376

CARCERES, Guillermo T. S. ; RABELO, L. F. ; PALOMBINI, Carlos . A Era Lula/ Tamborzão política e sonoridade. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros , v. 0, p. 157-207, 2014.

GOMES, Margareth Cristina de Almeida. Tambores e corpos sáficos: uma etnografia sobre corporalidades de mulheres com experiências afetivo-sexuais com mulheres da cidade de Fortaleza. 2013. Dissertação (Mestrado em Saúde e Ciências Humanas) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial [orig. The science question in feminism, Feminist Studies, v.14, n.3, 1988]. Cadernos Pagu, Campinas, n.5, p.7-42, 1995b.

_____. (2000): “Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”, em T. T. Silva: Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano, Belo Horizonte, Autêntica.

NETO, Manoel J de Souza. A popularização dos meios de produção e difusão da música, e crise na indústria fonográfica.: Revolução do precariado musical e contrarrevolução, Revista LUGAR COMUM – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia Nº43, pp. 149 – 162, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2014

OLIVEIRA, Júlia G. Silva . Intervenções estéticas-urbanas: novas políticas dos feminismos latino-americanos. In: Fazendo Gênero 10 - Desafios atuais dos Feminismos, 2013, Florianópolis. Fazendo Gênero 10, 2013.

PELUCIO, Larissa; Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar, v. 2, p. 395-418, 2012.

PENNA, Maura. Dó, ré, mi, fá e muito mais: discutindo o que é música. Ensino de Arte - Revista da Associação dos Arte-Educadores do Estado de São Paulo, [S. l.], v. II, n. III, p. 14-17, [1999].

ROSA, Laila. ; HORA, E. ; SILVA, L. . ROMPENDO COM OS SILENCIAMENTOS: CANTANDO GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE MULHERES E MÚSICA NO BRASIL. In: Anais do 10º Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, UFBA, Salvador, dias 27 a 29 de agosto de 2014.

SEGURADO, R. Por uma estética da reexistência na relação entre arte e política. In: CHAIA, M. (Org.). Arte e política. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007. p. 41-58.

SILVA, A.C.R. Vamos Maracatucá!!! Um estudo sobre os maracatus cearenses. 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife

VIANA, Lucina Reitenbach. O Funk no Brasil: Música desintermediada na cibercultura. Sonora; Unicamp. São Paulo - SP. Vol 3, n5, pp 1-21, 2010

O CORAL EDGARD MORAES E O PROTAGONISMO FEMININO NO FREVO-DE-BLOCO.

Alice Alves

Universidade Federal de Pernambuco

alicesalves12@gmail.com

Resumo: o presente artigo busca abordar brevemente o protagonismo feminino no frevo-de-bloco nos caminhos das categorias musicais, com suas transformações em relação as práticas sociais, rumo à profissionalização. Para isso, o estudo voltou-se para o Coral Edgard Moraes e sua trajetória musical, grupo esse que tem sua formação principal composta só de mulheres, vindas da família de um dos mais importantes compositores de frevo, Edgard Moraes. A ideia é começar a entender o papel da mulher no frevo-de-bloco. Sendo assim, o modelo de pesquisa desenvolvido tem por base um processo de pesquisa etnomusicológica de caráter etnográfico.

Palavras-chave: Frevo-de-bloco. Protagonismo feminino. Música popular. Coral Edgard Moraes.

Introdução

O frevo tem origem urbana, surgida na transição do século XIX para o XX, momento de grande transformação sociocultural para o Brasil. Tem a sua criação ligada à classe trabalhadora, à reinterpretação, à miscigenação de suas influências culturais (SILVA, 1998). A princípio, não havia a subdivisão que daria nome ao que se chama de frevo-de-bloco. Somente na década de 1930, com a movimentação da indústria fonográfica na gravação de discos e na difusão radiofônica é que surgem os termos frevo-de-rua, frevo-de-canção e frevo-de-bloco (LÉLIS, 2006). O frevo-de-bloco é uma das mais fortes manifestações carnavalescas de Recife. É a maior representação lírica do carnaval de Pernambuco. Também é a ramificação do frevo que mais marcadamente, desde seu início, traz a participação feminina.

Tem sua origem vinculada aos denominados blocos líricos e seus desfiles que retomam às primeiras décadas do século XX. Essas agremiações carnavalescas tem uma estrutura que possui uma aproximação com o que foram os ranchos carnavalescos do Rio de Janeiro originados no final do século XIX. Assim como esses possuem origem no pastoril e nos ranchos de reis. Tem muita inspiração no presépio familiar, “pleno de formosas pastorinhas a dançar e cantar, diante da lapinha e quando das procissões na noite da festa dos Santos Reis, louvando o nascimento do menino Jesus” (SILVA, 1998, p.24).

A então nova forma de festejar a época carnavalesca trouxe a possibilidade da mulher participar desse evento nas ruas centrais de Recife pois sua organização propiciava um afastamento da massa popular tão frequente nas ruas. O bloco lírico tem origem urbana, no que considera ser a pequena burguesia, e era uma maneira que essa classe social encontrou de ir às ruas brincar o carnaval protegidas por cordões de isolamento e onde suas moças e senhoras estavam protegidas e vigiadas pela ala masculina.

Isso dá suporte para explicar a estruturação musical do frevo de bloco em que as mulheres são as principais responsáveis pela parte do canto, apoiadas pelas orquestras de pau e corda formadas por instrumentos de cordas dedilhadas e de sopros da família das madeiras. A orquestra ainda é majoritariamente composta por homens atualmente, também é onde conhecimentos musicais teóricos são mais exigidos. A estrutura musical em canção é a principal forma de distinguir o frevo-de-bloco do frevo-de-rua, a mais reconhecida e característica do gênero frevo em si.

Um aspecto importante, referente à identidade genérica do frevo-de-bloco, é a sua caracterização como uma música feita para o canto feminino, em conjunto. O frevo-de-bloco pode ser definido num plano discursivo constituído fundamentalmente pelo seu caráter coletivo, simbolicamente representado nas vozes que entoam as canções – o coro feminino acompanhado pela orquestra – e na própria formação do bloco, enquanto desfilantes fantasiados (diferenciando-se, por exemplo, do passista, que, em termos de representatividade simbólica, destaca-se individualmente pela indumentária colorida e pela utilização da sombrinha para garantir o equilíbrio na execução da dança do frevo). (VILA NOVA, 2006, p. 80-81)

Com isso, o trabalho de pesquisa busca entender, a partir do Coral Edgard Moraes, a ideia do protagonismo feminino surgindo mais marcadamente no frevo a partir do frevo-de-bloco. A intenção é começar a refletir, não de forma aprofundada sobre o conceito de gênero e mesmo performance, a forma como as relações de gênero - poder, discriminação, prestígio e hierarquia são alguns dos fatores - podem influenciar ou mesmo estruturar o discurso e a musical do grupo (GOMES; MELLO; 2007). Há também o intuito de perceber as transformações vivenciadas enquanto categoria musical pelo grupo no processo de sair da estruturação atrelada a um bloco lírico rumo à profissionalização musical no frevo-de-bloco.

Metodologia

Enquanto bandolinista e produtora cultural já tinha contato, relação de amizade em alguns casos, há muito tempo com músicos, sobretudo do naipe de cordas, que atuam nos blocos líricos no frevo-de-bloco. Também tive a oportunidade de produzir alguns eventos em parceria com o Coral Edgard Moraes. Além disso, por ser aluna de bandolim de Marco César, esposo de Valéria Moraes, umas das cantoras e produtora do Coral, tenho uma certa proximidade com a trajetória musical da família Moraes.

No edital 2014-2015 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) oferecido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com a orientação do professor Carlos Sandroni, pesquisei de forma mais ampla, voltada para a atuação dos músicos nos blocos

líricos e o Coral Edgard Moraes, as categorias musicais em transformação no frevo-de-bloco. A minha intenção já nesse primeiro projeto de pesquisa foi dar voz e visibilidade aos sujeitos, aos músicos em si. O que não deixa de ser um anseio alimentado por questões da minha experiência enquanto musicista, pesquisadora e produtora de tentar aliar essas três vertentes da vivência musical.

A ideia foi tentar focar nos sujeitos que protagonizam as performances, algo que ainda precisa ser explorado mais fortemente segundo Rosa (2010):

No entanto, percebi o quanto um caráter teórico um tanto genérico de *performance* ainda persiste, ou seja, um olhar que privilegia um produto (composição, execução musical de uma obra) ou mesmo processos (contextos de ensino-aprendizagem, etnográficos e musicais, etc.) sem tocar especificamente nos sujeitos que elaboram os mesmos a partir dos recortes de gênero, étnico-racial, de sexualidade, classe, geração e outros (ROSA, 2010, p.2).

Quanto à pesquisa de campo, foram realizadas conversas informais com pessoas que atuam na produção e no grupo Coral Edgard Moraes. Entretanto, só o fato de conviver, de poder observar sem diretamente interferir já foi muito importante. Desde 2013, acompanho a atuação do Coral com o olhar mais apurado de musicista pesquisadora. Começar a estudar a relação entre gênero, música e performance através da perspectiva etnomusicológica, da etnografia da música para fomentar essa ideia nas pesquisas sobre o frevo-de-bloco foi o enfoque do trabalho.

Como Seeger (1992) define, a etnografia da música vai além da perspectiva teórica, do registro escrito dos sons, e segue mais por uma abordagem descritiva para a música, que busca compreender a concepção, a criação, a apreciação e as possíveis influências entre os processos musicais e sociais, tanto no grupo quanto nos indivíduos. Por isso, se volta para as formas de se fazer a música.

Resultados e Discussão

Embora ainda não tivesse percebido, era um caminho natural abordar o protagonismo feminino ao lidar com esse grupo atuante em umas das subdivisões do frevo que mais dá voz à mulher.

Cabe aqui explicar um pouco da história do grupo. O Coral teve sua formação em 1987 pelas filhas e netas do compositor Edgard Moraes¹. Antes disso, integrou o Bloco das Ilusões por treze anos. O Coral Edgard Moraes em sua formação mais recente, é composto por Ana Chacon, Inajá Moraes, Iraçaira Moraes, Isis Moraes, Maria Chacon, Marta Lopes, Valéria Moraes e Wanessa Moraes.

O grupo busca aliar ao lirismo e à poesia tão presentes no frevo-de-bloco e exaltadas pelos compositores do gênero, à sonoridades não tradicionais da subdivisão. Em seus CDs lançados, trouxe nas faixas uma formação instrumental não presente nas orquestras de pau e corda, como regionais de choro, quinteto de madeiras, quinteto de cordas e a organização orquestral peculiar aos frevos-de-rua. Há a possibilidade de um tratamento musical, de experimentações que fogem da tradição do frevo-de-bloco possibilitadas por um processo de profissionalização, de ir ao palco ao estúdio de gravação e por ter saído dos cortejos das ruas.

Apesar do protagonismo feminino desde o surgimento do frevo-de-bloco vale esclarecer que isso ainda acontecia de forma não igualitária, uma vez que havia uma vigilância masculina, um cordão de isolamento que salvaguardava a frágil e indefesa figura feminina, a diferenciação dos gêneros era ainda muito mais fortemente polarizada. Como Rosa (2010) propõe:

O binarismo de gênero situa os sujeitos homem-mulher de maneira essencializada onde a mulher estaria supostamente mais próxima da natureza, o homem, supostamente mais próximo da cultura, sendo a primeira limitada à sua condição biológica que supostamente lhe outorga uma menor transcendência da cultura. Este legitima a ideia cristalizada do que realmente consiste a segregação dos espaços público-privado, e pior, reforça (ainda) a invisibilidade feminina em diversas esferas de atuação, desde o artístico ao religioso, do político ao social. A naturalização da segregação e seu consequente reforço da invisibilidade feminina consistem num grande perverso

1 Edgard Moraes foi um dos mais importantes compositores pernambucanos do século XX. Deixou um legado de aproximadamente trezentas composições, entre choros, valsas e, principalmente, frevos-de-bloco. (BEZERRA; VICTOR; 2006, p. 19). Nascido em 1904 e falecido em 1973, foi compositor, violonista, iniciou seus estudos musicais através de seu irmão mais velho Raul Moraes, compositor e pianista já consagrado. Participou da fundação de diversos blocos carnavalescos e compôs para quase todos desses que existiam e existem em Recife (SILVA, 2000).

equivoco epistemológico e político, pois, na realidade, privado e público interagem a todo instante, sendo um definidor do outro (ROSALDO e LAMPHÉRE, 1979²; ROSALDO, 1979; ORTNER, 1979³ apud. ROSA, 2010, p.6).

Segundo Cusick (1994, apud. ROSA, 2010, p. 6):

[...] e metáforas de gênero realmente circulam completamente no discurso de uma sociedade, parece lógico que metáforas de gênero estejam circulando na música de uma sociedade – nos sons que os/as compositores/as escolhem, nos modos pelos quais as pessoas escutam estes e nas associações que estes fazem com eles. ⁴

Tanto Cusick (1994, apud. ROSA, 2010, p. 6) quanto Rosa (2010) vão buscar entender o processo de performance a partir de um contexto social que vai tratar o produto da escuta musical também a partir dos sujeitos que produzem a música.⁵ Por isso, a escolha de estudar o fazer musical feminino no frevo-de-bloco a partir do Coral Edgard Moraes, para buscar dar voz e vez à importância delas no contexto social do frevo. Com uma visão do fazer musical a partir dos sujeitos, indo ao cenário de pesquisa, observando as relações musicais, socioculturais, coletivas e individuais e o quanto isso interfere na produção

2 ROSALDO, Michelle Zimbalist. “A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica” de Michelle Rosaldo. In: *A mulher, a cultura e a sociedade*. ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (eds.). Tradução de Cila Ankier e Rachel Gorestein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Pp. 33-64.

3 ORTNER, Sherry. “Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?”. In: *A mulher, a cultura e a sociedade*. M.Z. Rosaldo e Louise Lamphere (orgs.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Pp. 95-120.

4 CUSICK, Suzanne. “Feminist Theory, Music Theory, and the Mind/ Body Problem.” In: *Perspectives of New Music*. Vol. 32, No. 1 (Winter, 1994). Pp. 8-27. In: www.jstor.org/stable/833149.

5 A citação de CUSICK (1994, p.14) sobre metáforas de gênero acima elabora uma boa premissa para reimaginar teorias não somente dos processos criativos e representativos da *performance*, mas de criação musical estruturada também através de composições, da escuta das pessoas que também estão marcadas pelas metáforas de gênero, e acrescento ainda raça/etnia, classe, sexualidade, geração, etc....compondo uma rede, uma trama, um *entrelaçamento de experiências e discursos performáticos*. A autora (CUSICK, 1994, p. 18) propõe o conceito de “*performance social*” como sinônimo de “uma teoria de corpos musicais”, ou seja, uma teoria que humanize os processos de escuta e os sujeitos musicais em si. (ROSA, 2010, p. 6 e 7)

e no discurso artístico podendo revelar a temática de gênero e suas questões (GOMES; MELLO; 2007).

O ideal de fidelidade à obra que ainda norteia a ética da *performance* musical encontra um paralelo perturbador com a condição de passividade e submissão prescritas ao gênero feminino no século XIX. A concepção platônica da obra musical requer um *performer* nulo, dócil e domesticado, através do qual a obra se manifesta em sua plenitude pré-constituída, à semelhança de uma sacerdotisa de Apolo, a qual rompia o seu silêncio apenas para emprestar a sua voz ao deus. (DOMENICI, 2012, p. 89)

A determinação de modelos para o *performer* tem sua nitidez muito mais perceptível quando entrelaçada com a noção de ameaça que o conhecimento e o corpo assumem para a autoridade patriarcal (DOMENICI, 2012).

O que pode ser enquadrado na origem da atuação feminina nos blocos líricos. Mesmo sendo a abertura à participação feminina uma oportunidade para o seu protagonismo surgida no frevo a partir do frevo-de-bloco, a estrutura de autoridade patriarcal ainda era mantida. E o cordão de isolamento é o símbolo mais forte de representação disso.

Observa-se também que o coro feminino, encarregado de entoar os frevos-de-bloco nas apresentações dos blocos líricos e das agremiações, é composto por integrantes que não são necessariamente cantoras profissionais. Na prática musical do frevo-de-bloco, o coro costuma ser a parte da estrutura que tem menos ou nenhum embasamento teórico de música para a sua atuação, pois isso não é algo considerado fundamental. O que é diferente para a atuação dos instrumentistas das orquestras de pau e corda, seja no estudo teórico, de partitura, seja no que se chama pegar a harmonia “de ouvido”, o que exige uma percepção musical já trabalhada, uma preparação antecipada é necessária e exigida.

De acordo Leppert, os homens eram encorajados a desenvolver uma relação teórica com a música, compreendendo seus aspectos científicos e estéticos através da contemplação silenciosa. A prática musical era reservada às mulheres, sendo esperado que aprendessem a tocar um instrumento (preferencialmente de teclas) como forma de entretenimento doméstico desprezioso, pois

Lhe era vedado desenvolver seus talentos para não competir com seu marido aos olhos dos outros (LEPPERT, 1993, p. 67-68 *apud*. DOMENICI, 2012, p. 93)⁶

Domenici (2012) aborda questões de performance musical e o gênero feminino e destaca a visão de Shepherd sobre o que se refere “à relação que som e escrita estabelecem com a divisão de gêneros.” (p.91)

A cultura definida pelos homens é projetada de volta à natureza; mulher, enquanto *objetos*, são igualadas ao mundo natural ou material e, conseqüentemente, estão sujeitas ao controle unilateral dos homens. O controle sobre a reprodução cultural compensa a ausência de centralidade no processo biológico de reprodução, e em lugar algum esse controle é mais eficazmente exercitado do que no mapeamento e procedimentos de notação – entre os quais a música ocupa um lugar de destaque – os quais facilitam e restringem os processos de reprodução cultural. (SHEPHERD, 1996, p.154-155 *apud*. DOMENICI, 2012, p.92)⁷

Com o Coral Edgard Moraes o protagonismo feminino musical e decisivo de fato existe. São elas, as mulheres do Coral, que mais incentivam as experimentações e que detêm a palavra final nos processos de criação de suas obras. Há um protagonismo feminino que foge totalmente do original processo de participação das mulheres no frevo-de-bloco.

Outro aspecto interessante no grupo é a existência de uma preparação, de um trabalho vocal por parte das mulheres do Coral.

Durante 13 anos, nós fizemos parte do Bloco das Ilusões [...] mas foi ficando impraticável a questão das caminhadas, da programação... Também queríamos aprimorar a qualidade vocal do trabalho. Então, decidimos fazer uma coisa inusitada: cantar frevos-de-bloco

6 LEPPERT, Richard. *The sight of sound, representation, and the history of body*. Berkeley: University of California Press, 1993.

7 SHEPHERD, John. Music and male hegemony. In: LEPPERT, Richard; McCLARY, Susan (Ed.) *Music and society: the politics of composition, performance and receptions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

no palco. Foi aí que surgiu, de fato, o Coral Edgard Moraes. (Depoimento pessoal de Valéria Moraes cedido a André Valença)⁸

Ir ao palco como diz Valéria já é uma das marcas dessa liderança feminina diferenciada, não existe outro coral em Recife que tenha essa visão profissionalizada como elas, como grupo musical voltada para o frevo-de-bloco sem necessariamente estar atrelado à estrutura de um bloco lírico.

O Coral Edgard Moraes além desse protagonismo feminino desconstrói ainda mais os aspectos tradicionalistas do frevo-de-bloco ao buscar trazer a essa subdivisão do frevo novas propostas de linguagens musicais. O último álbum lançado do grupo, *Cantos e Encantos*, em seu encarte, é apresentado por seu diretor musical, Marco César, da seguinte forma:

Imaginar o FREVO tocado só aos modos momescos é limitar demais a grandeza cultural que ele expressa e representa. Com a filosofia de inovar nos timbres, harmonias e linguagens, imaginamos um registro de formato universal que mexesse com os mais aguçados ouvidos críticos, acostumados aos sons das grandes obras. Tudo começa com o talento inigualável do Maestro Spok⁹, da produtora Valéria Moraes e dos companheiros músicos, compositores e arranjadores que abraçaram a causa nobre do fazer artístico [...]. (Depoimento pessoal, 2016)

E é a partir desse lugar de interseções que o Coral Edgard Moraes segue sua carreira artística, buscando inovar, buscando dar voz de fato à mulher no frevo-de-bloco sem que esse perca a sua essência musical.

Considerações finais

Como Blacking (1974) descreve, música é o som humanamente organizado. Sendo assim, para se compreender a música considero importante perceber também quem são os sujeitos que ouvem, cantam e/ou tocam dentro de uma

8 VALENÇA, André. Voz: das bacantes ao frevo de bloco. In: Revista Continente. Recife: Editora CEPE, janeiro de 2013, nº 145, p.60-63.

9 "Ele é apontado por especialistas como o mais novo embaixador do frevo." (ALBIN, Ricardo Cravo. *Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira*. Acesso em: 15 de abril de 2016).

comunidade, de uma sociedade e quais os motivos que levam esses indivíduos a isso. Questões como essas são aplicáveis a qualquer gênero musical. Nesse estudo, foquei em uma parcela feminina e produtora de música no frevo-de-bloco, o Coral Edgard Moraes. E isso é um enfoque importante e que pode ser abordado através de Etnomusicologia. “Desde a sua reformulação a partir de meados dos anos 60, tornou-se meta definida da etnomusicologia descrever os diferentes agentes e agrupamentos etnomusicais”. (PINTO, 2001, p. 226)

E assim, entender a relação entre música e performance é uma das frentes de atuação da Etnomusicologia. (PINTO, 2001)

A etnografia da *performance* musical marca a passagem de uma análise das estruturas sonoras à análise do processo musical e suas especificidades. Abre mão do enfoque sobre a música enquanto “produto” para adotar um conceito mais abrangente, em que a música atua como “processo” de significado social, capaz de gerar estruturas que vão além dos seus aspectos meramente sonoros. Assim o estudo etnomusicológico da *performance* trata de todas as atividades musicais, seus ensejos e suas funções dentro de uma comunidade ou grupo social maior, adotando uma perspectiva processual do acontecimento cultural. (PINTO, 2001, p. 227, 228)

E assim foi desenvolvido este trabalho foi desenvolvido, a partir de conceitos e ideias etnomusicológicas sendo abordados com o objetivo de começar a seguir por um viés de estudos sobre gênero, música e performance. O ponto de partida foi o frevo-de-bloco, o foco principal foi a atuação musical do Coral Edgard Moraes.

Referências

BEZERRA, Amilcar Almeida. SILVA, Lucas Victor. *Evoluções: histórias de bloco e de saudade*. Recife: Bagaço, 2006.

BLACKING, John. *How Musical is Men?* London,: Faber & Faber, 1973.

DOMENICI, Catarina Leite. A performance musical e o gênero feminino. In: Nogueira, Isabel; Campos, Susan (orgs.). *Estudos de gênero, corpo e musica:*

abordagens metodológicas. Série Pesquisa em Música no Brasil. 1ªed. Goiânia/Porto Alegre: ANPPOM, 2013, v. 3, p. 89-109.

GOMES, R. C. S.; MELLO, M. I. C. . *Relações de gênero e a música popular brasileira: um estudo sobre as bandas femininas*. DAPesquisa , 2007, v. 2.

PINTO, Tiago de Oliveira. “Som e música. Questões de uma Antropologia Sonora”. IN:

Revista de Antropologia, vol.44, no.1 , 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012001000100007 Acesso em: 02 de maio de 2016.

ROSA, Laila; IYANAGA, Michael; ALCANTARA, Neila; HORA, Eric; SILVA, [ROSA, Laila](#). *Pode performance ser no feminino?*. ICTUS (PPGMUS/UFBA), 2010, v. 11, p. 83-99.

SEEGER, Anthony. *Ethnography of Music*. In. MYERS, Helen. (org.) *Ethnomusicology. An Introduction*. London: The MacMillan Press, 1992, pp. 88-109.

[SILVA, Leonardo Dantas](#). *Blocos carnavalescos do Recife: origens e repertório*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria do Trabalho e Ação Social, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, 1998.

[VILA NOVA, Julio Cesar. E.](#) *Panorama de folião - o carnaval de Pernambuco na voz dos blocos líricos*. Recife: Fundação de Cultura cidade do Recife, 2007. v. 1. 167p.

GÊNERO E PATRIMÔNIO INTERCONECTANDO PERFORMANCES

Ana Paula dos Anjos Fiuza
Universidade Federal da Bahia,
anhosfiuza@gmail.com

Resumo: Neste artigo, explora-se o pensamento de intelectuais feministas negras, das(os) intelectuais das ciências humanas e da Museologia, com o objetivo de integrar as discussões de gênero, memória e patrimônio no âmbito da Museologia Social. Busca-se o comprometimento da Museologia com os processos de resistência e emersão aos poderes hegemônicos. Ainda que permaneça incompreensível para algumas e alguns, pode-se perceber uma trajetória de lutas dessas intelectuais que fizeram uso do feminismo contra o colonialismo, servindo de inspiração bibliográfica para o desenvolvimento de ativismos políticos descolonizadores dentro da prática museológica.
Palavras-chave: Museologia Social; patrimônio; feminismos.

Introdução

O presente texto, fará uso de influências das teorias da Museologia e também das feministas pós-coloniais, como uma forma de expressão que permita a reflexão sobre a necessidade da união entre a Museologia e os estudos de gênero e patrimônio com o objetivo de compor um universo museal democrático. Sob influência de Anzaldúa (2000), o presente artigo utiliza como justificativa a necessidade da resistência e da emersão aos poderes hegemônicos. Primeiro situa-se a Museologia enquanto afirmação de área, seguido de discussões de gênero, raça e patrimônio que desembocarão na descrição da experiência prática da performance realizada pelo Grupo de Pesquisa Feminaria Musical – Grupo de Pesquisa e Experimentos Sonoros do NEIM- Núcleo de estudos sobre a Mulher e Escola de Música da UFBA, realizada no Arquivo Público do Estado da Bahia durante a exposição da Terceira Bienal da Bahia no referido local.

Metodologia

A construção desse artigo ocorreu através da metodologia da junção entre as teorias da Museologia e do feminismo atreladas à observação e descrição de uma experiência performática realizada pela Feminaria Musical na exposição da Terceira Bienal da Bahia realizada no Arquivo Público do Estado da Bahia.

Resultados

Foram encontrados durante a exposição documentos e objetos antigos que denunciavam situações de sexismo e racismo, situação que possibilitou à Feminaria fazer uso do patrimônio ali exposto como uma forma de performatizar e problematizar junto ao público que ali estava presente.

Discussão

A Museologia enquanto constituição científica, se apresenta como contemporânea, embora para Araújo (2012), esta tenha uma longa trajetória enquanto campo de conhecimentos e práticas. A constituição da Museologia enquanto ciência, torna-se importante para o desenvolvimento da sua própria competência científica, tal como afirma Bourdieu (2003), que seria o monopólio da competência científica, que compreende e legitima agentes determinados a

agirem com autorização e autoridade sobre determinado assunto específico. Em termos de classificação científica, a Museologia encontra-se na área das ciências sociais aplicadas.

Segundo Cerávolo (2004), a Museologia tomou empréstimos de metodologias das ciências humanas, que por sua vez, atrelou-se às ciências sociais e à filosofia. Segundo a autora, esta ideia representa parte do pensamento da francesa Mathilde Bellaigue. Na década de 1980, o ICOFOM (Comitê Internacional de Museologia do ICOM) facilitou a discussão de princípios sistematizados da Museologia, de forma que as pessoas interessadas tiveram a oportunidade de argumentação sistematizada sobre o assunto.

As discussões de gênero na Museologia é uma situação social emergente. Percebe-se a dívida dos museus para com a diversidade, uma vez que durante muito tempo, os museus serviram, sendo que muitos ainda servem, aos interesses do discurso hegemônico e patriarcal. A utilidade dessas discussões permite com que se perceba a necessidade de problematização sobre o conceito de gênero, como uma estratégia de integração da diversidade das sexualidades, e desmontar concepções do senso comum quando se afirma que as discussões de gênero esteja restrita à especificidade das mulheres. De acordo com Scott (1995) entende-se gênero por:

“Gênero”, como substituto de “mulheres”, é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro. Este uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com outro sexo. Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. (Scott, 1995, p.7).

O pensamento de Scott (1995), serve como uma discussão inicial para as concepções de gênero, porém, atualiza-se o seu pensamento com a inclusão de outras sexualidades que não sejam as enquadradas no padrão heteronormativo que compõe a relação binária homem-mulher.

O Programa de Pós-Graduação em Museologia da UFBA oferta uma disciplina optativa intitulada por: *Gênero e Patrimônio*, até então, ao qual constrói-se uma reflexão integrada entre a Museologia e as concepções de gênero, situação que recai sobre os interesses da Museologia Social. A caminhada interdisciplinar entre o gênero e a Museologia ainda encontra-se na fase das conquistas, porém o desenvolvimento da mesma representa uma conquista de espaço e rompimento com os “*muros invisíveis*”, que até então se mantinham intocáveis e inacessíveis.

A própria etimologia da palavra patrimônio, encontra-se relacionada ao patriarcado, refere-se aos bens passados de pai para filho, enquanto o matrimônio está relacionado ao casamento, ao feminino. No mês de maio de 2015, o mesmo Programa descrito no parágrafo anterior, ofertou a disciplina Tópicos Especiais em Museologia Social, ministrada pelo poeta, museólogo e professor Mário Chagas, ao qual o mesmo proferiu a palavra “*fratrimônio*”, situação que permite uma reflexão sobre a importância do surgimento de neologismos para a construção de um vocabulário “*museologuês*” com uma visão futurista e igualitária.

O diálogo com Cecília Londres apud Brayner (2007) da publicação do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) pode-se pensar o patrimônio como:

“ O patrimônio é tudo o que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comida, os saberes, fazeres e falares. Tudo enfim que produzimos com as mãos, as ideias e as fantasias”. (Brayner, 2007, p 5).

Diante da definição de patrimônio acima, fica o desafio da reflexão sobre as formas e estratégias de inclusão das sexualidades subalternas nos espaços de memória e preservação, assegurando os seus direitos culturais, conforme consta no artigo 216 da Constituição Federal de 1988 citado abaixo:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Depois da discussão sobre as concepções da Museologia, do gênero e do patrimônio, parte-se para reflexões ancoradas nos pensamentos das intelectuais feministas negras, como um amparo teórico para explicar as ações performáticas realizadas pela Feminaria Musical durante a performance realizada no ano de 2014 na Terceira Bienal da Bahia do Arquivo Público. A Museologia Social fez-se presente na museografia deste espaço, assim, devido aos temas e memórias lá expostos. A realização da performance foi possível devido à preocupação voltada para as questões de gênero interseccionadas com outros marcadores sociais de diferença, tais como por exemplo, o elemento raça.

A Terceira Bienal da Bahia nomeou o Arquivo com o tema atrelado ao nome “Arquivo e Ficção”. A curadoria daquele espaço deu liberdade para que as(os) mediadoras(es) culturais pudessem praticar a espontaneidade e acolher a liberdade de expressão das(os) visitantes. A liberdade lhes foi dada para que pudessem realizar as suas atividades enquanto comunicadoras(es) da exposição do Arquivo, de forma que foi possível a construção em coletividade de ficções e memórias ainda não contempladas pela história oficial. Para a compreensão da diversidade museal discutida, cita-se Chagas apud Baptista e Boita (2014):

Nesse cenário favorável à “diversidade museal”, a museologia no Brasil tem experimentado “o alargamento do espectro de vozes institucionais, a flexibilização das narrativas museográficas de grandes sínteses nacionais ou regionais, a experimentação de novos modelos museológicos e museográficos, a disseminação de museus e casas de memória por todo o país” (CHAGAS, 2013). De fato, museologias com outras perspectivas estão a brotar, conforme a possibilidade de apropriação dos grupos que pertencem a identidades escamoteada nas leituras clássicas da memória nacional. (Baptista e Boita, 2014, p.181).

Sob influência do pensamento de Brayner (2007), acrescenta-se as identidades de gênero aos marcadores sociais de diferença, uma vez que as pessoas, através de uma organização social própria, socializam as suas visões de mundo, histórias e memórias coletivas, situação que faz uma reflexão a respeito da memória e da cultura como elementos de identidade responsáveis pela interconexão entre as pessoas, permitindo o reconhecimento e compartilhamento da variedade dos traços coletivos.

A Bienal realizada do Arquivo Público possibilitou que as(os) mediadoras(es) pudessem realizar as suas expressões artísticas ao público. Uma dessas expressões foi realizada por uma mediadora integrante do Grupo de Pesquisa Feminaria Musical, que desenvolveu em coletividade com o grupo, a proposta para a realização da performance com o tema voltado para a mulher negra e o racismo científico. A proposta foi aceita e as integrantes do grupo se propuseram a pesquisar nos arquivos dos documentos ali expostos, documentos importantes como por exemplo, as publicações e fotografias que pudessem denunciar casos de sexismo e racismo científico.

A expografia do espaço forneceu subsídios para que a performance se realizasse em interação com as imagens e documentos ali expostos. A performance ocorreu no dia 31 de julho de 2014, através do projeto Quintas no Tanque, que teve como tema específico do dia, o Racismo Científico.

A Feminaria Musical fez uso da intervenção poético-musical como uma estratégia para a celebração do 25 de julho atrelada à temática do racismo científico, fez-se uso de projeção de vídeos criados pelas integrantes do grupo, leituras de textos avulsos dispostos ali mesmo na expografia, e de livre consulta pra o público visitante, performance de poesias com autoria de mulheres negras, etc. A leitura desses textos permitiu a dramatização de mensagens racistas e sexistas, inclusive de uma das obras do médico Estácio de Lima, fundador do Museu Estácio de Lima. Atualmente o local onde funcionou este antigo museu, abriga o Departamento de Polícia Técnica Nina Rodrigues. O Museu Estácio de Lima foi um espaço que durante muito tempo expôs como triunfo a cabeça dos cangaceiros decapitados, a exemplo das cabeças de Lampião e Maria Bonita, além de outras crueldades cometidas contra as (os) negras(os) e as (os) indígenas, que eram expostas com esplendor. Essa exposição similar à prática do circo dos horrores, despertou a curiosidade e sucesso de público, situação comprovada através da grande quantidade de assinaturas encontradas no livro de registro das(os) visitantes, que também foi disponibilizado ao acesso do público. Para ilustrar o pensamento de Estácio de Lima, cita-se um dos trechos do texto do livro Ensaio sobre Sexologia de Lima (1952), exposto na Bienal do Arquivo e performatizado pela Feminaria:

Ainda assim, cabe-nos insistir, uma vez que não constituem regra as exceções, por mais incisivos que surjam os exemplos. O marido, pois, deve de ser dez anos, aproximadamente, mais velho, para que a idade biológica, no matrimônio, seja real entre os cônjuges, não prevalecendo a cronologia pura e simples. (Lima, 1952, p.130)

Como direito de resposta à linguagem sexista e preconceituosa praticada por Lima (1952), que apropriou-se do privilégio da ciência médica institucional e utilizou o biopoder como regra para legitimar e controlar os corpos femininos. Para tanto, cita-se Anzaldúa(2000), intelectual negra, como uma forma de ilustrar a existência de forças intelectuais contra-hegemônicas que estão na luta pela desconstrução de uma ciência perversa e controladora dos corpos e da liberdade de expressão das mulheres.

A mulher do terceiro mundo se revolta: Nós anulamos, nós apagamos suas impressões de homem branco. Quando você vier bater em nossas portas e carimbar nossas faces com ESTÚPIDA, HISTÉRICA, PUTA PASSIVA, PERVERTIDA, quando você chegar com seus ferretes e marcar PROPRIEDADE PRIVADA em nossas nádegas, nós vomitaremos de volta na sua boca a culpa, a auto-recusa e o ódio racial que você nos fez engolir à força. Não seremos mais suporte para seus medos projetados. Estamos cansadas do papel de cordeiros sacrificiais e bodes expiatórios. (Anzaldúa. 2000, p. 231)

De acordo com Fiuza, Rosa e Santos (2014), a Feminaria também fez uso do poema Gritaram-me Negra de Victória Santa Cruz, seguido de dramatizações de poemas de mulheres negras como uma forma de reescrever uma nova ficção que configurasse uma realidade social mais igualitária dentro dos aspectos que constituem a memória social brasileira. Fazendo uma associação entre os escritos de González (1983) com a canção “Gritaram-me Negra” de Victória Santa Cruz, cita-se:

É por aí que a gente entende porque dizem certas coisas, pensando que estão xingando a gente. Tem uma música antiga chamada “Nêga do cabelo duro” que mostra direitinho porque eles querem que o cabelo da gente fique bom, liso e mole, né? É por isso que dizem que a gente tem beiços em vez de lábios, fornalha em vez de nariz e cabelo ruim (porque é duro). E quando querem elogiar a

gente dizem que a gente tem feições finas (e fino se opõe a grosso, né?). E tem gente que acredita tanto nisso que acaba usando creme prá clarear, esticando os cabelos, virando leidi e ficando com vergonha de ser preta. Pura besteira. Se bobear, a gente nem tem que se defender com os xingamentos que se referem diretamente ao fato da gente ser preta. E a gente pode até dar um exemplo que põe os pintos nos is. (González. 1983, p. 234).

Para a preservação do patrimônio cultural das identidades de gênero apresenta-se aqui, a necessidade da denúncia com vistas a dar visibilidade ao problema e simultaneamente exibir as identidades dos(as) indivíduos(as) em suas devidas individualidades e também em coletividade, como um fator contribuinte para o exercício da cidadania, da reparação social, do combate à violência, etc.

A performance fez uso da cultura material como linha de acesso aos dados históricos e patrimoniais ali encontrados. Determinados objetos e valores, permitiram a constatação do processo de construção das relações de poder, gênero e raça, ao qual inclusive, constatou-se a presença de elementos de identidade feminina, baseados na subalternidade entranhada no discurso sutil da subserviência ao gênero masculino normativo, manifestada de forma naturalizada e velada na sociedade.



Imagem 1: Performance da Feminaria Musical realizada no Arquivo Público em 31/07/2014.

Fonte: <https://www.facebook.com/pages/Arquivo-e-Fic%C3%A7%C3%A3o/9098356423762>

[33?fref=ts](#)

Diante do que foi exposto, surge a reflexão: como a Museologia pode articular gênero e patrimônio? Qual a sua função reparadora social? Como desmontar os “muros invisíveis” que impedem tais acessos? Como pensar o conceito de Museologia Social e qual a sua finalidade? Perceber que a Sociomuseologia pode ser uma atitude tomada por qualquer profissional ou instituição que esteja interessada em subverter os discursos que vão de encontro à livre manifestação da diversidade. Todas essas indagações servem como impulso para que se pense sobre a importância das ações museológicas associadas à teoria e prática social, como forma de impulsionar o surgimento de outros paradigmas museológicos, que estejam comprometidos em alavancar a ciência museal como uma importante ferramenta a serviço da sociedade.

Pensar a libertação das pessoas da alienação cultural, inclui pensar a diversidade, a conscientização dos seus direitos culturais, a livre expressão dos seus corpos e das suas sexualidades, é algo importante para a existência das experiências concretas. Assim, pensa-se sobre a interseccionalidade das ciências, para que haja a abertura da Museologia para o envolvimento com as situações de marginalização da sociedade. Um exemplo, seria assegurar os direitos ao patrimônio e à memória das sujeitas(os) integrantes do rol das sexualidades subalternas, que por sua vez, estão atreladas às interseccionalidades e aos marcadores sociais de diferença, um alibi de combate às práticas de fobias de qualquer natureza.

Assim, reflete-se sobre a abrangência dos objetos de estudo que a Museologia pode oferecer, no caso específico deste artigo, busca-se compreender a Museologia sob a ótica da sua relação intrínseca entre a sociedade x patrimônio x território. Como a Museologia representa a idealização da realidade, a construção do paradigma aqui discutido, encontra-se associado ao exercício da cidadania, que preocupa-se com o exercício da Museologia Social, e age em busca do afastamento da terceira pessoa, objetivando a inclusão das sujeitas(os) nos seus espaços culturais. Como exemplificação da discussão, cita-se Cury (2005):

A seletividade e os critérios de seleção foram abordados, tendo-se em vista o princípio de que o objeto não vale por si só e sim por seus valores culturais. A proposta foi pensar a coleta contemporânea, tendo-se em vista o futuro e partindo-se de uma crítica ao colecionismo. Considerou-se que os objetos museológicos têm como atributos valores sociais, religiosos, estéticos, artísticos, afetivos, científicos, políticos e ideológicos. (Cury, 2005, p. 51)

Portanto, entende-se a Museologia Social vestida de um caráter inclusivo, pedagógico, amoroso, compreensivo, libertário, transitório, mas sem a preocupação com a efemeridade, uma vez que a transgressão ajuda no processo do rompimento com as regras e estruturas conservadoras.

A participação social é indispensável para a resolução dos problemas coletivos. No caso específico das relações de gênero, a caracterização dos acordos estabelecidos entre os relacionamentos e as diferenças culturais se estabelecem através da sexualidade. A política de preservação e exposição exercida pelos museus, deve levar em consideração o fator emoção que perpassa na vida do seu público alvo. Ao entender que a biografia das pessoas também encontra-se impregnada aos objetos, pega-se emprestado o vocabulário de Benjamin (1994), o valor aurático do objeto. Os objetos apresentam potências positivas e negativas, uma vez que não sejam bem analisados, podem causar um estrago emocional na vida das pessoas.

Pensar o patrimônio como uma ferramenta para a educação induz ao pensamento de que todas as pessoas envolvidas no processo são educadoras(es). Educar exige atenção e cuidados específicos... A cultura material aqui trabalhada, compreende toda e qualquer alteração realizada na natureza, espaço físico, etc. o que faz com que a Museologia perceba a necessidade que objetos têm de serem trabalhados a partir da dinâmica social.

Os objetos e textos expostos no Arquivo possibilitaram infinitas perguntas, o que define inumeráveis possibilidades de exposição, todavia, compreende-se a necessidade do diálogo com as teorias das ciências sociais. Na presente discussão apresenta-se uma preocupação voltada para a Museologia, com vistas a entender o funcionamento dos objetos e documentos ali exibidos com seus sinais diacríticos da identidade. As ciências sociais são essenciais para o estabelecimento do diálogo com a cultura material, portanto, o trabalho com as relações de gênero nos espaços museais, faz-se necessário pensar a construção de diálogos coletivos em intercâmbio com a cultura material através das dimensões espacial, cronológica e social.

A reunião de objetos no museu representa a síntese da cultura material, que também é patrimônio, representando assim, uma identidade de grupo. Cada museu desenvolve sua singularidade própria, de forma que nenhum é igual ao outro. De acordo com Moreno (2006), a função dos museus não é dar respostas, mas criar questionamentos e reflexões. Os objetos e documentos possuem a qualidade de sobreviver às pessoas, fazendo com que se consiga tocar o mundo dos mortos, quando os seus donos e donas não puderem mais

falar, seus objetos falarão. Tal situação consagra o objeto como documento. Acredita-se que a expografia em conjunção com a performance teve a oportunidade de acompanhar a presença-ausência de muitos mortos e mortas que por um instante tiveram a oportunidade de estabelecer a comunicação com o público ali presente.

Conclusões

Por fim, reflete-se a diversidade das relações de gênero vivenciadas na sociedade e nos espaços museais como um solo fértil de discussões e contribuições para a criação de questionamentos e problematizações sociais contemporâneas. Como visto no discorrer do texto, constata-se os efeitos negativos causados da prática da homogeneidade cultural. Tal situação serve de argumento e contexto para a reivindicação do direito à pluralidade de segmentos sociais, tais como: a memória, o poder, o patrimônio, o gênero, a cultura material, etc. A trajetória da ciência museal e das sexualidades tem apresentado avanços sociais significativos, porém fica o alerta para a continuidade da luta, uma vez que ainda tem muito a se fazer pela redução de danos e violências que insistem em sobreviver e oprimir àqueles que desviarem do padrão socialmente estabelecido.

Referências

ANZALDÚA, Gloria E. **“Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo”**. *Revistas Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 1. sem. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000150&pid=S0104-026X201400030001500003&lng=en . Acessado em 30/05/2015.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila Araújo. **Museologia: correntes teóricas e consolidação científica**. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 5 no 2 – 2012*. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/159/199>

ARRUDA, José Pedro. **Tese e Antítese: A Autoetnografia como Proposta Metodológica**. *Anais do VI Congresso Português de Sociologia*. Universidade do Porto, Porto – Portugal: Volume 1, 2012. Disponível em: http://www.aps.pt/vii_congresso/?area=016&tipo=atas3&pchave=Etnografia. Acessado em 31/08/2015.

BAPTISTA, Jean ; BOITA, Tony Willian . **Protagonismo LGBT e museologia social: uma abordagem afirmativa aplicada à identidade de gênero e orientação sexual.** In: Cadernos do CEOM (Unochapecó), v. 41, p. 175-192, 2014. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/index> . Acessado em 30/03/2015.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica.** Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O campo Científico.** In: A Sociologia de Pierre Bourdieu. ORTIZ, Renato (org.). São Paulo: Olho d'água 2003. P.112 – 143. Disponível em <http://www.isabelcarvalho.blog.br/wp-content/uploads/2011/03/O-Campo-Cient%C3%ADfico-Pierre-Bourdieu.pdf>

BRAYNER, Natália Guerra. **Patrimônio cultural.** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

CERÁVOLO, Suely Moraes. **Delineamentos para uma teoria da Museologia.** Anais do Museu Paulista. vol.12 no.1 São Paulo Jan./Dec. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v12n1/19.pdf>

FIUZA, A. P. A. ROSA, Laila. SANTOS, T.V. **O pensamento de mulheres negras desarmando o racismo científico: relatos sobre uma intervenção poético-musical sobre o 25 de julho.** Artigo apresentado no I Congresso Internacional sobre o Pensamento de Mulheres Negras, 2014.

FORTIN, Sylvie. **Contribuições possíveis da etnografia e da auto-etnografia para a pesquisa na prática artística.** Tradução de Helena Maria Mello. Revista Cena 7: Porto Alegre (RS): UFRGS,2000-. Semestral. ISSN 1519-275X – Periódico do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/cena/article/view/11961> . Acessado em: 31.08.2015.

GONZALEZ, Lélia. **“Racismo e sexismo na cultura brasileira”.** In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983. Disponível em http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/247561/mod_resource/content/1/RACISMO%20E%20SEXISMO%20NA%20CULTURA%20BRASILEIRA.pdf . Acessado em 30/05/2015.

LIMA, Estácio. **Ensaio sobre sexologia**. Bahia (não consta editora): 1952.

MORENO, Luís Gerardo Morales. La crisis de los museos de historia. In: **ICOM/ICOFOM. Museologia e História**. ICOFOM Study Series – ISS 35. Disponível em http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/ISS%2035%202006%20History.pdf

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1999.

Web-sites

<http://bienaldabahia2014.com.br> Acessado em 01/09/2015.

<https://www.facebook.com/Arquivo-e-Fic%C3%A7%C3%A3o-909835642376233/timeline/> Acessado em 01/09/2015.

<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10647933/artigo-216-da-constituicao-federal-de-1988> Acessado em 01/08/2015.

<http://www.mulheresnegras.ufba.br/> Acessado em 20/03/2015.

<https://www.youtube.com/watch?v=RljSb7AyPc0> Acessado em 20/07/2014.

ESCRITAS DE SI E POLÍTICAS DE AGÊNCIA: ARTIVISMO POÉTICOS DE MULHERES NEGRAS

Anni de Novais Carneiro
PPGNEIM/UFBA
anni_carneiro@hotmail.com

Orientadora Laila Andressa Cavalcante Rosa
EMUS/UFBA e PPGNEIM/UFBA
lailarosamusica@gmail.com

Resumo: As “escrevivências” de mulheres feministas negras, mestiças, terceiro mundistas trazem inúmeras contribuições, indicando a demanda pela valorização das cosmovisões indígena, africana e afrobrasileira.. Apoiada em autoras dos Feminismos Negro e Pós-Colonial, com destaque para Lélia Gonzalez, Glória Anzaldúa, Audre Lorde e bell hooks indica-se as repercussões destas escritas criativas, artevismos, e dissidentes com relação a subjetivação e movimentos de resistência. Entende-se que ao contar e recontar suas histórias em seus textos poéticos, estas mulheres fazem um exercício de (re)construção de si, encontro consigo, o que favorece elaborações subjetivas suas e de outras mulheres, ou ainda, se promove um reposicionamento de si, conseqüentemente, uma visibilização, ou ainda, uma desestabilização dos tensionamentos correntes na sociedade, pautados em matrizes de desigualdades tais como o sexismo, racismo, classismo, etarismo e heteronormatividade.
PALAVRAS-CHAVE: escrita feminista, artevismo, gênero, raça, subjetivação.

Das escritivências

Este artigo objetiva explorar processos de autoria e subjetivação¹ de mulheres negras² pautados em escritas criativas, aqui denominadas escritivências³. O argumento central é que, por meio dos processos de escritas autorais e criativas, artemismos poéticos, mulheres negras desenvolvem uma diversidade de políticas de agência, movimentos de resistência e encontro consigo – subjetivações. Diante da importância de explicitar o meu lugar de fala, apoiado na Teoria do Ponto de Vista (*Standpoint Theory*) de Harding (2004), busco elucidar o meu processo de aproximação da temática e os delineamentos da pesquisa. Sou psicóloga, em minha graduação não experienciei, nos espaços da faculdade, reflexões sobre questões sociais, históricas, tampouco sobre gênero, raça, classe e outras importantes categorias. Ao longo do mestrado, com a leitura de textos de autoras negras, mais especificamente, Audre Lorde, Anzaldúa e hooks entrei em contato com escritas diferentes, não tradicionais, e com base no conceito de escrita performativa, foi possível compreender melhor em que consistiam essas escritas, ainda que a experiência venha antes da teoria.

O Feminismo, hoje plural, teve importante contribuição para o fortalecimento de uma nova concepção de ciência. Com a concepção de saberes localizados⁴, teceu críticas à universalidade, neutralidade e racionalidade, bem como incluiu e deu visibilidade às mulheres, antes tão pouco legitimadas, reconhecidas. As escritas de mulheres feministas negras, mestiças, terceiro mundistas trazem outras contribuições, inserem suas experiências de modo peculiar, de forma a abrir espaço para escritas dissidentes, criativas,

1 Entende-se por subjetivação o processo de tornar-se sujeito, ou ainda, tornar-se si mesmo (TOURAINÉ, 2006), o que seria correlato ao conceito de Individuação da Psicologia Analítica.

2 Neste trabalho, negras são aquelas mulheres que se autocalificaram como pretas ou pardas, considerando o modelo dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo Sales Augusto dos Santos (2002, apud GOMES, 2002), os dados estatísticos produzidos por instituições públicas brasileiras, como o IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), esse agrupamento ocorre porque os grupos raciais pardo e preto vivem situação semelhante e bem distante da situação do grupo racial branco. Logo, há uma semelhança estatística entre pretos e pardos no que diz respeito ao acesso, ou ainda, falta de acesso, aos direitos legais, vantagens sociais, bens e benefícios.

3 Expressão criada por Conceição Evaristo, Doutora em Literatura Comparada na Universidade Federal Fluminense, para definir escritas autorais, acerca de vivências, o que a autora faz com maestria na poesia e literatura.

4 Donna Haraway (1995).

visibilizam suas histórias, não contadas anteriormente. Nesta breve incursão, apoio-me em autoras dos Feminismos Negro e Pós-colonial, e no Pensamento de Mulheres Negras. Entende-se que ao contar e recontar suas histórias por meio da escrita, estas mulheres fazem um exercício de construção de si, de encontro consigo, o que favorece elaborações subjetivas pessoais e de outras mulheres, suas leitoras. Pretende-se aqui analisar uma escrita criativa, performativa, por meio do texto de Glória Anzaldúa *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*, tendo em vista o processo da escrita autoral e as possibilidades de ressignificação de si. Dialogar com sua história e identidade⁵ é resistir, e a escrita criativa, autoral é um modo de registrá-la, tecê-la, ressignificá-la.

Proponho uma produção que fortaleça o desenvolvimento de uma consciência crítica, mais localmente situada e referenciada, que adense o movimento e as identidades de resistência e abra cada vez mais espaços para escritas livres e expressamente subjetivas.

Caminhos trilhados: narrativas inspiradoras

Tendo em vista a atualidade da compreensão da pluralidade dos Feminismos, e a valorização de escritas e saberes não tradicionalmente legitimados, faz-se importante trabalhar com este temário. Pretende-se com a proposta discutida, contribuir com a comunidade, lançando um olhar interdisciplinar sobre o complexo processo de escrita e suas relações com construções de agência, de identidades de resistência. Visa ainda, ampliar a reflexão sobre a importância de se evidenciar a relação da mulher negra com a expressão, apontando para práticas de resistência e possibilidades de abertura, de mudança. Portanto, o objetivo é investigar no texto de Glória Anzaldúa *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*, relações entre a escrita criativa e processos de subjetivação.

5 Identidade aqui entendida com base em perspectivas críticas dos Estudos Feministas e Culturais, sujeitos que possuem identidades plurais, contraditórias, portanto, as identidades estão sempre em construção, não são dadas, fechadas ou fixas, fazem movimentos. Desse modo, identidades são aqui compreendidas como uma eterna construção que se dá, pautada nos marcadores, suas articulações e agenciamentos.

Linguagem como prática social

Trata-se de uma análise textual. No presente trabalho investiga-se o lugar da escrita na construção e fortalecimento de subjetividade de mulheres negras, com o objetivo de permitir uma investigação mais subjetiva e aprofundada. Será definido um roteiro específico estruturado para análise do texto *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*, de Glória Anzaldúa. Este roteiro será pautado na Análise do Discurso Crítica (ADC), assim como a análise. A escolha da técnica deve-se a sua crescente aplicabilidade e eficiência para a análise do material qualitativo, de modo aprofundado e crítico, obtido em entrevistas de pesquisa e análises textuais, além do seu uso corrente por feministas em suas pesquisas, considerando compatibilidades e aproximação das teorias, a exemplo do entendimento acerca da pesquisadora como sujeito implicado e não neutro neste processo.

A Análise do Discurso Crítica pauta-se na compreensão de linguagem como prática social e, para isso, considera o papel crucial do contexto. Essa forma de análise, segundo WODAK (2004), se interessa pela relação que há entre a linguagem e o poder. É possível defini-la como uma disciplina que se ocupa, fundamentalmente, de análises que dão conta das relações de dominação, discriminação, poder e controle, na forma como elas se manifestaram pela linguagem. Para as autoras, Ramalho & Resende (2006, p.185), a ADC, é um modelo teórico-metodológico aberto às práticas sociais "(...) uma interface entre a Linguística e a Ciência Social Crítica (...), um quadro analítico das relações de poder e recursos linguísticos selecionados", no qual discurso é compreendido como ação historicamente situada. Objetiva-se analisar as estruturas de organização de produção discursiva nas sociedades, o entendimento dos enunciados como ação individual sobre essas estruturas e a contribuição desses enunciados para a continuidade ou transformação das estruturas sociais. O uso da linguagem é constituído socialmente e constitutivo de identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crenças, por ser constituído e constitutivo da estrutura social, o que aponta para a relação entre linguagem e sociedade como algo interno e dialético. Logo, considerar a linguagem como prática social implica em compreender que o discurso é modo de ação e representação sobre o mundo e os outros, e provoca uma dialética entre o discurso e a estrutura social.

Como nos atrevemos a sair de nossas peles

Anzaldúa (2000) faz uso da linguagem poética, baseando-se em sua experiência como militante e escritora, para inovar, para transgredir via escrita, faz contato com a afetividade, subjetividade. Evidencia a desvalorização da fala da mulher negra e mestiça em detrimento do modelo hegemônico, do quanto são deslegitimadas, muitas vezes não escutadas e com isso, sentem-se desimportantes. Por isso, pode-se pensar o exercício da autoria como árduo, e isso acontece, dentre outros fatores, porque os autorizados a falar, histórica e socialmente, são homens e brancos, são eles que culturalmente se compreendem como capazes e são legitimados em suas colocações. A diferença que ganhou conotação de desigualdade, criando uma espécie de complexo de recolhimento, de barrar-se, em parte das mulheres. Barrar o que se pensa, sente, deseja. Somada à questão do gênero, da raça/etnia, há ainda a questão da nacionalidade. A partir desses e de outros marcadores as pessoas são estigmatizadas. “Como nos atrevemos a sair de nossas peles?” questiona Anzaldúa (2000, p. 231), é necessário muita coragem para tal, é imprescindível fortalecer feminismos que incluem, que dão visibilidade à pluralidade.

Se você não se encontra no labirinto em que (nós) estamos, é muito difícil lhe explicar as horas do dia que não possuímos. Estas horas que não possuímos são as horas que se traduzem em estratégias de sobrevivência e dinheiro. E quando uma dessas horas é tirada, isto significa não uma hora em que não iremos deitar e olhar para o teto, nem uma hora em que não conversaremos com um amigo. Para mim isto significa um pedaço de pão (MARAGA, 1983, apud ANZALDUA, 2000, p. 232).

Anzaldúa (2000) compreende a escrita como reconciliação da pessoa consigo, do reencontro com o que há de negro e mestiço em nós, com o que se entende feminino, o escuro, o mistério, o sagrado, a complexidade. A escrita é então entendida como exercício de poder, modo de compartilhar, preservar-se, descobrir-se, para escrever histórias mal entendidas, contadas geralmente pelo olhar estrangeiro, para escrever sobre seu povo, para exercitar o desimportar-se com o outro, como o julgamento. Logo, este tipo de escrita é um exercício de empoderamento, de saber-se si, é um desvelar-se e revelar-se. Não há assunto desinteressante, opinião irrelevante, o perigo é perder-se na tentativa

de universalidade ou na relativização. Anzaldúa convida a escrever em todos os momentos, nos instantes de dor, frustração, tristeza, de amor, de elaboração, nomeando esse tipo de escrita de orgânica, que envolve o que há de mais pessoal, visceral na criação, entendendo as pessoas como potentes, capazes e criativas. Descolar-se das regras, transgredir é essencial para encontrar-se e para encontrar outras pessoas, assim são possíveis novos olhares, e estes se dão através de experiências compartilhadas, de relações e não por intermédio da teoria crua.

Eu digo, mulher mágica, se esvazie. Choque você mesma com novas formas de perceber o mundo, choque seus leitores da mesma maneira. Acabe com os ruídos dentro da cabeça deles. Sua pele deve ser sensível suficiente para o beijo mais suave e dura o bastante para protegê-la do desdém. Se for cuspir na cara do mundo, tenha certeza de estar de costas para o vento. Escreva sobre o que mais nos liga à vida, a sensação do corpo, a imagem vista, a expansão da psique em tranquilidade: momentos de alta intensidade, seus movimentos, sons, pensamentos. Mesmo se estivermos famintas, não somos pobres de *experiências* (Anzaldúa, 2000, p.235).

Ao existir uma maior flexibilidade para a escrita, ou ainda, com a escolha da autora, dá-se a possibilidade de uma escrita autoral ou performativa⁶, tornando-se assim a escrita uma rica ferramenta para realizar conexões entre a vida cotidiana, afetos, desejos, dores e teorias ou elaborações. Essa ferramenta funciona como exercício de liberdade, de transgressão, e ainda, favorece uma compreensão mais integral das pessoas, dos fenômenos, beneficiando assim o aprendizado, a troca de experiências e o movimento de autorreflexão, ou ainda de subjetivação. Diante disto, pode-se pensar na estreita relação entre Psicologia, Feminismos, Pensamento de Mulheres Negras e Artes, utilizando as escritas criativas e expressamente autorais. Toda construção é, de algum modo, autoral, entretanto, só adquire a força da autoria a partir do momento em que isso é evidenciado na própria obra, e para tal, demandam consciência e atenção

6 Della Pollok (1998) descreve a escrita performativa, conceito de origem estadunidense, como ferramenta que pretende abrir espaços, possibilidades, promover a liberdade da escrita no que diz respeito a forma e o conteúdo, não há fórmula, consiste em uma construção individual e criativa.

para si, sua história e contexto vivenciado. São expressões de si, extensões de si, de um eterno devir.

Audre Lorde (1984) ressalta o quanto sua experiência de adoecimento com o câncer de mama repercutiu subjetivamente despertando-lhe questionamentos sobre seu silêncio – o que mais lhe dava medo – e com isso, diversas reflexões e elaborações acerca de si, do grupo de mulheres negras. A autora relata que os pequenos silêncios que fizera só a haviam traído, pois, para ela, as mulheres compartilham da tirania do silêncio, são educadas a fazê-lo, a se calar diante das violências vividas por medo do outro, por medo de uma violência maior. A transformação do silêncio em linguagem, ação, funciona como auto-revelador, como libertador. “No silêncio, cada uma de nós desvia o olhar de seus próprios medos – medo do desprezo, da censura, do julgamento, ou do reconhecimento, do desafio, do aniquilamento”. A visibilidade de mulheres negras, lésbicas e/ou de terceiro mundo ainda é uma bandeira necessária, é preciso ocupar nossos espaços, nossos territórios.

Alguns arremates

Entende-se que, mais do que pensar para realizar escritas, escrevemos para pensar, e que isso é um exercício de elaboração, de articulação de ideias e de sentidos, que corrobora com o processo de individuação, o que será sempre feito com medo, com angustia, com dor, com mortes simbólicas (ou não), mas, esse é o caminho, como aponta Audre Lorde (1984). Haraway (1995) expõe que, de um modo geral, não se está presente para si mesmo, e que para tal, para o desenvolvimento do autoconhecimento faz-se necessário uma “semi-ótica- material relacionando significados e corpos”, gerando ma abertura de sujeitos, que são agentes e territórios de suas próprias narrativas. O eu de hoje, dividido e contraditório, que vacila, é que pode mudar a história.

A topografia da subjetividade é multidimensional bem como, portanto, a visão. O eu cognoscente é parcial em todas suas formas, nunca acabado, completo, dado ou original; é sempre construído e alinhavado de maneira imperfeita e, portanto, capaz de juntar-se a outro, de ver junto sem pretender ser outro (HARAWAY, 1995, p. 26).

Assim, evidencia-se que as escritas autorais favorecem subjetivações, aproximações das autoras e de leitoras de suas próprias experiências, da construção

e reconstrução de suas histórias, e isso aponta para um novo entendimento de sujeito o qual considera a subjetividade como algo irrenunciável, possibilitando ou propiciando assim o processo de individuação e o fortalecimento dessa nova concepção de pessoa, mais inteira, mais si mesmo.

Referências

ANZALDÚA, Gloria. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo**. Revista Estudos Feminista,8. Florianópolis:UFSC,2000.

_____. **Los movimientos de rebeldía y las culturas que traicionam. In: Otras inapropiables: Feminismos desde las fronteras (obra colectiva)**. Traficantes de Sueños: Madrid, 2004, p. 71-80.

FAIRCLOUGH, Norman. 'Discurso, mudança e hegemonia'. In: PEDRO, E.R. (org.) **Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sócio-política e funcional**. Lisboa: Caminho, 2001.

FANON, Frantz. **Pele negra mascarar brancas**. Trad. Renato da Silveira, Salvador, Edufba, 2008.

HARAWAY, Donna. **Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. In: Cadernos Pagu (5)1995. Pp. 07-41.

HARDING, Sandra. **The Feminist Standpoint Theory Reader**. New York: Routledge, 2004.

HEATHER, M. **Methodology of the Heart: A Performative Writing Response**. Liminalities: A Journal of Performance Studies.Vol. 3, No. 1, March 2007.

HOOKS, Bell. **Alisando os nossos cabelos**. Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y Artista de Cuba, jan/fev 2005. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos. In: coletivomarias.Disponível em: blogspot.com/alisando-o-nosso-cabelo.html. Acesso em:20 setembro 2014.

_____. **An Aesthetic of Blackness: Strange and Oppositional**. In: Lenox Avenue: A Journal of Interarts Inquiry, Vol. 1. 1995

_____. **Mujeres negras. Dar forma a la teoría feminista.** *Otras inapropiables: Feminismos desde las fronteras* (obra coletiva). Madrid: Traficantes de sueños, 2004, p. 33-50.

LORDE, Audre [1984]. **Textos escolhidos de Audre Lorde: herética difusão lesbofeministas independente.** Organizado por Difusão Herética. Edições lesbofeministas independentes. Disponível em: difusionfeminista.wordpress.com. Acessado em: 10 de outubro de 2014.

ELE PEGOU A MINHA IRMÃ E...: CLEMILDA E OS LIMITES DO CORPO E DA PALAVRA NO CAMPO MUSICAL BRASILEIRO

Autor: Clovis Carvalho Britto
clovisbritto5@hotmail.com

Co-autor: Luan Vinícius Carvalho de Almeida
Universidade Federal de Sergipe,
luanvinicius_23@hotmail.com

Resumo: Este artigo analisa as táticas das mulheres para a obtenção da profissionalização no campo da música popular brasileira em um gênero predominantemente masculino: o forró. Para tanto, analisa aspectos da trajetória da cantora e compositora nordestina Clemilda Ferreira da Silva (1936-2014), destacando o modo como a construção de letras com duplo-sentido, marcadas por uma intenção pornográfica, se tornaram tática para enfrentar a dominação masculina no campo musical brasileiro. A utilização de expressões jocosas e relacionadas às práticas sexuais inseriu Clemilda em um local interdito às mulheres. Do mesmo modo, ao mesmo tempo em que articular autoria feminina e texto “pornográfico” seria uma transgressão, tal prática contribuiu para que a artista obtivesse visibilidade no campo de produção simbólico, embora, algumas vezes, reproduzindo nas letras práticas de violência de gênero. Nesse aspecto, a ambigüidade seria tática para exercer algum poder.

Palavras-chave: Clemilda; forró; autoria feminina; intenção pornográfica; táticas.

Introdução

As mulheres ainda continuam personagens silenciadas em grande parte do campo de produção cultural e sua contribuição ainda necessita ser revisitada no cenário das artes, especialmente da música popular brasileira. Muitas artistas foram esquecidas ou suas obras associadas a outros nomes, especialmente quando compositoras. Nesse caso, a autoria se esconde na visibilidade adquirida pela figura do intérprete, na maioria das vezes um homem (MOREIRA, 2013) ou as letras das canções continuam reproduzindo as ideologias de gênero então dominantes. Nesse sentido, o intuito deste texto é promover apontamentos sobre as táticas das mulheres para a obtenção da profissionalização no campo da música popular brasileira em um gênero predominantemente masculino: o forró. Para tanto, analisa aspectos da trajetória da cantora e compositora nordestina Clemilda Ferreira da Silva (1936-2014).

Percorreremos as veredas analíticas de Pierre Bourdieu (2002, p. 169) quando examinou o conluio objetivo dos interesses produzido nos circuitos de criação e circulação que, inseparavelmente, confere legitimidade a determinados bens ou pessoas e cria “consumidores *convertidos*, dispostos a abordá-los como tais e pagar o preço, material ou simbólico, necessário para deles se apropriarem”. Daí a importância de examinar a constituição de um capital simbólico de legitimidade, conferido de acordo com as posições no espaço de produção simbólico e os mecanismos de transferência para objetos e/ou pessoas. Capital que pode oportunizar ciclos de consagração cada vez mais duradouros e possibilitar aos agentes a apropriação de uma parcela do produto do trabalho de consagração que não é apenas “um *indício* de uma posição na distribuição do capital específico, mas representa concretamente a parcela do lucro simbólico (e, correlativamente, material) que eles estão em condições de obter da produção do campo em seu conjunto” (BOURDIEU, 2002, p. 171). Reconhecendo esses embates no campo da música popular brasileira, tendo como recorte um gênero musical e uma trajetória específica, nosso objetivo é reunir indícios para compreender algumas estratégias de enfrentamento à dominação masculina, concebida como violência simbólica (BOURDIEU, 2005).

A trajetória de Clemilda, nesse aspecto, consiste em um modo singular de compreender o lugar das mulheres no campo musical brasileiro na segunda metade do século XX. Contribui para que dialoguemos com Kátia Bezerra (2007) quando concluiu ser a atuação de algumas mulheres questionadora de paradigmas socioculturais que têm procurado justificar certas configurações

constituídas em torno de relações de poder. Verifica o desejo de colocar em circulação experiências diluídas ou tidas como insignificantes no processo de elaboração da memória coletiva, construindo, assim, novos quadros de memória. Nesse sentido, demonstra uma genealogia de mulheres inseridas em um tempo que as produziu e que ajudaram, de certa maneira, a perpetuar a partir de uma política de memória em que se formariam vozes em dissonância ou vozes em falsete. O rememorar dessas mulheres cria espaços excêntricos que permitem imaginar alternativas de ser e de saber: “da mesma forma, aponta para a abertura de um lugar crítico que lhes permite interrogar, redefinir e afirmar uma memória que se instaura a partir da tensão entre a pluralidade tonal e a singularidade das vivências” (BEZERRA, 2007, p. 37).

Isso ganha força quando observamos a atuação de Clemilda como compositora em um gênero predominantemente masculino como o forró o que, por si só, interfere na cadeia de forças desse espaço de possibilidades expressivas: a mulher autora, nesse aspecto, deixa de ser mero objeto do desejo para se tornar protagonista do desejo dela e de outrem. Além disso, sua carreira foi marcada por músicas de “duplo sentido”, abordando questões sobre gênero e sexualidade, irreverência que a transformou em uma das cantoras de forró mais solicitadas nas épocas juninas. Estratégia que atraiu os holofotes para si a partir dessas letras que configuraram o forró “safado” ou “jocosos-maliciosos” principalmente nas décadas de 1960 e 90 quando o gênero atingiu auge nas rádios e meios de comunicação. Joel Crespim (2014) afirma que é possível enquadrar o forró de Clemilda como “forró malícia ou sem-vergonha”, cujas temáticas diferem consideravelmente das apresentadas no “forró tradicional” difundido por Luiz Gonzaga. Segundo o autor, a obra de Clemilda é marcada por letras de duplo sentido que fazem referência explícita, algumas vezes, a atos sexuais como nas canções “Talco no salão”, “É mais embaixo” e “Ele só vive batendo em Tonheta”. Outros estudiosos designam esse tipo de música como “forró safado”:

O forró safado é um gênero musical que se utiliza do duplo sentido para criar e feitos de humor e obscenidade, apoiando-se em uma tradição que vem desde a década de 50, com os precursores Luiz Gonzaga e Zé Dantas, autores de sucessos maliciosos como Vem morena, Cintura fina e O xote das meninas. O movimento continuou na década de 60, com destaque para a cantora Marinês, que obteve êxito no mercado musical com vários forrós de duplo

sentido. A partir dos anos 70, esse estilo de forró ganhou força com os sucessos de Genival Lacerda, intérprete de Severina Xique-Xique, Rita Cacheado, Radinho de Pilha, Mate o veio e Manhoso, intérprete de No tempo de Adão e O modo de usar. Na década de 80, apareceram entre os cantores adeptos do forró safado Sandro Becker, com os sucessos Tico-tico e Julieta; Clemilda, com Prenda o Tadeu e Maria Alcina, com Calor na bacurinha. (...) Esse fenômeno linguístico advém de uma bem-sucedida seleção vocabular que torna o texto expressivo, atraente e engraçado, causando uma imediata simpatia no receptor, haja vista a disposição do brasileiro para a irreverência. Ou seja, a identificação dos sujeitos com o forró safado é proveniente do encontro que ocorre nesses textos com o modo brasileiro de ser, especialmente o modo nordestino e sua relação com o mundo (RODRIGUES, SANTOS, SIMÕES, 2012, p. 2967-2968).

Ao lado de Clemilda, estão também Anastácia, Carmélia Alves, Maria Alcina e Marinês. Porém, nos cabe questionar o lugar dessas mulheres na música visto que as mesmas não possuíam o mesmo destaque e prestígio que os homens no forró. Por que elas não obtiveram o mesmo reconhecimento dos homens que, assim como elas, alimentaram a música e imprimiram potência para o campo musical? Provavelmente em decorrência dos preconceitos em torno da profissionalização feminina no campo musical.

No caso de Anastácia, por exemplo, a sua biografia denota as dificuldades enfrentadas pelas mulheres cantoras e compositoras neste gênero musical tradicionalmente machista, que valorizava a potencial vocal masculina e uma performance considerada pouco acessível às mulheres, como relatou a artista:

Às vezes, eu fazia uma música e pensava: 'Essa música parece com Marinês!' (...) Marinês foi a musa inspiradora de todas as mulheres cantoras. Foi a primeira mulher que ousou aquela postura de usar chapéu de couro, que era coisa usada por homem, e de cantar forró. Porque forró é um tipo de música que seria mais indicado pro homem cantar porque ela requer muito fôlego! Normalmente mulher não tem assim muito fôlego pra divisão forró. Mas passou a ser uma coisa tão natural que as mulheres aderiram (FERREIRA, DIAS, 2011, p. 188).

Clemilda como compositora e cantora também obteve um considerável espaço no campo musical, lançando um total de 40 discos. Ela gravou “os ritmos mais característicos do povo nordestino, como forró, baião, xote, quadrilhas, rancheiras, coco, cantigas de reisado e guerreiro”¹. Segundo a cantora Anastácia, “Clemilda foi a maior garota propaganda da cultura da região nordeste”. Torna-se um ícone por ser cantora das suas próprias composições, por se enveredar por um gênero incomum para as mulheres da época, por divulgar a “cultura sertaneja” a partir de um lugar de fala e de temáticas peculiares. Ao referir-se a Clemilda e a sua sonoridade e diversidade musical, Marcelo Rangel Lima diz que “diversas toadas, cantigas e modas nos fazem lembrar quadrilhas juninas, vaquejadas, folguedos e manifestações tradicionais do nordeste brasileiro” (Catálogo da Exposição Clemilda Morena dos olhos pretos - 2014).

Questionamentos que nortearam a pesquisa, especialmente no intuito de obter pistas sobre as estratégias para a profissionalização feminina e as táticas que algumas mulheres utilizaram para exercer algum poder no campo musical brasileiro, tendo como recurso metodológico entrevistas com o filho de Clemilda e profissionais do campo de produção simbólico em Sergipe.

Ele pegou a minha irmã e...

Clemilda Ferreira da Silva nasceu em 01 de setembro de 1936 em São José da Laje/AL e faleceu em 26 de novembro de 2014, em Aracaju/SE. Viveu parte de sua infância e adolescência em Palmeira dos Índios/AL e aos vinte anos de idade se mudou para o Rio de Janeiro, onde começou sua carreira artística em programas de rádio, tornando-se umas das primeiras compositoras/intérpretes de forró.

Dessa forma, Clemilda se torna simbolicamente uma personagem feminina que representa um povo do sertão, seja através de sua voz e sotaque característico, seja pelas temáticas relacionadas ao cotidiano nordestino e sergipano. A artista rompeu barreiras sociais ao adentrar em um gênero musical praticamente interdito às mulheres, atuando como compositora e, principalmente, ao se enveredar por músicas de duplo sentido. Um exemplo de determinação e coragem foi a sua saída do sertão de Alagoas para o Rio de Janeiro:

1 Extraído do verbete Clemilda, do Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira. Disponível em: <http://www.dicionariompb.com.br/clemilda/dados-artisticos>. Acesso em: 31 jul. 2015.

Largou a família toda, deixou Robertinho (o filho), que são dois, com a mãe dela, caiu fora, foi pro Rio, velho. No porão de um navio, escondida, que era navio mercante, navio de carga, mas era só homem, cara. Então, o compadre dela que falou: tá, você quer ir? Bora. Ela foi dentro do porão, escondida, até o Rio, pra tentar alguma coisa. Aí foi ser babá, faxineira, foi cuidar de velhinho, foi vender sapato, foi ser garçõete, então, assim, ela foi tentar a sorte, ela não foi embora pra ser rica. Ela só queria ter um salário, pra poder comprar as coisas e dar pros filhos, não queria ficar no sertão, olhando pra cima, sem fazer nada. Não tinha nada pra fazer. O lance dela foi sorte, ela falou pra mim, foi pura sorte. (...) e ela foi num programa de calouro, na doida lá, porque nordestino é... Não tem vergonha (...) chegou lá, cantou, gostaram, Gerson Filho se apaixonou por ela, aí aconteceu, foi assim².

O deslocamento de Clemilda possibilitou a confluência com o universo musical em ebulição no Rio de Janeiro. Esse trânsito, além de possibilitar a participação no programa de calouros e o encontro com o músico Gerson Filho, parceiro profissional e de vida, contribuiu para que vivenciasse um conjunto de experiências estéticas então gestadas na então capital federal, por outros nordestinos também migrantes:

O forró possui uma variação de ritmos como: o baião, o côco, o rojão, a quadrilha, o xaxado e o xote. Existe uma controvérsia quanto à origem da palavra forró no seu sentido etimológico. Há uma versão que afirma que no início do século XX, em Pernambuco, um grupo de engenheiros britânicos se instalou para construir uma ferrovia a Great Western, e para se distrair promoviam bailes ao público, o qual eles denominaram de for all (para todos), a frase era escrita nas portas dos bailes, indicando que todos podiam entrar na festa. Esta frase passou a ser chamada de forró pelos nordestinos, por ser a pronúncia que mais se aproxima de for all. Esta versão era defendida por Luiz Gonzaga. A outra versão é defendida pelo historiador Câmara Cascudo, para ele a palavra forró é originária do termo africano 'forrobodó' que significaria festa, bagunça. Assim,

2 Entrevista com Isaac Dourado Aragão, diretor do documentário sobre Clemilda, em 19 mar. 2016.

eram chamados os bailes comuns frequentados pelo povo e, como tempo, por ser mais fácil pronunciar acabou sendo simplesmente forró. Apesar das controvérsias existentes, o termo forró passou a ser utilizado genericamente para designar tanto a música quanto a festa onde se dança e toca as músicas. O forró como produto da indústria cultural é um fenômeno recente, tem seu início, segundo estudos, com Luiz Gonzaga que, em meados da década de 1940, levou o forró originário do sertão nordestino para os grandes centros urbanos, por intermédio dos meios de comunicação de massa e o transformou em um produto vendável (FEITOSA, 2011, p. 102).

Clemilda se apresentou como caloura pela primeira vez em 1965, no programa ‘Crepúsculo Sertanejo’, da Rádio Mayrink Veiga, Rio de Janeiro. Nesse programa conheceu o sanfoneiro Gerson Filho, que já era profissional. Os dois se casaram e Clemilda passou a acompanhá-lo nos shows. No meio musical, Clemilda conviveu e manteve relações com diversas personalidades da música nordestina e brasileira, a exemplo de Anastácia, Carmélia Alves, Marinês, Luiz Gonzaga e Dominginhos³. Desse modo, é inegável que tanto a mudança para o Rio de Janeiro quanto seu casamento com o músico Gerson Filho interferiram na construção da carreira artística de Clemilda, oportunizando novos trânsitos simbólicos para sua carreira nascente:

Ela tinha alguns compositores, compositores dela era qualquer um. Você fez uma música boa pra ela, ela gravava, ela gostou. Ai pronto, deu certo. Não era pra ela essa música (se referindo à ‘Prenda o Tadeu’), era pra Alcimar Monteiro. Alcimar disse: não, né meu estilo, não. (...) Luiz Gonzaga. Sempre estavam... Entendeu? A Marinês quando vinha pra cá (para Sergipe). Depois já tava mandando disco pra ela divulgar. (...) Mas Luiz Gonzaga e Dominginhos, Oswaldinho, sanfoneiro também, que acompanhou minha mãe em algumas gravações. Oswaldinho, Maestro Chiquinho de cabaceiras (...) Maestro Chiquinho de Cabaceiras, já falei, Caçulinha, Robertinho de Recife, sanfoneiro, né? Essas qualidades de pessoas que estavam tocando no disco de minha mãe. Outra coisa que eu

3 Informações retiradas da biografia de Clemilda, disponível em: <http://www.cantorasdobrasil.com.br/cantoras/clemilda.htm>. Acesso em: 31 jul. 2015.

tenho pra lhe dizer. Chico Anysio. Gravou no disco do meu pai pra ganhar cachê também. Há sessenta anos atrás, Bezerra da Silva tocou triângulo no disco de meu pai e minha mãe pra ganhar cachê também⁴.

O primeiro LP solo de Clemilda, 'Forró sem briga' foi lançado em 1965. Gravou discos solos durante a década de 70 e, em âmbito nacional, foi reconhecida em 1985 quando gravou a música 'Prenda o Tadeu' (Antônio Sima/Clemilda) no LP de mesmo nome. Apesar do sucesso, a cantora/compositora sofreu bastante preconceito de uma parte da população que dizia que ela havia sido submetida à cultura de massa quando optou pelas músicas de duplo-sentido. Segundo Roberto Ferreira da Silva (2016), filho de Clemilda:

O 'Tadeu' foi uma música de duplo sentido, né? Então, foi em 85, ela não ia parar, já estava estabilizada, graças a Deus. Ele tinha seu teto bonzinho. Então foi quando o Tadeu explodiu, ela continuou, foi até onde pode, né? Deixou pela... deixou pela idade, pela doença. Felizes daqueles que chega a idade... uma certa idade. Então, rapaz, no duplo sentido, minha mãe gravou tantas músicas religiosas. Falando de tudo, mas aí quando veio pro duplo sentido, aí tem que respeitar, né? A vontade do povo.

O sucesso contribuiu para que Clemilda participasse dos principais programas populares da TV. O LP foi disco de ouro e em 1987 Clemilda gravou outro pornô-forró de sucesso, 'Forró Cheiroso' (Miraldo Aragão/Clemilda), mais conhecida como 'Talco no salão', conquistando seu segundo disco de ouro.

As letras de duplo-sentido compostas e interpretadas por Clemilda constituíram em estratégias para obtenção de visibilidade no campo de produção simbólico. A partir desse momento, a artista não passou em silêncio nas discussões do cenário musical brasileiro, fator que gerou uma explosão discursiva em torno de seu nome e obra. Em outros termos, contribuem para que possamos reconhecer que determinadas práticas de algumas mulheres se tornaram importante capital cultural na luta de resistência social á exclusão, isso porque, conforme destacou Ívia Alves (1999), ao romper as fronteiras do espaço doméstico, as mulheres começaram a ter consciência de sua condição e a criar

4 Entrevista com Roberto Ferreira da Silva, filho da cantora, em 16 mar. 2016.

estratégias para burlar ou ampliar seu espaço de atuação. Por outro lado, a utilização de expressões jocosas e relacionadas às práticas sexuais, inseriram Clemilda em um local comumente interdito às mulheres.

O incômodo seria a articulação “texto pornográfico” e autoria feminina. Para Luciana Borges (2006), se falar de sexo é, por si só, uma transgressão, a escrita erótica das mulheres seria um ato ainda mais transgressor, pois se trataria de deslocar as mulheres da condição de mero objeto para uma posição de enunciadora do desejo, dela e de outrem, construindo um discurso sobre o erotismo a partir de um lugar de fala específico. Segundo a pesquisadora, o problema não seria a “pornografia” em si, mas o seu deslocamento, extrapolando os limites pensados para circunscrever as atividades sexuais e intelectuais femininas. Desse modo, no caso da arte “é a sua aura, a crença teórica em uma especificidade discursiva e unicidade que torna incompatível com a alta literatura e com os grandes autores a associação com a escrita do pornográfico” (BORGES, 2006, p. 24).

Nesse sentido, poderíamos reconhecer em grande parte das letras compostas ou interpretadas por Clemilda a existência do que Susan Sontag (1987) denomina intenção pornográfica, uma intenção deliberada em efetuar textos “impróprios para menores”. Muitos deles beirando a pornografia a partir de trocadilhos, efeitos sonoros e conotações que apelam pelo duplo sentido. Dialogam, assim, com a definição de pornografia apresentada por Lúcia Castelo Branco (1984):

A pornografia insiste sobretudo em comportamentos que reforçam a mutilação e a solidão dos indivíduos. São freqüentes, em obras pornográficas, as formas de prazer solitário (masturbação, a um, ou a dois), as relações exclusivamente sexuais, que de preferência não contenham nenhuma carga de amor ou afeto, ou ainda os encontros fortuitos, casuais, (um fim de semana ‘diferente’, uma noite ‘especial’), não se admitindo o prazer no cotidiano dos indivíduos, como parte de suas vidas. (...) Um outro exemplo dessa insistência na parcialidade das relações pode ser verificado na ênfase em contatos estritamente genitais (BRANCO, 1984, p. 27).

O projeto artístico de Clemilda consistiu em estratégia ousada e singular, a exemplo das expressões “toco cru pegando fogo”, “talco no salão”, “ele só quer trabalhar com menas gente”; “quando ele caçou com ela, ela já tava furada”; “o

anel do Eno”; “pisei no rabo dele ele mandou tomar... cuidado”; ‘eu to querendo Seu Tuzinho você tem que dar pra mim”; “ele só vive batendo em Tonheta”. Estratégias cuja recepção gerou uma série de enfrentamentos:

Teve muita resistência, muita gente criticou na época que ela se rendeu a dinâmica do mercado para poder se sustentar, e o forró de duplo sentido na década de 80, que foi a década que ele adquiriu grande força, depois ele cai, e ainda tentou se segurar, ela ainda tentou seguir nessas gravações, mas realmente depois não emplacou mais. Teve um tempo, foi Genival Lacerda, Sandro Becker, Clemilda, teve um tempo na década de 80 que realmente foi o ápice nesse forró de duplo sentido, mas é cíclico, essas coisas tem um tempo. E muita gente disse que ela deixou o forró tradicional e se aventurou nessa questão do duplo sentido, mas ela não fez isso com a intenção mercadológica, ela fez muito mais por uma coisa intuitiva, certo? Ela não fez com essa questão de ganhar dinheiro, ela chegava a ser uma pessoa bem ingênua nessas questões. Ela quando conheceu Gerson Filho que veio aqui pra Sergipe, ela começou a circular aqui se apresentando em circos, com ele, e ela se apaixonou por Sergipe e escolheu Sergipe, mesmo estando fora desse roteiro nacional, então ela fez sucesso nacional morando em Sergipe⁵.

Além de Clemilda, outras mulheres também utilizaram como estratégia o forró de duplo sentido, a exemplo de Marinês e Maria Alcina, especialmente na década de 1980. Na maioria das vezes, as músicas não traziam a obscenidade de forma explícita:

Ainda nos anos de 1980, as músicas que falavam sobre sexualidade o faziam de forma mais velada, ou melhor, disfarçadas. As referências ao sexo e as partes mais íntimas do corpo masculino e feminino não são explícitas, são disfarçadas. As frases ‘só gosto de tudo grande’ e ‘fiz uma festa e muita gente se espantou com o peru no meio da mesa, gordo, gostoso e grande’ pode ser remetido ao órgão sexual masculino, mas isso não é dito de forma explícita. Na

5 Entrevista com Ézio Deda de Araújo, curador da exposição sobre Clemilda, em 23 mar. 2016.

ocorrência de um duplo sentido, o receptor pode, até certo ponto, optar pela interpretação que deseja dar ao enunciado, sendo, em parte, responsável pela obscenidade nele contida (LIRA, 2012, p. 28).

Nesse aspecto, poderíamos conceber essas ações como táticas femininas visando manipular as chances restritas abertas em seu favor em um embate desigual de forças. Embora muitas vezes as letras reforcem violências de gênero, a visibilidade alcançada por essas mulheres constituiu em trunfo na batalha pelo reconhecimento.

Na verdade, muitas vezes aceitaram se apagar em alguns momentos para obterem visibilidade em outros, desenvolvendo concessões de ordem simbólica. Fizeram do silêncio uma arma, esquivando-se, ocupando os vazios do poder e as lacunas da história. Os não-ditos e os interditos também foram estratégicos. Os silêncios, o apagamento de rastros, os esquecimentos ou a reprodução de estereótipos foram táticas para resistir a algo, conquistar direitos e exercer algum poder.

Considerações Finais

Em meio a um terreno movediço, muitas mulheres forjaram “situações” para conquistar objetivos e metas, daí a existência de tempos plurais entre silêncios e gritos que propiciaram a construção de paradoxos, fazendo “circular um conjunto de verdades desafiadoras, sem, contudo, abalar as crenças ortodoxas” (SCOTT, 2002, p. 28).

Essas questões contribuem para que possamos problematizar os embates que transformam Clemilda como símbolo da “sergipanidade”, objeto constante de homenagens pelas instituições e profissionais do campo de produção simbólico em Sergipe. Isso pode ser visualizado em exposição museológica, catálogo, lançamento de cd, documentário, dentre outras ações que a transformam em metáfora e metonímia da irreverência e, principalmente, da resistência da mulher nordestina e sergipana, conforme sublinhou Ézio Déda (2016):

Clemilda é muito simbólica, então, ela tem toda uma vida de luta, ela saiu praticamente adolescente de lá de Alagoas, foi pro Rio de Janeiro, trabalhou como empregada doméstica, ela teve filho muito cedo lá, ela viajou com as crianças para o Rio de Janeiro pra

trabalhar de empregada doméstica, aí foi pra Rádio Mayrink que é a Rádio Nacional, aí quando chegou lá conheceu Gerson Filho. Então ela ia assistir aos programas de gravação da Rádio, e um dia precisou de alguém pra cantar e ela foi cantar. Então, assim, mostra a batalha da mulher nordestina, que saiu daqui (do Nordeste) na época de 50, 60, e que vai pro Rio de Janeiro e que consegue chegar ao estrelato nacional. (...) Então mostra essa coisa da mulher nordestina que vence (...) então ela tinha uma questão de hábitos, costumes, a forma de falar, o simbolismo, a forma de se vestir, a forma de se comportar, traduzia muita dessa mulher guerreira nordestina. Então ela é símbolo dessas batalhadoras que ainda hoje estão por aí.

Questionamentos que constituem em indícios para analisarmos a construção de Clemilda a partir das tramas que lhe demarcaram o título de “Rainha do forró” e ícone da “sergipanidade”. A trajetória de Clemilda é marcada por táticas explicitadas nos posicionamentos que precisou tomar e defender ao longo de sua carreira e de sua vida pessoal, especialmente em prol de sua profissionalização como compositora e intérprete em um espaço marcadamente masculino e em virtude de protagonizar sua arte a partir de uma temática interdita às mulheres.

Referências Bibliográficas

ALVES, Ívia. Amor e Submissão: Formas de Resistência da Literatura de Autoria Feminina? In: RAMALHO, Cristina (Org.). *Literatura e Feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro: Elo, 1999.

BEZERRA, Kátia da Costa. *Vozes em dissonância: mulheres, memória e nação*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

BORGES, Luciana. Sobre a obscenidade inocente: O Caderno Rosa de Lori Lamby, de Hilda Hilst. *OPSIS*, Catalão, v. 6, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2002.

BRANCO, Lúcia Castello. *O que é erotismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CRESPIN, Joel André. *Clemilda, a “Rainha do forró”*. Trabalho de Conclusão de Disciplina, Especialização em Estudos Brasileiros, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 2014.

FEITOSA, Sônia de Melo. *“Mulher não vale nem um real”*: patriarcado nas letras das músicas de forró. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.

FERREIRA, Lucinete; DIAS, Lêda. *Eu sou Anastácia!:* histórias de uma rainha. Recife: FacForm, 2011.

LIRA, Adriana do Nascimento. *De Severina xique-xique à locadora de mulher: representação do gênero feminino nas músicas de forró*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História Cultural), Universidade Estadual da Paraíba, 2012.

MOREIRA, Núbia Regina. *A presença das compositoras no samba carioca: um estudo da trajetória de Teresa Cristina*. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Brasília, 2013.

RODRIGUES, Maria Dulcinéia de Souza; SANTOS, Morgana Ribeiro dos; SIMÕES, Darcília. O duplo sentido no forró: estudos semântico-estilísticos. *Anais do XVI Congresso Nacional de Linguística e Filologia*, Rio de Janeiro, 2012.

SCOTT, Joan Wallach. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

SONTAG, Susan. *A Vontade Radical*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

NARRATIVA EM DEVIR: CINEMA FEMINISTA, POLÍTICA DO DISSENSO E DIFERENÇA EM “QUE HORAS ELA VOLTA?”

Fernanda Capibaribe Leite
*Profa. Dra. Departamento de Comunicação,
Universidade Federal de Pernambuco, DECOM-UFPE)*
fernanda.capibaribe@gmail.com

Resumo: O artigo discute conceitos de diferença, política e estética associados aos demarcadores de gênero e classe no Brasil através do filme “Que Horas Ela Volta?” Articulo, para tanto, uma poética feminista a partir da reivindicação dos espaços de ação e enunciado por um olhar em devir de sujeitos minoritários, e inscrita na emergência da diferença cultural. Trago, ainda, a argumentação deleuziana sobre a diferença como duração desdobrada na mudança de tendências. Na figuração dos sujeitos de gênero cruzados com a questão de classe, no filme, interessa abordar em que medida desvelam regimes de visibilidade e tornam-se operadores do dissenso. Qual espectro de negociação faz emergir uma perspectiva política nas imagens? O que transborda das cenas, para além? Tais questões são pontuadas em relação com o Regime Estético da Arte. E envolvem perceptos de “viradas” demarcadas na narrativa, onde o “espelho se quebra” e o olhar aparece na perspectiva de mulheres, nordestinas, de classes populares.

1. Cena Inicial: sobre dissenso e diferença na narrativa fílmica

Primeira cena. Uma criança entra na piscina. A mulher sentada no deck observa e incentiva o menino enquanto conversa ao telefone. Seu sotaque fortemente nordestino contrasta com o sotaque paulista do outro em cena, Fabinho, que chama a mulher, sua babá, para entrar na água. Enquanto Fabinho brinca na piscina, a babá conversa com uma interlocutora do outro lado da linha. Esta parece passar a palavra a outra pessoa, que logo percebemos ser também criança. Fabinho sai da piscina, a babá está de costas para a câmera. Ele pergunta quem era ao telefone. E ela responde: “minha fia”. Complementa afirmando estar a mesma longe. Fabinho, então, pergunta a que horas sua própria mãe chegará. O enunciado é claro desde o início: a babá, uniformizada, toma conta da criança numa mansão do Morumbi enquanto a mãe está fora. Ao mesmo tempo, tem de deixar sua filha biológica com outra cuidadora em Pernambuco.

A babá-protagonista do filme *Que horas Ela Volta?* (MUYLAERT, 2015, 114 min) é encenada por Regina Casé e a narrativa vai apresentar uma das problemáticas sociais bastante abordadas nos Estudos Feministas, particularmente no Brasil: a inserção de mulheres de classe média e alta no mercado de trabalho sendo condicionada ao fato de outras mulheres de classes populares estarem cuidando de seus/suas filhos/as. Essas segundas tendo de abandonar suas próprias famílias a fim de irem morar na casa da “patroa”. Tornam-se “quase” da família, mas essa condição no entre-lugar revela muitos abismos, bem como deixa evidentes as marcas que permanecem de uma história escravocrata e da condição feminina como serviçal no ambiente doméstico. Para que mulheres das classes média e alta possam transitar fora do âmbito das relações familiares, outras precisam estar em seu lugar. Uma conquista de espaços antes negados e às custas da manutenção da lógica desigual entre gêneros, atravessada pela questão de classe.

O discurso de emancipação social, empoderamento ou constituição de um viés próprio e autônomo por parte de grupos minoritários tem sido abordado em perspectiva crescente e desenvolvido através de diversas narrativas e pedagogias culturais. No entanto, tem sido igualmente comum o feixe discursivo abordando tal perspectiva alocada no princípio de um tecido comunitário harmonioso, da igualdade e pluralidade não-dissidente, onde questões relativas aos lugares legitimados de distinção são “apaziguadas” em nome de um convívio entre semelhantes. Tal abordagem confere um risco considerável de

esvaziamento no que toca a problematização da diferença, exatamente por buscar um “elo perdido” e não alcançável (RANCIÈRE, 2012) das sociedades em consenso de igualdade.

“*Que horas ela volta?*” aborda tal contexto, mas apresenta o viés do consenso democrático apenas para nos jogar em seguida no espaço contencioso da irracionalidade que atravessa a política do dissenso (RANCIÈRE, 1996). Isso porque o filme demarca o corte temporal que parte da personagem-babá tornando possível a autonomia de sua empregadora, desvela as relações desiguais que permanecem ocorrendo no ambiente doméstico e nos leva até as rasuras provocadas pela desestabilização do discurso assente sobre os acessos e lugares ocupados nessas relações. Seguindo a lógica do tempo dramático do filme, a narrativa nos apresenta nos 25 primeiros minutos um imaginário quase caricato de tais relações: uma família nuclear paulista, rica, composta por pai, mãe e filho, e a trabalhadora doméstica, nordestina e pobre, que foi a cuidadora efetiva do filho, mas mesmo após anos morando na casa e sem retornar à sua cidade natal ou ver sua própria filha, permanece imersa na relação ambígua de ser tratada como e agir na posição de subalternidade, enquanto o convívio do cotidiano é regido pelo mito do afeto entre empregador/a e doméstica.

Em dado momento da narrativa, contudo, num tempo dramático de mais de 10 anos, Jéssica, a filha biológica de Val, a babá, chega em São Paulo para prestar vestibular. E nesse momento o estereótipo abre brechas para a evidência da diferença. Pois o filme nos apresenta uma personagem, a filha, desde o início dotada de uma consciência de seu espaço de interlocução, que se mostra na narrativa através de uma postura autônoma e por vias de um sentido de pertencimento em relação a quem ela é e de onde vem. Ela não reproduz o discurso dicotômico que demarca os lugares de hegemonia e subalternidade. Ao contrário, aparece para desvelar não apenas a frágil conexão e os afetos quebradiços daquela relação patrão/patroa e empregada, mas também as ranhuras na própria constituição das relações familiares na casa. O convívio distante entre mãe e filho, entre marido e mulher; a falta de motivação que pode ser gerada ao se ter todas as opções facilmente ao alcance; a lógica de poder e dominação transpassada pelo acordo afetivo dos laços familiares; o afeto efetivo entre a cuidadora-Val e Fabinho em contraste com o estranhamento entre mãe-Val e Jéssica. São micro relações que se desvelam no filme e nos apresentam um panorama histórico-social do cruzamento de gênero e classe no Brasil.

Nesse sentido, a proposição que realizo através da narrativa em “Que Horas Ela Volta?” é precisamente a de deflagração, ao longo do filme, desse espaço contencioso da diferença cultural através de uma duração que articula os tempos do pedagógico e do performativo (BHABHA, 1998) e promove, na diferença, um desvio de tendência (DELEUZE, 2004) protagonizado pelas personagens mulheres, nordestinas e oriundas de classe popular, quais sejam, Val e sua filha. Nesse trânsito, o sujeito fílmico de Jéssica emerge como um operador de dissenso (RANCIÈRE, 1996), apresentando seu mundo sensível em embate com um mundo sensível consensuado que vigora no contexto do trabalho doméstico. A experiência que o filme nos apresenta, portanto, transborda uma perspectiva crítica em direção ao cotidiano e sociabilidades instituídas dentre um número considerável de famílias brasileiras, além de acoplar-se à atual conjuntura política do país.

Rancière (2012) ressalta tal viés crítico como fundamental a qualquer abordagem que envolva a ideia de emancipação social, pois, como afirma:

[...] o próprio conhecimento da inversão pertence ao mundo invertido; o conhecimento da sujeição, ao mundo da sujeição. Por isso, a crítica da ilusão das imagens pôde ser revertida em crítica da ilusão da realidade, e a crítica da falsa riqueza, em crítica da falsa pobreza (p. 45).

Assim, para o autor, mais do que almejar cenas harmoniosas do convívio igualitário, é pertinente podermos pensar as transformações através das cenas do dissenso, que não insurgem de lugares previstos e com pontos de chegada demarcados, mas a qualquer momento e de circunstâncias inesperadas. Isso porque o dissenso é um embate na diferença que visa reorganizar os mundos sensíveis. No contexto do filme, a chegada da filha da empregada e a circunstância que a leva a permanecer na casa dos patrões mantendo um posicionamento de não-subserviência é a chave que vai instituir o fundamento próprio de uma política, na rasura da ideia de um convívio democrático no qual todas as partes são contempladas. Essa “virada”, na narrativa, faz com que uma realidade oculta pelas aparências seja desvelada e os regimes contraditórios de interpretação dos mundos sensíveis entrem em contato. No dissenso, não há *uma* interpretação de percepções e significações em proeminência, e sim interpretações conflitantes pela rasura dos regimes interpretativos vigentes.

2. Sobre o encadeamento narrativo dissonante ou quando as imagens viram do avesso

Câmera em ponto-de-vista normal, mostra a personagem Val atravessando a porta da cozinha em direção à sala. Quando passa, somos, espectadores/as, dados/as a segui-la. Acompanhamos sua trajetória na sala, onde acontece uma reunião tipo “petit-comité”, para comemorar o aniversário da patroa, Bárbara. Acompanhamos Val, vendo-a de costas com uma bandeja numa mão e guardanapos em outra, servindo canapés aos/às convidados/as. Ela circula pela sala, enquanto as pessoas conversam entretidas. Apesar de ser a que mais se movimenta – e a câmera nos põe nesse lugar de mobilidade, seguindo-a – ela permanece não visibilizada. Nenhum/a dos/as convidados/as a olha, mesmo quando a oferta que ela traz na bandeja é aceita, com exceção da mesa de Fabinho e amigos, na varanda, únicos que lhe dirigem a palavra.

Na cena seguinte, Val está na cozinha, plano médio, segurando uma bandeja com xícaras e uma jarra de café. O conjunto que ela mesma deu à sua patroa de aniversário e a outra recebeu com indiferença em cena anterior. A personagem vira de costas para a câmera e abre a porta da cozinha em direção à sala. Permanecemos com o plano fixo, cozinha vazia, por alguns segundos, até que novamente a porta se abre e Val entra acompanhada da patroa, que diz: “De onde você tirou isso?”, referindo-se ao presente dado pela doméstica. Pede em seguida que ela leve à sala um outro conjunto, fazendo referência como tendo sido o comprado na Suécia, e sai em direção à porta novamente. Val, então, retruca, aludindo ao jogo de café que dera à patroa: “Mas a senhora disse que esse era para uma ocasião especial”. Recebe como resposta um “Ah, tá bom”, de Bárbara já se retirando e fechando a porta. Câmera ainda fixa, agora com a personagem principal de frente, bandeja na mão e expressão de descontentamento.

Nessa e em outras sequências do filme, o espaço desse lugar de desencaixe na relação do trabalho doméstico com empregador/a vai sendo descortinado de maneira sutil, principalmente quando as relações travadas ocorrem entre Val e Bárbara. Os personagens masculinos parecem não adentrar na cena enquanto tensionadores de um demarcador de classe, a não ser a partir de um afeto “emprestado”, com Fabinho, a quem Val afirma ser seu filho postiço, ou de uma passividade não apaziguada do pai, Carlos, que emana uma atmosfera nostálgica, mas não se furta em requisitar os serviços de Val. Até que Jéssica aparece na casa.

Já de saída, o estranhamento do encontro entre mãe e filha acontece no aeroporto. Val está à sua espera no desembarque e é surpreendida com uma mulher adulta que a aborda pelo nome sem muita certeza de ser a pessoa que deseja encontrar. O encontro demonstra certa ansiedade da mãe, que tenta cercar a filha com carinhos e elogios sem, contudo, parecer ter intimidade para tanto, o que é reiterado pela reação de não correspondência de Jéssica. Na cena seguinte, vemos as duas por fora da janela do ônibus. Tentam uma aproximação pelos caminhos mais previsíveis de duas pessoas que não mantêm contato. E nessa breve conversa Jéssica descobre, a contragosto, que ficará hospedada na casa da família que emprega sua mãe, apenas porque naquele momento não há outro local onde ela possa ser abrigada. E as zonas de instabilidade da narrativa do convívio harmonioso entram em cena.

Nas cenas que seguem, quando chegam na casa e a filha é apresentada à patroa/patrão, o descontentamento inicial de Jéssica não se reflete numa postura subalterna perante a família empregadora, mas, ao contrário demarca uma altivez de quem não quer estar submetida à relação ambígua de um afeto enunciado na subalternidade. Cria-se, assim, um contraste entre as reações de mãe e filha, que vão instituindo tanto um desconforto entre as duas quanto em relação à dona/donos da casa. Tal situação é logo ressaltada por Val, quando afirma que a filha é segura demais e olha tudo “com os olhos de presidente da república”. Ao longo da trama, portanto, o véu tênue e poroso que sustenta o convívio de uma relação familiar entre empregada e empregadores/a vai esgarçando as relações de poder que de fato vigoram no ambiente do trabalho doméstico. Particularmente em relação à patroa, Bárbara, que mais declaradamente vai perdendo o trato baseado numa aparente sociabilidade cordial e passa a comportar-se autoritariamente em relação à Val e sua filha.

Simultaneamente, o tempo dramático vai enumerando outros conflitos, notadamente de gênero, quando, por um lado, o patrão, Carlos, passa a assediá-la recém-chegada visitante e, por outro, seu filho, Fabinho, se depara com sua própria experiência de esvaziamento, duplamente por ter de dividir a única pessoa com quem de fato nutre relações afetivas em profundidade, Val, e por ser espectador da determinação de Jéssica em sua meta de passar no vestibular, o que não ocorre com ele próprio. Entre a porta que separa sala e cozinha em cena, o filme começa nos apresentando a distinção de classe e gênero para ir gradualmente rasurando as relações naturalizadas por tal distinção.

Jéssica é mulher, filha de doméstica, mas não se coloca na posição de inferioridade, tampouco almeja um provedor que a sustente. Ao contrário,

empenha-se em ter um diploma de curso superior numa das faculdades mais concorridas de São Paulo, que é a de Arquitetura e Urbanismo da USP. Ela promove uma revisão do êxodo rural, protagoniza um choque geracional. Na acepção de Lauretis (1987), esse desenrolar da narrativa legitima a nomeação do cinema enquanto uma tecnologia de gênero, ou seja, o engendramento dos espaços de enunciação e ação através da narrativa fílmica desalocando um imaginário calcado nas relações de poder vigentes pelo viés do majoritário.

Pensar o cinema através de suas negociações, concordâncias e dos dissensos que institui num sentido amplo significa, antes, poder entendê-lo demarcando a questão da diferença como transformação em suas/seus personagens-sujeitos. Que singularidades as imagens podem nos propor realocando os imaginários da diferença através de olhares próprios? Para dar conta de tal questão, não há como trabalhar um olhar próprio do que podemos caracterizar como as minorias sociais sem antes entender como a articulação da diferença se dá na própria ideia do que seria minoritário. Ou seja: como os sujeitos/grupos específicos se veem, como negociam a diferença e como visam transformar seus agenciamentos narrativamente através de uma mudança que começa no *ser* dos próprios sujeitos acontecendo anteriormente a uma oposição às coisas que já são. No filme, um dos motes da resistência de Val à chegada da filha, corroborando com o rechaço de sua patroa, Bárbara, é exatamente o desvio de tendência que sua filha Jéssica institui. Desde o momento em que chega na casa, não se furta em agir como alguém “da” casa. Nega a oposição opressor e oprimido, se recusa a estar no lugar (quase) explícito da subalternidade. Não se furta em atravessar a porta da cozinha até a mesa de jantar, que até a sua chegada era um elemento cênico demarcador das relações desiguais de poder não nomeadas. E sua mãe reage, pois a emergência da diferencia pressupõe também o enfrentamento entre os mundos sensíveis das duas.

Reconfigurar a paisagem do perceptível e do pensável é modificar o território do possível e a distribuição das capacidades e incapacidades. O dissenso põe em jogo, ao mesmo tempo, a evidência do que é percebido, pensável e factível, e a divisão daqueles que são capazes de perceber, pensar e modificar as coordenadas do mundo comum. (RANCIÈRE, 2012, p. 49).

3. A diferença cultural como suplemento na relação entre estética e política

Na perspectiva de uma poética fílmica atravessada por demarcadores de gênero e classe, as imagens não podem se figurar através de uma representação universal, mas, ao contrário, das singularidades relativas aos sujeitos (LAURETIS, 1987). Nesse sentido, numa expectativa de deslocamento dos olhares “engendrados” do cinema e da conseqüente maneira como naturalizam o prazer visual e os discursos ligados aos corpos de gênero, raça e classe, talvez o grande desafio seja exatamente abordar, nas imagens, as singularidades *internas*, os processos de diferença atravessados *nos* sujeitos e que os fazem pertencer, questionar ou implodir a condição de seres “minoritários”.

Em afinidade com essa abordagem, Homi Bhabha (1998) parte da apropriação intelectual da “cultura do povo” para questionar seu significado num discurso de representação. Quem é o “povo” e a partir de qual ato discursivo essa palavra ganha corporeidade? Bhabha pontua que a historicização dos fatos ligados a um dado discurso aglutinador de nação relaciona-se diretamente ao tempo de uma representação cultural e está normalmente atrelada a uma demanda homogeneizadora. Em outras palavras, isso implica afirmar que certas reiterações discursivas vão sendo ligadas à legitimação de mitos originários para construir tradições, que assentam as narrativas do imaginário social de *povo* entendido como unidade. Como conseqüência, o autor contextualiza o lugar das minorias como aquele que lança uma sombra no “tempo” pedagógico da nação.

Ao discorrer sobre os “tempos” de uma nação, o autor explicita formas através das quais é possível vivenciar, individual e coletivamente, experiências de pertencimento e/ou rejeição ao discurso de uma determinada configuração social instituída historicamente. Para ele, estar circunscrito a essa construção pressupõe a coexistência tensa entre dois tempos, o do pedagógico e o do performativo, que estão “unidos” numa ambivalência e rascunham uma “escrita-dupla” na ideia de nacionalidade pós-moderna. Enquanto o pedagógico reúne em si os “[...] poderes totalizadores do social como comunidade homogênea, consensual” (1998, p. 207), produzindo uma narrativa estável da nação moderna como uma temporalidade continuada por acumulação, o performativo emerge das brechas *entre* a ideia do povo enquanto “imagem” e sua inscrição nas diferenças, interiorizadas nos sujeitos e exteriorizadas nas relações entre sujeito e alteridade. O performativo torna-se, assim, “[...] um espaço liminar de

significação, que é marcado *internamente* pelos discursos de minorias, pelas histórias heterogêneas de povos em disputa, por autoridades antagônicas e por locais tensos de diferença cultural” (1998, p. 210).

Indo além, o autor pontua que a ideia de uma “imagem” do povo funciona como suplemento de uma presença. Ela está ali, alicerçando uma construção discursiva e esvaziada do imaginário social até que, em determinadas situações ou contextos, se preenche de si mesma. Nesses momentos, faz emergir o incomensurável: aquilo que não era representável num discurso apaziguador, mas vinha convivendo no cotidiano enquanto latência. Temos, então, a instauração do tempo próprio do performativo ou, conectando com Rancière (2012, 2011, 1996), a emergência do dissenso, pondo em curso uma prática efetivamente política. É o tempo distendido, que na experiência rompe com as narrativas oficiais e desestatiza a ideia homogeneizante do “povo como um”. Por conseguinte, ao invés do discurso de uma pluralidade igualitária e esvaziada, o que incide nessa disjunção é o paradoxo das dualidades.

Voltando ao filme e conectando com tal reflexão proposta, duas sequências mostram-se notadamente pertinentes para abordarmos a narrativa como instituidoras de tal paradoxo. A primeira corresponde ao momento em que Carlos, já tendo demonstrado estar atraído por Jéssica nas imagens, a leva para conhecer um apartamento da família no Edifício Copan, que Jéssica, como aspirante a arquiteta, tinha vontade de visitar. Na cena interna da sala vazia, onde a câmera está posicionada à contraluz mostrando ambos, de costas, conversando na sacada, Jéssica agradece pelo passeio e abraça Carlos. Segue-se um plano próximo do abraço, focando o rosto dela, que se assusta ao perceber que o personagem tenta estender o abraço a um contato mais íntimo e sexual. Ela pede desculpas se desvencilhando do contato físico enquanto o celular de Carlos toca. O clima de desconforto aumenta quando percebemos que o telefonema informa que a Bárbara sofreu um acidente.

Sequência seguinte, cena externa, plano médio, Jéssica molha os pés na piscina enquanto conta à sua mãe detalhes sobre o acidente. Saindo do assunto inicial, pergunta: “como eles fazem para deixar essa água tão limpinha, hein, mãe?” Como resposta, e reverberando no clima de estranhamento já instaurado entre mãe e filha, Val responde: “não vá olhando para essa piscina não, hein, Jéssica. Isso aí não é para teu bico não”. No diálogo que continua, a mãe lhe diz que nunca se banhou ali e complementa que, caso alguém a convide para tanto, ela deve negar. Situação que ocorre logo depois, sem cortes na imagem, quando entram em cena Fabinho e o amigo e mergulham. Chamam Jéssica para

juntar-se a eles e ela responde tal como sua mãe a instruiu: que não tem roupa de banho. Contudo, Fabinho não se contenta com a resposta. Começa a molhá-la com a mangueira, sai da piscina, a pega no colo e pula na água. A imagem agora está levemente em slow-motion. Em cena, a água que é jogada para cima com o impacto dos corpos que mergulham, planos curtos das brincadeiras entre ela e eles na água, sons de água e risos. Tal escolha estética demarca o transbordo. Está para além da água, o suplemento se preencheu.

Isso porque, após essa cena, uma série de episódios demarcam a diferença como algo que não pode mais ser ignorado. E as tensões desse interstício são postas em curso. Bárbara fica indignada porque a filha da empregada está na piscina com seu filho. O que extravasa um incômodo prévio, por perceber o interesse do marido pela moça e o afeto que começa a ser construído também com Fabinho. Manda esvaziar a piscina. De outro ponto de vista, Carlos fica enciumado por ver os dois jovens interagindo na água. Instaure-se, assim, uma crise familiar entre Bárbara, Carlos e Fabinho, quando a mãe reclama o carinho que o filho não tem por ela e enuncia a indiferença da relação travada entre os três personagens. Em cena seguinte, Val naturaliza o discurso da subalternidade à filha, enquanto passeiam com o cachorro na rua, afirmando que determina as regras de conduta, “as pessoas já nascem sabendo”. Normas que a outra se recusa a acatar.

Na elaboração do suplementar, Bhabha está questionando os discursos originais naturalizados e, ao fazê-lo, lhes confere um *status* secundário, ou atrasado. Algo que precisa ser repensado, numa dinâmica própria do lugar de representação das minorias, onde está em jogo um espírito revisionário que não prevê a soma, mas, ao contrário, visa alterar o cálculo, desestabilizar a pluralidade em favor da singularidade. Temos daí que o confronto irrompido pelos discursos de Jéssica e Val não se direciona simplesmente ao pedagógico enquanto ato de negação. Como Bhabha postula, a minoria:

[...] interroga seu objeto ao refrear inicialmente seu objetivo. Insinuando-se nos termos de referência do discurso dominante, o suplementar antagoniza o poder implícito de generalizar, de produzir solidez sociológica. O questionamento do suplemento não é uma retórica repetitiva do “fim” da sociedade, mas uma meditação sobre a disposição do espaço e do tempo a partir dos quais a narrativa da nação deve começar. (1998, p. 219).

Mãe e filha saem da casa com as malas de Jéssica com o intuito de mudar para um apartamento na periferia. No entanto, a empreitada não dá certo e ambas retornam. No desenrolar, Carlos declara-se apaixonado, em cena seguinte, à Jéssica e à pede em casamento. Com a negativa da mesma, o personagem imerge num estado letárgico, situação que irrompe como mais uma ranhura do pedagógico, quando, prostrado na cama, ele pede desculpas à Val por algo acontecido no passado, o que fica claramente enunciado como tendo sido um abuso sexual.

Como desfecho dessa erupção, Val e Jéssica se desentendem. A mãe é questionada por suportar durante tanto tempo “ser tratada como cidadã de segunda classe”. Retruca pedindo respeito aludindo à condição da maternidade, que é negada por Jéssica; a mesma não reconhece tal afeto. A sequência de imagens que se segue enuncia a insustentabilidade das relações na casa. Na articulação do discurso minoritário que Jéssica apresenta, portanto, há uma demanda de reestruturação histórica da diferença, que vem à tona por via de uma revolta e institui o desejo do possível na aparente impossibilidade. Como pontuado por Bhabha (1998), essa articulação nos desvela a perplexidade da experiência através daquilo que a princípio não parece poder se medir, pois não está inscrito num discurso pedagógico. E é nessa “desmedida” que a diferença cultural atua. Bárbara proíbe o acesso de Jéssica para além da porta da cozinha e, em imagem emoldurada pelas grades da janela do quarto dos fundos da mansão, onde Val mora, vemos pelo lado de fora Jéssica arrumando suas coisas no quarto para ir embora da casa, na noite chuvosa que é véspera de sua prova no vestibular.

A maneira como Bhabha situa esses entre-lugares enquanto interstícios, articulando ambivalências aparentemente intransponíveis, vem a fornecer elementos que nos permitem reorganizar as narrativas inscritas numa temporalidade para os sujeitos de gênero, raça e classe. Na medida em que nos propõe revisar um passado para nele encontrar uma anterioridade que está constantemente reinventando os sujeitos no presente, o autor desvela um exercício de deslocamento fundamental à emergência de mundos sensíveis próprios dos sujeitos minoritários. São mundos que escapam da aparente pontualidade, sincronia e direcionamento dos “fatos” narrados pela história. Ainda, nos fazem refletir sobre a articulação da diferença interna e em relação à exterioridade desses sujeitos, quando, ao desestabilizar o tempo histórico de tais configurações da diferença, nos abre novas possibilidades de autoridade cultural e política.

A partir de tal reflexão, arrisco afirmar que talvez o incômodo maior em torno de *Que Horas ela Volta?* seja notadamente a exposição do histórico de

relações que regem o ambiente doméstico na perspectiva do entre-lugar. De uma só vez o filme nos mostra as negociações no interstício, que vão esgarçando a temporalidade do pedagógico em claro enfrentamento com o tempo performativo. E a diferença não mais pode ser ignorada.

4. O filme inscrito numa poética feminista

Conectando as reflexões acima com uma elaboração notadamente feminista, Haraway (2013) desenvolve uma crítica ao sujeito feminista como articulado na mesma lógica da dicotomia entre o hegemônico e o subalterno. Vai se referir, portanto, ao ciborgue como sujeito do feminismo, nomeando-o como blasfêmia, numa ironia que, por sua descrição, serve para proteger esse sujeito, em sua “moral interna”, de uma autoridade moral majoritária, ou, como Bhabha (1998) classifica, pedagógica. A ironia, portanto, traz consigo um desejo de revisão, colocado tanto para a sociedade de uma maneira geral quanto aos próprios feminismos.

Bárbara é mulher, mas se inscreve no filme como um sujeito de classe em oposição a outras mulheres. Seu desejo é de não compartilhamento. Desejo inscrito num espaço de contradições que não se resolvem. Como a autora postula, a ironia de sua proposição “[...] tem a ver com a tensão de manter juntas coisas incompatíveis porque todas são necessárias e verdadeiras” (HARAWAY, 2013, p. 35). É nesse sentido que o estreitamento da afetividade não-hierárquica de Jéssica com os “donos” se dá na mesma medida em que a referida personagem passa a ser intolerável para Bárbara.

O referido filme, assim, e de acordo com Haraway (2013), tanto vem legitimar espaços de dominação quanto produzir a própria ideia de diferença circunscrita a esses espaços. E a poética fílmica se aloca a uma poética feminista, pois, num “mundo de ciborgues”, as contradições são articuladas e as totalidades questionadas, o que inclui os discursos feministas que não transcendem a égide da polaridade de dominação hierárquica homem- mulher e mulher pobre *versus* mulher rica, por exemplo. Para a autora, outras formas de enfrentamento devem se fazer possíveis. Nessa proposta, não há memória de recomposição do mito originário, mas uma “memória” de transcendência. Portanto, mesmo atestando que os ciborgues “[...] são filhos ilegítimos do militarismo e do capitalismo patriarcal, isso para não mencionar o socialismo de estado” (2013, p. 40), Haraway os apresenta como infiéis às suas origens. “Seus pais são, afinal, dispensáveis” (HARAWAY, 2013, p. 40).

Jéssica não aceita a sua condição de nordestina, filha de trabalhadora doméstica e sem posses como legitimadora de subalternidade. E é aprovada no vestibular da USP. Fabinho é dispensado de seu privilégio de homem branco, rico e paulista como estatuto hegemônico e se resigna ao ser reprovado na mesma edição do vestibular que Jéssica prestou. Sobretudo, o majoritário no filme torna-se secundário, através da imanência dos dois personagens que representaram tal interlocução no filme, pai e filho, como trajetórias não sucedidas. Quando estes são aplainados na narrativa, resta o debate que atravessa a condição de “ser mulher” pela classe e por via da territorialidade, vivida pelas personagens de Jéssica, Val e Bárbara no filme. Um debate próprio dos sujeitos feministas não alocados no imaginário do outro- homem, mas em processo revisionário numa perspectiva interna.

A condição de minoria não define um lugar estanque e não caracteriza um sujeito “normatizado” num tempo pedagógico, mas se refere a *estados*, de idioma, etnia, sexo, gênero, classe, orientação sexual etc. Nessa acepção, tal como afirmam Deleuze e Guattari (1995), esses estados minoritários vão constituindo territorialidades de gueto, isto é, discursos que geram práticas próprias de mulheres, de gays/lésbicas, de negros, de migrantes, ou de nordestinas/os se trouxermos para o contexto do Brasil... Tais estados, zonas de tensão e conflito através dos quais a diferença se coloca, funcionam principalmente como “germes”, detonadores de conjunturas incontroláveis ou incomensuráveis. São esses germes que podem vir a desterritorializar discursos estabilizados que sustentam uma condição hegemônica. Os autores caracterizam esse potencial da minoria como cristal de *devir*, afirmando que é por esse “germe” que transita uma potência de transformação. São remissões, portanto, a condições em trânsito e que se expressam através de ações, “musicais, literárias, linguísticas, mas também jurídicas, políticas” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 55), domésticas, o que torna sua caracterização deveras complexa. Pressupor a exposição da diferença cultural por via das minorias, assim, significa “arrombar” as portas que mantêm em voga os discursos continuados próprios do tempo pedagógico.

A condição dominante na perspectiva da “patroa”, no filme, remete, ao mesmo tempo, a um espaço construído de poder e a um lugar de abstração quando esse espaço legitimado não padece de nomeação por estar já instituído e contextualizado no tempo do pedagógico. Como Deleuze e Guattari afirmam, a maioria define um “padrão abstrato” (1995, p. 55) na medida em que não se direciona a *alguém*, mas “é sempre Ninguém” (1995, p. 55). Em contrapartida, a minoria se potencializa no devir *alguém* porque quando emerge enquanto

diferença propõe um desvio do modelo. “Há um ‘fato’ majoritário, mas é o fato analítico de Ninguém que se opõe ao devir-minoritário de todo o mundo” (DELEUZE E GUATTARI, 1995, p. 55). Mesmo que a minoria consiga pôr em curso novas constantes, sua questão não está centrada na entrada do tempo pedagógico, mas no espaço ambivalente da diferença; no tempo em trânsito do performativo.

Nesse sentido, quando Harraway (2013) questiona uma categoria essencialista para a condição de ser mulher, está introduzindo uma crítica a um demarcador de poder dessa condição, alocado no imaginário da mulher branca, rica, instruída, que não contempla todas as mulheres. A minoria posta pelo sentido de ser mulher não garante trânsito em curso. É necessário, para tanto, que a minoria se desdobre no minoritário, que a tendência mude. E Jéssica põe em curso, no filme, tal desdobramento. Na narrativa, a notícia de aprovação no vestibular chega em Val como remanejamento do lugar de minoria para um estado de desvio da constante.

5. Val em devir: a diferença como desvio interno de tendência

Então, como chegar a falar sem dar ordens, sem pretender representar algo ou alguém, como conseguir fazer falar aqueles que não têm esse direito, e devolver aos sons seu valor de luta contra o poder? Sem dúvida é isso, estar na própria língua como um estrangeiro, traçar para a linguagem uma espécie de linha de fuga. (DELEUZE, 1992, p. 56).

O deslocamento de Jéssica do Morumbi à periferia instaura o processo de auto revisão, em Val, de sua condição internamente. E não há mais retorno. Quando recebe a notícia da aprovação da filha, a protagonista tem a válvula que precisa para acionar a potência de seu próprio devir em curso. E o filme nos apresenta tal situação em plano aberto, quando Val caminha, em cena externa e noturna da porta da sala até a piscina, vagarosamente. Para na escada e desce até a água que, estando a piscina esvaziada, beira os joelhos. Pela primeira vez, em mais de dez anos morando na casa de sua patroa, a personagem desfruta do prazer antes impossível por um embargo naturalizado historicamente. Em cena, pega o celular e liga para a filha. Conta de sua empreitada como conquista, e a água da piscina agora vira o seu transbordo.

Deleuze remonta à questão do devir contextualizado na minoria, bem como na diferença, em distintos momentos/fases de seus escritos. Nessas abordagens,

por um lado, a questão da minoria aparece como potência em oposição ao poder majoritário; por outro, vem problematizada através da diferença. Nesse segundo quesito, é importante destacar o momento em que Deleuze (2004) parte dos apontamentos de Bergson para trabalhar a diferença através do duplo sentido de mudança de natureza *entre* as coisas, ao mesmo tempo que problematiza também a diferença de natureza *no ser* de uma própria coisa. Nessa dupla inscrição, o autor considera que a questão da diferença se coloca em relação a um outro na medida em que retorna a si e, assim, não está reduzida a uma exterioridade.

Ora, se há diferenças de natureza entre indivíduos de um mesmo gênero, deveremos reconhecer, com efeito, que a própria diferença não é simplesmente espaço-temporal, que não é tampouco genérica ou específica, enfim, que não é exterior ou superior à coisa. (DELEUZE, 2004, p. 35).

Deleuze (2004) considera que a diferença de natureza das coisas instituídas num mesmo gênero¹, a interna, precisa ser reencontrada, pois constitui um importante desencadeador da diferença em relação a uma exterioridade. A partir da diferença interna, as convergências podem tornar-se divergentes, numa realidade experienciada que ao mesmo tempo corta e intersecciona. Na realidade vivenciada pela protagonista Val, ela descobre que Jéssica tem um filho, seu neto, que deixou no Nordeste para vir estudar, convergindo as realidades entre mãe e filha, mas numa perspectiva divergente. Contudo, a interseção desses contextos não cabe mais a Val. E ela reencontra sua tendência para além das experiências convergentes de ambas: decide largar o trabalho e ir viver com a filha, para cuidar do neto e diferir das trajetórias que por vias distintas e também similares ambas tomaram. Val continua seu trânsito, saindo da casa que não era sua no Morumbi em direção à sua casa na periferia. A cena dela no taxi em deslocamento é em plano fechado. Ela sorri, seu rosto entre vestígios do banco da frente e a janela da porta dos fundos do carro. Imagem alternada com outra em *travelling* da rua, plano-movimento.

A diferença na “natureza” não está posta nas coisas, ou em seus estados e características, mas nas *tendências*. E a tendência diz respeito à potência de

1 E aí ele está considerando o gênero num sentido amplo, e não ligado necessariamente à distinção identitária masculino-feminina.

desenvolvimento que funda uma ideia de natureza para as coisas e pessoas. O entendimento da diferença pressupõe a divisão do homogêneo. O ser expressa tendências, e as tendências subjetificam. O que Deleuze vai definir como tendência-sujeito é aquela enunciada de uma *certa* forma. E vivida. Isso porque a condição da experiência não é a possível, e sim a *real*. A diferença, assim, vai pressupor um *isto* anterior a um *aquilo* em relação ao que é vivenciado. E o vivido é a duração. “Em suma, a duração é o que difere, e o que difere não é mais o que difere de outra coisa, mas o que difere de si. O que difere tornou-se ele próprio uma coisa, uma *substância*” (DELEUZE, 2004, p. 41).

É interessante poder abordar essa dupla inscrição da diferença quando a relacionamos com uma experiência feminista, pois vamos assumir que, para além de se colocar em relação a uma exterioridade, a diferença se institui, antes, nos processos de duração de um próprio sujeito. Se entendemos a categoria *mulher* como sujeito dos feminismos, podemos perceber como as críticas de autoras como Haraway (2013), no que toca a categoria essencialista dos feminismos, se conectam a uma não nomeação da diferença *internamente*, direcionada ao seu sujeito, que, no caso, são as mulheres. A divisão do homogêneo, portanto, parte de uma tendência a mudar no sujeito, que não é acidental, assim como as mudanças efetivas não o são. “Diferenciar-se é o movimento de uma virtualidade que se atualiza” (DELEUZE, 2004, p. 45).

Dentro da casa nova da filha, a mesma pergunta à Val: “e agora, já pensou o que vai fazer?” Sentada à mesa da cozinha, num plano frontal, Val arruma o conjunto para café que havia dado à Bárbara e foi desprezado. Comentando sobre o presente roubado, remete ao design de pires e xícaras como *diferente* e complementa para a filha: “diferente que nem tu”. Em seguida, ainda sentada, pede que Jéssica busque o filho, Jorge. Jéssica reage eufórica e pergunta se Val irá cuidar dele. A câmera se aproxima lentamente da protagonista. Esta leva a xícara com café, tomada da ex-patroa à boca num sorriso largo. E o filme termina.

6. Post-acto: por um devir feminista num regime estético possível das imagens

A partir do agenciamento dos sujeitos feministas que protagonizam o filme nas personagens de Jéssica e Val, vale investigar como, para além de expressar-se numa poética feminista e abordando os processos de subjetificação próprios dos feminismos, “Que Horas Ela Volta?” propõe uma estética. Ou seja: como podemos definir, no nível de articulação entre essa poética e suas/

seus espectadoras/es, um regime estético que esteja expresso nos audiovisuais? Rancière (2012) considera que há um ponto de convergência nos formatos artísticos que visam a espaços de quebra da máquina de hegemonia e apropriação, direcionado à politização da arte. Este consiste na busca por certa eficácia a partir de modelos que explicitem, de alguma forma, os estigmas da dominação, “[...] porque ridiculariza os ícones reinantes, ou porque sai de seus lugares próprios para transformar-se em prática social” (p. 52).

Há que se pensar, no entanto, segundo o autor, em modelos que nos tragam eficácia a partir de nossas expectativas e juízos como espectadoras/es e, sendo assim, não basta seguir um molde preestabelecido. O que nos toca vai depender do quanto estamos dispostos a sermos tocados, ou seja, do quanto a nossa experiência sensível através de repertórios, que podem ser muito diversos entre indivíduos, é atingida por determinada expressão artística, quer se nomeie politizada ou não. Essa reflexão estabelece um ponto de divergência interessante com as intencionalidades no nível da produção imagética que visa partir da narrativa onde algo não vai bem para uma necessária mobilização e conscientização que se queria agenciadora de transições para as mulheres e outros sujeitos agregados. Não há que se supor um “*continuum* sensível” (RANCIÈRE, 2012) que leve de determinada forma expressiva/artística à reflexão, sensações e reações das/os espectadoras/es. Para elucidar a vontade de eficácia nas produções artísticas, o autor propõe:

O problema então não se refere à validade moral ou política da mensagem transmitida pelo dispositivo representativo. Refere-se ao próprio dispositivo. Sua fissura põe à mostra que a eficácia da arte não consiste em transmitir mensagens, dar modelos ou contra-modelos de comportamento ou ensinar a decifrar as representações. Ela consiste sobretudo em disposições dos corpos, em recortes de espaços e tempos singulares que definem maneiras de ser, juntos ou separados, na frente ou no meio, dentro ou fora, perto ou longe (idem, p. 55).

Uma eficácia estética, assim, é diretamente resultante do regime estético da arte. A política *já* é estética, e vice-versa. Nesse regime, há de se pensar em certo distanciamento, não por parte do artista em relação ao/a espectador/a, tampouco do/a espectador/a em relação à obra... Trata-se mais de uma “suspensão”, que tira os lugares de implicação determinados, entre a intenção de

quem cria, a forma sensível apresentada, o olhar de quem frui e como essa relação estabelece compartilhamentos possíveis. Essa suspensão quebra com a relação de causa e efeito que envolve artista/realizador e espectador/comunidade. Desestabiliza as vias pressupostas entre produção e percepção das expressões sensíveis artísticas, prevê outros modelos de construção da relação entre estética e política e, por sua vez, estabelece outros referenciais de eficácia. A eficácia estética, portanto, seria, para Rancière (2012), uma eficácia da suspensão. Depende do quanto uma obra, nas relações que articula, é capaz de promover o encontro dos vários mundos sensíveis envolvidos.

Pensando no filme em questão, tomo de saída que os lugares de agenciamento que a narrativa aciona demarcam articulações que, ao mesmo tempo em que se direcionam a um espaço de interlocução notadamente feminista – apresentando o protagonismo de mulheres fora do eixo do majoritário no demarcador de classe –, desarticulam a própria categoria mulher como representação do feminismo – através da personagem da patroa. Mobiliza, assim, zonas de tensionamento imersas nas próprias elaborações do feminismo. Ainda, na postura da personagem Jéssica como operadora do dissenso, ela articula um imaginário social que tem demarcado polarizações pertinentes ao contexto da política brasileira vigente. Jéssica corresponde à alegoria da nordestina empoderada que, mesmo sendo filha de doméstica, chega de avião em São Paulo e é aprovada no vestibular para ingressar numa universidade concorrida e frequentada por estudantes de classes mais abastadas. Representa, nesse sentido, o discurso de pulverização das desigualdades proferido pela gestão do Partido dos Trabalhadores ocupando a presidência nos últimos 14 anos no Brasil. Um discurso de um suposto crescimento social com aumento das oportunidades numa perspectiva equânime, que tem incitado posicionamentos raivosos da sociedade como um todo através do qual o tipo de postura e acesso possíveis à Jéssica são questionados por parte da sociedade que não apoia ou rechaça declaradamente a atual gestão Federal no país.

Como alegoria de uma conjuntura, portanto, Jéssica, ao mesmo tempo em que é produzida personagem em nome do contexto vigente, também ecoa de maneira controversa para além do filme nesse mesmo contexto, numa perspectiva social mais ampla. Por isso, talvez o filme tenha rendido críticas bastante díspares, veiculadas após seu lançamento. O que não torna as personagens de Val e Jéssica menos potentes, mas, ao contrário reforça seus papéis, no filme e para além dele, como operadoras de dissenso e instituidoras de uma política em curso.

Como já explicitado, para Rancière (2012, 1997), o dissenso é constituidor da política, já que, em primeira leitura, esta não é simplesmente o regime de certo poder, ou a busca por esse poder, mas a constituição de determinados sujeitos e objetos que são contemplados em certo regime de poder, através de leis e instituições que os legitimam. Trata-se das relações que dão aos sujeitos determinadas aptidões e liberdades de designações, lançando mão de estratégias. Tal movimento, para o autor, não se desvincula dos universos sensíveis que estão colocados em jogo. É antes uma atividade que reorganiza os domínios sensíveis através dos quais o “comum” se define. A política, portanto, rompe a evidência sensível de uma ordem “natural” designada a indivíduos ou grupos, no âmbito do público e do privado. Reestrutura maneiras de *ser* e *ver* numa configuração de espaço e tempo.

[...] a política começa quando há ruptura na distribuição dos espaços e das competências e incompetências. Começa quando seres destinados a permanecer no espaço invisível do trabalho que não deixa tempo para fazer outra coisa tomam o tempo que não têm para afirmar-se coparticipantes de um mundo comum, para mostrar o que não se via, ou fazer ouvir como palavra a discutir no comum aquilo que era apenas ouvido no ruído dos corpos (2012, p. 60).

Nesse sentido é que a experiência sensível está sempre conectada à política e pode advir de qualquer situação, em qualquer circunstância, independentemente das intencionalidades e da necessidade de politização da arte no sentido de sua vontade de consciência. Porque produz paixões e subversões na disposição dos corpos. E essa atividade não depende desse ou daquele tipo de produção artística, mas está relacionada às formas através das quais tais produtos são olhados. “[...] O que funciona, em certo sentido, é uma vacância” (RANCIÈRE, 2012, p. 61). A noção de estética e seus regimes de visibilidade *contemplam* um sentido político. Articulam percepções e discursos que já vêm engendrados por um regime de pensamento, por um olhar social e histórico. Por isso, quando o autor deflagra a crítica a certa visão determinista da relação entre política e estética nos modos de produção da arte, o que está desvelando é, antes de tudo, uma distinção entre práticas artísticas e a zona dos afetos/sensibilidades.

A estética é a reflexão sobre esta contradição de fundo que torna a Arte autônoma enquanto esfera da experiência, ao mesmo tempo que erradica as fronteiras que separavam os objectos “artísticos” dos objectos e formas da vida prosaica. (RANCIÈRE, 2011, p. 05).

Nesse aspecto, é interessante poder abordar as produções endereçadas a sujeitos dos feminismos com ressalvas em relação aos seus efeitos almeçados. Vale caracterizar o que seria próprio de uma articulação poética feminista – a jovem mulher que vem do Nordeste para São Paulo, fazendo o mesmo percurso que sua mãe 10 anos antes, mas agora com outra meta, mais autônoma e sem subjugar seu sentido de pertencimento –, mas também encontrar as linhas de fuga que não condicionem sua produção a resultados de eficácia, o que me parece deveras restritivo à própria ideia de experiência estética. Esse aporte de Rancière (2011) na relação entre poética e estética abre possibilidades de abordarmos as produções fílmicas ligadas aos feminismos através do regime de pensamento, tal como trago nesse artigo, para trabalhar as zonas de significação do feminismo a partir da minoria e da diferença, qual seja, o interstício, dessa vez entre uma proposta poética e um regime estético, entre realizador/a e espectador/a. Isso me leva a crer que ao pensar filmes feministas contemporâneos não posso estar centrada nem no seu “projeto” nem somente na maneira como é “recebido”, mas na articulação entre as duas coisas. Aí está a potência.

Na aproximação com o devir, considero pertinente indagar, como reflexão em torno do filme “Que Horas Ela Volta?": É possível pensar as imagens através de um devir-feminista? Deleuze e Guattari definem que: “Um devir não é uma correspondência de relações. Mas tampouco é ele uma semelhança, uma imitação e, em última instância, uma identificação” (2012, p. 18). Na abordagem do conceito, amplamente citado na obra de ambos os autores, o *devir* vai sendo definido através de articulações que ponham alguma configuração em trânsito para além dos binômios do *isso ou aquilo*. Pode advir de relações de antagonismo, mas também das afinidades.

Por isso, o devir não faz com que nos tornemos *realmente* outra coisa, mas que estejamos numa iminência, num trânsito, *tornando-nos*. Produz a si próprio como uma alternativa à imitação pura e simples. “O que é real é o próprio devir, o bloco de devir, e não os termos supostamente fixos pelos quais passaria aquele que se torna” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 18). Como sujeitos do devir em cena, Jéssica e Val são, assim, uma condição transitória, sem termos. Isso significa dizer que atravessam a narrativa *passando* de um devir a

outro. Nessa conceituação, ambos os autores trabalham com um princípio de realidade que, tal como define Bergson (apud DELEUZE; GUATTARI, 2012), está nomeado numa experiência vivida onde várias durações conflitantes estão sobrepostas e coexistem. E se comunicam.

Trata-se de uma descrição onde está previsto que são tomadas por afetos para além da instituição de um afeto. Afetos são os devires não humanos que nos atravessam. A partir do que os autores definem como nossa percepção inseridos nas paisagens que experienciamos. Não estamos fora da experiência e por isso somos sempre passíveis de tornamo-nos algo. Ou, nas palavras de Deleuze e Guattari: “[...] Não estamos no mundo, tornamo-nos com o mundo, nós nos tornamos, contemplando-o” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 219). Essa conceituação nos coloca como *parte* desse algo que “se torna” na duração do filme.

Através dessa reflexão, venho propor o *devir feminista*, através das imagens, nomeado nesse trabalho por via do *Que Horas Ela Volta?*, enquanto um caminho que é próprio de uma experiência dos feminismos, não deixando de contemplar sujeitos não mulheres, mas colocando-os em trânsito. Ainda, que o distintivo demarcador dos gêneros possa ser trazido para análise, mesmo que na intenção de sua desconstrução. Como afirmam Deleuze e Guattari (2012), esses devires significam pertencimento a uma máquina de guerra, pois não podemos partir do pressuposto de que esta é privilégio do majoritário. Nesse sentido, pensar as narrativas ligadas aos fluxos de permanências e discontinuidades das mulheres no filme pode ser trabalhar um devir-feminista como potência que incida de assalto na égide de dominação dos sistemas naturalizados como “sendo assim” e vão na direção de um algo incontrolável.

É em busca desse descontrole que propus analisar o filme, entendendo que o incontrolável, o inesperado e o incomensurável são próprios de um *devir-feminista*. Um devir que emerge na indiscernibilidade do que é vizinho e estranho, do eu que caminha em direção do *devir-imperceptível* nas distinções sexo-gênero-desejo. Como postulam Deleuze e Guattari, “O imperceptível é o fim imanente do devir, sua fórmula cósmica” (2012, p. 76). Penso, portanto, o filme apresentado a partir de como propõe a rasura permitindo que saíamos de sua experiência, como espectadores/as, num tempo-espaco transformado. Pensar um devir feminista, assim, nos permite adentrar num devir- todo-mundo, sem o esvaziamento da diferença, mas engendrado nela, fazendo um mundo, ou vários, entre as zonas familiares e indiscerníveis.

Referências

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. DELEUZE, Gilles. **A Ilha Deserta e Outros Textos**. São Paulo: Iluminuras, 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia. Vol 4** São Paulo: Editora 34, 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia. Vol 2** São Paulo: Editora 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **O que é a Filosofia**. São Paulo: Editora 34 1992.

HARAWAY, J. Donna. Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. *In: Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. Pp. 35- 118.

LAURETIS, Teresa de. **Technologies of Gender: essays on theory, film and fiction**. Bloomington and Indianapolis: Indiana Unniversity Press, 1987.

RANCIÈRE, Jacques. **O Espectador Emancipado**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. O Dissenso. *In: NOVAES, Adauto. A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **O que significa estética**. Tradução: R. P. Cabral. *Ensaio publicado no site Ymago Project. In: www.proymago.pt, outubro, 2011*. Disponível em: <http://cargocollective.com/ymago/Ranciere-Txt-2>. Acesso em: 12 mai 2013.

O FEMININO NO CANCIONEIRO DE DOLORES DURAN

Gilvan da Costa Santana
Instituto Federal de Sergipe/IFS
gilvancsantana@yahoo.com.br

Resumo

Precipuamente, intentamos tratar neste trabalho de questões referentes ao feminino na Música Popular Brasileira. Buscamos ver e entender como o gênero feminino se apresenta nas composições de letras de músicas do estilo denominado samba-canção de autoria da compositora Dolores Duran. Para tanto, foram analisadas canções da década de 1950 que traduzem perfis femininos, na perspectiva de discutir e de refletir a respeito de sexualidade e de gênero como uma construção histórica e cultural, pois se estabelece ao correlacionar comportamentos, linguagens, representações, crenças, identidades e posturas. Destarte, procuramos ver o discurso presente nas letras dessas canções a partir de estratégias inter-relacionadas com a maneira de agir e pensar ante/por um ser feminino. Na perspectiva histórico-cultural, as canções de MPB nos soam como processos sociais que não se limitam ao espaço/tempo, mas sim, ao contrário, estendem-se a todos aqueles espaços e tempos sociais imbricados na produção de concepções e de significados. Assim, as letras de música de Dolores Duran – textos líricos, poéticos, artísticos, culturais – são permeadas de uma profunda subjetividade, o que não impede que respondam aos anseios da época em que a autora se insere, representando, inevitavelmente, valores sócio-políticos por meio de relativas convicções, certos arrojados e notadas contradições de um discurso eminentemente feminino.

Palavras-chave: Gênero, Música Popular, AD, *Ethos*, Samba-canção

Introdução

A pesquisa serviu para mostrar uma relação entre gênero e música popular, elemento cultural dentre os mais expressivos do século XX. Toda e qualquer evolução no que tange ao papel da mulher na sociedade, como ela agiu/age ou como ela foi/é vista se deveu/deve a uma luta incessante travada por mulheres em todos os contextos que, insatisfeitas com a ordem social, se rebelaram.

Sem dúvida, foi o século XX que legou ao movimento feminista avanços, compromissos políticos e, conseqüentemente, ressignificações socioculturais. Há de se dizer que, a cada época, se constroem desejos e interesses diversos.

Nesse contexto, fez-se oportuno o estudo de letras de música dos anos de 1950 de autoria feminina, caso raríssimo até então. A partir desse prisma, tornou-se possível estabelecer relações entre gênero e arte (especificamente, o feminino na MPB). Implica dizer que nosso foco se voltou à linguagem artística da canção popular para nortear o estudo de gênero. Por conseguinte, nossa pesquisa buscou na obra da prestigiada compositora do Brasil – Dolores Duran - representações do feminino de estética própria e propiciadoras de debate, por significarem identidade e valores.

Tal postura se justifica por reconhecermos que a música popular desempenha forte papel em nossa sociedade, visto que, a partir de meados do séc. XX, extrapolou a simples função de expressão cultural e mero entretenimento e ganhou importância no plano social e político, como nos mostra Tinhorão (2013).

Entende-se, então, que a música popular acaba por refletir e responder as questões de exclusão/inclusão e retrocesso/progresso do universo feminino. Importa-nos a compreensão da música popular brasileira como campo de ações sociais em que se presentificam relações de gênero marcadas e demarcadas pela tradição patriarcal e/ou pelas conquistas marcadas e demarcadas por posicionamentos feministas em todas as suas possíveis contradições e, preponderantemente, representações.

Em suma, a produção artística denominada de samba-canção, indubitavelmente, trouxe em seu bojo a expressão de aprisionamento, mas também, em certos momentos, de libertação do ser feminino por meio de conquistas feministas. Em outras palavras, buscamos neste estudo discutir possíveis progressos e retrocessos no discurso feminino presente nas letras do samba-canção ao investigar como a compositora-poeta Dolores Duran configura o discurso feminino em suas identidades socioculturais.

Metodologia

Metodologicamente, após a leitura meticulosa dos textos que compuseram nosso corpus - as canções de Dolores Duran - tornou-se viável o estudo concernente a como se pensa, como se vê, como se mostra o ser feminino inserido naquele contexto sócio-político-cultural da década de 1950. Ressaltemos que o foco de abordagem qualitativa foram as identidades construídas sobre o ser feminino em discursos sob a ótica dos estudos de gênero e de *ethos* discursivo.

Em nosso ponto de vista, faz-se mister que uma inter-relação entre os conhecimentos acadêmicos e os da cultura de massa; notadamente, aqui, estamos referindo-nos ao que se convencionou chamar de MPB - Música Popular Brasileira - em sua abordagem concernente ao ser feminino, pois, para Silva (2000), em termos de estudos culturais, conhecimentos, ao se constituírem um sistema de significação, passam a ser considerados culturais. Consoante tal autor, diferentes instâncias e práticas culturais encontram-se na produção de significados que, ao inscreverem nos corpos gestos, atitudes, valores, prazeres e desejos, constituem as pessoas.

Nessa perspectiva, letras de canções brasileiras inscrevem construtos de gênero no corpo, segundo estratégias de poder/saber sobre os sexos. Estamos aqui empregando a expressão poder/saber em um sentido foucaultiano, em que poder e saber estão diretamente implicados, ou seja, “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 1999, p. 27). A partir de então, estabelecemos algumas conexões com os estudos de gênero nas suas vertentes pós-estruturalistas, (VEIGA-NETO, 1995) e com o conceito de *ethos* assimilado pela Análise de Discurso (AD) de linhagem francesa.

Dessa forma, em princípio, o estudo ora definido foi documental, de caráter exploratório e descritivo. “Em particular a pesquisa exploratória é o primeiro estágio de toda pesquisa científica; não tem por objetivo resolver de imediato um problema, mas tão somente apanhá-lo, caracterizá-lo” (RUIZ, 1996, p. 50).

Destarte, julgamos que a abordagem qualitativa esteve de acordo com os métodos de investigação indicados para traçar as metodologias utilizadas na pesquisa, em consonância com o procedimento da Análise de Discurso, na construção de um dispositivo de Interpretação e Compreensão do corpus: colocar o dito em relação ao não dito; o que o sujeito diz em um lugar com o que não é dito em outro lugar; o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir naquilo que o sujeito diz aquilo que ele não diz, conforme Orlandi (2004).

Assim sendo, por meio das letras das canções, buscamos analisar os significados atribuídos à mulher pela instância do discurso por “efeitos de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2004: 49). Para a citada autora, a AD mostra-nos que, através da memória do dizer, deparamo-nos o tempo todo com paráfrases de discursos oriundos de vários séculos de uma cultura judaico-cristã, seguida da cultura greco-romana, chegando essa memória até nossos dias.

Em contrapartida, por intermédio do “esquecimento”, os sujeitos nutrem uma ilusão de que dizem o que nunca fora dito, o que contraria a evidencição de “interdiscurso”. Dito em outras palavras, interessou-nos a percepção da imagem de mulher/feminino explícita e implicitamente detectável nas letras das músicas, buscando compreender qual o paradigma e quais as relações nelas inseridas. Justifica-se, nesse sentido, o emprego dos conceitos de sexualidade/gênero e das contribuições da AD como ferramentas para consecução dos objetivos de tal empreitada.

Discutindo gênero e sexualidade

Se na primeira fase do feminismo buscavam-se direitos civis como o voto e o acesso ao ensino superior; na segunda, buscavam-se reivindicações mais amplas como o direito à sexualidade e à igualdade ante os homens no mercado de trabalho e na vida social. Já a terceira onda do feminismo acontece a partir dos anos 90 e tem-se construído como um momento de consolidação da teoria feminista. Em 1995, aconteceu a IV conferência Mundial sobre a Mulher na cidade de Beijing. Segundo Alvarez (2000), a conferência foi um espaço importante que despertou a atenção para as necessidades das mulheres. Nela foi reconhecido o valor das feministas históricas e se começou a prestar atenção às mulheres dos setores populares. Em Beijing, houve a certeza de que os discursos feministas já fazem parte da sociedade civil.

Em outra via dos estudos de gênero, questionam-se as explicações que outrora se buscava na Biologia para demonstrar o tecido de relacionamentos entre os sexos. As diferenças de pensamento e atitudes de homens e mulheres vistas como naturais passaram a ser tratadas como resultados de entrosamentos socioculturais. O conceito de gênero, assim, começou a ser usado com o intuito de afastar-se do binarismo sexual oriundo das regras naturalizadas pela Biologia.

O construto social em torno do dualismo sexual começa a substituir a distinção de sexo. Algum tempo depois, o conceito de gênero se foi apropriando de outras demandas como a de não ser o gênero apenas produto de uma

construção social, mas, acima de tudo, produto das relações antagônicas ou igualitárias que homens e mulheres mantêm. Nessas relações se inseriu aos poucos outra noção muito cara às feministas, o conceito de poder. A partir, principalmente, dos estudos de Scott, o gênero passou a ser visto como “forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 14).

O termo gênero (gender) espalhou-se entre as feministas de língua inglesa ao longo dos anos 70 como uma maneira de enfatizar a dimensão socialmente construída das identidades individuais e das relações entre homens e mulheres e se contrapôs ao determinismo biológico. Conforme mostra Paulson (2002), nos anos sessenta, muitas mulheres já haviam percebido que pênis ou vagina não devem interferir no direito de votar ou de ser eleito, nas oportunidades de educação e trabalho, isto é, no exercício da cidadania. Faz-se, portanto, importante estudar o conceito de gênero e percebê-lo como essencial para compreender a formação social de homens e mulheres.

Ainda nessa direção, na compreensão de Santos (2013), toda a política feminista que estava centrada na concepção de um sujeito essencial parece passar por uma situação difícil, impossibilitada, talvez, de lutar em nome das mulheres que compõem o mundo. Da mesma forma, Butler (2003, p. 19) mostra que o sujeito é uma “formação discursiva” e afirma também que a concepção de gênero é construída no discurso e pelo discurso. As concepções da feminista Butler concentram-se, segundo Almeida (2008, p. 4), na “forma como a identidade de gênero é construída no discurso e pelo discurso”. Butler (2003) dirá que o sujeito deve ser compreendido como processo ao invés de um sujeito estático – mulher ou mulheres – como querem as feministas.

Por isso tudo, em nosso estudo, incorporamos o entendimento da sexualidade como uma construção histórica e cultural constituída nas experiências de vida das pessoas, entre elas as vivenciadas no espaço da arte de consumo por massas, leva a refletir sobre imagens da sexualidade feminina, em busca de seu entendimento como um dispositivo que articula saberes/poderes na sociedade. Para Foucault, a sexualidade é o nome que pode ser dado a um dispositivo histórico:

Não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências

encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e de poder. (1997, p. 235)

Dessa forma, práticas e discursos constituem ou transformam a experiência de si, dando voz ao próprio mundo e se afirmando como agentes sociais ativos com vontade e propósito, podendo começar a transformar o sentido de experiências. Segundo Foucault (1999), desde a época vitoriana, a sexualidade ficou limitada ao interior da casa - ao quarto dos pais -, único lugar onde era reconhecida, e sua função era a reprodução. Aquela que não se enquadra nessas regras deve ser punida severamente. Essa prática aparentemente anacrônica ainda se apresenta de diferentes modos e graus funcionando em diversas instâncias sociais.

Porém, acrescenta-se a essa realidade a influência das práticas feministas no discurso feminino/feminista. Sob esse prisma, encontramos a produção musical de Dolores Duran como verdadeiro manancial no que tange a um dimensionamento e redimensionamento acerca de questões envolvendo feminino/feminismo de forma muitas vezes inconsciente e antecipadora do que se convencionou de “ondas” do feminismo.

O feminino no cancionário de Dolores Duran

A partir de todo esse percurso anteriormente verificado ao tratar questões de gênero e sexualidade, ressaltamos que queremos mostrar uma relação entre gênero e música popular, elemento cultural dentre os mais expressivos do século XX. Assim, interessou-nos verificar como se pensa e como se vê o ser feminino nessas composições. Nesse bojo, letras de música popular refletem tais aspectos e vicissitudes no *ethos* expresso nas composições.

Convém frisar que a Análise de Discurso incorporou hodiernamente o termo aristotélico *ethos* para representar a imagem do enunciador criada no momento da enunciação, na instância do discurso oral e/ou escrito na interação com seus enunciatários inseridos num contexto sociocultural pré-definido e marcado por estereótipos, isto é, conceitos pré-concebidos, paradigmáticos, da memória coletiva.

Assim, a construção da imagem feminina evidente nas letras de canções de Dolores Duran é marcada por estereótipos em relação ao *ethos* discursivo. Trata-se, como já dito, de imagens preestabelecidas na sociedade. Tal concepção está pautada nos costumes, na perspectiva inerente ao orador que já prevê

os caracteres de seu público ante o discurso. Nesse sentido, Amossy (2008) considera que a construção discursiva do *ethos* atende a um jogo especular, pois orador reflete uma imagem e, concomitantemente, se reflete na imagem do auditório. Isso explica reciprocidade e dialogismo na relação *ethos/pathos*.

Nesse sentido, o estilo musical denominado samba-canção nos remete de imediato à presença de uma imagem da mulher passiva, devotada ao seu marido e “senhor”, a mulher abandonada por seu amante, suplicando por ele. Salientemos, inclusive, que foi somente na década de 1950 que se sobressaíram as duas únicas compositoras de destaque na música popular brasileira, décadas após a pioneira Chiquinha Gonzaga: Dolores Duran e Maysa.

Em nossa pesquisa, constatamos que parte significativa da obra de Dolores Duran representa a tradição bem característica do samba-canção, consoante o que já afirmamos. Trata-se da típica música de fossa, da dor de cotovelo. Estão os dois epítetos mais empregados para representar metaforicamente as canções que traduzem o exacerbado sofrimento causado pelas dores de amor. Vejamos excertos das mais famosas letras poéticas de Dolores Duran (cujo pseudônimo já nos remete a Dores que Duram sem fim), conforme nos explica Matos (2005).

Ah, eu quero o amor, o amor mais profundo
Eu quero toda beleza do mundo/para enfeitar a noite do meu bem/
Ah, como este bem demorou a chegar/Eu já nem sei se terei no
olhar
Toda pureza que eu quero lhe dar
(A Noite do Meu Bem)

A nossa casa, querido/Já estava acostumada
Aguardando você/As flores na janela sorriam, cantavam/Por causa
de você/Olhe, meu bem/Nunca mais nos deixe, por favor/Entre,
meu bem, por favor/Não deixe o mundo mau/Lhe levar outra vez/
Me abrace simplesmente/Não fale, não lembre/Não chore, meu
bem./
(Por causa de você)

Um belo dia a gente entende que ficou sozinha
Vem a vontade de chorar baixinho/Vem o desejo triste de voltar/
Você se lembra, foi isso mesmo que se deu comigo/Eu tive orgu-
lho e tenho por castigo/A vida inteira pra me arrepender/Se eu

soubesse/Naquele dia o que sei agora/Eu não seria essa mulher
que chora/Eu não teria perdido você
(Castigo)

Ai, a solidão vai acabar comigo/Ai, eu já nem sei o que faço e o
que digo/Vivendo na esperança de encontrar/Um dia um amor sem
sofrimento
Vivendo para o sonho de esperar/Alguém que ponha fim ao meu
tormento/Eu quero qualquer coisa verdadeira/Um amor, uma sau-
dade,/Uma lágrima, um amigo/Ai, a solidão vai acabar comigo
(Solidão)

Ai, a rua escura, o vento frio/Esta saudade, este vazio/Esta vontade
de chorar/E o desencanto de esperar/Sim, eu não te amo porque
quero/Ah, se eu pudesse esqueceria/Vivo, e vivo só porque te
espero
Ai, esta amargura, esta agonia
(Ternura Antiga)

Deixa que eu te dê meus olhos/para que tu chores sempre que
sofreres/o que eu quero é ficar a teu lado/e te amar sempre, sem-
pre/sem nada pedir/
(Leva-me Contigo)

Dá-me, Senhor/Uma noite sem pensar
Dá-me Senhor/Uma noite bem comum
Uma só noite em que eu possa descansar
Sem esperança e sem sonho nenhum
Por uma só noite assim posso trocar
O que eu tiver de mais puro e mais sincero
Uma só noite de paz pra não lembrar
Que eu não devia esperar e ainda espero.
(Noite de Paz)

Corroborando o que já afirmamos, analisando as letras das canções acima, percebemos a configuração de *ethos* e estereótipos muito bem definidos. Os textos poéticos ora destacados se inserem no que Amossy (2008) define como

a representação cultural preexistente numa sociedade, o que define o *ethos* pré-discursivo. Assim, podemos inferir que a imagem feminina que se configura nas letras de música acima apresentadas corresponde ao que o enunciador entende como sendo aceitável, compreendido e em perfeita sintonia com a ideologia de seu público (co-enunciador) e com a sua própria. Tal conceito se ratifica a seguir:

Numa representação construída pela opinião pública, os antecedentes morais, éticos e as atribuições de caráter formariam uma imagem, antecipadamente construída pelo auditório, capaz de afetar e de condicionar aquela que o próprio enunciador constrói de si em seu discurso. (FERREIRA, 2010, p. 91).

Destarte, por meio das canções aqui apresentadas, chegamos às representações do ser feminino eivado de estereótipos e marcado pelo contexto sócio-histórico; reiteraões dos discursos patriarcalistas erguidos durante muito tempo na história do Brasil.

Mas essa estereotipagem construída tem sido questionada, desconstruída, ainda que se ergam no lugar, por vezes, construções tão machistas quanto as anteriores. Em outras palavras, há uma espécie de culpabilidade assumida, punição desejada e resignação contumaz que se imputa ao ser feminino, pior ainda, essas posturas são assimiladas e absorvidas pelo *ethos* feminino: cabe-lhe punição e sofrimento como forma de mostrar a superioridade masculina e a inferiorização, ou até ausência de autoestima femininas.

Não podemos deixar de constatar o fato de que as canções de Dolores Duran são marcadas pelo forte lirismo e pelo alto grau de poeticidade. Assim, no texto lírico importa como o sujeito enunciador vê o mundo, percebe-o e mergulha nele. Nesse mergulho o *ethos* partilha com o enunciatário o que vê, o que sente e o que pensa, porquanto o lírico se faz sobre um fundo subjetivo. O centro de sua atenção é o eu expresso nas emoções que refletem o interior.

É fundamental, portanto, conhecer a memória do dizer que chega dia-cronicamente desde os conceitos culturais primitivos, greco-romanos, judaico-cristãos, interferindo num Brasil colonial, imperialista e, até, republicano. Sob esses aspectos, os discursos sobre mulheres e, até, por mulheres, foram, como percebemos nos textos analisados, construídos e enraizados historicamente de tal forma que afetam a imagem e a posição do ser feminino em cada contexto sociocultural interdiscursiva-mente.

Ainda nessa perspectiva, Mariano (2012) vê *ethos* enunciador constituir-se não apenas de individualidade, mas também se configurar como social e coletivo por ser ideológico dentro de um contexto político-histórico. Trata-se de imagens preestabelecidas na sociedade - fenômeno nomeado por uma corrente de autores como *ethos* prévio. Em assim sendo, a partir de elucidações teóricas, constatamos a facilidade em se retratar por meio do samba-canção o ser feminino submisso, subserviente, vitimizado, subjugado pelo sistema patriarcal-cristão-ocidental.

Como visto, inserida nesse contexto, a mulher se mostra resignada, subserviente, culpada e merecedora da punição (castigo) à qual se submete, como sendo algo normal e, até, natural para os padrões, sobretudo do contexto que marca a produção do samba-canção. Nesse sentido, a concepção coletiva da sociedade burguesa patriarcalista e machista na sociedade brasileira de muitas décadas viu como “natural” para os cantores e cantoras, compositores e compositoras interpretar e criar músicas que assumem tal perfil feminino.

Nesse âmbito, o perfil feminino sofre, desabafa, assume uma posição de profundo sofrimento, amargor e autocomiseração. Assim, as composições aqui em foco certamente demonstram aspectos de um lirismo em seus diversos matizes: o saudosismo, a evasão lírica, a paixão avassaladora. Implica dizer que a canção de viés romântico, em sua vertente denominada samba-canção, traz o amor que parte de um lirismo ameno e que pode chegar até um lirismo exacerbado marcado pelo amor sofrido, derrotista e, até, trágico. Mesmo quando se trata de enunciador/*ethos* feminino.

Daí por que nos excetos das canções acima ao ser feminino, devotado e dedicado ao homem amado e ausente, resta desabafar, lamentar, lamuriar-se, orar, chorar, suplicar. Ressaltemos que não consideramos aqui compositores/ autores reais como *ethos*, mas, sim, como enunciadores discursivos. Talvez pela falta de discernimento do que vem a ser autor em relação a enunciador, tenha-se cristalizado a ideia de que Dolores Duran era uma mulher sofrida, triste, repleta de desilusões amorosas e fracassos sentimentais, inevitavelmente refletidos e representados em sua obra.

Essa não é a perspectiva incorporada pela AD e, vale frisar, estudos mais recentes sobre a biografia da compositora-poeta, como os de Faour (2012) e Castro (2015), ao contrário do que diz Matos (2005) ressignificaram sua imagem e comprovaram que Dolores era uma mulher solar, alegre, sorridente, de vários amores e sem talento para passar muitos dias “curtindo” desilusões amorosas, bem ao contrário do enunciador presente em sua obra, na vertente mais tradicionalista e mais difundida de seus sambas-canção ora apresentada.

Contrariando quase tudo que foi dito durante décadas sobre os sambas-canção de Dolores Duran, considerados representativos de uma mulher triste, desolada, sorumbática, tipicamente vitimada por um amor de um homem que a abandona, despreza, castiga, temos a seguir alguns exemplos dentre muitos que fazem parte do cancionário da poeta.

Eu desconfio/Que nosso caso está na hora de acabar./Há um adeus em cada gesto, em cada olhar,
O que não temos é coragem de falar./Embora juntos,/cada qual tem seu caminho./E já não temos nem vontade de brigar../Tenho pensado,
E Deus permita que eu esteja errada./Ah, eu estou.
Eu estou desconfiada/que o nosso caso está na hora de acabar...
(Fim de Caso)

Eu gosto de você/Mas não esqueço,
De tudo quanto valho e mereço
Não pense que se você me deixar
A dor será capaz de me matar.
De um verdadeiro amor/Não se aproveita,
E não se faz, senão aquilo que enobrece,
Depois ele se vai,/A gente aceita,
A gente bebe, a gente chora,/Mas esquece!
(Ideias Erradas)

Se é por falta de adeus/Vá se embora desde já
Se é por falta de adeus/Não precisa mais ficar
Não precisa iludir/Nem fingir e nem chorar
Não precisa dizer/O que eu não quero escutar
Não é preciso ficar/Nem querer enganar
Só por falta de adeus
(Se é por falta de adeus)

Tem uns que são fracos, que dão pra beber/Outros fazem samba e adoram sofrer/Tem apaixonado que faz serenata/Tem amor de raça e amor vira-lata

Amor com champagne amor com cachaça/Tem homem que briga
pela bem-amada/Tem mulher maluca que atura porrada/Tem quem
ama tanto que até enlouquece/Tem quem dê a vida por quem não
merece/Tem gente que jura que não volta mais
Mas jura sabendo que não é capaz/Tem gente que escreve até
poesia/E rima saudade com hipocrisia
Tem assunto à beça pra gente falar/Mas não interessa o negócio é
amar
(o negócio é amar)

É de manhã, vem o sol/Mas os pingos da chuva que ontem caiu/
Ainda estão a brilhar/Ainda estão a dançar/Ao vento alegre que me
traz esta canção/Quero que você me dê a mão/Vamos sair por
aí/Sem pensar no que foi que sonhei/Que chorei, que sofri/Pois a
nossa manhã/Já me fez esquecer/Me dê a mão, vamos sair pra ver
o sol/ (Estrada do Sol)

Quando afirmamos que o *ethos* evidente na obra de Dolores Duran é feminino, estamos nos referindo ao construto social em torno do dualismo sexual que substituiu a distinção entre sexos, consoante vimos ao discutir as questões de gênero. Podemos afirmar que nunca antes na história da música popular houve destaque e sucesso retumbante para uma produção eminentemente feminina em termos de autoria/interpretação/ enunciação.

Mesmo que não intencionalmente, pois nunca houve filiação da poeta a movimentos feministas, as canções ora destacadas, a despeito do que se pensa e conhece do cancionário pertencente ao gênero samba-canção, não seguem o paradigma de dor e sofrimento feminino em nome do amor. Pelo contrário, encontramos aí uma perspectiva que extrapolou o já cristalizado conceito de tal gênero musical como excessivamente triste e dramático:

Nessas canções, Dolores Duran põe à baila o conceito de gênero não mais como apenas produto de uma construção social, mas, acima de tudo, produto das relações antagônicas ou igualitárias que homens e mulheres mantêm. à custa de muita luta feminina por uma imagem emancipatória da mulher que nega o *ethos* prévio que tipifica toda uma tradição sócio-cultural, incorporada pela cultura de massa, representada, nesse estudo, pela música popular, propagada pelo rádio e pela recém-chegada televisão naquela década.

Implica dizer que, bem diferente do ethos feminino que nos vem à mente em primeiro plano, quando falamos em samba-canção, conforme visto anteriormente, representado por um enunciador – mulher que vive à espera e sob caprichos do homem, nos excertos destacados agora há uma vertente, um tanto ignorada, apesar de as canções serem infinitamente regravadas durante já cinco décadas, gozando todas elas de enorme prestígio e popularidade por parte dos especialistas e dos aficionados pela denominada MPB, consoante o que nos diz Faour (2012).

Trata-se da vertente da obra de Dolores Duran um tanto vanguardista e feminista, mesmo que não intencionalmente: as letras das canções desse momento sociocultural retratam uma mulher que não estava mais disposta a esperar pelos caprichos do homem e proclama sua libertação.

Talvez tenha sido essa postura que fez de Dolores a precursora e o maior nome feminino do estilo que tanto influenciou outros gêneros e compositores/as em décadas posteriores. Assim, o sujeito feminino dessas letras de samba-canção modifica discursos sexistas e discriminatórios ao invés de reforçá-los, como de praxe em se tratando desse gênero musical.

Por conseguinte, a partir da análise dessas canções, foi viável discutir e refletir a respeito da sexualidade como uma construção histórica e cultural que, ao correlacionar comportamentos, linguagens, crenças, identidades e posturas, inscrevem tais construtos no corpo, segundo estratégias de poder/saber sobre os sexos, numa perspectiva foucaultiana., em que poder e saber estão diretamente implicados.

A imagem discursiva de mulher presente nas canções aqui analisadas, pois, de certa maneira, antecipa o que se chamou de segunda onda do feminismo, décadas de 1960/1970, resultado do progresso educativo das mulheres. É citado como marco desse processo o livro de Simone de Beauvoir – O Segundo Sexo. Se na primeira fase do feminismo buscavam-se direitos civis como o voto e o acesso ao ensino superior; na segunda, buscavam-se reivindicações mais amplas como o direito à sexualidade e à igualdade ante os homens no mercado de trabalho e na vida social.

Contudo, não podemos afirmar com isso que não houve letras de música com tom feminista ou libertador antes dos anos 1960; houve, sim, como constatamos neste estudo da obra de Dolores, antecipadora do que viria a ser moda na MPB a partir das décadas de 1970 e 1980, em que o discurso emancipatório feminino deixa de ser exceção e passa a ser normalidade, graças ao surgimento de diversas compositoras, mesmo que ainda representando uma minoria ao

compararmos com o número de compositores e de mulheres que cantam, mas não compõem.

Notamos, portanto, que na obra de Duran a formação discursiva sofre uma alteração de sentido, pois a mulher sai da posição cristalizada de objeto e se assume sujeito. Rompe-se, assim, o estereótipo sócio-histórico de mulher “obrigada” a sofrer, a chorar resignada, pois esse é o discurso de aceitação das regras impostas pela tradição.

Conclusões

Na pesquisa, buscamos entender e interpretar as identidades de gênero tipificadas na figura da mulher no contexto de meados do século XX em seu construto significativo internalizado, o que se traduz por visões políticas e históricas arraigadas na sociedade brasileira.

Esses discursos presentes nas canções circulam no imaginário do grande público. Destarte, tal construção histórica e cultural de composições artísticas acaba por reconhecer ou, às vezes, negar os discursos e as estratégias que atuam na constituição do perfil feminino. Tal possibilidade dicotômica só é vista por parte de compositoras prototípicas e raras, em termos de autoria, como no samba-canção, cujo referencial emblemático está em Dolores Duran.

Por fim, a pesquisa serviu para destacar determinadas práticas discursivas que configuram discursos cruzados e entrecruzados no universo das relações de gênero e que apontam para a existência de vozes ora concordantes ora dissonantes em termos de sociedade instituída em seus recuos e/ou progressos.

Trata-se, logo, da necessidade investigativa concernente à complexidade das relações de poder das tensões entre sexo e gênero, ruptura e tradição, desejo e opressão, inseridos na expressão artística, notadamente, de maior alcance, apreciação e “consumo” por parte dos diversos estratos sociais do Brasil.

Tudo isso considerando a importância das práticas discursivas na (re)construção e (re) configuração dos sujeitos sociais, buscando entender como o feminino se tem mostrado e representado nas composições de letras de músicas desse estilo e dessa compositora no cancionário nacional.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, J. S. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. UNESP: São Paulo, 2008.

ALVAREZ, S. E. A globalização dos feminismos latino-americanos. In: Sônia E. Alvarez; Evelina Dagnino e Arturo Escobar (org.) **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Novas Leituras. Ed UFMG: Belo Horizonte: 2000, p. 383-426.

AMOSSY, R. 'Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso'. In: AMOSSY, Ruth. (Org.) **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 1ª ed. 1ª reimpressão. Contexto, São Paulo, 2008.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

CASTRO, R. **A noite do meu bem: a história e as histórias do samba-canção**. Companhia das letras, São Paulo, 2015.

FAOUR, R. **Dolores Duran: a noite e as canções de uma mulher fascinante**. Ed. Record, Rio de Janeiro, 2012.

FERREIRA, L. A. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**. Contexto, São Paulo, 2010.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault - uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1999.

_____, **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Graal, Rio de Janeiro: 1997.

MARIANO, M.R.C.P. O ensino da argumentação na antiguidade e em um livro didático atual. In: **Revista eletrônica de estudos integrados em discurso e argumentação**. Ilhéus: UESC, n. 3, p. 104-116, nov. 2012.

MATOS, M.I.S. **Dolores Duran: experiências boêmias em Copacabana nos anos 50.** 2 ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2005.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos.** Pontes, Campinas/SP, 2004.

PAULSON, S. **Sexo e Gênero Através das Culturas.** UFPE, Curitiba, PR, 2002.

RUIZ, J. Á. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SANTOS, E. F. **Gênero, educação profissional e subjetivação: discursos e sentidos no cotidiano do Instituto Federal de Sergipe.** Tese (Doutorado em Educação), UFS, 2013.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**, Porto alegre, 1989, p. 5-22.

SILVA, T.T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Vozes, Petrópolis: 2000, p. 73-102.

TINHORÃO, J. R. **História social da música popular brasileira.** 2. ed. São Paulo :34, 2013.

VEIGA-NETO, A. Michel Foucault e educação: há algo de novo sob o sol? In: Alfredo Veiga Neto (org) **Crítica pós-estruturalista e educação.** Sulina, Porto Alegre, 1995. p. 9-56.

A EXPERIÊNCIA ESTÉTICA EM SÍNCOPE: UM ROTEIRO DE ESCUTA NO FEMININO

Helen Campos Barbosa
Universidade Federal da Bahia – UFBA/FACOM.
helenjornalismo@gmail.com

Resumo: O presente trabalho discute composições de padrões de experiências estéticas individuais ou coletivas que se estabelecem a partir de uma relação entre saberes, poderes e as nossas subjetivações (práticas de si). Para tanto, propõe a interpretação de distintas esferas: 1 - Naturalização de uma audibilidade específica (opções estéticas e poéticas das propostas musicais abordadas); 2 - Produção simbólica/valorativa partilhada socialmente (álbuns, discursos críticos, etc.); 3 - Construção de uma imaginação auditiva (identificação e interpretação das diversas variáveis que compõem trilhas musicais afetivas perpassando as performances de gênero e questões étnico-raciais por exemplo).

Palavras chave: Experiência; imaginação auditiva; performance; gênero;

Manual da usuária (o) (Introdução):

Eu já tinha ouvido aquele CD algumas vezes. E já nem lembro em qual delas, certa canção em especial passou a “chamar” minha atenção. Passei a ouvi-la separadamente das demais canções do álbum, de modo mais cuidadoso e analítico. Trata-se do tema *Sonhando* gravada por Anelis Asumpção, composição de Karina Buhr. Inicialmente escuto uma curta abertura de instrumentos de sopro, que passam uma ideia de anúncio, eles são logo substituídos por uma percussão, ouço outra e outra vez, é na verdade uma bateria sincopada. Para entender a síncope, marco o tempo forte dessa célula rítmica batendo com a mão sob a mesa e vou reparando o que soa entre cada tempo forte. A síncope é o deslocamento entre um tempo forte e um tempo fraco na música. Esse padrão rítmico vai sendo repetido diversas vezes até passar a ser acompanhado por uma linha de baixo grave que segue fazendo um *riff* junto com a guitarra. A partir desse momento percebo uma nítida referência à sonoridade de Fela Kuti. A ficha técnica do CD me indica que além da bateria de Bruno Burque, foi utilizado um *sample* tirado da música *Mr Grammaticologylism Is The Boss* do disco *Monkey Banana* de Fela Kuti.

Eu fiquei realmente intrigada com o modo como esse reconhecimento ocorreu tão tardiamente para mim. Eu geralmente ouvindo todas as canções do CD quase como uma música única, apesar das singularidades e gritantes diferenças entre si no que dizem respeito aos diferentes diálogos e referências que ela faz em cada canção, ainda assim naturalizei o som a tal ponto que demorei a me dar conta de singularidades como essa, que discorro acima. Isso me leva às três questões sobre as quais buscarei entrelaçar a análise das canções *Sonhando* e *Taratá*, composição de Clementina de Jesus, interpretada por Clementina e Tetê Espíndola. São elas: 1 - Naturalização de uma audibilidade específica; 2 - Produção simbólica/valorativa partilhada socialmente; 3 - Construção de uma imaginação auditiva.

Quando penso a música enquanto uma esfera de participação e não apenas enquanto um lugar de representação assumo que acredito em sua materialidade constituída como algo palpável. E enquanto uma “coisa do mundo” é produzida também numa relação de reconhecimento e identificação, no entanto, isso não necessariamente ocorre a partir de um processo interpretativo. Como uma experiência encarnada/corporificada a música “... atinge os nossos corpos a despeito do que possamos interpretar acerca da melodia em execução” (Gumbrecht, 2010). Nesse sentido me proponho nesse artigo, fazer um estudo

de duas canções da música popular massiva brasileira¹ a partir das articulações possíveis nos conceitos de performance nas três questões acima explicitadas.

O conceito nos ajuda a localizar e discutir o lugar da experiência dos sujeitos com as materialidades musicais. Nesse sentido tensiono o conceito *experiência* a partir da perspectiva de três autores, bell hooks (1995) Giorgio Agamben (2008) e em Jonh Dewey (2010). Pensar a experiência musical a partir dessa problematização pressupõe incluir no estudo, relações de gênero, sexualidade, geração, classe, raça e etnia² e corporalidades em repertórios musicais. Para fins metodológicos nesse texto, onde desenvolvo preliminarmente tais proposições, escolherei apenas gênero e raça. A análise seguirá um roteiro de escuta fundamentado nas práticas de percepção musical que inclui desde contextualização geral da canção com suas condições de gravação e seus aspectos técnicos, até composição e aspectos composicionais, de performance, estilo e gênero musical. Jorge Cardoso Filho afirma que a “canção midiática pode ser caracterizada como um produto cultural do campo não hermenêutico e indicar modos de estudar essa manifestação expressiva a partir dos tipos de experiência que se conformam” (CARDOSO FILHO, 2009, p.81).

A dimensão poética da canção me possibilita observar e refletir quanto aos elementos agenciados durante a experiência com os objetos. A estrutura do objeto artístico musical, como um álbum, por exemplo, quando “soa” para mim enquanto uma expressão única, não deixa de articular elementos como melodia e letra, dois elementos importantes, mas não exclusivos, a música como manifestação expressiva, segundo Janotti Júnior (2007), deve ser observada também [...] tanto a sua configuração plástica das expressões musicais quanto às estratégias discursivas de construção da imagem pública dos atores da música contribuem

1 “Mas apesar de relevante, a distinção entre a cultura popular, aquela produzida e difundida de maneira independente dos grandes conglomerados multimidiáticos e cultura pop, que englobaria a cultura midiática surgida no século XX, acarreta algumas dificuldades, tendo em vista que também é popular o ato de comentar, ouvir e valorar o universo pop. Mas vale ressaltar que a cultura pop também é relacionada, em terras brasileiras, aos fenômenos que colocam em destaque a comunicação gerada pelos conglomerados multimidiáticos no pós-guerra...” (CARDOSO FILHO, JANOTTI, 2006, p.2).

2 “O conceito de etnia, embora esteja intimamente relacionado ao conceito de raça, difere um pouco, no sentido em que se refere a uma base social de grupo. Etnia diz respeito a questões de pertencimento (eticidade), se referindo aos chamados grupos étnicos e religiosos, como por exemplo grupo de judeus, muçulmanos ou mesmo de latinos, enquanto categoria racial/étnica, além é claro, dos grupos indígenas, etc. Estes não estão necessariamente diferenciados pelas características fenotípicas, mas pela noção de pertencimento a um determinado grupo” (ROSA, 2009, p.42).

para o processo de produção de sentido da música popular massiva, em uma espiral de sentidos que engloba marcas presentes na materialidade dos produtos musicais e seus posicionamentos na cultura midiática (JANOTTI, 2007, p.6). Corpo, gestualidade e situação entram enquanto aspectos importantes nessa observação do autor, um esforço no qual Cardoso Filho chama de uma certa corporalização na avaliação musical (CARDOSO FILHO, 2009, p.82).

Essa corporalização da voz é muito expressiva na canção *Taratá* interpretada por Clementina de Jesus e Tetê Espíndola. A voz de Clementina, por exemplo, nos convoca a imaginar uma tradição oral que soa midiaticamente. Quando a escuto aciono uma memória de manifestações orais como as das *Ganhadeiras de Itupã*, ou de como as sambadeiras do *Samba de véio* da Ilha de Massangano (Localizada no Vale do São Francisco) cantam dançando em suas rodas de samba³. *Sonhando* convoca também essa memória, mas de um outro lugar, quando ouvimos o refrão da canção, nesse momento Anelis está acompanhada de Karina Buhr e Flavia Maia nos vocais, Karina e Flávia são cantoras e percussionistas que atuaram no grupo *Comadre dona Fulozinha* onde as mulheres interpretam canções que tinham como principal influência as cantigas e os ritmos regionais do Nordeste. Elas fazem ecoar os cantos de trabalho da tradição oral, mas a partir de suas vivências com as brincadeiras e os cortejos de rua de grupos tradicionais de Pernambuco, como o Maracatu Piaba de Ouro, Afoxé Ylê Egbá, Maracatu Estrela Brilhante, entre outros⁴.

Integra então no roteiro de escuta aqui proposto, também os elementos musicais: Instrumentação escolhida (textura⁵ – quais instrumentos presentes na gravação). Desse modo intenciono uma análise que se interesse menos numa compreensão interpretativa de uma obra, num “*continuum* existente entre o intuito do artista e a interpretação do espectador” (Rancière APUD Marques, 2014, p.64). E com mais interesse em observar em que medida as opções

3 Sobre a música de rua (cantos de trabalho) enquanto prática comunicativa escrevi o artigo: “A música de rua no comércio informal de Salvador – BA como agenciadora de identidades: das negras de ganho às modernas mídias urbanas” apresentado no XIII Encontro da ABRALIC, disponível nos anais do evento http://www.editorarealize.com.br/revistas/abralic/trabalhos/1cd92b19db058a5a7db-16c97dffafb20_378_138_.pdf.

4 Informações obtidas no Dicionário Cravo Albin, disponível em: <<http://www.dicionariompb.com.br/comadrefulorzinha/dados-artisticos>>

5 Textura musical é um elemento fundamental da percepção e fruição musical, indiferentemente de estilo segundo (NETO, 2007). Assim, textura pode ser compreendida como a maneira como os sons são organizados em uma música.

estéticas numa canção podem, por exemplo, desestabilizar/estabilizar “paisagens homogêneas” contribuindo para “... desenhar uma paisagem nova do dizível, do visível e do factível. Elas forjam contra o consenso outras formas de sentido comum, formas de um sentido comum polêmico” (RANCIÈRE, 2010a, p.77). Penso assim, que é nesse lugar dissensual que é possível pensar em modos de subjetivação (práticas de si). As práticas de si constituem uma ética que não se deixa reduzir às interdições dos dispositivos⁶. “A arte não deve visar a uma transformação do mundo, mas da relação entre os sujeitos que constroem e partilham um mundo. Qualquer poder de transformação supõe uma redistribuição imaginária dos lugares, uma mobilidade ininterrupta das situações subjetivantes” (MONDZAIN, 2011, p.110). Nas duas canções aqui analisadas podemos perceber a voz das cantoras numa dimensão física presentificada por um corpo circunscrito num contexto sócio cultural.

É válido dizer ainda que buscando fugir do dualismo entre forma e substância o presente texto experimenta a escrita na primeira pessoa indo ao encontro de uma escrita que possibilita uma “performatividade” do ‘eu’. Sobre a escrita performática Della Pollock (1998) afirma que é quando a escrita torna-se seus próprios meios e fins, recuperando-se em si mesma a força de ação. Desse modo, a escrita performática gira a partir de novos modos de subjetivação e até mesmo de referencialidade. Ela não é um gênero ou forma fixa (como um modelo textual pode sugerir), mas enquanto uma prática fundamentalmente material, ela é também, uma forma de enquadramento.

Um roteiro de escuta no feminino

O roteiro de escuta que proponho inspira-se na metodologia utilizada pela pesquisadora Laila Rosa (2009) em seus estudos realizados no contexto religioso do culto da jurema na Nação Xambá em Olinda, Pernambuco. Ela defende um olhar feminista quanto aos estudos de performance, afirmando

6 Giorgio Agamben (2009) define dispositivo: “Generalizando posteriormente a já bastante ampla classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os seres viventes. (...) a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, o telefones celulares e – por que não – a própria linguagem, que talvez é o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem se dar conta das conseqüências que se seguiriam – teve a inconsciência de se deixar capturar” (AGAMBEN, 2009, p.40-41).

que o mesmo, partindo de um saber localizado, conforme nos provoca Donna Haraway (1995), permite olhar a construção do conhecimento como prática política, e, observa e interpreta o entrelaçamento dos sujeitos, entidades espirituais, desejos, afetividades, representações de gênero, relações de poder e a música. A autora chama atenção para o amplo uso da performance enquanto conceito teórico em diversas áreas do conhecimento das ciências humanas e das artes mas ainda com olhar que não privilegia os sujeitos envolvidos:

No entanto, percebi o quanto um caráter teórico um tanto genérico de performance ainda persiste, ou seja, um olhar que privilegia um produto (composição, execução musical de uma obra) ou mesmo processos (contextos de ensino-aprendizagem, etnográficos e musicais, etc.) sem tocar especificamente nos sujeitos que elaboram os mesmos a partir dos recortes de gênero, étnico-racial, de sexualidade, classe, geração e outros (ROSA, 2009, p.84).

Sobre os estudos de performance, Laila Rosa provoca questionamentos quanto a “outras possibilidades de incursões, reflexões e abordagens que procurem também exercitar reimaginar teorias de performance” (2009, p.84). Ela propõe assim, pensar a música e a performance também enquanto relação afetiva. Desse modo existe a possibilidade de construir um estudo que não se dirija apenas aos aspectos musicais, mas também aos extra musicais como aspectos vocais, falas e performance de gênero. Chamando atenção para o pioneirismo de MCCLARY (2002) nos estudos que envolvem representações de feminilidade na música Europeia Ocidental e nas ausências de metodologias específicas para trabalhar com a relação feminismo -música e das políticas sexuais e música, Laila Rosa baseada na proposta de MCCLARY propõe uma abordagem que apresento aqui, apenas dois aspectos, já com algumas adaptações para a análise que farei:

1 - *Construções musicais de gênero e sexualidade* – considerado pelas autoras como um dos aspectos mais óbvios da crítica feminista. Diz respeito a observar/interpretar as assimetrias de gênero nas agendas musicais, geralmente consideradas masculinas e femininas;

2 – *Estratégias discursivas de mulheres musicistas* – “sobre os obstáculos que as mulheres em geral encontram para participar do

produto musical como um todo. Fala sobre as mulheres compositoras e o espaço que estas vêm ocupando no cenário musical, assim como da importância de se analisar as convenções discursivas sobre música e sobre as diferentes participações de homens e mulheres, visibilizando a atuação feminina” (MCCLARY APUD LAILA, 2000, p.18 – 19).

Taratá – O dueto Mãe Quelé e Tetê Espíndola

“Uma, é rainha ginga da música brasileira. A que traz o canto e o banzo dos ancestrais africanos. Pixinguinha de rendas. A outra, é uma voz rara dos pantanais, com pássaros na garganta. Em épocas diferentes saíram por esses Brasis divulgando a nossa música dentro do carinhoso projeto. Uma carrega séculos de música. A outra vem carregando um verde pantanal povoado de aves raras. Pássaros hoje se toca as asas. Mãe Quelé Clementina de Jesus e Tetê Espíndola.”

Esse texto é narrado por uma voz em *off* na abertura do vídeo onde Clementina de Jesus faz um dueto com Tetê Espíndola. *Taratá* integra o terceiro disco de Clementina de Jesus, lançado em 1973 com o título *Marinheiro Só*. A imagem que vejo é de uma mulher, velha, negra, com uma voz grave e firme que entoia “a capela”:

Taratá crioula de taratá
Ôh de taratá crioula de taratá
Ôh de taratá crioula de taratá
Em terra que não tem dono eu gostá de taratá

Clementina faz uma pausa e com uma expressão no rosto como se estivesse à espera de uma resposta dirige-se a Tetê Espíndola que atende cantando:

Taratá, Taratá

Clementina prossegue:

E em terra que tem minhoca eu gostá de cavucá...

Tetê Responde:

Cavucá, cavucá...

Clementina segue “Ô de taratá, criôla, de taratá...”. Cantora e Compositora, Clementina começou sua carreira profissional na música aos 63 anos de idade, quando foi convidada pelo compositor Hermínio Bello de Carvalho, em 1963, que passou a ser seu produtor. Nascida em Valença, no interior do Estado do Rio de Janeiro, sobre seu ano de nascimento a *Revista da Música Brasileira* afirma que “Segundo outros registros por aí espalhados, poderia ter nascido também em 1900, em 1902 ou até mesmo em 1907. É que os cartórios de Valença (RJ), onde a cantora nasceu, se embaralham seriamente com seus registros de início do século passado”⁷. Quando foi morar na capital, ainda na infância, passou a acompanhar desde o início a Escola de Samba da Portela. Seu pai, Paulo Batista dos Santos, foi mestre de capoeira, violeiro e estivador. Com a mãe, Amélia de Jesus dos Santos, parteira e lavadeira, negra liberta com a Lei do Ventre Livre, aprendeu muitos dos cantos e cantigas que viriam a compor o seu repertório musical muito tempo depois.

Sua memória musical evocando uma ancestralidade a partir dos cantos que foram muitas vezes entoados por escravos no trabalho diário, é inclusive um dos aspectos que a tornou um “produto midiático” no qual os discursos diversos da crítica musical ou intelectual nomeava de autêntico. Se por um lado isso a enaltecia enquanto artista, pelo ineditismo das cantigas inclusive, a situava também num lugar específico de conexão com um passado histórico do país, de exploração e escravidão de negros e negras que agora buscavam ressignificações desse contexto a partir dos elementos culturais, a música é um deles.

Clementina gravou 17 discos, cinco deles solo (informações do dicionário Cravo Albin). “O canto dos Escravos foi a última gravação de Clementina e fico feliz em ver que ela se despediu em grande estilo, com um disco que hoje é referência obrigatória na discografia brasileira”, afirma Marcus Vinícius, produtor e diretor musical do projeto numa entrevista⁸ para o Jornal Hora do Povo. Devota da Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, na infância frequentou em regime semi-interno o Orfanato Santo Antônio e “Cresceu assim num misticismo estranho: vendo a mãe rezar em jeje nagô e cantar num dialeto

7 Informações obtidas em <http://www.revistamusicaabrasileira.com.br/memoria/clementina-de-jesus>.

8 Entrevista pode ser encontrada em <http://www.horadopovo.com.br/2003/setembro/05-09-03/pag8a.htm>.

provavelmente iorubano, e ao mesmo tempo apegada a crença católica.” (Hermínio Bello de Carvalho).

Antes de começar a cantar profissionalmente ela trabalhou durante 20 anos como doméstica. Algumas reportagens e resenhas produzidas sobre esse momento, afirmam que ela cantava nas casas de família por onde trabalhou e que sua voz incomodava. O musicólogo Ari Vasconcelos (VASCONCELOS APUD COELHO, 2001) sobre a voz da cantora a chama de “navalha”:

Além de samba, ela gravou [corimás](#), caxambus, partidos-altos, jongs, cantos de trabalho (pregões), entre outros gêneros musicais legados por negros e negras no Brasil. Fez parcerias musicais com artistas como Milton Nascimento, nas diversas críticas musicais e artigos acadêmicos ou não, ela é considerada como alguém que possibilitou uma recuperação da memória afro-brasileira.

A parceria que faz no vídeo em questão é com Tetê Espíndola, que nasceu em Campo Grande - Mato Grosso do Sul em 1954. Cantora, compositora e instrumentista, aprendeu a tocar com seu irmão Geraldo e aos 14 anos junto com sua irmã Alzira e um outro irmão, Celito formaram o grupo chamado de Luz Azul em 1968, ela tocava craviola (instrumento de cordas criado por Paulinho Nogueira que funde o cravo com a viola caipira). Passam então a executar concertos na via Cuiabá - Campo Grande. Indo depois para São Paulo, fecham contrato com a Phonogram/Phillips, e a pedidos da própria gravadora, mudam o nome Luz Azul para Tetê e o Lírio Selvagem, lançando assim seu primeiro trabalho em 1978. Em 1979, Tetê e o Lírio Selvagem se desfaz, a gravadora decide lançar Tetê em um disco solo - *Piraretã*.

A partir daí ela faz parcerias com artistas como Arrigo Barnabé, Almir Sater, Aracy Balabanian, Ney Matogrosso, entre outros. Em 1982, lança o disco *Pássaros na garganta*, onde a estética do som é batizada por Arrigo Barnabé de sertanejo lisérgico. Segundo o Dicionário da Música Popular Brasileira, Cravo Albim, o nome do disco “remete à denominação feita por Augusto de Campos para definir o timbre de voz da cantora”. No site da Rádio da TV Brasil tem um texto sobre o modo como foi produzido seu CD *Asas do Etéreo* e me chamou a atenção o modo como é explicada sua pesquisa a procura de sons, principalmente os dos pássaros, na natureza:

Foi escutando e reescutando os sons da natureza que Tetê passou a relacionar as vocalizações dos animais com a voz humana... (trecho retirado da reportagem Tetê Espíndola: Raízes Etéreas < <http://culturabrasil.cmais.com.br/programas/supertonica/arquivo/tete-espindola-raizes-etereas>>).

Identifico primeiro: 1 – A “qualidade” de regional designada ao seu trabalho em diversos textos jornalísticos, inclusive do dicionário online Cravo Albim, diz respeito ao fato de suas produções remeterem aos lugares mais rurais do país; 2 – No que se refere a performance dela com Clementina de Jesus, que elas podem configurar mais uma vez a metáfora dos povos “fundantes” do país: negras(os) e índias(os); 3 – A singularidade de sua voz, destoante dos padrões convencionais da música popular brasileira, ao longo de sua carreira ora a coloca em destaque e visibilidade, ora a coloca num reconhecimento “exótico”. Talvez a maior parte das pessoas lembre dela apenas pela interpretação da canção “Escrito nas estrelas” de Arnaldo Black e Carlos Rennó, cantada por ela em 1985 quando tornou-se conhecida do grande público ao vencer o “Festival dos Festivais” da TV Globo. O dicionário Cravo Albim afirma, “Dona de uma grande extensão vocal e um raro timbre de voz situado em um registro muito agudo, seu trabalho incorporou pesquisas realizadas com sons de pássaros, influência de temas regionalistas e fusões do acústico com o eletrônico”. Até então gravou 10 discos, o último foi em 2007. Seu repertório inclui influências sertanejas mato-grossenses, experimentações com a voz. Sua voz aguda, demonstra grande extensão vocal, os contracantos que faz na interpretação com Clementina de Jesus, ressalta o contraste entre o tom grave da voz de Clementina.

Quanto aos aspectos técnicos das possíveis condições de gravação da canção *Taratá*, ela está inserida no disco “Marinheiro Só”. Clementina gravou no ano de 1973, após ter se recuperado de uma trombose. O LP foi lançado pela Odeon e em 1992 lançado em CD. No disco, além de *Marinheiro* que é produzida por Caetano, a própria Clementina faz adaptações de cantos populares e *Taratá* está entre elas. O arranjo é de Nelsinho (Nelson Martins dos Santos). O CD foi lançado numa série chamada “2 em um” juntamente com o disco *Gente da antiga*, de Pixinguinha, João da Bahiana e Clementina de Jesus. Seus discos não foram sucessos de vendagem. Quanto aos elementos musicais e instrumentação escolhida, *Taratá* é um canto de trabalho tradicional, de domínio público, que Clementina faz adaptação. Na ficha técnica do LP aparece: Composição: Clementina de Jesus (adaptação). Na legenda do vídeo onde analisamos sua performance, aparece – Composição – folclore. No vídeo, temos no palco apenas Tetê, que segura um violão que tocou anteriormente interpretando uma canção, e Clementina. No vídeo, durante *Taratá* não há instrumentação. Na versão do LP, também disponível online, podemos ouvir apenas instrumentos percussivos.

Clementina em sua interpretação usa bastante o improviso vocal, criando diversas “acentuações” melódicas e rítmicas, o que torna sua performance em *Taratá* muito singular, pois a canto e canção em si não possuem uma métrica rígida ou fixa. Diferentemente da canção midiática por exemplo onde facilmente se observa estrofe A, refrão e estrofe B. A cada repetição dos versos da canção (“terra que tem minhoca eu gostá de cavucá...”), ela entra com uma entonação diferente, numa relação imbrincada entre a letra e a melodia. Sua voz possui características timbrísticas marcantes não apenas por ser grave e rouca mas também por acentuar determinadas sílabas nas palavras ou nos finais das frases que transmite uma grande aproximação com a oralidade, com a fala coloquial.

Num trabalho de pesquisa anterior que fiz sobre pregões⁹, cantos de trabalho feitos especificamente para vender produtos (QUEIROZ, 2001, p.2), encontrei registros como diários de viajantes sobre a presença dos negros e negras ambulantes na Bahia de 1860. Maximiliano de Habsburgo faz uma descrição da voz desses ambulantes:

... Os negros possuem uma voz esquisita, indescritível, voz nasada, uniforme; seus sons guturais soam, sem pata, incansavelmente, como uma prensa áspera. As mulheres têm, em geral, voz de contralto, tão grave que, pelo tom, quase não se podem diferenciar os sexos. Também quanto à fala, não se pode negar, nos negros, algo de animal. Ela não brota do peito, natural e plena; parece, antes, uma prática adquirida, à qual falta a modulação natural (1982, 94-95).

Apesar do registro ser especificamente sobre Salvador em 1982, ele demonstra o contexto histórico pós escravidão em todo o país, o tipo de atividade profissional que negras e negros tinham autorização para exercer – o comércio - e como a música estava atrelada às suas atividades diárias. Me detenho ainda observando, o que ele diz sobre a voz das mulheres, vendedoras ambulantes, o tom, o timbre vocal encontra em sua fala um corpo específico. Mesmo que seu relato hoje, a partir das políticas raciais e luta dos movimentos sociais hoje consolidadas, seja compreendido como preconceituoso, encontrei em artigos acadêmicos e reportagens sobre Clementina, que ela relembra o

9 Referências do artigo já citada anteriormente nesse texto.

som “primitivo dos escravos¹⁰”. Não vou me aprofundar nesse ponto, esse é um tema que desenvolverei num trabalho posterior, onde penso ser importante fazer um estudo cuidadoso e amplo de onde e como aparece esse tipo de “adjetivo” ainda na atualidade sobre a voz das cantoras.

No momento, me interessa pensar se, “há uma poeticidade oral específica?” (Zumthor, 1997). Que tipo de esforço imaginativo preciso empenhar para reconhecer essa poesia? Se a “voz é querer dizer e vontade de existência, lugar de uma ausência que, nela, se transforma em presença... (Zumthor, p.11) como aspectos timbrísticos de uma voz, por exemplo, “...ativam, estruturam em cada um de nós as experiências primeiras, os sentimentos e pensamentos...”? (Zumthor, p.12). A performance gestual de Tetê e Clementina da canção *Taratá* encontra-se registrada em vídeo, nesse sentido Zumthor chama atenção para o fato de que a voz, diferentemente do corpo, está ausente e ao mesmo tempo presente no som das palavras. Em Clementina de Jesus, os cantos aprendidos com a mãe, e que foram internalizados a partir da aprendizagem cotidiana e imbrincada numa memória individual e também coletiva, onde esses cantos vão sendo transmitidos entre gerações na família. Em Tetê Espíndola os sons da natureza, os cantos dos pássaros especialmente. Dessas vozes que cantam, que tipo de corpo delas emanam? E como agenciam um imaginário sobre eles?

Sonhando – Anelis Assumpção

Acentuando outros aspectos da performance de uma artista, traço a análise da canção *Sonhando* interpretada por Anelis Assumpção, composição de Karina Buhr. A canção está inserida no seu álbum de estreia, que tem o título “*Sou suspeita, estou sujeita e não sou santa*” lançado oficialmente em junho de 2011. O disco de Anelis tem uma introdução de voz e violão do pai Itamar Assumpção - um dos grandes nomes que contribuiu na cena alternativa em São Paulo nos anos 1970-1980, movimento chamado de *Vanguarda Paulista*.

O trabalho lançado em CD e disco de vinil foi produzido por Anelis e Zé Nigro. A canção *Sonhando* é a oitava faixa do disco. É uma gravação recente que contou com Gustavo Lenza como engenheiro de som principal. Lenza já atuou nos trabalhos de artistas como *Céu*, *Lucas Santana* e *Nação Zumbi*. Anelis

10 O artigo “Quel é a voz da cor - Obra e legado de Clementina de Jesus”, é um dos exemplos. <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/expocom/EX33-0625-1.pdf>>

pagou o CD com dinheiro ganho com a venda da reedição da obra de seu pai, 'Caixa Preta' de Itamar que foi lançada de forma póstuma, em 2003.

O trabalho foi desenvolvido em oito estúdios, quase todos, estúdios de garagem. Nesse sentido, é possível observar em seu trabalho uma maior autonomia e empreendedorismo se compararmos com um contexto de produção dependente unicamente de grandes selos fonográficos.

Na canção *Sonhando* ela demarca a presença da percussão pernambucana dialogando com o *afrobeat*. A bateria sincopada é uma das marcas do *afrobeat* presente também como importante referência e influência desde *Chico Science*. Em 1997 a Nação Zumbi gravou a música *Nos quintais do Mundo onde se é possível observar isso*. O *Afrobeat* é um estilo musical criado na Nigéria, no limiar dos anos 1970, pelo maestro, intérprete e compositor, Fela Anikulapo-Kuti (1938-1997). O reconhecimento dessas referências não é imprescindível para a fruição estética da canção. Mas a possibilidade de diálogo com um público que as identifique estabelece uma "reciprocidade de relações entre o interprete, o texto, o ouvinte, o que provoca, num jogo comum, a interação de cada um desses três elementos com os outros dois" (ZUMTHOR, 2005, p.93). Ressalto um sentido de político em sua performance nessa canção a partir das referências musicais que ela mobiliza.

Imaginação auditiva: construções coletivas? (considerações finais)

Profissionalmente, quando passei a atuar no rádio, as pessoas que iam nos conhecer geralmente faziam referência as suas próprias imagens mentais que criavam a partir de nossas vozes. "Toda voz emana de um corpo (...) que permanece visível e palpável enquanto ela é audível", diz Zumthor (1993, p.241) sobre a performance. Zumthor não reduz a oralidade à ação da voz a enxerga enquanto expansão do corpo, embora não a esgote. A voz está assim além da palavra. Ronald Radano e Philip V. Bohlman (2000) afirmam que o poder da propriedade musical é essencial ao que eles chamam de *racial imagination*. A afirmação de que um tipo de música, ser sem dúvida ligada a um determinado grupo ou a um determinado lugar, exemplifica isso. E essas demarcações de lugares criam binarismos simplistas. E quanto a esse pertencimento, os autores discutem as abordagens acadêmicas que possuem um centramento histórico "eurocentrico". Nesse aspecto eles estão se referindo a musicologia comparada, por exemplo, onde as pesquisas eram feitas sempre numa relação dicotômica

entre “eu” e o “outro”. Assim, a música produzida fora dos parâmetros conhecidos eram denominadas como folclóricas. E contemporaneamente posso exemplificar com a nomeação da música brasileira a partir da produção no eixo Rio de Janeiro e São Paulo onde as demais são consideradas genericamente como “regionais”.

A *racial imagination* na música perpassa então, uma memória construída a partir das diferenças. Essas diferenças para os autores dizem respeito às certas condições materiais: 1-Aspectos relacionados às técnicas de produção, 2-Instrumentação; 3-Corpos dos sujeitos envolvidos. *Racial imagination* desse modo, “não informa simplesmente percepções de prática musical, mas é ao mesmo tempo, constituída dentro e projetada num social através do som”. Nesse sentido, eles chamam atenção para a escuta racializada que desnaturaliza as construções culturais definidoras das performances (BOHLMAN; RADANO, p.5). Por isso mesmo ressaltam a importância de diferenciar etnia e raça uma vez que envolvem processos distintos. Kofi Agawu (2003) corrobora com esse pensamento e afirma que “Todas as memórias musicais são formadas a partir de performances reais ou imaginárias. A essência performativa da música, por sua vez enfraquece as estruturas de contexto, história e autenticidade”¹¹ (AGAWU, 2003, p.XXI).

A ênfase não está localizada no objeto artístico em si, mas na contextualidade das experiências estéticas na vida cotidiana (BRAGA, 2010). As experiências estéticas não seguem a um modo padrão e meu intuito aqui, conforme Braga (2010), é observar de que modo às experiências estéticas possibilitam entrelaçamentos afetivos, não me interessando também os medir quanto a profundidade e raridade dos sentimentos estéticos, mas acreditando que as expressões artísticas podem agenciar subjetividades. Quando proponho uma escuta afetiva, onde para isso, demarco meus lugares de fala enquanto mulher, negra etc. estou tentando dizer que quando escuto uma canção, a voz vem ao encontro de um corpo, assim como olhar significa olhar para uma imagem. A escuta pressupõe um corpo que ouve, que por sua vez tem uma escuta estabelecida a partir, do encontro e da colaboração, sobre um mesmo plano, do mundo e do corpo, e, em seguida, da sensibilidade e do intelecto, da receptividade e da espontaneidade.

11 “All memories of music are formed from real or imagined performances. The performative essence of music in turn weakens the structures of context, history, and authenticity” (AGAWU, 2003, p.XXI).

Ouvir e deixar-se ouvir, dois gestos concomitantes que, – ao mesmo tempo de uma simplicidade total e de uma complexidade não totalizável (Ranciére, 2005). Minha escuta é direcionada a partir de uma determinada performance vocal, por exemplo, mas ouvimos apenas aquilo que meu imaginário auditivo considera como audível. Sobre essas distinções Ranciére (2010) afirma que não são meramente lógicas. Trata-se do modo como se distribuem desigualmente os lugares e as competências para fazer, ver, pensar ou falar numa dada sociedade.

Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. Infância e História. Ensaio sobre a destruição da experiência. **IN:** AGAMBEN, Giorgio. Infância e História. Destruição da experiência e origem da história. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 19-78.

AGAWU, Kofi. Representing African Music: postcolonial notes, queries, positions. New York: Routledge, 2003.

BOHLMAN, Philip; RADANO, Ronald. Introduction: music and race, their past, their presence. In: _____(Ed.); _____(Ed.). Music and the racial imagination. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

BRAGA, José Luiz. Experiência estética & mediatização. **IN:** Entre o sensível e o comunicacional. Bruno Souza Leal, Carlos Camargos Mendonça, César Guimarães (organizadores). Belo Horizontes: Autentica Editora. 2010.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. **IN:** Corpos Educados. Pedagogias da sexualidade. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva 2ª Edição Autêntica Belo Horizonte 2000.

CARDOSO FILHO, Jorge. As materialidades da canção midiática - contribuições metodológicas. 2009. Disponível em < <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:eN3OjGIYbFUJ:revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/5044+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>

_____. JANOTTI. Jeder. A música popular massiva, o mainstream e o under-ground trajetórias e caminhos da música na cultura midiática. 2006. Disponível em < <http://www.midiaemusica.ufba.br/arquivos/artigos/JEDER4.pdf>>

Coelho, Heron (organizador). Rainha Quelé – Clementina de Jesus. Outubro/2001. Gráfica Editora Valença. Patrocínio: Finep, CT Brasil – Ministério da Ciência e Tecnologia e Fundação Cultural e Filantrópica Léa Pentagna.

DEWEY, John. Arte como Experiência. Tradução de Vera Ribeiro, Martins Fontes, 2010. (Coleção Todas as Artes).

DUARTE, Eduardo. Um estatuto científico para a experiência sensível. IN: CARDOSO FILHO, Jorge. MENDONÇA, Carlos Magno Camargos. PICADO, Benjamim. (Organizadores). Salvador: EDUFBA. 2014.

GUMBRECHT, Hans. Produção de Presença. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *CadernosPagu*, v.5. Campinas: Ed. Unicamp, 1995. 7-41p.

HOOKS, bell. Talking back: thinking feminist, thinking black. Boston: South End Press, 1989.

_____. Postmodern Blackness. In: *Yearning: Race, Gender, and Cultural Politics*. Boston: South End P, pp: 624-631, 1990.

_____. Essentialism and Experience. In: *American Literary History*, vol. 3, n. 1, pp. 172-183, 1991.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. O cotidiano dos Homens que produziam. IN: Bahia Século XIX Uma província no Império. Rio de Janeiro Ed. Nova Fronteira, 1992.

POLLOCK, Della. Performing Writing. The Ends of Performance. Ed. Peggy Phelan and Jill Lane. New York: New York UP, p. 73-103, 1998.

RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível: estética e política. São Paulo: Ed. 34, 2005.

RANCIERE, Jacques. O espectador emancipado. Lisboa: Orfeu Negro, 2010.

ROSA. Laila. As juremeiras da nação Xambá (Olinda, PE): músicas, performances, representações de feminino e relações de gênero na jurema sagrada. (tese). 2009. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9151/1/Tese%2520Laila%2520Rosa%2520seg.pdf>>

SOARES, Cecília C. Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no sec. XIX. Edição 17, 1996. Disponível em <<http://www.afroasia.ufba.br/busca.php?fazer=buscar>> Acesso nov. 2009.

A COR DA DECORAÇÃO: SALVADOR (1970-2016)

Izabel Tavares-Gomes

Iole Macedo Vanin

*Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo (PPgNEIM) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), da Universidade Federal da Bahia (UFBA),
www.ppgneim.ffch.ufba.br*

Resumo: A presente comunicação é parte dos resultados do projeto do curso de Mestrado “*A Decoração como um cuidar feminino: as primeiras decoradoras baianas (1970-1980)*”. Esse projeto tem como finalidade principal historicizar a vida e a atuação das primeiras decoradoras baianas, no período de 1970 a 1980, e fundamentado em pesquisa qualitativa. Para a obtenção dos dados iniciais, foram utilizadas entrevistas com as primeiras decoradoras, entre as quais se destaca Sizina Simões – reconhecida como a primeira decoradora baiana. Também, foi usada a análise documental de artigos de jornais, documentos pessoais, análise iconográfica, dentre outras fontes. Os primeiros resultados indicaram o entrelace de gênero, raça e classe como indicadores referenciais do exercício da profissão de decoradora, tanto nos anos 1970 como na atualidade. A atuação de Sizina Simões é exemplo desse fato, visto que a inserção profissional da mesma ocorreu por ser mulher, branca, com forte inserção familiar na classe social de maior renda, e devido ao sistema de reprodução, que segundo Scott (1990), advém da lógica familiarista, com todos os privilégios extremamente arraigados aos modos como a sociedade baiana representava o gênero, em suas interfaces com as questões de raça e classe; e também como essa Decoradora serviu-se para articular as regras de relações sociais ou para construir a experiência profissional.

Palavras chave: Decoração; Bahia; Representação; Gênero; Raça; Classe.

A atividade de Decoradora de uma das autoras¹, na cidade do Salvador (Bahia), e também pela condição de mestranda do PPGNEIM/FFCH/UFBA, favoreceu a busca sistematizada sobre a vida e o trabalho das primeiras decoradoras de origem baiana no período de 1970 a 1980. Por sua vez, a aproximação com os estudos feministas forneceu as bases para construção deste artigo, fundamentado nas diferenças raciais, de classe e de gênero, mas também na procura de respostas sobre a reprodução de privilégios, a hierarquização dessa profissão e a dominação da mesma, também na cidade do Salvador, pelas pessoas do grupo racial branco.

Essa situação gerou algumas perguntas: tem cor a Decoração em Salvador, dos anos 1970 e na atualidade? Onde guardamos esse racismo na Decoração? A Decoração tem sexo? Como é transitar numa profissão onde os privilégios são voltados para um único grupo social?

Ficou claro no período de entrevistas realizadas com Sizina Simões (conhecida como Sizininha Simões), no período de junho a novembro de 2013, na investigação das vivências pessoais e profissionais na cidade do Salvador, onde é considerada precursora da Decoração de Interiores.

A escolha de Sizininha (apelido que adotou como nome profissional), decorreu não só das evidências do pioneirismo da mesma, mas também pelo protagonismo em ter conseguido “sair”, aos poucos, do espaço privado para o público, dentro do padrão de comportamento socialmente delimitado às mulheres daquela classe social à época.

A inserção e o sucesso profissional de Sizininha ocorreu em grande parte por ser mulher branca, da elite, com forte lastro social e devido ao sistema de reprodução, que segundo Scott (1990), advém de uma lógica familiarista, com todos os privilégios extremamente arraigados aos modos como essa sociedade baiana representava o gênero, e como essa sociedade serviu-se dele para articular as regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência.

1 Izabel Tavares-Gomes tem graduação pelo Curso de Decoração da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia (1997); especialista em Metodologia do Ensino Superior (Faculdades Olga Mettig, 2013); e mestranda do PPGNEIM/FFCH/UFBA.

Tem cor a decoração em Salvador dos anos 1970 e na atualidade?

Segundo Lia Schucman (2012), ainda sobre a relação da ideia de superioridade estética como um dos traços da branquitude no Brasil, a contraposição estética tem valor hierárquico, desse modo a verdade do “belo” tem cor.

Como enfatiza Schucman (2012) *“essa imagem do belo produz significados compartilhados, dos quais os sujeitos se apropriam, singularizam, produzem sentidos e atuam sobre eles, de alguma forma reproduzindo-os ou contrapondo-os”* (Schucman, 2012, p. 71).

Joan Scott (1990) e Schucman (2012) concordam que a linguagem não é tudo, mas será construída, por meios extremamente complexos, até pela dimensão econômica. Portanto, para essas autoras a linguagem e os significados compartilhados culturalmente funcionam e reproduzem o processo de constituição de cada sujeito, assim viver na “branquitude” é reproduzir as posições hierárquicas dos usuários do poder; e, conseqüentemente, da forma como a Decoração foi construída, é reproduzida e consumida.

Por conta disso, são exemplares as vivências de Sizininha Simões, mulher do segundo quartel do século XX e de família da elite, a qual rompe com o cultural e o socialmente construído, tornando-se mãe, provedora da família e desquitada. Nesse contexto, a história de vida dessa mulher, sob o enfoque de “gênero, de classe e de raça”, acorda com o descrito por Leite (1997): *“A história social das mulheres pertencentes às elites não corresponde necessariamente à história oficial, que amarra a vida concreta dessas pessoas aos estereótipos, às normas e às ideologias vigentes”*. Enquanto Leite (1997) fez essa avaliação com relação as mulheres da elite, é corrente a observação destas autoras que as mulheres que não pertenciam àquela parcela da sociedade ou de classe sempre excluída, sem acesso à educação formal, eram mulheres racializadas e estas nos anos 70 do Século XX não tinham espaço profissional para atuarem nessa área profissional.

Tanto na Bahia dos anos 1970, que coincide com a inserção profissional de Sizininha, quanto nos dias atuais, há os silenciosos códigos da profissão de Decorador: o conceito racializado da “boa aparência”; e a necessidade de pertencer a determinada classe, a qual é facilitadora na obtenção do acesso à vasta rede social consumidora. Esses códigos são coerentes com o argumento de Pierre-Andre Taguieff (2001), de que o racismo é desenvolvido por meio do conceito de “raça” e perpetuado pelas desigualdades com grupos biologicamente

definidos, de culturas que naturalizam as diferenças históricas. Em vista disso, Taguieff (2001) propôs como método de compreensão a recusa de concepções substancialistas de racismo, pela colocação “entre parênteses” de tudo que se conheça sobre o mesmo; e, para isso, foi construído o tipo ideal de racismo, como instrumento conceitual para formar classe de pessoas com elevados índices dos seguintes comportamentos relacionais: distância, rejeição ou exclusão, humilhação, desprezo, exploração, dominação e até mesmo extermínio daqueles que pertençam ou supostamente pertençam aos grupos diferentes da mesma natureza.

Ainda segundo Taguieff (2001), o racismo pelo conjunto de atitudes típicas, explícitas ou implícitas, especialmente àquelas não claramente expostas, comporta diferentes tipos de comportamentos racistas, os quais também envolvem pessoas bem diferentes entre si. O mesmo autor também registra o racismo como ideologia, pensando-o menos como doutrina e mais como conjunto de adaptações, de valores e de normas, que é subjacente as teorias (Taguieff, 2001).

Taguieff (2001) contextualiza com cinco características envolvidas na racialização: (i) a rejeição universal; (ii) a dissolução da dimensão individual num grupo, que passa a ter identidade coletiva; (iii) absolutização das diferenças coletivas; (iv) a racionalização das diferenças (pela biologização ou pela análise de cultura); e (v) a interpretação desses igualitários diferentes, projetados numa escala universal de valores.

Segundo Antônio Sérgio Guimarães (2003), foi a partir da II Guerra Mundial que se iniciou o movimento para desautorizar o uso da raça como categoria científica. No Brasil, até a 1ª República a raça era parte da organização da vida social, isso também como herança do período colonial e sinônimo de classe - dividida entre libertos, alforriados ou cativos. Porém, foi partir dos anos 50 do Século XX que a categoria raça ou classe passou a revertida no binômio branco e negro, parte do chamado “moderno” racismo “científico”.

Não obstante, a fase de constituição da nação brasileira foi fundada na ideologia que não existia “raça”, pois prevalecia a noção de cor ou grupo racial sobre raça; contudo, foi pelo significativo aumento do contingente populacional de pessoas negras, não mais escravizadas, que verdadeiramente se começou a substituição da questão “raça” por “cor”.

Por outro lado, nas últimas duas décadas os estudos feministas e de gênero mudaram as questões, e enfatizaram as análises sobre os significados das diferenças, das esferas de poder, da produção de conhecimento e como essas

representações são contestadas e analisadas, a partir das muitas e mutáveis identidades feministas.

Enquanto à época do início da profissão de Decoradora existia o conceito homogeneizado de “mulheres”, com o surgimento de novos dados, que salientam as muitas semelhanças e mais as diferenças, foram construídas conceituações do feminismo pela mudança do foco para questões de raça, classe, sexualidade, capacidade, etnia, nacionalidade, e, nos dias atuais, a globalização.

Portanto, na atualidade, especialmente em decorrência dos estudos feministas e de gênero, é elementar teorizar as experiências das mulheres, mesmo porque foram apropriados novos questionamentos, problemas e interpretações, com a ampliação e complexidade das análises pelas variáveis históricas, políticas, econômicas, sociais e culturais, as quais moldam, continuamente, as vidas diferenciadas das mulheres e produzem formas peculiares de ação individual e/ou coletiva.

Apesar desses novos contextos e realidades, na cidade do Salvador a Decoração tem cor, classe social e, conseqüentemente, esfera de poder; e assim, as principais tendências e transformações, que impactaram significativamente os estudos feministas, ainda não respigaram nessa realidade local, porque essa nova lógica ainda mantém a invisibilidade da mulher “não branca”, como se houvesse a era moderna colonial. Em consequência, é esperada a fase de “descolonialidade” para que a mulher não branca tenha iguais oportunidades.

Onde guardamos esse racismo na decoração?

Nas práticas do cotidiano da atividade profissional de Decoração, são corriqueiras as observações do racismo associado à concentração de renda, ao consumo, entre outras; e em paralelo as desigualdades econômicas entre brancos e não brancos, os primeiros responsáveis por projetos, criação de espaços para mostras expositivas e/ou produção de eventos, etc., enquanto os não brancos exercem atividades de limpeza das lojas de Decoração, serviços de recepção aos clientes, serviços de pintura, hidráulica, marcenaria, etc. Por conta dessa realidade brasileira, Schucman (2012) chama isso de novos estrabismos contemporâneos, em decorrência da “... crença na superioridade moral e intelectual dos brancos”.

Segundo Guimarães (2003), há também o antirracismo, heterofóbico ou homofóbico, no sentido do que é diferente, e não igualitário e universalista, mas na realidade talvez desigualitário e desuniversalista, e produzindo essas análises

conseguiríamos explicar que no Brasil existe uma forma de racismo em princípio universalista, que teoriza: “somos todos brasileiros”, essa seria primeira identidade.

Nancy Fraser (2001) descreveu que a “raça”, assim como o gênero, é o modo bivalente de coletividade, e conclui ser a “*raça estrutura*” destinada à “*divisão capitalista do trabalho*”. Por conseguinte, os não brancos têm, desproporcionalmente, ocupações de baixa renumeração; e essa mesma autora destacou: “*A divisão racial contemporânea do trabalho remunerado faz parte do legado histórico do colonialismo e da escravidão, que elaborou categorizações raciais para justificar formas novas e brutais de apropriação e exploração, constituindo efetivamente os “negros” como uma casta econômica-política*” (Fraser, 2001, p. 235). Por sua vez, Taguieff (2001) interpreta que o racismo brasileiro não opera pela exclusão, mas pelo princípio da miscigenação; essa como forma de enfraquecer a identidade dos outros, com a esperança de que “aquele outro” desapareça e se reproduza a ideia de nação brasileira branca.

Todavia, nesse caminhar os “privilégios” foram mantidos no início da profissão de Decorador, em 1970 e se arrastam pelos dias atuais.

A decoração tem sexo?

Segundo Passos *et al.* (1997), nos anos 50 do século passado a Arquitetura gozava de prestígio social e era área de atuação masculina e branca. Isso coincide com o relato de Sizininha, que naquela época o mercado de trabalho da Decoração era masculino, enquanto ao feminino cabia o espaço interno do lar.

Conforme Masey (1996 *apud* Pessôa, 2007, p. 48), a profissão de Decorador surgiu no século IX na Inglaterra, com o início da industrialização; contudo, Masey (1996 *apud* Pessôa, 2007) afirmou ser esse segmento espaço onde as mulheres se impuseram desde a origem, com o quê também concordou Pessôa (2007) ao descrever a história da Decoração na cidade do Salvador (Bahia) até os anos 70 do Século XX. Todavia, esse autor não atentou à questão de gênero no período citado e, coincidentemente, quando houve a profissionalização de Sizininha. Segundo Passos *et al.* (1997), faz parte da herança ideológica do gênero feminino ocupar-se do cotidiano familiar; ou seja, a mulher cabe “cuidar” dos outros e das coisas menos significativas, como flores, cortinas, almofadas e demais objetos de menor valor.

Essa categorização do indivíduo Decoradora, como mulher, branca e pertencente à elite faz parte “establishment” humano, o indivíduo como representante

de uma categoria original, e de uma identidade coletiva que é retratada como o indivíduo branco, onde o racismo opera como o mesmo modelo de individualismo, que parece descartado a primeira vista, porém transforma o indivíduo biológico e opera dentro do espaço ideológico moderno mesmo que seja impossível categorizar.

No Censo da População do Brasil de 1970 (IBGE, 2015), a profissão de Decoradora ainda não era informada, mas descrita no tópico “Artistas, funções afins e auxiliares” como “Decoradores”, no masculino; todavia, esse mesmo Censo registra as profissões que não possuem a relação direta ao masculino (e.g., balconista, postalistas, telegrafistas, radiotelegrafistas, telefonistas, manicuras, lavadeiras, engomadeiras, etc.), enquanto noutras há a valoração do masculino (e.g., “aeromoços”), até em categorias profissionais predominantemente exercidas por mulheres e estarem relacionadas ao cuidar. Contudo, o que mais chama a atenção naquele Censo de 1970 foi a falta da pesquisa do indicador demográfico grupo racial (IBGE, 2015), pois o “establishment” ditava que os brasileiros eram sem cor, sem injustiças, sem discriminação, *“um país que vai pra frente, de um povo unido”* (refrão de música da propaganda dos governos militares vigentes no Brasil).

Como é transitar numa profissão, voltada aos privilégios de um único grupo?

Nas temáticas do privilégio, não há linearidade na ação política, porque quando se está imbuído de privilégio de classe e raça, exercido pelos grupos com poder hegemônico, os quais são gerados sob as regras da solidariedade. Isso bem transparece nos relatos de Sizininha, especialmente quando em 1967, aos 38 anos e já “desquitada”, decide sem “nenhuma formação acadêmica”, mas apoiada na rede de relações da influente família. Seria isso possível com uma mulher negra, “desquitada” e sem relações familiares?

Guimarães (1998) discutiu a produção intelectual no Brasil, das décadas de 30 e 40 do século passado, fundamentada na crítica ao conceito de raça e a incorporação da cor e da mestiçagem - como elementos maiores desse discurso sobre a questão racial no Brasil. Naquela produção, a raça passou a ser predominantemente classificada como mera questão de classe, pois, segundo os intelectuais da época, os sujeitos estavam no caminho da mobilidade social; entretanto, esqueceram que os espaços de mobilidade social inexistiam para a população negra.

Só muito depois, a partir da metade da década de 90, a população negra passou a ter mais acesso à educação formal; e, de forma mais significativa, nos anos 2000 pelo maior acesso aos cursos universitários.

Nesse contexto brasileiro, Guimarães (2003) destacou que o racismo tem relação com o fenótipo da pessoa, quanto mais escuro o tom de pele mais propenso de ser vítima do racismo. Mesmo assim, nos anos 1950 passou a ser valorizado pela Sociologia de ser o Brasil uma sociedade multirracial (Guimarães, 2003); e por essa situação explicava o antropólogo baiano, Thales de Azevedo, que as pessoas negras na medida que avançavam na classe seriam aceitos socialmente (Guimarães, 2003). Enquanto, Nancy Fraser (2001) destacou ser possível mudança após vencer o capitalismo, do contrário todas as outras mudanças seriam paliativas; e, portanto, segundo Frase (2001), só se poderá acabar com a categorização das pessoas (pelo gênero, raça, sexualidade, classe, etc.), quando forem movidas as estruturas da sociedade. Noutra concepção, Souza (2005) relacionou classe a partir de aspectos sócio culturais, os quais possibilitam que privilégios sociais sejam vistos como qualidades inaptos entre vivos, e não socialmente determinados, bem como criticou a meritocracia baseado na visão bourdieana por meio de elementos extra-econômicos, existenciais, morais e políticos.

No entanto, esses estudos ou interpretações teóricas estão muitas vezes dissociados da realidade social brasileira; daí porque, ainda há grande chance da ocorrência de duas mulheres da mesma idade, com a mesma roupa, mas com diferentes tons de pele (um branco e outro não branco), ser indicada como Decoradora aquela do grupo branco.

Por outro lado, no Brasil muitas vezes é maior a rede protetiva das pessoas da classe média, do que aquela observada entre aquelas da classe baixa. Por sua vez, gênero não explica classe e vice-versa.

Outro aspecto frequentemente observado no Brasil, é a maior percepção do racismo pelas pessoas negras da classe média, porque há menos negros nas classes média ou alta. Assim, são maiores as diferenças salariais entre uma Decoradora branca e outra não branca *versus* entre a garçonne branca e a não branca.

Por isso, Bento (2002) denominou de embranquecimento do negro, que ascende socialmente, ao mesmo tempo que o expõe aos racistas porque as atitudes, comportamentos e/ou hábitos são interpretados como tentativas de copiar o “modelo” branco. Logo, a branquitude existe no Brasil e esconde privilégios, mas será situação que pode ser corrigida? Afinal, no Brasil às pessoas

brancas são atribuídas características muito valorizadas por diversos segmentos sociais, incluso o da população negra! Esse “novo racismo” é potencializado se mulher, se procedente das regiões geográficas menos favoráveis, e até chega-se ao extremo, no imaginário popular, de se atribuir mais comportamentos negativos às pessoas negras.

Neste reinante ambiente social do Brasil, eurocentrado e preconceituoso, é de supor quais foram às dificuldades de *ascensão* profissional de Sizininha Simões, primeira Decoradora da cidade do Salvador, menos por ser branca e mais por ser mulher e “desquitada”.

Referências bibliográficas

BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray. Psicologia Social do Racismo - Estudos Sobre Branquitude e Branqueamento no Brasil, Vozes: Petrópolis, 25-58, 2002.

FRASER, N. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista. In: SOUZA, J. (ORG.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília, UnB, 2001, p. 245-282.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Baianos e paulistas duas “escolas” de relações raciais? *Tempo Social. Rev. Sociol. USP, S. Paulo* 11:(1)75-95, maio de 1999.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Educação e Pesquisa, São Paulo*, 29(01) 93-108, 2003.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento. Coordenação Geral – Departamento de Censos, disponível às 21h:9min. do dia 29 de novembro de 2015, em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/61/cc_1970_v6_t13_ba.pdf, 2015.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. *Lazer e educação das mulheres de elite em Salvador: 1890-1930*. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: FCHF-UFBA, 1997.

PESSÔA, Yumara Souza. *Decoração soteropolitana na década de 70: cores, formas e representações*. [Salvador, Dissertação de Mestrado, Escola de Belas Artes, UFBA, 2007.](#)

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2012. Capítulo V: Aspectos Psicossociais da Branquitude Paulistana; Capítulo VI: Fissuras entre a Brancura e a Branquitude: possibilidades para a desconstrução do racismo, p. 67-110.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.” *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul-dez.,1990, p. 5-22.

SOUZA, Jesse. Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira. *Lua Nova*, 65: 43-69, 2005.

TAGUIEFF, Pierre-André. On Racism, Models, Ideal Types, Variations, Paradoxes. In: TAGUIEFF, P. *The force of prejudice: on racism and its doubles*. Minneapolis: Universit of Minnesota Press, p. 197-213, 2001.

COMPONDO TRILHAS PARA A CONSTRUÇÃO DE EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS EM MÚSICA NO BRASIL

Laila Rosa¹;
lailarosamusica@gmail.com

Bruna Santos
brunaranha@yahoo.com.br

Cristiane Lima
cclima80@gmail.com

Thalita Vieira
thalitataqua@hotmail.com

Ellen Carvalho
ellencarvalhos@gmail.com

Jorgete Lago
jorgetelago@gmail.com
Universidade Federal da Bahia

Resumo: O presente trabalho objetiva compartilhar dados da pesquisa em questão, que se encontra em seu 5^a ano de realização. Desde o seu início em 2012, já passaram diversas bolsistas, tutoras e colaboradoras pela *Feminaria Musical: grupo de pesquisa e experimentos sonoros* e também tivemos vários planos de trabalho realizados, cuidando de aspectos diferenciados da pesquisa. Neste momento, iremos apresentar alguns dados de 3 dos planos de trabalho que estamos concluindo ainda este ano, sobre a produção de

1 Universidade Federal da Bahia, Escola de Música, Programas de Pós-Graduação em Música e Estudos sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) - Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher (NEIM/UFBA), *Feminaria Musical: grupo de pesquisa e experimentos sonoros*

conhecimento sobre mulheres e música no Brasil, considerando suas devidas interseccionalidades com raça, geração, classe social, orientação sexual, dentre outros marcadores. Apresentaremos ainda dados sobre a pesquisa na plataforma lattes, sobre o perfil das pesquisadoras encontradas e de suas produções. Por fim, apresentaremos alguns dados sobre o som das compositoras de Salvador, o plano e trabalho de cunho etnográfico da pesquisa, como uma contrapartida de produzir dados frescos sobre mulheres e música no Brasil, visibilizando as mesmas enquanto artistas e criadoras. Como referencial teórico, trazemos a perspectiva das epistemologias pós-coloniais, tais quais Gloria Anzaldúa (2005 e 2000), Ochy Curiel (2010), Rita Segato (2005), bem como dos estudos sobre corpo, gênero e música no Brasil (NOGUEIRA e CAMPOS, 2013), dentre outras autoras e autores.

Palavras-chave: Epistemologias feministas, Música e Compositoras.

Introdução: das epistemologias feministas em música

O presente trabalho objetiva compartilhar dados e reflexões da pesquisa em questão, que se encontra em seu 5^a ano de realização. Desde o seu início em 2012, já passaram diversas bolsistas, tutoras e colaboradoras pela *Feminaria Musical: grupo de pesquisa e experimentos sonoros* e também tivemos vários planos de trabalho realizados, cuidando de aspectos diferenciados da mesma. Neste momento, iremos apresentar alguns dados e problematizações de três dos planos de trabalho que estamos concluindo ainda este ano:

1. *Feminaria Musical III: o que (não) se produz sobre mulheres e música no Brasil nos anais dos encontros das associações musicais brasileiras e seminários interdisciplinares sobre os estudos de gênero - sobre a produção de conhecimento sobre mulheres e música no Brasil, considerando suas devidas interseccionalidades com raça, geração, classe social, orientação sexual, dentre outros marcadores.*
2. *Mapeando a Plataforma Lattes: autoras/es, trajetórias e produções sobre mulheres e música no Brasil - dados sobre a pesquisa na plataforma lattes, sobre o perfil das pesquisadoras encontradas no nosso banco de dados, bem como, de suas produções.*
3. *O som das compositoras de Salvador: da experiência etnográfica - plano de trabalho de cunho etnográfico da pesquisa, como uma contrapartida de produzir dados frescos sobre mulheres e música no Brasil, visibilizando as mesmas enquanto artistas e criadoras.*

Como referencial teórico, trazemos a perspectiva das epistemologias pós-coloniais, tais quais Gloria Anzaldúa (2005 e 2000), Ochy Curiel (2010), Rita Segato (2005), bem como dos estudos sobre corpo, gênero e música no Brasil (NOGUEIRA e CAMPOS, 2013), dentre outras autoras e autores.

É recente os estudos sobre gênero e música no Brasil, no entanto, temos percebido uma abertura nas discussões sobre o tema (ROSA e NOGUEIRA, 2015; NOGUEIRA e CAMPOS, 2013; GOMES, 2013; MOREIRA, 2012; WERNECK, 2007). De forma tímida, mas incisiva, algumas pessoas (do campo da música e/ou feminismos) têm demonstrado que é possível sim e necessário o debate sobre mulheres e música, visando destaque, valorização e difusão dos trabalhos e esforços desempenhados pelas musicistas e compositoras. Podemos perceber que essas dificuldades têm a ver com a tradição acadêmica patrilinear, que impede a entrada de outras vozes, inclusive das mulheres (AZERÊDO, 1994).

Metodologia: caminhos, perguntas e inquietações artevistas

Como são 3 planos de trabalhos distintos, propomos separá-los para uma melhor compreensão dos mesmos em suas especificidades e interlocuções:

1. *Feminaria Musical III: o que (não) se produz sobre mulheres e música no Brasil nos anais dos encontros das associações musicais brasileiras e seminários interdisciplinares sobre os estudos de gênero* - O levantamento do presente plano abarca os trabalhos encontrados nos anais dos encontros em música (ABET, ABEM e ANPPOM), como também os anais de encontros nacionais e regionais (BA) feministas e sobre gênero e sexualidade como REDOR - Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações Gênero, Simpósio Baiano de Pesquisadoras (es) sobre mulher e relações de gênero, Seminário Internacional Fazendo Gênero e o Seminário Internacional Desfazendo Gênero.

Levando em consideração que a pesquisa nos anais dos encontros em música já foi concluída no período anterior (2015) e feita também uma revisão, nos atemos apenas aos anais dos encontros feministas nesta primeira etapa, priorizando os anais que se encontram disponíveis online: 1. Desfazendo Gênero (2013 e 2015); 2. A REDOR - Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações Gênero (2014) e 3. Simpósio Baiano de Pesquisadoras (es) sobre mulher e relações de gênero, neste apenas analisei os anais de 2015.

2. *Mapeando a Plataforma Lattes: autoras/es, trajetórias e produções sobre mulheres e música no Brasil* - levantamento e análise dos currículos disponíveis na Plataforma Lattes de autoras/es que já fazem parte do nosso banco de dados. A análise dos dados obtidos servirá para a ampliação de informações em sua análise qualitativa, para termos uma dimensão de quem produz conhecimento sobre mulheres e música no Brasil, sua filiação institucional, qual o conjunto dessa produção, a partir do artigo que consta no nosso banco de dados, etc. Foi elaborada e aplicada de uma ficha (cadastro), criado para cada autora/o, com informações pessoais, como nome, raça/etnia, cidade natal, formação acadêmica, produção na área dos estudos feministas e nas diferentes áreas da música (etnomusicologia, composição, musicologia, performance e educação musical).

3. *O som das compositoras de Salvador: da experiência etnográfica* - nesta nova etapa do estudo, a proposta é inserir os dados revisados no nosso banco de dados. Nesta compilação de dados incluem trabalhos como a verificação da lista das compositoras, inclusão de novos nomes encontrados, leitura e releitura de textos utilizados como norteadores do trabalho, checagem e listagem de todo material de referencial teórico. Especificamente sobre este plano de trabalho é importante ressaltar que, em 2015, se inicia uma parceria entre a Feminaria Musical, coordenado pela Cantautora e Profa Dra Laila Rosa e o Grupo de Estudos em Música e Gênero da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, coordenado pela cantautora e Profa Dra Isabel Nogueira realizando o mapeamento das compositoras de Porto Alegre (UFRGS). Desta parceria nasceu também o artigo “O que nos move, o que nos dobra, o que nos instiga: notas sobre epistemologias feministas, processos criativos, educação e possibilidades transgressoras em música” (ROSA e NOGUEIRA, 2015).

Resultados e discussão: mapeando, tasteando, criando...

Apresentaremos os resultados e discussão separadamente, conforme os respectivos planos de trabalho:

1. Em relação ao plano de trabalho *Feminaria Musical III: o que (não) se produz sobre mulheres e música no Brasil nos anais dos encontros das associações musicais brasileiras e seminários interdisciplinares sobre os estudos de gênero* é possível observar, na tabela abaixo, que os resultados encontrados até o momento são mais animadores que aqueles obtidos na edição passada, tendo em vista que estamos considerando encontros feministas com trabalhos cujo foco é música, gênero e suas interseccionalidades:

Ano	Encontros pesquisados	Total dos trabalhos	Trabalhos com as temáticas encontradas
2013	I Desfazendo Gênero	*	03
2015	II Desfazendo Gênero	12	06
2014	18º REDOR	14	07
	Simpósio NEIM	35	06
Totais	4	61	22

De modo geral, foram encontrados trabalhos com temáticas variadas desde aqueles que discutem representação da mulher em letras de música de variados gêneros musicais e também a música como forma de enfrentamento da violência e forma de militância, além das discussões sobre homoafetividade e visibilidade da comunidade LGBT e seus protagonismos musicais.

As pesquisas realizadas anteriormente foram de suma importância, pois, a partir das mesmas, foi possível ter um parâmetro entre os anais dos encontros em música, especificamente, que apresentaram poucas produções que dialogassem com o enfoque dos estudos sobre gênero em suas interseccionalidades, e dos encontros feministas e sobre gênero, propriamente ditos.

Em relação ao plano de trabalho *Mapeando a Plataforma Lattes: autoras/es, trajetórias e produções sobre mulheres e música no Brasil* foi possível ampliar as informações individualmente dos nomes de autoras/es no banco de dados existente no projeto, através da Plataforma de currículo lattes, do qual foi feita uma lista separando por trabalhos encontrados nos periódicos dos programas de Pós-Graduação em música no Brasil entre os anos de 2003 a 2013, no Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) das Universidades como UFBA, UFPE, UFPB, UFRJ, UFMG, UNICAMP, USP, UNESP e de três associações musicais brasileiras: Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), a Associação Brasileira de Etnomusicologia (ABET) e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM), todos planos de trabalhos de edições anteriores da pesquisa. Esta parte da pesquisa foi extremamente importante para termos em conta os distintos perfis de quem produz sobre mulheres e música no Brasil, suas produções em termos globais, bem como, suas localizações regionais, institucionais, identidades de gênero e étnicorracial.

Em relação ao plano *O som das compositoras de Salvador: da experiência etnográfica* ao revisarmos os dados obtidos pela pesquisa que, somados a outros nomes nesta etapa, chegamos a um total de 79 nomes encontrados no primeiro ano da pesquisa, realizada pela bolsista Neila Alcântara (Neila Kadhí). Já no segundo ano da pesquisa, realizada pela bolsista e percussionista Thalita Vieira foram encontrados 38 nomes, onde 14 deles se repetem em relação à primeira lista.

No livro do Festival de Música Educadora FM (IRDEB, 2014) encontramos 52 nomes de compositoras onde 28 deles se repetem em relação a primeira e segunda listagem e outros 5 nomes encontrados durante a pesquisa. Todos esses dados totalizam até o momento um apanhado de 132 nomes de compositoras atuantes na cidade de Salvador, o que nos deixa otimistas e igualmente

críticas à fala recorrente no meio musical de que não existem compositoras atuantes na cena soteropolitana.

Além do mapeamento, também foram realizadas nove entrevistas com compositoras de diferentes gêneros musicais para uma melhor perspectiva dos dados como um todo, onde 3 destas entrevistas foram realizadas no primeiro ano e 6 no segundo ano do presente estudo. Estas entrevistas darão continuidade para próximo semestre do projeto visto que no atual momento estamos realizando a revisão do material coletado.

Este plano de trabalho contou ainda com a colaboração da cantora, compositora e estudante de canto popular da UFBA, Ellen Carvalho, que dedicou seu Trabalho de Conclusão de Curso especificamente ao debate pioneiro no âmbito da Escola de Música da UFBA sobre gênero, corpo e voz (CARVALHO, 2015), trazendo o repertório autoral de algumas das compositoras entrevistadas para o seu recital de formatura.

No decorrer tanto da nossa pesquisa, como da pesquisa de Ellen que também realizou entrevistas, percebemos vários fatores que interferem na atuação das mulheres na música. Um dos preconceitos vividos por uma das entrevistadas se referiu à questão racial onde ela relatou que “é como se tivesse um lugar destinado às mulheres negras na música”. Em “Raça e Signo”, Rita Segato fala sobre o racismo identificado e vivido por nossa entrevistada, que se sente “colocada” a ocupar assim determinado lugar na sociedade (SANTOS, 2011). Outros fatores que podemos observar que influenciam na aceitação dessas mulheres são dados como orientação sexual, classe social, gênero musical, raça e etnia.

Por fim, os dados encontrados neste plano de trabalho revelam uma forte atuação das mulheres em sua diversidade, enquanto compositoras e musicistas fortalecendo seu empoderamento no meio musical soteropolitano.

Conclusões, indagações e outras insubordinações musicais

Como pudemos perceber, os três planos de trabalhos distintos nos trazem questões a serem problematizadas, indagações que permanecem, como o paradigma da invisibilidade musical das mulheres enquanto criadoras e, por outro lado, as insubordinações musicais das mesmas que continuam persistindo e existindo para além dos holofotes.

Em relação ao plano de trabalho *Feminaria Musical III: o que (não) se produz sobre mulheres e música no Brasil nos anais dos encontros das associações musicais brasileiras e seminários interdisciplinares sobre os estudos de gênero*

que consiste na continuação da pesquisa anterior “O que (não) se produz sobre música e mulheres no Brasil nos Anais dos encontros das associações musicais brasileiras”, levamos em consideração a mesma metodologia com uma diferente abordagem, visto que, o foco da análise atual está voltado para os encontros feministas e de gênero, especificamente. Na pesquisa anterior constatou-se que no universo de mais ou menos 4500 trabalhos, apenas 38 dialogavam com a nossa abordagem. Já nos anais específicos dos encontros sobre gênero e feminismo de um total de 61 trabalhos sobre o tema, 22 apresentaram a articulação proposta pela nossa pesquisa, de construção de epistemologias feministas numa abordagem interseccional. O objetivo aqui não é uma amostra apenas para medir ou quantificar, mas sim, que essa enorme diferença nos chama a atenção para discutir por que a falta de interesse nesse tipo de estudo? Quais são as variáveis e categorias que têm importância acadêmica? (GARCÍA, GROSSI, TASSINARI, 2010). Apesar das discussões sobre gênero terem se ampliado nos últimos anos, pouco se produziu sobre mulheres e música, principalmente nos encontros de música. Claro que reconhecemos que o debate sobre gênero e feminismo em música no Brasil é emergente, tendo rendido frutos de grande importância (ROSA e NOGUEIRA, 2015).

Além disso, não é colocá-las como vítimas, mas questionar o seu (não) lugar no cenário musical brasileiro, uma vez que a visão da complexa relação de gênero com outras categorias de opressão, especialmente num país desigual como o Brasil, abre caminhos para uma ação em direção a uma sociedade onde todos possam viver melhor (AZÊREDO, 1994) respeitando as diversidades existentes. E isso inclui as diversidades de mulheres, sejam negras, indígenas, lésbicas, bissexuais, transgêneras e deficientes. Ouvir essas pessoas se expressarem através da música é importante, visando que a mesma é a manifestação de crenças, de identidades, é universal quanto a sua existência e importância em qualquer que seja a sociedade (PINTO, 2001). Cada uma traz em si marcadores que quando se interseccionam as tornam vulneráveis no campo das matrizes de desigualdades, e essas pessoas precisam falar por elas mesmas.

O que observamos a partir da análise dos dados, é que algumas mulheres são invisibilizadas como lucidamente nos fala Viviane Vergueiro (2014) sobre as produções sobre pessoas trans* produzidas por pessoas cisgêneras, como se esta última fosse autorizada a falar sobre experiências que não são por elas vivenciadas.

Em relação ao plano de trabalho *Mapeando a Plataforma Lattes: autoras/es, trajetórias e produções sobre mulheres e música no Brasil* podemos concluir

que há uma produção ainda emergente, mas quase invisível sobre mulheres sob a perspectiva dos estudos feministas, de gênero e suas interseccionalidades, em relação à produção de conhecimento sobre música em geral.

A partir da análise dos respectivos currículos lattes, constatamos uma carência de autoras/es associarem os estudos da música com as epistemologias feministas. Já entre as/os acadêmicos/as que dialogam com as discussões feministas, ainda que não sejam originalmente da área de música, o conceito de gênero foi abraçado com entusiasmo uma vez que consiste num avanço significativo em relação às possibilidades analíticas oferecidas pela categoria “mulher” (PISCITELLI, 2002, p. 1).

Podemos também analisar ainda a questão da regionalidade das autoras/es e suas universidades, levando em consideração também a questão da identidade que torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 1987, p. 9).

Ainda que saibamos que no Brasil a questão da cor da pele é uma questão de autoafirmação e posicionamento político, contudo, a partir da análise das fotografias disponíveis nos perfis do currículo *Lattes* foi possível constatar que a maioria é de pele clara. Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra (GONZALEZ, 2008 e 1984).

A ideia é perguntar quais novas perspectivas apareceriam, em uma releitura de elementos da tradição cultural brasileira, quando a branquitude - cujo prestígio se exerce silenciosamente no cotidiano - é colocada no centro do cenário junto com seu fiel escudeiro, a mestiçagem (SOVIK, 2009, p.15). É e extrema necessidade uma problematização sobre a produção musical com algumas questões e discussões sobre mulheres negras e indígenas. A estrutura do poder no Brasil também é historicamente machista, as mulheres indígenas encontram dificuldades para se inserir nos espaços de discussão política das questões que afetam os povos indígenas (KAINGÁNG, 2012, p.417).

Por fim, *O som das compositoras de Salvador: da experiência etnográfica* pretende mapear quem são as compositoras atuantes no cenário musical da cidade de Salvador, quais suas produções musicais, suas composições, em qual gênero musical estão inseridas e sua discografia, ou, o que elas fazem sonoramente?, e também problematiza a invisibilidade dessas mulheres como a autora Carla Patrícia aborda em “O dedo de moça na música da Bahia, Mapeando o estudo da produção de compositoras dos anos 1990-2000” (SANTANA, 2012).

Sabe-se que há várias mulheres atuando na área de composição em Salvador, porém durante a pesquisa percebeu-se que essas mulheres não recebem o devido reconhecimento e repercussão, logo este plano de trabalho também objetiva dar visibilidade a essas mulheres.

O Livro do Festival de Música Educadora FM (IRDEB, 2014) foi muito importante neste momento pois nos trouxe alguns nomes de compositoras, realizado pela rádio Educadora FM e IDERB (Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia) de sua 1º até sua 10º edição. O Festival seleciona os vencedores nas categorias de melhor Música Instrumental, melhor Música com Letra, melhor Intérprete Vocal, melhor Intérprete Instrumental, Melhor Arranjo e música mais votada pelos ouvintes. Na primeira edição apenas uma mulher estava entre os cinquenta selecionados. Os resultados do Festival apontam para a invisibilidade da mulher no cenário musical de Salvador, onde tivemos no auge, oito mulheres dentre cinquenta compositores selecionados. Dos 52 nomes de compositoras apresentados durante o festival, 28 se repetem em relação a listagem já realizada.

Referências

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia mestiza/ Rumo a uma nova consciência. *Revista Estudos Feministas*. Tradução de LIMA, Ana Cecília Acioli. Florianópolis, Vol. 13(3), Set-dez., 2005. Pp. 704-719,

_____. “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo.” *Revista Estudos Feminista*, Florianópolis, Vol. 8 (1), 2000. Pp. 229-236.

AZERÊDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. In: *Estudos Feministas*. CIEC/ECO/UFRJ, número especial, out. 1994, pp. 2013-216.

CARVALHO, Ellen. Experiências soteropolitanas de cantoras-compositoras: Breve estudo sobre corpo e gênero para o canto popular. Trabalho de conclusão de curso do Bacharelado em Canto Popular, Escola de Música. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015. 45p.

CURIEL, Ochy. Hacia La construcción de un feminismo descolonizado. MIÑOSO, Yuderky Espinosa (org.). *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas Del feminismo latinoamericano*. Vol I. Buenos Aires: En La Frontera, 2010. Pp. 69-78.

GARCÍA, Mestra Dina Susana Mazariegos; GROSSI, Miriam Pillar; TASSINARI, Antonella. Mulheres Mayas na Guatemala: relações de poder, gênero, etnia e classe. Seminário Internacional Fazendo Gênero 9, Florianópolis. Ago. 2010, pp. 01-10.

GOMES, Rodrigo Cantos Savelli. A Casa do Samba, o Samba da Rua: relações de gênero, arte e tradições no samba carioca. In: Nogueira, Isabel; Campos, Susan (orgs). Estudos de gênero, corpo e música. Goiânia/Porto Alegre: ANPPOM, 2013. vol. 3. Pp. 354-382.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). São Paulo: Selo Negro, 2008. Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente. (Sankofa: Matrizes Africanas da cultura Brasileira; 3).

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HALL, Stuart. Identidade cultural na pós-modernidade, 11ª edição Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

IRDEB. 10 ANOS DO FESTIVAL DA EDUCADORA FM. Salvador: IRDEB, 2014.

KAINGÁNG, Azelene. Nova História das Mulheres/organizadoras Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro- São Paulo: contexto 2012, p. 411-422.

MOREIRA, Talitha Couto. Música, Materialidade e Relações de Gênero: Categorias Transbordantes. Dissertação de mestrado em música- etnomusicologia. Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

PINTO, Tiago de Oliveira. Som e música: Questões de uma Antropologia Sonora. Revista Antropologia, vol. 44, n.1, São Paulo, 2001.

PISCITELLI, Adriana. “Recriando a (categoria) mulher?”. In: Leila Algranti (org) “A prática feminista o conceito de gênero”. Textos Didáticos, nº 48. Campinas, IFCH- Unicamp, 2002, pp. 7-42.

ROSA, Laila. “Pode performance ser no feminino?”. In: ICTUS, Vol. 11, 2010. p. 83-99.

ROSA, Laila.; IYANAGA, M. ; HORA, E. ; SILVA, L.; ARAUJO, S.; MEDEIROS, Luciano. Epistemologias feministas e a produção de conhecimento recente sobre mulheres e música no Brasil. In: Nogueira, Isabel; Campos, Susan (orgs). Estudos de gênero, corpo e música. Goiânia/Porto Alegre: ANPPOM, 2013. vol. 3. Pp. 110-137.

ROSA, Laila; NOGUEIRA, Isabel. O que nos move, o que nos dobra, o que nos instiga: notas sobre epistemologias feministas, processos criativos, educação e possibilidades transgressoras em música. Revista Vórtex, Curitiba, v.3, n.2, 2015, p.25-56.

SANTANA, Carla Patrícia. As baianas da música. Anais Eletrônicos do IV Seminário Nacional Literatura e Cultura São Cristóvão/SE: GELIC/UFS, 03 e 04 de maio de 2012.

SANTOS, Giselle Cristina dos Anjos. As representações sociais sobre mulheres negras na música. Salvador, 2011, Artigo inédito. Pp. 1-12.

SEGATO, Rita Laura. Raça e Signo. Série Antropologia. Brasília, vol.372, 2005. PP. 1-34.

SOVIK, Liv. Aqui ninguém é branco - Rio de Janeiro, Aeroplano, 2009.

V. Viviane. É a natureza quem decide? Reflexões trans* sobre gênero, corpo e (ab?) uso de substâncias. In: JESUS, Jaqueline Gomes de (org.). Transfeminismo: teorias & práticas. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2014.

WERNECK, Jurema Pinto. O SAMBA SEGUNDO AS IALODÊS: Mulheres negras e a cultura midiática. Rio de Janeiro, 2007. 3018 págs. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação - UFRJ.

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A IMPORTÂNCIA DO CONCURSO DA DEUSA DO ÉBANO PARA A IDENTIDADE E A ESTÉTICA NEGRA EM DANÇA.

Nadir Nóbrega Oliveira
Universidade Federal de Alagoas.
nadirnobrega@hotmail.com

Resumo

Esse trabalho trata-se de um relato de experiência como uma carnavalesca, pesquisadora que busca abordar a importância do concurso Deusa do Ébano da Festa da Beleza Negra do Bloco Afro Ilê Aiyê de Salvador-Bahia. Este evento contribui para contextualizar as construções identitárias e sócio políticas através das danças das mulheres negras, constituindo a continuidade da civilização africana.

Palavras chave: Deusa do Ébano, Bloco Afro, Coreografia, Identidade negra.

Início de um pensamento

A Festa da Beleza Negra foi criada e dirigida pelo bloco afro Ilê Aiyê. Trata-se de um concurso, criado em 1976, para a escolha de uma mulher negra, que representará o bloco durante o carnaval, como “Deusa do Ébano”, antecedendo os preparativos para o carnaval, 15 dias antes do sábado de carnaval. Este evento só foi evidenciado pela mídia, a partir de 1980. O idealizador desta personagem é o bancário Sérgio Roberto, antigo morador do bairro do Curuzu. Ele afirmou, ao ser entrevistado por mim, que a sua preocupação era “[...] destacar, no carnaval da Bahia, a beleza da mulher negra sem que, para isso, ela tivesse que se apresentar nua ou seminua, como é costume no carnaval brasileiro.” (novembro, 2009) Segundo o Presidente do bloco afro Ilê Aiyê, “Vovô”, a criação do concurso Deusa do Ébano significa um “avanço para o movimento

negro no que se refere à mulher negra, cada vez mais se assumindo perante esta sociedade racista e desigual”.

Ressalto que a década de 1970 foi fundamental do ponto de vista da mobilização política para estas jovens mulheres negras, que através da dança e da estética começaram a ampliar os espaços de participação no carnaval da Bahia. É possível se pensar no carnaval baiano antes e depois da fundação do bloco afro Ilê Aiyê, como também a de outros blocos afro, que começaram a demonstrar suas expressividades através das artes. Apesar das pressões sociais da década de 1970 no Brasil, estas jovens mulheres negras elaboraram formas de atuação na luta contra o racismo e opressão, embora, que nesse mesmo período, o discurso da democracia encobria demonstrações de racismo com a intensa repressão policial aos chamados blocos de índios e aos afro.

Porém, atualmente, há ainda recusas da participação dos negros e moradores de bairros periféricos da cidade de Salvador em blocos de trios, chamados de axé, como, por exemplo, Os Camaleões, Alô Inter, Eva, Nana Banana. É pertinente frisar que alguns foliões negros para participarem destes blocos, omitem os seus verdadeiros endereços residenciais, pois o bairro é o território que demarca o extrato social desses atores e atrizes sociais.

Hoje é notório que as mulheres têm conquistado visibilidade e espaço, em vários campos profissionais, embora essa presença feminina negra se depare ainda com alguns problemas, sendo algumas vezes discriminada, racialmente. Mulheres que exercem papéis determinantes nas organizações familiar, social e política, na religião, na estruturação das comunidades-terreiro e outras comunidades, em geral, mas que ainda recebem os salários inferiores ao homem.

Metodologia do concurso

Na Festa da Beleza Negra, a escolha da Deusa do Ébano é um evento muito esperado e prestigiado por vários segmentos da sociedade local e até nacional. A imagem da jovem mulher negra como “deusa” ou “rainha” surgiu como crítica aos concursos de beleza do carnaval, nos quais as mulheres brancas são as que representavam o modelo de “beleza ideal”.

Segundo Roberto, inicialmente, esse concurso se intitulava de “Crioula de Ilê”, depois “Negra Ilê”, e por fim, Deusa do Ébano. Essa deusa possui inúmeras responsabilidades durante um ano do seu reinado, pois será a líder para as outras mulheres, tanto para as jovens quanto para as mais velhas.

A estética, a dança e a música são usadas como bases para estimular a sua auto-afirmação, elevar a sua auto-estima e o seu autoconceito enquanto mulher negra, reagindo à ideologia hegemônica eurocêntrica de beleza. Uma concepção de beleza que reafirma os cabelos trançados, a pele escura, o nariz chato, os lábios grossos e a bacia grande. Entretanto, há uma contradição nesse evento, como também em muitos outros promovidos pelo bloco afro Ilê Aiyê: viver num “reinado” tendo que representar o bloco em várias instâncias sem ter a carteira de trabalho assinada e nem tampouco receber outros benefícios sociais.

Quando eleita, esta “jovem deusa” reina no bloco passando, assim, a receber uma série de orientações espirituais, emocionais e tarefas pedagógicas, como, por exemplo, não usar drogas e nem tampouco usar a violência, ministrar palestras sobre as culturas afro-brasileiras, entre outras atividades. Além disso, a Deusa do Ébano irá representar o bloco nos espetáculos, nas apresentações públicas, nos encontros e viagens pelo país e no exterior.

Nesta fusão de arte, cultura e história, este bloco afro se distingue de outros blocos por ainda manter a tradição de celebrar, quinze dias antes do carnaval a “Festa da Beleza Negra”, um evento significativo no calendário carnavalesco da cidade de Salvador. A propósito desta dimensão simbólica, a Deusa do Ébano traz também a mitificação com relação à religião do Candomblé porque, muitas vezes, elas são também identificadas com os orixás femininos, como Yansã, Oxum e outros.

Nesse concurso, vê-se que os atributos de beleza e de feminilidade são fundamentais, além disso, a desinibição, a dignidade, a força, a sensualidade, a ancestralidade e a consciência negra são valores imprescindíveis para as candidatas a esse título. A ancestralidade transcende as medidas da cintura, a largura do nariz, o tamanho de boca, a cor de olhos e os tipos de cabelos e, durante o seu reinado, “[...] não devem ser exibidas as suas coxas e outras partes do corpo como seios e quadris, no alto do carro alegórico, ela deve passar a magia e a força da dança negra e deve ter consciência da sua negritude”, como declarou Graça Onaxilé, uma ex-cantora do bloco Ilê Aiyê em entrevista para esta pesquisa, em 2010.

Nessa Festa da Beleza Negra, o espetáculo evolui no palco da sede “Senzala do Barro Preto”, onde Dete Lima, a diretora fundadora do bloco afro Ilê Aiyê, também é responsável pela criação dos figurinos e turbantes das dançarinas, dos mestres de cerimônia, dos cantores e das cantoras e dos músicos.

Para a coreógrafa Nadir Nóbrega Oliveira, este espaço é

O lugar da cena vivida é, neste espetáculo, também o lugar da afirmação da cultura africana, da esperança que se alcança, trabalhando por este reconhecimento e afirmação da sua especificidade, de sua particularidade geralmente negada (2013, p.133).

Para Boëtsche e Savarese, na sua pesquisa sobre “erotização”, chamam a atenção para os corpos das negras africanas, que, são, geralmente, explorados e mostrados desnudos através de fotografias, reforçando a idéia do “exótico e como objeto erótico integrado no imaginário colonial” (1999, p. 124). Este concurso da Deusa do Ébano foi criado, justamente, para desmistificar o corpo negro visto como erótico, embora, a sensualidade seja um aspecto vital na apresentação das candidatas a esse título. Para o bloco, a deusa é a primeira rainha negra do carnaval baiano, diferente do tradicional concurso da rainha do carnaval. A Deusa do Ébano se exprime através da dança, da música, com o figurino, com os adereços e com cabelos do mundo afro.

As candidatas inscritas recebem informações e textos sobre diversos temas, assim como são orientadas quanto às normas de condutas e à sua espiritualidade, independente do seu credo religioso. Para vencer este concurso, as candidatas devem ter pontuações suficientes nos seguintes critérios de avaliação: 1) A dança; 2) O figurino apropriado; 3) A beleza natural; 4) A postura corporal e 5) Desenvoltura cênica.

A cada ano se inscrevem jovens em números significativos, ficando cada vez mais difícil a escolha de uma só entre várias. Se vivêssemos num país democrático, onde todos os grupos étnicos fossem valorizados, talvez um concurso dessa natureza não fosse necessário. Mas, esse evento é ainda necessário para denunciar o racismo e a violência contra a mulher. Uma das Deusas do Ébano, Talita Amorim, possui clara opinião sobre o que este concurso representa para a sociedade. Ela desabafa: a Deusa do Ébano é uma “bandeira contra o racismo e a violência contra a mulher brasileira”. (2009)

O bloco afro Ilê Aiyê foi o percussor em propor este concurso da escolha da rainha negra de blocos afro. Os blocos afro Malê Debalê e o Olodum repetiram também esta iniciativa de eleger mulheres negras, representando-os em outros eventos socioculturais. Já no bloco afro Bankoma, este concurso não existe, mas há um revezamento das jovens negras, desfilando em cima do carro alegórico. São as que pertencem a sua comunidade-terreiro e que também são do grupo de dança: Eliana Santos, Aline Santos Silva, Géssica Catarina das Neves e Maria Tereza Conceição dos Santos dos anos de 2009 até o de 2013.

Assim, a presença negra feminina, no carnaval, a partir dos anos 1970, nesse processo, denominado de “reafricanização”, fez do carnaval baiano o espaço por excelência de afirmação étnica, avançando na questão das relações raciais no Brasil, superando a, então, perspectiva integracionista, dos anos 1930. A década de 1970, foi também fundamental para a parceria do bloco afro Ilê Aiyê com o grupo de mulheres do Movimento Negro, no que tange às discussões políticas sobre a homogeneização da luta feminina, orientando-os para que não reforçassem a postura sexista brasileira de que “mulher é tudo igual”.

Elementos estéticos identitários

Nestes blocos, a espiritualidade é cultivada pelas *Ìyálórìsàs*, *equedes*¹ e *ebomis*². A Professora Lourdinha Siqueira, justifica a importância da mulher, em vários espaços, principalmente, no Candomblé: “[...] a procriação, a fecundidade, a guarda da família, a manutenção dos valores, é a mais envolvida com a estética, e a que convive mais de perto com o sagrado nos terreiros de Candomblés assumindo funções essenciais” (2004).

Estas rainhas executam uma série de sequências e rituais religiosos do Candomblé, os quais antecedem ao período do carnaval, seguindo os fundamentos das suas casas religiosas, podendo ser executados de forma individual ou coletiva. Essas obrigações religiosas – banhos de folhas sagradas ou oferendas de comidas e bebidas para os Orixás – são individuais (variam de indivíduo para indivíduo). Durante os preparativos que antecedem o carnaval, essas mulheres religiosas da comunidade do terreiro *Ilê Axé Jitolu* preparam os rituais que têm por objetivo proteger os diretores e todo o elenco do bloco antes de saírem para as ruas.

Além dos banhos de folhas e oferendas para os orixás, elas pedem proteção aos orixás Omolu e Oxalá para que os “caminhos estejam abertos”, jogando pipocas e milho branco no ar, soltando pombas brancas e pombas,

1 Equede: palavra da família Kwa (África Ocidental), que é aquela encarregada de zelar pelas divindades que descem ou se corporificam em seus iniciados, durante as cerimônias rituais. Sendo uma das mais importantes assistentes da *Ìyálórìsà* ou do *Babalórìsà*. Muito embora a Equede possua alguns segredos do axé, ela não corporifica a entidade na qual ela foi iniciada. Mais informações, consultar CASTRO, Yeda Pessoa. 2001, p. 230.

2 Ebomi: palavra da família Kwa, que significa filha-de-santo com 07 anos de iniciação e que tenha se submetido às obrigações rituais de costume da sua casa religiosa. Na nação Bantué o mesmo que Macota (Idem p.225).

para saudar estes orixás. Morales, na sua dissertação de mestrado (1990, p.82), destaca a importância destes rituais religiosos quando se refere ao *Afoxé Filhos de Gandhi*, o qual também realiza o seu ritual carnavalesco, com “oferendas para o orixá Exu, pedindo-lhe proteção e licença”.

Portanto, o conjunto heterogêneo de oferendas produz efeitos de harmonia e de encantamento destes blocos, no início de seus desfiles, o que provoca sentimentos de pertencimento, em seus foliões e em alguns espectadores. Acredito que a fé nos orixás e o amor pelo bloco podem até causar estranheza aos olhos de alguns foliões ou dos turistas, mas para os componentes destes blocos e de *afoxés* são vitais como rito de passagem e de transformação individual nesse processo coletivo.

Todas as mulheres que foram entrevistadas antes do concurso desejaram na infância e na adolescência serem convidadas para exercerem papéis de destaque como sujeito da ação e não como objeto. Sobre isso, trago a fala da primeira Princesa da Deusa do Ébano, Vânia Oliveira, que me relatou a discriminação que sofreu na escola quando era ainda criança: “Nem para o tal concurso escolar Rainha do Milho eu e as outras colegas negras éramos convidadas. Claro que na época não tínhamos uma consciência de que isto era uma prática de racismo”. Vi em Vânia, durante esta entrevista, o seu orgulho em possuir sua ascendência africana.

O nível de escolaridade destas candidatas merece ser destacado, tendo em vista que a partir do ano 2000, assim como eu, maioria delas têm nível universitário completo, como Vânia Oliveira, Talita Amorim (fotografias ao lado). Essas mulheres, ao narrarem suas trajetórias escolares, ao se tornarem profissionais de nível superior, saíram do lugar predestinado por um pensamento racista e pelas condições socioeconômicas da maioria da população afro-brasileira – o lugar da doméstica, da faxineira, daquelas que realizam os serviços gerais, para ocuparem posições melhores de muitos dos seus familiares.

A conquista do nível superior tem significado para todas e contribuiu para que elas articulem os saberes aprendidos na Academia nas suas comunidades participando ativamente das questões sociais: ministrando palestras, oficinas e ações reivindicatórias relacionadas com saúde, habitação, transporte e educação.



Figura 01 – Vânia Oliveira: Primeira Princesa do bloco afro Ilê Aiyê, no ano de 2001 e Rainha negra do bloco afro Malê Debalê, nos anos 2006 e 2009.



Figura 02– Talita Amorim. Fotografia:Valécia Ribeiro, 2009.

Essas jovens deusas durante as suas apresentações artísticas, destacam-se pelas expressões plásticas das suas indumentárias, apresentando elementos estéticos utilizados nos *continuum* civilizatórios africano e indígenas, nos seus figurinos e na sua coroa: os búzios, as cabaças, o tecido brocado verde e dourado e a palha da costa.

Durante as entrevistas, essas mulheres responderam com olhos brilhantes sobre os temas que estudaram, durante a seleção para o concurso Deusa do Ébano. Entre muitos assuntos, destaco as revoltas escravas, os quilombos e reinos africanos, que até, então, não tinham sido estudados nas suas escolas de níveis fundamentais e nem tampouco nas suas universidades. Estas jovens “rainhas” e dançarinas destes quatro blocos afro, através das suas *performances*, buscam um novo ideal de sujeito, querem ser referência para seus grupos familiares, escolares e religiosos, apesar de saberem que para se qualificarem como “sujeitos legítimos” (LOURO, 2004), como um “corpo que importa”, nos dizeres de Collins (1991 p. 26), elas obedecem normas que regulam as ações culturais desses blocos afro.

A seguir apresento a relação dos nomes das Deusas do Ébano, seus respectivos anos de reinado e os temas, que incluem os nomes de personalidades, dos países e estados, os quais foram homenageados pelo bloco afro Ilê Aiyê. Convém salientar que alguns nomes estão incompletos, pois assim me foram enviados pela Direção do referido bloco.

ANO	RAINHAS	TEMAS
1975	Mirinha	Ilê Aiyê
1976	Maria de Lourdes S. Cruz	Watutsi
1977	Patrícia	Alto – Volta
1978	Rita	Congo – Zaire
1979	Sandra Regina Barreto	Rwanda
1980	Auxiliadora	Camerun
1981	Peninha	Zimbabwe
1982	Itaguaracira	Mali – Dogons
1983	Aída	Ghana – Ashanti
1984	Aidil Moreira de Jesus	Angola
1985	Rosimeire	Daomé
1986	Telma Menezes (In memoriam)	Congo Brazzaville
1987	Maria de Lourdes S. Cruz	Nigéria
1988	Eunice	Senegal
1989	Heide	Palmares
1990	Florisnalda Antonia Souza Calazans	Costa do marfim
1991	Rovania	Revolta dos búzios
1992	Regina Celi do Nascimento	Azânia
1993	Raimunda	América negra – o sonho africano
1994	Cátia	Uma nação africana chamada Bahia
1995	Rosilene Brito de Oliveira (In memoriam)	Organizações de resistência negra
1996	Soraya Santos Souza	Civilização Bantu
1997	Mônica Ferreira	Pérolas negras do saber
1998	Gerusa Menezes	Guine Conakry
1999	Suely Conceição	A força das raízes africanas
2000	Natalice Passos Santana	Terra de Quilombos
2001	Priscila Santos da Silva	África: ventre fértil do mundo
2002	Tais Carvalho Sacramento	Malês – a revolução
2003	Lucinete Calmon de Araujo	A rota dos tambores no Maranhão
2004	Talita Bezerra de Amorim	Mãe Hilda Jitolú – Guardiã da fé
2005	Ivana Gomes Amorim	Moçambique – Vutlari
2006	Katia Alves de Jesus	O negro e o poder
2007	Fernanda Ramos do Nascimento	Abdijan, Abuja, Harare e Dakar, Ah! Salvador, se você fosse assim
2008	Adriana Santos Silva	Candaces - Rainhas do império Meroe
2009	Edilene Alves dos Santos	Equador - Pérola negra do saber
2010	Gisele da Silva Santos	Pernambuco, Uma nação africana
2011	Lucimar Cerqueira Sousa	Minas Gerais símbolo de resistência negra

2012	Edjane dos Santos Nascimento	Negros do Sul – RS - Santa Catarina e Paraná. Lá também tem!
2013	Daiana dos Santos Ribeiro	Guiné Equatorial
2014	Cíntia Paixão	Do Ilê Axé Jitolu para o Mundo - Ah se não fosse o Ilê ...
2015	Alexandra Amorim	A diáspora africana - Jamaica
2016	Larissa Oliveira	Recôncavo baiano

Apresento a opinião da Sr^a Mirinha ao ser por mim entrevistada.

Eu não me achava bonita. Ninguém me chamava de bela. Nem a minha mãe. Na minha época, qual o negro que aparecia de maneira positiva na TV ou em propagandas com negros? Não havia. Aí, vem o Ilê Aiyê, questionando tudo isso. E eu, apesar de ser novinha, na época eu tinha 16 anos, já era componente do bloco, acompanhando todo o processo, criei coragem e resolvi concorrer para enfrentar as feras do sistema. (Em entrevista, junho 2013).

Vale ressaltar que essa senhora, atualmente, ainda veste-se como “Deusa do Ébano” com modelo capulana e grande turbante com tecidos do bloco afro, em ocasiões requisitadas pelo bloco, sobretudo, em cerimônias. Mirinha foi a primeira representante oficial do bloco, o que, conjuntamente, com Dete, Ana Meire e Mãe Hilda, rompeu a barreira do etnocentrismo, tanto no aspecto da dominação masculina quanto no aspecto estético, mostrando com feminilidade a arte de jeito de ser baiana.

Mirinha é também, carinhosamente, chamada de “Mãe Rainha” ou de “Tia Mirinha” pelas deusas mais jovens. Quando indaguei a ela sobre a importância desse evento para a construção de identidade e beleza negra, ela afirmou com bastante orgulho: “Graças ao Ilê, a Festa da Beleza Negra é uma festa máxima da negritude baiana, que nos coloca como bonita, desejável, inteligente e talentosa. Nunca vou deixar de ser Ilê!” Assim, participar destes blocos afro faz com que as suas integrantes fiquem orgulhosas por serem negras e baianas.

Um fato curioso levantado por estas mulheres deusas, durante as minhas entrevistas, é que todas afirmaram que antes de se tornarem Deusas do Ébano, sentiam que a sua auto-estima era baixa e se sentiam rejeitadas. Esses sentimentos tinham base, tanto no âmbito familiar quanto na própria sociedade. Mas, ao se tornarem Deusas do Ébano esses sentimentos desapareceram durante a eleição, durante e após o reinado.

Apresento aqui parte da música Deusa do Ébano, composta pelo odontólogo Geraldo Lima, em 1976, especialmente, em homenagem à Mirinha, e ainda é executada na abertura e no final do concurso, visando expandir a alteridade própria da mulher negra, valorizando a sua beleza negra, expressada pela cor de pele, a seguir:

*Minha crioula.
Vou cantar para você.
Estás tão linda, no meu bloco Ilê Aiyê
Com suas tranças.
Muita originalidade
Pela avenida
Cheia de felicidade
Minha deusa do ébano
É deusa do ébano....*

Considerações finais

O que chamo atenção é que entre tantas movimentações, ao longo dos anos, a maioria da sociedade ainda estabelece a divisão cultura erudita e cultura popular, como divisão primordial, compreendida como criações provocadas por divisões de classe, relacionadas ao corpo. As danças dessas rainhas nesse blocos afro são reconhecidamente, tidas e vistas como forma de expressão da cultura baiana, mostrando as mulheres como principais responsáveis pela educação das pessoas nas suas comunidades. Esta educação se deu por intermédio da tradicional oralidade, de forma lúdica e também literária. Por isso, acredito que pelo viés da cultura de base africana podemos reconstruir a identidade dos negros e dos brancos das gerações atuais e das futuras gerações.

As danças delas não são homogêneas. Elas variam pela dinâmica do tempo, pelos locais e pessoas que as criam. Essas criações artísticas são enraizadas historicamente³, pois os corpos trazem marcas diferenciadas, a partir de padrões estéticos e referências de valores e ideais da cultura afro-brasileira. É preciso ficar atento com as questões relacionadas ao processo de inferiorização, desumanização e folclorização do negro, por isso é necessário que no campo

3 A autora Linda Nicholson (2000) chama também atenção para as deduções generalizáveis para qualquer cultura, qualquer tempo e qualquer lugar como as de gênero e de sexo.

da educação e das artes se reveja a lógica dicotômica, que foi construída aos longos dos anos: negro x branco, feio x bonito, rico x pobre, contemporâneo x primitivo, academia x rua, erudição x senso comum, entre tantas outras.

Enquanto a Deusa do Ébano permanecer no seu reinado, ela deve realizar turnês junto com o bloco, sem, contudo, estabelecer um vínculo empregatício com o mesmo. Para muitas ainda é difícil manterem-se profissionalmente e estarem à disposição do Ilê, já que esse bloco sobrevive de patrocínios para os seus cursos profissionalizantes e eventos de empresas nacionais, como a Petrobrás e a Natura. Apesar de alguns problemas financeiro, ser Deusa do Ébano do Ilê ainda é uma excelente experiência, para todas é uma oportunidade de conhecerem outras pessoas, realizarem trabalhos com propostas progressistas e conscientizadoras a respeito de raça, gênero e classe.

Outra questão que merece destaque é que essas rainhas/deusas representam a mulher de uma África idealizada, sem os cabelos alisados por ferro ou com produtos químicos, e com um forte desejo de ascender profissionalmente, apesar do racismo imposto. Elas sabem das suas responsabilidades sociais no seio da sua família, do seu bairro, sobre as questões culturais e raciais do Brasil e de outros países.

Vários (as) autores (as) apresentando o empoderamento de mulheres deusas, como questão tão atual neste evento do bloco afro Ilê Aiyê, como instrumento de reflexão e amadurecimento de questões chamada de performatividade da diferença, cujas proposições são necessárias para a consecução do resultado que anunciam, ou seja, desmistificam a visão da cultura negra como exótica, como também desconstruem a estereotipação que tem sofrido a mulher negra e o homem negro (malandro, preguiçoso, mulata, mãe preta, cabelo ruim).

O discurso construído pela imposição da “brancura”, a partir de afirmativas depreciativas proporcionou uma submissão muito difícil de libertação, ou seja, os rigorosos alisamentos dos cabelos (chapinhas, ferros de espicho e produtos químicos), exigindo com que essas mulheres se mostrem com “aparências agradáveis” para si e para os outros, associando os cabelos lisos à elegância e à beleza.

Nas estas estreitas e movediças ligações de “identidades e diferenças”, apontadas por autoras negras, marcadas pelas dualidades culturais dominantes e orientadas pelo processo de “embranquecimento”, ainda tão presente nos espaços familiares e escolares: cabelo ruim x cabelo bom, cabelo belo x cabelo feio e mulher bonita x mulher feia, que estabelecem, assim, as relações de

poder entre os baianos e as baiana, ainda estimulando o recalque à alteridade própria das nossas crianças e jovens.

O processos criativos coreográficos e cênicos dessas mulheres são resultados das suas produções de conhecimentos, das suas próprias perspectivas ou até mesmo dos seus pontos de vista sobre as suas experiências vividas, omitidos e marginalizados nos estudos das artes da dança. As danças dessas deusas estão imbricadas com outras múltiplas linguagens artísticas, o canto, a música, a poesia, a encenação, a cenografia, o designer, consubstanciando um pensamento de arte em dimensões política e educativa.

Concluo assim afirmando que esses corpos negros ressaltam a dança, enquanto um dos importantes canais estéticos de expressão e, linguagem daquilo que construímos e consideramos por uma estética negra, em contraposição ao que, hegemonicamente a sociedade oficial brasileira impôs enquanto modelo estético. Transpondo isso, as coreografias expressam as forças dinamizadoras desses corpos negros, enriquecidas pelas tradições, pelas histórias, pelos mitos, pelas lendas, e pelas memórias. Danças que dialogam com o cotidiano e com a dinâmica social, e que permite novos conceitos e elaborações da arte negra.

Referencias bibliográficas

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre a sexualidade e teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LUZ, C. P. Narcimária. Palmares hoje: educação, identidade e pluralidade nacional. In: BOAVENTURA, Edivaldo M.; SILVA, Ana Célia da. **O terceiro, a quadra e a roda**. Programa de Pós-Graduação em Educação da FACED/UFBA, 2004.

MORALES, Anamaria. **Etnicidade e mobilização cultural negra em Salvador**. 1990.180 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.

OLIVEIRA, Nadir Nóbrega. **SOU NEGONA, SIM SENHORA! Um olhar nas práticas espetaculares dos blocos afro Ilê Aiyê, Olodum, Malê Debalê e Bankoma no carnaval soteropolitano**. 2013. 298 f. Tese (Doutorado em Artes Cênicas- Dança) – Escola de Teatro . Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

RELAÇÕES DE GÊNERO NAS CIÊNCIAS EXATAS, ENGENHARIAS E COMPUTAÇÃO



GT 15

ASSIMETRIA DE GÊNERO NA ACADEMIA: UMA ABORDAGEM DA INTER-RELAÇÃO ENTRE A CARREIRA PROFISSIONAL E A VIDA DOMÉSTICA DE DOCENTES E PESQUISADORES DE ENSINO SUPERIOR

Martins-Suarez, Fernanda Chiozzini, Farias;

Rita de Cássia Pereira;

Fiuza, Ana Louise Carvalho.

Universidade Federal de Viçosa - UFV

fchiozzini@hotmail.com

Resumo

O trabalho pretendeu, a partir da perspectiva de gênero, analisar a trajetória da construção da carreira profissional e vida doméstica das mulheres atuantes como docentes e pesquisadoras vinculadas ao Centro de Ciências Exatas (CCE) da Universidade Federal de Viçosa. Pretendeu-se, especificamente, observar a maneira como se construiu a interface entre a carreira profissional e a vida privada destas mulheres. No que se refere à sua carreira, foi observada a reprodução social com base no sexo das orientações que os professores e professoras receberam e nas orientações que eles realizaram e estão realizando, identificando o sexo dos orientadores e orientandos através do SPSS (*Statistical Package for the Social Science*). Ainda, pretendeu-se analisar, por meio de entrevistas, a relação entre a vida acadêmica e a vida doméstica das mulheres docentes do CCE observando como a sua vida profissional e familiar são conciliadas, em termos de construção de sua trajetória de vida. As entrevistas revelaram a necessidade de ajustes em suas vidas pessoais a fim de possibilitar a construção de sua carreira profissional. Interessante destacar que o enfoque nos cursos de ciências exatas se justifica pelo fato dos departamentos que compõem o CCE estarem recebendo cada vez mais mulheres em seu corpo docente, de acordo com os dados disponíveis no registro escolar da Universidade Federal de Viçosa.

Palavras chave: Gênero, Mulher, Ciência.

1. Introdução

A oportunidade de estudar, graduar-se e trabalhar fora de casa foram conquistas que impulsionaram as mulheres no campo educacional e na formação de sua carreira, sobretudo, a partir de meados do século XX (OLINTO, 2011).

Betty Friedan (1971), aborda esta discussão em sua obra “A mística feminina” ilustrando a insatisfação da mulher quanto ao papel de mãe e esposa que a sociedade esperava que ela representasse, desta forma, tal obra funcionou como um discurso orquestrado das mulheres que buscavam assumir que realmente almejavam algo mais, queriam ser reconhecidas pelo seu trabalho, pelo seu talento e dedicação enquanto indivíduo.

Em sua obra, Friedan (1971) descreve o sentimento angustiante das mulheres por não serem vistas pela sociedade como um indivíduo capaz de atuar na esfera pública, entendida aqui a partir da definição de Habermas (2003) como voltada para a esfera da economia e para o campo de decisões políticas. Uma leitura crítica da teoria Habermasiana, entretanto, não se opõe aos anseios do feminismo, pelo contrário, propõe uma ampliação do debate público fundamental para a desnaturalização de opressões e a reconstrução de outras formas de compreensão do mundo resultantes do feminismo. Contudo, Nancy Fraser (1987) afirma que sendo o espaço público, primeiramente compreendido por Habermas (2003) como uma teia comunicativa para a tomada de decisões que atravessa e é atravessada por diversas arenas e atores sociais.

O movimento feminista, propriamente dito, teve início no século XIX nos Estados Unidos e Inglaterra como um movimento político que intencionava a busca de direitos iguais para homens e mulheres (ALVES, 1991). Com um caráter mais intelectual, o feminismo passou a ser preocupar mais com a insatisfação das mulheres em resumirem suas vidas ao casamento e cuidados com os filhos, buscando a aceitação de homens e mulheres como possuidores de igual capacidade que não os diferenciam na aptidão para o trabalho na esfera pública. Na década de 1990, o movimento feminista começa a trabalhar com diferentes grupos de mulheres, sendo assim denominado de feminismo da diferença fortemente balizado nas diferenças significativas entre os sexos (ALVES et al., 1991).

O conceito de gênero foi utilizado neste trabalho com base em Scott (1995). Cabe ressaltar que para a autora, gênero é “uma maneira de indicar as construções sociais do sexo com a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres [...]” (p. 7).

Atrelado aos avanços do feminismo e ao nascimento das teorias de gênero, mudanças de âmbito político e social decorrentes da industrialização e urbanização ocorridas na década de 1970, de acordo com Probst (2007), lançaram as mulheres ao mercado de trabalho, participação esta que agregou afazeres a suas vidas, pois não excluiu a responsabilidade dos cuidados com a casa, marido e filhos.

Nos contemporaneidade, a jornada dupla da mulher não causa tanto espanto, mas a assimetria de gênero no mercado de trabalho ainda é evidente, até mesmo porque a inserção da mulher foi marcada por um período de preconceitos e dificuldades. (GOMES, 2005).

É esperado que nestas circunstâncias a mulher fizesse uma escolha: ou dar preferência ao papel de mãe ou de cientista, o que provavelmente a deixaria frustrada de alguma maneira, ou optar por ser mãe e profissional, objeto desta proposta de pesquisa.

Estudos já foram realizados na área de ciências sociais tendo como principais preocupações a assimetria na participação de docentes/pesquisadores na academia sustentados na perspectiva de gênero, entretanto, um ponto diferencial desta proposta de estudo é a maneira que o processo de construção da carreira acima mencionada reflete na vida privada e construção da família deste professor(a)/pesquisador(a).

Santana Cruz (2012) mostrou que em relação ao estado civil, a maioria dos docentes do sexo masculino são casados, uma vez que, de acordo com o mesmo autor, as mulheres estavam mais suscetíveis a abrir mão de sua formação em prol da família principalmente para execução do papel maternal, além de enfrentarem barreiras no que confere cargos importantes dentro da universidade.

Estudos como o de Garcia (2006) demonstraram que o olhar feminista não tem sido o mesmo nas diferentes ciências. Neste ínterim, Claude Dubar (1997) sugere que o processo de socialização constitui uma ferramenta teórica pertinente ao oferecer a possibilidade de compreender, como se efetiva a construção da “vida pública” e “vida privada” das mulheres atuantes como docentes e pesquisadoras dentro do campo das Ciências Exatas.

Dubar (1997), com base em Piaget, considera que o processo de socialização se inicia na infância e segue na vida adulta ao passar da escola ao ambiente de trabalho. Em alguns locais de trabalhos, entretanto, a distinção entre carreiras “direcionadas” para homens e carreiras “direcionadas” para mulheres são mais evidentes. A sociedade reproduz a ideia de que algumas funções

são masculinizadas e outras feminilizadas. Na universidade, foco deste estudo, os cursos de ciências exatas são compreendidos como masculinizados e esta forma de entender a ciência ainda vem sendo reproduzida.

Com isso, observa-se que a realidade nos cursos de ciências exatas da Universidade Federal de Viçosa é a existência de um maior número de gabinetes que levam nomes de professores do sexo masculino. Tal observação, entretanto, ganha força quando atada a noção construída pelo senso comum e culturalmente reproduzida de que os homens estão mais propensos às ciências exatas e as mulheres às ciências humanas, questão abordada aqui com base em Londa Shienbienger (2011).

Ademais, a Universidade Federal de Viçosa tem uma história com fortes bases nos cursos de agrárias e veterinária, ou seja, cursos que objetivavam o aprendizado e aprimoramento para a vida no campo. Dessa forma, com esta relação direta ao rural, a UFV foi criada como uma universidade que atenderia primordialmente ao público masculino. É por isso, que as discussões de Dubar (1997) cabem tão bem na análise pretendida, pois para ele a socialização é essencialmente “uma construção lenta e gradual de um código simbólico” que não constitui, como em Durkheim, um conjunto de crenças e de valores herdados da geração precedente, mas um “sistema de referência e de avaliação do real que permite” comportar-se de uma certa forma, numa dada situação” (DUBAR, 1997).

Assim, o objetivo deste trabalho tem sido analisar o processo de construção da carreira profissional e da vida doméstica das mulheres atuantes como docentes e pesquisadoras no campo das Ciências Exatas da Universidade Federal de Viçosa M.G., mais precisamente, analisar a reprodução social de sexo com base nas orientações recebidas e realizadas pelos (as) professores (as) e apreender a construção da trajetória de vida pessoal das professoras do Centro de Ciências Exatas.

2. Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa foi dividida em duas partes, a primeira classificada como comparativa por confrontar dados referentes a homens e mulheres, e de caráter quantitativo realizada com base em dados numéricos retirados da análise do currículo lattes de todos os professores que compõem o Centro de Ciências Exatas da UFV, os dados foram analisados pelo programa SPSS (*Statistical package for the Social Science*). A segunda parte foi descritiva-explicativa e de

caráter qualitativo com base em na entrevista de dez mulheres docentes do CCE selecionadas por sorteio. As respostas dadas por estas mulheres estão sendo analisadas e futuramente, o conteúdo completo de suas entrevistas será estudada com base no programa ALCESTE, software de análises de dados textuais.

A presente pesquisa encontra-se em andamento, pois trata-se da dissertação da autora, entretanto, todos os dados já foram colhidos e as análises já realizadas estão apresentadas neste trabalho.

Primeiramente, levantou-se informações a respeito do número de professores e professoras em cada um dos cursos de graduação e pós-graduação do Centro de Ciências Exatas da UFV.

Cada um dos departamentos do CCE é composto pela seguinte disposição de docentes/pesquisadores do sexo masculino e femininos:

Tabela 1 – Número de professores e professoras do Centro de Ciências Exatas da UFV

Cursos	Homens	Mulheres
Arq e Urbanismo	11	11
Ciência da Comp.	19	1
Ciência da Tec. de Laticínios	21	6
Eng. Ambiental	31	5
Eng. Civil	30	7
Eng. de Produção	5	3
Eng. de agrimensura e cartográfica	10	2
Eng. de Alimentos	19	11
Engenharia Elétrica	9	1
Eng. Mecânica	9	1
Eng. Química	6	2
Química	26	13
Física	35	1
Matemática	20	17
Total	251	81

Estes números demonstraram que o número de homens docentes e/ou pesquisadores no Centro de Ciências Exatas da UFV é mais que três vezes maior que o número de mulheres ocupando o mesmo posto.

Na parte quantitativa da pesquisa, foi considerado o ano de 2015 como o limite da contabilização dos dados e levou cerca de dois meses para ser finalizada. Importante, entretanto, ressaltar, que algum professor possa por ventura

não ter atualizado seu currículo lattes até o momento em que as coletas de informações foram finalizadas.

As observações feitas com base no currículo lattes de cada professor foram as seguintes: 1) ano de finalização de graduação, mestrado e doutorado, 2) sexo de seus respectivos orientadores, 3) início da docência, 4) o número e sexo dos orientandos de iniciação científica, de mestrado, de doutorado e de pós-doutorado.

Após o preenchimento dos dados na tabela do Excel, os mesmos foram lançados no programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*). Este programa foi utilizado, basicamente, para fazer análises cruzadas entre variáveis, considerando-se, por exemplo, o sexo do professor e o número e o sexo dos seus orientandos em nível de iniciação científica, de mestrado e de doutorado.

A intenção desta classificação foi observar uma tendência à reprodução ou não do processo de socialização com base no gênero como definidor da carreira dos futuros profissionais da área.

Na segunda parte da pesquisa, entrevistas foram realizadas com dez mulheres docente do CCE selecionadas por sorteio. As entrevistas foram gravadas e ainda estão em processo de análise, o que sugere a realização de um trabalho futuro mais completo e mais rico em detalhes fortalecendo as respostas aos objetivos aqui pretendidos, todavia, os trechos já analisados pelo autor constam neste texto.

As questões que nortearam a entrevistas abordam indagações a respeito de quando concluíram cada etapa da sua formação profissional, assim como quando se casaram e quando cada filho nasceu. Ainda, procurou-se saber como foi feita a conciliação em relação aos trabalhos domésticos e o cuidado com as crianças, no sentido de perceber obstáculos que possam ter feito com que sua formação profissional fosse mais lenta que a do homem ou mais fragmentada, isto é, intervalos entre o final do mestrado e início do doutorado, por exemplo. Procurou-se observar ainda, possíveis frustrações e ajustes no desejo inicial quanto a composição da família.

Importante destacar que a entrevista realizada foi semi-estruturada, mas buscando conseguir das entrevistadas uma maior quantidade possível de respostas livres e profundas. A entrevistadora utilizou um roteiro para conduzir as perguntas, todavia, dependendo da resposta apresentada, uma nova pergunta poderia ser acrescentada, modificada ou omitida. O roteiro trazia questões sobre a formação familiar envolvendo o casamento propriamente e os filhos, porem

caso a entrevistada não tivesse filhos, a entrevistadora conduzia a conversa de uma maneira que a docente entrevista não precisasse repetir esta informação.

Futuramente o programa ALCESTE será utilizado para a análise do conteúdo destas respostas.

3. Resultados e discussões

Primeiramente, os dados do currículo lattes de todos os professores do Centro de Ciências Exatas da UFV foram recolhidos, entretanto, no decorrer da pesquisa, observou-se que parte dos professores que faziam parte da amostra não possuíam currículo lattes. Então, de um total de 332 professores, foi possível a análise de 252 currículo lattes.

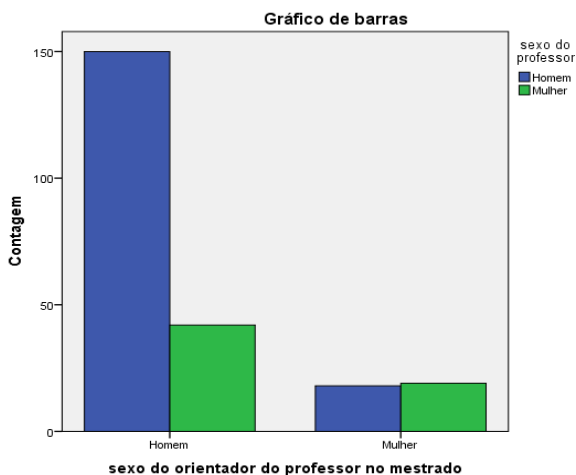
Os dados que foram processados pelo SPSS foram os seguintes: sexo dos orientadores no mestrado e doutorado do professor e sexo dos orientandos no nível de iniciação científica, mestrado e doutorado dos mesmos professores.

Relação sexo do professor e dos orientadores que tiveram ao longo da construção de sua carreira

O gráfico 1 apresenta a relação entre o sexo dos professores universitários, amostra da pesquisa, e seus orientadores de mestrado. Observou-se que 150 (78,1%) professores do sexo masculino tiveram orientadores homens no mestrado dentro de um número esperado de 140,90, desta forma, este resultado representa um número maior que o esperado, enquanto que 42 (21,9%) mulheres foram orientadas por homens dentro de um número esperado de 51,1, isto é menos que o esperado. Desta maneira, foi confirmada a hipótese de que há uma reprodução social do sexo nas orientações pelas quais os professores em questão passaram, o que significa que sua formação profissional foi feita com base na reprodução da relação social entre os mesmos gêneros dentro da academia.

Em relação as orientadoras femininas, observou-se 18 homens foram orientados por mulheres dentro de um número esperado de 27, 1 (48,6%) enquanto que o número de mulheres orientadas por mulheres foi 19 dentro de um esperado de 9,9 (51,4%), ou seja, um número maior. Este dado, confirma a afirmação expressa anteriormente sobre as orientações feitas por professores do sexo masculino, pois percebe-se com isso, que mais mulheres foram mais orientadas por mulheres em comparação as orientações recebidas pelos homens.

Gráfico 1: Relação sexo do professor e sexo do orientador no mestrado.



O gráfico 1 mostra que a ideia da reprodução social de sexo nas orientações de mestrado recebidas pelos professores se confirma, pois, as análises de homens orientadas por homens apresentaram números maiores que o esperado, assim, como mulheres orientadas por mulheres. Por outro lado, o número de mulheres orientadas por homens e homens orientados por mulheres foi menor que o esperado.

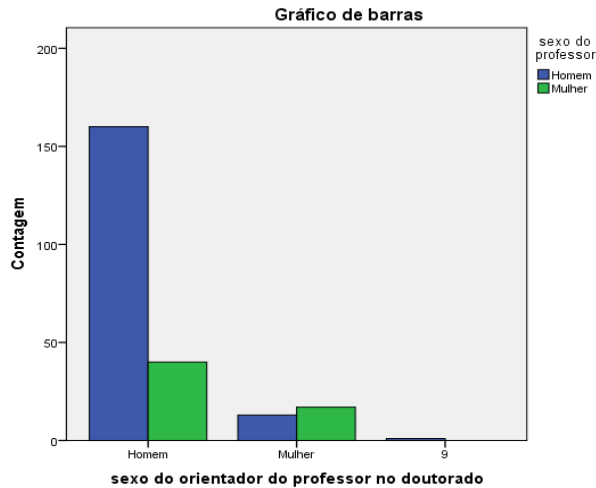
O gráfico 2 apresenta a relação entre o sexo dos professores universitários amostra da pesquisa e seus orientadores no doutorado. Observou-se que 160 professores homens tiveram orientadores homens dentro de um número esperado de 150, 6 (80,0%), desta forma, este resultado representa um número maior que o esperado, enquanto que 40 mulheres foram orientadas por homens dentro de um número esperado de 49,9 (20,0%), isto é menos que o esperado.

Em relação as orientadoras femininas, observou-se 13 homens foram orientados por mulheres dentro de um número esperado de 22,6 enquanto que o (43,3%) número de mulheres orientadas por mulheres foi 17 dentro de um esperado de 7,4 (56,7%), ou seja, um número maior.

Com isso, verifica-se que a maioria dos homens foram orientados por homens e a maioria das orientações femininas foram para as mulheres.

Da mesma forma que ocorreu nas orientações do mestrado, no doutorado pode ser observada uma reprodução social com base nos sexos dos orientadores e seus orientados.

Gráfico 2: relação sexo do professor e sexo do orientador no doutorado.



O programa SPSS foi utilizado também para a análise da relação entre os sexos do professor e de seus orientandos de iniciação científica, mestrado e doutorado.

Relação sexo do professor e dos seus orientandos

A primeira análise feita foi em relação ao sexo do professor do sexo masculino e de seus orientandos de iniciação científica. A mesma relação a partir dos dados de orientação das professoras é parte da proposta de continuação desta pesquisa que está em andamento.

Os estudos mostraram uma diferença de média muito pequena entre orientandos do sexo masculino de feminino na iniciação científica. Porém, a média de homens orientando homens foi um pouco maior, o que confirma a reprodução social de sexo nas orientações que os professores em questão realizam no nível de iniciação científica.

Observou-se que no mestrado o número de professores do sexo masculino orientando homens é maior, quase duplamente, em comparação ao número de homens que orientam mulheres. Mais uma vez, este dado confirma a reprodução social por sexo.

Em relação ao doutorado, foi observado que o número de professores do sexo masculino orientando alunos do sexo masculino foi superior ao número de professores homens orientando alunas.

O crescimento contínuo na entrada dos homens e o decréscimo contínuo na entrada das mulheres da iniciação científica até o doutorado poderia indicar, por um lado, a influência dos papéis sexuais, socialmente atribuídos, agindo na academia. Poder-se-ia acreditar que os homens pesquisadores teriam uma perspectiva e/ou uma possibilidade de formação profissional continuada em função das perspectivas socialmente existentes, que vinculam suas funções laborais à esfera pública.

Em contrapartida, poder-se-ia acreditar ainda que a mulher teria o seu investimento na carreira profissional coibido em função dos seus papéis sociais que a orientam para a esfera privada. Assim, as atribuições domésticas, em si, poderiam ser consideradas como explicativas das assimetrias no aprofundamento dos níveis de qualificação entre homens e mulheres no campo das Ciências Exatas.

As entrevistas

Um total de dez mulheres serão ouvidas, entretanto, como a pesquisa está em andamento, serão apresentados trechos das cinco primeiras entrevistas que já foram analisadas.

As questões que nortearam as entrevistas permearam a construção de sua carreira profissional, assim como sua vida privada, como: em que ano a professora se casou, teve filhos, em que ano ela completou a graduação, mestrado e doutorado. Outras questões seguem a respeito de sua satisfação, ou seja, se o formato familiar que possui é o que havia almejado, como se dá a divisão das tarefas com o marido dentro de casa, quem cuida dos filhos, como tem sido a produção acadêmica, se o casamento e o nascimento dos filhos influenciaram nesta produção. Além de questões que visam comparar a vida acadêmica do docente do sexo masculino e feminino no que se refere a horas de trabalho e produção e ainda, a comparação entre o docente casado, com filho, solteiro e sem filhos.

Este cruzamento de informações pretendeu verificar se os anos de casamento e nascimento dos filhos das mulheres tiveram alguma influência ou foram influenciados pelas datas de formação profissional, como por exemplo: o final da graduação, mestrado e doutorado. Isto é, sua trajetória de vida e ainda, seu sentimento quanto a isso.

Em relação a questão do tempo dedicado aos filhos devido a construção da carreira acadêmica, a entrevistada 1 afirma: (...) *eu dei um intervalo muito*

grande, de 10 anos, então na segunda filha de fato eu já pensei, eu tenho que fazer um mestrado, eu tenho que fazer doutorado, eu tenho que passar num concurso, passar no estágio probatório(...) (E1)

O que se percebe com isso é que houve um ajuste da formação da vida profissional da entrevistada em prol do trabalho, o tempo entre um filho e outro foi grande a fim da espera pela estabilidade financeira e profissional. Outra questão que reflete este ajuste foi quando foi indagado se a entrevistada acreditava que possuía hoje a vida que almejava no passado, ela responde: *não, a gente sempre idealiza as coisas muitos perfeitas né, não que cada experiência tenha sido ruim, mas a gente espera coisas muito mais fáceis, mas independente disso, é...tudo foi feito, todas as etapas foram bem prazerosas, digamos assim, com aprendizado muito grande* (E1).

Diante da mesma questão, a entrevistada 3 respondeu: *é, sempre pensei em ter três (filhos), após entrar pra docência, eu acredito que não vou conseguir mais ter três, então eu pretendo ter dois, é ,já, minha intenção já era de ter filhos, mas não deu em função do trabalho, então eu já adiei um pouquinho meu plano de ter filho em função do trabalho* (E3).

A necessidade de produzir dentro da academia antes de ter filhos foi ressaltada quando a entrevistada 4 afirma: *é, as vezes é difícil conciliar, no momento como eu não tenho filho, é mais fácil pra mim fazer essa escolha né, geralmente, (...) se eu tivesse filho talvez a minha escolha fosse diferente* (E4).

Em relação ao casamento, uma entrevistada solteira afirma que o fato de não ter se casado ainda está relacionado a construção da carreira, respondeu: *(...) eu quis concluir meus estudos e ter uma estabilidade, é..., após isso eu pensei em um relacionamento mais duradouro* (E3). Diante da mesma pergunta, a entrevistada 4 diz: *é a questão de tempo de dedicação que você precisa numa pós-graduação, é muito grande isso é incompatível com alguns relacionamentos então pra mim era importante conseguir conciliar as duas coisas, o meu trabalho e o meu relacionamento, enquanto eu não consegui essa combinação não foi possível fazer esse casamento no período anterior né* (E4).

Ou seja, nas entrevistas, as docentes deixaram evidente a preocupação com a conformação das duas esferas em suas vidas e como isso, delinearão sua trajetória de vidas. Porém, todas concordam que para o homem esta preocupação não existe: *acredito que em partes, por que as obrigações de homem também deveriam ser iguais aos de mulher, só que a cobrança da sociedade é menor sobre o homem do que sobre a mulher (...) se um homem optar por se afastar da família, ele não vai ser cobrado por isso, nem da família, nem da*

sociedade, é diferente de uma mulher que se ela opta por se afastar da família, para cuidar do trabalho, ela é cobrada por isso (...) (E4).

4. Conclusão

Compreender a forma como se estabelece o vínculo entre professor e aluno na iniciação científica, mestrado e doutorado pode contribuir para trazer maior entendimento quanto à forma como se estrutura a prática acadêmica, em uma perspectiva de gênero.

Na análise do número de estudantes orientados por professores do sexo masculino e feminino, percebe-se que há de fato uma repetição que sustenta a reprodução social que demonstra que mais homens foram orientados por homens, assim como eles repetem esta relação ao orientarem mais homens.

Estes dados vão na mesma direção das afirmações de Hughes (1996) em suas pesquisas sobre a forma de socialização dentro de profissões. Para o autor, há um perfil identitário de profissionais que atuam como modeladores dos formandos e que apresentam os estereótipos necessários à “identidade da profissão”.

Concluindo, esta investigação buscou sair do nível da pura descrição em relação ao fenômeno das assimetrias de gênero existentes nas Ciências Exatas a partir da evidencia de alguns mecanismos através dos quais os vieses de gênero se estabeleciam ao considerar a socialização pela qual homens e mulheres passam durante suas formações educacionais e profissionais os conduzem a determinados papéis.

Em todos os níveis da formação como pesquisadores, observou-se que homens trabalham mais com homens e mulheres trabalham mais com mulheres, em uma escala menor, entretanto, dentro das ciências exatas. Observou-se ainda que mesmo dentro desta reprodução social de sexo, a porcentagem de atuação das mulheres como orientadoras, mesmo de alunas do sexo feminino, ainda é menor do que a porcentagem de homens docentes de uma maneira geral.

As entrevistas, por sua vez, apesar de ainda não totalmente analisadas, apresentaram até então, a necessidade da mulher em ajustar sua vida pessoal para que possa ter algum sucesso na vida profissional, com isso, observou-se reconsiderações de datas de casamento, nascimento e número de filhos, fato que não ocorre com os homens docentes.

Isto é, no caso das mulheres a carreira profissional e a vida privada estão correlacionados, diferentemente dos homens. Com isso, destaca-se a importância de se estudar gênero e inserção das mulheres nas ciências, uma vez que pode se constatar que sua participação nas ciências exatas é ainda mais tímida em detrimento ao seu papel social atrelado ao casamento e maternidade.

Bibliografia

ALVES, B. M. e PITANGUY, J. *O que é feminismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

ARENDT, H. As esferas pública e privada. In: *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983, p. 59-83.

BABBIE, E. *Métodos de Pesquisas de Survey*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Volumes 1 e 2. São Paulo: Difel, 1970.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina* 4ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

DUBAR, C. *A socialização: construções das identidades sociais e profissionais*. Portugal: Porto Editora, 1997.

FRIEDAN, B. *A mística feminina*. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.

FRASER, N. “O que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e gênero”. In: Benhabib, Seyla & Cornell, Drucilla (orgs.), *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos, 1987.

GARCIA, M. G. Pode a ciência mudar o feminismo?. *Ciência, tecnologia e gênero na américa ibérica*. Madrid: CSIC, 2006.

GOMES, A.F. *O outro no trabalho: mulher e gestão*. Disponível em:<<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/313.pdf>>. Acesso em: 27 de Maio de 2015.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de janeiro: Tempo Brasileiro. 2003.

HALL, C. *A história da vida privada*. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

HUGHES, E. *Institutional office and the person*, *American Journal of Sociology*, 43, 1996, p. 404-13.

LIMA, S. R. *Situando diferenças e gênero no trabalho docente na Universidade Federal de Sergipe*. 2011

http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307477136_ARQUIVO_artigo.pdf

MARTINS-SUAREZ, F. C. *Identidade de gênero: a mulher do outro lado do espelho* – Trabalho de monografia para conclusão do curso de graduação. São Carlos SP, 2001.

OLINTO, G. *A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil*, Rio de Janeiro: UFRJ, 2011 p.69-70.

PATEMAN, C. *O contrato sexual*. Cap. 1. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1993.

POULSEN, C. O prestígio como fator discriminatório na universidade. *Ciência, tecnologia e gênero na américa ibérica*. Madrid: CSIC, 2006.

PROBST, E. R. *Evolução da Mulher no mercado de trabalho*. 2007 Dissertações (Pós Graduação em Gestão Estratégica de Recursos humanos) – Instituto Catarinense de Pós Graduação, Santa Catarina, 2007. Disponível em: <http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf>. Acesso em: 24 de Setembro de 2015.

SAFFIOTI, H. Primórdios do conceito de gênero. *Cadernos Pagú*, nº 12. Campinas. Editora Unicamp, 1999 p. 157-163.

SANTANA CRUZ, M. H. *Analisando a diversidade no trabalho docente: dimensões de gênero/classe no ensino superior*. 2012 http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0155_ed.pdf

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e realidade. Vol 20 n 2. 1995. p. 71-79.

OFICINAS DE PROGRAMAÇÃO PARA ALUNAS DO ENSINO MÉDIO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Isabela Nascimento Cavaco
isabela.nascimento@gmail.com

Sanny Alves de Souza
sanny.alves@outlook.com

Livia de Sousa Barreto
livia93.sousa@gmail.com

Josilene Aires Moreira
josilene@ci.ufpb.br

Giorgia de Oliveira Mattos
Universidade Federal da Paraíba
giorgia@ci.ufpb.br

Resumo: Embora o número de mulheres que ingressam, matriculam e concluem a graduação no Brasil seja maior do que o número de homens, a preferência do público feminino fica restrita aos cursos das áreas de humanas e saúde. Já o público masculino prefere as engenharias e cursos relacionados à tecnologia, como a computação. Na Paraíba, os cursos de Bacharelado em Ciência da Computação e Engenharia da Computação da UFPB, em João Pessoa, apresentam uma predominância masculina, 13% de mulheres contra 87% de homens, evidenciando a baixa presença feminina e reproduzindo as relações de gênero que são características das áreas de ciência e tecnologia. Uma das dificuldades do ingresso de mulheres na área de Computação é que, em geral, elas não se sentem aptas nem capazes de lidar com a tecnologia. Várias iniciativas têm surgido com o intuito de modificar este cenário, dentre eles o projeto de extensão descrito neste relato de experiência. O projeto atua

na educação de alunas do ensino médio, promovendo, através das oficinas de programação, o desenvolvimento do raciocínio lógico e o aprendizado de conceitos de programação de computadores. Através do contato real com a área de programação, o projeto objetiva ser um agente transformador que atraia a atenção das alunas do ensino médio, possibilitando que elas possam conhecer de forma mais abrangente a carreira, antes de sua escolha para o vestibular.

Palavras-Chave: Computação, Ensino-médio, Mulheres, Programação, Tecnologia.

1 Introdução

Nos últimos anos tem-se observado que em áreas tecnológicas e especificamente na computação, a presença feminina vem diminuindo. Mesmo com o aumento da presença de mulheres inseridas no ensino superior (INEP, 2013; LIMA, 2013), a sua preferência continuou sendo nos campos tradicionalmente considerados femininos como Psicologia, Linguística, Nutrição, Serviço Social, Fonoaudiologia, Economia Doméstica e Enfermagem, que remetem aos papéis de gênero ligados à doação, ao cuidado e à maternidade, enquanto os homens dominam as atividades relacionadas à tecnologia e às ciências exatas (ODM, 2010; IPEA, 2014). Áreas do conhecimento como Astronomia, Matemática, Engenharias, Ciência da Computação e Física constituem as áreas de menor participação das mulheres (SILVA & RIBEIRO, 2012).

Em 2012, por exemplo, as mulheres respondiam por mais de 70% das matrículas de cursos das áreas de Educação e de Saúde e Bem-estar Social, mas apenas por 30% das inscrições nos cursos de Ciências, Matemática e Computação, e de Engenharia, Produção e Construção. Essa distribuição praticamente não se alterou no período entre 2009 e 2012 e evidencia uma desigualdade estruturante da sociedade brasileira, presente historicamente nos mais diferentes espaços sociais e reforçada entre meninos e meninas desde a primeira infância (IPEA, 2014).

Ainda segundo o relatório do IPEA de 2014, dentro das grandes áreas, é possível identificar os cursos com maiores discrepâncias. Essa análise considerou apenas as graduações que, em 2012, contavam com pelo menos 10 mil matriculados e cuja proporção de mulheres era maior que 80%, ou menor que 20%. As turmas de Estética e Cosmética possuíam a maior presença relativa de mulheres, 98% das matrículas. Em contraste, apenas 5,6% dos matriculados em Automação Industrial eram mulheres. No curso de Ciência da Computação, 15,2% são mulheres e 12% no curso de Engenharia de Computação. A graduação superior que mais atrai as mulheres é Pedagogia: de um total de 603 mil estudantes matriculados em 2012, 556 mil (92,3%) eram do sexo feminino. Nos cursos da área de Computação na UFPB, a situação não é diferente. Aproximadamente 13% são mulheres.

Preocupados com a pouca presença feminina na área de Computação, universidades, centros de pesquisa e até mesmo empresas de tecnologia (ENEY, 2013; CATALYST, 2008) tem unido esforços para tentar identificar as causas e possíveis soluções para modificar esse cenário preocupante, visto que a área

tecnológica é uma das que mais cresce e o número de profissionais qualificados não atenderá a demanda de empregos até 2018 (NCWIT, 2010). Dentre as causas mais citadas (BURGE & SUAREZ, 2005; BEAUBOUF & ZHANG, 2011; ENEY, 2013; DUBOW, 2013; KLAWE, 2013) para a falta de interesse pela computação por parte das mulheres estão a falta de modelos femininos na área, o fato das mulheres se sentirem excluídas em ambientes (estudantis ou profissionais) dominados por homens, a falta de incentivo para que sigam uma carreira na área e o fato de não se sentirem a vontade com a cultura da computação.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho – OIT as diferenças entre os interesses de homens e mulheres nos campos científicos e tecnológicos estão relacionadas com as relações de gêneros e as atitudes em diferentes sociedades. Os meninos conseguem se familiarizar e passar por um processo de socialização com a tecnologia bem antes de entrar na universidade, o que lhes proporciona um conhecimento prévio sobre informática, tornando o aprendizado posterior mais fácil de ser assimilado. Sendo assim, as mulheres tendem, ao chegar à universidade, comparar a sua falta de base com habilidades pertencentes “exclusivamente” à figura masculina (WILSON, 2003; LIMA, 2013).

Deste modo, este projeto pretende atuar na educação de jovens meninas do ensino médio, promovendo um contato real com a área de programação. O projeto objetiva ser um agente transformador que atraia a atenção das alunas do ensino médio, possibilitando que elas possam conhecer de forma mais abrangente a carreira, antes da sua escolha para o vestibular.

Este relato está organizado da seguinte maneira: a seção 1 fez uma breve introdução sobre o assunto, na seção 2 estão descritas as metodologias utilizadas na execução do trabalho, a seção 3 mostra os resultados obtidos bem como as suas discussões e finalmente na seção 4 são feitas as devidas conclusões.

2 Metodologia

Esta seção descreve as atividades desenvolvidas, as ferramentas utilizadas nas atividades e a forma de avaliá-las.

A programação de computadores é uma atividade base da área de computação. Programar consiste em escrever, utilizando uma linguagem de programação, instruções que, quando executadas, resolvem um determinado problema de forma automatizada (Cristóvão 2008). Essa tarefa não é fácil pois é necessário entender o problema, identificar uma possível solução e organizá-la

em uma sequência lógica. A criatividade, o raciocínio lógico e a capacidade para a resolução de problemas são habilidades fundamentais para o sucesso na programação e estas devem ser estimuladas durante toda a formação escolar do aluno. O ensino da computação desde a educação básica, passando pelo ensino fundamental e médio, por exemplo, é uma abordagem que pode contribuir para o desenvolvimento de tais habilidades. A utilização de ferramentas computacionais como jogos educacionais (ARMOR, 20110), ambientes de ensino-aprendizagem (CODE, 2015) que trabalhe os conteúdos de maneira lúdica, a robótica educativa (MATTOS, 2015) entre outros, são exemplos de ferramentas que proporcionam o estímulo das habilidades citadas.

As atividades envolvendo as oficinas de programação foram realizadas na Escola da Polícia Militar, na cidade de João Pessoa-PB, junto às alunas do primeiro ano do ensino médio. A equipe executora foi formada por duas professoras do Centro de Informática da UFPB e três alunas de graduação dos cursos de Ciência da Computação e Engenharia da Computação. Foram realizados 5 encontros de aproximadamente 4 horas de duração cada um.

2.1 Apresentação dos Cursos da Área de Computação

De acordo com alguns estudos (REIS, 2014) as meninas não escolhem carreiras na área de computação pois não conhecem, de fato, o trabalho do profissional e as suas possibilidades de atuação. Assim, as atividades do projeto de extensão foram iniciadas com uma palestra sobre o trabalho que o grupo Meninas na Computação do Centro de Informática da UFPB vem desenvolvendo desde 2014 com alunas de escolas públicas, e cujo objetivo é divulgar os cursos da área de computação do CI/UFPB sempre estimulando a presença feminina na área. Nesta palestra foram abordados os cursos de Bacharelado em Ciência da Computação e Bacharelado em Engenharia da Computação, onde as alunas conheceram um pouco sobre a atuação do profissional, o seu perfil profissional, o mercado de trabalho e as histórias de algumas mulheres que se destacaram na área.

2.2 Medindo o Nível de Raciocínio Lógico

Uma das características essenciais na área de programação é o raciocínio lógico. Com o objetivo de medir o nível de raciocínio lógico das alunas participantes, foram selecionadas 10 questões retiradas das provas da Olimpíada Brasileira de Informática (OBI, 2015), Modalidade Iniciação, onde as tarefas das

provas consistem em problemas de lógica e problemas de computação (lógica de programação, mas sem o uso de computador). Estas questões foram classificadas em nível fácil, médio e avançado e das 10 questões, 6 foram sorteadas. As alunas do ensino médio possuíam uma folha de respostas onde assinalaram a alternativa que julgaram ser a correta.

2.3 Promovendo o Pensamento Computacional

A utilização de jogos educacionais tem ganhado espaço junto a professores e alunos, pois trabalham de forma lúdica os conceitos necessários contribuindo para a melhoria do processo de aprendizagem (BITTAR, 2010). O Lightbot (ARMOR, 2011) é um jogo online composto de três fases (básico, procedimentos e laços) onde um robô precisa se movimentar para acender as luzes dos ladrilhos mais escuros. Para tal, existe um conjunto de comandos básicos (andar, acender, girar e pular) que devem ser organizados de forma que, quando executados em sequência, façam com que o robô atinja o objetivo de cada etapa pertencente a cada uma das três fases. Na fase 1 são abordados conceitos básicos de algoritmos onde o objetivo é organizar os comandos disponíveis para que cada uma das etapas seja cumprida. A figura 1 mostra o ambiente do Lightbot. No lado direito, espaço em amarelo (*main*), são colocadas as instruções que o robô executará para que consiga cumprir o objetivo de chegar ao ladrilho mais escuro e acendê-lo.

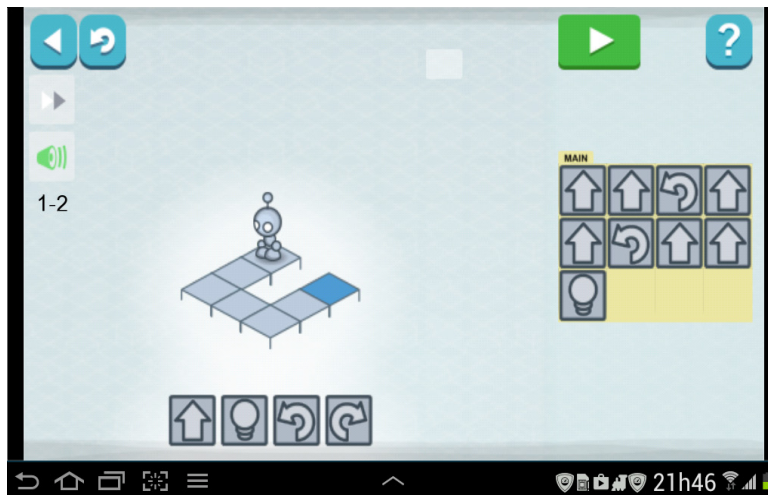


Figura 1. Ambiente do Lightbot.

Na fase 2 são abordados conceitos de programação em bloco (procedimentos) onde um bloco de comandos é reaproveitado sempre que seja necessário utilizar aquela sequência de comandos que fazem parte do bloco. A fase 3 traz conceitos de recursividade, onde um bloco pode chamar a si próprio simplificando e diminuindo a quantidade de comandos a serem utilizados.

A atividade proposta utilizando o Lightbot teve o objetivo de estimular o raciocínio lógico, a organização do pensamento computacional e a capacidade de solucionar problemas. Alguns dos conceitos básicos da programação foram trabalhados nesta mesma ferramenta. Primeiramente as alunas listaram, em uma folha de respostas, os comandos necessários para cumprir cada uma das fases do primeiro nível do jogo. Feito isso, executaram, utilizando a ferramenta, todas as fases presentes na folha de respostas e compararam as suas respostas com a realidade do jogo, identificando e entendendo os seus erros.

2.4. Ambiente Code.org

Code.org (CODE, 2015) é uma organização sem fins lucrativos cujo objetivo é divulgar e ensinar programação a pessoas de todas as idades. A instituição tem parcerias com empresas importantes de tecnologia e algumas das aulas são ministradas por personalidades da área, como Mark Zuckerberg e Bill Gates, por exemplo. Traduzido como “A Hora do Código do Brasil”, o projeto visa desmistificar a programação e apresentar material de qualidade para que professores e alunos tenham acesso às matérias da área de forma amigável.

O Code Studio é uma parte do Code.org que disponibiliza cursos completos para iniciantes, em diversas faixas etárias, que estejam interessados em aprender a programar. A figura 2 mostra o ambiente code.org. O ambiente divide-se em três partes: o problema a ser solucionado (à esquerda, na figura), os blocos disponíveis e a área de trabalho onde os blocos serão estruturados para solucionar o problema.

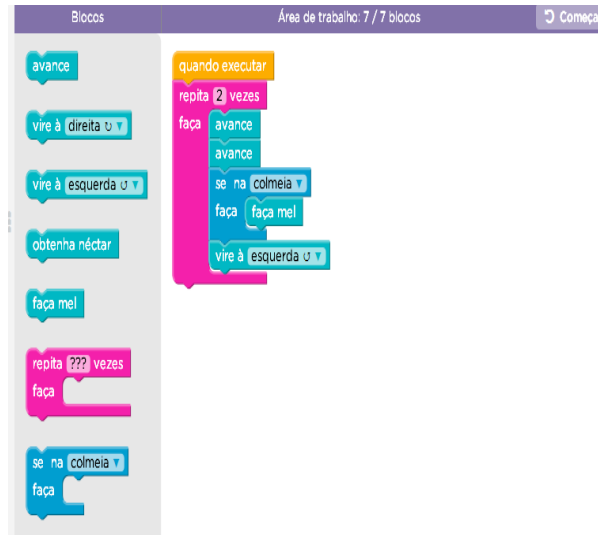


Figura 2. O ambiente code.org.

Neste ambiente foi possível trabalhar conceitos de programação básica como as estruturas de controle de execução de um programa: sequencial, condicional e de repetição; e conceitos mais avançados como programação em blocos (funções e procedimentos), depuração e recursividade.

2.5 Avaliação

O processo de avaliação das atividades teve como objetivo medir o aprendizado das alunas do ensino médio auxiliando-as a superar as suas dificuldades, verificar se as ferramentas selecionadas e os desafios propostos estavam adequados, listar os pontos positivos e negativos em cada encontro, identificando aquilo que pode ser melhorado pela equipe executora.

Em cada uma das atividades propostas a avaliação foi feita de duas formas, pelas alunas do ensino médio, no papel de participante do curso, e pela equipe executora. As alunas do ensino médio, ao término de cada encontro, relataram as suas dificuldades e opiniões, prós e contras, referentes ao dia de atividades. A equipe executora após cada encontro se reunia para discutir e avaliar a ação desenvolvida naquele dia. As avaliações pela equipe executora foram feitas através da observação (andamento da atividade, número de atendimentos individualizados às alunas e tipo de dificuldade encontrada) e anotação das impressões percebidas.

3 Resultados e discussão

Nesta seção estão descritos os resultados obtidos a partir dos diversos relatos e observações feitas pelas participantes e pela equipe executora. Além disso, são feitas algumas discussões em função dos resultados obtidos.

O objetivo do teste de raciocínio lógico aplicado às alunas foi o de nortear as demais atividades relacionadas ao processo de programação. Uma das primeiras etapas nesse sentido foi a seleção de problemas de lógica e de computação, com o cuidado de não precisar usar o computador para resolver os problemas. Inicialmente foi fixado o tempo de 5 minutos para resolver cada questão, sendo que nas mais fáceis não foi utilizado todo o tempo. Conforme o grau de dificuldade das questões aumentou os 5 minutos se tornaram insuficientes e a partir daí não foi estipulado um novo tempo máximo.

A avaliação dos resultados do questionário mostrou deficiência na compreensão do enunciado da questão e na resolução dos problemas. A média de acertos foi de 3 questões do total de 6, mas devido ao fato de uma aluna ter acertado apenas 1, a média de acertos foi de 47%. O gráfico apresentado na figura 3 ilustra a média de acertos por questão.

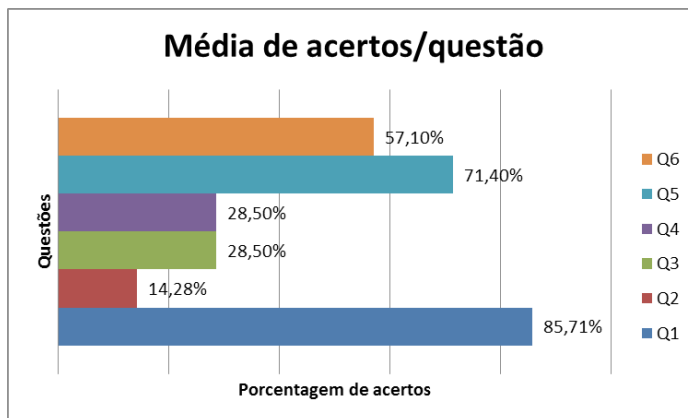


Figura 3. Média de acertos obtidos em cada uma das questões.

Observa-se que a dificuldade maior esteve nas questões 2, 3 e 4. Estas questões foram classificadas como fáceis o que evidencia a falta de entendimento no enunciado da questão e conseqüentemente a sua estruturação e solução.

Na utilização da ferramenta Lightbot para estimular e organizar o pensamento computacional, sem a ajuda do computador, as alunas receberam em

uma folha as telas da primeira fase da ferramenta, as instruções permitidas e o espaço para organizá-las de forma a solucionar o problema em cada uma das suas 8 etapas. A maioria dos erros cometidos foi a troca entre virar a esquerda e virar a direita, e confusão entre pular (subir ou descer) e andar pra frente. O percentual de acertos da turma ficou em 44,64%.

O gráfico ilustrado na figura 4 mostra o percentual de acertos de cada uma das alunas nas 8 etapas. Em média as alunas acertaram entre 3 e 4 questões.

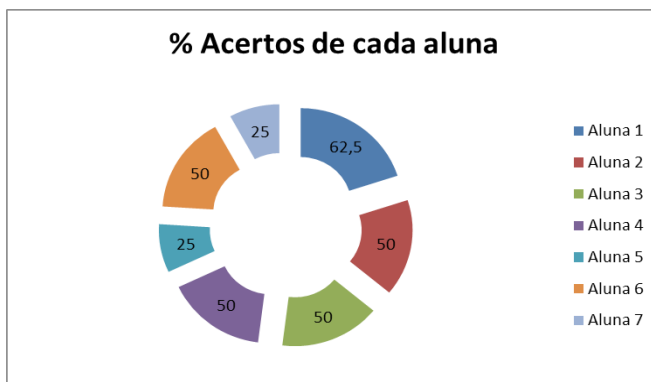


Figura 4. Percentual de acertos de cada aluna.

A partir desta atividade descrita, as alunas jogaram o Lightbot no computador e puderam perceber o efeito que as suas respostas produziam quando executadas no jogo, identificando os seus erros e acertos.

A utilização do ambiente de programação code.org nos possibilitou ensinar, de maneira lúdica, e praticar, através de pequenos desafios, os diversos conceitos necessários à atividade de programação. A própria ferramenta permite o acompanhamento individualizado de cada integrante do curso. A figura 5 mostra este acompanhamento em detalhes.

Com a ferramenta é possível identificar o progresso de cada aluna, em cada uma das etapas, e a forma como cada uma delas solucionou o problema. As linhas em verde mais definido indicam que a solução está perfeita, ou seja, a aluna estruturou a solução do problema corretamente, utilizou os comandos necessários e em quantidade correta. As linhas em verde opaco mostram que a aluna conseguiu solucionar o problema, no entanto utilizou mais comandos do que o necessário. Assim foi possível dar um tratamento individualizado à aquelas que tiveram dificuldades em solucionar os desafios propostos.

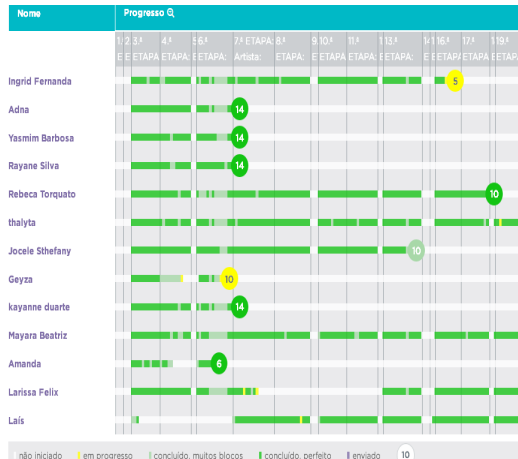


Figura 5. Acompanhamento de cada aluna na atividade com o ambiente de programação code.org.

As diversas avaliações realizadas ao longo das atividades nos permitiram identificar o sucesso das ferramentas escolhidas no sentido de que elas cumpriram com os objetivos propostos. Segundo relatado pelas alunas as atividades não se mostraram cansativas e o nível de complexidade dos desafios foi crescente ao longo do projeto. As alunas se mostraram motivadas e interessadas, pois aprenderam os conteúdos básicos da programação de forma lúdica e divertida.

Segundo elas, no início do curso, 75% se consideravam pouco interessadas e ao seu término os mesmos 75% se mostraram muito interessadas pela computação. 62,5% delas dizem já ter escolhido o curso universitário que irá cursar, sendo a área da saúde a escolhida. Das alunas que ainda não fizeram as suas escolhas profissionais, aproximadamente 30% diz não considerar um curso da área de computação como sua escolha.

Através das suas observações, a equipe executora pode detectar algumas falhas em alguns desafios propostos, pois estes exigiam conceitos matemáticos que as alunas não tinham. Além disso, alguns conceitos foram trabalhados em diversos desafios, tornando-os repetitivos. A falta de uma ferramenta que permitisse que as alunas criassem os seus próprios desafios também foi um ponto importante observado.

4 Conclusões

Este documento descreveu as experiências obtidas durante a realização do projeto de extensão que oferece oficinas de programação para alunas do ensino médio. Estas oficinas tem o objetivo de apresentar a elas conceitos de programação de computadores, essencial nas carreiras de computação. Para as oficinas foram utilizadas um conjunto de ferramentas computacionais que trabalham, de maneira lúdica, o raciocínio lógico, o desenvolvimento do pensamento computacional e os elementos básicos que um programa possui. Além disso, com estas ferramentas, o aluno fica longe da problemática de que programar é difícil, porque ele aprende brincando.

A experiência das oficinas de programação junto ao público feminino foi bastante satisfatória, pois permitiu que elas tivessem um maior contato com a tecnologia. As alunas se sentiram interessadas, motivadas e desafiadas com as atividades visto que até então não tinham trabalhado com ferramentas e desafios como os que foram propostos.

Incentivar uma maior participação feminina na área de computação é o que o grupo Meninas na Computação do CI/UFPB vem desenvolvendo desde 2014. Este trabalho, em parceria com algumas escolas, vem proporcionando às alunas do ensino médio um maior contato com a área e com a tecnologia fazendo com que elas vejam na computação uma oportunidade de seguir carreira nesta área. Para o ano de 2016, a parceria com o Colégio da Polícia Militar foi renovada e as oficinas continuarão até o final do ano letivo.

Referências

ARMOR. Armor Games. Disponível em: <http://armorgames.com/play/2205/light-bot>. Acesso em: 02 de maio de 2016.

BEAUBOUF, Theresa, ZHANG, Wendy. Where are the women computer science students?. *Journal of Computing Sciences in Colleges*, New York, v. 26, n. 4, p. 14-20, abr. 2011.

BITTAR, T. J. et al. Considerações para jogos educativos na Web com base nas experiências e resultados do desenvolvimento do Ludo Educativo. IX Simpósio Brasileiro de Jogos e Entretenimento Digital. Florianópolis. 2010.

BURGE, Jamika D., SUAREZ, Tiki L. Preliminary Analysis of Factors Affecting Women and African Americans in the Computing Sciences. Proceedings of the 2005 conference on Diversity in computing, New York, p. 53-56. Disponível em: <<http://dl.acm.org/citation.cfm?id=1095265>> Acesso em: 01 out., 2014.

CATALYST. Women in Technology: Maximizing Talent, Minimizing Barriers. Disponível em: <<http://www.catalyst.org/knowledge/women-technology-maximizing-talent-minimizing-barriers>> Acesso em: 15 set., 2014.

CODE. Code.org. <https://code.org/>. Acesso em 14 de dezembro de 2015.

CRISTÓVÃO, H. M. Aprendizagem de Algoritmos num Contexto Significativo e Motivador: um relato de experiência. WEI – XVI Workshop sobre Educação em Computação, Belém do Pará, Pará. Jun. 2008.

DUBOW, Wendy M. Diversity in Computing: Why It Matters and How Organizations Can Archive It. Computer, New York, v.46, n.3, p. 24-29, mar. 2013. Disponível em: <<http://dl.acm.org/citation.cfm?id=2498703>> Acesso em: 01 out., 2014.

ENEY, Crystal, LAZOWSKA, Ed, MARTIN, Hélène, REGES, Stuart. Broadening Participation: The Why and the How. Computer, New York, v.46, n.3, p.48-51, mar. 2013. Disponível em: <<http://lazowska.cs.washington.edu/r3laz.pdf>> Acesso em: out. 2014.

INEP. Relatório Censo da Educação Superior 2013. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>> Acesso em: 01 out., 2014.

IPEA. Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. 5ª. Ed. Mai.2014. Disponível em: < <http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/relat%C3%B3rio-ODM.pdf> > Acesso em: 18 mar., 2015.

KLAWE, Maria. Increasing Female participation in Computing: The Harvey Mudd College Story. Computer, New York, v. 46, n. 3, p. 56-58, mar. 2013.

LIMA, Michelle Pinto. As mulheres na Ciência da Computação. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 793-816, set./dez., 2013.

MATTOS, Giorgia de O., SILVA, Danielle R. D., MOREIRA, Josilene A. A Utilização de Kits de Robótica como Ferramenta para o Ensino de Programação à Meninas do Ensino Médio. WEI – XXIII Workshop sobre Educação em Computação, Recife, PE. Jul. 2016.

NCWIT, 2013. Women and Information Technology –By the Numbers. Disponível em <http://www.ncwit.org/sites/default/files/resources/btn_02272013web.pdf> Acesso em: 01 out., 2014.

OBI. Olimpíada Brasileira de Informática. <http://olimpiada.ic.unicamp.br/>. Acesso em 22 de maio de 2015.

ODM. Quarto Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio. IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Março 2010. Disponível em < http://www.pnud.org.br/docs/4_relatorionacionalacompanhamentoodm.pdf> Acesso em 26/04/2015.

PEREIRA, Cristina, MEYER, Bertrand. Informatics education in Europe: institutions, degrees, students, positions, salaries – Key Data 2008-2012. Disponível em: <<http://www.informatics-europe.org/images/documents/informatics-education-europe-data-2008-2012.pdf>> Acesso em: 10 set., 2014.

REIS, Luana. MATTOS, Giorgia de Oliveira. MOREIRA, Josilene Aires. Um Panorama da Presença Feminina na Ciência da Computação. 18º. REDOR. Recife-PE, nov. 2014.

SILVA, Fabiane, RIBEIRO, Paula. A inserção das mulheres na ciência. Revista Linhas Críticas, Brasília, v. 18, n. 35, p. 171-191, jan./abr. 2012.

WILSON, Fiona. Can compute, won't compute: women's participation in the culture of computing. New Technology, Work and Employment, v. 18, n. 2, p. 127-142, jul., 2003.

ESCOLHAS PROFISSIONAIS: COMO PENSAM OS ALUNOS E ALUNAS DO ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA

Josilene A. Moreira
josilene@ci.ufpb.br

Luana da S. Reis

Maria Dayane F. C. Lima

Giorgia O. Mattos
Universidade Federal da Paraíba - Centro de Informática

Resumo: O objetivo desse trabalho foi realizar um estudo sobre as preferências dos meninas e meninos do ensino fundamental e médio sobre o seu futuro profissional, tais como: Desejo ingressar no Ensino Superior? Qual curso devo escolher? Em que área gostaria de trabalhar? Como poderei ser bem-sucedido profissionalmente? A pesquisa foi realizada no Colégio da Polícia Militar, onde os alunos e alunas do ensino médio podem seguir dois cursos técnicos: Desenvolvimento para Internet e Desenvolvimento de Jogos Digitais. Faz parte de uma das etapas que compõem o projeto Meninas na Computação, a qual tem como objetivo estimular os jovens a refletirem sobre as suas decisões e o seu futuro, debatendo questões como escolhas e possibilidades, expectativas e realizações. A partir da apresentação dos cursos da área de Ciência da Computação da UFPB, mostra aos jovens a possibilidade de seguirem carreiras na área de Ciências Exatas e Tecnologia. Apresenta também as questões da reduzida presença feminina nesta área e demonstra, através de exemplos, que tanto as mulheres como os homens podem ser bem sucedidos nas áreas voltadas para a tecnologia, onde apenas necessitam de uma formação adequada. Percebe-se que, apesar de ser um colégio com cursos técnicos, as escolhas profissionais continuam a seguir os moldes percebidos na sociedade como um todo, com os meninos predominando na área

de Ciências Exatas. É interessante que, mesmo tratando-se de um colégio com ensino de Informática, apenas 1% dos meninos e 1% as meninas optaram por esta profissão.

Palavras-chave: Gênero e Escolhas Profissionais, Mulheres na Tecnologia, Ensino Médio, Computação.

1. Introdução

A adolescência é uma fase da vida caracterizada por uma série de mudanças, não só fisiológicas, cognitivas e psicológicas, mas também em relação aos papéis sociais a serem assumidos pelo indivíduo (SPARTA; GOMES, 2005). Dentro do conjunto de decisões que o jovem tem que tomar está a escolha de uma profissão que lhe garanta, pelo menos do ponto de vista do ideal, uma inserção no mundo adulto, na sociedade e, ainda, sustentabilidade financeira e felicidade (OLIVEIRA; SILVA; SILVA NETO, 2009). Ao concluir o ensino médio, os jovens brasileiros são orientados a tomar decisões sobre suas escolhas profissionais: ingressar na universidade ou partir para o mercado de trabalho. Vale ressaltar que, na escolha profissional estão implicados vários fatores como as características da profissão, o mercado de trabalho, a remuneração, o status social, os custos da formação entre outros (OLIVEIRA; SILVA; SILVA NETO, 2009). O momento de escolher o seu futuro profissional costuma trazer dúvidas aos estudantes e, algumas vezes, pode trazer consigo a sensação de angústia pela indecisão que acaba sendo compartilhada pelas suas famílias. Desta forma, todos os anos, milhares de jovens passam pela situação da escolha - ou reescolha - profissional, escolha essa, que trará consequências para sua vida pessoal.

Apesar das inúmeras iniciativas do Governo Federal em prol do ingresso de jovens em universidades, sejam elas públicas ou privadas, o acesso diferenciado ao ensino superior entre homens e mulheres têm chamado atenção. Estudos mostram que o ingresso de mulheres no ensino superior, no Brasil, iniciou-se de forma tardia. A educação da mulher sempre foi preocupante, porém, essa preocupação estava sempre voltada para a educação doméstica. Elas eram ensinadas a bordar, costurar e cuidar do lar. Já a educação dos homens era dada de forma diferente: desde novos eram ensinados a ler, escrever, fazendo com que, diferentemente das mulheres, pudessem ter acesso com enorme facilidade ao ensino superior. Somente a partir do final do século XIX, as mulheres brasileiras adquirem o direito de ingressar no ensino superior (QUEIROZ, 2000). As mulheres começam a aumentar a sua presença naquelas carreiras tidas como mais “tradicionais” apenas a partir dos anos 40 (BLAY; CONCEIÇÃO, 1991). Mesmo com o aumento da presença de mulheres inseridas no ensino superior (INEP, 2012; INEP, 2013; LIMA, 2013) ainda é perceptível a preferência das mulheres a cursos historicamente denotados como sendo “femininos”. Desta forma, é possível perceber o desfalque feminino em áreas como Ciência e Tecnologia de modo geral e, especificamente, em Computação.

A formatação das ciências foi constituída por meio de uma visão binária de homem e mulher, sendo para o masculino demarcado pela razão, competitividade, lucidez e objetividade e para o feminino juízo de valores respaldados na emoção, sensibilidade e trivialidades (SCHIEBINGER, 2001). A maior parte das mulheres universitárias está em cursos como letras, enfermagem, etc.; enquanto que os homens são maioria nos cursos de engenharia, arquitetura, medicina. A entrada das mulheres nesses cursos será mais uma luta contra o preconceito que as mulheres felizmente já iniciaram (BEZERRA, 2010).

O objetivo geral do estudo foi identificar as motivações de um grupo de adolescentes estudantes do Ensino Fundamental e Médio do Colégio da Polícia Militar da Paraíba sobre suas escolhas profissionais e como objetivos específicos: identificar possíveis influências das profissões dos pais na escolha dos jovens, influência da escola, a importância atribuída às possibilidades de ganhos financeiros a partir da escolha realizada e buscar identificar os seus interesses sobre os cursos relacionados à computação destacando o interesse feminino na área.

Esta pesquisa é parte integrante do projeto Meninas na Ciência da Computação, que foi aprovado na chamada pública 18/2013 MCTI/CNPq/SPM-PR/Petrobrás, a qual visou incentivar meninas e jovens a ingressarem nas carreiras de Ciência e Tecnologia. Dada a ampla repercussão acadêmica e científica, apesar deste projeto ter sido concluído em Setembro de 2015, diversas iniciativas foram conduzidas para dar continuidade às ações de incentivo à participação feminina na Ciência e tecnologia através de novos projetos de pesquisa e extensão comunitária. As ações aqui descritas fazem parte do projeto PROBEX - Programa de Extensão da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que foi executado durante o ano de 2015, intitulado Meninas e Jovens fazendo Ciência da Computação: Despertando vocações para o empoderamento das mulheres.

2. Metodologia

O objeto do nosso trabalho foram as alunas e alunos do 9º. ano do Ensino Fundamental ao 2º. ano do Ensino Médio do Colégio da Polícia Militar. Em Maio de 2015 foi aplicado um questionário visando identificar as escolhas profissionais; a partir desse questionário, tivemos uma base de como esses alunos planejavam seu futuro. Um total de 124 estudantes preencheram o instrumento de pesquisa. Utilizando-se a pesquisa ação, foram realizadas visitas, palestras e debates sobre os cursos de Ciência da Computação tendo como protagonistas o grupo de alunas bolsistas e voluntárias da UFPB. Na próxima seção, apresentamos os resultados da análise inicial desses dados.

3. Resultados

Um total de 124 estudantes responderam o questionário, sendo 74 meninas e 50 meninos. Deste grupo, 90,5% das meninas e 88% dos meninos disseram pretender ingressar no Ensino Superior, distribuídos nas seguintes áreas: Saúde, onde 48% das meninas e 32% dos meninos pretendem cursar; Exatas, onde 12% das meninas e 27% dos meninos pretendem cursar e Ciências Humanas e Sociais, onde 36% das meninas e 25% dos meninos desejam ingressar. Do total de alunos, 16% dos meninos e 4% das meninas não sabem em qual curso pretendem ingressar, embora desejem entrar no Ensino Superior.

3.1 Visão geral

Ano	Meninas	%	Meninos	%	Total
9º ano	25	20	31	25	56
1º	25	20	4	3	29
2º	24	19	15	13	39
Total	74	59	50	41	124

Tabela 1

Contamos com a participação de 124 alunos ao total, sendo 25 meninas e 31 meninos do 9º ano do ensino fundamental e 49 meninas e 19 meninos do ensino médio.

3.2 Preferências na Escola

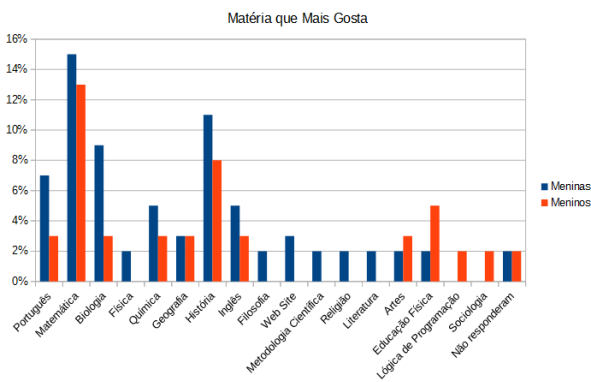


Figura 1

De acordo com a Figura 1 podemos analisar as matérias de maior preferência dos alunos, onde destacam-se as matérias de português, matemática, biologia e história. Matemática foi a de maior preferência entre 15% das meninas e 13% dos meninos, as outras matérias como física, química, geografia e as demais que não tiveram o maior número de escolhas, ficaram balanceadas segundo os dados obtidos pela Figura 1. Podemos considerar que o fator de escolha de qual disciplina eles gostam não interferiu nas escolhas profissionais, pois observamos que matemática foi a de maior preferência das alunas mas, no entanto, elas não optam pela área de exatas. A porcentagem de meninas que optam pelo curso de exatas é de 12% e dos meninos é 27%, ou seja, na escola elas podem até preferir disciplinas voltadas para cursos de exatas, mas isso não implica nas preferências delas por cursos que envolvam essas matérias.

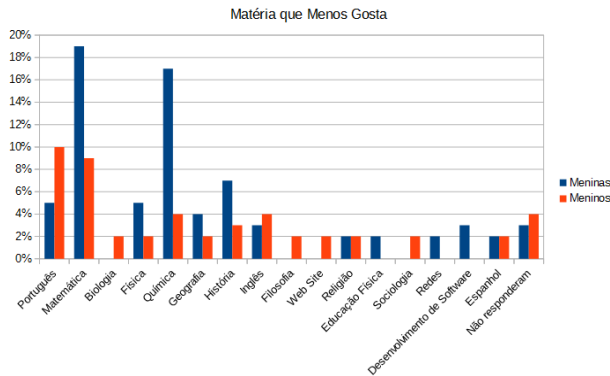


Figura 2

A partir dos dados obtidos pela Figura 2, podemos observar que as matérias de menor interesse dos alunos são português, matemática e química, onde 10% dos meninos e 5% das meninas responderam que não gostam de português, 9% dos meninos e 19% das meninas disseram que matemática é a de menor preferência, e na disciplina de química, 4% dos alunos e 17% das alunas afirmaram não gostarem da matéria. Podemos observar que a porcentagem dos meninos que declaram falta de interesse em disciplinas como matemática, química e física é bem menor do que as meninas. Do total das três matérias, 15% dos meninos disseram não ter interesse, já o resultado das meninas foi de 41%.

Quando comparamos estes dados com aqueles mostrados na Figura 1 (matérias que mais gostam) e analisando as mesmas disciplinas, que foram: matemática, química e física, os números ficaram mais balanceados, onde 22%

das meninas afirmaram gostar de matérias relacionadas a áreas de exatas e 16% dos meninos disseram preferir essas disciplinas, com isso, entendemos que ainda há um grande número de meninas que não gostam de matérias relacionadas a áreas de exatas, e mesmo aquelas que gostam não suprem o déficit de interesse por cursos de Ciência e Tecnologia, engenharia, e outros, ditos como cursos masculinos.

3.3 Ingresso na Universidade

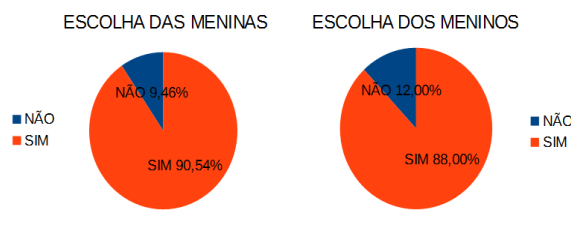


Figura 3

Em relação a Figura 3 é possível perceber que o número de mulheres (90,54%) que pretendem ingressar em alguma universidade é maior do que o número de meninos (88,0%), seguindo um padrão que se estende nacionalmente. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira –INEP foi constatado que no ano de 2009 as mulheres foram maioria entre os alunos matriculados em cursos de graduação e representavam 55% do total de 2 milhões e 125 mil alunos matriculados em cursos diurnos e noturnos.

O número de mulheres ultrapassava o de homens, inclusive, no período noturno, onde as mulheres somavam 54% dos alunos que estudavam. Já no período diurno, as mulheres somavam 56,3%, enquanto que 43,7% do número de matriculados eram homens.

Ainda segundo dados do INEP (INEP, 2012; INEP, 2013), nos anos de 2012 e 2013, o número de mulheres que ingressaram, matricularam e concluíram a educação superior no Brasil se mostrou maior do que o número de homens.

Porém, quando observarmos as escolhas dividindo-as por ano de ensino, como apresentado no Figura 4, a tendência permanece apenas no 1º e 2º ano, onde as mulheres permanecem em maioria na decisão de seguir no ensino superior, enquanto que na pesquisa com os alunos do ensino fundamental (9º. ano), o número de meninas que pensam em entrar em alguma universidade,

quando comparadas ao número de meninos do mesmo ano, é 20% menor. A motivação para isto acontecer se deve ao fato que quando mais jovens, as alunas tendem a pensar em um futuro como donas do lar e em construir uma família, deixando de lado a ideia de possuir uma graduação ou curso superior. Essa realidade é modificada nos anos seguintes ao de depararem com questões como: vestibular, independência, escolhas profissionais e as cobranças que normalmente começam a acontecer neste período, seja dos familiares ou da própria escola.

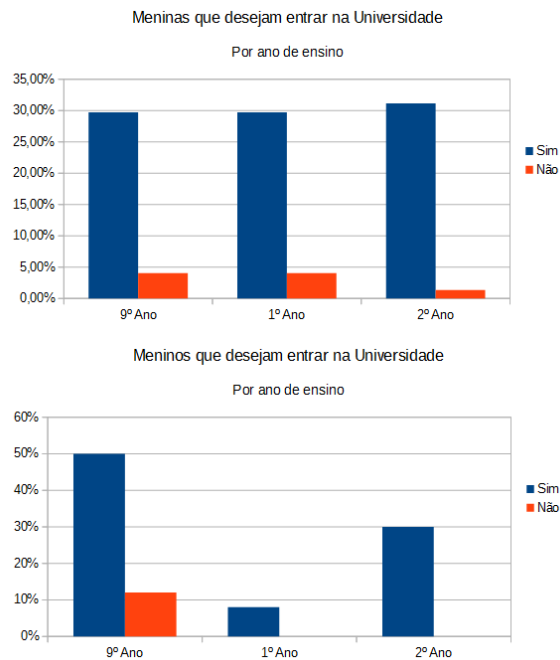


Figura 4

3.4 Escolhas profissionais

	Meninas	%	Meninos	%
Saúde	32	48%	14	32%
Exatas	8	12%	12	27%
Ciências Humanas	24	36%	11	25%
Computação	1	1%	3	1%
Não Sabem	3	4%	7	16%

Tabela 2

Ao observarmos a Tabela 2 é perceptível que a preferência dos cursos escolhidos pelas meninas está de acordo com o padrão visto nacionalmente, onde o público feminino se concentra e prefere cursos nas áreas de humanas e saúde. Já entre os meninos, os dados mostram um balanceamento nas escolhas profissionais, sendo que eles possuem um grau de interesse maior do que os das meninas pelos cursos de exatas, que também é um padrão nacional.

Influência na escolha	Meninas	%	Meninos	%
Ninguém	54	73 %	40	80%
Mãe	8	11 %	2	2%
Pai	6	8 %	3	4 %
Pais	3	4 %	2	2%
Outros	3	4 %	3	4 %

Tabela 3

A tabela 3 reflete a influência que os alunos receberam a respeito das escolhas das profissões. Percebe-se que a maior parte desses alunos decidiram sozinho qual área desejam ingressar na universidade, onde 73% das meninas e 80% dos meninos disseram que não foram influenciados na hora da escolha do curso, desses dados. Também é perceptível que alguns desses alunos sofreram influência na hora da decisão de ingressar em um curso superior. As meninas sofrem maior influência da mãe (11%) do que os meninos (2%). Cerca de 23% das meninas sofrem alguma influência de um dos pais ou de ambos, contra 8% apenas dos meninos e 4% tanto de meninas como de meninos disseram terem sido influenciados por outros.

3.5 Percepções sobre o futuro

No questionário aplicado, deixamos o espaço para que os alunos pudessem descrever como se imaginariam daqui à 20 anos, e como feedback das meninas obtivemos os seguintes comentários: *“Se Deus quiser com uma família e bem realizada profissionalmente”*, *“Casada, formada e conseqüentemente bem-sucedida”* e *“Casada, realizada profissionalmente e constituir a minha família”*. Já quando passamos a observar as respostas obtidas pelos meninos ao que se refere a mesma pergunta, obtivemos: *“Bem sucedido”*, *“Com muito sucesso na minha carreira”* e *“Com meu diploma, exercendo meu trabalho”*. Desta forma, é possível perceber que na visão sobre as perspectivas dos

meninos e meninas em relação ao que almejam para o futuro, a maioria das alunas desejam conciliar a realização profissional com a familiar. Já os alunos estão preocupados majoritariamente com o mercado de trabalho e em conseguir destaque em suas carreiras.

3.6 Ciência da Computação é para todos?

Esse é um dos tabus que envolvem a área de Ciência e Tecnologia, e foi um dos questionamentos feitos aos alunos do Colégio da Polícia Militar. Os alunos foram questionados se as mulheres também se encaixariam nos cursos da área de Ciência da Computação, e a partir das respostas, conseguimos concluir que de um total de 124 alunos, 93% das meninas e 86% dos meninos responderam que os cursos de computação são adequados tanto para homens quanto para mulheres. No entanto, 12% dos alunos acham que é mais adequado para os homens, contra apenas 3% das mulheres.

Podemos perceber que mais da 50% das meninas entrevistadas se sentem capazes de ingressar em cursos relacionados à computação, enquanto que menos da metade dos meninos compartilham deste mesmo pensamento. Então, se pelo menos 50% destas meninas se sentem capazes de fazer parte deste contexto, que é a área de computação, a que se dá o fato de a área de computação atualmente sofrer um grande desfalque em relação ao sexo feminino e ser uma área de conhecimento predominantemente masculino? Em um estudo da PROGRAMARIA, que é uma Organização que incentiva a inserção de mulheres nas áreas com computação, ficou constatado que apesar de o número de matrículas efetuadas nos cursos de ciência da computação ter crescido muito nos últimos 24 anos (586%), o número de mulheres não acompanhou esse aumento na mesma proporção. Resultado: o índice já baixo de 34,89% em 1991 está ainda mais baixo, 15,53%. Segundo o último Censo da Educação Superior disponível, de 2013, numa sala de 100 pessoas, apenas 15 são mulheres.

De acordo com Tania Fátima Calvi Tait, professora do Departamento de Informática da UEM, algumas ideias são colocadas para esse afastamento como: a jornada excessiva de trabalho na área de informática que poderia espantar as mulheres, devido aos seus cuidados que tem com a casa e a família; e “tendência” feminina em se profissionalizar em áreas mais ligadas à educação e saúde e não tecnológica. Outra motivação pode ser o fato de que a crença no estereótipo de que homens têm mais habilidade em matemática do que mulheres pode ser absorvida por meninas mais cedo do que se imagina – e contribui

para afastar mulheres de campos como engenharia e ciências da computação, segundo o psicólogo americano Andrew Meltzoff Ph. D em Oxford em uma entrevista para a BBC Brasil. Mas, sabe-se que inicialmente o quadro não era esse. O número de mulheres interessadas na área era equivalente ao número de homens e não sabe-se a motivação para que essa realidade tenha mudado de forma drástica como o que vemos nos dias de hoje. Opinamos que a computação é sim para todos, o que faltam são incentivos ao ingresso da mulher em cursos relacionados à área.

4. Discussão e conclusões

Conclui-se que os alunos desta escola reproduzem as escolhas profissionais dos jovens do Brasil e do mundo, onde as mulheres se detém nas carreiras das áreas sociais e possuem pouca presença na área de tecnologia. Adicionalmente, as mulheres preocupam-se mais com a formação da família enquanto que os homens desejam investir em suas carreiras. Consideramos importante despertar o interesse das mulheres pela tecnologia, a fim de que elas compreendam que são tão capazes como os homens de atuar nesta área, necessitando apenas de uma preparação adequada. A partir das discussões que foram apresentadas nesse artigo, chegamos a conclusão que é preciso investigar mais detalhadamente a presença feminina na Computação bem como definir ações para atrair essas mulheres para a área e também motivar aquelas que já ingressaram nos cursos de TI, mas por algum motivo se encontram desmotivadas por diversos fatores que possam atrapalhar na carreira acadêmica e assim sucessivamente no sucesso profissional nas áreas de TI.

Referências

SPARTA, Monica; GOMES, William B. Importância Atribuída ao Ingresso na Educação Superior por Alunos do Ensino Médio. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v6n2/v6n2a05.pdf> . Acesso em: 08 de Maio de 2016

OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de.; SILVA, Jorge Luiz da.; SILVA NETO, Walter Mariano de Faria. **A ESCOLHA PROFISSIONAL NA ADOLESCÊNCIA: MOTIVAÇÕES E APONTAMENTOS PARA A ATUAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA.** Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3202_2149.pdf . Acesso em: 05 de Maio de 2016

LIMA, Michelle Pinto. **As mulheres na Ciência da Computação**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 793-816, set./dez., 2013.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **MULHERES NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL***. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt_03_01.pdf. Acesso em: 02 de Maio de 2016

BLAY, Eva Alterman; CONCEIÇÃO, Rosana R. da. **A mulher como tema nas disciplinas da USP**. *Cadernos de Pesquisa*, nº 76, fev. p. 50-56, 1991

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** São Paulo: Edusc. 2001.

INEP. Relatório Censo da Educação Superior 2012. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior> . Acesso em: 03 de Maio de 2016.

INEP. Relatório Censo da Educação Superior 2013. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior> . Acesso em: 03 de Maio de, 2016.

BBC BRASIL. **Estereótipo de que ‘matemática é para garotos’ afasta meninas da tecnologia, diz pesquisador**. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150831_entrevista_andrew_meltzoff_cc Acesso em 08 de Maio de 2016

PROGRAMARIA. **Mulheres perderam representatividade nos cursos de computação**. Disponível em: <http://www.programaria.org/2015/12/03/mulheres-perderam-representatividade-nos-cursos-de-computacao-2/> Acesso em: 08 de Maio de 2016

BEZERRA, Nathalia. **MULHER E UNIVERSIDADE: A LONGA E DIFÍCIL LUTA CONTRA A INVISIBILIDADE** . Disponível em: <http://www.uece.br/setesaberes/anais/pdfs/trabalhos/420-07082010-184618.pdf>. Acesso em: 29 de Abril de 2016.

TAIT, Tania. **Participação Feminina na Computação**. Disponível em: [http://www.din.uem.br/~tait/\(Participa_347_343o%20feminina%20na%20Computa_347_343o\).pdf](http://www.din.uem.br/~tait/(Participa_347_343o%20feminina%20na%20Computa_347_343o).pdf) Acesso em: 29 de Abril de 2016

DIFERENÇAS DE GÊNERO NA AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA DE PROGRAMAÇÃO DOS CURSOS DE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Josilene A. Moreira

josilene@ci.ufpb.br

Danielle Rousy

danielle@ci.ufpb.br

Angelina Sales

angelphanny@hotmail.com

Samiris Santos

samiris8@hotmail.com

Universidade Federal da Paraíba

Resumo: A disciplina chave nos cursos superiores da área de Ciência da Computação é a programação. As habilidades requeridas para o aprendizado de programação envolvem conceitos lógicos, capacidade de resolução de problemas e capacidade de abstração, entre outras. A proposta do artigo é avaliar a existência das diferenças na percepção das dificuldades encontradas nas disciplinas de programação, analisando em uma perspectiva de gênero. A pesquisa foi realizada com 52 estudantes de Engenharia e Ciência da Computação da Universidade Federal da Paraíba, em Abril de 2016. Verifica-se que, em geral, as alunas atribuem conceitos mais baixos para os tópicos avaliados, inclusive na auto-avaliação. Ressalta-se que o item onde há maior diferença entre as percepções masculina e feminina é no que diz respeito ao relacionamento com os monitores do curso. O índice geral de satisfação com o curso é avaliado em 3,11 pelas alunas e 3,5 pelos alunos.

Palavras Chave: Gênero e tecnologia; Ensino de programação; Computação.

1. Introdução

A visão diferença de “gênero” é apenas uma relação visível e biológica, mas não há provas que tais diferenças possam limitar o entendimento lógico e a posição social no mercado de trabalho. A posição social das mulheres e dos homens na hierarquia social, está presente nos estudos sobre o trabalho, destacando a posição social dada para mulheres, e sobre as mulheres por ser constitutiva da noção de gênero (KERGOAT, 1995).

Com base nisso, foi observado que na área de Informática, ao longo dos últimos anos, foi constatado um aumento progressivo da participação das mulheres no mercado de trabalho antes denominado como “masculino”. Segundo dados apontados por Fontoura e Gonzalez (2009) a taxa de participação delas passou de 54,15% em 2001 para 57,58% em 2008. Ainda que isso represente um avanço importante na inserção delas no mundo do trabalho formal. Em seus primórdios, a Computação era uma área de predominância feminina em meados da década de 20. Mas por que essa informação nos soa tão distante atualmente?

A partir de 1984 a representação feminina neste campo caiu drasticamente. Curiosamente, antes da popularização dos computadores pessoais, as mulheres eram muito ativas no campo, especialmente entre 1970 e 1984. Em 1984 cerca de 37% dos cargos em ciência da computação eram ocupados por mulheres. Em 2011, esse número caiu para 12%. Desde então o percentual de mulheres aumentou de 12,5% (2008) para 21% em 2013 (BROWN, 2014).

Ainda que haja maior participação feminina no universo da ciência e na produção do conhecimento, o *Informativo* do INEP 7 mostra a segregação de gênero em diversas áreas. Os cursos de graduação mais procurados pelos homens são relativos a áreas das exatas, tais como engenharia, tecnologia, indústria e computação. Nesta última, a concentração de homens chega a 79,9%, ou seja, entre os que estão na Ciência da Computação, apenas 20,1% são mulheres.

Essa constatação foi feita também pela ex-presidenta da Sociedade Brasileira da Computação e professora da Unicamp, Cláudia Bauzer Medeiros. Ela afirma que, além de ser reduzido, esse número de mulheres ainda tem diminuído desde meados dos anos 90. Na graduação a quantidade de mulheres caiu de 30% para 5 ou 10%.

LIMA (2013) afirma que a fim de incentivar o egresso e permanência de meninas em cursos de computação. Programas que incentivam o interesse feminino pelas carreiras na área da computação têm se difundido. O *Grace Hopper*

Celebration of Women in Computing (GHC), o Congresso Latino-americano de mulheres em Informática (LAWCC), o *IT Girls* (programa implementado pela Comissão Europeia para implementar boas práticas para mulheres no setor da Inovação, Ciência e Tecnologia) são alguns dos incentivos atualmente promovidos para a estimular a entrada de mulheres nessa área da ciência, como aponta Marques. Justin Rattne, diretor de tecnologia da Intel, afirma: “as companhias dependem do talento e da experiência das mulheres para competir globalmente”.

Existe também, um espaço de discussão sobre mulheres na TI desde 1987, ativamente usado até hoje. Essa lista, chamada *Systems*, foi fundada pela Dra. Anita Borg. Há também algumas iniciativas mais jovens, porém maduras no cenário nacional: *RailsGirls*, *Mulheres na Computação*, *Mulheres na Tecnologia*, *RodAda Hacker* e *Technovation Challenge*. Cada uma delas tenta resolver ou diminuir a escassez de mulheres na tecnologia, esses grupos inspiram as meninas e atraem mais mulheres, dando suporte e capacitando essas novas integrantes da área.

Além disso, as mulheres são consideradas um fator-chave para ampliar o interesse das novas gerações pela computação, como afirma a professora da Unicamp e ex-presidente da Sociedade Brasileira de Computação Cláudia Bauzer: “se os jovens se desinteressam, os países perdem espaço na economia global. A atração das mulheres significa, no longo prazo, que filhos e familiares também se envolvam nesse tipo de carreira.”

Por isso faz-se necessário um estudo para tentar entender o porquê da não permanência das meninas nos cursos de graduação em computação e se isso tem a ver com alguma dificuldade encontrada por elas, seja, por vergonha de tirar dúvidas num ambiente onde praticamente 90% dos estudantes são do sexo masculino ou se tem a ver com a não atração das meninas pela área assim que começam e se envolver com problemas lógicos relacionados à área. E essa experiência foi realizada no 1º semestre de 2016 com os alunos de graduação em engenharia e ciência da computação da Universidade Federal da Paraíba.

2. Cenário da UFPB

De acordo com os estudos de Carvalho (CARVALHO, 2006), o número de matrículas em graduação no curso de Ciência da Computação na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, apresentou índices muito desiguais entre a participação de homens e mulheres no curso. De acordo com os estudos da autora, no ano 2000, o número de mulheres que faziam parte do corpo discente formava um percentual de 25,9%, enquanto que no mesmo ano o percentual masculino

era de 74,1%. Cinco anos depois, o percentual de mulheres caiu drasticamente para 7,9%. E em 2013 esse percentual mudou para 13% de mulheres contra 87% de homens.

Após três anos ainda é possível notar que os cursos de Bacharelado em Ciência da Computação e Engenharia de Computação do Campus V da UFPB em João Pessoa-PB apresentam uma predominância masculina, conforme mostrado na Tabela 1. Apenas cerca de 11,5% de matrículas ativas em Ciência da Computação, são mulheres contra 88,5% de homens e já em Engenharia de Computação, esse percentual sobe um pouco, e atinge aproximadamente 13,5% das matrículas ativas pertencentes às meninas e um pouco mais 86,5% pertencentes aos meninos, evidenciando a baixa presença feminina e reproduzindo as relações de gênero que são características das áreas de ciência e tecnologia. Nas tabelas usaremos as siglas Ciência da Computação (CC) e Engenharia da Computação (EC).

Curso	Homens	%	Mulheres	%	Total
CC	300	88,5	39	11,5	339
EC	244	86,53	38	13,47	282
	544	87,61	77	12,39	621

Tabela 1

Com base nas estatísticas esses números diminuem a cada ano. A quantidade de mulheres que ingressam no curso é pequena, bem como a quantidade de mulheres que permanecem nos cursos.

3. Metodologia

A pesquisa foi realizada através de um questionário online aplicado aos estudantes dos cursos de Bacharelado em Ciência da Computação e de Engenharia da Computação da UFPB. O público-alvo foram os alunos e alunas que cursaram ou que ainda estão cursando a disciplina de Linguagem de Programação I. Foi obtido um número similar de respostas de alunos e alunas, sendo 26 de cada grupo, num total de 52 respondentes. O questionário foi preenchido anonimamente, através de um formulário elaborado usando o *Google Forms* (anexo1).

O questionário era composto por 23 perguntas, das quais, 21 delas eram perguntas objetivas e duas questões abertas. A elaboração do questionário buscou abordar questões de maneira clara e imparcial e as questões deram enfoque

aos objetivos investigados, pretendendo avaliar o grau de satisfação, motivação, desempenho e conforto com as disciplinas, a fim de compreender as diferentes percepções dos estudantes das disciplinas de programação em uma perspectiva de gênero.

4. Resultados

A análise dos resultados consistiu em avaliar e classificar os dados coletados a partir das respostas das 21 questões mais duas questões abertas, onde os estudantes puderam expressar sua opinião. Esta seção irá apresentar detalhadamente as contribuições feitas por meio do questionário e os resultados obtidos para os itens avaliados.

4.1 Visão Geral

O questionário foi aplicado no primeiro semestre de 2016, e respondido por 52 estudantes, em cerca de 57,7% eram alunos de Ciência da computação e 42,3% de Engenharia de computação. Destes estudantes, aproximadamente 32,7% eram alunas e 25% alunos de Ciência da Computação e 17,3% alunas e 25% alunos de Engenharia da Computação. Sumarizando, o mesmo número de alunos e alunas que responderam o questionário.

A distribuição de respostas por período pode ser observada na Figura 1 a seguir. Embora o questionário ter sido aplicado com alunos aleatórios, a maioria deles estavam no 8º período de Ciência ou Engenharia de Computação. Porém, possuiu uma distribuição quase que equilibrada entre os períodos dos entrevistados, facilitando a interpretação do cenário.

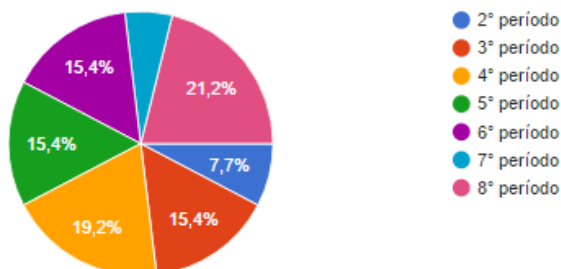


Figura 1: Período dos Estudantes

4.2 Índice Geral de Satisfação

A Tabela 2 ilustra a média da avaliação geral da disciplina por parte dos estudantes entrevistados. Verificamos a satisfação geral de ambas variáveis com relação as disciplinas. Em relação ao gênero não houve uma diferença significativa.

Curso	Média Masculina	Média Feminina	Diferença
CC	3,63	3,3	0,33
EC	3,66	3,4	0,26
Media Total	3,5	3,11	0,39

Tabela 2

4.3 Avaliação do Conteúdo

Este item foram avaliados três quesitos: a adequação e clareza do conteúdo e duração das aulas. Como mostra a tabela 3, foram atribuídas maiores médias por estudantes do sexo masculino do que do sexo feminino. Com base os resultados, não foi observado diferença significativas entre os gêneros.

Conteúdo	Média Masculina	Média Feminina	Diferença
Adequação	3,88	3,8	0,08
Clareza	3,58	3,46	0,12
Duração	3,5	3,69	0,19

Tabela 3

4.4 Método de Ensino

Nesta categoria, foi observado nos resultados que as alunas atribuíram um índice menor do que os alunos para todos os itens (Tabela 4). No item de metodologia, as alunas avaliaram com média 2,88, enquanto os alunos com média de 3,47, que foi a maior diferença percebida. Com base nos resultados, classificamos o planejamento inadequado quanto aos objetivos e conteúdo da disciplina. No item de comunicação, sendo ela a segunda menos media da categoria. Não houve diferenças significativas observadas nos outros itens.

Método de Ensino	Média Feminina	Média Masculina	Diferença
Metodologia	2,88	3,47	0,59
Andamento	3,15	3,42	0,12
Atividades Práticas	2,65	2,92	0,27
Participação	3,15	3,46	0,31
Atividades em Grupo	3,57	3,81	0,24
Comunicação	3,5	3,88	0,38
Organização	3,31	3,65	0,19

Tabela 4

4.5 Professor

A atividade acadêmica é uma troca de motivação coletiva. Segundo Niusarte Pinheiro, pedagoga, mestre em Ciências da Educação, afirma que o professor é o principal agente motivador.

Tendo esse aspecto importante e com base os resultados vimos que as maiores diferenças encontradas na categoria se diz respeito à motivação e polidez por parte do professor. Tendo como o principal índice do item polidez, enquanto a média da avaliação masculina foi de 4,23, a média feminina foi de 3,69, o que, dentro dos parâmetros estabelecidos, com uma diferença significativa de 0,54 ,tabela 5. E esta, pode estar diretamente relacionada à média de 2,77 atribuída pelos estudantes do sexo feminino, o que desta vez, é considerada uma média abaixo dos parâmetros esperados. No entanto, nenhuma outra diferença significativa foi observada entre os gêneros, onde interação e disponibilidade do professor estão sendo considerados.

Professor	Média Masculina	Média Feminina	Diferença
Motivação	3,23	2,77	0,46
Interação	3,58	3,23	0,35
Disponibilidade	3,77	3,81	0,04
Polidez	4,23	3,69	0,54

Tabela 5

4.6 Monitoria

Em todos os atributos as alunas tiveram os índices mais baixos. De fato, como poderia justificar o porquê desse resultado? Nesta categoria, foram

atribuídas as menores índices pelo sexo feminino. São observadas diferenças relevantes na avaliação de todos os itens. Percebe-se que o item de menor índice é no relacionamento com os monitores, nos dados das alunas.

De acordo com os resultados, os estudantes do sexo masculino são mais satisfeitos com a contribuição dos monitores para a educação dos estudantes do que os estudantes do sexo feminino.

Sabemos que a maioria das alunas ingressantes no curso nunca programaram e que os monitores são maioria ou quase na totalidade homens, acreditamos que isto leva a um alto índice de retenção das alunas. Em relação aos resultados e com base nesses fatores, podemos justificar o melhor índice atribuído pelos alunos para a satisfação geral, Tabela 2.

Monitoria	Média Masculina	Média Feminina	Diferença
Importância	3,42	3,07	0,41
Necessidade	3,27	2,85	0,42
Relacionamento	3,46	2,5	0,96

Tabela 6

4.7 Auto avaliação

A auto avaliação obteve resultado significativamente diferenciados para os dois gênero. As alunas avaliam o seu desempenho com índices inferiores aos alunos em todos os itens. Qual será o motivo pelo qual isto acontece? As meninas são realistas e se subestimam? Ou os alunos é quem são realistas ou se superestimam? Esta é uma questão a ser investigada no futuro.

Auto Avaliação	Média Masculina	Média Feminina	Diferença
Pró-atividade	4,11	3,73	0,38
Participação	3,88	3,73	0,15
Cumprimento das atividades	4,15	3,77	0,38

Tabela 7

4.8 Fatores que Contribuem para o Aprendizado

Foram lançadas duas questões abertas onde os estudantes deveriam discorrer sobre o que mais contribuiu e o que menos contribuiu para o aprendizado na disciplina.

Nos resultados das alunas o que mais contribuiu para aprendizado na disciplina foi terem que estudarem sozinha através de vídeo aula e apostilas externas. Os alunos, em sua maioria, responderam que deveria praticar o que foi aprendido.

As alunas e alunos obtiveram respostas semelhantes como a falta de prática em sala de aula, o não nivelamento da turma, não motivação dos professores e muito conteúdo. É o resultado da transição do ensino médio ao superior, onde o ensino médio não prepara os alunos para enfrentar o ensino superior (SPARTA e GOMES, 2005).

Com base nas respostas, podemos afirmar que as alunas possuem uma dificuldade de assimilação do conteúdo, pelo motivo de complementarem seus estudos com vídeo aula e apostilas.

5. Conclusão

Este artigo analisa como os alunos e alunas dos cursos de Ciência e Engenharia de Computação na UFPB avaliam os aspectos ligados ao aprendizado das disciplinas de programação. A pesquisa foi baseada na avaliação de 52 estudantes de graduação dos cursos citados, sendo 50% igualmente de alunos e alunas.

As estimativas realizadas confirmam que existem diferenças significativas entre os estudantes do sexo masculino e feminino apenas nas categorias “Professor” e “Monitor”. Os resultados mostram que as alunas atribuem médias inferiores nestas categorias em relação aos alunos.

Na categoria “Professor” os itens que possuíram as maiores diferenças entre as médias foi “motivação” e “polidez”. Na questão que foi avaliada a motivação que o professor proporcionou para os estudantes, de acordo com os estudantes entrevistados, os estudantes do sexo masculino se sentiram mais motivados que os estudantes do sexo feminino e quanto a polidez, a média atribuída pelos meninos foram quase 5, que era a nota máxima, enquanto a média feminina teve diferença substancial de 0,54 mais baixa. Por esse motivo, concluímos que as meninas não são incentivadas a continuar na disciplina e também são retraídas para retirarem suas dúvidas ao professor.

Em relação aos aspectos relacionados à Monitoria das disciplinas, verificamos a maior diferença entre as avaliações dos alunos e alunas. As alunas consideram o item Relacionamento em 2,5 enquanto os alunos avaliam como 3,46. Isto indica uma dificuldade bastante específica para as alunas, que no

mínimo precisa ser melhor investigada. Será que elas não conseguem relacionar-se bem porque a maioria dos monitores são homens?

Outra observação interessante diz respeito à Auto-avaliação, onde as alunas se avaliam com menores índices em todos os aspectos do questionário: Pró-atividade, participação e Cumprimento das Atividades. Questionamos aqui se elas são mais exigentes que os alunos, mais realistas ou se eles se superestimam. Acreditamos que seja necessária uma avaliação mais específica quanto a estes aspectos.

De forma geral, concluímos que existem diferenças de gênero na avaliação das dificuldades encontradas por alunos e alunas na amostra da população estudada. É necessário encontrar trabalhos similares na literatura que possam corroborar estes achados, assim como conduzir investigações mais aprofundadas (possivelmente através de entrevistas) para pesquisar a origem das diferenças observadas.

Referências

A Sales, B Calado, DRD Silva, G de Oliveira Mattos, J A. Moreira, DIFICULDADES PARA O INGRESSO E PERMANÊNCIA NA CIÊNCIA E ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO: UM OLHAR FEMININO, 2014.

BROWN, Kristen V. More women in Computer Science classes. Disponível em: <<http://www.sfgate.com/education/article/Tech-shift-More-women-in-computer-science-classes-5243026.php#page-2>> Acesso em: 02/05/2016

BARON-COHEN, S. (2003). *The essential difference: Men, women and the extreme male brain*. London: Penguin

FONTOURA, Natália de Oliveira; GONZALEZ, Roberto. "Aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho: mudança ou reprodução da desigualdade." *Boletim Mercado de Trabalho*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000154&pid=S0104-026X201300030000300012&lng=pt> Acesso em: 01/05/2016

WILSON, E.O. - "Sociobiology". Harvard University Press, 1992 [AMAZON].

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Gênero e carreiras universitárias: o que mudou? Seminário Internacional Fazendo Gênero 7. UFSC, p.28-30, ago. 2006. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/4797/1/arquivototal.pdf>> Acesso em: 10/04/2016

LIMA, Michele Pinto. "As mulheres na Ciência da Computação"
Rev. Estud. Fem. vol.21 no.3 Florianópolis Sept./Dec. 2013 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X201300030000> Acesso em: 30/04/2016

PINHEIRO, Niusarte Virginia, O professor pode ser fonte de motivação para o aluno?, Fevereiro de 2009

MASCARO, Angélica, MULHERES NA COMPUTAÇÃO: QUEM ESTÁ PREOCUPADO? EM 15 JUNHO 2011. PUBLICADO EM /MNT-PERNAMBUCO. Disponível em: <<http://mulheresnatecnologia.org/mnt-nos-estados/61-mnt-recife/176-mulheres-na-computacao-quem-esta-preocupado>>

KERGOAT, Daniele. Da divisão do Trabalho entre os Sexos. In: HIRATA, Helena (Org.). Divisão capitalista do trabalho: tempo social, ver social. São Paulo: USP, 1995.

BEVACQUA, Ana C. de Souza. et all. Gênero e Tecnologia.

SPARTA, Mônica; GOMES, William B. - Importância atribuída ao ingresso na educação superior por alunos do ensino médio, São Paulo dez. 2005.

SILVA, Elizabete Rodrigues. A (in)visibilidade das mulheres no campo científico, jun.2008

HÁ ESPAÇO PARA SALTO ALTO E BATOM NAS CIÊNCIAS DURAS?

Lucimeiry Batista da Silva
meiry11@gmail.com

Cecília Telma A. Pontes de Queiroz
queiroz.cecilia@gmail.com

Maria Eulina Pessoa de Carvalho
mepcarv@terra.com.br

*Universidade Federal da Paraíba - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e
Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (Nipam)*

Resumo: O artigo analisa como as relações de gênero influenciam a expressão da feminilidade de docentes mulheres nos cursos majoritariamente masculinos de Engenharia Mecânica e Física de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) no nordeste brasileiro. Tomando, como referências e evidências, estudos sobre as mulheres na Academia, principalmente nos cursos em que elas são minoria e entrevistas narrativas com mulheres docentes desses cursos, o artigo apresenta um arcabouço teórico que envolve a temática, destacando gênero, corpo e feminilidade, entre outros conceitos. Os cursos pesquisados foram escolhidos por representarem, de forma contundente, a ausência de mulheres em seus quadros docentes. A análise dos dados envolveu a construção das biografias docentes, após a codificação das narrativas, identificaram-se os discursos e as categorias “gênero” e “corpo”. O estudo evidenciou que essas docentes procuram não expressar a feminilidade “padrão”, instituída pela sociedade, no local de trabalho utilizando vestimentas que não chamem atenção ou que podem escondê-las no ambiente. Esse tipo de comportamento não colabora para o enfrentamento de uma situação de invisibilidade das poucas mulheres nas áreas acadêmicas consideradas masculinas. As narrativas das docentes de Engenharia Mecânica e de Física denotam que a relação de poder e de dominação exercida pelos homens está longe de ser abolida da Academia.

Palavras-chave: Gênero e Academia, Feminilidade, Mulheres em Carreiras Masculinas.

Introdução

Uma das primeiras perguntas que nos fazemos quando começamos a estudar a atuação feminina nas profissões ou áreas consideradas de domínio masculinas é: por que esses ambientes ainda são tão hostis para as mulheres? Apesar de terem conquistado lugar em profissões ditas “masculinas”, ainda hoje, em pleno Século XXI, esses espaços não são amigáveis para elas. E quando pensamos nesses ambientes, eles vão desde oficinas mecânicas, treinamento das forças armadas, direção de caminhões até a carreira docente do ensino superior em cursos como os de Engenharia Mecânica e Física, consideradas áreas mais masculinas, onde também existe um ambiente hostil para as mulheres.

De que forma o *habitus*, predominantemente masculino do campus, exige adaptação da apresentação do corpo em grupos minoritários femininos? Quais são os mecanismos da vida acadêmica que influenciam no modo como as docentes se comportam e expressam a feminilidade?

Este artigo apresenta reflexões sobre o comportamento e a feminilidade na Academia. Para isso, tomou como fonte de análise as narrativas biográficas de sete docentes universitárias que atuam ou atuaram como docentes em cursos das chamadas ciências “duras”: Engenharia Mecânica e Física, em uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), no nordeste brasileiro.

Os diálogos foram registrados por meio de gravação em áudio, transcritos na íntegra e, posteriormente, categorizados. A partir das entrevistas narrativas, utilizadas como “uma possibilidade de pesquisa ressignificada no campo de pesquisa pós-estruturalista” (ANDRADE, 2012, p. 173), foram construídas as biografias docentes. “As narrativas não constituem o passado em si, mas sim, aquilo que os/as informantes continuamente (re)constroem desse passado, como sujeitos dos discursos que lhes permitem significar suas trajetórias” (ANDRADE, 2012, p. 176). A partir das biografias, as falas das docentes foram codificadas utilizando-se as letras do alfabeto (Docente A, B, C etc.), para que suas identidades não fossem reveladas, uma exigência do Conselho de Ética da instituição, constante no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado por todas as entrevistadas.

Os cursos pesquisados foram escolhidos por representarem de forma contundente a ausência de mulheres em seus quadros docentes. Os cursos de Engenharia Mecânica e Física, criados, na instituição pesquisada, em 1966 e em 1972 respectivamente, em toda a sua história tiveram em seu corpo docente apenas quatro mulheres cada um. Do total de oito docentes mulheres, nos

dois cursos, uma pediu transferência para o Curso de Matemática, três se aposentaram desde o início dos anos 2000, e atualmente apenas quatro estão em atividade, duas em cada um dos cursos. O universo masculino nos dois cursos, quando da realização desta pesquisa era de 58 homens, 24 no Curso de Engenharia Mecânica e 34 no Curso de Física.

Todas as docentes que atuam, ou já se aposentaram, nos Cursos de Engenharia Mecânica e de Física compõem o número de entrevistadas. Em relação ao perfil dessas docentes, duas são mestras, três são doutoras, e quatro, pós-doutoras. Têm entre 38 e 63 anos, a maioria é casada (4), duas são divorciadas (2) e uma é solteira (1).

O artigo apresenta, ainda, um arcabouço teórico que envolve a temática, destacando gênero, corpo e feminilidade, entre outros conceitos, e alguns achados de pesquisa a partir dos diálogos teóricos principalmente com o sociólogo francês Pierre Bourdieu, entre outros. Os dados foram coletados no intervalo entre outubro de 2014 e junho de 2015 e fazem parte de uma tese de doutorado em andamento.

Relações de poder e clima frio na academia

A Organização das Nações Unidas (ONU), visando dar suporte à autonomia das mulheres, buscou o apoio de 189 países, que se comprometeram em reconhecer a igualdade como um componente essencial para o “empoderamento” das mulheres (PNUD, 2013). Essas mesmas nações firmaram o compromisso de incluir a dimensão de gênero em todas as suas instituições políticas, atividades de planejamento e tomadas de decisão, a fim de reconhecer que os direitos das mulheres são direitos humanos.

Depois do compromisso firmado na Conferência de Beijing/Pequim¹, em 1995, comprometeram-se, também, em avançar com o conceito de “empoderamento” das mulheres nas discussões sobre gênero² – construção social e histórica constitutiva de relações sociais fundadas sobre as diferenças entre os sexos (SCOTT, 1990) – que têm sido paulatinamente ampliadas. Nos últimos tempos, a discussão sobre a participação das mulheres, em profissões

1 Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, Beijing, 1995.

2 Ao longo da década de 1970, as feministas conheceram as contribuições de Money e Stoller, e o termo “gênero” apareceu na literatura feminista de forma irregular, inconsistente, como objeto de debates, mas logo se tornou o conceito organizativo central do feminismo, devido à utilidade para seu projeto teórico e político de mudança cultural (CARVALHO; RABAY, 2015).

consideradas masculinas, tem se expandido na Academia, tanto na literatura do Brasil quanto na internacional (CARVALHO; RABAY, 2015; CHOUDHURY, 2013; NARASIMHAN; TAJIMA; YOON, 2013; CARVALHO; RABAY, 2013; THIBAUT, C. *et. al.* 2009; CALDAS *et. al.*, 2005; DAWSON, 2005). Entretanto, estudo apresentado por Caldas *et al* (2005) observa que os resultados na Academia confirmam que o número de mulheres, nas chamadas “ciências duras”, é escasso em todos os níveis de educação e carreira e que, quanto mais alto o nível de titulação, menor é a proporção de mulheres (CALDAS *et. al.*, 2005).

Pesquisa francesa, realizada em 2013, aponta que as mulheres constituem 21% dos docentes de Física em universidades francesas e 19% de pesquisadores de Física no Centro Nacional Francês de Pesquisa Científica (CNRS), a principal instituição pública de pesquisa na França e a maior da Europa (NARASIMHAN; TAJIMA; YOON, 2013). Esses resultados se repetem em vários outros países, como Argentina (DAWSON, 2013), Bangladesh (CHOUDHURY, 2013), Canadá (PREDOI-CROSS *et. al.*, 2013), Alemanha (SANDOW; KAUSCH, 2013), Estados Unidos (ZASTAVKER *et. al.*, 2009), Espanha (CARRERAS *et. al.*, 2002), entre outros organizados e publicados pelo American Institute of Physics (AIP)³.

Enquanto as mulheres constituem metade da humanidade, mesmo em países onde elas têm pronto acesso ao ensino superior, o número de mulheres que estudam Matemática, Ciências, Físicas e Engenharia continua a ser drasticamente abaixo da paridade com a dos homens. Mulheres talentosas e capazes são, essencialmente, afastadas desses e de outros campos, e as poucas que persistem geralmente encontram-se isoladas e marginalizadas (CHOUDHURY, 2013).

A estrutura oferecida para homens e mulheres em Cursos de Engenharia é a mesma, mas a sensação percebida pelas mulheres de não pertencimento àquele espaço é muito forte, ainda que sutil. Zastavker *et. al.* (2011) argumentam que isso cria um “clima frio”, “uma frase popularizada por Hall e Sandler em seu relatório de 1982. Em particular, como a persuasão social dirigida às mulheres como fator-chave para a auto eficácia, e essas mensagens de não-pertencimento – se acidental ou deliberada – minam a expectativa geral e motivação para ter sucesso” (ZASTAVKER *et. al.*, 2011) dessas mulheres em suas

3 Disponível em: <<https://www.aip.org/>>

carreiras. Esse mesmo clima também foi verificado entre os discursos das sete docentes entrevistadas para este estudo.

Para analisar a questão levantada aqui, foi necessário partir do arcabouço teórico sobre os papéis masculino e feminino. Nesse sentido, Le Breton (2014, p. 17) observa que “falar de masculino ou de feminino implica, de algum modo, em um julgamento de valor, na referência a um contexto social e cultural”, considerando que os papéis de gênero são adquiridos a partir da socialização, que ocorre desde a infância. Ao construir as evidências de seus comportamentos, o homem ou a mulher nem sempre têm consciência dos constructos das relações sociais. A confirmação dessa construção “depende do jogo comum da existência. O sexo dito ‘biológico’ não exerce nenhuma coerção sobre a identidade sexual, ou seja, sobre os comportamentos de gênero e a sexualidade” (LE BRETON, 2014, p.20).

Para Bourdieu (2011, p.9), “as aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugam-se para inverter a relação entre as causas e os efeitos e fazem ver uma construção social naturalizada” (os gêneros como *habitus* sexuados).

O *habitus* como sentido do jogo é jogo social incorporado, transformado em natureza. [...] O *habitus* como social inscrito no corpo, no indivíduo biológico, permite produzir a infinidade de atos de jogo que estão inscritos no jogo em estado de possibilidades e de exigências objetivas; as coações e as exigências do jogo, ainda que não estejam reunidas num código de regras, impõem-se àqueles e somente àqueles que, por terem o sentido do jogo, isto é o senso da necessidade imanente do jogo, estão preparados para percebê-las e realizá-las (BOURDIEU, 2004, p. 82).

Seguimos o diálogo com a obra de Bourdieu, que define o conceito de *campus*, a partir da obra “Homo academicus”, em que o autor trata especificamente do campo que se insere esse estudo. O autor considera que “o capital universitário se obtém e se mantém por meio da ocupação de posições que permitem dominar outras posições e seus ocupantes, como todas as instituições encarregadas de controlar o acesso ao corpo, bancas de concurso (...)” (BOURDIEU, 2013, p. 115).

O autor acrescenta que os detentores do poder sobre as instâncias de reprodução do corpo universitário têm sua autoridade assegurada como uma

espécie de propriedade, mais ligada à posição hierárquica do que a características excepcionais da obra ou da pessoa. Esse poder é exercido “não só sobre o público de renovação rápida dos estudantes, mas também sobre a clientela dos candidatos a doutorado, no interior da qual se contratam habitualmente os assistentes”, que, muitas vezes, são colocados/as em uma “relação de dependência difusa e prolongada” de seus orientadores/as e/ou congêneres (BOURDIEU, 2013, p.115-116).

Além disso, o exercício do poder acadêmico supõe a aptidão e a propensão, socialmente adquiridas, para interpretar possibilidades oferecidas pelo campo: a capacidade de ‘ter alunos’, de colocá-los, de fazer com que permaneçam em relação de dependência e assegurar também o fundamento de um poder durável (BOURDIEU, 2013, p.122).

As docentes entrevistadas neste estudo reconhecem que são subjugadas a esse poder e pouco fazem ou buscam fazer para mudar essa situação, pois preferem ocupar as posições “destinadas” a elas por esse poder e não concorrem com os homens. Essa situação pode ser observada em vários depoimentos.

Dizer que não atrapalha ser mulher é realmente não querer ver o que acontece. Não têm obstáculos óbvios, é uma coisa mais sutil. [...] Eu queria que tivesse realmente mais mulheres... Eu acho que é uma coisa muito saudável e é importante dar exemplo para as meninas. Eu acho que as razões pelas quais tem mais homens do que mulheres não são genéticas, são realmente culturais (Docente E, 50 anos, Física).

*Como eu sempre estive em um ambiente com mais homens e o número de mulheres reduzido, eu sempre fui quieta, na minha, e **muito calma**. Eu sou **muito reservada**, não sou muito de me entrosar no ambiente de trabalho (Docente D, 38 anos, Engenharia Mecânica). (grifos nossos)*

Meu esposo era do mesmo departamento. Esse negócio de ter ficado esperando para fazer os cursos [de pós-graduação] era por isso. O que acontecia é que eu pedia uma verba para determinado projeto, aí não tinha verba, uma semana depois ele pedia e saía. Mesmo ele pedindo depois a verba era liberada. (...) essas coisas

*dificultaram. **Mas eu não achava que era porque eu era mulher, era uma competição*** (Docente B, aposentada, 61 anos, Engenharia Mecânica). (**grifos nossos**)

*É uma área muito competitiva, eles brigam entre eles mesmos, eu fico observando, porque **como mulher a gente não entra nessas brigas**. Eu pelo menos não tenho vontade de entrar numa briga e de sair mostrando que eu sou melhor que os outros. Eu procuro fazer meu trabalho com amor, com prazer, que é o que eu gosto de fazer. [...] É um negócio muito machista, é muito acirrada a competição, e, no meu caso, **como eu também sou uma concorrente, o jeito mais fácil de acabar com essa concorrência é por esse lado, depreciando porque eu sou mulher**. Então eles usam todas essas armas, para todos os lados. Eu sou vulnerável nesse aspecto* (Docente G, 63 anos, Física). (**grifos nossos**)

A situação das mulheres, de forma geral, e especificamente das docentes ouvidas neste estudo, está quase sempre atrelada a esse poder, e as entrevistadas relatam que “estão perdendo as forças e a esperança” de lutar contra essa hegemonia no *campus* acadêmico. Esses sentimentos corroboram a afirmativa de Bourdieu (2013) de que o poder universitário consiste “na capacidade de agir sobre as esperanças [...] delimitando, sobretudo o universo dos possíveis concorrentes” (BOURDIEU, 2013, p.123). No tópico seguinte, continuaremos dialogando com os autores, focando na questão de gênero e dos papéis que homens e mulheres exercem nos espaços públicos e do trabalho.

Ser minoria é “normal” nas ciências duras?!

Segundo Bourdieu (2011, p.17), “a divisão entre os sexos parece estar na ‘ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável”. Essa divisão está presente em todo o mundo social e incorporada nos esquemas de percepção, de pensamento e de ação tanto dos homens quanto das mulheres.

Neste estudo, uma das entrevistadas traz um exemplo que dialoga com o que preconiza Bourdieu (2011) sobre essa naturalização das posições de gênero:

A gente não está acostumada a pensar sobre gênero, a gente vem da graduação com uma minoria de mulheres, continua essa minoria

no mestrado e no doutorado. E aí entra em um ambiente de trabalho que também é masculino... gera uma normalidade (Docente D, 38 anos, Engenharia Mecânica).

Essa opinião pode ser complementada por Bourdieu (2011), que considera que é “a concordância entre as estruturas objetivas e as estruturas cognitivas que torna possível a ‘atitude natural’ ou de ‘experiência dóxica’”. Essa experiência que apreende o mundo social e suas arbitrarias divisões, a começar pela divisão socialmente construída entre os sexos, como naturais” (BOURDIEU, 2011, p.17) e é isso que as torna evidentes e com reconhecida legitimação.

Inferimos que esse comportamento seja mais forte e aconteça com mais frequência nos espaços onde a predominância masculina é hegemônica, e as mulheres são minorias, como nos cursos das “ciências duras”, foco deste estudo. Nesse sentido, a visão androcêntrica é imposta como se fosse neutra, uma vez que é legitimada como tal e exerce a força da ordem masculina sem precisar de justificativa. “A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos” (BOURDIEU, 2011, p.18). E mesmo as mulheres que estão nesse ambiente já consolidado e naturalizado como masculino parecem se adaptar a essa “normalidade”. Isso pode ser observado na fala de uma das entrevistadas, sobre o porquê de não existirem mais mulheres no Curso de Engenharia Mecânica, “talvez, por ser um ambiente só de homens e eles darem preferência aos homens também” (Docente A, 60 anos, aposentada, Engenharia Mecânica).

A docente E tem uma visão mais crítica sobre esse assunto e, ao ser questionada sobre o fato de nunca ter ocupado um cargo de gestão, responde:

Dizer que eu nunca ocupei um cargo de gestão porque eu não gosto... não é exatamente isso também. Eu acho que nunca... fui considerada

[...] Acontece que a minha situação é um pouquinho especial, porque meu marido trabalha comigo, então somos um casal, e mesmo quando o assunto diz respeito a mim tem gente que liga para ele. E como eu não sou uma pessoa muito agressiva, eu não vou atrás, aí eu só faço observar (Docente E, 50 anos, Física).

Nessa narrativa, a docente E se coloca na posição de observadora da própria situação como mulher de um colega de departamento, que não se incomoda, se inquieta ou se defende, mesmo tendo uma visão crítica de que é tratada pelos outros colegas homens do departamento de forma excludente.

Bourdieu (2011, p 16) assevera que “a divisão das coisas e das atividades (sexuais e outras), segundo a oposição entre o masculino e o feminino, recebe sua necessidade objetiva e subjetiva de sua inserção em um sistema de oposições homólogas”. Seguimos em nosso diálogo com a literatura sobre a participação das mulheres nas ciências “duras” abordando, no próximo tópico, as “roupas masculinas”, aceitas e recomendadas pelo *habitus* do *campus*, e as “roupas femininas”, rejeitadas nesse ambiente.

“Hoje minhas roupas se resumem a roupas bem masculinas”

Como vemos na literatura, no ambiente acadêmico, o *habitus* masculino e, portanto, todo o sistema de signos e símbolos que lhe representam se conformou com a regra (calça comprida, camisa de botão, sapato etc.), e a qualquer um/a que entre nesse espaço se impõem, seja por meio de regras explícitas ou implícitas, as normas do campo, e quem não se adapta é percebido/a como estrangeiro/a e, ao mesmo tempo, tratado/a de forma diferenciada. Não há uma norma explícita, ninguém diz como deve ser, mas quem não se comporta conforme o *habitus* estabelecido é tratado/a como um ser estranho ao ambiente (BOURDIEU, 2004b, p. 191). No caso das mulheres, essa percepção/tratamento vai desde vê-las como frágeis, fúteis, vulgares, até sempre observá-las de forma sensualizada, fazendo com que sua sexualidade esteja à frente do lado profissional.

Na banca do concurso onde só tinha homens, no dia da prova, um professor veio me elogiar por causa da minha roupa “que era apropriada” (calça, camisa de botão de manga comprida, sandália alta e somente um batom de leve). Fiquei me questionando em silêncio se ele também teria observado a roupa do outro concorrente que era homem (Docente D, 38 anos, Engenharia Mecânica).

A docente D “confessou” que só rememorou esse episódio, que ficara esquecido, em função da entrevista. Ao abordarmos o tema de gênero a lembrança veio à tona. A questão da **feminilidade** está atrelada ao tema **corpo** e, de

certa forma, à sexualidade, pois, em um ambiente majoritariamente masculino e hostil, o corpo e a feminilidade das mulheres não são vistos com naturalidade.

Como observa Bourdieu (2011, p. 18), “o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizante”. Neste estudo, verificamos que as mulheres não assumem sua feminilidade para não “chamar à atenção”, como pode ser constatado na narrativa da docente D.

*Na outra universidade em que eu dava aula, [no mesmo curso] em um lugar que é muito quente, como eu dava aula às 13 horas, eu ia de blusas mostrando o ombro no início. Mas tinha sempre um professor que chamava seus alunos para me ver dando aula, e isso me deixava sem jeito, até trancar a porta e ficar em uma sala super quente. **Hoje minhas roupas se resumem a roupas bem masculinas** (Docente D, 38 anos, Engenharia Mecânica). (grifos nossos)*

O ambiente, que deveria ser um local confortável para homens e mulheres exercerem suas profissões, para a mulher é ou tem sido desconfortável, porquanto a presença dela não passa despercebida, e isso faz com que seu comportamento, seus gestos e suas palavras sejam medidos e vigiados. Como observa Rabay (2008, p. 202), “conquistar um espaço e tornar-se um membro respeitado no interior do grupo demanda do/a novato/a ou estranho/a, no caso a mulher, a exibição de grande acúmulo de conhecimento”. Assim como as mulheres políticas observadas por Rabay (2008), as acadêmicas também têm que ter suas qualidades valorizadas pelo grupo a que pertence, pois “o capital político, enquanto capital simbólico”, assim como o capital acadêmico, “depende do reconhecimento dos próprios pares” (BOURDIEU, 2004b, p. 191).

Esse depoimento pode ser analisado à luz do que diz Bourdieu (2011) acerca da diferença biológica entre os sexos, “isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, [...] e pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho” (BOURDIEU, 2011, p.20). Neste ensaio, observamos também que as próprias mulheres se rendem à “naturalização” do ambiente e adotam valores masculinos para facilitar sua aceitação. Assim, reforçam o *campus*, nas ciências “duras”, como um lugar masculino.

A docente C também trabalhou em outra universidade onde havia uma engenheira agrícola, que era vista com outro tipo de preconceito até mesmo

pelas outras mulheres, por se assemelhar aos homens em seu comportamento. A docente C considera que ela **não era mulher**. Quando questionada sobre o porquê dessa visão, ela respondeu:

*ela parecia um trabalhador rural. O estilo, do tipo que vai para o boteco com aluno, tudo muito rock in rol, caveira e tal. É claro que tinha a idade, ela tinha 29 anos e estava terminando o doutorado. É outra geração... E C se defende dessa postura completando *Eu fiquei um pouco assustada com aquilo porque eu sempre fui muito **feminina**, sempre gostei muito da feminilidade* (Docente C, 48 anos, Engenharia Mecânica). (**grifo nosso**)*

Bourdieu (2011, p. 34) entende que as “regularidades da ordem física e social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das áreas mais nobres, em geral, tirando partido, no sentido dos pressupostos fundamentais e das diferenças biológicas” que estão na base das diferenças sociais.

Ao perguntarmos à docente C se o fato de se considerar muito feminina dava-lhe outro referencial em relação à Engenharia Mecânica, ela analisa o comportamento feminino na área.

Na verdade, eu nunca deixei de entrar de salto e batom em sala, maquiada... eu me importo com isso. E não é muito comum nessa área, as mulheres são muito masculinizadas, eu não sei o que acontece com as mulheres na universidade (Docente C, 48 anos, Engenharia Mecânica).

Bourdieu nos ensina que “a lógica paradoxal da dominação masculina e da submissão feminina”, ao mesmo tempo espontânea e extorquida,

só pode ser compreendida se nos mantivermos atentos/as aos efeitos duradouros que a ordem social exerce sobre as mulheres (e os homens), ou seja, às disposições espontaneamente harmonizadas com essa ordem que se impõe” (BOURDIEU, 2011, p. 50).

Os atos de conhecimento e de reconhecimento práticos dos limites entre os dominantes e os dominados, “que a mágica do poder simbólico desencadeia, [...] assumem, muitas vezes, a forma de emoções corporais – vergonha,

humilhação, timidez, ansiedade, culpa...” (BOURDIEU, 2011, p. 51). Os elementos/sentimentos citados por Bourdieu podem ser encontrados nas narrativas das entrevistadas.

*O que eu sinto é pessoalmente, não me sentir a vontade... os homens se sentem pouco a vontade, eu me sinto a vontade, mas quando eu percebo, **já mudo de atitude**. Por exemplo, **eu não costumo me arrumar muito, para vir trabalhar, venho bem confortável, não sou muito feminina no cotidiano de trabalho, sou mais prática e objetiva** (Docente G, 63 anos, Física). (grifos nossos)*

*Então, o fato de ser mulher, para mim, em especial, não me trouxe nenhum problema em sala de aula. Agora, tem uma coisa, **eu também sempre me vesti adequadamente** (...) geralmente era **jeans, uma blusinha básica, um sapatinho... mais próximo dos meus alunos**. Na verdade eu parecia mais uma aluna, resguardados os traços da idade. (Docente A, 60 anos, aposentada, Engenharia Mecânica). (grifos nossos)*

A docente C considera que as mulheres, na Engenharia Mecânica, não se cuidam e que, quanto maior o tempo de convivência na área, menos cuidados elas têm com a aparência:

Quando perguntada sobre por que há essa preocupação diferenciada entre as mulheres que atuam em sua área, a docente C responde que, não sabe, pois no seu caso, o fato de sua mãe ter sido estilista talvez tenha exercido uma forte influência em sua feminilidade, “*apesar de ser engenheira mecânica*”. Ela relata que a mãe sempre interferia em seu modo de se vestir: “*minha mãe dizia: ‘vai sair? Coloca um lacinho para ficar mais bonitinha; ou ‘está toda de preto, quebra isso com uma cor’*”. Ela observa que, quando faz esse tipo de comentário na área de Engenharia Mecânica, causa estranheza entre as mulheres: “*elas dizem: ‘isso é desnecessário, o importante aqui é a cabeça’. A mulher tem esse preconceito. Se deixar, ela vai andar de botina, de calça jeans*”.

As mulheres que atuam nos cursos das áreas das Ciências Exatas e das Engenharias, entre outras, também se afirmam e distinguem por meio das relações de consumo. Sobre isso, Bourdieu (2007, p. 174) destaca os cuidados com “*alimentação, cultura e despesas com apresentação de si e com representação, tais como: vestuário, cuidados de beleza, artigos de higiene e pessoal de serviço*”.

Nesse sentido, os relatos das docentes investigadas denotam uma dimensão simbólica importante na formação de suas identidades na Academia. Comprovamos que, em geral, elas têm formação de alto nível, são mestras, doutoras e pós-doutoras, mas não conseguem garantir, ainda, equidade de gênero no trabalho. Elas são compelidas a permitir ou aceitar “**botas e macacões**” ao invés de “**salto alto e batom**”. Com isso não queremos afirmar que “botas e macacões” são ruins e que “salto alto e batom” são bons. Mas, deixar claro que elas e eles podem e devem escolher como vestirem-se, com a liberdade que todos/as têm direito e não por imposição.

Considerações finais

As narrativas das docentes de Engenharia Mecânica e de Física apontam que a relação de poder e de dominação exercida pelos homens está longe de ser abolida da Academia. Como conclui Lima (2013, p. 813),

ser mulher em uma área da ciência cujo território é na grande maioria de homens gera formas acumulativas de discriminação que provocam a segregação delas [...] e conferem maior reconhecimento ao trabalho do sexo masculino.

O estudo evidenciou que essas docentes procuram não expressar sua feminilidade no ambiente de trabalho utilizando vestimentas que não chamem à atenção ou que podem escondê-las no ambiente. Elas deixam claro que escolhem o que vestir não por estilo ou preferência, mas por uma imposição sutil vivenciada no *campus*. Esse tipo de comportamento não colabora para o enfrentamento dessa situação, pois, como observa Fernandez (1994), a vestimenta faz com que nos tornemos autores da nossa corporeidade e nos permite sentir o prazer do domínio que isso implica. Quando se escondem ou tentam passar despercebidas, elas agem como coadjuvantes da própria representatividade como participantes desse ambiente ou, como diz Bourdieu (2004), reforçam o *habitus* masculino do campo colaborando para a ideia, por meio da vestimenta e de outros signos, de que ali não é lugar de mulher. As docentes entrevistadas demonstraram que se “travestem” para se sentirem inseridas no campo, o que não ocorre de fato, ao contrário, com esta atitude elas reforçam o espaço como masculino.

Quase todas as docentes se apresentaram como usuárias de vestimentas discretas e até masculinas, com poucos “enfeites” e com cuidado extra para não deixarem o corpo à mostra, o que demonstra certo receio em expor sua feminilidade no ambiente acadêmico. Em suas falas é possível perceber que não o fazem por opção ou gosto, mas por uma sutil coerção. Os resultados apontaram, portanto que, para atuar nessas áreas que são consideradas mais masculinas, essas mulheres docentes são tenuamente impelidas a abandonarem ou camuflarem sua feminilidade para serem “aceitas”.

Referências

ANDRADE, Sandra dos Santos. A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. In: MEYER, Dagmar E.; PARAÍSO, Marlucy A. (org).

Metodologias de pesquisas pós-críticas em Educação. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004b.

_____. **A distinção – crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP, Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

_____. **A dominação masculina**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. **Homo academicus**. 2 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

CALDAS, Marília J. *et. al.* **Brazil: how many women in Physics?** AIP Conference Proceedings, DOI: 10.1063/1.212882, 2005. Disponível em: <<http://scitation.aip.org/content/aip/proceeding/aipcp/795?ver=pdfcov>>. Acesso em: 05 jul.2015.

CARRERAS, C.; CHEVALIER, M.; CRESPO, E.; GARCÍA, M.; LÓPEZ, M.; CARBONELL, T.; LÓPEZ SANCHO, P.; MEJÍAS, P.; VIESCA, R. ; VILLARROEL, R.; YZUEL, M. J. Women in Physics in Spain. In: **AIP Conference Proceedings**, 2013. Disponível em <<http://scitation.aip.org/content/aip/proceeding/aipcp/795?ver=pdfcov>>. Acesso em: 05 jul.2015.

CARVALHO, M. P; RABAY, G. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 23(1): 312, janeiro-abril/2015. p. 119-136.

_____. **Gênero e Educação Superior**: apontamentos sobre o tema. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

CHOUDHURY, Shamima K. **Women in physics in Bangladesh**. AIP Conference Proceedings. 2013. Disponível em <<http://scitation.aip.org/content/aip/proceeding/aipcp/1517?ver=pdfcov>>. Acesso em: 05 jul.2015.

DAWSON, Silvina Ponce. **Women in Physics in Argentina**. AIP Conference Proceedings. 2005. Disponível em <<http://scitation.aip.org/content/aip/proceeding/aipcp/795?ver=pdfcov>>. Acesso em: 05 jul.2015.

FERNÁNDEZ , Alicia. **A mulher escondida na professora**: uma leitura psicopedagógica do ser mulher, da corporalidade e da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 1994.

LE BRETON, D. Corpo, Gênero, Identidade. In: FERRARI, Anderson et. al. **Corpo, gênero e sexualidade**. Lavras: Livraria da Universidade Federal de Lavras, MG, 2014.

LIMA, M. P. As mulheres na Ciência da Computação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(3): 793-816, setembro-dezembro/2013.

NARASIMHAN, S.; TAJIMA, S.; YOON, J-H. **Leaving and entering a career in physics**. AIP Conference Proceedings. Disponível em <<http://scitation.aip.org/content/aip/proceeding/aipcp/1517?ver=pdfcov>>. Acesso em: 05 jul.2015.

PREDOI-CROSS, A.; AUSTIN, R.; DASGUPTA, A.; GHOSE, S.; MILNER-BOLOTIN, M.; STEINITZ, M.; XU, Li-Hong. **Women in physics in Canada**. AIP Conference Proceedings. 2013. Disponível em <<http://scitation.aip.org/content/aip/proceeding/aipcp/1517?ver=pdfcov>>. Acesso em: 05 jul.2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

RABAY, G. **Mulheres na Política e autonomia.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2008, 268 p.

SANDOW, B.; KAUSCH C. **Women in Physics in Germany.** AIP Conference Proceedings. 2013. Disponível em <<http://scitation.aip.org/content/aip/proceeding/aipcp/795?ver=pdfcov>>. Acesso em: 05 jul.2015.

SCOTT, Joan W. (1990). **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação e realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990, p. 5-22.

THIBAUT, C.*et. al.* **French women in Physics: status and actions.** AIP Conference Proceedings, DOI: 10.1063/1.3137729, 2009. Disponível em: <<http://scitation.aip.org/content/aip/proceeding/aipcp/1119?ver=pdfcov>>. Acesso em: 05 jul.2015.

ZASTAVKER, Y. V. *et. al.* **Women in Physics in the United States.** AIP Conference Proceedings. 2009. Disponível em <<http://scitation.aip.org/content/aip/proceeding/aipcp/1119?ver=pdfcov>>. Acesso em: 05 jul.2015.

ZASTAVKER, Y. V.; CHACHRA, D.; LYNCH, C.; SARANG-SIEMINSKI, A. L.; STEIN, L. A. **Gender Schemas, Privilege, Micro-messaging, and Engineering Education: Practical Lessons from Theory.** American Society for Engineering Education, 2011.

TRAJETÓRIA DE UMA DOCENTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM “UM LUGAR PRA MACHO”

Lucimeiry Batista da Silva

meiry11@gmail.com

Maria Eulina Pessoa de Carvalho

Universidade Federal da Paraíba

Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação Sobre Mulher e a Relações de Sexo e Gênero da UFPB (NIPAM)

mepcarv@terra.com.br

Resumo: As mulheres têm ampliado sua participação no mundo acadêmico, embora ainda de forma insuficiente quando se trata dos cursos das ciências exatas, engenharias e tecnologia. Considerando que as pesquisas realizadas na área de gênero e educação superior e, especificamente, sobre carreiras das ciências duras, são recentes no Brasil, questiona-se como docentes mulheres percebem a discriminação de sexo e gênero na relação com colegas de trabalho e como as discriminações moldam suas carreiras profissionais. Que características da vida acadêmica influenciam a trajetória profissional e de vida de professoras em departamentos considerados masculinos? Como suas carreiras são afetadas pelas relações de gênero? A resposta a essas questões foi buscada por meio da narrativa biográfica de professoras em uma instituição federal de educação superior (IFES). Este artigo analisa a trajetória de uma docente do Curso de Engenharia Mecânica. A narrativa biográfica apresentada ilustra o que se passa com mulheres inseridas em departamentos masculinos, de acordo com o que se encontra na literatura estrangeira e com as narrativas de outras docentes entrevistadas. Percebe-se que as questões de gênero ainda não se apresentam como problemas a serem enfrentados, embora as discriminações moldem as carreiras das mulheres, fazendo-as traçar estratégias de adaptação que lhes permitam permanecer no campo acadêmico. As características da vida acadêmica que influenciam as carreiras femininas se traduzem no permanente “clima frio” com que são tratadas e colocadas à margem da dinâmica acadêmica.

Palavras-chave: Gênero e Educação Superior, Carreiras Docentes de Mulheres, Engenharia Mecânica.

Introdução

Embora a experiência demonstre “a existência de assimetrias de sexo/gênero nos cursos e carreiras, na formação, na docência e no desenvolvimento profissional docente” (CARVALHO; RABAY; SILVA, 2012, p. 1467), as pesquisas realizadas na área de gênero e educação superior e, especificamente, sobre carreiras das ciências exatas, engenharias e tecnologia, são recentes no Brasil.

Para tratar deste tema faz-se necessário abordar sucintamente a história da educação das mulheres que, como conta Lobato (2011, p. 292), “é marcada por exceções aos grupos minoritários, como as mulheres, os índios e os negros. Para as mulheres a educação era pautada em trabalhos manuais, domésticos, cânticos, receberam por muito tempo um tratamento diferente”.

Além de ser caracterizada por um longo período de exclusão e por uma inclusão de forma lenta e em áreas específicas, a história conta que à educação da mulher sempre foram destinados alguns campos do conhecimento, principalmente os ligados aos cuidados. Segundo Carvalho e Rabay (2013, p. 12) essa educação se “caracteriza pela exclusão e inclusão progressiva, porém segregada: em escolas ou classes separadas, ramos do ensino ou áreas curriculares distintas, restrição a certas matérias representadas como extensão do trabalho reprodutivo, doméstico”.

A antiga divisão sexual e de gênero do trabalho e do conhecimento “acarretou a construção de carreiras femininas e masculinas também no campo da educação superior ao longo do século XX, quando as mulheres conquistaram acesso à educação formal e ao trabalho remunerado” (CARVALHO e RABAY, 2013, p.11).

Durante muito tempo, como observa Nunes (2007, p. 284), “o acesso ao mercado de trabalho para a mulher restringia-se às prendas domésticas e ao magistério, este, de preferência, para meninas” e nos níveis mais básicos da educação. A formação universitária ainda era uma função masculina. A autora ainda acrescenta que a partir do final da adolescência, o futuro ideal esperado para as mulheres era arranjar um marido e fazer um bom casamento (NUNES, 2007).

Atualmente, apesar do sucesso educacional das mulheres, sua participação ainda é gendrada, isto é, concentram-se nas áreas e cursos tidos como femininos. E ainda que os cursos superiores nas áreas consideradas masculinas apresentem, nas últimas décadas, mais mulheres em seus quadros discentes, o mesmo não ocorre com o quadro docente. Em se tratando das carreiras

acadêmicas das ciências duras, esse quadro tem se agravado, conforme pesquisas que apresentam distinções nas carreiras docentes masculinas e femininas (BHALALUSESA, 1998; ISMAILA e RASDIA, 2007; TAVARES, 2008; SELEPÈ, GROBLER e DICKS, 2012; CARVALHO, RABAY e SILVA, 2012; CARVALHO e RABAY, 2013; SAVIGNY, 2014; AISTON e JUNG, 2015).

Este artigo é um recorte de tese de doutorado em andamento. Na instituição federal de ensino superior (IFES) pesquisada foram definidos como departamentos masculinos aqueles que têm minoria de mulheres no seu corpo docente e de alunas nos respectivos cursos. Esses são: Engenharia Mecânica, que tem duas mulheres, em um corpo docente com 26; Física com duas mulheres, em um corpo docente com 36; Matemática, com 11 mulheres entre 54 docentes; e o Centro de Informática, com 11 mulheres entre 56 docentes. Analisa-se aqui a trajetória de uma docente do curso de Engenharia Mecânica acerca de sua percepção sobre as relações de gênero e de sua inserção nesse ambiente de trabalho. A decisão de tomar esta biografia docente, especificamente, foi em função de esta ser a única, entre as duas entrevistadas no curso, que tem sua formação exclusivamente em Engenharia Mecânica nos níveis de graduação, mestrado e doutorado. Desta forma, pode-se observar a inclusão feminina neste ambiente masculino tanto enquanto discente quanto como docente ao longo de sua trajetória.

Apesar das mulheres terem conquistado lugar em profissões ditas “masculinas”, esses espaços ainda não são amigáveis para elas, ainda hoje, se constituindo como ambientes hostis devido à histórica divisão sexual do trabalho, em que as relações de gênero influenciam as trajetórias das mulheres desde o ambiente acadêmico até o mercado de trabalho. Assim, questionamos como estas docentes percebem a discriminação de sexo e gênero na relação com os colegas de trabalho e como as discriminações moldam suas carreiras profissionais. Que características da vida acadêmica influenciam a trajetória profissional e de vida dessas docentes em departamentos masculinos? Como suas carreiras são afetadas pelas relações de gênero?

Como assevera Josso (2010, p. 10), “as histórias de vida tornaram-se um material de pesquisa muito significativo nas ciências humanas em todos os continentes”. A autora observa que podemos fazer uso de abordagens biográficas em diversos tipos de projetos, desta forma, optou-se por uma biografia temática “melhor explicitada pelo conceito de trajetórias, (...) preferido nos estudos antropológicos” (MACHADO, 2010, p. 14), em vez de uma biografia tradicional. Em função deste aporte teórico, analisou-se a trajetória da docente, utilizando

a biografia temática na perspectiva das pessoas comuns, consideradas por Silva e Machado (2015, p. 23) como “possuidoras de uma história, o que evidencia que os estudos biográficos e autobiográficos podem ser postos a serviço do desvelamento de memórias e histórias comuns, e não somente às histórias dos homens e mulheres famosos”.

Buscou-se em Barman (2005) o aporte para a escolha de gênero como categoria de análise, visando questionar proposições estabelecidas e “profundamente entrincheiradas, referentes à organização básica da sociedade humana, inclusive ao binário masculino-feminino” (p. 22). Assim, a abordagem biográfica é veículo para tratar das questões de gênero, considerando que gênero nada tem de neutro no funcionamento das sociedades humanas. Ele é fundamental no exercício do poder, que resulta em dominação e subordinação. Como categoria de análise, o gênero surgiu em consequência da contestação do patriarcado promovida pela intelectualidade feminina (BARMAN, 2005, p.22).

Em relação ao processo de coleta de dados, as entrevistas foram gravadas em meio digital e transcritas na íntegra, para evitar imprecisões, com as anotações de campo e visando ampliar o detalhamento (GODOI; MATTOS, 2006). Foram feitas duas entrevistas face a face e complementações por e-mail. A docente autorizou o uso de sua história, desde que sua identidade fosse omitida. Por isso, o nome utilizado para mencioná-la é fictício.

Gênero e divisão sexual do trabalho

A partir da década de 1960 (1970 no Brasil) o mundo acadêmico ocidental inclui os estudos das mulheres e passa a questionar os paradigmas androcêntricos, expondo as contradições e interesses que omitiam as mulheres ou as consideravam inferiores.

A crítica do determinismo biológico subentendido no uso de termos como sexo ou diferença sexual e a focalização de fatores relacionais e culturais na construção social do feminino/masculino resultou no conceito do sistema sexo/gênero elaborado por Gayle Rubin, na década de 1970. Gênero passa a ser usado pelas feministas de forma análoga à organização social da relação entre os sexos (SCOTT, 1995).

Haraway (2004, p. 209) considera que “gênero é central para as construções e classificações de sistemas de diferença. A diferenciação complexa e a mistura de termos para ‘sexo’ e ‘gênero’ são parte da história política das palavras”.

Historicamente, quando além da simples divisão de tarefas se instituíram valores simbólicos sobre a riqueza produzida, surge a divisão do trabalho, hierarquizando fazeres e saberes, em geral com vantagem para a produção masculina. E, apesar das conquistas femininas em sua inserção no mundo do trabalho, o critério do sexo ainda permanece inalterado. Até hoje a divisão social-sexual do trabalho tem “dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem ‘vale’ mais do que um de mulher)” (KERGOAT, 2009 p. 67).

Na sociedade moderna, essa divisão passou a ser denominada: “divisão sexual do trabalho”, segundo Kergoat (2009). Essa expressão foi inicialmente discutida pelos etnólogos “para designar uma repartição ‘complementar’ das tarefas entre homens e mulheres nas sociedades que estudavam” (p. 67). As antropólogas feministas discordaram dos etnólogos, demonstrando que não é apenas uma complementariedade de tarefas, o que existe é uma relação de poder entre homens e mulheres, em que os homens dominam (KERGOAT, 2009).

Bourdieu (2011, p. 9) destaca que “as aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social, produzidos nos corpos e nas mentes, conjuga-se para inverter a relação entre as causas e os efeitos e fazem ver uma construção social naturalizada (os gêneros como *habitus* sexuados)”.

A divisão de trabalho entre os sexos é ampliada para outras esferas e, como observa Bourdieu (2011), parece fazer parte da “ordem das coisas” tornando-se “natural”, “normal”. A divisão está presente “ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes” (p. 17).

A luta das feministas por igualdade de condições entre homens e mulheres está em grande parte focada na ascensão da mulher ao mundo público, buscando acesso às mesmas oportunidades de sobrevivência, trabalho e emprego que os homens, com isonomia salarial e iguais chances de ascensão. Entretanto, concordando com o que observa Cruz (2012), é preciso, antes de tudo, mudar a divisão sexual do trabalho doméstico para que a noção de cidadania seja efetiva” (p. 182), pois “enquanto a divisão do trabalho doméstico for assimétrica, a igualdade ainda será uma utopia” (p. 183).

Embora extremamente entrelaçada, a separação formal entre as esferas pública e privada resulta na invisibilidade e consequente falta de legitimação

das interferências reais do mundo privado no mundo público. Ao contrário dos homens, essas interferências resultam em prejuízo para as mulheres e, apesar de já terem sido amplamente comprovadas e discutidas pelos estudos feministas (SELEPÈ *et. al.*, 2012; KERGOAT, 2009; CHABAUD-RYCHETER e GARDEY, 2009; CRUZ, 2005; SEGNINI, 1998), ainda são consideradas uma questão do âmbito privado individual. Assim, são praticamente inexistentes as políticas públicas que visam compensar esta desvantagem feminina, especialmente no âmbito da academia onde a mentalidade da meritocracia é muito difundida.

A crítica feminista aponta que as relações de produção não consideraram as relações sociais de sexo, acentuando os efeitos causados por estas na divisão sexual do trabalho, de acordo com Chabaud-Rycheter e Gardey (2009). Citando Kergoat, as autoras destacam o desprezo pela qualificação feminina: “as mulheres têm práticas e competências que não são reconhecidas como tais — aquelas que desenvolvem continuamente na esfera doméstica — e que podem ser reutilizadas no processo produtivo” (CHABAUD-RYCHETER e GARDEY, 2009, p. 242).

A discriminação das mulheres no mundo do trabalho é multifacetada e atinge praticamente todas as profissões, inclusive as consideradas próprias para elas, que por isso mesmo são, em geral, mais desvalorizadas. No entanto, em cada campo de atuação se revelam facetas distintas.

Lombardi (2007) assinala que “mesmo que as mulheres venham assumindo cargos de responsabilidade na gerência e na diretoria das empresas, é rara sua presença no topo da hierarquia empresarial, processo designado teto de vidro” (p. 413). Ou seja, existe uma barreira que, “de tão sutil, é transparente, mas suficientemente forte para impossibilitar a ascensão de mulheres a níveis mais altos da hierarquia organizacional” (STEIL, 1997, p. 62). Como visto na literatura, no ambiente acadêmico, o *habitus* masculino e, portanto, todo o sistema de signos e símbolos que o representam, dita as normas.

Em contrapartida, Cruz (2012) argumenta que é preciso estabelecer novos códigos e práticas, na medida em que “a efetiva entrada das mulheres nos cursos universitários historicamente masculinos influencia diretamente na construção de novos papéis sociais” (p. 330).

Trajetória de uma docente mulher em “um lugar pra macho”

A professora Adriana, tem 50 anos, é solteira e não tem filhos. Nascida em uma região industrial, cursou o ensino médio em uma Escola Técnica em Metalurgia, e fez toda a sua formação (graduação, mestrado e doutorado) em

Engenharia Mecânica. Os títulos de mestra e doutora foram obtidos em uma IFES do sul do país, com um doutorado “sanduiche” na Europa.

Entre 13 e 14 anos de idade Adriana entrou para o curso técnico em Metalurgia. Sua mãe a considerava frágil e não queria que ela se tornasse independente, mantendo-a “*sob suas asas*”. Até que permitiu que ela seguisse para o curso superior em uma cidade próxima, morando com parentes.

Adriana conta que na turma inicial de Engenharia Mecânica havia 30 pessoas, 27 homens e três mulheres, mas apenas ela se formou junto com 14 homens.

Entre a graduação e o mestrado, trabalhou em uma indústria siderúrgica, na reforma de um forno, com 1500 homens e apenas ela de mulher. Era uma carga muito pesada e isso foi um ponto importante na sua decisão de dar sequência à formação acadêmica. “*A partir dali eu decidi que eu não queria mais aquilo para a minha vida. Eu não queria mais ficar 8, 10 horas dentro de uma empresa*”.

Já independente financeiramente da família, Adriana foi fazer mestrado em uma IFES no sul do país e, em seguida, entrou no doutorado na mesma instituição. Tanto no mestrado quanto no doutorado a proporção de mulheres em relação aos homens sempre foi mínima.

Eram 50 alunos e só três eram mulheres quando eu cheguei. Eles falavam que as meninas dormiram com o coordenador e ele fez o trabalho pra elas. Era o boato que corria e eles falavam: ‘ah, chegou mais uma’.

Essa era uma forma de desqualificar a capacidade das mulheres e, ao mesmo tempo, de desestimular qualquer atitude da parte delas. Adriana considerava-se mais “topetuda” que as outras duas. Seguiu para o doutorado sendo uma entre apenas duas alunas mulheres.

Percepção da discriminação de gênero

Como observa Adriana, “*culturalmente a Engenharia Mecânica é vista não só como uma área masculina, mas como um lugar pra ‘macho’*” (grifo nosso). No doutorado sanduiche, ela pode comparar a realidade brasileira com a da Alemanha e constatar que, embora tenham ocorrido alguns avanços entre nós, ainda há discriminação de gênero:

Aqui tem isso... Na Alemanha as mulheres trabalham da mesma forma que os homens, a gente não percebe, eu cheguei a fazer atividades em laboratórios que geralmente a divisão [por sexo] era de 50%, mas não tinha essa divisão de atividades para o homem e para a mulher, lá não tem isso, todo mundo faz tudo. Aqui é muito delimitado.

Adriana reconhece que antigamente era pior, mas nem sempre as mulheres das gerações posteriores acompanharam a mudança. Na sua própria família ela é a única que fez opções profissionais diferentes:

Na minha família eu acho que eu dei um passo muito mais à frente do que qualquer uma das gerações anteriores e posterior. Eu não estou dizendo isso com orgulho. Por exemplo, minhas sobrinhas estudaram, mas agora já têm filhos e a forma de ver o mundo ainda é o que a avó e a mãe ensinaram.

Na sua região, a questão da discriminação é percebida por ela na indústria, que recebe a mão de obra feminina, “*tem espaço*” para as mulheres que se formam em Engenharia Mecânica, “*mas elas não assumem o cargo de engenheiras*” e aceitam essa condição.

As mulheres que estão nas usinas, em cargos altos, com altos salários, geralmente ocupam funções estratégicas dentro da empresa, mas não como engenheiras. Na indústria elas viravam técnicas especialistas, mas engenheiras não. Aí chega um homem de fora, só com o diploma e eles dão a vaga para esse homem.

Mudanças de rumo profissional

Ao retornar para perto da família, já doutora, Adriana iniciou sua carreira docente dando aulas em uma instituição privada na capital do seu estado, próxima à cidade de seus pais. Apesar de considerar um excelente emprego, com bom salário e condições de trabalho, ela tinha de dar aulas em Escolas Técnicas afastadas, em locais perigosos, fazendo esses trajetos “*sozinha, passando dentro de favela, isso começou a me estressar. O salário era muito bom, mas eu balizei e decidi que queria qualidade de vida*”.

Observa-se neste relato a existência de obstáculos que afetam diferencialmente as mulheres. O fato de ser enviada para dar aulas em locais distantes e perigosos fez com que Adriana desistisse de seguir carreira naquela instituição, o que provavelmente não inibiria um homem de continuar trabalhando onde tinha boa remuneração e condições de progredir.

Em 2010, ela decidiu prestar concurso público para uma IFES. Entretanto, logo se decepcionou *“porque cada professor trabalhava em função de fortalecer a sua própria área”*. Nesse contexto, entrou em um ritmo acelerado, *“trabalhava 10, 12 horas por dia, com muitos projetos, montei um grande laboratório, mas não me sentia integrada na cidade...”*

Provavelmente essa dificuldade de adaptação se deu também em função de Adriana ser uma mulher solteira, sozinha, sem parceiro, pois assim não era incluída nos círculos sociais dos pares. Ou seja, caso ela chegasse com um marido e principalmente se ele também fosse engenheiro, provavelmente seria mais fácil ser incluída, porque seus colegas iriam se relacionar com o marido dela, como costuma acontecer entre os homens.

Embora reconheça que a pesquisa *“é muito sofrida, difícil e dispendiosa, na sua área”*, quando Adriana enveredou por esta seara foi bem sucedida. Entretanto, esse sucesso inicial não foi suficiente para que ela se enraizasse na primeira IFES:

Eu montei um laboratório, muito caro, custou em média novecentos mil reais, durante três anos. Eu ficava até meia noite acompanhando compra, licitação... virei craque. (...) Montei todo o laboratório, quando estava tudo prontinho eu estava saindo...

Ser mulher na Engenharia Mecânica

Na primeira IFES em que trabalhou, dos nove profissionais contratados na mesma época, havia outra engenheira que, diferentemente de Adriana, se assemelhava aos homens em seu comportamento. A própria Adriana tinha preconceito contra ela por se comportar *“como se não fosse mulher”*:

Ela parecia um trabalhador rural, era do tipo que vai para o boteco com aluno, tudo muito rock and roll, caveira e tal... É claro que tinha a idade, ela só tinha 29 anos e estava terminando o doutorado. É outra geração...

Adriana cultivava sua feminilidade no trabalho:

Na verdade eu nunca deixei de entrar de salto em sala, de batom, maquiada, eu me importo com isso. E isso não é comum, nesta área, as mulheres são muito masculinizadas, eu não sei o que acontece com as mulheres ali.

Para ela, as mulheres na Engenharia Mecânica não se cuidam. E quanto maior o tempo de convivência na área, menos cuidados elas têm com a aparência:

Minhas alunas, quando eu dava introdução à Engenharia Mecânica [início do curso] eram todas bonitinhas, arrumadinhas... quando chegavam nas disciplinas de oficina [final do curso], já estavam todas largadas, de bermudão. O nível de conversação igual ao dos homens, bebendo muito, com o mesmo estilo dos homens para sentar... Eu tinha que chegar e falar “olha, senta mais direitinho”, tentando trazer uma feminilidade, independente da opção sexual.

Mas apesar de discordar das mulheres que se masculinizam para atuar nesta área, Adriana também demonstra preocupação em relação à maneira de se apresentar:

*Dentro de sala de aula, eu procuro me vestir de uma forma que eu não me incomode. Por exemplo, eu procuro não ter a pele à mostra, são muitos homens e querendo ou não **você pode mexer com um aluno, você tem que se proteger**”. (grifo nosso)*

Ao achar que pode “mexer com um aluno” e por isso deve se proteger, Adriana está considerando a possibilidade de ser vista como objeto sexual e culpável, como mulher atraente e provocadora.

Os atos de conhecimento e de reconhecimento práticos dos limites entre os dominantes e os dominados, “que a mágica do poder simbólico desencadeia, [...] assumem, muitas vezes, a forma de emoções corporais – vergonha, humilhação, timidez, ansiedade, culpa... (BOURDIEU, 2011, p. 51). Todos esses elementos/sentimentos citados por Bourdieu podem ser encontrados na narrativa de Adriana:

Eu acho muito difícil lidar lá fora [fora da academia], mais do que aqui dentro. Aqui eu uso as minhas proteções, a roupa para mim é uma proteção, é uma armadura, no resto eu exagero, saltão, cabelo e tal, mas a roupa meio que encapsula, para a gente não ter problema, porque o aluno chega muito perto da gente.

Eu me protejo demais [...]. Eu entro na sala de aula e parece que eu sou outra pessoa, isso faz diferença. Mas quando eu saio daqui eu sou uma mulher normal, que chora, que ri... em sala de aula eu acho que é um processo de construção. (grifos nossos)

Isso demonstra o quanto é marcada, no caso das mulheres, a distância entre a apresentação pública/profissional e a maneira de ser na vida privada. Diferentemente dos homens, elas têm de construir uma persona pública/profissional distinta, para se protegerem na ordem androcêntrica.

Nova IFES, velhos problemas e preconceitos

Na atual IFES Adriana está se adaptando. Tem se dedicado ao ensino e só teve oportunidade de fazer pesquisa no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e no Programa Jovens Talentos.

Um ano depois de empossada, ela ainda não assumiu disciplinas de Engenharia Mecânica, segue dando aulas para outros cursos, porque as disciplinas técnicas “*têm donos*”. Apesar de sua formação integral ser em Engenharia Mecânica (graduação, mestrado e doutorado) e de ter experiência na indústria e em pesquisas de ponta, tem ministrado disciplinas nos cursos de Engenharia de Produção e Engenharia de Alimentos.

Ministrar as disciplinas básicas para outros cursos pode ser uma maneira de não incluí-la, por exemplo, na pesquisa e na pós-graduação em Engenharia Mecânica. “*Aqui não tem espaço para eu fazer pesquisa*”. Para tentar cavar esse espaço Adriana está montando, com a outra docente do departamento, um projeto de aplicação virtual, que daria para fazer simulação na área de fabricação.

*A gente está pensando em montar um laboratório de softwares para engenharia, quase entrando em modelos de fabricação, **sem ocupar a estrutura física de ninguém** e sem depender muito de recursos governamentais para manter a infraestrutura. (grifo nosso)*

Esta foi a estratégia encontrada por elas para:

*não incomodar ninguém, nem brigar por espaço... É uma área em que a gente vai poder **sair da mecânica**, trabalhar junto com o pessoal da área de odontologia, junto com o pessoal da área médica, da área de ortopedia. (grifos nossos).*

Mas “é um trabalho árduo”, pois não tem muito apoio dos pares. Em mais de um ano de convivência nenhum colega homem buscou fazer parceria em pesquisa, ou incluí-la em algum dos seus projetos. É perceptível durante seu depoimento que Adriana não foi acolhida no departamento.

Ela percebe algumas piadas e posicionamentos preconceituosos, mas isso ocorre de forma velada.

Chegar e falar, ninguém fala... acho que é por eu ser diferente. Isso incomoda muito, principalmente os homens. Eu percebo nitidamente. Por trás fica a piadinha. Porque eu sei me defender com relação a isso, eu só não gosto de grosseria, mas eu não me sinto diminuída em nada, nem com piadinha de mau gosto, com nada. Eu sou capaz de chegar e dizer: ‘sua piada é muito chata’.

Considerações finais

Quando uma mulher chega a um ambiente de trabalho masculino, como a Engenharia Mecânica, ela se depara com a homossociabilidade (CASTELLS, 2010), um tipo de sociabilidade em que só se aceita o igual, do mesmo sexo e que funciona no contexto da heteronormatividade. O diferente, a mulher, percebe o clima frio e se sente excluída. Ou, para ser incluída, ela tenta se assemelhar, se masculinizar: tomar cerveja com eles, conversar sobre futebol, são táticas para ser incluída nos moldes deles, para que eles não notem diferença e se sintam à vontade. Ou ainda namorar e casar um colega, que a protegerá. Porque eles são a maioria, dominam, já estão estabelecidos e elas são as estranhas, que estão chegando (CASTELLS, 2010).

Ao aproximar-se da única colega mulher no departamento para encontrar uma área de atuação “sem ocupar a estrutura física de ninguém”, e até “sair da mecânica”, Adriana está buscando uma estratégia para desenvolver sua carreira. É uma estratégia de sobrevivência que parece ser a única saída, mas tende

a perpetuar o comportamento dominante no campo, que é deixar as mulheres na margem. Neste caso, sem incomodar ou brigar, as próprias mulheres, contribuem para a sua exclusão, mesmo quando avaliam que tais estratégias são as que lhes permitem a incorporação no campo, ou melhor, a acomodação na margem. Nesse processo, as mulheres adotam sobre si mesmas “esquemas que são produto da dominação”, ou seja, “seus pensamentos e suas percepções estão estruturados em conformidade com as estruturas mesmas da relação de dominação que lhes é imposta”, e resultam em “atos de reconhecimento, de submissão” (BOURDIEU, 2011, p. 22).

A narrativa biográfica da docente ilustra o que se passa com as mulheres inseridas em campos acadêmicos masculinos, de acordo com o que se encontra na literatura estrangeira e com as narrativas das demais docentes entrevistadas na pesquisa mais ampla. Percebe-se que as questões de gênero ainda não se apresentam como problemas a serem enfrentados no ambiente acadêmico, particularmente nas áreas masculinas. Embora discriminações, clima frio e exclusão velada moldem as carreiras dessas raras mulheres pioneiras, fazendo-as traçar estratégias de adaptação que lhes permitam permanecer no campo acadêmico, elas são colocadas e se colocam à margem da dinâmica acadêmica, distanciando-se do sucesso que os homens buscam. As opções são se acomodar – ficar invisível, ser prestimosa, casar com um colega – ou se retirar. Adriana está considerando, mais uma vez, ir embora desta IFES.

Referências

AISTON, Sarah Jane; JUNG, Jisun. Women academics and research productivity: an international comparison. **Gender and Education**, Volume 27, Issue 3, 2015 p. 205-225.

BARMAN, Roderick J. **Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX** / Roderick J. Barman; tradução de Luiz Antônio Oliveira Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

BHALALUSESA, Eustella. Women’s Career and Professional Development: Experiences and challenges. **Gender and Education**, Volume 10, Issue 1, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. 2. ed. Florianópolis: Ed da UFSC, 2013.

_____. **A Dominação Masculina**. 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (orgs). **Usos & abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 183-192. Disponível em: http://historiacultural.mpbnet.ccom.br/pos-modernismo/BOURDIEU_Pierre-A_ilusao_biografica.pdf. Acesso em: 20 set.2015.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; RABAY, Glória. **Gênero e Educação Superior**: apontamentos sobre o tema. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

_____; RABAY, Glória; SILVA, Lucimeiry B. Relações de gênero na formação e carreira docente em engenharia mecânica e física no Brasil. In: VIADEL, Antonio Colomer (ed). **América Latina, Globalidad e Integración**. Madrid: Ediciones del Orto, Ediciones Clásicas, S.A., 2012. v. 3. p. 1467-1474.

CASTELLS, M. **O Poder da identidade** – A era da informação: economia, sociedade e cultura, vol. II. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CHABAUD-RYCHETER, Danielle; GARDEY, Delphine. Técnicas e gênero. In: HIRATA, Helena *et al* (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Mapeando diferenças de gênero no ensino superior da Universidade Federal de Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

_____. **Trabalho, gênero, cidadania**: tradição e modernidade. São Cristóvão: Editora UFS; Aracajú: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

GODOI, C. K.; MATTOS, P.L.C.L. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: GODOI, C. K; MELLO, R.B.; SILVA. A.B. (org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. In: **Cadernos Pagu** (22) 2004: pp.201-246. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf>>. Acesso em: 10 nov.2015.

ISMAILA, Maimunah; RASDIA, Roziah M. Impact of networking on career development: Experience of high-flying women academics in Malaysia. In: **Human Resource Development International**. Volume 10, Issue 2, 2007, p. 153-168. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13678860701347131?journalCode=rhrd20>>. Acesso em: 05 nov.2015.

JOSSO, Marie-Christine. Prefácio. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.). **(Auto)biografia e formação humana**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LOBATO, Ana Maria Leite. A mulher e a educação na sociedade: conexões com o século XXI. In: SANTANA, José R. *et al.* (orgs). **Muitas histórias, muitos olhares: relatos de pesquisas na história da educação**. Fortaleza: Edições UFC, 2011, p. 288-302.

LOMBARDI, Maria Rosa. Engenheira & Gerente: desafios enfrentados por mulheres em posições de comando na área tecnológica. In: BRUSCHINI, Cristina *et. al.* **Marché du travail et genre - comparaisons internationales Brésil-France**, 2007.

MACHADO, Charliton J. S. **Zila Mamede: trajetórias literárias e educativas**. Campina Grande-PB: Eduepb, 2010.

NUNES, Maria Lúcia da Silva. Casamento: um (bom) negócio! – uma leitura do Romance São Bernardo. In: MACHADO, Charliton J. S.; NUNES, Maria Lúcia da Silva. **Gênero e sexualidade: perspectivas em debate**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

SILVA, Robson C.; MACHADO, Charliton J. S. Memória e narrativas autobiográficas: subsídios metodológicos para pesquisas em história da educação. In: FIALHO, Lia M. F; CASTRO, Edilson S.; CASTRO, Jéssyca L.C (orgs). **(Auto)Biografias e Formação Docente**. Fortaleza: EdUECE, 2015.

SAVIGNY, Heather. Women, know your limits: cultural sexism in academia. In: **Gender and Education**. Routledge. Taylor & Francis Group, vol. 26, nº. 7, 2014, p. 794-809.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade – UFRGS**: Porto Alegre, 1995, 20 (2), 71-99.

SEGNINI, Liliana R. P. Relações de gênero no trabalho bancário informatizado. In: **Cadernos Pagu** (10). Campinas, SP: Núcleo de Estudos de Gênero. Universidade Estadual de Campinas, n. 10, 1998, p. 147-168.

SELEPÈ, Mosa; GROBLER, Christa; DICKS, Emsie; OLDEWAGE-THERON, Wilna. The W(h)ine Club: women finding joy in academic work. In: **Gender and Education**. Vol. 24, Issue 1, 2012, p. 73-82.

STEIL, Andrea Valéria. Organizações, gênero e posição hierárquica: compreendendo o fenômeno do teto de vidro. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**. RAUSP, v.32, n.3, p.62-69, julho/setembro 1997.

TAVARES, Isabel. A participação feminina na pesquisa: presença das mulheres nas áreas do conhecimento. In RISTOFF, Dilvo *et al.* **Simpósio Gênero e Indicadores da Educação Superior Brasileira**. Brasília-DF, 6 e 7 de dezembro de 2007. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008, pp.31-62.

RELAÇÕES DE GÊNERO NA COMUNIDADE CIENTÍFICA BRASILEIRA: ANÁLISE DO ESPAÇO OCUPADO POR MULHERES NA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC) E PLATAFORMA LATTES

Maria do Carmo F. Soares

Pesquisadora do Depto.de Pesca e Aquicultura da UFRPE, Recife, PE.

mcfs@depaq.ufrpe

Juliana S. G. Lima

*Pesquisadora do Depto.de Engenharia de Pesca e Aquicultura da UFS, Ara-
caju, SE.*

jsglima@gmail.com

Maria do Rosário de F. A. Leitão

Pesquisadora do Depto.de Ciências Sociais da UFRPE.

rosário@dlch.ufrpe.br

Resumo: A desigualdade de gênero é uma realidade no meio acadêmico no Brasil. Esta pesquisa aborda questões relacionadas a uma sociedade científica tradicional do país e a composição dos/as doutores/as brasileiros/as, com ênfase para as áreas das exatas e da engenharia. Foi analisada a representatividade de homens e mulheres nas diretorias e presidência da SBPC e nos cadastros da Plataforma Lattes. Os resultados mostram que no Brasil as mulheres têm conseguido participar em atividades C&T, conquistando o título de doutoras em diversas áreas do conhecimento, porém, ainda existem barreiras que dificultam o acesso aos cargos e posições de destaque e reconhecimento. Apesar do atual reconhecimento da desigualdade de gênero no meio acadêmico no Brasil e da existência de programas que visam à redução de tal desigualdade, ainda se constata a maior representatividade do masculino. Entretanto, a crescente participação de mulheres nos doutorados, indica mudanças na inserção desse contingente no mercado de trabalho, pois uma vez bem qualificadas poderão vir a romper as barreiras e desigualdades no acesso a cargos e posições hierárquicas para a construção de transversalidade de gênero.

Palavras chave: desigualdade de gênero, C&T, SBPC, Plataforma Lattes.

Introdução

O desenvolvimento científico e tecnológico de um país exerce grande influência sobre a sua economia. Nesse contexto, a ampliação do número de profissionais atuantes nessas áreas, sobretudo nas Engenharias e áreas de exatas, tem sido uma prioridade em diversos países. Isso ocorre devido ao reconhecimento de que a competitividade tecnológica de um país está diretamente relacionada ao seu capital humano capaz de gerar novas tecnologias. Nesse cenário global, as mulheres ainda ocupam menos espaço do que os homens. Fatores ambientais e sociais determinam a sub-representação das mulheres na ciência e engenharias (HILL et al, 2010).

A desigualdade de gênero na ciência mundial é também refletida no Brasil. Segundo Alves e Canenachi (2013) o Brasil tem passado por um processo de redução das desigualdades de gênero e de desconstrução do patriarcado, o que tem estimulado a criação de ações de combate às diferenças de gênero. No meio acadêmico, em reconhecimento a essa desigualdade, foi lançado no Brasil o programa Mulheres na Ciência, com ações para promoção da paridade e de combate à desigualdade entre homens e mulheres no ambiente de pesquisa, além da ampliação da participação feminina na produção científica e tecnológica do Brasil.

Numa perspectiva de gênero, fundamentada na teoria feminista, a presente pesquisa aborda questões relacionadas a uma sociedade científica tradicional do país e a composição dos/as doutores/as brasileiros/as, com ênfase para as áreas das exatas e da engenharia.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) foi fundada em 8 de julho de 1948, na sede da Associação Paulista de Medicina, quando se aprovou seu primeiro estatuto. Consta nesse primeiro estatuto que para atingir seus fins, deveria realizar conferências periódicas e demonstrações outras, destinadas a familiarizar o público com o trabalho científico realizado no país e no estrangeiro (Projeto Memória SBPC). A primeira Reunião Anual da SBPC sob a presidência dos Professores Jorge Americano e Henrique da Rocha Lima, realizou-se em Campinas, SP, de 11 a 15 de outubro de 1948, no formato de Conferências e Simpósios. O objetivo da reunião foi o de tentar, pela primeira vez no Brasil e, talvez na América do Sul, a integração de todas as atividades científicas, em conjunto homogêneo, de maneira a facilitar troca de visitas, discussões e sugestões entre cientistas. A partir de então a Reunião Anual, maior evento da SBPC, é realizada de forma ininterrupta desde 1949, entrando para sua 68ª edição neste ano de 2016.

A Plataforma Lattes é uma plataforma virtual criada e mantida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela qual integra a base de dados de currículos, grupos de pesquisa e instituições, em um único sistema de informações, das áreas de Ciência e Tecnologia atuando no Brasil e foi inaugurada em agosto de 1999. O sistema de currículos Lattes surgiu da necessidade do CNPq de gerenciar uma base de dados sobre pesquisadores em C&T e tem o nome em homenagem ao físico paranaense César Lattes.

Nesse contexto, baseando-se no Projeto Memória da SBPC¹ e nas Estatísticas da Base de Currículos da Plataforma Lattes buscou-se apresentar subsídios que propiciem uma reflexão, a partir do conceito de relações sociais de gênero, na trajetória histórica dessa associação e no atual painel de doutores/as do país, evidenciando questões referentes à participação das mulheres e incluindo o debate teórico, sobre as relações de Gênero e Ciência, com ênfase para as áreas das Ciências Exatas e Engenharia.

Algumas investigações fomentaram interesse por essa temática, por exemplo, as que visibilizaram mulheres que compõem a história da ciência no Brasil (LOPES, 1998, MELO e RODRIGUES 2006).

São publicações que chamam a atenção sobre relação entre construção do conhecimento científico e práticas sociais carregadas de valores e ideologias (SILVA, 2008).

Metodologia

Os pressupostos teórico-metodológicos partem da abordagem de Joan W. Scott (1991), que define gênero como um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas em diferenças entre os sexos, sugerindo que este conceito seja utilizado como uma categoria útil de análise.

Trata-se de pesquisa documental e bibliográfica por meio de acesso ao Projeto Memória da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), assim como de consultas ao site da SBPC e as Revistas Ciência e Cultura e ao Jornal da Ciência. Informações e gráficos das Estatísticas da Base de Currículos da Plataforma Lattes também foram utilizadas.

O conjunto de dados relativos aos aspectos de gênero na presidência e diretorias da SBPC foi distribuído sob a forma de planilhas para gerarem os gráficos e permitiram acompanhar a evolução da participação das mulheres ao longo do tempo, com relação a sua atuação nesta sociedade.

A partir deste ponto e utilizando-se do conhecimento epistemológico sobre gênero, feminismo e história do movimento em curso, algumas associações e reflexões foram realizadas.

A fundamentação teórica a partir dos textos precursores do debate “Mulheres e Ciência”, inclui: Sandra Harding, Evelyn Fox Keller, Donna Haraway, entre outras, possibilitou o diálogo com os dados coletados.

As autoras argumentam que o tema pode ser abordado a partir da perspectiva: do lugar de fala das mulheres; das hierarquias na configuração do masculino e feminino que inclui as naturalizações no que condiz ao público/privado, a razão/sentimento, entre outros; a construção das diversas histórias da Ciência. A literatura aponta barreiras ao acesso das mulheres à ciência e a tecnologia e identificaram padrões de discriminação explícitos e implícitos.

Resultados e Discussão

Analisando-se a distribuição de frequência dos membros da diretoria da SBPC, ao longo dos seus períodos de gestão, distribuindo-se por gênero, observa-se que em apenas 5 (cinco) gestões o número de mulheres excedeu o número de homens (gestões 1987-1989; 203-2015, 2005-2007; 2011-2013; 2015-2017).

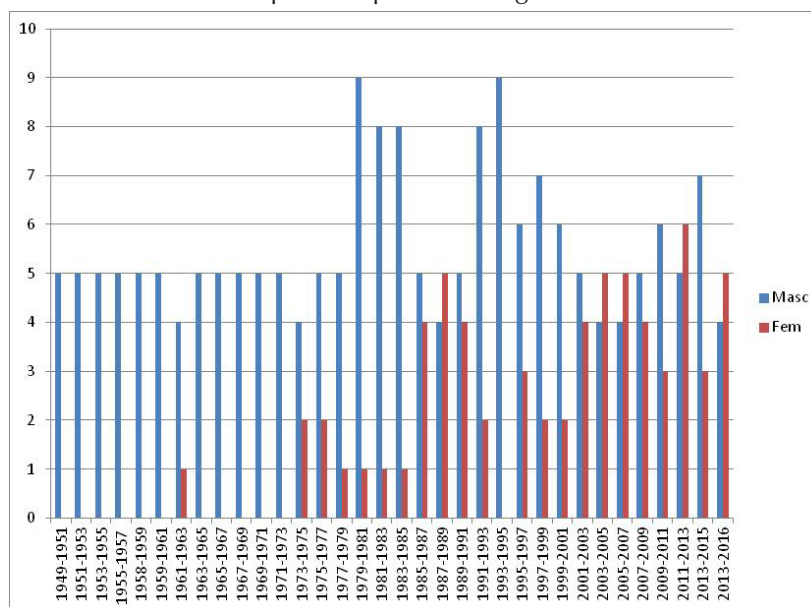
Praticamente em suas doze primeiras gestões, que compreendeu o período de 1949 a 1973, a SBPC não contou com nenhuma representante feminina em sua diretoria, exceção feita à gestão de 1961-1963, quando Olga Baeta Henriques fez parte da diretoria na qualidade de secretária (Figura 1). Posteriormente, em 29 de abril de 1969, Olga Baeta Henriques e seu marido Sebastião Baeta Henriques, figuraram na segunda lista de aposentadorias arbitrárias voltada contra USP (GIANNAZI, 2014).

Com relação à presidência da SBPC, apenas 3 (três) mulheres conquistaram este espaço de poder e decisão. Dentre as 34 gestões, 6 (seis) foram presididas por mulheres, sendo que dentre elas, uma reconduziu o mandato por mais uma gestão e a atual presidente, por 3 (três) gestões consecutivas, configurando ao todo, três mulheres a ocuparem o cargo de presidente da SBPC.

Considerando os presidentes de honra, que ao longo da existência da SBPC, já somam 28 pessoas e que se trata de um título concedido pela SBPC, por meio de seu Conselho, a pessoas de notável saber que hajam prestado relevantes serviços à causa da Ciência, apenas uma mulher chegou a galgar a posição: Carolina Martuscelli Bori (1924-2004), que também ocupou o cargo

de presidente da SBPC na gestão de 1987-1989, sendo a primeira mulher neste cargo. Graduada em pedagogia pela USP em 1947, especializou-se em psicologia educacional pela mesma universidade e fez seu mestrado em 1952, na *New School For Social Research* (NSSR) em Nova York, Estados Unidos. Doutorou-se em Psicologia pela USP em 1954, orientada por Annita de Castilho e Marcondes Cabral.

Figura 1. Distribuição de frequência, por gênero, dos membros da diretoria da SBPC e seus respectivos períodos de gestão.



Fonte: Dados trabalhados a partir da SBPC

Em relatório recente, a agência da ONU revelou que, no mundo, as mulheres representam apenas 28% do conjunto de pesquisadores. O índice se torna menor conforme é avaliada a participação desse público em posições hierárquicas mais elevadas e atreladas à tomada de decisões.

A primeira pesquisa global sobre a representação das mulheres no mais alto nível da comunidade científica mostra que menos de um oitavo dos membros de academias de ciências de todo o mundo são mulheres (GIBNEY, 2016).

Quando da criação da SBPC no final da década de 1940, o cenário político mundial era do pós-guerra, quando se estava definindo os contornos da Guerra Fria e a hegemonia norte-americana se impôs, fundamentalmente, na

América Latina. Era difundido o modo de vida americano contra o comunismo. Na década de 1950, no Brasil aconteceram dois momentos políticos fundamentais: Estado Novo e o Golpe de 64, com resistência, tendo a SBPC, enquanto instituição científica sido um destes focos de resistência. De fato nessa década a hegemonia do poder masculino na sociedade ficou evidente, porque os autoritarismos acentuam o modelo patriarcal, que legitima a autoridade do homem na sociedade (SAFFIOTI, 2001).

De fato a presidência da SBPC vai ser assumida por uma mulher (Carolina Bori), pela primeira vez, no biênio 1987-1989, numa outra conjuntura e período histórico brasileiro, após o movimento das Diretas Já, em 1983-1984, que reivindicou por eleições presidenciais diretas no Brasil. Assim são mulheres entrando no espaço público e nos espaços de saber. O caminho ficou aberto e posteriormente, por dois mandatos seguidos (1999-2001 e 2001-2003), Glaci Zancan ocupou o cargo máximo da SBPC e atualmente, a presidente Helena Nader, em seu terceiro mandato (2011-2013, 2013-2015, 2015-2017).

Algumas questões que possibilitam problematizar o acesso restrito de mulheres nas Gestões da SBPC podem ser agrupadas na desigualdade nas relações de poder; na naturalização da caracterização polarizada entre esfera pública pertencente aos homens e a esfera privada lugar das mulheres; e a suposta racionalidade do saber científico dissociado da suposta subjetividade do senso comum.

Sobre a invisibilidade da mulher na Ciência, Silva (2008, p.136) informa que desde suas origens a Ciência Moderna “é uma ciência masculina, androcêntrica, branca, ocidental”, destaca ainda questões relacionada à classe social, e a legitimação do discurso de sua supremacia sobre todos os outros saberes.

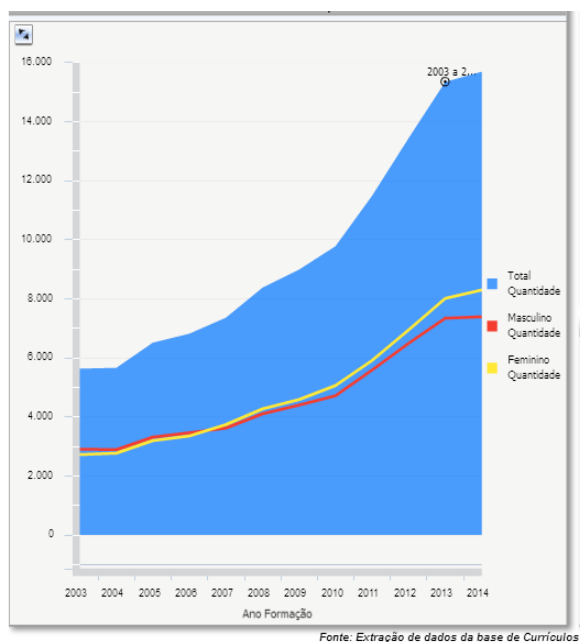
A autora discorre que o discurso científico é sócio histórico, com implicações relacionadas a tempo e espaço, influenciado por interesses políticos, econômicos e sociais que refletem nas questões de gênero e raça (SILVA, 2008, p. 135).

É importante chamar a atenção para o aporte feminista às transformações em curso no campo da formação de doutores/as, pois segundo estatística da Plataforma Lattes, o número de mulheres doutoras nos pais, superou o de homens durante o período de 2007 a 2014 (Figura 2).

No seu livro Reivindicações dos direitos da Mulher, da crítica literária e tradutora inglesa Mary Wollstonecraft, publicado em 1792, que é considerado o documento fundador do feminismo e cuja obra exerceu forte influência no nascimento do movimento feminista brasileiro, a principal bandeira de Mary

Wollstonecraft e que foi encampada pelas brasileiras, foi o direito à educação. Nesse aspecto e considerando a evolução do número de doutoras formada no país, o terreno foi fértil para o acesso à educação pelas mulheres.

Fig.2 Número de doutores/as formados no Brasil por gênero, durante o período de 2003 a 2014.



Observando-se a evolução da formação de doutores/as no Brasil, verifica-se que foi precisamente em 2007 que o número de mulheres (3.741) ultrapassou o dos homens (3.619), mantendo-se ascendente até a contagem feita em 2014 (8.300 e 7.396), respectivamente.

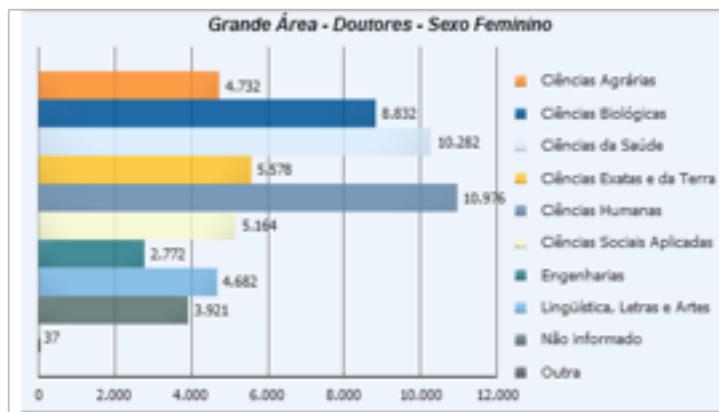
Com relação à distribuição geral por sexo, feita em 31.01.2015, o número de mulheres representou 47,08%, enquanto o percentual masculino foi de 52,91%, o que em números absolutos representam 56.976 e 64.033 respectivamente, ocorrendo certo equilíbrio em termos de números de doutores/as no país com relação a gênero (Figura 3).

Figura 3 Distribuição por sexo dos/as doutores/as brasileiros de acordo com a extração de dados da base de Currículos Lattes em 31.01.2015



Quando se observa a distribuição de mulheres com doutorado, por grandes áreas de conhecimento, existe o maior número absoluto (10.976) na área de ciências humanas, mas logo em seguida vem à área da saúde, onde as mulheres participam com 10.282, seguidas da área biológica (8.832) e, em quarto lugar, encontra-se a área de Ciências Exatas e da Terra (5.578). A Figura 4 mostra que ainda a área de Engenharia possui a menor participação feminina.

Figura 4. Distribuição das doutoras por grandes áreas do conhecimento



Comentários finais

As estatísticas mostradas anteriormente apontam que, se por um lado, as mulheres têm conseguido participar em atividades C&T no Brasil, conquistando o título de doutoras em diversas áreas do conhecimento, por outro, ainda existem barreiras que dificultam o acesso aos cargos e posições de destaque e reconhecimento.

Os dados comprovam a inserção das mulheres na educação, na pesquisa, no mercado de trabalho. No entanto, há necessidade de fomentar políticas públicas, como por exemplo, o Programa Mulher e Ciência em vigor desde 2005, cuja relevância consiste na possibilidade de fomentar os estudos de mulheres, sobre mulheres e para mulheres. Uma população significativa da comunidade científica que inclui quase a metade de profissionais com título de doutorado no Brasil tenha acesso a setores estratégicos para o país.

Neste contexto, o Programa Mulher e Ciência criado e consolidado a partir do trabalho realizado por um grupo interministerial composto pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Educação (MEC), atua com a parceria da ONU Mulheres. Consiste em uma das primeiras ações no Brasil no sentido de romper com a invisibilidade das mulheres nas ciências no País.

Uma das publicações deste Programa consiste no prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, que tem contribuído na produção científica e no debate sobre relações de gênero, mulheres e feminismos no Brasil.

Outras importantes contribuições do Projeto Mulher e Ciência consistem nas publicações: Pioneiras da Ciência no Brasil, atualmente em sua 5ª Edição (resgatou a história de vida de 70 mulheres cientistas); a primeira Edição - Jovens Pesquisadoras - Ciência também é coisa de mulher, na qual foram selecionadas vinte e duas pesquisadoras com menos de quarenta anos e bolsistas de Produtividade em Pesquisa, nível 1, que representam 0,2% do total de bolsas PQ femininas no Brasil.

As ações do Projeto Mulher e Ciência caracterizam-se por visibilizar a história das mulheres na produção do conhecimento e com isso influenciar as novas gerações, o que poderá resultar no acesso e contribuição diferenciada das mulheres em instituições científicas nos espaços de poder e decisão no futuro.

Os dados sobre a SBPC demonstraram que as mulheres nos espaços de poder e decisão da SBPC estão além dos resultados da primeira pesquisa global sobre a representação das mulheres no mais alto nível da comunidade científica, que é inferior a um oitavo dos membros. Este fato situa-se na mão dos dados relativos à evolução da formação de doutores/as no Brasil, pois precisamente, em 2007, o número de mulheres (3.741) ultrapassou o dos homens (3.619), mantendo-se ascendente. Entretanto, um longo caminho ainda será preciso percorrer na construção da igualdade de gênero.

Esta pesquisa ao visibilizar a história das mulheres na ciência evidenciou lacunas destas atrizes sociais nos espaços de poder e decisão, apesar da evolução de participação feminina apontada nos dados estatísticos sobre formação acadêmica, visibiliza também a participação crescente de mulheres no ensino superior, o que indica mudanças na inserção desse contingente no mercado de trabalho e uma vez bem qualificadas poderão vir a romper as barreiras e desigualdades no acesso a cargos e posições hierárquicas, na construção de transversalidade de gênero.

Referências Bibliográficas

ALVES, José Eustáquio Diniz. CAVENAGHI, Suzana Marta. 2013. Indicadores de Desigualdade de Gênero no Brasil. Dossiê Análises Quantitativas e Indicadores Sociais. V18.n1. 83-105.

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Apresentação do Programa Mulher e Ciência. Disponível em < <http://cnpq.br/apresentacao-mulher-e-ciencia>>. GIANNAZI, Carlos. Marcha contra o saber: o golpe militar de 1964 e o AI-5 na Universidade de São Paulo, Global Editora, 176p. 2014.

GIBNEY, Elizabeth . Women-under-represented in world's science academies. *Nature* (Online) February, 2016.

HARDING, Sandra. *Ciencia y Feminismo*. Madrid: Ediciones Morata, S.L. , 1996.

HILL, Catherine; CORBERTT, Christianne; ROSE, Andresse St. 2010. Why so Few? Women in Science, Technology, Engineering and Mathematics. AAUW, Washington DC, EUA. 134p.

KELLER, Evelyn Fox. Reflexiones sobre Género y Ciencia. Tradução de Ana Sánches.

Valencia: Ed. Alfons el Magnànim, 1991.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. *Estudos Avançados* 17 (49), São Paulo, 2003, pp. 271-283.

LOPES, Maria Margaret. "Aventureiras" nas Ciências. *Cadernos Pagu* (10), Campinas/SP, 1998: pp.345-368.

MELO, Hildete e RODRIGUES, Lígia. Mulheres e Ciência: uma história necessária. *Pioneiras da Ciência. Estudos Feministas* 14(3): 272, Santa Catarina, 2006, pp. 819-841.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cad. Pagu* no.16 Campinas 2001. Disponível

em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100007>.

SBPC Fundação e Primeiros Movimentos 1948-1958. Seleção de documentos do Arquivo Histórico da SBPC. Projeto Memória SBPC. Disponível em < <http://www.sbpnet.org.br/site/publicacoes/outras-publicacoes/cadernos-da-sbpc.php> >.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1991.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES NO CAMPO CIENTÍFICO. In *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.30, p.133-148, jun.2008.

SER MULHER NA CIÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE A QUESTÃO DE GÊNERO NAS CIÊNCIAS DA NATUREZA E NA MATEMÁTICA

Renata Rosenthal¹
renata.rosenthal@usp.br

Mikiya Muramatsu²
mmuramat@if.usp.br

Daisy de Brito Rezende³
Universidade de São Paulo
dbrezend@iq.usp.br

Resumo: Muito se discute sobre a desigualdade entre homens e mulheres em diversos campos: elas ainda são minoria na política, nos negócios, passaram séculos sem poder votar, ainda recebem salários menores e são vítimas de violências das mais variadas possíveis. Nas áreas das Ciências da Natureza, Matemática e Engenharia, elas ainda são significativa minoria (33,1% do total de graduados do Brasil). A partir deste cenário, foram investigados os fatores que possam interferir na não escolha das mulheres pela carreira científica, e, questionou-se como as poucas que ingressam, mantêm-se na carreira. Para tanto, realizaram-se 10 entrevistas e, a partir desses relatos autobiográficos, foi feita análise de conteúdo dos textos transcritos através de estatísticas textuais das palavras mais citadas, além de uma análise do significado dessas palavras no contexto de cada relato.

Palavras-chave: gênero, Ciência, mulheres.

-
- 1 Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ensino de Ciências da Universidade de São Paulo, São Paulo - SP
 - 2 Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ensino de Ciências da Universidade de São Paulo, São Paulo - SP/ Instituto de Física
 - 3 Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ensino de Ciências da Universidade de São Paulo, São Paulo - SP/ Instituto de Química

Introdução

Há séculos, as mulheres lutam pelos direitos básicos humanos. Por muitos anos, elas foram proibidas de estudar nas universidades europeias: desde sua criação, no século XI, até o fim do século XIX. No que se refere aos direitos básicos de cidadania nas democracias ocidentais, foram impedidas de exercer os seus até o século XX (SCHIENBINGER, 2001), e, na Arábia Saudita, por exemplo, só no século XXI é que isso foi possível.

Sobre a presença das mulheres nas áreas da Ciência, no final do século XVII surgiu a primeira enciclopédia sobre a história das conquistas das mulheres nas Ciências e, em 1894, houve a primeira conferência sobre mulheres e Ciência (SCHIENBINGER, 2001). Entretanto, os estudos de gênero nas Ciências vêm ganhando espaço desde a década de 1970.

O termo gênero, segundo Joan Scott (1995),

“coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade”. Ela explica que: “o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres.”.

Nicholson (2000), em seu trabalho, complementa o conceito de gênero fazendo referência à personalidade e ao comportamento e não ao corpo (sexo), que, segundo ela, também é uma categoria de análise variável, como o gênero. Ela aponta que a noção de corpo “feminino” e “masculino” é construída socialmente, de acordo com os contextos nos quais está inserida, e, as supostas influências dessas características ditas “femininas” e “masculinas” em determinados comportamentos foi definida na fase feminista dos anos 60 aos anos 80 como “sexismo”, ou seja, tomar como justificativa o fato de as mulheres nascerem assim e, por isso, serem ou não capazes disso ou daquilo.

Segundo dados da **UNESCO** (2015), apenas 33,1% do total de graduados nas áreas da Ciência (Ciências da Natureza - Física, Química e Biologia -, Matemática, Computação e Estatística), no Brasil, são mulheres.

Apesar de haver um aumento (de 1995 a 2010) do número de mulheres nas áreas das Ciências, ainda há carreiras de predominância do gênero feminino, como Fonoaudiologia, Serviço Social e Pedagogia – Ciências Humanas e Sociais –, e há carreiras de predominância do gênero masculino, como a Engenharia, a Matemática, a Computação e a Física – Ciências Exatas (**CNPq**, 2013).

Uma das construções sociais implícitas nesses números é a de que as mulheres são mais atraídas a cursarem carreiras que envolvem “cuidar do outro”. Inclusive, o mesmo conceito pode impedir ou dificultar o percurso na carreira das poucas que ingressam na Ciência, já que existe uma “obrigação social” de colocar o cuidado com a família à frente da carreira.

Há, assim, uma responsabilidade, que é atribuída essencialmente às mulheres, de conciliar a vida afetiva, familiar e doméstica junto à carreira profissional, seja ela científica ou não. Gerda Lerner (1993), em seu trabalho *“The Creation of Feminist Consciousness: From the Middle Ages to Eighteen-Seventy”*, disse que:

“A divisão sexual do trabalho que atribuiu às mulheres a responsabilidade principal pelos serviços domésticos e criação dos filhos liberou o homem dos incômodos detalhes das atividades diárias de sobrevivência, ao passo que sobrecarregou as mulheres de forma desproporcional”. Além disso, a produtividade na área científica já é cobrada de forma excessiva para todos; nos casos das mulheres que conduzem a carreira científica juntamente com os afazeres domésticos, a cobrança acaba pior e desleal e muitas acabam desistindo da carreira.

O Instituto de Estatísticas da **UNESCO** (2015) mostra em um gráfico, de 2013, a porcentagem de mulheres diminuindo consideravelmente conforme se evolui da graduação em direção à pesquisa, passando pelo mestrado e doutorado.

Assim, se já há menos mulheres do que homens na Ciência, e há uma evasão grande delas durante o percurso acadêmico, o número de mulheres em áreas científicas no topo da carreira pode se tornar extremamente subrepresentado em relação à porcentagem de mulheres na população.

Publicado na Revista **Fapesp**⁴ (2015), outro trabalho mostra a chance, em porcentagem, de as mulheres ascenderem na carreira na Universidade Estadual de Campinas (**Unicamp**), em São Paulo. Nos cursos de Física, Matemática Aplicada, Química, Biologia, Engenharia Elétrica e Civil, a chance de as mulheres ascenderem na carreira é notavelmente mais baixa do que a de homens, sendo que na Física e na Engenharia Elétrica, a chance é 0%.

De alguns anos para cá, o tema “gênero” na Ciência vem ganhando espaço, há mais trabalhos na área, mais programas premiando projetos que valorizem a diversidade de gênero e está mais fácil dialogar sobre o assunto. Mas ainda há muito a ser feito, é necessário que mais mulheres se interessem pela carreira e permaneçam nela, crescendo, produzindo e contribuindo com a vida de todos – o que é um dos papéis importantes da Ciência.

O objetivo do trabalho é o de investigar as possíveis razões da baixa procura e permanência das mulheres no campo das Ciências da Natureza e da Matemática.

Metodologia

Neste trabalho, foi empregada a metodologia de pesquisa chamada de História Oral, utilizada pela primeira vez, no Brasil, na década de 1970, pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (**CPDOC**) da Fundação Getúlio Vargas (**FGV**) do Rio de Janeiro (MEIHY, 1999).

A História Oral é baseada na realização de entrevistas com pessoas que possam explicitar informações importantes em seus relatos pessoais, que levem à compreensão de fatos do passado e do presente. Segundo Meihy (2006), a História Oral tem caráter transformador e está diretamente ligada a realidades sociais e culturais.

Assim, as informações foram coletadas por meio de entrevistas com mulheres cientistas que estão em carreiras acadêmicas. As entrevistas são narrativas de cunho (auto)biográfico, em que as convidadas falaram sobre sua trajetória de vida, enfatizando os pontos que acharam importante mencionar, com o mínimo de interferência do pesquisador. Neste caso, utilizou-se gravadores de áudio.

4 Marília Moschkovich e sua orientadora, a professora Ana Maria Fonseca de Almeida, da Universidade Estadual de Campinas (**Unicamp**), fizeram um estudo, que foi publicado na Revista **Fapesp**, sobre a dificuldade de ascensão das mulheres na carreira acadêmica, em todos os cursos da Unicamp.

O relato deu-se por meio de memórias da narradora, que é quem contou a própria história e fez as possíveis relações dos fatos. Maria Isaura Pereira de Queiroz (1988) explica que: *“Narrar a própria existência consiste numa autobiografia, e toda história de vida poderia, a rigor, ser enquadrada nesta categoria tomada em sentido lato. Mas, no sentido restrito, a autobiografia existe sem nenhum pesquisador, e é essa sua forma específica. É o narrador que, sozinho, manipula os meios de registro, quer seja a escrita, quer seja o gravador”*.

Marcos Vogel (2008), em um trabalho em que se utilizou dessa metodologia, comparou a biografia com a (auto)biografia e explicou o foco de sua pesquisa, que também cabe no presente trabalho: *“No caso das biografias, a história de um indivíduo é redigida por outro, portanto, nesse caso, sempre existe um intermediário. É importante salientar que nosso processo é (auto)biográfico, no qual o narrador constrói seu relato, transportando sua singularidade para uma visão social [...]”*.

A vertente da narrativa (auto)biográfica, no contexto da História Oral, assim, partindo da singularidade de cada voz participante que cede seu relato, pode auxiliar na elucidação de aspectos sociais e culturais de diversas questões como, por exemplo, a do papel das mulheres nas Ciências da Natureza.

As entrevistas foram transcritas seguindo o conceito de *transcrição*, proposto por Haroldo de Campos (1977), ou seja, deixou-se a análise mais concentrada no que, de fato, é essencial: os relatos foram transformados em texto, minimizando interferências, como possíveis vícios de linguagem, frases confusas e pausas durante a fala.

O texto final transcrito foi analisado segundo os preceitos da análise de conteúdo para a construção de categorias, de acordo com os critérios léxicos e semânticos propostos por Bardin (2000). A partir dessa categorização, e utilizando um *software* adequado, como o **Iramuteq** (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*, 2008), realizou-se estatísticas textuais e verificou-se a frequência de determinados pares de palavras no relato. Em seguida, foram construídas as chamadas “árvores de similitude máxima”, que são representações gráficas de matrizes de co-ocorrência simples. Nessa representação, as palavras mais citadas ficam em destaque, ligando-se às demais (**figura 1**).

O público-alvo deste trabalho é de 10 mulheres cientistas acadêmicas. As entrevistadas são do gênero feminino, possuem idades variadas (30 a 80 anos), trabalham com Física, Matemática, Estatística e Bioquímica e têm trajetórias científico-acadêmicas que envolvem graduação, mestrado, doutorado

e livre-docência. Muitas das entrevistadas realizaram estágios de pós-doutorado no exterior e, algumas, são professoras titulares da Universidade à qual pertencem.

Resultados e Discussão

As áreas de trabalho (departamentos), bem como as universidades públicas onde as mulheres entrevistadas trabalham e seus cargos nelas, estão organizados a seguir.

	Área/Universidade	Cargo
1	Bioquímica / IQ - USP	Professora Titular
2	Bioquímica / IQ - USP	Professora Doutora
3	Bioquímica / IQ - USP	Colaboradora Sênior
4	Bioquímica / IQ - USP	Professora Titular
5	Química / IQ - USP	Professora Doutora
6	Matemática / IME - USP	Professora Assistente Doutora
7	Estatística / IME - USP	Professora Assistente Doutora
8	Matemática / IME - USP	Professora Doutora aposentada
9	Física / IF - UFRGS	Professora Titular
10	Física / IF - UFCCG	Professora Adjunta

Na análise de dois dos relatos (2 e 6) das mulheres entrevistadas, a palavra mais citada em ambos foi a mesma: “*não*”. No relato 6, o par de palavras mais citado foi “*não*” e “*mulher*” (**Figura 1**). Esta entrevista foi realizada com uma cientista acadêmica da área de Matemática, professora em uma universidade pública. Durante sua fala, houve um momento em que a narradora contou que, ao frequentar alguns eventos científicos, ela sentia que, na apresentação em público, tinha que se vestir de maneira “menos feminina” (aqui a “feminilidade” é entendida como padrões de estereótipos femininos de senso comum, como maquiagem e certas roupas) para atribuir mais credibilidade a seu trabalho, ou seja, para ser “mais matemática”. Caso ela optasse por ser “mais feminina”, sentia que seria vista como “menos matemática”, ou seja, era, na prática, optar entre ser mulher ou ser matemática.

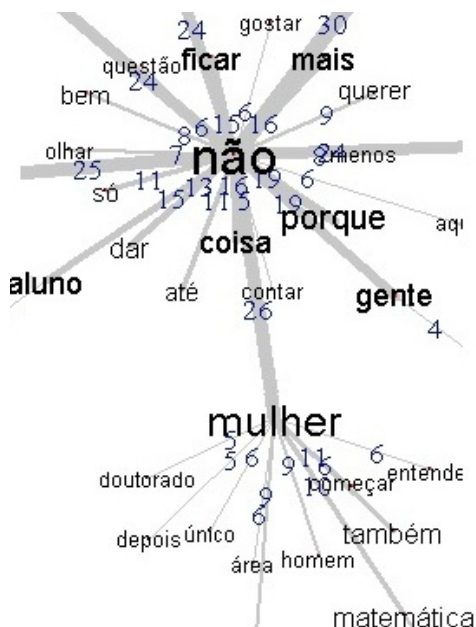


Figura 1. Trecho da representação gráfica dos termos mais citados no relato 6.

O relato 2, que teve também o “não” como termo mais citado, foi de uma professora formada em Biologia, que trabalha no departamento de Bioquímica da Universidade à qual pertence.

Conclusões

Desde muito cedo na infância, as crianças são condicionadas a determinadas características, de acordo com os estímulos que recebem. Os brinquedos que costumam ser dados às meninas, como as bonecas, por exemplo, reforçam estereótipos de beleza e maternidade, desenvolvendo pouco senso crítico e raciocínio lógico, enquanto os brinquedos que os meninos, em geral, brincam, jogos “de montar” ou mesmo carros e outros eletrônicos, desenvolvem noções de mecânica, eletrônica, além da lógica na resolução de problemas, o que pode levá-los mais facilmente a se interessarem por Ciência.

Um estudo de Cvencek, Meltzoff e Greenwald (2011) mostra que, no desenvolvimento psicológico infantil, a criança, imersa em diversos estereótipos sociais e culturais, é influenciada desde muito cedo a encontrar o que seria “seu lugar” ou não em relação à sua identidade de gênero, e, as Ciências Exatas, em

geral, já são estereotipadas como “lugar de menino” antes mesmo do primeiro ano do ensino fundamental, com aproximadamente 3 a 4 anos de idade.

Além disso, depois de ingressar na carreira científica, a divisão sexual do trabalho faz com que as mulheres sejam sobrecarregadas dos trabalhos do lar de forma muito mais interferente em suas rotinas profissionais do que os homens. O trabalho de Londa Schienbinger (2001), mostra, a partir de um estudo de 1993 feito pelo *Families and Work Institute of New York*, que em famílias cujo casal heterossexual trabalha, as mulheres fazem 81% do trabalho na cozinha, 78% da limpeza, 87% das compras da família e 63% dos pagamentos de contas. Ela ainda acrescenta mais dados: *“Em uma semana, a mãe trabalhadora média obtém 4,6 horas a menos de sono que o pai trabalhador médio. Isto soma quase 10 dias a menos de sono por ano. Estes padrões se mantêm até mesmo nas famílias em que a mulher tem um salário significativamente maior que o do homem”*. Isso mostra que mesmo que a mulher enfrente todas as barreiras necessárias ao se interessar e chegar à carreira científica, ainda terá consideráveis outras barreiras para permanecer nela.

O mesmo trabalho aponta que, com o passar dos anos, muitas mulheres que tinham o desejo de ter filhos e dar continuidade à carreira científica, continuar produzindo e não serem tratadas de forma diferente por serem mães, escondiam a vida pessoal, engravidavam em períodos de licenças acadêmicas ou férias, não demonstravam sintomas típicos de gravidez e assim por diante. Assim, a negação da própria existência como mulher parece ser um meio de continuar na área.

A partir da análise dos dois relatos mencionados, nota-se que, em um contexto de opressão, a negação é simbólica, já que pode ser um mecanismo de defesa ou sobrevivência, haja visto a palavra mais citada em ambos ter sido “não”. Do relato 6, infere-se que o par “não” e “mulher” aponta que, entre outras maneiras, para permanecer neste meio predominantemente masculino, negar a feminilidade, mesmo que a estereotipada, é um dos recursos para aceitação no universo científico.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.

CAMPOS, H. de. **A arte no horizonte do provável**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP). **Número de mulheres cientistas já iguala o de homens**, 2013. Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/noticias-views/-/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/905361>. Acesso em: 06 maio 2016.

CVENCEK, D.; MELTZOFF, A. N.; GREENWALD, A. G. **Math–gender stereotypes in elementary school children**. *Child Development*, n. 82, 2011.

LERNER, G. **The Creation of Feminist Consciousness: From the Middle Ages to Eighteen-Seventy**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1993.

MEIHY, J. C. S. B. Oral History in Brazil: Development and Challenges. **Oral History Review**. v. 26, p. 127-136, 1999.

MEIHY, J. C. S. B. Os novos rumos da História Oral: o caso brasileiro. **Revista de História**. n. 155, p. 191-203, 2006.

MOSCHKOVICH, M.; ALMEIDA, A. M. F. de. As chances das mulheres na universidade. **Revista Fapesp**. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2015/12/040-043_P_G%C3%AAAnero_238.pdf?809ff8>. Acesso em: 06 maio de 2016.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Revista de Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

QUEIROZ, M. I. P. de. Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível” . In: SIMSON, O. M. V. **Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988.

RATINAUD, P., DEJEAN, S. Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRAMUTEQ). **Laboratoire LERASS**. Versão 0.6, alpha 3, 2008.

SCHIENBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** Trad. Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2001.

SCOTT, J. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). Unesco Science Report: Towards 2030. **UNESCO Publishing**, 2015. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002354/235406e.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2016.

VOGEL, M. **O recomeçar a cada memória**: relatos (auto)biográficos de professores de Química da Rede Estadual Pública Paulistana. São Paulo, 2008. 110p. Dissertação de mestrado - Instituto de Química - Universidade de São Paulo.

SENTIDOS E SIGNIFICADOS DE GÊNERO ATRIBUÍDOS POR DOCENTES DA DISCIPLINA DE FÍSICA DO ENSINO MÉDIO DO IFPB

Valquiria Gila de Amorim
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
valquiriagila@gmail.com

Érica Jaqueline Soares Pinto
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
ericajsp@gmail.com

Maria Eulina Pessoa de Carvalho
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
mepcarv@terra.com.br

Resumo: Este artigo busca conhecer as experiências na educação básica, superior e profissional de uma professora e de um professor de Física do Ensino Médio do Instituto Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – IFPB, com a intenção de analisar as vivências neste campo, já que é uma área de predomínio masculino, em que a representatividade das mulheres que ingressam, terminam e chegam a seguir a carreira ainda é incipiente. Para esta pesquisa utilizou-se uma abordagem qualitativa, através da entrevista estruturada, abrangendo a Educação Básica, a experiência na Graduação e Pós- Graduação no curso de Física e a atuação profissional do(a) professor(a) da disciplina de Física no Ensino Médio. Verificou-se que a trajetória de uma mulher e um homem na Física se apresenta de forma bastante distinta: enquanto a professora vivenciou preconceitos, discriminações e falta de credibilidade durante a vida acadêmica e profissional, o professor não passou por isso.

Palavras-chave: Gênero, Mulheres, Homens, Física, Ensino Médio.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar as experiências na educação básica, superior e profissional de uma professora e um professor de Física do Ensino Médio do Instituto Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – IFPB, considerando suas escolhas profissionais, trajetórias e atuações na Física, já que a literatura (AGRELLO e GARG, 2009; CARTAXO, 2012; SCHIEBINGER, 2001) indica que os modelos e as imagens dos físicos e dos cientistas são quase sempre masculinos, além da representação feminina de docentes é escassa neste campo.

O interesse neste estudo surgiu da nossa inquietação em relação às questões de gênero na Educação Superior em que a maioria das mulheres ingressa em cursos de menor prestígio e em atividades que remetem ao cuidado como: Serviços de Beleza (97,2%), Ciências da Educação (92,3%), Secretariado e Trabalhos de Escritório (91,2%), Serviço Social e Orientação (91,0%), ao passo que os homens em sua maioria ingressam nos cursos de Engenharia Mecânica e Metalúrgica (90,7%), Eletrônica e Automação (88,5%), de acordo com o Censo Brasileiro de Educação Superior de 2011 (INEP, 2013).

Sabe-se que as Ciências Exatas têm uma representação majoritariamente masculina (INEP, 2013) e, entre os seus cursos, a Física é a área que possui maior prestígio, sendo considerada a mais científica das ciências (SCHIEBINGER, 2001), porém é a que tem menor número de mulheres (AGRELLO e GARG, 2009). Em 2011, por exemplo, na Universidade Federal da Paraíba-UFPB, o curso de Física contava com 40 mulheres matriculadas no Bacharelado, correspondendo a 18,6% do total de estudantes no curso e 32 mulheres na Licenciatura, correspondendo a 14,2% (CARVALHO e RABAY, 2013). Em 2015, de acordo com a Coordenação do Curso de Física, a participação das mulheres não avançou: em um total de 300 matrículas, 82,33% são do sexo masculino e 17,67% do sexo feminino.

Na pós-graduação da UFPB, em 2014, eram apenas 4 mestrandas num corpo discente de 26, e 7 doutorandas num corpo discente de 63¹. No Departamento de Física não há ingresso de mulheres docentes desde o ano 2000, e atualmente o número é de apenas 2 mulheres, enquanto o número de homens passou de 27 em 2009 para 30 em 2012 e 32 em 2014. A pós-graduação tem 23 docentes, mas apenas duas são mulheres, sendo uma interna e outra visitante.

1 Site: www.fisica.ufpb.br, acesso: 22/06/15.

Um levantamento realizado por Amorim e Carvalho (2015) sobre as produções acadêmicas sobre mulheres na Física no período de 2006 a 2014 – nos sites da ANPED, Cadernos Pagu, Revista Estudos Feministas, Revista Brasileira de Ensino de Física, Banco de teses e dissertações da biblioteca digital da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) – revelou que são pouquíssimas as pesquisas interessadas em questões de gênero na Física. No total foram encontrados cinco trabalhos sobre a temática, entre eles quatro sobre o sujeito mulheres na Física e um sobre homens e mulheres nesta disciplina.

A raridade de estudos sobre mulheres na carreira superior científica, não apenas no Brasil, “mostra uma grave falta de estudos fundamentados, crítica e teoricamente, sobre gênero e ensino das ciências” (DANIELSSON, 2012, p. 25), o que justifica a relevância deste estudo para visibilizar a problemática de gênero nas ciências exatas e, especificamente, no campo da Física.

Metodologia

Realizamos uma entrevista com Beatriz (nome fictício), doutora em Física pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e professora substituta do Instituto Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (IFPB), por indicação de uma colega. O primeiro contato foi por telefone, convidando-a para participar da pesquisa. No dia 16 de junho de 2015 foi marcado um encontro presencial no IFPB em que explicamos sobre o objetivo do estudo. Nesse mesmo dia foi acordado que a entrevista seria *on-line*, por solicitação da entrevistada que estava sobrecarregada com o trabalho. Dessa forma, a entrevista foi enviada para a professora no dia 19 de junho de 2015 e devolvida em dois dias.

No mesmo dia do encontro com Beatriz conhecemos o professor Mauro (nome fictício), doutor em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), professor efetivo do Instituto Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (IFPB), que disponibilizou o seu número de telefone e *whatsapp*. No dia 10 de agosto de 2015 via *whatsapp*, o professor foi convidado para participar da entrevista que também foi por e-mail, enviando as respostas no dia 18 de agosto de 2015.

A entrevista por e-mail permitiu que Beatriz e Mauro respondessem as perguntas de acordo com o seu tempo, possibilitando reavivar detalhes de suas

memórias. Mas, nas análises dos dados, foram observadas algumas lacunas nas respostas dela e dele pela falta de oportunidade de intervenção das pesquisadoras. Sendo assim, para complementar estas lacunas, foi realizada uma segunda entrevista com ambos: uma presencial com Beatriz no dia 27 de julho de 2015, e outra via telefone com Mauro no dia 21 de agosto de 2015, em que se utilizou de um gravador para registrar a coleta de dados.

As entrevistas versaram sobre três tópicos principais: o primeiro tratou das características de Beatriz e Mauro na Educação Básica quando crianças e jovens, as disciplinas que mais gostavam e/ou tinham mais afinidades e o despertar para a área de Física. No segundo tópico, foi enfatizada a trajetória durante a vida acadêmica, questionando-se sobre as dificuldades e obstáculos no curso de Física associados às desigualdades de gênero. E no terceiro tópico, buscou-se conhecer a atuação profissional como professor e professora da disciplina de Física do Ensino Médio do IFPB procurando averiguar se suas atuações são condicionadas pelo gênero.

As análises dos dados coletados nas entrevistas revelaram situações de preconceito e discriminação de gênero implícitas e explícitas na Física, superadas por Beatriz e nunca vividas ou vistas por Mauro, na graduação e pós-graduação ou no exercício profissional.

Educação Básica - despertar pela Física

Aos 8 anos de idade já sabia toda a tabuada. Antes disso ficava escrevendo os números, em folhas e mais folhas, até que me dei conta que eles não tinham fim (...). Achava muito chato ter que cobrir letrinha (...). Assim que comecei a ter contato com os números, já apresentei facilidade em realizar as operações fundamentais, sempre tive facilidade com Matemática. (Beatriz)

Agitado, brincalhão. Sempre tive afinidade pelas disciplinas de cálculo. (Mauro)

Segundo Meltzoff (2015), as crianças começam cedo a aprender os estereótipos culturais; nas idades de seis a oito anos acredita-se que os meninos têm mais identificação com a Matemática do que as meninas, mesmo eles não apresentando maior desempenho do que elas. No entanto, Beatriz mostra uma experiência diferente, apresentando interesse e facilidade com os cálculos. Por outro lado, Mauro corresponde à imagem cultural dos meninos com mais “afinidade” nas disciplinas de cálculos.

Desde o nascimento as crianças começam a aprender o que pertence ao universo feminino ou masculino (CARVALHO, ANDRADE e JUNQUEIRA, 2009), e ao chegarem à escola encontram uma divisão na sala de aula, nas atividades, nas brincadeiras e brinquedos, que distancia e desinteressa as meninas gradativamente pela Matemática (VELHO e LEON, 1998). Assim ocorre a “naturalização” da reprodução social da divisão de gênero dos conhecimentos que se perpetua até as escolhas de cursos superiores: as mulheres convergem para as áreas de Ciências Humanas e se distanciam da área das Ciências Exatas, onde se concentram os cursos de maior prestígio (TABAK, 2007). De acordo com Schiebinger (2001), cursos como Matemática, Física, Química e as Engenharias são vistos como masculinos, assim as mulheres desde a escolarização não recebem o mesmo estímulo para ingressarem neles.

A reprodução dos valores e crenças no contexto familiar também influencia e fortalece o desempenho de crianças e jovens quanto aos papéis familiares e futuras escolhas profissionais (SAAVEDRA, TAVEIRA e SILVA, 2010). Justamente como enfatiza Beatriz quando relata que seu pai foi um dos seus grandes incentivadores, executando contas de cabeça e frequentemente lhe ensinando seus truques para aprender Matemática: *“ele foi um dos meus grandes exemplos, achava bonito vê-lo fazendo cálculos mentais”*. Na casa de Beatriz sempre teve muitos livros e seu divertimento predileto era resolver problemas de Matemática, inclusive de séries mais avançadas.

Segundo Velho e Leon (1998), a partir da sétima série escolar as meninas começam a evidenciar menor habilidade para a Matemática do que os meninos. Essa fragilidade é adquirida no contexto da socialização, devido a uma grande falta de modelos, de atitudes dos pais, das mães e professores/as que somente encorajam os meninos e não as meninas, reforçando a ideia de que a Matemática é “coisa de menino”.

Já Mauro não relatou nenhuma inspiração familiar ou um professor que lhe tenha influenciado para a disciplina de Física, e sim a sua facilidade para a Matemática na Educação Básica, não encontrando nenhuma dificuldade para solucionar qualquer problema lógico-matemático. Todavia, a Física era mais instigante, em suas palavras: *“Física me deixava encucado por não conseguir fazer de primeira, eu ficava pensando alguma coisa, isso era o que mais me motivava, ser um desafio”*.

Lima (2013, p.170) argumenta que a capacidade de aprender Matemática não diverge entre os sexos. A razão para a “não diferença” seria a subjetividade (“aptidão”, “gostar”). Além disso, nota-se na fala de Mauro que ele se sentia

desafiado a aprender e estimulado a competir, corroborando a pesquisa de Queiroz (2001), ao observar que as mulheres têm menos sucesso em situação de concorrência porque não foram socialmente preparadas para circunstâncias de disputa, ao passo que os homens, desde pequenos, são estimulados a competir, jogar, ganhar.

Educação Superior: experiências no curso de Física

A Física é vista como ‘incompatível’ com as mulheres, por ser uma ciência *hard*, ‘dura e firme’, características não atribuídas ao universo feminino (DANIELSSON, 2012; SCHIEBINGER, 2001). Do mesmo modo, as Engenharistas e as Tecnologias são ‘duras’, por requerem matemática e tratam de objetos abstratos.

No curso de Física são poucas as mulheres que conseguem ingressar e concluir, no entanto as que chegam enfrentam o “teto de vidro”, ou seja, não conseguem avançar profissionalmente de forma igualitária aos homens. Há empecilhos que impedem a ascensão na carreira, expressos como várias “práticas discriminatórias”, reforçando a exclusão delas. Por outro lado, as que ascendem na carreira, geralmente, se recusam a admitir ou não conseguem visibilizar as situações de discriminação vivenciadas (VELHO e LEON, 1998), como demonstra Beatriz: *“não me recordo de ter tido vantagem ou desvantagem ao longo do curso, em função de minha condição de gênero”*.

As relações de gênero são tão naturalizadas no cotidiano que não é fácil enxergar ações preconceituosas e discriminatórias, mesmo que sejamos vítimas. No entanto, na segunda entrevista, Beatriz começa a identificar e pontuar as situações pertinentes às questões de gênero presentes no curso:

Agora, o que se percebe é certa falta de credibilidade [...] acaba se esperando menos das mulheres, e as mulheres, por sua vez, para garantir o seu espaço, elas sempre têm que se esforçar mais, mostrar mais resultado para poder reafirmar ‘eu não estou aqui à toa não, eu sou tão capaz quanto vocês. O padrão não basta, você tem que se esforçar para ser acima da média, em geral se espera um resultado negativo. (Beatriz)

A falta de credibilidade é uma das barreiras enfrentadas pelas mulheres que têm de provar constantemente a sua competência para ocupar o seu espaço

em campos masculinizados (LOMBARDI, 2008), confirmando que os saberes estão divididos por gênero, localizados e demarcados por suposições sexistas e androcêntricas, o que desestimula muitas mulheres para as ciências (VELHO e LEON, 1998; HARAWAY, 1995).

Além disso, a falta de credibilidade feminina ainda foi reafirmada nas palavras de Mauro: *“as mulheres que sobrevivem à Física são ‘diferenciadas’, porque elas já conseguiram sobreviver às disciplinas básicas, elas estão lá em cima no topo ou um pouquinho abaixo da galera muito boa”*. Mauro mostra em seu discurso preconceito, por acreditar que as mulheres de sucesso na Física são “diferenciadas” e ainda podem estar “um pouquinho abaixo da galera muito boa”. O sexo masculino é reconhecido comumente por sua habilidade ‘natural’ nas Ciências Exatas, reforçando a produção ideológica da dominação de gênero (ROSEMBERG, 2001). Além disso, ele revelou que não sofreu nenhuma falta de credibilidade durante a vida acadêmica, exemplificando que homens não precisam provar que são competentes nesta carreira.

No entanto, driblando as relações de gênero, que são relações de poder, Beatriz seguiu enfrentando as barreiras na Física que, segundo ela, serviram de estímulo para suas conquistas, demonstrando ser uma mulher empoderada. O empoderamento é a capacidade que os indivíduos adquirem de fazer escolhas e tomar decisões sobre seu destino com “consciência, habilidades e competência para produzir, criar e gerir” (SILVA, 2009, p. 22). Desta forma, ela não se deixou abalar nem mesmo quando sofreu uma das piores experiências no curso de Física, o assédio sexual:

Um professor me assediou. Por não ter sido correspondido, passou a me constranger em sala de aula, fazendo perguntas insistentes quando ministrava o assunto e todas direcionadas apenas a mim. Mas depois do assédio deixei de realizar pesquisas com ele. (Beatriz)

O assédio sexual deixa marcas psicológicas e físicas nas vidas das mulheres, podendo ocorrer de várias formas: piadas, comentários sobre o corpo, elogios atrevidos, carícias, pedidos de serviços, intimidações e ameaças, para a obtenção de vantagens ou favores sexuais. Geralmente acontece nas relações entre um superior e um subordinado, sendo o primeiro geralmente do sexo masculino (FREITAS, 2001).

Destemida, Beatriz não se submeteu ao assédio, procurando um outro professor para suas pesquisas. Por outro lado, para não perder sua bolsa de estudo, teve que continuar vinculada ao seu assediador. Ele a proibiu de apresentar um trabalho em um congresso caso ela apresentasse com o nome de um

outro professor, ameaçando acusá-la de plágio, demonstrando a dura relação de gênero e poder sofrida na Física.

Mesmo com os avanços em direitos conquistados pelas mulheres, o machismo continua vivo no comportamentos de alguns homens, representado em “termos de indiferença à família, distanciamento dos filhos, resistência à adversidade, assédio sexual, capacidade de beber muito, agressividade contra outros homens, dominação em relação às mulheres” (SOUZA et al., 2000, p. 490). Entre estes aspectos estão as “brincadeiras” sexistas que Beatriz relata que ocorriam entre os colegas, mas que não chegaram a incomodá-la, pelo empoderamento que já demonstrava: *“mas se eu perceber qualquer coisa que venha depreciar minha moral eu rebato e rebato pesado, por causa disto eu nunca percebi nada neste sentido, diretamente não, a não ser que falassem por trás”*.

Desta forma, muitas “brincadeiras” sexistas na academia ou no trabalho são consideradas sem importância, como demonstra Mauro, ao ser perguntado se as presenciava e afirmar: *“não costumo perder meu tempo com esse tema”*. O humor sexista deprecia a imagem da mulher por meio de apelidos, gozações e piadas, permitindo uma norma de “tolerância” para a discriminação por sexo, sendo visto de forma inocente e sem a intenção de ofender (SILVA, 2013).

As situações vivenciadas na Física por Beatriz mostram marcas referentes às “práticas discriminatórias” como a falta de credibilidade, “brincadeiras” sexistas e o assédio sexual, porém combatidas e superadas firmemente, não comprometendo a sua ascensão na carreira profissional. Por outro lado, Mauro não vivenciou nenhuma problemática de gênero e algumas situações passaram despercebidas a seu olhar.

Exercício da carreira docente

De acordo com Beatriz, uma barreira vivenciada pelas mulheres no exercício da profissão de professora de Física é o estranhamento dos/as alunos/as:

Os alunos quando vão assistir aula de Física esperam se deparar com um homem enquanto professor, e é notório o sentimento que surge nos primeiros dias de aula, um misto de surpresa e falta de credibilidade com relação à professora. Isso só é superado com o decorrer das aulas e a constatação de que uma aula de Física ministrada por uma mulher pode ser tão boa, ou até melhor que a de um homem. (Beatriz)

Durante a graduação, Beatriz sofreu a falta de credibilidade que volta a reaparecer no exercício da docência por parte dos/as alunos/as. A imagem do professor de Física ainda é vinculada ao sexo masculino e esta associação faz com que muitas mulheres acreditem que a Física seja ‘incompatível’ com o seu gênero (DANIELSSON, 2012).

Por outro lado, Mauro não relatou nenhuma falta de credibilidade na graduação ou no exercício da profissão, já que sua identidade de gênero possui características que sustentam a sua habilidade e confiabilidade nas ciências (SCHIEBINGER, 2001), e o modelo do Físico atrelado ao estereótipo masculino faz com que os/as alunos/as não se admirem com a presença de um professor de Física na sala de aula (SAITOVITCH, 2006).

No contexto dos diferentes obstáculos descritos por Beatriz e Mauro, buscou-se conhecer suas experiências no âmbito da sala de aula, a percepção do professor e da professora de Física em relação às habilidades e interesses dos alunos e das alunas na disciplina.

Neste ponto, sobre as habilidades e os interesses dos alunos e das alunas na disciplina de Física, as opiniões de Beatriz e Mauro divergem. Na primeira entrevista, Mauro apresentou ambiguidade quando afirmou que: “o fato do interesse, notoriamente, o sexo masculino se sobressai, mas as meninas que realmente têm afinidade brigam de igual com os meninos”. Na segunda entrevista foi questionada sua afirmação quanto ao “interesse” geral dos meninos e “afinidade” de algumas meninas. Ele justificou declarando que:

A maioria que tem mais aptidão é do sexo masculino, os alunos têm melhores desempenhos em aprender [Ciências] Exatas e os que não têm se esforçam um pouco mais, sei lá, é como se eles enxergassem que têm que aprender aquilo. As meninas não, elas entendem, mas têm dificuldade. É como se elas dissessem: ‘isso aqui não serve para mim’. Não sei se é pela cultura... (Mauro)

Em suas palavras Mauro parece fazer uma associação da “aptidão” com cálculos às características do sexo masculino, o suposto determinismo biológico, ou seja, uma diferença intelectual “natural” entre os sexos (SCHIEBINGER, 2001). Confirma o que Stromquist (1996, p. 33) afirmou sobre a escolarização: “os professores tendem a evidenciar expectativas mais baixas em relação às meninas e tratá-las de forma diferenciada dos meninos”. Além de afirmar que as meninas têm dificuldades, ele indica que elas se autoexcluem, por razões culturais.

No entanto, Beatriz alega perceber diferença na participação de alunos e alunas nas Olimpíadas de Física e verifica a necessidade de incentivar mais as meninas.

Não percebia tanto essa diferença no interesse entre os meninos e as meninas em sala de aula, eu não tinha conseguido contabilizar visualmente, mas eu pude ter essa dimensão nas Olimpíadas Brasileiras de Física das escolas públicas, que foi realizada no IFPB. Tinha cerca de 20 alunos e apenas 4 meninas. Foi onde percebi que poucas das alunas participaram dessa seleção. Inclusive eu vou ver uma possibilidade de tentar motivá-las mais. (Beatriz)

Nos discursos de Mauro e Beatriz percebe-se a problemática de gênero vista de forma oposta entre os docentes. Na afirmação de Mauro se confirma que o processo educacional atual é dirigido por estereótipos de gênero que influenciam nos campos do conhecimento e de ação; por outro lado, a percepção da desigualdade de gênero por Beatriz pode ajudar a incentivar as meninas a ingressarem nas carreiras das ciências e das tecnologias.

De acordo com Cartaxo (2012), a ciência está influenciada pelos fatores socioculturais que criaram teorias naturalistas para afastar as mulheres das ciências, afirmando que as mulheres não têm capacidade para realizar determinadas atividades. Portanto, é preciso mudar atitudes e comentários estereotipados que colaboram para desestimular as alunas na disciplina de Física, como, por exemplo, incentivar modelos femininos e realizar campanhas que colaborem com a igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres no campo das ciências e tecnologias.

Considerações finais

Considerando a problemática de gênero na Educação Superior, este trabalho procurou analisar os sentidos e os significados das trajetórias e experiências de Beatriz e Mauro, docentes da disciplina de Física do Ensino Médio do IFPB, desde sua formação na educação básica, até a escolha pelo curso superior de Física e, finalmente, o exercício da profissão, buscando verificar de que forma as questões de gênero influenciaram a inserção no campo da Física e se atualmente influenciam a percepção de seus alunos e alunas.

No período da Educação Básica verificou-se que familiares e professores/as de Beatriz exerceram um papel fundamental quanto ao gosto por cálculos,

mostrando que quando as meninas são estimuladas a praticarem disciplinas lógico-matemáticas, são capazes de gostarem delas tanto quanto os meninos e que preconceitos que são reproduzidos nas escolas, como por exemplo, “meninos são melhores em matemática e meninas em artes, redação”, são construções culturais e, portanto, passíveis de mudanças. Durante a graduação e pós-graduação, as experiências de Beatriz e Mauro são totalmente opostas, mostrando que as relações de gênero em um curso superior de predominância masculina são árduas para as mulheres, que sofrem obstáculos como: falta de credibilidade, assédio sexual e piadas sexistas, mesmo que sejam mulheres empoderadas, que sabem driblar essas situações, como Beatriz. Já Mauro, por ser homem inserido em um universo de predominância masculina, nunca vivenciou nada igual.

No exercício da docência não é diferente, Beatriz volta a vivenciar a falta de credibilidade, desta vez por parte dos/as seus/suas alunos/as, que estranham e/ou duvidam da capacidade feminina em ministrar aulas de Física.

Diante dos achados, verifica-se que existe a necessidade de modelos/exemplos femininos no campo da Física, que sirvam de incentivo às meninas, além de evitar discursos e práticas que corroboram com estereótipos e a problemática de gênero. Educar meninas confiantes e empoderadas também mostra ser uma ação eficiente contra o preconceito e discriminação, como apontou a vivência de Beatriz. Destaca-se, neste sentido, que a escola básica não deve ser responsável apenas em ministrar conteúdos disciplinares, mas, sobretudo, deve preocupar-se com a educação integral dos/as alunos/as, em que as questões de gênero são fundamentais para equiparar as desigualdades sociais, econômicas e históricas entre mulheres e homens.

Almeja-se com as histórias de Beatriz e Mauro desmistificar alguns mitos e visibilizar o sexismo e as relações hierárquicas de gênero na Física, para que mulheres possam superar essas barreiras e ingressar nos campos masculinos conquistando mais equidade de gênero em todos os campos de conhecimento (CARTAXO, 2012).

Referências

AGRELLO, D. A.; GARG, R. Mulheres na Física: poder e preconceito nos países em desenvolvimento. **Revista Brasileira Ensino Física**. Vol.31, n.1, 2009, p. 1305.1-1305.6.

AMORIM, V. G.; CARVALHO, M. E. P. Mapeamento das produções acadêmicas sobre as mulheres em Física. In: PEREIRA M. Z. C.; ALBINO C. A. A. (Orgs). **Série: Ensaio sobre Questões Curriculares**. João Pessoa: UFPB, 2015, p. 228-248.

CARTAXO, S. M. C. **Gênero e Ciência: um estudo sobre as mulheres na Física**. 2012, 126f. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

CARVALHO, M. E. P.; ANDRADE, F. C. B.; JUNQUEIRA, R. D. **Gênero e diversidade sexual: um glossário**. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 2009.

CARVALHO, M. E. P.; RABAY, G. **Gênero e educação superior: apontamentos sobre o tema**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

DANIELSSON, A. T. Exploring woman university physics students ‘doing gender’ and ‘doing physics’. **Gender and Education**. Vol 24, n. 1, January, p. 25- 39, 2012.

FREITAS, M. E. Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. **RAE**, v. 41, n. 2, p. 9, 2001.

HARAWAY, Donna J. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v.5, p.7-41, 1995.

INEP. **Censo da educação superior: 2011** – Resumo Técnico. Brasília: INEP, 2013.

LIMA, Betina S. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis - SC, v. 21, p. 883-903, set.-dez, 2013.

LOMBARDI, M. R. Engenheira e gerente: desafios enfrentados por mulheres em posições de comando na área tecnológica. In: COSTA, A. O. et al. (Orgs). **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 387-402.

MELTZOFF, A. N. Estereótipo de que ‘matemática é para garotos’ afasta meninas da tecnologia, diz pesquisador. [15 de setembro de 2015]. São Paulo: **BBC Brasil**. Entrevista concedida a Camila Costa.

QUEIROZ, D. O acesso ao ensino superior: gênero e raça. **Caderno CRH**, v. 14, n. 34, p. 175-197, 2001.

ROSEMBERG, F. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. **Revista Estudos Feministas**, São Paulo, v.9, n.2, jul./dez, p.515-540, 2001.

SAAVEDRA, L.; TAVEIRA, M. C.; SILVA, A. D. A subrepresentatividade das mulheres em áreas tipicamente masculinas: factores explicativos e pistas para a intervenção. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 11, n. 1, p. 49-59, 2010.

SAITOVITCH, E. **Visão Pessoal de uma Física Latino-Americana**. In: Pensando Gênero e Ciência. Encontro nacional de núcleos e grupos de pesquisas. Brasília-DF, 2006.

SCHIEBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, J. B. de L. Perspectivas sociológicas sobre as desigualdades brasileiras: dos preconceitos aos pressupostos. In **Revista Argumentum**, v. 5, n.1, jan./jun, p. 216-234, 2013.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 9. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

SOUZA, E.; BALDWIN, J.; ROSA, F. H. A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos. In: **Psicologia Reflexão e Crítica**, n. 13(3), p. 485-496, 2000.

STROMQUIST, N. P. Políticas públicas de estado e equidade de gênero: perspectivas comparativas. **Revista Brasileira de Educação**, n.1, p. 27-49, jan-abr 1996.

TABAK, F. Apesar dos avanços, obstáculos ainda persistem. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, n.11, p. 9-20, 2007.

VELHO, L.; LEÓN, E. A construção social da produção científica por mulheres. **Cadernos Pagu**, v. 10, p. 309-344, 1998.

SOBRE MULHERES NORDESTINAS NAS “CIÊNCIAS EXATAS”: UM OLHAR SITUADO EM PERNAMBUCO

Vívian Matias dos Santos

HYPATIA – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gêneros, Ciências e Culturas / Universidade Federal de Pernambuco

vivianmsa@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo apresenta reflexões construídas por meio de uma abordagem parcial e situada da participação de mulheres nas ciências ditas “exatas”. Objetivando contribuir para a compreensão da discriminação de gênero na pesquisa em “ciências exatas” localizada nas regiões periféricas da política científica e tecnológica nacional, tomamos como referência uma abordagem feminista situada no Nordeste brasileiro, em Pernambuco: na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Buscamos, assim, pensar a participação de mulheres nas ciências “exatas” fora do centro, confrontando a lógica da colonialidade do gênero e do saber. Por meio do diálogo com as epistemologias feministas e descoloniais, da observação direta no Centro de Ciências Exatas e da Natureza da UFPE e, sobretudo, pela pesquisa documental e análise estatística sobre a distribuição de recursos financeiros pela política de fomento à pesquisa do CNPq, percebemos não somente a permanência, mas a sofisticação dos mecanismos discriminatórios de gênero na pesquisa em “Ciências Exatas” nesta universidade.

Palavras-Chave: Gênero, Ciências, Mulheres nas Ciências “Exatas”.

Introdução: Um olhar feminista situado na periferia científica e tecnológica nacional¹

Hoje, no Brasil, observa-se que as mulheres ainda têm suas carreiras científicas marcadas por uma “segregação territorial e hierárquica” (SCHIENBINGER, 2001): além de ainda permanecerem quase ausentes em áreas tecnológicas e nas ciências ditas “exatas”, mesmo estando inseridas nos espaços de pesquisa científica (MELO, LASTRES & MARQUES, 2004), seus projetos tendem a movimentar menores recursos financeiros; e, como expressão da segregação hierárquica, elas têm maiores dificuldades em ocupar cargos decisórios na política científica (MATIAS DOS SANTOS, 2012).

É fundamental que a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) no país seja compreendida também por meio da interseccionalidade entre as desigualdades que ainda se estabelecem: pelas desigualdades regionais e pelas desigualdades de gênero.

Deste modo, é relevante explicitar que a Política de CT&I Nacional foi construída articulando-se às desigualdades sócio econômicas e culturais entre as distintas regiões do país. O eixo Norte-Nordeste e Centro Oeste, historicamente, movimenta menores recursos financeiros em pesquisa no Brasil. A título de exemplo, dos recursos concedidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para apoio a projetos de pesquisa (Mapa de Investimentos – CNPq, 2014), as regiões Sudeste e Sul movimentaram a maior parte dos recursos - 45% e 22%, respectivamente. Por outro lado, as regiões Nordeste, Norte e Centro Oeste, movimentaram apenas 19%, 5% e 9% destes recursos, respectivamente.

Por meio destes dados pode ser observada a liderança da região Sudeste, representada pela histórica hegemonia da pesquisa desenvolvida nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Estes dados revelam um cenário científico nacional firmado sobre uma lógica da colonialidade do saber, onde a pesquisa científica produzida nos centros de investigação e universidades sudestinas fazem-se as grandes referências nacionais, especialmente nas áreas de maior investimento capital intensivo, como as engenharias e “ciências exatas”.

Diante deste cenário desigual, este artigo apresenta reflexões construídas por meio de uma abordagem parcial e situada (HARAWAY, 1995) da participação

1 Apresenta parte dos resultados da pesquisa “Situando conhecimentos: mulheres cientistas em Pernambuco” (2012-2014) financiada pelo Edital MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA N° 32/2012.

de mulheres nas ciências ditas “exatas”. Objetivando contribuir para a compreensão da discriminação de gênero na pesquisa em “ciências exatas” localizada nas regiões periféricas da política científica e tecnológica nacional, tomamos como referência uma abordagem feminista situada no Nordeste brasileiro, mais especificamente, em um contexto específico de universidade pública federal nordestina e pernambucana: na Universidade Federal de Pernambuco.

Buscamos, assim, pensar a participação de mulheres nas ciências exatas fora do centro, confrontando a lógica da colonialidade do gênero (LUGONES, 2014) e do saber.

Metodologia

A metodologia arquitetada apoia-se em três eixos fundamentais: 1. observação direta no Centro de Ciências Exatas e da Natureza – CCEN/UFPE; 2. pesquisa bibliográfica alicerçada no diálogo com as epistemologias feministas e descoloniais; 3. pesquisa documental tomando como referência documentos oficiais da UFPE e informações disponibilizadas no *site* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Não obstante a direção analítica crítica onde está ancorada nosso estudo, vale ressaltar a realização de uma abordagem predominantemente quantitativa na medida em que elaboramos dados estatísticos - e suas devidas análises - que por meio de informações disponíveis no Mapa de Investimentos do CNPq.

Resultados e discussão

Este estudo parte do pressuposto de que todos os conhecimentos científicos são construtos históricos e sociais e, assim sendo, todas as ciências são sociais, embora as várias áreas carreguem em si especificidades no que se referem aos seus campos de reflexão e aos seus modos de “fazer ciência”.

Seguindo uma tendência internacional, oficialmente na política científica e tecnológica nacional afirma-se, para fins de financiamento de pesquisas e avaliação de cursos, a grande área do conhecimento denominada “Ciências Exatas e da Terra” deve ser compreendida neste esforço de divisão/fronteirização entre ramos de saberes.

Entretanto, mesmo nas ciências ditas “exatas” as condições objetivas e subjetivas marcam suas práticas científicas e seus conhecimentos produzidos. Nesta área, assim como em todas as demais, pesquisar em instituições situadas

em territórios construídos historicamente como hegemônicos, possuindo acesso à maior fatia dos recursos financeiros, torna-se um aspecto definidor.

Também, devem-se considerar elementos como a subjetividade, identidade e trajetória de vida e formação das e dos cientistas que interferem no processo de pesquisa, desde o processo de escolha dos fenômenos a serem pesquisados aos métodos escolhidos/acessíveis para analisá-los. Portanto, não se pode afirmar a neutralidade como uma característica destas ciências ditas “exatas”, mesmo firmando-se no raciocínio matemático, este mesmo raciocínio é também produzido por seres humanos e são, inevitavelmente, influenciados social e historicamente.

De fato, existem diferenças, distinções entre as ciências nas suas ramificações. Não se pode afirmar que em todos os ramos de saberes as formas pelas quais se produz conhecimento sejam iguais. Vale pensar que as ramificações das ciências (ou a sua subdivisão em áreas) se consolidam, também, por um repertório discursivo que reitera distinções entre “áreas do conhecimento” institucionalizadas.

Em suma, se toda e qualquer ciência é produzida socialmente (HARAWAY, 1995) por sujeitos marcados por suas trajetórias na academia ou fora dela, então a ideia de uma suposta neutralidade científica é contraditória em si mesma e carrega um paradoxo tipicamente ocidental: a dicotomia sujeito/objeto (BEZERRA DE MENEZES, 1978). Uma das grandes questões é perceber que:

[...] não existe ciência neutral porque o [ser humano], seu produtor, não é neutral e, na medida em que ele é um animal axiológico mergulhado num mundo de valores sociais e históricos, tudo o que ele faz comporta valores e é feito a partir de valores, dentro de seus *desiderata*. (BEZERRA DE MENEZES, 1978, p. 2).

Neste sentido, esta abordagem feminista fora do centro toma aqui a ciência supostamente “exata” como toda e qualquer forma de conhecimento humano: social e histórica, e por isso influenciada e capaz de reiterar as desigualdades estabelecidas nas sociedades onde está situada.

A hegemonia das “Ciências Exatas” na UFPE

Pernambuco é o estado do Nordeste que mais movimenta recursos destinados ao apoio a projetos de pesquisa pelo CNPq: 21,53% destes recursos; seguido por Ceará, 18,72%; Bahia, 15,47%; Paraíba, 15,03%; Rio Grande do

Norte, 11,86%; Sergipe, 6,26%; Alagoas, 4,55%; Piauí, 3,76%; Maranhão, 2,82% (Mapa de Investimentos – CNPq, 2014).

Assim, pensar as ciências em Pernambuco significa pensar um lugar periférico se situado no contexto das desigualdades entre as regiões no Brasil. Todavia, contraditoriamente, ao situar este estado no contexto nordestino, significa pensar que num espaço hegemônico.

Por sua vez, pensar a UFPE diz respeito a debruçar-se sobre um contexto de destaque na pesquisa desenvolvida em Pernambuco: a instituição possui 71,70% das Bolsas de Produtividade em Pesquisa e Tecnologia concedidas no estado, e 59,02% dos recursos destinados ao apoio a projetos de pesquisa pelo CNPq em 2014.

Estes dados revelam que mesmo a UFPE estando situada numa região historicamente construída como periférica na política científica e tecnológica nacional, se percebida no contexto da região Nordeste é, de fato, uma instituição que se destaca na produção de ciência e tecnologia.

Entretanto, alguns outros recortes nos permite perceber que este pioneirismo da UFPE é também demarcado pela reprodução de outras desigualdades, como, por exemplo, a hegemonia das ciências ditas “exatas e da natureza”, característica alicerçante da “Ciência Moderna Ocidental” (SANTOS, 2005).

Na UFPE, tomando como referência o investimento em pesquisa nas distintas grandes áreas de conhecimento, nota-se que os projetos de pesquisa vinculados às Ciências Exatas e da Terra lideram a concessão de recursos pelo CNPq, detendo 22% destes em 2014. As Ciências da Saúde com 17% e as Engenharias com 14% dos recursos, ocupam o segundo e terceiro lugares, respectivamente, na obtenção de financiamento à pesquisa (Mapa de Investimentos – CNPq, 2014).

A hegemonia de áreas como as Exatas e Engenharias, por serem áreas tradicionalmente de predominância masculina, pode indicar uma marginalização de mulheres no que se refere à produção de conhecimento científico e tecnológico.

Neste aspecto a UFPE reflete uma tendência do cenário científico no Brasil: em 2014, de acordo com dados do *Programa Mulher e Ciência*², das bolsas no país concedidas pelo CNPq nas grandes áreas Ciências Exatas e da Terra, apenas 35% beneficiaram mulheres.

2 Disponível em: <http://www.cnpq.br/documents/10157/adb76b26-3a8a-4478-9605-e7325e9de50e> . Acesso em: 01 maio 2016.

A aridez das “Ciências Exatas” no que diz respeito à participação feminina também pode ser percebida na realidade específica da UFPE. As mulheres movimentam menos recursos em pesquisa em todas as áreas vinculadas às exatas: no âmbito do apoio a projetos pelo CNPq, em 2014, observa-se a predominância masculina em todas as áreas vinculadas, enquanto que a participação feminina nestas áreas –Ciências da Computação, Física, Geociências, Matemática, Oceanografia, Probabilidade e Estatística, Química- tem o percentual médio de apenas 17,36%.

Estes dados acima mencionados, podem demonstrar que a hegemonia das “Ciências Exatas e da Terra” na pesquisa desenvolvida pela UFPE implica na marginalização das mulheres no âmbito dos recursos destinados à produção de conhecimento científico e tecnológico.

Vale explicitar que na busca de dados mais gerais sobre a inserção e permanência de mulheres na UFPE, percebemos não haver uma preocupação da instituição em formular um banco de dados estatísticos que revelem, por exemplo, um dimensionamento aproximado da segregação sexual territorial e hierárquica entre os servidores docentes/pesquisadores e técnicos administrativos.

O Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN) e a predominância de homens

No interior da lógica organizacional da UFPE, grande parte do trabalho científico realizado nas “exatas” é realizado no seio dos departamentos que compõem o Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN), o qual abriga os departamentos de: Física; Estatística; Matemática e Química Fundamental.

Nestes departamentos reflete-se a lógica mais ampla da “segregação territorial e hierárquica” (SCHIENBINGER, 2001), na qual as ciências ditas “exatas” são construídas como espaço arquitetado por homens e para homens: dos/das docentes/pesquisadores/as vinculados/as aos departamentos, apenas 19% são mulheres.

As “exatas”: um não-lugar para mulheres pesquisadoras

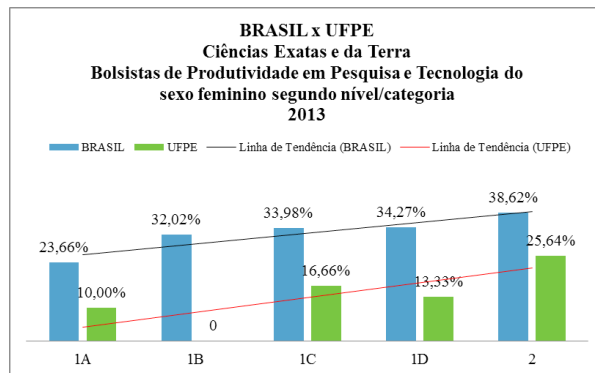
A predominância de homens nos departamentos que compõem o Centro de Ciências Exatas e da Natureza na UFPE significa, também, a liderança masculina na pesquisa desenvolvida nesta área. Ou seja, a segregação sexual territorial –o fato de as mulheres serem minoria nos quadros dos departamentos

do CCEN- articula-se à uma segregação sexual hierárquica na medida em que as mulheres movimentam menos recursos com suas pesquisas.

Nesta área as mulheres na UFPE não chegam a atingir 20% dos auxílios financeiros concedido pelo CNPq a projetos de pesquisa (Mapa de Investimentos – CNPq, 2014). Aprofundando as desigualdades entre homens e mulheres, há no âmbito da pesquisa em geral e, de modo aprofundado nas Ciências Exatas e da Terra, um corte hierárquico: as mulheres são também minoria entre aqueles/as pesquisadores/as reconhecidos/as que alcançam o topo da carreira científica e que possuem Bolsa de Produtividade em Pesquisa e Tecnologia (PQ).

No Brasil, levando-se em consideração as bolsas no país na grande área ciências exatas, as mulheres representavam, em 2013, 36% dos/as bolsistas em de Produtividade em Pesquisa e Tecnologia - PQ (Programa Mulher e Ciência, 2014). Na UFPE, esta desigualdade é aprofundada: em 2014, as mulheres possuíam apenas 19% destas bolsas.

A segregação sexual territorial e hierárquica aprofunda-se quando é observada a participação de mulheres nos diversos níveis/categorias de bolsas PQ: quanto mais elevado o nível, menor é a presença feminina. Conforme o gráfico 1 abaixo, esta discriminação de gênero pode ser percebida em âmbito nacional, mas é acentuada na realidade específica da UFPE.



Fonte: Elaboração nossa por meio de dados do Mapa de Investimentos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e dos dados disponibilizados pelo Programa Mulher e Ciência.

Observando-se as linhas de tendência no gráfico acima, percebe-se que tanto na realidade brasileira, quanto no âmbito específico da UFPE, a tendência é que quanto mais alto o nível hierárquico na carreira de pesquisador, a

presença de mulheres diminui. Indo além, as desigualdades de gênero aparecem como mais acentuadas na realidade específica das Ciências Exatas e da Terra na UFPE: na categoria 1A, enquanto no Brasil as mulheres são 23,66% dos bolsistas PQ, na UFPE são apenas 10%; no nível 1B as mulheres são 32,02% no Brasil em contraposição à completa ausência de mulheres; como pesquisadoras 1C no país as mulheres representam 33,98% e na UFPE 16,66%; na categoria 1D em âmbito nacional as mulheres são 34,27%, enquanto que na UFPE são 13,33%; e no nível 2, no Brasil e na UFPE a representação feminina é de 38,62% e 25,64%, respectivamente.

Estas estatísticas revelam um preocupante retrato das condições de permanência e consolidação das carreiras científicas de mulheres nas ciências exatas. Na pesquisa desenvolvida na UFPE, nesta área, os mecanismos discriminatórios de gênero não somente reproduzem a lógica nacional, mas aprofundam-se. Neste sentido, emerge como fundamental uma abordagem sócio antropológica mais profunda para que possamos compreender como estas desigualdades permeiam os discursos e práticas no trabalho científico cotidiano.

O caso da Física: o não lugar para mulheres? Entre os “silêncios”, os achados

Referindo-se à especificidade desta pesquisa, salientamos que dentre os departamentos selecionados para compor o seu referencial empírico, a escolha por analisar a realidade das mulheres docentes e pesquisadoras do Departamento de Física se deu na intenção de construir uma “abordagem parcial” (HARAWAY, 1995) sobre a inserção de mulheres nas ciências ditas “exatas”.

Deste modo, o Departamento de Física da UFPE é aqui tomado de forma situada: trata-se de um departamento de física, no seio de uma universidade pública federal nordestina. Assim, pensar a atuação de mulheres neste espaço não significa poder generalizar as suas condições de inserção, permanência e reconhecimento para todo o contexto de produção da Física, de forma abstrata e geral. Todavia, reconhece-se que o cotidiano específico deste departamento reitera discursos e práticas mais amplamente estabelecidas na Física das sociedades ocidentais.

Durante a vigência de nossa investigação (2012-2014) não foi possível entrevistar mulheres docentes e pesquisadoras do Departamento de Física: após contato estabelecido por e-mail com as 3 professoras lotadas neste departamento, 01 não respondeu à carta convite (reenviada repetidas vezes), e 02

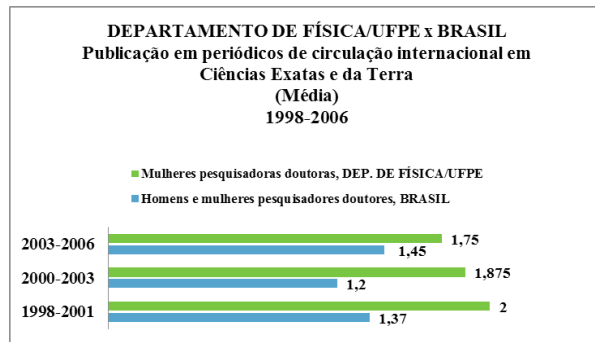
responderam afirmando que estavam impossibilitadas de participar – 01 devido às “diversas atividades que não a deixava com tempo livre para aceitar o convite”; 01 devido estar gozando licença maternidade.

No que se referem aos “silêncios” relativos à Física na UFPE, o primeiro diz respeito ao fato de não termos tido a possibilidade de conhecermos as falas, os olhares e experiências das mulheres atuantes neste espaço. Diante da impossibilidade de realizarmos entrevistas com as mesmas, emerge a impossibilidade de construir uma abordagem sócio antropológica sobre a participação de mulheres neste departamento tradicionalmente ocupado e liderado por homens.

O segundo silêncio é proveniente da pesquisa documental: no Departamento de Física foram coletadas e analisadas algumas atas de reunião de pleno departamental referentes ao período de 1995 a 2013, apesar de este departamento ter sido fundado em 1968. Ou seja, não tivemos acesso às atas referentes aos primeiros 27 anos de existência.

Mulheres de alta produtividade

As mulheres docentes pesquisadoras da Física/UFPE destacam-se pelo alto nível de produtividade, elemento fundamental para o crescimento na carreira científica. Estas possuem médias de publicação mais elevadas que a média nacional (incluindo-se mulheres e homens) em sua grande área de conhecimento.



Fonte: Elaboração nossa por meio dos dados fornecidos pelo Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil e Fomento do CNPq e das informações provenientes dos currículos lattes das docentes pesquisadoras do Departamento de Física da UFPE.

O gráfico acima demonstra uma complexa e contraditória realidade na UFPE: se por um lado as mulheres encontram-se em condição marginalizada

no âmbito da pesquisa nas ciências exatas; por outro, na área da Física as pesquisadoras, mesmo sendo minoria no departamento, destacam-se por sua produtividade. Em um universo de 43 docentes, as 3 mulheres atuantes no departamento destacam-se na carreira como pesquisadoras, tanto que 2 delas possuem Bolsa de Produtividade em Pesquisa – categorias 1D e 2. Ainda, no que se refere à produção das cientistas, destaca-se a frequente participação em eventos científicos nacionais e internacionais.

Neste aspecto, por meio da pesquisa documental foi possível perceber como algo constante as solicitações de afastamento por parte das docentes para participação em eventos científicos nacionais e internacionais. As participações em palestras, congressos e eventos para a socialização de conhecimentos científicos proporcionam a estas mulheres acesso a conhecimentos e vivências que as mesmas não teriam se não transitassem por estes espaços. Da mesma forma, a participação nestes eventos proporciona visibilidade ao trabalho desenvolvido por elas.

Estas informações que demonstram, supostamente, haver um ambiente propício à permanência de mulheres e consolidação de suas carreiras científicas nos levam a refletir sobre o número reduzido de mulheres que conseguiram se inserir e permanecer neste espaço: se, aparentemente, não há barreiras institucionais impostas à participação de mulheres neste departamento, como estas ainda são minoria? Esta é uma questão que somente poderíamos aprofundar por meio da realização de entrevistas, o que não foi possível, mesmo tendo sido o planejado. Ao serem convidadas, nenhuma das mulheres pesquisadoras/docentes deste departamento aceitaram ou puderam participar.

Sobre os laboratórios

No contexto das “Ciências Exatas e da Terra” na UFPE, a física destaca-se pelos recursos financeiros que movimenta com suas pesquisas. Por meio de observações diretas realizadas no Departamento de Física, ao compararmos com os outros departamentos estudados, sobressaiu-se a adequada infraestrutura que abriga o CCEN – aspecto não observado em todos os outros departamentos.

A observação da estrutura de alguns dos laboratórios deste departamento foi motivo de estranhamento para nós, pesquisadoras pertencentes às “ciências humanas”: o formato dos laboratórios era composto por um repertório complexo de equipamentos, compondo uma espécie de grande “engrenagem” necessária ao fazer científico no campo da física.

Um relatório fotográfico foi construído durante incursões em campo para observação direta realizada ao Departamento de Física. Mesmo não tendo entrevistado nenhuma mulher atuante neste espaço, solicitamos à chefia do departamento uma rápida visita aos laboratórios coordenados pelas docentes pesquisadoras com a finalidade de fotografarmos e termos um contato visual com o espaço que abriga seus fazeres científicos. As visitas aos laboratórios tiveram uma curta duração e não houve a possibilidade de sabermos, por exemplo, sobre as máquinas/equipamentos e suas funções. Estes espaços foram apenas fotografados, ficando-nos um estranhamento em relação a estes espaços que não pode transitar para o familiar.

Para construirmos uma reflexão sobre estes “estranhos” espaços de construção de conhecimentos científicos na física, dialogamos com a antropologia da ciência e a abordagem etnográfica de laboratórios construída por Latour & Woolgar (1997). Por meio destes autores pudemos compreender que na realidade dos laboratórios não se deve opor os aspectos materiais (posse de determinados equipamentos) aos aspectos conceituais (por meio dos quais técnicos e pesquisadores realizam seu fazer científico). As atividades de um laboratório requerem a conjugação ininterrupta destes aspectos, visto que nos aspectos materiais estão incorporados aspectos conceituais, e os aspectos conceituais, por sua vez, dependem dos materiais.

Uma sequência de operações e um teste atualmente banalizados foram, no passado, objeto de debate e produziram publicações em outro domínio. Os aparelhos e as habilidades de um domínio materializam os resultados finais de debates ou controvérsias ocorridas em outro espaço. Esses resultados entraram no laboratório por meio indireto. É nesse sentido que Bachelard (1953) referia-se aos aparelhos como “teoria reificada” (LATOUR & WOOLGAR, 1997, p.64).

Equipamentos como “teoria reificada”, ou seja, teoria que tomou a forma de “coisa” – Ora! Se, como pesquisadoras das ciências humanas, as teorias do campo da física nos são estranhas, como não seriam objetos de estranhamento os equipamentos? Os equipamentos são a materialização de conhecimentos anteriormente construídos. Nestes equipamentos está contido um trabalho científico anterior.

Conclusões?

Reconhece-se com Haraway que as ciências são formadas por uma “multiplicidade de visões” já que são constituídas por uma pluralidade de sujeitos, em distintos contextos sociais, econômicos e culturais. Deste modo, nas palavras de Haraway, “(...) apenas uma perspectiva parcial promete uma visão objetiva” (HARAWAY, 1995, p.21).

Dialogando, fundamentalmente, com Harding (1996) e Haraway (1995) construímos esta abordagem parcial da participação de mulheres nas ciências da região Nordeste, especificamente, no estado de Pernambuco, tomando como referência empírica o Centro de Ciências Exatas e da Natureza e, particularmente, o Departamento de Física, lugares representantes das ditas “ciências exatas” na Universidade Federal de Pernambuco, uma universidade pública federal.

Por meio da observação direta nestes espaços específicos e, sobretudo, pela pesquisa documental e análise estatística sobre a distribuição de recursos financeiros pela política de fomento à pesquisa do CNPq, percebemos não somente a permanência, mas a sofisticação dos mecanismos discriminatórios de gênero.

Como espaço de predominância masculina, no contexto das diversas áreas de conhecimento, as “exatas” constituem-se como hegemônicas, recebendo a maior fatia dos recursos financeiros destinados à pesquisa na UFPE. Se, entre as pesquisas realizadas na UFPE, são aquelas produzidas nas “ciências exatas” as mais “caras” e, sendo as mulheres ainda pouco presentes neste campo, isso pode significar que no contexto investigativo desta universidade as mulheres encontram-se numa condição de marginalização.

Reflexões e análises relevantes puderam ser realizadas por meio dos dados coletados neste estudo. Contudo, restou-nos muitas inquietações e questionamentos sem resposta ensaiadas, dada a limitação deste estudo.

Por meio do contato direto, mesmo breve, com os espaços físicos e, especificamente, com os laboratórios das docentes/pesquisadoras da física, percebemos o quanto a surpresa é inerente ao trabalho de inspiração etnográfica. A surpresa está nos mínimos detalhes e pode ser o motor da pesquisa, cabendo ao/à pesquisador/a a reflexividade para tentar compreender o que lhe aparece de novo pela frente.

Se por um lado a surpresa, o estranhamento e o distanciamento são necessários para tornar possível o questionamento acerca desta realidade científica e

de suas estruturas genderizadas, por outro é fundamental a intimidade com o assunto para que se edifique dele uma investigação sócio antropológica legítima e bem elaborada. A legitimidade e a boa elaboração são condições para que da investigação produza-se uma compreensão mais profunda. O conhecimento desta (e de quaisquer outras realidades), exige que nós pesquisadoras estejamos ao mesmo tempo dentro e fora desta mesma realidade.

Tratando-se de uma “pesquisa participante” na medida em que como pesquisadoras, mesmo que pertencentes a uma área distinta, fazemos parte do nosso universo empírico. Todavia, a impossibilidade de construção da etnografia dos laboratórios e da realização de entrevistas não nos permitiu ultrapassar o estranhamento e construir uma compreensão mais profunda acerca das condições objetivas e subjetivas da construção de conhecimentos pelas mulheres nas ciências ditas “exatas” na UFPE.

Referências Bibliográficas

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu (5) 1995. (07-41p.).

HARDING, Sandra. Ciencia y feminismo. Traducción de Pablo Manzano. Madrid: Ediciones Morata, 1996. (Colección Psicología Manuales)

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. A vida de laboratório – a produção dos fatos científicos. Tradução de Angela Ramalho Vianna. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014. (935-932p.)

MATIAS DOS SANTOS, Vívian. Mulheres e homens na política de ciência e tecnologia. Ed. UECE/Edmeta, 2012.

MELO, Hildete Pereira de; LASTRES, Helena Maria Martins; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Gênero no Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil. Revista Gênero, v. 1, 2004. Disponível em < <http://www.cbpf.br/~mulher/hildete1.pdf> >. Acesso em 10 set. 2012.

MENEZES, E. Diatahy B. de . Sobre a neutralidade das Ciências . Revista de Ciências Sociais (Fortaleza) , v. 9, p. 15-40, 1978.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHIENBINGER, Londa. O feminismo mudou a ciência? Bauru: EDUSC, 2001.

GÊNERO E RURALIDADES



GT 16

TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE MULHERES AGRICULTORAS

Ana Elizabeth Souza Silveira de Siqueira
Universidade Federal da Bahia
bethssiqueira@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo tem por base o quinto capítulo da minha Dissertação de Mestrado, com o título “Empoderamento de Mulheres Agricultoras: Possibilidades e Limites de Um Projeto de Desenvolvimento Rural no Semiárido Baiano”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPG-NEIM) / UFBA, em 25 de agosto de 2014. O artigo apresenta uma parte do capítulo das trajetórias e experiências das mulheres agricultoras que participaram do Projeto Gente de Valor (PGV) da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), do Governo do Estado da Bahia. Pretende-se dar voz às mulheres, apresentar suas histórias de vida e, a partir de suas trajetórias da vida cotidiana e das experiências por elas vividas ao exercerem as atividades domésticas, organizativas e produtivas em suas comunidades, perceber como se deu ou não o processo de empoderamento. Os dados foram obtidos a partir de uma abordagem qualitativa, baseada em observações de campo e registro de histórias de vida de 10 mulheres que estão à frente das associações, ou que participam ativamente dos grupos produtivos de quintais, beneficiamento de frutas e artesanato. No confronto de elementos teóricos com a experiência concreta dessas mulheres agricultoras, pretende-se enriquecer o debate sobre como a questão de gênero interfere na organização social dos espaços público e privado e levar a pensar nos valores e contravalores que estão associados a cada uma das designações atribuídas aos homens e às mulheres na sociedade contemporânea.

Palavras Chaves: relações de gênero, mulheres agricultoras, empoderamento.

Introdução

Antes da discussão sobre as trajetórias e experiências das dez mulheres agricultoras entrevistadas, do Projeto Gente de Valor¹, faz-se necessário retomar algumas categorias de análise, que considero importantes e mesmo fundamentais para um melhor entendimento da reflexão que pretendo desenvolver neste artigo.

A categoria “gênero” é uma delas, importante para entender as relações sociais, de modo geral e, em especial, as relações de poder entre os homens e mulheres, entre homens e homens e entre mulheres e mulheres. Assim como gênero, reconheço “classe social”, “raça/etnia” e “idade/geração” como categorias relacionais de análises que contribuem para a compreensão das questões atinentes a esta temática e a sua interseccionalidade² com gênero e outras categorias. Geração e idade são dimensões fundantes da vida social, além de gênero, classe, e raça/etnia, o que implica em reconhecer a necessidade de pensar estas dimensões de forma articulada e relacional nas trajetórias e experiências dos sujeitos, individual e coletivamente, estudados.

A noção de “trajetória” é entendida por Pierre Bourdieu (1996, p. 292) como “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou mesmo grupo de agentes, em espaços sucessivos”. Esta abordagem nos permite, a partir do sujeito, situar acontecimentos biográficos individuais e coletivos e seus deslocamentos no espaço social. Trabalhar trajetória de vida traz a possibilidade concreta de reconstrução do passado (a infância, a adolescência, a migração, por exemplo, para São Paulo, o emprego de doméstica e a experiência das mulheres no PGV), das fases da vida a partir dos relatos das

1 Projeto de desenvolvimento rural implementado no início de 2007 pela CAR, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (SEDIR). É um Projeto do Governo do Estado da Bahia em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), órgão das Nações Unidas (ONU). Sua área de abrangência compreendia 34 municípios da região semiárida, todos com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sendo 26 municípios na região Nordeste do Estado e oito na região Sudoeste.

2 “A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento”. (CRENSHAW 2002, p. 177).

mulheres, levando em consideração a descontinuidade e as rupturas ocorridas tanto na vida individual como coletiva. Por fim, a noção de “experiência”, que é fundamental na investigação do processo de empoderamento das mulheres agricultoras entrevistadas. Na pesquisa, utilizei a definição desenvolvida por Joan Scott (1999, p. 28), segundo quem “não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência”. O conceito ajuda a pensar as semelhanças e diferenças de vivências das mulheres agricultoras no interior das categorias sociais como gênero, classe, raça, geração e outras. Seguindo este caminho, percebe-se que o conceito articula a vida social dos sujeitos (individual e coletivo), a experiência vivida e sentida por elas com o conjunto de práticas e representações simbólicas em torno do “mundo real” em determinadas circunstâncias históricas.

Histórias de vida

Apresenta-se um olhar situado sobre as trajetórias individuais e as experiências vividas pelas mulheres agricultoras investigadas. Toma-se como eixos de análise aspectos fundamentais nas histórias de vida, em suas trajetórias e experiências pessoais passadas e presentes. Observa-se em seus relatos os aspectos estruturais como as condições de vida do grupo familiar de origem (pai/mãe), escolarização, o nível socioeconômico, a experiência de trabalho na infância e na juventude e a situação conjugal. Ao comparar as suas trajetórias, independentemente de suas idades e gerações, observo como se assemelham em várias temáticas das quais abordarei aquelas relacionadas aos papéis produtivos e reprodutivos, à divisão sexual do trabalho, educação, violência e sexualidade, partindo sempre de seus relatos.

Infância

Nos relatos das 10 mulheres, quando perguntadas sobre as lembranças que tinham da infância, aparece, inicialmente, a pobreza, sendo a fome abordada por oito delas, de maneira muito forte e dolorosa por algumas. Ao abordar a pobreza a partir de uma perspectiva de gênero e como um fenômeno multi-dimensional, entende-se pobreza como Angelita Toledo e Teresa Lisboa (2011, p. 2), como algo que “não se restringe unicamente à esfera material e/ou econômica (salário, alimentação), mas extrapola para as dimensões subjetivas que vêm ao encontro das necessidades básicas das pessoas, tais como carências

de proteção, de segurança, de lazer entre outras”. As entrevistadas, primeiro, falam da fome de alimentos e da carência do recurso econômico, porém, no desenrolar dos depoimentos, vamos observando as dimensões subjetivas desta fome, que se materializa ao longo da trajetória de vida delas. Os depoimentos de Maria de Lourdes e de Maria José evidenciam a marca da pobreza vivida por essas mulheres:

– A minha infância sofrida, lembro que minha mãe se acabava de trabalhar, tecer rede para dar de comer à gente, que meu pai só bebia. Ela fazia cinco redes na semana, rede batida, tudo pra dar de comer à gente. Ela sai pra feira [às] 03 h da manhã com a rede na cabeça pra vender, não tinha o que comer, a gente ia caçar olho de macambira pra comer, era, fomos criada desse jeito. Hoje em dia tem mordomia, nosso tempo não tinha mordomia, nós não sabia o que era comer um quilo de carne, que a mãe não podia. Ela comprava cabeça de porco, cabeça de gado para gente passar a semana e era só o feijão e a farinha. (Maria de Lourdes, branca, 41 anos).

– Porque no tempo de eu pequena nós não mora que nem hoje em dia. Era um tempo difícil. Meu pai trabalhava lá no gado e nós também pra sobreviver. Porque antigamente nós não tinha [...] as casinhas eram de taipa, cada buraco desse tamanho [risos]. Nós não tinha boa vida. Antigamente nós amanhecia o dia e tomava um cafézinho, ia pra roça pra voltar meio dia. Tinha vezes que até desmaiar na roça a gente desmaiava de fome, por que nós não tinha condições. (Maria José, parda, 50 anos).

As carências e necessidades não afetam indistintamente as pessoas. Se existem fatores de discriminação entre as pessoas, conforme a sua condição de gênero, de classe, de raça, etnia e origem, então o fato de serem pobres, mulheres, negras, em sua maioria, e moradoras do campo faz com que estas mulheres agricultoras estejam mais propensas do que outras a figurar entre os pobres. E, portanto, enfrentam mais limitações e impedimentos, têm mais chances de sofrer a condição de pobreza que é uma das principais causas da dificuldade de acesso aos alimentos – embora não seja a única. O predomínio de mulheres entre os pobres é consequência do desigual acesso feminino às oportunidades econômicas e sociais. Esta condição de pobreza está relacionada com o acesso ao trabalho, à renda, à propriedade e à escolaridade. Todas as dez mulheres pesquisadas falam que começaram a trabalhar ainda crianças, entre seis e sete

anos de idade. É necessário dizer que, embora o trabalho no campo seja pesado, a ocorrência da “ajuda” infantil continua presente na estrutura de trabalho da agricultura familiar, também como um processo de aprendizagem, assumindo um papel de socialização e identidade. Nos relatos, é visível a dificuldade das mulheres quando crianças, estudarem e a quase ausência de outras atividades na vida delas, como brincadeiras e lazer. Entre as entrevistadas, apenas uma mulher jovem, Maria Esperança, fala em seu depoimento dos momentos de lazer na beira do rio com a família, como lembrança da infância:

– De piquenique, as pessoas fazia muito piquenique, juntava as famílias, levava as crianças pro rio, pescando, fazia pirão, só vinha embora de noite. Isso é assim uma grande lembrança que ficou em minha memória, era um momento de lazer muito bom pra gente, tanto para as crianças como para os adultos. (Maria Esperança, preta, 28 anos).

Apesar de as crianças na zona rural executarem várias tarefas e atividades, elas são consideradas sem experiência, são controladas pelos pais e, muitas vezes, pelos irmãos mais velhos, e assim aprendem e, conseqüentemente, reproduzem, principalmente as meninas, desde a infância o cuidado com os irmãos e irmãs. As meninas começam ajudando nos afazeres domésticos, cuidando dos irmãos e irmãs menores e trabalhando na roça com os pais: foi o que disse Maria das Dores:

– A minha infância não foi fácil, né. Eu nasci aqui, me criei aqui, e com as dificuldades, que desde nova que a gente já trabalha na roça, a gente não tem uma liberdade de brincar, mas é na roça, ajudando mãe em casa e às vezes nem no final de semana. No trabalho, nuns seis anos acho que foi por aí, lavando os pratos, varrer casa, ir pra fonte na Barroca, pegar lenha da roça mesmo. (Maria das Dores, preta, 31 anos).

A identidade de gênero na vida dessas mulheres agricultoras foi sendo construída desde a infância, no seio de suas famílias. Por serem meninas pobres, sentiram na pele como a divisão sexual do trabalho marca a classe social e tiveram que assumir os trabalhos domésticos e as tarefas ditas femininas ainda bem crianças, assim como sua mãe e suas avós. Isto se evidencia como um processo que foi sendo produzido e reproduzido por força da ideologia de gênero, que confere ao homem a responsabilidade pelas atividades ditas “produtivas”,

geradoras de renda monetária, e, às mulheres, as tarefas ditas “domésticas”, reforçando deste modo a constituição da identidade de gênero.

Para essas mulheres quando crianças, estudar foi um grande desafio, tinham muitas dificuldades no aprendizado, por assumirem uma sobrecarga de tarefas domésticas e também produtivas, no nível de exigência de sua execução e na responsabilidade no desempenho de cumprir com as obrigações por elas assumidas. Maria Alice, apesar de ser uma das mais jovens e de origem urbana diz:

- Lembro assim da minha infância, brincando com minhas colegas e cuidando dos meus irmãos, tinha uns 07 até os 14 anos (Maria Alice, parda, 25 anos).

Já o depoimento de Maria do Sossego nos revela que ela, além de assumir obrigações com os sobrinhos, ela migra para a cidade de Salvador para também cuidar de tarefas domésticas, com apenas nove anos de idade.

- Na verdade eu saí daqui com 12 anos, não, 09 anos, eu fui cuidar do meu sobrinho em Salvador. Eu tenho duas irmãs que moram em Salvador. Eu fui cuidar desses dois sobrinhos, e cuidava da casa e ainda estudava. Eu tinha obrigações. (Maria do Sossego, parda, 38 anos).

Nas relações familiares destas mulheres, observo como a ordem de gênero patriarcal ainda impera e é mantida cotidianamente por homens e mulheres, porém percebo como as mulheres agricultoras são peças importantes na reprodução e continuidade do patriarcado, por meio, sobretudo, da educação dos filhos e filhas. A família é uma instituição que desempenha um papel muito importante no processo de socialização dos indivíduos e na transmissão da herança simbólica cuja hierarquia de lugares sociais, aliada à autoridade da experiência e dos saberes das gerações mais velhas, se constitui como referência para a função socializadora. Vejamos o que falam as mulheres pesquisadas Maria dos Anjos e Maria Amélia sobre a relação familiar na infância: – *A minha infância, certo momento, foi boa, em outro não, porque eu não convivi nem com pai nem com mãe na infância, mas fui criada pelo tio e a esposa dele, e nesse meio, nessa parte, prá mim foi bom. Porque foi uma pessoa que me acolheu, já tinha oito filhos, comigo mais, nove, e soube me criar. O que eu hoje sou eu devo muito a ele, esse tio. (Maria dos Anjos, parda, 24 anos).*

- Não são muito boas não. Porque a minha infância, para te dizer a verdade, fui criada com a avó, gostei muito dela, foi minha segunda

mãe. Fui muito sofredora na vida, passei muitas necessidades. Depois a minha mãe arrumou um marido e então produziu mais oito filhos, posso dizer que foi eu que criei os oito filhos dela. Com 19 anos de idade me casei e foi mais oito filhos para criar. Com 26 anos de casada, separei, acabei de criar meus filhos só mais Deus. (Maria Amélia, branca, 50 anos).

Adolescência e juventude

As mulheres e os homens na fase da adolescência³ estão, biologicamente, em um estado de transformação química e, sociologicamente, entrando em um mundo em que os hábitos, os costumes e os valores ainda estão sendo formados e adquiridos. Para Mannheim (1961), a mocidade tem a qualidade de ser um agente revitalizante, um recurso que permanece escondido e que, se mobilizado e integrado, contribui com a sociedade na construção de novas saídas, principalmente na adolescência, por, nesta fase de desenvolvimento humano, o indivíduo não estar ainda emaranhado no *status quo*, na ordem social vigente e, também, por ainda não possuir interesses adquiridos seja de ordem econômica ou espiritual. Nesta fase, começam a cortar a dependência em relação aos seus familiares de quando eram crianças, experimentando o desprender-se do seio da família, interagindo com a vizinhança, com a comunidade e com certo setor da vida pública (MANNHEIM, 1961). Foi esta a experiência dessas mulheres agricultoras que, quando jovens, começaram a sair para outros lugares para trabalhar, viver o despertar da sexualidade, namorar, casar, ter filhos e filhas, em suas buscas por qualquer oportunidade que aparecesse para conseguir um trabalho que gerasse renda para ela e sua família.

A adolescência e juventude de **Maria José**, assim como sua infância, foram marcadas por muitas dificuldades sociais e econômicas. O trabalho na roça era uma constante em sua vida desde criança. Na adolescência não foi diferente, só aumentou o volume de trabalho. Conta que começou a namorar escondido, com 13 anos de idade, mas afirma que antigamente o namoro era “besta, só conversa”. Diz que começou a fazer sexo com 18 anos, conheceu seu marido aos 20 e com 22 anos se casou. Casou pensando em sair do domínio do seu

3 Aqui considero como referência o período da adolescência estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que compreende a faixa de 12 a 18 anos incompletos, e juventude, o período estabelecido de acordo com a Proposta de Emenda à Constituição 138/03, chamada PEC da Juventude, que compreende a idade entre 15 e 29 anos.

pai e que não precisaria mais trabalhar tanto, porém, depois que casou, foi trabalhar ainda mais.

Maria de Lourdes relata que, em sua adolescência, continuou sofrendo violência doméstica de seu pai alcoólatra e bastante violento. Ela e seus irmãos tiveram que sair de casa. Ela foi para Salvador e São Paulo, na juventude, em busca de emprego, e trabalhou como doméstica. Conta que fez sexo pela primeira vez aos 15 anos de idade e não gostou. Diz que fez besteira, referindo-se ao ato sexual, por causa da forma que seus pais a tratavam e aos seus irmãos, sempre com agressividade e com palavrões.

Maria dos Prazeres lembra que, sua juventude foi de muito trabalho na roça e com o machado cortando lenha e ao chegar em casa ainda ter que dividir as tarefas domésticas com as irmãs: varrer casa e terreiro e buscar água nos tanques. Maria dos Prazeres conta que demorou a menstruar, tinha 15 anos, e que, por causa disto, sofreu muita gozação das primas que diziam que ela era macho-fêmea.

Maria das Dores é uma mulher adulta, que se orgulha da sua cor e de ser uma negra que nasceu na comunidade Maria Preta. Fala que, antigamente, quando ela era adolescente, passou por muita discriminação e preconceito por ser pobre, pelo lugar de origem e pela cor de sua pele.

Maria Esperança é uma jovem negra de 28 anos, que começou a namorar na adolescência, com 13 anos. Casou, a primeira vez, aos 18 anos, e não engravidou no início da sua relação conjugal, primeiro, porque tomava anticoncepcional e segundo, por sofrer violência doméstica. Seu marido era um homem jovem de 24 anos, muito agressivo, mulherengo e dependente do álcool. Ela conta, com tristeza, que sua primeira gravidez foi muito complicada, pois vivia um relacionamento muito tumultuado e bastante violento com seu marido e que foi depois de uma briga em que ele a empurrou e ela, grávida, caiu por cima da barriga, que resolveu deixá-lo, ao perceber que estava prejudicando não somente a ela, mas também ao seu filho que nem havia nascido.

Assim como a infância, a adolescência de **Maria Alice** foi marcada por problemas decorrentes do vício da mãe em jogo de bingo. Recorda que, nessa época, ficava com raiva do seu pai por não deixá-la sair com as amigas, para que tomasse conta de seus irmãos menores, por causa da mãe ausente. Conta que sofreu na adolescência com a separação de seus pais, mas o seu maior sofrimento foi quando tinha 15 anos de idade e se apaixonou, durante as férias na casa de sua avó na Bahia, e não quis mais voltar para São Paulo, o que fez seu pai ficar sem falar com ela por dois anos, muito magoado por ela ter ficado

na Bahia e por ter começado a namorar. Ele costumava falar “não suje meu nome”, porque as duas coisas mais importantes que as pessoas pobres têm são o estudo e o nome.

Maria dos Anjos conta que sua infância e juventude foram marcadas pela rejeição e pelo abandono de seus pais biológicos. O fato de nunca ter convivido com seu pai e ter passado pouco tempo com sua mãe marcou sua vida. Quando criança, foi morar com sua avó materna que queria cuidar dela, contudo, sua avó morreu, e ela foi criada pelo tio, filho desta avó. Conta que, na adolescência, seu tio não a deixava sair para as festas com os amigos e amigas da escola, mas que, mesmo assim, começou a namorar aos 16 anos de idade.

O trabalho como empregada doméstica

Das dez mulheres agricultoras entrevistadas, sete vivenciaram a experiência de trabalhar como empregada doméstica, algumas iniciando ainda quando criança e continuando quando jovens. Três delas – Maria dos Anjos, Maria do Sossego e Maria das Dores – realizaram este trabalho em Santa Brígida, em Salvador e em São Paulo, respectivamente. Em termos de relações de trabalho, cada uma delas prestou serviço para pessoas das suas famílias, da mesma classe social, pois foram trabalhar em casas de parentes – irmão, irmã e tio. Dentro da família, constata-se que o trabalho doméstico está quase exclusivamente vinculado ao sexo feminino, a crianças e adolescentes que são responsáveis pelo preparo de alimentos, pela limpeza da casa e pelo cuidado com as crianças menores. Todas trabalharam como doméstica para “ajudar” a família.

– Assim, com 12 anos, eu fui pra São Paulo cuidar de minhas primas lá, com quinze, voltei. Aí, dos seis aos doze foi aqui ajudando mãe; fui pra lá, não fui ganhar nada em São Paulo, voltei, quando chegou aqui comecei namorar, casei. [...] eu só ganhava roupa. Eu morava na casa do meu tio. Só era roupa e comida, lá mesmo era só isso. [...] fiquei três anos sem estudar lá. (Maria das Dores, preta, 31 anos).

Em termos de relações de trabalho, quatro delas prestaram serviços a terceiros, fora do grupo doméstico, para indivíduos de classes sociais diferentes da sua, em uma relação de patrões e empregadas domésticas e seus serviços eram pagos sob a forma de moeda, insumos e bens de uso. Uma delas é Maria José:

- Eu trabalhava direto. Às vezes, quando era moça, trabalhava de empregada doméstica pra poder ganhar um dinheirinho pra poder

comprar uma roupinha pra gente. Era um pouquinho e ainda dava um pouquinho pra mãe, pra ajudar, que tinha quinze filhos, coitada. [...] depois que a gente começou trabalhar assim de empregada doméstica, a gente ganhava um dinheirinho, dava para comprar uma roupinha, um perfumezinho, ajudava minha mãe, coitadinha, era pior do que eu. (Maria José, parda, 50 anos).

As práticas que se constituíram em torno do trabalho doméstico expressam a dominação e subordinação na relação patroa-empregada, sendo o espaço doméstico o cenário da intensa e viva dinâmica das relações sociais de gênero como relações de poder. Portanto, tanto trabalhando na casa dos parentes como na casa dos patrões, estabelecem-se relações de obrigação que representam formas de subordinação e opressão destas mulheres. Mesmo no caso do trabalho na casa de alguém da família suavizar com o discurso da obrigação de ser uma ajuda, um prazer em servir, ocorrem conflitos desta natureza (BRITTO DA MOTTA, 1992, p. 2).

O despertar da sexualidade, namoro e casamento

Na trajetória das dez mulheres pesquisadas, ao pensar as relações entre as gerações de mulheres agricultoras e suas representações sobre a sexualidade, usei o marcador social “geração” como categoria analítica nos dois sentidos em que Andréa Alves emprega o termo. O primeiro sentido é “como posição no interior da estrutura de parentesco, alinhada à organização social do ciclo de vida” (2009, p. 15). Usei-o na perspectiva de tornar mais explícita a conexão entre sexualidade e reprodução, através das relações de parentesco destas mulheres agricultoras e de seus lugares na organização social dos ciclos de suas vidas. O modelo que predomina na sociedade em que estas mulheres agricultoras estão inseridas é o modelo normativo, dominante, de família patriarcal, heterossexual, de casamento monogâmico, com padrões de divisão de gênero e de idade. São padrões construídos socialmente que relacionam linearmente sexualidade, geração e reprodução.

Observa-se que a sexualidade é um tema difícil entre as gerações de mulheres da zona rural, a maioria começando a ter uma vida sexual ativa na adolescência atrelada a um compromisso de casamento. As dez mulheres pesquisadas iniciaram sua vida sexual entre os 15 e os 18 anos de idade, e sete delas afirmam só ter feito sexo com um único homem, seu marido. Destas, as

três adultas mais velhas – Maria José (50 anos), Maria Amélia (50 anos) e Maria de Lourdes (41 anos) – têm o maior número de filhos – sete, oito e seis, respectivamente. Elas fazem parte de uma geração que ainda tinha dificuldade de acesso à informação, além da resistência em utilizar os métodos contraceptivos. Já a geração das quatro adultas mais novas – Maria do Sossego (38 anos), Maria dos Prazeres (32 anos), Maria das Dores (31 anos) e Maria da Paz (32 anos) –, e as jovens – Maria Esperança (28 anos) e Maria dos Anjos (24 anos) –, disseram fazer uso do método anticoncepcional para evitar ter muitos filhos, por este motivo, elas têm entre um e dois filhos. Maria Alice (25 anos) não tem filho por opção.

Maria de Lourdes (41 anos), dentre as mulheres agricultoras pesquisadas, é a exceção de sua geração. Apesar de pertencer a uma geração muito conservadora e castradora da sexualidade feminina, já teve quatro relacionamentos conjugais. Com seu traço individual, seu comportamento e sua prática cotidiana, “quebra” ou resiste ao *habitus*⁴ de gênero de toda uma história coletiva da sua família e das mulheres agricultoras aqui pesquisadas. Com relação às outras mulheres da pesquisa, tem-se a percepção que há uma reprodução de vida cotidiana trazida pelas avós e mães, nem sempre percebida, principalmente em relação ao fato de as mulheres assumirem os filhos, a casa e o trabalho na roça. O mesmo se pode dizer da ausência de diálogo entre mães e filhas sobre assuntos como orientação sexual e sobre o corpo. Maria José fala do comportamento e das tradições de “antigamente” com relação à sexualidade feminina e ao namoro impostos pelos seus pais:

– Era assim, os velhos de antigamente. Hoje em dia não é assim, não. E antigamente, era assim: se, Deus o livre, a gente desse um erro dentro de casa, os pais não queria a gente. [...] [Namorava] escondido com 13 anos [risos], namorar, não, conversar, porque antigamente a gente não namorava feito hoje em dia. Nós namorava escondidinho pra papai nem saber. Depois de 22 anos em diante, assim de 20 anos, esse mesmo foi o único namorado que eu levei em casa e ainda assim foi em casa pra pedir pra casar, que foi Manoel. Por que a gente tinha o maior medo de papai... Ave Maria! Quem quisesse que fosse. Ele

4 Compreendendo o conceito de *habitus* como: “[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...]” (BOURDIEU, 1983, p. 65).

dizia: “se namorarem e engravidarem a gente vai ver!”. (Maria José, parda, 50 anos).

Maria das Dores continua falando sobre sua relação conjugal e como a dominação masculina oprime os desejos e os quereres das mulheres agricultoras que, em suas relações de gênero no cotidiano, ainda não conseguem confrontar a ordem de gênero patriarcal, então, aceitam e assumem o lugar de mulher dominada. Fala que só tinha relações sexuais quando o marido queria e sem o carinho de antes:

– Só quando ele queria porque depois que a vida da gente fica mais ou menos descontrolada, não tem aquela conversa mais, não tem aquele carinho, faltando carinho, faltando o respeito, aí vai levando. (Maria das Dores, preta, 31 anos).

Conclusão

As possíveis convergências e divergências encontradas nas histórias de vida dos sujeitos pesquisados foram construídas e modeladas dentro de padrões culturais e sociais, impondo-lhes formas de agir e pensar. Como a identidade de gênero vai sendo construída socialmente através da cultura, do comportamento dito de mulheres, dos símbolos que se materializam e são alimentados pela heteronormatividade e se institucionalizam e interagem entre si na família, no parentesco, no meio doméstico, no Estado, na educação e na religião.

Apesar de as mais jovens terem mais escolaridade, chegando a concluir o Ensino Médio, elas continuam vendo o casamento como a única alternativa na vida delas. O estudo não só ajuda a enfrentar o racismo, como se apresenta como um elemento fundamental para o empoderamento das mulheres agricultoras.

A sexualidade dessas mulheres está diretamente relacionada ao casamento e à reprodução. O casamento no meio rural ainda se apresenta como uma imposição, um preceito na vida destas mulheres agricultoras heterossexuais e, segundo elas, a falta de oportunidade era, e ainda é, o grande vilão para um casamento tão precoce.

Referências

ALVES, Andréa Moraes. Fronteiras da relação: gênero, geração e a construção de relações afetivas e sexuais. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latino americana*, n. 3, p. 10-32, 2009.

BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. In: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996a.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Emprego doméstico: revendo o novo. *Caderno CRH*, n. 16, p. 31-49, jan./jun. 1992. www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=1330&article...

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão, Florianópolis, Santa Catarina, v. 7, n. 12, p. 171-188, 2002.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: _____. *Diagnóstico do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961. p. 36- 64.

SCOTT, Joan W. Experiência. In: RAMOS, Tânia Regina Oliveira et al. *Falas de gênero*. Florianópolis: Mulheres, 1999.

TOLEDO, Angelita A. de; LISBOA, Teresa K. O sexo da pobreza brasileira. In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, II. *Anais...* Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 18-19 ago. 2011.

<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/Angelita%20e%20cia.pdf>.

“MARIAS” DO RURAL ALAGOANO: A [IN] VISIBILIDADE DO TRABALHO EM FACE DA OPRESSÃO PATRIARCAL

Jaqueline da Silva Lima
Universidade Federal de Alagoas – Campus Arapiraca
– Unidade Educacional Palmeira dos Índios
jaqueline_venccer@hotmail.com

Resumo: O presente artigo discutiu quem é a mulher do rural alagoano dentro do sistema capitalista, que é essencialmente desigual e solapador, com uma ideologia de dependência e submissão, como também pontuou a [in] visibilidade do trabalho das mulheres no rural alagoano. Este ainda pontuado na perspectiva de ajuda a seu companheiro ou a seus pais. Infelizmente, as “Marias” do rural alagoano, vivem uma carga de submissão e dependência, carga essa provinda de uma cultura patriarcal, sexista e coronelista ainda existente no rural das Alagoas. Logo, refletir sobre as mulheres do rural alagoano, é voltar o olhar para conceitos construídos social e historicamente, os quais estão imbricados nos ditames do sistema capitalista.

Palavras-chave: Mulher, Rural, Patriarcado, Trabalho, [In] visibilidade.

Introdução

Os fatores que determinaram a aproximação do tema partiram das observações sistemáticas da realidade, visto que a experiência de viver neste espaço rural contribuiu para as primeiras indagações ainda imaturas sobre o tema em questão. Assim, foi no decorrer da graduação, com participação no grupo de estudo GERGC¹ e com o conhecimento das linhas de pesquisas que envolvia a discursão de gênero e patriarcado, que o objeto foi se delimitando a chegar às relações de trabalho da mulher no rural alagoano e sua [in] visibilidade decorrente das relações patriarcais na divisão sexual do trabalho.

Assim, a partir dos determinantes históricos do rural alagoano e das relações que perpassa também esse processo histórico-cultural, se indaga como o trabalho das mulheres do rural alagoano, em plena segunda década do século XXI, ainda se constitui dentro do âmbito familiar na perspectiva de “ajuda” ao esposo/pai, configurando assim sua [in] visibilidade diante das relações trabalhistas. Isso se constitui devido uma cultura patriarcal imbricada no modelo capitalista de organização social que submete as mulheres a uma cultura socialmente construída. Caracterizando assim, que a [in] visibilidade do trabalho das “Marias” no rural alagoano decorre de uma cultura do mandonismo, baseada no sistema patriarcal e coronelista decorrente do desenvolvimento do capital nas terras brasileiras e alagoanas. Os quais são imbricados na realidade do rural alagoano e de suas relações familiares, analisadas a partir dos determinantes históricos desta cultura, desde zona da mata, litoral e semiárido, identificando quem é a mulher que vive no rural alagoano, e qual a sua situação a respeito do sistema capitalista e os arranjos que este impõe para elas se manterem no lugar imposto, determinado pelas relações sociais de gênero e patriarcado.

No entanto, a exploração que esta vivencia, tanto no ambiente doméstico, sendo não a “do lar”, mas a “escrava doméstica”, como no trabalho rural, como a “ajudante” de seu esposo, é que se conjuga a dupla jornada de trabalho (com uma característica diferenciada das trabalhadoras urbanas, sem remuneração) e a sua [in] visibilidade como trabalhadora que contribui para a reprodução do capital. Pois a renda da família permanece ainda em pleno século XXI, nas mãos do “chefe da família” – o homem da casa. Assim sendo, a mulher do rural

1 Grupo de Estudos Relações de Gênero e de Classe, coordenado pela professora Ms. Marli de Araujo Santos do curso de graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas, campus de Arapiraca/Unidade de ensino de Palmeira dos Índios. Participação entre junho de 2013 à maio de 2014.

alagoano mesmo com mudanças de comportamento (algumas trabalhando e resistindo a ordem pré-estabelecida) ainda convivem com a dominação da forte cultura patriarcal.

Em suma, os resultados e discursões desse estudo, seguem uma ordem de reflexão das categorias teóricas a começar pela caracterização do patriarcado e das relações de gêneros dentro da sociedade capitalista. Trazendo depois a reflexão do rural, do ambiente rural do Estado de Alagoas, seus diversos rurais, como também se volta o olhar para os sujeitos femininos ali presentes, sua realidade a partir do mandonismo e da cultura machista, da mulher “ser sempre frágil”. É nesse contexto, que as diversas “Marias” se articulam e se diferem de um rural para outro, vendo que existem diferentes rurais nesse território. Por fim, os resultados e discursões são finalizados com uma reflexão sobre o processo de [in] visibilidade, que o trabalho das “Marias” sofre em face da opressão, que as relações patriarcais, em meio às artimanhas do capitalismo, desdobram sobre elas. Fazendo assim, uma reflexão do que esta posto no rural alagoano desde singularidade até uma quiçá universalidade.

Metodologia

A metodologia que foi utilizada consistiu em observações empíricas e pesquisa bibliográfica, fundamentada numa perspectiva histórico-crítica, tendo por referencial a teoria marxiana e marxista, que permite compreender as múltiplas determinações que constituem a realidade social e sua dinamicidade. Ou seja, segundo Cassab (2007), o materialismo histórico dialético prioriza a dinâmica das relações entre sujeitos e objeto de estudo no processo de conhecimento. Valoriza os vínculos do agir com a vida social dos seres humanos e desvela as oposições contraditórias presentes entre o todo e as partes, reconhecendo a realidade como complexam heterogênea e contraditória, nas diversas facetas e peculiaridades que a compõem.

Resultados e discussão

O patriarcado é um regime social historicamente construído, como mostra Engels:

A evolução da família nos tempos pré-históricos [...] consiste numa redução constante do círculo conjugal entre os sexos, círculo que

originariamente abarcava a tribo inteira. A exclusão progressiva, primeiro dos parentes próximos, depois dos parentes distantes e, por fim, até das pessoas vinculadas apenas por alianças, torna impossível na prática qualquer matrimônio por grupos; como último capítulo, não fica senão o casal, unido por vínculos ainda frágeis – essa molécula com cuja dissociação acaba o matrimônio em geral. Isso prova a quão pouco tem a ver a origem da monogamia com o amor sexual individual, na atual acepção da palavra. (ENGELS, 1975, p.49).

Assim, o patriarcado é uma construção social, estabelecida através dos interesses dos homens em garantir seu patrimônio, decorrente dos fatores de reconhecimento da participação do homem na reprodução, estabelecimento da propriedade privada, o controle do corpo e da sexualidade das mulheres e a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, que as relações passaram a ser predominantemente “monogâmicas” - às mulheres – a fim de garantir herança aos filhos legítimos, deixando inviolável o espaço privado. Instaurando assim o patriarcado, na descendência patrilinear e no controle dos homens sobre as mulheres, esta sendo apenas coadjuvante e “escrava doméstica” e aquele protagonista com maior valorização para suas atividades. Não só um controle de pai aos filhos e as mulheres, mais como bem afirma Scott,

[...] não se restringe ao poder do pai, mas o poder masculino, enquanto categoria social [...] apontam dois princípios básicos que regem o patriarcado: as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens, e os mais jovens aos homens mais velhos. (SCOTT, 1995, [s./p.]).

Mostrando que o patriarcado não rege somente uma dominação sobre as mulheres, mas um postulado culturalmente disseminado no âmbito das relações sociais cotidianas independentes de gênero, etnia ou classe. Ressaltando assim, que o conceito de patriarcado colocado por Weber possui delimitações claras a cerca da dominação assegurada pela cultura patriarcal, ou seja, “dentro de uma associação, na maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas” (WEBER, 2000, p.18), pois é na autoridade doméstica e familiar que se baseia o patriarcado e determina a divisão sexual

que Weber (2000) a caracteriza como “normal”, dessa forma o patriarcado se legitima com a “normalidade” e “naturalidade” desta divisão e desta autoridade. Como bem coloca Durkheim (1999, p. 29): “[...] Dir-se-ia que um dos sexos açambarcou as funções afetivas e o outro as funções intelectuais”, ou seja, a mulher ficou no ambiente afetivo, da casa, do privado e o homem no ambiente intelectual, da sociedade, do público.

Na contemporaneidade, fala-se num patriarcado moderno, porém vale ressaltar que o patriarcado mesmo sendo anterior ao advento do capitalismo, ganha força a partir deste com a articulação na modernidade na relação de produzir e reproduzir a vida a partir de relações de dominação e expropriação em especial dos corpos e autonomia das mulheres, logo, se percebe que por ser um regime social historicamente construído ele sofreu modificações, mas continuou com as mesmas bases que lhes sustenta. Hoje, o exercício de chefe de família pode ser exercido por uma mulher, no entanto não quer dizer que esta mulher não irá seguir os padrões da cultura patriarcal impregnada em sua história. Assim, existem novos arranjos para o patriarcado, nova forma de reproduzi-lo, mas não em modifica-lo, pois falar em patriarcado significa referir-se obrigatoriamente a uma forma de dominação reconhecida pela desigualdade entre gênero embutida no sistema capitalista, “responsável pela constituição ideológica dos gêneros, seus estereótipos e papéis sociais” (LIMA; MAGALHÃES, 2011, [s./p.]).

Como explica Scott:

[...] a construção social dos sexos é materializada, fundamentalmente, por intermédio de relações constituídas por quatro elementos inter-relacionados: os símbolos culturais; os conceitos normativos; a organização social representada pelas instituições e a identidade subjetiva que se refere à interiorização das ideologias dominantes pelos indivíduos em relação aos seus papéis a serem desempenhados em sociedade. (SCOTT, 1995, [s./p.], grifo nosso).

Logo, segundo Scott, o ser humano nasce macho ou fêmea, e em sociedade, desde cedo, começam a aprender e se identificar com o que ela impõe o ser feminino e o ser masculino, pois gênero é uma construção social que transforma os bebês machos e fêmeas em meninos e meninas. E cabe ao capitalismo ditar as regras desse jogo das relações de gênero, geridas no patriarcado, da forma que melhor lhes convém, parafraseando Marx: a ideologia da classe

dominante serve para manter os seus interesses sobre a classe dominada, e para o capitalismo, a mulher sob os ditames da dominação e submissão é lucrativo.

No Brasil o patriarcado não encontrou limites nem resistência para se desenvolver:

A história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro: da sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo; da sua vida de menino; do seu cristianismo reduzido à religião de família e influenciado pelas crendices da senzala (FREYRE, 2003, p. 44).

Fortificado por essa cultura que ainda perpassa os dias atuais do coronelismo, do latifúndio, da cultura do “povo passivo e ordeiro”, os ditames do patriarcado é bastante relevante nas terras brasileiras, principalmente no ambiente rural das Alagoas, que exala uma moralidade religiosa, a qual a mulher tem por obrigação ser submissa a seu marido, no entanto mesmo dentro dessa conjuntura de dominação, submissão e controle da classe feminina, vale ressaltar que se por um lado, o patriarcado coloca, ao longo da história, em mãos masculinas o poder, por outro, encontra o seu antagonismo na resistência das mulheres feministas, ou reconhecedoras de seus direitos, que lutam e resistem a essa cultura.

Dessa forma, segundo os autores citados, o estudo sobre o patriarcado nos permite apreender como foram construídas e estabelecidas as relações de poder, a partir de um dado momento histórico, e de como este sistema vem se perpetuando ao longo do tempo. As relações de poder em que se prioriza o masculino, em detrimento do feminino, são responsáveis pela condição de opressão das mulheres nos dias atuais.

Dentro desse contexto, o rural possui uma estrutura social extremamente desigual e fundamentada na violência e na exploração da força de trabalho, a qual estabelece como relação social a produção e reprodução da dominação coronelista, observada amplamente nas eleições municipais, pelo ainda dominante “voto de cabresto” ou de “favor”. Uma realidade observada desde o início da ocupação territorial alagoana que ainda perpetua em suas terras. Como afirma Lusa: “a formação social alagoana, como também a brasileira, foi escrita em função dos interesses da classe dominante” (LUSA, 2012b, passim.), ou seja, é a classe dominante do latifúndio e da pecuária que dita o cotidiano das trabalhadoras e trabalhadores alagoanos. Dessa forma, as características do rural contemporâneo em Alagoas são:

[...] a grande propriedade; a monocultura; da violência nas relações sociais e políticas, as desigualdades de classe, os conflitos e lutas de classe e a marginalidade conferida à agricultura de subsistência. (LUSA, 2012b, p. 111).

As três regiões alagoanas (zona da mata, litoral e semiárido) o que vem diferir é o modelo de produção, que no litoral e zona da mata predomina a monocultura da cana-de-açúcar e no semiárido é uma maior diversificação da produção agrícola, da criação de gado e a produção familiar, que por sua vez constitui um retrato da realidade “agrestina”² e sertaneja que se diversifica da litorânea e zona da mata, pelo fato da menor existência do latifúndio naquela região, pois no semiárido a população possui algum “pedacinho de terra” onde plantam para seu próprio consumo, mesmo não cobrindo totalmente suas despesas, mas pelo menos existe uma “relativa” autonomia em relação à população submissa ao reinado latifundiário. Logo, os diversos rurais alagoanos se diferenciam e ao mesmo tempo se configuram no mesmo patamar da desigualdade social e submissão à classe dominante.

No território alagoano as mulheres da zona da mata e litoral, possuem características parecidas, pois estão dentro do mesmo contexto social da monocultura da cana-de-açúcar, vivendo para a reprodução do trabalho e do futuro trabalhador, como ressalta as pesquisadoras Lima e Magalhães (2011), que estas mulheres vivem para o marido, a vida deles, seus horários e suas vontades, acordam às quatro horas da manhã para deixar o café da manhã e o almoço pronto, pois estes passam o dia no corte da cana-de-açúcar, no entanto estas mulheres, não possuem somente esse trabalho do cozinhar, ainda cuidam dos filhos, da casa, da horta, lembrando que sem nenhuma remuneração, pois ainda esse trabalho não é considerado produtivo para o capital, mas reprodutivo. Assim sendo, esta mulher da zona da mata ou litoral busca trabalhos que venham complementares sua renda, ou melhor, que lhe dê alguma renda, volta-se dessa forma para trabalhos artesanais, passam também a serem vendedoras autônomas, tentando obter um ganho em espécie mínimo possível.

As mulheres do semiárido, subdivididas entre o agreste e sertão, possuem algumas características diferentes, porém dentro do contexto do mandonismo e submissão vivem a opressão e naturalização de que a mulher é biologicamente mais frágil. No rural do agreste predomina a produção agrícola, possuindo

2 Denominação as mulheres que residem no agreste alagoano.

destaque para o cultivo da mandioca e posteriormente a produção de farinha, é nesse ambiente que a divisão social e sexual do trabalho feminino em razão do masculino se evidencia, pois aos homens cabe o trabalho com as máquinas e o transporte da mandioca e as mulheres o trabalho manual de raspagem da mandioca, deixando claras as relações sociais de gênero que perpassam o ambiente das casas de farinhas no agreste alagoano. Essas mulheres possuem uma renda mínima decorrente das raspagens da mandioca, porém recebem por produção o que as levam a chegarem bem cedo ao trabalho nas casas de farinhas e largarem mais tarde, o que equivale, durante o período da produção de farinha, uma maior carga de trabalho visto que essas mulheres possuem outra jornada de trabalho, a doméstica, e que seus lares, seus esposos e filhos necessitam de seu “amor fraternal”. No agreste existem outras formas de trabalho agrícola como cultivo de frutas, verduras, a criação de animais de pequeno porte, colocando também essas mulheres “agrestinas” no mesmo patamar de dupla jornada de trabalho e de servidão doméstica. Embora o rural “agrestino” possua uma diversificação na produção, a relação de patriarcado e cultura coronelista esta embutida na realidade destas mulheres dependentes de seus “responsáveis” – maridos/pais – pois suas atividades de produção não cobrem suas despesas.

No sertão alagoano a carga de submissão e opressão ainda é maior, há varias “Marias” que lutam contra a estiagem e contra o rústico esposo, que não reconhece o esforço delas que fazem de tudo, cuidam do roçado, dos poucos animais, fazem o serviço de abastecimento de água, pois a escassez de água no sertão demanda muito trabalho para garantir o consumo humano e animal, e se agrava nos longos períodos de estiagem, porque é de responsabilidade da mulher a casa estar em ordem. Não é uma cena incomum no sertão alagoano, como também não é incomum a cena da migração ainda decorrente da estiagem. As mulheres sertanejas ainda vivem em um rural de cultura arcaica com roupagem de moderno, no entanto dentro das relações familiares a forte cultura do pai provedor e responsável pela ordem e palavra final ainda permanece. Logo, a realidade dessas sertanejas como suas perspectivas para mudança em seu território de origem são poucas, devido à negligência dos poderes públicos em não investirem para a mudança do sertão, como políticas públicas e projetos voltados para a modificação dessa realidade, tanto da realidade da forte migração, como para uma relativa independência das mulheres.

Percorrendo o rural a começar por sinhá Vitória de Graciliano Ramos, representante firme da mulher do rural sertanejo do século XX, caminhar-se-á pelo contexto histórico-social e perceberá que a conjuntura política e social modificou em alguns pontos a realidade da mulher no rural alagoano, mas a

estrutura de opressão e subordinação embutida na cultura patriarcal está ainda evidente na atualidade e as várias *sinhás Vitórias*, as “*Marias*” dos vários rurais das alagoas trazem dentro de si, de suas realidades marcas da dor da estiagem da visibilidade e do reconhecimento, cobertos pela submissão e opressão, como colocou Graciliano “e se não fosse o *respeito* que Fabiano lhe inspirava, teriam despropositado” (RAMOS, 2012, p. 41), ou seja, se não fosse essa cultura de respeitar o “senhor marido” a mulher (*sinhá Vitória*) teria lhe respondido, contrariado. Esse respeito é embutido e perpassado até hoje pela cultura patriarcal no cotidiano das mulheres alagoanas, principalmente das trabalhadoras rurais que vivenciam uma maior divisão sexual do trabalho.

Assim, no rural, a mulher desempenha várias tarefas, seja no âmbito doméstico ou no campo, cumprindo uma dupla jornada de trabalho, em companhia do esposo ou na ausência dele, porém, algumas tarefas realizadas pelas mulheres são distintas das tarefas realizadas pelo homem, desta forma na agricultura observa-se uma hierarquia na divisão do trabalho.

Nessa relação de opressão a que são submetidas às mulheres, estas acabam por esquecer-se de si, segundo Lima e Magalhães (2011), passam a viver em função da casa, dos filhos e do marido, incorporando, pela educação formal e informal que receberam do padrão patriarcal e machista, chegando a socializá-lo com as pessoas do convívio familiar e comunitário, especialmente as crianças.

Como afirma Scott (1995), meninos e meninas são ensinados e educados de acordo com seus distintos papéis e lugar ocupado pelo culturalmente aceito para homens e mulheres na sociedade. O rural catarinense e o alagoano não se diferem em nada do que afirmara Scott (1995). Os pais são responsáveis em transmitir esses conhecimentos, primeiro, no grupo familiar, e posterior pelas instituições sociais nas quais estão inseridos, seguindo sempre os padrões estipulados e alimentados pelo sistema capitalista. No rural, os meninos aprendem desde cedo as tarefas com o pai no trato da roça e da lida com os animais, como também aquelas realizadas fora da propriedade, como comercialização de produtos agrícolas, enquanto as meninas aprendem desde cedo os afazeres domésticos com a mãe e a “ajuda” nos trabalhos pontuados como “leves”.

Sua identidade é construída com foco na constituição de família, procriação de filhos, obediência ao marido, cuidado no lar e ‘ajuda’ ao companheiro na roça. Ajuda, de acordo com Neves e Medeiros (2013), no sentido próprio, pois a reprodução – considerada no sentido da reprodução social – é confundida com a produção e o trabalho com o emprego. Como o trabalho realizado

pela mulher não tem valor de troca, este é [in] visibilizado e desvalorizado para o capital.

Em muitos casos, a mulher trabalha em igualdade com o marido, participa do plantio, da colheita, enfim, das etapas de produção, mas na hora de decidir como plantar, onde plantar, e o que plantar, a decisão é a do marido, como também não tem participação dos lucros e sempre tem que recorrer ao marido em busca do dinheiro, ou dos produtos que necessita para a subsistência da família.

Vale ressaltar que existia e ainda existem situações em que as terras, a casa e os bens que a família possui estão registrados no nome do companheiro\esposo, como também, as notas fiscais de compra, inscrição no sindicato dos trabalhadores rurais, empréstimos realizados, sempre é o nome do homem que está ali nos documentos mencionados. Nessas situações a mulher fica a margem, reafirmando a herança do patriarcado na sociedade capitalista do rural alagoano.

As diversas formas de opressão culturalmente alimentadas pelo patriarcado vão ser alteradas, porém, como expõe Lusa (2012a), não superadas quando há o reconhecimento da mulher como agricultora e esta passa a ter qualidade de segurada especial\rural para a previdência social, não só pela política social, mas para a sociedade e na sua casa, o que vai possibilitar uma autonomia para a mulher camponesa. Porém, isso tudo não se desenha tão fácil e nem houve uma trajetória linear na conquista do direito previdenciário das agricultoras.

Quando há alterações na ordem patriarcal preestabelecida culturalmente, as mulheres são tratadas com certa surpresa, pois, ali se encontra uma mulher que foge dos padrões de normalidade cultivados na sociedade em prol de modelo de família orientada pelo patriarcado. Mesmo quando chefiam a família, ainda não são reconhecidas com o devido respeito, pois, a presença exigida e respeitada em uma família é a do homem, como chefe e mediador entre a esfera pública e privada.

Considerações finais

“O latifúndio, a monocultura, a escravidão, a violência, as relações de compadrio, as desigualdades sociais crescentes se tornaram marcas indelévels na conformação atual da sociedade e Estado alagoanos”. (LUSA, 2013, [s./p.]). Como também essas características são marcas das relações sociais de gênero e da divisão sexual do trabalho, que perpassa o rural alagoano através da submissão, do mando, da divisão social do trabalho e das formas de preconceito.

A mulher do rural alagoano possui um papel de mãe/esposa/dona-de-casa, provedora das necessidades da família. E de modo geral, este papel se superpõe ao seu trabalho na atividade rural – principalmente na horta e no quintal – encobrendo a verdadeira natureza da sua ocupação, é nesse sentido que se pode afirmar que o trabalho da mulher no rural alagoano, reproduz a [in] visibilidade que cerca a percepção da sociedade sobre o papel feminino. Esta mulher vive dupla ou até tripla jornada, com um fator importante a ser destacado que difere da mulher urbana, que é a não remuneração nessas atividades agrícolas, na maioria das vezes, a mulher rural não possui carteira assinada, certo que ela algumas vezes não necessita cumprir um horário pré-estabelecido por seu padrão, no entanto não possui salário no final do mês nem a relativa autonomia que este confere as mulheres urbanas, a mulher do rural vive duplamente dependente ao seu “responsável” (pai/esposo).

Nesse contexto, as relações de dominação e subordinação, tal como a violência, a desigualdade, a [in] visibilidade do trabalho da mulher são elementos do patriarcado, incorporados pelo capitalismo. No rural alagoano faz parte da unidade familiar o homem, a mulher e os filhos (quando houver). Dentro dessa explanação de divisão sexual do trabalho, a mulher fica no âmbito privado e o homem no âmbito do setor público junto a suas tarefas de mando e controle sobre a casa, família, propriedade. Também vale ressaltar que o homem estando no controle de tudo ao seu redor, também manipula o que se planta, quando se planta e o que se planta, estabelecendo uma hierarquia. E a mulher por mais que trabalhe na perspectiva de “ajuda” não é reconhecida e nem recebe nenhuma remuneração em espécie.

A mulher na agricultura camponesa do rural alagoano, em plena segunda década do século XXI, realiza as tarefas domésticas e o trabalho na roça, porém ainda é denominado como “ajuda” ou auxílio no processo de trabalho dentre outras nomenclaturas. Isso ocorre por ser classificado o trabalho da mulher como produtor de valor de uso e não de valor de troca, atribuindo menos importância às funções por ela realizadas, resultando no não reconhecimento da atividade laboral da mulher no processo de produção. No entanto, as mulheres trabalham em igualdade no dispêndio de força física para com seus companheiros em suas terras ou em terras arrendadas ou ainda como meeiros e mesmo assim não são contempladas e assistidas com os mesmos direitos trabalhistas do cônjuge.

Por fim, a divisão sexual do trabalho e as relações de patriarcado e de gênero estão embutidas desde o litoral, zona da mata até o semiárido das alagoas, sendo fortificadas pela cultura do coronelismo muito presente no cotidiano

do Estado, no entanto não pode deixar de pontuar que no rural não só existe submissão e opressão, existe mesmo que dentro de espinhos as lutadoras por um novo horizonte, onde a igualdade entre homens e mulheres, o respeito deles para com elas seja primordial. Sintetizando, é “uma contra hegemonia ao capitalismo, ao produzirem consciência crítica e política da classe trabalhadora, emancipando-a politicamente, mobilizando-a e incentivando-a a luta para, quiçá, chegar à transformação societária”. (LUSA, 2013a, [s./p.]).

Referências

ALBUQUERQUE, C. F.; CANIELLO, M. de M. Migração: a amarga vida de canavieiro do camponês do semiárido. In: **Olhares: uma abordagem multidisciplinar sobre o semiárido alagoano**. Maceió: EDUFAL, 2015.

ALBUQUERQUE, C. F. Migração camponesa: *dominação e resistência ao capital*. In: **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas: o desenvolvimento da crise capitalista e a atuação das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação**, 4. Maranhã, 2013. Maranhão, 2013a.

ALBUQUERQUE, C. F. de. Mulher de migrante: labor e empoderamento na vida da mulher do sertão de Alagoas. In: **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, 2013b.

ALBUQUERQUE, C. F. de. **Cana, casa e poder**. Maceió: EDUFAL, 2009.

BARBOSA, M. A. C.; MATOS, F. R. N.; SANTOS, A. P. F.; ALMEIDA, A. M. B. **Mulheres e Patriarcado**: Dependência e Submissão nas Casas de Farinha do Agreste Alagoano. Disponível em: < <http://www.scielo.org/mulheres-e-patriarcado-dependencia-e-submissao-nas-casas-de-farinha-do-agreste-alagoano>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

CARVALHO, C. P. de. **Formação histórica de Alagoas**. 3º ed ver e ampl. Maceió: EDUFAL, 2015.

DUARTE, K. L.; LUSA, M. G. Proteção social básica e ruralidades no semiárido alagoano. In: **Olhares: uma abordagem multidisciplinar sobre o semiárido alagoano**. Maceió: EDUFAL, 2015.

DURKHEIM, E. **Da Divisão do Trabalho Social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

LIMA, G.; MAGALHÃES, B. “Eu comprei uma bandeja... levo o café dele na cama...”: A relação entre afetividade e servidão doméstica. 2011. **IHU On-Line**. Disponível em: < <http://www.scielo.org/eu-comprei-uma-bandeja-levo-o-café-dele-na-cama-a-relação-entre-afetividade-e-servidão-domestica>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

LUSA, M. G. Políticas Públicas no Semiárido Alagoano e a Resistência Quilombola e Camponesa Frente à Exploração Capitalista. In: **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**: o desenvolvimento da crise capitalista e a atuação das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação, 4. Maranha, 2013. Maranhão, 2013a.

LUSA, M. G. O rural no semiárido e a transformação sócio histórica de Alagoas. In: **Terra em Alagoas**: temas e problemas. Maceió: EDUFAL, 2013b.

LUSA, M. G. **Lutas Sociais no campo e políticas públicas**: do cotidiano, a construção de identidades e a conquista de direitos pelas mulheres camponesas. Maceió: EDUFAL, 2012a.

LUSA, M. G. **A (in) visibilidade do Brasil rural no Serviço Social**: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o exercício profissional em Alagoas. 2012. 400 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012b.

MARX, K. O capital. Vol. I, tomo 1, São Paulo: Nova Cultura Ltda, 1996.

NEVES, D. P.; MEDEIROS L. S. de (Orgs. Mulheres **Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

RAMOS, G. **Vidas Secas**. 118º ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, jul./dez. 1995, p.71-99.

TOLEDO, C. **Mulheres**: o gênero nos une, a classe nos divide. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

O CAMPESINATO SEGUNDO OS PERIÓDICOS FEMINISTAS BRASILEIROS

Julia Gabriela Santos Bertoldo Nascimento
Faculdade dos Guararapes
juliagabriela.psi@gmail.com

Vanessa Souza Eletherio de Oliveira.
Universidade Federal de Pernambuco.
vanessaeletherio@gmail.com

Resumo: Este artigo consiste em um mapeamento acadêmico de publicações feministas sobre campesinato e tem como objetivo identificar o que é discutido sobre o tema.. Está inserido num projeto maior intitulado: A invenção da Saudade frente à morte: um horizonte para Psicologia Social. Assim, tal investigação se deu a partir da busca em dois periódicos brasileiros de estudos feministas: Revista Estudos Feministas e Cadernos Pagu disponíveis na plataforma *online* do *Scielo*. O delineamento da pesquisa foi composto por três etapas básicas: 1) leitura de todos os resumos encontrados; 2) sistematização de informações básicas de autoria, ano de publicação e filiação institucional; 3) identificação dos objetivos, conceitos e teorias e os métodos. Os descritores utilizados foram: “Campesinato”; “Camponesa”, “Camponês”; “Ruralidades”; “Rural”; “Agricultora”; “Agricultor” e “Sertão”. Foram encontradas 13 publicações, sendo 10 artigos na Revista de Estudos Feministas e 03 artigos nos Cadernos Pagu, no período compreendido entre 2001 e 2015. Apesar dos periódicos serem do Sul do Brasil, pesquisadores situados em diferentes regiões do país, inclusive no exterior, elaboraram os artigos pesquisados, sendo 04 do Nordeste, 02 do Sudeste, 06 do Sul e 02 do exterior do país sendo da Argentina, Estados Unidos. E possuem diferentes áreas de conhecimento, distribuindo-se em: 03 artigos de Antropologia; 01 de Economia; 01 de Filosofia; 01 de Geociências; 01 de História; 02 de Psicologia; 04 de Sociologia. Por fim, parece que o debate permite a interlocução com outros saberes e atores políticos, embora se trate de um fenômeno relativamente recente, a partir dos anos 2000 até 2015.

Palavras-chave: Campesinato. Periódicos Feministas. Produção Científica.

Introdução

Este artigo se situa no campo da Psicologia Social e compõe a pesquisa de Iniciação Científica e de Doutorado, das referidas autoras, Júlia Nascimento e Vanessa Oliveira, respectivamente. Considerando que este mapeamento de produções faz parte do projeto de pesquisa “A invenção da Saudade frente à morte: um horizonte para Psicologia Social”, é necessário ressaltar sua relevância ao considerar o debate feminista no âmbito da academia para pensar o campesinato no Brasil¹.

Assim, tivemos como objetivo central compreender o que se discute sobre campesinato em produções feministas científicas, ressaltando as diferentes vozes no que se refere à autoria, filiação institucional e período de publicação.

Para tanto, a Revista Estudos Feministas (REF) e a Cadernos Pagu foram escolhidas como fonte de pesquisa por serem os periódicos feministas de maior alcance de debate nacional (OLIVEIRA, CORDEIRO, 2012)².

Já o termo ‘campesinato’ foi escolhido estrategicamente por se referir, segundo Maria de Nazareth Wanderley (2009), consagrada socióloga brasileira, como uma forma específica de luta política por acesso à terra e por formas específicas de sociabilidades. Desse modo, este argumento permite-nos delinear o campesinato como uma particularidade da agricultura familiar no que diz respeito aos “objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global” (p. 03).

Nesse sentido, nossa proposta de pesquisa permitirá uma guisa analítica sobre como o campo está sendo pensado pelas produções feministas, considerando não só as lutas de acesso à terra, como também os diferentes meandros que balizam as sociabilidades camponesas.

1 Tal pesquisa tem como objetivo geral perscrutar a construção sócio-histórica da saudade, mais especificamente no Sertão de Pernambuco, considerando suas raízes filológicas ibéricas e as questões de território, gênero e raça.

2 A REF foi criada em 1992 e todos os volumes estão disponíveis no scielo e no site do Instituto de Estudos de Gênero. (disponível em: http://www.ieg.ufsc.br/revista_detalhe.php?id=3). O Caderno Pagu foi criado em 1993 e estão disponíveis no scielo 22 números de um total de 38 publicado. Disponível em <http://www.pagu.unicamp.br/node/39>.)

Metodologia

O mapeamento foi realizado nos periódicos feministas Revista Estudos Feministas e Cadernos Pagu, através de pesquisa *online* pela plataforma do *Scielo*. Foram pesquisados os descritores: “Campesinato”; “Camponesa”, “Camponês”; “Ruralidades”; “Rural”; “Agricultora”; “Agricultor”; “Sertão”. O método utilizado compreendeu três etapas básicas: I) leitura de todos os resumos; II) organização de informações básicas de autoria, ano de publicação, filiação institucional; III) identificação dos objetivos, conceitos e teorias e os métodos.

Resultados

Foram encontradas 13 publicações, sendo 10 artigos da Revista de Estudos Feministas e 03 artigos nos Cadernos Pagu, com período de publicação de 2001 até 2015.

Vale ressaltar que não foram encontrados trabalhos a partir dos descritores: “Agricultor”; “Agricultora”; “Campesinato”; “Camponês”; “Camponeses”. Conforme a Figura 1, apenas 06 descritores foram encontrados, destes, 45,5% dos artigos encontrados foram com o descritor “Sertão”, 27,3% de “Rural”, 18,2% de “Ruralidades”, 18,2% de “Agricultoras”, 9,9% de “Camponesas” e 9,9% de “Agricultores”.

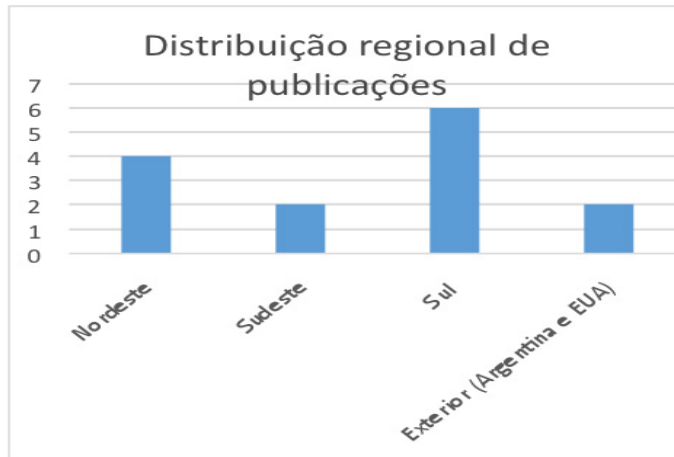
Figura 1: quantidade de publicações por descritores.



Apesar dos periódicos serem do Sul do Brasil, pesquisadores de diferentes regiões do país inclusive do exterior elaboraram os artigos pesquisados, é

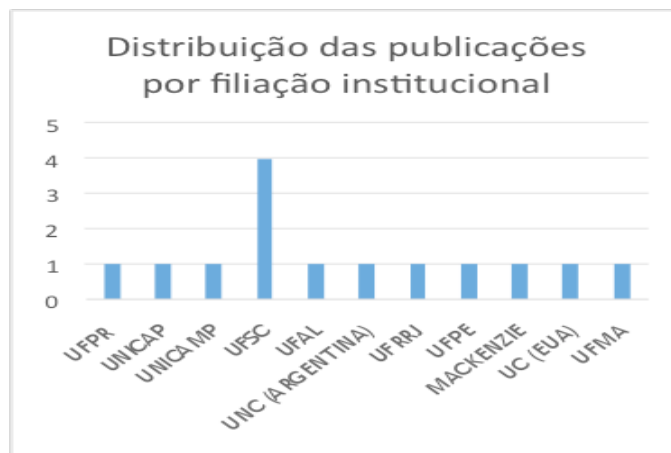
possível visualizar na Figura 2 a distribuição regional das publicações: 36,3% do Nordeste, 18,2% do Sudeste, 54,5% do Sul e 18,2% do exterior do país (Argentina e Estados Unidos).

Figura 2: distribuição regional das publicações



No que se refere à quantidade de publicações por filiação institucional, é possível perceber na Figura 3 uma concentração da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com 28,6% das publicações e as outras 10 instituições com 7,1% cada.

Figura 3: distribuição das publicações por filiação institucional



Quanto aos períodos das publicações é possível perceber na Figura 4 que já em 2001, ano em que foi da primeira publicação sobre o tema, houve 27%

das publicações, em seguida houve uma diminuição significativa na quantidade destas publicações, voltando a ter índices consideráveis em 2004 com 9,9%, 2007 com 27% e em 2010 com 18,2%. Vale ressaltar que em um dos artigos analisados, os dois autores possuem filiação institucional distintas: UFSC e UFAL.

Figura 4: publicações por ano



Os artigos foram elaborados diante de diferentes áreas de conhecimento, conforme é possível visualizar na Figura 5, maior parte deles foi produzido no campo da Sociologia com 31%, em seguida da Antropologia com 23%, Psicologia com 15%, Filosofia com 8%, Geociências com 8%, História com 8% e Economia com 7%.

Figura 5: publicações por área de conhecimento



Discussão:

As produções com o descritor “Ruralidades” apresentam 2 temáticas distintas, sendo estas: “A cultura campeira e reflexões sobre gênero e identidades entre jovens participantes do Sul do Brasil, a relação com a visibilidade da internet através as redes sociais”, dos autores Miriam Adelman, César Bueno Franco e Andressa Fontana Pires, 2015. E também em relação ao papel da mulher agricultora nos novos processos produtivos em curso voltados a atualizar o lugar do rural nas sociedades contemporâneas, a partir do sistema de produção da agricultura orgânica, “A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades”, de autoria de Karen Follador Karam (2004).

As produções com o descritor “Rural” discutem sobre a decisiva participação das mulheres na definição e propostas de políticas públicas que garantam a equidade de gênero no meio rural conforme Teresa Kleba Lisboa e Mailiz Garibotti Lusa, 2010. Sobre o papel secundário e marginalizado da mulher como “esposa do produtor” de Eugenia Perona, 2010. E também sobre os limites e possibilidades da militância política em um movimento social rural de mulheres, articulam-se os temas lutas de gênero e subjetividades das autoras Giovana Ilka Jacinto Salvaro, Mara Coelho De Souza Lago e Cristina Scheibe Wolff, 2014.

A discussão levantada por produções científicas com o descritor “Agricultores” refere-se a “Herança e gênero entre agricultores familiares” e os distintos papéis reservados ao homem e à mulher na dinâmica de reprodução social, de Maria Jose Carneiro, 2001.

Com o descritor “Camponesas” foi encontrado um artigo que aborda sobre mulheres camponesas, autodenominadas e conhecidas de quebradeiras de coco babaçu, acerca de conflitos em que estiveram e se encontram envolvidas, elas e suas famílias, no Maranhão, cujo autoria é de Maristela De Paula Andrade, 2007.

Conforme as fontes de pesquisa, há um a concentração de publicações pelo descritor “Sertão”. A discussão acadêmica com este descritor : as representações sobre o feminino e a agricultura brasileira na primeira metade do século XX, com ênfase no papel das mulheres na sociedade e em particular no meio científico, de Graciela De Souza Oliver, Silvia F. De M. Figueirôa, 2007.

Outro tema abordado com esse descritor é a diversidade do debate feminista sobre gênero e poder no Brasil, nos anos 90, considerando os relatos sobre rota de ideias viajantes, partindo da tese de que tais viagens fazem parte

de uma mais ampla circulação, que envolve certo tipo de globalização, com autoria de Mary Garcia Castro, 2001. Também foi realizada uma análise de um personagem de Guimarães Rosa: Diadorim, a autora Marcia Tiburi afirma que a donzela guerreira, é símbolo de uma forte renúncia, que pode-se afirmar feminista, aquela que se faz na negação do feminino para viver na liberdade do além-do-sexo. Conforme o artigo “Feminismo Transnacional: Re-Lendo Joan Scott no Sertão”, segundo Mille Thayer, é no campo com o movimento de mulheres rurais brasileiras, que através da globalização elas se apropriam dos discursos feministas transnacionais e os transformam.

No artigo “Vida de Agricultoras e Histórias de Documentos no Sertão Central de Pernambuco”, de Rosineide Cordeiro, há uma intercessão de 2 descritores pesquisados: “Agricultoras” e “Sertão”. Este trabalho aborda as dificuldades e estratégias que as mulheres utilizam para cumprirem as exigências legais de comprovação de trabalho na agricultura familiar através de documentos cíveis e profissionais.

Por fim, sobre como descritor “Agricultoras” se discute também sobre o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC) e a voz de liderança de D. Adélia Schmitz.

Conclusões

Finalizar um estudo que visou mapear as produções feministas e acadêmicas sobre campesinato é dizer de um trabalho árduo e necessário. Com este esforço de investigação, foi possível identificar as diferentes vozes que falam sobre o tema, os diferentes vínculos institucionais, as regiões do Brasil e do Exterior que tem produzido sobre o campesinato, o fluxo temporal sobre a quantidade das publicações e as áreas de conhecimento dessas produções científicas.

Com temas distintos, os artigos abordam assuntos relacionados ao trabalho, ao considerar a questão da mulher rural enquanto produtora diante de novos processos produtivos a partir do sistema de produção da agricultura orgânica (KARAM, 2004). Desse modo, refletir teoricamente e politicamente sobre as influências da globalização e modernização do campo é dizer não só da preocupação com as novas formas de produção, como também das modificações sobre as formas de sociabilidades camponesas.

Por fim, foi possível verificar a amplitude dos temas e das áreas de conhecimento das produções feministas que discutem sobre campesinato. Isto não só

amplia o campo de conhecimento, mas também enriquece o debate feminista provocando novas perspectivas a serem discutidas.

Referências

DEERE, C.D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, vol.12, no.1, p.175204,2004.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, vol.9, no.1, p.2255, 2001.

CORDEIRO, R. L. M. Vida de agricultoras e histórias de documentos no Sertão Central de Pernambuco. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, vol.15, no.2, p.453 460, 2007.

CASTRO, M. G.. Gênero e poder: leituras transculturais quando o sertão é mar, mas o olhar estranha, encalha em recifes. **Cad. Pagu**, Campinas, no.16, p.4977, 2001.

KARAM, K. F. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, vol.12, no.1, p.303320, 2004.

LISBOA, T. K.; LUSA, M. G. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, vol.18, no.3, p.871887, 2010.

OLIVER, G S.; FIGUEIRÔA, S. F. de M. Ceres, as mulheres e o sertão: representações sobre o feminino e a agricultura brasileira na primeira metade do século XX. **Cad. Pagu**, Campinas, no.29, p.365397, 2007.

OLIVEIRA, V. S. E., A Morte e o Morrer: Um Mapeamento Crítico Sobre O Debate Acadêmico Da Biblioteca Virtual Em Saúde Psicologia. **Monografia**. Centro de Psicologia Hospitalar e Domiciliar do Nordeste Ltda, Recife, 2013.

_____; CORDEIRO, R.L.M. A morte e o morrer em periódicos brasileiros de estudos feministas (2002-2012). In: **17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero - REDOR**, João Pessoa, 2012.

PAULILO, M.I.; SILVA, C. B. A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, vol.15, no.2, p.399-417, 2007.

PERONA, E. *La transformación tecnológica del sector agropecuario en laprovincia de Córdoba y SUS repercusiones sobre lamujer y lafamilia rural: its effectsonwomenand rural families.* **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, vol.20, no.3, p.739-760, 2012.

SALVARO, G. I. J.; LAGO, M. C. S.; WOLFF, C. S. Limites e possibilidades da militância política em um movimento social rural de mulheres. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, vol.22, no.1, p.51-70, 2014.

SALES, C. M. V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, vol.15, no.2, p.437-443, 2007.

TIBURI, M. Diadorim: biopolítica e gênero na metafísica do Sertão. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, vol.21, no.1, p.191-207, 2013.

THAYER, M. Feminismo transnacional: relendo Joan Scott no Sertão. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, vol.9, no.1, p.103-130, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidades. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009. p.155-184.

SER MULHER E PROFESSORA EM ESCOLAS NO CAMPO

Tatyanne Gomes Marques;

Deusliana Pereira Silva Santos;

Eunice da Rocha Pereira Oliveira;

Marieuda Cardoso Guimarães Silva

Departamento de Educação – DEDC/

Campu XII da Universidade do Estado da Bahia – UNEB

tatygmarques@yahoo.com.br

RESUMO

Este texto entrecruza elementos dos modos de ser mulher do campo e estar na docência em escolas no campo. Os dados que propiciam a análise foram coletados por meio da pesquisa com histórias de vida oral com quatro professoras leigas no contexto do alto-sertão baiano. Assim, buscou-se compreender o que caracteriza ser mulher e professora no campo e que implicações as relações de gênero e seus papéis trazem para a docência. A pesquisa desenvolvida revela a cotidianidade das mulheres do campo na docência. Percebe-se que as mesmas vivenciam muitos papéis e atuam em diferentes contextos. Neste sentido, transitam pelas ambivalências exigidas na contemporaneidade: ao mesmo tempo em que encarnam papéis de esposas, mães, também ousam sair deles. Nos contextos do campo no alto-sertão da Bahia, terem exercido o papel de professoras leigas até o final dos anos 1990 conferiu as quatro mulheres participantes da investigação poderes que evidenciam que as mulheres do campo, mesmo não vinculadas a movimentos sociais, movimentam as relações de gênero.

Palavras-chave: Mulheres do campo; professoras leigas; relações de gênero.

Introdução

De um modo geral, os estudos que focalizam as mulheres do campo apresentam-nas como sujeitos sociais vinculados a movimentos tanto feministas quanto de luta pela terra (SALVARO, LAGO e WOLFF, 2013; SCHAAF, 2003; FISCHER, 2012; SILVA, 2006, dentre outras). São recentes as pesquisas que buscam abordar a história e a vida de mulheres comuns no campo e os aspectos da cotidianidade nas manifestações da cultura, no reconhecimento de subjetividades e outras identidades (REIS, 2014; NOGUEIRA, 2015; SOUZA, 2009; FALCI, 2013, etc.). Quando os estudos dão conta dessas dimensões, favorecem enormes possibilidades de percepção de estilos de vida de mulheres cujas ações apresentam-se orientadas ou não pelos papéis sociais do gênero ou que, em alguma medida, fazem rupturas com a dominação masculina.

No caso da pesquisa aqui apresentada, as mulheres do campo são focalizadas na docência como professoras leigas¹ em escolas multisseriadas². O objetivo do estudo foi analisar os saberes mobilizados pelas professoras leigas em sua atuação docente em escolas no campo. As histórias de vida oral, como metodologia adotada, todavia, ampliaram nosso olhar e evidenciaram que, na constituição das práticas docentes das professoras participantes da pesquisa, o ser mulher e o estar na docência trouxeram implicações para sua vida familiar, comunitária e profissional.

As informações coletadas fizeram-nos, então, observar o quanto da pessoa das professoras marcava a profissão e o quanto da docência redesenhava a vida familiar, pessoal de cada uma delas.

Neste sentido, este texto entrecruza elementos dos modos de ser mulher do campo e estar na docência em escolas no campo. Os dados que propiciam esta análise foram recolhidos por meio da pesquisa com histórias de vida oral

1 No que se refere à educação, a palavra leigo surge quando há uma separação das práticas educativas do Estado em relação à igreja, as práticas educacionais ficam sob responsabilidade do Estado e desvinculam-se das práticas religiosas (*laiko*). Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/1996, um professor leigo é aquele que não tem formação específica para atuar na sua área. No caso desta pesquisa, ao nos referirmos às professoras leigas, estaremos nos reportando às professoras sem a formação inicial em Magistério.

2 É uma forma de organização dos alunos de diferentes níveis de aprendizagem (normalmente agrupadas em “séries”) em uma mesma classe, geralmente, sob a responsabilidade de um único professor/a. nas comunidades rurais, esta tem sido historicamente uma possibilidade de organização e manutenção das escolas.

com quatro professoras leigas no contexto do alto-sertão baiano³. A escolha das histórias de vida justifica-se, como aponta Paulilo (1999), porque dão acesso a uma realidade que ultrapassa o narrador. Isto é, por meio da história de vida contada da maneira que é própria do sujeito, tentamos compreender o universo do qual ele faz parte.

Goodson (1992, p. 10), ao examinar um conjunto de estudos de abordagens diversas sobre histórias de vida de professores, argumenta que:

[...] dar voz aos professores é uma forma de assegurar que os docentes sejam ouvidos, e uma contra cultura é produzida à medida que essa voz pode-se constituir em um mecanismo que atue contra o poder institucionalizado. Trata-se, em outras palavras, do direito dos professores de falarem e de serem representados por si mesmos.

Como se observa na colocação do autor, pesquisar sobre histórias de vida dos professores implica dar oportunidades de falarem de suas experiências e manifestar seus anseios, suas angústias, expectativas diante da profissão docente e pessoal. Conforme afirma Nóvoa (1992, p. 7), “não é possível separar o eu pessoal do eu profissional”, ou seja, é impossível falar da profissão docente sem falar da própria vida, pois buscamos significados para construção do eu profissional na subjetividade. Sendo assim: O que caracteriza ser mulher e professora no campo? Que implicações as relações de gênero e seus papéis trazem para a docência?

No caso do estudo que desenvolvemos, buscamos refletir sobre estas questões a partir das narrativas produzidas pelas quatro professoras leigas: Florisbela; Resistência; Margarida e Lírio⁴.

3 A utilização da denominação “Alto Sertão Baiano”, segundo texto de Nogueira (2015), relaciona-se à sua produção e remete à noção de espaço, articulada à noção de discurso. Marca o lugar de encontro e de relações na região semiárida do estado da Bahia. Já Neves (1998) afirma que a região do Alto Sertão da Bahia tem como referência a posição relativa ao curso do rio São Francisco na Bahia e o relevo baiano, que ali projeta as maiores altitudes. Na investigação que realizamos, as quatro professoras viveram e desenvolveram suas práticas docentes nas comunidades rurais do município de Candiba, cidade que em 2015 registrou uma população de 14.667 pessoas.

4 Por questões éticas que envolvem as pesquisas com seres humanos, os nomes atribuídos às professoras participantes da pesquisa são fictícios. Os mesmos foram escolhidos por elas.

Quatro mulheres professoras e suas histórias de vida: breves apontamentos

A história de Florisbela

Florisbela é uma mulher negra. No período da entrevista possuía 61 anos. De religião evangélica, reside atualmente em uma comunidade rural denominada Caboclo, no município de Candiba-BA, é casada e teve 9 filhos. Estudou até a 4ª série do ensino fundamental em Candiba e parou os estudos porque se casou e não continuou devido às imensas dificuldades que foram surgindo no desenrolar da vida de casada. Ela, além de exercer diversas funções na escola, ainda trabalhava na roça para ajudar o marido nas despesas da casa.

Eu falei assim: “Ah! Eu não aprendo mais não, já tô velha. É tanta preocupação na cabeça, eu não!”. Pra mim, estava tão difícil continuar estudando e trabalhando... Tantos filhos... Eu não! Não quis estudar mais não! Não dava pra estudar mais não!

Pelo que se observa na narrativa feita por Florisbela, as suas funções se multiplicavam ao longo do dia, na condição de mulher, de professora, de esposa, de mãe e dona de casa. Apesar dessa correria cotidiana, ela disse ter conseguido administrar seu tempo para se dedicar aos filhos e ao lar. Suas múltiplas funções também estão ligadas a sua subsistência e de sua família já que como docente ela passou a ter atribuições de caráter financeiro.

Florisbela trabalhou 18 anos como professora leiga em um grupo escolar na comunidade rural conhecida como Sobrado. Em 1996, em razão da LDBEN 9394/96, que exigia formação mínima em Magistério para a atuação docente, Florisbela foi transferida para a função de merendeira, uma vez que não possuía a formação exigida. Atualmente, Florisbela se dedica à família e frequenta a igreja a qual pertence, disse que ajuda suas filhas e a comunidade sempre que pode.

A história de Resistência

Resistência é uma mulher que, no momento da entrevista, possuía 59 anos, casada, teve 4 filhos, declarou-se parda e de religião católica. Quando exercia a docência no campo, era também catequista de crianças e jovens, exercia muitas funções na comunidade e foi escolhida para madrinha de várias crianças. Atualmente, ainda reside na comunidade rural conhecida como Pedrinhas,

município de Candiba – BA, local em que exerceu a docência. Quando começou a lecionar como professora leiga, disse que tinha concluído a 4ª série e, após participar do curso em Caetité para professores leigos, o HAPROL (Curso de Habilitação para Professores Leigos), recebeu certificado equivalente à 8ª série e, depois de algum tempo, concluiu o curso de Magistério. Em sua prática docente, contou-nos como distribuía funções para os meninos e meninas, desde a preparação da merenda (as meninas que ajudavam) até buscar água no poço (tarefa atribuída aos meninos). Ela exerceu a docência em sua própria casa durante toda sua trajetória como professora no campo. Após 27 anos de serviço trabalhando como professora, Resistência aposentou e relatou que não prosseguiu na profissão porque teve problemas de saúde. Atualmente trabalha na instituição CASA (Centro de Agroecologia no SemiÁrido) e envolve-se com diferentes atividades sociais em sua comunidade.

A história de Margarida

Margarida no momento da entrevista tinha 58 anos, disse ser de religião evangélica, de cor parda, divorciada e mãe de três filhas, pelas quais afirmou ter dedicado parte de sua vida. Reside atualmente em Vila Neves, no distrito de Pilões, município de Candiba-BA. Concluiu a 8ª série após participar do curso de Habilitação para Professores Leigos (HAPROL). Margarida não deu continuidade aos estudos porque, segundo contou, antes era o pai que não permitia que ela estudasse e depois teve que cuidar das filhas.

Ela relatou que parou de exercer a profissão de professora devido à exigência do curso de Magistério. Assim, em 1996 (ano da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/1996 – que exigia a formação mínima no Curso de Magistério para o exercício da docência), passou a trabalhar como merendeira. Depois de 34 anos, segundo ela, com muitas dificuldades e lutas, aposentou-se como Professora Leiga. Ela é uma mulher que diz se sentir realizada em ver que suas filhas tiveram um destino diferente do seu, com estudos e realização profissional. Atualmente, cuida de seus netos, faz artesanato como crochê, bordado e procura sempre fazer curso nesta área.

A história de Lírio

Lírio possuía 76 anos no momento da entrevista, declarou-se de cor branca, religião católica, viúva, teve 10 filhos, lecionou na comunidade rural denominada Capivara e atualmente reside no município de Guanambi-Ba. Concluiu a

8º série com o curso da HAPROL que participou. Relatou que não deu continuidade nos estudos porque existiam muitas dificuldades na época. Ela disse que *“não dava pra mim ir até Candiba. Eu tinha que ir a Candiba pra poder fazer o segundo grau. Aí eu não tinha condições, tinha muitos filhos pequenos, aí não dava mesmo, então, eu fiquei só na 8ª.”*

Em 1963, Lírio começou a lecionar como professora Leiga na fazenda Capivara, próxima à cidade de Candiba-BA. Isso aconteceu com incentivo de seu sogro que, segundo ela, dizia: *“Ah! Você é uma menina inteligente”*. E com a falta de pessoas para ensinar às crianças da fazenda, o seu sogro disse a ela: *“Eu vou arrumar uns alunos aqui pra você.”* E, assim, Lírio começou a lecionar aulas particulares em sua própria residência com *“uns 10, 12 alunos. Só mesmo ali em volta, que eu comecei”*.

Lírio, mais tarde, assim que a cidade de Candiba se tornou município, foi contratada pelo prefeito da época e começou a lecionar pela prefeitura do município em turmas multisseriadas (no período matutino e vespertino) e, no noturno, com o MOBREAL. Neste período de docência, Lírio lecionou 10 anos ainda em sua própria residência e mais tarde disse que a prefeitura construiu um prédio escolar na comunidade.

Depois de 28 anos de profissão como professora Leiga, Lírio teve que afastar-se da docência por muitos motivos, como ela relata: *“Eu adoeci, [...] esgotamento físico e mental, [...] e tinha minha filha, a caçula, ela tinha um probleminha no coração. Ela precisava fazer uma cirurgia e a cirurgia dela tinha que ser em São Paulo”*. Por tais razões, Lírio aposentou-se em 1992 e foi registrada a aposentadoria em sua Carteira de Trabalho como Professora Leiga. Atualmente, segundo nos narrou, busca participar de muitas coisas que a façam se sentir uma pessoa capaz.

Ser mulher e ser professora nas escolas no campo: algumas análises a partir das histórias de vida

A participação da mulher na educação no campo no Brasil teve um papel ativo. Por meio de nossos estudos e pesquisas, analisamos que as características qualificadas socialmente como femininas – habilidades, comportamentos e atitudes – foram essenciais para o exercício docente, designaram significado e sentido ao que era e é ser professora. Segundo Louro (2007), ao analisar essas representações, não se está apenas analisando indicações de uma posição

feminina, mas está diretamente observando um processo social através do qual uma dada posição é produzida.

Neste sentido, observamos que as posições das mulheres participantes da pesquisa que realizamos também se configuravam por essa posição de mulher, hora na escola como profissional, hora na condição de mãe, que cuida e protege tanto os alunos como filhos. Essa característica do cuidado que muitas vezes é atribuída às mulheres socialmente é posição construída pela sociedade assim como Louro (2007) nos apresenta.

Florisbela, uma de nossas entrevistadas, relatou-nos em dois momentos sobre sua condição que, além de ser professora, muitas vezes, tinha que atuar no papel materno em sala de aula. Primeiro ela fala que: *“quando não tinha merenda, eu fazia merenda para meus meninos. Chegava eu pegava da minha que eu levava e eu dividia pra aquelas crianças que não tinha”* e, no segundo momento, ela disse que:

[...] na estrada, lá era uma reta, era um perigo, passava na frente da escola e os pais tinha cisma assim... com medo de acontecer alguma coisa, né? Carro pra lá e pra cá, menino correndo, pulando, brincando. Por isso que eu brincava com eles, porque ali o sentido quando saia brincando sozinho, jogando bola ou alguma coisa, pros matos, nas estradas. Então, eu reunia ali no terreiro, na frente da escola. Aí, eu brincava com eles ali, [...] até dá a hora de entrar pra dentro, pra não sair, pra livrar do perigo.

Podemos ver também na fala de Resistência, 59 anos, esse cuidado maternal além do ser professora:

[...] um fato assim que marcou bastante porque tinha crianças muito carentes, de famílias muito carentes. Tinha criança que chegava bem cedo e sentava na porta da cozinha. Imaginam esperando o quê? Não é? Sair alguma coisa que eu preparasse para os meus pequenos e eu dividir. Muitas vezes, antes da aula, porque eles vinham sem café da manhã, eles não tinham o café da manhã e o alimento.

Percebe-se, por meio destes fragmentos das narrativas de Florisbela e Resistência, um relacionamento de aproximação da maternidade à profissão

docente. Ao mesmo tempo, a relação imbricada do profissional e da pessoa se apresenta constantemente no ser e está docente das entrevistadas. Segundo Nóvoa (1992, p.17), “O professor é a pessoa e uma parte importante da pessoa é o professor”. Ou seja, na docência – cujo objeto de trabalho são os humanos – é difícil distanciar o profissional da pessoa como ocorre em outras profissões.

De acordo com a afirmação de Nóvoa, nota-se que é impossível separar o eu profissional do eu pessoal e, no caso das mulheres por nós entrevistadas, percebemos que as dimensões do gênero feminino marcaram suas vidas na docência ainda mais pelo fato destas, muitas vezes, exercerem a docência em suas próprias residências como é o caso de Resistência e Lírio. Assim, havia pouca separação entre a mulher docente e a mulher dona de casa, mãe. Isso implicou suas escolhas e ações tanto quando vivenciaram o papel de ser mãe e quanto de ser professora – marcas históricas da docência (MACHADO, 2015; TANURI, 2000; JARDILINO, 2010; YANNOULAS, 1992).

Segundo Louro (2007, p.450), “Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o ser professora representava, de certa forma, a extensão da maternidade, cada aluno ou aluna visto como um filho ou uma filha ‘espiritual’”. Nesta perspectiva apontada pela autora, pode-se confirmar que essas atitudes foram e são incorporadas pelas próprias mulheres atuantes na docência que participaram de nossa pesquisa.

Um dos aspectos também analisado é que as mulheres viveram relações de gênero com imposições masculinas, que idealizavam uma mulher pura e dócil e que tinha seu papel social somente voltado para o lar e a maternidade. Podemos ver isso na fala de Florisbela:

[...] eu tinha criança e eu não tinha como deixar, não podia levar. Eu tava com uma menina novinha, eu não podia levar ela. Não tinha como deixar porque tanto menino pequeno e ainda uma pequeninha. Porque se eu fosse, pra marido cuidar, uma que não cuidava e outra que ele precisava trabalhar. (FLORISBELA. 61 anos).

Ao colocar em segundo plano seus projetos pessoais e profissionais, as entrevistadas mostram-se pressionadas e desestimuladas diante das dificuldades encontradas no decorrer da profissão de professoras leigas (O marido precisava trabalhar; os filhos exigiam cuidado, etc). Isso fez com que elas dessem prioridade a sua vida familiar e, sem muitas opções, tiveram, em algumas ocasiões, que se afastar da profissão de professora ou não prosseguirem na formação.

Vemos isso na história de vida da professora Margarida. Esta teve que afastar por um tempo da docência para dedicar-se à família. Assim, ela nos relata: “[...] e parei por 10 anos [...] foi por causa das minhas filhas, por causa das meninas”. Mas depois que as filhas cresceram, ela voltou a lecionar.

Com a professora Florisbela não foi diferente, ela nos contou que teve que dar fim em sua vida profissional de professora:

Porque eu trabalhava tanto. Além da escola, eu ainda trabalhava na roça, de manhã. Sim! Igual eu trabalhava à tarde na escola... cuidar dos filhos, pra cê ver... panhava lenha longe, na cabeça, pegava água na cabeça. Tinha hora que de noite, eles ia dormir, depois que eu dava janta eles, eu ia lavar roupa, de noite, pra no outro dia eu ir trabalhar um pouquinho na roça, pegar algodão pros vizinhos, fazia qualquer coisa.

Com base nestes relatos, é possível analisarmos atitudes maternas e domésticas muito fortes na vida dessas professoras, além das triplas jornadas de trabalho das mulheres em casa, nas atividades domésticas, nas atividades na agricultura (na roça) e na docência.

Louro (2007, p. 444) ressalta que “De fato o culto da domesticidade já vinha constituindo ao longo do século XIX e representava uma valorização da função feminina no lar, através da construção de vínculos entre o espaço doméstico e a sociedade mais ampla”. Nota-se que os lares sofreriam a ausência feminina, mas a sua inserção na docência não altera seu papel social, visto que cuidar de seus filhos era o único destino que se esperava que fosse cumprido por elas mães de muitos filhos: Florisbela teve 9 filhos; Lírio 10; resistência 4 e Margarida 3. Todavia, precisamos ressaltar que as mulheres forjaram rupturas na condição do gênero, já que, no contexto histórico que exerceram a docência no campo, ousaram não serem apenas as esposas, mães e filhas, mas também professoras. Para isto, tiveram que conciliar muitas dimensões da vida e vivenciarem, ao mesmo tempo, muitas funções.

Além de nos apresentar que o papel da família em suas vidas era primordial, nossas entrevistadas contaram que, além da família, maridos e filhos, foram também submissas a seus pais. A fala de Margarida exemplifica esta condição: “naquela época, pra gente estudar, era a coisa mais difícil do mundo porque os pais não deixavam”. Por meio desta fala, percebemos como o poder masculino era forte na vida da mulher. Eram os homens que decidiam parte dos seus

destinos ao proibirem suas escolhas e ao definirem “Ah! Você é uma menina inteligente. Eu vou arrumar uns alunos aqui pra você.” (Lírio).

Quando afirmamos que os homens deliberavam parte dos destinos das mulheres no campo, ressaltamos que outra parte elas mesmas definiam por suas diferentes formas de resistência e poder. Afinal, todas elas não se conformaram em serem apenas as filhas, esposas, donas de casa, “ajudantes” no trabalho na roça. Elas exerceram também o papel de professoras. Para isto, ou usaram o espaço da própria casa (como, por exemplo, Resistência), ou os contatos políticos do sogro, marido, pais, ou saíram pela estrada para lecionar na escola da comunidade. Assim, conseguiam transitar nos diferentes papéis sociais: de mães, de esposas, de professoras, e viveram as ambivalências exigidas por eles.

A proximidade com a comunidade é elemento marcante das ações das mulheres no campo, principalmente, no papel de professoras. Ao mesmo tempo em que são suas qualidades “femininas” que caracterizam os atributos para a sua inserção na docência (TANURI, 2000; YANNOULAS, 1992), é o ser docente que permite às mulheres professoras outras relações sociais para além do espaço familiar com os pais dos alunos, com os alunos, com os padres na condição de catequistas, etc.

Nas histórias de vida das mulheres docentes participantes da investigação, a exigência de maior formação fez com que elas tivessem que ampliar os estudos, como foi o caso da participação no curso HAPROL. Este curso, realizado em uma cidade vizinha, fez com que elas tivessem que se ausentar do lar. Isto, obviamente, exigiu das mesmas toda uma organização da vida conjugal, materna, como também possibilitou a elas o acesso a mais conhecimento e liberdade. Afinal, com outras colegas professoras puderam compartilhar experiências profissionais e pessoais. Ao mesmo tempo, a exigência de maior formação, especialmente a exigida pela LDBEN 9394/1996, fez com que Florisbela e Margarida desistissem da docência e passassem a exercer a função de merendeiras.

Pelos dados da pesquisa, podemos destacar também que as mulheres que exerciam a função de professoras leigas tinham um prestígio social muito elevado, pois eram elas as pessoas mais estudadas da comunidade e, por assim serem, eram vistas como exemplo a ser seguido, além de serem referência na circulação da cultura escrita. Lírio conta que, como na casa de seu sogro, onde ela morava, apenas ela sabia fazer contas e escrever, encarregava-se de tomar nota de tudo que exigia escrita, como salienta em sua fala:

Era nota de [...] Quando eles colhiam algodão, aquela quantidade de arrobas que dava, era eu que tirava a conta. Se vendia um porco gordo e dava aquela quantidade de arrobas, era eu tirava a conta, tirava a conta das arrobas, dos quilos, do total todo, o dinheiro quanto dava, é.. Então ele já sabia tudo quanto dava, o algodão, o porco que eles vendiam tudo era eu que tirava a conta [...] sabia as quatro operações de conta, sabia escrever uma carta muito bem. Carta quando precisava, pra qualquer coisa, tudo era eu que escrevia [...]. (LÍRIO, 76 anos)

Neste sentido, ressalta-se que o ser docente para esta professora perpassava a sala de aula, pois sendo uma pessoa com estudo, sua função na sociedade era de perpetuar o conhecimento. Além disso, pode-se destacar que, por meio de seus saberes, as mulheres que exerciam a docência na comunidade detinham o saber-poder. Ou seja, eram elas as pessoas mais escolarizadas em seu contexto e este saber dava-lhes poder: faziam as contas, calculavam as perdas e ganhos, escreviam as cartas, davam, portanto, as notícias e faziam circular a informação escrita. Como diz Lírio “... pra qualquer coisa, tudo era eu que escrevia [...]”.

Conclusões

A pesquisa desenvolvida revela a cotidianidade das mulheres do campo na docência. Percebe-se que as mulheres do campo, como as das cidades, vivenciam muitos papéis e atuam em diferentes contextos: na casa; na escola; na igreja. Nos espaços da casa são filhas, esposas, mães, donas de casa. No trabalho, são as “ajudantes” dos pais, irmãos e maridos na roça. No caso das personagens das histórias de vida que tivemos acesso, na escola, são as professoras.

Nesses diferentes papéis, observamos que as mulheres vivem isto e aquilo. Ou seja, transitam pelas ambivalências exigidas no campo e na cidade na contemporaneidade: ao mesmo tempo em que encarnam papéis do gênero (esposas, mães), ousam em sair deles e exercem formas de resistência. Portanto, de rupturas de gênero.

Nos contextos do campo no alto-sertão da Bahia, terem exercido o papel de professoras leigas até o final dos anos 1990 conferiu as quatro mulheres participantes da pesquisa poderes que evidenciam que as mulheres do campo, mesmo não vinculadas a movimentos sociais, movimentam as relações de gênero.

Referências

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, Mary Del; PINSKY, Carla Bassanezi. **História das mulheres no Brasil**. 10a ed, 2a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

GOODSON, I. F. Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e seu desenvolvimento profissional. In: NÓVOA. António (org.). **Vidas de professores**. 2. ed. Porto Editora, 1992.

JARDILINO, José Rubens Lima. Formação de professores na América: notas sobre história comparada da educação no século XX. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 54-67, jan./jul. 2010.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2007. p. 443-481.

MACHADO, P. B. **O legado docente dos (as) professores(as) leigos (as) do nordeste brasileiro**: identificação e análise das competências e das experiências excluídas. 2010. Disponível em < <https://blogpaulomachado.wordpress.com/2010/09/07/o-legado-docente-dos-as-professores-as-leigos-as-do-nordeste-brasileiro-identificacao-e-analise-das-competencias-aperfeicoadas-e-das-experiencias-excluidas/>> Acesso em 29 de abril de 2015.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local). Salvador: Editora da Universidade federal da Bahia; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998.

NOGUEIRA, M. L. P. S. *Mulheres, história e literatura em João Gumes: Alto-Sertão da Bahia, 1897-1930*. São Paulo: intermeios, 2015. (Coleção Entregêneros).

NÓVOA, António. Os professores e as histórias da sua vida. In: NÓVOA, António (Org.). **Vida de professores**. Porto: Porto Editora, 1992.

PAULILO, M. A. S. A Pesquisa Qualitativa e a História de Vida. **Serviço social em revista**, v. 1, n.1, 135 - 148. Londrina, 1999.

REIS, Sônia Maria Alves de Oliveira. **Mulheres camponesas e culturas do escrito:** trajetórias de lideranças comunitárias construídas nas CEBS. Tese - (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2014.

RIOS, J. A. V. P. **Profissão docente na Roça.** Salvador: EDUFBA, 2015.

SALVARO, G. I. J., LAGO, M. C. S., & WOLFF, C. S. “Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Psicologia & Sociedade**, 25(1), 2013, p. 79-89.

SCHAAF, Ali Van Der. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 412-442

SILVA, Berenice Gomes da. Mãos Invisíveis? Demandas dos Movimentos de Mulheres trabalhadoras Rurais por políticas públicas no Brasil. In: **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero: Gênero e Preconceito**, Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

SOUZA, Maria José Francisco. **Modos de participação nas culturas do escrito em uma comunidade rural no Norte de Minas Gerais.** 2009. Tese (Doutorado em Educação)– Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores [no Brasil]. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 61-88, maio/ago. 2000.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Acerca de como las Mujeres Llegaran a ser Maestros (América Latina, 1870-1930). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 73, n. 175, p. 497-521, set./dez. 1992.

O DESAFIO DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS NO DESENVOLVIMENTO POLITICO E SOCIAL NO PROJETO DE ASSENTAMENTO AGUA BRANCA

Viviane de Oliveira Rocha
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
vivianerochass@hotmail.com

Michelle Rabelo de Souza
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
luzvida_1977@hotmail.com

Aline dos Santos Pedraça
Engeletrus
alinepedraca7@gmail.com

Resumo: Este trabalho propõe uma discussão teórica baseada nos desafios das mulheres trabalhadoras rurais frente ao desenvolvimento político e social da comunidade, através das atividades desenvolvidas nas propriedades rurais, no assentamento e no município de Manaus. A presença das mulheres rurais nas discursões políticas e sociais é um fato, mesmo ocupando espaços em condições invisíveis, não se pode negar que elas estão atuando frente as associações, sindicatos dentre outras instituições políticas para o desenvolvimento, crescimento e reconhecimento do seu trabalho. Para que o desenvolvimento feminino político e social seja evidenciado se faz necessário uma tripla jornada de trabalho, onde a mulher é submetida, uma vez que muitas das atividades exercida por elas não se enquadram nas categorias aceitas e reconhecidas formalmente pela sociedade em torno do conceito de trabalho. Será possível analisar o trabalho da mulher rural não apenas pelo prisma da atividade produtiva, entendida pura e simplesmente como uma atividade econômica, mas orienta a análise por meio das próprias agricultoras em suas relações com a natureza e a sociedade.

Palavras-Chaves: Trabalho, Gênero, Ascensão Política.

Introdução

Este estudo, centrado no tema de gênero e meio rural na busca apresentar a participação política e social das mulheres trabalhadoras rurais no assentamento, onde enfrentam o desafio da invisibilidade de forma admirável, o campo vem se expandido, e as questões no campo político e social vem sendo desbravado, contudo se faz necessários a tomada de algumas decisões, pois as mulheres vêm ocupando espaços antes designados socialmente para homens. Tal acontecimento é visto como um retrocesso no cenário social dessas mulheres, em virtude da triplicação da jornada de trabalho, já no cenário político é fortalecido, pois é onde homens e mulheres participam de forma igualitária em todos os níveis do processo de tomada de decisões.

Na amazônia tem se evidenciado o papel fundamental da organização social e política para o desenvolvimento não só das questões econômicas de produção das agriculturas familiares na manutenção da dinâmica evolutiva das espécies em seu habitat natural, além disso como na modificação, construção e conservação das paisagens, indispensáveis à sustentabilidade da população local.

No Projeto de Assentamento Agua Branca houve uma ascensão política muito evidente com a fundação da associação de trabalhadores rurais daquela localidade iniciada na década de 1990 e outra no ano de 2011 onde a comunidade pode considerar que houve um desenvolvimento não só econômico, mas político e social.

Metodologia

Para a consumação e solidificação deste trabalho realizamos a pesquisa de campo com entrevista semiestruturada com Presidente da comunidade e três trabalhadoras rurais, onde escolhemos a história oral como procedimento metodológico. A escolha pelo método da história oral se justifica pela possibilidade de interpretação entre os fatos vividos no passado e no presente, nos permitindo realizar um resgate de informações através da utilização da memória. Realizamos também pesquisa bibliográfica.

Resultados e Discussão

Trabalho

Para analisar o atual mundo do trabalho deve-se examinar as mudanças econômicas, políticas, e sociais que afere essa questão em largas dimensões. No que tange abstração de trabalho Marcia Leite contribui para a apreensão do seguinte termo:

(...) buscar-se a compreender o deslocamento e a ressignificação de categorias que se consolidaram como instrumentos heurísticos de enorme importância para a compreensão do mundo do trabalho. Trata-se nesse sentido, de discutir conceitos como de flexibilização, informalização, precarização, trabalho atípico, entre outros, tentando precisar os da nova tessitura social que se vem conformando e buscando reencontrar sua capacidade explicativa, muitas vezes perdidas no seu uso excessivo, e desacompanhado do cuidado de inseri-los no quadro do conjunto de transformações que vêm reconfigurando o social. (LEITE, 2009, p. 67).

Na busca da compreensão do termo a autora norteia o conceito a partir de outros termos, que vêm para dá o significado de trabalho. Sendo o trabalho definido como um esforço empreendido na consecução de um fim, é uma atividade antiga quanto o empenho do homem em obter a satisfação das suas necessidades, garantindo, assim, sua sobrevivência.

Este entendimento nos remete a questão de toda e qualquer ação desenvolvida para a subsistência humana. Para que o trabalho possa ser executado, o trabalhador precisa se identificar com a realização do mesmo, tornando-se apropriado de conhecimento de todo o processo de trabalho.

O trabalho pressupõe uma relação de transformação entre o homem e a natureza geradora de significado, sendo que é por meio do trabalho que o ato de dá significado a natureza se concretiza do mesmo modo a relação sujeito-objeto é medida pelo significado.

Ao ressaltar trabalho ANTUNES (2001) destaca a relação entre o sentido e trabalho na atual realidade social em uma perspectiva sociológica. Segundo o autor para que exista uma vida cheia de sentido fora do trabalho, é necessária uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Não é possível compatibilizar

trabalho assalariado, fetichizado e estranhado com satisfação realização e permanência que trazem sentido para a vida dos indivíduos. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho.

Em nossa língua a palavra trabalho originou-se do latim vulgar “tripalium” era um instrumento feito de três paus aguçados, com pontas de ferro, no qual os antigos agricultores batiam os cereais para processá-los. Os dicionários porem, registram “tripalium” apenas como um instrumento de tortura, o que teria sido originalmente ou se tornado depois de seu uso na agricultura, por tanto a palavra trabalho significou por muito tempo e os dias atuais, padecimento, castigo, sofrimento. (ALBORNOZ, 2002).

Trabalho é um termo masculino que, em sua forma substantiva quer dizer: exercícios, aplicação de energia física em algumas atividades, numa profissão, ocupação, labuta, esforço; cuidado, dedicação, feitura de uma obra: a própria obra já executada: livro; compendio; escultura; pintura; aflições; sofrimento; e parto.

Gênero

As discussões sobre gênero iniciaram em meados do século vinte como um conceito capaz de enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo dos indivíduos, no entanto os estudos de gênero ganharam evidencia na década de 1970 pela antropóloga americana Gayle Rubin que com seu artigo “O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a economia política do sexo” publicado originalmente em 1975.

Ao conceituar gênero, Rubin (1975) explana que em torno das discussões de gênero existe uma dicotomia denominada por ela como sistema sexo/gênero. Essa definição, declara que o sistema sexo/gênero é *o conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana, e nas quais estas sociedades sociais transformadas são satisfeitas* (RUBIN apud PISCITELLI, 2002, p. 7 -42).

Segundo Scott, *gênero é uma organização social, construída sobre a percepção das diferenças sexuais imbricadas a relações desiguais de poder* (Scott, 1995, p.71).

Concomitantemente a ideia de Scott, está o pensamento da filósofa americana Judith Butler, considerada uma das mais importantes teóricas da questão contemporânea do feminismo. Butler (2003) traz contribuições indispensáveis

para o melhor entendimento sobre gênero. Tanto Scott, quanto Butler falam a partir de uma perspectiva construcionista social, na qual se baseiam no pensamento de Foucault e, ambas apontam que tanto sexo, quanto gênero são, em primeiro lugar, formas de saber. Baseado nesse pensamento, podemos concluir que gênero está diretamente relacionado com o estudo a respeito dos corpos, das diferenças sexuais e dos indivíduos sexuados.

O levantamento teórico realizado por Scott na década de 80 levou a autora a concluir que mesmo os estudos de gênero tenham dado um importante passo a respeito de sua conceituação, ainda há muito a ser estudado e avaliado, e que estamos longe de chegar a um consenso sobre sexo e gênero.

A socióloga brasileira Heleieth Saffioti, faz uma importante crítica em relação aos estudos de gênero, revisitando inclusive, as produções das autoras acima citadas. Segundo ela, Rubin sistematizou o sistema sexo/gênero a partir da ideia de que a opressão das mulheres pelos homens não é inevitável, conceituando gênero de maneira pretensamente neutra. As concepções das autoras se harmonizam ao afirmarem que as relações de gênero estão condicionadas às relações de poder, hierarquizando homens e mulheres ao longo da história.

Baseada nessa perspectiva, Saffioti (2004) demonstra que o conceito de gênero é bem mais vasto que o conceito de patriarcado. Segundo ela, gênero acompanha a humanidade desde sua existência, já o patriarcado é um fenômeno recente baseado na industrialização do capitalismo. Atualmente o conceito de gênero vem sendo discutido no universo feminista com mais centralidade, desviando a atenção para as discussões sobre patriarcado. Essa exclusividade em discutir a categoria gênero abre precedentes para um questionamento deles sobre o real interesse por trás da desconstrução do sentido do patriarcado em benefício dos ricos usos de gênero e que, no decorrer da história, as mulheres vêm sendo hierarquicamente inferiores em relação aos homens. Para Saffioti, *tratar esta realidade exclusivamente em termos de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, neutralizando a exploração-dominação masculina* (SAFFIOTI, 2004, p. 136).

Apesar da evolução das questões de gênero, ainda é possível encontrar no cotidiano das mulheres situações que evidenciam a desigualdade perante os homens que são capazes de causar perplexidade a muitas pessoas que pesquisam sobre o tema. Torres (2011), expõe que atualmente no cenário atual referente ao campo de trabalho nos quais as mulheres estão inseridas, existe um “reconhecimento tácito da igualdade de direitos e oportunidades entre as pessoas de ambos os sexos”.

Dependendo de cada sociedade, essas relações são mais ou menos assimétricas, existindo, porém, entre elas um ponto em comum: as relações de gênero são permeadas pelas relações de poder. O poder constitui-se numa ação que consubstancia e encarna a vida de homens e mulheres sendo, pois, as relações de gênero um elemento estruturante da vida em sociedade. (TORRES, 2011, p. 69).

A autora expõe que apesar das mulheres terem acesso a novas alternativas para alcançar seus objetivos em diversos aspectos, mesmo assim em algumas sociedades passam por situações de desigualdade. A partir dessa análise é possível perceber que as mulheres apesar de serem adequadamente capacitadas em determinadas áreas de trabalho, ganham até 30% a menos que os homens. Essa afirmação é feita mediante uma pesquisa qualitativa feita pelo Grupo Catho do Amazonas. Ainda nessa pesquisa é possível destacar que o nível de escolaridade das mulheres se equipara, quando não supera o dos homens e mesmo assim elas chegam a ganhar menos que os homens.

A partir dessa análise, percebemos que há muito a se evoluir sobre as questões de gênero que evidenciam a desigualdade entre homens e mulheres no mundo, mas para tanto é necessário que a sociedade contemporânea quebre paradigmas, tais como o desprendimento das questões de gênero, que mesmo depois de várias conquistas das mulheres em diferentes seguimentos de suas vidas, ainda assim são tratadas de forma inferior por uma parte da sociedade em que vivem.

Ascensão Política

Na ascensão política das mulheres designa o ato de ascender. No caso das mulheres trabalhadoras rurais essa ascensão se dá através de sua busca pela presidência de associações, sindicatos entre outros ocasionando uma ascensão social, uma mudança não só na sua posição política mais uma ascensão intelectual que é cada vez mais evidente na sociedade contemporânea.

A amazônia deve seu protagonismo feminino a partir da suposta guerra travada por mulheres contra os invasores espanhóis, na desembocadura do rio Nhamundá, foi registrada com um misto de admiração e espanto, além de uma boa dose do que se poderia chamar de realismo fantástico, por frei Gaspar de Carvajal, o cronista oficial da expedição.

É inegável essa expansão da ascensão política das mulheres no Amazonas e no Brasil, praticamente em todas as áreas da atividade humana, fato ao qual os agentes da comunicação social dão visibilidade cada vez mais, quase sempre com certa simpatia implícita e muitas vezes nem sequer disfarçada. Conforme explicita Torres:

Dependendo de cada sociedade, essas relações são mais ou menos assimétricas, existindo, porém, entre elas um ponto em comum: as relações de gênero são permeadas pelas relações de poder. O poder constitui-se numa ação que consubstancia e encarna a vida de homens e mulheres sendo, pois, as relações de gênero um elemento estruturante da vida em sociedade. (TORRES, 2005, p.19).

Desta feita não seria sem sentido afirmar que, apesar dos avanços recentes das políticas públicas dos governos federal, estadual e municipal para dar a população amazonense as condições básicas de inclusão e as garantias constitucionais ainda se encontra pela metade o processo de emancipação feminina, pois a realidade sinaliza para a sociedade necessidades alarmantes de políticas efetivas e atuantes.

Mulheres trabalhadoras da agricultura familiar

As mulheres rurais para que se tornem protagonista de suas histórias, passam por uma tripla jornada de trabalho, esta triplicidade evidencia a atuação no campo, atividades domésticas e na comercialização de seus produtos para a contribuição direta na renda familiar.

No decorrer da história as mulheres de classe abastada não tinham muitas atividades fora do âmbito doméstico. Eram treinadas para desempenhar o papel de mãe, orientadora dos filhos, cozinhar, costurar e bordar, eram as atividades desenvolvidas por mulheres que vinham garantir o sustento e a educação da numerosa prole. Entretanto, essas atividades, além de não serem valorizadas, não eram bem vistas socialmente, tonando as mulheres vítimas do preconceito, machismo, sendo acusadas de incapazes de realizar atividades ditas masculinas e prove sustento de sua casa. As mulheres que obtinha sua produção vendiam seus produtos através de outras pessoas ou mesmo o esposo fazia a venda, por não querer aparecer, pois antigamente a mulher não precisava, não deveria ganhar dinheiro pois tinha o seu provedor.

As mulheres pobres não tinham outra escolha a não ser garantir seu sustento sendo cozinheira, costureira, lavadeira, roceiras, esta última, na enxada, ao lado de pais, irmãos ou companheiros, realizavam todo o trabalho considerado masculino; torar paus, carregar feixes de lenha, semear, limpar a roça do mato, plantar e colher.

Desde a década de 1960, a agricultura familiar vem passando por um processo de modernização e industrialização, a partir deste processo houve mudanças significativas na estrutura social, produtivas do campo e demográfica e ecológicas, pois houve uma ampliação das atividades agrícolas através da inauguração de rodovias, tornando muito mais complexa a execução das atividades agrícolas, pois houve a redefinição do papel de seus atores, emergindo o papel feminino no meio rural. Este acortinado que encobre o trabalho feminino rural é consequência da cultura patriarcal, de dominação masculina, que define a inferioridade do papel feminino em nossa sociedade precarizando seu trabalho em diversos espaços sociais. No caso específico das mulheres rurais, contudo, essa questão é mais acentuada, em virtude da introjeção, pelas próprias mulheres da ideologia patriarcal.

Há um número elevado de pessoas do sexo feminino, caracterizado como trabalhadoras sem remuneração no meio rural.

A divisão sexual do trabalho no assentamento

No início da década de 1990 a presença das mulheres no assentamento era limitada devido a inacessibilidade, os homens eram o principal público, por serem mais resistentes a longas horas de caminhada para chegarem nos seus lotes, com as picadas e caminhos alternativos criados pelos assentados, foi possível a inserção das mulheres no assentamento.

Na atual conjuntura a divisão sexual do trabalho no assentamento vem se evidenciando, pois, as mulheres rurais apresentam-se como principais responsáveis pelas atividades no campo e na floresta, na busca de autonomia essas mulheres se destacam nas suas lutas cotidianas por uma terra livre para plantar, cultivar e colher.

Na atualidade as produtoras já se encontram todas sindicalizadas no SINTRARURAIAS – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Manaus, cadastradas na APOAM - Associação de Produtores Orgânicos do Estado do Amazonas, cadastrado no Ministério da Agricultura. A comunidade obteve vários projetos para o seu desenvolvimento econômico

como Projeto Agrofloresta, Projeto Agroecológico Integrado Sustentáveis, Projeto Eco forte – 4 produtoras, com o intuito de melhorar cada vez mais a produção, fazem parte também do Conselho Estadual de Agricultura, e uma organização regulamentadora de projetos REMA – Rede Maniva de Agroecologia, tantos avanços contribuem para que essas mulheres tenham um tão esperado reconhecimento por parte da sociedade.

As mulheres hoje ganharam novas técnicas para o plantio e a criação de pequenos animais, por meio de uma combinação, de tratores, carros e mão de obra de homens e mulheres em forma de mutirões, que fazem o trabalho pesado como revirar a terra, roçar, para o plantio de hortaliças na forma consorciada.

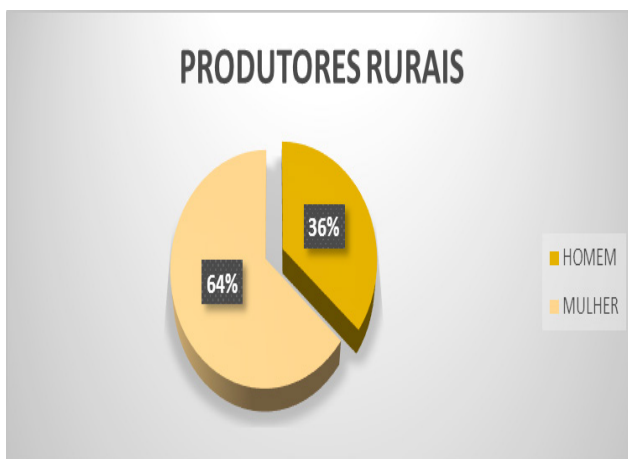
A comercialização dos produtos produzidos pelas mulheres no assentamento conta com a parceria do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrária, MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ADS – Agencia de Desenvolvimento Sustentável, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, SEPROR – Secretaria de Estado de Produção Rural.

Essas instituições proporcionam o fortalecimento da agricultura familiar no município de Manaus, proporcionando a essa produtora novas fontes de rendas, contribuindo com a elevação do nível social e cultural dessas mulheres que vivem na zona rural.

As mulheres rurais para que se tornem protagonista de suas histórias, passam por uma tripla jornada de trabalho, esta triplicidade evidencia a atuação no campo, atividades domésticas e na comercialização de seus produtos para a contribuição direta na renda familiar.

As atividades desenvolvidas no assentamento Água Branca são compostas por um grupo 52 assentados, 22 compõe um quantitativo de produtores rurais, desses produtores as mulheres buscam visibilidade no meio rural, elevando o quadro do público foco que contribuem nos trabalhos de campo.

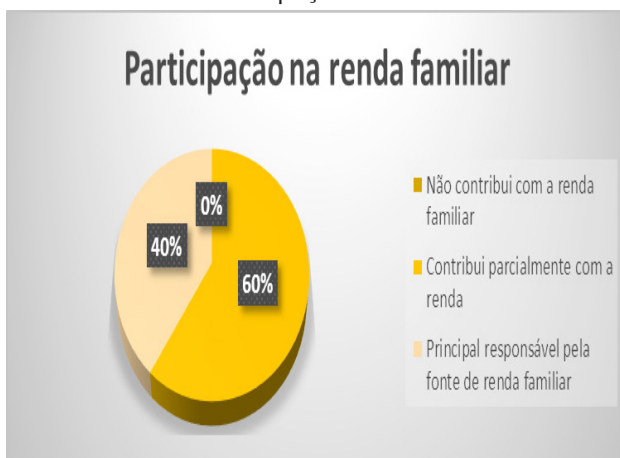
Gráfico 01: Produtores Rurais do Assentamento Água Branca



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

De acordo com os dados coletados é possível identificar a evidencia feminina como produtora rural mostradas no gráfico 01. As mulheres produtoras rurais no assentamento desenvolvem diversas culturas como plantio de hortaliças, criação de animais de pequeno porte, cultivo de plantas medicinais, extração de plantas para insumo, criação de artesanatos e comercialização dos mesmos, com o intuito de emancipação e autonomia econômica, tornando as independentes financeiramente, sendo possível contribuir com a renda familiar.

Gráfico 02: Participação na Renda Familiar.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

De acordo com os dados coletados no que diz respeito a participação na renda familiar, o gráfico 02 explicita que as mulheres passaram a contribuir efetivamente renda da família.

Pode-se constatar também que mesmo tendo conquistado seu espaço, as mulheres trabalhadoras rurais ainda sofrem com os tabús nas atividades desenvolvidas quanto na sociedade, tais como: preconceito, diferença salarial por conta do gênero sexual, o que leva em alguns casos a causar insegurança nas trabalhadoras, fazendo com que estas se vejam incapazes de executar suas tarefas apenas por serem mulheres.

Conclusão

Após a pesquisa foi possível fazer análise dos desafios enfrentados pelo público alvo no meio rural, pois a mulher está ganhando espaço para a superação dos entraves ocasionado pelo preconceito e discriminação sofrida por essas mulheres frente a sociedade.

A agricultura familiar possui características próprias na Amazônia e assim também ocorre em outras regiões; o agricultor familiar amazônico utiliza os recursos naturais para a produção do autossustento familiar; utiliza técnicas passadas de geração a geração; gera os produtos para a sua sobrevivência, produz e preserva os recursos naturais e atende à função de segurança alimentas.

Na agricultura familiar é presumível o acesso a produtos de qualidade; a produção excedente é vendida para adquirir bens não encontrados não produzidos pela sua atividade agrícola na propriedade familiar; o acesso aos bons alimentos, resultantes da agricultura familiar, está de acordo com os objetivos do programa de segurança alimentar; a família atinge então esse alvo e é incentivada a contribuir com as pessoas que necessitam destes alimentos, por que são naturais e de grande importância na saúde da população. Projetos de pesquisas já existentes e em funcionamento nas comunidades de famílias agrícolas fazem melhoramentos de produtos que se tornam resistentes a pragas; outros projetos incentivam a rotação de culturas visando o melhor aproveitamento do solo e outras técnicas em desenvolvimento são testadas e aprimoradas para ajudar as famílias a aumentarem suas produções.

Diante do exposto, observa-se que o protagonismo feminino no trabalho rural se encontra em evidência, pois constatou-se por meio da pesquisa de campo que 70% das mulheres assentadas na comunidade Água Branca são as responsáveis pela produção de seus loteamentos, bem como do sustento de

suas famílias, o que vêm ressaltar a participação da mulher como protagonista do trabalho, superando as limitações impostas pela sociedade.

Referências Bibliográficas

ALBORNOZ, Suzana. O que é trabalho. 9ª edição. São Paulo: Brasilense, 2012

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem liberal. In GENTILI, Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio (org). A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2001.p.35-48.

BATISTA, Djalma. O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento. 2 ed. – Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilizacao Brasileira, p. 236, 2003.

DAVILLE, Gabriel. O capital. São Paulo: EDIPRO, 3 ed. 1 reimp., (Serie Clássicos Edipro). 2012.

LEITE, Márcia de Paula. O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades. In LEITE, Márcia e ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (Orgs.) O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México. São Paulo: Annablume; FIESP, 2009, pp. 67-94

NODA, Hiroshi. Dinâmicas socioambientais na agricultura familiar na Amazônia. Manaus: Wega, 2013.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a categoria mulher? In. Algranti, L.M (org). Campinas. IFCH/UNICAMP, vol 48, 2002, p. 7-42.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero Patriarcado e Violencia. O conceito de gênero. São Pulo: Fundação Perseu Abramo, p.136, 2004.

TORRES, Iraíldes Caldas, SANTOS, Fabiane Vinente. Interseção de gênero na Amazônia. Manaus: EDUA, 2011. p.292.

_____. As novas amazônidas. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

GÊNERO, RAÇA E RELIGIOSIDADES



GT 17

NAS ONDAS DO RÁDIO: A EXPERIÊNCIA DO MEB EM GARANHUNS

Andréa Bandeira

Universidade de Pernambuco – UPE
andreasfbandeira@uol.com.br

Resumo: O contexto desta narrativa foi a onda educativa que tentou lavar da ignorância o povo e teve como palco os programas de rádio educativos, experiências sem fronteiras, alcançando recônditos esquecidos pelas autoridades urbanas no auge do progresso industrial. Essas experiências nacionais eram moldadas em correlatas estrangeiras, conhecidas desde a Era Vargas, confundindo ações de catequese com as iniciativas governamentais de resolver a precária escolaridade brasileira, resultando em diversos movimentos de alfabetização de adultos e adolescentes, incluindo o revolucionário método Paulo Freire. Essas iniciativas se transformaram em movimentos culturais e políticos, amplamente aproveitadas pelas esquerdas e requalificadas pelas classes trabalhadoras. Nesse sentido, o Movimento Educacional de Base (MEB) foi sua fase madura. Este artigo apresentará a história de Maria Leônida Lopes, em Garanhuns, desde suas lembranças de menina criada no agreste pernambucano, até seu confronto com a realidade brutal do golpe empresarial-militar (1964), atingindo suas crenças de transformar o mundo pela educação. Uma militância começada na evangelização libertadora (da igreja para os pobres, de alfabetizar e conscientizar o trabalhador rural) e desaparecida no confronto desigual com a ditadura implantada para impor o modelo neoliberal, resultando, depois, numa educação tecnicista, controladora e distanciada do social: com o advento do Governo Militar pós-golpe, o MEB perdeu seu caráter revolucionário e se transformou rapidamente nas escolas de catequese da Ação Católica, sob a coordenação da Igreja separada do Estado, mais adequadas à nova política de exceção, e no Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), uma ação governamental. Nida escolheu lutar contra o regime de opressão.

Palavras-chave: História das Mulheres, Movimento de Educação de Base – MEB, História do Brasil, História da Educação, História Social da Igreja.

“Você que tem um filho que não pode estudar porque tem de lutar no pesado logo cedo. Você que é analfabeto e não conhece a civilização. Agricultor do sertão. Hoje é seu dia. Você sofre tudo isso, mas agora sabe que tem uma Rádio para defendê-lo e sobretudo para ajudá-lo. Você agora vai educar-se e politizar-se. [...] Terá instrução e poderá ser um homem livre”.¹

Introdução

A onda educativa que tentou lavar da ignorância o povo e teve como palco os programas de rádio foram iniciativas que se transformaram em movimentos culturais e políticos, amplamente aproveitados pelas esquerdas e requalificados pelo povo, seu público-alvo. Essa onda educativa possibilitou o avanço das lutas e a penetração dos ideais de justiça social, tendo como suporte os espaços de cultura popular. Logo, tornou a esquerda forte nesse setor, resultando na afirmação de Roberto Schwarz de que havia uma “hegemonia cultural de esquerda”.²

Desde a Era Vargas, diversos movimentos de alfabetização – ancorados ora na catequese, ora no pensamento liberal e progressista – convergem para a alfabetização de adultos e adolescentes, incluindo, o revolucionário método criado por Paulo Freire, em Pernambuco, numa demonstração do caráter libertador da educação baseada no pensamento crítico.

Nos anos 1960, conviveram diversos e expressivos movimentos de educação e cultura popular no Brasil. Entre eles, salientam-se: Movimento de Cultura Popular (MCP, Recife/PE), Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” (Natal/RN), CPC – Centro Popular de Cultura, criado pela UNE – União Nacional dos Estudantes, CEPLAR – Campanha de Educação Popular da Paraíba, e Sistema Paulo Freire, cujas primeiras experiências de alfabetização e conscientização de adultos foram realizadas no MCP e sistematizadas no Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife; viabilizaram a experiência de Angicos, que projetou Paulo Freire em plano nacional, para a realização do PNA – Programa Nacional de Alfabetização, objetivando alfabetizar cinco milhões de pessoas.³

1 SILVA, Itan Pereira da. “Livro das Atas da história da Emissora de Educação Rural de Caicó” *apud* MEDEIROS, Mário Lourenço. “Esteio educativo nos sertões do sertão”. 2013, p. 32.

2 RIDENTI, Marcelo. “Cultura e Política: os anos 1960-1970 e sua herança”. 2003, p. 143.

3 FÁVERO, Omar. “MEB – Movimento de Educação de Base: primeiros tempos: 1961-1966”. 2004, pp. 6.

Este artigo apresenta a experiência de Maria Leônida Lopes enquanto integrante do MEB, na cidade de Garanhuns, desde suas lembranças mais remotas, de menina criada no agreste pernambucano, até seu contato com a realidade brutal do golpe empresarial-militar de 1964, atingindo suas crenças de mudar o mundo através da educação.

Resultados e discussão

Crescer mulher nas rodas da fé

Um sentimento de querer saber parecia ondular no horizonte de homens e mulheres, desde a infância, quando se deslocavam entre os engenhos de cana, as fazendas de café e de gado, ora fugindo de uma estiagem, saindo do sertão, ora compondo com a paisagem cinza da zona da mata na entressafra, adentrando outra vez na direção do sertão, subindo e descendo os caminhos das serras no intervalo do agreste. Esse sentimento emociona Maria Leônida Lopes,⁴ Nida desde sempre, quando se lembra do seu pai, contando que a primeira palavra lida na rua de Garanhuns foi *fratelli vita*, juntando as letras nas sílabas. Uma recordação tão doce quanto o refrigerante de guaraná da Fratelli Vita, que a gente só tomava nas festas ou num mimo merecido quando se estava doente de cama. Foi assim que Nida entendeu desde cedo a importância de ler, ouvindo Chá Preto historiar as poucas memórias de uma juventude vivida para ser esquecida, porque os pais não falavam muito de si, as filhas e os filhos pouco sabiam o porquê. Mas ela sabe dele contar que, quando saiu de um lugarejo na zona da mata pernambucana, estava andando feliz ao lado do irmão que veio buscá-lo quando ficou só, olhando a vó de Nida sumir no trem, indo para a capital se tratar para nunca mais. Aquele irmão mais velho que Chá Preto só via de vez em quando, em visitas ocasionais à casa da mãe. E naquele momento ele ia contente, sem paradeiro, seguindo o irmão que rumava para outra freguesia em busca de apenas arranjar uma forma de alimentar o caçula. E seguiu assim na companhia de uma família de outros retirantes, sertanejando, subindo a serra até a cidade das sete colinas, quando o irmão ficou para trás, separados por causa de um ferimento na mão, acidente numa pedra dum rio, que precisava de tratamento.

4 Entrevista: **Maria Leônida Lopes** (MLL).

Chá Preto, o pai de Nida, teve o nome registrado pela primeira vez na hora do serviço militar, que não prestou, porque não tinha físico. Antônio Mariano Lopes, era assim no registro. Mas diferente foi a data que anotou na certidão, porque não gostava de ter nascido no dia em que a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, nos idos de 1913. A ausência do estado possibilitou o espaço de mobilidade e Antônio se libertou do trauma da sua origem. Foi esse Lopes, o nome que o esposo deu para Maria, a moça que encantou a vida de Antônio e com quem iniciou uma família com sete rebentos, na véspera da festa de São João. Uma família que por muito tempo não tivera, quando, então, passou a “*ser dono de si*”. “*Ela era apenas Maria*” (MLL), e na sua naturalidade cantava as marchinhas de carnaval que aprendera nas idas ao Recife, onde gostava de ouvir “*falar o francês*” (MLL). As tias de Nida viviam na capital, empregadas domésticas, enquanto sua mãe cresceu órfã na casa do pai e da madrasta, uma vida simplesmente maria.

Tão diferente era Nida, que botava em polvorosa as freiras do Colégio das Damas. Porque “*Garanhuns era uma festa [...] Eu dancei muito!*” (MLL). Debutava-se entre os 15 e 16 anos, naquela época da escola normal para as moças, momento de se inserir nos passeios públicos junto às amigas, usando os vestidinhos curtos, que copiava das revistas e dos filmes, que é como a moda chegava à cidade, ainda sem muitas ousadias de vestir calças compridas. Frequentar o parque Pau-pombo,⁵ o clube do SESC⁶ e na Semana Santa participar da “*guerra da pitomba*”. Aquele era um “*momento encantador*”, quando saía da escola, comprava pitomba na feira e começava o carnaval de jogar a frutinha, uma bolinha de casca dura, nos passantes. Para depois ouvir o sermão das irmãs que “*sempre sabiam de tudo*” (MLL), mas todo ano a brincadeira se repetia, como se repetia a homilia zangada da freira. Como também se repetiam as festas de São João, com outros casamentos. A zona rural e as cidades vizinhas, Jupi, Brejão, Jurema se confundiam com a capital do agreste e nessa época subia-se nos caminhões e nas caminhonetes de particulares para ir à folia onde tivesse uma “*quadrilha*” e “*um arrasta pé*”, as festas do calendário.

O que era todos os dias mesmo era o cinema. Chá Preto passava os dias na Comercial Ferreira Costa⁷ e as noites na bilheteria do cine, fazendo a alegria

5 Parque Ruber van der Linden, reserva ecológica e parque recreativo no centro urbano de Garanhuns.

6 Serviço Social do Comércio, entidade recreativa e de assistência mantida pelos empresários do comércio de bens e serviços.

7 Loja de comércio de ferragens, fundada em Garanhuns, em 1884, pelo português João Ferreira Costa e irmãos.

gratuita de Nida e das amigas que a acompanhavam todos os dias para ver as películas e viajar nas imagens, porque com os rapazes só depois de formada no Magistério. Cada cena era um pedaço de sonho que fazia as fantasias da menina-moça rodopiarem. *Sissi*,⁸ assistiu os três! Não perdia as séries, sempre aos domingos. Recorda as aventuras de Tarzan.⁹ Mantinha uma agenda com os nomes dos filmes e dos atores, tudo ali *apontadinho*.

“Adolescência era só o rádio e o cinema [...] não era só informação [...] o rádio] era a paixão do meu pai” (MLL). E com *Chá Preto*, Nida aprendeu a esperar pela programação em língua latina das rádios da Europa, *“Transmite Estocolmo Rádio Difusora da Suécia...”* (MLL). Ela e Eleusa, a irmã mais velha, tinham os ouvidos ligados em tudo que era notícia e entretenimento. Soube da morte de Vargas, ainda menina, mas muito sabida, pescando as “novas” espalhadas nas ruas enquanto caminhava ao lado da mãe. Cartazes e capas de revistas nos “bancos” competiam com as ondas sonoras para informar a tragédia nacional. Nessa época ela estudava em escola pública, que era onde se cursava o primário e o ginásio. Depois, seguindo os passos da irmã, foi completar sua formação média no Colégio das Damas, para onde iam as meninas, cujos pais podiam pagar os estudos. Em Garanhuns não tinha ainda o ensino público para os cursos Normal e Técnico. O que muitas vezes foi um constrangimento só, porque o pai fazia um esforço para manter as filhas na escola e *nem sempre as freiras observavam* (MLL).

O MEB em Garanhuns nas memórias de Nida

O tempo passou num átimo! Entre os anos de 1963 e 1964, Nida terminara o ensino médio e já recebia um salário, depois de um estágio de seis meses, que fazia no MEB, auxiliando na equipe de alfabetização pelo rádio. Atuava junto com a irmã Eleusa, que começara antes nesse trabalho. O MEB, segundo

8 MARISCHKA, Ernest. *Sissi*. Áustria, 1955. O épico narra a história romântica da Princesa Sissi, que conquistou o coração do Imperador, ao qual a sua irmã Helena fora prometida. No roteiro, os dois se apaixonam e vivem o drama de um amor impossível. Os outros dois filmes da trilogia continuam a história do casal até a coroação de Sissi, Imperatriz da Áustria. Foram lançados em 1956 e 1957, mantendo os principais atores no elenco, Romy Schneider (Princesa Elizabeth da Baviera, Sissi) e Karlheinz Böhn (Imperador Francisco José I da Áustria).

9 Tarzan, o Jim das Selvas, estrelado por Johnny Weissmuller, foi uma série de 16 filmes feitos para a Columbia Pictures, entre os anos de 1948 e 1955. No Brasil, nas telas do cinema, costumava passar depois do *Reporter Esso*.

suas lembranças, “era um movimento coordenado pela CNBB¹⁰ [...] características políticas [...] mas com vida própria [...] e desenvolviam um trabalho de educação [...] voltado para a alfabetização e consciência [das populações rurais...] (MLL).

Sobre o Movimento Educacional de Base – MEB, esse projeto foi a convergência de várias experiências passadas: a Campanha Nacional de Alfabetização de Adolescentes e Adultos e Campanha Nacional de Educação Rural; rádio-difusão educativa realizada pela Igreja Católica na Colômbia, pela Acción Cultural Popular; do Sistema Rádio Educativo Nacional, organizado em 1957 pelo Ministério da Educação e Cultura; esforços governamentais desenvolvidos na área de saúde, principalmente pelo Serviço Especial de Saúde Pública (Departamento Nacional de Endemias Rurais e Departamento Nacional da Criança); desenvolvimento comunitário (associativismo e cooperativismo), na área de rural, coordenado pelo Escritório Técnico de Agricultura e Serviço Social Rural e executado pela Associação Brasileira de Crédito Agrícola e Extensão Rural”.¹¹

Experiências essas que acompanham a necessária requalificação da mão-de-obra para o mundo do trabalho urbano-industrial, consequência da política Nacional Desenvolvimentista para a transformação do majoritário modelo econômico brasileiro. Bem como se encontra com a prática evangelizadora da Igreja.

Uma prática histórica que se desenrola desde o fim do Padroado no Brasil, em que a Igreja vem buscando formas alternativas de inserção na sociedade, sem, contudo, perder seu espaço institucional dentro do Estado, mantendo um clima de união e cooperação, resultando num bloco não homogêneo, onde estavam presentes ações diferentes e até contraditórias de seus integrantes. Ao mesmo tempo conservadora e revolucionária, a Igreja dirigiu sua pastoral para as classes médias em ascensão e para as aspirações dos leigos, investindo cada vez mais no exercício pastoral mediado pela hierarquia eclesiástica.

Em sua aproximação com as aspirações do povo, decorrentes das carências a que eram submetidas as camadas menos favorecidas da sociedade, em pleno avanço da modernização e da industrialização do país, acompanhado da repressão aos movimentos dos trabalhadores, essa “Igreja-docente” e militante se apresentava como uma terceira via, que, em vários momentos de crise,

10 Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

11 FÁVERO, Omar. “MEB – Movimento de Educação de Base: primeiros tempos: 1961-1966”. 2004, p. 1.

manteve um discurso fundamentado na harmonia entre as classes em conflito. Dessa forma, pretendeu minimizar as consequências desumanas da relação capital-trabalho na estrutura burguesa, enquanto enfatizava a responsabilidade da ignorância do povo na causa da crise social que imperava no país. A ignorância religiosa e o analfabetismo eram, segundo a Igreja e o Estado, a “*causa de todos os males sociais*”.¹²

Nessa argumentação baseou-se a Igreja e a partir dela orientou e desenvolveu seu projeto de Ação Católica, sustentado na formação apostólica e na militância cristã, na crença de que era necessário atuar em círculo e em base. A catequese devia atingir os leigos nas comunidades até a constituição de grupos de trabalho de formação e participação na vida do povo. Lenta, mas continuamente, desenvolveram-se a Juventude Agrária, JAC, a Juventude Estudantil, JEC, a Juventude Independente, JIC, a Juventude Operária, JOC, e a Juventude Universitária Católica, JUC. Cada uma operando num setor diferente da sociedade, porém inspiradas pelo mesmo sentido de ação política.

Essas coisas foram mal filtradas dentro do mundo católico dos anos 1950-60, quando a Igreja autorizou a organização de jovens secundaristas para levar os seus ensinamentos e abriu caminho para muitas ideias “*mal vistas*”. Por isso, Nida seguiu com fé e sem igreja quando o MEB em Garanhuns finalizou suas atividades.¹³ Atividades que Nida guarda numa memória feliz de integrar um tempo em efervescência, como se o mundo fosse tão jovem quanto ela. Por isso os ideais dessa jovem mulher se descobriram com o projeto do MEB em construção.

O MEB originou-se na Conferência Nacional dos Bispos – CNBB com o intuito de alfabetizar adultos utilizando a tecnologia do rádio, as escolas radiofônicas. Seu público-alvo eram os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, majoritariamente agrários. O apoio do Governo Federal possibilitou a integração de vários ministérios e órgãos federais e estaduais, mediante financiamento e cessão de funcionários.¹⁴ “Foi prevista também importante colaboração do Ministério de Viação e Obras Públicas, à época responsável pela concessão

12 DELGADO, Lucília de A. N.; PASSOS, Mauro. “Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). 2003, p. 100.

13 BANDEIRA, Andréa. *Resistência Cor-de-rosa-choque militância feminina no Recife, nos anos 1960*. 2012.

14 Em 21/5/1961, estabeleceu-se o convênio entre a Presidência da República e a CNBB, fundando o MEB (DECRETO N. 50.370, fl. 1). MEDEIROS, Mário Lourenço. “Esteio educativo nos sertões do sertão”. 2013, p. 35.

dos canais de radiodifusão, visando agilizar os processos de criação e ampliação de emissoras católicas”.¹⁵

Previsto para durar cinco anos, deveria instalar, inicialmente, 15 mil escolas radiofônicas, ampliando-se esse número progressivamente. A CNBB dispôs ao Governo Federal sua rede de emissoras filiadas à Representação Nacional das Emissoras Católicas (RENEC) e usar acertadamente os recursos públicos recebidos, bem como *“mobilizar voluntários, principalmente, para atuar junto às escolas como monitores e às comunidades como líderes”*.¹⁶

A história do MEB termina em seqüela do seu crescimento vertical aliado a profundidade das mudanças decorrentes da sua inserção no movimento mais amplo da luta de classes, dividindo inclusive a Igreja. Após dois anos de existência e atuando efetivamente em doze estados, com trinta sistemas radioeducativos, o MEB realizou seu 1º Encontro Nacional de Coordenadores (Recife, dezembro de 1962). O crescimento era visível e denso. No ano de 1963, O MEB recebeu recursos financeiros, permitindo a expansão das escolas radiofônicas, com aumento significativo de discentes e grupos atendidos. Segundo seus relatórios, entre 1961-1966:

“a) O número de escolas radiofônicas variou de 2.687, em dezembro de 1961, ao máximo de 7.353, em setembro de 1963. A ampliação do noticiário oficial “A Voz do Brasil” de 30 para 60 minutos, em meados de 1963, comprometeu o melhor horário para as aulas e ocasionou uma queda brusca no número de escolas: 5.573 em dezembro de 1963. Em março de 1964, no entanto, eram novamente 6.260 e, apesar de todas as crises, em dezembro de 1965 ainda existiam mais de 4.500 escolas radiofônicas. b) No início de 1964, ponto alto das estatísticas, o trabalho era realizado em 14 Estados: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e no Território de Rondônia. Nessas unidades da federação, funcionavam 60 Sistemas de Educação de Base e igual número de Equipes Locais, atingindo cerca de 500 municípios, em 1963. c) As Equipes Locais reuniam cerca de 500 pessoas, entre pessoal administrativo e técnico, inclusive supervisores

15 FÁVERO, Omar. “MEB – Movimento de Educação de Base: primeiros tempos: 1961-1966”. 2004, p. 1.

16 FÁVERO, Omar. “MEB – Movimento de Educação de Base: primeiros tempos: 1961-1966”. 2004, p. 1.

municipais. Por sua vez, o Secretariado Nacional, com sede no Rio de Janeiro, contratava outras 50 pessoas, quase todas em tempo integral. d) Em cinco anos, cerca de 320 mil alunos concluíram o ciclo de alfabetização, dos quais quase de 120 mil só em 1963. 29 emissoras irradiavam programas e aulas do MEB, estimando-se de 5 a 8 milhões de pessoas direta e indiretamente atingidas por essas emissões. e) No período estudado, foram realizados 35 treinamentos para 871 professores, supervisores e animadores das Equipes Locais, numa média de dez dias por treinamento. E, de 1961 a 1965, 518 treinamentos para 13.771 monitores de escolas radiofônicas e animadores do grupo de base, com duração média de quatro dias por treinamento”.¹⁷

No tempo, o Pe. Vaz formulou a compreensão da dialética histórica numa perspectiva cristã, em que a *“dominação é compreendida como uma síntese provisória”* e o final da história aconteceria quando a humanidade se reconciliasse consigo mesma. *“Esses foram os elementos a partir dos quais se construiu o conceito de conscientização, tanto no MEB como em outros movimentos de educação e cultura popular e no sistema Paulo Freire”*.¹⁸ A produção do livro de leitura *Viver é Lutar* foi exemplar para identificar o avanço e a profundidade do movimento e do seu cunho popular revolucionário, destoando da postura conservadora da Igreja, bem como do seu modo histórico de atuar.

Em decorrência da redefinição de seus objetivos, o MEB reformulou radicalmente sua prática e a reorientou na direção política comum aos movimentos de cultura e educação popular do período.

Quando o MEB redefiniu seus objetivos e reformulou sua prática, marcadamente pela publicação do livro de leitura *Viver é Lutar*, 1963, iniciou-se uma campanha contra os “bispos progressistas”, levando o então governador Carlos Lacerda, do estado da Guanabara, através da sua polícia política a apreender o material distribuído pelas escolas radiofônicas em fevereiro de 1964. O golpe militar de abril de 1964 não só acarretou a suspensão da utilização desse livro de leitura, como também cortou a perspectiva política, desencadeando e aguçando nacionalmente o controle ideológico da hierarquia sobre o MEB, bem como o declínio do movimento até sua total transformação e aniquilação.

17 FÁVERO, Omar. “MEB – Movimento de Educação de Base: primeiros tempos: 1961-1966”. 2004, p. 13.

18 FÁVERO, Omar. “MEB – Movimento de Educação de Base: primeiros tempos: 1961-1966”. 2004, p. 8.

Em sua origem e enquanto floresceu, o MEB em Garanhuns, seguindo a rotina proposta por sua Coordenação Nacional, as atividades

“Constava[m] de dar aulas no rádio [pelas] três moças que trabalhavam, inclusive a minha irmã mais velha [Eleusa...] Elas davam aula pelo rádio, elas davam treinamentos aos monitores [...] eles eram os trabalhadores rurais que eram treinados para ensinar aos outros trabalhadores [...] aqueles que sabiam ler vinham ser treinados aqui [na cidade de Garanhuns] aí tinha toda uma programação de treinamento [...] elas [as professoras] por sua vez, já tinham sido treinadas [...no] Recife [...] por pessoas de nível superior que trabalhavam na coordenação central [...] Foram criados em algumas cidades, assim, consideradas polos [...] no interior [...] em Garanhuns tinha, como tinha em Caruaru, Pesqueira” (MLL).

As programações eram ao vivo, todas as noites, “e uma escutava as aulas das outras, transmitidas” (MLL). As aulas aconteciam durante a semana, no intervalo de uma hora, entre 18h00 e 19h00, da segunda a sexta. O tempo era dividido entre as aulas, perto de vinte minutos. Funcionavam, normalmente, de forma que, as exposições

“eram aulas divididas em Linguagem, Matemática e Ciências Sociais. Então, tinha a responsável por matemática, porque tinha gente suficiente para ser. [...] Éramos todas mulheres, a maioria, sempre eram mulheres [...]. Tinha a professora de Matemática, que era Rildete¹⁹, tinha a professora de Linguagem [ela mesma, Nida] e tinha a professora de Ciências Sociais, que era Zezinha. No sábado, era uma festa [...] era uma mini-avaliação com ciências sociais e com muita música, e sempre homenageando um cantor nordestino [...] ou um poeta nordestino [...] ou eles mesmos, que vinham e ali eles falavam tudo o que eles queriam, tudo o que eles sabiam [...] era uma avaliação das vidas do trabalho e também da alfabetização” (MLL).

19 Hoje, mora na Dinamarca.

Os sábados eram para os treinamentos, que aconteciam semestralmente. Esses treinamentos serviam para avaliar os alunos, os trabalhos dos agentes, reavaliar as estratégias pedagógicas, organizar e reorganizar o programa, “*para saber como estava a educação*” (MLL).

E, para saber bem, fazia parte do trabalho das professoras do rádio, elas irem até as comunidades atendidas pelo projeto de educação do MEB, “*fazer um relatório, uma avaliação do programa de alfabetização, assistir às aulas, ver como era que chegava*” (MLL), a qualidade da transmissão.

Na equipe de alfabetização do MEB, havia um técnico com o emprego de instalar o rádio. O aparelho ficava, normalmente, na casa do “líder”, aquele escolhido entre os moradores da comunidade, que podia ser um homem ou uma mulher. Essa escolha era feita mediante a prova de capacidade para cumprir a função, exigindo-se apenas que já fosse alfabetizado e soubesse “re-transmitir” as aulas ouvidas no rádio para os outros alunos e alunas da sala de aula.

“Eles vinham muito arrumados, todos provando que sabiam ler. Faziam a carta e entregavam a gente... a gente ria muito. Tinha um senhor chamado Seu Manoel da Sementeira, então, ele escreveu a carta e disse: ‘Trouxe aqui a carta’. Ele queria me dizer que estava escrevendo...” (MLL).

As salas de aula nas comunidades, além do rádio, compunham-se de mesas com cadeiras e um quadro de giz. As cartilhas usadas eram distribuídas para cada estudante. Uma vez escolhidos os líderes, esses se deslocavam, por um período, para a cidade-polo. Nesse momento, os monitores passavam por um treinamento e a temporada dependia da disponibilidade das trabalhadoras e dos trabalhadores, porque não era prática prejudicar as atividades que cumpriam no campo. Quando voltavam para a comunidade e começavam as aulas, nas salas da comunidade, o método invariavelmente era,

[por volta de] “uma hora entre seis e sete da noite, na Rádio Difusora de Garanhuns [...] então, o técnico [da rádio] já sabia que horas deveria entrar com determinada música, isso porque nós, de tarde, já telefonávamos para lá e avisávamos: ‘hoje você vai entrar com essas e essas músicas, e ele colocava’ [...] Então, eu começava às seis, cumprimentava os monitores e ia dando a aula. A aula era mais ou menos isso: ‘Monitor, por favor, pegue o giz...’ [...dizia isso bem] len-ta-men-te. Justamente [para] dar tempo de

ouvir, apreender, absorver e fazer, porque tá ali [o monitor na sala da comunidade] com um bocado de aluno. ‘Pegou monitor? Vá ao quadro’. Então, você passava vinte minutos para fazer toda essa... passar para ele como ele deveria repassar, o “como”... ‘Escreva a palavra...’. A gente usava o método Paulo Freire pelo rádio. Usava a cartilha dele, usava o método dele... adaptado né? Porque Paulo Freire fez um método para você usar na comunidade que não é um método de alfabetização, é um método de vida. Independentemente... de onde você esteja inserido. E nós fizemos esse método adaptado a uma situação dos trabalhadores rurais que queriam se libertar pela alfabetização, porque não sabiam ler... E nós saímos de Garanhuns porque a ditadura conseguiu acabar com esse programa... Eu comecei em [19]64 e sair em [19]66. Mas que a gente tinha assim um número enorme de pessoas que se alfabetizaram!” (MLL).

As noites na área rural de Garanhuns e circunvizinhas alcançadas pela rádio escola naqueles primeiros anos da década de 1960 e até o estabelecimento do governo militar transformaram-se através das ondas libertadoras das palavras de Nida e das outras professoras. Uma lição de História.

Conclusão

É significativo o avanço da filosofia católica desse período, representado pelos escritos do padre Henrique C. de Lima Vaz, fazedor de uma reflexão sobre a ética, inclusive a ética religiosa, fundamentada na historicidade dos eventos humanos. A dupla participação do catolicismo na sociedade brasileira, integrando classes sociais antagônicas, surtiu, pós-golpe, a cisão de grupos estabelecidos na Ação Católica e a construção de novas alianças de resistência à ditadura implantada. A luta pelos direitos sociais e humanos, marca dessa Igreja-militante, chocaram-se com a ideologia da modernização conservadora, fundamentada na internacionalização do capital nacional e na manutenção da tradicional estrutura agrária-exportadora, no qual se posicionou parte do seu rebanho, política de estado adotada maciçamente a partir de 1964, resultando em posições múltiplas dentro da Igreja e na dissidência de setores mais avançados e articulados com as camadas populares. Assim, a defesa da Carta pastoral de 1950, em que *“há momentos em que a Igreja está de acordo com*

as mudanças sociais, mas essas devem ser feitas pelos patrões”,²⁰ afronta com a certeza estampada na Carta Pastoral, também de 1950, resultado da Semana Ruralista, que entende que “*Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural*”.²¹ Discursos que se confrontaram e marcaram os lados em contínuo e acirrado conflito ao longo dos anos 1960, antes e em pleno estado militar, até se separarem em caminhos diversos dos movimentos sociais.

O MEB acabou em todo o estado de Pernambuco, no Recife primeiro. Depois, cada polo foi fechado no interior do estado. Garanhuns durou um pouco, porque o Bispo da cidade, segundo Nida, conseguia protelar, justificando que as “*meninas*”, as professoras do rádio, não estavam envolvidas com os movimentos subversivos que o golpe aniquilou. Com o advento do Governo Militar pós-golpe de 1964, o MEB se transformou rapidamente nas escolas de catequese da Ação Católica, sob a coordenação da Igreja separada do estado, e no Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), uma ação estatal.

Nida, no entanto, não tinha muitas dúvidas, “*Eu sabia que tinha uma relação*” (MLL). Ela tinha consciência da qualidade das atividades desenvolvidas por ela mesma e pelas colegas, inclusive sua irmã, que era uma liderança reconhecida em Garanhuns. “*Nós éramos da Ação Católica, que era a origem da nossa ação política*” (MLL). Uma prática iniciada ainda dentro do Colégio das Damas, onde havia um núcleo da JEC, Juventude Estudantil Católica, incentivada pelas freiras, seguindo o modelo de intervenção social proposto pela Igreja aos seus fiéis.

Despertaram na ação católica. Dessa prática resultou a Ação Católica, um movimento consequente da militância de universitários e secundaristas, nos anos 1950, de alguma forma, comprometidos com o ideal de justiça social, precipitando um engajamento e um movimento político. Inicialmente, essa participação tinha o apoio das instituições católicas, como parte de um modelo de cunho piedoso. Até o momento quando o movimento se radicalizou, transformando-se em uma militância independente, na Ação Popular (AP).²² Bem como Nida percebia que sua fala se confundia com a fala do sindicato rural, o SORPE,

20 DELGADO, Lucília de A. N.; PASSOS, Mauro. “Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)”. 2003, p. 106.

21 DELGADO, Lucília de A. N.; PASSOS, Mauro. “Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)”. 2003, p. 106.

22 Ver: MORAES, Dênis. *A esquerda e o golpe de 64*. 2011; REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. (orgs). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. 2006.

Serviço de Orientação Rural de Pernambuco, liderado por um padre da cidade, que funcionava numa sala vizinha a sua, num prédio cedido pela Igreja:

“Nos nossos programas, a gente dava um toque de consciência, de sindicato rural, que era importante, a questão corporativa, os salários... essas coisas chegavam e a gente repassava... e os meninos do sindicato já estavam nessa linha. Eu me lembro que quando o livro **Até Quarta Isabela**,²³ do nosso querido [Francisco Julião] os meninos do sindicato já foram logo mimeografar, a gente foi logo datilo[grafar para depois] distribuir” (MLL).

“*Aonde o rádio alcançasse!*” (MLL). Esse era o limite das expectativas de atuação do MEB. Entre as cidades-polos, o limite era a outra cidade-polo. E o limite de Nida era transformar o mundo através de cada pessoa que ela ajudava a alfabetizar, por isso ela ria! E pensava: “*Eles tinham o rádio, eles estavam em contato com o mundo*” (MLL).

Agradecimentos

À Maria Leônida Lopes porque, gentilmente, ofereceu-me sua vida em memórias, durante muitas horas felizes, no Recife, entre os dias 10 e 27/02/2012.

Referências

Maria Leônida Lopes (MLL). Entrevista. Recife, 10-27/02/2012.

BANDEIRA, Andréa. Resistência Cor-de-rosa-choque militância feminina no Recife, nos anos 1960. Tese. Salvador: UFBA, 2012.

DELGADO, Lucília de A. N.; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 93-131.

23 JULIÃO, Francisco. *Até quarta Isabela*. 1965, sem grifo no original.

FÁVERO, Omar. “MEB – Movimento de Educação de Base: primeiros tempos: 1961-1966”. In: *V Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação*. Évora, Portugal, 2004.

FÁVERO, Osmar. “Paulo Freire: importância e atualidade de sua obra”. *Revista Científica e-Curriculum*. v. 7, n. 3, 2011. ISSN 1809-3876.

JULIÃO, Francisco. *Até quarta Isabela*. 1965.

MEDEIROS, Mário Lourenço. “Esteio educativo nos sertões do sertão”. In: ARAÚJO, Ausônio Tércio de (org.). *Rural de Caicó, 50 anos no ar*. Recife: Oito de Março, 2013.

MORAES, Dênis. *A esquerda e o golpe de 64*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. (orgs). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RIDENTI, Marcelo. “Cultura e Política: os anos 1960-1970 e sua herança”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

O DIREITO AO CULTO RELIGIOSO E GÊNERO: PRETA VELHA COMO LUGAR DE MEMÓRIA AFRO-RELIGIOSA

Autora: Francineide Marques da Conceição Santos¹
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Email: francineidemarques@gmail.com

Orientador: Humberto Meneses
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Email: francineidemarques@gmail.com

Resumo

Com este trabalho pretende-se compreender a efetivação do direito ao culto religioso à Preta Velha dentro da Umbanda enquanto lugar de memória. Com o recorte específico de gênero, este artigo objetiva investigar como e em qual medida a Umbanda, enquanto prática religiosa afro-brasileira, colabora na construção de identidades positivas de mulheres a partir da perspectiva do amor e da ancestralidade negra adotando-se a Preta Velha como símbolo identitário. Desafia-se, neste trabalho, entender sob a perspectiva multidisciplinar partindo de uma perspectiva teórica pós-colonial a religiosidade como *locus* de empoderamento de mulheres negras que, desde a ligação com as ancestralidades desenvolvem sentimentos de pertença e têm a sua subjetividades e necessidades emocionais fortalecidas para atuar na vida cotidiana. Pretende-se, ainda, refletir o lugar que o amor e os ensinamentos da Preta Velha ocupam nas relações de gênero dentro dos espaços dos terreiros de Umbanda como espaços educacionais considerando-se a perspectiva geracional. Para esta análise adota-se, como procedimento metodológico, a revisão bibliográfica combinada com a observação participante.

Palavra-chave: Direito humano ao culto, Umbanda, Preta Velha, Lugar de memória, Religiosidade.

1 Mestranda do Programa de Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal de Pernambuco parceria com a Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj. Pesquisadora do GEPERGES Audre Lorde – Grupo de Pesquisa em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades

1. Introdução

“Vovó não quer casa de côco no terreiro

Vovó não quer casca de côco no terreiro que é pra não lembrar dos tempos do cativeiro”²

O direito ao culto religioso é, dentre outros, direito humano garantido pela Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988 (BRASIL, art. 5º).

Ao garantir o direito ao culto religioso, o estado democrático brasileiro visa proteger a diversidade e a liberdade de expressão como direito fundamental ao gozo da cidadania, o que implica no respeito à preservação do patrimônio imaterial expresso à prática religiosa da Umbanda, religião de matriz africana que intersecciona elementos do candomblé, do catolicismo e de religiões indígenas.

Pensamos com Meire Viana Alves e como muitas outras teóricas que vão para além das discussões acerca de gênero e que o culto à Preta Velha inclui outras interseccionalidades:

No entanto, a situação da mulher negra é muito mais complexa, pois esta é duplamente estigmatizada: pela sua condição de mulher e pela questão racial. (ALVES, 2015, p.3)

Este trabalho se justifica quando se verifica a profunda e extensa lacuna nos estudos das mulheres negras idosas como referências identitárias e ainda porque

As mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos. (WERNECK, 2010, p. 10)

2 Ponto de Preta Velha. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=LWauGnZNBAl>. Acesso em 12/02/2016.

Cuidamos de observar o culto à Preta Velha da Umbanda em Recife com foco na Casa da Alegria de Ogum y Oyá, da mãe Denise de Ogum, localizada em Jaboatão do Guararapes-PE. Com as reservas às singularidades culturais e às especificidades dessa Religião sócio-históricas e ciente da ignorância de muitos conhecimentos e saberes ali guardados que a nossa pequena trajetória ainda não logrou alcançar.

A visão aqui compartilhada se esboça a partir da vivência e das leituras realizadas, mas obviamente sem guardar quaisquer pueris vaidades no sentido de ser a mais pura verdade e sim, apenas, uma contribuição para que as mulheres negras sejam lembradas como protagonistas de muitas lutas.

Este trabalho também pretende marcar o desafio e tensão existente entre a preservação e valorização dos saberes tradicionais e o direito de conhecimento do novo por eles reivindicado (LOPES, 2013).

Importa aqui, portanto, registrar, visibilizar e problematizar as questões de variadas interfaces que circundam a mulher negra, especialmente a mulher negra idosa.

Metodologia

O caminho metodológico escolhido foi a análise de textos com revisão bibliográfica atentando-se sempre para o respeito à religião da Umbanda e, especialmente, observamos as ideias, conceitos e categorias utilizadas nos textos lidos a partir de uma perspectiva feminista, antirracista e do respeito incondicional aos direitos humanos na perspectiva da equidade e diversidade.

Entendemos que o fortalecimento da imagem, da Preta Velha, da mulher negra como lugar de memória, forte símbolo de enfrentamento às mazelas sociais, contra o racismo e o machismo, fortalece identidades positiva negras e resgata a história da luta das mulheres negras contra a opressão, escravidão e discriminação.

Verificamos que o culto à Preta Velha pode ser representado como exemplo das lutas e estratégias de mulheres negras para sobrevivência de suas culturas.

Ainda que contemos com a surpresa, possíveis discussões e discordâncias, consideramos que esse culto pode ser considerado uma prática feminista ao lado de outras já identificadas (SANTOS, 2015), um feminismo mandingueiro.

Mandingueiro aqui é o quem foi trazido do povo Mandinga, que vem da Mandinga de escravo, mandinga feitiço, mandinga estratégia de sobrevivência, mandinga ressignificação de costumes e hábitos trazidos da África e mandinga

como possibilidade de “recriação das práticas mágicas africanas” (SANTOS, 2008, p. 21).

O movimento que as mulheres negras fazem para adotar uma postura de valorização e respeito aos direitos das mulheres e de todas as pessoas em uma cosmovisão de matrizes africanas pode ser categorizado como feminismo.

Se assim o fizermos, precisamos pensar de forma entrelaçada, pois esse feminismo há de ser sempre pensado desde os universos peculiares que são vivenciados pelas mulheres negras que são vivificados a partir de uma cultura negra, dos desafios e tensões aí presentes.

Tentamos evitar erros metodológicos nos assentando sempre e o mais possível nas epistemologias que são emancipatórias cujos remos se tocam como instrumentos do mesmo barco ao navegar pela produção do conhecimento, do fluir da educação partindo de outras possibilidades de educação, de práticas educativas não ocidentais.

Nessa esteira pensaremos onde e como se tocam as labutas do dia-a-dia, a religião, o respeito aos direitos humanos, o cuidado da saúde e a educação em suas diversas matizes.

Quais são os canais pelo qual se pode entrar e sair (pensando com Heráclito de Éfeso), surgindo um novo ser a partir dos mergulhos nas águas dos rios dos conhecimentos. Como o culto à Preta Velha pode repassar saberes africanos e afro-brasileiros desses “nossos passos que vieram de longe”, como nos lembra Jurema Werneck (2010).

3. Resultados e Discussão

O culto à Preta Velha é a reverência às mais velhas, às mulheres sábias, às mulheres idosas, às pretas que foram escravizadas e resistiram dentro das suas comunidades com trajetórias de luta, amor e sabedoria.

As Pretas Velhas lutaram aplicando diversas estratégias para que as gerações presentes e futuras possam espalhar a semente da bondade, da caridade, do respeito, da paz.

Acredito que essas guias, essas entidades, esses seres que encantam pelas lições de benevolência, perdão, solidariedade, enfim, nos dão ensinamentos para aprimorarmos as formas do bem viver.

A Preta Velha apresenta-se como uma educadora, uma Vó que fala baixinho e com palavras carinhosas numa Pedagogia que se estabelece pelo amor, pelo carinho e pela compreensão.

Essa forma de contato entre a Preta Velha e as pessoas traduz traduzindo processos educativos do amor por Bell Hooks (2010), “do ensino que se pega na mão”, Rosângela da Costa Araújo (2004, p. 52) e do novo, da esperança, Hanna Arendt:

A educação é também o lugar em que se decide se se amam suficientemente as nossas crianças para não as expulsar do nosso mundo deixando-as entregues a si próprias, para não lhes retirar a possibilidade de realizar qualquer coisa de novo, qualquer coisa que não tínhamos previsto, para, ao invés, antecipadamente as preparar para a tarefa de renovação de um mundo comum. (ARENDR, 1957, p. 14)

Educação, lugar de memória, como possibilidades libertadoras contra as adversidades políticas, pessoais, sociais e econômicas para que todas as correntes de destruição, de discriminação, de ódio e injustiça sejam quebradas.

Dentro dos terreiros de Umbanda, a Preta Velha incita a autorreflexão de cada uma pessoa ali presente utilizando uma Pedagogia de terreiro em que a oralidade é fundante para a transmissão das tradições. Lugar em que as nações de angola ketu, jeje, nagô, vodum, santeria possam se perpetuar e que os/as mais novos/as consigam acessar.

Dentro da Umbanda, o culto afro-brasileiro da Preta Velha guarda elementos do Candomblé, do catolicismo, de indígenas, do kardecismo diversas vivências tecidas em uma rede intercultural, em que é aqui visto como lugar de memória no sentido de que

Menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas (NORA, p. 1993, 14).

Assim, a memória vai sendo resgatada para que o passado remoto não seja esquecido e as histórias e experiências de grupos invisibilizados possam servir de lugares em que as novas gerações possam transitar.

Entende-se que há necessidade de preservação da memória porque “A necessidade de memória é uma necessidade da história” (NORA, 1993, p. 14) com a intimidade necessária à sua preservação e as novas vivências do presente não venham a ser o aterramento e esquecimento das vivências passadas, vez que o passado não está morto, mas sim faz parte de um processo.

O passado está perto e faz parte das trocas do presente. (NORA, 1993)

Neste trabalho, entende-se que o culto à Preta Velha na Umbanda é contextualizado e historicizado como recantos de sociabilidades em que a tradição e a ancestralidade se interseccionam em um *locus* proporcionando vivências culturais, aprendizagens e a ligação com o sagrado em espaços religiosos que são também educacionais, que utilizam da oralidade como principal forma de transmissão da cultura.

No exercício de educar para a vida, o pensamento africano mantém como tradição as histórias míticas, que podem ser consideradas como práticas educacionais que chamam a atenção para princípios e valores que vão inserir a criança ou o jovem na história da comunidade e na grande história da vida. No pensamento africano, a fala ganha força, forma e sentido, significado e orientação para a vida. (MACHADO, 2011, p. 10).

E aqui, - seguindo o pensamento de Vanda Machado (2011) – inclui, também, as pessoas adultas e idosas porque os espaços do terreiro de Umbanda, assim como os terreiros de Candomblé apresentam-se à interação e aprendizagem tornando as diferenças geracionais, culturais em artefatos de enriquecimento na troca de saberes de todas as pessoas ali presentes que “retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado”. (HALL, 2006, p. 88)

O lugar do sagrado como substrato de fundamentos guardados e transmitidos, especialmente, de forma oral, perpassando gerações pelas experiências dos homens e mulheres mais antigas que fizeram dos seus corpos espaços do sagrado em que orixás e guias podem transcender espaços visíveis e não visíveis e interagir com toda a comunidade.

O culto à Preta Velha remonta à mítica da mulher negra escravizada que apesar da ausência de liberdade física, vivifica os saberes ancestrais que são coletivizados para a preservação de memória coletiva como instrumento de identidade e resistência.

“Essas viagens simbólicas são necessárias a todos nós – e necessariamente circulares. Esta é a África a que devemos retornar – mas “por outra estrada”: o que a África se tornou no Novo Mundo, o que nós fizemos da “África”: “África” – como a re-contamos através da política, da memória e do desejo.” ((HALL, 2006, p. 73)

Mediante a contação de “causos” e histórias cantadas nas cantigas, a Preta Velha se assenhora do culto na Umbanda como guia espiritual que chega para dar orientações sobre as coisas da vida e para tratar da saúde das pessoas associando-se às representações das Ayabás, Orixás do culto do Candomblé que simbolicamente vão ao encontro da valorização da mulher negra enquanto elemento central e vital para as comunidades afro-brasileiras opondo-se à cultura globalizada, machista e racista (BOTELHO, 2014)

A mulher negra idosa é considerada como figura central do ritual da Preta Velha e a sua presença primordial para a construção de identidades negras que se deslocam dos lugares subalternos e passam a se ver nas memórias evocadas em um ir e vir para dentro e fora em um reconhecimento de origens em que se contar com a presença ancestralizada da mulher negra idosa a mostrar que

As identidades culturais provêm de alguma parte, têm histórias. Mas, como tudo o que é histórico sofrem transformações constante. Longe de fixas eternamente em algum passado essencializado, estão sujeitas ao contínuo “jogo” da história, da cultura e do poder. As identidades, longe de estarem alicerçadas numa simples “recuperação” do passado, que espera para ser descoberto e que, quando o for, há de garantir nossa percepção de nós mesmos pela eternidade, são apenas os nomes que aplicamos às diferentes maneiras que nos posicionam, e pelas quais nos posicionamos, nas narrativas do passado. (HALL, 2006, p. 69)

Na sessão ou “gira” como são chamados os encontros da Umbanda ao chegar a Preta Velha no terreiro, no Congá, expressa-se o maior respeito pela guia que chega curvada, pelo peso da idade, da experiência e simboliza a velhice sábia que será atentamente ouvida.

A atenção das pessoas é voltada para a Preta Velha que fala (para ouvidos atentos) histórias que possam ser contadas sempre se falando das realidades de hoje e do “antigamente”; da liberdade e dos tempos da escravidão.

O espaço do afeto vai se revelando à medida em que mesmo as “broncas”, os ensinamentos, são dadas com o intuito de educar e orientar as pessoas para a felicidade.

Esse lugar de afeto, esse lugar de memória é muitas vezes raro e sempre precioso para as pessoas negras, pois

Numa sociedade onde prevalece a supremacia dos brancos, a vida dos negros é permeada por questões políticas que explicam a interiorização do racismo e de um sentimento de inferioridade. Esses sistemas de dominação são mais eficazes quando alteram nossa habilidade de querer e amar. Nós negros temos sido profundamente feridos, como a gente diz, “feridos até o coração”, e essa ferida emocional que carregamos afeta nossa capacidade de sentir e conseqüentemente, de amar. Somos um povo ferido. Feridos naquele lugar que poderia conhecer o amor, que estaria amando. A vontade de amar tem representado um ato de resistência para os Afro-Americanos. Mas ao fazer essa escolha, muitos de nós descobrimos nossa incapacidade de dar e receber amor (HOOKS, 2010, p. 2)

A necessidade de cuidar do corpo e do espírito para que os saberes sejam levados aos que virão podem ser percebidas na própria ritualística em que a Preta Velha não só assume o papel de guardiã para que essa religiosidade possa ser levada adiante, mas também promove curas físicas e espirituais, pois a Preta Velha é profunda conhecedora das plantas e mandingas.

Atenta-se, aqui que

“O ritual tradicionalmente pode ser tido como função social ao lembrar aos membros de um grupo seus princípios, pode ser ferramenta de construção de uma totalidade para o grupo, e também tem como características formar os indivíduos” (AREVALO, 2004, p. 62)

No culto afro-brasileiro da Umbanda, assim as histórias e os “pontos”, as cantigas da Preta Velha revelam-se de maior importância para a transmissão de saberes às gerações mais novas, pois a comunidade assenta-se sobre a alteridade e valoriza a convivência em que a solidariedade e respeito são elos que vão aproximando as pessoas, os acontecimentos de outrora, do presente e do devir.

Como nas antigas aldeias africanas, toda a aprendizagem se dá pela oralidade; o conhecimento é passado pelos mais velhos aos mais novos. (BOTELHO; NASCIMENTO, 2011, p. 102).

O apreço à mulher negra idosa simbolicamente representada na Preta Velha remete ao lugar de afeto, zelo e cuidado tão necessários a uma comunidade que se vê muitas vezes tolhidas das trocas familiares, já que os terreiros de Umbanda no mais das vezes são frequentados por pessoas que têm os seus núcleos familiares desmantelados pelas péssimas condições sociais e econômicas que a sociedade brasileira estruturalmente capitalista, machista e racista reserva às pessoas negras “Numa sociedade racista, capitalista e patriarcal, os negros não recebem muito amor. “ (HOOKS, 2010)

Imageticamente representando o afeto, a resistência, a sabedoria, o amor e o carinho a Preta Velha é lugar de memória de onde são acessados mitos de matrizes culturais ressignificadas e que evidenciam valores de convivência e solidariedade, considerando:

- saber sobre si mesmo (autoconhecimento);
- reconhecimento e manutenção de valores de convivência comunitária;
- reverência aos ancestrais e aos espíritos dos familiares;
- apreço à figura da mãe, venerada quase como uma entidade;
- reverência aos velhos e velhas, como portadores de conhecimentos;
- preservação dos fazeres e saberes, costumes e histórias das comunidades;
- atenção para a educação de crianças e jovens, com os princípios e valores da comunidade;
- manutenção da família, enquanto instituição básica da sociedade. (MACHADO, 2011, p. 16)

O orgulho do pertencimento a uma tradição manifesta-se na apropriação de jeitos, olhares e maneiras que marcam a identificação com os elementos africanos sentidos e mostrados não só na postura corporal, na dança, no canto, na musicalidade, mas também na cosmogonia, na adoção destes ou aqueles princípios éticos que vão revelando a responsabilidade pela aprendizagem e pela possibilidade de também ser um vetor de transmissão dos fundamentos aprendidos, incorporados e projetados em uma norteadora do sentido da própria vida.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar as honras fúnebres, estabelecer contratos, que estas operações não são naturais (...). Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento de história, mas que lhe são devolvidos (...)" (NORA, 1993, p.13)

Mas, quem é Kambinda, Vó Cambinda? É uma mandingueira, uma mulher negra que guarda conhecimentos do povo antigo, que conhece feitiços, curas, rezas e plantas, é uma *griot*, que guarda memórias do seu povo, é uma mestra popular, uma guardiã de muitos conhecimentos, das histórias e preserva elementos das culturas africana, indígenas e afro-brasileira (BARROS, 2016)

6. Conclusões

Em qual lugar de memória situa-se a Vó Cambinda, a Vó Julieta, as Preta Velha?

Foram rainhas, mulheres negras que lutaram para garantir o necessário diálogo entre passado e futuro a partir de práticas que retomam as subjetivações e colocam as pessoas negras em um lugar de sua história, de

“sujeito atuante não apenas na sua construção e desenvolvimento pessoal, como também do próprio conhecimento que se busca acessível a futuras gerações”, “a memória histórica” (ARAUJO, 2004, 24).

Ao consideramos que “os feminismos, ainda que tão diferentes em suas trajetórias, mostram sua vitalidade e enorme força de propagação de idéias libertárias e igualitárias (COSTA, 2004, p. 5), concluímos que a Preta Velha é uma força feminista, um lugar de memória de luta das mulheres negras e que esse culto religioso se mantém na tradição das culturas que prezam a igualdade, o respeito às mais velhas e aos saberes ancestralizados transmitidos pelas mulheres.

A Preta Velha se mantém no imaginário coletivo *pari passu* com o culto ao Preto Velho ensinando aos mais novos valores caros às comunidades de culturas africanas e afro-brasileiras em que se observa o respeito às singularidades, às subjetividades e a igualdade em co-existência com as diferenças e a solidariedade, a caridade que é um princípio ensinado na Umbanda.

Sabemos da necessidade de atuações políticas para que atinjamos a justiça social, mas entendemos que a construção de uma coletividade mais humana, solidária, melhor para se viver é resultado de uma educação amorosa, continuada, como de regra ocorre nos espaços em que se adota pedagogias de matrizes africanas, a exemplo dos quilombos (LOPES, 2013), dos terreiros (BOTELHO, 2013), da capoeira (ARAUJO, 2004; ABIB, 2013).

Permanece, então, na ordem do dia a seguinte pergunta: Como valorizar e respeitar o contingente populacional afro-brasileiro enfrentando as imagens preconceituosas acionadas a partir do fato de que a maioria dos negros e negras brasileiros teve seus ancestrais sequestrados de várias nações do Continente Africano e as suas trajetórias terem sido subjugadas e escamoteadas da história oficial do país? (BOTELHO, 2013, p. 180)

Seguir caminhos de e descobertas, preservar esse lugar de memória em um leque que nos abre à frente com tantos instrumentos e patuás que nos são oferecidas por essa força trazida de tantos enfrentamentos é o que nos leva a prosseguir nas investigações e nas escritas que registrem, fortaleçam e sirvam de fonte a quem vem chegando para possam criar e descobrir as forças desse culto que é nossa memória, nossa história construída por nós.

7. Agradecimentos

Primeiramente agradeço às Preta Velha, pedindo benção e proteção da Vó Cambinda, da Vó Julieta, de todas as Preta Velha e, também, dos Preto Velho. Agradeço às Professoras, intelectuais, filósofas, pensadoras, escritoras Aida Monteiro, Amelia Maraux, Ana Alice Costa, Audre Lorde, Bell Hooks, Cidinha da Silva, Denise Botelho, Cecília Sardenberg, Hanna Arendt, Hulda Stadler, Jurema Werneck, Lélia Gonzalez, Lilian Lira, Luzânia Barreto, Marilena Chauí, Matilde Ribeiro, Meire Reis, Nanci Mangabeira, Paula Barreto, Rosangela Costa Araújo, Rosalira Oliveira, Salete Maria, Sueli Carneiro, Vanda Machado,

Zelinda, as companheiras do Grupo de Estudos GEPERGES Audre Lorde e todas que generosamente repartem os conhecimentos e sempre me ajudam a pensar.

Referências:

ABIB, Pedro (coord.). **Mestres e Capoeiras Famosos da Bahia**. Salvador: EDUFBA. 2013. 2ª edição.

ALVES, Meire Viana. **O Movimento da Mulher Negra Brasileira: História Tendência e Dilemas Contemporâneos**. Disponível em <http://www.geledes.org.br/o-movimento-da-mulher-negra-brasileira-historia-tendencia-ilemascontemporaneos/#axzz3Vtt8yCWt>. Acesso em 21.07.2014.

ARAÚJO, Rosangela Costa. **“Iê, Viva Meu Mestre. A Capoeira Angola da ‘escola pastiniana’ como práxis educativa”** Tese de Mestrado para a obtenção do título de Doutora em Educação na Universidade de São Paulo. 2004.

ARENDT, Hannah. **A Crise Na Educação**. 1957. http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/hanna_arendt_crise_educacao.pdf. Acesso em 23/01/2016.

AREVALO, Marcia Conceição da Massena. **Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto. I Encontro Memorial do Instituto de Ciências humanas e Sociais – Mariana / MG, 9-12 de novembro de 2004**. Disponível em www.anpuh.org/arquivo/download?!ID_ARQUIVO=62. Acesso em 20/03/2016.

BARROS, Iolanda. **Raquel Trindade, a Rainha Kambinda. 2016. Disponível em <http://www.afreaka.com.br/notas/raquel-trindade-rainha-kambinda/>**. Consulta em 30/03/2016.

BOTELHO, Denise. **Educação e Candomblé: Contribuições para a discussão de Raça e Gênero**. 2014. Disponível em <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/view/2312>. Acesso em 20/02/2016.

BOTELHO, Denise. Lei nº 10.639/2003 e educação quilombola – inclusão educacional e população negra brasileira *in* TRINDADE, Azoilda Loretto. (Org.) **Africanidades brasileiras e educação [livro eletrônico]: Salto para o Futuro**. Rio de Janeiro : ACERP; Brasília: TV Escola, 2013. p. 178 – 183.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil.**

Brasília: Senado Federal, 1988.

HALL, Identidade cultural e diáspora in **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico nacional**, n. 24. 2006. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/0B4cygHcgV5pRFFsTHJvWmxHajQ/view>. Acesso em 20/01/2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós – modernidade/** tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOOKS, Bell. **Vivendo de Amor.** Tradução de Maísa Mendonça. 2010. Disponível em <http://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em 12/02/2016.

LOPES, Ana Lucia. Kalunga, escola e identidade – experiências inovadoras de educação nos quilombos in TRINDADE, Azoilda Loretto. (Org.) **Africanidades brasileiras e educação [livro eletrônico]: Salto para o Futuro.** Rio de Janeiro : ACERP; Brasília: TV Escola, 2013. p . p. 172 – 177.

MACHADO, Vanda. **Mitos afro-brasileiros e vivências educacionais.** Secretaria Municipal da Educação e Cultura.: Salvador. Disponível em <http://smec.salvador.ba.gov.br/documentos/mitos.pdf> Acesso em 20/01/2016.

NORA, Pierra. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História.** São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em 20/01/2016.

MARQUES, Francineide. **O feminismo que ginga: mulheres capoeiristas angoleiras em Salvador nos anos 1980.** 2015. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/genero/trabalhos/TRABALHO_EV046_MD1_SA8_ID1446_04052015193552.pdf. Acesso em 23/12/2015

SANTOS, Valdicleia Silva. **As bolsas de mandinga no espaço atlântico: século XVIII.** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor. 2008. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-23042009-095859/pt-br.php>. P. 21. Acesso em 12/12/2014.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo *in* **Revista da ABPN**, v. 1, n. 1 - mar-jun de 2010. Disponível em <http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/view/20/10>. Consulta em 30/09/2015.

CAMINHOS DO SAGRADO: MULTICULTURALISMO E DIVERSIDADE RELIGIOSA NO ESPAÇO ESCOLAR

Juliana Cintia Lima e Silva

Resumo

Pensando nas discussões atuais acerca da liberdade religiosa e a emergência do discurso do “multiculturalismo” procuro compreender como as crianças lidam com o conteúdo das religiões afro-brasileiras que é trabalhado nas escolas. Para mim é importante perceber qual o lugar e significado das religiões afro-brasileiras dentro da visão infantil de religião e qual o peso da influência cristã na elaboração de tais conceitos. Observando a interação entre estes elementos e as estratégias infantis de apropriação dessas influências, torna-se possível compreender o processo de reprodução e as transformações do campo religioso brasileiro, bem como, as novas relações que estabelece com a sociedade de uma forma mais ampla.

Palavras-chave: Religião. Infância. Sociabilidade.

Introdução

O propósito deste trabalho é desenvolver uma análise interpretativa que visa compreender os processos dinâmicos de manutenção do conteúdo cristão como base dos discursos e experiências socialmente compartilhados na sociedade brasileira a partir de um estudo da concepção infantil de religião. Voltei o meu olhar para a o universo infantil no intuito de perceber como as crianças lidam com estes conteúdos e como elas manipulam e adaptam a visão religiosa criando espaços de resignificação e sobrevivência.

Pensando nas discussões atuais acerca da liberdade religiosa e a emergência do “multiculturalismo”, como uma alternativa para tentar abarcar a atual profusão de crenças que encontramos no Brasil, procuro perceber quais os reais impactos do discurso da diversidade e sua repercussão no ambiente escolar. Trata-se de observar como as crianças interagem com estas diferenças e como elas articulam as influências que recebem dos pais, professores e das relações de amizade. Também procuro compreender como as crianças lidam com o conteúdo das religiões afro-brasileiras que é trabalhado na escola. Para mim é importante perceber qual o lugar e significado das religiões afro dentro da visão infantil de religião.

Vivemos em uma sociedade que em seu processo de surgimento e ao longo de sua constituição histórica e política teve como um aporte cultural e simbólico fundamental a religião, no que se refere à tradição cristã, representada pela supremacia da Igreja Católica. Tal configuração do campo sócio-religioso brasileiro se manteve durante séculos e se constituiu enquanto política da Santa Sé no enfrentamento da situação de crise provocada pelos cismas protestantes. A supremacia católica também foi reforçada ao longo dos séculos por uma aliança política e institucional entre o Estado (representado pela Coroa Portuguesa e depois da independência pelo próprio Governo Republicano) e a Igreja Católica na tarefa de compor a elite dirigente da nossa sociedade. O campo da educação sempre foi um ambiente privilegiado dessa atuação religiosa, um meio onde ela sempre esteve preponderante, sendo da Igreja Católica em princípio e por um longo período, as iniciativas mais substanciais. Tal atuação prolongada da religião deixou marcas profundas que ainda se fazem sentir atualmente.

Ao longo do amadurecimento das instituições republicanas e principalmente das idéias de liberdade e igualdade, que tem como correspondente no campo religioso as idéias de liberdade religiosa e igualdade de direitos entre os diferentes credos, a situação hegemônica católica foi sendo modificada. O

catolicismo foi aos poucos cedendo espaço no campo religioso a outras denominações, que através de diversas estratégias de pressão foram conquistando espaço e legitimidade. Dentro desse processo vale destacar que as religiões de matriz africana continuaram sendo desprestigiadas política e religiosamente. Elas só conseguiram galgar algum respeito buscando legitimidade por uma via culturalista (GIUMBELLI, 2008).

Ao ver negado o espaço de reconhecimento enquanto religião pelo argumento da liberdade de culto, que em relação aos cultos afro-brasileiros é constantemente esquecido, as religiões de Matriz Africana constituíram sua legitimidade através da sua inserção na cultura pública. O exemplo mais forte dessa estratégia está na relação entre o Candomblé e a identidade baiana. Por esta via culturalista a religião é vista como um elemento, que compõe a diversidade da sociedade, e em termos de memória deve ser respeitada e “preservada”, como um dado histórico e cultural¹.

Ainda hoje nossa sociedade apresenta uma forte adesão ao catolicismo, apesar de ressaltarmos as crescentes mudanças dentro desse vasto campo, como por exemplo, o crescimento expressivo do neopentecostalismo. As mudanças que ocorrem no campo religioso na atualidade nos colocam o desafio de tentar compreender o impacto do crescimento dessas novas denominações para a religião majoritária e para o segmento afro-brasileiro. Mas o nosso principal foco é compreender de que modo o catolicismo ainda se mantém tão consolidado, apesar das mudanças recentes, e como os conteúdos religiosos vinculados ao cristianismo continuam a permear a nossa sociedade.

Observando as políticas de construção da diversidade e as estratégias de tolerância e liberdade religiosa desenvolvidas no Brasil percebemos que no que se refere às religiões afro-brasileiras as políticas de reparação têm gerado conflitos. Um lócus em especial tem sido alvo destas políticas de reparação, a saber, a escola. É na escola que o governo em suas diversas instâncias e com mais ou menos intensidade tem desenvolvido ações afirmativas e políticas de valorização da cultura negra. Tal movimento gera reações contrárias principalmente por parte de pais dos estudantes e funcionários.

Apesar das polêmicas, projetos de ação afirmativa vêm sendo implementados na rede de Ensino Público e adotados em algumas escolas da rede Privada

1 Para uma discussão mais aprofundada acerca das diversas estratégias de legitimação da religião na sociedade brasileira ver o artigo de Emerson Giumbelli, *A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil* (2008).

de Ensino. Desta convivência emergem conflitos silenciados pela correlação de forças desigual entre as religiões cristãs e não-cristãs. Esta hierarquização também se encontra representada dentro do universo escolar e é o foco deste estudo analisar como a permanência de uma visão preconceituosa em relação às religiões afro-brasileiras está relacionada com a manutenção de um conjunto de conteúdos cristãos que desqualificam estas manifestações religiosas.

Além disso, o ensino desses conteúdos coloca em evidência diversas estratégias de (in)tolerância com relação aos elementos afro-brasileiros em nossa sociedade. O contato das crianças com as múltiplas influências presentes no meio escolar, mediadas pelas diferentes afiliações religiosas dos pais (ou a ausência de qualquer afiliação), dos professores e dos conteúdos ligados às religiões afro-brasileiras demanda a construção de novas estratégias de acomodação/negação.

Ao longo desta análise procuro demonstrar de que forma estes processos ocorrem no ambiente de socialização escolar, com o intuito de perceber como as crianças vivenciam essa realidade difusa e como elas a constituem simbolicamente a partir da negociação de significados. Considero com especial atenção a Matriz Católica Sincrética enquanto forma subscrita da sociabilidade brasileira, que não mais precisa ser afirmada tal é a sua perpetração no imaginário geral. Compartilho a visão de Ronaldo Almeida (2007) que demonstra o caráter coextensivo do catolicismo na ordem cultural brasileira a partir do conceito de “cultura católico-brasileira” que demonstra que o conflito entre evangélicos e afro-brasileiros se dá “sob um solo católico”, que por sua situação social envolvente molda parcialmente o conflito (ALMEIDA, In: SILVA 2007:175-6).

Adotarei tal abordagem porque esta se apresenta como peça indispensável para a compreensão das estratégias por meio das quais é formada a concepção infantil de religião. Porém considero de suma importância a análise de outros matizes que fazem parte da realidade religiosa brasileira e que também se fazem presentes no cenário recifense: as Igrejas Neopentecostais e as Religiões Afro-brasileiras. Observando a interação entre estes elementos e as estratégias infantis de apropriação dessas influências, torna-se possível compreender o processo de reprodução e as transformações do campo religioso brasileiro, bem como, as novas relações que estabelece com a sociedade de uma forma mais ampla.

Com relação à escola especificamente, consideramos que seja o espaço privilegiado de nossa investigação por diversos motivos. Em primeiro lugar a instituição escolar tem um lugar privilegiado na estrutura social contemporânea.

A ela são atribuídos os poderes de transmissão do capital sociocultural aos mais jovens (SINGLY, 2007). Também é a escola a instituição detentora do poder de definição das potencialidades dos indivíduos que é medida através do mérito no cumprimento dos deveres escolares ao longo de toda a trajetória dos sujeitos. A organização familiar moderna se erige em torno da transmissão e ascensão cultural que somente pode ser conseguida através do sucesso escolar dos descendentes (SINGLY, 2007). E por esses motivos a escola tem ampliado cada vez mais seus poderes em relação ao controle da infância, ela participa do estabelecimento de um outro padrão de relações familiares que se centra em torno das crianças.

Em segundo lugar, a escola é o espaço onde as crianças passam a maior parte do seu dia e onde, longe do controle estrito dos pais, elas desenvolvem as relações entre seus pares. É além de tudo, o espaço de contato com visões e valores diferentes, um espaço de confronto com a diversidade e de estabelecimento de alianças e rupturas com certos conteúdos. É principalmente na escola que a criança exercita sua capacidade de interação e avalia o peso e a aceitação dos valores e dos conteúdos que recebe. E por último, o exame da literatura sobre religião e escola revela que a discussão central neste campo gira em torno da polêmica sobre a disciplina ensino religioso.

Tal discussão restringe a análise à apenas uma dimensão isolada da realidade que na verdade é muito mais complexa.² A religião não se encontra inserida no meio escolar apenas dentro do espaço circunscrito de uma disciplina, ela foi, na verdade, e por muito tempo, a fonte disseminadora de educação no país. Tendo controlado o campo educacional por um tempo prolongado a religião se insinua em vários âmbitos, como por exemplo, nas festas marcadas por datas do calendário católico, na fala de professores, pedagogos e outros funcionários, como estratégia disciplinar e como base da promoção de uma conduta moral adequada.

Devemos deixar claro que quando se fala em um controle do campo educacional por parte da religião nos referimos principalmente ao catolicismo e suas iniciativas, como por exemplo, os colégios jesuítas e de outras ordens eclesiais que durante um período longo detiveram uma parcela considerável de poder em relação ao universo escolar. Esta influência reverbera ainda hoje e, como

2 Para uma discussão mais detalhada ver: CAMPOS, Roberta B. C., PAIVA Jr., Geová S., Et al. *Pesquisando o invisível: percursos metodológicos de uma pesquisa sobre sociabilidade infantil e diversidade religiosa*. In: IV Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, 2009.

em outras dimensões da sociedade, molda de forma subscrita as condutas e abordagens do tema religião, além de fomentar certos discursos morais, regras de conduta, disciplina e preceitos éticos cristãos.

Desse modo, fica claro o quanto a investigação sobre o como as crianças percebem e dão sentido à diversidade religiosa é importante, uma vez que, é através delas que podemos compreender continuidades, rupturas e resignificações de categorias e valores culturais presentes em nossa sociedade, além de vermos mais claramente como e através de quais mediadores (escola, família, instituições religiosas, etc.) elas constroem seu universo cultural. Falo da religião em especial, pois é o aspecto que me estimula à investigação. Mas à luz dos diversos argumentos apresentados é possível apreciar a complexidade do universo escolar que se revela riquíssimo às mais diversas abordagens, sob os mais variados aspectos.

Percurso metodológico

O universo de pesquisa estudado encontra-se situado na cidade do Recife, mais especificamente no bairro da Várzea. Este bairro tornou-se alvo de nossa atenção por seu caráter heterogêneo em termos sociais, em função da proximidade com as duas maiores universidades do estado (UFPE/UFPE), fato que influenciou o processo de urbanização das áreas em seu entorno. Além disso, na Várzea estão situadas estas duas escolas que vivenciam uma convivência com conteúdos programáticos de caráter pedagógico da cultura afro-brasileira, o que se constituiu em interesse da pesquisa.

Vale a pena ressaltar que a cidade do Recife em sua composição religiosa não destoa da caracterização nacional, tendo o catolicismo um lugar majoritário. Também é verdade que as denominações pentecostais e neopentecostais têm ampliado seus quadros nesta localidade onde testemunhamos uma profusão de “igrejas” os quais o crescimento e diversificação frenéticos não são possíveis acompanhar. Além disso, não podemos esquecer que uma política municipal de valorização do “multiculturalismo” tem criado espaços de projeção para as religiões afro-brasileiras e que suas expressões artístico-religiosas (maracatu e afoxé) sempre estiveram presentes na cena recifense e a cada dia se tornam mais “valorizadas” principalmente pela indústria cultural, como atrativo turístico. Ao mesmo tempo esta é uma cidade fortemente influenciada pela religiosidade cristã. Onde a Igreja Católica, representada pela Arquidiocese de Olinda e Recife, se faz muito presente na esfera pública, tendo espaço garantido no cotidiano da cidade, na política e nos meios de comunicação.

Quanto às escolas onde se desenvolveu a pesquisa uma delas faz parte da Rede Privada de Ensino e se destaca por sua política de valorização da cultura e por um projeto político-pedagógico voltado para a discussão de temas relacionados com a temática “diversidade cultural”. Nesta escola são desenvolvidas atividades integradas entre as aulas de história, um projeto específico que é voltado para turma pesquisada, as aulas de dança popular (principalmente maracatu e coco de roda) e de artes.

Já a outra escola faz parte da rede Municipal de Ensino e tem como característica diferenciada ser uma instituição de ensino em tempo integral. Apesar desta modalidade hoje está associada a um projeto de escola modelo, este não é o caso da escola pesquisada. Na verdade, o que torna esta escola diferenciada é o fato dela ter feito parte de uma rede institucional municipal para recuperação de crianças de rua que se chamava “Lar”. Atualmente ela não tem mais o perfil de atendimento às crianças de rua, mas as crianças atendidas provêm de um estrato social muito carente e necessitam de atenção diferenciada, pois se encontram, em sua grande maioria, em situação de risco social.

Também nesta escola o conteúdo relacionado com a cultura afro-brasileira está presente em oficinas de dança (maracatu, afoxé, frevo, etc.) e de percussão, oferecidas pela Prefeitura do Recife. Em relação ao perfil das crianças trabalhamos com uma turma do quinto ano (antiga quarta série) em cada escola, onde as crianças têm uma faixa etária por volta dos dez anos de idade.

A metodologia utilizada ao longo da pesquisa que dá origem ao presente trabalho monográfico é qualitativa. Esta estratégia de coleta de dados foi utilizada visando um maior aprofundamento das questões de relevância da pesquisa através de uma convivência sistemática no universo escolar. Tal procedimento metodológico faz-se pertinente, uma vez que, possibilita um contato maior com a realidade que se pretende estudar além de proporcionar uma maior profundidade de análise acerca da validade e qualidade dos dados coletados. Após o devido consentimento das instituições e dos diversos participantes (professores, estudantes e responsáveis) envolvidos na pesquisa iniciamos a observação participante das atividades escolares buscando observar as crianças em momentos distintos do seu cotidiano escolar.

Além da observação participante, as entrevistas figuraram como outro elemento de extrema importância na coleta de dados. Lembrando sempre de levar em consideração as relações hierárquicas valorizadas em nossa sociedade onde os adultos são vistos pelas crianças, dentro do contexto escolar, como professores. Procuramos sempre deixá-las a par de nosso lugar na escola, salientando que nenhuma avaliação ou julgamento foi realizado por parte dos adultos

envolvidos. Bem como sempre ressaltamos o caráter anônimo das instituições escolares e dos diversos participantes da pesquisa (professores, estudantes e responsáveis).

Quanto ao conjunto de dados utilizados para a confecção deste artigo utilizei meus dois relatórios de pesquisa de iniciação científica (PIBIC), meus relatórios de campo e os do meu colega Geová Silvério Jr. Também fiz uso das entrevistas realizadas por nós num total de 20 entrevistas na escola particular e 19 entrevistas na escola pública.

O estudo da infância: algumas abordagens teóricas

Tendo o intuito de estabelecer uma reflexão acerca dos processos de modificação do campo religioso no que se refere aos impactos que causa na sociedade em geral, bem como, compreender a relação complexa entre religião e sociedade, através dos movimentos de democratização, buscamos voltar nosso olhar para uma das dimensões dessa relação, a saber, a educação. Tal decisão se baseia no fato de que através da percepção dos processos de negociação de sentidos estabelecidos a partir das relações infantis podemos perceber como os movimentos de tolerância e intolerância religiosa se contrapõem e se retroalimentam numa relação simbiótica e antagônica, além de discutir como o desenvolvimento do conceito de diversidade religiosa/cultural se estabelece com mais ou menos consistência em meio aos avanços e retrocessos engendrados pelo avanço da liberdade religiosa.

Ao reconhecer o universo infantil como este importante foco da análise, Clarice Cohn (2005) nos traz importantes reflexões acerca do papel fundamental da infância para a compreensão do desenvolvimento dos mais diversos âmbitos da sociedade. A autora coloca em discussão a intrigante questão da abordagem em negativo da criança, uma vez que, geralmente quando se fala em criança ou em infância ela é usada como “[...] contraponto para falar de outras coisas” (2005:8). Este tipo de abordagem é problemática, pois traz consigo imagens preconcebidas e impede uma abordagem desse universo que revele sua lógica interna tentando compreender o que há nele de singular, bem como as relações que estabelece com a sociedade.

Ao fornecer “[...] um modelo analítico que permite entender as crianças por si mesmas” (2005:9), sem tentar mediar essa compreensão, através de esquemas interpretativos exteriores, a antropologia contribui para um avanço nos estudos sobre as crianças. Como coloca Cohn, ela nos permite “escapar

daquela imagem em negativo, pela qual falamos menos das crianças e mais de outras coisas” (2005:9). A antropologia também nos permite ver a criança como um sujeito social atuante “que tem um papel ativo na constituição das relações sociais em que se engaja” (Ibidem, p.28).

Tal afirmação tem o propósito de reforçar uma visão da criança que contraponha todo um discurso de passividade e tutela em relação a elas. As crianças não apenas internalizam as regras e os papéis de um sistema que lhes é anterior, mas atua na reelaboração e estabelecimento de algumas das relações sociais que o sistema lhes abre como possibilidade. Deste modo interessa-nos investigar como as crianças interpretam, formulam e dão sentido ao mundo que as rodeia buscando entender a partir de que sistema simbólico elas elaboram o sentido e os significados.

A abordagem centrada na perspectiva infantil não pretende repousar o foco exclusivamente na criança. Concordo com Flávia Pires³ quando afirma que “[...] compreender a religiosidade infantil pode levar-nos a melhor compreender a religiosidade nos moldes adultos”. Como coloco anteriormente o que pretendo com este estudo é estabelecer uma reflexão acerca dos processos de modificação do campo religioso no que se refere aos impactos que causa na sociedade em geral. Para isso centro meu olhar na percepção infantil com o intuito de estabelecer uma análise que compreenda a dimensão processual e dinâmica dos conteúdos religiosos sem deixar de lado uma reflexão acerca de como se estabelecem as ligações entre os saberes infantis e os saberes adultos. Não se trata de dar mais peso a um ou a outro lado da balança, mas perceber de que forma eles se relacionam dando uma ênfase especial, no caso deste trabalho, a perspectiva infantil. Esta ênfase especial se justifica pela compreensão da plausibilidade das significações infantis que nos permite conhecer aspectos do real que muitas vezes se encontram ausentes nos adultos.⁴

Mariza Corrêa (2006) também colabora com as nossas reflexões uma vez que analisa a condição da infância no Brasil revelando sua historicidade, os discursos e as disputas envolvidas na sua constituição. Seu trabalho revela o quanto o desenvolvimento desse conceito no país está ligado a uma preocupação com a relação entre “crianças abandonadas” e o crime. Tal visão está atrelada ao discurso higienista e vê o crime como um desvio de conduta que

3 PIRES, Flávia Ferreira. Quem tem medo de mal assombro? Religião e infância no semi-árido nordestino. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

4 Para uma análise mais acurada ver: Ibidem, p. 21-38

manifesta uma “anormalidade da condição humana”. Tal afirmativa encontra-se expressa em falas de autoridades da época que Mariza cita ao longo de seu texto.⁵ Sua contribuição é muito importante por mostrar a construção da categoria “menor infrator/menor abandonado” e como ela ainda reverbera no que chamamos hoje de criança em situação de risco social.

Além disso, demonstra a importância da religião no cuidado aos menores e na realização de obras sociais. Ao colocar uma lista das instituições que em 1930 eram responsáveis pelos cuidados dispensados aos menores carentes e/ou infratores revela a estreita e indissociável ligação destas organizações com a Igreja Católica, sendo em sua grande maioria entidades mantidas pela própria igreja. Em suma, seu trabalho nos revela como é moldado todo um campo de controle da infância que vai desde a medicina até a educação tendo a escola uma parcela considerável de poder e prerrogativas de controle das crianças e a religião um papel de assistencialismo com uma tônica de valorização da moral e dos bons costumes (cristãos) “imprescindíveis” na recuperação dos “menores”.

Sendo a escola vista nesta perspectiva como um prolongamento do ambiente doméstico onde as crianças devem ser educadas em consonância com as crenças dos seus pais a incorporação de conteúdos que se refiram às religiões não-cristãs, em particular as religiões afro-brasileiras, gera tensões e conflitos dentro de uma configuração cultural cristã. Também podemos ver a escola como um importante espaço de socialização entre pares. Ela é também um espaço onde as crianças se relacionam umas com as outras sem o controle rígido dos pais e assim podem atuar de forma reflexiva influenciando e sendo influenciadas mutuamente.

O lugar do cristianismo dentro de uma visão liberal de religião

A escola particular que figura como nosso objeto de estudo está situada no bairro da Várzea na cidade do Recife. Trata-se de uma escola muito bem conceituada em sua proposta político-pedagógica, sendo inclusive premiada por seu pioneirismo no que se refere à implantação de algumas políticas educacionais de valorização da história e cultura regional. O público alvo desta instituição é a classe média, sendo os pais das crianças em sua maioria integrantes dos quadros que se encaixam neste perfil.

5 Para uma discussão mais aprofundada ver: CORRÊA, Mariza. A cidade dos menores, In: FREITAS, Marcos Cezar de. História social da infância no Brasil. 6. Ed – São Paulo: Cortez, 2006.

Nesta escola os espaços privilegiados de nossa observação foram as aulas de história e de projeto que são disciplinas onde as crianças participam de atividades relacionadas com a temática “cultura popular” e onde foi trabalhado o conteúdo de cultura afro-brasileira. O projeto da turma do quinto ano tem como objetivo discutir o “multiculturalismo”, com um recorte específico voltado para o processo de formação do povo brasileiro, e uma atenção especial para a contribuição da cultura negra na formação da identidade brasileira. Também estavam integradas com o projeto as aulas de dança, onde as crianças aprenderam alguns passos de coco de roda e maracatu e as aulas de artes, onde desenvolviam atividades relacionadas com a temática, como por exemplo, fazer a maquete de uma casa de taipa. Procuramos nos integrar ao cotidiano das crianças estando na aula e também no intervalo, onde brincávamos e conversávamos sobre assuntos variados.

O desenvolvimento da disciplina projeto nos trouxe alguns fatos interessantes. Em primeiro lugar, foi nessas aulas que o conteúdo afro apareceu e durante estas aulas que as crianças falaram um pouco de religião e de sua percepção a respeito da diversidade. A disciplina foi conduzida pela professora a partir de um resgate histórico que remetia ao período da colonização e se desdobrava até a atualidade. O que me chamou muita atenção é que quando a professora tentava fazer com que as crianças falassem dos negros num contexto atual e não o da escravidão elas sempre remetiam ao passado. Ao prestar atenção em suas falas parecia que os negros eram coisa do passado, era como se com a abolição os negros tivessem se retirado da cena. Além disso, quando o assunto é a religião de forma direta as crianças não conseguem ver as religiões afro-brasileiras como religiões de fato e não reconhecem o politeísmo como um culto legítimo.

Isso ocorre, mas não significa que as crianças não tenham uma ideia de religião definida, o acontece é que a definição de religião corrente entre elas tem um modelo monoteísta imbuído de conteúdo cristão, onde religiões não-cristãs não se encaixam gerando certa confusão e estranhamento. Suas falas estão fundamentadas a partir de um modelo limitado de modo que a percepção das religiões afro se dá de uma maneira muito superficial e folclórica. Suas falas também são, até um certo ponto, preconceituosas e contém elementos de um discurso depreciativo em relação às religiões de matriz africana.

Quando questionadas acerca do seu conhecimento sobre religião, apesar de terem passado um semestre estudando a cultura negra, inclusive as religiões afro-brasileiras com ênfase especial ao candomblé, não o citaram em suas

respostas. A análise das entrevistas⁶ realizadas mostra que em todas as respostas as crianças citam o catolicismo como uma religião que eles “sabem que existe”, em sua grande maioria também citam os evangélicos e os espíritas e em alguns casos citam o budismo. Quando perguntamos as crianças de forma muito direta quais as religiões que elas sabem que existem pudemos perceber que a categorização das crianças acerca de quem faz parte do universo religião é muito limitada e está circunscrita ao cristianismo, seja o catolicismo ou o que denominamos evangélicos, também o espiritismo é lembrado por algumas, mesmo aquelas que não tem pais espíritas, e o budismo é usado como elemento de diferenciação, como uma religião estrangeira. Também considero relevante comentar que apenas uma criança vai além da caracterização acima elencada (católicos, evangélicos, espíritas, etc.) incluindo também os judeus e os mulçumanos em sua resposta.

A partir das respostas dadas foi possível perceber que, mesmo quando elas incluem uma religião não-cristã em suas respostas, o candomblé está ausente. Apesar de terem estudado a respeito dessa religião e visitado um terreiro onde ouviram uma palestra a respeito. Elas citam o budismo, religião pouco comum no universo social e cultural em que se encontram inseridas, mas o candomblé, que foi estudado pela turma, permanece não sendo elencado em suas respostas.

Como as crianças não citaram as religiões afro-brasileiras fizemos perguntas a respeito para poder avaliar o conhecimento que elas obtiveram através dos seis meses de desenvolvimento do projeto. Pude perceber que as religiões afro-brasileiras são interpretadas pelas crianças de uma maneira muito folclórica e também são remetidas ao passado, como se só tivessem existido de fato na época da escravidão, sendo praticadas pelos escravos ou mesmo que existem hoje apenas lá na África. Devemos levar em consideração que a “ignorância” também pode ser lida como um ato de (in)tolerância, uma vez que retira do “outro” o status de existência. Aquilo que não existe não precisa ser respeitado, aquilo que se mantém afastado historicamente (“*religião do tempo da escravidão*”) ou geograficamente (“*é a religião dos africanos*”) também não deve ser considerado.

O trabalho de observação desenvolvido nesta escola e as entrevistas feitas com as crianças nos revelam certas nuances de como a religião permeia o espaço

6 Análise baseada num universo de 18 entrevistas realizadas com as crianças. Contamos com prévia autorização por escrito por parte de pais ou responsáveis.

público⁷ de um modo muito sutil. Apesar de não ser discutida abertamente e de sempre ser remetida à esfera particular ela estrutura certas dimensões de nossa sociabilidade e controla as relações dos indivíduos com certos conteúdos. No entanto não pretendo generalizar tais posturas em relação à religião, nem tomar este estudo de caso como válido para a sociedade como um todo. O que há de generalizável nesses conteúdos é o fato da religião permanecer como uma dimensão que exerce forte influência sobre os indivíduos.

Devo destacar ainda que é muito relevante perceber a plasticidade que os conteúdos cristãos vêm adquirindo como estratégia de permanência na sociabilidade brasileira estando presentes como um modo de pensar que traduz a sociedade, não mais pela simples associação entre identidade nacional e catolicismo⁸, mas numa desvinculação destes conteúdos de uma denominação religiosa particular. O que quero dizer é que os conteúdos cristãos são compartilhados sem que precisem do aporte institucional de uma religião seja ela católica ou evangélica. Eles estão presentes no modo de pensar das pessoas e as tornam suscetíveis aos discursos religiosos em geral desde que tenham qualquer vínculo com estes conteúdos.

Uma relação pragmática com a religião

A escola pública que é foco desta pesquisa está situada no bairro da Várzea e possui um perfil diferenciado em relação às demais escolas da Rede Municipal de Ensino. Isso se deve ao fato dela ter sido construída originalmente com uma proposta de atendimento a crianças de rua. Ela surge com o nome de “Lar” e atende crianças de rua em tempo integral, funcionando como um abrigo para onde elas são recolhidas quando retiradas das ruas. Atualmente este perfil foi modificado, uma vez que, a escola não está mais voltada ao atendimento de crianças de rua.

7 Quando falo em espaço público estou me referindo à diferença mais geral entre público-privado e a o espaço socialmente compartilhado pelos indivíduos, o lugar onde se dão as interações sociais e onde se interpenetram as subjetividades e as instituições. Esta visão contempla uma dimensão relacional deste espaço público como o lugar onde o indivíduo se torna sujeito ao compartilhar sua experiência no fluxo da sociabilidade.

8 Expressões como: “Todo brasileiro é católico” são um exemplo da associação entre identidade nacional e religiosa que com as mudanças recentes na composição do campo religioso fazem cada vez menos sentido.

Mas apesar disso, ela mantém algumas características da sua antiga função, como por exemplo, o atendimento em tempo integral. Vale ressaltar que a estrutura física da escola⁹ relembra, a todo o momento, sua antiga função. Além disso, o perfil das crianças atendidas na escola atualmente continua sendo o de crianças carentes, oriundas das classes sociais menos favorecidas e a maioria delas estão enquadradas em uma situação de risco social. Por conta do caráter de regime integral a escola desenvolve um trabalho diferenciado com as crianças, onde se enfatiza muito uma mudança da conduta violenta e indisciplinada que elas apresentam.

O que podemos notar também são as imensas dificuldades que os profissionais desta instituição enfrentam, pois vivenciam a precariedade das condições de trabalho de um profissional da educação pública e tem que lidar com a precariedade em que estão imersas as crianças, que carecem de atenção e cuidados, que muitas vezes estão além das possibilidades daqueles que ali trabalham. Também na fala destes profissionais é perceptível um sentimento de impotência e descrédito em relação às crianças. O que eles tecem em relação a elas é um discurso conformista alinhado com uma visão pessimista de que essas crianças não têm jeito. A única coisa que eles podem fazer é tentar mantê-las sob controle.

O que posso afirmar é que a escola pública pesquisada enfrenta muitos problemas e que suas dificuldades em lidar adequadamente com as questões que surgem em seu cotidiano necessitam de um esforço que vai muito além do campo a educação. Estes problemas também repercutem neste ambiente e nas estratégias de enfrentamento dos profissionais que ali atuam. Mesmo a inércia e falta de comprometimento de alguns se deve em parte a frustração de se ver

9 A estrutura da escola demonstra que ela foi planejada para o atendimento de crianças de rua. Isso é percebido com clareza uma vez que além de portas as salas de aula possuem grades e as janelas são estreitas e também gradeadas, as instalações da escola são divididas em pavilhões. As crianças têm seu acesso aos espaços limitado por barreiras físicas, portões e grades de ferro. Tal arquitetura está de acordo como que discute Mariza Corrêa acerca da concepção de menor abandonado/infantor/delinquente que evolui para o que se denomina hoje como criança em situação de risco social. Na verdade, o que esta arquitetura revela é a visão do Estado a respeito destas crianças em particular como “casos perdidos”. O discurso superficial do resgate e da recuperação destas crianças não se traduz na prática. Na realidade, o que se empreende é um condicionamento destas crianças e jovens para o espaço futuramente reservado para elas, a saber, o sistema prisional. Para uma discussão mais aprofundada ver: CORRÊA, Mariza. A cidade dos menores, In: FREITAS, Marcos Cezar de. História social da infância no Brasil. 6. Ed – São Paulo: Cortez, 2006.

numa profissão desvalorizada, sem apoio real para desempenhar plenamente suas funções e diante de situações que não se veem em condições de reverter.

Com relação à religião especificamente posso afirmar que ela está presente de diversos modos neste espaço. A começar pelo nome da escola que faz uma referência clara ao cristianismo. Além disso, na porta da secretaria da escola está afixado um adesivo com uma imagem de Nossa Senhora de Fátima, e como nos revelou a diretora em entrevista, o período de aulas é iniciado com uma oração (o pai nosso).

A análise do material coletado através da observação participante e das entrevistas revela o quanto o ambiente escolar em questão está permeado pela religião. A escola não só apresenta uma forte presença de elementos de cunho religioso como incentiva o apelo à religião enquanto recurso para tentar disciplinar as crianças e modificar seu comportamento agressivo. O conteúdo religioso relacionado ao cristianismo está presente em diversos momentos da vida escolar, como por exemplo, durante a comemoração da páscoa (festividade que em si já tem uma conotação religiosa cristã), na sala dos professores, em trabalhos escolares, em murais e cartazes. Por toda escola encontramos cartazes com trechos bíblicos que enfatizam preceitos morais cristãos, como por exemplo, “amar o próximo como a si mesmo”, acompanhados de figuras como a de Jesus Cristo ou então o Smilingüido¹⁰.

A presença de conteúdos relacionados com a cultura afro-brasileira que remetem às religiões afro-brasileiras aparece, neste contexto, através das oficinas oferecidas pelo IASC¹¹. A escola dispõe de dois professores de dança popular um no período da manhã e outro no período da tarde e também um professor de percussão que dá aulas pela manhã. Percebemos que a inserção destas atividades não tem nenhuma ligação com atividades desenvolvidas em sala de aula, apesar do ensino de cultura afro-brasileira já fazer parte do currículo destas escolas oficialmente.

As atividades relacionadas à cultura popular estão incluídas no contexto escolar como momentos recreativos das crianças e como atividades voltadas

10 É uma formiga que aparece sempre ao lado de uma mensagem bíblica ou de cunho religioso. É muito popular entre os evangélicos.

11 Instituto de Assistência a Criança e o Adolescente (IASC). O trabalho com a dança popular que inclui maracatu, afoxé, samba de roda, entre outras faz parte de uma política municipal de valorização das manifestações culturais do estado. Por isso há um incentivo ao desenvolvimento de atividades relacionadas a cultura popular nas escolas da Rede Municipal, que neste caso é desenvolvido pelo IASC.

para momentos festivos, como por exemplo, o carnaval, onde ocorrem apresentações de frevo e/ou maracatu ensaiadas durante as aulas de dança e apresentações em eventos promovidos pelo IASC ou pela Prefeitura do Recife. Apesar destas danças e da música ensinada nas aulas de percussão ter forte ligação com as religiões afro-brasileiras, principalmente o candomblé, estas questões não são trabalhadas na escola. A relação destas danças populares com elementos culturais ligados ao universo religioso afro-brasileiro é esvaziada.

A ênfase dada é sob uma perspectiva cultural e se faz o mínimo de referência a relação entre as danças, a percussão e as religiões afro-brasileiras. Mas isso não significa que as crianças não dispõem deste conhecimento, apenas que esta relação tem seu peso diminuído ao máximo visando um engajamento delas nas atividades. Apesar de participarem das atividades as crianças também as avaliam de modo pejorativo identificando-as com o termo macumba, que é usado pelas crianças para identificar tudo o que para elas tem relação com o mal, o diabo, o capeta, etc.

As crianças participam das atividades de dança apesar de veicularem este tipo de discurso a respeito destas oficinas. Na verdade, vemos que as crianças têm muita vontade de participar da atividade, mas os pais em função da orientação religiosa não permitem. Mesmo reproduzindo um discurso intolerante em relação a estas manifestações culturais que tem forte relação com o universo afro as crianças não têm uma consciência muito desenvolvida acerca dos motivos das interdições que sofrem por motivo religioso.

O que podemos perceber a partir da realidade da escola pública é que a religião tem modificado sua inserção no espaço público, no que se refere às camadas populares. O catolicismo tem perdido seu lugar como referência entre estas camadas da população, pois as igrejas neopentecostais estão cada vez mais próximas destas pessoas física e ideologicamente. A escola pública alvo desta pesquisa se revela como uma pequena amostra destes processos de mudança que se ampliam cada vez mais. Apesar da ruptura com o catolicismo a relação desta parcela da população com a religião se mantém a mesma. Neste contexto podemos perceber claramente a religião como fomento de um direcionamento moral do indivíduo. A partir desta realidade podemos entender como os conceitos religiosos cristãos permanecem de forma tenaz em nossa realidade social a partir de um perspectiva que incorpora estes discursos como recursos pedagógicos na educação infantil. Também percebemos que as crianças desde cedo apreendem estes conteúdos, mas também que elas são capazes de relativizá-los em favor de seus interesses, como por exemplo, participar de uma

festinha ou de uma apresentação de dança. Não podemos no entanto confundir o tecido fluido que fundamenta esta educação moral apoiada na religião com uma das suas manifestações. Na verdade o que posso dizer é que no momento atual o neopentecostalismo se adéqua muito bem ao ponto de vista de muitas pessoas que fazem parte das camadas populares da sociedade. Ambos seguem se modificando e se imbricando numa relação cada vez mais estreita.

Conclusão

Pode até parecer que estamos falando de coisas totalmente diferentes em cada um dos casos apresentados, sob alguns aspectos isso é bem verdade. Mas não quando se trata do tema em questão. No que se refere à religião existem sim diferenças claras no modo como as crianças de um espaço e do outro se relacionam com a religião, mas elas sempre elaboram suas visões com base em um conteúdo similar que é vivenciado a partir de condutas diferenciadas.

Na escola particular o que vemos é um movimento de individualização da experiência religiosa, que se abre para uma relação mais particular com o indivíduo. Este modo de se relacionar com a religião nos revela um movimento de adequação à realidade contemporânea tal como é discutido por Pierucci¹² e Camurça¹³. Falamos de uma relação centrada na escolha individual, mas ainda assim, o leque de opções continua restrito. É verdade que as crianças se mostram desvinculadas de uma influência muito engajada em relação à religião e demonstram um respeito à diferença, a partir do momento em que reconhecem o direito que cada um tem de acreditar em Deus do seu jeito e que cada religião tem a sua forma de pensar. Mas percebam que se fala de um Deus muito particular, um Deus com uma identidade religiosa cristã. Mesmo tendo a possibilidade de ter contato com o conteúdo de religiões não-cristãs esta relação se dá sob um solo cristão.

As crianças continuam a se relacionar com o religioso a partir de suas concepções cristãs. Na verdade, elas permanecem de maneira tácita, quase imperceptível na aparência, mas elas estão lá e ao menor estímulo se revelam. Afirmar que o cristianismo tem uma penetração tão arraigada e plástica na sociedade brasileira de modo que permanece se reinventando no imaginário

12 In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata(orgs). As religiões no Brasil: continuidades e rupturas. Petrópolis, RJ:Vozes, 2006, p.17-34

13 Ibidem, p.35-48

social não significa simplesmente negar as mudanças que vem se delineando. Na verdade, trata-se de mudanças em diferentes níveis que estão estabelecendo novos arranjos dentro do campo religioso e na sua relação com o espaço público. Também não podemos ignorar que na percepção das crianças a religião é cada vez mais uma questão de escolha, escolha inclusive que deve ser feita na vida adulta.

O que vemos através do universo das crianças da escola particular é que as camadas médias da sociedade cada vez mais desenvolvem uma postura individualista em relação a todas as dimensões da sua conduta, inclusive em relação à religião. Isso, no entanto, não apaga sua referência cristã, muitas vezes assentada na tradição católica, e a partir desta herança se projetam suas escolhas e sua relação com outras religiões. Também é este conceito cristão de inspiração católica que contribui para a invisibilidade de experiências não cristãs, que no caso das religiões afro-brasileiras permanecem silenciadas, enquadradas no discurso culturalista como “patrimônio” histórico e cultural. Ao tecer todo um discurso de valorização e respeito às contribuições da cultura negra para a formação da identidade brasileira através de uma visão culturalista é criada uma série de artifícios que folclorizam estas experiências e continuam a negar-lhes o reconhecimento e o espaço apropriado enquanto manifestações legítimas de religiosidade. Na verdade, vejo estas estratégias como formas de negar-lhes o estatuto pleno de religião, que na concepção da sociedade brasileira permanece restrito as religiões cristãs.

Quanto à experiência das crianças da escola pública, ela revela outra faceta deste mesmo processo. O que temos é uma ruptura com o modelo católico como referência religiosa. Mas a permanência do modelo cristão, via neopentecostalismo. Tal rompimento com a tradição católica é fruto do alargamento da influência neopentecostal nas classes menos favorecidas. Considero que este processo também é fruto dos novos arranjos da sociedade contemporânea e nasce de um anseio destes sujeitos por uma religião mais próxima da sua realidade física e ideologicamente. O neopentecostalismo surge como uma das respostas aos anseios das camadas populares por uma religião que lhes fosse acessível lingüística e ideologicamente, que abarcasse os anseios por milagres e bênçãos e ainda que lhes trouxesse a promessa de felicidade terrena como marca da salvação. Também é preciso considerar que o discurso neopentecostal se adéqua à maneira popular de se relacionar com a religião que é tomada como recurso na formação da conduta moral dos sujeitos desde a infância. A partir da experiência das crianças da escola pública podemos perceber que a

religião ainda é utilizada com o objetivo de educar o sujeito para exercer plenamente suas funções morais e cívicas, sendo um componente fundamental dos discursos educacionais.

Ao observar as crianças da escola pública pode perceber que, em relação à questão da diversidade, as camadas menos favorecidas da população tem reagido de acordo com uma postura anti-sincrética própria da influência dos discursos neopentecostais. Este segmento religioso faz uso freqüente do discurso da liberdade religiosa em proveito próprio e ao mesmo tempo fomenta uma postura intolerante entre seus fiéis contra as outras denominações religiosas. O neopentecostalismo carrega consigo uma série de contradições, entre elas, uma que se sobressai é a sua conturbada relação com o universo afro. O discurso de demonização em relação às religiões afro-brasileiras é facilmente incorporado nas falas infantis e também os conflitos causados por esta relação de proximidade e repulsa. Estas por sua vez demonstram possuir um maior conhecimento acerca dos elementos simbólicos relacionados às religiões afro, apesar de reproduzirem o discurso (in)tolerante neopentecostal.

Ou seja, há um reconhecimento, e em certa medida, alguma convivência com os conteúdos das religiões afro, por parte das crianças, que em sua sociabilidade revelam uma maior proximidade e convivência com conteúdos destas religiões. Em contrapartida elas demonstram um discurso preconceituoso bem mais agressivo direcionado a todo e qualquer símbolo destas denominações. Isto demonstra que os conteúdos cristãos que fomentam práticas preconceituosas são compartilhados e transmitidos de geração à geração desde muito cedo. Mas também devemos destacar que, diferentemente das crianças da escola particular, as crianças da escola pública conferem às religiões afro-brasileiras um status de existência na sociedade brasileira contemporânea, mesmo que no plano discursivo elas estabeleçam este lugar de uma forma negativa. E é justamente através do neopentecostalismo que as camadas populares operam um afastamento, ao menos no plano do discurso, em relação às religiões de matriz africana.

Se por um lado as camadas médias empreendem um movimento de individualização da experiência religiosa, que continua informada por manifestações do catolicismo, que mediam sua relação com o sagrado. E negam às religiões afro-brasileiras o status pleno de religião, uma vez que, são incorporadas através de um discurso culturalista. Por outro, as camadas populares estabelecem uma relação conflituosa de incorporação e desqualificação das denominações afro-religiosas e de seus símbolos através de um discurso neopentecostal. E

estabelecem deste modo uma relação com o sagrado baseada numa conduta alinhada com os preceitos cristãos através da incorporação destes conteúdos na sua constituição moral. E é através desta característica que o neopentecostalismo conseguiu se estabelecer e transmitir suas idéias e práticas.

Ao contemplarmos estas duas realidades podemos perceber o quanto são dinâmicas as estratégias de sobrevivência do cristianismo na sociedade brasileira e como ele se adapta a diferentes contextos e concepções. Tal plasticidade se deve a sua imersão nesta realidade enquanto substrato moral da nossa sociabilidade. Seu conteúdo molda a relação dos indivíduos com a sociedade guiando-os e fornecendo-lhes modelos éticos, através dos quais se reproduz de modo subjacente a estas práticas e a estes discursos ressurgindo com toda força para mobilizar a opinião pública em torno de seus interesses ideológicos, políticos e proselitistas. O que pretendo deixar claro é que o cristianismo está arraigado de tal forma que não possui identidade fixa. Ele estabelece pontes que permitem um alinhamento sutil dos discursos mais variados que se apoiam em suas bases e assim permanece se reproduzindo no contexto social mais amplo.

Como vimos ao longo deste trabalho tal configuração está longe de ser modificada. É verdade que grandes mudanças têm alterado profundamente o campo religioso do nosso país, mas não há uma ruptura com os conteúdos religiosos básicos que foram por séculos enraizados pela atuação da Igreja Católica e que hoje são apropriados e reeditados pelo movimento Neopentecostal. Tais influências são rapidamente incorporadas pelas crianças e seguem sendo apropriadas enquanto recurso de mediação dos indivíduos com o mundo. Os estudos nesta área devem seguir acompanhando a evolução dos processos de mudança, sem esquecer-se de considerar o peso desta tradição.

Além disso, considero importante que em relação às crianças é necessário o desenvolvimento de uma educação voltada para a diversidade que possa estabelecer as bases ideológicas do respeito à diferença, como um freio aos projetos anti-sincréticos que ameaçam a possibilidade de um pluralismo religioso mais equânime. Devemos considerar que esta discussão continua ancorada em uma análise acerca do peso do cristianismo na nossa sociedade e não pode se dar de outra forma.

Não podemos negar que o cristianismo continua a ser o substrato fundamental da experiência religiosa brasileira. Porém não podemos esquecer-nos de encorajar o desenvolvimento de posturas mais voltadas ao ecumenismo e ao respeito como formas saudáveis de convivência em meio à diversidade religiosa da nossa sociedade. Diversidade esta que de forma sincrética também faz parte desta relação com o sagrado.

Referências bibliográficas

COHN, Clarice. Antropologia da criança. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CORRÊA, Mariza. A cidade de menores: uma utopia dos anos 30. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). História Social da infância no Brasil. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2006. p. 81-99.

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid>. Visitada em 31/03/2010.

PIRES, Flávia Ferreira. Quem tem medo de mal assombro? Religião e infância no semi-árido nordestino. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

SILVA, Vagner Gonçalves da. (Org.) Intolerância Religiosa: Impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-brasileiro. São Paulo: Edusp, 2007.

SINGLY, François de. Sociologia da família contemporânea. Tradução: Clarice Ehlers Peixoto. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Org.). As religiões no Brasil: continuidades e rupturas. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DAS MEMÓRIAS DE UM AGENTE DE PASTORAL

Leandro Neri Brito;
PPGNEIM/UFBA
leo0brito@hotmail.com

Lina Maria Brandão de Aras
PPPGNEIM/UFBA
laras@ufba.br

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de apresentar algumas reflexões sobre políticas públicas e violência contra a mulher, a partir do relato de experiências pastorais vivenciadas pelo seu autor enquanto agente de pastoral na Diocese de Alagoinhas, Bahia. O artigo relata as experiências pastorais do autor, principalmente durante o final dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990. No texto são apresentadas memórias pessoais relacionadas à caminhada eclesial da Diocese de Alagoinhas, principalmente da Paróquia da Catedral de Santo Antônio, que durante o período citado foi assistida e assessorada por padres missionários alemães e pela Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores; dessa caminhada eclesial, o autor destaca alguns momentos importantes de trabalhos realizados em prol do povo e com o povo, a partir da opção preferencial pelos pobres, sobretudo levando em consideração o viés de gênero que perpassava todas as atividades pastorais da Diocese de Alagoinhas naquele período. Dentre os trabalhos pastorais realizados pelo autor e apresentados no texto, é ressaltado o Movimento das Mulheres Lavadeiras e suas lutas em prol dos direitos e de vida digna em todos os sentidos para as mulheres que viviam de lavar roupa. A partir do relato das suas experiências pessoais, o autor reflete sobre as políticas públicas, principalmente sobre as que têm como objetivo combater a violência contra as mulheres, deixando claro que as Igrejas precisam contribuir, mesmo com os limites de suas doutrinas, para a formulação, aplicação e avaliação dessas políticas.

Durante um longo período da minha vida, eu exerci uma intensa atividade pastoral na Diocese de Alagoinhas, Bahia. Nesse período convivi com muitas pessoas, sobretudo com pessoas pobres, de comunidades, de movimentos sociais e de pastorais da Igreja Católica. Foi um tempo vigoroso de aprendizagens e de tomada de consciência sobre o mundo e suas contradições; e naquele momento da minha vida eu aprendi que as mudanças sociais acontecem a partir da união, da organização e das lutas do povo.

Na minha trajetória de agente de pastoral, eu tive contato com a Teologia da Libertação, graças aos padres alemães, missionários da Diocese de Passau, localizada na Baviera, que durante uma longa temporada trabalharam em Alagoinhas e em outras cidades da diocese e às Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores que, durante quase trinta anos, realizaram um profundo e eficaz trabalho na Paróquia da Catedral de Santo Antônio, onde eu cresci e fui educado na fé.

Eu lembro muito bem que naquele período, final dos anos 1980 e início dos anos 1990, os padres alemães e as freiras de Nossa Senhora das Dores promoviam na paróquia diversos encontros, sobretudo para as comunidades eclesiais de base¹. Naqueles encontros, nós refletíamos, à luz da fé e da Bíblia, sobre a situação social, econômica, política e cultural do mundo, do nosso país e especificamente da nossa cidade. Eram encontros muito dinâmicos, alegres e participativos que seguiam uma metodologia inspirada em Paulo Freire que pode ser resumida na expressão “Ver- Julgar- Agir”, em outras palavras, eram encontros que tinham como objetivo unir fé e vida e inspirar a fé a buscar caminhos para transformar a vida e construir, nas realidades sofridas do ser humano, o Reino de Deus², tornar realidade os sonhos de Deus, utilizando aqui uma linguagem religiosa.

Nesse processo de encontros, estudos e reflexões, eu fui apresentado aos autores da Teologia da Libertação, sobretudo a Leonardo Boff, Frei Betto, José Comblin e Clodovis Boff; este último é irmão de Leonardo Boff e nos últimos anos rompeu com o pensamento teológico da Libertação. Depois, com a maturidade da fé e a participação em cursos fora da Diocese, eu descobri a Teologia

1 Trata-se de uma nova experiência em que a Igreja toma consciência de si mesma “a partir de baixo, a partir dos pobres, das classes exploradas, das raças desprezadas, das culturas marginalizadas”, das mulheres oprimidas (AQUINO, 1997, p. 109). Pequenas comunidades católicas que têm como uma de suas características principais a ação social a partir de uma releitura da Bíblia.

2 Reino de Deus tem aqui o significado de vida digna e plena para todas e todos, sobretudo para as pessoas mais pobres e marginalizadas.

Feminista³ e tive contato com o pensamento de Ivone Gebara⁴, considerada por muitos o nome mais importante desse pensamento teológico no Brasil. Na verdade, há muito tempo eu já tinha tido contato com a Teologia Feminista, mas não sistematizada com esse nome, ou seja, quando na Paróquia e nas comunidades fazíamos reflexões sobre a situação das mulheres na Igreja e no mundo e quando essas reflexões impulsionavam nossas lutas pelos direitos femininos, era a Teologia Feminista que acontecia na prática do nosso cotidiano através dos nossos estudos, articulações, ações, reivindicações e conquistas.

Eu me lembro que no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, na realidade da Diocese de Alagoinhas, ainda não falávamos em políticas públicas, mas sim em promoção humana. Refletindo sobre isso, percebo que muitas ações promovidas pela Igreja e pelos movimentos sociais daquele momento histórico se transformaram ou se alargaram em políticas públicas, sobretudo quando foram assumidas pelo Governo nas esferas municipal, estadual e federal contando com a participação popular.

Fazendo memória da minha atuação de agente de pastoral, eu destaco a minha participação em três momentos muito significativos da caminhada da Igreja em Alagoinhas: Movimento das Lavadeiras, Manifestações contra o Extermínio de Menores e o Grito dos Excluídos.

O Movimento das Lavadeiras reunia mulheres lavadeiras de diversos pontos da periferia de Alagoinhas. Elas se reuniam em assembleias, refletiam sobre a vida, especificamente sobre suas dificuldades e direitos, e estabeleciam as estratégias mais propícias para suas reivindicações; uma dessas estratégias era a tabela de preços que todas, pelos menos na teoria, deveriam apresentar às suas patroas, numa tentativa de unificar o preço da lavagem das peças de roupas de acordo com a inflação. O movimento das Lavadeiras reivindicava o direito de vida digna e plena das mulheres pobres, que lavavam “roupa de ganho”, muitas delas chefes de família, que tinham na lavagem de roupas a única fonte

3 Um saber elaborado por mulheres, pautado, sobretudo, na tradição dos estudos feministas dos anos 1970 e pela incorporação da categoria analítica de gênero. Trata-se de uma teologia “alternativa” em relação a que fora produzida pelo sujeito masculino porque, pautada nas experiências encarnadas das mulheres, produziu uma crítica aos significados de gênero inscritos na teologia católica tradicional, resignificou as imagens simbólicas do feminino e visibilizou a contribuição histórica das mulheres na construção do Cristianismo (FURLIN, 2015, p. 65).

4 Freira da Congregação das Irmãs de Nossa Senhora- Cônegas de Santo Agostinho, teóloga, doutora em Filosofia e Ciências da Religião e feminista. Há décadas vive no Nordeste do Brasil, numa vida de inclusão no meio popular. Atualmente reside em Camaragibe, na periferia de Recife.

de sustento de si mesmas e dos seus filhos. Esse movimento motivava as celebrações do Dia Internacional da Mulher em Alagoinhas, através da realização de uma caminhada que reunia centenas de pessoas; nessa caminhada, com criatividade e profetismo, se denunciava as mazelas do patriarcado e se reivindicava direitos iguais para mulheres e homens, deixando claro que a mulher não podia continuar sendo tratada com violência e como um ser inferior ao homem. Durante um longo tempo, o Movimento das Lavadeiras foi articulado e animado pelas Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores que, seguindo os passos da Educação Popular, contribuíram para que as lavadeiras se tornassem protagonistas das suas lutas e das suas vidas.

No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, a cidade de Alagoinhas testemunhou a morte de muitos adolescentes causada por um grupo de extermínio. A situação foi tão trágica que a Igreja e os movimentos sociais da época tomaram a decisão de não silenciar diante do absurdo daquelas mortes, provocadas por uma sociedade que taxava de marginais adolescentes, em sua maioria, negros e pobres e os condenava a um futuro sem perspectiva e a uma morte desumana e precoce. A articulação contra o extermínio dos jovens de Alagoinhas foi motivada pelas freiras de Nossa Senhora das Dores e pela Pastoral do Menor, contando com o apoio de algumas Igrejas e líderes evangélicos, além dos movimentos sociais. Essa bandeira de luta foi determinante para alargar a minha visão de mundo: percebi que não podemos nos calar diante das injustiças e que não era natural que jovens negros e pobres morressem assassinados “do dia para a noite”, em outras palavras, tomei consciência de que o extermínio de populações sofridas e marginalizadas era um absurdo cometido contra Deus e a humanidade; que deveríamos lutar contra a morte e a favor da vida, entendida aqui como direito à educação, saúde, reforma agrária, lazer, empregos, etc.

Em meados da década de 1990 o Grito dos Excluídos, sob a orientação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, passou a ser realizado em diversas cidades brasileiras no dia 07 de setembro; o dia escolhido foi estratégico, pois queria lembrar que o Brasil, apesar de celebrar a sua independência, ainda não era um país independente, pois nele permaneciam contradições históricas ligadas à política, à economia e à sociedade, que faziam o povo sofrer de uma maneira absurda e desumana. Nós realizamos durante alguns anos o Grito dos Excluídos em Alagoinhas, com entusiasmo e criatividade, contando inclusive com a participação de algumas Igrejas evangélicas, onde manifestávamos a nossa indignação diante da corrupção, das desigualdades sociais, do

machismo, da violência e de todas as formas de preconceito e discriminação presentes e atuantes no nosso cotidiano. A cada ano havia uma temática para o Grito dos Excluídos e a partir dessa temática trazíamos para a pauta as nossas reivindicações locais.

Eu gostaria de me aprofundar, nesse artigo, em muitos temas que refleti ao longo da minha vida pastoral, mas como isso não é possível, eu centralizarei a minha discussão na temática das mulheres e das políticas públicas destinadas a elas, procurando apresentar, no decorrer do texto, alguns pontos sobre a situação da mulher na Igreja Católica Apostólica Romana.

Sobre Mulheres e suas Lutas

O meu engajamento na Igreja Católica e as opções teológico-pastorais que nela eu fiz me deixaram ciente dos sofrimentos vividos por muitas mulheres no mundo inteiro, incluindo aí as mulheres de Alagoinhas. Numa linguagem religiosa, quase de oração, é possível afirmar que as dores e os sofrimentos impostos às mulheres e carregados por elas ao longo da história humana sempre feriram o coração de Deus. Afinal, o patriarcado, o machismo e a discriminação nunca fizeram parte do projeto de Jesus e da comunidade fundada por ele, na qual homens e mulheres eram recebidos e acolhidos igualmente, contrariando assim a lógica da sociedade palestina daquele tempo para qual a mulher era um ser impuro, inferior e até mesmo desprezível em algumas situações (GEBARA, 1986).

No entanto, é preciso registrar que o machismo e o patriarcado também são realidades existentes no seio da Igreja, principalmente a partir do momento em que esta se tornou a religião oficial do Império Romano. Tal fato ultrapassou os tempos e vigora atualmente: prova disso é que o poder na Igreja Católica continua concentrado em mãos masculinas e sendo exercido apenas e tão somente por homens, e homens ordenados, ou seja, padres e bispos. Durante um longo período a Igreja fez questão, através de seus documentos, de mostrar que o lugar da mulher era no mundo privado, cuidando de seu marido, de seus filhos e de outros familiares; essa realidade começou a mudar substancialmente a partir do Concílio Vaticano II⁵, pois os documentos desse Concílio colocaram a

5 Concílio realizado entre 1962 e 1965 que provocou mudanças substanciais na Igreja Católica, sobretudo nos aspectos pastorais e litúrgicos.

mulher em situação de igualdade em relação aos homens ao tratar da dignidade humana e da evangelização dos povos.

Muitas mudanças aconteceram na Igreja em prol das mulheres durante o século XX, ocasionadas pela entrada do feminismo na esfera eclesial, o que gerou e ainda gera tensões, questionamentos e desconfiança. A partir daí se intensificaram as reflexões e as reivindicações do sacerdócio para as mulheres; surgiu a Teologia Feminista; as mulheres passaram a exercer funções antes só exercidas por homens, como por exemplo, a coordenação de movimentos e pastorais eclesiais, sobretudo em nível diocesano; houve um aumento de mulheres estudantes e professoras de Teologia, campo do conhecimento ainda dominado por homens no âmbito católico; a inserção de freiras nos meios populares e a consciência de que qualquer mulher, inclusive a mulher cristã católica, deve ser senhora absoluta do seu corpo. Esse último ponto é motivo de diversas discussões e desentendimentos, principalmente se levarmos em conta que o controle do corpo feminino sempre foi um eficaz meio de dominar, silenciar e excluir as mulheres. Além disso, a Igreja sempre esbarra, através de sua doutrina, na questão do aborto. Para ela, a vida do ser humano começa na sua concepção e nenhuma mulher, seja qual for o motivo, deve abortar. A Igreja Católica, na sua oficialidade, ainda não conseguiu enxergar o aborto como uma questão de saúde pública, e talvez nunca consiga e, com suas posturas, tantas vezes moralistas, condena as mulheres que abortaram a um tormento sem fim, através de discursos e práticas que excluem, punem e oprimem. Em outras palavras, penso que a Igreja, principalmente a sua ala progressista, se é que é ainda coerente utilizar esta expressão, assume as bandeiras de luta levantadas pelas mulheres, com exceção de algumas, sobretudo as reivindicações femininas a favor da descriminalização do aborto e em defesa de políticas públicas que atendam as mulheres nessa situação.

Para além das questões eclesiais, como homem, professor e estudante de Gênero e Feminismo, eu constato que, mesmo como todas as lutas e conquistas do movimento feminista das últimas décadas, o patriarcado, o machismo e o sexismo ainda são realidades muito fortes e latentes no mundo de hoje. E isso está presente em todas as esferas e ambientes do cotidiano, seja nas famílias, nas escolas, nas universidades, nas Igrejas, nos programas de televisão, nos relacionamentos amorosos e de amizade, nos movimentos sociais e nos partidos políticos. Uma manifestação de tal realidade é a violência contra as mulheres, demonstrada não poucas vezes de forma explícita e chocante e outras de maneira “educada, gentil, sorridente”, quase oculta. O Cristianismo deixa claro,

a partir das palavras e ações de Jesus, que nenhum tipo de violência deve ser praticado e nem tão pouco tolerado, portanto combater a violência deve sempre ser um dos objetivos da pessoa cristã. E como combater a violência contra as mulheres, inclusive a violência que acontece no cotidiano de muitas comunidades cristãs? Como trabalhar tais questões na esfera eclesial? Como, enquanto cristãos e cristãs, reivindicar, apoiar e fazer valer políticas públicas sobre essa temática? Antes da tentativa de responder a essas perguntas, é importante refletir sobre alguns aspectos a respeito da violência que vitimiza tantas mulheres em nosso país.

Primeiramente, é necessário deixar claro que a violência contra a mulher não se apresenta de uma única maneira e pode ser classificada em diversos tipos: violência física, violência sexual, violência psicológica, violência patrimonial ou econômica, violência moral, violência simbólica, entre outros. Também não podemos esquecer que esse problema é mundial e antigo:

Agredir, matar, estuprar uma mulher ou uma menina, são fatos que têm acontecido ao longo da história em praticamente todos os países ditos civilizados e dotados dos mais diferentes regimes econômicos e políticos. A magnitude da agressão, porém, varia. É mais frequente em países de uma prevacente cultura masculina, e menor em culturas que buscam soluções igualitárias para as diferenças de gênero (BLAY, 2003, p. 87).

Os organismos mundiais começaram a se mobilizar contra a violência sofrida pelas mulheres depois de 1975, quando a Organização das Nações Unidas promoveu o primeiro Dia Internacional da Mulher. Em 1993, na Reunião de Viena, a Comissão de Direitos Humanos da ONU elaborou um documento que denunciava a violência contra as mulheres e apresentava algumas medidas para coibi-la.

No Brasil, a violência sempre vitimou as mulheres, sobretudo as mais pobres e excluídas, entre elas as negras e as indígenas. “Lamentavelmente, a violência pertence ao nosso patrimônio cultural, e a impunidade é a principal causa para o aumento dos índices de violência contra a mulher no Brasil” (LISBOA; MANFRINI, 2005, p. 73). Eu percebo, como homem, que para muitas pessoas, principalmente do sexo masculino, é natural cometer violência contra a mulher. Em muitos homens impera a mentalidade que mulher é um ser inferior, sem direitos e que precisa de controle para viver dignamente de acordo

com as determinações do patriarcado, entre esses controles é possível citar a violência em suas inúmeras modalidades. Em nosso país, durante um longo período, o assassinato de mulheres era justificado com o pretexto do adultério, ou seja, as mulheres que mantivessem relação sexual fora do casamento e fossem descobertas, deveriam pagar com a própria vida o erro cometido contra os seus maridos. De acordo com o Código Criminal de 1830 quando um homem matava sua mulher por causa de adultério esse homicídio era atenuado e, além disso, se um homem mantivesse relação constante com outra mulher fora do seu casamento, tal relação não era considerada adultério, mas sim concubinato (BLAY, 2003). Em outras palavras, a violência contra as mulheres no Brasil já foi institucionalizada pelo sistema patriarcal que sempre vigorou em nossa sociedade, inclusive na elaboração e aplicação de suas leis.

O século XX foi marcante para o nosso país em relação ao combate à violência sofrida pelas mulheres, sobretudo com a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, sancionada em 07 de agosto de 2006 e a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; tais fatos são o ápice de uma longa história de enfrentamento à violência como mostram os exemplos a seguir:

Durante os anos de ditadura militar, o movimento feminista do Brasil, com o apoio de outros grupos, atuou “a favor dos direitos a melhores condições de vida, pela anistia, pela igualdade de direitos entre homens e mulheres” (BLAY, 2003, p. 91). Muitas entidades, nesse período, se dedicaram a abrigar mulheres vítimas da violência doméstica. Segundo Blay, “por todo o Brasil grupos de ativistas, voluntárias, procuravam enfrentar todos os tipos de violência: estupro, maus tratos, incestos, perseguição a prostitutas, e infindáveis violações dos direitos humanos de mulheres e meninas” (2003, p. 91). Fato muito importante nesse processo é que os crimes contra as mulheres, antes escondidos na e pela família tornaram-se públicos e acabaram sendo recebidos e reconhecidos pela mídia; em 1983, com o objetivo de suprir as demandas de igualdade de gênero, foi criado em São Paulo o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina; em 1985 aconteceu a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) que tinha como uma de suas responsabilidades mobilizar as mulheres durante o processo de elaboração da nova Constituição brasileira, outorgada em 1988; em 1985, criou-se no Brasil a primeira Delegacia de Defesa da Mulher; essa delegacia foi pensada para existir como um órgão eminentemente voltado para reprimir a violência contra as mulheres. Afinal,

Nos anos anteriores, as mulheres que recorriam às Delegacias em geral sentiam-se ameaçadas ou eram vítimas de incompreensão, machismo e até mesmo de violência sexual. Com a criação das Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) o quadro começou a ser alterado. O serviço nas DDM era e é prestado por mulheres, mas isto não bastava, pois muitas destas profissionais tinham sido socializadas numa cultura machista e agiam de acordo com tais padrões. Foi necessário muito treinamento e conscientização para formar profissionais, mulheres e homens, que entendessem que meninas e mulheres tinham o direito de não ser aceitar a violência cometida por pais, padrastos, maridos, companheiros e outros. Esta tarefa de reciclagem deve ser permanente, pois os quadros funcionais mudam e também os problemas (BLY, 2003, p. 91-92).

No ambiente eclesial, nos anos 1960, a Igreja Católica, na pessoa de algumas missionárias leigas, iniciou um trabalho com mulheres em situação de prostituição em algumas cidades do Nordeste; este trabalho, como o passar do tempo, foi incorporado pela CNBB e passou a ter status de pastoral, surgindo assim a Pastoral da Mulher Marginalizada, compreendida atualmente como uma pastoral atuando em âmbito nacional, ligada ao Setor de Pastoral Social da CNBB e que se relaciona à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, Justiça e Paz. A missão da Pastoral da Mulher Marginalizada pode ser resumida da seguinte maneira: Ser presença solidária, profética e evangélica junto à mulher em situação de prostituição construindo relações humanas e humanizadoras. Entre seus objetivos, eu destaco: Ser presença solidária junto às mulheres em situação de prostituição criando laços de confiança e amizade; Fortalecer a autoestima da mulher, favorecendo a descoberta de seus dons e talentos e assim, abrir novos caminhos na realização de uma vida plena; Suscitar novas relações de gênero na construção de uma sociedade justa e igualitária; Incentivar o protagonismo das mulheres apoiando-as nas suas tomadas de decisões e organizações e Estabelecer redes de parcerias com organismos Governamentais e Não Governamentais para a denúncia e o enfrentamento das formas de violências: feminicídio, tráfico de pessoas, opressão e exploração das mulheres⁶. Infelizmente, essa pastoral nunca foi implantada na Diocese de Alagoinhas; eu tenho certeza que, se implantada, ela iria contribuir significativamente com a

6 Informações retiradas do site da Pastoral da Mulher Marginalizada: www.pmm.org.br

luta das mulheres, não apenas daquelas em situação de prostituição, por respeito e vida digna em todos os sentidos.

As minhas reflexões apresentadas até aqui, querem mostrar que a violência em geral, e especificamente a violência contra a mulher, precisa ser combatida individual e coletivamente, através de parcerias entre as Igrejas, as Organizações Governamentais e Não Governamentais e toda a sociedade civil.

E como professor, eu estou consciente de que é preciso incluir a dimensão de gênero em todos os níveis de ensino, desde o fundamental até o universitário, e mostrar no ambiente educacional como “a hierarquia existente na cultura brasileira de subordinação da mulher ao homem traz desequilíbrios de todas as ordens- econômica, familiar, emocional e incrementa a violência” (BLAY, 2003, p. 97). Tal ação deve ser estendida também aos diversos grupos da Igreja Católica. Eu não concebo mais as atividades pastorais- encontros de comunidades, encontros de catequese, círculos bíblicos, articulações das diversas pastorais e movimentos da Igreja, entre outros- sem a inclusão da dimensão de gênero em suas discussões, reflexões, estudos e ações. Evidentemente que isso já acontece em muitas realidades, mas com diversos pontos de tensão, o que é explicado pelo machismo que ainda reina nas relações, na doutrina e na moral do ambiente eclesial católico, sem esquecer que nos últimos tempos setores conservadores da Igreja têm se colocado contra qualquer reflexão a respeito de gênero e chamando os estudos nessa área de Ideologia de Gênero, transmitindo aos fiéis ideias equivocadas sobre o assunto.

Sobre Políticas Públicas e Mulheres

Na luta para garantir às mulheres os direitos mínimos para uma vida digna, inclusive sem a presença de todo e qualquer tipo de violência, se faz necessário existir políticas públicas realmente comprometidas com as demandas femininas. Nesse contexto, mais importante que as políticas públicas dirigidas às mulheres são as políticas públicas com perspectiva de gênero, pois, apesar dos avanços, “as políticas sociais têm promovido a marginalização das mulheres, contribuindo para a reprodução da sua subalternidade, a não igualdade de oportunidades nos diferentes espaços domésticos, da produção e da cidadania” (LISBOA: MANFRINI, 2005, p. 75). Quando se fala atualmente em políticas públicas de gênero é preciso reconhecer que nelas está embutida uma estratégia de luta que visa melhorar substancialmente a vida das mulheres, ou seja, a transversalidade de gênero que, em termos práticos, significa que toda ação

governamental em prol das mulheres e da equidade de gênero não deve se concentrar apenas e tão somente em único ministério ou área da mulher, mas perpassar todas as secretarias, ministérios e políticas públicas dos governos (PRÁ, 2010).

Para Jussara Reis Prá (2010), as políticas públicas de gênero são essenciais para identificar os grupos mais vulneráveis da sociedade e tornar visível a discriminação sofrida pelas mulheres, bem como rever o impacto dos programas de emprego e combate à pobreza para homens e mulheres; nesse sentido, segundo Prá, as políticas públicas de gênero podem garantir o empoderamento das mulheres através da garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, do acesso à saúde integral em todas as idades, de uma vida sem nenhum tipo de violência, da independência econômica e divisão do trabalho doméstico, do tempo para lazer e cultura, entre outros pontos. Afinal, políticas públicas com perspectiva de gênero são formas de intervenção estatal que objetivam promover a autonomia e a cidadania ativa das mulheres, motivando a mudança dos papéis e estereótipos tradicionais de gênero, atuando como estímulo para reforçar e modernizar o aparelho estatal, não deixando de fora a sociedade civil no processo de sua definição, execução e avaliação das ações (PRÁ, 2000).

Para mim, as Igrejas, e de forma especial a Católica, deve se engajar, sempre que possível e através de suas pastorais sociais, comunidades eclesiais de base e movimentos, apesar dos limites morais de sua doutrina, nos processos de elaboração, coordenação e implantação de políticas públicas orientadas pelo enfoque de gênero, pois este é um caminho para concretizar a utopia de vida nova para todas e todos, contribuindo assim para a promoção da democracia concebida como “a construção de um projeto de sociedade capaz de garantir o desenvolvimento humano, a ampliação da cidadania e da justiça social” (PRÁ, 2010, p. 31).

Tentando uma conclusão

Sinceramente, eu acho que o meu objetivo com esse artigo foi cumprido: eu quis, através dele, apresentar algumas das minhas memórias enquanto agente de pastoral da Igreja Católica e, através delas, mostrar como eu fui despertado para a questão de gênero. A Igreja é algo muito importante e significativo para mim. E mesmo com todas as contradições históricas e atuais dessa instituição, eu creio que ela pode contribuir profundamente, bem mais do que já fez, para ajudar as mulheres nas suas lutas por vida digna, sem violência e plena em

todos os sentidos. Para começar, utilizando uma linguagem religiosa, a Igreja precisa continuar se convertendo às mulheres, ou seja, ela precisa assumir de fato o projeto de Jesus, pois ele acolhia de forma igualitária mulheres e homens na sua comunidade e durante toda a sua vida pública teve atitudes que questionaram e derrubaram as opressões e as discriminações sofridas pelas mulheres de sua época, causadas por um sistema patriarcal que promovia sofrimentos, exclusões e morte.

Penso também que a Igreja, juntamente com a sociedade civil, deve ter a coragem de enfrentar os desafios que são apresentados na luta contra o patriarcado e o machismo, e conseqüentemente, contra a violência sofrida pelas mulheres em todos os âmbitos e sentidos. Entre esses desafios, eu destaco a necessidade de romper com visões políticas tradicionais; buscar a equidade de gênero em todos os âmbitos da sociedade, partindo do mundo doméstico, passando pelo mundo do trabalho e chegando às esferas públicas e religiosas; e reivindicar, de maneira ativa e participativa, políticas públicas que verdadeiramente enfrentem as desigualdades em função de raça, origem étnica, crença religiosa, deficiência, geração ou orientação sexual.

Enfim, no processo cristão de se vivenciar a fé, testemunhando Jesus Cristo crucificado, morto e ressuscitado nas lutas do povo, as bandeiras de lutas das mulheres não podem ficar de fora. Para mim, não é mais possível pensar o Cristianismo sem a dimensão de gênero e sem assumir a luta e as demandas daquelas que, durante séculos, foram silenciadas, violentadas e sufocadas pelo patriarcado, inclusive o patriarcado reinante na ambiente eclesial. Ou é assim ou não se está cumprindo a sentença de Jesus Cristo: “Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância”.

Referências

ANDERSON, Ana Flora; STORNILO, Ivo; GORGULHO, Gilberto da Silva (Orgs). **A Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulinas, 1985.

AQUINO, Maria Pilar. **A Teologia, a Igreja e a Mulher na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1997.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. In: **Revista Estudos Avançados**. V. 17. 2003

FURLIN, Neiva. O gênero da modernidade e o gênero da teologia: impactos socio-culturais do pensamento masculino. In: **Revista Punto Gênero**, 2015.

GEBARA, Ivone; BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. **A Mulher faz Teologia**. Petrópolis: Vozes, 1986.

LISBOA, Teresa Kleba; MANFRINI, Daniele Beatriz. Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos. In: **Revista Katálysis**. V. 8. N. 1 jan./jun. Florianópolis, 2005.

PRÁ, Jussara Reis. Políticas para Mulheres: Transversalizar é preciso. In: SHEFLER, Maria de Lourdes; VASQUEZ, Petilda Serva; AQUINO, Silvia de; ALVES, Ivia (Orgs). **Travessias de gênero na perspectiva feminista** (Coleção Bahianas). Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010.

REPRESENTAÇÕES SAGRADAS DO FEMININO: UMA SERVA NA CASA GRANDE E UMA DEUSA NA SENZALA

Micaele Oliveira Eugênio Costa
Universidade Federal de Sergipe
micaele.ufs@hotmail.com

Resumo: Este artigo procura esboçar algumas considerações acerca do sincretismo afro-católico, em terras brasileiras. Pretende realçar esse fenômeno envolvendo o feminino e o sagrado. Escolhidas duas figuras específicas, as reflexões seguirão à margem de suas peculiaridades. Duas mulheres veneradas por outras mulheres e também, por homens, pertencentes a duas religiões distintas que, ora convergem, ora divergem em características e personalidade. Trata-se de Maria, a mãe de Jesus, no catolicismo e de Oxum, a deusa da fertilidade, no candomblé.

Palavras-Chave: gênero, religião, sincretismo.

Introdução

Este estudo emerge como produto da disciplina Religiões Afro-brasileiras, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, da Universidade Federal de Sergipe e ministrada pelo prof. Dr. Hippolyte Brice Sogbossi.

Pensar gênero a partir das perspectivas antropológica e teológica feminista consistiu no objetivo da proposta. O intuito desse viés de análise centra-se no fortalecimento, dos já propostos, e estímulo de novos debates acerca do entrecruzamento gênero e religião. Pois, como afirma Rosado-Nunes - “Apesar de os estudos de gênero e religião terem aumentado em número e qualidade, ainda temos menos estudos críticos do que seria desejável” (ROSADO-NUNES, 2005, p.364).

Um dos desafios impostos ao feminismo consiste, justamente, no esforço para introduzir a categoria de gênero nas discussões religiosas da atualidade. Afinal de contas os discursos religiosos influenciam a construção e determinação de papéis endereçados a cada gênero específico. Significa dizer que “pensar as representações de gênero demanda pensar o papel da religião na construção social dos sexos” (SOUZA, 2014. p. 123). Deste modo, não é possível pensar em relações de gênero, que implicam relações de poder, distante das esferas religiosas. A religião, mesmo diante do processo de secularização, exerce uma importante função de produção e reprodução de sistemas simbólicos que têm influência direta sobre as relações sociais de sexo.

A escolha do objeto de estudo busca, ainda, suscitar aquilo que parece estar adormecido, especialmente, no programa já mencionado. Trata-se, aqui, da ausência de disciplinas ou abordagens que levem em consideração as categorias gênero e religião.

Através de um percurso pela literatura, buscou-se conhecer o que já havia sido produzido a partir dos seguintes descritores: gênero, Nossa Senhora da Conceição, Oxum e Sincretismo religioso. Os resultados permitiram o desenvolvimento dessa reflexão.

Para início de conversa, segue um diálogo entre Ruth Landes e Édison Carneiro contido na obra *A cidade das Mulheres*:

“- Não é pouco comum que uma mulher chegue à notabilidade no Brasil?

- Não na Bahia – sorriu ele. – Não no mundo do candomblé. A coisa aqui é outra. É quase tão difícil que um homem chegue a ter

renome no candomblé quanto parir. E pela mesma razão: acredita-se que é contra sua natureza.

- Candomblé – explicou, na sua voz apressada e mansa – é um sistema de cultuar os deuses, ou santos. A palavra é da língua ioruba e significa mistérios, ou ritual. O sistema é originário da África, os deuses também; mas como todas as pessoas são católicas praticantes, os deuses africanos estão fundidos com os santos católicos. Você ficará espantada ao ver a facilidade com que se misturam. Até Jesus está presente, identificado com o idoso deus Oxalá. Maria se funde com a mais amável das jovens deusas; e o criador é distante, bem distante, em ambas as crenças.

- Uma grande diferença entre o candomblé e o catolicismo é que os africanos tentam trazer os seus deuses à Terra, onde os possam ver e ouvir. E esse é o trabalho mais notável das mulheres que são sacerdotisas num templo...]"

(LANDES, 2002, p.76)

O recorte exposto traz à tona elementos que vão de encontro com a proposta a ser desenvolvida. Primeiro, Landes abre o diálogo indagando sobre a preeminência feminina no candomblé. No que é esclarecida por Carneiro sobre a majoritariedade delas nesse sistema de culto. As mulheres são o sexo eleito nessa manifestação religiosa. Há tempo, a presença e função de liderança (mães-de-santo ou Yalorixá) assumida por essas mulheres nestes espaços sagrados (terreiros de candomblé) tem atraído pesquisadores/as. É o caso de Edison Carneiro e Ruth Landes, respectivamente, nas décadas de 30 e 40, e, mais recentemente, Patrícia Birman, na década de 90.

Mais adiante, Carneiro vem conceituar o candomblé. Neste ponto faz menção ao sincretismo religioso afro-católico. Sobre sincretismo, pode-se dizer, de forma simplificada, ser o meio encontrado e utilizado pelos/as escravos/as para praticar sua religião, em um contexto oficial e exclusivamente católico por imposição, sem que houvesse perseguição.

Durante o diálogo, Carneiro argumenta, ainda, uma importante diferença, para a reflexão, entre o candomblé e o catolicismo. Na primeira, existe uma aproximação entre as divindades cultuadas e os/as adeptos/as: ambos dançam juntos, comem juntos. Na outra, a aproximação acontece pelo processo de intercessão. Os/as santos/as serão os/as responsáveis por mediar a relação entre

Deus e os cristãos e as cristãs. Há uma separação entre o espaço imanente e o transcendental.

É enfatizado, também nesta passagem, o controle da religião de matriz africana pelas mulheres e a negação de espaços de decisão e liderança às mulheres, no ambiente católico romano.

Os elementos, acima apresentados, nortearão a análise dos paradigmas ora antagonônicos, ora equivalentes que envolvem as figuras da Virgem Maria e Oxum.

1. Nossa Senhora da Conceição e Oxum: o feminino sagrado

Venerada pelos católicos, *Nossa Senhora da Conceição*, é sincretizada, pelos/as adeptos/as do candomblé, em diversas regiões do Brasil, *com Oxum*, orixá feminina do panteão africano. Deste modo, a festa da Conceição, realizada no dia 08 de dezembro, pelo calendário católico, é marcada por duas celebrações de significados e religiões distintas.

1.1 Nossa Senhora da Conceição

Nossa Senhora da Conceição Aparecida, padroeira do Brasil, foi encontrada, em 1717, nas águas do rio Paraíba do Sul, nas proximidades da Vila de Guaratinguetá. Passagem obrigatória, entre Minas Gerais e o mar, esta vila tornou-se espaço de comercialização de mercadorias e escravos. Certa ocasião, o conde de Assumar, Pedro de Almeida, nomeado governador das capitanias de São Paulo e Minas, passava por Guaratinguetá. Por ordem da Câmara, pescadores da região foram convocados a apresentar todo o resultado das suas pescas para o banquete a ser servido ao governador e sua comitiva. Três desses pescadores serão os responsáveis pelo achado da imagem. Depois de muito esforço, lançando suas redes, recolheram do fundo do rio o corpo de uma imagem da Senhora da Conceição, sem a cabeça. Este membro foi encontrado, logo em seguida (DOMEZI, 2009, p. 118-119).

A imagem encontrada era pequena e esculpida em terracota paulista. Importante destacar, e isto dará subsídio para a análise comparativa subsequente entre a Conceição e Oxum, que a coloração desse barro é imprevisível, mas resultou acinzentada e cada vez mais enegrecida, devido sua permanência por longo tempo sob as águas e lama do fundo do rio Paraíba bem como pela

exposição à fumaça dos lampiões e das velas, quando era cultuada pelos povos (Idem, p. 119, 2009).

Em 08 de dezembro de 1854, a Igreja Católica institui o dogma da Imaculada Conceição. No texto¹, o papa Pio IX, sobre a posição e privilégio de Maria nos desígnios de Deus, escreve:

Assim Deus, desde o princípio e antes dos séculos, escolheu e pré-ordenou para seu Filho uma Mãe, na qual Ele se encarnaria, e da qual, depois, na feliz plenitude dos tempos, nasceria; e, de preferência a qualquer

outra criatura, fê-la alvo de tanto amor, a ponto de se comprazer nela com singularíssima benevolência. Por isto cumulou-a admiravelmente, mais do que todos os Anjos e a todos os Santos, da abundância de todos os dons celestes, tirados do tesouro da sua Divindade. Assim, sempre absolutamente livre de toda mancha de pecado, toda bela e perfeita, ela possui uma tal plenitude de inocência e de santidade, que, depois da de Deus, não se pode conceber outra maior, e cuja profundidade, afora de Deus, nenhuma mente pode chegar a compreender.

Tendo concretude da santidade e inocência da Virgem Maria, o documento faz menção, também a Eva. Vejamos o paralelo:

Por consequência, para demonstrar a inocência e a justiça original da Mãe de Deus, eles não somente a compararam muitíssimas vezes a Eva ainda virgem, ainda inocente, ainda incorrupta e ainda não enganada pelas mortais insídias da serpente mentirosa, como também a antepuseram a ela com uma maravilhosa variedade de palavras e de expressões. De fato, Eva escutou infelizmente a serpente, e decaiu da inocência original, e tornou-se escrava da serpente; ao contrário, a beatíssima Virgem aumentou continuamente o dom tido na sua origem, e, bem longe de prestar ouvido à serpente, com o divino auxílio quebrou-lhe completamente a violência e o poder.

1 Bula “Ineffabilis Deus” - Dogma da Imaculada Conceição.

É essa “Maria, serva do Senhor, pura, humilde, que se doa por completo e mãe paciente cheia de tristezas, que é pregada às mulheres como o modelo que deve ser imitado” (FIORENZA, 2009, p. 29). Por outro lado, Eva, a transgressora, a maculada, aquela que ouviu a serpente, constitui-se em um modelo a ser desprezado pelas verdadeiras fiéis da doutrina católica romana.

Diante essa polaridade, Maria-Eva, as mulheres e mães são convidadas a imitar a Imaculada e serem de certa forma assexuadas, como obediência à vontade suprema de Deus Pai. “Que as mulheres aprendam no silêncio (de preferência, o exemplar silêncio de Maria) a sua sujeição”, já dizia São Paulo apóstolo. É assim que a mariologia tradicional e kyriarcal² sustenta o sistema cultural de sexo-gênero e o internaliza através de discursos e normas a serem seguidas.

Esse simbolismo mariano é marcante para o contingente feminino. Porém, deve-se atentar para o seguinte fato: “a figura da Virgem Maria concentra uma ambiguidade extrema pela valorização concomitante da virgindade e da maternidade. Erigindo a virgindade em culto, é o controle da sexualidade feminina e a normatização dos comportamentos sexuais que a igreja visa” (ROSADO-NUNES, 2007, p. 495).

2. 2 Oxum

Divindade originária de uma região específica da Nigéria, África, Oxum reina sobre um rio de mesmo nome. Este reinado era e continua sendo objeto de culto da maior importância, não só religiosa como sócio-política. Nas Américas, sua figura é sincretizada com a Virgem-Mãe dos católicos, como Nossa Senhora da Conceição no Brasil, ou La Caridad Del Cobre, em Cuba (ROSÁRIO, 2008).

Oxum é a deusa das águas doces, do ouro, da beleza e da fertilidade. Conforme Landes (2002), Oxum é uma deusa africana favorita. Ela é filha de Oxalá, nascida com uma colher de prata na boca, grande beleza, dignidade, encanto e nobreza de caráter. Heroína de perpétua juventude, se identifica com a Virgem Maria. Sua história se cruza com a de Iansã, quando se torna amante do esposo e madrastra dos filhos que esta última abandonou.

Pode-se inferir que Oxum representa o ideal de mulher preconizado pela indústria da beleza. Possuidora de características valorizadas pela sociedade,

2 Sistema sociopolítico de dominação no qual uma elite de homens educados de posse mantém o poder sobre mulheres e outros homens (Fiorenza, 2009).

pode ser considerada uma mulher de sucesso: moderna, feminina, vaidosa, erótica, com características joviais, alegre, bonita. É perceptível a representação positiva de Oxum, tanto no terreiro como na sociedade mais ampla. Ela representa o modelo de mulher para o mundo ocidental moderno. Talvez, resida neste fato, o motivo de haver tantas Oxuns nos terreiros e fora deles (BERNARDO, 2010). Por outro lado, ser negra a desloca desse patamar de perfeição, pelo simples fato dessa característica ser inferiorizada pelos parâmetros estéticos europeizantes difundidos no ocidente.

Muito da mitologia que envolve a figura de Oxum a coloca em papéis libertários para a condição feminina. Mas suas características sofreram algumas influências das religiões patriarcais, ao longo da história. Vejamos o que nos aponta Rosário (2008):

Como objeto de culto de uma religião de cunho que pode ser categorizado como “pagão” frente à visão dominante ocidental, Oxum é reduzida à ideia ingênua da pura e simples representação de um elemento natural – os rios, as cachoeiras, as águas doces. Como objeto feminino de culto, é reduzida à “deusa da fertilidade”, como quis boa parte da pesquisa arqueológica e ou antropológica, que tendo por modelo mítico dominante do feminino uma virgem-mãe, reduz ao aspecto da maternidade o único sagrado relacionado ao feminino. Por outro lado - e na mentalidade ocidental dominante, um lado diametralmente oposto - a expressão “Vênus Africana” chama atenção sobre um aspecto fundamental da mitologia de Oxum: sua função como símbolo da libido, onde outro problema se coloca, o da sexualidade. Neste contexto, é associada à imagem da cortesã, único lugar de exercício da sexualidade feminina livremente exercida, mas que não esgota a compreensão religiosa do tema e mesmo o dessacraliza, ao dessacralizar a mulher-cortesã (ROSÁRIO, 2008, p. 07).

3. O feminino (des)sacralizado: semelhanças e ambiguidades do universo sincrético

Oxum resguarda características eróticas. E, como confirmação da marcante sensualidade dessa deusa, Rosário (2008, p.09-10), traz em seu trabalho, um mito escrito por Reginaldo Prandi em sua obra *Mitologia dos Orixás*. Vejamos:

*Assim Oxum entrou no mato e se aproximou do sítio onde Ogum costumava acampar.
Usava ela tão-somente cinco lenços transparentes presos à cintura em laços, como esvoaçante saia.
Os cabelos soltos, os pés descalços, Oxum dançava como o vento e seu corpo desprendia um perfume arrebatador.
Ogum foi imediatamente atraído, irremediavelmente conquistado pela visão maravilhosa, mas se manteve distante.
Ficou à espreita atrás dos arbustos, absorto.
De lá, admirava Oxum embevecido.
Oxum o via, mas fazia de conta que não.
O tempo todo ela dançava e se aproximava dele, mas fingia sempre que não dera por sua presença.
A dança e o vento faziam flutuar os cinco lenços da cintura, deixando ver por segundos a carne irresistível de Oxum.
Ela dançava, o enlouquecia.
Dele se aproximava e com seus dedos sedutores lambuzava de mel os lábios de Ogum.
Ele estava como que em transe.
E ela o atraía para si e ia caminhando pela mata, sutilmente tomando a direção da cidade.
Mais dança, mais mel, mais sedução.
Ogum não se dava conta do stratagema da dançarina. Ela ia na frente, ele a acompanhava inebriado, louco de tesão.
Quando Ogum se deu conta, eis que se encontravam ambos na praça da cidade. Os orixás todos estavam lá e aclamavam o casal em sua dança de amor.
Ogum estava na cidade, Ogum voltara!
Temendo ser tomado como fraco, enganado pela sedução de uma mulher bonita, Ogum deu a entender que voltara por gosto e vontade própria.
E nunca mais abandonaria a cidade.
E nunca mais abandonaria sua forja.
E os orixás aplaudiam e aplaudiam a dança de Oxum.
Ogum voltou à forja e os homens voltaram a usar seus utensílios e houve plantações e colheitas e a fartura banuiu a fome e espantou a morte.
Oxum salvara a humanidade com sua dança de amor.*

Lenços transparentes e esvoaçantes, como saia; a dança; o cheiro; a sedução; a beleza; aparecem no mito subscrito como características marcantes da deusa Oxum. Distantes do arquétipo da mãe de Jesus, com exceção apenas da beleza, uma vez que ambas possuem traços valorizados pela mídia como ideais para a mulher ocidental moderna alcançar sucesso, faz-se inconcebível imaginar a Virgem Maria dançando, seminua, de maneira sensual. A figura mariana foi desessexualizada historicamente. Então, contrapondo as duas figuras sincréticas, pode-se afirmar a existência de um dualismo que as envolvem – “puta”/“santa”; maculada/imaculada; perversa/inocente.

Não é novidade que as três religiões monoteístas mais influentes da história mundial (judaísmo, cristianismo e islamismo) tenham produzido e reproduzido, no espaço e no tempo, características referentes especialmente às mulheres, a partir de um olhar patriarcal. No contexto da religião católica, especificamente, as mulheres, devem seguir o modelo da Virgem Maria. Nas palavras de Jarschel & Nanjarí (2008, p. 04), a mulher “precisa ser vigiada, protegida, guiada, policiada, por que, a qualquer momento pode encarnar-se numa “Eva” e fará uma besteira, se tornará desviante, atrapalhará a ordem, trará confusão. O cristianismo bebeu desta fonte agostiniana e construiu uma identidade feminina negativa. Por outro lado, cuidou para construir uma imagem feminina redentora, diferente desta que pôs tudo a perder: Maria, a mulher-mãe, submissa, que diz “sim” e torna-se servil e assexuada”.

Fonte de preocupação para o pensamento cristão, a sexualidade sofrerá delineamentos de natureza patriarcal, com vistas à manutenção da ordem no seio da vida de cada fiel. O pensamento a seguir vem corroborar esta afirmativa:

“A sexualidade da mulher é arrancada de seu corpo e encerrada no âmbito da maternidade, na esfera da reprodução e da família. Em poucas palavras, a sexualidade e o erotismo não são sagrados. O corpo sagrado é assexuado, tudo se resume num ventre. A tradição cristã tem grandes problemas com o corpo e a sexualidade, negando-o da esfera do sagrado. Na corporificação simbólica de Eva como pecadora e Maria como redentora através da submissão e virgindade, está o “bastão do patriarcado” na mão de Deus-Pai que pune ou redime. Este bastão está voltado especialmente para a dimensão erótica nas mulheres” (JARSCHEL; NANJARÍ, 2008, p; 04).

Destaca-se aqui que a relação em torno do erótico e do profano, próprio do cristianismo, não é difundida no candomblé. O comportamento de Oxum é prova dessa liberdade permitida ao gênero feminino.

Mediante o exposto, Bastos (2009) afirma que no candomblé há uma maior abertura para exposição de determinados aspectos da sexualidade, geralmente, reprimidos em outras religiões, por motivos religiosos e/ou morais. Envolve essas outras religiões, uma visão de mundo aonde predomina o ocultamento da sexualidade e a ideia de “pecado” relacionada ao sexo. Esse “pecado” deve ser controlado única e exclusivamente pelo matrimônio, pela monogamia e com finalidade de reprodução.

O sexo tendo sido transformado em pecado, as mulheres que se contra-põem ao modelo de mulher sagrada, inspirada na figura Mariana, serão vistas como pecaminosas, um perigo para as imitadoras da mãe virgem.

O não ocasionamento de conflitos pela Virgem Maria pode nos remeter, então, à situação de co-esposa de Oxum. Distante do comportamento mariano de mãe, mulher, esposa e virgem, a deusa africana protagoniza uma relação amorosa extraconjugal com o esposo de Iansã, Xangô.

Merece ênfase, também nesta análise, a dupla maternidade de Maria. Mãe de Jesus, na história; mãe da humanidade, espiritualmente. Esse último aspecto nos mostra que a maternidade vai além do biológico, transcende os limites estabelecidos pela visão androcêntrica e misogênica que permeia os princípios cristãos (CANDIOTTO, 2011). Oxum, também sendo associada à maternidade, não irá assumir, como a Virgem Maria, esse papel preponderante de Mãe. Mas, será comumente invocada pela expressão “Mamãe Oxum”. A ela estará relacionado o conceito de fertilidade e a ela serão dirigidos os desejos de mulheres que querem engravidar, sendo de sua responsabilidade zelar pelos fetos desde a gestação até o momento do parto. Pode-se concluir que quanto ao aspecto maternal elas assumem postos semelhantes.

Gostar de usar colares, joias, perfumes compete à personalidade vaidosa da deusa Oxum. Em contrapartida, a Virgem Maria não foi representada, ao longo da história, usando ornamento, a não ser o véu, bíblicamente, símbolo de subserviência a Deus Pai.

De pele negra, Oxum diferencia-se da Imaculada Conceição, de pele branca e traços europeizados. Com relação a essa branquitude, na história da Igreja Católica, há uma tentativa, de enegrecer a Virgem mãe, a fim de incluir, no “Povo de Deus” (antes composto somente de brancos), os negros e seus descendentes, no pós-abolição da escravatura. Mesmo não sendo ponto de análise

dessa proposta, se faz necessário uma síntese para que entendamos como se deu esse processo. Peters (2012, p. 93) vem contribuir para o esclarecimento desse processo enegrecedor:

A coroação ganhou ainda mais ímpeto dentro das camadas populares, quando se constituiu a imagem de uma Maria que rogava pelos oprimidos, que intercedeu pelos subjugados, e recebeu como doação, pelas mãos da princesa Isabel, uma coroa. A associação da imagem de Aparecida com a figura de Isabel ajudou a concretizar os objetivos eclesiásticos. Isabel era a sucessora do trono real brasileiro e foi a promotora da liberdade dos escravos, que formavam agora uma ampla parcela de marginalizados brasileiros. Coroar Aparecida com uma coroa doada pela princesa significava muito mais do que colocar sobre a cabeça de uma imagem um simples arco de metal. O objeto doado pela “libertadora dos escravos” era um símbolo muito sugestivo, carregado de significados que extrapolam o campo religioso [...] a escolha da imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, para ser coroada no dia 08 de setembro de 1904 é o resultado da tentativa de construção de uma imagem desse novo “Povo de Deus” dentro da Igreja. Uma construção que foi impulsionada de maneira mais forte com a Proclamação da República e a ameaça que a Igreja sofria de perder grande volume de seus antigos fiéis e dos agora já libertos, escravos e seus descendentes (p. 93-94).

Ou seja: há uma convergência no tocante à cor da pele dessas duas figuras femininas. Todavia, trata-se de uma convergência intencional, com interesses implícitos.

4. Nossa Senhora da Conceição e Oxum na “Mulata” (negra) grande



Figura 01: [Carybé. A Mulata Grande \(1980\)](#)

Com intenção de finalizar a reflexão sugerindo uma obra de arte que retratasse o sincretismo afro-católico no Brasil fui conduzida até uma das pinturas de Carybé³, intitulada a “Mulata” (prefiro o termo NEGRA) Grande, datada da década de 80.

Surpreendeu-me a riqueza de detalhes e narrativas possíveis! Interessante atentar que Nossa Senhora da Conceição e Oxum, elementos da presente análise, se fazem presentes no resgate pitoresco.

Convido o/a leitor/a para um breve passeio sobre a tela e posterior conhecimento de uma interpretação⁴ advinda de Vagner Gonçalves da Silva, professor e

3 Argentino naturalizado, Hector Julio Páride Bernabó, o pintor Carybé, nasceu em 1911, mudando-se para o Brasil por volta de 1919, após um período na Itália. Em 1957, naturalizou-se brasileiro, e é considerado um ícone de “baianidade”. Residiu a maior parte de sua vida em Salvador e isto certamente vai inspirar a retratação do sagrado afro-brasileiro nas suas telas.

4 Ver o artigo “Artes do axé. O sagrado afro-brasileiro na obra de Carybé”.

pesquisador antropólogo do Departamento de Antropologia e da Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo. Boa leitura!

“[...] À direita, abaixo, Oxum paramentada de amarelo e com seu leque à mão, conversa com um provável São Jerônimo devido ao leão que o circunda [...] À esquerda uma mulher nua de seios grandes (Iemanjá ou Oxum?) se mira no espelho [...] Capoeiristas, marinheiros, mulheres conversando, cenas de boemia num bar, entre outros motivos, preenchem os demais planos da tela. Mas desta vez Nossa Senhora foi deslocada para a esquerda. Em seu lugar, central na outra tela, uma negra (ou “mulata”, segundo o título de Carybé) de proporções gigantes aparece nua deitada numa cama com as pernas entreabertas. Sua vagina ocupa o centro da tela de onde parecem ter saído todas as pessoas e coisas que com ela compartilham a cama. Aqui parece que as supostas dualidades entre Natureza e Cultura, Carne e

Alma se dissipam. Sabemos que no mistério da Imaculada Conceição, a virgem Maria escudou com a Alma (Cultura) o anjo do Senhor e concebeu, não pela via do sexo (Natureza), seu filho, homem-deus, que veio para salvar os outros homens da barbárie do pecado original. O milagre desta Mulata Grande, entretanto, é inverter essa cosmologia cristã em favor de paganismo festivo e sexualizado, no qual o mundo (a cultura) é concebido pelo canal do sexo (da natureza). É isso o que, aliás, nos conta o mito em que Iemanjá, violentada por seu filho, Ogum, corre e, ao cair, faz sair de seu ventre toda a legião de orixás existentes. Na cultura africana e afro-brasileira o sagrado vem da terra e do baixo corpo, por isso tudo o que diz respeito a estes é sagrado. Os sentidos do corpo são todos acionados na religião (a visão das cores vivas e formas naturais, a audição das músicas e rezas, o gosto e o olfato das comidas votivas bem temperadas, o êxtase da possessão). Esse princípio, que une o sagrado ao profano, o extraordinário ao cotidiano, o católico ao africano, enfim o corpo como mediação entre a natureza e a cultura parece ter cativado os olhos de Carybé e o fez escolher viver junto ao povo da Bahia”.

Considerações finais

O processo sincrético afro-católico torna evidente a rejeição dos princípios religiosos do branco, pelo negro. Mesmo associando os santos católicos aos seus orixás, como paliativo para escapar de perseguições provindas da igreja e do estado, as características das suas divindades, de origem africana, não são esquecidas, permanecem firmes e distintas no seu imaginário coletivo.

Oxum pode ser considerada exemplo dessa resistência. Pois, mesmo sincretizada com a Virgem Maria, assume posturas libertárias rejeitadas pelo androcentrismo cristão.

A categoria de gênero cumpre, neste estudo, sua função analítica acerca da história das religiões. A incorporação dela, nesse exercício reflexivo, permite concluir que há uma invisibilidade e subordinação das mulheres no cristianismo e uma valorização e conferência de poder às mulheres do candomblé. Nossa Senhora da Conceição na casa grande e Oxum na senzala – elementos que ajudam pensar a religião e seus discursos carregados de símbolos de opressão ou libertação, a depender do sistema de crença.

Referências

BASTOS, Ivana Silva. A visão do Feminino nas Religiões Afro-brasileiras. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. nº 14, pp. 156 – 165, 2009. Disponível em: < <http://www.cchla.ufpb.br/caos/n14/9A%20vis%C3%A3o%20do%20feminino.pdf>>. Acesso em 23 dez. 2015.

BERNARDO, Teresinha. As deusas na diáspora negra. **Mandrágora**, Vol. 16, nº. 16, 2010, p. 63-68.

CANDIOTTO, Jaci de Fátima Souza. Maria: duas leituras a partir da teologia feminista. Congresso de Teologia da PUCPR, 10, 2011, Curitiba. Anais eletrônicos. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/congressoteologia/2011/>

DOMEZI, Maria Cecília. Maria por outras culturas: Guadalupe e Aparecida. In: DOMEZI, Maria Cecília e BRANCHER, Mercedes (orgs.). Maria entre as mulheres: perspectivas de uma mariologia feminista libertadora. São Leopoldo: CEBI, 2009.

FIORENZA, Elisabeth Schussler. Mariologia, ideologia de gênero e o discipulado de iguais. In: DOMEZI, Maria Cecília e BRANCHER, Mercedes (orgs.). *Maria entre as mulheres: perspectivas de uma Mariologia feminista libertadora*. São Leopoldo: CEBI, 2009. 115 p.

JARSCHER, Haidi; NANJARÍ, Cecília Castell. Religião e violência simbólica contra as mulheres. In: *Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder*, 2008, Florianópolis. Disponível: < http://fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST62/Jarschel-Nanjari_62.pdf> Acesso em 23 dez. 2015.

LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. 360 p.

PETERS, José Leandro Aparecida na memória da Igreja: uma análise da constituição do mito de Nossa Senhora Aparecida no início do século XX. **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v. 9, n.1, p. 87-96, jan-jun/2012

Pio IX - “Bula “Ineffabilis Deus” - Dogma da Imaculada Conceição”

MONTFORT Associação Cultural Disponível em: <<http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=decretos&artigo=20060220&lang=bra>> Acesso em 23 dez. 2015.

ROSADO-NUNES, Maria José. Freiras no Brasil. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.

ROSADO-NUNES, Maria José. Gênero e religião. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 363-365, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2005000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 abr. 2016.

ROSÁRIO, Cláudia Cerqueira do. Oxum e o feminino sagrado: algumas considerações sobre Mito, religião e cultura. In: *Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, 2008, Salvador. Disponível em: < <http://www.cult.ufba.br/encult2008/14412.pdf>>. Acesso em 26 dez. 2015.

SOUZA, Sandra Duarte de. Revista Mandrágora: gênero e religião nos Estudos Feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 122, jan. 2004. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X2004000300014>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

SILVA, Vagner Gonçalves da. « Artes do axé. O sagrado afro-brasileiro na obra de Carybé », **Ponto Urbe** [Online], v. 10, 2012. Disponível em: < file:///D:/Downloads/pontourbe-1267-10-document-sans-titre.pdf>. Acesso em 22 dez. 2015.

**DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUAL:
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO,
APARATOS CULTURAIS E
POSSIBILIDADES DE CONSTITUIÇÃO
DE SI E DOS OUTROS**



GT 18

O GRUPO DE PESQUISA *PÓS-COLONIALIDADE, FEMINISMOS E EPISTEMOLOGIAS ANTI-HEGEMÔNICAS/ FEMPOS - UNILAB*

Caterina Alessandra Rea

Ícaro Santos Amâncio

Thais Lago

Solange Cabral

Caterina A. Rea

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira/UNILAB
caterina@unilab.edu.br

Resumo: Este texto visa a apresentar o Grupo de Pesquisa Pós-colonialidade, Feminismos e Epistemologias Anti-hegemônicas/ FEMPOS, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, que opera no Campus dos Malês, em São Francisco do Conde, Bahia. A partir das análises das diretrizes da UNILAB e da preocupação com a elaboração de perspectivas epistemológicas do Sul, este grupo de pesquisa situa a análise feminista, as questões de gênero e sexualidades no contexto pós-colonial, levando em conta o impacto que tais questões causam na definição dos equilíbrios entre Norte e Sul, Ocidente e Oriente, culturas e subculturas e destacando a importância das contribuições teóricas das margens, elaboradas por grupos historicamente subalternizados em virtude de diferentes e simultâneos marcadores sociais.

Palavras-chave: Feminismos, Interseccionalidade, Queer, Subalternidade, Teoria Pós-colonial.

Introdução

Este texto visa a apresentar o Grupo de Pesquisa Pós-colonialidade, Feminismos e Epistemologias Anti-hegemônicas/FEMPOS, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, que opera no Campus dos Malês, em São Francisco do Conde, Bahia. O grupo de pesquisa, criado e cadastrado no CNPq em dezembro de 2014, funciona há quase um ano e meio, organizando, com regularidade, encontros de leituras e de debates sobre teorias feministas, interseccionalidade e outras formas de pensamento, elaboradas por grupos socialmente subalternizados. As primeiras pesquisas e a organização de hipóteses foram efetuadas no quadro do projeto PIBIC/UNILAB 2015-2016 sobre “Interseccionalidade, uma categoria útil de análise da dominação: gênero, orientação sexual, raça e classe no entrecruzamento das relações de poder”.

A partir da análise das Diretrizes da UNILAB, expressas no “Reconhecimento e respeito à diversidade étnico-racial, religiosa, cultural e de gênero” (DIRETRIZES, item 3, p. 26) e na preocupação com a elaboração de perspectivas epistemológicas do Sul, este grupo de pesquisa situa a análise feminista, as questões de gênero e sexualidades no contexto pós-colonial, levando em conta o impacto que tais questões causam na definição dos equilíbrios entre Norte e Sul, Ocidente e Oriente, culturas e subculturas e destacando a importância das contribuições teóricas das margens, elaboradas por grupos historicamente subalternizados, em virtude de diferentes e simultâneos marcadores sociais.

Nosso ponto de partida teórico é uma reflexão sobre a crise do modelo epistemológico da modernidade ocidental, fundado na pretensão de uma ciência universal, objetiva e imparcial, enquanto independente de qualquer condicionamento de ordem social, histórica e cultural. Esta concepção de ciência e do conhecimento articulava-se com o grande projeto humanista, da época moderna, que colocava o *Homem*, suas descobertas científicas e suas produções e criações artísticas e literárias no centro do Universo e do sentido.

Contribuíram para esta crítica da universalidade:

- os movimentos populares e estudos culturais com sua crítica ao pensamento elitista
- os movimentos de descolonização e estudos pós-coloniais e sua crítica ao saber eurocentrado e ocidentalcentrado
- os movimentos feministas e estudos de gênero com sua crítica ao androcentrismo
- os movimentos LGBTQ e Estudos Queer e sua crítica ao heterossexismo.

Do ponto de vista metodológico, o Fempos privilegia um abordagem de estudos bibliográficos e de revisão de bibliografia, baseados na compreensão e na interpretação dos principais textos da área dos estudos feministas, queer e pós-coloniais. Através destas contribuições, nos interessa articular “um pensamento da historicidade das relações de poder reputadas a-históricas”, (DORLIN, 2008: 10), na tentativa de desconstruir aquilo que, mais frequentemente, costumamos considerar como estável e natural. Situados no campo filosófico e epistemológico, os projetos desenvolvidos pelo FEMPOS se colocam em um diálogo interdisciplinar com as Humanidades e visam a consolidar o embasamento teórico de pesquisas, conduzidas por alun@s, que envolvam populações e sujeitos tradicionalmente produzidos como subalternos, no quadro das atuais relações sociais de dominação.

Objetivos do FEMPOS

Este grupo de Pesquisa pretende elaborar um mapeamento conceitual e terminológico no campo dos estudos pós-coloniais e dos estudos feministas, queer e subalternos, e repensar uma epistemologia nova baseada na análise interseccional da realidade social e de seus laços de opressão. Trata-se, desta forma, de resgatar o valor epistemológico das formas de conhecimento produzidas pelas minorias e pelos grupos tradicionalmente subalternizados em função do **gênero**, da **raça/etnia**, da **classe**, da **nacionalidade**, da **cultura** e da **orientação sexual**.

O grupo situa-se na atualidade dos debates teórico-políticos feministas, ao reivindicar a pluralização da categoria *mulheres*, enquanto classe não-homogênea e não caracterizada por uma única vivência da opressão de gênero.

Gênero na perspectiva Sul-Sul

Na intenção de ampliar uma perspectiva epistemológica Sul-Sul, o grupo destaca a importância da recepção dos conceitos gramscianos de **hegemonia** e **subalternidade**, primariamente pensados pelo próprio Antonio Gramsci em relação à condição do campesinato da Itália do Sul, no começo do século XX (GRAMSCI; CIOTTA NEVES, 2012) e sucessivamente reapropriados e reelaborados pela crítica pós-colonial e feminista. Seguiremos então estas transformações e ressignificações da categoria de subalterno, operadas pelas diferentes correntes de pensamento, voltadas a contestar os tradicionais modelos epistemológicos

hegemônicos e supostamente universais: androcêntricos, eurocêntricos, ocidentalcêntricos e heteronormativos.

Neste propósito, é preciso mapear os diferentes espaços da pós-colonialidade, estabelecer diálogos entre diferentes Suis, não necessariamente no sentido geográfico, mas político e simbólico, incluindo o que chamamos de *Sul do Norte*, os inúmeros espaços de subalternidade e marginalização, os “diferentes tipos de comunidades internamente colonizadas” (SANDOVAL, 2011: 142) e racializadas, oriundas de diásporas, imigrações antigas e mais recentes, que povoam as periferias e os subúrbios das metrópoles dos países centrais. Conforme destacam muitas feministas pós-coloniais e transnacionais, estes lugares se tornam oficinas de novas produções teóricas e de novas práticas políticas, capazes de dialogar de maneira não-hegemônica com as produções do Sul do Sul. Mencionamos aqui a expressão usada pela feminista chicana Chela Sandoval, “Terceiro-Mundo estadunidense” (SANDOVAL, 2011), ou as análises elaboradas por Chandra Mohanty, no texto *Under Western Eyes Revisited*, onde a autora contesta as visões dicotômicas que opõem Norte e Sul, em um sentido puramente geográfico e propõe considerar estas categorias, enquanto sinônimos de grupos majoritários ou minorias sociais, independentemente de qualquer distinção geográfica (MOHANTY, 2003: 505-506).

Nesta perspectiva, se torna indispensável mapear o processo da circulação de ideias, práticas teóricas e militantes, que enriquecem os debates e posicionamentos políticos contemporâneos, tornando possíveis formas solidárias de produção de conhecimento e de ativismo que perpassam as fronteiras tradicionais entre Norte e Sul globais. Assim, por exemplo, segundo Chela Sandoval, o movimento feminista vinculado ao “Terceiro-mundo estadunidense” consegue forjar uma “nova forma de consciência histórica” (SANDOVAL, 2011: 142) compartilhada entre o Sul do Norte e o Sul do Sul.

Interseccionalidade como categoria útil de leitura da dominação

Pensamos a categoria de gênero a partir da sua evolução no pensamento e na prática feministas da 2ª e da 3ª ondas. Gênero indica um tipo de **sistema de poder social** baseado na afirmação da superioridade masculina e na diferença de papéis sociais supostamente vinculados à diferença natural. Gênero assinala, também, nos *Gender Studies*, uma **categoria analítica** e uma **ferramenta teórica** que permite desconstruir estas relações de poder tidas como naturais e imutáveis, mostrando seu caráter socialmente construído. Como para a categoria de

raça, a de gênero permite nomear a discriminação/opressão existente na sociedade e desmascarar o processo de naturalização das desigualdades socialmente produzidas.

Evidenciamos a impossibilidade de se trabalhar esta noção de maneira separada ou isolada dos outros sistemas de dominação, que coproduzem e definem conjuntamente a experiência de opressão vivenciadas por diferentes grupos de mulheres. A partir de uma perspectiva interseccional, identificamos a categoria **mulherES** como intrinsecamente plural e, por sua vez, atravessada por múltiplas e simultâneas relações de poder.

Nesta perspectiva, destacamos as contribuições teóricas do feminismo negro e chicano, dos diferentes feminismos pós-coloniais e da crítica *Queer of colour* (QOC), para pensar a gênese complexa e imbricada das relações de dominação. Nos referimos, aqui, à noção de interseccionalidade, enquanto uma categoria útil de análise da dominação. Entendida como apreensão de múltiplas e imbricadas formas de dominação, esta categoria foi elaborada pelas teóricas feministas da Segunda e Terceira Ondas e, particularmente, pelas feministas negras e chicanas norte-americanas, a partir do fim dos anos 1970. Esta categoria constitui uma resposta, ao mesmo tempo teórica e prática, a uma visão limitada do feminismo euro-americano, que se tinha concentrado nas relações de gênero como principal fator de dominação, que as mulheres experimentarão de forma comum e universal, independentemente do seu posicionamento e pertencimento em termos de classe, raça/etnia ou mesmo de orientação sexual. A noção de interseccionalidade foi organizada e sistematizada nos anos 1990, e ao longo da primeira década de 2000, pela jurista e socióloga afro-americana Kimberlé Crenshaw (CRENSHAW, 1989/2005 e 2000/2002), se tornando uma categoria de referência incontornável para quem trabalhar na construção de uma epistemologia da dominação. No contexto brasileiro, tal noção é largamente usada hoje, em trabalhos que refletem sobre as dinâmicas da discriminação e a ação de marcadores conjuntos e consubstanciais de poder (BAIRROS, 1995; HIRATA, 2014). É preciso, nesta fase, retrazar uma genealogia desta categoria no contexto do debate intelectual e político no qual ela foi lançada.

Os movimentos feministas da Segunda Onda, ativos desde o final dos anos 1960, em muitos países ocidentais, tiveram um papel importante na elaboração de uma teoria da dominação que, além da classe e dos laços materiais de produção, levasse em consideração uma nova categoria de análise social: o *gênero*. Com base nas reflexões de Simone de Beauvoir (BEAUVOIR, 1949/1970), nas quais a mulher não corresponde a um sujeito natural, nem a uma essência

fixa, mas a uma produção histórica e cultural baseada num sistema social de dominação, as feministas materialistas e radicais desmascararam um tipo de *sistema de dominação social*, um sistema não igualitário, baseado na afirmação da superioridade masculina e na diferença de papéis sexuais/sociais supostamente atribuídos a homens e mulheres e vinculados à diferença natural. Assim, gênero é entendido, pelas feministas materialistas, como “o sistema de divisão da humanidade em dois grupos antagônicos, dos quais um oprime o outro, os homens às mulheres” (DELPHY, 2009: 228). Nesta perspectiva, o gênero não é simplesmente o que diferencia os papéis de sexo, mas o sistema social e político que produz os sexos, distinguindo-os, e que, como tal, merece ser considerado como uma forma específica de dominação, consubstancial e não subordinada à opressão de classe. No esforço de organizar o coletivo das mulheres, através da formação de um sujeito único e coeso, o feminismo da Segunda Onda tematizou a ideia de opressão de gênero como um fator comum a todas as mulheres, independentemente de seus pertencimentos em termos de raça/etnia, nacionalidade, classe ou orientação sexual. As ideias de dominação masculina e de patriarcado permitiam estabelecer “uma conexão entre todas as mulheres, através do tempo e das culturas” (PISCITELLI, 2009: 134). O feminismo da Segunda Onda conseguiu, deste modo, elaborar uma noção política do sujeito feminista, não como um elemento pré-constituído e essencial, mas como produzido historicamente, através da experiência comum da opressão/dominação e sobretudo da resistência a esta opressão na militância. Tal sujeito mantinha, porém, ainda as características de um sujeito único e homogêneo, ao definir a opressão de todas as mulheres a partir do modelo fornecido pela experiência de mulheres brancas, urbanas, de classe média e alta, euro-americanas.

Aqui se aponta, então, a crítica do chamado *Black Feminism* (e, em geral, das produções teóricas de feministas não-brancas) e sua maior contribuição, no contexto do debate teórico feminista, para a elaboração de uma epistemologia complexa da dominação. Questionando o feminismo euro-americano e, particularmente, sua interpretação da suposta universalidade e identidade da experiência do sexismo, o *Black Feminism* conduz à contestação e à “explosão” do sujeito do feminismo, construído a partir da prioridade exclusiva da luta antissexista. A experiência do sexismo e da dominação patriarcal não constitui uma experiência única e indiferenciada para todas as mulheres, nem a dominação de gênero constitui o “inimigo principal” e primeiro para todas as mulheres. Considerando a impossibilidade de isolar e separar a categoria de gênero da análise de outros marcadores sociais da opressão, enfatizamos a

necessidade de pensar sua imbricação e simultaneidade, ou seja, de analisar a “genealogia comum” (DORLIN, 2008: 87) das relações de poder.

As pesquisas desenvolvidas pelo FEMPOS entendem ressaltar o trabalho pioneiro de numerosas feministas negras norte-americanas e inglesas (bell hooks, 2013 e 2015; DAVIS, 2013; COLETIVO COMBAHEE RIVER, 1977/2013, CARBY, 2000/2008), latinas, particularmente brasileiras (GONZALEZ 1984; BAIROS, 1995), e de feministas chicanas (ANZALDÚA/ MORAGA, 1983 e ANZALDÚA, 2005). Tais pesquisas também, destacam e interrogam as potencialidades teórico-metodológicas desta categoria, para mapear e determinar as modalidades históricas de produção e as dinâmicas de funcionamento dos laços de dominação que, através de suas múltiplas imbricações, constituem as identidades e o posicionamento de sujeitos e grupos políticos. De tal forma, este trabalho pretende colocar em questão e problematizar as contribuições teóricas, práticas e metodológicas desta categoria, para pensar uma epistemologia da dominação, a partir de uma leitura que coloca a filosofia em diálogo com outros ramos do conhecimento, numa perspectiva interdisciplinar. Enfatizamos a relevância filosófica de uma discussão sobre os marcadores sociais da diferença (gênero, raça, sexualidade, classe) e a imbricação entre eles para dar conta de uma teoria da dominação e das relações de poder.

Linhas de pesquisa do FEMPOS e hipóteses de trabalho

Centrada na reconstrução histórico-teórica do feminismo, de sua evolução e de suas múltiplas correntes e vertentes, o Grupo de Pesquisa Pós-colonialidade, Feminismos e Epistemologias Anti-hegemônicas discute e problematiza as relações de continuidade e de descontinuidade que ligam a Segunda e a Terceira Ondas feministas e o desenvolvimento das categorias prático-teóricas do pensamento pós-colonial. Na perspectiva de fornecer um mapeamento destas diversas correntes e de contribuir para a tradução em português de textos ainda inéditos no Brasil, salientamos a importância das pesquisas em curso sobre o feminismo cigano, enquanto corrente transnacional e interseccional do feminismo, e sobre o trânsito das teorias queer para o Sul (América Latina e África). Ainda pouco conhecido no Brasil, o feminismo cigano é fruto do processo de circulação de ideias e práticas teóricas, através das quais é possível retrair as fronteiras do mundo pós-colonial e apontar para a efervescência intelectual e política de seus diferentes suís. Estes suís encontram-se deslocados em diversas regiões que perpassam a dimensão geográfica: existe assim uma Europa (Central e do Leste) cigana que dialoga com as produções teóricas do “Terceiro-mundo

estadunidense” e com as outras correntes feministas pós-coloniais. É neste sentido que a acadêmica e ativista cigana, Ethel Brooks, define o espaço pós-colonial cigano (*Romani Post-coloniality*), apontando para o diálogo que este desenvolve com as categorias e noções elaboradas no seio do feminismo negro e chicano norte-americanos (BROOKS, 2012).

De forma análoga, o estudo do trânsito da Teoria Queer em direção ao Sul global possibilita novos diálogos e formas de solidariedade, englobando as reflexões elaboradas pela crítica *Queer of Colour*. Pode-se formular, assim, a hipótese de que as contribuições da *Black Queer Theory* e, em geral, de autor@s queer pós-coloniais e não-branc@s facilitem as trocas entre este campo teórico, elaborado nos estados Unidos e na Europa, e as formas de sua recriação e apropriação no Sul do sul. A teoria Queer não-branca constitui, no contexto internacional atual, uma voz radical, uma perspectiva prático-teórica que se opõe ao conformismo de muitos grupos LGBT e à assimilação/integração destes à lógica neoliberal, na maioria dos países centrais (BACCHETTA; FALQUET; ALARCÓN, 2011). Ela considera as questões de gênero e sexualidades enquanto inseparáveis da história pós/neocolonial do ocidente, incluindo a experiência da escravidão, do racismo, da colonialidade, da exploração de classe, dos fenômenos de migração e dos novos imperialismos, e ressalta, desde o começo, a importância da categoria de *interseccionalidade*. A teoria queer não-branca constitui uma janela aberta que, a partir da consideração do campo das sexualidades e dos gêneros dissidentes, se abre para uma leitura política da contemporaneidade e dos maiores debates e anseios que a atravessam. Sinalizamos, assim, as perguntas colocadas por três autor@s que se identificam como queers of colour: “O que que os estudos queer tem para dizer a propósito do império, da globalização, do neoliberalismo, da soberania e do terrorismo? O que que os estudos queer nos dizem sobre imigração, cidadania, prisões, bem-estar social, luto e direitos humanos?” (HALBERSTAM; ENG; MUÑOZ, 2005: 2). Deste modo, através de seus grupos de estudo e de leitura, o FEMPOS procura dar espaço e visibilidade a estes anseios e debates, defendendo que as questões feministas, queer e de gênero se configuram, hoje mais do que antes, à luz das tensões e dos (des)equilíbrios políticos internacionais.

Conclusão

Apresentamos aqui as linhas de pesquisa que estão sendo desenvolvida, há aproximadamente um ano e meio, pelo grupo de pesquisa Pós-colonialidade, Feminismos e Epistemologias Anti-hegemônicas da Unilab. Como mostramos,

estas pesquisas procuram ressaltar a importância do trânsito das ideias e do deslocamentos de práticas teóricas para a constituição do atual campo de estudo e de militância feminista, queer e pós-colonial. Concluímos que é através destas viagens e circulações que as teorias e as noções vivem e se transformam incessantemente, tecendo novas possibilidades de diálogo, de solidariedade e de intercâmbios transnacionais.

Bibliografia

ANZALDÚA, Gloria; MORAGA, Charríe. (Edit.) Foreword Toni Cade Bambara. **This Bridge called my Back. Writings by Radical Women of Color.** New York: Kitchen Table, 1983. 261 p.

ANZALDÚA, Gloria. La consciência de la mestiza/ Rumo a uma nova consciência. **Revista Estudos Feministas.** Florianópolis, v.13, p. 704-719, setembro-dezembro/2005.

BACCHETTA, Paola; FALQUET, Jules; ALARCÓN, Norma. Introduction au “Théories féministes et queer décoloniales : interventions Chicanas et Latinas états-unienne ». **CEDREF**, Paris, n. 18, 2011. Disponível em <http://cedref.revues.org/670> Acesso em 02 Jun. 2015.

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, Ano 3, p. 458-463, 2º semestre/1995.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo. Fatos e mitos.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, v. I, 1970. 309 p.

Bell hooks. **Ensinando a transgredir. A educação como prática de liberdade.** São Paulo: MartinFontes, 2013, 283 .

bell hooks. **Ain't I a woman? Black women and feminism**, New York: Routledge, 2015. 202 p.

BROOKS, Ethel. “The possibility of romani feminism”. *Signes*, Vol. 38, No. 1, p. 1-11, 2012.

CARBY, Hazel. Femme blanche écoute! Les féminisme noir et les fronteires de la sororité. In: DORLIN, Elsa. **Black Feminism. Anthologie du féminisme africain-ame-ricain, 1975-2000**. Paris: L'Harmattan, 2008. P. 87-110.

COMBAHEE RIVER COLETIVO. Manifesto. Disponível em <http://rodrigossilvadoo.blogspot.com.br/2013/11/declaracao-do-coletivo-combahee-river.html> Acesso em 16 jun. 2015.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Tradução Oristelle Bonis. Cartographies des marges: intersectionnalité, politique de l'identité et violences contre les femmes de couleur. **Cahiers du Genre**, Paris, nº 39, p. 51-82, 2005/2.

_____. Tradução Liane Schneider. Revisão Luiza Bairros e Claudia de Lima Costa. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, Ano 10, p. 171-188, 1º semestre/2002.

DAVIS, Angela. Tradução livre. **Mulher, raça e classe**. Plataforma Gueto, 2013.

DELPHY, Christine. **L'ennemi principal. Penser le genre**. Paris: Syllepse, v. 2, 2009. 386 p.

DORLIN, Elsa. Sexe, genre et sexualités. Paris: PUF, 2008. 153 p.

HALBERSTAM, Judith; ENG, David; MUNOZ, Esteban. What's Queer about queer studies now? (Introduction). Durham/London: Duke University Press, 2005.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 26, nº 1, p. 61-73, junho, 2014.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, 1984, p. 223-244.

GRAMSCI, Antonio ; CIOTTA NEVES, Rita. Gramsci. A cultura do subalterno. Lisboa: Edições Colibri, 2012, 169, p.

MOHANTY, Chandra. Under Western Eyes Revisited: Feminist Solidarity through Anticapitalist Struggles. In: Signs, vol. 28, n.2, pp. 499-535.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José. **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis, 2009, p. 116-148.

SANDOVAL, Chela. Féminisme du Tiers-Monde états-unien : mouvement social différentiel. In : Les Cahiers du CEDREF, Paris, n. 18, 2011, pp. 141-186.

REPRESENTAÇÕES DE LICENCIANDOS/AS DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE SOBRE CORPO, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

Helma de Melo Cardoso

Alfrancio Ferreira Dias
Universidade Federal de Sergipe,
helma.2010@hotmail.com

Resumo: O presente artigo foi produzido a partir de alguns resultados da pesquisa de dissertação, em andamento, intitulada “Abordagem de corpo, gênero e sexualidades nas licenciaturas do Instituto Federal de Sergipe, campus Aracaju” do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. E tem como objetivo conhecer como as temáticas de corpo, gênero e sexualidades estão sendo introduzidas nas práticas formativas das licenciaturas de Química e Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe- IFS/ campus Aracaju. Nossa análise é influenciada pelos pressupostos teórico-metodológicos da abordagem pós-crítica, realizando como estratégia metodológica para produção de dados um grupo focal com a participação de cinco estudantes (quatro do gênero feminino e um do masculino). Quanto às representações dos estudantes, uma fala recorrente foi que deve haver um limite para o corpo e todos/as que ultrapassam o limite são corpos estranhos, encontramos também que suas falas estão atravessadas pelos discursos científico e biológico, que é permeado pela heteronormatividade da qual não temos muitas vezes consciência e que reforçam a visão dicotômica de corpo, gênero e sexualidades, mas também discursos marcados por contradições e subversões. E que esses futuros/as professores/as, por não terem discussões sobre a temática na formação levarão, possivelmente, para a prática docente a reprodução do saber sexista e do currículo generificado. Assim, acreditamos que há necessidade de inclusão dessa temática na formação inicial docente em suas disciplinas, conteúdos e metodologias. É preciso criar espaço para debates, reflexões, questionamentos para que o docente perceba a necessidade de atuar nessa perspectiva.

Palavras-chave: Corpo. Gênero. Diversidade Sexual. Licenciatura.

A discussão sobre corpo, gênero e sexualidade nas escolas e na formação inicial do/a professor/a acontece, em geral, descolada do corpo e da sexualidade, relegando-os a respostas sem qualquer reflexão, quando não, reduzida a conteúdos como doenças sexualmente transmissíveis numa perspectiva biológica. Sem contar que estamos longe ainda de conseguir respeitar a diferença que se apresenta em sala de aula realizando uma educação não discriminadora.

Percebendo a importância da formação de professores/as para uma educação não discriminadora, fica patente a necessidade de investigar como vem ocorrendo a inclusão das temáticas sobre corpo, gênero e sexualidades nas licenciaturas, visto que é um tema que revela complexidade e riqueza de possibilidades de enfoque, pelo reconhecimento do longo período a ser percorrido para que a sociedade brasileira obtenha uma política educacional não discriminadora. Nesta perspectiva algo nos é provocado, a partir do entendimento de que não é possível desvincular essa temática de todos os demais aspectos que nos constituem como pessoas.

Há grande necessidade de que este tema seja abordado numa perspectiva questionadora ainda na formação de professores/as, destacando suas possibilidades e responsabilidades numa educação sem exclusões, visto que este tema aparece de forma imprevista em sala de aula, não escolhe disciplina, nem momento e, portanto, a princípio todo/a professor/a deve estar preparado/a para a primeira abordagem. A abordagem sobre a temática do corpo, gênero e sexualidade não pode ser realizada com os conhecimentos do senso comum ou ainda da religião (SEFFNER, 2011).

Assim, procuramos compreender quais os discursos estão sendo reproduzidos pelos/as estudantes das licenciaturas do IFS a respeito do corpo, gênero e sexualidades durante o processo formativo. Os princípios teórico-metodológicos que fundamentam esta pesquisa estão ancorados nos estudos de gênero pós-estruturalistas que se afastam das correntes teóricas que propagam o binarismo teoria/prática, visto que não há como dar sentido as vivências e discursos sem um corpo teórico para se ancorar, assim como sem a prática não se formularia teorias. A perspectiva pós-estruturalista abandona o caráter normativo da pesquisa e busca mostrar que os fenômenos sociais são múltiplos e heterogêneos, sem a intenção de criar teorias ou metanarrativas. Assim, realizamos um grupo focal como estratégia metodológica para produção de dados com a participação com a participação de dois pesquisadores/as e de cinco estudantes (quatro do gênero feminino, Ana, Bia, Diana e Eliane, e um do masculino, Carlos). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal

de Sergipe pelo processo CAAE 46699215.8.0000.5546. Para analisar as discussões ocorridas no grupo, buscamos captar os enunciados sobre corpo, gênero e sexualidades na formação docente a partir das representações de estudantes em formação. Compreendemos representações, assim como Meyer (2010), como um modo de produção de significado na cultura, que implica em relações de poder e ocorre a partir da linguagem.

1- Gênero e sexualidade

Antes mesmo do nascimento, a descoberta de que a criança é um menino ou uma menina, já determina todo um processo de se constituir um corpo feminino ou masculino, assim “afirma-se e reitera-se uma sequência de muitos modos já consagrada, a sequência sexo-gênero-sexualidade.” (LOURO, 2015, p. 15). Sob essa lógica supõe-se que o sexo determina o gênero e todo um trabalho insistente é posto em prática para inscrever feminilidade ou masculinidade nos corpos. Essas construções sócio-culturais- linguísticas-históricas passam a ser vistas como naturais.

Durante as discussões no grupo, encontramos na maioria das respostas que os estereótipos de gênero marcam suas concepções de ser homem de ser mulher, que exemplificam marcadamente com características biológicas e comportamentais.

Importante notar que todos/as os/as participantes utilizaram adjetivos ligados ao sentimento e à delicadeza exclusivamente para a mulher, mesmo sabendo que todos/as são pessoas e, que por isso, expressam sentimentos diversos, independente do gênero ou sexualidade. Contudo, esta marca recai sobre as mulheres, muitas vezes num tom pejorativo, limitante, podendo mesmo a excluir de espaços e atividades. Nas palavras de Santos (2013, p. 213), “ainda causa estranhamento quando alguém de quem se espera leituras emotivas de um poema apareça consertando máquinas elétricas e gritando impropérios.”.

Ainda colocam as características físicas e biológicas femininas trazendo uma condição de fragilidade em relação ao homem, a mulher precisa então ser protegida, pois é biologicamente mais frágil, enquanto o homem é mais agressivo, forte e protetor (Ana, Carlos, Diana e Eliane). Características estas decorrentes de sua condição físico-corporal. Essa produção de verdade sobre o corpo se deve ao discurso de algumas áreas de saber especializado, com destaque para ciências da saúde e ciências biológicas no século XIX. (FOUCAULT, 2014b). As categorias construídas nessas ciências foram, muitas vezes, transferidas para

explicar fenômenos socioculturais e ainda hoje encontramos estudos na área da Biologia que se propõe a explicar fenômenos de ordem cultural numa perspectiva de determinação biológica. Sobre este fato podemos apresentar uma entrevista da Folha de São Paulo¹ de título: “Diferença entre homens e mulheres é menor do que se pensa, diz cientista” numa entrevista a uma neurocientista que esclarece:

A maior diferença entre possuir um cérebro feminino e um cérebro masculino é que cérebros masculinos, por exemplo, na sua grande maioria, têm uma preferência por se aproximar de mulheres, e vice-versa. Isso é uma diferença cerebral de fato, e é fundamental - um interesse básico da gente. E na verdade nem é tão genético assim, porque pode ser influenciado por hormônios durante a gestação, tanto que não é 100%, mas em torno de 90% a 95% dos casos. (FOLHA DE SAO PAULO, 2005).

Nesse trecho a neurocientista é taxativa quanto determinação biológica da sexualidade, no entanto ao afirmar que apesar de ter causa biológica não atinge a todos, como então ela poderia classificar os que fogem à regra? Como anomalias? Doença? Assim como este, existem muitos outros artigos circulando na internet que listam diferenças entre homens e mulheres e tentam explicá-las como inatas aos sexos. No entanto a perspectiva pós-estruturalista questiona a delimitação do que é biológico e do que é cultural e assinala que a linguagem e outros constructos socioculturais criam os corpos.

Esses discursos médico e biológico, nos quais se amparam as representações dos/as estudantes, se revestem de grande importância, de saber-poder, visto que alcançaram, modernamente, credibilidade de se tornarem parâmetros de verdade acerca dos conhecimentos sobre a condição humana. Convém, no entanto, lembrar que desde 1990 a homossexualidade não figura mais no Código Internacional de Doenças (CID). Para Junqueira (2009) é importante esse reconhecimento pela comunidade médica, mas considera problemática essa necessidade de reconhecimento da diversidade sexual por esses discursos. O autor acredita que essa credibilidade pode tanto facilitar como limitar a construção e o reconhecimento dos novos diretos. E acrescenta:

1 <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u12868.shtml>

Diante das “verdades” da medicina e da clínica, é preciso não esquecer que todas as formas de conhecimento, pensamento ou prática social, são construções interpretadas de concepções de mundo, ideologias, relações de força, interesses e que, assim como qualquer forma de conhecimento, seus enunciados e enunciações são produzidos em meios de tensões sociais, históricas, culturais, políticas, jurídicas, econômicas, etc. (JUNQUEIRA, 2009, p. 371).

Além disso, não podemos perder de vista que o conhecimento produzido acerca da sexualidade, independente de ser da medicina ou outra área, está sempre acompanhado por fortes padrões de moralidade e religiosidade da época. Compreender isso é imprescindível para entender a preocupação dos discursos biológicos, médico e clínico em procurar causas naturais para a homossexualidade.

O discurso biológico é sempre trazido como força de argumento e tomado como verdade. Não podemos esquecer que ele é/foi produzido permeado por diversos outros discursos (moral, religioso e outros) e, portanto tem sua produção de verdade direcionada por interesses. A esse respeito podemos citar o exemplo do papel desempenhado pelo óvulo na reprodução humana, que por muitos anos foi descrito como passivo e o espermatozoide como ativo, vigoroso. Essa descrição movida por uma moralidade sexista levou o trabalho experimental a descrever detalhadamente todo esforço do gameta masculino de forma consistente e atividade do óvulo (inexistente) que não necessitaria de qualquer mecanismo e assim o mecanismo não foi encontrado. Com a influência do feminismo e entrada da mulher na Biologia foi “descoberta” a participação ativa do óvulo e Keller afirma:

Essas referências igualitárias não são retóricas – estão baseadas numa descrição que está agora firmemente apoiada por um rico acervo de mecanismos que os pesquisadores identificaram em anos recentes – pode-se dizer que os pesquisadores os encontraram porque procuraram por eles. (KELLER, 2006, p. 19).

Este exemplo, nos mostra a força discurso biológico e mostra que os olhares da ciência voltam-se para locais de interesse generificados de produção de conhecimento, que se produzem como discursos de verdade. No entanto, nenhuma forma de conhecimento nos conduz a verdade, nem o conhecimento

científico, ele nos permite criar modelos e explicações de fenômenos que ocorrem ao nosso redor. Não só esse exemplo que trouxemos acima, mas centenas de outros foram aceitos como verdade até que novas teorias surgissem para invalidá-los. A biologia, a medicina, a neurociência e outras ciências se constituem numa forma particular de interpretação do mundo a cada época, que não está isenta de preconceitos. E é nesta forma de ver o mundo que os jovens são educados, tomando esses discursos como verdadeiros, que passam a indicar-lhes modelos de pensamento e condutas adequados. Assim podemos perceber como a fala de Ana está atravessada pelo discurso biológico de determinação do sexo e do gênero como genéticos e a existência do alinhamento entre o sexo e o gênero.

4.2- Corpo e diversidade sexual

O corpo não é somente um dado natural, físico, ele é também o que tem em seu entorno, a roupa os acessórios, as intervenções que se realizam nele, a imagem que fazem dele, os silêncios que falam por ele, ou seja, é muito mais que um conjunto de ossos e músculos, são ilimitadas as suas possibilidades (GOELLNER, 2010). Segundo Le Breton (2014):

A materialidade do corpo não é uma biologia onde viria se encarnar a verdade do sexo, ela é apenas um teste projetivo através do qual os indivíduos mantêm um discurso e realizam as performances que os levam a ser organizados nessas categorias existentes ou a inventar outras. (2014, p. 30).

Diz ainda que o corpo é existencial, temporal e situado, o sujeito está num lugar e seu corpo é influenciado pelo local onde se encontra e é também representativo, visto que não é possível pensar o corpo fora da história, dos valores, da condição socioculturais num dado momento (LE BRETON, 2007).

Quanto à diversidade sexual, Miskolci (2015) argumenta que o próprio termo diversidade, bastante utilizado nas políticas públicas, vem carregado de uma atitude de tolerância ou de convivência e que o termo diferença traz em seu bojo um reconhecimento das transformações nas relações de poder, uma transformação social.

Quando você lida com o diferente, você também se transforma, se coloca em questão. Diversidade é 'cada um no seu quadrado', uma perspectiva que compreende o outro como incomensuravelmente

distinto de nós e com o qual podemos conviver, mas sem nos misturarmos a ele. (MISKOLCI, 2015, p. 15-16).

É nessa perspectiva que trazemos as concepções sobre corpo e sobre o diferente, “o outro”, surgidas no grupo focal. A discussão circulou entorno dos limites para o corpo, ou seja, existe um tipo de vestimenta adequada para cada ambiente, um tipo roupa para meninos e para meninas, todos podem fazer o que quiser em seus corpos, mas se passarem muito do limite serão considerados estranhos, exóticos, anormais. Tais falas estão norteadas por discursos normatizadores, visto que impõem limites a expressão corporal para que possam ser valorizadas e aceitas culturalmente. Como por exemplo, na fala da Ana: “Aqueles pessoas góticas. Você olha e: – menino porque você é assim? Incomoda seus olhos, incomoda você”. Este discurso reflete a norma regulatória dos corpos impondo-lhes limites de sanidade, de coerência, de moralidade, de normalidade, por isso que os corpos que ultrapassam esses limites “incomodam os olhos”.

Para Foucault (2014b) o corpo é uma superfície de inscrição cultural dos acontecimentos, sendo então variáveis as formas pelas quais podem ser aceitas em determinada sociedade e tempos. Foi justamente isto que se revelou nos discursos dos/as participantes, que existem formas “padrões” e o que se afasta muito corre o risco de ser considerado estranho. Cabe ainda reconhecer que os limites dos corpos se alteram historicamente, por isso precisam ser sempre renovados, reiterados e transformados, assim como também as transgressões também se movimentam. “Em ambas as direções, é no corpo e através do corpo que os processos de afirmação ou transgressão das normas regulatórias se realizam e se expressam”. (LOURO, 2015, p. 85).

Além disso, durante a discussão surgiu o relato do Carlos que revelando que se tivesse uma filha em idade escolar não permitiria que ela fosse à escola com short curto como forma de protegê-la dos meninos, que poderiam se sentir no direito de olhar e até tocar por causa de sua roupa, nesse caso responsabilizando as mulheres pelo assédio sofrido em virtude da escolha de roupas curtas. Nesse ponto, Eliane colocou seu conflito:

A gente quer igualdade de gênero, isso é fato, a gente quer igualdade de gênero, mas a menina quando é muito jovem ela quer se expor, ela acha o corpo bonito, e, não que não seja, realmente é, e como ele disse, a gente quer igualdade de gênero, mas ao mesmo

tempo quer impor restrições, porque ele vai com a roupa muito curta, os rapazes vão querer, sei lá, olhar, tocar, tirar brincadeira de mau gosto e ela não vai gostar e vai começar um conflito, um problema. (...) E eu posso me vestir como quiser e não deixa de ser certo e ele tem que me respeitar, só que não é assim que funciona quando você tem 14, 15 e 16 anos. (ELIANE).

Nesse extrato fica evidente a compreensão de feminilidade e masculinidade como opostos e naturalmente diferentes quanto ao desejo, onde a feminilidade está associada à busca para agradar, despertar a atenção e o desejo masculinos. Não cabe à mulher expressar seus próprios desejos e a sexualidade masculina está sempre associada à iniciativa, com a representação do corpo feminino como objeto de desejos e prazeres. Esse discurso, presente na fala de Eliane, reitera o desejo masculino como imperativo, heterossexual e pressupõe a submissão feminina, à qual não cabe iniciativa e nem a expressão do próprio desejo. Nesse contexto até o “não” da mulher é interpretado como ritual de sedução, assim são naturalizados comportamentos de iniciativa, insistência e agressividade para o homem e de passividade, esquiva (entendida como sedução) para a mulher.

Outra reflexão possível, a partir do discurso religioso é a ideia da mulher comparada a Eva, que remete ao pecado e à ideia de que a sexualidade feminina deve ser controlada e reprimida para não despertar o desejo masculino (CARVALHAR, 2009). Dessa forma, ao analisarmos que o erro está na menina usar shorts e não nos meninos a tocarem, mostra que a mulher precisa ser sempre vigiada e punida se necessário se agir diferente do padrão esperado para o comportamento feminino.

Além disso, os sujeitos são ensinados a silenciar as emoções, os desejos, a sexualidade nas diversas instituições de socialização. Os corpos são normatizados com papéis lugares para homens e mulheres bem definidos, pois:

A naturalização do corpo é um fenômeno social e simbólico que repercute na socialização de gênero, desde o início da vida, propondo sentidos e significações de masculinidade e feminilidade fixos para meninos e meninas, homens e mulheres. (DIAS *et al*, 2015, p.135).

Visto que o corpo, compreendido como fenômeno social e cultural, é carregado de sentido, é mutável, e obedece a normatizações que delimitam sua

experiência no espaço social e existencial. Segundo Le Breton (2007), o discurso sobre o corpo masculino e feminino está carregado de julgamentos de valor sócio-culturais; e a feminilidade e a masculinidade foram construídas para delimitar os corpos e o lugar do homem e da mulher em sociedade. Mas essas essências imutáveis de masculino e feminino, alicerçadas na família patriarcal, estão desabando. Hoje as pessoas têm comportamentos que eram antes atribuídas ao outro sexo, a feminilidade é múltipla, a masculinidade também.

Quanto à diversidade sexual, todos declararam que convivem bem socialmente e que nunca vivenciaram situação de preconceito contra homossexuais ou transexuais na instituição. No entanto, demonstraram bastante incômodo com o comportamento de um professor homossexual em sala de aula, apesar de tentarem deixar claro que não tinha nada haver com a sua sexualidade, mas com a sua falta de postura ética em sala de aula que abertamente favorecia aos homens com notas em detrimento das mulheres. Porém, apareceu no discurso de B, de forma marginal que havia professores que paqueravam as garotas, mas este discurso foi logo silenciado, não rendeu mais comentários. Voltou-se a falar na falta de ética do professor homossexual que o mesmo não sabia manter a postura de professor em sala de aula misturando com sua sexualidade.

Nada, nada, nada. Para você ter uma ideia, tinha um aluno que nunca apareceu pra atividade e ele deu 8.0, e ele nem estava na aula, é muito gritante. Isso é a postura como professor? mesmo se ele não fosse homossexual, fosse hetero e desse em cima das meninas, também seria errado. (ELIANE)

Mas também tem muito professor aqui que dá em cima da gente né? (BIA)

Mas não é em sala de aula. (ELIANE)

(...)

Mas esse professor do curso de vocês? (Pesquisadora)

Agora o daqui, comigo, particularmente, nunca teve nada. (CARLOS)

Lógico (com gozação e risos). (BIA E ELIANE)

Ele nunca me deu nota, nem brincadeira, nem falta de respeito, nada, mas com colegas a gente vê que ele soltava uma piadinha ou outra. (CARLOS)

Uma piadinha ou outra? Ele é terrível. (ELIANE)

Mas isso tinha alguma ligação com a sexualidade dele? (Pesquisadora)

Tinha haver com a questão da ética, a postura dele como professor.
(ELIANE)

Vocês percebiam que ele dava em cima dos alunos, é isso?
(Orientador)

Isso não é certo nem pra professor homem dar em cima de uma
menina ou de outro menino. Não importa, isso é errado. (ELIANE)

Nesse ponto é importante notar a ênfase dada à postura do professor homossexual em detrimento do comportamento do professor heterossexual, num quase silenciamento do comportamento deste último. Não estamos aqui relativizando nem aceitando como correto o comportamento do primeiro, somente mostrando que o fato deste ser declaradamente homossexual o coloca em destaque, por ser um comportamento que foge da norma heterossexual. Segundo Miskolci (2009), existe uma compulsoriedade à heterossexualidade que a naturaliza e a torna obrigatória, assim as pessoas que a subvertem tornam-se foco de estranhamento. O incômodo maior das participantes está no fato do professor não ser heterossexual, visto que, o professor heterossexual que paquera as meninas não causa incômodo, por isso foi falado de forma rápida, quase silenciada. Podemos então perceber que o discurso heteronormativo está presente na fala das alunas, trazendo uma retaliação ao comportamento que foge da regra heterossexual. Muitas vezes, a perseguição ao homossexual não é pelo que ele faz, nesse caso pelo assédio aos alunos, mas pelo simples fato de ser homossexual. E apesar de não haver informações seguras sobre a origem do desejo, seja ele heterossexual ou homossexual, as pessoas ainda vêem a homossexualidade como um distúrbio. Com isso se busca naturalizar e tornar verdadeira a única forma de viver a sexualidade de forma “sadia” e digna que é a heterossexualidade.

É importante salientar que o homossexual, na discussão do grupo focal, ganha destaque e é visto como pervertido, como desejo acima do “normal”, patológico, e é assim que se enquadram todos os homossexuais em modelos caricatos, “bichas loucas”, que saem assediando todos indiscriminadamente e que,

[...] o desejo homossexual é mais ou menos normal que o heterossexual. A diferença está na distribuição desigual de acessos e visibilidades, portanto, no reconhecimento social conferido aos gêneros e às sexualidades inteligíveis. (Bento, 2011, p. 99).

Também cabe lembrar que a homossexualidade, assim como a heterossexualidade e outras sexualidades, é múltipla. E a todas essas formas de ser homossexual devem ser assegurada segurança e mais, deve-se lutar contra o moralismo que conota tudo como pecaminoso e negativo. (SEFFNER, 2011).

Considerações finais

Essa temática exige uma nova compreensão dos sujeitos, de suas práticas e da sociedade em geral. Sendo este artigo apenas umas das formas de interpretar o mundo e dar-lhe sentido, uma produção de nossa própria verdade.

As representações dos/as estudantes foram analisadas a partir dos discursos que direcionaram suas falas no grupo focal. Como primeiro enunciado das análises surgiu a discussão sobre gênero e sexualidade no qual os/as estudantes apresentaram uma visão biologizante, trazendo características culturais como inerentes aos sexos, além de um forte binarismo com relação à divisão dos sexos. Ou seja, reproduziram as normas de gênero mais marcantes em nossa sociedade que impõem a normalização dos sexos a partir do modelo binário, biológico e heterossexual, contribuindo para a (re)produção de estereótipos de masculinidade e feminilidade.

A concepção dominante foi que deve haver um limite para o corpo e todos/as que ultrapassam o limite são corpos estranhos. Trouxeram também uma discussão de que os corpos devem obedecer a normas estabelecidas a partir do sexo biológico, ou seja, reproduzem a ideia de que existem sentidos e significados de masculinidade e feminilidade fixos que devem ser seguidos por homens e mulheres.

Quanto ao enfrentamento da diferença trazem representações que se distanciam da perspectiva de transformação, adotando uma postura homofóbica que naturaliza a heterossexualidade como norma, tratando os que se diferenciam como anormais.

A partir das discussões realizadas nessa pesquisa, acreditamos que há necessidade de inclusão das questões de corpo, gênero e sexualidades na formação inicial docente em suas disciplinas, conteúdos e metodologias. É preciso criar espaço para debates, reflexões, questionamentos para que o docente perceba a necessidade de atuar nessa perspectiva. Também é importante que esses temas sejam abordados numa dimensão do saber-fazer, para munir os professores/as de ferramentas para atuarem em situações de violência, preconceito, intolerância e outras.

Diante de tal panorama só podemos ratificar a necessidade de repensar a formação de professores, aliás, repensar a educação como um todo. Para Miskolci (2015), não existe um modelo a ser seguido, o importante é que a escola possa se tornar um veículo social de desconstrução de desigualdades e injustiças. E se deixássemos de investir no ensino e reprodução da experiência de preconceito, poderíamos transformar a aprendizagem num processo de ressignificação do anormal, do diferente como caminho de mudança social.

Referencias

BENTO, Berenice. Política da diferença: feminismos e transexualidades. In: COLLING, Leandro (org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: UDUFBA, 2011.

CARVALHAR, Danielle Lameirinhas. **Relações de gênero no currículo da educação infantil: a produção das identidades de princesas, heróis e sapos**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação). UFMG, Belo Horizonte, 2009.

DIAS, Alfrancio Ferreira; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; SILVA, Francisca Jocineide da Costa e; LUNA, Maria Stella Nunes de. Representações sobre corpo, gênero e sexualidades ao longo da vida: discursos de estudantes de Pós-graduação em Educação. **Revista Cocar**, vol. 09, n. 17, jan-jul, p. 135-145, 2015.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. São Paulo, Paz e Terra, 2014b.

GOELLNER, S. V. A produção cultural do corpo In: LOURO, G.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 28-40.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D (org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da educação, Secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade, UNESCO, 2009.

KELLER, E. F. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? In: **Cadernos Pagu**, n. 27, p. 13-34. jul/dez, 2006.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: ensaios sobre a sexualidade e a teoria queer. 2 ed.. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MEYER, D.E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MISKOLCI, R. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan/jun, p. 150-182, 2009.

MISKOLCI, R. **Um aprendizado pelas diferenças**. 2 ed.. Belo Horizonte: Autêntica editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2015.

SANTOS, E. F. **Gênero, Educação, Profissional e Subjetividade: discurso e sentidos no cotidiano do Instituto Federal de Sergipe**. 2013. Tese (Doutorado em Educação). UFS, São Cristóvão.

SEFFNER, F. Composições (com) e resistências (à) norma: pensando corpo, saúde, políticas e direitos LGBT. In: COLLING, Leandro (org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: UDUFBA, 2011.

DESAFIOS EM SER PROFESSOR GAY E PROFESSORA LÉSBICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: MOTIVAÇÕES E MANIFESTAÇÕES DO MAL - ESTAR DOCENTE

Laís Machado de Souza
laimachado18@hotmail.com

Beatriz Rodrigues Lino dos Santos
pedagoga.beatriz@gmail.com

Fernanda Xavier Silva Santana
ssxf.1@hotmail.com

Marcos Lopes de Souza
*Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Agencia de fomento:
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
markuslopessouza@gmail.com*

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo analisar os desafios de ser professor gay ou professora lésbica na educação básica identificando possíveis motivações e manifestações do dito mal-estar docente. Trata-se de uma revisão bibliográfica de publicações, disponíveis na plataforma Scielo e Google Acadêmico e nos anais do GT 23 das reuniões do Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) sobre professoras e professores homo-orientados/as na busca de elementos que caracterizem essa vivência. Foram encontrados e analisados 10 trabalhos e os resultados apontam para a existência de quatro principais fatores que podem ocasionar o mal-estar nesses/as professores/as: a homofobia/heterossexismo, o silenciamento, a exigência do modelo hetero-normativo e a cobrança excessiva por maior competência. As manifestações desse mal-estar vão desde a abdicação de sua identidade até sentimentos de incapacidade, insegurança, baixa autoestima e o próprio silenciamento diante da impotência de agir para enfrentar os processos discriminatórios.

Palavras-chave: Homossexualidade na docência; Mal-estar docente; Educação básica.

Introdução

Na contemporaneidade, a globalização e as mudanças em relação ao mundo do trabalho delas advindas, têm ampliado a necessidade e o interesse de pesquisadores/as pelo estudo dos fenômenos relacionados ao mal-estar no trabalho. A categoria profissional docente sente os impactos dessas novas exigências de uma forma especialmente intensificada, uma vez que, é responsável direta pela formação de profissionais que atendam a esse novo modelo, e, além disso, precisa lidar com os impactos atuais em sua vida profissional e pessoal no que diz respeito à jornada ocupacional, condições de trabalho e salariais, entre outros aspectos que podem levar a um intenso sofrimento laboral.

Essa demanda fez surgir estudos que refletem a preocupação em compreender as motivações e manifestações do dito mal-estar docente, que segundo Esteve (1994), corresponde aos efeitos permanentes e negativos que afetam a vida e personalidade do/a professor/a, sendo resultados do exercício da docência e das condições psicológicas e sociais em que essa se realiza. Nesse sentido, de acordo com Stobäus e Mosquera (1996), o mal-estar docente tem causas diversas e resulta em situações angustiantes para os/as profissionais da educação. Esteve (1994) classifica essa multiplicidade de causas como fatores de primeira e segunda ordem. Os de primeira ordem correspondem àqueles que impactam diretamente a atividade docente, como o acúmulo de exigências do qual decorre o esgotamento, a violência, as pressões internas, dentre outros. Enquanto os de segunda ordem são decorrentes das mudanças sociais que incidem sobre a escola e exigem uma nova postura do/a professor/a.

O presente estudo debruça-se especialmente sobre os fatores denominados por Esteve (1994) como de primeira ordem ao trazer à discussão possíveis causas e manifestações do mal-estar docente relacionados ao ser professor gay e professora lésbica na educação básica tendo em vista que essas impactam diretamente a sua atividade enquanto profissional.

A homofobia, por exemplo, que se caracteriza num tipo muito comum de violência, seja simbólica ou física fundada, especialmente, “na rígida hierarquia que situa outras formas de vivência da sexualidade em lugares inferiores ao destinado à heterossexualidade” (COSTA, 2010, p. 1) ou mesmo, a excessiva cobrança, por parte da escola, de que professor gay e a professora lésbica demonstrem ainda mais eficiência e competência para justificar sua permanência na escola, uma vez que, estes/as transgrediram as normas heterossexistas, são fatores que podem desencadear o estresse profissional gerador do mal-estar docente.

As manifestações ou expressões desse mal-estar podem ser físicas ou psicológicas oriundas de dificuldades no gerenciamento de tais fatores ou, ainda, da impossibilidade de suprimi-los. É nesse contexto que os mecanismos de defesa aparecem. Segundo Dejours (1999), algumas das mais comuns ‘estratégias coletivas de defesa’ são: excessiva submissão, baixo envolvimento com o trabalho, psicossomatizações, resistências a todo o tipo de mudanças, entre outras. Podemos acrescentar a estas, mais especificamente no caso de professores gays e professoras lésbicas, a negação do preconceito, o fingir não ver/escutar, entre outras estratégias que serão discutidas nesse trabalho.

Com relação à relevância desse estudo, salientamos a importância acadêmica e social de realizar um levantamento e agrupar os trabalhos que se destinam a discutir a homossexualidade na docência, possibilitando a consolidação e divulgação dessas pesquisas. Estudo realizado por Maciel (2013) analisando teses e dissertações dos programas de pós-graduação em educação sobre o tema homossexualidade na docência aponta para o baixo interesse desses estudos por temas que analisam as discussões sobre as histórias de vida dos professores gays e professoras lésbicas e as representações desses sobre a homossexualidade. O principal foco dessas pesquisas está na abordagem desse tema em sala de aula. Isso demonstra a necessidade de dar visibilidade aos trabalhos cujo enfoque seja professores/as homo-orientados/as, ainda que não representem uma linha de pesquisa tão ampla.

A análise do mal-estar docente na perspectiva da homossexualidade surge como interesse desse trabalho a partir da afirmação de Guacira Louro (2000, p. 30) que diz que “a escola é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para alguém ‘assumir’ sua condição de homossexual”, visto que esta é produtora e reprodutora de uma identidade sexual normativa e o que dela se desvia é considerado aberração e digno de silenciamento. Quando esse “alguém” a quem Guacira se refere é o/a professor/a, múltiplas questões são colocadas em evidência pela comunidade escolar, inclusive em relação a seu papel e competência enquanto docente. Nessa perspectiva, propomos uma discussão a respeito da vivência dos professores gays e professoras lésbicas no ambiente escolar e os fatores que permeiam esse processo buscando responder ao seguinte questionamento: Quais as principais causas e manifestações para o mal-estar docente de professores gays e professoras lésbicas?

Assim, objetivamos analisar a partir de publicações científicas (artigos) na área, os desafios de ser professor gay e professora lésbica na educação básica identificando possíveis motivações e manifestações do mal-estar docente.

2. Percurso metodológico

Esta é uma pesquisa bibliográfica sobre as publicações que discutem a homossexualidade na docência na busca de elementos que caracterizem motivações e manifestações do mal-estar docente. De acordo com Gil (1994), esse procedimento metodológico além de possibilitar a exploração de grande quantidade de informações, ainda permite a utilização de dados dispersos em diversas publicações sendo importante na produção de conhecimento científico que poderá servir como ponto de partida para outros estudos, e por isso mesmo é especialmente relevante em temas pouco explorados (LIMA; MIOTO, 2007), tais como o objeto dessa pesquisa.

Entendendo que a pesquisa bibliográfica “implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA; MIOTO, 2007 p.38), o método escolhido para o alcance dos objetivos foi a seleção minuciosa do material de interesse por meio de buscas sistemáticas na base de dados do Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SciELO) por meio das palavras-chave: professores gays e professoras lésbicas, homossexualidade na docência e professores/as homossexuais. Além dessas bases de dados, foram realizadas buscas de artigos apresentados no Grupo de Trabalho sobre gênero, sexualidade e educação, o GT 23, das reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), ocorridas entre os anos de 2004 e 2015, sendo selecionados todos os trabalhos que tinham como foco os professores gays e as professoras lésbicas resultando num total de 10 publicações.

Os dados foram sistematizados e analisados pela técnica da análise do conteúdo que de acordo com Bardin (2010) permite a realização de inferências de conhecimentos por meio da descrição do conteúdo emitido seja por falas ou textos. Por meio dessa técnica é possível organizar o conteúdo a ser analisado em unidades e categorias que contribuem para a compreensão do material.

3. Homossexualidade e mal-estar docente: o que revelam as pesquisas?

Dos 10 trabalhos selecionados 06 foram encontrados em anais de eventos e 04 publicados em periódicos nacionais entre os anos de 2006 e 2015. Os trabalhos correspondem a resultados de pesquisas realizadas nos estados da

Paraíba, Rio Grande do Sul, Pará, Minas Gerais, Paraná e Bahia e estão sistematizados no Quadro 01.

Quadro 01: Relação de trabalhos selecionados.

Título	Autores/as	Local da pesquisa	Periódico/ Anais	Ano
Ambientalização do/a professor/a homossexual no espaço escolar	Ribeiro, P. R. C. Soares, G. F. Fernandes, F.B.M. Machado, L.	Rio Grande – RS	VI ANPED Sul	2006
Docências que transitam pelas fronteiras das sexualidades e Do gênero: a escola como espaço de imposições de poderes e Resistências	Almeida, N. F. P de Mota, M. V. S	Caxambu/MG	32a Reunião Anual da ANPED	2009
A visibilidade da sexualidade do/a docente homossexual na Escola	Franco, N Mota, M. V. S	Caxambu/MG	33a Reunião Anual da Anped	2010
Professores homossexuais: suas vivências frente à comunidade escolar	Molina, L.	Londrina – PR	II Simpósio Gênero e Políticas Públicas	2011
Pelas fronteiras do gênero e da sexualidade: discursos de professores (as) homossexuais da docência dos anos iniciais do ensino fundamental	Conceição, T. A de O. Maués, J.	Belém – PA	Revista Artíficos	2012
Visibilidade do docente homossexual no contexto escolar: relações e vivências.	Fagundes, M. M de S. Alves, C. A. S. M. C. C.	Bom Jesus da Lapa – BA	III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades	2013
O professor e o armário: lugares de Saber, poder e resistência na escola	Braz, E. P. Vieira, J. Bussolett, D.	Rio Grande do Sul – RS	Revista Cocar	201
Os femininos no magistério: professoras lésbicas nas escolas.	Maciel, P. D. Gar- cia, M. M. A.	Rio Grande do Sul – RS	Currículo sem Fronteiras.	2014
A homofobia trabalha ao lado: o preconceito entre docentes	Gomes, J. C. Andrade, F. C. B.	João Pessoa – PB	XI Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidade	2015
Olhares sobre a sexualidade do/a docente homossexual na escola	Franco, N.	Uberlândia-MG	Revista Periódicus	2015

A seguir apresentamos, segundo os artigos analisados, as principais motivações para o mal-estar docente do/a professor/a homo-orientado/a atuante na educação básica e como esse se manifesta na vivência desse/a profissional a partir da análise do material selecionado.

3.1 Homofobia/heterossexismo

A análise dos trabalhos nos permitiu inferir que o silenciamento em torno da própria sexualidade reflete, na maioria das vezes, o medo das manifestações homofóbicas por parte de colegas de trabalho e alunos/as deixando os professores gays e as professoras lésbicas em permanente estado de vigilância. Molina (2011) em pesquisa sobre a vivência de professores/as homo-orientados/as realizada em Londrina/PR relata a angústia de uma docente discriminada pela direção e colegas da antiga escola em que trabalhava devido a descoberta de sua orientação homossexual. Essa experiência refletiu em seu novo ambiente de trabalho tendo medo de possíveis insultos e comentários preconceituosos por parte dos/as estudantes. Maciel e Garcia (2014) também evidenciaram essas angústias ao realizarem uma pesquisa com professoras lésbicas no estado de Rio Grande do Sul.

Na pesquisa de Maciel e Garcia (2014) ainda aparecem nas falas das professoras lésbicas discursos de heterossexismo também por parte dos/as colegas (docentes) e direção. Com base em Stobäus e Mosquera (1996) podemos afirmar que situações angustiantes como esta são potencialmente geradoras do mal-estar docente.

A negação da homofobia e a utilização de subterfúgios como a ironia, a mudança de assunto e o fingir não ouvir são estratégias utilizadas por esta e outros/as professores/as para lidar com a homofobia. A pesquisa de Gomes e Andrade (2015) traz a análise do relato de um professor gay que atua numa escola de João Pessoa-PB. Segundo os autores apesar de, na fala do professor, serem identificadas diversas situações de preconceito e homofobia praticadas por seus/suas colegas, ele utiliza de estratégias pra negar a existência da discriminação. Contudo, essa negação consistia numa maneira de suportar a convivência (GOMES; ANDRADE, 2015).

Para Louro (2009) a homofobia incomoda mesmo que não seja pelo enfrentamento direto. Ainda assim, os mecanismos de defesa citados, apesar de tímidos, representam formas de enfrentamento que, por outro lado, também nos fazem atentar para a necessidade de o professor gay e a professora

lésbica saírem da condição de vitimados/as e assumirem papel de sujeitos/as de mudanças frente a essa realidade.

3.2 Silenciamento

O silenciamento é um termo recorrente quando nos referimos à homossexualidade ou a todas as outras expressões da sexualidade que se desviam da heterossexualidade. Não é por coincidência que todos os trabalhos analisados nesse estudo o trouxeram como categoria de destaque nas discussões a respeito da homossexualidade na docência.

Conceição e Maués (2012) ao analisarem as práticas discursivas de docentes homo-orientados/as dos anos iniciais do ensino fundamental de escolas públicas de Belém/PA concluíram que os discursos de poder que governam a docência buscam controlar a sexualidade dos/as professores/as por entenderem estes/as como sujeitos que oferecem ‘perigo’ à comunidade escolar. Esse suposto perigo diz respeito à ideia de que o assumir-se gay ou lésbica, ou simplesmente falar sobre a homossexualidade possa influenciar a sexualidade do/a outro/a, em especial dos/as alunos/as. Nesse sentido, Louro (1997, p. 67-68) afirma que “ao não falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda eliminá-los/as. [...] “O silenciamento aparece como uma espécie de garantia da norma”.

Corroborando a ideia da autora, Junqueira (2009) salienta que a invisibilidade das pessoas homo-orientadas é o objetivo e presunção do heterossexismo. Segundo o autor, esse é um fator que impacta negativamente o reconhecimento das homossexualidades.

Na pesquisa de Maciel e Garcia (2014), uma professora lésbica, que trabalha em suas aulas questões relacionadas a sexualidade, fala da vigilância que era feita ao trabalho dela. Eram feitas anotações de tudo que ela fazia na escola num livro de atas, que ela nem sabia que existia. Essa vigilância a levava a um estado de silenciamento.

Franco (2015) e Franco e Mota (2010) ao realizarem um estudo sobre o/a docente homo-orientado/a na escola questionaram aos/às professores/as se este/a deve permitir que os/as alunos/as saibam como ele/a vive a sua sexualidade. Um total de 71,2% respondeu negativamente e suas justificativas remetiam ao fato de considerarem que a vida privada do/a professor/a deve estar desarticulada de sua vida profissional.

Os/as próprios/as professores/as homo-orientados tendem a partilhar da opinião dos demais em relação ao silêncio sobre a sua sexualidade, fato

evidenciado na pesquisa de Franco (2015) e Braz, Viera e Bussolett (2013). Esses últimos autores defendem essa atitude como uma forma de dissimulação visando a sobrevivência, ou seja, uma tentativa de se adaptarem às normas impostas negando ou silenciando seu desejo. Rofes (2005) comenta que mesmo para pessoas homo-orientadas, a sua homossexualidade seria um não-lugar, devendo permanecer silenciada.

Corroborando essa ideia, Louro (2000) salienta que ao negar ou ignorar a homossexualidade, a escola não dá oportunidade para que o/a indivíduo/a assuma sua sexualidade sem vergonha ou culpa. Em ambas situações podemos notar tal silenciamento como uma manifestação do mal-estar docente gerado por uma invisibilidade maior respaldada no discurso normativo da heterossexualidade.

Contudo, as pesquisas nos permitem perceber também que há professores/as que subvertem as normas e utilizam-se da visibilidade como forma de luta contra o preconceito. João, um dos participantes gays da pesquisa desenvolvida por Almeida e Mota (2009) relata que a visibilidade de sua identidade sexual tornou-se uma fonte de novas aprendizagens para seus/suas colegas de trabalho, antes preconceituosos/as.

3.3 Exigência do modelo heteronormativo

A heteronormatividade se refere a um conjunto de prescrições socialmente construídas cujo objetivo é “formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e ‘natural’ da heterossexualidade” (MISKOLCI, 2009, p. 157).

Na sociedade atual, muitos discursos já estão impregnados com a ideia de tolerância com o que (ou quem) é diferente; com aquilo que se desvia das “normas”. Contudo, tais discursos, em especial, os relacionados com a diversidade sexual, trazem implícita e até, explicitamente, a defesa da manutenção da heteronormatividade, ou seja, tolera-se o diferente, o “desviante”, contanto que este não transgrida totalmente o que está posto na “normalidade”.

De acordo com Louro (2000), o/a professor/a adicionalmente carrega essa áurea de moralidade construída historicamente que o/a impede de subverter o socialmente aceito. Nessa perspectiva, a partir da análise dos trabalhos utilizados nessa pesquisa, destacamos a exigência de que o/a professor/a homo-orientado/a mantenha o comportamento heteronormativo, escondendo possíveis marcas que denunciem a sua sexualidade no ambiente escolar e fora dele, como uma

das situações angustiantes que podem levá-lo/a ao mal-estar docente. É como se a sexualidade desviante fosse sinônimo de perversão e implicasse desrespeito a padrões de ética profissional (BRAZ; VIERA; BUSSOLETT, 2013).

O trabalho de Gomes e Andrade (2015) traz o relato de um professor gay que não é aceito pelos/as colegas de trabalho e, inclusive, recebe orientações/repressões destes/as em relação à suas atitudes na escola. Carregadas de preconceitos, as tais orientações estavam relacionadas ao modo “correto” de falar, andar e se comportar em sala de aula. Em relação a essas atitudes vindas dos/as próprios/as colegas de trabalho, os resultados da pesquisa de Fagundes e Alves (2013) também revelam que as relações de convivência do/a professor/a que assume uma identidade homossexual ainda são pautadas no preconceito e/ou na homofobia.

Almeida e Mota (2009) discorrem sobre Renato, um professor gay que dizia ser explicitamente discriminado pela diretoria da escola, sendo constantemente repreendido por não se enquadrar às normas em relação a forma de falar, vestir e andar.

Essas normas colocam o/a docente numa situação de impossibilidade de existência fora da matriz heterossexual (BRAZ; VIERA; BUSSOLETT 2013). Assim, se instaura um processo contínuo e interminável de mal-estar que eles/as tendem a suprimir por meio das estratégias de sobrevivências, também denominadas por Dejours (1999) como “estratégias de defesa”. A principal estratégia do/a professor/a homo-orientado/a, nessas circunstâncias, é a adequação às normas, (BRAZ; VIERA; BUSSOLETT 2013) passando, inclusive, a defendê-las como regras de conduta afirmando a si mesmos que a escola não é o local adequado para assumirem sua sexualidade e evitando aquilo que é visto socialmente como marcas da homossexualidade.

Na pesquisa já citada, realizada por Conceição e Maués (2012) há relatos de professores/as que dizem agir “naturalmente”, se referindo ao modelo heteronormativo, e assim pretendem evitar problemas na escola. Isso mostra que as estratégias de defesa utilizadas também podem se configurar, ao longo do tempo, como meios de acomodação e resignação diante do mal estar vivenciado. Molina (2011) traz relatos de professores/as que justificam essa acomodação à negação da presença corporal na escola que os/as levam a se esconderem timidamente; uma forma de não enfrentamento da realidade que se apresenta tão perversa.

Diante de tal situação Foucault (2006, p.87) destaca a presença de um automonitoramento constante, sendo necessário “calar-se a respeito daquilo

que não é preciso dizer, deixar sob o benefício da sombra aquilo que se tornaria perigoso à luz do dia”.

3.4 Homossexualidade *versus* competência

A exigência de maior competência por parte dos/as professores/as homo-orientados/as foi também destacada nos trabalhos analisados e mostra a dinâmica excludente e preconceituosa vivenciada por esses/as profissionais no ambiente escolar. De acordo com Conceição e Maués (2012, p.13)

quando é colocado que a escola exige maior competência docente a esses/as professores/as homossexuais, é como se estivéssemos dizendo que esses sujeitos precisam se adequar às normas sociais, dentre elas, as normas heteronormativas vigentes nos discursos hegemônicos como referência para serem docentes e profissionais competentes.

Para os/as autores/as, fica evidente que parece não haver problemas se o/a professor/a for homo-orientado/a, contanto que demonstre competência, resguardando-se e tendo controle das suas atitudes e da sua sexualidade no ambiente escolar.

O sentimento de angústia vivenciado pelos/as docentes homo-orientados/as diante desses questionamentos em relação à sua competência fica evidente no trabalho de Conceição e Maués (2012) e Maciel e Garcia (2014). Segundo os/as autores/as, os/as professores/as se sentem humilhados/as por terem que estar constantemente provando a sua capacidade profissional; reclamam da vigilância constante que os/as obrigam a ser melhor o tempo todo, como se sua condição de gay ou lésbica lhe tirasse a competência. Para eles/as, o que realmente está em análise na escola é a sua vida pessoal e não a profissional. Em virtude disso, é possível perceber o estabelecimento de uma relação profissional, afetiva e social pautada na insegurança que interfere significativamente na autoestima do/a professor/a (FAGUNDES; ALVES, 2013).

As situações descritas nas pesquisas citadas refletem justamente algumas das possíveis manifestações do mal-estar docente: a insegurança, diminuição da autoestima, sentimento de impotência e o não reconhecimento do produto de seu trabalho em que está inculcida a ideia de proletarização.

4. Considerações finais

A análise dos trabalhos feita nessa pesquisa aponta para a existência de quatro principais motivações do mal-estar docente de professores gays e professoras lésbicas destacando suas principais manifestações. A homofobia/heterossexismo que gera inúmeros constrangimentos; o silenciamento em relação à sua orientação sexual e ao próprio preconceito e homofobia sofridos, como sendo tanto motivação quanto uma das manifestações desse mal-estar, no sentido de que muitos/as utilizam-se dele como mecanismo de fuga/defesa diante de situações angustiantes vivenciadas.

As outras duas motivações evidenciadas dizem respeito à exigência de que esses/as professores/as assumam um comportamento heteronormativo e que mostrem maior competência que os/as hetero-orientados/as como requisitos necessários à sua permanência na escola. As manifestações do mal-estar docente diante dessas exigências vão desde a abdicação de sua identidade e resignação diante do que está posto como forma de defesa, até sentimentos de incapacidade, insegurança e baixa autoestima.

Diante disso, percebe-se que a realidade vivenciada pelos professores gays e pelas professoras lésbicas, atuantes na educação básica, não reflete, de acordo com os trabalhos analisados, os discursos atuais de reconhecimento e afirmação das diferenças.

Referências

ALMEIDA, N. F. P de; MOTA, M. V. S. **Docências que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero**: a escola como espaço de imposições de poderes e resistências. Anais do 32ª Reunião Anual da Anped. Caxambú, Minas Gerais, 2009. Disponível em: <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5887--Int.pdf>. Acessado em 16 de abril de 2016.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2010.

BRAZ, E. P.; VIEIRA, J.; BUSSOLETT, D. O professor e o armário: lugares de Saber, poder e resistência na escola. **Rev. Cocar**. Belém, v.7, n.14, 2013. Disponível em: <http://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/view/276/240>. Acessado em 12 de setembro de 2015.

CONCEIÇÃO, T. A DE O.; MAUÉS, J. Pelas fronteiras do gênero e da sexualidade: discursos de professores (as) homossexuais da docência dos anos iniciais do ensino fundamental. **Rev. Artíficos**. v.2, n. 4, 2012. Disponível em: <http://www.artificios.ufpa.br/Artigos/D%20Thiago.pdf>. Acessado em: 12 de setembro de 2015.

COSTA, D. M. C. **Descortinando a homofobia**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 1999;

ESTEVE, J. M. **El Malestar Docente**. 3. ed. Barcelona: Paidós, 1994.

FAGUNDES, M. M DE S.; ALVES, C. A. S. M. C. C. **Visibilidade do docente homossexual no contexto escolar**: relações e vivências. Anais do III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, Salvador – BA, 2013. Disponível em: <http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2013/06/Visibilidade-do-docente-homossexual-no-contexto-escolar-rela%C3%A7%C3%B5es-interpessoais-e-viv%C3%Aancias.pdf>. Acesso em 12 de setembro de 2015.

FRANCO, N.; MOTA, M. V. S. **A visibilidade da sexualidade do/a docente homossexual na escola**. Anais da 33ª Reunião Anual da Anped. Caxambú, Minas Gerais, 2010. Disponível em: <http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6209--Int.pdf>. Acessado em 16 de abril de 2016.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. 18ª Ed. São Paulo: Graal, 2007.

FOUCAULT, M. O verdadeiro sexo. In: MOTTA, M. da. **Michel Foucault**: ética, sexualidade, política. Ditos e Escritos V. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

FRANCO, N. Olhares sobre a sexualidade do/a docente homossexual na escola. **Revista Periódicus** 2ª Ed., 2015. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/12882>. Acessado em 15 de setembro de 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. Atlas. São Paulo. 1994.

GOMES, J. C.; ANDRADE, F. C. B. **A homofobia trabalha ao lado: o preconceito entre docentes.** Anais do XI Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidade, Paraíba, 2015. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/genero/resumo.php?idtrabalho=249>. Acessado em 15 de setembro de 2015.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.) **Diversidade sexual na escola: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: Ministério da Educação/ UNESCO, 2009.

LIMA, T. C. S de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katal.** Florianópolis, v. 10, 2007.

LOURO, G. L. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.) **Diversidade sexual na escola: problematizações sobre homofobia nas escolas.** Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2009.

LOURO, G. L. **O Corpo educado: pedagogias da sexualidade.** 2ª ed., Belo Horizonte/MG: Editora Autêntica, 2000.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MACIEL, P. D.; **A produção acadêmica sobre a homossexualidade e identidade docente.** Anais do Fazendo Gênero 10, 2013. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386611260_ARQUIVO_PatriciaDanielaMacie.pdf. Acessado em 15 de setembro de 2015.

MACIEL, P. D.; GARCIA, M. M. A. **Os femininos no magistério: professoras lésbicas nas escolas.** Currículo sem Fronteiras, v. 14, n. 3, 2014. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol14iss3articles/maciel-garcia.pdf>. Acessado em 18 de abril de 2016.

MISKOLCI, R. A teoria *Queer* e a sociologia: o desafio de um analítica da normatização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº, 23, 2009.

MOLINA, L. **Professores homossexuais:** suas vivências frente à comunidade escolar. Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas, Londrina, 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/Luana.pdf>. Acessado em 15 de setembro de 2015.

RIBEIRO, P. R. C.; SOARES, G. F.; FERNANDES, F. B. M.; MACHADO, L. **Ambientalização do/a professor/a homossexual no espaço escolar.** Anais do VI ANPED Sul, Rio Grande do Sul, 2006 (Impressão).

ROFES, E. La transgresión y el cuerpo ubicado: el género, el sexo y los profesores varones gays. In: TALBURT, S.; STEINBERG, S. R. (Org.). **Pensando queer:** sexualidad, cultura y educación. Barcelona: Graó, 2005.

STOBÄUS, C.D.; MOSQUERA, J. J M. **O Mal-Estar na Docência:** Causas e Conseqüências. Educação, Porto Alegre, ano XIX, v. 19, n. 31, 1996.

“MEXEU COMIGO! E AÍ TU VAI FAZER O QUÊ? TU ENQUANTO PROFESSORA?”: OS NOVOS OLHARES SOBRE CORPOS, GÊNEROS E SEXUALIDADES

Mac Cleide de Jesus Braga Amaral
mac.jbamara@gmail.com

Marcos Lopes de Souza
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Jequié-BA
markuslopessouza@gmail.com

Resumo: Este artigo é um recorte de uma dissertação de mestrado que teve como um dos objetivos secundários discutir as aprendizagens advindas da proposta de parceria colaborativa para a formação docente. A pesquisa do tipo colaborativa foi desenvolvida por uma pesquisadora em parceria com uma professora de uma turma de 5º ano do ensino fundamental (composta por 27 estudantes) em uma escola municipal de Jequié-BA. Apontamos algumas das aprendizagens e contribuições advindas de uma proposta de parceria colaborativa para a formação docente no que tange às questões que envolvem os corpos, os gêneros e as sexualidades. Neste texto, destacamos, inclusive, que as vivências durante a parceria colaborativa envolvendo as questões de corpos, gêneros e sexualidades são consideradas as primeiras no processo formativo da professora participante e que a professora considera relevante essas discussões no espaço escolar, admitindo que foi mexida e também inquietada. Percebemos que as discussões e reflexões ao longo do processo formativo-investigativo proporcionaram novos olhares, contudo, algumas amarras ainda permanecem.

Palavras-chave: Corpos, gêneros e sexualidades. Pesquisa colaborativa. Formação de professorxs. Anos iniciais do ensino fundamental.

1. Introdução

O presente texto apresenta um recorte da dissertação intitulada: *“Tá vendo gente? dá certo! é como eu sempre falo: a palavra comove, mas o exemplo arrasta”*: análise de uma ação colaborativa sobre as temáticas corpos, gêneros e sexualidades no ensino fundamental, trabalho que teve como objetivo analisar o desenvolvimento de uma proposta de ação colaborativa e as suas contribuições para a formação dx¹ professorx dos anos iniciais no que tange às questões de corpos, gêneros e sexualidades.

No respectivo recorte, objetivamos discutir algumas das aprendizagens advindas da parceria colaborativa desenvolvida durante a pesquisa, levando em consideração os novos olhares sobre os corpos, os gêneros e as sexualidades. Diante disso, é importante frisar que as discussões deste texto, assim como o desenvolvimento da colaboração basearam-se na perspectiva de referenciais pós-estruturalistas no campo dos estudos de gênero, do corpo e de sexualidade.

No tocante à proposta de ação colaborativa desenvolvida é importante salientar que colaborar na perspectiva de Ibiapina (2008) é deliberar de modo democrático. Portanto, a efetivação da colaboração ocorre no processo de interação entre xs parceirxs, levando em consideração as diferentes competências e níveis de experiência.

Em se tratando da inclusão das questões de corpos, gêneros e sexualidades na formação docente, Felipe e Guizzo (2008, p. 38) argumentam:

Tanto nas escolas de ensino médio (modalidade normal), quanto nos cursos de formação docente em nível universitário raramente tem a oportunidade de discutir a respeito dessas questões, uma vez que os currículos ainda não contemplam de forma abrangente tais temáticas. Dificilmente são oferecidas disciplinas que se dedicam especificamente aos assuntos, muitas vezes sendo este trabalho de forma tangencial.

1 Optamos por desenvolver o texto utilizando a grafia “x” ao invés dos artigos (o e/ou a, o/a) que “definem” os termos no feminino ou no masculino, levando em consideração nossa aproximação com os estudos pós-estruturalistas e, por compreender, que é urgente pensar as sociedades para além dos reflexos de culturas patriarcais e binárias que influenciam e reiteram a ordem discriminatória, sexista e segregadora também por meio da linguagem.

As autoras salientam que xs educadorxs necessitam estar em processo permanente de formação, na perspectiva de adotarem posturas reflexivas diante dos episódios que ocorrem rotineiramente na esfera escolar relacionados aos corpos, aos gêneros, às sexualidades, etnia, raça, dentre outros.

Na contracorrente, muitxs docentes encontram-se presxs a formas fixas de desenvolver conteúdos em sala de aula, inclusive quando se percebem diante de temas considerados complexos para serem trabalhados, limitando-se a explicar o básico, adiar alguns e ignorar outros. No que se refere a conteúdos sobre os gêneros, os corpos e as sexualidades, quando são trabalhados, se restringem geralmente, apenas a perspectivas médico/higienista/biologizantes, de modo reducionista e fragmentado.

Nessa direção, Louro (2007) alerta-nos sobre a simplista e “equivocada” forma com que professorxs encaram as discussões que envolvem sexualidades. Logo, ao nos depararmos com estas questões, vemo-nos diante de diversas indagações e da necessidade de revisitar situações que nos inquietam e que pairam no cotidiano escolar afetando direta e/ou indiretamente a vida de todxs que estão envolvidxs no âmbito educacional.

Acreditamos que um dos fatores que contribuem para que xs professorxs permaneçam silenciando-se, ou ensinando apenas fundamentadxs nos conhecimentos biológicos, se deva também, ao pouco conhecimento que possuem sobre as temáticas, desconsiderando abordagens que permitam entendimentos mais plurais. Além disso, é preciso considerar os discursos que foram reiterados por toda a vida, o direcionamento dos adultos durante a infância, na família e na escola, a formação religiosa e tantos outros aspectos. Afinal, não fomos ensinados a olhar para o mundo numa perspectiva múltipla, não aprendemos a questionar as “verdades”, nossos corpos foram e continuam sendo pedagogizados, e, o pensamento dicotômico ainda está muito arraigado.

Ademais, reconhecemos todas as limitações que estão envoltas nas questões dos corpos, dos gêneros e das sexualidades, tanto na constituição das identidades dessxs professorxs e no contexto da formação, quanto nas práticas educativas desenvolvidas por elxs em esferas educativas. Entretanto, compreendemos que mesmo não havendo modelos ideais de formação, nem práticas que possam ser consideradas adequadas, em meio às limitações formativas, valores, crenças, fragilidades, receios, medos e “certezas”, alguns avanços necessitam ser retroalimentados, para que dessa forma nós professorxs possamos aprender a lidar com essas questões de modo mais democrático, podendo com isso, realizar um trabalho coletivo, reflexivo e problematizador.

Em vista disso, ressaltamos a relevância deste estudo, que apresenta algumas contribuições e aprendizagens de uma parceria colaborativa que discute nos anos iniciais as temáticas que envolvem os corpos, os gêneros e as sexualidades, na perspectiva da formação docente, considerando as suas contribuições para o desenvolvimento da prática pedagógica de outrxs professorxs que assim como nós comungam de diversas inquietações ao discutir as temáticas para além de modelos estabelecidos e “naturalizados”.

2. Trilha metodológica

Reiteramos que este trabalho é um recorte de um estudo mais amplo que objetivou, primariamente, analisar o desenvolvimento de uma proposta de ação colaborativa e as suas contribuições para a formação dx professorx dos anos iniciais no que tange às questões que envolvem os corpos, os gêneros e as sexualidades e foi desenvolvido de modo colaborativo pela autora juntamente com uma professora e 27 (vinte e sete) crianças de uma turma de 5º ano dos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola pública municipal da cidade de Jequié-BA ao longo de uma proposta de ação colaborativa que segundo Ibiapina (2008, p. 90) “[...] é procedimento metodológico que valoriza a participação, a colaboração e a reflexão crítica, conquanto princípios formativos”.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa, do ponto de vista metodológico ancora-se na abordagem qualitativa, que segundo Minayo (2007, p.21) “responde a questões muito particulares [...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

O desenvolvimento da referida proposta se deu durante a última unidade letiva do ano de 2014, em um período aproximado de 3 (três) meses e foi composto por 1 (uma) reunião, 14 (quatorze) encontros de discussão sobre as ações educativas, 8 (oito) aulas de 4 (quatro) horas cada e 1 (uma) entrevista final realizada com a professora participante, totalizando 24 (vinte e quatro) encontros formativo-investigativos. Com base na análise dos dados produzidos foram construídas três categorias finais, sendo que cada categoria foi subdividida em três, quatro e cinco subcategorias, respectivamente. Dentre essas categorias, nos baseamos para a composição deste trabalho, mais especificamente, na primeira subcategoria (3.1) da terceira categoria final, que teve o propósito de discutir as aprendizagens e contribuições advindas da proposta de parceria colaborativa para a formação docente, conforme tabela a seguir:

Tabela1: Terceira Categoria final construída durante releitura do metatexto inicial.

3.	Aprendizagens e contribuições advindas da proposta de parceria colaborativa para a formação docente: o que ficou?
3.1	“Mexeu comigo! E aí tu vai fazer o quê? Tu enquanto professora?: os novos olhares sobre corpos, gêneros e sexualidades;
3.2	“Olha como o conhecimento é bom, pela ignorância a gente comete cada coisa, cada atrocidade”: o que mudou no caso Tom?
3.3	“Pra mim foi um ensinamento na minha profissão, pra minha carreira, olhar além daquilo ali, outro olhar”: os ganhos com a parceria colaborativa;
3.4	“Se de dez atingiu uma ou duas já é muita coisa, já é um caminho né? E a gente não pode desistir”: as repercussões do trabalho na escola;
3.5	Eu, pesquisadora, professora, o que ficou para mim?

Ressaltamos que no decorrer do trabalho colaborativo utilizamos o diário de campo e o gravador a fim de registrar falas, informações, ideias e reflexões relevantes, para posteriores transcrições, leituras e análise. Como metodologia de análise de dados, elegemos a (ATD) Análise Textual Discursiva em conformidade com Moraes e Galiazzi (2011) objetivando detalhar e interpretar alguns dos sentidos e significados que podem ser fomentados a partir da leitura de um conjunto de texto e a produção de novas compreensões sobre os discursos.

3. Resultados e Discussão: os novos olhares sobre corpos, gêneros e sexualidades

Neste trecho, destacamos algumas aprendizagens e contribuições advindas da proposta de parceria colaborativa para a formação docente no que tange às questões que envolvem os corpos, os gêneros e as sexualidades, conforme discussões, planejamentos, aulas e avaliações produzidas durante os encontros colaborativos.

As experiências vivenciadas na parceria colaborativa envolvendo as questões relacionadas aos corpos, gêneros e sexualidades são consideradas como as primeiras na trajetória formativa da professora Marina². Em relatos anteriores,

2 Nome fictício escolhido pela própria professora participante da pesquisa. Exceto o nome da autora, quaisquer outros nomes citados neste texto são fictícios, com a finalidade de preservar o anonimato dos participantes.

ela mencionou as in experiências, inseguranças, a falta de interesse e o “despreparo” para as discussões envolvendo os corpos, os gêneros e as sexualidades. Nessa perspectiva, o que vivenciamos também é percebido como ganhos, conforme relato abaixo:

O que eu ganhei com isso? É essa questão assim, me apropriei um pouco dos conteúdos, dos assuntos [...], pois foram até muitos encontros não é? E em virtude da temática trabalhada, mas assim, eu me achei muito bem assistida [...] (Y41MR0201).

Abordar as questões que envolvem sexualidades na escola não é considerada uma tarefa tranquila e o domínio dos conteúdos envolvendo essas temáticas, às vezes é compreendido como um desafio pelxs educadorxs. O “desconhecimento” em relação a essas questões vem à tona como argumento para a não realização do trabalho, favorecendo o silenciamento e negação ao invés de debates e problematizações. No trecho citado, mesmo admitindo que a proposta desenvolvida não deu conta de suprir todas as dificuldades em relação aos conhecimentos específicos, Marina salienta que os encontros formativos proporcionaram contato com conteúdos que lhe permitiram outros entendimentos.

Com o envolvimento na proposta, Marina também reconheceu a importância em se falar sobre corpos, gêneros e sexualidades, como apresentado no depoimento dela:

Eu considero importante porque a gente tem que aprender a se conhecer e como eu já te disse antes, é o espaço da escola que é o momento de oportunizar o diálogo para as crianças poderem falar da curiosidade dela e a gente ao mesmo tempo informar as questões sobre o corpo, porque a família não aborda por conta [...] de toda uma cultura, de silenciamento, de que é errado, que é ousadia [...] se a gente começar desde cedo na escola, abordando com cuidado e informando eu acho que para orientação futura das crianças é pertinente. É bom a criança se conhecer, saber né? Às vezes não sabe nem assim, [...] uma menina não sabe o que é um clitóris [...] E o menino não sabe que aquela parte do pênis que eles chamam de cabeça é a glândula, não é? Então eu acho assim de suma importância desde cedo a gente informando, primeiro começa com os

termos e depois fugir, além dessa questão biológica né que hoje é a social, a cultural, [...] é mais importante, não que a biológica não seja, mas sobrepõe, eu acho que sobrepõe essa questão biológica (Y4MR0201).

As expressões obtidas a partir da fala de Marina indicam uma ressignificação no seu modo de pensar. Ela se mostra flexível e disposta a dá abertura para tais questões, salientando a pertinência dessas discussões, inclusive por conta da negação das famílias, da curiosidade e potencialidade das crianças, embora ela entenda a necessidade de se ter cautela ao falar sobre o tema.

Existe um número considerável de professorxs que discordam que essas temáticas sejam debatidas pela escola, principalmente, no âmbito dos anos iniciais do ensino fundamental. Com isso, a escola não abraça essa responsabilidade, direcionando-a para a família e evitando assumir esses debates. E como consequência, essxs profissionais fecham os olhos, inclusive para outras questões como diversidade de gênero e sexual, sexismo e homofobia entre outras. De modo geral, em suas práticas pedagógicas, xs professorxs procuram se eximir e contrapõe-se em discutir os diversos elementos que abrangem as sexualidades. Há aqueles, inclusive, que delegam essa tarefa para professorxs de áreas específicas, como Ciência e Biologia (OLIVEIRA, 2001).

Destaca-se também uma perspectiva de se falar sobre corpos, gêneros e sexualidades para além do discurso biológico, sem, entretanto desconsiderá-lo, o que perpassa pelas terminologias e extravasa para as questões socioculturais. Isso aparece em outro momento:

Os aspectos positivos foram vários, primeiro [...] a questão de eu me apropriar, romper com aquele paradigma de que [...] só aquela questão biológica do livro, porque se você não tivesse vindo pra mim, ali tava tranquilo, tava cômodo [...] mexeu comigo! E aí tu vai fazer o quê? Tu enquanto professora? Tu tá vendo que agora não é só mais essa questão de cuspir o que tá escrito no livro, só aparelho masculino e feminino, genitália, a questão parto, gravidez, e como falar disso? [...] na minha formação, na minha concepção de professora, mexeu comigo, me inquietou, tá entendendo, e a gente precisa ser inquietado que a gente se acomoda, principalmente quando a gente para de estudar (Y101MR0201).

Marina demonstra ter entendido que costumamos estar aprisionadxs a modelos, fórmulas e métodos que nos colocam numa “zona de conforto”, e por isso, por vezes há acomodações. Ela admite ter rompido paradigmas, além de reconhecer que a experiência vivenciada por nós, provocou inquietações, movimentos e novos pensamentos. Na escola, no tocante aos corpos, gêneros e sexualidades, quase sempre somos capturadxs apenas pelos conteúdos que os livros didáticos de Ciências e Biologia trazem e tais conhecimentos, na maioria das vezes, apresentam apenas uma perspectiva médico/biológico/higienista. A possibilidade de indagar o que está posto também fica explícita, com isso é possível pensar na relevância de questionar o conhecimento científico que pode ser entendido como um processo de construção e desconstrução de diversos saberes.

O entendimento de Marina também manifesta uma crítica às experiências que visam à objetividade, o controle e a homogeneidade fundamentados na ciência moderna. Afinal, o discurso biológico respaldado no conhecimento científico sempre permeou as práticas pedagógicas dxs professorxs dando-lhes “legitimidades” e impossibilitando a compreensão de que a mulher e o homem possam ser considerados para além da natureza biológica. Assim, reitero a relevância de ir além do discurso biológico, na perspectiva de romper com os silenciamentos e a negação que atravessam essas práticas. (LAROSSA, 2014; MARQUES, 2008; OLIVEIRA, 2010; RIBEIRO; SOUZA, 2003).

Quando diz que foi mexida e também inquietada, Marina reconhece que nós professorxs costumamos parar de estudar, revelando a relevância de continuarmos em formação permanente, levando em consideração que a formação inicial não dará conta de tantas temáticas e conteúdos.

Os encontros e espaços destinados a momentos de leituras e discussão de textos, fragmentos de livros, trabalhos acadêmicos, entre outros proporcionaram novas interpretações e aprendizados. Nessa direção, foi possível repensar e ressignificar olhares, em especial sobre as normatizações de gênero, como relatado por Marina: “[...] *As meninas brincam com as brincadeiras de meninos e a gente não fica dizendo que é brincadeira de menino [...] já se o pobre do menino bota a mão numa boneca (risos), a casa cai (risos)*” (A110MR1310).

Neste relato, Marina sublinha o quanto os marcadores de gênero fixam os lugares dos brinquedos das meninas e dos meninos, ocorrendo uma maior dificuldade em valorizar e compreender os meninos que fogem aos modelos esperados para eles e se aproximam do que é pensado para as garotas. Dessa forma, o menino que brinca de boneca pode ser interpretado como uma criança

que tem “tendência” à homossexualidade, pois deseja o que é entendido como feminino. Isso denota uma vigilância para com meninos e para a construção de um modelo de masculinidade, muitas vezes entendida como contrária às outras masculinidades e feminilidades.

Por que não deixamos as crianças escolherem livremente o que desejam brincar? Talvez isso não ocorra porque desde cedo educamos nossas crianças em determinados padrões de gênero e negamos a elas a possibilidade de transitar entre esses lugares. Muitas vezes fixamos as expressões de gênero e combatemos as formas de escapar as normas. Contudo, vale pontuar que essas identidades não são fixas, elas estão ininterruptamente sendo construídas e transformadas (LOURO, 2014). Portanto, independente das características físicas e biológicas, a identidade de gênero não é dada e acabada, esta se constitui por meio dos discursos, normas, hábitos e comportamentos.

Sobre a diversidade sexual, Marina menciona: “*Outra coisa que a gente faz muito é falar: Fulana é tão linda, mas é lésbica. Ô meu Deus, que desperdício é tão linda. Que pena! Isso é muito forte Mac. [...] (T65MR1212).* Nesse trecho, Marina problematiza um discurso utilizado para reiterar a homossexualidade como anormalidade, especialmente, quando a lésbica ou o gay apresentam um corpo próximo ao modelo de beleza padrão. Dessa forma, uma lésbica que escape das normatizações de gênero, por exemplo, não é vista como desperdício, mas como algo nojento. Tanto de uma forma como de outra, se perturba ou se desafia a heteronormatividade (SABAT, 2008).

Conforme Louro (2010) as diferenças no tocante aos gêneros e às sexualidades que são atribuídas às pessoas homossexuais, sejam gays ou lésbicas materializam-se em seus corpos e são marcadas discursivamente. Neste trecho, percebemos que o discurso de Marina denuncia os preconceitos existentes em nossa sociedade, ao tempo em que questiona a força da heterossexualidade como norma.

Em outro momento, Marina questiona a autora sobre o discurso da psicologia acerca da diversidade sexual e a força do discurso religioso para determinadxs profissionais da psicologia.

Ô Mac e a psicologia? Ela fala o que sobre isso? Por que têm psicólogos que veem como doença. Eu já vi psicólogo dizer que é uma doença, [...] têm famílias que já percebem desde cedo. Tem umas famílias que não aceitam não é? E quer levar para a igreja como se fosse um demônio para exorcizar, para curar, que Deus vai curar,

que vai modificar. Não adianta a gente forçar né? Hoje em dia a gente tem que ver, tentar entender e aceitar (A62MR1310).

[...] a psicologia ela ainda precisa rever e desconstruir muitas coisas, repensar os “sujeitos” e suas concepções [...] ela às vezes patologiza, torna a homossexualidade uma patologia, assim como a patologização dos gêneros [...] Você não levou Tom novamente na psicóloga não, não é? (A63MC1310).

Não, eu não vou levar mais não, porque daquela vez que eu te falei, ficava tratando como uma doença [...] O próprio psicólogo acha que quando não é algo que pode ser curado pela Ciência, é pela religião. Pois a que eu fui falou isso: “Se apega com Deus e vai orar” (B12MR0711).

Aqui Marina passa a dialogar a respeito do discurso da psicologia, questionando suas práticas e entendimentos. Além disso, ressalta o fato de muitas famílias procurarem x psicólogx ou a igreja assim que começam a perceber que o comportamento dxs seus filhxs subvertem as normalizações.

A professora passa a discordar da ideia do acompanhamento psicológico, pois, muitas vezes, essxs profissionais entendem a homossexualidade ou mesmo uma performance de gênero não normativa como doença ou “desvio”. Historicamente, a psicologia tratou a homossexualidade como patologia e, portanto, passível de cura.

Partindo do pressuposto de que mulheres e homens possuem comportamentos adequados, as pessoas, por meio de diversos dispositivos sociais, estabelecem expectativas consonantes com suas posições na sociedade. Assim, meninas e meninos são ensinadx desde o nascimento a se comportarem e sentirem emoções entendidas como apropriados. Quando há “desvio”, este passa a ser reprimido, visando a preservação do “comportamento ideal”. No caso da homossexualidade, a diferença nos comportamentos passa a ser compreendida como biológica ou psicológica, desconsiderando as sociais. A homossexualidade, antes nomeada como homossexualismo conforme CID 320, já foi classificado como um desvio mental, mas ainda hoje, pessoas homossexuais são, às vezes, vistas como doentes (FRY; MACRAE, 1985).

Apesar de a psicologia não mais considerar a homossexualidade como desvio patológico, alguns/algumas profissionais realizam seus atendimentos e terapias pautando-se em discursos religiosos, distanciando-se da ação profissional e interferindo diretamente na vida dxs pessoas que xs procuram com dúvidas em relação à diversidade de gênero e sexual.

O discurso religioso cristão que afeta muitas pessoas no Brasil, incluindo, xs profissionais de psicologia ou mesmo xs professorxs, ainda compreende a homossexualidade como anormalidade, pecado grave, não divino e desvio que pode ser revertido. Dessa forma, defendem a cura da homossexualidade por meio de uma prática religiosa psicologizante, acreditando que dessa forma a mulher e homem desejado por Deus serão adequados num modelo de gênero ideal, pois em uma perspectiva normativa consideram apenas um modelo para expressão da sexualidade (NATIVIDADE, 2006).

Entendemos que tais discussões, além de redirecionarem nossos olhares, nos fizeram pensar a respeito das responsabilidades e atuação de instâncias sociais e de profissionais que possuem diferentes visões de mundo. Notamos que a proposta colaborativa proporcionou isso, embora algumas amarras ainda permaneçam como na situação abaixo em que Marina concorda com o discurso de uma de suas alunas em favor do respeito, mas não do reconhecimento e da aceitação da diferença:

Como Larissa mesmo disse: “eu não aceito mais eu respeito”, como eu já tinha até te colocado, que também não aceito, mas respeito. Eu não quero aquilo para a minha família, para um filho meu, mas a gente respeita, eu acho que o principal é apreender a conviver a respeitar a diferença. [...] Pra mim, se eu consegui atingir isso, a respeitar as diferenças, formar pessoas mais tolerantes, a gente já conseguiu algo (W40MR2612).

São pessoas guerreiras viu, porque não é fácil não, tem pessoas que tem muito preconceito. [...] Mas o pior é quando parte para a agressividade, principalmente nos dias de hoje (W46MR2612).

Pois é. Tanto agressividade verbal, como a física, e essas ocorrem com muita frequência, repleta de sofrimento (W47MC2612).

A família do meu esposo tem muitos casos, mas são mais de lésbica. Na família tem aquele “tititi”, mas, [...] eu acho até que aceitam viu Mac. (W48MR2612).

Na fala de Marina evidencia-se ainda o discurso da heteronormatividade, pois ela revela um desejo de que o melhor é que a homossexualidade não ocorra, sobretudo em sua família, não esperando, por exemplo, que um filho seja gay. Percebo que no decurso de nossa parceria muitas coisas mudaram, mas ela ainda não está convencida em relação à homossexualidade enquanto

uma possibilidade de expressão da sexualidade tal qual a heterossexualidade. Nos seus dizeres em um encontro anterior a este ela relata: *“Porque a gente tem resistência sim, uma coisa é estar no outro, é como Jorge (um de seus estudantes) falou: Isso só na hora pra gente saber”* (T16MR1212). A possível aceitação ocorre quanto estamos nos referindo ao outrx, diferente quando se trata da família. Aí a resistência aparece com muita força. Embora ao final do trecho, Marina relate que em sua família há lésbicas assumidas e que apesar dos preconceitos se lida relativamente bem com elas.

Percebemos que a professora se reconhece na fala da aluna, a considera fantástica, o que para nós que trabalhamos em prol das diferenças nos causa preocupação, pois parece que a homossexualidade ainda soa como anormalidade.

Apesar de as recusas em relação à homossexualidade, por outro lado, Marina reconhece os processos discriminatórios e de violência que acometem as chamadas minorias sexuais e que, em muitos casos, há muita agressividade. Em linhas gerais, os posicionamentos de Marina em relação à diversidade de gênero e sexual manifestam, sobretudo, a força de discursos e conceitos que estão arraigadas em nós e reitera a dificuldade que nós temos para desconstruí-los e transgredi-los, não obstante ela não concorde com a homofobia.

3. Conclusões

Neste trabalho, a formação voltada para as questões de corpos, gêneros e sexualidades proposta por meio de uma pesquisa colaborativa, teve suas limitações, mas também, várias contribuições e aprendizagens.

Segundo a professora participante, houve um silenciamento em todos os espaços por onde ela passou, englobando as suas experiências como aluna nos anos iniciais e finais, no magistério, no curso de Pedagogia (mesmo tendo uma disciplina específica), e em todos os cursos voltados para a formação continuada no decorrer de seus quase 15 (quinze) anos de atuação profissional.

Diante disso, compreendemos que a pesquisa colaborativa expande as possibilidades dxs professorxs conhecerem, confrontarem e reconstruírem conceitos e entendimentos. Visto que, ao longo do processo colaborativo as ideias e atitudes dx pesquisadorx proporcionarão ações que permitirão reflexões e colaborarão com o desenvolvimento profissional dx professorx. Além disso, a colaboração permitida pela pesquisa colaborativa contribui para que pesquisadorxs e professorxs mesmo não tendo estudado uma teoria específica, desenvolvam entendimentos visando à compreensão das distintas situações do

trabalho docente e da prática pedagógica, articulando os conhecimentos produzidos com as vivências (IBIAPINA, 2008).

Com base no exposto, ficam explícitos os ganhos com a parceria colaborativa acerca das questões de corpos, gêneros e sexualidades, levando em conta que Marina admitiu que foi mexida e inquietada, reiterou a relevância dessas discussões na esfera escolar e demonstrou novas compreensões acerca dessas temáticas.

Não estamos afirmando que o caminho é esse, entretanto, é uma possibilidade para a efetivação de atividades que discutam os corpos, os gêneros e as sexualidades, sobretudo no âmbito escolar que até hoje é visto como um espaço repleto de prioridades, obstáculos e desafios.

4. Referências Bibliográficas

FELIPE, J.; GUIZZO, B. S. Entre batons, esmaltes e fantasias. In: MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela. **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008, p. 31-38.

FRY, P. MACRAE, E. **O que é homossexualidade**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 1985.

IBIAPINA, I. M. L. de M. **Pesquisa Colaborativa**: investigação, formação e produção de conhecimentos. Brasília: Liber Livros, 2008.

LARROSA, J. **Tremores**: Escritos sobre a experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

LOURO, G. L.; Currículo, gênero e sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico” In: LOURO, G. L.; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2010.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

LOURO, G. L. (Org). Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MARQUES, M. R. X. **O Corpo Na Escola**: Discursos E Práticas Pedagógicas Das Professoras Dos Anos Iniciais Do Ensino Fundamental. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.

MINAYO, M. C. de S. (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; Gomes, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva**. 2ª. ed. rev. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

NATIVIDADE, M. Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas. Revista brasileira de Ciências Sociais, n.61, vol.21, 2006, p. 115-132.

OLIVEIRA, L. dos S. **Falar sobre “sexo” é proibido professora?**: problematizando entendimentos de sexualidade com crianças dos anos iniciais Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – Mestrado em Educação Ambiental. – Rio Grande : FURG, 2010.

OLIVEIRA, B. M. **Sexualidade na escola**: um estudo sobre as representações dos docentes do ensino fundamental. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Pernambuco - Programa de Pós-Graduação em Educação. Recife, UFPE, 2001.

RIBEIRO, P. R. C. e SOUZA, D. Falando com professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental sobre sexualidade na sala de aula: a presença do discurso biológico, **Revista Enseñanza de las Ciências**, Barcelona/Espanha, v. 21, n.1, p.67-75, 2003.

SABAT, Ruth. Só as bem quietinhas vão casar; *In*: MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela. **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008, p. 95-106.

MULHER E MOBILIDADE URBANA: PROCESSOS METODOLÓGICOS E DESAFIOS DE PESQUISA NA INTERPRETAÇÃO DO DISCURSO DAS MULHERES DO COQUE

Amanda Martínez Elvir;

Orientadora: Profa. Dra. Edvânia Torres Aguiar;

Co-orientadoras: Profa. Dra. Maria de Fatima Gomes de Lucena,

Profa. Dra. Ma. De Lourdes Zuquim
Universidade Federal de Pernambuco
amarelv@gmail.com

Resumo

A segregação social por classe, na mobilidade urbana, tem sido abordada em vários estudos que revelam como algumas classes tem sido sistematicamente excluídas dos planos de desenvolvimento da mobilidade nas cidades latino-americanas, como em Recife, Pernambuco. Os governos desta cidade têm investido mais de 60% de seu orçamento na mobilidade do transporte individual, e menos de 15% para o transporte público, meio de transporte utilizado pela maioria da população. São numerosos, portanto, os estudos que comprovam essa segregação por classe e que causam enormes desigualdades sociais na América Latina. No entanto, ainda são poucos os estudos que demonstram a segregação social por gênero na mobilidade de mulheres que vivem em situações de pobreza no continente. Este trabalho é produto e procura apresentar alguns resultados parciais dos trabalhos de campo realizados no âmbito da pesquisa de Mestrado da autora, intitulada “Construção social da segregação: mobilidade urbana e gênero na comunidade do Coque em Recife”, cuja metodologia envolve análise dos relatos que descrevem a mobilidade das mulheres deste lugar do Recife. Com base na história oral e na interpretação de discurso,

o intuito deste artigo é apresentar alguns dos desafios de uma pesquisa sobre gênero na área de Desenvolvimento Urbano e a complexidade da interpretação de discursos no trabalho científico com o subalterno.

Palavras-chaves: Mobilidade urbana, gênero, subalternidade, segregação.

1. Introdução

1.1 A mobilidade urbana desde a perspectiva de gênero

Uma das experiências cotidianas que mais incidem na qualidade de vida urbana é a mobilidade diária. A vida nas metrópoles contemporâneas está cada vez mais afetada pela mobilidade, seja esta física ou virtual, de ônibus ou de carro, a pé ou de bicicleta (JIRON, 2007). Um fator determinante na qualidade de vida urbana é o tempo de deslocamento. Esse tempo de deslocamento, de um lugar para outro, tem um papel importante em nossas relações sociais, no tempo que resta aos indivíduos para a produção econômica individual ou familiar, tempo para descanso, para estudo, entre outras atividades da vida cotidiana dos habitantes das grandes cidades.

O transporte é uma das forças dominantes da estrutura espacial urbana. As necessidades e condições de deslocamento, bem como a tecnologia dos transportes, variam conforme as classes sociais (VILLAÇA, 2001). Segundo David Harvey, “os ricos podem comandar o espaço, enquanto os pobres são prisioneiros dele” (HARVEY, 1976, p.171). Isso ocorre, porque algumas partes da cidade, sobretudo onde estão situados os principais equipamentos públicos e serviços, foram delimitadas para serem acessadas exclusivamente pelo automóvel - meio de transporte que, em certa medida, tem sido responsável pela segregação social em termos de mobilidade.

Cada vez mais nos aproximamos a uma “sociedade de muitas velocidades”. Aqueles que acessam a tecnologia mais avançada se tornam efetivamente mais móveis, “possuem uma sensação de estar em vários lugares ao mesmo tempo e se revela, se não uma aniquilação do tempo, pelo menos um sentimento de autonomia frente ao tempo” (NICOLE AUBERT, 2003 *apud* HIERNAUX, 2005, p. 10).

Aqueles que não podem ter essa mesma autonomia, ou seja, que não podem experimentar um desprendimento frente à tirania do tempo e do espaço, desenvolvem uma frustração social irreprimível: um desejo insatisfeito de aceder à hipermodernidade que observam sem cessar na televisão. Esta reflete cada vez mais um mundo muito diferente do entorno de vida dos excluídos da tecnologia. Torna-se uma articulação perversa dos imaginários da globalização (HIERNAUX, 2005, p. 07).

Os atuais meios de transporte poderiam apresentar autonomia na forma como os indivíduos distribuem seu tempo, para um melhor aproveitamento.

No entanto, o tempo da vida urbana é um privilégio que apenas alguns grupos sociais mais abastados podem desfrutar, devido ao acesso restrito a seus meios de transporte (geralmente o carro individual) e a proximidade entre suas residências e os equipamentos e serviços mais essenciais, que resultam na redução de tempo e distância de deslocamento.

Poder-se-ia pensar que a distribuição desigual dos benefícios do tempo não só existe no terreno da luta de classes, mas também de gênero, em que as mulheres ainda têm pouco acesso ao desfrute do tempo devido à construção social dos seus papéis que as responsabilizam pela manutenção da casa, por criar os filhos, e por exercer profissões ou trabalho remunerado para contribuir para a economia familiar.

Villaça (2001) sugere que um dos maiores avanços da Geografia tem sido a consciência e a recente difusão da ideia de que o espaço social, neste caso o espaço urbano, não é dado pela natureza, mas é uma produção do trabalho humano. Este espaço urbano e o estilo de vida que sobre ele se desenvolve induzem seus habitantes a uma série de deslocamentos específicos. Com base nisso, questiona-se: de que modo homens e mulheres se deslocam no espaço urbano?

Ambos os gêneros têm diferentes maneiras de locomoção devido a construção social dos papéis que tem designado a cada um responsabilidades sociais específicas e distintas (MARTINEZ, 2012 e 2013). O homem geralmente tem como seu principal trajeto a rota casa-trabalho. De modo geral, a maioria das mulheres, devido a construção histórica de seu papel social, encarrega-se do cuidado dos filhos, do lar e, no passado recente, também tem desempenhado outras atividades profissionais, dada a sua incorporação ao mercado de trabalho. Por essa razão, os seus deslocamentos diários poderiam configurar-se como “casa-trabalho-escola-mercado-costureira-serviços informais e vários tipos de comércios”. Ao tomar como base esses trajetos, somos levados a pensar que as mulheres passam a maior parte do tempo se deslocando de um lugar a outro em comparação ao homem.

A segregação social por classe, no tocante a mobilidade urbana, tem sido documentada em inúmeros estudos que mostram como as classes populares foram excluídas dos planos de mobilidade nas cidades da América Latina. Há estudos que apresentam informações sobre essa segregação por classe, gerando enorme desigualdade social, como são o “Espaço Intra-urbano no Brasil” (2001), de Flavio Villaça, e “Mobilidade na cidade de São Paulo” (2011), por Danielle Klintowitz e Raquel Rolnik. No entanto, são poucos os estudos que tratam da segregação por gênero, enfatizando a mobilidade de mulheres que vivem em situação de pobreza na América Latina. Acredita-se, nesta pesquisa, que as

mulheres enfrentam segregação em função de sua condição econômica e de gênero.

A presente pesquisa tem como objetivo principal descrever como se estrutura a mobilidade de mulheres que vivem em situações de pobreza, a partir da narrativa das mulheres da comunidade do Coque, em Recife, Pernambuco. Esta pesquisa iniciou-se com duas hipóteses: a primeira era de que as mulheres tinham como principais destinos nos seus deslocamentos a rota casa-trabalho-escola-comércio informal-mercados etc. Esta hipótese já foi refutada no início da pesquisa de campo. Nossa segunda hipótese, ainda em análise, é a de que a mobilidade de mulheres de classes populares se caracteriza por segregação por classe e por gênero, tendo em vista a revisão teórica de pesquisas nas ciências sociais que temos feito e que, por sua vez, já vem denunciando e caracterizando esta segregação e exclusão da mulher em outras esferas sociais. Autoras como Liliana Suarez Nava, Rita Sesgato, Maria Lugones, Alba Carosio, Silvia Rivera Cusicanqui, Suely Carneiro, Marcela Lagarde, Julieta Paredes, entre outras pesquisadoras atuais latino-americanas, têm denunciado e mostrado nos seus trabalhos, na última década, distintas formas de exclusão da mulher através de processos pós-coloniais onde se interceptam raça/etnia, classe e gênero, representados em estruturas de violência e discriminação. Portanto, baseadas nestas autoras foi que surgiu nossa segunda hipótese, a de que as mulheres também poderiam estar segregadas, por seu gênero, do planejamento urbano, principalmente a mulher pobre.

No ano 2010, foram constatados 4,465 feminicídios no Brasil. A maioria das vítimas viviam em situação de pobreza. Este registro foi feito no Mapa da violência de 2012. Neste mesmo mapa, numa amostra internacional feita em 87 países, o Brasil ocupou o sétimo lugar em países com maior índice de feminicídios, perdendo apenas para El Salvador, Trinidad e Tobago, Guatemala, Rússia, Colômbia e Belize. No mês de março de 2015 foi aprovado no Brasil a Lei de feminicídios, que reconhece o homicídio qualificado ou assassinato de mulheres em razão do seu gênero. Dados como este também contribuem para a segunda hipótese desta pesquisa.

2. As hipóteses dentro da pesquisa de campo

Nossa primeira aproximação para refletir sobre a diferença da mobilidade entre homens e mulheres surgiu ao revisar o projeto piloto sobre gênero e planejamento urbano surgido em Viena, na Áustria. Em 1999, o governo desta cidade realizou uma pesquisa, com base em entrevistas, que coletou dados

sobre a frequência e a razão do uso do transporte público ou privado dos seus habitantes. Esta pesquisa constatou que os homens utilizavam o carro ou transporte público duas vezes por dia. No caso das mulheres, estas representaram um padrão de deslocamento mais complexo e variado. O artigo de Clare Foram (2013), *How to design a city for women*, relata que as mulheres vienenses entrevistadas utilizam várias formas de deslocamento e infraestrutura de transporte como as calçadas, rotas de ônibus, linhas de metrô e o carro.

As mulheres tinham um padrão de mobilidade muito mais variado. Elas escreveram coisas como: “Eu levo meus filhos para o médico algumas manhãs, depois eu levo eles para a escola antes de ir para o trabalho. Depois de tudo isso, eu ajudo minha mãe para comprar coisas no supermercado e trago meus filhos de volta para casa no metrô” (FORAM, 2013).

Esta primeira aproximação sobre a diferença de mobilidade entre homens e mulheres abordada a partir deste estudo em uma cidade europeia, onde se sugeria que o homem tem como principal deslocamento o trajeto casa-trabalho, e a mulher o trajeto casa-trabalho-escola-médico-comércio nos levou à nossa primeira hipótese: supor que esses mesmos deslocamentos poderiam acontecer no caso das mulheres latino-americanas. No entanto, desde as primeiras entrevistas, as mulheres do Coque revelaram uma realidade completamente distinta. Quando interpeladas sobre os lugares que frequentavam, a resposta de uma das entrevistadas foi a seguinte:

Minha filha, costureira nós não tem. Comprar roupinha barata na cidade. Dentista a gente não tem, que eu estou procurando um dentista e não consigo e não tem posto. Tem um posto, sim, mas não tem médico. Doida pra fazer, pra arrancar meus dentes, nós não temos médico certo. Quando vem um médico, num instante sai. Essa semana mesmo, eu fui pro médico e o médico foi, pediu demissão. Ai saiu, não temos médicos não. Tem de 3 em 3 meses. De 3 em 3 meses nós temos médicos porque ele marca o controle. Que eles, que nós tem médico. Ai passam 2,3 meses e vão se embora. Porque paga pouco, a prefeitura paga pouco, e eles não querem trabalhar de graça. Não tiro a razão deles, não. Eles estão mais do que certos. Que você trabalhar só por boniteza, não (Diarista, 55 anos, Coque, 11 de Maio de 2014).

Na hora de perguntar sobre as visitas a supermercados e abastecimentos de produtos para o lar, a resposta foi diferente daquelas experiências dadas em

Viena. Sem recursos financeiros, uma entrevistada relata que seus deslocamentos se estruturam desta forma: “passava fome, ia pra maré, ia pra feira, pegar restos de feira”. Esta mesma entrevistada relata, posteriormente, que um dia suas péssimas condições de vida a fizeram querer tirar a própria vida. Seus três filhos chegaram a adoecer devido ao consumo de comida contaminada que ela trazia dos restos das feiras ou por causa da fome que a família vivenciava.

A ausência de recursos financeiros para algumas entrevistadas provoca mais que mobilidade, uma imobilidade urbana, pois existe um grupo de mulheres circunscritas ao espaço doméstico ou a percursos curtos dentro da comunidade por falta de ingressos que lhes permitam sair e conviver com o espaço urbano fora do bairro. Para o grupo de mulheres que trabalham fora da comunidade, os trajetos casa-trabalho são realizados em transporte coletivo, mas os trajetos a comércios informais são feitos a pé, o que torna difícil registrar esses movimentos nas pesquisas de origem e destino do transporte, ficando eles silenciados ou invisibilizados.

A maioria das entrevistadas disseram que fazem esses trajetos a pé devido ao custo da passagem do transporte. Quanto mais trajetos essas mulheres precisam fazer, mais gastam tempo, dinheiro e esforço físico em comparação com a população masculina.

As visitas às cadeias nos dias de domingo têm sido um percurso frequente nos registros coletados. A violência sexual diária, principalmente entre a população jovem, é bastante recorrente. E suspeita-se que a violência sexual no transporte público se agrava no caso das mulheres negras, uma vez que os relatos deste tipo de violência para este grupo de mulheres são consideravelmente mais cruéis que aqueles relatos feitos por mulheres com tonalidades de pele ou características físicas mais próximas à “branca”.

A desconstrução do sujeito ‘mulheres’ na pesquisa de campo criou vários cenários e várias formas de ser mulher com mobilidades distintas, conforme as características de raça, faixa etária e formas de renda, ainda que todas estejam, no caso desta pesquisa, em situação de pobreza. A mobilidade registrada se diferencia para mulheres diaristas ou empregadas domésticas, donas de casa, trabalhadoras do comércio informal (vendedoras de rua), prostitutas, traficantes, mulheres travestis, jovens, idosas, gestantes e crianças. Esta complexidade nos leva a vários cenários do que significa ser mulher na cidade, mais especificamente em uma favela brasileira e a mobilidade que se traduz de acordo com estas características. A complexidade do real nos leva a convidar futuros estudos focalizados nestas distintas formas de cidadania e de se relacionar com o espaço urbano.

3. A introdução da História Oral como metodologia de pesquisa

A história oficial do mundo, aquela que durante muito tempo preconizou o relato escrito, não tem sido outra que a história dos vencedores cujas memórias mereceram ser imortalizadas (BENJAMIN, 1987 p.225). Os espaços urbanos e as sociedades que os produzem estão biologicamente conformadas por homens e mulheres, mas quais atores ou sujeitos sociais têm tido primazia na construção da cidade? Para Marx e Engels, a ideologia da classe dominante é a ideologia dominante do conjunto da sociedade. As ideias dominantes, em qualquer época, não têm sido mais que as ideias da classe dominante. Nas palavras dos autores: “cada nova classe no poder é obrigada, quanto mais não seja para atingir seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum a todos os membros da sociedade (...) ou a dar a seus pensamentos a forma de universalidade, a representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos verdadeiramente válidos” (MARX; ENGELS s.d., p. 57). Em vista disso, indagamo-nos: Quais as classes e os gêneros dominantes? A antropóloga mexicana Marcela Lagarde sugere que, historicamente, “foram os homens, suas instituições e seus intelectuais que dominam, elaborando inclusive uma identidade simbólica das mulheres” (LAGARDE, 2005). No curso da história sempre poderemos observar a mulher subordinada ao homem. Ela não tem história, nem passado, pois os registros escolhidos que resgatam a memória do mundo ressaltam aqueles dos homens, especificamente dos poderosos e vencedores.

O conceito de gênero, por sua vez, é instigante e desafiador, pois na atualidade foram identificadas quatorze categorias identitárias a partir das quais um ser humano pode se reconhecer (LUCENA, 2015, pag. 252). A mulher, vista desde um conceito amplo e sem detalhar suas escolhas sexuais e/ou afetivas, classe, raça/etnia e contexto histórico particular, tem sido subordinada e inferiorizada ao longo da história. As conquistas das mulheres como grupo social para alcançar reconhecimento e participação dentro das sociedades ocidentais acontecem apenas desde o século passado. Se a história do mundo, e a produção acadêmica de muitos e muitas autoras tem denunciado a exclusão da mulher em várias esferas sociais, nós acreditamos que com o espaço urbano não deve ser diferente.

A primeira tentativa de criar um método de pesquisa a partir do uso de relatos foi entender que precisaríamos de entrevistas “semi-estruturadas” para posteriormente fazer uma reflexão crítica diante do fenômeno registrado. A familiaridade com a História Oral no início deste processo era nula, mas o primeiro

registro da pesquisa de campo deixou claro que existiam outros fenômenos e fatores que influenciavam a realidade que se estava tentando compreender. Entendemos, primeiramente, que nossa hipótese estava diretamente relacionada à nossa própria realidade particular, onde nossa classe social e posicionamento no mundo desencadeou a universalização do sujeito mulheres de acordo com o que nos era familiar: as mulheres da nossa classe social e da nossa realidade imediata. Apesar de levar alguns anos teorizando sobre a luta de classes, havíamos reproduzido, de forma inconsciente, uma universalização do sujeito onde a classe dominante se coloca como a realidade de todas as pessoas que conformam uma sociedade.

A construção de um método de pesquisa e a escolha de metodologias adequadas para o estudo só foi possível a partir do trabalho de campo simultâneo a leituras que ajudaram a interpretar os desafios que estávamos enfrentando e ainda persistem. No meu caso, em uma das primeiras entrevistas reparei que conceitos específicos como iluminação ou alagamento, ou conceitos tais como medo e segurança, tinham um significado completamente distinto para mim, pesquisadora branca, estrangeira e moradora da cidade formal, que para uma mulher do Coque, que vive dentro da informalidade e da precariedade de infraestrutura urbana. Foi durante esta experiência que refletimos que a produção de significados através do uso da linguagem é necessária, e não se pode trabalhar apenas com significado semântico (SKINNER, 1996, *apud* em PARADA, 2008, p. 23). As palavras deixaram de ser palavras e algumas se tornaram conceitos. O discurso precisou ser interpretado e contextualizado de acordo com as realidades físicas e sociais das entrevistadas, pois finalmente o discurso estrutura uma cultura e atribui significados.

4. Desafios da metodologia

O primeiro desafio encarado por esta pesquisa foi a tentativa de levar o tema de gênero para a área de Desenvolvimento Urbano. A pouca familiaridade com o tema dentro da formação em Arquitetura e Urbanismo dificulta introduzir estes discursos que ocasionalmente causam uma rejeição para o tema e criam uma relação direta destes tipos de trabalho para as Ciências Sociais. Foram necessários vários mergulhos, revisões teóricas e cursos sobre gênero desde a perspectiva do Serviço Social, Antropologia, Sociologia, História e Feminismos latino-americanos para criar fundamentos teóricos e defender a pertinência desta pesquisa em áreas relacionadas ao planejamento urbano. Ressalte-se o

fato de que a aceitação deste tema torna-se ainda mais difícil quando se procura relacionar gênero e pobreza.

Outro desafio é o trabalho com o subalterno, com base na história oral, que pode levar à romantização e interpretação de seu discurso como “a verdade do povo”. Verena Alberti (2008) relata isso como um dos equívocos nos inícios da história oral, onde esta “verdade” representa uma ilusão quando a entrevista, em lugar de ser uma fonte, se torna uma suposta “revelação do real”. Alberti coloca como um equívoco o fato de considerar uma entrevista como “História”, pois o relato não é mais do que uma fonte que precisa de análise e interpretação. (Alberti, 2008 p. 158). Donna Haraway, no seu artigo sobre saberes localizados, também coloca como risco esta romantização do discurso dos “menos favorecidos”:

Há um sério perigo em se romantizar e/ou apropriar a visão dos menos poderosos ao mesmo tempo que se alega ver desde a sua posição. Ter uma visão de baixo não é algo problemático ou que se aprenda facilmente; mesmo que “nós” “naturalmente” habitemos o grande terreno subterrâneo dos saberes subjugados. Os posicionamentos dos subjugados não estão isentos de uma reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação; isto é, seja do modo semiológico, seja do modo hermenêutico da avaliação crítica (Haraway, 1995, p. 23).

O risco de romantizar o relato do subalterno também pode vir acompanhado de uma visão polarizada do poder e da criação de binômios universalizantes tais como homem/mulher, rico/pobre, negro/branco que podem colocar as relações de poder como estáticas e fazer uma leitura linear sobre a relação oprimido e opressor. Marilena Chauí (1985) sugere que nestas relações de poder entre homem e mulher, a mulher também é um sujeito, dominado, não autônomo, mas é um sujeito que forma parte desta estrutura de relação. Por outro lado, Foucault (2001) desafia uma “falsa ideia” sobre o poder visto como um elemento estático:

O poder, isto não existe. Eu quero dizer isto: a ideia que há, um lugar qualquer, ou emanado de um ponto qualquer, algo que é um poder, parece-me descansar sobre uma análise falsificada, e que, em todo caso, não se dar conta de um número considerável de fenômenos (FOUCAULT, 2001, p. 302).

Por outro lado, fazendo uma revisão em bibliografias sobre feminismos latino-americanos e de-colonial constatamos que as teorias destes movimentos apontam que as mulheres brancas “academizadas” na América Latina criam reflexões dentro de discursos universalizantes baseados nas experiências e necessidades que estas mulheres, de primeiro mundo, têm estabelecido como perspectivas generalizadas das relações de gênero, tornando exótico ou silenciando aquelas mulheres que experimentam a subordinação marcada pela raça/etnia, classe e/ou orientação afetiva. De forma alguma se pode deslegitimar o esforço acadêmico em problematizar as relações de gênero com o fenômeno da pobreza; embora seja necessário mencionar que dentro desta produção de conhecimento possa existir processos civilizatórios herdados de uma realidade histórica colonial.

Para Maria Lugones (2010), muitos dos trabalhos produzidos sobre a mulher do Terceiro Mundo assumem que a categoria “mulher” é construída e essencialmente homogênea, independente das categorias de raça/etnia e classe, o que implica num conceito de gênero fundamentado pela diferença sexual.

Estas categorias de colonização discursiva tendem a construir a mulher do Terceiro Mundo como: circunscrita ao espaço doméstico, vítima, ignorante, pobre, atada à tradição, tornada no *alter ego* da acadêmica feminista que é liberal, toma suas próprias decisões, tem controle sobre seu corpo e sua sexualidade, é educada e moderna (Hernandez, 2008).

Todos estes posicionamentos que criam interpretações sobre as relações de poder circunscritas a mulheres que vivem em pobreza, e o trabalho com o registro da história do subalterno nos levaram a concluir que, para a análise de uma realidade específica, é necessário considerar todos os fatores possíveis que expliquem um fenômeno que quase nunca está conformado por um binômio ou uma realidade polarizada. A interpretação das narrativas das mulheres do Coque quanto as interpretações de acadêmicos(as) sobre o fenômeno a estudar estão condicionadas a realidades históricas específicas e o posicionamento particular dos sujeitos nas suas hierarquias social, econômica e política do seu entorno. Como afirma R. Kosseleck (1988): “Toda linguagem das narrativas está historicamente condicionada, e toda história é linguisticamente condicionada”.

Ao narrar histórias, experiências, alegrias, tristezas, e conflitos internos quanto externos das mulheres do Coque, nos permitimos conhecer experiências silenciadas e questionar os mecanismos ideológicos sobre a seleção de

registros e acontecimentos que têm silenciado ou tem representado estas realidades de forma distorcida. Desta forma, decidimos usar a História Oral, e a História Cultural, como método que questiona a historiografia tradicional e se preocupa com a biografia das pessoas, como sujeitos presentes e invisibilizados em grandes acontecimentos históricos, muitas vezes conformadas por populações pobres que têm permanecido escondidas dentro dos registros que resgam a história do mundo. Por outro lado, reconhecemos a necessidade da interpretação de discurso como um exercício complexo na construção de conhecimento a partir destas narrativas. Este estudo pretende refletir e reconhecer, no discurso, pequenos fragmentos de uma subjetividade coletiva. Como coloca Alicia Lindon (2006), “no discurso aparecem rastros - quase sempre dispersos, encapsulados, codificados - destas formas de vincular-se com o espaço, que tentamos reconstruir através da interpretação” (Lindon, 2006, p.14). Finalmente nossa futura reflexão sobre este trabalho não tenta criar verdades absolutas, senão mais uma interpretação e o início de uma reflexão sobre a realidade de um fenômeno pouco registrado.

O mundo em que vivemos é diverso e complexo, não é um mundo com realidade nem conhecimento universal. As realidades particulares da América Latina são complexas e heterogêneas. Este trabalho é também um convite para mergulhar e registrar as distintas faces e representações do real em América Latina. Há histórias, saberes, conhecimentos e realidades que ainda não têm palavras (aquelas legitimadas em nossas sociedades) que registrem estas experiências. Este estudo é uma tentativa de direcionar a palavra e o conhecimento para os grupos oprimidos. Se trata de legitimar e registrar uma comunicação oral ainda não reconhecida.

Bibliografia

ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: História dentro da História. In: PINSKY, Carla. **Fontes Históricas**. São Paulo, Contexto, 2008.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política – Obras escolhidas** – Vol. 1, São Paulo: Brasiliense, p. 222-232, 1987.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: Várias autoras, **Perspectivas Antropológicas da Mulher**, nº 4, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1985, pp.25-62

FOCAULT, Michel. **Ditsetécrits**. Edição Établie sous la direction de Daniel Defertet François Ewald. Collaboration de Jaques Lagrange, Vol. I et II. Paris. Quarto Gallimard, 2001.

FORAM, Clere. City Lab. **Howto design a city for women**[online]. 2013.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados. **Cadernos Pagu (5)**, pp. 07-41, 1995.

HARVEY, David. **Social Justice and the City**. London, Edward Arnold, 1973.

HIERNAUX, D. ¿Identidadesmóviles o movilidad sin identidad?**Revista de geografía Norte Grande**, Santiago, n. 34, pp. 5-17, dez. 2005.

HERNANDEZ, Rosalva. *De feminismos y Poscolonialismos: reflexiones desde elSur del Rio Bravo*. Em **Decolonizando el Feminismo: Teorias y prácticas**. Cátedra, Enero, 2008.

KOSELLECK, R. **Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Jandei-ro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

JIRON, M. Paola. Implicancias de género en lasexperiencias de movilidadcotidia-naurbana.**Revistavenezolana de estudios de la mujer**, Caracas, v. 12, n. 19, 2007.

LAGARDE, Marcela. **Los Cautiverios de las Mujeres**: madresposas, monjas, putas, presas y locas. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

LINDON, Alicia. Territorialidad y Género: unaaproximacióndesde la subjetivida-despacial. **Cuadernos A. Temas de Innovación Social**, Ciudad de México, n.19, pp. 13-32, 2006.

LUCENA, Maria de Fátima Gomes de; GOUVEIA, M. A. L. Tráfico de Pessoas e Violências: algumas considerações sobre vulnerabilidade social, gênero e migração não documentada do Brasil para a Europa na contemporaneidade. In: Sarita Amaro. (Org.). **Dicionário Crítico de Serviço Social**. 1ed. Rio de Janeiro: Autobiografia, 2015, p. 244-266.

LUGONES, Maria. *Haciaun Feminismo descolonial*. Revista Hipathya, Vol. 25, No. 4, Otoño, 2010.

MARTINEZ, Amanda. Movilidad urbana y planeación de la ciudad: una visión de género. **Revista Multiplica**. Guadalajara, no. 73. Junio, 2012.

MARTINEZ, Amanda. Construção Social da Segregação. **Revista Continente**. Recife, ano XIII, no. 153. Setembro, 2013.

MARX, Karl e ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. São Paulo, Presença e Martins Fontes. 2 v. s. d.

SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. In: PARADA, Mauricio. **Facismos: conceitos e experiencias**. Rio de Janeiro, 2008.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 2001.

WASELFISZ, Júlio. **Mapa da Violência 2012**. FLACSO BRASIL [online], 2012.

“MINHA MÃE ME CRIOU E ME EDUCOU, MAS O MEU PAI ME ENSINOU A VIVER”: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO

Anderson Ferrari¹

Nathalye Nallon Machado²

Disposta a pensar a situação da Educação no Brasil, Marisa Vorraber Costa (2003) se propôs a entrevistar um conjunto de professores e professoras interessados em discutir e problematizar este campo do conhecimento. Sua abordagem partiu de uma questão, a saber: “a escola tem futuro?” Este é um instigante questionamento que também nos provoca e mobiliza a pensar nossas implicações no projeto de escola em que estamos atuando, reproduzindo ou modificando. Alfredo Veiga Neto é um dos entrevistados que responde:

Sim, penso que a escola tem futuro. Depois de tudo que conversamos aqui, não tenho dúvida de que temos que pensar na escola como ela vinha sendo, naquilo que ela pode se transformar ou naqueles aspectos e práticas em que ela pode ser ressignificar. Pensar nela, então, como ela era, como ela está sendo e como ela pode vir a ser. Pensar nela como uma instituição que pelo menos garanta a manutenção das conquistas fundamentais da Modernidade. (2003, p. 125).

Uma resposta que queremos tomar como inspiração para discutir o lugar das relações de gênero nas escolas. Somos professores que há tempos estamos trabalhando com as questões que dizem da constituição de sujeitos, sobretudo no papel das escolas nesses processos de subjetivação. Neste sentido, também apostamos no poder e desafio da escola em se repensar, em colocar sob suspeita as suas práticas e concepções e, principalmente, na força de suas

1 Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

2 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

possibilidades e ressignificações, como aponta Veiga Neto. Portanto, este artigo está construído em torno dessas possibilidades, tendo como foco a análise de um diálogo estabelecido em sala de aula entre professores e alunos a respeito das relações de gênero, para pensar como a escola pode se constituir como lugar de questionamento daquilo que sou.

O diálogo a que vamos tomar como fio condutor da análise surgiu em uma aula de História em que a professora propôs discutir o lugar da mulher no século XIX. Para isso ela preparou uma aula em que quatro mulheres seriam trazidas para o conhecimento dos alunos. Quatro mulheres que desempenharam papéis distintos, o que nos aproxima das discussões das teóricas de gênero (Louro, 1997; Scott, 1995) que negam a existência de uma essência feminina, chamando atenção para o caráter de construção discursiva, histórica e cultural do ser mulher, que nos impossibilita falar de mulher no singular para assumir esta categoria de análise no plural. A proposta em si trazia um deslocamento importante para as relações de gênero e para o campo da História. Comumente nossa história é contada pelos homens e são eles que estão no centro dela, de maneira que as mulheres são renegadas ao silêncio e à invisibilidade. Em se tratando da História do Brasil no século XIX, a concentração fica em torno do segundo reinado (1840-1889) e na figura central de D. Pedro II. As mulheres não são discutidas nas salas de aula.

A aula de História proposta ocorreria em uma turma de oitavo ano do segundo segmento do Ensino Fundamental, com alunos e alunas com idade entre 13 e 15 anos. Adolescentes agitados, empolgados, interessados nas relações afetivas que têm a escola como local de excitação, conquista, negociação e confronto dos gêneros e no interior dos gêneros. A professora então elegeu a princesa Teresa Cristina, esposa de D. Pedro II, as princesas Isabel e Leopoldina, filhas dos reis e a condessa de Barral, responsável pela educação das filhas e apresentada pela professora como amante de D. Pedro II. Feitas essas apresentações, a professora iniciou o trabalho enfatizando a impossibilidade de falar de um único modelo de mulher no século XIX.

Adotando o repertório didático de apresentar cada uma delas em separado, a professora foi fazendo uma biografia de cada uma delas e levantando as possibilidades que estavam postas para a mulher naquele período histórico. Num dado momento em que fez uma vinculação entre a Princesa Teresa Cristina, a educação das filhas e a condessa de Barral a professora expressou sua indignação quanto a impossibilidade da mãe educar suas filhas, o que gerou a necessidade de trazer da Europa uma mulher que seria responsável por esta

função. Querendo demonstrar este descompasso com os dias de hoje a professora questionou os alunos e alunas sobre quem era responsável pela educação deles e delas atualmente, o que um menino respondeu: *“minha mãe me criou e me educou, mas o meu pai me ensinou a viver. Meu pai que me leva para rua, que me ensina a jogar bola, a pegar mulher. Meu pai que me ensinou a ser homem”*.

É essa frase e o que foi estabelecido em seguida que queremos problematizar no sentido apontado por Marshall, ou seja, dar um passo atrás para transformar em problema de investigação o que não nos chama atenção, colocar em investigação nossas formas de pensar e de agir. A perspectiva da problematização é uma forma de análise foucaultiana, interessada em pensar as condições de emergência dos discursos e como somos resultados deles. Trazer esta fala do aluno é assumir que somos seres discursivos e resultados de saberes e poderes que nos constituem e que dizem de processos educativos. Nesta linha de condução, podemos dizer que três palavras aparecem com força nesta relação entre gênero, educação e sujeitos: criar, educar e ensinar. São esses dois jogos de palavras, que mais do que palavras, são exercícios de saber-poder que queremos tomar como ponto de análise.

Gênero, Educação e Sujeitos

A questão trazida pela professora de História para discutir a posição ocupada pelas mulheres no século XIX, muito dizia da desigualdade existente entre homens e mulheres daquela época. No entanto, ao propor discutir o século XIX a professora fez uma escolha didática de olhar para o passado a partir do tempo presente. A ideia da professora era fazer alunos e alunas a pensarem como e quem é responsável por sua educação hoje em dia, estabelecendo rupturas e continuidades entre aquele período histórico e o nosso. Ao falar do presente, o menino traz relações que estão organizando nossas relações de gênero há muito tempo, que são de outro tempo, que nos aproxima do século XIX: *“minha mãe me criou e me educou, mas o meu pai me ensinou a viver. Meu pai que me leva para rua, que me ensina a jogar bola, a pegar mulher. Meu pai que me ensinou a ser homem”*.

Podemos dizer que no que diz respeito à educação escolar há uma ruptura com o século XIX visto que diferente do que aconteceu com as princesas, é a mãe do aluno que o educa. Podemos pensar também que há um atravessamento entre gênero e classe. É possível dizer que o grosso da população brasileira no

século XIX também não traziam educadoras da Europa e que a educação dos filhos e filhas ficava a cargo das próprias mães, diferente das princesas pertencentes à outra classe social. Se há ruptura neste sentido, há continuidades no que diz respeito às funções destinadas ao pai e mãe e, portanto, que construíam os gêneros e as relações entre eles e no interior deles. À mãe cabia as funções destinadas ao interior da casa, assim como diz o menino: *“minha mãe me criou e me educou”*. Ao pai estavam destinadas as ações fora da casa, no domínio do espaço público: *“Meu pai que me leva para rua, que me ensina a jogar bola, a pegar mulher”*. O ser homem e o ser mulher estão divididos entre o que é o espaço privado e o que o espaço público.

Quando o andamento da aula caminhou para o estabelecimento de relações entre o passado e a atualidade, expressa pelas perguntas sobre o papel da mulher na educação dos filhos, foi possível perceber questões importantes sobre as maneiras pelas quais alguns adolescentes tem atentado para as formas de ser homem e mulher, presentes em suas famílias. Neste sentido, acrescentando mais uma informação sobre esta distribuições de funções e exercício de construção dos gêneros nas famílias, o mesmo menino acrescenta: *“minha irmã ficou em casa até os 20 anos e o meu irmão saía direto. Meu pai não deixava ela sair e o meu irmão podia sair a vontade e voltar a hora que queria. Mas eu acho que o meu pai está certo”*. Essas ações dizem da ação educativa dos sujeitos a partir dos gêneros. Educação é algo que acontece para além das escolas, de maneira que outros espaços também são educativos porque nos educam a ser o que somos. Como nos lembra Guacira Louro (1997), este processo de educação dos sujeitos vai criando as diferenças entre o que é ser menino e o que é ser menina. É um processo de fabricação dos sujeitos generificados que é muito sutil e por isso, muito eficaz, porque diz de uma certa continuidade imperceptível. Estes fatores nos leva a ficar atentos para aquilo que acontece nas práticas cotidianas e que não nos chama mais atenção. *“São, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiância. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como “natural”*. (LOURO, 1997, p. 63).

A resposta do aluno, que dizia: *“minha mãe me criou e me educou, mas o meu pai me ensinou a viver”* nos remete para problematizações importantes acerca do entendimento dos papéis masculino e feminino. Quando é definida nas relações familiares a função de criar e educar para a mulher, de certa forma somos direcionados a entender que noções de cuidado, sobrevivência, higiene,

entre outros aspectos reservados ao âmbito privado da educação dos filhos pertencem a quem não deve se atrever a “ensinar a viver”. Há uma identidade que se constrói, que se delinea com contornos visíveis de forças de poder. Pensando sobre esta questão, o texto de Stuart Hall “Quem precisa da identidade?”, possibilita uma reflexão interessante acerca das identidades. Ele diz:

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões “quem somos nós” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós mesmos” (HALL, 1996, p. 108-9)

A mulher que foi produzida a partir do discurso do adolescente revela sobre estruturas fortes e rígidas que culturalmente nos mostrou silenciamentos e desqualificação das mulheres em uma forma eficiente de manutenção do poder masculino. E como a escola, ao se deparar com um discurso que evidencia essa estrutura, elabora suas estratégias de ação, considerando que uma de suas funções é justamente problematizar as formas de exclusão a que muitas minorias foram submetidas?

Quando somos colocados diante de tal questão, é inevitável pensar sobre gêneros. E, para a escola, ainda nos dias de hoje, talvez seja uma consideração importante, ou porque não dizer desafiadora, considerar que gênero é construção. E, sendo construção, engloba elementos da cultura e da história. Ao assumir esta postura, a escola se distanciaria de determinismos biológicos e caminharia em direção a entendimentos mais plurais e diversos acerca das formas de ser e viver. Ressaltamos que ainda hoje se faz necessário um repensar de posturas e práticas, uma vez que ainda hoje somos confrontados com falas que limitam as mulheres a papéis secundários na organização da vida social e também nas estruturas familiares. Desnaturalizar o destino feminino de ser mãe que educa e cria, ou seja, que permite a perpetuação da espécie, que garante a alimentação e a sua saúde de sua cria, é libertar a mulher de um destino traçado que impede a plenitude de sua existência. A escola não deveria se omitir diante desse fato.

Estamos falando de educação e de educação escolar formal, que no seu entendimento mais amplo deveria primar pelas liberdades de ser, de se aventurar e se permitir. E, ao falarmos dessa concepção de educação e conseqüentemente de escola e suas práticas pedagógicas, queremos dar destaque à construção das subjetividades, que, nesse ambiente de constante disputa, são atravessadas por muitos silenciamentos. A escola tradicionalmente tem mostrado ser um lugar de marcações rígidas de poder, mantidas por forças que permitem a alguns falar e a outros, permanecer calados. Das mulheres, principalmente, esperava-se o silêncio. E quando falamos em silêncio, não estamos nos referindo unicamente à ausência de som, mas sim de uma ausência intensa de escuta ao que é dito. E quando colocamos estes aspectos em cena nas salas de aula, estamos trabalhando com um sentido de educação que vai para além da educação formal, mas diz do investimento em outros tipos de sujeitos, que meninos e meninas possam pensar e ser diferentes do que são. E, se o menino é capaz de trazer frases e, mais do que frases, formas de pensar que o constitui ele também pode ser capaz de colocar esse pensamento em suspeita. E esse parece ser o papel da escola e da História, ou seja, construir nos alunos e alunas uma história do pensamento para que entendam que os nossos pensamentos são construções.

Voltemos, pois, à nossa provocação inicial *“minha mãe me criou e educou, meu pai me ensinou a viver”* e o quanto ela nos remete para questões relativas ao público e ao privado, ao falar e ao ouvir, ao dizer e ser escutado. Zaine Simas Mattos, em seu texto *“Bárbara não vá criar confusão: silêncios e silenciamentos nas relações de gênero”* nos apresenta uma reflexão pertinente à discussão que nos propusemos fazer. Nas palavras da autora:

Como os sujeitos são produzidos no discurso e pelos discursos, podem ser produzidos pelo silêncio. Assim podemos afirmar que as mulheres são capazes de elaborar novos discursos a partir dos silêncios, podem romper com os silêncios e podem também silenciar a partir da produção de novos discursos. A questão não é entender como se produzem os silêncios, mas desfazer redes discursivas que capturam, conformam e criam supostas identidades naturalizadas. (MATTOS, 2013, p.101).

As falas do menino não tiveram nenhum contraponto entre os colegas, nem entre os demais meninos e tampouco das meninas, o que nos incita supor que muitos dos adolescentes presentes naquela sala também concorde com o

que foi dito. Ou que pelo menos, este não era um pensamento absolutamente desconhecido deles e delas. Neste sentido, a ação educativa e o desafio desta aula estão em ultrapassar o diálogo com este aluno em especial e atingir a todos. Socializar a fala do aluno para a partir dela, saber e colocar em circulação outras formas de pensamento que possam advir dos demais alunos e alunas. Assim, essa cena construída na sala é indispensável para questionar não somente o que ensinamos (e ser capaz de introduzir a história das mulheres no ensino de História), mas também o modo como ensinamos e que sentidos nossos alunos e nossas alunas dão ao que dizemos, ao que propomos e ao que aprendem.

Trazer os demais alunos e alunas para a discussão é fazer com que apareça a diversidade que compõe cada gênero. Há uma concepção fortemente construída entre os gêneros, algo que constitui uma polarização entre meninos e meninas que esconde a pluralidade que está entre estes dois pólos. Isso causa um certo temor em se afastar da forma de masculinidade hegemônica, sob pena de ser classificado como “diferentes”, o que muitas vezes serve para acionar discursos de homossexualidades. Assumir a masculinidade hegemônica dá um certo poder e orgulho de se afirmar como homem. Não por acaso o menino fala com segurança, autoridade e utilizando de aspectos discursivos de autoridade – “o meu pai me ensinou a viver” – o ser homem se aprende com outro homem, o que é de conhecimento do senso comum e fornece autoridade ao ato de ensinar e aprender.

No entanto, existem diferentes possibilidades de ser homem, o que segundo Robert Connell (1995) constitui as “políticas de masculinidades”. Para o autor existem narrativas convencionais a respeito de como as masculinidades são construídas, o que nos leva a pensar por essas narrativas que “toda cultura tem uma definição da conduta e dos sentimentos apropriados para os homens” (CONNELL, 1995, p. 190). Os meninos vão “aprendendo” tais condutas e sentimentos construídos como domínio da masculinidade hegemônica e assim se afastando do comportamento das mulheres. Este sentido de masculinidade se dá no afastamento do que é própria das meninas. Para falar do que ser homem e do aprendizado com o pai, o menino constrói um tipo de comportamento dos pais com a irmã, o que ele já incorporou como o “certo” para ação sobre as mulheres.

Mas o que o menino nos traz é apenas uma das histórias possíveis. Este talvez seja o perigo que Connell nos denuncia quando diz que “a narrativa convencional adota uma das formas de masculinidade para definir a masculinidade

em geral". (1995, p.190). Tomando o pensamento de Connell como inspiração, podemos afirmar que o que temos aqui é uma representação do que ser homem que é a mais visível ou mais presente no senso comum, o que marca o que ser homem. Mas podemos dizer também que ela não é a única e que ela é construída em diálogo com outras masculinidades e feminilidades. As relações de gênero dizem deste processo educativo, passado no interior da cultura, da História, da ação de uns sobre outros, como um projeto de investimento tanto coletivo quanto individual, de maneira que estes sentidos estão continuamente se transformando, potencializando este sentido de educação e o papel das escolas e dos professores.

Criar, educar e ensinar – palavras em movimento

Ao longo deste texto, as palavras *criar*, *educar* e *ensinar* foram balizando as problematizações que fizemos. Por meio delas pudemos perceber entendimentos acerca das relações de gênero que fazem parte de uma parcela considerável de famílias que têm seus filhos e filhas como alunas e alunos nas instituições que nos são próximas. Tais palavras são parte do discurso e, como seres constituídos pelo discurso que somos, concordamos com Ferrarri (2011) na seguinte reflexão:

Dizer que somos constituídos na linguagem significa que vamos selecionando os termos que tornam as subjetividades legíveis ou ilegíveis, comemoradas ou silenciadas. Vamos chamando as pessoas por nomes. No entanto, a construção desses sujeitos depende não somente dos nomes que vamos chamando, mas também daqueles que nunca nomeamos. (FERRARI, 2011, p.103).

Pai, mãe, irmão e irmã são os sujeitos nomeados que nos são apresentados no texto a que nos propusemos discutir. Por meio da fala do jovem pertencente àquela família e ao nosso contexto escolar, foi possível perceber marcas profundas de divisão entre os gêneros, classificadas por verbos que muito nos permite pensar. *Criar*, *educar*, *ensinar*: são palavras em movimento que dizem de lugares específicos e muito definidos no contexto ocorrido na aula de História. Criar, educar e ensinar são distribuídos entre o que cabe ao homem como pai e o que cabe a mulher como mãe. Não por acaso o menino revela: “*minha mãe me criou e me educou, meu pai me ensinou a viver. Meu pai que me leva para rua, que me*

ensina a jogar bola, a pegar mulher". Parece que a função do pai de ensinar está no que se refere a "ser homem", demonstrando um entendimento de construção de gênero que se realiza no interior do gênero, mas também entre eles.

Dizer que há uma relação de gênero significa que estamos falando de uma relação que constitui sujeitos masculinos e femininos, tanto em "oposição" quanto em relação horizontal. Ao mesmo tempo em que o pai "ensinou a viver", a mãe "criou e educou". São atividades complementares que juntas formam o que é ser homem, neste encontro entre o que é própria da mãe e do pai. Ensinar a viver pode remeter a se constituir no mundo como homem, visto que a frase seguinte serve como desdobramento do que é entendido como viver: *"me leva para rua, que me ensina a jogar bola, a pegar mulher"*. Quais são as subjetividades que estão sendo comemoradas e quais estão sendo silenciadas? Há controle e poder na fala e no silêncio, no verbo e na ação. Pensemos junto com Tânia Navarro Swain (2009)

O desejo de poder e controle sobre os corpos, especialmente os das mulheres, encontra-se sempre além de seus próprios limites, muito aquém do umbral do respeito ou da simples compaixão. Essa violência do controle, da disciplina e do destino biológico afirma-se na produção da diferença de sexos, na implantação de referentes que erigem a vida conjugada no masculino mais importante que aquela soletrada no feminino. (SWAIN, 2009, p. 393).

Sendo a escola um espaço plural de convivência, aprendizagem e conflitos, como potencializar o olhar das estudantes e dos estudantes para desnaturalizar a tríade *criar, educar e ensinar* como atribuições femininas? Não há um caminho seguro a ser percorrido, principalmente porque estamos tratando de relações de poder há muito sedimentadas e reconhecidamente eficazes na manutenção de hierarquias. As resistências que foram e são construídas na tentativa de romper com a hegemonia masculina, nos aponta para a insistente demarcação desigual entre homens e mulheres.

Pensamos que a escola é um lugar privilegiado para trazer à tona este debate e concordamos com Guacira Lopes Louro (2014) quando ela diz:

A ambição pode "apenas" subverter os arranjos tradicionais de gênero na sala de aula: inventando formas novas de dividir os grupos para os jogos ou para os trabalhos; promovendo discussões

sobre as representações encontradas nos livros didáticos ou nos jornais, revistas e filmes consumidos pelas/os estudantes; produzindo novos textos, não sexistas e não racistas; investigando novos grupos e os sujeitos ausentes nos relatos da História oficial, nos textos literários, nos “modelos” familiares; acolhendo no interior da sala de aula as culturas juvenis, especialmente em suas construções sobre gênero, sexualidade, etnia, etc. Aparentemente circunscritas ou limitadas a práticas escolares particulares, essas ações podem contribuir para perturbar certezas, para ensinar a crítica e a auto-crítica (um dos legados mais significativos do feminismo), para desalojar as hierarquias. (LOURO, 2014, p. 128).

Para encerrar queremos destacar que a escola é um lugar em que estas questões podem ser problematizadas, apostando em novas possibilidades de ser e de estar no mundo como homens e como mulheres, sobretudo nas relações estabelecidas entre eles.

Referências

CONNELL, Robert. Políticas da masculinidade. Revista Educação & Realidade. Vol. 20 (2), jul/dez, 1995.

COSTA, Marisa Vorraber. A escola tem futuro? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FERRARI, Anderson. Silêncios e silenciamento: em torno das homossexualidades masculinas. In: FERRARI, Anderson e MARQUES, Luciana Pacheco (org.). *Silêncios e Educação*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença – A perspectiva dos estudos culturais*. 15ª Edição. Petrópolis: Vozes. 2000.

LOURO, Guacira. Gênero, Sexualidade e Educação: Um perspectiva pós estruturalista. Petrópolis:Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Práticas educativas feministas: proposições e limites. In: LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 16ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. P. 114-145.

MATTOS, Zaine Simas. “Bárbara, não vá criar confusão”: silêncios e silenciamentos nas relações de gênero. In: MATTOS, Zaine Simas. *Diversidade sexual e de gênero na educação*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013. P. 97-112.

SWAIN, Tânia Navarro. “Todo homem é mortal. Ora, as mulheres não são homens; logo, são imortais”. In: RAGO, Margareth & VEIGA-NETO, Alfredo (org.). *Para uma vida não fascista*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo. Pensar a escola como uma instituição que pelo menos garanta a manutenção das conquistas fundamentais da Modernidade. IN: COSTA, Marisa Vorraber. *A escola tem futuro?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 103-126.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ENFERMEIRA(O)S DA REDE BÁSICA SOBRE A TRANSEXUALIDADE

Polliana Santos Ribeiro
pollyribeir@hotmail.com

Michelle Araújo Moreira
Universidade Estadual de Santa Cruz
michelleepedro@uol.com.br

Resumo: A transexualidade constitui uma discordância entre o sexo natural e o sexo social, o que pode resultar em sofrimento na vivência cotidiana de existir, necessitando de cuidados específicos do setor saúde, especialmente de enfermeira(o)s que possuem características indispensáveis para qualificar a assistência no formato terapêutico e empírico. Por isso, o estudo teve como objetivos: analisar e apreender as representações sociais de enfermeira(o)s da rede básica sobre a transexualidade, e levantar o conhecimento de enfermeira(o)s da rede básica sobre a transexualidade. Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo, e exploratório centrado na Teoria das Representações Sociais, desenvolvido com enfermeira(o)s atuantes na rede básica do município de Ilhéus-BA. A coleta de dados se deu a partir de entrevistas semiestruturadas gravadas em aparelho digital, sendo posteriormente analisada pela técnica de análise de conteúdo temática proposta por Bardin. Os resultados apontam para falhas no processo de formação da(o)s enfermeira(o)s e uma dificuldade no entendimento sobre a diversidade e gênero, gerando interferências no cuidado direto aos transexuais e esvaziamento desse público nos serviços de saúde. Além disso, há uma forte patologização do cuidado, associando-o as infecções sexualmente transmissíveis. Concluiu-se que, há uma necessidade de inserção de temáticas que envolvam gênero e diversidade sexual no processo de formação da(os)s enfermeira(o)s para o entendimento das reais necessidades do público transexual e extinção dos estigmas existentes.

Palavras-chave: transexualidade, gênero, enfermagem, diversidade sexual.

Introdução

A transexualidade é caracterizada pela divergência entre as características anatômicas e a identidade de gênero que cada sujeito se identifica. Essa distorção entre o corpo e o gênero em uma sociedade marcadamente binária e determinista, acarreta diversos conflitos para a(o)s transexuais, pois ao nascer, muitas são inseridas em convívios e ambientes ao qual não se identificam, mas que lhes foram atribuídos e impostos. Como consequência, sofrem pressões de vários grupos e permanecem estigmatizadas e a margem da sociedade (GALLI; VIEIRA, 2013 e ALMEIDA; MURTA, 2013).

Entendendo as múltiplas subjetividades a que a(o)s transexuais estão mergulhada(o)s, percebe-se uma necessidade urgente por ações e cuidados que considerem o psíquico, o físico, o social, o cultural, as interações interpessoais e os possíveis rearranjos familiares. Nesse contexto, a(o) transexual necessita de um cuidado abrangente ofertado por uma equipe multidisciplinar, especialmente da(o) enfermeira(o), muitas vezes, a cuidadora na linha de frente dos serviços de saúde públicos e privados brasileiros.

Convém destacar que, a(o) enfermeira(o) tem um papel fundamental nos níveis de atenção, a saber, o primário, o secundário e o terciário, promovendo uma assistência qualificada, humanizada. Essa profissional detém as competências e habilidades para levantar as reais necessidades da população e, dessa forma, tem condições de contribuir significativamente para um movimento de integralidade dentro da diversidade cultural e sexual (BACKES et al., 2012). A(o) enfermeira(o) possui características indispensáveis para desempenhar um cuidado holístico com ações que potencializam a qualidade da assistência no formato terapêutico e empírico.

Além disso, sabe-se que a construção do cuidado pela(o) enfermeira(o) se faz mediante o pertencimento ou empatia desta profissional com a(o)s usuária(o)s, levando em consideração questões econômicas, sexuais, educacionais, sociais e de gênero, principalmente quando se refere a(o)s transexuais (BACKES et al., 2012).

Contudo, as habilidades da(o) enfermeira(o) no atendimento à diversidade sexual, especialmente a(o) transexual, ocorre de maneira lenta e gradativa. Seu processo de formação centrado no modelo biomédico dificultou e ainda dificulta que se perceba a(o) transexual para além das características biológicas. Verifica-se um movimento gradativo da(o) enfermeira(o) para prestar um cuidado a(o) transexual livre de estigmas, preconceito e discriminação.

Para tanto, Santos, Shimizu e Hamann (2014), afirmam que é imprescindível analisar as representações sociais que a(o)s enfermeira(o)s possuem sobre a(o) transexual no intuito de contribuir para a melhoria das suas práticas profissionais.

Diante disso, surgiram as seguintes indagações: Quais as representações sociais de enfermeira(o)s da rede básica sobre a transexualidade? Qual o conhecimento que a(o)s enfermeira(o)s possuem sobre a transexualidade?. Dessa forma, definiu-se como objetivo geral: Analisar as representações sociais de enfermeira(o)s da rede básica sobre a transexualidade, e como objetivos específicos: levantar o conhecimento de enfermeira(o)s da rede básica sobre a transexualidade e apreender as representações sociais de enfermeira(o)s da rede básica sobre a transexualidade.

Sendo assim, a relevância social e científica do estudo centra-se no aumento da visibilidade sobre a temática, maior entendimento por parte dos profissionais de enfermagem sobre a transexualidade e as reais necessidades de cuidado desse público, refletindo no rompimento dos preconceitos e evitando atos de discriminação. Quanto aos graduandos de enfermagem, possibilitará uma reflexão sobre a dimensão do cuidado dentro da diversidade sexual. Especificamente para a(o)s transexuais, a pesquisa permitirá que suas demandas sejam revistas dentro do processo de formação da equipe de saúde, especialmente para a(o)s enfermeira(o)s da rede básica.

Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e exploratório, centrado na Teoria das Representações Sociais. Ressalta-se que, a pesquisa qualitativa oportuniza a formação de um vínculo entre o real e o sujeito, o objetivo e o subjetivo, atribuindo significados aos fenômenos. Assim, os dados foram registrados, analisados e ordenados sem interferência das pesquisadoras, utilizando técnicas padronizadas como entrevistas, de teor social, preocupando-se com as práticas e proporcionando uma nova visão do problema (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Ademais, o estudo descritivo proporciona a descrição de características ou fenômeno de uma determinada população. Estuda grupos e a associação entre variáveis, determinando a natureza dessas relações (GIL, 2002). O estudo exploratório permite prover mais informações sobre o assunto, delineando a temática com a identificação de objetivos e hipóteses, a fim de descobrir um novo olhar sobre o assunto (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Quanto à teoria das representações sociais, percebe-se que o fenômeno ou objeto pode ser interpretado a luz da experiência grupal ou social (PEREIRA; FRANCO; BALDIN, 2011).

O estudo foi realizado no município de Ilhéus-Bahia, especificamente nos serviços de saúde, a seguir: Unidades de Saúde da Família (USF) Nossa Senhora da Vitória I, II e III, Unidades de Saúde da Família Teotônio Vilela I, II e III, Centro Social Urbano (CSU), UBS Banco da Vitória e CAE III.

O município supracitado conta com 25 USF, sendo 20 unidades na zona urbana (algumas em processo de reforma estrutural) e 5 na zona rural (todas sem funcionamento). Estas unidades são consideradas como referência para o atendimento integral à saúde e conta com um público diversificado em uma comunidade carente. Atua como campo de prática e aprendizado para vários cursos de nível médio e superior, assim como para aluna(o)s da graduação de Enfermagem e Medicina.

A escolha por esses cenários deu-se pela capacidade de autonomia, liderança e habilidade da(o) enfermeira(o) na assistência a todos os indivíduos, independentemente de gênero, classe, cor/etnia e geração. Além disso, o vínculo existente entre enfermeira(o)s, usuária(o)s, famílias e comunidade oportuniza que essa profissional elabore no seu cotidiano múltiplas representações sociais sobre a(o) transexual.

O estudo foi realizado com 14 enfermeira(o)s atuantes nas unidades acima referidas, respeitando os seguintes critérios de inclusão: aceitar participar voluntariamente da pesquisa após explicação da natureza da mesma e mediante assinatura de TCLE, ter no mínimo 1 ano de formação, ser concursada pelo município de Ilhéus, estar atuando há no mínimo seis meses no cenário da pesquisa e ter capacidade civil para responder às perguntas. Os critérios de exclusão foram: recusar-se a participar e/ou assinar o TCLE, estar em processo de adoecimento ou de licença do serviço por qualquer outro motivo, ser recém-contratada ou ter menos de 6 meses no cenário da pesquisa.

A pesquisa seguiu os aspectos éticos legais contidos na Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que visa assegurar os direitos e deveres de participantes em pesquisa (BRASIL, 2012).

A coleta dos dados foi realizada mediante aplicação de entrevista semiestruturada com perfil sócio-demográfico e perguntas abertas, gravadas em aparelho de gravador portátil com fita. A aproximação prévia com as profissionais se deu após autorização dos responsáveis pelos respectivos serviços, pela explicação detalhada sobre a pesquisa e assinatura do Termo de Consentimento

Livre Esclarecido (TCLE), além da submissão no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob número de CAAE 53177616.3.0000.5526, favorecendo a realização da pesquisa nas dependências das unidades ou nos seus respectivos domicílios, como preferiram, ficando livres para desistência a qualquer momento.

A análise dos dados foi feita, utilizando o método de Análise de Conteúdo Temática proposta por Bardin. Tal método caracteriza-se por um conjunto de instrumentos metodológicos, possibilitando análise de discursos nos seus diversos formatos, mesclando a objetividade com a subjetividade com um ideal polifuncional. Após a transcrição das entrevistas, foi feita uma leitura para organização e busca dos objetivos propostos com posterior interpretação do conteúdo, categorização e suporte teórico (BARDIN, 2011). As entrevistadas foram identificadas por prenomes escolhidos pelas mesmas.

Resultados e discussão

A formação da(o) enfermeira(o) no processo da diversidade sexual

O processo de formação da(o) enfermeira(o) constitui-se a partir de teorias filosóficas, da capacidade de liderança, da concepção de integralidade e do conhecimento técnico e científico que embasa suas práticas de cuidado de forma integral e singular, resultando em ações intervencionistas de prevenção e promoção da saúde para todos os públicos (BACKES et al., 2012). Nota-se nos discursos das depoentes uma grande lacuna no processo de formação no que se refere às discussões que envolvem diversidade sexual e gênero na época da graduação conforme falas a seguir:

[...] que eu me recorde, não! Só quando abordou a questão das doenças sexualmente transmissíveis. Quando se falava do grupo de risco que se abordava essa questão do homossexual ou da prostituta que tinham um risco maior de adoecer. Não necessariamente o transexual. Sobre gênero, eu não lembro na vida acadêmica de ter abordado esse assunto [...] **(Ninha)**.

[...] que eu me lembre, eu acho que não! Durante a minha formação, eu não me lembro de ter tido! [...] **(Adriana)**.

[...] nada. Não me recordo da gente ter tido. Depois, a aproximação que eu tive, foi na atenção básica, quando eu trabalhava. Isso

através de um curso do Centro de Referência em DST/AIDS. Então lá, eles tratam de uma gama de pacientes bem heterogêneos, principalmente pessoas homoafetivas. Pega muita gente que muitas vezes é transexual, travesti, gays, lésbicas. Então, na capacitação, a enfermeira fez um treinamento e abordou essas questões [...] **(Carlos)**.

[...] acho que na grade curricular daquele tempo a gente não trabalhou. Trabalhou mais ética, anatomia, fisiologia! Eu acho que só na ética profissional que a gente falou alguma coisa sobre isso! [...] **(Simone)**.

A falta de conhecimento sobre tais conteúdos devido as falhas no processo de formação, inviabilizam a efetivação do cuidado integral para a(o) transexual, a qual demanda atenção específica. Percebe-se que há uma distorção do conceito de gênero, momento em que as(os) profissionais correlacionam ao aspecto biológico de acordo com os recortes abaixo:

[...] sinceramente, ainda estou engessada nessa questão de gênero. Então, eu ainda vejo gênero da forma tradicional. Até por falta de uma atualização focada para enfermagem, no sentido da gente começar a aprender a trabalhar com diversidades [...] **(Geovana)**.

[...] gênero, eu entendo o homem e a mulher. Agora esse homem e essa mulher podem fazer a opção sexual diferente [...] **(Ninha)**.

[...] eu entendo isso se é feminino, se é masculino. Hoje em dia as pessoas escolhem. Para lei eu acho que não, é feminino e masculino mesmo. É isso, é o que a gente nasce! [...] **(Carla)**.

Percebe-se a dificuldade por parte da(o)s enfermeira(o)s no que diz respeito ao conceito de transexualidade, demonstrando uma inadequação no processo de formação mediante falas a seguir:

[...] transexualidade é essa questão de escolhas sexuais, não só a questão de ser masculino e feminino, mas a opção homem com mulher, mulher com mulher, homem com homem [...] **(Rosana)**.

[...] a transexualidade é a forma como a pessoa se enxerga! Ele pode ser um homem, mas ele se enxerga como mulher, ele pode ser uma mulher biologicamente e se enxergar como homem. Isso muda seus hábitos, costumes, aparência [...] **(Ninha)**.

[...] é uma opção sexual, a forma como a pessoa decide se relacionar com as pessoas, conviver, se vestir, andar, se reportar [...]
(Maria).

O cuidado da enfermagem deve manter seu olhar holístico dentro das outras áreas do saber e objetivar o estado de bem estar das pessoas, estudando seus comportamentos e suas inter-relações, tendo em vista o contexto de saúde ampliado, quer seja pelos fatores culturais até a sexualidade (BACKES et al., 2012).

O olhar atribuído ao público transexual permanece reduzido ao aspecto biológico, com olhar unilateral para as necessidades relacionadas ao significado da mudança de sexo:

[...] a gente vê de forma biológica. A gente vê um homem que tem todas as feições de mulher e as mulheres com características totalmente masculinizadas. Um homem que se vê como mulher e uma mulher que se vê como homem e querem mudar o sexo [...]
(Laura).

Em se tratando do público que compõe a diversidade sexual, a(o) enfermeira(o) deve colocar-se como protagonista no processo de cuidado, pois dentre as profissões da saúde, a enfermagem vem sendo aquela que discute temáticas de gênero e diversidade sexual ainda no seu processo de formação, porém ainda em pequenos espaços (SANTOS; SHIMIZU; HAMANN, 2014).

Ressalta-se que, na transexualidade, existe uma necessidade por assistência específica com orientação adequada e acompanhamento sistematizado pelos profissionais. Esses profissionais precisam qualificar-se e compreender as questões que envolvem a identidade sexual, o que não se evidenciou nos depoimentos a seguir:

[...] lésbica é opção. O transexual muda seu corpo. A lésbica não! A lésbica ou o gay é você gostar de alguém do mesmo sexo [...]
(Daniela).

[...] o homossexual na sua mente na sua cabeça lá, ele é homem, mas ele quer ser mulher, ele não mexeu com seus órgãos. Ele esconde o pênis, toma alguns hormônios errados para os seios crescerem, colocar bumbum, mais busto para ter uma aparência mais

de menina, cria cabelo, faz limpeza de pele, mas fisicamente ele tem um pênis, um órgão reprodutor masculino, próstata. A lésbica teria ovário, trompa, menstruação. Ela pode até inibir a menstruação com medicamentos, mas ela teria também fisicamente os aparelhos femininos e estaria induzindo de alguma forma que ele desaparecesse. Ai ela vai arrancar o útero, vai arrancar as trompas, os ovários, mas tem a vagina. Ai tem aquela tentativa de colocar o pênis. O travesti tem tudo, mas ele se libera, ele veste a roupa de menina, de mocinha como ele quiser lá. Transexual, acho que é aquela pessoa que faz a cirurgia [...] **(Simone)**.

A inexistência do conhecimento e entendimento que envolve a sexualidade resulta em atendimentos e abordagens equivocadas, causando esvaziamento desse público e marginalização nos serviços de saúde:

[...] contato com o transexual propriamente dito, biologicamente, alguém que tenha feito uma intervenção, alguma coisa assim, eu nunca tive [...] **(Laura)**.

[...] eu não me recorro de estar recebendo os transexuais, no caso as pessoas que fizeram a cirurgia, aqui dentro não! [...] **(Carlos)**.

[...] nunca tive nenhuma vivência, mas se chegasse aqui para uma consulta seria normal [...] **(Fernanda)**.

Dessa maneira, a(o) enfermeira(o) deve atuar no levantamento das reais necessidades dos transexuais nos três níveis de atenção, interligando as esferas que envolvem o biológico, o psíquico e o social (SANTOS et al., 2012).

Para tanto, a(o) enfermeira(o) deve valer-se da gama de conhecimento adquirida durante a sua formação para assistir aos transexuais desde a fase da infância até o processo de envelhecimento. Essa conectividade entre enfermeira(o)s e a(o)s transexuais torna-se imprescindível para o desenvolvimento de práticas de cuidado eficazes, considerando toda a complexidade que envolve esse modo de ser e viver (CARDOSO; FERRO, 2012).

A Transexualidade como modo de ser e viver

A transexualidade é composta por aspectos que envolvem a individualidade e a subjetividade de cada indivíduo, considerando as características biológicas e os marcadores sociais (ALMEIDA, 2012).

O conflito psíquico entre os caracteres sexuais advindos do nascimento e o pertencimento identitário de gênero ocasiona para esses indivíduos uma contínua sensação de desconforto e confronto com a sociedade. Cabe destacar que, o padrão social instituído centra-se na lógica da “heteronormatividade”, no qual o homem é aquele que nasce com pênis e mulher com vagina, destinos praticamente imutáveis (ALMEIDA; MURTA, 2013). A existência de padrões pautados em conceitos preconceituosos e centrando nas características biológicas atribui as transexuais o caráter de anormalidade, contribuindo para na não aceitação da sociedade e sofrimento psíquico:

[...] em relação ao lado profissional temos que aceitar a pessoa da forma como ela se determinou. Pelo lado profissional eu entendo assim: cada um tem seu livre arbítrio, sua vontade própria, sua concepção de como deve viver e encarar a vida. Não tenho estigma e receio a opção sexual de ninguém. Em relação ao lado pessoal e pela religião acredito que cada um tem que ter seu gênero determinado pela lei, pela vontade de Deus. Mas eu sei perfeitamente separar esses laços. Jamais vou condenar alguém por uma opção. Cada um é dono de si, dono da sua própria vida [...] **(Maria)**.

Percebe-se uma divergência no discurso da enfermeira, influenciado por padrões religiosos totalmente estigmatizados e preconceituosos.

Ademais, os indivíduos que não se identificam com esse modelo são considerados como doentes, ou sejam, pessoas com comportamentos desviantes, o que os colocam em posição marginalizada nos espaços sociais e reforçam a ideia patológica da sua condição de viver e ser (SILVA; OLIVEIRA, 2013):

[...] seria todo aquele ser humano, independente de sexo, que tem um conflito com sua identidade. Independente de ser homem ou mulher. Fisicamente ela tem as características de mulher, mas ela tem atitudes de homem, ela joga futebol, ela se veste como tal, ela age como tal, na sua cabeça ela é um homem. Apesar de sua anatomia e fisiologia mostrar ao contrário. Ela menstrua, tem TPM, tem seio, mas internamente tem um transtorno. Não seria um transtorno, seria uma dificuldade de aceitação não só dela de se aceitar, como da família, como da sociedade, como da profissional de saúde. A mesma coisa como se fosse no caso de homem. Tem

ejaculação, tem pênis, tem tudo, tem testículo, mas se vê com atitudes de mulher. Tem vontade de se pintar, depilar, vestir uma saia, vestir uma calcinha. Mas se você me perguntar de onde é o erro, eu não sei se é genético, se é de criação, é trauma [...] **(Simone)**.

Visualiza-se que, a transexualidade traz consigo diversos estigmas, tabus, preconceitos e questionamentos, principalmente aqueles que possuem influência religiosa, cultural e androcêntrica/patriarcal. Dessa forma, um(a) transexual vive imerso em vulnerabilidades decorrentes do processo de entendimento e construção a que os sujeitos encontram-se expostos, muitos dos quais, cercados por atos discriminatórios e desrespeitosos (BORDA, 2014; FREIRE et al., 2013). Nota-se uma forte relação de tal público com doenças sexualmente transmissíveis dentre outras infecto contagiosas:

[...] é um publico que sempre procura. Qualquer coisa a gente encaminha para o CTA também. A demanda aqui são DTS, queixas clínicas, planejamento e camisinha também. Não vejo que precisa ter um serviço específico, vejo de uma maneira integral. A gente atende desde a criança até o idoso, o transexual, a usuária de droga, a usuária de crack. A gente já viveu situações, não só de transexualidade, mas também com relação à família não aceitar doar sangue para família da pessoa [...] **(Larissa)**.

Tal situação acarreta um sofrimento psicológico aos transexuais que requerem cuidados específicos, para além das suas características biológicas, realizados pelas equipes multidisciplinares, especialmente pela(o)s enfermeira(o)s (GALLI ; VIEIRA, 2013).

Conclusões

Existem falhas no processo de formação da(o) enfermeira(o) sobre gênero, diversidade sexual e transexualidade com currículos e disciplinas pautadas nas doenças e aspectos que envolvem a anatomia e fisiologia, além da grande relação com doenças sexualmente transmissíveis.

Conclui-se também que devida a essa fraca abordagem, a(o)s enfermeira(o)s enfrentam dificuldades para diferenciar o homossexual do transexual e travesti, o que inviabiliza o cuidado de forma integral e entendimento das reais

necessidades, causando influências na qualidade da assistência, dúvidas sobre as condutas, limitando o olhar para aspectos de teor biológico e ocasionando marginalização social do público transexual.

Referências

ALMEIDA, Guilherme. “Homens Trans”: novos matizes na aquarela das masculinidades?. **Rev Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 256, mai./ago. 2012.

ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral a saúde de transexuais no Brasil. **Rev latino-am**, v. 2, n. 14, p. 380-407, 2013.

BACKES, Dirce Stein et al. O papel profissional do enfermeiro no Sistema Único de Saúde: da saúde comunitária à estratégia de saúde da família. **Rev Ciência e Saúde Coletiva**, v. 17, n. 1, p. 223-30, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BORDA, Rodrigo. Sobre os obstáculos discursivos para a atenção integral e humanizada à saúde de pessoas transexuais. **Rev latino-am**, n. 17, p. 66-97, 2014.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Resolução n.º 466 de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2016.

CARDOSO, Michelle Rodrigues; FERRO, Luís Felipe. Saúde e População LGBT: Demandas e Especificidades em Questão. **Rev Psicologia: ciência e profissão**, v. 32, n. 3, p. 552-63, 2012.

FREIRE, Eduardo Corsino et al. A clínica em movimento na saúde de TTTS: caminho para materialização do SUS entre travestis, transexuais e transgêneros. **Rev Saúde em Debate**, v. 37, n. 98, p. 477-84, jul./set. 2013.

GALLI, Rafael Alves; VIEIRA, Elisabeth Meloni. Corpos Mutantes, Mulheres Intrigantes: Transexualidade e Cirurgia de Redesignação Sexual. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 29, n. 4, p. 447-57, out./dez. 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas, 2002.

PEREIRA, Raquel da Rocha; FRANCO, Selma Cristina; BALDIN, Nelma.
Representações sociais e decisões das gestantes sobre a parturição: protagonismo das mulheres. **Saúde Soc**, v. 20, n. 3, 2011, p. 579-89.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico**. 2. ed. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013.

SANTOS, Adelyany Batista; SHIMIZU, Helena Eri; HAMANN, Edgar Merchan.
Processo de formação das representações sociais sobre transexualidade dos profissionais de saúde: possíveis caminhos para superação do preconceito. **Rev Ciência e Saúde Coletiva**, v. 19, n. 11, p. 4545-54, 2014.

SANTOS, Iraci et al. Cuidar na Integralidade do ser: perspectiva estética/sociopoética de avanço no domínio da Enfermagem. **Rev Enferm UERJ**, v. 20, n. 1, p. 9-14, jan./mar. 2012.

SILVA, Alexsander Lima, OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto. Transexualidade/travestilidade na literatura brasileira: sentidos e significados. **Rev Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 65, n. 2, p. 274-87, 2013.

A PRODUÇÃO DO CUIDADO NA SAÚDE MENTAL E PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO: “INVISIBILIDADES” E DESAFIOS.

Rafaela Cordeiro Freire¹

Fátima Lima²

João André Santos de Oliveira³

Leandro Dominguez Barreto³

Grace Fátima Souza Rosa⁴

Pesquisadores do coletivo “Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde”.

“Não há natureza pura, só pura diferença. O artifício é a diferença nela mesma” Suely Rolnik

Resumo

O presente artigo tem como objetivo compreender a produção do cuidado em saúde mental transversalizado pela questão das performatividades de gênero, em especial, as performatividades que se produzem na contraposição ao imperativo cisnormativo (heteronormativo). Tem como espaço de análise o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - CAPSad Gegório de Matos localizado no bairro do Pelourinho no centro histórico de Salvador/Ba. A partir

1 Médica Sanitarista. Doutora em Informação e Comunicação em Saúde. Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia

2 Antropóloga. Doutora em Saúde Coletiva. Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ campus Macaé. Professora do Programa Interdisciplinar de Pós Graduação em Linguística Aplicada-PIPGLA/UFRJ.

3 Médicos Sanitaristas. Mestres em Saúde Coletiva. Professores Assistentes da Universidade Federal da Bahia/UFBA

4 Psicóloga Sanitarista. Mestre em saúde Coletiva. Gestora da Fundação Estatal em Saúde da Família.

de um/a usuário/a - guia denominado/a “BJ”, as questões referentes às performatividades de gênero, principalmente no que tange às pessoas trans é o elemento que norteia as reflexões sobre a produção do cuidado em saúde mental.
Palavras-chave: Saúde Mental, Cuidado em Saúde e Transgeneridades.

Introdução

O texto aqui presente traz como desafio pensar o cuidado em saúde mental, em um CAPS1 AD tendo como cerne a questão da transgeneridade ou das performatividades de gênero que não conformam o contínuo sexo-corpo-gênero-desejo. Faz parte de um conjunto maior de reflexões no campo da Saúde Coletiva, principalmente na produção do cuidado nas redes de atenção à saúde, materializada através de uma pesquisa a nível nacional denominada “Observatório Nacional da Produção de Cuidado em diferentes modalidades à luz do processo de implantação das Redes Temáticas de Atenção à Saúde no Sistema Único de Saúde: Avalia quem pede, quem faz e quem usa”, financiada pela Secretaria de Atenção à Saúde/SAS /Ministério da Saúde/MS; configurando-se numa pesquisa compartilhada entre universidades e SUS. Neste sentido, as reflexões aqui presentes constituem um recorte de um processo mais amplo que propõe a investigação de várias redes de atenção à saúde: a análise de uma situação-guia na rede de atenção psicossocial no município de Salvador, estado da Bahia.

Do ponto de vista metodológico, tem trabalhado algumas ferramentas que vem norteando a produção da pesquisa como: a) a aposta é que o método é o encontro com os serviços e com os/as trabalhadores/as de saúde, o que excede isso são ferramentas (questionários, roteiros, etc); b) construção da ideia de usuário/a guia em contraposição a ideia de “caso”, muito utilizada nas pesquisas em saúde e que acabam por reduzir a multiplicidade de modos de vida. Tomar os sujeitos polifônicos que conduzem essa pesquisa como usuário/a guia significa, antes de tudo, que os processos de análise partem dos sujeitos, por isso nos guiam na produção do conhecimento e c) o reconhecimento que os/as usuários/as são redes vivas, ou seja, são produtores de redes e de invenção dos modos de existência.

Neste contexto, a produção deste artigo se deu a partir dos encontros entre um coletivo de pesquisadores vinculados ao Observatório Nacional – núcleo Bahia e pesquisadores-trabalhadores do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - CAPSad Gregório de Matos localizado no centro histórico de Salvador/BA. O Centro Histórico de Salvador é um lugar de muitos paradoxos, onde as facetas do uso abusivo de drogas se mostram de diferentes maneiras. Lazer, riqueza, turismo, exclusão, abandono social e miséria marcam o complexo cenário deste local, onde o consumo abusivo de substâncias psicoativas se faz presente e cujas repercussões negativas afetam mais intensamente a população

que reside naquela localidade. É neste contexto que atua o CAPSad Gregório de Matos enquanto dispositivo de base territorial e comunitária, referência no cuidado na Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com problemas no uso de álcool e outras drogas. É uma unidade de saúde docente assistencial que atende, diariamente, uma média de 40 pessoas. Estão cadastradas aproximadamente 1800 pessoas, sendo 600 o número aproximado de usuários (as) com matrícula ativa.

O cerne das discussões presentes se dá a partir do/a usuário/a o/a qual aqui chamaremos de “BJ” e que será descrito/a adiante. No entanto, faz necessário ressaltar que BJ apareceu na pesquisa como uma pessoa desestabilizadora da dicotomia de gênero, borrando as fronteiras entre os universos feminino e masculino. Nas primeiras narrativas dos profissionais do Caps Ad Gregório de Matos “BJ” aparecia predominantemente no feminino, mas com a ressalva de que “BJ” se autodeclarava, em alguns momentos, “homem”. A própria sigla “BJ” é a abreviação do usuário-guia quando diz: “meu nome é Billy Jean”.

A partir das narrativas dos/as profissionais de saúde no CAPSAd Gregório de Matos é que as reflexões serão aqui construídas; procurando visibilizar e colocar em análise as dificuldades e desafios de tomar o cuidado em saúde mental sob a óptica do gênero, no qual, muitas vezes, a questão transgênera se apaga como um elemento importante na produção do cuidado, no reconhecimento do outro (alteridade).

1. A Saúde Mental – Os Centros de Atenção Psicossocial e os desafios do cuidado à população AD

O campo da saúde mental no Brasil foi sendo produzido no contexto da Reforma Psiquiátrica e Sanitária. Como toda a área de saúde é fruto de uma arena de disputas entre diversas lógicas, modelagens e regimes de verdade; marcado por tensões que são constitutivas, que vazam para outros territórios para além da saúde. Uma das principais tensões refere-se à produção da loucura como uma “anormalidade” desde o início do século XIX (FOUCAULT, 2002) e ao papel que a psiquiatria tem desempenhado na produção e reprodução do lugar social da loucura, na medicalização das diferenças e na produção de práticas e tecnologias para cuidar de pessoas consideradas com sofrimento mental. Esse papel da psiquiatria possui uma forte marca disciplinar e de controle que coexistem até hoje.

Nesse sentido, a Reforma Psiquiátrica, nas várias trincheiras de disputa do movimento antimanicomial, fabricou modelagens de cuidado que apontam para a construção de práticas alternativas e substitutivas, de desinstitucionalização das pessoas em relação aos manicômios, socialização das mesmas em seus contextos social e familiar, assim como para a construção de outro imaginário social em torno da loucura. Tais modelagens foram incorporadas ao Sistema Único de Saúde - SUS e tem os Centros de Atenção Psicossociais - CAPS como sua principal estratégia de implantação, sendo estes considerados uma vitória do movimento antimanicomial após uma árdua luta travada entre os anos de 1999 e 2004 (ORNELAS, 2007).

Nesse contexto, a conformação da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS tem sido um enorme desafio, tanto para os profissionais de saúde, quanto para as pessoas com sofrimento mental e seus familiares, a produção do cuidado fora do manicômio, sendo muito forte a representação da loucura e a herança manicomial que ressoa em vários âmbitos, incluindo a formação na saúde e o cotidiano dos serviços de saúde. Apesar de vários avanços alcançados com a disseminação dos CAPS pelo país, alguns autores (ORNELAS, 2007; PELLEGRINI, 2015) apontam que os mesmos não necessariamente se apresentam como uma alternativa aos manicômios, pois “algumas práticas ainda persistiram, muito semelhantes àquelas promovidas pelo antigo modelo manicomial” (ORNELAS, 2007, p. 110). Merhy (2004) aponta que os CAPS têm sido apostas muito produtivas no sentido de melhora da vida dos usuários da saúde mental, por gerarem processos antimanicomiais; no entanto, coloca que as práticas produzidas no cotidiano dos CAPS são frutos de muitas experimentações, conflitos e desafios, o que os torna “dispositivos efetivos de tensão entre novas práticas e velhos “hábitos”, e lugares de melhorias reais na construção de formas sociais de tratar e cuidar da loucura” (MERHY, 2004, p.2).

O cuidado às pessoas usuárias de drogas, no âmbito da saúde mental e que inclui a atenção básica, é realizado primordialmente pelos Centros de Atenção Psicossociais álcool e outras drogas – CAPSad. A produção do cuidado em torno dos usuários de drogas toma importante relevo na atualidade em nosso país pelo “enorme esforço, por parte de setores conservadores, de conduzir a construção de um imaginário social que torne visível os usuários de drogas como zumbis, não humanos” (MERHY, 2012, p.9).

Em relação ao CAPS Ad que trabalham com o uso de álcool e outras drogas, as pessoas usuárias são consideradas doentes e enquadradas como portadores de transtornos mentais; reforçando o movimento de produção da

anormalidade e da medicalização da vida na nossa sociedade, produzindo um rótulo de “doente” para esse usuário e excluindo os processos de subjetivação dos sujeitos que usam drogas (CARPANEDO, 2006). Segundo a autora, “ao classificá-los de doentes, cristaliza-se nesse lugar o usuário e reforça-se mais a atenção na doença, ou seja, no uso de drogas, do que no próprio sujeito” (CARPANEDO, 2006, p.66).

Petuco (2012) discute, a partir da arqueologia Foucaultiana, que a produção discursiva em torno das campanhas de prevenção ao uso do crack no Brasil tem construído a imagem dos sujeitos do discurso dessas campanhas, os usuários e usuárias dessa droga, como zumbis, face contemporânea dos monstros anormais, mortos vivos, monstros urbanos, ao mesmo tempo dignos de pena e nojo. Essa ideia é corroborada por Merhy (2012) quando coloca que os usuários de drogas são considerados como “não humanos” e vistos:

Como vitimizados pela captura-dependência que as substâncias químicas ilícitas lhes provocariam, de tal maneira que eles deixaram de ser sujeitos desejantes para serem meros objetos inertes. Esse processo atual tem mobilizado muitos recursos por parte de variados setores sociais, como expressão das conquistas que o pensamento conservador e reacionário tem produzido, inclusive com o apoio de uma ampla rede multilinguística de produção comunicativa, que utiliza dos mais variados veículos de comunicação de massa imagéticas, orais, textuais. Além disso, conseguiram se aliar a um certo agrupamento social que advoga para si as formulações tidas como “científicas” e, portanto, produtoras das verdades sobre o problema que eles mesmo nomeiam... (MERHY, 2012, p.9).

A partir dessa reflexão, um desafio se coloca: como produzir o cuidado para pessoas que sequer são considerados como humanos, que não são sujeitos, que são produzidos no imaginário social como verdadeiros zumbis, inertes, sem desejo? Mais ainda, como produzir esse cuidado quando além das questões já levantadas aqui esses/as usuários/as são transversalizados por vários marcadores sociais das diferenças, principalmente, no artigo presente, no que tange as performatividades de gênero.

Mesmo compreendendo que há múltiplas práticas sendo inventadas cotidianamente nos CAPSad em todo o país que apontam para diferentes perspectivas de cuidado, antimanicomiais ou não, parece-nos que, em algumas realidades, de maneira geral, mas pensando no cuidado aos usuários de drogas mais especificamente, mesmo certas tecnologias fabricadas no contexto da luta antimanicomial não têm garantido que os usuários de drogas sejam

considerados como sujeitos no encontro para a produção do cuidado e que, no fim das contas, os regimes de verdades centrados no modelo gerencial e nas racionalidades das profissões terminam preponderando na relação entre profissionais e usuários, entre serviços de saúde e usuários. Esse tem sido um dos grandes desafios na produção do cuidado em saúde mental.

2) Gênero, Sexualidade e o Cuidado em Saúde Mental – limites e desafios

A compreensão de como se processam as relações humanas e as concepções sobre o próprio corpo e o corpo do outro é fundamental para se discutir as dinâmicas de gênero, sexualidade e cuidado. Ao refletirmos as relações sociais, retratamos comportamentos, pensamentos, atitudes entre pessoas de sexo oposto e entre aquelas do mesmo sexo. Convivemos, assim, com um padrão socialmente e historicamente construído, no qual, em termos de sexualidade, predomina a concepção de que o homem deve relacionar-se afetivamente com mulheres e que as expressões corporais e comportamentais de ambos devem seguir os caracteres geneticamente constituídos em seus corpos e com os papéis de gênero constituídos. Sem apreender que essas dimensões não constituem dados biológicos, imutáveis, mas processos históricos em constante movimentos, torna-se praticamente impossível construir um cuidado que verse pelo encontro e tomada das alteridades como elemento fundamental na produção do cuidado em saúde. Neste sentido, abrimos uma discussão sobre esses conceitos/intercessores que perfazem as nossas produções de vida e se mesclam diretamente ao processo saúde/doença/cuidado.

Os sujeitos e os corpos aparecem no contexto social a partir da constante reiteração que mantêm com as normas sexuais e sociais, ou seja, com a heteronormatividade. Falamos que os sujeitos são “homens” ou “mulheres” e quando expressamos isso é porque percebemos um contínuo entre o corpo/sexo/gênero e sexualidade. É esse conjunto de características, enunciados, postulados, expectativas, entre outros que produzem o reconhecimento dos sujeitos sociais como sujeitos de gênero.

Para Butler (2003) a inteligibilidade dos corpos está ligada à coerência entre sexo/gênero/desejo. Os sujeitos e seus corpos tornam-se inteligíveis no âmbito de uma matriz - a matriz heteronormativa - que produz a sensação de uma estabilidade, expressa através das ideias naturalizadas do que é ser mulher e ser homem. É a matriz cultural e normativa, leia-se a matriz heterossexual, que

opera de forma compulsória no estabelecimento de sujeitos e corpos que sejam reconhecidos e legitimados socialmente.

A ideia de sistema sexo/gênero e de matriz cultural das identidades de gênero é um ponto chave nas discussões de Judith Butler (2003). Entender a sua constituição, suas contradições e historicidade torna-se imprescindível para a discussão da sexualidade e das questões de gênero. No entanto, o sexo, o gênero e a sexualidade não são entendidos como algo dado, biológico, a-histórico, imutável, mas como uma produção cultural, um constructo. Assim, sexo/gênero/desejo mantém uma coerência interna ficcional em que cada termo caracteriza-se por uma univocidade. O sexo toma como característica fundamental o princípio, a base sob a qual se constituiria o gênero e o desejo. Esse espectro contínuo reafirma os sujeitos e os corpos reconhecíveis socialmente. Podemos assim perceber que tanto o sexo quanto os gêneros são ficções, antes de tudo, políticas que fixam as materialidades e os limites dos corpos.

De forma dialógica, a ideia de uma unidade e coerência dos sexos e gêneros, a descontinuidade e a incoerência marcam também o sistema de gênero cujas subversões são constantemente produzidas em relação à norma estabelecida. Esse movimento pelo qual os gêneros se tornam inteligíveis acontece numa relação paradoxal com corpos e identidades que subvertem a matriz culturalmente estabelecida. Nesta multiplicidade identitária, o ser e estar acaba por representar uma sexualidade polimorfa e variada que esbarram nas predeterminações biologizantes dos serviços de saúde. Todos estes grupos são vistos no sistema de saúde apenas masculino ou feminino, tendo as ações e assistência pautadas, exclusivamente, no determinismo biológico. Contudo, na assistência à saúde que é prestada em instâncias públicas e particulares, pautadas em políticas e ações de prevenção, promoção, recuperação, reabilitação e envolvem diversos profissionais de nível médio e superior, tem sido ressaltado, na maioria delas, o atendimento integral e igualitário à clientela, segundo os princípios norteadores do Sistema Único de Saúde. Dentro deste, conforme Pinheiro e Guizardi (2004), o cuidado é uma ação integral que possui significados e sentidos que se voltam para o entendimento da saúde como um direito de ser. Ele resgata o tratar, o respeitar, o acolher e o atender o ser em seu sofrimento. Tais contribuições possibilitam intervenções mais pertinentes e/ou eficazes em volta das necessidades e demandas dos envolvidos. Neste contexto, “BJ” é um usuário singular. Sua performatividade de gênero desestabiliza o imperativo cisnormativo, bem como os processos de trabalho na equipe do CAPSad . Mesmo assim, essa questão ainda é invisível e constitui um desafio para os serviços de saúde.

3) BJ - o dispositivo

“BJ” tem 41 anos. Assignado2 ao nascer como do sexo feminino é solteiro, natural de Salvador e residente no Centro Histórico desde a infância. Mora sozinho, num quarto úmido, escuro, com péssimas condições de higiene e com infiltrações, próximo à casa de sua mãe. Frequentemente, passa temporadas em situação de rua, motivo que desencadeia muitos conflitos familiares.

Por vezes, “BJ” assume identidade masculina e incorpora características reconhecidas socialmente como masculinas como a voz performativamente rouca e grave, vestes largas, e o comportamento caracterizado, por vezes, violento. Foi acolhido no CAPSad Gregório de Matos em abril de 2012 devido ao uso abusivo de bebidas alcoólicas. O vínculo construído com BJ permitiu à equipe aproximar-se da sua história de vida e da relação construída com o álcool.

O acompanhamento de BJ no CAPSad Gregório de Matos sempre foi permeado por crises que afetam o usuário e toda a equipe multiprofissional. A rede de atenção traçada por ele inicia dentro da própria unidade, a partir da convivência e do estabelecimento de vínculo com os profissionais, sempre permeada de muita afetividade. A afetividade envolvida na relação de BJ com o serviço, sua situação de vulnerabilidade social e rejeição familiar, sua solidariedade e sensibilidade afetam a equipe e, por vezes, dificultam a condução do cuidado.

As questões de gênero envolvidas na história de BJ nos contam muito sobre a produção de sofrimento do mesmo, sobre os conflitos frequentes dentro e fora do CAPSad. BJ reivindica a todo o momento sua performabilidade de gênero em suas relações marcada por uma estética e comportamento masculinos, reafirmando a plasticidade dos gêneros.

No que se refere ao convívio com outros usuários do serviço, que também frequentam as ruas como moradores fixos ou eventuais – como o próprio BJ –, as atitudes e discursos de desrespeito à masculinidade de BJ são frequentes. Às vezes, trata-se de acontecimentos sutis, como questionamentos do tipo “Você que é homem, me responda isso...” ou brincadeiras como “BJ, me disseram que você deu em cima de minha mulher”.

Outro fato que também chama atenção na relação da equipe com BJ é que, com alguma frequência, BJ ainda é chamado pelo seu nome de registro. Embora se identifique com um codinome ou apelido masculino, não recusa e nem deixa de assumir o seu nome feminino de registro, quando assim é chamado. BJ nunca reivindicou diretamente o nome como deseja ser chamado.

Durante conversa em atendimento no CAPSad, o atual médico clínico questionou como ele deseja ser chamado. BJ não havia feito uso de álcool neste dia e respondeu, de forma muito tímida, “Você que escolhe”. No entanto, na mesma consulta, quando questionado se ficaria incomodado de tirar a camisa para ser examinado, BJ responde: “Claro que não! Eu não sou homem?!”.

Assim, “BJ” desliza a todo instante entre o “masculino” e o “feminino” revelando a construção social dos gêneros, corpos, sexualidades e desejos. Ao mesmo tempo em que “BJ” revela-se um interessante dispositivo para pensar as diferenças de gênero, essa questão ainda aparece como um desafio que precisa ser incorporado na produção do cuidado em saúde mental.

4) Por outros devires no cuidado em saúde mental

A condução do caso BJ estimula reflexões também sobre diferentes formas de existência das pessoas, que muito se relaciona com os princípios da política de redução de danos. Pensando-se num serviço que desenvolve suas ações de saúde fundamentadas nesta política, não se pode considerar, por exemplo, que seja objetivo de um plano terapêutico a abstinência alcoólica, quando este não é um objetivo traçado pela pessoa que faz uso abusivo dessa substância. Da mesma forma, não pode ser objetivo do plano terapêutico de BJ a sua saída das ruas do Centro Histórico, justificada pelo fato desse usuário ter uma casa, tampouco deve ser estimulado que o usuário use vestido e faça tranças nos cabelos com a justificativa que ele, tendo corpo feminino, não pode ser homem. Estar em situação de rua e ser homem são formas de BJ existir no mundo e ser visto, como também podem ser estratégias de redução de danos utilizadas por ele onde podemos pensar a possibilidade de que a “mulher” está mais vulnerável às violências físicas e sexuais na rua.

O não reconhecimento de outras possibilidades de existência escamoteia a singularidade dos planos terapêuticos e reduz as possibilidades de atuação profissional horizontal e eficaz. A tentativa de modelar o diferente e encaixá-lo em padrões sociais conservadores fortalecem uma relação de autoridade do profissional sobre a pessoa cuidada, o que pode contribuir para o surgimento de um cuidado assistencialista, numa relação de dependência entre o técnico e a pessoa usuária do serviço.

Para além do cuidado ofertado e das redes traçadas dentro dos serviços de saúde, existem as redes de cuidados traçadas afóra os muros dos CAPSad e dos serviços que fazem parte formalmente da Rede de Atenção Psicossocial.

Partindo-se destas representações, principalmente no que versa sobre a concepção que cada indivíduo possui sobre seu corpo, e como constroem socialmente o gênero, é importante refletirmos sobre o papel dos serviços de saúde e seus profissionais no acolhimento e atendimento às pessoas com outras construções de gênero que não estão determinadas biologicamente em seus corpos.

É notório que a saúde mental avançou muito na invenção de ferramentas para lidar com a complexidade do cuidado em saúde a partir da Reforma Psiquiátrica e das lutas antimanicomiais dos movimentos sociais. No entanto, é preciso reconhecer que, como em qualquer outro campo do cuidado, a produção de encontros que opere na interseção de uma diversidade de produção de vidas se faz ainda como um horizonte a ser sempre perseguido.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: C. Brasileira, 2003.

FOUCAULT, M. Os Anormais. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 479p.

CARPANEDO, N.A. Do conceito de saúde e doença à subjetividade no uso de drogas. In.: SIQUEIRA, D.J.R. (Org.). **Maldito Cidadão numa Sociedade com Drogas**. São Caetano do Sul: King, 2006. p.66-102.

MERHY, E.E. Os CAPS e seus trabalhadores: no olho do furacão antimanicomial. Alegria e Alívio como dispositivos analisadores. 2004. Disponível em: <<http://www.uff.br/saudecoletiva/professores/merhy/capitulos-08.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

_____. Anormais do desejo: os novos não humanos? Os sinais que vêm da vida cotidiana e da rua. In: Conselho Federal de Psicologia (Org.). **Drogas e Cidadania: em debate**. Brasília: CFP, 2012, p. 9-18. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Drogas-e-cidadania.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2015.

ORNELAS, C. Por uma Reforma Psiquiátrica Antimanicomial: desafios e impasses atuais. In.: LOBOSQUE, A.M. (Org.). **Caderno Saúde Mental- A Reforma**

Psiquiátrica que Queremos Por uma Clínica Antimanicomial. Encontro Nacional de Saúde Mental, Belo Horizonte. 2007, p. 109-114.

PELLEGRINI, M. Em extinção, Manicômios podem voltar “disfarçados”. In.: Carta Capital. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/em-extincao-manicomios-podem-voltar-disfarcados-7374.html>. Acesso em: 10 mai. 2015.

PETUCO, D.R.S. A Produção Social do Usuário de Crack: desconstruindo o monstro. In.: Conselho Federal de Psicologia (Org.). **Drogas e Cidadania: em debate.** Brasília: CFP, 2012, p.19-28. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Drogas-e-cidadania.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2015.

PINHEIRO, R. E.; GUIZARDI, F. L. Cuidado e integralidade: por uma genealogia de saberes e práticas do cotidiano. In: PINHEIRO, R. E.; MATTOS, R. (Orgs.). **Cuidado: as fronteiras da integralidade.** Rio de Janeiro: HUCITEC / ABRASCO, 2004, p. 21-36.

A REPERCUSSÃO SOCIAL E JURÍDICA DA TRANSEXUALIDADE

Autor: Raissa Monteiro Costa
raissamc.adv@gmail.com

Co-autor: André Felipe Santos Andrade

Orientador: Grasielle Borges Vieira de Carvalho
UNIVERSIDADE TIRADENTES.

Resumo

O tema sobre gênero, sexo, e sexualidade vem sendo alvo de discursões no que tange a transexualidade, pessoas tidas como aquelas que sentem aversão pelo sexo de origem, e desejo de ser e se portar como o do gênero oposto, mas que não são travestis. A cirurgia de redesignação já fora aceita pelo Brasil e enfrenta problemas em virtude dos direitos civis que não estão sendo efetivos para os transexuais. Em grande ascensão no convívio social, buscam pela igualdade e dignidade, com o intuito de reprimir as discriminações e alcançar a proteção jurídica com direitos civis e constitucionais salvaguardados.

Palavras-chave: Gênero, Transexuais, Direito.

Introdução

Em decorrência dos inúmeros casos existentes da transexualidade, o tema tem sido alvo de grandes discussões, principalmente quando se trata de crianças que apresentam um comportamento diferenciado ao sexo de origem.

Isto em consequência dos questionamentos que o menor faz em relação ao motivo que o leva agir de tal maneira se seu desejo é se vestir e se apresentar como o sexo oposto. Ocasiona na criança impactos na vida familiar, escolar, e social, pois interfere diretamente na sua aceitação ao meio social, o que resulta muita das vezes na própria dificuldade em se aceitar.

A falta de denominação para esses casos levou ao interesse de diversos especialistas e estudiosos, que majoritariamente concluíram se tratar de um disforia de gênero ou distúrbio de identidade de gênero, que deve ser tratado para o melhor crescimento psíquico e social do indivíduo.

Razão que fez a medicina evoluir para enquadrar o tratamento cirúrgico de mudança de sexo como a melhor solução para adaptar o corpo a mente. Para tanto, é necessário um laudo psicológico e psiquiátrico e um tratamento hormonal por no mínimo um ano antes da cirurgia, o qual permite o desenvolvimento das características sexuais secundárias do novo sexo e mascara as do sexo original.

Apesar de bastante polêmica a questão da patologização da transexualidade, o Brasil ainda a enquadra no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mentais. O que impõe um desafio na mudança de pensamento, pois todos os estudos tendem a abordar a transexualidade como uma doença mental, que faz do menino se sentir menina, ou vice-versa.

Apesar disto, atualmente já é possível constatar um avanço na aceitação à pessoa transexual, tanto que já é permitido o direito de serem chamados pelo nome social que desejam e não pelo que consta no registro civil, assim como a utilização do sanitário e do uniforme de acordo como se sentem. Mas é necessária que essas medidas sejam mais ágeis, e sem tanta morosidade e burocracia, garantindo a eles uma eficácia maior do seu direito a identidade e igualdade.

Pautado nisso, será abordada a transexualidade e os desafios de convívio familiar e social, assim como a necessidade de evolução do direito para que se tenha uma proteção dos transgêneros, que lhes garantam os direitos de liberdade, dignidade e igualdade, inerente a toda humanidade.

Metodologia

Ao se desenvolver um projeto é necessária a busca e captação de análises de características determinadas para que se norteiem objetivos que findem num estudo sistemático e significativo.

O presente artigo se desenvolve com fulcro no método de pesquisa qualitativo, dado que as informações conduzidas serão descritas e interpretadas com a finalidade da pesquisa. Sendo através do método de abordagem dialético que o trabalho acadêmico em foco tem o seu embasamento, no qual se objetiva a extração de pontos convergentes por meio da exibição de ideias e argumentos divergentes acerca do tema e seu entendimento conclusivo.

Os métodos auxiliares também são utilizados, primeiramente o comparativo que visa à comparação de entendimentos diversos do mesmo assunto para que se chegue a uma conclusão satisfatória. No que tange a técnica de pesquisa são utilizadas a bibliográfica, se valendo dos recursos de livros, revistas, códigos, sites e etc.

Resultados e Discussões

No Brasil a transexualidade significa que o indivíduo possui uma identificação com o sexo oposto, que consiste psicologicamente no desejo de ser ou pertencer ao outro gênero, o que resulta numa confusão entre a identidade sexual psíquica e a identidade sexual física.

A distorção de informação no tocante ao gênero, sexo, e sexualidade traduz a ideia de que a seleção natural define o sexo, e o meio social constrói o gênero, este que é definido por comportamentos e papéis sociais. Não pondo o sexo como único dado, nem o mais importante, para se definir um comportamento social. (DINIZ, 2014, p. 13)

O que socialmente não ocorre, como se verifica do relato de de Joicy que por:

Usar apenas bermuda, camiseta e sapatilhas pretas. Sentar com as pernas abertas. Ser musculosa e, às vezes um tanto rude. Carrega as maneiras de quem passou boa parte da vida dentro da roça, no meio do mato, plantando mandioca e cuidado de cabra, galinha, boi. Ela era, em meio às outras mulheres biológicas repletas de curvas e de batom, a única a ter o diagnóstico de distúrbio de identidade, assim como os dois anos de terapia (MORAES, 2015, p. 34-35)

De acordo com a Organização Mundial de Saúde essa situação é tida como uma patologia e para tanto se possibilita a cirurgia de redesignação do sexo que tem que obedecer aos critérios estabelecidos na Resolução 1.652/2002 do Conselho Federal de Medicina que no seu artigo 4º dispõe:

Que a seleção dos pacientes para cirurgia de transgenitalismo obedecerá a avaliação de equipe multidisciplinar constituída por médico psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social, obedecendo os critérios abaixo definidos, após, no mínimo, dois anos de acompanhamento conjunto: 1. Diagnóstico médico de transgenitalismo; 2. Maior de 21 (vinte e um) anos; 3. Ausência de características físicas inapropriadas para a cirurgia.¹

Os sintomas se apresentam em qualquer fase da vida, geralmente apresenta um sofrimento clínico significativo ou um prejuízo no funcionamento social. O diagnóstico só é feito se o indivíduo não possuir uma condição física intersexual concomitante.²

Tratar a transexualidade como patologia é a primeira e a mais significativa forma de discriminação:

A tentativa de manter o conceito de gênero atrelado somente às diferenciações genitais tem como intuito perpetuar e garantir uma organização social firmada na heterossexualidade. Onde qualquer comportamento social diverso do heterossexual será considerado um transtorno mental. (DINIZ, 2014, p. 16)

É preciso antes de tudo desconstituir o pensamento de que transexualidade é uma doença para justificar os gastos públicos no programa transgenitalização e nos demais tratamentos custeados pelo SUS. (DINIZ, 2014, p. 29)

Além disto é preciso desvencilhar a questão do transexual aos dogmas religiosos, principalmente o catolicismo, a religião com mais adeptos no país, que prega que o ser humano deve permanecer na sua condição sexual em nome da vontade divina, e orienta que nesses casos se tenha tratamentos

1 Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2002/1652_2002.htm>

2 Disponível em: <<https://www.abcdasaude.com.br/psiquiatria/transtornos-de-identidade-e-genero-transexualismo>>

psicoterapêuticos, sendo a cirurgia para mudança de sexo admitidas apenas nos hermafroditas.³

Somado a inúmeros outros fatores, o fato do Brasil ser o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, tem tido seiscentos mortes registradas no intervalo de 2008 a 2014.⁴

O preconceito ignorante acaba nivelando o transexual e travesti, como se fossem a mesma coisa. Apesar de não existir uma diferenciação concreta, é certo que os travestis “são representados, na maioria das vezes, no contexto da inversão. Travestis, argumenta-se, invertem os papéis masculino e feminino, por meio de práticas que introduzem atributos femininos na aparência física masculina.” (KULICK, 2008, p.25)

Já o transexual apresenta um desconforto com seu órgão genital originário, por ter desejos e sensações do sexo oposto ao do seu nascimento.

O desafio é ainda maior quando a identificação com o sexo oposto aparece quando criança, caso como se encontra na descoberta pelos genitores de que seu descendente pertence a este grupo, que nem sempre é pacífica, como da criança do Mato Grosso que entrou na história brasileira como a primeira decisão no âmbito jurídico em apoio a transexualidade:

Desde bem pequena, ela tinha gestos femininos, apontava para objetos cor de rosa na TV, tirava o tênis do pé na escola para calçar as sandálias das colegas. Não aceitava vestir roupa de menino. Tirava o short e ficava de camiseta para ficar parecida com um vestido. Até então, a família o tratava como menino e o incentivava a se comportar como tal. No entanto, quando começou a crescer, a vontade de ser tratada como menina se intensificou, tanto que um dia, aos três anos, surpreendeu a mãe ao tentar cortar o próprio pênis. Em busca de uma explicação sobre o comportamento do filho, a mãe fez pesquisas e na internet encontrou um documentário norte-americano, chamado “Meu eu secreto”. “Depois de ver esse documentário, tive certeza de que meu filho era transexual. A aceitação por parte do pai veio primeiro. Juntos, eles começaram a procurar especialistas e descobriram esse ambulatório na USP,

3 Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6669/Transexualismo>>

4 Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/03/mulheres-transexuais-sofrem-preconceito-dobrado-921.html>>

quando o menino tinha quatro anos. No início, o combinado era ser tratada e se vestir como menina em casa e sair de casa como menino. Mas, segundo a mãe, a criança se sentia triste em ter que ir para a escola vestido como menino. Certo dia, num domingo, ele pediu para os pais se poderia sair como menina em um horário que havia poucas pessoas na rua da cidade onde moram, no interior do estado. “Ele prometeu que ficaria dentro do carro para ninguém vê-lo, mas depois perguntou se alguém tinha o visto como menina. Aquilo nos tocou muito e, depois disso, escolhemos um nome de menina para ela”, contou a mãe, que também decidiu mudá-la de escola para que não sofresse nenhum tipo de constrangimento por parte dos colegas. A mãe tentou matricular o filho, já vestido como menina, em outra escola, mas não deu certo. Então, ela procurou o Ministério Público Estadual (MPE) e um promotor, que atua no município, a ajudou. Eles foram até a escola e fizeram uma reunião com a direção e os professores para definir algumas questões. Na nova escola, o menino é tratado como menina. Também ficou estabelecido que seriam colocadas fechaduras nas portas dos banheiros para evitar que alguma criança descobrisse que ela tem os órgãos genitais masculinos. O menino deve ser submetido a uma cirurgia para a troca de sexo quando completar 18 anos. E, com a decisão judicial que permite a troca do nome e gênero nos documentos de identidade da criança, para a família a cirurgia será a única mudança necessária para, de fato, o menino se tornar uma menina.⁵

Infelizmente essas atitudes que dão o poder da criança de constituir-se, não é o mais natural. Contraposto a isso tem o caso daqueles que por não serem aceitos, são expulsos de casa, discriminados, e acabam se prostituindo nas ruas, pela falta de proteção jurídica e pelos direitos fortemente violados.⁶

Discriminação é crime, e qualquer ato capaz de atingir o ser humano, o transexual, deve ser destroçado e punido legalmente. Mas o difícil mesmo é

5 Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/02/tentou-cortar-o-penis-aos-3-anos-diz-mae-de-menino-que-trocara-de-nome.html>>

6 Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/prefeitura-lanca-programa-de-insercao-social-as-mulheres-transexuais-582.html>>

quando esse tipo de discriminação parte dos próprios familiares, como menciona Fabiana Moraes em sua obra:

Na moradia de sua irmã, havia um ambiente até certo ponto hostil. Essa realidade era provocada não por ela, mas pelo marido e pelas filhas, que não conseguiam entender a presença daquela mulher em corpo de homem na sala de estar. (MORAES, 2015, p. 97)

O transexual antes mesmo de descobrir esta peculiaridade, é ser humano, e como este, também é digno de direitos e deveres, como dispõe a Constituição Federal do Brasil no artigo 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Com base nisso veio a Resolução nº 12 de 16 de janeiro de 2015, que determinou o reconhecimento da adoção ao nome social diferentemente do disposto no registro civil, assim como a garantia do uso de banheiro e vestiário de acordo com a sua identidade de gênero, sendo esses direitos estendidos aos estudantes e adolescentes sem que haja necessariamente uma autorização dos seus pais.⁷

Ocorre que apesar de ser possibilitada a identificação social, o registro civil na maioria das vezes permanece de acordo com o sexo originário, o que ocasiona um conflito com a realidade fática da sua vida, da individualidade e do gênero. O que supera a ideia de que seja necessária a cirurgia para alteração do nome e sexo jurídico. (DINIZ, 2014, p. 37)

E impede constrangimentos aos transexuais, como ocorreu com Joicy que ao sentir vontade de ir no banheiro em um aeroporto, foi questionada por um segurança o porquê de está se indo aquele toalete, não vendo outra alternativa, Joicy o short e a calcinha, para demonstrar que apenas das suas vestimentas e traços másculos, se tratava sim de uma pessoa do gênero feminino. (MORAES, 2015, p. 80)

7 Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012>>

Atitude criminosa em decorrência da proibição de discriminação por sexo, explicitada de forma clara por Flávia Piosevan e Daniel Sarmiento em sua obra:

A correta compreensão do que seja discriminação por motivo de sexo é de grande relevância, uma vez que a Constituição exige que a solução jurídica deste litígio seja aquela que confira, simultaneamente, a maior eficácia possível aos direitos fundamentais. Assim sendo, a compreensão da proibição de discriminação sexual deve adotar a extensão mais apta a contemplar a força normativa da Constituição como um todo. Isso significa que a proibição de discriminação por motivo de sexo alcança diversas manifestações: os tratamentos desfavoráveis experimentados por homossexuais em virtude de sua orientação sexual e por travestis e transexuais em virtude de sua identidade de gênero. (p. 710)

A alteração do nome dos que se submeteram a cirurgia sem nenhuma menção a transexualidade, é o grande desafio atual, com a justificativa da possibilidade de causar danos a terceiros que não sabem o sexo de origem. Ocorre que esta menção impede o transexual de viver em sociedade sem discriminações em consonância com esse entendimento há a jurisprudência proferida no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, sob o nº 70006828321, que permitiu a permuta no registro civil com o fundamento de que:

Quando se fala em prejuízos a terceiro, na verdade se fala na possibilidade de um homem envolver-se emocionalmente e, por que não dizer, sexualmente com o apelado e descobrir, em determinado momento, que ela não poderá ter filhos, ou até mesmo que não é mulher “de nascimento”. Sendo essa a questão a ser enfrentada, até certo ponto, o mesmo aplicar-se-ia à mulher estéril. Será que deveriam essas mulheres ter em seus documentos e no registro civil contida esta condição? Ou seria uma humilhação para elas? Sofreriam algum tipo de discriminação? E se os seus possíveis companheiros aceitassem essa condição por entenderem ser o amor o bem maior? As respostas são conhecidas. Os casos são assemelhados, e por não ter a mulher estéril que expor sua condição perante a sociedade, não terá P. C. que expor a sua. Cabe ressaltar que essas suposições de eventuais prejuízos que possam

sofrer terceiros, são hipóteses, não havendo certeza quanto ao caso concreto. Poderia acontecer ou não. Por isso, não seria plausível a exposição da condição de transexual feminino do recorrido em virtude de projeções, e, como tais, aleatórias. Se houver, no futuro, alguém que se sinta ameaçado, ou até mesmo prejudicado moralmente em razão da alteração de vida pela qual optou o apelado, que procure o remédio jurídico cabível. O Direito não pode ficar atrelado ao que dispõem as normas vigentes no país. O Direito é realidade, é fato social. É o excepcional. Deve, portanto, o Direito, não fechar os olhos à realidade, e se inserir nos tempos modernos, evitando qualquer situação constrangedora para as partes que litigam perante a justiça, contribuindo sempre para a paz social.⁸

Conclusões

É inegável que o conceito de gênero não deve ser atrelado ao sexo biológico, em virtude das diferenciações que existem entre os gêneros dentro das relações sexuais, pois cada ser humano se delimita por fatores diferenciados que constituirão a sua identidade de gênero.

Afinal, se assim não for, iremos permanecer enraizados na ideia de heterossexualidade imposta pela sociedade, o que faz com que os transexuais se sintam diferentes, incompreendidos e reprimidos, sem oportunidades na sociedade.

É necessária uma tutela específica para esse gênero, que tenha como objetivo não só o combate as violências como também a efetiva preservação dos seus direitos, para que sejam tratados com igualdade e dignidade.

A dignidade é um princípio constitucional necessário para o equilíbrio da vida numa sociedade diversificada, para que sejam reconhecidas e respeitadas as diferenças de cada indivíduo. Especificamente os transexuais para que não

8 Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/busca/search?q=cache:www1.tjrs.jus.br/site_php/consulta/consulta_processo.php%3Fnome_comarca%3DTribunal%2Bde%2BJusti%25E7a%26versao%3D%26versao_fonetica%3D1%26tipo%3D1%26id_comarca%3D700%26num_processo_mask%3D70006828321%26num_processo%3D70006828321%26codEmenta%3D748698++++&proxystylesheet=tjrs_index&client=tjrs_index&ie=UTF-8&lr=lang_pt&site=ementario&access=p&oe=UTF-8&numProcesso=70006828321&comarca=GUAIBA&dtJulg=11/12/2003&relator=Catarina%20Rita%20Krieger%20Martins&aba=juris>

sejam tratados como doentes e sim como normais, com tratamento igualitário independente da escolha sexual.

Situação divergente da atualidade que demonstra a transexualidade como uma patologia ligada a doença mental. O que faz o transexual se sentir diferente e sem o exercício pleno de suas capacidades, pois lhe é negado o reconhecimento social como pessoa do sexo feminino ou masculino, de acordo com a sua identidade de gênero.

Quando se nega o direito à identidade de uma pessoa, por motivos discriminatórios, se infringe também o artigo 3º da Constituição Federal, que prega a promoção do bem de todos sem nenhum tipo de distinção.

O presente estudo busca abordar, questões relevantes que verse sobre o meio social e jurídico do transexual que clama por reconhecimento e falta de diferenciações para ter salvaguardado a existência do pluralismo de ideias, crenças e etnias.

Referências

ARAÚJO, Polyana. **Não aceitava vestir roupa de menino', diz mãe de criança que trocará nome: juiz permitiu mudança de sexo e gênero em documentos de criança de MT. menino de 9 anos deve ser tratado como menina e ter nome feminino.**

Disponível em: < <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/02/tentou-cortar-o-penis-aos-3-anos-diz-mae-de-menino-que-trocara-de-nome.html> > Acesso em 01 mai. 2016;

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/busca/search?q=cache:www1.tjrs.jus.br/site_php/consulta/consulta_processo.php%3Fnome_comarca%3DTribunal%2Bde%2BJusti%25E7a%26versao%3D%26versao_fonetica%3D1%26tipo%3D1%26id_comarca%3D700%26num_processo_mask%3D70006828321%26num_processo%3D70006828321%26codEmenta%3D748698++++&proxystylesheet=tjrs_index&client=tjrs_index&ie=UTF=8-&lang_pt&site=ementario&access=p&oe=UTF-8&numProcesso=70006828321&comarca=GUAIBA&dtJulg=11/12/2003&relator=Catarina%20Rita%20Krieger%20Martins&aba=juris> Acesso em: 09 mai. 2016;

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução cfm nº 1.652/2002. Disponível em: < http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2002/1652_2002.htm > Acesso em: 25 abr. 2016;

DINIZ, Maíra Coraci. **Direito à não discriminação: travestilidade e transexualidade**. 1. Ed. São Paulo: Estúdio Editores.com, 2014.

KOCH, Alice Sibille; ROSA, Dayane Diomário da. **Transtorno de identidade de gênero-transexualismo**. Disponível em: <<https://www.abcdasaude.com.br/psiquiatria/transtornos-de-identidade-e-genero-transexualismo>> Acesso em: 29 abr. 2016;

KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MARTINES, Rafael Henrique Gonçalves. **Transexualismo: os principais direitos e os problemas enfrentados pelos transexuais**. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6669/Transexualismo>> Acesso em 24 abr. 2016;

MELO, Mariana. **Prefeitura lança programa de apoio às transexuais**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/prefeitura-lanca-programa-de-insercao-social-as-mulheres-transexuais-582.html>> Acesso em: 02 mai. 2016;

PIOVESAN, Flávia; SARMENTO, Daniel. **Igualdade, diferença e direitos humanos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010;

MORAES, Fabiana. **O nascimento de joicy: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015; e

REDAÇÃO RBA. **Mulheres transexuais sofrem com preconceitos em dobro: segundo ONG europeia, brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Além da violência e do preconceito, elas também sofrem com a falta de reconhecimento de direitos**. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/03/mulheres-transexuais-sofrem-preconceito-dobrado-921.html>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

DISCUSSÃO SOBRE LESBIANIDADE EM THE CHILDREN HOUR'S -PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA DE 1961

Rita de Cássia Santos Côrtes¹
ritalice@yahoo.com.br

Marcos Lopes de Souza²
markuslopessouza@gmail.com

Resumo: Este texto é uma proposta de fazer algumas leituras sobre o filme The Children's hour produzido e dirigido por William Wyler, cujo conteúdo focado refere-se à lesbianidade, porém elucidada de maneira sutil. A película foi traduzida para o português como Infâmia e é uma produção em preto e branco. Percebe-se que o enredo traz elementos significativos para se pensar as tensões existentes nas experiências das personagens, o que se constitui como relevância para, através de um olhar interior sobre a narrativa, alavancar problematizações vinculadas às relações de poder e às práticas sociais. Pretende-se ainda provocar discussões em torno da maneira como se dá a condução da narrativa, levando-se em consideração a sociedade da época, a maneira como é construída a personagem Martha, a qual se destaca na narrativa fílmica por ser considerada uma desviante das normas da sexualidade, além disso será questionado o desfecho da história que culmina com o seu suicídio. Para alcançar as propostas anunciadas neste texto, optou-se por uma abordagem pós-crítica com base em estudiosos que debatem as questões relacionadas a gêneros e sexualidades como campo político que envolve relações de poder. Palavras-chave: relações de poder, práticas sociais, lesbianidade.

-
- 1 Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC) do Órgão em Relações Étnicas e Contemporaneidade (ODEERE) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Jequié.
 - 2 Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores (PPGECFP) do Departamento de Ciências Biológicas (DCB); Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC) do Órgão em Relações Étnicas e Contemporaneidade (ODEERE) ambos vinculados à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Jequié.

1-Introdução

Em Endimburgo, cidade situada na Escócia, no ano de 1810, uma estudante de um internato para meninas espalha o boato de que duas jovens professoras vivem um relacionamento lésbico. O criminalista escocês Willian Roughead³ publicou essa e mais outras histórias de crimes que se destacaram na época. O livro foi lido pela escritora de peças teatrais Lillian Hellman que em 1934 se dedicou a transformar a história das professoras em um drama teatral com o título “The children’s hour”, mudando o cenário para os Estados Unidos. A peça se tornou um sucesso de público e o cineasta William Wyler, atraído pelas potencialidades do texto de Hellman sobre as consequências de uma mentira, solicita da teatróloga uma versão para o cinema, que, intitulado como “These Three” é lançada em 1936. Nessa adaptação há o acréscimo de um personagem homem para maquiagem a questão da homoafetividade que era um dos temas censurados pelo Código Hays⁴, assim a produção fílmica adquire uma nova configuração e o enredo se desenvolve em torno de um escândalo amoroso.

Em 1961, com o fim da censura, Wyler readapta a história e retoma a lesbianidade como tema conforme a peça original de Hellman, como também é mantido o título “The children’s hour”, traduzido para o português como Infâmia⁵. Nessa nova roupagem, no entanto, o triângulo amoroso permanece e outras mudanças no foco da história encenada no teatro são feitas. Nas modificações ocorridas, de forma engenhosa o produtor conduz a narrativa de uma maneira que deixa transparecer o relacionamento homoafetivo como uma prática desviante.

Na versão de 1961, The children’s hour⁶, classificado como um drama, narra a situação vivida por duas jovens professoras proprietárias de uma escola de regime internato para meninas. A trama começa a ganhar vigor quando uma

3 IMDB:<http://www.imdb.com/title/tt0028356>

4 O Código Hays foi escrito por um dos líderes do Partido Republicano (EUA), chamado William Hays, daí o seu apelido. Referia-se a proibições de temas e assuntos que não poderiam ser abordados nos filmes. Entrou em vigor em 1933 e sobreviveu oficialmente até 1968, embora as mudanças fossem graduais até os meados dos anos de 1960, em razão dos vários movimentos que estavam aparecendo, como a liberação feminina e os hippies. Os cineastas passaram a ignorar as regras do código, fazendo filmes sem a aprovação da censura. Em 1968, o Código Hays cedeu lugar a uma tabela de classificação de filmes, levando em conta a idade do espectador.

5 <http://50anosdefilmes.com.br/2009/infamia-the-childrens-hour/>.

6 <http://intercinegay.com.br/>.

das alunas, Mary Tilford, interpretada por Karen Balkin, neta de Amélia Tilford (Fay Bainter) - moradora muito influente na cidade - conta para a avó que as professoras e proprietárias da escola, Martha Dobie (Shirley MacLaine) e Karen Wright (Audrey Hepburn) mantêm um relacionamento amoroso. A avó acredita na garota e além de recrutá-la do ambiente, espalha a notícia para as outras famílias, que agem da mesma forma.

O caso vai parar no tribunal com Amélia sendo acusada por difamação, mas as duas moças perdem a ação, além de haver o rompimento do noivado entre Karen e Joe Cardin (James Garner), médico conceituado na localidade e primo de Amélia. No desfecho da história, Martha se suicida.

Produzido em preto e branco, talvez *The children's hour* seja um filme pouco apreciado na atualidade, no entanto, traz elementos significativos para se pensar nas tensões existentes nas experiências vivenciadas pelos três principais personagens em torno das quais se desenvolve a narrativa.

Este texto se inclina para problematizar como as relações de poder e as práticas sociais que atravessam os conflitos vividos por essas personagens marcam o enredo fílmico e de que maneira a homossexualidade é interpretada em uma sociedade conservadora. Pretende-se ainda questionar o final da história em que o produtor decide pelo suicídio da personagem desviante das normas da sexualidade. Para debater o assunto, escolheu-se realizar uma análise do filme por meio de uma abordagem pós-crítica, dialogando com estudiosos que compreendem as questões relacionadas a gêneros e sexualidades como campo político que envolvem relações de poder.

Conforme a produção cinematográfica evidencie questões voltadas para uma mulher lésbica, salienta-se que neste constructo é utilizada a palavra lesbianidade como uma das possibilidades de homoafetividade e homossexualidade por haver a compreensão de que elas contemplam essa personagem feminina que não está inserida nas normas da heterossexualidade.

2. Distanciamentos e aproximações entre o filme e a história que o inspirou

Além da inserção de uma figura masculina para dar o tom de um romance heterossexual, há um outro distanciamento entre o filme e a história que o inspirou. No caso das professoras escocesas, além de não haver um homem que tornasse suas experiências em um tradicional triângulo amoroso, as acusações de manterem um relacionamento lésbico entre elas não são irrefutáveis.

Ao denunciar a avó da aluna por difamação, durante o julgamento, o júri reconhece que apenas a afirmação da aluna de haver um relacionamento homoafetivo entre as professoras não constitui provas ou argumentos consistentes para subsidiar uma condenação para ambas, com isso, a história se reverte e elas são inocentadas. As acusações se voltam para a avó da garota que, como é a ré no processo, recai sobre ela a pena de ter que pagar uma indenização às professoras por difamação.

O caso das escocesas chama a atenção também da professora, estudiosa e escritora norte-americana Lillian Faderman⁷, especializada em desenvolver pesquisas e escrever romances com temas que envolvem etnias, gênero e sexualidades.

Nessa história verídica, a pesquisadora entra em cena para investigar sobre a verossimilhança entre a produção cinematográfica e a história real. Federman vasculha os arquivos do tribunal escocês e, após ter acesso a toda documentação desde os depoimentos das testemunhas assim como as argumentações dos advogados e do júri, adiciona outros ingredientes à história, os quais estão voltados para questões étnicas, econômicas, pressões sociais e sexuais que forjam a vida das mulheres no século XIX, e, mediante a junção desses conteúdos escreve um livro e publica essa obra intitulada *Scotch Verdict*.

No que diz respeito à produção ficcional de Wyler, apesar de não ficar claro no início do filme o tema da lesbianidade, há elementos que evidenciam uma intensa simpatia e cuidado especial que Martha dispensa à amiga Karen. É uma maneira habilidosa que o diretor do filme encontra para dar indícios de que há um sentimento que vai além de uma amizade fraternal, embora nenhuma das mulheres ainda o tenha percebido. Isso vai se evidenciando à proporção que Martha vai demonstrando aos poucos que a presença de Joe, noivo de Karen, a incomoda.

3. Por meio de suspeitas e estranhamentos, surge uma calúnia

Martha não atende ao modelo tradicional de uma jovem moça de 28 anos, americana e professora da década de 1960, uma vez que, além de ter um namorado, deveria usar maquiagem, ter um penteado condizente com a sua idade e profissão e vestir-se com roupas que correspondam ao perfil de feminilidade hegemônico da época. Como já dito por Goellner (2013, p. 31) “um corpo não é

⁷ <http://encyclopedia.jrank.org/articles/pages/4609/Faderman-Lillian-1940.html#ixzz46prv0GL6>

apenas um corpo”, pois se observa nele também o seu entorno, sendo assim “o corpo é também a roupa e os acessórios que o adornam” ou ainda “a imagem que dele se produz”. Portanto, Martha produz estranhamentos naqueles/as que convivem com ela, pois seu corpo não está fabricado adequadamente para o meio social em que vive.

Esse olhar de estranhamento e disciplinador que recai sobre o corpo indócil de Martha é feito por sua tia Lilly Mortar (Miriam Hopkins), artista de teatro fracassada, insatisfeita com a vida, e que também mora na escola e dá aulas de piano e teatro para as alunas. No enredo do filme, Mortar enuncia que compreende a sobrinha Martha como uma pessoa esquisita desde a infância e que considera os sentimentos dela direcionados à amiga Karen algo “antinatural”. O peso da expressão, enunciada primeiro por Mortar, em seguida por Mary e por sua avó Amélia, repetidamente até chegar aos tribunais, dá o tom ao conflito.

O antinatural nos remete ao “contra a natureza” mencionado por Foucault (2015, p. 41) salientando que o termo é construído a partir do século XVIII quando as práticas sexuais eram regidas pelo direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil. Esses aparatos de controle e regulação estavam centrados nas relações matrimoniais que eram voltadas especificamente para a reprodução. No conjunto de proibições consideradas uma abominação pelo que se definia como o “contra a natureza”, eram incluídas as pessoas que não amavam o outro sexo.

Na película, observa-se a existência de um relacionamento, considerado “natural” de acordo com as convenções sociais, entre dois dos três principais personagens sobre os quais o enredo se enovela. Karen é noiva de Joe e há uma pretensão dos dois se casarem, no entanto, essa união desejável pela sociedade que resultaria em um casamento heterossexual é desestabilizado por Martha.

A narrativa dá um salto quando Martha, apesar de demonstrar uma afetividade especial por Karen, não se percebia como lésbica, cuja identificação só de fato acontece a partir da afirmação de Mary e após o caso ter sido levado ao tribunal, culminando com a derrota das duas jovens professoras. Além desse saldo negativo ocorrido pelas vias judiciais, ambas são condenadas também à abjeção⁸ por todos os moradores da cidade.

8 Segundo Miskolci (2013, p. 24) refere-se ao espaço a que a coletividade costuma relegar aqueles/as que considera uma ameaça ao seu bom funcionamento, à ordem social e política. A abjeção, em termos sociais, constitui a experiência de ser temido e recusado com repugnância, pois sua própria existência ameaça uma visão homogênea e estável do que é a comunidade.

Um dos pontos mais altos do enredo aparece na cena em que Martha decide contar para Karen sobre seus sentimentos. É um diálogo intenso e sofrido do qual foram retirados alguns enunciados:

Martha –Eu te amo do jeito que eles disseram.
Sempre houve algo errado. Sempre, desde tão longe quanto eu posso lembrar.
Mas eu nunca soube o que era até que tudo isso aconteceu.
Você tem medo de ouvir isso, mas eu tenho mais medo que você.
Eu sou culpada!
Está lá. Eu não sei como, eu não sei por que, mas eu te amo.
Eu não pude identificar isso antes, mas talvez tenha estado lá desde o primeiro instante em que a conheci.
E então de repente, uma noite uma pequena menina entediada conta uma mentira. Ela achou a mentira com um pouco de verdade.
É tudo minha culpa. Eu arruinei sua vida, e arruinei a minha própria.
Eu me sinto tão doente e suja. Eu não posso suportar mais!

Martha é convencida de ser uma dissidente sexual, por isso se sente “doente e suja”. Essas características foram atribuídas às sexualidades periféricas a partir do século XIX quando as instâncias de controle e todos os mecanismos de vigilância saem do campo jurídico e se voltam para a medicina, com isso o homossexual passa a ser visto como uma pessoa doente (FOUCAULT, 2015) somente deixando de ser considerada como um problema mental em 1973 e retirada da lista de doenças pela Organização Mundial da Saúde apenas em 1991 (FILHO, 2009).

Ao analisar esse trecho em que Martha se revela, é interessante mencionar o conflito por que passa Cornejo (2013) ao relatar que aos onze anos, angustiado em manter o segredo de se sentir atraído por homens, resolve compartilhar a angústia com sua mãe, e ao fazê-lo se sente aliviado, todavia a atitude não lhe proporciona conforto, pois esperava que naquele momento de busca por apoio materno o armário se tornaria menos desconfortável, mas ao invés disso, o efeito foi contrário já que atraiu a mãe para dentro dele. Entretanto, Cornejo relata ainda que se não o fizesse, certamente cometeria suicídio como acontece com muitos adolescentes e jovens.

Ao se expor para Karen, os monstros que atormentavam Martha permaneceram, como também nenhum armário foi destruído, da mesma maneira

que procedeu com Cornejo. Essa situação não é diferente também para Bobby, protagonista do filme *Orações para Bobby*⁹ (1975) baseado em fatos reais, que, ao revelar para a família sobre sua homossexualidade, os monstros proliferam e rejeitado no seio familiar, ele tem que ir viver em outra cidade, porém o sofrimento leva-o ao suicídio, cujo episódio aconteceu também na vida real.

Embora neste texto se discuta um filme que se inclina a apresentar a temática lésbica, as duas menções feitas acima sobre as experiências de homens gays são importantes, pois demonstra que em nenhum dos casos o assumir-se, ou, a atitude de sair do armário ocorreu de forma tranquila. Tanto para o homem quanto para a mulher sair do armário torna-se algo conflituoso quando os desejos e prazeres de ambos diferem das prescrições da norma, isso porque em nossa sociedade parece haver uma preocupação acentuada com o corpo imposto pelo discurso da heterossexualidade sem distinção de idade, ou seja, “o olhar intensivo e extensivo posto sobre os corpos das crianças, dos jovens e dos adultos ganha em atenção e se torna mais minucioso quando se volta para o gênero e a sexualidade” (LOURO 2000, p. 63).

Em *A epistemologia do armário*, Sedgwick menciona que quando uma pessoa gay sai de um armário, ela encontra outros à sua frente quer seja na escola, no trabalho, ou com alguém que de alguma maneira lhe pareça importante. Dessa maneira,

o armário gay não é uma característica apenas das vidas de pessoas gays. Mas, para muitas delas, ainda é a característica fundamental da vida social, e há poucas pessoas gays, por mais corajosas e sinceras que sejam de hábito, por mais afortunadas pelo apoio de suas comunidades imediatas, em cujas vidas o armário não seja ainda uma presença formadora (SEDGWICK, 2007, p. 22).

Diferentemente do que ocorre com Cornejo e Bobby, o diálogo entre Martha e Karen não se restringe apenas ao ato de compartilhar um segredo ou sair do armário. Há uma confissão de amor carregada de sentimento de culpa por todos os acontecimentos ruins, evidenciando-se também a auto aversão expressa na fala de Martha.

O ato de confessar para Foucault (2015, p. 69) não está relacionado apenas ao interlocutor, mas à instância, e é esta quem avalia, julga, pune, perdoo,

9 <https://www.youtube.com/watch?v=qprpqnvVuY>

consola, reconcilia. Assim, a confissão é uma verdade anunciada, que além de produzir consequências externas, provoca também em quem a articula modificações intrínsecas. Martha se liberta de um segredo, confessa um amor especial e diferente do fraternal por Karen, e esta, a partir de então, passa a ser a “dona da verdade” (FOUCAULT, 2015, p. 75). Em contrapartida, essa confissão produz muitos efeitos entre os quais podem ser elencados os seguintes: atrai a indiferença de Karen, que não se sensibiliza para discutir o assunto; conduz as duas mulheres à abjeção, pois passam a ser indesejadas na cidade onde vivem e são renegadas pelos pais e mães das alunas. Sem possibilidades de garantir seu sustento Martha e Karen estão vulneráveis, pois a única fonte de sobrevivência era a manutenção da escola, que não mais existe pois foi completamente esvaziada.

4. Aprisionamentos e liberdade

Foucault, (2014) ao fazer um estudo sobre o funcionamento da disciplina, esclarece que uma de suas principais estratégias para demonstrar eficácia consiste em distribuir os indivíduos em espaços exigindo a cerca, cujos ambiente se tornam locais especiais, e uma escola em regime de internato para meninas aparece como o mais perfeito regime de educação para disciplinar os corpos. Assim, as meninas da Wright-Dobie School for Girls estavam inseridas nesse ambiente para, presumidamente, serem devolvidas à sociedade muito bem -educadas, disciplinadas, forjadas de maneira que viessem atender ao modelo de mulher e de feminilidade proposto pelas normas sociais vigentes.

Mas a ardilosa Mary não demonstrava nenhum interesse de permanecer naquele espaço disciplinador limitado pelos muros e deveres cotidianos e, sem medir as consequências dos seus atos, ela se vale do único recurso de que dispõe no momento, ou seja, inventar o romance lésbico entre as professoras.

A calúnia se transforma em verdade anunciada e é julgada pelo tribunal que conclui o processo com o argumento de ter havido uma “aproximação sexual pecaminosa”, expressão que denota muito mais um cunho religioso do que jurídico, e que se encontra relacionada ao cristianismo. Segundo Foucault (2015) para a Igreja Católica a homossexualidade era pensada como uma prática sodomita.

A expressão enunciada na conclusão do embate judicial adquire um sentido significativamente potente, de maneira que aquela cidade se torna um território hostil às professoras, impossibilitando-as de continuarem ali, acrescentando-se

ainda o fato de não terem muitas alternativas de recomeçar em outros lugares, pois o escândalo já havia adquirido repercussão em nível nacional.

As acusações de Mary, aliadas à derrota nos tribunais, também fizeram com que Joe, o bom moço da história tivesse dúvidas a respeito da veracidade dos fatos. Afinal, foi só uma calúnia ou Martha mantinha um relacionamento amoroso com Karen? Após tantos desdobramentos e acusações realizadas, é perceptível que ele agora entende os motivos dos ciúmes que Martha demonstrava entre ele e Karen. Mas a sua incerteza consistia em saber se elas mantinham algum envolvimento. Dúvida esta tirada pela própria Karen, mas suficiente para que, a partir do surgimento dessa desconfiança, ela decida romper com o noivado.

A expressão “é tudo culpa minha”, anunciada por Martha, que não teria ideia da repercussão que sua orientação sexual traria, visto que se percebeu lésbica após o olhar disciplinador de sua tia, que se encarregou de esquadriñar seu corpo calculando seus gestos e seu comportamento (FOUCAULT, 2014) aliada à exposição pública a que fora submetida, fazem com que ela sinta vontade de não mais existir, ou que nunca tivesse existido.

Antes, uma jovem professora, dedicada, era uma referência, um destaque para a sociedade, agora, esses outros atributos não são mais interessantes e válidos para caracterizá-la, e Martha passa a ser vista somente como lésbica, entendida no filme como uma desviante das normas da sexualidade, marginalizada e deslocada para uma zona fronteira. Retomando a obra de Foucault, História da Sexualidade I, ele assim se remete como o homossexual é percebido em uma sociedade normalizadora:

Nada daquilo que ele (o homossexual) é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente em todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo, uma vez que é um segredo que se trai sempre (FOUCAULT, 2015, p. 48).

Por toda a narrativa, o segredo representa um tormento para Martha, que, aprisionada em seus sentimentos e ações, não pode se mostrar e agir de acordo com o que sente e deseja, afinal “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 2014, p. 134).

Em duas cenas esse aprisionamento se concretiza quando ela aparece solitária na janela de seu quarto, situado na parte mais alta da casa, onde há grades e sua imagem é projetada através delas, oferecendo sutilmente a possibilidade de compreendê-lo metaforicamente como uma cela.

Em contrapartida, nesses dois momentos, Karen, observada por Martha, caminha em direção à porta de saída da escola, o que pode ser entendido como a sujeita heterossexual que está em permanente liberdade, porque ela faz parte do que se considera “normal” assim aparece sempre em posição central, ou seja “a posição normal é, de algum modo, onipresente, sempre presumida, e isso a torna, paradoxalmente invisível” (LOURO, 2008, p. 22). Bento (2011, p. 553) menciona que “os ‘normais’ negam-se a reconhecer a presença da margem no centro como elemento estruturante e indispensável. Daí as instituições eliminarem-na obsessivamente por insultos, leis, castigos, assassinatos”.

Em uma outra cena, as duas mulheres, conforme tenham sido consideradas abjetos, se sentem inseguras para sair de casa devido aos achincalhamentos das pessoas que passam em frente à sua residência e escola.

A expressão “eu não posso suportar mais” pode ser interpretada num primeiro momento como a necessidade de Martha precisar falar sobre o que sente, pois não se considera mais capaz de conter seu segredo, seu desejo, seu amor. Martha poderia estar esperando também uma possível reciprocidade de Karen, de quem ela apenas escuta frases como “pare com essa conversa louca”, “eu não quero escutar você”, “você está cansada”. Por outro lado, a elocução de Martha supostamente esteja sinalizando o que o produtor do filme costurou para o final trágico do enredo, ao se perceber que a personagem começa, a partir desse instante, ser desmontada.

A calúnia é desfeita quando mãe de Rosalie Welss (Veronica Cartwright) descobre que a menina é cleptomaníaca e, chantageada por Mary, era obrigada a fazer tudo o que a garota determinava. Amelia se retrata perante as duas professoras e informa que, a pedido, o juiz fará uma audiência para reverter a decisão do tribunal acrescentada de uma desculpa pública e uma explicação documentada. Em seguida, Karen informa a Martha que no dia seguinte partirá para recomeçar em outro lugar, pois agora há a possibilidade de arranjar um novo emprego, e pergunta se ela quer ir junto. Sem responder, Martha diz que precisa dormir, porém no dia seguinte Karen a encontra pendurada em uma corda em seu quarto.

No enterro, todas as pessoas que as acusaram estão no cemitério, mas nenhuma delas se aproxima, e, novamente a antonímia liberdade/aprisionamento

se evidencia quando pode ser observado o caixão fechado onde está o corpo de Martha se contrapondo à saída de Karen do cemitério, que, a passos largos e cabeça erguida, deixa o local levando consigo a verdade confessada, enquanto estáticas, as pessoas apenas a observam partir.

5. À guisa de conclusão: suicídio ou assassinato?

Sobre a obra de Lillian Helman, readaptada por William Wyler em 1961, é necessário lembrar que a década de 1960, época da segunda versão cinematográfica, coincide com o que ficou conhecido como novos movimentos sociais, lembrados por Miskolci (2013, p.21):

Os três principais “novos” movimentos sociais foram o movimento pelos direitos civis da população negra no Sul dos Estados Unidos, o movimento feminista da chamada segunda onda e o então chamado movimento homossexual. Eles são chamados de novos movimentos sociais porque teriam surgido depois do conhecido movimento operário ou trabalhador e porque trouxeram ao espaço público demandas que iam além das de redistribuição econômica.

Alguns desses movimentos ousaram mais por questionarem os valores morais em vigor afirmando que o corpo, o desejo e a sexualidade faziam parte do campo político, constituindo relações de poder. Nesse contexto em que marca o início de uma luta política que reivindicava por direitos às diferenças de gêneros e das sexualidades, a nova versão produzida por Wyler, mesmo matando a personagem homoafetiva representou um avanço no sentido visibilizar a homossexualidade.

Lauretis (1993, p. 99) menciona que “o cinema é, ao mesmo tempo, um aparato material e uma prática significadora em que o sujeito é envolvido, elaborado, mas não esgotado”, por isso não se dispensa aqui a ideia de questionar se não haveria outras alternativas para o destino de Martha que não fosse o suicídio, ou mais ainda, verificando a narrativa sob o ponto de vista do produtor, colocar sob suspeita se de fato a única alternativa para William Wyler seria a de assassinar a personagem.

Todavia, vale salientar que Wyler, ao abordar a lesbianidade como tema em seu trabalho em 1961, encontra-se dividido em dois polos extremos: de um lado, evidenciar uma sociedade com valores conservadores que não podiam

ser abalados, de outro, a emergência de mostrar que existem pessoas que vivem sexualidades ditas dissidentes. Ao final, a sociedade heteronormativa vence, pois o corpo, nessa lógica, não poderia ser pensado como instância da cultura, mas algo dado pela natureza. Dessa maneira, seguindo o modelo heteronormativo, ao longo do enredo o produtor vai gradativamente criando obstáculos com o intuito de dificultar que se mantenha viva a personagem desviante.

Diante do que foi exposto, nessa história ficcional, o melhor consistiu em denunciar de que maneira a violência simbólica atua por meio de difamadores. E para que isso se confirmasse, foi necessário fragilizar a personagem lésbica e esgotar todo o sentido de sua existência naquela realidade fictícia, colocando-a à margem em uma sociedade que não lhe cabia mais. Então, a solução mais viável para o produtor não poderia ser outra, a não ser matá-la e, talvez com isso tenha matado também em sua obra a homossexualidade.

Referências

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 19(2) maio-agosto/2011. p. 548-559.

CORNEJO, Giancarlo. A guerra declarada contra o menino afeminado. In. MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2 ed. São Paulo: Autêntica, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FILHO, Alípio de Sousa. Teorias sobre a Gênese da Homossexualidade: ideologia, preconceito e fraude. In. JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 2 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2015.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In. FELIPE, Jane, GOELLNER, Silvana Vilodre e LOURO, Guacira Lopes (orgs.). **Corpo, gênero e**

sexualidade: Um debate contemporâneo na educação. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LAURETIS, Teresa de. Através do espelho: Mulher, cinema e linguagem. **Estudos feministas**. Nº 1/93. 1993. p. 96-122.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Educação e Realidade**. Nº 25(2) jul/dez. 2000. p. 59-76.

_____. **Gênero e sexualidade:** pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, v. 19, nº 2 (56) - maio/ago. 2008. p.17-23.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer:** um aprendizado pelas diferenças. 2 ed. São Paulo: Autêntica, 2013.

Sedgwick, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos pagu** (28), janeiro-junho 2007. p. 19-54.

GÊNERO E SEXUALIDADE PARA ALÉM DA AÇÃO: QUANDO ELAS/ELES [ALUNOS/AS] AVALIAM.

Roniel Santos Figueiredo¹

Marcos Lopes de Souza²

Resumo: A presente pesquisa objetiva analisar uma intervenção sobre gênero e sexualidade, realizada com estudantes do segundo ano do ensino médio de uma escola pública em Jequié-BA. A experiência foi realizada por dois graduandos em Biologia e uma professora da Educação Básica vinculados/as ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), sub-projeto Biologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Essa intervenção foi realizada após um processo formativo desenvolvido com a turma do Pibid (licenciandas/os, educadoras e coordenadora) pelo Núcleo de Estudos em Diversidade de Gênero e Sexual da mesma instituição. Na sequência didático-pedagógica foram trabalhadas as temáticas sexualidade; gênero; autoestima; diversidade sexual; universo trans; corpo, prazer, masturbação e virgindade; práticas sexuais e saúde para a sexualidade; sexualidades e violência. Para a construção dos dados foi aplicado um questionário no último encontro com todos/todas as discentes. Com os resultados é possível perceber que as/os discentes avaliaram, de maneira geral, positivamente o trabalho realizado, apontando para a necessidade de mais espaços de reflexão da temática, colocando como ponto forte a atuação das professoras e do professor e a capacidade de manter o diálogo de maneira respeitosa com

-
- 1 Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC) do Órgão em Relações Étnicas e Contemporaneidade (ODEERE) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Jequié. Email: ronielbiologia@hotmail.com
 - 2 Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores (PPGECFP) do Departamento de Ciências Biológicas (DCB); Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC) do Órgão em Relações Étnicas e Contemporaneidade (ODEERE) ambos vinculados à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Jequié. Email: markuslopessouza@gmail.com

todos/as alunos/as possibilitando que expressassem suas opiniões, partindo das problematizações e questionamentos para debater os discursos normatizadores apresentados.

Palavras-chave: Intervenção, Sexualidade e Gênero, Pibid, Processo Formativo.

Introdução

Discutir sexualidade no ambiente escolar na contemporaneidade pode ser considerado por muitas pessoas como um desafio, pois as compreensões de corpo vão sendo concebidas aos extremos, desde o objeto consumível por uma abordagem midiática que exhibe músculos, silhuetas “bem desenhadas”, formas “ideais”, até o proibido, silenciado por valores morais, éticos, filosóficos e religiosos que moldam as formas pelas quais os corpos, as sexualidades, os gêneros são constituídos e (não) aceitos.

A discussão sobre sexualidade é marcada pelo contexto histórico, havendo períodos em que foi percebida como algo fluido, sem a necessidade de tantos controles e normatizações, ocorrendo a formação por meio das vivências e observações. Em outros momentos, assim como o atual, a sexualidade foi/é, geralmente, encarada como algo estritamente privado e individual, retringindo a discussão de maneira ampla e coletiva, sendo vastamente divulgada midiaticamente e pouco discutida nos demais espaços formativos, como escola ou mesmo a família. Isso se deve ao fato da sexualidade ser considerada uma questão pessoal e privada, permeada por decisões morais e religiosas (COSTA, 1997; LOURO, 2008a).

O desejo de trabalhar com sexualidade, mesmo percebendo as tantas normatizações, tabus e limitações que perpassam a discussão da temática surgiu a partir da observação do meu labor diário. Comecei a lecionar nos anos finais do ensino fundamental, no município de Maracás - BA ainda nos primeiros semestres da graduação. Como professor de Ciências pude constatar algumas situações que julgo importante na discussão da sexualidade na escola: percebi o quanto o assunto desperta o interesse e atenção dos (das) discentes e como essas discussões eram delegadas à mim, enquanto professor dessa disciplina, inclusive pelos outros docentes da escola, apesar da transversalidade da temática. Também notei a participação dos/das discentes nas aulas que versavam sobre sistemas sexuais. Contudo, percebi que a abordagem e o tempo eram insuficientes para dar conta das inquietações e curiosidades delas/es. Apesar de tentar me posicionar de maneira dialógica, muitas vezes me sentia inibido, pelas indagações, as quais, não me sentia preparado para responder. Diante desses momentos de falta de respostas, fui percebendo também com o avançar do curso de graduação em Ciências Biológicas que não havia uma disciplina que me ofertasse subsídio para discutir aquelas questões que eram levantadas, sendo as aulas de embriologia o que eu tinha mais próximo do assunto

abordado, favorecendo um estudo interessante, mas que não se aproximava das dimensões subjetivas e sociais que se manifestavam veemente nas minhas aulas.

Com relação ao ambiente escolar, as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN sinalizam a importância de abordar esse e outros temas por meio para a promoção de uma educação pluralista, que atenda as dimensões culturais, afetivas e sociais. Muitas vezes, porém, a prática pedagógica relega esse e outros assuntos para discussões superficiais – quando são discutidos - sem a ênfase necessária como se fossem ocorrências a parte, eventualidades e, geralmente, são convidados/as profissionais da área de Saúde que focam em uma abordagem contraceptiva e preventiva, não atendendo as demais dimensões que são propostas pela DCN (BRASIL, 2013). Diante dos meus tantos momentos de falta de resposta, também optei por abordar a temática dessa forma cartesiana que dissecou o corpo em partes isoladas e reduz a explicação aos aspectos biológicos, sem nenhuma contextualização social.

A escola não está isenta das manifestações sexuais, e não é um espaço, à parte, no qual as pessoas se despem das suas sexualidades para adentrar, portanto, é um lugar sexuado e generificado importante para as discussões da temática, tendo em vista sua dimensão formativa, pertinente não apenas aos/as alunos/alunas, mas para todos/todas os/as participantes da comunidade escolar. Louro (2008b, p. 85) elucida esse papel importante da escola ao dizer que esta “[...] não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas ela, também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero e de classe”.

Em vista que há diversas formas de manifestações das sexualidades, no espaço escolar, é também perceptível, a existência de uma política reguladora que insere a heterossexualidade como norma que deve ser seguida para que os alunos e as alunas sejam considerados/as “naturais” e legítimos/as enquanto pessoas, marginalizando quem não pertence a este grupo, reiterando preconceitos e discriminações. Gesser, Oltramari e Nuernberg (2012) enxergam a escola como um local onde também ocorrem manifestações de violência e exclusão às pessoas que não pertencem à sexualidade hegemônica: a heterossexual. Além disso, alguns grupos são supervalorizados, como ocorre com os homens brancos e de condição financeira mais abastada, ficando à margem, aqueles/as que não fazem parte desses agrupamentos.

Dessa forma, realizar qualquer trabalho que fale sobre sexualidade e gênero na escola significa atuar em um campo muito tênue e delicado, pois os aspectos que envolvem a sexualidade são historicamente marcados e estigmatizados.

1.1 Sexualidade, gênero e educação: Um contexto de disputa

O nosso sistema político não colabora com o avanço das discussões da temática, pois estão permeados pelos discursos religiosos, fortalecem a ideia de pecado e não buscam lutar para garantir que a temática seja discutida nas escolas. Nesse sentido acho importante trazer uma situação que exemplifica esse contexto e que me incomodou muito no ano passado (2015): Sou católico praticante, participo de grupos de jovens e sempre percebi a Igreja Católica Romana como omissa sobre as questões de sexualidade e gênero, diferentemente das igrejas protestantes que, geralmente, se posicionaram de forma contundente contra a temática. Há pouco tempo, entretanto, foi votado o Plano Municipal de Educação - PME das cidades. Havia uma pauta a ser votada pelas Câmaras Municipais de Vereadores sobre a inclusão das discussões sobre gênero e sexualidade nesses planos. Algumas autoridades religiosas cristãs se posicionaram veemente contra essa inclusão, dentre elas os bispos das dioceses que direcionaram missivas às câmaras solicitando aos vereadores que votassem a favor da “família tradicional” enxergando, essas discussões como desestabilizadoras das estruturas familiares. Fico a me questionar o quão frágil é a estrutura familiar que é pregada. Afinal, discutir gênero e sexualidade se torna, para tantas/tantos, uma afronta, um perigo, algo que precisa ser banido. Os discursos e ações se anulam mutuamente: ora, se a heterossexualidade é natural, se os gêneros são naturais por que é necessária essa reiteração, a todo instante, de um controle normatizador em todos os sentidos, enquadrando as pessoas em modelos e padrões, se esses processos são “naturais” então por que é preciso reforçá-los? Louro (2000) pontua essas questões e percebe da seguinte forma:

No discurso educacional, existe a família. Os livros e as atividades escolares operam com uma representação única que corresponde à representação acionada pela mídia e consagrada pela Igreja e pela Lei. Não é por acaso que essa representação hegemônica carrega os traços da classe média branca urbana e nela pai e mãe, bem como os seus filhos e filhas, reafirmam as formas tradicionais de masculinidade e feminilidade. Quando alguém diz que é preciso resgatar ou preservar os “valores tradicionais da família”, é dessa família “normal”, com esses traços de raça, classe e gênero, que se está a falar. Contudo, ao contrário do que esses discursos fazem supor, atualmente é cada vez mais visível o número de lares

mantidos apenas por mulheres que se revezam no cuidado dos menores e nos quais os homens adultos têm uma presença transitória ou esporádica [...] (LOURO, 2000, p. 48-49).

O desfecho dessa “história” é surpreendente em um país considerado laico, pois em um contexto nacional a maioria das câmaras votou pela supressão dos termos no PME, fortalecendo que os gêneros e expressões da sexualidade sejam compreendidos de maneira naturalizada, inerente e intrínseca, gerando a ideia de LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis e Intersexuais) como antinaturais. Esse argumento é usado por muitos extremistas que discriminam, agridem e matam os/as LGBTI. O preocupante é que esses argumentos são reproduzidos na escola, fundamentando as inúmeras agressões silenciosas e veladas que ocorrem nesse ambiente.

Diante dos elementos supracitados é perceptível a necessidade de uma análise aprofundada do modelo de ensino em vigor para que se possa atender de forma igualitária todas as realidades presentes nesse ambiente. Na maioria das vezes o modelo de ensino atual pode ser considerado como normatizador, abordando, apenas uma possibilidade de vivência da sexualidade, baseada na simples análise dos mapas de corpos humanos e visualizações de imagens padrões que geram a falsa ideia de homogeneidade quanto à forma de vivência da sexualidade, desprezando e relegando ao silêncio as demais formas que existem e estão presentes também na escola.

Algumas iniciativas por parte do Ministério da Educação (MEC) buscam melhorar a formação docente por meio de vivência em sala de aula, apresentando propostas inovadoras, que não estejam incluídas no programa de estágios obrigatórios das Instituições de Cursos Superiores. Nesse contexto, foi instituído o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) por meio da Portaria Normativa nº 38, de 12 de dezembro de 2007, surgindo da ação conjunta do MEC, por intermédio da Secretaria de Educação Superior (SESU), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), (BRASIL, 2007).

Há um Subprojeto Biologia, ligado ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), desde 2010, ano em que foi implantado o Programa na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Campus Jequié – BA, do qual participei como licenciando bolsista desde o primeiro semestre letivo de 2014 até o segundo semestre letivo de 2015.

Com o intuito de proporcionar uma formação mais ampla e acolhedora das diversidades de gêneros e sexuais aos/às participantes do Subprojeto Biologia, foi realizada uma parceria entre o Núcleo de Estudos sobre Diversidade de Gênero e Sexual da UESB com o Subprojeto em questão da mesma Universidade. Dessa forma, foram realizados, na primeira etapa, encontros formativos, que ocorreram no período de maio a agosto de 2014. Foram trabalhados temas como intersexualidade, gênero, feminilidades e masculinidades, universo *trans*, diversidade sexual, relacionamentos afetivos e sexuais e saúde sexual: riscos e vulnerabilidades. Os momentos de discussões e reflexões problematizaram situações cotidianas em que se explicitam atitudes preconceituosas, nas quais indivíduos vivenciam a marginalização imposta por uma sociedade altamente normatizadora. Além disso, foi oportunizado um repensar a respeito do papel do (a) professor (a) como profissional importante na formação escolar, incluindo aspectos sociais e culturais. Após os encontros formativos, na segunda etapa da formação, foi planejada e realizada uma proposta de intervenção em uma das escolas envolvidas com o Pibid – Subprojeto Biologia, com um grupo menor que se disponibilizou a trabalhar com a temática que será melhor descrita na metodologia desse trabalho. Neste artigo pretendo discutir como os/as alunos/as avaliaram a intervenção e a ação dos/das professores/as e quais as contribuições que o trabalho teve na visão dos/das discentes.

Metodologia

Em uma pesquisa que tem como eixo temático principal sexualidade e gênero, as subjetividades e questões individuais interferem em todo o percurso do trabalho, desde os interlocutores/as da pesquisa, até o/a pesquisador/a, portanto a pesquisa mais adequada é a qualitativa que se detêm às ideias, sensações, dúvidas e questionamentos dos/das participantes (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2010). Portanto, a pesquisa aqui apresentada trata-se desse tipo de pesquisa, buscando se aproximar das subjetividades que estão nas avaliações dos/das discentes sobre a temática. A intervenção foi desenvolvida em oito oficinas que abarcassem os conhecimentos sobre sexualidade em uma perspectiva não apenas biológica, mas também social, tendo em vista que a primeira não contempla o contexto em que se insere a diversidade sexual. Cada oficina teve duração aproximada de duas horas aulas, totalizando quinze horas de discussão da temática de forma mais intensa e ampla.

Os temas escolhidos foram: sexualidade; gênero; auto-estima; diversidade sexual; universo trans; corpo, prazer, masturbação e virgindade; práticas sexuais e saúde para a sexualidade; sexualidades e violência. As estratégias didáticas foram: aula expositiva dialogada; atividades de análise de objetos e discursos sobre sexualidade e gênero; roda de conversa; exibição de música e curtas metragens; construção de painel; leitura de textos pertinentes e dinâmicas.

As oficinas foram realizadas em uma escola estadual do município de Jequié-BA envolvida com o Pibid, em uma turma de segundo ano do ensino médio regular, matriculada no turno matutino. Os encontros ocorreram no horário da disciplina Biologia, a qual tem a carga horária de duas horas-aulas semanais. Com a necessidade de considerar o conteúdo programático selecionado pela instituição foi reservado um horário semanal para a execução da proposta sobre sexualidade e gênero, enquanto o outro era utilizado para o seguimento do currículo preestabelecido.

As oficinas ocorriam no primeiro horário das sextas – feiras, às sete horas, no entanto, o que foi sequenciado fugiu do tempo estabelecido, devido ao envolvimento do grupo. A proposta foi desenvolvida de maneira dialógica buscando respeitar o posicionamento dos/as discentes envolvidos, a fim de problematizar situações cotidianas trazidas pelo grupo, favorecendo uma discussão sem coações e agressões verbais.

Para a produção dos dados foi utilizado um questionário com 6 (seis) perguntas, que possibilitou traçar o perfil da turma quanto à idade, identidade de gênero, como os/as discentes avaliaram a intervenção realizada na escola e a ação dos/das professores, e quais as contribuições do trabalho para a turma. Entendo, assim como Gil (1999, p.128), que o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. Na situação descrita que caracteriza um estudo de avaliação dos/das discentes sobre a intervenção realizada em sua escola torna-se a técnica de produção de dados mais adequada. A estruturação do texto foi realizada por intermédio dos referenciais dessa pesquisa, sobretudo se aproximando dos estudos pós-estruturalistas ligados aos gêneros e às sexualidades. Nesse sentido Louro (2007b, p. 216) elucida que “Uma pesquisa que queira dar conta dessa dinâmica [pós-estruturalista] e que, portanto, volte-se para uma abordagem das minúcias, vai supor um texto ou uma escrita em que a descrição ganha realce”. Nessa abordagem, ao priorizar também os questionamentos

e problematizações proponho ao/a leitor/a refletir sobre o processo, buscando formular suas respostas para as indagações e/ou gerar novas indagações.

Acredito que falar/escrever sobre sexualidade mais do que seguir uma linha de pesquisa é assumir um posicionamento político. É colocar-se nessa disputa de poderes que circunda as discussões sobre gênero e sexualidade. Nesse sentido, não é possível compreender uma pesquisa que se debruce a discutir essas questões como “imparcial” (se é que ela existe), pois a forma em que o trabalho é construído diz muito sobre o autor e sobre seu entendimento dessas discussões (LOURO, 2007b).

Resultados e Discussões

Os/As interlocutores/as cursavam no ano letivo de 2014, o segundo ano do ensino médio regular em uma escola estadual do município de Jequié- BA.

A turma era constituída por 28 discentes, 15 alunas e 13 alunos, provenientes de diferentes bairros da cidade, pois a escola atende um público diversificado no que se refere à localização geográfica no município. Sobre o perfil discente, é possível afirmar que a idade varia entre 15 e 18 anos, sendo que a maioria apresentava 17 anos. Os nomes utilizados aqui são todos fictícios e os questionários foram respondidos anonimamente.

A primeira pergunta era: *Como você avalia a sequência didática sobre sexualidade e gênero que foi desenvolvida em sua turma? Por que?*

A maioria dos/as discentes avaliou a sequência de maneira positiva (26 alunos), um aluno (Vicente) que considerou a sequência didática como “mais ou menos”, mas não expôs os motivos da sua avaliação e outro/a aluno/a que não respondeu a essa pergunta. As avaliações positivas são exemplificadas nas seguintes falas:

Luiza: Foi bem legal, mas não é todos [alunos/as] que tem maturidade suficiente para ser desenvolvida esse tipo de oficina em sala de aula.

Bruna: Maravilhosa, sinceramente não poderia ser melhor. Por que a mim nunca foram abordados assuntos tão polêmicos de forma abrangente e interessante.

Willian: Excelente, abordou muito sobre o preconceito que existe ainda.

Luiz: Boa. Temas bem desenvolvidos e bem abordados, embora algumas “controvérsias”, foi bem elaborado.

A fala de Luzia ao entender que não são todas as pessoas que têm maturidade para ter contato com a temática, possivelmente, está ligada à visão contemporânea que considera as pessoas sexualizadas a partir da puberdade, desconsiderando a sexualidade infantil, essa questão etária é tida por Louro (2007a) como um dos motivos utilizados pelos/as docentes para não trabalharem com essas questões, ela sugere inclusive, que haja o questionamento dessa idade apropriada, pois esse é um construto que aprisiona os corpos e as sexualidades e dificulta o entendimento do trânsito e mobilidade da sexualidade, dos gêneros e dos corpos (LOURO, 2007a).

Bruna aponta para a ausência de discussões nessa perspectiva, nos ambientes que ela convive. Sua fala faz relação com o pensamento de Junqueira (2012) ao dizer que as sexualidades e gêneros são conteúdos que passam por um processo de vigilância e controle nos ambientes escolares, incluindo implicitamente nos currículos escolares e, dessa forma, as manifestações de preconceitos e discriminações ocorrem rotineiramente, pondo sob a mira preferencial os sujeitos que não se encaixam ao modelo “padrão”, por meio de insultos, jogos, apelidos, insinuações e atitudes desumanizantes (JUNQUEIRA, 2012).

Willian e Luiz mencionam os preconceitos e controvérsias que ainda perpassam ao se falar de gênero e sexualidade. Acredito que para pensar sexualidade e gênero como episteme social e política são necessários os atritos que são gerados pela contradição à norma, subversão ao estabelecido mostrando que a verdade hegemônica é, tão somente, apenas mais uma possibilidade e que pode ser desestabilizada, assim como outras verdades foram no decorrer da história.

A segunda pergunta foi: *Durante o processo formativo qual temática você mais gostou de discutir? Por quê?*

A essa segunda pergunta a maioria (12) das pessoas apontou que a temática que mais gostou de discutir foi os/as homossexuais e as estigmatizações que essas pessoas sofrem no decorrer de sua vida por não estarem enquadrados nas rígidas normas sociais. As falas de Joana, Bel, Lucas e Paula caracterizam esses posicionamentos:

Joana: Sobre a transexualidade e o homossexualismo (sic), pois em algumas coisas, tinha uma visão diferente e inaceitável mudei meu ponto de vista em algumas coisas e situações.

Bel: Sexualidade, por que aprendemos que além de respeitar devemos também falar do assunto de uma forma ampla e sem censuras.

Lucas: *Eu gostei da temática homossexualidade, o preconceito na nossa sala era algo muito grande, e os instrutores da oficina, junto com alguns colegas mais esclarecidos sobre o assunto, mostraram aos preconceituosos que tem que haver respeito a qualquer pessoa.*
Paula: *Preconceito, com os questionamentos e explicações tive um modo distinto de analisar meu ponto de vista.*

Joana e Paula sinalizam para um processo muito importante no que tange o entendimento sobre gênero e sexualidade: o repensar-se. Demonstraram que a intervenção realizada possibilitou esse espaço do pensar suas atitudes diante dessas questões. Lucas e Bel, por sua vez, apontaram para uma situação que também me chamou bastante atenção na sala, os/as alunos/as com posicionamentos bastante rígidos e que nos surpreenderam enquanto professores/as, pois à princípio, por estarmos em uma turma com discentes jovens, acreditávamos que eles/as se posicionariam de maneira mais dialógica. No entanto, percebemos que não há uma relação direta entre idade e preconceito, mesmo porque nossa cultura ainda se produz com marcas da homofobia e da heteronormatividade. Louro percebe que:

Embora a homofobia seja muitas vezes evidente em nossa sociedade, isso não impede que, em inúmeras situações e em distintas idades, meninos e homens constituam grupos extremamente “fechados” e os vivam de forma muito intensa (Louro, 2007a, p.19).

Isso se deve ao fato de meninos e meninas aprenderem desde muito cedo a violentarem aqueles/aquelas que não estão na norma, apontando o lugar do diferente como um sub-lugar, reiterando, a todo instante que a diferença fomenta uma relação permeada por poder (LOURO, 2007a).

O segundo tema com maior recorrência (10) nas citações dos/das discentes foi práticas sexuais e prazer, associando o quão prazeroso foi falar desse tema. Géssica salienta esses aspectos na sua fala:

Géssica: *Corpo, sexualidade e prazer. Porque é interessante e divertido ouvir e aprender sobre a intimidade e sobre a opinião individual de cada estilo sexual.*

O fato de Gêssica considerar a discussão sobre sexualidade e prazer como “intimidade” faz relação com o que Louro (2008, p.18) traz em sua obra:

As perguntas, as fantasias, as dúvidas e a experimentação do prazer são remetidas ao segredo e ao privado. Através de múltiplas estratégias de disciplinamento, aprendemos a vergonha e a culpa; experimentamos a censura e o controle. Acreditando que as questões da sexualidade são assuntos privados, deixamos de perceber sua dimensão social e política (LOURO, 2008a).

Algumas outras respostas foram apresentadas como: Igualdade de gênero (1), auto-estima (2), toda a ação (2) e “acho que nenhum”. Vicente mais uma vez não gostou do trabalho, no entanto não explicou o por que de não ter gostado de nenhuma das temáticas.

Nesse contexto fiquei imaginando o quanto deve ter sido (des) confortante para os/as discentes participar dessa ação, afinal, compreendendo a sexualidade como algo privado e velado tê-la discutida em um espaço público, em um contexto social foge ao convencional e coaduna com a desestabilização do paradigma que circunda à sexualidade e os gêneros. No entanto, apenas 4 (quatro) discentes se disseram incomodados/as em algum momento das discussões, os/as demais (24) não, conforme as respostas da terceira pergunta *Você se sentiu incomodad@ em algum momento da proposta desenvolvida? Qual? Por quê?*

Bia: Sim, quando percebi a presença de maxista (sic) e homofóbicos em minha turma, pois o preconceito para mim, seja qual for, tem que ser vencido.

Leile: Sim, quando sentia que as pessoas não aceitavam o modo de pensar uma das outras querendo, de certa forma influenciar quem pensa diferente.

Vicente: Sim. Me chamaram de machista e homofóbico (embora eu acredite que machismo não existe)

Bia e Leile relacionam o seu incômodo com os posicionamentos normativos dos colegas, que muitas vezes, como supracitado, se colocavam com discursos discriminatórios. Vicente, no entanto, se incomoda por seus colegas terem o taxaram de homofóbico e machista. Ao não acreditar na existência do machismo Vicente deixa implícito que considera esse processo hierárquico e

desigual entre homens e mulheres como natural e legítimo. As demais respostas de Vicente fazem inferir que ele não se sentiu contemplado com a discussão, apesar de já ter discutido a temática anteriormente em sua antiga escola no ano de 2011, como ele relata na pergunta seguinte (quarta) que versava *sobre a participação em algum momento formativo com esse tipo de abordagem acerca da sexualidade?* A maioria (16) disse não ter tido contato com a temática, os/as outros/as (11) já discutiram em projetos da universidade ou nas antigas escolas.

A quinta pergunta foi: *Sua visão acerca da sexualidade mudou em algum aspecto após o processo formativo? Em quais aspectos?* Nessa questão (13) (treze) alunos/as disseram ter sua visão repensada após o processo formativo, 12 (doze) disseram que não, 2 (dois/duas) disseram que de maneira parcial e 1 (uma) não respondeu. Dentre os/as que disseram que a formação contribuiu para seu processo formativo a maioria diz ter entendido a necessidade de respeitar a outra pessoa nas suas vivências.

Os que disseram não terem suas visões repensadas, associaram ao fato de não agirem de maneira preconceituosa, mas reiteraram a necessidade de espaços formativos que discutam essa temática nesse tipo de abordagem.

Luana: Não, pois os assuntos abordados vinham da mesma forma que eu já tinha em mente e aprovava.

Clara: Sim, me fez mudar opinião em alguns assuntos e enxergar pessoas de determinadas classes de forma diferente.

A sexta pergunta foi *Como você avalia a atuação d@s professor@s? Comente.* Nessa pergunta todos/as os/as participantes avaliaram de maneira positiva a atuação das professoras e do professor, afirmando que a postura dele e delas facilitou a execução do trabalho, apontaram como pontos importantes a formação consistente para discutir a temática, a dinamicidade no desenvolver das aulas e linguagem acessível que facilitou a comunicação durante as oficinas.

Luiza: Ótima. Eles ficaram muito à vontade e ensinaram de uma forma simples assuntos tão complexos.

Luana: Ótimo. Souberam abrangir bem o assunto e foi muito divertido.

Vinícius: Muito boa, eles não apenas nos deram aula de sexualidade, eles acrescentaram valores muito importantes em nossas vidas.

Considerações Finais

As/Os discentes avaliaram, de maneira geral, positivamente o trabalho realizado, apontando para a necessidade de mais espaços de reflexão da temática, colocando como ponto forte a atuação das professoras e do professor e a capacidade de manter o diálogo de maneira respeitosa com todos/as alunos/as possibilitando que expressassem suas opiniões, partindo das problematizações e questionamentos para discutir os discursos normatizadores. Porém, compreendendo que a temática ainda é cercada por tabus, vigilâncias e controles e se faz necessária sua discussão na escola, em uma perspectiva que desestabilize a norma, que perturbe os controles e normatizações ao acreditar que a mudança pode ocorrer a partir dos dissensos e discussões.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília: DF, 2010. Disponível em: Acesso em: 30 set. 2013.

BRASIL. Portaria Normativa nº 38, de 12 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. **Diário Oficial da União**, n. 239, seção 1, p. 39, 2007.

COSTA, A. P; MARÇAL, P. R. **Sexualidade e relações de gênero**: a formação docente em questão In: Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder, 2008, Florianópolis.

COSTA, M. **Sexualidade na adolescência**: Dilemas e crescimentos. 9. Ed. L&PM, 1997.

GESSER, M; OLTRAMARI, L.C; CORD, D; NUERNBERG, A.H. Psicologia Escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. vol. 16, n. 2, Julho/Dezembro de 2012, p. 229-236.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JUNQUEIRA, R.D. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. In: MISKOLCI, R; PELÚCIO, L. **Discursos fora da ordem**: sexualidade, saberes e direitos. São Paulo: Ananablume, 2012, p. 277- 303.

LOURO, G.L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**. V. 19, n.2, 2008a, p. 17-23.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008 b.

LOURO, G. L. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007a, p. 9-34.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. n. 46, 2007b, p. 201-218.

LOURO, G. L. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2000.

MINAYO, M. C. S; DESLANDES, S. F; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. 29. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

OS “INADAPTADOS”. QUEM TEM ACESSO AO DIREITO E À VIDA SOCIAL FORA DA SEXUALIDADE HETERONORMATIVA?

Sabrina Guerra Guimarães
brinaguerra@hotmail.com

Lina Maria Brandão de Aras
*Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre
Mulheres, Gênero e Feminismo
Universidade Federal da Bahia
laras@ufba.br*

Resumo: A presente comunicação objetiva discutir os preconceitos destinados as identidades trans partindo do conceito de “inadaptados” utilizado pela antropóloga Margaret Mead em sua obra “Sexo e Temperamento” que, ao analisar diferentes sociedades na Papua Nova Guiné, percebeu como em cada uma delas os preconceitos foram culturalmente diferenciados e moldados. Nesse sentido, a autora contribui no questionamento de quem são os “inadaptados” da sociedade brasileira? O que não é difícil responder quando analisamos as construções sociais demarcadas e regidas pelos discursos da ciência, direito e da religião, que apontam, cotidianamente, que pessoas que fogem à regra, onde o gênero precisa condizer ao sexo biológico, são os “inadaptados” da sociedade. Esta afirmação tem gerado a exclusão da população trans dos espaços de sociabilidade, que na maioria das vezes já começa na infância, no meio familiar, perpassando o espaço escolar e acadêmico (se alcançados). Portanto, analisamos como essas afirmações são produtoras de preconceitos, violências e desumanização dessas pessoas e o quanto elas são excluídas socialmente por não terem seu gênero condizente ao seu sexo biológico e sua sexualidade não corresponder à heterossexualidade. Por isso, se torna necessário essas discussões em todos os espaços sociais, dentre eles, a academia, onde essa população é ínfima e, frequentemente, enfrenta inúmeros e diferentes tipos de violência.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Violência, Identidades Trans, Sexualidade.

Introdução

Retomar e analisar as discussões em obras que contribuíram e ainda podem contribuir para reflexões atuais, é pertinente para nossa sociedade, principalmente ao que tange o combate a exclusão e preconceitos, na busca por Direitos Humanos, percebendo o enorme crescimento da violência contra a população LGBTTTQI¹.

Nesse sentido, propomos tratar de alguns pontos da obra da antropóloga Margaret Mead (1979) intitulada de “Sexo e Temperamento”, onde analisou três diferentes civilizações na Papua Nova Guiné e formulou questões que foram legadas a posteridade, principalmente o fato de que o sexo não determina o temperamento das pessoas. Portanto, a autora acreditava na construção de uma trama cultural, que atribuem diferentes papéis aos dois sexos, ao relatar suas experiências e comprovando sua teoria.

Mead ao analisar as práticas dos habitantes das montanhas, os Arapesh percebeu que homens e mulheres são dóceis e suscetíveis; ambos com papel maternal, numa sociedade cooperativa e sociabilizada que trabalha em prol da prole. Homens e mulheres realizam as atividades juntos, não há guerras e os homens são gentis e cooperativos. A autora informa que só dá para entender esse temperamento fraternal e de cooperação entre os Arapesh se entendermos como eles/as são criados/as desde o nascimento, ou seja, num ambiente de proteção, tranquilidade e amorosidade.

Os habitantes do rio, Mundugumor, tanto os homens quanto as mulheres são violentos/as e agressivos/as. Desprezam o sexo como base para as diferenças de personalidade; o comportamento de ambos são tipicamente masculinos, viris e sem qualquer característica de doçura e sensibilidade. Esta sociedade está baseada na hostilidade e individualismo e para eles/as os inadaptados seriam as pessoas que contrariam essas características.

A terceira sociedade analisada por Mead os habitantes do lago, Tchambuli fazem uma inversão das atitudes sexuais: mulheres dirigem e dominam; homens menos responsáveis e emocionalmente dependentes, vivem principalmente para a arte. Todo o homem é um artista e a maioria é hábil em todas as artes. Eles são adornados, as mulheres sem adornos; elas são seguras e bem organizadas entre

1 A sigla é utilizada para denominar Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Trangêneros, Queer, Intersex, mas tendo a consciência que as inúmeras possibilidades de gênero não se encerram em siglas e nomenclaturas.

si; enquanto eles vivem praticamente solteiros, cozinham e vivem sozinhos. Apesar dessa divisão de papéis, a organização dessa sociedade é patrilinear, por haver poliginia e pelo homem pagar pela esposa, mas são as mulheres que detém a posição de poder na sociedade Tchambuli.

Com a análise das três comunidades feitas pela antropóloga, décadas antes de se construir o conceito de gênero percebemos a sua percepção de suma importância ao apontar que o sexo não é determinante, pois a cultura molda os temperamentos e cada sociedade possui o que ela denomina de “chaves”, não só de um temperamento como de vários. O que nos leva a repensar a sociedade que insiste em apontar papéis de gênero baseados nos binômios dicotômicos. Por isso, o que nos chama mais à atenção nos estudos de Mead é quando ela descreve os inadaptados escolhidos em cada uma dessas sociedades, que são as pessoas que portam comportamentos opostos ao determinado pela cultura desses grupos. Portanto, este trabalho iluminou a discussão sobre os/as inadaptados/as da sociedade brasileira, pois não é difícil de apontar quem são eles/as relegados/as a exclusão .

É importante, portanto, que se analise a questão com as lentes da interseccionalidade ciente do contexto histórico nacional, estando num patamar de país latino-americano e subdesenvolvido, onde os marcadores não só cultural como também de classe, raça, etnia, sexualidade, gênero e geração são imprescindíveis para se pensar as dominações e exclusões. Desta forma, tem sido frequente os casos de racismo, machismo e lesbohomobitransfobia².

Se colocar no lugar do/a outro/a deveria se tornar um exercício obrigatório, pois podemos pensar nas pessoas que “normalmente” se tornam invisíveis nas andanças cotidianas e novamente remetemos a uma análise interseccional, pois se torna impossível pensar tais questões sem perceber essas imbricações no envolvimento das populações trans, porque a carga de exclusão de uma mulher trans negra, pobre, transexual e idosa, é significativamente maior que de uma pessoa dentro dos padrões desejados e que não carrega todos os estigmas daquilo que discursivamente é transmitido do que não se deve ser na nossa sociedade.

Assim, a contribuição de Mead é inegável para os estudos feministas e *queer*, ao trazer a discussão sobre os inadaptados, porém sabemos que os marcadores de exclusão são interseccionalizados e não se limitam apenas ao âmbito cultural, portanto, é importante pensarmos o quanto os discursos científicos e religiosos legitimaram tais exclusões e legaram uma sociedade pautada

2 Fobia a pessoas lésbicas, homossexuais, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

nos binômios dicotômicos, onde serão tratadas como inadaptados, aquelas pessoas que fogem do padrão heteronormativo. E para entendermos sobre estas exclusões é necessário expor o discurso da ciência, direito e da religião.

Quem legitima a exclusão das identidades fora dos padrões heteronormativos?

Cotidianamente perguntamos o que faz um indivíduo pensar que é melhor que o/a outro/a, diante do exorbitante crescimento da violência e exclusão das identidades trans, negando e tirando a humanidade dessas pessoas, pois nada justifica a falta de respeito às escolhas e identificação de cada um/a. Nesse sentido, é imprescindível pensarmos numa forma de discutir e enfrentar discursos religiosos e científicos que legitimaram tais exclusões.

Para tratar do tema proposto não se pode falar em ganhos acadêmicos e ativistas das mulheres e da população LGBTTTQI sem citar a crítica feminista à ciência, onde se analisou o processo histórico da busca incessante em formar um discurso científico para provar que as mulheres eram a versão de homens incompletos (SCHIEBINGER, 2001), primeiramente nos séculos XVI e XVII, mostrando que elas possuíam a mesma genitália masculina (sexo único), porém não perfeitamente desenvolvida.

Como retrata Thomas Laqueur, em sua obra *Inventando o Sexo* (2001), e como ele próprio afirmou que “em alguma época do século XVIII, o sexo que nós conhecemos foi inventado”. Agora não seriam mais homens e mulheres com um só sexo, mas começou a se afirmar as diferenças, porém continuando a atestar a inferioridade das mulheres.

A ciência analisou o cérebro delas e o discurso foi desviado para o tamanho do seu cerebelo (Laqueur, 2001) tido como menor do que o dos homens e esse fator as conduziam a paixão e ao cuidado. A partir daí a ciência, filósofos e pensadores da época iluminista discursaram que as mulheres estavam destinadas a paixão e os homens a razão.

“O século XVIII testemunhou uma revolução na ciência sexual. Nessa época, os médicos acadêmicos do sexo masculino cessaram de considerar o corpo feminino como uma versão menor do masculino e ressaltaram, ao invés disso, um modelo de diferença radical. A diferença sexual não era mais uma questão de genitália, mas envolvia cada fibra do corpo.” (SCHIEBINGER, 2001, p. 213).

A contribuição da crítica feminista a ciência foi de fundamental importância para pesquisas voltadas as identidades e sexualidades não conformes ao padrão hegemônico e heteropatriarcal. Nesse sentido, a ciência também ditou as regras sobre os corpos LGBTTTQI como registra Louro (2009):

“Ao final do século XIX, serão homens, médicos e também filósofos, moralistas e pensadores (das grandes nações da Europa) que vão fazer as mais importantes “descobertas” e definições sobre os corpos de homens e mulheres [...]. Nascia a sexologia. Inventavam-se tipos sexuais, decidia-se o que era normal ou patológico e esses tipos passavam a ser hierarquizados. Buscava-se tenazmente conhecer, explicar, identificar e também classificar, dividir, reger e disciplinar a sexualidade. Tais discursos, carregados da autoridade da ciência, gozavam do estatuto de verdade e se confrontavam ou se combinavam com os discursos da igreja, da moral e da lei. É nesse contexto que surge o homossexual e a homossexualidade[...]. O homossexual não era simplesmente um sujeito qualquer que caiu em pecado, ele se constituía num sujeito de outra espécie. Para este tipo de sujeito, haveria que inventar e pôr em execução toda uma seqüência de ações: punitivas ou recuperadoras, de reclusão ou de regeneração, de ordem jurídica, religiosa ou educativa.” (P. 89).

Na escrita de Louro fica evidente como os discursos da Ciência, Direito e Religião normatizam e são geradores de violência e desumanização, da mesma forma que legitimam a exclusão das pessoas trans da vida social, de serem respeitados/as no âmbito familiar, escolar e acadêmico (quando conseguem ter a oportunidade de acessar esses espaços). A violência e preconceito são tão frequentes que normalmente essas pessoas encontram nas ruas (único espaço de acolhimento) meios para a sobrevivência, que as levam a uma cotidiana luta contra a violência e estranhamento de seus corpos.

O tema violência é sempre profundo e nos traz reflexões pertinentes no que tange ao comportamento humano, nos levando a indagações do “por quê” a sexualidade dos indivíduos precisa ser colocada em constante vigilância, criticada, regulada, normatizada por sociedades que se julgam detentoras de “verdades”, tendo a heterossexualidade como base única e absoluta das relações sexuais. Portanto, aqui não podemos nos furtar das análises de Foucault

(1982) ao publicar o diário *Herculine Barbin*, uma “hermafrodita”³ que desde o seu nascimento foi registrada e tida como uma mulher até os 21 anos fora educada em conventos e ao sentir fortes dores e com a saúde debilitada necessitou de análises médicas para o diagnóstico de seus sintomas, fato que nessa análise Herculine não imaginava que seria de fato a ruína da sua vida, ao ser identificada como uma hermafrodita. Nos relatos de Herculine fica nítida a sua inocência diante de seu próprio corpo, apesar de se achar diferente e perceber modificações corporais, não era um agravante no seu cotidiano, era excelente aluna e tão logo seria admitida como professora por seu brilhantismo, mas com a descoberta do médico, sua trajetória de vida foi modificada de forma brusca e cruel, principalmente no âmbito amoroso, por ter tido que romper um relacionamento com sua parceira, e os caminhos subseqüentes que viriam ser extremamente difíceis com a divulgação do seu “verdadeiro sexo”, pois teve que mudar de cidade, de nome e de gênero, apesar de não ter sido indagada em nenhum momento de como se sentia diante de sua orientação sexual e muito menos da sua identidade de gênero. E mesmo mudando de cidade muitos conheciam sua história e a adaptação na nova vida, agora tida como um homem, e se caracterizando como tal enfrentou uma nova batalha, que era de se manter financeiramente, pois seu corpo fragilizado não permitia trabalhos considerados de homens, além do preconceito imbuído nesse processo, o que levou Herculine viver em precárias condições e assim cometer suicídio. Durante a leitura do diário de Herculine Barbin, que acima resumimos, nos decorria fortemente a nítida e latente fala de Mead sobre os desperdícios de talentos, por considerar algumas pessoas fora das chaves cultural de inadaptadas. E com certeza a triste história de Herculine se enquadra nessa análise se ao seu sexo a sociedade e os médicos não tivessem dado tamanha importância. Fato é que ela sucumbiu a tantas violências simbólicas de uma sociedade heteropatriarcal normatizadora de corpos. Nesse sentido, que Foucault discorre como a sociedade ocidental moderna codificou as “verdades” sobre o sexo e condenou tudo que possa fugir de um pênis=homem=masculinidade e vagina=mulher=feminilidade.

3 Nos dias atuais denominamos de intersex para não se prender a nomenclaturas científicas, religiosas e jurídicas remetendo essas pessoas a patologia ou aberração quando se usa o termo hermafroditas.

“Do ponto de vista médico, isto quer dizer que não se trata mais de reconhecer no hermafrodita a presença dos dois sexos justapostos ou misturados, nem de saber qual dos dois prevalece; trata-se, antes, decifrar qual o verdadeiro sexo que se esconde sob aparências confusas; o médico terá que de certo modo despir as anatomias enganadoras, e reencontrar por detrás dos órgãos que podem ter encoberto as formas do sexo oposto, o único sexo verdadeiro.” (FOUCAULT, 1982, p. 2).

As inúmeras violências sofridas por Herculine e tão bem relatadas por ela mesma, nos fica perceptível que em nenhum momento a ciência, o direito e a religião, (afinal ela foi educada em conventos) se preocuparam com a sua opinião e pela sua não-identidade que a manteve feliz antes de tal exame médico. Portanto, o caso de Herculine foi aqui citado como uma forma de percebermos que a violência que cercam as pessoas trans em pleno século XXI não difere da violência que sofriam no século de Herculine o XIX. E para além das violências os discursos da tríade: ciência, direito e religião também não foram superadas fazendo com que essas “verdades” sobre o sexo continuem baseadas na heteronormatividade, que legitimaram e legitimam a lesbohomobitansfobia.

Daniel Borrillo (2010) informa que:

“Do mesmo modo que a xenofobia, o racismo ou o antissemitismo, a homofobia é uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal; por sua diferença irreduzível, ele é posicionado a distância, fora do universo comum dos humanos. Crime abominável, amor vergonhoso, gosto depravado, costume infame, paixão ignominiosa, pecado contra a natureza, vício de Sodoma - outras tantas designações que, durante vários séculos, serviram para qualificar o desejo e as relações sexuais ou afetivas entre pessoas do mesmo sexo”. (P. 13).

O autor também relata que a homofobia é um fenômeno complexo que é manifestado de diferentes formas, dentre elas, através de piadas que possam ridicularizar e humilhar os indivíduos, como também pode assumir formas violentas como foi no caso do nazismo. Esse exemplo é o que presenciamos cotidianamente em nossa sociedade, onde menosprezo são constantes e crimes de ódio são corriqueiros. A análise deste autor sobre a homofobia nos

faz estender a compreensão para as demais fobias destinadas a outras inúmeras possibilidades de gênero e orientação sexual, como: bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis, *queer*, intersex...

Borrillo também contextualiza buscando na história a forma que a homofobia atravessou os séculos e de como o,

“Homossexual é culpado do pecado, sua condenação moral aparece como necessária; portanto, a consequência lógica vai exigir sua "purificação pelo fogo inquisitorial": Se ele é aparentado ao criminoso, então, seu lugar natural é, na melhor das hipóteses, o ostracismo e, na pior, a pena capital, como ainda ocorre em alguns países. Considerado doente, ele é objeto da atenção dos médicos e deve submeter-se às terapias que lhe são impostas pela ciência, em particular, os eletrochoques utilizados no Ocidente até a década de 1960. (Id. Ibidem, p. 16-17)”

Outra questão apresentada pelo autor é que a homofobia, que estendemos a transfobia permanece como algo familiar, compartilhada de forma banal.

Nesse sentido, Shulman (2009) afirma que as

“dimensões da homofobia familiar são amplas. E elas podem variar desde pequenos desrespeitos a graus variados de exclusão, chegando a ataques brutais que deformam a vida da pessoa gay, ou até a crueldades diretas e indiretas que literalmente acabam com a existência daquela pessoa [...] a homofobia familiar pode se tornar uma opressão dolorosa e determinante na vida da pessoa gay”. (P. 70).

Retornamos a Borrillo (2010), para complementar a questão levantada por Shulman da violência sofrida no âmbito familiar pelas pessoas trans, quando formula outra questão, ao afirmar que a “homofobia mostra hostilidade não só contra os homossexuais, mas igualmente contra o conjunto de indivíduos considerados como não conformes à norma sexual.” (P. 26) e, nessa linha de pensamento, que Carrara e Vianna (2006) se complementa a de Borrillo, quando informam que:

“Nas grandes metrópoles brasileiras, sujeitos cuja identidade não heterossexual (suposta ou certa) é mais evidente através da exibição

ou incorporação de atributos de gênero não-conformes ao sexo designado no nascimento são proporcionalmente mais atingidos por diferentes modalidades de violência e discriminação. A destabilização provocada por sua performance de gênero, constantemente associada a um conjunto de estereótipos negativos sobre a homossexualidade em geral, torna as travestis as vítimas preferenciais de violência homofóbica em diferentes contextos.” (P. 234)

O/a autor/a trabalham com boletins de ocorrência, assim como processos crime para concluírem o descaso da sociedade e da polícia diante de crimes cometidos contra as pessoas travestis e concluíram que na maioria dos casos a impunidade ocorria justamente pela homossexualidade dessas pessoas.

Outro aspecto apresentado não só por Carrara e Vianna como também por Pinho (2005) ao indagar se “a convivência de homens gays de classes, raças, posições sociais e mesmos estilos de vida diferentes, significa igualdade ou simetria?” (P. 2). Em todos esses autores/as fica nítido que não, pois lembrando Gayle Rubin (1998) em sua pirâmide hierárquica sexual, logo observamos onde se posicionam travestis e transgêneros, profissionais do sexo que são ainda mais marcados e excluídos pela questão de raça e classe e se posicionam na base da pirâmide, invisibilizados, excluídos, as margens da sociedade.

“De modo que, para fora o racismo e a homofobia elegem homens gays brancos e negros de modos diferenciados como vítimas legítimas da violência. Para dentro, esses sistemas discriminatórios operam vulnerabilizando diferentes setores das comunidades e criando uma “solidariedade” na desigualdade, que enfraquece politicamente a comunidade, desempoderando os setores subalternizados interiores a ela, e criando condições para reprodução, sob as condições específicas ao meio, das desigualdades, da opressão e da subordinação. (PINHO, 2005, p. 2-3)”

Essa análise de Pinho aponta para a crueldade (como denominou Borrillo para o fenômeno da homofobia), que acaba, até mesmo, por tornar autores/as no sentido da cumplicidade e exclusão, os próprios homossexuais, que se aproximaram da heterossexualidade, adquiriram direitos, aceitaram a higienização proposta pelo Estado, se aliaram as práticas e rendição ao capitalismo e se distanciam de visualizarem que a homofobia estendida às demais fobias contra a população LGBTTTQI é crescente a cada instante, como aponta

“O relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB) de 2013-2014 também mostrou como a intolerância a homossexuais mata. Mais especificamente, um gay é morto a cada 28 horas no país. Foram documentados 312 assassinatos de gays, travestis e lésbicas no Brasil em 2013. O Brasil continua sendo o campeão mundial de crimes homo-transfóbicos: segundo agências internacionais, 40% dos assassinatos de transexuais e travestis no ano passado foram cometidos aqui.”⁴

Outro elemento que vem legitimando a exclusão e, conseqüentemente, a violência e preconceito é o crescente conservadorismo religioso no Brasil, onde muitos representantes políticos vem discursando sobre a necessidade de se preservar a família tradicional brasileira, alegando a criação de Deus: do homem e da mulher para se complementarem e reproduzirem. Muitas vezes incitam o ódio contra a população LGBTTTQI, além de barrarem constantemente cartilhas contra lesbohomobitranfobia e entrada dos debates sobre gênero e sexualidade nas escolas.

Considerações finais

Retornamos a Mead, lembrando a conclusão da autora, ao dizer que devido aos inúmeros padrões de papéis sexuais enraizados e propagados pela cultura e como exemplo cita a brasileira, se perde inúmeros talentos, ocasionando o que ela denomina de desperdícios.

Seguindo essa lógica, podemos pensar quantas pessoas são de fato privadas do acesso a convivência familiar, escolar e acadêmica por sua identidade de gênero não condizer a heteronormatividade, o quanto essas pessoas são levadas a sofrerem uma série de violências e preconceitos que desumanizam e tiram delas os Direitos Humanos.

Acreditamos, assim como Colling (2011) e Louro (2001), que precisamos de uma estrutura educacional bem fundamentada que contribua para o fim dessa onda de ódio, violência, invisibilidade, exclusão e desumanização das pessoas trans.

4 Disponível em: <<https://homofobiamata.wordpress.com/estatisticas/relatorios/>> Acesso em: 14/jun/2015.

Referências

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R. B. "Tá lá o corpo estendido no chão...": a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, 2006.

COLLING, Leandro. Apresentação - Políticas para um Brasil além do Stonewall. In: _____. **Stonewall + 40 no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2011.

FOUCAULT, Michel. (Apresentação de). **Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e Homofobia. In.: **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. JUNQUEIRA, Rogério D. (org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

_____. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. In: **Estudos Feministas**. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>>. Acesso em: 10/out/2014.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

PINHO, Osmundo. **Desejo e Poder: Racismo e Violência Estrutural em Comunidades Homossexuais**. 2005. Disponível em: http://ciudadaniasesexual.org/boletin/b15/Art_Osmundo_Bol15.pdf. Acesso em: 12/jun/2015.

RUBIN, Gayle. Thinking sex: notes for a radical Theory of the Politics of sexuality in Nardi, P. And Schneider, B. **Social Perspectives in Lesbian and Gay Studies** – Areader, London/New York, Routledge ed., 1998, pp 100-133. Disponível em: <<http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/gaylerubin.pdf>>. Acesso em: 14/jun/2015.

SCHULMAN, Sarah. Homofobia Familiar. **BAGOAS**, v. 5. 2009.

“SE PARA A GENTE JÁ É DESAFIADOR, IMAGINE PARA O PROFESSOR QUE NÃO TEM ESSA FORMAÇÃO DENTRO DA BIOLOGIA”: OS DISCURSOS DE UMA PROFESSORA ACERCA DO ENSINO DA SEXUALIDADE

Suzane Nascimento Cabral
suzane_cabral@hotmail.com

Marcos Lopes de Souza
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Campus de Jequié-BA
markuslopessouza@gmail.com

Resumo: Este trabalho traz parte das reflexões desenvolvidas a partir de uma pesquisa de mestrado que objetivou compreender os discursos produzidos nas práticas educativas da disciplina curricular “Educação para a Sexualidade”, oferecida pela rede municipal de ensino na cidade de Jequié-BA a estudantes dos anos finais do ensino fundamental. Neste trabalho, apresentamos um recorte acerca do que pensa a professora da disciplina sobre os objetivos do componente curricular e a respeito de como acredita que deve ser realizado o trabalho com as temáticas. Os dados foram produzidos a partir da análise da entrevista realizada com a docente. O espaço da disciplina é pensado pela professora como local de direcionamento das/os estudantes para o que ela considera como caminho “correto”, assumindo assim caráter prescritivo e regulatório, especialmente por considerar que as famílias geralmente se isentam das discussões. A professora acredita também que as discussões acerca da sexualidade na escola devam ser realizadas por professoras/es de Biologia, entendidas/os por ela como as/os mais capacitadas/os para desenvolver o trabalho com as temáticas. Por fim, os depoimentos e alguns posicionamentos da professora nos indicaram como suas subjetividades e as marcas que a conduzem acabam por interferir na prática pedagógica e no desenvolvimento das propostas elaboradas por ela para discussão da sexualidade no espaço escolar.

Palavras-chave: educação básica, docentes, sexualidade.

Introdução:

Falar sobre sexualidade, mesmo diante da proliferação que tem se observado dos discursos em torno de suas temáticas nas mais variadas esferas da sociedade, ainda é considerado por muitas/os educadoras/es como uma tarefa difícil. Para Jimena Furlani (2007) isso se deve a relação histórica da sexualidade como algo imoral e pecaminoso, gerando desconforto e controvérsias, especialmente nas escolas.

Os resultados apresentados neste artigo são um recorte de uma pesquisa de mestrado acadêmico onde buscou-se investigar que questões acerca da sexualidade têm atravessado o componente curricular “Educação para a Sexualidade”.

A disciplina, objeto de estudo da pesquisa, foi implantada no município de Jequié no interior da Bahia no ano de 2005 e desde então compõe o quadro das “disciplinas diversificadas” oferecidas pela rede municipal às alunas e aos alunos dos anos finais do ensino fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Neste trabalho, traremos um recorte acerca do que pensa uma professora de “Educação para a Sexualidade” sobre o que, para ela, seriam os objetivos da disciplina, e seu entendimento sobre como (e por quem) deve ser desenvolvido o trabalho com as temáticas na escola.

Acreditamos que pensar discussões acerca da sexualidade no espaço escolar significa também pensar nas atrizes e atores que estão à frente dessa tarefa: as/os professoras/es. Baseando-nos neste entendimento, consideramos necessário dar foco aos modos como professoras e professores pensam a sexualidade. Assim, acreditamos que as formas como a professora lida com os temas em sala de aula refletem muitas das marcas que carrega e que são derivadas de suas trajetórias de vida e fortemente influenciadas por elas. Essas marcas vão instituindo diferentes modos de ser que podem tanto contribuir para a promoção de um espaço de diálogo e reconhecimento das diferenças quanto reiterar discursos normativos, tabus, preconceitos e violências.

Guacira Lopes Louro (2000) chama-nos a atenção para o fato de que a produção dos sujeitos é um processo plural e que as “marcas” que os constituem são resultado de suas histórias pessoais. Assim, entendemos que professoras e professores (re)produzem, nas diversas vivências no ambiente escolar, suas experiências individuais, seus valores e suas crenças religiosas.

Neste sentido, achamos pertinente, partindo do nosso entendimento de tentar compreender as subjetividades que atravessam a prática pedagógica

e que podem interferir nesse trabalho, problematizar algumas questões referentes ao que pensa a professora acerca da disciplina e de algumas temáticas que envolvem a sexualidade. Orientamo-nos neste trabalho pelo seguinte questionamento: *que questões acerca da sexualidade, no desenvolvimento do componente curricular “Educação para a Sexualidade”, atravessam os discursos e interferem nas práticas pedagógicas de uma professora?*

Os trechos que serão apresentados neste texto foram retirados da transcrição da entrevista realizada com a docente.

Metodologia:

Este trabalho apoia-se em uma abordagem de cunho qualitativo a qual, segundo Maria Cecília Minayo (2009), traz elementos importantes para compreender os significados, anseios e crenças dos fenômenos sociais, ocupando-se do estudo das relações, dos pensamentos, da visão dos sujeitos sobre um determinado fenômeno, sendo estas decorrentes das interpretações de como as pessoas vivem, pensam e se sentem.

Para a produção dos dados, foi realizada uma entrevista com uma professora participante da pesquisa. A entrevista foi realizada ao final do processo de observação participante realizado junto às classes de 8º e 9º ano e uma classe de Educação de Jovens e Adultos - EJA – (1º segmento 6º e 7º ano) nas quais a professora ministrava a disciplina durante o período da pesquisa de campo para o projeto do mestrado acadêmico. A entrevista foi gravada em áudio, com a permissão da participante, a fim de não perder nenhum conteúdo proferido nas falas.

De acordo com Antônio Carlos Gil (2010), a entrevista constitui a mais flexível de todas as técnicas de coleta de dados e também a mais utilizada. Ainda de acordo com o autor, graças à sua flexibilidade, a entrevista é frequentemente adotada como técnica fundamental de investigação nos mais diversos campos podendo-se afirmar que grande parte dos trabalhos de desenvolvimento das ciências sociais se deve a utilização desse recurso. Consideramos ainda, amparando-nos em Rosa Maria Hessel Silveira (2007) que a entrevista não se constitui um momento simples, mas atravessado por receios e expectativas tanto da pesquisadora quanto da entrevistada, não devendo assumir o “status” de reveladora de verdades, visto que está influenciada pelas subjetividades de cada um dos “lados”, mas deve ser considerada como um momento de interação entrevistada/entrevistadora. Os dados produzidos neste momento da entrevista serão apresentados a seguir.

Clarificamos aqui a nossa opção por utilizar, no decorrer deste texto, as palavras que sofrem variações que indicam gênero nas duas formas de escrita – feminino e masculino – entretanto, pontuamos que faremos o uso da palavra no feminino anteriormente à sua forma masculina, pensando na desconstrução dos padrões atuais de escrita. Em alguns momentos quando houver a necessidade de nos referir a um homem e uma mulher ao mesmo tempo, faremos a escrita optando pela forma feminina.

Resultados e Discussão:

A professora que leciona a disciplina na escola em que foi realizada a investigação que deu origem a este trabalho é licenciada em Ciências com habilitação em Biologia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e ministrou o componente curricular apenas durante o ano letivo de 2014, período em que a pesquisa para o mestrado acadêmico foi realizada.

Discutiremos a partir deste ponto com base em três trechos retirados da entrevista realizada com a docente, o que ela pensa acerca dos objetivos da disciplina e o como para ela deve ser realizado o trabalho com as temáticas na escola a partir da defesa de que professoras/es de Biologia seriam as/os mais “capacitadas/os” para o trabalho com os temas. Esclarecemos aqui que os trechos foram nomeados a partir das falas da docente.

“Essa disciplina ajuda muito a gente a trabalhar muitas coisas que eles têm dificuldade de abordar em casa”.

Para a professora, as/os alunas/os necessitam de orientação e a disciplina teria como objetivo ajudá-las/os, principalmente *“em muitas coisas que eles têm dificuldade de dialogar em casa”*, segundo ela. Entretanto, poderíamos nos questionar aqui a respeito desse entendimento de que as famílias não conversam sobre sexualidade com as crianças e adolescentes. Será que podemos generalizar essa questão? As/os adolescentes têm essa “dificuldade” em conversar sobre sexualidade em casa?

Partindo desse pensamento da docente podemos refletir sobre outras questões: a professora quando elabora uma aula o faz pensando em “alguém”, existe um público que se deseja “atingir”. O entendimento de que as/os alunas/os necessitam de ajuda e esclarecimentos sobre determinadas “coisas” sobre as quais as famílias não conseguem dialogar refletirá sobre as propostas

que poderão ser desenvolvidas para determinado *tipo* de público e do que se acredita ser interesse deste público – a partir do olhar de quem elabora tais propostas. As professoras planejam suas práticas pedagógicas, muitas vezes, baseadas nas suas ideias acerca de quem *pensam* que suas alunas e alunos *são*, e, além disso, daquilo que esperam que elas e eles *se tornem*. Uma aula, um filme exibido ou um texto trazido para a sala de aula é, de certa forma, endereçado para “alguém”.

Sobre esta questão, Anderson Ferrari e Elizabete Franco (2010) nos trazem a ideia presente em Elizabeth Ellsworth (2001) a respeito do que se entende como “modo de endereçamento”. Dialogando com o texto das autoras, que analisam as relações entre as propostas de um curso de formação oferecido às professoras no município de Juiz de Fora-MG, e a ideia que carrega ao se constituir a partir do que se imagina, ou se espera, que seja a “vontade de saber” das professoras participantes do curso, pensamos que, do mesmo modo, a docente que entrevistamos elabora suas práticas a partir do entendimento que tem do que para ela seria *importante* para suas/seus alunas/os. Para ela, alguma coisa precisa ser feita para ajudar essas/esses alunas/os e essa “alguma coisa” parece está situada na disciplina e em seu papel de “intervenção”. Pensamos, entretanto, no caso deste trabalho, assim como observado por Ferrari e Franco (2010) em seu estudo com relação às professoras do curso investigado, que aquilo que a professora acredita ser a *necessidade* de suas/seus alunas/os parece não corresponder à realidade que observamos durante muitos dos momentos em que estivemos em campo. As alunas e alunos, para além do que propunha a professora nas aulas, extrapolam o que está em pauta, trazem outros elementos à discussão, tecem novos diálogos que não estavam no *script* e resistem ao que estão “aprendendo” ali. A esse respeito, para Elizabeth Ellsworth (2001):

[...] todos os modos de endereçamento “erram” seus públicos, de uma forma ou de outra. O poder de endereçamento não é, pois, o poder de obter, à vontade, respostas previsíveis e desejadas dos estudantes ou dos públicos [...] O poder do endereçamento não é algo que os professores possam dominar, controlar, predizer ou transformar em uma tecnologia (ELLSWORTH, 2001, p. 44).

Para a professora participante da pesquisa, pensar que as/os alunas/os precisam de ajuda para que compreendam algumas “coisas”, talvez a leve a elaborar suas aulas com esta finalidade. Não ficou claro, entretanto, que “muitas

coisas” seriam essas, questão que só foi esclarecida em um terceiro momento, quando a professora explicou o que estava se referindo ao utilizar o termo “essas coisas”:

[...] “a questão da própria sexualidade, a transformação do corpo, aquela poluição noturna¹ né, a menstruação, por exemplo... elas me perguntam... porque umas crescem os seios mais que as outras, são coisas assim que, às vezes, têm vergonha de perguntar a mãe, né, a questão dos métodos contraceptivos, tanta coisa que eles me perguntam que eu nem lembro agora, mas são coisas ligadas à adolescência, entendeu?” (Trecho da entrevista realizada com a professora).

Os temas trabalhados traduzem de certo modo o entendimento da docente do que para ela seria o objetivo da disciplina em “ajudar” as/os alunos a resolver suas angústias e dilemas e “aprender” o cuidado com o corpo. Em outro trecho esse pensamento reaparece:

[...] Como é que a gente tem uma disciplina desta na escola, um privilegio de poucas escolas, e a gente tem um índice alarmante de alunas grávidas? [...] já tivemos aqui casos de meninas até no primário, 4ª série grávidas! Então o índice é grande, não é uma realidade só aqui na escola, a nossa realidade não difere das outras, mas nossa escola tem essa disciplina e tem um índice grande de meninas grávidas [...], nós temos alunas que até já fizeram aborto [...] (Trecho da entrevista realizada com a professora).

Percebemos tanto nestas duas falas, quanto durante as observações realizadas nas aulas, que as discussões parecem se pautar em preocupações com as mudanças biológicas dos corpos que ocorrem na adolescência, questões essas que, segundo a professora, podem ser vistas pelas/os discentes como vergonhosas. Além disso, há no trecho a ideia muito comumente difundida quando se fala em se “educar para a sexualidade” de que se *informadas* as meninas não engravidarão, ou caso engravidem, não abortarão.

1 A professora referia-se a poluição noturna.

Outra questão importante foi que, apesar de a professora afirmar que a disciplina tem também como objetivo discutir “aspectos sociais”, as abordagens durante as aulas estiveram relacionadas à um olhar biológico-higienista, com poucas discussões que extrapolassem essa perspectiva, as quais, quando aconteceram, foram de forma tímida e pontual, nem sempre diretamente relacionadas à sexualidade, mas às questões outras como trabalho, preconceitos com relação à condição social, padrões estéticos e racial, à exceção quando as/os alunas/os provocaram o debate, trazendo as questões, favorecendo a entrada de outras maneiras de se falar sobre sexualidade, mesmo sem o convite da professora. Em diálogo com Jimena Furlani (2011), a autora define esse tipo de proposta de discussão observada nas aulas como uma das formas contemporâneas de trabalhar a educação sexual nas escolas – sobretudo as que são vistas hoje no Brasil – baseadas no que a autora define como abordagem biológico-higienista, na qual as preocupações do ensino centralizam-se na “promoção da saúde, da reprodução humana, das DST’s”, da gravidez indesejada, etc” (FURLANI, 2011, p. 16). Ousamos dizer que, a partir da análise dos dados produzidos neste estudo e da pesquisa realizada por Suse Azevedo (2013), a disciplina Educação para a Sexualidade no município de Jequié parece se aproximar deste tipo de abordagem elencada por Furlani (2011).

Azevedo (2013), ao realizar um estudo com as professoras que ministram a disciplina Educação para a Sexualidade no município de Jequié-BA, relata que para as docentes o principal objetivo da disciplina seria reduzir a incidência dos índices de gravidez em adolescentes e de DST’s entre as/os jovens. Pensando a partir de como a disciplina parece ter sido idealizada e refletindo também sobre como ocorreu a formação inicial oferecida para as professoras e promovida pelo Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS da Bahia - GAPA/BA - imaginamos que sua criação também atendia a esse objetivo de controle de gravidez e doenças. Para Azevedo:

[...] o discurso das professoras revela que, para falar de sexualidade na escola é imprescindível primeiro conhecer o corpo anatômica e fisiologicamente. Esse discurso e a implantação da disciplina Educação para a Sexualidade [...] demonstram que é visto como natural a vinculação das discussões da sexualidade à área de Ciências, onde argumenta-se que o fato da disciplina tratar de questões referentes ao corpo biológico configura-se como um caminho para que as estudantes sanem as suas dúvidas e busquem esclarecimentos sobre o assunto (AZEVEDO, 2013, p. 124).

As impressões obtidas neste estudo a partir da entrevista com a professora e das observações que fizemos indicam uma aproximação com o encontrado por Azevedo (2013). A relação entre os conhecimentos de fisiologia e anatomia para a realização de um trabalho de educação sexual na escola reitera o pensamento de que as habilidades na área da Biologia seriam imprescindíveis para o trabalho com sexualidade. O próximo trecho aprofunda um pouco mais essa questão.

“Se para a gente já é desafiador, imagine para o professor que não tem essa formação dentro da Biologia”

O trecho que será apresentado agora evidencia a defesa da professora de que a disciplina deva ser ministrada por professoras/es de Biologia. Isso pode ser percebido quando ela afirma que muitas/os professoras/es acabam assumindo o componente curricular apenas para complementar sua carga horária, assim, de acordo com seu depoimento, *“tem professores trabalhando a disciplina que não é da área”*. Na fala parece que há uma denúncia de que as/os professoras/es estão infringindo alguma norma quando assumem o trabalho com a disciplina e não são da área da Biologia. Ainda, segundo ela:

“[...] Se para nós, não é que somos detentores da verdade dentro da disciplina, mas eu tô falando que tá dentro da nossa formação, da Biologia, entendeu? [...] então, se para a gente já é desafiador, imagine pro professor que não tem essa formação dentro da Biologia?”
(Trecho da entrevista realizada com a professora).

Percebemos aqui uma certa contradição na fala da professora que no início da entrevista pondera que se o tema é transversal este deveria ser discutido por todas/os na escola, de modo que, para ela, o fato da sexualidade ser proposta nos PCN como tema transversal tornaria obrigatório que sua discussão ocorresse em todas as disciplinas. Entretanto, quando voltamos a questão especificamente para a disciplina foco deste estudo, a docente parece defender a ideia de que a discussão de temas relativos à sexualidade deva ser realizada por professoras/es com formação em Biologia. Esse pensamento também é compartilhado pelas professoras entrevistadas por Azevedo (2013), as quais consideraram o fato de possuir formação na área como um facilitador para o trabalho por utilizarem os conhecimentos construídos durante a formação em Biologia para a abordagem da sexualidade.

Pesquisas sobre a abordagem da sexualidade na escola indicam que, na maioria das vezes, o trabalho tem se apropriado apenas do discurso biológico e higienista, em uma perspectiva prescritiva e normativa, como descrito por Helena Altmann (2005) em estudo realizado em escolas públicas no Rio de Janeiro, em que a autora aponta que a sexualidade é objeto de estudo apenas nas aulas de Ciências e Biologia e, quando discutida, o enfoque quase sempre se dá em uma perspectiva reducionista, baseando a abordagem em conteúdos da biologia como doenças sexualmente transmissíveis, contracepção, corpos e reprodução, despreocupado em promover discussões outras que problematizem a sexualidade, valorizando seus aspectos sociais, culturais e afetivos, o que dificulta um trabalho em educação voltado para a diversidade.

Em consonância com Altmann (2005), Furlani (2011), ao nos indicar que a abordagem biológico-higienista é considerada ainda por muitas/os como a predominante nos trabalhos de educação sexual, nos fornece subsídios para refletirmos onde podem estar as bases que ancoram o pensamento da professora e de tantas outras/os educadoras/es. A autora pondera, entretanto, e concordamos com ela neste sentido, que não se deve criticar a presença do discurso biológico no trabalho de educação sexual na escola, visto que é necessária, mas ao fato dessa ser vista como uma forma exclusiva de se pensar essas questões, reduzindo-as a apenas um de seus aspectos, que é de fato relevante, mas não único.

Em desacordo com a professora participante da pesquisa e nos aproximando do que pensam Glauberto Quirino e João Batista Rocha (2012) e Figueiró (1996), entendemos que não somente as/os professoras/es de Ciências e Biologia devam ser preparadas/os para lidar com os temas, mas a escola como um todo. Quirino e Rocha (2012) ponderam ainda que a educação sexual e a sexualidade precisam ser alvo da atenção das diversas áreas do conhecimento que são ministradas no ambiente escolar, necessitando assim de uma preparação de todo o corpo docente a fim de contribuir na implementação de ações que resultem na construção dessa cidadania. Nessa mesma direção, Figueiró (1996) amplia essa discussão afirmando que, além de não podermos delimitar quem deve atuar como educadora/or sexual, também não devemos limitar a que área essa tarefa deva ser atribuída. Para a autora, a motivação para atuar como educadora/or sexual deve partir do desejo da/o profissional, e não como imposição.

Diante destas informações, podemos pensar sobre qual seria então o papel de uma disciplina específica para abarcar as discussões de gênero e sexualidade na escola. Será que, mesmo com a existência de um espaço próprio para tratar

essas questões, as discussões ainda devem continuar aprisionadas pelos discursos da Biologia, sendo estes considerados como os únicos possíveis? Ainda devemos pensar, assim como nossa professora, que profissionais da Biologia seriam as/os mais “adequadas/os” e “capacitadas/os” para o trabalho com a educação sexual na escola? É preciso refletirmos sobre estas questões.

No próximo trecho retomamos a discussão a respeito da intenção da disciplina, segundo a professora, em instruir as/os alunas/os por um caminho “correto”, chamado por ela de caminho “do bem”.

Canalizar para o “bem”

O viés religioso esteve fortemente presente no discurso da professora, o que diz muito de sua identificação como “católica, apostólica, romana”, como nos deixou claro em um dos momentos em que conversamos. Percebemos nos depoimentos da professora, um discurso pautado em princípios cristãos de valorização de uma sexualidade que deve ser regida por determinadas normas. Expressões do tipo “canalizar para o *bem*” ou “canalizar para o *mal*” demarcam o que, para a professora, se espera que sejam atitudes de adolescentes responsáveis.

Neste sentido, a prostituição e homossexualidade são associados e vistos como “mal”, um caminho errado que deve ser evitado. A docente não problematiza a prostituição, simplesmente a coloca nesse lugar de erro, desvio e marginalidade e, de mesmo modo, faz isso também à homossexualidade, ao associá-la à promiscuidade, esta última vista como indesejável. Esse pensamento é denunciado quando a professora afirma que a pessoa homossexual é alguém que “*se deixa usar para obter o dinheiro fácil*”. A docente parece desconsiderar as manifestações de afeto e do desejo por pessoas do mesmo sexo como possibilidades de viverem sua sexualidade. Entretanto, é importante destacar que essa ideia trazida pela fala da professora diz de um discurso que não é só dela, mas compartilhado por várias pessoas. Daniel Welzer-Lang (2001) nos faz refletir como existe “uma promoção incessante, pelas instituições e /ou indivíduos, da superioridade da heterossexualidade e da subordinação simulada da homossexualidade” (WELZER-LANG, 2001, p. 467). Ainda segundo o autor:

Nós estamos claramente em presença de um modelo político de gestão de corpos e desejos. E os homens que querem viver sexualidades não-heterocentradas são estigmatizados como não sendo homens normais [...](WELZER-LANG, 2001, p. 468).

Em oposição ao que pensa ser o “canalizar para o mal”, a professora afirma que as/os estudantes que conseguem “digerir seus conflitos” da adolescência canalizam essa “energia” “para o bem”. Segundo ela:

*“Tem muitos que canalizam para o bem, **que se formam, mesmo sendo, assim, carroceiros, mas vão trabalhar, vão ser pedreiros, vão vender verduras na feira, vão carregar na feira livre, com carinho. Tem uns aqui que vendem docinho aqui na porta [...] estão ali, ajudando a mãe.** Vendem docinho aqui na porta da escola, na maior dignidade, tá entendendo? Então, tem muitas que vão trabalhar em casa de família, certo? Tem muitos que vão trabalhar de outras formas, de marcenaria etc. Mas a maioria tende à marginalização, uma grande maioria. Ficam falando de armas, entendeu? Pra até se impor, acham que aquilo ali estão ostentando, como eles dizem né. Então, o **canalizar é esse, a marginalidade e a não marginalidade**”. (Entrevista realizada com a professora, grifo nosso).*

Aparece no depoimento da professora uma ideia interessante e que diz respeito ao que pensamos acerca de quem são, ou do que serão (ou ao menos achamos que se tornarão) nossas/os alunas/os. Professoras/es e escolas parecem investir na produção desses sujeitos “regulados”. Para além disso, na fala descrita acima aparece um pensamento de que o destino das/os alunas de nossa professora já está traçado, dificilmente elas e eles escaparão de sua *sina*. Interessante também perceber como “canalizar para o bem” para ela seria se aproximar dessa condição de “trabalhadora/or” (e cabe uma reflexão acerca dos “tipos” de trabalho que são pensados por ela como possibilidades para as/os estudantes no futuro) ao mesmo tempo que a/o jovem deve se afastar de atitudes e escolhas que configuram o “canalizar para o mal”, como a prostituição e a homossexualidade.

Acreditamos que as/os educadoras/es sexuais podem reconhecer e valorizar as diferenças, desnaturalizando estereótipos e questionando desigualdades, combatendo preconceitos, discriminações, homofobia e outras formas de violência, em prol de uma vida mais feliz para as pessoas. Além disso, segundo Fabíola Rohden (2009), é importante:

[...] chamar a atenção para o fato de que o/a educador/a tem um papel central na luta contra a discriminação que tem promovido o sofrimento de diversas pessoas por causa das diferenças de

comportamento ou expressão. Mostrar que temos instrumentos legais e uma Constituição que defende expressamente os direitos individuais e enfatizar que esse profissional trabalha em uma escola pública e laica, parece ser uma tarefa frutífera. Desta forma tenta-se mostrar que não discriminar ou promover o respeito à diversidade não é um fator pessoal que se concede fazer a alguém, mas é uma questão de cidadania que o/a professor/a tem obrigação de promover (ROHDEN, 2009, p. 173).

Conclusões:

Consideramos as questões sintetizadas neste texto como especialmente relevantes para entendermos os movimentos que atravessaram (e atravessam) uma professora que ministra a disciplina Educação para a Sexualidade e como suas subjetividades e suas maneiras de lidar com a sexualidade e com o componente curricular podem interferir nas práticas pedagógicas planejadas por ela.

Os depoimentos e alguns posicionamentos da professora nos indicaram que as suas subjetividades e os entraves que a atravessam interferem nas práticas pedagógicas desenvolvidas e nas formas como a sexualidade é discutida no espaço escolar. Talvez a formação em Biologia tenha influenciado o entendimento da docente de que uma disciplina como a Educação para a Sexualidade deva assumir um caráter prescritivo. Assim, o objetivo da disciplina para ela seria o de “ajudar” as/os alunas/os direcionando-as/os por um “caminho certo” que deve se distanciar, por exemplo, da homossexualidade e da prostituição. Há uma preocupação em regradar a sexualidade de meninas e meninos e, para além disso, um entendimento de que a orientação do desejo e as práticas sexuais devam acontecer entre homens e mulheres, sendo negadas outras formas de vivência da sexualidade que não heterossexualidade.

Por fim, gostaríamos de pensar que, mesmo com a disciplina, ao que parece, como espaço de reiteração de preconceitos e normatizações, é preciso refletirmos sobre a importância da existência de um espaço como este para discussão dessas temáticas na escola. Talvez ainda possamos pensá-la como um lugar significativo para falarmos de gênero e de sexualidade.

Referências:

ALTMANN, Helena. **Verdades e pedagogias na Educação Sexual em uma escola.** 226f. (Dissertação de Mestrado), Departamento de Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

AZEVEDO, Suse Meire. **Estudo investigativo da disciplina Educação para a Sexualidade em escolas da rede municipal de Jequié-BA.** 144f. (Dissertação de Mestrado), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2013.

FERRARI, Anderson; FRANCO, Elisabete. **“Lidando com as homossexualidades”- a formação de professores em debate.** Ver. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora, v. 12, n. 2, jul/dez. 2010.

FURLANI, Jimena. Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual. **Educação em Revista:** Belo Horizonte, n. 46, p. 269-285. Dez. 2007.

_____. **Educação Sexual na sala de aula:** relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. A produção teórica no Brasil sobre Educação Sexual. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, n. 98, p 50-63, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

QUIRINO, Glauberto da Silva; ROCHA, João Batista Teixeira. Sexualidade e educação sexual na percepção docente. **Educ. Rev.,** Curitiba, n. 43, mar 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n43/n43a14.pdf>. Acesso 22 ago de 2012.

ROHDEN, Fabíola. Gênero, sexualidade e raça/etnia: desafios transversais na formação do professor. **Cad. Pesq. [online],** v. 39, n.136, p. 157-174, 2009.

“NOSSA, VOCÊ TEM UM PÊNIS GRANDE, VOCÊ ME DEIXA DOIDO. EU PARECIA UM BONECO INFLÁVEL NA MÃO DELE” – OS DISCURSOS QUE PRODUZEM O CORPO DO HOMOSSEXUAL NEGRO

Autor: Vitor Tadeu Nascimento Santos;

Orientador: Marcos Lopes de Souza
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
vitoruesb@yahoo.com.br

Resumo: O presente texto origina-se de uma dissertação de mestrado em andamento, na qual o autor inicialmente discute as construções identitárias de homossexuais negros do interior da Bahia. Neste artigo resgata-se na história contada por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*, uma espécie de manual do fazendeiro que instruía e dava conselhos aos compradores de escravos negros. Um desses conselhos era o de que a compra deveria ser evitada caso o negro apresentasse pênis pouco desenvolvido. Sendo assim, apresentaremos a fala histórica que produzia o corpo do negro como mercadoria para em seguida problematizar o interesse de alguns gays pelo discurso de que o gay negro tenha um pênis grande e como este último reage diante dessa questão em seus relacionamentos afetivo-sexuais. Do ponto de vista teórico, a posição do autor está debruçada sobre os estudos pós-estruturalistas de Michel Foucault, Judith Butler, Guacira Lopes Louro, Tomas Tadeu da Silva. Por meio da análise da entrevista com um homossexual negro da referida pesquisa, problematiza-se o quanto o negro gay é produzido como ativo, pauzado e potente sexualmente e como isso interfere no entendimento dele enquanto um “objeto sexual”, distanciando-o, algumas vezes de uma possível afetividade.

Palavras-chave: Sexualidade, Homossexual Negro, Pênis-grande, Corpo, Discurso.

Introdução

O homossexual negro é um sujeito que se desdobra em dois eixos de relevâncias distintas, e, ao mesmo tempo, dois tabus da sociedade brasileira: a homossexualidade e a etnia. Ambos sujeitos marginalizados, evidenciados nas ações sociais que perpassam desde modelos que afirmam a hegemonia do hetero sobre o homossexual, como também a predominância do branco sobre o negro (ROSA, 2006).

Sobre o primeiro, podemos observar que o homossexual sofre discriminação por não apresentar um comportamento que corresponda aos referenciais de sexualidade hegemônica, provocando um rompimento de conduta, sendo muitas vezes considerados como desviantes e/ou anormais (LOURO, 2005).

Já o negro, que se constitui através da emblemática virilidade heterossexual, representado pela força física, agressividade, um apreciável apetite sexual e um pujante pênis, quando gay, desvia-se deste ideal e muitas vezes vê-se incapacitado de ser incluído no perfil de sua etnia ou grupo étnico, pois sendo homossexual ele agora adquire os estereótipos do senso comum que estigmatizam a maioria dos homossexuais como sujeitos covardes, fracos, frágeis e traidores do perfil assimilado pelo homem heterossexual negro (ROSA, 2006).

Desta forma, podemos entender que existe uma dominância de pensamentos, comportamentos, atitudes, condutas, nas relações de sexualidade e etnia. Disputas pelo poder, alicerçadas nos núcleos das células sociais, que são evidenciadas nos mecanismos discursivos de controle e dominação, fixando, estruturalmente, cada sujeito numa posição da sociedade (FOUCAULT, 1996).

Sendo assim, este artigo problematiza o corpo do negro como mercadoria de desejo, assumindo o aspecto incômodo experimentado, primeiramente, pelo autor do artigo, em seguida por duas etapas da construção de minha dissertação de mestrado: um percurso histórico que o corpo do escravo negro fora constituído aqui no Brasil e um trecho da entrevista de um dos sujeitos de minha pesquisa.

Assim sendo, ele tem duas junções importantes a serem destacadas: o corpo do escravo negro num determinado período da história do Brasil que se relacionou com outros sujeitos e o corpo do homossexual negro na contemporaneidade das relações que, talvez sejam capturados em lugares de desejo.

Por um lado, ao resgatar na obra Freyriana de Casa Grande e Senzala uma espécie de manual de compra destinado aos fazendeiros interessados em adquirir escravos negros que tenham pênis grande, discutiremos a relação dos

fazendeiros com os fazendeiros e destes com os negros. Ao ser considerado boa mercadoria por possuir uma generosidade fálica e este atributo lhe assegurar, no senso comum da época, uma superioridade procriadora, o negro é fixado num jogo de interesses entre quem o deseja para os serviços como uma máquina eficiente na servidão da lavoura, mineração, etc., mas também um corpo que servia para o prazer sexual do seu senhor (TAVARES, 2008; RIBEIRO, 1995; MOTT, 1988).

Por outro lado, este artigo é parte de uma pesquisa em andamento preocupada em investigar e analisar a construção de identidades de homens negros homossexuais da cidade de Jequié na Bahia e se estes vivenciaram processos discriminatórios que lhes levaram a experimentar formas de escapes e fugas diante de situações de exclusão e marginalização.

Dado o exposto, este texto dialoga com a perspectiva pós-estruturalista, onde o interesse da investigação e da análise estará focado nos discursos e práticas que produzem os sujeitos, bem como na “jornada complexa em que certezas se transformam em dúvidas, muitos caminhos se desviam e novos horizontes vão se configurando e tornando-se realidade” (LOURO, 1997; MORAES; GALIAZZI, 2006, 118).

Diante disso, o autor e os teóricos por ele utilizados neste artigo, consideram importante desestabilizar o que era certeza num dado momento histórico, para que a sensação de insegurança inicial ao processo da análise possibilite construir argumentos que edificarão um novo trabalho (LOURO, 1997; MORAES; GALIAZZI, 2006, 118; FLICK, 2009; FOUCAULT, 1996).

Meu corpo negro

Antes de avançarmos na história dos negros escravizados no Brasil e como seus corpos eram considerados mercadoria pelos seus senhores, gostaria de apresentar a fala do meu orientador de mestrado, que me incomodou a ponto de provocar a produção deste artigo:

“Para mim você é educador físico, não jornalista1”.

Fui buscar entender onde fora produzido em nossa relação, ser mais forte para ele o Vitor educador físico do que o Vitor Jornalista.

1 As falas ao longo do texto estarão em itálico diferenciando-se das citações.

Possuo as duas graduações. Sendo que primeiro busquei me inteirar da paixão que sempre tive/tenho por desenvolver um senso crítico, opinar, ler, interagir com a sociedade pela escrita jornalística para em seguida buscar dialogar com uma ciência que discutisse de maneira crítica o corpo na sociedade.

Sou produto de uma família que valoriza a prática esportiva e as mais variadas formas de atividade/exercício físico, vivenciando desde muito pequeno as competições que minha mãe participava. Pois bem, cá estou estudante de mestrado e intrigado com um corpo que produz um enquadramento para meu orientador.

Por isso interroguei o que é para meu orientador e nossa sociedade ser um jornalista e o que é ser um educador físico? Será que a força física que meu corpo negro apresenta socialmente rememora a imagem de que o trabalho braçal está para o homem negro (educar o físico) e o intelectual (jornalista) está para o homem branco e por isso não sou visto primeiramente como jornalista? Se existe um equívoco nesta suspeita, por que então, meu orientador me enxerga assim? E quem é ele? Branco? Negro? Em qual definição étnica ele está? Que lugar ele ocupa na sociedade que lhe confere a autoridade desta fala? E em que momento eu me produzo neste lugar?

Outra coisa: qual ideia é produzida com a palavra educador? Será que eu, Vitor, homem negro, gay, estou/sou apto a educar físicos e não a educar o intelecto das pessoas?

Para finalizar temporariamente esta etapa de problematizações acerca da produção que meu corpo negro apresenta, nos questionamos: E se diante do meu orientador estivesse um homem branco, com os mesmos atributos físicos e graduações acadêmicas por mim conquistadas, ele seria visto primeiro como educador físico ou jornalista? Veremos adiante, na história contada por Freyre (2003), a maneira que o corpo do escravo negro era tratado por quem o desejava para os serviços.

Corpo casa-grande versus corpo senzala

Nas palavras de Gilberto Freyre (2003), o corpo do homem branco tornou-se um território de ser servido pelo negro e pelos prazeres que a vida da época lhes oferecia. Os negros escravos:

se tornaram literalmente os pés dos senhores: andando por eles, carregando-os de rede ou de palanquim. E as mãos – ou pelo menos

as mãos direitas; as dos senhores se vestirem, se calçarem, se abotoarem, se limparem, se catarem, se lavarem, tirem os bichos dos pés. De um senhor de engenho pernambucano conta a tradição que não dispensava a mão do negro nem para os detalhes mais íntimos da toaleta; e de ilustre titular do império refere von den Steinen é que uma escrava que lhe ascendia os charutos passando-os já acesos à boca do velho. Cada branco de casa-grande ficou com duas mãos esquerdas, cada negro com duas mãos direitas (FREYRE, 2003, pag. 517-518).

Na citação apresentada, há, portanto, a ideia de ser o negro quem trabalha duplamente, deixando de ter uma mão esquerda e uma direita, passando a possuir duas mãos direitas, mãos consideradas fortes para realizar o serviço dele e o do seu senhor. Ao homem branco é dado o lugar da oração, do ser servido com o charuto já aceso, de não aproximar-se da merda que seu próprio corpo produz, quando é a mão do negro que limpa a bunda do seu senhor.

[...] As mãos do senhor só servindo para desfiar o rosário no terço da virgem; para pegar as cartas de jogar; para tirar rapé das bocetas [...] para agradar, apalpar, amolengar os peitos das negrinhas, mulatas, das escravas bonitas dos seus haréns (Idem).

As marcas de um Brasil colonizado sobre quem historicamente serviu e dos que foram servidos muitas vezes nos leva a olhar para o homem branco de modo mais suavizado, como que mais belos e angelicais, frágeis, limpos, sensíveis e livres, como nos transmite a ideia do trecho acima. Para Foucault (1988), as fabricações de lugar de identidades ao longo de nossa história, como a relação entre o corpo do homem da casa-grande e o corpo dos negros da senzala, nos aprisionam todo tempo.

O pau do Brasil

Em 1834 existia no Brasil um manual do fazendeiro proposto pelo médico Jean-Baptiste Imbert. Era um manual de instrução que dava conselhos e instruía os senhores de escravos na gestão de suas fazendas, apresentando questões sobre saúde, habitação, vestuário, tarefas diárias, alimentação, descanso, castigo, disciplina rigorosa, entre outros (IMBERT, 1834).

O manual destacava ainda, informações sobre a aparência física e saudável que os escravos negros deveriam apresentar dando ênfase ao tamanho do seu pênis. Imbert apud Freyre, dizia aos fazendeiros sobre:

a necessidade de se atentarem nos órgãos sexuais dos negros, evitando-se adquirir os indivíduos que os tivessem pouco desenvolvido ou mal-conformados. Receava-se que dessem maus procriadores (IMBERT apud FREYRE, 2003, pag. 518).

Por outro lado, a compra era recomendada se o escravo:

...apresentasse pele negra macia e sem odor, [...] abdômen chato e umbigo pequeno [...] músculos bem desenvolvidos, carne firme, e na fisionomia e atitude geral, animação e vivacidade; se essas condições estiverem presentes, o senhor terá um escravo com saúde, força e inteligência garantida. (IMBERT, 1834).

No primeiro trecho selecionado nos deparamos com a produção dos efeitos que a palavra necessidade constrói. Ela nos remete a pensar em ser indispensável ter, ser essencial, se eu não vier a possuir estará faltando algo. A palavra necessidade nos leva a refletir sobre coisas que são imprescindíveis em nossa vida para sobreviver. Por isso o conselho médico instruíu os fazendeiros sobre a necessidade de evitar comprar os escravos negros que apresentassem pênis pouco desenvolvido. Segundo Foucault (1988), o poder não se resume a apenas reprimir, ele precisa produzir efeitos, construir saberes para que não seja considerado débil.

No segundo trecho encontramos a palavra “apresentasse”. Aquilo que é apresentado da à ideia de exibir, mostrar, oferecer, identificar. Dessa forma, os negros que oferecessem as características asseguradas pelo discurso médico eram identificados como saudáveis.

E o que seria apresentar músculos bem desenvolvidos? E na fisionomia e atitude geral, animação e vivacidade? Ainda que os trechos por nós destacados nos ofereça informações que nos serviriam para um deleite analítico dissertativo, nos interessa para este artigo a atenção destinada ao corpo do escravo negro, sobretudo o tamanho do seu pênis, que, assegurada pela fala médica transmitia a “verdade” para os homens que detinham o poder no Brasil de 1834.

Sem perder de vista o contexto histórico, em 1831, o Brasil tinha legalmente encerrado o tráfico negreiro pelo atlântico. Ou seja, a partir deste ano os novos escravos só poderiam servir de mão-de-obra se fossem filhos de escravos e nascessem em solo brasileiro.

Existe uma pergunta que nos incomoda: em si tratando das circunstâncias históricas que passava o Brasil com relação às dificuldades em comprar/traficar escravos negros, não seria conveniente construir uma “necessidade” que “apresentasse” o negro possuidor da generosidade fálica uma superior capacidade procriadora para que o senhor fizesse, segundo o médico, uma compra garantida?

Pois bem, ao direcionarmos nosso olhar para a construção de identidade do negro ao ter que exibir a seu senhor um corpo e um pênis esperado, faz com que busquemos em Fanon uma afirmativa intrigante sobre o ser negro e reconhecer-se como tal em, *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1983):

o problema do negro é ser negro para o homem branco. Desse modo, o negro não é humano ou, em outra medida, é subumano. É simplesmente uma ideia criada pelo homem branco, sendo uma projeção deste, que o nomeou como tal e determinou, pela violência física e simbólica, pelo controle da palavra e de sua enunciação, onde o negro deveria estar e como deveria existir. O negro, nada mais é do que uma representação.

Fanon propõe que o negro desconstrua/desloque esta identidade submissa, se apropriando de uma consciência social e histórica de si mesmo, para que ele deixe de ser “o outro” e seja dono de sua existência.

O que Fanon tenta nos alertar, diz respeito sobre as relações de poder que são sustentadas na sociedade. Foucault (1996) nos explica que os “discursos de verdade” (re) produzidos na sociedade, construídos por meio de sua linguagem, comportamento e valores, são relações constituídas de poder e, portanto, aprisionam os sujeitos, como destaca:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade, isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros(...), os meios pelo qual cada um deles é sancionado, as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o

status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro (FOUCAULT, 1996, pag. 226).

As relações de poder existentes na sociedade, de acordo a Foucault (1996), devem ser consideradas em seu tempo, história e espaço. Por isso, Tomaz Tadeu da Silva (1998) afirma que:

os diferentes grupos sociais utilizam a representação para forjar a sua identidade e as identidades dos outros grupos sociais. Ela não é, entretanto, um campo equilibrado de jogo. (...) esse é um campo atravessado por relações de poder. (...) o poder define a forma como se processa a representação; a representação, por sua vez, tem efeitos específicos, ligados, sobretudo, à produção de identidades culturais e sociais, reforçando, assim, as relações de poder.

Tal afirmação é instigante por produzir uma reflexão acerca da representação de uma categoria, de uma norma estabelecida, em que torna-se necessário classificar os sujeitos para que a sociedade seja separada/dividida “e, de formas sutis ou violentas”, seja discriminada e caracterizada (LOURO, 2000).

A seguir, dialogaremos com um negro gay que nos apresenta as falas dos homens com os quais manteve relacionamento, nos permitindo analisar e problematizar os discursos que produzem seu corpo de homossexual negro.

“Você tem um pênis grande, você me deixa doido. Eu parecia um boneco inflável na mão dele”

A fala que abre esta seção foi uma das escolhidas para nos ajudar na investigação e análise sobre os processos discriminatórios que homens negros homossexuais da cidade de Jequié vivenciaram em suas relações afetivo-sexuais.

Esta foi extraída da entrevista realizada com Emílio, nome fictício escolhido para um dos sujeitos de minha pesquisa de mestrado. Emilio tem 25 anos, solteiro, diz ser negro e gay assumido, reside em Jequié com o avô e é professor do ensino fundamental e médio.

A pergunta que gerou esta fala foi se em suas relações afetivas e sexuais ele percebeu situações de racismo e como reagiu a isso? Ao que, inicialmente, Emilio respondeu:

“Socialmente falando não. Mas parece que nós negros somos objetos sexuais. Eu sinto isso. Eu falo por mim. Muitas pessoas parecem que nos quer para usar como objetos sexuais”.

No trecho selecionado, temos na primeira frase a ideia de que ele não tivera sofrido nenhuma ação discriminatória diante de outras pessoas, no meio social. Mas ao declarar que:

“parece que nós negros somos objetos sexuais”.

Emilio se vê como objeto na intimidade. Outro questionamento que o trecho da fala nos sugere é:

“nós negros somos objetos sexuais”.

São todos os negros ou existem alguns que são considerados como *“objetos sexuais”*? O que é ser objeto para Emilio? Talvez signifique uma relação de uso, sem envolvimento sentimental, aquilo que é objeto, para ele, tenha um menor valor.

Foucault (1996) vai dizer que existem mecanismos de sujeição que classifica os indivíduos em categorias e os fixa a sua própria identidade. É uma forma de poder que:

transforma os indivíduos em sujeitos. (atribuindo-lhe) dois sentidos para a palavra ‘sujeito’: sujeito submetido ao outro pelo controle e dependência e sujeito fixado à sua própria identidade pela consciência ou conhecimento de si. Nos dois casos, a palavra sugere uma forma de poder que subjuga e sujeita (FOUCAULT, 1996, p. 227).

Provavelmente Emilio tenha consciência de sua identidade e do conhecimento de si, como sugere Foucault, e por isso sente-se como que um objeto ao empregar o verbo *parecer* para descrever a sensação diante da situação de racismo que ele considerou ter lidado em seus relacionamentos afetivo-sexuais. Quando ele diz:

“Eu sinto isso. Eu falo por mim”.

O verbo sentir e falar estão empregados em primeira pessoa, o que possivelmente tenha feito Emilio experimentar em suas relações a sensação de ser tratado como objeto.

Na fala que encerra o trecho selecionado encontramos:

“Muitas pessoas parecem que nos quer para usar como objetos sexuais”.

Quem são estas muitas pessoas que Emilio subteve? São as muitas que ele manteve um relacionamento? Ou são as que querem usufruir daquilo que esperam que ele apresente?

Butler (2012) e Louro (2005) vai nos dizer, que “existem estruturas que constroem o sujeito, forças impessoais, tais como a cultura ou o discurso ou o poder”, onde as posições ocupadas na sociedade, consideradas posições de sujeito, orientam tudo aquilo que pode ser ligado ou subordinado a ela. As “*muitas pessoas*” que a fala de Emilio apresenta, talvez estejam inseridas nas ideias das autoras mencionadas e por isso desperta em Emilio a sensação de parecer objeto.

Em outro trecho selecionado da entrevista de nosso informante, encontramos:

“Parece que nós só somos corpo e não cabeça. E isso me indignou muito até um certo tempo. Muitas pessoas só vinham atrás de mim, me desculpe a expressão: pra fuder mesmo!”

Antes de analisarmos este trecho nos questionamos sobre o seguinte: o que é ser só corpo? É ser educador físico e não jornalista? É ter que apresentar um pênis bem desenvolvido para que a compra seja efetivada?

Pois bem, na frase que abre o trecho encontramos novamente o verbo parecer, o que nos leva a acreditar que ora Emilio experimenta ser visto de uma maneira, ora de outra. Entretanto, para os que buscam nele algo que seu corpo tenha que apresentar, pouco importa outras coisas.

Por isso, o “*só somos corpo e não cabeça*”, sugere certo incômodo em querer ser visto como alguém que tenha atributos intelectuais, que pensa, que possa exibir não somente um corpo, mas também algo que quem o procura não considera ser ele possuidor.

“isso me indignou muito até um certo tempo”

Há nesta fala, o verbo indignar no passado, empregado com o advérbio de intensidade, muito, revelando que Emilio se revoltou numa época com as *muitas pessoas* que o procuravam por somente se apropriar do seu corpo, e que, provavelmente agora, não o incomode tanto quanto antes.

Porém, ao pedir desculpa pela expressão verbalizada no imperativo: “*só vinham atrás de mim, pra fuder mesmo!*”, Emilio enfatiza o que por muito tempo o revoltou, como que retornado as lembranças do tempo em que era somente procurado pelas muitas pessoas para a foda, expressão que no senso comum virou analogia do ato sexual.

Ao chegarmos à fala que dá título a este artigo, encontraremos um Emilio que se relaciona e nomeia as muitas pessoas com as quais iam atrás dele em busca de “*fuder mesmo!*”:

“Nossa, você tem um pênis grande, você me deixa doido. E eu parecia um boneco inflável na mão dele. As pessoas gostam de negros, por causa disso. E todos os brancos que eu fiquei até hoje usavam do discurso: eu sou doido por negros, porque negros tem pegada, porque negro dá tesão. Todos que eu fiquei. Inclusive me relacionei no sentido de ter um namoro com um e que dizia desse mesmo jeito. Eu sei que ele gostava de mim. Eu sei que ele me respeitava, mas a gente percebe que, assim como acontecia na senzalas, acontece hoje em dia. As pessoas gostam de negros, por causa disso. Pode observar que a maioria das pessoas que falam: gosto de uma negra, gosto de um negro vai estar relacionado ao sexo, vai estar relacionado a cor, não no sentido da melanina, mas um desejo sexual que há por trás disso”.

Na primeira frase do trecho lemos: “*Nossa, você tem um pênis grande, você me deixa doido*”. A expressão *nossa* caracteriza um ato de espanto, surpresa, admiração diante do que se vê. O homem que está diante de Emilio mostra-se admirado ao contemplar um pau grande, um pau que o “*deixa doido*”, dando a ideia de desejo, de querer possuir, de sentir-se atraído.

As palavras representam a natureza da sensação experimentada com aquilo que se vê (FOUCAULT, 2000), mas também constrói uma relação que enquadra Emilio num lugar, o de sentir-se como que um boneco inflável, ou seja, o boneco inflável é um instrumento/objeto sexual que tem o formato de um ser

humano, que não tem vida, não precisa reagir a estímulos, só precisando estar ali para servir para ao prazer de quem o possui.

Em seguida Emilio afirma que *“as pessoas gostam de negros, por causa disso”*, pela ideia de que o negro apresente um pênis grande, para deixarem elas sem fôlego e admiradas com aquilo que o corpo negro revela. As pessoas que vão atrás de Emilio são todos os brancos com os quais ele se relacionou. São estes homens brancos que utilizam sempre do mesmo discurso: *“eu sou doído por negros, porque negros tem pegada, porque negro dá tesão”*.

Porque o negro tem pegada? O branco não? Ou seria por que o enquadramento dado ao negro é o de serem mais braçais, viris, de terem duas mãos direitas e estarem a serviço do seu senhor enquanto que o branco era servido com o charuto aceso, tendo a bunda limpa e as mãos dispostas a somente desfiar o rosário da virgem?

Emilio apresenta ainda um namoro que manteve com um homem branco, que, mesmo sabendo que o homem gostava dele, mesmo existindo a ideia de respeito, sentia o que muitos negros com seus corpos nas senzalas experimentavam diante do senhor branco da casa grande: a exploração.

Considerações finais

O relato último e boa parte do que foi apresentado neste artigo carece de mais problematizações, análises e questionamentos. O que buscaremos realizar em nossa dissertação. Por ora, apresentamos o passado descortinado no presente de outras formas. Apropriamo-nos do que Foucault (2008) considera ser importante existir numa investigação histórica: um “jogo de interrupções” com certa “profundidade”, questionando a totalidade continua dos acontecimentos atravessado por um reconstituir de vários passados.

Por isso reconstituímos o negro escravizado que tinha seu corpo avaliado para compra, o autor do texto que é visto como educador físico e não jornalista e Emilio, que se incomoda em ser só corpo e não cabeça. Dialogar com a história de homens negros do passado e da contemporaneidade é desestabilizar as “grandes bases imóveis e mudas que o emaranhado das narrativas tradicionais recobrirá” (FOUCAULT, 2008, pag. 8).

Neste artigo visualizamos parte da história de nosso país e do nosso povo com lentes problematizadoras de dúvidas e incertezas, o que para nós tornou o passeio complexo, prazeroso e instigante. Não pretendíamos com este trabalho responder perguntas silenciadas por séculos de história. Ambicionávamos sim,

encontrar mais questões para gerar a edificação de uma nova história, desta vez, envolvida de tensões, onde as formações discursivas de poder e verdade, legitimadas por um viés, fossem deslocados e desestabilizados.

Nesse sentido, questionamos: quais manuais vigoram em nossa sociedade contemporânea que nos aconselham e instruem sobre a aquisição daquilo que é considerado mercadoria de desejo?

Referências

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 4ª ed. RJ: Civilização Brasileira, 2012.

CONDE, Michele Cunha Franco. O Movimento Homossexual Brasileiro: sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás, 2004.

FANON, Frantz. Peles Negras. Máscaras Brancas. RJ: Fator, 1983.

FREYRE, G. Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. Recife: Global, 2003.

FERRARI, Anderson. BARBOSA, José Gabriel Couto de Viveiros. Homossexualidades masculinas e cidade pequena. In: Bagoas, Natal, EDFRN, v.8 n.11, jul / dez, p. 211-236, 2014.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em dois de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. História da sexualidade 1: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

_____. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. O que é homossexualidade. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Guacira Lopes Louro, Jane Felipe, Silvana VilodreGoellner (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. Corpo Educado: pedagogia da sexualidade / Guacira Lopes Louro (organizadora). Trad. dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva – Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Um Corpo Estranho: ensaios sobre a Sexualidade e Teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GREEN, James N. Além do Carnaval: homossexualidade Masculina no Brasil do Século XX. UNESP. São Paulo, 1999.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. 34ª ed. São Paulo, 1999.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós Modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 8ª ed. RJ: DP&A, 2003.

IMBERT, Jean-Baptista Alban. Manual do fazendeiro ou tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros. Rio de Janeiro, Typ. Nacional e Const. De Seignot-Plancher e Cia., 1834.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise Textual Discursiva. 2ª. ed. rev. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

MOTT, L. O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da inquisição. São Paulo: Papyrus, 1988.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. 17. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RISERIO, Antonio. Uma história da Cidade da Bahia. Salvador: Omar G., 2000.

ROSA, Waldemir. Homem Preto no Gueto: um estudo sobre masculinidade no Rap brasileiro. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

TAVARES, Luis Henrique Dias. História da Bahia. Salvador: Correio da Bahia, 2001.

PROGRAMAS MULHERES MIL



GT 19

GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE AS RELAÇÕES DE PODER

Annaya Assunção Pereira Ribeiro
Universidade Federal do Piauí
annaya.ribeiro11@gmail.com

Verônica Gomes Oliveira
Universidade Federal do Piauí
veronica-the@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as relações de poder existentes nas relações entre os sexos observadas nas Políticas Públicas com recorte de gênero construídas a partir da perspectiva de gênero adotada. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Os resultados alcançados foram que a relação entre gênero e políticas públicas nesta discussão buscou proporcionar uma reflexão sobre a forma sutil com que as estruturas sociais perpetuam esta dominação masculina. Nos estudos de gênero desde o seu início tem-se a preocupação em compreender esta dominação masculina para mudar a realidade.

Palavras-chave: Gênero, Políticas Públicas, Relações de Poder.

Introdução:

O presente trabalho apresenta uma discussão sobre as relações de poder existentes nos debates sobre gênero e políticas públicas. O gênero é uma categoria relacional que envolve os sexos, desta forma as desigualdades sociais enfrentadas pelas mulheres em sociedade perpassam preocupações do Estado em enfrentar esta situação. Uma das formas para isto é através das políticas públicas com recorte de gênero.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo analisar as relações de poder existentes nas relações entre os sexos observadas nas Políticas Públicas com recorte de gênero construídas a partir da perspectiva de gênero adotada.

Esta análise faz parte de um estudo bibliográfico que visa contribuir para o processo de construção de uma dissertação sobre estas políticas. Traz como destaque a perspectiva de gênero envolvida na produção escrita como uma categoria analítica importante para entender as relações de poder que perpassam seu desenho, refletindo em todo o seu processo de implementação e posterior avaliação.

Não existe um único conceito fixo e permanente de pensar gênero, por isto, ela foi escolhida a partir do ângulo da formação pelas relações de poder entre os sexos que possibilita delinear os caminhos históricos percorridos até hoje para torná-la um objeto de estudo que tenha aceitação na academia científica e através dela ter uma maior visibilidade política e permitir que seja discutida.

A partir disto, as questões que motivaram a pesquisa foram: Qual a perspectiva de gênero adotada na construção das políticas públicas com recorte de gênero? De que forma esta perspectiva contribui para a diminuição das desigualdades de gênero? E por fim, compreender como o debate sobre as relações de poder podem ajudar no enfrentamento dos problemas encontrados na implementação dos programas sociais?

Em primeiro lugar, apresenta-se o debate sobre a categoria histórica de gênero. Em seguida, discorre-se sobre gênero e as relações de poder nas teorias de Bourdieu e Foucault para compreender como o poder se manifesta. A discussão traz a relação entre estrutura e agência, compreendida como dois elementos cruciais para proporcionar uma análise sobre a dominação masculina e as formas de exercício deste poder. Por último, abordam-se as políticas públicas com recorte de gênero.

Metodologia:

A pesquisa pautou-se por aportes da Sociologia em diálogo com teorias de gênero e poder sobre as políticas públicas com recorte de gênero. Apresentou-se o percurso histórico dos estudos feministas no debate sobre o gênero com Fonseca, Rago, Hita, Crosby e Farah. Em seguida, fez-se uma discussão conceitual de gênero apoiada em Scott relacionando este conceito com as relações de poder em Bourdieu, Foucault e em Mendes. Para o debate sobre as políticas com recorte de gênero trabalhou-se com Stromquist.

Resultados e Discussão:

Fonseca (1995) trabalha com a genealogia do “gênero”, na qual, tem como objetivo demonstrar através dos estudos de antropólogas feministas como se deu a mudança de “estudos sobre a mulher” para “gênero”, buscando para isto, descrever umas das ramificações da genealogia do conceito de gênero. Esta nova abordagem traz como fundo os debates feministas que em momentos diferentes tiveram diversas preocupações.

Fonseca (1995) ver a possibilidade de juntar militância feminista e pesquisas acadêmicas. Partindo de teorias que colocam o feminino como uma essência, natural, em uma situação de hierarquia para outra situação que deixa de colocar a mulher como vítima e passa a procurar vê-la como heroína, principalmente na historiografia. Neste momento, ela atribui ao gênero uma condição de constructo social, não permitindo pensar que existe uma origem da condição feminina.

Nesta perspectiva feminista, a experiência feminina traz algo inovador como uma forma de resistência a um tipo de ciência dominada pelo masculino. Pois,

na historiografia feminista, vale notar, a teoria segue a experiência: esta não é buscada para comprovar aquela, aprioristicamente proposta. Enfim, parece que já não há mais dúvidas de que as mulheres sabem inovar na reorganização dos espaços físicos, sociais, culturais e aqui, pode-se complementar, nos intelectuais e científicos. (RAGO, 1998, p.17)

Essas limitações presentes foram objeto de preocupação que perdurou por muito tempo no feminismo, numa busca pela associação com as origens da subordinação feminina, que provocava uma diferenciação histórica relacionada com a posição ocupada pelos sexos na sociedade. (HITA, 2002) Em que,

as diferenças observáveis entre os sexos eram atribuídas pela corrente da Igualdade a diferenças apreendidas artificialmente (culturalmente), e não a uma diferença advinda de uma natureza própria. Somente se reconhecia existirem as diferenças derivadas das relações sociais entre homens e mulheres, isto é, à opressão de um sexo sobre o outro ao longo da história humana. (HITA, 2002, p.325)

Aqui é colocada em evidência a necessidade de se separar o natural do cultural, como uma maneira de interpretar a realidade social, que representa mais do que o sexo biológico, pois a subordinação da mulher em relação ao homem advém, também, da cultura de sua sociedade.

Na visão dos pós-modernos e pós-estruturalistas uma proposta seria uma epistemologia alternativa feminista, que traz o abandono pela busca das diferenças existentes como fundamento do conhecimento, e visa ajustar a visão para a observação do processo de diferenciação. (CROSBY, 1992 apud COSTA, 1998)

Gênero, neste estudo, aparece como uma categoria analítica proveniente de uma abordagem da autora Scott (1995, p.88) que fala que “O gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado.” Pois, através da leitura sobre os estudos das feministas, ela contribuiu para demonstrar que o gênero é constituído por duas proposições importantes.

A primeira é a constituição das relações sociais baseadas na percepção das diferenças entre os sexos. Já a segunda compreende o gênero como uma forma primária de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1995)

Neste campo de discussões das relações de poder é crucial apresentar a teoria do sociólogo Bourdieu e do filósofo Foucault, enquanto autores importantes para entender as permanências e mudanças das desigualdades de gênero.

Dessa forma, as relações de poder provenientes da sociedade perpassam todas as áreas de convivência, e, para refletir sobre isto, Bourdieu retrata a

condição de subordinação da mulher em relação ao homem. Ela aparece na unidade doméstica de âmbito privado, mas vai além, indo para o público, também, através de instâncias como a Igreja, a Escola ou o Estado. (BOURDIEU, 2007)

Para uma mudança estrutural torna-se necessária se houver somente:

uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos de dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas (tanto entre as mulheres quanto entre os homens) e as estruturas de grandes instituições em que se realizam e se produzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social (a começar pelo Estado, estruturado em torno da posição entre sua “mão direita”, masculina, e sua “mão esquerda”, feminina, e a Escola, responsável pela reprodução efetiva de todos os princípios de visão e de divisão fundamentais, e organizada também em torno de oposições homólogas) poderá, a longo prazo, sem dúvida, e trabalhando com as contradições inerentes aos diferentes mecanismos ou instituições referidas, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina. (BOURDIEU, 2007, p.139)

Neste contexto, na teoria de Bourdieu o conceito de violência simbólica é definido como: “a força particular da sociodicéia masculina que vem do fato dela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada”. (BOURDIEU, 2007, p.33) Através dela é possível explicar o poder simbólico, que é exercido em colaboração entre dominantes e dominados/as, na qual, constroem-se como poder.

Vendo-se por este ponto de vista, nota-se a força da estrutura no enfrentamento das desigualdades de gênero. Bourdieu (2007) explica as condições que ocorre esta dominação masculina, argumentando que o processo social em que ela acontece é reproduzido e está ligada a cultura de cada sociedade. Mas, existe a possibilidade de que este poder aconteça não de maneira fixa, mas fluido, permitindo que o/a agente adquira estratégias de enfrentamento. “Como argumenta Foucault (1995, p.240) este poder coloca em jogo relações entre indivíduos que faz parte de um conjunto de ações que se induzem e se respondem uma às outras”.

Encerra-se esta parte destacando o pensamento de Mendes (1995) quando fala da importância de se valorizar as mudanças sociais através de ações das mulheres e, também, das instituições sociais para a discussão desta concepção de gênero em relação às relações de poder para permitir que estas microesferas do poder tragam mudanças com contribuições significativas para o avanço ou quem sabe num futuro o fim desta dominação.

As políticas públicas possuem várias fases que vão desde a agenda política até o processo de avaliação das mesmas. Em cada uma delas temos atores responsáveis para a sua realização. De acordo com o desenho da política é que vai ser determinada pelos atores quem irão ser beneficiados/as. Para isto, tem-se um lugar de destaque para a concepção adotada pelo (a) gestor (a). Estas divisões tornam-se necessárias, também, quanto às políticas de gênero, pois

as políticas públicas de gênero podem ser de três tipos, em termos de seu alcance: as de enfoque genérico contra discriminação (cobrindo todas as áreas, não apenas a da educação), as específicas para as áreas educacionais, mas referindo-se às mulheres apenas por implicação nas mencionadas políticas, e as que se referem especificamente à educação das mulheres. As genéricas contra a discriminação são, obviamente, coercitivas por natureza. As específicas para a área educacional e as enfocadas nas mulheres em especial podem ser de coerção, de apoio ou construtivas. (STROMQUIST, 1996, p.32)

Estes tipos proporcionam a realização de objetivos pontuais direcionados para cada tipo, no caso do enfoque genérico contra discriminação será adotada a interdisciplinaridade, observando o cuidado com várias áreas desenvolvidas no cuidado com as mulheres atendidas. As específicas para a área da educação trabalham com ações voltadas para a formação educacional e profissional, como uma maneira de permitir a inclusão social das mulheres sem colocar em evidência suas particularidades. Por último, têm-se as políticas específicas para as mulheres, na qual, realizam um trabalho voltado para o empoderamento das mulheres, com o debate e discussão da categoria de gênero.

Neste aspecto, o Estado procura assegurar os direitos sociais das mulheres através de políticas públicas com recorte de gênero tentando prover o bem-estar social direcionando para as mulheres carentes. “Pois, falta a especificidade, a preparação dos profissionais, a participação da comunidade que as

mulheres moram.” (STROMQUIST, 1996, p. 34). Diante destas problemáticas, ainda tem a oferta de cursos, em sua maioria voltada para a economia doméstica, demonstrando a permanência de uma divisão sexual do trabalho, já que

não se observa a abertura de novas oportunidades à mulher em campos não tradicionalmente femininos. A agenda formulada por movimento de mulheres e por movimentos feministas inclui a criação de mecanismos de ruptura com a divisão sexual do trabalho o que esses programas não parecem considerar. (FARAH, 2005, p. 64) [...] Tal incorporação nem sempre significa, no entanto, ‘aderência’ à agenda de gênero ou incorporação da perspectiva de gênero, entendida como uma ação que promove a redução de desigualdades entre homens e mulheres. Há programas que, embora focalizem as mulheres ou a elas dirijam módulos específicos, acabam por reiterar desigualdades de gênero, reafirmando uma posição tutelada e subordinada da mulher tanto no espaço público como no privado (FARAH, 2005, p.65)

É urgente a necessidade de falar em nome das mulheres sobre mudanças sociais, que deve ir além de uma formação profissional e educacional. Uma oportunidade de mudança na concepção de gênero para que se possa no futuro através das novas gerações contribuir para uma redução das desigualdades sociais. (FARAH, 2005)

as políticas e programas analisados parecem surgir que, entre a invisibilidade das mulheres e de suas necessidades e demandas e uma ação governamental resultante de uma ‘consciência de gênero’, que incorpore a perspectiva de gênero de forma sistemática e generalizada, há um terreno intermediário, associado a um processo incremental de transformação, em que alguns temas da agenda de gênero e alguma das abordagens propostas por movimentos e entidades de mulheres são incorporadas, de forma gradual, abrindo talvez, caminho para transformações mais profundas. (FARAH, 2005, p.67)

As políticas e programas sociais que buscam contribuir para a diminuição das desigualdades de gênero precisam aprofundar seus estudos e ações

coletivas Estes estudos serão importantes para verificar de forma mais acentuada quais os principais problemas na implementação das mesmas e quais soluções são cabíveis.

Conclusões:

As políticas públicas com recorte de gênero é um espaço de debate para compreender as relações de poder na sociedade. Pois, desde o seu desenho, perpassa pela construção da categoria de gênero como um debate necessário para o enfrentamento das desigualdades de gênero. Para a sua compreensão torna-se necessária a discussão teórica de sociólogos como Bourdieu e Foucault que o entendem como um campo de forças que possui uma estrutura organizada para a manutenção das relações de poder, mas pode propor mudanças na construção de novos discursos sociais através do pensamento de Foucault na formação de discursos que legitima a desigualdade social.

A relação entre gênero e políticas públicas para a discussão das relações de poder pertencentes à sociedade buscou proporcionar uma reflexão sobre a forma sutil com que as estruturas sociais perpetuam esta dominação masculina. Nos estudos de gênero, desde o seu início, tem-se a preocupação em compreender esta dominação masculina para mudar a realidade. A ciência tem esta funcionalidade de descrever, explicar, mas mais do que isto fazer com que a realidade seja objeto de debate, discussão. O primeiro enfoque dado é que quando se fala de áreas das humanidades procura-se vê-la como uma construção social, sem naturalizar, sem tentar buscar essências.

Scott (1995) ao conferir importância à categoria gênero como uma categoria analítica trouxe um estudo macrossociológico, na qual, as relações de poder envolvidas nas desigualdades sociais entre os sexos perpassam todas as sociedades, manifestando a vontade de fazer com que ela possa ter seu lugar na academia científica e proporcione uma mudança de percepção quanto o enfrentamento para a desconstrução da naturalização destas desigualdades, isto, pode ser observado nos discursos da mídia, novelas, entre outras que procuram debater temáticas polêmicas e que através da organização política de movimentos sociais, como o das feministas manifestam nas agendas políticas a tentativa de desconstrução e de empoderamento para as mulheres.

As políticas públicas possuem várias fases, e em todas elas têm-se relações de poder. No caso, o interesse é no desenho destas políticas, a exemplo do Programa Mulheres Mil (2015) que possui antes da elaboração, o momento da

agenda política para o debate com a comunidade beneficiada sobre as possibilidades e limites da sua atuação. Nesta fase, a percepção de gênero dos (as) gestores (ras) importa, já que é a partir do olhar deles (as) é que esta política será direcionada.

Mesmo que a agenda política possa ouvir as beneficiadas destas políticas públicas com recorte de gênero, existe a possibilidade de que o Estado não consiga contemplar todos os pedidos delas. Aqui ficam bem nítidas as relações de poder que rondam as fases das políticas públicas. As mulheres em suas lutas políticas diárias querem fazer parte da mesma, só que com a preocupação de debater esta percepção de gênero e buscar de forma prática a redução da desigualdade entre os sexos.

Referências:

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 5. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 160 p.

COSTA, Claudia de Lima. **O Feminismo e o Pós-modernismo/Pós-estruturalismo: As (In) determinações da Identidade nas (Entre) Linhas do (Com) texto**. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. 320 p.

FARAH, Marta F. **Gênero e Políticas Públicas**. Seminário Nacional da Coordenadoria da Mulher. SP, 2005.

FONSECA, Cláudia. **Uma genealogia do “gênero”**. Revista de Antropologia, Recife, v.1, n.2, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1995.

HITA, Maria Gabriela. Igualdade, **Identidade e Diferença (s)**: Feminismo na reinvenção de sujeitos. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; COSTA, Rosely Gomes; RAMIREZ, Martha Celia; SOUZA, Érica Renata de. Gênero em matizes. Bragança Paulista, 2002. 412 p. (Coleção Estudos CDAPH. Série História & Ciências Sociais)

MENDES, Mary Alves. **O pensamento de Bourdieu e o gênero**. Revista Serviço Social e Contemporaneidade. Ano 1 n.1, Teresina: EDUFPI, 2008.

PROGRAMA MULHERES MIL. **Mulheres Mil:** Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável, 2014. Disponível em: <<http://www.mulheresmil.mec.gov.br/htm>>. Acesso em 13. Jul.2015.

RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história.** In: PEDRO, Joana Maria & GROSSI, Miriam Pilar. Masculino, Feminino, Plural. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação & Realidade, v. 20, n.2, jul./dez. 1995.

STROMQUIST, Nelly. P. **Políticas públicas de Estado e equidade de gênero.** Revista Brasileira de Educação.

EMPODERAMENTO DE EGRESSAS DO PROGRAMA MULHERES MIL NO IFBAIANO – CAMPUS URUÇUCA

Jordania Medeiros Coutinho
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
jordania.medeiros@ifbaiano.edu.br

Este trabalho tem como objetivo principal apresentar as contribuições do Programa Mulheres Mil no empoderamento de egressas dos cursos de qualificação profissional ofertados no IF Baiano-Campus Uruçuca. De natureza qualitativa e considerando a experiência das participantes, a pesquisa utilizou a técnica de grupo focal como forma de verificar em quais dimensões de suas vidas o programa instrumentalizou estas mulheres ao empoderamento. Como referencial teórico, buscou-se as contribuições do movimento feminista para a definição do termo empoderamento e o uso do mesmo como categoria de análise. A partir dos resultados, concluímos que o Programa Mulheres Mil constituiu-se um importante potencializador do empoderamento de mulheres de classes populares através do processo formativo educacional, tendo como principais resultados a elevação da autoestima, o reconhecimento da cidadania e o combate à violência contra mulher.

Palavras-Chave: Empoderamento, Programa Mulheres Mil, Educação.

1. Introdução

O Programa Nacional Mulheres Mil – Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável foi instituído pela Portaria MEC - Setec N° 1.015, de 21 de julho de 2011, e está incluso no Plano Brasil Sem Miséria¹, integrando uma série de políticas públicas e diretrizes governamentais que objetivam

1 O Plano Brasil sem Miséria foi instituído em 02 de junho de 2011, por meio do Decreto N° 7.492 com a finalidade de reduzir a extrema pobreza no Brasil. O Plano prevê a integração e articulação de políticas, programas e ações executados pela União em parcerias com os Estados e Municípios.

promover a equidade de gênero e a inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade.

Estruturado a partir dos eixos Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável, tem-se a expectativa de que o mesmo possibilite a inclusão social, por meio da formação profissional focada na autonomia e na inserção de estratégias para a inclusão das mulheres certificadas no mundo do trabalho para que elas consigam melhorar a sua qualidade de vida e que isso possa ser extensivo as suas comunidades.

O Programa está alinhado às diretrizes da política externa do Governo Brasileiro, em destaque as Metas Educativas 2021 – *a educação que queremos para a geração do bicentenário* – promovido pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e assinado em 2010 pelos Chefes de Estado.

Considerando então as diretrizes do Programa Mulheres Mil, esta pesquisa partiu do seguinte questionamento: *De que forma o Programa Mulheres Mil tem contribuído para o empoderamento de mulheres atendidas por ele?* Definido o norte, considero que apenas as mulheres atendidas pelo referido programa e as suas trajetórias podem nos permitir responder esta questão.

A escuta destas mulheres, dando voz as suas trajetórias de vida, reflexões e opiniões sobre a experiência de serem atendidas por esta política pública permitiu incluí-las nesse processo não apenas como receptoras, mas como sujeitos de transformação em suas vidas.

A pesquisa ocorreu no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) no *campus* Uruçuca. Entre os anos de 2011 e 2013 foram ofertados os cursos de Processamento de Alimentos, Camareira e Horticultura Orgânica.

Nesse sentido, o presente artigo versa sobre o processo de empoderamento de egressas do Programa Mulheres Mil - *campus* Uruçuca. No primeiro momento trataremos do conceito de empoderamento a partir da perspectiva do feminismo e quais dimensões do empoderamento são avaliadas neste trabalho.

Em seguida apresento os dados da pesquisa de campo obtidos com o uso da técnica de grupo focal, com a intenção de identificar as contribuições do Programa Mulheres Mil na vida das egressas e as dimensões de empoderamento que foram fomentadas durante os cursos de qualificação.

Por fim, apresento as considerações finais acentuando o papel da educação no processo de empoderamento.

2. Empoderamento a luz do feminismo.

Muitas vezes o poder é tratado como uma força essencialmente política, presente no âmbito do Estado. Costa (2000, p.36) afirma que “as instituições e estruturas do Estado são elementos dentro de certas esferas de poder, cujas concepções se fundem na complexa rede de relações de força.” O poder, então, está presente em todos os níveis sociais desde relações interpessoais até nas estruturas estatais.

Os estudos de Foucault (2014) foram decisivos para repensar o poder para além do Estado introduzindo a ideia dos micropoderes e do poder relacional. Para o autor, os poderes se exercem em níveis variados formando um complexo de micropoderes que existem integrados ou não ao Estado. De maneira geral o que o autor propõe é que “o poder não é algo que se possui ou não, o que existem são relações de poder manifestadas em várias instâncias como uma rede de dispositivos a que ninguém escapa.”

Para Soares (1994), o movimento feminista reconhece o poder para além do âmbito público-estatal, mas também presente em todo tecido social, ampliando as concepções de política e sujeito, mais que isso, convoca a todos aqueles que tem uma posição subalterna dentro das relações de poder a transformá-las.

Para os estudos feministas essa é uma referência importante porque os gêneros se produzem nas e pelas relações de poder. “A normatização de conduta de meninos e meninas, a produção de saberes sobre a sexualidade e os corpos, o desenvolvimento de tecnologias e táticas que garantem o “governo” do sujeito, dentre outros aspectos que nomeiam as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres são produzidos no interior destas relações de poder (LOURO, 2013, p.47).”

Desse modo, podemos entender que dentro da estrutura de sociedade, e apesar das transformações ocorridas e das conquistas femininas (direito ao voto, inserção no mercado de trabalho, educação, políticas públicas de gênero, etc.), a maioria das mulheres estão aquém de terem poder de fato. Muitas mulheres ainda não podem decidir sobre suas vidas e exercem pequenas parcelas de poder que não lhes permitem romper com essa estrutura de dominação. O exercício do poder ainda é supremamente masculino, e manifesta-se através das instituições, cultura, educação, divisão sexual do trabalho, e demais fatores que constroem homens e mulheres de formas diferentes, relegando a mulher a uma condição de subordinação.

Evidente que nem todas as mulheres estão subjugadas e muitas já conseguiram romper com parte desta lógica, porém apesar das diferenças de classe, raça e cultura três pontos são comuns na condição de subordinação feminina: o controle masculino sobre o trabalho; o acesso restrito das mulheres aos recursos econômicos e ao poder político; a violência masculina e o controle da sexualidade. Para León (1997) “as mulheres têm neste final de século o desafio de inverter os esquemas que as marginalizam do poder, tanto no plano formal e normativo como na cultura.”

O que nos interessa neste trabalho é a definição do termo pelo movimento feminista, que, segundo Sardenberg (2009, p.4), “é o processo da conquista da autonomia e implica na libertação das mulheres da opressão patriarcal.” Ainda segundo a autora, as feministas têm usado o termo empoderamento em preferência a poder, pois o mesmo mantém seu foco nos oprimidos, ao invés dos opressores e tomam o poder como competência no lugar de dominação.

León (1997, p. 2) acredita que muitas feministas privilegiam o uso do termo empoderamento ao invés de poder por que “ele assinala ação e porque empoderamento implica, que o sujeito se converte em agente ativo como resultado de uma ação, que varia de acordo com cada situação concreta”. No entanto, a definição do conceito varia de acordo a disciplina que o utiliza, porém, os estudos sobre mulheres e gênero têm utilizado essa definição como eixo de seus discursos.

“Quando se adota o empoderamento como categoria de análise se faz necessário alguns informes a respeito das possibilidades de favorecimento do mesmo”(SOUZA; MOREIRA; BOURGUIGNON, 2014, p.158). Por mais que não se possa medir o empoderamento somos capazes de identificar resultados deste processo.

Nesse sentido e para alcançar os objetivos propostos neste trabalho tomaremos as dimensões de autoestima, autonomia de renda, consciência das desigualdades de poder, escolaridade, maior participação em grupos familiares e de solidariedade como forma de identificar as ações do Programa Mulheres Mil no IFBaiano – Campus Uruçuca que favoreceram o processo de empoderamento de egressas.

3. Metodologia

Esta pesquisa teve caráter exploratório-descritiva com abordagem qualitativa. Conforme Farias Filho e Arruda Filho (2013, p.63), a pesquisa

exploratória-descritiva proporciona familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito, possibilitando descrever as características de determinada população ou fenômeno. Já a abordagem qualitativa permite focar nos agentes envolvidos para a compreensão, reestruturação e explicação de processos sociais, históricos e culturais.

Ainda conforme Farias Filho e Arruda Filho (2013), a pesquisa qualitativa possibilita descobrir as diversas facetas de um objeto e é indispensável para conhecer o significado que as pessoas dão às coisas e às suas próprias vidas. O pesquisador procura entender os fenômenos a partir da visão dos participantes da situação estudada e, a partir daí, elabora sua interpretação dos fenômenos estudados.

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal Baiano de Ciência e Tecnologia – *Campus Uruçuca*. A escolha do *campus* teve como critério principal o fato de ser este um dos primeiros *campi* do IFBaiano a aderir ao Programa Mulheres Mil e ter executado continuamente o programa, tendo entre os anos de 2011 e 2013 certificado alunas nos cursos de Processamento de Alimentos, Camareira e Horticultura Orgânica.

O público-alvo participante desta pesquisa foram as egressas, uma vez que somente através da escuta da experiência delas, do reconhecimento de suas trajetórias é que podemos identificar as contribuições do Programa Nacional Mulheres Mil em suas vidas.

O instrumento que serviu de suporte para a coleta de dados foi a técnica de grupo focal, que consiste numa ferramenta útil de aproximação com comunidades e grupos desfavorecidos. “ É uma técnica que os ajuda na investigação de crenças, valores, atitudes, opiniões e processos de influência grupal, bem como dá suporte para a geração de hipóteses, a construção teórica e a elaboração de instrumentos (GONDIM, 2003, p.160).”

Foram elaboradas questões que nortearam o debate com o intuito de atender os objetivos deste estudo. O uso do grupo focal foi imprescindível para identificar, sem a limitação de um instrumento fechado e de forma mais específica, quais as contribuições do programa para o empoderamento destas mulheres em suas dimensões (retomada dos estudos / auto estima / inserção no mundo do trabalho / reconhecimento de direitos/ consciência das desigualdades de poder). Foi importante também para apreender o que o Programa Mulheres Mil significou na vida destas mulheres e os motivos pelos quais ele não motivou a melhoria na renda após a certificação.

4. Resultados e Discussões

De maneira geral, o Programa Mulheres Mil contribuiu significativamente para a vida das mulheres que participaram dele, principalmente no que se refere aos conhecimentos sobre os direitos básicos do cidadão, elevação da autoestima, ampliação dos conhecimentos sobre violência contra mulher e os mecanismos de combatê-la.

Podemos verificar nas falas abaixo, o quanto a elevação da autoestima, o aumento da confiança e a valorização de si mesmas foram conquistas das egressas do programa. De acordo com Lisboa (2008, p.03) a autoestima e a autoconfiança são sentimentos que estão diretamente relacionados à autonomia e ao desenvolvimento pessoal e atuam como fatores determinantes para o processo de empoderamento.

“a minha vida mudou um monte depois desse curso, um monte assim... consegui me expressar melhor, sei dos meus direitos, sei que na minha casa eu sou fundamental, não é só ele... entendeu... não é só o meu esposo, sei que minha renda do meu trabalho é importante, eu também contribuo com a minha renda pra dentro de casa, pro meu filho, então o curso me ajudou muito, me fez me soltar mais, porque eu era muito devagar, assim, sabe não falava muito então o curso me ajudou bastante.”(EGRESSA 1)

“a gente passou a confiar na gente mesmo né, mas ai é que ta a gente tem que confiar na gente.” (EGRESSA 2)

O Programa despertou o desejo das participantes de voltar a estudar, mesmo sendo inexpressivo o número de mulheres que conseguiram dar continuidade aos estudos.

“eu pretendo voltar a estudar eu parei no segundo ano, ta incompleto, mas depois que eu fiz esse curso eu aprendi muita coisa, ai eu tenho interesse muito em voltar a estudar, mas porém... é os filho né.”(EGRESSA 7)

“eu também queria estudar mas é que não tem nem um curso assim só tem aqui no IFBaiano né, só que o dia inteiro ai quem tem filho é muito difícil porque é o dia inteiro e chega só a tarde.”(EGRESSA 6)

Um dos objetivos do Programa Mulheres Mil, conforme o Guia Metodológico de Acesso, Permanência e Êxito, “é promover a elevação da escolaridade e a inclusão no sistema educacional de modo que possam acessar cursos já estruturados (BRASIL, 2011b, p. 22)”. Considerando que os cursos ofertados foram na modalidade de formação inicial e continuada e de curta duração, não houve a promoção da elevação da escolaridade das participantes, no entanto, fomentou nas mesmas o desejo de prosseguir em seus estudos e retornar à escola.

As condições econômicas, as responsabilidades da maternagem e a falta de mais oportunidades nas instituições de ensino do município, a exemplo de cursos de nível superior e técnicos e profissionalizantes em horários noturnos, foram dificuldades elencadas como impeditivas para concretização do retorno aos estudos.

Esse é um ponto crucial, pois as conquistas educacionais são fundamentais para o empoderamento das mulheres em todas as esferas sociais. Sem educação, as mulheres não conseguem acessar melhores empregos, saírem da informalidade, serem melhor remuneradas e avançarem para uma maior participação política e social.

De maneira geral, os cursos de qualificação profissional ofertados pelo Programa Mulheres Mil no IF Baiano – *campus* Uruçuca, não contribuíram para que as egressas alcançassem postos de trabalho e nem aumentassem as suas rendas.

Nenhuma das participantes trabalha nas áreas certificadas, bem como os certificados não foram determinantes para aquelas que passaram a trabalhar depois que concluíram os cursos. As participantes que estão no mercado de trabalho continuam a ocupar postos com baixa remuneração e ou vivem do mercado informal.

A pobreza das mulheres e a sua vulnerabilidade do mercado de trabalho são fatores de desempoderamento, pois as exclui de seus direitos mínimos e as impede de melhorar as suas vidas e de suas famílias.

Para Lourdes Scheffler (2013), “a autonomia econômica das mulheres significa a melhoria das suas condições de vida, maior controle pessoal, maior poder no uso dos recursos financeiros”. A autonomia econômica das mulheres favorece a alteração das estruturas sociais de dominação que acabam por perpetuar a hierarquia dos papéis masculinos e femininos e que colocam as mulheres em desvantagens.

Dentre os impactos esperados pelo programa, encontram-se: contribuir para a melhoria dos índices da equidade e igualdade de gênero no Brasil;

reduzir os índices de violência doméstica; melhorar as relações familiares e comunitárias. (BRASIL, 2011a)

Para fomentar a equidade de gênero, a emancipação e o empoderamento de mulheres, faz-se necessário que elas reconheçam as diferenças de poder existentes dentro da sociedade. Ao serem solicitadas a identificar estas diferenças durante as entrevistas às participantes relacionaram os conhecimentos adquiridos durante o curso e suas experiências, principalmente em suas relações familiares, com seus companheiros.

Destacamos as seguintes falas:

“porque a gente sabe que o preconceito contra a mulher é em tudo e ainda acontece, e aí a gente ficou mais... sabe... mais poderosa” (EGRESSA 3)

“já sabe nossos direitos e podemos na hora que vê com alguém querer colocar a gente pra baixo, ou então excluir as mulheres num canto, ou de qualquer lugar, a gente já sabe que nós temos o mesmo direito do que qualquer outra pessoa” (EGRESSA 8)

“é... porque às vezes tem homi que acha que pode tudo, só porque ele tem o sexo de ser... masculino, ele acha que pode tudo mas não é, que nós mulheres também podemos fazer o que a gente bem quiser, entendeu e tem muitos que diz ‘ah... você não pode fazer isso, você não pode fazer aquilo, só a gente pode fazer...’ mas a gente hoje, mulheres, tem que fazer tudo” (EGRESSA 11)

“porque geralmente tem homem assim, não quer que a mulher cresça, ele quer que a mulher só fique ali no fogão, só ali, sabe porque... porque ele quer, hoje em dia ele quer assim que dê o final do mês e a mulher assim ‘ô mô, to precisando disso...’ pra dar dinheiro, que a gente tenha nosso dinheiro no final do mês ele não quer, não quer que cresça...”(EGRESSA 12)

As egressas mencionaram a disciplina de Direito da Mulher como imprescindível para que elas enxergassem as desigualdades de poder entre os sexos. Podemos verificar pelas falas em destaque que elas conseguem refletir sobre a realidade e o papel da mulher identificando preconceitos e relações de poder como impeditivas para o seu crescimento.

Sobre a importância do Programa Mulheres Mil em suas vidas, a interação social foi o elemento mais destacado. As experiências trocadas durante o curso,

o desenvolvimento pessoal, apoio das colegas e a formação de novas amizades são destacadas pelas participantes em toda a entrevista. De forma geral, os dias de aulas eram dias em que elas deixavam os afazeres domésticos, o trabalho e os filhos e dedicavam-se a um momento só delas, momento de lazer e aprendizado.

“sim, porque eu não tinha aquela coisa de lidar com pessoas e eu aprendi muito através do curso a gente começou a compartilhar as coisas, conheci pessoas diferentes.” (EGRESSA 4)

“a gente aprendeu muito e também a gente aprendeu trabalhar em grupo né, eu mesma não tinha muita experiência em trabalhar em grupo.” (EGRESSA 8)

De acordo com Baquero (2012, p.181), “o resultado do empoderamento emerge de um processo de ação social no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos.”

O que percebi durante as entrevistas nos grupos focais é que a maioria das participantes vive de maneira solitária, sem interagir com outros círculos sociais que não os familiares. O ingresso delas no programa oportunizou a ampliação desse círculo social; elas passaram a fazer atividades em grupo, a relacionar-se com pessoas diferentes, criando assim uma rede de amizade e solidariedade que realmente marcou as suas vidas e que permanece mesmo após o fim do curso.

Duque, Ferreira e Jorgensen (2011, p.69) ressaltam a importância da busca da solidariedade de gênero no processo de empoderamento, “já que se cria um espaço onde elas se (re) conhecem para fortalecer vínculos”. Através da interação social essas mulheres compartilharam suas vidas e suas experiências o que favoreceu a construção de suas capacidades pessoais e sociais na medida que interagiam e se solidarizavam nas atividades realizadas no curso.

Considerando o empoderamento enquanto um processo coletivo, a formação de laços entre estas mulheres possibilitou a elas repensarem de forma crítica as suas realidades à medida que trocavam experiências, ora semelhantes, ora diferentes.

5. Conclusões

De modo geral, o que podemos concluir, após a pesquisa é que o Programa Mulheres Mil proporcionou a estas mulheres iniciarem seus processos de empoderamento, mesmo identificando, conforme os dados apresentados, que fatores

como trabalho, renda e elevação da escolaridade não tenham sido alcançados no grupo participante.

O programa, enquanto política pública, proporciona uma formação cidadã que, como observamos, é alcançada dentro do processo formativo do curso na medida em que se apropriam de novos conhecimentos e interagem entre si. Os cursos de qualificação ofertados no *Campus Uruçuca*, mesmo sendo de curta duração, proporcionaram uma formação humanizada destas mulheres que se tornaram conscientes de sua presença no mundo.

Mesmo não alcançando todos os objetivos, fica evidente o papel potencializador do Programa Mulheres Mil no empoderamento dessas mulheres, atuando como um agente favorável no despertar da consciência crítica, possibilitando-as, dentro de suas realidades, a atuarem como sujeitos capazes de transformá-las. Também fica comprovado que a educação, em sua perspectiva libertadora e emancipatória, é um dos importantes percursos a serem percorridos para que de fato isso ocorra.

Por fim, o processo de empoderar-se é contínuo e dinâmico e que as mulheres o constrói a partir do seu cotidiano, de suas dificuldades e possibilidades e das condições específicas de sua cultura. Desta forma, é difícil mensurá-lo, principalmente num curto prazo de tempo, o que podemos constatar é que o despertar para esse processo se constitui na construção de um caminho a se percorrer, que a princípio se mostra individual, mas que a longo prazo possa ser efetivado de maneira coletiva.

6. Referências Bibliográficas

BAQUERO, Rute Vivian. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. IN: **Revista Debates**. Porto Alegre: v.6, nº1, jan-abr, 2012, p.173-187.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento referência do Programa Nacional Mulheres Mil**. Brasília: Setec, 2011a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito**. Brasília: Setec, 2011b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011**. Brasília: Setec, 2011c.

COSTA, Ana Alice. Gênero, Poder e Empoderamento das mulheres. In: **Textos de Apoio ao Seminário de aprofundamento do trabalho com gênero no Pró-Gavião**. Salvador: Programa de Assessoria em Gênero NEIM/REDOR, 2000.

Disponível em: <http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf> Acesso em: 02 dez. 16.

DUQUE, Ana Paula; FERREIRA, Luana; JORGENSEN, Cacau de Souza. Promotoras legais populares: repensando direito e educação para o empoderamento de mulheres. In: **Revista Direito e Sensibilidade**, 1º edição, 2011.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; ARRUDA FILHO, Emílio. **Planejamento de pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GONDIM, Sonia Maria. Grupos Focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos In: **Paideia**, 2003, vol. 12, nº 24, p.149-161.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LEÓN, Magdalena. Empoderamiento: Relaciones de Las Mujeres com El Poder. In: **Poder e Empoderamiento de las Mujeres**. Bogotá: Tercer Mundo, 1997.

LISBOA, Teresa Kleba. O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. In: **Fazendo Gênero 8- Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, agosto de 2008.

SARDENBERG, Cecília. **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista**. 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848>>. Acesso: 02 dez 2013.

SCHEFLER, Maria de Lourdes. Gênero, Autonomia Econômica e Empoderamento. O real e o aparente: sistematização de processos de investigação-ação e/ou de intervenção social. In: **Revista Feminismos**, vol.1, nº 3, set-dez, 2013.

SOARES, Vera. Mulher, Autonomia e Trabalho. In: **Autonomia Econômica e Empoderamento da mulher**: textos acadêmicos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SOUZA, Cristiane; MOREIRA, Dirceia; BOURGUIGNON, Jussara. Aproximações entre participação e empoderamento em uma perspectiva emancipatória. In: **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v.6, nº11, jul-dez 2014.

MULHERES MIL, INCLUSÃO, PROFICIONALIZAÇÃO E IFS: UMA AÇÃO PONTUAL DE RESGATE A CIDADANIA, POUCO CONHECIDA NO CAMPUS ARACAJU.

Magna Cecilia Sobral Silva¹
Universidade Federal de Sergipe.
magnacecilia@bol.com.br

Resumo

O presente artigo tem como objetivo dar visibilidade ao Programa Nacional Mulheres Mil desenvolvido no Instituto Federal de Sergipe (IFS), Campus Aracaju. O programa foi implantado no Instituto, em meados de 2007. Contudo, a instituição proporciona as mulheres de comunidades carentes a possibilidade de uma profissão, acesso a educação e inclusão social, resgatando essas pessoas da marginalização em sociedade, além de, promover a cidadania e por fim, comumentemente uma qualidade de vida. No entanto, em seus próprios corredores institucionais, alunos docentes e mulheres, se cruzam, sem que saiba da grandeza desta ação social, da oportunidade a educação e principalmente da possibilitar de inclusão destas comunidades no IFS. Neste sentido, a pesquisa justifica-se principalmente por promover uma visibilidade ao Programa, que é de cunho social e de uma importância de ressignificação para as comunidades carentes à primeira no bairro Santa Marta, na periferia de Aracaju, e a segunda são mulheres pescadoras da Taiçoca de Fora, no município de Nossa Senhora do Socorro, logo, ofertando capacitações profissionalizantes nas áreas de reciclagem de resíduos sólidos e artesanato. A pesquisa cauteriza-se por qualitativa, é um estudo de caso, onde o método de abordagem utilizado foi o indutivo, a observação, entrevistas informais com grupos focais.

Palavras-chave: Cidadania, IFS, Inclusão, Mulheres Mil, Profissionalização.

1 Graduada em Letras e Libras pela UFS/2016.1. Graduada em Licenciatura Plena em História (UNIT). Pós-graduada em Patrimônio e Educação em Sergipe (FACULDADE ATLÂNTICO). Mestranda do curso de Pós-graduação em Educação, pela Instituição FCU/UNIFUTURO/ULB

Introdução

Durante o período de 2007 a 2011 foi implementado o projeto Mulheres Mil, em cooperação com o governo canadense, visando à formação educacional, profissional e cidadã de mulheres desfavorecidas das regiões Norte e Nordeste do Brasil, criando as pontes necessárias para que essas mulheres incrementem seu potencial produtivo, promovam a melhoria das condições de vida de suas famílias, de suas comunidades e contribuam para o crescimento econômico sustentável.

Instituído pela Portaria do MEC nº 1.015, do dia 21 julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 22 de julho, o Projeto se transforma em Programa e passa a ser implantado em todos os IFs.

Em 2013 o Programa Mulheres Mil passou a integrar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) por meio da iniciativa Bolsa Formação. A oferta é resultado da parceria entre o MEC e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM), articulado com a meta de erradicação da pobreza extrema no país.

A proposta de implementação do Projeto “Do Lixo à Cidadania” com as mulheres do Bairro Santa Maria em AracajuSE comunga do pressuposto que os estudos sobre impactos sociais das atuais inovações tecnológicas introduzidas nos processos de trabalho que fazem parte de uma nova modalidade marcada pela integração e pela flexibilidade (BRASIL, 2011, p. 72)

De acordo com a citação acima, em Sergipe, o Instituto Federal promoveu capacitação para duas comunidades diversas: as moradoras do bairro Santa Maria, na periferia de Aracaju, e as pescadoras de Taiçoca de Fora, que fica no município de Nossa Senhora do Socorro. Para as mulheres do bairro Santa Maria, a qualificação foi na área de artesanato, usando como matéria-prima papéis e papelão, tecidos, garrafas PET e madeira. Em Taiçoca de Fora, além do artesanato com cascos de marisco, foi incluída arte na culinária. Contando com a integração de professores, o IF ministrou a parte teórica, e os parceiros contribuíram na qualificação da parte profissionalizante. Abrir diálogo com as comunidades e angariar parcerias foram alguns desafios enfrentados e vencidos pela Instituição.

Atualmente, o IFS conta com mais de nove parceiros, que contribuem com a oferta de elevação de escolaridade, ministram aulas de artesanato e possibilitam que alunas possam vender seus produtos em feiras e eventos promovidos em Aracaju, entre outras ações. A regularização da matrícula foi feita por meio de edital e de entrevistas para seleção e preenchimento de diagnóstico socioeconômico, e a certificação foi no modelo Formação Inicial e Continuada (FIC).

A carga horária do curso é de 280 horas e a matriz curricular foi elaborada pelo escritório de acesso e pela Direção de Ensino. No que diz respeito à geração de renda, por se tratar da área de artesanato, que tem mercado de trabalho diferenciado, as egressas estão sendo acompanhadas e o IFS continua fazendo articulações para possibilitar a elas a venda de seus produtos.

A Comunidade do bairro Santa Maria fica na zona sul de Aracaju e é onde ainda é depositado parte do lixo produzido na capital. Mesmo com a proibição do Ministério Público, segundo os moradores, famílias ainda tiram o seu sustento dos resíduos trazidos de Aracaju, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro.

O povoado de Taiçoca de Fora fica no município de Nossa Senhora do Socorro, área litorânea de Sergipe, e a maioria dos moradores sobrevive da pesca. PARCERIAS Brasil: Ministério Público Estadual, Universidade Federal de Sergipe (UFS), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/SE), Secretaria Estadual de Inclusão Social, Grupo de Saúde e Prevenção nas Escolas, Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro, Cooperativa de Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (Care); Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico de Sergipe (FUNCEFETSE), Instituto de Beleza Cida Duarte e educadores voluntários.

Metodologia

A pesquisa teve como objetivo elucidar a importância do Programa Mulheres Mil, por meio de um estudo bibliográfico, onde o uso de fichamentos que serviram como ferramentas de subsídio para as discussões propostas na pesquisa. Tais elementos foram utilizados durante toda a pesquisa de campo é outra ferramenta importante no processo investigativo e de levantamento de dados, principalmente por se tratar de uma pesquisa qualitativa e que utilizara do método de abordagem indutivo. De acordo com Silva (2005, p. 41-42), é necessário que você obtenha os materiais considerados úteis à realização da pesquisa.

Contudo, a pesquisa bibliográfica e documental, trouxe segurança na argumentação necessária à discussão do problema e na construção do corpo do texto. Foram utilizados como fonte de pesquisa sites, livros, artigos, documentos como: termos, decretos, leis e portarias.

O Método de abordagem ou procedimento utilizado será o indutivo, porque este parte do particular para o geral, visando investigar uma realidade concreta e existente detectada, objetivando observação do fato ou fenômenos que se deseja entender e conseqüentemente conhecer, portanto, se enquadra na proposta da pesquisa.

Todavia, ratificando que pelo viés da natureza da pesquisa ela é qualitativa, visto que, a mesma parte do pressuposto que há um fenômeno ou problema a ser investigado, a partir de uma observação que conseqüentemente possa trazer uma melhor compreensão, onde o pesquisador fará o papel de imparcial, e o participante não estarão neutros ao problema.

O tipo da pesquisa caracteriza-se por: bibliográfica, documental e exploratória. Para o autor supracitado, bibliografia tem pelo uso de material já publicado; documental por estar fundamentada em documentos com finalidades diversas; exploratória envolve coleta de dados, entrevistas (Idem, pág. 27-30). Logo, serão usadas obras e autores que possam dar subsídios para descrição e redação da temática na pesquisa explorada.

No quesito modalidade, apresenta-se como um estudo de caso, porque na análise de Gil (2010), “(...) **mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real**, (...)”.

Na mesma obra ele afirma a possibilidade de trabalhar um estudo de caso em um curto período e obter resultados **passíveis de confirmação por outros estudos** (pág. 37-38, grifo nosso). É um estudo de caso decisivo, como define o autor referenciado, refere-se ao estudo de um indivíduo um grupo, uma organização, um fenômeno etc.

Contudo, a pesquisa de campo seguiu um roteiro dividido em momentos ou fases, como sugeri em sua obra Minayo, (et al., 2011, pág. 26-27, grifo nosso), será dividida, na tentativa de **“tornando-a bastante prática, no que se trata de pesquisa qualitativa, suas fases constituirão na organização”**. Neste sentido, elas serão denominadas: a primeira como exploratória, no segundo momento será iniciada o trabalho de campo e por fim, análise e estudo do material empírico e documental coletado.

A Entrevista foi trabalhada com a técnica de grupo focal, segundo Godim (2003), a análise será feita a partir do que foi coletado do próprio grupo.

Deste modo,

“Se uma opinião é esboçada, mesmo não sendo compartilhada por todos, para efeito de análise e interpretação dos resultados, ela é referida como do grupo (pág. 151, grifo nosso)”.

Além disso, ela envolve cuidados, métodos e técnicas de abordagem, cruciais e ordem ética, necessárias. Portanto, no planejamento serão inseridas questões, como: proporcionar o ambiente confortável e favorável ao entrevistado, que ajudaram na conduta e a motivação da fala do participante, entre outros inerentes a entrevista, entrevistado e entrevistador.

A observação foi outro elemento importante na coleta de dados, tornando-se parte integrante da pesquisa, pois a mesma compõem descrições do local, do ambiente, de seus atores e de sua rotina cotidiana. Elencando de maneira sistemática e organizada, como a quem escreve um diário, o pesquisador registrará a partir do seu olhar, os fenômenos esperados e também não esperados na pesquisa.

Para Appolinário (2015, pág. 137), “(...) os instrumentos de pesquisa tem a finalidade de extrair informações de uma determinada realidade, fenômeno ou sujeito de pesquisa”. Neste contexto, os métodos e as técnicas de coletas de dados acontecerão a partir da concepção de amostra, conseqüentemente o universo da amostra é uma população da EAD do IFS, especificamente os gestores, porém envolverá também demais colaborador do setor.

Fundamentação teórica

A temática explanada se sustenta na fala dos autores e obras utilizados na pesquisa bibliográfica, necessária para que possa clarificar as ideias e subsidiar as hipóteses e os possíveis problemas detectados ao longo da pesquisa.

[...] A teoria é construída para explicar ou para compreender um fenômeno, um processo ou um conjunto de fenômenos e processos (DESLANDES, pág.17, 2011).

A opção pela temática se baseia pela orientação extraída da fala do autor SILVA (2005), quando ele expõe a importância de se pensar um tema para conduzir uma pesquisa acadêmica,

A escolha do tema de uma pesquisa, em um Curso de Pós-Graduação, está relacionada à linha de pesquisa à qual você está vinculado ou à linha de seu orientador. Você deverá levar em conta, para a escolha do tema, sua atualidade e relevância, seu conhecimento a respeito, sua preferência e sua aptidão pessoal para lidar com o tema escolhido. (SILVA, 2005, pág. 30).

Ademais, o Programa Mulheres Mil, promover a formação educacional, profissional e cidadã de mulheres pobres em situação de maior vulnerabilidade, criando pontes necessárias para lapidar seu potencial produtivo na perspectiva de melhorar as condições de suas vidas, famílias e comunidades.

Neste sentido,

O bairro Santa Maria fica na zona sul de Aracaju e é onde ainda é depositado parte do lixo produzido na capital. Mesmo com a proibição do Ministério Público, segundo os moradores, famílias ainda tiram o seu sustento dos resíduos trazidos de Aracaju, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro. Já o povoado de Taiçoca de Fora fica no município de Nossa Senhora do Socorro, área litorânea de Sergipe, e a maioria dos moradores sobrevive da pesca (BRASIL, 2011, p.136).

O autor Pacheco (2011), em sua obra ratifica as mudanças recorrentes nas instituições federais de ensino, que concatenam com a temática proposta do fenômeno feminino na gestão de setores voltados para a educação nas mesmas instituições.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal. São caracterizados pela ousadia e inovação necessárias a uma política e a um conceito que pretendem antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa. (PACHECO, 2011, pág. 13).

A afirmação do autor se ratifica na fala da professora gestora do projeto em Sergipe, Nara Viera,

“Diversos foram os obstáculos que enfrentei para executar o Mulheres Mil em Sergipe. Por ser um projeto complexo, **nem sempre os IFs estão preparados, porque é fundamental ter escritório de acesso para acolher e receber essas mulheres, montar uma equipe multidisciplinar sensível e disposta a trabalhar com esse público, sensibilizar os diversos setores do Instituto, tais como o setor de registro de alunos, o de horários de professores**, o financeiro, a coordenação pedagógica, o de manutenção e almoxarifado, além de envolver setores para captação de parcerias”. (BRASIL, 2011, p. 137, grifo nosso).

Análise de dados

As alunas do Programa são moradoras do bairro Santa Maria, em Aracaju e o curso aconteceu através de um convênio entre Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social e o IFS. A parceria teve a duração de prazo de dois anos e as responsabilidades do programa foram divididas entre ambas as partes. As aulas de camareira tiveram a duração de 10 meses com duas aulas semanais.

A iniciativa desenvolvida pelo IFS integra as ações do programa Brasil Sem Miséria, articulado com a meta de erradicação da pobreza extrema, estabelecida pelo Governo Federal.

O Projeto Do Lixo à Cidadania, que aconteceu em Aracaju, com suas ações executadas IFS Campus de Aracaju, com o objetivo de promover a produção artesanal sustentável local, beneficiou 40 mulheres do bairro Santa Maria, Sergipe. Tendo como parceiros, a Prefeitura Municipal de Aracaju, Governo do Estado de Sergipe, Empresa de Coleta e de Gerenciamento do Lixo (Torre), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

O Mulheres Mil começou a trilhar novos caminhos em 2012 no estado de Sergipe. (...) Segundo a gestora estadual do Mulheres Mil, o lançamento da nova chamada pública está previsto para o final de março, através da adesão ao edital do Ministério da Educação (MEC). (Disponível em <http://www.ifs.edu.br>).

São ações que iram ocorrer nos anos seguintes após a possibilidade de uma segunda chamada. A exemplo do curso de camareiras que teve seu encerramento com formatura em outubro de dois mil e treze, com mulheres do bairro Taiçoca de Fora na grande Aracaju.

Conclusões

Neste sentido, após a pesquisa na instituição supracitada, foi verificado que os cursos do Programa Mulheres Mil, surgem para mudar o atual contexto educacional, socioeconômico das comunidades da região da grande Aracaju e Nossa Senhora do Socorro municípios do estado de Sergipe. É uma proposta que além de ofertar a formação técnica de nível médio, promove inclusão e uma nova perspectiva de fonte de renda familiar, dentro de uma nova realidade de aprendizado e práticas educacionais e obviamente em um novo contexto e atendendo a realidade de mercado que sugere a qualificação.

Dessa forma, se entende que o Programa proporcionou significativa contribuição no que se trata de aquisição de conhecimentos técnicos institucionais educacionais, as mulheres envolvidas que participavam da edição iniciada no ano de dois mil e nove, permitindo que quarenta e quatro mulheres saíssem da condição de marginalizadas, excluídas e sem uma profissão definida, passassem a interagirem usando os conhecimentos adquiridos ao longo da sua vida e agora pudessem associá-las aos conhecimentos técnicos adquiridos com os cursos do Projeto Mulheres Mil.

Portanto, trata-se de um programa dentro de um sistema dinâmico e eficiente, usado largamente para atender às novas exigências de qualificação profissional: uma vez que os indivíduos e suas organizações já estão sempre atualizando informações, pesquisando, gerando novos conhecimentos, produzindo novos produtos e serviços e a educação a distância responde muito bem ao conseguir conjugar uma multiplicidade de recursos pedagógicos e técnicas, facilitando e flexibilizando o acesso, para construção do conhecimento.

Enfim, a possibilidade de poder fazer parte de um curso com encontros que possibilitam agregar conhecimento e atividades lúdicas, artesanais, de orientação para melhorada qualidade de vida e motivadoras para que essas mulheres possam lidar com seus problemas diários com muita segurança. Além disso, existe também a ideia de inclusão destes alunos em uma instituição federal, como foi dito por alguns que concederam minutos de uma conversa informal.

O Programa vem resgatar a dívida social histórica essas mulheres e principalmente com essas comunidades, até então esquecidos, ofertando-lhes uma certificação. São mulheres após a qualificação adentram o mercado de trabalho, também contribuem na economia local, logo possuem um papel importante na mudança no contexto socioeconômico e de combate a violência à mulher no estado.

Entretanto, é improvável que a maioria das mulheres marginalizadas seja candidatas aos programas regulares. A habilidade dos IF em atender esta população através de avaliações apropriadas de habilidade, programas de capacitação direcionados e relações com o mercado de trabalho, auxiliará estas pessoas a acessar setores formais de trabalho significativos.

No entanto, foi verificado também, que mesmo sendo uma ação pontual, o Programa não possui uma visibilidade na instituição a qual está inserido. Não sendo possível além do site da IFS, encontrar outros meios de comunicação ou páginas na internet que salientem ou descreva o programa. Outro fato preocupante é a produção acadêmica e científica sobre as ações e contribuições do programa no IFS. É lamentável também identificar que muitos dos funcionários e demais atores provavelmente pouco conhecem sobre o que é o Programa Mulheres Mil e muito menos o papel transformador que ele realiza na vida dos funcionários e nas instituições educacionais.

Mas o dado mais entristecedor da pesquisa está na constatação da pouca visibilidade deste programa. Percebe-se que dentro e fora dos muros, Mulheres Mil e pouco conhecido e talvez pouco divulgado. Não foi encontrado nos sites de pesquisa artigos científico que discutam a temática “Programa Mulheres Mil no IFS” ou que dissertem sobre os projetos ou ações deste programa nas comunidades carentes beneficiadas com o advento do programa. Obviamente que o mesmo possui documentos provenientes de suas ações, no entanto, elas precisam ser disponibilizadas e divulgadas.

Contudo, é uma ação pontual, com uma carga de grande importante na mudança social destas comunidades assistidas. Além de, ressignificação para um grupo de mulheres antes desprovidas perspectiva de um futuro sem violência doméstica, sem miséria, com possibilidades de geração de renda familiar, entre outras inerentes ao programa. Enfim, dentre os colaboradores, alunos e demais atores do instituto que conhecem ou ouviram falar do programa são poucos, diria um quantitativo tímido.

Referências

ADORNO, Theodor W. **Indústria cultural e sociedade**. Seleção de textos Jorge Mattos Brito de Almeida traduzido por Juba Elisabeth Levy... [et al.]. — São Paulo: Paz e Terra, 2002.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência: filosofia e pratica da pesquisa**. - 2 ed. – São Paulo: Cengage Learning, 2015.

BRASIL. **Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável** Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Esplanada dos Ministérios, Brasília:DF, 2011.

_____. **Cartilha Mulheres Mil: Pronatec Brasil sem miséria**. Mec-Pronatec/SISTEC, 2014. Disponível em <http://pronatec@mec.gov.br>.

_____. **Portaria nº. 1.015 de 21 de Julho de 2011**. Institui o Programa Nacional Mulheres Mil que visa à formação profissional e tecnológica articulada a elevação da escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

_____. **Resolução nº. 145 de 15 de outubro de 2004. Política Nacional de Assistência Social**. Brasília:DF, Conselho Nacional de Assistência Social, 2004a.

_____. **Plano Nacional de Políticas para Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004b.

_____. Ministério da Educação. Programa Mulheres Mil. Guia Metodológico de Acesso, Permanência e Êxito. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=cm_content&view=article&id=12299:programmulheres-mil-catid=267:programmulheres-mil-&Itemid=602. Acesso em: 22 de abril de 2016.

BOTH, WAYNE C.; GREGORY G. COLOMB; JOSEPH M. WILLIAMS. **A arte da pesquisa**. 2ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DESLANDES, SUELY FERREIRA e MINAYO, MARIA CECILIA DE SOUZA. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GIL, ANTONIO CARLOS. **Como elaborar projetos de pesquisa**. – 5. Ed- São Paulo: Atlas, 2010.

GUIA METODOLÓGICO DO SISTEMA DE ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO. MEC/SETEC. Projeto Mulheres Mil / ACCC/SETEC-MEC, Brasília: DF, 2011.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatórios e trabalhos científico**. - 7. ed. – 8. Reimpr. - São Paulo: Atlas 2013.

MEISTER, J. C. **Educação Corporativa: A Gestão do Capital Intelectual através das Universidades Corporativas**. Trad. Maria Cláudia Santos Ribeiro Ratto. São Paulo: Makron Books, 1999.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO: 2000.

MULHERES MIL NA REDE FEDERAL CAMINHOS DA INCLUSÃO. Ministério da Educação e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Brasília: DF, 2011.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional tecnológica**. - Brasília/São Paulo: Editora Moderna, 2011.

Sites pesquisados:

PROGRAMA MULHERES MIL. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 20/03/2016.

PROGRAMA MULHERES MIL. Disponível em <http://mulheresmil.mec.gov.br/>. Acesso em 20/03/2016.

PRONATEC-PROGRAMA MULHERES MIL. Disponível em <http://www.ifs.edu.br/>. Acesso em 20/03/2016.

ELAS CHEGARAM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA MULHERES MIL NO IFMA CAMPUS CODÓ

Maria Alda Pinto Soares

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - Campus Codó.
alda.educare@gmail.com*

Resumo: O Programa Mulheres Mil tem-se constituído uma importante política pública educacional de valorização/construção da cidadania feminina. Com a proposta de aliar educação e trabalho, vem alcançando mulheres pobres em condições de vulnerabilidade social em âmbito nacional. Neste compromisso, não apenas reconhece e transforma os saberes e cotidianos em qualificação profissional, como também desperta nas mulheres atendidas a valorização de sua autoestima. Deste modo, o presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência do Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) Campus Codó, destacando as ações desenvolvidas pela equipe gestora durante o Curso Básico de Qualificação Profissional em Olericultura ministrado de Maio à Setembro de 2014. Ainda, relata-se a experiência desta pesquisadora enquanto professora bolsista do programa, ao ministrar a disciplina “Ética e Cidadania”. Como metodologia para a produção deste, realizou-se pesquisa bibliográfica, análises documentais do programa no IFMA Campus Codó e uma pesquisa de campo com observações *in loco*. Entre os resultados apresentados, verificou-se que o programa tem sido um importante meio para possibilitar às mulheres codoenses, elevação de autoestima, reconhecimento de suas potencialidades e possibilidades de qualificação profissional. Por fim, considera-se que o Programa Mulheres Mil, enquanto política pública nos impulsiona a trabalhar em prol da melhoria de vida das mulheres codoenses, não somente por aquelas atendidas pelo programa, como também, pelas tantas outras que ainda necessitam deste atendimento.

Palavras-Chave: Cidadania, Educação, Mulheres Mil.

1. Introdução

Nos dias atuais, o debate sobre as políticas de gênero tem nos convidado a refletir sobre os caminhos percorridos pelas mulheres em busca de cidadania.

É notório que a participação feminina nos movimentos sociais e a inclusão de políticas de gênero vêm rompendo com a condição de invisibilidade que as mulheres tinham perante a sociedade, de modo que estas, cada vez mais, passam a reconhecer-se enquanto legítimas cidadãs, possuidoras de deveres e direitos.

Ao voltarmos nossos olhares sobre este fato, facilmente percebemos quão árduo tem sido este caminho. Mesmo com as conquistas já alcançadas, ainda há muito para se fazer em prol da equidade de gênero.

Para as mulheres em situação de vulnerabilidade social, a invisibilidade e a violação de direitos acentuam-se ainda mais, uma vez que, fora dos bancos escolares e do mercado de trabalho, a conquista de seus direitos lhes parece ainda mais distante.

Neste sentido, o Programa Mulheres Mil tem-se constituído uma importante política pública educacional de valorização/construção da cidadania feminina.

Com a proposta de aliar educação e trabalho, vem alcançando mulheres pobres em condições de vulnerabilidade social em âmbito nacional.

Neste compromisso, não apenas reconhece e transforma os saberes e cotidianos em qualificação profissional, como também desperta nas mulheres atendidas a valorização de sua autoestima.

Deste modo, o presente trabalho tem como objetivo principal relatar a experiência do Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) Campus Codó, destacando as ações desenvolvidas pela equipe gestora durante o Curso Básico de Qualificação Profissional em Olericultura ministrado de Maio à Setembro de 2014.

Relata-se ainda a experiência desta pesquisadora enquanto professora bolsista do programa, ao ministrar a disciplina “Ética e Cidadania” do Curso de Produtor de Olerícolas, inserindo em suas aulas algumas considerações sobre a cidadania e empoderamento feminino.

2. Metodologia

Com base no produto almejado para esta pesquisa, a metodologia adotada consistiu de: 1) levantamento bibliográfico sobre o Programa Mulheres Mil; 2) Análises dos planos de trabalho e relatórios do programa e; 3) Pesquisa de

campo com observações *in loco* no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) Campus Codó, na condição de professora bolsista do Programa Mulheres Mil.

3. Resultados e Discussão

De longe podia-se ouvir aqueles sorrisos...

O campo enchia-se de gargalhadas gostosas, felizes, cheias de empolgação...

Sorrisos de quem até parecia não ter problemas...

Sorrisos de quem, apesar da lida, acredita e também nos convida a acreditar num futuro melhor.

O barulho das conversas era tão gostoso de se ouvir...

As vozes estavam ali, misturadas entre tantas novidades para se contar.

Alguém incomodava-se: “Eita que são barulhentas!”

E em meu íntimo eu dizia: “Não, por favor, ninguém peça para calar”.

Deixe-as falar.

Deixe-as sorrir.

Deixe-as viver.

Deixe-as sentir.

Elas chegaram!

Chegaram para a aula.

São as Mulheres Mil e ‘mil’ mulheres ‘é mulher demais para se calar’.

Relatar a experiência do Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, na cidade de Codó, ultrapassa o viés acadêmico de uma pesquisadora. Para alguns, pode parecer que comprometa o processo de pesquisa, de neutralidade. Para outros, talvez envolva, chame para uma conversa, uma xícara de café ou um chá de capim limão.

Afinal, o presente trabalho é um relato de experiência. É um pouco sobre o mergulho na história de vida de cada uma das mulheres participantes do programa. Uma experiência ímpar de resgate de cidadania e de empoderamento feminino.

E é porque experimentou-se que a pesquisa surgiu. É porque vivenciou-se que a pesquisa ganhou corpo, fundamentação. É porque colheu-se bons resultados que deseja-se contar para mais pessoas sobre aquilo que vivenciou-se.

A narrativa inicial com aspirações a um poema descreve a chegada das alunas ao IFMA Campus Codó, presenciada diariamente por esta pesquisadora.

Após descerem do ônibus, que fazia o trajeto Codó-IFMA, a chegada era sempre cheia de alegria. Orgulhosas, vestiam suas camisas do programa. Com o seu material em mãos dirigiam-se à sala de aula e aguardavam o/a professor/a.

Não eram mil mulheres, mas, eram trinta e cinco. Trinta e cinco mulheres que deixavam seus afazeres domésticos e seguiam rumo ao encontro com a educação, a cidadania e o desenvolvimento sustentável.

O entusiasmo destas alunas era compreensível, pois, as mesmas estavam, em média, de seis a dez anos fora dos bancos escolares. E conhecendo a realidade social das mulheres de uma cidade do interior do Maranhão, fazia-se natural sentir o mesmo entusiasmo.

A cidade de Codó, localizada na região leste maranhense, na região dos Cocais, dista 290km da capital São Luís e possui 118.038 mil habitantes, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2010). Deste número, 60.635 mil é correspondente à população feminina, sendo que 70,6% residem em área urbana e 29,4% na zona rural (IBGE, 2010).

A economia do município é baseada na produção agrícola de arroz, mandioca, milho e feijão. No entanto, atualmente vem crescendo com outros investimentos, principalmente nos setores industriais, de comércio e serviços.

Neste contexto, o IBGE nos fornece os seguintes dados sobre a ocupação das mulheres codoenses:

TABELA 1- Ocupação das Mulheres Codoenses.

Percentual de mulheres, com 16 anos ou mais de idade, ocupadas em setor de atividade de agricultura	27,6 a 39%
Percentual de mulheres, com 16 anos ou mais de idade, ocupadas em setor de atividade de indústria	4,3 a 6,4%
Percentual de mulheres, com 16 anos ou mais de idade, ocupadas em setor de atividade de serviços	47,8 a 58%

Fonte: (IBGE, 2010)

Assim, como é possível observar na tabela acima, temos maior presença de mulheres nos setores de serviços e da agricultura. Muitas vivem na informalidade, trabalham como empregadas domésticas, donas de casa, manicures, vendedoras autônomas, extrativistas vegetais (quebradeiras de coco), artesãs.

Quanto aos indicadores sociais, o município de Codó ainda apresenta elevada concentração de pessoas em situação de extrema pobreza, possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) correspondente a 0,558 (IBGE, 2010), enfrentando ainda problemas como o “aumento da prostituição e exploração

sexual infantil e aumento da violência doméstica” (SILVA; CARVALHO, 2012, p. 01).

É neste cenário que há um encontro entre o IFMA campus Codó e as mulheres codoenses, pois, estas também, são muitas vezes, mães, tias e irmãs de alunos/as do Instituto.

O IFMA- Campus Codó é a antiga Escola Agrotécnica Federal de Codó, criada pela Lei 1.923 de 28 de julho de 1993. Está localizado no seio desta população, com cursos voltados diretamente para formar cidadãos que participem com autonomia na economia, na política, na cultura e, sobretudo, no mundo do trabalho.

Atualmente atende alunos do município de Codó (zona urbana e rural) e municípios vizinhos. O Campus possui quatro cursos técnicos de nível médio (Agropecuária, Agroindústria, Informática e Meio Ambiente), quatro cursos técnicos de nível médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Agroindústria, Comércio, Informática e Manutenção e Suporte em Informática) e seis de nível superior (Licenciatura em Ciências Agrárias, Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Biologia, Bacharelado em Agronomia e Tecnólogo em Alimentos), além de oferecer cursos pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Programa Mulheres Mil (MMIL).

Tal cenário serviu de base para que o IFMA Campus Codó aderisse à chamada pública do MMIL ainda no ano de 2012; segundo nos informa a professora Adriana Beserra Silva, uma das primeiras coordenadoras do programa:

O Programa Mulheres Mil começou no IFMA Campus Codó em 2012, quando aderimos à chamada pública e fomos contemplados para a efetivação do Programa no Campus Codó. Participamos de um treinamento em Brasília [...] juntamente com a também Coordenadora na época Rebeca Reis Carvalho [...] No IFMA Campus Codó – MA tivemos um número significativo de inscrições, alcançamos 350 mulheres inscritas para concorrer a 100 (cem) vagas. E com as restantes criamos um Banco de dados para um cadastro de reserva do programa Mulheres Mil. Selecionamos as 100 (cem) mulheres que mais se enquadravam ao perfil. Em virtude da descentralização do recurso começamos nossas atividades em Outubro de 2012 com a 1ª Turma do Curso Básico de Qualificação Profissional em Artesanato, atendendo 50 mulheres (SILVA, 2013, p.02).

Além destas primeiras 50 (cinquenta) mulheres atendidas pelo programa no ano de 2012, em 2013 o programa atendeu quase 100 (cem) mulheres nos cursos de Panificação e Informática, segundo nos aponta o relatório da coordenadora Adriana Beserra Silva.

Já no ano de 2014, sob a coordenação da professora Ivonete de Sousa Mendes e do professor Paulo Roberto de Jesus Silva, o Programa Mulheres Mil ofertou no período de 05 de Maio a 19 de Setembro de 2014 com a carga horária de 200 horas, o Curso Básico de Qualificação Profissional em Olericultura, ou mais comumente conhecido, como o Curso de Produtor de Olerícolas.

É então sobre esta última turma de que trata mais especificamente a presente pesquisa, uma vez que, esta pesquisadora teve um contato efetivo, por ter sido professora bolsista do programa ministrando a disciplina Ética e Cidadania.

O curso de Produtor de Olerícolas integrado ao Pronatec e atendendo à metodologia do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito e aos procedimentos técnicos com base nos arranjos produtivos locais da comunidade atendida, foi organizado para a realidade da mulher codoense com a seguinte matriz curricular:

TABELA 2- Matriz Curricular do Curso Produtor de Olerícolas.

DISCIPLINA	C/H
Módulo Educacional Central	
Língua Portuguesa	12h/a
Matemática Aplicada	08h/a
Cidadania e Ética	08h/a
Identidade (Mapa da Vida e Portfólio)	08h/a
Relações de gênero e autoestima	08h/a
Empreendedorismo e inclusão produtiva	30h/a
Módulo Educacional Específico	
Introdução à Agricultura	08 h/a
Propagação de Espécies Olerícolas	16 h/a
Olerícolas de Folha, tuberosas e frutos	40 h/a
Edafologia e Adubação de Espécies Olerícolas	20 h/a
Plantas Medicinais	12 h/a
Noções de Fitossanidade e Ervas Daninhas	20h/a
Noções de Irrigação	16 h/a
Agricultura Orgânica	16 h/a
TOTAL 200 H	

Fonte: (SILVA, *et al.*, 2014)

Embora, inicialmente, a nomenclatura “Produtor de Olerícolas” soasse estranha para algumas mulheres atendidas pelo MMIL, ao longo do curso as mesmas foram percebendo o quanto havia de familiaridade do seu dia a dia com as disciplinas ministradas, pois, é fato comum neste município, o plantio de ervas medicinais ou de pequenas hortas nos quintais de casa, os chamados “canteiros”, principalmente nas áreas mais periféricas da cidade, com o cultivo de cebolinhas, tomates, cheiro verde, entre outros itens importantes da culinária codoense.

O leitor deve lembrar que no início do texto, falando sobre a satisfação de relatar a experiência vivenciada, este poderia, caso tivesse interesse, ser chamado para “uma conversa, uma xícara de café ou um chá de capim limão”. Tal ideia é decorrente do costume com os plantios de ervas medicinais presentes em Codó.

O capim limão não é apenas utilizado para fins medicinais, mas, principalmente, em muitas ocasiões, substituir o café que falta na mesa da população mais carente deste município. Uma alternativa para as mulheres que precisam alimentar os seus filhos e filhas.

Através do relatório de atividades apresentado pela equipe gestora ao diretor geral do Campus Codó, professor José Cardoso de Souza Filho, ao final do curso, foi possível obter algumas informações quanto ao: 1) perfil das alunas; 2) as ações realizadas durante o curso (previstas e não previstas) no plano de trabalho inicial; 3) as atividades desenvolvidas para a divulgação do programa; 4) as percepções da equipe gestora; 5) as parcerias efetivadas e; 6) algumas considerações gerais sobre os resultados obtidos.

As alunas atendidas pelo MMIL no Curso de Produtor de Olerícolas encontravam-se na faixa etária de 21(vinte um) a 60 (sessenta) anos de idade, oriundas das áreas periféricas da cidade. Possuem em média de 03 (três) a 05 (cinco) filhos e são de etnia negra a parda.

O nível de renda mensal familiar das mulheres atendidas pelo MMIL era de até um salário mínimo, sendo que, das trinta e cinco alunas, apenas 07 (sete) possuíam alguma atividade remunerada.

Ao longo do curso, houve evasão de 10 (dez) alunas, mesmo após as tentativas da equipe gestora – com o apoio dos orientadores de assistência ao educando (Psicólogo e Assistente Social) – de que estas concluíssem o curso. Entre os motivos da evasão estavam doença de filhos ou parentes; não disponibilidade por motivo de horário de trabalho; problemas de saúde, não identificação com o curso e até conflitos familiares e envolvimento com drogas.

As atividades previstas e realizadas durante o curso, descritas no relatório de atividades da equipe gestora, consistiram em:

- a) Aula inaugural: momento de acolhida e boas vindas às alunas;
- b) Comemoração do Dia das Mães: onde as alunas tiveram momentos de descontração através de peças teatrais, produção textual e serenata;

FIGURA 1- Festa do Dia Das Mães



Fonte: (MENDES, 2014)

- a) Cine Mulher: Exibição do filme motivacional “Mãos talentosas”, onde as alunas participaram atentamente e em seguida sentiram-se à vontade para expressar seus pensamentos com relação à autoestima e interagirem entre si.
- b) Palestra motivacional com o psicólogo Joniel Gomes do Vale: Um momento de reflexão por parte das participantes objetivando a valorização da autoestima.
- c) Ação de Saúde e Cidadania: Teve por objetivo principal garantir o acesso aos serviços de saúde, como atendimento médico, nutricionista, vacinação, testes rápidos de hepatites e HIV, exame preventivo ao câncer de útero e serviços de embelezamento. Nesta ação, houve a participação de 100% das alunas, que demonstraram muita satisfação e entusiasmo, sentindo-se valorizadas.

FIGURA 2- Dia “D” da Saúde Integral da Mulher



Fonte: (MENDES, 2014).

- a) Visita Técnica à Fazenda da Esperança no Município de Coroatá: com intuito de conhecer as dependências da Fazenda Esperança e adquirir novos conhecimentos no ramo da olericultura. A equipe gestora afirmou que esta foi uma experiência gratificante para as alunas, pois, ao conhecer as dependências da Fazenda Esperança, adquiriram novos conhecimentos no ramo da olericultura.

No dia 05 de Setembro, 20 (vinte) alunas do curso participaram cheias de entusiasmo, junto aos demais alunos do IFMA campus Codó, do desfile em comemoração à Independência do Brasil, com faixas, *banners* e mudas de Olerícolas. Esta foi uma atividade não prevista anteriormente pela equipe gestora, mas, que consistiu numa forma de externar à sociedade codoense os bons resultados do MMIL colhidos pelo campus.

Ainda de acordo com o relatório da equipe gestora, destacam-se as principais potencialidades percebidas durante o andamento do curso Produtor de Olerícolas, quais sejam: a) o satisfatório envolvimento de toda equipe administrativa e docente para com os objetivos do programa; b) o pagamento de

bolsas de incentivo às alunas e; c) a qualidade dos ambientes de aprendizagem utilizados pelas alunas.

Para a realização das ações previstas para a concretização do curso, a equipe gestora buscou e firmou importantes parcerias com as Secretarias de Assistência Social, de Saúde através da Coordenação da Atenção Básica, Coordenação da Saúde da Mulher, Centro de Testagem Anônima, Setor de Endemias, Núcleo de Atenção à Saúde da Família – NASF e da iniciativa privada local.

É importante destacar que equipe gestora do MMIL no IFMA Campus esteve composta por 20 (vinte) profissionais, distribuídos em coordenadores, equipe executiva/multidisciplinar, docentes e apoio estudantil na condição de estagiários.

Entre as considerações gerais da equipe gestora destaca-se que:

O Curso Produtor de Olerícolas foi concluído com bastante êxito, pois o grupo de mulheres que conseguiu concluir superou a margem dos 70%, e elas demonstraram bastante satisfação e em seus depoimentos afirmaram que gostaram muito, estão se sentindo valorizadas e com a sua autoestima bastante elevada, com muita vontade para participar dos próximos cursos ofertados pelo Programa e o mais importante, estão se sentindo aptas a iniciar seu próprio negócio para complementar a renda familiar. (MENDES, 2014, p. 04).

Para que as mulheres atendidas pelo MMIL possam caminhar rumo ao desenvolvimento de suas potencialidades, faz-se primordialmente importante potencializar suas bagagens (saberes, histórias, aprendizados e vivências) e transformá-la em qualificação profissional e adequada inserção no mundo do trabalho. (BRASIL, 2014). Neste caminho, é fundamental que estas sejam primeiramente empoderadas. Empoderadas de si, de sua importância, de seu potencial pessoal e produtivo.

Sobre a experiência da disciplina “Ética e Cidadania” ministrada por esta pesquisadora, é possível afirmar que foi um momento de aprendizado mútuo, uma vez que, sendo conhecedora da realidade das mulheres codoenses, pela própria trajetória familiar (codoense, filha de lavradores, moradora da zona rural) e abraçando o programa MMIL, adentrou-se à sala de aula do curso de Produtor de Olerícolas, acreditando que o processo de empoderamento é de fundamental importância para que as mulheres possam conquistar sua autonomia.

Deste modo, dividiu-se a disciplina em dois momentos igualmente importantes: Na primeira aula trabalhou-se com os conceitos e conteúdos de Ética, Moral e Cidadania, possibilitando reflexões sobre a crise atual de valores; Educação para a Cidadania; Evolução de conceitos e Relatividade Moral.

Na segunda aula dialogou-se sobre a conquista da cidadania feminina; um breve histórico sobre a mulher na sociedade, os direitos da mulher e as lutas feministas pela cidadania, abordando as compreensões sobre o empoderamento feminino.

FIGURA 3 - Turma Produtor de Olerícolas



Fonte: A Autora (2014)

Durante as aulas, desenvolveu-se um clima de diálogo, com o objetivo de ouvir as experiências de vida das alunas, seus anseios e também de seus projetos de vida.

Houve um envolvimento significativo por parte das discentes, que externaram suas aflições e também violações de direitos sofridas enquanto mulheres.

Também colheu-se depoimentos que demonstraram o quanto estavam satisfeitas com o curso, com os professores e consigo mesmas. Para algumas, voltar aos bancos escolares era um verdadeiro desafio, mas também um despertar para novas possibilidades.

Durante a última aula, percebeu-se que no processo de empoderamento de mulheres, não se pode perder de vista que a cidadania feminina ainda é uma construção, um caminho árduo, fazendo-se necessário refletir sobre os caminhos percorridos até aqui.

Em cidades do interior, tal como Codó, muito ainda há para ser feito para que as mulheres possam conquistar sua autonomia. No entanto, acredita-se que em prol deste objetivo, o programa MMIL tem sido um importante meio para possibilitar a estas mulheres, elevação de autoestima, reconhecimento de suas potencialidades e, principalmente, apresentando-as novos caminhos rumo à sua educação e qualificação profissional.

4. Conclusões

Como afirmado ao iniciar os resultados e discussões da presente pesquisa, relatar a experiência do Programa MMIL ultrapassa o viés academicista desta pesquisadora.

Ao longo deste percurso, somos envolvidos por suas histórias de vida, seus contextos e cotidianos. Este é um envolvimento necessário para que possamos trabalhar em prol da melhoria de vida das mulheres codoenses, não somente por aquelas atendidas pelo programa, mas pelas tantas outras que ainda necessitam deste atendimento. Esta é uma importante lição do MMIL enquanto política pública para os profissionais envolvidos.

Sobre o MMIL no IFMA Campus Codó, ao final desta pesquisa, é possível afirmar que a equipe gestora empenhou-se na execução da metodologia de acesso, permanência e êxito. Sim, houve evasão de alunas ao longo do caminho. No entanto, a luta continuou para que as demais tivessem êxito em suas trajetórias.

Abriu-se novos horizontes, criou-se pontes entre a Instituição e a comunidade. Trabalhou-se em prol da igualdade de gênero, mostrando a cada aluna/mulher o potencial, muitas vezes escondido, que cada uma carrega em si.

Ao conviver com as alunas do MMIL, seja nas 40 (quarenta) horas-aulas máximas de uma disciplina ou nas mínimas 08 (oito) horas-aulas, tem-se uma oportunidade ímpar, não somente para promover formação educacional, profissional e cidadã, como requer o próprio programa, mas também é um momento fundamental para que possamos aprender com a vivência de cada uma das mulheres atendidas, de praticarmos empatia, de abrir novos horizontes.

Não é um momento apenas de lapidar o potencial produtivo de cada uma delas ou de melhorar suas condições de vida, mas também de melhorarmos a nós mesmos enquanto profissionais, enquanto seres humanos.

5. Agradecimentos

Ao concluir a presente pesquisa, é fundamental agradecer ao IFMA Campus Codó pela parceria sempre promissora. À equipe gestora do PRONATEC/MMIL do campus, sempre atenta, acolhedora e disponível em prestar informações. Obrigada!

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Projeto Mulheres Mil: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável - Plano de implantação do projeto -2007-2011**. Brasília, 2007.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Mulheres Mil na rede federal: caminhos da inclusão**. Brasília: PDE, 2011.

_____. Ministério da Educação e Cultura - MEC- Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Guia Metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito**. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Educação e Cultura - MEC- Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Pronatec/Brasil sem miséria. **Cartilha Mulheres Mil**. Brasília, 2014.

IDH DE CODÓ. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística- IBGE (2010).

MENDES, Ivonete de Sousa. **Relatório do Programa Mulheres Mil IFMA Codó Gestão 2014**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão Campus Codó. Codó, 2014.

OCUPAÇÃO DAS MULHERES CODOENSES. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística- IBGE (2010).

POPULAÇÃO DE CODÓ. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística- IBGE (2010).

SILVA, Adriana Beserra. CARVALHO, Rebeca Reis. **Mulheres Mil: A experiência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão- Campus Codó**

in: Anais do VII Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação (CONNEPI) ISBN 978-85- 62830-10-5. Tocantins, 2012.

SILVA, Adriana Beserra. **Relatório do Programa Mulheres Mil IFMA Codó Gestão 2012/2013**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão Campus Codó. Codó, 2013.

SILVA, José Ronaldo Ribeiro; RÊGO, Ernny Coelho. **Políticas Públicas para Mulheres em Vulnerabilidade Social: o caso do Programa Mulheres Mil** *in*: Anais da VII Jornada Internacional Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão- UFMA- São Luís, 2015.

SILVA, Paulo Roberto de Jesus; MENDES, Ivonete de Sousa; LOPES, Conceição de Maria Carvalho. **Plano de Curso- Curso Básico de Qualificação Profissional em Produção de Olerícolas**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão Campus Codó. Codó, 2014.